00100.023013/2026-76

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. A AO Nº 1, TERÇA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Qúesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 9

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 35

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 87

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 142

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Outubro de 2025 248

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 299

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 333

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Outubro de 2025 369

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de Outubro de 2025 434

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 468

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 532

Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 573

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 575

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 655

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 702

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 749

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 803

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2025 840

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Outubro de 2025 912

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 968

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 992

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2025 1030

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1064

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1115

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 1162

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 1173

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Novembro de 2025 1192

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 1296

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 1344

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2025 1383

Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 1387

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 1402

Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2025 1460

Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Novembro de 2025 1464

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 1484

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2025 1548

Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025 1602

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Dezembro de 2025 1636

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2025 1673

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Dezembro de 2025 1732

1.2.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Ata da 5ª Reunião, realizada em 2 de Dezembro de 2025 1736

Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de Dezembro de 2025 1791

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 1825

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 1894

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 1980

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 2102

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025 2123

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 2223
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 2248
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 2286
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 2332
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 2346
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 2392
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 2420

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 2450
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2025 2458
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 2463
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 2469
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 2525
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 2527
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 2562
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 2564

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Maio de 2025 2580
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Agosto de 2025 2624
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Setembro de 2025 2728
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 2782
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 2841
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 2898
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Outubro de 2025 2900
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2025 2902
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Outubro de 2025 2972
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 2974
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 3017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2025 3097

Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2025 3110

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Novembro de 2025 3150

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 3193

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 3235

Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 3237

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 3284

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 3322

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2025 3348

Ata da 80ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de Novembro de 2025 (em conjunto com a 45ª Reunião da CRA)**(Vide item 1.10)**

Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 3350

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 3352

Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 3415

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Dezembro de 2025 3473

1.6.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 3508

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de Maio de 2025 3553

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 3593

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de Agosto de 2025 3625

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 3634

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 3673

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 3692

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 3694

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Novembro de 2025 3739

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 3804

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Maio de 2025 3836

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2025 3903

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Junho de 2025 3936

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 3953

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2025 3972

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 4028

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 4037

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 4045

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 4058

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 4085

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 4101

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Novembro de 2025 4102

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2025 4107

Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de Novembro de 2025 (em conjunto com a 80ª Reunião da CDH) 4109

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 4111

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 4133

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 4176

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 4186

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 4233

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 4250

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Dezembro de 2025 4289

1.10.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Ata da 6ª Reunião, realizada em 26 de Novembro de 2025 4323

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Maio de 2025 4335

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 4379

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2025 4417

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 4441
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2025 4472
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 4491
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 4519
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 4559
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 4561
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Novembro de 2025 4568
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Novembro de 2025 4600
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Dezembro de 2025 4633

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 4655
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 4677
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Dezembro de 2025 4738

1.13 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 4740
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 4753
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 4755
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Dezembro de 2025 4764

1.14 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 4797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Otto Alencar, Omar Aziz, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Dr. Hiran e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 6139, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 22, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (centro e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia - PRO-RODOVIAS." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2356, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-T e com duas emendas apresentadas, e contrário à Emenda nº 2-T. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-T-CAE, 3 e 4-CAE; e contrário à emenda 2-T.¿. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 865, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, para instituir o Índice Nacional de Valorização Docente." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 882, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Mensagem (SF) n° 32, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (fase II), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Mensagem (SF) n° 33, de 2025**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia – Bahia Sustentável, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – (*Falha no áudio.*)... 15 de julho de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na reunião de hoje, nós temos alguns projetos que serão apreciados e um outro projeto que votamos na reunião anterior, que obrigatoriamente constará da pauta, mas, se não houver emenda até o momento da apreciação, será automaticamente declarado aprovado.

Srs. Senadores, o comércio, a indústria e o agronegócio brasileiros estão sob ataques tarifários dos Estados Unidos. A decisão do Presidente norte-americano foi divulgada, pasmem, por carta publicada nas redes sociais, carta dirigida ao Presidente Lula, que elenca motivos políticos, eleitorais, pessoais e não elenca nenhum motivo de ordem comercial ou tarifário. O Presidente norte-americano aproveitou a carta para fazer *fake news*: alegou na carta que os Estados Unidos eram deficitários na balança comercial com o Brasil, quando ocorre exatamente o oposto. E 11% das nossas exportações vão para os Estados Unidos. Nós aprovamos aqui em 48 horas, com a participação de todos os Senadores desta Comissão, sobretudo da Senadora Tereza Cristina, que foi a Relatora, a Lei da Reciprocidade. O Governo pode usar ou não usar a Lei da Reciprocidade, mas o que há de diferente é que agora nós temos uma legislação a suprir o vácuo existente até então. (*Pausa.*)

Nós vamos passar à ordem do dia.

Comunico também aos Srs. Senadores que deverei presidir a Comissão que vai avaliar a Medida Provisória 1.303, com a maior boa vontade possível, querendo, evidentemente, ajudar. O Relator deverá ser o Deputado Zarattini. E nós esperamos, num curtíssimo espaço de tempo, esgotando o debate, verdadeiramente apreciar e aprovar essa medida provisória. Ela não trata do IOF, ela é uma compensação ao IOF.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item primeiro da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 6139, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, para estabelecer o sistema brasileiro de crédito oficial à exportação.*

Autoria do Projeto: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar. (*Pausa.*)

A matéria está em discussão.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 150,000,000.00 (centro e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia - PRO-RODOVIAS.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Essa mensagem é da Presidência da República.

Originalmente, o Relator é o Senador Otto Alencar. Não estando presente, eu tenho a satisfação de designar, como relator *ad hoc*, o Senador Jaques Wagner.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Atendendo a um pedido do Senador Otto Alencar, que não está presente neste momento, eu vou passar à análise do relatório.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle pelo Senado Federal das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 2007, e alterações e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto 9.075, de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia da República Federativa do Brasil à referida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. O mutuário recebeu classificação A+ quanto à capacidade de pagamento.

A PGFN pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2023 (adimplência do ente), o cumprimento substancial das condições especiais de efetividade do contrato de empréstimo, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI 4.797, de 2024, aprovado em 27/12/2024, complementado pelo Parecer 978, de 2025, aprovado em 26/03/2025. Nos referidos pareceres constam (a) a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; (b) a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e (c) as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

O mencionado Parecer 4.797, de 2024, concluiu no seguinte sentido:

> 56. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, o ente cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.
> 57. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do art. 21 da Resolução deste Senador nº 43, de 2001, e no §4º do art. 10 da Resolução também deste Senado nº 48, de 2007.
> 58. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da Resolução do Senado Federal 48, de 2007, entende-se que o ente cumpre os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União.
> 59. Considerando o disposto na Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 500, de 2023, o prazo de validade da presente verificação de limites e condições para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 dias, contados a partir de 27/12/2024, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da Resolução deste Senado nº 43, de 2001, resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%.

A Secretaria do Tesouro Nacional informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo (SCE-Crédito), sob o código TB159375.

Cabe ainda enfatizar que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo, cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Estado da Bahia.

O voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas deste Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte...

Aí segue o projeto de resolução, que eu vou me abster de ler; está disponível para todos os colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner, eu queria um favor adicional. Nós temos dois outros projetos de empréstimos do Estado da Bahia. Eu consulto V. Exa. se V. Exa. se digna ser designado para proferir esses pareceres.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu é que lhe agradeço pela designação, e, evidentemente, sendo o estado onde eu vivo, é motivo de alegria, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque um deles está voltado especificamente para projetos na área de agricultura familiar e outro também para a parte de rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É a Mensagem nº 32, de 2005...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) –

EXTRAPAUTA

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (fase II), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação

E a Mensagem nº 33, que, igualmente, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

US$200 milhões, de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia – Bahia Sustentável, de conformidade com a inclusa exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado da Fazenda.

Essas mensagens são de autoria da Presidência da República.

Eu, igualmente, concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para proferir relatórios a essas matérias.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan, mais uma vez.

Eu passo à leitura da Mensagem 32 – passo à análise, direto.

O art. 52, inciso V, da nossa Constituição, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções do Senado Federal nº 40, de 2001, nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Neste sentido, de acordo com a citada Exposição de Motivos nº 42, de 2025, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito pretendida, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos, salientando inclusive que o Estado da Bahia recebeu classificação “A+” quanto a sua capacidade de pagamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos nº 42, de 2025, a PGFN pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação das comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo a este Senado Federal para fim de autorização de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2023 (adimplência do ente), o cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

De acordo com o anexo técnico da minuta do contrato de empréstimo, constante dos autos, o objetivo do projeto consiste em "aumentar o acesso ao mercado e a produtividade agrícola e desenvolver a resiliência dos agricultores familiares aos choques climáticos, ao mesmo tempo em que expande o acesso a serviços de água resilientes em áreas rurais selecionadas".

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, concluímos não haver motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

O voto, portanto, é: diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 32, de 2025, nos termos do projeto de resolução que segue, e eu me abstenho, Sr. Presidente, caso o senhor concorde, de ler o projeto de resolução.

Se V. Exa. me autoriza, eu vou para o outro empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia – Bahia Sustentável, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Aqui é a Mensagem nº 33, e eu parto também para a análise.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, informou que o mutuário recebeu classificação “A+” quanto à capacidade de pagamento.

A PGFN pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2023 (adimplência do ente), bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI nº 1880/2025/MF, de 30/05/2025 (Doc SEI nº 51061236). No referido parecer, constam: (a) a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; (b) a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e (c) as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

O mencionado parecer concluiu no sentido de ser possível a concessão desse empréstimo e conclui enfatizando que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo, cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Estado da Bahia.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas deste Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução que segue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a compreensão de V. Exa., que, além de colocar os três em votação, se possível, colocar a urgência da matéria, porque aí eu tentarei votar na sessão de hoje ou de amanhã do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação, em bloco, das Mensagens 22, 32 e 33.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados pelo Senador Jaques Wagner.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, que passam a constituir os pareceres da Comissão, favoráveis às matérias, nos termos dos projetos de resolução do Senado que se apresentam.

A matéria vai ao Plenário.

Antes, porém, eu submeto à apreciação a proposta, que foi encaminhada pelo Senador Jaques Wagner, de urgência da matéria.

Os Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência para tramitação das mensagens da Presidência da República.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Muito obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O item 3 foi retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1558, DE 2022

- Não terminativo -

Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 10/6/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 10/6/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da senadora Augusta Brito.

4. 17/05/2025, foi apresentada a emenda nº 2, do senador Rogério Carvalho.

4. A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.)

Passamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2356, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira (PNEEF).

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda de sua autoria.

Observações:

1. Em 10/6/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Em 13/6/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da senadora Augusta Brito.

3. A matéria vai à CE, em decisão terminativa. (*Pausa.*)

Em função de uma circunstancial ausência da Professora Dorinha, nós passaremos ao item seguinte da pauta. Se for possível, voltaremos mais adiante para apreciar esse item 4.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 801, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

Autoria: Senador Giordano (MDB/SP)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-T e com duas emendas apresentadas, e contrário à Emenda nº 2-T.

Observações:

1. Em 26/03/2024, foram apresentadas as emendas nº 1 e 2-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria teve aprovado requerimento de adiamento de discussão até o dia 22/4/2025.

3. Em 11/6/2025, foi apresentado relatório reformulado.

3. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

A relatoria é da nossa querida Senadora Soraya Thronicke.

Eu tenho a satisfação... (*Pausa.*)

A Senadora Soraya está participando remotamente desta reunião da CAE.

Com muita satisfação, eu concedo a palavra a V. Exa., Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Bom dia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – É um prazer estar aqui, mesmo que remotamente, em mais uma reunião da CAE, sempre muito bem conduzida por V. Exa.

Aproveito para cumprimentar todos os servidores, todas as Senadoras e os Senadores e aqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado, via internet, enfim.

Antes de passar para a leitura do relatório, Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pelas palavras iniciais nessa reunião, acerca do tarifaço do Sr. Donald Trump.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência.*) – Realmente, não foi uma decisão técnica, porque a balança há dez anos é superavitária para os Estados Unidos. Foi uma decisão política, um tiro no pé, algo assim, deplorável. E eu chego a sentir pena é dos americanos, que enfrentam neste momento um Governo completamente desestruturado e perigoso até. Falo isso pelo carinho que eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos Estados Unidos, pelos americanos. Eu morei nos Estados Unidos, eu tenho uma irmã que mora lá há cerca de 18 anos, tenho cunhado, tenho dois sobrinhos, um casal de sobrinhos norte-americanos, muitos amigos. Então, dói a gente ver a situação que Trump pode destinar ao seu país.

Isso nos abre uma brecha muito boa e muito interessante para que possamos diversificar o destino das nossas exportações, vai simplesmente nos libertar do mercado norte-americano e vai fortalecer esses outros países entre si. Então, é um tiro no pé enorme, mas, para a gente, neste momento agora, em curto prazo, pode ser ruim, mas, em longo prazo, eu acredito que será de suma importância para a nossa economia.

Então, desejo tudo de bom para os Estados Unidos, mas nós, brasileiros, podemos fazer desse limão uma grande limonada. Nós podemos crescer muito, e nessa matéria aqui, desta Comissão, cuja Presidência é de V. Exa., eu acredito que possamos ajudar o país a melhorar cada vez mais na parte econômica.

Bom, Presidente, eu peço licença para passar diretamente para a análise, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Hum-hum.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Análise do projeto de lei.

Cabe à CAE, nos termos do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

O projeto de lei em análise está em conformidade com a Constituição Federal. A matéria tratada está dentro da competência do Congresso Nacional e não há qualquer exigência de iniciativa privativa do Poder Executivo. Deste modo, verifica-se que não há, violação a regras constitucionais de ordem formal.

Ademais, a escolha de um projeto de lei ordinária para tratar desta matéria é a mais adequada. Isso porque a Constituição Federal não exige que leis complementares regulem essa temática específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, a proposição está correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, edição de lei, é o adequado. Da mesma forma, a norma apresenta caráter de inovação no ordenamento jurídico, aplicando-se a todos de forma igualitária e sem distinções. Além disso, está em harmonia com os princípios que orientam o sistema jurídico brasileiro e possui o poder de gerar efeitos jurídicos concretos.

A técnica legislativa empregada no projeto está em consonância com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, não sendo necessária qualquer modificação nesse aspecto.

E, agora, no que concerne ao mérito, esta proposição, diga-se de passagem, muito pertinente do Senador Giordano, é oportuna e trata de enfrentar uma questão importantíssima para nosso país – a segurança alimentar – por meio do apoio à doação de alimentos. A proposta se alinha com políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional, fomentando a utilização racional de excedentes alimentares e combatendo o desperdício.

Embora o Brasil tenha uma produção agrícola robusta, a preços competitivos, o que permite alimentar cerca de 1 bilhão de pessoas aqui e no mundo, a insegurança alimentar ainda afeta milhões de brasileiros pela dificuldade de acesso, principalmente em função da renda. Para se ter uma ideia, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional detectou que, no começo de 2022, cerca de 33 milhões de brasileiros sofriam, em algum grau, a insegurança alimentar.

Neste sentido, podemos atestar que o projeto de lei vem estimular a doação de alimentos, o que, junto a outras políticas públicas de segurança alimentar, pode somar esforços para amenizar esse problema e trazer dignidade às pessoas. A proposição também reforça a segurança jurídica e a transparência dos doadores, prevendo cadastro e registro, bem como define de forma clara e equilibrada as responsabilidades dos diversos atores neste processo.

A previsão expressa de que somente poderão ser doados alimentos em conformidade com as normas sanitárias vigentes assegura a proteção da saúde pública e a qualidade dos produtos destinados ao consumo humano, preservando a dignidade dos beneficiários. A possibilidade de distribuição dos alimentos por entidades donatárias a outras instituições sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fins lucrativos, prevista no art. 5º, potencializa o alcance social das doações e a capilaridade das ações de combate à fome.

É importante mencionar também que, ao contemplar a doação de alimentos para animais, o projeto demonstra sensibilidade e abrangência, reconhecendo a importância crescente dessa temática no contexto social contemporâneo. A medida promove, assim, a solidariedade não apenas para com os seres humanos em situação de vulnerabilidade, mas também com os animais, integrando políticas públicas de bem-estar animal às iniciativas de responsabilidade social.

Ainda que o projeto seja no todo meritório, cabe uma ressalva importante. É necessário destacar que os arts. 7º, 8º e 9º da proposição, ao tratarem de incentivos fiscais, implicam renúncia de receita e, conforme o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação ou ampliação de despesas obrigatórias de caráter continuado deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro. A ausência dessa estimativa compromete a conformidade da proposição com a Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo acarretar desequilíbrios fiscais indesejados.

Adicionalmente, é importante registrar que a supressão dos artigos 7º, 8º e 9º, que tratam das deduções fiscais, decorre de um entendimento construído em diálogo com o Governo Federal e com o próprio autor da proposição. O objetivo comum foi viabilizar a tramitação e a aprovação do núcleo central da proposta, que trata da regulamentação das doações e do apoio institucional às entidades beneficiárias, sem comprometer a responsabilidade fiscal ou gerar obstáculos técnicos à iniciativa. Trata-se, portanto, de uma solução de consenso que preserva o mérito social do projeto, ao mesmo tempo em que respeita os limites orçamentários e fiscais vigentes.

Apesar da louvável intenção do autor em prever estímulos tributários à doação de alimentos e apoiar entidades de proteção animal, é imprescindível que qualquer renúncia fiscal seja acompanhada de análise de impacto, conforme determina a legislação vigente. A aprovação dos dispositivos mencionados sem essa análise poderia comprometer a responsabilidade fiscal do Estado, o que não é desejado num momento em que se busca equilibrar as contas para promover o crescimento do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a este PL foram oferecidas duas emendas. A Emenda 1-T é oportuna por inserir na proposição o transporte da doação de alimentos, como elemento logístico indispensável, e prever expressamente a figura do transportador, ampliando assim a segurança jurídica deste processo. Ao prever o cadastro também do transportador, facilita-se a fiscalização deste processo, dando condições de integridade. Também acerta ao permitir o acréscimo dos valores gastos com o transporte das doações no cômputo das deduções do Imposto de Renda.

Por sua vez, a Emenda 2-T também é bem-intencionada ao buscar ampliar o universo de deduções possíveis às empresas que doarem alimentos. Para além da dedução para empresas que apurem o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica pelo lucro real, a Emenda 2-T prevê que aquelas empresas que apuram pelo lucro presumido também poderiam doar.

Entretanto, em que pese a boa intenção exarada nesta segunda emenda, ela traz complicações adicionais a uma questão já delicada, neste momento em que o país se esforça por encontrar um balanço importante no ajuste fiscal para aumentar a credibilidade junto aos mercados e potenciais investidores. Dessa forma, consideramos que a Emenda 2-T ainda não estaria em condições de ser aprovada, e sua ideia poderia ser reapresentada posteriormente, de forma autônoma, para permitir melhor estudo pela área econômica, tal como os arts. 7º, 8º e 9º da proposição, permitindo a aprovação, neste momento, das questões já pacificadas.

Por fim, cabe mencionar que a ementa da proposição pode ser mais bem redigida inserindo-se a preposição “para consumo”, de modo evitar interpretações incorretas. Neste sentido se propõe que a ementa teria melhor redação da seguinte forma: “Dispõe sobre a doação de alimentos, para consumo humano ou animal, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos, bem como as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos".

O.k.. Eu deduzi que estaria errado, mas não, é esse o sentido mesmo.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 801, de 2024, de autoria do Senador Giordano, com as duas emendas que apresentamos a seguir, sendo uma delas de redação, bem como pela aprovação da Emenda 1-T e pela rejeição da Emenda 2-T.

Sr. Presidente, a Emenda 1T... Perdão aqui. Aprovação da Emenda 1T, que diz o seguinte: "Suprimam-se os arts. 7º, 8º e 9º do Projeto de Lei 801, de 2024, procedendo-se às renumerações necessárias e à adequação das remissões nos demais artigos, quando for o caso".

E a emenda de redação.

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 81, de 2024:

> Dispõe sobre a doação de alimentos para consumo humano ou animal, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos, bem como a doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade e a designação dessa importante relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos mais uma vez à Senadora Soraya Thronicke. Muito obrigado por sua participação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-T da CAE, 3 e 4 da CAE, e contrário à Emenda 2-T.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 7 da pauta. Nós vamos contar com a participação *online* do Senador Esperidião Amin.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 882, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, que institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Este projeto é de autoria do Senador Eduardo Gomes.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin, que apresentará o seu relatório.

Com a palavra V. Exa., Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Bom dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É uma alegria muito grande poder participar da reunião presidida por V. Exa..

Este projeto, Presidente, é um projeto singular, posto que tem um artigo só e o artigo é nevrálgico, ou seja, é um artigo essencial.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Sobre o que ele versa? Ele versa sobre a fixação do percentual de crédito... (*Falha no áudio.*)

... de exportação em 7,4% com possibilidade de diferenciação por bem. Atualmente, o percentual é definido pelo Poder Executivo, variando entre 0,1% e 3%.

O projeto de lei foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

O Reintegra foi concebido como um instrumento de política industrial e de comércio exterior. O senhor percebe que nós estamos entrando aí numa seara que está conturbada por tarifaço e muitos adjetivos que o acompanham.

O Reintegra foi concebido como instrumento de política industrial e de comércio exterior com o propósito de devolver aos exportadores os resíduos tributários não recuperáveis, promovendo a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Veja bem, isto no cenário de maio deste ano tinha uma dimensão. Hoje, eu confesso que exige muita prudência de nossa parte.

Estamos aqui na Comissão de Relações Exteriores, eu estou acompanhando a discussão com CNI, com CNA, Ministério de Relações Exteriores, Mdic, em face do tarifaço de 50% que entra em vigor a partir de agosto, de forma que eu tenho este relatório apresentado para uma circunstância diferente da que nós estamos vivendo.

Eu não vou unilateralmente retirá-lo de pauta, mas eu consulto V. Exa., como Presidente da Comissão, se não seria mais adequado nós tratarmos deste assunto depois do dia 1º de agosto, uma vez que nós poderemos, depois de 1º de agosto, ou estar vivendo um inferno, ou estar vivendo um purgatório e talvez até um limbo, ou seja, sem definição.

Eu creio que, com a prudência – em face da tormenta, que é quase que planetária, mas, no nosso caso, é uma tormenta que tem forte conteúdo político também –, recomendaria que nós deliberássemos sobre esse assunto em agosto próximo. Não é uma decisão minha; eu consulto V. Exa., com a sua experiência, se não seria recomendado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu acho pertinente a recomendação de V. Exa., Senador Esperidião Amin, e vamos transferir a apreciação dessa matéria para os primeiros dias de agosto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Repito, não é uma fuga nem é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem razão, absoluta razão!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É uma prudência que eu acho mínima, elementar, ante de um cenário muito mais conturbado do que quando o projeto foi apresentado e quando eu...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... tive a oportunidade de relatar e informar ao autor, nosso querido Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mais uma vez o cumprimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Fico satisfeito com a sua recepção. Fico satisfeito, porque convergir com V. Exa. é sinal de inteligência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, amigo, um grande abraço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Um grande abraço. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Submeto à deliberação do Plenário da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª, 13ª e 14ª Reuniões, realizadas em 17/06, 1º/07, 08/07, todas de 2025, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e o Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Está encerrada a presente reunião.

Mais uma vez, muito obrigado pela participação de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Beto Faro, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Alan Rick, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 143, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 708, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Requerimento de 99/2025, para a realização de audiência pública para a instrução do projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2198, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) para instituir mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Emenda nº 1. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 250, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a política de inserção profissional, habilitação e reabilitação de trabalhadores pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o Requerimento de 98/2025, para a realização de audiência pública para a instrução do projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2735, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), para permitir que as pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos atuem como proponentes de projetos esportivos." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, na forma de subemenda, com três emendas apresentadas; e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Mensagem (SF) n° 66, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 64,000,000.00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana BA." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 99, de 2025** que: "Requer Audiência Pública" **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 98, de 2025** que: "Requer realização de audiência pública para debater o PL 250/2020" **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental – bom dia a todos –, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 25ª à 27ª Reuniões, realizadas em 23, 24 e 30 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Soraya, bom dia.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que amanhã, quarta-feira, esta Comissão realizará audiência pública para instruir o PRS 8/2025, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000".

Antes de começarmos a ordem do dia, eu queria combinar com os Srs. Senadores e com as Sras. Senadoras sobre a necessidade de nós realizarmos a eleição para a Vice-Presidência desta Comissão.

Foi apresentada à Mesa, até o presente momento, a candidatura do Senador Laércio Oliveira para Vice-Presidente.

Eu indago aos Senadores e às Senadoras se poderemos fazer essa eleição por aclamação, em homenagem ao Senador Laércio.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela... Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tranquilo, sem nenhum problema quanto ao Senador Laércio, mas ele precisa fazer uma boca de urna aqui, né? (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Nem um jantar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, ou pelo menos um jantar. Exatamente, exatamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Um jantar, um almoço, alguma coisa assim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A minha colocação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – ... é mais espiritual e filosófica do que a do Senador Mecias. Ao contrário do seu homônimo, pensava mais em coisas celestiais. Ele pensa mais em coisas do estômago, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele está fazendo aqui um raciocínio fisiológico. O meu raciocínio é filosófico.

Eu gostaria que, antes de depositarmos os nossos votos conscientes, fizéssemos um breve exame cadastral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sei... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, neste rápido exame cadastral, nós percebemos que o Senador Laércio preenche todos os requisitos. E não foi por outra razão que até o Senador Otto Alencar veio nos visitar. Além de todas, de todas... Eu estou falando sobre o cadastro do Senador Laércio e V. Exa. veio para transbordar o copo. Ou seja, se o cadastro já era bom, o fato de o senhor se abalar com essa roupa domingueira – isso é uma roupa domingueira, né? – para vir a nossa Comissão esgota o assunto, e ele preenche também os dados cadastrais para ser o Vice-Presidente. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, queria fazer um pedido a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – O Senador Jorge Seif é o autor de um projeto de que eu sou Relator e que está na pauta, o item 5. Ele tem um compromisso agora na embaixada. Se puder inverter o item 5 – eu já conversei aqui com o Senador Mecias, que é quem tem o primeiro, o segundo e o terceiro, para inverter –, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não havendo objeção, vamos, por aclamação, eleger o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente desta Comissão. (*Palmas.*)

Laércio, é uma honra muito grande tê-lo como Vice-Presidente desta importante Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos fazer a inversão proposta, não havendo objeção da Comissão.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2735, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), para permitir que as pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos atuem como proponentes de projetos esportivos.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CEsp, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Izalci Lucas para apresentar o seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Eu peço a V. Exa. para ir direto à análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

O PL nº 2.735, de 2024, vem ao exame da CAE para que esta opine sobre seus aspectos econômico e financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto de lei em análise busca integrar pessoas jurídicas de direito privado com fins econômicos no fomento das atividades desportivas no Brasil. Em vez de limitar a participação da iniciativa privada no apoio ao esporte, é dever do Estado incentivar que esses empreendedores também possam ser agentes relevantes em uma área que tantos benefícios gera para a coletividade.

Cumpre destacar, inicialmente, que o projeto de lei de autoria do Senador Jorge Seif não apresenta vício formal que impeça o prosseguimento da análise da matéria por esta Comissão. É competência concorrente da União legislar sobre os temas de direito tributário e esporte, conforme o contido no art. 24, incisos I e IX, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria com reserva de iniciativa ao Presidente da República (arts. 48, 61, §1º, e 84 da Constituição Federal). Da mesma forma, o projeto obedece à boa técnica legislativa e foram cumpridos, durante a tramitação, os ditames regimentais.

Passemos, portanto, à análise do mérito da proposição. O PL, em resumo, acrescenta as pessoas jurídicas privadas com fins econômicos ao rol de proponentes de projetos que podem captar recursos passíveis de dedução de impostos, conforme o enquadramento da Lei nº 11.438, de 2006, também conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte.

Ao permitir que projetos desportivos e paradesportivos sejam propostos por empresas, espera-se o impulsionamento de iniciativas potencialmente inovadoras no setor, atingindo um público maior, criando mais oportunidades para o desenvolvimento de talentos esportivos e gerando mais benefícios para as comunidades envolvidas.

Com o aumento da diversidade de proponentes, amplia-se a possibilidade de projetos com mais variedade e inclusão, os quais atendam a diferentes faixas etárias, níveis de habilidade e condições socioeconômicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os benefícios proporcionados pelo esporte ao indivíduo, à família e à sociedade são amplamente conhecidos. As atividades esportivas levam, comprovadamente, a reduções significativas nos níveis de obesidade e doenças cardiovasculares, bem como nas condições de saúde mental, como ansiedade e depressão, que tanto afligem o mundo atual, em particular a juventude, imersa em seus *smartphones* e redes sociais. Ademais, o esporte fortalece vínculos entre comunidades, famílias e indivíduos, sendo a política pública para o desporto reconhecida como importante aliada das políticas de educação, segurança e saúde.

Para afastar possíveis conflitos de interesse e cumprir os objetivos sociais da atividade desportiva, é necessário que as diretrizes da Lei de Incentivo ao Esporte sejam cumpridas. Tais diretrizes definem prioridade para "os projetos desportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social" (art. 2º, §1º) e vedam "a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais" (art. 2º, §2º).

Para isso, o PL 2.735, de 2024, define uma série de salvaguardas adicionais específicas para prevenir conflitos de interesse, garantindo confiabilidade e transparência, além de submeter os projetos desportivos aos regulamentos e aos limites de captação definidos pelo Ministério do Esporte.

Trata-se de inovação fundamental e necessária à Lei de Incentivo ao Esporte, que vai ao encontro de estudo publicado pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Em documento de avaliação recente, o órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento apontou a importância do fortalecimento dos mecanismos de gestão e controle relativos à Lei 11.438, de 2006.

Assim, somos favoráveis à matéria. Por oportuno, apresentamos uma emenda para a compatibilização do projeto com a redação atual da Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006, bem como uma emenda para assegurar que eventual ampliação de renúncia fiscal decorrente da inovação legislativa esteja compatível com o arcabouço normativo vigente.

O voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.735, de 2024, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao inciso V do *caput* do art. 3º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 2735, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 3º.....

.....

V - proponente: a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado com ou sem fins econômicos, de natureza esportiva, bem como as instituições de ensino fundamental, médio e superior, que tenham projeto aprovado nos termos desta Lei." (NR)

EMENDA Nº - CAE

Dê-se nova redação ao art. 2º e acrescente-se art. 3º ao Projeto de Lei nº 2735, de 2024, nos termos a seguir:

"Art. 2º O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à renúncia.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais previstos nesta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput* deste artigo, inclusive com a demonstração, pelo Poder Executivo federal, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos em 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao de sua publicação." (NR)

Esse é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu quero pedir vistas do texto em função de não estar claro qual vai ser o impacto orçamentário e como vai ser feita a compensação.

Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Primeiramente, quero agradecer ao senhor pela gentileza e agradecer também ao Senador Mecias.

Na verdade, Sr. Presidente, a Lei de Incentivo ao Esporte, que foi aprovada há praticamente duas décadas, foi um marco importante, mas chegou a hora de modernizá-la, né? Hoje, apenas entidades públicas ou sem fins lucrativos podem propor projetos esportivos. E, diferentemente do que meu querido colega Rogério pensa, não vai ter impacto nenhum, porque simplesmente nós estamos abrindo para a iniciativa privada também investir em esportes no nosso país, né? Então, empresas com fins econômicos podem propor e ajudar a que o esporte se desenvolva em nosso país.

Com essas mudanças, Sr. Presidente – novos investimentos, empregos e oportunidades nos esportes, especialmente em regiões que têm poucas alternativas de inclusão social –, há esperança para os jovens que mais necessitam.

Quero também destacar e agradecer o trabalho do excelente Relator Izalci Lucas, meu amigo, que aprimorou o texto, com responsabilidade fiscal, segurança jurídica, e garantiu que o incentivo seja usado de forma ética, eficaz e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, este é um projeto que une o setor público e privado em torno de uma causa nobre: fazer do esporte um instrumento de desenvolvimento humano e nacional.

Agradeço a V. Exa., agradeço ao Relator e agradeço a todos os colegas pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, como eu fui citado, rapidinho, só para não deixar dúvidas a...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... quem nos assiste.

Na verdade, nós estamos abrindo a possibilidade de que empresas que poderiam, do seu próprio recurso, fazer investimento no esporte... É livre para qualquer empresa fazer esse investimento. A questão é que se está abrindo a possibilidade de essas empresas se beneficiarem do incentivo, não é? E esse incentivo é para alguns setores específicos.

Todos os incentivos geralmente são operados por empresas sem fins lucrativos. Então, a gente está abrindo o precedente para todas, no futuro, de outros projetos, outras iniciativas para empresas com fins lucrativos gerenciarem e lançarem mão de projetos dessa natureza.

Não acho que... Do ponto de vista do mérito, é interessante; do ponto de vista fiscal – e a gente está o tempo todo discutindo aqui como fazer equilíbrio, como reduzir despesa, como botar despesa –, a gente abre mais uma brecha fiscal, o que é contraditório, do ponto de vista da construção política que ocorre aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Soraya Thronicke, com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Bom dia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ao novo eleito Vice-Presidente Laércio e a todos que nos assistem, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho duas perguntas. Primeiro, Seif, eu adorei a proposta, mas veio agora a minha mente: é proibido? É proibido o investimento de empresas privadas? Segundo, o patrocínio de um clube de futebol, por exemplo, não seria já um investimento? Também não sei se há uma diferença.

Agora, se for o caso desse patrocínio, desse investimento no esporte, que é necessário... Eu estou vendo... O futebol no Mato Grosso do Sul, realmente está uma lástima por falta de investimento. Eu tenho até indicado emendas para poder ajudar, mas o que me... Eu não sei se o texto... E aí eu pergunto para o Senador Izalci se há previsão de incentivo fiscal e se há desconto ou uma compensação no Imposto de Renda ou em qualquer tributo que a empresa deve pagar.

Eu fiquei na dúvida quanto a esses pontos.

Obrigada, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só para ressaltar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci, Relator da matéria, com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Exatamente para cumprir essa exigência, eu fiz uma emenda ao art. 2º: " Art. 2º O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101[...] (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes [...]".

Na prática, esses projetos são encaminhados ao ministério para aprovação, que evidentemente aprova dentro do seu orçamento já inclusive previsto na lei orçamentária. Então, não há nenhuma extrapolação daquilo que está na Lei de Responsabilidade Fiscal e muito menos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, essa redação foi exatamente para isto: para proteger e para não extrapolar o incentivo daquilo que está previsto no orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Defiro o pedido de vista na forma do...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vista coletiva pedida pelo Senador Mecias de Jesus.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É muito comum, Presidente, aqui na vista coletiva determinar assim: 24 horas, um dia, uma semana. Se V. Exa. puder marcar uma data, porque...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Marcarei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... senão fica eternamente de vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Marcarei. Marcarei, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como houve uma inversão, nós vamos retomar por um item extrapauta, em homenagem ao Estado da Bahia.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana BA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta.

O seu relatório é favorável ao projeto nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Uma honra grande, Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Feira de Santana é a segunda maior cidade da Bahia, só perde para Salvador; ela é chamada Princesa do Sertão. Hoje, tem a responsabilidade de governá-la o ex-Deputado Federal pela Bahia e hoje Prefeito José Ronaldo de Carvalho.

Este projeto passou pela Secretaria do Tesouro Nacional. O município tem toda a capacidade de tomar esses recursos para investimentos numa área muito importante, que é a área de saneamento e dragagem no Município de Feira de Santana. E isso veio com a Mensagem 66, de 2025, da Presidência da República.

Pergunto a V. Exa. se posso passar à análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E agradeço.

Análise.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto 9.075, do ano de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao município, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia pela Presidência da República.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se pronunciou também favoravelmente pela legalidade contratual e pela regularidade na apresentação do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como pela concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF 500, de 2 de junho de 2023 (adimplência do ente)...

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI 3098/2025/MF, aprovado em 02/09/2025. No referido parecer, constam a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

Cabe ainda enfatizar que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei Municipal nº 4.248, de 16/12/2024, alterada pela Lei nº 4.291, de 13/05/2025, autorizou o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as quotas e receitas próprias das quais é titular, nos termos do §4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros e informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, as contragarantias oferecidas pelo ente foram consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância.

Portanto, Sr. Presidente, o voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2025
> Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Feira de Santana, Estado da Bahia [...]
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Feira de Santana, Estado da Bahia, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.
> Parágrafo único. Os recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana – Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Município de Feira de Santana (BA);

II - Credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA;

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor da operação: US$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - Valor da contrapartida: US$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – Juros e atualização monetária: SOFR (Secured Overnight Financing Rate) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;

VII – Destinação: Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana – Bahia;

VIII – Liberações previstas: US$ 14.903.180,00 (catorze milhões, novecentos e três mil, cento e oitenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US$ 14.375.980,00 (catorze milhões, trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US$ 15.806.780,00 (quinze milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2027, US$ 13.073.780,00 (treze milhões, setenta e três mil, setecentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2028, US$ 5.840.280,00 (cinco milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;

IX – Aportes estimados de contrapartida: US$ 5.287.350,00 (cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US$ 5.981.650,00 (cinco milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US$ 2.731.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027, US$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) em 2028, US$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;

X - Prazo total: até 240 (duzentos e quarenta) meses;

XI - Prazo de carência: até 66 (sessenta e seis) meses;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XII - Prazo de amortização: 174 (cento e setenta e quatro) meses;
XIII - Periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: Semestral;
XIV - Sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;
XV - Lei autorizadora: Lei Autorizativa nº 4.248, de 16/12/2024, alterada pela Lei nº 4.291, de 13/05/2025;
XVI - Demais encargos e comissões: Comissão de Compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos porcento ao ano) sobre o saldo não desembolsado; Comissão de Administração: até 0,80% (oitenta centésimos porcento) sobre o total dos recursos do Financiamento; Juros de mora: 2,00% a.a. (dois por cento ao ano) sobre o saldo devedor diário, apurados a partir da data na qual deveria ter sido paga a obrigação correspondente (prestações de amortização, juros ou comissão de compromisso) e até a data do pagamento.
§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.
§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras [...].
Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Feira de Santana (BA) na operação de crédito [...].
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada:
I – ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo referida nesta Resolução;
II – à comprovação, junto ao Ministério da Fazenda, da regularidade do Ente com relação ao pagamento de precatórios;
III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Feira de Santana (BA) e a União, sob a forma de vinculação das receitas tributárias previstas nos arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas a, b, d, e e f do inciso I, e o inciso II do *caput* do art. 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, o Município de Feira de Santana é o município que tem hoje a segunda maior população da Bahia, com uma capacidade total de pagamento desse empréstimo. Além disso, é a segunda cidade com maior industrialização do nosso estado, com um parque industrial já bem avançado, com várias indústrias, empresas, e tem um Prefeito que tem muita responsabilidade nas suas decisões e também na sua gestão. É, por sinal, já, pela terceira vez, Prefeito do Município de Feira de Santana.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal apresentado.

A matéria vai a Plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., com a anuência dos nossos colegas, nesse requerimento de urgência, que essa matéria pudesse ser apreciada ainda hoje no Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência proposta pelo Senador Otto.

Voltamos ao item primeiro da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1. Em 30/09/2025, foi concedida vista coletiva para a matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto.

O Relator é o nosso querido Senador Mecias de Jesus.

Uma vez que o relatório já foi lido, eu consulto o Senador Mecias de Jesus se gostaria – e será uma satisfação muito grande – de fazer uso da palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Renan, eu agradeço a V. Exa. mais uma vez pela deferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Quero dizer que essa matéria é uma matéria importantíssima.

O INPI faz um trabalho totalmente essencial para o Brasil, e isso não vai implicar, como já dito no relatório, na Lei de Responsabilidade. Pelo contrário: vai ajudar.

O INPI tem receita própria, e nós acreditamos que colocar o INPI nessas condições de não ter o seu orçamento contingenciado é, sem dúvida nenhuma, algo que vai fazer com que o INPI prospere muito mais e possa fortalecer ainda os laços e a capacidade de trabalho que eles têm.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu não vou... Obviamente que nós não vamos ter uma manifestação contrária nem... Na verdade, a gente chama a atenção de que o contingenciamento e o descontingenciamento de despesas são instrumentos que o Executivo tem para controlar despesas em momentos de restrição orçamentária, de questões fiscais... Então, tirar da possibilidade de contingenciar determinada despesa discricionária não é algo que, com certeza, vai prosperar, até porque o Governo deve vetar esta matéria, em função da natureza dela.

Da mesma forma que tem o INPI, que tem contingenciamento, as agências têm contingenciamento, as outras instituições da administração direta têm contingenciamento. Então, eu acho que...

Não sou contra manter descontingenciado. Aliás, defendo que nenhuma seja contingenciada, mas a necessidade se impõe, e, aí, neste momento, é fundamental que o Governo possa ter essa possibilidade de fazer ou não contingenciamento.

Mas vamos votar, e cada um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... obviamente, vai votar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... compreendendo o que é que significa essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Amin e em seguida (*Fora do microfone.*) Senador Izalci.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero dizer que esse assunto não é singular. (*Fora do microfone.*) Eu não consegui vislumbrar uma excepcionalidade de um órgão público ficar livre dessa contingência desagradável do contingenciamento, ou seja, da restrição de execução do seu orçamento.

E, já que o nosso Senador Rogério Carvalho falou, uma das crises que nós estamos vivendo hoje é a crise do contingenciamento e, mais do que isso, da asfixia das agências reguladoras. É público e notório que a ANP declarou que não tem recurso para fazer a fiscalização de postos de gasolina, onde o metanol causa menos problemas do que está causando em outros líquidos que são servidos pelo Brasil afora, mas, quer dizer, essa confissão, todos nós já abordamos isso na Comissão de Serviços de Infraestrutura, à qual estão vinculadas boa parte, a maioria, quase todas as agências – há agências que estão vinculadas a outros setores.

Então, é uma crise que já ensejou a realização de uma audiência pública, só que eu não posso votar contra, mas, se isso pegar, se – vamos usar uma expressão popular – essa moda pega, eu quero apresentar uma generalizada, e para outros ministérios, e para outras atividades, seja no campo social, econômico, tecnológico, que nós estamos vivenciando.

Eu não estou condenando o projeto. Eu estou dizendo que seria não um precedente, seria a abertura de uma torneira, para não dizer uma cachoeira. Se nós passarmos a legislar sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isto, todos vão levantar o braço e dizer: "Eu também quero", porque todos têm os seus méritos e as suas finalidades.

Então, eu gostaria apenas de fazer essa reflexão, repito, não para censurar o projeto, mas para dizer que um órgão ficar livre disso é ligar um sinal de alerta em termos de política fiscal do exercício de contingenciamento, que é inerente ao Executivo. Essa função é de responsabilidade... Nós cobramos do executivo o quê? Que haja uma política fiscal que evite um déficit, o que leva à inflação e a toda a desgraça subsequente. Se nós passarmos a retirar, sistemática e aleatoriamente ou segundo uma ordem de decisão política do Parlamentar, o poder de contingenciar, nós não estaremos... Nem quero perguntar a opinião do Senador Oriovisto, por exemplo, que tem nos catequizado nisso aí. Ele é o José de Anchieta deste livro, da gramática guarani. (*Risos.*)

Mas é uma verdade, e a Comissão de Assuntos Econômicos tem essa responsabilidade.

Então, eu deixaria essa reflexão, com todo o respeito à iniciativa. E não é que esteja concordando com o Senador Rogério Carvalho, não, mas eu acho que nós deveríamos tomar decisões tais sob um certo parâmetro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Não tenho nenhum incômodo de você concordar comigo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sei que V. Exa. inclusive vai escrever no seu *curriculum vitae* a concordância, e eu também vou colocar.

Mas eu só faço essa colocação com este sentido de uma visão um pouco mais aberta, que nos permita observar o conjunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Oriovisto foi citado, devidamente... Com a palavra.

Em seguida, Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Art. 14. (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Para aproveitar as inspiradas palavras do Senador Amin, queria dizer o seguinte, Amin: existe uma faixa onde a magia se confunde com a economia, e as pessoas tentam resolver tudo como se fosse possível. Eu estou cansado de ver projetos cheios de boas intenções que são aprovados, porque a intenção realmente é extremamente meritória, mas não há o correspondente recurso.

Aliás, numa análise, Sr. Presidente, que eu fiz da nossa pauta hoje, se forem aprovados todos os projetos que aqui estão, nós vamos ter de R$6 bilhões a R$7 bilhões a mais de despesa para o Governo Federal, sob a justificativa até angelical de que é só ele colocar no Orçamento. Colocando no Orçamento, opera-se a magia e esquece-se da economia.

É duro trabalhar com recursos escassos. É uma delícia viver no mundo da magia – magia, por sinal, de que o próprio Governo também gosta de viver quando quer ter uma dívida infinita, que possa dever tanto quanto queira, né? Mas, enfim, não dá para viver de magia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Marcos Pereira, que foi, inclusive, Ministro da Indústria e Comércio. Eu, que lido bastante na área de ciência e tecnologia, consegui aprovar um projeto como esse, proibindo o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em que hoje nós temos 20 bilhões, o que é muito pouco ainda, para investimentos, sem contingenciamento de ciência e tecnologia.

O INPI, na realidade – isso talvez tenha sido um erro nosso lá atrás, quando aprovamos o marco regulatório –, o INPI ficou para trás, mas hoje, no Brasil, você leva em média de sete a dez anos para registrar uma patente. O Governo mesmo – por isso é que eu não estou entendendo aqui –, o Governo Federal mesmo tem um projeto para reduzir para dois anos isso, porque realmente os investimentos em ciência e tecnologia... Quando se fala em impacto aqui, abrir mão de renúncia fiscal, para cada R$1 investido em ciência e tecnologia, você tem um retorno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de R$6, R$7. Agora, não é do dia para a noite. Então, as pessoas têm que entender que nós temos que trabalhar no investimento de médio e longo prazo. Agora, se a gente não conseguir realmente fazer o que esse projeto propõe, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Hoje nós somos, sei lá, o 13º país em artigo científico e provavelmente um dos últimos – de 180, cento e poucos – em termos de registro de patente. Se você pega a China, pega qualquer país desenvolvido, Estados Unidos, e vê o tamanho, a quantidade de patentes que eles têm... E o Brasil não consegue fazer isso. Então as pessoas hoje registram lá fora, não registram mais aqui. E aí o recurso vai tudo lá para fora.

Então, eu insisto aqui... Eu sei que nós temos um problema orçamentário, mas é um projeto muito meritório que merece realmente a nossa aprovação.

Eu acho que essa área do INPI é fundamental para a gente resgatar a questão de ciência e tecnologia, Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mecias de Jesus.

Em seguida, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para informar aqui aos colegas que este projeto não é uma exceção. O Congresso já fez isso antes. Então, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico, o FNDCT, teve uma lei, a Lei Complementar 177, de autoria do Senador Izalci, que o tirou desse contingenciamento. Por quê? Porque é um órgão importante.

Não é diferente o INPI. O INPI, Sr. Presidente, analisa 500 mil pedidos de marcas por ano de empreendedores nacionais e 25 mil patentes ao ano. O orçamento do INPI é insignificante: R$390 milhões. Mas, se continuarmos como está, vai ficar igual à ANP, precisando de petróleo para poder sair, de gasolina para poder sair para fazer um trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Governo tivesse um compromisso de não mexer principalmente nessas autarquias importantes para o desenvolvimento econômico e social do país, seria fundamental.

O INPI, como já disse, Presidente, não é um órgão comum. É uma autarquia com natureza autossustentável, na qual maior investimento gera retorno direto em arrecadação, com superávit de até 65%. Ao contrário do que dizem, que ele vai fragilizar a LRF, a medida fortalece as contas públicas, ampliando os recursos líquidos ao Tesouro Nacional. Essa é a realidade.

Então, é um projeto que veio da Câmara, aprovado, foi aprovado em Comissão do Senado, ainda vai ao Plenário desta Casa, e eu creio ser fundamental que todos nós pudéssemos zelar pelo INPI, porque ele faz trabalho extraordinário para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Sérgio Petecão, com a palavra V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente Renan, ouvindo aqui atentamente ao debate, ouvi o nosso colega Oriovisto falando que, se todos os projetos que estão aqui nesta Comissão forem votados, estima-se em torno de 6 a 7 bilhões de despesa para o Governo. E eu vi aqui pela imprensa agora que esta Comissão Mista que analisa a Medida Provisória 1.303 trata sobre a tributação das *bets*. E aqui a Comissão acena com a possibilidade... O Governo está querendo tributar as *bets*, e a Comissão acena com a possibilidade de diminuir a tributação das *bets*. Ave Maria! Isso não existe.

Nós já tivemos um debate aqui nesta Comissão, aqui nesta Casa, aqui no Senado, do mal que essas *bets* têm feito ao nosso país. Então, eu acho que nós temos que fazer uma frente para enfrentamento, porque isso é muito ruim. E aqui eles acenam com uma possibilidade: se aumentar a tributação, eles vão embora. Então é melhor que vão embora, né?

Hoje o país passa por uma situação difícil, e, se tivermos que anistiar tributos de *bets*, aí é o fim.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, só para complementar a fala.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mecias, com a palavra V. Exa.; e Senadora Soraya, na sequência.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Só para complementar a fala do Senador Petecão, há dez dias votamos no Plenário da Casa um PLP que deu mais R$10 bilhões ao Governo. E a Medida Provisória nº 1.303 dá R$10 bilhões este ano e mais R$20 bilhões no próximo ano.

O Governo não fala disso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O senhor é a favor de anistiar a tributação das *bets*?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não; não, pelo contrário. Não estou falando isso, só estou dizendo que estamos falando de R$30 bilhões, e o Governo se preocupa em contingenciar R$390 milhões. Isso é um contrassenso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só lembrar, antes de conceder a palavra à Senadora Soraya Thronicke, que esta Comissão de Assuntos Econômicos, no seu planejamento estratégico, priorizou a aprovação, na época, do PL nº 847, do Senador Jaques Wagner, que autorizou o uso das sobras anuais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para concessão de empréstimos, mesmo fora dos limites estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal.

Esse projeto, também, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e hoje é a Lei nº 15.184, de 2025, o que possibilitou um volume de mais de R$20 bilhões só de sobras desse fundo.

Senadora Soraya, com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Senador Mecias, o que eu não entendi... Os colegas disseram que se aprovarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos esses projetos hoje, teremos cerca de R$6 bilhões a R$7 bilhões de despesas que serão, que deverão ser suportadas pela União.

Gostaria de saber, exatamente, sobre este PLP – exatamente este –, qual é o impacto dele? Se o senhor puder me esclarecer?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Ele não gera nenhum impacto. Ele tem um orçamento de R$390 milhões e ele é autossuficiente em arrecadação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – A arrecadação vai para o tesouro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Porque a arrecadação dele vai para o Tesouro, e quanto mais recursos ele tiver, para poder trabalhar – esses recursos dele vão diretamente para o Tesouro –, vai ser muito superior ao que ele tem de orçamento, que é o que a União dá para ele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E tem autonomia para gasto desse recurso? Tem também a autonomia?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim, ele tem autonomia, mas o que ele arrecada vai direto para o Tesouro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E aí vai para o Tesouro, que arrecada sempre. A mudança é...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A mudança é só o Governo não poder contingenciar os R$390 milhões dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k.

Obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Posso só esboçar aqui só um pouquinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, o INPI hoje é autossuficiente. Ele arrecada muito mais do que a despesa dele. Só que essa arrecadação vai para o Tesouro e fica no déficit primário. E aí, na hora de investir, não tem investimento, porque o recurso está no Tesouro.

Então, o que se está colocando aqui é não contingenciar aquilo que se arrecada até o limite que é necessário aqui. Mas vai aumentar ainda mais a arrecadação e, consequentemente, vai mais dinheiro para o Tesouro.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente Renan, com sua permissão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio, com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – É só para colaborar com essa discussão aqui.

Eu apresentei dois projetos sobre a autonomia das agências reguladoras.

O que acontece com as agências reguladoras – e esse projeto que o Senador Mecias relata é muito pertinente – é um absurdo. Essas agências são autossuficientes, como já foi dito aqui pelo Senador Izalci.

Qual é o objetivo desse projeto que eu apresentei? A relatoria lá, inclusive, está com o Senador Marcos Rogério, nós fizemos uma audiência pública recentemente sobre isso. É permitir que os recursos arrecadados pelas agências reguladoras fiquem com as agências reguladoras, não venham para o cofre do Tesouro. Aí as agências acabam ficando na dependência dos repasses definidos em Orçamento, e a maioria desses recursos são contingenciados pelo Governo. Bastava deixar os recursos com as agências: elas seriam autossuficientes e prestariam um serviço excelente, Presidente, à sociedade brasileira. Agora, o Governo arrecada todo esse recurso e acaba contingenciando a sobrevivência das agências reguladoras.

É esse o propósito.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo...

Senador Rogério, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Só para ilustrar esse debate, o Senador Oriovisto falou em R$7 bilhões. Recebi a informação agora de que o item 2 gera um déficit anual de R$10 bilhões; o item 3, R$3 bilhões; e o item 5, R$1 bilhão. São R$14 bilhões de renúncia que o Executivo deixa, se for votado isso aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – Os itens são os mesmos, só que os seus números estão mais atualizados que os meus.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com relação ao item 2 citado, nós acabamos de receber um requerimento propondo a realização de audiência pública.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiro de agradecer o voto do Senador Rogério Carvalho, que entendeu a necessidade da matéria. E V. Exa. ficou quietinho, fique quieto agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Mas você não se esqueça de que ele disse que o Lula vai vetar. (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vai. Tudo bem. Se ele vetar, a gente derruba o veto. Ou então que o Governo mande um projeto para deixar que o INPI fique com os recursos que ele arrecadar, está ótimo. Isso seria maravilhoso. Nós estamos pedindo apenas para não... Mas o Senador já compreendeu.

Presidente, o que eu quero pedir a V. Exa. é requerer urgência para o projeto ir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu não vejo urgência nessa matéria. Eu queria encaminhar contra a votação de urgência dessa matéria. Eu não vejo urgência nessa matéria.

A gente acabou de discutir aqui que essa matéria abre um precedente com relação a outras áreas do Governo.

Nós aqui concordamos em deixar, ou seja, em aprovar, em votar, porque entendemos que é preciso discutir a relação dessas agências, desses institutos com a administração direta, uma vez que elas são geradoras de recursos e podem gerar recursos se não forem contingenciadas, mas isso requer uma discussão mais profunda do que simplesmente tirar do contingenciamento. Essa é a regra que vem vigorando há décadas. A gente precisa encontrar outra lógica de relacionamento do Executivo, da administração direta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... com esses órgãos da administração indireta, tema que foi levantado aqui pelo Senador Esperidião Amin, com que tenho total concordância. Este debate precisa ser feito, mas não...

Essa aqui é uma questão que... Ninguém é contra descontingenciar recursos de um órgão como o Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Ninguém é contra isso. Por isso, foi aprovado, mas sabendo que, dessa forma, o destino é o veto, porque a gente precisa discutir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso de uma forma mais ampla, mais sistêmica, para que não entre na competência do Executivo, que é o que nós estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Gostaria de complementar o meu raciocínio, para dizer o seguinte: eu acho, sim, que o Governo deveria tomar uma iniciativa complementando, por exemplo, a iniciativa que nós tivemos na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Ora, não tem cabimento você imobilizar um organismo que tem como finalidade fiscalizar a qualidade, entre outras coisas, do combustível que movimenta a economia. Tira o recurso, então, para que ter a agência?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem tem que tomar esta iniciativa é o Governo. "Olha, nós vamos adotar contingenciamentos por prioridade". Isso é do Executivo. Quando ele não toma nada e pega o dinheiro de todos, há uma insurreição na questão da ciência e tecnologia.

O Senador Izalci foi pioneiro nisso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu o acompanhei subsidiariamente, mas conscientemente como professor que fui e sou ao longo da minha vida profissional.

É uma barbaridade você usar o dinheiro que deve ser para ciência e tecnologia, para reduzir o nosso atraso, para pagar juros, que todos nós reconhecemos que são escorchantes, para usar uma palavra muito elegante do nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. se lembra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eles são escorchantes faz tempo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me dê só um...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – O Amin falou em juros. Eu estava lendo um artigo hoje do *Valor Econômico* que tenho de repartir com vocês. O Japão emite títulos para vencer em 30 anos – 30 anos – e paga juros de 3,293%. A França, que está com problemas seríssimos, com o Primeiro-Ministro pedindo as contas e tal, emite títulos de 30 anos, pagando juros de 4,399%. Os Estados Unidos, que têm uma dívida de cento e tantos por cento do PIB...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De US$35 trilhões.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... emitem títulos de 30 anos, pagando juros de 4,152%. Essas taxas são sempre anuais. O Brasil emite títulos de 30 anos e paga IPCA mais 7%. Os outros não têm IPCA, é aquele número e pronto. Com IPCA mais 7%, nós estamos falando em quanto, meu Deus? Estamos pagando 13%, 15%? O que há com o Brasil que acontece isso? Por que acontece isso? Esse é um debate que nós tínhamos que fazer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É. E vamos fazer. Não há nenhuma explicação razoável...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O debate tem de ser em cima do seu projeto, de que ele é Relator, do teto da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, os Estados Unidos estão parados, por quê? Porque furaram o teto. E eles devem, deviam US$35 trilhões, mas com essa taxa de juro mansa. Nós...

Permita-me só concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero lembrar que o atual Diretor do Banco Central, desafiado por mim, Ailton de Aquino, da Bahia, fez um levantamento sumário. O Brasil, desde o Plano Real, de 1994 até 2023, pagou, de *overprice* de taxa de juros – não é a taxa de juros do ocidente, incluindo a Turquia –, pagou mais de US$5 trilhões de *overprice* de juros. Então, nós estamos contentes com a agiotagem. E não vamos tomar um...

Voltando ao assunto, enquanto o Governo não tomar, Senador Rogério Carvalho, uma providência estruturante, dizendo: "Olha, nós vamos ter critérios para contingenciamento", nós vamos ter que apelar para o casuísmo.

E o caso do INPI. Concluo. Quem acompanha o Brasil industrial, o represamento de patentes, de reconhecimento de propriedade industrial, é um acinte contra a aplicação das pesquisas que nós mesmos desenvolvemos. Quer dizer, você desenvolve uma roda que gira mais rápido, e a solução não fica disponível porque o INPI não tem condições de operacionalização.

Então, pelo menos casuisticamente, nós estamos fazendo alguma coisa, como fizemos com o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico.

De forma que o meu voto é favorável e é favorável à urgência também.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente, só para justificar a urgência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... o Congresso ainda não votou a LDO, e, para que este projeto entre em vigor, precisa entrar na previsão da LDO, por isso a urgência para ir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação, portanto, a urgência proposta pelo Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se encontram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria que ficasse (*Fora do microfone.*) sem sequer um voto contrário, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está, portanto, aprovada a urgência proposta.

Eu queria só lembrar que amanhã nós teremos audiência pública para instruir o PRS 8/2025, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União. Participarão dessa audiência pública: o Sr. Bruno Moretti, que é Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República; o Sr. Manoel Pires, que é Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da FGV; o Sr. Felipe Salto, que foi Presidente da IFI e hoje é Economista-Chefe e sócio da Renascença; o Sr. Marcus Pestana, que é o atual Diretor-Executivo da IFI, e, por videoconferência, já confirmado, o Sr. José Roberto Afonso.

Portanto, amanhã é muito importante a presença e a participação de todos neste debate, porque eu concordo com o Senador Esperidião Amin: não há nenhuma explicação convincente, razoável mesmo, para que você tenha uma Selic pornográfica como esta Selic do Banco Central.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, este requerimento é de quem? Este requerimento é de quem?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Amanhã, às 10h30, nesta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, de quem que é o requerimento dessa audiência aí?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho, mas contou com a participação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não tem ninguém do Banco Central? Seria interessante colocar alguém do Banco Central aí, né? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, retiro. Se teve esse acordo aí...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vai vir o Secretário do Tesouro – é o nome que representará a Fazenda aqui na audiência pública.

Uma hora o Banco Central justifica a taxa de juros como pressão inflacionária, outra hora diz que a taxa de juros é em função do tarifaço. Até o emprego já serviu de pretexto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como estamos com a taxa de desemprego baixa, isso também é preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É inacreditável, realmente.

Item 2 da pauta. Para o item 2 da pauta há um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 99, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PL 708/2024, que altera a Lei 9.427, de 26 de dezembro, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Requerimento é da Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Senadora Augusta Brito pediu vista desse projeto. Ela teria que ter devolvido hoje, como está na pauta, de fato. Eu, a princípio, não me coloco contra a audiência pública, mas eu gostaria só que V. Exa. marcasse esta audiência pública o mais rápido possível, porque é preciso que a gente entenda por que o consumidor, que está correto, tem que pagar pelo erro da distribuidora e do Governo. Se tem perdas técnicas e perdas não técnicas, não são do consumidor, que está correto. Isso faz aumentar o preço da energia para as pessoas – as pessoas de bem, as pessoas comuns. E existem, inclusive, perdas não técnicas, cuja culpa é totalmente da distribuidora.

Ora, eu não posso ter uma distribuidora, cometer um erro e cobrar de quem está correto, para encobrir o meu erro.

Então eu gostaria que V. Exa., se puder, marcasse já a data da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

Em votação o requerimento da Senadora Augusta Brito, com a recomendação do Senador Mecias de Jesus.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu peço à Secretaria desta Comissão, que, por favor, agilize os procedimentos para realizarmos, o mais rapidamente possível, esta audiência pública. (*Pausa.*)

Item 4 da pauta, que também tem o...

Cadê o item? (*Pausa.*)

Item 4 da pauta.

Aqui é o requerimento, eu quero o item. (*Pausa.*)

O item 4 da pauta é um projeto que regulamenta a política pública de inserção profissional, habilitação e reabilitação de trabalhadores pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Este projeto é de autoria do Senador Romário e a relatoria é da nossa querida Professora Dorinha.

E há um requerimento do Senador Laércio Oliveira que propõe, para a instrução do projeto, a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 250/2020.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 98, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater o PL 250/2020

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Em discussão o requerimento do Senador Laércio. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação o requerimento que propõe a realização de audiência pública.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só comunicar a esta Comissão e ao Senado Federal que hoje nós suspendemos mais uma vez a realização da reunião da Comissão Mista criada para apreciar a Medida Provisória 1.303 para 15h30 – 15h30min.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, só uma curiosidade.

Tem sentido essa informação que eu vi na imprensa dessa discussão de não tributar as *bets*? Tem sentido isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não. Da minha parte, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, na medida provisória, exatamente, mas eu devo publicamente confessar que, até o presente momento, ninguém conversou comigo sobre essa possibilidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. permite, eu acho que o horário de 15h30 vai ser muito ruim para mim. Eu gostaria de participar, mas eu vou deixar aqui destacado que os cigarros têm cerca de 265% de taxação e que o álcool, de 62% a 64%, conforme o teor alcoólico. Nas *bets*, mudar de 12% para 18% eu acho pouco. Eu acho pouco, porque a empresa tabagista, a do álcool, elas geram muito mais empregos, e as *bets* não entregam absolutamente nada, são apenas jogos de azar, empregam pouco. Para mim está pouco! Eu deveria ter trabalhado antes para poder fazer uma proposta de aumento disso. Nós estamos perdendo, no mínimo, no mínimo, R$15 bilhões por ano. Então, é algo que não faz nem sentido.

Eu não sei se é esse o problema que está havendo, mas toda hora... Já por inúmeras vezes foram canceladas as reuniões, não foram? Hoje de manhã, foi cancelada... Desse jeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Hoje de manhã, eu vi no jornal que há uma proposta de um setor da Câmara dos Deputados para não haver a elevação da alíquota das *bets*, mas, sinceramente, eu sou Presidente da Comissão, e ninguém, até então, colocou essa bandeira para mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, só com relação a essa questão, eu também concordo em aumentar e até em acabar com isso, porque isso realmente foi um estrago na vida das pessoas – todo mundo devendo, depressão, ludopatia, uma loucura –, mas o que o Governo não faz? É fiscalizar, porque, na prática, hoje, você tem mais *bets* irregulares do que regulares. O que eles alegam é exatamente isto: aumentando aqui, vai tudo para o informal. Então, o que o Governo tem que fazer – já devia ter feito – é colocar mais fiscalização, derrubar todo dia se for necessário as ilegais, porque, de fato, está acontecendo isso... Nós estamos falando isso desde a CPI das Bets. E, ao mesmo tempo, por exemplo, *as fintechs*... Agora, virou moda. Lá na CPI das Bets, ficou comprovado que foram bilhões e bilhões que foram para fora através de *fintechs* que não tinham controle do Banco Central. Agora, vem o PCC também com *fintechs*. Tudo agora tem *fintechs*, pois é a forma de eles desviarem recursos para paraísos fiscais. Então, o Governo precisa cuidar da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 3 da pauta...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Eu apresentei emenda, sim, só que, pelo visto... Alguém sabe me informar? Eu apresentei emenda, sim, mas, pelo visto, o Relator não acolheu. Era uma emenda de aumento da alíquota, que não foi acolhida. É só para deixar claro.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente Renan, por gentileza, é só para corroborar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio, com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

É só para corroborar com a informação que o Senador Petecão trouxe aqui no começo da nossa reunião. Eu estou vendo aqui na imprensa que o Governo retira o aumento de tributação de *bets* na Medida Provisória 1.303. É essa a informação. Ele colocou esse assunto no começo da sessão, mas agora o Relator declarou à imprensa que realmente retirou.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Está retirando das *bets* e mantendo só as *fintechs*.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeito.

É isso aí, Presidente. Era só para informar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E eu quero só repetir que, até o presente momento, ninguém conversou sobre essa possibilidade comigo, que presido a Comissão.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – V. Exa. é o Presidente da Comissão. Eu acho isso um desrespeito enorme, Presidente. É um desrespeito enorme.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 3 da pauta...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente, me Desculpe por trazer o assunto. É que eu fico indignado com essas coisas, Presidente. Instala-se uma medida provisória, escolhem-se os membros, o Presidente, o Relator, o Colegiado que vai analisar as *bets*, apresentam-se as emendas, a tramitação legal, mas se esquecem de que a pessoa principal que conduz aquele projeto é o Presidente da Comissão. Então, para qualquer alteração que haja, precisa haver um diálogo permanente do Relator e dos membros com o Presidente da Comissão. O Senador designado para presidir a Medida Provisória 1.303 é V. Exa., do alto da qualidade técnica que V. Exa. tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... pela disposição que o senhor tem de ouvir todo mundo quando busca para trazer informação, as informações necessárias. E o Governo articula toda essa manobra para tentar fazer uma aprovação hoje e se esquece da figura principal, que é exatamente V. Exa.. Então, a minha fala – eu tenho certeza, é a de todos os membros desta Comissão – é de ser solidário ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Só queria deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu queria só dizer que, no que se refere a mim, eu fiz a minha parte. Quando eu percebi que havia conversação com relação à mudança na medida provisória, eu suspendi mais uma vez a realização da votação.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2198, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) para instituir mecanismos de inclusão das famílias responsáveis pelos cuidados da pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 13/08/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Romário.

2. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto.

3. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

4. Em 19/11/2024, foi encaminhado ao Ministro da Fazenda o Ofício nº 29/2024/CAE/SF, do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, no qual solicita estimativa de impacto orçamentário e financeiro para a matéria.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto ao mérito, mas já conversei com o Senador Fernando, vai ser pedida vista. Eu vou fazer uma leitura protocolar. Eu concordo com o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou relatando uma matéria que traz o impacto financeiro, mas não é só por causa do impacto financeiro, Presidente. Esse tema precisa ser visto de uma forma geral por todos nós aqui. Eu acho que está na hora de a gente parar um pouquinho, pegar tudo que está no Senado que tramita em relação às pessoas com autismo e apresentar uma legislação definitiva, única, porque todo dia a gente tem um projeto que traz o impacto e todos os autores são muito bem-intencionados. Essa é a minha pauta. Eu só tenho que elogiar o Senador Zequinha Marinho, mas a gente vai precisar nos encontrar nessa pauta. Na semana passada, a gente fez um acordo em Plenário, em que o Governo vai caminhar com a avaliação psicossocial, biopsicossocial. Essa avaliação vai nos dar muitas respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu vou fazer a leitura. Eu trago aqui já o impacto para este próximo ano, mas concordo com o pedido de vista, para a gente depois reunir tudo sobre a matéria.

Senador, o senhor sabe que o número de crianças com autismo tem aumentado. Nós vamos ter que preparar a nação para esse segmento, ver como nós vamos lidar com esse segmento. Eles precisam ser acolhidos, mas eu acho que, de uma forma integral, todas as políticas públicas voltadas para o segmento precisam ser reunidas numa consolidação de uma única lei.

Então, não tenho dúvida, eu vou direto ao mérito, de que, quanto aos benefícios econômicos que a sociedade brasileira auferirá em virtude da aprovação do Projeto nº 2.198, o mérito parece-nos inquestionável.

Ele cria, Presidente, um auxílio-cuidado destinado à pessoa que está cuidando da criança com autismo.

Cuidar bem dos membros mais vulneráveis de qualquer sociedade traduz-se imediatamente nas mais diversas externalidades econômicas nos vários setores das atividades produtivas desta sociedade, seja por reduzir os custos sociais, com equiparação, modernização e eventual ampliação da saúde pública, como por intermédio da criação de estímulos ao aumento do consumo das famílias com impactos positivos imediatos na atividade produtiva, que certamente resultará no aumento da produção e geração de emprego.

Nesse sentido, temos convicção de que este PL proporcionará benefícios não só às tão sofridas famílias com portadores do transtorno do espectro autista, mas também a toda a sociedade, sendo, portanto, merecedor de aprovação.

O Senador Romário apresentou uma Emenda, a Emenda nº 1, que eu estou acolhendo, porque, em conclusão, o auxílio-cuidado deve ser concedido não em função da gravidade do transtorno do espectro autista, mas em razão dos cuidados integrais que se fazem necessários ao bem-estar da pessoa portadora de algum grau de TEA.

Eu trago aqui, Presidente – está devidamente publicada, eu não vou ler em detalhes –, a Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro 19/2025, da nossa Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle. Aqui eles apresentam o impacto: para 2025, seriam 125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões, mas se a gente considerar os anos de 2026, 2027, 2028, esse valor pula para 251 milhões.

Nesse sentido, o impacto fiscal oriundo da instituição do auxílio-cuidado com a alteração da Emenda 1-CAE, que retira a restrição à modalidade severa do autismo constante do projeto original, alcançaria R$ 468,5 milhões.

Em relação à origem dos recursos compensatórios para custeio dos gastos, o PL 2.198 já define que as despesas decorrentes do benefício serão financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos da Lei 8.742, de 1993.

Como mencionado, após exame da CAE, o projeto seguirá para exame na Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, e, por esta razão, deverá conduzir uma verificação minuciosa da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

Aqui eu trabalhei tão somente os impactos financeiros da proposta, e o mérito é inquestionável, Presidente.

Diante disso, o voto é pela aprovação do PL 2.198, de 2023, e da Emenda nº 1-CAE.

Esse é o voto, esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Soraya, com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Senadora Damares, muito obrigada pela sua compreensão em relação ao pedido de vista, vista coletiva, porque eu recebi uma nota técnica ProTEA sobre o PL, e acredito que, realmente, vindo deles, creio que seja importante a sua avaliação e vou emendar nesse sentido, porque é a velha história: tudo sobre nós, sem a nossa participação.

Então, creio que eles têm essa legitimidade de poder ajudar a construir, sim, um texto bem burilado e, conforme V. Exa., eu sei que são capazes de fazer, ainda num tema tão caro para todos nós, que é o autismo.

Então, obrigada pela compreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Sr. Presidente, posso só fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode.

Com a palavra V. Exa., Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Senadora Damares, eu entendo e acho um problema seríssimo toda vez que o nosso coração entra em luta com a nossa razão.

Se eu pensar com o coração, eu voto favoravelmente a esse projeto 40 vezes ou mais; se eu pensar com a razão, ele tem um obstáculo que terá que ser vencido antes.

Olhando aqui o relatório de impacto financeiro, são 468 milhões em 2025, porque a senhora acatou a emenda. Não é só para espectro autista severo, é para qualquer um. Então, 468 milhões em 2025; 937 milhões em 2026; 937 milhões em 2027; e 937 milhões em 2028.

Nós estamos falando aqui em quatro anos e coisa próxima de 5 bilhões!

Sabe... Quando o Governo aprova, lá na Câmara, por unanimidade, Sr. Presidente, que os mais pobres que ganham até 5 mil e os que ganham até 7 vão ter redução, o meu coração diz "sim", "claro", "não paguem". "Eles são mais pobres". E, aí, eles agradecem a quem? Agradecem a quem deu origem ao problema.

Se a tabela do Imposto de Renda tivesse sido corrigida durante os Governos do PT... Eu me dei ao luxo de fazer a conta só dos Governos do PT, se bem que não foram só eles que não corrigiram; ninguém corrigiu. Mas, se fosse corrigida, a isenção estaria mais que 10 mil.

Então, o Governo, ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda, cria uma injustiça. E, daí, posa de salvador universal dos pobres da injustiça que ele criou, porque não corrigiu a tabela do Imposto de Renda.

Mas o que eu quero dizer, Senadora, é que, pelo menos, o Governo teve a coragem de dizer assim: "Olha, vocês, mais pobres, não vão mais pagar parte da sacanagem que eu fiz com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vocês ao não corrigir a tabela; um pouquinho da sacanagem que eu fiz, eu vou diminuir. E agradeçam aos mais ricos, que vão pagar mais imposto agora por conta da sacanagem que eu fiz". Deu uma fonte alternativa para essa bondade que ele está fazendo contra a maldade que ele fez anteriormente.

Aqui nós queremos fazer uma bondade, com que eu concordo profundamente, mas temos que arrumar uma alternativa para de onde virá dinheiro, porque é muito dinheiro, não é? É o problema do custo Brasil, isso aqui é um negócio complicado.

É só isso, Sr. Presidente, mas eu acho o projeto louvável. O problema é de onde é que vamos tirar o dinheiro.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Agradeço aqui à Senadora Damares pela compreensão do pedido de vista e confesso que você tem toda a razão, temos que juntar todos os projetos aqui para fazer uma causa maior. Eu trabalho um pouco nessa área e sei o sofrimento das mães e dos meninos. É preciso um projeto mais estruturante. Muito obrigado aí pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu não sei se seria o caso de, em comum acordo com a Comissão, nós designarmos alguém para fazer uma sistematização, uma consolidação dos projetos, e nós priorizarmos a apreciação dessa consolidação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu acho uma ideia extraordinária. Sabe por quê? O assunto é muito delicado. E é o que o Senador Otto falou... Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oriovisto falou. Às vezes a gente vota "sim" numa matéria dessa porque a gente não quer se indispor com a comunidade, tá? Mas a gente tem que ser maduro. E essa é a pauta da minha vida, é a pauta da minha vida. Então, a intenção é muito boa, mas a gente precisa ter pé no chão, porque a gente já tem aí a nossa luta pelo BPC, tá?

Eu acolho a matéria, inclusive para a gente criar aqui uma grande discussão, para a criação de um grupo de trabalho para a gente pegar tudo, porque são tantas matérias! Todo dia tem uma lá na Comissão de Direitos Humanos do mesmo teor. Se a gente for somar todas, é muito dinheiro. E, inclusive, essa militância nossa em favor do segmento acaba prejudicando o segmento. Então, se a gente puder, nesta Comissão... E dizendo para o segmento: nenhum Senador aqui quer tirar direitos, não. Não. Nós queremos o melhor para eles. Mas, assim, nós temos passos para dar na frente. Por exemplo: a avaliação biopsicossocial. Por exemplo: de onde vem o recurso? O Fundo de Assistência Social. Eu me preocupei quando eu dei esse voto. Quero atender as pessoas com autismo, mas a nossa nação está passando por um momento difícil. Então, a comunidade vai ter que entender que isso aqui vai ser uma construção. O autor, eu creio que entende.

Eu gostaria muito se o senhor me nomeasse para esse grupo, de fazer parte desse grupo. A gente tem que ter a coragem também, no Senado, Senador Renan... Aqui é uma crítica à nossa Casa. A quantas matérias vocês dão votos favoráveis ou contrários, com o mesmo conteúdo? Vários projetos de lei com o mesmo conteúdo, e esses projetos não são apensados, Presidente. "Ah, a gente não quer magoar o autor." Não, o autor vai ser maduro e saber que...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... se está se apensando, é porque alguém antes entrou com uma matéria parecida. Vamos reunir a ideia dele com outra tramitando. Então, o que está acontecendo é a gente fazendo voto do mesmo conteúdo para diversos projetos de lei. Vamos ter a coragem de apensar tudo e construir um, fazer uma consolidação e entregar o que é possível.

Eu concordo de a gente fazer um amplo debate aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, eu sugeriria que a Senadora Damares coordenasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso. Eu vou consultar depois os Senadores para nós estabelecermos o grupo, sob a coordenação da Senadora Damares. E aí proponho uma consolidação da matéria e apensos aos demais, na forma do Regimento.

Não havendo mais nada a tratar, nós declaramos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, tem o item 5 ainda, não? O 6?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, o item 6 foi retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1706, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, na forma de subemenda, com três emendas apresentadas; e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3.

Observações:

1. Em 06/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. Em 8/7/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao projeto.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quem... A pedido?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A pedido do Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, do Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, porque havia divergências e...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas eu posso... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Havia divergências e dúvidas com relação à iniciativa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Inclusive, eu sou o Relator, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E eu sou o autor, mas só...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – No entendimento aqui, a nossa colega Soraya iria pedir vista, porque eu sou o Relator, e o projeto é interessantíssimo. Agora, só falta o dinheiro, aquilo que a gente estava...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não, nem falta dinheiro, só falta talvez entendimento, compreensão.

Esse projeto foi aprovado na Comissão de Educação... Esse projeto foi aprovado na Comissão de Educação por unanimidade sob a relatoria, inclusive, da Presidente Teresa Leitão. O que acontece? É uma luta nossa desde 2019. Todos os estudantes de todos os municípios, praticamente de todos os estados, têm o passe livre estudantil – todos os estados. Na Bahia, em Alagoas, tem as regiões metropolitanas. Então, por exemplo, lá em Belo Horizonte, tem a região metropolitana, mas são municípios. O problema de Brasília é que nós não temos município, mas estado. Então, tem Goiás de um lado e Minas Gerais do outro. E muitos estudantes de Goiás e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minas estudam em Brasília. É um transporte interestadual. Então, o que a gente está corrigindo aqui é exatamente criando esse transporte semiurbano.

No final, diz assim, Presidente, no último artigo: "A gratuidade concedida mediante subsídio integral de que trata essa lei será regulamentada pelo órgão gestor do Poder Executivo estadual, municipal ou distrital". Ele só vai regular se tiver condições de fazer. O que nós queremos é que esses alunos que moram aqui do lado no estado continuem estudando com passe livre, porque hoje eles pagam o transporte interestadual. Esse é o apelo que eu faço ao Governo para entender um pouquinho sobre isso e depois V. Exa. retornar esse projeto à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem. Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria...

Tenho o Requerimento 97 com V. Exa., que é um pedido de informações ao Ministro da Fazenda, para que ele possa nos responder quais providências eles estão tomando com relação à determinação do Tribunal de Contas de perseguir o piso inferior da meta de resultado primário em substituição ao centro da meta. Nós queremos essas informações. Se V. Exa. puder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu me comprometo com V. Exa. e o pautaremos em primeiríssimo lugar na próxima reunião.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Romário e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 96/2025 - CAE, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e PRS 8/2025, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Oriovisto Guimarães (PSDB/PR). **Finalidade:** Audiência pública para instruir o PRS 8/2025, que "dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 2000". **Participantes:** Sr. Bruno Moretti, Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Manoel Pires, Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV IBRE e Professor da UnB; Sr. Felipe Scudeler Salto, Economista-chefe e sócio da Warren Renascença; Sr. Marcus Pestana, Diretor-executivo da IFI; Sr. José Roberto Afonso, Professor e Economista; e Sr. Rogério Ceron de Oliveira, Secretário do Tesouro Nacional. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Laércio Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2025.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PRS 8, de 2025, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em atenção ao Requerimento 96, de 2025, da CAE, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Convido, para tomarem lugar à mesa, os seguintes convidados:

Sr. Bruno Moretti, Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República.

Por favor, Bruno. Obrigado por você ter vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Sr. Marcos Pires, Coordenador do Centro de Política Fiscal – desculpe-me. Convido também o Sr. Manoel Pires, Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da Fundação Getúlio Vargas, do Ibre, e Professor da UnB, que está pelo sistema remoto.

Convido também para compor a mesa o Sr. Felipe Scudeler Salto, Economista-chefe e sócio da Warren Renascença.

Por favor, Felipe. Tudo bem? Seja muito bem-vindo. É aqui mesmo.

Convido também, com muita satisfação, para compor aqui a mesa o nosso sempre colega, querido Marcus Pestana, Diretor-Executivo da IFI.

E aproveito para cumprimentar, além do nosso colega Marcus Pestana, o Diretor Alexandre Andrade e os Analistas Alessandro Casalecchi, Pedro Souza e Rafael Bacciotti, todos da IFI. Sejam muito bem-vindos aqui!

Quero também cumprimentar – e está pelo sistema remoto – o Sr. José Roberto Afonso, que é Professor e Economista.

Muito obrigado pelo convite. Sejam muito bem-vindos também vocês!

Para compor a mesa, concluindo, eu quero convidar o Sr. Rogério Ceron de Oliveira, que é o Secretário do Tesouro Nacional.

Por favor, Rogério, seja muito bem-vindo aqui.

Nós já temos aqui algumas perguntas do nosso e-Cidadania.

Muito bem-vindo! Obrigado.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Quero registrar aqui a presença e cumprimentar o Senador Izalci Lucas e o Senador Hamilton Mourão, que participam conosco desta audiência pública. Eu quero cumprimentar também o Senador Oriovisto, a quem eu tenho a honra de conceder a palavra para as suas considerações iniciais por cinco minutos. Por favor, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discursar.) – Bom dia, Sr. Presidente! Cumprimentando o senhor, quero cumprimentar os Srs. Marcus Pestana, Felipe Salto, Bruno Moretti, Rogério, não é? Não consigo ler bem daqui, Rogério. Agradeço a presença de todos para tentarmos juntos elucidar este grande problema brasileiro que é a nossa dívida, a dívida bruta do Governo geral.

Para ser rápido e ficar nos cinco minutos, quero dizer que me foi dada a incumbência de fazer o relatório de um projeto encabeçado pelo Senador Renan Calheiros e assinado por outros Senadores que previa uma forma de ajuste para a dívida, que era um ajuste em 15 anos e um limite referente à receita corrente líquida. Eu apresento um substitutivo, porque entendi que o projeto inicial provocaria impactos muito sérios para o Governo, como por exemplo, já no próximo ano, ter um superávit primário na ordem de R$2 trilhões, coisa que, obviamente, seria impossível. Então, desde o início, a minha preocupação foi propor algo que fosse palatável, que fosse exequível, que não desorganizasse o Governo, que não atrapalhasse o Banco Central a fazer política monetária.

Baseados nisso – é óbvio que em cinco minutos eu não conseguirei entrar em muitos detalhes –, nós fizemos uma regra, e eu vou direto a essa regra, porque ela é muito simples, mas, por todas as razões – e cada uma dessas regras que estão aqui tem um porquê, tem uma explicação, tem um motivo –, nós estamos propondo um limite para essa dívida equivalente a 80% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senador Oriovisto, com a sua permissão, eu queria dizer ao senhor que os cinco minutos foram abolidos, o senhor tem o tempo que precisar para fazer as suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Muito obrigado. Então, vou ver se em seis eu consigo, vou fazer um esforço aqui.

Mas nós ficamos, então, com uma resolução bastante enxuta, bastante simples. Aliás, Henrique Meirelles, esses dias, fez um artigo em um jornal, acho que o *Estado de S. Paulo*, dizendo que a regra era tanto melhor quanto mais simples fosse. Ele não entrou no mérito da questão, mas pediu sempre que fosse simples e lembrou o arcabouço fiscal dele, que era muito simples, porque era só a correção pela inflação.

Então, nós procuramos fazer algo simples, porém, que resolvesse os problemas iniciais que o Governo poderia ter. Basicamente, o projeto de resolução diz o seguinte: a dívida fica limitada a 80% do PIB ou a 6,5%... Perdão, ou a 6,5 vezes a receita corrente líquida e, quando o Governo atingisse esse patamar, ele ficaria sujeito a algumas imposições.

A primeira delas: a União ficaria proibida de realizar operações de crédito internas ou externas, ressalvadas:

a) as destinadas ao pagamento das dívidas mobiliárias, ou seja, o Governo vai sempre poder emitir títulos para fazer a rolagem da dívida.

Então, é o primeiro cuidado de não criar dificuldades para o Governo rolar a dívida.

b) ficaria sujeito àquelas previstas no §5º do art. 4º, que é o resultado eventualmente negativo do Banco Central, que ele poderia complementar – fica liberado. O art. 6º, também da Lei 13.820, que fala no PL do Banco Central, que, quando ele apresentar algum problema, o Governo poderia emitir dinheiro para solucionar. E o art. 7º, em que eu estou excluindo todas as operações compromissadas.

É importante dizer que eu estou excluindo todos os títulos de operações compromissadas em poder do público e na carteira do Banco Central; então, eu estou excluindo a totalidade.

Senador Jaques Wagner, muito bem-vindo!

Estamos aqui fixando um limite para a dívida que vai ser terrível. (*Risos.*)

Item II. O Poder Executivo Federal apresentará ao Senado Federal, no prazo máximo de 30 dias a contar da divulgação da extrapolação do limite definido no art. 1º, relatório detalhado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contendo as razões do descumprimento e as medidas a serem adotadas para o reenquadramento da dívida no prazo máximo de 12 meses.

Quero dizer que eu tive o cuidado de olhar, pelo menos dar uma lida, nos 85 países que têm legislação com o limite da dívida. Algumas muito boas, algumas não tão boas, algumas claramente erradas.

A dos Estados Unidos, por exemplo, a meu ver, apresenta um defeito sério que provoca *shutdown*, porque eles têm um limite fixo. A própria inflação faz com que o *shutdown* aconteça; então, estão sempre tendo que rever.

Em nosso caso, isso não existe, porque não há limite fixo; é percentual do PIB e nós nunca teremos *shutdown* se aprovarmos essa resolução, porque a saída está bem clara aqui qual é.

Ainda, no caso de atingir esse limite, o Ministro de Estado da Fazenda comparecerá pessoalmente à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no prazo de 15 dias, para prestar os devidos esclarecimentos em audiência pública.

E quarto, aplica-se imediatamente as redações previstas nos incisos de I a X, do art. 167, da Constituição Federal, que são dez itens. Como não poder criar cargos, empregos, estruturação de carreiras, admissão e contratação de pessoal e vai aí uma série de itens previstos no art. 167-A.

E, o parágrafo único, que diz que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, mediante solicitação do Ministério da Fazenda, poderá autorizar a realização de operações de créditos para recompor as reservas de liquidez da dívida pública.

Aquela questão do colchão de liquidez também está prevista aqui. Nós entendemos que isso é importante e essa resolução não vai criar problema nesse sentido.

E art. 3º, sempre que alterados os fundamentos econômicos em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial – o caso da covid, por exemplo –, o Presidente da República poderá encaminhar solicitação de revisão dos limites de que trata o art. 1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já está prevista aqui a saída para essas ocasiões. E finalmente: "[...] entra em vigor na data da sua publicação".

Eu quero só, para terminar aqui a minha exposição, pedir que projetem para mim... Exatamente. Só para dizer que eu tive um cuidado bastante grande de não criar problemas para o Governo e estou trabalhando aqui com dados da Secretaria de Orçamento Federal de agora, 15 de abril de 2025. Quando o Governo mandou para cá o PLDO 2026, ele mandou os seguintes dados. É obrigação, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 4º, §5º, III, que o Governo envie essa previsão. É óbvio que isso é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Ministério da Fazenda, são dados confiáveis. Aí se apresenta a DBGG em cima e a dívida líquida embaixo. Na dívida líquida, não vou entrar em consideração, porque não é o caso, vamos tratar só da DBGG.

A trajetória que se mostra, feita não por mim, de novo, pela Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Ministério da Fazenda, é que essa dívida começa, em 2024, com 76,5% do PIB; evolui, em 2025, para 78,5%; cresce, em 2026, para 81,8%; e vai até atingir um pico máximo de 84,2%, em 2027. E daí a curva começa a cair, ela cai um pouquinho e chega, em 2035, a 81,6%. Esse conceito é o conceito Bacen. Acho muito importante todos terem em conta isto: quando se fala em dívida, em DBGG, existe o conceito Bacen, existe o conceito FMI e existe um conceito que nós estamos criando aqui agora, especificamente para essa resolução. Muito bem.

Então, com esses dados do Governo, fica clara aqui a trajetória que está sendo prevista para a dívida. O que estou colocando aqui em seguida? Uma outra curva, que foi elaborada pela minha assessoria, considerando o conceito de dívida que eu coloquei na resolução, em que eu excluo as operações compromissadas que estão em carteira e as operações compromissadas que estão em poder do público também. Então, isso dá um diferencial para a dívida, que é este que aparece aqui. Quando o Governo está falando em 76,5%; pela nossa resolução, seriam só 66,5%, porque nós estamos excluindo essas operações compromissadas. Com isso, nós vamos ter uma evolução que mostra que, em 2034, o Governo estaria com 71,6%.

Como nós estamos colocando um teto de 80% nesse conceito que aí está, fica claro que o Governo não vai atingir esse teto, pelo menos até o ano de 2034, ou seja, nós estamos colocando um horizonte de dez anos para que o Governo possa tranquilamente pensar da seguinte maneira: "Existe uma parede, existe uma barreira imposta por uma resolução do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, que está a dez anos de distância. Eu tenho esses dez anos para tomar as atitudes que eu achar necessárias, como vender ativos, como fazer uma reforma da previdência, fazer uma reforma administrativa, enfim. Eu tenho dez anos para tomar todas as medidas para que a dívida não chegue aos 80% do PIB".

Então, até aí está muito claro que nós não estamos criando nenhum problema para amanhã; nós estamos criando um problema se o Governo não se cuidar. Se a projeção da dívida que o Tesouro Nacional fez não for verdadeira, se a dívida disparar, é claro que nós podemos ter um problema em 2028, 2029. Depende dos governos que virão. Ninguém sabe ainda quem será o próximo Presidente da República. Portanto, se ele for um emérito gastador, essa dívida pode empinar, subir, ir lá para cima, e ele vai ter o limite antes da hora.

No entanto, parece-me que esses dados são de muito bom senso, muito bem fundamentados e deixam muito claro que não há nenhum problema no curto prazo. Há um limite saudável para a dívida, um conceito bem definido do que nós estamos considerando por dívida e um tempo necessário para que o Governo tome todas as providências para que o limite jamais seja atingido. Embora a resolução trate muito do que vai acontecer se o Governo for atingido, eu quero que se saiba que a resolução foi feita para o limite não ser atingido, não é?

É isso, Sr. Presidente. Estou à disposição para eventuais outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço ao Senador Oriovisto por sua participação, pela relatoria. E, com certeza, daqui do Senado, o Senador Oriovisto tem toda a confiança dos pares pelo belo trabalho, pelo conhecimento. É visível o conhecimento que ele tem do tema, como tantos outros aqui.

Para iniciar as nossas exposições, eu quero passar a palavra, com muita satisfação, a Bruno Moretti, Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República.

Por favor, Bruno, fique à vontade. A palavra está com você.

O SR. BRUNO MORETTI (Para expor.) – Senador, obrigado pela oportunidade de vir à CAE discutir com os Senadores sobre esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer particularmente ao Senador Oriovisto, que nos recebeu no gabinete dele, fez um debate muito franco, muito técnico conosco sobre a resolução. Nós estamos aqui para seguir esse debate com o Relator e com os demais Senadores.

Agradeço também a possibilidade de fazer essa discussão com todos que estão à mesa: o Ceron, meu amigo de Governo, meu colega; o Felipe, o Marcus Pestana, o José Roberto e o Manoel.

O Senador Oriovisto, com muita competência, já expôs os pontos do último substitutivo. Então, para efeito de ganhar tempo, eu vou passar aqui pela explicação, porque o Senador, melhor do que ninguém, já o fez.

Eu só queria, Presidente, saber quanto tempo eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Dez minutos.

O SR. BRUNO MORETTI – Dez minutos. Perfeito. Vou me controlar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Se precisar de mais um pouquinho, sem problema.

O SR. BRUNO MORETTI – Está bem. Então, vamos lá.

Eu vou fazer uma apresentação bem sucinta e objetiva para estabelecer um debate dos pontos que eu reputo ainda como problemáticos, pontos que mereceriam mais discussão, para que a gente possa seguir fazendo este debate.

Bom, o primeiro ponto é que, quando a gente examina a literatura econômica, acho que a questão não é tanto sobre um patamar específico para a dívida. Houve quem tentasse estabelecer esse patamar máximo, mas, a rigor, essa é uma questão no mínimo controversa na literatura. E, mais importante do que um ponto máximo do qual a dívida não poderia passar, é a questão da sua trajetória e da sua sustentabilidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só uma questão: como tem muita gente assistindo, e nem todo mundo é economista e contador, quando tiver esses negócios de D, DP, GG...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO MORETTI – Eu vou falar. Pode deixar, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... a gente colocar para a turma, para o pessoal entender o que é isso.

O SR. BRUNO MORETTI – Perfeito, Senador. Pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Bem colocado.

O SR. BRUNO MORETTI – Então, como o Relator já colocou, o conceito central que ele trouxe na resolução é o de dívida bruta do governo geral, não no conceito exatamente do Banco Central, mas no conceito que desconta as obrigações dos entes subnacionais e as operações compromissadas do Banco Central, o que nos daria ali, mais ou menos, hoje, um patamar de 66,5% do PIB. Nossas contas ficaram iguais nesse sentido.

Portanto, como disse o Relator, haveria ainda um espaço até se chegar aos 80%, dependendo dos fatores condicionantes da dívida, e é esse tempo que haveria, seja lá qual for o Governo, para se adaptar e tomar as providências necessárias. Então acho que o Relator está, nesse ponto, embora colocando um ponto máximo ali de dívida, mais preocupado com a questão da trajetória e criando um intervalo de tempo para que as medidas sejam tomadas, o que é ótimo.

Agora, do meu ponto de vista, a questão central são as medidas capazes de afetar a trajetória da dívida. Não é o limite em si da dívida que vai nos colocar frente a uma trajetória sustentável. Então, quando a gente observa os fatores que condicionam a dívida, a gente só tem fundamentalmente, em essência, três fatores: os juros reais, a taxa de crescimento real do PIB e o resultado primário. Basicamente, quando a gente olha a diferença entre os juros reais e o que cresce a economia, estabilizar a dívida de uma vez só exigiria fazer resultados primários suficientes, para essa dívida ser estabilizada.

Naturalmente, não está sob o controle do Governo propriamente. Ele pode influenciar, induzir, apoiar, mas não estão sob o controle direto do Governo o PIB e os juros reais. Então a grande discussão é sobre o resultado primário do Governo e, portanto, as medidas de controle da despesa e as medidas de arrecadação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu preciso colocar que é importante se colocar em que patamar nós estamos em relação a despesas e receitas. Desde que nós introduzimos o arcabouço fiscal, aprovado pela Câmara, aprovado pelo Senado Federal, sancionado pelo Presidente Lula, o último ano fechado, o ano de 2024, nós temos despesas aí da ordem de 18,8% do PIB. E o arcabouço tem sido importante para a gente limitar a despesa e fazer escolhas dentro desse limite. Hoje a despesa se situa, mais ou menos, 0,7 ponto percentual abaixo do patamar de 2019. Esses são dados oficiais do Tesouro Nacional. O Secretário está aqui ao meu lado e pode confirmar a seguir.

Do ponto de vista da receita, o que nós temos buscado, em diálogo com o Congresso, que tem sido decisivo nisso, é uma maior progressividade tributária e a busca de uma recomposição da arrecadação. Hoje a receita líquida, que é a que importa para efeito de resultado primário, descontando as transferências, a repartição de receita, as transferências obrigatórias aos entes subnacionais, está em 18,4% do PIB. Ainda é um patamar, para os senhores terem ideia, próximo ao de 2009. Então nós tivemos um processo de recomposição da receita.

Essa curva, essas duas curvas, a curva azul mostra a receita primária líquida, descontadas as repartições de receita, e a gente percebe certa recomposição da receita, mas num patamar, como eu disse, que ainda é similar ao de 2009.

O que a gente percebe é que houve, em certo momento, um processo de redução de receita que explica, em alguma medida, a piora dos resultados primários. E, do lado da despesa, houve um crescimento, como proporção do PIB, passando ali no início dos anos 2000, o que vai culminar lá na pandemia, evidentemente, em condições extraordinárias. Atualmente, como eu disse, ela está estabilizada num patamar abaixo de 19% do PIB, que é um patamar equivalente ao de exercícios anteriores. Em 2023, há uma pequena subida desse patamar e, em boa medida, essa subida se explica por passivos relativos a precatórios que somam mais ou menos 1% do PIB.

Quando a gente junta as curvas de despesa e receita, o resultado é a obtenção dos resultados primários do Governo central e, a partir do momento em que o arcabouço passa a operar, a partir do momento em que o Congresso aprova medidas de recomposição de receita, a gente sai de um déficit primário em torno de 2% do PIB, em 2023, e passa a um resultado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torno de 0,4% do PIB, se aproximando de um orçamento equilibrado e verificando-se um processo de consolidação fiscal, que precisa seguir para que a gente busque, justamente, a sustentabilidade da trajetória da dívida.

Quando a gente olha os fatores condicionantes da dívida expostos pelo Banco Central, fica muito claro o que eu coloquei. Quando a gente olha, por exemplo, entre 2023 e 2024 – eu vou evitar falar de 2025 pelo simples fato de que não temos um exercício fechado –, a gente vê o seguinte: a dívida bruta entre 2023 e 2024 variou 2.7. O que a gente olha é que o efeito maior é dos juros nominais, que são aqueles 7.5 pontos percentuais.

As emissões líquidas dão uma contribuição positiva, ou seja, diminuem a dívida por uma razão muito simples: como o resultado primário do Governo melhorou, as emissões líquidas caíram. E o efeito de crescimento do PIB também ajuda a conter a dívida. Então esses dados explicam bem que nós, necessariamente, precisamos lidar com essas três variáveis: PIB, juros e resultado primário, que afetam as emissões líquidas.

Então, já chegando aqui à minha conclusão, passando pelos dados, eu ainda sou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO MORETTI – ... da visão de que o mais eficiente seria pactuar com o Congresso Nacional medidas efetivas de controle da despesa obrigatória, da trajetória da despesa obrigatória, para que a gente aumentasse a resiliência do arcabouço fiscal, a aprovação de medidas de recomposição da receita, que estão em discussão neste momento.

Nós temos uma MP nesse sentido para ser votada hoje, a 303, temos um projeto de lei de gastos tributários – inclusive o Senador Oriovisto foi o Relator de um projeto muito bem-feito sobre a matéria que está na Câmara –, seguindo a trajetória de consolidação fiscal em curso. Porque o meu ponto central é: não adianta a gente estabelecer um limite para a dívida se nós não tivermos as medidas efetivas de controle.

E aí, nós temos, inclusive, uma dúvida jurídica, Senador Oriovisto, porque o senhor – e eu não estou falando do mérito – basicamente determinou o ativamento de gatilhos que estão na Constituição, com contenção de despesas, caso o limite seja alcançado, mas nós temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida jurídica real sobre se uma resolução do Senado pode ativar gatilhos na Constituição, que são gatilhos relativos aos entes subnacionais, inclusive.

Então, de novo, o meu ponto é se o instrumento que nós precisamos discutir é a resolução ou projetos de lei complementar, ou projetos de lei, ou até propostas de emenda à Constituição que sejam capazes, efetivamente, de controlar a despesa.

Eu lembro, por exemplo, de um Projeto de Lei Complementar aprovado, proposto por nós, aprovado pela Câmara e pelo Senado, que determina o ativamento de gatilhos quando há déficit primário ou redução da despesa discricionária. Eu acho que, dificilmente, nós não vamos acionar esses gatilhos a partir de 2027 com proibição de benefícios tributários e outras questões.

Atualmente, a emissão de dívida financia, inclusive, benefícios previdenciários, despesas obrigatórias. Então, tem uma outra questão de constitucionalidade: é que a proibição de emissão para custear despesas obrigatórias nos levaria ao não pagamento dessas despesas, que são obrigatórias nos termos da Constituição. Então, também acho...

Nada disso, como o Senador bem colocou, é algo para o curto prazo, mas é uma discussão que precisa ser feita do ponto de vista jurídico: se a resolução pode vedar essas despesas e ativar gatilhos. Eu acho, e tem colegas, juristas, que acham que a resolução não poderia fazê-lo, então tem uma discussão de constitucionalidade mesmo.

E algo que eu vou deixar – imagino que o Ceron vá tratar mais amiúde – é um possível efeito sobre o colchão de liquidez da dívida. porque isso ficaria sujeito a uma aprovação da CAE. Se a gente retira a flexibilidade do Tesouro para fazer a gestão da dívida, para reabastecer a Conta Única, nós podemos estar contratando um risco maior no mercado de títulos, com impacto sobre as taxas de juros desses títulos e com efeito, portanto, contrário ao pretendido, que é tornar mais cara a dívida pública brasileira.

E para concluir, Presidente, sob esta hipótese de vedação para que se façam as emissões e se reabasteça a Conta Única, a gente pode supor o seguinte: seria usado o saldo da Conta Única, até que fosse possível fazer novas emissões, e isso, naturalmente, equivaleria a um aumento de reservas bancárias. Foi uma experiência próxima ao que aconteceu na pandemia. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse aumento de reservas precisa ser esterilizado pela autoridade monetária, com títulos – como o Relator colocou – que podem ser, digamos assim, usados na política monetária. Isso, portanto, implicaria em um aumento das operações compromissadas, com mais dívida de curto prazo e "selicada".

Então, eventualmente, teria um efeito contrário ao que se pretende, na medida em que você não poderia fazer novas emissões e teria que custear, por exemplo, despesas obrigatórias, que não podem deixar de ser pagas, com o saldo restante da Conta Única, o que resultaria, repito, num aumento de liquidez no mercado interbancário, determinando uma necessidade de enxugamento da liquidez, que, em regra, se faz com títulos públicos e, portanto, voltando a repercutir sobre a dívida pública.

Frente a esses problemas que a gente ainda identifica na resolução, a proposta que eu traria aqui para os senhores era que nós não deliberássemos imediatamente o projeto de resolução.

Acho que nós não temos nenhuma divergência em relação à necessidade de medidas de controle de despesa, de seguir e acentuar o processo de consolidação fiscal, mas frente a esses problemas – às vezes econômicos, às vezes de mérito, às vezes jurídicos – é que a gente gostaria de seguir na discussão com o Relator, em um debate franco, sem procrastinação, mas realmente voltado a mitigar esses problemas levantados e a dar soluções que fossem juridicamente menos arriscadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Cumprimento e agradeço a exposição do Bruno Moretti.

Agora, pelo sistema remoto, eu passo a palavra ao Manoel Pires, que é o Coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público, da Fundação Getulio Vargas Ibre e Professor da UnB.

Muito bem-vindo, Prof. Manoel. A palavra está com o senhor.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, obrigado pelo convite. Gostaria de cumprimentar V. Exa. e parabenizar pela organização desta audiência. Quero cumprimentar o Senador Oriovisto e parabenizá-lo pelo ótimo trabalho e pela exposição muito elucidativa da proposta, bastante bem fundamentada. Cumprimento também o meu colega Bruno Moretti e o Secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Parabenizo os dois pelo trabalho que têm feito no Governo. A gente sabe que esse tema das finanças foi sempre muito difícil. Quem se dispõe a avançar nesse tema, trabalhar e apoiar matérias governamentais nesse assunto merece sempre o nosso reconhecimento. Quero cumprimentar também o José Roberto Afonso, o Felipe Salto e o Marcos Pestana.

Antes de iniciar a minha apresentação, eu gostaria de lembrar que, em 2015, a gente teve um debate muito parecido – exatamente dez anos atrás – sobre limites de dívida. Na época – se eu não estou equivocado –, eu me lembro de ter dividido, compartilhado esta mesa com o José Roberto Afonso, que também teve a oportunidade de debater esse assunto em uma resolução do ex-Senador José Serra. Naquele momento, a gente vivia um período de crescimento de dívida igual a hoje, principalmente com juros muito altos. Então, as circunstâncias têm algumas semelhanças.

Eu quero iniciar a minha abordagem, a minha fala inicial – como a gente está em uma audiência pública, que está sendo transmitida para várias pessoas –, dizendo um pouquinho sobre qual o papel da regra de dívida dentro de um sistema fiscal. Depois, eu entro em outros temas relacionados aos tipos de regra de dívida, a relação entre dívida pública e política monetária e os limites de dívida do Estado, como é que se comparam com essa discussão da União.

Então, o primeiro ponto a chamar a atenção é que todo mundo é a favor de controlar a dívida pública. Dívida pública é um indicador de patrimônio, de riqueza governamental e, como é uma dívida, a gente deseja controlar isso. É um indicador de solvência governamental. Então, é importante ter algum tipo de controle sobre a dívida. No entanto, o que causa a dívida, como o Bruno Moretti lembrou, é o resultado fiscal do Governo. Quando eu tenho um déficit nominal relevante, a dívida vai crescer. O déficit nominal se decompõe entre resultado primário e pagamento de juros da dívida pública. Então, o limite de dívida tem um papel muito particular no sistema fiscal, porque ele olha para o sintoma. O crescimento da dívida é um sintoma do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema fiscal, não a causa do problema fiscal. Então, ele tem um papel muito particular dentro desse ecossistema, desse sistema fiscal que a gente constrói em cada país.

Nesse sentido, aí eu entro no meu primeiro ponto principal. Eu gosto de classificar as regras de dívida em dois tipos. Então, o primeiro tipo de regra de dívida que a gente vê nos países é a regra de dívida que funciona como uma referência. O Senador Oriovisto apresentou esse ponto de vista, muito bem. O que é isso? É uma referência na qual o Governo tem que trabalhar para se planejar, adotar as medidas cabíveis, e evitar que se chegue àquele ponto, está bom? Então é um instrumento que ajuda o Governo a se planejar para evitar uma determinada situação tida como indesejada. Exemplo de países em que a regra de dívida tem esse papel: Nova Zelândia, na própria Europa, em que, no Tratado de Maastricht, você também tem algo muito similar.

Então, é o segundo conjunto de regras de dívida que impõe limitações para a dívida pública, ou seja, se você atingir este limite, algo vai acontecer. E a resolução, muito em função da própria LRF, tem algumas consequências, traz algumas consequências caso você atinja esse limite de dívida.

Avaliação empírica – e minha leitura da literatura, dos estudos sobre esse assunto – é que, quando a gente tem um limite de dívida que funciona como referência, ele serve como uma âncora muito suave. Em geral, muitos países, quando superam esse limite de dívida, não conseguem trazer isso para baixo, e aí você fica com uma regra fiscal que é desobedecida recorrentemente, e, em muitos casos, passa a ser esquecida. Isso claramente aconteceu com a Europa depois da crise financeira de 2008.

Do outro lado, indo para o outro caso, quando você tem regras de dívida que impõem limitações de fato, a depender da limitação, na medida em que você chega nesse limite, você pode ter um problema. E, em muitos casos, a gente observa aumento de taxa de juros, aumento de risco fiscal em função da proximidade desses limites de dívida.

Um exemplo que aconteceu recentemente foi nos Estados Unidos. A gente sabe que a regra dos Estados Unidos é um extremo, porque ela é fixada em limites nominais, mas, do ponto de vista das consequências, ela tem algumas similaridades com a regra de dívida, que está colocada aqui, que impõe algumas limitações para financiamento não da dívida pública atual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrente, mas, no financiamento do déficit. Lembrando que se a dívida pública está crescendo, é porque eu tenho déficit. Se eu tenho alguma restrição para o financiamento do déficit, depois que eu atinjo esse limite, eu vou ter uma incerteza sobre como essa questão vai ser resolvida e incerteza gera percepção de risco e aumento de custo.

Então, de um lado, eu tendo a ser favorável a uma regra de dívida que favoreça esse mecanismo de referenciamento da política fiscal a longo prazo. Por outro lado, meu entendimento é que a resolução e principalmente a LRF podem trazer essa consequência. Eu acho que é um tema que precisa ser discutido. A LRF é de 2001, e, quando ela foi concebida, a visão que se tinha sobre regras fiscais era uma visão em que você impunha restrições realmente. E hoje em dia a visão de regras fiscais é uma visão muito mais flexível do que era na época, tá?

Um segundo ponto que eu quero abordar sobre limite de dívida tem a ver com o papel da dívida pública na política monetária. A dívida pública é uma forma de controle da liquidez de um país. Se a política monetária é feita por meio... Esse controle de liquidez efetuado pela política monetária é feito a partir da venda e compra de títulos. Então, quando o Banco Central quer aumentar a taxa de juros, ele enxuga a quantidade de moeda da economia, reduz a quantidade de moeda da economia, em contrapartida, ele coloca títulos em mercado. Então, um limite de dívida puro no Brasil acaba gerando algum constrangimento para a política monetária no Brasil e, consequentemente, para capacidade de o Banco Central atingir a meta de inflação.

A resolução que o Senador apresentou trata disso. Ela exclui, por exemplo, as operações compromissadas, que são os títulos que o Banco Central opera para fazer esse controle de liquidez. Quando você tira as operações compromissadas para atender essa questão do Banco Central, aí me surgem duas dúvidas, duas questões que eu acho que vale a pena uma reflexão. A primeira é a seguinte: da mesma forma que o Banco Central faz controle de liquidez, o Tesouro, indiretamente, acaba fazendo também quando ele administra a gestão da dívida. Quando o Tesouro emite dívida, ele recolhe liquidez da economia e fica na Conta Única. Então existe uma relação entre política monetária e política fiscal que é muito forte.

Com a resolução do jeito que está hoje, separando esses dois conceitos, acho que a gente pode vislumbrar a possibilidade de duas situações muito diferentes ocorrendo, e que podem ser indesejadas. A primeira é a seguinte: vamos imaginar que o Tesouro esteja próximo desse limite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dívida e aí ele não emita mais títulos, mas ele tem caixa, então ele vai financiando o déficit por um tempo com caixa. O que o Banco Central tem que fazer para aumentar a taxa de juros? Ele vai vender título e vai aumentar as compromissadas, ou seja, a exclusão das compromissadas, dado o papel de controle de liquidez que o Banco Central tem que efetuar, acaba gerando um vazamento muito importante, de modo que a dívida pública vai continuar crescendo, que é o oposto do que a resolução deseja fazer. Essa é uma questão muito importante em regras fiscais: toda vez que você exclui algo do agregado que você quer controlar, você acaba gerando a possibilidade de um esvaziamento das regras fiscais.

Agora, por outro lado, qual é a consequência de algum tipo de limitação para emissão do Tesouro nesses termos? O Tesouro, este ano, ampliou muito as suas emissões, não somente para financiar o déficit que a gente tem, mas para fazer recomposição de caixa. Por que ele fez isso? Porque ano que vem é um ano de eleição. Toda véspera de ano eleitoral, o Tesouro faz essa prática. Por quê? Porque, em ano de eleição, existe muita incerteza. Então o mercado reage mal às informações da eleição, os juros podem aumentar, o câmbio pode depreciar. Então o Tesouro, de forma precavida, reforça o seu caixa para se proteger e fazer uma gestão da dívida pública mais eficiente. Se a gente tiver um limite de dívida somente sobre o Tesouro, esse papel de gestão da dívida, de suavizar as emissões e poder se proteger de eventos potencialmente arriscados, vai se perder e, muito provavelmente, a gestão da dívida pública vai ficar um pouco mais complicada. Então queria colocar essas duas questões, que me parecem que surgem a partir da discussão da política monetária e da tentativa de se produzir uma solução para isso desta forma.

Por fim, um terceiro ponto relacionado a essa questão da política monetária – aí eu volto para o meu ponto original, a gente quer controlar a dívida pública, porque dívida pública é um indicador de solvência governamental. Se o mercado olha para dívida bruta, às vezes para dívida líquida, a gente vai criar um terceiro conceito de dívida que poucas pessoas no mercado provavelmente vão estar olhando. Então o eventual benefício de ter um outro conceito de dívida que pouca gente olha me parece que vai atenuar bastante um eventual impacto em percepção de redução de risco que poderia surgir advindo da aprovação de um limite de dívida em um horizonte de longo prazo. Então acho que uma criação de um novo conceito de dívida teria pouco efeito em termos de redução de prêmio de risco que poderia ser alegado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto dessa minha observação, dessa minha fala inicial, tem a ver com um argumento que eu ouço recorrentemente e que serve para justificar a resolução, a proposta de limite de dívida no nível federal, que tem a ver com o fato de que existe limite de dívida para os estados.

O primeiro ponto é que estados e municípios são diferentes da União, exatamente pelas questões que eu mencionei aqui, a existência de Banco Central, uma institucionalidade muito particular que não está presente em outros países que têm limite de dívida, como, por exemplo, na Europa, em que o limite de dívida é nacional, mas o Banco Central é supranacional; então, as relações são separadas. Nos Estados Unidos, o FED é uma instituição apartada do governo; então, você consegue separar essas coisas melhor do que a gente – a gente não consegue fazer isso com a institucionalidade atual.

Agora, do ponto de vista da efetividade, é bom lembrar que a gente tem limite de dívida para os estados e municípios há muito tempo e a gente está às voltas com o refinanciamento de dívida dos estados – neste ano mesmo, a gente aprovou um novo refinanciamento de dívida dos estados do Propag. E vários desses estados que têm dificuldades financeiras estão atingindo limites de dívida. Isso é só para relativizar um pouco a importância dos limites de dívida como indicador de solvência governamental, na forma como ela está concebida na LRF.

Para finalizar esta minha fala inicial, queria chamar atenção para o fato de que, de novo, a gente – eu vou insistir neste ponto – tem um déficit público e está às voltas com essa problemática fiscal desde 2015, inclusive quando eu tive a oportunidade de avaliar uma proposta similar. A dívida pública cresceu nesse período, e a gente tem tido uma dificuldade muito grande de controlar o déficit público, que é a principal razão do crescimento dessa dívida. E a gente tem várias propostas no Congresso que estão tentando consertar isso.

A gente vê uma experiência internacional em que as regras fiscais estão aumentando muito, porque o mundo tem apostado nas regras fiscais para resolver o conflito fiscal. Eu tenho uma visão diferente: eu acho que quem tem o papel e a função de fazer esse controle fiscal é o Parlamento. Nos processos orçamentários avançados, o Parlamento é o fiel da balança. Então, é importante que o Parlamento se atenha às medidas que o Governo Federal está apresentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, por exemplo, é o último dia de validade da Medida Provisória 1.303 – acho que vale a pena a olhar com bastante cuidado. Você tem um projeto de lei complementar que faz a revisão dos gastos tributários, que é extremamente importante e uma medida aguardada por vários especialistas. Do ponto de vista da despesa, no ano passado o Governo fez uma proposta importante sobre a reformatação da concessão de benefícios de prestação continuada, a reforma dos militares, a questão dos supersalários; e aprofundar o debate em torno desses temas eu vejo como sendo muito mais eficiente para a gente resolver o problema fiscal que a gente tem no país.

Agradeço o convite e me coloco à disposição para tirar dúvidas e manter, aqui, o nosso diálogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Prof. Manoel Pires, por sua participação. Fique ligado aí com a gente, porque, certamente, nós vamos conversar um pouco mais à frente.

Eu passo a palavra agora para o Felipe Salto, que é Economista-Chefe e sócio da Warren Renascença.

Por favor, Felipe – prazer em tê-lo aqui –, a palavra é sua.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, cumprimento o Senador Laércio, o Senador Oriovisto Guimarães e os demais Senadores presentes, o Senador Mourão, a Senadora Tereza Cristina, e também o Marcos Pestana, que me sucedeu na Instituição Fiscal Independente.

Para mim, é sempre um prazer voltar aqui, ao Senado, para rememorar os anos em que eu tive a oportunidade de assessorar o Senador José Serra, que, há 15 anos, já tentou apresentar e aprovar um limite para a dívida pública da União, e também os anos em que eu tive a oportunidade de dirigir a Instituição Fiscal Independente.

Quero cumprimentar também o Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron; o Secretário Bruno Moretti, da Casa Civil – e parabenizar pelo trabalho que tem feito aí na área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiscal, sobretudo na recuperação de receitas e no combate a incentivos fiscais desmedidos, vamos chamar assim –; e o Manoel Pires e o José Roberto Afonso, que também estão conectados conosco.

Bom, o primeiro ponto que eu gostaria de destacar é que o Senador Renan Calheiros e o Senador Oriovisto Guimarães merecem todo o nosso aplauso, porque a Constituição de 1988 determina a fixação do limite, não é uma questão de escolha. Ela diz que o limite para a dívida consolidada deve ser estabelecido por iniciativa do Senado Federal, a partir de mensagem do Presidente da República, mensagem essa que foi enviada ainda pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, Senador Izalci. Em 2001, isso foi feito, e essa mensagem teve um desdobramento que foi a apresentação de um projeto de resolução para a dívida da União e outro para a dívida dos governos subnacionais. Este segundo virou resolução, e os estados e municípios estão sujeitos a essa limitação.

Eu fui Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e vi quanto dói uma saudade, porque as restrições fiscais para estados e municípios são muito maiores do que para a União. A União tem liberdade plena, total e irrestrita para se endividar, porque não existe essa limitação. "Ah, mas temos as regras fiscais." Temos, e elas avançaram muito.

Eu fui daqueles que, quando o Governo atual apresentou o novo arcabouço fiscal, a Lei Complementar 223, aplaudi, porque ela bebeu da fonte do teto de gastos – a Emenda 95, de 2016 – e também bebeu da fonte da Lei de Responsabilidade Fiscal e das metas de resultado primário, que também nasceram no Governo do Presidente Fernando Henrique, em 1999, fruto do acordo do então Ministro da Fazenda Pedro Malan com o Fundo Monetário Internacional, que resultou na fixação da primeira meta anual de superávit primário.

E esse modelo foi vitorioso, Senador Oriovisto, porque, por dez anos, até que se iniciasse a prática da chamada contabilidade criativa em 2008, 2009, o Brasil teve queda de juros, queda da dívida com proporção do PIB, principalmente da dívida líquida – e dívida bruta ficou praticamente estável, mas nós estancamos a sangria –, e isso passou por governos de matizes políticos e partidários diferentes; quer dizer, o Presidente Lula, quando assumiu em 2003, manteve exata e precisamente igual a política do Governo anterior de superávit primário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós chegamos a ter 3,8% do PIB de superávit. O déficit nominal, que é aquele agregado, que inclui a conta de juros, chegou a quase 1% do PIB. Hoje, está em 8% do PIB – 8% do PIB. É claro que a dívida não para de crescer. "Ah, mas a culpa é dos juros." O problema é que, em economia – e o Prof. Marcos Pestana, que está aqui do meu lado, pode me corrigir ou confirmar –, o efeito dos juros e a relação com a política fiscal é uma coisa endógena. Então, o jabuti está em cima da árvore não é porque subiu sozinho: ou é enchente ou é mão de gente.

Então, com essa taxa nominal de juros de 15%, que implica uma taxa real de 9%, não há Cristo que aguente investir no Brasil. É impressionante que o empresário brasileiro e o industrial consigam investir com uma taxa real de 9%. Mas por que isso acontece? Porque nós temos um déficit primário.

O arcabouço fiscal... Eu peguei aqui o texto para ser fiel ao da Lei Complementar 200. Eu pedi para a assessoria do Senador imprimir para eu poder ler aqui.

O art. 2º, §1º, diz explicitamente que:

> a sustentabilidade da dívida [..] e o estabelecimento de metas de resultados primários [...] [deverá ser], nos termos das leis de diretrizes orçamentárias, até a estabilização da relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral [isso é uma lei complementar] (DBGG) e o Produto Interno Bruto (PIB), conforme Anexo de Metas Fiscais [...]

Depois lá no, no art. 11, da mesma lei, que modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal... É o art. 4º, §5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi introduzido pelo art. 11 da Lei Complementar 200. Só para lembrar, a Lei Complementar 200 é do atual Governo de 2023, e ela diz o seguinte: até o décimo ano contado da promulgação da Lei Complementar 200, a dívida tem que se estabilizar. Então, na verdade, o que o Senado está propondo com o PRS 8 nada mais é do que reforçar o que já está na Lei Complementar 200 e já está na Constituição, que foi introduzido pela Emenda 109: também o princípio da sustentabilidade fiscal. Bom, sem contar o art. 52, inciso VI, que já vem desde 1988, mandando fixar o limite da dívida consolidada.

Agora, o diabo mora nos detalhes. Ninguém está dizendo que tem que ser um limite que vai levar o Governo ao *shutdown*, à paralisação, ou obrigar o Banco Central a reduzir juro da noite para o dia, ou fazer com que o Tesouro Nacional pare de emitir, de repente, da noite para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o dia. É claro que não. O limite precisa levar em conta todas essas questões. Então, nós temos o refinanciamento da dívida. Tem a necessidade de eventualmente engordar a carteira do Banco Central, porque o Banco Central faz política monetária com título público. Desde dois anos depois da promulgação da Lei Complementar 101, o Banco Central é proibido de emitir títulos próprios. Antes, ele emitia as LBCs, as Letras do Banco Central, que eram mais ou menos similares às LFTs do Tesouro, indexadas à Selic. Depois disso, ele ficou proibido e o Tesouro é quem fornece os títulos para o Banco Central poder garantir que a meta Selic, hoje de 15%, seja observada no mercado secundário.

Então, o Banco Central... Não significa que, quando ele fixa essa meta de 15% ou de quanto ele acha que tem que ser o juro para cumprir a meta, ele vai conseguir isso apenas por imposição. Ele vai conseguir, porque ele vende e compra títulos públicos no mercado, são as chamadas operações compromissadas, para garantir que a taxa de juros fique exatamente onde ele quer, ou, pelo menos, varie muito pouco em relação à meta Selic. É assim que se garante o cumprimento da meta de inflação.

O Tesouro, por sua vez, além de refinanciar a dívida vincenda, de pagar os juros da dívida e de financiar o déficit primário, que ainda existe – a projeção, para este ano, no nosso caso da nossa corretora, da Warren, é um déficit primário de R$72,2 bilhões; para o ano que vem, o déficit primário é de quase R$90 bilhões –, ele emite títulos públicos. O que a Lei de Responsabilidade Fiscal garante no caso de rompimento do limite de dívida, que ainda nem foi fixado, mas a LRF já tem todo esse arcabouço? Ela diz: "Olha, o Tesouro está garantido, ele pode refinanciar a dívida". Só que isso é muito pouco, porque o Tesouro também tem uma tarefa – e certamente o Secretário Rogério Ceron vai falar sobre isso – que é a de garantir um colchão de liquidez necessário para fazer frente aos períodos mais turbulentos.

Então, hoje, por exemplo, o Tesouro tem uma gestão excepcional da dívida pública: o Brasil conseguiu esse avanço nos anos 1980, com o fim da conta de movimento, com a separação das funções de fomento do Banco Central e do Banco do Brasil, e com a criação da Secretaria do Tesouro, o que nos legou essa gestão profissional da dívida pública, que só vem melhorando ano após ano. Está aqui o Subsecretário Daniel Leal também, que hoje coordena toda essa área de dívida lá no Tesouro, para fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos hoje um colchão de liquidez, Senador Izalci, que dá conta de pelo menos oito meses de necessidades de financiamento. O que significa isso? Se o Tesouro eventualmente enfrentar um cenário turbulento de juros muito altos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – ... de incerteza, de risco país, etc., ele pode usar desse colchão de liquidez para guarnecer todas as necessidades de financiamento do Estado.

Então, o relatório do Senador Oriovisto teve o cuidado de excepcionar as operações compromissadas, de excepcionar as operações que o Tesouro faz para engordar o colchão de liquidez, e também o dispositivo que remete à Lei 13.820, que é uma lei que eu me lembro também de quando foi forjada, com a participação de especialistas como Marcos Mendes, que foi justamente para cuidar do relacionamento Tesouro-Banco Central. Está excepcionada aqui no texto final do Senador Oriovisto esta possibilidade de o Tesouro enviar títulos para o Banco Central se necessário, para recompor a carteira, etc., nos termos da Lei 13.820.

Agora, a única sugestão que eu daria... Eu quero dizer desde logo que eu sou a favor do limite e acho que ele tem que ser aprovado o quanto antes, já perdemos muito tempo. Em 2015, já poderia ter acontecido isso, mas não houve o apoiamento necessário, mas agora é uma nova oportunidade. A sugestão que eu faço – e acho que os dados que o Senador Oriovisto mostrou foram muito didáticos, porque são as projeções do próprio Tesouro –, então, é: se o Tesouro acha que a dívida vai no máximo para 84% do PIB em três ou quatro anos e se descontando esses itens todos que estão excepcionados ela vai para algo como 70%, 74%, então o limite de 80% que está sendo proposto não é nada absurdo.

O próprio Governo determinou na Lei Complementar 200 – na verdade, a lei aprovada pelo Congresso – que a sustentabilidade da dívida é o grande objetivo. Então, quando o Secretário Bruno Moretti fala que os instrumentos não são diretamente a dívida, mas são o controle de gasto e o aumento de receita, justamente. Quer dizer, a presença do limite vai funcionar como um guarda-chuva para que o Governo tenha um incentivo para não mexer nas metas fiscais, para ter metas de superávit mais duras, para que a gente possa conseguir chegar no superávit primário que estabiliza a dívida o quanto antes. Quer dizer, essa é a tarefa primordial, a meu ver, daquilo que o saudoso Affonso Celso Pastore falava, que é o ajuste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

macroeconômico que nós estamos postergando há muito tempo. Claro, o atual Governo, é preciso reconhecer, conseguiu produzir um aumento de receitas expressivo no ano passado, o déficit primário – que havia sido de mais de 2% do PIB no primeiro ano, em razão inclusive da incorporação de precatórios que vieram do Governo anterior, de R$92,4 bi, mais R$26,7 bilhões que foram pagos aos estados – entrega agora um resultado melhor, mas ainda deficitário. Quer dizer, o juro real não vai diminuir, o custo da dívida não vai diminuir enquanto nós não voltarmos a gerar superávit.

Peço desculpas aí porque eu excedi o tempo, mas quero agradecer mais uma vez, Senador, pelo convite, parabenizar pela iniciativa e dizer que fico à disposição para contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Nós é que agradecemos, Felipe Salto, pela sua brilhante exposição.

Eu assumo a Presidência a pedido do Senador Laércio, que teve que se ausentar, no aguardo que chegue o nosso Presidente Renan.

Enquanto isso, vamos continuar, agora, com a vez de ter a palavra, o Diretor-Executivo da IFI, Dr. Marcus Pestana.

O senhor tem a palavra no tempo de dez minutos.

O SR. MARCUS PESTANA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu caro Senador Oriovisto Guimarães, um dos grandes defensores do equilíbrio macroeconômico e da responsabilidade fiscal aqui, no Senado; a cara amiga Tereza e Izalci, dois colegas que eu tive na Câmara, durante os oito anos em que eu estive lá; o Senador Mourão, que estava aqui; o Laércio que também teve que se ausentar; o Bruno Moretti, representando aqui a Casa Civil; o Manoel Pires, um dos maiores especialistas em finanças públicas da mais tradicional instituição voltada para a questão fiscal, que é a Fundação Getulio Vargas; meu amigo, grande economista, meu antecessor na IFI, pai da IFI e ex-Secretário de São Paulo, o Felipe Salto; o José Roberto Afonso, que está além-mar, na terra de Fernando Pessoa, e que é o pai, um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal, talvez a constituição institucional mais significativa como marco fiscal; o Secretário do Tesouro Nacional, que ocupa a função mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simpática, popular e fácil do Governo, enquanto todo mundo está se divertindo na festa ele vai lá, abaixa o volume e fala o que tem que ter; o que todo mundo sonha e ele vem e corta: "Não, não dá; tem um negócio chamado restrição fiscal". Então, é uma função por que eu não invejo; a equipe da IFI que está aqui, o Diretor Alexandre Andrade e os nossos analistas, a todos vocês.

Conhecendo os meus colegas e sendo o quarto, eu estou naquela situação, como dizia o Embaixador Botafogo, do nono marido da Elizabeth Taylor, tendo que ser original e encantador. (*Risos.*)

Então, vou procurar trazer elementos novos, porque eu imaginei que a gente teria uma convergência grande, em geral, na abordagem, mas crise fiscal é igual água e luz: a gente só dá importância quando falta. A gente só se dá conta quando tem escassez, e aí a gente fala que a gente não pode viver sem água e luz.

No caso da questão fiscal – e o Manoel falou bem, que a dívida é um sintoma –, ela se apresenta quando falta financiamento para rolagem. Quando os investidores falam assim: "Não, eu não confio nesse título, eu não vou pôr o meu dinheiro nisso". E aí caminha para uma situação de *default*, de moratória e tal; muitos países e o Brasil já passaram por situações assim no passado.

Agora, eu selecionei ali países latino-americanos, emergentes, BRICs e desenvolvidos, porque tem essa discussão de se a dívida é alta ou baixa. E aí eu lembro de uma frase que o Dr. Ulysses Guimarães gostava muito do filósofo espanhol Ortega y Gasset: "Eu sou eu e as minhas circunstâncias". E, por outro lado, na dívida importa mais o filme do que a foto.

Então, levando em consideração as circunstâncias, se a gente comparar ali, o Japão tem a maior dívida. Esse é o critério do FMI, não é o critério do Banco Central, porque são as comparações internacionais, o conceito do Banco Central é aplicado só aqui, e a IFI adota o conceito do Banco Central.

Mas o Japão tem a maior dívida – aí são dados de 2024 –: 240% do PIB. No entanto, rolava sua dívida com títulos longuíssimos, com taxa de juros negativa, pela solidez, pela confiança, pela credibilidade, pela consistência da economia japonesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente comparar com os Brics e com os emergentes aí – eu botei só a Turquia, que está candidata também a entrar no nos Brics –, o Brasil está na média. Se comparado com os países desenvolvidos, você vê Estados Unidos, Itália, França, com um nível muito superior, mas com uma outra circunstância.

Entre os latino-americanos, nós estamos emparelhados com a Argentina, mas bem acima de México, Chile, Uruguai e outros países que estão aí.

Então, é só para ilustrar, porque tem sempre a discussão: carga tributária é alta ou baixa? Aí alguém vem e fala assim: nós estamos na média da OCDE. Ora, os países desenvolvidos, a França tem 46% do PIB de carga tributária, mas, nas nossas condições, quando se compara com países latino-americanos e emergentes, a nossa carga é muito alta. Então, tudo é relativo, a depender das circunstâncias.

Eu queria comparar o Brasil com a Grécia, no sentido da foto e do filme. A Grécia teve a maior crise fiscal da União Europeia e foi objeto de uma intervenção do FMI e da própria União Europeia – a trinca lá entrou. Ela tinha uma dívida de 220%; agora está em 150%, tendendo a 130%. O Primeiro-Ministro foi reeleito com folga, porque a população adotou o programa de ajuste fiscal, e a Grécia ganhou grau de investimento, por conta do filme.

E, aí, o nosso filme... Essa é a projeção, dentro do conceito do Banco Central, saindo do conceito comparativo internacional do FMI e vindo para a projeção da IFI.

O Senador Oriovisto apresentou a projeção do Tesouro. Obviamente, a nossa curva é diferente. Quer dizer que alguém está falseando os dados? Não. O Secretário Bruno Moretti falou muito bem: a relação dívida/PIB depende de três variáveis: o crescimento do PIB, a taxa de juros implícita e o resultado primário, que pode corrigir, melhorar, estancar ou agravar a situação de endividamento.

Então, você tem essas três variáveis. A nossa curva é diferente, porque as premissas... Depende do interlocutor, se ele é mais otimista ou pessimista ou, como o Ariano Suassuna gosta de dizer, um realista esperançoso.

A IFI procura ser um ter um realismo esperançoso, mas a nossa projeção, considerando a taxa de juros, dentro das regras atuais, *ceteris paribus* – se as regras do jogo mudarem, o jogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muda –; dentro da realidade atual, a nossa projeção é de um crescimento bastante significativo, fechando este ano com coisa aí de 76% e 82%, e aí tendendo a 100% – dentro das regras atuais, dentro da nossa projeção de resultados primários, do crescimento médio para os próximos dez anos, que, na nossa projeção, é de 2,2% do PIB.

E aí o último eslaide, antes de entrar nas considerações finais. Considerando a taxa de juros implícita, o PIB médio projetado, qual seria o primário necessário, segundo a IFI, dentro da realidade atual, das regras atuais, para estabilizar a dívida? Seria 2,1% do PIB, de superávit primário.

Nós, desde 2014, acumulamos déficits primários. O Brasil já fez, no passado, um ajuste fiscal de 4% do PIB. Não é fácil cortar gastos, aumentar receita, mas é a tarefa, se efetivamente nós queremos. E o grande calcanhar de Aquiles... A economia brasileira está prenhe de desenvolvimento sustentado. Qual é o calcanhar de Aquiles? É o fiscal. O monetário está blindado com o sistema de metas, com a independência do Banco Central. No cambial nós temos uma situação: a nossa dívida felizmente é expressa em reais. Não temos um problema igual à Argentina, um conteúdo extremamente cambial que se comunica com o fiscal. Então nós temos uma vantagem de que nossa dívida é expressa em reais.

Mas nós precisaríamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS PESTANA – ... para estabilizar, nós precisaríamos de um superávit.

Então, para concluir, eu queria, para levantar questões novas... Há uma questão em que os filósofos, os economistas se debruçaram ao longo dos séculos, que é o pacto intergeracional. O passado, o presente e o futuro têm que ter compromissos. O presente tem que ter compromisso com o futuro. E há duas correias de transmissão entre o presente e o futuro: previdência e dívida. Trocar gasto presente por dívida futura é uma injustiça com os nossos filhos, nossos netos. É muito fácil empurrar com a barriga, gastar hoje e deixar a conta para nossos filhos e netos.

Há a famosa frase do Ministro Delfim Netto, que era um grande economista: "dívida não se paga, é para rolar". Mas há circunstâncias para a rolagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o projeto, que, no substitutivo do Senador, aponta na direção correta... Primeiro, o Senado está cumprindo sua função, que é regulamentar a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há uma lacuna – e o Felipe fez todo o histórico das tentativas de suprir essa lacuna. Então é uma iniciativa que merece todo o apoio e todo o elogio.

Certamente o Secretário Ceron trará contribuições, e o Bruno também fez as contribuições, do ponto de vista do Governo. Isso não é uma questão de governo, é de Estado. Dívida tem que ser igual a previdência: dentro do pacto intergeracional, tem que ser pensada a longo prazo e é uma questão de Estado. Então facilita muito esse diálogo, para a construção de soluções sólidas.

O substitutivo aponta na direção correta. E, Senador Oriovisto, o Brasil é um dos poucos que não controla a dívida. A União Europeia tem uma regra de que é 60% do PIB – muita gente está desajustada, como na minha tabela ficou claro – e 3% de déficit nominal. É um cacoete, é o uso do cachimbo. No Brasil, a gente trabalha o primário. Ninguém trabalha o lado financeiro do orçamento. Então, é preciso incorporar e cumprir o mandamento constitucional que é regular. Os Estados Unidos regulam não o primário, mas a dívida.

Está fácil? O Izalci nos pediu que fôssemos didáticos. Nós Estados Unidos está lá o *shutdown*, um impasse. O Governo quer um déficit maior, quer incrementar o endividamento e, portanto, tem que ter autorização do Congresso, mas o Congresso não está dando. E aí tem consequências imediatas.

A União Europeia está renegociando – tinha uma divergência que foi sanada entre a Alemanha e a França, semana passada – uma nova regra, porque a pandemia fez a suspensão da regra. Estão construindo uma nova regra no sentido tendencial de que vão manter as duas metas de 60% do PIB e 3% de déficit nominal, e não primário, como nós estamos acostumado a lidar, mas têm uma regra para a dívida, o Brasil, não.

O substitutivo faz a separação entre o fiscal e o monetário para não inviabilizar a política monetária, muito corretamente, e isola também os entes subnacionais, que já são objeto de regulamentação. Então, o trilho do substitutivo nos coloca tendencialmente em direção a um bom caminho, a um bom porto. Agora, o importante – e a OCDE fala isso – é que a regra fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja simples, crível e verificável, facilmente verificável. E tem que ter consistência. São essenciais a consistência, a credibilidade da regra fiscal e a efetividade.

Outro dia, um grande especialista, que eu não declino aqui por observância da privacidade, porque ele me falou bilateralmente, disse: "O Brasil fracassou na construção de regras fiscais".

Veja bem, o teto de gastos, que foi votado ainda no Governo Temer, que ancorou as expectativas e levou a Selic ao menor nível da história da série, no final, virou... O teto estava tão cheio de goteiras que o arcabouço, o teto de gastos, não se sustentou. Aí, na PEC da transição, em dezembro de 2022, foi extinto o teto e prevista a aprovação, em 2023, da expansão de gastos e de uma nova regra. O Congresso votou o arcabouço proposto pelo Governo e já tivemos mudanças de meta, em 2024. E a PEC 66, recém aprovada, tirou os precatórios, 90%, em 2027, e aí vai abatendo os precatórios. Mas na vida como ela é esses descontos valem para a meta, porém a dívida não perdoa. Os gastos, mesmo excepcionalizados, vão impactar a dívida. Nós íamos caminhar para o estrangulamento absoluto. A própria LDO em tramitação, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, projeta, no anexo, metas discricionárias negativas a partir de 2027 e crescentemente negativas em 2028 e 2029. E aí foi feita essa excepcionalização dos precatórios, criando-se um espaço fiscal.

Então, o papel de uma regra fiscal tem dois objetivos básicos: disciplinar o gasto e ancorar a expectativa. Se não cumpre nem uma função, nem outra, a norma, como esse especialista me falou, não está sendo efetiva.

E eu digo o seguinte: nós estamos vivendo uma crise fiscal. Como fui Secretário de Saúde de Minas por oito anos, eu uso muito metáforas da saúde. Não é um infarto, não é um AVC, não é uma doença aguda; é igual à diabetes, é uma doença crônica que vai minando a saúde do doente. Se a gente não corrigir o rumo, certamente não teremos um processo de desenvolvimento sustentável e sustentado que faça frente ao potencial e às expectativas da sociedade brasileira.

Obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Agradeço ao Dr. Marcus Pestana pelas suas palavras.

E, de imediato, passamos ao Dr. José Roberto Afonso, que é professor e economista e que vai falar por via remota – ele está em Portugal – e tenho certeza de que suas palavras vão ajudar muito a nós entendermos esse assunto.

Professor, o senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Oriovisto. Na pessoa do Senador, cumprimento todos os demais Senadores e colegas aqui deste debate.

Eu vou acrescentar um pouco... Essa é minha apresentação, espero que esteja já projetada, porque a gente daqui de fora não consegue ver. Pontuando, nós estamos aqui discutindo o limite constitucional do montante da dívida consolidada da União. Eu acho que isso é bastante importante. Como o Senador Relator colocou de início, a gente precisa simplificar, e eu acho que é até mais simples do que está, porque nós temos muita coisa já definida no texto constitucional, na Lei de Responsabilidade Fiscal e também na lei dita do arcabouço.

O que cabe ao Senado, exclusivamente ao Senado, segundo a Constituição, fixar? Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União. Isso se insere no esquema...

Aqui colocando muito rapidamente, o que é a dívida consolidada? Isso está definido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Resolução do Senado não muda a lei complementar; e a lei complementar de 2023 não mudou nada sobre dívida da lei de 2000, ela acrescentou mais regras, como já foi colocado aqui por alguns colegas. O conceito de dívida está na lei complementar, a definição do montante cabe ao Senado, esse montante tem que ser fixado, segundo a lei complementar, em percentual da receita corrente líquida – e depois a gente pode até conversar um pouco sobre isso –, já tem todo um arcabouço montado para monitoramento do cumprimento deste limite, já tem a *expertise* longa de estados e municípios, e tem, sim, flexibilidade. Aliás, eu acho impressionante aqui no Brasil como se comenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não se lê a lei. Tem muitas regras e tem muita flexibilidade lá já contemplada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, é muito simples. A União publica um relatório de gestão fiscal – aliás, ele é assinado pelo Ministro da Fazenda e o Ministro do Controle Interno, e não pelo Presidente do Banco Central, porque são conceitos completamente diferentes e têm objetivos diferentes. Aqui é o objetivo legal. E toda a dívida consolidada compreende toda a dívida da União, e não apenas a dívida que se tem junto ao mercado financeiro. Restos a pagar estão dentro da dívida consolidada; precatórios estão dentro da dívida consolidada. É problema isso? Não. Já está considerado, computado – está aqui o relatório. Como a gente pode ver, inclusive, este aqui é o último relatório de agosto, a posição mais recente: a dívida bruta de 724% da receita; a dívida líquida, 509%. E falta só um limitezinho, que, aliás, infelizmente aqui o gráfico ficou em cima. Basta o Senado fixar qual é o percentual sobre a receita corrente ao qual se aplica isso.

Isso já foi feito para estados e municípios e, quando a gente olha na trajetória pós-LRF, funcionou muito bem. É bem claro aqui: a curva de estados, a longo prazo, está para baixo. Lógico, você tem contratempos, mas hoje, por exemplo, nós temos apenas dois estados que não é nem que estouram o limite do Senado, são dois estados que estão no limite de alerta. Na LRF tem sinal amarelo, sinal vermelho. Os municípios, inclusive, estão caminhando para ter dívida líquida negativa, ou seja, mais dinheiro em caixa do que devem. E como a gente vê, quem não ficou sujeito ao limite é onde está o problema do endividamento público no Brasil.

Como o Manoel colocou, estamos aqui de novo, dez anos depois, para falar as mesmas coisas. Eu vou pular, porque acho que muito já foi dito e acho que mais importante do que a gente falar é o Senado discutir e decidir.

Limite de dívida é uma regra tradicional, a mais usada em todos os países do mundo. Na apuração e debate costumam usar o PIB, mas é comum, e nós optamos no caso brasileiro, na LRF, colocar receita, por uma razão muito simples: ninguém arrecada PIB; nós arrecadamos receita. E receita é líquida e certa: entrou, calculou, está no caixa. O PIB, a metodologia muda, não só a metodologia muda, como você apura os parâmetros *ex-post* e, muitas vezes, muda a série. E você não pode, daqui a dois ou três anos, aplicar punições ou retroagir em decisões sobre o seu limite da dívida, porque o que a gente está discutindo aqui é o limite do montante da dívida, o que a Constituição manda. E o montante decorre de você aplicar um limite sobre a receita, acha um valor e esse valor é comparado com a dívida que foi medida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as expectativas já se falou. Nós temos flexibilidade, já vou comentar em seguida, e já foi bem dito. A experiência norte-americana é das primeiras, e acho que por isso paga o erro de ser o primeiro. Agora, é bom lembrar que, nos Estados Unidos, o serviço da dívida não entra no orçamento. Então eles definem um limite de dívida nominal, mas aí todo o fluxo – juros, amortização – não passa pelo orçamento como no Brasil. É uma regra necessária, ainda mais em federações.

Saiu um estudo, há poucos dias, do FMI, que coloca, faz essa apuração toda e mescla. É comum – no passado, você tinha só limite de dívida e, cada vez mais, você tem limite de dívida aplicado com outros limites. Todos os outros limites que são usados nós temos aqui na Constituição, na LRF, na Lei do Arcabouço.

Nós já regulamentamos tudo, só falta regulamentar o limite, por resolução do Senado, da dívida consolidada da União; por lei ordinária, da dívida mobiliária federal; e, também, nós temos limites para emissão de títulos, que é algo de que pouco se fala.

É problema desenquadrar? Não. Aliás, inclusive na LRF, na lei de crimes fiscais, a punição é caso você tenha desenquadrado e você não tome providências para ajustar – por isso que a lei detalha. Eu acho que a resolução do Senado não precisa repetir o que já está na lei complementar, apenas acrescentar, se quiser colocar mais instrumentos para se fazer o enquadramento. Desenquadrou, você publica o relatório e você tem um ano para corrigir o limite em relação ao limite ou à trajetória de limite, que é provavelmente o que a gente precisa.

Tem recessão, o que obviamente derruba sua arrecadação... No caso brasileiro, a LRF não fala nem em recessão, fala em baixo crescimento. Cresceu menos de 1% do PIB, o prazo para ajustar dobra. Tem restrições para o último ano de mandato, a gente sabe bem o porquê.

A coisa fundamental, que eu acho que ninguém fala, é que a lei prevê que todo ano o Presidente da República encaminhará ao Congresso, junto com a proposta orçamentária, uma avaliação da dívida, dos seus limites e uma proposta de manutenção ou de alteração. Nunca foi feito isso. Quer dizer, eu acho que a explicação é que, como nunca teve limite para a União, nunca se mandou essa avaliação. Se o Senado fixasse esse limite, o Presidente, naturalmente com a sua equipe econômica, poderá ter a possibilidade, de novo, de todo ano chegar e dizer:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Está bom, estamos cumprindo o limite". Ou: "Não, aconteceram aqui imprevistos, nós estamos com essa dificuldade, por isso a gente propõe alterar, endurecer ou flexibilizar".

Além disso, além de todo ano poder fazer isso, a lei complementar já prevê que, em caso de instabilidade econômica ou alterações drásticas da política monetária ou cambial – a gente já relatou aqui, porque isso já aconteceu –, de novo, no meio do ano, não precisa esperar nem chegar a próxima proposta orçamentária, o Presidente da República pode pedir ao Senado para revisar os limites.

No caso de calamidade pública, o que foi bem lembrado aqui como a covid, aí não precisa nem pedir; está automaticamente suspensa a contagem, enquanto tiver calamidade você não precisa cumprir os limites. Eu acho que eu nem chamaria isso aqui de flexível, eu chamaria de inteligente, eu acho que a lei foi muito inteligente.

Dívida consolidada líquida da União. Quando a gente olha o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro – de novo, volto a insistir, isso já está medido, é publicado, é auditado pelo Banco Central, faz parte das prestações de contas da União –, a evolução é essa. Aqui nós estamos falando, olhando o último relatório, que é de agosto do ano passado, que a gente tem a posição: quanto se arrecada, na casa de 1,5 trilhões nos últimos 12 meses. Qual é a dívida consolidada bruta? Onze trilhões. Dessa dívida se deduz o que se tem em caixa e os haveres financeiros. Aliás, eu pessoalmente concordo que o Tesouro tenha que ter, óbvio, um colchão de liquidez, mas o colchão já está contemplado aqui, até porque eu acho que, eu ainda estou supondo, o colchão está dentro ou do caixa ou dos títulos que estão no próprio Tesouro.

Vou caminhar aqui para concluir.

Eu acredito que a gente também poderia fazer... Aqui o que foi proposto, originalmente, de ajustes ao substitutivo, mas o que é necessário para cumprir a lei de acesso... Mas o que eu queria concluir aqui e reforçar é que, secundando os meus colegas anteriores, de novo, a dívida consolidada eu acho que a gente não precisa inventar; já está lá, já está prevista, já está regulada, já é medida, já é apurada.

O que a gente pode e deve fazer é refinar o que a própria LRF prevê do que seja dívida consolidada líquida. E aí – concordo com o que foi dito aqui –, no caso do Banco Central, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

caso do Tesouro, da União, você precisa deduzir coisas que não valem para estado e município, porque o estado e município não têm o Banco Central. E a minha sugestão é que se deduza o saldo do relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro.

É um pouco diferente da operação compromissada. Eu acho que a operação compromissada é problema de política monetária. Nós estamos tratando aqui de instituições fiscais. Ou seja, a diferença entre a dívida mobiliária que está na carteira do Banco Central, menos o que tem na sua conta única, essa diferença é que eu acho que deveria ser deduzida do cálculo da dívida líquida. Por que razão? Porque, no caso brasileiro, a gente tem uma peculiaridade: o Banco Central é uma autarquia, uma autarquia federal, pertence ao Governo, diferentemente do resto do mundo.

Proponho também que, para efeito de controle social, todo Relatório de Gestão Fiscal preveja que, no caso da dedução – por conta do relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central –, se essa variação de dívida for superior à apurada na dívida bruta, que haja uma justificativa, uma manifestação explicando a razão dessa diferença ao Banco Central. Acho que aqui é meio comum... O que a gente precisa aqui é separar o quanto a dívida pública sobe por razões fiscais e o quanto sobe por razões monetárias e cambiais também – aliás, vamos registrar aqui, o Banco Central por vezes precisa de títulos do Tesouro para fazer o enxugamento e nem sempre ele apenas faz isso com compromissada.

A isonomia com estados e municípios eu acho que é pertinente, mas é lógico que, como se demorou muito tempo para fixar o limite da dívida federal, eu acho que poderia se dar... Ou aumentar o prazo, até dobrar o prazo de ajuste de estados e municípios, que foi de 15 anos – acho que a União podia até ter 30 anos –, e/ou aumentar o limite de dívida, porque quatro vezes é o quanto foi previsto em 2000; como nós vimos lá no gráfico original, em 2000 mudou tudo.

Um comentário – depois a gente pode voltar ao debate –: nós estamos com vários conceitos... Eu estava aqui fazendo um apelo para a gente não criar novos conceitos. A gente já tem vários conceitos de dívida, várias exigências e nem sempre... Coitado do Ceron, da CGU e do TCU. Em algum momento a gente estava precisando fazer um código fiscal para harmonizar (*Falha no áudio.*) ... e confio que o Senado não vá perder essa oportunidade, sobretudo porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos comemorando 37 anos da Constituição Federal de 1988, a mais longa da época da democracia. E eu acho que nada é mais importante do que tirar do papel poucas regras que estavam no texto constitucional de 1988 e que ainda não foram aplicados.

Acho que, com serenidade, com diálogo, com boa disposição, como a gente está vendo aqui dos Senadores e dos técnicos, mais um item está sendo aplicado e, certamente, não criará constrangimentos à boa execução da política fiscal e monetária, mas, sim, vai dar um norte.

Muito obrigado.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Agradeço ao Dr. José Roberto Afonso por suas palavras.

Na sequência, nós teríamos as palavras do Dr. Rogério Ceron de Oliveira, Secretário do Tesouro Nacional. No entanto, eu recebi aqui um pedido da Senadora Tereza Cristina e do Senador Izalci, porque eles têm compromisso, precisam se ausentar e gostariam de fazer uma rápida manifestação, deixar algumas questões no ar. Eu pediria, então, licença ao Dr. Rogério para, primeiro, conceder a palavra a esses dois Senadores e, já em seguida, lhe passo a palavra, Dr. Rogério.

Primeiro, a Senadora Tereza Cristina, por favor.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador Oriovisto.

E eu quero parabenizá-lo e também o Senador Renan por esta iniciativa de resgatarmos o que a Constituição já diz. Como disse agora o nosso palestrante José Roberto Afonso, é uma das poucas coisas que ainda precisamos implementar em termos de legislação. Eu sou absolutamente de acordo com o encaminhamento desse PRS 8, de 2025. Então, aqui quero deixar claro que serei favorável na votação na Comissão, no Plenário, enfim. Eu acho que passou da hora de resolvermos esse problema.

Eu queria parabenizar a todos: Sr. Bruno Moretti, que é o Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil; Sr. Manoel Pires; Felipe Salto; Marcus Pestana, meu amigo querido;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Roberto Afonso – nós tivemos aí uma audiência especial para falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi um *show* de sessão especial que tivemos aqui nesta Casa –; e Sr. Rogério Ceron – infelizmente não vou poder assistir, mas depois vou resgatar, através do nosso Senado, para que eu possa ouvir as suas palavras, porque este assunto muito me interessa.

Cumprimento aqui meus colegas, Senador Mourão e Senador Izalci.

Eu queria dizer que atualmente a dívida pública está crescendo, como todos vocês já colocaram, principalmente por causa das taxas de juros. Eu até brincava aqui com o Senador Oriovisto quando ele estava aqui ao meu lado: isso é como o ovo e a galinha, a gente não sabe quem nasce primeiro e como é que essas coisas caminham. E a gente tem visto aí o Presidente do Banco Central, o Sr. Gabriel Galípolo, que já disse que as taxas de juros vão continuar altas por períodos prolongados para tentar controlar a inflação. A atual direção do Banco Central está buscando fortalecer a sua credibilidade, diferentemente do ocorrido no passado, no Governo Dilma, quando o Banco Central reduziu as taxas de juros sem condições técnicas e aí acabou perdendo a credibilidade, e a gente viu o que deu: naquela época, sem credibilidade, a inflação subiu, o Banco Central teve que elevar ainda mais os juros, provocando a maior recessão da nossa história.

Na opinião dos economistas que estão participando deste debate, o que o Ministério da Fazenda poderia fazer para conter o crescimento das despesas correntes e ajudar o trabalho do Banco Central em controlar a inflação com taxas de juros mais baixas? Porque isto é o que a gente ouve do setor produtivo, de onde eu venho, toda a minha vida ligada ao setor produtivo, e a gente vê a reclamação geral: como é que nós vamos investir com as taxas de juros que tem aí? E aí o Brasil vive refém disso: a gente não consegue crescer, a dívida não diminui, e, enfim, a gente fica aí que nem cachorro correndo atrás do rabo e não sai do lugar.

Como a falta de controle e a expansão do déficit das empresas estatais prejudicam o trabalho do Banco Central de controlar a inflação com taxas de juros mais baixas?

O Governo poderia vender alguns ativos e reduzir a dívida bruta para pagar menos juros aos rentistas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram as três perguntas que eu gostaria de deixar aqui colocadas, e depois eu vou ouvir as respostas dos ilustres palestrantes.

Quero agradecer a presença de vocês nesta audiência de alto nível.

Eu acho que nós deveríamos até ter mais Senadores aqui presentes para ouvir o que todos vocês nos colocam sobre esse grave problema da nossa economia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Eu vou primeiro fazer das palavras da Senadora Tereza as minhas palavras para economizar os elogios.

Eu queria fazer algumas perguntas rápidas aqui.

Primeiro ponto. O Felipe Salto sempre costuma dizer que o Brasil é pródigo em criar regras fiscais, mas não em cumpri-las. Então, a gente cria um monte de regra, mas, na hora de cumprir, esse é o problema. O que garante que desta vez será diferente? Já temos a regra de ouro, a meta do resultado primário, o limite da despesa primária, o limite de despesa com pessoal e tantas outras regras. O maior exemplo disso é o atual limite de despesas primárias, criado pelo arcabouço fiscal, que apresenta várias exceções ao seu cumprimento, comprometendo evidentemente a sua credibilidade. Não seria o caso de fortalecer a governança e o controle das regras atuais em vez de acrescentar novas regras? Então, essa é uma pergunta que eu deixo aqui no ar.

Por que estabelecer dois limites de endividamento baseados em indicadores diferentes, porém, altamente relacionados? Quando o produto da economia aumenta, as receitas públicas também aumentam e vice-versa. Isso não pode trazer confusão ao comunicar as consequências da violação dessa regra ao grande público? Em uma situação hipotética em que um deles está sendo cumprido e o outro não, como uma pessoa não versada no assunto poderia classificar o endividamento do país? Alto, baixo, razoável, excessivo ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A receita corrente não é um termo técnico demais para ser usado em uma regra fiscal pretensamente simples?

Eu vou deixar depois escrito aí para...

Segundo o último relatório das projeções fiscais do Tesouro Nacional, seguindo a dinâmica atual, a dívida bruta do governo geral (DBGG) atinge um pico, em 2028, de 84,3% do PIB. Segundo o Prisma Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a mediana das expectativas de mercado para o mesmo indicador é de 83,8% do PIB, já para 2026, isso reflete uma política fiscal expansionista e insustentável do Governo Federal. À luz da experiência com outras regras fiscais baseadas em limites de agregados orçamentários, como o antigo teto de gastos e o atual arcabouço fiscal, como um limite de dívida poderá atenuar o apetite por mais despesas mantido pela atual gestão à frente do Palácio do Planalto?

Eu vou deixar essas indagações para... Tenho mais uma aqui rápido. Não sei se eu posso mais uma rápido aqui, Presidente. Eu vou deixar por escrito.

Foi feito algum estudo para fixar o patamar de 80% do PIB como um limite adequado para o desenvolvimento sustentável do país para o valor da dívida pública do Governo geral, ajustado nos termos da última versão do relatório legislativo do Senador Oriovisto? Segundo esse mesmo relatório, por esse conceito, a dívida pública se encontra atualmente em 64,05% do PIB. Não seria razoável supor que, dado o atual quadro fiscal, a aprovação de uma regra que autoriza o Governo Federal a expandir o seu endividamento em 16 pontos do PIB poderia trazer mais instabilidade à economia? O que esperar também da permissão para esse expansionismo com os entes subnacionais?

Agradeço-lhes e os parabenizo.

Eu tenho um compromisso agora inadiável, tenho uma palestra.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senador Izalci, pelas suas contribuições.

Vamos retomar a nossa ordem dos oradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, de imediato, a palavra ao Sr. Rogério Ceron de Oliveira, Secretário do Tesouro Nacional.

Por favor.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Oriovisto, os demais Senadores, o Senador Mourão que nos acompanha aqui também e meus pares aqui da mesa: Moretti, parceiro aqui da batalha por manter a funcionalidade e a organização das finanças no funcionamento do Governo; Salto, que também é sempre um grande parceiro e um ótimo debatedor; Marcus Pestana, Manoel Pires e José Roberto Afonso, sempre trazendo – e já elogiando aqui o brilhantismo ao trazerem – questões não só do passado, mas questões conceituais importantes.

Eu vou começar tentando ser o mais breve possível, pelo adiantar da hora, mas vou falar um pouquinho sobre as questões de mérito e depois sobre algumas questões operacionais que são relevantes aqui para este debate, primeiro, de novo, reforçando que um debate de alto nível como este é muito saudável, faz muito bem a qualquer sistema democrático saudável.

Bom, no mérito, como o próprio Moretti comentou logo na fala inicial, não há nenhuma divergência. Acho que, em nenhuma das falas, ninguém tem nenhuma divergência da necessidade, da importância de manter a dívida pública sob controle. Isso é inequívoco entre todos os debatedores aqui. Como posição de Governo, obviamente, a dívida pública precisa ser controlada.

Um primeiro debate que surge – até o Senador Izalci também já fez este questionamento – é se o que é mais importante é o nível ou é a dinâmica, é a fotografia ou é o filme. Então, essa questão de qual é o nível adequado da dívida pública é um debate hipercomplexo, vai depender da realidade de cada país. O Marcus Pestana trouxe aqui um pouco do exemplo de como a economia japonesa pode trabalhar com um percentual de dívida extremamente elevado, porque tem um custo de financiamento muito baixo e tem um custo de financiamento muito baixo, porque tem uma poupança de longo prazo muito elevada. Enfim, são questões... A economia é uma ciência complexa que se relaciona em todas as suas variáveis. O Salto também abordou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pouco sobre isso. Eu me alinho aqui mais à visão do Moretti também em que mais importantes do que o nível são a sua trajetória, a sua estabilização e a sua redução ao longo do tempo. Isso é o que de fato importa, ainda mais em um endividamento público focado, centralizado majoritariamente em moeda local. Isso faz muita diferença. Então, com tudo isso, eu tendo a, entendendo tecnicamente, me alinhar àqueles que defendem que a trajetória é mais importante do que o nível. Então, a estabilização dela é mais importante do que se ela é 80%, 90% ou 85% do PIB ou qualquer outro que seja o critério.

Bom, dado isso, vale mencionar... Eu acho que o José Roberto trouxe um pouco de todo o histórico da LRF, do que ela já prevê, e eu acho que vale a pena fazer uma ponte entre LRF e a Lei Complementar 200, o arcabouço fiscal, porque nós temos muitas regras, nós temos muitas nuances que precisam ser externalizadas.

Ainda no mérito, a gente tem duas divisões – também foi tratado um pouco disso. A necessidade de financiamento geral tem um componente que é o resultado primário. Se ele for negativo, eu estou adicionando necessidade de financiamento. E eu tenho a variável financeira, que é o custo de carregamento e financiamento daquela dívida. O resultado nominal junta esses dois resultados. Então, quando eu tenho um déficit primário recorrente e elevado no tempo, eu vou adicionando dívida que vai ter que ser financiada, e esses juros podem se elevar ao longo do tempo.

Bom, aqui eu começo uma pequena e leve discordância de algumas ponderações aqui.

Ao contrário de muitos, eu acho que o Brasil vem avançando muito, há muito tempo, em várias temáticas, inclusive na temática fiscal. Eu sou daqueles que acreditam que os instrumentos fiscais e as regras fiscais estão sendo aprimorados. E tanto isso é verdade que isso precisa ser posto num debate como este, olhando-se para o resultado primário. E o resultado primário é o que consensualmente representa o esforço do Governo – as outras variáveis não estão exatamente no controle do Governo, dependem de muitas outras nuances –, o esforço do Governo, que é o resultado primário, vem há mais de uma década num cenário muito crítico, mas vem num processo de recuperação. E por que – e vou citar números – eu digo isso? Se você olhar os três últimos ciclos de governo, todos tiveram déficit primário. Nos últimos dois ciclos de governo, declaradamente fiscalistas, fizeram ações para tentar recuperar o fiscal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiram manter o déficit primário em torno de 2% do PIB – aqui, de novo, com todos os esforços, não estou entrando no juízo de valor se dava para fazer mais ou menos. Com as novas regras fiscais, nós já estamos com 1,15% de déficit primário do PIB. Está ótimo? Claro que não, mas a recuperação é inequívoca do ponto de vista do resultado primário. A previsão até 2026 é ficar abaixo de 1% do PIB, já considerando o pagamento do estoque de precatório, que era um problema que também era importante ser resolvido, porque é importante também a gente manter o pagamento em dia das obrigações. Tudo isso traz segurança institucional, segurança para os investidores. Então, do ponto de vista fiscal, há um processo de recuperação, as regras estão funcionando, estão recuperando o resultado primário.

Tem um debate legítimo que existe sob o ponto de vista do resultado primário: essa recuperação não deveria ser mais célere, o país não precisaria acelerar ainda mais esses processos de recuperação? Apesar desse debate, não dá para deixar de lado – e aí eu tenho que fazer só um leve contraponto aqui – que eu acho que as regras estão, no que tange à recuperação do resultado primário, funcionando. Você pode discordar e achar que ela deveria ser: "Sim, está recuperando, porque é inequívoco nos números, mas precisa ser mais, precisa acelerar esse processo". E aí podemos discutir se precisa algum reforço nas regras, mas a gente deveria trabalhar sempre no aprimoramento de regras do que ficar tentando reinventar todo o arcabouço existente. Isso é por um lado.

Do ponto de vista do estabelecimento de um teto de dívida, e aí indo para o debate central aqui do que nós estamos discutindo, há nuances que precisam ser levadas em consideração.

Apesar de se propor um limite que pode ser alto neste momento, ou até acima do que é a nossa projeção de trajetória de estabilização da dívida, ele já traz problemas concretos para o presente. Isso é importante também de se frisar, e acho que ninguém acabou tendo a oportunidade de comentar. O mercado, os agentes em geral trabalham com uma boa racionalidade, e tudo o que acontece para o futuro é trazido, de alguma maneira, para o presente, para valor presente, ponderado pelo risco daquilo se materializar ou não. Então, por mais que tenha várias ressalvas, e o Relator realmente incorporou muitas das preocupações que já tinham sido alertadas, o mero estabelecimento dele continua criando alguns óbices. E eu cito alguns. O fato de interromper – supondo que haja o risco de rompimento desse limite –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

naturalmente, vai cair no enquadramento, que o próprio José Roberto Afonso brilhantemente evidenciou, do descumprimento da LRF. Então, a despeito do que eventualmente esteja previsto na resolução, a Lei de Responsabilidade Fiscal vai ter uma hierarquia superior e vai ter que ser seguida. E lá ela é muito clara: só poderão ser realizadas novas operações de crédito para o pagamento da dívida mobiliária. Então, o pagamento da dívida não mobiliária, ou seja, todas as operações contratuais não serão pagas, não poderão ser financiadas.

Todas as garantias que o Governo Federal honra de operações de estados e municípios que acabam ficando inadimplentes com suas operações de crédito não poderiam ser pagas com operações, com novas emissões. O próprio colchão de liquidez também não poderia ser recomposto, não porque a resolução não permite, porque ela até trouxe a possibilidade de ser questionada, ser solicitada essa autorização para o Senado, mas a lei complementar não permite.

E o mais grave ainda – isso dá a dimensão do desafio – é que a LRF exige que esse retorno para a trajetória ocorra em três quadrimestres. Isso gera um impacto, hoje seria como se tivéssemos que... Olhando para o passado recente aqui, em que o Banco Central sinalizou um incremento em três pontos percentuais da Selic, que faz parte da política monetária para cumprir o seu objetivo, o seu mandato, e está corretíssimo na sua condução, isso geraria um impacto imediato da ordem de R$150 bilhões na dívida, ou seja, imediatamente nós teríamos que fazer um ajuste primário adicional de R$150 bilhões, R$200 bilhões, num único exercício...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – ... o que equivale a mais de 2% do PIB. Muito difícil de se imaginar, e a gente sabe o quão difícil é esse debate sobre a recomposição fiscal.

Tudo isso para dizer que, bom, do ponto de vista do mérito, ele é necessário. Do ponto de vista do que já existe hoje, nós temos muito a aproveitar do que já existe na LRF, do que existe no arcabouço fiscal. Lembro que no arcabouço fiscal – foi trazido aqui – já há um limite, já há uma trajetória que precisa ser evidenciada de estabilização em dez anos. E nós precisamos, então, agora discutir um pouco – o Moretti trouxe isso – do que nós já temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei Complementar 200 já tem previstos alguns gatilhos: gatilhos para o caso de permanência de resultados fiscais primários negativos, gatilhos para o caso de a discricionária se reduzir a partir de um patamar; e eles têm alguns acionamentos, algumas sanções. Podemos discutir, mas olhar para as leis complementares seria fundamental nesse debate. Podemos ter um gatilho para caso essa trajetória de estabilização não mostre ou chegue num patamar de alerta que evidencie um risco de não cumprir essa estabilização em dez anos? Por exemplo, o Marcos Pestana trouxe aqui, olha, projeção da IFI: vai atingir 100% do PIB. Nas nossas projeções, das nossas equipes técnicas, não, ela vai se estabilizar em torno de 84%. Segundo o mercado, a mediana da expectativa Focus, ela se estabiliza também no horizonte de dez anos, mas em 94%. Enfim, quem está certo ou quem está errado, isso em economia é absolutamente impossível de dizer, mas a gente precisa trabalhar para poder ter os cenários de equacionamento.

E aí é muito mais importante a gente ter regras, e ninguém é contra ter regras, para que os gatilhos que serão acionados não criem uma situação pela qual você vai antecipar e criar um problema insolúvel que vai poder de fato desorganizar o sistema financeiro e todo o sistema macroeconômico por consequência.

Então, tudo isso que eu estou colocando aqui – tentando ser o mais breve possível, mas o debate exige, pela complexidade da matéria – é que eu acho que a Lei Complementar 200 traz já um arranjo que prevê essa recuperação do resultado primário, que está acontecendo. Ainda ele está num cenário de déficit primário, como foi mencionado, mas em recuperação; e em recuperação célere em relação ao que a gente observou aí na última década. Então, a gente está caminhando para virar daqui a pouco e gerar superávit primário, e aí vai ser uma discussão de qual é o superávit primário aí para estabilizar a trajetória da dívida. Mas ela prevê que isso precisa ser estabilizado no horizonte de dez anos.

Talvez possa ser feita uma discussão mais aprofundada sobre como a gente compatibiliza o que está previsto na LRF, desde lá de trás, como a gente adéqua para o caso da União esses gatilhos, porque os gatilhos previstos na LRF para o retorno para a trajetória, para o patamar de endividamento do limite previsto, talvez eles sejam incompatíveis com a harmonização com a política monetária. Então, talvez, se a gente se juntar e fazer um debate aprofundado, talvez esteja em algum aperfeiçoamento de lei complementar o caminho para a gente atingir o objetivo que é comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com isso aqui eu encerro, mas também reforço o pleito do Bruno Moretti de que a matéria demanda... Ela é nobre, o país precisa discutir e perseguir este objetivo de estabilização da trajetória da dívida, é relevante, é fundamental, mas ele precisa ser feito em um debate, de novo, sem postergações, mas um debate profundo, construtivo, para que a gente saia com um aprimoramento e não crie um problema que, por mais que pareça que é lá no futuro, não é, ele vai ser trazido a valor presente, e nós vamos ter um desarranjo imediato no mercado de dívida, na credibilidade das finanças públicas, por mais *a contrario sensu* que pareça. Ao se criarem essas regras sem harmonizar a LRF com a Lei Complementar 200 e com a resolução, nós teremos ali um resultado talvez pior do que o atual e muito distante do que é almejado.

Então, por tudo isso, Relator e Presidente, aqui peço e também insisto aqui, acho que é um bom debate, o debate correto para o país, um debate não de governo, um debate de Estado, mas que precisa ser aprofundado para ter essa harmonização. Acho que tem vários elementos muito importantes que o José Roberto Afonso trouxe, que, com as demais contribuições de todos que aqui falaram, nós podemos, sim, claramente caminhar para ter um pequeno aprimoramento eventual nas leis complementares que permitam atingir o objetivo, e, aí sim, eventualmente até estabelecer um limite de dívida, mas que ele tenha uma forma de condução posterior de "sanções", entre aspas, mas de medidas que reduzam, que ajustem esse processo de forma consistente no tempo; e invariavelmente que essas medidas tenham relação com as despesas obrigatórias. A gente não vai conseguir resolver o problema simplesmente estabelecendo limites ou criando, enfim, um *shutdown*. Ele vai ter que ser gatilhos – ou deveria ser, do ponto de vista técnico, gatilhos – que de alguma forma reduzissem a dinâmica das despesas obrigatórias, e, aí sim, você conseguiria ao longo do tempo garantir a estabilização da trajetória da dívida.

Bom, para não me alongar mais, porque a matéria exigiria, mas realmente sem o tempo, eu paro por aqui e fico aqui à disposição para as próximas rodadas.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Eu agradeço as palavras do Dr. Rogério Ceron de Oliveira.

Quero, agradecer a todos, e, em função do adiantado da hora e ciente dos compromissos que todos têm, antes de encaminhar para o encerramento quero ainda deixar a palavra livre. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns dos componentes da mesa querem ainda fazer alguma manifestação, algumas palavras finais...

Começaria...

O SR. MARCUS PESTANA (Para expor.) – Quero só reafirmar que é um assunto de Estado, de longo prazo, que tem que ser pensado em 10 anos, 50 anos e está em ótimas mãos, do Senador Renan e do Senador Oriovisto. Eu acho que a partir desta audiência se estabelece uma mesa de diálogo para aprofundamento.

A pergunta do Izalci é importante; quer dizer, há muitas regras fiscais, e o que importa é credibilidade, consistência e efetividade, mas não existe uma norma específica sobre dívida – e há uma lacuna.

Eu fui Deputado por oito anos, e o caminho da resolução contempla a economia processual, mas o ideal é que houvesse uma lei complementar que substituísse o arcabouço e colocasse as três variáveis fundamentais – o teto de gastos, o resultado primário e o limite da dívida – num contexto só. Mas aí tem todo um processo tortuoso de tramitação parlamentar, e a legislação confere ao Senado essa capacidade de estabelecer esse item por uma resolução sua.

Então, eu acho que... A pergunta do Izalci: fortalecer as regras atuais ou normatizar a dívida? Não, eu acho que é preciso normatizar a dívida, mas compatibilizando com a legislação existente. E o que o Izalci pontuou também é que – o Senador Oriovisto, eu acho que se preocupou com isso –, obviamente, as regras do jogo têm que ser claríssimas, né? Qual é a base de cálculo? Quais são as metas que têm que ser cumpridas? Não pode ter ambiguidade, e eu não enxergo isso.

Agora, tudo que eu estudei é que, por exemplo, a negociação da União Europeia caminha para a nova regra ser focada no filme, e não no ponto, na foto. É valorizar o tendencial, porque, por exemplo, a França está encalacrada, provavelmente vai ter o maior déficit nominal este ano: 5%, 5,1% do PIB. É uma dívida já de 115% do PIB. Então, não está numa trajetória de ajuste, e a meta lá é 60% do PIB. Então, se valorizaria na regra a tendência, a questão tendencial da convergência da dívida para a meta, que vai ser mantida lá, na União Europeia, em 60%, com o limite de 3% de déficit nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o importante é ter uma regra duradoura, não ficar trocando, porque isso mina a credibilidade. E regra só tem valor se ela tiver consequências. Aí as consequências efetivas têm que estar previstas e têm que ser cumpridas, porque senão é só para inglês ver, para falar que o Brasil tem uma regra fiscal, e isso não serve nem para ancorar, nem para disciplinar o orçamento público.

Muito obrigado pelo convite, Senador. Boa sorte em mais uma tarefa aqui, também o Imposto de Renda... Não, o Renan...

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – O Renan.

O SR. MARCUS PESTANA – ... vai relatar, mas boa sorte. O senhor tem experiência e habilidade para orquestrar esse diálogo e chegar ao texto mais preciso para regulamentar essa importante questão.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Dr. Marcus Pestana, muito obrigado pela sua participação.

Dr. Felipe Salto, quer fazer algumas considerações finais?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Quero apenas agradecer, Senador, cumprimentá-lo, mais uma vez, pela iniciativa e, modestamente, sugerir que, talvez para compatibilizar essa apreensão do Secretário Rogério Ceron, que eu entendo... A realidade concreta das coisas, é uma dívida crescente e um gasto público também crescente, a despeito do arcabouço fiscal, a despeito das regras em vigor. A sugestão é que, por meio do seu gabinete, do gabinete de V. Exa., se fizesse uma tentativa de encontrar uma trajetória para ser colocada no texto.

É a única sugestão que eu faço, no lugar do número fixo de 80, ou de 6,5 vezes, colocar uma trajetória. Então, que seja, por exemplo, a que o Tesouro estima neste momento.

A Instituição Fiscal Independente poderia dar a sua colaboração, porque hoje o Senado tem esse privilégio de ter uma instituição que, a meu ver – e eu acompanho isso desde que eu entrei na vida laboral, a contas públicas –, o Senado tem hoje a instituição que faz as melhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeções, inclusive considerando o mercado financeiro, que é a Instituição Fiscal Independente. Então, a IFI, junto com o Tesouro e eventualmente o Banco Central, que tem quadros que acompanham o tema da dívida há muito tempo também, podem encontrar uma trajetória que pudesse prever um período de *waiver*, porque todo mundo sabe que a dívida ainda vai crescer dois, três anos num cenário otimista. As nossas projeções mostram que a dívida pode chegar a 97% do PIB até 2030. Então, sentar com os técnicos e chegar a um período de crescimento, depois estabilização e queda. Isso, a meu ver, afastaria todas essas apreensões que o Tesouro tem e que são corretas, são legítimas.

Então, parabenizo-o mais uma vez. Acho que as modificações que o senhor fez, que V. Exa. promoveu junto com os seus técnicos – o Silvio, que está aqui, e o Dalmo – no texto original foram muito positivas. Elas contemplam essas questões do Banco Central, principalmente da gestão da política monetária. Então, não há outro caminho que não seja acelerar esse tema para finalmente nós termos um limite de dívida consolidada, que é sinônimo de dívida bruta, com os detalhes e as diferenças que o Prof. José Roberto Afonso pontuou.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Obrigado, Felipe Salto.

Dr. José Roberto Afonso, por favor, para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito rapidamente, eu voltarei a insistir: eu acho o que senhor colocou, o Senador Izalci e Senadora Tereza, vamos simplificar. Eu acho que a resolução não tem que criar novos conceitos de dívida.

Como já colocou aqui a preocupação do Secretário Ceron, o conceito de dívida está lá, a base está lá, que é a receita. Eu acho que a única coisa que se precisa tratar é, nas deduções para apuração da dívida consolidada líquida, também excluir a dívida do Tesouro que é emitida por razões monetárias cambiais, mas acrescentar uma exigência de divulgação desses dados e de esclarecimento sobre seu comportamento. Eu acho que, se isso for feito, a dívida atual e a dívida consolidada líquida seriam quatro vezes e meia a receita corrente líquida, ou seja, com um teto de quatro, teria 50% de receita líquida a ajustar. Eu acho que é algo palatável e, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi dito, óbvio, com certeza, uma trajetória, e eu acho que essa trajetória não deve ser igual a dos estados e municípios, e sim maior. Lá foram 15 anos; aqui a gente pode falar em 20, 30 anos. Acho que um ajuste de um vinte avos, um trinta avos é mais do que suficiente do ponto de vista fiscal, dá um norte fiscal, e, de novo, não cria nenhum constrangimento para a execução da política financeira. Não é só monetária, não, mas de novo, insisto, cambial, mas com a sua devida transparência e controle fiscal sobre o que está acontecendo com essa dívida. Ou seja, a gente teria a dívida consolidada líquida fiscal e a dívida consolidada líquida monetária correndo em paralelo e sendo também acompanhada.

Muito obrigado, Senador. Fico à disposição para qualquer debate além aqui da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Muito obrigado ao senhor. Tenha a de certeza que suas contribuições serão levadas em conta, assim como as de todos os outros que vieram aqui nos prestigiar hoje e trazer elementos realmente importantes nessa discussão.

Dr. Manoel Pires, por favor, as suas palavras finais.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, quero agradecer a oportunidade de poder expor alguns elementos aí para reflexão dos Senadores e de todas as pessoas que estão nos assistindo.

Queria até responder a observação do Senador Izalci sobre a questão dos dois indicadores. De fato, os dois indicadores podem... Os dois limites de dívida, os dois conceitos de dívida podem criar alguma confusão. É possível se ver numa situação em que você descumpra um dos critérios e não descumpra o outro. Isso, obviamente, é uma situação indesejada. Então, tentar achar um indicador mais apropriado é importante.

Queria fazer a ressalva... Quero reforçar os pontos do Secretário do Tesouro que também refletem minhas preocupações com relação a algumas restrições que estão postas lá na Lei de Responsabilidade Fiscal e à possibilidade de fazer esse limite de dívida se conjugar bem com o restante do sistema fiscal, em particular a questão da recondução das trajetórias, o tempo requerido para isso e a vedação de financiamento de déficits quando você atinge o limite. Isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a meu ver, pode causar, sim, alguma repercussão no mercado e gerar algum tipo de problema de mau funcionamento no mercado de títulos.

No mais, o Zé Roberto Afonso trouxe uma contribuição que eu acho muito interessante, sobre a ideia de um código fiscal. Eu acho que é necessário a gente ter um código amplo, abrangente e harmonioso, que trate desse tema. E, apesar das minhas ressalvas com relação à necessidade de fazer o debate sobre a relação entre Tesouro e Banco Central nesse contexto de limite de endividamento, para a gente separar bem essas funções, eu acho, sim, que, ao conseguir separar essas funções e achar um bom meio-termo para essa questão, a gente precisa trabalhar em aumentar a transparência das ações de política monetária e fiscal.

A gente aprovou recentemente a lei de autonomia do Banco Central, mas avançou pouco na questão da prestação de contas. Na medida em que você dá autonomia para um órgão público, é necessário também aprimorar o sistema de prestação de contas dele, ou seja, um grande poder como esse tem que vir com uma grande responsabilidade, e a prestação de contas com a sociedade é fundamental. Acho que isso atende a uma preocupação da Senadora Tereza Cristina, que mencionou a questão da taxa de juros.

Agradeço mais uma vez aí a possibilidade de participar deste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Nós é que agradecemos o seu tempo e as suas contribuições.

E, em função do adiantado da hora, coloco a palavra à disposição do Dr. Bruno Moretti para suas considerações finais.

O SR. BRUNO MORETTI (Para expor.) – Senador, obrigado.

Vou ser bem breve.

Quero parabenizar o senhor mais uma vez, porque este debate muito técnico, num tema, como disse o Marcus Pestana, de Estado, tem aperfeiçoado o texto, o substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar reforçando o pleito – e sem repetir todos os pontos, em função do tempo – para que nós sigamos neste debate para aperfeiçoar ainda mais o texto. Se o senhor nos permitisse seguir nessa discussão, acho que seria bastante produtivo.

Alguns pontos muito rapidamente.

Eu acho que, retomando um ponto que o Ceron falou, nós precisamos preservar o que está funcionando. Esse é um ponto importante. Então, quando a gente olha a despesa, como eu tinha mostrado aí, como proporção do PIB, é fato que ela caiu, é fato que ela se mantém ali em torno de 18,8%, 18,7% do PIB, ela é menor do que foi em alguns exercícios e é menor do que foi a de 2023. E, do ponto de vista de resultado primário, ainda que se possa discutir a questão de ritmo – como bem colocou o Ceron –, o processo de recomposição de receita tem nos aproximado de um terreno, digamos assim, próximo ao Orçamento equilibrado. Quero lembrar que, quando eu falo numa despesa de 18,8% do PIB, eu não estou falando da despesa sujeita ao arcabouço fiscal, estou falando da despesa primária do Governo central. Então, aqui não tem nenhuma exclusão, nem nada parecido. Nesse sentido, eu acho que é importante a gente fazer esse reconhecimento para aperfeiçoar os instrumentos, especialmente de controle da despesa obrigatória.

Um ponto que acho que não foi tematizado – de que a gente poderia tratar em outras ocasiões – são os próprios procedimentos, isso valendo para o Governo, valendo para o Congresso e valendo, inclusive, para a Justiça, de criação da despesa obrigatória. Ontem mesmo, nós tivemos matérias com impacto fiscal relevante aprovadas. E os procedimentos de lado a lado para reforçar, por exemplo, o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – que o Zé Roberto conhece tão bem, porque foi central na gestação disso – são muito importantes para que a gente possa dar consequência à discussão da estabilização da trajetória da dívida, para que a gente tenha instrumentos efetivos e não puramente um ponto máximo que a dívida não poderia ultrapassar.

Quero reforçar também que eu acho que essa discussão do monetário ainda merece mais debate, Senador, porque é isso... Como disse o Ceron, se nós trazemos a valor presente questões que afetam a possibilidade de reabastecer a conta única, isso, em última instância, tem impacto no monetário. Ainda acho que a gente precisa trabalhar melhor isso, porque isso afeta a liquidez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mercado interbancário. Então, a gente realmente precisaria avançar nessa discussão para não ter efeitos contrários àqueles que a gente pretende.

Por tudo isso, acho e repito – concluindo – que é fundamental a gente seguir neste debate, se o senhor assim entender, de modo a seguir aperfeiçoando o substitutivo.

E agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Eu é que agradeço, Dr. Bruno Moretti.

Estive em aberto para este debate antes desta audiência pública, continuo me enriquecendo com este debate e estarei à disposição para conversarmos o quanto for necessário.

Quero tranquilizar os dois representantes do Tesouro, do Governo: esta não é uma obra do Relator, isto tem que ser aprovado na CAE e, depois da CAE, tem que ir para o Plenário. Ainda pode ter pedido de vista, pode ter ainda um longo debate pela frente. A nossa grande preocupação é não prejudicar o bom andamento do Governo, é permitir que o Governo tenha todos os instrumentos e as possibilidades para exatamente controlar a dívida.

Agora, estamos sempre diante de um problema central: a nossa Constituição prevê claramente que o Senado fixará um limite para essa dívida. Eu acho que nós temos obrigação de cumprir essa questão constitucional, mas não de forma abrupta, não de forma sem muita discussão, não de forma descuidada.

Como o último a fazer o uso da palavra, eu passo a palavra ao Dr. Ceron.

Por favor, Dr. Ceron.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, parabenizo o debate.

Vou ser bem sucinto aqui, mas é importante.

Agrada-me muito, pelo menos do ponto de vista de transparência, a sugestão que o José Roberto Afonso trouxe de fazer, vamos dizer, o que é a dívida consolidada fiscal separando-a da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

monetária. Eu acho que isso traz um ganho de transparência, evidenciando que a gente foge um pouco desse... Consegue-se pelo menos organizar um pouco melhor este debate do que é o efeito da política fiscal e do que é o efeito da política monetária, por mais legítimos que sejam, mas para a sociedade seria um ganho entender: "Ah, não, a dívida está subindo por conta do monetário, do fiscal, é o déficit, em qual proporção?". Então, eu acho que só do ponto de vista de transparência já seria um ganho. Do ponto de vista prático, do que é o esforço do Governo, do que está no controle do Governo, também ajudaria que você tenha uma regra e tenha uma responsabilidade ali relacionada ao que você possa realmente atuar.

Meu único ponto, de fato, que retomo, é que eu acho que pode ter um caminho, na linha do que o Salto também comentou, de ter uma trajetória, que o José Roberto também comentou na mesma linha, mas insisto, eu acho que também precisa ter gatilhos automáticos que não sejam relacionados a pagar coisas e, sim, sobre como a gente reduz a dinâmica da despesa e da receita e atrela à dinâmica da despesa e da receita primária para poder contribuir com esse processo de atendimento ou de retorno a uma trajetória daquilo que é responsabilidade do fiscal. Esse eu acho que pode ser um caminho frutífero e me parece que é um ajuste simples em que a gente poderia trabalhar e pensar do ponto de vista de aprimoramento em alguma das leis complementares, para que você tenha algum tipo de gatilhos que ajudem a controlar a dinâmica da despesa obrigatória, no caso de acontecer uma situação como essa. Eu acho que aí a gente organiza bem o debate. Se a gente conseguir separar bem o que é o efeito da política fiscal se distanciando de uma trajetória almejada pelo Legislativo, haveria ali gatilhos automáticos para você não ter que ficar com uma insegurança sobre o que acontece, então, se ultrapassar esse limite. Trazendo previsibilidade, previsibilidade ajuda muito os investidores, ajuda muito o mercado, dá estabilidade institucional. Então, minha única contribuição adicional seria essa.

Eu acho que é um caminho interessante, tanto pelo lado da despesa, quanto pelo gasto tributário, no qual também teríamos que ser muito mais rigorosos também para evitar situações como a que o próprio Moretti comentou. Precisamos de todos os Poderes muito alinhados no cumprimento desse objetivo de estabilização da trajetória da dívida, sinalizando isso com regras claras, com institucionalidade, que não tenha um rompimento de obrigações e de regras. Eu acho que o país ganha e eu acho que nós estamos próximos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fechando aqui, reforçando o que o Moretti solicitou, se a gente tiver um tempo para construir algo... Acho que foi um debate de altíssimo nível que foi feito aqui. Não me parece que, em muitas outras rodadas, com um público qualificado como este, debatendo de forma séria, pensando no Estado, a médio prazo... A gente sai com uma solução que vai ser muito boa para o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Bom, eu quero, antes de encerrar, agradecer aos telespectadores da TV Senado. Quero agradecer à Maria, de São Paulo; ao Carlos, do Rio de Janeiro; ao Brener, do Distrito Federal; ao Thiago, do Rio de Janeiro; ao Thiago, do Paraná; ao Cristiano, de São Paulo; enfim, a todos que mandaram perguntas e mandaram comentários. Quero pedir perdão a eles, porque, pelo adiantado da hora, eu não farei essas perguntas. Quero agradecer a todos que nos acompanharam pela TV Senado.

Quero agradecer a todos os debatedores. Sei da preciosidade do seu tempo. Tenho certeza de que tudo que aqui foi dito está gravado. Este Relator continua absolutamente em aberto para receber sugestões, até por escrito, se assim o desejarem fazer, não é? E o debate continua. Vamos tentar fazer o melhor pelo país e tentar cumprir algo que já faz muitos anos que está previsto desde 1988. Tivemos um bom tempo já para esse debate, tivemos tentativas anteriores que não deram em nada e que foram arquivadas. Vamos ver se, dessa vez, o final não seja simplesmente fazer, com essa resolução, o que se faz com a dívida: rolar, rolar, rolar. (*Risos.*) Nós queremos terminar essa resolução e não enrolar, dar um limite para essa dívida.

Por uma imposição constitucional e da lógica, ninguém pode ter uma dívida que tenda ao infinito, ninguém pode ter a possibilidade de dever um valor que não tenha um limite. Isso seria sair do campo da economia e cair no campo da magia, não é? É por isso que, sabiamente, a nossa Constituição estabeleceu que o Senado fixará um limite para a dívida do Governo geral.

Agradeço a todos de coração, muito obrigado, e espero que a gente continue essa conversa.

Encerro a sessão neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PL 1087/2025, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Apresentar a estratégia do governo para a reforma da tributação sobre a renda, os fundamentos do PL nº 1087 de 2025, e os impactos esperados sobre a arrecadação e a progressividade do sistema tributário. **Participantes:** Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda; e Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nos últimos dias, venho apontando, registrando, como obrigação de um Senador da República, as dificuldades, o divórcio que existe entre alguns Deputados, que acabaram por não patrocinar seguidamente os interesses da nação. Isso ocorreu por ocasião da chamada PEC da blindagem, que foi enterrada aqui no Senado Federal por unanimidade, e, mais recentemente, contra a tributação de uma minoria que pouco ou nada pagam de Imposto de Renda, os chamados BBBs: bilionários, bancos e *bets*.

Há, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, um inegável rebaixamento da agenda prioritária do país, que deveríamos expressar como prioritária, em uma democracia representativa, geralmente em favor de castas privilegiadas e que são sempre minorias – minorias, mas com complexo de maiorias.

O projeto aprovado na Câmara – trago aqui em nota da Consultoria da Casa – preserva, sem dúvida nenhuma, a estrutura geral do texto encaminhado pelo Poder Executivo, mas introduz alguns ajustes quanto aos valores de faixas de renda, às regras de transição, às exceções aplicáveis e aos mecanismos de compensação federativa.

Em relação à redução do Imposto de Renda da Pessoa Física para as faixas de menor renda, a Câmara manteve a criação da redução do imposto mensal. No entanto, o limite superior dos rendimentos beneficiados foi aprovado – isso também tinha sido aprovado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto semelhante aqui nesta Comissão, de R$7 mil para R$7.350 –, ao mesmo tempo em que a fórmula de cálculo de redução foi recalibrada, diminuindo o valor máximo da dedução de R$1.095,11 para R$978,72.

No tocante à tributação mensal de altas rendas, que incide sobre lucros e dividendos pagos por pessoas jurídicas a pessoas físicas, o texto aprovado manteve a incidência da alíquota de 10% sobre valores superiores a R$50 mil por mês. No entanto, isentou os lucros e dividendos referentes a resultados apurados até o calendário de 2025, desde que sua distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025 e os pagamentos ocorram conforme o cronograma originado, estabelecido.

Quanto à tributação anual de altas rendas, o texto da Câmara manteve a criação da chamada tributação mínima do Imposto de Renda de Pessoa Física, equivalente ao IRPFM, previsto no projeto original. Entretanto, o limite superior da faixa de isenção foi ampliado de 84 mil para 88,2 mil anuais, foram incluídas diversas novas hipóteses de exclusão e isenção da base de cálculo, abrangendo rendimentos provenientes de aplicações em instrumentos financeiros de fomento ao crédito e à infraestrutura, como: Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Letra Imobiliária Garantida (LIG), Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e fundos imobiliários negociados em bolsas. Também passaram a ser... É bom que se frise: essas fontes, essas compensações estavam incluídas na Medida Provisória 1.303 e não no projeto do Imposto de Renda de Pessoa Física. Também passaram a ser excluídos os lucros e dividendos relativos a resultados apurados até 2025, cuja distribuição tenha sido aprovada até o fim do ano e sejam pagos até 2028, observadas as condições fixadas na aprovação.

Para instruir a apreciação da matéria aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, nós vamos realizar quatro audiências públicas: duas nesta semana, com a presença honrosa do Ministro da Fazenda e da sua equipe; uma outra em que nós vamos, na próxima quinta-feira, ouvir os beneficiados com a isenção, com o Imposto de Renda zero para quem ganha até R$5 mil e, escalonadamente, para quem ganha até R$7.350; e faremos as duas últimas audiências públicas na outra semana, quando, inclusive, pretendo apresentar o nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Ministro Fernando Haddad. Desde já, muito obrigado por sua presença nesta Comissão.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Presidente Renan Calheiros; Vice-Presidente, Senador Laércio Oliveira; Senadores e Senadoras aqui presentes, mais uma vez, é uma grata satisfação dialogar com uma audiência tão qualificada, que, inclusive, já se antecipou nessa ocasião do debate sobre Imposto de Renda e esta Comissão já teve a possibilidade de apreciar já um projeto que tem exatamente... trata do mesmo mérito e na mesma direção do projeto apresentado pelo Poder Executivo.

Eu quero dizer a vocês que não poderia ser mais gratificante para nós do Ministério da Fazenda tratar desse assunto, sobretudo depois de uma votação unânime na Câmara dos Deputados que angariou nada menos do que 493 votos a favor e absolutamente nenhum voto contrário. Eu acredito que outros projetos tenham angariado um apoio semelhante, mas um tema como esse, que trata talvez pela primeira vez, de maneira estrutural, da questão da desigualdade de tratamento tributário no nosso país, eu quero crer que isso nunca tenha acontecido no passado. Eu, pelo menos, não tenho lembrança de um projeto que ganhou as ruas, ganhou os corações e mentes dos brasileiros, ganhou as redes sociais para que alguma justiça tributária começasse a ser feita, porque efetivamente o Brasil, ao longo da sua história, Senadores, do ponto de vista tributário, concorre para uma piora da distribuição de renda. É uma questão inaceitável um país que está entre os dez países mais desiguais do mundo ter no sistema tributário não um corretor, mas um complicador; não uma saída, mas a manutenção de um *status quo* inaceitável no Brasil.

Esse projeto, pactuado com o Congresso Nacional antes de chegar às duas Casas, foi objeto de um acordo prévio, que eu gostaria que fosse relembrado aqui, o acordo de que esse projeto – para ser um projeto que dialoga com o futuro, sem populismo, sem irresponsabilidade, mas com a seriedade que o tema requer – deveria ter um princípio basilar, que é fazer justiça tributária garantindo a neutralidade fiscal do projeto. Ou seja, trata-se de um projeto que não tem nenhum tipo de viés arrecadatório ou de aumento de isenção, é neutro do ponto de vista fiscal, mas corrige uma injustiça tributária dramática no Brasil. É o começo, na minha opinião, de uma nova trajetória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mundo inteiro hoje enfrenta problemas fiscais, frutos de vários desequilíbrios do sistema – começam em 2008, com a crise financeira, depois vem pandemia, tudo isso gera enormes desequilíbrios fiscais mundo afora. Estamos acompanhando aí países vizinhos nossos, países europeus, a maior potência mundial, os Estados Unidos da América, vivendo problemas fiscais, mas nós estamos fazendo aqui uma coisa inédita, que é perseguir resultados de contas públicas melhores, melhores resultados nas contas públicas, mas buscando fazer justiça, sem penalizar as camadas economicamente mais vulneráveis.

Como resultado dessa trajetória até aqui, eu gostaria de reforçar, Presidente Renan: nós teremos no quadriênio correspondente ao mandato, ao terceiro mandato do Presidente Lula, a menor inflação acumulada da história – da história, no quadriênio. Não estou falando de um ano específico, estou falando de um mandato completo, porque às vezes, você pode ter um ano em que você teve uma inflação muito baixa, mas, no mandato completo, nós teremos a menor inflação, com crescimento econômico cerca do dobro do que vinha acontecendo nos últimos anos, com a menor taxa de desemprego da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com resultados fiscais melhores desde 2015, pelo menos.

Ou seja, nós estamos colhendo os frutos do nosso trabalho de três anos, porque, quando você tem a mínima, o quadriênio com menor inflação, com menor desemprego, com crescimento superior ao que vinha acontecendo, simultaneamente, e melhores resultados fiscais dos últimos dez anos, você pode dizer que você está numa trajetória que exige cuidado. Você nunca vai ouvir de um membro da área econômica que não há trabalho a ser feito, tem muito trabalho a ser feito. Mas nós viemos até aqui com resultados muito importantes, muito importantes. E nós vamos ter ao longo dessa audiência a oportunidade de falar sobre eles, porque esses resultados só foram possíveis com o apoio do Congresso.

O Congresso compreendeu a necessidade de cortar gasto tributário, por exemplo. Nós ainda estamos em um patamar de gasto tributário na casa de 6% do Produto Interno Bruto, mais do que o dobro da média histórica. E é muito curioso que setores muito conservadores da nossa sociedade, equivocadamente, tratem o corte de gasto tributário como aumento de tributo e não como o fim de um privilégio. É curioso isso. Você cortar gasto tributário no Brasil é encarado pela imprensa, como um todo, não como o fim de um privilégio que foi dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

momentaneamente, mas como aumento de imposto. E não poderia haver equívoco maior do que isso.

Vez ou outra, Senador Humberto, eu olho uma notícia do tipo: vão tributar as *bets*. Eu tenho até dificuldade de compreender a frase, porque assim, toda atividade econômica é tributada, toda. Todos vocês, todos os empresários, todo mundo contribui com a sua justa parte para o Orçamento público, e aí o ônus recai ao poder público ao corrigir uma distorção? Vão tributar as *bets*? Sim, porque todos nós pagamos tributos. E, quando alguém escapa, isso faz recair sobre toda a sociedade o que está sendo desonerado de um determinado setor. Aconteceu isso.

E, às vezes, o programa é meritório. Ninguém tira o mérito, por exemplo, de que... Não naquele desenho, mas o Perse tinha um mérito na pandemia, mas, a essa altura, manter um benefício?! Fizemos um pacto com as duas Casas para concluir, fechar o programa, depois de ele ter atingido os seus objetivos.

E tem que ser assim com todos os programas de renúncia fiscal. Eles não podem ser eternos, a não ser em casos muito específicos. Vou dar um exemplo típico: as santas casas. Nós sabemos que elas são entidades filantrópicas que não pagam determinados tributos, isso está na Constituição. O Constituinte colocou isso lá na Constituição, porque sabia da necessidade para o SUS do complemento dessas entidades históricas, seculares às vezes, que prestam um serviço complementar a um SUS que está em construção. Então, o Constituinte teve abertura para esse tipo de procedimento, mas estabeleceu critérios que hoje foram constitucionalizados, como no caso da Emenda 109, já promulgada pelo Congresso Nacional, que determina o corte de renúncias fiscais.

E não há nada mais pernicioso do que tratar isso como aumento de tributo. Isso não é aumento de tributo. Nós estamos protegendo a sociedade de grupos de interesse, privilegiados, que querem tornar perene, querem perenizar aquilo que foi feito conjunturalmente para uma determinada situação.

Este projeto tem este mérito, Senador Renan: ele é um projeto que ataca a desigualdade. É isso a que ele visa. Ele começa a corrigir a desigualdade produzida pelo próprio Estado, que deveria ser um instrumento de correção das desigualdades. A reforma da renda, que é posterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à do consumo, tem o mesmo objetivo da do consumo. O que foi feito? Qual o pacto que foi feito na reforma sobre imposto sobre o consumo? Nós estabelecemos aqui que o objetivo da reforma sobre o consumo não era fiscal, nós estabelecemos que nós vamos fazer a maior reforma da história do país com neutralidade fiscal. Alguns setores iam pagar um pouco mais, porque estavam subfinanciando o Estado, outros setores iam pagar um pouco menos. Os senhores e senhoras tiveram a oportunidade de fazer a lista de exceções à regra geral para acomodar determinados interesses legítimos, como foi o caso da cesta básica, que teve uma ampla discussão, e como é o caso dos medicamentos, que teve uma ampla discussão. Tudo isso foi para favorecer a população brasileira, que não vai pagar tributo sobre uma série de bens essenciais, mas que vai ter no plano do consumo uma acomodação para modernizar o Brasil.

Nós estamos trazendo o IVA para o Brasil, depois que mais de 170 países adotaram o Imposto sobre Valor Agregado, mas com uma distinção no nosso caso: nós estamos digitalizando o IVA. Nós vamos ter um sistema tributário 100% digital para justamente trazer para a base um conjunto maior de atividades e focar em ser mais justo, em ter uma trajetória sustentável para a evolução do nosso sistema tributário, que vai estimular o investimento e estimular as exportações.

O Brasil pode se tornar uma plataforma de produção de bens e serviços exportáveis, porque vai poder contar com um sistema tributário racional. Vejam que o Redata, recém-encaminhado, por medida provisória, pelo Presidente Lula, antecipa efeitos da reforma tributária para atrair investimentos para o Brasil, garantindo a nossa soberania digital. São coisas como essa que vão passar a acontecer com cada vez mais frequência no nosso ambiente econômico.

Então, eu queria elogiar o trabalho do Congresso Nacional – e digo Congresso, porque o Senado já se debruçou sobre essa matéria, então, não é nova a matéria para o Senado – e queria dizer que nós estamos muito confiantes de poder dar esse passo, que vai ser festejado pela sociedade brasileira. Eu não tenho dúvida, e as pesquisas estão aí a demonstrar, de que esse tema ganhou – ele ganhou –, no espaço público, um prestígio que nem nós calculávamos que fosse alcançar. Ele, efetivamente, hoje, é tema de conversa de bairro, é tema na universidade, nas escolas, nos locais de trabalho, porque, há muitos e muitos anos, o trabalhador brasileiro almeja olhar para o Estado brasileiro e ver no Estado brasileiro um parceiro, um parceiro. E essa promessa, que foi feita já há tantos anos – há, pelo menos, oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, se faz essa promessa para o povo trabalhador –, chegou em boas mãos, nas boas mãos do Presidente Lula, que não se furtou a encaminhar o projeto que garante que a sua promessa será cumprida. Isso vai ser muito importante, porque também ajuda as pessoas a voltarem a ter esperança na política de que a política e a democracia são o caminho para nós atingirmos os nossos objetivos.

Então, eu me congratulo com o senhor, Senador Renan, vejo o seu entusiasmo com o tema, as suas iniciativas, sua prerrogativa de liderar aqui a CAE, esta eminente audiência que nós temos, e eu me coloco, junto com o nosso Secretário-Executivo Dario Durigan e o Secretário Especial da Receita, à disposição, para nós tratarmos tecnicamente desse projeto, que certamente vai receber dos senhores a maior atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu acho que seria também muito importante nós ouvirmos o Secretário Especial da Receita, o Robinson Barreirinhas, que está aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Poderia dizer aí a ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós já temos inscritos: Humberto Costa, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Veneziano e Laércio Oliveira, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Por blocos, Presidente? Por blocos de três?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós combinaremos, né? Talvez seja mais eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Secretário Especial da Receita.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Presidente desta CAE. Uma saudação a todos os Senadores, ao nosso Ministro, ao nosso Secretário-Executivo.

Eu não vou tomar muito tempo, não, Presidente, até para deixar mais para os debates. Só queria salientar o caráter de justiça fiscal desse projeto, né? Ele, ao mesmo tempo em que cumpre o compromisso de campanha do Presidente Lula da isenção dos R$5 mil e também avança para uma desoneração parcial para aqueles que têm um rendimento mensal de R$7.350, ele traz, como medida compensatória, uma medida de justiça, não de redução de despesas para essas mesmas pessoas que são beneficiadas, não de redução de políticas públicas que são promovidas para essas mesmas pessoas, o que seria dar com uma mão e tirar com a outra. A compensação é dada por uma medida de justiça fiscal, de equilíbrio fiscal, de extensão da tributação àqueles que não contribuem com a sua justa medida, com a sua justa parte para o orçamento público.

Então, esse equilíbrio da isenção, que é feito, por um lado, com uma compensação pela tributação mínima, uma tributação muito baixa, de até 10% apenas, para aquelas pessoas que ganham em média mais de R$1 milhão por ano, é uma medida que traz esse equilíbrio, traz essa justiça e permite que o cumprimento dessa promessa de campanha não se dê às custas das políticas públicas.

E, de uma maneira muito breve, com essa introdução, Senador, me colocando também à disposição desta Comissão e desta Casa, eu gostaria apenas de enfatizar esses aspectos e me colocar à disposição também para este debate.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos as intervenções iniciais.

Combino com os Senadores e com as Senadoras, se nós faremos, blocos de três. Isso daria mais efetividade ao debate, o que foi, aliás, a proposta do Senador Randolfe. (*Pausa.*)

Então, em primeiro lugar, eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Fernando Haddad, demais integrantes da mesa, eu queria fazer uma colocação, mas eu queria fazer também uma pergunta que extrapola esse projeto.

A colocação é que eu considero que, ao longo de um projeto político que tem ultrapassado quatro governos... Quatro não, seis eleições, vamos dizer assim: duas do Presidente Lula, mais duas com Dilma e mais uma com o Lula, que certamente terá mais uma. Nesse período, nós fizemos um processo de inclusão social neste país que eu acho que não tem semelhante em outro país, dentro de um processo democrático de conquistas extremamente importantes.

Para um projeto que tem um viés de construção de uma sociedade justa, democrática, acho que faltava um ponto importante que era nós mexermos nesse tema da desigualdade. E esse projeto, eu acho que ele foi, sem dúvida, esse grande marco que abriu na sociedade brasileira um grande debate sobre que sociedade nós queremos, se é justo que tão poucos tenham tanto e tantos tenham tão pouco, não é? Então, eu acho que isso é muito importante e eu acho que os impactos que nós vamos ter sobre a economia e sobre a nossa vida serão muito grandes.

Mas eu queria extrapolar um pouco esse tema, porque eu acho que a relatoria do Senador Renan vai caminhar, sem dúvida, naquilo que é o foco do projeto. Não espero muitas novidades. E ainda se V. Exa. promover algum tipo de mudança do que veio lá da Câmara, será de certa forma combinado, para que a gente não vá cair lá naquela selva que acontece às vezes, né, da disputa política que pode levar inclusive a se perder algum tempo para que essa proposta possa viger plenamente.

A minha pergunta, Haddad, era mais no sentido do seguinte: não é que eu estou considerando que esse assunto está resolvido e aprovado, mas eu acho que tem um outro assunto que hoje nos preocupa muito mais, que foi a rejeição da medida provisória que tratava do tema do IOF e tratava de outras receitas para promoção do equilíbrio fiscal, em que há um interesse de todo mundo de saber o que é que o Governo está pensando, não é?

Eu, por exemplo, acho... Eu ouvi algumas especulações que eu achei positivas. Eu acho que nós não devíamos dar por resolvido o problema da tributação das *bets*. Essa é uma questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente importante, que se o Governo decidir mandar alguma coisa nesse sentido, como projeto de lei ou o que quer que seja, eu acho que tem como a gente fazer prosperar, porque eu acho que na sociedade há um clima de compreensão dos danos que esse tipo de atividade tem produzido no nosso país e também porque nós sabemos que são ganhos bilionários que essas *bets* têm obtido, basta olhar o que elas têm gastado de patrocínio para clube de futebol. Basta isso, não precisa ir nem mais além.

E a outra questão é a questão novamente de a gente conseguir trazer um imposto para os setores considerados super-ricos. O que é que vem dessa proposta? O que é que vai resgatar do que foi derrotado lá na Câmara e o que é que pode vir como alguma coisa nova para essa discussão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – Bom, Presidente, primeiro, eu cumprimento V. Exa. como Presidente da nossa CAE e como Relator dessa matéria tão importante para a sociedade brasileira; cumprimento as Senadoras e os Senadores aqui presentes e cumprimento também, parabenizando, o Ministro Fernando Haddad e a sua equipe: o Dario Durigan e o Barreirinhas – permita-me chamar assim –, Secretário da Receita; e o colega Laércio.

Bom, eu quero, em primeiro lugar, realmente valorizar o trabalho da equipe da Fazenda. Eu acho que quando começamos a jornada, tivemos que aprovar... E mais uma vez os méritos ao Congresso Nacional, que aprovou uma PEC da transição que deu o mínimo de oxigênio para poder funcionar o Governo, caso contrário, a gente nem inauguraria o Governo. E, nessa caminhada, já fizemos a reforma tributária dentro da democracia, óbvio que ela está terminando os seus detalhamentos. E agora, quando a gente olha para os números, não que esteja tudo ótimo, a gente sempre quer melhor. Mas os números são extremamente favoráveis. Nós estamos entre as dez maiores economias do mundo. O nosso PIB foi de 3,2, em 2023, 3,4, em 2024, e a expectativa é de que seja acima de dois. Mas, como sempre a gente tem tido surpresa – o pessoal projeta uma coisa, e, em geral, dá maior –, quem sabe teremos um três ponto alguma coisa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área de emprego – não preciso falar –, nós estamos praticamente numa área de pleno emprego.

A inflação, em queda. E, se for pegar a inflação média, do período agora, como V. Exa. já disse, vai ser a menor do século XXI no Brasil, pegando o período de cada Governo de quatro anos.

Abrimos mais de 340 mercados. Por isso que, mesmo com o tarifaço nos prejudicando, nós estamos tendo fôlego para buscar outros mercados. E – Deus queira –, com esse início de diálogo dado durante a Assembleia Geral da ONU, e agora continuado pelo Ministro de Relações Exteriores, eu espero que a gente volte à normalidade nas nossas relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos da América. Eu creio que isso está a caminho, porque não tem o menor sentido, em uma relação mais do que bicentenária, uma relação que é vantajosa para os Estados Unidos, porque a nossa balança comercial é positiva em 7 bilhões por ano para eles, então não tem o menor sentido... E eu acho que a tentativa de politizar o que não era para ser politizado, pelo que percebo, se dissolveu no ar. Eu creio que perderam consistência aqueles que queriam estabelecer artificialmente um embate entre duas nações de 200 anos de relacionamento para servir a uma causa. Eu acho que isso realmente perdeu completamente o vigor.

Bom, sobre a questão da fome, o Presidente acaba de voltar de Roma, onde foi participar e mais uma vez pontuar... E às vezes eu fico olhando as pessoas dizendo que nós estamos num mundo muito conturbado, num mundo muito conflagrado e eu fico me perguntando... Nós estamos há 80 anos do final da Segunda Guerra Mundial, maio de 1945 – 80 anos. A sociedade, o sistema, quando saiu da guerra, prometeu o estado de bem-estar social. E, 80 anos depois, nós somos obrigados a fazer campanha mundial pelo fim da fome. Então, nós temos que assumir: não é uma culpa individual, mas a verdade é que o sistema vem propiciando uma discrepância entre o topo da pirâmide e a base da pirâmide que é insustentável.

Eu gosto sempre de citar esse exemplo, porque, em 2004, eu, servindo ao Presidente Lula na coordenação do Conselhão, como é chamado o Conselho Econômico Social, fiz uma proposta. Na época éramos 90 membros – era o caleidoscópio brasileiro: de Movimento sem Terra a Presidente da Febraban, passando por tudo, religiões, universidades, etc. Bom, a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta era: "Nós precisamos [como é um aconselhamento, não é o Parlamento] fazer um aconselhamento ao Presidente da República sobre um projeto nacional de desenvolvimento que fosse algo consistente". E a pergunta era: qual é o maior obstáculo para o Brasil conquistar um desenvolvimento duradouro e que trabalhe sempre com a questão da justiça social e da preservação da sustentabilidade ambiental? Pois bem, para minha surpresa, depois de um ano de debates, trazendo professores, fazendo palestras, por unanimidade – isso não foi construído –, a conclusão do grupo foi que o maior obstáculo para o desenvolvimento integral brasileiro são as nossas desigualdades sociais e regionais.

Quando você olha esse projeto aqui, é óbvio que o contingente nordestino dá um salto, porque a concentração de gente com baixo poder de compra é muito alta lá. Ou seja, eles próprios pontuaram, vou repetir, dos movimentos sindicais até o Presidente da Febraban, que é a desigualdade, e nós continuamos igual.

Nosso Índice de Gini, na minha opinião, é uma vergonha para um país com esse potencial, com essa posição na economia mundial, que, no entanto, tem um Índice de Gini dos piores – sei lá se está entre os quatro ou cinco piores – do mundo.

E, na era da tecnologia, nada contra, ela é altamente concentradora de renda, porque cada aplicativo novo que é surgido – parabéns a quem o criou, quem o descobriu –, há uma concentração absurda no topo de quem recebe, pois qualquer um desses aplicativos roda no mundo inteiro, e para aqueles que prestam o serviço.

Então, eu acho que o trabalho que V. Exa. vem fazendo, evidentemente correspondendo ao que o Presidente da República pede... E é evidente que os debates são intensos, porque todo mundo entende um pouco de economia, a Casa Civil puxa para um lado, a Fazenda puxa para outro. Eu já vivi isso várias vezes trabalhando com o Presidente Lula e, na minha opinião, isso não me assusta, porque é isto mesmo: cada qual no seu mister... Mas eu quero só elogiar o trabalho de V. Exa. e parece até uma coincidência superior: V. Exa., em 2018, quando candidato à Presidência da República, assumiu o mesmo compromisso que o Presidente Lula tinha assumido, mesmo sem poder ser candidato, da isenção de R$5 mil, e, sete anos depois, V. Exa., como Ministro da Fazenda, está vindo aqui cumprir a promessa do atual Presidente e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

candidato Fernando Haddad, que tinha se comprometido com isso, na medida em que, ao longo dos anos de 2019 até 2022, não houve sequer correção da tabela do Imposto de Renda.

Eu creio que essa medida... Eu tenho convicção de que, merecidamente, o Presidente Renan Calheiros tem estatura, cultura, conhecimento e sensibilidade política e social para fazer o melhor dos relatórios. Evidentemente, a Casa tem o direito de fazer as alterações. Todo mundo está ansioso, porque quer que essa coisa seja definitivamente carimbada, para que, a partir do ano que vem, já possa começar a funcionar. E eu acho que assim será. Na minha opinião, não tenho dúvida de que o espírito que preside os Senadores é esse.

Então, eu só quero parabenizar V. Exa. e o Presidente Lula e desejar toda a tranquilidade, toda a luz, toda a sabedoria ao Presidente Renan, para que ele faça para o nosso povo nordestino, que anseia por isso... É porque, com isso, vai ser mais dinheiro no mercado. Esse pessoal que vai deixar de pagar não é investidor, porque ele vai gastar em questões essenciais para a vida dele: ou melhorar a casa, ou comprar uma outra roupa, ou melhorar o alimento de dentro de casa. Esse é o resultado mais importante. Essa roda faz a roda da economia girar, o emprego aumentar e também segura a inflação.

Então, parabéns, Senador Renan! Deus o abençoe. Estamos aqui à disposição como Líder do Governo para contribuir nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar todos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... que estão aqui à mesa.

Em primeiro lugar, eu quero parabenizar vocês, porque parece, e pelo que foi dito e o que é dito, que seria impossível fazer o que está sendo feito. Seria impossível fazer uma reforma tributária com a abrangência e com a transformação, com a mudança estrutural, do ponto de vista tributário, que ela representa: deixar de cobrar na origem, cobrar no destino, levando a riqueza para quem, de fato, consome; e deixando e garantindo que quem produz, que já gera riqueza, gera emprego, gera uma série de outros benefícios, mas quem consome possa também se beneficiar da geração dos tributos, não é?

Então, como o próprio Ministro Haddad falou, uma reforma tributária que vai ser a primeira estrutura tributária 100% digital, na cobrança, na consistência, amarrando tudo, desonerando quem exporta, acabando com a cobrança em cascata de tributos, tornando o imposto mais transparente, ou seja, eu acho que isso era aparentemente impossível e isso foi entregue agora no final.

Estamos no final da definição do modelo gerencial de toda essa estrutura tributária inovadora, moderna, que simplificou a cobrança de tributos, que dá transparência, que faz justiça tributária, o *cashback*.

Nós já paramos para pensar o que significa a pessoa de baixa renda poder receber de volta o imposto que foi cobrado daquela faixa de renda que não deveria pagar imposto, porque tem uma renda menor? Veja, é aparentemente impossível que isso tenha sido feito em menos de três anos de Governo, e, ao final do terceiro ano, essa nova estrutura tributária, a verdadeira reforma tributária do país vai ser entregue ao povo brasileiro.

A outra questão, a que, às vezes, a gente ainda ouve achincalhamentos, gozações, é até certo desconhecimento e um atavismo, uma compreensão baseada na questão fiscal, baseada no princípio ou no conceito da austeridade, essa austeridade perigosa, essa austeridade que impede que as nações, que os países, que os Estados cumpram o seu papel de redistribuição de riqueza, de serem do tamanho da necessidade da sua população, ou seja, de caminharem junto com o crescimento de riqueza e, de certa maneira, fazerem a distribuição dessa riqueza. Esse modelo de austeridade que vem sendo propagado e ainda é hegemônico no nosso meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também está sendo superado com a reforma da âncora fiscal ou do arcabouço fiscal, que nós aprovamos neste Congresso, porque passamos a ter uma estrutura fiscal mais flexível, mais condizente com o caminhar da própria economia, da produção de riqueza, com mais flexibilidade.

A Europa só conseguiu respirar quando abandonou o conceito de austeridade e incorporou uma estrutura fiscal mais flexível, que não é em descontrole total dos gastos. Tem um limite, mas é um limite que caminha junto com a geração de riqueza; é um limite que ficará aquém da geração de riqueza, mas que permite que haja distribuição de riqueza, ao contrário de uma regra fiscal de teto que impedia que o país crescesse.

Também parecia impossível e é outro atavismo histórico deste país, que é: precisa o bolo crescer para dividir. A gente pensa que isso está superado, Ministro. Não está, não. Aqui, neste Congresso, ainda se pensa muito que o bolo precisa crescer, que o bolo não pode ser dividido antes de crescer. Não, o bolo cresce e cresce de forma mais sustentável e com mais distribuição de riqueza, se ele for crescendo e sendo dividido. E a gente está vendo que este é o melhor caminho para a gente sair da crise permanente em que a gente vivia. Nós ficamos aqui quatro anos em crise permanente. Quanto mais se cortava, menos a economia crescia, mais problemas a gente tinha, porque... e com o velho discurso de que tem que administrar o país como se administra a própria casa. Isso é outra falácia, é outra mentira que se passa para a sociedade.

O que foi feito agora? Distribuiu-se riqueza, a economia cresceu e o país não quebrou. A taxa de juros, que é um grande problema que a gente tem que enfrentar no próximo período, mas a gente está controlando o câmbio, a gente está controlando a inflação, o crescimento econômico está acontecendo de forma consistente, a gente gerou emprego, ou seja, todos os indicadores são favoráveis. Houve aumento da massa salarial, aumento tanto da massa salarial quanto do ganho médio da remuneração do trabalhador; ou seja, isso também parecia impossível. Na equação que operou até 2023, isso seria impossível.

E a gente conseguiu, ou seja, todos os impossíveis, quando se propõe a avançar e fazer um pouco do dever de casa, que é distribuir riqueza na medida em que ela cresce, a gente vai vendo que isso retroalimenta e faz a nossa economia crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que agora, para concluir, eu acho que agora a gente dá o próximo passo. Não quer dizer que é uma reforma sobre a renda, ou seja, de tributação sobre a renda. É um primeiro passo para a gente iniciar o debate de uma reforma mais consistente sobre a renda, que é a isenção do Imposto de Renda, a atualização da tabela do Imposto de Renda, porque a gente está falando das isenções do Imposto de Renda, mas nós estamos falando aqui da atualização do Imposto de Renda, que abrangeu milhões de brasileiros. E agora, a isenção e a redução do imposto até R$7,3 mil.

Veja: isso também é muito impactante, com a cobrança só para 141 mil brasileiros, e a gente vai atingir mais de 28 milhões de pessoas que contribuíam. Esse é outro passo relevante. Então, tudo isso parecia impossível, mas a determinação, a seriedade e a responsabilidade deste Governo com o país e com o povo brasileiro fizeram a diferença.

Às vezes, eu fico olhando alguns jogadores de futebol e não tenho outra definição: desresponsabilizado de tudo. E o que a gente está vendo é que este é um Governo absolutamente responsável com tudo. Com todas as variáveis, tem responsabilidade; com todas as questões, tem responsabilidade. Então, a abrangência, a complexidade da forma como este Governo age produzem os resultados que a gente está vendo.

Portanto, eu acho que a gente está no caminho certo. É óbvio que não está tudo resolvido, está longe de estar tudo resolvido. Há pouco, o Ministro estava falando aqui da dificuldade que é, cada semana, uma montanha-russa, cada semana, a gente vive uma nova emoção, mas, de emoção em emoção, a gente vai consolidando um outro cenário econômico, uma outra estrutura tributária, uma outra estrutura fiscal, ou seja, um outro país.

Parabéns e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Ministro Fernando Haddad para suas respostas. Com a palavra a V. Exa.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Muito obrigado pelas intervenções dos Senadores Humberto Costa, Jaques Wagner e Rogério Carvalho.

Farei menção às falas finais aqui do Senador Jaques e do Senador Rogério. É bom a gente frisar um número. Tudo somado, todas as iniciativas até aqui somadas, do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tributário, vai resultar em quatro anos no seguinte placar... Quando eu falo de tudo, eu não estou me referindo só a esse projeto, eu estou me referindo à tributação dos paraísos fiscais, à tributação dos fundos familiares que eram isentos, estou me referindo a todo o conjunto de matérias que foram apreciadas pelo Congresso Nacional. Nós estamos falando de 25 milhões de brasileiros que ou não vão pagar, ou vão pagar menos impostos. E estamos falando de 200 mil brasileiros. Repito: tudo somado. Aqui nós estamos falando de 140 mil. Tudo somado são cerca de 200 mil brasileiros do andar de cima – nós estamos falando de 0,1% da população – que vão deixar de ter alguns privilégios para que 25 milhões tenham um pouco mais de justiça. É uma relação de mais de 100 para um, 100 brasileiros beneficiados para um que vai perder um privilégio, não um direito, porque pagar menos do que a média dos brasileiros é até um privilégio. É disso que nós estamos falando.

Eu estou frisando esses números, porque, de novo, como os 200 mil brasileiros estão sendo convocados a colaborar com uma justa parte... Nem justa é, ela está caminhando, é uma contribuição um pouquinho mais compatível com a sua condição socioeconômica. Nós estamos falando, portanto, dessas pessoas que vocalizam, nos meios de comunicação, uma revolta pelo fim dos privilégios que os 25 milhões de brasileiros que vão ser beneficiados ao final do mandato do Presidente Lula não conseguem ter essa expressão, porque são pessoas que, às vezes, acordam às 4h da manhã, dormem às 11h da noite, têm três, quatro jornadas de trabalho, têm que fazer bico no fim de semana para complementar a renda. São essas pessoas que estão sendo beneficiadas. Eles não escrevem artigos para os jornais de grande circulação, eles não são convidados para falar nos programas de debates. Eles não comparecem, eles não existem. Do ponto de vista da esfera pública, eles não são convidados a se manifestar. Quem é convidado a dizer: "Não, mas espere aí! Isso aqui é direito adquirido. Isso aqui é assim há 20 anos", "isso aqui é assim há 500 anos"? Então, é desproporcional. O que essas pessoas vocalizam é desproporcional.

E o que nós estamos fazendo aqui é o mínimo. Eu fico até acanhado de defender uma coisa que é tão discreta. Deveria ter ido muito mais à frente, mas é um começo; é um começo de correção. Para um país que nunca se debruçou sobre a matéria, nós evoluímos muito aqui. E o Congresso participou dessa evolução. Então, ótimo, porque nós começamos a olhar de frente para o nosso maior problema, que é estar entre os dez países mais desiguais do mundo, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse o Senador Jaques Wagner. Um dia eu perguntei: quantos países africanos são menos desiguais que o Brasil, dos 54? Nós perdemos para 47 dos 54 países africanos em desigualdade – perdemos para 47 dos 54. Então, essa é a dimensão do problema que nós estamos endereçando neste momento.

E é curioso como esse tema não preocupa os formadores – os ditos formadores – de opinião. Não preocupa. Esses meus colegas aí, do direito, da economia, que são convidados a se expressar nos jornais, não mencionam o tema. É um tema que não existe para essas pessoas.

Eu fico muito desconfortável com isso, porque penso que esse é o segredo do desenvolvimento sustentável, como disse o Senador Rogério. Se nós não formos por aí, é voo de galinha atrás de voo de galinha. Não tem condição de você dar sustentação.

Agora, é óbvio que nós temos que olhar para o mercado externo também. É óbvio! Foi por isso que nós fizemos a reforma tributária: para garantir aos exportadores, aos investidores, condição de competir no mercado internacional, porque, sem a reforma tributária e com o fim da globalização e a adoção de práticas protecionistas mundo afora, nós vamos ter que ser cada vez mais eficientes e integrados. É por isso que nós estamos, sempre que possível, fortalecendo os nossos parceiros no Mercosul, da América do Sul; estamos aí tentando entabular o nosso acordo final com a União Europeia, com grandes chances de êxito até o final deste ano; uma reaproximação com os Estados Unidos, porque a distância foi baseada na desinformação, patrocinada por grupos domésticos que foram fazer a cabeça das autoridades americanas sem nenhuma aderência à realidade democrática que o Brasil vive hoje. E é assim que nós temos que proceder.

No tocante à Medida Provisória 1.303, Senador Humberto – o senhor foi muito enfático –, nós estamos aguardando a volta do Presidente da República hoje e, amanhã, devemos começar a trabalhar o tema, mas já recebi de vários Parlamentares acenos no sentido de corrigir o que aconteceu: "Olha, vamos corrigir o que aconteceu", "vamos buscar alternativas ao que aconteceu". Porque, de fato, a chamada taxação dos BBBs só é injusta na cabeça de pessoas desinformadas sobre o que está acontecendo no Brasil. E, sem querer maldizer qualquer atividade econômica que tenha amparo legal, não é disso que se trata, são atividades reguladas, mas nós temos que buscar que essas atividades correspondam, em relação à tributação, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquilo que é o padrão da economia brasileira. Então, do mesmo jeito, ninguém acha injusto sobretaxar cigarro – ninguém acha injusto –, ninguém acha injusto sobretaxar bebida. E isto o senhor sabe, porque o senhor é da área, foi Ministro da Saúde: no mundo inteiro é assim. Os setores que produzem externalidades muito negativas para a sociedade, como é o caso do álcool, do fumo e de qualquer tipo de dependência – tudo isso gera externalidades muito negativas para a sociedade –, são sobretaxados no mundo inteiro. O Brasil é até tímido na sobretaxação, porque, em determinados países, é quase inacessível você comprar uma bebida alcoólica. Vai à Escandinávia, que é um lugar frio para chuchu, e vai ver quanto que você paga numa dose de destilado lá. Você vai pagar caro, e vai pagar caro porque todo cidadão lá entende que essas atividades precisam ter um outro tipo de regulação.

E a maneira correta de combater tabagismo, alcoolismo, dependência psicológica é você não necessariamente proibir, porque às vezes tem coisas que são difíceis de proibir – embora, no caso das *bets*, nós tenhamos tecnologia hoje para, se essa queda de braço continuar, ir para uma para um embate mais firme com o setor, que teve uma participação desastrosa nos debates lá na Câmara; há tecnologia para enfrentar esse tema, porque elas são dependentes de rede social, então nós temos condição de atuar –, mas eles têm que dar uma contribuição para os efeitos colaterais de um entretenimento que pode gerar dependência – que pode gerar dependência –, não é um entretenimento qualquer. Não é ir a um parque de diversão, não é ir a um *show*; isso é um outro tipo de entretenimento, que gera dependência. Então, tem que ser tratado dessa maneira. Isso não é demonizar; isso é dar o nome à coisa, sem nenhum tipo de dificuldade.

Então, eu acredito que vai haver, daqui para o final do ano, uma compreensão de que nós temos um orçamento encaminhado dia 31 de agosto com alguns pressupostos. A MP 1.303 era um pressuposto importante e, vamos combinar, era muito justa, inclusive no que diz respeito aos títulos isentos: ela buscava diminuir a distância entre o que paga de imposto alguém que adquire um título público e o de um título incentivado. Eu vejo agora, nos jornais, economistas ultraconservadores defendendo a medida. Deveriam tê-lo feito antes de ela caducar, porque aí nós tínhamos uma chance de usar o conhecimento dessas pessoas em proveito do país. Quiseram se manifestar depois, porque parece que é pecado elogiar uma medida de governo progressista, é pecado! Então, tudo que você faz para as camadas mais vulneráveis é populismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil, virou populismo! Tudo que você faz em proveito dos ricos é moderno, é uma coisa avançada. É uma inversão de valores que realmente é uma coisa que... Enfim, isso é mundo afora, não é só no Brasil que está acontecendo. Então, nós temos que cuidar para voltar a fazer a economia mirar naquilo a que se deveria prestar, que é o bem-estar da sociedade, e não o bem-estar de alguns poucos em detrimento de quase todos. Então, nós estamos corrigindo aqui.

E eu vejo, Senador Humberto, para terminar, eu vejo aqui nesta Casa, no Senado, mas de também de algumas Lideranças importantes da Câmara – agora que a poeira deu uma baixada – a compreensão. Isso vai ter efeitos sobre outros processos. A dificuldade de fechar a peça orçamentária, a necessidade de cortes em áreas prioritárias, emendas, em... Então, isso tem efeitos, isso não é uma coisa que você faz para demarcar posição sem efeitos concretos sobre a vida do país. Então, eu quero crer que nós vamos, agora com a volta do Presidente, voltar a nos reunir, sentar com os Líderes e buscar uma solução para o orçamento do ano que vem.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto os Senadores Humberto Costa, Jaques Wagner e Rogério Carvalho se adicionalmente desejam fazer mais alguma colocação. (*Pausa.*)

Vamos para o próximo bloco, que será composto pelos Senadores Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato.

Concedo a palavra à Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro aqui quero parabenizar a forma da condução do Senador Renan, que tão bem vem tratando, como Presidente, como Relator, um assunto de que nós estamos falando e para o qual fazemos esta audiência pública, hoje, de suma importância, que é sobre justiça tributária.

Quero aqui parabenizar o Ministro Haddad e toda a sua equipe não só por esse projeto, especialmente também por esse que é ponto, o foco da nossa audiência pública, mas por tudo que vem fazendo no nosso país, por todas as medidas, pela reforma tributária, a forma com que conduz, com muito diálogo – a gente sempre percebe, tem abertura – para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

construir verdadeiramente a melhor forma para que a gente tenha a democracia com uma validade maior também. Então, eu quero aqui muito mais fazer, pontuar... As perguntas que eu ia fazer já foram até respondidas, mas eu quero fazer, assim, um reconhecimento ao Presidente Lula de estar cumprindo com o que se comprometeu na campanha, verdadeiramente estar pensando em fazer – aí como foi dito pelo Ministro Haddad, mesmo que seja ainda, minimamente, no que é possível agora, mas com muita responsabilidade – essa justiça tributária. Quando se faz justiça tributária, também está se falando de justiça social.

E eu quero aqui dizer que, só no Estado do Ceará, das pessoas que têm carteira assinada, vão ser 95% delas beneficiadas com essa isenção, com esse projeto, que eu tenho certeza de que, com a relatoria do nosso Presidente Renan, será aprovado aqui no Senado também.

Então isso significa... Eu queria perguntar se tem um número real, porque, se eu não me engano, no Brasil, 86% das pessoas que têm carteira assinada vão ser beneficiadas. Quanto significa em dinheiro? Quanto é que essa pessoa vai poder... Mais ou menos, em média, se eu não me engano, são R$400 por mês. Então é um investimento direto na economia do país. Eu vejo isso como um investimento, eu não vejo nem como uma isenção e uma perda de tributação. Muito pelo contrário, eu acho que vai aquecer a economia nos municípios, nos estados. Especialmente no Nordeste, no Ceará, eu sei que isso vai fazer uma grande diferença, se transformando até em um décimo quarto salário.

Então eu quero muito mais parabenizar toda a equipe, parabenizar o Relator e todos que conduziram tão bem esse processo até agora. Parabéns ao nosso Presidente Lula por ter a coragem de realmente fazer o que já era necessário há muitos anos: essa reforma tributária trazendo, sobretudo, a justiça tributária, que é o que a gente vê aqui, que se fala de justiça social.

Então, parabéns, nosso Ministro! Eu fico muito feliz em poder fazer parte aqui e presenciar essas ações que vão verdadeiramente fazer justiça no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senadora Augusta.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está com a palavra V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Renan. Ficamos muito felizes com a designação de V. Exa. para relatar essa matéria.

Eu diria, Ministro Haddad, ao dar boas-vindas ao senhor, ao Secretário-Executivo Dario Durigan e ao Secretário Barreirinhas, que essa matéria é a mais importante desde o advento da República, porque é a primeira matéria concreta proposta pelo Executivo que enfrenta o colossal problema que nós temos no Brasil, que é o problema da desigualdade.

Às vezes... Já foi dito aqui o quanto nós somos desiguais, mas, às vezes, nós, talvez, colocando o dedo na ferida, possamos precisar um pouco mais qual é o tamanho dessa desigualdade. Quando V. Exa. propôs uma medida provisória para fazer a taxação de *bets*, de bilionários e de bancos... Quando nós falamos de bilionários, nós não temos dimensão de quantos brasileiros nós estamos falando. Nós estamos falando de 55 brasileiros, Ministro Haddad, de 55 brasileiros sobre 213 milhões de pessoas, que, proporcionalmente, Senador Laércio, pagam menos impostos que os outros 213 milhões de pessoas. Foi isso, lamentavelmente, que a Câmara dos Deputados rejeitou na semana passada. Foi sobre esse tema.

Quando nós falamos de desigualdade, trago aqui um dado: super-ricos em nosso país, que são esses cento e poucos mil sobre os outros 10 milhões – que a gente quer declarar, 20 milhões ao total, que nós queremos declarar isentos de Imposto de Renda –, desses super-ricos, 1% mais rico do país ganha 34 vezes mais que os 50% mais pobres juntos. Esse é o tamanho do fosso da nossa desigualdade.

O que nós propusemos aqui na semana passada com aquela medida provisória que aprovamos na Comissão Mista... E eu quero aqui agradecer, Senador Renan, ao Senado: na votação da Comissão Mista, no Senado, foi aprovada; na Câmara não foi e depois se consolidou na Câmara. Pode parecer que não, mas a medida de ontem, a medida da semana passada – nós vamos encontrar, V. Exa. já está debruçado sobre isso, a equipe do Ministério da Fazenda já está , e nós vamos encontrar uma alternativa –, a medida que foi rejeitada pela Câmara na semana passada tratava desses 55 bilionários, ela tratava das *bets*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Haddad, o Reino Unido cobra 21% de tributos sobre as *bets*; a França cobra 33%; a Itália cobra 20%; a Espanha cobra 20%; o México, para citar outro país latino-americano, cobra 30%; o Quênia – vamos colocar um país africano na roda – cobra mais que a gente, cobra 15%; nos Estados Unidos, que para alguns é modelo, é de 20% a 50%, em estados norte-americanos como Nova York, é de 51%, Senador Laécio, a cobrança de tributos sobre as *bets*.

Nós estávamos querendo majorar de 12% a 18%. Foi isso que nós não conseguimos nem passar na Comissão Mista, pois diga-se de passagem: V. Exa. foi precisa quando disse que tivemos acordos descumpridos, porque, na Comissão Mista, foi impedido de se avançar o tema relativo às *bets* com o compromisso de que o restante do texto da medida provisória seria aprovado. Nós temos que retomar esse tema e esse debate. Essa discrepância não é aceitável, sobretudo porque é um produto que tem feito mal à saúde dos brasileiros, foi dito pelo senhor. O Imposto Seletivo existe para inibir produtos dessa natureza. É por isso que tem, Senador Fabiano, Imposto Seletivo no cigarro, é por isso que nós temos Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas. É para isso! É por isso que eu acredito – como a medida não foi rejeitada, então, cabe apreciar na mesma sessão legislativa – que temos que retomar esse tema.

Por falar em retomar, retomo o que trata o projeto que está sob sua relatoria, Senador Renan. Trata-se do seguinte: são ao todo... É importante, primeiro, aqui resgatar uma verdade. Nós tivemos correção da tabela do Imposto de Renda nos anos de 2001 e... Foram nos dois Governos do Presidente Lula e no Governo da Presidente Dilma. Em 2016, a correção da tabela do Imposto de Renda foi zero; em 2017, foi zero; em 2018, foi zero; em 2019... E, em 2018, o vencedor das eleições presidenciais, que, inclusive, nos derrotou, derrotou V. Exa., prometeu a isenção de R$5 mil já naquela eleição. Ele prometeu, mas, em 2019, quando tomou posse, foi zero a correção; em 2020, foi zero; em 2021, foi zero; em 2022, foi zero. Somando 2016 para 2022, teve 46% de defasagem na correção da tabela do Imposto de Renda. Voltou a partir de 2023, com V. Exa. no Ministério da Fazenda, com o Presidente Lula. Nós já beneficiamos com a correção, em 2023, em 2024 e neste ano de 2025, 10 milhões de brasileiros; com a isenção, outros 10 milhões, agora cumprindo o compromisso da isenção total da tabela de Imposto de Renda. É importante resgatar isso, porque isso significa recuperação real do poder de compra e do poder aquisitivo dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, esta é uma das várias promessas do Governo do Presidente Lula que têm sido cumpridas. Foi prometido o Pé-de-Meia, está sendo cumprido o Pé-de-Meia. Nós estamos com a menor taxa de desemprego da história. Nós estamos três anos seguidos de recuperação do crescimento econômico. Nós tivemos – o senhor destacou agora – a menor inflação dos últimos períodos neste trimestre.

Sabem o que representa? Eu vou dar um dado do meu Amapá, Ministro Haddad. No Amapá – e aqui podemos dar um dado de cada um dos nossos estados –, a isenção da tabela de Imposto de Renda significa, para aquelas pessoas que recebem até R$5 mil, 89,50% da população residente no Amapá.

Se acrescentar que nós também vamos reduzir a tributação de 5 mil a 7 mil, significa 94% dos amapaenses beneficiados com essa matéria – estou dando o exemplo do meu estado, mas poderíamos dar do de cada um dos senhores, que poderiam pegar os dados do seu estado. Significa concretamente que nove de cada dez brasileiros que pagam Imposto de Renda vão se tornar isentos. Isso vai resolver nossa desigualdade crônica? Eu acho que não, mas vai diminuir.

Isso tudo, Ministro Haddad, nós estamos fazendo com uma herança, com um papagaio enorme que o senhor recebeu, é importante que seja dito isso. O senhor recebeu um papagaio do Governo passado de R$80 bilhões, porque o Governo passado foi silente na aprovação de uma PEC do Fundeb – e nós não estamos contra o Fundeb, nem eu, nem o senhor; o senhor, inclusive, o criou quando foi Ministro da Educação. Mas nós recebemos a aprovação de uma PEC do Fundeb em que, no projeto, na matéria, não foi apontada a fonte de receita, e ela vai crescendo três ou quatro vezes por ano até 2026, 2027. Na verdade, é obrigação nossa, enquanto Estado brasileiro, encontrar a razão para cobrir isso daí. É para isso – entre outras coisas, era para isso – que nós queremos propor que, em vez de manter a cobrança de imposto dos mais pobres, tribute *bets*, bilionários e bancos. E o outro que o senhor recebeu foi o aumento do BPC. Nós queremos pagar essas contas, mas nós temos que encontrar as fontes de pagamento dessas contas.

E as medidas e a forma como se diferencia – e falo isto para concluir, Presidente de Renan –, o que diferencia um Governo é de quem ele vai fazer a cobrança, quem tem que pagar a conta. Nós queremos isentar os mais pobres, queremos isentar os trabalhadores da cobrança de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imposto de Renda e queremos que quem sempre tem ganho na história do país desde a fundação pague um pouquinho mais.

Por fim, eu queria apreciar uma resposta que o senhor deu num *podcast* a que foi essa semana. O senhor disse algo correto: em 1888, o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Tem um mito que se cria de que não foi paga indenização para os proprietários. Ao que me parece – e eu concordo com o senhor, como historiador –, foi paga indenização. A indenização foi entregar o Estado brasileiro àqueles que foram "prejudicados" com o fim da escravidão – "prejudicados", abro aspas e fecho aspas – naquele período, porque é uma vergonha o Brasil ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão. O Estado foi entregue – foi entregue – e resultou, depois de mais de um século de República, em um dos países mais desiguais do mundo.

É chegada a hora de o Brasil fazer o acerto de contas com a sua história, o que não é provocação de luta de classes, não é nós contra eles, é só diminuir esse fosso enorme que temos de 55 bilionários diante de 212 milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Randolfe Rodrigues.

E eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão, na certeza de que V. Exa. tem a serenidade e o equilíbrio para avaliar esse projeto tão importante para milhões de brasileiros.

Quero aqui cumprimentar o Ministro Haddad pela forma didática, pela responsabilidade com que tem conduzido o Ministério da Fazenda.

E eu sempre gosto de falar, Ministro, que a responsabilidade fiscal anda – é perfeitamente possível andar, e o senhor está demonstrando isso – com responsabilidade social. Ela anda de mãos dadas, não é? Então, quando a gente... Porque são fatos. Isso não é uma retórica ou uma opinião, não é? Nós não estamos falando aqui na via de opinião. Estes são fatos: fato de que o Brasil cresceu 3,4%, fato de que nós estamos vindo de uma sucessão histórica de queda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desemprego... Esses são fatos. E fatos em que a população, efetivamente, principalmente a população mais pobre, está tendo vez, voz e dignidade.

Mas isso ocasiona um incômodo naqueles que ganham muito à custa do trabalho, na redução... Eu ouso dizer uma redução análoga a de escravo da população mais pobre, porque não basta a Constituição Federal... Por exemplo, no art. 6º, desde o dia 5 de outubro de 1988, está expressamente escrito que são direitos sociais o direito a educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, trabalho, previdência, e, infelizmente, há essa desigualdade. Então, quando o senhor assume o ministério e faz esse ajuste que vai beneficiar quase 30 milhões de brasileiros, estamos falando aqui de uma redução da desigualdade. É importante que se diga isso.

Agora, passou da hora também de o Congresso Nacional... E aí eu faço essa reflexão com relação a essa não taxação das *bets*, dos banqueiros e dos bilionários, porque isso não é... Quando houve o sepultamento dessa proposta, não prejudicou o Governo, está prejudicando milhões de brasileiros em detrimento de pouquíssimas pessoas. Tem que ser dito aqui para a população brasileira entender que, até 2015, essa tabela não era atualizada. A pessoa que ganhava R$1.903 já pagava 7,5%. Olhe o absurdo de que nós estamos falando dentro desse contexto.

Então, esse ajuste tem que ser feito, e eu quero parabenizar V. Exa. por ter feito isso da melhor forma possível. Eu fico muito feliz de estar dentro de um Governo que tem esse olhar com empatia. E isso incomoda principalmente aqueles que mais ganham em detrimento do trabalho das pessoas que mais precisam, das pessoas que estão aí precisando de saúde, de educação, de moradia. Então, eu faço aqui essa reflexão só no sentido de que nós Parlamentares temos que enfrentar os temas de fundamental importância.

Também está na Constituição Federal, lá no art. 153, inciso VII, desde o dia 5 de outubro de 1988, que a União tem que instituir Imposto sobre Grandes Fortunas. Olhe, a letra da lei não pode estar uma letra morta, deitada eternamente em berço esplêndido lá desde 1988. Então, nós temos que, sim, taxar os super-ricos, as *bets*, os bilionários e os banqueiros e fazer justiça social, andando de mãos dadas com a responsabilidade fiscal.

Eu finalizo aqui e mais uma vez quero aproveitar hoje, o dia 14, para... Eu tenho duas missões na minha vida, Ministro, assim talvez como o senhor, que é ser delegado, que fui por 27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, e professor. E amanhã é o Dia do Professor. Eu queria fazer um apelo ao senhor: vamos ter um olhar mais empático para os trabalhadores da educação. Eu falo da educação básica.

Um professor da educação básica hoje não ganha nem R$5 mil para trabalhar 40 horas semanais, quando nós vamos verificar aqui castas dos servidores públicos que ganham supersalários, penduricalhos, que é outro tema que este Senado tem que enfrentar e que nós não estamos tendo a coragem de falar sobre isso. Porque, com todo o respeito – eu já vou finalizar, tá, Renan? –, como eu explico, para um professor lá do meu Espírito Santo, que ganha R$4,8 mil para trabalhar 40 horas semanais, às vezes numa escola que não tem quadra, que não tem biblioteca, que não tem acessibilidade, que não tem nada, que no Brasil, com todo o respeito aos juízes e promotores, tem resolução do CNJ que a cada três dias que ele trabalha, ganha um a mais? Isso turbina os supersalários de R$100 mil, R$200 mil, R$300 mil. Passou da hora de o Congresso fazer essa faxina moral e fazer esse ajuste para efetivamente dar dignidade à população que mais precisa.

Obrigado.

Parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Ministro Fernando Haddad para as suas respostas.

Queria só lembrar aos Senadores, antes, porém, que na quinta-feira nós vamos realizar uma outra audiência pública, desta vez com as pessoas reais, com aqueles que serão beneficiados. Nós vamos colocá-los aqui para que eles discutam com os Senadores como entendem esse Imposto de Renda zero para quem ganha até R$5 mil.

Nós vamos repetir, Senador Alessandro, o que nós fizemos na própria CPI da covid, quando trouxemos as vítimas, quando nós estendemos os direitos trabalhistas às empregadas domésticas e as trouxemos aqui para conversar e depois, quando nós trouxemos as vítimas da violência, violência doméstica, familiar, e que criamos – e este Senado protagonizou muito isso – o crime, culminamos no crime de feminicídio. Havia uma revolta muito grande quando se criou esse crime, mas hoje todo mundo sabe o que significou do ponto de vista do avanço, das vítimas de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Obrigado, Senadora Augusta, Senador Contarato, Senador Randolfe.

Eu acredito, Senador Contarato, que o senhor coloca uma outra questão, que são as desigualdades dentro do serviço público, matéria parente da que está sendo tratada aqui, que são os contribuintes do Imposto de Renda. Mas, de fato, essas distorções precisam ser enfrentadas.

Mas dialogando com uma pergunta que a Senadora Augusta me fez, só para que o senhor tenha uma ideia, o ganho médio dos 10 milhões de beneficiados pela isenção será médio, será de R$3.500. Isso significa dizer que a nossa professora do Espírito Santo vai fazer jus quase a um décimo quarto salário, se essa proposta for aprovada, a partir de janeiro do ano que vem. Então, ela vai sentir o alívio do desconto do Imposto de Renda sobre o seu salário.

Lembrando que o piso nacional...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Um décimo quarto.

O SR. FERNANDO HADDAD – Perdão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Um décimo quarto.

O SR. FERNANDO HADDAD – Um décimo quarto. Falei o quê? Décimo terceiro?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não.

O SR. FERNANDO HADDAD – Um décimo quarto salário, lembrando que o piso nacional do magistério também foi aprovado num Governo do Presidente Lula, no segundo mandato do Presidente Lula. Nós aprovamos o Fundeb em 2006, multiplicando por dez o aporte de recursos da União – por dez. A União, no antigo Fundef, colaborava com 1%, em média, da soma de todos os 27 fundos de financiamento do ensino fundamental. Quando nós expandimos para a educação básica como um todo, da creche até o ensino médio, nós multiplicamos por dez o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aporte da União. Foi de 1% para 10%. E aí, por emenda do Congresso Nacional, foi criado o piso nacional do magistério, que, à época, foi fixado em R$900, quando eu era Ministro da Educação, porque, na época, Senador, pagava-se o salário mínimo para as professoras brasileiras, e às vezes nem isso, porque, em várias localidades pobres do Brasil, não se respeitava sequer o salário mínimo. Em virtude da jornada, nem o salário mínimo se respeitava. Então, você veja a evolução que nós tivemos com a criação do Fundeb em 2006, não é? Nós poderíamos estar hoje pagando R$1,5 mil, R$2 mil para uma professora, e nós temos hoje um piso nacional que garante alguma dignidade.

E temos muito a avançar, como o senhor colocou, sobretudo na comparação com categorias que não estão respeitando o piso constitucional, o que é, na minha opinião, muito lamentável. Não deveria ser assim. Aqueles que defendem o sistema jurídico brasileiro deveriam ser os primeiros a dar o exemplo de seguir o ordenamento jurídico, mas, enfim, esse é um debate que está sendo feito agora no âmbito lá da reforma administrativa, que eu espero que comece a fazer justiça, assim como esse projeto tenta fazer. Porque uma reforma administrativa que, de novo, faz recair sobre quem exerce ali o seu ofício 40 horas por semana em sala de aula – e quem é professor sabe o que isso significa do ponto de vista de esforço intelectual e físico... Deve-se parar para pensar sobre o que é uma reforma administrativa coerente com as necessidades do país.

Concordo integralmente com o que diz o Senador Randolfe em relação a dois temas.

Primeiro, vai-se criar uma nova despesa. Vai-se cortar alguma velha despesa ou vai-se criar uma fonte de financiamento para a nova despesa? Isso tem que presidir os trabalhos do Congresso Nacional. Nós estamos evoluindo, do ponto de vista fiscal, em relação ao que aconteceu nos oito anos anteriores à posse do Presidente Lula. Conforme eu falei, vai ser o melhor resultado fiscal em quatro anos, desde 2015. Mas o senhor sabe que, em virtude das enormes distorções e da contratação de despesas... E quando eu cito... Às vezes as pessoas imaginam que eu esteja criticando quem quer que seja ou que eu esteja angariando recursos para honrar esses compromissos de má vontade. Não! Para um professor como eu, que ajudei a criar o Fundeb quando era Ministro, ter expandido o Fundeb... Agora, da maneira que foi feito, sem nenhuma previsibilidade em relação... É como se o Presidente Lula, no ano que vem, aprovasse cinco emendas constitucionais, jogando para a frente despesas sem amparo fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, ele vai ser criticado por isso. Agora, nós, que estamos recebendo isso e honrando os compromissos, estamos sendo criticados por buscar fonte de financiamento para essas despesas?!

Outro dia eu falava da tese do século, que foi uma tese de R$1 trilhão que foi perdida no Supremo Tribunal por seis a cinco, sem que ninguém do Ministério da Fazenda fizesse um único despacho com o Ministro do Supremo para explicar as consequências. E aí falam: "Ah, estão colocando a culpa no Governo do Temer". Não, eu estou colocando a culpa na área econômica, estou colocando a culpa nos assessores lá do Meirelles, que não alertaram para o problema.

No ano passado, Senador Contarato, foram R$64 bilhões de compensação de tributos que foram pagos antes de 2017 e que estão sendo compensados agora em virtude da tese do século. Aí aparece: "Ah, mas este Governo está colocando a culpa no anterior". Não, eu estou dando um fato, o fato do descaso, do desleixo com as contas públicas, com a falta de zelo, com a falta de militância, no sentido de buscar o consequencialismo, que é princípio jurídico do nosso país: você medir as consequências do que vai ser decidido nas cortes superiores, levando informações para os ministros, levando a visão de conjunto do que está sendo feito.

Então, isso tem que ser feito, esse tipo de apontamento, para que não se repita, para que este tipo de coisa não se repita: R$64 bilhões deixaram de entrar nos cofres públicos no ano passado por compensação de uma decisão tomada em 2017. Só que tem pessoas que, não sei se por ignorância ou desonestidade intelectual, não querem enxergar as dificuldades que este Governo está enfrentando, com muita dignidade, com transparência, com dignidade, colocando os números na tela para que as pessoas acompanhem a evolução dos dados, elas se recusam a fazer isso.

Então, esse tipo de debate não concorre para produzir um ambiente saudável para nós equacionarmos os problemas que o país enfrenta e que está enfrentando e superando com muita seriedade.

Obrigado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto os Senadores se pretendem acrescentar algo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos conceder a palavra ao bloco composto pelo Senador Laércio Oliveira, pelo Senador Beto Faro e pelo Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, você é o primeiro, antes do Laércio. Desculpa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, não. É que eu... Desculpa, Veneziano.

Então, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Perdoe-me, meus colegas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, desculpe-me você.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... Senador Presidente e Senador Vice-Presidente, Laércio Oliveira. Eu não queria absolutamente gerar nenhum tipo de inconveniência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Que é isso!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Quero saudá-los, abraçá-los, Presidente e Vice-Presidente; cumprimentar S. Exa. o nosso Ministro Fernando Haddad e os nossos dois Srs. Secretários, Dario Durigan e Barreirinhas, que acompanham o Ministro Haddad; saudar a todos os nossos e as nossas companheiras que vêm atentamente acompanhar as exposições neste momento, que é muito rico, que é muito importante e que nós estamos a enfrentar.

E faço questão, Presidente, de dizer o quão feliz foi o convite a V. Exa. formulado, e de pronto aceito, pelo Senador Davi Alcolumbre quando o designou. Todos nós sabedores somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sua competência, da sua vastíssima experiência, e também pelo trabalho que há 10, 15 dias este Colegiado pôde fazer, com todo o devido respeito e reconhecimento à Câmara dos Deputados, que terminou, depois de alguns episódios não tão felizes, tendo uma posição que a unanimidade reconheceu como uma proposta que, indubitavelmente, tem a acolhida de toda a sociedade brasileira.

E foi exatamente, Ministro Haddad... Se isso não aconteceu, bem, mas há a minha impressão, como há as impressões de outros companheiros, de que, se a CAE não tivesse se predisposto a fazer o debate, como fez na semana anterior, da proposta que tinha como autor o Senador Eduardo Braga e que teve como Relator S. Exa. o Senador Renan Calheiros, é possível que, além dos sete meses que a mim também me pareceu um prazo larguíssimo, ou seja, muito extenso, em razão do mérito... Essa é uma proposta que, quando o Presidente da República entregou a sua mensagem – e me recordo porque lá estava na condição de Vice-Presidente – às mãos do Presidente da Câmara, sem desconhecer as nossas atribuições Parlamentares, os cuidados que devemos ter ao nos debruçarmos, ao nos determos, ao qualificarmos, porque nem tudo que tem como nascedouro o Executivo precisa ser tomado como acertado – isso é óbvio; existe o Parlamento exatamente para você fazer com que se aprimore cada uma das mesmas... Mas houve um retardamento, Presidente Renan, ao meu sentir, por parte da Câmara.

Enfim, concluído foi lá, aqui estamos, e de pronto V. Exa. não se daria o direito de deixar de fazer este debate. Estabeleceu quatro audiências: o primeiro convidado, o Ministro Haddad; quinta-feira teremos mais. Inclusive, fiz uma sugestão para que V. Exa. pudesse incluir a fala dos senhores representantes ou do senhor ou senhora representante dos municípios brasileiros. E eu vou fazer esta colocação para o Ministro Haddad, que muito me preocupa: fui questionado, fui buscado, fui inquirido por representantes dos municípios brasileiros, com grandes receios de que possam se abater sobre as suas contas prejuízos significativos, de que precisavam ter maior segurança no texto, porque o texto – também ao meu ver – está muito aberto, está muito subjetivo. A gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que o texto – desculpa a interrupção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O texto não tratou da hipótese de haver um crescimento negativo no Imposto de Renda. Ele tratou só de como distribuir o superávit, ou seja, deixou de cumprir um papel fundamental, que era preservar os interesses de estados e municípios.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois é, V. Exa. já alcançou essa preocupação, e gostaríamos muito de fazer esse debate.

Ministro, serei breve. Essa é uma matéria que de certo haverá de ser acolhida por todos nós, sem prejuízos para que nós a tenhamos, de forma prática, em vigência a partir do próximo ano, em mãos muito felizes do Presidente Renan Calheiros.

V. Exa. traz... E esse ambiente é um ambiente das disputas e dos debates. Sobre o Governo Federal e, na figura de quem o representa, na parte que cabe a nossa economia, lhe são dirigidas acusações do tipo: "Esse é um Governo perdulário, esse é um Governo que não para de desconhecer o marco que há um ano e meio foi discutido e aprovado por nós, o arcabouço fiscal". Essa é uma acusação reiterada. Eu já ouvi V. Exa. por diversas vezes. Evidentemente, V. Exa. nunca se furtou a deixar de estar conosco, muito menos de estar na Câmara Federal, mostrando e desmistificando... Eu queria que V. Exa., pedagogicamente, como é o seu estilo, trouxesse ao conhecimento de todos nós ou renovasse o nosso conhecimento e principalmente o de quem está em casa a nos ouvir.

V. Exa. fala sobre percentuais que, nas séries de desemprego, são os menores que nós tivemos. Isso não é V. Exa. que quer, a mim me parece, são registros oficiais, correto?

V. Exa. fala sobre crescimento econômico, que a mim me parece também não é por ser do seu interesse que ocorra, mas são dados oficiais, correto?

V. Exa. traz aí com muita firmeza – e fala, e eu queria ouvi-lo, repito, pedagogicamente – que os resultados fiscais que estão sendo auferidos agora são os melhores desde 2015. Então, eu queria que V. Exa. nos ajudasse a mostrar onde estão as incongruências daqueles e daquelas que se agarram a esse discurso a dizer que o Governo que V. Exa. representa é perdulário, é da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastança, desrespeita reiteradamente o arcabouço fiscal. Eu queria muito ouvir V. Exa. sobre isso, porque é o que mais nós ouvimos aqui nas tribunas, num bom debate – num bom debate, às vezes, até porque eu tenho grandes companheiros. E ainda bem que vi dois aqui, que eu estava preocupado que eu não estava a identificar companheiros da oposição, mas o meu irmão e amigo Senador Esperidião aqui está a fazê-lo. Isso é um bom sinal.

Eu disse que a oposição já sabe como vai se posicionar, porque, se tivesse questionamentos a fazer, estaria aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Fraternidade árabe. (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Fraternidade árabe.

Então, eu queria que V. Exa. se detivesse sobre essas questões.

Queria também que, definitivamente, pudéssemos, já que ocorreu na semana passada vermos que a Câmara não quis aprofundar o debate em mérito, simplesmente dizendo "não vamos discutir a medida provisória que veio do decreto sobre o IOF" e que aqui também estávamos diante de "não, isso é um Governo que só sabe cobrar impostos; afinal de contas, utiliza decretos de forma arrecadatória e não regulatória"... Quem está certo, Ministro? É o Governo? São as suas percepções, foi aquilo que se tomou de decisão através das edições desses decretos ou a oposição? Foi arrecadatório? Foi regulatório?

Isso é bom que a população saiba, porque senão fica aquela pecha de que o Governo que V. Exa. representa sabe gastar demais e, para gastar demais, vai ter que buscar em arrecadações, cobrar impostos. Enfim, esse é o discurso que nós estamos tendo aqui.

Então, são algumas dessas observações.

Queria saber quais são as iniciativas que o Governo está adotando em relação aos gastos tributários. Aqui, a Casa também, Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O PLP 41, de 2019...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – E eu faço sempre o registro, quando ocupo a tribuna, da sua iniciativa, que é antiquíssima, dos cuidados que a proposta legislativa do Senador Esperidião Amin... Porque isso ficou agora, ou há muito tempo, sem nenhum tipo de limite e, mais ainda, sem que aqueles que se beneficiavam dos mesmos pudessem apresentar quaisquer números que justificassem tê-los. Essa é uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E sem avaliação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sim, sem nenhum acompanhamento. Então, quais são as medidas que V. Exa. está a adotar com a sua equipe em relação aos gastos tributários? E nós temos que estender as mãos à palmatória. O Congresso tem responsabilidade, porque por aqui já passaram algumas dessas ideias com o voto de praticamente todos nós, num prejuízo assombroso. Então, eu faço essa colocação, tendo feito as demais outras anteriores.

E me preocupa, na condição de ex-Prefeito... E aqui muitos já foram ou ex-Prefeitos ou ex-Governadores, representantes... E para representá-los não precisam ter sido Prefeitos ou gestores de uma maneira geral, mas eu fui, tive essa experiência e tenho recebido muitos questionamentos em níveis de ansiedade por parte das municipalidades sobre possíveis prejuízos às arrecadações de FPM e sobre o não identificar, de forma peremptória, categórica, objetiva, textual e legal, como se darão, caso necessárias sejam, essas compensações.

Parabéns, muito sinceramente, pelas suas iniciativas, pelas suas conquistas. Não tem sido fácil, mas V. Exa. sempre se mantém com esse estilo muito tranquilo, muito equilibrado, muito operoso, e entregando. E não faço essas considerações – muito de longe, todos me conhecem – por força de ser um integrante e por termos convergências de pensares com o Governo do Presidente Lula; eu faço por uma honestidade política de reconhecer o bom desempenho que V. Exa. e a sua equipe têm nos entregado, sem esquecer aqui a Ministra do Planejamento e todo esse grupamento de competentes senhores e senhoras que têm realizado esse trabalho.

Presidente Renan, muito grato. E minhas desculpas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira, Vice-Presidente desta Comissão.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para interpelar.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, parabéns por esta iniciativa. Quero cumprimentar V. Exa., quero cumprimentar meus colegas Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero cumprimentar, agradecendo-lhe, o Ministro Fernando Haddad, sempre gentil, sempre atencioso com este Congresso Nacional, e não poderia ser diferente, mas sempre com uma postura de transparência, de clareza. Isso é muito bom.

Ministro, quero cumprimentar seus Secretários aqui presentes também – muito obrigado pela presença de vocês – e todos que nos acompanham aqui nesta audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ministro, o PL 1.087 me parece que vai em um bom caminho. Um projeto que melhora a distribuição da renda, que aumenta o consumo das famílias e que promove um maior crescimento econômico é um projeto que merece prosperar, ainda mais pela relatoria competente e, acima de tudo, vigilante que o Senador Renan Calheiros tem procurado conduzir durante a tramitação deste projeto aqui. É um projeto que realmente, no meu ponto de vista, traz um conforto para a sociedade.

E eu quero pegar carona aqui numa fala do Senador Randolfe Rodrigues, como sempre brilhante nos seus argumentos. Nessa ocasião, ele avalia qual o impacto positivo que o projeto causa na sociedade. E ele trouxe o exemplo do Amapá. Senador Randolfe, eu trago também um exemplo do meu Estado de Sergipe: 92,27% da população será impactada positivamente com esse projeto. Portanto, como foi colocado por V. Exa., todos os estados têm esses dados, e é importante que isso seja propagado em todas as bases.

Mas, Ministro Fernando Haddad, eu queria aproveitar este momento. Certamente V. Exa. não estranha esse posicionamento dos Senadores e dos Deputados, quando as audiências acontecem na Câmara, de trazer outros temas para sua reflexão, para sua lembrança. Mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabendo que esta audiência trata do projeto da isenção do Imposto de Renda, eu não poderia perder essa oportunidade de trazer para V. Exa. três assuntos para ouvir a sua opinião e como o Ministério da Fazenda tem se posicionado sobre isso.

O primeiro deles é porque eu sou Relator de um projeto que trata do Simples Nacional, é sobre a elevação do teto do Simples. Certamente, o Ministério da Fazenda tem acompanhado a situação das microempresas Brasil afora, as dificuldades que elas enfrentam e as alternativas que elas têm buscado para sobreviver. De fato, eu entendo que chegou a hora de o Ministério da Fazenda se debruçar sobre o assunto para encontrar uma saída ao exceder o teto, já que o teto está congelado desde 2018, e procurar uma fórmula de a gente escalonar a saída das microempresas desse teto, porque a mudança da tributação que eles têm atualmente, para a tributação atual, fora do benefício do Simples Nacional, certamente inviabiliza quase todas as empresas do Simples. Então, eu quero, sem polemizar, claro, apenas deixar esse assunto na sua mente para que haja uma reflexão do Ministério da Fazenda e da sua equipe sobre de que forma a gente pode avançar dentro desse quesito.

O outro assunto, Ministro... A minha origem é o setor de serviços. Eu estou no setor de serviços, a minha vida toda foi no setor de serviços. Recentemente eu estava lendo o dado de que o PIB de 2024 foi de 3,4%; o PIB da indústria foi de 3,3%; e o dos serviços, 3,7%. Eu sei que o senhor tem esses dados, só estou contextualizando para trazer um pedido a V. Exa. Quando a gente discutiu aqui a reforma tributária, eu consegui, juntamente com o Relator Eduardo Braga, incluir, no art. 18, o inciso III, que trata exatamente da reforma da tributação da folha de pagamento. Essa Emenda Constitucional 132 foi aprovada aqui e nesse texto consta que, em 90 dias, o Governo vai apresentar um PLP regulamentando, trazendo à discussão a questão da tributação da folha de pagamento. Eu quero deixar esse assunto também na sua agenda, porque nada foi discutido ainda. Na regulamentação, recentemente, eu voltei a conversar com o Relator Eduardo Braga sobre o assunto e, na verdade, a gente aguarda um posicionamento do Ministério da Fazenda e do Governo com referência a isso.

Também eu queria colocar um outro assunto aqui sobre o PL 699, que trata do Profert, o programa nacional de fertilizantes, Ministro. A questão dos fertilizantes no Brasil é uma questão de soberania nacional. O senhor conhece o assunto, 90% de todos os fertilizantes que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utiliza são importados. O Brasil precisa resolver essa questão. Volto a dizer e enfatizar, é uma questão de segurança nacional.

Esse projeto foi aprovado aqui no Senado. Esse projeto é um projeto de minha autoria. Foi aprovado aqui no Senado e está na Mesa Diretora da Câmara para votação, depois de ter tramitado com um pedido de urgência, aprovado também. Eu entendo que o Brasil precisa desse projeto. E eu queria deixar esse assunto também na sua pauta.

Quero lhe pedir desculpas por trazer assuntos fora do tema que a gente está discutindo, mas, Ministro, quando a gente encontra com V. Exa., a gente lembra daqueles assuntos que estão no nosso entorno diariamente e é uma oportunidade que a gente tem de colocar o assunto perante V. Exa. e todos os que estão conosco aqui nesta audiência pública.

Quero agradecer mais uma vez, na pessoa do Presidente Renan, a sua presença e me colocar sempre à disposição de V. Exa..

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin. Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, quero saudar o Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o Secretário-Executivo, o Secretário da Receita Federal, e externar aqui o meu respeito à sua presença e à sua contribuição.

Tomo a liberdade de fazer minha a ponderação do meu companheiro e amigo Laércio no tocante à questão do Supersimples. Todos nós sabemos o que representa a microempresa para a economia brasileira. Por isso, sei que isso é uma demanda de oito, praticamente oito anos, e que o senhor tenha na sua agenda que isso é uma maneira de fazer todos aqueles que empreendem e estão crescendo muito em número receberem um estímulo.

O senhor vê que a solidariedade está começando também a ser na Amazônia, com a presença do Senador Omar Aziz. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria abordar, relacionados a este assunto, dois tópicos, mas antes também quero agradecer a referência que fez o Senador Veneziano a respeito do PLP 41, de 2019, porque cada vez que é preciso achar uma fonte de receita, a gente se lembra do volume do gasto tributário no Brasil, que desde 1991... Eu não quero cortar, eu quero avaliar, e não consigo. Ninguém quer avaliar se 500, 700 bilhões anuais rendem em termos de emprego, de competitividade e de benefício para o consumidor, se eles rendem aquilo que se despende ou deixa de arrecadar. Queria lhe pedir também seu foco nesse assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Continua na Câmara, mas já é a quarta ou quinta versão.

Finalmente, eu quero lhe trazer um assunto que fala sobre justiça. O sentido do projeto de lei que nós estamos apreciando é de justiça, sem dúvida alguma. E eu lhe trago aqui três iniciativas convergentes que estão inclusive neste projeto agora, sob a forma de emenda – está também sob a forma de emenda no projeto relatado igualmente pelo Senador Renan Calheiros, que é o PL 1.952, de 2019, que o senhor em boa hora colocou na pauta; e o Projeto 1.739, que recentemente recebeu parecer do Senador Humberto Costa na Comissão de Assuntos Sociais.

E eu não vou cair no equívoco de falar de estatística. Stalin nos ensinou que, quando morrem 100 mil pessoas, isso é estatística; quando morre uma pessoa, isso é uma tragédia. Foi daí que nasceu o método indutivo, que também nós usamos na sala de aula quando queremos tornar mais chocante um assunto. Eu vou lhe trazer sob a forma indutiva.

Um amigo meu que está completando 75 para 76 anos, funcionário da Petrobras, ingressou na empresa em 1973, aos 23 anos de idade. Foi compelido a recolher ao Petros, fundo de pensão, e hoje está vivendo a seguinte situação: ele tem uma boa aposentadoria, R$20,5 mil, um bom provento – e eu posso dar o nome aqui e o CPF –, e ele é obrigado a recolher para cobrir prejuízos do fundo Petros. Ele não elegeu nenhum diretor do fundo Petros. Eu tive a sorte de, eleito Governador do estado com 34 anos de idade, dizer para os fundos de pensão vinculados às estatais estaduais o seguinte: "Eu não quero nomear nenhum. O dinheiro é de vocês; cuidem dele". Infelizmente, o caminho do Brasil foi outro. E essas diretorias, como as das estatais, têm-nos dado grandes desgostos. E os números estão aí para provar. Bom, ele tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recolher todo mês – para cobrir os maus negócios não dos falecidos, mas dos desaparecidos, agora invisíveis muitos deles – R$5.537, ou seja, ele paga Imposto de Renda sobre R$20,5 mil; sobra um líquido, que eu não sei de quanto é, deve ser de uns R$16 mil, R$17 mil; e paga líquido R$5.537, que é exatamente da porção mais elevada e, portanto, mais fortemente tributável do seu provento; e paga Imposto de Renda sobre isso também, portanto.

Eu apresentei a emenda – isso representa de 150 a 200 mil famílias, do fundo Petros, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e outros que tais – e queria a sua boa vontade para o exame da justiça dessa matéria. O sujeito contribuiu porque era obrigado. Quem nomeou o gestor eu não vou falar, mas não foi ele. E ele paga os prejuízos que essas gestões... No caso, neste caso concreto, ele deu algumas informações sobre as inversões: inversões em Lupatech, Invepar, Itaúsa, Sete Brasil, Norte Energia, Brasil Pharma, Dasa e outros; outros investimentos que não deram certo. E ele paga Imposto de Renda sobre esse valor que ele entrega para compensar o prejuízo acumulado. Portanto, é uma emenda que versa sobre a contribuição que não decorre do aumento ou da percepção de bens ou de aumento do seu patrimônio. Queria lhe deixar essa solicitação não de aprovação, mas de atenção.

O Senador Renan aceitou a minha emenda no Projeto 1.952. Aceitou até em confiança pela descrição do fato. E acho que isso não poderia ficar de fora no momento em que se trata de um projeto que objetiva a justiça, como o senhor também aqui debateu.

E quero trazer uma informação para o senhor que o senhor não usou ainda. Quando da aprovação de um Diretor do Banco Central, em 2023, o Sr. Ailton Aquino, um bom baiano, eu pedi a ele para fazer um cálculo de quanto é que o Brasil paga de *overprice*, de overtaxa de juros desde o advento do Plano Real: bota o Ocidente e inclui a Turquia, que sofre com juros muito altos, e vê quanto é que nos têm cobrado a mais do que a média do Ocidente. É só um argumento a mais para o senhor avaliar nas contas que faz todas as noites, usando algarismos arábicos, quando é mais fácil, porque, quando eles ficam difíceis, apela-se para os romanos – que é mais difícil de fazer raiz quadrada, aí a gente corre para os números romanos.

São essas as minhas indagações no espírito mais construtivo possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Veneziano, Senador Laércio, Senador Esperidião Amin.

Bom, em primeiro lugar, eu vou repetir uma coisa importante, Senador Veneziano – o senhor fez questão de enfatizar –, já que esta audiência está sendo transmitida, está sendo gravada: para uma autoridade pública prestar contas, é sempre bom saber que tem muita gente ouvindo o que nós estamos falando, sobretudo quando a gente está dando dados que não são dados da Fazenda; são dados oficiais do Estado brasileiro.

Nós, sim, teremos a menor taxa de desemprego no quadriênio da série histórica. Então, desemprego, o menor. A inflação do quadriênio... Eu estou sempre falando de um mandato, porque fica mais fácil a comparação, não é? São quatro anos. Vai ser a menor inflação em um quadriênio do Plano Real – do Plano Real. Eu nem vou falar de antes do Plano Real, porque aí é covardia, né? Em duas semanas, você tinha uma inflação equivalente a quatro anos de mandato. Você vai ter uma inflação, em quatro anos de mandato, inferior a 20%. Nós chegamos a ter 80% de inflação num mês no Brasil. Então, vai ser a menor inflação acumulada em quatro anos do Plano Real.

O crescimento médio desses quatro anos será quase o dobro do crescimento médio dos oito anos anteriores. O déficit primário também vai ser o menor déficit primário no quadriênio em relação aos oito anos anteriores. Se nós deduzirmos o que foi pago de calote, que nós tivemos que honrar no primeiro ano de Governo, os dados são ainda melhores.

Em relação a receita e despesa... É muito importante isto – é muito importante –: receita como proporção do PIB, receita líquida; é aquilo que fica no bolso da União para a peça orçamentária. A receita líquida vai ser a menor, desde 2015, em quatro anos. E a receita líquida... Perdão, eu fiz uma confusão. A receita líquida não atingiu ainda o patamar de 2011 como proporção do PIB – não atingiu o patamar de 2011. Quando começou... Em 2011, 2012, começam os gastos tributários a subir. Então, quando o Senador Esperidião fala do abuso de gasto tributário, ele tem toda a razão, porque o gasto tributário começou a subir no Brasil, como proporção do PIB, a ponto de atingir 6% do PIB agora. Então, quando a gente corta gasto tributário, que é o que nós estamos fazendo, com medidas pontuais, a gente está tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperar uma arrecadação líquida, como proporção do PIB, do período saudável das contas públicas, de 2011 a 2013.

Por que eu não pego 2010? Porque a arrecadação foi muito elevada em função do crescimento de 7,5% da economia no último ano de mandato do Presidente. Então, excluo. E excluo 2014, porque nós tivemos ali uma queda abrupta do PIB. Então, pegando esses três anos, nós ainda, cortando os gastos tributários, como estamos fazendo, não atingimos a receita líquida desse período. Você veja como falta um pouco de honestidade no debate.

E a despesa primária no quadriênio... Sobretudo se excluirmos o que foi pago de dívida herdada, que não tem nada a ver com o gasto primário corrente, como é o caso dos precatórios e da indenização aos Governadores, nós também, na comparação com os anos anteriores, vamos ter o menor dispêndio primário no quadriênio.

Então, eu estou afirmando isso aqui – e qualquer pessoa pode ir aos números e aceitar ou não o que eu estou dizendo – da forma mais transparente. Se eu tiver errado, vou me corrigir. Eu não tenho problema. Se alguém apontar: "Olha, você deu um dado errado aqui". Eu vou falar: "Bom, de fato. Não tem problema, eu vou me corrigir". Agora, eu quero saber se os nossos adversários farão a mesma coisa, se vão querer admitir o que eu estou dizendo aqui. Estou dando dados oficiais. De novo, são dados apurados ou pelo IBGE ou pelo Banco Central; não tem nada a ver com o Ministério da Fazenda. Estou me baseando em dados apurados por órgãos autônomos e fidedignos em relação ao que é levado ao conhecimento público.

De quantos indicadores aqui nós falamos? Desemprego, inflação, crescimento, déficit, dispêndio, receita – seis indicadores. Podem me corrigir, não há problema nenhum. Eu vou ter humildade de dizer "errei". Agora, se o que eu estou dizendo é verdade, registrem, porque negar uma evolução da economia brasileira nos últimos anos é importante para o país, até para a gente continuar corrigindo os problemas que persistem. E eu sou o primeiro a admitir que nós temos ainda e vamos ter sempre coisas a fazer, melhorias a fazer. O Senador Laércio colocou aqui problemas que a gente vai ter que enfrentar.

Eu me comprometi, no começo do Governo, a fazer a reforma do consumo, quando ninguém mais acreditava nisso – ninguém mais acreditava que era possível. Tinha gente no Governo, queridos amigos, que diziam: "Haddad, você está se comprometendo com uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que vai te desgastar, porque a reforma tributária já foi tentada dez vezes, e ninguém conseguiu fazer. Por que você foi anunciar que era uma das suas prioridades?". E ela está entregue. Vocês acabaram de aprovar o último projeto de lei complementar para fechar o ciclo da reforma tributária sobre o consumo.

Nós fizemos a maior reforma da renda até aqui, porque não é só esse projeto que está por ser analisado. Nós já fizemos muito em torno da renda. Citei o caso das *offshores*, o caso dos fundos familiares, dos super-ricos e tudo mais, que já foram objeto de debate aqui nesta Casa.

Então, eu insisto em dizer o seguinte: nós temos um caminho a percorrer. Estamos fazendo os avanços necessários. Isso aqui vai ser um grande avanço, como a MP 1.303 teria sido, como o corte de gastos tributários será, agora que está na mão do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que pode se debruçar sobre a proposta do Deputado Mauro Benevides e a proposta do Senador Esperidião Amin e fazer um arrazoado ali sobre como enfrentar.

Mas eu alerto que nem sempre uma avaliação do gasto tributário resulta em medida legislativa corretiva. Vou dar o exemplo da desoneração da folha, que teve vigência de 12 anos no Brasil, e todos os estudos, todos, sem exceção... Não tem um único estudo acadêmico que apoiava aquela medida, e nem por isso o Executivo conseguia junto ao Legislativo, e vice-versa, avançar na revisão do gasto tributário.

Assim como nós estamos na 1.303, queria lembrar que poderiam ter, pelo menos, votado a revisão de gasto primário, que constava da Medida Provisória 1.303. Constavam medidas corretivas dos cadastros, por exemplo, do seguro-defeso, medidas corretivas sobre a Comprev, sobre o Atestmed, uma série de medidas corretivas não foram apreciadas tampouco pela Câmara.

E, quando cobram da gente, eu quero lembrar que nós mandamos... Tem aqui no Senado um PL sobre supersalário. Tem, na Câmara, um PL sobre aposentadoria dos militares. Nós mandamos para cá uma revisão dos indexadores dos fundos constitucionais, que não foi apreciada, não é? Porque tem fundo que vai bater R$30 bilhões – R$30 bilhões –, sendo que o Fundo de Desenvolvimento Regional para o Brasil inteiro é de R$60 bilhões! Então, nós temos que nos debruçar sobre isso. E não é fácil para ninguém enfrentar esse tipo de tema, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre fica um temor: "O que a opinião pública vai dizer?". Mas tem coisa que tem que ser feita – tem que ser feita.

O Senador Contarato aqui dizia da discrepância dentro do serviço público, em virtude do furo de teto, né?

E eu concordo, Senador Laércio, que este debate que o senhor propõe... A próxima reforma que vai ser feita, ou as próximas... Eu sempre digo o seguinte: "Olha, quando votarem o consumo, a gente vota a renda. Quando votarem a renda, a gente se debruça sobre a folha. Quando votarem a folha, a gente se debruça sobre a pejotização", porque, se nós mandarmos para cá tudo que está lá na cozinha da Fazenda, vai ser uma confusão. A gente só está conseguindo avançar, porque a gente pega uma matéria muito complexa e dá tempo para o Legislativo se debruçar, porque é complexo, não é uma coisa simples.

A reforma sobre o consumo só saiu, porque eu não mandei mais nenhuma outra grande reforma para cá, simultaneamente. Agora chegou a da renda, por quê? Porque a do consumo está resolvida. Bateu aqui o consumo, a renda resolveu, vamos nos debruçar sobre folha, vamos nos debruçar sobre pejotização, que é um problema grave que está acontecendo no Brasil. Nós podemos, a depender do caminho que a gente adotar, trazer gravíssimos problemas para a previdência social no Brasil, se nós não endereçarmos o tema adequadamente. Então, há reformas para serem feitas.

Agora, os senhores terão feito as duas mais importantes reformas. Consumo e renda são, sem sombra de dúvidas, as mais complexas, mas vão abrir caminho, aprovado esse projeto, para a gente avançar em outras reformas importantes para a sustentabilidade das contas públicas no tempo. E nós temos uma lição de casa feita já, aguardando o momento de encaminhar, tanto para o Governo quanto para o Legislativo.

Eu estou confortável com a decisão que foi tomada na Câmara. Pode... não sei se a redação merece reparo, pode ser que mereça, em relação aos municípios. E aqui eu quero ser muito franco. Eu entendo o pleito. Eu, se estivesse na cadeira de Prefeito, estaria aqui reivindicando a mesma coisa, como já tive a oportunidade de fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando a tabela de Imposto de Renda ficou congelada por sete anos e a arrecadação das prefeituras, por retenção, subiu, ninguém apontou o problema. Agora que você está fazendo uma correção, que é basicamente para inflação, Senador Rogério: 46% de defasagem na tabela do Imposto de Renda, por causa de sete anos de congelamento, aí tem que compensar? Quer dizer, isso já deveria ter sido feito. Entende? Essa que é a verdade. Já deveria ter sido feito, mas nós concordamos com a emenda lá na Câmara, compreendemos e aceitamos emenda, que pode, eventualmente, sob aqui a autoridade do nosso querido Senador Renan, sofrer um esclarecimento maior para evitar insegurança. Eu não teria dificuldade com isso. Estamos abertos a...

Mas, assim, matérias eu temo, Senador. Eu quero lhe dizer aqui, porque eu tenho um apreço por esse projeto muito grande, né? Nós podemos continuar avançando no debate sobre Imposto de Renda. Tem várias coisas. O Senador Esperidião Amin falou de uma delas, mas eu poderia citar aqui uma demanda das centrais sindicais sobre a tributação de participação no lucro, por exemplo, das empresas, que é, inclusive, um preceito constitucional que nunca foi regulamentado.

Então, tem várias outras questões relativas ao Imposto de Renda que vão ter que ser endereçadas em algum momento, vão ter que ser avaliadas pelos senhores em algum momento. Mas eu digo, pelo adiantado do calendário, que eu fico com muito receio de tratar de matérias que, durante seis, sete meses, não foram processadas. E, de novo, a gente está buscando fazer justiça sem impacto fiscal, sempre considerando de onde vai vir a fonte de receita para compensar essa desoneração, para nós termos um cenário equilibrado.

Então, eu temo pelo... Nós estamos no meio de outubro. Nós temos aí mais pouco tempo de trabalho legislativo. Então, se o Senador Renan, naquilo que ele achar adequado, quiser encaminhar para a Receita Federal, para o Secretário-Executivo, "Olha, analisem isso aqui", e, eventualmente, for objeto de um outro projeto de lei – que pode ser até de iniciativa do próprio Legislativo –, eu não vejo grandes problemas. E eu repito: pelo adiantado do calendário. Nós estamos muito perto do final de ano. Tem que sancionar, regulamentar, para passar a ter vigência no dia 1º de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu não estou aqui querendo inibir o debate saudável sobre questões relativas a injustiças que persistirão no Imposto de Renda e que podem ser endereçadas no momento oportuno, sem prejudicar esse avanço que foi conquistado aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Ministro, só para esclarecer a data-limite... A data-limite.

O SR. FERNANDO HADDAD – Olha, é anuidade. Nós temos o princípio da anualidade. Nós temos que aprovar este ano, para ter vigência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a noventena também, Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Aí é que está: isso aí é um... Eu acho que Imposto de Renda, se for aprovado este ano, resolve, porque se aprovou no ano anterior.

Noventena é para contribuições. Nós estamos falando só de Imposto de Renda.

Mas inspira cuidado, porque, se nós já estamos há seis, sete meses debatendo...

Eu sei que o Senado acaba de receber a matéria, mas, enfim, eu fico preocupado de nós, eventualmente, pegarmos as emendas que o Senador julgue adequadas... E elas podem ser objeto de um estudo criterioso, cujo resultado seria repassado aqui, lembrando que qualquer medida que venha a favorecer o contribuinte entra em vigor imediatamente. Ela não tem anterioridade, nenhum tipo de anterioridade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto os Senadores se, adicionalmente, desejam fazer mais alguma colocação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está na inscrição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só para deixar claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pelo menos o Projeto de Lei Complementar 41 nos livra do embaraço do casuísmo. Ou seja: eu dou uma vantagem, um benefício fiscal, e posso ou não renovar. Ele avalia. E a avaliação tem consequências expressas na lei.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, sem absolutamente aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Veneziano...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – É bem rápido.

Eu penso, Ministro Fernando Haddad, que a proposta que nós fizemos... Com essa preocupação em relação aos municípios, eu apenas discordo, porque os que estão e passaram a estar à frente nas conduções administrativas não podem ser responsabilizados por aqueles que tiveram um momento, vamos dizer assim, melhor...

O SR. FERNANDO HADDAD – Eu estou de acordo, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não é?

E penso – claro, ao crivo, à análise do Presidente Renan Calheiros – que a nossa proposta a mim me parece ser redacional, porque não levaria a maiores complicadores em relação a esse calendário. Penso eu.

O SR. FERNANDO HADDAD – Nós estamos de acordo. Em relação ao mérito, nós, já na Câmara, nos manifestamos favoravelmente. Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que nós tivemos... É importante que todos saibam: nós tivemos alguns problemas de blindagem, infelizmente, na aprovação da matéria na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere a município, apenas foi estabelecido um critério para a hipótese do crescimento do imposto. Não se estabeleceu o critério preventivo na hipótese de não haver crescimento e os municípios e estados, eventualmente, terem que ser ressarcidos dentro do Imposto de Renda.

Nós tivemos também – eu até não tenho feito essas perguntas pontuais, e pretendo fazê-las depois, em conversas – alguns outros problemas, quer dizer: na tramitação, a Câmara dos Deputados introduziu benefícios a pessoas jurídicas, ganhos com títulos de mercado financeiros e lucros de corporações privadas, dentre outras matérias. Introduziu também a blindagem para cartórios, emolumentos judiciais, blindou também dividendos distribuídos mas registrados até o último dia de 2025. Isso também eu acho que pode ensejar um buraco grande, pode ensejar fraude você registrar distribuição de dividendos que não serão tributados como os demais dividendos. Então, tem muitos problemas que foram colocados.

No exato momento em que nós estávamos discutindo a Medida Provisória 1.303 e até fazendo acordo, a Câmara estava blindando esses títulos, isentos todos, e foram colocados no projeto do Imposto de Renda. Por isso é que nós tínhamos avançado, com relação ao pessoal mais ligado à agricultura, com relação à liberação desses fundos, e eles depois não quiseram honrar os compromissos, porque a Câmara estava, naquele momento, exatamente blindando esses títulos isentos.

Então, eles foram colocados aqui no projeto do Imposto de Renda, e coisas assim, que ficariam melhor num projeto de lei, porque o Senado vai ser obrigado a verificar a condição constitucional das alterações feitas e vai exigir que se apresentem determinadas compensações, o que, na verdade, não se fez.

Há uma tradição, no Parlamento, de que coisas flagrantemente inconstitucionais não podem tramitar; é responsabilidade, por exemplo, de cada Senador. E há precedentes, aqui na Casa, de que matérias que foram incluídas inconstitucionalmente podem ser desmembradas e, se eventualmente forem alteradas no Senado Federal, elas voltam para tramitar na Câmara dos Deputados, mas apenas aqueles casos flagrantemente inconstitucionais, o núcleo do projeto não, uma vez que, votado na Câmara e votado também na outra Casa do Congresso Nacional, ele segue para sanção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa é uma discussão mais pormenorizada, que nós vamos ter que fazer. Nós vamos ter que fazer, porque, evidentemente, foram colocadas matérias que efetivamente não tinham nada a ver, como a transformação – isto é um benefício para escolas privadas – a partir do crédito com relação ao Prouni, enfim...

Agora nós passamos para o próximo bloco, que é composto pelo Senador Fernando Farias, pelo Senador Alessandro Vieira e pelo Senador Mecias de Jesus.

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Parabéns pela instalação desta audiência e por trazer aqui o Ministro Haddad, o Barreirinhas e o Dario.

Ministro, o Laécio é do setor de serviço. Eu sou do setor de empresas. Eu estou vendo aqui uma dificuldade muito grande de taxar *bets*, de juros de capital, em resumo, taxar *bets*, taxar banco, e, com esses juros altos, realmente, as empresas maiores pegam muito capital. Então, elas não estão com essa bola toda. Então, por que também não pensar numa desoneração, numa maneira de desonerar as empresas?

Lógico, aí vamos para o fiscal, onerando a *bet*, onerando juros sobre capital, alguma compensação assim, porque, realmente, no momento atual, é quem mais está sofrendo. Ou mais algum imposto que tenha, alguma coisa, para aliviar as empresas em cima desses juros que eu não estou vendo baixar no curto prazo.

Outra coisa, só uma curiosidade: como é que convive um Banco Itaú, pagando o que paga, e um Nubank, que já estava maior do que ele, pagando bem menos? Só uma curiosidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Laécio, Vice-Presidente.

Ministro Haddad, é um prazer receber V. Exa. aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo um pouco o que Fernando tocou, eu entendo que o Governo cometeu um grande erro político ao abandonar a discussão da chamada "taxação BBB" no corpo da MP 1.303, porque o resultado final foi uma negociação muito malsucedida.

De fato, é preciso retomar este tema "taxação de *bets*, bancos e bilionários", aí bilionários entendidos com a licença poética. Na verdade, está-se falando de altas rendas e de investidores.

Antecipo a V. Exa. que nós vamos apresentar, neste projeto, emendas nesse sentido, para registrar a posição política, mas vamos também apresentar em projeto autônomo, porque eu concordo com V. Exa.: a configuração política atual do Congresso Nacional não recomenda o retorno desta matéria à Câmara dos Deputados neste ano, porque vai se reabrir todo aquele processo traumático de negociação, que beira, que chega à fronteira da extorsão direta praticada por determinados Parlamentares.

Eu gosto sempre de ser muito claro nas coisas que falo, para, enfim, que quem nos acompanha possa compreender bem.

Só no caso das *bets*, a retomada de uma taxação adequada, dentro do patamar internacional, tem um potencial de arrecadação superior a R$30 bilhões, um potencial adicional de arrecadação superior a R$30 bilhões. Então, não há sentido em se abandonar essa linha de taxação, que é fundamental.

A gente tem que tratar de juros sobre capital próprio. A gente tem que tratar sobre CSLL. A gente tem que fazer um nivelamento das alíquotas cobradas em aplicações financeiras em geral, porque tudo isso se soma num contexto de justiça tributária, que é o objetivo final do que a gente está fazendo aqui: levar o Brasil para um cenário de justiça tributária.

Então, vamos defender. A gente está tentando mobilizar uma iniciativa suprapartidária nesse sentido, para que a gente possa ter a apresentação de um projeto consistente, que traga a taxação... Para usar o nome popular, "taxação BBB".

Segundo ponto, Sr. Ministro e Sr. Presidente Renan, peço a atenção de V. Exas. para o PLP 3.825, que é aquele PLP, Renan, que trata de um gatilho de corte linear nos benefícios tributários creditícios que são concedidos pelo Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e que estão ali sempre margeando R$650 bilhões, R$700 bilhões por ano.

E a proposta que eu apresentei nesse projeto é que você tenha, à medida que o Estado brasileiro entre em déficit, o corte linear, no exercício seguinte, de uma fatia percentual de até 10%.

Por que a escolha do corte linear? Porque a gente foge da discussão setorial de privilégios.

Então, o projeto de *spending review* é maravilhoso tecnicamente, mas todo projeto tem que ser modulado de acordo com o cenário do Congresso que nós temos. O *spending review* no Brasil de hoje vai gerar um aumento de despesas, e não uma redução de despesas, pode ter certeza, porque, cada vez que você reabre um debate setorial, você tem cada setor pleiteando, com seus *lobbies*, com seus interesses, alguns deles ou vários justos.

Então, um corte linear vai garantir que você tenha uma regra simples de execução objetiva, fortalecendo o arcabouço fiscal que nós temos.

Por último, Sr. Ministro, convido ou até talvez convoco V. Exa. e esta Casa, especialmente esta CAE, para um debate que é fundamental, que é a discussão da meta inflacionária do Brasil. O Felipe Salto, economista, do nosso IFI aqui, um fiscalista, uma pessoa conservadora em contas, nós o conhecemos sobejamente, vem puxando essa discussão há um certo tempo.

A meta de 3% não é uma meta real para a configuração complexa da economia brasileira. A consequência é que nós temos que ter uma carga de juros brutal, para perseguir uma meta que não é real.

Os danos causados pela perseguição da meta são muito maiores do que os benefícios de ter uma meta baixa. É uma meta marqueteira, vamos chamar assim. É um número bonito. Não foi calculado, não foi projetado, não foi pensado, desenhado cientificamente. Ele foi simplesmente fixado. "Eu acho que três é um número bonito". Poderia ser dois, poderia ser um, poderia ser quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é preciso que o Brasil faça, e nós temos ferramentas, isso faz parte do escopo de atuação de V. Exa., Ministro de Estado da Fazenda, é que tenha uma discussão técnica, suprapartidária, legítima, inclusive, eventualmente, trazendo participantes do cenário macroeconômico internacional.

Qual é a meta de inflação real para o cenário econômico brasileiro, para que, aí sim, você possa ter patamares de juros mais racionais?

O que a gente está vivendo agora?

O senhor declamou os números todos da economia brasileira, vários outros membros da base fizeram a mesma coisa, e mesmo a oposição, que vai contrapor os números, vai reconhecer que os números existem e vai fazer suas observações.

Mas um país com números tão favoráveis na economia é submetido a uma taxa de juros desse tamanho, sufocando a economia. Então, não faz nenhum sentido.

Nós estamos prisioneiros numa armadilha criada por nós mesmos, no caso, pelo próprio Conselho Monetário Nacional.

Então, convido V. Exa. a puxar, e a CAE vai ser uma parceira para isso, tem a experiência e a história de Renan para conduzir este debate, fora da discussão eleitoreira.

A gente tem que tratar a economia fora da discussão eleitoreira, porque economia é a comida na mesa do cidadão.

Eu sei que a tentação da oposição é sempre muito forte. É muito bom falar que este é um Governo que taxa, taxa, taxa, taxa. É bom, porque isso rende voto. Eu entendo isso perfeitamente, e é democrático. É importante que se diga isso: é democrático, é uma crítica democrática, está no limite absolutamente aceitável.

Mas a gente tem que lembrar que economia é comida no prato. As pessoas têm que ter um discernimento, na nossa construção aqui conjunta, de que temos que apresentar soluções para isso, para que o país tenha taxas de juros mais baixas, investimento estruturante mais consolidado e, ao final disso tudo, um país melhor para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são esses três pontos que eu menciono, Presidente Renan, agradecendo pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Renan, cumprimento V. Exa., os colegas Senadores.

Cumprimento o Ministro, sua equipe...

Ministro, o PL 1.087 propõe uma tributação mínima do Imposto de Renda Pessoa Física para rendas acima de R$600 mil por ano e uma retenção de 10% sobre lucros e dividendos para pessoas físicas quando ultrapassarem R$50 mil por mês.

Ainda que o texto atual busque alcançar altas rendas, há receio de que, na prática, a nova sistemática possa impactar produtores rurais e pequenas empresas que atuam sob o modelo de pessoa física ou fazem distribuição de lucros como forma de remuneração.

Como o Governo pretende garantir que o alcance dessa tributação permaneça restrito às grandes rendas, sem prejudicar o capital produtivo de pequenos empreendimentos, agroindústrias e negócios familiares?

Tenho mais duas perguntas para V. Exa.

A segunda pergunta seria na mesma preocupação dos demais Senadores, do Senador Veneziano, que levantou sobre os pequenos municípios, sobretudo os de menor porte: a compensação para o estado e os municípios, o que já foi falado aqui pelo Senador Renan, pelo Senador Veneziano e por outros colegas Senadores.

É uma preocupação muito grande para os pequenos municípios manter os serviços essenciais para os seus munícipes.

Por último, quero seguir o Senador Laércio numa preocupação com o Simples Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo vai tributar lucros e dividendos. De que forma o Governo pretende reduzir o impacto sobre as empresas que estão no Simples Nacional?

É isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Eu vou começar pelo fim, Senador Mecias, porque eu acho importante esclarecer essas questões.

O Secretário da Receita e a equipe têm acesso a informações que são sigilosas, que são protegidas por sigilo fiscal, mas eles têm condição de fazer uma avaliação praticamente CPF por CPF das pessoas que vão ser afetadas. E isso foi feito no caso deste projeto de lei.

Então, o Simples simplesmente não é afetado. Ele simplesmente está completamente fora do radar deste projeto. Então, quero lhe antecipar que isso não vai acontecer.

A pessoa física que tem rendimento paga até 27,5% de Imposto de Renda.

Veja o senhor que nós não estamos falando aqui de uma tributação adicional, como o senhor próprio colocou. Trata-se de uma tributação mínima. Ou seja: se a pessoa já paga mais do que 10%, ela não é alcançada pelo projeto. É só no caso de ela ter rendimentos, e há várias exceções que sequer serão consideradas, vários rendimentos, e não pagar tributo nenhum. Esses 141 mil brasileiros que vão ser afetados, para que o senhor tenha uma ideia, têm uma alíquota média efetiva de 2,5%. Então, enquanto o senhor, no seu contracheque, está pagando perto de 27,5% – paga, em geral, um pouquinho menos porque a efetiva é um pouco menos, mas está perto, mais de 20% seguramente o senhor paga –, essas pessoas estão pagando 2%. Vamos supor que é a média, mas que um indivíduo pague oito, ele não vai pagar mais dez, ele vai pagar dois. É um complemento para dez.

Então, a gente está muito seguro de que nós estamos promovendo uma inovação, que poucos países do mundo têm, mas que, para o nosso sistema tributário, foi o ovo de Colombo que nos permitiu chegar aqui, porque todo mundo estava pensando de forma diferente. Por exemplo, muita gente era a favor de tributar dividendo, aí iria pegar o simples, aí iria pegar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lucro presumido, iria pegar todo mundo, porque, independentemente da renda, você iria pagar sobre dividendo, independentemente do volume de dividendo.

Então, imagina um pequeno poupador que conseguiu recursos ali e conseguiu angariar ações e tal que dão para ele um rendimento de R$5 mil por mês ou de R$10 mil por mês, um acionista de várias companhias ou de uma companhia. Na formulação de muita gente, ele iria pagar Imposto de Renda. O que nós fizemos? Não, vamos deixá-lo no Simples, se ele tem uma poupança em ação; vamos cobrar só de quem tem rendimentos acima. E começa com R$600 mil só para o fim de construir uma escadinha, porque, na verdade, 10% só vai chegar em R$1,2 milhão. Os 10% só chegam com R$1,2 milhão por ano, quer dizer, R$100 mil por mês, e R$100 mil de receita que não paga tributo nenhum. Então, tem uma engenharia nesse projeto.

Um outro detalhe importante a frisar. Se a empresa que pagou os dividendos estiver pagando a alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de referência, esse dividendo continua isento. Então, vamos supor que eu sou um grande empresário, mas a minha empresa paga as alíquotas de referência na jurídica, mesmo eu obtendo um volume grande de dividendos, eu vou continuar isento porque eu vou levar em consideração que a pessoa jurídica que paga os dividendos está pagando enquanto empresa.

Então, por que esse projeto conseguiu 493 votos? Ele conseguiu efetivamente porque era muito difícil você achar uma brecha. Quando nós expusemos os dados do número de afetados, de quem vai ser afetado, de como vai ser afetado, de quem está preservado, de quem está beneficiado, ficou claro para o Deputado, para a Deputada, que é um modelo novo que para em pé e que é justo, então, vamos seguir.

Eu quero crer, Senador, com todas as observações que o senhor fez, todas legítimas, que nós conseguimos encontrar uma equação que efetivamente preservou o trabalhador e o empresário brasileiros. Ele só realmente atinge quem está muito distante de contribuir com a sua justa parte para o orçamento global do país. Nós levamos mais de dez meses para chegar a essa equação de estudos. Foi uma ida e volta, são quatro secretarias envolvidas, lá da Fazenda: Secretaria de Reforma Tributária e de Reformas Econômicas, Secretaria Especial da Receita Federal, Secretaria de Política Econômica, fora a Secretaria Executiva, o meu gabinete... São dez meses de trabalho para se chegar a uma formulação que pudesse angariar o apoio que recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós chegamos a esse placar, e foram todos os partidos, ninguém se omitiu ali, só quem não estava no país... Todo mundo que estava no plenário celebrou a votação.

Então, eu quero crer que nós possamos aqui, no Senado, com toda a autonomia que o Senado tem, chegar a um placar importante, e será um dia importante para o Brasil, porque efetivamente é pavimentar um caminho para buscar um pouco mais de igualdade de oportunidades.

O Senador Alessandro tem toda a razão. Senador, eu não... Fica difícil para mim, que estava numa mesa de negociação, falar de negociação bem-feita e malfeita, pelo seguinte: muitas vezes, eu acho que a gente... Tem alguns protocolos da política que precisam ser observados. Na política, o senhor sabe melhor do que eu: não tem contrato de gaveta, não tem cartório, não tem escritura definitiva, não tem nada, só tem a palavra, só tem o olho no olho. Confere, Senador Renan?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, exatamente.

O SR. FERNANDO HADDAD – A partir do momento que esse protocolo começa a não ser respeitado, nós temos um problema. Então, nós precisamos criar um ambiente político para restabelecer a ordem natural das coisas, porque, quando um governo faz um mau acordo, ele cumpre e, na próxima rodada, tenta fazer um melhor. Nem sempre a gente sai satisfeito com o acordo que faz, mas se cumpre o acordo, e depois a gente vê o que vai acontecer.

Aconteceu, num período anterior, de um acordo não ser respeitado pelo Executivo por falha no procedimento de tramitação dos vetos. Eu fui testemunha, na frente do Presidente Lula, de que o acordo tinha sido descumprido e de que era importante derrubar um veto específico que foi derrubado com o apoio do Governo. Então, para mim, é muito importante... A gente está lidando com questões muito sensíveis, muito sensíveis. Então, é muito importante, para que a sociedade tenha a segurança do caminho que a gente está buscando, que a gente tenha um ambiente em que a palavra que foi pactuada ali tramite até o final. Se houver algum problema depois, corrige-se numa nova rodada de negociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sobre meta, eu não quero me furtar a responder. Na ocasião em que o Governo tinha que definir, nós fizemos uma mudança que, na minha opinião, não está sendo tão compreendida quanto deveria, que foi sair da armadilha do ano-calendário, porque quando você... Em nenhum lugar do mundo existia isto: você ter que cumprir a meta no ano-calendário. Todo mundo sabe, todo mundo que conhece minimamente política monetária, sabe que, muitas vezes, você tem que ampliar o horizonte para o atingimento de uma meta – não consegue atingir –, ou, então, você vai sacrificar empresas, empregos, num nível que não tem racionalidade em termos de custo-benefício. Se você rodar os modelos macroeconômicos existentes, tanto no Banco Central, quanto na Fazenda, quanto no mercado financeiro, e perguntar para o modelo: "Se eu quiser atingir a meta de inflação em 2027 ou 2028, qual é o diferencial de taxa de juros?". Às vezes, é enorme o diferencial de taxa de juros. Então, às vezes, para você ter um horizonte um pouquinho mais longo, você consegue sopesar adequadamente a taxa de juros. Então, quando você faz esse tipo de exercício no computador, você vai verificar que sair do ano-calendário deu ao Banco Central uma liberdade maior para, com a sua autonomia e com a sua inteligência, adequar essas trajetórias, inclusive, porque uma trajetória, às vezes, muito rígida vai prejudicar a política fiscal. Então, você começa a ter uma situação em que uma coisa, ao invés de concorrer com a outra, prejudica a outra.

Por isso é que eu sempre alerto para essa harmonização da política fiscal com a monetária, para a gente usar com inteligência essa nova formatação que foi dada para a meta de inflação. Nós continuamos com o regime de meta, mas nós hoje não estamos prisioneiros do ano-calendário, para que a autoridade monetária consiga calibrar e falar: "Olha, como...". E eu não estou falando assim de países em desenvolvimento, os países do centro do capitalismo, depois da pandemia, tiveram que recalcular as trajetórias e ficaram vendo: "Mas não dá para, no ano que vem, eu conseguir 2%". Se um país com a força de uma Alemanha ou de uma Inglaterra, às vezes, tem que recalibrar, eu acho que nós damos um passo importante no modelo, ao dizer o seguinte: "Busque essa meta, mas busque de forma inteligente, de forma a harmonizar com os objetivos de uma política econômica" –, sem abdicar da sua autoridade monetária, porque eu não quero um Banco Central leniente: "Não, isso aí depois a gente vê". Não é "depois a gente vê"; vamos ver agora, mas vamos ver com as cautelas devidas, com a inteligência, com a sabedoria de quem está à frente de uma política tão sensível, sobretudo num país que tem tantas necessidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador Fernando Farias, eu estou 100% de acordo com o que o senhor coloca, e você sabe que, em vários setores, o senhor pergunta: "Como é que um banco de tamanho X e uma *fintech* de tamanho 5X podem ter tributações diferentes a favor dessa *fintech*?". Na minha cabeça, não faz sentido mesmo, eu não entendo a ideia. É como se nós estivéssemos criando uma espécie de Super Simples das instituições financeiras, que não tem a ver nem sequer com o tamanho delas. Nós estamos tratando duas categorias de instituições financeiras, uma com uma série de exigências, a outra sem tantas exigências, num ambiente que reconheço que é mais competitivo, mas que, na minha opinião, não está adequado, não está da maneira correta.

Então, eu sou defensor de que o Congresso revisite esse tema. Esse tema... Na minha opinião, não faz muito sentido você criar essa discrepância entre uma coisa e outra. Todo o desequilíbrio que a gente procurava reduzir... Primeiro, a distância entre títulos incentivados e títulos tributados é uma distância muito elevada, começa a gerar problemas de rolagem da própria dívida pública. Isso não faz sentido. Isso não é contra ninguém, é a favor do país. Então, essas discrepâncias do mercado financeiro nós queremos corrigir, mas a gente precisa, muitas vezes, ter o aval do Legislativo. Há caminhos regulatórios para corrigir, mas nós entendemos que é um debate que o Legislativo tinha que fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO HADDAD – São discrepâncias que estão causando distorções importantes e que precisam ser visitadas.

O senhor tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto os Senadores Fernando Farias, Alessandro Vieira e Mecias de Jesus.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – ... faltou a menção, Ministro Haddad, com relação ao projeto que trata do gatilho automático anual, que eu acho que é uma coisa interessante de ter a opinião de vocês.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Obrigado, Senador, desculpe-me.

Nós introduzimos no arcabouço fiscal uma série de gatilhos, e me ocorre que esse não é um deles. Mas eu vejo com bons olhos esse tipo de iniciativa, porque tanto o que o Senador Amin falou quanto o que o senhor está falando agora não fazem sentido porque, muitas vezes, a inércia acaba presidindo esse debate. E, na verdade, não deveriam inverter o ônus da prova, por assim dizer. A gente só deveria prorrogar um benefício fiscal com um estudo prévio demonstrando a sua eficácia, não o contrário: "Vamos prorrogar". Não, você teve três anos ou quatro anos de benefício fiscal: faça uma avaliação e, de posse dessa avaliação, submeta-a à Casa, se for o caso de prorrogar ou não.

Então, nós precisamos redisciplinar o país em relação a isso, porque, com 6% de gasto tributário, eu não conheço um modelo que sobreviva a isso. Nós temos que ter mecanismos de revisão periódica e os que nós procuramos fazer foram sempre com prazo determinado. O Presidente Alckmin, a todo instante, batia na porta da Fazenda, e ele era o primeiro a dizer: "Vamos fazer com prazo determinado: acabou o recurso, acabou o...".

Foi como fizemos no Perse. Na última versão do Perse, nós falamos: "O projeto é meritório, quanto ele vai consumir mais?", "Na última versão, R$15 bilhões, quando bater R$15 bilhões...". Fizemos esse acordo, bateu os R$15 bilhões antes do previsto. O programa consumiu R$60 bilhões ao todo, mas os últimos 15 foram pactuados como a última milha do programa. Fizemos isso, pactuamos com o setor, o setor ficou contemplado e deu tudo certo.

Então, eu penso que a introdução de mecanismos desse tipo vai preservar as finanças públicas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Passamos agora para o seguinte bloco, que será composto pelos Senadores Carlos Portinho, Rogerio Marinho e Sérgio Petecão.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros, Presidente. Nós todos acompanhamos o seu esforço, inclusive na aprovação do projeto que conduziu, com propósitos semelhantes.

Quero deixar claro a todos aqui: se há um ponto de convergência, é no que diz respeito, Ministro Fernando Haddad, ao que é principal, o que já deveria ter sido feito – e nesse aspecto V. Exa. tem o mérito de fazê-lo –, que é a atualização da tabela do Imposto de Renda, já muito defasada.

Mas eu dizia que isso era necessário, quando V. Exa. começou esta discussão, mas que ela só seria possível quando alcançássemos duas situações: ou a perda do valor de compra da nossa moeda ou mais impostos. Com todo o respeito, o atual Governo conseguiu usar as duas situações. Em que pesem os números... Isso me lembra até os números da segurança do meu estado, dizem que reduziu criminalidade aqui, roubo de carro ali, roubo de celular, e a sensação de insegurança persiste, não convencem a população. E, de igual modo, com relação à situação financeira. V. Exa. traz os dados, respeito, não sou nem economista para poder duvidar, mas falo como cidadão. A percepção da sociedade é que ela paga mais caro e compra menos, e o dinheiro não cabe no final do mês nas suas contas.

Nós temos uma visão, Ministro Fernando Haddad, diferente de Estado. Isso é um fato. Isso não é "fulanizar" a discussão de Lula, Bolsonaro, direita e esquerda, isso tem a ver com uma visão de Estado. O Estado que o Presidente Lula defende é um Estado provedor de benefícios sociais; por isso, chegamos a esse orçamento – quero deixar o dado que vi no orçamento – de desenvolvimento social previsto em R$300 bilhões. Não é pouco dinheiro, não. R$150 bilhões é para o Bolsa Família e o resto são outras bondades ou necessidades – não vou nem entrar no mérito, mas o número assusta.

E, nessa visão de Estado do atual Governo, ele precisa arrecadar mais; mas ele precisa arrecadar mais gerando mais imposto. E, infelizmente, eu confesso que, nesta quadra, última, diferentemente da anterior – e aí é que está a diferença das nossas visões de Estado –, a gente só tratou aqui de aumento de imposto. Eu tenho medo. Toda semana vem um projeto de aumento de imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Governo passado, o que eu acredito... Nossa visão é diferente, Ministro, e não é pessoal, de forma alguma; tenho o maior respeito, inclusive pela sua equipe, Dario, Secretário Barreirinhas, aqui presente, e até a sua disposição de vir a esta Casa, e, por isso, será sempre bem-vindo para o debate.

Participei de um Governo anterior, em que a gente teve aqui projetos transformadores. Posso citar aqui diversos deles: BR do Mar, marco das ferrovias, marco das *startups*, até no futebol, Lei da SAF, Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, premiado internacionalmente, privatização da Eletrobras, e talvez nossa visão de Estado não seja a mesma nesse aspecto específico; mas eram projetos transformadores e projetos que reduziram impostos. Reduziram impostos, porque eu acredito, Ministro, que, quanto menos impostos, a gente está incentivando a produção, que vai gerar mais emprego, que vai devolver poder de compra e vai gerar maior arrecadação – pelo aumento da base, não pelo valor individual do imposto. São visões diferentes, e eu preciso só introduzir e colocar.

Nesse projeto, o que nos une é, sem dúvida – ninguém vai votar contra isso –, a questão da faixa de isenção do Imposto de Renda ajustada, já tão defasada, mas agora ajustada, que é mérito. A questão são as contrapartidas, e eu sempre falei que a gente tem que olhar, como ponto de atenção – estive com o Senador Renan –, essas contrapartidas.

Duas questões, agora objetivamente: me preocupa muito o tratamento dado ou não diferenciado às sociedades unipessoais. Quero me referir aos profissionais liberais, médicos, advogados, contadores, auditores. E posso falar, como advogado, do que eu conheço. Inclusive apresentei uma emenda, junto com o Senador Jorge Seif, que peço encarecidamente que seja avaliada, porque, no passado, essas sociedades eram conhecidas por não emitir nota fiscal. Você ia ao médico, sem nota fiscal era tal preço; advogado de igual forma. E esses setores se regularizaram, mas são sociedades em que, de fato, a pessoa jurídica se confunde com a pessoa física. Não estou falando das grandes corporações de advogados, estou falando do médico que constituiu uma pessoa jurídica com a sua filha, estou falando do advogado que, com a sua família ou com outros sócios, construiu pessoas jurídicas e se regularizou, mas a força de trabalho dele, o dividendo é contraprestação direta da força de trabalho dele. E a OAB-RJ, que encampou essa campanha que encaminhei por meio dessa emenda e está preocupada, está preocupada, dizendo que há aí, nesses casos, uma bitributação, coisa que a gente, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma tributária, inclusive, quis evitar, além de uma complexidade de descontos que também a reforma tributária quis evitar, e agora a do Imposto de Renda traz, de alguma maneira, uma complexidade maior por conta dessas compensações e descontos.

Eu peço, Ministro, que avalie com carinho a minha emenda, discutindo naturalmente com o Relator, sobre as sociedades unipessoais, porque, segundo os dados da OAB, com a reforma tributária, vão pagar cerca de 44% de imposto. Essa é, inclusive, a justificativa que eu trouxe, formulada pela própria OAB do Rio de Janeiro, Presidência da Dra. Ana Tereza Basilio e sua equipe tributária, que me encaminhou e eu aqui vocalizei, através de uma emenda.

A outra questão que me preocupa muito, porque são lógicas, visões de Estado diferentes, é a tributação dos dividendos sobre o investidor estrangeiro. O que me preocupa é reduzir a nossa competitividade no mundo, e a gente, no momento em que o mundo está em guerra, em que a gente pode ser o paraíso do investidor, a gente está criando dificuldade. Em 2024, o Brasil recebeu 71 bilhões, aproximadamente, em investimento direto estrangeiro líquido, sendo que a Europa detém mais de 60% disso, França e Espanha lideram o *ranking* dos países europeus.

Em julho de 2025, durante a visita do Presidente Lula à França, ele anunciou investimentos, grandes investidores franceses trariam 100 bilhões – não sei se esse número foi chutado, porque é um número grande, chamou a atenção de todos, deu manchete –, 100 bilhões, nos próximos cinco anos, de investimento estrangeiro.

Diversos países europeus, França, Alemanha, Itália, Espanha, Suíça, Holanda, Bélgica – eu não vou nem colocar Luxemburgo porque tem as suas peculiaridades –, adotam regimes de isenção ou tributação reduzida sobre dividendos corporativos, o que inviabiliza o aproveitamento de créditos de eventual Imposto de Renda brasileiro. A pergunta, objetivamente: considerando que muitos países europeus adotam regimes de isenção ou tributação simbólica sobre dividendos recebidos por *holdings*, o imposto de 10% proposto no Brasil pode se tornar um custo definitivo para o investidor estrangeiro, sem possibilidade de compensação. A pergunta é se isso pode, na verdade, deve reduzir, quer dizer... A conclusão é que isso pode e deve reduzir a competitividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo – aí a pergunta – tem alguma proposta para evitar esse efeito adverso e preservar o fluxo de investimentos internacionais, especialmente frente a países da União Europeia?

E, eu insisto, o Brasil hoje pode ser o paraíso do investidor estrangeiro – ou não.

Muito obrigado, Sr. Ministro, com todo o respeito que tenho por V. Exa. e sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Rogerio Marinho.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar o Ministro Haddad, a sua equipe e os Srs. Senadores que aqui estão presentes.

Eu acho que vou fazer um debate um pouco mais conceitual, Ministro Haddad. Quero aproveitar a presença de V. Exa. aqui, o que para nós é muito prazeroso, não é todos os dias que a gente tem essa oportunidade.

Em relação ao projeto que o senhor veio debater aqui, que é a questão do Imposto de Renda, me parece que há uma certa unanimidade, talvez algumas dificuldades com a forma, aqui algumas preocupações sobre compensações e a maneira como ele seria aplicado. Até porque o nosso Governo também tinha essa intenção de implementar essa ação de justiça fiscal, que se dá muito mais em função dessa não atualização da tabela de Imposto de Renda, acho que desde 2015 ou 2014, então, é uma ação realmente de justiça tributária meritória.

Nesse caso específico, Ministro, nós havíamos feito uma discussão aqui já na CAE em dois pontos distintos. Um em relação a um projeto de lei do Senador Renan, o nosso Presidente, no qual ele tenta estabelecer um teto para a dívida pública, que cresce de forma geométrica. Eu, particularmente, tenho alguma resistência a tetos, prefiro um processo de maior flexibilidade, mas, dada essa volatilidade da nossa política fiscal, eu até me propus a fazer essa discussão, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a outra, que eu considero extremamente meritória e o senhor já respondeu a algum dos nossos pares anteriormente, é a questão da eficácia das políticas públicas e de subsídios.

Quando um jabuti é colocado em uma determinada posição, nós só sabemos quem é o autor dessa proeza quando se balança a árvore ou se tira o jabuti dessa posição de conforto. Então, nós temos aí entre estado, município e o ente federal alguma coisa como 800 bilhões de subsídios cravados no orçamento. Aliás, foi uma das críticas que fiz por ocasião da reforma tributária, porque os *lobbies* falaram muito alto aqui, Ministro, então, faltou uma visão sistêmica do processo, de compreensão da economia brasileira, e aqueles que tiveram uma voz mais alta e maior capacidade de pressão com os Srs. Parlamentares tiveram tratamento diferenciado. Isso pressionou, inclusive, os profissionais liberais aqui representados pelo Portinho e pelos outros que recepcionaram o IVA aí de 28% a 29%, que certamente não é uma situação confortável para quem vai ter que pagar esse tributo.

Então, nesse processo de discussão, se ainda houver possibilidade de abertura, nós gostaríamos de estabelecer, talvez como mecanismo de compensação, uma gradual diminuição dos subsídios; não daqueles que estão constitucionalizados, que seriam mais complicados, mas aqueles que são passíveis de, por um projeto de lei ou por uma ação de disposição do Parlamento, serem, gradativamente e ao longo de um período, retirados e, ao mesmo tempo, avaliados, para saber se, meritoriamente, eles precisam permanecer.

Então, em relação ao projeto, eram essas as observações. Oportunamente nós vamos votar e vamos fazer a discussão. Eventualmente, talvez, até uma correção anual, para evitar que no futuro nós tenhamos o mesmo processo repetido. A inflação existe, e os 5 mil estáticos, no ano subsequente, não serão 5 mil, e assim sucessivamente.

Bom, mas eu queria aproveitar a presença do senhor, que, como disse, não é todas as vezes, para discutir um pouco ou para comentar um pouco as visões que o senhor tem colocado em relação à economia.

Eu tenho uma crítica, Ministro, porque isso é recorrente. É como se tudo tivesse se iniciado agora e não tivesse passado. Então, há uma espécie de retirada de um tempo que são os seis anos do Temer e do Bolsonaro, que se reinicia, é estartado no 1º de janeiro de 2023, e, nesse reinício, tudo que acontece de ruim é o Governo anterior e tudo que acontece de exitoso é este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo. Então, o para-brisa me parece muito maior do que... o retrovisor me parece muito maior do que o para-brisa.

Eu quero exemplificar.

Veja a questão, por exemplo, dos precatórios. Quando se trata da questão fiscal, eu escutei várias entrevistas do senhor falando que os precatórios são uma herança maldita e que esses precatórios impactam fortemente na ação fiscal e na execução fiscal deste Governo, nos últimos dois anos e meio, nesses três anos, quase três anos, e também no ano subsequente. Então, é só lembrar que os precatórios, ao contrário da dívida pública, não são uma despesa em que há controle do Executivo. É uma despesa inopinada, até pela sua natureza. É um título do Governo que é confirmado, delimitado, exarado por ocasião da decisão judicial. Às vezes demora dez anos, doze, quatorze, dezoito, vinte, e, via de regra, não é produzido pelo Governo que tem que pagar o precatório, é uma dívida do Estado brasileiro. Esse é um primeiro ponto.

Houve uma média histórica em torno – eu pediria a paciência do Presidente, porque não é todo dia que a gente pode discutir aqui com o eminente Ministro da Fazenda – de R$18 bilhões a R$20 bilhões/ano, num espaço de mais de 12 anos. Isso muda radicalmente a partir do final de 2020 e 2021: vai para R$60 bilhões, e, em 2022, vai para 90 bilhões. Houve aqui uma concertação dentro do Parlamento e se votou uma emenda à Constituição – o senhor conhece bem a história, é apenas para contextualizar para aqueles que estão nos ouvindo –, e se estabeleceu um parâmetro de R$60 bilhões, e o que passasse seria diferido ao longo de cinco anos, com a possibilidade de se transformar em duas moedas distintas ou em duas formas de se fazer comparação de contas: um, nas outorgas e concessões que eram feitas pelo Governo; e dois, para pagar tributos federais.

Quando o Governo de que V. Exa. faz parte entra, a AGU denuncia e pede a revisão dessa PEC. Ela é sobrestada, e é feito um acordo. Tinha R$30 bilhões remanescendo do ano anterior que estavam deferidos ao longo do tempo. E, nesse acordo no STF, que não foi fruto de uma lei, foi fruto de um acordo entre a AGU e o Supremo Tribunal Federal, se estabeleceu o mesmo parâmetro e o que passasse seria pago fora do parâmetro fiscal. Pagou-se no mesmo ano em torno de R$90 bilhões, que foram os anos de 2022 e de 2023 e uma parte de 2024, se eu não estou enganado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira afirmação que é feita: "Olha, tudo isso foi do Governo anterior". Não, foram do Governo anterior R$30 bilhões. Então, esses R$60 bilhões, que acrescem os R$90 bilhões, já foram do período, não do Governo de que V. Sa. faz parte. E vou reafirmar: um título de dívida pública não é confeccionado, não é produzido pelo governo de ocasião, é um título do Estado, que é, ao longo do tempo, compilado.

E agora nós tivemos a votação da PEC 66. Nós estamos falando aí de alguma coisa como R$190 bilhões fora do parâmetro fiscal, que serão pagos pelo acordo feito pelo STF em 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 – em torno de R$190 bilhões –, o que pressiona a dívida pública e é um dos motivos pelos quais nós estamos com essa taxa de juro Selic de 15 pontos percentuais, a respeito do qual o Alessandro, aqui há pouco, estava discutindo.

E agora, na discussão da 66, eu fiz, inclusive, uma emenda, que foi derrotada aqui. O Governo precisava de 49 votos, teve 49 votos, Ministro. O senhor foi firme aqui, você teve o apoio aqui da base para permitir um *phase out*, um desmame gradual, a partir de 2027, da razão de 10% do total dos precatórios que seriam pagos no ano de 2027. E aí eu quero lembrar aos senhores que, neste ano, em 2025, quando a Ministra do Planejamento mandou para cá a Lei de Diretrizes Orçamentárias, anunciou que, em 2027, haveria uma espécie de *shutdown* no Governo, dados os parâmetros fiscais objetivos, ou seja, a indexação da saúde e da educação em função do crescimento da receita, que estava aumentando e pressionando as verbas discricionárias; o ganho real do salário mínimo, que pressiona a previdência e as outras ações sociais do Governo. A partir de 2027, com esse quadro, ou seja, mantida a situação e o fim do processo de acordo com o STF, ou seja, a volta dos precatórios na sua integralidade, o Governo estaria sem nenhuma condição de prover minimamente as condições de manutenção, de investimento e até de pagamento das verbas de saúde e educação.

Bom, por que eu falei a respeito disso aqui? Porque as pessoas falam disso de uma forma muito lateral, Ministro, e esse é um debate importante. As contas públicas colapsaram porque nós temos uma escolha – e eu acho que o Portinho foi muito feliz –: ou nós fazemos um ajuste e tentamos adequar o Estado ao tamanho da nossa receita, ou seja, ao que efetivamente nós arrecadamos, ou nós buscamos aumentar essa receita para fazer frente a esse projeto que é o aumento de ações sociais. Então, é claro que está sobre a mesa essa alternativa e é claro qual foi a alternativa que o Governo buscou, só que o Governo apresenta um arcabouço fiscal e dribla

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse arcabouço por dez oportunidades. Eu, quando fui votar aqui o arcabouço, avisei os meus pares – está aqui nos *Anais*, está aqui filmado – e disse: "Olha gente, eu acho realmente que o teto é muito rígido, a gente precisa rediscutir o teto, mas, se votarmos o arcabouço da forma como ele está sendo apresentado, daqui a um ano, ele vai ser desmoralizado. Eu acho que poderia ser discutido de uma forma mais eficaz". Eu fui desmoralizado, Ministro: em três meses, o arcabouço foi ultrapassado e, daí por diante, mais dez vezes consecutivas.

Eu tenho uma preocupação muito grande, porque existem índices, e isso é um copo meio cheio, meio vazio, e o senhor coloca com muita propriedade – o senhor é muito bom, muito persuasivo na sua fala; o senhor tem o dom da transmissão do conteúdo. Mas nós temos, por exemplo, a questão da gestão das estatais, que não foram profissionalizadas. Eu tenho aqui um projeto em que proponho a profissionalização das estatais. Infelizmente, não consigo fazer com que ele tracione dentro do Parlamento brasileiro. Então, se V. Exa. concordar, pode ser até que me ajude com o Senador Renan e com os nossos pares, porque nós temos hoje um déficit de R$5,6 bilhões, e tínhamos um superávit do Governo passado.

Nós temos, Ministro, em função dessa falta de profissionalização, de colocar os amigos do rei, o endividamento das famílias, que está em 78,4% em junho. A inadimplência atingiu 30% das famílias brasileiras, porque o Governo faz uma ação de estimular o crédito, e, quando se estimula o crédito, você tem que fazer – e o senhor falou aí em alguns momentos – rodarem modelos para se verificar qual é o processo de equilíbrio. E me parece que o Governo não está muito preocupado com o equilíbrio, está preocupado com a quantidade.

Nós estamos com um recorde de inadimplências. São 7,2 milhões de empresas, quase 31% das empresas brasileiras. O Relatório Focus de outubro prevê uma situação... em 2022, previa que agora, em 2025, nós teríamos uma taxa Selic de 7,05% – ela está em 15%. Alguns afirmam que, no próximo trimestre do ano subsequente, isso vai começar a descer. Oxalá, espero que sim.

Nós temos um fluxo cambial negativo – e aí eu falo na parte financeira – de mais de R$50 bilhões. São recursos que poderiam estar alocados no Brasil pelo nosso problema geopolítico. Nós estamos distantes das grandes brigas que acontecem no mundo inteiro, nos palcos geopolíticos do Oriente Médio, da Europa. Mas, infelizmente, parece que nós não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando a segurança necessária em termos de previsibilidade, segurança jurídica, fiel cumprimento dos contratos.

Então, Ministro, a preocupação que eu tenho é que – e V. Exa. falou aí de dados de 2011 a 2013 – nós estamos repetindo agora, com os mesmos métodos – talvez não com os mesmos personagens, o senhor não era o Ministro da Fazenda na época –, ações que levaram o Brasil a uma catástrofe do ponto de vista econômico em 2014 e 2015. Em 2014 e 2015, nós tivemos a supressão de um percentual grande do nosso Produto Interno Bruto, acho que em torno de 6 pontos percentuais nos dois anos. Nós tivemos milhões de empregos formais que foram retirados, né? Nós tivemos centenas de milhares de empresas fechadas. E, basicamente, é aparelhamento das estatais e da máquina pública, é se gastar mais do que se arrecada, é fazer projetos que não terminam nunca. Então, o cemitério de obras inacabadas oriundas dos primeiros PACs 1 e 2... Basta ver os relatórios do Tribunal de Contas da União. Eu, por exemplo, encontrei 180 mil unidades residenciais paralisadas, retomamos 150 mil dessas. Então, são sequelas e problemas que seria importante que não fossem repetidos.

Eu acho que todos nós aqui, Ministro, e o senhor tem o respeito de todo mundo aqui, todo mundo o trata com a civilidade, com a educação que lhe é devida e com o respeito ao seu cargo... Todo nós temos visões distintas aqui, e a maior parte dos que estão aqui e que o abordaram são da parte da base do Governo – já são da parte da base do Governo –, mas todo mundo quer aqui que o Brasil dê certo, todo mundo quer que o Brasil dê certo. Talvez a gente tenha, e claramente tem, visões diferentes de como isso vai acontecer.

Agora, eu, sinceramente, Ministro, não acredito que o que está sendo implementado, e eu falo da parte fiscal, da parte de contas públicas, da necessária responsabilidade com o que acontece no país, vai resultar em alguma coisa boa a médio e longo prazos. Parece-me que está sendo empurrado um processo para o final de 2026, com um projeto de se renovar o mandato e se repetir o que ocorreu em 2015. Em 2015, depois da eleição da Dilma, de repente os preços públicos que eram administrados foram todos "desrepresados" – não sei nem se existe a palavra; o senhor, que é bom em português, depois me corrija, por gentileza –, foram abertos. Nós tivemos uma tentativa de se trazer o Levy para uma ação mais liberal, depois se voltou lá para o Mantega para uma situação diferente, e nós vimos o que aconteceu no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apenas alerto a V. Exa., que certamente passa noites insone, que tem uma responsabilidade enorme, que está debruçado sobre números e a necessidade de tomar decisões que são muito graves e muito sérias, que é importante ponderar o que aconteceu no passado para que a gente não repita no futuro problemas que vão impactar principalmente os mais frágeis, os mais humildes, aqueles que não podem se proteger.

Agradeço a sua gentileza e, como disse a V. Exa., farei aqui um debate para permitir que V. Exa. faça também as suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Rogerio.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Saúdo todos os colegas e as colegas do Senado Federal na pessoa de V. Exa.

Bom dia, Ministro Fernando Haddad; bom dia, Secretário Dario Durigan; bom dia, Secretário Robinson Barreirinhas, é um prazer tê-los aqui.

Ministro, primeiramente e ainda sobre a fatídica MP 1.303, em que um dos tópicos tratava da tributação dos jogos de azar, das conhecidas *bets*, eu destaco que fui a proponente e também a Relatora desta CPI, em que nós desvendamos muitos crimes, indiciamos 17 pessoas, mas propusemos também 17 projetos de lei que podem colaborar com a pasta de V. Exa.

Nós enviamos o relatório para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal, mesmo sem ter sido aprovado por um voto. Em dez anos, foi a primeira vez que um relatório não foi aprovado, mas, em nenhum momento, foi indicado onde estaria o problema, onde estaria a falta de fundamentação; foi uma questão política e de defesa das *bets*. Essa é a minha opinião.

Eu acredito que nós tenhamos enviado para V. Exa. apenas de forma digital, e as nossas agendas realmente não se casaram. Então, hoje, eu trouxe aqui o relatório para entregar em suas mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, poderíamos marcar até mesmo com o Regis Dudena para que possamos apoiar e colaborar com a regulamentação, principalmente porque uma das questões que ainda me incomoda é porque a regulamentação já em andamento proíbe os *layouts* das *bets*, *layouts* que são atrativos para crianças e jovens. É o bichinho do não sei o quê, é a cobrinha do não sei o que lá. Mesmo essas que já estão operando, regulamentadas, continuam assim.

Em relação à tributação das *bets*, eu gostaria de trazer para o debate o enfoque à luz do princípio da seletividade.

Apenas para explicar para as pessoas que não estão habituadas a esse juridiquês, o princípio da essencialidade é uma regra constitucional que determina a aplicação de uma carga tributária menor aos produtos que são essenciais para a população; e de uma carga tributária maior para aqueles produtos que são considerados supérfluos, de luxo ou prejudiciais à saúde.

Nesse sentido, eu destaco aqui, de forma sintética, que os cigarros e fumígenos em geral chegam a uma carga tributária de 265%, tudo isso para desestimular o tabagismo, mas, por outro lado, também contribui para o contrabando. Aqui, bem ou mal, ainda há uma regulamentação. Os cigarros contrabandeados, muitos que vêm ali do meu estado – eu moro na fronteira com o Paraguai –, a gente sabe que são muito baratos e fazem muito mais mal à saúde do que os nossos, que já fazem mal à saúde, mas, pelo menos, têm uma regulamentação.

Em relação às bebidas alcoólicas, a tributação varia entre 40% a 80%, de acordo com o teor alcoólico.

E os jogos de azar começaram com uma taxa de 12% de GGR, ou seja, do rendimento bruto após a dedução dos prêmios. No entanto, a proposta que veio da MP foi de um aumento de apenas 6% com o fim de chegarmos a 18%, um percentual que, *data maxima venia*, eu considero módico. Eu apresentei uma emenda que até eu mesma considero módica, eu mesma, porque eu taxaria muito mais – mas a minha equipe falou: "Calma, vai com calma" – pelos danos que as *bets* causam. Além de tudo, eu não consigo ver um aumento significativo na geração de empregos. Muitas pessoas trabalham fora do país, muita gente trabalha na China, de forma virtual. Eu gostaria de destacar que a minha emenda propôs a divisão de 72% para o operador, 16% para a seguridade social e 12% para as demais destinações específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, originalmente, a Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – na era Temer –, que, abrem-se aspas – aspas –, "determinava que o Poder Executivo teria dois anos [o próximo Poder Executivo, o que começaria em 2019], prorrogáveis por mais dois, para regulamentar".

Nada fizeram. Nada fizeram.

E, durante a CPI, estavam colocando a culpa na sua pasta, no atual Governo, mas, realmente, você tratar de algo que nem mesmo nós sabíamos como lidar, algo extremamente difícil, porque o crime organizado é muito organizado e sempre está à frente de todos nós.

Mas essa legislação que o Michel Temer sancionou previa uma divisão de 82% para o operador, 6% para a Seguridade Social e 12% para as demais destinações.

Bom, foi tudo por água abaixo. Se formos realmente aumentar... E isso aqui tem que aumentar. Não é aumentar tributo não, porque que espécie de empresa é essa que não paga tributos? É tributar, de acordo com o princípio da seletividade, uma atividade que só causa danos.

Então, nesse sentido, eu gostaria, depois, de poder trocar uma ideia com V. Exa., para vermos se podemos... Acredito que vamos fatiar essas questões e eu gostaria muito de trabalhar no caso.

Privatização.

Já considerando que o Senador tratou do assunto, eu quero destacar aqui que eu estive com o Salim Mattar, no começo do mandato dele – ele era o Secretário de Privatização, algo assim. Olha só: "Por que Secretário das privatizações de Bolsonaro deixou o Governo sem vender nenhuma estatal?".

Olha só, olha só a liberdade econômica que defendem. Ele saiu desanimado, para eu não ser prolixa aqui. A verdade é isto – dei um Google –: ele não conseguiu trabalhar.

Depois, o Governo Bolsonaro privatizou Eletrobras, algumas de suma importância e outras também, mas, quando eu conversei com o Salim Mattar, ele me disse que nós tínhamos mais de 200 empresas públicas, muitas delas subsidiárias, e que seria importante, pelo menos, ou no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, privatizarmos aquelas que são apenas cabide de emprego e que não geram lucro, só dão despesas.

Essas empresas existem, e depois eu gostaria de saber – se V. Exa.puder encaminhar para o meu gabinete, para todos nós – qual é a lista dessas empresas.

E, hoje, eu mudando de ideia... Eu sou uma liberal à la brasileira; não dá para ser totalmente, porque, sim, certos setores nós precisamos manter. Então, eu entendo que precisamos nos livrar daquilo que não nos interessa, mas precisamos cuidar daquilo que é importante e manter, e não vender a preço de banana.

Além de tudo, naquela época, eu fui Relatora revisora da MP da Liberdade Econômica – vocês se lembram disso? –, que iria revolucionar o mercado. A MP da Liberdade Econômica iria ajudar todo mundo a trabalhar com mais facilidade, a abrir suas empresas com mais facilidade, e eu me recordo de que o texto inicial veio bom, foi emendado com ideias muito boas, que trariam, sim, agilidade e permitiriam aos brasileiros empreender com mais facilidade, e ele foi sendo desidratado. O Relator da Câmara foi retirando. E, quando nós chegamos ao final, eu falei para o então Presidente Jair Bolsonaro que aquilo não iria ter uma mudança significativa, ser um marco. E ele havia me prometido assim: "Olha, fique tranquila, que agora não deu. Vai sair a segunda MP da Liberdade Econômica, e aí nós vamos revolucionar."

Na verdade, nunca saiu.

Eu digo sempre – eu não sei se V. Exa. já ouviu – que eu considero V. Exa. mais liberal do que Paulo Guedes. Considero este Governo mais liberal do que Paulo Guedes. Eu não sei se o senhor vai entender como elogio. Para mim é, tá? Para mim é um elogio. Por quê? Nós temos que atuar a liberdade do Estado mínimo necessário.

O que é necessário? Não é Estado mínimo total, não é a ausência de Estado. Mas o que é o Estado mínimo necessário?

Tanto, que eu fui questionada por William Waack, que falou: "Como uma liberal na economia vota a favor do Auxílio Emergencial?" Falei: "É porque eu sou uma liberal customizada à lá brasileira". Eu não posso pegar o conceito de liberalismo lá do Reino Unido e encaixar dentro do país. Ele não cabe! E se há uma necessidade da população, nós temos de atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto, que foi proposta pelo tal "Governo liberal", antigo "Governo liberal". Enfim, é nesse sentido que eu gostaria de me expressar.

E a pedido – por fim, tá? – da Associação e Sindicato dos Diplomatas Brasileiros (ADB Sindical), que me trouxe uma pergunta, para que o senhor, se puder, responda:

> Ministro Fernando Haddad, o PL 1.087, de 2025, institui a tributação mínima do Imposto de Renda da Pessoa Física para rendimentos anuais superiores a 600 mil, mas não diferencia verbas de caráter indenizatório, como as percebidas por servidores e militares em missão no exterior, para custear moradia e instalação.
> Desejamos saber se essas parcelas indenizatórias foram incluídas na base de cálculo da nova tributação mínima e, em caso afirmativo, como o Governo justifica tal medida, diante do princípio da capacidade contributiva e da definição legal de renda, como o acréscimo patrimonial.

Agradeço e depois quero entregar em suas mãos o relatório da CPI das *bets*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Só esclarecendo: a verba indenizatória é isenta por comando constitucional. Ela não precisa estar em PL, porque ela...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Já está expressa na lei; não, da Constituição. Perdão.

O SR. FERNANDO HADDAD – ... está na Constituição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então é obrigatória, não é?

O SR. FERNANDO HADDAD – Então, a isenção é constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aceitar aqui o debate que o Senador Rogerio Marinho propõe, até pelo apreço que lhe tenho e pela maneira sempre muito educada com que o senhor trata dos assuntos pertinentes a esta Comissão.

Primeiro, assim, não tenho nenhuma dificuldade – nunca tive dificuldade – de apontar equívocos de Governos que eu apoiei.

O período... E disse aqui que as desonerações, o chamado gasto tributário, ganhou tração no primeiro mandato da Presidenta Dilma. Por isso que fiz a referência de 2011 a 2013, porque, se verificarmos a arrecadação, como proporção do PIB, ela começa a cair ainda no primeiro mandato da Presidenta Dilma. Inclusive, registrei, em artigo publicado, que esse tinha sido um equívoco de política monetária, que precisava ser revertido.

Então, o que estou fazendo agora tem muito a ver com o que eu escrevi em 2017, criticando o fato de que estávamos abrindo mão de uma receita que, naquele momento, era necessária para fechar as contas. Tanto é, que o superávit primário do período cai. E ele cai não porque se gastou mais, mas porque se arrecadou menos.

Então, o gasto tributário... E ele não parou de cair. Esse é outro problema.

Então, a gente tem que pegar o período histórico como um todo.

Veja o senhor, estamos olhando para os mesmos números, mas a gente tem que ter o cuidado de pegar a série histórica.

Eu recebi um Orçamento para 2023, e estou falando da peça orçamentária encaminhada pelo Governo. Não estou falando do Orçamento aprovado pelo Congresso. A peça orçamentária feita em 2022, pelo Governo anterior, já registrava um déficit de mais de R$60 bilhões.

Então, o Governo, que terminou em 2022, em agosto, quando não sabia qual iria ser o resultado da eleição, encaminhou para o Congresso Nacional um projeto de lei orçamentária anual com um déficit de mais de R$60 bilhões.

E a minha crítica à questão dos precatórios não é o fato de que os precatórios galoparam ali – entre 2019 e 2020, eles galoparam –; é que eu entendo que a solução dada pelo Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anterior, na minha opinião, foi a pior possível, porque, ao aprovar a PEC dos Precatórios, que muita gente chamou de PEC do Calote, ele empurrava para 2027... Pela primeira vez, na nossa história, um pagamento de uma dívida do governo central, que poderia ser financiada mais barato com a emissão de título da dívida pública...

Isso eu ouvi do antigo Presidente do Banco Central. Eu ouvi dele, dizendo que foi uma solução equivocada.

Está saindo mais caro prorrogar o pagamento do precatório do que emitir título de dívida pública para pagar.

Então, veja você que a crítica é técnica. Eu não fiz uma crítica política. Tanto, que eu reconheço que as desonerações do período da Presidenta Dilma – e ela própria reconheceu, em entrevista, que ela não faria aquilo, e ela tentou reverter, com o Joaquim Levy, em 2015, como o senhor sabe.

Então, o que estou querendo dizer é o seguinte: nós recebemos um Orçamento, em 2023, com um déficit de R$63 bilhões, R$64 bilhões, mais de R$60 bilhões, seguramente, sem os R$50 bilhões de precatório que eu teria que pagar se a PEC não tivesse sido apresentada, como eu tive que pagar, em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou a emenda constitucional inconstitucional.

Então, o déficit do primeiro ano do Presidente Lula herdado – sem falar da indenização aos Governadores, em função do ICMS de combustível – já era de R$110 bilhões. Ele já era.

Eu estou falando de números do Governo anterior. Eu não estou colocando nenhuma pimenta aqui na discussão. Ele já seria de R$110 bilhões.

Se nós considerarmos os R$40 bilhões de indenização que nós tivemos que pagar para os Governadores – também por decisão do Supremo – em virtude daquele ICMS combustíveis, nós já estamos falando de R$150 bilhões, ou seja... Eu estou falando assim: a largada do Governo já era essa.

Quando eu me refiro, Senador Renan, ao período 2011-2013, do ponto de vista de receita, é porque a receita, naquela ocasião, como receita líquida – quero frisar bem, para não haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mal-entendido –, receita líquida federal, como proporção do PIB, ela girava em torno de 18,8%, 18,9% do PIB, o.k.? Em 2023, eu recebo um orçamento do Governo anterior com uma receita líquida de 17% do PIB, 1,8% do PIB a menos.

Aí, a pergunta é, bom – o Senador Portinho falava –, eu sou a favor de reduzir o Estado... Bom, reduziu para 17% do PIB a receita, só que: e a despesa?

Nós temos aí um galope que não é responsabilidade do Governo anterior, como disse o Senador Rogerio Marinho. Temos um galope de precatórios; emendas parlamentares que bateram R$50 bilhões, saindo de R$5 bilhões; um Fundeb e um BPC contratados com mudança de regra, que exigiram de nós mais R$80 bilhões de receita para pagar uma despesa contratada.

Então, eu estou falando de coisas que aconteceram antes de eu chegar ao Ministério da Fazenda, e eu não sou contra, como disse aqui o Senador Rogerio Marinho. Longe de mim falar mal do Fundeb, que nós criamos em 2006. A questão é criar a despesa para a frente com uma fonte de financiamento que sustente essa despesa.

Então, se você pegar a evolução do BPC com a mudança de 2021 e sem a mudança de 2021, a diferença é R$40 bilhões, pela mudança de critério de elegibilidade apenas. Se você pegar o Fundeb, quase R$40 bilhões. Só aí nós temos 80 de despesa contratada.

Aí, você pega o déficit herdado do Governo anterior, com precatório: você está falando de 110. Esqueça-se da indenização dos Governadores, que é uma vez, e acaba, mas é 110 mais 80, você está falando de 200, fora a emenda parlamentar.

Então, veja só como é que a gente chega ali.

Então, é fácil falar de redução do Estado, porque é fácil aumentar gasto tributário e desonerar de imposto; essa é a parte fácil de diminuir o Estado. Agora, e os 2% de déficit público herdado? Como é que a gente resolve?

Então, nós temos que ter um debate franco assim aqui. Tudo o que eu estou fazendo no corte de gasto tributário é para recuperar uma receita líquida federal do período 2011-2013. É disso que estou falando. E quando alguém fala que a carga tributária no Brasil está aumentando, é por causa dos entes subnacionais; não tem nada a ver com o Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São os entes subnacionais que estão cortando o gasto tributário e aumentando a arrecadação, para além do que era dez anos atrás. Nós estamos recompondo uma base fiscal, que foi dilapidada e precisa ser recuperada para honrar os compromissos que já foram contratados até 2022.

Então, é um bom debate esse, porque quando chega uma matéria para vocês analisarem, nós temos que recuperar esse histórico. E estou falando de números oficiais; aqui eu não trato de uma visão de Estado, sem a substância do que... Afinal de contas, do que estamos falando?

Então, eu tenho muita, muita tranquilidade em defender a gestão fiscal que está sendo feita pelo Governo Lula, porque alguém poderá dizer, Senador Renan: "Ah, mas podia cortar mais; podia, por exemplo, continuar a política de salário mínimo congelado; podia congelar por mais sete anos a tabela do Imposto de Renda; podia mudar as regras do BPC e do Fundeb [como se isso fosse possível do ponto de vista político]; podia...". O que podia? Hoje, nós estamos com uma despesa primária, como proporção do PIB, menor do que 19%, como há muitos anos a gente não consegue ter. Há muitos e muitos anos. Então, está havendo uma política, assim, de bom senso, com o que a sociedade é capaz de suportar de corte. "Pô, nós ficamos sem o piso da Saúde?". A diferença é de R$80 bilhões a menos no orçamento da Saúde. Nós tivemos um orçamento anual da Saúde com R$80 bilhões a menos do que o atual. Isso num quadro pós-pandêmico, com milhões de procedimentos em fila, aguardando na fila de espera! Como é que você faz essa engenharia?

Então, tudo somado, eu estou muito confortável de defender a gestão fiscal, levando em consideração a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão política. Não estou dizendo que não há... que é tudo perfeito. Não, a gente tropeça, a gente erra, mas assim, a vontade de acertar tem presidido a nossa atuação. E o Congresso tem respaldado essa atuação. Não é fácil aprovar uma agenda. Agora, essa agenda é impopular para o andar de cima, se é possível chamar de impopular uma coisa que toca o andar de cima, só que ela reverbera para o andar de baixo, porque usam as redes sociais, usam as *fake news*, usam a tributação do PIX, que nunca existiu, usam esse tipo de expediente. E aí: "Ah, espera aí, está acontecendo alguma coisa errada!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos conduzindo a economia, e os indicadores estão aqui: desemprego, inflação, gasto primário, receita primária, crescimento... Para onde você olhar, os resultados estão aí. Há desafios, Senador, eu sou o último a negar. O senhor me conhece, o senhor sabe que eu não brinco com coisa séria, eu não fico fazendo panaceia sobre as coisas. Nós temos ainda desafios pela frente? Temos, tivemos até aqui e teremos outros pela frente. Citei alguns aqui, algumas reformas que vão precisar ser feitas: possivelmente, uma reforma orçamentária; a questão da pejotização; a questão da folha... Tem muito tema para endereçar. Agora, este Governo entregou uma reforma tributária que foi esperada por 40 anos. Primeira vez que se mexe no Imposto de Renda de maneira consistente.

A questão do crédito, nós estamos conseguindo baixar os *spreads* com crédito ao trabalhador. O aposentado servidor público tinha o crédito barato, e o trabalhador da iniciativa privada não tinha. Hoje, nós estamos colocando no *marketplace* todas as instituições para concorrer pelo crédito consignado privado, tirando o trabalhador do CDC, do rotativo de cartão de crédito, do agiota, para dentro de um sistema que eu consigo monitorar e buscar mais eficiência. Foi a maior transformação do crédito em três anos de que eu tenho notícia. Nós mexemos com o microcrédito, com o Banco do Nordeste espalhando a tecnologia por outros bancos públicos; fizemos o Desenrola; fizemos marco de garantia; fizemos o Acredita com quatro linhas de crédito; criamos *hedge* cambial para investidor estrangeiro, que o Senador Portinho corretamente aponta.

Não é pouca coisa o que está acontecendo. E falamos aqui agora mesmo sobre a taxa de juros. Nós temos hoje um modelo que permite uma convergência para a meta não amarrada ao ano-calendário. Nós podemos saber lidar melhor com essas trajetórias de maneira a harmonizar mais os efeitos de política fiscal, monetária, creditícia, cambial, que são parte de um organismo complexo, que é a economia. Então, eu penso que nós estamos ampliando os graus de liberdade para que nós possamos prosperar.

Em relação às *bets*, Senadora, vou receber com muito prazer o relatório, vou encaminhar, vou ler e vou encaminhar para o Secretário Regis Dudena. Ele está tendo um trabalho enorme para botar ordem num setor que operou quatro anos sem nenhuma atenção do Estado brasileiro. Imaginem os senhores, Sras. Senadoras e Senadores, quatro anos sem dono, o setor inteiro correndo solto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vai entrar, este mês, Senador, em vigor a proibição, por decisão do Supremo Tribunal Federal, dos beneficiários dos programas sociais de apostarem em *bets*, em jogos eletrônicos. Depois da montagem de um sistema enorme no Serpro, o Dario aqui acompanhou tudo, vai entrar em operação, bloquear o CPF dessas pessoas. Vai entrar um botão dentro de um aplicativo que a pessoa pode apertar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO HADDAD – De autoexclusão. Ela vai decidir por quanto tempo ela quer ficar excluída daquele ambiente de jogos virtuais, se um mês, se seis meses, se um ano, e ela não vai poder rever essa decisão, justamente porque a gente sabe que, num impulso, quando uma pessoa acaba sofrendo uma frustração muito grande... Ela vai poder dizer: "Eu não quero mais isso aqui para mim". E um único botão vai valer para todas as *bets* que estão legais. Então, são mecanismos com que a sociedade vai aprendendo a lidar para se proteger.

Nós estamos disciplinando a publicidade dessas *bets*, precisamos ter mais aperto em relação a isso. Criança não pode apostar, porque vocês sabem que, por quatro anos, as crianças apostavam em *bets*. Não havia proibição de um menor de idade de apostar em *bets*. E como é que faz para uma pessoa de 12, 13, 14 anos apostar em *bets*? E não tinha nenhuma proibição nisso. Nós vedamos a participação de crianças, vedamos beneficiários de programas sociais. Agora o botão de autoexclusão, o monitoramento dessas empresas, é um começo de um processo que vai ser longo, de autodisciplinamento, de autoeducação.

E, em relação às colocações do Senador Portinho, a quem agradeço, nós temos o seguinte, Senador: você pegar um profissional liberal que tem uma renda de R$1,2 milhão por ano e não paga 10% de Imposto de Renda é muito residual, muito residual. Uma pessoa que, em geral, tem uma renda de R$100 mil por mês paga Imposto de Renda acima disso, seja advogado, seja médico, ele paga, e, no caso excepcional de não pagar, ele vai completar 10, não é que ele vai pagar mais 10, ele vai completar 10.

E, em relação às empresas estrangeiras, Barreirinhas talvez possa elucidar esse tema, mas nós fizemos um comparativo com a OCDE – até peço a sua colaboração, Barreirinhas –, fizemos um comparativo com a OCDE. Em primeiro lugar, quando você paga tributo num país, em geral, você desconta do imposto que você paga no seu país. Em geral, você tem esse tipo de acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional. Olha, eu já paguei no Brasil, então eu não vou pagar aqui o que eu já paguei lá. Então, há vários modelos em que isso cabe, sempre lembrando que, se a empresa pagar a alíquota padrão, o dividendo fica isento, permanece isento, independentemente do valor remetido. Ele não paga Imposto de Renda, é só observar a legislação nacional.

Barreirinhas, talvez você pudesse tecnicamente complementar a resposta.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – É isso, Ministro. É importante destacar...

O SR. FERNANDO HADDAD – Você me permite, Senadora? Pode ser?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Com licença, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – É importante destacar que a maior parte do ganho do investidor estrangeiro não é nem com dividendo, é ganho de capital na compra e venda de ações. Quando ele compra uma ação por dez, depois vende por dois, esse ganho de capital é isento hoje e vai continuar isento. Então, a maior parte do rendimento do investidor estrangeiro sempre foi isenta e vai continuar, que é ganho de capital. Outra parte do que ele recebe são juros sobre capital próprio, que já são tributados. Então, isso aí não muda, a tributação já existia na retenção na fonte e nunca se levantou este debate: "Ah, mas lá é isento, não é isento...". É a mesma coisa que o JCP, o que ele paga aqui, em regra, o país de origem dele permite o abatimento do que ele paga lá. A exceção era o dividendo só, o dividendo é uma exceção, na verdade. Então hoje ele não paga o Imposto de Renda do dividendo aqui e, quando recebe lá na França, nos Estados Unidos, ele paga o Imposto de Renda para a França, para os Estados Unidos. Na verdade, a gente está exportando base de cálculo para lá. No momento em que a gente passa a tributar aqui, ele vai pagar um pouco no Brasil e, eventualmente, a diferença lá, porque normalmente lá o Imposto de Renda é maior do que aqui. Então, quando há essa diferença, ele vai pagar a diferença.

O que o mercado nos trouxe é o seguinte: para eu conseguir abater, essa dedução tem que ser definitiva. E, do jeito que está no projeto de lei, não é definitiva porque, no ano seguinte, eu posso ter um *cashback* por conta da tributação da empresa. Então, nós ajustamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na lei que isso aqui é uma opção, está lá no art. 10-A, "por opção do beneficiário residente, ele pode receber no dia seguinte". Esse "por opção" é porque, às vezes, ele vai optar em não receber, ele prefere que seja tributado direta e imediatamente no Brasil, sem opção, para poder abater lá. Então, a gente já fez um ajuste que foi pedido para o mercado para evitar isso, mas é importante destacar, repito, que essa hoje é uma exceção. O ganho de capital já é isento e vai continuar sendo isento, e ele paga lá no exterior. Do juro sobre capital próprio, que já é retido na fonte aqui, ele paga a diferença lá. O dividendo, nesse caso, será pago aqui na retenção, e ele vai abater eventualmente do tributo devido lá. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto os Senadores Portinho, Rogerio Marinho e Soraya Thronicke sobre se desejam acrescentar alguma coisa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Portinho...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para seguir a ordem, Senador Rogerio...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Eu peço atenção, Ministro, mais uma vez, à questão dos profissionais liberais. Nessa emenda que foi apresentada, inclusive, que foi fruto de discussões pela OAB do Rio de Janeiro, eu trago alternativa para que se evite o que consideram como bitributação, na verdade o pagamento dobrado do imposto, considerando que são sociedades unipessoais, em sua maioria, ou familiares, e que o próprio capital é a força de trabalho. Isso vale para médico, advogado... A classe média está... Está muito difícil para a classe média.

Com relação ao investimento estrangeiro, é preciso observar também o que for apresentado, para que a gente não perca, Ministro, essa oportunidade. O capital especulativo é uma coisa, o capital que produz aqui dentro, que gera emprego, que nos devolve emprego, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento, e que nos devolve impostos, a gente não errar na mão para que a gente possa aproveitar um momento que é propício.

Eu queria aqui remeter às nossas convergências, eu acho importante, gostei da sua palavra sobre as *bets*. A Senadora Soraya tem todo o meu apoio. O que derrubou a MP 1.303 foi a questão da taxação das *bets* que a Câmara não queria! Pode voltar aqui! Começa pelo Senado que você vai ver que vai ser aprovado por unanimidade!

Aliás, Ministro, sobre a publicidade das *bets*, nós aprovamos aqui projeto que eu relatei muito semelhante em muitas coisas ao que V. Exa. falou, mas traz mais, traz horários, traz o modelo inglês, por exemplo, acaba com esse *marketing* de emboscada que tem nas partidas de futebol, em que você tem o patrocinador do clube, do estádio, da camisa, e tem lá no *marketing* de emboscada a publicidade de outras que não estão patrocinando, estão pegando carona. Está lá na Câmara. Eu acho que qualquer contribuição do Governo pode se somar lá, porque já passou uma etapa aqui do projeto. É urgente esse projeto. Aí é uma grande convergência. É urgente esse projeto, inclusive com relação ao aumento da taxação, se buscarmos até modelos de outros países e buscarmos para nós fontes de recursos que sacrifiquem menos a classe média. Porque na MP 1.303, Senadora Soraya, ela acabava estimulando, era melhor você ter uma casa de aposta do que uma *fintech*... Vamos no que há convergência, Ministro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogerio Marinho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Primeiro, eu quero começar discordando aqui do meu Líder do PL e dizer que a MP, quando foi derrubada, foi derrubada justamente porque o Governo buscava uma compensação que já havia sido dada. Então, o próprio STF já definiu que o IOF deveria ser reposto parcialmente e, por ocasião de uma outra discussão, nós antecipamos aqui os *royalties* de petróleo, 18 bilhões de leilão em petróleo. Era mais dinheiro em cima de pouca coisa, então, com todo o respeito ao nosso Líder, essa compensação já aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aliás, Ministro, eu votei contra as *bets*, voto contra as *bets,* então, sobre taxar *bets*, para mim, era melhor acabar com as *bets*. Eu acho que o jogo faz muito mal à sociedade. Eu acho que isso aí é um remendo... Bom, mas tudo bem, tem que respeitar aqui as diferenças.

Mas, Ministro, eu queria fazer duas observações e agradecer a disposição que V. Exa. teve de debater o assunto, porque esse é um assunto que, apesar de ser árido às vezes ou aparentemente ser difícil, diz respeito à forma como o Brasil está se organizando.

Eu tenho o maior respeito pelo ex-Presidente Roberto Campos, como tenho pelo ex-Ministro Paulo Guedes, com quem convivi na época em que estive no Governo do Presidente Bolsonaro, mas também tive as minhas diferenças – e algumas delas foram até públicas, não da minha parte –, porque eu acho que todos nós temos que exercitar a nossa atividade sendo fiéis ao que nós acreditamos, não dá para você ser uma marionete ou um robô na hora em que você exerce a função que, por exemplo, V. Exa. hoje honrosamente exerce de Ministro da Fazenda.

Então, eu acredito que a solução proposta, ao contrário do que pensa ou lhe propôs ou lhe confidenciou o Presidente, era engenhosa, porque houve quase R$1 trilhão de concessões e outorgas, num período de quatro anos. Se fizermos uma conta boba, que não dá para fazer, claro, são mais de R$250 bilhões por ano. Era evidente que esses R$30 bilhões seriam diluídos ao longo do tempo, então, o Erário não seria confrontado com essa situação, esse recurso seria, ao longo do tempo de diferimento, diluído com o pagamento de tributos e "bidando" outorgas e concessões.

Inclusive, no princípio do Governo em 2023, houve uma discussão a respeito da outorga lá do Aeroporto de Congonhas, se eu não estou enganado, na qual houve uma discussão de que não deveria se aceitar e, a partir daí, houve a discussão da AGU junto ao STF sobre a constitucionalidade ou não da matéria.

Mas uma coisa que eu acho importante colocar é que, quando a gente fala da questão do percentual de tributos em relação ao PIB... E V. Exa. discorre com muita propriedade que recepcionou em torno de 17,5%; hoje está um pouco mais de 19%, acho que foram 12 pontos percentuais acrescidos ao longo do período, e juntando as outras entidades subnacionais, como estados e municípios, nós vamos para 32% ou 33% aproximadamente, o Governo Federal 19%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

19% e uns quebrados. Então, se você pegar e comparar hoje com os países aqui da América Latina, nós temos quase 10 pontos percentuais a mais de impostos.

Aí o senhor poderá dizer: "Mas, olha, com a OCDE nós estamos parelhos, são os números". Só que nós não temos os serviços que a OCDE oferece, nós não temos a qualidade de vida que a OCDE oferece. Inclusive, o Governo que V. Exa. representa também parece que não está muito ansioso em se integrar à OCDE, porque deu alguns passos atrás, principalmente na questão de licitações públicas, de governança.

Então, a nossa preocupação aqui e a ponderação que fiz, Ministro, é que em alguns momentos é importante que em vez de apenas aumentarmos impostos – a gente está falando de 27 impostos ou aumento de impostos ao longo desses dois anos e meio –, seria importante e salutar até que nós fizéssemos um trabalho de nos voltarmos para dentro da própria máquina pública.

Eu coloquei aqui uma ação, com que o senhor até concordou, de se fazer a avaliação da eficácia dos subsídios que estão dentro do sistema fiscal tributário brasileiro historicamente, de nos debruçarmos sobre as ações que são empreendidas desde a questão, inclusive – vou mexer no vespeiro aqui –, das emendas parlamentares, essa discricionariedade e esse percentual da receita corrente líquida, que é estabelecida como impositiva, até os PACs fantasmagóricos, faz-se uma projeção de R$1,7 trilhão quando a gente sabe que a capacidade discricionária do Governo está muito distante disso ao longo de quatro anos, mesmo se acrescendo Petrobras, Eletrobras, estatais e outros fundos. E o resultado nós já vimos recentemente, Ministro: são obras que não terminam ou são obras que geram expectativa na sociedade e que não se efetivam.

Então, a preocupação que eu tenho, e tenho compartilhado com os meus pares, é que o Governo pode e deve buscar fontes de arrecadação, é evidente, mas é muito temerário quando se apresentam orçamentos em que as despesas estão subestimadas e as receitas, superestimadas. Isso tem acontecido recorrentemente, e o Orçamento que se herdou de 2022, na verdade, foi feito pelo Governo que estava entrando, que acresceu quase R$150 bilhões ou R$170 bilhões, e se buscou no ano subsequente uma boa parte de receitas que não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recorrentes, que não se repetiram no ano subsequente, e isso obrigou o Governo a buscar outras fontes de financiamento.

No mais, agradeço demais a gentileza de V. Exa. Se quiser fazer algum comentário, estou à disposição. Se não, vou tentar almoçar, como V. Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discursar.) – Apenas para finalizar, é necessário a gente compreender, Senador Rogerio Marinho, que eu também sou contra as *bets* e eu gostaria de simplesmente poder proibir totalmente, só que nós não conseguimos colocar um muro virtual no Brasil, então os brasileiros estavam jogando com *bets*, com aplicativos já em português, feitos na China, feitos em outros lugares – em português! Então, nós não conseguimos coibir. O que fazemos? Nós vamos, então, minimizar os danos e arrecadar. R$15 bilhões por ano perdemos nos primeiros quatro anos, minimamente – minimamente. Então, já que não conseguimos combater, não podemos fechar os olhos para um problema de saúde pública, de saúde mental. É nesse sentido que ficou impossível proibir – impossível proibir.

Eu gostaria que o senhor considerasse tratarmos de aumentar mais do que 18% a tributação.

E quero lembrar que, falando em liberalismo, Keynes, considerado um liberal de carteirinha, ele mesmo rompe com os princípios fundamentais do liberalismo clássico e, na sua visão, ele defendia a intervenção do Estado na economia para mitigar crises, em oposição à crença liberal da autorregulação do mercado. Foi o que o Governo foi obrigado a fazer agora, na crise criada por um Parlamentar que saiu daqui para simplesmente taxarem o Brasil. E aí as nossas exportações e os nossos exportadores precisaram da intervenção, da mão do Estado, para resolver o problema deles, e eles não deixaram de vender seus produtos, vendemos até mais, só que muitos nem sentiram, por quê? Querendo ou não, foi tão rápido, e os outros mercados abriram para o Brasil, a ponto de se comprometerem a comprar toda a produção. Por quê? Porque o Brasil é um excelente parceiro econômico, a gente não trata mal o nosso cliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aí a intervenção do Estado, quando é necessária, numa crise. E, nessa intervenção, eu quero parabenizar o Governo.

São fatos. Eu não vou contra os fatos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ministro Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD (Para expor.) – Eu queria agradecer muito a oportunidade de estar com vocês e me colocar à disposição para voltar.

O Senador Rogerio comentou que nem sempre a gente consegue essa oportunidade, mas debates como o proposto pelo senhor são muito bem-vindos. Em vez de discutir, às vezes, um projeto de lei, discutir um conceito, discutir uma série histórica, uma trajetória, porque é muito difícil para o cidadão acompanhar esses números, e nós vamos falar aqui os números... Por exemplo, a carga tributária no Brasil chegou a 32% do PIB em 2002, não foi agora. Ela teve dois momentos de escalada: no regime militar, ela foi de 16% para 26% do PIB, a carga tributária; e, no período de estabilização do Plano Real, foi de 26% para 32% do PIB. Aí você fala: "Mas vamos sair de 32% porque os nossos pares cobram 25%, 22%...". Mas isso faz... Em 2002. Nós estamos há 23 anos com essa carga tributária, e eu digo: se ela aumentou, foi em função da atividade dos entes subnacionais porque, no plano federal, ela sequer chegou ao patamar de 2011, 2013, quando ela estava em 18,8% do PIB e, no orçamento do ano que vem, ela é menor do que o deste período.

Então, é muito útil fazer este debate. É muito importante fazer este debate, porque aí nós vamos reconhecer os erros de todos os governos. Todos os governos erram, os que erram menos se reelegem, os que erram mais não conseguem a reeleição. É assim que funciona a democracia. Até aqui, nós estamos sendo bem-sucedidos. A população entende que os nossos governos erram menos: reelegeram o Presidente Lula, reelegeram a Presidenta Dilma e assim por diante.

Nós estamos procurando errar menos e, quanto mais transparentes forem as contas públicas, melhor vai ser para a democracia, porque a punição de quem erra mais é justamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conseguir um novo mandato. E alternância no poder é muito bom também, não tem problema nenhum. Desde que as regras do jogo democrático sejam mantidas, preservadas e enaltecidas, o jogo corre e a sociedade melhora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos para o último bloco, antes, porém...

Ainda temos um outro bloco.

Antes, porém, eu queria só...

O SR. FERNANDO HADDAD – O Senador Rogerio falou em almoçar... Eu já estava animado aqui. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes, porém, eu gostaria de lembrar que nós faremos, na próxima quinta-feira, a segunda audiência pública que vai instruir o projeto que zera o Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil.

Nós contaremos, nessa audiência pública, com a participação dos beneficiados, exatamente aquelas pessoas reais que serão beneficiadas com o projeto. Já foram convidados: o Sr. Tiago Bitencourt Neves, a Sra. Zuila Acioly Marques, o Sr. Alberto Oliveira Santos, a Sra. Silvia Letícia Alves, o Sr. Juliano Rodrigues Braga, o Sr. Jadiel de Araujo Santos, o Sr. Willian Ferreira da Silva, o Sr. Zacarias Assunção e o Sr. José Evandro Alves da Silva.

Se os Senadores quiserem sugerir a participação de outras pessoas, por favor, fiquem à vontade.

Eu queria também agradecer a participação de internautas que, por meio do Portal e-Cidadania, fizeram questão de participar deste debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero citar que o Anderson, de Mato Grosso – é uma participação evidentemente plural –, pergunta: "Gostaria de saber quando o Governo vai pensar em reduzir gastos com a máquina pública [...]".

A Renata, do Distrito Federal: "Taxando os mais ricos e empresários, como garantir q eles não [...] [repassem esse] aumento aos trabalhadores, aumentando o preço [...]?".

O Vicente, do Rio Grande do Sul, que fala: "A alíquota de 10% sobre a renda dos super-ricos é bastante modesta em comparação a outros países. Há possibilidade de aumentar este valor?".

O Luiz, do Paraná, pergunta: "Como garantir justiça fiscal sem afastar investimentos do país?".

O Daniel, de Goiás, pergunta: "É possível incluir os profissionais da educação nessa proposta? Seria uma forma de valorizar os [...] professores!".

Gostaria de dizer que isso já foi respondido, que os profissionais de saúde estão, sim, incluídos, como incluídas estão todas as pessoas que ganham até R$7.350.

A Juliana, do Amazonas, diz: "Esperamos uma ação do Senado que beneficie a população [...] e que faça justiça tributária".

O Rubem, do Rio Grande do Sul, diz: "Chega de impostos! Se taxar os mais ricos, certamente será repassado [...] [aos] pobres [...]".

O Pedro, de São Paulo, diz: "A única forma para melhorar a economia é a redução de impostos [...] [com a criação de novos empregos]".

E a Marie, de São Paulo, parabeniza pela iniciativa do Governo, pela iniciativa do Projeto 1.087, do Presidente da República, diz que está totalmente de acordo e que os mais abastados devem, sim, pagar mais impostos.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Efraim Filho.

Em seguida, falarão a Senadora Zenaide Maia e o Senador Cleitinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, pelo adiantado da hora, e aproveitando o trocadilho, prometo ser bem econômico nas palavras, está certo? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Quero saudar o Secretário Robinson Barreirinhas, o Dario Durigan, o Ministro Fernando Haddad e todos os demais membros aqui presentes.

Ministro, fiquei aqui pelo final até para trazer um tema que tangencia o projeto do IR, mas também está na pauta, na ordem do dia, que é a LDO.

A gente, como Presidente da CMO, teve hoje um pedido que, segundo o Presidente Davi, foi encaminhado por V. Exa. a ele, para que nós postergássemos a previsão de votação da LDO, que estava prevista para hoje, para que possa ter uma sessão chamada para amanhã, porque, em tese, teria uma reunião sua com o Presidente Davi após essa audiência, cuja preocupação é a de que, com a queda da medida provisória – e é por isso que eu trago o tema –, a LDO poderia ser um canal para que o Governo encaminhasse algum termo de ajuste ou algum termo de proposta, pensando especificamente na questão das metas, dos procedimentos de atingir o centro ou não da meta, bloqueios, contingenciamentos, enfim, regras que pudessem alterar isso.

Como nós, na condição de Presidente, estamos preocupados com o calendário – não sou o Relator, o Relator vai receber as suas propostas – de trás para a frente, a gente já tem algo bem apertado, com margens bem exíguas, para que se possa votar o Orçamento ainda neste ano, já que a gente veio de um atraso do ano anterior.

E, aí, é uma preocupação, claro, de todos, porque não votar o Orçamento neste ano é um jogo de perde-perde; é ruim para o Governo, é ruim para o Congresso, é ruim para o Brasil. Então, se tem essa possibilidade de encaminhamento, via LDO, de alguma modificação ou o que era, em tese, a minha sugestão, ultrapassar a LDO, porque na sequência teremos relatório de receita, em que, claro, terão que ser tratadas as perspectivas de receita para o ano que vem, e, claro, o relatório da despesa, que o Senador Renan conhece tão bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como já foi bem esgotado aqui o tema do Imposto de Renda, mas tangencia todo esse cenário de equilíbrio fiscal, a gente procura avançar.

E o segundo tema, Ministro. O senhor tocou no tema dos gastos tributários. Permita-me só dizer: nós temos um grande problema, porque se insiste num modelo que está esgotado, arcaico, obsoleto, que é financiar a seguridade social e a previdência através da oneração do contrato de trabalho.

Então, enquanto a gente não mudar esse modelo, e estava previsto, Senador Renan, na segunda fase da reforma tributária e não veio essa discussão tal qual merecia, nós estamos pesando demais sobre os setores que são intensivos em mão de obra, enquanto a automação, a inteligência artificial, a robotização estão batendo à nossa porta; e, às vezes, empresas de *one man show*, com alta tecnologia, não pagam nada à seguridade, enquanto quem está empregando muita gente está pagando demais. E fica uma lógica burra: quanto mais empregos eu gerar, mais impostos eu vou pagar.

Então, questiono se não seria – fica mais como sugestão – o caso de levar aquilo que votamos na reforma tributária, que haja um alinhamento não sobre a desoneração dos 17 setores ou os gastos tributários, mas algo que fosse repensado como modelo.

Agradeço a contribuição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Zenaide, com a palavra V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero, aqui, cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Renan Calheiros, o nosso Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário-Executivo – eu digo que o Secretário-Executivo é quem recebe a carga toda –, o Robinson Barreirinhas, da Receita Federal.

Eu queria começar aqui dizendo o seguinte: esse projeto de lei quer taxar minimamente aqueles que não querem pagar imposto: bancos, *bets* e grandes fortunas, e não adianta ficar citando outros países, porque, no mundo todo – esses da OCDE, desde que eu sou Deputada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que eu me debruço sobre essa questão de reforma tributária solidária e tudo isso –, eles cobram impostos. Eu acho que é só o Brasil e Málaga que não cobram imposto sobre lucros e dividendos.

Dois, essa questão de tributar aqui e inibir o investidor estrangeiro não é por aí, a gente já sabe que não é, só se for aquele que vem fazer especulação financeira, mas quem vem para gerar emprego e renda aqui, o que esse povo quer? A famosa segurança jurídica. Por isso, a gente tem que ter essa lei. Ele tem que vir para o Brasil sabendo quais são os impostos, Renan, que vai pagar, e insegurança jurídica é ele chegar aqui e judicializar, que é para contrariar uma lei de que ele já tinha conhecimento.

Dois, *bets*, eu penso como Soraya. Olha, eu digo o seguinte: você quer destruir a vida de um jovem e de toda a sua família, dê um vício, seja ele qual for. As *bets* nós não podemos, como diz, extinguir, mas podemos taxá-las, e muito. E mais: nós temos um projeto de lei aqui, que não é simples, de proibir celebridades de fazer propaganda de *bets* e de bebidas alcoólicas, como a gente conseguiu tirar do cigarro, e agora o cigarro eletrônico quer voltar com toda a força para isso.

Outra coisa, aqui se fala tudo, ajuste fiscal. Às vezes, eu digo que não vou sair mais desta cadeira de tanto querer ajustar fiscalmente. Responsabilidade fiscal não é só do Poder Executivo, é do Legislativo e do Judiciário.

Eu cito aqui, hoje, Barreirinhas, porque eu não sei se foi a você que eu pedi uma audiência pública, que tem o Projeto de Lei 596, de 2023, que faz a remissão dos impostos, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que eles perderam e judicializaram no Supremo. Como esse imposto é federal, eles são remunerados com a taxa Selic, no mínimo, quando se faz depósito judicial. Em dezembro de 2022, Renan, o Supremo resolveu dizer que, sim, empresas têm que pagar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para você que está em casa, é onde está a saúde, a assistência social e a previdência, onde entra o benefício de prestação continuada, o famoso BPC.

Então, essa história de Estado mínimo, nós já temos um Estado menos do que mínimo, povo brasileiro. Nós não temos policiais rodoviários federais, nem federais, nem polícia civil, nem ninguém o suficiente, como diz a lei. Baseado nessa coisa de Estado mínimo, querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar o cigarro eletrônico, porque dizem que não tem Polícia Rodoviária Federal suficiente para apreender o contrabando. Então, essa história de Estado mínimo – isso aqui eu estou dizendo não só para os senhores, que estão aí, da Receita Federal –, Brasil, é menos segurança pública, menos professores, menos educação e menos saúde. Nós temos que ter responsabilidade fiscal, porque senão vai dizer assim: "A Senadora está dizendo que gaste tudo".

Quando se fala renda, e eu vi aí algumas perguntas: "Eu que sou de tal profissão...", nós estamos falando de renda, independentemente de qual profissão seja, e os investidores que vêm para cá investir, gerar emprego e renda querem o quê? Estradas, ferrovias, segurança pública; pode-se dizer que é o Estado mínimo, mas eles querem isso. Eles não vão deixar de investir aqui, porque nós vamos tributar minimamente bilionários, *bets* e bancos. E, quando a gente fala em renda, só se vai tributar a partir de quem ganha R$600 mil a R$1,2 milhão, pelo amor de Deus!

O trabalhador, seja público ou privado, o servidor público, a partir de R$8 mil, vão pagar provavelmente 27,5%, e essa é uma coisa certa. E nós vamos sentar aqui para não poder nem atualizar a tabela de Imposto de Renda. As taxas de juros não falam, e eu não sou economista, eu sou médica de formação, mas eu lhe digo que isso é um acinte, porque a gente... eu sei que deve ter seus problemas, e não pode. O mundo todo tem dívida pública, porque eu procurei ver: as maiores dívidas públicas do mundo estão nos Estados Unidos e Japão.

Mas a gente senta aqui – aqui está o nosso Presidente da CMO –, e quem fica com mais de 40% do orçamento não se senta nenhuma vez para discutir nada – fica com mais de 40% do Orçamento da União, não é o serviço... a título de pagamento de juros e serviços de uma dívida que nunca foi auditada.

Então, no mínimo, nós temos que seguir os países da OCDE: renda. E nós estamos, Brasil, taxando minimamente – minimamente. É uma taxação tão delicada. Agora, lembrando – é tão delicada para quem está riquíssimo que, se viver 300 anos, ainda não consegue consumir o capital que arrecadou –, por favor, tenha um olhar diferenciado para a CSLL, porque, quando você não recolhe a CSLL, você está fazendo morrerem pessoas no SUS por falta de um leito de UTI, porque não tem de onde tirar os recursos, porque isso é saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Receita Federal não arrecada para eles. Eu costumo dizer – viu, Barreirinhas? – que é hora de os senhores tirarem aquele leão em cima do povo, porque as pessoas têm um verdadeiro pavor de serem tributadas. Eu digo: com aquele leão em cima deles, pensam que são vocês, os auditores, que é para eles o dinheiro que se arrecada. Não é, viu, Brasil? Os recursos que a Receita Federal arrecada são para a saúde pública, para a educação pública e para a segurança pública, que tanto se pede. E a gente faz um apelo aqui, por exemplo: no Congresso, é menos de 0,5% para segurança pública.

Agora, tenha um olhar diferenciado para esse Projeto de Lei 596, de 2023, que está aqui, porque a renúncia fiscal, em março de 2023, já era de quase R$20 bilhões. E isso não é criar imposto, é aquele que deve, mas não quer pagar, judicializa e está aqui para fazer a remissão de novo.

Então, responsabilidade fiscal nossa, do Legislativo, responsabilidade fiscal do Executivo e responsabilidade fiscal do Judiciário.

É isso que a Senadora...

Não fiz nenhuma pergunta aqui porque não é minha área, mas eu faço questão de me dedicar cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bem, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Quero aqui parabenizá-lo pelo debate, porque muitas vezes ficam *fake news* mentindo. E aqui ninguém está tributando pessoas que ganham pouco, gente.

Bets...

E vamos tentar pedir, fazer um apelo às celebridades deste país para que não vão para a televisão pedir para o povo jogar todo dia. São homens e mulheres famosos, bonitos, fazendo propaganda diária assim. E não venham dizer que o pai e a mãe de família têm o controle. Que controle é esse, em que o pai e a mãe vão trabalhar, e a televisão mostra assim: "Jogue, jogue, jogue, jogue, jogue".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem, sim, que pagar imposto, porque nós queremos saúde, nós queremos educação, nós queremos segurança pública e nós queremos continuar tirando os 30 milhões que estavam na extrema pobreza. Isso é que a gente... E nunca vamos pensar em não aumentar o salário mínimo, pelo amor de Deus! Quando quiserem diminuir o salário mínimo, eu digo: "A minha matemática nunca teve isso. Do mínimo não se tira nada!", e aqui a gente vai reduzir... Isso foi em 2018 ou em 2019.

Muito obrigada, Ministro.

Receita Federal, lembre-se: o leão não é um leão, é um mansinho, que está querendo arrecadar, entendeu?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cleitinho.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Bem breve, Sr. Presidente. Uma boa tarde ao Dario, ao Ministro Fernando Haddad e ao Robinson – é um prazer estar com vocês aqui –, à nossa Senadora Zenaide, ao Efraim, que está aqui ainda, e ao Presidente.

Estou vindo aqui mais para poder falar como oposição, porque eu já faço essa campanha... Haddad, para você ter noção, a primeira vez que eu conheci o senhor e a gente estava lá no Senado, eu falei sobre a questão de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil. Então, por mais que eu seja oposição, eu não sou oposição do Brasil. Eu posso não ser aliado do Lula, mas sou aliado do povo e eu sei de onde que eu vim.

Então, estou mais hoje aqui para poder dar total apoio. Já estou fazendo essa campanha da questão da taxação não é de hoje. Inclusive, nessa compensação agora, e está aqui o projeto de lei para isentar quem ganha até R$5 mil, eu e o Senador Alessandro Vieira estamos entrando com emenda para poder taxar as *bets*, os bilionários e também os bancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria chamar a atenção... Eu não tenho mestrado, não tenho doutorado, Haddad, mas eu vou falar, de uma forma muito didática e muito humana, para esses setores, para eles entenderem.

Primeiro, eu vou começar com os bilionários. Domingo, indo para a igreja com a minha família, assim que eu estacionei o carro, tinha um casal de morador de rua. Eles não me conheciam, não. E, assim que eu passo com a minha esposa e com os meus dois filhos, eles chegam e falam: "Ó senhor, eu estou precisando demais de tomar café, e eu não tenho condição de comprar café aqui agora, não. O senhor não poderia me ajudar, não?". Arranquei do bolso um dinheiro, um valor mais alto; daí ela, a moça, arregalou os olhos e falou assim: "Mas é muito, é muito". Eu falei: "Mas eu quero te ajudar". Ela virou e falou assim: "Mas que Deus te dê em dobro". Aí eu virei e respondi para ela: "Deus já me deu".

Aí, a minha filha, andando até a igreja, chegou para mim e falou: "Papai, eu não entendi o que você quis dizer que Deus já te deu em dobro". Eu disse: "Filha, antes de ser político, de ser Senador [fui Vereador, Deputado e Senador], o papai trabalhava no varejão. Você era pequena, e a renda do papai era tanto. E o seu avô sempre ensinou para a gente, se você ganhar um pouco a mais, ajudar quem precisa. Então, agora, o papai virou Senador, o papai está ganhando R$40 mil. O papai não ganhava isso oito anos atrás. Então, eu posso ajudar mais. Então, quando você tiver um trabalho, filha, e você conseguir, a cada dia, crescer nesse trabalho, ajude mais".

Então, o bilionário pode ajudar mais. *Bets*, eu não vou nem entrar nesse detalhe, não, porque acho que não deveriam nem existir. Eu votei contra aqui. Como a gente não vai acabar com as *bets*, a gente sabe do *lobby* que existe, não deveria nem chegar a 30, deveria ser 50. E dos bancos não vou nem falar. Banco, para mim, é igual ao diabo. O cidadão vai lá, desesperado. Ele chega lá e o tratam bem.

Na hora de cobrar: "Não, vamos fazer um juro baixo para você aqui...".

Fica devendo banco, para ver o que acontece se dever banco...

Então, os bancos também são bilionários.

E eu queria aqui, Haddad, falar para V. Exa. – e acho que essa informação que vou dar aqui deveria ser em rede nacional... Você e o próprio Presidente Lula deveriam levar isso aqui para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a população brasileira, para eles entenderem por que é que a gente tem que isentar quem ganha até R$5 mil e de onde deveria vir a compensação. A compensação deveria até aumentar, dos três Ps, que são os Três Poderes: o Poder Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

E vou trazer uma informação aqui para toda a população brasileira, de uma forma bem básica: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 81 Senadores, 513 Deputados Federais, 27 Governadores, 27 Vice-Governadores, 1.059 Deputados Estaduais, 5.568 Prefeitos, 5.568 Vice-Prefeitos, 58 mil Vereadores, que enchem o Mineirão, lá de Minas Gerais... Isso aqui dá mais de 70 mil políticos. Enche o Maracanã. Aí, tem mais de 640 mil assessores parlamentares, que muitas vezes fazem rachadinha... Muitos desses 70 mil políticos – e não estou aqui generalizando. Tem muito político sério, mas tem muito político picareta, inclusive que roubou dos aposentados do INSS... E aí, daqui a pouco, do jeito que está indo, vão prender os aposentados. Vão falar: "Vocês estão errados. Vocês deixam roubar...". Vai acontecer é isso.

Mas eu queria chamar a atenção para o custo.

Por que a gente também não faz um 3P e aumenta o Imposto de Renda para os Três Poderes, para o Judiciário, para o Legislativo e para o Executivo, cobrando mais 5%?

Eu não vejo problema nenhum, sem demagogia e hipocrisia. Pode aumentar o meu, de 27%, para 32%. Porque o custo está assim, gente, ó: R$248 mil por minuto; quase R$15 milhões por hora; R$357 milhões por dia; R$10 bilhões por mês; R$130 bilhões por ano.

E lembrando que tem um fundo eleitoral, um fundo partidário, agora, que pode chegar a R$5 bilhões. Lembrando, como V. Exa. mesmo disse, que a questão das emendas, era R$5 bilhões e está chegando a R$50 bilhões. Deveria cortar. Inclusive, deveria ter uma lição para ensinar a população brasileira o que é o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

O Executivo executa e, o Legislativo tem a obrigação de legislar e fiscalizar o Orçamento – e não sequestrar o Orçamento.

Então, deveriam acabar com as emendas. Tem de onde tirar. Basta querer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer ver o Poder Judiciário como está? O Poder Judiciário está assim, ó, olha isso aqui... Vai acontecer hoje – viu gente? –, eu vou votar contra. O Judiciário mais caro do planeta. Precisa de mais verba?

"Fachin se reúne com Alcolumbre para discutir criação do Fundo da Justiça Federal".

Agora, a gente vai votar aqui hoje – sempre cabe mais um: "Senado aprova – deve ter sido na CCJ – 330 cargos do STJ ao custo de R$20 milhões por ano". Nós vamos votar aqui – e eu vou votar contra.

Então, tem dinheiro para essa turma? Por que não tem dinheiro para o pobre, para o povo?

Inclusive, o Executivo também tem que dar bom exemplo. São os três Poderes.

Eu não estou aqui... Fique claro, a Janja, é legítimo ela ser Primeira-Dama, mas pega mal para a sociedade, agora, dar mais poder... Veio um decreto do Lula com 190 cargos, gente. Qual é a necessidade disso neste momento? Não tem.

Falam: "Mas, Cleitinho, não vai ter custo!". Mas o que isso representa para a sociedade? Como é que o povo brasileiro vê uma situação dessa?

Enquanto numa UPA tem um médico para 20 pacientes, a própria Primeira-Dama agora vai ter quase 200 cargos. E que fique claro que nós também, os Senadores também, temos cargos comissionados.

E queria chamar a atenção do Senado aqui, também, que está abrindo uma licitação agora, Haddad, neste valor aqui, ó: "Senado dobrará para quase R$800 mil, por mês, gastos com os carros alugados".

Esse valor, para terem noção, pode chegar a uma bagatela de quase R$40 milhões, o que está escrito aqui – eu acredito que isso deve ser *fake news*.

Eu, particularmente, venho no meu carro, ou venho de Uber, ou venho de táxi... Eu não tenho esse carro oficial, porque acho que não sou digno para isso. Eu não sou um rei, um faraó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu quero mostrar para toda a população brasileira aqui é que nós temos que dar bom exemplo. Nós é que temos que cortar da própria carne. Não é mais a população brasileira não. É legítimo para quem ganha até R$5 mil ter isenção. Deveria ser mais, deveria ir para quem ganha R$10 mil. Mas que fique claro, aqui, para toda a população brasileira entender, de uma vez por todas, que somos nós que temos que dar bom exemplo. Nós precisamos também cortar da própria carne. O fim dos supersalários é extremamente importante.

Tem uma PEC aqui, Ministro Haddad, e eu acho que vocês deveriam levar isso para a rede nacional, fazer rede nacional, depois da novela, no horário de pico, mostrar para a população brasileira quem são os poderosos, quem são os bilionários! Os bilionários estão aqui, e nós temos que começar a dar bom exemplo.

Então, espero contar com o senhor, porque tudo o que for a favor do povo aqui eu voto a favor. Pode sempre contar comigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Olha, Senador Cleitinho, eu acho que você está muito correto. A gente precisa pegar cada unidade de custo, fazer um balanço do que é justo, do que não é justo.

Ninguém está falando nada contra o servidor público, porque tem servidor público que está ganhando menos do que deveria, mas o que tem de coisa para fazer, em termos de desperdício, de controle, de auditoria, de averiguação... É muita coisa que pode ser feita, muita coisa pode ser feita.

Eu tive a experiência, lá na Prefeitura de São Paulo...

A Prefeitura de São Paulo conseguiu grau de investimento sendo o ente federado mais endividado do país!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan sabe melhor do que ninguém do que eu estou falando, porque ele fez parte da solução. Se não fosse o Senador Renan, a cidade não teria grau de investimento, porque a gente renegociou a dívida aqui no Senado, mas, paralelamente a isso – o Dario me acompanhou na Prefeitura de São Paulo, o Barreirinhas também era da Procuradoria e depois foi meu Secretário de Negócios Jurídicos –, era diária essa atividade de revisão de contrato, chamava o fornecedor para renegociar... Isso deveria ser a regra, e não a exceção. Não deveria nem ser um mutirão; deveria ser uma rotina de você ir atrás, fazendo a lição de casa, melhorando a eficiência do serviço público, melhorando a eficiência das contratações, das licitações...

Eu penso que falta um pouco, em Brasília...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone*.) – Consenso.

O SR. FERNANDO HADDAD – ... essa cultura de pegar contrato por contrato, pegar despesa por despesa, unidade de custo... Acho mesmo que falta isso.

Eu acho, Senador Efraim... Eu ponderei, com o Senador Davi, que nós deveríamos votar a LDO e o Orçamento na sequência das decisões que vocês vão tomar sobre a questão das emendas, como é que nós vamos acomodar as emendas seguindo a decisão do Supremo Tribunal Federal e a lei complementar que vocês aprovaram.

O pessoal está com uma conta de R$7,5 bilhões de corte de emenda. Eu quero dizer que isso não vai atender à lei complementar e menos ainda ao cronograma que está na LDO sobre liberação. Então, nós temos que rediscutir essa questão, para verificar como é que acomoda a decisão que foi tomada na peça orçamentária. Não é questão simples para resolver.

Então, se a gente ganhar uns dias para verificar, primeiro, se há uma possibilidade, como vários Senadores colocaram aqui, de revisitar esses temas... Pelo que eu entendi aqui, o Senado está plenamente favorável a rever essa questão da taxação BBB, como a gente está chamando. Está todo mundo meio disposto a isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HADDAD – E a revisão de benefícios. Se isso estiver na ordem do dia, o cenário para o ano que vem é um; se não estiver na ordem do dia, o cenário para o ano que vem é outro! Vai ter que acomodar uma porção de coisas que estavam planejadas para o ano que vem, e que não vão acontecer, entendeu?

Foi só isso que eu levei à consideração dele.

Eu sou sempre a favor de votar as coisas rapidamente, mas, enfim, essa MP caducou depois de 120 dias. Ela não foi apreciada. Tem um outro projeto, na mão do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que também depende do fechamento do orçamento...

O que eu estou pedindo é o seguinte: vamos definir qual vai ser o tamanho do orçamento, para aprovar a LDO e o orçamento da forma que a legislação atual, as leis complementares atuais, o arcabouço fiscal e a Lei de...

O SR. DARIO DURIGAN (*Fora do microfone*.) – Responsabilidade Fiscal.

O SR. FERNANDO HADDAD – ... Responsabilidade Fiscal e a lei das emendas, a lei...

O SR. DARIO DURIGAN (*Fora do microfone*.) – Complementar...

O SR. FERNANDO HADDAD – ... complementar das emendas. Como é que nós vamos encaixar isso no orçamento? Para quê? Para que a gente não tenha, no ano que vem, nenhum tipo de atrito entre o Executivo e o Legislativo: "Olhe, a decisão é essa, vai cortar 20, 30 bi do Orçamento...".

Vai cortar o quê? Onde? Como? Definiu? Defina o calendário de desembolso na LDO, e seguimos a vida.

Quem vai decidir o tamanho do orçamento são vocês. A gente manda uma proposta de lei orçamentária, mas quem chancela essa proposta ou não é o Congresso Nacional.

Então, o que eu estou pedindo a ele é o seguinte: tinha um acordo de a gente fechar a peça orçamentária com aqueles diplomas legais que foram encaminhados. Se nós formos rever isso... O Congresso é soberano. Agora, as consequências têm que estar expressas tanto no relatório do Deputado Isnaldo, quanto no relatório do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DARIO DURIGAN (*Fora do microfone*.) – Deputado Gervásio.

O SR. FERNANDO HADDAD – ... Gervásio, que vão estabelecer as regras para 2026.

É muito simples: quem aprova o Orçamento é o Congresso Nacional. O Executivo só faz encaminhar uma proposta, Se essa proposta não é aceita da maneira como foi encaminhada e se quer fazer ajuste, está bem, faça o ajuste, mas tem que combinar com as regras constitucionais do país: educação, saúde, salário mínimo... Tem que combinar. É só isso.

Não tem nenhum problema comigo em relação a isso. Eu sempre respeitei muito o Congresso nas suas decisões soberanas, e a gente sempre respeitou os acordos feitos com muita tranquilidade. Tanto a Ministra Simone quanto eu estamos sempre buscando atender ao Congresso Nacional nas suas decisões a respeito de questões orçamentárias.

Obrigado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Efraim Filho, com a palavra V. Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para interpelar.) – Ministro, como Presidente da CMO, vou estar atento a esse diálogo entre o senhor e o Presidente Davi. Agora, essa missão, que realmente cabe ao Congresso, só pode ser feita – de votar o Orçamento – se nós ultrapassarmos a barreira da LDO, e acho... Uma decisão equivocada por parte do Governo é que está querendo postergar a LDO até que tenha a solução pronta. Essa solução vai vir exatamente, ao que se preste, na votação do Orçamento, ao final.

A minha crítica, no sentido construtivo e de comentário, é que me parece que o Governo decidiu o que quer gastar e, a partir do momento em que ele decidiu o que quer gastar, ele quer encontrar a receita que seja compatível a isso, e não é essa a conta que vai fechar.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não dá para decidir: "Eu quero gastar isso e eu vou ter que cobrar de A, de B, de C, de setor produtivo, em cima, embaixo, andar de baixo, andar do meio, andar de cima...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é importante saber a receita que nós temos, porque, quando o Congresso decide derrubar uma medida provisória sem juízo de valor sobre o bem ou sobre o mal, você diz: "Está bom, chega, não dá mais para ficar aumentando alíquota, aumentando imposto. Eu tenho que também fazer o equilíbrio pelo lado da despesa: qualificar gasto público, eliminar desperdício, reduzir custo".

Então, Ministro, acho que fica um pouco dessa discussão, porque a PLOA está enviada e cabe ao Congresso dizer: "Olha, se eu não vou ter a receita que estava prevista, qual é a redução de despesa que eu vou compatibilizar?"...

O SR. FERNANDO HADDAD – Mas isso vai ser o Congresso que vai dizer.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E a gente está sendo impedido de fazer isso...

O SR. FERNANDO HADDAD – Não, não...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... porque está se postergando enquanto se conversa.

A conversa é boa, a concertação é bem-vinda, mas a gente não vai conseguir entregar o resultado antes de avançar.

O SR. FERNANDO HADDAD – Permita-me, Senador...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pois não, Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – A despesa que foi encaminhada para o Congresso é rigorosamente a estabelecida no arcabouço fiscal; nem um centavo a mais.

O senhor conhece a regra, o senhor é um Senador dedicado, ela é 70% do aumento de receita dos 12 meses terminados em junho, com o limite de 2,5%.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas não é obrigatória.

O SR. FERNANDO HADDAD – A regra de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ela está no prazo discricionário; V. Exa., se quisesse gastar menos, poderia.

O SR. FERNANDO HADDAD – A regra de despesa está estabelecida no arcabouço fiscal. Se o Congresso entender que não quer acompanhar essa discricionariedade que o arcabouço permite, ele pode fazer o ajuste na parte orçamentária, não tem problema nenhum. Aí, corta o que for.

O que eu estou querendo dizer é que os números que estão sendo aventados não correspondem à lei complementar, no que diz respeito à execução de emenda parlamentar. É disso que eu estou falando.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito, Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Obrigado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço a atenção de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu gostaria de agradecer ao Secretário Especial da Receita, o Robinson Barreirinhas...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ele só não falou sobre o tema da desoneração, se ele iria comentar sobre a vinda de alguma proposta que estava prevista na reforma tributária encaminhada por ele, para tratar dessa mudança de modelo. Não estou em tema de gasto, mas se há uma perspectiva de mudança de modelo para financiar a Seguridade Social...

O SR. FERNANDO HADDAD – Nós temos estudos prontos lá. A única questão é que eu quero lembrar uma palavra com que eu me comprometi, que é: depois do imposto sobre consumo, endereçar o imposto sobre renda; depois do imposto sobre renda, endereçar a questão da folha. Esse foi um compromisso que eu assumi.

Agora, eu já disse: se encavalasse essas reformas, você não iria fazer nenhuma delas, porque elas se comunicam. Então, eu preciso ir fazendo a reforma constitucional do consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora termina a da renda, que eu achei que poderia ter sido concluída mais rapidamente, e não foi, e agora tem outras reformas.

A questão da pejotização também está preocupando muitos especialistas. O senhor deve estar acompanhando pelo noticiário esse debate, que também é preocupante e que envolve a questão da folha. A questão de pejotização e a de folha são um universo que precisa ser tratado conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quero agradecer também a presença do Secretário-Executivo Dario Durigan, do Ministério da Fazenda, e gostaria mais uma vez, sobretudo, de agradecer ao Ministro Fernando Haddad pela disponibilidade de atender prontamente ao convite desta Comissão, diante de um quadro complexo, após expirar a Medida Provisória 1.303, cuja Comissão também eu tive a honra de presidir.

Também agradeço a presença dos Senadores, tanto do Governo quanto da Oposição, que não têm faltado ao país em momentos sensíveis como este.

Apenas para lembrar, este ano esta Comissão de Assuntos Econômicos criou dois momentos excepcionais, espetaculares, quando criou condições para cobrar que a Câmara apreciasse o projeto, que atipicamente já estava há sete meses, com promessas variadas de troca da compensação, de a validade começar apenas em 2027, coisas que lamentavelmente estavam sendo discutidas; e também um momento grave, difícil, quando votou aqui em 48 horas a Lei da Reciprocidade para que o Brasil pudesse ter instrumentos para fazer face às ameaças externas.

Eu queria, Ministro, em meio à aridez desse debate e a maneira como o senhor se colocou em todos os momentos dele, registrar dois pontos que são significativos do seu bom humor e da sua espirituosidade: quando o senhor se referiu a cortar gasto tributário, a necessidade de cortar esses privilégios, o senhor lembrou que no Brasil cortar gasto tributário é aumentar imposto; a leitura que se faz é que, ao tentar cortar o gasto, você está aumentando o imposto. E, depois, quando se referiu às *fintechs*, na comparação da tributação delas, apesar do tamanho, com a dos bancos, também com espirituosidade o senhor falou que essa coisa de as *fintechs*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuarem como estão é como se você estivesse tentando fazer o Supersimples das instituições financeiras.

Muito obrigado por tudo, sobretudo, por sua presença. Obrigado mesmo.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Leila Barros, Paulo Paim, Jaques Wagner, Tereza Cristina e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PL 1087/2025, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Para fins de instrução do PL 1087/2025, colher e aferir as impressões da classe trabalhadora quanto aos efeitos e impactos da matéria, em termos de justiça e progressividade tributária. **Participantes:** Sr. Tiago Bitencourt Neves; Sr. Juliano Rodrigues Braga; Sr. Jadiel de Araujo Santos; Sr. Willian Ferreira Da Silva; Sr. José Evandro Alves da Silva; Sr. Mizito Almir Rogério da Silva; Sr. Claudionor Vieira do Nascimento; Sra. Zuila Acioly Marques Leite; Sr. Francisco Barreto, Presidente da Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros (AMBEP); Sr. Valfrido Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas da Caixa Econômica Federal (FENACEF).; Sr. Zacarias Assunção; e Sra. Silvia Letícia Alves Mattar. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/16

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A reunião de hoje, como todos sabem, destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir a apreciação do PL 1.087, de 2025, colher e aferir as impressões dos trabalhadores e das trabalhadoras quanto aos efeitos e impactos da isenção do Imposto de Renda zero para quem ganha até R$5 mil e, gradualmente, escalonadamente, para quem ganha até R$7.350.

Nós vamos conversar com os beneficiários. Isso, do ponto de vista da instrução legislativa, é uma prática nova, absolutamente nova, porque nós pretendemos ouvir empresários e representantes dos setores produtivos. Já fizemos uma audiência pública com a participação do Ministro da Fazenda e de representantes da sua equipe econômica e pretendemos ouvir, claro, os beneficiados com o Imposto de Renda zero, com a isenção do Imposto de Renda.

Nós vamos estabelecer uma modelagem: vamos chamar quatro, inicialmente, dos que foram convidados para compor a mesa e, em seguida, chamaremos mais quatro e, depois... (*Pausa.*) São três vezes de quatro. (*Pausa.*)

Portanto, eu convido para compor a mesa o Sr. Tiago Bitencourt Neves (*Palmas.*); a Sra. Zuila Acioly Marques Leite (*Palmas.*); a Sra. Silvia Letícia Alves Mattar (*Palmas.*); e, para compor este bloco, Sr. Juliano Rodrigues Braga. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Silvia não está presente.

Nós vamos chamar o Sr. Jadiel de Araujo Santos para compor a mesa. (*Palmas.*)

É com uma satisfação muito grande, retomando, que recebemos hoje, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, para tratar de um tema de inegável relevância para o país, o Imposto de Renda zero, para quem ganha até R$5 mil por mês, e as alíquotas escalonadas para quem ganha até R$7.350 por mês.

Como disse anteriormente, já debatemos esse tema numa reunião que realizamos na terça-feira com o Ministro da Fazenda e sua equipe econômica e vamos conversar com o setor produtivo, com empregadores, mas nada mais legítimo que comecemos a conversar aqui nesta Comissão com os trabalhadores e as trabalhadoras.

Para aqueles que não acompanharam o dia-a-dia deste tema, permitam-me algumas informações.

A proposta foi apresentada pelo Presidente Luiz Inácio da Silva, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil, ainda em março deste ano. (*Palmas.*)

O projeto teve uma tramitação atípica na Câmara dos Deputados. Desde março, tramitava na Câmara dos Deputados. É inacreditável que um projeto que beneficia mais de 90% da população brasileira, demorasse tanto tempo para ser apreciado na Câmara dos Deputados. E, diante dessa tramitação atípica, verdadeiramente atípica, colocamos para andar um projeto semelhante, que tramitava nesta Comissão de Assuntos Econômicos, do Senador Eduardo Braga.

Eu avoquei a relatoria desse projeto para esta Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Aproximamos o projeto que tramitava aqui na CAE ao projeto do Governo, que foi mandado para a Câmara dos Deputados, e, em apenas uma semana, esta Comissão votou esse projeto por unanimidade, com uma participação expressiva dos Senadores que compõem esta Comissão.

Fizemos isso por quê? Nós fizemos isso diante da inércia contemplativa. Não tinha mais sentido que esse projeto servisse de instrumento de chantagem, de pressão na outra Casa do Congresso Nacional. Eles ameaçavam trocar as fontes de compensação do projeto, não tributar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o andar de cima, retirando completamente o caráter progressivo que o projeto continha. Mais do que isso, o projeto acabou servindo de chantagem para que votassem na Câmara a PEC da blindagem e para que votassem também a urgência para a anistia para os golpistas, coisas inadmissíveis.

Diante da mobilização do Senado, desta Comissão especificamente, que analisou o projeto em caráter terminativo aqui – repito, por unanimidade –, nós tivemos a mobilização e a rápida votação na Câmara dos Deputados.

Por que essa dificuldade? Inicialmente, eu gostaria até de pedir desculpa a todos vocês pelas dificuldades que significam isentar os trabalhadores que ganham salários até R$5 mil. O que é que acontece hoje? Quando um trabalhador vai a um supermercado ou a uma mercearia e adquire lá um óculos, uma camisa, 1kg de feijão, 1kg de farinha, o trabalhador que ganha até R$5 mil paga os mesmos impostos que os milionários pagam. Quando chega no Imposto de Renda, aí o trabalhador paga 27,5%, e o bilionário não paga nada – não paga nada. Essa tributação já foi votada aqui, em algumas oportunidades, e, lamentavelmente, não evoluiu. Por isso as desculpas do Legislativo com relação a uma isenção e com relação, sobretudo, à taxação, à tributação das pessoas que ganham mais, de modo a pagar o que significa, do ponto de vista tributário, a respectiva isenção.

A imprensa começou a dizer que havia uma disputa por protagonismo entre as duas Casas, e, efetivamente, não havia disputa para protagonismo. O que nós estávamos querendo era que essa matéria entrasse em vigor a partir de janeiro de 2026. Correntes da Câmara dos Deputados defendiam que a vigência da matéria acontecesse apenas em 2027, e não em 2026. Queriam, exatamente, retirar as fontes, a compensação, o que iria fazer face à isenção para os trabalhadores que ganham até R$5 mil, e colocar, no lugar dessa compensação dessas fontes, já delimitadas pelo Ministério da Fazenda, as fontes contidas na Medida Provisória 1.303 – de que eu também tive a honra de presidir a Comissão Mista do Congresso Nacional –, que foi derrotada na Câmara dos Deputados, com um prejuízo irreparável para o país, porque, do ponto de vista do equilíbrio fiscal, ela causa problemas, sérios problemas, que ainda, de uma forma ou de outra, precisam verdadeiramente ser resolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos aqui uma tabela com o ganho específico de cada salário até R$5 mil e de cada salário que vai ter uma alíquota escalonada até R$7.350. Nós queremos ouvir, a todos, sobre a proposta, sobre o que ela significa para cada um, sobre os planos, os sonhos, sobre o que pretendem fazer e mesmo sobre uma eventual atualização anual para que esses prejuízos não voltem a incidir.

De modo que, pela ordem, eu vou começar dando a palavra, por cinco minutos – que é um tempo mínimo, se houver necessidade de mais tempo nós colocaremos mais tempo à disposição – à Sra. Zuila Acioly Marques Leite. (*Pausa.*)

Em primeiríssimo lugar, muito obrigado pela honra de você ter vindo participar deste dia, que é muito importante para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. ZUILA ACIOLY MARQUES LEITE (Para expor.) – Está certinho, não é?

Bom dia.

Primeiramente, eu vou cumprimentar o Presidente da Comissão, os Senadores e Senadoras presentes, agradeço o convite da Força Sindical, na pessoa do Presidente João Moisés.

Sou nutricionista de formação há 18 anos, trabalho como CLT desde os meus 16 anos, e a gente observa, principalmente, que a nossa classe, principalmente da área de saúde, a maioria não tem nem piso salarial.

Então, isso já é bem desafiador para todos, principalmente para a nossa categoria. A gente já vem lutando com o nosso conselho de classe, mas ainda não tendo um piso salarial, ainda nós temos a legislação tributária, que é bem elevada, fora as outras coisas que são descontadas de um contracheque.

Então, a gente pensando a partir desse ponto, a isenção do Imposto de Renda seria bem interessante, pois impacta de forma positiva para o trabalhador com salários até R$5 mil ou até mesmo mais. Se a gente for pensar, se isso se tornar de uma forma positiva, a gente pode até visualizar uma redução maior lá na frente, vamos supor de R$7 mil. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De um todo, a gente observa que, caso aprovado, caso seja sem nenhuma ressalva, vai estimular, sim, a economia local; vai aumentar a aquisição de bens e serviços; beneficia a cadeia de economia local.

Nós, como profissionais da área de saúde, trabalhamos com o pressuposto do bem-estar, que é o bem-estar social, mental e físico. O mental de uma pessoa que trabalha sendo bem remunerada, se sentindo respeitada naquilo que ela faz... Se ela vai trabalhar e ela vai receber um salário digno, ela fica bem melhor, realmente. Então, é por isso que nós, da categoria, principalmente da área de saúde, de alimentação coletiva – nós, nutricionistas, entre outros –, apoiamos bastante a isenção do Imposto de Renda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

A SRA. ZUILA ACIOLY MARQUES LEITE (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo agora a palavra ao Tiago Bitencourt Neves.

O SR. TIAGO BITENCOURT NEVES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Renan Calheiros; a todos os Senadores e Senadoras presentes.

Agradeço o convite para representar os trabalhadores e trabalhadoras do comércio aqui, nesta Casa. Falo como um vendedor comerciário há quase 20 anos, mas também como CLT, que é alguém que sente no bolso todos os meses o peso de um sistema tributário injusto – e injusto, colocamos injusto nisso. Nós, trabalhadores, sabemos bem o quanto é difícil acordar para defender o nosso salário, para chegar num salário nesse nível, e nós termos esse sistema arrecadatório que nós, trabalhadores do comércio, comerciários, acreditamos ser injusto.

É uma honra estar neste espaço, no dia de hoje – hoje que é meu aniversário também, completo (*Palmas.*) 37 anos, trazendo a voz de milhares e milhares de trabalhadores que fazem a economia girar, e, ainda assim, carregam o peso, o fardo da carga tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vive do salário sabe: no Brasil, paga-se imposto até no pão que se compra a cada dia. Cada compra no mercado, cada conta de luz, cada passagem de ônibus tem um pedacinho do nosso trabalho indo para o caixa do Governo, o sistema arrecadatório.

Enquanto isso, as grandes fortunas, os lucros e dividendos seguem intocados. O que nós vimos aí, na semana passada, na outra Casa, nós acompanhamos isso. Nós, classe trabalhadora, perguntamos: cadê a justiça social? Que justiça é essa para nós, classe trabalhadora, que movimenta a economia, que movimenta este país? A classe trabalhadora paga, proporcionalmente, mais do que quem tem patrimônio acumulado. Isso não é apenas um erro técnico. A gente, trabalhadores e trabalhadoras, entende que é injustiça social, e uma injustiça vistosa, vista a olho nu. A cada dia, em cada espaço que a gente vai, a gente enxerga essa injustiça.

A progressividade tributária é mais do que uma proposta econômica; é uma proposta de país. É um país onde quem tem mais paga mais, e quem tem menos não seja penalizado por consumir o básico; básico esse que nós, classe trabalhadora, sabemos bem: o básico para nós morarmos, comermos, nos vestirmos. E é aí que nós vemos a injustiça conosco, classe trabalhadora: quando nós pegamos o nosso salário de até R$5 mil e vamos pagar nossas contas no mês, e, ainda assim, se descontam quase 30% daquilo que a gente ganha – 27,5%, no meu caso, que sou vendedor comerciário, que tenho essa média de salário aí que está sendo discutida nas duas Casas.

O Brasil precisa de um sistema que taxe o luxo, e não o arroz e o feijão; que alivie o trabalhador e cobre quem vive de renda e especulação, que no caso são os bancos, *bets*, os super-ricos, os bilionários que o Governo Lula vem batendo para melhorar a vida do trabalhador, defendendo a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil. Mesmo assim, a gente vê, dia após dia, como as Casas se comportam.

Falar de justiça fiscal é falar de dignidade, de equilíbrio, de oportunidade para todos, para a classe trabalhadora, para a juventude brasileira, para a juventude estudantil; tudo isso conta para nós. Todos nós, classe trabalhadora, juventude, trabalhador e trabalhadora, vamos ser beneficiados, e é um benefício mínimo. Nós, comerciários, somos milhares, milhões e milhões no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO BITENCOURT NEVES – Somos a linha de frente da economia, atendemos o público, sustentamos o consumo e mantemos o comércio vivo e, mesmo assim, com a alegria de sempre para defender, para levantar as empresas e o capital, mas somos também quem mais sofre quando o custo de vida sobe, quando o salário perde o valor, quando o sistema tributário penaliza o consumo.

Nós queremos ser ouvidos, nós, classe trabalhadora, queremos ser ouvidos, não queremos ser apenas um número em relatório ou apenas um no dia a dia do país real. Que justiça é essa para nós, trabalhadores? O trabalhador quer justiça, e justiça tributária é parte dessa luta, da luta, acredito, dos governantes, das duas Casas, do Poder Executivo e de nós, classe trabalhadora, que há muito tempo nós esperamos ter justiça social.

Senhoras e senhores aqui presentes, dirigentes sindicais, representantes, sindicatos, centrais sindicais, Senadores, Senadoras, esse projeto é uma chance de corrigir uma desigualdade histórica no país. Ele está sendo discutido constantemente com as bases, as bases e os colegas do trabalho perguntam se vai passar, se vai dar certo. Nós acreditamos nestas duas Casas e acreditamos no Poder Executivo. Não é apenas uma discussão técnica; é uma escolha política sobre quem paga a conta e quem se beneficia do país que a gente constrói todos os dias, com a nossa luta diária.

Falo aqui com convicção de quem trabalha, paga imposto e acredita no Brasil. Sem a justiça tributária, não há justiça social; sem a justiça social, não há um país possível. O momento é este; vamos corrigir essa injustiça social com a classe trabalhadora.

Eu agradeço esse espaço, este momento de fala, nesse dia tão importante para mim e eu agradeço ao Presidente Renan Calheiros, esta Casa, por me convidar para fazer parte deste momento.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado a você, Tiago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, eu queria só lembrar que esta reunião é interativa, é transmitida ao vivo e é aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Eu concedo a palavra ao Juliano Rodrigues.

Obrigado por ter vindo aqui participar deste debate.

O SR. JULIANO RODRIGUES BRAGA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Meu nome é Juliano Braga, sou trabalhador da iniciativa privada, mais precisamente junto a uma instituição financeira deste país, com vínculo laboral ativo desde o dia 10 de maio de 1995.

Atualmente eu faço parte da Federação do Centro-Norte dos bancários, cuja instituição, o Sindicato dos Bancários de Brasília, pertence na condição de filiado.

De início, eu quero parabenizar o Senador Renan Calheiros pela abertura deste espaço; aliás, espaço este tão necessário para o fortalecimento da democracia deste país, que permite que o povo venha aqui opinar sobre o rumo que este país deve tomar. Pois bem, como já adiantei, eu sou bancário e quero que vocês saibam que eu sou um dos quase 45 mil bancários e bancárias deste país que será beneficiado com a isenção do Imposto de Renda para aqueles que ganham até R$5 mil. Não só isso. Eu faço parte, segundo dados oficiais, de um grupo maior de quase 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras de outros setores, que também serão beneficiados por esta proposta de isenção tributária.

Este valor – talvez vocês não tenham noção – tem um impacto direto no meu bolso em torno de R$2,5 mil por ano. Este grupo de bancários, ou seja, dos R$45 mil, segundo o Dieese, perfará algo em torno de R$111 milhões por ano. Talvez algumas pessoas podem achar que R$2,5 mil seja pouco, haja vista a enorme disparidade salarial de rendimentos deste país. Pode considerar, inclusive, que este R$2,5 mil seja "café pequeno de uma esquina". Mas não se enganem, este valor, para mim, e também certamente para os quase 15 milhões de trabalhadores, representa uma quantia necessária para que possamos pagar várias despesas ordinárias para que tenhamos alguma dignidade, uma sobrevivência digna deste país. E aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluo, por exemplo, cartões de crédito vencido, conta de água, conta de luz, mensalidade das crianças.

E este dinheiro, estes R$111 milhões – e aí estou me referindo tão pontualmente com relação aos trabalhadores bancários – serão, obviamente, devolvidos para o mercado, aquecendo novamente a própria economia.

Senador Renan, se a proposta que chegou a esta Casa for aprovada sem qualquer alteração, o que ocorrerá não será justiça tributária plena, apenas parcial. E digo isso por quê? Porque, novamente, segundo o Dieese, Senador, entre os anos de 1996 a 2024, a tabela de Imposto de Renda acumulou uma defasagem em torno de 154%. E, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, essa proposta da Câmara, que chegou aqui nesta Casa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO RODRIGUES BRAGA – Peço mais um pouquinho porque eu preciso concluir.

... esta proposta, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, apenas amortizará a defasagem de 134% para 35%. Há muito ainda que ser corrigido.

V. Exa. certamente sabe que justiça tributária neste país necessariamente deve passar pelo crivo do princípio da solidariedade e da igualdade substancial. E a igualdade substancial neste país, todos nós sabemos – e isso muito pela boca e pelas palavras de Ruy Barbosa –, é aquela medida em que devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades. Em outras palavras, eu quero dizer que justiça tributária é para que cada um de nós, trabalhadores e trabalhadoras, contribua para o financiamento de políticas públicas na medida da nossa capacidade contributiva. E capacidade contributiva neste país quer dizer, em palavras mais simples, que quem ganha menos deve pagar menos, e quem ganha mais deve pagar mais.

E aqui merece uma observação: quem ganha mais neste país, via de regra, são aquelas pessoas que quase que inequivocadamente ganham através do suor e sacrifício humano alheio, a exemplos dos bancos, que adoecem os seus trabalhadores com metas abusivas, das *bets,* que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retiram dinheiro do pai e da mãe de família tão necessário para a subsistência, e dos investidores da Faria Lima. A Constituição federal traz várias passagens normativas dizendo sobre a justiça tributária.

Então quero dizer, e já concluindo, que se esta Casa, o Congresso, na relatoria de V. Exa., pretende de fato implementar a justiça tributária neste país, há que se melhorar de acordo com aquilo que eu apresentei e que se faça uma pesquisa mais adequada em termos numéricos do período de defasagem, ora porque não teve aumento nenhum, ora porque a correção, na verdade, foi abaixo do índice oficial. Então, se quiser fazer justiça, há que se melhorar essa proposta, que, de inopino, como V. Exa. bem relatou aqui, chegou e foi aprovada na Câmara dos Deputados. Fazendo dessa forma, esta Casa que certamente entregará para o povo brasileiro a verdadeira justiça tributária que tanto esperamos.

É isso. Desculpe-me por me alongar e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

Eu concedo a palavra ao Jadiel de Araujo Santos.

Com a palavra, Jadiel. (*Palmas.*)

O SR. JADIEL DE ARAUJO SANTOS (Para expor.) – Senhoras e senhores, bom dia. Cumprimento todos os presentes nesta audiência pública, os Parlamentares e os representantes das instituições e da sociedade civil. Deixo aqui meu sincero agradecimento ao Sr. Senador Renan Calheiros pelo convite e pela iniciativa de promover este importante debate sobre um tema que toca diretamente a vida de milhões de brasileiros: a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil por mês. Cumprimento também o Presidente da Força Sindical, o Sr. João Moisés, o Sr. Presidente da Força Sindical Nacional, Miguel Torres, e todos os sindicatos filiados à Força Sindical que têm desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores e na construção de um país mais justo e equilibrado.

Essa proposta representa uma correção histórica há anos. A tabela do Imposto de Renda está defasada, fazendo com que milhões de brasileiros paguem mais do que deveriam. E quem mais sofre com isso é justamente quem mais trabalha, quem sustenta o país todos os dias com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o próprio esforço. Ao garantir que quem ganha até R$5 mil fique isento, nós devolvemos dignidade, poder de compra, esperança a milhões de famílias. Esse valor, que antes era retido em imposto, volta para o lado do trabalhador, para a mesa, para a escola dos filhos, para o pequeno comércio do bairro. É dinheiro que circula a economia real, gerando desenvolvimento e movimentando o país.

O projeto também prevê redução gradual na carga tributária para as faixas salariais um pouco acima, o que traz alívio para a classe média tão sacrificada nos últimos anos. Mas é importante dizer que essa proposta não é apenas uma questão econômica, é uma questão de justiça tributária e de reconhecimento social. Hoje o nosso sistema de imposto é desigual: quem ganha menos proporcionalmente paga mais, enquanto grandes rendas e fortunas contam com brechas e isenções. O trabalhador vê o desconto direto no contracheque, sem escolha e sem retorno. É hora de mudar essa lógica. O Brasil precisa valorizar o trabalho, não punir quem trabalha. Quem ganha até R$5 mil não é privilegiado, é quem mantém o país de pé. É quem paga aluguel, faz feira, pega transporte, cria filhos e mesmo assim vê o salário diminuir por causa de uma cobrança injusta. Cada real que o trabalhador deixa de pagar em imposto em real volta para a economia em consumos, em serviços e em geração de empregos. E é isso que faz o Brasil crescer de verdade.

O Estado deve arrecadar com justiça. Não se trata de tirar recursos públicos, mas de redistribuí-los de forma equilibrada, garantindo que quem tem menos não contribua com mais e quem tem menos possa viver com dignidade. Esse projeto é sobre justiça social, é sobre reconhecer o esforço de quem move o país e sobre construir um sistema mais humano, mais sensato e mais honesto. Reduzir imposto para quem ganha menos é investir no Brasil real, o Brasil que acorda cedo, trabalha, sonha e nunca desiste. Esse é o Brasil que precisamos enxergar, valorizar e proteger.

Agradeço mais uma vez pela atenção e pela oportunidade de contribuir com este debate tão relevante para o futuro dos trabalhadores e para o fortalecimento da justiça social do nosso país.

Muito obrigado a todos e muito obrigado, Senador, pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Agora nós vamos chamar os cinco próximos. Os senhores e as senhoras podem se sentar ali nas bancadas. Qualquer pergunta específica será respondida dali mesmo.

Muito obrigado a todos pelas intervenções iniciais. (*Palmas.*)

Os próximos cinco são o Sr. Willian Ferreira da Silva (*Palmas.*) Zacarias Assunção (*Palmas.*) José Evandro Alves da Silva (*Palmas.*) Mizito Almir Rogério da Silva (*Palmas.*)

e Claudionor Vieira do Nascimento (*Palmas.*)

Eu vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Willian Ferreira da Silva.

Com a palavra, Willian. (*Palmas.*)

O SR. WILLIAN FERREIRA DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Quero agradecer aqui ao convite. Quero cumprimentar todos aqui na figura do nosso Presidente da mesa, Senador Renan Calheiros. Obrigado pelo convite. Quero saudar todos os trabalhadores que estão aqui hoje assistindo.

Estou muito feliz, Senador, muito feliz porque a bancada que nos precedeu, a gente vê realmente o depoimento de quem consegue construir o Brasil, que somos nós, os trabalhadores. Eu sou frentista. Sou frentista desde o ano 2000. Então, este ano eu tenho 25 anos de categoria, Senador, como frentista, sempre no posto de gasolina. E a nossa base, a nossa categoria de frentista, uma boa parte já tem aquela isenção que foi conquistada aí dos dois salários mínimos, mas uma boa parte vai se beneficiar diretamente, e eu estou defendendo aqui hoje todos esses trabalhadores que vão se beneficiar dessa isenção.

Essa isenção é justiça social. Tem muitos criticando essa isenção, falando que ela vai tirar dinheiro dos cofres públicos. Não, o dinheiro só muda de local. Quando a gente tira essa isenção, a gente coloca dinheiro dentro do bolso do trabalhador, ele vai consumir, gente. O trabalhador quer dar uma vida melhor para sua família, ele quer uma escola melhor para seu filho, ele quer uma vida mais decente, mais digna. E essa proposta – que se Deus quiser vai ser aprovada e vai ser sancionada pelo nosso Presidente da República – vai colocar isso na vida do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhador, vai injetar esse dinheiro diretamente no bolso do trabalhador. Porque hoje em dia neste país, a coisa mais difícil que tem é a gente colocar dinheiro no bolso do trabalhador. O nosso trabalhador está sofrendo porque o que mais tem hoje são propostas para tirar dinheiro do bolso do trabalhador. E a gente vê essa proposta, é um retorno, mesmo que a gente concorde que ainda é pouco, mas é um retorno para o bolso do trabalhador.

Nós estamos falando aí, em média, de 8 a 10%, tem categorias aí que já estão chamando de 14º, porque vai ser isso. E o que o trabalhador vai fazer com esse 14º, Senador? Ele vai consumir, ele vai girar a economia, a economia vai melhorar. O desemprego, a gente hoje está num aquecimento do desemprego, a gente está nos níveis mais baixos. E o que vai virar isso? É consumo. As famílias vão consumir mais, o trabalhador vai conseguir dar uma vida mais digna para sua família, para os seus filhos. Eu acho que todo dia, quando sai um pai de família, uma mãe de família para rua, ela quer, Senador, dar uma vida melhor para os filhos. Ela quer mais dignidade, ela quer mais saúde, ela quer mais lazer.

Participei de debates quanto à redução da jornada de trabalho, que é outro ponto importante. Mas o que a gente busca na redução da jornada de trabalho se não é melhorar as condições para os trabalhadores? E hoje, esta Casa aqui discutindo essa isenção, é melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Os trabalhadores do Brasil, do mundo, são os que sustentam qualquer ecossistema. Qual é a economia hoje que sobrevive sem nós, trabalhadores? Sem a nossa mão de obra. Será que só o capital, se a gente pegar só o capital, ele gera renda por si só? Não gera. Porque atrás de cada empresa que paga milhões em dividendos– que é outra discussão que eu acho que a gente tem que aprofundar mais –, essas empresas por trás têm a mão de um trabalhador. Essas empresas não sobrevivem só de... não é só capital. Lá na ponta, tem alguém que está fazendo, está prestando um serviço, está construindo alguma coisa e depois vem a venda – o companheiro do comércio que está aqui –, o comércio vende algum serviço. O dinheiro, por si só, não vende nada. O dinheiro é um instrumento.

Então hoje, nesta Casa, eu fico muito feliz de ver essa discussão e ver o espaço que nós, trabalhadores, estamos conquistando. Porque é uma conquista estar aqui hoje, debatendo a nível nacional. Eu, como frentista, eu fico muito feliz de estar hoje representando a minha categoria, representando os trabalhadores da minha categoria, os trabalhadores do Brasil. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que o que eu falo aqui reflete em vários trabalhadores que queriam estar aqui falando a mesma coisa e agradecendo, inclusive. A gente sabe que ainda não é o que seria ideal, mas, infelizmente, a gente não vive num mundo ideal. Eu sei que as Casas estão fazendo o possível. Se o possível é isso agora, então vamos lutar por isso agora.

Terminou, Senador? Vamos começar outra luta. Vamos começar outra luta para poder melhorar essa isenção, para corrigir a tabela, mas que isso não se torne um entrave, porque, nas bases, já está sendo comemorado. As bases dos trabalhadores já estão comemorando, por quê? Porque é dinheiro no bolso. E o trabalhador precisa disso, porque o trabalhador sabe que só com dinheiro – só com dinheiro – que ele consegue levar dignidade para sua família. A gente sabe das condições precárias, por exemplo, de um transporte... O trabalhador demora tanto tempo para estar em casa. E aí chega no final do mês, quando ele olha o contracheque e vê aquele desconto lá, ele fala assim: "Poxa, se esse dinheiro viesse para mim, eu poderia fazer tanta coisa...". Parece tão pouco, mas na hora o trabalhador pensa: "Eu poderia fazer tanta coisa..." e fará. Com a ajuda do senhor, com a ajuda dos demais Senadores. Se Deus quiser, com a sanção do Presidente, ele fará, porque vai ser dinheiro injetado no bolso do trabalhador.

Então, essa é a minha fala. Não vou me alongar muito. Obrigado pelo convite. Obrigado por estar aqui hoje, representando essa fala dos trabalhadores, quem está realmente lá na base, lá no chão da fábrica.

Para encerrar, eu quero dizer que para nós trabalhadores nunca foi fácil. Para nós trabalhadores, eu não conheço nenhum direito que a gente conquistou sem lutar. Então, para nós trabalhadores só a luta que faz a lei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Willian.

Eu concedo a palavra ao Sr. Zacarias Assunção.

O SR. ZACARIAS ASSUNÇÃO (Para expor.) – Muito obrigado.

Queria cumprimentar a mesa nas pessoas do Senador Renan Calheiros, um político que eu admiro muito, e do Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Willian, essa luta realmente é uma luta muito injusta, porque a minha categoria, por exemplo, é a categoria que mais acho que será beneficiada. Sou da categoria da alimentação, e a nossa categoria é aquela que acorda às 5h da manhã e vai até 10h da noite. Então, assim, esses colegas de trabalho acho que estão sonhando com esse desconto há muito tempo.

É uma luta injusta porque a gente não precisava estar lutando agora por isso. Se o salário fosse corrigido e o imposto fosse corrigido na sua proporcionalidade, talvez a gente não tivesse nem este debate hoje. Então, assim, é muito injusto para quem ganha pouco pagar mais e para quem ganha mais pagar pouco, pagar menos.

Então, para nós é um grande avanço este debate. Eu acho que vai ser para mim, principalmente, que pago R$794 de Imposto de Renda todo mês, um décimo quarto salário, e eu acho que para muitos também será dessa forma. E eu só tenho que agradecer ao Senado por ter tomado a frente dessa luta injusta com o trabalhador, porque realmente é uma luta desigual. Nós não temos amparo hoje, temos muito pouco aqui no Congresso ou até mesmo nas Câmaras Municipais, etc., porque a gente leva o Brasil nas costas e quem mais paga imposto hoje no Brasil é o trabalhador de baixa renda como é a nossa classe.

Então, assim, é uma luta realmente desigual, e eu espero que o Senado corrija pelo menos um pedaço disso, que hoje é um pedaço muito pequeno, mas a luta só está começando, que eu sei. Então, assim, passou essa fase, a gente conseguiu essa conquista, vai começar realmente a nova luta. Vamos começar, porque eu acho que se a gente tivesse a conta que eu fiz ontem... antes de fechar a minha participação aqui hoje, eu fui fazer a conta, porque eu trabalho de carteira fichada desde 1973 – aqui, inclusive, trabalhei nesta Casa em 1973. Então, assim, se a gente corrigisse o nosso salário, hoje a isenção do salário mínimo seria mais de R$16 mil, o que seria justo, seria muito justo, e nós estamos lutando por R$5 mil. Quem ganha dois salários mínimos não pode pagar imposto; quem ganha três salários mínimos também não pode; quem ganha 12 salários também não pode. Eu acho que toda carga está em cima desse trabalhador.

Então, assim, a minha categoria vai ser super, megabeneficiada. Hoje, Willian, só para você ter uma ideia, é o Dia Mundial da Alimentação, categoria da qual eu faço parte, de que eu tenho orgulho de participar. Então, assim, a maioria dos nossos salários não chega a R$8 mil, e é quem leva o Brasil nas costas, é quem trabalha todo dia de sol a sol, é quem chega às 5h da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã e chega em casa à meia-noite, já pensando em sair 5h para chegar na padaria às 5h da manhã, cinco e pouco. Então, assim, é uma carga pesada, muito pesada. E queria parabenizar o Senado por ter tomado essa frente, porque talvez se dependesse de outros, da outra Casa, inclusive, nós não teríamos era nada. Então, é pouco, mas é muito necessário, Senador. E parabéns pela sua iniciativa.

Espero que a gente tenha êxito, espero que a gente comece uma nova luta, logo em seguida, para que a gente isente, pelo menos, até R$10 mil o ano que vem ou daqui a dois anos.

Muito obrigado. Foi um prazer, uma honra muito grande participar deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só pedir (*Fora do microfone.*) ao Zacarias e ao Willian que permutassem a posição com os dois últimos oradores que faltam, que é o Sr. Francisco Barreto e o Sr. Valfrido Oliveira. E qualquer pergunta específica vocês poderão responder de lá. (*Palmas.*)

Muito obrigado, um abração.

Concedo a palavra ao José Evandro Alves da Silva. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ EVANDRO ALVES DA SILVA (Para expor.) – Bom, bom dia, Senador Renan. Bom dia aqui, companheiro Mizito, Claudionor, nas pessoas deles, quero cumprimentar todos os sindicalistas aqui presentes; Senador Jaques Wagner, também, a quem cumprimento aqui.

Sou Evandro, presido o Sindicato dos Químicos do ABC desde 2023.

Agradeço o convite, Senador Renan. A gente reconhece, os trabalhadores reconhecem o seu empenho e o seu esforço nesse tema. Talvez esse esforço, com certeza, faça parte dessa caminhada. Nós chegamos aqui, agora, por conta também desse esforço, a gente reconhece isso.

Então, cumprimento todos e todas.

Vou falar um pouco da nossa categoria, rapidamente. Como eu disse, presido o Sindicato dos Químicos do ABC desde 2023. A nossa categoria, hoje, é composta por 35 mil trabalhadores. Nós estamos distribuídos em 900 fábricas lá no Grande ABC, nas sete cidades. E esse benefício – a isenção do imposto – com certeza vai atingir a nossa categoria. Sessenta por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cento, 65% da nossa categoria vai impactar nessa questão da isenção. Então, é extremamente importante que a gente avance nessa pauta.

A gente espera que o Senado Federal vote, siga essa orientação do povo. O povo tem contribuído muito com este debate, eu acho. O povo, como eu disse... A categoria química nossa está em campanha salarial. Agora, 1º de novembro, é a nossa data-base, e os trabalhadores e trabalhadoras, né, Mizito, têm aguardado e têm cobrado a gente sobre esse tema. Então, é um tema importante para toda a classe trabalhadora, não só química, mas para toda a classe trabalhadora deste país.

Como já foi dito, a vida da classe trabalhadora não é fácil. Então, depende muito do nosso trabalho. Eu queria destacar aqui uma questão que eu acho que é importante e fundamental. Quero fazer um convite a todos e todas: quando tiver um tema importante da classe trabalhadora, de toda a sociedade, que a gente vá para a rua. Porque fez a diferença, nos últimos dias, o povo ter ido para a rua, ter disputado a pauta da classe trabalhadora, com certeza, fez diferença, principalmente na Câmara Federal. A gente viu as votações dos últimos períodos lá por conta desse avanço da classe trabalhadora, do pessoal ter ido para a rua, ter se colocado. Eu acho que fez a diferença no Brasil inteiro e aqui e em São Paulo não é diferente.

Como já foi dito, eu acho que essa questão da isenção é dinheiro no bolso dos trabalhadores. E esse é um dinheiro que volta, como já foi dito também, a gente concorda, é um dinheiro que volta para a economia. Então, é um acerto aqui das Casas fazer essa votação. Por mais que não seja o ideal, como já foi dito, mas é um primeiro passo que os trabalhadores e trabalhadoras vão ter, cada um da sua categoria. E a gente fica feliz por fazer parte dessa história e deste momento aqui no Senado Federal.

Toda a classe trabalhadora, neste momento, constrói a história deste país, neste momento. Então, quero agradecer, Renan, pelo convite.

Agradeço à CUT – né, Claudionor, em nome do Sérgio Nobre – pelo convite de estar aqui também.

Agradeço a todos e a todas, e a gente continua na luta, firme e forte, se Deus quiser.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Evandro.

Concedo a palavra ao Mizito Almir Rogério da Silva.

Com a palavra.

O SR. MIZITO ALMIR ROGÉRIO DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras.

Cumprimento o Exmo. Sr. Senador da República Renan Calheiros, o Exmo. Sr. Senador da República Jaques Wagner, companheiro de partido. Eu sou lá de Diadema, Grande ABC, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Grande ABC, Presidente da Federação da Seguridade Social do Estado de São Paulo e membro da CUT-São Paulo. Trago um abraço aqui do nosso Presidente Sérgio Nobre, um abraço do nosso Presidente Raimundo Suzart.

O Senador Jaques Wagner e o Senador Renan conhecem bem nossas lideranças.

Nas pessoas do companheiro Claudionor, Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do nosso querido José Evandro, Presidente do Sindicatos do Químicos, cumprimento todos os sindicalistas, homens e mulheres aqui presentes.

Senador, primeiro, digo para vocês que acabei de ser reeleito Presidente do Sindicato. (*Palmas.*)

Trago um convite da nossa posse para V. Exa., se puder comparecer, e o estendo também ao Senador Jaques Wagner, já deixando o seu convite aí também.

Eu sou profissional da saúde, sou Técnico em Imobilização Ortopédica e Auxiliar de Enfermagem, aquele que cuidou, cuida do seu pé, Senador, quando precisa colocar o gesso.

Eu pedi um breve estudo do Dieese para saber quantos profissionais seriam beneficiados na nossa região do Grande ABC. O Dieese faz um exercício em que estima que trabalhadores e trabalhadoras serão beneficiados pela iniciativa na base do SindSaúde ABC, segundo levantamento da Rais 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que os profissionais da saúde não são só os da enfermagem. Profissionais da saúde, nós temos mais de 405 nomenclaturas de ocupações da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).

Com esse pressuposto, inicialmente, na nossa categoria, serão beneficiados 25% com essa isenção do Imposto de Renda; e 10,55%, para profissionais que ganham de R$5 mil até R$7.350.

Então, meus amigos e minhas amigas, o Dieese fez esse breve estudo ali para a região do ABC embasado na Rais, mas, se nós pegarmos os mais de 1,6 milhão profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem e juntarmos com os demais profissionais da enfermagem, chegamos a 2,8 milhões de profissionais da enfermagem, os heróis da saúde, aqueles que vocês beneficiaram com a aprovação do piso da enfermagem. Eu digo que mais de 90% serão beneficiados com a aprovação da isenção do Imposto de Renda.

Isso demonstra a importância que tem esse projeto de lei para a sociedade, para os trabalhadores e diversas categorias.

É claro que, quando a gente fala em profissionais da enfermagem, nós estamos falando de um corpo grande dentro da saúde. Não somos só nós da enfermagem, nós temos recepcionistas, nós temos secretários de ala, temos também o pessoal que trabalha na farmácia...

Então, é de suma importância esse projeto ser aprovado para que, já em janeiro, possamos usufruir dos benefícios.

E deixo aqui o nosso agradecimento, a posição firme desta Casa, dos Senadores, em relação à defesa da democracia.

Se não fosse essa posição firme desta Casa, vocês podem ter certeza que, dificilmente, estaríamos aqui, podendo representar o nosso povo e falar em nome da classe trabalhadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIZITO ALMIR ROGÉRIO DA SILVA – Contamos com a aprovação e o apoio de vocês e, temos certeza que, em breve, vamos comemorar mais essa vitória da classe trabalhadora brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Mizito.

Concedo a palavra ao Claudionor Vieira do Nascimento.

Com a palavra, Claudionor.

O SR. CLAUDIONOR VIEIRA DO NASCIMENTO (Para expor.) – Primeiro, bom dia.

Cumprimento cada companheira e companheiro do movimento sindical. Cumprimento, em especial, o Presidente, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, e o parabenizo pela iniciativa e pela posição firme na defesa dessa matéria tão importante para classe trabalhadora brasileira.

Cumprimento o Senador Jaques Wagner, meu companheiro de partido e, em nome dele, cumprimento todas as autoridades presentes.

Quero dizer, Senador Renan, que é muito importante essa matéria e que nós, os metalúrgicos do ABC...

Eu sou trabalhador, operador de máquinas, e estou Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Trabalhei, toda a minha vida, em duas empresas, no regime CLT. Na Coca-Cola, lá em Maceió, sou seu conterrâneo... E trabalhei, e trabalho até os dias atuais, na empresa de autopeças, que produz para as diversas montadoras do nosso país, lá na cidade de Diadema, região do ABC paulista.

E tenho, muito resumidamente... Para a gente ter um pouco a ideia do que isso significa para os trabalhadores, para aqueles e aquelas que acordam todo dia muito cedo para construir a riqueza deste país, o significado que tem a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil, e de forma progressiva, chegando até R$7 mil, R$7,3 mil, se não me engano...

Na base dos metalúrgicos do ABC, Senador, tem 74 mil trabalhadores – já 74 mil, 75 mil. Já fomos 112 mil trabalhadores no melhor momento do emprego no país, em 2012, se não me engano, na nossa base.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, desse total, 37 mil trabalhadores e trabalhadoras que serão isentos – com a isenção do Imposto de Renda desse projeto sendo aprovada. Mais 11.200 trabalhadores, com renda entre R$5.001 e R$7.350, que terão redução do Imposto de Renda. Totalizando, 48,8 mil trabalhadores que terão o Imposto de Renda zerado, um percentual de 78% da nossa categoria que vai deixar de pagar Imposto de Renda ou vai ter uma redução na cobrança.

Isso significa mais de R$50 milhões por ano no Bolso dos Trabalhadores e Trabalhadoras e dinheiro de volta, novamente, na economia, aquecendo o mercado da região.

Então, essa matéria, essa pauta, é muito importante para os trabalhadores.

Acho que o Senado Federal tem um papel importante de dar resposta para o povo que os elege – cada Senador da República –, para que possa representar os estados, para que possa representar o povo brasileiro.

Senador, a gente fica muito triste quando vê falar em matérias como essa, quando alguns Parlamentares vão votar, ou se pronunciam, e falam de aumento de impostos.

Por que os mais de R$800 bilhões de isenção para as empresas deste país não são comentados e não incomodam a maioria dos Parlamentares brasileiros que deveriam – esses a quem me refiro – estar representando verdadeiramente o povo do nosso país.

Isso deveria incomodar, mas não uma isenção que nem faz a justiça social da forma que nós sonhamos, queremos e acreditamos no nosso país. Faz e é muito importante, porque nessas duas empresas em que trabalhei... Sou um homem de 53 anos de idade, completando hoje – teve um companheiro aqui que falou que estava completando o ano também. Então, digo assim que, em todo esse período da minha vida e da história, nunca teve um sinal de fazer pelo menos um pouco de justiça social neste país, de justiça tributária – que é consequência depois da justiça social –, porque os trabalhadores têm mais dinheiro para gastar, para consumir, para investir em formação, qualificação profissional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIONOR VIEIRA DO NASCIMENTO – ... e viver com mais dignidade.

Peço um pouquinho mais de tempo, Senador, para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo que – eu acho que temos que dar os parabéns aqui, Senador Jaques Wagner – graças ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve a coragem de assumir uma proposta de campanha, de assumir esse desafio e defender num cenário tão delicado da história recente do nosso país, em que as mentiras passam, muitas vezes, a ser verdade, em que passam a ter um valor maior do que aquilo que representa um significado histórico na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que muda a vida das pessoas.

É isso que nós temos que olhar e, como eu disse no começo, isso incomoda muito a classe trabalhadora brasileira, que está de olho nessas votações, porque isso não é aumentar impostos. Isso é fazer um pouco de justiça social, dar um pouco de dignidade para aqueles e para aquelas que constroem a riqueza deste país.

Então, eu quero dizer aqui, finalizando, Senador Renan, que parabenizo pela iniciativa, pela posição firme e forte na defesa dessa matéria e de outras importantes para o nosso país, para a classe trabalhadora brasileira, e que, nas demais matérias que são de interesse da classe trabalhadora, é muito importante esse exercício democrático de ouvir verdadeiramente as partes interessadas, porque, senão, parece que a voz fica só daqueles, aquelas vozes que, na maioria das vezes, não representam nada, senão seus próprios interesses.

O povo brasileiro, de novo, está de olho no Congresso Nacional e espera desse Congresso, que é importante para o nosso país, porque nós não vamos aqui negar nem criminalizar o Congresso Nacional, e negar a política, porque isso é um erro histórico, porque, quando se nega a política, o que vem depois são regimes totalitários. Isso que nós não queremos jamais para a história do nosso país.

Então, valorizo o Congresso Nacional, a posição do Congresso, mesmo com as críticas de alguns que votaram, mas parabéns por terem aprovado. E agora é um papel importante do Senado Federal de aprovar essa matéria, para dar um pouco de dignidade para o povo, para fazer justiça social neste país.

Grande abraço a cada um e cada uma de vocês, e parabéns aos metalúrgicos de todo o país, a todas as categorias que estão aqui – os químicos, de todos os segmentos, Senador, que serão beneficiados com essa matéria. Então, a classe trabalhadora está aqui representada. Aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente está a representação, repetindo novamente, daqueles e daquelas que acordam cedo, de madrugada, para construir a riqueza deste país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Claudionor.

Eu queria, mais uma vez, lembrar os trabalhadores e trabalhadoras que esse projeto vai ter uma tramitação célere aqui, no Senado Federal, e que aqui, no Senado Federal, nós não teremos lobista influindo na tramitação da matéria. Aqui, no Senado Federal, nós não vamos permitir que o projeto seja utilizado exatamente para pautar outras matérias que não são do interesse da sociedade – blindagem, anistia, seja lá o que for. Aqui, no Senado, nós vamos fazer esse debate aberto, transparente, à luz do dia, ouvindo cada setor da nossa população, em função da necessidade de engajar todos nesse processo que, efetivamente, começa agora, tributando os mais ricos, que, até então, não pagavam quase nada, absolutamente nada, de Imposto de Renda, diferentemente do mais pobre, do trabalhador, daquele que vive a sua vida com muita dificuldade.

Eu concedo a palavra ao Valfrido Oliveira.

Com a palavra, Valfrido.

O SR. VALFRIDO OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Represento 50 mil aposentados da Caixa Econômica Federal. Nós somos a Federação Nacional das Associações de Aposentados da Caixa Econômica Federal.

Senador, esse PL 1.087 vem corrigir uma injustiça – parcialmente corrigir uma injustiça, como falou o Juliano –: aproximadamente dez anos de não correção na tabela do Imposto de Renda. A gente não deveria estar comemorando isso; isso é um direito nosso. A correção da tabela tem que ser anual, porque todo ano estaremos aqui, fazendo isso; então, não há necessidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALFRIDO OLIVEIRA – Os aposentados da Caixa, Senador, têm sofrido com excessos de tributação. Inclusive, nesse Projeto 1.087, o Esperidião Amin pediu para que o senhor acatasse uma emenda que faz uma correção dessa injustiça.

Então, eu lido com aposentados da Caixa, lá no Paraná – porque sou do Paraná –, e o aposentado chega, Senador, joga o contracheque no nosso rosto e diz: "Como eu vou conseguir viver com isso?". Além do Imposto de Renda, além dos déficits que estão a equacionar, débitos que não deram causa – não foram eles que deram causa –, ainda têm que pagar o Imposto de Renda sobre o equacionamento.

O funcionário da Caixa estava, até o final do ano passado, pagando 19,16% do seu salário, mensalmente, para cobrir um déficit que foi ocasionado dentro do fundo de pensão, que é o Funcef. Esse déficit não foi causado por ele, porque não foi ele que elegeu nenhum desses gestores. O Governo coloca o gestor, este gera o débito, e a consequência vem para nós, para os empregados, para os aposentados e também para os da ativa.

Então, nesse sentido, Senador, a gente veio com esse pedido. Houve uma correção, e nós queremos provar aqui que a Receita Federal não tem competência, não pode prever débitos futuros, não tem como fazer isso. Eu posso provar isso, falando da minha situação, da Caixa – não falo pela Petros, mas deve ser a mesma coisa.

Por exemplo, nós pagávamos 19%, e aí os empregados aposentados e ativos cederam benefícios que teriam para receber futuramente em troca de uma redução desse déficit, que era de 19,16% e baixou para 10,8%. Por quê? Eu até anotei aqui, para não esquecer. Os empregados cederam, por exemplo, a pensão por morte. Quando o cidadão morria, a esposa recebia 100% do benefício. Ele trocou isso por 80%. Um outro item: seguros. Era 60%, baixou para 40%. Pecúlio por morte; os valores fixos passaram a ser mais baixos. Entre eles, passaram de 25 mil para 5 mil.

Por quê? De acordo com a Lei 109, todo aporte que a empresa fizer, o empregado, o aposentado ou o participante tem que fazer igual. Como não tinha... Quem vai ter R$2 bilhões para bancar? Não tem... Tinha direito, cedendo direito em troca de uma coisa que ele nem causou, déficit que ele não causou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALFRIDO OLIVEIRA – ... Receita pode prever um déficit?

Eu pediria mais dois minutinhos.

Como é que a Receita pode prever déficit se ela não consegue prever nenhuma ocorrência como esta? E vamos supor que o gestor colocado lá seja um gestor competentíssimo e dê lucro, lucro, lucro... E aí, como é que fica? A Receita não previu isso. Então, a Receita não tem capacidade para prever déficits futuros.

Então, por isso, Senador, nós pedimos, encarecidamente, que o senhor acate a emenda que vai ser apresentada pelo Senador Esperidião Amin, para que essa injustiça seja corrigida, porque nós estamos sendo bitributados. Aliás, mais que isso ainda, pagamos o equacionamento, temos Imposto de Renda sobre esse valor que é pago de equacionamento e, quando transformamos isso em pecúlio, pagamos mais Imposto de Renda. Então, não pode – isso não pode.

Então, parabéns ao Senador e a esta Casa por agilizar o Projeto 1.087, o PL 1.087, que vem realmente corrigir uma injustiça, e digo e repito: parcialmente, porque ainda fica uma atrás, 35%, que deveriam ser corrigidos de imediato.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Valfrido. (*Fora do microfone.*)

Eu queria só lembrar que nós vamos ter, na lei que aprovaremos da isenção, um critério para atualização anual do Imposto de Renda, e isso será, sem dúvida nenhuma, também um grande avanço com relação a essa tributação.

Eu concedo a palavra ao Francisco Barreto.

O SR. FRANCISCO BARRETO – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Francisco.

O SR. FRANCISCO BARRETO (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos.

Quero parabenizar, Presidente, por essa ação transparente, ética, de colocar a gente aqui para poder discutir, poder dar nossa opinião; e também parabenizar pela celeridade que está sendo dada a esse tema extremamente importante para o trabalhador, que é a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil.

Eu sou o Presidente da Ambep, estou aqui representando a maior associação de petroleiros do Brasil; represento 30 mil associados e 70 mil aposentados da Petrobras.

Então, quero parabenizar mais uma vez você; o Senador Jaques Wagner, que está aqui presente; o Senador Esperidião Amin, que nos acompanha ali, de maneira *online;* e todas as autoridades que aqui nos acompanham.

Bem, gente, falando nessa importância da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil, eu não posso deixar de pegar o gancho que o Valfrido, da Caixa Econômica Federal, apresentou aqui, que é a Emenda 2, que o Senador Esperidião Amin apresenta a esse processo.

Ela é uma emenda que busca corrigir uma injustiça tributária com o aposentado, porque ele é bitributado. Foi explicado aqui, mas eu vou ter que falar um pouquinho sobre o tema para tentar deixar bem claro para quem não o conhece, porque ele é um tema bastante complexo.

Todo participante que paga um plano de previdência complementar fechada, ele tem uma dívida paritária com o seu patrocinador no plano. Então, quando um plano gera déficit, o assistido tem que pagar esse déficit, metade é dele e metade do patrocinador. Hoje, nós aposentados, tanto do sistema Petrobras, quanto do sistema Caixa Econômica, sistema dos Correios, que temos dívidas no nosso fundo de previdência complementar – que nós não demos causa, a maioria deles foram criadas por má gestão –, nós pagamos o nosso Imposto de Renda agora, somos cobrados desse Imposto de Renda e vamos pagar isso novamente no futuro, quando a gente receber o nosso benefício. Então há uma bitributação muito clara sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E também não dá para sujeitar a uma limitação de 12% nessa tributação, porque os 12% não atendem a essa classe sofrida. Na nossa associação, aparecem pessoas com contracheque às vezes até zerado, impactado pelo pagamento de um plano de equacionamento ao qual elas não deram causa. Então não é possível se sujeitar a esse limite de 12% na cobrança do Imposto de Renda.

Além do impacto econômico que cada associado tem – o impacto financeiro –, ele tem seu poder de consumo afetado, então ele deixa de girar a economia local. Então, com essa isenção do Imposto de Renda, vai ter mais giração da economia local e com certeza vai diminuir a enxurrada de ações no Judiciário, que hoje estão paradas. E em todas as ações no Judiciário foi dado causa a quem entrou pedindo a isenção total do Imposto de Renda porque ele já é bitributado, é reconhecida; e também foi reconhecida na Câmara dos Deputados, quando aprovou o PL 8.821. Então está mais que reconhecido que é uma bitributação.

Eu quero reforçar o que o Valfrido colocou, que isso não é perda de receita. A Receita Federal diz que é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO BARRETO – ... uma perda de receita. Não é perda de receita. E por quê? Porque a Receita não tem como prever se a gente vai pagar plano de equacionamento no próximo ano ou não.

Na Petrobras, por exemplo, e na Petros, estamos fazendo um trabalho junto ao Fórum em Defesa dos Participantes da Petros para acabar com o plano de equacionamento. A Caixa Econômica teve sucesso na negociação deles, e, se a gente tiver sucesso na nossa negociação, não vai ter esse dinheiro para a Receita previsto para o ano que vem. Então é impossível ela prever uma perda de receita, ela ter uma bola de cristal para saber que os planos de previdência complementar fechada vão dar déficit.

E outro ponto é que isso não é acúmulo de patrimônio de maneira nenhuma. Lá no futuro, quando a gente – quem não está aposentado ainda também – receber esse dinheiro, ele vai ser tributado novamente, ele vai pagar o Imposto de Renda. Então, o momento de pagar o Imposto de Renda não é esse, a gente já é bitributado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o apelo que eu faço aqui é que essa tributação, sobre as contribuições extraordinárias, seja corrigida, essa distorção, e a Emenda nº 2 conversa muito bem com isso, e eu tenho certeza de que vai tirar muito o trabalho do Poder Judiciário, julgando essa enxurrada de ações. As contribuições extraordinárias se prestam apenas a custear os déficits existentes, elas não merecem ser interpretadas como acréscimo de patrimônio; então, para fins tributários, é bitributação.

Então, este é o apelo, em nome dos associados da Ambep, beneficiários da Petros, que eu faço aqui a esta Casa e faço aqui ao Presidente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Francisco.

Eu vou conceder a palavra à Silvia Letícia, que participaria do primeiro bloco, mas chegou um pouquinho depois. Silvia, você pode falar, por favor, aí da bancada mesmo. Dê-nos a honra.

Com a palavra.

A SRA. SILVIA LETÍCIA ALVES MATTAR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de poder estar participando, representando aqui neste momento a minha categoria, que é a de postos de combustíveis. Sou gerente num posto de combustível e trabalho lá como gerente. E, ao me convidar para este debate sobre esse projeto, eu fiquei muito honrada, porque agora teremos a oportunidade de poder discutir a respeito da isenção do Imposto de Renda, principalmente para os trabalhadores que recebem até R$5 mil, na qual o meu salário se encaixa dentro dessa categoria. Eu recebo em média mais ou menos R$3,8 mil, e a isenção seria mais ou menos o retorno de R$200 por mês, o que seria praticamente, ou aproximadamente, um 14º salário, e esse projeto vai fazer com que volte para o bolso, não só o meu, mas dos trabalhadores que estão dentro dessa média salarial. Vai sobrar no contracheque, no mês a mês, e isso faria com que nós pudéssemos ter um pouquinho mais de dignidade e gastar um pouco mais dentro da nossa cesta básica ou nos estudos ou em qualquer outra área em que o trabalhador tenha dificuldade de arcar por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta, como falaram os nossos amigos na mesa, da renda. Já está uma renda bem escassa, bem abaixo daquilo que seria para a sobrevivência digna de um trabalhador.

Essa medida é importante, Senador, porque ela vai aumentar o poder de compra de quem ganha menos e ajudar a movimentar o comércio, fazer com que o dinheiro venha a circular mais. Eu acredito que essa mudança vai fazer justiça com o trabalhador que acorda cedo, que pega no pesado e sustenta o país, mas que até hoje paga como se ele recebesse mais, como se ele fosse um rico. Por isso, eu vejo esse projeto como uma vitória. É um alívio para nós, que estamos todos os dias no batente, e uma esperança de viver com um pouquinho mais de dignidade.

Eu agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra, com muita satisfação, ao Senador Jaques Wagner (*Palmas.*), que é o primeiro Senador inscrito. Em seguida, nós vamos ter as palavras do Senador Esperidião Amin.

Senador Wagner, com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para interpelar.) – Senador Renan, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa., como Presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e também como Relator dessa importante matéria, por ter assumido essa relatoria e ter pensado – o que eu acho que é a melhor forma – de fazer esta audiência pública e outras exatamente para ouvir a maior interessada, que é a sociedade brasileira, sobre aquilo que a Casa está votando.

Quero cumprimentar também a todos os representantes sindicais aqui, homens e mulheres, e parabenizá-los pela presença. Sempre é bom o calor da rua nos corredores do Senado.

Eu vou contar um causo aqui, Senador Renan. Eu, quando Governador, fui assinar um determinado convênio com um conjunto de tribos indígenas da minha terra, e, na mesa de reunião, um dos caciques estava com uma cara meio feia, porque tinha demorado muito mesmo para assinar isso. E eu falei: "Cacique, o senhor está zangado porque demorou muito?". Ele falou: "Não. A minha cara é feia assim mesmo. É que nós indígenas aprendemos que a democracia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um bicho de três pernas". Eu pensei: esse índio está querendo gozar com a minha cara. Eu disse: "Como assim? Eu conheço bicho de duas, de quatro ou de cem, a centopeia". Ele falou: "Pois é, não tem bicho de três pernas, porque, se tivesse três pernas, não andava. E a democracia é assim: só anda empurrada".

Então, eu quero dizer que esta Casa tem que ser a ressonância daquilo que a sociedade quer, e nem sempre é assim. Aqui foi citado aquele domingo em que fomos às ruas por conta da chamada PEC da blindagem, e a consequência foi bastante retumbante aqui no Senado da República com a negação daquela PEC. Agora, nós estamos aqui corrigindo ou começando a corrigir uma injustiça histórica.

O Brasil precisa interiorizar – todos – que nós, infelizmente, apesar de sermos a nona, décima economia do mundo, estamos entre os piores países do ponto de vista da discrepância da desigualdade social. Quando eu conduzia, Senador Renan, para o Presidente Lula o Conselhão, o chamado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nós trabalhamos durante um ano. Naquela época, éramos 90 membros, com todo o espectro da sociedade brasileira, do movimento sindical até a Febraban e as entidades empresariais, igrejas, universidades. E a proposta foi: nós precisamos oferecer ao Presidente Lula um projeto nacional de desenvolvimento que tenha consistência. E durante um ano ficamos pesquisando, trabalhando com especialistas, para a pergunta única: qual é o maior obstáculo para o desenvolvimento pleno do Brasil? E, para minha surpresa, Senador Renan, ao final desse um ano de trabalho, a conclusão de todos, por unanimidade, foi de que o maior entrave para o desenvolvimento brasileiro são exatamente as nossas desigualdades sociais e regionais.

Então, é impossível um país viver com essa discrepância: 141 mil brasileiros, 0,1% da população brasileira – um em cada mil –, serão chamados exatamente para contribuir. Não adianta falar "queremos menos imposto". Depende para quem, porque, na verdade, no imposto indireto, as pessoas menos aquinhoadas pagam mais – eu pago o mesmo imposto que qualquer um que ganha só o salário mínimo, quando faz alguma compra –, e o volume de imposto indireto no Brasil é enorme, assim como chama-se de renda o fruto do trabalho, que é o salário das pessoas. Isso não é renda, isso é pagamento do trabalho que as pessoas fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na minha opinião, o Presidente Lula já tinha se comprometido com isso já em 2018. Depois ele foi substituído pelo candidato Fernando Haddad, que manteve o compromisso. O outro candidato, então, viu que aquela era uma bandeira importante e assumiu a bandeira, mas só assumiu na época pré-eleitoral.

Nós poderíamos, talvez, já estar com esse projeto – vocês que falaram que há tanto tempo não se corrige –, quem sabe, em 2019 ou 2020 a gente já poderia estar com ele votado. Mas a ordem das coisas foi essa e nós estamos aqui determinados como tal.

Eu tive ontem uma reunião, no gabinete do Senador Renan, com os especialistas da Receita e também os especialistas aqui do Senado Federal, burilando a matéria – apesar de que o nosso desejo é que a matéria consiga ser conclusa aqui nesta Casa, para que ela possa efetivamente valer o ano que vem, mas isso é o Relator quem vai determinar a votação –, mas quero dizer que eu quero parabenizar cada um de vocês que está aqui.

Eu acho que essa correção, na verdade, é apenas um passo de uma longa caminhada. Nós precisamos, definitivamente, trabalhar pela diminuição deste espectro de desigualdade que existe no Brasil: os super, super-ricos, ou bilionários – o nome que quiser dar – e um conjunto de pessoas que é impressionante: os de até R$5 mil. São quantos? Serão 15 milhões, 20 milhões de pessoas que serão beneficiadas, ou seja, nós estamos falando praticamente de 10% da população brasileira. Seria bom que a gente estivesse em um padrão salarial um pouquinho melhor.

De qualquer forma, eu quero aproveitar para parabenizar a V. Exa., Senador Renan, pela condução não só daqui, como da CAE, e dizer aos trabalhadores o que o índio me disse: democracia só anda empurrada. Então vamos embora empurrar, senão ela não anda. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Jaques Wagner, e eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... Renan.

Acho que estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está, está sendo ouvido bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Então, quero cumprimentá-lo, e cumprimentar todos os representantes de sindicatos, de associações, enfim, representantes dos trabalhadores, que se fazem de maneira muito diversificada, ilustrando esta audiência, e cumprimentá-lo pela sequência de audiências.

Nós já tivemos a primeira, com o Ministro da Fazenda, e eu participei; desta eu estou podendo participar remotamente; e temos mais duas, pelo que eu sei, programadas. Então, acho que está muito correta essa sua decisão de iluminar o problema, iluminar a solução, e nos ajudar a ter uma decisão mais justa possível dentro das circunstâncias.

O que tinha para ser falado sobre a justiça do projeto eu acho que já foi esgotado. É um compromisso de dez anos – não é uma dádiva –; seja deste, seja daquele. Nós no Congresso estamos aqui cuidando de resgatar uma dívida, essa é que é a verdade. E a forma de fazê-lo, naturalmente, vai ser aperfeiçoada pelo seu parecer.

O segundo ponto que eu quero frisar é que, na audiência com o Ministro – eu quero deixar isso ressaltado –, diante da minha fala a respeito deste assunto da emenda, o Ministro deu a entender que é justo o pedido, mas que teria precedência este projeto e falou, até, que o projeto é anterior à emenda. Não é verdade. Nós estamos aqui resgatando um projeto de lei que foi mencionado há pouco, eu acredito que foi pelo Francisco Barreto, que é o Projeto de Lei 8.821, de 2017; nada nessa discussão, a não ser a data de origem da dívida, é mais antigo do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto resultou no 1.739, que o Senado está deliberando na Comissão de Assuntos Sociais, e V. Exa. relatou o Projeto 1.952, aceitou esta mesma emenda – claro que aceitou em confiança também – na nobre tarefa de apressar a vinda da Câmara. Eu usei essa expressão e vou repeti-la. Acho que o seu gesto de assumir a relatoria do PL 1.952, do nosso querido amigo Senador Eduardo Braga, fez o papel daquela expressão que acho que é nacional: mutuca – ou seja, uma mosquinha deste tamanho – tira o boi do mato, ou seja, o projeto, que agora está sob o nosso cuidado, o 1.087, veio da Câmara aprovado por unanimidade.

Portanto, eu não vou descrever aqui, se me permite, essa perfídia que está sendo feita contra os ativos e os inativos. Estou me referindo a fundos de pensão, fundos privados de pensão, de servidores de estatais, e, entre essas todas, eu sei que eu posso pedir... Em função dessas empresas estatais, eu posso pedir a solidariedade, em especial, do nosso querido amigo, Líder do Governo, Jaques Wagner. Certamente, ele ficou mais emocionado quando ouviu o depoimento do representante da Petros, com quem ele tem uma antiga afinidade, a mesma que eu tenho com os servidores da telefonia no Brasil, das telecomunicações. Eu também fui servidor da Embratel e da Telebras e, por consequência, da Telesc e da Cotesc, aqui em Santa Catarina.

Eu não vou descrever isso. O sujeito pagar Imposto de Renda pelo provento... Vou pegar o exemplo do aposentado que eu apresentei. A história ensina, e o Stalin foi o grande autor, que, quando você fala de algo que atingiu cem mil pessoas, isso é uma estatística; agora, quando você mostra um caso, um fato, uma pessoa, uma família, isso mexe com a nossa emoção.

Então, um aposentado que recebe o contracheque zerado pelos maus negócios feitos, pelos gestores nomeados pelo Governo, isso é uma perfídia; quer dizer, eu pago Imposto de Renda, estou aposentado, pago Imposto de Renda, se o meu provento for um pouquinho melhor, pago numa faixa salarial de proventos maior, mais elevada, e devolvo o dinheiro, 25%, 30%, 40%, em alguns casos muito mais do que isso, mais de 50% do que eu tinha direito a receber, para amortizar, para ajudar a recuperar a solvência produzida por má gestão, como foi salientado aqui, tanto pelo Valfrido quanto pelo Francisco Barreto, de pessoas que eu não nomeei, quem nomeou foi o Governo, foi o ente estatal.

Eu não quero pessoalizar, mas nós estamos continuando a brincar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Lewandowski, pouco antes de se aposentar do STF, considerou inconstitucionais os requisitos exigíveis para nomear 587 cargos de estatais; 14 meses depois, o Supremo Tribunal Federal disse que não havia inconstitucionalidade, mas quem for nomeado fica.

Nós estamos brincando com fogo!

Agora vão arrumar um empréstimo para os Correios de R$20 bilhões, mas não vão cuidar da gestão. Os Correios vão continuar a dar prejuízo, como agora já anunciou, R$4 bilhões no ano, até aqui, R$4 bilhões, e vamos continuar gerando dívidas, vamos continuar gerando déficit.

E, neste caso, voltando agora à emenda, quem paga os maus negócios do gestor que o Governo nomeou, e eu não conheço nenhum desses gestores que tenha sido responsabilizado, é o servidor aposentado, esse é responsabilizado, ele tem que pagar, paga no boleto, paga no desconto da receita.

Quero dizer para os senhores, com toda a clareza: acho o projeto que nós estamos debatendo altamente meritório. Trata-se de resgatar uma dívida, mas esta é mais antiga, esta é mais antiga, esta dívida, portanto tem precedência, de forma que eu vou lutar para aprovar essa emenda.

Sei que existe o desejo de não mexer no projeto da Câmara, mas eu não tenho esse compromisso. Quero dizer a todos: eu não tenho esse compromisso! O meu compromisso é ajudar a se fazer uma justiça que tenha precedência até pela cronologia. Nenhuma ressalva ao nosso tema, mas sem que se olhe para a fila, para a cronologia das injustiças, eu me recuso a tergiversar, ou seja, eu vou lutar pela aprovação dessa emenda incondicionalmente.

Respeitando, inclusive, e aí eu finalizo, o que o Ministro Fernando Haddad disse aqui anteontem, não vamos tratar de coisas novas. Eu concordo! Se for para discutir um outro assunto, lei das estatais, como é que nós estamos acumulando este prejuízo astronômico, isso são coisas novas, mas esse assunto da Emenda 2, quero assumir de novo esse compromisso, não apenas com o pessoal da Caixa Econômica Federal, mas com o pessoal da Petros.

Quase estou assumindo com o pessoal da Petros o compromisso, também em nome do Senador Jaques Wagner, meu amigo, mas eu não vou desistir disso. Vou a voto. Se aprovar, vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá na Câmara defender, porque acho que essa injustiça é um espinho que nós estamos enfiando em nosso pescoço, mas que vai doer no pescoço do contribuinte, que não pode se defender, e que está, esse espinho, encravado há mais tempo do que esse projeto de lei. Não há mais tempo do que os dez anos da dívida, mas há mais tempo do que o Projeto de Lei 1.087.

Portanto, nós não estamos chegando de penetras; nós estamos chegando baseados num projeto de lei do Deputado Sergio Souza, o 8.821 – de 2017, faço justiça, de 2017. Portanto, tem pelo menos oito dos dez anos de atraso. Ele faz parte, desde aquela época, da fila.

São as minhas palavras, com muito respeito, mas com absoluta determinação e clareza. Eu vou lutar por esta emenda, incondicionalmente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado, e está colhendo participações pelo Portal e-Cidadania.

Nós já recebemos algumas perguntas.

Carolina, do Rio de Janeiro, que pergunta: "Por que [...] [o projeto não trata de] salário-mínimo [...] [e trata de um valor]?", e pergunta também: "Por que a alíquota máxima é maior que os 18% propostos para [as] *bets*?".

Eu queria, respondendo especificamente à Carolina, dizer que a elevação das alíquotas das *bets* estava na Medida Provisória 1.303, que foi derrubada pela Câmara dos Deputados. No que depender desta Comissão e do Senado Federal, nós vamos retomar a elevação das alíquotas das *bets*.

A Hannah, do Distrito Federal, pergunta: "Como a reforma busca equilibrar a arrecadação entre União, Estados e Municípios [...]?".

Eu queria dizer que há uma neutralidade na proposta e que há um artigo no projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, que, em havendo elevação do imposto, você vai ter uma distribuição para os entes federativos, avaliada trimestralmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gustavo, do Distrito Federal, pergunta: "Quais mecanismos do PL asseguram [a] compensação justa entre União, Estados e Municípios [...] [também]?".

Enzo, do Distrito Federal, estabelece: "A Justiça fiscal, ao isentar os mais pobres, deve vir com uma compensação federativa clara, para não prejudicar os entes locais".

Eu queria dizer que essas perguntas foram dirigidas aos Senadores; algumas já respondidas, outras serão respondidas. E podem fazer, também, perguntas direcionadas aos trabalhadores e às trabalhadoras que foram convidados para participar deste debate.

Eu queria só lembrar a questão da desigualdade no Brasil, o quanto isso significa do ponto de vista das nossas contradições. A África, por exemplo, é composta por 54 países; desses 54 países da África, 47 países são menos desiguais do que o Brasil.

Isso é uma triste marca, que precisa começar a ser enfrentada.

E esse projeto, que garante a isenção, é o primeiro passo com relação à progressividade e à justiça tributária que se pretende porque, pela primeira vez, os bilionários – esse 0,1% da população – começam a pagar alguma coisa de Imposto de Renda. (*Palmas.*) Isso é um avanço, sem dúvida nenhuma, significativo.

A economia brasileira tem reiterados sinais de sustentabilidade. É evidente que, do ponto de vista do equilíbrio fiscal, você precisa fazer ajustes sempre. Essa tentativa de ajustar uma economia não acabará nunca. O mundo todo se depara com essa questão fiscal. Nós sabemos que a responsabilidade fiscal anda mais facilmente quando está acompanhada da responsabilidade social.

E o Brasil, em meio a esses sinais adversos que nós tivemos, de volatilidade do câmbio no final do ano que passou, com o aumento do dólar e, recentemente, com o tarifaço, que teve um impacto residual, mas teve esse impacto residual. Antes mesmo das mais de 700 exceções feitas pelo Governo americano, o impacto na economia nacional já era residual. E, do ponto de vista da inflação, houve um impacto maior na economia americana do que na economia brasileira. A inflação, no Brasil, parece estar sob absoluto controle. Nós tivemos dois meses de deflação, inclusive deflação no preço dos alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso coloca em xeque um outro problema do Brasil, que é a maior taxa de juros do mundo – uma das duas maiores do mundo. É uma coisa que não tem absolutamente nada a ver com os resultados que a economia brasileira está apresentando. Ora o Banco Central diz que está mantendo a taxa de juros por pressão inflacionária, ora o Banco Central diz que mantém as taxas de juros em função do tarifaço dos Estados Unidos, e até o emprego já foi utilizado, o número de empregos no Brasil já foi utilizado como pretexto para manutenção da taxa de juros em 15%. Então, não há nenhuma explicação com relação a isso.

O emprego, como eu falava, no Brasil, é o maior de toda a história brasileira. O desemprego do trimestre que encerrou em agosto é o menor, também, da história: foi de 5,6%. Isso é quase o pleno emprego, e nós temos no Brasil 130 milhões de pessoas empregadas.

A renda média teve também em agosto uma elevação, com relação ao ano anterior, de 3,3%. E, hoje, a renda média do brasileiro aumentou, ela é de R$3,488 mil. Não é a renda média que se quer, claro que não é, mas nós precisamos embalar esses passos com relação à justiça tributária, com relação à elevação da renda mínima, com relação a um crescimento que não seja paralisado em função da escorchante taxa de juros.

E é exatamente para isso que nós estamos hoje aqui neste debate sobre essa importante isenção que vai beneficiar mais de 90% da sociedade brasileira. No meu estado, no Estado de Alagoas, que é um estado pobre, essa isenção do imposto de renda vai beneficiar 97% da população.

Eu vou fazer algumas perguntas para serem respondidas por integrantes do primeiro bloco, depois farei algumas perguntas para serem respondidas por integrantes desse segundo bloco.

Nós trouxemos também uma tabela de isenção para auxiliar no raciocínio de quem desejar.

Para quem ganha até R$5 mil, nós vamos ter uma isenção anual de R$5 mil, vai ter uma isenção anual do Imposto de Renda de R$4.356,89.

Para quem ganha até R$5,5 mil, nós vamos ter um desconto de 75%, o que equivalerá a R$3.367,68.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem ganha R$6 mil, nós vamos ter um desconto de 50%, o que dará, no ano, R$2.350,79.

E, para quem ganha R$6,5 mil, nós vamos ter um desconto de 25%, o que dará, ao final dos 12 meses, um ganho de R$1.133,90.

A primeira pergunta é sobre o impacto do Imposto de Renda no orçamento familiar. Hoje, mesmo quem ganha pouco acaba contribuindo para impostos. Eu disse aqui, no início, que o trabalhador paga todos os impostos que o patrão, que o rico paga. Quando você compra em qualquer mercearia, em qualquer supermercado, do que você comprar você paga imposto igual.

Quando vamos para o Imposto de Renda, o milionário pagava pouco ou não pagava efetivamente nada, o que agrava essa desigualdade e cria, assim, uma circunstância inadmissível sob qualquer aspecto.

Eu queria saber como o pagamento do Imposto de Renda impacta a vida da sua família, de uma daquelas pessoas que participaram do primeiro bloco. Alguém pode levantar a mão e responder qual é o impacto geral sobre a família.

Tiago, você tem noção de quanto efetivamente isso vai significar? Quais são os planos? O que é que você está pensando? O que a família está pensando em fazer com essas economias?

O SR. TIAGO BITENCOURT NEVES (Para expor.) – Senador Renan Calheiros, é muito positivo isso para nós, trabalhadores, vendedores, comerciários, porque se sobrar um pouquinho, a gente vai usar para complementar um bem-estar, uma vestimenta, um lazer, uma qualidade de vida, porque muitas vezes, hoje, com a renda que nós temos, diante de tanto imposto, de tanta tributação, acaba que não sobra nada no mês mesmo, é a realidade de milhares e milhares de trabalhadores.

E com essa isenção, com essa sobra, a gente vai reverter favoravelmente para a família, para o bem-estar da gente em casa, para uma viagem, alguma coisa que possa contemplar a gente enquanto classe trabalhadora, porque muitas vezes hoje nós tiramos férias... a realidade é que não dá para viajar, porque o imposto é muito em tudo, não sobra. E aí se sobrar qualquer quantidade para nós, trabalhadores, vai ser favorável no caixa nosso, dos trabalhadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadoras, e no bolso ali da família, da casa ali, de cada família, de cada trabalhador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bem, Tiago!

Alguém mais queria dar o seu depoimento, responder? Alguém que participou do primeiro bloco. (*Pausa.*)

Quem participou do primeiro bloco? (*Pausa.*)

Dizer como impacta a família; se tem algum depoimento especial; quais são as dificuldades maiores; qual será a prioridade para utilizar essas sobras, esses ganhos.

Se alguém que foi convidado quiser dar um depoimento, dar um... (*Pausa.*)

Zacarias, por favor, Zacarias. (*Pausa.*)

Com a palavra – o Senador Fernando Farias aqui nos acompanha. (*Pausa.*)

É só apertar...

O SR. ZACARIAS ASSUNÇÃO (Para expor.) – Senador, como assalariados que somos, eu e minha esposa – a minha casa é composta por quatro pessoas e das quatro três pagam Imposto de Renda –, nós já decidimos que em 2026 nós iremos a Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, muito bem! Bem escolhido, bem escolhido. (*Palmas.*)

O SR. ZACARIAS ASSUNÇÃO – São umas férias merecidas que a gente gosta tanto de ter. E a oportunidade... por a gente pagar tanto imposto, por ganhar pouco, porque qualquer tanto que a gente ganhe se torna pouco quando você vai ao supermercado todo mês.

Então, assim, a gente já fez as contas que essa isenção do Imposto de Renda, para mim e para minha esposa, vai dar uma economia necessária para a gente fazer uma viagem a Maceió. Espero que seja logo, em 2026, ou no início de 2027. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

Juliano, com a palavra.

O SR. JULIANO RODRIGUES BRAGA (Para expor.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Você pode responder sobre qualquer aspecto dessa pergunta, fazer um raciocínio sobre o que você ganha, o que a família eventualmente ganha...

O SR. JULIANO RODRIGUES BRAGA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... à luz do projeto, como poderíamos melhorar o projeto, se é o caso. Porque toda matéria que tramita nas duas Casas do Congresso Nacional... foi aprovada na Câmara, demorou bastante, vem tramitar no Senado. Se ela for alterada, volta para tramitar na Câmara, o que é um risco grande, especificamente com essa isenção.

Nós poderemos evoluir para desmembrar a matéria, fazer alterações aqui no Senado, o núcleo da matéria ir para a sanção presidencial e a parte controversa, que foi modificada, voltar para tramitar na Câmara dos Deputados. Aí, nessa volta para tramitação na Câmara, nós poderemos mandar a elevação da alíquota das *bets* e outras compensações justas, defensáveis, que estavam na Medida Provisória 1.303, que foi derrubada pela Câmara. E a matéria não pode ser objeto de uma nova medida provisória, mas ela pode, sim, ser objeto de um projeto de lei. E o Senado está debruçado sobre essa discussão e sobre o que fazer com relação à tramitação da isenção do Imposto de Renda.

Juliano, com a palavra.

O SR. JULIANO RODRIGUES BRAGA – Senador, a primeira coisa que eu preciso colocar, aliás, reconhecer, é que o companheiro Zacarias merece um troféu (*Risos.*), porque é um trabalhador de um universo de milhares, de milhões e que tem uma conta, aparentemente, que tem uma contabilidade familiar ajustada. Por que eu estou dizendo isso? Porque, pelo que ele disse, a economia que ele fará com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil, permitirá a ele e à família dele que viaje para o estado belíssimo que eu conheço, adoro, inclusive, diga-se de passagem, que é o Estado de Alagoas. Porque esta – na verdade, quando eu digo que ele merece um prêmio –, porque esta realidade não é a realidade da maioria dos trabalhadores deste país. A prova está aí nas várias e várias discussões que nós temos, inclusive nesta Casa, com relação ao superendividamento.

Ora, meu Deus! O que aconteceu agora, o que está acontecendo com a apuração do caso INSS? São trabalhadores, aliás, são aposentados que, outrora, foram trabalhadores e que vivem de empréstimo. Então, eu quero dizer: parabéns, Zacarias, porque esta realidade não é a da maioria dos trabalhadores.

(*Soa a campainha.*)

Eu, por exemplo, vou pagar cartão de crédito vencido e, se sobrar, conta de água, conta de luz, IPVA, IPTU, que, certamente, extrapolam e muito o nosso rendimento, pelo corte médio de até R$5 mil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO RODRIGUES BRAGA – V. Exa. me perguntou sobre o que poderia ser melhorado, e foi aquilo que eu disse anteriormente. A tabela de Imposto de Renda, desde 1997 até 2024, está atrasada. Ela está com 154% de defasagem. Não corrigem.

Aí eu quero voltar naquela questão dos princípios.

Cada Parlamentar deste país que jurou defender e cumprir as normas constitucionais, se bem quer fazer para este país, deve, sim, zerar essa tabela de Imposto de Renda.

Aí a minha sugestão: V. Exa., como já acabou de dizer, tem alguns estudos, tanto com de servidores desta Casa e juntamente também com os fiscais deste país, e deve fazer essa avaliação em complemento à proposta que chegou a esta Casa, vinda da Câmara dos Deputados e, diga-se de passagem, aprovada pelo clamor das ruas. V. Exa. tem que complementar e, na medida do possível, zerar, porque zerando, certamente, sim – viu, Zacarias? –, teremos condições de fazer uma viagem a Alagoas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Juliano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pode, claro, Tiago.

Todos fiquem à vontade. Este debate é um debate para que todos participem, eventualmente.

Tiago, por favor.

O SR. TIAGO BITENCOURT NEVES (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Exmo. Senador Renan.

A CUT e vários sindicatos do país inteiro fizeram um plebiscito popular perguntando à classe trabalhadora se eles eram a favor do fim da escala 6x1 e da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil por mês e se eram a favor de taxar o super-ricos que ganhassem acima de R$50 mil por mês.

A resposta da classe trabalhadora era "sim". Em todos os locais, nos espaços públicos, nas rodoviárias, nos aeroportos, onde quer que tinha urna, a classe trabalhadora estava ali opinando, e a vontade da classe trabalhadora era "sim". Eles chegavam a falar "onde é que eu voto mais de uma vez?".

Então, eu não podia deixar de falar disso, porque esse plebiscito, essa vontade da classe trabalhadora foi entregue ao Presidente Lula pelas centrais, pelos movimentos populares, sociais, recentemente, demonstrando a vontade da classe trabalhadora sobre a injustiça fiscal que é a da tributação para quem ganha até R$5 mil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá. Obrigado, Tiago.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pode, Zuila.

A SRA. ZUILA ACIOLY MARQUES LEITE (Para expor.) – Oi. Está funcionando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, com a palavra. Seu depoimento é importante.

A SRA. ZUILA ACIOLY MARQUES LEITE – Exato.

A partir do momento em que a gente observa e sente que vai sobrar um pouquinho mais no mês, o pagamento de débitos e tudo vêm à mente, mas eu acredito que o brasileiro é sonhador e tem vontade de ter bens de consumo que, muitas vezes, ficam esquecidos no mês como a melhoria na alimentação, quem sabe um plano de saúde ou realmente realizar alguns exames e, principalmente, oferecer para os familiares bens simples, o que, às vezes, não se consegue.

E lazer, porque o lazer aqui é muito caro, e sonhar um pouco mais, sentir a valorização... Acredito que é uma valorização, porque, cada vez que a gente tem esse débito no nosso salário, a gente se sente roubado, lesado.

Então, acho que a saúde mental fica muito melhor. Só de saber que eu posso ter, e detalhe: economizar. Ter um cofrinho ali, guardadinho, acho que vale muito a pena.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – William, por favor.

O SR. WILLIAN FERREIRA DA SILVA (Para expor.) – Quero complementar o que a Zuila falou, da seguinte forma. O trabalhador, realmente, não tem tempo nem para pensar direito no que vai fazer com esse valor que vai sobrar, porque a gente está tão ocupado, no nosso dia a dia, com a correria, os boletos... A gente é artista demais, pessoal. Nós, trabalhadores, somos artistas, porque a gente consegue sobreviver em meio a tantos boletos, tantas dívidas, como o colega aqui falou.

Um dos primeiros pensamentos que vêm, sim, é o pagamento de dívidas. Por exemplo, lá em casa, quando minha família... Somos cinco lá em casa, e minha esposa também é assalariada e vai fazer parte desse grupo da isenção. Um dos pensamentos – aí é o cenário dos sonhos – é, sim, dar melhores condições: um passeio, um bem de consumo, mas sem esquecer também os boletos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAN FERREIRA DA SILVA – Um pedacinho vai ficar para os boletos, para quitação de dívidas antigas, mas a gente não pode, o trabalhador não pode sobreviver sem pensar em dar condições melhores para a família dele, seja pagando dívidas, seja através de lazer, através de consumo, de um bem de consumo que ele almeja, seja através de uma viagem. Tudo agrega a nós como seres humanos.

Muitas vezes, a gente tenta encapsular o trabalhador só como trabalhador. Não, nós somos seres humanos. O sonho que o Senador tem, nós temos também, né? Nós somos sonhadores, nós queremos uma realidade diferente. E quando somos mães e pais de família, nós temos a obrigação de querer uma realidade diferente para os nossos familiares, para os nossos filhos, nossos netos, enfim.

Então, acho que quando você fala que vai sobrar qualquer dinheirinho a mais, vem o sonho, mas também vem a realidade. Vou tirar um pouquinho aqui para quitar algumas dívidas e tudo, e é isso que a gente já está pensando lá em casa.

Corra com esse projeto, Senador.

Tenho muito medo de voltar. Eu tenho medo de voltar, porque a gente sabe como a tramitação vai ser. E o ano que vem vai ser um ano atípico.

Então, corra com isso. Se for preciso, a gente vem aqui quantas vezes forem necessárias, mas corra com isso, porque o povo trabalhador brasileiro precisa disso. Não é o ideal, mas, hoje, é o necessário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bem, Willian.

Os senhores também podem participar.

Claudionor.

O SR. CLAUDIONOR VIEIRA DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador, eu gosto de uma fala de um economista polonês, o Michal Kalecki, que fala que o rico ganha o que gasta, e o pobre gasta o que ganha. Então, está um pouco contido na fala dos companheiros que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

naturalmente, o trabalhador trabalha para subsistir. Agora, ele pode subsistir melhor, com dignidade. E esse projeto dá essa condição. Esse projeto dá essa condição para que ele possa... E, claro, falando da minha realidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro, sem dúvida.

O SR. CLAUDIONOR VIEIRA DO NASCIMENTO – Vai ajudar aí você a pensar no IPTU, no final do ano, nas contas de água, de luz e outros. Como o companheiro falou, o Zacarias, de uma viagem, escolhendo aí um lugar, um dos mais bonitos deste país – eu estou puxando o saco, porque é minha terra também.

Mas, assim, Senador, digo o seguinte: tem uma coisa no projeto do Imposto de Renda com que eu tenho uma preocupação muito grande, porque no Congresso Nacional... Nesta Casa, eu espero que seja mais tranquilo para aprovar o projeto, mas na Câmara dos Deputados tem tido uma dificuldade tremenda.

A gente sabe disso, e eu tenho uma preocupação também tremenda, e os trabalhadores têm, de voltar o projeto lá e ter uma enrolação por questões ideológicas, e não por pensar, certamente, no interesse da sociedade brasileira, do povo brasileiro e da classe trabalhadora, e postergar e enrolar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIONOR VIEIRA DO NASCIMENTO – ... para que isso não tenha um efeito, que nós precisamos e que esperamos que tenha no bolso do povo, na realidade do povo sofrido deste país.

Agora, tem uma coisa, representando aqui a minha categoria, que é a dos metalúrgicos lá do ABC, mas eu acho que serve para todo o país, que é a isenção do Imposto de Renda no PLR.

Eu sei que é complicado, que é difícil, acho que tem até alguma discussão lá na Câmara dos Deputados, mas a isenção do Imposto de Renda no PLR é superimportante porque o PLR não é lucro. O trabalhador ganha R$5 mil, R$6 mil, R$8 mil, R$10 mil reais, sei lá quanto de PLR. Lógico que, com uma avaliação importante, que não seja isso, com um debate mais aprofundado, que as pessoas também não possam entender que qualquer valor é PLR. De

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repente, pode ter um PLR de R$100 mil reais, que não é a realidade da maioria dos brasileiros, mas há categorias que têm PLRs mais elevados. Isso também seria dinheiro no bolso dos trabalhadores.

É uma observação que eu acho, Senador, que valeria a pena pensar. Se não é agora, se isso atrapalhar o andamento do projeto na Câmara dos Deputados, eu acho que não, tem que pensar um pouco, mas é uma coisa que a gente pode pensar e debater para o futuro próximo, se não for possível agora também, a isenção do Imposto de Renda no PLR.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mizito.

Obrigado, Claudionor.

O SR. MIZITO ALMIR ROGÉRIO DA SILVA (Para expor.) – Bom, eu acho que é unânime aqui, e é unânime que o povo brasileiro, os trabalhadores estão aguardando já em janeiro, que está aí, com esses descontos, e não estar pagando mais Imposto de Renda.

Então, eu estou falando isso porque, com todo respeito às emendas, com todo respeito a todos os temas, eu só gostaria de pedir a atenção para esta Casa, que se tiver algo que possa atrapalhar e ter que voltar para o Congresso Nacional, que a gente deixe em segundo plano.

A gente entende a dificuldade: reparações históricas que precisam ter, projetos que estavam na frente, como o Exmo. Senador Esperidião falou aqui, a gente entende tudo isso mesmo, mas eu acho que é uma oportunidade ímpar que nós não podemos perder.

E aí, Senador, eu faço esse pedido, esse apelo. Eu dei um dado aqui dos profissionais da enfermagem, sabe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIZITO ALMIR ROGÉRIO DA SILVA – ... que o piso da enfermagem ainda não está consolidado; R$3.375 para os técnicos de enfermagem, um pouco menos para os auxiliares de enfermagem, menos de R$5 mil para enfermeiros deste país.

Estou só citando essa categoria, que é uma categoria que foi muito aplaudida, foi muito louvada, mas que não foi privilegiada, infelizmente, pelo próprio STF, que, ao meu ver, cometeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um erro ao falar que os sindicatos teriam que negociar o que já foi aprovado em emenda constitucional. Porém, eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade.

Então, eu faço esse apelo. Se tiver algo que possa atrapalhar, que não deixem atrapalhar, porque tenho certeza de que não só a minha categoria como também as demais que estão aqui estão aguardando, já em janeiro, poder não contar mais com esse desconto no seu pagamento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Alguém mais quer participar? Evandro?

Valfrido.

O SR. VALFRIDO OLIVEIRA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Valfrido. (*Pausa.*)

O SR. VALFRIDO OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, como eu represento aposentados, o que o aposentado quer hoje é poder comprar remédio.

Eu falei, numa reunião que nós tivemos em São Paulo certa vez, que o aposentado... É um engano quando dizem assim: "Não, mas ele é aposentado da Caixa, ele tem um salário alto". Isso é um engano, sabe? Isso já foi. Nós fomos nivelando por baixo, e a gente não pode permitir isso. Nós temos que lutar pelos nossos direitos.

Hoje, o aposentado da Caixa está pedindo – a maioria, mais de 60% – que tenha uma melhoria no salário, para ele poder escolher... Hoje, ele está escolhendo entre comprar um remédio para a sua saúde ou um presente no aniversário do seu neto. Essa é uma realidade; não é falácia isso aqui.

Então, Senador, apesar de todas essas questões, eu reitero aqui que o senhor pense com carinho essa questão da emenda do Senador Esperidião Amin.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALFRIDO OLIVEIRA – Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, muito obrigado, Valfrido. Pensaremos exatamente, com todo o carinho... Claro, haverá um esforço – já disse e queria repetir – para que a matéria não volte, a matéria em si, a isenção efetivamente, o núcleo do projeto. Nós poderemos desmembrar qualquer alteração feita, e apenas a alteração voltará para tramitar na Câmara dos Deputados. E aí, novamente, nós acompanharemos para que a tramitação lá tenha de novo efetividade.

Alguém mais quer falar?

Evandro, com a palavra.

O SR. JOSÉ EVANDRO ALVES DA SILVA (Para expor.) – Bom, quero aproveitar aqui a oportunidade... Acho que já foi dito por todos e todas, Senador, da dificuldade que os trabalhadores passam no dia a dia. Na Casa do Trabalhador, o trabalhador e a trabalhadora não veem a hora de o filho ou a filha fazer 18 anos, para começar a trabalhar, para aliviar um pouco mais a renda daquele trabalhador e trabalhadora.

Então, eu acho que a análise é um pouco nesse sentido, porque o reflexo é bem amplo na Casa do Trabalhador. Como foi dito, na Casa do Trabalhador e da Trabalhadora, muitas vezes, você tem dois, três, quatro assalariados que vão ser impactados com essa isenção. Então, a classe trabalhadora, como já foi dito... E eu quero reforçar aqui a nossa preocupação, de que esse projeto vá para a frente e que a gente consiga aprová-lo, porque os trabalhadores estão aguardando, em janeiro já, a aprovação da isenção, desse projeto.

A gente agradece o esforço que o Senador tem feito, a gente espera que o Senado Federal faça o trabalho também, nesse sentido, e que a gente possa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EVANDRO ALVES DA SILVA – ... ter mais uma vitória aí para a classe trabalhadora, se Deus quiser.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Jadiel, quer acrescentar alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JADIEL DE ARAUJO SANTOS (Para expor. *Fora do microfone*.) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JADIEL DE ARAUJO SANTOS (Para expor.) – Bom, Presidente, eu represento uma classe do comércio também, materiais de construção e atacadistas do DF, da qual eu sou presidente aqui. E, andando na base, a gente vê a alegria desses trabalhadores por não terem esse desconto no contracheque deles. Tem muitos que já pensam em viajar, igual ao companheiro Neto, chamado da Força Sindical, em viajar, conhecer outros lugares, porque é um desconto que vai melhorar muito no contracheque do trabalhador.

Falando em trabalhador, nós estivemos em São Paulo, para uma classe que tem mais de 400 mil pessoas na base, que é do Presidente do pessoal de cozinhas industriais, e a gente vê o tanto que essas pessoas são sofridas por não terem insalubridade, não terem vários benefícios que deveriam ter. Essa classe merece ser reconhecida no Brasil, porque a maioria delas são mulheres, que ficam naquelas cozinhas e não têm reconhecimento nenhum.

Nós estivemos em São Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADIEL DE ARAUJO SANTOS – ... com várias federações, com vários sindicatos filiados à Força Sindical, e lá foi falado dessa classe trabalhadora. Muitos deles nem chegam a R$5 mil e não têm benefício nenhum por parte do Governo ao olhar para esses trabalhadores. Então, é uma classe que o Governo deveria olhar, porque são muitas pessoas, e a maioria delas são mulheres.

É isso.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Jadiel.

Eu quero agradecer a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando, quer dar uma palavra? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Só, Renan, quero parabenizar você pela relatoria que você vai fazer, que já sei que vai ser... Que tenho certeza de que ela vai talvez até antecipar a aprovação desse projeto.

Esse é um projeto muito bonito, muito justo, e, pegando o bote das *bets*, não se pode uma pessoa física pagar 27,5% e uma *bet* pagar 18%. No resto do mundo, as *bets* pagam de 25% até 35% a mais. Então, isso é uma coisa injusta, e justa mesmo é essa medida de tirar o imposto dos R$5 mil.

É isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pessoal, eu quero agradecer a participação de todos. Saibam que a participação de vocês foi muito importante, será muito importante para a tramitação dessa matéria.

Nós vamos fazer quatro audiências públicas apenas; esta é a segunda. Nós já recebemos, como participantes da primeira audiência pública, o Ministro da Fazenda e sua equipe econômica; vamos ter, na próxima terça-feira, uma outra audiência pública; e, na próxima quinta-feira, a última audiência pública. A partir daí, eu já terei condições para apresentar o relatório e pautar a votação da isenção do Imposto de Renda aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, e rapidamente pautá-la também, através do Presidente Davi Alcolumbre, no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a todos e até a próxima terça-feira.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Otto Alencar, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Leila Barros, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PL 1087/2025, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Para instrução do PL 1087/2025, avaliar o impacto orçamentário e financeiro, os efeitos sobre a arrecadação dos Estados e Municípios e o modelo de compensação federativa. **Participantes:** Sr. Paulo Caliendo, Consultor Tributário da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Sebastião Melo, 1º Vice-Presidente Nacional da FNP e Prefeito de Porto Alegre/RS (representante de: Frente Nacional de Prefeitos); Sr. André Horta Melo, Diretor Institucional do COMSEFAZ; e Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campainha*.) – A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.087/2025, avaliar o impacto orçamentário e financeiro, os efeitos sobre a arrecadação dos estados e municípios e o modelo de compensação federativa.

Eu tenho a satisfação de convidar para tomar parte à mesa o Sr. Paulo Caliendo, que é Consultor Tributário da Confederação Nacional dos Municípios.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.087/2025, avaliar o impacto orçamentário e financeiro, os efeitos sobre a arrecadação dos estados e municípios e o modelo de compensação federativa.

Eu tenho a satisfação de convidar para tomar parte à mesa o Sr. Paulo Caliendo, que é Consultor Tributário da Confederação Nacional dos Municípios. (*Pausa.*)

Convido o Prefeito Sebastião Melo, 1º Vice-Presidente Nacional da FNP e Prefeito de Porto Alegre. (*Pausa.*)

Convido o Sr. André Horta Melo, Diretor Institucional da Comsefaz. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Eventualmente, se precisar de alguns minutos a mais, nós teremos a satisfação de conceder.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Paulo Caliendo, que, como disse e queria repetir, é Consultor Tributário da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PAULO CALIENDO (Para expor.) – Bem, bom dia a todos e a todas. Faço o cumprimento na pessoa do Senador Renan Calheiros, Presidente desta sessão, a todos que estão presentes aqui, e vou ser bastante breve em relação à minha apresentação.

Ela tenta verificar, de modo geral, Sr. Senador, o impacto que essa proposta de reforma tem em relação ao Imposto sobre a Renda, e já, desde antemão, digo que não há oposição da Confederação Nacional dos Municípios à proposta, mas há uma solicitação, há uma requisição de ajuste em relação a um ponto essencial no equilíbrio federativo e no federalismo fiscal, que deveria ser motivo de atenção muito importante pelas perdas que podem ser provocadas aos municípios.

Portanto, esse projeto de lei tem – esse PL – um impacto em relação aos municípios, especialmente nos 2,2 milhões casos de ocupações de servidores, de fornecedores, e nesse caso aqui de servidores que recebem proventos e vencimentos que, portanto, passarão a ser isentos, ou seja, são 29% desses representantes, aqueles que têm até R$5 mil, que passarão a ser integralmente isentos do Imposto sobre a Renda, e, portanto, nós teremos, nesse caso, um impacto muito significativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há um impacto de isenção parcial, entre R$5.700 e R$7.350. Esse impacto está estimado pela nossa equipe econômica da Confederação Nacional dos Municípios, que fez um estudo bastante detalhado, em torno de R$5,1 bilhões por ano em relação aos municípios, que não serão completamente compensados por outras medidas. Portanto, há uma redução de arrecadação que diminuirá pela quantidade de pessoas que deixarão de contribuir, ou totalmente, por isenção total, ou parcialmente, com a isenção parcial do Imposto sobre a Renda.

Há uma ideia de que haja, em relação ao FPM, um certo equilíbrio, mas nunca é demais também ressaltar que esse equilíbrio tem que ser mantido para se evitar, em relação ao FPM, uma perda que pode impactar os municípios também. De onde vem esse impacto? Ele vem do que já está exposto no texto constitucional, no art. 158, que determina que:

> Pertencem aos Municípios:
> I – o produto da arrecadação do Imposto [...] sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem".

Este tema foi objeto de também discussão no Supremo Tribunal Federal, e o Supremo Tribunal Federal, no Tema 1.130, determinou, de modo bastante claro:

> Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a títulos de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de bens ou serviços, conforme os arts. 158, I, e 157, I, [do texto] da Constituição [...].

Então, é dispositivo expresso do texto constitucional, é dispositivo correto, legítimo e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal em um tema de repercussão geral.

As expectativas de perdas são discriminadas por estados ali. Podem ver que há um impacto significativo em estados que dependem muito da arrecadação destes valores e, portanto, isso trará um impacto adicional ao já existente desequilíbrio que ocorre em diversos municípios do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cinquenta e quatro por cento das cidades do Brasil, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, se encontram no vermelho, conforme dados do ano passado, 2024, em que a arrecadação foi insuficiente para pagar as despesas. Esse montante, que foi conquistado no Tema 1.130, mediante decisão do Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, e que constitui receita essencial aos municípios, irá fazer significativa falta.

Já no primeiro semestre deste ano, conforme os estudos da equipe técnica da Confederação Nacional dos Municípios, 20% das cidades já estão no vermelho neste primeiro semestre deste ano de 2025. Portanto, a consequência que se impõe é óbvia, que é a necessidade de corte de gastos, a contenção de gastos públicos por parte dos municípios, a redução de investimentos – que se somam em torno de menos 29% dos municípios –, a contenção da máquina pública. Portanto, já sem essa alteração, a situação é bastante dramática em relação aos municípios.

Urge, portanto, pensar uma compensação no caso que está estabelecido. A compensação estabelecida – que a Confederação Nacional dos Municípios não é contra – é por meio da tributação sobre as altas rendas. Essa tributação vai permitir, Sr. Senador Renan Calheiros, uma receita adicional que irá compensar, mas a estimativa que nós temos é que ela será insuficiente e faltará ainda R$1 bilhão por ano.

Esta perda dos municípios supera a compensação, e mais de 1,8 mil municípios no Brasil poderão perder recursos já em uma situação de crise em relação ao déficit que têm em relação aos valores.

Portanto, de novo, Srs. Senadores e Senadoras, todos os presentes: a Confederação Nacional dos Municípios não é contra a reforma do Imposto sobre a Renda. O que ela tem? Preocupações em relação à compensação, para que ela seja suficiente e para que venhamos a encontrar soluções para que ela seja suficiente.

Portanto, ela propõe uma compensação em relação aos entes locais. Ela alerta essa redução que se estima, de R$5 bilhões, aos municípios brasileiros e apoia uma emenda, que é a Emenda nº 8, do Senador Vital do Rêgo, em que propõe, no art. 4º – a ser acrescentado ao PL –, que a União compensará anualmente, pelos próximos seis anos, os municípios pelas perdas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadação do imposto retido na fonte, corrigido pelo IPCA, que é o índice oficial desse caso na correção.

O montante da compensação será apurado e pago até o final do primeiro trimestre do exercício subsequente. Cabe ressaltar que a CAE já fez a mesma aprovação, de modo unânime, nesta Casa, um mês atrás – para ser mais preciso, no dia 24/09 –, quando aprovou a mesma compensação em garantia de receita aos municípios.

Fez isso tendo o sentido de permitir a compensação efetiva e integral desses valores.

Entendemos que a Câmara dos Deputados também decidiu compensar os municípios, contudo, a redação não foi clara e, portanto, propõe-se uma redação clara em relação ao tema, evitando-se que volte o tema à Câmara dos Deputados. Portanto, a CNM não é contra o projeto, apoia e defende que exista uma compensação.

Seria isso, Senador Renan Calheiros. Agradeço muito a atenção e o tempo destinado, em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que também o cumprimenta e a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Sr. Paulo Caliendo, que falou em nome da Confederação Nacional dos Municípios. Muito obrigado por suas colocações iniciais para este debate, que consideramos muito importante.

Eu tenho a satisfação agora de conceder a palavra ao Prefeito Sebastião Melo, que é o Primeiro Vice-Presidente Nacional da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeito de Porto Alegre. É uma honra muito grande, Prefeito, tê-lo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. SEBASTIÃO MELO (Para expor.) – Presidente Renan, primeiro, meu abraço, não só meu, mas do Presidente Paes, do nosso também Vice-Presidente Ricardo Nunes. Por delegação da frente, estou aqui nesta Comissão, queria estender os cumprimentos aqui a todos os demais Senadores, especialmente ao meu conterrâneo Hamilton Mourão, à composição da mesa, e dizer o seguinte: primeiro, o senhor já foi Deputado Estadual, Federal, Senador, tudo, e sabe que aqui é a Casa dos municípios e estados, é onde esse tema tem que ser aprofundado. O cidadão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não mora na União, o cidadão não mora nos estados, o cidadão mora no município, numa rua, num bairro, e é com o Prefeito, com os seus Vereadores, com o conselheiro tutelar e com as lideranças comunitárias que ele vai à luta todo dia na busca de uma vida melhor.

O Brasil é um país onde os pobres pagam impostos e os ricos pagam muito pouco, isso é uma realidade. Então, quando vem à tona a discussão de isentar até R$5 mil e fazer uma graduação até R$7 mil, independentemente de ser Prefeito, eu tenho que aplaudir essa decisão, porque, volto a dizer, o IPVA da Brasília amarela se paga, mas o IPVA do avião geralmente não se paga no Brasil. Isso é uma realidade histórica do Brasil, não deste Governo.

Agora, o que não pode é o seguinte: os municípios, que já estão depauperados, nós estamos falando de R$5 bilhões, do Oiapoque ao Chuí. No meu caso, de Porto Alegre, eu fui Prefeito reeleito, sei das dificuldades de todos, mas você sabe da enchente que passou pelo Rio Grande e a capital foi atingida profundamente. Numa tacada, foram mais de R$700 milhões de uma governança que tem parceria do Governo da União, mas a maioria é do município. E lá eu lancei, no PPA, como todos os Prefeitos lançaram, que é o Plano Plurianual, que você manda no primeiro ano, dizendo "olha, eu conto com esse dinheiro". Bom, eu quero dizer que nós insistimos muito na frente convencer o Deputado Lira, porque o Deputado Lira, na sua melhor das boas intenções – o Ferreirinha também é uma pessoa correta, gosto muito dele –, disse assim: "Vai ter superávit".

Mas eu me lembro da Lei Kandir, que diziam que ia compensar os estados exportadores e até hoje ninguém foi pago. Então, se é verdade essa afirmativa, e eu quero partir de que ela é verdadeira, nós pagamos Pasep, que é aquele fundo do trabalhador, que todas as prefeituras pagam bilhões. Então, a nossa emenda era muito singela, Senador, ia dizer o seguinte: "O senhor está dizendo que vai ter superávit, mas, se não tiver, na hora de pagar a conta, se não tiver superávit, nós vamos dizer: 'desconte do Pasep, que nós vamos pagar'". Então, essa foi a nossa tese, que eu acho que é singela, mas efetiva. E, botando três anos, diferentemente da – e eu acho que não tem nada errado aqui – conferência nacional, porque é justamente pensando no PPA, nós lançamos lá no PPA.

Agora, veio para o Senado, e aí eu estou fazendo uma leitura política, ninguém me falou isso, Senador, eu estou fazendo uma leitura, porque eu ouvi isso de Deputados, ouvi de alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, que diziam: "O Governo não quer que isso volte lá para a Câmara, porque quer que esse assunto seja resolvido. Está em final de ano, então não se quer emenda no Senado". Se isso é verdade, eu não sei, estou aqui numa Comissão para este debate. Se for possível botar emenda, nós temos a emenda, mas, se não for, eu queria fazer um apelo aqui de que nós pudéssemos, no texto redacional, deixar isso mais claro, porque também eu poderia avocar aqui o seguinte: os entes federados... Tem lá um dispositivo, em vários dos artigos constitucionais, que diz o seguinte: um ente não pode tirar a receita do outro. Está esculpido em vários lugares, e essa é uma sustentação constitucional.

Então, o Senado da República, que é a Casa dos municípios, que é a Casa dos estados, tem essa condição, Senador Hamilton, de dizer: "Não. Não dá". E não dá é em nome dos que mais precisam, Senador Renan, o senhor conhece muito bem a realidade de Alagoas, o senhor sabe... Hoje, o Brasil é um Brasil que tem milhares de pessoas no Bolsa Família, pessoas que vivem nas vilas populares e cada centavo... Você pega uma tabela do SUS, que não se reajusta ao longo da história. Hoje não tem uma prefeitura que não tem que botar subsídio para poder completar a tabela do SUS, tanto é que alguns estados estão fazendo isso. O transporte coletivo hoje em Porto Alegre bota R$250 milhões. Se não, a passagem tinha que estar R$7,5. Que bom que vem o debate agora da tarifa zero. Quem vai pagar é o povo. Tem que saber quem vai pagar essa conta, porque não dá para ser os municípios.

Então, eu queria dizer, Senador, que nós estamos aqui com o intuito de colaborar. Ninguém é doido de ser contra uma matéria dessa, que chega tardiamente, mas o que nós não podemos é, por um lado, ganhar o cidadão, mas esse mesmo cidadão que vai ganhar é o que precisa da assistência social, precisa do acolhimento do morador de rua, precisa da tabela do SUS, precisa do transporte coletivo, e esse dinheiro vai fazer falta no caixa das prefeituras. Então, eu estou aqui em nome... E aqui há convergência das duas entidades, porque nós tivemos, sim, divergência na reforma tributária. Acho que está um pouco alinhado agora, meu caríssimo, mas eu quero dizer que aqui nós convergimos, ou seja, as emendas podem ser diferentes, mas a causa é a mesma, ou seja, nós não queremos perda.

Agora, também, por fim, eu queria dizer o seguinte: por que o fundo não resolve esse problema, o aumento? Quer dizer, então, que eu vou aumentar o Fundo de Participação dos Municípios? Isso vale para cidades pequenas, mas o Fundo de Participação dos Municípios, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade média e grande, é bem pequenininho. Então, se eu for para esse caminho, eu não resolvo esse tema.

Então, gratidão aqui por nos acolher. Estamos aqui à disposição para este debate. Quero cumprimentar o trabalho do Senado, que é uma Casa que tem dado grandes demonstrações, ao longo da sua história, de equilíbrio, por fazer esse equilíbrio das representações federativas.

E eu não espero outro caminho de vocês, que é o bom senso. E cada um conhece o Brasil mais do que o Prefeito de Porto Alegre e, com certeza, vão dar um bom destino para este tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Prefeito, por sua colocação inicial.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. André Horta Melo, que é Diretor Institucional do Comsefaz, que é o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com a palavra, André.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO (Para expor.) – Senador Renan, Presidente, muito obrigado pela oportunidade de participar. É uma grande honra para o Comsefaz. Receba o abraço do Presidente Flávio César, que também é Presidente do Comitê Gestor – Presidente do Comsefaz e do Comitê de Gestor do IBS.

Quero dizer da importância deste momento de a gente estar discutindo uma das reformas mais esperadas pelos cidadãos brasileiros e pelos técnicos em geral. Quero saudar aqui o Paulo, da CNM, o Prefeito Sebastião e o meu amigo Secretário Barreirinhas. O Secretário Barreirinhas, como eu, é um técnico.

A reforma do Imposto de Renda... É no Imposto de Renda que se exercita, efetivamente, a progressividade. Você exercita a progressividade em tributos patrimoniais, mas os tributos patrimoniais não têm uma fiscalidade que toque as questões de Estado como tem o Imposto sobre a Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este momento é muito importante, de a gente estar reformando o Imposto sobre a Renda, primeiro porque isso é uma obrigação constitucional: pelo princípio da capacidade contributiva, os impostos terão caráter pessoal e observarão a capacidade econômica do contribuinte. Então, primeiro é para cumprir a Constituição, de saída. Segundo que, neste projeto, retorna, depois de mais ou menos 30 anos, a tributação dos dividendos, da distribuição dos dividendos para a pessoa física. Essa exceção brasileira finda com esse projeto de forma muito louvável para nós, porque é um país desigual e é justamente na tributação dos dividendos que é mais fácil exercitar a redução de desigualdades, e isso estava lacunoso no nosso sistema tributário. Então, essa constituição, essa participação e essa volta da tributação sobre a distribuição de dividendos é vital e é central neste projeto.

Esse diálogo foi interditado várias vezes, Presidente, pela alegação, por exemplo, da tributação da alíquota nominal de 34% da pessoa jurídica. Ora, primeiro que os países tributam na jurídica e na física, e segundo que, pelo observatório tributário europeu, a alíquota efetiva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – ... do Imposto de Renda na PJ brasileira não chega nem à metade disso, desses 34% – isso comparando o lucro real com o lucro real, se a gente incluir aí lucro presumido e Simples Nacional, isso cairia mais ainda, então, esse volume não se justifica. E segundo, mais importante, este ano, Sr. Presidente, a Editora Contracorrente lançou uma obra que eu acho que é uma das mais importantes do estudo da tributação brasileira, chamada *Solidariedade Fiscal*, importante para o Brasil e para o resto do mundo porque, afinal, todos os países aí estão nessa análise comparativa internacional da tributação.

Veja a tributação sobre o consumo, no Brasil, esses dois últimos gráficos ali. Olhem que 14% do nosso PIB são tributados no consumo e 11% na OCDE e em países de alta renda. Então, é uma questão da regressividade brasileira a gente tributar mais indireto do que direto. Agora, olhem a proporção, de 11 para 14. Vejam que, quando a gente fala de pessoa jurídica, a distribuição em relação ao PIB, seja em países mais ricos ou em países menos ricos, é aí, mais ou menos, em torno de 3%. Então, o Brasil não se distingue muito dos demais países, na pessoa jurídica, usando o PIB. O PIB não é uma boa régua para o Brasil. A Inglaterra tem quase o mesmo PIB que o Brasil, mas a renda *per capita* é muito mais alta e a arrecadação *per capita* é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito mais alta, mas nós temos quatro vezes mais população do que eles. Embora não seja uma regra boa, vejam que a gente não foge muito da tributação sobre a PJ.

Quando se chega à pessoa física, aí sim, está a lacuna brasileira, seja nominal, seja proporcional. Vejam que, nessa primeira parte do quadro aqui, comparando a OCDE, a Europa e o Brasil, enquanto os países mais desenvolvidos tributam quase 9% do seu PIB na pessoa física, o Brasil tributa em torno de 3% do seu PIB na pessoa física. Então, se é um local, se é um tributo em que há um *gap*, em que há uma lacuna na tributação, é no Imposto de Renda da Pessoa Física.

Por isso, é muito saudável que esse projeto esteja aqui, com a tributação mínima sobre a alta renda, preenchendo essa lacuna técnica, essa necessidade de preenchimento de espaços, de financiamentos para a população brasileira, de melhoria da cidadania, que se está trazendo aqui. É uma iniciativa, ainda, pelo espaço que nós temos aqui, muito modesta, mas é um início extremamente importante, simbólico, para o que faremos nas próximas investidas em relação a esse tributo.

Aqui, Presidente, trago agora principalmente a preocupação da gente que é o impacto no federalismo fiscal brasileiro que esse projeto está trazendo. Da forma como o Governo Federal apresentou o projeto de lei, colocando aí os prós e os contras, as receitas e as perdas que os estados e municípios têm, vê-se que os estados são os grandes perdedores dessa alteração. Vejam bem, os grandes perdedores e os grandes apoiadores do projeto. Esse projeto é extremamente importante para a cidadania brasileira, extremamente importante para a sociedade brasileira e os estados e as fazendas estaduais estão apoiando esse projeto. Isso é extremamente importante.

Mas é aquilo que o Prefeito Sebastião estava falando agora: não adianta você dar com uma mão e tirar com a outra. Precisamos garantir também que os serviços públicos continuem. E, para os serviços públicos continuarem, a gente precisa que o financiamento continue e seja garantido.

Vejam que há uma margem aqui: há um ganho para a União de R$9 bilhões e há uma perda para os estados de R$2 bilhões, no projeto original. Então, há uma margem de R$7 bilhões dentro do projeto original, havia essa margem de R$7 bilhões. Essa margem... Estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando margem porque isso é margem. Por exemplo, a Lei Complementar nº 194, no seu primeiro ano, tirou R$100 bilhões dos estados. Então, estou falando aqui de R$7 bilhões. É algo muito pouco significativo em relação a outros projetos que já passaram pelo Congresso.

Então, essa margem de R$7 bilhões é importante por três motivos. O primeiro é porque garante a compensação. Então, não se vai aqui agora melhorar a sociedade brasileira num aspecto e depois reduzir estrada, posto de saúde, escola. Você vai garantir que esses serviços continuem sendo prestados.

Segundo, essa margem é importante para a segurança da transição, porque nós não sabemos, depois de colocado o projeto... Por exemplo, na França, quando foi tributar novamente dividendos, quando se viu o erro que foi deixar de tributar, quando se voltou a tributar dividendos, 30% foi reinvestido na empresa. Então, ficou 30% menor do que se tinha no ano anterior à aplicação.

Então, qual é a margem nacional? Não sabemos. Então, precisamos de uma margem de trabalho para poder garantir que não haja perdas nesse segundo momento.

E terceiro, desde o projeto original – esse resíduo do projeto original –, ele já está previsto, desde a Câmara, que, se compensar totalmente estados e municípios, será usado para a redução de um imposto indireto. Então, esse projeto, que é um projeto que louva a progressividade, ele se tornaria ainda mais progressivo, porque ele seria compensado no imposto regressivo.

Então, veja que as razões do projeto original são extremamente importantes, e louvamos isso, porque isso, claro, garante que as compensações sejam feitas e que a sociedade brasileira receba, em toda a sua plenitude, a vantagem, a importância que esse projeto tem de uma reforma tributária sobre um imposto progressivo.

Agora, o que nos preocupa hoje é a alteração que houve...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – ... nos valores que foram desidratados quando da aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu agora é que a gente tem, mais uma vez, os estados como os grandes perdedores, mesmo colocando ganhos e perdas do projeto. Mas temos uma margem para a União de R$5,7 bilhões, e, mais ou menos, um número da perda dos estados e municípios com essas alterações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com as alterações?

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Como está o projeto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Como veio da Câmara?

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Como veio da Câmara. Como veio da Câmara, hoje, não temos nenhuma segurança. Veja que, claro, como se compensa pelo FPE, mesmo que esteja equilibrado, mesmo que se dê exatamente isso aí, mesmo que o reinvestimento não aconteça, ainda assim pode ser que, por causa dessa assimetria da compensação, provavelmente vários estados vão perder.

Então, a nossa preocupação e a nossa vinda aqui hoje, Senador, são para reforçar a questão das compensações. Tem aqui uma excelente emenda. O Senador Veneziano trouxe a proposta de compensar os municípios. Mas veja, se nós refizermos o financiamento, se nós recompusermos o financiamento, essa emenda nem seria necessária, Senador, porque isso o próprio projeto já garantiria.

E é isso que nós queremos; nós não queremos necessidade de compensação. É importante que, dentro do próprio projeto, ele já seja equilibrado. Evidentemente, a emenda do Senador foi sobre municípios, mas eu gostaria que acrescentasse também os estados, Senador, para a higidez constitucional ficar plena e não ficar só um dos entes, vamos apresentar a emenda nesse sentido, mas o senhor sabe, Senador Renan, que houve a retirada de fundos, de Fiagro, houve a discussão se entrariam ou não as *bets*. Então, há outras fontes de financiamento que podem retornar e garantir a segurança, a importância e o financiamento desse projeto.

Então para que todos fiquemos de mãos dadas – a sociedade brasileira – neste momento tão importante, que é a reforma do Imposto de Renda, nós gostaríamos, aqui hoje, de pedir a V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. que recompusesse, da forma que o senhor achar mais técnica, esse financiamento, para que esse projeto possa apresentar... para que a gente possa entregar à sociedade brasileira uma evolução, como nós queremos, do financiamento público e do próprio interesse público.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, o Sr. Robinson Barreirinhas.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente; muito obrigado. É um prazer estar aqui novamente, Presidente, participando deste debate.

Uma saudação especial aos componentes da mesa, aos Srs. Senadores, ao Presidente Jaques Wagner, ao Senador Veneziano, a todos aqui presentes. Quero parabenizá-lo também, Presidente, pela formação desta mesa: o senhor compôs a mesa com parceiros, com amigos.

Hoje nós passamos, no Brasil, por um momento de fortalecimento do federalismo de compensação, por conta da reforma tributária, do consumo. Todas as entidades aqui nesta mesa são parceiras nesse esforço: a CNM (Confederação Nacional dos Municípios); a Frente dos Prefeitos; o Comsefaz, aqui representado pelo amigo Horta; todos aqui participam da regulamentação da reforma tributária com debates riquíssimos, que demandam um alinhamento necessário para que essa regulamentação trate do IVA uniformemente no Brasil.

Todos aqui estão à mesa conversando para a implementação da reforma tributária como nunca antes se viu no Brasil, com esse tipo de cooperação, e não há por que ser diferente aqui na reforma da renda. Parece-me que nós estamos em conformidade no sentido de que não pode haver perda nem para a União, nem para estados, nem para municípios.

É nesse contexto que eu gostaria de colocar alguns dados aqui para contextualizar este debate.

É importante dizer que essa reforma da renda é um resgate em favor da população brasileira. É importante lembrar que a tabela do Imposto de Renda ficou sem correção de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a 2022, uma defasagem de quase 60% da tabela do Imposto de Renda! Se a tabela do Imposto de Renda fosse atualizada anualmente, como foi no período anterior a 2015, nós não estaríamos tendo esta discussão aqui; não teria esta discussão. Se a tabela tivesse sido corrigida nesse período, estados e municípios não iam dizer: "Olha, não corrija a tabela do Imposto de Renda, que eu vou perder". Nunca se alegou isso. O que nós estamos fazendo, neste momento, é uma correção forte, sim, e mais equilibrada, beneficiando as pessoas mais pobres do Brasil, equilibrando com a arrecadação do andar de cima, para fazer um resgate desse período todo.

Vejam que é um resgate desse passado, aqui. Nesse sentido, não há que se falar em prejuízo para estados e municípios; há que se falar em um reequilíbrio da tributação em favor da população brasileira. Isso é importante que a gente coloque aqui. Não estou subestimando a necessidade de manter o equilíbrio fiscal de estados e municípios – e a gente chega lá –, mas é importante termos clara esta premissa: não vamos deixar de beneficiar a população brasileira por conta de não levar em consideração esse resgate necessário desses sete anos sem correção da tabela do Imposto de Renda.

Um outro ponto importante de destacar é que a União, os estados e os municípios são parceiros do Imposto de Renda; somos sócios do Imposto de Renda. O Imposto de Renda não é da União, para bem e para mal!

Nos anos anteriores, Presidente, nós fizemos um resgate da base tributária brasileira. Nós começamos a tributar, por exemplo, investimentos em paraísos fiscais, em *offshores*; nós passamos a tributar o rendimento nos paraísos dentro do Brasil, que eram aqueles fundos familiares. No ano passado, com isso, nós arrecadamos R$30 bilhões de Imposto de Renda; metade disso foi para estados e municípios.

Então, os municípios receberam R$7,5 bilhões a mais de Imposto de Renda via Fundo de Participação dos Municípios; e os estados receberam R$7,5 bilhões a mais de Imposto de Renda por conta dessa medida de resgate que foi feita no passado.

Nós afastamos um regramento que havia de subvenção de custeio, aprovado aqui no Congresso Nacional. Nós tínhamos um gasto tributário de aproximadamente R$35 bilhões por ano com essa subvenção de custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela Dirbi, a declaração feita pelos próprios beneficiários, o uso desse gasto tributário no ano passado foi de apenas R$5 bilhões, ou seja, nós temos uma economia de gasto tributário em termos de Imposto de Renda em torno de R$30 bilhões. Isso significa R$15 bilhões a mais de Imposto de Renda para estados e municípios via fundo de participação.

"Ah, mas isso são apenas números." Não são, não. Eles são demonstrados, e eu trouxe os dados. A gente até conversava antes que quem mais entende de fundo de participação é o meu amigo Rogério Ceron, do Tesouro. Eu peguei os dados com o Tesouro e o aumento do Fundo de Participação dos Municípios neste ano vai ser de 11% em relação ao ano passado; R$19,7 bi já descontado o fundo para educação, ou seja, quase R$20 bilhões a mais no Fundo de Participação dos Municípios.

E por que houve esse aumento? Por conta das medidas do Imposto de Renda, principalmente, que aumentaram. Nós fizemos diversas medidas para recuperação da base do Imposto de Renda que, de novo, beneficiam estados e municípios, que são titulares de 50% desse Imposto de Renda.

Então, não há que se falar nesse sentido também de perda, pelo contrário, houve um grande ganho e continuará havendo esse ganho nos próximos anos porque são medidas recorrentes. Mesmo no caso do *offshore* e fundo fechado, os dados preliminares da Receita mostram que esses valores se repetiram este ano, ou seja, não houve fuga de investidor em relação a isso.

A arrecadação do Imposto de Renda permanece alta por conta dessas medidas, mas mesmo assim: "Não, tudo bem, isso é passado, nós podemos dizer que já melhoramos, estados e municípios receberam R$30 bilhões a mais nesses últimos anos, vão começar esse ano", mas e em relação ao Imposto de Renda? Sensibilizados todos com este debate, foi colocado ali na discussão toda, na Câmara dos Deputados, um dispositivo deixando clara a garantia dessa compensação para estados e municípios caso haja, de fato, uma perda.

E o que foi dito? Independentemente desses pontos que eu disse, independentemente do aumento de 11% neste ano no fundo de participação, por conta de tributação de *offshore*, de fundo fechado, de subvenção de custeio, independentemente disso, o que diz o art. 4º do projeto de lei? Que estados e municípios que tiverem eventualmente perda por conta da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

retenção serão compensados pelo aumento do fundo de participação por essas medidas aqui dentro desse projeto, do Imposto de Renda mínimo, das altas rendas.

E nós estamos tranquilos de que isso é equilibrado, mas estados e municípios vieram com uma crítica razoável: "Olha, globalmente pode até haver o equilíbrio, mas pode ter estado que ganha mais e estado que tenha um prejuízo". Isso pode acontecer mesmo. E eu não diria, Prefeito, que são os grandes municípios que devem perder, nem os menores, talvez os médios, a rigor.

Os menores municípios tendem a pagar um salário que já vai ficar na faixa de isenção ou na faixa de redução. Então, podem ter uma perda até maior do que estados maiores; estados médios, igualmente. Os estados maiores talvez sejam os que têm menos perda, porque têm salários, muitas vezes, superiores a essas faixas aqui de isenção e de redução, e não teriam benefício – mas veja que isso tem que ser visto caso a caso, conforme as folhas de pagamento de cada um.

É por conta dessa variabilidade que foi colocado o dispositivo do parágrafo único do art. 4º: olha, se mesmo depois de tudo isso houver perda, haverá compensação trimestralmente para esses estados e municípios. Isso foi colocado a pedido de estados e municípios.

E cabe a nós agora, dentro desse federalismo de cooperação, construirmos isso, que não é fácil de também calcular: nós vamos pegar cada um dos cinco mil e tantos municípios, verificar a folha de pagamento, quanto era arrecadado antes, quanto foi arrecadado depois, quanto teve de aumento do fundo de participação por conta da medida compensatória. Se houver ganho, sorte do município – e em muitos casos, vai haver ganho –; se houver perda, aí o projeto prevê a compensação para esse município. Está lá no art. 4º, parágrafo único, não é?

E em relação às contas, meu amigo André, depois eu posso olhar ali, a gente fez um pouco diferente a conta, não vejo dessa forma, pelo menos, o resultado. Quando se diz, por exemplo, simplificando os números, que o impacto negativo da conta de redução é R$25 bilhões e, na nossa conta da Receita Federal, o impacto para município é R$3,5 bilhões, na retenção na fonte, e para estados, R$1 bilhão, ou seja, R$4,5 bilhões – vamos arredondar para R$5 bilhões o que estados e municípios deixarão de reter –, esses R$25 bilhões incluem os R$5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões da retenção. Significa dizer que, a rigor, vai ter R$20 bilhões a menos de entrada de Imposto de Renda via Darf da União...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – ... e menos R$5 bilhões de arrecadação na retenção na fonte. O impacto, então, para estado e município é metade dos R$20 bilhões, porque, dos R$20 bilhões que entram, metade é da União, metade é de estado e município, R$10 bilhões; mais os R$5 bilhões: R$15 bilhões. O que precisa ser compensado são esses R$15 bilhões globalmente. Por isso que nós entendemos que isso é mais do que compensado pela medida lá do imposto mínimo, inclusive, depois das alterações.

É verdade que, depois das alterações, esse espaço ficou mais apertado, e é por isso que, por conta dessas alterações, pode haver municípios... pode, não, haverá estados e municípios que vão ganhar com a medida, vão ter aumento de arrecadação, e pode ter, sim, estados e municípios que vão ter redução e, nesse caso, aplica-se o art. 4º, parágrafo único: a União deverá compensar trimestralmente nesses casos aí, está bom?

Então, veja, são dados que eu coloco aqui para enriquecer este debate, Presidente. Estamos aqui à disposição para os debates e, independentemente disso, posteriormente também, à disposição para acompanhar ou oferecer mais dados aqui para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos ao Secretário Especial da Receita.

Antes de passarmos à fase, efetivamente, dos debates – e já temos várias inscrições –, eu queria só comunicar mais uma vez, como todos estão acompanhando, que esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado está empenhada em votar rapidamente o imposto zero para quem ganha até R$5 mil e alíquotas escalonadas de R$5 mil até R$7.350.

Este é, não tenha a menor dúvida, o projeto mais importante do ano a ser analisado por esta Comissão e por este Senado Federal, que não tem faltado ao país. Em todos os momentos em que esteve em debate, em discussão, em apreciação o interesse nacional, o Senado verdadeiramente se posicionou em sua defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não significará dizer que, no cumprimento do nosso papel, da nossa missão constitucional, nós vamos fechar os olhos para inconstitucionalidades. Aqui, efetivamente, não passará nada inconstitucional, senão nós estaríamos abrindo mão verdadeiramente do exercício funcional que todos estamos obrigados a cumprir, em função da Constituição Federal. Então esta discussão – se vai ter emenda, se não vai ter emenda – é uma discussão superada. Se tivermos que fazer emendas, nós vamos fazer emendas, sim. Apenas nós não cogitamos a volta deste projeto para a Câmara dos Deputados, porque lá, na Câmara dos Deputados, este projeto lamentavelmente se viu como instrumento de chantagem, para se colocar na Ordem do Dia da Casa projetos que não têm nada a ver com as prioridades da sociedade. Durante várias oportunidades, o próprio Relator do projeto colocou que não votaria o projeto antes de votar a PEC da blindagem e depois de votar a anistia, e se chegou a votar até a urgência, antes de apreciar o projeto.

Então, o que nós pudermos fazer para que esse projeto não volte para a Câmara, onde teve uma tramitação atípica, nós vamos fazer, o que não significará dizer que nós não vamos fazer emendas. Nós vamos fazer emendas. O Regimento estabelece muitas hipóteses para se fazerem emendas. Nós poderemos suprimir o que for inconstitucional, de pronto. Isso pode voltar para tramitar na Câmara, desde que modificado aqui no Congresso Nacional. Mas fiquem todos certos de que nós não vamos abrir mão da nossa obrigação de legislar. O Senado não pode fazer isso, muito menos esta Comissão de Assuntos Econômicos, que, nesta matéria, teve o privilégio de ser a Comissão única em que esta matéria tramitará. Então, tem algumas coisas que precisam ser debatidas, esclarecidas.

Quando mandou o projeto para a Câmara dos Deputados, o Governo previa a neutralidade, a mesma neutralidade que o Governo está prevendo agora, depois das modificações que a Câmara fez, ou seja, o projeto não é o mesmo, o projeto foi alterado. No projeto, nós temos, inclusive, pegadinhas, várias pegadinhas. Uma delas é que o Relator alterou a questão da distribuição de lucros que são remetidos ao exterior, trazendo para o debate de uma isenção de Imposto de Renda da Pessoa Física aspectos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. E mais: com relação aos dividendos, à distribuição de dividendos, o Relator estabeleceu uma regra que é uma pegadinha. Os dividendos que serão registrados até dezembro de 2025 poderão ser recebidos com isenção até dezembro de 2028, o que significará dizer que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ter, no próximo ano, dividendos que pagarão Imposto de Renda e dividendos que serão isentos do pagamento de Imposto de Renda.

O Relator também, em várias entrevistas, disse que não permitiria que houvesse uma elevação das alíquotas das *bets*. Isso não tem nada a ver com esse projeto. Isso estava sendo tratado na Medida Provisória 1.303, mesmo assim vários setores, como LCI, LCA, CRA, CRE, Fiagro, foram blindados. Ele não blindou as *bets* porque preferiu trabalhar para derrubar a medida provisória.

Então, esse é um debate que está eivado de irregularidades, e o que o Senado tiver que fazer para consertar essa tramitação, o Senado vai fazer, não faltará coragem para o Senado fazer isso. Nós queremos evidentemente colaborar. Esse é um passo significativo que se dá, mas não significa dizer que nós vamos fechar os olhos para inconstitucionalidades, não fecharemos.

Nós temos já alguns inscritos – deixe-me ver aqui –: o Senador Veneziano e o Senador Fernando Dueire.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Com a palavra V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito grato.

As minhas saudações a V. Exa. e aos nossos companheiros Senador Mecias, Senador Fernando Farias, Senador Dueire, Senador Jaques Wagner, que foi cumprir obrigações suas na condição de Líder, em razão de um debate que também estamos a ter na Comissão de Constituição e Justiça, mas dizia que voltará logo em seguida.

Eu quero saudar de forma muito efusiva o nosso companheiro emedebista, Prefeito da nossa amada capital do Rio Grande do Sul, Prefeito Sebastião Melo; e saudar o nosso representante, Dr. Paulo Caliendo, que aqui fala pelos mais de 5,5 mil municípios brasileiros, falando pelo nosso Presidente Paulo Ziulkoski.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o meu Secretário Robson Barreirinhas, figura muito presta, até mesmo em horas e em dias em que não deveria. Eu o incomodei, nesse final de semana, fiquei morto de vergonha, mas, enfim, quero aqui fazer o registro da sua prontidão e das suas atenções. Cumprimento o Dr. André Horta.

Presidente, eu começo fazendo algumas observações, até porque esse debate se deu com a sua preocupação quando chegara às suas mãos, acertadamente, para relatá-lo. Com a sua experiência e com a sua higidez de propósitos, prontificou-se de rapidamente trazer, após quatro audiências que nós estamos a ter – no caso, hoje, a terceira –, para que nós façamos um projeto levando-se em conta uma preocupação que é exatamente a de que milhões de brasileiros estão na expectativa de poder ver a iniciativa já em plena vigência para o ano de 2026, mas, sim, que nós nos permitamos fechar os olhos e deixemos de identificar, inclusive pelas suas colocações, graves situações que foram geradas e produzidas na Câmara dos Deputados.

E aí, quando V. Exa. faz menções de que o Senado Federal não se furtará às suas obrigações constitucionais, até mesmo quando essas sejam a de fazer retificações, eu, mais uma vez, quero aplaudi-lo, porque recentemente nós corrigimos um erro crasso, um absurdo, uma indecorosa iniciativa que os Parlamentares, colegas nossos, que têm todo o nosso respeito, promoveram, que foi, exatamente, a mencionada PEC da blindagem, e, aqui, nós tivemos a postura de, imediatamente e à unanimidade, sepultá-la, porque não tinha cabimento algum; afinal de contas, foi uma agressão evidenciada na face da sociedade brasileira.

Quando chegou a matéria à nossa apreciação, Presidente Renan Calheiros, eu recebi, por parte da Confederação Nacional de Municípios... Eu tenho uma relação muito forte com o municipalismo do nosso estado, como todos nós aqui o fazemos em cada uma das nossas unidades, e lá na Paraíba não é diferente. E havia essa preocupação. E eu perguntava, porque eu não estaria a apresentar – porque nunca haveria de fazê-lo – algo que não tivesse uma consistência, que não tivesse um fundamento.

E a primeira pergunta foi: vocês podem me trazer fundamentos que mostrem a viabilidade, a pertinência e a oportunidade dessa emenda? E a Famup, através da Confederação Nacional de Municípios, trouxe-nos números que mostram, exatamente, possíveis prejuízos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarão a se abater sobre a realidade dos municípios. E o Dr. André faz boa menção para que nós pudéssemos... E aí o Presidente Relator haverá de, inclusive, incluir, sem que, necessariamente, façamos esse aditamento à nossa emenda.

Então, há uma comprovação. A mim me parece que o meu Secretário querido Robinson Barreirinhas não desconhece que há, sim. E aí eu quero discordar do meu Secretário, porque, quando ele menciona que, durante estes últimos anos, houve iniciativas tomadas pela União que terminaram por beneficiar estados e municípios, eu não levo nessa linha, porque o que nós vimos... E aí as nossas menções congratulatórias às iniciativas, e aqui estiveram V. Sa. e o Ministro Haddad a demonstrar essa vontade de fazer correções, entre as quais a dos gastos tributários, que é outra excrescência que acontece em nosso país. Mas, quando V. Sa. fala sobre os R$30 bilhões que foram compartilhados – R$15 bilhões com estados e municípios –, eu não vejo como ganho; eu vejo que, durante muitos anos, nós não tínhamos o acesso àquilo que nos era devido. Então, não é um ganho; você está consertando o passado.

E também não vejo como desconhecer que, em uma realidade com a qual nós estamos, na prática, lidando, possa ser dito, assim: "Olha, nós já tivemos esses ganhos e vamos deixar de observar essas perdas". Não, porque obrigações os municípios já passaram a ter com a realidade atual e que será, possivelmente, outra – possivelmente e sob um aspecto negativo –, a partir de 2026. Está entendendo, Presidente Renan? Essa é uma preocupação.

Aqui, claro, nenhum de nós, em sã consciência, desconhece que a iniciativa do Presidente Lula e do Governo, que é a de produzir um pouco mais de justiça tributária num Brasil de 500 anos de injustiças, é mais do que acertada, mesmo que tardiamente. São mais de 20 milhões de brasileiros que passarão a ter a oportunidade de pagar menos ou de não pagar, quando passaram muitas e muitas décadas pagando por outros afortunados e abastados.

Essa é a correção e essa é a sensibilidade que o Presidente Lula, através da sua equipe, teve quando apresentou um projeto que dormitou durante sete meses. Eu não concebo o apelo tão grande que esse projeto tem, Presidente Renan... E só a sua sensibilidade de identificar e a sua autoridade de dizer que serviu esse projeto para outros fins, nas mãos de alguns agentes políticos que estavam na Câmara dos Deputados, para passar de seis meses, de sete meses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sete meses!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sete meses! Essa matéria era para, em dois meses, ou em três meses, no máximo, já ter chegado aqui ao Senado Federal, de tão consistente o fundamento e o seu objetivo.

Então, a minha preocupação, ao apresentar a emenda, é a de que nós, de maneira taxativa, e não na dependência de superávit do Governo Federal, ao identificarmos perdas possíveis para municípios e estados, tenhamos essa recomposição, simplesmente. Penso aí que a sua consultoria, Presidente, é que haverá de identificar se ela é uma proposta redacional que evitaria, portanto, novas apreciações – quem sabe mais tempo à Câmara e àqueles que desejam utilizar desses meios para outros fins. Mas penso que, redacionalmente, nós faríamos esse apontamento para deixarmos bastante evidenciado.

Houve prejuízos, edificados e comprovados prejuízos. Isso não está na dependência se o Governo Federal vier a ter superávit; garantir-se-á que municípios e estados não percam. Essa é a nossa preocupação, e foi por essa razão que, modestamente, apresentamos essa sugestão.

Ademais, eu quero saudar a todos os expositores que trouxeram, claramente, que há possíveis perdas, mas isso não justifica que não levemos adiante um projeto maior, que objetive garantir a milhões de brasileiros aquilo que eles merecem há muito tempo, que é essa isenção até os R$5 mil e, gradativamente, até os R$7,35 mil.

Obrigado, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós estamos tendo a participação de muitos internautas que estão mandando perguntas que, eventualmente, podem ser respondidas por qualquer um dos que participam deste debate.

O Giovanni, de São Paulo, pergunta: "Quais [...] os impactos financeiros e fiscais previstos no PL 1.087/2025 sobre estados e municípios e como [...] [vai se dar] a compensação [...]?"

É exatamente esse o debate que nós estamos levando a efeito hoje aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Mariana, de São Paulo: "Há estimativas oficiais sobre possíveis perdas ou ganhos de receitas decorrentes da proposta?".

O Rogério, do Rio Grande do Sul: "Se a arrecadação ficasse mais com estados e municípios, isso não estimularia o desenvolvimento regional, [em vez] de punir quem produz?".

O Charles, de Pernambuco, pergunta: "Qual o impacto nos municípios pequenos dependentes exclusivamente do [...] [Fundo de Participação dos Municípios] e do ICMS, uma vez que não conseguem arrecadação própria efetiva?".

E a Matilde, do Distrito Federal – daqui do Distrito Federal –, diz: "Município que cumpre seu papel nas políticas públicas de saúde, meio ambiente e educação deve ter prioridade" – pergunta.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Dueire.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discursar.) – Presidente Renan, Srs. Senadores aqui presentes, faço uma referência especial a todos que estão à mesa.

Há uma preocupação nossa, que já foi apresentada. Aliás, o Senador Renan Calheiros foi pleno na sua exposição ao concluir o espaço que cada um dos convidados teve para falar. Ele, inclusive, foi tão pleno que contemplou todos nós que aqui estamos.

É um absurdo, Senador Renan Calheiros, que o Relator na Câmara tenha passado sete meses com a matéria de tamanha importância para o país, com a prática, eu diria, pouco republicana. Ele faltou ao Brasil e aos brasileiros, mas queria, aqui também, puxar um pouco a conversa, o depoimento, a narrativa, a iniciativa do Senador Veneziano, porque nós, políticos que representamos a Federação brasileira, aqui estamos, no Congresso Nacional e no Senado, temos uma responsabilidade muito grande com a cadeia federativa. Visitamos, não só recebemos os Prefeitos, mas visitamos os Prefeitos nas mais diferentes regiões: municípios pequenos, médios e municípios grandes. O que ocorre é que as responsabilidades são imensas, as competências são muito grandes e o que lastreia, o que pode lastrear um gestor municipal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, é muito pouco, Secretário, para tamanho desafio. Só indo lá, convivendo, participando, ouvindo, aprendendo, é que a gente tem uma plena consciência de que a inversão de prioridades é urgente.

O que aconteceu foi uma recomposição. O que chega aqui atrasado e que o Senador Renan Calheiros diz, com muita propriedade, é uma atualização, e o senhor falou isto: a recomposição é uma atualização. Mas há, claramente, uma depressão para os municípios e para o estado, como falou o Dr. Horta – para alguns estados – que precisam desses recursos para sobreviver. É lá onde vive gente, é lá onde as coisas acontecem, e nós não podemos nos silenciar diante disso. Por isso, eu subscrevo a emenda do Senador Veneziano e me abasteço de animação com o que eu ouvi do Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão e Relator desta matéria aqui, no Senado.

Portanto, Senador Renan, eu me sinto abastecido com o que o senhor falou, o senhor foi muito pleno e agradeço o espaço de ter podido aqui me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Fernando Dueire.

Eu concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Renan, quero cumprimentar V. Exa. e todos os membros da mesa.

Presidente Renan, ninguém no Senado Federal ou no Brasil, quem o conhece sabe da sua correção e da sua capacidade de fazer um projeto aqui, ouvindo todos, e fazendo com que ele ande o mais rápido possível, para não prejudicar a população brasileira.

Todos nós aqui somos sabedores, como eu já disse, da sua correção e da sua capacidade. Não tenho dúvida de que o projeto está sobre boas mãos, tanto nesta Comissão quanto sob sua relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu ouvi, aqui, algumas questões. Eu ouvi o Secretário Robinson, o Dr. Robinson, falar que houve um acréscimo, se não me engano, cerca de 15% sobre o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Doze por cento.

E eu não consigo entender por que os Prefeitos e Governadores estão reclamando tanto de queda de arrecadação, de queda de transferência do Fundo de Participação dos Municípios para os municípios – pelo menos, alguns Prefeitos no meu estado têm me reclamado bastante dessa queda de arrecadação; da queda de transferência, não de arrecadação, queda de transferência do FPM para os municípios.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. André – se o senhor tiver conhecimento. Quais as regiões do Brasil que mais perdem com o imposto, com esse projeto? Quais as regiões do Brasil que mais perdem?

Os municípios e estados, como eu já disse, reclamam sempre da queda do FPM e do FPE. E, aqui, eu quero fazer um apelo a todos os Senadores – em especial o Senador Renan Calheiros –, de que mesmo que a gente tenha que devolver o projeto para a Câmara, que a gente possa fazer uma lei enxuta, para que os municípios... Porque a gente pode estar aqui ajudando cerca de 20 mil ou 20 milhões de brasileiros com o FPM, ou melhor, com o Imposto de Renda até R$5 mil, mas, ao mesmo tempo, nós poderíamos estar prejudicando outros milhões com a queda de arrecadação nos municípios – em especial, eu imagino, na Região Norte e na Região Nordeste do Brasil.

É um apelo que eu faço e, talvez, a emenda do Senador Veneziano, ou talvez a sugestão dada aqui pelo Dr. André, possa, talvez através de uma emenda de redação, ser acrescida e não ser devolvida à Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar todos os membros da Mesa e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui com os senhores.

É isso, Presidente Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, André.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO (Para expor.) – Senador Mecias, muito obrigado pela oportunidade de intervenção.

De fato, quando o projeto vai incidir, retirar a folha e o Imposto de Renda propriamente dito – porque a parte da União tem distribuição de FPE e FPM –, na hora de compensar e quando vai crescer a arrecadação compensatória, termina havendo um certo equilíbrio, porque a compensação também virá via FPE e FPM, pelo menos no bojo do projeto, naquilo de receitas, de ganhos e perdas que o projeto tem.

Isso para que o senhor está chamando a atenção, que é extremamente importante, eu quero lincar com o que o Paulo falou no início aqui, sobre a característica, Senador Renan, dessa receita pública.

Veja, a gente não está falando aqui da perda da retenção dos salários, a gente não está falando aqui de perda de repasse. O que essa tese do Supremo disse foi que os estados e municípios têm titularidade sobre essas receitas.

Então, para que serve essa categorização, esse aquilatamento dessa receita pública pelo Supremo? Serve para algo que não é abstrato, algo que é essencial para a gente interpretar a Constituição e, quero crer, na construção legislativa, que é o pacto federativo. O pacto federativo precisa ser observado quando se altera, quando se mexe nas questões tributárias brasileiras. A primeira coisa que a gente tem que sopesar é que, quando você teve a reforma de 1967, quando você tem a reforma de 1988, o pacto federativo sempre esteve ali presente. É isso que a gente precisa pensar para o povo brasileiro, para que esse projeto, Senador Mecias, não entregue com uma mão e reduza a sua vantagem com outra.

"Vamos dar um pouco mais de dinheiro à população." Louvável, todos nós apoiamos, é isso. Mas, em compensação, não vai ter mais um posto de saúde, as estradas vão ficar um pouquinho... Porque, assim, não tem o que fazer, se vai haver perda, e apresentamos aqui as perdas... Quero fazer um adendo sobre essas perdas: há uma pequena diferença em relação aos nossos números e os da União, porque na União, quero crer, eu estava conversando com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economistas que vão falar aqui quinta-feira – dois deles são amigos meus –, a gente estava abatendo os números do Comsefaz com os números deles, e são mais ou menos os mesmos, não divergem muito. O da União, no cálculo da União, Barreirinhas, quero crer que não foram, talvez, convenientemente cotizados os aposentados, os servidores públicos efetivos foram mais cotizados do que os aposentados. Então, há uma pequena diferença entre o cálculo que a gente fez, mas o Senador vai ver na audiência de quinta-feira que os números são mais ou menos esses que a gente está trazendo, pelo menos o que a gente calculou com outros atores em relação a isso.

Então, veja, estamos aqui apoiando. O projeto do meu amigo Barreirinhas é excelente, o que está aqui; o projeto do Governo é excelente, o que está por aqui, mas a gente pode aperfeiçoar isso aqui.

E eu fico enternecido de ouvir aqui o Senador Veneziano, o Senador Fernando, que saiu, V. Exa. e, principalmente, o Presidente Renan, porque ele está absolutamente comprometido com isso. Isso é extremamente importante, porque vamos tornar esse projeto... vamos entregar o melhor projeto de Imposto de Renda que a população brasileira merece, vamos entregar sem descontos, sem desvantagens, vamos aprimorar essas vantagens.

Então, nesse sentido, essa luta que V. Exa. está trazendo, Senador Mecias, é extremamente importante para o cidadão brasileiro, garantir que essas compensações sejam mantidas agora com a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias, com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Senador.

O projeto é muito bom, eu sempre tenho aqui nas audiências dito isso, e uma coisa hoje é que nem os municípios nem os estados podem perder.

O André falou aí sempre de Imposto de Renda da Pessoa Física de 27,5%, por aí. Então, há algum problema de taxar as *bets*, taxar as *fintechs* para, ao menos, elas chegarem junto dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancos? Não estou dizendo as *fintechs* pequenas – fazer uma escala aí. Como é que seria isso? Eu queria uma explicaçãozinha de vocês.

Enfim, *fintechs* pequenas, tudo bem, mas as *fintechs* grandes deve ter umas quatro ou cinco por aí que já são maiores do que muitos bancos grandes. E isso ser carreado para suprir essa parte dos municípios e dos estados?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela pergunta.

Fiz questão de, no final da intervenção, trazer aqui o mais importante para a gente neste projeto que é a garantia dos recursos que vão garantir a compensação, porque essa emenda importantíssima que o Senador Veneziano está trazendo, para que sejam compensados os estados, só funciona se a gente tiver o recurso. Não adianta jogar isso no Orçamento Geral da União. Não adianta bater ponto a ponto, e a gente depender de calendas do Orçamento Geral da União. O interessante é que o projeto seja hígido, que o projeto seja completo nisso aí. E essa pequena margem que estava lá no projeto inicial é garantidora disso.

Então, para isso é que os estados estão aqui trazendo apoio para o Senador Renan, para que essas fontes de compensação que foram eventualmente desidratadas, na inteligência do Senador, sejam recompostas de forma a garantir os estados. Foi por isso que citei todas. Inclusive, li na entrevista do Senador Renan no jornal. Ele falou LCI, LCA, CRA, Fiagro, *bets*. Qual é o conjunto aqui que garante isso? Nós estamos aqui apoiando qualquer iniciativa nesse sentido. Todas essas são boas. Toda reversão que haja ou inclusão, conforme o caso, todas essas são boas. A questão é que haja essa compensação.

Se, isoladamente, essas discussões talvez merecessem, depois deste projeto, uma atenção maior, isso aí é uma outra coisa. A questão principal para a gente, para os estados, hoje, é garantir que exista, Senador, essa fonte de compensação, porque, se não houver a fonte, não adianta falar em compensação depois, porque não tem o recurso suficiente, que não foi garantido no próprio bojo do projeto. Isto é que é importante: que o próprio bojo do projeto já traga isso, ainda que seja no formato que o Senador Renan está propondo. Vai para lá, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder aprovar logo, o Senado brasileiro não pode esperar, mas nós podemos, depois, alterar, enviar. Aqui, a inteligência do Senado vai saber fazer isso da melhor forma.

Senador, aproveito a oportunidade aqui, porque esse pedido que o Senador Veneziano lhe fez é um pedido formal, um pedido formal para que inclua os estados na Emenda nº 8, se eu não me engano, da compensação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Paulo, com a palavra.

O SR. PAULO CALIENDO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

Eu pedi a palavra para auxiliar na correta e legítima preocupação do Senador Mecias, mas também para me somar ao que foi mencionado pelo ilustre André Horta Melo e ao nosso estimado Secretário Barreirinhas.

O Secretário Barreirinhas muito bem colocou que nós estamos num momento muito importante do federalismo fiscal brasileiro, com a reforma tributária, com os três níveis da Federação, os três entes alinhados na construção de um federalismo cooperativo, o que é uma conquista histórica e constitucional do Brasil, com lealdade federativa e integração.

E só temos a elogiar essa iniciativa da Receita Federal, da Sert (Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária).

Naquele momento, nós criamos soluções para temas muito difíceis. Talvez, aqui, na reforma da renda, nós possamos também buscar, naquele espírito, algumas soluções. Naquele momento, nós pensamos nas possíveis perdas de municípios e estados e cogitamos um seguro-receita aos municípios e aos estados pelas perdas que, possivelmente, pudessem advir.

Essas compensações foram pensadas de forma institucional e não vinculadas a uma discricionariedade em relação às receitas dos superávits.

Portanto, poderíamos pensar aqui – por isso nos somamos à proposta de emenda, e o Presidente Paulo Ziulkoski assim menciona, de forma expressa – em apoio à Emenda 8, porque estabelece esse mecanismo institucional de compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de mencionar, Senador Renan Calheiros e Senador Mecias, que não estamos aqui a debater a desoneração do Imposto de Renda da Pessoa Física. Não estamos questionando se haverá prejuízo em relação ao Fundo de Participação dos Municípios ou dos Estados. Não cremos, inclusive, pelos nossos números, que haverá uma perda, mas há uma certa neutralidade na compensação. Não questionamos também em relação ao ICMS, ainda mais porque nós cremos que a reforma tributária trará ganhos à grande maioria dos municípios do Brasil.

O nosso questionamento se limita tão somente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, que é, como diz o texto constitucional e como reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal e mencionado também pelo ilustre André Horta Melo, de pertencimento aos estados e aos municípios.

Então, é tão somente em relação a essa receita que é dos estados e dos municípios que nós verificamos que poderá haver uma perda que foi conquistada no Supremo Tribunal Federal.

Nós não somos contra o projeto. Somos a favor do projeto, mas o único questionamento que nós trazemos aqui é que, se porventura ocorrerem perdas, que essas tenham um mecanismo institucional de recomposição.

Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Fernando continua com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Que essa perda não seja baseada na pessoa física do Imposto de Renda, que já é 27%.

Eu queria saber se pode pegar uma *bet*, que é 18%, e passar para 27%, para 30%, porque o mundo todo taxa mais do que a gente.

Então, é possível fazer isso logo? É preciso emenda? Como é que puxa isso?

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Posso falar? Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Essa decisão, na verdade, é daqui do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – É o Congresso que vai decidir isso aqui. Se pode, é um valor contra outro valor. Se pode vir, tranquilamente. Isso pode vir tranquilamente de outro valor, Senador, mas é uma decisão daqui do Congresso, do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que as blindagens foram postas no projeto sem as devidas compensações; todas, sem exceção.

É isso que, do ponto de vista da tramitação do projeto, cria muita dificuldade, porque caracterizam inconstitucionalidades, várias, várias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só me chamou a atenção porque é Imposto de Renda contra Imposto de Renda, então, taxar mais o Imposto de Renda; e não taxar mais o Imposto de Renda da Pessoa física, mas taxar outras coisas, para recompor o que o município possa perder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Fernando está colocando também essa parte retida na fonte, que serve como capital próprio. Quais são as sugestões para corrigi-la e quanto isso significa?

O SR. ANDRÉ HORTA MELO – Senador, quero reafirmar, primeiro, o apoio dos estados a essa grande reforma, a importância social, a importância para a cidadania. Isso é extremamente importante.

Estava aqui frisando o grau, a hierarquia, a categoria de titularidade dos estados e municípios para dizer da importância que isso tem para o pacto federativo, porque isso é cotizado na hora em que o Congresso vai analisar o pacto federativo.

Então, essa compensação pode vir, como está dizendo o Senador, de uma verba de outra natureza. Uma verba de outra natureza pode vir a compensar isso aqui.

Agora, de fato, aquilo que é específico de folha, talvez aí era criar realmente uma planilha – Barreirinhas, não sei se vocês pensaram nisso –, para você ver o que foi que teve de perda em 2025, quanto perdeu cada estado e cada município e pagar diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haveria a fonte, por um lado; e, depois, na hora da distribuição, haveria uma distribuição de receitas conforme e segundo as perdas que esses estados apresentarem.

Aí é um formato de compensação diretamente, de cálculo de compensação. A gente pode envolver TCU. O próprio Governo Federal pode fazer esse cálculo, ou os estados entregarem, os municípios entregarem segundo a previsão legal.

Tendo a fonte de recurso, Senador, a grande parte da questão está resolvida. A questão é ter o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, mais uma vez, a todos que participaram desse debate.

Nesta semana, nós vamos – eu queria repetir – encerrar as audiências públicas e, a partir daí, nós vamos trabalhar diuturnamente na formatação do relatório, que deverá ser, sem dúvida nenhuma, um relatório real, que será apreciado rapidamente, mas o Senado fará as alterações que forem necessárias fazer.

Qual encaminhamento nós vamos dar, nós ainda não temos uma definição, mas, neste projeto, que é eivado de inconstitucionalidades, essas inconstitucionalidades podem ser suprimidas. Isso pode constituir um projeto paralelo, que, alterado aqui no Senado, voltaria à Câmara dos Deputados, evidentemente sem prejuízo ao projeto, efetivamente, que trata da renda das pessoas que ganham até R$5 mil e, escalonadamente, até R$7,35 mil.

Quer dizer, eu estou dizendo isto mais uma vez: não sabemos o que vamos fazer, mas vamos suprimir inconstitucionalidades e poderemos ter um desmembramento para que essas matérias que forem alteradas, mas apenas as alteradas, voltem para tramitar na Câmara dos Deputados.

Eu já fui algumas vezes Presidente do Senado Federal e, em várias oportunidades, eu tive a satisfação de desmembrar projetos, desmembrar propostas de emenda à Constituição, fazer PECs paralelas, fazer projetos paralelos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se for necessário fazer, não temos ainda uma decisão tomada, evidentemente, não tenham dúvida, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, de que nós vamos fazer.

Muito obrigado, Secretário Barreirinhas.

Muito obrigado, André Horta Melo.

E muito obrigado, Paulo Caliendo.

É uma honra grande contar aqui com a presença de todos vocês.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Irajá, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 1855/2022, de autoria Comissão de Meio Ambiente, REQ 58/2025 - CAE, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), REQ 68/2025 - CAE, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 94/2025 - CAE, de autoria Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Finalidade:** Instruir o PL 1855, de 2022, que "institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)". **Participantes:** Sra. Mercedes Bustamante, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências; Sra. Júlia Mascarello, Coordenadora-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade - Ministério da Fazenda; Sr. Rafael de Sá Marques, Diretor do Departamento de Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas dos Biomas e Amazônia da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Sr. Mauro Sérgio Vianello Pinto, Presidente do Portfólio Agroecologia Inclusão Socioprodutiva; Sra. Carina Mendonça Pimenta, Secretária Nacional de Bioeconomia - Ministério do Meio Ambiente; e Sr. Rodrigo Justus de Brito, Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Laércio Oliveira
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores que estão aqui presentes ou que nos assistem através da TV Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.855, de 2022, que institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade, em atenção ao Requerimento 58, de 2025, da Senadora Tereza Cristina e dos Senadores Esperidião Amin e Ciro Nogueira, e também ao Requerimento 68, de 2025, de autoria do Senador Jaques Wagner, e ao Requerimento 94, de 2025, de autoria do Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido, para ocupar a mesa, para iniciarmos esta audiência pública, já agradecendo a presença, a Sra. Mercedes Bustamante, que é Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências.

Por favor, Mercedes. Seja muito bem-vinda! Agradeço já a sua participação. Por favor...

Muito bem-vinda, viu, Mercedes?

Também tenho a honra de convidar, para compor aqui a mesa, Rafael de Sá Marques, Diretor do Departamento de Patrimônio Genético e Cadeias Produtivas dos Biomas e Amazônia da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Rafael, por gentileza, ocupe aqui a mesa conosco.

Está convidada ainda para participar a Sra. Carina Mendonça Pimenta, que ainda não chegou.

Participam ainda, por videoconferência, já assistindo à gente, o Sr. Rodrigo Justus de Brito, que é Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; a Sra. Júlia Mascarello, que é Coordenadora-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda; e também Mauro Sérgio Vianello Pinto, que é Presidente do Portfólio Agroecologia Inclusão Socioprodutiva. Esses estão por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e, ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também saúdo a chegada da Sra. Carina Mendonça Pimenta, que já compõe a mesa aqui com a gente, e lhe agradeço. Ela é Secretária Nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente.

Agradeço a sua presença aqui conosco, viu, Carina?

Eu concedo a palavra à Sra. Mercedes Bustamante, Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências.

Muito bem-vinda, Mercedes! A palavra está com você.

A SRA. MERCEDES BUSTAMANTE (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Muito obrigada ao Senador Laércio e à Comissão por este convite. É um prazer estar aqui compartilhando esta mesa com a Secretária Carina, com o Rafael e também, de forma remota, com o Rodrigo Justus, com quem nós já discutimos a questão da biodiversidade há bastante tempo.

Eu trouxe uma breve apresentação aqui, para um pouco do contexto da importância e da relevância desse projeto, que trata de um tema que é tão caro para o Brasil, que é a bioeconomia da biodiversidade, e aproveito, aqui, para fazer também uma breve comparação global, para mostrar como o Brasil tem uma oportunidade ímpar ao discutir a bioeconomia da biodiversidade.

Primeiro, considerando o aspecto da importância global da bioeconomia, ela representa hoje, na verdade, uma mudança de paradigma de sistemas econômicos que têm como base recursos fósseis para sistemas econômicos com base em recursos biológicos. Há uma projeção global de que esse setor venha a valer cerca de US$7,7 trilhões globalmente até 2030, ou seja, nos próximos cinco anos.

E essas transformações econômicas, com base na bioeconomia da biodiversidade, se alinham muito fortemente com vários dos objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. O Brasil participa também desse esforço global de promoção de desenvolvimento sustentável e impulsiona também o crescimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Opa, perdão. Deixem-me voltar aqui um pouquinho.

O Brasil ocupa uma posição estratégica e se encontra, na verdade, na vanguarda dessa transição, por contar com ativos da biodiversidade que são incomparáveis e uma diversidade de desenvolvimentos políticos também que estão em andamento. Isso prova a presença do Mdic e do Ministério do Meio Ambiente nesse esforço.

O Brasil também está se preparando para sediar, muito em breve, a COP 30, em Belém, e já posicionou a bioeconomia como uma peça central da agenda climática e de desenvolvimento.

Posso pedir para passar ao próximo? (*Pausa.*)

Parte desse potencial e desse ativo se centra em dois pilares que o Brasil possui: enorme diversidade biológica, mas também uma enorme diversidade social.

O Brasil é considerado um país megadiverso, o país mais diverso do mundo, que abriga 20% das espécies em seis biomas, que são distintos, e em sistemas costeiros-marinhos também bastante diversificados. E, aliados a isso, nós temos uma diversidade cultural e legados de uso sustentável da biodiversidade, por essa diversidade social, que se configuram em diversos produtos e serviços.

De acordo com a Câmara de Comércio Internacional, o Brasil poderia gerar de US$100 a US$140 bilhões por ano até 2032, por meio do que se chama de bioeconomia do conhecimento. Isso é um segmento que combina biodiversidade, ciência e inovação, para o desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis. A própria Associação Brasileira de Bioinovação estima aí um investimento de US$257 bilhões em tecnologias relacionadas à bioeconomia, que pode gerar um retorno de até US$593 bilhões até 2050.

Perdão!

Tem um *delay*, não é?

O potencial da bioeconomia no Brasil se manifesta em vários setores que mostram a aplicação prática desses ativos da biodiversidade em bioinovação, como medicamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fitoterápicos, indústria de cosméticos, cadeias de valor amazônicas, que são alguns dos exemplos que eu vou trazer aqui, e também empresas de base comunitárias.

Então, eu queria trazer algumas histórias de sucesso já existentes e as diversas aplicações.

Trago, aqui, o exemplo do selo rede Origens Brasil, que foi uma rede lançada em 2016, que promove negócios sustentáveis na Amazônia, conecta povos indígenas e populações locais e apoia instituições e empresas. Atua em 34 áreas protegidas, com 30 atividades comerciais, 54 milhões de hectares de floresta em pé, 43 povos indígenas e comunidades tradicionais e 28 empresas envolvidas. Então, isso já demonstra como o Brasil vem gerando já uma base muito forte ao qual esse projeto se alinha.

Em termos de restauração, que é outra das cadeias da economia da biodiversidade, nós temos restauração a exemplo aqui da Rede Sementes do Xingu, que é uma iniciativa de base comunitária que promove o intercâmbio e comércio de sementes. Nos últimos 14 anos, comercializaram cerca de 250 toneladas de sementes de mais de 220 espécies nativas e envolvem mais de 500 pessoas, majoritariamente mulheres.

Isso aqui é o mapa da rede Aliança pela Restauração da Amazônia, que mostra como nós temos, sobretudo na Região Amazônica, um avanço muito grande de iniciativas de restauração que utilizam diferentes metodologias, com base naquilo que a gente chama da restauração biocultural, que tem como base o conhecimento tradicional e a biodiversidade.

Aqui tem uma série de símbolos – eu não vou passar por todos. São negócios sustentáveis baseados na biodiversidade, dentre os quais destaco aqui o Instituto de Desenvolvimento Mamirauá, com a gestão sustentável do pirarucu.

Vou passar aqui rapidamente.

Então, basicamente, o que todos esses exemplos nos mostram é a importância de que essa transformação justa e equitativa se baseie naqueles ativos que o Brasil já tem, como rede de áreas protegidas e abordagens inovadoras que permitam a resiliência e a conectividade dessas paisagens.

Adicionalmente, a gente precisa pensar em modelos inclusivos que associem conhecimento científico com conhecimento tradicional, mercados justos e organizados;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compartilhamento de benefícios, que é o que a lei da biodiversidade nos permite; e o desenvolvimento equitativo, não só de economias rurais, mas também de economias urbanas.

Dentro das estratégias – eu vou passar muito rapidamente, porque eu tenho a impressão de que a Carina e o Rafael devem abordar mais a questão das estratégias nacionais e da governança –, nós temos a Estratégia Nacional de Bioeconomia, lançada em 5 de junho de 2023, que coordena as políticas públicas dentro desse setor, incluindo agricultura regenerativa, respeito a povos indígenas e comunidades tradicionais e a repartição justa dos benefícios dos recursos genéticos.

Essa estrutura de governança, hoje, se baseia na Comissão Nacional de Biodiversidade, que reúne 34 membros, entre representantes do Governo e da sociedade civil, e que hoje trabalha com três grupos: a bioindústria e a biomanufatura, a biomassa, e os ecossistemas terrestres e aquáticos e a sociobioeconomia.

É importante destacar, também, essa oportunidade que o Brasil hoje tem de ser uma liderança internacional em bioeconomia. Isso foi colocado pelo Brasil, durante o seu período de Presidência do G20, com o lançamento da Iniciativa Global para a Bioeconomia, e reforçado, agora, com a Presidência do Brasil para a COP 30.

Estou tentando acertar aqui com o passador.

Vou voltar aqui um pouquinho. (*Pausa.*)

Quais são os elementos distintivos da abordagem do Brasil que se refletem, sobretudo, dentro desse projeto? A integração da justiça social – ou seja, o Brasil se destaca por tornar a justiça social e a ética pilares centrais da sua política de bioeconomia; o respeito ao direito de povos indígenas e das comunidades tradicionais; e também as características ecológicas e sociais únicas dos nossos biomas.

Por questão do tempo, vou deixar aqui algumas mensagens-chave por parte da comunidade científica brasileira: primeiro, a bioeconomia é impulsionada por ciência, tecnologia e inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os nossos ecossistemas tropicais representam as maiores oportunidades para reduzir a lacuna entre as fronteiras científicas e tecnológicas em várias regiões do Brasil, e é importante, para isso, reconhecer a interação do conhecimento científico-acadêmico com o conhecimento tradicional acumulado e tornar isso um valor fundamental da sociobiodiversidade para a bioeconomia.

A bioeconomia é mais do que um setor econômico. Ela sintetiza um conjunto de valores ético-normativos sobre a relação entre a sociedade e a natureza. Ela pode orientar o uso regenerativo dos recursos bióticos, materiais energéticos dos quais todos nós dependemos. E ela oferece enormes oportunidades para combater a pobreza, a desigualdade, por meio do desenvolvimento sustentável e da biodiversidade não apenas em áreas rurais, mas também em áreas urbanas e nas cidades.

Aqui, é importante também destacar que a base social e econômica para o uso sustentável está tanto em ecossistemas terrestres como em sistemas aquáticos e é extremamente ampla. Ela envolve atividades tradicionais, agricultura familiar, usos da terra com riqueza de biodiversidade, mas também a própria agricultura industrial voltada para a produção de grãos e carne, que também enfrenta o nosso desafio comum de contribuir para a conservação dos ecossistemas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MERCEDES BUSTAMANTE – Então, fechando aqui, muito rapidamente, o Brasil hoje tem enormes oportunidades, porque ele tem uma biodiversidade incomparável e uma comunidade científica capacitada. Isso nos dá base de recursos e base para a inovação. Ao mesmo tempo, os nossos ecossistemas são laboratórios vivos para modelos de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a comunidade científica vê, de forma extremamente positiva, que o Brasil passe a ter uma política nacional de economia com base na biodiversidade, o que já nos coloca, mais uma vez, na liderança global desse setor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço à Mercedes a exposição e, de imediato, passo a palavra para Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Rafael.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite da Comissão, agradeço ao Senador Laércio Oliveira e parabenizo o Senador Jaques Wagner pela apresentação do PL.

Em nome do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Ministro Geraldo Alckmin, é um prazer poder dar a nossa contribuição aqui para o avanço dessa agenda.

A bioeconomia, como está sendo apresentada aqui e como vem sendo discutida, em especial no âmbito da Comissão Nacional de Bioeconomia, que foi criada pelo Decreto 12.044, de 2024, tem três pilares.

Um pilar, que a gente conseguiu tratar de forma harmoniosa, politicamente, dentro do Governo, para distribuir tarefas e compromissos, é o da sociobiodiversidade; outro pilar é o da bioindústria e o da biomanufatura; e um terceiro é o da produção sustentável de biomassa.

Foi assim que o Poder Executivo conseguiu organizar os temas da bioeconomia, para que a gente pudesse ter mais efetividade na implementação das ações do Estado, para poder desenvolver os setores produtivos e começar, inclusive, a formar os grupos de debate, grupos de especialistas tanto da academia quanto da indústria, dos povos e comunidades, que participaram dos debates que foram feitos para se desenvolver o Plano Nacional de Bioeconomia.

Por que é que eu estou ressaltando isso? Porque eu acho que a gente precisa, ao considerar essa estratégia de desenvolvimento da bioeconomia, entender esses diferentes aspectos que implicam uma governança ideal para o tratamento desse tema.

Neste PL, a gente tem uma oportunidade de trazer para conhecimento público algumas questões muito importantes, que, às vezes, ficam de lado quando a gente estabelece políticas industriais, por exemplo.

A Profa. Mercedes apresentou bem como é o impacto do desenvolvimento da sociobioeconomia no território nacional, em especial na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria citar alguns exemplos aqui que tratam tanto de sociobioeconomia quanto de produção agrícola, por exemplo, a verticalização da bioindústria na produção agrícola brasileira. Então, vou citar dois exemplos de políticas que nós já temos adotado no Mdic, em parceria com o Mapa, para poder desenvolver a bioeconomia no Brasil. Um mais diretamente ligado à sociobioeconomia é, por exemplo, o tratamento da indústria do cacau. Toda produção cacaueira brasileira, seja ela produzida em fazendas ou no extrativismo, nas cabrucas, é uma produção que é destinada à produção de amêndoas para a produção de chocolate. E essa é uma indústria estabelecida e que vem crescendo, tem uma demanda internacional crescente e os preços do cacau, inclusive, vêm subindo, mas a gente sabe que 90% do peso do cacau, o mesocarpo do cacau, ficam lá descartado na natureza, gerando impacto ambiental.

Hoje, por meio da aplicação de pacotes tecnológicos de biorrefino, de pequena e média escala, sobre o mesocarpo do cacau, nós temos pesquisas e estudos do Senai, por exemplo, dos institutos de inovação, que nos permitem avaliar que, economicamente, eu poderia obter uma renda três vezes maior para a cooperativa que produz amêndoas. Não estou dizendo para a cadeia produtiva inteira, porque eu teria que incluir o chocolate, mas aquela renda produzida hoje pelas cooperativas que vendem amêndoas poderia ser multiplicada por três, se eu estivesse aproveitando a biomassa do cacau, ou seja, descartada do mesocarpo do cacau, para produzir pectina, para produzir uma série de outros insumos de aplicação industrial, utilizados na indústria de alimentos, na indústria de cosméticos, na indústria farmacêutica, que poderia aumentar essa renda.

Então, é um recurso desperdiçado hoje, que o Brasil descarta na natureza, que poderia ser mais bem aproveitado, com base em desenvolvimento tecnológico, com base em aplicação industrial desse desenvolvimento tecnológico, sanando as lacunas de produção e aumentando a produtividade dessas atividades, e gerando renda na base da cadeia produtiva.

Agora, do ponto de vista, por exemplo, da agricultura, que é o que a gente tem discutido muito com o Ministério da Agricultura, você tem uma verticalização de processos da bioindústria no Brasil também, que estão promovendo, transformando a área rural brasileira numa espécie de distrito bioindustrial das cidades. O que quer dizer isso? É um processo em que a gente está agregando processamento industrial do primeiro elo subsequente à produção agrícola, diretamente na fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar o exemplo do algodão. A Fazenda Bom Futuro é muito conhecida. O grupo Bom Futuro tem cerca de 20 fazendas – 21 fazendas –, se não me engano, na região do Mato Grosso, e eles produzem soja, algodão, milho e gado. Então, eu fui lá conhecer a produção verticalizada do algodão, por exemplo, e os relatórios que eles apresentaram para a gente – aquilo que eles podiam tornar público de dados internos de rentabilidade da produção – são muito significativos e mostram para a gente como a gente poderia ampliar a renda da bioeconomia no campo, sem precisar ampliar em um hectare a exploração de novas áreas para a produção.

No caso do algodão, a produção verticalizada envolve sair de uma produção que era simplesmente a produção da pluma de algodão bruta, sendo exportada, para uma produção que vai separar essa pluma de algodão bruta da pluma limpa, e aí você tira caroço de algodão, os detritos. O caroço você processa separadamente, esmaga, gera óleo de algodão; do que sobrou do óleo de algodão, você ainda gera ração animal com 38% de teor de proteína, que pode ser misturada com outras coisas, por exemplo, milho e soja, para fazer uma ração animal. Onde o agricultor, ou seja, onde a produção rural tirava uma renda do algodão num hectare, hoje essa renda original do algodão representa 40% da renda atual, depois da verticalização industrial. Então, você verticalizou a produção na fazenda e gerou muito mais empregos do que tinha antes.

A grande agricultura hoje, a gente sabe, é quase toda, é muito mecanizada, gera poucos empregos, mas, quando eu levo a indústria para dentro da fazenda, multiplicam-se por 20 ou por 30, em alguns casos, a quantidade de empregos gerados, porque agora eu tenho uma atividade industrial dentro da fazenda, e a renda que originalmente era produzida por hectare de algodão plantado virou 40% da renda atual. Isso é bioeconomia também; não é sociobioeconomia, não é bioeconomia da sociobiodiversidade, mas é bioeconomia, e a gente precisa tratar disso.

Na Comissão Nacional de Bioeconomia, a gente trata de todos esses temas. Então, a gente tem uma visão mais ampla do que é o conceito de bioeconomia.

Acho que as emendas feitas pelo Senador Jaques Wagner ajudam a superar problemas que havia no projeto original que vão nessa direção, que ajudam a construir um ambiente em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que você tem condições de tratar tanto dos temas de sociobiodiversidade quanto dos temas mais relacionados à bioeconomia nas fazendas, como também da bioindústria. Por exemplo, se eu quiser implementar um programa de modernização em Camaçari, para eu poder trazer Camaçari para uma produção *flex* em que se possa produzir, ao mesmo tempo, produtos químicos básicos, insumos químicos básicos, que é o que a gente chama de *building blocks* da indústria química, que são produtos estratégicos que são usados em várias cadeias produtivas subsequentes, nos elos subsequentes, eu posso produzir esses insumos químicos a partir de matriz fóssil ou de matriz renovável. As refinarias da Petrobras, por exemplo, já ensaiaram, já rodaram com óleo de soja, com óleos vegetais em plantas produtivas que só rodavam petróleo, só rodavam nafta anteriormente. Então, os *crackers* podem ser adaptados. E, para eu produzir essa transformação, eu vou ter que ter políticas específicas definidas a partir de estratégias de fomento à inovação, à implementação de cadeias produtivas novas. Isso é bioeconomia, mas não é sociobioeconomia.

Então, eu acho que essa abordagem mais ampla dá mais sentido para que o Brasil possa aproveitar e, se realmente aproveitar, digamos, essa mudança de paradigma...

Qual é o meu tempo, Senador? Desculpe. Ali, aquele é o tempo que me resta, um minuto e cinquenta? É para eu não atrapalhar os próximos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Nós precisamos aproveitar...

Todo mundo diz que o Brasil é um país muito rico, em especial, quando a gente vai tratar de bioeconomia, de produção de biomassa sustentável, que é o país que tem maior capacidade de produção de biomassa, e de biodiversidade, porque é um país mega diverso, talvez o mais diverso do planeta. O problema é que a nossa renda *per capita* média ainda é de país pobre, não é de país rico. Nós não somos ricos. A gente pode ser.

Eu acho que a quarta revolução industrial vai trazer essa oportunidade para o Brasil. Quando ela promove a convergência tecnológica e faz com que as tecnologias de TICs, que é a tecnologia de informação e comunicação, de *big data*, de inteligência artificial, se somem à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

biotecnologia, ao mapeamento genético, à edição genética, elas criam uma nova oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – ... para que a gente possa finalmente aproveitar todo o potencial do Brasil, que reside nessa capacidade de processamento da energia solar como nenhum outro país tem.

O Prof. Bautista Vidal, que foi Secretário da Secretaria de Tecnologia Industrial do Mdic e que defendia muito isso, criou o Proálcool em cima desse racional de que o Brasil deveria aproveitar a sua capacidade de transformação da energia potencial solar em energia real, em produtos reais para a nossa economia, e um deles é o álcool, que a gente usa hoje para fazer a transição energética.

Para a gente aproveitar toda essa riqueza e transformá-la realmente de uma riqueza potencial numa riqueza real para a nossa sociedade, nós temos que começar a nos debruçar sobre esses temas, inclusive o da sociobiodiversidade e o da sociobioeconomia, com mais seriedade. Esse é o caminho que o Brasil tem para, finalmente, aproveitar, depois de três revoluções industriais – e a gente não aproveitou nenhuma delas –, para transformar o país num país rico, na quarta revolução industrial, que é aquela que faz com que a gente tenha, pela primeira vez, a possibilidade de promover desenvolvimento industrial que gera impacto ambiental positivo.

É a primeira vez que isso acontece. Nas três revoluções industriais anteriores, nós tínhamos processos produtivos aprimorados que aumentavam o impacto no meio ambiente e que não tinham um impacto social tão grande quanto a possibilidade desse novo paradigma que nós temos.

A bioeconomia tem uma grande vantagem sobre as demais. Na minha opinião... Eu sou suspeito porque eu trabalho com a bioeconomia, mas eu quero dizer que a bioeconomia... Quando eu faço, por exemplo, na parte da bioindústria, a substituição de uma indústria petroquímica por uma baseada em óleos vegetais para produzir os mesmos produtos – todos eles podem ser produzidos de origem renovável –, eu sou obrigado a dispersar no território o desenvolvimento, porque faz sentido processar petróleo em petroquímicas concentradas, mas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biorrefino pode ser disperso no território de acordo com a vantagem comparativa de cada bioma, de cada fitofisionomia, que vai ter a capacidade de produzir uma biomassa distinta, com aplicações distintas, com produtos distintos que vão alcançar o mercado internacional.

Para fechar a minha fala, eu queria dizer que, quando a gente senta para discutir com o setor privado a importância dos biofármacos na indústria farmacêutica, ela é o futuro. O futuro dos fármacos e do setor farmacêutico é o biofarmacêutico, são os biológicos. O futuro da química é a bioquímica. O futuro da indústria é essa fusão tecnológica que vai permitir com que a gente possa ter processos com menor impacto ambiental, em alguns casos com impacto ambiental positivo, gerando crescimento e renda.

Então, parabéns ao Senador pela apresentação do PL!

O Mdic já se manifestou, formalmente e internamente, pelo apoio à aprovação do projeto de lei antes das alterações feitas, antes das propostas de ajuste que foram feitas, que acho que são apropriadas e aprimoraram o projeto. Eu acho que a gente tem espaço ainda, talvez, para eventualmente contemplar outras visões. Eu entendo que o pessoal da agricultura, com quem a gente já teve a oportunidade de discutir, tem algumas divergências, mas eu acho que é importante e salutar sentar com eles, entender e encontrar soluções que permitam que a gente avance nessa agenda, porque é uma agenda que tem o potencial de transformar o Brasil, finalmente, num país rico para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Rafael, pela sua exposição.

Eu concedo a palavra agora à Sra. Carina Mendonça Pimenta.

Por favor, Carina.

A SRA. CARINA MENDONÇA PIMENTA (Para expor.) – Obrigada.

Bom, primeiro, muitíssimo obrigada, Senador Laércio, pelo convite e por chamar essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente que está nessa agenda de bioeconomia desde o início do Governo sabe da importância que é essa discussão no Congresso, no Senado, na Casa, sobre essa agenda que a gente vem impulsionando.

Eu queria também agradecer ao Senador Jaques Wagner por todo o trabalho que fez em torno da construção desse PL – nossas equipes dialogaram ao longo do tempo – e também reconhecer que essa discussão partiu da sociedade, dentro do Fórum da Geração Ecológica, que foi organizado por esta Casa. Portanto, ela traz uma construção de uma demanda exprimida por vários setores da sociedade.

Eu queria tentar traduzir um pouco esses conceitos e agradecer à Profa. Mercedes e ao Prof. Rafael, do Mdic, com quem a gente dialoga diariamente. Estivemos ontem reunidos na Comissão de Bioeconomia, a tarde inteira, discutindo as prioridades nacionais para esse tema. Mas eu acho que as introduções que eles fizeram são muito importantes para a gente tentar entender o conceito com o qual o Governo brasileiro tem trabalhado no Executivo, na construção dessa primeira etapa do Plano Nacional de Bioeconomia e como esse plano pode dialogar ou que contribuições dessa reflexão podem ajudar a robustecer, a incrementar, a ajudar a construção de um projeto de lei que, de fato, possa trazer o Brasil para outro *status*.

Eu queria dizer que o Brasil necessita de um projeto de lei de bioeconomia. Eu acho que isso é muito importante de ser afirmado nesta Casa, porque o tema bioeconomia tem entrado em vários setores econômicos que têm buscado uma transição na parte ambiental, na parte econômica e na parte social. E a agenda de bioeconomia se tem colocado como uma agenda de adicionalidade para a construção de vários setores econômicos, que podem, como bem disse o Rafael aqui, como bem disse a Profa. Mercedes, se beneficiar do uso da biodiversidade como uma estratégia não apenas de geração econômica, mas aliada à sustentabilidade.

No Governo, tem-se tentado tratar o tema bioeconomia sobre o uso sustentável da biodiversidade, de uma forma mais ampla. E aqui eu vou falar em três dimensões desse uso sustentável para a gente tentar entender.

O primeiro é o que a Profa. Mercedes comentou bastante, que é a sociobioeconomia. É quando nós falamos que há uma economia gerada por pessoas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, quilombolas, indígenas e vários segmentos que estão na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

floresta e produzem a partir das ações de proteção desses territórios – que não são só florestas, como bem sempre lembra a Profa. Mercedes dentro da nossa Comissão, mas todos esses ecossistemas terrestres e aquáticos produzem, e esses povos e comunidades têm um papel.

E esta política aqui é muito importante para assegurar uma estratégia de desenvolvimento econômico para essas comunidades. Nós temos um conjunto de políticas direcionadas a eles, mas esta compilação de uma política agregadora, integrada para o desenvolvimento dessa sociobioeconomia é fundamental. Na base disso, está um processo de inclusão, de uma bioeconomia inclusiva, que traga esses elementos e estratégias específicas. E essa política, por essas características, se relaciona com várias políticas e leis já colocadas por esta Casa.

E eu queria trazer isso, porque é muito importante a gente entender como a gente parte de estratégias regulatórias para estratégias de incentivo econômico. Eu queria mencionar duas leis muito importantes para a sociobioeconomia. Uma delas é a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, aprovada em 2021 por esta Casa, que complementa a renda e essa estratégia de sociobioeconomia. E, por fim, a Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado, a Lei nº 13.123, que completa dez anos e que trata exatamente do sistema de acesso e repartição de benefícios sobre a biodiversidade. Eu menciono essas duas leis porque elas são leis que precisam dialogar, e é importante dialogar com a construção da bioeconomia. Esse é o primeiro bloco que eu queria colocar.

O segundo bloco diz respeito ao uso da biodiversidade. E o uso da biodiversidade, quando não está associado a povos e a comunidades tradicionais, ao conhecimento tradicional desse uso, ele também tem um espaço enorme na economia do nosso país, como foi bem-dito aqui. O Brasil ainda explora e possui um sistema de ciência, tecnologia e inovação que é capaz de usar, aprender e trazer esses elementos, seja para fins industriais, para fins de serviço, para fins de agregação de valor nas cadeias econômicas, mas nós precisamos ter direcionadores para que isso ocorra de fato.

Hoje temos vários casos que mostram que na área de biofármacos, na área da agricultura, na área das indústrias podemos desenvolver atividades econômicas transicionadas para essa atividade, com a parte de biodiversidade, mas que precisamos ter um sistema imbuído desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, por fim, eu queria dizer que há uma parte, que é a parte do uso de uma biodiversidade, que não é exatamente a nativa, mas é uma biodiversidade que hoje ocupa parte das nossas terras, dos nossos sistemas produtivos. Também devemos entender como impulsionar uma transição para modelos mais sustentáveis, aliados às agendas da agricultura de baixo carbono, aliados às agendas de diminuição de impactos e de redução dos impactos sobre os serviços ambientais e ecossistêmicos que afetam ou podem vir a afetar de forma descomunal vários setores econômicos.

Com essa divisão que eu estou colocando, eu queria dizer que a Comissão Nacional de Bioeconomia se debruçou sobre várias agendas que seriam estratégicas para o país, nos próximos dez anos, perseguir. E eu queria aqui pontuar quais foram esses temas, para que a gente possa compartilhar essa dimensão de uma bioeconomia avançada.

O primeiro ponto dialoga muito com a construção deste PL, porque ele trata de como promover negócios comunitários sustentáveis. Os negócios comunitários sustentáveis são os negócios ligados à sociobioeconomia, cadeias de desenvolvimento da bioeconomia que têm empresas e outros setores trabalhando. O desenvolvimento de negócios comunitários sustentáveis passa pela construção de um ecossistema de apoio a esses negócios. Quando eu falo de um ecossistema de apoio, eu não estou usando o ecossistema biológico, mas eu estou pensando no sistema de inovação, em como a gente territorializa políticas de apoio a negócios, *à la* o que o Sebrae tem feito na área de empreendedorismo, *à la* em outras, como o Rafael também mencionou aqui, territorializando, mas que a gente possa ter núcleos de apoio a esse desenvolvimento. Essa tem sido a estratégia que o ministério tem buscado para promover um ecossistema que fortaleça e gere mais atividade econômica dentro dos negócios comunitários.

Um segundo ponto é a valorização dos serviços socioculturais associados a essa biodiversidade, e uma parte deles é a ampliação do pagamento por serviços ambientais associados às produções da bioeconomia.

O terceiro ponto estratégico para a agenda de bioeconomia no Brasil tem sido como promover a saúde e o bem-estar por meio da inovação e a capacidade de produção nacional de insumos e produtos de origem biológica. Esses insumos e produtos de origem biológica têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

usos industriais, seja na indústria de cosméticos, seja nas indústrias de químicos, seja também no nosso setor de saúde.

Eu queria trazer um exemplo do que a gente quer ver mais acontecer na política: o Ministério do Meio Ambiente trabalhou com 16 comunidades na produção de fitoterápicos oriundos desse conhecimento tradicional; e, dessas, nós identificamos dois produtos que teriam capacidade de contribuir para o Sistema Único de Saúde, acrescentando-os à cartela de fitoterápicos do sistema único. O ministério fez investimento direto, por meio de projetos de parceria com a Fiocruz e Farmanguinhos, para concluir o ciclo de desenvolvimento tecnológico daquele conhecimento associado a uma comunidade referente ao uso do quebra-pedra, que é um conhecimento tradicional. Essa conclusão de investimentos pequenos e apoio ao sistema de saúde é um dos temas que a gente quer ver brotar a partir deste PL: que mais fitoterápicos, por exemplo, ou que mais conhecimentos associados ao uso para a saúde possam ser impulsionados pela bioeconomia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARINA MENDONÇA PIMENTA – Isso associa sociobiodiversidade da perspectiva do conhecimento tradicional, mas traz, muito importante, o complexo de saúde, o sistema único, portanto a democratização do acesso a esse uso da biodiversidade, e o sistema de inovação. Eu queria dizer que isso é um ecossistema de apoio a que a biodiversidade faça parte da atividade econômica dentro de um regramento de uso.

Esse é só um exemplo.

E aí temos todas as partes industriais, e acho que isso pode ser uma reflexão em torno do PL, em que nós também contribuímos, enquanto Secretaria de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente, para que a gente olhasse para aspectos da bioindustrialização. Aqui temos dois temas importantes a serem tratados. Um deles é como você promove a biotecnologia, a produção de cadeias de processamento de biomassa, como a gente traz esse conhecimento do uso da biodiversidade para dentro das agendas da agricultura, ofertando um conjunto de ferramentas, de práticas, de pacotes tecnológicos que possam ajudar os produtores que, nessa transição ecológica, buscam esses insumos. A agenda de bioinsumos aprovada por esta Casa, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda de biofertilizantes, são vários exemplos do que nós podemos perseguir enquanto estratégia de país e que beneficiam a economia e a nossa biodiversidade.

Outro tema que nós trabalhamos – e aí foi um trabalho muito bem conduzido pelo Ministério da Indústria – é como trabalhar a bioquímica de renováveis, um outro elemento que às vezes a gente tem dificuldade em compreender.

Já acabou o meu tempo, né?

Eu só vou passar pela lista aqui só para trazer essa informação. A bioquímica de renováveis: o setor petroquímico, o setor de químico vem buscando estratégias de descarbonização e, nos recursos biológicos, tem encontrado uma das grandes oportunidades de um novo setor. Essa não é uma política exclusiva para a qual o Brasil estaria olhando, vários países internacionais – e aqui digo União Europeia, digo China, digo Estados Unidos – têm buscado essa transição para o uso de bioquímicos como uma estratégia futura. Para o Brasil, nós o colocamos aqui na estratégia por entender que essa seria uma grande estratégia para a indústria reduzir importações e, ao mesmo tempo, descarbonizar com diferencial competitivo.

Outros temas que trouxemos lidam com a parte de produção de biomassas, e aqui eu queria destacar duas frentes que nós trabalhamos. Eu sempre digo que a política de bioeconomia deve ser adicionalidade, ela deve agregar valor ao conjunto de políticas existentes e, portanto, na área agrícola de produção de biomassa, nós trouxemos duas adições que são importantes: a primeira é de como a gente faz aproveitamento integral da biomassa, e essa ideia das refinarias, dos resíduos, da circularidade são fundamentais nesse sistema agrícola industrial, e, ao mesmo tempo, o Brasil precisa estimular, por meio da pesquisa e da aplicação prática, a diversidade de matrizes produtivas e insumos para suas cadeias, tanto alimentares quanto energéticas, quanto de bioprodutos, e é nesse sentido que a estratégia de bioeconomia propõe a diversificação de espécies e de cultivos vários que não são de *commodities*, mas que são novas vertentes que podem vir a complementar e trazer diferencial competitivo nas áreas agrícolas desses setores que mencionei.

Então, esses são os pontos que eu queria trazer para, talvez, demonstrar o que foi tentado falar aqui, que a gente tem hoje um conceito de bioeconomia abrangente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última menção que eu queria fazer, Senador Laércio, é que, quando a gente pega um tema muito grande, a gente corre o risco da invisibilidade de temas que nos são muito caros. Então, eu queria dizer que, ao refletir sobre um PL sobre bioeconomia, é importante que a gente abranja essa visão, mas que, ao mesmo tempo, nós não nos esqueçamos de que este PL aqui traz, na sua essência, duas contribuições muito grandes para a economia brasileira: o reconhecimento da biodiversidade como um ativo e o reconhecimento de que é necessária uma política de desenvolvimento para a sociobioeconomia, para povos e comunidades. Por onde quer que caminhemos, a bioeconomia tem que estar associada a esses dois fundamentos para que ela seja efetiva dentro de uma estratégia de transformação ecológica do país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Carina, por sua exposição.

Agora, nós temos três convidados que vão falar pelo sistema *online*.

Eu concedo a palavra à Sra. Júlia Mascarello, que é Coordenadora-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade do Ministério da Fazenda.

Não sei se ela já está conectada...

A SRA. JÚLIA MASCARELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pronto. O.k.

Júlia, boa tarde. Muito bem-vinda aqui.

A SRA. JÚLIA MASCARELLO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A palavra está com você. Fique à vontade.

A SRA. JÚLIA MASCARELLO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

É um prazer estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentar os ilustres Senadores, Senadoras, meus colegas aqui dos outros ministérios e os demais presentes.

Quero parabenizar também os membros desta Casa que se dedicaram à construção e à tramitação desse projeto de lei, reconhecendo, então, o empenho da Comissão e destacando que essa proposição traduz uma necessidade, que é isso que os meus colegas também já colocaram: colocar a biodiversidade brasileira como vetor de desenvolvimento sustentável, inclusão social e geração de valor econômico.

Nós precisamos de uma lei como esta, porque, como todos sabem, vivemos num momento em que a urgência para o uso sustentável, regenerativo, com valor agregado da biodiversidade é estratégica, tanto sob o prisma ambiental, climático, quanto sob o prisma econômico, de competitividade internacional, inserção de cadeias produtivas de base biológica. E, sem uma estrutura legal desse tipo, a gente vai correr o risco de fragmentação de iniciativas, ausência de coordenação, insuficiência de instrumentos para integrar os diversos atores – o setor industrial, científico-tecnológico, tradicional, como já foi mencionado, produtores familiares, etc. –, que fazem parte desse grande ecossistema da bioeconomia.

Como também já foi falado, a gente ressalta que essa proposição legislativa se insere num quadro estratégico mais amplo. Então, nós temos a Estratégia Nacional de Bioeconomia e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, que está em processo de construção, que vai funcionar como essa implementação da estratégia, com as metas, indicadores, responsabilidades, ações, recursos.

Eu lembro também que essa agenda da biodiversidade, da bioeconomia está totalmente alinhada com o Novo Brasil – Plano de Transformação Ecológica, do Ministério da Fazenda, e a gente tem o eixo específico, dentro do Plano de Transformação Ecológica, de Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares, que é um dos pilares, dos eixos prioritários que a gente fala desse plano. Isso demonstra que não se trata apenas de uma política ambiental, mas ela é uma política econômica, de produtividade, de geração de empregos, de inserção internacional, de inovação tecnológica e de apostar realmente na biodiversidade como ativo estratégico.

A gente fez um estudo já de impacto do Plano de Transformação Ecológica, que mostra que esse plano pode gerar até 2 milhões de empregos até 2035, vai elevar o PIB, melhorar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade do *habitat* e preservar a biodiversidade. Então, já temos muitos indícios de sucesso da implementação desse plano.

Então, esse PL não é um tema isolado, é uma peça de uma engrenagem maior que visa realmente a um Brasil mais competitivo, mais justo e ambientalmente responsável, importante.

E um ponto central que a gente precisa destacar aqui, que a gente considera essencial, é a mobilização dos instrumentos financeiros e regulatórios. O Ministério da Fazenda está coordenando a Câmara Técnica de Financiamento do Plano Nacional de Bioeconomia, que tem o intuito de propor, avaliar, acompanhar os instrumentos financeiros e creditícios para o financiamento da bioeconomia. É uma tarefa muito importante e desafiadora. Entre os principais mecanismos estruturantes que a gente tem desenvolvido no âmbito do Plano de Transformação Ecológica que vão servir à bioeconomia, a gente já destaca alguns.

Por exemplo, a Taxonomia Sustentável Brasileira, que define as atividades sustentáveis que são elegíveis ao financiamento; inclusive, a gente vai incluir agora, numa segunda edição, a parte de biodiversidade e de bioeconomia. Essa taxonomia é importante no âmbito do PL, se a gente for pensar, porque ela pode orientar, então, os incentivos, as linhas de crédito, o mercado de capitais e permitir esse monitoramento de transparência dos fluxos de investimento, especificamente para a bioeconomia; porque sem isso a gente corre aquele risco de *greenwashing*, de dispersão de recursos e de que os benefícios econômicos da biodiversidade fiquem restritos a certos nichos, não estejam totalmente integrados na economia também.

A gente tem também outros instrumentos, como os títulos soberanos sustentáveis; o próprio Eco Invest Brasil, que é esse programa inovador que oferece proteção cambial e garantias, atraindo os investidores internacionais para os projetos de longa maturação, com os leilões inclusive direcionados ao Plano de Transformação Ecológica – a gente já teve um leilão de restauração de áreas degradadas e também estamos pensando em leilões direcionados à bioeconomia. A gente também tem o financiamento através dos fundos e bancos públicos e regionais, tem o próprio mercado regular de carbono. Temos o Fundo Florestas Tropicais para Sempre; a própria Plataforma de Investimentos para a Transformação Ecológica e o Portfólio de Investimentos; e, como a própria Secretária Carina já comentou também, o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), que é muito importante; a repartição de benefícios também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente tem como estratégia, dentro do plano, prosperar os instrumentos híbridos de capital catalítico para a bioeconomia; estabelecer garantias, seguros climáticos, especificamente para os negócios da bioeconomia; fortalecer a regulação e a estrutura institucional; estabelecer linhas de crédito dedicadas a esses setores.

Então, são muitas ações que estão sendo pensadas no âmbito do financiamento e, certamente, para isso a gente conta com o apoio do Congresso para transformar essa agenda em realidade, especialmente no financiamento, que é um grande gargalo hoje em dia. Por exemplo, quando a gente fala de garantir dotação orçamentária e destinação de recursos específicos ou apoiar a regulação e harmonização dos instrumentos de finanças sustentáveis, essa Casa tem um papel importante.

Agradeço mais uma vez, e ficamos à disposição aqui para discutir mais sobre esse assunto. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Júlia, por sua contribuição.

Eu quero convidar também pelo sistema *online* o Rodrigo Justus de Brito, que é o Consultor da CNA, a quem eu concedo a palavra.

Por favor, Rodrigo, seja muito bem-vindo. Muito obrigado por sua participação nesta audiência pública.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde, demais membros da Comissão.

Queria, primeiramente, parabenizar aqui a apresentação da Mercedes, da Professora, sempre trazendo, a nós e principalmente àqueles que não têm conhecimento e acompanham o tema, a importância da questão da biodiversidade e da questão econômica, que está ligada à bioinovação, etc.; o Rafael também, ex-colega do CGen, que pontuou questões importantes aqui, principalmente relacionadas a separar aquilo que é a bioeconomia geral da sociobiodiversidade e daquele conhecimento tradicional associado e outros pontos, para ver que, na verdade, a bioeconomia, como um todo, do ponto de vista econômico, tem um espectro maior; e também a Júlia, que colocou a questão de dotações, preparações do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda, sempre de olho na questão da operacionalidade das coisas pelos órgãos, pelos custos de fazer, pelo custo de oportunidade e tal.

Nós viemos aqui, hoje, para discutir esse PL 1.855 – aqui nesta Comissão, o PL está visando a questão do aspecto econômico e financeiro. Avaliando o projeto e suas emendas, nós temos algumas dúvidas e questionamentos a fazer em relação a ele, até porque nós vemos, em uma das emendas apresentadas, no relatório do Senador Jaques Wagner, a autorização para que o Ministério do Meio Ambiente crie uma autarquia, e essa autarquia é que vai trabalhar as questões relacionadas a crédito, vai trabalhar questões relacionadas à assistência técnica e extensão rural, e muitas outras que, na verdade, são exercidas atualmente no âmbito do Pronaf, do Ministério da Agricultura, do MDA.

Sobre esse ponto, nós levantamos o questionamento de se seria oportuno criarmos uma nova estatal, uma paraestatal, como está se autorizando na emenda ao art. 7º da lei, uma estrutura nesse sentido, sendo que, na verdade, todos os problemas que são enfrentados pelo setor e pelos pequenos produtores, especialmente, são pela falta de dinheiro do poder público disponível para investimentos de infraestrutura, assistência técnica e extensão rural. A criação de mais uma estrutura, nós não vemos que venha a resolver essa situação. Nós acreditamos que outro tipo de esforço possa ser empreendido para dar mais eficiência ao sistema de assistência técnica e extensão rural, a partir do crédito, inclusive. Então, nós chamamos a atenção para esse aspecto, de que não haja a translocação de atividades que já são desenvolvidas por determinados órgãos. Se elas não estão efetivamente atendendo a todas essas demandas e esses anseios, que sejam feitos os reparos administrativos e operacionais para que a gente possa ter isso.

Outro ponto que nós vemos, quando nós tomamos contato direto com o texto da lei, é que, a bem da verdade, o conteúdo que aqui está não atinge tudo aquilo que foi dito pela Profa. Mercedes, pelo Rafael, pela Júlia, inclusive, do ponto de vista de escopo, porque ele está muito ligado à Lei 11.326, que trata da Política Nacional da Agricultura Familiar.

Muito do que aqui está são emendas, inclusive, o próprio texto se remete a atualizações na lei, questão da garantia de preços mínimos de compra, uma série de programas que já existem e já estão operando no âmbito nacional do Pronaf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a princípio, seriam essas as nossas considerações a respeito. Agradecemos. Temos investido, a CNA, em capacitação também, através do Sistema Senar, especificamente na questão dessa valorização da bioeconomia e da biodiversidade. E estaremos lá na COP 30, inclusive, mostrando as questões de bioinovação que nós temos aí apoiadas dentro do nosso sistema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Rodrigo, por sua participação.

E eu convido o último palestrante da tarde de hoje, desta audiência pública, que é o Sr. Mauro Sérgio Vianello Pinto, que é Presidente do Portfólio Agroecologia e Inclusão Socioprodutiva, representante da Embrapa.

Mauro, por favor, muito bem-vindo, muito obrigado por sua participação *online*. E eu te concedo a palavra neste momento.

O SR. MAURO SÉRGIO VIANELLO PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Laércio Oliveira. Boa tarde a todos e a todas, a todos os Senadores, a todas as Senadoras, a todos os membros aqui convidados e a demais pessoas que estão acompanhando aqui a audiência pública. Em nome da Embrapa, da nossa Presidente Silvia Massruhá, a gente quer agradecer o convite feito à Embrapa pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós tivemos a oportunidade de elaborar uma nota técnica no ano de 2023, na análise do original desse Projeto de Lei 1.855, de 2022. Parabenizo aqui o Senador Jaques Wagner e toda a equipe que se debruçou sobre a elaboração, tanto os Parlamentares quanto a própria sociedade civil, que esteve muito engajada nesse trabalho. Estou ouvindo as falas que me antecederam também, de colegas dos ministérios também envolvidos nesse aperfeiçoamento do instrumento que muito acaba agregando na elaboração da proposição legislativa.

No momento em que fizemos a elaboração da nota técnica, nós convocamos especialistas dentro da Embrapa em diferentes áreas do conhecimento: na área de bioeconomia, na área de inclusão sócio-produtiva, na área de proteção de florestas, na área de pesca artesanal, na área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de socioeconomia – eu mesmo sou pesquisador na área de desenvolvimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural. Nós fizemos alguns apontamentos naquele texto, de modo a poder colaborar com rigor em alguns conceitos que, de certa forma, já estavam previstos na proposição original, mas a gente identificava a necessidade de fazer um aprofundamento.

A gente elaborou um parecer, uma análise e um parecer. E, de acordo com a proposta, porque a gente acredita que essa proposta possa trazer benefícios substanciais, sobretudo para as populações da agricultura familiar, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, como está previsto nesse projeto de lei.

Eu acabo de voltar do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, que ocorreu em Juazeiro, na Bahia, semana passada, onde diversos gestores de políticas públicas, ligados a diferentes ministérios, instituições de ciência e tecnologia, universidades, serviços de assistência técnica e extensão rural, junto com as populações tradicionais, estiveram debatendo os seus temas, nos diferentes territórios. E a gente identifica que temos grandes desafios a serem superados nesses territórios, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista social também há muito a ser superado – a recuperação ambiental e mesmo a preservação dos recursos naturais tanto no campo, quanto nas florestas, quanto nas áreas oceânicas.

E a gente percebe que a política pública, apesar de a gente ter um arcabouço de políticas públicas bastante robusto relacionado a esses públicos das comunidades, da agricultura familiar, ainda há muita carência de acesso a essas políticas públicas. Não que as políticas públicas não tenham qualidade, pelo contrário, a gente tem Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; a gente tem PSA, como foi citado aqui; a gente tem Plano de Sociobiodiversidade; a gente tem Pronaf; a gente tem PAA e Pnae – compra pública –; e uma série de outros instrumentos de política pública com muita qualidade.

Nós acreditamos que esse projeto de lei vem contemplar uma lacuna importante, que extrapola o setor econômico. Além de contribuir para a questão econômica, eu acho que o grande valor – e aí a Profa. Mercedes, em sua apresentação inicial, tocou nesse ponto – e a importância desse projeto de lei é que ele é mais do que um setor econômico, ele é um instrumento de valor da sociedade, que pode e deve interferir em várias dimensões – na sua dimensão econômica, sim, porque a gente precisa trazer a geração de renda a essas populações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão nos diferentes territórios e que estão sofrendo, historicamente, com dificuldades na questão da geração da renda, da valorização dos seus trabalhos, não só dos produtos, mas sobretudo dos serviços ecossistêmicos que são oferecidos à sociedade como um todo.

E aí tem uma questão que é ambiental. Quando a gente fala de serviço ecossistêmico, a gente deve encarar que o serviço ecossistêmico não é somente uma questão ambiental, é uma questão de qualidade de vida. Ela é importante para a geração também dos produtos econômicos, e não só os do agroextrativismo, mas também para a regulagem climática. Então, está aí também a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que é um instrumento que também foi incorporado na justificativa desse PL.

Então, eu imagino que a gente tem que pensar esse projeto de lei como uma oportunidade de transformação dos nossos olhares diante do que a gente entende como o bem-viver nos territórios e a própria organização da economia, para que a gente possa superar essas vulnerabilidades sociais, que são históricas. O que a gente tem de instrumentos de execução ainda é muito frágil, e, temporalmente, a gente não vislumbra a eliminação completa das iniquidades sociais.

Nesse ponto, até a gente fez uma observação em relação ao objetivo geral desse projeto de lei. Não que a gente discorde – a gente concorda com esse objetivo geral –, mas ele coloca ali, num dos aspectos, a redução das desigualdades; e, nos debates internos que tivemos, a gente gostaria de ser mais arrojado, porque a gente entende que esse projeto de lei deveria trabalhar com a eliminação das desigualdades sociais ou das desigualdades socioeconômicas nesses territórios.

E, como a gente está, aqui, trabalhando num projeto de lei que vai ser deixado como um legado para as presentes e as futuras gerações, eu acho que a gente poderia dar esse recado, expressamente, dentro desse projeto de lei, desse propósito. Sabemos que, para isso, dependemos de várias estratégias, que o projeto de lei isoladamente não resolve completamente, mas ele é um instrumento de extremo valor, e, por trazer essa mudança de paradigma, nós acreditamos que vale a ousadia e vale deixar isso registrado dentro de um instrumento de tamanha relevância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto que apontamos: eu acho que o projeto de lei trabalha bem a regionalização; ele traz em seu texto a questão de abordagens territoriais. Eu acho que esse é um acerto, porque a gente tem uma diversidade de territórios, de biomas, de populações, e, ao trabalhar na abordagem territorial, com perspectiva de inovação social que possibilita um diálogo permanente entre o conhecimento popular, que está atrelado à sociodiversidade, e o conhecimento técnico-científico, a gente pode caminhar junto na geração ou na cogeração de novos conhecimentos que, de fato, deem conta das vulnerabilidades que a gente ainda enfrenta nos diferentes territórios rurais, urbanos e também nos mares.

Obrigado, Senador.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Mauro, por suas contribuições.

Eu quero conceder a palavra a um dos autores do requerimento, o Senador Jaques Wagner.

Por favor, Senador, é uma honra passar a palavra para V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Bom, Senador Laércio, obrigado por presidir esta sessão.

Eu queria cumprimentar todos os convidados e convidadas, pelas suas exposições, e só retomar um ponto que, para mim, é muito importante: esse projeto, na verdade, não é de minha autoria. Na verdade, quando eu fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente neste Senado, nós constituímos o Fórum da Geração Ecológica, porque a Casa tem que dialogar com a sociedade para que a gente possa...

Era perto de 50 ou 46 participantes, e nós conseguimos varrer o caleidoscópio todo, a variedade toda. Havia pessoas da academia, pessoas do Governo, pessoas do agronegócio, pessoas representando a agricultura familiar; ou seja, nós tentamos fazer e fizemos, durante um ano, um debate e geramos um conjunto de projetos que acabaram sendo assumidos pela Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse projeto, na verdade, é da Comissão de Meio Ambiente, e eu sou o Relator da matéria.

Eu gosto sempre de dizer, quando fui Governador aqui, que o meio ambiente e o desenvolvimento têm um grande inimigo: os que adoram estabelecer dicotomia onde ela não existe. É a forma mais fácil de você criar obstáculo para que as coisas possam prosperar. Eu não vejo contraponto entre desenvolvimento, sustentabilidade ambiental e social. Aliás, ao contrário, eu só vejo desenvolvimento se ele conseguir incluir essas características.

Eu faço até uma frase... Senador Laércio, eu sei que a sua área é mais a de serviço, mas, de qualquer forma, V. Exa. é inteirado de tudo. Nós somos obrigados a conhecer um pouquinho de cada coisa. Eu gosto sempre de dizer que o meio ambiente tem dois grandes inimigos: o apaixonado da motosserra, que diz que tudo vale a pena se a grana não for pequena, mal parodiando o poeta; e o apaixonado da intocabilidade, que também acha que nada pode ser tocado. Eu gosto de dizer: "Não diga 'não', diga como pode". Tem coisas que não podem de jeito nenhum, efetivamente; mas tem coisas que você tem que buscar o caminho para poder fazer, porque eu preciso tanto do desenvolvimento para o benefício social, quanto da sustentabilidade.

Há cientistas hoje que dizem, a continuar nessa batida, que, em 2100, o planeta Terra terá muita dificuldade de ser habitado, seja pelo aquecimento da temperatura, seja por outra coisa. E, como eu acho que o elemento mais forte do ser humano é o seu instinto de sobrevivência, eu tenho certeza de que o bom senso presidirá e que nós conseguiremos construir algo dentro desse desenvolvimento, criar desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental.

Então, eu queria agradecer a todos, porque, como Relator, a equipe está aqui se apropriando de tudo o que foi dito, para a gente poder trabalhar e apresentar, eventualmente, incorporando sugestões que foram feitas aqui pelos diversos expositores.

Eu gostaria muito que esse projeto fosse apreciado e votado antes da própria COP 30, porque seria mais um ativo com que a sociedade brasileira, os brasileiros, chegariam na COP 30. Vou tentar fazer isso, mas, evidentemente, aqui é uma etapa; depois, teríamos que apresentar o relatório, e vou ver se eu consigo ter êxito nessa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, eu quero agradecer a cada um de vocês e também os que fizeram a exposição *online*, para que a gente possa realmente aprimorar. Dentro desse conceito que eu falei, não há dicotomia; o que precisa é a gente dialogar e chegar a um ponto de equilíbrio. Como eu digo, na democracia ninguém sai 100% – é 70%, 80%, 60% –; 100% só no sistema único e pessoal. Aí todo mundo faz o que quer, mas, no sistema democrático, é difícil.

Então, eu agradeço a V. Exa. por ter presidido esta sessão e a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Jaques Wagner, pela sua participação nesta audiência pública.

Vamos às considerações finais de cada um dos nossos expositores, não somente dos presentes, mas daqueles que estão pelo sistema *online*.

Concedo a palavra à Mercedes, para as suas considerações ou algum comentário que queira fazer.

Professora, você fique muito à vontade.

A SRA. MERCEDES BUSTAMANTE (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela oportunidade de fechar aqui com uma fala breve, e vou me ater ao comentário feito pelo Senador Jaques Wagner sobre como é que nós vamos chegar a 2100.

Eu acho que esse é um ponto importante. Tempo, hoje, é uma variável muito importante dentro dessa equação.

Nós temos duas grandes crises que são crises gêmeas, que precisamos resolver: a crise da mudança do clima e a crise da biodiversidade. O Brasil tem, hoje, uma oportunidade única de sair dessas duas crises, alavancando o seu desenvolvimento, oferecendo oportunidade, dentro dessa economia do conhecimento, para a comunidade científica brasileira, mas também para a valorização dos outros ativos do conhecimento desse legado ancestral que nós temos.

Então, esta Casa aqui tem um papel muito importante, relevante neste momento.

Eu gostaria de também ver este projeto aprovado antes da COP 30 como um anúncio que o Brasil faz, se posicionando novamente no seu papel de liderança dentro do setor da bioeconomia, com base na biodiversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo esta mensagem: conte com a comunidade científica brasileira. Ela está disposta a apoiar esse desenvolvimento, considerando que isso também é uma forma de alavancar a ciência brasileira e de utilizar, como eu falei, os nossos ativos únicos, a nossa capacidade instalada do conhecimento e a biodiversidade que nós temos.

Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigada, Profa. Mercedes, por sua contribuição.

Passo a palavra para a Carina, por gentileza, para suas considerações ou algum comentário que ache pertinente.

Eu queria dizer a você, viu, Rafael, que você espere um pouco, porque, primeiro, as damas.

A SRA. CARINA MENDONÇA PIMENTA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Como palavra final, eu compactuo com a necessidade e a urgência da tramitação. O Ministério do Meio Ambiente está à disposição para contribuir e contribuiu, trabalhou com a equipe ali no possível.

O Brasil, há muito tempo, anseia por uma política que olhe para o seu desenvolvimento econômico ligando a biodiversidade e as atividades econômicas de forma sustentável.

Para um país que nasceu como nasceu e que tem esse ativo de florestas, de ecossistemas e de diversidades, vem no momento muito oportuno esta discussão e a execução de um projeto que realmente eleve para outro patamar a discussão sobre economia e ecologia como coisas que podem andar de mãos dadas a partir de um conjunto de instrumentos que nos permitam fazer seja essa transição, sejam os investimentos necessários para que esse uso ocorra.

Eu queria dizer só que essa bioeconomia não é só sobre produtos; ela é também sobre conhecimento. Esse enfoque, dentro de um projeto de lei que reconheça o papel da ciência, da tecnologia e da inovação no uso desse sistema, é fundamental.

Nós que trabalhamos com a Lei de Acesso ao Patrimônio Genético sabemos que nós somos, hoje, reguladores do acesso, mas o conjunto de estímulos tem a ver com uma decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado de percorrer esse caminho e nos ajudar para que o setor empresarial, a academia e as comunidades possam usufruir dos benefícios sem prejudicar o que a Profa. Mercedes bem disse, sem colocar a gente na rota da perda de biodiversidade e das agendas de mitigação e adaptação climática, que hoje são os nossos grandes paradigmas para o desenvolvimento.

Aqui, nós temos uma oportunidade única, e reforço a importância deste projeto frente ao conjunto de objetivos que o Brasil tem na transformação ecológica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Carina, pela sua contribuição.

Agora, sim, Rafael. Agora, é com você.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES – Quer passar para a Júlia Mascarello, da Fazenda?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Não, Júlia entra no segundo bloco. Ela será a primeira dama daquele bloco de lá.

O SR. RAFAEL DE SÁ MARQUES (Para expor.) – Muito bem.

Obrigado, Senador.

Eu queria, nas minhas palavras finais, lembrar que Carina falou que há muito tempo o Brasil espera por incentivos na área do desenvolvimento da bioeconomia. Quero lembrar que nós, no Mdic, desde 1972, quando foi criado o Próalcool, o Próalcool era só um dos projetos de desenvolvimento da economia brasileira a partir dos insumos que a gente tinha disponíveis no país, e ele foi o mais bem-sucedido, foi o que sobreviveu; mas o Presidente Lula, em 2023, ao inaugurar o seu terceiro mandato, recriou os ministérios – o Ministério de Indústria e Comércio tinha sido extinto pelo governo anterior –, ao recriar o Mdic, recriou com uma secretaria nova, que é a Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, com o propósito de resgatar essa missão de fazer com que o Brasil possa, finalmente, dar importância às suas maiores vantagens comparativas. E o desenvolvimento da bioindústria eu acho que se encaixa nessa premissa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós estamos num momento de alinhamento, inclusive político, porque eu vejo que o desenvolvimento da bioeconomia no Brasil é uma agenda que é tanto de esquerda quanto de direita. Quando a gente desenvolve a bioindústria no Brasil, nós estamos aumentando a demanda para o setor agrícola produzir biomassa para ser processada em parques petroquímicos que vão passar a ser parques *flex*, por exemplo. Então, é uma agenda que enseja uma oportunidade de convergência política para que o Brasil, finalmente, se deslanche economicamente. Então, eu faço votos de que isso aconteça.

Quero dizer que o Mdic está à disposição para apoiar qualquer iniciativa nessa direção e eu, pessoalmente, sou entusiasta. Eu acho que esse é um processo que vai acontecer naturalmente no Brasil. O que nós precisamos pensar é como coordenar esse processo para que ele, ao acontecer... Para que esse processo de desenvolvimento econômico da bioeconomia, que será pautado pela demanda... Então, a economia mundial vai demandar isso, e o Brasil é que tem condição de entregar, não tem outro país que tem condição de entregar isso, mas que isso, ao acontecer, a gente faça de uma forma organizada e que possa gerar um desenvolvimento distribuído, para que, finalmente, possa aproveitar um impulso econômico que vem de fora para que ele aconteça mais rápido e de forma organizada, alcançando os objetivos que o Estado brasileiro tem de distribuição de renda, de oportunidades, de redução dos impactos ambientais e contribuindo para a construção de um país que seja mais justo para todos.

Então, obrigado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Rafael.

Agora, vamos para o segundo bloco, com aqueles nossos convidados que estão *online*.

Eu concedo a palavra para a Júlia, para suas considerações finais ou algo que você queira acrescentar a esse enriquecedor debate promovido nesta audiência pública.

Por favor, Júlia. (*Pausa.*)

A Júlia vem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JÚLIA MASCARELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Oi.

A SRA. JÚLIA MASCARELLO (*Por videoconferência*.) – É que não estava liberado aqui o meu áudio.

Muito obrigada a todos.

Bom, eu só queria ressaltar a importância também de nós avançarmos nesse projeto de lei, que coloca realmente a bioeconomia como esse modelo de desenvolvimento, essa oportunidade única que o Brasil tem – que já é reconhecida em vários países... Mas o Brasil tem essa oportunidade, essa vantagem de realmente transformar a sua matriz produtiva de forma que a gente consiga realmente alcançar o desenvolvimento sustentável que a gente almeja, que não seja só um conceito, mas que seja realmente implementado.

Também eu ressalto que essa pauta da bioeconomia está no centro do Plano de Transformação Ecológica e é uma pauta a que poucos Ministérios da Fazenda no mundo têm se dedicado, têm trazido para essa gente, e nós nos orgulhamos muito disso, do próprio novo Brasil, mas de também colocar a biodiversidade e a bioeconomia no centro da nossa agenda, colocando também os instrumentos de financiamento, remodelando o que já existe e criando novos, para que a gente possa, de fato, financiar essa nova economia.

Então, estamos aqui à disposição para trabalhar junto com todos os setores, também com o Legislativo, para que a gente possa avançar no financiamento da bioeconomia, dessa economia que a gente quer para o futuro.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Júlia.

Eu concedo a palavra agora, para suas considerações finais ou algum comentário, ao Rodrigo Justus – por favor, Rodrigo –, da CNA.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Laércio, quero agradecer aqui esta participação, nossa oportunidade de trazer nossas contribuições para este debate, e dizer que o setor agropecuário é um partícipe, tem amplo interesse em mover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os esforços para que nós tenhamos um desenvolvimento da bioeconomia. Foi mostrado aqui tudo o que o Brasil está perdendo de ganhar. Rafael até falou: "Nós não somos ricos; nós poderemos ser ricos" em relação à questão da biodiversidade. Então, nós temos um caminho a seguir.

Dias atrás, comemoramos dez anos da sanção da Lei 13.123, de acesso a recursos genéticos, acho que Mercedes, Rafael e outros aqui participaram ativamente, lá atrás, da construção disso e sei que hoje nós estamos começando a colher os frutos.

Então, agradecemos esta oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Rodrigo.

Eu passo a palavra para o Mauro Sérgio, também para suas considerações finais ou algum comentário que queira acrescentar.

Por favor, Mauro.

O SR. MAURO SÉRGIO VIANELLO PINTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu quero agradecer, em nome da Embrapa, esse convite, mais uma vez, e dizer que a Embrapa tem, na sua estratégia de pesquisa, desenvolvimento e inovação, muito fortalecidos os temas da bioeconomia e da biodiversidade, assim como os temas da soberania e da segurança alimentar e da inclusão socioprodutiva. Também estamos atuando na transição dos grandes sistemas agroalimentares, como em pesquisas, em desenvolvimento de tecnologias e de outras soluções para o campo e também muito envolvidos nas transformações digitais por que passa a agricultura brasileira e a agricultura mundial atualmente.

Então, a gente fica à disposição desta Casa, do Senado também, das outras instituições aqui presentes, para poder colaborar neste e em outros momentos também, seja nessa pauta da biodiversidade, da bioeconomia ou de outros temas que tenham alinhamento com as nossas agendas da agropecuária e do meio ambiente. Então, ficamos à sua disposição e agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu agradeço, Mauro, sua contribuição.

Nós estamos no encerramento desta audiência pública.

Eu quero agradecer a todos que participaram.

Àqueles que assistiram pela TV Câmara esta audiência pública: fiquem à vontade para dialogar com qualquer um desses convidados que aqui vieram, seja pelo sistema *online* ou presencialmente, para trazer seu conhecimento e se colocar à disposição do Brasil para que a gente consiga avançar nesse tema tão importante para o nosso país.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PL 1087/2025, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Para instruir o PL 1087/2025, debater os efeitos da reforma sobre a atividade econômica, desigualdade de renda, a estrutura de insenções e os incentivos fiscais. **Participantes:** Sr. Manoel Pires, Coordenador do Observatório da Política Fiscal da FGV e professor da Unb.; Sr. Sérgio Gobetti, Economista do IPEA; Sr. Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.; e Sra. Débora Freire, Subsecretária de Política Fiscal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/23

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 23 de outubro de 2025.

A presente reunião, como todos sabem, destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.087/2005, para debater os efeitos da reforma sobre a atividade econômica, a desigualdade de renda, a estrutura de isenções e os incentivos fiscais.

Eu já tenho a honra de contar, na nossa mesa, com o nosso querido Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Beto, é uma honra muito grande! – e também tenho a satisfação de contar com a presença do Gilberto Alvarenga, que é Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio – é uma honra muito grande tê-lo...

Eu convido a Sra. Débora Freire, que é Subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda. É uma honra muito grande, Débora.

Convido o Sr. Manoel Pires, que é o Coordenador do Observatório de Política Fiscal da Fundação Getulio Vargas e Professor da UnB – é um prazer grande! –, que já está aqui remotamente.

E convido também o Sr. Sérgio Gobetti, Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Tudo bem, meu querido Senador Mourão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já contamos também com a presença aqui do Sérgio, que é Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá direito a dez minutos. É evidente que, se precisar acrescentar algum tempo, nós acrescentaremos com muita satisfação. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que estiverem inscritos para fazerem suas perguntas e eventuais comentários.

Como anunciado, realizamos hoje quarta e última das quatro audiências públicas que enriquecem e tornam absolutamente transparente o debate mais relevante nesta Comissão neste ano, sem dúvida nenhuma. Nós recebemos inicialmente o Ministro Fernando Haddad e sua equipe da Fazenda – hoje recebemos também a Débora aqui –; depois, os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras que serão beneficiados pelo imposto zero e alíquotas progressivas até R$7.350. Nessa semana conversamos com representantes de estados e municípios e, hoje, conversaremos com o setor produtivo.

Com as informações colhidas neste debate amplo, rico e representativo, teremos condições de elaborar um relatório técnico, equilibrado e que fundamentalmente atenda ao foco central da proposta, que é beneficiar mais de 25 milhões de pessoas com redução ou eliminação tributária e com compensações muito modestas do chamado andar de cima, que pouco ou muito pouco paga – a chamada regressividade. O impacto na economia é inegável e certamente essa isenção ajudará a tracionar ainda mais os resultados econômicos.

Como todos sabem, a nossa economia tem dado sinais de sustentabilidade com excepcionais números no emprego, com baixíssimo número no desemprego. Houve uma elevação da renda média, dados de agosto, de 3,488% com relação ao ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo esse projeto que, do ponto de vista da sua abrangência, em alguns estados chega a atender mais de 95% da população e estamos analisando meticulosamente as alternativas possíveis, sem pedaladas regimentais e sem heresias legais, para impedir que este projeto regresse à Câmara dos Deputados.

O histórico da tramitação por lá desaconselha uma tentativa serena de aprimorar o texto. Seria, sem dúvida nenhuma, devolver o refém ao cativeiro original e facilitar o serviço dos sequestradores da pauta, que só queriam votar o projeto quando votassem a PEC da blindagem e a urgência para a votação do projeto de anistia, o que acabaram fazendo, nas duas hipóteses.

Temos o caminho das emendas de redação, da supressão de itens inconstitucionais, o fatiamento ou ainda a apresentação de um projeto autônomo para sanar as impropriedades do texto que veio da Câmara.

Nosso radar será o mal menor, a agilidade e a garantia do benefício à sociedade. Aqui não legislamos de costas para o país, em reuniões furtivas, não priorizamos regalias ou leis específicas para nichos ou indivíduos, ou – menos ainda – usamos leis para auferir resultados secretos.

Nós temos ainda um problema muito sério: a Fazenda, ao mandar o projeto para a Câmara dos Deputados, anunciou a neutralidade dele e, depois das alterações na Câmara dos Deputados, que, segundo a Consultoria do Senado, afetam R$30 bilhões, a Fazenda continua a dizer que o projeto é neutro, do ponto de vista fiscal.

Tivemos já várias reuniões... O Ministro da Fazenda já esteve aqui; o Secretário da Receita, Barreirinhas, por algumas vezes – por pelo menos três vezes esteve no meu gabinete –, e ficou de disponibilizar os números. Eu pedi que ele apresentasse uma nota técnica, e, até agora, esses números não foram disponibilizados para instruir a apreciação desse processo.

A Fazenda costuma fazer acordos com a Câmara dos Deputados, especificamente com o centrão. O primeiro acordo desta legislatura foi o acordo sobre a PEC da Transição, e a Câmara modificou o arcabouço de modo a torná-lo impraticável – impraticável. Para que todos tenham uma ideia, a base do acordo foi colocar R$155 bilhões da PEC da Transição à margem do próprio arcabouço, do teto do próprio arcabouço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem mesmo, o Plenário do Senado, para minha surpresa, votou um crédito, um recurso para o Ministério da Defesa, fora do arcabouço. O surpreendente é que esse recurso, essa autorização não passou pela CAE. Ela chegou diretamente na Presidência do Senado e foi votada com urgência, mais uma vez deixando a despesa fora do arcabouço, de modo a não passar por esta Comissão, em função dos compromissos que, evidentemente, esta Comissão tem. Talvez seja por isso que a Fazenda não mande os números. A Fazenda precisa mandar os números. O Senado agirá nessa questão com absoluta responsabilidade. O acordo que o Senado fará não será um acordo para arrebentar arcabouço, nem para arrebentar o equilíbrio fiscal. Essa conta chega.

Ontem, aqui, nós fizemos a convocação do Presidente do Banco Central para que ele venha falar na Comissão sobre uma leniência que o Banco Central fez com o ex-Presidente do banco. A legislação até autoriza que se faça isso, mas ela especifica condições que não foram observadas na leniência do Banco Central.

O que é que ocorre? Na Câmara, a Fazenda fez um acordo para isentar a atividade rural, é um acordo que afeta em quase R$8 bilhões a compensação do projeto – quase R$8 bilhões –, enquanto o Congresso votou um projeto para renegociar as dívidas agrícolas vencidas no país em 2024 e 2025, e o Conselho Monetário Nacional, sem que isso constasse da legislação, publicou uma norma exigindo que a renegociação só poderia ser feita se o município tivesse decretado, senhores, estado de emergência. Ou seja, fez-se uma lei para renegociar dívidas agrícolas de mais de 5,5 mil municípios no Brasil, e o Conselho Monetário Nacional restringiu essa renegociação para 1.050 municípios. Por quê? Porque é impossível, do ponto de vista do equilíbrio fiscal, você isentar a atividade agrícola e fazer a renegociação das dívidas.

Então, o Governo faz uma coisa com uma mão e tira com a outra mão. O Governo precisa pelo menos colaborar, Senador Wagner. Eu estou cobrando que a Fazenda mande os números do projeto, porque a Fazenda anunciou, quando mandou o projeto, que o projeto era neutro, e depois das modificações da Câmara, que afetaram quase R$30 bilhões, a Fazenda continua a dizer que o projeto continua neutro.

Eu fiz uma reunião, inclusive, no meu gabinete, com a presença do Senador Jaques Wagner, com o Secretário da Receita e com outro Secretário, com o Marcos Pinto, e eles ficaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mandar os cálculos, os números. Até agora não mandaram, e isso é fundamental, porque eu hoje estou fazendo a quarta reunião e a partir de hoje eu vou me dedicar ao relatório, mas eu preciso das informações. A Fazenda precisa pelo menos colaborar para informar a população do que eventualmente está sendo feito, sob pena de nós, quando chegarmos em março, fevereiro, ficarmos fazendo o que fizemos ontem, votando autorização de despesa fora do arcabouço fiscal.

Cada dia fazemos isso com mais sofreguidão, porque se fez com a Câmara dos Deputados um acordo em torno de um arcabouço fiscal para não ser cumprido, arcabouço esse que começou colocando R$155 bilhões fora do teto do arcabouço com a PEC da transição. Então, isso não pode acontecer.

Se a Fazenda fez acordo sobre vários itens modificados na Câmara, ela venha aqui e apresente os números do acordo, o que é que isso significou, porque aqui nós não vamos fazer de conta. É evidente que nós vamos serenamente apoiar esse projeto. É evidente que, a partir de 1º de janeiro, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que ganham até R$5 mil vão ter a isenção do Imposto de Renda, e progressivamente os que ganham até R$7.350, mas nós precisamos, transparentemente, ter acesso aos números.

Eu queria publicamente fazer isso, o que já fiz em conversas com o Ministro Fernando Haddad e com os Secretários da Fazenda.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Wagner...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero pedir desculpas porque cheguei atrasado e, daqui a pouco, por missão lá na Bahia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também terei que me retirar, mas a equipe estava aqui e seguramente anotou todas as ponderações que V. Exa. fez.

Eu acho que V. Exa. está coberto de razão, como Relator de uma matéria dessa dimensão, a qual todos nós, como V. Exa. colocou, temos o ânimo de aprovar, porque ela é uma ótima notícia para as famílias que ganham até R$5 mil ou até R$7,3 mil, mas é óbvio que isso tem que ser feito com a responsabilidade que cabe a cada um de nós, particularmente a V. Exa., como Relator, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, ex-Presidente da Casa, com toda uma história voltada nesse mesmo sentido do social.

Por convite de V. Exa., acompanhei aquela reunião com o Secretário Barreirinhas, e, saindo daqui, pegando os apontamentos da equipe, eu vou pedir que lhe mande o mais rápido possível, emergencialmente, para que V. Exa. possa fazer o trabalho com a tranquilidade e seriedade que o trabalho e V. Exa. merecem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Wagner. Muito obrigado. (*Pausa.*)

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra, para sua intervenção inicial, ao Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com a palavra, Presidente.

O SR. BETO SIMONETTI (Para expor.) – Pois não. Muito bom dia a todas as pessoas presentes neste ambiente.

Agradeço o convite feito à Ordem dos Advogados do Brasil por S. Exa. o Senador Renan Calheiros, ilustre Relator desse projeto, registrando o meu apreço, admiração e amizade ao Senador, mas também o reconhecimento histórico feito pela instituição da sempre fidalguia dispensada pelo Senador Renan Calheiros à advocacia do Brasil.

De mesmo modo, cumprimento os Senadores presentes nesta sessão – o Senador Laércio Oliveira e o Senador General Mourão. A ambos reservo também amizade e admiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os servidores desta Casa, Senador Renan, eu gostaria de cumprimentar na pessoa do seu operoso assessor, o Dr. Helder, que tem também rendido tantas homenagens e atenções à Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu compilei a participação honrosa e breve que foi concedida à Ordem dos Advogados do Brasil, na sessão desta Comissão, em um texto que tentarei encaixar, cumprindo o tempo designado pela Presidência, mas já contando também com a tolerância eventual de mais alguns minutos, fazendo esse texto em sua integralidade chegar a esta Comissão ao término de nossa intervenção nesta manhã.

Cumprimento também os demais integrantes da mesa: o Dr. Gilberto, a Dra. Débora – o Dr. Gilberto, que também representa, assim como eu, uma entidade muito importante perante a sociedade civil brasileira, e a Dra. Débora, que muito bem representa o Governo brasileiro.

Então, é com honra e senso de responsabilidade, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que compareço a esta audiência pública, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, instituição que, ao longo de mais de 90 anos – no próximo dia 18 de novembro completará 95 anos –, tem defendido a Constituição, o Estado democrático de direito, a cidadania e a justiça social, pilares que sustentam o desenvolvimento de uma nação.

Falo sobre o mérito e a oportunidade da proposta, Senador Renan. O Projeto de Lei nº 1.087/2025, de autoria do Poder Executivo, propõe relevante reforma na estrutura do Imposto de Renda da Pessoa Física ao ampliar a faixa de isenção para rendimentos de até R$5 mil mensais. E permitam-me iniciar, assim como bem feito pela Presidência desta sessão, reconhecendo e louvando essa iniciativa por ser, por demais, importante.

A correção da tabela do Imposto de Renda é uma luta histórica da OAB, que, inclusive, ajuizou, em 2014, a ADI 5.096 perante o Supremo Tribunal Federal, postulando exatamente isso. Essa atualização é não apenas oportuna, mas extremamente justa, sobretudo em um cenário em que a inflação e o aumento do custo de vida corroeram o poder aquisitivo das famílias brasileiras.

A OAB reconhece o acerto do propósito do projeto: fortalecer a justiça fiscal e combater distorções que perpetuam regressividade do sistema. Mas é justamente por compartilhar desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivos que a OAB entende que o texto precisa de aperfeiçoamentos para garantir equilíbrio, isonomia e segurança jurídica.

O Brasil alcançou em 2024 a maior carga tributária de sua história, 32,3% do PIB, segundo dados do próprio Tesouro Nacional. O custo do capital e do investimento produtivo é elevado. Países emergentes com os quais competimos mantêm a carga tributária em patamares significativamente menores. Citamos como exemplo o México, em 17,7%; a Índia, em 17,1%; o Chile, em 20,8%; a Colômbia, em 22,2%; a Turquia, em 24,5%; o Uruguai, em 27,4%; e a Argentina, em 27,8%.

E falo sobre os impactos diretamente à advocacia e aos profissionais autônomos. O Brasil hoje, senhoras e senhores, tem 1,4 milhão de advogados e advogadas, dos quais 72% atuam como autônomos, segundo o Perfil ADV, estudo conduzido pelo Conselho Federal da OAB.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que não se pode estabelecer uma isonomia entre sócios de escritórios de advocacia e acionistas de empresas. Os advogados, enquanto profissionais liberais, compõem sociedades simples, uniprofissionais, ou seja, sociedades não empresárias, nos termos do art. 997 e seguintes do Código Civil. Assim, os advogados não podem contar com sociedade de responsabilidade limitada para o desempenho de sua atividade econômica.

Neste ponto, convém destacar que, por força de lei, os advogados são pessoalmente responsáveis pelos atos praticados no exercício de sua atividade profissional, ou seja, os advogados não apenas são impedidos de adotar um tipo societário que lhes possibilitaria limitar sua responsabilidade patrimonial e o risco pelos atos cometidos na consecução de sua atividade profissional, como eventual proteção, ainda que possível, jamais poderia excluir a sua responsabilização pessoal.

Além disso, Sr. Senador Renan Calheiros, a tributação dos dividendos prejudica especialmente os profissionais liberais – e não estamos a falar somente dos advogados e das advogadas; estamos a falar também dos médicos, dos dentistas, dos engenheiros e de todas as outras profissões típicas da classe média –, acarretando a inaceitável injustiça tributária ao dar o mesmo tratamento aos acionistas de empresas, organização dos fatores de produção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detentoras de capital, e às sociedades de profissionais liberais, que vivem unicamente de seu esforço intelectual, Senador Laércio.

Não procede a alegação de que a tributação dos dividendos seria justa, pois equipararia a atribuição das sociedades uniprofissionais com a dos profissionais assalariados pessoa física. Ora, o assalariado possui uma série de garantias e direitos, tais como irredutibilidade de salário, fundo de garantia, décimo terceiro, férias e o respectivo terço constitucional, bem como o descanso semanal remunerado. O profissional liberal sócio de pessoa jurídica só usufrui de alguma remuneração se, após o pagamento dos tributos incidentes sobre a atividade da empresa, houver lucro a ser distribuído.

Em segundo lugar, sociedades de advogados não ensejam as mesmas preocupações quanto às condutas elisivas quando comparadas às sociedades empresárias de modo geral. Neste ponto, cumpre destacar que sociedades de advogados têm um propósito econômico específico – a união de profissionais para a prestação conjunta de serviços de advocacia – e estão sujeitas à fiscalização constante pela OAB. Não se tem notícia de sociedades de advogados que sejam fictícias, de papel, ou tenham sido utilizadas no contexto de planejamento destinado a economizar tributos.

Em terceiro lugar, a tributação de dividendos nos moldes propostos implicará a dupla tributação econômica dos lucros auferidos pela sociedade de advogados e será um forte desincentivo à associação profissional. Através da associação profissional, busca-se atrair os profissionais especializados e de alta qualidade técnica nas suas respectivas áreas de atuação. Isso assume a importância fundamental, sobretudo em uma realidade caracterizada pela especialização de áreas jurídicas e a elevada necessidade de conhecimento técnico sobre cada uma delas. O desincentivo à associação profissional fica bastante claro quando se constata que o valor dos honorários recebidos por advogados por intermédio de uma sociedade de advogados poderá se sujeitar à alíquota de 34% a título de IRPJ e CSLL, além do PIS e da Cofins, ao passo em que o valor dos honorários recebidos diretamente pelo profissional individual sofrerá a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física, a alíquota de 27,5%. Trata-se, senhoras e senhores, sem dúvida de incentivo para que haja uma migração em massa das sociedades de advogados para a informalidade, lamentavelmente, o que poderá colocar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

xeque tanto a qualidade dos serviços advocatícios prestados à sociedade como a capacidade de fiscalização da atividade profissional por parte da Ordem dos Advogados do Brasil.

Outro aspecto de fundamental relevância está na especial dinâmica que permeia a atividade advocatícia, extremamente volátil e incerta sob o ponto de vista financeiro. Grande parte da renda proveniente dos lucros distribuídos pelas sociedades de advogados e a seus sócios provém de honorários de êxito e sucumbenciais, que, muitas vezes, são percebidos após sete a dez anos de trabalho – e aqui eu chamo a atenção, com todo o respeito, de V. Exas. para este dado –, conforme revelam dados do CNJ sobre o tempo médio de tramitação dos processos.

E muitas vezes o recebimento de valores ao final de uma causa de maior conteúdo econômico na qual o profissional centrou seus esforços durante anos é sucedida por longo período menos afortunado. A aplicação cega do imposto mínimo de 10% sobre dividendos distribuídos pela sociedade de advogados equivalentes desconsidera essa peculiaridade e viola o princípio da pessoalidade da tributação. Um profissional que receba R$1,2 milhão em 2026 referente a uma causa que tramitou ao longo de dez anos não deve ser tributado como se aquele valor fosse renda de um único exercício. O projeto de lei precisa considerar que, se esse advogado tivesse recebido R$120 mil por ano, por exemplo, durante cada um dos dez anos em que trabalhou no processo, ele não teria sofrido a tributação de 10% sobre os dividendos, porque seu rendimento anual ficaria abaixo do patamar dos R$600 mil. O simples fato de esse advogado ter concentrado a sua remuneração no último ano de tramitação do processo, o que é uma prática natural da atividade – estipular honorários no momento do êxito –, fez com que tal advogado ultrapassasse o patamar de R$600 mil e fosse indevidamente atingido pela nova tributação.

Essa sistemática prevista no atual projeto de lei em deliberação no Senado Federal penalizará principalmente os pequenos e médios escritórios de advocacia, onde estão a esmagadora maioria dos profissionais, que se veem premidos pelos clientes a trabalharem principalmente com honorários de êxito, concentrando o recebimento de valores ao fim do processo, mas que remunerem muitos anos de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frise-se que a própria legislação tributária já reconhece essa lógica de que rendimentos que correspondem a mais de um período se referem a diversos anos de trabalho e devem ser tributados dividindo a renda entre todos aqueles períodos para verificar individualizadamente qual tributação ocorreria se a renda tivesse sido corretamente recebida em cada ano. Esse regime dos rendimentos recebidos acumuladamente está no art. 12-A da Lei 7.713, de 1988, aplicável às pessoas físicas que tenham recebido rendimentos que se refiram a período maior do que um único exercício financeiro, portanto é plenamente possível que, inspirado nesse modelo, o texto final seja ajustado para preservar a justiça e a ocorrência da tributação da renda do trabalho intelectual.

Ademais, o projeto concede isenção – muito bem dito e muito bem observado, com a sensibilidade que lhe é peculiar, pelo Senador Renan Calheiros no início de sua fala – para produtores rurais, pessoa física, com impacto estimado, no meu texto, de até R$3 bilhões e, na fala do Senador Renan, que é muito mais fidedigna, alcança a casa dos R$8 bilhões. Foi isso que V. Exa. falou, imagino eu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas eu não reclamei da...

O SR. BETO SIMONETTI – Não, eu estou apoiando...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu reclamei da exclusão dos municípios na renegociação das dívidas.

O SR. BETO SIMONETTI – ... estimado em tantos bilhões anuais na arrecadação potencial da proposta. A OAB entende que, se há razões econômicas e sociais que justificam esse tratamento diferenciado, também é justo e necessário conceder isonomia a profissionais liberais, que exercem papel fundamental na geração de renda, formalização e prestação de serviços essenciais à sociedade.

E, para que fique claro, a minha fala nesse sentido é apoiando integralmente a fala de V. Exa. Que V. Exa. não entenda como uma crítica encaminhada.

E vou, suprimindo alguns tópicos que estarão certamente aqui protocolizados perante esta Comissão, falando brevemente sobre estoque de lucros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto relevante é o tratamento dado aos lucros gerados antes da entrada em vigor da proposta. O texto aprovado na Câmara prevê isenção apenas para dividendos relativos a 2025, desde que a distribuição seja aprovada até 31 de dezembro de 2025. Essa regra, *data venia*, é inexequível e contraria as normas contábeis e societárias na medida em que o balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 somente poderá ser fechado, por motivos óbvios, em 2026. É tanto assim que a Lei das S.A. estabelece que o balanço seja publicado até o quarto mês após o término do ano, em seu art. 132.

E aí suprimo parte do texto, que encaminharei neste momento. No entanto, faremos a publicidade necessária e o encaminhamento formal de todo o nosso texto propositivo e colaborativo a esta Comissão.

Falo da compensação de prejuízos fiscais e do princípio da capacidade contributiva. A OAB chama a atenção para o tratamento dado à compensação de prejuízos fiscais. O direito de compensar até 30% do lucro apurado em um exercício com os prejuízos acumulados nos períodos que o antecederam é essencial para refletir o ciclo econômico das empresas. O prejuízo fiscal nada mais é do que o resultado negativo apurado de acordo com a legislação em períodos anteriores. Desconsiderar os resultados negativos e considerar apenas os positivos é flagrante violação ao conceito de renda.

Ignorar essa dinâmica é desconsiderar o princípio da capacidade contributiva. Lucros pontuais podem refletir apenas a recuperação de prejuízos anteriores, e tributar dividendos sem essa ponderação é tributar o filme de um período difícil como se fosse apenas a fotografia de um bom momento. As Emendas nºs 11 e 20 trazem soluções adequadas e merecem atenção e acolhida, com a nossa máxima vênia, Sr. Presidente.

E me encaminho, brevemente, para concluir, ao tópico da progressividade limitada e da concentração de renda. Outro ponto que merece reflexão é a progressividade restrita do imposto mínimo. A tributação de 10% é progressiva apenas entre R$600 mil e R$1,2 milhão, tornando-se linear acima desse patamar, ou seja, quem recebe R$1,5 milhão paga proporcionalmente o mesmo de quem recebe R$50 milhões. Esse modelo não enfrenta a concentração de renda no topo da pirâmide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados da Receita Federal mostram que um único contribuinte declarou R$1,25 bilhão em rendimentos isentos em 2019. Se incidisse sobre esse valor uma alíquota de 25%, a arrecadação seria de R$315 milhões, o mesmo que se arrecadaria cobrando 10% de 2,6 mil contribuintes com renda de R$1,2 milhão, ou seja, é possível manter a neutralidade arrecadatória projetada pela proposta com escalonamento maior das alíquotas. Esses números demonstram que a progressividade precisa ser ampliada, sob pena de a reforma perder a sua vocação distributiva.

Concluo. Sr. Relator, amigo querido, pessoal e da advocacia brasileira, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, o PL nº 1.087, de 2025, é uma oportunidade, sim, de modernizar a tributação de renda e de tornar o sistema mais justo e transparente. O aumento da faixa de isenção é uma conquista da cidadania, mas o texto precisa preservar a coerência, a segurança jurídica e a racionalidade econômica. É necessário ajustar os prazos, respeitar a contabilidade societária, considerar os ciclos de prejuízo e lucro e reconhecer as particularidades das atividades profissionais.

A OAB coloca-se à disposição de V. Exas., Senador Renan Calheiros, e dos Senadores e das Senadoras desta Casa, desta Comissão, para colaborar tecnicamente na construção de um texto equilibrado que concilie justiça social e competitividade, isonomia e segurança jurídica, equilíbrio fiscal e estímulo à produção.

Essas são, em breves palavras, as intenções colaborativas da Ordem dos Advogados do Brasil a esta Comissão, ao Senado Federal, à cidadania brasileira e ao Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade, e seguimos à sua disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, meu querido Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nós vamos alternar e vamos colher agora as duas participações dos convidados que estão remotamente.

Eu concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Manoel Pires, que é Coordenador do Observatório da Política Fiscal da FGV e Professor da Unb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra muito grande contar com a sua presença aqui neste debate, que é fundamental para instruirmos a apreciação da matéria.

Com a palavra o Manoel Pires.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Na verdade, o prazer é meu. Agradeço enormemente o convite e cumprimento V. Exa. pelo trabalho que tem desenvolvido aí na CAE, em particular também por todas as preocupações que apresentou relacionadas a esse importante projeto de lei.

Quero estender meus cumprimentos a todos os Senadores presentes. Quero cumprimentar o Beto Simonetti, representando a Ordem dos Advogados do Brasil; o Gilberto Alvarenga, representando a CNC; a Débora Freire, representante do Ministério da Fazenda; e o Sérgio Gobetti, que também representa aqui o Ipea.

Eu vou tecer alguns comentários com relação ao projeto de lei, focando um pouco na questão do impacto fiscal e nas mudanças que foram feitas, como eu avalio as alterações ocorridas na tramitação da Câmara para a versão que a gente está discutindo agora no Senado. Então, eu queria iniciar falando um pouquinho sobre a avaliação de impacto fiscal que eu tenho da proposta, detalhando um pouco os temas e como é que o PL trata os vários assuntos, desde a desoneração até as compensações.

Iniciando pela parte da desoneração, o que o projeto faz é criar um desconto no Imposto de Renda para rendas de até R$5 mil e um desconto gradual para quem ganha até R$7.350. Esse não é um reajuste da isenção convencional, como a gente está acostumado a ver nas que foram praticadas no passado. Na verdade, o termo-chave aqui é desconto. Então, o contribuinte vai apurar o imposto devido e, se ele estiver numa faixa de renda inferior a R$5 mil, recebe um desconto. Por que foi feito assim? Para reduzir o impacto fiscal do projeto.

Normalmente, quando a gente amplia, atualiza a tabela do Imposto de Renda, todos os contribuintes que entram na faixa de isenção têm aquela parcela da sua renda desonerada. Aqui não vai acontecer assim; o desconto vai acontecer somente para quem tem renda até esse limite, não se estendendo a quem tem renda superior a esse limite. De modo que, para quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem renda superior a R$7.350 por mês, tudo vai continuar como está. Este contribuinte com esse perfil de renda vai pagar exatamente a mesma coisa.

Se a gente fizesse uma isenção tradicional – um reajuste da tabela tradicional –, o custo fiscal disso seria muito maior. Então, foi uma solução engenhosa que o ministério propôs para controlar o impacto fiscal desse projeto e, ainda assim, beneficiar uma grande quantidade de pessoas.

Nos estudos que a gente fez lá no Observatório da Política Fiscal, a gente chegou a um impacto negativo – o estudo foi feito em parceria com o Sérgio Gobetti, que está aqui na nossa audiência – dessa desoneração, que resultaria num valor de R$25 bilhões. Está bom? Bom, o Governo adotou duas medidas para compensar essa renúncia fiscal: a primeira é a tributação de lucros e dividendos na fonte, para distribuições superiores a R$50 mil, e a criação de um imposto mínimo que vai ser aplicado na tabela, no ajuste anual, ou seja, para quem tem renda anual superior a R$600 mil, você tem uma alíquota mínima que começa em zero e vai subindo gradualmente até alcançar 10% nas rendas superiores a R$1,2 milhão. Inicialmente, na versão inicial do projeto, a gente estimou uma compensação de R$33,4 bilhões, ou seja, essas duas medidas olhadas em conjunto teriam um potencial arrecadatório de R$33 bilhões. Nas nossas contas, portanto, o impacto fiscal líquido do projeto seria positivo em aproximadamente R$8,5 bilhões. Então, a gente estimava um impacto um pouquinho maior do que as projeções que o Governo apresentou no início da tramitação do projeto.

Analisando do ponto de vista do mérito do projeto, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista distributivo, a avaliação que a gente tem é que o projeto tem um impacto positivo. Uma característica muito negativa do nosso Imposto de Renda da Pessoa Física é a regressividade no topo da renda. Só para citar um exemplo, nas nossas simulações, um contribuinte que ganha, por exemplo, R$700 mil por mês, tem uma alíquota efetiva da ordem de 4,7%, enquanto quem tem renda mensal de R$10 mil está pagando uma alíquota efetiva em torno de 13%, ou seja, quem está no meio da distribuição de renda do Imposto de Renda tem uma alíquota efetiva que é muito maior do que quem está no topo. Esse resultado permanece mesmo quando a gente considera o fato de esse contribuinte de alta renda ter deduzido imposto na distribuição de dividendos na empresa, ou seja, mesmo quando você considera a tributação paga na empresa, ainda existe um grau de regressividade relevante. Então, a ideia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto mínimo é boa porque controla, vai diminuir bastante esse nível de regressividade no topo da renda.

Do ponto de vista econômico, a gente avalia que o projeto também tem um impacto positivo. O principal efeito desse projeto seria estimular o nível de consumo. Os contribuintes que vão usufruir dessa renúncia fiscal têm uma renda mais baixa e dependem mais da renda para consumir, ao passo que os contribuintes que vão financiar essa desoneração não devem reduzir tanto o consumo em função do alto nível de renda que eles usufruem. Nesse sentido, a gente está estimando um impacto sobre a atividade econômica ao redor de R$28 bilhões. Isso equivale a 0,2 ponto percentual do PIB. Significa dizer, *grosso modo*, que, se está estimado um crescimento do PIB para o ano que vem de 2%, esse projeto tem o efeito de elevar isso para algo como 2,2% de crescimento para o próximo ano.

Entrando um pouco aqui na questão das mudanças que foram feitas na Câmara, a versão do projeto que foi aprovada na Câmara ampliou algumas renúncias. Em primeiro lugar, a faixa de isenção subiu, então, alguns contribuintes a mais também vão se beneficiar dessa isenção mais alta, mas, ainda assim, além disso, várias rendas foram excluídas do cômputo do imposto mínimo. E há uma regra de transição para os dividendos gerados até 2025, como o Beto Simonetti mencionou. Então, vou tratar um pouquinho dessas questões.

Sobre a questão da isenção, da ampliação da faixa de isenção, a gente está estimando um impacto fiscal dessa renúncia ao redor de R$2,5 bilhões. Então, a gente teria que acrescentar R$2,5 bilhões nessa desoneração total. Na prática, a ampliação das isenções no imposto mínimo, dos vários tipos de renda que estão sendo isentados nessa nova versão, é muito ampla, muito grande. E, no final das contas, elas estão descaracterizando um pouco o imposto mínimo, porque a grande vantagem do imposto mínimo não é discutir de onde a pessoa está obtendo renda e se é justo isentar uma determinada fonte de renda ou não, o grande mérito do imposto mínimo é olhar para o seguinte: olhe, se você pagou um imposto muito baixo, você vai complementar um pouco, porque não é razoável a gente ter o nível de regressividade que a gente tem, independentemente da fonte de renda.

Então, não estou discutindo se eu quero tributar LCA, LCI, renda rural, etc. O que eu quero avaliar é se, no todo, você está pagando pouco ou muito imposto. Se você estiver pagando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito pouco imposto, você vai complementar esse imposto com o imposto mínimo. Lembrando que o imposto mínimo é realmente mínimo. Ele começa com 0% numa faixa de R$600 mil. Para quem ganha R$600 mil por ano, que é uma renda elevada para o padrão brasileiro, o imposto mínimo vai ser zero. Depois ele vai crescendo gradativamente. Nas nossas simulações, a gente só começa a ter uma massa de contribuintes mais relevante para rendas superiores a R$800 mil por ano. Então, pouquíssimas pessoas com renda de R$600 mil pagariam o imposto mínimo, porque, na prática, na composição das rendas delas, desse perfil, você já tem algum pagamento de imposto que ultrapassa o imposto mínimo.

Sobre essa questão da tributação sobre dividendos, que vai ser a principal fonte de arrecadação do imposto mínimo nessa versão do projeto, eu queria fazer três observações. A primeira questão que se discute muito no Brasil é se, ao incluir a tributação sobre dividendos, a tributação sobre a renda do capital vai ficar alta ou se vai ficar baixa. Quando a gente olha em comparação internacional, a gente tem uma alíquota nominal sobre as empresas que é alta, 34%, mas, quando você soma a tributação das empresas e a tributação sobre os dividendos, em geral, na maior parte dos países, você atinge percentuais superiores a 40%, chegando a 44%, 45%. Então, mesmo com o imposto mínimo, a nossa tributação sobre o capital não vai ficar elevada em comparação internacional.

A gente tem que levar em consideração também que uma coisa é a tributação nominal, a outra é a efetiva. Existe uma diferença muito grande no Brasil entre a carga nominal de 34% e a carga efetiva, que é bem inferior. Uma segurança importante que eu acho que o projeto tem é o limite de carga efetiva, ou seja, se ao pagar os 10% a carga total ficar superior a 34%, o contribuinte vai ter direito à devolução do excedente que foi recolhido. Isso garante um teto para a carga tributária sobre o capital, que ainda assim, em comparação internacional, dada essa limitação, a meu ver, vai ficar bem posicionada em termos comparativos com outros países.

Segundo, a discussão sobre tributação de dividendos sobre a qual eu queria chamar a atenção é o efeito que isso tem sobre investimentos, que é um argumento também que normalmente acontece. Aqui a gente tem que separar os conceitos. Uma coisa é investimento financeiro e a outra coisa é investimento físico, que é a decisão da empresa de ampliar a capacidade produtiva. Em geral, esses termos se confundem no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando a gente olha o efeito disso sobre o investimento físico, a decisão de investimento da empresa, eu não conheço nenhum estudo – a maior parte dos estudos que eu conheço mostram que a tributação sobre dividendos não tem impacto significativo sobre o investimento das empresas – que mostre o impacto negativo. Colocando de outra forma, no final das contas, o que importa para a empresa é se o projeto é rentável, e, dentro de uma estrutura de financiamento normal e dos limites tributários que a gente conhece e no qual o Brasil vai continuar certamente enquadrado, a empresa acaba encontrando outras formas de se financiar para fazer seu projeto de investimento.

Terceiro ponto de tributação de dividendos é se ela pode afetar a taxa de câmbio. Aqui o argumento é o seguinte: a firma, em função da nova tributação, pode antecipar a distribuição de dividendos, e isso significa um aumento de volume de recursos remetido para fora do país, o que causa uma depreciação cambial. Isso acontece, a gente observa isso. Durante a tramitação do projeto de reforma do Imposto de Renda, em 2021, a gente viu esse impacto sobre o mercado de câmbio, e, no ano passado, quando o Governo anunciou a ideia do imposto mínimo em relação ao Imposto de Renda, a gente também viu algum impacto no mercado de câmbio.

A versão da Câmara trata isso aplicando uma regra de transição. Então, essa questão de você deixar uma parte dos dividendos gerados até 2025 para ser distribuída ao longo dos anos seguintes é uma forma de atenuar o impacto sobre a taxa de câmbio para evitar um comportamento de antecipação de distribuição de dividendos, mas, evidentemente, existe um impacto arrecadatório negativo sobre esse instrumento. Então, acho que vale a pena avaliar se os três anos que estão colocados para essa regra de transição são longos ou se são suficientes dentro de uma avaliação de custo e benefício sobre o impacto negativo na taxa de câmbio *vis-à-vis* o impacto negativo sobre a arrecadação. Aqui eu acho que existe um espaço para uma modulação e uma avaliação de cenários para se tomar melhor decisão.

Por fim, para concluir esta minha primeira fala inicial, eu acho que na tramitação da Câmara o projeto melhorou em dois aspectos.

Primeiro, uma preocupação que eu tinha era a definição do conceito de carga tributária efetiva que vai limitar a tributação da renda do capital. A versão original do PL não tratava isso de uma maneira clara e agora essa versão tem uma definição clara, e isso vai diminuir muito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insegurança jurídica para a aplicação desse conceito, uma vez que existem várias formas de se calcular a carga tributária efetiva. Então, ao definir no projeto de lei qual é a forma correta para apurar isso, você tem uma clareza maior desse conceito, e, consequentemente, isso tende a reduzir a insegurança jurídica dessa tributação.

O segundo ponto que eu acho positivo é que estados e municípios poderiam ter alguma perda nessa renúncia fiscal porque o Imposto de Renda recolhido sobre os funcionários públicos estaduais e municipais não é repassado, não é arrecadação do Governo Federal. Na medida em que eles são desonerados, esses entes subnacionais perdem algum recurso. Então, no projeto atual, existem algumas garantias mais claras para essa questão.

O projeto, no entanto – e aí eu entro um pouco no aspecto que me parece ser negativo –, piorou pelo aumento das isenções. Com o aumento das isenções, piora o impacto fiscal do projeto, que, a meu ver, era ligeiramente positivo; agora o impacto fiscal piorou muito e ficou mais incerto calcular isso. As isenções, por exemplo, de LCA, LCI, CRI e CRA têm aumentado muito, por conta do crescimento desse mercado. Então, isso pode gerar um impacto negativo relevante mais à frente; e, ao ter muitas isenções no imposto mínimo, ele acabou diminuindo seu efeito em controlar a regressividade no topo da renda.

Então, essa questão que o Senador Renan Calheiros colocou do esvaziamento, de certa forma, de alguns itens no imposto mínimo me parece extremamente relevante de ser abordado nesta Comissão.

Eu encerro aqui minha fala inicial, agradeço o convite. É um prazer participar desta sessão, e me coloco à disposição, para eventuais dúvidas que possam surgir e para esclarecer os questionamentos dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Manoel Pires, por sua exposição inicial. Sua presença é muito importante, aqui, neste debate hoje.

Eu vou conceder a palavra à Débora Freire, que é Subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Débora, mais uma vez, muito obrigado por sua presença. Estivemos juntos na tramitação da medida provisória e é mais uma honra estar aqui com você.

Com a palavra, para a sua intervenção inicial.

A SRA. DÉBORA FREIRE (Para expor.) – Muito obrigada! Bom dia a todas e todos! Muito obrigada, Senador Renan; é um prazer estar aqui.

Agradeço o convite à Secretaria de Política Econômica. Acho que é superimportante essa visão que a Secretaria de Política Econômica traz sobre o projeto.

Cumprimento os meus colegas de mesa e também quem está *online*.

Estou muito feliz de estar na companhia do Manoel Pires e do Sérgio Gobetti, grandes pesquisadores do tema, que têm tido uma contribuição super-relevante nesse projeto tão importante para o país.

Antes de começar a minha apresentação – eu trouxe uma apresentação –, vou falar um pouquinho do meu histórico na verdade, porque estou como Subsecretária de Política Fiscal, neste momento, da Secretaria de Política Econômica, mas sou pesquisadora, sou professora da UFMG, pesquisadora do Cedeplar – então, estou cedida, neste momento, ao Ministério da Fazenda –, e estudo este tema há uns bons anos.

Foi o tema da minha tese de doutorado, e minha tese de doutorado foi premiada, com proposta muito semelhante ao que está sendo debatido nesse projeto; e é com muita alegria e com muita felicidade que faço parte do Ministério da Fazenda e deste Governo, que teve a coragem de pautar e de apresentar um projeto tão importante para o país, para mitigar problemas de regressividade no Imposto de Renda e trazer um pouco mais de justiça fiscal e justiça social para este país tão desigual.

Então, como pesquisadora, eu fico muito feliz de poder fazer parte deste momento, mas, principalmente, de estar do lado de um Executivo e do Ministério da Fazenda, que trouxe, de fato, um projeto tão importante para o país.

Então, vou apresentar hoje, aqui, um estudo que nós fizemos na Secretaria de Política Econômica, especificamente para esse projeto. A Secretaria de Política Econômica está sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito preocupada com o mérito econômico dos projetos dos quais participamos e dos projetos que passam por nós, e temos um olhar muito abrangente sobre os impactos socioeconômicos e, principalmente, distributivos das medidas.

Uma vez que somos um país tão desigual, a gente entende – e é também o entendimento deste Governo Federal, desta administração – que qualquer medida precisa ser avaliada sob a sua ótica distributiva, basicamente porque a gente precisa trazer um pouco mais de justiça social para este país.

Esse estudo foi feito lá na Secretaria de Política Econômica, e ressalto o trabalho superimportante da equipe técnica, dos técnicos, dos servidores envolvidos, principalmente na pessoa do Coordenador-Geral Rafael de Acypreste, que foi o responsável técnico por esse estudo, obviamente sob a minha supervisão.

Então, o que eu vou ressaltar aqui hoje na minha apresentação? Exatamente o potencial de corrigir uma distorção super-relevante que nós temos no Imposto de Renda de Pessoa Física, que é a regressividade no topo da distribuição; e o potencial desse projeto de melhorar a desigualdade de renda, de reduzir a desigualdade de renda no país.

O Brasil é um país muito desigual, todos sabemos disso, e a reforma do IRPF vai ajudar a reduzir a desigualdade de renda – adiantando aqui a minha conclusão, em que eu vou mostrar como ela está consubstanciada. No entanto, é muito importante – e a gente deixou isso muito claro desde o início, o Ministério da Fazenda deixou muito claro desde o início – que o Imposto Mínimo sobre os mais ricos seja aprovado; ou seja, que a compensação desse projeto, dessa medida tão importante, que alivia o orçamento de um contingente muito importante das famílias brasileiras... É muito importante que esse projeto seja, de fato, compensado por uma medida que corrija a distorção que temos atualmente no IRPF, já de muito tempo, que é essa regressividade no topo da distribuição: quem está lá no topo da distribuição paga uma alíquota efetiva muito menor do que quem está no meio da distribuição, e eu vou mostrar isso.

Então, basicamente, é muito importante que o Imposto Mínimo seja aprovado, e o objetivo desse estudo foi analisar a proposta sobre seus impactos na progressividade do IRPF e os potenciais impactos na desigualdade de renda no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o PL 1.087... Bem, acho que já tivemos aqui uma série de exposições, então vou tentar ser adicional, vou tentar contribuir; enfim, não preciso explicar aqui as características específicas do projeto, mas o que é importante a gente começar a avaliar sobre o IRPF no Brasil hoje? Utilizamos os dados da Receita Federal desde 2016... Desde 2016, a Receita Federal publica dados sobre centésimos de renda, dados do IRPF para os centésimos de renda. Esses dados foram superimportantes, por exemplo, para as minhas pesquisas, que só foram viáveis, lá em 2015 e 2016, por conta dessa publicação de dados por centésimos, o que ressalta a importância do trabalho da Receita Federal e a importância de a gente ter estratificados os nossos dados econômicos e, principalmente, os dados de impostos.

E aí, basicamente, o que a gente vê aqui é o nosso gráfico de alíquota efetiva do Imposto de Renda de Pessoa Física. Esse gráfico já é bastante conhecido, porque o que ele mostra? Ele mostra que a alíquota efetiva vai crescendo conforme a gente avança na distribuição de renda, como deve ser, pois o IRPF tem que ter a característica da progressividade: quem ganha mais paga um pouco mais. Mas a gente consegue observar claramente a distorção que se tem a partir do centésimo 94. Então, a população aqui está dividida em centésimos de renda e, a partir do centésimo 94, nós atingimos esse pico de alíquota efetiva em torno de 12%. O pico de alíquota efetiva hoje é de 12%, e basicamente o que acontece depois é que a alíquota efetiva começa a cair. A partir do centésimo 94, a alíquota efetiva começa a cair. Então, a gente está falando, basicamente, que, para os 0,7% mais ricos, a gente tem uma alíquota efetiva menor do que aquela que incide sobre os contribuintes que estão no centésimo 94.

Em termos de renda... Aonde a gente chega? Qual é o problema aqui? Nós chegamos a uma alíquota para os 0,01% mais ricos... Aqui é média do grupo, não são só aqueles que estão afetados pelo imposto mínimo. Essa é uma diferença de números importante. Aqui a gente consegue números pela média do centésimo. Então, na média do centésimo, o que a gente obtém é que os 0,01% mais ricos pagam uma alíquota efetiva de 5,67%. Percebam que a gente chega no centésimo 94 com uma alíquota de 12%. Quem está lá no centésimo 94 tem uma renda média mensal em torno de R$23 mil, e quem está no 0,01% mais rico, que tem uma renda média de R$5,2 milhões, paga uma alíquota efetiva de 5,67%.

Confesso aos senhores: já sabemos disso há algum tempo, mas isso é vergonhoso. A gente precisa corrigir essa distorção. Basicamente porque quem está lá no topo da distribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está pagando uma alíquota efetiva próxima a de quem ganha – acreditem, esses dados mostram – em torno de R$7 mil. Então, quem ganha R$23 milhões mensais paga uma alíquota efetiva próxima a de quem ganha um pouco mais do que R$7 mil por mês. Esse projeto é tão importante porque visa a corrigir parte dessa distorção. Ele é um passo inicial, é uma medida muito ponderada, exatamente porque é um passo inicial rumo à correção dessa distorção. Então, é muito importante a gente entender isso. Basicamente, o imposto mínimo afeta os 0,7% contribuintes mais ricos. Estamos falando dos 0,7% contribuintes mais ricos daqueles que declaram Imposto de Renda.

Ressalto que esse gráfico mostra o que a gente faz com a curva de alíquota efetiva. A curva cinza...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA FREIRE – ... é a alíquota efetiva do IRPF atual. A curva laranja seria aquela que a gente obteria só com a isenção, ou seja, sem colocar o imposto mínimo. Percebam que ela não corrige o problema da alíquota efetiva, obviamente. Então, ela torna a alíquota efetiva de quem ganha entre R$5 mil e R$7 mil um pouco mais baixa – na verdade, isenta, desculpa –, e, em termos de alíquota efetiva, uma alíquota um pouco mais baixa, porque ainda existem outros rendimentos que sofrem algum outro tipo de incidência tributária no Imposto de Renda, que são os rendimentos exclusivos. Mas o que a gente observa é que, quando a gente coloca a isenção e o imposto mínimo, a gente mitiga a distorção no topo da distribuição. A linha verde mostra exatamente isso. A gente observa que... Enfim, é uma mitigação, não é uma solução completa para esse problema. A gente observa que a alíquota efetiva lá no topo ainda vai cair um pouco, mas ela vai ficar em torno de 8% e 9% em termos da renda bruta. Entendam, o imposto mínimo é de 10%, mas existem algumas deduções de renda para essa base. E aí, quando a gente compara com a renda bruta – porque é assim que a gente deve fazer para obter a alíquota efetiva –, a gente chega a uma alíquota efetiva em torno de 9%. Então, basicamente, esse gráfico mostra que a medida tem o potencial de mitigar a regressividade do Imposto de Renda no topo da distribuição, e isso é muito importante hoje para corrigir essa distorção.

Já que o meu tempo está um pouco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, por favor. Fique à vontade.

A SRA. DÉBORA FREIRE – Tá, mas vou passar aqui para não ocupar muito o tempo dos demais.

Vamos avançar um pouquinho, vamos analisar melhor esse efeito na progressividade. Nesse estudo, a gente se preocupou muito em usar os métodos mais adequados para a gente obter esse efeito sobre a progressividade. Esta aqui é uma medida, uma metodologia que a gente usa, que se chama curva de concentração. O que é essa curva? Para a gente dizer que o imposto é progressivo, o que tem que acontecer?

A curva do imposto... Aí percebam que a gente tem a curva da renda bruta, não é? Então, temos aqui os centis de renda e o percentual acumulado da renda. Temos a renda bruta na linha cinza e as curvas com os regimes, ou seja: o IRPF atual em azul; o IRPF mais isenção, se fosse apenas a medida de isenção, em laranja; e a curva verde, que é o IRPF mais a isenção, mais o imposto mínimo.

O que tem que acontecer para o imposto ser progressivo? Ele tem que ficar abaixo, a curva do imposto tem que ficar abaixo da linha cinza, da curva cinza, que é a curva da renda bruta.

Percebam que lá no topo da distribuição isso não acontece na curva azul e na curva laranja. Basicamente por quê? Porque no topo da distribuição o imposto não é progressivo, ele é regressivo. O Imposto de Renda tem a característica de regressividade no topo da distribuição, como a gente viu pela alíquota, e aí basicamente o que a gente observa é que essas curvas, tanto do IRPF atual quanto a da mudança apenas com a isenção cruzam a curva de renda bruta, o que indica que, se a gente só aplicasse a isenção, a gente não corrigiria a regressividade no topo. No entanto, quando a gente coloca o imposto mínimo, percebam que, pelo menos a curva com o imposto mínimo, que é a curva verde, fica lá no extremo topo da distribuição, sobreposta à curva da renda bruta, o que indica que a gente corrige parte dessa distorção e a gente deixa, pelo menos, no extremo topo da distribuição, a curva do Imposto de Renda agora sobreposta à curva da renda bruta. Visualmente, isso nos mostra que o projeto corrige parte do problema da regressividade do Imposto de Renda no topo da distribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos olhar um índice? Vamos para um índice sintético também superusado na literatura, que é o índice de Kakwani. A gente mostra pelo índice de Kakwani que, com a medida IRPF mais a isenção, que são os descontos, mais o IRPFM, ou seja, o imposto mínimo, a gente melhora a progressividade do Imposto de Renda de Pessoa Física, então, basicamente, mostrando os resultados do projeto sobre essa correção de distorção, que sempre foi de fato um objetivo muito caro ao Ministério da Fazenda. Precisamos corrigir as distorções de regressividade no nosso sistema tributário e temos que começar por aqui. Outras medidas já fizeram um pouco isso, mas essa medida é essencial para corrigir essa distorção.

Só que a gente queria avaliar também, para além do efeito na progressividade, o efeito na distribuição de renda, e aí a gente precisa ir além. O que a gente fez? A base de declarantes representa uma parte da sociedade, só da população que declara Imposto de Renda, só que a gente sabe que a sociedade brasileira tem uma base muito grande da população que não declara Imposto de Renda. Aí a gente tem que avançar um pouco em termos metodológicos. Obviamente, eu poderia falar um tempo grande sobre isso, mas vou ser sucinta. O que a gente fez para conseguir avaliar o efeito sobre a distribuição foi juntar a pesquisa domiciliar, que é a PNAD, com a base da Receita Federal de declarantes do Imposto de Renda de Pessoa Física. Então, essa é uma metodologia muito usada, por exemplo, pelo Piketty, pelo Gabriel Zucman, é exatamente a metodologia que permite que a gente avalie efeitos sobre a população como um todo.

A gente faz essa metodologia, enfim, seguindo todos os preceitos desses pesquisadores, que esses pesquisadores utilizam, para a gente conseguir constituir a distribuição completa do Brasil, a distribuição de renda completa do Brasil.

A partir disso, a que a gente chega? Basicamente, os descontos... a medida de isenção vai atingir mais 14,5% da população, então, a gente já tem 76,6% da população isenta, a gente vai tornar mais 14,5% da população isenta do... isenta não, desculpa, com alguma redução do Imposto de Renda, 10% a mais isenta e 4,5% com algum desconto, que é exatamente a faixa que está nos descontos. Percebam que, embora tenhamos uma parte da população bem expressiva, a parte de fração da renda que essa população apropria é bem menor, o que a gente já sabe, basicamente, pela nossa distribuição. Então, é um contingente populacional expressivo que apropria uma parte pequena da renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é importante a gente observar sobre o imposto mínimo? Basicamente, a gente vai dar alguma redução de Imposto de Renda de Pessoa Física, ou seja, isenção para 10%, desconto para mais 4,5% da população e vai custear isso com um aumento de tributo para, principalmente, 0,2% da população.

Percebam que a gente começa nos R$600 mil, a alíquota do imposto mínimo, mas ela é muito baixa, cresce de forma progressiva. A parte da população realmente afetada, a mais afetada pelo imposto mínimo, é 0,2% da nossa população brasileira. Estamos falando de 0,7% de contribuintes que serão afetados, mas, quando a gente coloca isso em termos da população brasileira, nós estamos falando de 0,2% da população brasileira.

Então, teremos uma medida que traz um desconto de Imposto de Renda para mais 14,5% da população, ao passo que apenas 0,2% da população terá que contribuir um pouco a mais. E por que terá que contribuir um pouco a mais? Porque hoje pagam muito pouco, como eu mostrei no gráfico da alíquota efetiva. Hoje pagam, de fato, uma alíquota efetiva muito baixa, muito menor do que quem está no meio da distribuição e, basicamente, mostrando a justiça tributária que está embutida nessa proposta. Estamos falando de uma população, os 0,2% da população que será afetada, que apropria 15% da renda.

Então, para a gente entender essa desproporção entre população e renda e para entender, de fato, que a gente tem uma medida que está mirando exatamente o extremo topo da distribuição e, basicamente, que corrige uma distorção importante.

E aí a gente pode agora avaliar o impacto na distribuição de renda.

Essa é a curva de Lorenz, é a curva que, a partir dela, a gente consegue calcular o Gini, que é um indicador bem conhecido. Basicamente, o que a gente mostra? O que essa curva quer dizer? Essa curva quer dizer que quanto mais próximo ela estiver da linha reta, que a gente chama de linha de perfeita igualdade, que é essa linha pontilhada no gráfico, menos desigual é a distribuição de rendimentos.

O que a gente observa, e a gente dá um *zoom* aqui, é que a gente, antes da medida, ou seja, numa simulação do cenário atual e até mesmo de um cenário apenas com a isenção, que é a curva laranja, a gente estaria mais afastado da curva de perfeita igualdade e, quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementa o imposto mínimo, a gente se torna mais próximo, a curva se torna mais próxima da curva de perfeita igualdade.

Visualmente está aqui mostrado que a medida melhora a distribuição de renda no Brasil.

Mas ainda vamos para o índice, e aqui nós temos o Gini, que é o Gini abrangente, o Gini que considera, de fato, tanto a renda domiciliar nas pesquisas amostrais, que têm um efeito ... A pesquisa amostral usualmente não pega bem a renda do topo, mas os dados administrativos, os dados da Receita Federal pegam bem o topo. A combinação dessas duas bases de dados nos dá inclusive um Gini um pouco mais alto do que a gente conhece usualmente, e é isso que esses pesquisadores fazem também, Piketty, Gabriel Zucman, e aí, basicamente, a gente consegue observar que, se a gente só implementasse a isenção – vocês conseguem observar aqui que temos o IRPF atual, o Gini a partir do IRPF atual, temos o IRPF com isenção –, se a gente só implementar a isenção, a gente piora um pouco o Gini. É uma característica, esse resultado traz a característica da nossa distribuição: temos muita gente na base da distribuição que hoje já é isenta, mas, quando a gente implementa a isenção combinada com o imposto mínimo, nós melhoramos a distribuição de renda tanto frente ao cenário apenas com a isenção como também frente ao cenário atual. Isso mostra, de fato, que reduzimos o Gini com a medida, e a medida então é uma medida pró-redução da desigualdade no Brasil.

Em termos de considerações finais, então, a medida de isenção, considerando que esse estudo foi feito antes das mudanças na Câmara, então a gente ainda não tem essa isenção ampliada, desculpa, desconto ampliado para R$7 mil, um pouco mais que R$7 mil, R$7.353, é isso. Os efeitos, obviamente, a gente pode dizer que o efeito não seria nada diferente disso daqui, mas, basicamente, se a gente não implementa o imposto mínimo, a gente teria um efeito pequeno sobre a progressividade do IRPF e a gente pioraria a distribuição de renda, mas, quando a gente implementa o imposto mínimo, que é uma medida superimportante para corrigir uma distorção que não pode permanecer, a gente melhora a desigualdade de renda no país.

Esse era o meu recado. Acho que é importante, neste momento, a gente trazer mais uma vez esse recado de que a medida é uma medida inicial, um passo inicial rumo à justiça fiscal no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, que corrige distorções, que tem impactos econômicos virtuosos e que tem impactos sociais também virtuosos.

E é assim que encerro a minha fala, estou aqui à disposição para perguntas, para questões. Senador, todas as questões que foram colocadas aqui serão levadas para o Secretário Barreirinhas e para a Fazenda, para o Ministério da Fazenda. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Débora, por sua colocação inicial.

Eu gostaria só de lembrar que esta reunião é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. Portanto, participem, perguntem, os expositores estarão à disposição para responder-lhes.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sérgio Gobetti, que é Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Sérgio, com a palavra, uma honra muito grande tê-lo aqui na Comissão e neste debate.

O SR. SÉRGIO GOBETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Saúdo todos os integrantes da mesa.

Vou pedir aqui para... Vou compartilhar uma apresentação, pediria para vocês liberarem aí, o pessoal do sistema. Ainda, aqui no sistema, permanece bloqueado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá...

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência*.) – ... para eu conseguir compartilhar o PowerPoint... (*Pausa*.)

Então, enquanto não libera, queria começar dizendo que, a exemplo do que a Débora acabou de falar, a mudança prevista no PL 1.087 representa um pequeno, mas importante passo no rumo da reforma estrutural do Imposto de Renda que o Brasil precisa promover.

Eu diria que não é... Muito tem se falado do aspecto de justiça fiscal, justiça tributária, social, por trás do projeto, mas o que eu queria mencionar é que, além dessa questão da justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse projeto do Imposto de Renda é importante também para aprimorar a eficiência e a competitividade da economia brasileira.

Agora que se liberou a minha apresentação, estão conseguindo visualizar?

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, agora sim.

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência.*) – E por que ele é importante, também, do ponto de vista da eficiência? Porque um modelo brasileiro, modelo esse que isenta dividendos e concentra toda a tributação no lucro da empresa, é um modelo distorcido que gera ineficiência econômica, gera inúmeras distorções econômicas, tanto é que o Brasil é um dos poucos no mundo que aplica esse modelo; todas as economias mais desenvolvidas do mundo tributam o lucro na empresa e na pessoa física.

Nós, ao concentrarmos toda a tributação do lucro na empresa, inclusive, induzimos um enorme espaço... A gente cria um enorme espaço para a atuação dos *lobbies* nos diferentes setores, para quê? Para obterem benefícios fiscais, para obterem enquadramentos de regimes especiais que lhes permitam, no nível da empresa, pagar menos imposto do que prevê o modelo padrão, como eu vou mostrar depois, a seguir, com dados que recentemente foram divulgados pela Receita Federal e pelo observatório tributário europeu.

Então, esse modelo que concentra a tributação sobre o lucro da empresa, apenas, gera esse terreno para a distorção, para a atuação dos *lobbies* e para uma enorme assimetria de tributação entre as empresas do Brasil. Por isso, quando a gente vê o debate da forma como ele se estabelece no público sobre essa questão, ao contrário do que é propagado por muitos lobistas, por representantes de diferentes setores, a tributação mínima sobre as altas rendas, tal como proposta no PL 1.087, não pretende punir o empreendedor; ao contrário, ela tem o potencial de reduzir a diferença de carga tributária que hoje existe entre as empresas e os empresários que mais investem, que mais empregam trabalhadores e aqueles que menos investem, que menos empregam, mas que lucram mais e pagam pouco imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia aqui fazer toda uma explanação detalhada sobre o que é o regime de lucro presumido no Brasil. Por exemplo, no setor de serviços, o regime de lucro presumido presume que o lucro das empresas sobre faturamento seja de apenas 32%, quando todas as pesquisas que a gente tem feito e os dados da Receita Federal mostram que, em média, o lucro das empresas do setor de serviços é, pelo menos, duas vezes maior do que esse percentual que é presumido na legislação.

Então, o que acontece? O que acontece é que as empresas que menos gastam em investimento, menos gastam em contratação de funcionários, acabam pagando o mesmo imposto que aquelas que menos estão... Quem mais investe acaba pagando o mesmo imposto do que as que menos investem. Então, quem tem mais lucro paga a mesma coisa do que quem tem menos lucro. Isso é ineficiência econômica.

Então, com a retomada da tributação dos dividendos, eu diria que se abre um caminho no país para mudanças subsequentes que tendem a nos aproximar das tendências internacionais mais modernas.

E falando, então, um pouco como é que acontece hoje no mundo.

Eu disse que o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tributam dividendos, é uma coisa que já se sabe. Em relação aos demais países, se a gente for olhar para a OCDE, a grande maioria dos países da OCDE não só tributam os dividendos como ampliaram a tributação dos dividendos nas últimas duas décadas: 24 dos 38 países da OCDE ampliaram a tributação sobre dividendos nesses últimos 20 anos. Os poucos países que isentavam dividendos, a exemplo do Brasil, no âmbito da OCDE, era o caso da Grécia, do México e da Colômbia, que voltaram atrás e reverteram essa medida nesse período. De modo que, hoje, na OCDE, nós só temos a Estônia e a Letônia isentando dividendos. Se a gente fosse falar da América Latina, na América Latina nós temos hoje, dos principais países sul-americanos, apenas a Bolívia isentando a distribuição de dividendos para pessoas físicas.

E aqui, também, sobre a questão da carga tributária sobre o lucro e os impactos que isso poderia ter com a mudança. Quando a gente pega os países da OCDE e computa a carga tributária total sobre o lucro, somando a alíquota nominal do IRPJ – do imposto sobre o lucro da empresa com a tributação sobre o dividendo –, a gente chega a uma média de 42%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam aqui, por esse gráfico, que, se o Brasil, com uma tributação de 34%, concentrada apenas no lucro da empresa, fizesse parte da OCDE, hoje ele estaria aqui no *ranking* como o sétimo país com a menor carga tributária sobre lucros. Nós temos inúmeros países mais desenvolvidos com cargas tributárias que ultrapassam, inclusive, os 50%. E se a gente fosse olhar não só para os países mais desenvolvidos, olhando para os países latinos que fazem parte da OCDE, todos eles têm uma carga tributária superior à brasileira sobre os lucros.

Nós não estamos discutindo aqui a carga tributária, não faz sentido a gente discutir, como foi mencionado anteriormente, a carga tributária global, nós estamos discutindo a tributação da renda. O Brasil é um país que tributa muito pouco a renda, porque ele tributa demasiadamente consumo. E é este um dos objetivos futuros de uma reforma mais estrutural que a gente tem que fazer no país, em termos de tributação: o Brasil, idealmente, deveria caminhar para ter mais tributação sobre a renda e menos tributação sobre o consumo, é o que nós estamos tratando, portanto, na reforma do Imposto de Renda, que permite isso.

Então, falando dos latinos, como vocês veem, nós temos: a Costa Rica, um país latino-americano da OCDE, que tem a menor carga tributária sobre os lucros, de 40,5%; o caso da Colômbia, que hoje, então, chega a 48% de tributação sobre os lucros; México, 42%; Chile, 44%.

Tem outros países latinos que não estão aqui na OCDE, mas a Argentina tributa mais lucros do que o Brasil, por exemplo, em torno de 44% também. Então, vejam, nós estamos falando aqui, como o Manoel Pires mencionou antes, de carga nominal. A alíquota nominal brasileira, de 34%, nos coloca como a sétima menor nesse comparativo de 38 economias. Essa alíquota nominal, como é dito, é uma das maiores do mundo. No âmbito da América Latina, nós temos a Colômbia com uma alíquota maior que essa, 35%. A Argentina também tem uma alíquota sobre o lucro empresarial de 35% e ambos os países tributam também os dividendos.

O ponto que eu queria destacar aqui é que a nossa alíquota nominal pode ser uma das mais altas do mundo, mas a alíquota efetiva média paga pelas empresas brasileiras é menos da metade disso, em virtude dos regimes especiais que a gente tem no nosso país, como o do Simples e o lucro presumido, que eu citei, e dos benefícios fiscais e brechas que a legislação brasileira apresenta. Esses benefícios e brechas da legislação acabam erodindo a base tributável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acaba que, em vez de tributar 100% dos lucros, você acaba tributando, em média, 40% só dos lucros no Brasil.

O estudo do observatório europeu junto com a Receita Federal mostra, como vocês podem ver aqui nessa tabela, que a alíquota efetiva média das empresas no Brasil chega a 14%. Nós temos uma alíquota nominal total de 34%, mas, em média, é menos da metade disso, são 14%. É muito baixo. Entre as empresas do Simples, a alíquota média chega a 3%, no lucro presumido a 15%, no lucro real a 18%. Então, são níveis efetivos de tributação – que é o que importa – muito baixos. Essa tributação é baixa, em média, embora obviamente seja muito variável, como a gente pode ver por esse gráfico, também apresentado no trabalho da Receita com o observatório tributário europeu.

Nós temos um viés favorável às pequenas empresas. Então, as pequenas empresas têm uma taxa de tributação sobre o seu lucro extremamente baixa. E aqui há um problema, gente, porque o porte da empresa pode mascarar o poder, a capacidade contributiva do seu sócio, posso ter pequenas empresas, mas com sócios recebendo milhões de reais de renda pessoal. Então, este é um defeito também do sistema tributário brasileiro: a gente acaba confundindo o porte da empresa com a capacidade contributiva do acionista. A empresa ser pequena não diz nada sobre a capacidade contributiva do seu sócio. Então, nós temos este defeito no sistema tributário brasileiro: além de isentar os dividendos, oferece um tratamento tributário do lucro da empresa extremamente favorável para os pequenos negócios. Entre as empresas maiores, vocês vejam, a alíquota sobe, é maior, mas depois cai abruptamente entre as maiores empresas do Brasil. Por quê? Porque essas empresas obtêm benefícios fiscais. Então, é disso que se resulta...

Ali, na parte do topo dessa curva, a gente chega a uma alíquota efetiva de 25%, 26%; e, no topo das empresas com maior faturamento, ela cai para 18%, 19%, resultando, portanto, naquela média que eu falava das empresas, do lucro real em torno de 18%. E, quando a gente integra essa análise considerando quanto as pessoas físicas pagam de imposto no Brasil... A Débora apresentou os dados na apresentação dela. Quando a gente soma o que as pessoas físicas pagaram de imposto com o que as empresas pagaram de imposto sobre os seus lucros e quando a gente atribui esse imposto pago pelas empresas à figura do acionista... Vejam que, mesmo atribuindo, considerando que esse imposto teria sido pago pelo acionista – ele foi pago pela empresa, mas, assumindo que todo esse imposto teria sido absorvido, que esse ônus teria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido transferido para o acionista –, o que nós constatamos? Que a alíquota efetiva média não passa de 14% no topo da pirâmide social brasileira – esse gráfico foi também extraído do recente estudo produzido pela Receita Federal do Brasil, junto com o observatório tributário europeu –, ou seja, se trata de uma alíquota máxima, somando o IRPF, somando o IRPJ, que as pessoas mais ricas do país pagam em termos de Imposto de Renda. Isso é muito menos do que existe na grande maioria das economias do mundo.

Dialogando com o representante da OAB, que me antecedeu, digamos, se o sistema que ele menciona, conferido a sociedades empresariais simples, como advogados e outros profissionais liberais... Esse sistema aqui proporciona um tratamento muito mais vantajoso do que se essas pessoas estivessem prestando serviço como pessoa física. Como pessoas físicas, estão submetidas a uma alíquota de até 27,5% e, como PJ, estão submetidas a uma alíquota máxima – a uma alíquota máxima –, no topo da pirâmide, de 14%. Isso não existe em lugar nenhum do mundo.

Sociedades empresariais simples existem no Brasil, em qualquer país no mundo, e nenhum país no mundo concede a vantagem que o Brasil proporciona, que cria esse fenômeno do incentivo à pejotização. Ele premia o profissional liberal que decide prestar serviço sob a forma de uma PJ, em vez de ser sob a forma de pessoa física. Isso agride a neutralidade do sistema tributário, que é uma característica essencial que deveria nortear qualquer sistema tributário no mundo.

O sistema tributário não pode interferir na decisão de qualquer agente econômico, se ele vai prestar serviço como PJ, como PF, no que ele fizer. O sistema tributário, nesse aspecto, tem que ser neutro. Isso não sou eu que estou dizendo; qualquer economista, de qualquer linha de pensamento econômico no mundo, há de concordar com essa constatação.

Aliás, essa é outra questão importante de lhe dizer, Senador Renan. Hoje eu lhe garanto que 95% dos economistas do Brasil hão de concordar que esse sistema que nós temos, que isenta dividendos e concentra toda a tributação do lucro na empresa, é um modelo ultrapassado, que gera enormes distorções. E, por isso, ele tem que ser definitivamente... A gente definitivamente tem que avançar para algo mais moderno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pano de fundo dessa discussão desse modelo é que, além de tudo, nós vemos no Brasil, como pano de fundo, um aumento muito forte da concentração de renda. Se o Brasil já era um país extremamente desigual, como a gente sabe, essa situação piorou nos últimos anos, pós-pandemia principalmente. A renda concentrada pelo 1% mais rico no Brasil aumentou de 20% para 24% do bolo nos últimos seis anos, e, pasmem, 85% desse aumento de concentração foi apropriado justamente pelo milésimo mais rico da sociedade brasileira, pelo 0,1% mais rico da sociedade brasileira, que representa pessoas com renda superior a R$1,7 milhão, que são justamente o alvo principal da proposta de imposto mínimo.

No ano passado – no ano retrasado, desculpe, em 2023 –, nós tivemos R$1 trilhão de lucros e dividendos distribuídos no Brasil, e 47% desse R$1 trilhão foi apropriado por esse 0,1% mais rico, mas o problema não é só isenção sobre a renda de lucros e dividendos no Brasil. Esse problema eu diria que é maior. Há outras isenções que igualmente beneficiam desproporcionalmente os mais ricos no Brasil, como é o caso da renda isenta da atividade rural, que foi mencionado, que somou, no ano de 2023, R$110 bilhões. Desses R$110 bilhões, aproximadamente 60% concentrados pelas pessoas com renda superior a R$1,2 milhão, que estariam mais suscetíveis à tributação do imposto mínimo, e mais R$114 bilhões de rendimentos financeiros igualmente isentos, como é o caso das LCIs, LCAs, dos CRAs, CRIs. Desses rendimentos financeiros isentos, 40% desses valores foram concentrados pelo 0,1% mais rico. A esse problema das isenções se somam, então, os tratamentos tributários que eu mencionei, favorecidos, que são proporcionados pelos regimes especiais do Simples e do lucro presumido na apuração do IRPJ e da CSLL no Brasil.

O resumo da ópera dessa análise que a gente faz é que é preciso reavaliar os regimes especiais e os gastos tributários, os benefícios fiscais, que hoje erodem a base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Brasil. Por que é preciso reavaliar? Porque o moderno, o mais adequado hoje seria a gente ter menos brechas, a gente ter uma base mais ampliada, com menos exceções, e a gente ter uma alíquota mais baixa do que os nossos 34%. Essa é a tendência no mundo. Vários países no mundo têm tentado ampliar a sua base tributável e reduzir a sua alíquota de IRPJ, inclusive sob o ponto de vista da competitividade internacional. A proposta do imposto mínimo é um paliativo que pode, enquanto a gente não consegue fazer essa revisão dos regimes especiais e dos gastos tributários, amenizar aquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distorções que eu disse que existem entre diferentes empresas e entre diferentes empresários. Por que ela pode amenizar? O Manoel Pires também citou (*Falha no áudio.*) ... de 34%. O que ele vai permitir acontecer? Ele vai permitir que aquele empresário que efetivamente já pagou 34% da empresa não vá ter que pagar nada a mais em termos de imposto mínimo. Em compensação, aquele empresário que está tendo uma benesse, que está num regime especial e que está pagando só 10% sobre o lucro da empresa vai ter que estar pagando os 10% a mais. Então, o imposto mínimo, além de introduzir mais justiça tributária, permite reduzir essa assimetria de tributação que existe entre diferentes empresários e empresas no Brasil.

Por fim, eu queria falar de alguns mitos que são difundidos neste debate da reforma tributária. De um deles o Manoel já falou. Quer dizer, é falso... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sérgio, nós estamos com um problema exatamente no seu sinal aí.

Está voltando.

Com a palavra, Sérgio. (*Pausa.*)

O problema é aí, viu, Sérgio?

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência.*) – Eu estava concluindo sobre alguns mitos que são difundidos neste debate da reforma tributária. Como o Manoel Pires mencionou, não é verdade que a tributação de dividendos tende a ter impacto negativo sobre investimentos. Existem vários estudos baseados nos países que alteraram a tributação de dividendos nas últimas duas décadas e nenhum desses estudos constata impacto negativo ou positivo sobre o nível agregado de investimento.

Outra coisa que se fala é que "Os milionários vão sair do Brasil, etc. e tal". Chegou inclusive a se divulgar recentemente uma pesquisa de que os milionários estariam saindo em debandada do Brasil. A BBC inclusive publicou com base em dados da Lei de Acesso à Informação. Conseguiram dados fornecidos pela Receita que mostram que é o contrário, em termos proporcionais, o número de milionários que têm saído do Brasil reduziu nos últimos seis anos, e o ponto para entender como o dividendo enviado para o exterior vai ser tributado, a saída do país não vai livrar aquele empresário da tributação, ele teria que levar o seu negócio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para fora do país também, e quem é que vai levar uma fábrica ou então uma grande empresa? Não existe no mundo real esse risco. O setor que teria mais possibilidade de transferir um negócio para outro país é o setor de serviços, e esse setor, em geral, já está enquadrado no regime de lucro presumido – grande parte dele – e não vai conseguir encontrar em outro país uma condição de tributação melhor do que a brasileira, em função de que nós vamos estar introduzindo um adicional de até 10% de Imposto de Renda. Em média, esse adicional é de 5%, segundo os dados que a própria Receita divulgou.

Para vocês terem uma ideia, nós temos no Brasil cerca de 800 mil pessoas com renda superior a R$600 mil, e, pelos cálculos da Receita, 140 mil pessoas apenas, dessas 800 mil pessoas, vão efetivamente estar tendo que pagar um adicional em função do IRMI, 140 mil pessoas entre 800 mil pessoas.

E, por fim, em relação à questão do suposto aumento da carga tributária, eu queria dizer que as nossas estimativas indicam que a receita a ser obtida com a tributação de dividendos e o imposto mínimo, já considerando o efeito do redutor desse teto de 34%, tende a se aproximar do custo da desoneração, para quem ganha até R$7,3 mil mensais.

As mudanças feitas pela Câmara reduziram, em nossa avaliação, o potencial de arrecadação. O impacto fiscal piorou em torno de R$7 a R$8 bilhões por ano...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas especificamente com relação ao total, Sérgio, ou especificamente com relação a dividendos?

Você já – por favor, sem interrompê-lo – analisou a regra que autoriza aprovar dividendos até 31 de dezembro e que esses dividendos serão recebidos sem taxação até 31 de dezembro de 2028?

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência.*) – Não, isso não está na conta, mas nisso eu queria alertá-los o seguinte.

Vejam, quais empresas que devem ser afetadas por essa regra? São as empresas em geral, as maiores empresas do país que estão no lucro real. As empresas do simples e do lucro presumido vão recebendo os lucros e já vão distribuindo no próprio ano para os seus acionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sei.

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência.*) – Onde há esse problema são empresas como a Petrobras, que faz a assembleia e só no ano seguinte distribui os dividendos apurados no último trimestre.

E o ponto, Senador, é o seguinte, é chocante, inclusive, mas dos valores, daquele um trilhão que eu mencionei de dividendos distribuídos no ano de 2023, não mais do que 30% desses lucros e dividendos hoje em dia provêm de empresas do lucro real, 70%, 700 bilhões estão sendo distribuído por empresas do simples e do lucro presumido, justamente as empresas que têm a menor tributação do lucro da empresa.

Então, nós estamos falando de 300 bilhões de dividendos, no máximo 300 bilhões de dividendos de empresas do lucro real, e, na realidade, um quarto desse valor, que é o valor que tenderia, que poderia ficar sendo distribuído no último trimestre. Nos cálculos que... Na realidade, esse é o valor de 2023, mas a gente tem que considerar que obviamente as empresas vão distribuir menos dividendos com a nova tributação. Essa é uma reação natural que existe em todos os países que tributam dividendos.

Então, hoje não existe estímulo para retenção, porque o dividendo é isento, mas, com a tributação dos dividendos, as empresas tendem a retrair a distribuição. Nos cálculos que a Receita fez, o cenário que a Receita trabalhou, foi um cenário em que ela considerou uma redução de 35% na distribuição de dividendos das empresas do lucro real e do lucro presumido e 50% entre as empresas do Simples.

Portanto, potencialmente a gente poderia dizer que, no cômputo geral, se houver essa reação das empresas, o volume de dividendos que estariam suscetíveis à tributação no novo modelo geraria em torno de R$350 a R$400 bilhões por ano, ou seja, já considerando essa reação das empresas e já considerando também aqueles valores que estão superiores aos R$600 mil anuais.

Agora, outra coisa sobre impacto fiscal que tem que ser considerada é o seguinte: quando se fala resultado nulo, a gente poderia dizer que é um resultado nulo talvez no agregado, próximo disso – não é, Senador? É impossível se ter uma certeza. Ele pode dar um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negativo, poderia dar um pouco positivo, mas a União tende a ter um ganho positivo e os estados e municípios tendem a ter um prejuízo em função do Imposto de Renda retido na fonte dos seus servidores, que é uma parte dessa renda que não entra no sistema de compartilhamento normal pelo FPM e pelo FPE. De todo modo, o que eu acho que é importante é que há uma incerteza em relação a isso, acho que é importante aprimorar essas estimativas agora nessa fase, eu me coloco até à disposição da sua equipe para a gente poder conversar com mais detalhes sobre essas estimativas, recebi só hoje de manhã uma nota técnica da sua assessoria para a gente poder avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito, perfeito.

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência*.) – Agora, eu queria chamar a atenção porque é importante: um dos méritos que vejo no texto que veio da Câmara, foi uma sugestão inclusive minha, Senador, que fiz na audiência de que participei lá, foi a ideia, como havia uma cogitação de que vai aumentar a carga tributária, se houver aumento de arrecadação, está previsto pelo texto aprovado na Câmara que esse ganho de arrecadação deve ser usado para reduzir a alíquota da CBS. Então, a própria redação do texto garante para a sociedade brasileira que, se a receita sobre a tributação da renda aumentar com a implementação do projeto, isso vai ser devolvido à sociedade brasileira com menor tributação do consumo, o que creio ser uma medida importante e progressiva.

Era isso, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado pelas colocações iniciais, Sérgio Gobetti.

E tenho a satisfação de conceder a palavra ao Gilberto Alvarenga, que é Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio.

Com a palavra, Gilberto.

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer ao senhor, Senador, pelo convite, acho que é importante, e também à audiência dos Senadores aqui, Laércio, Fernando, acho que é importante que o setor produtivo possa prestar os seus esclarecimentos com relação a isso. E vou destoar dos demais, primeiro, por trazer uma visão do setor produtivo e, segundo, por trazer uma visão jurídica, acho que esse é o ponto.

Eu queria parabenizar os colegas de mesa pela apresentação feita até agora, acho que foram pontos muito relevantes, cito o ponto da compensação do excesso de arrecadação com relação ao Imposto de Renda na diminuição da alíquota da CBS, acho que é um ponto relevante porque isso aí que a gente busca também, uma diminuição dessa questão de o Brasil ter uma tributação alta sobre o consumo.

Bom, cabe a mim fazer algumas observações com relação a esse projeto, e o meu primeiro ponto de observação, e essas observações terão um norte muito mais jurídico, mas algumas questões econômicas precisam ser ponderadas. A primeira questão é que existe uma necessidade de que haja uma atualização dos valores postos nesse projeto. Sei que isso tem uma repercussão fiscal negativa, mas, de certa forma... E aí só lembrando que a gente tem, então, uma isenção até R$5 mil, uma isenção relativa de R$5 mil a R$7.350.

A partir de então, os recebimentos superiores a R$50 mil serão tributados – esse é um ponto de observação. Aquele sócio que receber no ano, uma única vez, um valor superior a R$50 mil vai ter essa retenção, embora nos demais meses tenha um recebimento menor. Isso faz com que se gere um fluxo de caixa negativo para as empresas e positivo para o Estado – esse é outro ponto de observação. E aí tem o ponto final, que é o Imposto de Renda de Pessoa Física mínimo, que é o acima de R$600 mil.

Esses valores não estão sendo atualizados na proposta. Qual é o ponto importante? A não atualização desses valores conduz a uma ampliação artificial da base de contribuintes futuramente. No ano que vem, a pessoa que hoje está isenta não vai mais estar porque vai ter, de repente, um aumento decorrente de um dissídio ou algum acordo. E, no ano que vem, a pessoa que recebe o valor de R$50 mil corrigido vai passar a estar. Então, a gente vai ter uma ampliação artificial da base dos contribuintes por conta dessa proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu trago como exemplo uma norma que é a norma acho que de vanguarda do Brasil no momento, que é a Lei Complementar 214, a reforma tributária do consumo. Na Lei Complementar 214, existem 18 dispositivos de previsão de atualização das bases pelo IPCA. É uma norma que a gente vê que é uma norma embasada pelo princípio da cooperação entre o Fisco e o contribuinte, que foi erigido a uma proposta condicional, que traz a preocupação de uma atualização pelo IPCA. Vejam, a gente tem alguns exemplos, já, disso: um exemplo é a própria tabela do Imposto de Renda; um outro exemplo é o adicional do Imposto de Renda que, desde 1996, é de R$20 mil, e, trazendo para o valor presente, esse valor seria de R$106.755,71. Então, hoje a gente tem empresas que pagam adicional de Imposto de Renda que não deveriam pagar. Existem quatro emendas, a Emenda 3, a Emenda 4, a Emenda 5 e a Emenda 17, que versam sobre essa questão da atualização pelo IPCA, e eu chamo atenção para essas emendas.

Um segundo ponto: o estoque dos anos anteriores. Estamos voltando a tributar os dividendos. Depois de praticamente... Na verdade, exatamente 30 anos porque, em janeiro de 1996, os dividendos deixaram de ser tributados e, possivelmente, em janeiro de 2026, os dividendos voltarão a ser tributados. Qual é o ponto? A atual redação fala: "Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados [...]", ela não cria nenhuma outra exigência; basta a apuração contábil dos lucros para que eles possam ser distribuídos de forma isenta.

A nova norma e a norma de transição proposta criam, então, requisitos que não estão na lei atual. Então, vai-se ter, a partir de 2026, requisitos referentes à distribuição do lucro de 2025 que não estão na legislação vigente de 2025, porque ela cria a necessidade de uma aprovação cuja distribuição tenha sido aprovada até dezembro de 2025. Então, você tem que aprovar e essa aprovação tem que ser até dezembro de 2025.

Isto foi dito muito bem anteriormente pelo Presidente da OAB: o art. 132 da Lei das S.A. afirma que essa deliberação não é condição para a distribuição de lucro, ela só precisa ocorrer nos quatro meses do exercício seguinte, até o quarto mês do exercício seguinte – o art. 132 da Lei das S.A. Então, mais uma vez, está se criando aqui um requisito que não existia.

Um segundo requisito: adequação legislativa, " [...] sejam exigíveis nos termos da legislação civil ou empresarial [...]". Lembro, a lei vigente em 2025 coloca como único requisito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que "[...] os dividendos calculados com base nos resultados apurados [...]" serão isentos. Então, estão se criando aqui obrigações da legislação civil. Então estamos trazendo novos requisitos à legislação.

E o terceiro, existe ainda a previsão do período até 2028, e existe a previsão de que ocorra essa distribuição "[...] nos termos originalmente previstos no ato de aprovação". Senhores, isso criará um contencioso significativo e criará...

E eu acho que isto é importante para a gente observar: as proposições legislativas não precisam ter, não devem ter única e exclusivamente uma visão econômica. O direito é uma ciência e precisa ser observado.

A gente está aqui diante de uma possível inconstitucionalidade. Por quê? E eu falo isso, porque inclusive o STF, numa situação anterior, na análise da ADI 2.588, referente à MP 2.158, de 2001, já se manifestou no sentido... E, na ocasião, tratava-se da distribuição de lucro das sociedades no exterior. Nesse caso, foi decidido, pelo STF, que o art. 74, parágrafo único, dessa MP era inconstitucional, porque tratava dos dividendos do ano de 2001, ainda anteriores à vigência da lei. Então a gente tem aqui uma questão que é uma questão relevante a ser observada.

Com relação a isso, eu trago aqui a Proposta de Emenda 16, que é do Senador Jorge Seif, que trata de uma forma muito simples. Ela fala, "[...] não se sujeitam ao imposto sobre a renda das pessoas físicas, quando relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 [...]." Não podemos ignorar a irretroatividade da norma. Isso é uma questão da ciência jurídica.

Um terceiro ponto. O art. 16-B do projeto traz uma ponderação de um balanceio da alíquota com a alíquota nominal da pessoa jurídica e traz aqui os 34%. Muito foi dito com relação à tributação das empresas no Brasil, até – e os colegas anteriormente mencionaram – que as pequenas e médias empresas pagam pouco imposto com relação à renda. Eu acho que isso é uma questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Obrigado, Senador.

Isso é uma questão a ser observada. Eu discordo disso, mas isso é uma questão de viés econômico, então eu não vou entrar nessa seara. Mas o fato é que, na medida em que estamos evitando, estamos confrontando objetivamente a pejotização, ou seja, a concorrência direta de uma atividade desempenhada por uma pessoa jurídica organizada frente a uma pessoa física, eu acho que a gente poderia traçar como parâmetro não a alíquota nominal de 34%, mas a alíquota da pessoa física, de 27,5%.

Isso sobressai principalmente nas empresas que não são empresas de capital, mas empresas de serviço. Os prestadores de serviço vêm tendo uma diferenciação e uma modificação da sua estruturação de tributação a partir da reforma tributária. Não se pode olvidar que a reforma tributária do consumo traz ao mesmo patamar as empresas que desenvolvem atividades comerciais, de serviço e industriais.

As empresas de serviço têm como seu maior insumo a folha de pagamento. Nesses casos, é inevitável que as empresas tenham uma majoração da carga tributária, e isso foi justificado na edição da norma. Eu não estou criticando, eu só estou ponderando esse fato: foi considerado, na edição da norma, que dariam mais créditos aos seus fornecedores – isso seria mais razoável – e as empresas pequenas poderiam ficar de fora, no Simples Nacional, mas o fato é que essas empresas terão uma majoração da tributação sobre o consumo e uma majoração da tributação da renda, principalmente se considerarmos que esse valor de R$50 mil não sofrerá atualização.

Então, esses fatores, olhando-se no conjunto, são fatores, no médio prazo, prejudiciais às sociedades, principalmente as de serviço.

A emenda que eu cito é a Emenda 18, do Senador Mecias de Jesus, que traz para a alíquota da pessoa física essa ponderação, que anteriormente era de 34%.

E agora, como último ponto aqui de observação, eu trago a questão do Simples Nacional. Mais uma vez: temos que observar que não estamos tratando aqui – não podemos tratar aqui – tão somente sob um prisma econômico, mas o prisma jurídico tem que ser observado. As empresas do Simples Nacional possuem também uma isenção, sendo que a isenção das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas do Simples Nacional está prevista não no art. 10 da Lei 9.249, mas, sim, no art. 14 da Lei Complementar – vejam, não é uma lei ordinária, é uma lei complementar – 123, de 2006.

A gente tem então, Senador, uma diferença com relação às empresas do Simples Nacional, pela sua peculiaridade. Eu vejo que as empresas do Simples Nacional têm grandes questões de prejuízo. Por exemplo, alguns reparcelamentos especiais não são estendidos às empresas do Simples Nacional, justamente porque toda a tratativa do Simples Nacional é feita em uma lei complementar.

E agora, a gente tem que observar que, nesse caso, existe um regramento próprio das empresas do Simples Nacional, que precisa ser ponderado e respeitado.

O projeto de lei anterior, que era o 2.337, de 2021, justamente por entender essa inconstitucionalidade e essa limitação, ressalvava que as empresas do Simples Nacional permaneceriam com seus dividendos isentos. Existe uma emenda também com relação a isso, Senador, é a Emenda 19, e ela busca ressalvar a observância do art. 14, que, a meu ver, não precisaria nem mesmo ser ressalvado, porque é uma questão de hierarquia das normas, mas se busca ressalvar essa questão.

Finalizando aqui a minha apresentação, eu tenho alguns pontos.

Isso já foi dito, já foi rechaçado, mas eu acho que o setor produtivo tem que trazer esse ponto como um ponto importante, como uma contrapartida.

Um parêntese: em momento algum, nenhuma instituição, quer a CNC ou qualquer outra federação, é contrária a essa extensão e a essa adequação da tabela do Imposto de Renda por meio dessa isenção. Entendo que isso trará um bem-estar social, trará um incentivo ao consumo e que é muito positivo, com a ressalva de que deveria ter uma atualização desses valores. Então, o que a gente discute aqui são alternativas a essa necessária e já tardia majoração.

A primeira alternativa não está no escopo dessa norma, está sendo discutida em outras normas, mas é inevitável a gente falar da necessidade de majoração da tributação das *bets*. Esse é um ponto que é um dificultador para o setor produtivo. A gente tem R$68 bilhões, em 2023, quase 1% do PIB, gasto com apostas; 22% da renda das famílias foi direcionada a isso. Isso gera um prejuízo ao comércio de uma estimativa de R$117 bilhões, além do custo social que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida traz. Então, isso deve ser observado como uma contrapartida necessária à redução e, quem sabe, à fixação de fatores de correção a essa alíquota, daqui por diante.

Um outro ponto, que é um ponto muito sensível para o setor do varejo, é a questão da concorrência das importações diretas. Vejam, a CNC tem um estudo no qual a gente buscou os dez produtos mais importados diretamente. O custo médio para o empresário colocar na sua prateleira – vejam, não é revenda – esses dez produtos é de 73,6%, enquanto uma importação direta pelo consumidor final vai ter um custo de 40%. A gente tem uma taxa hoje vigente de 20%, mais o ICMS local, um sobre o outro, vão dar mais ou menos 40%. Então, a gente tem aqui uma perda significativa de competitividade do comércio brasileiro, do varejo brasileiro nessa questão.

Já caminhando para o final, eu acho que outras adequações são necessárias. A gente traz aqui conceitos novos. Por exemplo, a alíquota efetiva tem por base o lucro contábil, que é uma figura muito pouco explorada no sistema fiscal brasileiro. Mais adequado seria o lucro líquido com os ajustes. Por exemplo, o prejuízo fiscal é um lucro líquido que deve ser considerado. Se uma empresa passou três, quatro anos, com uma atividade em prejuízo, esse valor agora, esse lucro possível de distribuição, precisa ser ponderado com prejuízos anteriores. Então, o prejuízo fiscal é algo que precisa estar ponderado aqui. E aí, eu acho que a gente disponibilizaria, Senador, as nossas observações diretamente ao senhor.

Eu quero agradecer ao senhor por dar voz ao setor produtivo para que ele efetivamente fale sobre a necessidade de adequação da proposta, que é justa, que é necessária, mas que precisa ser adequada para que observe princípios constitucionais, princípios legais e também econômicos, visando à manutenção do setor produtivo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós temos algumas participações de internautas.

O Diego, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Quais setores a extinção de incentivos fiscais do PL 1.087 afetará? Como isso reorienta o capital e o desenvolvimento regional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Rogério, do Distrito Federal, que também participa do debate, pergunta: "Será que isentar do Imposto de Renda da Pessoa Física dos servidores da educação, saúde, defesa e segurança, aumentaria o consumo [efetivo] e a arrecadação por outras fontes?".

A Eneida, de São Paulo, pergunta: "Quando será efetivada a correção anual do Imposto de Renda, para que não existam essas distorções no futuro?".

A Renata, do Distrito Federal, pergunta: "A mudança na tabela progressiva mantém a proporcionalidade da tributação em todas as faixas?".

Participa também a Camila, do Rio Grande do Sul: "Sistema tributário deve ser justo: isenção até R$15 mil e Imposto de Renda sobre lucros e retiradas acima disso [...]". Defende a equidade fiscal.

O Roberto, do Paraná diz: "É preciso que essas mudanças aconteçam, mesmo que ainda não seja a melhor opção. Leis defasadas que não condizem com a atual realidade".

O Carlos, do Rio de Janeiro, fala: "Incentivos fiscais para empresas deveriam ser sempre revertidos [...] [em] investimentos na educação, segurança ou saúde [...]".

A Renata, de Pernambuco, fala: "A carga tributária é muito alta para quem ganha pouco. É necessário [...] trabalhar para reduzir as desigualdades sociais".

O Lucas, do Paraná, estabelece: "O projeto de lei tem que ser vinculado ao corte de gastos do Governo. Se houve mais impostos, vai voltar novamente para o pobre".

A Liane, do Rio Grande do Sul, diz: "Acho desumano a gente, que é mãe de criança especial, ter que pagar Imposto de Renda, um dinheiro que eu poderia investir nas terapias".

E temos também a participação da Karina, de Santa Catarina; da Renata, do Distrito Federal; do Luiz, do Paraná; e da Marina, de São Paulo.

Temos alguma inscrição já de... (*Pausa.*) Eu queria deixar duas perguntas, que poderão efetivamente ser respondidas por qualquer um dos convidados; são perguntas, digamos assim, mais genéricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira estabelece o seguinte: o PL 1.087 prevê a isenção do Imposto de Renda para as pessoas físicas que ganham até R$5 mil por mês, beneficiando cerca de 26 milhões de declarantes, segundo informações do Comsefaz. Ao mesmo tempo, há uma análise de que essa medida de alívio fiscal, embora muito popular e defensável, sozinha pode reduzir a participação do Imposto de Renda da Pessoa Física na arrecadação total. Qual é a avaliação de V. Sas. sobre o equilíbrio entre o aspecto social positivo da isenção, para faixas de menor renda, e o risco de fragilizar o papel redistributivo do Imposto de Renda da Pessoa Física no Brasil? Quais os mecanismos eventuais de compensação considera indispensáveis para que essa isenção não derive, evidentemente, em insuficiência de progressividade ou desequilíbrio fiscal?

Uma outra pergunta, também genérica, que eu deixaria aqui. O PL propõe a instituição de um imposto mínimo para pessoas físicas de alta renda, com limite acima de R$600 mil/ano, e a tributação de lucros e dividendos superiores a R$50 mil/mês, com alíquota de retenção que vai até 10%. Por outro lado, entidades, como a Confederação Nacional dos Municípios, apontam que a proposta original pode provocar perdas de arrecadação dos municípios da ordem de R$5 bilhões anuais, afetando, sem dúvida, as finanças locais. Como o senhor interpreta os efeitos desta tributação mínima sobre as rendas mais elevadas e sobre lucros e dividendos? Em termos de ajustes, o senhor julga necessário, para evitar que a medida comprometa a autonomia fiscal subnacional ou gere impactos negativos não previstos?

Eu queria deixar uma pergunta para o Manoel Pires, para que a gente possa começar efetivamente este debate – Coordenador do Observatório de Política Fiscal da Fundação Getulio Vargas: o Observatório de Política Fiscal costuma analisar os impactos das reformas tributárias sobre a distribuição de renda, a arrecadação e a sustentabilidade fiscal. O PL, em discussão, o 1.087, propõe a isenção total do Imposto de Renda para quem ganha até cerca de R$5 mil, por mês, e a tributação mínima para rendas elevadas. Dado o exame de longo prazo que sua instituição realiza, como o senhor avalia a provável evolução da progressividade do sistema tributário com esse projeto? Em particular, essa pergunta que estamos fazendo para o Manoel Pires... Em particular, se a faixa de isenção subir para todos, R$5 mil, como o observatório projeta que isso afetará a participação relativa do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre o total da arrecadação e sobre a carga tributária dos extratos de renda intermediária alta? Quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os cenários de risco identificados caso a compensação de perda da arrecadação não ocorra conforme o previsto?

Eu deixarei também uma pergunta para o Gilberto Alvarenga, que é o Consultor Tributário da confederação. A CNC é uma entidade que representa o setor de comércio, serviços e turismo. O que pode ser afetado, tanto pelo aumento de consumo, via maior disponibilidade de renda, quanto por possíveis impactos negativos, como redução de incentivos ou aumento de carga para faixas elevadas?

Críticas destacam que a medida pode estimular o consumo, mas também reduzir a margem de arrecadação e pressionar os entes subnacionais. Considerando a perspectiva do setor de comércio e serviços, qual o efeito estimado dessa ampliação da isenção para R$5 mil por mês sobre o consumo privado e, em consequência, sobre a arrecadação de tributos que incidem sobre o consumo, como ICMS e ISS? Ademais, como a CNC enxerga o risco de perdas de arrecadação, em nível municipal e estadual – por exemplo, no FPM, o ISS –, acabem por gerar contrapesos ou cortes em serviços públicos que impactem diretamente o setor de serviços e comércio?

Eu queria deixar também uma pergunta para a Débora, que é Subsecretária de Política Fiscal. A senhora... Considerando que o PL prevê que a isenção comece a partir de janeiro de 2026 – e esse é o nosso fundamental compromisso para aprovarmos essa matéria em até 30 dias, que foi o prazo que nós estabelecemos aqui nesta Comissão – e vai começar para rendas mensais de até R$5 mil, e que a remuneração acima de R$600 mil/ano será alvo de tributação mínima, como o Ministério da Fazenda avaliou o grau de cumprimento desse mecanismo de compensação?

No início desta audiência pública, eu lamentei que até agora nós não recebemos os números da compensação do Ministério da Fazenda. Mais uma vez, eu aproveito o ensejo da pergunta para cobrar que esses dados, esses números, essa compensação sejam mandados à Comissão de Assuntos Econômicos, que está fazendo a instrução da matéria.

Poderia detalhar qual a estimativa de quanto da renúncia será efetivamente recuperada por essa tributação sobre altas rendas e qual o plano de monitoramento para garantir que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadação adicional se materialize, evitando, por exemplo, elisão ou mudança de comportamento dos contribuintes de alta renda?

E deixo também uma pergunta para o Sérgio Gobetti, que é economista do Ipea. Como o Ipea, Sérgio, avalia, do ponto de vista macroeconômico e distributivo, o efeito líquido do PL 1.087? A proposta contribui efetivamente para reduzir a desigualdade de renda ou tende a beneficiar grupos médios e de alta/baixa renda, sem compensação estrutural? Quais seriam, segundo as simulações do instituto, os riscos fiscais e distributivos de médio prazo dessa configuração que foi proposta pelo Governo e foi efetivamente alterada na Câmara dos Deputados?

Eu queria deixar essas perguntas e queria ouvir primeiro o Manoel Pires.

Manoel, podemos contar com a sua resposta, fundamental neste debate?

Com a palavra.

O SR. MANOEL PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, obrigado pela pergunta e pela oportunidade de fazer esse esclarecimento.

V. Exa. me perguntou sobre a questão do impacto da progressividade do projeto e os cenários de riscos fiscais que podem ser identificados aqui no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. MANOEL PIRES (*Por videoconferência*.) – Sobre a questão da progressividade, como tem duas medidas muito separadas, a gente consegue fazer essa discussão exatamente identificando o efeito de cada uma.

A isenção de R$5 mil – e gradual até R$7,35 mil – acaba aumentando um pouco a desigualdade, porque essa faixa de renda de R$5 mil está acima da média da distribuição brasileira. Então, é uma isenção que melhora muito a qualidade de vida da base da população que declara Imposto de Renda, mas ela tem esse efeito negativo sobre a desigualdade, que a Profa. Débora mostrou nas simulações que ela apresentou agora há pouco.

A questão do imposto mínimo é extremamente importante do ponto de vista do financiamento, mas também para conter esse impacto sobre a desigualdade – esse impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negativo, primeiro, sobre a desigualdade –, porque as isenções dos investimentos financeiros, a isenção sobre lucros e dividendos... Como essas rendas são muito importantes no topo da distribuição, o fato de elas serem isentas aumenta muito a regressividade e explica uma parcela muito grande da regressividade que a gente tem no topo da renda. Então, o imposto mínimo vem para compensar esse efeito sobre a desigualdade da desoneração da base. Então, a gente vê que tem alguma melhora nos indicadores de desigualdade.

Eu queria destacar um indicador que normalmente é usado, mas que não tem aparecido muito – de desigualdade –, que é a relação entre o 1% mais rico, 0,1% mais rico, e os 50% mais pobres. Nesse caso, esse tipo de indicador de desigualdade vai apresentar uma melhora muito grande, porque a gente está atuando – o projeto atua – exatamente sobre esses dois grupos, beneficiando os 50% mais pobres e financiando essa desoneração principalmente com o 0,1% mais rico, a partir da instituição do imposto mínimo.

Então, acho que, sobre alguns critérios de desigualdade, o PL tem algum impacto moderado, mas, sobre outros critérios que medem desigualdade extrema, o PL tem um impacto muito positivo.

E aí eu ressalto a minha conclusão da fala inicial de que, havendo espaço político para incluir novamente as outras rendas que ficaram de fora, a progressividade, o efeito sobre o sistema vai melhorar muito do ponto de vista da distribuição. Evidentemente, ele também melhora o projeto do ponto de vista arrecadatório.

Sobre a questão dos riscos fiscais, a gente tem uma boa clareza do impacto fiscal da desoneração na base. Esses números têm um bom nível de precisão. Em geral, os números são muito próximos, independentemente de quem está fazendo a estimativa. Existem diferenças maiores na estimação do efeito do imposto mínimo, principalmente por conta da questão dos dividendos.

Um dos argumentos nas discussões sobre tributação de dividendos é que, eventualmente, algumas empresas possam, em vez de distribuir os dividendos para os acionistas, usar os lucros para custear algumas despesas do acionista dentro da empresa e diminuir a base de tributação, diminuir a distribuição de dividendos e, com isso, reduzir o pagamento de impostos. Esse é um comportamento esperado. A gente já espera os cálculos que o Sérgio Gobetti apresentou e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu citei aqui. Tem vários ajustes, vários cenários para lidar com esse tipo de efeito. Ele é menor, praticamente inexistente, na questão da tributação remetida para o exterior; ele é praticamente inexistente, também, no caso da tributação das empresas maiores e pode ser relevante no caso dos regimes especiais em que a figura da empresa e do sócio se confundem bastante. Mas, mesmo assim, a gente tem cenários assim... Tenta ser bastante conservador porque a questão do equilíbrio fiscal é sempre importante para que o Orçamento público tenha recursos suficientes para financiar as despesas.

Então, seriam essas minhas considerações à questão que o senhor colocou, agradecendo novamente. Se for o caso, coloco-me à disposição para questões adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Manoel Pires.

Agora, nós vamos ouvir a Profa. Débora Freire sobre as perguntas que nós fizemos. Como o Ministério da Fazenda avaliou o grau de cumprimento desse mecanismo de compensação acima dos R$600 mil por ano? Poderia detalhar qual a estimativa de quanto da renúncia será efetivamente recuperada por essa tributação sobre altas rendas? O que evidentemente significaram as mudanças da Câmara dos Deputados com a ampliação de isenções? Qual o plano de monitoramento para garantir que a arrecadação adicional se materialize, evitando, por exemplo, a elisão ou mudança de comportamento do contribuinte de renda alta?

Com a palavra, Débora.

A SRA. DÉBORA FREIRE (Para expor.) – Obrigada. Obrigada, Senador, pela pergunta.

Bem, a Receita Federal, acho que a gente tem que... Os pesquisadores também sempre ressaltam isso. A Receita Federal é quem, de fato, tem ali os dados mais adequados para fazer esses cálculos. De fato, aqui a gente está falando de um número reduzido de indivíduos que serão tributados um pouco a mais por conta dessa medida, e para isso você necessariamente precisa dos microdados para analisar. Sabemos todos que esses microdados, por questão de sigilo fiscal, não estão disponibilizados.

O que eu diria? Eu diria que a Receita Federal, para além de ter plena gestão desses microdados, tem toda a capacidade de acompanhar, de fazer o acompanhamento do quanto, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato, ao longo da implementação da medida, no próximo ano, a gente está conseguindo fazer a compensação. Essa compensação é muito cara ao Ministério da Fazenda. Não à toa, foi uma proposta do Ministério da Fazenda, e é por ela que estamos, desde a apresentação desse projeto, lutando muito para passar, tanto para a sociedade quanto para esta Casa, para a Câmara dos Deputados e para o Senado, a importância da medida de compensação.

Então, a medida de compensação é muito cara ao Ministério da Fazenda. Eu acho que isso precisa ficar muito claro. E o Ministério da Fazenda – enfim, eu estou lá na Subsecretaria de Política Fiscal – acompanha fielmente os dados em termos da arrecadação, basicamente porque isso é extremamente necessário para o cumprimento das nossas metas fiscais, para o cumprimento dos nossos objetivos fiscais. E eu acho que está muito claro também que temos um arcabouço fiscal, temos os nossos compromissos muito sólidos com o cumprimento desse arcabouço, com o cumprimento das metas fiscais. Então, basicamente, sobre a operacionalização desse sistema, eu diria que a Receita Federal é o órgão, de fato, que tem a grande... enfim, tem toda a incumbência e a capacidade de fazer esse acompanhamento.

A Receita Federal vai fazer isso e, ao longo do tempo, obviamente que esses números do quanto, de fato, a compensação está gerando de receita e todo esse processo de equilíbrio da medida deverá se tornar claro e será, obviamente, acompanhado pela Receita Federal.

Uma coisa que eu queria ressaltar é que, nas estimativas – o Senador pediu as estimativas aqui –, as estimativas iniciais, como vocês muito bem sabem, tinham uma gordura, tinham um superávit, e a avaliação feita é de que, a partir das mudanças que ocorreram, esse superávit a gente reduz um pouco, reduz esse superávit, e a medida continua fiscalmente neutra.

Mas um ponto que eu queria ressaltar bastante é que as estimativas da Receita Federal do impacto do projeto são bem conservadoras. Eu acho que todos sabem também que a Receita Federal é bastante conservadora nas suas estimativas de impacto fiscal, e essas estimativas dependem muito dessa premissa de comportamento, em que a Receita Federal foi bem conservadora – nessa premissa de comportamento, de como os indivíduos vão mudar o seu comportamento frente a essa tributação mínima. E aí, basicamente, a premissa adotada já foi muito conservadora. Então, o ponto que eu queria trazer para essa discussão é que partimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os cálculos de uma premissa bastante conservadora de uma mudança na distribuição de dividendos, ou seja, de uma alteração, de uma distribuição menor de dividendos.

Então, entendo aqui, como economista, como alguém que acompanha o fiscal de perto, que essa premissa está bem conservadora e que o conservadorismo dessa premissa nos dá ali uma gordura para ainda considerar o projeto como neutro e, consequentemente também, para que possamos, enfim, não estar muito preocupados com o risco fiscal que isso pode trazer.

Eu gostaria de ressaltar que, obviamente, o Ministério da Fazenda está sempre preocupado com riscos fiscais, tá? Mas o que eu digo, então, é que as premissas dos números da Receita são bem conservadoras e que, portanto, enfim, a gente está tranquilo quanto a isso. Eu levarei as ponderações do Senador para o Ministério da Fazenda a respeito dos números solicitados, levarei para o Secretário Barreirinhas. Então, pode ficar tranquilo de que isso tudo aqui será levado.

Outro ponto que eu digo é que a operacionalização desse sistema, até pela importância disso... Acho que isso torna mais clara a importância de a gente recolher o mensal no imposto mínimo, exatamente para que a Receita Federal tenha a capacidade dessa gestão, tenha essa boa gestão da compensação. E aí, chegou lá no ajuste anual, o indivíduo pagou mais do que 10%, ele vai receber de volta aquilo que ficou acima ali dos 10%.

Então, é um sistema muito inteligente, a gente sabe que o nosso Fisco é um dos fiscos mais modernos do mundo, a gente não pode negar isso. Então, em termos de operacionalização, temos plena confiança de que a compensação será devidamente feita. Obviamente, iremos acompanhar isso ao longo do tempo para avaliar se, de fato, o projeto está fiscalmente neutro e o que precisa ser feito, caso não esteja, para que isso seja ajustado e a gente não tenha riscos fiscais para o nosso equilíbrio fiscal e, obviamente, também para o sistema do IRPF como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu, assim, fico muito feliz antes mesmo de os dados serem mandados porque, do ponto de vista fiscal, a Fazenda avaliza as mudanças feitas lá na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DÉBORA FREIRE – Acho que é importante ressaltar que, assim como eu mostrei aqui, nós entendemos que qualquer coisa que você tira de fora da renda acaba prejudicando um pouco a progressividade desse sistema. Acho que é importante a gente entender que, obviamente, é um projeto corajoso, como eu disse desde o começo, e ponderado.

Entendemos que existe... Eu concordo aqui com os pesquisadores de que qualquer retirada, qualquer isenção que você coloca acaba prejudicando um pouco os resultados da medida. Então, acho que isso é importante de ser repassado. É muito importante ter cuidado com essas isenções, ter cuidado com essas retiradas porque, obviamente, a gente mitiga esse impacto.

No entanto, eu posso dizer tranquilamente que esses impactos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Débora, sem interromper, é que publicamente está claro o apoio do Ministério da Fazenda às mudanças feitas na Câmara, as pessoas alegam na Câmara que os acordos foram feitos com o apoio do Ministério da Fazenda. Isso é um dado muito importante para o Senado instruir o encaminhamento do projeto e até para o meu relatório. Quer dizer, a Fazenda participou da negociação? Ela apoia as mudanças que foram feitas? É uma pergunta específica.

A SRA. DÉBORA FREIRE – Senador, eu levarei suas ponderações para o Ministério da Fazenda. Eu precisaria, de fato, para responder essa pergunta, na verdade, conversar com os secretários e, enfim, levar essa ponderação para o Ministério da Fazenda.

É óbvio que a Fazenda participou do processo de negociação e a Fazenda entende que, ainda que algumas mudanças, ainda que algumas isenções tenham sido colocadas, nós não comprometemos os resultados que nós mostramos aqui e que temos algum espaço dentro da medida para que isso não traga grandes riscos fiscais para o país, para as finanças públicas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas, Débora...

A SRA. DÉBORA FREIRE – Então, essa é a posição que eu posso colocar aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu sei, mas desculpe, sim? É que a Consultoria do Senado está apresentando um buraco de R$30 bilhões. Nós não recebemos os dados da Fazenda, e tem uma discussão fundamental que está posta de que a Fazenda apoia as mudanças realizadas pela Câmara.

Essa resposta é fundamental para dar equilíbrio na própria apresentação do relatório, o que efetivamente vai mudar, o que nós vamos subtrair ou não vamos subtrair, o que afetou e o que não afetou a compensação. Isso é fundamental. Nós vivemos o bicameralismo, o Senado vai ter que fazer uma instrução da matéria, e é fundamental que nós tenhamos esses números e essas informações.

A pergunta é específica: a Fazenda participou do acordo na Câmara?

A SRA. DÉBORA FREIRE – Certo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Essa que é a pergunta, não é não...

A SRA. DÉBORA FREIRE – Como eu já disse, eu irei levar suas ponderações – acho que são superimportantes realmente – para os meus superiores, para o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu sei.

A SRA. DÉBORA FREIRE – Então, me comprometo aqui a levar suas ponderações, porque acho que são muito importantes. E também só quero ressaltar a questão de que... Acho que é importante a sua consideração porque, na verdade, quando a gente avalia esses números que são feitos fora da Receita Federal, esses números acabam sendo feitos por aproximações, por algumas médias. Então, por isso ressalto que, de fato, a sua ponderação é importante. É importante que a gente leve essa consideração para a Fazenda, porque os números mais fidedignos que temos são, de fato, do Ministério da Fazenda. Então, levarei as suas ponderações...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. DÉBORA FREIRE – ... para os meus superiores, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Professora.

A SRA. DÉBORA FREIRE – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos ouvir agora o Gilberto Alvarenga.

Gilberto, você tem aí exatamente a pergunta? Ou preciso repetir?

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Sim, sim. Tenho anotado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. GILBERTO ALVARENGA – O senhor pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Em linha gerais, o senhor fez aqui o questionamento: qual é a visão do setor produtivo com relação a pontos positivos e negativos desse projeto. Ressalto, mais uma vez, que consideramos que a majoração do IR... da isenção do IR – não do IR, é da isenção do IR, a gente está discutindo exatamente esse ponto aqui, a majoração dessa isenção é um fator que vai trazer um bem-estar social, vai incentivar imediatamente o consumo.

Existem estudos em que as menores rendas utilizam esses valores para injetar diretamente para uma necessidade de consumo de itens básicos e essenciais a sua sobrevida, sobrevivência, e, principalmente, existe uma grande expectativa de que isso gere um aumento do emprego num curto e médio prazo. Então, esses pontos são pontos muito positivos; mas ressalto, mais uma vez, algumas observações que fizemos, principalmente pelo ponto de que, se a gente tem, por exemplo, um superávit e esse valor é um valor que vai ser um valor estanque, que não vai ser atualizado, possivelmente, nos próximos anos, esse aumento de arrecadação será mais significativo, não só pelo congelamento da faixa de isenção em R$5 mil, assim como o congelamento da faixa de retenção dos R$50 mil. Esse fator, Senador, pode gerar, inclusive, uma reanálise futura dessa faixa de isenção. Acho que a gente poderia repensar isso. Isso é só uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestão, obviamente, uma sugestão totalmente empírica, com base nos dados que eu ouvi aqui.

Então, mais uma vez, a CNC ressalta que o projeto é muito positivo, que o projeto é essencial, mas que o projeto precisa ser ponderado, principalmente com algumas questões jurídicas, principalmente com a questão da atualização, a questão do estoque, a questão do Simples Nacional, a questão da alíquota; algumas questões colocadas aqui, por exemplo, como as isenções retiradas dessa base da renda mínima.

Um exemplo que é um exemplo de uma limitação possivelmente jurídica: as doações estão nessa base da alíquota mínima. Só estão sendo excluídas as doações de cunho hereditário, e uma doação não é uma renda, então ela não pode, juridicamente, estar na base do Imposto de Renda. Isso é uma observação que se faz. Eu estou trazendo aqui uma situação mais extrema para que a gente também olhe com cuidado essas readequações.

Então, acho que a ponderação da representante da Receita Federal foi muito razoável do ponto de vista de que a gente tem que olhar com cuidado esse sopesar das isenções e dessa base.

Ressalto, por último, mais uma vez, que eu tenho sempre ouvido reclamações do setor produtivo da falta de dados. E a gente também queria ter acesso a esses dados, a esses estudos, porque são importantes até para que a gente se prepare para essa readequação e para essa modificação.

Muito obrigado a todos.

Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria, agora, ouvir o Sérgio Gobetti.

A proposta contribui efetivamente para reduzir a desigualdade de renda ou acaba beneficiando grupos médios e de alta renda, sem a compensação estrutural?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que todos saibam o porquê da insistência nas respostas, eu queria dizer que o projeto, infelizmente, veio da Câmara sem nenhuma compensação além da compensação para isenção de até R$5 mil/mês e, gradativa e progressivamente, até R$5.350.

Quer dizer, nós precisamos suprir essa dificuldade, porque, inclusive, é cláusula de inconstitucionalidade. E esta matéria não pode voltar a correr risco, como já correu na Câmara dos Deputados. Nós estamos aqui, todos, para minimizar os riscos, para que tenhamos, nestes 30 dias, uma efetiva aprovação de modo que a isenção possa valer já a partir de janeiro de 2026.

Então, tem esse problema. Por isso é importante a gente saber se a Fazenda apoia, se ela participou do acordo na Câmara. Eu falei aqui no início que eu sei que a Fazenda participou, no início do Governo, de um acordo com a Câmara dos Deputados para isentar R$155 bilhões do arcabouço, tirar do teto do gasto do arcabouço, com a PEC da Transição. A maior parte dos R$155 bilhões, para o orçamento secreto. Eu sei que a Fazenda participou.

Portanto, é fundamental a gente saber se a Fazenda participou também desse acordo agora.

Sérgio, com a palavra.

O SR. SÉRGIO GOBETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu acho que, sobre os impactos do PL 1.087, a gente teria que desagregar em dois componentes – o impacto macroeconômico e o impacto sobre desigualdade –, nesta discussão sobre impacto fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO GOBETTI (*Por videoconferência*.) – Em termos de impacto macroeconômico e desigualdade, repetindo um pouco o que o Manoel já tinha mencionado, o impacto macroeconômico é relevante. A desoneração tende a ampliar consumo de camadas, eu diria, médias da população, médias baixas. Do ponto de vista da desigualdade, por outro lado, não tanto. Do ponto de vista da desigualdade, o impacto mais positivo que se tem sobre desigualdade provém da tributação das altas rendas e não da desoneração da chamada baixa renda. Por quê? Como o Manoel também mencionou, para os senhores terem uma ideia, a porta de entrada dos 20% mais ricos no Brasil é exatamente R$3 mil hoje. Então, quem ganha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acima de R$3 mil, e estaria beneficiado com a isenção, já faz parte dos 20% mais ricos. E a porta de entrada dos 10% mais ricos da sociedade brasileira está em torno de R$6 mil.

Então, basicamente, o grosso do benefício, esse da medida de desoneração, vai estar beneficiando quem está entre os percentis 80% e 91%, 92%, alguma coisa assim, até chegar aos R$7 mil.

Desse ponto de vista, eu também queria destacar o seguinte. O efeito macroeconômico, então, sobre essa faixa de renda, é positivo, mas eu até diria, respondendo também uma outra pergunta que o senhor fez, que há dúvidas. Do ponto de vista técnico, há muitos economistas que questionam a real necessidade de se ter ampliado essa isenção, justamente porque estamos falando de rendas que não são tão baixas assim. A gente pode estar falando de uma espécie de classe média baixa, uma classe média que estaria sendo beneficiada com a medida. E essa preocupação que o senhor também traduziu em relação à redução do Imposto de Renda de Pessoas Físicas para essa faixa de renda.

Então, sobre isso, é curioso, eu até chamaria a atenção que, do ponto de vista técnico entre economistas, há um certo questionamento, e dúvida, sobre a conveniência ou não em relação à desoneração dessa faixa de renda, se o melhor não seria alguma outra medida nesse sentido, o que, no meio político, digamos, foi absolutamente consensual, né? A gente viu na tramitação... Os Parlamentares dizendo, todo mundo favorável à desoneração. Em compensação, eu vou lhe dizer que a tributação das altas rendas, a tributação mínima, sobre essa medida, há muito mais consenso, do ponto de vista técnico, entre economistas, embora essa medida, do ponto de vista político, e com os setores empresariais, como o senhor sabe, enfrenta, digamos, determinados questionamentos.

Agora, do ponto de vista macro, obviamente, a desoneração dessa faixa de renda vai introduzir, deve ter efeitos positivos sobre o consumo.

Eu acho que o fato da desoneração, como o Manoel explicou, não é uma correção da tabela do Imposto de Renda, é um desconto. Então, acho que, pelo fato de ter entrado como um desconto, vai prevenir um problema que seria essas pessoas simplesmente ficarem livres da declaração do Imposto de Renda. Isso eu acho que seria um efeito negativo. Eventualmente, a gente exerce uma ampliação do modo tradicional da tabela. Por que eu diria que é negativo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque eu acho que a gente ter o controle dos dados, o fato de as pessoas precisarem declarar o seu IRPF, apresentar os seus dados, é algo positivo, inclusive para os estudos que a gente tem feito, por uma questão até de educação fiscal. Eu acho que é importante que as pessoas permaneçam, nessa faixa de renda, fazendo a sua declaração do Imposto de Renda.

Em relação à questão fiscal, a outra parte da pergunta que o senhor faz, em relação ao impacto fiscal, acho que o senhor tem a razão. É importante haver uma atualização das estimativas por parte da Receita Federal, mas, como a Débora ressaltou, eu diria que há um grau de incerteza sobre efetivamente qual vai ser a reação das empresas, em termos de maior retenção na distribuição de dividendos. O parâmetro que a Receita utilizou, como a Débora colocou, é relativamente conservador, mas eu diria que está dentro de uma margem que é um conservadorismo que eu consideraria justificável porque, pela experiência que a gente vê de outros países, no caso, da França, por exemplo, as pesquisas na França indicam que lá houve uma redução de distribuição de dividendos da ordem de 30%. A hipótese que se está adotando, no caso brasileiro, é um pouco maior. Ela é mais conservadora do que o que aconteceu na França, mas a gente poderia justificá-la pelo fato de que no Brasil predomina na distribuição de dividendos empresas do Simples e do lucro presumido. Recorde daquele número que eu citei: de R$1 trilhão de distribuição de dividendos, em 2023, 70% provêm de empresas do Simples e do lucro presumido, distribuição de dividendos para residentes brasileiros. Distribuição de dividendos para o exterior, não; distribuição de dividendos para o exterior é dominada por empresas do lucro real.

E, por fim, eu queria fazer um comentário pegando o gancho na questão do Simples, Senador. Eu acho que um grande erro da tramitação do PL 2.337 foi justamente, na aprovação que a Câmara fez, ter excluído da tributação de dividendos as empresas que faturassem até R$4,8 milhões. O senhor pode chamar qualquer economista para ser ouvido. Isso aí foi uma grave distorção produzida no texto da reforma tributária, prevista lá no PL 2.337. Isso geraria uma distorção gigantesca porque imagine o incentivo que haveria para as empresas começarem a se dividir para chegarem ao limite dos R$4,8 milhões e ficarem isentas da tributação de dividendos.

Eu vou ser mais categórico: é um absurdo essa mudança que foi feita pela Câmara dos Deputados, e eu advirto isso no sentido de que, em hipótese nenhuma, poderia se cogitar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer algo semelhante no atual projeto. Nós estamos falando de uma política pública, de uma política fiscal e tributária, que, essencialmente, tem que ser analisada sob o ponto de vista dos seus impactos econômicos e fiscais. Se a gente estivesse discutindo uma questão de política de saúde pública, nós iríamos ouvir o que os especialistas de saúde e os médicos têm a dizer.

Então, repetindo, acho que, sobre esse tema fiscal, tributário e econômico, o que deve predominar é o bom-senso do que a teoria econômica e as pesquisas empíricas em todo mundo recomendam. Como eu falei, o nosso modelo tributário brasileiro de tributar o lucro só na empresa e isentá-lo na pessoa física é algo completamente fora da curva e que tem que ser, definitivamente, ultrapassado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Gilberto, alguma colocação adicional?

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Eu queria fazer só uma observação: às vezes, a gente vê número, principalmente eu que sou advogado, e fico, assim, um pouco perdido, mas, na fala anterior do Sérgio – e uma pergunta a ele, eu queria uma ajuda dele com relação a isso –, ele falou que, de R$1 trilhão de dividendos distribuídos, 70% foram para o Simples Nacional.

A gente tem, mais ou menos, a expectativa e o número da Receita, que eu acho que é em torno de 20 milhões de empresas no Simples Nacional; 70% de R$1 trilhão dá R$700 bilhões, e são 20 milhões de empresas, então isso dá uma média de R$35 mil por ano de distribuição de lucro.

Eu só queria confirmar isso, para que eu pudesse até entender, porque às vezes a gente vê um número muito significativo, mas, na prática, é um número menor. E acho que isso está muito dentro da razoabilidade. Eu vejo e a gente tem a análise de que a grande maioria das pequenas empresas têm uma receita anual muito módica. Então, eu acho que esse é um ponto para a gente observar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sérgio, adicionalmente, alguma coisa a colocar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO GOBETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou liberando o microfone aqui.

De R$1 trilhão, 70%, Gilberto, é lucro presumido e o Simples junto; não é apenas o Simples. Então, são R$700 bilhões; cerca de R$700 bilhões do R$1 trilhão provêm de empresas do Simples e do lucro presumido.

Outra forma de analisar os dados: de cerca de R$1 trilhão, aproximadamente R$580 bilhões são valores que superam os R$600 mil anuais, ou seja, praticamente 60% dos lucros e dividendos distribuídos estão na faixa superior aos R$600 mil e, portanto, estariam sujeitos à tributação na fonte de 10%. Só que o que vai ocorrer? Se a gente fosse fazer a conta em cima dos R$580 bilhões, nós íamos presumir que a receita seria de R$58 bilhões – 10% de R$580 bilhões –, só que, na prática, o que vai acontecer? As empresas vão reter parte desses lucros, especialmente as empresas do Simples e do lucro presumido, que é onde existe mais margem para acontecer isso, porque as empresas do lucro real estão submetidas a todo o normativo, como tu sabes, com a lei de sociedades anônimas, e têm um mínimo de distribuição de dividendos.

Então, em função disso, nós saímos de R$1 trilhão, em que nós temos aproximadamente R$570 bilhões a R$580 bilhões que superam a cifra de R$600 mil anuais, a princípio, sujeitos à tributação, mas, com o efeito de reação das empresas projetado pela Receita, acaba que a base de cálculo final se estima por volta de R$350 bilhões, que seriam passíveis de tributação sob a alíquota de 10%; e daí, depois, nós vamos ter a aplicação do teto – esse teto redutor de 34%.

Nos cálculos da Receita – isso tem nota técnica e dados já apresentados pela Receita –, para os senhores terem uma ideia, daquele número de 140 mil pessoas que seriam atingidas pelo imposto mínimo – das 800 mil que ganham acima de R$600 mil –, a Receita já divulgou um dado no qual ela mostra que cerca de apenas 3,5 mil pessoas, dentre as 140 mil, estão em empresas que já pagaram os 34% da empresa.

Veja, Senador: de 140 mil, apenas 3,5 mil pessoas já teriam pago, no nível das suas empresas, os 34%, mas nós temos cerca de outras 30 mil pessoas, dentre as 140 mil, que não estariam completamente isentas da tributação adicional, mas elas teriam um benefício do redutor porque elas estariam pagando acima de 24%, 25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são duas situações diferentes: nós temos aqueles empresários que já estão pagando os 34% da empresa e que ficariam completamente livres do imposto mínimo; e nós teríamos cerca de 30 mil empresários que estão pagando um patamar superior a 25% e que, portanto, teriam alívio da incidência do imposto mínimo e acabariam pagando a menos. O impacto agregado desse redutor reduziria o potencial de arrecadação do imposto mínimo em cerca de R$7 bilhões anuais. Esses são alguns números.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Prof. Manoel Pires, há algo a acrescentar?

O SR. MANOEL PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, eu queria só agradecer a oportunidade de explicar meus pontos de vista e de apresentar uma avaliação do projeto de lei. Eu me coloco à disposição para qualquer ajuda de que a CAE sinta necessidade para os próximos passos.

A gente sabe que tem essa questão dos números – o Sérgio já se disponibilizou a tentar ajudar na aferição de impacto –, e também me coloco à disposição para colaborar, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ótimo.

O SR. MANOEL PIRES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, foi um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Profa. Débora.

A SRA. DÉBORA FREIRE (Para expor.) – Quero só agradecer a oportunidade e ressaltar, mais uma vez, Senador, que levarei todos os seus pontos para o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ótimo.

A SRA. DÉBORA FREIRE – Serei bem cuidadosa em repassar todos esses pontos para o Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda, obviamente – acho que já ressaltei isso daqui –, tem muito o compromisso de que sejamos muito cuidadosos com a medida e com os seus impactos fiscais. Eu acho que, enfim, isso conversa muito com a nossa posição quanto à política fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só queria tornar a ressaltar isto: o Ministério da Fazenda jamais defenderia algo que trouxesse riscos fiscais para o país.

Então, é isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A preocupação é exatamente essa. Na circunstância, é muito difícil dizer: "Fez acordo com o centrão" e "tem responsabilidade fiscal". Ou é uma coisa ou é outra.

O centrão provavelmente não cabe no orçamento do Brasil, então fazer acordo com o centrão é exatamente o oposto de ter responsabilidade fiscal. Pelo menos é isso o que a experiência tem demonstrado, e a mais sobeja demonstração é o arcabouço, que está aí com toda dificuldade, todo dia o Parlamento tem que excluir despesa do arcabouço. Quer dizer, o último acordo que se fez publicamente, que eu lembro, foi esse.

Gilberto, você tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Eu só queria agradecer, em nome do nosso Presidente, José Roberto Tadros, a oportunidade de participar deste debate. Quero parabenizar os colegas de mesa, porque foi um debate muito importante, muito produtivo; e o senhor também, pela iniciativa e por todo esse diálogo que faz parte do desenvolvimento da democracia, principalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado a todos.

Esta é a quarta e última audiência pública. A partir, exatamente deste momento, eu estarei dedicado à formatação do relatório que pretendo apresentar na próxima semana.

Vamos avaliar com o Senado Federal se seria importante nós votarmos durante a semana, quando teremos sessões semipresenciais, ou se deixaremos a votação, especificamente, para a próxima semana. Mas essa não será uma decisão minha, será uma decisão coletiva da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 224, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos de uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o requerimento 114/2025, de audiência pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 164, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senadora Ana Amélia (PP/RS). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao PLP 164/2022, nos termos da Emenda nº 17-CCJ (substitutivo), com a subemenda apresentada, e pela prejudicialidade do PLS 284/2017. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao PLP 164/2022, nos termos da Emenda nº 17-CCJ-CAE (substitutivo), com a subemenda nº 1-CAE, e pela prejudicialidade do PLS 284/2017. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Aprovado requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1855, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB)." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao projeto, com oito emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 8 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1392, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para assegurar a remuneração de equipes multiprofissionais que atendam educandos com transtorno do espectro autista e com doenças raras com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1-T e 2-T. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 114, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública para instruir o PLP 224/19" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado o requerimento de audiência pública. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 116, de 2025** que: "Requer Comparecimento do Presidente do COAF" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de outubro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício SEI nº 60521/2025 MF, do Ministério da Fazenda, que encaminha o relatório do programa de emissão de títulos e da administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 33ª, 34ª e 35ª Reuniões, realizadas em 22 e 23 de outubro 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo, como todos sabem, semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para declararem os votos verbalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" para os Senadores que, evidentemente, estiverem participando remotamente.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos de uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em reunião realizada em 06/05/2025, foi concedida vista coletiva.

2. Em 20/5/2025, foi aprovado o Requerimento 44/2025-CAE de adiamento de discussão da matéria.

3. Em 24/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Há, porém, sobre a mesa, um requerimento do Senador Rogério Carvalho, Líder do PT e do Governo, que requer a realização de audiência pública para instruir o PLP 224/2019.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 114, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para instruir o PLP 224/19

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jaques Wagner

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para encaminhar.) – Obrigado. É só para subscrever o requerimento, porque o Senador Rogério está em voo para Brasília. Então, é só para validar o requerimento, que é exatamente para, definitivamente, esclarecer os dados e esses elementos que estão faltando para tomar a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 2022

- Não terminativo -

Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PLP 164/2022, nos termos da Emenda nº 17-CCJ (substitutivo), com a subemenda apresentada, e pela prejudicialidade do PLS 284/2017.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 17-CCJ (substitutivo).

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, estimado amigo.

Presidente Renan Calheiros, os meus dirigidos cumprimentos iniciais a V. Exa., como nosso Presidente.

Saúdo os nossos companheiros que, presencialmente, se encontram em nossa Comissão: Senador Líder Eduardo Braga, Senador Líder Jaques Wagner, Senador Líder Hamilton Mourão.

Quero e o faço a todos os demais companheiros e companheiras que estão a acompanhar esta sessão remotamente e saúdo todos que, cidadãos e cidadãs, estarão também a fazê-lo.

É uma matéria importante, palpitante. Nós tivemos uma expectativa de mais de dois anos para vê-la deliberada, e assim se deu por força de uma decisão que o nosso Presidente Otto Alencar teve ao assumir, Presidente Renan Calheiros, a CCJ, pautando-a assim que pudesse, de forma muito clara e de forma comprometida com a temática.

Como V. Exa. bem o sabe, a matéria diz respeito a desequilíbrios concorrenciais, diz respeito a todos os absurdos que se efetivam ao longo destes últimos anos e que nos trouxeram, mais recentemente, os episódios de uma grande operação policial que foi feita pelas instituições competentes e que também teve o próprio Governo Federal à frente. É a questão dos devedores contumazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta proposta, Senador Renan Calheiros, meus queridos companheiros que estão a nos ouvir, não apenas fala sobre os devedores contumazes. Esta é uma iniciativa – por uma questão de justiça, assim nós o fazemos – de uma companheira que esteve ao seu lado, à época, Senadora Ana Amélia, à frente do mandato senatorial. Depois, com competência luminar, o Senador Jean Paul Prates trouxe uma abordagem mais ampla, aperfeiçoando a iniciativa da Senadora conterrânea do meu querido amigo Senador Hamilton Mourão. Essa foi a iniciativa do Senador Jean Paul Prates.

Pois bem, eu estou querendo fazer quase uma exposição em relatório, porque recebi e ouvi certas indagações bastante compreensíveis. Afinal de contas, nós, há cerca de alguns poucos dias, votamos o Projeto 125, que falava sobre o devedor contumaz, falando antes sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Essa iniciativa teve como seu autor o nosso ex-Presidente Senador Rodrigo Pacheco, e quem a relatou foi o Senador Efraim Morais. Foi uma matéria aprovada que contou com algumas sugestões que foram debatidas, discutidas e aprovadas na CCJ, acolhidas pelo Senador Relator Efraim Morais Filho.

Ponto um, matéria encaminhada à apreciação da Câmara dos Deputados e, a mim me parece, marcada para o dia de hoje.

Pois bem: "Senador Veneziano, já que essa matéria foi aprovada, vencida, prejudicada estaria a apreciação do 164?". Não, porque o Projeto 164, que nós estamos a tratar, de iniciativa, repito, do Senador Jean Paul Prates, além de fazer as alusões devidas e de uma forma, inclusive, Senador Renan Calheiros, mais ampla, mais detalhada, com maior segurança jurídica para todos, faz menções a outros dispositivos.

Então, se V. Exa. me pergunta: "Senador Veneziano, nós estamos aqui a excluir a parte, suprimir a parte que trata sobre o devedor contumaz, mantendo a outra que fala sobre os critérios aos regimes especiais para o cumprimento das obrigações tributárias?". Portanto, ainda há, de forma pertinente, oportuna e necessariamente objetiva, a chance de podermos avançar com essa temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório que sucintamente eu faço, até porque boa parte dos integrantes da CAE teve a oportunidade de discutir como integrantes da CCJ. Então, é de conhecimento esse relatório que foi aprovado no dia 9 de abril de 2025, o nosso relatório em forma de parecer.

Então, vou à análise, Presidente Renan Calheiros, já que V. Exa., a mim me parece, me permite fazê-lo. Faço as considerações iniciais como de praxe, analisando os pressupostos, os mesmos pressupostos atendidos quando, a princípio, debatemos na CCJ, são vistos aqui. Portanto, todos eles respeitados, todos eles identificados. E aí vou mais à frente, quando trato diretamente sobre as questões de mérito.

No mérito, como já tivemos a oportunidade de alertar, é essencial a regulação em lei de caráter nacional da figura do devedor contumaz – repito, nós não vamos estar a tratar mais sobre o devedor contumaz –, que dolosamente, reiteradamente e de forma substancial e estruturada deixa de recolher tributos para se beneficiar e, por consequência, prejudica a concorrência e o mercado.

Importante destacar, contudo, que, em setembro de 2025, foi aprovado no Plenário da Casa, e eu já me referi ao fato, o PLP nº 125, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, tratando sobre o Código de Defesa do Contribuinte, e lá presente a figura do devedor contumaz.

A premissa utilizada na elaboração do PLP é de que devam ser criados instrumentos que permitam neutralizar práticas tributárias engendradas por alguns contribuintes, das quais, essas práticas, possam resultar desequilíbrios concorrenciais. A proposição, assim, fornece a moldura dentro da qual a União e os demais entes subnacionais possam escolher, em lei específica, os critérios especiais de tributação que melhor reflitam sua legislação e a concorrência no seu mercado.

Ressaltamos que o PLP trata de dois assuntos que, embora correlatos, têm objetivos e fundamentos específicos diversos. O primeiro dirige-se à fixação de critérios especiais, e são esses critérios que nós estamos a tratar, desejosos de poder ver avançar o PLP pelos entes federados, para garantir o adequado cumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias, com o objetivo de prevenirmos desequilíbrios concorrenciais. A base constitucional é o art. 146-A da nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo refere-se à fixação de critérios para a definição do devedor contumaz, que nós já afastamos. Como dito, a disciplina do devedor contumaz está prejudicada pela aprovação do 125, mas permanece o interesse e, mais do que isso, a necessidade de tratarmos, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, dos regimes especiais de tributação, o que estamos a fazer, nos termos já aprovados da CCJ, com adaptações decorrentes da retirada do tema afeto à contumácia.

No mesmo sentido, atualizamos a salvaguarda dirigida ao devedor não contumaz, de sorte que os critérios especiais de tributação não se aplicarão a devedores cujos débitos decorram de inadimplência eventual ou reiterada de obrigações fiscais, quando os procedimentos adotados pelos sujeitos passivos não revelem indícios de desequilíbrio concorrencial.

Isso posto, aproveitamos a oportunidade que nos foi novamente atribuída, pela sua deferência, Senador Renan Calheiros, para relatarmos uma matéria tão relevante, desta feita, na CAE, para propormos outras alterações que entendemos essenciais e oportunas, mormente tendo em vista a recente tragédia que se abateu e pela qual a sociedade brasileira passa, devido a falsificações de bebidas alcoólicas, que têm levado centenas de pessoas a serem hospitalizadas, com casos até mesmo de óbitos, infelizmente.

Esse aumento dos casos de adulteração de bebidas alcoólicas em nosso país causa-nos profunda preocupação. Não se trata apenas de um problema de saúde pública, mas de uma questão que atinge diretamente a confiança do cidadão nas instituições de controle e fiscalização. A adulteração de bebidas, motivada unicamente pelo lucro fácil, é uma afronta à legalidade, à ética e ao direito fundamental à vida. Suas consequências são devastadoras, como todos nós bem sabedores somos.

A prática desses crimes está estritamente vinculada ao mérito dos projetos ora analisados nesta Comissão e que buscam, justamente, estabelecer normas gerais e critérios para o adequado cumprimento das obrigações tributárias, com o objetivo de prevenirmos os desequilíbrios concorrenciais.

O PLP – e me dirigindo já para os últimos quatro parágrafos – originalmente trata das questões tributárias e concorrenciais, prevendo expressamente a aplicação de critérios especiais de tributação aos contribuintes que realizem operações com bebidas alcoólicas. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebemos, senhores e senhoras, a necessidade de também reforçarmos as punições para os criminosos que praticam a adulteração de produtos alimentícios e colocam a vida de milhares de pessoas sob risco, de forma aleatória, gerando pânico.

Desse modo, propomos, em complemento às medidas tributárias e concorrenciais do PLP, a alteração do art. 272 do nosso Código Penal, que atualmente prevê a conduta de corrupção, adulteração, falsificação ou alteração de substância ou produto alimentício destinado a consumo, inclusive bebidas alcoólicas ou não, tornando-o nocivo à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo. O objetivo é prever uma forma qualificada do crime, com pena mais gravosa, justamente quando a modificação ilegal do alimento tiver potencial de causar lesão corporal grave ou mesmo levar à morte.

Nessa mesma linha, sugerimos a alteração da lei de crimes hediondos para classificar – essa nova previsão, essa qualificadora – como tal a nova forma qualificada do crime de falsificação de alimentos.

Por fim, importa frisar – é o último parágrafo – a essencialidade da parceria entre o poder público, os órgãos fiscalizadores e a sociedade civil. O consumidor deve estar atento à procedência do que consome, e o Estado vigilante em sua obrigação de proteger. Somente com responsabilidade compartilhada, transparência e firmeza poderemos evitar novas perdas e assegurar que a confiança nas nossas instituições e nos produtos que chegam à nossa mesa, à mesa do brasileiro, seja plenamente restabelecida.

Ante o que nós expusemos – tentamos fazê-lo da forma mais sucinta, conquanto entendível –, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do PLP 164 e do PLS 284, complementar, na forma da Emenda nº 3, da CTFC; e, no mérito, pela aprovação do PLP 164, na forma da subemenda à Emenda nº 17, da CCJ, abaixo, e declarando prejudicado o PLS 284, de 2017 – projeto de lei complementar.

Este é o nosso trabalho, Presidente Renan Calheiros

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu cumprimento o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é importante minimamente informar à sociedade que a Câmara continua em marcha batida com essa agenda, que não é a agenda do povo brasileiro. Nas últimas quatro semanas, a Câmara votou a PEC da blindagem e a urgência para a anistia; há duas semanas, a blindagem para o Deputado Gustavo Gayer, lá de Goiás; e, na semana passada, votou, no Conselho de Ética, a absolvição do Eduardo Bolsonaro. E o projeto do devedor contumaz, que foi aprovado aqui, no Senado, no dia 02/09 – 02/09 –, foi para a Câmara logo depois da Operação Carbono Oculto, e não se movimentou, continua parado como chegou. Quer dizer, é lamentável que isso aconteça; e, agora, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, num esforço a mais, está resgatando uma parte já contida no projeto que foi para a Câmara dos Deputados.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, reforçando a posição de V. Exa. e do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que, aliás, era o Relator, inclusive, em uma das nossas Comissões, sobre a questão do devedor contumaz...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Contumaz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É preciso dizer que duas questões são importantes destacar: primeiro, o que o nosso Senador Veneziano está fazendo aqui... Ele segregou do projeto que já foi aprovado a questão penal e estabeleceu aqui parâmetros que complementam a votação da matéria anterior. Portanto, é um passo a mais...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... que o Senado está dando no sentido de fazer com que a sociedade brasileira possa ter os instrumentos legais, para fazer o efetivo combate não só à lavagem de dinheiro, mas também à sonegação fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Fiscal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, essa questão do devedor contumaz fica ainda mais grave, Líder Jaques Wagner, com o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos assistindo na questão da CPMI do INSS. E o que nós estamos assistindo, finalmente – finalmente! –, no enfrentamento dos grandes bancos com relação às *fintechs*?

Deixe-me colocar uma coisa a V. Exa.: V. Exa. já ouviu falar em conta-corrente ônibus?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nem V. Exa., nem 99,999% do...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dos brasileiros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... povo brasileiro.

Tenho certeza de que se eu perguntar ao Líder Jaques Wagner, o que é conta-corrente bancária ônibus, o Líder Wagner não saberá dizer.

Sabe o que é essa conta-corrente bancária ônibus? É uma conta-corrente que é aberta nos grandes bancos pelas *fintechs* não controladas pelo Banco Central e que operam as *bets* ilegais, que operam as companhias do PCC, que operam a lavagem de dinheiro e usam isso dentro da estrutura bancária brasileira como se lícito fosse o dinheiro que está sendo operado dentro dessas contas. E, mais, o Banco Central não tem como identificar e não tem pernas, não tem instrumentos para poder fiscalizar essas *fintechs*.

Ora, por que existem *bets* ilegais funcionando no Brasil? Porque tem por onde transitar o dinheiro. Por onde eles estão transitando o dinheiro? Por essas *fintechs* que não são controladas. E não são controladas por quê? Porque faltam pernas ao Banco Central para fazer o controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, na hora em que nós estamos dando os mecanismos de controle para o combate do devedor contumaz, finalmente os grandes bancos se rebelam, porque essas contas estão hospedadas nos grandes bancos.

E hoje, pela manhã, bem cedo, eu fiquei até surpreendido positivamente, porque o Presidente da Febraban, o Dr. Isaac, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isaac.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Dr. Isaac.

Como é o sobrenome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não tenho tanta intimidade com ele, é Dr. Isaac Sidney.

Eu até fiquei surpreendido positivamente, porque finalmente o Presidente da Febraban disse: "Nós estamos nos rebelando contra as *fintechs* ilegais que hospedam dinheiro ilegal nos nossos bancos".

Sr. Presidente, se fosse o coitado ali da esquina, que está fazendo aquele delito de bater carteira, ele estaria sendo preso e levado para acumular nessas multidões de presos que estão aí em condições sub-humanas em nossas cadeias, mas esses não são combatidos.

Então, eu quero, primeiro, finalmente reconhecer que a Febraban, finalmente, depois de cinco anos, identificou que o dinheiro estava sendo manipulado por dentro do sistema financeiro.

Isso é um alerta, inclusive, para o Dr. Barreirinhas, da Receita Federal, é um alerta para as receitas estaduais, é um alerta para o Banco Central e é um alerta para a Câmara dos Deputados, porque não pode compactuar com esse tipo de crime que está sendo cometido contra a nação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É apenas para demonstrar aqui que a indignação de V. Exa. faz total sentido, diante, não só da brutalidade da ilegalidade, mas também do tamanho do rombo fiscal, já que nós vivemos num esforço de arrecadação para poder fazer o equilíbrio fiscal brasileiro.

Sr. Presidente, esse é um dinheiro sujo que não paga imposto, que sonega, que faz lavagem, e nós não temos, até agora, legislação para poder colocar atrás das grades esses devedores contumazes. Portanto, é absolutamente correto o comportamento de V. Exa. em cobrar esta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, meu amigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E mais correta ainda a posição do Senador Veneziano Vital do Rêgo de complementar a votação com relação ao devedor contumaz.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaques Wagner, com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria só, tentar complementar o que o Senador Eduardo Braga pontuou, a partir da indignação de V. Exa.

Quero dizer que, na minha opinião, o que a Câmara está preparando é a blindagem sem esse nome, porque, na medida em que for ficando *tabula rasa* a interdição de processos contra Deputados, quando chegarem, talvez, outros, ou volumes maiores, terá sido já como se fosse normal essa questão, porque tem a questão do Gayer, tem a questão do Eduardo, tem uma série de questões. Então, na minha opinião, se prepara isso, e concordo com V. Exa., na contramão de tudo o que a sociedade brasileira espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu queria comentar, complementando o que o Senador Eduardo colocou, é que ontem, por acaso, eu assisti à entrevista com o ex-Presidente do Banco Central. Não é nenhum demérito, ele hoje é funcionário de uma grande *fintech*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nubank.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Talvez a maior, dizem que das maiores delas.

Eu achei curioso, porque um dos repórteres perguntou e fixou a seguinte frase: "Mas as *fintechs* não são responsáveis pela chegada do tráfico ou do crime organizado aqui".

Eu disse: "Eu sei, mas qualquer menino de escola sabe que a parte que mais dói do corpo é o bolso".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O bolso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – O bolso.

Então, se alguém permite que o crime organizado consiga circular o bolso, como ficou claro – e, infelizmente, acho que foi mal anunciado aquela outra vez, quando se falou de Pix – e foi porque já se suspeitava que, através de Pix, *fintechs*, que não tinham obrigação de dar o mesmo grau de informação que um banco assentado dá, todo mundo sabia que isso aí...

E algumas delas são deles.

Hoje eles estão se enfiando, se capitalizando em tudo.

Então, eu acho ótima, mesmo que tardiamente, a indignação, porque é um absurdo que um banco formal abrigue, dentro das suas contas...

Tinha até uma curiosidade. Por que não se chama conta avião? É ônibus... Por quê?

Vai embarcando toda hora alguém?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É porque cabe mais tonelada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Presidente... O importante, Líder Wagner, é que essas *fintechs* não têm Conta Corrente – eles não têm Conta Corrente.

Então, para eles poderem fazer o Pix têm que estar hospedados em algum lugar, porque veja, diferentemente do Nubank, que tem conta digital, essas *fintechs* precisam hospedar o recurso em algum banco para poder fazer o Pix através dessa conta de passagem que eles chamam de conta ônibus, que tem, sei lá, não sei quantos passageiros sentados.

Agora, isso nada mais é do que o uso do devedor contumaz numa tecnologia mais sofisticada, ou seja, se nós não combatermos o devedor contumaz, nós estaremos cada vez mais vendo a deturpação e a distorção do sistema bancário e financeiro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E tem um fato gravíssimo que, na semana passada, esta Comissão rapidamente discutiu. O atual Presidente do Banco Central, Galípolo, fez, às escondidas, um acordo de leniência com o ex-Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que, quando esteve à frente do Santander, movimentou, durante mais de dois anos, uma série de contas-fantasmas, sem contabilidade posta, e isso sem transparência nenhuma.

Ele fez um acordo de leniência, e o ex-Presidente do Banco Central pagou R$300 mil na pessoa física – na pessoa física! Nós o convocamos para que ele venha...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, agora o senhor me deu uma informação que eu não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E traduza em português inteligível para o cidadão brasileiro.

Acordo de leniência é o acordo de... Como a gente poderia adjetivar? (*Pausa.*)

Um acordo de perdão, ou seja, o Banco Central fez um acordo de perdão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – De perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não houve a confissão do crime, não teve transparência nenhuma, absolutamente nenhuma, e ele pagou, o ex-Presidente do Banco Central, R$300 mil no acordo de leniência pela pessoa física.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É réu confesso.

Agora, não se sabe por que o Presidente do Banco Central, o atual Presidente, fez isso e não deu publicidade. Então, nós o convocamos para que ele venha dar o mínimo de publicidade aqui, nesta Comissão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, só para dizer que, primeiro, eu não generalizei as *fintechs*.

Só para deixar claro para depois não virem reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, não incluiu essa do...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Tampouco entendi o movimento do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Por isso, eu aguardo a vinda do Presidente para que ele possa esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente, meu Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É apenas para complementar.

Não seria interessante convocar também... Aí eu precisaria ouvir a Secretaria da Comissão, porque a movimentação dessas contas foi pelo Santander.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Santander, quando ele era Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Quando ele era Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Do Santander, tá?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, a instituição está sujeita a esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... aos órgãos de controle, inclusive à CAE, por que permitiu transitar por dentro da sua instituição financeira contas com essa situação de irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Irregularidades, várias irregularidades.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – De várias irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Citadas assim: "Irregularidade tal, tantos casos; Irregularidade tal, tantos casos."

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Talvez, a seguir presença do Presidente do Banco Central, fosse oportuno...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... ouvirmos o Presidente do Santander, para que o Santander possa explicar como é que uma instituição de um banco internacional, que é o Banco Santander, permite, através do seu *compliance* – que é uma palavra tão bonita, não é? *Compliance*, que nada mais é do que a fiscalização da boa conduta –, o uso indevido... É porque as PPEs, que são as pessoas politicamente expostas, se nós vamos fazer uma movimentação de R$20 mil no banco, nós temos que explicar o que nós estamos fazendo. Agora, esses sujeitos movimentam bilhões de reais, não explicam nada a ninguém, o Banco Central não sabe de nada, a Receita Federal não sabe de nada, o Coaf não sabe de nada...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não sabe de nada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e o cidadão brasileiro não tem direito a saber?!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E ainda tem um fato gravíssimo: é que um dos Diretores do Banco Central, sabatinado por nós, deixou o Banco Central depois de participar do processo da leniência e foi para o Nubank.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ah sim!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Que é o banco hoje que é presidido pelo ex-Presidente do Banco Central.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – E tem os dois, então, ex-integrantes...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É um Diretor do Banco Central, que participou da leniência, e eu acho até sem quarentena, hein? Eu não observei a quarentena.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sei, sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em discussão a matéria.

Aliás, continua a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação, como todos sabem, será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perdoe-me, perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, o que é isso...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não quero ser deselegante.

Era só exatamente, meu Líder, para que, se V. Exa. assim concordar, nós gostaríamos de requerer o regime de urgência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A urgência.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... para uma apreciação mais breve pelo nosso Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PLP 164/2022, nos termos da Emenda 17, da CCJ/CAE, substitutivo, que submete...

Melhor dizendo, com a Subemenda nº 1 da CAE, pela prejudicialidade do PLS 284/2017.

A matéria... (*Pausa.*)

Vamos apreciar o requerimento de urgência, apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Além do agradecimento à sua generosa confiança, reiterada confiança, ao nos designar para que permanecêssemos na condição de Relator desta matéria, eu lhe agradeço profundamente porque nos detivemos estudando-a e vendo o tamanho e o clamor que ela passou a ter depois dos fatos, que não são recentes, mas que passaram a se avolumar.

E eu queria fazer um comentário, porque chegam notícias de que a Câmara dos Deputados, que tem toda a legitimidade... Nós não estamos aqui, jamais, a fazer comentários como se pudessem ser deturpados e a adentrar à liberdade e à autonomia da instituição, mas é possível que, em vez de se enfrentar o 125, por ser de autoria de um integrante do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, lá na Câmara valha-se do velho instrumento, que outrora também era bem comumente utilizado pelo ex-Presidente, de não se respeitar a autoria da Casa inicial, do Senado, para se dar, como iniciativa que gerasse o primeiro debate, a proposta da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados, ou seja, a palavra final voltando a ser da Câmara dos Deputados, numa afronta que começa – a mim me parece – a se repetir.

Não sei se configurar-se-á. É possível – foi o que nós ouvimos – que, em vez de se debater como projeto inicial o 125, que nós votamos aqui em setembro, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, se pegue e se identifique – ou, melhor, que já está identificado – o Projeto de Lei nº 15, da Câmara dos Deputados, com um único propósito: para ser a palavra final da Câmara, e não do Senado, tendo tido o Senado a condição de ser o seu autor inicial.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É só um adendo a mais, além das...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É o descumprimento formal do próprio Regimento Comum.

Próximo item da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1855, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB).

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável ao projeto, com oito emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 22/10/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela CDR.

Eu concedo a palavra, com muita satisfação, ao Senador Jaques Wagner, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan.

Só quero fazer um destaque de que, na verdade, esse e outros projetos são de autoria da Comissão de Meio Ambiente, porque nós criamos o Fórum da Geração Ecológica e reunimos na ordem de 50 pessoas da sociedade civil e de diversos campos, da universidade, da Embrapa, da economia, vamos dizer, da agricultura familiar, do agronegócio, ou seja, tentando produzir e produzimos 25 ou 26 projetos. Esse é um deles, que institui, como V. Exa. disse, a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade.

Eu passo à análise diretamente.

O PL 1.855, de 2022, vem ao exame da CAE, para que esta opine sobre seus aspectos econômico e financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno desta Casa.

A matéria aborda um tema de extrema relevância, cujo objetivo está em consonância com o desafio do uso econômico sustentável da biodiversidade. Muito se fala na conservação da biodiversidade, mas são poucos os instrumentos de incentivos econômicos existentes para tornar viável e possível a conservação.

Destacamos que este PL é fruto de um debate amplo e profundo realizado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, no Fórum da Geração Ecológica, do qual participaram vários segmentos da sociedade, contribuindo para a formatação da Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade.

Trata-se de uma política que reúne em seu corpo diversos objetivos e instrumentos que se encontram espalhados em diversas outras normas e dá o devido destaque à conservação da biodiversidade, reconhecendo como público-alvo todos os agentes a ela ligados diretamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais sejam: agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

A todos esses agentes, a referida política proporciona instrumentos e recursos econômicos para viabilizar a conservação da biodiversidade, tornando a economia da biodiversidade uma das prioridades na alocação de recursos de fundos existentes relacionados ao desenvolvimento regional e ao meio ambiente.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou em 2019 um relatório com ações consideradas urgentes para interromper e reverter a perda global de biodiversidade, destacando a prioridade, entre outras, da ampliação dos instrumentos de política para a biodiversidade e dos incentivos econômicos. Sendo assim, vemos que o projeto se alinha às ações em curso nos países mais desenvolvidos.

Destacamos, ainda, que o projeto em análise está em harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular contribuindo para a redução das desigualdades e constituindo-se em uma ação concreta contra a mudança global do clima.

No que pese a participação plural de diversos atores na elaboração do texto original, o Governo, nos últimos anos, também vem se debruçando sobre o tema, de forma plural e multifacetada, com atuação de diversos Ministérios como o do Meio Ambiente, o da Fazenda, o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Por este motivo, apresentamos algumas emendas ao presente projeto, com o objetivo de aprimorar seu alinhamento às ações em curso no âmbito do Poder Executivo, especialmente no que se refere ao fortalecimento da bioeconomia. As sugestões aqui apresentadas resultam da análise técnica e do acúmulo de experiências, nos últimos três anos, de implementação de políticas públicas voltadas ao uso sustentável da biodiversidade, valorização dos conhecimentos tradicionais e promoção de modelos de desenvolvimento territorial inclusivos e sustentáveis.

Por fim, o PL 1.855 não possui impactos econômicos ou regulatórios relevantes.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CAE

(ao Projeto de Lei nº 1.855, de 2022)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.855, de 2022:

"Art. 1º Fica instituída a Política Nacional da Bioeconomia, integrante da Estratégia Nacional de Bioeconomia a obtenção de um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico socialmente justo, conservação da biodiversidade, geração de emprego e renda e redução de desigualdades e lacunas estruturais.

§1º A Estratégia Nacional de Bioeconomia observará o quanto disposto em Decreto nº 12.044, de 05 junho de 2024.

§ 2º Entende-se por Bioeconomia o modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em valores de justiça, ética e inclusão, capaz de gerar produtos, processos e serviços, de forma eficiente, com base no uso sustentável, na regeneração e na conservação da biodiversidade, norteado pelos conhecimentos científicos e tradicionais e pelas suas inovações e tecnologias, com vistas à agregação de valor, à geração de trabalho e renda, à sustentabilidade e ao equilíbrio climático.

Seguem-se outros parágrafos, Presidente, dos quais vou me abster para a economia de tempo, e mais uma emenda que dá a seguinte redação ao art. 2º do projeto de lei:

Art. 2º .....

I. a adoção da Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída pelo Decreto nº 12.044, como instrumento orientador das políticas públicas voltadas à proteção da biodiversidade, da vegetação nativa e dos ecossistemas, e à valorização da cultura local, regional e dos conhecimentos tradicionais associados, com vistas à sua consolidação, implementação e contínua atualização.

.....

Eu vou reduzir a leitura, Sr. Presidente, porque o projeto, como eu lhe disse, tem o condão de criar uma política, não traz nenhum impacto financeiro e está publicado conforme o ritual nosso daqui da Comissão. E eu vou para mais uma emenda.

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do Projeto de Lei nº 1.855, de 2022:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 7º O poder público desenvolverá programa regionalizado com foco no desenvolvimento da sociobioeconomia de forma territorializada. O objetivo é promover um desenvolvimento econômico, social e ambiental inclusivo, baseado no uso sustentável da biodiversidade nativa e na valorização de agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, comunidades quilombolas rurais e demais povos e comunidades tradicionais, assim como seus conhecimentos tradicionais associados, no âmbito da PNBIO, conforme regulamento.

E aí segue toda a listagem desses diversos itens, portanto eu concluo aqui a leitura.

E eu não posso deixar de fazer, Presidente, dois registros: primeiro, o agradecimento a V. Exa., porque era do interesse nosso que essa matéria fosse votada antes do início da COP 30, que tem início agora, no dia 6 de novembro, com a reunião dos Chefes de Estado; e, depois, de 10 a 20, é a reunião propriamente dita da COP.

V. Exa., atendeu com muita presteza. Fizemos essa audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Audiência pública proposta pela Senadora Tereza.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... na semana passada, e faço questão de comentar que a Senadora Tereza Cristina teria algumas mudanças que gostaria de fazer, mas comunicou à minha equipe que, se for o caso, ela faz isso na CDR, que é a próxima Comissão; e, portanto, estaremos liberado para a votação aqui sem nenhum óbice.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação também será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 8, da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. (*Pausa.*)

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1392, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para assegurar a remuneração de equipes multiprofissionais que atendam educandos com transtorno do espectro autista e com doenças raras com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1-T e 2-T.

Observações:

1. Em 14/4/2025, foram apresentadas as emendas 1-T e 2-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Leila Barros.

Com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Grata, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Renan, já agradecendo, Senador, a última sessão, da aprovação do Projeto do 2.387, da Deputada Luciene Cavalcante.

O senhor viu a emoção das professoras?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi, foi muito significativa. Parabéns a você, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu agradeço muito o privilégio de o senhor ter me dado essa relatoria. Também muito interessante, a de hoje, que trata dos profissionais que cuidam das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para além da parte didática, eles precisam de uma equipe multidisciplinar, e esses profissionais não estão contemplados com relação à remuneração fruto do Fundeb.

Então, é importante a gente tratar disso aqui.

Enfim, vai terminativo para CE, e vamos aguardar a relatoria, enfim, quem vai tomar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E é, sem dúvida nenhuma, um uso importante do FNDE, porque o histórico de utilização desse fundo não é muito recomendável. Basta ver o episódio da robótica, que calou fundo no Brasil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É isso aí.

E foi ótima essa iniciativa do Senador Carlos Viana, porque a gente tem atendido muitos coletivos de mães atípicas, que falam justamente dessa dificuldade dentro da própria escola de ter essa equipe multidisciplinar para atender aos filhos.

Enfim, muito obrigada, mais uma vez, pela relatoria, Senador Renan.

O relatório, vou à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.392, de 2025, de autoria do Senador Carlos Viana, que objetiva assegurar a remuneração de equipes multiprofissionais que atendam educandos com transtorno do espectro autista e doenças raras com recursos do Fundeb.

Para tanto, o art. 1º do projeto altera o art. 26-A da Lei nº 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundeb.

Esse dispositivo foi incluído pela Lei nº 14.276, de 2021, para permitir a remuneração dos portadores de diploma de curso superior na área de psicologia ou de serviço social, desde que integrantes de equipes multiprofissionais que atendam aos educandos.

A alteração consiste no acréscimo de parágrafo único a esse artigo, especificando que poderão também ser remunerados com os recursos referidos no *caput* desse artigo os demais profissionais com formação superior ocupantes de equipes multiprofissionais que atendam educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e educandos com doenças raras.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência, com a lei entrando em vigor após decorridos 365 dias de sua publicação oficial.

Na justificação, o autor informa que o Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica. Tendo como principal origem de recursos as vinculações de impostos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o Fundeb também recebe considerável aporte da União.

Segundo estimativas, no ano corrente o Fundo somará R$325,5 bilhões, dos quais R$56,5 bilhões referem-se à complementação da União.

Esses recursos devem ser aplicados na manutenção e no desenvolvimento da educação básica, sendo que, no mínimo 70% devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica. A Lei nº 14.276, de 2021, autorizou que sejam remunerados, com os demais recursos do Fundeb, os portadores de diploma de curso superior de Psicologia ou Serviço Social, desde que integrem equipes multiprofissionais que atendam aos educandos.

No entanto, as equipes geralmente são mais amplas, especialmente quando se trata de educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse caso, as equipes são muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, tanto na fase do diagnóstico, quanto no acompanhamento, com terapias e outras intervenções, podendo precisar contar com profissionais de diversas áreas do conhecimento, como fonoaudiologia, pediatria, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional e neurologia, dentre outros.

Da mesma forma, as equipes que atendem estudantes com doenças raras devem fazer jus ao mesmo reconhecimento.

A proposição foi distribuída para a análise da CAE, seguindo, como já falado pelo nosso Presidente Renan, posteriormente, para a CE, à qual caberá decidir em caráter terminativo.

Foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Mecias de Jesus. A primeira objetiva permitir, na forma do regulamento, a atuação remota ou híbrida dos profissionais integrantes das equipes multiprofissionais, especialmente em áreas de difícil acesso ou com comprovada carência de profissionais especializados. A segunda dispõe sobre o acompanhamento da aplicação dos recursos pelos órgãos de controle interno, os quais deverão incluir, em seus relatórios anuais, informações específicas sobre os atendimentos realizados.

Análise.

Compete a esta Comissão examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro.

O projeto será ainda apreciado pela CE, em decisão terminativa, onde, além do mérito, serão analisados também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No tocante à adequação financeiro-orçamentária do projeto, em nosso entendimento, o projeto não cria nova despesa a ser suportada pelo Fundeb, mas tão somente flexibiliza a aplicação de seus recursos, contemplando a remuneração de profissionais de diversas áreas do conhecimento, necessários ao atendimento de educandos autistas e com doenças raras. Naturalmente, caberá à administração pública compatibilizar a aplicação desses recursos com os limites do orçamento do Fundo.

Portanto, o projeto em tela não cria ou aumenta despesa, nem concede benefício tributário, não implicando impacto orçamentário e financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às emendas, entendemos ser desnecessárias. A Emenda nº 1, que permite a atuação remota ou híbrida dos profissionais, deve ser objeto da regulamentação da lei. Já a Emenda nº 2, que dispõe sobre o acompanhamento da aplicação dos recursos, versa sobre a atuação do controle interno, já prevista na legislação pertinente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.392, de 2025, e a rejeição das Emendas T1 e T2.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo quem queria discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Eu queria só lembrar que nós estamos contando com as presenças de vários Senadores na reunião e que estão preparados para votarem pelo aplicativo.

Um desses Senadoras é a nossa querida Senadora Soraya Thronicke, que está muito dedicada à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Está acompanhando, de casa, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – ela funcionou até altas horas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, ela já está na Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já está na Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Já chegou e está lá na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas ela está atenda aguardando a eventualidade da votação.

Muito obrigada, Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Há um requerimento.

Antes de chegarmos ao requerimento, eu queria comunicar ao Brasil e a esta Comissão que a Petrobras recebeu a licença do Ibama para a perfuração de um poço da Margem Equatorial brasileira. A sonda se encontra na locação do poço e a perfuração está prevista para ser iniciada imediatamente, com a duração estimada de 5 meses.

A exploração da Marquem Equatorial pode transformar o Brasil em um dos quatro maiores produtores de petróleo do planeta, na próxima década evidentemente. Caso o potencial da região seja confirmado, o país poderá superar a marca de 5 milhões de barris diários, a partir de 2030, ultrapassando China e Canadá e ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da Arábia Saudita e Rússia.

Também uma outra informação importante para a Comissão: a Petrobras reduziu o preço de venda da gasolina A para as distribuidoras em 4,9%. O valor médio repassado às distribuidoras passará de R$2,85 para R$2,71 por litro, o que representa uma diminuição de R$0,14. É a segunda redução do preço da gasolina em 2025. No acumulado do ano, a queda já chega a R$0,31 por litro ou 10,3%. Desde dezembro de 2022, a empresa reduziu R$0,36 por litro. Considerando a inflação do período, a redução real é de 22,4%.

Outra informação que considero importante trazer aqui para a Comissão é que o terceiro mandato do Presidente Lula caminha para registrar a menor inflação acumulada para um período presidencial de quatro anos desde o Plano Real. A projeção para o quadriênio 2023-2026 é de 19,73%. O índice supera o recorde anterior de 22,21%, registrado no segundo mandato do próprio Lula, 2007-2010.

O índice projetado para o terceiro mandato de Lula é inferior ao de outros governos. O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, PSDB, 1995 a 1998, acumulou 43,44%; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo, de 1999 a 2002, 39,87%. O primeiro mandato de Lula, 2003-2006, fechou em 28,20%. O período de Jair Bolsonaro, 2019 a 2022, somou 26,94% de inflação.

Esse é mais um dado, revelando que o Banco Central está completamente equivocado na política monetária. E os juros altos, sem dúvida nenhuma, sabotam a economia. E, mais ainda do que sabotar a economia, os juros altos definem o lucro dos rentistas no Brasil. Esse é que é um absurdo, porque drena qualquer investimento, e as pessoas preferem o rentismo, muitas delas, para exatamente não correr risco.

Requerimento 116, assinado por mim.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 116, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Comparecimento do Presidente do COAF

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Requeiro seja convidado o Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Coaf, para prestar esclarecimentos sobre o acordo de leniência entre o Banco Central e o ex-Presidente daquela instituição, bem como sobre as chamadas contas-ônibus, utilizadas por *fintechs* junto a instituições bancárias.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o requerimento, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu comunico à Comissão também que está aberto o prazo para apresentação de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual, PLN 15, de 2025.

O prazo será de 3 de novembro de 2025 a 10 de novembro de 2025, até o meio-dia do dia 10, impreterivelmente.

As emendas apresentadas perante esta Comissão serão deliberadas no dia 11 de novembro de 2025.

Não havendo mais nada a tratar, nós declaramos encerrada a reunião de hoje.

E nós deveremos marcar ainda nesta semana uma próxima reunião para apresentarmos, já que concluímos as audiências públicas, o relatório do projeto do Governo de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil. Nós estamos ouvindo os Líderes e o Presidente da Casa. Hoje mesmo vou ter mais um encontro com o Ministro Fernando Haddad e com a área econômica do Governo, para receber os números da projeção, em função das mudanças feitas na Câmara dos Deputados.

E vou combinar também com o Presidente Davi Alcolumbre se é interessante nós votarmos o projeto nesta semana, cuja votação será semipresencial, ou deixarmos para votar na próxima terça-feira. Nós, fundamentalmente, assumimos o compromisso de que a matéria se encerraria aqui no Senado Federal em, no máximo, 30 dias. Eu informo a esta Comissão e ao país que os 30 dias vão se encerrar no dia 8, quando efetivamente nós recebemos o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil, progressivamente para quem ganha até R$7.350. Então, só no dia 8 é que nós completaremos 30 dias. Portanto, antes de completarmos o 30º dia, nós vamos apreciar na Comissão e no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado a todos pelas presenças.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e doze minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Irajá, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1087, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto e parcialmente favorável à Emenda nº 22, na forma de quatro emendas de redação apresentadas, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Mensagem (SF) n° 75, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 275,000,000.00 (duzentos e setenta e cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se à reestruturação e recomposição do principal de dívidas do Estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Pernambuco (BR Promoting Fiscal Management and Private Sector in the State of Pernambuco Development Policy Loan)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Mensagem (SF) n° 72, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional e Resiliência Climática no Semiárido Nordestino - Projeto Dom Helder Câmara III." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de novembro de 2025.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião, realizada em 28 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Queria fazer um apelo a V. Exa., Presidente. Eu tenho um projeto de que eu sou Relator – já tenho a pauta – o 223, de 2023. Eu gostaria que V. Exa., não podendo entrar extrapauta, o colocasse na pauta na primeira oportunidade.

E eu pedi três relatorias, em junho; são três projetos que eu pedi a relatoria. Se V. Exa. puder despachar também, agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso, Senador Izalci Lucas, com muita satisfação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício SEI nº 60.521/2025, do Ministério da Fazenda, que encaminha relatório de execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior;

- Ofício 25.973, do Banco Central do Brasil, que encaminha, em atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021, o relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo do terceiro trimestre de 2025.

- Moção nº 2, da Câmara Municipal de Fagundes Varela, Rio Grande do Sul;

- Moção nº 46, de 2025, da Câmara de Vereadores de Rio do Oeste, Santa Catarina;

- Moção nº 3, de 2025, da Câmara Municipal de Seara, no Estado de Santa Catarina.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós vamos passar ao item primeiro da pauta.

Eu vou pedir encarecidamente que o Senador Fernando Farias faça, por favor, a leitura do parecer. E, em seguida à discussão, nós vamos pedir vista, para apreciar esse projeto amanhã com a presença do nosso querido Relator, Senador Eduardo Braga.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5473, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. Até o momento foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 18-T.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Farias.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Peço licença para ir às análises.

No que tange à regimentalidade, não se verifica qualquer óbice à tramitação da proposição, uma vez que foram observadas integralmente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, não havendo vícios formais que impeçam seu regular processamento. Destaca-se que, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos, financeiros e tributários das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, dispensada a competência do Plenário para os projetos de lei ordinária de autoria de Senador (art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal).

Quanto à constitucionalidade, o PL respeita os parâmetros aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre direito tributário (arts. 24, inciso I; 48, inciso I; 153, III, 195; todos da Constituição Federal).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, ressalta-se que a escolha da espécie normativa – lei ordinária – revela-se adequada, em consonância com o art. 150, inciso I, da Constituição Federal, que colaciona o princípio da legalidade.

Igualmente, no que tange à juridicidade, a proposição respeita os princípios gerais de direito e não apresenta vício de injuridicidade. Isto é, o PL é dotado de abstração e generalidade, com potencial para inovar o ordenamento jurídico e compatível com princípios e normas que regem o sistema jurídico vigente.

No que concerne à técnica legislativa, o projeto, de forma geral, está em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina o processo de elaboração das leis, apresentando linguagem clara, direta e que segue uma ordem lógica.

São necessários apenas pequenos ajustes redacionais, promovidos pela emenda apresentada ao final. Em que pese a Comissão Diretora possa efetuar as correções apontadas no momento da elaboração da redação final (art. 98, V, Regimento Interno do Senado Federal), entendemos que o imediato aperfeiçoamento do texto contribui para a eficiência do processo legislativo.

No art. 16, relativo à cláusula de vigência, efetuamos alteração para deixar o texto mais claro e didático, sempre observando os princípios da anterioridade e da noventena.

Quanto à adequação financeira-orçamentária, é importante ressaltar que o ajuste das alíquotas da CSLL sobre as instituições financeiras e equiparadas constava na Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025, que perdeu eficácia em 8 de outubro passado. Naquela ocasião, a estimativa de aumento de arrecadação era de R$1,58 bilhão para o exercício de 2026 e R$ 1,582 bilhão para 2027 (Exposição de Motivos nº 41/2025, do Ministério da Fazenda e do MGI).

No caso do incremento da tributação sobre as *bets*, a referida medida provisória também trazia previsão semelhante. A estimativa para o aumento de receita era de R$1,7 bilhão para 2026 e o mesmo montante para 2027, considerando um percentual adicional da contribuição de 6% sobre o GGR. No caso do PL nº 5.473, de 2025, o percentual adicional é de 12% do GGR, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que garantirá, conforme enuncia a justificação, R$3,4 bilhões, R$4,8 bilhões, R$5,1 bilhões, respectivamente, em 2026, 2027 e 2028, tomando-se como base o relatório do primeiro semestre divulgado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Portanto, podemos estimar que o PL sob análise gere impacto fiscal positivo relativo às alterações na CSLL de instituições financeiras e na tributação de apostas, nos termos da tabela abaixo...

Alíquota da CSLL, de 2026... É o que foi lido, Presidente.

Desse modo, constatam-se a constitucionalidade, a juridicidade, a obediência à forma regimental e à técnica legislativa, bem como a adequação orçamentária e financeira do PL 5.473, de 2025.

Mérito.

No mérito, as medidas merecem aprovação.

O PL promove, inicialmente, alterações relevantes na tributação da CSLL, especialmente no que se refere às instituições financeiras e entidades equiparadas.

Atualmente, as alíquotas são as seguintes: 20% para bancos de qualquer espécie, 15% para instituições financeiras como seguradoras, sociedades de capitalização, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, administradoras de cartões de crédito e cooperativas de crédito e 9% para as demais pessoas jurídicas, incluindo *fintechs*.

A nova redação proposta à Lei 7.689, de 1989, reorganiza os grupos e eleva as alíquotas para determinados segmentos. O inciso I do art. 3º do referido diploma legal passa a prever a alíquota de 15% para pessoas jurídicas de seguros privados, instituições de pagamento (nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013) e para aquelas listadas nos incisos II, III e V a XIII do §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 2001.

Dessa forma, passam a também estar sujeitas à alíquota de 15% as instituições de pagamento; administradoras de mercado de balcão organizado; bolsas de valores e de mercadorias e futuros; entidades de liquidação e compensação; e outras sociedades que venham a ser consideradas instituições financeiras pelo CMN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o inciso II-A do art. 3º da Lei 7.689, de 1989, estende a alíquota de 20%, antes aplicável apenas para os bancos de qualquer espécie (inciso I da Lei Complementar nº 105, de 2001), para sociedades de crédito, financiamento e investimentos e para pessoas jurídicas de capitalização.

A medida fortalece a sustentabilidade fiscal e corrige distorções no sistema tributário, especialmente no que diz respeito à capacidade contributiva de instituições com maior lucratividade.

Para as *fintechs*, especialmente aquelas classificadas como instituições de pagamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 2013, o PL promove um aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%. Essa mudança representa uma equiparação dessas entidades com outras instituições financeiras tradicionais e propicia maior isonomia entre entidades reguladas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil ao corrigir distorções na carga tributária entre instituições que realizam operações semelhantes.

Em relação às *bets*, a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, previu modelo de tributação que adota a prática reconhecida pela experiência internacional correspondente à incidência sobre o GGR, que é o resultado da diferença entre o total arrecadado com apostas e o valor disponível para o pagamento de prêmios.

Do GGR – que é o produto da arrecadação das *bets* após a dedução das premiações e do Imposto de Renda sobre os prêmios – o montante de 12% possui vinculação legal a determinadas áreas sociais e econômicas. Essas destinações compulsórias impostas pela lei, “destinações sociais ou econômicas", possuem natureza jurídico-tributária.

O remanescente, que atualmente é de 88%, é destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das *bets* – agentes operadores de apostas – e ao lucro.

Nos termos do art. 3º do PL, o modelo de tributação sobre o GGR será mantido, mas a alíquota total será elevada de 12% para 24%, sendo esse adicional destinado à seguridade social – com foco em ações na área da saúde. A medida, sem dúvida, corrige uma grave distorção tributária. Além disso, o aumento visa mitigar externalidades negativas e custos sociais associados aos jogos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressaltamos a importante previsão de que, nos exercícios de 2026 a 2028, o valor do incremento de 12% será destinado, parcial ou integralmente, aos demais entes federativos para assunção de despesas com seguridade social. A medida é relevante para o equilíbrio federativo, uma vez que contribui para a compensação das perdas de arrecadação do Imposto de Renda da Receita Federal incidentes sobre rendimentos pagos por estados, Distrito Federal e municípios, cujo valor será afetado pela justa isenção do Imposto de Renda conferida pelo PL nº 1.087, de 2025, às pessoas de baixa renda.

O projeto também enfrenta o problema do superendividamento das famílias de baixa renda, instituindo o Pert-Baixa Renda para pessoas físicas com renda mensal de até R$7,35 mil. O programa utiliza a estrutura de benefícios de programas anteriores, mas inova ao escalonar os descontos, garantindo benefícios integrais a quem possui renda até R$5 mil, em demonstração de justiça social e responsabilidade orçamentária.

Frisamos que a obrigação de pagar tributos possui um peso significativo para o orçamento das famílias de baixa renda, uma vez que parcela considerável de seus ganhos está comprometida com consumo básico: moradia, alimentação, transporte, saúde.

Quanto ao endividamento no crédito privado, as famílias de baixa renda tendem a se endividar em modalidades de crédito mais caras e com maiores taxas de juros. A taxa Selic em níveis altos limita o acesso ao crédito e dificulta a recuperação financeira das famílias mais vulneráveis. Isso significa que a parcela do orçamento das famílias que poderia ser destinada à quitação dos tributos acaba sendo comprometida pelo pagamento das dívidas bancárias.

Além disso, essas pessoas não têm acesso a planejamento financeiro ou assessoria para entender isenções ou regimes simplificados, o que pode levar a atrasos, multas ou encargos maiores. Assim, a proposição, ao possibilitar a regularização das dívidas dos contribuintes de baixa renda, caminha na direção da recuperação financeira de milhões de brasileiros, o que torna sua aprovação imperativa para justiça tributária e coesão social.

O art. 15 do PL relaciona-se às discussões no âmbito do PL nº 1.087, de 2025, na parte em que institui a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas. Isso porque os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior ficarão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujeitos à incidência do Imposto de Renda à alíquota de 10%, para acompanhar a tributação mínima nacional.

Caso se verifique que a soma dessa alíquota de 10% com a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos ultrapassa a soma das alíquotas nominais do IRPJ e da CSLL, será concedido, por opção do beneficiário residente ou domiciliado no exterior, crédito calculado sobre o montante de lucros e dividendos.

O valor do crédito corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos pagos pela diferença entre: (i) a alíquota efetiva de tributação dos lucros da pessoa jurídica, acrescida de dez pontos percentuais; e (ii) o percentual das alíquotas nominais aplicáveis (34%, 40% ou 45%).

Contudo, o PL nº 1.087, de 2025, limita o prazo do pedido do crédito a 360 dias, o que contraria o prazo aplicável atualmente. A proposta corrige essa impropriedade ao dispor que o pleito pode ser realizado em cinco anos, conforme dispõe o art. 168 do CTN.

Está claro que as medidas contidas no PL encontram amparo nos princípios da capacidade contributiva, da justiça tributária e da solidariedade no custeio da Seguridade Social, aperfeiçoando a legislação, e criam uma política de regularização fiscal voltada ao cidadão de baixa renda.

A aprovação do projeto coopera para o equilíbrio fiscal brasileiro, fazendo com que setores altamente lucrativos, que atualmente contribuem aquém de seu potencial, passem a recolher tributos de forma mais progressiva, atendendo ao disposto no §4º do art. 145 da Constituição Federal, incluído pela reforma tributária por meio de emenda do autor do PL ora em apreço, Senador Renan Calheiros (nº 664-CCJ). O dispositivo determina que as alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do PL nº 5.473, de 2025, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos muito ao Senador Fernando Farias.

Conforme combinamos inicialmente, esse projeto não será apreciado hoje, porque há um pedido de vista sobre a mesa, mas poderemos adiantar aspectos da própria discussão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

Eu tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Angelo Coronel.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Presidente Renan, eu vou me ater aqui à questão desse aumento de impostos nas *bets*.

Eu fui Relator dessa matéria aqui no Senado. Foi aprovada. Naquela oportunidade, o projeto original do Governo veio com alíquota de 18% para o GGR. Com muitas negociações, foi aprovado com 12% e com 15% para o Imposto de Renda do jogador.

Hoje, no mercado – eu tenho conversado, porque eu fiz relação com esse pessoal dos jogos, das grandes empresas que militam fora do Brasil e também das nacionais –, estão com uma situação delicada. Para os senhores e as senhoras ficarem sabendo, tem pesquisa feita pelo Locomotiva, pela LCA, publicada até na *Folha de S.Paulo*, em que 51% das *bets* que estão no Brasil são ilegais. E não é plausível, para não dizer que não é honesto, querer aumentar a carga tributária de quem está legalizado e esquecer de combater a clandestinidade. Isso aí é um absurdo a que o Senado tem que levantar a sua voz. Eu sei que o Governo quer arrecadar, é natural, mas, se as clandestinas fossem fechadas, o Governo arrecadaria, Senador Renan Calheiros, mais R$11 bilhões ao ano.

Para vocês terem uma ideia, as *bets* legalizadas, que são 81 e que pagaram R$30 milhões de outorga, estão pagando GGR de 12% mais PIS, Cofins, ISS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto de Renda, adicional de Imposto de Renda, chegando aí a um patamar de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 50% de impostos. Muita gente pensa que as *bets* só pagam os 12% de GGR, mas é um ledo engano: as *bets* são tratadas igual a uma empresa tradicional, gerando os seus impostos, como qualquer empresa paga hoje, no mercado.

O receio que nós temos, Presidente Renan, é que, quanto a essas *bets*, se essa carga tributária aumentar, como está sendo proposto, vai ter uma fuga delas, como aconteceu na Alemanha, como aconteceu em Portugal. Como é que eles vão aumentar, ter uma carga tributária aumentada, se o Governo não está fazendo nada para poder fechar as portas da clandestinidade? Esse aí é um problema sério que nós temos que responder à altura aqui no Senado, para evitar que essa arrecadação, que já foi de quase R$7 bilhões neste ano, até setembro, podendo chegar a R$15 bilhões até o final do mês de dezembro, simplesmente saia desse mercado legal e volte ao mercado ilegal, como muitos eram antigamente.

Então, eu gostaria muito de contar com o apoio de V. Exa. e do Relator para que tivessem essa sensibilidade, já que eu fui o Relator dessa matéria no seu embrião, para que a gente faça justiça a quem está legalizado. E que se faça uma força-tarefa, utilizando o Banco Central, utilizando a Secretaria de Prêmios e Apostas, para poder combater essa disseminação de *bets* ilegais; já passa de 10 mil *bets* ilegais no Brasil, enquanto tem 81 legalizadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke; em seguida, ao Senador Izalci Lucas; em seguida, ao Senador Rogério Carvalho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia; bom dia a todos os colegas; bom dia, Vice Laércio.

Concordo com o Senador Angelo Coronel, precisamos combater realmente as *bets* ilegais. É necessário que se faça uma força-tarefa para que possamos exigir a regulamentação que já foi feita das *bets* que já atuam com a outorga. Outorga, diga-se de passagem, barata: 30 milhões para ter três plataformas com inúmeros jogos e auferirem o lucro que auferem com poucos empregos é realmente aviltante. Precisamos pensar no aumento dessa outorga, na cobrança da regulamentação, principalmente no que diz respeito à questão do *layout* dessas *bets*, *layout* que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrai crianças, que atrai jovens... *Layout* de bichinho, de patinho, de não sei o quê... Isso é um absurdo!

A regulamentação proposta não está sendo cumprida por aquelas *bets* que já estão autorizadas a trabalhar. Precisamos ter uma conversa mais íntima com a Secretaria de Prêmios e Apostas, de Regis Dudena, e também com o Ministro Fernando Haddad.

Acima de tudo, 12% é uma excrescência também. Os fumígeros, os cigarros pagam cerca de 265% de tributos no nosso país, todos eles somados, e geram emprego, nós exportamos, é permitido no Brasil. Nós estamos também tributando o álcool no montante de 64% a 68%, dependendo do teor alcoólico, o que também gera muito mais renda, muito mais riqueza, em tese, apesar do seu dano. Agora, as *bets*, num total de 50%, juntando todos os tributos, acharem que é muito e que há uma concorrência desleal? Concorrência desleal há com os cigarros. O contrabando de cigarro que passa pelo meu estado, o Mato Grosso do Sul, é algo surreal. Nós temos contrabando de diversos produtos.

Agora, uma ameaça das *bets*? Pelo amor de Deus! Eles têm que se enquadrar. Temos também de cobrar do Governo Federal que fiscalize e que haja, sim, uma concorrência leal – neste ponto, eu concordo. Agora, 18%, e eles estão reclamando? Façam-me o favor, né? Está na hora de a gente colocar os pingos nos "i" neste país.

Deixamos de arrecadar R$15 bilhões durante quatro anos, porque o Governo passado era obrigado a regulamentar, e passou despercebido. Não sei se por acaso ou não – não posso afirmar –, mas que isso foi uma desídia é incontestável. Deixar trabalhar, auferindo lucro à vontade, e agora ameaçando sair do país? Bom, ou nós lidamos com essa questão com mãos firmes, como é o caso também dos dispositivos eletrônicos de fumar e vapear, porque, em tese, é para se ter ali dentro nicotina apenas, e estamos deixando de arrecadar R$7 bilhões por ano...

Então, as *bets* que nos perdoem, mas estão vivendo numa benesse ímpar neste país. Aqui é o paraíso das *bets*, mesmo com todos esses entraves.

Presidente, é com que eu tinha para colaborar.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria que V. Exa. (*Fora do microfone*.) estendesse essa discussão para amanhã, já que vai ser votado amanhã, porque é um tema muito polêmico. Tem prazo ainda para apresentar algumas emendas. Se V. Exa. nos atendesse...

E, aproveitando o que a nossa querida pantaneira Senadora falou, eu acho que ela precisa fazer as contas direitinho, porque não são somente 18% que as *bets* pagam, é só verificar que as *bets* pagam hoje 12% de GGR, como eu disse, pagam PIS-Cofins, contribuição social de 9%, Imposto de Renda de 15%, adicional de mais 10%. Vai dar uma carga tributária de mais de 60%, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu acabei de mencionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci Lucas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Perdão.

Eu acabei de mencionar, falei: por mais que, unidos a outros tributos, paguem 50%, que foi o que V. Exa. disse – agora o senhor aumentou para 60% –, são 50%. Ainda é pouco: GGR 12% é uma excrescência, 18% é pouco; 50%, unindo toda a tributação, é pouco. Então, eu considerei, sim, o que V. Exa. disse, eu sei fazer conta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também quero reforçar essa matéria, porque participei da CPI das Bets e fiz, inclusive, um relatório independente, que infelizmente não foi aprovado, nem o meu, nem o relatório oficial.

Bem, a questão das *bets* foi um caos para o país. Nós estamos pagando um preço altíssimo aí, muita gente com ludopatia, o sistema de saúde comprometido, a renda... pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Bolsa Família jogando, 3 milhões de pessoas jogando em *bets*. O que o Governo não faz é fiscalizar, porque na prática as *fintechs*, que a gente já detectou, lá atrás, que eram mecanismos de remessa de recursos para o exterior... E foram remetidos bilhões para o exterior através de *fintechs*, que não têm controle do Banco Central. Nós alertamos sobre isso durante várias audiências, para que o Ministério da Fazenda e o Banco Central tomassem algumas providências com relação a isso, e o Governo é muito moroso, realmente não cuida disso.

De fato, tem razão o Senador Angelo Coronel quando diz que mais da metade são clandestinos. Agora, eu acho que uma das soluções para isso seria a autorregulamentação das próprias *bets*, porque o Governo já demonstrou que não tem capacidade para realmente desestimular ou tirar do ar as *bets* ilegais.

Mas isso aqui é um Imposto Seletivo. Na prática toda empresa paga imposto, normal, e aqui, na prática, como causa problemas sérios de saúde e outros problemas, está-se cobrando um adicional, que é o que a Senadora Soraya disse aqui e que eu acho, inclusive, que é muito pouco. Eu acho que teria que ser mais ainda para desestimular realmente esse jogo, que trouxe um caos aí para o país, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Rogerio Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogerio Marinho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estava pensando, hoje pela manhã, com a nossa equipe, numa reunião que a gente faz de avaliação, Presidente Renan, e constatei um fato que será inexorável: o país tomou a decisão de legalizar *bets* – inclusive, o meu voto foi contrário, mas a maioria decide, é uma democracia –, mas o país está tomando uma decisão agora de se vincular de forma definitiva; porque, quanto maior é a carga tributária, menor é a possibilidade de que essa vaca, ordenhada desta forma, seja deixada de lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos votar brevemente, hoje ou amanhã – provavelmente amanhã, porque foi pedida vista –, essa questão das *bets*, do aumento da carga de impostos, mas vamos estar, de forma definitiva, sacramentando no nosso país uma instituição que, ao meu ver – e aliás, os estudos que foram publicados a respeito mostram isso claramente –, vem vitimando a família brasileira de uma forma muito cruel, muito atroz. O nível de endividamento, de compulsão pelo jogo – chamam de ludopatia, parece-me que é o nome correto – tem subido, assim, de uma forma geométrica. E, paradoxalmente, quanto mais fragilizada é a família, do ponto de vista social e de informação – inclusive aqueles que detêm programas sociais do governo, estão no CadÚnico, são beneficiários de Bolsa Família –, paradoxalmente, Senadores, esse tem sido o público mais afetado por essa ação.

Eu, por princípio e convicção, acredito que o Governo precisa fazer o seu dever de casa, mas falar para este Governo é pregar no deserto, né? E fazer o dever de casa, traduza-se, é fazer o ajuste dentro das suas próprias contas, para que caiba no orçamento. Qualquer família brasileira trabalha desta maneira, ou deve trabalhar desta maneira: gastar o que tem.

Este Governo se endivida com uma velocidade que já foi constatado que é recorde na história do Brasil. Nós vamos fechar este ano com um crescimento de quase 4,5% de endividamento em relação ao PIB. Se nós pensarmos numa conta simples, de padaria, que o nosso PIB passa de R$11 trilhões, estamos falando de mais de R$500 bilhões acrescidos à conta da nossa dívida, que será compartilhada com o conjunto dos brasileiros no futuro.

Então nós estamos convivendo com um Robin Hood às avessas: um governo que dá com a mão e retira com as duas. Porque, na hora em que se fragiliza a economia, mantendo-se taxas de juros na estratosfera, pois o Governo não tem a capacidade de fazer a necessária junção, ou ação, na sua política fiscal, nós estamos legando para o futuro, e um futuro muito próximo, uma situação de caos econômico. E qualquer que seja o governo que vai ser implantado a partir de 1º de janeiro de 2027 – eu vou lutar muito para não ser o Governo do PT – vai ter que fazer um ajuste fiscal muito doloroso no país; muito doloroso no país.

Nós estamos pagando o preço de um populismo exacerbado, em que claramente não há um projeto de país. Há um projeto de um partido político que quer permanecer no governo a qualquer custo, inclusive, ao custo de quebrar e de dilapidar as finanças públicas brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, foi pedida vista. Do projeto subsequente, não vou poder ficar aqui, mas pediria ao Izalci e aos Senadores aqui presentes que também peçam vista para que a gente possa votar amanhã.

Eu vou ter o cuidado, Presidente, para que essas vistas não sejam protocolares. Eu vou me debruçar sobre o relatório para tentar fazer aqui com os senhores um debate de conteúdo, de argumento, e ver se é possível ainda melhorar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tenha certeza absoluta disso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não tenho dúvida.

E quero agradecer a V. Exa., inclusive, a gentileza de permitir que eu fale desta bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma honra nossa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – A gente observa aqui os nossos pares, e estão atentamente me observando – obrigado pela atenção.

Amanhã será um dia de debate, e eu acho que é um debate importante para a sociedade brasileira. Não apenas porque claramente há uma maioria aqui para o projeto, Rogério – meu xará, Senador Rogério –, mas principalmente porque é importante sabermos que tipo de implicação isso terá num futuro muito próximo para o país.

Então, agradeço a gentileza de V. Exa.

E amanhã faremos o debate, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jorge Seif e, em seguida, inscrito, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só queria reiterar as palavras do Senador Rogerio Marinho, reiterar o pedido de vista, pedir a V. Exa. que, se possível, deixe a discussão aberta, porque é um tema muito caro a todos nós, e também fazer com que todos os colegas Senadores fizessem uma reflexão.

Nós estamos preocupados realmente em taxar *bets,* e é importante, especialmente as que estão trabalhando de forma ilegal, mas, mais do que a consequência, a causa realmente é a destruição das famílias brasileiras. Todos nós temos acesso à imprensa, mídia, jornais, e realmente está ocorrendo uma devastação na economia dos mais pobres. E nós não podemos pensar em arrecadação quando essa arrecadação é fruto de destruição de família, é fruto de filho matando o pai para pegar herança para pagar dívida, é fruto de agiotagem, é fruto de queima de patrimônio de gente que vendeu casa, que estava com um dinheirinho na poupança e pegou esse dinheiro para pagar dívida. Então, nós precisamos ter uma reflexão profunda do quanto essas *bets* têm feito mal à sociedade brasileira.

Não adianta ficar pensando o Governo em taxar, em botar 90%, 100% de imposto, quando esse imposto é à custa da desgraça, da falência, da destruição do sangue de brasileiros. Será que ninguém aqui está acessando o jornal? Será que ninguém aqui está lendo as notícias? Será que ninguém aqui está acompanhando os relatórios do Banco Central do Brasil e o que está acontecendo, inclusive, com o beneficiário do Bolsa Família? Será que ninguém aqui nesta sala tem a reflexão de que isso está causando a destruição da economia familiar dois mais pobres; que, nessa enganação de jogo, estão entrando pensando que vão ficar milionários do dia para a noite, estão caindo nessa enganação, com diagramas bonitos – é tigrinho, baleiazinha, pinguinzinho –, arrebentando com a vida das famílias? Será que nós precisamos ficar preocupados com taxação enquanto o resultado disso é à custa do sangue do brasileiro?

Então eu quero fazer uma reflexão com todos os colegas aqui: vocês estão preocupados em taxar ou em salvar o Brasil? Será que já não tem estatística suficiente esfregada em nós, dia a dia, com relatórios? Não estou falando do que é a opinião do Senador Jorge Seif, não. Acesse o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central do Brasil, acesse o que o Galípolo já falou sobre isso, acesse o que Roberto Campos Neto falou sobre isso, mostrando que, infelizmente, é a destruição da família brasileira. E nós, preocupados em taxarmos, em vez de estarmos preocupados com a economia saudável da família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho. Continua a discussão.

Eu queria só comunicar que não haverá risco, amanhã, de que tenhamos o debate sobre a matéria, porque nós asseguraremos a palavra, na forma do Regimento, a todos os Senadores e, se for necessário, mais de uma vez. Não haverá...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – E o prazo de emendas?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O prazo de emenda também será assegurado.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar V. Exa., autor do projeto, cumprimentar o Relator *ad hoc*, o Senador Fernando Farias, e o Relator Eduardo Braga.

Eu acho primeiro que a causa é muito nobre, ou seja, esse projeto tem como finalidade garantir um Refis de pagamento de Imposto de Renda para as pessoas físicas, o que estava no bojo do projeto que V. Exa. também apresentou e que foi discutido, e eu tive a honra de presidir essa sessão.

E as fontes são pertinentes: o aumento da tributação das *bets* e a questão das *fintechs*. A gente está vendo aí o papel que uma e outra acabam cumprindo na sociedade, portanto eu acho extremamente viável este debate e, mais, pertinente. A sociedade brasileira espera desta Casa uma posição firme em relação ao combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e ao desmantelo das famílias que neste momento a gente tem percebido, principalmente por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que ficou à margem da legislação em termos de tributação e por aquelas operações que ainda estão fora; mas mesmo às que estão dentro, é preciso que a gente tenha um olhar mais atento, e é preciso cobrar mais imposto, no mínimo cobrar mais imposto, das *bets* no Brasil.

Portanto, eu queria cumprimentar mais uma vez V. Exa. e cumprimentar o Relator, que tem feito aqui um papel muito importante neste debate.

E, por fim, Presidente, eu quero chamar a atenção para que desta forma a gente, ao apresentar uma proposta de negociação de dívida, de refinanciamento de dívidas tributárias, tem uma fonte para isso, ou seja, o senhor está apresentando e dando o exemplo aqui de como deve ser feito – quando se propõe diminuir a arrecadação, se compensa essa arrecadação – e indo para o caminho certo, tirando de quem pode pagar mais.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Tinha uma propaganda de televisão que dizia assim: "Quando a gente não quer, qualquer desculpa serve". Eu vi aqui uma discussão que foge do foco do projeto em debate. Basta a gente ler a ementa, Senador Renan, do seu projeto. Parece que é um projeto de mera arrecadação. E se assim o fosse, não tinha demérito, porque as *bets* no Brasil pagam a menor taxa do mundo, uma das menores taxações do mundo.

Aí se diz que elas estão acabando com a família. Interessante é que quem defende um certo modelo de família deveria estar preocupado com isso também. Diz-se que elas endividam as pessoas do Bolsa Família, mas não observam que o projeto de V. Exa. também institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda, o chamado Pert-Baixa Renda. Então, acho que é um programa que amplia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vem a segunda parte, que eu acho que é essa que incomoda bastante. Arrecadar para quê? O Brasil tem uma das piores desigualdades tributárias também do mundo. No segundo projeto, a gente pode até dar alguns exemplos do que ocorre com os super-ricos, com a classe média e com os mais pobres; com os trabalhadores que são descontados na fonte, no contracheque, e com aqueles que nem imposto pagam e que nem pagam sobre lucros nem dividendos.

Então, acho que a discussão, como foi dito pelo Líder da Oposição, precisa ser sobre conteúdo, sim, mas um conteúdo ligado ao simbolismo, que, para nós, vai significar taxar ou ampliar a taxação dessas *bets*. O Senado precisa dar esse retorno, sim.

E aí não é, como se induz, um problema deste ou daquele governo. Há governos com intencionalidade diferente sobre taxação, sim. Há governos que empoderam o crescimento da renda dos mais pobres, sim. Há governos que preservam os mais ricos, sim. Isso é projeto; isso é posição política. Não adianta a gente esconder, mas a gente precisa deliberar sobre dados. E os dados que estão se revelando para nós são de que o Senado precisa tomar uma posição firme em relação a essas *bets*. "Ah, tem *bets* que não são regulamentadas." Que sejam regulamentadas! O que não pode é continuar o cenário que a gente está vivendo hoje.

Por isso, eu espero que este debate de hoje, conjugado com a votação de amanhã, possa nos dar essa condição, Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... de a gente aprovar aquilo que já foi debatido na própria CPI e também em reuniões passadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria comunicar que está aberto o prazo para apresentação de emendas de Comissão à lei de orçamento anual – PLN 15, de 2025. O prazo é de 03/11/2025 a 10/11/2025, até o meio-dia, impreterivelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas apresentadas perante esta Comissão serão deliberadas na reunião do dia 11 de novembro de 2025. O Relator das emendas na CAE será o Senador Eduardo Braga.

Eu queria comunicar também a esta Comissão que a Câmara aprovou, na semana passada, o texto principal do projeto que institui o Rearp (Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial). Foi incluído no texto parte do pacote de revisão de gastos que seria enviado pela Fazenda para compensar a derrubada da MP alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras. O placar foi de 286 votos a favor, 146 contra e 1 abstenção.

O objetivo do Governo é cobrir parte do rombo orçamentário deixado pela caducidade da Medida Provisória 1.303, de 2025. A estimativa inicial era de receita extra de R$10 bilhões neste ano e R$20 bilhões em 2026. Além da receita extra, o Governo esperava um corte de despesas de R$14,97 bilhões no total com a medida provisória. Seriam R$4,28 bilhões em 2025 e R$10,69 bilhões no próximo ano.

Segundo o Ministro da Fazenda, aqui mesmo nesta Comissão, os textos sobre revisão de despesas e cadastros sociais representam 60% do esforço necessário para concluir o Orçamento de 2026.

Eu sempre defendi e continuo a defender que se retome, por qualquer iniciativa legislativa, por qualquer proposta legislativa, a taxação que deixou de ser apreciada na Medida Provisória 1.303. Até considero, Senador Izalci, mais eficaz e mais ágil que isso seja retomado em alguma medida provisória, desde que tenha pertinência temática, que é um pré-requisito fundamental para que nós possamos fazer a alteração.

Em função da magnitude do projeto da Senadora Dra. Eudócia, do PL, de Alagoas, que estabelece a obrigatoriedade da presença de médico pediatra nas unidades básicas de saúde (UBS), eu tenho a honra e a satisfação de designar a nossa querida Senadora Damares Alves para relatar essa importantíssima matéria.

Eu queria só comunicar que, na última semana, após um debate intenso nesta Comissão, nós decidimos convocar autoridades do Banco Central, especificamente o Presidente do Banco Central e o representante do Coaf, para virem a esta Comissão explicar as excrescências das chamadas "contas-ônibus", usadas pelo crime organizado para lavar dinheiro. Elas são contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancárias únicas, abertas por *fintechs* em bancos, para centralizar e movimentar o dinheiro de um grupo de clientes. O mecanismo, como todos sabem, dificulta a identificação de origem e rastreio dos recursos.

O Banco Central, após denúncia, parece que despertou da sua sonolência lisérgica e baixou normas que entram em vigor em dezembro para fechar esta janela do crime. Para o banco em que a "conta-ônibus" foi aberta, o titular da conta é apenas a *fintech* que a abriu. Esse tipo de conta foi utilizado pelo PCC para lavar dinheiro do crime organizado. Os criminosos se aproveitam da brecha que não prevê a comunicação às autoridades de controle dos nomes dos clientes e dos valores que são movimentados.

É óbvio que a norma feita às pressas pelo Banco Central, depois da óbvia pressão desta Comissão de Assuntos Econômicos, não dispensa a vinda deles aqui no Senado, para tratar das "contas-ônibus", mas também do anômalo e malcheiroso acordo de leniência entre o Banco Central e seu ex-Presidente Roberto Campos Neto, em operações irregulares de câmbio do Santander que superaram 2,3 bilhões e resultaram numa ação entre amigos de R$30 mil pagos – a leniência paga – na pessoa física do ex-Presidente do Banco Central. Nós queremos conhecer detalhes dessa farra, já que a lei prevê punições muito mais severas, até mesmo a multa tem um limite de R$2 bilhões. No entanto, a leniência foi feita em que o ex-Presidente do Banco Central paga por sua pessoa física, e não pela pessoa jurídica que ele representava na oportunidade dessas irregularidades.

Então, eu peço, por favor, à Secretaria desta Comissão que combine, o mais rapidamente possível, com o Presidente do Banco Central para que ele venha a esta Comissão prestar contas sobre essa leniência, que não teve a divulgação que todos nós esperávamos com relação à própria transparência. (*Pausa.*)

Senadora Eudócia, com a palavra V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, meu amigo Senador Laércio, caros colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, todos os que nos escutam neste momento. Senador Renan, quero lhe agradecer pela atenção de dar celeridade a esse projeto de lei tão importante que é a presença do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pediatra nas unidades básicas de saúde e mais ainda lhe agradecer por ter colocado, ter nomeado a minha amiga, a nossa querida Damares Alves como Relatora.

Só faço uma consideração da importância desse projeto, Sr. Presidente, porque, atualmente, nós não temos pediatras nas UBS, só temos clínicos gerais. E, às vezes, muitas crianças vão muito às UPAs, porque o diagnóstico não é feito em tempo recorde, em tempo oportuno. Isso é fácil de entender, porque o pediatra é capacitado para atender especificamente às crianças e adolescentes. Então, eu só quero reforçar aqui a importância da presença do pediatra nas unidades básicas de saúde. Inclusive, a Sociedade Brasileira de Pediatria está acompanhando, passo a passo, o andamento desse projeto aqui no Senado.

Eu quero agradecer mais uma vez a V. Exa., e espero, Presidente, que essa celeridade realmente aconteça, porque, daqui da CAE, ele vai para a CAS.

E a gente realmente quer que essa celeridade seja a favor desse projeto tão importante, que é sobre a presença do pediatra. E as famílias vão nos agradecer, porque os pais têm a dificuldade de ter acesso ao pediatra. E, tendo o pediatra na unidade básica de saúde, fica fácil esse atendimento em tempo real. É só procurar qualquer unidade básica de saúde que terá ali o pediatra presente para poder atender suas crianças e seus adolescentes.

Muito grata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Eudócia, conte com o meu apoio, com o meu trabalho, com a minha dedicação, com o meu entusiasmo para que essa matéria rapidamente seja deliberada aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos para ir à CAS, onde também todos nós, Senadora Damares, que será a Relatora, trabalharemos, porque ela terá um caráter terminativo na CAS. Então, é fundamental que nós possamos aprová-la rapidamente.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer um apelo a V. Exa., porque eu tenho um compromisso no Plenário da Câmara agora. Eu queria fazer um apelo a V. Exa., que é o Relator do próximo item do Imposto de Renda, até mais como contador do que como Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa questão da distribuição de lucros, está lá até 31 de dezembro. Então, isso está até muito claro. Agora, a Lei 6.404, da sociedade anônima e das empresas também do lucro presumido, lucro real... Elas têm a sua assembleia até abril. Abril é quando se define qual o valor da distribuição dos dividendos. Pode ser que ele resolva distribuir parte dos dividendos. Então, a Emenda nº 30, que eu apresentei, cuida disso para fazer essa correção técnica do projeto. Se V. Exa. puder dar uma atenção especial para essa emenda, já que vai ter uma vista para amanhã... Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, terá uma vista, e nós deliberaremos essa matéria amanhã.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, essa aqui é uma questão técnica. Só peço atenção, porque é muito técnico isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Terei a devida atenção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O outro item também é muito técnico, que é a Emenda 88. Veja bem. As empresas pagam... Tem patrocínio da lei do esporte, lei dos deficientes, etc. Então, é só corrigindo aqui para que seja o dividendo sobre o valor efetivamente pago, porque, se não, vai desestimular realmente qualquer patrocínio para a Lei Rouanet, para a lei do esporte e tal. Da forma como está aqui, será tributado antes do patrocínio. Então, isso inviabiliza também. É a Emenda 88.

Essas duas são técnicas, se V. Exa. puder ter uma atenção... As outras também são importantes, mas... Há a questão da dispensa para o Simples. Eu acho que... A microempresas estão quebrando. Se você for a todas as cidades hoje, como aqui na W3, em Taguatinga, em qualquer lugar, só tem lá "vende-se", "aluga-se", "vende-se", "aluga-se". É exatamente porque as pequenas empresas estão fechando. Então, tem uma emenda que é a Emenda 51 também a que, se V. Exa. puder, também dê uma atenção especial.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso com toda a satisfação, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E a Emenda 52, Presidente... É porque é o seguinte. Essa defasagem de 5 mil... V. Exa. sabe, tem anos e anos de defasagem. Eu apresentei também essa emenda para que se corrigisse essa tabela anualmente, para evitar ficar três, quatro, cinco, seis anos sem reajuste.

E a última é a Emenda 53. É que a gente precisa ter previsibilidade. Então, quando você impõe uma taxa de 10% de uma vez só... Eu proponho que a gente faça gradativamente o imposto: 2%, 4%, 6%, 8%, 10%.

São emendas importantes a que eu gostaria que V. Exa. tivesse uma atenção especial. Eu vi que já não está no relatório. Então, é só por isso que eu estou reforçando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso com satisfação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu transfiro a Presidência para o nosso querido Vice-Presidente, Senador Laércio Oliveira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Item 2 da nossa pauta de hoje, Projeto de Lei 1.087, de 2025, sequenciando a reunião da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1087, DE 2025

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável ao projeto e parcialmente favorável à Emenda nº 22, na forma de quatro emendas de redação apresentadas, e contrário às demais emendas.

Observações:

1. Até a publicação da pauta, foram apresentadas 121 emendas ao projeto.

2. Foram realizadas quatro audiências públicas para instrução da matéria.

Foram apresentadas 124 emendas ao projeto e foram realizadas quatro audiências públicas para instrução da matéria.

Com muita honra, eu concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, para a leitura do seu relatório.

Por favor, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei 1.087, de 2025, do Poder Executivo, que altera as Leis 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do Imposto sobre a Renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

A proposição, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, tem por objeto promover uma reforma estrutural no Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e fundamenta-se em três pilares principais, Senador Eduardo Braga:

1) reduzir o Imposto de Renda das Pessoas Físicas devido para quem aufere até R$7.350 mensais ou R$88,2 mil anuais;

2) instituir tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas (acima de R$600 mil anuais); e

3) tributar os lucros e dividendos remetidos para o exterior com alíquota de 10%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta, Srs. Senadores, busca, assim, alterar a tributação para os contribuintes nos dois extremos da tabela do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, reduz o imposto para as faixas de menor renda e, ao mesmo tempo, estabelece um valor mínimo a pagar para as faixas mais elevadas.

Redução do IRPF.

A partir de janeiro de 2026, será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência do IRPF. Para os que auferem até R$5 mil mensais, a redução será igual ao montante do imposto apurado, a fim de que o tributo devido seja nulo. Para os rendimentos acima desse valor, a redução do imposto será linearmente decrescente até zerar para rendimentos a partir de R$7,35 mil.

A partir de janeiro de 2026 será concedida redução do imposto sobre os rendimentos tributáveis sujeitos à incidência do IRPF, de acordo com as seguintes tabelas...

Nós publicamos as tabelas que foram fartamente discutidas e foram reproduzidas neste relatório

Da tributação mínima pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

A segunda grande mudança do PL nº 1.087, de 2025, é o estabelecimento, a partir do ano-calendário de 2026 (exercício de 2027 na Declaração de Ajuste Anual), da tributação mínima pelo IRPF para os contribuintes que aufiram rendimentos acima de R$600 mil durante o ano-calendário.

Para verificar se um contribuinte atinge esse piso, o mandamento é amplo. Serão considerados, em regra, todos os rendimentos recebidos no ano-calendário, inclusive os tributados de forma exclusiva ou definitiva e os isentos ou sujeitos à alíquota zero ou reduzida.

Da base de cálculo ampla, a proposta permite deduzir os seguintes rendimentos específicos:

a) parcela isenta relativa à atividade rural;

b) os ganhos de capital, exceto decorrentes de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) os Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA) tributados exclusivamente na fonte (na forma do art. 12-A da Lei nº 7.713, de 1988), desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual;

d) os valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança, Senadora Augusta;

e) os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança;

f) a remuneração produzida pelos seguintes títulos e valores mobiliários: LCI; CRI; CDA; WA; CDCA; LCA; CRA; CPR; LIG; LCD; os relacionados a projetos de investimento e infraestrutura; os fundos de investimento que investem nesses projetos (art. 3º da Lei nº 12.431, de 2011) e o FIP-IE e o FIP-PD&I (art. 1º da Lei nº 11.478, de 2007);

g) os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelo Fiagro cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado e que possuam, no mínimo, 100 cotistas;

h) os valores recebidos a título de indenização por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes;

i) os rendimentos isentos de que tratam os incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988;

j) os rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do Imposto sobre a Renda, exceto os rendimentos de ações e demais participações societárias;

k) os lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, caso a distribuição seja aprovada até 31 de dezembro de 2025 e ocorra nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028; e

l) os repasses obrigatórios efetuados previstos em lei, incidentes sobre emolumentos, no caso da atividade exercida pelos titulares dos serviços notariais e de registro (cartórios).

O resultado da soma dos rendimentos após as deduções permitidas determinará qual a alíquota a ser aplicada, nos seguintes moldes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rendimentos: 600 mil e 1,2 milhão. A alíquota prevista.

Uma vez calculado o valor mínimo do IRPF, o projeto permite que o contribuinte abata desse montante as incidências do Imposto sobre a Renda que ele efetivamente já pagou ou que são devidas no mesmo ano, como:

- o montante do IRPF devido na DAA (Declaração de Ajuste Anual);

- o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os rendimentos incluídos na base de cálculo da tributação mínima;

- o IRPF apurado com fundamento nos arts. 1º a 13 da Lei nº 14.754, de 2023 (rendimentos no exterior de pessoa física residente no Brasil);

- o Imposto sobre a Renda pago definitivamente referente aos rendimentos computados na base de cálculo do montante mínimo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e não considerado nos itens anteriores; e

- o redutor (adiante detalhado, aplicável somente aos rendimentos oriundos da distribuição de lucros e dividendos).

A lógica, Srs. Senadores, é simples: o valor mínimo só será exigido se o imposto total já pago pelo contribuinte for inferior ao piso calculado. Se, após os abatimentos, o resultado for negativo ou zero, nada mais é devido a título de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Do resultado positivo apurado, será deduzido ainda o montante do IRPF antecipado (10% sobre os lucros e dividendos que ultrapassem R$50 mil por mês). Por fim, o valor obtido será adicionado ao saldo do IRPF a pagar ou a restituir apurado na DAA.

O PL cria um mecanismo de segurança chamado “redutor” para evitar, Srs. Senadores, uma possível dupla tributação sobre os lucros. A ideia é que a soma do imposto pago pela empresa com o imposto pago pelo sócio não ultrapasse um teto.

Se a carga tributária total sobre o lucro (na empresa mais na pessoa física) exceder a alíquota máxima teórica (34%, 40% ou 45%, conforme o caso), será concedido um “desconto” (o redutor) para trazer a cobrança de volta a esse limite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme inserção no substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, o valor das bolsas concedidas no âmbito do Prouni será considerado como imposto pago no cálculo da alíquota efetiva das pessoas jurídicas que aderiram ao programa, nos termos do regulamento.

As empresas não sujeitas ao regime de tributação pelo lucro real (lucro presumido, lucro arbitrado e Simples Nacional) poderão optar por cálculo simplificado do lucro contábil, o qual corresponderá ao valor do faturamento com a dedução das despesas arroladas no §6º do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 1995.

Dos lucros e dividendos remetidos ao exterior.

A terceira medida do projeto de lei é a tributação de lucros e dividendos remetidos ao exterior. A proposta estabelece uma alíquota de 10% de IRRF sobre esses valores. A regra, Srs. Senadores, é ampla: aplica-se tanto a beneficiários pessoas físicas quanto jurídicas e incide sobre qualquer valor, sem piso ou teto.

Não ficarão sujeitos à incidência do IRRF os lucros e dividendos remetidos a:

- governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos auferidos em seus países pelo Governo brasileiro;

- fundos soberanos, conforme definidos no art. 3º, §5º, da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e

- entidades no exterior que tenham como principal atividade a administração de benefícios previdenciários, tais como aposentadorias e pensões, conforme definidas em regulamento.

Caso se verifique que a soma da alíquota efetiva de tributação dos lucros da PJ domiciliada no Brasil distribuidora dos lucros e dividendos com a alíquota de 10% ultrapassa a soma das alíquotas nominais do IRPJ e da CSLL, será concedido ao beneficiário residente ou domiciliado no exterior crédito, na forma de regulamento.

O valor do crédito corresponderá ao resultado obtido por meio da multiplicação do montante dos lucros e dividendos remetidos pela pessoa jurídica pela diferença entre a alíquota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetiva de tributação dos lucros da PJ, acrescida de dez pontos percentuais; e 34%, 40% ou 45%, conforme o caso.

O residente ou o domiciliado no exterior poderá, na forma do regulamento, pleitear o crédito em até 360 dias, contados do encerramento de cada exercício.

Tramitação do projeto.

O projeto, como todos sabem, foi apresentado pelo Poder Executivo, aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Foi distribuído a esta Comissão, em 8 de outubro de 2025, para análise de mérito.

Para orientar da forma mais técnica e democrática possível a proposição, foram realizadas aqui, nesta Comissão, quatro audiências públicas nas quais ouvimos trabalhadores, autoridades fazendárias, especialistas, representantes de diversos segmentos econômicos e também dos entes federados.

Na primeira audiência, ocorrida em 14/10, o Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, inicialmente informou que o mérito do PL nº 1.087 é, sem dúvida, promover a justiça fiscal, isentando, parcial ou totalmente, os rendimentos de maior monta e promovendo, concomitantemente, a compensação da renúncia de receita por meio da extensão da tributação àqueles que não contribuem com a sua justa parte para o Orçamento público.

O Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, na mesma audiência pública, argumentou que 2 mil contribuintes – 200 mil contribuintes, melhor dizendo –, arcarão com a tributação mínima do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, e 25 milhões terão redução no IRPF a pagar. Também frisou que isso, sem dúvida, promoverá redução na desigualdade de renda, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento econômico brasileiro. Em relação ao ganho dos assalariados, com a reforma do Imposto de Renda, expôs o Ministro da Fazenda que o ganho médio dos 10 milhões de beneficiados com a isenção do Imposto de Renda é de R$3,5 mil ao ano.

Observou ainda que os entes subnacionais se beneficiaram, durante o período do congelamento da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, de modo que, em tese, a perda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de receita desses entes, por causa do ajuste na tributação do Imposto de Renda das menores rendas, deveria ser vista como um retorno posterior à arrecadação que teria sido observada se a correção da tabela progressiva tivesse ocorrido na época oportuna.

A despeito desse comentário, manifestou-se favoravelmente à compensação federal, dado o impacto negativo da isenção do Imposto de Renda sobre as finanças dos outros entes, em especial dos municípios.

Sobre a forma pela qual o Governo pretende reduzir o impacto da nova tributação sobre as empresas que estão no Simples Nacional, o Ministro explicou que a tributação mínima do Imposto de Renda só afetará os recebedores de lucros e dividendos que arcam na pessoa física com uma carga tributária de menos de 10%, atualmente, obrigando-os a pagar a diferença para tal percentual.

O Ministro Fernando Haddad esclareceu que a imposição da tributação mínima sobre lucros e dividendos distribuídos pelas sociedades unipessoais será um caso residual, pois, em regra, os profissionais liberais com renda de R$1,2 milhão, por ano, pagam IRPF acima de 10%.

Caso não paguem, eles passarão a estar sujeitos à tributação mínima.

O Secretário da Receita Federal complementou a resposta do Ministro, relativamente à dúvida se uma nova tributação sobre dividendos poderia afastar investidores estrangeiros, ao reduzir a competitividade do Brasil. O Sr. Robinson Barreirinhas elucidou que a nova tributação sobre dividendos não deverá afastar investidores estrangeiros. Ele explicou que o novo modelo é semelhante ao já aplicado aos juros sobre capital próprio, permitindo que o imposto pago no Brasil seja abatido no país de origem do investidor, evitando a dupla tributação.

Com a mudança, o Brasil deixará de "exportar" base de cálculo, pois o imposto que antes era pago integralmente no exterior passará a ser recolhido aqui, com o investidor pagando apenas a eventual diferença em seu país.

A segunda audiência pública, seguindo o debate anterior com o Ministro da Fazenda e sua equipe econômica, foi realizada em 16/10/2025 e buscou colher e aferir as impressões dos trabalhadores e trabalhadoras – os principais beneficiados – sobre os impactos da medida do projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os participantes da audiência reforçaram que a isenção é uma correção de uma "desigualdade histórica". O sistema tributário atual foi amplamente criticado como injusto e regressivo. Senadores e trabalhadores apontaram a contradição de um sistema no qual o trabalhador que ganha até R$5 mil por mês paga os mesmos impostos sobre o consumo que os milionários – imposto indireto –, mas é onerado com uma alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física de até 27,5% sobre o salário, enquanto "grandes fortunas, lucros e dividendos seguem intocáveis", fecham-se aspas.

A proposta de progressividade tributária é vista, pelos debatedores, trabalhadores e trabalhadoras, como uma proposta de país em que "quem tem mais paga mais e quem tem menos não seja penalizado por consumir o básico". A isenção representa, sem dúvida, um "retorno para o bolso do trabalhador". Os trabalhadores veem a medida como um estímulo imediato à economia local, resultando em maior aquisição de bens e serviços.

Para ilustrar o impacto financeiro, apresentei, nesta audiência pública, a projeção de ganho anual para o trabalhador. Como exemplo, citei que um trabalhador com renda mensal de R$5 mil terá um ganho anual de R$4.356,89; e um trabalhador com renda mensal de R$6 mil terá um ganho efetivo anual de R$2.350,79.

Os trabalhadores que participaram da audiência compartilharam a destinação desse ganho.

Para o Sr. Juliano Rodrigues Braga, bancário, a isenção terá um impacto direto de cerca de R$2,5 mil anuais para ele. O grupo de bancários beneficiados economizará R$111 milhões por ano, valor que será, sem dúvida nenhuma, devolvido ao mercado.

Para o Sr. Zacarias Assunção, que paga R$794 de imposto por mês, a isenção é considerada um "14º salário". Ele e a família já planejam usar a economia para uma viagem.

Um total de 48,8 mil trabalhadores metalúrgicos do ABC, 68% da categoria, serão beneficiados, o que proporcionará a injeção de mais de R$50 milhões por ano na economia regional.

Embora o projeto seja fundamental, os Senadores e trabalhadores presentes apontaram a necessidade de avanços adicionais. Aduzem que a tabela do IRPF acumulou uma defasagem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

154% entre 1996 e 2024. A proposta da Câmara só amortiza essa defasagem para 35%. Seria essencial que houvesse, sem dúvida, uma correção mais abrangente e a implementação de um critério para atualização anual.

Foi manifestado o receio de que qualquer alteração no texto principal fizesse a matéria retornar à Câmara, postergando a conquista. O apelo foi unânime para que o projeto fosse aprovado rapidamente para entrar em vigor em janeiro de 2026.

Nesta audiência, afirmei que haveria esforços para que o núcleo da isenção não retornasse à Câmara, fazendo com que apenas as alterações e compensações controversas voltassem para nova tramitação.

A terceira audiência pública, realizada em 21 de outubro, teve como objetivo avaliar o impacto orçamentário e financeiro da matéria, os efeitos sobre a arrecadação dos estados e municípios e o modelo de compensação federativa previsto na proposta.

Esse debate evidenciou, sem dúvida, um consenso generalizado sobre o mérito social do PL 1.087, visto como um resgate necessário após anos de defasagem da tabela do Imposto de Renda. Contudo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a discussão concentrou-se na necessidade de assegurar a compensação integral das perdas de arrecadação para os entes subnacionais, garantindo o equilíbrio federativo.

Foi reforçado que o produto da arrecadação do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos pagos a servidores e contratados é de titularidade dos municípios e estados, conforme os arts. 157 e 158 da Constituição Federal e o Tema nº 1.130 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima que a isenção, total ou parcial, do Imposto de Renda resultará em uma redução de arrecadação de aproximadamente R$5,1 bilhões por ano para os municípios. A CNM alerta que a compensação prevista pela tributação de altas rendas será insuficiente, faltando cerca de R$1 bilhão por ano.

Esse corte de receitas agrava uma situação já dramática: 54% das cidades brasileiras encontravam-se "no vermelho" em 2024 e 20% já estavam deficitárias no primeiro semestre de 2025, o que impõe a necessidade de cortes de gastos e redução de investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto a CNM quanto o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal) manifestaram preocupação de que a compensação proveniente da tributação sobre altas rendas não seja suficiente.

Por sua vez, o Secretário da Receita argumentou que o projeto representa um reequilíbrio em favor da população e que não haverá prejuízo. Ele citou que medidas anteriores de resgate da base tributária, como a tributação de *offshores* e fundos fechados e a revisão de subvenções de custeio, geraram um ganho de arrecadação de aproximadamente R$30 bilhões, dos quais R$15 bilhões foram para estados e municípios via Fundo de Participação dos Municípios, Fundo de Participação dos Estados, e que o Fundo de Participação dos Municípios terá, neste ano de 2025, um aumento de 11%.

A Receita Federal entende que o parágrafo único do art. 4º do PL, da proposta do Presidente da República, prevê a compensação trimestral para estados e municípios que tiverem perdas comprovadas no Imposto de Renda e no FPM/FPE advindas da isenção não reparadas pelo ganho com os fundos de participação decorrente da tributação sobre as altas rendas e os dividendos ao exterior.

A CNM apoia (e o Comsefaz nela pede inclusão dos estados) a Emenda nº 8, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que propõe que a União compense as perdas do Imposto de Renda por seis anos, corrigidas pelo IPCA, garantindo um mecanismo institucional de recomposição, não vinculado a um possível superávit.

O representante do Comsefaz, Sr. André Horta Melo, alertou que as alterações feitas na Câmara desidrataram as fontes de compensação, tornando o espaço fiscal mais apertado. A recomendação é recompor essas fontes para garantir a segurança da compensação e o financiamento do projeto.

Durante a audiência, afirmamos que, embora o Senado não cogite a volta do projeto à Câmara dos Deputados, devido à sua tramitação atípica lá e o uso como instrumentos de pressão, de chantagem, esta Casa, sem dúvida nenhuma, não renunciará à prerrogativa de aprimorar o texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quarta e última audiência, realizada num espaço de tempo de duas semanas, no dia 23/10, contou com a participação do Sr. Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; do Sr. Gilberto Alvarenga, Consultor Tributário da CNC; da Sra. Débora Freire, Subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda; do Sr. Manoel Pires, Coordenador do Observatório de Política Fiscal da Fundação Getulio Vargas; e do Sr. Sérgio Gobetti, Economista do Ipea. O foco central da reunião foi discutir os efeitos da proposta sobre a atividade econômica, a desigualdade de renda, a estrutura de isenções e os incentivos fiscais. Os especialistas convergiram sobre o mérito da proposta, especialmente quanto ao combate à regressividade do sistema tributário brasileiro. De acordo com os participantes, a característica mais grave do Imposto de Renda é sua regressividade no topo da distribuição.

Dados da Receita Federal demonstram que, em média, a alíquota efetiva do Imposto de Renda atinge seu pico em torno de 12% no centésimo 94, renda média de 23 mil mensais, e em seguida cai abruptamente para os 0,01% mais ricos do país, com uma renda média de 23 milhões mensais, que pagam uma alíquota efetiva de apenas 5,67%, similar àquela paga por quem ganha cerca de R$7 mil por mês.

A instituição do imposto mínimo nesta audiência pública é vista como essencial para mitigar essa distorção e aumentar a progressividade do sistema. A proposta afeta uma parcela muito pequena da população, cerca de 0,2% da população brasileira, a qual, no entanto, apropria cerca de 15% da renda nacional. Espera-se que a desoneração das rendas médias e baixa gere um estímulo positivo ao consumo, uma vez que esses contribuintes apresentam maior propensão a consumir.

Os representantes do Observatório da Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas e do Ipea estimam um impacto de aproximadamente R$28 bilhões na atividade econômica, o que equivale a 0,2% do Produto Interno Bruto.

Em termos de desigualdade, a Sra. Débora Freire demonstrou que a medida combinação do desconto para as rendas mais baixas com o imposto mínimo para altas rendas tem o potencial de melhorar a distribuição de renda no Brasil e reduzir o Índice de Gini.

Durante a audiência, suscitei uma preocupação central: a falta de transparência e de dados técnicos da Fazenda para instruir a matéria na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Consultoria do Senado estimou que as alterações feitas na Câmara aumentaram a renúncia fiscal significativamente.

Questionei a Fazenda sobre a neutralidade fiscal do projeto, após as modificações, e se houve apoio do ministério para as mudanças na Câmara, citando, por exemplo, a isenção da atividade rural que afetou, sem dúvida nenhuma, a compensação.

A Subsecretária Débora Freire comprometeu-se a levar as ponderações ao Secretário, mas ressaltou que as estimativas da Receita Federal são conservadoras, o que confere margem para considerar a medida como fiscalmente neutra.

O economista Sérgio Gobetti criticou o modelo tributário atual por ser distorcido e ultrapassado. Ele destacou que o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tributam dividendos e que a alíquota efetiva média paga pelas empresas brasileiras é muito baixa, cerca de 14%, devido aos regimes especiais, Simples, Lucro Presumido, e brechas na própria legislação que erodem a base tributável.

O Sr. Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, embora apoie a correção da tabela, argumentou que o texto necessita de aperfeiçoamento. Segundo ele, não se pode equiparar sócios de sociedades uniprofissionais – advogados, médicos – a acionistas de grandes empresas. Ademais, enfatizou o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a tributação de dividendos desconsidera a dinâmica volátil da atividade, especialmente os honorários de êxito, que podem concentrar o pagamento de vários anos de trabalho em um único exercício.

Por sua vez, o Sr. Gilberto Alvarenga reiterou o apoio à isenção na base para estimular o consumo, mas apresentou críticas jurídicas e estruturais. A CNC critica o congelamento dos limites monetários, sugerindo a atualização anual pelo IPCA, como previsto na Legislação Complementar 214, de 2025, exatamente na reforma do consumo, que teve o nosso querido Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, como seu Relator no Senado Federal.

A regra de transição aprovada na Câmara, que exige que os lucros apurados em 2025 sejam aprovados para distribuição até 31 de dezembro de 2025 para serem isentos, cria requisitos inexistentes na legislação vigente e contraria as normas societárias das sociedades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anônimas. Defendeu que as empresas do Simples Nacional deveriam ser ressalvadas, dada a previsão de isenção em lei complementar.

Em conclusão, a audiência pública confirmou o amplo consenso sobre a necessidade e a justiça social da ampliação da faixa de isenção. No entanto, destacou a urgência em resolver as questões de ordem fiscal, a compensação e a própria neutralidade.

Emendas apresentadas. Até o presente momento, foram apresentadas 128 emendas nesta Comissão, conforme o quadro em anexo.

Nós vamos discutir a matéria hoje, pelo tempo que for possível. Amanhã nós concluiremos a discussão e faremos a apreciação do projeto, uma vez que, há pouco, solicitou presencialmente ao Presidente da Comissão, Laércio Oliveira, vista o Senador Rogerio Marinho, que será uma vista coletiva, contando, inclusive, com o meu apoio, com o apoio do Senador Fernando Farias, Senador Fernando Dueire, Senador Eduardo Braga, Senadora Augusta, Senador Esperidião Amin, Senadora Teresa e outros ilustres Senadores.

Vistas as modificações que se pretende efetivar com a aprovação do PL, passa-se efetivamente à análise das suas implicações.

A proposição em tela é de alta relevância e complexidade, o que demandou uma análise criteriosa de sua admissibilidade e do seu mérito. Quando designados pelo Senador Davi Alcolumbre para relatar essa matéria, nós assumimos um compromisso com ele e com o país de que, em até 30 dias, nós apreciaríamos essa matéria aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário do Senado Federal. Só para lembrar a alguns, eu fui designado exatamente no dia 8, portanto, nós estamos apresentando o relatório em um tempo bem menor do que aquele tempo previsto no prazo que foi dado no momento da nossa designação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... menor do que o da Câmara, onde ela passou sete meses.

A matéria insere-se na competência da Comissão de Assuntos Econômicos, conforme o art. 99 do Regimento Interno, que lhe atribui a análise de proposições sobre problemas econômicos do país, finanças públicas e normas de direito tributário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tramitação está, portanto, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em conformidade com as normas regimentais.

O projeto observa os ditames constitucionais. A competência para instituir o Imposto sobre a Renda é da União (art. 153, III, da Constituição Federal). A iniciativa do projeto pelo Poder Executivo é legítima, e sua tramitação como lei ordinária segue o rito previsto na Constituição. A proposta respeita o princípio da anterioridade anual (art. 150, III, "b"), ao prever que seus efeitos se iniciem em 1º de janeiro de 2026, após sua publicação, ressaltando-se que o Imposto sobre a Renda não observa a noventena.

A proposição alinha-se, de forma exemplar, aos princípios constitucionais da isonomia tributária (art. 150, II) e da capacidade contributiva, Senador Laércio Oliveira (art. 145, §1º). Ao reduzir a carga sobre rendas menores e aumentá-la sobre as mais elevadas, especialmente sobre rendas de capital como os dividendos, o projeto confere maior progressividade ao sistema, concretizando o ideal – o primeiro passo – de justiça fiscal preconizado pela Carta Magna.

A redação do projeto atende, em regra, aos padrões da Lei Complementar nº 95, de 1998. O texto é claro, articulado e modifica de forma precisa os dispositivos das Leis nº 9.249 e nº 9.250, ambas de 1995. A estruturação de novas seções, como a "TRIBUTAÇÃO MENSAL DE ALTAS RENDAS" e a "TRIBUTAÇÃO ANUAL DE ALTAS RENDAS", organiza, sem dúvida, adequadamente as inovações. A complexidade inerente à tributação mínima é tratada com rigor técnico, prevendo fórmulas e deduções detalhadas, o que confere segurança jurídica à proposta. Há, contudo, algumas ressalvas que serão apontadas mais adiante, mas que não são graves ao ponto de impedir a aprovação do PL neste momento.

Quando ao impacto orçamentário-financeiro da proposição, após a ponderação da Subsecretária Débora Freire na última audiência pública de que as estimativas da Receita Federal são conservadoras, o que confere margem para considerar a medida como fiscalmente neutra, julgo que a matéria atende, sem dúvida, às normas fiscais pertinentes.

A proposição é de mérito inquestionável e representa um avanço significativo na modernização e adequação do sistema tributário brasileiro à realidade socioeconômica do século XXI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão sobre a tributação de lucros e dividendos e a necessidade de tornar o Imposto de Renda mais progressivo é um debate maduro e urgente na sociedade brasileira. A isenção de dividendos, instituída em 1995 – e eu já estava aqui, neste Senado Federal –, é apontada por especialistas nacionais e internacionais como uma das principais fontes de iniquidade do nosso sistema, permitindo que rendas altíssimas de capital não contribuam adequadamente para o financiamento do Estado. O PL nº 1.087 aborda essa distorção de forma equilibrada e oportuna, ao mesmo tempo em que alivia a carga tributária sobre as classes de renda mais baixa, cujo sustento provém majoritariamente do trabalho.

O efeito redistributivo da medida é, sem dúvida, seu principal mérito. Ao aumentar a renda disponível de milhões de brasileiros com rendimentos mais baixos, o projeto tem o potencial de estimular o consumo e melhorar a qualidade de vida. Simultaneamente, ao exigir uma contribuição maior dos estratos mais ricos da população, promove a coesão social e fortalece a legitimidade do sistema tributário.

O projeto foi desenhado para equilibrar os objetivos de justiça fiscal e de manutenção de um ambiente de negócios favorável. A alíquota de 10% sobre dividendos é moderada e alinhada a práticas internacionais. Mais importante, a criação do "redutor" é uma inovação, sem dúvida, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que mitiga o risco de dupla tributação econômica excessiva, assegurando que o ônus total sobre o lucro gerado pela empresa não se torne confiscatório ou desestimulante ao investimento. A previsão de compensação aos entes subnacionais e o uso do excedente de arrecadação para reduzir a alíquota de referência da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) demonstram uma visão sistêmica e fiscalmente responsável. Portanto, a medida tende a fortalecer as finanças públicas sem comprometer, no entanto, a dinâmica econômica.

Em suma, o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, constitui uma reforma tributária ponderada, tecnicamente sólida e socialmente justa. Corrige uma anomalia histórica do nosso sistema, promove a progressividade e contribui para um pacto fiscal mais equitativo.

Toda a análise estratégica sobre a tramitação desse projeto no Senado Federal é condicionada, sem dúvida, por uma baliza constitucional intransponível já citada: o princípio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anterioridade tributária anual, previsto na alínea “b” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

Esse princípio, como todos sabem, veda à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Para o imposto sobre a renda, a legislação e a jurisprudência são claras: aplica-se, portanto, a anterioridade anual, mas não a nonagesimal (noventa dias).

Na prática, isso significa que, para que as novas regras de tributação, especialmente aquelas que representam majoração da carga tributária (como, por exemplo, a tributação de dividendos e a tributação mínima), possam produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, é absolutamente indispensável que a lei correspondente seja sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* até 31 de dezembro de 2025.

Como todos se recordam, na Câmara dos Deputados, havia muitos que defendiam que a lei fosse votada apenas no próximo ano, porque a sua vigência seria, consequentemente, transferida para o ano de 2027, janeiro de 2027, com o argumento de que a aprovação dessa lei e a sanção dessa lei e a sua vigência, a partir de janeiro de 2026, iriam causar impactos políticos eleitorais no processo brasileiro.

O descumprimento desse prazo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não é uma mera formalidade. Ele não apenas adiaria a vigência de toda a reforma para 1º de janeiro de 2027, mas também criaria um profundo desequilíbrio orçamentário.

A desoneração das rendas mais baixas e as novas fontes de arrecadação foram concebidas para entrar em vigor simultaneamente. Um adiamento de um ano frustraria – como alguns queriam – as metas de arrecadação, gerando um vácuo fiscal e um custo político e econômico de grande magnitude. O prazo, portanto, é o pilar que sustenta toda a arquitetura fiscal e política dessa proposição.

Eu mesmo cheguei a discutir aqui, em várias oportunidades, que, como Presidente do Senado Federal, com parecer da Consultoria da Casa, nós desmembramos propostas de emenda à Constituição, como também projetos de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E poderíamos, tranquilamente, fazer o mesmo, em função de uma prática já adotada, mas é evidente que isso ensejaria novos problemas jurídicos, e não compensaria, de forma nenhuma, nós comprometermos, exatamente, essa segurança jurídica, que devemos preservar.

O resultado das discussões e dos debates durante as audiências públicas indicam que há pontos que podem ser, sem dúvida nenhuma, objetos de aprimoramento. E eu destaco, com muita satisfação, uma dessas emendas, apresentada pelo Senador Esperidião Amin, que, evidentemente, poderia ser acatada neste projeto, desde que nós tivéssemos a segurança absoluta de que isso não ensejaria a volta à Câmara dos Deputados.

Para que tivesse chance de êxito em tão curto espaço temporal – foram dados 30 dias para apreciação da matéria –, seria necessário que as emendas aprovadas pelo Senado fossem cirúrgicas, de amplo consenso e previamente acordadas com a Presidência da Câmara dos Deputados e com o próprio Palácio do Planalto. Sem a garantia de um acordo robusto como esse, que assegure a votação imediata e a aprovação das emendas pela Casa iniciadora, sem dúvida nenhuma, o risco de o projeto se perder em novas discussões e o prazo de 31 de dezembro ser fatalmente descumprido é alto. A escolha final, portanto, não é puramente técnica – é, sobretudo, técnica –, mas é também uma escolha estratégica.

Enfrentamos, assim, o seguinte dilema: ou aprovamos o texto e o encaminhamos para sanção, o que beneficiará, em janeiro próximo, diretamente, mais de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, ou realizamos agora todos os aprimoramentos e correções que identificamos durante a tramitação da matéria nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o que exigirá o retorno à Câmara dos Deputados; e, diante do recente histórico de tramitação naquela Casa, frustraremos, sem dúvida, a população, que anseia por um alívio no orçamento doméstico.

Após todas as audiências realizadas nesta Comissão, quatro em duas semanas, para superar o dilema, fico, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, sem dúvida, ao lado da população, que representamos. Acredito que todos os integrantes desta Comissão de Assuntos Econômicos comunguem dessa mesma escolha.

Percebo que há um consenso da necessidade de aprovarmos a medida que surge em prol dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não relegamos, sem dúvida nenhuma, a necessidade de aprimoramentos no texto, como apontamos nesse relatório. No entanto, é o momento de sermos pragmáticos para possibilitarmos a aprovação do texto e encaminhá-lo para a sanção ainda este ano, para que surta efeitos já em janeiro de 2026.

Após a análise detalhada dos cenários e a ponderação dos riscos envolvidos, esta relatoria converge para a solução que melhor equilibra a segurança jurídica, a viabilidade política e o cumprimento do inadiável prazo fiscal imposto pelo princípio da anterioridade.

A recomendação é pela adoção de uma estratégia que aprove o texto oriundo da Câmara dos Deputados na sua integralidade, única via que mitiga completamente o risco de perder o prazo constitucional.

Contudo, tal aprovação não deve significar uma renúncia do Senado Federal ao seu dever de zelar pela qualidade da legislação. Pelo contrário, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, deve ser acompanhada do compromisso político desta Casa de, em ato contínuo, discutir e apreciar projeto de lei com o objetivo específico de corrigir as distorções, simplificar os mecanismos complexos e aprimorar os pontos identificados como problemáticos no PL nº 1.087, de 2025. Essa abordagem demonstra responsabilidade fiscal e, evidentemente, pragmatismo, ao mesmo tempo em que reafirma o papel proativo e qualificador do Senado Federal no processo legislativo.

Por isso, Presidente Laércio Oliveira, proponho uma solução que contemple simultaneamente o interesse imediato da população e a melhoria da legislação, a aprovação do PL 1.087, na forma como encaminhado pela Câmara dos Deputados, e a apresentação de uma nova proposição que contenha todos os aprimoramentos que entendemos necessários.

Nesse sentido, este Relator informa que apresentou o Projeto de Lei 5.473, já distribuído em decisão terminativa a esta Comissão. Essa proposição contempla, entre outras matérias relevantes para o equilíbrio fiscal brasileiro, aperfeiçoamento que se faz necessário à futura lei na qual se converter o PL 1.087, assegurando que o debate sobre a justiça fiscal do país continue a avançar de forma técnica, responsável e perene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, os motivos que implicam a necessidade de, neste momento, rejeitarmos as emendas apresentadas, que, embora louváveis e meritórias, resultam em redução das estimativas de receitas, salvo a Emenda de redação nº 22, do Senador Eduardo Gomes. Ademais, a aprovação de qualquer emenda que não seja redacional demandaria o retorno do PL à Casa iniciadora.

Em relação aos ajustes redacionais, propomos a inclusão da preposição "de" no §8º do art. 16-B da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na redação conferida pelo art. 2º do PL nº 1.087, de 2025. Altera-se, assim, a data de "13 janeiro de 2005" para "13 de janeiro de 2005".

Também incluímos, em atenção à Emenda nº 22, a expressão "inclusive corporais" no inciso VI do §1º do art. 16-A da Lei nº 9.250, na redação conferida pelo art. 2º do PL nº 1.087, de 2025. Com essa modificação, eliminamos a ambiguidade, assegurando que todas as verbas indenizatórias – exceto lucros cessantes – sejam excluídos da base de cálculo da incidência anual da tributação mínima pelo Imposto de Renda.

No que se refere à denominação correta do IRPF, propomos a alteração de todas as referências a, aspas, "imposto de renda das pessoas físicas", que estão indevidamente grafadas com iniciais minúsculas e com erro no uso da preposição "de", para "Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas". Os tributos devem ser grafados com inicial maiúscula por se tratar de nomes próprios.

Em atenção às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, houve a necessidade de ajustarmos, sem qualquer alteração de conteúdo, a redação de alguns dispositivos, pois, no texto aprovado pela Câmara, alguns articulados não estavam organizados por afinidade, pertinência ou conexão.

Ademais, há a necessidade de expressarmos, por meio dos parágrafos, os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida. Em alguns dispositivos – art. 6º-A e art. 16-A da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na redação conferida pelo art. 2º do PL nº 1.087, de 2025 –, as exceções estavam no corpo do próprio comando, e não nos incisos, como exige a LCP nº 95, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A promoção das discriminações e enumerações deve ser realizada por meio dos incisos, alíneas e itens, por isso as emendas de redação ora propostas.

Especificamos, assim, todas as exceções nos incisos, como deveria ter sido realizado desde o início, e agrupamos por assunto as exceções realizadas à atividade rural e aos investimentos imobiliários.

O voto.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa do PL 1.087, de 2025, e, no mérito, por sua aprovação e parcialmente da Emenda nº 22, na forma das seguintes emendas de redação, e pela rejeição das demais emendas.

Nós elencamos aqui todas as emendas e alterações de redação feitas, portanto, ao projeto.

Era esse, Sr. Presidente, o meu parecer, e, a partir de agora, eu me coloco inteiramente à disposição para que nós possamos discuti-lo até amanhã, quando vencerá o prazo do pedido de vista coletiva para apreciarmos a matéria.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado ao Relator Renan Calheiros por sua longa, mas esclarecedora exposição. V. Exa. fez questão de ser detalhista, inclusive citando as audiências que nós fizemos e de que participamos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero dizer que daremos a palavra a todos os Senadores que pediram inscrição. Nós já temos dois aqui, mas, mais uma vez, ratificar aquilo que foi combinado já no começo da vista coletiva, e amanhã nós voltaremos para o debate deste projeto, conforme relatoria apresentada pelo Senador Renan Calheiros.

Portanto, a matéria está... Não é que esteja em discussão, mas nós vamos abrir para ouvir os Senadores, e o primeiro inscrito é o Senador Eduardo Braga, a quem eu tenho a satisfação de passar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Eu agradeço a V. Exa., Presidente Laércio.

Cumprimento o Relator, Senador Renan Calheiros, cumprimento as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores e os senhores telespectadores que nos acompanham.

É, sem dúvida, Sr. Presidente, uma matéria extremamente importante e que compõe uma série de iniciativas que o Brasil precisa tomar para que nós possamos fazer justiça tributária com a renda.

Lamentavelmente, nas últimas décadas, diria eu, o Imposto de Renda foi deixando de ser um imposto sobre a renda para se transformar num imposto sobre salário – já tive a oportunidade de dizer isso nesta Casa.

Sobre a história e o histórico desta questão, parece-me ser necessário serem aditados no grande relatório apresentado pelo eminente Relator, Senador Renan Calheiros. No passado, o Brasil já teve a tributação de Imposto de Renda sobre a pessoa jurídica e sobre os dividendos. O que aconteceu foi que, com o incremento da tributação sobre as pessoas jurídicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... foi crescendo o argumento de que a tributação acabaria sendo uma bitributação, porque já havia uma tributação sobre a pessoa jurídica e sobre o lucro, e o dividendo nada mais é do que a distribuição desse lucro que já foi tributado na pessoa jurídica.

É óbvio que, ao longo dos anos, estas distorções acabaram levando o Brasil, há mais ou menos 20 anos, ou mais de 20 anos, a acabar com a tributação sobre o dividendo, optando por uma majoração na tributação sobre a pessoa jurídica. Isso é muito importante ser dito neste momento, porque nós temos três incongruências nesse tema. A primeira: transformar Imposto de Renda em imposto sobre salário. A segunda: um excesso de tributação sobre o setor produtivo. A carga tributária sobre...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a pessoa jurídica chegou a um montante tão grande que inviabilizou a tributação sobre a distribuição destes lucros na forma de dividendo.

Porém, ao longo deste mesmo período, através de planejamentos tributários e através de puxadinhos – através de puxadinhos –, remendos, porque não fizemos uma reforma sobre o Imposto de Renda neste país, fomos fazendo puxadinhos, fomos fazendo remendos, nós acabamos distorcendo novamente esse princípio, fazendo com que a carga tributária fosse disfarçada. É exatamente a mesma coisa que aconteceu sobre o tributo em bens de consumo, em que a tributação ficou embutida, ficou invisível e sequer sabíamos o montante da carga tributária que um determinado produto estava tendo, com uma diversidade tamanha e tão grande de legislações, sejam estaduais, sejam municipais, que criamos um verdadeiro manicômio tributário sobre os bens de consumo.

Acabamos de concluir, aqui no Senado, um amplo debate, que durou três anos, para que nós pudéssemos concluir uma reforma tributária sobre os bens de consumo que buscasse a transparência, a neutralidade da carga, a justiça tributária e, ao mesmo tempo, a inovação de introduzirmos novos elementos tecnológicos, para que pudéssemos avançar.

Cito como exemplo o *cashback*, o *split payment*, etc.

É óbvio que a tributação sobre o salário chegou a patamares ridículos no Brasil, a ponto de um cidadão que ganha menos de R$5 mil pagar mais Imposto de Renda do que um cidadão que recebe R$1 milhão de dividendos. E, ao mesmo tempo, nós passamos a ter uma tributação oculta sobre as pessoas jurídicas, em função das deduções.

Quando você... Vou dar o exemplo do sistema financeiro, do sistema bancário: o tributo nominal estabelecido para o setor financeiro é muito grande, aparentemente, mas, quando nós vamos ver a tributação efetivamente líquida paga por cada uma dessas instituições, a redução chega a ser de mais de 50% do valor efetivamente pago.

Portanto, não é simples a matéria de que nós estamos tratando. O que é simples é que não é justo manter a distorção da carga tributária sobre o salário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já disse aqui, nesta Comissão, que, em alguns casos, a isenção do Imposto de Renda para a pessoa física até R$5 mil significaria um décimo quarto salário, e as audiências públicas e os estudos confirmaram exatamente essa afirmação, aqui nesta Comissão, e por isso quero parabenizar e ressaltar a qualidade do debate estabelecido pelo Presidente Renan Calheiros e Relator desta matéria.

Nós estamos praticando, em primeiro lugar, a função social do tributo, sendo que, no código nacional de tributação, no Código Tributário Nacional, um dos fundamentos do tributo brasileiro é a função social, não é só a função arrecadatória. Muitos confundem tributo como sendo evidentemente, exclusivamente arrecadatório. Não o é. Tanto é, que existem tributos que têm função extrafiscal e que acabam sendo distorcidos e mal compreendidos pelo Poder Executivo, que acaba distorcendo e transformando esses tributos em tributos arrecadatórios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o IOF é um deles.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É um caso emblemático.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O IOF é um deles. O outro é o Imposto Seletivo, que não pode ser transformado em imposto arrecadatório, como se observou, inclusive, quando da aprovação da Emenda Constitucional 132.

Então, em primeiro lugar, nós temos que comemorar muito o fato de que nós estamos fazendo justiça tributária ao desonerarmos em 100% o salário de até R$5 mil, o que equivale a um 14º salário.

O Senador Renan disse que o valor equivale a R$4,6 mil e alguns reais, o que equivale, portanto, a um 14º salário. Digo não apenas no ABC, mas na Zona Franca de Manaus, quase que 99% dos trabalhadores de chão de fábrica terão exatamente isso, o direito a um 14º salário.

O impacto disso não será apenas no consumo, que gera, portanto, um crescimento econômico, porque as indústrias terão que aumentar a sua produção, porque a capacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrial será tomada, o que demandará novos investimentos de bens de capital e fará com que a movimentação econômica gere desenvolvimento econômico e social, mas, também, terá um impacto de redução na inadimplência que nós temos hoje no crédito neste país. A redução da inadimplência fará com que nós tenhamos espaço para discutir novamente, com amplitude, a redução do *spread* e do *del credere* que existe no sistema bancário brasileiro, que são exageradamente altos.

Agora, uma tributação com um teto de 10% para os dividendos é extremamente correta. Por quê? Porque é justo, é equilibrado, diante do quadro de planejamento tributário que é executado pelas pessoas jurídicas.

Agora, eu queria aqui também, ao me manifestar, portanto, favoravelmente, não apenas em meu nome, mas em nome do MDB, em torno do relatório muito bem apresentado e detalhadamente apresentado pelo eminente Relator e Presidente desta Comissão, Renan Calheiros, abordar a questão do PL apresentado, de autoria do Senador Renan Calheiros, o 5.473, de 2025, para o qual eu apresentei o relatório e pedi, por ofício, ao Presidente que o retirasse de pauta, tendo em vista o número de emendas apresentadas a esse projeto e a sua complexidade.

Temos total acordo de que determinadas atividades econômicas já estão obviamente colocadas para a opinião pública. E aqui, inclusive, fiz uma denúncia sobre a conta-corrente, que eu chamei de ônibus, e chamei a atenção para o fato de que precisavam tomar providência. Finalmente, acharam a conta; finalmente, o Banco Central tomou medidas; e, finalmente, como de repente, a Febraban e os grandes bancos, de repente, descobriram que essas contas estavam hospedadas nos grandes bancos, tramitando *fintechs* ilegais, tramitando dinheiro de lavagem, tramitando dinheiro de negócios escusos, etc., e não observadas pelo Coaf – e não observadas pelo COAF!

No entanto, a esse projeto, Sr. Presidente Laércio, já foram apresentadas 21 emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O prazo é até dia 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não... O prazo está estabelecido... O prazo é até o dia 6, mas está estabelecido já pelo Presidente que faremos amanhã a discussão final do projeto e a deliberação, e, portanto, amanhã, se o encerramento da discussão for amanhã, o prazo de emenda acaba amanhã, durante o encerramento da discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Do 5.473.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Do 5.473.

O Presidente, antes de V. Exa. chegar, ao dar a leitura, *ad hoc*, ao Senador Fernando Farias, estabeleceu para amanhã, na sessão extraordinária.

Eu quero fazer um apelo aqui ao Presidente Renan, porque acho que é de uma importância tremenda esse projeto, tremenda, e, às vezes, eu fico... Tanto é, que eu apresentei o parecer favorável ao projeto, como havia conversado com o Presidente Renan, mas, da apresentação do relatório até o momento em que falo com V. Exas., 21 emendas foram apresentadas e várias audiências estão sendo solicitadas sobre alguns temas, que acho que são importantes.

Eu pediria ao Presidente Renan a sua reflexão sobre se manteremos, efetivamente, esse projeto para o dia de amanhã. E, se o mantivermos para o dia de amanhã, que pelo menos marquemos para as 11h da manhã ou para o começo da tarde, para que este Relator possa ter tempo de buscar uma discussão e um aprofundamento sobre essas emendas que estão sendo apresentadas, porque são emendas complexas.

Nós estamos tratando, por exemplo, de um aumento na alíquota, sobre as pessoas jurídicas de seguros privados, que vai de 9 para 15%. Portanto, nós estamos praticando dobrando a alíquota sobre seguros privados. Sobre isso tem uma série de questões que nós estamos aprofundando.

Estamos de acordo quanto ao mérito e quanto à pretensão estabelecida pelo eminente Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Renan, inteligentemente, propôs o seguinte: vamos dar um parecer sem alterar o relatório da Câmara dos Deputados com relação à questão da desoneração do Imposto de Renda de Pessoa Física de R$5 mil até R$7,5 mil, proporcionalmente, e, com relação à questão dos dividendos, de até 10%, fazendo apenas emendas de redação. Uma delas, inclusive, é uma emenda de redação que é praticamente um reajuste da redação de vários artigos extremamente complexos e corretamente adequados pelo Presidente Renan.

E, quanto às adequações complementares, para não retardar a aprovação deste projeto, fazendo com que retornasse à Câmara, ele apresentasse num projeto autônomo, inclusive para resolver o problema das compensações a estados e municípios, como ele mencionou corretamente, que aqui foi levantado pela CNM em R$5,1 bilhões, e que as compensações apresentadas pela Câmara deixam um déficit de R$1 bilhão para municípios, fora a questão dos estados, porque não há sequer um estudo que quantifique qual é a perda de receita na imunidade recíproca dos estados da Federação. Então, veja que esta não é uma matéria simples.

Agora, além da propositura com relação à questão das seguradoras de pessoas jurídicas, o projeto também apresenta um aumento de 15% para 20% na alíquota para toda e qualquer espécie de sociedade de crédito, financiamento e investimentos e das pessoas jurídicas de capitalização. Então, nós estamos fazendo uma mexida na alíquota de vários setores, sob os quais eu concordo que precisa haver um aumento de carga tributária, mas é preciso fazer uma reflexão, porque, neste setor, nós mexeremos com algumas áreas extremamente sensíveis e que podem exercer consequências de migração de capital. Então, nós precisamos fazer algumas calibragens.

E, por fim, uma questão que eu acho extremamente justa e que vai enfrentar uma brutal resistência. E, mais uma vez, este Senador que vos fala será atacado brutalmente pelos lobistas, que têm o único interesse de ganhar dinheiro em detrimento do país e do desenvolvimento econômico social do país. Eu me refiro à propositura da majoração da contribuição das *bets* de 12% para 24%. Não me falta coragem para apresentar um parecer favorável, tanto é que o apresentei. No entanto, quero dar a todos o direito de ter o debate sobre as emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, quero levantar a instituição do ponto três, que é a instituição do Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda, que eu acho que é um tema extremamente positivo – extremamente positivo! –, que fará também justiça, porque é um tipo de refis para pessoas físicas que vai resolver o problema de milhões de brasileiros, não é de milhares, mas de milhões de brasileiros que estão inadimplentes com a Receita Federal e que os trarão para a legalidade, do ponto de vista do acesso ao crédito.

Portanto, eu faço essas colocações para cumprimentar o brilhante trabalho do eminente Relator Renan Calheiros. Não havia Senador mais adequado do que V. Exa. para relatar uma matéria de tamanha envergadura e que mexe com a complexidade de um tema que envolve pessoas físicas, pessoas jurídicas de diversas naturezas e mexe, inclusive, num ponto fulcral já abordado pelo Presidente Renan - e ele vai adotar providências para convocar as autoridades competentes para que nós possamos debater -, que é a encapsulação, eu diria, de quase que um metrô, é tão grande que não é mais um ônibus, é um metrô, para que nós possamos trazer a lume, trazer à luz, à transparência, a atividade desta movimentação financeira gigantesca proposta.

Portanto, meus parabéns ao Presidente Renan. Perdoe-me por eu ter extrapolado o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Não, de forma alguma.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... mas creio que eram questões extremamente importantes para serem abordadas. E digo mais uma vez que o MDB apoia integralmente o parecer apresentado pelo Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senador Eduardo Braga, vamos dividir a sua fala em dois momentos. Eu estou, neste momento, em exercício da Presidência, em função da relatoria que o Senador Renan Calheiros faz do Projeto 1.087.

Na narrativa que V. Exa. fez, V. Exa. tratou do 1.087, mas também tratou do 5.473. Com sua permissão e dos demais, eu vou conduzir a Presidência desta Comissão para a tratativa do 1.087

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, ao final, eu devolvo a Presidência ao Senador Renan, para ele fazer o encaminhamento do 5.473.

Quero só acrescentar a V. Exa. que, durante o transcorrer desta Comissão, no dia de hoje, o Presidente Renan Calheiros trouxe, para conhecimento de todos, uma manifestação desta Comissão com referência à convocação dos atores envolvidos nesse assunto citado pelo senhor – Coaf, Banco Central –, para a gente fazer uma discussão aqui na Comissão – só para conhecimento de V. Exa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou entender a sua advertência, sua generosa advertência, ao pé da letra.

Eu não vou falar sobre a 5.473 porque eu não sabia ainda que ela também poderia ser apreciada amanhã, mas quero dizer que vou fazer perguntas muito sólidas, quando oportuno, sobre a 5.473. Eu vou me deter à 1.087.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros. Ele se houve no estrito cumprimento do compromisso possível – política é a arte do possível – de, em 30 dias, ouvir as pessoas, e o passivo que está indo para a 5.473 é fruto dessa paciência. Se não tivesse havido essas quatro, digamos, audiências bastante abrangentes, não haveria o 5.473.

O que vai acontecer com ele, eu repito, não vou discutir agora, porque não é cabível. E eu acho que o Senador Laércio foi muito prudente, ao dizer "vamos tratar da 1.087", muito embora este casamento, essa coincidência de apreciação amanhã, pelo menos pretenda dar uma solução a um problema que foi criado pela própria tramitação justa, correta, com as audiências públicas, porque foi aí que aflorou, eu diria, 90% dessa tripa – vamos chamar assim. É uma tripa, foi juntando, foram sendo juntados... "Olha, não está bem isso", "não está bem aquilo".

E eu queria só salientar que, com a desconfiança própria – não é ofensiva – de quem nasceu no dia de São Tomé – e eu nasci. Portanto, alguém quis –, eu não vou destacar as diversas emendas que eu apresentei, mas eu quero fazer aqui duas observações muito compactas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a retirada do Imposto de Renda para essa faixa de renda de R$5 mil, estendida a R$7,3 mil ou R$7,5 mil, é uma dívida do Governo. O Governo tomou esse dinheiro, prometendo sempre que iria fazer a correção da tabela. É mais ou menos como o SUS: "Está para ser corrigido, está para ser corrigido", vai levando, vai juntando, vai remediando. Neste caso, não houve nada disso. O Governo tomou o dinheiro. E sem qualquer poupança do Governo: "Olha, eu vou dar uma contribuição aqui, ó. Esse centavo aqui que eu economizei daquele dinheiro que eu te tomei...". Quer dizer, isto é um mau exemplo. O Governo não entra com nada. Se puder, toma mais algum.

Eu não estou querendo dizer que é este Governo. Nós estamos nos rendendo a uma malandragem continuada – malandragem no pior sentido da palavra –, e não tenho proposta melhor para oferecer, mas sei o que seria melhor. Seria o Governo contribuir com economia, coisa que não tem feito. Aí me refiro a este Governo, nas suas várias e sofisticadas tentativas de aumentar a receita, porque precisa de dinheiro, e aumentando o déficit...

Então, a causa é nobre, mas o caminho é tortuoso.

E o segundo, não vou destacar todas as emendas, que seria até abusivo, mas, como o senhor mencionou, e eu considerei uma homenagem, uma das emendas que eu apresentei é a do Imposto de Renda do inativo, e foram as audiências públicas que permitiram que se descobrisse isto: servidores da Petrobras, da Caixa Econômica, dos Correios, do Banco do Brasil, que, por razão de desequilíbrio dos fundos de pensão, aqui foram obrigados a se filiar, e cujos dirigentes foram nomeados pelo Governo para cobrir esses prejuízos.

Ah, eu recebi, da Federação dos Petroleiros... Eu lhe dei um caso. Eu gosto de falar do caso, para mostrar que é verdade.

O sujeito recebe R$20 mil – não é pouco –, paga Imposto de Renda sobre R$20 mil, não é R$7 mil nem R$5 mil, e devolve R$5.530 para cobrir o prejuízo. Mas eu recebi contracheques que vão a quase zero. Quer dizer, esse passivo está acumulado.

E eu apresentei essa emenda em três lugares: no PL 1.952, que é de sua autoria, relatado pelo Senador Renan; no PL 1.739, cujo Relator é o Senador Humberto Costa; e no PL 1.087. Agora, vou apresentá-la no PL 5.473.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, ela vai tentar o quarto noivo, e o dote já foi tomado. (*Risos.*)

Então, é uma situação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – E o dote já foi tomado e gasto. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, e pior: com bebida ruim e talvez até com metanol. Não se sabe com o quê... Com todas as espécies de perversão.

Então, eu não estou lamentando. Eu estou dizendo que vou continuar buscando isso.

Então, faço questão de deixar este passivo a descoberto, para reflexão de todos, e reiterando aqui o meu cumprimento, porque o Senador Renan Calheiros se houve como era possível...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e no prazo devido.

E talvez a grande contribuição seja realmente o conjunto das audiências públicas, que permitiu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Que gerou a tripa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que gerou isso que eu chamei de "tripa".

Nós temos um bairro em Florianópolis que nós chamamos de "Tripeiro". Não vou dizer qual é; é onde havia os açougues.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Quero só fazer uma ressalva: antes do prazo, não é? O prazo era dia 8. Então, foi quatro dias antes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antes do prazo, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento pela exação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

Com muita honra, o Senador Fernando Dueire.

Por gentileza, a palavra é de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Fui censurado pelo Senador Fernando Dueire. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca é demais fazer o registro do trabalho, da estratégia adotada pelo Senador Renan Calheiros.

Parabéns, Senador! Fez uma ampla escuta, como aqui foi falado, e, a partir disso, nós tivemos uma matéria crítica para tornar esse assunto mais amplo.

Mas não vou me deter em outros comentários.

Estou atendido amplamente pelo que disse aqui o meu Líder, Senador Eduardo Braga, que foi pleno na sua fala. Portanto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Bom, então, conforme... Alguém mais quer falar? Tinha a Senadora Teresa Leitão, mas ela saiu.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias.

Por favor, Senador, é uma honra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero só parabenizar, mais uma vez, o Renan pelo trabalho – de qualquer maneira, sempre, passando lá, via o esforço que ele fazia com a assessoria toda do Senado –; compartilhar a saudação também com o nosso Líder Eduardo Braga, e dizer que eu gosto muito do discurso de taxar o dividendo e livrar as empresas, porque a empresa é a fonte do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era mais ou menos isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Do que eu assino embaixo e acho que todo mundo aqui também, nesta Comissão principalmente.

O Presidente Renan tem uma sensibilidade enorme com referência a esse ponto, porque coloca as diretrizes altamente definidas no trabalho.

Bom, eu queria fechar esta parte.

Está concedida audiência coletiva, com referência... Vista coletiva, com referência ao item 2 da nossa pauta, o Projeto 1.087.

Eu devolvo a Presidência dos trabalhos para o Senador Renan Calheiros, para que ele dê prosseguimento e apresente as informações sobre o 5.473.

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Laércio. (*Fora do microfone.*)

Agradeço, mais uma vez, a condução dos nossos trabalhos pelo Senador Laércio Oliveira, Vice-Presidente da Comissão, e quero, de pronto, dizer ao Senador Eduardo Braga que eu concordo em gênero, número e grau com todo prazo que V. Exa. entender que seja necessário para que nós possamos construir um consenso, um entendimento óbvio com relação à matéria que foi proposta.

Eu fui Presidente da Comissão Mista constituída para apreciar a Medida Provisória 1.303, e eu fiz questão de ler aqui que a parte do corte de despesa foi colocada em uma outra medida provisória na Câmara dos Deputados.

E essa proposta que nós fizemos foi muito em função da existência da medida provisória e dos debates que aqui aconteceram na própria tramitação, mas aceitamos qualquer sugestão de tempo, de prazo, que V. Exa. entender que seja necessário.

Voltamos à nossa pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 275,000,000.00 (duzentos e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se à reestruturação e recomposição do principal de dívidas do Estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Pernambuco (BR Promoting Fiscal Management and Private Sector in the State of Pernambuco Development Policy Loan).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta.

O Relator é o nosso querido Senador Fernando Dueire.

Eu, portanto, concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire, para a leitura do seu parecer.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

Em primeiro lugar, Presidente Renan, quero agradecer a V. Exa. por ter me designado Relator em uma matéria tão importante, em particular para o meu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise do Senado Federal, autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$275 milhões, de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se à reestruturação e recomposição do principal de dívidas do estado, no âmbito do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Pernambuco.

O Estado de Pernambuco enfrenta um momento estratégico de combinação de desafios fiscais, econômicos e ambientais, exigindo uma agenda articulada de reformas e investimentos.

A contratação de um financiamento internacional se mostra justificável, ao apoiar três vetores centrais: a melhoria da gestão fiscal, o incentivo à economia privada responsável e a promoção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para a operação.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela.

Cabe ainda enfatizar que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação vamos propor nesta data, neste momento, como a sua extrema relevância. Trata se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Estado de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço autorização e permissão a V. Exa. para encaminhar o voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução apresentado e disponível a todos.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu coloco em votação também o pedido de urgência do Senador Fernando Dueire.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último item da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal, entre a República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional e Resiliência Climática no Semiárido Nordestino - Projeto Dom Helder Câmara III.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta.

Eu peço ao Senador Fernando Farias que, por favor, faça a leitura do parecer do Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – O.k., Presidente. É um prazer aqui.

Vou direto à análise.

O Anexo 1 da minuta de contrato de empréstimo informa que o objetivo do projeto é contribuir para a redução da pobreza rural e da insegurança alimentar e nutricional na agricultura familiar. Ele está dividido em três componentes: (i) promoção da segurança alimentar e nutricional a partir de uma perspectiva agroecológica; (ii) fortalecimento de capacidades, inovação e disseminação; e (iii) gestão do projeto e monitoramento e avaliação (M&A).

Os desembolsos ocorrerão ao longo de seis anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo. O custo total do projeto foi estimado em US$45 milhões, sendo US$10 milhões provenientes de contrapartida federal e o restante financiado pelo Fida.

A análise de custo efetivo da operação apurou uma Taxa Interna de Retorno (TIR) igual a 5,94% ao ano (a.a.) e uma *duration* de 9,05 anos.

Calculando-se o custo atual de captação do Tesouro Nacional no mercado internacional, para uma *duration* equivalente, obtém-se uma taxa igual a 6,99% a.a. Assim, o custo da operação em análise encontra-se em patamares aceitáveis pela STN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, o parecer da PGFN considerou que foram atendidos os requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e nas Resoluções do Senado Federal nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007, com alterações subsequentes. Ademais, o programa consta no plano plurianual e na lei orçamentária da União.

Ainda segundo a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Ao voto, Presidente.

Em conclusão, o pleito da República Federativa do Brasil, de interesse do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nº 43, de 2001, e nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

Eis o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Tem também a urgência aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Aprovada a matéria.

Nada mais... (*Pausa.*)

Submeto o Requerimento de urgência apresentado pelo Senador Fernando Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convocando uma reunião extraordinária para amanhã, às 10h.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros, Laércio Oliveira e Fernando Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Carlos Portinho e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1087, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do imposto sobre a renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao projeto, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 22 e integral da Emenda nº 133, na forma de cinco emendas de redação apresentadas, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 22 e integral da Emenda nº 133, na forma das Emendas nºs 136 a 140-CAE, e contrário às demais emendas. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento de Urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 119, de 2025** que: "Requer a convocação do Presidente do COAF" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 120, de 2025** que: "Requer a convocação do Presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – (*Fora do microfone.*) ... nesta data, 5 de novembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 37ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que o Presidente do Banco Central marcou a data do dia 25 para vir a esta Comissão, o que nos dispensa – isso é muito bom – da votação dos requerimentos de convocação tanto do Presidente do Banco Central quanto do Presidente do Coaf.

Portanto, no dia 25, virá a esta Comissão o Presidente do Banco Central para explicar as nebulosas "contas-ônibus" que são utilizadas pelas *fintechs* junto aos bancos tradicionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convencionais, e para explicar também a nebulosa leniência feita com o ex-Presidente do Banco Central, em função de práticas irregulares quando da Presidência do Banco Santander.

Eu convido o Senador Fernando Farias para presidir para que nós possamos atualizar o nosso relatório.

Já dispomos de quórum e hoje nós vamos avançar na deliberação com relação à isenção do Imposto de Renda. O desejo do Presidente Davi Alcolumbre é votar logo mais essa matéria no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, na 37ª Reunião, Ordinária, desta Comissão, realizada em 4 de novembro, oferecemos o nosso relatório ao Projeto de Lei 1.087, de 2025, que altera as Leis 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do Imposto de Renda sobre a renda devida nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas e dá outras providências.

Para os Senadores que participaram ontem aqui da reunião da Comissão, foi apresentado, portanto, o voto favorável ao projeto e parcialmente favorável à Emenda nº 22, na forma de quatro emendas de redação, e contrário às demais emendas. Na sequência, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Desde então, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, foram apresentadas mais 11 emendas à proposição, o que acabou totalizando 134 emendas nesta Comissão, conforme o quadro consolidado anexo.

Examinamos detidamente cada uma das novas contribuições, assim como as propostas anteriores. Elas buscam aprimorar o texto, corrigir distorções e aperfeiçoar os mecanismos de tributação e compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as 11 emendas apresentadas, sem dúvida nenhuma, são meritórias. No entanto, as Emendas nº 124 a 132, e 134, por reduzirem as estimativas de receita, implicam a necessidade de, neste momento, as rejeitarmos.

A análise do mérito das novas emendas, com exceção da Emenda 133, do Senador Rogério Carvalho, por mais relevante que seja, não altera o dilema central e a conclusão estratégica que pautamos no voto inicial. Somos forçados a reiterar a mesma linha de argumentação, não por teimosia, mas por responsabilidade fiscal e, acima de tudo, por um imperativo constitucional.

Como exaustivamente debatido nas audiências públicas e também detalhado no relatório original, esta relatoria vê mérito inquestionável no PL 1.087, de 2025. Esse projeto, como todos sabem, promove justiça fiscal ao reduzir a carga tributária sobre 25 milhões de brasileiros que auferem rendas mais baixas, ao mesmo tempo em que institui uma tributação mínima necessária sobre altas rendas e dividendos, corrigindo, sem dúvida, uma anomalia histórica do nosso sistema tributário.

O cerne da nossa decisão, entretanto, não reside no mérito das emendas, mas nas consequências de sua aprovação. Estamos condicionados por uma baliza constitucional intransponível, o princípio da anualidade tributária, para que as novas regras de arrecadação – essenciais para financiar a desoneração, Senador Fernando Dueire –, tenham validade a partir de 1º de janeiro de 2026. É absolutamente indispensável que a lei seja sancionada e publicada até 31 de dezembro de 2025.

Qualquer emenda de mérito aprovada, portanto – e dez das novas emendas enquadram-se exatamente nessa categoria –, obriga o projeto a retornar (tudo o que nós não queremos) à Câmara dos Deputados. Diante do exíguo prazo e do recente histórico de tramitação – da tramitação atípica na outra Casa do Congresso Nacional –, enviar a matéria de volta à Casa iniciadora representa, sem dúvida, um risco fatal, Senadora Soraya Thronicke.

O descumprimento do prazo de 31 de dezembro não é, portanto, uma mera formalidade. Ele adiaria toda a reforma para 1º de janeiro de 2027, como, aliás, alguns queriam na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso criaria cenários inaceitáveis e frustraríamos, sem dúvida, a população que aguarda ansiosamente por este alívio em seus orçamentos domésticos, negando o benefício a milhões de trabalhadores no próximo ano. Criaríamos um profundo vácuo fiscal e orçamentário também, pois a desoneração e as novas fontes de arrecadação foram desenhadas para vigorar simultaneamente.

Caímos, portanto, no mesmo dilema já exposto: ou aprovamos o texto como está, beneficiando milhões de brasileiros em janeiro – já em 1º de janeiro –, ou buscamos o aperfeiçoamento imediato, correndo o risco concreto de adiar toda a medida para 2027.

Minha escolha, portanto – e como afirmei ontem no voto inicial –, continua sendo ao lado da população.

A rejeição das Emendas 124 a 132 e 134 não significa que o Senado Federal renuncia ao seu dever de aprimorar a legislação. Pelo contrário, significa que escolhemos a estratégia mais pragmática e eficaz para garantir o objetivo principal da proposta.

Como detalhado no voto, a solução que equilibra a urgência social, a responsabilidade fiscal e a qualidade legislativa é dupla: aprovar o PL 1.087, de 2025, na sua integralidade, conforme recebido da Câmara dos Deputados – evidente que ressalvadas as emendas de redação propostas no voto original e das agora apresentadas –; aprovar posteriormente o Projeto de Lei 5.473, de 2025, que nós apresentamos a esta comissão, que está sendo relatado pelo Senador Eduardo Braga – e que ontem aqui, no momento em que discutíamos o Projeto 1.087, solicitou um pouco mais de prazo para analisar as emendas porque as emendas tratam de temas diversos e colocados por muitos Senadores. Isso parte da necessidade de recompor as perdas dos municípios, sobretudo as perdas com aquilo que é descontado na folha de pagamento, que ficam como receita própria do próprio município e dos estados brasileiros também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só um parêntese.

Essa medida, de ter deixado para a próxima semana, foi muito bem tomada, até porque, como ele está em prazo comum de emendas, ele terminaria amanhã para emenda. Então a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente não poderia... Eu ia até levantar essa questão de ordem. Então estou aqui parabenizando por ter deixado para a semana que vem porque questão regimental impediria, inclusive, que fosse votada hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Portinho. Em relação especificamente à Emenda nº 133, nós a acolhemos, pois o texto aprovado pela Câmara dos Deputados vinculava a compensação dos entes subnacionais ao aumento de receita, o que poderia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ser interpretado como vinculação de receita de impostos, vedada exatamente pelo art. 167, inciso IV, da Constituição Federal. A emenda apenas explicita que a compensação será realizada com o valor equivalente ao excesso de arrecadação e não com a receita em si, afastando potencial vício de inconstitucionalidade. Isso seria objeto de veto. E a redação se faz exatamente para impedir que esse veto aconteça.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Essa é uma emenda de redação, Sr. Presidente? Só um esclarecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma emenda de redação que foi apresentada ontem depois da discussão.

Acrescentamos, neste momento, outro ajuste redacional, portanto, para explicitar o §1º do art. 16-A da Lei nº 9.250, de 1995, na redação conferida pelo art. 2º do PL nº 1.087, a expressão – abro aspas – "base de cálculo da tributação mínima". Cabe informar que essa correção redacional foi solicitada pelo próprio Ministério da Fazenda, conforme demanda trazida aqui pelo secretário-executivo da pasta. As alterações promovidas no texto original do PL suprimiram do referido §1º do art. 16-A, a menção expressa à base de cálculo da alíquota mínima do imposto sobre rendas da pessoa física, o que gera, sem dúvida, insegurança jurídica. Necessário, portanto, também esse ajuste redacional.

Quanto ao voto, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, de modo a complementar o relatório apresentado ontem aqui e, obviamente, complementado hoje, com as modificações expostas, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.087 e, no mérito, pela sua aprovação, com acolhimento parcial da Emenda nº 22 e integral da Emenda nº 133, na forma das emendas de redação abaixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidadas, restando, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, prejudicadas as demais emendas apresentadas à proposição.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão e temos aqui o Senador Izalci e, logo em seguida, o Senador Oriovisto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Primeiro eu quero elogiar o Relator por essa sensibilidade de a gente aprovar essa matéria rapidamente para beneficiar milhões de brasileiros. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: é evidente que...

Eu aprendi aqui no Congresso assim: "nada de nós sem nós". É muito difícil você legislar ou tomar decisões sem conhecer o mundo real, o que está acontecendo lá na ponta.

Então... Eu sou contador, ainda lembro de muita coisa. A Lei nº 6.404, de 1976, que trata da S.A., mas serve também para todas as empresas, estabelece que as empresas têm até abril para fechar o balanço e definir a distribuição de dividendos. Pode ser que lá em abril, no resultado de 31 de dezembro, as pessoas resolvam 50% distribuir e 50% incorporar o capital, por exemplo. Então essa definição é feita pela assembleia geral.

Da forma como está no texto, que tem que ser aprovado até 31 de dezembro, isso não existe. Então há uma incoerência muito grande e isso vai gerar, evidentemente, ações judiciais se for mantido o texto que está aqui.

Conversando com a assessoria, eu acho que uma das soluções – e o Senador Renan tem como buscar essa alternativa com o Senador Eduardo Braga – é a gente corrigir isso para evitar devolver para a Câmara, apesar de que essa matéria foi aprovada na Câmara por 493 votos a zero, mas, se não quiser mexer para devolver, o que a gente pode fazer? Fazer essa correção no projeto que o Senador Eduardo Braga está relatando, mas buscando aprovar essa matéria a tempo de, antes de sancioná-la, os dois estarem juntos, para evitar sancionar uma lei com diversos erros, correções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a primeira emenda. Então, não tem nem dúvida: é técnica. Não tem como questionar, o texto está errado da forma como está.

O segundo, que é uma emenda também... Todas essas que eu estou falando são emendas que eu apresentei.

A outra é a questão dos incentivos. Toda empresa pode optar por destinar parte dos seus lucros para a Lei Rouanet, Lei do Esporte, Lei da Cultura, Lei do Idoso. Tem uma série de patrocínios e doações que as empresas podem fazer.

Da forma como está a redação desse projeto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Desculpa. Desculpe interromper, Izalci, mas isso é importante, Senador Renan, porque é um tema que eu até participei antes e muito bem vocalizado aqui pelo Senador Izalci.

Se puder retomar, Izalci, perdão interrompê-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci, desculpa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem a primeira emenda, o assessor já está sabendo, que é a questão da distribuição de acordo com a Lei nº 6.404. Essa aqui trata de doações e patrocínios. As empresas têm direito, quem quer, de contribuir para a Lei Rouanet, do Esporte, da Cultura, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, tem uma série de benefícios. Da forma como está redigido, também vai distorcer essa questão e pode inviabilizar ou diminuir realmente qualquer patrocínio ou incentivo.

Então a emenda é simplesmente colocar pessoas jurídicas ou imposto sobre a renda e contribuição social efetivamente pagos. Aí você corrige. Se puder também fazer isso no outro projeto, ameniza, porque a situação é gravíssima.

Agora, da mesma forma como V. Exa. tem falado sobre o benefício das pessoas e muita gente, eu apresentei uma emenda... Por mais que a Receita diga que é 0,0 e não sei o quê, o Simples... Se a gente pudesse excluir o Simples dessa distribuição, pode não ter impacto nenhum, mas representa realmente uma indicação de que nós nos preocupamos com o Simples. Porque hoje, com a reforma tributária que está aí, nós vamos quebrar um monte de empresa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simples. Eu não tenho dúvida disso. Então é uma sinalização de que o Congresso, e, em especial, o Senado Federal, realmente respeita as pequenas e microempresas, que geram muito emprego.

Então, essas são as três principais emendas. Tem mais duas aqui que nós, todo ano, temos essa dificuldade de atualização da tabela. Passam cinco, dez anos sem atualizar. Então, eu tinha apresentado uma também de atualizar anualmente.

E, para a gente também não ter o costume de chegar e surpreender as empresas que planejam com uma tributação de uma hora para outra – essa aqui nós estamos aprovando hoje para já vigorar em janeiro –, eu tinha proposto também uma forma gradativa: em 2026, 2%; 2027, 4%, 6%; até 2030, 10%. É uma forma de as empresas ajustarem isso, para não serem surpreendidas assim.

Mas faço, então, essas considerações. Se V. Exa., conversando com o Senador Eduardo Braga, fizer um acordo para fazer esse ajuste e tentar na Câmara, V. Exa... Alguém disse também que nós teríamos que colocar aí uma pitada para que os Deputados se interessassem em votar rápido a matéria. Essa questão dos municípios, com certeza, pode ajudar muito a aprovarem essa matéria lá.

Então, é a recomendação que eu faço, e parabenizo V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Tá, muito obrigado, Izalci.

Vamos fazer exatamente isso. Vamos conversar com o Senador Eduardo Braga, que pediu ontem publicamente mais tempo, e com absoluta razão, mas, até terça-feira, com certeza, nós votaremos aqui na Comissão. Terça, porque a reunião aqui é dia de terça, Portinho. (*Pausa.*)

Essa é extraordinária, porque é a continuação da reunião de ontem.

Então, faremos isso, tá? Conversaremos e eu ajudarei como puder, evitando que a gente faça eventualmente qualquer outra alteração aqui e isso possa significar uma alteração de mérito, ou mesmo diminuição de receita, o que implicará mudança de mérito também. Nós poderemos fazer tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas, repito, são todas meritórias, mas nós vamos ter no projeto a oportunidade de acolher cada uma das sugestões e propostas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Senador Renan Calheiros, eu quero discutir esse projeto pela primeira vez, antes de mais nada, ressalvando o seu empenho, a sua capacidade incrível de, apenas através de emendas e redação, melhorar o projeto naquilo que é possível.

Sei que muito do que eu vou dizer aqui não pode ser feito por emenda de redação, mas, como há esse projeto do Senador Eduardo Braga, o qual nós não teremos nenhuma garantia de que será aprovado na Câmara, lá no futuro – e, portanto, o eleitor brasileiro também não tem essa garantia, nem os Senadores, nem os eleitores –, eu faço questão, Senador, de chamar a atenção para dois ou três pontos que podem transformar esse projeto na maior fraude eleitoral que o Brasil já assistiu.

Isso pode ser... se não forem tomadas algumas providências, nós estaremos votando a maior fraude eleitoral deste país. Explico por quê.

Eu dei aula de matemática há muitos anos, não é? Escrevi alguns livros sobre esse assunto. Então, tem duas pegadas aqui – e o povo brasileiro não é muito acostumado a raciocinar com números – que são uma pegada que caracteriza uma fraude eleitoral imediata. Dois números: um número é 5 mil, o outro número é 600 mil. Se esses dois números – como 5 mil para quem é isento – não forem anualmente corrigidos, esse projeto é uma fraude. E por que é uma fraude? Porque no Imposto de Renda na fonte, já em janeiro do ano que vem, o eleitor vai sentir que não está sendo recolhido. Se ele ganha até 5 mil, o desconto dele já diminui, ele já fica feliz, já fica propenso a reeleger o atual Governo que foi o autor desse projeto.

Mas a alegria vai durar pouco. Se essa tabela não for corrigida, já em 2027... Se ele ganhava, por exemplo, 4,9 mil, em 2026 não paga nada, mas já em 2027, se tiver 5% de aumento, volta a pagar. Ele sai da tabela de isenção e volta a pagar. Então, é um presente que se está dando ao eleitor por prazo definido, por apenas um ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra armadilha: os 600 mil. Muita gente pode dizer assim: "Ah, eu não ganho 600 mil por ano, eu não ganho 50 mil por mês. Então, eu estou livre desse Imposto de Renda mínimo que estão criando". Mas isso é uma armadilha. Se esse número não for corrigido no final do ano, quem ganha hoje 550 ou 560...

Eu vou esperar o Relator me dar atenção para continuar, porque senão não adianta eu falar.

Se chegarmos ao final do ano e não houver a correção desse número de 600 mil, quem não está no Imposto de Renda mínimo passa a estar. Com a inflação de 5% ao ano, 6% ao ano, a longo prazo, milhões de brasileiros estarão enquadrados nesse novo imposto que se está criando. Nós estamos criando um novo imposto. Já criamos este ano 27 impostos ou mais. Esse é o 28º ou 30º, não sei bem.

Então, se esses dois números não tiverem a obrigação de serem corrigidos anualmente, esse projeto é uma fraude, esse projeto é um estelionato eleitoral que vai enganar milhões de brasileiros por um ano e depois vai fazê-los voltar a pagar imposto.

Aliás, hoje, nós estamos corrigindo algo que, se tivesse sido feita, ano passado, a correção da tabela de Imposto de Renda, não teria nenhum sentido nós estarmos votando isso. O limite seria maior do que 5 mil. Eu me dei ao trabalho de fazer essas contas nos últimos dez anos. Então, os governos que antecederam este, inclusive os do PT, ou pelo menos todos aqueles que não corrigiram a tabela de Imposto de Renda, criaram essa injustiça. Então, essa injustiça foi criada pela não correção da tabela. Agora, o Governo que criou a injustiça diz que é o paladino, que vai resolver o problema da injustiça. Só esquece de dizer que é a injustiça que ele mesmo criou por não corrigir a tabela nos anos anteriores.

Então, Sr. Presidente, não há no projeto nada, absolutamente nada, que indique que essa tabela vai ser corrigida. Você pode dizer: "Ah, não, tem sim, o art. 6º do PL diz que o Executivo tem o prazo de um ano para enviar um texto dizendo que vai corrigir a tabela". Só que, Sr. Presidente, se não enviar, não tem punição, nada acontece. Ele não vai enviar. Nós sabemos que não vai enviar. Isso significa que esse benefício é uma enganação, por um ano, porque todo mundo vai ficar feliz. E quem não está incluído no Imposto de Renda mínimo, se não forem corrigidos os 600, vai entrar no Imposto de Renda mínimo ao longo dos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são dois pontos, Sr. Presidente, assim, que são fundamentais neste projeto do Senador Eduardo Braga, que está sendo feito a quatro mãos – já que o senhor está junto – e que seja deixado muito claro que, obrigatoriamente, sob severas penas, todo ano o Governo tem que corrigir a tabela do Imposto de Renda, no mínimo pela inflação, porque o salário sobe e, se o Imposto de Renda não for corrigido, a isenção acaba, e o Governo, obrigatoriamente, tem que corrigir esses 600 mil todo ano também. Se isso não for feito, nós estamos aprovando um estelionato eleitoral. Isso é muito sério, muito sério.

Eu confio que haverá esse cuidado, mas eu não confio que a Câmara e o Governo vão aprovar o novo projeto que nós vamos apresentar, já que estamos dando incrível demonstração de boa vontade em não alterar este, por causa do prazo, não é? O senhor, como Relator, está com as mãos amarradas, o senhor não pode fazer mudanças outras que não sejam de redação.

Com isso, vai se passar aqui esse perigo do estelionato eleitoral, que não está sendo corrigido. O projeto não garante que a tabela vai ser corrigida, nem garante que os 600 mil vão ser corrigidos. Então, eu acho isso gravíssimo e vejo com muito maus olhos, de novo, mais um imposto, que é o da renda mínima, que aparentemente é justo, mas que, se não for corrigido, passa a ser injusto, e, de novo, nós vamos ficar num pântano, numa incerteza.

A própria tabela e os efeitos que o Izalci já citou têm erros crassos. Nós tentamos uma reforma tributária para tentar simplificar os impostos brasileiros, e esse projeto complica o Imposto de Renda de uma maneira absurda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Para pessoa física.

O que tem de exceção... "Ah, se você ganhar 600, você vai pagar um Imposto de Renda mínimo, que aparentemente é simples; se não atingir 10%, o que faltar completa." Só que não é bem assim. "Ah, não conta isso, não conta aquilo, não conta aquele outro, não conta aquele outro." Tem um monte de exceções. É, de novo, um emaranhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, como veio da Câmara, é muito ruim. O senhor está com as mãos amarradas. Eu elogio o seu esforço e entendo a vontade de fazer justiça para esses brasileiros que estão sendo injustiçados porque os governos anteriores não corrigiram as tabelas.

Eu tenho vontade de colocar em letras garrafais nos jornais: "O Governo resolveu corrigir a injustiça tributária que ele criou".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A correção no período é de apenas 37%.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Pois é. É uma loucura.

Então, Sr. Presidente, eu chamo, sobretudo, a atenção para a necessidade de corrigir a tabela do imposto, corrigir os 600 mil e obrigar o Governo a fazer isso. Se não, nós estamos votando num estelionato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em seguida, passo a palavra aqui ao nosso Senador Jaques, e convoco aqui o nosso Laércio, nosso Vice, para presidir a sessão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, aliás, Sr. Relator...

Bom, Presidente, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, eu creio que, no dia de hoje, aqui, mais tarde no Plenário, nós estaremos escrevendo uma página extremamente importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... da política brasileira, porque este país continua sendo, apesar de ser a 10ª, 11ª economia, um país das maiores desigualdades mundiais. Nós estamos lá no final da fila. O volume de impostos sobre o consumo, que é o que todos fazemos, pobres e ricos, é desproporcional, tomando como base, por exemplo, a OCDE, da média mundial. Em contrapartida, do outro lado, sobre a renda, a gente está mais baixo do que a média da OCDE. Isso são dados, não estou fazendo conjecturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer, parabenizando V. Exa., e eu sei da dificuldade que tivemos juntos em seu gabinete, exatamente porque V. Exa. o tempo todo brigou, questionou, perguntou, contestou para que efetivamente ele fosse neutro do ponto de vista fiscal. Eu quero parabenizá-lo pelo esforço e pelo relatório.

Está perfeito? Não há nada que saia daqui que seja perfeito, por isso que muitas vezes a gente faz depois um projeto de lei, alguma coisa, ou uma regulamentação para regularizar, mas é preciso que se faça para poder dar o primeiro passo. Eu acho que o que está sendo feito aqui, com a sua relatoria, e eu creio que hoje à tarde, na própria sessão do Senado, é fundamental. V. Exa. está colocando o seu nome, talvez nem precisasse, porque já tem feitos grandes demais, em Alagoas e no Brasil, em sua caminhada política, mas esse eu não tenho dúvida de que é fundamental.

Eu queria só contestar, permita-me, Senador Oriovisto, pelo carinho e respeito, porque repare, os nossos Governos, e eu vou chamar nossos, de 2005 a 2015, todos os anos corrigiram a tabela do Imposto de Renda. Todos os anos! Essa é uma tradição nossa, como voltamos a fazer agora.

Mas eu concordo com V. Exa., mas foi porque V. Exa. falou governo genericamente.

O Governo anterior ou de 2015 para a frente...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Eu me referia aos governos que não corrigiram.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, então...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Se o seu corrigiu, ele está fora da minha crítica.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Mas repare como a gente está falando para muita gente pela TV Senado, eu só quero precisar.

Os que não corrigiram são de 2015 até 2022. Em 2023, nós voltamos a corrigir e de 2005 até 2015 nós também corrigimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, o que V. Exa. ressaltou, eu já estou levando como proposta para o Ministro da Fazenda, porque eu acho absolutamente correto. Se o poder real for perdido por conta da inflação, Deus queira que sempre baixe, nessa faixa de três e pouco, quatro e pouco, eu acho que tem que ser reposto realmente, eu pessoalmente. Eu acho que isso não é favor, é obrigação.

Assim como o do aposentado, porque se você se aposenta com um poder de compra e depois a inflação vai comendo... Não estou falando em comparação com o salário mínimo, porque eu defendo que o salário mínimo tem que ter ganho real, não tem que ser corrigido só pela inflação, mas eu estou falando, na inflação, eu entendo que é de direito, é consagrado que essa correção tenha que ser feita. Eu realmente a levo como proposta e não tenho dúvida de que será feita, inclusive, no ano que vem.

Nem estou falando com o Ministro da Fazenda, muito menos com o Presidente da República, mas lhe afianço, pelo que eu conheço da cabeça dos dois, que nós vamos corrigir, tanto em cima como embaixo.

E, evidentemente, corrigindo, vamos supor, se for 5%, R$5.005 passará a ser o valor da isenção, e os R$600 mil passarão também a um valor superior.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Senador Jaques Wagner, quero apenas dizer que, primeiro, sei da sua boa intenção, concordo com tudo o que está dizendo, mas nós não estamos fazendo um projeto para um partido; nós estamos fazendo um projeto para qualquer que seja o Presidente do próximo ano, que não sabemos qual será. E também quero lembrá-lo que, mesmo no seu Governo do PT, houve anos em que não se corrigiu a tabela do Imposto de Renda. O senhor sabe disso. Depois eu posso lhe dar detalhes.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não; só os dois primeiros anos, 2003 e 2004.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Ah, então, o senhor concorda que tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, mas eu falei... Eu não faltei com a verdade. Posso não tê-la dito completa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Não; está bom. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu disse de 2005 a 2015.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – É...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Como nós tomamos posse em 2003, em 2003 e 2004 não foi corrigido – concordo com V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Então...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Mas V. Exa. também não queria que eu apontasse exatamente o meu defeito, né?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – (*Risos.*) Não. Eu não estou fazendo sugestões ao projeto pensando no Governo do PT; estou pensando no Brasil, seja quem for o Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não; eu concordo.

É por isso que eu lhe digo – viu, Senador Renan? – que já vou sair daqui com essa proposta, e num outro formato, para não atrapalhar aquilo que é o objetivo aqui, de nós votarmos hoje, em que o Governo já diga o que V. Exa. acabou de dizer. E eu acho que não faz favor nenhum a ninguém. Se o dinheiro foi corroído por algum processo inflacionário, o que era cinco tem que virar cinco e alguma coisa, corrigido pela inflação. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Senador Jaques Wagner, falo só para contribuir neste debate qualificado.

Tem um projeto sendo construído, que está recebendo emenda, em que a gente está tratando disso. E aquelas emendas que foram apresentadas, que foram pertinentes, mas que não podem entrar no relatório do Senador Renan serão incorporadas a esse projeto que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado. Está aí uma sugestão, a de apresentar uma emenda sobre a correção da tabela do Imposto de Renda. Já se coloca...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu acho ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... nesse projeto, porque a gente vai votá-lo na próxima semana, inclusive, a critério do Presidente Renan.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Até porque há – viu, Senador? – o meu passado de sindicalista. Eu sempre digo: vocês não fazem favor de corrigir pela inflação; favor – não é nem favor –, dar ganho é você reajustar acima da inflação. Da inflação, você está deixando todo mundo no mesmo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É igual. O.k. Era só para contribuir.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Mas só para concluir, porque eu não quero me alongar demais, eu quero só fazer, Presidente, uma comparação. São dados de 2022, da OCDE. A média da OCDE de tributação sobre a renda – a média – é 12,1%. O país que mais tributa é a Dinamarca, 27% sobre a renda; depois, a Noruega, 26,8%; Nova Zelândia, 20%. Bom, vem caindo, e depois a média é 12,1%. A nacional, a nossa, sobre a renda é 9,2% – no Brasil –, portanto abaixo da média da OCDE.

Agora veja a contradição que a reforma tributária começa a corrigir: sobre o consumo... Sobre o consumo, cadê? Está aqui: sobre o consumo, a média da OCDE – veja a diferença –, repito, a média da OCDE sobre o consumo é de 10,6%; no Brasil, 13,7%. Ou seja, nós tributamos abaixo da média quando se trata da renda e acima da média quando se trata de consumo. Renda tem, todo mundo tem, mas tem a renda do salário mínimo até a renda bem-vinda de quem trabalha, de quem empresariou e que tem o seu negócio, não tenho nada contra isso aí. Para mim, quando é fruto do trabalho, não da corrupção, da bandalheira ou de qualquer outro tipo de coisa ilegal, eu bato palma.

Mas repare como nós somos diferentes, por isso que o nosso índice de desigualdade é extremo, não tem sentido. O nosso índice de desigualdade caiu agora em 2023, mas ainda é 0,506. É dos piores do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tem as comparações que eu acho que muita gente já sabe: a renda do 1% mais rico do Brasil é 34 vezes maior do que o total da renda... Não estou falando da renda de um menor. O 1% mais rico tem uma renda 34 vezes maior que o total da renda dos 50% mais pobres. Sessenta e três por cento da riqueza do Brasil estão nas mãos de 1% da população.

Eu não estou recriminando, eu estou dizendo só que nós todos... Aí não tem nada a ver com esquerda ou direita, tem a ver com querer ter um país minimamente justo socialmente, que equilibre. Bato palma: "Vosmecê é rico porque trabalhou, fez sua empresa?". Bato palma. Meu rumo foi outro. Eu a vida inteira vivi de salário. Não me arrependo, porque minha glória ou meu prazer é estar aqui tentando contribuir para o meu país, mas também não reclamo de quem ganha muito, não. Eu só se for na loteria, porque eu não tenho empresa nem sou empreendedor, escolhi outro caminho.

A renda média do 1% mais rico, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas no Brasil, é de R$27 mil – renda média. A renda média do 0,1% mais rico é de R$95 mil. Nós estamos falando de 156 mil pessoas. Então, essa discrepância, Senador Renan – mais uma vez parabenizando o seu trabalho –, é que eu acho que é o que a gente está tentando corrigir.

Tem imperfeições como o que Senador Izalci falou? Tem, nós discutimos há pouco. E eu tenho certeza de que, como é racional o que foi dito aqui, há uma Lei das S.A. que diz que é abril e essa lei está dizendo que é dezembro, mas para a gente evitar o que a gente não quer, que é postergar, eu vou levando também para o Ministro da Fazenda, ou por regulamentação, ou por uma medida provisória, de tal forma que não se fira uma lei que é anterior a essa, que é a Lei das S.A.

Então, para concluir, eu só quero parabenizar mais uma vez V. Exa. Eu espero que nós votemos isso hoje...

Deixe-me só dizer, para terminar mesmo, Senador Oriovisto: eu sei que V. Exa. não falou nominando ninguém, mas eu posso lhe garantir que esta lei aprovada não é, em hipótese nenhuma, um estelionato eleitoral. Ela é fruto de um compromisso do Presidente, que já tinha estabelecido esse compromisso, não ele, porque ele não foi candidato, mas em 2018, na pessoa do Fernando Haddad; o opositor também fez, e quem ganhou foi o opositor – acabou não conseguindo fazer cumprir com o que tinha se comprometido. Essa é uma coisa atávica do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Lula, esta é, na verdade, a obsessão dele: justiça social. Então, posso lhe dizer que não se trata, em hipótese nenhuma, de estelionato e, como já lhe disse, vou levar a proposta do reajuste anual.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Senador Jaques Wagner, apenas para lhe dizer que em momento algum eu disse que é.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu falei...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Eu disse que, se não for corrigida a tabela do Imposto de Renda e os 600 mil, poderá ser, sim, um grande estelionato eleitoral.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Concordo. Quando eu digo que não será é que eu sei qual é a postura do Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – É. E fico feliz que o senhor concorde comigo. Nós estamos correndo um sério risco aqui.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu ia até fazer uma brincadeira. Quando eu propuser, eu vou dizer: "Dê a essa emenda o batismo de Emenda Oriovisto Guimarães". (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – E quero lhe dizer que, mesmo não sendo empreendedor, se aqueles 600 mil não forem corrigidos, daqui a pouco o senhor vai estar lá no Imposto de Renda mínimo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não revele minha fortuna! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k., agradecendo a contribuição do Senador Jaques Wagner, eu quero, antes de passar a palavra... Aliás, eu recebi uma informação aqui, há poucos instantes, de que hoje é o aniversário do Senador Randolfe Rodrigues. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Quando eu cheguei aqui no Senado Federal – viu, Senador Randolfe? –, eu fiz uma alteração no Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno dizendo que aniversariante tem prioridade de fala. Então, tem outros colegas à frente de V. Exa., mas, em função da alteração regimental que eu e o Senador Renan Calheiros fizemos, V. Exa. tem a fala permitida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, o detentor do natalício tem a faculdade de declinar para seguir normalmente o curso?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pode, é um critério de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Obrigado. Agradeço a V. Exa., agradeço a lembrança, agradeço a homenagem, mas eu aguardo perfeitamente os demais colegas se pronunciarem, e me escrevo aí...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Mas o Regimento foi seguido à risca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – A alteração pelo senhor proposta é muito bem-vinda, entendeu? Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Mas aguardarei gentilmente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Parabéns! Em meu nome e em nome do Senador Renan, parabéns!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Com a palavra o Senador Weverton, por gentileza.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para discutir.) – Presidente, começando aqui cumprimentando o aniversariante, Senador Randolfe, e o nosso Relator, Presidente Renan. Não tínhamos dúvida da seriedade, da serenidade e da competência com que V. Exa. iria conduzir esse importante tema. E parabenizo a sensibilidade do Presidente Lula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, sem dúvida nenhuma, você vai pegando aqui o conjunto da obra... Eu vejo aqui o Senador Eduardo Braga, que ainda carrega essa árdua missão, de várias que ele já teve agora, da reforma tributária, a cada momento aprofundando ainda mais essa correção de que o país precisava e devia à população, à nossa justiça social e também à justiça tributária.

Muitas pessoas, de forma justa, reclamam muito que o país é um país com muito imposto. E é óbvio que nós somos um país com muito imposto, e eu acho uma grande injustiça ou falta de informação de quem faz esse tipo de comparação com outros países, porque nós somos um país que temos um SUS, que não é barato e que oferece, para um país de quase 220 milhões de habitantes, saúde reconhecida internacionalmente de qualidade, com todas as especialidades. Nós temos casos de brasileiros que moram fora do Brasil, mas que, na hora em que o negócio aperta, correm para cá para se tratarem aqui no Brasil.

Nós temos o Suas... Na assistência social, que prevê desde a criança pobre, lá do trabalho simples do Conselho Tutelar, até a assistência ao idoso, o Suas está lá, o assistente social está lá na ponta. Nesses mais de 5 mil municípios que nós temos no Brasil, tem um profissional do serviço público atendendo a essa população, que mora muitas vezes em lugares inimagináveis por muitos que nasceram em berço de ouro.

E, quando o Presidente Lula traz uma proposta dessas, é claro que é um acinte para poucos, mas nós não temos medo de fazer esse enfrentamento porque é indiscutível, é inegociável essa comparação, ou os números que nós temos aqui.

Portanto, eu não vou me alongar na minha fala, porque nós precisamos votar, o Brasil precisa avançar. São milhões, 25 milhões de atendidos, de pessoas que não vão ter aqui política assistencialista: nós só estamos dizendo que as pessoas que ganham menos vão pagar menos e os que ganham mais – e, graças a Deus, ganham – pagam mais. É simples.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Weverton.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Primeiro, para consultar V. Exa. e a Mesa se, com a presença registrada, nós poderemos votar remotamente. Eu indago...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Posso? Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Registrou a presença remotamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, eu queria pedir escusas aqui ao meu amigo, queridíssimo Relator, Renan Calheiros, porque eu estou indo para uma reunião neste momento tratar exatamente do projeto alternativo que o Senador Renan apresentou, mas eu queria abordar um tema, Sr. Presidente, para a reflexão de todos, já que nós estamos votando.

E aproveito para cumprimentar o aniversariante, o meu querido amazônida Randolfe Rodrigues, que é escorpião, e do bem (*Risos.*), porque tem escorpião que... A tartaruga corre do escorpião, mas o Randolfe não, a tartaruga dá carona para o Randolfe com tranquilidade.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria abordar aqui uma questão que eu acho que vale, Jaques Wagner, a atenção do Governo.

Veja, nós estamos falando das injustiças tributárias em relação às *bets*, em relação às companhias de pagamento, que são chamadas de *fintechs*, com relação ao sistema bancário, etc., mas, Sr. Presidente, nós não estamos falando aqui das *bets* ilegais, nós não estamos falando aqui das *fintechs*, que não são sequer legais e que estão sendo usadas hoje como instrumento de lavagem de dinheiro, como instrumento de apostas ilegais feitas em *bets* ilegais, cujas portas nós não estamos conseguindo fechar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só no relatório que a Receita Federal acabou de produzir, nós identificamos, nada mais, nada menos, do que R$50 bilhões sendo manipulados por essas *fintechs* de forma ilegal; e o pior, sem que o Coaf se manifeste, sem que o Banco Central se manifeste. E esse dinheiro não está no espaço sideral, esse dinheiro está alocado dentro dos bancos e ele é movimentado através de Pix.

Portanto, eu creio que esse projeto alternativo de V. Exa. servirá como uma oportunidade, Senador Oriovisto, para, primeiro, acabar com a criminalidade que está acontecendo neste país e, depois, resolver a questão dos ajustes que nós temos que fazer sobre quem atua legalmente, porque, se há injustiça sobre aqueles que atuam legalmente, imagine sobre aqueles que atuam ilegalmente, não pagam imposto nenhum, estão usando o sistema financeiro brasileiro, e nós estamos fazendo de conta que não existe. Esse número, reconhecido pela Receita Federal, é de quase R$50 bilhões, mas o que se diz no mercado é que esse número é de R$150 bilhões.

Senadores, Senadoras, isso é gravíssimo – isso é gravíssimo –, porque não estamos falando mais de lavagem de dinheiro com caixa dois; estamos falando de lavagem de dinheiro através de Pix, através de contas bancárias, dentro do sistema financeiro brasileiro. Isso precisa acabar de uma vez por todas. Era isso.

E vou votar favoravelmente ao projeto e ao adendo apresentado pelo eminente Relator, Renan Calheiros.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Eduardo Braga, um aparte só.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Concordando 99% com o que V. Exa. disse, apenas acho que a gente não pode generalizar as *fintechs*.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Faço só essa ressalva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Quero dizer que as *fintechs* legais são *fintechs* legais. O que estou dizendo... Estamos falando de discussão sobre carga tributária sobre as *fintechs* legais. E as ilegais, que estão funcionando sem pagar carga tributária nenhuma e causando um rombo enorme no sistema financeiro brasileiro, no sistema jurídico brasileiro? O Coaf não enxerga, o Banco Central não enxerga, a Receita Federal não enxerga, a Polícia Federal não enxerga... Mas vai você, como politicamente exposto, pessoa politicamente exposta, fazer um movimento para ver o que acontece com você?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k. Obrigado, Senador Eduardo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só queria fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Quero concordar em gênero, número e grau com o Senador Eduardo Braga, porque isso tem sido falha ou conivência ou conveniência das nossas instituições, independentemente de Governo. Cadê a Receita Federal? Movimenta... Repito as palavras dele: nós, como Deputados e Senadores, se movimentamos R$1... Arruma uma nota fiscal aqui para comprovar alguma coisa, para ver se você não vai se incomodar e vai ser página de jornal. Agora, *fintechs*, *bets*... Cadê a Receita? Cadê a Polícia Federal? Cadê o Banco Central? Hoje nós somos completamente monitorados. Todo mundo usa Pix, todo mundo usa cartão de crédito. Ninguém mais usa dinheiro.

Então, Senador Eduardo, o senhor está de parabéns. Concordo.

E isso aqui também é um recado claro às instituições brasileiras: parem de fechar os olhos para vagabundo, bandido, que está mexendo com o dinheiro e, com certeza, tem crime organizado por trás, lavando dinheiro de tráfico de drogas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Já foi dito aqui, pelo Presidente Renan, que, no dia 25, o Presidente do Banco Central vai estar aqui conosco e vamos conversar sobre esse assunto também.

Quero cumprimentar V. Exa., por sua fala, e acrescentar essa questão da exposição a que nos submetemos e que me incomoda bastante. É a figura do PEP (pessoa exposta politicamente). Tem alguns locais em que financiamento, por ser PEP, a gente não consegue, e por aí vai... Isso é um absurdo, e a gente precisa enfrentar isso em algum momento.

Quero conceder a palavra, para a gente adiantar a nossa Comissão, à Senadora Dra. Eudocia.

Por gentileza, Senadora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Presidente, Senador Laércio Oliveira, e o nosso Presidente Renan Calheiros, Presidente da CAE.

Dessa forma, quero parabenizar o seu relatório, Senador Renan Calheiros, porque V. Exa. se debruçou em cima desse projeto de lei. Fui testemunha do seu trabalho e sinto-me honrada e também agraciada por saber que V. Exa. se dedicou tanto a este projeto, que vai ser bom para todos os brasileiros e brasileiras.

Eu quero colocar aqui, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a importância deste projeto que vai, Presidente Laércio, mudar a trajetória econômica do nosso país. O nosso querido Senador Jaques Wagner mostrou números agora dessa desigualdade do nosso país. Então, se nós não olharmos para a população de baixa renda, essa desigualdade cada vez será maior.

Quero colocar aqui a importância deste projeto de lei e dizer, Senador Renan, como V. Exa. bem sabe, que Alagoas é um estado em que a maioria das pessoas são de baixa renda. Se o Brasil será beneficiado, Alagoas será um estado extremamente beneficiado. Aqui, eu falo para todos os brasileiros e brasileiras e para a nossa população alagoana: nós não estamos falando só de tributos, estamos falando de justiça social e de também desenvolvimento regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que as pessoas de baixa renda com mais dinheiro no bolso têm mais poder de compra. Há uma mobilização econômica em cada estado – aqui eu estou falando especialmente de Alagoas –, e, dessa forma, a gente vai garantir que a economia cresça, Senadora Soraya Thronicke, de baixo para cima, e o povo participando desse crescimento. Isso é importante.

Eu quero dizer que apoio este projeto e defendo esse poder de compra das famílias brasileiras, que vai melhorar muito, especialmente, como já falei, das famílias alagoanas, que tanto contribuem para o nosso país, mas que ainda carregam o peso da desigualdade.

Esse é um passo concreto, Presidente Laércio, para tornar o nosso sistema mais justo, e o Brasil, mais equilibrado.

Mais uma vez, parabenizo os senhores por este projeto de lei e quero dizer que o meu voto é favorável. Mesmo como suplente, estou aqui cumprindo o meu mister.

Caso falte algum voto, Senadora Soraya Thronicke, eu estou aqui para que o meu voto seja contabilizado.

Era isso o que eu queria falar.

Muito grata, Sr. Presidente Renan, Sr. Presidente Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senadora Eudócia. A sua importância nem preciso comentar. Aqui dentro do Senado, a senhora conquistou todos nós. A sua presença, em qualquer ambiente aqui dentro, nos deixa muito felizes e seguros. E a sua participação, com coerência, com respeito e com o carinho que a senhora angariou de todos nós, nos dá a certeza de que a gente está fazendo conjuntamente a coisa certa.

Muito bem-vinda. Obrigado por sua fala.

Concedo a palavra ao aniversariante, Senador Randolfe Rodrigues, por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Laércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que aqui é necessário fazer dois registros: o primeiro é da importância do projeto que nós estamos votando. É bom sempre lembrar que nós tivemos um período em que a tabela do Imposto de Renda, para ser mais exato, entre 2015 e 2022, foi congelada em R$1.903. Não houve nenhum tipo de reajuste sobre a tabela, sobre a isenção da tabela do Imposto de Renda. É sempre importante destacar que, quando nós tivemos correção da tabela do Imposto de Renda, foi de 2004 até 2010, e uma continuidade da correção entre 2011 até 2014. Essa correção, durante o período de 2015 a 2022, foi suspensa. Fique para quem quiser julgar em quais tempos a tabela do Imposto de Renda foi corrigida e em quais tempos e em quais governos a tabela do Imposto de Renda foi congelada.

Nós estamos em um processo gradual de correção desde o primeiro ano do Governo do Presidente Lula. No primeiro ano já, Presidente Laércio, a tabela do Imposto de Renda foi corrigida para R$2.640. A isenção no segundo ano já pulou para R$2.824, inclusive em projeto que relatei aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse projeto, Presidente, resolve o dramático problema da desigualdade social no Brasil? Não, mas esse projeto é uma constatação do Estado brasileiro, porque nós somos, de fato, um dos dez países mais desiguais do mundo e temos que começar a ter mecanismos de correção dessa realidade.

Essa mudança possibilitará, Senador Renan... Esse é o segundo aspecto que eu quero aqui destacar, porque o senhor traz duas contribuições aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos, para o Senado e sobretudo para o Brasil. Além de todas as outras contribuições que V. Exa., ao longo da sua trajetória, como Presidente deste Congresso Nacional várias vezes, já deu para este país, o senhor está trazendo aqui duas contribuições: a primeira é a compreensão da emergência, da urgência, da necessidade de nós não retardarmos mais esse projeto. Senador Renan, eu acredito que não faz nem um mês que o senhor recebeu esse relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dia 8.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Então, não completou um mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não completou. Como já foi destacado pelo Senador Laércio, eu lembro qual é a data de hoje, é dia 5 de novembro, lembro muito bem, por razões óbvias. (*Risos.*) Então, não temos um mês que o senhor assumiu esta relatoria. Em menos de um mês, este projeto sairá das suas mãos para ser aprovado nesta Comissão de Assuntos Econômicos para ir direto para o Plenário desta Casa. Isso é compromisso e responsabilidade com este país, mas, sobretudo, Presidente Renan, isso é sensibilidade com os mais pobres.

Não justifica, não justificava... Não há razoabilidade para um projeto dessa dimensão, que combate a desigualdade, que beneficia 10 milhões de brasileiros, junto com os outros 10 milhões que foram isentos no ano passado; ou seja, 20 milhões de brasileiros serão beneficiados. Não há razoabilidade para esse projeto ter demorado a sua tramitação aqui neste Congresso Nacional! Então, esse é o primeiro senso de patriotismo. Patriotismo é, de verdade, compreender o que sentem os mais pobres, os que mais precisam. Quem mais precisa é a professora que recebe R$4 mil e vai ficar isenta; é o motorista que recebe R$3,6 mil e vai ficar isento; é o autônomo que recebe R$3,5 mil, R$3,6 mil e vai ficar isento. Esses são os que precisam.

Então, primeiro, essa sensibilidade nos levará a aprovarmos este projeto ainda no dia de hoje aqui no Congresso Nacional. Esse senso de urgência com os mais pobres. E eu sei, Presidente Renan, que a tentação seria grande de fazer correções, mas a sensibilidade com os mais pobres foi o que pesou para o seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Porque, em paralelo, o senhor apresentou outro projeto, que é urgente apreciarmos aqui, o 5.473, sobretudo trazendo o problema dramático das *bets*.

Presidente, as *bets* entraram no Brasil em 2018 e 2019. Não ocorreu tributação naquele período. Recentemente, eu fico feliz com a manifestação de colegas de que é necessário votar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributação de *bets*, porque, lamentavelmente, também há menos de um mês, a Câmara dos Deputados trancou a tramitação, Senadora Leila, de um projeto de lei com o apoio da nossa oposição, que aumentaria a tributação de *bets* de 12% para 18%, o que é insuficiente.

Para as *bets,* nos Estados Unidos, a tributação é acima de 50%. Em Nova York, que teve um belíssimo resultado nas eleições de ontem, é acima de 50%. Na Europa, a média, Presidente Laércio, é acima de 25%. Não é razoável nós termos uma tributação aqui no Brasil de 12% a 18% sobre as *bets* – de 12% sobre as *bets*.

Eu acredito muito no teor do seu projeto, que faz a tributação devida até 24%, e faz uma segunda parte da correção e do combate à desigualdade em nosso país.

Então, nossas homenagens, Presidente, sobretudo à sensibilidade que foi externada aqui pelo Relator desta matéria, o Presidente Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu concedo a palavra ao Senador Portinho. Por gentileza, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente Laércio, querido Relator, Senador Renan, e todos os meus colegas, quero deixar um ponto aqui registrado que é o nosso consenso com relação à faixa de isenção e à atualização dessa faixa. Ninguém aqui é contra essa atualização da faixa de isenção para R$5 mil ou R$7 mil e pouco, ainda com alguma variação. Eu preciso deixar isso claro, porque eu preciso também apoiar a fala – e acho que todos nós, inclusive na própria manifestação do Líder Jaques Wagner – do Senador Oriovisto, porque senão poderá ser um estelionato eleitoral. Foi isso que disse o Senador Oriovisto. Por quê? A pessoa vai, no próximo ano, ter um benefício; no outro ano, ela vai pagar imposto, ou seja, o imposto é certo, o benefício é duvidoso. Foi isso que disse e alertou o Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente quer que esse benefício atinja a população e não apenas em um ano. Por isso, a correção da tabela do Imposto de Renda é fundamental, e eu acredito, Senador Renan, que seja possível a gente tratar neste projeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por mais que a gente esteja levando a outro projeto o conserto do que se pode ser feito aqui, deixando de lado o nosso consenso, tem muita coisa aqui para ser ajustada. E a gente tem fontes de recurso mesmo, como disse agora o Senador Randolfe, como a taxação das *bets* ou até a majoração do que se pretende dessa desgraça social que não produz nada, que é um cadastro de clientela, nada além disso. E vai para o ralo o dinheiro do brasileiro incauto; como disse, em outros países do mundo, é maior. Então, por que a gente está arrochando tanto aqui em setores produtivos se a gente pode buscar, Senador Renan?

Agora, este projeto aqui que a gente está votando, do Imposto de Renda, termina aqui. No que V. Exa. vai apresentar, com toda a sua boa intenção de nele discutir, não há garantia para a população, nem para a gente, que precisa ser avalista disso, que a Câmara vai aceitar ou que a Câmara vai sentar em cima.

Faço um apelo, Senador Renan. Sei que não quer mandar o projeto de volta, porque o que a gente mudar aqui obriga a voltar para a Câmara, mas vamos, neste projeto, botar a digital do Senado. O Senado tem, nos momentos da história, botado a bola no chão e arrematado os textos que vêm da Câmara, porque somos a Casa revisora. Não podemos perder essa função, não podemos ter medo de exercer essa função. Senador Renan, é um apelo. Vamos acertar. É muito pouca coisa – coisas que a gente pode fazer com ajuste de redação e coisas que a gente tem que fazer com o acatamento de emendas.

Por exemplo, essa questão que trouxe o Senador Izalci – e quero aqui registrar que o economista Pastore me advertiu e eu encaminhei. Vi que V. Exa. teve a sensibilidade de estudar o tema. O próprio Governo, Senador Randolfe, joga contra as suas bases, porque ninguém aqui se atentou para o fato de que os projetos incentivados – sejam de cultura, por maior crítica que haja de alguns setores à Lei Rouanet; os projetos incentivados do esporte, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais para o desenvolvimento social, inclusive; os projetos incentivados para idosos, para pessoas carentes, para pessoas com deficiência física estão sendo prejudicados neste projeto, porque a empresa não vai mais querer usar a Lei de Incentivo, se o seu sócio for pagar no seu Imposto de Renda de Pessoa Física o que ele está revertendo para projetos incentivados. Ninguém atentou para isso. Isso não foi discutido acho que nem no Governo, porque o Governo tem as suas bases na cultura, e a cultura vai ser extremamente prejudicada nos projetos incentivados, porque com uma mão dá e com a outra tira dos dividendos. A gente vai engessar com esse texto os projetos incentivados. E pior, Senador Renan, vamos deixar a cultura de lado, deixar o esporte, embora eu seja um grande defensor das políticas de incentivo nessas áreas e da sua importância, mas vamos pensar nos idosos, vamos pensar nas pessoas com deficiência que se aproveitam. É isso que a gente quer? É isso que o Governo quer?

E por que a gente não pode, então, porque isso não vai ser... Eu acho que não se consegue... O Senador Izalci disse que é possível, com ajuste de redação, mas o Senador Renan vai poder avaliar. Se não for possível, o que não for possível, a gente tem que fazer a mudança neste texto. Que, no outro projeto, a gente possa acrescentar outras coisas, mas a garantia para sociedade de que ela está tendo benefício com este projeto. No nosso consenso, o reajuste da faixa é um benefício, desde que seja corrigido, porque senão ele é efêmero... Não é nem efêmero, ele só vale para o ano que vem. Não vamos enganar quem está nos assistindo, não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – É estelionato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É estelionato eleitoral, como disse aqui que poderá ser o Senador Oriovisto. Sem a correção da tabela, poderá ser. Vai enganar muita gente que está assistindo. E nem V. Exa., tenho certeza, ou nenhum de nós aqui quer isso. O próprio Líder Jaques Wagner já se manifestou sobre essa possibilidade.

Mas vamos trazer para aqui, Senador Renan, porque senão a gente vai enganar, sim. Por melhor que a gente ponha no texto de outro projeto, qual é a garantia que ele vai ser aprovado? Qual é a garantia lá na Câmara? Qual é a garantia que ele vai tramitar na Câmara? E, depois, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente vai dizer o que para a população? "Ó, só valeu um ano." Eu sempre disse que esse reajuste da tabela só veio, Senador Oriovisto, pelo que eu falei ou pela depreciação do poder de compra da nossa moeda, porque R$5 mil hoje, infelizmente, não valem tanto quanto R$5 mil dois anos atrás; ou por aumento de impostos. O Governo escolheu os dois caminhos, e a gente aqui tem alguma chance de acertar.

Essa questão dos projetos incentivados que estão sendo sacrificados aqui é seriíssima, inclusive a bandeira do Governo porque a base da cultura, pelo menos, é do Governo. Eu já defendi e continuo defendendo a cultura, de onde vem a minha família, na própria reforma do Imposto de Renda. Conseguimos ganho, Senador Randolfe, e nos unimos em prol disso. Peço que haja essa união aqui. Não sei se o Governo não percebeu isso.

Aqui eu quero fazer referência a uma emenda que eu anunciei desde quando este projeto chegou – para encerrar, Senador Laércio –, que diz respeito aos profissionais liberais. Gente, eu me lembro de como era você ir a um médico no passado: "Você quer sem nota ou com nota? Com nota, é mais caro". Eu me lembro de como era o pagamento – eu sou advogado – de advogados quando eu estagiava: dinheiro vivo. Houve todo um movimento de regularização. As sociedades de advogados, os médicos, os produtores culturais se regularizaram. Vou, de novo, mexer na base. Os produtores culturais que são pessoas físicas criaram pessoas jurídicas, uniram-se.

Quando a gente fala de profissional liberal, Senador Renan, a gente está falando daquela família em que o pai é médico, a filha é médica, e eles constituíram uma sociedade; está falando do produtor cultural que constituiu uma sociedade para o seu negócio; está falando do advogado que antes pegava honorários em espécie para não declarar e se regularizou. Eu não estou falando nem das grandes corporações, estou falando dos escritórios, Senadora Soraya, em que são pai e filho. Vai andar no interior deste país, a grande maioria dos escritórios de advocacia são familiares, em que, sim, na prestação do serviço, a pessoa jurídica se confunde com a pessoa física – é um fato. O que esse projeto está fazendo ao tributar os dividendos, que são contraprestação – atenção! – do esforço e do trabalho desses profissionais, do trabalho intelectual, muitas vezes, da sua *expertise*. Eles estão sendo sacrificados também aqui, e a gente precisa achar uma solução. Eu trago uma emenda que é a solução. Agora, não me parece caber numa emenda de redação. E o que a gente vai fazer? Deixamos como está? Porque, se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiser taxar os super-ricos... Ainda que esse conceito de super-rico não esteja claro, ninguém tem coragem de dizer o que é, mas, desculpa, nesse caso a que eu me refiro, os super-ricos que estão sendo taxados não o são, é a classe média: são os médicos, são os advogados, são os produtores culturais, são os prestadores de serviço.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – São R$50 mil por mês.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São R$ 50 mil por mês. Eles ganham mais, têm um custo maior, mas dividem lá entre o filho, entre a família que é sócia. A gente tem que dar uma resposta para isso e não vai ser em outro projeto que não tenha garantia. Vamos enganar de novo? Tem que ser aqui, Senador Renan, aprovando essa emenda.

Essa emenda veio da OAB do Rio de Janeiro, quero deixar registrado; não saiu da minha cabeça, não, porque a própria OAB coloca "pessoas jurídicas de prestação de serviços profissionais submetidas à fiscalização por conselho profissional". Ou seja, ela não quis olhar só para os advogados, ela está olhando para todos os profissionais liberais que se constituíram em pessoas jurídicas e que a contrapartida de seu trabalho é a remuneração, são os seus honorários, e que vão ser duplamente taxados. A pessoa jurídica vai pagar e o profissional liberal vai pagar quando receber os seus dividendos. É isso mesmo que querem? Esses são os super-ricos? Não são, não são!

Eu sei que vou ter oportunidade de defender a emenda, mas quero chamar a atenção para ela e que a gente busque, Senador Renan, o melhor. A gente aqui quer sempre arredondar o que vem e é a nossa função, como Casa revisora. Não vamos abrir mão disso. Que volte para a Câmara. Vai ser votado do dia para a noite lá. Quantas vezes a gente aprovou um projeto aqui, foi e voltou no mesmo dia? O prazo é só em 31 de dezembro. A gente tem mais de dois meses quase, para tratar disso. Não vamos deixar muita coisa para o outro projeto. Não temos a garantia de que ele será aprovado, não foi feito acordo com a Câmara sobre isso, e não podemos enganar a quem nos assiste, que é a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Portinho.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke, a última inscrita nessa fase de discussão. Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Obrigada, Presidente, Senador Laércio, Presidente Renan Calheiros e Relator. Cumprimento todas e todos na pessoa de V. Exas. para ser breve.

Escutei atentamente todos os colegas e entendo essa questão. Concordo com o Portinho na questão do profissional liberal que se confunde com a pessoa jurídica. Poderíamos fazer a exceção em relação aos dividendos nesses casos, porque aí sim, nos parece... Nos parece, não, acaba sendo uma bitributação, diferentemente de outros casos de pessoa jurídica ao auferir dividendos como pessoa natural.

Mas entendo também o nosso tempo, que é exíguo, e a nossa preocupação com a Câmara. Entre esses dramas todos, inclusive, concordo com o Senador Oriovisto na maior parte dos seus reclamos, e o Senador Jaques Wagner trouxe possíveis soluções.

A minha pergunta: seria possível suprimirmos certas questões, as que estão como pontos controvertidos, e tratarmos disso em outro PL ou por meio de decreto, para que o Governo Federal assim o faça, para que não retorne? Porque, se nós suprimirmos, eu acredito que possa ser uma solução para que possamos votar o quanto antes, dentro dessa confiança e do trabalho da CAE em conjunto, resolvendo esses pontos nodais que realmente nos preocupam.

Eu destaco a questão de fazer justiça tributária. Quando nós queremos agir de uma forma, nada populista... Temos que lembrar que o Brasil está em 10º lugar, como economia mundial, por conta do seu PIB, mas, por conta do PIB *per capita*, a nossa posição, em 2025, é no 87º lugar. Daí a gente percebe a discrepância e a injustiça tributária que vivemos. Por isso precisamos, realmente, fazer justiça tributária.

Não é uma questão que muitos estão criticando de aumentar tributo e criar tributos. Eu tenho escutado há dias – e, agora, a Consultora Fabiana esclareceu – que nós criamos, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram criados, nos últimos meses, 27 tributos. Só que ninguém nominou esses tributos. Eu não sei quais são. Eu não vi isso acontecer.

O que aconteceu na reforma tributária – que, sequer, está ainda em vigência – foi a substituição de cinco tributos por outros tributos. Inclusive, o IBS, a CBS e o imposto seletivo... Uns foram extintos e outros foram criados. Foi uma substituição. Então, tem muita falácia, e isso preocupa. São 215 milhões de brasileiros que muitas vezes estão escutando inverdades. E precisamos deixar tudo isso muito claro, porque sou contra essa criação de novos tributos, e nós não criamos. Isso, também, não vai para minha conta.

A questão das *bets* é uma atividade nova sendo regulamentada e que deveria ter sido regulamentada entre 2019 e 2022, porque, quando Michel Temer sancionou a legislação, em dezembro de 2018, determinou que o Poder Executivo deveria – deveria – regulamentar no período de dois anos, prorrogáveis por mais dois, ou seja, quatro anos; Governo Bolsonaro. De 2019 a 2018, nada foi feito e deixou-se correr "a la vontê" – R$15 bilhões, nós perdemos, no mínimo, por ano. Nós perdemos e, para mim, entraram no bolso de alguém esses R$15 bilhões, porque é uma vergonha e não há como, simplesmente, fechar os olhos para isso. Alguém lucrou e alguém rachou; alguém lucrou e alguém rachou – sinto muito em dizer!

Agora, é muito complicado, tenho minhas críticas em relação à atual regulamentação das *bets*, ou até mesmo à fiscalização delas – enfim, esse é outro assunto –, e também sou contra o aumento para apenas 18% do GGR. No total, dá uns 50% de tributação, só que cigarro é de 265% e bebida alcoólica de 64% a 68%. Então, dentro dessa seletividade e do dano que causam, é realmente um absurdo suportar.

Por fim, gostaria, dos colegas, de saber que tributos são esses? Porque não param de dizer que foram criados tributos.

Bom, então, Senador Renan, parabenizo V. Exa. Concordo que, infelizmente, nós não podemos ter a confiança que nós deveríamos ter na Casa vizinha. Ninguém sabe o que pode acontecer. Então, se for possível suprimir, que seja para que possamos burilar esse projeto. Realmente, vamos fazer injustiças. Dentro desse aspecto, eu estou disposta a votar favoravelmente, sim. E vamos entregar para a população brasileira o que nós prometemos, porque não foi uma promessa somente do Presidente Lula, em 2022; a maioria dos candidatos à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência da República assim o faziam, como foi o meu caso. Então, estamos todos entregando algo que prometemos lá atrás. Isso é de suma importância para a população, e é um marco. Parabéns pela habilidade em conduzir uma matéria tão difícil!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço à Senadora Soraya Thronicke.

O Relator recebeu a Emenda 135 e quer falar sobre o assunto.

Eu concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, Relator do projeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Essa emenda é do Senador Lucas Barreto, e nós somos pela rejeição, portanto, da Emenda 35, porque tem, lamentavelmente, uma alteração de mérito e implica, consequentemente, redução de receita.

Em primeiríssimo lugar, eu quero agradecer as manifestações ao Senador Jaques Wagner; ao Senador Weverton; à Senadora Soraya; ao Senador Randolfe, aniversariante e amigo querido; e à Senadora Eudócia, que falou da abrangência desse projeto de isenção.

O nosso estado é muito desigual, vítima da monocultura da cana-de-açúcar e da brutal desigualdade. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e o nosso estado é, talvez, um dos estados com maior desigualdade social. Para que todos tenham uma ideia disso, a abrangência da isenção atinge 98% da população do Estado de Alagoas, de modo que esse projeto é fundamental para amenizar as condições de vida da maioria da nossa população.

Sobre a Emenda nº 1, do Senador Jorge Seif e do Senador Carlos Portinho, eu queria dizer que, lamentavelmente, eu concordo em gênero, número e grau com essa questão das dúvidas com relação aos projetos incentivados. Chegamos, Portinho, a conversar com José Pastore, que é um especialista que nos alertou. Eu realmente tentei corrigir e aperfeiçoar o substitutivo da Câmara nesse aspecto, mas, lamentavelmente, a emenda é de mérito, porque altera o conceito contábil e implica alteração no redator e isso, lamentavelmente, ensejaria a volta do projeto à Câmara. Nós temos a oportunidade de corrigir isso, sim, com o meu apoio, no projeto que apresentamos e que tem como Relator o Senador Eduardo Braga, que saiu daqui para conversar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Ministério da Fazenda, com relação ao projeto, e também ficou de conversar com a Câmara dos Deputados, para nós criarmos condições para que, eventualmente, o projeto avance lá na outra Casa do Congresso Nacional.

A Emenda nº 13, que também altera o redutor, que é do Senador Jorge Seif, diminui receita e ensejaria também a volta do projeto, lamentavelmente, à Câmara dos Deputados, e a Emenda nº 88, também do Senador Izalci Lucas e do Senador Astronauta Marcos Pontes, também meritória, foi muito bem defendida aqui pelo Senador Izalci.

Nós verificamos aspectos com relação à alteração em função de uma emenda de redação, mas chegaríamos à insegurança absoluta jurídica, o que poderia ensejar ações judiciais e mais ações judiciais. De modo que, lamentavelmente, nós somos pela rejeição das três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço.

Pois não, Senador Jorge.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Estão me ouvindo? Eu não estou ouvindo minha voz. (*Pausa.*)

Senador Renan, primeiramente, obrigado.

Nós estamos entendendo que, apesar de meritórias as três emendas – a do Izalci, a do Portinho e a nossa... Eu até queria falar para o senhor que, da mesma forma como o Portinho defendeu, essa nossa Emenda 13, que fala do da Lei do Bem, sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação, causa uma bitributação, e nós precisamos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação no Brasil.

Inclusive, fizemos uma missão agora com o Senador Esperidião Amin, e é uma questão sobre que o Brasil precisa se debruçar, porque é o que tem trazido, inclusive, muitos benefícios para os jovens, para as *startups*, etc., etc. O meu estado, Santa Catarina, como um polo de inovação, pesquisa e desenvolvimento, clamou por isso. Foi uma emenda indicada pelas indústrias que são as que mais investem em inovação. O que eu queria pedir ao senhor? Seu prestígio na Casa é muito grande.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O seu conhecimento é muito grande, a sua longevidade na carreira política é muito grande. Isso lhe dá experiências e muitos recursos aqui dentro do Senado.

Gostaria de pedir ao senhor, nesse novo projeto em que nós estamos evoluindo, que olhasse para essas três emendas, porque elas são importantes não para Portinho, para Izalci, nem para Seif...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... mas para o Brasil e para estes segmentos: OAB, indústrias do Brasil, Fiesc. No caso do Izalci, quem foi que ele mencionou? Agora, não estou me recordando.

Então, eu gostaria de pedir o apoio do senhor para que nós pudéssemos, de alguma forma, incluir nesse novo projeto, pelo qual o Senador Eduardo Braga está lutando, que, com certeza, todos nós e o Brasil vamos ganhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A do Izalci, só complementando...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... o Senador Jorge Seif, é em favor da das micro e pequenas empresas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só um aparte – só um aparte –, buscando aqui a conciliação, Senador Renan.

Eu posso ficar até disposto a retirar os destaques, Seif, de acordo com o que V. Exa. já adiantou do outro projeto. Eu ia só fazer uma sugestão para isso, em acordo: que, aprovando aqui na CAE esse projeto, nós o seguremos aqui e levemos ao Plenário na semana que vem, e junto o outro, para que a gente possa ter certeza de que essas questões estão tratadas. Com isso, eu retiraria os três destaques e nós o aprovaríamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sobre isso, Presidente, eu queria mais uma vez afirmar o meu compromisso com relação à defesa dessas emendas e dizer que, no mais tardar até terça-feira, nós votaremos esse projeto aqui na Comissão. E ele é terminativo – ele é terminativo. Então, nós vamos...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – E lembrando que, na próxima semana, o Plenário vai estar esvaziado por conta do evento da COP, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Da conferência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Do evento da COP.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Nós vamos estar todos mobilizados lá, no Norte do Brasil, e vamos ter as autoridades também. Então, como esse projeto é terminativo aqui, dava para construir esse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dá, sem dúvida nenhuma. Vamos, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente Renan... Presidente, só rapidamente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... e votar o Imposto de Renda hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Eu acho que não há dúvida do compromisso desta Comissão, do Presidente Davi Alcolumbre, do Plenário do Senado com o projeto de V. Exa., que contempla as preocupações. Então, vamos adiantar o serviço?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Vamos encaminhar a aprovação, porque nós temos um prazo, que é 31 de dezembro, para 10 milhões de brasileiros não pagarem mais imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.

Eu declaro encerrada a discussão e informo também que foram... (*Pausa.*)

Desculpe, Senador Portinho. Consulto V. Exa. se a gente retira os destaques.

A gente tira destaques...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Retiro esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Está retirado. (*Palmas.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bem, Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradecendo a compreensão e a unidade de todos, informo que a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. (*Palmas.*)

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 136 e 140.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Quero colocar em votação o requerimento de urgência para o projeto ir diretamente ao Plenário, hoje à tarde.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Leila Barros, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Tereza Cristina. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Carlos Viana, Plínio Valério, Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 17ª e da 23ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLOA/2026 (PLN 15/2025), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". Relator na CAE: Senador Eduado Braga. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao PLN 15/2025, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas de apropriação: a) No âmbito do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a **sugestão de emenda nº 3, renumerada como Emenda 1**, atendendo, conjuntamente, as indicações das sugestões de **nº 3, 6, 20, 22, 23, 37, 40, 64, 72, 80, 89, 95, 103, 110, 113, 117, 128 e 135**, de autoria dos senadores Randolfe Rodrigues, Angelo Coronel, Marcio Bittar, Wellington Fagundes, Irajá, Wilder Morais, Soraya Thronicke, Hamilton Mourão, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Efraim Filho, Augusta Brito, Leila Barros, Eduardo Braga, Tereza Cristina, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz e Jorge Kajuru; b) No âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a **sugestão de emenda nº 62, renumerada como Emenda 2**, atendendo, conjuntamente, as indicações das sugestões de **nº 10, 13, 31, 53, 55, 62, 70, 71 e 78**, de autoria dos senadores Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Alan Rick, Efraim Filho, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas e Professora Dorinha Seabra; c) No âmbito do Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET, a **sugestão de emenda nº 76, renumerada como Emenda 3,** atendendo, conjuntamente, as indicações das sugestões de **nº 59, 60, 61, 63, 75, 76, 83, 85 e 105,** de autoria dos senadores Fernando Farias, Laércio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Oliveira, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Renan Calheiros, Wellington Fagundes, Irajá e Eduardo Braga; d) No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a **sugestão de emenda nº 82, renumerada como Emenda 4**, atendendo, conjuntamente, as indicações das sugestões de **nº 21, 24, 35, 39, 82, 92, 96, 100, 107, 116 e 127**, de autoria dos senadores Marcio Bittar, Irajá, Randolfe Rodrigues, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Efraim Filho, Augusta Brito, Leila Barros, Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso e Omar Aziz; e) No âmbito da Advocacia-Geral da União, a **sugestão de emenda nº 84, renumerada como Emenda 5**, atendendo, conjuntamente, as indicações das sugestões de **nº 69, 74, 81, 84, 87, 93, 99, 104, 109, 115, 121, 132, 136 e 137**, de autoria dos senadores Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Lucas Barreto, Leila Barros, Laércio Oliveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Tereza Cristina e Jorge Kajuru; e f) No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a **sugestão de emenda nº 112, renumerada como Emenda 6**, atendendo, conjuntamente, as indicações das sugestões de **nº 8, 14, 15, 25, 46, 68, 79, 97, 102, 112, 119 e 133**, de autoria dos senadores Randolfe Rodrigues, Marcio Bittar, Wellington Fagundes, Irajá, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Augusta Brito, Leila Barros, Eduardo Braga, Omar Aziz e Jorge Kajuru. As emendas aprovadas, renumeradas, acompanhadas da determinação de unidade orçamentária, ementa e valores, fica agora organizada da seguinte forma:

EMENDAS

NÚMERO	UO	AÇÃO + SUBTÍTULO	LOCALIDADE	VALOR
1	69101	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato - Nacional	Nacional	2.666.133.952
2	46101	Gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - Nacional	Nacional	16.000.000
3	39905	Desenvolvimento de Melhorias em Locais Críticos de Sinistros de Trânsito em municípios - Nacional	Nacional	750.000.000
4	40101	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo - Nacional	Nacional	100.000.000
5	63101	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	Nacional	25.000.000
6	28101	Municípios Verdes e Promoção do Desenvolvimento da Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria - Nacional	Nacional	200.000.000

As seguintes emendas não foram acolhidas: Emendas n. 1, 2, 4, 5, 7, 9,11, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52,54, 56, 57, 58, 65, 66, 67, 73, 77, 86, 88, 90, 91, 94, 98, 101, 106, 108, 111, 114, 118, 120, 122, 123,124, 125, 126, 129, 130, 131, 134. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Laércio Oliveira

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Irajá, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 109/2025 - CAE, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL), e REQ 116/2025 - CAE, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Finalidade:** Prestar esclarecimentos sobre o Termo de Compromisso firmado entre o Banco Central e ex-presidente daquela Instituição, bem como sobre as chamadas "contas ônibus", utilizadas por fintechs junto a instituições bancárias. **Participantes:** Sr. Gabriel Muricca Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil; e Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de dezembro de 2025.

A presente reunião, como todos sabem, destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre o termo de compromisso firmado entre o Banco Central e o ex-Presidente daquela instituição, Roberto Campos Neto, bem como sobre as chamadas "contas-ônibus" utilizadas por *fintechs* junto a instituições bancárias, em atenção ao Requerimentos 109, de 2025, e Requerimento 116, de 2025.

Nós já temos a honra e a satisfação de contar, na nossa mesa, com as presenças do Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, e do Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Como todos sabem, dentro das nossas atribuições fiscalizatórias, aprovamos a vinda do Presidente do Banco Central para explicar ao país informações que nos estarrecem. A primeira diz respeito a um incomum acordo de leniência entre o Banco Central do Brasil e a pessoa física do ex-Presidente do órgão, Roberto Campos Neto. A segunda diz respeito a denúncias muito graves, trazidas por Líderes para esta Comissão, quanto à existência de "contas-ônibus", o que ensejou uma regulamentação tardia do assunto, evidentemente depois de discutida aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A recente operação BRB/Master é mais uma dessa lassidão que ainda exige respostas das administrações do Banco Central, a atual e principalmente a administração anterior. A gestão temerária era óbvia. Existem fraudes comprovadas; houve dezenas de alertas e um desprezo olímpico, traduzindo o afrouxamento fiscalizatório que, como todos sabem, é inegável. Operações fraudulentas, créditos falsos, remunerações surreais e substituição de ativos duvidosos aceitos após aprovação contábil do próprio Banco Central. A fiscalização não veio.

Inevitável também falarmos sobre a Selic, a segunda maior taxa de juros do planeta. Também é evidente que será objeto de questionamentos, já que, sem dúvida nenhuma, tivemos uma retração da economia no último trimestre e a Selic, mantida, há quase um ano, em 15%, está sabotando o crescimento econômico, mesmo com uma inflação sob controle.

Pela primeira vez, os agentes do mercado financeiro passaram a estimar a inflação dentro do intervalo da meta em 2025 – primeira vez –, enquanto os juros continuam a 15%. Diversos pretextos foram utilizados para justificar essa taxa de juros: pressão inflacionária, tarifaço dos Estados Unidos, até o desemprego foi utilizado para justificar a manutenção da taxa de juros, da taxa Selic em 15%.

Voltando ao acordo de leniência, razão inicial desta audiência, sem prejuízo dos demais temas, tenho algumas rápidas considerações que gostaria de fazer.

No Processo Administrativo nº 173611, Roberto Campos Neto foi acusado de cometer diversas irregularidades quando era do Banco Santander, imediatamente antes de assumir a Presidência do Banco Central. Uma promiscuidade entre o público e o privado que alguns tentam naturalizar, mas que acumula conflitos de interesses e uma sucessão de escândalos alarmantes, pelo que lemos na imprensa nacional.

Segundo o processo administrativo, Campos Neto infringiu normas da Lei 13.506, violou resoluções do Conselho Monetário Nacional e circulares do próprio Banco Central ao não se certificar da qualificação de clientes de câmbio em 51 pessoas jurídicas que contrataram câmbio, totalizando US$255 milhões, entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017. As irregularidades envolvem: deficiências cadastrais, ausência de comprovação de faturamento, ausência de documentos variados e outras falhas que consideramos graves, gravíssimas – gravíssimas, até.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outro pacote de mais infrações do ex-Presidente do Banco Central, entre fevereiro de 2014 a novembro de 2018, o Santander, na pessoa de Roberto Campos Neto, deixou de verificar a legalidade de um conjunto de operações de câmbio no montante de US$83 milhões. Nesse período de quatro anos, foram constatados contratos de câmbio sem comprovação de não residente, sem capacidade financeira, com empresas com incompatibilidades e outras irregularidades.

Apesar da gravidade da reiteração das transações e valores que totalizam US$338 milhões, foi feito um termo de compromisso pelo qual Roberto Campos Neto pagou R$300 mil para se livrar das responsabilidades deste esquema, no âmbito do Banco Central. Apesar da previsão legal, ele soa como um acerto na tentativa de apagar digitais das operações que equivalem hoje a R$2,3 bilhões. O valor da multa, chamada de contribuição pecuniária pelo Banco Central, no valor de R$300 mil é ilusório, representa 0,01% do total das operações ilegais levantadas pelo Banco Central junto ao Santander.

No descumprimento das normas do Sistema Financeiro e de Pagamentos, a lei prevê punições mais graves, como a inabilitação e cassação do funcionamento de autorizações e outras sanções. Para casos graves, também, não há previsão de leniência. E este é um caso grave, muito grave, porque gerou indisciplina no mercado e dificultou o conhecimento da real situação patrimonial dos envolvidos, dos acusados.

Roberto Campos Neto não apresentou defesa, nem sequer apresentou defesa, o que equivale a uma confissão indiscutivelmente. Silenciou e topou pagar uma quantia modesta diante do volume da... (*Pausa.*)

Está entrando aqui a *black friday*. (*Risos.*)

E isso diz muito sobre o episódio e esta porta giratória do Banco Central, lamentavelmente, entre o público e o privado.

Roberto Campos Neto cometeu irregularidades no Santander, foi blindado com o cargo de Presidente do Banco Central e flagrado... Foi blindado pela atual Diretoria do Banco Central dentro da esfera de atuação do Banco Central. Um acinte, um escárnio para quem cumpre a lei neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Presidente do Banco Central para as suas considerações iniciais, se desejar fazê-las; em seguida, nós daremos a palavra também para o Sr. Ricardo Andrade Saadi, que é o Presidente do Coaf.

Com a palavra o Diretor do Banco Central.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Renan.

Agradeço demais essa oportunidade de a gente poder estar aqui prestando contas à sociedade e a esta Casa, que aprovou a todos nós, o Senado Federal. Então, é sempre uma honra poder estar aqui de volta.

Senador, por favor, Presidente, se eu me estender demais, o senhor me puxe a orelha aqui e me interrompa, na hora em que o senhor achar que eu estou falando demais aqui.

O tema de o quanto o Banco Central se comunica e explica as coisas é um grande desafio para toda autoridade monetária. O senhor sabe, Senador, que até 1994 nem o Banco Central dos Estados Unidos comunicava as decisões dele de política monetária. Até 1994, se a imprensa quisesse saber o que tinha acontecido em uma reunião de política monetária, ela tinha que ligar para a tesouraria de um banco e perguntar: "Está pagando um juro diferente aí?", porque não se sabia. E, quando era 0,25%, você não sabia se tinha mudado ou não.

Comunicação de política monetária foi gradativamente virando uma ciência própria – uso de palavras, escolha de palavras; é todo um ramo de estudo dentro da área econômica para a questão de coordenação de expectativas e evoluiu muito.

Mas, gradativamente, foi surgindo este desafio – dado que a dimensão e o mandato dos bancos centrais extrapola a função da estabilidade monetária, e tem também a estabilidade financeira, entre outros mandatos que não são centrais, como esses dois – de quando o Banco Central deve falar, do que ele deve falar, do que ele deve explicar; e, ao encontrar essa linha entre prestar satisfação à sociedade, explicar à sociedade, dado que credibilidade e expectativa são elementos fundamentais da potência e da eficiência da política monetária e da supervisão, é superimportante que a gente possa ter oportunidades como essa, mas que o Banco Central não cruze a linha de buscar protagonismo ou midiatizar – vamos dizer assim – os seus feitos. Essa não é a função de uma instituição de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A função de Estado é a gente cumprir o nosso papel e, às vezes – até pelo ponto que o Presidente, aqui, citou muito bem; o Presidente chega a mencionar, pelo que lemos na imprensa –, a gente fica neste dilema: você vai sair para responder a cada colocação? E, aí, de novo, é preciso fazer esse mesmo reconhecimento que eu fiz ontem.

Nesse processo de comunicação e de explicação sobre o que o Banco Central faz, a imprensa especializada – e enxergo aqui muitos desses que cobrem autoridade monetária há muito tempo – é essencial, é muito importante, e eu sou muito grato ao trabalho que a imprensa especializada faz, porque o tema é bastante hermético; o tema de Banco Central não é um tema simples de se explicar. Para além da dificuldade do tema, qualquer decisão que a autoridade monetária tomar ou que o Banco Central tomar, por definição, vai ter aquilo que a gente chama de *trade-offs*: ela vai ter um impacto que vai ter um bônus e um ônus, um risco e um prêmio; vai ter um lado positivo, mas vai ter um outro lado que machuca.

Isso implica que toda decisão vai provocar algum tipo de setor que pode não ser agradado ou algum tipo de interesse que possa ser desagradado. E, aí, você pode juntar a dificuldade de transmitir informação com um eventual oportunismo ou, até de maneira legítima, impor algum tipo de interesse próprio ou interesse corporativo nesse processo, o que agrega ainda mais confusão.

E, no mundo de hoje das sociabilidades e das redes sociais, em que tem muito pouca mediação e todo mundo ou muita gente tem opinião sobre tudo de maneira imediata e de maneira peremptória... Numa adaptação livre do que o Umberto Eco colocou, agora nós temos especialistas de WhatsApp, que, por falta de público, criam o próprio grupo de WhatsApp e, no grupo de WhatsApp, com o seu próprio nome, dão opinião sobre tudo. E essas coisas, às vezes, vão se propagando e vão se dissipando. E, realmente, é um dilema para o Banco Central, em cada momento, o que fazer. Você vai, a cada momento, interromper o seu trabalho para fazer aquilo? Tinha uma frase do Churchill, que eu não vou repetir, porque é um pouco mais pesada, mas, se você parar a todo momento para tacar pedra – a frase era um pouco mais dura do que isso – em todo mundo que grita com você, você não vai chegar nunca ao seu caminho.

Então, eventos como este aqui, ser convocado, chamado, convidado pelo Presidente Renan, criam essa grande oportunidade de o Banco Central poder, de maneira institucional, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

midiatizar, sem buscar um protagonismo, esclarecer temas que, realmente, não são simples de se compreender e que são muito importantes para que o Banco Central possa cumprir a sua função: poder explicar.

Eu elenquei cinco pontos – quatro pontos, desculpem-me – que o Presidente colocou aqui.

Eu vou começar sobre o tema do termo de compromisso – e agradeço ao Presidente por ter utilizado a nomenclatura adequada, de "termo de compromisso". O que foi ventilado é que ele segue uma sucessão – de novo, para não ser leviano – do que eu vou chamar de confusões, que são... Até quando a gente lê, a gente tem alguma dificuldade de entender o nível de confusão que estava sendo gerado ali. O primeiro fato é que ele diz "uma lei cambial aprovada pelo Banco Central". Eu dizer nesta Casa que o Banco Central não faz lei, não legisla, é desnecessário. O Banco Central não legisla; a lei cambial foi aprovada por esta Casa aqui, de maneira correta. É uma legislação cambial moderna, nova, e o país agradece. Muitos dos Senadores que estão aqui presentes aprovaram essa legislação cambial, e ela foi aprovada pelo Legislativo, não pelo Banco Central. O Banco Central não legisla.

De novo, eu não vou ser leviano, mas é o tipo de equívoco que qualquer pessoa que escreve... Eu ia dizer "que escreve sobre um tema especializado", mas acho que "escreve", no sentido de ser alfabetizado, é estranho, não é? Você achar que o Banco Central legisla, né? Depois de um certo conhecimento, é estranho achar que o Banco Central possa ter feito uma lei cambial.

Aí, depois, tem um segundo equívoco, que é: essa legislação cambial criou uma brecha para temas criminais – coisa também que não cabe. A legislação cambial, de maneira nenhuma, tem o condão de alcançar temas de investigação de ordem criminal – não é isso que ela faz. E aí a colocação do Presidente é perfeita ao dizer "termo de compromisso", porque a segunda informação que constava é que existiria um acordo de leniência feito pelo Banco Central com o alcance de interromper uma investigação criminal da Polícia Federal, que envolve um desconhecimento da separação das atribuições supino. Como é que o Banco Central faria um termo de compromisso chamado de "acordo de leniência", que é uma faculdade que não compete ao Banco Central... O Banco Central não goza desse estatuto, o Banco Central não faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordos de leniência. Como é que o Banco Central faria algo que não está no seu estatuto – não está na sua competência a figura, o estatuto do acordo de leniência, ele faz termos de compromisso – e, ainda assim, com o alcance de interromper uma investigação criminal?

Então, percebam, a teoria... Esta é uma dificuldade, eu acho, dos dias de hoje: muitas vezes, a versão, a desinformação pode conter uma narrativa mais interessante, para atrair a atenção, do que a verdade. A verdade, especialmente no caso do Banco Central, tende a ser técnica, enfadonha e chata, mas isso acontece. Então, assim, ela parte de um pressuposto de uma lei cambial que teria aberto uma possibilidade... Lei cambial que teria sido provada pelo Banco Central, um equívoco que um conhecimento básico de funcionamento da República pode esclarecer. Depois, ele vai para um outro equívoco, que é dizer que essa lei cambial permitiu algum tipo de brecha para uma questão criminal, depois que o Banco Central teria feito um termo de leniência que impediria uma investigação da Polícia Federal, que é uma outra coisa que deveria causar uma certa estranheza. E aí, quando a gente chega para o caso específico do Presidente Roberto Campos, também tem um ponto adicional, que é o tema que foi objeto da investigação e do processo sancionador do Banco Central, porque é um tema anterior à lei. Então, inclusive, a lei nova que supostamente teria aberto a brecha, não se aplica ao processo sancionador que foi gerado anteriormente, para complementar o nível de – de novo, eu não quero ser leviano – confusão que foi gerado numa amálgama ali de junção de coisas que dificilmente se sustentam ali, quando a gente faz testes mínimos ali.

E aí, a partir daí, sim, vai existir esse termo de compromisso que envolveu a aplicação de uma multa e, obviamente, qualquer tipo de termo de compromisso, e isso envolve todos os processos do Banco Central. Qualquer processo sancionador, qualquer processo que possa ter sido investigado pelo Banco Central, vamos supor, ou...

Para pegar um caso agora que aconteceu, imagine que o Banco Central tenha identificado algum tipo de irregularidade numa operação entre dois bancos, e, a partir desse processo, um banco tenha decidido desfazer essa operação. O desfazimento da operação que pode atender, para fins de estabilidade financeira, o que é um mandato do Banco Central, de maneira nenhuma, anula o processo e a obrigação legal que o Banco Central tem e fez de informar o Ministério Público, para que o Ministério Público siga no seu processo investigativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí entra um outro tema, Senador, que o senhor me dá uma grande oportunidade aqui de esclarecer, que são essas divisões das atribuições. Senador, eu vou usar uma anedota aqui, um caso anedótico para contar uma coisa que aconteceu recentemente, porque eu acho que é esclarecedor, é um exemplo esclarecedor.

Durante o caso da Operação Carbono Oculto, de novo, eu preciso aqui fazer esse reconhecimento, me dá muito orgulho, nessa minha passagem pelo setor público, poder ver instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Receita Federal, o Coaf e o Banco Central exercerem o seu papel de maneira tão republicana e cumprindo o seu papel como a legislação determina. Esse é um processo que me dá muito orgulho como brasileiro de assistir e ver como...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem interromper, no caso anterior, a Polícia Federal, especificamente com relação ao ex-Presidente do Banco Central, foi informada das irregularidades?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Então, o ponto que gera confusão naquela notícia é uma operação chamada Colossus, que é uma operação da Polícia Federal que está sendo investigada ali em separado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, mas eu falo na específica.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Essa específica é um processo de informação e preenchimento...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É claro...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... de sistemas, de declarações, que aí não confirma crime. Isso é um processo sancionador de preenchimento de informações no sistema, que o Ailton pode depois explicar com toda clareza aqui como é que funciona, mas nesses processos sempre vai ter essa divisão de... É um problema de *know your client*, como a gente fala, se você não preencher as informações adequadas do cliente, alguma coisa desse tipo. Só para dar um exemplo aqui: "Poxa, você não colocou ali a residência correta do cliente". Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um tema que não configura, *a priori*, crime. Depois você vai ter uma investigação e se você encontrar mais alguma coisa... Aí o que faz o Banco Central? O Banco Central informa o Ministério Público, e é o Ministério Público que vai julgar se é o caso de abrir uma investigação. E, aí, ele vai encaminhar à Polícia Federal, que vai encaminhar à Justiça. É assim que funciona em todos os casos!

No caso da Carbono Oculto, como eu contava, Presidente, no dia da operação, eu tinha sido solicitado, inclusive pelo Itamaraty, para participar de um evento, de uma conferência num outro Banco Central, em outro país, e eu estava lá dando palestra, junto com outros presidentes de bancos centrais. Conforme eu passava na migração desse outro país, alguém tirou uma foto e postou num jornal. De novo, eu falo "esse jornal", entre aspas, porque a imprensa especializada aqui, sempre, por exemplo, quando tem um tema como esse, a primeira coisa que todo mundo que é jornalista faz é mandar uma pergunta para o Banco Central: "É isso aqui mesmo?". Sempre que alguém não manda uma pergunta e posta uma matéria, eu sempre fico em dúvida por que não deu tempo de perguntar para a gente ou será que a intenção era não perguntar para não derrubar. Mas aí pegaram essa foto e postaram: "O Presidente do Banco Central está viajando para outro país para dar palestra enquanto está ocorrendo a Operação Carbono Oculto" o que revela uma expectativa, de quem escreveu aquilo, que o Presidente do Banco Central estivesse com uma metralhadora na mão dando um chute numa porta para invadir uma instituição. Não é papel do Banco Central, o Banco Central não faz isso!

Então, é muito importante que, dentro daquilo que eu falei inicialmente, que é cada um desempenhar o seu papel, nenhuma instituição deveria buscar um protagonismo, buscar um voluntarismo que, ao final, tende a se reverter em custo para o Erário público – custo para o Erário público.

A gente está vendo agora o caso de uma liquidação de um banco que ocorreu agora. O Banco Central seguiu todo o procedimento legal demandado, o Banco Central trabalhou desde o primeiro minuto. E, de novo, agradeço aqui ao Ministério Público, à Polícia Federal, à Justiça; em cada passo que foi dado, o Banco Central seguiu. E, obviamente, quem tem que identificar, como foi quem identificou, foi o Banco Central. O tema de balanço de banco é um tema bizantino, é um tema complexo, complexo a ponto de jornalistas respeitados e canais respeitados estarem falando ainda em CDBs fraudulentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perceba o nível de dificuldade que é isso! Um CDB fraudulento envolveria inflar o seu passivo artificialmente, não há registro na história de alguém que inflou o seu passivo artificialmente. A descoberta do Banco Central ou a informação que o Banco Central faz é sobre dúvidas sobre processos que envolviam a caracterização dos ativos. Quando você tem uma dúvida sobre se aquilo pode constituir uma fraude ou não, não é o Banco Central que diz, aí entrou no campo criminal. O Banco Central precisa informar, e, a partir dessa informação, vai-se cumprir esse processo legal.

Por que é tão importante isso? Porque, neste momento, é óbvio que há um clamor popular, é óbvio que é um tema que chama uma atenção midiática, mas o senhor sabe, Presidente, que existem casos de liquidação já de 50 anos atrás, 30 anos atrás, 20 anos atrás, que estão correndo na Justiça. E o que acontece é que casos de liquidação de 1975, lá em 2002, alguém pega um parecer de um contador, de uma auditoria e fala assim: "Veja bem, o Banco Central quando liquidou, o balanço do banco, na verdade, estava ótimo, não deveria ter liquidado". Aí há uma decisão que manda corrigir aquele valor do ativo durante os últimos 20 anos e aquilo gera um valor de uma conta enorme. E aí, depois de 20, 30 anos, quando aquilo perde boa parte do seu apelo, vamos dizer assim, de clamor popular, sobram a PGBC, defendendo o Erário, e meia dúzia de CPFs. Por isso é que é tão importante a gente correr risco. A gente corre risco nos nossos negócios privados quando a gente os tiver. Quem está no setor público não pode fazer voluntarismo com o dinheiro alheio, com o Erário.

Por isso é que é tão importante o Banco Central cumprir o que diz o gabarito da norma legal, como a gente tem feito ao longo dos processos. Então, eventualmente, esses processos ainda permitem que a gente aqui, num evento como este, consiga explicar o que envolve tudo isso. E vamos lembrar o quão complexo é isso. A gente está falando de processos de... Quando eu digo que, depois de 20, 30 anos, no caso em tela, quem está comentando é com balanços que eram aditados, com eventuais elevações de *rating*, tudo isso – de maneira nenhuma eu estou apontando dedos para ninguém aqui – envolve uma complexidade de questões que podem depois ser usadas num processo contra um processo como esse. Por isso é que é tão importante que o Banco Central conduza da maneira como a gente conduziu o processo de análise.

Também é importante, eu chamar a atenção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prometo que eu não vou me estender muito mais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Às vezes, nesse processo, se cruza uma linha e se começa a discutir o tema da conveniência de decisões de investimento, sejam de fundos, sejam de bancos. E é bastante importante explicar isto: não cabe ao Banco Central, não foi dado também ao Banco Central o condão de julgar a conveniência da aquisição de um ativo ou de uma operação – a conveniência. O que significa isto: julgar a conveniência? O dia que o Banco Central disser para qualquer ente privado "Se eu fosse você, eu não compraria esse ativo, porque eu acho que esse ativo não é a coisa mais rentável para você; compre esse outro que é melhor para você do ponto de lucratividade; ou, se eu fosse você, eu venderia esse ativo, porque eu acho que é mais lucrativo para você", nós estaremos falando de um outro sistema econômico. Não é esse sistema econômico que a gente vive.

A hora que a gente tiver um nível de dirigismo, em que cabe ao Governo dizer o que cada um faz com o seu dinheiro, como é que se aplica, eu vou bagunçar completamente a separação entre a autoridade monetária e supervisora e as instituições que fazem esse tipo de investimento. Por isso é que a avaliação do Banco Central se dá sobre a higidez da operação, sobre se ela cumpriu as normas legais, os requisitos técnicos que são demandados. Jamais a gente vai julgar a conveniência. Não posso. Não posso chegar para alguém e falar assim: "Olhe, acho que o melhor para você é fazer isso". E eu sou muito zeloso a todo o momento de que não passe o Banco Central, qualquer servidor do Banco Central, perto de insinuar alguma coisa do tipo, sugerir que isso é bom, isso é ruim, porque é por isso que existe prêmio. Em economia, você tem estes *trade-offs*: prêmio e risco estão associados. Cada instituição, dentro do que é a norma legal que permite para ela, vai ter um apetite para risco, vai definir esse risco, e, a partir disso, é que vão ocorrer essas operações.

Por fim, vou falar um pouco aqui da Selic.

Presidente, o senhor sabe que eu assumi em 2025. Em 2024, o sistema de metas de inflação ainda era o sistema de metas de inflação de ano-calendário, que era aquele sistema que pegava a inflação do ano fechado. E, se no ano fechado, a gente não cumpriu a meta, cabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Banco Central escrever uma carta ao Ministro da Fazenda explicando por que é que a gente não cumpriu a meta.

Em 2024, a gente não cumpriu a meta. E eu assumo em janeiro. Com isso, só descobrindo em janeiro de 2025, eu tive que escrever já a primeira carta, dizendo por que é que não cumpri a meta.

Porém, como esse sistema não é o sistema utilizado na maior parte dos outros países do mundo, por uma razão prática, que faz todo sentido, que é: em janeiro de 2025, quando eu escrevi a carta, nada posso fazer mais sobre a inflação de 2024. Já passou. Então, eu estou falando sobre um fato que já ocorreu. E, de verdade, as decisões que nós estamos tomando hoje estão influenciando a inflação futura, não passada. Daí se migrou para esse modelo, que é mais moderno, foi um acerto, que é a chamada "meta contínua". Ela, em vez de falar num ano fechado, o que você está fazendo é: durante todo o período, a inflação tem que estar dentro da meta. Sempre – sempre.

Então, como é que eu meço se você descumpriu? Se, durante seis meses consecutivos, a inflação mensal dos últimos 12 meses... a inflação medida naquele mês – desculpem-me –, medida nos últimos 12 meses, rompeu a meta, rompeu a banda superior da meta, eu tenho que escrever uma carta dizendo que eu descumpri a meta.

Pois bem. Aí, coube a mim o desagradável papel – ou currículo que ficou – de ter sido o primeiro Presidente do Banco Central a escrever duas cartas num ano. Eu escrevi uma carta em janeiro de 2024, no sistema antigo; passaram-se seis meses, eu, de novo, descumpri a meta e tive que escrever uma carta.

Dos 11 meses deste ano, em nenhum mês eu cumpri a meta – em nenhum mês eu cumpri a meta. Em todos os meses eu descumpri a meta. Descumpri a meta, falando da banda superior, mas vamos lembrar sempre: a meta não é a banda superior.

Quem fez a regra, quem legislou sobre a norma foi inteligente, a ponto de saber que a economia oferece flutuações. Então, a banda foi feita para saber que, dado que ela oferece flutuações, imaginar que você iria conseguir cravar uma inflação de três todos os meses é pouco viável, é pouco factível. Então, o que se fez? Criou-se um *buffer*, para amortecer essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventuais variações. Mas, de maneira nenhuma, quem me deu o comando legal falou: "A meta é 4,5".

Se a meta fosse 4,5, ela seria 4,5, e eu teria uma banda de 1,5 até 6 e uma banda de 1,5 para 3. Não. A meta é 3. Eu tenho que perseguir uma meta de 3. Se eu perseguir uma meta de 4,5, quando tiver um choque, eu vou, de novo, descumprir a meta, e não foi isso que eu recebi como comando legal – não foi esse o comando legal.

Quando eu olho para as projeções futuras, o que eu vejo?

A gente tem uma pesquisa, chamada Pesquisa Focus, que é feita com diversos participantes de mercado, que vão lá olhar e mostrar suas projeções. As projeções do Focus mostram que o Banco Central não vai conseguir cumprir a meta durante todo o meu mandato. Eu vou passar o meu mandato inteiro sem cumprir a meta de inflação.

Alguém vai poder dizer: "Poxa, mas eu não tenho algum tipo de crítica à Pesquisa Focus pelos respondentes ou coisa desse tipo?". Vale sublinhar aqui que a Pesquisa Focus, historicamente, subestima as projeções de inflação. A inflação realizada tem sido, historicamente, superior às projeções do Focus.

Mas, ainda, assim, eu posso dizer aos senhores que existe, a partir deste ano, uma segunda pesquisa, chamada Firmus. O que faz a Pesquisa Firmus? Escuta participantes integrantes daquilo que se convencionou chamar, de maneira popular, de os participantes da economia real: participantes da indústria, do comércio, do varejo. O que diz? Diz também que eu vou passar o meu mandato sem cumprir a meta de 3%. Esta mesmíssima pesquisa também diz isso.

Então, o que aconteceu foi o Banco Central, especialmente esse – viu, Presidente? –, que tem um apreço insuperável pelas instituições republicanas e democráticas, entende que o seu poder é um poder e uma autonomia para seguir os comandos legais, seguir os comandos que aqueles que receberam voto e legislaram determinaram ao Banco Central. A determinação legal que eu recebi foi: a meta é 3%. E o instrumento que me foi conferido foi a taxa de juros. E a obrigação do Banco Central é usar a taxa de juros para perseguir a meta de inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso de maneira nenhuma entra em conflito com outros tipos de afirmações que podem dizer: "Poxa, mas o Banco Central do Brasil... e o Brasil, historicamente, sustenta taxas de juros, quando comparado com seus pares, mais elevadas". É verdade, mas o comando legal não foi "põe a taxa de juros na mediana dos países emergentes", até porque se fosse, seria uma coisa com pouco sentido econômico. Aliás, o que há de relação entre a taxa de juros do Brasil e o que está acontecendo no Chile ou na África do Sul? Não faria sentido. "É a taxa de juros mais alta dos últimos X anos". Não só no Brasil como nos Estados Unidos.

Nos últimos anos, tivemos a crise de 2008, tivemos a covid em 2020, que levaram a práticas de política monetária que até então eram consideradas um exercício teórico. A ideia de uma taxa de juros nominal negativa era um exercício teórico dos anos 30 e, ao chegar a uma taxa de juros zero, o que foi necessário fazer foi: os bancos centrais dos países avançados não só pararam de enxugar liquidez, vendendo títulos ou emprestando títulos em operações compromissadas e para pegar dinheiro de volta, como eles passaram a entrar comprando títulos.

Só para dar um exemplo do que aconteceu nesse período, o balanço do Federal Reserve, do Banco Central dos Estados Unidos, desde a sua constituição até a crise de 2008, acumulava aproximadamente US$900 bilhões. Após a crise de 2008, ele pulou de US$900 bilhões para US$4,5 trilhões. Quando teve a covid, ele foi para US$9 trilhões. Esse é o tanto de liquidez que foi injetado no sistema durante esse período.

Agora as taxas de juros voltaram a ser nominais, mais altas e positivas, no mundo, não só no Brasil. Mas também o mandato legal do Banco Central não é "a taxa de juros do Banco Central deve ser uma média móvel dos últimos X anos". Também não foi esse o comando legal que a gente recebeu. O comando legal foi: "Você tem esse instrumento chamado taxa de juros e você deve usá-lo para perseguir a meta de 3%". E a gente vai sempre, Presidente, obedecer ao comando legal. Sempre. De maneira nenhuma, esse vai ser um Banco Central que vai desrespeitar o comando que emana de quem recebeu o voto. Então, esses acho que são os temas iniciais que o Presidente colocou aqui.

Obviamente eu não espero ter, com essa minha fala inicial, coberto todos os temas, e agradeço mais uma vez a oportunidade, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, que é Presidente do Coaf.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, Senador, quero dizer que é um prazer estar aqui, é uma honra estar aqui conversando e dialogando com cada um de vocês e tendo a oportunidade de fazer eventual esclarecimento que possa ter em relação à atuação do Coaf.

Segundo, só quero reforçar uma questão que foi colocada pelo Presidente Gabriel, no sentido de que cada instituição tem o seu papel dentro das suas atividades diárias. Por exemplo, as principais funções do Banco Central são a estabilidade do sistema financeiro nacional e o controle da inflação; já a persecução penal, a investigação e o processo criminal devem ser feitos pela polícia e pelo Ministério Público. Por sua vez, o Coaf é responsável pela inteligência financeira. Como vocês sabem, o Coaf recebe informações de operações suspeitas, analisa e, eventualmente, encaminha à polícia e ao Ministério Público. É importante que essa atuação de todas as instituições seja articulada e sem protagonismos, sejam eles pessoais e/ou institucionais.

Dito isso, em relação aos temas aqui tratados, a questão Selic e a questão de termo de compromisso que foram colocados, são temas que não são relacionados ao Coaf, então eu não tenho muito o que ajudar.

Em relação aos demais temas, em relação à colocação de conta-bolsão: a conta-bolsão, de fato, por um período, foi um problema em relação à utilização pelo crime. Quando nós criamos um instrumento, se cria um instrumento pensando num aspecto positivo dele, e assim foi feito quando foram criadas essas contas; então, isso facilita o pagamento de grandes conglomerados como, por exemplo, Amazon, Mercado Livre e outros. Porém, os criminosos sempre vão se adaptando e sempre vão procurando brechas.

O que eu posso dizer é que, desde o primeiro dia em que eu cheguei ao Coaf, fui procurado pelo Banco Central e nós conversamos – Coaf, Banco Central e Polícia Federal – para tentar identificar quais seriam os eventuais problemas dessas contas e como isso poderia ser corrigido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir disso, o Banco Central soltou uma regulamentação, e posso dizer que esse tipo de conta tende a não ser mais um problema a partir dessa regulamentação que foi colocada e feita pelo Banco Central.

Em relação à liquidação de uma instituição financeira nos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quando foi a regulamentação?

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – A regulamentação foi agora no mês de novembro. Salvo engano, ela vai começar a funcionar em 1º de dezembro, salvo engano, mas foi extremamente recente. A gente conversou bastante, houve várias reuniões para entender os problemas reais. E, aí, eu tenho que dizer da humildade do Banco Central em ir conversar com o Coaf e com a polícia, para entender direito quais seriam os problemas que essas contas poderiam trazer em relação à criminalidade para, a partir daí, fazer uma regulamentação que evitasse a sua utilização pelos criminosos.

Voltando à liquidação da instituição financeira, o papel do Coaf, nesse caso, seria receber comunicação de operações suspeitas, oriundas de pessoas obrigadas, e encaminhá-la à polícia e ao Ministério Público; e isso foi feito.

Em relação ao questionamento que foi feito sobre o termo de compromisso assinado com o ex-Presidente do Banco Central – se, eventualmente, isso atrapalharia ou não a atuação da Polícia Federal –, apesar de hoje eu estar como Presidente do Coaf, eu sou oriundo da Polícia Federal, e eu posso dizer, com bastante tranquilidade, que são duas coisas absolutamente diferentes: uma coisa é a esfera administrativa, outra coisa é a esfera criminal. Eventual acordo que possa ter sido feito, como termo de compromisso, na esfera administrativa, em nenhum momento atrapalha ou evita qualquer investigação criminal que poderia estar sendo feita.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Você está falando, desculpa, (*Fora do microfone*.) sobre o caso específico do ex-Presidente do Banco Central?

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Não. O senhor colocou aqui em relação ao questionamento do ex-Presidente do Banco Central. Eu estou dizendo que, na teoria, qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termo de acordo que tenha sido feito pelo Banco Central ou por qualquer outra autarquia – como CVM ou outras – não tem o condão de evitar uma investigação criminal. São duas questões absolutamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, mas isso não se discutiu – isso não se discutiu.

O Coaf foi ouvido nessa questão específica do termo de compromisso do acordo de leniência?

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Isso não é algo que tenha a ver com o Coaf.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – A atuação do Coaf...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Esse ponto é porque é importante dizer, Presidente...

Desculpa, vou só pedir a palavra de volta. (*Fora do microfone*.)

O senhor tem toda a razão, o senhor não disse isso, mas o que foi – como o senhor mencionou – ventilado na imprensa é que um acordo de leniência firmado pelo Banco Central teria livrado alguém de uma investigação criminal, o que demanda um nível... é um nível de desconhecimento sobre como funciona...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não... O que ensejou o convite do Presidente e do Presidente do Coaf...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não, não, jamais...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... foi exatamente...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É para poder esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... para esclarecer dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É, perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós estamos aqui para isso.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É isso. Não, está perfeito. O que eu quis dizer... Perdão se eu me expressei mal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas em nenhum momento nós tratamos da competência, das atribuições da Polícia Federal nem do Ministério Público.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Peço desculpa se eu me expressei mal, Presidente. O que eu quis dizer foi: o que foi ventilado – em alguns *blogs*, para ser muito mais sincero –, o que foi ventilado em alguns *blogs* foi nessa direção. E é por isso que eu agradeço. Este tipo de oportunidade é essencial para justamente poder fazer isso que o Presidente acabou de colocar: a gente poder esclarecer temas que às vezes são complexos para a sociedade como um todo.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Vamos lá, para finalizar.

O objetivo realmente é este, Presidente: esclarecer a atribuição e como cada um atua.

Para finalizar, em relação à atuação do Coaf na questão de crimes financeiros e outras questões, o que eu posso dizer é que, neste momento, o Coaf passa por um momento de fortalecimento, totalmente apoiado pelo Presidente Gabriel.

Primeiro, há um aumento de número de servidores – não servidores do Coaf, porque o Coaf não tem carreira própria, mas há, sim, um aumento de número de pessoas que estão trabalhando lá no Coaf. Aí eu posso agradecer aqui ao Secretário Mário Sarrubbo, porque ele fez a mobilização de policiais para que possam compor a equipe do Coaf...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Desculpe.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vocês estão levando a Polícia Federal para dentro do Coaf?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Não, não. Deixe-me explicar para o senhor: o Coaf...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Primeiro, tecnicamente, as pessoas têm que estar preparadas para estar lá dentro, e a Polícia não sei se está preparada para estar dentro do Coaf.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Não, deixe-me explicar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Uma coisa é você encaminhar para a Polícia Federal, outra coisa é você levar a Polícia Federal para dentro do Coaf.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Mas não é a Polícia Federal que está indo, Senador. Deixe-me explicar para o senhor: o Coaf...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E depois transferir a responsabilidade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É, a responsabilidade... Porque esse negócio do Master (*Fora do microfone*.) está sendo feito há muito tempo e o Coaf não viu absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada, nada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nada, zero. Viu agora.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Bom, vamos lá.

Para esclarecer, começando dessa segunda colocação, Senador, com a devida vênia.

O Coaf recebeu, sim. Só para que vocês entendam como o Coaf funciona...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não falo da sua pessoa, é do Coaf em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI – Não, perfeito, mas eu quero só explicar como o Coaf funciona, para que as pessoas entendam de fato.

O Coaf não tem poder de requisição de informações, o Coaf trabalha com as informações que são enviadas pelos setores obrigados.

A Lei 9.613, quando foi criada – e depois reformulada –, entendeu quais seriam os setores mais sensíveis a, eventualmente, serem utilizados para lavagem de dinheiro. A partir disso, a lei estabeleceu algumas obrigações. Uma das obrigações é comunicar ao Coaf eventuais operações consideradas suspeitas. Então, o Coaf, nisso, tem um papel passivo: ele recebe as informações e, depois que ele recebe, ele analisa. O Coaf não tem poder de investigação. O Coaf encaminha para a Polícia e para o Ministério Público, que, sim, é quem tem poder de investigação.

Em relação ao caso concreto que o senhor mencionou, posso dizer que, sim, o Coaf recebeu informações relativas a isso e, sim, o Coaf encaminhou à Polícia e ao Ministério Público; não só nesse momento, mas ao longo de algum tempo. Então, sim, o Coaf teve uma atuação, em um momento que eu nem estava no Coaf.

Em relação à questão de levar a Polícia para dentro, o Coaf não tem uma carreira própria. Hoje não existe aquela função de analista de inteligência financeira, por exemplo. Hoje o Coaf é composto por pessoas de outras carreiras. Então nós temos no Coaf pessoas da CGU, da AGU, da Polícia, do Ministério das Cidades, e quem faz a análise de informações financeiras é a Diretoria de Inteligência. E, na Diretoria de Inteligência, historicamente, há um acordo firmado com a Senasp. A Senasp faz a mobilização de policiais civis que trabalham na área de inteligência financeira nos seus respectivos estados, para que possam ir até o Coaf, trabalhar no Coaf, por um, dois ou três anos, para entender como funciona e levar essa *expertise* de volta para o seu estado.

Então, a gente não está falando aqui da Polícia Federal – e poderia ter a Polícia Federal, não seria problema nenhum trazer analistas –, mas são analistas que trabalham com esse tema na respectiva polícia, que vêm para entender o trabalho e para levar essa experiência para lá.

Então o objetivo é um fortalecimento do sistema como um todo. Eventual dúvida, estou aqui para esclarecer em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que mais a gente está fazendo em relação a fortalecer o Coaf? Primeiro, a gente está fortalecendo uma área destinada especificamente à questão das movimentações financeiras relacionadas ao crime organizado, em especial às facções criminosas. A gente está fortalecendo o setor responsável por isso e nós estamos estudando a possibilidade de uma eventual abertura de escritórios regionais do Coaf em algumas regiões do país, para que a gente possa estar mais próximo das autoridades locais e regionais, para entender melhor o cenário de cada região e de cada estado, para poder atuar de forma mais efetiva.

Então essas são as colocações iniciais.

Estou à disposição aqui para eventual questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós temos já inscritos o Senador Eduardo Braga, o Senador Rogério Carvalho, o Senador Jorge Seif, a Senadora Leila Barros e o Senador Jaime Bagattoli... e o Senador Esperidião Amin.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E o Senador Mecias.

Por favor, inscreva os dois aqui.

Eu tenho algumas perguntas específicas e posso fazer logo em seguida à intervenção do Senador Eduardo, do Senador Rogério, mas talvez fossem perguntas que poderiam ensejar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, eu só pediria a vênia de V. Exa., porque tenho uma audiência pública marcada...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Permito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... eu gostaria de poder fazer a minha participação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e aí V. Exa. fica ao dispor...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Se V. Exa. me permite...

Bem, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., Presidente Renan Calheiros, porque eu acho que esta audiência pública é absolutamente oportuna, não só pelos temas específicos, mas pelo momento por que passa o Brasil.

Nós estamos diante do maior escândalo do INSS da sua história, não só de rombo em cima das operações corporativas e da concessão do próprio INSS, mas também em cima dos empréstimos consignados. Nós estamos diante, talvez, de um dos maiores rombos da história financeira do país, com o Banco Master. E tudo isso, ao cabo e ao final do dia, é pago pelo cidadão brasileiro.

O Brasil fez um esforço gigantesco, Presidente Galípolo, para que nós pudéssemos bancarizar o Sistema Financeiro Nacional. Qual o objetivo de bancarizar o Sistema Financeiro Nacional? Exatamente para que nós tivéssemos controle sobre o quê? Sobre o dinheiro. Qual era a alegação, até então, dos especialistas em crime? Que o problema era o caixa dois, por causa do papel-moeda, que não tinha como fiscalizar, etc., etc., etc.

O Brasil é um dos países mais bancarizados do mundo. No entanto, as nossas instituições não se modernizaram e não se prepararam para este efeito – declarações do Diretor, do Presidente do Coaf. Ele declarou, recentemente, que o Coaf tem um sistema tecnológico semelhante ao do final da década de 90, quando foi criado, e uma equipe de apenas nove servidores, para analisar um estoque de 7,5 milhões de relatórios de inteligência financeira. Isso são palavras do Sr. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, agora se explica por que está essa farra no sistema financeiro. Meu amigo Galípolo, V. Exa. é meu amigo pessoal. Eu quero dizer a V. Exa. que o que está acontecendo no Brasil é um escândalo. Porque, veja, o estudo produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Esfera destaca uma expansão das facções criminosas, originalmente focadas no narcotráfico, hoje, para 21 mercados ditos ilegais, mas que são legalizados, e que tramitam por dentro do sistema bancarizado brasileiro. Portanto, tramita por dentro do sistema fiscalizado pelo Banco Central e por dentro do sistema supostamente fiscalizado pelo Coaf.

O senhor sabe qual é o volume desse recurso dito por este estudo? É de R$350 bilhões.

O que eu acho incrível, Galípolo, é que, se uma personalidade politicamente exposta for movimentar R$20 mil, R$10 mil, R$12 mil, seja a quantidade que for, imediatamente o Coaf está acionado.

Agora, as facções criminosas movimentam – não sou eu que estou dizendo, é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Esfera – R$350 bilhões em três anos. Sabe de quanto foi a sonegação fiscal disso? Foi de R$29 bilhões/ano. Em três anos, Galípolo, nós estamos falando de R$90 bilhões de sonegação fiscal, na cara do Banco Central, na cara do Coaf! E ninguém toma providência.

E mais, as instituições financeiras nem sequer notificam o Coaf como movimentações atípicas, já que o Coaf só atua quando provocado.

Então, a minha primeira pergunta é por que o sistema bancarizado está tão frouxo a este ponto de passar R$350 bilhões, segundo o estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública?

Ainda segundo este levantamento, crimes virtuais e furtos, como de celulares, que geram prejuízo, aproximadamente... crimes virtuais que acontecem, quando você tem um *hacker* que invade a conta, etc. e tal, e o furto de celulares, que é o batedor de carteira. Mas você sabe de quanto é o impacto na economia brasileira? É de R$186 bilhões, que, somados aos R$350 bilhões, Presidente, nós estamos falando de meio bilhão de reais... quase meio trilhão de reais – meio trilhão de reais! Enquanto isso, o Haddad está correndo atrás de encontrar recursos para financiar o superávit primário brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso é uma contradição que não tem tamanho. A economia brasileira, se for pelo PIB, é a 11ª do mundo. Se for pelo poder aquisitivo, é a oitava economia do mundo. Portanto, está mais do que na hora de que nós fechemos essa porta.

Agora, se não fosse o bastante esta questão, vamos falar sobre as *fintechs*.

Presidente Galípolo, segundo, também, o Distrito Fintech Report de 2024, existem no Brasil 1.592 instituições em atuação, das quais 335, Presidente, são fiscalizadas pelo Banco Central.

Presidente, perceba a desproporcionalidade. Significa dizer que mais de 1,2 mil *fintechs* estão operando no Brasil sem monitoramento do Banco Central e sem informações para o Coaf. Isso virou "festa no apê"! O sistema financeiro brasileiro está ficando ridicularizado, e nós precisamos dar um basta nisso, Galípolo.

Não é culpa sua. Você chegou lá no dia 1º de janeiro de 2025, mas com a velocidade com que as coisas acontecem no mundo de hoje, não dá para perder tempo. Já vai fazer um ano que você está no Banco Central, e nós não podemos continuar com isso. Não é possível!

Eu sei que algumas medidas foram tomadas – na minha opinião, tardiamente. A questão do capital social das *fintechs* é uma delas, e, em respeito ao ano fiscal, isso só vai poder ser aplicado em abril de 2026. Então, nós estamos dizendo para os criminosos: "Podem cometer crime à vontade até 2026, porque nós só vamos fechar a porta em 2026".

E não é isso que deveria acontecer, porque esse dinheiro está todo em contas correntes dentro dos grandes bancos, o dinheiro que aposta na *bet* ilegal está hospedado na conta corrente de um pagamento de salário, que está hospedada num banco tradicional, e essa chave Pix é a mesma a que milhares mandam. Deveria haver um alerta laranja que imediatamente informasse ao Coaf e que imediatamente provocasse uma ação de fiscalização: "Ah, essa conta é de iFood? O.k., iFood pode", "Essa conta é do *marketplace* de fulano de tal? Ah, isso pode", "Não, essa conta é de uma *fintech* não fiscalizada, não monitorizada, vamos imediatamente tomar providências".

E por que não se estabelece que todas as contas-bolsão vão passar a ser fiscalizadas? Ou por que não se toma uma decisão mais radical ainda: por que não se acaba com as contas-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bolsão? Está provado que elas são uma porta de saída fundamental para a sonegação no país e para a atividade criminosa no país, e nós não tomamos providências! Eu não consigo entender! Nós queremos aumentar a carga tributária sobre aquilo que é legal e não fechamos a porta sobre aquilo que é ilegal!

E, desculpe, o Banco Central mudou de papel, porque, quando um país tem 95% do seu meio circulante bancarizado, o Banco Central passa a ser algo fundamental. O Coaf está no Banco Central não é por nada, não; é porque agora a inteligência financeira é a forma mais eficiente e mais competente de se combater o crime organizado. Ora, nós não estamos conseguindo fechar a porta de *bets* ilegais que trafegam por aí, nós não estamos conseguindo fechar a porta do dinheiro das organizações criminosas que caminham por aí! Portanto, medidas urgentes, Galípolo, precisam ser tomadas pelo bem da economia popular!

Agora, vamos falar sobre a questão do Master.

O Banco Master era uma tragédia anunciada. Presidente Galípolo, esse banco foi criado em 2021; a partir de 2022, o banco já atraía investidores oferecendo rendimentos muito acima dos razoáveis no mercado, o que pressionava seu balanço e a carteira excessivamente exposta a ativos de baixa liquidez. Essa análise compete, sim, à inteligência financeira do país, que está centralizada no Banco Central – compete, sim! Compete a você tornar público aquilo que é crime, que está sendo atentado contra a economia popular!

E é preciso dizer que, nesses pouquíssimos anos de existência, o Master conseguiu emitir R$50 bilhões em CDBs para reforçar a impressão de solidez. A instituição forjou operações, como a aplicação de R$50 bilhões em ativos que não existiam, simulando a compra de créditos da empresa Tirreno, mas na verdade não pagou nada por isso. Quem pode verificar o caminho do dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O Coaf.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Coaf, Banco Central, Receita Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabem, eu não consigo compreender! Nós não estamos falando de milhões, nós estamos falando de trilhão de reais, envolvendo dinheiro de pessoas humildes, pobres, que apostam em *bets* e ficam doentes, viram doentes, viciadas, e nós não conseguimos fechar a porta! Nós estamos falando de aposentados que estão sendo vítimas de crime financeiro neste país e nós não conseguimos fechar a porta!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quinze fundos de previdência...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Dezoito fundos de previdência, Presidente! Dezoito fundos de previdência, dezoito fundos de previdência, entre outros, como bancos – bancos, inclusive, estatais. Isso é o que nós não conseguimos compreender. Então, por que bancarizamos?! Não era porque o papel moeda era o problema, porque nós tínhamos que ter tudo controlado?! Nós íamos ter supercomputadores, nós íamos ter... Nós inventamos, inclusive, o Pix! E o pior: isso tudo está sendo movimentado através de Pix, Galípolo!.

Sabem, a nossa queixa... Lamentavelmente você está sentado na cadeira... Você é o homem certo, na cadeira, na hora errada. Por quê? Ou talvez na hora certa, porque você está a tempo de tomar medidas, mas essas medidas não podem ser para amanhã, têm que ser para ontem, porque a vítima é o cidadão brasileiro, a vítima são os governos brasileiros, a vítima é o déficit primário, a vítima é o endividamento público, que se endivida, porque há uma sangria no sistema financeiro!

Meu querido Galípolo, eu quero dizer que, por fim... Imagine que 1,6 milhão de contas no Fundo Garantidor representarão, Líder Jaques Wagner... É para que você possa prestar atenção, já que está discutindo com a sua assessora. Isso vai representar ao Fundo Garantidor um rombo de R$41 bilhões! E não venham me dizer que isso é capital de banco privado, porque esse dinheiro os bancos tiram das nossas contas, em cobrança de serviço bancário, em taxas de serviço bancário. Isso sai de cada um dos brasileiros, não sai do capital do banco. Não é o capital do banco que está lá. São R$41 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu caro Presidente, meu amigo, eu quero dizer que a minha esperança é que V. Exa. – porque o Presidente do Banco Central tem tratamento de Ministro... Repousa sobre o ombro de V. Exa. uma responsabilidade muito grande.

Olhem, eu não estou aqui me detendo a detalhes sobre Roberto Campos Neto. Sabem por quê? Como dizem os americanos, isso é *peanuts* perto do que estão fazendo com o nosso povo, na nossa cara, com o sistema bancarizado, com tudo informatizado! E essa informatização só serve para criminalizar os políticos, mas para prender bandido não serve!

Eu vou lhe contar, Galípolo, a história de um compadre meu. O filho dele virou-se para o pai e disse assim: "Papai, eu não vou ser mais agricultor familiar, não. Eu vou me associar com o vizinho dali de frente". Aí o pai disse: "Como, meu filho?! Aquele é um criminoso". Ele disse: "Pois é, papai, mas o Ibama e a Polícia Federal só vêm aqui prender a gente. Lá ele anda com uma lancha de 600hp, mora numa casa com ar-condicionado. O filho dele tem uma picape zero quilômetro. Eles têm Starlink, têm tudo de bom e do melhor. E nós não podemos ter o direito de plantar 1ha de mandioca, porque viramos criminosos".

Esse não é o Brasil que nós queremos, Galípolo! Esse não é o Brasil que você defende. Você está diante da possibilidade e da competência de, junto com o Coaf, junto com a Receita Federal, junto com a Polícia Federal, junto com a CGU e junto com a Justiça brasileira, de dizer "não" e bater a porta na cara desses escárnios que estão acontecendo com o povo brasileiro.

Era essa a minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Presidente do Banco Central, para responder às indagações do Senador Eduardo Braga.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor. *Fora do microfone*.) – O senhor vai fazer um por um?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, eu vou fazer vários, mas responda ao Eduardo, primeiro.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Lógico. É que eu tinha recebido a orientação de que seriam blocos de três, mas vamos começar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero agradecer ao Senador, porque me dá uma oportunidade fantástica de recordar aqui um tema.

O Senador tem toda a razão sobre as possibilidades tecnológicas para aquilo que compete à supervisão do Banco Central. E aí é importante voltar àquele tema anterior da separação. O senhor sabe que esse tema, que muitas vezes está acontecendo aqui também no Brasil, levantado muito por Parlamentares, é um tema global e muito parecido também nos Estados Unidos, que é o do receio de que a tecnologia transforme o Banco Central ou a autoridade monetária em um grande supervisor que pode estabelecer algum tipo de controle social, o que é uma ilusão, dado que, mesmo antes, através de toda a tecnologia que já existia, o Banco Central já tem essa visualização de tudo isso. Porém, a gente tem que proteger, obviamente, como o senhor sabe muito melhor que eu, todo sigilo financeiro existente. E aí só cabe informar aquilo que efetivamente tiver um caso específico.

Vamos pegar esse caso da supervisão, especificamente, que o Senador comentou. A gente passa ali por diversas instituições privadas que não capturaram aquilo que a instituição pública capturou. Ao capturar aquilo, a instituição pública tem que seguir um rito que vai envolver, primeiro, demandar questionamentos à instituição que fez a operação. Ao não se sentir satisfeito pelos documentos, o Banco Central passou a fazer testes amostrais para analisar aquilo. O senhor mesmo colocou o volume de que nós estamos falando – de valor. Percebam, esse volume de valor de que nós estamos falando representa menos de 0,5% dos ativos totais que existem no mercado financeiro. Então, estamos falando de um valor que é gigantesco. São milhares e milhares, muitas vezes milhões de operações. E o Banco Central teve, com a sua equipe, a partir de critérios de avaliação que tem da sua fiscalização, que identificar, eventualmente, o que pode estar fora do esquadro e, a partir dali, fazer uma análise específica amostral para poder chegar às conclusões às quais chegou e, a partir daí, também não pode tomar uma atitude. Ele precisa informar os órgãos de controle. E aí o Ministério Público vai ver. Bom, cabe uma investigação? Encaminha para a Polícia Federal. Teve uma investigação? Encaminha para o Judiciário. E aí segue todo o curso que é previsto.

Porém, eu estou dizendo de 0,5%. Então, aí, o senhor consegue calcular o tamanho, o volume de operações que existem. Hoje em dia, um dos temas centrais, que a gente escuta nas discussões com outros bancos centrais, por exemplo, na linha do que o senhor apontou, são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidades que a inteligência artificial traz. Talvez, com a inteligência artificial, a supervisão bancária seja dos setores que mais vão poder se beneficiar. Talvez ela possa sair de pesquisas por amostragem para poder automatizar e criar parâmetros que vão analisar todas as operações – todas as operações!

Qual é a dificuldade que a gente encontra? E aí eu lhe agradeço, Senador, porque eu tenho dito isto quase em todas as minhas falas. E aí eu peço ajuda mesmo – não é nem apoio, eu estou pedindo ajuda desta Casa. Eu tenho dito, desde a minha sabatina, que o Banco Central do Brasil, apesar de ser reconhecido globalmente como uma referência por todas as inovações que fez, como Pix, supervisão... E a gente tem uma fila de pedidos de convênios de outros bancos centrais com a gente que a gente hoje não dá conta de atender – hoje a gente não dá conta de atender. Apesar de tudo isso, toda vez que a gente relata qual é o estatuto e qual é o arcabouço legal do Banco Central, os outros banqueiros centrais não acreditam e falam: “Como assim? Vocês não podem... Vocês não têm orçamento?!”.

Esse tema é relevante, Senador, porque tem dois grandes momentos da história da autoridade monetária. O primeiro momento é... E ele tem a ver também com o tema de supervisão. O Senador e o Presidente aqui, que entendem muito mais de legislação, de história e de Justiça do que eu, sabem que, se você for a Florença, você vai ver ainda memórias da estátua da Justiça sem a venda, que é de uma época em que processo tinha capa, em que você perseguia certas pessoas. Isso, dentro do Banco Central, não existe. Não cabe ao Banco Central nem ao Coaf pescar; ele precisa seguir procedimentos que são... O princípio da impessoalidade é um princípio absolutamente essencial e que tem que ser respeitado para que teorias conspiratórias não ganhem força sobre o que não existe. Então, esse é um ponto que vai ser sempre respeitado. Mas, junto com este momento de você criar o monopólio da violência para o Estado e de você poder cobrar imposto, veio o de cunhar moeda. Esse é um primeiro momento da autoridade monetária importante. Um segundo momento importante foi a separação em dois balanços. Existem o balanço fiscal e o balanço monetário. Para quê? Para impedir aquilo que a gente conhecia, que era rodar a máquina e poder financiar a máquina, o que tinha impactos inflacionários fantásticos. Isso aconteceu no mundo todo.

O Brasil tinha que fazer um processo um pouco diferente. Aí você recortou e falou assim: "Não, existem um pedaço do orçamento do Banco Central que está dentro do orçamento fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e um outro pedaço que não está". O que envolve isso? Envolve que um mesmo contrato vai ter duas fontes diferentes ou que a mesma atividade vai ter que ter dois contratos distintos.

Só para dar um exemplo, para pegar no caso antigo, quando ainda os assaltos se davam em agências bancárias ou em carros-fortes... Isso significa que o Banco Central pode fazer a melhor manutenção do mundo em caminhões de transporte que têm a minha idade, porque eu não posso... A compra de um caminhão novo para transporte de valores está num orçamento, já a manutenção tem outro orçamento.

Há uma discussão enorme se o orçamento monetário pode alcançar o Pix ou não. É óbvio que pode. O Pix é moeda, parece óbvio para todos nós, mas há uma discussão, porque a gente criou essa – eu tenho dó da jabuticaba, que é uma fruta tão boa – jabuticaba, que criou uma solução...

Então, quando você fala: "Vocês fizeram Pix desse jeito, sem poder pagar adicional noturno? Não pode pagar adicional de final de semana e você tem um sistema 24 por 7?". É uma excrescência o que nós temos, porque a gente não tem as condições e, mesmo assim, com tudo que existe de investimento privado, quem identificou foi um Banco Central que hoje tem, no seu corpo técnico total, menos gente que tinha na área de controle de movimentação de capital externo no começo dos anos 90. A parte de controle e acompanhamento de dívida externa, no começo dos anos 90, tinha mais gente do que o Banco Central inteiro.

Esse rapaz aqui tem menos da metade do que ele tinha, há dez anos, com três vezes mais instituições. E eu tenho repetido isso, a todo momento.

E, hoje, sendo muito sincero, Senador, esses processos são capturados, esses processos são feitos do jeito que a gente conseguiu fazer. E, óbvio, a gente vai ter sempre as limitações legais, porque cada vez que a gente faz uma mudança de uma regra como essa, vai acabar afetando um setor que vai poder judicializar – e o retrocesso acaba atrasando ainda mais. Por isso que é sempre importante a gente conseguir seguir o processo legal. Mas isso foi feito na velocidade que a gente conseguiu fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós, eu gostaria que a inflação estivesse caindo mais rápido, gostaria de resolver os temas de estabilidade financeira... Eu gostaria de tudo isso mais rápido. Mas a gente tem as limitações, de um lado, legais.

Mas, para além das legais, eu realmente peço a esta Casa – é um pedido de ajuda – que a gente consiga avançar na PEC do Banco Central. É essencial. A PEC do Banco Central está aqui nesta Casa há anos. A gente vem discutindo sobre a relevância dela faz anos. Houve uma apresentação de uma limitação, por parte do Governo, que foi dizer, "queremos que permaneça pelo direito público". Há já um texto, que foi proposto pela AGU, que contempla a demanda do Poder Executivo de que seja com direito público. Do que a gente precisa... Até agora, a gente não teve problemas maiores graças ao esforço das pessoas que estão na instituição, mas eu concordo com o senhor que, se a gente continuar avançando nisso, a gente vai começar a namorar com o perigo.

Então, é muito importante. A gente só quer que o Banco Central tenha as condições – eu não estou falando do Banco Central dos Estados Unidos e da Europa. Eu estou falando do Banco Central de um país emergente – que o Chile tem, que o Banco Central da Nigéria tem... A gente quer... É muito estranho que este seja o Banco Central que é referência para o mundo, em várias entregas para a sociedade, e que tenha, institucionalmente, menos que os demais têm.

Então, este ponto, Senador, que o senhor levanta sobre as possibilidades, do ponto de vista de tecnologia, que estão se abrindo, é essencial. Ele é essencial porque, como o senhor bem colocou, lá atrás, quando você tinha um vídeo de um assalto, era um vídeo de alguém assaltando um carro-forte, era um vídeo de alguém assaltando uma agência bancária, era aquilo que a gente enxergava antes. Como não tem mais o transporte...

E perceba, como está muito bem colocado, que são problemas que muitas vezes têm uma área que não é bem clara – se é uma coisa do sistema financeiro ou se é uma coisa de segurança –, mas, como o senhor bem colocou, não cabe o Banco Central se omitir. O Banco Central tem que estar lá, junto.

Então, no resto do mundo, quando o senhor viaja, o senhor vai ver um caixa eletrônico virado para a calçada, no meio da rua. No Brasil, não, o caixa eletrônico tem que estar dentro de uma porta giratória blindada, por questões de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A mesma coisa tem que ser transplantada, e está sendo transplantada, para o tema de transferências que são digitais agora. E, muitas vezes, isso também gera uma confusão na população. Quando você, antes, invadia uma agência, você sabia que tinha sido assaltada uma agência. Quando acontece hoje algum ataque que foi feito em uma instituição menor, você começa a achar que foi um ataque no sistema do Pix. Então, foram não sei quantos milhões no Pix... Perceba, o Banco Central movimenta R$8 trilhões por dia, só no STR. Imagine, qualquer coisa que fosse uma entrada no Banco Central seria um valor muito mais grave.

Por favor, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Galípolo, o que você está colocando reforça a situação, que é dramática, porque imagine que, a partir de 2027, nós vamos implementar o *split payment*, que vai ser 150 vezes maior do que o Pix. Se nós não estamos dando conta de gerenciar, monitorar o Pix, que é dinheiro privado, imagine com o *split payment*, que vai ser todo digital!

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É por isso que eu lhe agradeço, Senador.

Ocorreram revoluções, como o senhor está bem colocando, no mercado financeiro. O Brasil é reconhecido por estar na vanguarda dessas revoluções que aconteceram no mercado financeiro, como o senhor bem comentou, que é sair do dinheiro físico, tudo isso. Agora, e as instituições foram devidamente atualizadas? As condições, o perímetro regulatório, que é um tema de discussão global hoje... Perceba, hoje existe uma questão até geopolítica nisso, que é: desde 2008, a partir da crise de 2008, se aumentou muito a régua da regulação dos bancos no mundo – Basileia III, tudo isso aumentou muito. A partir daí, o que a gente chama de NBFI, que são as instituições não bancárias que fazem intermediação financeira cresceram muito, em tudo. Por exemplo, nos leilões de título do Tesouro americano ou do Canadá, hoje, mais de 50% são comprados por NBFIs. Antes eram bancos, agora são essas instituições. Cresceu muito essa liquidez.

Qual é a discussão que está colocada? Você tem hoje Europa, Canadá, Inglaterra falando assim: "Nós precisamos aumentar o perímetro regulatório – como o Canadá já fez, como a Inglaterra já fez – para colocar essas instituições dentro da supervisão do Banco Central". Os fundos têm que estar dentro – tema que a gente discutiu muito aqui com o Senador. Precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar isso para dentro. O que estão dizendo os Estados Unidos, ou melhor, alguns membros dos Estados Unidos? "Vamos reduzir a regulação dos bancos para nivelar com menos regulação". Esse é um tema de ordem global hoje – de ordem global. E é fundamental que a gente possa colocar para dentro essas instituições de perímetro.

Porém, como bem o senhor falou, nós já temos hoje menos da metade da equipe que se tinha antes para fiscalização, e mesmo assim a fiscalização é quem identifica esses problemas. E vai cada vez mais crescer.

Eu faço um pedido de ajuda ao Senado: a gente precisa que a PEC avance. É um tema essencial para que as instituições possam avançar da maneira adequada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Só uma pergunta antes de o Eduardo sair: o que efetivamente tem a ver (*Fora do microfone.*) entre aumentar o perímetro regulatório e a PEC que precisa ser apreciada aqui?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu posso lhe dizer. A gente tinha essa discussão com a AGU, se era possível por um outro instrumento a gente ampliar o perímetro regulatório e colocar, por exemplo, fundos.

Para dar um exemplo para o senhor aqui, Presidente. Teve um caso na Inglaterra, do Banco Central da Inglaterra, que foi o caso Liz Truss. No caso Liz Truss, o que aconteceu foi: a crise não se deu dentro dos bancos; a crise se deu em seguradoras, fundos de pensão e outras instituições que são fundos, *hedge funds* e *assets*, e foi lá que teve o problema de você ter um movimento pró-cíclico de abertura de taxas, venda de valor de títulos, e perder. A partir dali, o Banco Central da Inglaterra passou a ter a sua infraestrutura ligada diretamente nessas estruturas. Agora, não faz sentido você ter só a infraestrutura ligada, que significa que você pode prover liquidez, sem a devida da regulação.

Eu gastei bastante dinheiro em análise para não achar que eu sei tudo na vida. E sobre o que é possível, do ponto de vista de instrumento jurídico, eu não me aventuro a dizer; eu pergunto para a AGU. E o que me dizem a PGBC e a AGU é: para ocorrer essa mudança, eu preciso da PEC. E ela vai totalmente na concordância com o que o Senador está colocando. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos novos animais surgindo nesse ecossistema, novas atividades. Isso vai ser um trabalho contínuo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – "Animais" é generosidade da parte de V. Exa. São monstros, não é?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Você vai criando coisas novas e precisa, sim, ter novas ferramentas para fazer isso.

Só tem um tema de que eu queria falar, o tema de Master, que o Senador colocou. Não sei se eu tenho tempo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Então, o que acaba acontecendo, relacionado com plataformas e captação? Existe uma regra inicial, vamos chamar assim, quando você está fazendo de gestão de banco, você na condição privada de ser... (*Pausa.*)

Obrigado, Senador.

Existe um princípio de gestão que é assim: o banco sempre vive de estar captando recursos de terceiros e emprestando para outros. Por isso que a lógica sobre se a taxa de juros alta é bom ou é ruim para banco... Na verdade, o que o banco faz? Ele arbitra. O banca ganha dinheiro se ele pagar menos juros do que ele cobra para quem ele está emprestando. É disso que se trata, é isso o que um banco tenta fazer. Por isso que, geralmente, quando você está constituindo a carteira de um banco, você forma o seu ativo em função do seu passivo, você constitui o seu ativo a partir do perfil do seu passivo. É o que a gente chama de *duration*, que é o prazo de pagamento que eu tenho para fazer dessas dívidas. Qual é o perfil dele? É um perfil que o cara pode sacar imediatamente? Ele tem liquidez? Não tem liquidez? É assim que você forma.

Quando uma instituição passa por algum tipo de crise de liquidez ou de credibilidade que a inviabiliza de fazer novas captações, se você fez o que a gente chama de um *match* do seu passivo com o seu ativo, aquilo vai ser um problema para o seu crescimento, ou seja, você não vai conseguir fazer captações novas e isso vai impedir você crescer mais a sua carteira. Mas se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você não tem um *mismatch* entre o seu ativo e o seu passivo, se você não tem um descasamento, perdão, entre o seu ativo e o seu passivo, a impossibilidade de captações novas não deveria gerar um problema de liquidez, porque você vai começar a receber dos seus ativos e você vai, com ele, pagar os seus passivos. É isso. Então, o tema de você estar cobrando alguma taxa maior ou uma taxa menor não configura um fato para que você possa, eventualmente, liquidar um banco. O tema é você ter um casamento entre ativo e passivo para que isso não produza um problema de liquidez ou de solvência. Só isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Galípolo e todos os aqui presentes.

Eu acho que a gente está no dilema de sempre que é o tamanho do Estado. Esse debate do tamanho do Estado gera uma consequência terrível. Os órgãos que precisam crescer para dar conta das novas responsabilidades ficam engessados nesse debate míope sobre qual o tamanho que o Estado tem que ter, o Estado mínimo.

A outra questão é a desregulamentação como política. A gente tem visto uma tendência, ao longo dessa última década, de que a desregulamentação é o caminho como política de Estado e como objeto da atuação política de vários segmentos representados aqui no Parlamento. Chegam até a propor a autorregulação; os setores se autorregularem em vários campos de atividades econômicas ou da atividade econômica.

Portanto, nós temos aqui um problema de como a política brasileira tem encarado esse debate sobre o tamanho do Estado, a regulamentação e o papel regulamentador que o Estado tem que ter, e uma tentativa permanente de reduzir o tamanho do Estado e diminuir o papel regulamentador ou regulador do Estado brasileiro. Então, acho que essa é uma questão.

A segunda foi defendida aqui, e eu votei contra naquele momento: a autonomia do Banco Central. O Sr. Galípolo é Presidente do Banco Central este ano, mas ele está sendo responsabilizado e tem uma tendência de chamar para o feito o Governo do Presidente Lula,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que não indicou o Presidente do Banco Central até início deste ano. Por dois anos do Governo do Presidente Lula, tinha um Presidente do Banco Central que não foi escolhido por aquele que o povo brasileiro elegeu para presidir o país. E, nesse sentido, o que acontece? Nós tivemos em 2023 e 2024, no caso do Banco Master... Avolumou-se a quantidade de operações de aquisições e, nesse período, a quantidade de *fintechs* que foram autorizadas, a desregulamentação para poder facilitar a entrada de *fintechs* em operação, tudo isso aconteceu. E, ao mesmo tempo, o Pix, que já tem mais de meia década, cinco anos de funcionamento, se avolumou também.

Então, vejam, nós estamos diante de uma situação que tem três questões iniciais – tem uma quarta que eu vou falar depois –, que são o tamanho do Estado, a desregulamentação e a autorregulação como política e a questão da autonomia do Banco Central, que tira do Presidente da República, inclusive, parte da responsabilidade com a condução da instituição, porque ele é autônomo e foi esta Casa que indicou esse Presidente – e isso não dá para a gente cobrar muito, inclusive, de quem chega agora.

E tudo isso num ambiente de muitas transformações, porque não é só no mercado financeiro que está tendo transformações. Está tendo transformações no comércio, está tendo transformações até na produção de tecnologia, de *software*, ou seja, o mundo está velozmente se transformando e aquilo que, há um ano, era uma verdade absoluta, hoje já não é mais o caminho. Por exemplo, a inteligência artificial, há um ano, parecia que seria a solução de todas as coisas, e a gente está vendo que não é bem assim. Ela vai ser uma grande ferramenta, mas não é o que disseram que seria. Então, as coisas vão mudando.

E, como disse o Eduardo Braga, nesse ecossistema novos monstros surgiram, e a gente tem um Banco Central – e aí vamos entrar na questão da PEC, que eu acho que é relevante – que não abrange fundos de investimento, em que 75% do dinheiro que circula não estão nos bancos, estão nos fundos, estão empacotados, e o Banco Central não tem competência sobre isso, apesar de a gente ter aprovado uma lei que remuneraria os depósitos voluntários, para evitar a emissão de dívida pública e juntar a dívida bruta com a dívida líquida, para reduzir, inclusive, o tamanho da relação dívida-PIB no Brasil, que tem 10% que é só operação que faz gestão de liquidez interbancária, que é uma mentira essa dívida bruta nossa, ela não é isso, ela é menor, 10% a 12%, é menor, ela é mais contábil do que qualquer outra coisa; e a gente não tem autorização para o Banco Central fazer a gestão sobre os fundos e ampliar um desses monstros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que o dinheiro está empacotado. Ou seja, esse é um grande monstro, que é muito dinheiro, são trilhões que estão nesse universo.

A outra questão é a própria capacidade de expandir para dar conta da nova realidade.

Tudo isso esbarra na PEC, e eu acho, Galípolo, que está na hora de você quebrar alguns ovos – você mesmo. Certo? Porque eu tenho conversado com o Senador Plínio, e ele disse: "Se o Galípolo me ligar, eu pauto, eu venho". E o que é que ele quer? Que você diga simplesmente o seguinte: que pode ser de direito privado. Certo? Porque eu acho que não tem espaço – e a gente precisa fazer este debate – para a gente criar uma condição de um banco que é responsável pela regulamentação, por fora, da administração direta, ainda que ele tenha toda a autonomia administrativa, financeira, orçamentária, que ele tenha esta liberdade.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone.*) – Dizer que dá para ter espaço no Direito Público – é o que o senhor disse.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Direito Público – Direito Público.

Como Direito Público, ele pode cumprir todas essas missões, e acho que, do ponto de vista jurídico, ainda dá mais segurança como órgão regulamentador.

Então, acho que a gente precisa, Presidente, fazer este debate aqui com o Senador Plínio, nós aqui precisamos, porque isso é fundamental. A gente passa a ter instrumentos para a gente ir reduzindo as operações compromissadas, a gente passa a ter instrumentos para ampliar as funcionalidades do Pix; o Drex vai precisar de mais gente para poder tocar; a gente vai precisar de mais estrutura e mais capacidade operacional para lidar com a nova realidade que se impõe ao papel do Banco Central e, inclusive – inclusive –, definir qual é o quadro necessário para o Coaf ter o seu próprio quadro dentro do Banco Central, específico, dirigido, para que ele possa cumprir essa tarefa de acompanhamento, de inteligência financeira, de como as coisas estão acontecendo no país.

Então, eu acho, Galípolo... E é óbvio que aqui a gente tem um debate... Por que agora, a cada seis meses... E a última coisa que eu quero trazer: por que é que, mesmo a gente sabendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você falou uma coisa aqui que me chamou a atenção. Veja, a liquidez que se colocou no mercado foi muito grande. Com excesso de liquidez, obviamente isso vai gerar inflação. Se gera inflação, você tem que controlar. Para diminuir essa liquidez, a forma é a taxa de juros, mas essa liquidez, obrigatoriamente, a taxa de juros...

A inflação deve ser arbitrada em 3% ou poderíamos arbitrar essa inflação na casa dos 4%, e isso seria o equilíbrio necessário para ter uma taxa de juros menor?

Então, eu acho que este debate da política monetária e de qual é a taxa, qual é a inflação possível, sem comprometer o crescimento, o controle de liquidez no mercado, ou seja, eu acho que este debate precisa ser aprofundado, para que a gente não tenha um remédio muito amargo sobre a economia.

Obrigado, Presidente.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu só queria agradecer ao Senador Rogério Carvalho, que, desde a primeira hora, sempre esteve à disposição para a gente poder ter esse tipo de conversa e debate – né, Senador?

O Senador tem esse interesse, às vezes, por temas que são bastante técnicos e tem essa capacidade de capturar de maneira rápida e conseguir entender esses temas, que às vezes são um pouco herméticos.

O Senador tem sido sempre um grande parceiro e ajudado muito nesses debates, para a gente conseguir até aprimorar a ideia, desde o início, quando a gente começou a conversar.

Eu costumo dizer que, às vezes, a palavra autonomia, Presidente, assumiu uma dimensão que eu acho que, talvez, às vezes mais confunde do que esclarece, porque dá uma ideia meio de que o Banco Central vai fazer o que ele bem entender e do jeito que ele bem entender, e essa coisa de que você faz o que você quiser, do jeito que você quiser, você só pode acreditar até a adolescência. Depois da adolescência, você não tem mais direito de achar isso.

O Banco Central tem a autonomia para buscar as metas que foram estabelecidas pelo poder democraticamente eleito, é isso, e eu não conseguiria explicar melhor do que o Senador Rogério explicou o que é esse novo ecossistema, quais são as implicações que foram geradas, para onde foi a liquidez e por que, para a gente, é tão essencial que a gente possa avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço todas as falas e as recomendações do Senador.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Dr. Galípolo, que bom que o senhor está aqui para falarmos um pouco dessas questões.

Bom dia, Dr. Ailton.

Obrigado pela presença dos senhores.

Presidente Renan, como amplamente noticiado por diversos veículos de comunicação nos últimos dias, o episódio do Banco Master envolve um escândalo financeiro de proporções bíblicas.

Em termos de valores envolvidos, estamos diante da maior quebra de um banco na história do Brasil, que nos faz lembrar casos traumáticos, como o do Banco Nacional, Bamerindus, PanAmericano, Santos, Cruzeiro do Sul, entre outros.

O resultado disso, Galípolo, foi a maior liquidação bancária extrajudicial já registrada no país, exigindo agora um desembolso bilionário do Fundo Garantidor de Crédito – como amplamente noticiado pela imprensa –, fato que coloca em xeque a credibilidade e a segurança de todo o Sistema Financeiro Nacional, que é sustentado fundamentalmente sobre o pilar da confiança. (*Pausa.*)

Vou aguardar o senhor poder prestar atenção.

Mesmo sabendo da significativa alavancagem do Banco Master, que oferecia CDB e letras financeiras com rentabilidade acima das praticadas no mercado, por que – essa já é uma pergunta para o senhor – o Banco Central assistiu passivamente à continuidade da emissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desordenada desses títulos no mercado, sem adotar qualquer medida para conter essa prática predatória e sabidamente insustentável?

Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu faço para o senhor: por que o Banco Central permitiu que intermediadoras – como XP, BTG e Nubank – inundassem desordenadamente o mercado com CDBs e outros títulos do Master, sem qualquer controle ou fiscalização mais rigorosa, mesmo com o Banco Central do Brasil sabendo, como o mercado já sabia, da manifesta existência de conflito de interesses, uma vez que o Banco Master pagava a essas instituições intermediadoras comissões e prêmios muito maiores que os oferecidos por outros bancos emissores de títulos de renda fixa?

Pergunta dois.

Três: desde 2002, o Sistema de Pagamentos Brasileiro permite ao Banco Central acompanhar, em tempo real, o fluxo de caixa das instituições financeiras, o que reduz o risco de liquidação e fortalece, teoricamente, a supervisão prudencial.

O país passou a dispor de um sistema que integra compensação, liquidação e controle de reservas bancárias, de tal modo que a liquidez, antes uma variável de difícil mensuração, tornou-se mensurável, minuto a minuto, com o risco sistêmico mais previsível.

Pergunta: por que somente a partir de março de 2025, com o anúncio midiático da intenção da compra por parte do Banco Master pelo BRB, é que o Banco Central acordou oficialmente, para debruçar-se, com mais atenção, sobre um problema já conhecido, quando praticamente todo o mercado, bem mais tempo antes, já vinha alertando para os graves problemas de sustentabilidade, solvência e liquidez do Master?

Quatro: o episódio do Master nos põe, de maneira escancarada, a fragilidade do *timing* regulatório, já que a atuação do Banco Central, nesse processo, culminou com a liquidação extrajudicial do conglomerado Master e foi unanimemente considerada tardia pelo mercado... Eu fiz a ênfase errada: o Banco Master não expõe, de maneira escancarada, a fragilidade do *timing* regulatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já entrego essas perguntas para o senhor.

Cinco: o Banco Central não conseguiu ver, assim como o mercado já via há muito tempo, que o Master vinha crescendo rápido demais, com práticas agressivas de captação não sustentáveis no médio e longo prazo, com uma estrutura de risco, governança e *compliance* que não acompanhava a expansão?

Seis: sinais de alerta dos problemas já não estavam presentes há meses ou anos? Por que a intervenção do Banco Central só ocorreu quando a situação se tornou absolutamente irreversível e insustentável?

Sete: analisando as demonstrações financeiras divulgadas pelo Master, ao longo dos anos, por que o Banco Central do Brasil não foi capaz de identificar que os créditos a receber e ativos do referido banco – para fazer frente aos compromissos assumidos com investidores, compraram letras e CDBs – eram compostos majoritariamente por ativos de baixa liquidez, como precatórios, pré-precatórios, além de outros títulos podres?

Oito: como o Banco Central noticiou oficialmente no dia da liquidação, 18/11/2025, o conglomerado Master detém 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do Sistema Financeiro Nacional. Ora, como o Banco Central do Brasil pôde permitir que o Banco Master e seu conglomerado, que não detém nem 1% dos ativos total dos recursos bancários, consumam sozinhos um terço de todos os recursos garantidores do FGC, recursos cuja maior parte foi constituída com a contribuição feita pelos grandes bancos ao fundo? Essa trágica situação não evidencia que uma nova quebra de qualquer outro pequeno banco ou instituição financeira seja capaz de drenar todos os recursos do Fundo Garantidor, deixando investidores sem qualquer garantia?

E, por último: que medidas de regulação, fiscalização e repressão o Banco Central do Brasil adotará, daqui em diante, para evitar que novos escândalos e prejuízos como esses, envolvendo o Banco Master, venham a ocorrer novamente no Sistema Financeiro Nacional?

Deixe-me entregar isso aqui para o senhor. Espere aí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada. Obrigada, Presidente Renan. Cumprimento o senhor.

Primeiramente, eu já queria agradecer ao senhor pela convocação dessa audiência pública, ainda mais à luz dos últimos acontecimentos, que é a deflagração da operação da Polícia Federal, a Compliance Zero.

Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, Ricardo Saadi e também o Ailton Santos.

Bom, eu não tenho como, Galípolo... Acho que você sabe disso. Antes de toda essa situação acontecer, nós já estivemos no Banco Central. Aliás, fomos eu, o Senador Izalci e a Senadora Damares. Estivemos com você. Quero agradecer a você por ter nos recebido naquele momento, assim como a diretoria, e também agradecer-lhe a agilidade que você teve naquele momento em que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, de forma relâmpago, o projeto que autorizava a compra do Master pelo BRB, com a sanção também do Governador, e o Banco Central rapidamente agiu, vetando essa compra.

Mas eu preciso fazer alguns questionamentos sobre a situação atual, até para a gente entender.

A gente tem visto, enfim, inúmeras reportagens. A gente ainda não tem, de forma precisa, uma opinião e, digamos, a visão do Banco Central sobre toda essa situação, e eu gostaria de ter um pouquinho da sua opinião, se o Presidente Renan me permitir também e todos os colegas.

As decisões judiciais e reportagens indicam que, entre julho de 2024 e outubro de 2025, o BRB teria realizado operações financeiras volumosas com o Banco Master, inclusive transferências que podem ultrapassar R$16 bilhões, algumas supostamente sem documentações adequadas e sem registro contábil regular.

Eu pergunto: o Banco Central identificou essas operações como atípicas ou potencialmente danosas à solidez do BRB e do sistema financeiro? Qual a parcela dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações que o Banco Central considerou irregular, ou seja: o quanto que foi? Foram mais de R$10 bilhões?

Qual o risco que essas operações representam para o BRB?

Pergunto isso porque, enquanto Senadora do Distrito Federal, para além desse absurdo que está acontecendo, dessa tentativa de fraude bilionária, de tudo isso que está acontecendo, a minha preocupação também é a questão do BRB – a solidez e o risco que isso está representando ao BRB. Então, eu pergunto: o que essas operações representam de risco para o BRB?

As informações da mídia são de que a compra do Master quebraria o BRB. É isso mesmo?

Presidente, considerando que, desde o final de 2027, já havia sinais de deterioração dos indicadores do Banco Master e que acionistas minoritários do BRB – isso chegou até ao meu gabinete – teriam alertado o Conselho de Administração sobre tais riscos.

Pergunto: o Banco Central tem conhecimento de qual foi a profundidade da análise conduzida pelo BRB antes de realizar essas operações bilionárias de aquisição de carteiras e outros aportes?

O BRB cumpriu padrões mínimos de governança, transparência e controle de risco previstos na Resolução CMN nº 4.557, de 2017, e nas leis das estatais? E, na sua opinião, o BRB é vítima incompetente ou é um participante desta fraude?

E, por último, considerando que o BRB é uma instituição financeira sob o controle do Governo do Distrito Federal, a aprovação legislativa acelerada da compra do Master na Câmara Legislativa do DF, o apoio explícito do Governo do DF à operação e as críticas dos acionistas minoritários do BRB sobre a ausência de consulta e falta de transparência, quando o Banco Central vetou a compra do Master pelo BRB – e nós lutamos para isso, e você nos ajudou muito nesse sentido –, eu pergunto: o Banco Central, durante o processo de supervisão do BRB, identificou sinais de intervenção política – isso é muito importante para todos nós aqui –, pressão externa ou quebra de governança que deveriam ter sido reportados ou coibidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco Central avaliou se a deliberação da Diretoria do Conselho do BRB sobre a aquisição do Banco Master, bem como as operações anteriores da compra de ativos, atenderam plenamente às exigências de governança e independência administrativa previstas no arcabouço prudencial? Em outras palavras, houve, na visão do Banco Central, indícios de que as decisões do BRB possam ter sido motivadas ou aceleradas por interesses políticos externos aos bancos? E, se sim, por que isso não gerou intervenção, restrição operacional ou alerta regulatório antecipado?

É isso.

E, para finalizar, eu gostaria de comunicar aqui à Casa que foi apresentado o requerimento de criação da CPI sobre o tema, que inclusive eu assinei, já agradecendo aos colegas, que possamos instalar essa CPI, porque eu acho fundamental não só para averiguar a questão da ação entre o Master, mas do sistema financeiro de um modo geral.

Então, parabenizo e agradeço ao Presidente Renan e a presença, aqui, do Gabriel Galípolo, assim como de toda a sua equipe aqui na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senadora Leila.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Quero cumprimentar aqui o Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central, e também o Ricardo Andrade, do Coaf.

Primeiramente, eu queria falar para V. Exa., Senador Renan Calheiros, que, ainda em 11/6/2025, o senhor tem um requerimento meu aí, o nº 56, de 2025. Lá, eu protocolei... Já havia uma denúncia do banco Basa. Houve uma denúncia do banco Basa, que eu tinha já pedido na época, que eu queria que V. Exa. trouxesse aqui, à CAE, para ele prestar esclarecimento, o Presidente Luiz Lessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu tenho que discordar do Senador Rogério Carvalho, até porque, Galípolo, o problema é que, até 2023, o próprio Basa não aplicava em nenhum banco com risco B. Isso... Já fica uma pergunta para V. Exa.: eu quero saber se o Banco Central alerta as outras instituições financeiras, para não aplicarem nesses bancos.

Essa regra mudou a partir de 2024. A partir de 2024, aplicaram em letras financeiras sem nenhuma garantia.

O Basa perdeu, vai perder? Certamente – o Basa, que tem a grande responsabilidade de aplicar aqueles recursos do fundo constitucional.

Esse caso semelhante do Basa já havia acontecido lá em 2004. Para quem se lembra, mais antigo aí, no Banco Santos. Aconteceu a mesma coisa no Banco Santos.

Então, eu quero dizer a V. Exa., Renan Calheiros... Nós temos que trazer aqui, a esta Casa, Luiz Lessa.

E não é só isso que está acontecendo no Basa. São muito mais coisas que estão acontecendo lá, sobre as quais seu Presidente vai ter que dar esclarecimentos aqui.

O Basa é um banco estatal da Amazônia, é um banco brasileiro.

Mas quero dizer para vocês também sobre...

Galípolo, quando você fala também sobre a inflação em 3%, que você não consegue cumprir a meta, que está na média de 4,5%, eu digo para vocês: como é que vão ficar as instituições financeiras? Porque essa taxa de juros da Selic de 15%...

Eu sou empresário. Muito antes de ser político, eu sou empresário. Conheço as instituições financeiras, conheço o sistema financeiro. É impossível a chance de os bancos receberem em qualquer situação, tanto nos financiamentos industriais, comerciais, financiamentos da área produtiva, do setor primário, porque quando se toma um recurso a 15%, pagando-se a 15, 16%? Imagine o Master, aí, pagando em torno de 140% da Selic? Aí, esse foi embora de vez.

Como que as instituições financeiras que V. Exa. está vendo, havendo um derrame, aí, uma enxurrada de recuperações judiciais, pessoa física, pessoa jurídica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos caído em um dilema muito perigoso dentro do sistema financeiro. Nós temos caído num sistema muito perigoso dentro do sistema financeiro.

Mas eu quero deixar uma outra pergunta para você: o descontrole das contas públicas afeta ou não a taxa de juros? Porque não é só a inflação que está subindo; algo está subindo.

É lógico, se as empresas têm uma taxa de juros de 20% ao ano, eles estão repassando isso adiante. Isso é óbvio. Mas existem muitas... Inclusive, até caminhões, hoje, você compra mais barato, com valor menor que era há um ano e meio atrás. Eu não sei veículo, mas caminhões hoje, direto da indústria, estão sendo comprados até por valores menores do que estavam um ano e meio atrás.

Eu fico às vezes me preocupando e me perguntando: será que existe tanto essa inflação? Será que esse descontrole das contas públicas não está levando o país para isso?

E, assim...

Para terminar, eu só quero dizer: qual a responsabilidade do Banco Central? Porque o Banco Central...

V. Exa. falou aqui sobre o câmbio livre. O câmbio livre é a coisa mais certa que existe. Isso deve ter passado nesta Casa, foi uma lei que passou por aqui, não foi o Banco Central que fez. Mas o câmbio livre, ele está certo.

Agora, quais as atitudes que o Banco Central irá tomar, daqui para a frente, para não acontecerem mais situações iguais à que aconteceu com o Banco Master e que poderão vir a acontecer com outras instituições financeiras?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central para as respostas aos Senadores Jorge Seif, Jaime Bagattoli e Leila Barros.

Queria só informar que, como foram várias as perguntas, se for necessário usar a réplica e a tréplica, esse é um caminho autorizado pelo Regimento do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, V. Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou tentar, então, unificar em dois blocos: um bloco mais relacionado com política monetária e um bloco relacionado ao caso de estabilidade do Banco Master.

Eu vou começar dizendo que o Banco Central, como eu comentei, jamais julga a conveniência de um investimento, porque a lógica de quem está aplicando é: o risco e o prêmio ficam com ele. O dia em que o Banco Central falar assim: "Olha, é melhor você investir nisso", seria como se o Banco Central estivesse fazendo uma recomendação para que ele corresse esse risco, e não aquele, e o risco ficou com ele com um recurso que não é do Banco Central nem do governo; é um recurso que é da instituição privada.

Então, o que é o arcabouço é: a gente jamais deve julgar a conveniência.

Você deve imaginar, Senador, que muitas vezes eu posso, na minha cabeça, receber alguém ali, um dia, que fala assim: "Olha, eu estou pensando em comprar uma instituição". Aí, o sujeito apresenta o patrimônio dele, e você fala: "Poxa, se fosse eu, pessoalmente, com um patrimônio desse..." – poderia falar – "... vou fazer outra coisa: vou para a praia, vou curtir a minha vida, vou empreender com alguma outra coisa", mas não cabe à gente fazer esse julgamento nem recomendação a quem está fazendo o investimento. A conveniência é feita pelo dono do dinheiro ou pelo dono que tomou o dinheiro, que é o acionista ali.

E, nesse caso, eu preciso reconhecer aqui a rapidez, a tempestividade com que a Senadora Leila e o Senador Izalci, logo nos primeiros sinais, foram procurar o Banco Central, na condição de quem está se colocando representando o controlador de uma das partes, que é o povo do Distrito Federal. E, naquela conversa, naquela reunião, a gente esclareceu que a gente não tinha, justamente, esse poder de avançar sobre uma discussão de conveniência. O que a gente iria analisar é se o procedimento acompanhava os ditames e o que é o Regimento e as normas, mas, obviamente, estávamos sempre à disposição dos Senadores, que sempre foram muito diligentes na preocupação com a coisa pública e com o povo do Distrito Federal.

Então, acho que esse é um ponto relevante de se colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso, o que acontece é que vários desses temas que são colocados como alertas – e eles são superimportantes –, para que a gente possa avançar num processo efetivo – seja para vetar uma operação, seja para liquidar um banco –, é muito importante que eles estejam fundamentados no processo e juridicamente, não só pelo debate da opinião pública, mas, só para dar um exemplo: o Banco Central foi questionado por órgãos de controle – aos quais a gente tem a obrigação de esclarecer e tem todo o respeito –, no intervalo de alguns meses, sobre por que é que fez algo e – depois de passados alguns meses – por que é que não fez algo ou por que é que demorou para não fazer algo.

Então, isso acontece. Você está sujeito, a todo momento, a ser questionado sobre o que você fez e o que você não fez, ainda que isso esteja em direções diametralmente opostas, mas a gente é questionado sobre isso, e é por isso que é tão importante.

E aí, nesse caso, você vai dizer: "Bom, você tinha uma emissão de um CDB a 140 do CDI...".

É óbvio, você pode ter uma discussão de o que é que envolve, por que é que tem 140 do CDI. Aí, você vai discutir o prazo, ou seja, quando você tem um prazo maior, geralmente você tem o que a gente chama de prêmio de risco. Qual é o *duration*, como a gente chama? Qual é o prazo disso? É compatível 140 do CDI com o prazo, ou não é? Qual é o risco envolvendo aquele banco que está emitindo?

Toda essa discussão é feita por parte do investidor, não do Banco Central, não é o Banco Central. Então, o Banco Central tem a possibilidade de liquidar alguém porque está emitindo a 140 do CDI? Não tem, não tem a faculdade para impedir você de fazer isso.

Até porque, se a gente fizer a conta, 140 do CDI... Vamos pegar o CDI de hoje. Na época, era menor, mas foram 15, vamos botar 40% ali. Você vai falar: "Dá 21". Ele tem uma carteira de consignado que empresta de 4% a 5% ao ano. É um carrego positivo. Ele está captando a 20, 21 e está emprestando a 48, a 60... É um carrego positivo.

Então, o tema de discussão de valor de ativos não listados é um tema sempre que abre muito espaço para debate. Quanto vale esse ativo de verdade? Quanto ele não vale? É que nem mais ou menos uma discussão sobre um ativo que você vai vender, e você vai descobrir, na venda, quanto ele vale efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que é importante que o Banco Central consiga cumprir todas as etapas necessárias para isso? Porque, efetivamente, todas as avaliações que podem existir de contratações de pareceres, de auditorias e até de, muitas vezes, agências que estão avaliando vão se contrapor, eventualmente, a uma discussão que pode ser cinzenta a zona. Vão dizer: "Eu acho que vale aquele valor". E aí, para que a fiscalização conteste ou tenha elementos sobre isso, ela vai precisar reunir elementos robustos para isso.

O que acontece é que, a partir da identificação de operações que a fiscalização entendeu que não cumpriam a necessidade de informações necessárias, esse processo passa a ser questionado. Ao ser questionado, vai gerando um desfazimento dessas operações, está gerando um desfazimento dessas operações e, apesar do desfazimento – é aquele tema que o Presidente colocou muito bem no início aqui, eu tentei colocar –, isso, de maneira nenhuma, faz com que o Banco Central não tenha que informar ao Ministério Público. E, a partir daí, várias das questões que foram colocadas, inclusive pelo Senador Jorge ou pela Senadora Leila, sobre motivações... Elas escapam da esfera de uma investigação de liquidez e de se o ativo é bom e passam para essa outra esfera de Ministério Público, Polícia Federal e Justiça. E, aí, o processo, que é previsto em lei, de colaboração, por falta de uma palavra melhor, que é: eu sou obrigado a informar... Quando tem uma – a gente chama de notícia de fatos isso – notícia de fatos ao Ministério Público para o Ministério Público investigar, foi muito importante não só para que existisse uma troca de informações... E a diligência da Polícia Federal e do Ministério Público foi absolutamente fantástica, não só para isso, mas para que também o trabalho de um não impedisse o trabalho de outro. Ou seja: muitas vezes, a ação de um poderia, eventualmente, comprometer o trabalho de outro.

Para dar um exemplo, fugindo do caso em tela e indo para um exemplo específico: se, por acaso, tiver uma compra de um automóvel numa concessionária em dinheiro – o Ricardo me corrija se eu estiver equivocado –, a concessionária deveria informar, por exemplo, ao Coaf que aconteceu uma compra de um automóvel em um valor alto em dinheiro, mas a concessionária não pode informar ao cliente dela que ele foi comunicado, porque você tem que continuar acompanhando o processo, para poder entender, senão você pode atrapalhar o processo.

Então, todos esses elementos foram trazidos a partir desse trabalho em conjunto, que foi desempenhado conforme prevê a legislação nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se, por acaso, existisse algum eventual voluntarismo – vamos chamar assim – ou se tentasse fazer alguma medida não baseada no que são os autos mesmo, no que é realmente o que a legislação permite ao Banco Central tomar as atitudes, provavelmente, o que existiria seria que quem pagaria a conta por isso seria o Erário, porque, mesmo sobre aquelas que foram muito bem fundamentadas, mesmo sobre aquelas que já ocorreram há 20, 30, 40, 50 anos, ainda existem contestações que são feitas questionando se deveria ter sido feito ou não, justamente porque, quando você tem um ativo não listado em bolsa, há a possibilidade de que você contrate um auditor, um contador, alguém que seja, que fale assim: "Olha, eu achava que valia mais; não achava que valia menos".

Neste caso, especificamente, como está bem fundamentado no voto, eu acho que se reuniu, como a gente tem dito, gabaritaram-se as questões que eram necessárias, para que a gente pudesse tomar as medidas que foram tomadas.

Sobre o tema da política monetária – e aí, por favor, se eu deixar de cobrir alguma coisa, volte a me cobrar, por favor, Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, eu só gostaria de...

A gente sabe que muito vai vir através da investigação, mas não é a investigação que avalia a saúde financeira, o risco que foi, que está sendo ou que, possivelmente, vai acarretar para o BRB.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso é uma avaliação do Banco Central.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não, o Banco Central vai olhar para os parâmetros que a gente chama de liquidez, de balanço e tudo mais.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, mas e qual... Então, qual será? Qual que é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Não, isso... O que a gente tem é um desfazimento das operações – ou seja, se desfez aquelas operações por outros ativos –, e o que o Banco Central faz é uma auditoria sobre esses ativos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certo.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Uma auditoria sobre esses ativos que estão sendo lá colocados, e nunca...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A avaliação desse risco só vai vir depois dessas auditorias?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Eu só...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não. Desculpe-me.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Se me permite, Senadora, o tema do risco talvez tenha uma lógica, que é – e eu entendo perfeitamente o que você está colocando –: é um risco para a instituição e para a...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Patrimônio.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – ... sustentabilidade da instituição.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – É isso.

Esse é o perfil de estabilidade, que a gente chama – o prudencial, que a gente chama –, que é o objetivo do Banco Central. Por isso, você tem regras de quantas vezes você pode alavancar de liquidez, de patrimônio, tudo isso você vai envolver.

Agora, toda taxa de juros decorre de um risco. Se você falar assim: "Não tem risco nenhum", também não vai ter prêmio.

Então, existe uma decisão de risco, que é inerente ao processo de decisão financeira. Por isso, até, que eu disse ontem, citando outros casos: a gente teve recentemente um caso na Suíça, de um banco de 160 anos, que falhou e precisou ser adquirido. A gente teve em 2008,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos Estados Unidos, e depois, em seguida, a gente teve o caso do *Silicon Valley Bank,* nos Estados Unidos. Então, eu vi também algumas matérias, assim... Que nunca mais se repita isso.

Sim, a gente tem que estar sempre trabalhando para que os mesmos erros não voltem a acontecer, para que os mesmos problemas... E por isso que eu disse que é um trabalho contínuo isso. Você vai estar sempre vendo ali o que aconteceu, aprimorando, fazendo isso e aquilo, e essas coisas vão surgir, coisas novas, e que vão exigir novas coisas.

Mas, quando eu disse que instituições como bancos são falíveis, é isso: desde o começo da história econômica, acontecem eventos como esse.

E aí a maneira que se encontrou de estruturar isso é esta: você vai ter essas instituições que são as maiores... E por isso há a questão, que colocou bem o Senador Jorge, de falar: "Poxa, por que quem tem 0,5% tem uma participação maior no FGC?". É justamente por isto: porque, com as maiores instituições, a literatura e a regulação internacional entendem que elas gozam de um benefício, de uma condição que é entendida como *too big to fail*, ou seja, elas são grandes demais para falhar. Quando você chega a uma instituição que tem 10%, 15% do PIB em ativos, essa é uma instituição que, se tiver um problema, é um problema que tem repercussões sistêmicas. O que quer dizer isso? Ela afeta a economia como um todo. Ao gozar dessa situação, é entendido, por parte dos investidores, por parte dos depositantes, que: "Poxa, eu sei que essa instituição não vai poder falhar". No final do dia, se tiver algum problema, vai ter que se resolver o problema dela. E isso é uma espécie de benefício que essa instituição tem. Para conferir isso a outras, se criou a figura do Fundo Garantidor de Crédito. Está bom. E quem tem o seu dinheiro em uma outra instituição que não é uma instituição grande demais para falhar? Você cria uma instituição, que existe nos Estados Unidos, que existe em vários outros países, com uma condição análoga à de um Fundo Garantidor de Crédito para isso. Então, para responder o tema específico do risco, o risco que o Banco Central vai olhar na sua auditoria é para entender: "Estão o.k. os ativos? Eles estão adequados? Foram todos preenchidos? As garantias existem? Está tudo bem, tudo certinho?". E aí vai existir um outro risco que é: qual é o apetite de risco que esse banco, aquele fundo tem para comprar ativos? Esse não está na alçada do Banco Central, que é aquela nossa primeira conversa, Senadora. Não sei se respondi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando para o tema da economia, Senadora, eu acho que tem um tema que é central aqui na nossa discussão, porque ele não é novo. O tema de o Brasil ter taxas de juros mais elevadas historicamente não é um tema novo. E eu tenho dito que dá até para a gente fazer uma separação na história econômica do Brasil em três grandes fases.

A gente tinha uma fase original, no virada do século XIX para o século XX, em que o Brasil era quase uma monocultura de café, o Brasil respondia por 60%, 70% do café do mundo, e você tinha uma economia muito calcada nisso, no café.

A partir da crise de 1929, as crises que aconteceram imediatamente antes, o Brasil passa a se engajar num processo de industrialização. Esse processo de industrialização vai fazer uma mudança fantástica do ponto de vista demográfico. O Brasil vai deixar de ser um país rural para ser um país urbano: começa com uma industrialização com empresas estatais, nacionais, de capital estável; depois, para bens de consumo duráveis; e, ao longo de 50 anos, o Brasil se industrializa e passa a virar um país urbano.

No final dos anos 70 para os anos 80, o que vai acontecer no Brasil... Os economistas têm a dificuldade de, às vezes, chegar a consensos sobre coisas que já passaram há muito tempo, sobre algumas categorias, e o conceito de hiperinflação é um conceito que é muito discutido, se o Brasil passou por hiperinflação ou não. Não vou entrar nesse tema, mas o Brasil teve um caso muito específico que é: todos os países que tiveram inflação muito alta tiveram um caso agudo e curto, ou seja, uma inflação muito alta por um período curto; o Brasil teve inflação acima de três dígitos durante 15 anos. É o país que teve inflação alta, acima de três dígitos, pelo período mais longo. É por isso que, do final dos anos 70 até o começo dos anos 90, era impossível ser economista no Brasil sem fazer pesquisa sobre inflação. No Brasil, todas as pesquisas eram de inflação. Inércia, todas as discussões de expectativa, impacto do câmbio, todos esses temas foram discutidos ali naquele momento, a ponto de o Brasil virar uma referência internacional sobre estudos sobre isso na literatura, até a gente ter o plano de estabilização em 1994, que reduziu drasticamente a inflação. A gente chegou a ter uma inflação em 12 meses de 6.700%, pouco antes do Plano Real, e logo em seguida essa inflação vai cair para uma inflação de dois dígitos, depois de um dígito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De lá para cá, eu acho que o tema principal que tem sido colocado é: por que é que o Brasil tem taxas de juros historicamente mais altas do que os seus pares? E é verdade: o Brasil tem taxas de juros historicamente mais altas do que os pares. É um fato isso, e há décadas isso acontece, há décadas. Porém, parece-me que colocar a questão com esse recorte não põe o dedo no tema central, que é: quando você conversa com economistas, especialmente estrangeiros e outros banqueiros centrais de outros países, o que gera espanto neles é como é que você tem uma taxa de juros elevada, 15% nominal, quase 10% real, e você apresenta a menor taxa de desemprego da série histórica do país e a taxa de renda mais elevada da série histórica do país, recorde de utilização em serviços...? E, assim, eu poderia ficar citando aqui diversos índices que demonstram... Os economistas têm o que a gente chama de variáveis não observáveis, que também é um outro tema que a gente poderia discutir, que é o hiato do PIB, ou seja, quanto que é a oferta e quanto que é a demanda. Quando você entende que tem mais demanda do que oferta, você só vai produzir inflação. Você tem um leilão, você tem um número x de peças que estão sendo vendidas; se você colocar mais gente nesse leilão, não vão surgir mais peças; o preço das peças só vai subir, porque, se bater o limite de oferta, tem um excesso de demanda, e esse excesso de demanda vai produzir inflação. Não importa qual é a sua vertente econômica: se você entende que chegou ao pleno emprego, se você entende que chegou a esse limite de oferta, isso vai gerar uma pressão inflacionária. Ainda que você possa dizer que é uma variável não observável, por vários outros elementos, a economia dá esses sinais de que é uma economia que está forte, aquecida, que são: o baixo nível de desemprego, que eu acabei de comentar; o alto nível de renda; e existe uma coisa que a gente chama de déficit em transações correntes. O que é isso? É o quanto que o Brasil troca com o resto do mundo. Isso saiu de mais de um e pouco por cento do PIB para mais de 3% do PIB recentemente, ainda que – a gente fez até um *box*, uma discussão sobre isso no Relatório de Política Monetária – as exportações que vêm da China ou as importações que nós temos da China tenham crescido muito em quantidade e caído muito em preço, ou seja, se você não tivesse essa queda de preço, se não tivesse a China exportando desinflação para a gente, esse déficit seria ainda maior. Então, por diversas vertentes, como a inflação de serviços... A gente olha a inflação de serviços... Ela costuma ser observada, porque, como o serviço não tem como comerciar com o resto do mundo, não tem como você comprar do resto do mundo, sempre você tem uma demanda mais aquecida em serviços, que vai ser mais resiliente, não sofrerá a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência de outros países. Tudo isso coloca esta questão de: por que é que, mesmo com essa taxa de juros – que, sim, é elevada –, você ainda observa esse nível de inflação elevada?

Se você falar com outro Presidente de Banco Central, ele vai dizer para você que, com esse nível de taxa de juros, a inflação estaria muito, muito baixa e, provavelmente, a atividade econômica estaria desacelerando também. E o que a gente assistiu foi que aquilo que se apontava como risco original no começo do ano, quando tem o início da subida, que era: essa taxa de juros não vai dar conta... Existiam céticos que diziam: "A taxa de juros não vai dar conta de reduzir a inflação". E, do outro lado, você tinha: "Essa taxa de juros vai provocar uma redução abrupta, aguda, da atividade". Conforme o ano foi passando, esses dois riscos, em todas as projeções e dados, foram gradativamente emagrecendo. A gente chegou a ver uma inflação de alimentos que, lá pelo meio do ano, abril, maio, chegou a um núcleo, que a gente chama de trimestral dessazonalizado, que bateu 17%. Uma inflação de alimentos de 17% é uma inflação muito elevada. E, agora, a gente vê essa inflação gradativamente se reduzindo; lentamente, mais lenta do que nós gostaríamos, mas, ao mesmo tempo, emagrece o risco de você ter uma queda abrupta na atividade econômica.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto a Senadora Leila se se considera suficientemente respondida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu estava comentando aqui com a minha assessoria e o Senador Esperidião que a gente entende a posição do Presidente, do Gabriel, porque, enfim, uma autoridade monetária não pode explicitar toda a situação, mas eu me sinto contemplada, sim. E eu quero até agradecer, Presidente, por ter se esforçado no entendimento aqui. A gente não se sente totalmente contemplada, mas eu agradeço o esforço de tentar tranquilizar a gente, não é, Izalci?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Se o senhor me permite, Presidente...

Eu entendo perfeitamente e acho que é isso mesmo. A gente tem essas limitações do ponto de vista do sigilo. E também, como foi dito pelo Andrei, da Polícia Federal, existem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitações de uma investigação que está em curso. A gente tem algumas limitações para poder falar sobre investigações que estão em curso.

Sobre o tema de estabilidade, que é a preocupação absolutamente legítima da Senadora, conte com o Banco Central para poder informar cada passo que a gente está dando e por zelar pela questão da estabilidade.

Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não... Eu quero agradecer ao Presidente do Banco Central, Galípolo, mas eu só fiquei com uma dúvida aqui.

Eu lhe perguntei assim... Você falou desde a década de 70, lá, tal, que veio, mas na década de 70 foram investimentos muito feitos em infraestrutura. É claro que aquilo tudo causou depois uma inflação, mas hoje o descontrole das contas públicas, na minha opinião, é o maior descontrole que nós temos da inflação hoje. Não é o setor produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu serei muito breve.

Primeiro, eu quero dizer que eu estou muito triste, porque eu estou vendo cenas do século passado, ou seja, ativos falsos rodando o mercado, sendo aceitos por quem gere o dinheiro dos outros.

E eu vou dizer uma coisa para o Presidente do Banco Central: eu sempre fui a favor da medida da autonomia, sou admirador até do nosso Senador Plínio Valério pela sua determinação, mas hoje eu não voto a favor, porque, com essa precariedade de evitar consequências que nós todos vamos pagar, inclusive com a inflação e com a taxa de juros... Pois como é que eu vou recompor o Fundo Garantidor de Crédito? Com mais sobretaxa, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhum banco vai admitir que não vai se ressarcir do que ele colocar no FGC em lugar nenhum do mundo. É contra o instinto de sobrevivência.

Eu só quero fazer dois comentários a mais.

Não tem um algoritmo, não funcionou um algoritmo para dizer que o crescimento do Master era anômalo? Estou falando agora em termos... Não estou falando do caderno, Senador Renan, do homem que fazia os ativos do Banco Nacional – lembra? Ele fazia na ponta do lápis. Agora não, agora é digital. Não tem um algoritmo para dizer que esse crescimento, essa prosperidade – como dizia Ruy Barbosa, cresce, luxa, enrica e pompeia, porque eram esses os verbos – do Master, internacionalmente...? Não é bom esquecer que os jornalistas já fizeram um acervo de luxo, reuniões internacionais com pessoas muito importantes, de vários Poderes, sendo participantes – luxúria; acinte até. Eu não sou cronista social, mas a crônica social mostra isso. Não tem um algoritmo para ver que esse crescimento é discrepante? Eu não confio em quem não tem esse algoritmo.

E, quero falar sobre um pedaço da consequência: eu assinei – acabo de assinar aqui – a CPI. Por quê? Porque essa investigação dispersa não é boa – não é boa. Nós vamos ter que cuidar disso para termos uma visão holística.

E, concluo: o senhor viu quantas vezes o senhor teve que decidir aqui sobre os aposentados da Petros, de que eu trouxe aqui os casos? Quem é que fez essa lambança? Foi quem comprou títulos, comprou ações, investiu – não quero falar nem em que lugar. Deu mau resultado e quem está pagando é o aposentado. Não só o da Petros – eu trouxe um caso concreto, mas trouxe outros depois. Então, os maus negócios do gestor estão sendo pagos por ele. O do FGC quem vai pagar somos nós, com inflação e taxa de juros, de que, aliás, o Brasil é campeão, porque o brasileiro, cá para nós, tem habilidade para viver com caos, crise e ter criatividade. Esse trinômio funciona.

Então, eu quero dizer que isso é muito grave, pelas consequências, e não acredito que investigações, seja da Polícia Federal, seja do próprio Banco Central, seja do Coaf, nos deem a visão das consequências. Como dizia o Vitorino Freire, lá do Maranhão: as consequências vêm sempre depois – mas vêm sempre, e elas virão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamento profundamente que o sistema financeiro – porque nós estamos falando de mercado financeiro, não só de banco –, que tinha evoluído tanto em padrões internacionais, nos ofereça esse escândalo que envolve tudo, desde banco estatal até, digamos, a publicização de uma prosperidade falsa. Quando há prosperidade, o país cresce; agora, quando essa prosperidade é baseada num facilitário falso, a gente fica muito preocupado. E eu quero externar aqui a minha preocupação traduzida por este gesto: eu acho que nós vamos ter que fazer uma CPI desse assunto, para cuidar das consequências. Eu mencionei aqui algumas, mas nós não sabemos todas as consequências, todas as repercussões dessa, digamos, falha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há perguntas que gostaria de fazer ao Presidente do Banco Central.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, uma questão de ordem.

Meu nome está relacionado?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, está sim.

Com a palavra V. Exa., Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Farei as perguntas depois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Bem, eu começo, Presidente, sugerindo – e talvez apresente um requerimento – que a gente convoque aqui a CVM. Não tem lógica, não tem sentido, o que está acontecendo sem a CVM ter participado, inclusive da auditoria. A KPMG era o auditor do banco e eu, como contador, fico assim indignado de você ter balanços ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Permite-me? Há auditorias que são tão severas contra o Brasil! São elas que produzem essa taxa de juros sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exorbitante, lendo tendências que não se concretizam e isso fica por conta do juro que nós pagamos.

Desculpa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, vou pedir até para agregar a fala de V. Exa. à minha fala.

Mas é muito séria essa questão da CVM. Eu estudei um pouco sobre isso, sobre essa questão do Master, e vi que realmente há muitas falhas na CVM.

Com relação ao Banco Central, infelizmente eu estava em outro evento aqui – é evento para todo lado –, e não pude assistir aqui à sua apresentação, mas agradeço a recepção. Eu, Leila e Damares estivemos lá no Banco Central, fomos muito bem recebidos. Eu tinha uma preocupação especial com o BRB porque nós somos Senadores e Senadoras aqui do DF. Recebi material do BRB justificando a compra, mostrando que, para o BRB, era muito importante, rentável e interessante. E, na prática, eu vejo, hoje, que o BRB tentou comprar para esconder realmente o investimento dos títulos podres que eles compraram.

Não sei se você pode falar um pouco sobre isso, sobre essa colocação de título podre, numa linguagem didática para que todos que estão assistindo possam entender. Inclusive, teve investimento depois da negativa do Banco Central, pela informação que a gente tem, o que pode chegar a R$16 bilhões. Estão anunciando R$12 bilhões, mas me disseram que pode chegar a R$16 bilhões. É óbvio que são valores exorbitantes e a gente precisa entender um pouquinho sobre que título podre é esse, porque eu vi, realmente, durante a pesquisa que fiz, imóveis superfaturados, de mais do que o dobro do valor, sendo colocados como garantia; pré-precatórios, quer dizer, a ação nem tinha ainda sido concluída e já estavam garantindo uma série de investimentos. Então, se o senhor puder falar um pouquinho sobre isso.

Eu participei da CPI das *Bets,* estou participando da CPMI do INSS, e vi, na operação que houve com relação ao narcotráfico, a questão das empresas de fachada que foram utilizadas.

Na CPI das *Bets* a gente viu, realmente, que as *fintechs,* de fato, foram utilizadas para remessa de recursos para o exterior, bilhões e bilhões foram encaminhados para o exterior. Exatamente as *fintechs* que não têm controle do Banco Central, muito menos do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda, e parece-me que também nem da Receita Federal. Agora, no INSS, é a mesma coisa: essas *fintechs*, várias *fintechs,* foram colocadas nesses depoimentos e também da mesma forma, com bilhões e bilhões sendo mandados para o exterior com essas *fintechs*.

O Banco Central já não tinha identificado isso lá atrás e não teria proposto já alguma coisa? Eu sei que este Congresso é que tem que votar, mas já existe alguma proposta para amenizar essa roubalheira toda através das *fintechs*? Então, em princípio, essas são as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou acrescer às colocações feitas pelo Senador Izalci algumas colocações, e, em seguida, darei a palavra ao Presidente do Banco Central e ao Presidente do Coaf para que façam as respostas.

Especificamente sobre o caso que ensejou esta audiência pública, o senhor poderia enviar a esta Comissão a íntegra do Processo 173.611 para o cumprimento do nosso papel fiscalizatório?

Quem foi o responsável, ou os responsáveis, pela condução do processo administrativo do termo de compromisso?

De quem foi a decisão sobre a aplicação da penalidade de aplicação da multa? Diante das irregularidades que chegam perto de R$2,3 bilhões nos períodos, de quem foi a decisão sobre o valor final da multa, de R$300 mil, quando a opção é a multa – o teto, repito, é de R$2 bilhões?

Quem é o titular do pagamento do boleto bancário com a multa de R$300 mil – Roberto Campos Neto ou Banco Santander? Quando foram pagos os R$300 mil?

As irregularidades constatadas pelo Banco Central foram comunicadas ao Ministério Público, ou não? O Ministério Público, evidentemente, na hipótese de ter sido comunicado, solicitou mais informações ao Banco Central?

Qual o motivo de esta punição, por infrações detectadas nos anos, de 2014 a 2018, só ter produzido um resultado concreto, ainda que brando, na minha concepção, em 2025? Lembrando que Campos Neto assumiu a Presidência do Banco Central em fevereiro de 2019 e saiu em janeiro deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei prevê uma graduação cumulativa, ou não, de sanções: admoestação pública, multa, proibição de prestar serviços ou atividades, inabilitação e cassação de autorização para funcionamento. Nesta hierarquia de punições, o senhor considera a multa adequada ou branda?

E a última: a lei não admite o termo de compromisso quando a infração é considerada grave. O senhor não acha grave as infrações cometidas por Roberto Campos Neto quando era Presidente do Banco Santander?

Eram essas as perguntas que, inicialmente, eu gostaria de fazer.

Com a palavra V Exa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Presidente, se o senhor me permitir, eu posso passar a palavra para o Diretor Ailton?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, claro.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ailton, se você quiser as perguntas...

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS (Para expor.) – Obrigado. Posso falar? O.k.

Senador Renan, muito obrigado pelas considerações.

Em relação à decisão de arquivamento do processo do TC: foi minha decisão, como presidente do comitê. Esse foi o primeiro ponto.

Internamente, no Banco Central, nós temos comitês de decisão de processo. Ou seja, nós já analisamos mais de 520 casos. Mais de 120 termos foram assinados. Todas as decisões...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Esse foi o primeiro de ex-presidente do banco?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Obviamente, esse foi o primeiro de ex-Presidente do Banco Central. Esse foi o primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não dá para generalizar...

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Sim. A decisão seguiu todo o caminho burocrático, tanto que a decisão partiu do Comitê de Decisão de Termos de Comparecimento (Coter). Toda a governança foi cumprida nesse caso.

Quanto ao enquadramento, que foi pontuado aqui pelo Sr. Senador Renan, do art. 11. Nós analisamos o art. 11 e consideramos que não foi uma falta grave, tendo em conta que, na opção do comitê, foram infrações de controle, de *compliance*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E o art. 11, especificamente, diz respeito a quê?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Isso. O art. 11 diz como cessar a prática, corrigir irregularidades, cumprir as demais condições. E o art. 11 é bem claro – no seguinte sentido – que o Banco Central não firmará termos de compromisso nas hipóteses de que trata o art. 4º dessa lei. E, quando nós observamos o art. 4º e analisamos o conjunto das infrações, o comitê técnico entendeu que não estavam presentes as condições da falta grave.

Casos similares da espécie...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas de quem foi? Se V. Exa. puder responder às perguntas que foram feitas, seguindo essa ordem cronológica aí. De quem foi a sugestão pela multa e a avaliação de que não caracterizavam faltas graves?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Do comitê de decisão técnica do Banco Central. Existe um comitê que avalia...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas de quem foi a proposta ao comitê?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Quem apresenta a proposta é, evidentemente, o interessado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por que o ex-presidente não apresentou defesa? E como surgiu essa...

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Vamos lá. Quando você... Primeiro, não teve um processo administrativo sancionador aberto. O administrado pode apresentar uma proposta de termo. Ele apresentou, seus advogados apresentaram, como apresentaram no caso do Santander e de outros diretores –; outros diretores do Santander sofreram a mesma, pagaram a mesma multa, vou chamar aqui, pecuniária. Ele, depois, de própria vontade, porque aí é decisão dele, apresentou também, à luz do art. 11, este termo de compromisso, uma proposta. O comitê – que não tem ninguém... nem o Presidente, nem eu, como Diretor, temos nenhuma ingerência – ; as áreas técnicas analisaram, com o apoio da Procuradoria, e se decidiu acerca da possibilidade do firmamento.

Então, do ponto de vista de...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas o que é que ensejou isso? Porque ele não apresentou defesa, ele não pediu... obviamente, se tivesse apresentado a defesa, ele teria pedido o termo de compromisso. Como é que isso surgiu, apareceu no Banco Central?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Eu vou explicar o rito, o rito.

Tem um processo de supervisão, tem proposta de processo administrativo sancionador, este é o rito. O administrado pode, no curso do processo, se identificar situações possíveis de abertura de um processo administrativo sancionador, ofertar, à luz da lei, um acordo com o Banco Central – à luz da Lei 13.506.

Isto foi feito pela defesa do Presidente Roberto...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone*.) – O acordo é só a multa?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Acordo, nesse caso, é só a multa.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone*.) – E você tem para a instituição algum tipo de adequação que ela precisa fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Tem, tem várias ações. Independentemente da multa, a instituição financeira tem que melhorar os seus controles, isso que o Santander fez. Este é o ponto central, ou seja, tudo o que aconteceu no âmbito desse processo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não é melhorar os controles, é cumprir a legislação.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – É o que nós falamos sempre, que as instituições precisam melhorar os seus controles.

Aqui, Senador, claramente, nós observamos que as infrações foram... não se enquadravam como infrações graves e, não se enquadrando como infrações graves, estavam acobertadas pelo texto da lei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E por que só em 2025 é que houve o desfecho dessa questão?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Aí é fácil responder, Senador. Obviamente, o tempo do trabalho da supervisão é um tempo natural que a instituição... A gente questiona a instituição, a instituição entrega documentos e nós tivemos o tempo para analisar.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Mas tem uma interrupção durante o período da Presidência do Presidente Roberto?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Durante o período da Presidência do Presidente Roberto, os advogados do Presidente Roberto ingressaram com várias petições, e nós tivemos que analisar todas as petições – e aí a Procuradoria analisou, nós sempre questionamos – no curso da gestão.

Tem um ponto relevante a ser dito: que jamais o Presidente Roberto pediu qualquer coisa para os supervisores, para os servidores em relação ao processo administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas claro, ele não apresentou nem defesa, como é que ele estaria pedindo alguma coisa? Se ele tivesse que pedir alguma coisa, pediria na própria defesa. Ele não apresentou a defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – E quando... todo o desenrolar do processo – e aí o que o senhor também pontuou, o 173.611 –, toda a documentação que suporta a decisão do comitê e, ao fim e ao cabo, a minha decisão de arquivamento estão bem documentadas. E, obviamente, dependendo das questões de sigilo, o Senado terá – e as estruturas de controle, seja o TCU... avaliar a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós pedimos exatamente ao Presidente do Banco Central para mandar para esta Comissão o processo, e isso é uma decisão que, se envolver a questão da quebra de sigilo, nós vamos pedir, por quem de direito pode pedir exatamente a quebra de sigilo, no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, eventualmente, investigue aspectos do crime organizado. Eu acho que é fundamental...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Diga, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Eu queria só, complementando esse assunto... Sobre a informação – porque eu vi na imprensa – de que os fatos ocorridos no Santander teriam sido anteriores à gestão dele no Santander, você pode esclarecer isso?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS (*Fora do microfone*.) – Foram anteriores...?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O fato que ocorreu no Santander, os fatos que geraram o processo, aconteceram antes...

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS (Para expor. *Fora do microfone*.) – De ele estar no Santander.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... da gestão dele no Santander? É isso que eu queria saber.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS (*Fora do microfone*.) – Isso, foi. É bem interessante colocar isso. As observações trazidas pela supervisão foram anteriores à...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está desligado.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Ah, desculpe. (*Fora do microfone.*) Ligado? O.k.

Parte das questões levantadas pela supervisão foram anteriores à gestão dele como Diretor do Santander, tá? Parte. Em um pequeno período ele estava como Diretor. Por isso que nós inserimos o Roberto no processo administrativo. Este é um ponto muito bem destacado pelo senhor.

Foram operações do período de 1º/01/2015 a 31/12/2017.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu tenho ainda algumas perguntas, mas eu precisaria ver se todas as perguntas já foram suficientemente respondidas.

Os termos de compromisso podem ser firmados com o administrador acusado ou com a instituição financeira. O Banco Central firmou, pelo que estou sendo informado, acordo com o Banco Santander sobre os fatos do processo – 173 mil. Quais foram as condições deste acordo com o Santander? Deste termo de compromisso?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS (Para expor.) – Eu estou sem o valor aqui. Da mesma forma que os Diretores do Santander e o Roberto, que era Diretor à época, pagaram, também o Santander pagou no âmbito deste TC. Se eu não me engano aqui... eu não estou com o valor exato de quanto o Santander pagou, Senador. Mas eu posso levantar o quanto ele pagou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas não especificamente só com relação à multa. O termo de compromisso estabelece mais o quê?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – As condições de melhorar toda a supervisão. Ele tem que melhorar o que nós chamamos do seu ambiente de controle. Elevar os seus controles.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Melhorar como, se a acusação era de lavagem de capitais, de aplicação de câmbio, de utilização de contas pelo PCC...

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... até pelo Hezbollah.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – São as informações que nós sabemos.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Eu acho que é um ponto importante, Senador, esclarecer, como eu estava dizendo no começo. Acho que existiu, a partir de coisas que emergiram em blogues e coisas desse tipo, essa coisa que envolvia uma operação da Polícia Federal e que esse termo de compromisso teria uma correlação com alguma investigação da Polícia Federal.

Nesse processo, como bem falou o Ailton, ele segue o processo próprio da governança e da burocracia – e aí a importância de que processos continuem sem ter capa dentro do Banco Central, para que ninguém que assuma, seja Presidente, seja amigo ou não seja amigo do Presidente anterior, não queira causar nenhum tipo de coisa, amigo ou inimigo de alguém que está no mercado financeiro... Não cabe isso. É importante a gente seguir essas governanças da burocracia. Mas, nesse caso específico, ele se limita a questões do tipo: "Alguém não preencheu uma informação adequada sobre o cliente"; "Alguém, na hora de fazer um registro, não o registrou da maneira adequada no sistema."

De maneira nenhuma seria possível fazer um termo de compromisso dentro dessa instância para um tema que envolvesse lavagem de dinheiro, financiamento a terrorismo, e isso... Agradeço a oportunidade de a gente reafirmar aqui essa questão.

Então, o termo de compromisso não se confunde com o acordo de leniência de uma investigação criminal que possa existir na Polícia Federal. Ele se refere a questões de procedimentos e aí, o que eu imagino, como bem colocou aqui o Ailton, devem existir procedimentos de preenchimento de informação de clientes que não foram preenchidos a contento. E vocês estão pedindo para que isso não se repita, para que eles deem mais clareza de quais são as políticas de governança para preencher isso, e as pessoas que estavam ali no processo, potencialmente envolvidas, arcaram com uma multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É isso, Ailton?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Exatamente, Gabriel. E o início da fala do Senador Renan, também, em relação às deficiências de controle do Santander, fazem parte do meu voto público em termos de transparência, ou seja, quando do julgamento do Processo 173.611, nós deixamos claro para a sociedade, em termos de transparência, quais foram as deficiências de controle que nós observamos no Santander. Foram deficiências de controle, não foram deficiências criminais, tais como...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone*.) – Dá um exemplo, que aí você explica melhor o que é essa ideia.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Essa ideia... Preenchimento no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), foram nove operações; operações de câmbio com uma empresa que não tinha um histórico suficiente, foram sete operações, ou seja, foram todos os quatro apontamentos do trabalho que nós consideramos como deficiência de controle do Santander.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (*Fora do microfone*.) – E aí, se por acaso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quer dizer, isso ensejou a multa branda e não caracteriza irregularidade.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Infração grave, após a lei.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso, mas, se por acaso, num processo desse tipo tivesse encontrado alguma empresa que ensejasse uma dúvida sobre lavagem de dinheiro ou financiamento de terrorismo, o que teria feito o comitê?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Não tenho dúvida de que o comitê não teria assinado o termo de compromisso. Teria...

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Ele é obrigado a informar.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – É obrigado a informar. Subiria, comunicaríamos ao Ministério Público e, com toda certeza, julgaríamos o processo administrativo sancionador como falta grave. E, no caso presente, não foi considerado isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Uma outra pergunta. Os termos de compromisso não podem ser firmados após decisão administrativa de primeira instância do Banco Central. Pergunto, nesse contexto: houve decisão administrativa de primeira instância do Banco Central?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não houve?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Não houve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se não houve decisão administrativa de primeira instância até o presente ano, a que se atribui a lacuna decisória – eu repito a pergunta que fiz – e por que não foi julgado no período em que ele estava na Presidência do Banco Central, o que antecedeu a Presidência do Banco Central? Por que esse tempo todo, que é maior do que o tempo em que o Master ficou sangrando aí no mercado?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – O tempo do processo administrativo sancionador seguiu seu rito normal. Todos os processos, em média, do Banco Central seguem o mesmo rito, Senador. Isso pode ser constatado comparando outros processos da espécie.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A legislação vigente estabelece como infração punível estruturar operações sem fundamentação econômica, com o objetivo de propiciar ou obter para si ou para terceiros vantagens indevidas, que é o típico caso de você não apresentar balanços, consultoria de peritos e tal.

Dessa forma, o Banco Central pode asseverar que as operações de que trata o termo de compromisso firmado pelo Sr. Roberto Campos não geraram vantagens indevidas para pessoas jurídicas que contrataram operações de câmbio naquele período?

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Senador, eu tenho a tranquilidade completa: dadas as deficiências de controle, foi apontado que não gerou benefício, porque nós estamos falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de poucas operações, a parte de preenchimento, de encerramento de relações com terceiros ou com preenchimentos indevidos de informação e declaração de importação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, e isso não gera vantagem indevida? Gera.

O SR. AILTON DE AQUINO SANTOS – Assim, do ponto de vista do que está na lei e do que foi considerado pelo comitê, não geraria. Essa foi a decisão do comitê.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Renan, eu estou aguardando a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque foi na ordem inversa, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Lógico, lógico.

Eu vou responder as perguntas do Senador Izalci, que são relacionadas mais ao caso do Banco Master. O senhor me pediu, se eu entendi bem, para esclarecer um pouquinho como é que foi o processo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É, duas coisas: o BRB investiu – segundo informações, eu acho que até que foi mais, estão dizendo que é mais – R$12 bilhões em títulos podres. O que é isso? Para a gente entender o que é título podre.

E a informação que tem também é que foi investido várias vezes, depois da negativa do Banco Central, de compra.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO (Para expor.) – Perfeito. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes e depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Isso.

O que eu estava comentando inicialmente é: geralmente, um banco constrói o seu balanço a partir do passivo, ou seja, ele vai captar recursos de terceiros e, em função do prazo que ele vai ter de vencimento dessa dívida que ele fez ao contrair passivo de terceiros, ele constrói o ativo dele. Ele vai ter que emprestar, de uma maneira meio casada no tempo, as contas que ele tem que pagar e o dinheiro que ele tem para receber.

O que acontece...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esses consignados tinham um valor maior do que o do mercado também?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Então, isso que eu estava dizendo, inclusive. Se você tiver 140% do CDI, por exemplo, e você tiver um consignado que paga 4%, 5%, ele está remunerando de maneira adequada aquele balanço ali. Não há um problema nisso. Por isso que eu disse que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas ele aplicava essas taxas? O consignado era 4%?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Você tem diversas taxas, tem inclusive taxas em torno disso.

Como eu estava comentando antes, e o Senador Amin comentou também, do ponto de vista legal, o fato de você exigir ou você emitir CDBs a 140% do CDB não configura nenhum tipo de infração ou problema nesse sentido. Assim como também o que foi colocado aqui, eventualmente, você ter fotos de acionistas ou de dirigentes de banco frequentando festas também não enseja, vamos dizer assim, um elemento para uma liquidação.

O que acontece é: quando você passa a ter algum problema do ponto de vista de captação – alguma crise que pode ser de credibilidade, alguma coisa desse tipo, e você tem uma dificuldade de captar recursos –, se você tiver bem casados o seu ativo e o seu passivo ali, isso deveria gerar mais um problema de crescimento do que efetivamente de liquidez. Mas aí é normal que o banco passe a recorrer a algumas alternativas para ter acesso a liquidez. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

delas é você eventualmente vender ativos já existentes. Uma delas é você vender alguns ativos existentes.

O que chama a atenção num processo como esse é: se você é uma instituição que está sofrendo por um problema de restrições de liquidez, vender ativos já existentes faz algum sentido. Você constituir novos ativos chama a atenção, porque, para você constituir novos ativos, você tem que emprestar dinheiro, então você tem que abrir mão de liquidez. Ora, o problema original não era justamente a falta de liquidez? Então, é raro você ver uma instituição que está sofrendo algum tipo de restrição de liquidez constituir uma carteira.

Então, desde o primeiro momento, ainda que existissem diversas documentações para demonstrar aqueles ativos ali, o Banco Central passa a analisar esses ativos, e muito desse processo de análise... Conforme ia acontecendo a análise, ocorria já o desfazimento. Ou seja, o Banco Central questionava e, muitas vezes, como resposta àquele questionamento, se desfazia esta operação.

O que culminou foi: mesmo com o desfazimento, na linha do questionamento que o Presidente está fazendo aqui, o Presidente Renan, ainda que você tenha alguma coisa que possa ter sido revertida, do ponto de vista econômico, a ausência de documentação, por parte das informações, para a constituição daquele ativo ensejou o que a gente chama de notícia de fatos. Ou seja, a partir do fato que você viu que não tinha documentações... E o Banco Central aí passa a fazer testes de estresse – como a gente chama – a partir de amostras e analisar amostras... E mais do que isso, a gente faz questionamentos, recebe uma amostra que vem do próprio banco e a gente fala: "Tudo bem, recebemos a sua amostra, mas nós vamos analisar a nossa própria amostra", e faz uma investigação própria nessa amostra.

Você vai fazendo esses questionamentos e essa investigação na própria amostra. Ainda que tenha um desfazimento, ela ensejou uma notícia de fatos ao Ministério Público, e, ao informar o Ministério Público, o Ministério Público toma conhecimento – a gente, obviamente, vai ter reuniões com o Ministério Público para esclarecer aquele processo como um todo –, e aí é que ele vai julgar a pertinência, ou não, de abrir uma investigação junto à Polícia Federal. Uma vez aberta essa investigação com a Polícia Federal, você vai para a outra fase, que é a Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinar ou não... e foram alguns mandados que saíram ao longo... já não sei se foi na semana passada ou retrasada agora, já peço perdão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Na semana passada.

Então, o caminho todo foi esse.

O que aconteceu foi: do ponto de vista do BRB, que, sempre... O Senador, com toda a razão, nos questiona, foi feita a devolução num valor superior ao que tinha sido originalmente feito, para você ter um *buffer*, como a gente chama, uma sobra ali para você fazer isso, e o Banco Central vai seguir sempre auditando esses valores, como ele faz com qualquer tipo de instituição. Então, esses novos valores que estão ali vão seguir sendo auditados, como o Banco Central tende a auditar.

Onde se dá essa auditoria, como eu comentei com a Senadora Leila? De maneira nenhuma é uma auditoria que vai julgar conveniência, e está claro que esse expediente foi utilizado, de você vender essa carteira... É um expediente para você ter acesso à liquidez, por parte do Master, mas, de maneira nenhuma, cabe ao Banco Central questionar se é um bom negócio ou é um mau negócio; cabe observar: esse negócio seguiu todas as normas e regramentos? Como bem disse aqui o Presidente, seguiu a legislação? Seguiu as normas que são obrigatórias? Ele atende, ao entrarem esses valores, a todo o enquadramento necessário de exposição ao risco, os limites de exposição ao risco que são determinados pelas regras internacionais e locais para a questão de supervisão e regulação?

E é nesse pé que a gente está hoje. Então, esse foi o caminho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só mais uma dúvida.

Eu entendi perfeitamente essa questão de investimento do ativo, que é a questão do consignado, com relação ao título de captação de 140%. Então, isso aí eu entendi perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu entendi é que nós estamos falando aqui de, no mínimo, R$12 bilhões. Não estamos falando em mil nem milhões: é bilhões. Então, é evidente que é um valor bastante significativo para uma instituição nossa, em que provavelmente o capital não seja nem esse.

Mas, eu digo assim: a informação que eu li é de que esses R$12 bilhões estão realmente garantidos por coisas que não têm valor nenhum, ou seja, título podre. Que podre é esse? O que é aqui?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Perfeito. Ótimo.

O que o Banco Central identificou foi que, em parte dessa carteira de crédito que estava sendo ali transacionada, as informações da existência desse crédito chegaram de maneira insuficiente. E, ao fazer os testes, a partir dessa amostragem, o Banco Central também não encontrou evidências que poderiam corroborar que a carteira existia e que aquelas operações efetivamente existiam.

A partir daí, a gente sai da esfera administrativa e de regulação e vai para uma outra esfera. Poxa, existiu eventualmente uma fraude, por exemplo? De quem é a responsabilidade dessa fraude? Existiu um vendedor original que vendeu para um segundo, que vendeu para um terceiro? Esse processo da investigação extrapola – porque entra numa lógica mais de ordem criminal – o quintal do Banco Central. Por isso é que o Banco Central, já desde o início, informa e comunica, através dessa notícia de fatos, o Ministério Público.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Qual é a relação do Banco Central com a CVM? Alguma informação que foi dada ou perguntaram alguma coisa para a CVM, alguma coisa assim?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Existe um grupo de trabalho permanente que tem trocas de informações entre CVM e Banco Central. O que acaba acontecendo – e eu, quando disse aqui dos fundos, também quero aproveitar esta oportunidade para fazer essa ressalva – é que a CVM também tem ali uma equipe exígua fazendo um trabalho de fiscalizar uma coisa enorme, que é toda essa indústria de fundos. E, como a gente tem essa divisão, como a gente comentou, muitas vezes você tem cruzamentos que pulam recursos de banco para fundo, e aí você muda quem é o responsável e vice-versa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso exige, sim, que exista uma troca de informação entre as instituições, para que você possa ter essa observação. O que cada vez mais existe – a gente até falou nas entrevistas do REF, nosso Relatório de Estabilidade Financeira – é que, naqueles países que estão caminhando para aquele tipo de regulação que me parece a mais adequada, você tem que olhar menos o CNPJ. Mas, se você está correndo o mesmo tipo de risco, então deveria estar sujeito ao mesmo tipo de regulação.

Infelizmente, o Senador Esperidião Amin não está aqui, mas primeiro quero dizer que, todas as vezes, sob a forma que for, que o Senado chamar o Banco Central, o Banco Central vai estar – como tem de estar, é obrigação nossa – à disposição do Senado e da CAE, para estar aqui sempre totalmente à disposição. Então, o primeiro ponto é esse.

Agora, espero ter a oportunidade de falar para o Senador que esse é um processo que foi identificado dentro da fiscalização, a partir desses testes e dessas informações, como foi bem comentado. Porém, ter menos algoritmos, ter menos recursos não vai reduzir a chance de isso acontecer, ao contrário.

Por isso é tão importante a questão que a gente comentou aqui da PEC, a ajuda que eu pedi aqui ao Senado para que a gente possa avançar na PEC. A PEC é importante porque aconteceram, realmente, revoluções no mercado financeiro, e isso que a gente comentou: como é que essas indústrias se conectaram, a indústria de fundos com a indústria do sistema bancário; novos tipos de instituições que surgiram. E o arcabouço legal para o Banco Central está defasado. A gente tem essa possibilidade de fazer um alcance que não só nos coloca no mesmo nível de outras instituições – são as melhores práticas internacionais que existem nessas outras instituições –, mas também dar um salto e ir para uma discussão de fronteira, que é esta discussão de você analisar e acompanhar pelo risco e não por qual é o tipo do seu... ou de como é que chama a sua empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Senador Renan pediu a cópia de um processo. Eu perguntaria se vocês poderiam mandar para a Comissão também o processo da negativa da compra do BRB – basta. É possível isso?

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Eu vou consultar a procuradoria sempre sobre o que a gente pode e o que não pode, porque eu não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – E, inclusive, tem limitações relativas à questão da investigação da Polícia Federal. E, é óbvio, tudo que for possível a gente fornecer, o Banco Central vai...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Faltou só responder – desculpe-me, Presidente – sobre a questão das *fintechs*, porque realmente a maior preocupação que eu tenho hoje são as *fintechs*.

O SR. GABRIEL MURICCA GALÍPOLO – Então, o caso das *fintechs*, o senhor bem colocou e lembrou até do tema da PEC, é isto: o que a gente tem... Para além das *fintechs*, a gente tem essa questão que a gente chama de quem faz intermediação financeira e não é banco. Então, essa discussão no mundo está sendo interpretada assim: em 2008, a gente teve aquela crise; a partir de 2008, aumentou muito a regulação em bancos, e essa regulação em bancos produziu o surgimento de novos atores na indústria.

Aí há uma grande discussão hoje é: esses novos atores, para onde fluiu a liquidez, deveriam ter infraestrutura, estarem ligados à infraestrutura do Banco Central? Se, sim, estiverem ligados à infraestrutura do Banco Central, deveria também o Banco Central supervisionar? Ou seja, se esse paciente tiver um problema, quem é o único que tem o remédio para poder ressuscitar o paciente, fazer uma cirurgia no paciente é o Banco Central. Poxa, seria adequado que a gente não tivesse só um pronto-socorro, que a gente também pudesse recomendar: "Coma uma salada três vezes por semana, faça alguma atividade física que pode evitar de você ter um infarto". Essa lógica é uma lógica que está dividindo hoje a discussão daquilo que a gente chama de Financial Stability Board, que é a discussão sobre estabilidade global. Você vai ter alguns países dizendo que foi demais a regulação sobre os bancos, que devíamos reduzir a regulação sobre os bancos, porque os bancos são instituições que correm risco e quem corre risco está disponível para quebrar efetivamente. Essa é uma posição de vários países. Banco vive de risco e risco é isso mesmo. E existem outros reguladores que estão dizendo que o que a gente deveria fazer para nivelar é subir a regulação para todo mundo, em função do risco que corre. Isso envolve a discussão que está presente na PEC, tanto de perímetro regulatório, quanto de dar recursos, porque, se você simplesmente numa carta falar:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"A partir de agora, o Banco Central regula", mas você deu as condições? Se não tiver as condições, vai ser falso aquele processo. É por isso que é importante, do ponto de vista legal, passar a atribuição e dar as condições.

Eu comentei, antes de o senhor chegar, Senador, que, por exemplo, a inteligência artificial – está sendo muito discutido isso entre os diversos supervisores – pode dar ao Banco Central a possibilidade de não mais fazer por amostragem, como a gente acabou de comentar, e poder fazer um acompanhamento de todas as operações, você consegue automatizar isso, mas isso envolve um investimento alto, porque eu não posso plugar, numa inteligência artificial dessa que está disponível, e permitir que uma instituição terceira tenha acesso a isso. Eu preciso desenvolver isso. O Banco Central dos Estados Unidos, da Alemanha, da Índia já está desenvolvendo um processo em que eles conseguem internamente, sem subir na rede.

Todo esse processo é uma discussão muito importante, e hoje, infelizmente, o Banco Central padece da ausência de recursos, por isso o pedido de ajuda relativo à PEC.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Plínio Valério, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Renan.

Chegando quase no final e sou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas é uma honra sempre a sua presença.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que me traz aqui é exatamente esse último assunto em que o Presidente Galípolo tocou, essa falta de condições. Eu nem vou fazer perguntas para não ser indelicado e não constranger, mas eu fico imaginando essa operação toda do Banco Central em relação ao Master. Não seria possível se o BC não tivesse autonomia operacional. Eu não vou perguntar a ninguém aí, mas a pressão deve ter sido brava – não estou perguntando e nem quero que respondam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imagino a pressão que o banco sofreu, Presidente Renan, para não desencadear ou desencadear essa operação que culminou e que foi um sucesso em todo o Brasil, todo mundo está elogiando – graças à autonomia operacional que nós, Senador Renan, o senhor, eu, nós concedemos isso. Eu fui autor da PEC da autonomia operacional, estou com essa relatoria – principalmente da autonomia orçamentária – há dois anos e meio, três anos; a gente não conseguia andar, conversou com o Governo, andou, estava tudo acertado; na hora de fechar, desandou de novo. E eu vi aqui muitos Senadores falarem da necessidade que tem, realmente, de dotar o Banco Central com essa independência financeira.

É um apelo que eu estou fazendo a todos os Senadores e Senadoras que passaram aqui, ao Presidente Renan – que é expressivo aqui dentro –, já converso muito com o Senador Otto, ele já está maleável para que nós coloquemos em votação essa PEC e que a gente vá para o voto, porque eu aprendi, eu vi dentro do Banco Central e compreendo uma frase que eu traduzi, Senador Renan: é um *boeing* com orçamento de teco-teco. Esse trabalho todo que eles desenvolvem, essa importância que eles desenvolvem, tudo isso com condições muito, muito, muito aquém do que eles precisam. O Banco Central precisa urgentemente de autonomia, principalmente orçamentária. Os caminhões que carregam valores lá devem ter 30, 40 anos rodando no Banco Central. O Pix, que é uma instituição nacional, patrimônio do brasileiro hoje, se a gente for lá e ver quem realiza, heroicamente, esse trabalho, fica assustada: vão ser 32 funcionários. Imagina só o Pix, movimentando trilhões por dia.

Então, a gente tem que passar dessa fase de falar e reconhecer que o BC precisa. E falta tão pouco!

Nós estamos, Senador Renan, eu vou até lhe colocar – e, repito, pela importância que o senhor tem neste Senado –, nós estamos só no termo lá: empresa pública com atividade privada. A gente empacou na atividade privada, o Governo quer retirar a atividade privada; e se retirar, não adianta a PEC. Então a gente tem que ir, pelo menos, se tem essa divergência. E eu vi – eu estava acompanhando, Galípolo, lá do meu gabinete – o Senador Rogério falar para a gente quebrar essa casca de ovo para chegar a um acordo, para chegar a um termo. E este termo empacou aí, Senador Renan: atividade privada ou não. O Governo já tinha, nós já tínhamos superado isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, resumindo aqui, não vou perguntar nada, só vou imaginar a carga, a pressão que sofreu o BC – e que resistiu por causa da autonomia operacional. E o BC agora precisa avançar com autonomia orçamentária. A PEC, o relatório é totalmente favorável a isso, e eu queria contar com a sua ajuda. O Otto já está suscetível a nos ajudar.

Mas foi um prazer reencontrá-los aqui, e quero dizer que contem com o Senado. Não é o Senador Plínio Valério, nem só o Senador Renan; é o Senado que tem consciência, mais do que nunca agora, do que o BC precisa: de sua autonomia, precisa de condições de continuar executando o seu trabalho.

Foi um prazer reencontrá-lo.

Obrigado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, eu agradeço sinceramente a presença de todos, Senadoras e Senadores.

Agradeço mais uma vez ao Presidente do Banco Central, e aguardamos a remessa do Processo 173611.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Carlos Portinho, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Irajá, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com nove emendas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 223, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de dispor sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, em razão de decretação de estado de calamidade pública estadual ou distrital." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 60, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar os valores de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 3-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4443, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 552, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas n°s 1 e 2-CDH; e com uma emenda apresentada. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 28, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, da Constituição, autorização para celebração de acordo sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República do Senegal e a República Federativa do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 29, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, da Constituição, autorização para celebração de acordo sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República do Congo e a República Federativa do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 30, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, da Constituição, autorização para celebração de acordo de Reescalonamento de Dívida e Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 9 - Mensagem (SF) n° 74, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 80,000,000.00 (oitenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROFISCO III - CE." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução de Senado que apresenta. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 131, de 2025** que: "Requer adiamento de votação do PLP 223/2023." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 129, de 2025** que: "Requer audiência pública para o PLP 60/2025." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício SEI nº 7.386/2025/Mdic, que encaminha Relatórios de Financiamentos Externos com Recursos da União - Terceiro trimestre de 2025;

- Ofício SEI nº 63.504/ 2025, que informa demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em setembro de 2025.

- Ofício Sejusp/AGPPP – Socioeducativo nº 24/2025, que encaminha comunicado sobre parceria público-privada.

Os documentos nos termos da Instrução Normativa nº 12, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª e da 40ª Reuniões, realizadas em 11 e 25/11/ 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item primeiro da pauta...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

Sobre o relatório do Senador Eduardo Braga... Eduardo, eu não acompanhei como deveria ter acompanhado, e é um assunto que eu vejo, e vim por isso, é um assunto, no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento, e aí eu estou desinformado... Eu gostaria de saber se houve realmente a discussão necessária, se teve audiência pública, porque eu gostaria de ver audiência pública nesse assunto; mas, como eu falo, eu estou pegando o bonde andando, tá, Eduardo? Eu não sei nem sobre o relatório.

Eu gostaria de estudar a possibilidade, Presidente, de uma audiência pública, para a gente discutir esse tema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, Presidente, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... para esclarecer ao eminente Senador Plínio Valério, esse projeto que é de autoria de V. Exa. já é um projeto autônomo, em função do relatório apresentado pelo Senador Renan, quando da análise de um projeto de nossa autoria, em 2019, que já tratava da isenção do imposto de renda para quem ganhava até R$5 mil; e, até R$7,3 mil, um desconto para que nós pudéssemos ter um amortecimento do Imposto de Renda sobre salários.

Houve, portanto, várias audiências, vários debates. Depois, o Senador Renan Calheiros relatou o projeto que veio do Governo e que foi aprovado pela Câmara. Portanto, nós tivemos novos debates.

Nós tivemos novas audiências sobre esse trabalho apresentado pelo Senador Renan que originou, por essas duas razões de debates e audiências públicas que aconteceram, um projeto autônomo que complementaria as questões que foram, lamentavelmente, suprimidas pela Câmara dos Deputados na mensagem que tratava da redução do Imposto de Renda sobre salários.

Depois, apresentei o relatório sobre a matéria, que foi, inclusive, lido pelo Senador Fernando Farias, e foram concedidas vistas. Nós estamos, portanto, há três semanas debatendo sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos a audiência pública com o Presidente do Banco Central e com o Diretor do Coaf, na sessão de ontem, ordinária, da CAE, onde debatemos o tema de forma correlata, porque tratamos, inclusive, das *fintechs* ilegais, tratamos das contas-bolsão, tratamos dos problemas de monitoramento que estão acontecendo no sistema bancário, falamos sobre a tramitação em moeda digital de recursos oriundos do crime organizado, das *bets* ilegais etc.

E, finalmente, o Senador Presidente Renan Calheiros convocou para o dia de hoje a leitura do complemento de voto, porque realmente é uma matéria extremamente complexa. Entendo, inclusive, que uma das questões que nós apuramos em função dessas audiências públicas foi exatamente a necessidade de um fechamento da porta para ilegalidade, em função de que, se nós vamos fazer uma correção de alíquotas sobre as *fintechs* legais, sobre as *bets* legais e sobre o sistema bancário brasileiro, prioritariamente é preciso que nós tenhamos uma legislação que feche definitivamente a porta para as mais de 1,2 mil *fintechs* que estão operando abaixo do radar do monitoramento tanto do Banco Central quanto do Coaf e da Receita Federal, bem como as contas-bolsão que estão sendo hoje a porta de saída de recursos e a porta de entrada de recursos ilegais dentro do sistema de bancarização brasileiro, que é um dos maiores do mundo. O Brasil tem hoje 95% do seu meio circulante em regime de bancarização – portanto, papel-moeda no Brasil praticamente não existe mais, só são 5% a 7% do meio circulante brasileiro. E ontem tudo isso foi muito e amplamente debatido na sessão ordinária da CAE.

Eu acho que com isso fiz um balanço razoável, Presidente, do esforço de V. Exa. como Presidente da CAE para debatermos o tema presente no item 1 da pauta de hoje.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5473, DE 2025

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto, com nove emendas apresentadas.

Observações:

1. Até o momento foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 70-T e nºs 71 a 176.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria,

Com a palavra V. Exa..

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, agradecendo a distinção de V. Exa. de ter me designado Relator desta matéria, e agradecendo a compreensão das Senadoras e dos Senadores, eu queria dizer, Sr. Presidente, que essa matéria, talvez, tenha sido uma das mais complexas matérias que eu relatei nos últimos tempos no Senado da República – e olha que eu tenho relatado matérias muito complexas recentemente.

Mas eu digo isso, Presidente, porque, na sessão dos debates de ontem, ficou muito claro que nós temos, hoje, aproximadamente R$0,5 trilhão que está navegando por dentro do sistema bancário brasileiro, abaixo da monitorização do Banco Central e abaixo da monitorização do Coaf, e com uma desatualização absoluta dos mecanismos de controle, seja do Banco Central, seja do Coaf e até mesmo das instituições bancárias, para evitarmos fraudes de dimensão, Presidente, que nós diríamos inimagináveis.

Ontem, nós assistimos ao Presidente Galípolo lembrar dos assaltos a carros-fortes, a – como é que chama? – caixa eletrônico, etc., em que a gente via explodir caminhão, explodir não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei o quê, e arrancavam algumas dezenas de milhares de reais. Agora, nos ataques que nós estamos tendo, da ilegalidade, bilhão de reais é troco.

Nós estamos assistindo, lamentavelmente, a uma sangria de bilhões e bilhões de reais, seja na ilegalizada ação sobre os aposentados, cometendo um crime contra os aposentados, seja no crédito consignado, cometendo um crime contra as pessoas mais humildes deste país, que possuem, portanto, menos conhecimento sobre o sistema de bancarização brasileira. E, se isso não fosse bastante, ainda conseguimos ter a criatividade de criar uma conta-bolsão, que eu não chamo mais nem de bolsão, eu chamo de conta-metrô, porque são contas de trezentos e tantos bilhões de reais, em três anos. É um absurdo o que está acontecendo.

Então, tomei a providência, Sr. Presidente, de, neste projeto apresentado por V. Exa., aditar um capítulo especial para reforçar, endurecer e, finalmente, estabelecer um fechamento das portas para este dinheiro ilegal, de sonegação de impostos e que criminaliza a operação financeira no país; que sejam finalmente encerradas, com instrumentos que permitam, aos órgãos de fiscalização, comando e controle, responsabilizar, inclusive, as autoridades, no seu CPF. E, assim, nós termos, finalmente, o cuidado necessário para zelar e administrar a quarta bancarização mundial, que é o que representa o sistema financeiro brasileiro.

Dito isso, eu quero dizer que, antes mesmo de imaginar aumentar a tributação, nós estamos encerrando essa página negra da história recente do Brasil, porque ao que nós assistimos, nos crimes cometidos contra os aposentados, é um absurdo.

Isso aconteceu por dentro do sistema bancário brasileiro. O que aconteceu com o Banco Master é um escárnio à economia popular brasileira, porque, afinal de contas, ao fim do dia, seremos nós, os brasileiros, que vamos arcar com um prejuízo de mais de R$41 bilhões no Fundo Garantidor do sistema financeiro brasileiro, representado pelo pagamento de taxas e serviços bancários que todos nós pagamos.

Portanto, criamos, antes de mais nada, um mecanismo legal que deixa de ser portarias e resoluções para passar, a partir de agora, a ser um texto de comando legal, para botar fim a essa ilegalidade. É uma ilegalidade que aflige e atinge milhões de brasileiros e a economia brasileira como um todo. O índice de sonegação fiscal, previsto nessas atividades ilegais, Sr. Presidente, é de mais de R$200 bilhões, que é o que as receitas públicas deixam de arrecadar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, fechando essa porta, tenho certeza de que nós poderemos, então, adotar medidas para o gravame das alíquotas ser escalonado, para que nós possamos alcançar o resultado de arrecadação necessário e desejável para contrapor os benefícios que estão sendo aprovados – e será sancionado, hoje, pelo Sr. Presidente da República, na Lei do Imposto de Renda.

Dito isso, vamos ao complemento de voto.

Na 37ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada no dia 4 de novembro, foi lido o Projeto de Lei 5.473, de 2025, do Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão. Naquela ocasião, o voto foi pela aprovação da matéria, com duas emendas para aperfeiçoamento técnico. Na sequência, foi solicitada e concedida vista coletiva, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Desde então, Sr. Presidente – desde a vista –, foram apresentadas mais 172 emendas à proposição.

Vamos à análise.

Emendas apresentadas.

Na segmentação por temas, destaca-se que a maior parte das emendas traz pontos relacionados ao PL nº 1.087, de 2025, que "altera as leis [...], para instituir a redução do imposto [...] [de] renda devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas [...]", aprovado recentemente nas duas Casas do Congresso Nacional e com sanção prevista para o dia de hoje, às 10h30 da manhã.

As emendas apresentadas demonstram que o projeto de lei se tornou o principal veículo legislativo no Senado da República – e por isso eu quero parabenizá-lo pela iniciativa do projeto – para modular, corrigir e inserir matérias ligadas à reforma de renda do Brasil.

A única parte do PL 5.473, de 2025, que não sofreu nenhuma proposta de alteração foi o Capítulo III, que institui o programa de regularização tributária, o Pert-Baixa Renda, que aqui quero destacar a iniciativa de V. Exa., porque finalmente estamos criando um "Refis" para a pessoa física de baixa renda poder regularizar a sua situação fiscal junto ao Fisco nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As emendas propõem alterações diversas em cinco áreas temáticas: alterações na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); alteração nas *bets* (GGR e novos tributos); reforma da renda (associação ao PL 1.087, de 2025); compensação a entes subnacionais; e benefícios setoriais e deduções do Imposto de Renda Pessoa Física.

Das emendas acatadas.

Em relação às alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, frisamos que, para as *fintechs*, especialmente aquelas classificadas como instituições ou empresas de meios de pagamento, o PL promove um aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9% para 15%.

A alíquota de 20%, antes aplicável apenas aos bancos, incidirá sobre sociedades de crédito, financiamento e investimentos, e pessoas jurídicas de capitalização.

A medida fortalece a sustentabilidade fiscal e propicia isonomia entre entidades reguladas e supervisionadas pelo Banco Central ao corrigir distorções na carga tributária entre instituições que realizam operações semelhantes.

Contudo, após analisar as emendas apresentadas sobre o tema, acatamos parcialmente as de nºs 2-T e 163, para efetivar o aumento das alíquotas de forma gradual; ou seja, o aumento, Senador Laércio, das alíquotas não será feito de uma só vez, a fim de não impactar de forma injusta aqueles que estão na legalidade, sem que a ilegalidade seja finalmente combatida e seja fechada a sua porta.

A principal de todas as medidas, que agora vai se transformar em lei, é que a partir de abril de 2026 não haverá mais *fintechs* com capital mínimo abaixo do radar do Banco Central e do Coaf. Por questões de ano fiscal e obrigações de direito adquirido, esses capitais não podem ser exigidos antes do mês de abril de 2026, oportunidade em que encerra-se... (*Pausa.*)

Eu pediria à assessoria, Presidente... (*Pausa.*)

Eu pediria à assessoria que me permitisse falar... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria à assessoria que me permitisse falar aos Srs. Senadores, porque é um tema complicado e com discurso paralelo é complicado.

Aproveito para dizer, fazendo um reparo, que até agora foram apresentadas 176 emendas.

Então, Sr. Presidente, como eu dizia, para que o aumento da alíquota para a legalização não seja um impacto desproporcional ao combate à ilegalidade, nós estamos escalonando e fracionando o impacto das alíquotas, acatando, portanto, essas duas emendas e formalizando legalmente o encerramento da operação das *fintechs* com capital abaixo do radar de monetização do Banco Central e do Coaf.

A alíquota de 20%, antes aplicável apenas aos bancos, incidirá a toda a sociedade de crédito, financiamento, investimentos e pessoas jurídicas de capitalização. A medida fortalece...

Isso eu já havia lido, perdão.

É que está difícil, está difícil...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Mas você consegue.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas está difícil – mas está difícil. O discurso paralelo hoje está difícil.

Contudo, após analisar as emendas apresentadas sobre o tema, acatamos parcialmente as de nºs 2-T e 163, para efetivar o aumento das alíquotas de forma gradual. Assim, as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro a serem majoradas passam dos atuais 9% para 12% em 2026 e 2027.

Aí, V. Exas. haverão de me perguntar: por que o critério de 12%? Porque, quando da análise do relatório da MP 1.303, foi aprovado, em nível de Comissão, a alíquota de 12% para as *fintechs* a partir de 2026.

Portanto, serve como referência para este Relator o piso de 12%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Senador, perdão, só para não perder o fio, é Emenda 163, como o senhor leu, ou 173?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aqui está escrito 163, mas deve ser 173.

Pode ter havido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só para esclarecer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu peço para a assessoria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só para não passar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É 163 e 173 – 163 e 173! A 173 chegou ontem à noite e, portanto, é a melhor de todas, porque é de autoria de V. Exa. Dos atuais 9% para 12% em 2026 e 2027 e para 15% a partir de 2028, quando todas as fases de combate à ilegalidade estarão encerradas. Para os casos em que a alíquota atual é de 15%, os percentuais serão majorados para 17,5% em 2026 e 2027, e 20% a partir de 2028, sob o mesmo critério.

Muito se tem discutido, nas últimas semanas, sobre as injustiças tributárias que envolvem as *bets* e as instituições de pagamento chamadas *fintechs*, bem como as diferenças de tratamento em relação ao sistema bancário. No entanto, é preciso destacar que há um problema ainda mais grave que não podemos continuar ignorando: refiro-me às *bets* e às *fintechs* irregulares, mas que, mesmo assim, estão sendo utilizadas como instrumentos de lavagem de dinheiro e de operacionalização de apostas ilegais, sem que consigamos fechar essas portas.

Quero enfatizar: essa situação é gravíssima; repito: gravíssima! Não estamos mais diante de lavagem de dinheiro em moldes antigos, como o caixa dois. Estamos falando de lavagem de dinheiro realizada por meio de instrumentos financeiros oficiais, totalmente integrados ao sistema bancário brasileiro. Essa prática precisa ser enfrentada e precisa encerrada definitivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reafirmo meu compromisso com o enfrentamento dessa situação. É urgente que o país pare de fazer de conta que esse problema não existe. O Estado brasileiro precisa enxergar o que hoje está ocorrendo diante de todos nós: o uso criminoso do sistema financeiro para lavar dinheiro e movimentar operações ilegais de apostas.

Nesse sentido, apresentamos um conjunto de regras que entendemos relevantes para possibilitar o combate à exploração irregular das apostas de quota fixa, com foco em proteger os apostadores, fortalecer a economia popular e garantir a integridade do setor.

Inicialmente, como frisado em nosso relatório apresentado em 4 de novembro, o art. 3º do projeto versa sobre a contribuição social das *bets* sobre a Receita Bruta de Jogo, conhecida como GGR, que passa dos atuais 12% para 24%. Esse acréscimo de 12% será destinado à seguridade social, para ações na área da saúde, tendo em vista, Sr. Presidente, que essa atividade tem causado graves impactos na saúde mental do povo brasileiro, levando até mesmo ao suicídio de alguns compatriotas.

Ao passo em que entendemos legítima a alteração, também consideramos que o percentual deve ser mensurado com cautela, levando-se em consideração o panorama vigente, descrito acima, de dificuldade na regulação e fiscalização do setor. Eu me refiro a que o justo não pague exclusivamente pelo pecador. O pecador tem que pagar pelo pecado, e o justo precisa ser responsabilizado na justeza da sua lucratividade com um setor tão danoso, diria eu, e tão no limite das possibilidades humanas como o jogo de azar.

Nosso receio é que a elevação pretendida, que dobra de forma abrupta o percentual vigente, prejudique as empresas já legalizadas, enquanto as irregulares continuarão a atuar impunemente e sem recolher um centavo sequer aos cofres públicos. Dessa feita, propomos o aumento de seis pontos percentuais, o que resulta no montante de 18% da GGR, como proposto pelo Poder Executivo na Medida Provisória nº 1.303, de 2025 – repito –, que usei como parâmetro precedente e referência para o referido complemento de voto. Mas adotamos um incremento escalonado, de maneira que o valor seja de 15%, para os anos de 2026 e 2027, e passe para 18% apenas em 2028.

Por outro lado, nossa proposta estabelece critérios mais claros para a autorização de operação de apostas, reforçando que o Ministério da Fazenda poderá negar autorizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando houver dúvidas sobre a idoneidade de administradores e controladores. Além disso, passam a existir requisitos mínimos para comprovação de idoneidade, para garantir que apenas operadores confiáveis atuem legalmente.

Considerando a relevância do tema relacionado à publicidade ou propaganda em meios de comunicação, sejam eles físicos ou digitais, propõe-se também a inclusão, na legislação, de um canal direto de comunicação com as empresas provedoras de conexão e de aplicações de internet, a fim de viabilizar a efetiva remoção de conteúdos publicitários que violem a lei ou sua regulamentação. Essa era uma lacuna existente na legislação brasileira, e agora estamos fechando a porta, Sr. Presidente.

Ainda sobre a responsabilidade das empresas de internet, fixamos em até 48 horas úteis o prazo para remoção de conteúdos irregulares. Ademais, deverão fornecer informações sobre publicidade de apostas quando solicitado. O objetivo é criar uma rede de fiscalização mais ágil e eficaz, capaz de impedir a propagação de operações ilegais, como estamos assistindo atualmente.

As instituições financeiras – aqui eu destaco e repito: as instituições financeiras – e de pagamento também recebem novas obrigações. Elas deverão elaborar relatórios semestrais de conformidade, detalhando contas, transações e controles internos relacionados a operadores de apostas. Ademais, essas instituições passarão a integrar sistemas de compartilhamento de informações sobre fraudes eletrônicas, podendo bloquear ou analisar com maior rigor transações suspeitas.

Se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... está identificado que a grande maioria desses recursos saem de contas que estão hospedadas em bancos tradicionais – muitas contas, contas de salário –, e, simultaneamente, no mesmo dia, milhares de diversas contas salariais encaminham pequenos valores, que vão de R$5 até R$500 ou R$1 mil, para a mesma chave Pix. E essa mesma chave Pix é a maldita conta-bolsão que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinada *fintech* ilegal possui. E, por essa conta-bolsão, aquilo que parecia uma pequena operação de R$50, de R$5, de R$10 se transforma numa operação de dezenas de bilhões de reais, numa verdadeira fraude e numa verdadeira evasão de divisas do recurso do povo brasileiro e do sistema bancário brasileiro.

No âmbito do Pix, o Banco Central regulamentará mecanismos específicos para prevenir o uso indevido da infraestrutura por operadores não autorizados. Isso inclui filtros automáticos, integração com diretórios de risco, marcações visuais em extratos e modalidades de transações exclusivas para operadores autorizados. Isso, Senador Carlos Portinho, significa que se acenderá um alerta laranja, automaticamente, através de programas de inteligência artificial, para que o monitoramento do Banco Central, do Coaf, da Receita Federal e da Polícia Federal não seja mais burlado da forma como vem sendo.

A proposta ainda prevê a criação do Índice de Conformidade Regulatória em Apostas (Icra), que avaliará o grau de adesão das instituições às normas de prevenção a apostas ilegais. Esse índice poderá servir como critério para benefícios ou restrições regulatórias, incentivando boas práticas no setor.

O descumprimento das normas traz sanções administrativas significativas, como multas de até R$50 mil por operação irregular e suspensão temporária de serviços prestados para operadores, até que se prove que determinada atividade suspeita não era ilegal. Também mantém a responsabilização administrativa, cível e penal de dirigentes e administradores. Acabou a brincadeira.

É importante frisar que essas regras consolidam textos já discutidos no Congresso Nacional, a exemplo do que aconteceu no âmbito da Comissão Mista da Medida Provisória 1.303, de 2025. As Emendas nºs 8-T, 9-T e 154 versam sobre a regulação das *bets* e são parcialmente acatadas.

Em relação às modificações do PL 1.087, de 2025, como ainda não houve a sanção, nós aguardamos até ainda há pouco para saber se haveria a sanção – o Senador Carlos Portinho sabe ao que eu estou me referindo –, não foi possível realizarmos as modificações nos próprios dispositivos da lei resultante. Portanto, apresentamos, assim, uma redação mais genérica. Nada impede, contudo, que a Câmara dos Deputados, durante a tramitação deste PL – porque isso vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Câmara –, PL nº 5.473, de 2025, de autoria do Senador Renan Calheiros, adapte o conteúdo que ora aprovamos à redação efetiva da nova lei. Portanto, não haverá prejuízo, tendo em vista que a Câmara poderá se utilizar, já, do instrumento legal sancionado para aditá-lo às normas gerais que aqui recomendamos.

Acatamos a Emenda nº 75, pois o texto do Projeto de Lei 1.087, de 2025, vincula a isenção dos lucros e dividendos apurados até 2025 à aprovação da distribuição até 31 de dezembro de 2025. Esse dispositivo acarreta uma impossibilidade material, Presidente, e jurídica para a maioria dos contribuintes, uma vez que o encerramento contábil do exercício de 2025 e a consequente deliberação sobre a destinação do lucro líquido somente ocorrem no exercício subsequente. Assim, propomos que a aprovação possa ocorrer até 30 de abril de 2026, respeitando, assim, o ano fiscal e as regras do Imposto de Renda.

Acreditamos ser salutar, por segurança jurídica, explicitar os benefícios fiscais previstos em lei que não afetarão a determinação da alíquota efetiva para fins de aplicação do redutor da tarifa mínima do Imposto de Renda da Pessoa Física. Nesse sentido, acatamos, total ou parcialmente, as Emendas nºs 30, 39, 68, 71, 101, 119 e 120, para esclarecer que os valores dispendidos com doações, patrocínios e deduções incentivadas do imposto devido não afetem o valor devido para fins de apuração da alíquota efetiva das pessoas jurídicas.

Pelo mesmo motivo de segurança jurídica, incorporamos ao texto o artigo da Lei nº 8.134, de 1990, para deixar expresso que o contribuinte que perceber rendimentos do trabalho não assalariado poderá deduzir da receita decorrente do exercício da respectiva atividade para fins de determinação da base de cálculo de tributação mínima do Imposto de Renda da Pessoa Física:

i) a remuneração paga a terceiros, desde que com vínculo empregatício, e os encargos trabalhistas e previdenciários;

ii) os emolumentos pagos a terceiros;

iii) as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.

Acatamos, assim, parcialmente a Emenda nº 23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adotamos, em parte, o conteúdo da Emenda nº 10-T, do Senador Renan Calheiros, para garantir que apenas 25% dos rendimentos recebidos em moeda estrangeira por servidores brasileiros no exterior integrem a base de cálculo da alíquota mínima do Imposto de Renda da Pessoa Física. Isso era um grande anseio de toda a Chancelaria brasileira.

Também ficamos convencidos da necessidade de alterar a legislação tributária no ponto referente às deduções das contribuições à previdência complementar fechada patrocinada pelo poder público. Atualmente a lei limita a dedução de contribuições no Imposto de Renda a 12% da base de cálculo, sem diferenciar contribuições ordinárias das extraordinárias. Essas últimas, porém, têm natureza distinta: não aumentam patrimônio e são impostas para cobrir déficits atuariais, garantindo a solvência dos planos e a preservação dos direitos dos participantes.

Esse é um tema que foi longamente debatido aqui, inclusive pelo Senador Esperidião Amin, que não se encontra neste momento aqui, e que nós estamos corrigindo, juntamente com a contribuição do Senador Renan, para que nós possamos fazer justiça a milhares de brasileiros que foram vítimas de prejuízos nos seus fundos de pensões, fechados e públicos, e que tinham que pagar, além da contribuição extraordinária, Imposto de Renda sobre essas contribuições extraordinárias. Agora, essas contribuições extraordinárias passam a ser dedutíveis do Imposto de Renda.

Ao sujeitar as contribuições extraordinárias ao mesmo limite das contribuições regulares, a legislação atual gera tratamento fiscal inadequado, razão pela qual acatamos a Emenda nº 90, do Senador Esperidião Amin, para expressamente autorizar a dedução de tais contribuições da base do Imposto de Renda, sem limite de dedutibilidade

No que se refere aos juros de capital próprio (JCP), enquanto são tributados à alíquota de 15%, as aplicações financeiras são tributadas pelo mecanismo de alíquotas regressivas, variando de 22,5% a 15%, conforme o prazo da aplicação. Não há justificativa econômica para os juros de capital próprio serem tributados por alíquota mais baixa que a maior parte das aplicações financeiras. Por essa razão, propomos a majoração da alíquota incidente sobre os juros de capital próprio para a média – para a média – da alíquota das demais aplicações de juros sobre capital de terceiros, o que se alinha à média das aplicações financeiras, conforme informações do Ministério da Fazenda. Assim, restam parcialmente acatadas as Emendas nºs 17-T e 26-T.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em virtude das alterações propostas e emendas acatadas, apresentamos também emendas redacionais para adequar o texto da ementa do projeto, bem como de seu art. 1º e de sua cláusula de vigência.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, de forma complementar ao nosso relatório apresentado em 4 de novembro de 2025, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, de autoria de V. Exa., e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento integral ou parcial das Emendas nºs 2-T, 8-T, 9-T, 10-T, 17-T, 23-T, 26-T, 30-T, 39-T, 68-T, 71, 75, 90, 101, 119, 120, 154, 163, 170 e 173, na forma das emendas disponibilizadas e publicizadas no complemento de voto, e rejeitadas as demais emendas.

Sr. Presidente, esse é o relatório, esse é o voto, pedindo aqui a V. Exas. escusas se não fui capaz de produzir algo mais eficiente e mais competente sobre o tema. Mas creio, Sr. Presidente, que tivemos a coragem de enfrentar temas necessários, urgentes e fundamentais para o restabelecimento da transparência e da equidade no sistema financeiro brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, quando puder. Art. 142 do RI.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogerio Marinho, Senador Esperidião Amin e Senadora Soraya.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sei que na sua ausência...

Ah, o Rogerio Marinho... É nosso aniversariante, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Parabéns pelo aniversário!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma salva de palmas! (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu quero dizer que o nosso Senador Rogerio Marinho conseguiu um feito que a ciência precisará explicar: ele completa mais um ano de vida e fica remoçado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sempre, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está mais jovem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Cada vez mais jovem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite? E, tendo lançado mão de uma prática de que V. Exa. foi pioneiro, ele já está penteando para o lado direito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, exatamente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E isso significa que talvez tenhamos modificações visuais no nosso eminente Senador Esperidião Amin. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogerio Marinho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E os cumprimentos, mais uma vez, desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer aqui as palavras generosas que me antecederam, agradecer aqui os cumprimentos que me foram dados. Depois de 60 anos, a gente tenta não comemorar os aniversários, a gente permite que eles passem sem que a gente se lembre de que estamos ficando um pouco mais experientes.

Presidente, esse é um assunto extremamente técnico, um assunto extremamente importante também, porque ele remete a uma situação em que essas terminologias que estão sendo colocadas aqui, de forma bastante elucidativa pelo Senador Eduardo Braga, nos levem à necessidade de fazermos uma espécie de mergulho sobre o tema.

É bom lembrar que, no dia 3 de novembro – se eu não estou enganado –, foi emitido um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Quatro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Quatro.

... o primeiro parecer sobre o assunto. Assim, em termos de volume, nós tínhamos 12 páginas, e agora são 25. Isso se deve, é evidente, ao trabalho que o Relator teve nesse período, nesse preâmbulo. Ele aproveitou justamente o período de vista para se debruçar sobre as contribuições que foram apensadas ao relatório e teve a oportunidade de maturar o tema. É um tema bastante relevante, porque vai impactar no aumento de arrecadação e, ao mesmo tempo, numa readequação da forma como as empresas farão o seu planejamento tributário nos anos subsequentes.

Nós estamos votando isso, Sr. Presidente, no final do ano – nós estamos em meados do mês de novembro, no final do mês de novembro, chegando já no mês de dezembro. Nós estamos falando da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, nós estamos falando aqui de Imposto de Renda, nós estamos falando aqui sobre a questão da JPC...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – JCP. É porque é sigla, parece o nosso ABC, o nosso CRB e o nosso CSA lá das Alagoas. (*Risos.*)

Então, é JCP.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Estamos nos debruçando aqui também sobre a questão das *bets*.

E, assim, de uma forma muito sucinta, Senador, eu, particularmente, tenho muita tranquilidade de falar no tema das *bets*, porque eu sempre me resignei com essa situação. Eu votei contra essa formalização das *bets*, apesar de entender que era um fato consumado em nosso país. E, com este percentual de impostos que é atribuído a elas, 12%, sendo majorado agora, no relatório do Senador, para 18% – parece-me que a proposta originária do Governo era 24% –, nós praticamente estamos firmando aqui um pacto de morte com as *bets*. Há uma dependência cada vez maior do Governo por esta arrecadação. Significa que dificilmente nós nos moveremos no sentido de retirarmos esse câncer da sociedade brasileira.

Mas, isso posto – e aí eu chamo a atenção do meu Líder, Carlos Portinho, e do eminente Relator, o Senador Eduardo Braga, parece que eu não fui eficiente em chamar a atenção de ambos, mas eu pediria a atenção dos senhores...

O meu pleito, Senador, não descurando do trabalho que V. Exa. fez... Como eu disse anteriormente aqui, na nossa apresentação inicial, eram 12 páginas, são 25 e meia. Então, praticamente foi acrescido um outro relatório ao relatório existente. São temas extremamente áridos, são temas, eu diria assim, em que precisa haver um grau de compreensão – e V. Exa., com a condição que teve nesta semana, teve, assim, uma certa vantagem sobre nós. Não que a gente vá aqui tecer armas; pelo contrário, nós queremos um objetivo comum. Eu, particularmente, não tenho nenhuma dificuldade de aumentar impostos sobre *bets*. Para mim, nem existiriam. Se você colocasse aqui 50%, eu votaria a favor, mas eu gostaria de me debruçar um pouco mais sobre o tema, e a minha alegação e o meu pedido a V. Exa. é que houve um acréscimo substancial no relatório inicial que foi apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o apelo que faço ao ilustre Relator é que nós tenhamos a possibilidade de um novo pedido de vista. Já que o novo pedido de vista não é regimental, é mais um apelo a V. Exa., para que haja uma aquiescência de V. Exa., um presente que V. Exa. me dá no meu aniversário (*Risos.*), para que tenhamos um tempo mais...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se houver a concordância do Relator, nós daremos um novo prazo e marcaremos a votação...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sem juízo de valor, viu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... para terça-feira.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É possível?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – É uma solução de bom senso, Presidente. Viu, Senador Eduardo?

O senhor fez um esforço extraordinário, quero até aproveitar já para lhe agradecer as referências que fez; e, nesse caso, eu agradeço uma referência justa que V. Exa. fez, porque essa Emenda 90, Presidente Renan, é fruto de quatro intervenções legislativas minhas – quatro –, ou seja, ela emplacou na quarta tentativa. Então, acho que tenho que agradecer tanto ao Senador Renan, que já tinha desejado acolher anteriormente, na 1.087...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... depois na 1.952, e o Senador Eduardo Braga acolheu, acolheu com consciência, por tanto que já conhecíamos o assunto.

E eu quero aqui homenagear duas pessoas que me impulsionaram: o João Romão, que é o primeiro exemplo, e o Aliator. Um é da Petros, outro da Caixa Econômica Federal; mas eu acho que é uma solução de bom senso para algo que foi tão bem conduzido, tanto pelo Relator quanto por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é uma coisa razoável, e não é uma concorrência ruinosa, é um esclarecimento construtivo, essa admissão de um, vamos chamar, pedido de vista, para a terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, eu queria dizer a V. Exa. que eu jamais discordo de V. Exa., uma sugestão de V. Exa. para mim é uma ordem como seu liderado, e principalmente quando o Líder Rogerio Marinho, no dia do seu aniversário, diz que isso será um presente de aniversário para ele.

Agora, eu queria apenas, Sr. Presidente, destacar que eu tentei, de forma resumida – eu não li as 26 páginas, eu li muito menos do que isso –, procurei ser bastante didático e explicar duas questões que são fundamentais. Não se trata apenas de corrigir alíquota sobre a operação de *bets* nem sobre a operação de *fintechs*. Trata-se, a meu modo de ver...

Quando o Senador Renan Calheiros propôs a matéria, todos nós tínhamos uma determinada visão. Como os senhores sabem, eu tenho um problema: quando sou colocado diante de um desafio, e não domino com profundidade o tema, o que eu procuro fazer? Procuro aprofundar e estudar muito sobre o tema. Quando o Senador Renan Calheiros me distinguiu com a relatoria, fui me aprofundar em detalhes no tema, inclusive ouvindo consultorias especializadas na matéria. E eu disse ontem ao Presidente do Banco Central e ao Diretor do Coaf, e não fui contestado, e não fui contestado: "Hoje o Brasil, o povo brasileiro, a economia brasileira tem uma sangria de divisas e de recursos financeiros, por dentro do sistema bancarizado, de nada mais, nada menos do que meio trilhão de reais", o que é escandaloso. Nós estamos, portanto, neste projeto – e aí eu concordo com a vista, porque nós estamos fechando a porta –, responsabilizando tanto as instituições como as autoridades, inclusive no seu CPF, porque não dá para você aumentar a carga sobre atividade legal e deixar a ilegalidade funcionando do jeito que está funcionando.

Portanto, Sr. Presidente, eu concordo com V. Exa. Se V. Exa. quiser encerrar a discussão, encerra, se não quiser, mantém a discussão em aberto para terça-feira poder discutir. Eu quero, quanto mais transparência e mais convencimento sobre o tema para o brasileiro que nos assiste, porque nós estamos tendo coragem de enfrentar problemas que vinham sendo sonegados há tempos, o que acabou gerando situações como a do Banco Master – não vamos esquecer disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acabou gerando situações como a do Banco Master –, e nós estamos aproveitando esse projeto e fazendo, portanto, uma reestruturação. E acredito que nós estaremos dando um passo, humildemente, com uma contribuição humilde de alguém que é professor de nada e aprendiz de tudo, no sentido de que os órgãos de fiscalização, comando e controle do sistema financeiro brasileiro, finalmente, tenham instrumentos para poder atuar.

Portanto, estou de acordo e obedeço a decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos muito a abertura do Senador Eduardo Braga e acatamos a proposta do Senador Rogerio Marinho.

Nós vamos encerrar a discussão...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu peço a V. Exa. que não o faça, porque, na hora em que a gente se debruçar sobre o tema, é importante a gente poder fazer o debate. Eu estou pedindo justamente para poder entender o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá. Então, transferimos a apreciação da matéria para terça-feira.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou ter que me ausentar juntamente com o Senador Eduardo, porque vamos participar da sanção do Imposto de Renda zero, mas eu tenho a honra e a satisfação de transferir a Presidência para o nosso querido Vice-Presidente Laércio Oliveira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Vamos continuar com a nossa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 223, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de dispor sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, em razão de decretação de estado de calamidade pública estadual ou distrital.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. Foi apresentado requerimento de adiamento de votação para o dia 29/12/2025.

Há um requerimento preliminar na mesa.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 131, DE 2025

- Não terminativo -

Requer adiamento de votação do PLP 223/2023.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Requer, nos termos do art. 279, inciso III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da votação do PLP nº 223, de 2023, para o dia 29 de dezembro de 2025.

Em votação, o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o adiamento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento de adiamento de discussão desse projeto.

A matéria fica adiada. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar os valores de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 a 3-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CAS.

2. Foi apresentado requerimento de audiência pública para instrução da matéria.

Há sobre a mesa:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 129, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer audiência pública para o PLP 60/2025.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Eis o requerimento.

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLP 60, de 2025.

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho; representante do Ministério da Fazenda; representante do Ministério da Previdência; representante do Dieese; representante do Sebrae; o Doutor Prof. Ricardo Antunes, Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 129, de 2025, da CAE, e fica sobrestada a tramitação da matéria. (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CDH; e com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH.

2. Em 06/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 3.

Com referência a este projeto, há um pedido de vista formulado pelo próprio autor do projeto e pelo Senador Jaques Wagner.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Eu consulto se é antirregimental eu ler o relatório, porque já faz uma semana, duas... Está chegando o final do ano e eu queria passar minhas tarefas adiante. Eu pergunto se é possível ler o relatório, deixar como lido.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Com muito prazer, Senador Plínio Valério. A palavra está com V. Exa. para a leitura do seu relatório e, logo depois, a gente coloca o pedido de vista formulado aqui à mesa da nossa Comissão.

Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Laércio.

O senhor já leu a ementa. O relatório é da análise da CAE, do projeto de lei do Senador Paulo Paim, que "institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º do PL nº 552, de 2019, institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O art. 2º determina que o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência terá natureza contábil, destinando-se a financiar as políticas públicas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, assim reconhecidas nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nos termos do parágrafo único do art. 2º, constituem receitas do FNPD – que é a nomenclatura do fundo – as dotações especificamente consignadas no Orçamento da União.

O art. 3º da proposta oferece nova redação ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, acrescentando as contribuições feitas aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos das pessoas com deficiência no rol das contribuições que podem ser deduzidas do Imposto de Renda das pessoas físicas, mantidas as deduções atualmente em vigor, relativas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, e do idoso, devendo as deduções serem aplicadas até o exercício fiscal de 2023 – lá no final, eu vou corrigir essa informação de 2023.

Por sua vez, o art. 4º (são 15 artigos) possibilita, até o exercício fiscal de 2023 – eu substituí por 2027, mas só no final –, que a pessoa jurídica deduza do Imposto de Renda devido, em cada período de apuração, o total das doações feitas aos fundos nacional, estaduais ou municipais das pessoas com deficiência, devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional e limitada a 1% do imposto devido em cada exercício.

Finalmente, o art. 5º determina que a organização e a gestão do fundo serão definidas na forma do regulamento, e o art. 6º estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria tramitou na Comissão de Direitos Humanos, veio para cá. As emendas que são sempre para aperfeiçoar, estas foram mantidas.

Em 27 de outubro de 2022, ainda, foi juntado ao processado moção, originária da Câmara Municipal de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, em manifestação de solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitou normalmente e, em 13 de julho de 2023, eu fui designado o Relator.

A análise é que aqui compete esta Comissão, já foi dito. E, no aspecto da análise, manifesto concordância com o autor da proposta quando ele argumenta que a superação dos entraves à plena inclusão das pessoas com deficiência somente poderá ser conduzida por meio de políticas públicas efetivas.

E eu vou ao voto e ver o que eu considero importante.

Outrossim, entendemos que as emendas aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aperfeiçoam a proposta e devem ser acatadas.

E observo que a matéria se enquadra nas competências constitucionais da União sobre as quais é função do Congresso Nacional legislar; e que a mesma se encontra entre os temas cuja iniciativa é também nossa e, por isso, não remetendo ao Poder Executivo, de forma que não vislumbramos óbices à sua tramitação.

Como competência, a gente tem então o voto.

Diante do exposto, manifesto o voto favorável ao Projeto de Lei nº 552, de 2019, bem como às Emendas nºs 1 e 2, da CDH, com apresentação da seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CAE
> Altere-se a expressão “até o exercício fiscal de 2023” por “até o exercício fiscal de 2027”, constante no § 4º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 3º do Projeto de Lei nº 552, de 2019, bem como no parágrafo único do art. 4º do referido projeto.

Eis o nosso voto, favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço o relatório apresentado pelo Senador Plínio Valério.

E, dentro da solicitação que foi feita à Mesa, há um pedido de vista desse projeto.

Será concedida vista, conforme já informado aos senhores.

Vamos voltar ao item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4443, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

2. Foram apresentadas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório. Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de deixar consignado aqui que este é um dos projetos mais importantes que nós estamos examinando no Senado, porque há muito tempo não se ouvia falar tanto de metais, de minerais críticos, estratégicos, terras-raras, interrupção de fornecimento de *chip*, paralisação de linha de montagem de automóvel, rusgas e disputas entre Estados Unidos e China.

Esse projeto me permitiu fazer uma imersão, estudar e procurar me atualizar. Então, pessoalmente para mim, foi muito rico e enriquecedor.

O que eu percebo é que não houve tempo de ele amadurecer. Eu não gostaria de aprovar simplesmente para ganhar uma etapa, e muitas pessoas ficarem: "Mas e não debateram rastreabilidade, caducidade". Sim, o cidadão recebe uma área, recebe a concessão, a outorga de uma área para minerar, não faz nada. Quatro anos se passam: ele tem que começar a perder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gradualmente essa concessão, não de uma vez só. Pode ser que alguém defenda que deve perder de uma vez só, mas é um tema fundamental porque eu, Brasil, estou alugando – vou usar aqui uma expressão popular – uma terra para você explorar um minério desses, estratégico, crítico. Imaginem se fosse cobre, porque vai faltar cobre. A partir de 2030 nós vamos viver falta de provisão para cobre – no mundo –, que é um mineral crítico em matéria de transmissão de dados, de transmissão de voz, de comunicação, enfim.

Então, eu sinto que nós deveríamos conceder um período de vista...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou fazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, então, isso vem ao encontro... Não adianta aprovar e depois não ficar sabendo o que...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou fazer o pedido de vista. Eu só quero...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, isso me satisfaz.

Eu queria invocar exatamente essas duas dúvidas. E a terceira – faço justiça –: as autoridades brasileiras estão percebendo que nós não podemos entrar nesse jogo para vender matéria-prima de novo.

A China viveu, de 1997 para cá, a partir de uma decisão política... Só que lá a decisão do chefe é o chefe, do Vice-Primeiro-Ministro – que ocupou transitoriamente, quase, o cargo de Primeiro-Ministro. A decisão: "Daqui só sai industrializado". Era um engenheiro, acho até que ele... Não sei se ele era geólogo; pesquisei, mas... Era engenheiro. Disse: "Olha, nós temos uma grande reserva desses minérios. Quer o minério, precisa dele? Vem processar aqui".

E eu descrevi, num congresso, coisas interessantíssimas: a China contratou um engenheiro americano para fazer, numa província chinesa, a réplica de uma fábrica de ímãs – numa província chinesa, a réplica de uma fábrica que existia em Indiana, no Estado de Indiana. Ele preparou o terreno e fez uma réplica da fábrica –igual. Na metade da construção, veio a ordem: "Dobra, porque nós vamos fechar a de Indiana". Deu para entender? Levaram a fábrica para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um incidente... Eu tive a oportunidade, foi uma coisa até divertida: quando se anunciava, nos Estados Unidos ou no Reino Unido, "Nós vamos conseguir autossuficiência", a China baixava o preço, ou seja, "tirava a atratividade da industrialização no meu território". Aí eu desistia, e ela aumentava a oferta – aumentava a oferta e aumentava o preço, aí começava tudo de novo. E é isso o que os Estados Unidos estão vivendo, erraticamente: "Nós vamos fazer a maior fábrica de *superchips* no Arizona", só que o suprimento não é local.

Então, fazendo aqui uma observação – não é nenhuma crítica –, a China está dando um banho, está dando um *show* ao jogar esse futebol, e nós temos que aprender!

Quando o Trump recentemente anunciou o tarifaço, se forem olhar, vai ser contra ele, porque ele que é o comprador. Ele vai onerar a matéria-prima dele, como aconteceu com coisas nossas aqui. Está onerando a madeira, que é matéria-prima para ele – é o grande problema de Santa Catarina –, e o que é pior, empresas que fabricam sob medida para ele. Quer dizer, é terno sob medida – não é terno que você compra pronto –, feito para o Senador Plínio Valério, com essa elegância toda... Nem todos têm esse manequim. (*Risos.*)

Então, é uma controvérsia, uma forma de luta em que um tem mais habilidade que o outro. É o caso do café, da laranja, da carne. Um país que come hambúrguer... Quantos hambúrgueres o brasileiro come por semana? É x, e o americano come 100x. E o hambúrguer tem aquele sabor, porque tem a carne brasileira do dianteiro, que nós não usamos – a parte do dianteiro do boi. Então, das duas, uma: vai aumentar o preço e/ou vai mudar o sabor. Vai desagradar duas vezes o cidadão médio americano.

Quer dizer, só a tarifa não resolve, e tem que ter planos de longo prazo. E aí eu, que defendo o capitalismo, reconheço que a China tem uma vantagem sobre nós, porque, num capitalismo baseado em balanço trimestral ou bimestral, o Executivo tem que apresentar resultado daqui a três meses, enquanto na China: "Esse é um assunto estratégico, com resultado só daqui a cinco anos, mas eu vou acompanhar isso semanalmente". É uma coisa mais autoritária, digamos, e mais determinada.

Então, nós estamos vivenciando nesse caso... Isso vale para fertilizante. Olhem bem, a nossa dependência é de 85 a 90% para esse pilar da economia brasileira, que é o agro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma exposição terrível, de sorte que eu fico muito feliz com o pedido de vista. Acho até... É uma pena que o Senador Renan não esteja aqui para concordar ou não, mas, durante esse pedido de vista, eu sugiro que se imagine uma audiência pública.

Eu participei de um congresso, mas o debate não está encerrado. É um tema de muito peso no presente e de muito peso no futuro. (*Risos.*) É nosso passivo por não ter feito e nosso passivo se não fizermos, o que é pior ainda.

Eu não teria nenhuma dúvida em pedir luz, no sentido mais amplo da palavra, sobre o tema, de sorte que me abstenho de ler. Peço que leiam, critiquem à vontade. Cada crítica para mim vai ser uma beleza; cada um que contrariar o texto não vai me desagradar, vai me agradar, porque nós temos que construir isso com o máximo de consciência disseminada. Não pode ser a consciência de uma pessoa ou só do poder público; tem que ter uma consciência da academia, da indústria, do beneficiário ou do que é suprido pelo conjunto que é oferecido.

Fizemos um bom estudo. Quero agradecer à Consultoria – cadê o Consultor, está aí, o Israel? Está ali? Ele fez uma grande incursão, e, na sua pessoa, quero cumprimentar toda a Consultoria Legislativa e os nossos assessores também. Todos nós fizemos um esforço no nosso gabinete para entender um pouco mais o que está acontecendo no mundo.

E eu tenho certeza de que o pedido de vista do meu querido amigo... Já é um guru consagrado em matéria de pesca, com fotografias que não têm a influência nem a benesse da inteligência artificial. Provas. Provas concretas e com testemunha ilustre, que o leva sob rédea. (*Risos.*)

Então, eu queria agradecer a ele, ao Senador Fernando, e pedir que V. Exa. conceda a vista. E vamos informar ao Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para que ele também se prepare para trazer mais contribuições. O projeto é dele, é uma grande iniciativa, meritória, de interesse do Estado brasileiro, da sociedade brasileira. E eu fico muito satisfeito por estar participando disso, com curiosidade e, sinceramente, com patriotismo, porque acho que nós já temos uma tradição que o Brizola, o saudoso Leonel Brizola, criticava da seguinte forma: "A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação de troca está errada. Nós só exportamos matéria-prima, depois importamos o que a nossa matéria-prima ajudou a produzir, com um valor exponencialmente mais alto".

Então, nós que vamos ter esse novo ciclo... Quem tem essa reserva e tiver conhecimento e capacidade industrial vai ter um papel nas próximas décadas; e quem não tiver vai ser um contribuinte, um contribuinte forçado, vai ter a sua fábrica fechada pelo não suprimento.

Acho que falei demais, mas acho que é importante que se conheça o projeto, que se conheça o relatório. E o pedido de vista do querido amigo Senador Plínio Valério vai nos ajudar muito, tenho certeza.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou oficializar o pedido de vista e dizer que o senhor não falou demais. Eu absorvi tudo o que foi dito. Eu só não consegui entender na hora que o senhor falou sobre hambúrguer, porque deu água na boca. (*Risos.*)

Daqui eu notei. Então, depois você me explica. Foi a única coisa que eu não entendi. Tudo o que vem do senhor eu absorvo, mas isso eu não consegui entender.

Eu sou de um estado, Presidente, que tem todos esses minerais – todos. Eu assisti há pouco... Estou com uma ação na Justiça para tentar impedir aquela compra pelos chineses da Mina de Pitinga, que tem rejeito de urânio, de nióbio, toda a tabela periódica, e foi vendida aos chineses. Durante essa ação que eu estou movendo, eu descobri que os chineses sequer têm endereço no Brasil. Eles não têm representação. Não têm. Você vai buscar para notificar... A juíza foi notificar; não tem a quem notificar. Então, a gente está com essa ação correndo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não é residente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é. Então, eu estou alerta a isso tudo, moro num estado que tem tudo isso, mas 60% da população vive abaixo da linha da pobreza. Então, eu acho que é bom a gente tocar... Não vai resolver o problema, nada, mas vamos a fundo nesse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho bom, inteligente esperar o autor para ver se a gente vai para essa audiência. Por enquanto, fica o pedido de vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discursar.) – O.k.

Eu quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin pela riqueza do seu relatório, mas eu confesso que eu fiquei observando o relatório e agora eu descobri a tamanha riqueza do relatório, que, além da sua competência, ainda tem a competência desse Consultor extraordinário que é Israel, que está ali – a que a V. Exa. fez referência –, que ajudou e contribuiu para esse assunto, e ele realmente é um conhecedor profundo na discussão do projeto, das relatorias que fiz aqui nessa área de energia. O Israel tem me dado contribuições importantíssimas para enriquecer principalmente o conhecimento para os nossos pares que têm que acompanhar o relatório e certamente apresentar o seu voto, e a apresentação de um voto é uma adesão que é feita àquilo que é produzido através dos nossos relatórios. O Israel é realmente muito competente e essa participação dele no projeto certamente enriquece ainda mais a sua brilhante inteligência conhecida por todos nós.

Portanto, fica concedida vista coletiva da matéria para uma discussão oportunamente.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, da Constituição, autorização para celebração de acordo sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República do Senegal e a República Federativa do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Eu concedo a palavra ao ilustre Senador Fernando Farias.

Por favor, Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou pedir permissão, aqui, para ir direto à análise.

Em virtude da competência do Senado Federal para autorizar acordos dessa natureza, a teor do inciso V do art. 52 da Constituição Federal, a submissão do presente acordo a esta Casa Legislativa é condição imprescindível para sua celebração.

As informações requeridas pelo Senado Federal para análise das operações, nos termos do art. 9º da Resolução nº 50, de 16 de junho de 1993, são detalhadas ao longo da Nota Informativa nº 2.147/2023, do Ministério da Fazenda, elaborada pela Secretaria de Assuntos Internacionais deste ministério, e das manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e do Ministério das Relações Exteriores.

Outrossim, os termos da renegociação foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace), órgão colegiado regido, à época, pelo Decreto nº 10.040, de 3 de outubro de 2019, e integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, cuja principal atribuição é definir parâmetros e analisar modalidades de renegociação de créditos externos da União com outros países ou de créditos externos garantidos por outros países.

A dívida afetada pelo presente acordo totaliza US$ 4.888.782,59 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e nove centavos), abrangendo somente os vencimentos devidos pela República do Senegal à República Federativa do Brasil no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) entre maio de 2020 e dezembro de 2021, período para o qual as obrigações de pagamento foram suspensas e reescalonadas em razão da mencionada Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida – DSSI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ressaltar que o Acordo em questão prevê que o pagamento da primeira parcela deve ocorrer em 60 dias após a efetiva assinatura do acordo, salvo se outro prazo for acordado entre as partes.

Por fim, enfatizamos que, ao contrário dos tratamentos de dívida tradicionalmente negociados no Clube de Paris, a DSSI não prevê a concessão de descontos sobre o valor devido, mas somente a dilação do prazo de pagamento com aplicação de juros compensatórios correspondentes, de modo que o valor presente líquido dos débitos originais é preservado.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise. Assim sendo, somos a favor da concessão da autorização solicitada nos termos seguintes.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo nobre Senador Fernando Farias.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, peço o regime de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não. O regime de urgência...

Vamos colocar em votação, então, o pedido de urgência do Senador Fernando Farias para encaminhamento do projeto ao Plenário.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, ele vai ao Plenário.

Obrigado, Sr. Relator.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 29, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, da Constituição, autorização para celebração de acordo sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República do Congo e a República Federativa do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Vou direto a análise, com sua permissão.

As informações requeridas pelo Senado Federal para análise da operação, nos termos do art. 9º da Resolução nº 50, de 1993, são detalhadas ao longo da Nota Informativa nº 2123/2023/MF, de 29 de dezembro de 2023, elaborada pela Secretaria de Assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacionais do Ministério da Fazenda, e das manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Ministério das Relações Exteriores, todas em anexo a esta exposição.

Os termos da renegociação foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, em 27 de janeiro de 2021, conforme as competências atribuídas pelo Decreto nº 10.040, de 3 de outubro de 2019, em reunião extraordinária. Porém, após reunião com o Secretariado do Clube de Paris, em 11 de fevereiro de 2021, o colegiado entendeu necessário retificar a decisão anterior e aprovou as condições financeiras finais em reunião extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021.

Observada a necessidade de alteração dos valores constantes da minuta do acordo, o tema voltou a ser discutido durante a 2ª Reunião Extraordinária do Comace, realizada em de 4 de maio de 2022. Durante a reunião, o comitê aprovou, por unanimidade, a recomendação de encaminhamento ao Senado Federal dos termos resultantes da negociação bilateral com a República do Congo, conforme descrito na Ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2022 do Comace.

A Nota Informativa nº 2123/2023/MF visou instruir novamente o processo para submissão ao Senado Federal dos termos finais negociados com a República do Congo, os quais, resumidamente, são:

- Dívida Consolidada: US$9.997.055,18, incluídos juros contratuais e juros compensatórios dos valores diferidos na DSSI e em suas duas extensões;

- Amortização: DSSI em seis parcelas semestrais; DSSI Extensão em dez parcelas semestrais e DSSI Extensão Final em dez parcelas semestrais;

- Taxa de Juros: 2,875% ao ano;

- Juros de Mora: 1% a.a., capitalizados semestralmente até a data do pagamento.

Em vista da competência do Senado Federal para autorizar acordos dessa natureza, a teor do inciso V do art. 52 da Constituição Federal, a submissão do presente acordo a esta Casa Legislativa é condição imprescindível para sua celebração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ressaltar que, ao contrário dos tratamentos de dívida tradicionalmente negociados no Clube de Paris, a DSSI não prevê a concessão de descontos sobre o valor devido, mas somente a dilação do prazo de pagamento com aplicação de juros compensatórios correspondentes, de modo que o valor presente líquido dos débitos originais é preservado.

Voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise. Assim sendo, somos a favor da concessão da autorização solicitada nos termos seguintes.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Urgência, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Em função do pedido de urgência do Senador Fernando Farias, eu coloco sua solicitação em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o pedido de urgência formulado pelo Senador Fernando Farias, a quem agradecemos a relatoria.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, V, da Constituição, autorização para celebração de acordo de Reescalonamento de Dívida e Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, peço licença para ser mais breve. Os termos são praticamente os mesmos e, no caso de Moçambique, vou ler alguma coisa.

No caso de Moçambique, a suspensão segue a mesma lógica, mas envolve valor superior, cerca de R$143 milhões, incluindo atrasos acumulados até maio de 2020 em operações garantidas pelo Fundo de Garantia à Exportação e no acordo bilateral de 2004.

O reescalonamento limita-se ao período elegível da DSSI de maio de 2020 a dezembro de 2021.

Os pagamentos posteriores seguem as condições originais. Em todos os casos, o Brasil atuou alinhado aos demais credores, oferecendo alívio imediato aos países afetados, sem abrir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão do crédito, já que os valores deferidos serão integralmente reembolsados, conforme novos cronogramas do Clube de Paris.

Vou ao voto, Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise. Assim sendo, somos a favor da concessão da autorização solicitada nos termos seguintes.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradecendo, mais uma vez, ao nobre Senador Fernando Farias, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Novamente, urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Havendo pedido de urgência do Senador Fernando Farias, eu coloco o pedido de urgência em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

O pedido de urgência está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Fernando Farias.

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 80,000,000.00 (oitenta milhões dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO III - CE.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A relatoria é da Senadora Augusta Brito.

Nesse caso, o relatório será proferido pelo Senador Fernando Farias, Relator *ad hoc*.

O relatório é favorável à matéria, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal.

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer nº 3.432, do Ministério da Fazenda, aprovado em 16 de setembro de 2025. No referido parecer constam: a) a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; b) a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; c) e as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e a análise efetuada ao longo do referido parecer, o Estado do Ceará cumpre os requisitos para a formalização do empréstimo. Ademais, informou que a operação de crédito sob análise está inserida no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo (SCE-Crédito).

A Lei Estadual nº 18.920, de 16 de julho de 2024, autorizou o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as receitas discriminadas no §4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Cabe enfatizar que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, votamos para que seja concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte projeto de resolução apresentado.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Como eu já sei, o Senador Fernando Farias vai pedir de novo a urgência. (*Risos.*)

Eu quero colocar em discussão o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ninguém se manifestou.

Está aprovada a urgência para a Mensagem nº 74.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Fabiano Contarato, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Irajá, Vanderlan Cardoso, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com nove emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 186 a 194 - CAE, por 21 votos sim, 1 voto não e nenhuma abstenção. Destacada a Emenda 185, a emenda foi rejeitada por 11 votos não, 10 votos sim e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 552, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas n°s 1 e 2-CDH; e com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4443, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4437, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4269, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo ao empreendedorismo jovem nas redes públicas de ensino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao PL nº 4269/2021, nos termos do substitutivo apresentado; e pela prejudicialidade do PL nº 4437/2021. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2374, de 2019 - Terminativo -** que: "Dá nova redação os dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Projeto de Lei n° 429, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de dezembro de 2025.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião desta Comissão, realizada em 26 de novembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício SEI nº 68790, do Ministério da Fazenda.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12 da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias.

Começaremos com o projeto de lei extrapauta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, se o senhor me permite.

Atendendo ao pedido do Governo e conversando com o autor do projeto, o Senador Paim, eu peço a retirada de pauta do projeto do item 2...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... que é o projeto de lei já...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero assumir aqui, perante a Presidência, os Senadores e as Senadoras, que, na próxima terça-feira, peço para que seja colocado em pauta, e, com acordo ou não do Governo, ele será votado, e eu não o retirarei mais de pauta. O relatório já foi lido e vai continuar na próxima terça-feira. Com acordo ou sem acordo, a gente vai votar. Está bom, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 552, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CDH; e com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 26/11/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH.

3. Em 06/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 3.)

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 429, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre as custas judiciais no âmbito da Justiça Federal; cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe); e revoga a Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao nosso querido Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, nosso Presidente.

É apenas um complemento de voto – eu sei que esse projeto deve ir à vista –, uma complementação, já que o relatório foi apresentado.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei nº 429, de 2024, do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.

Relatório.

Sr. Presidente, em razão da publicação prévia do relatório, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são enviadas para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de um projeto de lei de extrema importância para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional da Justiça Federal.

Sua relevância manifesta-se em duas dimensões principais: a atualização dos valores das custas judiciais nessa esfera de instituição e um fundo especial que visa apenas organizar melhor as suas receitas próprias, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI 7.641.

Portanto, a criação desse fundo implica unicamente a implementação de uma unidade orçamentária, para gerir receitas já pertencentes ao Poder Judiciário, sem gerar obrigação financeira ou despesa para os cofres da União.

Em relação ao primeiro ponto, as custas de Justiça Federal ainda são regidas pela Lei nº 9.289, de 1996, com base na extinta Ufir, desde 2000, o que as torna defasadas e incompatíveis com os reais custos da prestação jurisdicional.

Quanto ao segundo ponto, a instituição de um fundo especial prestigia a autonomia orçamentária do Judiciário, similar à dos tribunais estaduais, garantindo recursos para serviços jurisdicionais e projetos como interiorização e Justiça itinerante, que demandam investimentos em estruturas móveis para as comunidades remotas.

Não obstante a sua relevância, o projeto de lei aprovado na Câmara requer ajustes pontuais.

O primeiro ajuste visa melhor sistematização, propõe um texto enxuto, centrado na alteração da Lei nº 9.289, de 1996, com disposições sobre atualização de custas e criação do Fejufe, incluindo receitas e uma delimitação geral, reservando detalhes ao Conselho da Justiça Federal (CJF).

O segundo ajuste refere-se à tabela de custas defasada desde 2018, sugere atualização e adequação aos custos reais, mantendo os valores razoáveis e proporcionais, inferiores aos praticados nos tribunais estaduais, para superar a desvalorização dos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ajuste abrange prioridade anual de atualização em vez de bienal, com a adoção da Selic em substituição ao IPCA. A competência expressa ao Conselho da Justiça Federal para a regulamentação.

O quarto ajuste propõe a atualização de custas do Superior Tribunal de Justiça, igualmente defasadas, e instituição do fundo do STJ, visando à organização racional das receitas próprias.

Passa-se agora a análise das emendas.

Quanto à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR), trata-se de emenda que pretende destinar 5% dos recursos da Fejufe para unidades da Defensoria Pública da União.

Embora inicialmente tenha me manifestado pela rejeição da emenda, entendo que sua providência é meritória e alinha o projeto, pois as custas jurisdicionais destinam-se ao custeio dos serviços judiciais em prol de direitos e do fortalecimento da Justiça. Contudo, deve-se destinar 5% das custas judiciais e multas processuais aplicadas à Justiça Federal, e não de todos os recursos da Fejufe.

Nesse sentido, afigura-se oportuno estender essa destinação ao Ministério Público da União, 9%; ao Conselho Nacional de Justiça, 6%, e à DPU, 5%, totalizando 20% dos recursos do Fejufe, como contribuição ao aperfeiçoamento do sistema de justiça da União, sem prejuízo ao custeio da Justiça Federal.

Ademais, tratando-se de matéria afeta ao Poder Judiciário e compartilhando de receitas de custas e multas, o compartilhamento deve ocorrer por iniciativa do próprio Judiciário, nos arts. 96, incisos II e III, e 99 da Constituição Federal, evitando inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, nos projetos destinados aos fundos do MPU e da DPU.

Dito isso, acolhe-se parcialmente a Emenda nº 1.

Quanto às Emendas nºs 2, 3 e 4, apresentadas pelo Senador Mecias de Jesus, trata-se de propostas meritórias visando modernizar o pagamento de custas judiciais e permitir sanear o não pagamento do preparo recursal, antes da extinção do processo. Embora mereça o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acolhimento, à luz do substitutivo proposto, tais medidas podem ser implementadas por regulamentação do Conselho da Justiça Federal.

Quanto às Emendas nºs 5 e 8, apresentadas pelos Senadores Mecias de Jesus e Izalci Lucas, respectivamente, embora inicialmente tenha me manifestado pelo acolhimento, entendo que, diante do novo formato do substitutivo, compete ao Conselho da Justiça Federal definir as destinações das receitas do Fejufe e matérias conexas, razão pela qual opto pela rejeição.

Diferente tratamento merece a Emenda nº 6, apresentada pelo Senador Weverton, que acresce o dispositivo para fixar anualmente a atualização da Indenização de Transporte, com base no índice oficial não inferior ao IPCA. Considero oportuno o parcial acolhimento, deixando explícita a conveniência de o Conselho da Justiça Federal estabelecer os critérios de indenização aos oficiais de justiça.

Quanto à Emenda nº 7, apresentada pelo Senador Oriovisto Guimarães, do Podemos, do Paraná, que visa reduzir o reajuste de custas cíveis, ela deve ser rejeitada. A atualização dos valores é essencial ao PL nº 429, de 2024. Os valores propostos são razoáveis e proporcionais e inferiores aos praticados pelos tribunais estaduais.

Por fim, quanto à Emenda nº 9, apresentada pelo Senador Mecias de Jesus, que destina até 30% do Fejufe para assistência à saúde suplementar de magistrados e servidores, ela deve ser rejeitada. Apesar da boa intenção, tal medida engessaria o fundo que garante recursos para serviços jurisdicionais e projetos como o da interiorização e o da Justiça itinerante e o custeio por orçamento próprio de cada ordem, respeitadas as limitações orçamentárias.

Terceiro: voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 429, de 2024, bem como pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 6 e pela rejeição das demais emendas, na forma do seguinte substitutivo já distribuído entre os membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há um pedido de vista sobre a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria dizer aos Senadores e às Senadoras, especialmente ao Senador Eduardo Gomes, que, como nós estamos tratando da isenção do pagamento do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil, nada mais providencial do que nós estendermos a isenção para quem ganha até R$5 mil com relação ao pagamento de custas da Justiça. Eu acho que é oportuno. E esse pedido de vista vai possibilitar que nós apresentemos uma emenda para a próxima reunião.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, se o Relator já concorda...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. Mas o senhor concordou com o mérito. Eu percebi até o seu entusiasmo, a alegria nos seus olhos. O senhor viu que estava...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Com o mérito da proposta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vislumbrou justiça. O senhor ficou até mais bonito, se é que é possível. Então aceite o texto, aceite e inclua no texto. Por que deixar para amanhã o gesto benigno?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Deixa-me só eu fazer um aparte a respeito, se me permite, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Lembrando que, para que possa ter esse benefício, não é só o que ele ganha também. Tem a questão patrimonial. É só para não esquecer que o juiz, além disso, tem outros fatores que deve analisar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É para reafirmar o pedido de vista coletivo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, posso aproveitar este momento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Vou solicitar duas coisas. Primeiro, o PL 1.830 está requerendo que V. Exa. designe o Relator. Eu tomo a liberdade de, sem consultar, sugerir que seja o Senador Laércio Oliveira, que foi o Relator na etapa anterior. Trata-se da matéria de Itaipu, em que V. Exa. praticamente fez o milagre de que o Governo concordasse com o texto do projeto.

Espero que o Senador Rogério Carvalho aprove a sua designação por razões de bairro e por razões de merecimento pela sua busca de um consenso a respeito desse delicadíssimo assunto.

E lhe peço que designe, de acordo com o seu alvitre, o Relator do Projeto 5.214, que trata sobre o Tecon, Terminal de Cargas nº 10.

Muito obrigado.

É uma matéria de interesse de todos os portos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso. Faremos isso.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4443, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 26/11/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

3. Foram apresentadas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin, que é o Relator da matéria, para que nós possamos adequar este calendário ao calendário de tramitação na Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu agradeço a V. Exa., que é o autor do projeto, a minha designação para relatar.

Aprendi muito, participei de dois seminários, um de caráter internacional, pude ter uma noção holística, como se diz, para saber o que o mundo pensa sobre quem serão os detentores da riqueza nas próximas décadas. E recebemos hoje a sugestão muito bem-fundamentada do Senador Wilder. O Senador Wilder, além de ser um capitão de longo curso, formado na Marinha do Distrito Federal, é também um estudioso do assunto, além de ser empresário do ramo.

E eu queria tornar pública a seguinte proposição: número um, retiramos de pauta hoje, no aguardo de emendas que já foram sugeridas ou estão em elaboração, por parte de vários setores que se interessaram. Eu vou citar alguns, não exaustivamente, mas a Vale, que é uma empresa que se autoexplica pela importância que tem na economia brasileira, o Ibram, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Brasileiro de Mineração, e a CNI. Eu não estou dizendo que isso esgota o assunto, não. Acho que todos os que empreendem nesse assunto, que estudam, os profissionais, a academia, não podem perder a oportunidade de dar curso ao projeto. Claro que ele poderá ser aperfeiçoado aqui, depois, quando chegar à Câmara, nós não podemos também imobilizá-lo na busca de aperfeiçoamento. O perfeito não vai ser alcançado, mas aprimorá-lo, sim.

Então, estabelecemos um prazo até terça-feira que vem para aceitar as emendas, se possível, com a maior antecedência possível, e deliberar sobre o assunto.

E não fique assustado, pois vai sair daqui e vai para a Comissão de Infraestrutura. Lá ele pode ter outro Relator, não tem problema nenhum. Eu já aprendi e já me considero recompensado pela oportunidade e pela contribuição que pude dar, mas eu acho que isso é uma corrida de revezamento que tem um objetivo que é aprovar aqui e chegar à Câmara, antes que venha o da Câmara para cá – vamos ser bem claros. Se nós ficarmos prorrogando aqui, nós vamos receber da Câmara, que tem o direito de também propor, só que aí todos nós sabemos que a tramitação vai tomar um declive diferente, o morro abaixo fica no outro sentido. Está certo? Deu para entender ou quer que eu desenhe?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não precisa. Então, essa é a proposta.

Pessoal, avisem a todos os interessados que a primeira chamada – vamos dizer assim, não é a última – é nesta semana. Semana que vem, eu prometo fazer todo o esforço para conciliar e votarmos. Ou seja, a vista está sendo concedida hoje, e teremos a oportunidade de fazê-lo tramitar, depois ir para o Plenário... Enfim, eu acho que o Senado estará dando a largada num assunto, graças à sua iniciativa, da maior importância, em que o nosso déficit é escabroso! Se nós não tivéssemos a matéria-prima, teríamos uma indulgência, mas, tendo a matéria-prima e a deixando, por várias razões, indisponível e nos sujeitando à vulnerabilidade internacional, que vai ser cada vez mais grave, cada vez mais aguda... Eu acho que vale a pena, pelo menos, darmos a largada nesse mapa do caminho, já que está na moda voltar a essa expressão.

É a proposição, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito. A proposição do Senador Esperidião Amin foi exatamente aceita. Nós teremos esta semana para apresentação de emenda e vamos, na próxima terça-feira...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Wilder Morais, com a palavra V. Exa.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu queria agradecer aí...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, Presidente...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – ... ao senhor, como autor do projeto, e também ao Esperidião Amin, que é o Relator, por esse entendimento, pois a gente acredita que vamos melhorar muito o projeto. Que, na semana que vem, a gente possa aprovar e fazer audiência pública lá na CI.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito, Senador Wilder Morais.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar a V. Exa. pela apresentação deste projeto.

Também tem um projeto de minha autoria que trata de minerais terras-raras, minerais nobres, que está neste momento na CCT e que deve chegar aqui também.

Eu creio que esta matéria, pela relevância que ela ganhou em função da nova indústria, da indústria de inteligência artificial, da automação industrial, com todos os *chips* que esses materiais e as baterias requerem, eu acho que, neste projeto, nós não tratamos da industrialização no Brasil ou de processamento desses minérios no Brasil. Portanto, eu sugeri que nós fizéssemos aqui uma audiência pública para a gente discutir questões dessa natureza. Ou seja, a gente só vai ter autonomia e controle se a gente beneficiar e industrializar pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos entre 70% e 80% desses minérios aqui, porque essa riqueza que a gente tem é estratégica; se a gente não processar aqui, a gente não tem controle do que está sendo exportado, a gente não agrega riqueza aqui, a gente vai só exportar matéria-prima e toda riqueza vai ficar fora. Portanto, acho que seria interessante, e eu apresentei um requerimento de audiência pública, para que a gente possa aprofundar o debate sobre essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Valeu, valeu.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5473, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor, respectivamente, sobre alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação às fintechs e sobre o aumento da participação governamental na arrecadação líquida das apostas de quota fixa; e institui o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do projeto, com nove emendas apresentadas.

Observações:

1. Em 26/11/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. Até o momento foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 70-T e nºs 71 a 183.

3. Foram apresentados requerimentos de destaque para as Emendas nºs 22-T, 69-T e 176.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. O Senador Alessandro Vieira apresentou o Requerimento nº 121/2025-CAE, solicitando a retirada das Emendas nºs 14-T e 18-T.

5. O Senador Jorge Seif apresentou o requerimento n° 128/2025, para a retirada da emenda nº 3-T.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Senador Eduardo Braga, Relator da matéria.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Renan Calheiros, demais colegas Senadores e Senadoras, talvez eu tenha, ao longo destes 16 anos, Presidente, tido um dos momentos mais complicados neste relatório, porque, quando a gente pensa que avança, a gente retrocede.

Você não estava aqui na semana passada, Fernando, quando apresentei um relatório baseado nos entendimentos que havíamos feito, inclusive, para aprovar o projeto de lei da isenção do Imposto de Renda. Àquela altura, fui informado aqui pela assessoria da Comissão de que alguns entendimentos haviam sido feitos pelo Relator de então, Senador Renan Calheiros, e pelo Líder do Governo Jaques Wagner, para que pudéssemos aprovar a lei do Imposto de Renda. E acabei acatando algumas emendas, porque as informações que os assessores e consultores desta Casa, que merecem, de minha parte, credibilidade, porque sempre foram muito fidedignos nos relatos, já que não participei daquelas negociações, deram conta de que aquelas negociações eram oriundas da aprovação daquele importante projeto e que o Senador Renan Calheiros, de forma apropriada, apresentou um projeto autônomo para que nós pudéssemos relatar e pudéssemos – sem fazer com que o projeto fosse retardado, o do Imposto de Renda – manter o acordo aqui nesta Casa e fazer a votação do relatório.

Para a minha surpresa, na semana passada, foi pedida vista do adendo e...

Eu pediria só para o Senador Amin afastar-se um pouquinho para eu poder enxergar o Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

Eu agradeço ao Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É melhor eu me afastar do que ter que fazer uma cirurgia no nariz, não é? (*Risos.*) É mais barato.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É apenas para relatar que, a partir de então, a partir daquele pedido de vista, eu comecei a receber sinalizações do Ministério da Fazenda muito estranhas: de que aquelas alterações que estavam sendo propostas alteravam a lei que acabava de ser sancionada, que não havia entendimento com a Fazenda e que a Fazenda estava, portanto, preferindo não votar, então, o projeto autônomo. E a Fazenda estabeleceu como condicionante para que nós pudéssemos apresentar, então, o relatório com o apoio do Governo a retirada dos "acordos", entre aspas, porque eu não ouvi de V. Exa. os acordos nem do Senador Renan; eu ouvi através da assessoria e da consultoria desta Comissão.

Então, como eu sou uma pessoa que acha que, na democracia, quando nós temos impasses, as questões se resolvem no voto, eu resolvi retirar, então, do meu relatório, as emendas que eu havia acatado, fruto do entendimento sobre a questão do Imposto de Renda, à exceção da emenda de autoria do Senador Esperidião Amin, que, depois de muita luta, nós conseguimos convencer o império da Fazenda de aceitar, sem o hino, obviamente, lá do clube de Santa Catarina...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Clube da praia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ah, da praia!

... aceitar a propositura, que eu entendo justíssima.

E eu vou ler este relatório.

E quero dizer aos senhores que está na mão de V. Exas. Quem quiser apresentar pedido de destaque apresenta, e o que for maioria nesta Comissão será assim deliberado, porque eu cansei! Depois de tantos embates, e tantas idas e vindas, e tanto disse me disse, e tantas maledicências, eu cansei!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse Governo é difícil mesmo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, eu quero dizer a V. Exas. que, de minha parte, estão todos liberados para apresentar os destaques que quiserem apresentar, os destaques serão submetidos a voto e aqueles que vencerem entrarão no meu relatório. Porque eu não vou descumprir entendimento com ninguém e não vou também ficar nesta situação de apresentar adendos, e pedem vista, o Governo posiciona-se, tenta-se construir um entendimento, não se consegue... Portanto, eu creio que, no Parlamento, quando se chega diante desta situação, a única solução é, na democracia, o voto. E aqueles que possuírem voto vão incluir os destaques, de que eu, lamentavelmente, declaro aqui que não fui capaz de conseguir o entendimento com o Governo, para colocá-los no relatório.

Portanto, eu, que já relatei dezenas de projetos nesta Casa, nunca vi uma conduta da forma que eu vi na construção desse relatório. Creio eu que é porque tem interesses de muita gente grande e porque os interesses são difusos. Mesmo tendo sido Relator das três medidas da reforma tributária, eu nunca vi nada igual!

Então, eu vou ao adendo, Sr. Presidente, com esse meu...

Ouço V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, primeiro cumprimento V. Exa. e todos os colegas, particularmente o Relator. Reconhecendo todo o seu trabalho em diversos relatórios que V. Exa. já fez, como V. Exa. disse, nós não tivemos entre nós nenhum tipo de acordo ou desentendimento, até porque não negociamos diretamente isso; portanto, para mim, eu confesso que fico até com dificuldade de saber quem disse e me disse.

Mas vou lhe revelar um fato: eu, quando estava me preparando para a reunião de hoje, liguei para o Ministro Haddad; ele demonstrou uma preocupação. Depois liguei para o Secretário-Executivo da Fazenda, o Dario, e ele me disse: "Eu acho que está excelente". Inclusive, disse, acolhendo a emenda do Senador Esperidião Amin, que diz respeito aos funcionários que tiveram que fazer aportes. Inclusive, uma emenda do PL – porque ele apresentou duas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Portinho –, uma delas, não aquela das empresas, do CNPJ único e profissionais, mas outra, a da empresa, ele também achava que era positiva.

Eu confesso que não tem como, porque ontem à noite eu fechei para mim. Eu ia procurá-lo até hoje pela manhã, mas eu vim para cá cedo, por conta da CMA e de outra Comissão, para lhe dizer do "de acordo", que eu ouvi do Secretário-Executivo Dario Durigan.

Então, eu confesso que eu estou com a palavra dele ontem à noite, mas não vamos questionar. Eu acho que V. Exa., evidentemente, como Relator...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Apenas para complementar V. Exa.

Essa posição da Fazenda é de depois de eu ter retirado todas as emendas que eu apresentei, fruto do apoio que foi construído para a votação do Imposto de Renda aqui, nesta Casa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está certo?

Portanto, o que V. Exa. ouviu hoje já foi fruto do desgaste, desde a quinta-feira da semana passada, está certo? E eu disse: "Olha, eu lamento, porque eu estou sendo aqui vítima de um acordo que não foi construído por mim; foi construído pela Comissão de Assuntos Econômicos". A Comissão de Assuntos Econômicos construiu esse entendimento; eu acolhi esse entendimento; quiseram os Senadores, na semana passada, fazer um pedido de vista; e esse pedido de vista possibilitou à Fazenda fazer uma revisão do complemento de voto. E a Fazenda disse, claramente, que aquilo que era entendimento da assessoria e da Consultoria tinha ficado remanescente, está certo? Se o equívoco existe, eu quero aqui dizer que é da assessoria e da Consultoria, que acompanharam a construção do relatório do eminente Senador Renan Calheiros, quando da construção de uma votação histórica nesta Comissão na isenção do Imposto de Renda para até R$5 mil.

Eu faço questão de dizer isso, porque não é do meu feitio apresentar um relatório de adendo de voto e, na semana seguinte, substituí-lo, restringindo-o, sem que se dê uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicação aos colegas Senadoras e Senadores, e daí V. Exa. ter ouvido – ainda com reticências do Ministro Haddad, que anda muito reticente, e depois conversado com o Secretário Dario Durigan – o Durigan dizer que estava de acordo com este adendo de uma lauda e meia que eu vou ler, que é o que se resume, depois de quase dois meses de trabalho dedicados a esse projeto.

Se o Presidente me permite, eu vou à leitura do projeto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela Liderança do PL, quando puder, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Na 41ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão, realizada em 26 de novembro de 2025, foi lido o complemento de voto ao Projeto de Lei nº 5.473, de autoria do Senador Renan Calheiros.

Após a leitura do complemento de voto, foi publicada a Lei nº 15.270, de 2025, que é a lei exatamente do Imposto de Renda, originada do PL nº 1.087, de 2025. Esse fato superveniente gerou a necessidade de adaptarmos o conteúdo das emendas que apresentamos na 41ª Reunião, Extraordinária, ao novo ato normativo, o que fazemos neste momento, fruto exatamente desses diálogos que eu relato neste momento a esta Comissão depois de 16 anos de Senado.

Foi necessário excluir modificações no Imposto de Renda da Pessoa Física, em função de não termos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro das emendas a ele apresentadas. Esta é a argumentação técnica, para parecer elegante.

A busca pela justiça tributária, embora legítima e necessária, não pode prescindir do equilíbrio das contas públicas, sob pena de comprometer a estabilidade econômica do país. A manutenção das alterações anteriores propostas à legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física, após análise técnica mais aprofundada, revelou-se temerária diante do atual cenário fiscal, isso na opinião do consenso do Ministério da Fazenda. Este complemento de voto, portanto, objetiva retirar algumas das inserções sugeridas anteriormente, a fim de adequar a matéria à realidade orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A implementação das mudanças sugeridas necessitaria da estimativa da renúncia de receitas. A ausência desse elemento inviabiliza a manutenção das propostas, exigindo prudência legislativa para não agravar não só o déficit público, mas a relação entre o Congresso e o Governo, o Executivo, e gerar insegurança jurídica, sob a ameaça de que iriam judicializar a decisão desta Comissão.

A revisão do posicionamento não representa um abandono da pauta social, mas um ajuste imperativo à legalidade e à sustentabilidade do Erário. Ademais, é medida que se impõe para garantir a aprovação do texto principal. Nas entrelinhas, garantiu o apoio da base do Governo.

Após a apresentação do complemento de voto, em 26 de novembro de 2025, foram apresentadas as Emendas 177 e 181, que alteram o art. 17 da Lei 14.790, de 2023, em termos semelhantes aos já propostos em nosso último complemento de voto.

Ante o exposto, de forma complementar aos relatórios apresentados em 4 e 26 de novembro de 2025, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento integral Emendas nºs 90 e 177 e parcial das Emendas nºs 2-T, 8-T, 9-T, 17-T, 26-T, 154, 163, 170, 173, 177 e 181, na forma das emendas já publicizadas no complemento apresentado, e rejeitadas as demais emendas.

Esse é o complemento do voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero que as minhas palavras sejam de cumprimentos ao autor do projeto, que é V. Exa., e ao Relator.

Este episódio, Presidente e querido amigo Eduardo Braga, vai ser dissecado nos próximos dias. Senão, vejamos: na concordância em torno do PL 1.087, hoje Lei 15.270, festivamente sancionada pelo Governo, foi feita essa aprovação, foi obtida não só pelo talento do Senador Eduardo Braga e pela sua condução, mas na expectativa de que houvesse uma negociação ampla para corrigir – vou me permitir dizer – excessos de bocada. Bocada no sentido... Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o princípio da isenção do Imposto de Renda não era baseado na dispensabilidade da arrecadação, e, sim, na substituição do que não se arrecadaria; uma causa nobre, politicamente, unanimemente apoiada por nós, tanto é que temos dois candidatos à Presidência da República. Só que, ao contrário do que se faz na vida empresarial e na administração pública, a mais valia para o cidadão, o lucro – vamos chamar assim – de quem vai deixar de pagar o imposto não é uma consequência de uma poupança feita pelo Governo, mas, sim, da substituição da arrecadação por outras formas, e é lógico que, aí, o senhor se defrontou com aquilo que foi pulverizado em termos de ônus pelo arranjo legiferante, legislativo.

Então, eu quero dizer que isso vai render muito, muita interpretação. E haverá, quero dizer aqui com toda a lealdade, quem diga o seguinte: "Eu votei, na 15.270, fiz parte do acordo porque acreditava que poderia repescar alguns dos excessos", digamos assim, segundo o ponto de vista de cada grupo afetado, porque nós pulverizamos em pequenas dentadas a obtenção da fonte para fazer face à dispensa do que era realmente reprovavelmente cobrado. De sorte que eu acho que nós vamos ter que ter uma condução do que reste pendente, e eu falo até com agradecimento, pelo fato de terem sido acatadas, praticamente de maneira integral, com as retificações que nós mesmo fizemos... Por exemplo, qual é o beneficiado pela contribuição obrigatória? Nós estamos falando de entidades públicas, ou seja, de fundos de previdência criados sobre estatais, que são o pior da história: do servidor da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e de qualquer outra estatal, que, por causa do mau negócio feito, seja dolosamente ou não, teve que arcar com um ônus pesado, chegando a quase zerar o seu provento de aposentadoria.

Então, eu não posso dizer que o Relator tratou com desdém uma causa que foi objeto de quatro intervenções legislativas: 1.739, 1.952, 1.087 e 5.473. Não vai aqui nenhuma queixa que reduza a admiração pelo seu trabalho. O problema é que nós estamos enveredando agora por um caminho de dizer o seguinte: "Olha, não entra mais nada". Eu não sou um...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas essa emenda está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Eu não sou, absolutamente. Eu estou... Esta emenda, especificamente, e a 39 estão salvaguardadas, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer, não é o lamento do perdedor. Eu estou fazendo um raciocínio sobre o processo legislativo em que nós entramos, nós todos – ninguém entrou sem saber –, todos nós. Então, foi talvez uma imprudência, um impulso de boa-fé.

De forma que eu queria ter do Presidente e do Relator como objetivo que as emendas não aceitas têm que ser merecedoras, pelo menos, de uma explicação: "Olha, está barrada por essa razão", nem que se tenha que obter a razão ou a quantificação da perda do Ministério da Fazenda, porque o senhor não vai ter como dizer: "Olha, essa emenda gera um prejuízo de tanto".

Eu repito: esse prejuízo é a pulverização da arrecadação para a concessão do benefício, que já foi celebrado. Quer dizer, essa festa já aconteceu, nós vamos ficar é com uma amargura dispersa aí por formas que foram projetadas e apresentadas para reduzir os danos.

Então, eu queria finalmente dizer o seguinte: acho que tem que dar uma maneira de... A emenda x... Lembra que a 163 e a 173 são iguais? Até discutimos o número, se era o problema de audição, se 163 ou 173. Precisa muito cuidado para não... Mas são iguais, e isso foi resolvido na semana passada.

Mas a não aceitação ou a aceitação parcial tem que ser dissecada aqui, sob pena de os que apresentaram ficarem apenas na condição de reclamante – e não é reclamante em causa própria: é reclamante em função de uma petição que lhe foi feita.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, na qualidade de Relator, a explicação que eu recebi, do Ministério da Fazenda e da Consultoria, é a que eu apresentei no relatório. Eu não tenho nada mais a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Carlos Portinho, com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, ilustre Relator, o senhor merece todo o meu respeito e me solidarizo até com esse constrangimento que o Governo impõe, mais uma vez, ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu entendi, a Emenda 68-T, veja bem, Senador Jaques Wagner, essa emenda dialoga com a base muito, muito em parte, do próprio Governo. Sabe o que significa, Leila? Todos os projetos de incentivo, incentivo do esporte, incentivo à cultura, projetos de incentivo à sustentabilidade e os ambientais, projetos de incentivo a pessoas que tratam de idosos, de crianças, orquestras sociais, por exemplo – eu faço alusão ao Dr. Pastore –, praticamente agora acabaram. O Governo está acabando com projeto de incentivo, porque ele diz que, na empresa que deduziu, o sócio vai ter que recompensar na pessoa física. É surreal o que o Governo está fazendo com a própria base! Eu quero me referir à cultura, aos artistas, às pessoas que fazem o bem em projetos sociais. Senador Jaques Wagner, é isso que o Governo está afirmando? É isso?

A emenda é minha, mas eu sei que ela afeta projetos sociais e muitos que dialogam com a base do Governo. Ó, artistas, vocês entenderam a cultura?! – e eu sou irmão de artista, músico, produtor.

Dr. Pastore tem um trabalho lindo com a orquestra sinfônica. Foi ele que nos atentou a isso, um grande economista do Brasil. A gente vai botar por terra esses projetos incentivados? Ou seja, como disse o Senador Amin, depois da festa vem a ressaca. Não é isso? Festejaram a isenção do Imposto de Renda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e enfiaram o metanol na bebida...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Adulterado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... adulterado.

E eu falo com todo o respeito ao Relator, que ele deve estar como eu: eu estou constrangido porque tem uma expectativa lá fora.

Senador Jaques Wagner, V. Exa. mesmo diz que, quanto a essa emenda específica, o Dario tinha dito que estava tudo o.k. A gente está salvando os projetos incentivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero dizer que foi largamente sustentada e defendida esta emenda e, lamentavelmente, foi excluída por decisão do Governo por entender que alterava a lei do Imposto de Renda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aí, olhem que situação: a gente tem hoje... Por essa lei, vale mais, repito, a pessoa ter uma casa de aposta do que ter uma *fintech*. A casa de aposta está sendo beneficiada e projetos sociais estão sendo penalizados – projetos incentivados. Olhem a que ponto chegamos neste Governo. É muito sério isso, porque não é só o descumprimento de um acordo ou do encaminhamento que foi feito; vai arrochar em setor da inovação.

Por favor, Senador Rogério, eu não posso acreditar que V. Exa. vai defender a retirada da Emenda 68-T. E V. Exa. terá o tempo.

Eu estou aqui para defender o profissional liberal e tinha, inclusive, encaminhado com o Senador Braga – para isso não havia acordo, isso estava em discussão – que se criasse uma régua. Eu até apresentei uma emenda dentro desse propósito para que limitasse a R$600 mil e, a partir dali, incidiria a tributação de dividendos. Eu estou me referindo aos médicos, estou me referindo aos advogados, aos arquitetos, estou me referindo àqueles profissionais em que, sim, a pessoa física se confunde com a jurídica e, graças a Deus, porque antes eles tiravam tudo sem nota. Eles se regularizaram e agora estão sendo duplamente sacrificados na pessoa física e na pessoa jurídica.

Então, vamos criar uma régua. Não vamos às grandes corporações? Vamos às pequenas, aos profissionais autônomos que criaram, aos eletricistas, aos engenheiros elétricos? Meu Deus do céu, como é que a gente vai fazer isso sem poder nem discutir? Pelo que eu entendi, eu não posso nem argumentar. A gente vai para voto provavelmente para derrubar o projeto todo quando a gente podia construir sobre ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Carlos Portinho, V. Exa. me permite?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É lógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Essa emenda de V. Exa. é diferente da anterior.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, estou tentando chegar ao consenso, salvar alguma coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Essa emenda que V. Exa. coloca efetivamente tinha questões, inclusive, complexas para que ela pudesse ser admitida. Como não quero misturar alhos com bugalhos, eu quero ser muito honesto aqui. Eu estou indignado porque trabalhei...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... e acreditei de boa-fé nas negociações, Jaques Wagner, que foram feitas, nesta Comissão, com o Relator, que é meu Líder, Senador Renan Calheiros, para viabilizar a aprovação de um projeto de larga importância para a macroeconomia brasileira, comemorada por todos.

E sei que esta Comissão buscou entendimentos que não eram possíveis de serem alterados naquela lei porque aquela lei voltaria para a Câmara e, por razões que eu aqui não vou adentrar, todos os Senadores e Senadoras achavam que não era prudente fazer as modificações e mandar para a Câmara. Então, chegou-se à conclusão de que o Senador Renan Calheiros apresentaria um projeto autônomo, e eu fui honrosamente designado pelo Senador Renan Calheiros e me debrucei, como sempre me debruço, na tentativa de buscar o melhor entendimento.

Para a minha surpresa, depois da sanção da Lei do Imposto de Renda, a postura mudou. Agora, não em relação à emenda dos profissionais liberais, por quê? Os profissionais liberais já têm um entendimento diferenciado na reforma tributária. Na reforma tributária, nós demos aos profissionais liberais uma série de benefícios, desde que eles sejam representados por conselhos. Mas aqui nós estamos tratando da questão de renda. E eu até argumentei com o Senador Portinho o seguinte: imagina um engenheiro que é dono de construtora. Ora, se ele ficar como pessoa física, se ele tiver empresa individual de pessoa física, ele terá um tratamento; e, se ele estiver numa empresa de pessoa jurídica, com mais de um sócio, ele passará a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compartilhar dividendos e terá outra regra. Portanto, há um problema de isonomia de direito tributário nesta questão.

Então...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me só concluir, porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, eu só estou colocando porque este tema que V. Exa. aborda não fazia parte dos entendimentos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas eu disse que ia trazer uma régua, porque eu estou preocupado é com um pequeno profissional liberal, com um médico que ganha até R$600 mil. Como foi criado no Imposto de Renda uma isenção até 5 mil, a gente criar também na distribuição de dividendos desses profissionais liberais que submetidos a uma régua de 600 mil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aí não é distribuição de dividendos. Ele é PJ individual, ele não tem distribuição de dividendos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu vou além, eu vou além, Senador Braga.

Trouxe também a emenda específica aos advogados. O advogado fica 20 anos, 30 anos numa causa. Como é que você não vai diluir isso no tempo? Ele vai receber e vai pagar o lucro sobre os dividendos dos seus honorários, que é a sua força de trabalho, de uma tacada só, quando ele ficou 30 anos no processo e a gente já tem outras legislações que consideram isso, a divisão a cada ano, que é outra emenda destacada? Essas discussões a gente precisa ter ou a gente vai penalizar todo mundo indistintamente para sustentar essa máquina do Estado.

E aí eu vou para as duas perguntas, porque isso são emendas que eu vou pedir ao nosso querido Seif defender e vou pedir a palavra no momento como Líder. Mas eu gostaria de saber, havia uma emenda do Senador Izalci que queria evitar o descasamento das datas entre apuração, balanço e distribuição de dividendos, o final do ano de... Essa daí caiu ou pelo menos essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, essa foi uma das questões centrais do desacordo da Receita Federal e do Ministério da Fazenda.

Eu entendia da mesma forma que o Senador Izalci entende, que a distribuição de dividendos poderia, inclusive, representar Carnê-Leão para que os dividendos pudessem ter antecipação de recolhimento.

No entanto, a apuração final do dividendo só pode se dar quando da declaração do Imposto de Renda, que acontece no mês de abril. Mas a insensibilidade da Receita Federal chegou ao ponto de dizer que eu estava alterando a Lei das S.A. com esta emenda.

Portanto, como eu não quis causar, evidentemente, um desconforto ao impedir este debate... E eu estou sendo muito franco e honesto aqui, como é a minha característica. Quem conhece a minha história de 44 anos de vida pública e a minha história de 16 anos nesta Casa sabe que eu sempre me pautei pela verdade e pela justeza das colocações. Eu lamentavelmente fui, diria, mais do que vencido; eu fui interpelado pela Receita Federal, pelo Ministério da Fazenda, para que eu não acatasse essas mudanças, porque essas mudanças causariam prejuízos inaceitáveis.

Eu tentei, durante uma semana, argumentar que havia informações distorcidas, que havia dificuldade do entendimento do que nós estávamos propondo, porque eu não conheço outro instrumento legal – e aqui existem vários empresários, existem advogados, existem profissionais do Parlamento que conhecem a legislação. Ora, fechado o balanço é que você apura o lucro real e você faz a aplicação do dividendo. O pagamento do dividendo pode ser feito de forma fracionada. Eu posso dizer que, fechado o trimestre, o primeiro trimestre, eu anuncio parte dos dividendos. Feito o pagamento dos dividendos, seria feito o pagamento do Imposto de Renda. Agora, eu não poderia impedir que a apuração final fosse na declaração do Imposto de Renda, mas nem isso a Receita Federal acatou.

Portanto, eu tive que retirar a emenda que estava acatada no adendo da semana passada e que, inclusive, fazia isonomia com o que foi dito pelo Galípolo, como Presidente do Banco Central, que disse o seguinte: "A resolução do Banco Central que altera o capital mínimo das *fintechs* não pode ter prazo de validade anterior a abril de 2026, em respeito ao ano fiscal e ao período de fechamento de balanço", ou seja, eu ainda argumentei com a Receita Federal: nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos usando a isonomia do direito que está sendo aplicado, inclusive, para quem não paga imposto, que são as *fintechs* ilegais, que estão abaixo da linha de monitoramento do Banco Central e do Coaf. Mas fui voto vencido e me solicitaram, intransigentemente, a retirada da emenda do relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – E eu tenho uma última questão – só para poder entender, para poder fazer o encaminhamento –: a questão da tributação das *bets* continuou com a alíquota que foi determinada no último relatório? E dois, onde estão as fontes, Senador Amin? Estão aí! Em muitos lugares do mundo as *bets* pagam 40% de imposto!

Se a gente quer ajustar isso, Senador Jaques, vamos aumentar o imposto das *bets* para 40, para 30; não, 18, porque, de novo, é melhor o cara ter uma *bet* do que ele gerar milhões de empregos numa empresa de inovação no país. É esse o recado. Você me desculpa, mas estou indignado, junto, em solidariedade ao Relator. Agora, Jaques, eu sei da sua... Se tivessem tantos Jaques no Governo, tenho certeza de que seria melhor. É uma tragédia isso.

Eu gostaria depois que o Senador Rogério se manifestasse, porque eu quero ouvir sobre o corte dos programas de incentivo, porque isso é um corte.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Apenas para responder à última pergunta (*Fora do microfone.*)... Apenas para responder à última pergunta: efetivamente, a oneração das *bets*, como dos juros de capital próprio, como das empresas de meios de pagamento, de capitalização, etc., foi mantida, e mantidos os escalonamentos com as reduções que foram apresentadas no adendo.

Com relação a isso, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal não tiveram nada a opor. Eles se concentraram... A oposição do Ministério da Fazenda e da Receita Federal se concentrou em mudanças a serem realizadas na Lei do Imposto de Renda, que foi sancionada na semana passada. Eu posso estar equivocado, Senador Renan, eu não lembro se foi na terça ou na quarta-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Quarta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Foi na quarta-feira a sanção da lei. Como a nossa reunião aqui foi na terça-feira, quando eu li o adendo, eu subordinava as nossas emendas à sanção do Imposto de Renda, porque havia precedente no caso, inclusive, do Imposto de Renda. Quando a Câmara mandou para nós, também tinha uma lei que estava no período de sanção, e eles mandaram da mesma forma, subordinando a mudança à sanção. Então havia um precedente feito pela Câmara, acatado pelo Senado, e nós estávamos usando o mesmo precedente no Senado – e conversamos com a Câmara, para que a Câmara pudesse aceitar. E já que iria tramitar na Câmara, com a lei sancionada, lá eles poderiam fazer os ajustes necessários.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Simples também foi revertido, foi prejudicado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não. Não houve nenhuma mudança em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Rogério Carvalho...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, permita-me só...

Eu, graças a Deus, ao longo da minha vida pública e particularmente nesses sete anos aqui, seja no Governo anterior ou neste Governo, sempre me comportei, como se diz na gíria, com o fio do bigode, e, por conta disso, consegui. Eu quero, na verdade, me solidarizar – não necessariamente no mérito, porque desconheço, porque a mim não foi notificado – com V. Exa., porque para mim combinado sai barato, e acordo feito é acordo cumprido.

Óbvio de que alguns dos itens em que V. Exa. tocou eu me lembro. Por exemplo, abril, eu me lembro de que foi concordado, para não atrasar o Imposto de Renda, e disse "a gente acerta"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu só quero fazer a ressalva, Senador Jaques, porque o que me enfraqueceu na argumentação, de que não fui eu que fiz o acordo, foi V. Exa. e o Relator. Eu apenas tentei reproduzir e honrar o acordo feito pelo Relator e pelo Líder do Governo e, lamentavelmente, não tive força de convencer o Ministério da Fazenda, que chegou a dizer a mim o seguinte: "Prefiro que não vote. Prefiro que não faça". Eu disse: "Espere aí, vocês querem beneficiar, então, a jogatina?". Eu prefiro enfrentar a verdade e falar a verdade.

Não pense que não me constrange o que eu estou fazendo aqui, Jaques. Eu estou vermelho aqui falando, vermelho de indignação, mas eu prefiro ficar vermelho de indignação aqui do que amarelo de covardia, durante o meu mandato. Então, apenas quero dizer que não fui eu que fiz o acordo, eu busquei honrar o acordo feito por V. Exa. e pelo Relator Renan Calheiros.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, é por isso que eu... Só para voltar a palavra, quero dizer que para mim acordo feito é acordo cumprido. Eu – viu, Senador Eduardo Braga? – não fui comunicado dessa posição contrária ao acordo feito aqui e, portanto, eu estou me solidarizando, sem entrar nas questões de mérito, porque fica uma coisa meio kafkiana aqui. Eu, ontem à noite... Vou repetir, pode ser que a sua assessoria tenha lhe dito "ele falou isso depois que ele já tinha pedido para retirar uma série de coisas". Não foi o que a mim foi transmitido por eles.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, Senador Jaques, V. Exa. estava aqui na terça-feira passada. Eu até brinquei com V. Exa., porque, quando eu estava lendo o adendo, que era um adendo extenso, diferentemente do de hoje, que é uma lauda e meia, V. Exa. estava conversando...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ouvindo uma assessora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É, ouvindo uma assessora. Eu até brinquei com V. Exa., dizendo: "Olha, esse assunto, Jaques, é importante, porque diz respeito ao entendimento que foi construído pelo eminente Presidente e Relator Renan Calheiros, que merece toda a credibilidade nesta Casa, e por V. Exa., que merece toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credibilidade". E eu fui apenas um escriba, eu fui apenas um escriba que honrou os compromissos assumidos por V. Exas. Ainda cheguei ao ponto de dizer: "Olha, eu não estou aceitando os destaques, não estou aceitando aquilo que não é fruto do acordo, eu apenas estou aceitando aquilo que é fruto do acordo", mas tive que reconhecer que não fui eu quem construiu o acordo, que os acordos tinham sido construídos pelo eminente Presidente e Relator e por V. Exa., Líder do Governo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Há consenso para derrubar esse projeto, então, se eu bem entendi?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Senador Rogério Carvalho, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Primeiro, Presidente, eu quero também me solidarizar com o Relator, Senador Eduardo Braga. Acho que essa questão... eu estava no plenário no dia da votação, eu acompanhei o acordo que foi feito. E quero aqui dizer que V. Exa., no alto da sua autoridade como Relator, se apresentar essa questão no seu parecer, terá o apoio daqueles que estiveram no plenário, está certo? Inclusive, o meu apoio aqui, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

A segunda questão é que, às vezes, a gente fala em privilegiar determinados setores, inclusive o setor artístico, e eu quero dizer que nós temos aqui a oportunidade de fazê-lo. Vem o projeto da Condecine, em que a Câmara e o Senado definiram para as empresas de *streaming* um imposto de 6%, enquanto no mundo se cobra entre 25% e 30%.

No Brasil, essas empresas faturam por ano R$70 bilhões. Elas vão pagar R$6 bilhões de imposto, R$4 bilhões de imposto, 6% de imposto, sendo que 40% é obrigatório que sejam reinvestidos nas próprias empresas de *streaming*, não para a produção nacional e privilegiando os produtores, os artistas, o ecossistema da cultura brasileira.

Eu quero saber, Senador Portinho, se, na hora em que esse projeto vier para cá, V. Exa. vai dar o voto conosco aqui, para que a gente cobre 20% de imposto e que esse imposto seja revertido para os produtores amplamente, mas não como uma reserva de mercado para as próprias empresas de *streaming*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou trazendo esse debate para a gente ver que a gente precisa estar aqui... É óbvio que a gente representa aqui a sociedade, mas a sociedade difusa está carecendo de mais representação e de mais vigor nas defesas dentro dos ambientes de decisão desta Casa. Agora, a gente vê muito vigor, quando se trata de projetos e de demandas específicas de determinados segmentos que têm uma assessoria poderosa aqui dentro, que têm muita gente trabalhando, mas o povo mesmo e os diversos setores de forma difusa têm pouca efetividade, com raríssimas exceções e grandes exceções nesta Casa, que fazem a defesa com todo o vigor que é preciso para a gente garantir que o conjunto da sociedade seja representado aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não sei se, quanto ao *lobby*, o senhor está se referindo às *bets*...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu não citei V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, você fez uma pergunta. Eu voto com o projeto que o Senado já aprovou, relatado originalmente pelo Senador Eduardo Gomes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não estou...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fui citado, ele me fez uma pergunta.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu não falei o nome dele, Sr. Presidente, não falei o nome seu nome...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, Senador Omar.

Em seguida, Senador Fernando Dueire.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... fazendo justiça aqui ao Senador Carlos Portinho, o Senador Carlos Portinho é um adepto de que se taxe, se cobre o imposto das *bets* – sobre isso aí já conversamos, todos nós somos. E mais, lá nos Estados Unidos, em qualquer cassino, você paga, se ganhar numa maquininha, 35%. Paga na hora; não espera dois dias, não; não espera o final do mês para pagar nem o final do ano, não! Então, aqui no Brasil, é que virou uma esculhambação geral. O Governo tem algumas *bets* que estão regulamentadas e tem centenas de outras que não estão, mas estão lavando dinheiro a torto e a direito, e ninguém faz nada – todo mundo faz. Agora mesmo, o Senador Alessandro Vieira estava relatando um projeto em que é importante isso constar, eu disse há pouco na Comissão.

Agora, eu quero dizer ao Senador Eduardo Braga: eu sei do espírito público do Senador Eduardo Braga em relação a isso. Do Senador Eduardo Braga, em nenhum... Em todos os relatórios que ele construiu, na reforma tributária, nas leis complementares, ele tentou ouvir a todos e acatar o máximo que podia de emendas necessárias. Agora, eu fico, sabe como é, Senador Amin? O salário nosso não chega a 600 mil por ano, é só multiplicar quanto você ganha por mês e quanto dá no final do ano. Quanto dá o salário hoje? A gente está tetado, vamos ser sinceros aqui, nós somos tetados. Dá quanto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Dá um pouquinho menos, quinhentos e pouco.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não dá tudo isso, não...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Com o décimo terceiro...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não. Com o décimo terceiro vai dar isso, quinhentos e pouco. Não chega a 600 mil, mas todos nós pagamos quanto de Imposto de Renda?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – São 27,5%.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – São 27,5%, é a isso que eu queria chegar. O trabalhador, o servidor, uma pessoa que está ganhando acima de R$5 mil, R$7 mil está pagando 10%, 15%, 20%, indo a 27,5%. Nós estamos falando aqui de dividendos, pessoal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O advogado vai pagar 44%, Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu não sei quanto o advogado vai pagar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é, mas vai pagar... Com a reforma tributária mais isso, vai pagar 44%.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu sei... Eu sei que a gente não pode generalizar, Senador Portinho, mas, antigamente, a gente se lembra de que o cara perguntava: "É com nota ou sem nota?". Está bom. Então, veja bem... Não vamos generalizar, porque nem todo profissional é igual ao outro. Tem bons profissionais e tem maus profissionais. Tem bons políticos e tem maus políticos. Nós estamos falando aqui de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma geral, de uma cultura que foi instalada no Brasil. A cultura do Brasil é dar um jeito de não pagar nada!

O que nós estamos querendo aqui é fazer uma compensação para que aquelas pessoas que ganham menos possam ter esse direito.

Vejam bem. O acordo que o Senador Eduardo Braga fez... Eu vou votar a favor do que o Senador Eduardo Braga apresenta aqui hoje, vou pedir aos meus colegas de partido para acompanhar, porque a gente precisa votar. Ou vota hoje, ou não vai votar nunca isso. Sempre vai ter divergência, Portinho.

Só para fazer o registro, o Senador Carlos Portinho, por diversas vezes, questiona... E eu tenho falado sobre isto. É muito estranho o Fluminense ganhar de 6 a 0 do São Paulo. Sério! Quem apostou em 6 a 0 deve ter ganhado uma fortuna nas *bets*. Num jogo normal, o São Paulo não perderia de 6 a 0. Vamos ser sinceros: as *bets* vão acabar com o futebol brasileiro!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Infelizmente, criou-se essa desconfiança.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Lógico! Como é que o São Paulo leva – um time como o São Paulo – 6 a 0?! Não leva! Não é assim! Então, dá uma desconfiança, dá para entender o seguinte: compraram jogador lá... Eu não estou afirmando, porque eu não tenho prova, mas é estranho o time do Fluminense, que não é essa Coca-Cola toda, dar de 6 a 0 no São Paulo. Se fosse um time com potencial enorme...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, nem o Flamengo, nem o Flamengo! (*Risos.*)

Parabéns aos flamenguistas aí que foram campeões, apesar de o cara não ter expulsado o jogador lá também... Quase quebrou a perna do cara sem estar jogando, vejam bem.

Eu não vou entrar nesse detalhe, mas eu quero dizer para você, Senador Portinho, que eu sou testemunha de que V. Exa. sempre foi... Já conversamos várias vezes sobre isso, e a nossa grande preocupação... E não é uma vez, nem são duas vezes em que já se viu envolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogadores, e as providências que foram tomadas foram mínimas, mínimas, em relação à manipulação de jogos. Então, quando colocaram *bets* em jogo de futebol, infelizmente... Infelizmente, vai chegar um tempo, Senador Renan, em que o futebol brasileiro perderá a credibilidade todinha.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Jaques Wagner pediu a palavra para uma questão de ordem. Em seguida, darei a palavra para...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – É que, neste tópico aqui... Depois de algumas vitórias na Bahia, eu aprendi que política sem risco não existe. E eu vou aqui me colocar no risco, independente, porque eu não fui procurado também... Eu vou pedir ao Senador Eduardo Braga que retire o adendo de hoje, que mantenha o adendo da semana passada, portanto, não há local mais para vista, e que nós votemos o relatório que V. Exa. apresentou. Depois, eu pago a conta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto o Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Senador Wagner, eu quero dizer a V. Exa. que eu acato a sugestão de V. Exa.

E quero aqui, com todo respeito ao Ministério da Fazenda, dizer que, lamentavelmente, essa interlocução... E olhe que eu tenho elogiado muito o Ministério da Fazenda, porque o Ministro Haddad tem sido um dos ministros que mais tem dialogado com o Congresso, mas, nesse caso específico, eu não entendo por que o Relator da matéria, que foi tão comemorada, o Relator Renan Calheiros, e o Líder do Governo não foram consultados para saber se aquilo que estava representado naquele adendo era ou não fruto do entendimento, se nós estávamos ou não cumprindo o entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre V. Exa. fazer essa solicitação, eu quero dizer que acato a solicitação de V. Exa. e fico com o adendo, então, apresentado na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Laércio Oliveira; e, em seguida, nós passamos à apreciação da matéria.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Relator Eduardo Braga, Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, eu passei o tempo todo aqui ouvindo a manifestação de todos os senhores e senhoras, mas parece que paira, dentro desta Comissão e dentro do Governo, uma cortina de fumaça para o que de fato interessa. E eu queria a atenção de todos os senhores para esta reflexão: o propósito do projeto escrito e apresentado pelo Senador Renan Calheiros é o enfrentamento de *bets* e *fintechs*. E, sobre esse assunto de tributação das *bets* e enfrentamento da questão das *fintechs*, a grande maioria – ou parte – dos membros desta Comissão já tem consciência e posições formadas.

Desde o momento em que o Presidente Renan Calheiros abriu a discussão do projeto que nós estamos discutindo aqui, agora, surgiram novos fatos, e é isso que eu quero chamar de cortina de fumaça. Colocou-se discussão de várias maneiras para tentar, talvez, cobrir o que, de fato, nós precisamos aplicar aqui e sobre o que precisamos legislar. Então, surgiu uma proposta apresentada pelo Senador Jaques Wagner, acolhida pelo Relator Eduardo Gomes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eduardo Braga. E eu quero, Senador Eduardo Braga... Eu fui buscar... Eu vou fazer como o Senador Eduardo Braga faz; queria que o Senador Eduardo Braga me ouvisse.

E a sugestão apresentada por Jaques Wagner e acolhida por V. Exa. era exatamente o ponto onde eu queria chegar. Enquanto vocês discutiam, eu fui buscar o projeto da semana passada, o relatório que V. Exa. apresentou, e V. Exa., fora do Regimento – quero deixar isto registrado aqui –, concordou em abrir mais uma semana de prazo – a pedido de um dos colegas nossos, que eu não sei quem foi – para que houvesse um entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pontos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Rogerio Marinho.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Rogerio Marinho, pois é, pois é. Então eu queria só chamar a atenção dos senhores para o propósito desta nossa reunião aqui e a responsabilidade que a gente tem, mas principalmente, Senador Eduardo Braga, eu queria me solidarizar com V. Exa. e queria deixar aqui um texto do relatório que o senhor apresentou, que vai exatamente nessa linha do raciocínio que estou querendo trazer aqui hoje.

No relatório que o senhor apresentou semana passada, num dos parágrafos o senhor diz o seguinte:

> Quero enfatizar: essa situação [ou seja, a situação de *bets* e *fintechs*] é gravíssima. Não estamos mais diante de lavagem de dinheiro em moldes antigos, como o caixa dois. Estamos falando de lavagem de dinheiro realizada por meio de instrumentos financeiros oficiais, totalmente integrados ao sistema bancário brasileiro. Essa prática precisa ser enfrentada e encerrada definitivamente.

Assuma e tome posse disso. As barreiras que o senhor enfrentou da semana passada para cá não podem servir para enfraquecê-lo, isso tem que fortalecê-lo, porque o senhor representa a todos nós aqui, neste momento, na relatoria desse projeto. A gente precisa enfrentar esse problema e a gente precisa entregar ao país um trabalho digno, em que a sociedade seja assistida, porque esta Casa tem este papel de oferecer à sociedade aquilo que, de fato, muitas vezes, ela não pode fazer com as próprias mãos. Tributar as *bets* em 40%, as *fintechs*, respeitar as *fintechs* legítimas e punir as *fintechs* que surgem da noite para o dia, fazendo no mercado financeiro o que estão fazendo, isso a gente não pode permitir que aconteça.

O projeto do Senador Renan Calheiros merece a nossa atenção e V. Exa. é qualificado para conduzi-lo, tem todas as condições de afastar os penduricalhos que querem colocar diante da gente e avançar naquilo que é o nosso propósito.

É isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos passar à votação da matéria, na forma sugerida pelo Senador Jaques Wagner e acolhida pelo Senador Eduardo Braga, Relator da matéria.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu tenho uma questão (*Fora do microfone.*) formal para resolver. No texto que V. Exa. divulgou, me parece que a reivindicação que estamos fazendo junto a sua assessoria é para que fique explicitado cabalmente no texto a aceitação das emendas que o senhor aceitou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Mas está explicitado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele volta ao relatório anterior.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Volto ao relatório anterior. Estão todos explicitados

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não existe mais essa dúvida?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É que eu retiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então isso vale para a 90, vale para a 39-T e 173 ou 163?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – São 163 e 173.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que foram objeto de discussão na semana passada, exatamente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 5.473, de 2005, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga na semana anterior. (*Pausa.*)

Votação nominal, ressalvados os destaques.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu tinha, Sr. Relator, três destaques.

Em homenagem ao gesto que foi feito, eu tirei todos.

Eu só quero defender o destaque dos honorários advocatícios, porque ele está alinhado, inclusive, com a própria lei, que diz que tem que ser diluído no tempo. É só isso!

O cara fica 30 anos num processo, isso tem que ser diluído.

É o único.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Eu faço um apelo, já estou fazendo o máximo que eu posso.

Como isso vai para a Câmara, lá na Câmara, a bancada do PL banca esse seu destaque.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o próprio art. 12-A, da Lei do Imposto de Renda, já prevê tratamento específico para situações em que os rendimentos são recebidos de forma acumulada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas, então, isso não está claro aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A votação será, portanto, nominal.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Até o painel hoje está difícil. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não está votando não? (*Pausa.*)

Não tem mais nada. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Só enquanto a votação... É só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Senador Portinho, com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Quero só fazer um esclarecimento, Senador Braga, para quem nos assiste, porque eu estou recebendo muita pergunta, principalmente da questão do incentivo.

Quero deixar claro que, com todo o esforço do Senador Braga, do Senador Jaques e de todos nós aqui, com essa questão de consenso, salvamos, podemos dizer assim, os projetos incentivados, a questão da emenda do Izalci, da data, que estava descasada, de balanço para a distribuição de dividendos. O Simples, Senador Laércio, também salvo. Por isso, chegamos – eu acredito – ao possível, porque aqui o ótimo é inimigo do bom.

Quero agradecer, Senador Braga. Vou ficar só com a emenda da questão dos honorários advocatícios.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, vou pedir para votar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu vou pedir para votar aqui, não vou abrir mão, Braga.

O que eu falei é que no Imposto de Renda Pessoa Física é possível essa acumulação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há consenso com relação à apreciação do destaque?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria subscrever o Destaque 185, porque eu preciso sair da Comissão para relatar, que vai ser defendido pelo Líder Portinho. Está bom? Destaque 185.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Houve 21 votos SIM; votos NÃO, 1 voto.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto. (*Palmas.*)

Nós vamos passar à apreciação do destaque.

Destaque 185.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é votação nominal.

Um encaminhamento importante: quem é a favor da emenda vota "sim"; quem é contrário à emenda vota "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Quem é a favor do destaque... Quem é a favor do destaque vota...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quem é a favor da emenda destacada vota "sim".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, quem vota com o Relator vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quem vota com o Relator, contrário à emenda, vota "não".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso só fazer a defesa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – O que se busca por meio dessa emenda é assegurar que o projeto observe o mesmo tratamento conferido pela legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física a situações análogas – análogas.

A legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física já prevê, no art. 12-A da Lei 7.713, de 1988, tratamento específico para situações em que os rendimentos são recebidos de forma acumulada, como ocorre com valores devidos por decisão judicial após anos longos de tramitação. Estou me referindo, advogados, aos processos que demoram 20, 30 anos nesse Judiciário, e, no final, o advogado vai receber os seus honorários. Nesses casos, o contribuinte é tributado como se o rendimento fosse proporcionalmente distribuído pelos anos a que se refere, evitando distorções na aplicação da tabela progressiva. No caso dos advogados, essa regra é particularmente necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Perfil ADV 2024, o Brasil conta com aproximadamente 1,4 milhão de profissionais, dos quais 72% atuam como autônomos. Grande parte da renda desses profissionais prevê honorários de êxitos e sucumbenciais nos processos, muitas vezes recebidos após sete a dez anos de trabalho, conforme dados do CNJ, Justiça em Números, de 2024.

A aplicação do Imposto de Renda mínimo sem observância dessa característica tributária, de forma concentrada – valores que representam a remuneração de vários anos de trabalho –, viola o princípio da capacidade contributiva e da pessoalidade da tributação da renda – art. 145, §1º, da Constituição Federal.

Um exemplo: um advogado que receba 1,2 milhão em 2026 relativo a honorários decorrentes do processo de dez anos teria de recolher 10% de Imposto de Renda mínimo sobre o valor integral, como se o ganho todo ocorresse em 2026. Mas não é assim. São dez anos de processo.

Com a aplicação do art. 12-A, a tributação ocorreria de forma proporcional e justa, conforme o período em que o rendimento foi efetivamente constituído.

A emenda tem por finalidade adequar a incidência da tributação mínima do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, IR mínimo, à realidade da advocacia, dos advogados.

Ante o exposto, diante da importância, eu peço encarecidamente a reflexão, porque acho que, de todas as profissões, no que se refere aos honorários de processo, os advogados já são muito penalizados pela própria Justiça que se diga.

Muito obrigado, Sr. Relator, se puder acatar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra ao Senador Eduardo Braga, para proferir parecer sobre a emenda destacada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que a sessão de hoje é atípica, porque ela é fruto de um entendimento para que os entendimentos remanescentes da aprovação da Lei do Imposto de Renda pudessem ser honrados pela Comissão de Assuntos Econômicos, num reconhecimento do excepcional trabalho que V. Exa. fez e das inovações que V. Exa. trouxe no projeto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabou de ser aprovado, praticamente à unanimidade, à exceção do voto de um Senador, que votou contra.

Eu não quero adentrar o mérito. Eu tenho divergências quanto ao mérito, mas não quero adentrar o mérito. Eu quero apenas argumentar que eu peço o voto contra o destaque, portanto, a favor da manutenção do relatório, tendo em vista que este destaque não fez parte dos entendimentos estabelecidos por V. Exa. e pelo Líder Jaques Wagner, quando da tramitação da Lei do Imposto de Renda.

Por esta razão, por termos hoje uma sessão atípica, em que estamos restabelecendo a ordem do entendimento da prática legislativa, de que a palavra dada é a palavra cumprida nesta CAE, eu, portanto, encaminho o voto contrário ao destaque e a favor do relatório.

Portanto, me parece que o voto, quando é contrário ao destaque, é "não". É isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Mas o senhor não fixa o seu ponto de vista sobre o mérito da questão?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Quanto ao mérito, não. Acho até que isso pode ser avaliado na Câmara.

Como o Senado será a Casa revisora, nós teremos, ao retornar o projeto da Câmara ao Senado, a oportunidade de poder tratar da questão. No entanto, hoje a sessão e o resultado da votação foi fruto de um entendimento absolutamente atípico, de reposição da ordem, para o cumprimento de um entendimento que foi construído pelo Presidente Renan Calheiros, pelo Líder Jaques Wagner, para aprovação da Lei do Imposto de Renda.

Por isso, eu encaminho o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pelos argumentos expostos, o Relator encaminha o voto "não".

As Senadoras e os Senadores podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quem vota com a emenda vota "sim", quem vota com o Relator vota "não". (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem problema, Laércio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Já conseguiu votar, Laércio?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Amin...

Quem vota com a emenda vota "sim"; quem vota de acordo com o Relator vota "não". (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ele está tentando votar, Presidente. (*Risos.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone.*) – Votei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Votou? Agora votou. (*Risos.*)

Pronto, Presidente, pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e declarar o resultado, proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Rejeitada a emenda.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para não restar dúvida, eu gostaria aqui de ler as emendas que foram aprovadas quando do adendo da semana passada.

Relatório.

Na 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão, realizada em 26 de novembro de 2025, lido o complemento de voto ao Projeto de Lei nº 5.473, de 2025, Senador Renan Calheiros, o voto é pela aprovação do projeto, com acolhimento integral ou parcial das Emendas nºs 2-T, 8-T, 9-T, 10-T, 17-T, 23-T, 26-T, 30-T, 39-T, 68-T, 71, 75, 90, 101, 119, 120, 154, 163, 170 e 173, na forma das emendas que apresentamos naquela oportunidade.

As 185 emendas à proposição constam no quadro consolidado anexo.

Após a leitura do complemento do voto, foi publicada a Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025, originada do PL nº 1.087, de 2025. Esse fato superveniente gerou a necessidade de adaptarmos o conteúdo das emendas que apresentamos na 41ª Reunião, Extraordinária, ao novo ato normativo que fazemos neste momento, considerando todos esses ajustes consolidados, assim, ao conteúdo anteriormente apresentado, na forma das emendas anexas.

Era essa complementação, só para que fique registrado na ata a inteireza do adendo aprovado por esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Romário e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação, em turno suplementar, do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4988, de 2023, e das Emendas nº 5-S e 6-S. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2518, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de oleiro ou ceramista." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2830, de 2019** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 2-PLEN. Vota contrário ao Parecer o Senador Paulo Paim. **Observação:** 1- Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 39, de 2025-CAS, de urgência para a matéria. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 194, de 2022 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5173, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4274, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da aferição da pressão arterial (teste do bracinho) em crianças a partir de três anos de idade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para estabelecer isenção de registro e observância de regras simplificadas para cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e outros produtos de finalidade congênere, quando produzidos de maneira artesanal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 1281, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2016). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as Terapias Celulares Avançadas." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o uso de saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos internados na UTI Neonatal." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 27, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "Os Impactos da Pejotização no Brasil"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 30, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 31, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 32, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 35, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 -CAS, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina", seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 36, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 3303/2023, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a campanha Doar é Legal, em favor da doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 38, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 39, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2830/2019, que "modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Votam contrário os Senadores Paulo Paim, Teresa Leitão e Jussara Lima. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos aqui presentes, Senadoras, Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes.

Ofício do cidadão José Ramalho Neto, o qual encaminha considerações sobre possíveis irregularidades nos processos de auditoria para autorização de procedimentos por operadoras de planos de saúde complementar.

Cópia dos Ofícios nºs 54, de 2025, e 577, de 2025, da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra e da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, contendo considerações sobre projetos de lei que visam a autorizar os supermercados e estabelecimentos similares a dispensarem medicamentos isentos de prescrição.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de os Senadores e as Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que o item 6, Projeto de Lei nº 6.040, de 2019, foi retirado de pauta a pedido da Relatora Senadora Ana Paula Lobato.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 6040, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui a Senadora Zenaide. Quero cumprimentar também o Exmo. Senador Paulo Paim. E, a pedido da Senadora Zenaide, eu inicio pelo item 7, pelo Projeto de Lei nº 4.274, de 2020.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4274, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da aferição da pressão arterial (teste do bracinho) em crianças a partir de três anos de idade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente, minha colega Senadora Eudócia, colega também na profissão – não é, Eudócia? –, pois é médica também, eu quero pedir licença à senhora para a gente ir diretamente à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Compete à CAS opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção e à defesa da saúde e às competências do SUS, conforme dispõe o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Adicionalmente, por ser a única Comissão a analisar o PL, incumbe à CAS avaliar também os aspectos relacionados à regimentalidade, à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao mérito, é louvável a intenção do autor de aprimorar a atenção à saúde das crianças, especialmente no que tange ao diagnóstico da hipertensão arterial infantil.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica, caracterizada por níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias, que afeta os vasos sanguíneos e pode provocar lesões graves no coração, cérebro, rins, olhos e grandes artérias. É um dos principais fatores de risco para a ocorrência de acidente vascular cerebral, infarto, aneurisma arterial, retinopatia e insuficiência renal e cardíaca.

A hipertensão arterial sistêmica é um problema de saúde pública mundial. No Brasil, de acordo com o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), a prevalência de hipertensão autorreferida passou de 22,6%, em 2006, para 27,9%, em 2023, sendo maior entre mulheres do que entre homens. Em ambos os sexos, a frequência aumentou com a idade e diminuiu com o nível de escolaridade.

A doença também vem aumentando na população infantil e na adolescência, principalmente associada ao sobrepeso e à obesidade, mas muitas vezes é identificada tardiamente. Nesse sentido, diagnosticar e tratar a hipertensão arterial sistêmica pode reduzir o nível de complicações clínicas, melhorar a qualidade de vida e contribuir para a formação de adultos mais saudáveis.

A pressão arterial elevada, contudo, raramente causa sintomas em crianças, em adolescentes ou em adultos. Por isso, ela deve ser aferida regularmente nas consultas médicas de rotina.

Segundo o Manual de Orientação “Hipertensão arterial na infância e adolescência”, do Departamento Científico de Nefrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, publicado em abril de 2019, todas as crianças maiores de três anos devem ter sua pressão arterial medida pelo menos uma vez por ano.

Para as crianças menores de três anos, a avaliação da pressão arterial está indicada em condições especiais: prematuridade (menor de 32 semanas), muito baixo peso ao nascer, cateterismo umbilical, outras complicações no período neonatal que requerem internação em unidade de terapia intensiva, doenças cardíacas (cardiopatias congênitas, corrigidas ou não),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças renais (infecções do trato urinário de repetição, hematúria ou proteinúria, doença renal conhecida, malformação urológica, história familiar de doença renal congênita), transplantes (de medula óssea ou de órgãos sólidos), neoplasia, uso de drogas hipertensoras (corticoides), doenças associadas (anemia falciforme, neurofibromatose, esclerose tuberosa, etc.), e aumento da pressão intracraniana.

Nas crianças maiores de três anos ou em adolescentes obesos, usuárias de medicamentos que podem elevar a pressão arterial, que têm doença renal, ou que são diabéticos ou têm história de obstrução do arco aórtico ou coarctação da aorta, a pressão arterial deve ser medida em cada consulta médica.

A medida da pressão arterial na criança segue as mesmas recomendações da medida em adultos, com aparelho e manguito adequados e calibrado periodicamente. A técnica preferencial de medida é a auscultatória.

Cabe lembrar, ainda, que crianças e adolescentes podem apresentar a chamada hipertensão arterial sistêmica do avental branco, ou seja, o fato de estar no consultório, diante do médico, é suficiente para a pressão arterial elevar-se. Por esse motivo, a realização de medidas de pressão arterial fora do consultório, tomados os devidos cuidados, é recomendada.

As *Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020*, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, também recomendam que a medida da pressão arterial em crianças seja realizada em toda avaliação clínica. Convém ser medida anualmente em crianças e adolescentes com três anos de idade ou mais. As crianças com menos de três anos deverão ter a pressão arterial medida em situações específicas. As aferições devem ser repetidas em todas as consultas no caso de condições de risco como obesidade, doença renal, coarctação de aorta, diabetes *mellitus* ou utilização crônica de medicamentos reconhecidamente associados à elevação da pressão arterial.

No que concerne às recomendações governamentais, nos *Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde nº 15, Hipertensão Arterial Sistêmica para o Sistema Único de Saúde*, publicado em 2006, consta que "a prevalência de hipertensão arterial em crianças e adolescentes pode variar de 2% a 13%, sendo obrigatória a medida anual da pressão arterial a partir de três anos de idade", e que, "além da avaliação habitual em consultório, recomenda-se a medida rotineira da PA no ambiente escolar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outra parte do referido texto lê-se que “a determinação da pressão arterial em crianças é recomendada como parte integrante de sua avaliação clínica” e estabelece os critérios a serem observados: “a largura da bolsa de borracha do manguito deve corresponder a 40% da circunferência do braço”; “o comprimento da bolsa de borracha do manguito deve envolver 80% a 100% da circunferência do braço”; “a pressão diastólica deve ser determinada na fase V de Korotkoff”. O documento também contém tabela com os limites de pressão arterial normal para crianças e adolescentes de 1 a 17 anos.

Complementarmente, no ano de 2013, foi publicado pelo Ministério da Saúde o manual “Cadernos de Atenção Básica nº 37 – Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica”, que reforçou a recomendação da medida de pressão arterial em crianças e adolescentes: “em toda avaliação clínica após os 3 anos de idade, pelo menos anualmente, como parte do seu atendimento pediátrico primário, devendo respeitar as padronizações estabelecidas para os adultos”. O documento também traz a interpretação dos valores de pressão arterial e apresenta uma classificação da pressão arterial para crianças e adolescentes, na forma de um quadro.

Em outra parte do manual, é analisada a associação entre pressão arterial em crianças e adolescentes a eventos cardiovasculares futuros, bem como as intervenções medicamentosas e não-medicamentosa (que são preferenciais). Consta também uma tabela com as dimensões da bolsa de borracha (manguito) para diferentes circunferências de braço em crianças e adultos.

O tema também já foi normatizado pormenorizadamente em diferentes manuais de orientações clínicas e protocolos editados por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.

Nesse sentido, consideramos relevante o conteúdo da proposição legislativa sob análise, mas entendemos que seu objetivo pode e deve ser alcançado, mas sem invadir a competência do Poder Executivo federal, nem a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por conseguinte, sugerimos algumas alterações no projeto de lei, que foram consolidadas na forma de um substitutivo, no sentido de aprimorar as medidas propostas, evitando que possam ser questionadas por vício de inconstitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialmente no que se refere aos aspectos médico-sanitários e técnicos da proposição, consideramos apropriado deixá-los para as normas infralegais do Ministério da Saúde, bem como das secretarias estaduais, distrital e municipais de saúde, que são órgãos técnicos competentes para editar regulamentos sobre a assistência à saúde, inclusive sobre diagnósticos e tratamentos de doenças, pois essas regras devem ser baseadas em evidências científicas, além de considerar critérios de eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade das tecnologias disponíveis.

Ademais, não seria apropriado criar uma lei específica apenas para obrigar a realização da medição de pressão arterial em crianças – o que também foge aos princípios de generalidade e abstração que balizam a edição das leis –, pois esse é o papel dos regulamentos, dos manuais técnicos e das normas infralegais. Estes podem ter o grau de detalhamento requerido pela matéria, além de serem atualizados tempestivamente e, assim, acompanhar a evolução dinâmica e acelerada dos conhecimentos médicos.

Tampouco seria razoável estender essa ideia para regulamentar, em lei, cada uma das condutas médicas para cada uma das doenças. Tais leis seriam consideradas injurídicas, inclusive por utilizar uma espécie normativa equivocada – a lei – para normatizar esse tipo de matéria.

Nesse sentido, entendemos ser mais adequado remeter o tema para uma lei já existente, qual seja a Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial e dá outras providências, reforçando as medidas por ela instituídas, e conferindo destaque ao assunto em questão.

Por fim, no que se refere aos outros aspectos relacionados à regimentalidade, à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da matéria não há o que obstar.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.274, de 2020, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 4.274, de 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial e dá outras providências, para incluir ações de conscientização sobre hipertensão arterial infantil e na adolescência.

Art. 1º A Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A. O disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei incluirá medidas de conscientização sobre detecção precoce e prevenção da hipertensão arterial em crianças e adolescentes, inclusive alertas sobre a importância da aferição da pressão arterial nas consultas pediátricas."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

Só quero dizer o seguinte: mais uma vez, nós temos que ter um olhar diferenciado para a saúde primária. A saúde primária é que faz a prevenção, a saúde primária é que vacina, a saúde primária é que faz o pré-natal, a saúde primária é que cuida de hipertensão, de diabetes. Então, uma coisa que eu sempre digo para os gestores municipais e para os secretários de saúde é que, se a gente não priorizar a saúde primária... Podemos colocar uma UPA ou hospitais em cada esquina, mas, se não fizer a prevenção, o paciente vai estar todo dia numa UPA, num hospital ou em qualquer outro hospital de emergência, tomando um medicamento para baixar a pressão e continuando a ter a hipertensão.

Era esse o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizá-la, Senadora Zenaide, pela brilhante relatoria.

Muito pertinente esse tema para a área pediátrica.

Dessa forma, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS (Substitutivo), a matéria vai ao Plenário.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sra. Presidente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Cheguei um pouco atrasado. Como não estava presente, é de praxe nesta Casa que se aguardem os Relatores quando não estão presentes, para, na hora em que eles estiverem aqui, se votarem os projetos subsequentes.

Pelo fato de eu ter chegado aqui e de nós estarmos discutindo lá na CCJ a questão da reeleição, tem o item 3, que é o PL do qual eu sou Relator. Gostaria de pedir autorização a V. Exa. para ler o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É o próximo item, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A Senadora Zenaide tem um requerimento da Comissão de Assuntos Sociais, aqui da CAS, nº 36, de 2025, que é o item 17. Ela também fez o pleito para já adiantar esse requerimento, que é não terminativo.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 3303/2023, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a campanha Doar é Legal, em favor da doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Passo a palavra a V. Exa., Senadora Zenaide Maia, para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o PL 3.303, de 2023, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento e dá outras providências, para instituir a campanha Doar é Legal, em favor da doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano.

Proponho, para a audiência pública, a presença dos seguintes convidados.

Eu queria dizer aqui aos colegas que eu estou pedindo audiência pública, porque é tão importante a gente fazer uma audiência pública para dar visibilidade e quebrar esse tabu da doação de sangue, da doação de órgãos.

Eu proponho, para a audiência pública, a presença dos seguidos convidados: um representante do Ministério da Saúde, um representante do Ministério Público, um representante do Sistema Nacional de Transplantes e um representante do Sistema Único de Saúde.

Justificação: a doação de órgãos é um ato de amor que salva vidas.

Infelizmente, ainda é um assunto permeado por tabus e medos em nossa sociedade, uma vez que envolve, por um lado, a dor dos familiares que perderam o seu ente querido e, do outro, a euforia e a esperança daqueles que aguardam há tempos na fila para receber um órgão.

O Brasil possui o maior programa público de transplante de órgãos, tecidos e células do mundo, garantido a toda a população por meio do SUS, que financia cerca de 86% dos transplantes de órgãos no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do grande volume de procedimentos de transplantes realizados, a quantidade de pessoas em lista de espera para receber um órgão é um desafio a ser enfrentado. Na maioria das vezes, o transplante de órgão pode ser a única esperança de vida ou a oportunidade de um recomeço para as pessoas que precisam da doação. Todos os anos, milhares de vidas são salvas por meio desse gesto. É fundamental que a população seja informada da importância da doação de órgãos e de que forma a doação se concretiza, quando ela ocorre e quais órgãos podem ser doados.

Precisamos de campanha de conscientização e esse é o intuito dessa audiência pública. Que esta Casa, mediante o debate esclarecedor, possa contribuir com incentivo, conscientização, e desmistificar o assunto, para que haja um maior número de doadores de órgãos em nosso país.

É esse o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns por essa autoria, Senadora Zenaide. É muito importante essa sessão de debates.

E os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero cumprimentar aqui a nossa querida Senadora Jussara Lima. Seja bem-vinda à nossa reunião.

Agora vamos para o item 3.

ITEM 3

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 2830, DE 2019

Ementa do Projeto: *Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Autoria do Projeto: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria das Emendas: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Rogerio Marinho para leitura do relatório.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Bom, Sra. Presidente, eu vou direto à análise e, em seguida, farei uma breve ponderação a respeito desse tema, que já se arrasta nesta Casa há mais de dois anos.

A senhora veja que falou, no final, que ela vai voltar à Comissão de Constituição e Justiça e ela já veio da Comissão de Constituição e Justiça. Nós estamos aqui num pingue-pongue regimental e enquanto isso, no meio dessa situação, está o trabalhador brasileiro, que vem sendo tungado de recursos que ele não pretende oferecer aos sindicatos que dizem representá-lo.

Bom, a Emenda nº 2-PLEN acrescenta o art. 513-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para firmar entendimento de que contribuição assistencial ou de negociação coletiva possuiria natureza solidária.

Sua instituição estaria condicionada à celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, com aplicação para filiados e não filiados das entidades de trabalhadores ou empresariais. No mesmo dispositivo, o texto prevê que seria "assegurada manifestação e respeitado o direito de oposição de não filiados".

Presidente, só um minutinho. (*Pausa.*)

No mérito, no entanto, tal redação não resolve o vácuo jurídico no qual os trabalhadores brasileiros se encontram. Isso porque, embora exista a pretensão de que a previsão legal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

asseguraria algum direito de oposição, a forma pela qual se exercerá o direito de oposição individual é que carece de normatização e segurança jurídica.

Já é de conhecimento público, por meio de diferentes veículos de imprensa, a existência de filas extensas, prazos restritos, horários inoportunos, situações desgastantes de chuva e sol para reivindicar a retirada de cobrança, horas de espera, taxas abusivas, baixo quórum, redução de horário de atendimento e comparecimento presencial compulsório.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Tema 935, declarou como constitucional a contribuição assistencial, permitindo a cobrança até mesmo de não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. No entanto, o STF não delimitou como esse direito deve ser exercido.

Porém, a forma de exercício do direito de oposição individual sequer é consenso no Judiciário. Uma prova disso é que o Tribunal Superior do Trabalho instaurou, em 18/03/2024, o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), para deliberar sobre o direito de oposição, tendo em vista decisões sem uniformidade nos tribunais regionais e questionamentos sobre "obstáculos impostos" que "dificultavam e podiam até mesmo inviabilizar o exercício do direito de oposição".

Ademais, o vácuo legislativo segue pendente e apenas repetir, de forma hipotética, sem discriminação das maneiras de exercício do referido direito, mantém os trabalhadores sem ferramentas efetivas ao seu alcance. Logo, sem possibilidades de pleno exercício do direito individual de oposição.

Nesse sentido, ao conferir normas que forneçam plenitude de exercício, o Congresso Nacional propiciará segurança jurídica para que o direito individual, inclusive dos membros não associados abrangidos por negociação coletiva, seja definitivamente respeitado.

Logo, a forma de exercício do direito de oposição à contribuição assistencial deve ser objeto do tratamento legislativo adequado e não de decisão do Judiciário, que já teve sua participação no processo. Os Parlamentares possuem o discernimento, a escuta de suas bases e a sensibilidade para, de fato, conferirem o tratamento individual ao trabalhador de forma efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a devida vênia, a emenda em exame não propicia segurança jurídica para o trabalhador. Isso porque fomentaria cobranças indevidas, não autorizadas e dificilmente retratadas, pois não fornece meios para o que o direito de oposição individual venha a ser respeitado.

Entende-se, por fim, que a emenda tão somente beneficiaria os sindicatos que se habituaram ao fato de, no Brasil, serem monopólios. Isso porque a Constituição prevê a figura da unicidade sindical em seu art. 8º. Infelizmente, trata-se de um formato que não tem permitido o melhor esforço dessas entidades para de fato operarem a favor de seus representados.

Tendo isso em conta e de forma a se evitar que os trabalhadores brasileiros se tornem reféns de um sistema sem escolhas, é prudente não acatar sugestão que tão somente repete tal problemática.

O voto.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 2, mantendo o Parecer nº 49, de 2024, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Senadora Eudócia, Senador Relator, Rogerio Marinho, esse tema, na verdade, está entrando nesse projeto de forma atravessada. Presidente, quando V. Exa. leu a matéria, todos me perguntaram: "É esse que vai tratar da questão sindical?". Disse: "Não poderia, porque não tem nada a ver". É só ler de novo a emenda e o projeto original do Senador Styvenson Valentim que vamos ver que ele trata de um outro tema no campo da Justiça do Trabalho, não trata dessa questão sindical.

Tem um outro projeto do Senador Styvenson Valentim que trata da questão sindical, do qual sou o Relator. Estou fazendo um diálogo amplo com a sociedade, fui a diversos estados, conversando com trabalhadores, empresários, advogados, juízes, buscando a construção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento, mas até o momento – é real e é fato – não houve esse entendimento. Houve até nesta Comissão – e aqui eu me refiro, respeitosamente, como sempre o fiz, ao Senador Rogerio Marinho – um período de obstrução aqui para que eu entregasse o projeto que eu estava relatando. Disse: "Olha, eu sou um homem de diálogo, de discussão, vou continuar dialogando com todos até que possamos construir uma proposta que atenda tanto o empregado como o empregador". Infelizmente, não foi possível construir esse acordo. Assim, o que que acontece? Após terminar o debate na CAE, com parecer favorável em emenda do Senador Rogerio Marinho, o projeto que eu estou falando veio para a CAS, onde eu fiquei como Relator – e aí esse relato que eu fiz aqui para todos; foram inúmeras reuniões e audiências públicas na busca de entendimento.

Nesse período, inclusive, dialogamos com o Governo, com o Ministério do Trabalho, que também, dentro do possível, deu a sua contribuição para o entendimento.

Foi bem relatado aqui pelo Senador Rogerio Marinho quando ele fala que o Supremo Tribunal já decidiu que é legítima a contribuição negocial, mas como é legítimo também – ele não escondeu esse fato e nem eu vou esconder – o direito de oposição. Ora, se a contribuição negocial é para toda a categoria... E por que é para toda a categoria? Eu fui sindicalista durante anos e do sindicato vim direto para a Constituinte. E, quando se passou aqui a unicidade, foi a vontade dos Constituintes, foi praticamente unânime, porque ali, onde trata da questão sindical, fala da importância da unicidade.

Pois muito bem...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com licença, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... por que que estou falando tudo isso?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Licença, só um minuto, Senador.

O Senador Paulo Paim está com uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço, por gentileza, a todos aqui presentes, Senadoras, Senadores, assessores, que façam silêncio para a gente ouvir a palavra do Senador Paulo Paim.

Pode continuar, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, como eu dizia, eu ouvi respeitosamente – e o cito aqui respeitosamente – o Senador Rogerio Marinho, e eu agradeço a V. Exa. que eu possa discorrer sobre o tema, já que isso faz parte de toda a história da minha vida.

Eu nunca tive problema no sindicato. O meu sindicato, que tinha um nome, o Sindicato Metalúrgico de Canoas, era uma ampla base. Também, depois, fui coordenador da central estadual de todos os trabalhadores do Rio Grande do Sul. E nunca tive nenhum problema, nenhum.

Se alguém achar alguém que botou um processo em relação à contribuição negocial, me mostra, porque até hoje eu não vi. Eu não tive nenhum problema. Estou falando da minha atuação como sindicalista.

Quando o Supremo reconhece que o acordo coletivo ou a convenção beneficia toda a categoria, como é que você vai dizer o seguinte: "Olha, quem é sócio tem direito; quem não é sócio não tem direito"? Teríamos que inventar. Seria um absurdo inventar que só o sócio teria direito ao acordo coletivo.

Ora, sempre, nos acordos coletivos, tem a chamada cláusula negocial, aprovada em assembleia pelos trabalhadores e trabalhadoras. Ali, é destinado seja 0,5%, seja 1%. É a categoria quem decide. É só isso que nós queremos manter.

O que não dá para aceitar é uma redação construída que busca, na verdade, um obstáculo total para que o sindicato não tenha nenhuma estrutura para tocar a sua atividade, enquanto outros todos têm contribuição negocial, e ninguém complica e diz que é tudo bem. Por exemplo, a OAB. Quem é advogado sabe: não contribua para a OAB para ver se você pode administrar. É uma contribuição negocial que ela faz com os advogados.

Mas vamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu participei muito da questão do debate do Sistema S, me formei, inclusive, no Senai. Aqui, rendo as minhas homenagens ao Senai. Sou um defensor aqui dentro. Mas vamos ver que também há desconto em folha para o Sistema S.

Se alguém diz: "Ah, mas pode haver desvio". O desvio de que jeito? O Tribunal de Contas acompanha. Quem arrecada é o empresário, e ele destina, então, ao órgão que, baseado em lei, distribui o percentual para cada entidade, federação e sindicatos.

Então, é disso que se trata.

Por isso eu faço...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senador Paulo Paim, me dê só um segundo.

Estamos aqui com o nosso Presidente Marcelo Castro.

Eu convido V. Exa. a conduzir, até porque eu tenho que me ausentar agora, meu Presidente.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aí é outra história.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Se o senhor puder, eu vou ter que ir agora para a posse do Ministro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. está conduzindo muito bem, mas, se V. Exa. precisa sair, eu assumo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu agradeço, Presidente. Muito obrigada.

Senador Paulo Paim, o Presidente Marcelo Castro vai assumir a Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns a V. Exa. pela forma como tem conduzido, na falta do nosso querido Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata.

Grande abraço a todos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, esse é um tema que esta Comissão vem discutindo há muito tempo. Eu não pretendo nem me alongar. Só faço a justificativa da minha emenda, que visa manter vivas as entidades sindicais.

Alguém me fala: "Mas essa ou aquela entidade sindical tem crítica". É bom que se faça crítica, que a faça e denuncie, como tem que ser feito em todas as situações como essa.

O texto, da forma como está, inibe a contribuição negocial. Constrange empregado, por exemplo, no ato da contratação da empresa, quando ele já tem que dizer: "Tu és a favor de sindicato?" O cidadão precisa ter o seu empreguinho e ele vai dizer: "Não, não tenho nada a ver com o sindicato". "Bom, mas aqui tem um papel que vai dizer se você é a favor ou contra". Se você não declarar que você quer ter o direito de oposição, que é legítimo... Mas não precisa estar no momento em que ele vai ser empregado e ele ter que optar ou não.

Enfim, a emenda que eu apresentei, Sr. Presidente, é simples e objetiva: é legítimo o direito de oposição, mas que ele seja fruto do debate em convenção coletiva ou acordo coletivo. Aí ele vai dizer se quer ou não quer participar dessa decisão daquela assembleia que vai tomar a decisão final.

Eu tenho já documentos em mão das centrais e federações, confederações e sindicatos, em que eles estão dispostos a ampliar, inclusive, os espaços para aqueles que querem ter o direito da oposição, que é legítimo. "Se eu não quero pagar, não vou pagar". E entro com o documento chamado de oposição.

Rapidamente, Sr. Presidente, ninguém tem dúvida de que, por exemplo, o Dieese, nas suas estatísticas e acompanhamento que faz, demonstra que a grande maioria das categorias conquista benefícios por meio de acordos coletivos, que incluem todos os trabalhadores sindicalizados ou não. Eu diria que a vedação da decisão da assembleia dos trabalhadores é uma, eu diria, tomada de posição totalmente desapropriada, porque é uma decisão da categoria, como qualquer setor decide, via convenção própria, via, enfim, o próprio dissídio coletivo. Quando a gente fala em dissídio coletivo – e os advogados que estão aqui sabem – muitos pensam que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estou falando de acordo. Não, mas o dissídio coletivo é uma decisão da Justiça. E a Justiça sempre reconhece o que está ali em matéria de acordo correspondente à manutenção mínima para o sindicato.

Tem que ter parâmetros? Claro que tem! Eu apresentei um projeto, inclusive, aqui, que diz que é 1%. Aprovado, já aqui no Senado e está na Câmara – 1% uma vez por ano, somente pode haver 1% de arrecadação.

Mas, enfim, Sr. Presidente, esse debate todos conhecem aqui. Eu faço aqui o meu papel e continuarei fazendo. O projeto vai para a CCJ e acredito que vá para o Plenário e continuará o debate na Câmara dos Deputados.

Quero dizer também, só a título de ilustração e informação, que esse debate já está havendo na Câmara dos Deputados. Há projetos lá em que estão debatendo esse tema na linha de também buscar um grande entendimento de paz e harmonia, que unifique empresários, trabalhadores, o próprio Congresso Nacional, o Executivo e o Judiciário.

Era isso, Sr. Presidente. Eu respeitosamente esclareço os fatos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Relator Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Bom, Sr. Presidente, eu escutei aqui o eminente Senador Paulo Paim, que sem dúvida nenhuma tem toda a legitimidade com a defesa que faz. Eu acredito, Senador Paulo Paim, que V. Exa. é uma das pessoas aqui que tem maior respeitabilidade a respeito desse tema. V. Exa. sem dúvida nenhuma preza, pela maneira como se comporta aqui no Congresso Nacional, o seu passado como sindicalista. Não tenho dúvida de que foi alguém que conseguiu, junto aos seus pares e junto à sociedade gaúcha, amealhar o respeito pela maneira como se comportou. Agora, infelizmente, V. Exa. é um, e nós temos uma coletividade.

Todos nós aqui estamos assistindo ao que está acontecendo nas últimas semanas em função dos descontos associativos que foram imputados à revelia de cidadãos, principalmente os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais frágeis do ponto de vista, inclusive, da sua capacidade de compreensão, aqueles que moram em locais mais distantes...

Veja, eminente Senador Marcelo Castro, nós tínhamos em torno de 1,9 milhão associados no INSS no princípio de 2019; nós temos 7,6 milhões agora em 2025. De repente, os aposentados rurais, na sua grande maioria do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, descobriram as maravilhas que são oferecidas pelas associações, muitas delas patrocinadas por essas mesmas centrais sindicais: CUT, Força Sindical e outras menos importantes ou menos evidentes.

Nós temos um processo em que claramente a sociedade está revoltada, porque não se deu causa para se retirar o recurso, que faz falta a esse aposentado. Isso é verba de alimento, está dito na Constituição. Quando o Supremo Tribunal Federal definiu, numa inovação, que a contribuição associativa é devida pelo conjunto dos trabalhadores – quando não era assim, isso até dois ou três anos atrás; o eminente Senador Paulo Paim sabe disso –, não só os filiados, mas o conjunto dos trabalhadores, determinou também o direito de oposição e não regulamentou.

A gente está brigando aqui é para regulamentar. É nosso papel como legislador. Estamos aqui há dois anos e meio, tentando justamente legislar essa situação. E o que nós estamos propugnando? Em vez de ficarmos sujeitos a uma assembleia onde menos de 1%, em média, dos trabalhadores fica presente e impõe a sua vontade ao conjunto, que o cidadão, que o trabalhador opine, diga se quer ou não quer fazer essa contribuição. É só isso. E nós estamos propondo que isso seja feito de uma maneira simples, porque nós vivemos hoje numa época da internet, nós sabemos hoje o que são os meios de comunicação. Então, que a pessoa vá lá no WhatsApp ou na internet e diga "Eu não quero contribuir" ou "Quero contribuir", é só isso. Simplesmente isso.

A emenda que o Senador faz não disciplina de que forma se dará essa contribuição. Fala apenas que é assegurado o direito de oposição, mas não disciplina, não normatiza. Nós não cumpriríamos nosso papel.

E eu sei que o interesse – e é legítimo – é que isso seja de forma coletiva, através das convenções e acordos coletivos. Ocorre que isso, eu lhes garanto, Senador Marcelo Castro, não é de interesse do cidadão trabalhador. E tanto é verdade que, quando caiu a obrigatoriedade do imposto sindical em 2018, mais de 90% dos trabalhadores deixaram de contribuir, porque não se sentiram representados pelos seus sindicatos. E se nós tivéssemos colocado em prática o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava dentro da MP 871, de 2019, de combate às fraudes, que determinava que o cadastro dos associados deveria ser validado anualmente, eu não tenho nenhuma dúvida de afirmar que 90% dos associados diriam: "Eu não tenho interesse de contribuir". Porque R$30, R$40, R$50 ou R$70, para quem ganha R$1,4 mil, fazem muita diferença, Senador Marcelo Castro.

E nós sabemos de que forma essas associações aconteceram ao longo de mais de 30 anos. A forma como se dava a aposentadoria, eminente Senador Jayme Campos, era através de emissão de certificados dados pelos sindicatos rurais, que associavam automaticamente e compulsivamente esses trabalhadores, sem que eles sequer soubessem o que estava acontecendo. Tanto é que muitos deles nunca viram o seu contracheque ou o seu holerite.

Então nós estamos falando de uma prática de mais de 30 anos, porque esse desconto começa em 1994. E, pasmem, vou repetir para os senhores: em 2019, nós tínhamos 1,9 milhão de associados; em 2025, nós temos 7,6 milhões, Senador Marcelo Castro – 7,6 milhões. Alguma coisa aconteceu, deve ser porque as associações apresentaram melhorias extraordinárias.

Então o que eu peço é que nós possamos votar, resolver essa situação de uma vez por todas. E o voto é, sem dúvida nenhuma, o momento de nós definirmos de que maneira queremos encarar essa ação, principalmente à luz do que está acontecendo na questão da compulsoriedade do desconto do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Paulo Paim pede a tréplica?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, eu cedo ao Senador Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Porque eu ia falar, na verdade...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, fale. V. Exa. está aqui desde o começo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – É só uma fala de um segundo. Nosso querido amigo e Senador Rogerio Marinho fez uma mistura tão grande de uma coisa com outra que alguém diria: "Não tem nada a ver uma coisa com a outra".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me que eu diga, eu ouvi o senhor respeitosamente.

Ele falou da estrutura sindical. Eu fui Constituinte, e os Constituintes por unanimidade mantiveram – nós éramos mais a favor até de abrir um pouco, mas foi mantido – o esquema de confederação, federação, sindicato e associação; foi mantido esse esquema. Esse é um debate de que nós estamos tratando aqui.

Agora, misturar com a covardia criminosa dos bandidos que roubaram os aposentados e pensionistas, eu não gostaria de misturar. Faremos esse debate no momento adequado, ali no Plenário. Eu acho que não seria legal nós entrarmos nesse debate aqui, agora. Tem duas iniciativas de CPI, dizem que já há as assinaturas, instalem a CPI e vamos investigar a fundo onde começou, quem fraudou e quem foram aqueles que levaram os aposentados a uma situação triste e vergonhosa como essa; aqueles bandidos e covardes que a Polícia Federal está investigando, sob a orientação, naturalmente, dos especialistas na área – o que foi também uma decisão do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Bom, primeiro eu queria cumprimentar V. Exa., como Presidente, e todas as Senadoras e Senadores.

Essa matéria já esteve circulando aqui na CAS durante um bom tempo, e eu sei que o Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição, sempre bate muito nessa tecla, mas eu queria fazer algumas ponderações.

A primeira, em relação ao episódio que eu já imaginava que seria trazido à baila como referência para defender a tese da chamada não obrigatoriedade, que é o que aconteceu na INSS. Como já disse o Senador Paim, vamos aguardar, porque às vezes o pessoal faz uma alegria e na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora que for tudo revelado talvez não fique tão alegre, porque tem muita associação... Se repararem bem, as associações responsáveis por 90% do desvio do dinheiro do assalto aos aposentados, todas foram criadas de 2018 e 2019 para cá. A única mais antiga que até agora está citada é a Contag, que é óbvio que vai ter que ser investigada, pois, se alguém internamente na Contag fez malandragem, para mim tem que ser punido etc. etc. Mas não dá para misturar, como já disse o Senador Paim, bandido com movimento sindical. Bandido deve ter se encastelado com alguém na estrutura do INSS, que eu não sei quem é – a investigação está em curso –, para facilitar a entrada de pedidos de associação. E é tão patético que todas essas associações mais recentes, todas elas, se autobatizam de "associação nacional" ou "associação dos aposentados do Brasil", ou seja, eles abrem a possibilidade de ter associados ou falsos associados em qualquer estado da nação. Aí é só ter acesso de uma forma, vamos dizer assim, ilegal aos registros do INSS, pegar um bolo de nome desse e enfiar pela internet. Evidentemente caberia à estrutura do INSS fazer essa revisão.

Eu depois, num momento mais apropriado, quero trazer à baila, porque foi dito em um outro momento que foram emendas do PT que terminaram com a comprovação de vida, e não foi. Mas, na hora do debate, a gente pode trazer isto para cá: quem tirou a última possibilidade de confirmação de vida. Eu, por exemplo, sou aposentado do INSS e vou ao Banco do Brasil todo ano para confirmar. Então, se alguém tirou essa malandragem já preparando o golpe...

É por isso, Senador Marinho, que a escalada foi muito grande nos últimos anos. É óbvio que hoje é fácil dizer: "Ah, mas está acontecendo no Governo do Presidente...". Sim, querido, mas as coisas, as decisões ou a inclusão não foram feitas agora; foram vindo sendo feitas, e evidentemente, quando alguém descobriu o canal da malandragem, várias foram criadas. Uma dela é responsável por 40% e ela é, se não me engano, de 2021.

Então, acho que a gente tem que dar nome aos bois para também a gente não generalizar.

Em relação à contribuição, eu quero dizer aos colegas todos aqui que eu me criei no movimento sindical, da Bahia, petroquímico. E, como eu era de um sindicato novo, criado já em 1977, 1978, nós não pegamos aquela fase onde, durante o governo militar, tinha os chamados pelegos, que eram as pessoas artificialmente botadas lá para tomar conta do sindicato, porque naquela época não se queria sindicato. Eu fui um dos que defendia o final do imposto sindical,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu acho que as pessoas têm que ir buscar o seu financiamento pela negociação, e não por um imposto, o que, vamos ser francos também, valia para trabalhador e empresário. As entidades patronais também recebiam o imposto sindical. E eu fui a favor de que isso terminasse, e foi terminado.

Se você quer um sindicado que seja atuante, ele faz a cobrança quando tem uma negociação salarial. Agora, eu ouço as pessoas dizerem: "Sim, tudo bem, mas cada um tem que dizer que quer". Aí eu pergunto aqui: quem mora em algum condomínio – deve morar, e eu moro – e é convocado à sessão do condomínio, o cidadão não vai, aí, decidem que vão fazer uma reforma do elevador, seja lá o que for, vai ter uma taxa extra, alguém que não foi à assembleia votar pode não pagar ao condomínio? Creio que não. É uma das formas de você perder o apartamento exatamente o débito com o condomínio, é um dos itens por que pode ser arrestado o apartamento.

O que o Senador Marinho sempre coloca, com a visão dele, é que: "não, o pessoal tem que ir lá". Senador Marinho, em tempos de desemprego ou de aperto, é difícil para o trabalhador ir à porta do setor de pessoal ou mesmo digitar lá: "eu quero contribuir", porque a gente sabe que nem todos os empresários são empresários que têm uma cabeça aberta para saber que é preciso ter sindicato. Quando você não tem sindicato forte, aí é que vira esbórnia, porque, aí, você não tem a quem se direcionar. Eu fui Presidente de sindicato e me orgulho muito de ter sido o primeiro sindicato a assinar uma convenção coletiva que não dependia de legislação trabalhista, era um acordo entre as partes. Curiosamente, quando veio o Plano Collor, o lado empresarial entrou na Justiça para cancelar o acordo, e nós ganhamos até no Supremo Tribunal Federal, porque um acordo assinado é um ato jurídico perfeito.

Então, eu queria separar. Primeiro, o escândalo tem seu lugar, vão apurar. E eu vou fazer a pergunta – viu, Senador Marinho? – que Sherlock faria quando começasse a investigar: a quem interessa aquela investigação? Foi este Governo que fez a investigação, Senador Marinho, não foi o Governo passado; quem botou o dedo na ferida depois que começou a crescer o número de reclamações de aposentados contra o desconto, corretamente... A CGU foi alertada, fez a investigação. Ninguém investiga uma coisa dessa, que se espalha pelo Brasil todo, da noite para o dia. A investigação começou, se não me engano, em março de 2024, e em abril deste ano, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava uma operação de centenas de policiais federais no Brasil inteiro para fazer essa apreensão, como está feita e está sustado o desconto.

Eu até não concordo com a sustação do desconto total porque você está matando entidades que não são da malandragem, são entidades corretas que existem, às vezes, há muito tempo. Eu cito uma: Associação dos Aposentados e Pensionistas da Petrobras da Bahia. Por isto que me chamou a atenção: porque a gente, quando tem associação de aposentados, ela é da Bahia, de Sergipe, de cada estado, não é nacional. Botar "nacional" era para a malandragem, porque, se é nacional, eu posso botar, ilegalmente, para ser descontado de aposentado de qualquer lugar do Brasil. O meu não entrou até agora. Eu vou até olhar no meu contracheque se teve algum desconto não autorizado por mim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – No meu, caiu. Na minha aposentadoria, já estão descontando há algum tempo, entretanto, eu não tinha conhecimento. O meu contador, lá da empresa, falou assim: "Senador, já estão capando o senhor há mais de oito meses aqui, os R$89,60".

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – E aí, às vezes, a pessoa nem olha seu contracheque, nem sabe que tem aquele desconto. E, por isso, não sabe.

Então, eu queria separar: malandragem a Polícia Federal está investigando, vai punir e tal; eu estou falando aqui de organização sindical. E eu vou repetir aos colegas aqui que são empresários: eu sei que é ruim o cara estar na porta pedindo aumento de salário e tal, mas pense numa categoria sem nenhum grau de organização. Vai negociar com quem? Aí vira esbórnia, gente.

E eu vou incidir de novo no mesmo tema. Olha-se para o movimento sindical de trabalhadores com este olhar de que o cidadão tem que ir lá contribuir. Aí eu pergunto: o Sistema S, a contribuição ao Sistema S que os empresários fazem, eles podem não pagar? Pelo que me consta, não. É automático. E todo mundo aqui sabe que, durante muito tempo, além de abastecer o Sistema S, também abasteceu as entidades sindicais patronais, com construção das suas sedes, etc. Todo mundo sabe, não estou falando nenhuma revelação. Então, há um desequilíbrio nisso, porque os trabalhadores praticamente estão cada vez são mais apertados para não contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero concordar com o Senador Paim e pedir, se for a voto, o voto dos colegas, porque eu vou insistir que nós não podemos matar o movimento sindical brasileiro. E é óbvio, Senador Marinho, que, se você... O nome já está dizendo imposto, apesar de que aqui não é imposto, é contribuição negocial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Hein? Ou assistencial. Bom, o nome é por aí. Não é imposto porque não é automático.

Agora, eu pergunto: se a gente for tirar tudo, nós vamos ter, tudo bem, desabastecido... Aparentemente é mais fácil para o empresário. Eu vou dizer a vocês que é o contrário. Quanto menos segmento organizado, pior, porque você não tem a quem se dirigir. É óbvio que você vai encontrar direção sindical irracional, como vai encontrar empresário que também é irracional no tratamento dos seus trabalhadores. Não estou generalizando.

Agora, querer que o cidadão vá à porta ou se identifique... Ninguém aqui gosta de pagar imposto. Esta Casa cansa de se debruçar sobre temas de isenção, de isenção, de isenção. É óbvio que o peão que já não ganha esse dinheiro todo, se tiver que dar essa... Mas, por outro lado, se você não contribuir no automático, como eu disse, no caso do condomínio... Vou repetir: se tiver uma audiência do condomínio para decidir alguma coisa e você não for, quem foi vota, quem não foi não vota, mas vai ter que pagar.

Então, era só o que eu queria ponderar e chamar a atenção, porque nós estamos numa época de muito confronto. Tudo é na base – desculpe o termo – da porrada. Se eu não tiver um grau de racionalidade, de segmentos sindicais organizados para a gente poder dialogar, como a gente faz aqui nesta Casa, com pensamentos diferentes, eu acho que a gente está apostando, me perdoem, na barbárie, nas pessoas que não vão ter como se representar.

Então, eu quero fazer um apelo, eu acho que o imposto sindical...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É a barbárie.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, eu vou até olhar o meu. Pode ser que tenha...

Não, mas é isto que eu estou falando: isso é um grupo de malandro, gente, uma quadrilha. Deve ter gente dentro do INSS? Claro que deve ter gente, não sei se funcionários, se direção. Tem em qualquer lugar, tem gente séria e tem gente que pega o direito para fazer o errado.

É óbvio que alguém facilitou a entrada de lotes de aposentados que não tinham autorizado. Porque é totalmente diferente: o sindicato do dia a dia é o sindicato que atua; o aposentado, por não estar mais no dia a dia laboral, sua associação de aposentados tem um outro condão. É por isso que não tem nenhum desconto em função de negociação, o desconto é com autorização.

Agora, não vamos generalizar. Eu vou dizer: teve bandidagem? Claro que teve. Foi descoberta e está sendo descoberta. Agora, não vamos misturar, porque, se eu quiser eu também posso falar, Senador Marinho, do lado patronal, e eu não quero estabelecer essa dicotomia. Mas todo mundo sabe aqui que tem muito lado patronal que recolhe a contribuição de INSS do funcionário e não recolhe ao INSS. Todo mundo sabe disso aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Claro que é apropriação indébita, mas tem empresário que faz isso.

Eu fui Governador. Eu tinha empresa terceirizada de vigilância, quando mandava o cara ir embora... Tanto que eu estabeleci uma regra: ele tinha que deixar a contribuição obrigatória antecipadamente na mão do Governo, porque se não, quando ele mandava ir embora, trocava de CNPJ. Todo mundo sabe que muita gente faz isso aqui.

Então repare, eu não quero generalizar, não é minha linha, eu só estou pedindo ponderação. Eu entendo seu ponto de vista, Senador Marinho, mas eu realmente discordo. Eu acho que o sindicato, bem ou mal, presta um papel ao tentar organizar a categoria, fazer as ponderações – foi assim no mundo inteiro. Antigamente nós não tínhamos Cipa dentro das empresas, hoje a gente tem a Comissão de Prevenção de Acidentes. Ela ajuda ou atrapalha? Ela ajuda, porque quem está pisando o pé no serviço é que sabe qual é o risco maior. Então, na minha opinião, eu quero reiterar isso, não sei se vou conseguir convencê-lo, mas eu até tenho esse sonho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Relator Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Olha, eu escutei os nobres Senadores e eu tenho dito ao Senador Jaques Wagner que ele realmente é um herói, porque tem uma missão hercúlia de defender este Governo na situação em que ele se encontra. V. Exa. o faz com muita propriedade, com muita legitimidade, eu diria até com muita diplomacia. Eu tenho dito a V. Exa. que, se V. Exa. fosse o Presidente da República ou Ministro da Fazenda, teria uma interlocução muito melhor, mas as pessoas não são iguais, primeiro, porque a relação que foi levantada pelo Paim, que é uma mistura.

Eu vou fazer uma breve contextualização histórica para lembrar os senhores que em 1988, com a Constituição de 1988 – vou ser breve –, houve a eliminação da questão do Funrural e a criação, mesmo que não seja previdenciária e assistencial, de se pagar um salário mínimo ao trabalhador rural, com o fruto da previdência, o que efetivamente aconteceu em 1991. E a forma como se dava a aposentadoria era o sindicato que atestava isso. E o sindicato via de regra era filiado à Contag. A Contag, ao longo do tempo, chegou a ter, no princípio de 2019, quase 90% dessas contribuições assistenciais. Eu estou falando de 1,5 milhão de trabalhadores em todo o Brasil que eram convencidos, na hora em que faziam sua aposentadoria, a assinar um termo que permitia que, a partir da aposentadoria, o cidadão passasse a contribuir para a Contag. Bom, ponto.

Em 2017, houve uma reforma trabalhista, eminente Senador Jaques Wagner e Senador Paulo Paim. E aí acabou a contribuição obrigatória do imposto sindical, que, a partir de 2018, deixou de existir. Coincidentemente, em 2019, várias centrais sindicais trouxeram associações – é facilmente detectável isso, é perceptível –, e essas associações foram em demanda da Previdência para se cadastrarem e terem direito ao desconto associativo.

Quando V. Exa. diz que vai todos os anos fazer a sua prova de vida, isso não é obrigatório para quem faz a contribuição assistencial. Era, porque nós propusemos isso na MP 871.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu falei – quem falou fui eu –, lá no púlpito, que existia uma série de emendas feitas pelo PT contra essa situação de regulação – eu tenho aqui uma lista, que eu só não vou ler agora para evitar constrangimentos – de vários Parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados que fizeram emenda dizendo que essa validação em seis anos, não deveria existir, que deveria ser em cinco anos, que a fórmula para concessão da aposentadoria do trabalhador rural deveria continuar como estava... E foi tão efetiva que, a partir de 2019, a Contag deixou de crescer, Marcelo Castro, começou a perder afiliados, associados: de 1,5 milhão, baixou, em 2025, para 1,3 milhão; de 82%, 84% desse valor, passou para 18%. Ela não perdeu muito em termos absolutos, mas estagnou, porque perdeu a condição desse controle que tinha sobre a aposentadoria rural. Por isso, a relação entre o que está acontecendo e a questão dos descontos associativistas, com a questão do imposto sindical e da contribuição assistencial obrigatória. Foi só por isso.

Eu quero falar agora, rapidamente, sobre a questão de "o Governo mandou investigar". O Governo não mandou investigar, o Governo fez de conta que não estava acontecendo nada.

Senador Jaques Wagner, nos primeiros seis, oito meses de 2019 – eu estou falando aqui para registro para vocês compulsarem depois, procurarem –, 26 a 27 mil reclamações no Meu INSS sobre descontos associativistas que deveriam ter indícios de fraude – 26 a 27 mil. Nós recebemos essa informação do Ministério Público do Estado de São Paulo em 9 de junho! No dia 30 de junho, nós suspendemos as quatro associações, preventivamente, que eram responsáveis por 90% dessas reclamações. Não precisou de CGU, de Polícia Federal, de imprensa, não precisou de pressão de ninguém, agimos de ofício. Dois meses depois, nós descredenciamos essas entidades – todas foram descredenciadas e deixaram de trabalhar junto ao INSS – e devolvemos os R$57 milhões que haviam sido amealhados nesse período. É a diferença, eminente Senador Jaques Wagner. O Governo de V. Exa. não apenas teve um aumento de 27 mil para 470 mil reclamações, e não agiu – não agiu! –, ficou inerte, letárgico, imobilizado, varrendo para debaixo do tapete o problema.

Existe um relatório do Tribunal de Contas de um ano em que se pedem providências que não foram realizadas; pelo contrário, o Procurador do INSS oficiou o Tribunal de Contas da União para não cumprir as diligências. Está tudo constatado, basta seguir o dinheiro, basta ver o que houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Esse Procurador é um dos investigados.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sim!

E veja que coisa boa: o que o Presidente Lula faz agora, depois que aconteceu o problema? Nomeia o Secretário-Executivo, que participou de todo o processo e foi um dos autores de uma dessas emendas que procrastinava os organismos de controle. E ele trouxe para ser o Presidente do INSS sabe quem, eminente Senador Jaques Wagner? O Corregedor do Governo do Presidente Bolsonaro durante quatro anos. V. Exa. sabe quem está agora na Secretaria de Benefícios do INSS? Quem foi Secretário de Benefícios do Governo do Presidente Bolsonaro; ou seja, está tapando, depois de acontecer, e está trazendo agora pessoas idôneas para resolver o problema, graças a Deus!

O problema é daqui por diante. Agora, para trás, Senador, vamos seguir o dinheiro. E essas associações, na sua grande maioria, são ligadas a partidos de esquerda, são ligadas a entidades, que são as centrais sindicais.

Então eu acho que a gente tem que ter muito cuidado com o que está fazendo aqui. Eu tenho muita segurança do que estou falando, muita segurança do que estou falando. Eu sei exatamente o que aconteceu, pelo menos até 2020, princípio de 2020. O que nós fizemos, o que nós tentamos fazer, o que nós... Só no seguro-defeso, R$1,5 bilhão foi retido; na questão do BPC, quase 100 mil benefícios foram sustados e não foram retirados porque não havia a possibilidade de fazer essa retirada de forma cautelar, o que aconteceu agora em outubro do ano passado.

Então, corrupção e fraude no INSS sempre teve, o ruim é não se tomar providências quando se é questionado a respeito; o ruim é você fazer publicamente uma reunião com o Conselho de Previdência e ser alertado por um dos servidores e dizer "Não, isso não é importante", um ano atrás, "Eu não vou tomar uma providência sobre isso". O ruim é o Ministro da Justiça, o Sr. Ricardo Lewandowski, dizer que não há conflito de interesse. Ele, que é o Ministro da Justiça e que é o chefe dessa investigação, porque a Polícia Federal está ligada a ele, dizer que o filho dele é advogado de duas dessas entidades e ele não vê conflito de interesse nisso. Por isso que nós temos que ter uma CPMI. Ou um delegado da Polícia Federal, antes de concluir a investigação, ir a público dizer que o irmão do Presidente estava sendo investigado. Quem perguntou? Vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardar o desdobramento da investigação. Agora você antecipar fatos mostrando que há um direcionamento político?

Por isso a necessidade de uma CPMI, para termos isenção na busca dessa situação. E por isso que nós estamos pedindo que este Parlamento cumpra o seu papel e normatize o que o STF já determinou. Nós temos 2,4 mil ações no tribunal do trabalho que tratam desse tema, Senador Marcelo Castro. Daqui a pouco nós vamos ser novamente ultrapassados porque não há normatização. O que há são filas intermináveis de pessoas que não se sentem representadas, que não querem fazer essa contribuição e, da forma como está, são obrigadas, com esse entendimento, a fazer essa mesma contribuição.

Está aqui o Senador Jayme Campos, do meu lado, que nunca olhou o holerite dele. Olha que é um cara com um nível de formação lá em cima. Acaba de dizer que faz oito meses que está sendo tungado de R$89 pela associação. Olha o desplante, os caras estão tomando dinheiro até do Senador da República. Esse pessoal não tem limites, não tem vergonha. Aí me permita: são ladrões, criminosos. Vamos seguir o dinheiro e encontrar quem foi que tungou o dinheiro dos aposentados e vamos fechar as portas para que isso não continue mais.

Por isso que eu peço a aprovação do nosso relatório, Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o parecer do nobre Relator Rogerio Marinho permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, eu queria pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quer votação nominal? Precisa de apoiamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já tem um, dois, três, quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, o resultado obviamente foi aprovado, foi favorável, aprovado, mas V. Exa., se quiser, pode pedir verificação de voto. Aí tem que ter apoiamento para poder fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já tem quatro: um, dois, três, quatro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem três?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Três, três. Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quem são os que pede apoiamento?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O voto foi simbólico, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi simbólico.

Então, foram três: Jussara, Paim e Teresa Leitão. Precisamos de quatro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Jaques Wagner não é membro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, Jaques, você não pode apoiar não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo apoiamento, fica prevalecendo o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi aprovada e vai à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com o voto contrário dos Senadores que levantaram a mão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu peço a V. Exa. a urgência desse requerimento, dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu submeto a urgência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, vai para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu pedi verificação e o Presidente me disse que não havia número suficiente de apoiadores.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, já passou Presidente. Vamos lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O número de apoiadores, desde o início, eu falei que eram quatro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foram três: V. Exa., a Jussara e a Teresa Leitão. Então, não teve número suficiente. A matéria já foi decidida.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – A urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não tem urgência para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Tem, para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, para ir direto ao Plenário, não ir para a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Já foi para o CCJ, já está voltando. Um pigue-pongue danado. Está bom de CCJ. Para o Plenário, claro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, é o seguinte: o Senador Rogerio Marinho está propondo urgência para que a matéria não volte para a Comissão de Constituição e Justiça e vá direto ao Plenário.

Sendo assim, eu submeto à votação simbólica novamente.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a urgência, para a matéria ir diretamente ao Plenário, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ei, você não é membro não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A urgência foi aprovada.

A matéria vai diretamente ao Plenário.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2518, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de oleiro ou ceramista.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

A votação será nominal.

Concedo, então, a palavra à nobre Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito bom dia às nobres colegas e aos nobres colegas, aos servidores, àqueles que nos assistem e aos oleiros...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... ou ceramistas.

O Projeto é de autoria do Senador Zequinha Marinho, que dispõe sobre o exercício dessa profissão.

Eu vou passar diretamente para a análise, Sr. Presidente.

Considerando a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com base no art. 48 da Constituição, dispor sobre a matéria tratada no PL nº 2.518, de 2021, relacionada ao exercício da profissão de oleiro ou ceramista.

Além disso, o exame da matéria está entre as atribuições da CAS, esta Comissão, a quem compete, entre outros, opinar sobre “relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões", conforme o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, não foram constatados óbices formais quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade que impeçam a regular tramitação da proposição.

No mérito, somos favoráveis à sua aprovação, isso porque a regulamentação da profissão de oleiro ou ceramista assegurará proteção jurídica e reconhecimento formal aos profissionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que exercem essa atividade, favorecendo a melhoria das condições de trabalho, a promoção da dignidade dos trabalhadores e a devida valorização de suas competências.

Sr. Presidente, o barulho está me desconcentrando.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Por favor, a Relatora está com a palavra, é uma mulher e merece mais atenção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada pela parte que nos toca.

A gente quer o senhor bem positivo na reforma do código.

Obrigada, Sr. Presidente.

Além disso, a delimitação das atividades da profissão, com a devida ressalva às competências de outros profissionais, na forma do projeto de lei, é medida importante para definir os direitos e deveres dos trabalhadores da área e promover maior segurança jurídica para estes e para os seus eventuais empregadores, que poderão compreender com exatidão as atribuições do ofício.

Outro ponto de destaque na proposição é o estabelecimento da possibilidade de exercício dessa profissão por aqueles que atuam regularmente na área, mediante aprendizado informal.

Essa disposição demonstra sensibilidade à realidade de muitos trabalhadores que adquirem suas habilidades ao longo dos anos e permite a continuidade do exercício dessa atividade laboral por eles de forma legal e com segurança.

Cumpre destacar, ademais, a relevância do setor em diversas regiões do Brasil, tanto do ponto de vista econômico como cultural.

Nessas searas, observamos que a profissão de oleiro ou ceramista contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais, especialmente em áreas que dependem dessa atividade como fonte de renda, e, ainda, promove a preservação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas tradicionais, incentivando a transmissão de conhecimentos da atividade entre gerações e favorecendo a preservação cultural, considerando, muitas vezes, que faz parte da identidade cultural local.

Concluímos, portanto, que a formalização dessa profissão pretendida pelo projeto de lei em análise vai contribuir significativamente para a inclusão social e econômica dos oleiros e ceramistas e fortalecerá uma atividade tradicional e culturalmente relevante para o país.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 2.518, de 2021, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Acrescento, Sr. Presidente, que este projeto é um projeto de reconhecimento da profissão de oleiro ou ceramista. Aqui, nós não estamos tratando de piso salarial nem nada. Então, só para acalmar os ânimos, inclusive do Governo, porque gera realmente uma preocupação, eu gostaria de destacar isso. É o reconhecimento de uma profissão, e isso é muito importante para eles.

E, por fim, gostaria de destacar que no meu Estado do Mato Grosso do Sul, há vários ceramistas talentosos que trabalham com a arte do barro, desde peças utilitárias até esculturas e itens decorativos. A cerâmica indígena, especialmente a dos terenas e dos cadiuéus, é parte importante da cultura local e é reconhecida como patrimônio histórico e cultural do nosso estado.

A produção de cerâmica é diversificada, com influências da natureza, da cultura indígena e do pantanal. Eu gostaria de trazer alguns nomes aqui, de ceramistas em Mato Grosso do Sul, e dizer do nosso apoio incondicional a esta arte.

Udu Cerâmica Artesanal produz peças utilitárias e esculturas com foco em detalhes e texturas. Udu, se eu não me engano, é no Município de Bonito, um dos nossos pontos turísticos mais famosos do mundo.

Temos a Sonia Corrêa, sua temática está sempre ligada à força da natureza pantaneira e no ser humano, principalmente à figura feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atelier Alexandra Camillo trabalha com a cerâmica em aulas e projetos, como o Do Barro à Cerâmica, que envolve escolas do Sesi em projetos no Mato Grosso do Sul, abordando temas como a cultura do Pantanal.

Leslie Bassi, ceramista, que leva a cultura de Mato Grosso do Sul ao mundo, utilizando argila de Rio Verde em suas peças, que retratam a cultura indígena.

Marina Torrecilha, ceramista que se inspira na natureza do estado para criar suas peças.

Andrea Lacet produz peças artesanais e autorais de cerâmica de alta temperatura, com aulas e vendas na capital Campo Grande.

Helena Belalian, ceramista em Campo Grande, que produz peças de alta temperatura com foco em aulas e vendas.

E, por fim, Adri Lang, nascida no estado, mas residindo em São Paulo, produz peças de alta temperatura utilizando inspiração na natureza local e na cultura indígena.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer da nobre Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, o item 5... O Senador Flávio Arns está adoentado, vai ficar afastado, infelizmente, por dois meses, e ele me pediu, se eu pudesse, para ler *ad hoc*... Se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise e faço isso em minutos.

Esse é o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão, parecer da nobre Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou submetê-lo à votação nominal.

Então, peço à Secretaria que coloque o painel, abra o painel para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um requerimento aqui de autoria da nobre Senadora Jussara Lima, extrapauta, que eu vou colocar em votação, porque, como ele é simbólico, enquanto se faz a votação nominal, vamos adiantando aqui o serviço.

Então, requerimento extrapauta.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 38, de 2025, CAS, apresentado pelo Senador Humberto Costa, subscrito pela Senadora Jussara Lima.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 38, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a comparecer à Comissão de Assuntos Sociais, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra à Senadora Jussara para fazer a defesa do seu requerimento.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, gostaria de subscrever o Requerimento 38, do Senador Humberto Costa.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da pasta.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as Terapias Celulares Avançadas.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

O requerimento foi subscrito pela nobre Senadora Damares.

Passo a palavra à nobre Senadora Damares para fazer a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeremos uma audiência pública com o objetivo de discutir as terapias celulares avançadas, com inúmeros convidados cujos nomes já foram devidamente publicados.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento da nobre Senadora Mara Gabrilli, subscrito pela Senadora Damares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho um requerimento também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... que é só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, as Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Item... Vai chegar lá Senador Paim, porque estão com a Senadora Damares esses requerimentos.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o uso de saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos internados na UTI Neonatal.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Passo a palavra à nobre Senadora para fazer a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro a realização de uma audiência pública para discutir o uso de saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos internados na UTI neonatal, com os convidados cujos nomes já foram devidamente publicados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento da nobre Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Amin, é porque a Senadora Damares é autora de vários requerimentos, aí ela está com a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer um apelo público ao Senador Humberto Costa e à Comissão... Qual é a pauta? É o PL 1.739, que trata sobre o quê? Sobre não cobrar Imposto de Renda (*Fora do microfone.*)

dos cerca de 150 mil mutuários dos fundos de pensão da Petrobras, dos Correios, da Caixa Econômica Federal, que estão pagando mais de R$5 mil dos seus proventos de aposentadoria ou de pensão para amortizar os prejuízos que os fundos tiveram. Ontem mesmo eu recebi mais um pedido de Belém do Pará, pessoas que estão pagando 60% do seu provento de aposentadoria para cobrir o rombo dos investimentos desses fundos de previdência.

O caso que eu trouxe, primeiro, antes do caso de Belém do Pará, é de um ex-servidor da Petrobras, que contribuiu durante 31 anos. Se aposentou bem, com um provento de R$20 mil. Ele paga Imposto de Renda sobre os R$20 mil e deposita R$5.570 por mês para pagar os maus negócios dos gestores. São 150 mil famílias. E este projeto de lei, que tem como Relator o nosso querido amigo Senador Humberto Costa, já veio e voltou para a pauta várias vezes.

No momento em que o Governo toma a iniciativa de liberar o pagamento de Imposto de Renda para quem ganha menos de 5 mil, ou naquele projeto de lei ou neste, nós temos que dar uma solução.

Senador Marcelo Castro, 150 mil famílias, porque muitos já morreram. Quer dizer, o cidadão se aposentou depois de contribuir para o fundo, seja Petro, seja da Caixa Econômica, seja no caso da Petrobras e dos Correios – são os três maiores –, e agora tem sequestrado mensalmente 25%, 30% do seu provento ou da sua pensão para amortizar os prejuízos provocados há 10, 12 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com investimentos malsucedidos, pelo menos para eles, talvez para os gestores tenham sido muito lucrativos.

Então, eu peço a sua sensibilidade para fazermos esse apelo ao Senador Humberto Costa e fazermos a deliberação sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, Senador Esperidião Amin, a nossa regra aqui é submeter à votação toda em qualquer matéria. Agora, a Secretária aqui me passa a informação de que a Liderança do Governo avisa que o Senador Humberto Costa está fazendo as últimas tratativas e que está chegando a um ponto final para poder apresentar o seu relatório. É a informação que me chegou aqui agora.

Então, continuando com a Senadora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Há sempre esperanças. É muito difícil a convivência com São Tomé, mas é o meu padroeiro.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está certo.

Vamos ao item 14 da pauta, que também é o Requerimento nº 31.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De autoria do Senador Nelsinho Trad e a Senadora Damares o subscreve.

Com a palavra V. Exa. para fazer a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro que na audiência pública objeto do Requerimento 18 seja incluída a seguinte convidada: Sra. Elizabeth Guedes.

Esse é o seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação, o requerimento do Senador Nelsinho Trad.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de nº 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 17/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Autoria do Senador Eduardo Girão, subscrito pela nobre Senadora Damares Alves.

Com a palavra V. Exa. para fazer a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro que, na audiência pública objeto do Requerimento 17, sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluídos os seguintes convidados: um representante do Instituto Livre Mercado e um representante da Febraf.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou colocar em votação o requerimento do Senador Eduardo Girão, subscrito pela nobre Senadora Damares Alves.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 -CAS, com o objetivo de instruir o PL 2294/2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina", seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

V. Exa. tem a palavra para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Requeiro que, na audiência pública objeto do Requerimento 18, de 2025, seja incluído o seguinte convidado: Marcos Ziemer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento da nobre Senadora Damares Alves.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, eu tenho o item 5 e o item 12 e fui o primeiro a chegar à reunião hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Como sempre, é o primeiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, só hoje. Faz dias que eu não venho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. está agora com a palavra, nobre Senador Paulo Paim.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "Os Impactos da Pejotização no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

V. Exa. tem a palavra para a leitura do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, é um requerimento já aprovado. Eu só peço a inclusão de um representante do movimento sindical, que seria um representante da CUT; e um representante do trabalho, além do direito do trabalho, que é o Dr. Guilherme Feliciano. Eu encaminhei à Mesa o nome dos dois já.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento do nobre Senador Paulo Paim.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E o outro, Sr. Presidente, é do Flávio Arns, do qual eu gostaria de ler o relatório.

Eu vou direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou, Senador Paulo Paim, encerrar a votação, porque já adquirimos quórum.

Declaro encerrada a votação.

Peço à Mesa que mostre no painel o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) –

SIM, 11; NÃO, nenhum.

Abstenção: zero.

O Projeto de Lei nº 2.518, de 2021, foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5173, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 22/04/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Também votação nominal.

Relatoria: Senador Flávio Arns, com relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim.

A votação será nominal.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim para fazer a leitura do parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Atendendo o pedido do Senador Romário e do Relator, o Senador Flávio Arns, que, por motivo de doença...

Se V. Exa. permitir, vou direto à análise.

O projeto é simples.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que versem acerca de proteção e defesa da saúde, caso do projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, então, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, não há o que se opor.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX e XII, da Carta Magna. Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir na espécie reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. A matéria apresenta, também, técnica legislativa apropriada, em consonância com a determinação da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, igualmente, somos totalmente favoráveis ao projeto. A instituição de um Dia Nacional de Conscientização sobre a Mielomeningocele é essencial para promover o reconhecimento e a compreensão dessa condição, além de incentivar a busca por apoio e tratamento adequados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a conscientização a respeito da doença é crucial para aprimorar a disponibilidade de tratamentos e serviços de alto padrão destinados às pessoas com mielomeningocele. Além disso, contribui – terminando, Sr. Presidente – para orientar investimentos em métodos de tratamento mais eficazes e em estratégias preventivas.

Nesse sentido, a efeméride proposta representa um passo importante para trazer luz a essa condição, estimulando que a sociedade promova campanhas e ações voltadas à melhoria das condições dos pacientes, bem como impulsionando o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a essa população.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.173, de 2023, do Senador Romário, conforme relatório feito por Flávio Arns, lido por mim *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação nominal.

Peço à Secretaria para abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como houve quórum à votação, eu peço à Secretaria que encerre a votação nominal para proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Onze presentes, o quórum.

Foram 10 SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que amanhã, às 10h, teremos reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira, esclarecer as medidas adotadas pela agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de plano de saúde.

Convoco para o dia 14 de maio, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e três minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Weverton, Jorge Seif, Beto Faro, Jaques Wagner e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Jussara Lima, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 116/2024 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Tratar do fortalecimento das Instituições Filantrópicas e promover o diálogo entre Governo, Setor Privado e Especialistas visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde. 3ª Audiência: Filantrópicas e Especialistas em Estruturação Financeira. Tema: "Sustentabilidade Financeira e Novos Modelos de Gestão para Instituições Filantrópicas". **Participantes:** Valdir Roberto Furlan, Administrador da Santa Casa de São José do Rio Preto; Dácio Guimarães, Diretor Administrativo-Financeiro da Santa Casa de Maceió; Arcênio Rodrigues da Silva, Superintendente Jurídico da Fundação Zerbini; Edson Rogatti, Diretor-Presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo; Rogério Pecchini, Diretor de Operações em Saúde da Santa Casa de São Paulo; Flaviano Feu Ventorim, Vice-Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB; Jader Pires da Silva, Diretor-Geral da Santa Casa de Porto Alegre; e André Giordano Neto, Superintendente Corporativo do Instituto do Coração - USP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Dueire
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Há número regimental.

Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento 116, de 2024, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do eminente Senador Astronauta Marcos Pontes, para a realização de audiência pública sobre o tema "Sustentabilidade Financeira e Novos Modelos de Gestão para Instituições Filantrópicas", com o objetivo de reunir especialistas para debater soluções práticas para a sustentabilidade financeira das filantrópicas.

Esta é a terceira audiência de um ciclo de audiências públicas destinadas a tratar do fortalecimento das instituições filantrópicas e promover o diálogo entre o Governo, o setor privado e especialistas, visando à inovação, à sustentabilidade e à gestão eficiente no setor da saúde.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e com o e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Com as presenças, ora por videoconferência, ora pessoalmente aqui com o comparecimento, convido o Dr. Rogério Pecchini, Diretor de Operações da Santa Casa de São Paulo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Dr. Jader Pires da Silva, Diretor-Geral da Santa Casa de Porto Alegre. (*Pausa.*)

Estamos já com a presença, por videoconferência, do Dr. Flaviano Ventorim, Vice-Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades (CMB), a quem agradeço; Dr. Valdir Roberto Furlan, Administrador da Santa Casa de São José do Rio Preto; Dr. Dácio Guimarães, Diretor Administrativo-Financeiro da Santa Casa de Maceió; Dr. Edson Rogatti, Diretor-Presidente da Federação das Santa Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo; Dr. André Giordano Neto, Superintendente Corporativo do Instituto do Coração (USP); Dr. Arcênio Rodrigues da Silva, Superintendente Jurídico da Fundação Zerbini.

Portanto, com as presenças já registradas, gostaria de registrar também que me senti muito honrado, quando o meu amigo, eminente Senador Astronauta Marcos Pontes entrou em contato e me pediu para presidir esta audiência pública, não apenas pelo enorme apreço que tenho por ele, meu amigo, mas, principalmente, pela importância da matéria que será aqui discutida.

A despeito de sua origem, de deitar raízes no âmbito religioso, tendo como marco inicial a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 1543, a filantropia brasileira se expande hoje para outros setores, envolvendo a iniciativa privada e o Estado. As santas casas e hospitais filantrópicos são parte essencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo dados da Confederação das Santas Casas (CMB), essas instituições respondem por mais de 50% dos atendimentos do SUS e cerca de 70% das internações de alta complexidade. Em muitos municípios, é praticamente o único hospital disponível, garantindo acesso a serviços realizados, como oncologia, cardiologia, terapia intensiva, etc. Essa capilaridade torna sua sustentabilidade uma questão estratégica para a saúde pública.

O setor enfrenta, todos nós sabemos, com muita clareza... Meu mandato tem profundas ligações com hospitais filantrópicos, e sei o quanto o setor enfrenta um conjunto de pressões que se acumulam ao longo do tempo.

O setor enfrenta o subfinanciamento crônico da tabela do SUS, e os valores pagos não cobrem os custos reais dos procedimentos, obrigando hospitais a recorrerem a doações, emendas parlamentares e créditos bancários. Esse cenário alimenta ciclos de endividamento, que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ultrapassam – imaginem! – R$20 bilhões em algumas estimativas. Além disso, a inflação médica e a incorporação tecnológica também elevam custos de insumos.

Enquanto a aprovação do piso nacional de enfermagem adicionou bilhões às despesas de pessoal sem fonte compensatória suficiente – essa é a verdade –, atrasos nos repasses de recursos, especialmente em nível estadual e municipal, agravam a fragilidade do caixa e comprometem investimentos em infraestrutura e qualidade.

A interação com o setor privado de saúde pode abrir caminhos para parcerias estratégicas que impulsionem a inovação e a eficiência na gestão das filantrópicas. Hospitais privados, muitas vezes vistos como referência em gestão e tecnologia, podem compartilhar experiências bem-sucedidas, modelos de inovação e práticas sustentáveis que contribuam para o fortalecimento do setor filantrópico. Esse intercâmbio é uma oportunidade de explorar sinergias e debater o papel de cada setor na construção de um sistema de saúde mais eficiente e equitativo.

Por fim, a questão da sustentabilidade financeira exige um olhar especializado e inovador. É fundamental trazer especialistas em estruturação financeira, gestão hospitalar e economia da saúde, para debater soluções práticas e eficientes, como a criação de fundos garantidores, modelos de financiamentos híbridos e capacitação de recursos via incentivos fiscais.

Além disso, o debate técnico pode identificar gargalos internos e propor estratégias para otimizar a gestão dos recursos já existentes.

Dessa forma, esse ciclo de audiências públicas, proposto pelo Senador Marcos Pontes, tem o objetivo de fortalecer – e não de submeter – as instituições filantrópicas, reconhecendo sua relevância para a saúde pública brasileira e promovendo um espaço de diálogo, para que os setores envolvidos possam contribuir para o fortalecimento do SUS. O que se propõe é um debate de alto nível que valorize as filantrópicas enquanto protagonistas da saúde no Brasil e que busque soluções sustentáveis, colaborativas e inovadoras para os desafios enfrentados por essas instituições. Esse diálogo é essencial não apenas para assegurar a continuidade do atendimento à população, mas também para criar um modelo mais eficiente e equitativo de financiamento e de gestão do sistema de saúde brasileiro.

Para materializar essa discussão e formalizar seu compromisso com o assunto, o Senador Marcos Pontes, como é do conhecimento de V. Sas., apresentou dois projetos de lei: o Projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei 3.233, deste ano, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a participação preferencial das entidades filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos no Sistema Único de Saúde; e o PL 3.232, também deste ano, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar a transferência dos valores do ressarcimento do Sistema Único de Saúde diretamente para o ente da Federação que prestou o atendimento e estabelecer que a regra de valoração garanta a cobertura de custos dos serviços prestados.

É com muita honra que eu presido esta reunião. Eu tenho, como falei, envolvido o meu mandato com relação aos hospitais filantrópicos e tenho estado em visitas permanentes, desde o primeiro momento de meu mandato, a esses hospitais. Participo desde a chegada daqueles que precisam de atendimento à triagem, participo do encaminhamento, vou às salas de atendimento – isso regularmente. Participo também de visitas tanto a setores de radiologia e de quimioterapia na oncologia, como também às salas de recuperação. Converso com médicos, paramédicos, e vejo o grande esforço que é realizado por essas entidades que acolhem não só o padecimento do corpo, mas, sobretudo, a alma daqueles que chegam muito prejudicados em sua saúde e que trazem duas doenças: a do corpo e a da alma.

Portanto, eu tenho um profundo respeito ao trabalho que é desenvolvido por V. Sas. Sei que esta é a terceira audiência pública. Os projetos do Senador Marcos Pontes ainda se encontram na mesa para distribuição, e eu já me coloco à disposição, se for o caso, para assumir a relatoria de um ou de outro, visto o meu comprometimento, meu envolvimento com este setor, que eu entendo precioso para a sociedade brasileira.

Eu gostaria de convidar para fazer o uso...

Nós vamos aqui fazer um disciplinamento, porque nós temos, graças a Deus, uma participação ampla nesta audiência pública, pedindo que nós possamos chegar a oito minutos, com a participação de cada um dos que aqui estão, ora presencialmente, ora por videoconferência, para que nós possamos reunir esse material crítico, e fazer o bom uso na tramitação dessa matéria aqui nesta Casa.

Convido o Dr. Rogério Pecchini, Diretor de Operações em Saúde da Santa Casa de São Paulo, para fazer o uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem oito minutos, podendo, claro, se estender por mais três minutos por tolerância.

O SR. ROGÉRIO PECCHINI (Para expor.) – O.k.

Senador, obrigado pelo espaço. Cumprimento o senhor e a todos os presentes aqui.

Vou apresentar algumas experiências da Santa Casa de São Paulo.

A Santa Casa de São Paulo, uma instituição há 460 anos prestando serviço à saúde no Estado de São Paulo, de tal importância para a assistência à saúde, mas também para treinamento e formação de mão de obra especializada para o Sistema Único de Saúde, foi berço das três das mais importantes faculdades de Medicina do Brasil: primeiro, berço da Faculdade de Medicina da USP; depois, da Universidade de São Paulo, a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), à época Escola Paulista de Medicina; e, mais tarde, na década de 60, a fundação da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Essas são as unidades administradas pela Santa Casa de São Paulo: Hospital Central, 600 leitos, atendendo alta complexidade; Hospital São Luiz Gonzaga, hospital de média complexidade, 230 leitos; Hospital Geriátrico Dom Pedro II, 190 leitos ativos, num projeto de chegada a 240 leitos no próximo ano. Essas três unidades dedicam toda sua capacidade a pacientes SUS, assim como o Centro de Saúde Escola Barra Funda, que tem Estratégia Saúde da Família e comunidade e também um papel importante na formação de mão de obra multiprofissional para o sistema de saúde, formando profissionais comprometidos e engajados para o SUS, para a assistência aos pacientes SUS.

Esses são os números dos nossos atendimentos: no ano de 2024, 520 mil atendimentos ambulatoriais, 37 mil internações, 2,7 milhões de exames, 27 mil cirurgias, 215 mil atendimentos de urgência e emergência, atendendo pacientes de todo o Estado de São Paulo e pacientes de outros estados do Brasil também.

Com relação à parte financeira, apresentamos aqui o trabalho da gestão que vem sendo feito nos últimos anos para buscar o equilíbrio da instituição. Aqui, neste gráfico, a gente consegue perceber que, nos últimos anos, a gente obteve um equilíbrio operacional. A operação funciona equilibrada, né? Isso é devido a uma série de ações de gestão de maneira ativa, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

busca de receita, de contenção de despesas e de custos, mas o que nos come, o que nos prejudica, o que nos sangra o caixa no dia a dia é o endividamento ao longo dos anos. Esse endividamento é principalmente com bancos, sendo que a nossa principal dívida é com a Caixa Econômica Federal. Então, esse endividamento, conforme vou mostrar mais à frente, veio diminuindo ao longo dos anos, mas, ainda, sim, sangra bastante o caixa no dia a dia. Então, apesar da operação ajustada, nós temos o endividamento causando esse sangramento no nosso caixa e nosso desequilíbrio financeiro mês a mês.

Uma vertical de negócios em que a gente investe desde 2020 é a vertical de ensino e pesquisa, que vem se mostrando com crescimento de receitas ano após ano. Com o credenciamento da instituição como instituição de ensino superior, há uma grande possibilidade de cadastramento de cursos de formação de profissionais na área de saúde, cursos de especialização na área médica, que, na verdade, já são executados na Santa Casa e agora passam a ser executados pela IES. Então, é uma vertical bem importante de busca de receita.

Além das receitas com assistência à saúde, a outra fonte de receita importante que nós temos é a receita imobiliária, com o nosso patrimônio imobiliário. Então, o patrimônio imobiliário da santa casa, em balanço, auditado, é de R$1 bilhão de imóveis, que não são utilizados para a operação. Então, esse é o nosso patrimônio. Essa, no entanto, é a receita que a gente obtém com aluguel. Então, os R$4 milhões, por mês, são o que a gente obtém de receitas com aluguel. E isso compõe, de maneira importante, junto com captação de recursos, que a gente comenta um pouco mais à frente, as receitas apresentadas pela Santa Casa de São Paulo. Mesmo assim, o endividamento, que vem diminuindo ao longo dos anos, é muito grande, principalmente com a Caixa Econômica Federal, que é o nosso principal banco credor. Tentamos negociar essa dívida com amortização ou com liquidação da dívida ao longo dos últimos anos, sem sucesso, utilizando parte do nosso patrimônio imobiliário. Então, ofertar o patrimônio imobiliário para amortizar a dívida era um pleito importante junto à Caixa Econômica, para equilíbrio dessas dívidas, para redução do endividamento da Santa Casa de São Paulo.

Com a venda da operação do hospital privado, a gente melhorou o endividamento, mas ele se mantém, nos últimos três anos, constante. Então, esta é uma ação muito importante: usar o patrimônio imobiliário para que a gente consiga diminuir esse endividamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, estão aqui as realizações de 2024 e 2025, que foram feitas com emendas parlamentares e captação junto à sociedade. Então, aqui, há alguns exemplos.

Vou passar o filme de uma captação de uma emenda do Senador Marcos Pontes.

Passe isso.

É melhor passar no *link*?

Esse filme é para mostrar o exemplo de uma captação de recursos com a aquisição de um microscópio, com câmera 4K, que melhora muito a qualidade das cirurgias, das neurocirurgias realizadas em nosso hospital.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO PECCHINI – E há uma captação de recursos de uma emenda do Senador Marcos Pontes.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO PECCHINI – Vamos tentar retomar a apresentação.

De toda forma, é importante a gente citar aqui e reafirmar que as emendas parlamentares são importantes elementos de financiamento para as santas casas, para os hospitais filantrópicos. Para a Santa Casa de São Paulo, é a forma como nós temos de fazer os investimentos. Fazemos isso por meio de execução de planos de trabalho predefinidos, com prestação de contas muito bem acordadas e melhorando a capacidade de assistência de todo o hospital.

Então, aqui há exemplos de emendas captadas: reforma do pronto-socorro, Senadora Mara Gabrilli; reforma de um andar inteiro, são 35 leitos de pediatria, com essa composição de Deputados Federais; equipamento de hemodinâmica, bancada paulista; UTI da área obstétrica e ginecológica, também uma composição de emendas de Deputados Federais, entregando 20 leitos de terapia intensiva.

Aqui, com a sociedade civil: a Igreja Jesus de Todos os Santos, um aparelho de tomografia novo, de 64 canais; ultrassonografia, com o Rotary; e doações de pessoas físicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, a Nota Fiscal Paulista, que é uma forma também de captação de recursos que permitiu que a gente fizesse reforma em todo o parque de elevadores do nosso complexo.

Apesar de todo o trabalho realizado para gestão financeira, com redução de custos e despesas e buscas por aumento de receitas, as emendas parlamentares são fundamentais para a realização de projetos de investimentos nas instituições. A sistemática atual das emendas tira a autonomia das instituições na aplicação de projetos prioritários. Já elaboramos planos de trabalho e fazemos prestações de contas adequadas, mas a decisão de aplicação deveria ser da instituição. As entregas realizadas serão bem mais difíceis se forem executadas com o regramento atual.

Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Rogério, muito obrigado. A sua exposição foi muito clara, didática e objetiva.

É um desafio imenso, porque em qualquer atividade, sobretudo em uma atividade no hospital filantrópico, é preciso uma coisa chamada previsibilidade, e as emendas parlamentares nem sempre podem oferecer isso, previsibilidade, porque a gente sabe que conta num ano, mas não sabe se conta no outro. As inversões em investimentos para equipamentos modernos, que ajudam no diagnóstico e no tratamento, são muito vultosas.

Então, elogio bastante o arranjo da santa casa. São cinco unidades, ao que eu vi, e fica muito percebido o cuidado que se tem no atendimento. É um esforço enorme, embora exista um endividamento, mas ficou também muito claro que esse endividamento vem caindo, e isso é fruto, certamente, de uma boa gestão.

Portanto, parabéns, fica muito claro para o poder público, através desta Casa, que nós precisamos ter uma atenção muito grande com essa questão da previsibilidade.

Convido, neste momento, o Dr. Flaviano Ventorim, que está em vídeo, Vice-Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, para contribuir aqui em nosso debate.

Dr. Flaviano, estamos aqui às ordens para ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLAVIANO FEU VENTORIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, muito obrigado, parabéns pela condução hoje, estendo um abraço aqui a todos os colegas que estão presentes, que estão *online* e que estão nos assistindo.

Senador Fernando, a apresentação da Santa Casa de São Paulo remonta um pouco ao do que todas as mais de 1,8 mil santas casas do país passam hoje. As emendas parlamentares são fundamentais para a manutenção e para a modernização dos hospitais.

Quando eu falo de santas casas, eu estou falando de todos os hospitais beneficentes, sem fins lucrativos, do país, e, como o senhor mesmo falou, na grande maioria dos hospitais... das cidades, perdão, a santa casa é o único aparelho hospitalar disponível para a população. É um esforço muito grande. As santas casas e esses hospitais são a sociedade colaborando com o poder público na assistência hospitalar, quando muitas vezes esse poder público não alcançou a possibilidade de ter um serviço público lá, como preza a nossa Constituição.

Nós fazemos esses números que o senhor falou: mais de 50% das internações de SUS; quando a gente vai para a alta complexidade, mais de 70%; e, em algumas áreas, especificamente transplante, oncologia, cirurgia cardíaca, muitas vezes chega a 90%.

Senador, eu chamo a atenção para a questão das emendas parlamentares. O senhor falou em previsibilidade. A gente tem mais ou menos por base: uma emenda, desde o momento em que a gente passa, e o legislador, seja ele Deputado Federal, seja Senador, se compromete com a emenda, até isso virar projeto, são de três a quatro anos para que isso efetivamente vire um equipamento, vire uma reforma, uma ampliação. Então, a gente tenta trabalhar com planejamento, e as emendas são, para a maioria das santas casas e hospitais beneficentes, a única forma de ampliação e renovação de parque tecnológico.

Então, a gente está muito preocupado, neste momento, com uma mudança no modelo que vinha sendo aplicado, em que parte das emendas poderiam ser utilizadas de forma qualitativa. A mudança agora vem para uma execução praticamente quantitativa, ou seja, todo o valor da emenda tem que ser utilizado para novos procedimentos, em cima de uma tabela SUS que já é altamente defasada, ou seja, o hospital que pegar emenda parlamentar para fazer novos procedimentos vai aumentar o seu déficit operacional. É ilógico do ponto de vista de execução. A gente está muito preocupado. E há uma chance de não haver emendas sendo executadas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitais filantrópicos, porque nenhuma entidade vai piorar o seu endividamento. Então, a gente está muito preocupado com esse modelo que está sendo desenhado para este ano.

No mais, as santas casas e hospitais beneficentes, sem fins lucrativos, estão sempre à disposição da sociedade brasileira e da sociedade mundial, porque nós atendemos a todos os pacientes que procuram as nossas entidades, seguindo a cartilha do Sistema Único de Saúde. Nós fazemos o bem sem olhar a quem.

Nós pedimos muito o apoio do Senado para que a gente possa debater, de forma urgente, a aplicação e a utilização das emendas parlamentares no modelo que vinha sendo aplicado, para que a gente possa ter previsibilidade. Se for mudar o projeto, que não se mude assim, em cima da hora, no ano corrente, para que a gente possa verificar e ter uma aplicação mais direcionada dessas emendas.

No mais, Senador, nós entidades beneficentes estamos aqui à disposição do Senado, da Câmara, para trazer uma série de inovações. Nós nos qualificamos como organização social; nós temos parcerias das mais variadas com o poder público municipal, estadual, no sentido de fortalecer o Sistema Único de Saúde. Várias das nossas entidades fazem gestão de UPAs, fazem gestão de hospitais públicos. Nós somos uma grande parceira do sistema, sempre buscando o alinhamento com o Conass, o Conasems, junto ao Ministério da Saúde. Sempre essas entidades nos recebem de braços abertos, mostrando o quanto nós podemos ajudar o Estado brasileiro a atender essa sociedade que tanto precisa, seja nas grandes cidades, seja nos vazios assistenciais deste país, que é continental e que tem uma enorme variação de realidades.

A realidade de um hospital que está no Sul é diferente da de um que está no Norte, que é diferente da de um que está no Centro-Oeste, e nós tentamos, através da Confederação das Santas Casas e Hospitais beneficentes, sem fins lucrativos, um alinhamento que possa atender dos maiores aos menores, dos menos complexos aos mais complexos, e atender as várias realidades deste país. E nós somos a ferramenta mais dinâmica, mais econômica e mais disponível para qualquer situação, haja vista a nossa participação no Programa Nacional de Redução das Filas, a nossa participação na tragédia que foi a pandemia do covid e em outras situações que são pontuais, como a que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde vários dos nossos hospitais ficaram afetados e os demais hospitais, que acabaram não sendo afetados diretamente, se disponibilizaram a socorrer o Estado do Rio Grande nesse momento que foi, talvez, ímpar nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempos atuais e que ainda deixa uma série de problemas a serem resolvidos pela sociedade gaúcha e por outros estados também que tiveram grandes dificuldades.

Senador, acho que minha fala vai muito nesse sentido de apoiar o Estado brasileiro através dos nossos hospitais e apoiar a sociedade nas mais diversas formas com que a gente possa atender a população, com segurança assistencial e qualidade, e de fortalecer o Sistema Único de Saúde sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sou eu que agradeço, Dr. Flaviano. Aqui há um grupo de Senadores bastante preocupados com essa questão das emendas. Emenda deve ser um recurso para trabalhar não o problema, mas a solução do problema. Então, na hora em que a gente começa a criar mais dificuldades com relação à execução dessas emendas, como o senhor bem colocou, eu acho que... Eu acho, não, o grupo de Senadores aqui com quem nós temos conversado tem uma séria preocupação de que isso venha a prejudicar, na verdade, uma área sensível para o país, que é exatamente a área que vocês representam, trabalhando na ponta.

Muito obrigado, foi muito rica aí sua contribuição, foi muito rica.

Eu gostaria de convidar o Dr. Valdir Roberto Furlan, Administrador da Santa Casa de São José do Rio Preto, para contribuir aqui na nossa reunião.

O SR. VALDIR ROBERTO FURLAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar a todos e a todas, em especial aos nossos colegas aí das santas casas, em especial ao Dr. Fernando Dueire, Senador, representando hoje aí o nosso Senador Marcos Pontes.

Vou fazer uma apresentação muito rápida, muito sucinta da nossa realidade aqui da Santa Casa de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto...

Coloca no primeiro eslaide. Isso, isso.

Nós somos um hospital com 116 anos. São José do Rio Preto é uma cidade do interior do Estado de São Paulo, no oeste do estado, com 504 mil habitantes, sendo o centro de uma região com 102 municípios e sendo o maior DRS do Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós somos um hospital de média e alta complexidade. A grande maioria dos nossos atendimentos são referenciados através da UPA e da Cross, que é um sistema de regulação do Estado de São Paulo. Realizamos também alguns atendimentos de demanda espontânea na área da obstetrícia e da oncologia e somos referência em alta complexidade na neurocirurgia; na oncologia – nós somos Cacon –; na cirurgia cardiovascular intervencionista, na ortopedia e traumatologia, na oftalmologia, no transplante de córnea.

Temos 343 leitos, 220 médicos no nosso corpo clínico, 1.540 colaboradores.

Depois da pandemia... A gente tinha um equilíbrio nos atendimentos de SUS e convênios, a gente destinava, antes da pandemia, 60% ao SUS, 40% aos convênios; no pós-pandemia, a gente está mantendo em torno de 75% de atendimento SUS. Realizamos, no ano de 2024, 19.141 internações para o Sistema Único de Saúde.

Nós estamos sob gestão municipal. A santa casa é certificada com selo de qualidade pelo CQH, que é da Associação Paulista de Medicina, e participamos já do Lean na Fase 1 e estamos finalizando o Lean Fase 2, que são programas do Proadi/SUS, do Ministério da Saúde, em que a gente teve, aqui na Santa Casa de São José do Rio Preto, a assessoria do Hospital Sírio-Libanês, um projeto que eu recomendo para todas as instituições no Brasil, principalmente as nossas instituições filantrópicas, que trazem resultados extremamente significativos. Então, eu acho que o Senador deveria, realmente, incentivar a questão do Ministério da Saúde na manutenção dos PROADIs, estendendo para mais instituições filantrópicas.

Na nossa estratégia de sustentabilidade financeira, a gente coloca, como diversificação de fontes de receita, o Convênio SUS, que a gente tem com a Secretaria Municipal de Saúde, que são verbas federais. (*Falha no áudio.*) Talvez essa seja uma das estratégias positivas da Santa Casa São de José do Rio Preto, porque a nossa subvenção municipal representa praticamente uma vez a tabela SUS. Então, se a gente faz um faturamento de R$4 milhões para o SUS, o município nos complementa com mais R$4 milhões.

Temos a tabela SUS paulista. A tabela SUS paulista, hoje, representa, para a Santa Casa de Rio Preto, em torno de 1,2 da tabela SUS nacional.

Trabalhamos também, como fonte de receita, com as operadoras de saúde e o Iamspe, que é um convênio do servidor público do Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos uma representante, uma colaboradora exclusiva trabalhando na questão das emendas parlamentares, fazendo a captação de recursos, não só em nível municipal, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, como na Alesp, no Estado de São Paulo, e também na Câmara e no Senado, aí em Brasília.

E, uma outra fonte de receita nossa são as receitas financeiras. Isso é uma estratégia que a santa casa vem utilizando já há alguns anos. Pela estabilidade financeira que a santa casa tem, a gente consegue alguns financiamentos junto às instituições bancárias com taxa de juros em torno de 0,7%, 0,8%, e, com essas aplicações, hoje, com a taxa Selic na casa dos 15%, a gente então tem uma receita financeira significativa. Para vocês terem uma ideia, só no ano de 2024, essa receita financeira significou R$21 milhões.

Dentro das estratégias, ainda, da sustentabilidade financeira, nós realizamos um planejamento financeiro detalhado, com orçamentos realistas de todas as receitas e despesas. Então, por exemplo, para fazer o convencimento da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto de que a gente necessitaria dessa subvenção, nós apresentamos todo o nosso orçamento de receita e despesa do ano de 2025, e, com isso, nós somos contemplados com essa subvenção.

Há as reservas financeiras: a gente destina em torno de 5% de todo o nosso faturamento bruto como reserva financeira.

Temos uma gestão de custo muito bem controlada, com gastos evitando todos os desperdícios, por isso que eu disse que o Projeto Lean traz resultados extremamente significativos, porque o Projeto Lean contribui muito nessa questão dos desperdícios, e, com aquela sobra que a gente tem, tirando lá as reservas financeiras, a gente também faz um investimento no fundo patrimonial da instituição.

Nas doações, a gente tem dentro do nosso portal, dentro do nosso *site* da santa casa, o portal da transparência, que é onde a gente divulga todas as emendas parlamentares que a gente recebe e para onde elas foram destinadas, isso com muita transparência, para que os doadores possam continuar contribuindo com a nossa santa casa.

Trabalhamos também com gestão por projetos, em que a gente avalia rigorosamente os investimentos em novos projetos com foco em análise de resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, nós estamos com um prédio de 1,5 mil metros quadrados que tem três andares, onde nós estamos finalizando uma obra para iniciar, agora em 2026, o serviço de hemodiálise, com aproximadamente 70 máquinas. Nós vamos, assim, dar um suporte muito grande para a região e para o Estado de São Paulo, para o interior do Estado de São Paulo, na questão da hemodiálise.

Estamos com o planejamento de subir mais uma laje de 2,9 mil metros quadrados para o serviço de oncologia. Como a santa casa é Cacon, a gente precisa crescer um pouco mais esse serviço porque o espaço físico em que nós estamos trabalhando hoje ficou pequeno. Então, nós estamos com o projeto de levantar esse prédio com 2,9 mil metros quadrados. Fizemos um trabalho já com os Vereadores aqui da Câmara Municipal de São José do Rio Preto. Esse projeto está estimado em torno de R$15 milhões e nós já tivemos o comprometimento dos Vereadores, que vão dar em torno de R$7 milhões, R$8 milhões. Então, aí a gente vai tentar, junto aos Parlamentares, aos empresários e aos artistas aqui da região, para ver se a gente consegue complementar e, no final de 2026, a gente está com esse prédio pronto para atender todos os pacientes oncológicos com mais dignidade. Além disso tudo, fazer um diagnóstico precoce desse paciente para que ele não venha procurar o nosso serviço nos estágios três e quatro. É o planejamento estratégico, que é foco de todas as instituições filantrópicas.

Como sustentabilidade futura, eu acho extremamente importante, Senadora, a manutenção da revisão periódica dos contratos, de acordo com a Lei 14.820, das emendas parlamentares, como diz o Flaviano, para custeio e não para novos serviços, para a produção de novos serviços.

A revisão dos valores dos incentivos federais acho que seria uma coisa também a ser trabalhada na Câmara e no Senado para que essa verba pudesse ter um incentivo maior dentro das nossas instituições.

Quero solicitar também aos Senadores e aos congressistas que avaliem, com muito critério, a questão do impacto da redução de cargas horárias dos profissionais de saúde. Hoje a gente já escuta um *lobby* para a redução de 30 horas semanais. Isso vai acarretar um custo maior nas instituições filantrópicas. Quero também solicitar ao Governo Federal uma taxa de juros menor do que aquela que é comercializada hoje no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, foi isso que a gente preparou para esta audiência. Estamos à disposição aqui para qualquer comentário que precise ser complementado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Dr. Valdir, o senhor foi também muito didático.

Nós temos, como o senhor agora há pouco expôs com clareza e os que o antecederam também, caminhos. A verdade é que o Brasil perdeu o bônus demográfico. Hoje nós estamos numa encruzilhada difícil em que nós temos a longevidade, que por um lado é uma dádiva, e tem um custo. Isso precisa ser repensado pelo Estado brasileiro. Isso nos traz bastante preocupação, e eu tenho conversado com o Presidente desta Casa, com o Presidente da Câmara, com o Ministro da Saúde, e hoje, inclusive, estive com o Ministro Haddad, porque nós precisamos ter a grandeza de reformatar essa questão das emendas parlamentares.

Eu sei que o financiamento é mais amplo, como o senhor falou agora há pouco, mas é necessário amarrar um pouco mais essa questão das emendas parlamentares, porque, muitas vezes, fica muito clara, fica muito percebida a falta de critério para a utilização delas. Então é preciso que tenha... Na verdade, o compromisso do Congresso é um compromisso efetivo com a sociedade brasileira, e isso não pode estar desassociado do esforço que o Estado brasileiro faz, de forma que é muito importante que nós tenhamos essa compreensão e a grandeza de entender que esses critérios precisam estar mais bem amarrados.

Existem critérios, claro, em termos de percentuais, mas não bastam para o que nós estamos vivendo hoje, de forma que agradeço muito a colaboração do senhor aqui ao nosso debate.

Gostaria de convidar o Dr. Dácio Guimarães, Diretor Administrativo-Financeiro da Santa Casa de Maceió.

O SR. DÁCIO GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador Fernando Dueire, pessoa a qual eu e o Dr. Humberto, o nosso provedor, cumprimentamos, assim como os demais também.

Bom, vou tentar fazer um resumo da evolução financeira da Santa Casa de Maceió, como também de alguns aspectos financeiros do nosso segmento filantrópico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Santa Casa de Maceió possui três filiais: a matriz e duas filiais. Nossa matriz, que acabou de completar agora, há alguns dias, 134 anos, realiza alta complexidade, SUS e convênio, com total qualidade. É a maior referência em quantidade, qualidade e volume.

A nossa filial Nossa Senhora da Guia é um hospital 100% SUS, focado em média complexidade, em torno da obstetrícia, cirurgia pediátrica e outras cirurgias de média complexidade. Nesse momento, realiza 26% dos partos da capital alagoana, aqui em Maceió. E a nossa filial Santa Casa Farol centraliza a média complexidade da saúde suplementar, em sua maioria.

O hospital é composto por 395 leitos, 57 leitos de UTI, 23 salas cirúrgicas, 5 unidades de pronto atendimento, 2.556 colaboradores ativos e 1.286 médicos cadastrados.

Na filantropia, são 14 mil internações no SUS, mais de 3,3 mil internações SUS de alta complexidade por ano, representa 27% das internações do estado, e honra, como sempre honrou, um percentual do SUS com a manutenção do nosso segmento, a filantropia, com 61%.

São mais de 3,5 mil internações oncológicas por ano, 52% das internações oncológicas do estado, é a 35ª em internações oncológicas do Brasil e o único serviço de oncologia pediátrica aqui no estado, em Alagoas.

E o hospital, sim, tem uma precedência: sempre honrar a balança financeira e a qualidade. Desde 2009, iniciou o trabalho para conquistar o selo de acreditação, iniciando-se pela ONU. Depois, em 2016, conquistando a acreditação internacional. "A Santa de Maceió no seleto grupo de hospitais com selo de acreditação internacional pela Qmentum".

"A Santa Casa de Maceió [é um agradecimento à santa casa, foi motivo de orgulho] foi a primeira Santa Casa no Brasil a ser acreditada com metodologia internacional".

Na avaliação *Newsweek*, representante nacional, na 49ª posição; na avaliação Nordeste, na 7ª posição. "É o único hospital do Estado de Alagoas a utilizar o sistema de robô para cirurgias de alta complexidade específica".

Um dos parâmetros junto à avaliação financeira dos nossos sacrifícios, das nossas entregas: nossa receita SUS, R$84 milhões, em 2024; os incentivos estadual, federal, municipal e algumas emendas – poucas, mas necessárias, com certeza –, nós recebemos R$40 milhões, com um custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total de R$158 milhões. Representa, assim, um déficit, um subsídio para o SUS de R$33 milhões, que foi consolidado em 2024, necessidade essa que precisa ter a atenção de todos, do segmento interno, do segmento político para a gente conseguir manter a continuidade do segmento filantrópico com certeza.

E, aqui, o *ranking* da Santa Casa de Maceió, quando comparado com ações do Ministério da Saúde, o Tabnet – quando compara a santa casa e sua filial. A Santa Casa Nossa Senhora da Guia representa aqui um total, em 2024, de R$43 milhões de faturamento, que representa 17% da produção total do Estado de Alagoas, superando o Hospital Geral do Estado, os hospitais públicos, hospitais universitários. Então, é o primeiro hospital com grande vantagem para o segundo colocado e os demais.

Quando observamos o comparativo, observando só Maceió, a santa casa representa 31% da produção de nossa capital, com um total de R$43 milhões, e, aqui, tem a configuração específica dessa representação, sua força, sua autonomia para com os demais, também acima dos públicos e demais privados.

E, aqui, um pouco do nosso resultado. Aqui, eu escolhi, na amostragem, esse sacrifício que realizamos não só a Santa Casa de Maceió, como vários hospitais filantrópicos.

Resultado do Serviço de Oncologia, em 2024. Apenas CID oncológico, apenas o SUS, o consolidado: 21 mil diárias; uma receita, tabela SUS, de R$12 milhões; e um custo total de R$30 milhões, ou seja, teve um déficit de R$18 milhões apenas no servimento oncológico.

É aquele cálculo bem simples, em que a gente não consegue fazer uma viabilidade: para cada R$1 gasto é recebido apenas R$0,39.

E, aqui, eu escolhi, por amostragem um paciente que teve atendimentos nos últimos cinco anos: recebemos R$160 mil e tivemos um prejuízo, com esse paciente que está aqui oculto – questão de LGBT é claro – de R$0,5 milhão, foi a interpretação desse déficit para com esse paciente.

Aí, vem a preocupação dessa missão nossa de conseguir fazer o melhor, mas tem que dar uma contrapartida de algum ente público com certeza, para poder fazer mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a informação que a gente conhece bem, a nossa tabela Sigitap, que é a tabela de referências SUS. Escolhemos um paciente de Oncologia, tratamento decorrente de paciente oncológico, em 2010: pagava R$43 por diária. O mesmo procedimento, ao comparar a tabela 2025, março de 2025, os mesmos R$45 nessa diária.

E aí vem aquele ponto de atenção de que a gente fala em vários momentos, todos nós: "Ah, está há 20 anos congelado, 20 anos congelado". Nós sabemos disso com total segurança. Observamos que a inflação está aqui, mês a mês, mas devemos ter uma atenção primordial na última linha, que é a inflação acumulada: em IPCA, 400%; em IGPM, 272%. Como todos nós sabemos, no segmento hospitalar, o nosso custo hospitalar dia a dia ultrapassa tanto o IPCA quanto o IGPM. Então tem que ter essa missão diária para conseguir manter ganho financeiro da melhor forma possível.

E gestão. Para conseguir fazer esse equilíbrio financeiro, tem que envolver toda a equipe administrativa e equipe médica, e, como os colegas disseram anteriormente, com correto limite estratégico, com painéis gerenciais da forma operacional, tática e estratégica, com total transparência interna, para poder tomar a decisão.

Como o colega disse anteriormente – eu endosso a palavra dele –, tem que ter um processo Lean Six-Sigma, para que, ao se tomar a decisão, seja feita com base em estatística, e não no total, não na média, e, sim, na avaliação do processo: onde podemos ser melhor como equipe e dar essa informação para as equipes.

Tem que ter informação gerencial na palma da mão. Os departamentos, de paciente a paciente, que permitam a correta tomada de decisão de forma tempestiva, e o comando. Não tem mais como se fazer como era antigamente, que tinha uma contabilidade, que fechava a cada três meses e avaliava em outubro informações de junho. Então, é do dia a dia que tem que ter informação envolvendo as equipes: como ocupação no hospital, permanência, metas contratualizadas, o volume da emergência, cirurgias, como é que está o seu volume ambulatorial, como é que está a sua glosa técnica, administrativa, o fluxo da conta – se há receita, eventos adversos, mortalidade, outros perfis – e a parte do BSC, do marco estratégico.

E aqui é um exemplo de avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos avaliar apenas centro cirúrgico, tem que avaliar, na amostragem aqui, no procedimento, de hernioplastia incisional, que o SUS paga por ele R$659, o nosso atendimento, nessa amostragem. Se for observar que ele está dissipando informação de preço, pegarmos o preço dele e formar um preço para ter um lucro de 20%, deveria ser R$4,5 mil e, para ter uma margem clínica, R$5 mil.

Como nós sabemos, o SUS está à frente de todos os procedimentos. Qual é a nossa missão, como santa casa e demais filantrópicos? Minimizar o desperdício, eliminar o desperdício. Com o quê? Permanência na palma da mão, envolvendo o corpo clínico e avaliação do desfecho do paciente; o consumo de uma arte médica da melhor forma possível; o consumo no preço de aquisição; ter o controle do tempo cirúrgico, para evitar qualquer desvio que possa ser evitado, porque tem alguns casos que são da própria complexidade do paciente. Então, nesse desperdício, nessa transparência, a gente consegue fazer uma visão envolvendo as lideranças para minimizar o prejuízo, que é o nosso negócio principal.

E a principal missão do segmento filantrópico, como os colegas citaram, e citaram muito bem: a Lei nº 4.820 já gerou várias conquistas, mas é uma obrigação e uma grande necessidade a aprovação da sua integralidade.

O nosso endividamento. A gente não pode ter taxas equivalentes ao segmento privado, que será ampliado. Se o nosso capital de giro, se é um investimento, se é um recurso para buscar fundo para capital de giro, tem que ter um tratamento diferenciado, e não dá para ser o mesmo de empresa que quer ser ampliada. Com isso sofre muito o segmento filantrópico. As emendas já foram muito citadas, mas faço questão de reforçar a necessidade dessa aplicação nos nossos custos, na produção realizada, no seu plano de prestação de contas.

E a minha preocupação adicional é a reforma tributária, porque essa empresa que presta serviço ao hospital irá gerar o débito e o crédito, e o hospital filantrópico irá arcar só com o débito adicional ao receber o serviço prestado.

Então, mais uma vez eu agradeço o momento.

Parabéns pela organização deste momento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Dr. Dácio Guimarães.

Realmente, eu vou sugerir até ao querido Senador Marcos Pontes que nós possamos ter uma conversa com o Presidente do BNDES, que é um parceiro nosso e amigo, e com o Presidente do Banco do Nordeste, com relação às Regiões Nordeste e Norte, para verificar quais são as possibilidades com relação à questão de taxas mais justas.

Os senhores são verdadeiros missionários. Os números são surpreendentes, por mais que a gente conheça, e são mais que números, são pessoas. Então, é preciso de muita responsabilidade com relação a esse trabalho desenvolvido por todos vocês.

Dr. Jader Pires da Silva, Diretor da Santa Casa de Porto Alegre – que, não bastasse só a pandemia, ainda passou pelos dissabores de uma catástrofe no Rio Grande, mas está aqui em pé, e tenho certeza de que a Santa Casa socorreu, naquele momento de dificuldade, com ela mesmo passando por grandes dificuldades, seus irmãos e muita gente –, a palavra é sua.

O SR. JADER PIRES DA SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela oportunidade de estar aqui com vocês e debater uma necessidade que o país enfrenta.

Quero aqui cumprimentar os meus colegas das santas casas e dos hospitais filantrópicos, conectado *online*, o nosso eterno Presidente Rogatti, e, na pessoa dele, quero cumprimentar a todos.

Vou falar um pouquinho sobre a Santa Casa de Porto Alegre, um hospital de 222 anos composto por nove unidades hospitalares, tendo essas unidades o principal foco em atendimento em alta complexidade.

Como oito das nossas unidades estão juntas no centro de Porto Alegre, nós acabamos nos intitulando como a Cidade da Saúde e lá nós cuidamos da saúde da população do Rio Grande do Sul. Os nossos números são impressionantes, mas, muito além dos números, a santa casa foi se formando conforme a necessidade da população gaúcha, e, conforme essa necessidade foi premente, nós fomos abrindo unidades hospitalares para cuidar de cada uma dessas especialidades e necessidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 222 anos, com um propósito bastante claro, que é ajudar a construir um mundo em que todas as pessoas tenham acesso à saúde de qualidade, e, quando eu falo, são todas, porque, no Rio Grande do Sul, a santa casa é o maior prestador de serviço ao SUS do estado, mesmo tendo diversas unidades federais lá, e também é o maior prestador de serviço à saúde suplementar, ou seja, a gente consegue cobrir toda a sociedade do Rio Grande do Sul e todo o processo de atendimento.

Os nossos números são números expressivos: são 66 mil internações, em torno de 1,3 mil leitos, 78 salas cirúrgicas, sendo que, em 2024, fizemos 63 mil procedimentos cirúrgicos e 6 mil procedimentos obstétricos; são 313 consultórios, 862 mil consultas. Antes da pandemia, fazíamos mais de 1 milhão de consultas; ou seja, o número era mais expressivo ainda antes da pandemia. Em urgência e emergência, são quase 200 mil, e são 6,7 milhões de diagnósticos feitos, 9.228 colaboradores, 3.265 médicos ativos e 533 médicos residentes.

Temos o privilégio de atender a população do Brasil inteiro – no ano que se passou, foram 1,592 milhão de atendimentos – e atendemos pacientes provenientes de todos os estados do Brasil em alta complexidade. É impressionante que, desde transplantes a cirurgias cardíacas e neurocirurgias, de todos os procedimentos de alta complexidade – eu até diria de altíssima complexidade – a Santa Casa de Porto Alegre participa.

Sobre transplantes, nós temos uma unidade hospitalar especializada em transplantes, o Hospital Dom Vicente Scherer. No ano passado, fizemos 691 transplantes, sendo 454 de órgãos – coração, fígado, pulmões e rins –, 108 de córneas e 129 de medula, ou seja, é uma unidade hospitalar única do ponto de vista de alta complexidade, e o nosso propósito é ampliar essa alta complexidade ainda mais. Lembro-os de que lá no Rio Grande do Sul, em 1999, fizemos o primeiro transplante intervivos de pulmão fora dos Estados Unidos – então, fomos o segundo no mundo a executar esse procedimento – e, em 2024, fizemos 327 transplantes de rins.

Outro ponto que nos chama bastante a atenção é que, assim como a Santa Casa de São Paulo, que, ao longo da sua história, formou três das melhores universidades do Brasil, nós formamos duas: a primeira universidade do Rio Grande do Sul, a nossa universidade, que se transformou, depois, na UFRGS, uma universidade renomada no Rio Grande do Sul; e, depois, a UFCSPA, que é uma universidade federal hoje, que também foi formada lá na santa casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, temos 220 projetos de pesquisa, sendo que atendemos 340 pacientes nesse processo; 63 programas de residência; e 420 médicos residentes, mais 86 médicos estrangeiros e 33 de outros países. Da nossa população, do nosso percentual de atendimento ao SUS, 62% são pela lei da filantropia. Percebam que ele vem reduzindo, não pela diminuição de atendimento ao SUS, mas, sim, porque estamos ampliando a saúde suplementar para nos apoiar no custeio das nossas unidades.

Um desafio de que os nossos colegas já falaram – não quero ser repetitivo – é a defasagem remuneratória crônica. A abordagem do Dácio foi clara quando comparou a inflação dos últimos anos, de mais de 200%. A reforma tributária é um grande risco, e as emendas de custeio, que, até então, contribuíam tanto para investimentos como também para o dia a dia do hospital, para pagamento de salário, para pagamento de insumos, com metas qualitativas... A pressão de custos é crescente, e existe um paradoxo dos novos programas – o Governo quer que a gente preste mais serviços sob uma remuneração diferenciada da dos serviços novos; e os serviços antigos, completamente deficitários. Como a gente chega para o nosso corpo clínico e fala: "Até a cirurgia 100, tu recebes x; da 101 até a 120, tu recebes 3x". O corpo clínico não consegue compreender isso, as estruturas hospitalares não compreendem isso. Então, o ideal é: se quiser investir numa linha de cuidado, invista em todos os procedimentos dessa linha de cuidado, desde o procedimento 1 até o procedimento 1 mil, 2 mil, 5 mil.

Sobre a ausência de linha de financiamento adequado, a Santa Casa de Porto Alegre tem em torno de R$600 milhões de endividamento, sendo R$300 milhões de capital de giro e R$300 milhões de investimento; e, logicamente, consome... Uma boa parte da sua produção vai para pagamento de juros, com uma taxa de juros tão elevada como estamos.

Aqui nós temos uma fotografia que demonstra a evolução do déficit SUS na operação da santa casa desde os anos 2000. No ano de 2000, nós pagávamos R$18 milhões por ano para atender o SUS, e equivalia, a cada R$100, uma cobertura de R$79. Atualmente, em 2024, nós tiramos do nosso bolso – de atendimentos da saúde suplementar, de estacionamento, cafeterias, cemitérios, operações de ensino, de pesquisa – R$160 milhões de resultado econômico para pagar a nossa missão, ou seja, tudo que o SUS nos remunera é insuficiente e ainda nós precisamos produzir mais recursos para esse custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é o risco de não agirmos, porque aquela pirâmide, aquele gráfico, tende a aumentar cada vez mais. Quais são esses riscos? A desassistência regional, a perpetuação e o agravamento de filas e o risco sistêmico do SUS. Qual é o prestador de serviços que tem intenção de atender mais se cada atendimento a mais gera mais prejuízo? Então, é algo nocivo para todos.

Aqui eu vou desenvolver uma proposta que pode ser um dos pilares para que a nossa Comissão comece a pensar em refinanciamento, sendo que ela pode ter cinco pilares:

Um adicional remuneratório para os hospitais de ensino. São hospitais mais caros por natureza e eles precisam ser analisados e estudados de outra forma.

Também o volume de especialidades médicas e residências. Imaginem, nós lá temos mais de 500 residentes. Não existe somente o custo da mão de obra do residente, existe o custo de ter a estrutura, o equipamento hospitalar, e, principalmente, 60 programas de residência médica demonstram claramente que o paciente que lá está é um paciente de alto custo. Então, também remunerar esta questão...

O custo da disponibilidade, que é a prontidão de um hospital estar com a porta aberta. O bombeiro recebe por incêndio? Acho que não, né? Ele recebe por ter uma unidade de bombeiro para apagar o incêndio quando necessário. As nossas emergências, as nossas estruturas têm custos fixos elevadíssimos, com diversas especialidades de prontidão, e recebem R$10, R$15, R$20 a consulta de cada atendimento de emergência.

Uma medicina baseada em valor e indicadores de *performance*. Aqui ninguém está mendigando nada. Devemos ser auditados, devemos ser monitorados, mas tudo isso com base em entrega para a sociedade.

Do ponto de vista estrutural, hoje, 35% de toda receita SUS da santa casa é produção. Imaginamos que a gente produza R$180 milhões de atendimento hospitalar. Temos mais em torno de R$165 milhões de incentivos, todos eles federais, estaduais e municipais. A soma disso nos gera 31% de prejuízo, porque ainda faltam 31%. O nosso pedido é claro: eles precisam, estes 31%, serem cobertos com um novo incentivo. A maneira como esse novo incentivo vai ser criado... Nós estamos à disposição para ajudar, mas nós pensamos que pode ser o adicional do hospital de ensino, de especialidade médica, o custo de prontidão, e isto vai entregar para a gente uma medicina baseada em valor, com indicadores de alta *performance*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos entregar para a sociedade, além do que nós já entregamos, é uma redução de fila, a maximização dos resultados, uma governança e transparência. Eu acho que fica claro, com todos que me antecederam aqui, o modelo de governança sólido que as santas casas e hospitais filantrópicos possuem, a formação e qualificação de médicos. Somos os maiores formadores de qualificação médica e de profissionais da saúde do país. É claro isso, fica bastante evidente.

Ciência, inovação e ensino para a sociedade. E, para nós, para os nossos hospitais, um aumento de produção remunerada, previsibilidade e sustentabilidade, Senador, valorização do ensino e pesquisa, perenidade de propósito, porque esse é o nosso compromisso.

A sustentabilidade financeira dos hospitais filantrópicos é essencial para o futuro do SUS e para garantir o acesso universal à saúde de qualidade. Um novo modelo remuneratório gera uma parceria moderna, eficiente e justa, em que Governo e sociedade ganham juntos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito bom, Dr. Jader.

A participação foi muito clara, e não fica aqui nenhuma dúvida dos desafios: a questão da reforma tributária; a questão das emendas de custeio; a pressão do custeio, que é muito clara, muito objetiva; serviços antigos, há defasagem com serviços novos; e ausência de linha de financiamento adequada.

E há sugestão de caminhos. Eu vou conversar com o Senador. Acho que nós podemos contribuir com relação a esses itens, mas nós podemos também conversar. Eu tenho visto, dentro do setor público, bancos de fomento reformatarem a dívida existente em outras condições, tanto de taxa como de alongamento. Isso eu acho que vai ao encontro de todo o trabalho que vocês estão desenvolvendo. Os critérios estão muito claros: essa questão do custo de disponibilidade, indicadores de *performance*, questão do volume, hospital de ensino, enfim... Há caminhos. Muito claramente se percebe que nós temos caminhos.

Muito obrigado por estar aqui e por nos ajudar a entrar nesse grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Dr. André Giordano Neto, Superintendente Corporativo do Instituto Coração da USP, São Paulo, para participar aqui, colaborando nesta massa de informações que vai permitir que a gente tenha um espaço bem construído para ajudá-los.

O SR. ANDRÉ GIORDANO NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Estão me ouvindo?

Boa tarde a todos.

O senhor me ouve, Senador?

Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sim, ouvimos bem.

Por favor, pode continuar.

O SR. ANDRÉ GIORDANO NETO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Estou aqui com o Dr. Arcênio. Nós vamos aqui fazer uma dupla nesta nossa interação, nesta honrada reunião. Queremos agradecer a possibilidade de participar.

Quero deixar já um abraço para todos da mesa, para todos os colegas que nos antecederam, e um abraço especial para o Senador Astronauta Marcos Pontes, que é um Senador que tem estado várias vezes aqui na nossa Casa, a gente tem tido um número muito grande de conversas tanto na área assistencial como na área de inovação. Quero também cumprimentar um dos principais assessores do Senador, que é o Dr. Marcelo.

A gente não preparou uma apresentação, mas a gente vai discorrer sobre alguns assuntos aqui. Eu vou me dividir com o Arcênio e vou contar alguma coisa da nossa instituição e alguma coisinha de um dos projetos de lei em que nós nos prontificamos a ajudar. Depois, o Dr. Arcênio, com a categoria que tem, vai discorrer sobre a parte de melhoria do sistema de remuneração dos filantrópicos.

Então, nós aqui representamos o Instituto do Coração. A Fundação Zerbini é uma fundação de caráter privado que existe há 47 anos, apoiando o Instituto do Coração. O Instituto do Coração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é um dos institutos do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É também conhecido como o maior polo de saúde da América Latina o HC como um todo.

O nosso instituto conta com 3,9 mil colaboradores, sendo que hoje a Fundação Zerbini é responsável por suprir aproximadamente 78% da folha de pagamento desses 3,9 mil colaboradores. Somos um hospital de altíssima complexidade na área de cardiologia e pneumologia. Atendemos a população de São Paulo, a população de vários estados do Brasil e a população de vários países. Temos um corpo de médicos de aproximadamente 600 médicos nesse montante de funcionários. É um hospital que custa aproximadamente R$1 bilhão por ano, dos quais a Fundação Zerbini entra com mais ou menos dois terços desse custeio e o outro terço vem do Tesouro estadual.

É um hospital de 450 leitos, dos quais 135, leitos de UTI. É uma proporção um pouco diferente da usual, mas isso se deve a sermos um hospital de altíssima complexidade, inclusive com uma realização... Acho que, no tocante a transplantes de coração, somos o hospital que mais fez transplantes de coração no Brasil nos últimos anos. Recentemente, como um dos colegas já mostrou, nós também fomos agraciados com nosso *ranking* na revista *Newsweek* americana: somos o melhor hospital público da América Latina e o 12º do mundo em cardiologia e cirurgia cardiovascular.

Nós saímos de uma dívida muito grande, há uns quatro, cinco anos. Terminamos o pagamento dessa dívida. A fundação passou um momento muito ruim nos idos de 2004, 2005, e acabou se formando uma dívida aí na casa de R$500 milhões. Graças a Deus, com o empenho de muitas pessoas, de 2017 para 2018, nós conseguimos resolver essa dívida e estamos hoje respirando. Digo que saímos do respirador e estamos respirando naturalmente. A fundação hoje consegue fazer o custeio do hospital a duras penas, como todos já disseram.

Eu fiquei contente em poder ajudar em um dos assuntos que eu considero muito importante, sobre o qual o Senador discorreu logo no começo da sua fala, que é um dos projetos de lei que diz respeito à remuneração dos hospitais que prestam serviço no que diz respeito a quando você atende um paciente que tem plano de saúde, que é a famosa tabela Tunep.

Hoje esse recurso advindo da tabela Tunep é muito difícil de chegar naturalmente nos prestadores de serviço, eu diria que é quase impossível, e a nossa ideia de ajuda sempre foi fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que esse chassi se modernizasse um pouco e esse repasse de recursos entre o Tesouro Nacional e o prestador de serviço fosse mais tráfego, mais rápido e mais consistente. Isso sem dúvida ajudaria muito o hospital!

Quero dizer que, assim como todos os colegas que falaram, as defasagens que a gente percebe hoje, ainda na tabela SUS, apesar de muitas melhorias que foram feitas nos últimos dois ministérios, mas ainda existe uma defasagem muito grande. Hoje o nosso serviço SUS no hospital consome aproximadamente 85% da nossa força de trabalho, os outros 15% são dedicados à saúde suplementar e, ultimamente, temos atingido um patamar um pouco inferior a 15%, na ordem de 13% a 14%.

Somos um hospital de quatro pilares: o pilar da assistência, que, sem dúvida, é o que consome mais recursos; temos os pilares do ensino, uma fonte de recurso em crescimento; o pilar da pesquisa, com uma fonte de recurso também em crescimento; e com o pilar da inovação, em que, sem dúvida, todo o resultado da inovação vai espirrar e vai beneficiar o atendimento aos pacientes que nos procuram. Então, esses são os quatro pilares hoje de sustento.

Digo isso porque quero, também, como todos os colegas já falaram, mostrar a importância das emendas parlamentares para o custeio do SUS. As emendas parlamentares de custeio permitem que a gente possa usar esse recurso em qualquer linha de despesa da instituição, o que é muito importante, tendo em vista o alto custo dos medicamentos, o alto custo dos insumos ao longo desses anos todos e que as tabelas, tanto do SUS como as tabelas que são aplicadas na saúde suplementar, não acompanham na mesma velocidade. Então, daí a importância desse novo projeto de lei, a importância sempre de novos insumos que sejam possíveis de serem doados aos hospitais, de serem repassados aos hospitais, para que a gente tenha cada vez mais uma assistência.

O nosso país é continental, com uma população enorme, não existe no mundo um sistema de saúde que atenda a tantas pessoas e isso requer um incremento de financiamento sempre inovador e sempre constante, sempre acontecendo de várias maneiras.

Então, quero agradecer a participação e colocar que continuo à disposição dos Senadores e de todos os que compõem o estudo desses assuntos, para que a gente chegue e ajude esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

projetos de lei a seguirem e serem aprovados, o que, sem dúvida, trará resultados para todas as entidades hospitalares, para todas as entidades filantrópicas do Brasil.

Muito obrigado.

Senadores, se me permitem, se o senhor quiser fazer uma ressalva, eu passo a palavra para o Dr. Arcênio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Por favor.

O SR. ARCÊNIO RODRIGUES DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Ouve-me, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sim, todos ouvimos.

O SR. ARCÊNIO RODRIGUES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Fernando Dueire, é um prazer; boa tarde aos demais Parlamentares presentes, a todos os participantes, palestrantes, é uma honra participar desta Comissão, e estendo o meu abraço ao Senador Marcos Pontes, ao Dr. Marcelo Morales, porque muitos trabalharam no encaminhamento desses projetos de lei.

Senador, nós estamos aqui a cuidar de um assunto que trata exatamente do ponto central da crise da saúde no país, que é o financiamento. (*Falha no áudio.*) ... já declinaram, já falaram das suas instituições, e eu aqui, como advogado, vou falar um pouco da minha experiência (*Falha no áudio.*)

... do terceiro setor, na área de filantropia, do direito tributário.

Quero aproveitar e mandar um abraço ao Dr. Valdir Furlan. Conheço muito bem a Santa Casa de São José do Rio Preto, uma entidade extremamente relevante para Rio Preto – prazer em revê-lo. E também ao Dr. Edson Rogatti. Nós sempre participamos de vários debates, vários debates sobre filantropia e tudo mais.

Portanto, Senador, quanto aos dois projetos de lei – o senhor me permita, então –, como operador do direito, analisando os projetos, eu trouxe oito eixos que considerei importantes para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Comissão e, depois, claro, toda a sociedade debata sobre essa questão e as demais Comissões do Senado Federal.

Hoje, na rede assistencial, no SUS, 50% dos atendimentos do SUS hoje são com os hospitais filantrópicos; e 70% dos procedimentos de alta complexidade também. Portanto, os hospitais filantrópicos, as santas casas, as fundações de apoio são parceiras do SUS. A questão do financiamento é crucial, e nós estamos num modelo que, cada vez mais, vem dilapidando e dificultando a gestão desses hospitais: 60% das instituições operam com déficit estrutural; e, como o senhor bem colocou, Senador, hoje a dívida dos hospitais filantrópicos supera R$20 bilhões, algo praticamente impagável.

Portanto, quanto aos dois projetos de lei, eu aqui, na análise do documento que eu recebi do Dr. Fernando Morales, destaquei oito eixos – o senhor me permita aqui – como advogado.

O certificado, a certificação das entidades filantrópicas, ou seja, o Cebas. Hoje há uma dificuldade muito grande no reconhecimento da certificação do Cebas. Eu tenho certeza de que várias entidades aqui, algumas não têm o certificado ou, se têm, estão com alguma dificuldade para manter o Cebas por conta de toda uma legislação e uma burocracia em volta desse tema. O Cebas é fundamental, e essa lei traz isso com muita propriedade.

Veja bem: nós estamos vendo que as filantrópicas estão com um déficit de R$20 bilhões. Se elas não tivessem os certificados, com certeza isso já seria o triplo, porque toda a economia tributária que o Governo chama de renúncia tributária – estudos mostram isso; estudos qualificados de entidades sérias... A cada R$1 da renúncia fiscal, uma filantrópica converte R$5 em assistência. Reitero, a cada R$1 da renúncia fiscal, uma filantrópica converte R$5 em assistência. Portanto, é fundamental a certificação. Várias entidades têm essa dificuldade na certificação, e, em muitos casos, acaba-se por judicializar essa demanda. Portanto, é fundamental essa previsão contida no projeto de lei do Senador Marcos Pontes.

Incentivar a adesão a políticas públicas e programas é fundamental, ou seja, à estratégia do SUS. É fundamental que isso tenha... Os programas, a estratégia do SUS, que as filantrópicas participem dessa política e que participem de acordo com o seu perfil, com a sua área de atuação, para que tenham possibilidades de atuar, porque muitos hospitais têm o certificado de hospital de regime especial, de regime qualificado etc., mas porque dependem de algum requisito. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários outros hospitais, entidades, Santas Casas não conseguem essa qualificação e não conseguem participar de programas e projetos como o próprio Proadi, que foi dito aqui.

A questão do equilíbrio econômico-financeiro é fundamental. Nós sabemos que a tabela SUS é defasada, sabemos que há um subfinanciamento. Portanto, a questão da tabela SUS é fundamental. E aqui o Dr. André colocou bem essa possibilidade de as Santas Casas, de os hospitais filantrópicos cobrarem diretamente da operadora. Esse é um debate que nós tivemos aqui em São Paulo, com as entidades e com o Ministério Público, porque o Ministério Público acusou que a entidade, que era uma filantrópica, ao cobrar diretamente da operadora, o paciente que tinha o plano de saúde estava privatizando a saúde. Portanto, estava atingindo, maculando o interesse público. E aí, nós fomos para o Judiciário exatamente com o mesmo argumento. Quem defende o interesse público é exatamente a filantrópica, porque ao passo que um paciente que tem plano de saúde e prefere, escolhe, de forma livre, soberana, ser atendido por um hospital, uma Santa Casa, um hospital público, um hospital filantrópico, por que não cobrar da operadora o custo daquele atendimento? Por que onerar o SUS em detrimento da operadora, ou seja, somente a operadora é beneficiada, e o SUS, com todo esse subfinanciamento, acaba sendo mais onerado.

Portanto, isso, nós levamos ao Judiciário, e o Supremo decidiu da perfeita legalidade de as filantrópicas, de os hospitais públicos, privados, as fundações cobrarem diretamente da operadora ao identificar um paciente que tem plano de saúde e prefere ser atendido naquele hospital. Portanto, essa é uma questão fundamental que consta no projeto de lei. Eu reputo como de muita relevância, Senador, esse ponto.

Outra questão é: nós sabemos que as Santas Casas têm uma origem muito antes do SUS. As Santas Casas, as filantrópicas surgiram há muito tempo, muito antes do SUS. Portanto, têm toda uma questão familiar, de gestão, enfim, e isso vem num progresso, vem num caminho de profissionalização. O que nós defendemos, e o projeto traz isso também, é maior profissionalização da gestão das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos, ou seja, melhorar ainda mais, porque, como foi dito aqui pelos pares, não é fácil fazer a gestão de uma entidade com toda essa dificuldade. Portanto, eu reputo como importante, fundamental.

A capacitação, como o foi dito, acho fundamental. Foi dito também aqui, por um dos participantes, um tratamento diferenciado, ou seja, um hospital com perfil assistencial tem todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um tratamento diferenciado para o SUS, e eu disse que, de acordo com o perfil, de acordo com a sua capacidade operativa, tem um entendimento e tem um programa, um projeto para esse hospital, para essa santa casa; e há as linhas de crédito.

Eu penso que é fundamental – é um dos pontos que eu verifiquei no projeto – a questão de formatar um fundo de financiamento das santas casas: ter um fundo robusto, gerido por entidades, por pessoas capacitadas e, é claro, pelo próprio Governo, ter um fundo constituído que venha a socorrer as santas casas, para que elas fugam de bancos, de taxas extravagantes, e tenham um financiamento que possam honrar no futuro. Portanto, eu penso que isso é fundamental, a criação desse fundo, como está no projeto de lei.

Os demais pontos, Senador, e eu disse aqui o oitavo, que eu quero reiterar, é essa possibilidade da cobrança direta com a operadora de saúde, que é fundamental nesse patamar. Nós temos que ter um limite de cobrança, de 20% ou 25% – aqui em São Paulo já se admite até 25% –, e seria fundamental constar isso numa norma legislativa.

No mais, fico à disposição.

Quero novamente reiterar, agradecer pelo convite. É uma honra poder participar da Comissão. Estarei sempre à disposição para colaborar no que for preciso.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Agradeço a participação.

Eu vejo que há uma convergência muito grande entre o que está sendo posto por cada um de vocês.

Isso é importante, eu até diria que o Senador Marcos Pontes me deu um presente em poder me permitir estar aqui com vocês hoje. Esse é um setor que me traz muita sensibilidade, com o qual eu tenho uma atenção muito grande, e vou pedir permissão a ele, inclusive, para relatar, se não os dois, pelo menos um dos dois projetos que ele apresentou, para tentar agregar valor ao espírito do trabalho que é desenvolvido por vocês e pelo grande desafio do dia a dia que é a gestão desses hospitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Dr. Arcênio Rodrigues da Silva, Superintendente...

Aliás, já, Dr. Arcênio, é só para lhe agradecer.

Dr. Edson Rogatti, Diretor-Presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo

O SR. EDSON ROGATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, queria agradecer muito o convite do Senador Marcos Pontes e agradecer também ao Senador Fernando, que está hoje aí à frente desta audiência pública.

Eu acho que todos que me antecederam foram muito claros, objetivos no que eles falaram. Eu concordo plenamente com todos e eu vou mudar um pouquinho a lógica da minha palavra agora.

Eu vou fazer um contexto da rede filantrópica paulista, que é responsável por mais da metade dos atendimentos de média e alta complexidade do SUS aqui em São Paulo.

Nós temos 405 instituições que compõem o setor filantrópico paulista, referência em qualidade e capilaridade.

Há 65 anos, a Fehosp atua na defesa de profissionalização e sustentabilidade das instituições. O desafio é garantir a sustentabilidade financeira com qualidade assistencial e ampliação do acesso.

A defasagem da Tabela SUS Nacional ultrapassa 85% dos procedimentos, sem atualização desde 2001. O modelo federal tornou-se insuficiente para cobrir os custos reais dos nossos hospitais. Essa defasagem impacta diretamente na manutenção de leitos, equipes e serviços necessários.

Era necessária uma solução regional que garantisse previsibilidade e equilíbrio financeiro. Nós criamos, aqui em São Paulo, a Tabela SUS Paulista. Foi lançada em 2023, pelo nosso Governador Tarcísio de Freitas e o Secretário Eleuses, e é um marco histórico do financiamento da saúde. Desenvolvida numa parceria entre o Governo do Estado, a Fehosp, a FIP e as entidades hospitalares, o objetivo era complementar os valores da Tabela SUS Nacional, assegurando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento justo e transparente, baseado na produção aprovada pelo Ministério da Saúde com regras simples e claras.

A transparência: o prestador sabe exatamente quando irá receber; simplicidade: os cálculos diretos, o número de procedimentos x valor da complementação; clareza de critérios: valores e limites públicos acessíveis, sem aumento da burocracia, mesmas regras de pagamento do SUS federal. O SUS federal paga até o dia 10 de cada mês e a Tabela SUS Paulista paga nos dias 25, 26, no mesmo mês.

Aqui, pela primeira vez, a Tabela SUS Paulista pegou 800 instituições beneficiadas em todo o Estado de São Paulo. Mais de 2,2 milhões de internações complementadas desde o início do programa.

O Governo do Estado, em 2024, colocou recursos do Tesouro estadual: R$6,7 bilhões foram repassados em complementação até 2025, na Tabela SUS Paulista. Isso representa 50% a mais nas internações SUS no Estado de São Paulo. O resultado foi uma redução do déficit operacional e a melhoria na oferta dos serviços, o aumento de cirurgias eletivas e de alta complexidade, a redução das filas e um melhor planejamento hospitalar, o fortalecimento da gestão de pessoas com capacitação e valorização das equipes.

Estamos treinando agora – o Flaviano já sabe disso –, através da CMB, mais de 1,3 mil profissionais em gestão. Há maior previsibilidade orçamentária, permitindo assim um planejamento estratégico sustentável.

A implementação da Tabela SUS Paulista exigiu melhorias na governança e na gestão financeira; ênfase em: planejamento estratégico de recursos, gestão de contratos e repasses, transparência e controle de resultados, uso de um sistema de informação integrado para o melhoramento e auditoria.

A modernização hospitalar inclui prontuários eletrônicos integrados; uma telemedicina T+ Saúde, que está implantada no Hospital Santa Marcelina; sistema de *business intelligence* (BI) para análise e decisão; telemedicina para o monitoramento remoto de pacientes; e capacitação contínua de gestores e equipes. Oficinas e planejamentos estão sendo realizados em todas as RRAS (Redes Regionais de Atenção à Saúde)

Já estamos na terceira etapa da regionalização aqui no Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é regionalização? São os vazios assistenciais que tem aqui no estado. O Governo do estado, agora em 2026, vai bancar esses vazios, para que o paciente não fique andando de ambulância de um hospital para outro, mas que ele seja atendido na sua região.

Lá em São José do Rio Preto, o paciente vai ser atendido lá; em Ribeirão Preto, a mesma coisa; em Presidente Prudente, a mesma coisa; no Vale do Paraíba, a mesma coisa. O paciente vai deixar de ficar andando de ambulância, para ser atendido na sua região.

A modernização hospitalar também inclui: compartilhamento de decisões e o fortalecimento do território; políticas públicas regionais que viraram ações do estado; ampliação das vozes dos prestadores locais e da integração dos municípios.

Agora, pela primeira vez, todos os hospitais filantrópicos, as santas casas e hospitais filantrópicos, foram chamados para discutir a saúde na sua região. E, agora, o Governo do Estado de São Paulo criou a tabela SUS municipal, uma iniciativa inédita do Governo do estado, que vai financiar a atenção primária e hospitalar de forma conjunta e integrada. São 133 instituições beneficiadas em 70 municípios do Estado de São Paulo, com os mesmos valores da Tabela SUS Paulista.

A sustentabilidade depende de quê? De atualizações periódicas, conforme a inflação médica; de parcerias entre o Governo Federal, o estado, os municípios e o setor filantrópico; de uma gestão baseada em evidências e indicadores; da inovação na administração hospitalar, para ampliar resultados e reduzir custos; da revisão e expansão de serviços; de reajustes periódicos de procedimentos; da ampliação dos repasses municipais; da integração digital entre as redes estadual e municipal; e da capacitação contínua dos gestores hospitalares.

A Tabela SUS Paulista é mais do que um instrumento financeiro; é um modelo de gestão pública moderna, baseada na transparência, na eficiência e nos resultados. Representa a valorização do trabalho filantrópico e o fortalecimento do SUS aqui em São Paulo.

Sustentar o SUS é investir em quem cuida, em quem gera e em quem precisa.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Agradeço ao senhor, Dr. Edson Rogatti, e gostaria de saber se o Dr. Marcelo Morales gostaria de nos deixar aqui alguma mensagem, ele, que assiste o Senador Marcos Pontes nessa luta.

Por favor.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Fernando Dueire.

Primeiro, gostaria de agradecê-lo pela generosidade e toda atenção que está tendo com as santas casas e as filantrópicas, nesse pleito tão importante que foi colocado muito bem pelos interlocutores, todos aqui, mas o projeto de lei que foi colocado pelo Senador Marcos Pontes foi debatido com as filantrópicas e santas casas, para que pudesse ter esse termo em que está neste momento.

Neste momento ele está na Mesa Diretora, ainda na Mesa do Senado. Eu acho que, com a designação, Senador, seria excelente que o senhor fosse o Relator dos dois projetos de lei.

E eu só agradeço a possibilidade de estar aqui presente, de fazer essa interlocução, e estamos todos aqui no Senado, o senhor, o Senador Marcos Pontes, eu, que sou médico, aqui com atenção, para que as santas casas possam fazer o seu trabalho da melhor maneira possível.

Muito obrigado. Essa é a minha interlocução aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Bem, agradeço a valiosa contribuição do senhor, Dr. Marcelo Morales; agradeço a todos que aqui estiveram presentes e que estão presentes, a colaboração de todos que, por vídeo, puderam trazer.

Esse projeto, como foi dito pelo Dr. Marcelo Morales, é um projeto que foi construído a muitas mãos, os que estão na Mesa Diretora, mas é importante que seja sempre um espaço em que a gente possa contribuir, enriquecer e até negociar com o próprio Governo, com relação às demandas que estão postas e que não são efetivamente dos senhores, mas da sociedade brasileira, de forma que muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar e, mais uma vez, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quinze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Romário, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 88/2025 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), REQ 89/2025 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), e REQ 92/2025 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater a grave situação envolvendo a circulação de bebidas alcoólicas adulteradas, em especial com a adição de metanol, e as alternativas para garantir a rastreabilidade e segurança no consumo, incluindo a discussão sobre a retomada de um sistema semelhante ao antigo SICOBE, desta vez modernizado, com recursos tecnológicos que permitam ao consumidor verificar, por meio de seu celular, a procedência e a regularidade do produto adquirido. **Participantes:** Edenilo Baltazar Barreira Filho, Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde; Daniel Roberto Coradi de Freitas, Coordenador-Geral do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Diogo Penha Soares, Diretor Adjunto do Gabinete do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Vandreia Mota Rocha, Coordenadora-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil; Paulo Solmucci, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel; Cristiane Foja, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Bebidas - Abrabe; Eduardo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas - ABBD; Márcio Maciel, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV; Alexandre Macário, CEO da Circula Vidro; Doreni Caramori, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos - Abrape; Carlos Goulart, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária; Carlos Eduardo Cabral de Lima, Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça; Ramón Péres Fermin, Vice-Ministro do Ministério da Indústria, Comércio Y MIPYMES do Governo da República Dominicana; Osny da Silva Filho, Diretor do Departamento de Proteção e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Jeff Hardy, Diretor-Geral da Aliança Transnacional para o Combate ao Comércio Ilícito. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/15

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos de nº 88, 89 e 92, de 2025, CAS, de autoria do Senador Nelsinho Trad, para a realização de audiência pública destinada a debater a grave situação envolvendo a circulação de mercadorias alcoólicas adulteradas, em especial com a adição de metanol, e as alternativas para garantir a rastreabilidade e segurança no consumo, incluindo a discussão sobre a retomada de um sistema semelhante ao antigo Sicobe, desta vez modernizado, com recursos tecnológicos que permitam ao consumidor verificar, por meio de seu celular, a procedência e a regularidade do produto adquirido.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Aqui, a assessoria... Nós temos hoje 16 convidados, 16 palestrantes, então ficaria um número muito extenso para a gente fazer de uma vez só.

Então, de acordo aqui com o autor do requerimento, o Senador Nelsinho Trad, e a assessoria, nós dividimos aqui em três mesas.

A mesa um será composta dos senhores:

- Edenilo Baltazar Barreira Filho, Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde – videoconferência, ele estará presente por videoconferência –;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Daniel Roberto Coradi de Freitas, Coordenador-Geral do Centro de Informações Estratégicas e Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – também por videoconferência –;

- Carlos Goulart, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária – presença confirmada, pode vir aqui para a mesa;

- Diogo Penha Soares, Diretor Adjunto do Gabinete do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – pode se dirigir aqui à mesa, por favor –;

- Vandreia Mota Rocha, Coordenadora-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil – presença confirmada. (*Pausa.*)

Não está presente? Ah, está vindo aqui.

E o representante da Polícia Federal, aguardando confirmação. (*Pausa.*)

Não enviaram o representante.

Então, vamos dar início aqui à nossa audiência pública.

Vou passar a palavra ao Senador Nelsinho Trad, que é o autor dos requerimentos que convocaram esta audiência pública tão importante, dados os fatos que ocorreram recentemente no Brasil.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Senador Marcelo Castro, ex-Ministro da Saúde, médico, não poderia ter as características melhores de presidir esta sessão alguém com as virtudes e as qualidades que V. Exa. apresenta.

Esse requerimento é para que esta Comissão possa realizar a presente audiência pública, diante da gravidade dos fatos ocorridos nos últimos dias, que envolvem a circulação de bebidas alcoólicas adulteradas. Como é sabido, em alguns casos, constatou-se até mesmo a presença de metanol, substância altamente tóxica e que tem causado inúmeros danos à saúde da população, inclusive óbitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na qualidade de médico, eu digo a todos que estão nos vendo e ouvindo que, habitualmente, a cada um caso notificado, você tem cinco que não foram notificados. Então esse número, com certeza, é maior do que o que está estatisticamente apresentado.

Quero agradecer a presença dos ilustres convidados que aqui hoje comparecem com o objetivo de ajudar a sociedade brasileira a encontrar soluções para esse grave problema social que tem provocado a intranquilidade de muitos. A questão avança para além da esfera do direito dos consumidores, atingindo também, infelizmente – novamente falo essa palavra –, a esfera criminal.

Os primeiros casos de intoxicação pelo consumo de bebidas alcoólicas destiladas vieram à tona em agosto e setembro passados, e ganharam maior intensidade em outubro, com notificações espalhadas por múltiplos estados. Os sinais relatados pelas vítimas incluem náuseas, vômitos, dor abdominal, distúrbios visuais, acidose metabólica, cegueira e, em alguns casos, o óbito.

Entre as medidas adotadas, além da imprescindível investigação criminal, foram adquiridos antídotos – que é o remédio para o metanol –: 12 mil ampolas de etanol farmacêutico e 2,5 mil unidades de fomepizol, considerado referência mundial para tratar esse tipo de intoxicação.

Por sua vez, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo, determinou a abertura de uma fiscalização para verificar a atuação e a coordenação dos órgãos federais para prevenir e reprimir a adulteração de bebidas no país. Essa decisão vem em consonância com o Acórdão 607, de 2025, do Plenário daquela Corte de Contas, qual seja, o TCU, o qual declarou que o controle estatal da produção de bebidas representa um fator fundamental na promoção da saúde e no bem-estar geral da sociedade, ao mesmo tempo que contribui para a arrecadação. Na ocasião, o Presidente Vital do Rêgo pontuou que o Tribunal já decidiu pela obrigação do Poder Executivo de implementar controle de produção de bebidas por meio de equipamentos contadores, conforme determina a Lei 13.097, de 2015.

Dados publicados pelo Ministério da Saúde na última segunda-feira, dia 13, dão conta de que, até agora, o país soma 213 notificações, sendo 32 confirmações e 181 investigações em andamento. Outras 320 foram descartadas. O levantamento aponta, ainda, cinco mortes confirmadas no Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse gravíssimo problema de saúde pública, a adulteração de bebidas alcoólicas promove um enorme prejuízo fiscal.

De acordo com dados do setor, no ano passado, o Brasil movimentou algo próximo a 16 bilhões de litros, respondendo a cerveja por 90% a 95% desse volume. Isso coloca o país no terceiro lugar do mercado mundial, atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

Também, em 2024, o faturamento agregado da indústria de alimentos e bebidas foi de quase R$1,3 trilhão. Por sua vez, levantamentos da imprensa e análises de organismos independentes apontam que o mercado ilegal de bebidas alcoólicas movimentou algo em torno de R$88 bilhões no ano passado, sendo 36% dos destilados falsificados e adulterados. Isso pode representar um prejuízo fiscal da ordem de R$24 bilhões.

O problema é complexo e, portanto, exige soluções igualmente complexas. Precisamos descobrir onde estão ocorrendo as falhas do atual sistema e atacar as suas múltiplas frentes. Esse é o propósito da presente audiência pública. No último dia 2 deste mês, a Câmara dos Deputados aprovou a tramitação, em urgência, do projeto que torna crime hediondo a adulteração de bebidas alcoólicas.

Contudo, creio que apenas endurecer a lei penal possa não ser o suficiente. Especialistas apontam que, além do aspecto criminal, é necessário melhorar o controle e a rastreabilidade de bebidas e alimentos em todo o território nacional. Essa medida seria fundamental para prevenir a comercialização de produtos adulterados e proteger a saúde dos consumidores. Entre as alternativas que se colocam, para solucionar os problemas, estão:

1. Fortalecimento do sistema de rastreabilidade e fiscalização;

2. Ações de inteligência e de repressão qualificada;

3. Educação e conscientização;

4. Ações específicas contra o metanol.

Tem esta audiência pública a finalidade de extrair daqui o maior conteúdo a fim de que a gente possa encaminhar as soluções. Não custa lembrar que nós estamos no mês de outubro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos das festas de fim de ano e próximos também das festas de Carnaval, quando o consumo dessas bebidas, como todos nós brasileiros sabemos, aumenta consideravelmente.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senador Nelsinho Trad.

Vamos dar, então, início aqui à nossa audiência pública com os convidados.

Os que vão ficar remotamente não entraram ainda? (*Pausa.*) Estão remotos? (*Pausa.*) Pronto.

Então, eu vou passar a palavra ao Sr. Edenilo Baltazar Barreira Filho, Diretor do Departamento de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde, e, como os dois do Ministério da Saúde vão entrar juntos, eu passo também a palavra ao Sr. Daniel Roberto Coradi de Freitas, Coordenador-Geral do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, por videoconferência.

Vou pedir aos palestrantes, como são muitos – são 16 –, para ver se a gente consegue fazer a exposição dentro de cinco minutos. Se não for possível, a gente...

O SR. EDENILO BALTAZAR BARREIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – É possível, Senador – é possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. EDENILO BALTAZAR BARREIRA FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Senador Presidente. Bom dia, Senador Nelsinho.

Eu queria primeiro agradecer o convite feito ao Ministério da Saúde. É um assunto importante, é um tema importante que, dessa forma, vem sendo tratado pelo Ministério da Saúde.

Queria destacar algumas ações que nós vimos exercendo enquanto Ministério da Saúde.

No dia 2 de outubro, o Ministério da Saúde instala a Sala de Situação Nacional – Intoxicação por Metanol após Consumo de Bebida Alcoólica. Essa sala é instalada no dia 2, e já no dia 9, ou seja, em um período muito curto, de sete dias, chega ao Brasil o antídoto já citado pelo Senador Nelsinho. O Fomepizol chega ao Brasil, já nesse quantitativo que foi colocado pelo Senador – 2,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil ampolas chegam ao território nacional –, e já são distribuídas aos estados. Então, é importante destacar que hoje todos os estados já têm um estoque de antídoto, seja do Fomepizol, seja do etanol farmacêutico, que também está disponibilizado para os estados.

A sala de situação está instalada. Ela funciona e opera todas as segundas, quartas e sextas-feiras. Nós temos a presença dos estados – os estados onde tem casos acontecendo estão presentes na sala de situação –; nós temos a representação do Ministério da Agricultura, da Anvisa, do Ministério da Justiça; temos a representação dos municípios também, através do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde; o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde também é presente na sala nacional de situação; a representação da Fiocruz. Então, nós discutimos todas as ações que estão sendo tomadas, definimos o processo de notificação, de distribuição de antídoto; isso tudo coordenado pelo nosso Ministro Alexandre Padilha e pela nossa Secretária Mariângela Simão.

É importante só atualizar um pouco a questão com relação aos casos. Hoje nós já temos 36 casos confirmados, são 362 casos descartados, e temos 156 casos suspeitos. Quanto aos óbitos, nós temos sete óbitos confirmados: cinco no Estado de São Paulo e dois no Estado de Pernambuco. Temos 13 óbitos que já foram descartados e temos 11 óbitos ainda em investigação.

Então, passando em rápidas palavras, esse é o cenário atual da situação. Pela curva epidêmica, nós percebemos uma desaceleração do número de notificações, mas isso não nos faz baixar a guarda, não nos faz dizer que a situação está sob controle. Pelo contrário, nós estamos cada vez mais alertas, estamos cada vez mais atentos a isso e vimos monitorando isso dentro da Sala Nacional de Situação.

Em linhas gerais – se o Daniel quiser, pode me complementar –, esse é o cenário atual que o Ministério da Saúde vem traçando e com que vem trabalhando, Senadores.

Daniel, você quer complementar algo?

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, Diretor. O único complemento que eu gostaria de fazer...

Bom dia para todos os Senadores, bom dia para todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O único complemento que eu gostaria de fazer é que todos os estados e municípios também estão altamente sensibilizados para os casos; toda a rede Cievs e toda a rede hospitalar de urgência e emergência também estão sensibilizadas para a notificação e a detecção precoce dos casos; e a nossa articulação também com a Senad e com os órgãos de polícia está ocorrendo adequadamente. Então, o Ministério da Saúde está atuando e articulado com todos esses setores. Só queria destacar isso, Diretor.

Muito obrigado por me passar a palavra.

O SR. EDENILO BALTAZAR BARREIRA FILHO (*Por videoconferência*.) – E aí, Senador, eu queria pedir sua permissão: às 10h nós temos a reunião da Sala Nacional de Situação; pergunto se eu posso me ausentar às 10h, e o Daniel continuar aqui na audiência pública, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, perfeito, sem nenhum problema.

Vou passar a palavra para o Dr. Carlos Goulart, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. CARLOS GOULART (Para expor.) – Bom dia, Senador Marcelo.

Bom dia, Senador Nelsinho.

Muito obrigado pelo convite para a gente estar discutindo esse assunto. Nós já participamos, o Ministério da Agricultura, com uma audiência pública na Câmara na semana passada, e é uma outra oportunidade de a gente poder trazer, inclusive para quem nos assiste, um pouco mais de esclarecimento de muitas informações e desinformações que têm ocorrido ao longo do tempo nas redes sociais sobre fiscalização de bebidas, o papel do Ministério da Agricultura e, inclusive, a infeliz ocorrência de desinformação associando o metanol à presença em leite, café e qualquer outro tipo de bebida não alcoólica.

Primeiro, quero aproveitar este momento para dizer que o que nós estamos tratando e discutindo é da presença de metanol – que tem um caso sensível – em bebidas alcoólicas. Metanol é um álcool do processo de destilação comumente encontrado em álcool combustível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De todas as fiscalizações – e aí um parêntese: o Ministério da Agricultura é, no Governo Federal, quem tem a competência para registrar estabelecimentos e produtos de seus respectivos estabelecimentos produtores de bebidas alcoólicas, não alcoólicas, destilados, fermentados –, são hoje mais de 10 mil empresas registradas no Ministério da Agricultura. Das 10 mil, 4,1 mil são empresas produtoras de destilados.

Nós temos uma atuação muito forte na fiscalização da conformidade do sistema. O Ministério da Agricultura raríssimas vezes encontra não conformidades relacionadas a metanol no sistema regular. Metanol não é um problema de produtos legalmente produzidos. Metanol é um problema de clandestinidade.

Então, isso é importante deixar claro para o cidadão que nos ouve: produtos legalmente produzidos e registrados e fiscalizados no Ministério da Agricultura são seguros. A maior não conformidade que o Ministério da Agricultura encontra, nas suas fiscalizações de empresas registradas, normalmente, é grau alcoólico; esmagadoramente, grau alcoólico a menor, o que configuraria ou erro de produção ou fraude econômica, uma não conformidade econômica, ou seja, uma bebida que deveria ter 14% de teor alcoólico tem 10, tem 8. Então, do ponto de vista de saúde pública, ele causa menos risco à saúde pública, mas o grau alcoólico interfere no valor da produção.

Então, eu queria repetir isso, que é muito importante: no sistema regular de empresas que produzem legalmente no Brasil, metanol não é, nunca foi um risco associado à produção. Mas ele é – e a gente trabalha nisso há algum tempo – relacionado à clandestinidade.

É um trabalho – e aí eu tenho que reforçar o que foi dito na semana passada – complexo, como o Senador Nelsinho disse muito bem, que envolve multiagências. É um trabalho em que o Ministério da Agricultura trabalha com a Receita Federal, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, porque ele é um assunto, como envolve clandestinidade, de repressão ao crime. E, em repressão ao crime, o Ministério da Agricultura não tem competência direta de atuar.

Nós atuamos subsidiariamente aos órgãos de competência de repressão criminal, trazendo inteligência ao processo, seja no VigiFronteiras, que a gente comenta, que é o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras... Quem acompanha o Ministério da Agricultura sabe que a gente atua muito no contrabando, por exemplo, de vinhos da Argentina para o Brasil, que não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma novidade. E nós temos trabalhado isso tanto nas fronteiras quanto dentro do Brasil, mas, de novo, o papel do Ministério da Agricultura é atuar subsidiariamente aos órgãos que cuidam dessa parte de combate ao crime organizado.

Essa clandestinidade não é nova, ela já ocorre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS GOULART – ... de maneira estabelecida relacionada ao crime organizado ou de maneiras estruturadas. E nós acreditamos, Senador, que a estratégia de combate passa necessariamente pelo fortalecimento da integração das bases de dados e dos órgãos, tanto em nível federal quanto estadual, porque a gente tem que lembrar que os órgãos estaduais de fiscalização e controle também possuem competência para isso – polícia civil principalmente, polícia militar.

Então, o que a gente tem observado é a necessidade de enxergar o escopo de atuação. Nós estamos falando de combate à clandestinidade para reduzir a incidência de metanol na clandestinidade de bebidas alcoólicas; dessa maneira, identificar quais os itens de clandestinidade que os órgãos, do ponto de vista federal ou estadual, precisam integrar em suas bases para você poder atuar.

Além da atuação dos órgãos de Governo, a gente sempre comenta que existem outros mecanismos como de rastreabilidade ou de políticas públicas de resíduos sólidos porque é um assunto complexo de multifatoriais. Circulação de embalagens vazias, como a gente comentava: quase a esmagadora maioria das clandestinidades que a gente encontra estão relacionadas ao reaproveitamento de embalagens vazias.

Então, você tem componentes para trabalhar e mitigar; não existe uma bala de prata para esse assunto. Nós precisamos trabalhar os principais fatores para mitigar essa questão.

E esta é a nossa fala inicial. A gente se coloca à disposição para apresentar mais informações, caso seja necessário.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Agradecendo a contribuição do Sr. Carlos Goulart, representante do Mapa, vamos passar ao próximo convidado, que é o Sr. Diogo Penha Soares, Diretor-Adjunto do Gabinete do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com a palavra V. Sa.

O SR. DIOGO PENHA SOARES (Para expor.) – Obrigado, Presidente, bom dia. Bom dia, Senador Nelsinho. Obrigado pelo convite. Bom dia a todos que nos assistem e nos acompanham presencialmente e *online*.

Como bem colocou agora o Secretário Goulart, esse assunto é um assunto multiagências, e a Anvisa tem algumas competências relacionadas à produção e à fiscalização de bebidas.

Com relação à produção, cabe à agência regular a rotulagem dessas bebidas, a presença de aditivos, quais são os aditivos que são seguros para o consumo humano e que podem estar presentes nas bebidas e em que limite eles podem estar presentes; não somente os aditivos, mas também contaminantes que ocorrem naturalmente durante o processo de produção. O metanol não é um deles: não é um aditivo autorizado, nem um contaminante permitido que esteja no produto final que é consumido.

Além desse pequeno escopo com relação à produção de bebidas, a gente tem um papel de fiscalização, mas não exatamente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, porque o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária é um sistema federativo. Então nós temos vigilâncias sanitárias locais, estaduais e municipais com competência de fiscalização. Elas são o braço atuante na fiscalização de estabelecimentos, ou seja, nas condições em que aquele serviço está sendo prestado; não se o serviço está oferecendo bebidas legalizadas ou não legalizadas, mas se o serviço está licenciado para realizar aquela atividade, quais são as condições de armazenamento dos alimentos, manipulação, preparo, dispensação, ou seja, a oferta dos alimentos, as condições sanitárias de funcionamento do estabelecimento. Isso são ações realizadas pelas vigilâncias locais, sejam estaduais, sejam municipais, de acordo com a descentralização local.

Desde que essa crise começou, no finalzinho de setembro, começo de outubro, em que foram instituídas tanto a sala de situação do Ministério da Saúde quanto as discussões no fórum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Anvisa esteve presente em todos os momentos para que pudesse atuar em conjunto com todos esses atores.

Alguns pontos que nós fizemos foram – e eu posso dividir em duas partes –, primeiro, a questão dos antídotos. Temos dois antídotos disponíveis para a atuação nesse tipo de caso, um é o fomepizol e o outro é o etanol. A diferença entre os dois é o momento em que cada um age no organismo para impedir a produção dos metabólitos do metanol, que são, de fato, aquilo que envenena o corpo e causa as suas consequências.

Nenhum dos produtos é registrado na Anvisa como medicamento. E aí cabe um destaque, a agência atua de forma... Ela é o polo passivo no registro de medicamentos, não atua de ofício, então não registra nada por ofício, depende de uma solicitação de quem produz para que esse produto seja registrado. Nunca houve, em nenhum momento da história da agência, pedido de registro tanto de fomepizol quanto de etanol grau farmacêutico injetável. Talvez por estratégia de mercado, de quem detenha a tecnologia ou qualquer outra coisa. Os casos anteriormente eram muito raros, então, talvez, não compensasse economicamente entrar no país para ter tão poucos casos, tão pouca distribuição.

Então, o que nós fizemos para que o Ministério da Saúde pudesse ter acesso à tecnologia que não é registrada no país, ofertar e dar acesso à população nessa condição de emergência? Nós fizemos um edital de chamamento público internacional para identificar quem teria o produto, quais empresas teriam disponibilidade de ofertar o produto e fizemos também um trabalho ativo com as agências internacionais, ou seja, as Anvisas de diversos países para buscar onde tem registro desse produto no mundo.

Isso identificado, encaminhamos ao Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde já conseguiu a importação dos frascos necessários para tratamento do caso neste momento, até para gerar algum estoque. O papel da Anvisa foi fazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGO PENHA SOARES – ... com agilidade a autorização excepcional de importação. Nós trabalhamos, inclusive, no final de semana para fazer a liberação dos frascos que vieram agora de uma empresa japonesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro foi a produção do etanol farmacêutico em grande escala. Nós produzimos e soltamos numa sexta-feira à noite uma resolução emergencial que autorizava a produção nacional do etanol farmacêutico segundo alguns critérios e também mapeamos e identificamos algumas farmácias de manipulação que o ministério poderia usar como referência e orientamos essas farmácias de manipulação sobre como produzir o etanol em grau farmacêutico estéril e injetável.

Além disso, nós fizemos uma orientação nas ações de fiscalização executada por estados e municípios. Os estados e os municípios têm a competência autônoma de fazer a fiscalização da forma como eles entenderem, mas nós temos a competência de orientar. Então, nós orientamos no sentido de como proceder à coleta e o envio das amostras para laboratórios.

Como estamos diante – o Secretário Goulart também colocou bem – de um crime, de uma fraude, a primeira porta de entrada no laboratório tem que ser a criminal, a de polícia, para identificar que é de fato uma fraude. Então, nós fizemos essa orientação para as vigilâncias sanitárias sobre como proceder com a coleta e o envio e que a coleta não deveria ser de forma aleatória, deveria ser direcionada, conforme os casos acontecem.

Nós também apoiamos o Ministério da Saúde agora, recentemente – acho que foi publicado ontem ou anteontem o edital –, para identificar laboratórios clínicos que possuem a capacidade analítica para detectar o metanol em amostra biológica, ou seja, no sangue do paciente, para confirmar ou descartar os casos. Não cabe à agência organizar essa rede laboratorial, mas nós temos, em função da regulação, contato com as entidades do setor e nós organizamos, então, esse edital, para fazer um meio-campo entre o ministério e os laboratórios – para que o ministério possa ampliar a sua rede laboratorial, caso haja necessidade de ampliação dos testes para detecção ou descarte dos casos.

Por enquanto, é isso. Eu quis dar um escopo do que é a competência da Anvisa e do que a gente tem feito nessa situação e fico à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Dr. Diogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a sua valiosa contribuição, passamos para a próxima convidada, a Dra. Vandreia Mota Rocha, Coordenadora-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite, Senador Marcelo, Senador Nelsinho, todos aqui presentes.

E eu queria deixar uma mensagem que eu achei relevante, que é uma pauta que foi trazida aqui para esta reunião.

A Receita está consternada, realmente, com o crime que está acontecendo. Essa adulteração das bebidas com metanol traz um risco elevado à saúde pública, e isso faz com que a gente tenha que atuar de forma conjunta. É preciso que os órgãos estejam integrados e que a gente possa trabalhar na solução e no estancamento desse problema o mais rapidamente possível, e a Receita já está atuando junto ao Ministério da Justiça, com a Polícia Federal. Então, a gente está aqui à disposição para encontrar soluções, para que a gente possa evitar que novos problemas venham a ocorrer.

Eu queria deixar aqui, antes de qualquer pergunta, só mais uma mensagem: a de que é falsa a notícia de que a adulteração do metanol tem a ver com o encerramento do Sicobe. O Sicobe era um sistema adequado à época, que trabalhava na avaliação, para fins tributários, da quantidade do que era produzido – principalmente para bebidas frias: cervejas e refrigerantes. A parte dos destilados é controlada, basicamente, com selos, e o Sicobe não tinha avaliação de qualidade, apenas de quantidade, para fins tributários. Não havia um rastreamento depois.

Então, assim, não tem nenhuma relação desse problema criminal – acho que já está claro que esse é um problema que ocorre na clandestinidade, não é um problema dentro da produção, em si, das empresas sérias. É um problema que ocorre, certamente, depois. E o Sicobe não atuava nessa parte de qualidade, o Sicobe existia para fins tributários.

E o surgimento da Lei 13.097, de 2015, trouxe uma nova forma de tributação, que fez com que o próprio Sicobe deixasse de ser relevante. O que era apurado para fins tributários era a quantidade, o volume, uma marca com um valor específico. Mudou a forma de tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazemos o acompanhamento; há gerenciamento de risco na Receita; atuamos na parte fiscal tributária, nas empresas; fazemos fiscalizações – isso está divulgado, temos resultados relevantes.

Então, eu queria deixar essa mensagem e vou estar aberta aqui a dúvidas que vocês tenham.

A Receita, com seu órgão de inteligência, está sempre à disposição da sociedade para combater o crime. O crime que está chegando cada vez de forma mais estruturada, mais robusta, mas em que nós temos como atuar. Então, esse é o nosso papel aqui.

Estamos à disposição, e qualquer dúvida estou aqui para tentar esclarecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, agradeço à Dra. Vandreia, da Receita Federal.

Nós vamos desfazer esta mesa e vamos convidar os próximos, da mesa seguinte, porque o espaço aqui não cabe mais do que esse número.

Agradecendo a todos pela colaboração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Delicadamente – delicadamente –, V. Exa. está fazendo um despejo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, em absoluto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Com a delicadeza do psiquiatra, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estamos fazendo uma permuta. (*Risos.*)

Então, vou convidar o Sr. Ramón Péres Fermin, Vice-Ministro do Ministério da Indústria, Comércio y Mipymes do Governo da República Dominicana, que será por videoconferência. Sr. Ramon Pérez Fermin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, o Sr. Jeff Hardy, Diretor-Geral da Aliança Transnacional para o Combate ao Comércio Ilícito. Está presente? (*Pausa.*)

Pronto, pedimos para comparecer aqui, vir aqui fazer parte da mesa.

Em seguida, o Sr. Osny da Silva Filho, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por videoconferência.

O Sr. Paulo Solmucci, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), também por videoconferência.

E Doreni Caramori, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), também por videoconferência.

Então, vou passar a palavra ao Sr. Ramón Péres Fermin, Vice-Ministro do Ministério da Indústria, Comércio y Mipymes, do Governo da República Dominicana.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. RAMÓN PÉRES FERMIN (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Bom dia, Srs. Congressistas, Parlamentares.

Permitam-me, em primeiro termo, enviar um saúdo por parte do Presidente da República Dominicana, o Sr. Luis Abinader; e do nosso Ministro da Indústria e Comércio, o Sr. Víctor.

Em segunda ordem, quero reiterar o afeto do nosso país, o carinho do nosso país para o seu país, para com o seu país, e assim mesmo reiterar a nossa disposição de colaborar com um irmão país – como nós sentimos que são os senhores – em tudo que fosse, ou seja necessário. Nesse caso, compartilharemos nossa experiência sobre o combate, a erradicação do metanol e a intoxicação em falecimento de cidadãos que acontecera há pouco tempo.

Dito isso, passo rapidamente a explicar de forma breve qual foi a nossa realidade histórica no que toca ao consumo de bebidas alcoólicas, que, em muitos casos, não são aptas para o consumo humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Historicamente, a República Dominicana teve, além de uma indústria formal robusta, que faz parte, inclusive, do nosso selo diferenciado da produção natural da manufatura nacional, o consumo e produção de bebidas alcoólicas artesanais que não necessariamente reúnem os *standars* mínimos necessários da saúde. Isto, quando chegamos à indústria e comércio do ano de 2020, vimos uma tríplice dimensão. Primeiro, havia um desafio sanitário, porque definitivamente, e talvez hoje... não como está o contexto de hoje, Srs. Congressistas e quem também nos faz o favor... quem está nos escutando neste momento, na República Dominicana dos anos de 2020 e 2021, os mortos por covid eram menos que os mortos por álcool adulterado, por intoxicação por metanol.

Destaco isso para fazer a diferença entre o que é a produção agrícola clandestina e a constituição de uma indústria perversa, danosa e mortal, por necessidades, que se instaurou, justamente, quando chegamos a hoje em dia. Isso fez com que esse surto saísse de controle no nosso país e começamos a ter uma situação que toda vez, além de causar um problema por motivo de saúde, além de causar um problema importante na indústria nacional, também se desprestigiava a República Dominicana desde o ponto de vista da segurança.

No ano de 2021, eu penso que se constituiu o paradigma... o final de um plano erradicado para isso. Eu acho que isso nos deixava muitas vezes sem respostas e isso constituiu um rompimento, porque em abril deste ano, de 2021, constituiu-se no nosso país, primeiro... criou-se o metanol como um tema de agenda nacional. Ali se constituíram duas mesas para perseguir o problema de raiz. Criou-se uma mesa de inteligência e traçabilidade na cadeia, da forma particular de importação, de como... licença, onde estava incluída a Direção Geral de Alfândegas, a direção de drogas, a direção de inteligência, o corpo presencial de mercadorias, a Procuradoria-Geral da República e também a Direção-Geral de Impostos Internos, tudo isso para tentar conter a entrada do metanol que não fosse para uso principalmente industrial, principalmente de uso como percursor de refrigerantes.

Queríamos e traçamos estratégias para diminuir a importação, por um lado, e o uso doméstico, por outro. Duas mesas diferentes.

E se criou uma segunda mesa que era uma mesa para fabricação, comercialização nacional onde estava, com a liderança, o Ministério da Saúde Pública, o Corpo Especializado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercadorias, a Direção-Geral de Impostos Internos e também o nosso órgão persecutor judicial, que é a Procuradoria-Geral da República.

No ano 2021, como já dizia, se determinou também o chamado "problema do metanol" como um problema de segurança nacional. Colocaram isso.

Quero fazer um pequeno parêntese, com a permissão de todos os senhores. Seria poder também rever, como país, as mesas que atacavam os focos de importação, por um lado, e a comercialização nacional, por outro. E nós tivemos um apoio importante e talvez uma terceira perna de colaboração.

Desde o nosso Governo, se impulsionou, se colocou e ficou mais robusto toda a auditoria cidadã de produtos por meio de aplicações no mercado nacional, que ficou com um papel local onde o cidadão poderia averiguar os lotes, poderia verificar também os produtos e, no caso, a legalidade e a procedência originária das garrafas de álcool.

Isso também foi um elemento de colaboração importante para que tudo isso possa, de forma consistente, confluir tanto os interesses ou as ações do setor privado em uníssono com a proatividade dos cidadãos que têm interesse em verificar tudo isso.

Eu concluo dizendo que faz já mais de três anos – nas próximas festas de Natal, faremos quatro – que, na República Dominicana, não há um só morto por metanol.

Nosso Ministro sempre diz também que talvez sejam números frios, mas, pelo plano mais primário, significam que, em nenhum lar, houve luto pela morte por álcool adulterado.

Mas não somente isso. Além de estar mais robusto nosso investimento, como consequência, as regras daqui têm um olhar mais detalhado das mercadorias.

Acredito que a nossa experiência demonstrou também que, eventualmente, mesmo que demore um pouco em poder gerar benefícios, a direção adequada é possível.

Estamos mais que conscientes de que isso é um desafio dinâmico. Termos conseguido anteriormente não necessariamente nos dá a certeza de que vai continuar acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso autoridades do Corpo Especializado de Controle de Comércio de Combustíveis e Mercadorias, assim como da Direção de Comércio Ilícito do Ministério da Indústria e Comércio e do Governo central, também, junto com os órgãos persecutores, continuam trabalhando, dia a dia, para que não aconteça isso aqui, também.

Talvez, como último elemento, quero comentar com os senhores que nós temos, já, sentenças definitivas, por homicídios desses atores que foram surpreendidos comercializando esses produtos que são mortais, por necessidades já citadas anteriormente.

Temos sentença até de 30 anos, porque as mensagens que enviamos, de forma contundente, é que todos os que tentem fazer esse tipo de atividade serão levados à Justiça e o peso da lei cairá sobre todos eles também. Todos serão sentenciados, julgados e condenados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero agradecer a participação, importantíssima, do Sr. Ramón Péres Fermin, que é da República Dominicana e que trouxe aqui a experiência deles, tornando a República Dominicana com morte zero, como ele disse, por causa do etanol.

Vamos ao próximo convidado, que é o Sr. Jeff Hardy, Diretor-Geral da Aliança Transnacional para o Combate ao Comércio Ilícito.

Ele não fala português, só fala inglês, mas vai ter o tradutor aqui para traduzir as suas palavras.

Então, com a palavra, o Sr. Jeff Hardy.

O SR. JEFF HARDY (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Sr. Senador.

É uma honra estar aqui.

Minha organização trabalha para lutar contra o comércio ilegal em 11 diferentes setores no mundo todo.

Por exemplo, eu estive em Geneva, recentemente, para tratar com a Organização Mundial de Comércio sobre fraudes alimentícias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, eu estive em Londres, com a Interpol, para tratar sobre trabalho forçado e contrabando.

E, há um mês atrás, eu estive em Cartagena, na Colômbia, onde tratamos, com diferentes diretores ao redor da América Latina, incluindo participação por receita.

Metanol ilícito e ilegal é um problema grande ao redor do mundo. Mas eu gostaria de estar focado na situação que aconteceu aqui no Brasil.

Olhando a minha experiência, ao redor do mundo, o que está acontecendo aqui não é um problema de contrabando, como acontece na Europa Oriental, onde taxas são altas em um país, e são contrabandeados para outro; não é um problema de produção artesanal, como temos na Ásia; não é um problema de fugir das taxas, dos impostos, como temos na Irlanda e na Inglaterra; e, na minha opinião, não é um problema de saúde, como nós temos visto na Índia, onde centenas de pessoas morrem ao longo dos anos.

O que eu vi aqui, nessa situação brasileira, é um problema de controle da cadeia de suprimentos: os criminosos estão explorando vulnerabilidades nas cadeias de metanol e de etanol no Brasil. Essas companhias têm pouco a ver com as companhias que revendem os destilados e as bebidas no Brasil, mas essas organizações, essas empresas, são vulneráveis a serem exploradas por criminosos, é o que eu acho que vemos aqui no Brasil, onde o metanol encontra o seu caminho para fora das indústrias onde estava legalmente contratado e se encontra nas bebidas alcoólicas. Eu pesquisei e entendi que o Brasil tem controles legais e regulatórios fortes, mas esses controles só têm valor na medida em que são executados e reais, e em quão severamente os criminosos são punidos.

Então, eu acredito que a primeira recomendação tem que ser o reforço do controle e da punição dos criminosos que trabalham nessa adulteração e eu acho que isso também tem a ver com os químicos que vocês escolhem para trabalhar com a desnaturação do etanol. Tem boas práticas na Europa, que parou de usar metanol como desnaturante, mas, em adição a isso, nós temos um portfólio de recomendações que nós publicamos e compartilhamos ao redor do mundo. Então, para além da punição e para o reforço do sistema legal e do controle, eu acho que tem muito o que pode ser feito para aumentar a conscientização. Eu acho que tem muito a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito a trabalhar na questão da taxação dos impostos sobre os produtos, para não haver um desbalanceamento entre os produtos legais e os adulterados.

Eu ouvi alguns comentadores aqui na mesa falarem sobre levantar a conscientização, isso é muito importante.

E, por último, gostaria de adicionar que é importante trabalhar a cooperação entre agências, entre órgãos. A palestrante comentou na mesa passada, estava comentando sobre isso, da Receita. Isso não é um problema de importação, isso não é um problema de taxação, isso não é um problema de comércio, mas é uma responsabilidade de todos os atores nesses setores trabalharem de uma forma coordenada.

Então, eu estou feliz, estou satisfeito em deixar essas recomendações para a Comissão, e estou disposto a compartilhar as informações adicionais à requisição, estou à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço a contribuição do Sr. Jeff Hardy.

Vamos ao próximo convidado, que é o Sr. Osny da Silva Filho, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por videoconferência.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. OSNY DA SILVA FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, agradeço ao Senador Marcelo e ao Senador Nelsinho Trad, nas pessoas dos quais eu cumprimento toda a mesa.

Quero agradecer especialmente o convite do Senado feito ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Senacon para participar dessa audiência tão importante. Também quero saudar todos os representantes de diferentes órgãos da administração, com os quais nós vimos conversando já: a Saúde, o Mapa, a Anvisa e outras unidades administrativas aqui do Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou primeiro, muito rapidamente, contar as nossas últimas ações aqui na Senacon a respeito desses casos de intoxicação com metanol e depois explicar quais são os nossos próximos passos.

A gente recebeu a primeira notícia de uma quantidade de intoxicações fora do esperado no dia 26 de setembro.

No dia 27, imediatamente, o Ministério da Justiça já emitiu uma primeira nota sobre o assunto. Aqui do lado da Senacon, a gente já soltou uma nota para o mercado no dia 27, informando potenciais riscos, já esclarecendo algumas informações a respeito disso.

No dia 30, a gente fez uma nota técnica para todos os PROCONs do Brasil, que, a partir de então, já foram capazes de agir de maneira coordenada a respeito das denúncias ou das suspeitas de contaminação com metanol em bebidas destiladas. Nesse mesmo dia, o Ministro Lewandowski determinou que fosse aberto um inquérito policial da Polícia Federal e também que nós, aqui na Senacon, abríssemos uma investigação a respeito dos estabelecimentos suspeitos.

Desde então, nós temos notificado estabelecimentos suspeitos, expedido ofícios a outros órgãos para que tenhamos informações alinhadas. Já recebemos algumas respostas. Temos mais de 50 estabelecimentos notificados, aproximadamente o mesmo número de órgãos oficiados.

Alguns dos estabelecimentos já foram dispensados, porque prestaram informações completas e já não há mais nenhum indício, outros estabelecimentos foram instados a complementar informações e um terceiro grupo de estabelecimentos será processado, porque deles ou nós não obtivemos informações completas ou já há indícios suficientes a respeito desses estabelecimentos, a respeito do fato de eles terem comercializado bebidas contaminadas.

É importante dizer que quem comercializou bebida contaminada pode ser também vítima, pode não ter sabido, do ponto de vista penal, ao menos que estava comercializando bebidas contaminadas, mas esses estabelecimentos serão administrativa e civilmente responsáveis por serem integrantes da cadeia de distribuição das bebidas.

Como disse o Secretário Carlos Goulart aqui, o metanol é um problema de clandestinidade, de irregularidade na distribuição de bebidas, não é um problema da indústria regular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta disso, na semana passada, nós determinamos que plataformas de venda *online*, os *marketplaces*, os *e-commerces*, retirassem todos os anúncios de insumos que pudessem ser usados para a fabricação de bebidas adulteradas, então, rótulos falsificados, tampas, lacres, garrafas não colecionáveis, ou seja, aquelas garrafas que são vendidas em dezenas, centenas, não é a garrafa que custa R$100, R$200, R$300, a garrafa com o valor baixo que é reaproveitada. Nós determinamos que as plataformas retirassem todos esses anúncios e também determinamos que elas revisassem os anúncios de bebidas destiladas, a fim de garantir que só permanecessem nas plataformas os anúncios de bebidas com procedência, ou seja, nosso passo aqui foi para tornar esse mercado um mercado mais seguro para o consumidor, que é quem realmente precisa de proteção nesse momento.

A gente segue numa interlocução bastante próxima com universidades que estão desenvolvendo métodos de testagem. Alguns dos participantes desta audiência de hoje estiveram conosco no Ministério da Justiça aqui em uma audiência que nós fizemos anteontem. Estou vendo o Paulo aqui na câmera, ele esteve aqui conosco, representando o setor de bares e restaurantes, um setor muito afetado por isso, e a gente está colaborando com esse setor para retomar, com a maior brevidade possível, a confiabilidade nesse mercado. Isso é um ponto importantíssimo.

Muito em breve, ainda nesta semana, nós vamos divulgar, para as associações dos distribuidores dos bares e restaurantes, informações sobre os métodos de testagem de bebidas para detecção de metanol. E a gente segue em contato com todos os agentes de mercado, com todos os Procons, para garantir não só que essa crise seja superada, e felizmente os dados da saúde já mostram que a gente tem uma diminuição dos casos de contaminação – isso é muito bom, uma excelente notícia –, mas é importante que a gente também trabalhe para garantir que esse mercado se torne cada vez mais sustentável e cada vez mais seguro. Isso vai demandar uma ação estruturada, uma ação contínua e uma ação com unidade, e a Senacon está trabalhando para isso, sob a liderança do Secretário Paulo Pereira, para que a gente possa continuar junto, garantindo a segurança do consumidor em primeiro lugar.

Obrigado mais uma vez, Senador Marcelo Castro. Com isso, encerro aqui a minha participação e peço licença também para me ausentar desta audiência antes do encerramento, para participar de outras atividades exatamente deste tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós agradecemos a contribuição valiosa de V. Sa.

Vamos ao próximo convidado, o Sr. Paulo Solmucci, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), por videoconferência.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. PAULO SOLMUCCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcelo, Senador Nelsinho Trad.

Obrigado pelo convite para estar com os senhores e com as demais autoridades para tratar deste tema, que obviamente tem relevância nacional, mas teve também um impacto muito especial no nosso setor de bares e restaurantes, todos aqueles que mexem (*Falha no áudio.*)...

O Diretor Osny destaca, como também já foi destacado nos primeiros momentos – eu vou ter que ligar uma bateria aqui –, que a gente tem uma redução importante no número de casos.

Só um segundinho, porque eu vou ter que ligar a bateria aqui. Na hora de falar, deu baixa bateria. (*Pausa.*)

Pronto. Já resolvido.

Nós temos aí uma redução dos casos, o que é muito importante, mas o mais importante que nós queremos celebrar é que nós não tivemos o problema aventado. O que nós diríamos aí? Que haveria uma grande crise nacional. Havia uma suspeita de que bebidas destiladas contaminadas com metanol estariam espalhadas por todos os bares, ou por um conjunto enorme de bares, especialmente em São Paulo, e felizmente isso foi um falso alarde. Nós tivemos um problema pontual grave. Estamos obviamente sensibilizados, chateados e solidários com as famílias que perderam pessoas, mas nós tivemos um problema pontual. Num país de 200 milhões de habitantes, mesmo usando o multiplicador que o Senador e médico Nelsinho Trad afirma, de que os casos são cinco vezes maiores, nós estamos falando de um pouco mais de uma centena de casos confirmados, o que é grave, claro – ninguém está minimizando isso –, mas nada da dimensão que a gente imaginava ter, felizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nos incomoda? Esse problema, da forma como foi tratado pelas autoridades e, inclusive, pela mídia, levou um problema enorme ao setor de bares e restaurantes, muito especialmente à indústria de destilados. Nós tivemos queda de destilados legais nos bares e restaurantes da ordem de 50% a 60%, na primeira semana, nos de classe mais alta; nos de classe mais baixa, foi a metade disso. E foi um problema muito grave. No nosso caso, o faturamento afeta um pouco menos, porque houve uma mudança de perfil de consumo, mas essa indústria legal tão importante para o país saiu fortemente penalizada, e a retomada está sendo muito lenta, ainda que já tenha recomeçado – nós temos indicadores positivos.

É muito importante destacar a questão da transparência, Senador Nelsinho Trad e Senador Marcelo. No nosso entendimento, faltou transparência das autoridades para com a sociedade, e essa falta de transparência gerou um problema enorme, especialmente para o nosso setor. Vou dar um exemplo: no primeiro momento, especialmente a mídia, os veículos mais importantes do país associaram muito ao consumo de bares e restaurantes. Nós temos o caso daquela senhora que perdeu a vista, que foi atribuído a um bar em São Paulo. É claro que eu já queria aqui manifestar a minha solidariedade a ela, mas o fato é que esse bar foi fechado, recolheram-se todas as bebidas lá dentro, nenhuma outra pessoa que estava com essa senhora teve problema, nenhum outro cliente alegou problema, e, passadas praticamente duas semanas, nós não temos um resultado para a sociedade sobre se havia naquele bar sequer uma garrafa contaminada por metanol.

Nós precisamos dar mais transparência às questões de apuração. O Estado tem que ser mais transparente; ele ou qualquer que seja a autoridade pública tem que ser mais transparente para que a gente não espalhe o pânico e permita um diagnóstico acurado. Nós não estamos, de forma alguma, afastando qualquer responsabilidade de qualquer setor, mas é importante lembrar que consumidores e donos de bares e restaurantes compram bebidas, normalmente não produzem bebidas.

Então, o nosso foco, como bem destacou o Sr. Jeff Hardy, o americano, deveria estar na cadeia de fornecedores. Nós precisamos... Surpreende a nós uma fábrica ser descoberta em 24 horas em São Paulo, o que deixa sempre aquela dúvida: se ela já existia e ninguém fez nada, se já sabíamos da existência dela e ninguém fez nada, ou se o poder público brasileiro, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de descobrir uma fábrica de bandidos em 24 horas e estamos deixando de fazer isso para proteger a sociedade.

Nós estamos muito incomodados com essa questão da transparência, muito incomodados com a falta de agilidade em confirmar diagnósticos. Segundo o Diretor Osny, que levou dois professores da Paraíba, especialistas em exames para identificar metanol, eles afirmaram que um exame desse demora questão de minutos para ter resultado. Nós estamos há duas semanas sem saber se o bar de São Paulo tinha ou não; isso é muito ruim para a sociedade, é muito ruim para o nosso setor, é péssimo para a indústria séria de bebidas.

Finalizo fazendo um alerta muito importante, Senadores. Nós temos um problema muito mais grave, eu alertei lá no Ministério da Justiça: nós temos um problema do cigarro eletrônico no Brasil. O Ministério da Saúde, se não me engano, fala em 3 milhões de pessoas fumando, fumando um produto que ninguém sabe o que está lá dentro. Muito mais grave, a meu ver, do que a crise do metanol, pode gerar um problema enorme, e nós temos uma Anvisa que se recusa a regulamentar.

Nós estamos aí com o Diretor da Anvisa, faço um novo apelo: nós estamos há uma década buscando regulamentar, mais de cem países do mundo já regulamentaram, e, para prender bandidos, a gente precisa saber quem é sério. Nós estamos consumindo, os brasileiros, inclusive o meu filho, produto de qualidade desconhecida.

E tem também, no nosso Senado, um projeto de lei que, desde 2022, está aguardando ser pautado na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar do mesmo assunto. Nós não podemos deixar que a sociedade viva uma crise, aí sim, de proporções absurdas: 3 milhões de pessoas fumando alguma coisa que ninguém sabe o que é, e nós... Seja a Anvisa retardando esse processo de regulamentação, seja o próprio Parlamento também não priorizando uma solução para isso.

Finalizo dizendo que qualificação dos nossos gestores, compradores, está sendo feita em parceria com a indústria séria, com as grandes empresas de bebida. Nós temos um curso bastante eficaz para recomendar como encontrar fornecedor confiável, comprar com nota fiscal, fazer uma inspeção visual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos, sim, cientes da nossa responsabilidade, estamos trabalhando, mas alertamos que transparência, atuação, como diz o Sr. Jeff Hardy, de execução de verdade no controle da bandidagem e seriedade na questão... Acho que nós precisamos muito mais de atenção. Como diz o Sr. Jeff Hardy, nós temos bons marcos regulatórios no Brasil para a questão da bebida.

Vamos cuidar de ter os mesmos marcos regulatórios para o cigarro eletrônico, porque ele é muito grave e a gente está vendo isso nos bares, restaurantes e nas ruas do Brasil.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Agradecendo a contribuição do Sr. Paulo Solmucci, convidamos agora o Sr. Doreni Caramori, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape).

V. Sa. tem a palavra, também por videoconferência.

O SR. DORENI CARAMORI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Bom dia a todos, bom dia especialmente, e é uma saudação especial, ao nosso Presidente da sessão, Senador Marcelo Castro, também ao Senador proponente, grande amigo do setor, conhece as lutas e as causas do setor, Senador Nelsinho Trad; quero tomar a liberdade de fazer uma saudação a todos os debatedores e colegas da mesa na pessoa do que me antecedeu, o meu querido amigo Paulo Solmucci, Presidente da Abrasel, entidade coirmã, que também divide um conjunto grande de pautas convergentes com o nosso setor. Quero secundar praticamente 100% do que o colega que me antecedeu falou.

Os nossos setores – eu acho que começa por aí – são extremamente solidários ao problema, ainda que localizado, que aconteceu às vítimas, e nos posicionamos de maneira bastante clara, da mesma forma que a sociedade brasileira, como vítimas desse processo, de criminosos que adulteram os produtos, uma rede não legalizada de comércio que faz com que alguns estabelecimentos, que, também, como disse o Paulo, são exceções dentro de um conjunto grande de estabelecimentos que trabalham de maneira ordeira e organizada, esses alguns estabelecimentos acabam colocando no mercado produtos que não são os produtos originais e etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso setor, da mesma forma como os bares e restaurantes, o setor de eventos, sofreu um impacto importante, especialmente no Estado de São Paulo, e é, igualmente, assim como toda a sociedade brasileira, vítima desses criminosos e naturalmente precisa, sim, ser visto e reconhecido pelo setor público.

Cumpre-me aqui, talvez de maneira sucinta, considerando a quantidade de expositores, registrar primeiro a dinâmica do setor. O setor de eventos é um setor que trabalha, na sua grande maioria, dentro de uma formalidade, de uma regularidade, são mais de 800 mil eventos anuais que acontecem nos mais de 5,5 mil municípios do país, e a cadeia de fornecimento costuma ser feita através de contratos de patrocínio direto com a indústria, que indica um distribuidor ou na compra de distribuidores regulares que operam no mercado, que emitem nota fiscal, etc.

Igualmente, dentro do tema da confiança, a gente compra dos distribuidores que nos fornecem, que se dizem habilitados, muitas vezes, como eu disse, indicados pela indústria e, naturalmente, na confiança de que os produtos que venham a ser distribuídos para os nossos eventos sejam produtos legalizados, regularizados e em conformidade.

Há uma preocupação contínua e agora intensificada de fazer com que o setor saiba identificar isso, mas eu entendo que o foco também, como disse o Paulo que me antecedeu, deve ser na cadeia de fornecimento, e é nela que deve repousar o maior número de fiscalizações, etc. e tal, porque é essa cadeia que nos fornece em todos, como eu disse, em todos os 5 mil municípios do Brasil.

Há também um conjunto – como nesses últimos dias todo mundo passou a se posicionar como entendido desse tema – de ideias que nos agradam muito, e que entendemos que seriam as mais efetivas.

Primeiro, a questão do choque de credibilidade que, na minha opinião, deve ser 360 graus, deve dar credibilidade naturalmente ao setor público, à indústria, aos canais de distribuição. Todo mundo deve trabalhar pelo incremento da credibilidade, mas também um esforço grande para que o consumidor reconheça os estabelecimentos que são dignos de credibilidade e que, em reconhecendo, tome as suas posturas de consumo mais alinhadas a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vê que o consumidor, quando reconhece que está pagando muito barato por um produto, precisa ter dúvidas se esse produto tem a sua origem com, ou não, credibilidade. É uma coisa que começa inclusive com o consumidor: valorizar a credibilidade.

E também o terceiro ponto, uma sugestão bastante objetiva, que é o investimento grande no destino dos resíduos do consumo, os produtos utilizados, etc., um grande programa nacional de logística reversa, com estímulo à logística reversa, estímulo aos empreendimentos que se preocupam com a destinação das garrafas utilizadas, etc., caixas, embalagens, etc., porque eu entendo que isso daria um controle enorme, uma redução significativa ao processo de reutilização desses produtos para industrialização inadequada, ou ilegal de destilados.

Ao final, um tema, na nossa opinião, superimportante é o cuidado com as medidas, vamos dizer assim, na tentativa de resolver o problema, as medidas colaterais de impacto negativo nesse processo. Falou-se muito em aumento dos impostos, em redução da ST em alguns estados e tal. E o aumento do imposto pode sugerir um empurramento, uma destinação dos empreendimentos, um estímulo para que os empreendimentos procurem a informalidade.

Eu acho que o incremento de impostos sempre é nocivo à formalidade, se o imposto é menor, todos pagam o prêmio da sonegação – e da informalidade é menor. Eu acho que essas medidas colaterais precisam ser tomadas com cuidado, para que a gente não tenha um estímulo à informalidade, para que o estímulo à informalidade não leve essas empresas informais a acabarem se utilizando de canais informais. Canais informais tendem a dar mais força a essa indústria ilegal e, naturalmente, a gente aumenta o problema – e não diminui.

Faço coro para finalizar o pleito do Paulo com relação à regulamentação de *vape*, etc. e tal, que igualmente às bebidas podem oferecer um risco grande à população, e hoje são 100% ilegais e não regulamentados no Brasil e naturalmente tem aí um risco de contaminação ainda maior do que o problema recente com os destilados.

O setor está completamente imbuído de intensificar ações nessas direções de credibilidade, de informação ao consumidor, de capacitação da base para saber reconhecer os produtos falsificados, ilegais, etc. E não só nos deixamos à disposição de toda a indústria, mas também nos deixamos à disposição do setor público para continuar esse diálogo e procurar implementar e intensificar medidas desta natureza que ajudem nesse choque de credibilidade que, de fato, torna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sociedade brasileira e também o nosso setor vítimas de um processo criminoso que a gente precisa estancar, punir, evitar, e tomar medidas mitigatórias para que não exista mais ou que diminua no médio e no longo prazos.

Obrigado pelo convite e reitero a nossa disposição em estarmos próximos e contribuir com a solução desse problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Peço...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Esperidião Amin deseja fazer uma pergunta ao...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. É uma ponderação geral só porque eu vou ter que ir para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Comissão. Como eu vou ter que me dirigir para a Comissão de Ciência e Tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. tem a palavra Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu quero cumprimentar todos os expositores, especialmente o catarinense Doreni Caramori, e colocar uma reflexão muito breve: primeiro, falsificação de bebida não é uma novidade. Nós já tivemos várias expressões para definir isso que se convencionou chamar, ironicamente, de "batismo". Na verdade, não é batismo, é uma excomunhão. (*Risos.*)

Só que o nível da violência agora sobrepassou, o que dava dor de cabeça – o sujeito percebia que aquela bebida tinha sido, entre aspas, "batizada" –, agora virou um risco de grandes proporções para a saúde e gerou um pânico, justificável, aliás, porque até que se identifique o total desta nova cadeia produtiva... você descobre um galpão lá onde tem muita garrafa... a garrafa, o vasilhame é fundamental para dar a versão da fraude, não é? Então, eu acho que isso é um trabalho de inteligência, e a contrapartida, que vale para todos os fornecedores de serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que implicam fornecimento de bebida, os eventos, os bares e restaurantes, enfim, os lugares onde a gente ingere o aperitivo ou qualquer outro tipo de bebida, esses supridores de serviços vão ter que fazer a marcha a ré ou fazer a logística reversa naquilo que oferecem.

A impessoalização vai inverter o seu curso: se hoje nós estamos acostumados a aquisições impessoais, o restaurante, o bar, o boteco que queira preservar a sua freguesia, no seu próprio interesse, vai ter que redobrar os cuidados com a sua logística. Ou seja, de quem é que ele está comprando? Esse que está me vendendo comprou de onde? A logística reversa, no varejo, vai ser alterada.

A palavra "rastreabilidade", que é usada só em termos de elite, "expressão das elites", como se diria, a rastreabilidade vai ser uma obrigação do dono do boteco que você frequenta.

Eu falo de boteco com o maior respeito. Estendo esse respeito a Belo Horizonte, que é considerada a capital nacional dos botecos. Isso faz parte do nosso patrimônio cultural.

Então, eu só queria focalizar isto: independentemente das descobertas da fraude, que são muito importantes, da punição dos criminosos, é dever de todos nós fazer uma imersão na logística da nossa cadeia produtiva ou logística que propicia um momento de lazer.

A história do fornecedor de confiança, agora, teve um *upgrade* de vários degraus, porque, se não for de confiança, é melhor ficar com a nossa água mineral de boa procedência, também de boa procedência, do que correr risco.

E para os desprevenidos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E o chopinho gelado, que não tem... Por enquanto, o chope não está...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor nem fale isso, nem insinue, porque nós estamos em pleno Oktoberfest. Eu estarei lá no sábado. O senhor não me coloque pulga no cérebro.

Então, a verdade é esta: as coisas mais descontraídas passam a ser alvo de uma preocupação que, se não tiver resposta à preocupação, vai virar uma preocupação mórbida, ruim, muito ruim, com grandes efeitos nefastos para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpa, mas é uma intervenção que eu faço junto com o cuidado que todos nós, legisladores, devemos ter para não ir para o extremo simplesmente porque está assustado com o lado de cá.

Muito obrigado.

Aliás, já se inventou uma expressão "não beba deste lado, beba do outro lado". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço a colaboração sempre lúcida e oportuna do Senador Esperidião Amin, do alto da sua experiência e sabedoria.

Agradeço aos convidados que compuseram esta mesa e vamos formar a próxima mesa.

Convidamos, então, a Sra. Cristiane Foja, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), que está com a presença confirmada.

Pode sentar-se aqui à mesa.

Em seguida, convidamos o Sr. Eduardo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD). Esse aqui é importante, viu.

Também convidamos para compor a mesa o Sr. Carlos Eduardo Cabral de Lima, Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça, que é outra coisa importante também.

Convidamos o Sr. Márcio Maciel, que é Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja (Sindicerv).

E o outro é o Sr. Alexandre Macário, que é CEO da Circula Vidro, mas será por videoconferência.

Então, vamos aos convidados.

Passo a palavra à Sra. Cristiane Foja, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe).

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. CRISTIANE FOJA (Para expor.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite, ao Senador Marcelo Castro e ao Senador Nelsinho Trad, e em nome dos dois e de todos os presentes, saúdo todas as autoridades também.

Gostaria de começar a minha fala dizendo que, não só a Abrabe, mas o setor de bebidas alcoólicas, como um todo, lamenta profundamente as mortes, todos os consumidores que ainda estão sofrendo e, também, o setor como um todo, afetado em todos os seus elementos pelos fatos.

A Abrabe é uma entidade de 50 anos e representa todas as categorias de bebidas alcoólicas. Só de destilados, nós temos 23 empresas que importam ou produzem destilados no Brasil.

Então, estamos nessa batalha contra o mercado ilegal de bebidas alcoólicas, que é o nosso grande competidor, há muitos anos, desde a sua fundação.

Acho importante a gente contar um pouquinho como é essa luta.

Essa luta é uma luta em parceria. O setor de bebidas alcoólicas não tem a pretensão de fazer o papel da segurança pública, mas a gente pode ajudar. E a gente faz isso desde sempre. Nós oferecemos informações sobre os produtos, apoio logístico, apoio processual – somos assistentes de acusação durante todo o processo –, apoio logístico no pós-repressão... Então, a transferência dessas bebidas – todas elas, não só falsificadas, mas também as contrabandeadas, as descaminhadas... Essas bebidas são armazenadas e, depois, têm a destruição.

A Abrabe mantém um programa nacional, presente em 24 estados, de logística reversa de vidro, especializado em combate ao mercado ilegal. O nome dele é Glass is Good e também é um programa que precisa de maior adesão de todos os *players* da cadeia de comercialização de bebidas alcoólicas. Fica aqui a minha oferta para apresentar melhor esse programa.

Mas o que a gente está vivendo hoje, já foi falado aqui, não é um problema de bebida legal. A bebida legal é segura. A gente tem se manifestado nesse sentido. O problema que enfrentamos é um problema de bebida falsificada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O problema é o consumidor saber o que é legal e o que não é legal.

A SRA. CRISTIANE FOJA – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, estamos diante de um problema de segurança pública, um problema de crime, e a Abrabe atua, em parceria com as frentes de repressão, desde sempre, e agora muito mais.

Então, o que estamos fazendo para reagir a essa crise, como setor privado?

Estamos reforçando essas medidas que já existem, em parceria com as frentes de repressão, os órgãos competentes de fiscalização, e também levando a informação ao consumidor e a estabelecimentos – aquilo que é possível, porque a gente também não pode transferir para o consumidor a responsabilidade de reagir ao crime. Eles podem ajudar, e nós estamos fazendo, junto aos Procons, Senacon...

Estamos fornecendo uma informação muito simples, através de cartilha, com sete dicas práticas. Todos os Procons estão se engajando para levar ao consumidor aquilo que é possível fazer: um reconhecimento visual na gôndola, no ponto de venda, onde ele pega a mercadoria e ali pode distinguir uma garrafa de bebida falsificada da legal.

Então, qual é o grande desafio? Esse papel não é do consumidor, esse papel é de todos nós; é por isso a integração das frentes de repressão com todos os elos da cadeia de comercialização, para retirar da oferta das bebidas alcoólicas a bebida ilegal. O problema está na oferta, e o papel de todos é separar o joio do trigo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE FOJA – A gente precisa separar bebida legal de bebida ilegal em todos os elos da cadeia, e isso serve não somente para bares, restaurantes, produtores de eventos. Todos nós estamos sofrendo: os bares que operam legalmente, os eventos que operam legalmente, a indústria que opera legalmente. A cadeia inteira legal está sofrendo, porque está misturada com a ilegalidade.

Então, a gente realmente precisa do apoio e do comprometimento de todas as frentes de repressão, e a gente tem aqui que lhes agradecer e parabenizá-los. A gente descobriu a origem – tudo indica que a origem desse caso atípico, que matou pessoas, foi descoberto –; e, realmente, deve-se resolver o problema no curto prazo, mas isso não dispensa a cooperação de todas as frentes de trabalho com os elos da cadeia na repressão, para a gente limpar a cadeia, sanear a cadeia e separar o joio do trigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui, então, o meu agradecimento a todas as autoridades que estão receptivas, abertas à contribuição da indústria, para que a gente consiga melhorar diante desse problema que estamos enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecemos a contribuição da Sra. Cristiane Foja.

Passamos ao próximo convidado, Sr. Eduardo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas. Aqui parece que está o "x" da questão.

V. Sa. tem a palavra, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO CIDADE (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Marcelo Castro, Senador Nelsinho Trad.

Eu precisei pensar na resposta que eu darei ao Senador. Realmente, a solução está na nossa categoria: é só a cadeia comprar dos estabelecimentos legalizados. Todos os órgãos de fiscalização e de controle que já se manifestaram nesta audiência reafirmam que a cadeia de produção regular cumpre regras, atende à legislação e traz todo o cuidado – paga impostos –, para que se entregue um produto com qualidade a esse consumidor.

A ABBD se solidariza, com um profundo pesar, com todas essas famílias que estão envolvidas nesses casos de morte de pessoas no consumo desses produtos inadequados. A falsificação não é um acidente, é um crime que precisa ser punido. Isso afeta os consumidores, os comerciantes idôneos, os fabricantes desses produtos legais e toda a sociedade. Repudiamos, de forma veemente essa prática criminosa envolvendo o nosso setor e reforçamos o nosso compromisso inegociável com a segurança dos consumidores e a integridade desse mercado.

Todos os agentes, volto a repetir aqui, já se manifestaram, e aqui é preciso elogiar a atuação da Receita Federal, do Mapa, da Anvisa, dos PROCONs, com as operações que vêm sendo realizadas ao longo dos anos, principalmente com as ações integradas de fronteira.

Quando a gente escuta algumas pessoas mal-intencionadas utilizando dados de pesquisas – a que até hoje ninguém teve acesso –, dizendo que 33% das bebidas desfiladas consumidas no Brasil são falsificadas... Estão mentindo sobre esse assunto. A ABBD fala isso com propriedade, porque a gente acompanha esse tema com dados e com pesquisas desde 2017, e a última

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualização que fizemos desse trabalho... A gente fez um evento no início de setembro, antes dessa crise toda que está aí, e lançamos lá a atualização do estudo sobre mercado ilegal de bebidas no Brasil. O nosso estudo está disponível, sim, para quem quiser ter acesso, e a gente compartilhou isso com os agentes que, lá naquele evento, discutiram esse tema conosco.

Vinte e oito por cento das bebidas alcoólicas consumidas no Brasil estão no mercado ilícito. E quando a gente fala de mercado ilícito, dentro destas ilicitudes, a gente tem: evasão fiscal, sonegação, a gente tem contrabando, tem produção sem registro... O Mapa tem feito um acompanhamento muito significativo desse assunto. Quando a gente fala aqui de produção sem registro, a gente precisa ter uma sensibilidade muito grande para não criminalizar o pequeno produtor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CIDADE – ... que precisa, sim, ter um suporte para viabilizar o registro do seu produto. A gente não está dizendo aqui que ele está produzindo um produto falsificado. O que a gente está dizendo aqui é que a gente precisa dar um suporte a esse pequeno produtor, para que ele possa formalizar a sua produção.

E a gente fala de falsificação. Nesta falsificação que a gente aponta no nosso estudo, ele diz que, daqueles 28% de mercado ilícito, 4,7% é falsificação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – São 4,7% do total ou dos 28%?

O SR. EDUARDO CIDADE – Dos 28%. Do total de 28%, 4,7% é falsificação.

E volto a repetir, Senador: tem pessoas mal-intencionadas dizendo que 33% da bebida destilada no Brasil é falsificada. Estes, inclusive, que estão usando esse subterfúgio para ofertar sistemas de controle, precisam também ser chamados aqui para explicar de onde é que saiu esse número, como é que eles explicam essa informação. O que pipocou de estudo realizado nessas duas últimas semanas, três últimas semanas é um horror; mas ninguém mostrou. Todo mundo falou que tem. Onde é que está o estudo?

Dentro desta linha, é evidente que o setor, preocupado com todos esses fatos que estão acontecendo, em parceria com várias outras entidades, com a Abrasel, com a Abrape, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

própria Abrabe... Há algumas ações aqui que estamos fomentando de qualificação para os donos de bares, restaurantes e toda essa cadeia de comercialização; para o próprio consumidor, como a Cris aqui já fez referência a uma cartilha que tem, dando essas dicas básicas com relação à identificação desses produtos.

De tudo que a gente ouviu nesses últimos dias e de todas as discussões e grupos de trabalho de que estamos participando, o que se percebe é que precisamos efetivamente de uma integração entre agentes públicos e a iniciativa privada, para que possamos achar uma solução imediata para a proteção do consumidor brasileiro. O nosso problema são os criminosos que estão falsificando produtos, não é a cadeia formal. E a integração de sistemas... E aqui todos os órgãos de fiscalização em nível federal têm os seus sistemas de controle que funcionam de forma muito ágil. Como é que a gente ajuda o próprio governo a viabilizar essa integração de sistemas?

Vou fazer aqui uma referência a uma ação que o Mapa e o Ministério da Justiça fizeram 40 dias atrás, antes dessa crise, com relação aos *marketplaces*. Eles já tinham feito uma atuação 40 dias, 50 dias atrás, com relação a esse tema, mas, assim como naquela operação eles tiraram vários desses *marketplaces* do mercado, na semana seguinte já tinha o dobro daqueles que eles tiraram do mercado vendendo produtos lá na internet de novo. Então a gente não tem uma regra clara com relação a isso, e o que precisamos... E aqui eu acho que é a função do Legislativo: como é que a gente restringe e proíbe a venda de todos esses insumos que estão sendo colocados? Se você pesquisar lá na internet, você encontra até selo de IPI, que é a Casa da Moeda quem produz, à venda, gente. Então, precisa-se, sim, ter ações rápidas para tirar esses insumos todos do mercado, mas precisamos em conjunto, não de forma – me desculpe aqui o termo que eu vou utilizar – açodada, querer trazer mais obrigação para a indústria formal. O problema não é a indústria formal, o problema é o criminoso que está cometendo essa ilicitude.

Neste sentido, está tramitando, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, um projeto cuja origem é de 2007 – o problema não é de agora, gente, vem lá de 2007 essa questão da falsificação – para criminalizar essa atitude. Porque hoje a Polícia Federal, a polícia civil, quando faz a ação lá de fiscalização com o poder de polícia, aquele indivíduo que foi apreendido naquela ação sai antes do oficial de polícia da delegacia, porque não tem pena para isso. A fiança é R$1 mil. Paga a fiança, volta para o galpão e continua falsificando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem feito um trabalho junto à Câmara dos Deputados, ao Relator, que foi nomeado lá pelo Presidente Hugo Motta, o Deputado Kiko, para que a gente dê agilidade na aprovação dessa criminalização, a caracterização como crime hediondo deste processo de falsificação.

Essa é uma atitude imediata, porque aí, sim, a gente começa a proteger a sociedade.

Na sequência de toda essa crise, Senador, começaram a pipocar, tanto no nível federal como estadual e municipal, diversas iniciativas dos legisladores querendo criar mais regras para o formal. Teve Prefeito que sugeriu decreto para proibir a venda de bebida destilada na sua cidade. Gente, por favor! Nós já tivemos uma experiência na década de 30 com relação à proibição de bebidas. O mercado informal vai tomar conta disso se tiver esse tipo de medida sendo adotada por municípios.

Tem estados em que vários Parlamentares estão propondo: "Vamos criar um QR *code*, rastreabilidade...". Gente, esse é um tema que precisa ser tratado de forma única, senão nós vamos ter 27 legislações tratando sobre esse assunto. E ainda tem aí uma questão de constitucionalidade ou não dessa matéria, porque a gente entende que esse tipo de matéria deve ser tratado pela União. É legislação federal. E a gente tem legislação federal que faz todo esse processo. Nós precisamos, sim, é da integração de todos os sistemas existentes exequíveis.

Na última semana, pelo acompanhamento que estamos fazendo aqui, mais de 20 PLs já estão no Congresso Nacional tratando sobre rastreabilidade, novos controles por QR *code*, por várias metodologias de controle. Vamos fazer um trabalho, vamos discutir isso em conjunto, o Legislativo com o setor que aqui está representado tanto pela ABBD como pela Abrabe, como pelo Sindicerv, como pelo Ibrac, para que possamos, sim, em caso de alteração ou nova legislação, ter uma coisa que seja exequível.

Nesse aspecto, reafirmamos aqui que o consumo de bebida alcoólica deve ser sempre responsável, e a indústria formal de bebida alcoólica tem esta responsabilidade de entregar um produto de qualidade ao consumidor brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a colaboração do Dr. Eduardo Cidade, vamos ao próximo convidado, o Sr. Carlos Eduardo Cabral de Lima, Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Damares. É um prazer tê-la aqui conosco.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É um prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já estava sentindo a falta de V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sim, mas eu estava acompanhando a audiência a distância.

Eu vou ter que abrir a próxima Comissão de Direitos Humanos, e eu só queria fazer uma participação.

Quero cumprimentar os convidados.

Nós vamos continuar este debate também na Comissão de Direitos Humanos – não foi possível fazer a reunião conjunta hoje –, mas eu precisava manifestar uma preocupação. Eu quero me somar, Senador Marcelo Castro, Senador Nelsinho, a esta Comissão – eu sou membro desta, Presidente da outra – para a gente, quem sabe, aceitar o desafio do Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas, fazer um trabalho agora e fazer essa grande entrega para o Brasil como Legislativo.

Estamos acompanhando o julgamento no STF. O Sistema de Controle de Bebidas precisa existir. Eu estou muito preocupada. A gente tem um TCU dizendo que isso tem que acontecer, a gente tem uma Suprema Corte se debruçando sobre a matéria e eu estou apresentando requerimentos de informações ao Ministro Fernando Haddad. Eu quero entender o que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre fui provocada para vir para esse debate. Eu nunca quis. A gente tem a oportunidade de escolher nossas guerras, mas agora eu fui arrastada para esse debate e eu vou entrar nesse debate e eu quero colaborar.

Bom seria se vocês não existissem, mas vocês existem e o povo bebe. Bom seria se ninguém bebesse, mas faz parte da história da humanidade. Então, vocês existem e vamos ter que lidar com isso, e de forma muito séria.

Eu sou cristã e ser cristã é todo dia brigar contra sentimentos humanos, e essa semana eu tenho sido tomada por um sentimento pelo qual eu tenho orado. E o sentimento pelo qual eu tenho sido tomada é o seguinte Senador: quem comercializa a morte, dela deveria experimentar. É assim que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Essa é a Lei de Talião.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – "Olho por olho, dente por dente."

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esses bandidos que estão falsificando e colocando o setor em risco. Não é um setor, mas é um setor que gera emprego, é um setor organizado, é um setor que está sentado aqui à mesa mostrando a cara, querendo encontrar a solução, e nós vamos encontrar juntos, mas a indignação... Eu sou mãe e eu sou a Senadora ligada às pautas de família. Vocês não sabem o que é uma mãe gritar no telefone no meu gabinete, o filho no hospital morrendo.

A gente vai ter que, como Parlamento, dar algumas respostas. O debate vai continuar. Eu quero me colocar à disposição do setor, dos Parlamentares. A brecha que tiver na legislação ou na política pública ou na fiscalização... Eu vou conversar muito com o Ministro Haddad.

A Receita está aqui. Eu vi a posição da Receita ao falar que o sistema de controle de bebida não era bem para a qualidade, mas quando a gente vê a concepção do sistema, era para ver a qualidade também, era para ver produção e qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ter que fazer entrega, porque o Brasil está esperando de nós essas respostas.

Senador Marcelo Castro, parabéns por ter pautado o debate! Senador Nelsinho, parabéns! Eu quero me somar a vocês dois. Eu não quero mais ver famílias desesperadas, como eu estou vendo esta semana.

E parabéns ao setor pela coragem de vir aqui! O povo bebe e precisa de vocês, mas quem sabe um dia teremos uma humanidade que não precise mais da bebida?

Parabéns por estarem aqui com a coragem de fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo aí a contribuição valiosa da Senadora Damares, vamos ao próximo convidado, que é o Sr. Carlos Eduardo Cabral de Lima, Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça.

V. Sa. tem a palavra, Sr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Primeiro quero saudar a Senadora Damares e agradecer a presença dela, saudar aqui o Senador Nelsinho Trad, o Senador Marcelo Castro e, ao saudá-los, saúdo também os demais Senadores e Senadoras que estão participando deste debate.

Eu represento aqui hoje o Instituto Brasileiro da Cachaça, uma bebida genuinamente brasileira. Representamos hoje 80% de todo o volume que é comercializado e produzido, formalmente, de cachaça no Brasil. E eu acho que esta audiência, Senadores, é extremamente importante; é extremamente importante porque o segmento formal de produção de bebidas alcoólicas sempre se colocou à disposição do governo, do Poder Executivo, para colaborar na construção de políticas públicas tanto para que venhamos a ter um ambiente melhor, concorrencial no Brasil quanto também para se coibir práticas ilícitas e práticas ilegais.

Pegando um pouco a fala do Senador Nelsinho Trad, quando abriu aqui a audiência, ele colocou que os motivos aqui desta audiência era para fortalecer o sistema de rastreabilidade e também tratar do controle de metanol. E aí eu começo pelo fim, eu acho que a gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente, precisa ter políticas mais rígidas e mais severas no controle de insumos que venham a alimentar o mercado ilegal de bebidas alcoólicas.

É muito interessante a gente ver o que aconteceu em São Paulo: pegaram álcool hidratado – e estou aqui colocando uma frase que foi dita nos veículos de comunicação – e os falsificadores deram o azar de aquele álcool estar batizado com metanol. Então, é um duplo crime: utilizaram o álcool hidratado e o álcool hidratado estava contaminado com metanol. Mas a adulteração de bebidas alcoólicas no Brasil utilizando o álcool hidratado é uma prática que, infelizmente... adulteração não, corrigindo, a falsificação de bebidas alcoólicas no Brasil utilizando o álcool hidratado é uma prática antiga. Não é de agora que os falsificadores utilizam isso e, portanto, há anos o setor produtivo da cachaça defende um controle mais rígido do etanol e, se possível, a adição de algum marcador químico no etanol que dificulte a falsificação ou que facilite a identificação do etanol na falsificação de bebidas alcoólicas.

Tivemos, há algumas semanas, uma conversa com a ANP na Câmara Setorial da Cachaça do Ministério da Agricultura, e seria extremamente importante, Senadores, trazer a ANP para essa conversa, como forma de a gente controlar esse insumo.

Mas, passando dessa questão do metanol, eu queria colocar que eu acho que um ponto de consenso em todos os que me antecederam, e isso foi posto também na audiência pública que aconteceu na Câmara dos Deputados, é que o setor formal é extremamente controlado. O setor formal cumpre regras rígidas de produção, é um setor extremamente compromissado com a saúde do consumidor, e o último monitoramento da qualidade de destilados feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) identificou 100% de conformidade. Então não há problema de conformidade no setor formal.

Um ponto muito importante é que realmente a gente precisa afastar essa teoria de que o desligamento do Sicobe teve qualquer ligação com o que a gente está enfrentando hoje no Brasil. O Sicobe foi um sistema que foi muito útil enquanto funcionou, com o objetivo de se coibir a evasão fiscal. Ele não tinha o propósito de rastreabilidade e não tinha o propósito de controle da qualidade de produtos. Ele era um contador de produção...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – ... melhorado e que tinha como objetivo trazer o controle sobre a evasão fiscal. Então, não há que se fazer nenhuma ligação do desligamento do Sicobe com o que a gente está enfrentando hoje.

Mas isso não quer dizer, Senadores, que o setor é contra o controle. Pelo contrário, o setor é a favor do controle, só que o controle precisa ser discutido de uma forma para que ele efetivamente cumpra o seu propósito e que seja um controle amplo, aplicável a todos os segmentos de bebidas alcoólicas e a todos os portes – o Sicobe não funcionava para pequeno produtor, só funcionava para grande empresa –, e o debate precisa ser um debate feito de uma forma mais ampla, para que realmente a gente consiga respeitar as especificidades do setor.

Além disso, Senadores, utilizando rapidamente o tempo que me resta, quero trazer também não só essa questão do controle do metanol, mas também a necessidade de ampliarmos acessos a dados por parte dos demais entes do Poder Executivo.

Tramita, na Câmara dos Deputados, um PL, que é o PL 109, que faz com que a ANP tenha acesso a dados fiscais de destilarias e usinas de álcool. E seria muito importante que o Senado também se debruçasse neste debate, para que não apenas a ANP tivesse acesso a esses dados, mas também que o Ministério da Agricultura pudesse ter acesso aos dados fiscais das destilarias de álcool e etanol, para que a gente pudesse ter um maior controle desse insumo aqui no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Carlos Eduardo, passamos ao Sr. Márcio Maciel, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv).

V. Sa. tem a palavra.

O SR. MÁRCIO MACIEL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcelo, Senador Nelsinho, obrigado pelo convite.

Em nome do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, que representa 85% do volume de produção de cerveja do Brasil, a gente quer agradecer o convite para estar nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também se solidariza muito com as vítimas desse crime que ocorreu. E é bom deixar muito claro que isso é uma questão criminal, muito distinta do mercado legal que, como o Ministério da Agricultura já falou, é 100% fiscalizado e tem a sua produção legal.

Quero reforçar aqui dados que a gente tem visto, o que já foi dito pelo Ministério da Saúde. Não há nenhum caso ligando o metanol à cerveja. A cerveja brasileira continua segura, é um produto de diferente valor. Assim, a tentativa de falsificação de cerveja dessa forma não é uma prática que acontece. Então, Senador Marcelo, pode ficar tranquilo com o seu chope. A gente, neste momento, está bem tranquilo em relação a isso.

Por que o Sindicerv está aqui, independentemente de essa discussão não afetar diretamente a gente, pelo metanol não fazer parte da nossa cadeia? É porque, como já foi dito aqui, durante essa discussão, esse caso péssimo desse crime que está ocorrendo, várias *fake news* foram levantadas. Várias *fake news* foram levantadas das formas mais vis possíveis – e algumas muito graves, que a gente precisa endereçar aqui.

Senador Nelsinho, na sua fala inicial, você falou: "Estamos em frente a um problema complexo". E problemas complexos exigem soluções complexas. Algumas pessoas, seja por boa vontade ou não, nessas situações, acabam querendo sugerir algum tipo de bala de prata, uma solução única que vai resolver isso. E a gente vê no mundo inteiro que, em nenhum lugar, houve uma bala de prata para isso. Na verdade, foram ações integradas, como vários falaram aqui antes, governamentais junto com a iniciativa privada, cruzamento de bancos de dados, como forma de solução para você ter melhor controle sobre a produção, seja em âmbito fiscal, seja em âmbito de qualidade, estados e municípios; mas, em nenhum lugar do mundo onde foi implementado um sistema no estilo do que tem sido trazido em algumas *fake news*, que é o caso do falecido Sicobe, isso funcionou.

O Sicobe, como foi dito aqui, era um sistema que, majoritariamente, controlava a produção de bebidas frias: cervejas, refrigerantes e águas. Destilados entravam de maneira voluntária nesse sistema. O sistema controlava o número de unidades produzidas nas fábricas legais do Brasil, não nas ilegais; as ilegais não estão submetidas ao Sicobe, nunca tiveram submetidas a isso. E ele foi desativado em 2016 por vários motivos, a Receita Federal já trouxe alguns deles aqui: a legislação trouxe outras opções mais modernas, mais eficientes – era um sistema que custava quase R$2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhões para os cofres públicos em 2016 –; e também houve um caso de polícia, a Operação Vícios da Polícia Federal, que encontrou várias irregularidades nesse processo, inclusive com indicação do TCU à época para que o contrato de licitação do Sicobe fosse revisto, porque a licitação não foi feita de maneira adequada.

Então, foram vários motivos que desativaram esse sistema no Brasil. E como a Receita falou, o setor continua sendo fiscalizado, em âmbito fiscal, de maneira muito mais efetiva, tanto é que a arrecadação aumentou ao longo desse período em que o Sicobe esteve desativado.

A fiscalização tem sido feita pelo Bloco K, nota fiscal eletrônica, escrituração digital. O Ministério da Agricultura, que é quem fiscaliza o volume de produção do setor, continua com esses dados, tanto é que temos o Anuário da Cerveja, que mostra o número de cervejarias, a quantidade, o volume de produção de cerveja que temos ao longo dos anos no Brasil. Então, se a gente tivesse algum sistema que integrasse a base de dados do Ministério da Agricultura com a Receita Federal, talvez com a Anvisa, enfim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO MACIEL – ... e tivesse alguma conexão com o âmbito estadual, teríamos medidas muito mais eficientes e baratas para você, de fato, ter algum controle sobre todos esses dados que estão conversando de maneira isolada.

E, para encerrar, no Sindicerv, por meio de suas associadas e até pesquisa, olhamos para o mundo inteiro para entender o que funciona no combate a esse tipo de situação. Eu vou deixar, tanto com o Senador Nelsinho quanto com o Senador Marcelo, aqui as nossas indicações de soluções para esse problema complexo, que passam basicamente por – se puder passar para o Senador, eu agradeço – quatro pontos. Todos eles já foram ditos aqui: integração de sistemas – fundamental para a gente ter os melhores dados possíveis –; *enforcement* legal e aumento de penalização; controle do metanol – é importante a gente entender por onde trafega esse produto –; além do descarte adequado de embalagens. Já temos o Programa Nacional de Logística Reversa, já temos todos os integrantes da cadeia produtiva com as suas obrigações. É importante que tenhamos políticas públicas que incentivem a correta conexão entre os grandes geradores, indústrias, para a gente tirar as garrafas não retornáveis do mercado e dar a destinação adequada para elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Senador. Muito obrigado. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Tem um último convidado, que é o Sr. Alexandre Macário, que é CEO da Circula Vidro, por videoconferência.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE MACÁRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia. Bom dia a todos.

Eu tenho uma pequena apresentação aqui que eu gostaria de compartilhar.

Primeiro, bom dia, Dr. Marcelo, Senador Nelsinho e todos os colegas de bancada. A gente entende que a reciclagem de vidro contribui não só para a agenda ambiental do país, mas também é muito importante para essa questão de segurança pública e de saúde da população.

A Circula Vidro é uma entidade gestora sem fins lucrativos que foi fundada pelo Sindicerv, pela Abrabe – aí presentes à mesa – e também pela indústria vidreira e tem a responsabilidade nacional de articular todo o sistema nacional de reciclagem de vidro, com uma meta de atingir até 40% de índice de reciclagem até 2032. Juntos, nós reciclamos quase 600 mil toneladas de vidro no ano de 2024, transformando em novas garrafas e evitando que vazassem para o mercado informal.

O que não é a Circula Vidro, que eu gostaria de compartilhar com vocês? Nós não somos um programa de logística reversa e não operamos o sistema. Nós não compramos ou vendemos vidro. Nós atuamos como um *hub* de colaboração entre os diversos elos da cadeia logística, auxiliando nessa parte de inteligência, governança e gestão do sistema.

Fomos criados para a estruturação, implementação e operacionalização do sistema em um modelo compartilhado.

O resultado da reciclagem de vidro no Brasil, hoje, é obtido através da consolidação dos esforços individuais de cada um dos nossos associados, alguns deles aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das questões que norteia a nossa atuação é o conceito de que responsabilidade compartilhada gera possibilidade coletiva. Quando falamos de responsabilidade compartilhada, entendemos que município, consumidor, comerciante, os próprios distribuidores, importadores, fabricantes de embalagens e também de bebidas têm que cumprir seu papel dentro da cadeia. Começa pelo descarte adequado, pela destinação adequada, por parte do consumidor; e pelo comerciante perguntar, ao seu sistema de operações, o que acontece após um turno, após um grande evento, e exigir a documentação adequada de cada uma das empresas que efetuam essa coleta e reciclagem.

Queria explicar, aproveitando esta oportunidade também – acho que regular é importante e educar é urgente –, e gostaria de falar um pouquinho sobre como funciona a cadeia do vidro, para que possamos juntos pensar em alternativas para mitigar o problema.

Hoje, 50% de todo o vidro consumido no Brasil está no que chamamos de grandes geradores: hotéis, bares, restaurantes e eventos também. E outros 50% está dentro de casa. Para atacar o problema de forma eficiente, precisamos de ações complexas.

Quando a gente fala de bares e restaurantes, geralmente você tem uma coleta municipal, ou uma coleta privada, em municípios onde há lei de grandes geradores. Acreditamos que a lei de grandes geradores é essencial para que o vidro tenha uma destinação adequada. Quando falamos em casa e em condomínios, nós falamos de coleta municipal, muitas vezes misturada com resíduo sólido urbano; destinação de pontos de entrega voluntária; e a participação do catador formal.

Após esse vidro ser consumido, geralmente ele passa por uma unidade de triagem primária. Normalmente, são cooperativas, que ficam por aqui, ou comércios atacadistas de materiais recicláveis. Esse material, após coletado e separado, é então transformado numa unidade de processamento e consolidação. Nisso são removidas toda a parte de contaminantes, o que é necessário para que seja transportado para uma nova fábrica de garrafas e volte ao sistema como um todo.

Para a gente entender a dimensão desse nosso desafio de fazer com que essas garrafas todas voltem para a reciclagem e se transformem em novos produtos, esse aqui é um exercício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós fizemos de onde é consumido o vidro no Brasil. Então a gente tem uma grande concentração aqui na Região Sudeste e um pouco aqui na Região Norte também.

Então 85% do vidro no Brasil é consumido dentro das bolhas vermelhas ou azuis. E, à direita aqui, nós temos a localização das fábricas de vidro, ou seja, onde o material é reciclado e transformado em novas garrafas. O Brasil tem 4 mil quilômetros de extensão, de um lado para o outro, então não só coletar, mas armazenar, processar e transportar até um destino é um dos principais desafios que a indústria precisa enfrentar.

Quando a gente entende que a reciclagem de vidro – e aí eu acho que vi muitos dos nossos colegas aqui falando sobre a questão da cadeia de suprimentos... Nós entendemos que a reciclagem de vidro combate a falsificação. A destinação adequada desse material é parte da solução como um todo. Então, quando a gente fala da reciclagem do vidro de uso único, rastreado por notas fiscais, bem como da cadeia retornável formal, em que o próprio envasador retorna com esse produto num processo fechado, legal e com todos os controles de segurança, não se abastecem os insumos para fraude, contribuindo não só para o meio ambiente, com a redução de CO_2, de energia e de outras coisas, mas também é questão de saúde pública. A reciclagem de vidro também gera emprego e renda na cadeia.

A coleta seletiva e o apoio de grandes geradores e produtores de eventos, aliados à restaurabilidade, geram essa adicionalidade que a gente busca. Cooperativas e catadores são fundamentais nesse processo: eles coletam e triam também. Estamos discutindo com algumas associações a criação de *hubs* regionais para acumular isso, a fim de formar uma carga viável. Hoje, para transportar esse vidro, você precisa de pelo menos 30 toneladas de material para se dedicar direto à indústria.

Muitas vezes, se questiona sobre o valor do caco de vidro, mas a gente entende que o valor dele é uma conjunção do material, da qualidade dele e dos custos de transporte.

Quando a gente fala de educação, a gente fala também de educação em relação ao consumidor quanto ao descarte. Por exemplo, todos nós em casa fomos treinados, com os nossos pais, para, quando quebrar uma porcelana, juntar junto numa garrafa para as pessoas que vão coletar; mas a porcelana é um contaminante dentro do processo de fabricação de vidro, então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

30g, um pedaço deste tamanho inviabiliza a reciclagem de 1 tonelada de vidro. Por isso, há necessidade desse processo de controle educacional.

Finalizando aqui, entendemos que o vidro é um material permanente, infinitamente reciclável, e que a sua reutilização, como matéria, não impacta a qualidade do produto final. Então, uma garrafa feita com caco de vidro tem a mesma qualidade de uma garrafa feita com material virgem, e também ajuda a estender a vida dos aterros sanitários, reduzindo o gasto público com a coleta e com a destinação.

Eu me coloco à disposição para qualquer um dos agentes que queira entender um pouco mais sobre esse sistema, e coloco a Circula à disposição para contribuir com o debate no que for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Alexandre Macário – antes, quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, que nos honra aqui com a sua presença –, vou passar a palavra ao Senador Nelsinho Trad, porque ele tem um compromisso agora e vai ter que sair.

Ele vai fazer os comentários dele, mas nós vamos continuar aqui para fazer as perguntas e discutir com todos.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – É apenas para registrar a nossa satisfação com a condução desta audiência pública pela pessoa do médico e ex-Ministro da Saúde, Senador Marcelo Castro. Não podia ter pessoa melhor para esse feito!

Quero agradecer a participação de todos, eu prestei muita atenção em tudo aquilo que foi falado. A nossa assessoria está aqui e está elaborando uma nota técnica a respeito de toda essa situação. A gente já entrou em contato com o Tribunal de Contas da União, vamos entrar em contato com o STF para poder acompanhar isso de perto, conforme relatou a Senadora Damares.

Quero dizer que nós vamos fazer uma proposição legislativa a respeito dessa situação, ouvindo todos os setores, algo equilibrado, algo que possa ter uma única intenção: dar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança da qualidade para o consumidor que quiser ingerir alguma bebida no nosso país. Não pode ficar essa interrogação na cabeça da sociedade.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Marcelo Castro e aos colegas que aqui vieram.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, agradecendo ao Senador Nelson Trad, que teve a ideia de convocar esta audiência pública tão importante, vou...

O representante da República Dominicana, o Sr. Ramón Péres Fermin, quer rodar um vídeo sobre a experiência dele na República Dominicana, e eu acho que vai ser importante.

Podemos, Saulo? Veja se tem condições de rodar o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está sem som.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Sr. Ramón poderia explicar, então, a finalidade desse vídeo?

O SR. RAMÓN PÉRES FERMIN (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea.*) – Sim, como não?

Claro, muito obrigado, Excelências.

Bom, nós, como eu dizia, presentemente, também temos traçado nossas estratégias a partir da auditoria cidadã, envolver o cidadão nessa perseguição, nessa redução da comercialização de algo clandestino.

No caso particular desse modelo de rastreabilidade digital, tecnológica, é uma solução que está nas mãos do consumidor. A partir de um selo digital, que se verifica com um código QR, o cidadão pode verificar o lote, a procedência dos produtos específicos que eles vão consumir – prévio a adquirir e, claro, também, ao consumir. Isso nos deu um envolvimento muito importante, fechando uma brecha de maneira importante também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conto muito brevemente uma experiência própria como Vice-Ministro. No ano de 2022, dia 24 de dezembro, a República Dominicana fala que as empresas dão presentes aos seus empregados no final de ano. Recebi uma chamada logo na primeira hora, no dia de Natal, de um executivo importante na parte financeira, que me dizia que, para consumo próprio dos seus empregados, comprou alguns álcoois para presenteá-los, e que, de maneira estranha, esse produto tinha congelado num refrigerador.

Eu falei ao pessoal do Ministério do Comércio, chamei os principais executivos, e eles me perguntaram se esse cidadão poderia verificar os códigos e enviar um *print*. Eu enviei a esses executivos, e, em minutos, puderam dar a procedência do lote, de onde vinha, dar a certeza, primeiro a mim, como funcionário, e logo a ele, como cidadão, de que esse produto era um produto que não tinha nenhum tipo de problema para consumo humano.

E eu lhes digo, senhores: nós tivemos problemas no ano de 2020, de 2021, na metade das províncias do nosso país. Até para comentar, nós destruímos mais de 135 milhões de mercadorias, fechamos as suas expressões da corrupção ilegal, o contrabando, a produção clandestina, e, a partir desse modelo de rastreabilidade de um selo digital, também se documentaram essas mudanças no país. E esse selo, esse modelo de rastreabilidade é um modelo inspirado nas principais medidas que houve em toda a região para perseguir os ilícitos no que diz respeito a plataformas digitais. Sem efeito, é um modelo que também tem, em certa medida, inspiração no Sicobe, que também vocês já tiveram implementado aí.

Uma vez mais, em nome do nosso Governo, eu estou junto com os seus órgãos, estamos sempre prontos para colaborar com o que a gente possa fazer e nós o fazemos convencidos, primeiro, de que é uma questão de trabalho e de que, quando cada um dos nossos países estiver mais fortalecido, a gente também se fortalece. E, segundo, também, pela vontade que caracteriza a América Latina, todos os dominicanos apreciamos um país como o que vocês representam, com muito afeto e com muito sentido de irmandade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mais uma vez, agradeço a contribuição valiosa do Sr. Ramón, da República Dominicana.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Eduardo Cidade, que fez uma exposição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de indagar a V. Exa., tendo em vista o adiantado da hora, tem alguns convidados que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós estamos começando agora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Que bom, então, né? (*Risos.*)

Eu queria ver se é possível fazer uma indagação rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem nenhuma dúvida, Senador, é uma honra para todos nós.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Em que pese as pessoas que eu vou indagar já não estarem mais aí, me parece que ficaram alguns representantes aqui, tem o Daniel que se encontra aqui, se não me falha a memória. Está presente o Daniel? E a Vandreia?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ele veio por videoconferência, ele está remotamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, não vale a pena, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, a Vandreia Mota Rocha.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vandreia, por favor, minha filha, venha cá. Venha aqui para a frente. Eu queria fazer uma indagação para você, porque cabe a você e, naturalmente, ao Daniel, tendo em vista que é o titular, mas não está aqui. Cadê a Vandreia? Venha cá, sente-se aqui. É rapidinho. Quem sabe você me dá essa informação aqui, por favor. Com a devida vênia, da altura da sua Presidência, já estou acomodado.

Tudo bem, Vandreia?

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA (*Fora do microfone*.) – Prazer. Tudo bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu quero fazer uma indagação rapidamente aqui, viu, Presidente? Se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu vou almoçar mais tarde hoje, se for o caso, diante dos convidados que estão presentes.

Eu só vou fazer uma indagação para você. Atualmente, a legislação determina que os cigarros apreendidos nos crimes de contrabandeados e descaminhos sejam destruídos, ao contrário de bebidas como o vinho, que são recorrentemente leiloados pelo poder público federal. Não é um contrassenso, do ponto de vista da política de saúde, contra a ordem financeira que as bebidas sejam reconduzidas para o consumo da população, ao passo que os cigarros sejam destruídos? É uma pergunta.

O mercado clandestino de vinhos e espumantes tem crescido via canais digitais em fronteiras terrestres. Quais estratégias de fiscalização estão sendo estruturadas para coibir a entrada e a circulação de vinhos contrabandeados e falsificados que prejudicam a arrecadação e colocam em risco a saúde do consumidor?

O aumento da circulação de vinhos adulterados ou contrabandeados afeta diretamente pequenos e médios produtores nacionais, que perdem a competitividade em desvantagem pelos preços artificialmente baixos. Como o Governo pretende responsabilizar importadores e canais irregulares, evitando que a pressão recaia apenas sobre o setor formal? Essa é uma indagação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão, e sobretudo o autor desse requerimento, o Senador Nelsinho Trad. Eu entendo que esta audiência pública é extremamente relevante, importante, até para dirimirmos algumas dúvidas.

Essa pergunta eu posso dirigir a você. Não sei se você tem a possibilidade de responder para nós.

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA (Para expor.) – Bom dia.

Eu não sei se consigo responder tudo...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA – ... mas o que eu posso afirmar é que o trabalho da inteligência e da equipe da aduana que trabalha na área do contrabando, do descaminho tem atuado constantemente. E nós temos várias ações, vários trabalhos que têm sido feitos na tentativa de evitar, porque é de interesse da Receita que o mercado esteja regular. A gente vislumbra sempre a justiça fiscal, e a justiça fiscal passa por um mercado em que todos estejam agindo de forma regular, contribuindo, porque, à medida que você deixa que haja sonegação, crime, um mercado comprometido, você prejudica os formais, os que estão pagando imposto; você aumenta o imposto; você tende a trazer uma situação ruim para o país.

Assim, a Receita tem atuado constantemente na área do contrabando, do descaminho. Temos várias ações – podemos depois trazer e apresentar os casos em que nós já atuamos –, e a gente tenta combater o crime de todas as formas. Não é fácil. O crime cada vez tem se estruturado, se organizado de maneira mais robusta, mas nós temos hoje delegacias que estão sendo formadas de combate à fraude estruturada, nós temos a equipe de inteligência dentro da Receita Federal, e todo esse trabalho vem sendo feito continuamente.

Nós estamos estruturando uma delegacia de controles especiais, que visa trabalhar exatamente nos setores mais sensíveis desses controles, que é a parte de bebidas, cigarros, biodiesel e papel imune. Então, a gente tem avançado com todos os nossos esforços no combate a essas evasões, ao crime organizado, de forma que a gente possa trazer um ambiente de negócios melhor para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pois bem. (*Fora do microfone.*)

Concluindo, Presidente, na verdade, quando se apreende cigarro, com certeza ele é destruído, mas, em relação às bebidas, sobretudo o vinho, ele não é destruído. Até então, o que a Receita faz são leilões. Quem quiser participar do leilão adquire. Então, eu acho que tem que mudar um pouco a regra lá em relação à aplicação dessa apreensão do vinho. Se o vinho também é apreendido, vamos destruí-lo, porque quem está garantindo que esse vinho, de fato, está cumprindo a legislação? Sobretudo para não temos também essa catástrofe que está havendo no Brasil em relação à injeção, ou seja, à incorporação desse produto pernicioso à saúde humana.

Essa é a...

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA – A sua percepção.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... a indagação que eu estou fazendo, porque eu acho que nós temos que ter muito mais responsabilidade. Sei e reconheço que não é fácil, diante das nossas fronteiras, que são enormes no Brasil...

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA – Sim...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... o contrabando, sobretudo o crime no Brasil – no mundo inteiro, por sinal, mas acho que mais no Brasil ainda –, que tem se profissionalizado, e, lamentavelmente, o poder público se sente, muitas vezes, impotente para fazer esse combate.

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA – As razões...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A própria Receita, as forças de segurança... Em síntese, eu acho que é uma providência que o Governo tem que tomar rapidamente, e é a senhora quem representa o Governo Federal aqui.

A SRA. VANDREIA MOTA ROCHA – Tudo bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu espero que possamos tomar providências para não acontecerem fatos como esse que está acontecendo quase recorrentemente aqui no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDREIA MOTA ROCHA – Está bem. Eu agradeço a oportunidade e esclareço também que a razão de destruir ou não destruir pode ser porque é descaminho, aí o produto é permitido ou o produto não é, mas é uma pauta relevante que a gente vai levar sim, está bem?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado...

O SR. VANDREIA MOTA ROCHA – Obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... por sua informação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo aí a colaboração do Senador Jayme Campos, vou passar a palavra aqui ao Sr. Eduardo Cidade, Presidente da ABBD (Associação Brasileira de Bebidas Destiladas), porque ele gostaria de fazer uma intervenção.

O SR. EDUARDO CIDADE (Para expor.) – Bastante rápida, Senador Marcelo.

Foi extremamente importante a manifestação do Senador Jayme e, na sequência, tenho certeza de que a gente pode conversar mais sobre isso, até apresentando dados, mas o meu pedido de intervenção, Senador Marcelo, é só para fazer uma correção numa informação dada pelo meu querido amigo e companheiro Márcio. Não é só o chopinho que está apto para o consumo; todas as bebidas destiladas produzidas de forma séria pela indústria legalizada no país estão, sim, disponíveis para o consumo. Então, era essa a correção que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O problema é que o consumidor não sabe.

O SR. MÁRCIO MACIEL (*Fora do microfone*.) – Eu não falei que não estava, Sr. Cidade.

O SR. EDUARDO CIDADE (*Fora do microfone*.) – Você disse que o chopinho estava.

O SR. MÁRCIO MACIEL (*Fora do microfone*.) – Eu falei que o chope está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO CIDADE (*Fora do microfone*.) – As bebidas destiladas produzidas de forma séria...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim, mas o consumidor não sabe quais são as produzidas de forma séria. Ele chega a uma boate, chega a um bar, e pega a caipirinha dele.

O SR. EDUARDO CIDADE – Senador, eu quero aproveitar este momento exatamente (*Fora do microfone*.) para nós esclarecermos para o consumidor. O que a gente precisa é evitar dizer que uma bebida está certa e outra não. O que nós estamos fazendo aqui é uma discussão séria e algumas entidades, alguns agentes públicos, em manifestações que já aconteceram – e a gente já pediu correção nessa informação –, quando falam sobre esses produtos, não podem dizer que um produto é melhor ou está mais apto para o consumo do que o outro. Nós temos, sim, um problema de saúde pública, um problema de segurança pública, mas nós não podemos dizer que uma bebida é apta e a outra não.

O que tem aqui é um problema de crime acontecendo por agentes criminosos falsificando bebidas. E eu quis fazer esta correção aqui, Márcio, e não me leve a mal por ter usado a sua fala do chopinho, mas não dá para fazer esse tipo de manifestação porque, cada vez mais, a gente vai deixar a população com dúvida.

A indústria formal de bebidas destiladas, a indústria formal de bebida alcoólica no Brasil, não tem problema. Todos os agentes de fiscalização que aqui se manifestaram disseram que têm controle, que têm, sim, fiscalizações. O que nós precisamos é agir com relação a esses criminosos que estão falsificando produtos e penalizar esses indivíduos, sim, para que eles sejam presos e vão para a cadeia. Eles não podem ficar soltos. A indústria formal não pode pagar essa conta.

Estamos disponíveis para a troca de informações, para ajudar nesse processo, como todas as entidades aqui que representam esse setor já se manifestaram, mas nós não podemos criminalizar aquele que é correto, aquele que cumpre regras.

É nesse sentido, Senador, que quero fazer esta manifestação aqui e deixar muito claro. A bebida alcoólica produzida no Brasil precisa ser consumida com responsabilidade pelo consumidor e ela é entregue, sim, com responsabilidade pelos produtores. Precisamos aqui, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender que tem uma cadeia muito grande nesse processo que precisa, sim, ainda, conversar, fazer ajustes nesse processo com relação ao vidro, à embalagem desse produto. E nós não podemos, no momento em que está se fazendo essa discussão, dizer que uma bebida pode, outra não pode, ou que uma é melhor, ou que uma é pior do que a outra. O destilado consumido no Brasil é, sim, legal, formal e cumpre regras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Eduardo, é legal, é formal, cumpre regras, paga impostos, mas aqui e acolá, embora raramente, é adulterada, é falsificada. Quando a falsificação é apenas uma perda da qualidade, vai dar uma dor de cabeça, vai dar uma ressaca maior, vai mudar o gosto, mas não afeta de maneira drástica a saúde da população. Agora, quando ocorre, como ocorreu agora, essa adulteração, intencional ou não... E eu estou no campo de achar que não foi intencional, porque o que o falsificador ganharia com isso? Acho que não ganha em acrescentar o metanol no lugar, porque a intenção parece que seria acrescentar o etanol. Acrescentar o metanol no lugar do etanol e matar pessoas, nós queiramos ou não, traz uma intranquilidade para todo mundo, uma intranquilidade legítima. E já aconteceu também com bebidas que não eram destiladas.

Nós podemos lembrar o que ocorreu há algum tempo com a empresa Backer. Aliás, eu era um tomador da cerveja Backer de trigo. Nunca mais eu tomei. Não estou aqui escandalizando, mas todo mundo quer se proteger. Então, se a cerveja Backer foi comprovado que estava sendo contaminada, que matou várias pessoas, que adoeceu várias pessoas... Eu sou um ser humano. Instintivamente, deixei de beber a cerveja que era a minha predileta, a cerveja Backer de trigo. Eu tomava um copão grande dela, que era servida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É. Não estou fazendo propaganda nem a favor nem contra. Eu acho que hoje ela está segura, nunca mais houve nenhum caso, mas, na época, isso é instintivo, isso é legítimo.

Então, eu gosto de uma caipirinha. Aí, os jornais do Brasil todo noticiam que as pessoas que foram tomar destilado morreram. Tem um que morreu em Pernambuco, tem um suspeito não sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde, duzentos e tantos suspeitos. Todo mundo fica intranquilo. Quem é que vai beber com segurança?

Então, o que V. Sa. está afirmando é verdade. O setor é responsável, é legal, faz tudo direito, é correto, mas e quando está contaminado? O consumidor não sabe. Se ele soubesse, não tomaria. Isso é o óbvio!

Então, do que nós precisamos? – e esta audiência pública tem essa finalidade. É a gente procurar equacionar para ver qual é o caminho melhor que o poder público brasileiro pode tomar para a gente chegar a um denominador comum. Algumas ideias surgiram aqui, e eu vou perguntar, sem dirigir a palavra a uma pessoa especificamente, vou fazer alguns questionamentos para ver se a gente chega a algum denominador comum.

Por exemplo, o representante da República Dominicana fez a sua exposição. Na República Dominicana morriam muitas pessoas contaminadas com metanol. Eles tomaram providências. Pelo que ficou claro aí, é um selo digital. Reduziu a zero. Não tem mais mortes por metanol na República Dominicana. Então, eu quero fazer uma pergunta aqui aos convidados que estiverem aqui, presentemente ou remotamente, se esse selo aqui no Brasil seria viável. Qual é a posição de vocês que são do setor, que conhecem como funciona? Isso que funcionou na República Dominicana seria viável aqui no Brasil? Isso é exequível num país de dimensões continentais como o Brasil, com a complexidade que nós temos? Qual é a importância disso?

Então, deixo a palavra aqui a quem se candidatar. (*Pausa.*)

Pois não.

A SRA. CRISTIANE FOJA (Para expor.) – Obrigada.

Eu acho que a dúvida maior está naquilo que é servido no ponto de venda onde o consumidor não tem acesso à garrafa. Quando o consumidor tem acesso à garrafa, todo o setor está se integrando com a cadeia e buscando soluções, mas ainda fica a dúvida da bebida que está no copo, não é?

Vou puxar a palavra do meu colega Carlos Lima sobre o marcador de álcool de posto de gasolina. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Essa seria a segunda pergunta. Então, eu vou aproveitar...

A SRA. CRISTIANE FOJA – Eu acho que a questão está toda aí.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi levantado aqui de se colocar um marcador químico no etanol. Então, qualquer que seja o lugar em que o etanol estiver sendo comercializado, se ele for adulterado, colocado em uma bebida, teria esse marcador químico.

Então, é a segunda pergunta: seria viável isso? Isso é exequível? Qual é a posição de vocês? O que vocês acham disso?

A SRA. CRISTIANE FOJA – Só complementando, no vídeo que foi mostrado se vê que o sistema de rastreabilidade, selo, etiqueta, qualquer coisa que você coloque na garrafa não garante o líquido, né? A garrafa pode ser reutilizada, preenchida com álcool de posto de gasolina, com metanol, sem metanol; é o problema da falsificação. Então, o risco está no líquido. Se a gente precisa afastar o líquido que traz risco para o consumidor, é preciso trabalhar aí. Então, a manipulação ao longo da cadeia precisa ser dizimada. Não é possível aceitar essa falsificação de líquido ao longo da cadeia. Tem que sanear a cadeia.

Agora, a colocação do nosso colega Carlos Lima foi muito pertinente. Há necessidade de se buscar um marcador, porque é esta a modalidade mais procurada pelos falsificadores: é usar o álcool de posto de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas isso seria exequível? É possível fazer isso aqui no Brasil?

A SRA. CRISTIANE FOJA – É. Eu vou até passar a palavra para o Carlos, para complementar.

Carlos, você que está bastante enfronhado no assunto...

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA (Para expor.) – Senador, excelente ponto. A gente começou conversas com a ANP e, enfim, a gente entende que seria possível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Agência Nacional do Petróleo. Tivemos conversas com a ANP sobre isso. Inclusive, devemos ter uma nova conversa com eles, mas a gente entende que seria possível. É claro que isso vai ter custo, enfim, mas a gente está falando da saúde do consumidor.

Então, no nosso entendimento, seria possível, mas a gente deveria ouvir a questão da ANP. Por isso é importante trazer a ANP para cá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem algum estudo? Tem alguma experiência internacional desse aditivo?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Eu posso pesquisar isso, Senador, e trazer isso aqui para o Senado, mas a gente pode pesquisar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estamos quase na estaca zero ainda.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Sim, mas é algo que a gente já vem pedindo há bastante tempo, porque vai envolver também a própria ANP nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Daniel, do Ministério da Saúde, que está remotamente participando, pede para dar sua contribuição. Então, eu vou passar a palavra ao Daniel.

Por favor, Daniel, V. Sa. tem a palavra.

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Eu só estou lembrando aqui que na regulação de agrotóxicos, em alguns agrotóxicos altamente perigosos, são adicionados amargantes para evitar o uso, por exemplo, no suicídio e uso acidental, consumo acidental por crianças. E tem alguns outros produtos também.

Então, se seria possível, do ponto de vista do processo produtivo do biodiesel e outros combustíveis, porque é o principal consumo do metanol no Brasil é para isso, pelo que eu estava vendo aqui no *site* da Agência Nacional de Petróleo, se seria possível a adição de amargantes que alteram fortemente o sabor, se isso não interferiria na cadeia de produção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No metanol, e não no etanol.

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (*Por videoconferência.*) – No metanol, no metanol.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Metanol, a proposta aquela é do etanol.

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (*Por videoconferência.*) – Não, não, no metanol.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já estamos botando um outro...

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (*Por videoconferência.*) – Não, porque o risco associado ao consumo é relacionado ao metanol, nós estamos falando aqui do metanol.

O metanol, se adicionado de alguma substância amargante, alteraria o sabor das bebidas alcoólicas e aí a segurança das bebidas alcoólicas seria garantida pela não intoxicação pelo metanol.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, Daniel, parece que é uma contribuição valiosa, porque o metanol não é uma bebida, não é para beber.

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ele é utilizado na indústria química, é utilizado como um dos componentes da fabricação do biodiesel, não é isso?

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, ele poderia ter um marcador para identificar: se a pessoa botou na boca, já sabia que é um negócio esquisito, que não pudesse beber, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS (*Por videoconferência*.) – Exatamente isso que eu estou sugerindo.

Não sei se é possível, porque eu não sou, obviamente, engenheiro químico, não entendo da produção de biocombustíveis, mas essa solução já é feita para alguns agrotóxicos, para evitar, por exemplo, o uso para suicídio ou acidentes com crianças.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA (Para expor.) – Aqui eu acho que a gente, enfim – é aquilo que eu coloquei –, estaria tratando de um dos problemas que resultaram nessa crise, de um dos fatos que trouxe essa crise que a gente está vivendo hoje, que foi um álcool hidratado, um álcool de posto, que foi batizado com metanol e a indústria de falsificação, os falsificadores, os criminosos, pegaram esse álcool e fizeram bebida alcoólica.

A gente adicionar um marcador ao metanol, a gente vai conseguir evitar que o etanol batizado seja novamente utilizado, mas a gente não vai evitar a utilização de álcool de posto na falsificação de bebidas alcoólicas, porque isso é uma prática que existe no Brasil.

E esse é o ponto, é que eu estou colocando. A indústria de falsificação, há alguns anos, utiliza álcool de posto na falsificação de bebidas alcoólicas. O que aconteceu agora é que o álcool estava batizado com metanol; então, o que a gente precisa evitar é que o álcool de posto...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A imprensa publicou que o PCC importava... A imprensa publicou – não tenho responsabilidade sobre isso – que o PCC importava metanol, dizendo que era para a indústria química, por ser o metanol mais barato do que o etanol, e misturava com o etanol para poder ter um lucro maior com a gasolina. É isso, né? Foi publicado.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – É, mas o que a gente tem que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, talvez, esteja aí uma das origens: quem está falsificando o etanol com o metanol, com a finalidade de adicionar à gasolina para ter um lucro maior, porque o metanol é um combustível mais barato do que o etanol – para ele ter um lucro maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, aí, está se juntando o metanol com o etanol. E as pessoas – eu estou interpretando –, desavisadamente, quando vão fazer a falsificação com o metanol, compram do posto, e aquele posto tem acrescentado o metanol para lhe dar um lucro maior. Porque não é essa a finalidade do metanol.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O metanol não é usado como combustível aqui no Brasil, ele é utilizado para a indústria química.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL DE LIMA – Mas o ponto, Senador, é como a gente evita que o etanol de posto seja utilizado na falsificação de bebidas alcoólicas porque o próprio etanol de posto, presente ou não o metanol, caracteriza um grave risco à saúde do consumidor. Então, é como a gente fecha a ponta na origem. E, aí, se vai ter adição de metanol ou não, eu acho que é uma outra discussão, se o senhor me permite. Mas, assim, o ponto é como a gente evita que o etanol seja utilizado na falsificação de bebidas. E, se utilizado na falsificação de bebidas, como que a gente identifica esse etanol de uma forma mais rápida.

Numa das discussões que a gente teve com a ANP – enfim, foi uma discussão muito rápida –, pensou-se na questão de um corante. Mas, aí, com a adição de um corante – eu não sou técnico, perdoem-me – e como ele tingiria o etanol, o álcool, talvez ele impactasse a indústria, para a frente, que utilizaria esse álcool para outros fins. Porque isso é algo que tem que ser colocado na saída da usina. Então, talvez algum marcador químico, alguma coisa assim, funcionasse de uma outra forma.

Mas é uma discussão que precisa ser feita, Senador: buscar uma solução técnica para marcar esse etanol, que facilite a sua identificação, caso seja utilizado na falsificação de bebidas alcoólicas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

O SR. MÁRCIO MACIEL – Senador, posso fazer um comentário aqui sobre a questão dos selos, que você havia perguntado inicialmente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

O SR. MÁRCIO MACIEL (Para expor.) – Só te respondendo, Senador. O Senador Trad citou o tamanho da indústria da cerveja – o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo.

Em nenhum país do mundo – e a gente foi pesquisar isso – você tem um sistema que consegue rastrear cadeias com tanto volume quanto alimentos e bebidas. De forma geral, do campo ao copo, em nenhum lugar do mundo você consegue ter isso daí. Você consegue ter pontos de controle, os controles fiscais, mas o rastreamento, não.

E, sobre a questão dos selos, é o material que eu deixei aqui para você, o *ranking* da empresa em que o Jeff é Diretor-Geral. Ele faz o *ranking* de comércio ilícito no mundo inteiro – é o segundo documento que eu deixei com você – e cita países que utilizam selos, fiscais ou de rastreabilidade, para combater o mercado ilícito. Todos eles estão em *rankings* péssimos de combate ao mercado ilícito. Ou seja, selos – da forma como a gente tinha no Sicobe, que estão sendo propostos – não funcionam. Já está provado no mundo inteiro que eles não funcionam para combater o mercado ilícito. Eles servem para aumentar o custo do produtor formal. Você aumenta esse custo, mas não combate o mercado ilícito. Você vai ver até na lista: a República Dominicana consta em uma posição muito pior que o Brasil, que não tem esse sistema de marcação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, importante essa informação, porque essa pessoa da República Dominicana foi convidada exatamente porque lá as mortes por metanol foram levadas a zero – quando existia – depois que utilizaram esse selo.

O SR. MÁRCIO MACIEL – Pode ter melhorado, Senador. O representante da República Dominicana está lá e o *ranking* deles pode ter melhorado, mas, por exemplo, comparando com o Brasil, que não tem nada disso, a gente figura em posições melhores no combate ao mercado ilícito do que a República Dominicana.

E só para se ter uma ideia: em termos de volume de cerveja, o Brasil produz quase três vezes mais que a República Dominicana produz. Então somos um mercado muito maior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Três vezes? Não acredito.

O SR. MÁRCIO MACIEL – Não, perdão, quatro vezes, desculpe-me. Eu sou formado em História, então a matemática me pegou aqui. Quatro vezes.

Assim, o Brasil, que não tem esse sistema, tem um mercado ilícito muito menor do que o deles no *ranking* mundial.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Sr. Eduardo Cidade, por favor.

O SR. EDUARDO CIDADE (Para expor.) – Quando a gente iniciou toda essa discussão, toda esta fala e este debate que estamos realizando, todos os órgãos têm reiteradamente dito que há sistemas de controle. Quando se fala em selo, a exemplo do que foi ali demonstrado pela República Dominicana, eu fico aqui me perguntando: nós temos uma produção feita dentro do Brasil e nós temos uma produção que é realizada fora do Brasil, principalmente de destilados. Esse destilado que vem de fora do Brasil, para entrar aqui, ele precisa ter um selo do IPI.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Um selo?

O SR. EDUARDO CIDADE – Um selo do IPI.

Então, na hora que eu comprei lá, fiz a minha aquisição do uísque importado, chegou lá na alfândega, o pessoal da Receita Federal não deixa entrar no país se não tiver o selinho do IPI. Esse selo do IPI é fornecido pela Casa da Moeda. Então a gente tem que dizer para a Casa da Moeda e dizer lá para a Receita Federal qual é o meu processo, quanto que eu quero trazer dessa bebida para o Brasil, etc. A Receita Federal gera um pedido para a Casa da Moeda, a Casa da Moeda gera uma quantidade x de selos que a gente pediu, e eu tenho a obrigação de colocar esse selo nesse produto para ele poder entrar no país.

Se a gente pesquisar na internet, esse selo é vendido em qualquer lugar. A internet vende esse selo, não é só a Casa da Moeda. A Casa da Moeda faz em papel-moeda. Na internet vendem o selo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas várias experiências... E aqui é um ponto importante que a gente precisa analisar. Será que esse selo vai trazer a solução que a gente precisa? Por isso que a gente tem repetido sistematicamente: rastreabilidade de bebidas. A indústria formal cumpre regras e cumpre a legislação. Vamos nos sentar e vamos conversar com mais tempo para que a gente possa achar uma solução que dê efetividade para o combate à falsificação? Porque nós vamos ter que entender como é que eu coloco um selo desses no grande, no pequeno, no médio produtor. Eu tenho uma Eu tenho, aqui, uma gama de produção muito extensa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E V. Exa. citou um caso, até de bebida informal, que tem muito no interior. Eu conheço pessoas que fabricam aguardente, cachaça, e que vendem em galões, em tonéis. Certamente, aquilo ali não...

O SR. EDUARDO CIDADE – Não quer dizer que seja um produto falsificado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, é um...

O SR. EDUARDO CIDADE – Ele é um produto que tem boa qualidade, mas que, por uma questão burocrática, não...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não está na cadeia formal.

O SR. EDUARDO CIDADE – Exatamente.

E falo isso com muita tranquilidade, Senador, porque, antes de estar na posição que ocupo hoje – como Presidente da Associação Brasileira de Bebidas –, eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Porto Alegre. E o Prefeito lá da minha cidade, na época, era o ex-Deputado Nelson Marchezan Junior, uma pessoa extremamente exigente que colocou, na época, algumas metas para que a gente pudesse ajudar Porto Alegre a melhorar toda essa relação da sociedade com a atividade formal. E, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre, no período em que lá estive, a gente fez um trabalho muito interessante com cervejarias artesanais, que tinham, sim, uma grande dificuldade – e a cidade de Porto Alegre é uma referência na produção de cerveja artesanal – de como formalizar aquele produtor. E foi um trabalho que eu, como Secretário, desenvolvi lá e ajudei, sim, uma infinidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de microcervejarias na cidade de Porto Alegre a se regularizar. Não é que... Eu não estou dizendo aqui, gente... Olha, Márcio, estou usando o estado...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, mas essas cervejarias...

O SR. EDUARDO CIDADE – ... porque fui Secretário de um município.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem pessoas que fabricam só para o consumo próprio.

O SR. EDUARDO CIDADE – Como é que a gente ajuda toda essa cadeia? E aqui, Carlos, vou usar o exemplo da cachaça, como o Senador já falou: nós temos vários pequenos produtores de cachaça que produzem uma cachaça de alta qualidade, mas que precisam de um ajuste na formalização desse produtor de cachaça. E eu não posso criminalizar esse cidadão.

Assim como a gente tem produtores de vinho de pequena propriedade. E eu sou lá do Rio Grande do Sul, eu conheço lá; eu convivi naquele estado muitos anos, e tem, sim, pequenos produtores de vinho que ainda têm necessidade de fazer alguma adaptação. Só que nós não podemos colocar essa cadeia de produção como criminosa.

O que nós precisamos é combater esse criminoso que está falsificando...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Alguns estão na informalidade.

O SR. EDUARDO CIDADE – Exatamente!

Então, como é que a gente: "Ah, vou criar um selo."? Gente, vamos discutir isso com mais tempo; vamos tentar achar uma solução, em conjunto, entre o setor produtivo de pequeno, médio e grande porte e o Governo, para que a gente possa consolidar e trazer, sim, uma solução que traga efetividade.

O senhor tem razão quando diz que o consumidor quer saber: "Eu posso beber?". Se ele comprar de uma indústria formal e de uma cadeia que cumpra todos os requisitos de formalidade, pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas o problema é que ele não sabe, ele não tem como saber.

Ele vai e pega lá o uísque Cavalo Branco...

O SR. EDUARDO CIDADE – Então, vamos criminalizar quem – nessa cadeia – comprou de um mercado ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato, aí sim.

Quer dizer, o que é que eu vejo com a legislação que nós temos hoje? Os órgãos de fiscalização podiam dar batidas: chegam a uma boate dessas aí, chegam a um lugar que vende bebidas, fecham tudo, dão uma batida e veem se tem alguma bebida adulterada. Tem? Vai atrás e vê... Adquiriu de onde? Quem foi o fornecedor? Chegou lá e encontrou? Penaliza, fecha tudo, cassa a licença.

Tem que ser assim, porque, se não for, a gente fica sempre exposto, porque não é correto, inclusive na questão do mercado. E o comerciante honesto, que está vendendo produto de qualidade, como é que vai competir com aquele que está adulterando e dizendo que está vendendo o mesmo produto, quando, na verdade, não é o mesmo produto, é só o rótulo que é o mesmo? Ele não vai conseguir competir. Então, isso distorce o comércio também.

Então, evidentemente, o poder público tem que ter uma fiscalização mais efetiva e com a penalização maior. Parece que essas leis que estão tramitando agora, já um pouco tardiamente, vem alertar que precisa ter uma legislação mais rigorosa. Sendo aprovada na Câmara, nós vamos trabalhar aqui no Senado também.

Quero agradecer a todos que vieram aqui, que deram suas valorosas contribuições... (*Pausa.*)

Desculpe, o Sr. Jeff Hardy, que fala inglês, quer fazer a sua manifestação.

O SR. JEFF HARDY (Para expor. *Tradução consecutiva.*) – Obrigado. Eu vou falar em inglês de novo, peço desculpas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo com algumas coisas que foram ditas agora. Isso não é uma questão de produção artesanal, não é uma questão de fuga de impostos. Impostos adicionais, taxações, regulamentações específicas que encareçam a cadeia produtiva vão fazer a diferença entre o produto legal e o produto ilegal aumentar, piorando a competitividade e piorando a situação.

O que eu vejo aqui não é um problema de saúde pública, mas um problema de cadeia de suprimentos, em que alguém no meio da cadeia estava se utilizando do etanol para beneficiar o produto e ter mais competitividade. E é nesse ponto que eu acredito que vocês têm que focar as suas soluções.

O senhor perguntou mais cedo, Sr. Senador, se existem outros mercados ao redor do mundo que estão regulando o etanol e o metanol, e existem. Existem 65 países com regulação, incluindo o Brasil.

O foco tem que ser no controle, na execução, no *enforcement* do controle e da punição dos criminosos que realizam essas atividades.

Não vou tomar muito tempo, mas um dos palestrantes comentou sobre um relatório que nós publicamos, o Ethanol Control Toolkit, e ele delineia boas práticas ao redor do mundo, começando pelo químico que eles utilizam para desnaturar o etanol, como melhorar a supervisão regulatória, como estabelecer medidas para controlar, regular e rastrear a produção e impor sanções.

Então, na minha opinião, o Brasil, como um país do G20, como um grande produtor de etanol, está nas condições de poder controlar e melhorar a situação dentro do país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não precisou de tradução, não. (*Risos.*)

Bom, gente, eu acho que esta audiência pública foi muito importante, foi muito esclarecedora.

Nós vamos utilizar a contribuição de vocês aqui neste debate, que, sem dúvida, vai se aprofundar cada vez mais, e vamos ficar à disposição dos senhores e das senhoras para qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

troca de informação que vocês julgarem importante, quando do debate aqui da legislação que nós vamos aprovar.

Agradecendo a contribuição de todos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 91/2025 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Finalidade:** Discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira. **Participantes:** Nelson Mussolini, Presidente-Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos – Sindusfarma; Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Julieta Maria Cardoso Palmeira, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; Igor Ferreira Bueno, Diretor do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS do Ministério da Saúde; Bruno Drummond de Freitas, Pessoa com lesão medular e participante de estudo experimental com produto inovador brasileiro; Norberto Prestes, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos – Abiquifi; Helaine Capucho, Diretora de Acesso ao Mercado da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Andrey Vilas Boas Freitas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades – Abifina; e Tatiana Sampaio, Bióloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo senhor presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 91/2025-CAS, de autoria da Senadora Mara Gabrilli e do Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a realização de audiência pública destinada a discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião, assim possibilitando o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Farei um resumo da nossa audiência pública. Tema: discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira. Autores do requerimento são – ao autor em seguida vou passar a Presidência, ele me deu a honra de fazer a abertura – o Senador Eduardo Gomes e Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a todos os participantes desta audiência pública requerida, repito, pelos Senadores Eduardo Gomes e Mara Gabrilli.

Neste momento, eu informo que, nesta audiência pública, temos como objetivo discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, como eu já li aqui. Sabe-se que um dos maiores desafios para o sistema de saúde moderno e do futuro é transformar as capacidades científicas em soluções tecnológicas que impactem positivamente não apenas a saúde das populações, mas também a sustentabilidade desses sistemas ao longo do tempo. Para um sistema de saúde como o SUS, os desafios são ainda maiores, especialmente pelo tamanho do seu público-alvo. O mundo pós-pandemia da covid-19 está sendo desafiado a encarar a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento local como forma primordial de manter a soberania de um povo e de sua nação no contexto global. Terminando, no Brasil, precisamos entender cada vez mais os desafios para a inovação do setor da saúde para assim propormos políticas públicas e iniciativas efetivas, que reflitam em um ecossistema de maior qualidade de vida à população. Dessa forma, esta audiência pública tem como objetivo iniciar nesta Casa o debate sobre os desafios técnicos, normativos, regulatórios e políticos que a inovação na área da saúde enfrenta no Brasil, como forma de qualificar a discussão e reposicionar a atuação dos diferentes atores do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e da sociedade.

Muito bem. Feita a introdução que me foi dada como missão, eu vou passar a Presidência ao meu querido amigo e Líder Eduardo Gomes, que tem sido aqui na Casa uma referência para todos nós. E, ao passar a palavra para ele, peço uma salva de palmas para este Líder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Boa tarde a todos e todas, aos que assistem a esta sessão importante da Comissão de Assuntos Sociais com o tema inovação.

Um cumprimento especial à minha querida colega Senadora – competente Senadora – Mara Gabrilli, que incentivou esta sessão também, mas que tem um mandato dedicado a todas as causas que melhoram a vida das pessoas, que faz isso de maneira abnegada, sempre com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autenticidade, e que, por isso, tem de todos nós o respeito e a admiração. Ela vai participar remotamente desta audiência pública.

Também cumprimento o Senador Ogari Pacheco, nosso suplente, que é um brasileiro dedicado também às inovações, às necessidades da população. E, na pessoa dele, também vou cumprimentar todos os expositores, um a um, assim que forem colocados pela Secretaria aqui na mesa desta sessão os nomes.

Quero... Acho que para a primeira saudação... Depois, nós teremos a exposição de vídeos, a participação por vídeo, mas também os presentes que estão aqui para fazer a sua participação. Nós temos aqui como convidados... (*Pausa.*)

Como são sete convidados presenciais para o uso da palavra – isso não impede que outras pessoas façam uso durante a nossa exposição –, eu queria, a princípio, convidar Igor Ferreira Bueno, Diretor do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS do Ministério da Saúde (*Palmas.*); Thiago Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (*Palmas.*). (*Pausa.*) Queremos também convidar Helaine Capucho, Diretora de Acesso ao Mercado da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) (*Palmas.*); e Julieta Maria Cardoso Palmeira, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) (*Palmas.*).

Para fazer a sua saudação inicial a esta audiência pública, eu peço à Secretaria da Comissão que passe direto ao pronunciamento da Senadora Mara Gabrilli e também faça o registro importante da presença do Senador Ogari Pacheco, em nossa assistência aqui, na audiência da Comissão.

Passo a palavra à nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos, aos nossos convidados.

Quero agradecer muito ao Senador Paulo Paim por ter aberto esta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao meu amigo Senador Eduardo Gomes pela ideia, por toda a nossa parceria de anos, Senador – desde que éramos Deputados, sempre tivemos afinidade nas boas causas.

E quero cumprimentar o Dr. Ogari, o seu suplente de Senador, que está presente aqui hoje, e, na pessoa dele, quero cumprimentar todos os presentes, todos os nossos convidados.

Quero dizer que é uma alegria muito grande estar aqui com vocês debatendo um tema que mobiliza não apenas o meu trabalho parlamentar, mas, sobretudo, mobiliza o meu coração, que é a ciência, a pesquisa científica, todos que trabalham em busca de novas tecnologias para oferecer mais saúde e qualidade de vida e para – por que não dizer? – oferecer possibilidades de cura para as pessoas que mais precisam.

Eu quero agradecer... (*Pausa.*)

Alexa aqui não para de falar.

Quero agradecer a ideia de trabalhar com esses parceiros.

E quero dar meu abraço e respeito ao Dr. Ogari, que, neste ano, foi incorporado como membro honorário da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, em reconhecimento à sua trajetória brilhante na criação de inovações para a indústria farmacêutica e farmoquímica. Meus parabéns, Dr. Ogari!

Eu queria compartilhar com vocês que minha trajetória na vida pública começou três anos depois do meu acidente – há 28 anos –, quando eu fundei uma organização não governamental, que hoje é o Instituto Mara Gabrilli. E, na época, o meu principal objetivo era fomentar pesquisas científicas para a cura de paralisias e, em conjunto, trabalhar pelos direitos das pessoas com deficiência. Eu me lembro bem de fazer eventos, jantares, torneios de tranca, buscar parceiros para captar recursos para pesquisadores da USP. E eu falava: "Você fica aí, concentrado, no seu laboratório, pesquisando, que eu vou atrás do dinheiro para a sua pesquisa". E, como a vida é dinâmica, acabei me sentindo muito limitada como Presidente de ONG – diante das mudanças que eram necessárias para a gente melhorar calçada, transporte nas cidades, ampliar o acesso à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reabilitação e tantas outras demandas fundamentais para melhorar a qualidade de vida de quem tem uma deficiência – e resolvi me candidatar à Vereadora, na época, aqui em São Paulo. Desde então, eu venho dedicando a minha vida para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento do nosso país.

Nos últimos 15 anos, trabalhando aí em Brasília, eu sinto que deixamos um legado imenso por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, um projeto de autoria do Senador Paulo Paim, do qual eu fui a Relatora. E mais: um dos meus maiores orgulhos é poder fomentar pesquisa. Trabalhamos muito para facilitar o acesso a reagentes e insumos para os nossos cientistas, tentando desburocratizar esses processos. É uma luta permanente, mas que parece que sempre vai se ampliando – porque a gente vai conquistando –, e as demandas vão mudando, mas qualquer demanda nesse aspecto merece nossos melhores esforços, em conjunto. É muito gratificante poder destinar emendas parlamentares para a pesquisa científica no Brasil.

Eu fico emocionada de ver o quão longe a gente pode chegar quando a intenção é sincera e o quanto a gente avança não somente no patamar do desenvolvimento tecnológico a que a gente já chegou no Brasil, mas também nas garantias de fortalecimento do SUS, o nosso maravilhoso Sistema Único de Saúde, que precisa ter independência, autonomia da produção tecnológica, para atender as demandas do nosso país. É um trabalho de muitas mentes e de muitas pessoas dedicadas, e a realização desta audiência pública é um exemplo desse esforço conjunto.

Eu quero agradecer mais uma vez a todos que atenderam ao nosso convite e que estão aqui, como o Igor Ferreira Bueno, que é Diretor do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS do Ministério da Saúde; o Thiago de Mello, por exemplo, que também está aí e é Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Helaine Capucho, que é Diretora de Acesso ao Mercado da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma); o Norberto Prestes, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Abiquifi); Andrey Vilas Boas de Freitas, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina); e o Dr. Nelson Mussolini, que é Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Sejam todos muito bem-vindos.

E a Julieta Maria Cardoso Palmeira, que é Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); a Tatiana Sampaio, Bióloga e Pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma grande estrela que temos no momento; e o Bruno Drummond de Freitas, que sofreu uma lesão medular e é participante de um estudo experimental com produto brasileiro inovador.

Então, muito obrigada a todos e a todas pela presença neste debate sobre os avanços que já conquistamos e sobre as propostas para que a gente consiga superar todos os desafios técnicos, normativos, regulatórios e políticos que a inovação radical e incremental ainda precisa superar em nosso país.

Muito obrigada pela presença de todos.

Nossa, é uma alegria para mim muito grande participar desta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Neste momento, nós faremos a exibição de um vídeo enviado pelo Presidente da Anvisa e, logo em seguida, passaremos para a participação dos que estão aqui na mesa.

O SR. LEANDRO PINHEIRO SAFATLE (Para expor. *Por vídeo.*) – Boa tarde a todos. Antes de tudo, queria saudar a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Eduardo Gomes por estarem realizando tão importante discussão e evento que está acontecendo hoje. Eu queria saudar também todos os participantes que estão na mesa e todos os ouvintes que estão acompanhando esta discussão.

A discussão da inovação no setor de saúde é algo fundamental. O setor de saúde é um dos setores que mais inovam entre todos os setores, é um dos que mais investe em pesquisa e inovação, e a gente está vivenciando hoje um cenário bastante importante no Brasil e no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novas tecnologias estão surgindo, disruptivas, que desafiam o sistema regulatório, e, no Brasil, o que está acontecendo hoje é que as indústrias nacionais cresceram – cresceram muito – e agora estão inovando.

Então, esse desafio da inovação... Eu queria deixar uma mensagem clara aqui para vocês: o desafio da inovação é um desafio para a Anvisa também, e a Anvisa vai trabalhar para estar junto desse processo de avanço que está acontecendo tanto da indústria internacional, mas principalmente da indústria nacional. A Anvisa pode ser uma facilitadora do desenvolvimento. É essa perspectiva que a gente está trabalhando aqui na Anvisa e é com essa perspectiva que a gente vai priorizar as ações aqui da Anvisa.

A Anvisa tem processos. A gente vai trabalhar muito em duas frentes de trabalho bastante importantes: a gente vai querer trabalhar agora sobre a questão das filas, trazer as filas para outros padrões dentro da Anvisa, mas, ao mesmo tempo, trabalhar para a inovação, para o desenvolvimento tecnológico. A Anvisa é uma parceira desse processo. A Anvisa também, ao mesmo tempo que a indústria se qualifica para a inovação, porque ela inova, investe, vai se qualificar, está se qualificando, para fazer processos cada vez mais próximos e mais perto de quem está inovando no país.

A gente tem um trabalho muito importante para fazer juntos e é com essa junção que a gente vai conseguir fazer com que o setor se desenvolva cada vez mais no país.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Passo agora a palavra à Dra. Julieta Maria Cardoso Palmeira, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A SRA. JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA (Para expor.) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer o convite do Senador Eduardo Gomes, também da Senadora Mara Gabrilli e saudar o nosso suplente de Senador, Dr. Ogari Pacheco, também aqui presente, demais integrantes da mesa e representações das diversas áreas da saúde, do setor saúde, que envolvem empresas e instituições que estão aqui presentes.

Eu faço também um agradecimento a meus colegas aqui que me permitiram falar logo em primeiro lugar, porque eu terei que participar de uma audiência da Ministra da Ciência e Tecnologia, não tinha a expectativa de que isso iria começar. Então, agradeço a Thiago Moraes, do MCTI, ao Igor Bueno e à Helaine. Acredito que o Thiago Moraes, do MCTI, e o próprio Igor poderão, em função de perguntas, estar disponíveis, acredito, para essa temática.

Tratar da questão do complexo econômico-industrial da saúde tem muito a ver com uma questão hoje muito explícita, muito frequentemente falada, mas que nunca é demais estar colocada aqui, que é a questão da necessidade da nossa soberania sanitária. Então, essa é uma questão decisiva. E essa discussão se dá – e essa necessidade se coloca como premente – a partir de um contexto, que é o que eu pretendo apresentar aqui, de iniciativas, uma vez que a Finep é uma empresa federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que hoje eu represento aqui, como chefe do escritório de Brasília, que também tem atuação no Centro-Oeste da Finep, com foco no complexo econômico-industrial da saúde, que foi a função me dada pela Ministra do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

Dois elementos, nessa discussão da soberania sanitária, do desenvolvimento tecnológico e da inovação, eu acredito que se colocam com... Não é essa apresentação, não; é a outra. Essa aí foi a que eu fiz na Comissão de Educação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA – Não, tem um segundo.

Mas, enquanto isso, vamos lá.

Dois elementos se colocam nessa questão da discussão da soberania sanitária que se refere ao complexo econômico-industrial da saúde. O primeiro deles se refere à recomposição do Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Sem essa iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nós não poderíamos, enquanto Finep, que é a secretária-executiva do fundo, ou seja, é a empresa que executa o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico... Então, a recomposição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi fundamental para o impulso à inovação. Então, é um elemento relevante nesse contexto, que nós estamos discutindo aqui, de impulsionamento do avanço tecnológico, das terapias avançadas, da inovação em si no complexo econômico-industrial da saúde.

Então, essa é uma iniciativa importante, porque o fundo, constitucionalmente, não é contingenciável, e, a despeito disso, ele passou por um contingenciamento, e hoje nós já conseguimos o descontigenciamento, chegando, em 2025, eu estou falando aqui, já a quase R$14 bilhões de investimentos na inovação, ou seja, o foco da Finep e outras financiadoras do país, como o próprio BNDES, que é bem conhecido, de financiamento em desenvolvimento... O foco da Finep é o financiamento da inovação, é exclusivamente a inovação.

Então, em 2024, foram R$13,7 bilhões; em 2025, nós já chegamos a R$14 bilhões, com a expectativa de um crescimento até o final do ano e mais no ano de 2026, numa perspectiva cada vez mais de crescimento, ainda mais que o Congresso Nacional... E aqui eu quero agradecer ao Senador Eduardo Gomes por essa questão da medida de também restabelecer o que estava sendo contingenciado, que chegou a R$21 bilhões. Então, além dos R$14 bilhões que nós tínhamos, os dados mais... Nós teremos, em 2026, com a liberação determinada pelo Congresso Nacional do que estava sendo contingenciado, e isso só abre uma perspectiva importante, sob o ponto de vista do financiamento da inovação em nosso país...

O outro elemento da realidade, do contexto, é o estabelecimento de um plano de desenvolvimento industrial, o programa Nova Indústria Brasil. À partida foram R$300 bilhões, hoje se chega a 400 bilhões. A Finep, somente no programa Mais Inovação, representa – ali, o que está grifado – R$51,6 bilhões, até 2026. Contudo, nós chegamos hoje, em 2025, já a R$36 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidos em inovação, então possivelmente, esse previsto vai se expandir mais, com o aporte já também do fundo nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Lembro que, na questão da Nova Indústria Brasil, a segunda missão... Aliás, é uma política industrial sistêmica e de longo prazo, norteada por seis missões. Nunca é demais lembrar que a economia baseada em missões se refere ao desenvolvimento com base em entregas à sociedade, então desenvolvimento tecnológico da inovação com base em entregas à sociedade. Isso envolve a segunda missão entre as seis, a questão da saúde – e é óbvio que perpassa em outras missões. Cito aqui a questão tanto das cadeias de infraestrutura, cadeias da transformação digital, a bioeconomia, principalmente, e cadeias agroindustriais. Todas elas perpassam em questões da saúde, mas existe uma missão, que é a missão 2, que se refere ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde resiliente para atender às necessidades do SUS. O 6, acredito que o Igor Bueno vai tratar aqui com mais especificação, constitui-se em uma das missões da Nova Política Industrial.

E, nessa perspectiva, existem cadeias produtivas prioritárias, que são medicamentos e princípios ativos biológicos; vacinas, hemoderivados e terapias avançadas; e dispositivos médicos.

Lembro às senhoras e aos senhores que os dispositivos médicos, por exemplo, representam US$2,7 bilhões no déficit da balança comercial, então é um ponto sensível, entre outros que estão aí citados, como é o caso dos IFAs e outros citados ali, que envolvem questões muito sensíveis voltadas para a soberania sanitária do nosso país.

Entre as missões estratégicas... Eu vou saltar aí, mas eu queria me centrar nessa questão do SUS como indutor da política industrial e tecnológica em saúde. Essa é uma questão decisiva, esse entendimento, e já dizia o Carlos Gadelha que a saúde é um vetor de desenvolvimento. Então não se pode discutir desenvolvimento tecnológico, inovação, fortalecimento do SUS e do complexo econômico industrial de saúde sem o entendimento de que ele pode ser um vetor de desenvolvimento.

Aliás, gostando ou não, para quem...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA – ... trata do Prêmio Nobel, nós temos a questão de que quem ganhou o Prêmio Nobel agora foi exatamente quem tratou da inovação como um vetor de desenvolvimento, o Prêmio Nobel de Economia.

Acabou o tempo, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Não, pode continuar.

A SRA. JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA – Pois não.

Desligou ali... (*Pausa*.)

Bom, então, queria destacar essa questão. Mas vamos a...

Do SUS como indutor da política industrial, não posso deixar de citar essa Parceria de Desenvolvimento Produtivo, que é um programa do Ministério da Saúde, entre outros, como é o caso do Pdceis e do próprio Pdil, mas como indutor do desenvolvimento regional, o que, aliás, é uma questão fundamental.

Mas, observe, entre as PDPs aprovadas e em curso, apenas 28% – pode chegar a 26%, 27%, 28% – estão no Norte e Nordeste do país. Isso é um dado para quem pensa em desenvolvimento entender que o desenvolvimento... É preciso entender a questão do desenvolvimento regional como um processo muito relevante para o desenvolvimento de um país.

Vamos lá.

Como a Finep tem financiado a inovação?

E aí já para... Só são poucos...

Existem várias formas de financiamento que a Finep tem, mas uma das questões... Tem não reembolsáveis e reembolsáveis. Esse é um quadro bastante conhecido. Sob o ponto de vista do não reembolsável, está voltado para o instituto de ciência, tecnologia e inovação, novamente, via

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamadas públicas e, agora, de fluxo contínuo, em que há a possibilidade de apresentação de projetos, reapresentação de projetos.

A subvenção econômica é voltada para empresas, e aí a gente tem programas como o Finep Tecnova, que atua em empresas com determinada faixa de atuação; o Centelha, que é um programa feito com as fundações de apoio à pesquisa; e as chamadas de subvenção mesmo, em saúde, que a Finep tem feito.

Enquanto em investimentos, nós temos o Finep Startup, os fundos de *venture capital*.

E, no crédito, temos o Finep Reembolsável Direto, acima de R$15 milhões, com a Finep. E o crédito descentralizado, que acontece com diversos agentes, financiadores e bancos, como é o caso do BNB, da Caixa Econômica, do Banco ABC, do Banco do Nordeste, da Embrapii e de outras operadoras de crédito que atuam com crédito descentralizado da Finep.

Então, a Finep atua em cima de temáticas relacionadas à matriz de desafios produtivos e tecnológicos do Ministério da Saúde. É o entendimento de que temos que fazer uma sintonia na hora que se fala em temáticas, em linhas de financiamento, na área do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Essa é uma questão que eu destaco.

E todo esse financiamento, essas formas de financiamento estão voltadas para que temáticas? Aqui eu trouxe um exemplo das 11 chamadas públicas de 2024, nas quais, na área da saúde, do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, está ali: saúde e empresas; e saúde e institutos de ciência e tecnologia, que foi complementado com R$443 milhões.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA – Então, encerrando já, porque não tenho mais tempo, queria dizer que aí são os financiamentos da Finep 2024-2025. Quero citar, Senador, essas temáticas aí: IFAs inovadores verdes, químicos e biológicos; medicamentos cicatrizantes; produção de canabidiol; peptídeos terapêuticos; novos anticorpos monoclonais; biossimilares; terapias avançadas – como é o caso da terapia celular, da terapia gênica, principalmente. São essas as linhas temáticas da Finep.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí está o que foi aportado em relação à saúde na Finep, encerrando com alguns exemplos do que foi levantado em laboratórios, no caso da inovação em saúde, etc.

Então, nós queremos levar algumas linhas – vamos chamar assim – que representam, hoje, a nossa perspectiva, que são as terapias avançadas; IFAs, considerando a biodiversidade; e impulso a laboratórios produtores públicos de medicamentos. Nós vamos lançar uma chamada – aliás, antecipo aqui – específica sobre isso.

Então, agradeço o espaço, Senador Eduardo Gomes, e também aos colegas de mesa, para dizer que o entendimento da Finep é que a intersecção entre as várias instituições – empresas públicas e privadas e instituições do Governo Federal – é que vai dar o impulso para o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e para a inovação em nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado. Agradeço à Dra. Julieta Maria Cardoso.

Nós temos aqui, na Comissão, um sistema de participação popular, através do Portal e-Cidadania, e já é uma tradição da Comissão, em audiência pública, disponibilizar... Neste momento, só passo algumas perguntas. Se alguns dos expositores quiserem ficar à vontade para responder ou inserir nas suas exposições...

Outra coisa importante é que a gente vai ter uma dinâmica também de deixar, à disposição de todos, todas as exposições que foram feitas. Então, se alguém quiser sintetizar, para que a gente otimize o tempo, por conta dos compromissos de aeroporto e uma série de coisas, fique à vontade.

A gente vai fazer dessa audiência pública o primeiro passo de um grande trabalho, aqui, de abertura para esse tema, não só nesta Comissão, mas também no Senado Federal, com possibilidade – inclusive já autorizada pelo Presidente Davi –, se no momento adequado acharmos importante, de fazer um debate de comissão geral, no Plenário do Senado, sobre abertura de apoio para novas tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigo, de Santa Catarina, pergunta: "Como e quando será implementada a transferência de tecnologia chinesa para o SUS?".

Ives, de Sergipe: "Como a inovação tecnológica no Ceis pode reduzir a dependência externa de insumos e medicamentos estratégicos para o SUS?".

Catarine, do Distrito Federal: "Quais parcerias público-privadas do Ceis podem acelerar a adoção de tecnologias sustentáveis, ampliando o acesso à saúde de qualidade no SUS?".

Francisco, da Bahia: "Como inovações de baixo custo e sustentáveis podem fortalecer o SUS, garantindo acesso à saúde e oportunidades para todos os cidadãos?".

Thiago, do Pará, pergunta: "O SUS precisa cada vez mais de recursos tecnológicos para alcançar a complexidade assistencial da população". Na verdade, é um comentário.

O Jomário, do Rio Grande do Norte, diz: "Há uma briga política entre as confederações de autoria e defesa da PEC 14/2021 e a PLP 185/2024? Seria mais eficiente a união em consenso [dessas duas matérias legislativas]".

Paulo, de São Paulo, comenta: "A biotecnologia necessita de [...] [um maior] aporte governamental para [...] [um forte] avanço social".

E o Gustavo, do Rio Grande do Sul, faz um comentário também: "O fator previdenciário que as empresas pagam deveria ir para um fundo específico para pagar afastamentos do trabalho".

Então, foram comentários feitos e perguntas no e-Cidadania. Fiquem à vontade.

Neste momento, agora, vamos passar a palavra para o Igor Ferreira Bueno, Diretor do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS do Ministério da Saúde.

O SR. IGOR FERREIRA BUENO (Para expor.) – Boa tarde.

Senador Eduardo Gomes, queria saudá-lo e também a Senadora Mara Gabrilli. Obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmos. senhores e senhoras membros da mesa, prezadas autoridades, cidadãos, cidadãs, representantes da sociedade civil, queria saudar também o Presidente Ogari Pacheco – muito bom te ver novamente.

É uma honra participar desta audiência pública, cujo tema central são as ações e desafios do desenvolvimento em saúde. Mais especificamente, vou falar um pouco aqui do Ceis (Complexo Econômico-Industrial da Saúde), e ver como essa estrutura produtiva e tecnológica é fundamental para o nosso país.

O tema que nos une aqui é a soberania em saúde e essa necessidade de fortalecer a nossa base produtiva e científica para garantir que o Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, possa cumprir sua missão constitucional. Infelizmente, no Brasil, a gente depara ainda com uma elevada dependência externa para acesso a produtos essenciais de saúde, essa é uma realidade, o que gera uma vulnerabilidade da nossa balança comercial. E acho que o fortalecimento do Ceis é fundamental, é crucial para a gente enfrentar essa questão, pois uma base produtiva e de inovação forte permite enfrentar essa dependência externa no âmbito do nosso Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Rapidamente, é importante definir o que diz esse Complexo Econômico-Industrial da Saúde, do que se trata. Começou muito com o Ministro Temporão, lá atrás, o Carlos Gadelha depois aperfeiçoou. Enfim, o Ceis (Complexo Econômico-Industrial da Saúde) consiste em subsistemas que são interdependentes e que compõem o setor de saúde do Brasil. Basicamente, a gente tem um primeiro subsistema, de base química e biotecnológica, ali estão os medicamentos biológicos, biofármacos; outro subsistema, de base mecânica e eletrônica de materiais; um de serviços, em que estão os hospitais, diagnóstico; e a informação e conectividade, por onde perpassam todos esses outros setores.

Entre os anos de 2023 e 2025, houve uma reconstrução institucional do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Foram criadas e recriadas estruturas; a estratégia de política nacional foi colocada novamente; a questão de governança, muito importante, foi recriada e colocada novamente, por meio de portarias. Houve o relançamento de instrumentos de demanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e oferta, a gente teve, como foi falado aqui anteriormente... as PDPs e o Pdil foram colocados, eu vou trazer um pouco mais de detalhe. Enfim, o Ceis foi lançado, foi alçado, na Nova Indústria Brasil, como um motor, realmente um pilar central para o desenvolvimento do país. E acho que o Ministério da Saúde, o poder de compra do SUS é algo fundamental e é a principal alavanca para orientar o investimento e conciliar o desenvolvimento tecnológico com a ampliação do acesso.

Se a gente pega o programa-chave das PDPs, que são as parcerias para o desenvolvimento produtivo, em que a gente consegue orientar investimentos por meio de transferência de tecnologia e absorção de tecnologia, que tem grandes impactos, muitos projetos foram aprovados e, se a gente pegar como exemplo o mais recente, a insulina glargina 100% nacional, em que vai ser feita uma transferência de tecnologia de uma empresa multinacional para uma empresa privada nacional até chegar a um laboratório oficial público e isso garantir a segurança de acesso para mais de 15 milhões de brasileiros com diabetes... Um outro exemplo de destaque das PDPs é a vacina contra o VSR. O Ministro Alexandre Padilha anunciou algumas vezes já, a vacinação deve acontecer em novembro, vai ser incluída no PNI (Programa Nacional de Imunizações), visando proteger 2 milhões de bebês por ano do vírus sincicial. Então, acho que são dois destaques do programa de parcerias para o desenvolvimento produtivo.

Se a gente pegar o Pdil (Programa de Desenvolvimento e Inovação Local), focado em inovação local, esse apoio ao desenvolvimento da vacina da dengue... É um dos projetos contemplados a vacina da dengue do Instituto Butantan. Outro projeto estratégico é a criação de um estoque estratégico no desenvolvimento da vacina contra a gripe aviária H5N8. Então, é outra iniciativa também de um projeto estratégico, de um investimento estratégico que o Ministério da Saúde tem feito numa outra ação. E tudo isso é fundamental e é necessário para estruturar esse futuro, tanto esses instrumentos de demanda da compra pública, quanto de oferta, investimentos em infraestrutura, por meio do PAC Saúde, que prevê um investimento na ordem de R$4 bilhões com projetos prioritários nos mais diversos laboratórios oficiais e instituições científicas e tecnológicas pelo país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra iniciativa que a gente tem no ministério são as margens de preferência, regulamentadas pela Lei 14.133, em que até 15% para medicamentos e 20% para dispositivos médicos, ou seja, para valorizar a produção nacional. Um outro destaque também que eu acho que cabe mencionar é a resolução da Cmed, a Resolução 2 de inovação incremental. Ela já passou por consulta pública, já está em estágio final para ser divulgada. Lá tem a ênfase da inovação incremental, em que ela deve ser aperfeiçoada, essa regulação do preço de medicamentos do Brasil. Então, acho que essa regulação tende a puxar mais inovação ainda na indústria, com inovação incremental, incluindo nova associação, nova monodroga, nova via de administração, trazer inovação incremental para os medicamentos, permitindo maior acesso para a população.

Essa autonomia industrial que a gente tanto busca só se sustenta com uma ciência robusta, e isso, lá na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, tem contribuído para esse ambiente de pesquisa em saúde. Se a gente pegar o novo marco de pesquisa clínica, que foi regulamentado agora em 7 de outubro... É um marco estratégico que moderniza o sistema de aprovação e execução de ensaios clínicos. Se a gente for olhar, esse marco traz mais agilidade, mais competitividade, proteção ampliada. A lei reforça a proteção ao participante, garantindo a continuidade do tratamento por até cinco anos após o término da pesquisa. A questão da governança também. Foi instituído um sistema nacional, garantindo uma nova estrutura institucional, ou seja, essas ações são resultados de uma consulta pública que recebeu mais de 114 contribuições, e esses resultados indicam uma oportunidade de aprimoramento regulatório e estímulo de parcerias público-privadas. A gente vê, quando conversa... Acho que a atração de investimento de maior conhecimento, de maior valor agregado, com esse marco da pesquisa clínica, é uma tendência que deve acontecer no Brasil.

Outra iniciativa na secretaria é de saúde de precisão e o programa Genomas Brasil. O Genomas Brasil, que vem estabelecendo base de saúde de precisão do SUS, tem feito uma série de investimentos, já há um tempo, com o objetivo de sequenciar o genoma completo de mais de 100 mil brasileiros. Já foram mais de 67 mil genomas e, em 2024, foram criados os Centros Âncora em uma rede de colaboradores em 16 estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro destaque que também cabe mencionar, que a gente tem feito na secretaria, são as terapias celulares. Foram contratados 16 projetos, na ordem de R$35 milhões, abordando desde CAR-T para câncer até doenças autoimunes e cardiovasculares. Dentro desses investimentos de terapias celulares, cabe destacar também dois investimentos que são feitos pelo ministério, um no âmbito da Fiocruz e outro no Hemocentro de Ribeirão Preto, com apoio do Instituto Butantan, para pesquisar terapias avançadas, CAR-T Cell, que são tecnologias de futuro.

Um outro destaque, também, é a iniciativa nacional de gestão compartilhada, a gente chama de PPSUS. Essa chamada tem uma alta procura de projetos e reflete a prioridade de transformar resultados de pesquisa em produtos e serviços e em políticas públicas para o SUS, abrangendo as classes de inovação tecnológica, social e de políticas públicas.

Mais uma iniciativa também tem sido colocada na secretaria: é a iniciativa nacional de inovação radical em saúde. O objetivo dessa iniciativa é desenvolver e acelerar soluções terapêuticas disruptivas para doenças prioritárias do Brasil, com foco em demandas do SUS, como terapias avançadas, diagnóstico de alta precisão e biotecnologia estratégica. A ideia é que o Cnpem, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, seria um centro âncora, seria um primeiro *hub* de inovação – aproveitando sua infraestrutura, que é singular no país e que inclui um acelerador de luz de síncroton, o Sirius, e o laboratório NB4 Orion...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR FERREIRA BUENO – ... que está em construção, o único do mundo acoplado a uma fonte síncroton.

Então, nesse programa de inovação radical, alguns eixos estratégicos vão reunir: infraestrutura e plataforma tecnológicas; integração de tecnologias avançadas e dados estratégicos, com inteligência artificial e aprendizado de máquinas; formação e capacitação estratégicas de recursos humanos; um ambiente regulatório de propriedade intelectual e valorização da inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suma, a estratégia do Ministério da Saúde é um esforço conjunto que integra a infraestrutura do Ceis (Complexo Econômico-Industrial da Saúde), com a excelência científica de pesquisa do país, que nós temos hoje, e a gente constrói, nesse arranjo, um ciclo vicioso de ciência de ponta – que nós temos –, fomento, inovação radical e aplicação industrial com os nossos programas, principalmente as PDPs e os Pdils. Então, o objetivo é que a gente consiga transformar o Brasil num protagonista global de ciência e num país autônomo em saúde, garantindo a sustentabilidade do SUS. É esse o nosso objetivo.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Sr. Igor Ferreira Bueno.

Passo a palavra, agora, ao Thiago de Mello, Coordenador de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esses blocos foram por unidade: governo, indústria, e vamos fazendo... Era para se fazer uma alternância, mas a gente está definindo por categorias. E eu queria, também, chamar a Dra. Tatiana Sampaio para vir à mesa para, em seguida, também fazer uso da palavra.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite. Na pessoa do Senador Eduardo Gomes, cumprimento todos os colegas da mesa e os demais presentes.

Eu acho que é uma discussão muito oportuna, porque, quando a gente fala de desafios de incorporação de novas tecnologias no SUS, a gente fala de uma série de desafios em que se precisa ter uma ação conjunta não só do Executivo, como também do Legislativo, das instituições de pesquisa e das empresas envolvidas, para que a gente consiga transformar toda aquela tecnologia que está sendo pesquisada e desenvolvida nas nossas universidades em produtos e tecnologias disponíveis para o SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui há um pouco da secretaria, a Seppe, que é a secretaria do ministério responsável pela área de pesquisa e desenvolvimento. Nós temos dois departamentos, um de programas temáticos, outro de clima e sustentabilidade. Dentro da coordenação do departamento de programas temáticos, nós temos três coordenações, uma que abarca a questão de ciências humanas e sociais, uma de ciências do mar e a coordenação da qual eu estou à frente no momento, que é a de ciências da saúde, biotecnológicas e agrárias, e tem o outro departamento que cuida mais de questões relativas à ciência e à tecnologia para clima e sustentabilidade. Dentro da Secretaria também temos dois importantes conselhos: o Concea, que cuida da experimentação animal, e a CTNBio, que trata da regulamentação de OGMs, o que é extremamente importante para a pauta, principalmente, de terapias avançadas em saúde.

A gente está num momento importante, que é a atualização da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Este ano foi instituído um GT que vai trabalhar na atualização da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. E por que ela é importante? Porque ela vai orientar o financiamento e o fomento das ações de ciência e tecnologia do Governo pelos próximos dez anos. Então, é importante que todos acompanhem, todos participem, todos contribuam para essa discussão, porque, a partir das prioridades apontadas na estratégia, a gente vai ter o direcionamento do financiamento pelo FNDCT.

E a estratégia se desdobra em planos setoriais. Provavelmente, a gente terá um plano específico para a área de saúde, de pesquisa em saúde, em que serão apontadas as estratégias e as prioridades para o financiamento de ciência e tecnologia no país. E essa atualização está sendo feita a partir da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi realizada no ano passado, que teve ampla participação da sociedade, de diferentes atores da sociedade civil e do Governo.

A partir das contribuições coletadas na 5ª Conferência, está sendo elaborada a nova Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, que, por sua vez, dará origem ao novo Plano Setorial da Saúde. Esse aqui é o vigente no momento, mas que vai ser atualizado na sequência. A gente tinha ali cinco ações prioritárias, desde ensaios pré-clínicos, doenças emergentes e reemergentes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças não transmissíveis, áreas de fronteira do conhecimento, como terapia avançada, célula-tronco e outras, e pesquisa clínica.

Aqui, há alguns exemplos de ações que o ministério tem lançado, de editais de fomento. Houve dois editais específicos para biotecnologia: biotecnologia em todas as áreas de conhecimento, incluindo saúde, agropecuária, meio ambiente e indústria, voltado para ICTs, que é esse primeiro edital de R$31 milhões, e também foi lançado um edital de subvenção para empresas, de R$50 milhões, com os mesmos temas. A ideia aqui é atacar as duas frentes ao mesmo tempo: fomentar projetos de desenvolvimento de base tecnológica, no âmbito das ICTs, e ao mesmo tempo fomentar esse desenvolvimento dentro das empresas.

Também foi lançado um edital mais transversal para formação e qualificação de recursos humanos em tecnologias importantes para a biotecnologia, como a bioinformática, por exemplo. Então, a ideia aqui é capacitar alunos para que a gente tenha autonomia e gente formada nessa área.

Aqui há outros exemplos de editais lançados pelo ministério: rede de pesquisa em desenvolvimento em saúde mental, pesquisa e desenvolvimento para estruturação de uma rede brasileira de pesquisa, desenvolvimento e inovação em síndrome de Down, e apoio ao enfrentamento da gripe aviária H5N1 – tanto ações de pesquisa básicas quanto um pouco mais aplicadas.

Esse aqui é o Cabbio (Centro Latino-Americano de Biotecnologia). Eu o trouxe como exemplo da importância da internacionalização e da colaboração no âmbito de pesquisa em biotecnologia. O Cabbio é uma ferramenta, um acordo de cooperação que nasceu entre Brasil e Argentina – inicialmente, era o CBAB. Depois, outros países foram sendo incorporados, e ele se transformou no Centro Latino-Americano de Biotecnologia. A ideia aqui é compartilhar conhecimento, troca de alunos e de projetos entre os países da América Latina. Hoje, são membros do Cabbio: Argentina, Uruguai e Colômbia. Peru e Paraguai devem oficializar sua entrada ainda este ano. É uma importante ferramenta para esse intercâmbio e formação de recursos humanos em biotecnologia e saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro exemplo de cooperação internacional é o ICGEB, que é o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia. O Brasil é membro desde a década de 90, e a gente está estruturando, juntamente com o Icesp (Instituto do Câncer do Estado de São Paulo), um centro regional aqui no Brasil que vai trabalhar especificamente com oncologia de precisão. E, aqui, a ideia é trazer tecnologia e cooperação internacional para que a gente consiga acelerar a transformação do conhecimento, fazer a translação do conhecimento em oncologia de precisão no país, aproveitando da *expertise* do Centro Internacional e de colaborações internacionais.

A Julieta já abordou isso aqui inicialmente, mas eu reforço mais uma vez a importância do diálogo entre a política científica e a política industrial. E o Mais Inovação Brasil é justamente esse elo entre a Nova Indústria Brasil e a estratégia de ciência e tecnologia, para que a gente consiga coordenar ações de fomento de ciência e tecnologia voltadas e em parceria com o setor empresarial.

Também já foi abordada inicialmente a questão das seis missões da Nova Indústria Brasil. A gente tem uma missão específica para o complexo industrial da saúde. Ilustro mais uma vez o investimento considerável que é feito na área da saúde, com certeza é a maior área dentro do programa Mais Inovação que recebe investimentos: a gente está falando aí de quase R$1 bilhão investidos nessa área, em projetos, tanto em ICTs quanto em empresas, destacando não só a importância, mas o destaque de direcionamento de política pública que o MCTI tem dado para fomento à pesquisa em saúde.

Aqui, são ações mais transversais de fomento e de estruturação de pesquisa, pensando em infraestrutura de pesquisa no país. A gente ficou, por um bom tempo, com o FNDCT contingenciado e não foi possível lançar novos editais de fomento à infraestrutura. O MCTI tem retomado esse investimento: nos últimos dois anos, em 2023 e 2024, foram investidos cerca de R$1,2 bilhão em expansão e desenvolvimento dessa infraestrutura, mais R$200 milhões para recuperação, além de fomento a centros temáticos, especificamente em transição energética, transição ecológica, transformação digital, saúde e defesa, com cerca de R$1 bilhão investidos nesses dois anos anteriores, 2023 e 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso conversa com o que também já foi apresentado aqui pela Julieta, da retomada do FNDCT. E eu trouxe isso justamente como exemplo de ação articulada entre o Legislativo e o Executivo.

Foi uma ação coordenada entre esses dois entes que tornou possível esta realidade de a gente tornar o FNDCT um fundo incontingenciável e, a partir daí, a gente ter uma fonte perene de financiamento de projetos de pesquisa no país. O que ocorria anteriormente era que, a cada contingenciamento promovido pelo Ministério da Fazenda ou Ministério da Economia, o FNDCT era contingenciado, e o ministério era obrigado a cortar o financiamento de projetos de pesquisa. E, a partir dessa lei complementar, aprovada em 2021...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... aqui no Congresso Nacional e promulgada na sequência, a gente tem um fundo incontingenciável e que é capaz de dar um cenário mais estável para projetos de pesquisa e financiamento de projetos de pesquisa no país, o que é algo essencial para que a gente consiga dar esse salto tecnológico.

E aqui, já para finalizar, acho que a mensagem mais importante que eu gostaria de deixar é que a gente tem um cenário de excelência em pesquisa científica no país. A gente tem inúmeras publicações, a gente é um dos países que mais publica artigo científico, só que a gente tem uma baixa taxa de inovação. E aí a gente tem um desafio conjunto entre Governo, empresas, ICTs e Legislativo que é: como a gente estrutura políticas públicas que façam esse elo entre a pesquisa que está sendo feita na universidade e como a gente cria políticas públicas que promovam o amadurecimento tecnológico desses projetos.

Hoje, o que a gente tem? A gente tem um ecossistema de inovação dentro das universidades, que consegue avançar até certo grau de maturidade tecnológica, só que as ferramentas impedem que ele consiga avançar na escala de maturidade tecnológica. Do outro lado, a gente tem as empresas que buscam projetos com maturidade tecnológica considerável e com menos risco, só que nesse meio, nesse "vale da morte", o famoso "vale da morte", a gente tem ausência de políticas públicas ali que poderiam fomentar esse elo de ligação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui entra toda a questão regulatória que o Leandro abordou no início da apresentação, do papel importante da Anvisa nesse auxílio, nesse processo de inovação, de como a Anvisa trabalha o processo de inovação e auxílio dentro do ambiente de inovação, de fazer não digo um tutoramento, mas uma orientação direcionada para esse público, que é diferente do público habitual com que a Anvisa lida que são as empresas. A Anvisa habitualmente não lida com pesquisadores, não é o público majoritário dela. Então, ela precisa ter um modelo para também conseguir atender a demanda desse público.

E é aí que entra toda essa questão de política pública de que a gente precisa.

A gente precisa de modelos de financiamento mais ágeis. A Embrapii já é um resultado disso, você ter um modelo mais ágil e mais prático de financiamento.

A gente tem alguns gargalos ainda de infraestrutura. Por exemplo, para biotecnológicos, a gente ainda carece no país de infraestruturas que consigam transformar aquele conhecimento que é gerado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... em bancada, em escala-piloto, para escalas maiores, para que a gente consiga fazer ensaios clínicos. Então, a gente precisa dessa infraestrutura.

E temos que começar a trabalhar a questão da inserção regulatória nos ambientes de pesquisa, para que o projeto já nasça, desde o seu desenvolvimento inicial, com o objetivo de buscar um registro na Anvisa, de buscar um desenvolvimento completo. Então, que ele já nasça com essa ideia, com esse direcionamento, tentando alinhar com a necessidade regulatória lá na frente.

E é isso.

Eu acho que o ministério está atento a essa questão, a esses gargalos que a gente apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí fica aqui o convite para que todos contribuam nessa discussão e a gente consiga superar esse "vale da morte" e transformar todo aquele conhecimento que está sendo gerado nas nossas universidades em produtos para a nossa sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, agradeço.

Registro a presença da nossa querida e competente Senadora Damares. Segunda-feira, para quem é Senadora por Brasília, não é uma coisa normal, é um dia dela muito cheio. Ela preside a Comissão de Direitos Humanos e veio assistir a esta importante exposição.

Eu sei que ela não vai poder ficar o tempo inteiro, mas gostaria muito de, neste momento, anunciar uma das falas que tiveram um fator determinante para esta audiência pública, já que ela trata de inovação como um todo, mas há um ambiente no Brasil, por algumas necessidades e inovações, que fez com que a gente trouxesse todo mundo aqui.

O Senador Pacheco está aqui com a gente também – ele é cientista –, assim como a Academia Brasileira de Farmácia e uma série de entidades.

Com muito prazer, eu passo a palavra à Dra. Tatiana Sampaio, Bióloga e Pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a sua exposição.

A SRA. TATIANA SAMPAIO (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

Queria agradecer muitíssimo o convite e a oportunidade de estar aqui; agradecer ao Senador Eduardo Gomes e à Senadora Mara Gabrilli; agradecer a presença de todos aqui.

Eu fico pensando qual é... Eu não estava preparada para esta fala, então, não imaginei que eu fosse ter esta oportunidade de falar aqui, durante dez minutos, para vocês. Eu pensava em assistir e, eventualmente, responder perguntas e, enquanto eu estava escutando as outras falas, eu fiquei imaginando o que poderia ser a minha contribuição: talvez contar um pouco, rapidamente, a história de como foi esse desenvolvimento, de que gargalos eu encontrei. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou começar por aí. Depois, eu vou tentar conectar com a fala do Thiago, porque acho que a forma como ele terminou se encaixa bem no que eu posso dizer, mas vou começar um pouco pelo histórico.

Eu sou uma professora universitária, sempre trabalhei na mesma universidade – eu fiz faculdade, mestrado e doutorado na UFRJ, que é uma grande universidade no Rio de Janeiro, onde eu sempre vivi. Então, tenho uma história muito linear na pesquisa. Eu sempre fiz aquilo que se esperava que eu fizesse: entrar na faculdade, fazer tudo certinho... Sempre fui uma boa aluna e ia fazendo as coisas conforme eu tinha que fazer. Quando eu terminei o doutorado, eu fui para um pós-doutorado nos Estados Unidos, fiquei lá um tempo e, quando eu voltei para o Brasil, eu era, talvez, uma promessa de uma cientista tradicional, uma boa promessa de uma cientista tradicional, vamos dizer assim. Eu tinha feito tudo como se esperava que eu fizesse: eu publicava os artigos científicos que se espera que um bom pesquisador publique, eu era muito jovem ainda e tinha muitas publicações; eu fiz concurso e entrei muito cedo para a universidade como professora; tinha um grupo de pesquisa, orientava, tinha alunos de mestrado... Então, eu estava, como se diria por aí, bombando como cientista. Isso era o que eu queria fazer e, enfim, era o plano. E aí, em algum momento, eu encontrei a laminina e a polilaminina, que são o objeto dessa inovação que está sendo tocada agora, e eu achei que valia a pena abandonar um pouco essa trajetória linear que eu vinha seguindo e procurar outros desafios. Então, em vez de ficar trabalhando no meu laboratório, fazendo aquelas coisas que eram mais tradicionais e esperadas – publicar artigos e orientar alunos, mais um aluno fazendo mais uma tese em alguma coisa complementar e publicar nas revistas que eu já conhecia e com as pessoas no ambiente que eu já conhecia –, eu falei: "Não, eu vou tentar mudar, eu vou tentar fazer uma coisa diferente, que é segurar essa polilaminina e tentar mudar de área". Então, eu saí da... Eu trabalhava com termodinâmica de proteínas, que é uma área da biologia que faz uma interface com a física. Quando eu fiz o pós-doutorado nos Estados Unidos, eu trabalhava no departamento de física, nem era o de biologia. Então, era uma área muito longe da aplicação, principalmente da aplicação como um fármaco, não tinha nada vivo. Tudo com que eu trabalhava eram proteínas isoladas, objetos inanimados, vamos dizer assim. Mas aí eu achei: "Não, eu vou arriscar sair dessa linha para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar alguma coisa a mais, que, eventualmente, um dia pudesse ser um medicamento". Estava muito longe ainda 25 anos atrás – como se diz, eram 25 anos atrás –, mas vamos tentar fazer essa trajetória.

E o que eu queria dizer para vocês é que isso teve um custo, um custo muito objetivo, que era de sair dessa posição de ser uma cientista muito produtiva. Então, quando o Thiago trouxe que o Brasil é muito forte em produção científica, ele é, tem uma boa produção, mas o que acontece é que no ambiente científico não se espera que se invista em inovação. E isso não é visto com bons olhos. Então, a primeira coisa que um cientista precisa fazer para fazer um desenvolvimento tecnológico é abstrair e entender que ele vai ser malvisto pelos seus colegas. Então, isso é uma coisa importante.

Não vou aqui fazer reclamação, mas colocar o que eu acho que é uma coisa importante para o lado dos gestores. Eu acho que a perspectiva de quem está formulando políticas é de que o interlocutor que vai... Como é que o Ministério da Ciência e Tecnologia ou o Ministério da Saúde vai saber quais são os projetos, quais são as áreas? Então, você tem que prospectar isso diante daquelas pessoas que são consideradas os cientistas mais importantes daquela área, que vão poder contar onde é que a gente é forte, onde vale a pena investir.

E o que eu queria dizer é: vocês não vão ouvir nada – vou falar rapidamente – que ajude, porque é óbvio que, do ponto de vista do cientista, ele quer continuar sendo festejado como um grande cientista, e isso não necessariamente implica desenvolvimento tecnológico.

A existência do "vale da morte" não é uma coisa inexorável e nem culpa do Governo, dos gestores. A existência do "vale da morte" é muito culpa do lado da universidade e da ciência, porque não existe o interesse do cientista em transpor esse vale. Ele está bem, ele está bem como está. Então, para você mudar esse sistema, de alguma forma, vocês vão ter que buscar uma interlocução diferente. Não basta ser a interlocução de chamar, perguntando quem são os grandes cientistas e dizendo: "Vamos chamar o grande da USP, o grande da UFRJ e vamos perguntar para as pessoas". É porque isso é ciência baseada em oferta. E eu acho que o que o país precisa para se desenvolver é buscar a satisfação das demandas, que são as demandas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm, em última análise, do povo, que é o que esta Casa e o Governo precisam fazer: dar resposta àquilo que precisa.

E o ambiente acadêmico não necessariamente está pronto para isso. Não vou falar mal dos meus colegas, porque eu acho que tem muita gente boa e eu acho que existe um interesse genuíno. A questão é que é uma dinâmica diferente. E quem tem que dar o tom, eu acho, é o lado de cá, que não é o meu – eu estou aqui visitando. É o lado de vocês que tem que criar essa demanda, porque é a partir daí que a gente vai conseguir organizar esse campo de uma forma mais produtiva, eu acho, para efetivamente passar esse "vale da morte".

Só falo um comentário, como um comentário anedótico. Eu fui a alguns eventos da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, porque eu, por acaso, tinha trabalhado com o Fernando Peregrino, que é da Finep, e a Finep estava organizando, no Rio de Janeiro. Eu tinha trabalhado com ele quando eu tinha, sei lá, 20 anos, 22 anos, quando ele era da Faperj. Ele, um dia, me ligou e falou: "Ouvi dizer que você tem um trabalho com tecnologia". Isso foi no ano passado. "Ouvi dizer aí. É verdade mesmo?" Aí eu falei: "É. Quem fez essa fofoca?". Ele disse: "Ah, pois é, eu ouvi falar, numa festa". Ele me chamou, eu fui e participei de duas ou três atividades, mas eu nunca fui chamada para nenhum evento de ciência e tecnologia, eu nunca fui chamada para a Semana de Inovação... Ao Rio Inovação já fui, como convidada. A UFRJ tem um estande gigantesco, nunca houve uma demanda da minha participação. Então, eu não quero dizer que eu sou muito importante, mas eu acho que existe uma desconexão muito grande, mesmo de uma pessoa que está dentro da UFRJ, que é da casa, que é de dentro da universidade. Os meus colegas de corredor não faziam a menor ideia do que eu trabalhava até eu aparecer no Fantástico. Eu fui parabenizada por um colega, que disse: "Eu não sabia que você trabalhava". Não era nem "trabalhava nessa área", mas "que você trabalhava". Eu disse: "Mas por quê?!". Ele disse: "Não, eu vejo você sempre dando aula. Eu vejo sempre você com os alunos e dando aula, em sala de aula. Eu não sabia que você trabalhava".

A identificação do cientista não passa por aquilo que você está fazendo em termos de inovação ou por aquilo que você está tentando fazer nesse sentido. A identificação é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tradicional, é muito padronizada, em termos de número de publicações científicas. Isso daí eu acho que dificilmente vai mudar pelo nosso lado, mas eu acho que vai ter que mudar pelo lado de vocês, vocês vão ter que ajustar essa demanda de uma forma política, porque uma coisa... Vou terminar...

Ainda tenho um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Tem mais tempo...

A SRA. TATIANA SAMPAIO – Ah, está bem.

Quero comentar – minha perspectiva – que a reputação dos cientistas é sempre sensacional. O cientista é uma pessoa boa, de boa índole; que só diz a verdade; que trabalha não só pelo seu próprio interesse, mas pelo interesse do cidadão; e que quer trazer inovação para melhorar o mundo. As pessoas olham para mim e pensam que eu sou essa pessoa – eu e todos os outros cientistas. Por outro lado, o político é alguém que está querendo passar a perna em alguém, que tem algum interesse por trás e tudo.

Estou dizendo sob uma perspectiva mais geral. Eu não acho isso, eu pessoalmente não concordo. Eu acho que os cientistas têm interesses, interesses políticos. Políticos não no sentido de se eleger necessariamente, mas interesses políticos no sentido de ter prestígio e poder.

É um erro achar que os cientistas são movidos pelo interesse em fazer o bem. Eles eventualmente fazem o bem. Existe uma dinâmica de buscar aquilo que é verdadeiro, na própria condução do processo científico, mas estão sujeitos a todos os tipos de injunções da necessidade, do interesse, do poder, de ter dinheiro para suas pesquisas e tudo mais.

Então, acho que isso é uma coisa em que a gente precisa também ter esse olhar. Eu acho que... Eu espero que venha, que seja reconhecida a importância de você ter alguma instância que faça perguntas, que não assuma que a ciência é a verdade absoluta. Acho que isso que é importante, acho que essa é a mensagem que eu queria dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ciência é importante e ela é um aspecto da verdade, mas ela é técnica e ela não pode dar a última palavra. Então, imaginar que você vai ter um país conduzido pela verdade científica, para mim, parece apavorante. A ciência tem que estar presente e tem que subsidiar as decisões políticas, mas as decisões políticas, na minha percepção, têm que ser superiores, porque alguém tem que perguntar. Diante dos fatos da verdade científica, que é mutável, alguém tem que perguntar: "Vale a pena?". Alguém tem que perguntar: "Isso aqui é importante? Isso aqui é mais importante do que aquilo? Vale a pena a gente investir nisso e não naquilo? Qual é o custo-benefício do que a gente vai fazer?".

Então, essas decisões são decisões políticas e que têm que ser tomadas no ambiente, eu acho, desta Casa, do Congresso e do Governo, de modo geral, e não podem ser terceirizadas ao cientista, porque o cientista, em si, tem uma perspectiva limitada.

Eu acho que a perspectiva política tem que incorporar o melhor da ciência, mas também ter este tipo de pergunta: "O que é que vale a pena? Qual é o custo-benefício disso aqui, dessas iniciativas?".

Bom, era isso que eu queria dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Dra. Tatiana.

Eu vou pedir à Secretaria da Comissão que providencie. Nós vamos ter agora o Dr. Bruno participando. A Senadora, no momento que achar adequado, vai falar. Mas eu queria que nós não perdêssemos a oportunidade, nesta audiência que está sendo transmitida pela TV Senado, que tem toda uma perspectiva de resposta às dúvidas sobre financiamento e ambiente de tecnologia e inovação, de deixar de constar como documento a reportagem – de tantas reportagens que saíram, que motivaram a discussão não só sobre a polilaminina, mas também outras inovações que fomentaram esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste momento, eu passo a palavra ao Bruno Drummond de Freitas, que é a pessoa que sofreu com a lesão medular e é participante do estudo experimental com um produto inovador brasileiro, que é a polilaminina. Ele vai fazer parte agora da nossa audiência, por videoconferência já confirmada.

O SR. BRUNO DRUMMOND DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, boa tarde a todos e a todas aqui.

Eu sou o Bruno. Eu fui o paciente ali em que a Dra. Tatiana fez o teste da polilaminina e, graças a Deus, deu certo. E eu queria parabenizar a Dra. Tatiana pela disciplina, pela resiliência de ser uma pesquisadora com uma dedicação de mais de 20 anos na mesma pesquisa; então, é um fato que tem que ser parabenizado e é muito louvável, porque a gente sabe que não é fácil ser uma pesquisadora, né? Existe um esforço muito grande, e se manter ali na pesquisa é incrível, e eu só tenho a agradecer pela minha participação.

Eu sofri um acidente de carro; eu quebrei o pescoço; eu fui diagnosticado como tetraplégico; e, graças à pesquisa da polilaminina, eu tive a oportunidade de voltar a ser uma pessoa ativa, independente. Então, hoje em dia, eu trabalho, eu consigo me exercitar, cuidar da minha saúde. Acabei de comprar um apartamento, então eu consigo me virar sozinho. E eu não sei como seria a minha vida. Hoje em dia, eu recebo nas minhas redes sociais milhares de mensagens, muitas mensagens, todos os dias. Eu recebi mais de 2 mil mensagens de pessoas perguntando como foi a minha experiência, como faz para participar desse estudo; são pessoas que estão desesperadas, querendo recuperar a saúde.

E, no momento, a gente sabe que tem que passar pelos testes da Anvisa, tem que passar pelo crivo do órgão regulador, que a gente entende que é necessário, até porque é uma questão de saúde, não é um processo simples, mas eu recebo muitas mensagens, são muitas pessoas pedindo ajuda.

Então, acho que minha participação aqui é mais para fomentar e provocar a evolução das pesquisas, pedir para que a Anvisa consiga priorizar o assunto e parabenizar todo mundo aí que está participando dos estudos, parabenizar todos os cientistas, pesquisadores, a UFRJ, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faculdade brilhante, que forma pessoas, profissionais excelentes. E acho que é isso; acho que a minha participação era mais para contar um pouco aqui da minha história e fomentar aí um pouco o tema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, muito obrigado.

Eu passo a palavra agora, para falar da bancada, ao Dr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). E, assim que estiver pronto o vídeo, é só avisar.

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor.) – Senador, muito obrigado, é um prazer estar aqui. Senadora Mara Gabrilli, obrigado por ter indicado o meu nome para falar.

Então, eu comecei a escrever um monte de coisa aqui, aí veio a Dra. Tatiana e mudou tudo o que eu ia falar, porque a gente que está do lado da indústria sente, infelizmente, esse preconceito – eu não gosto da palavra preconceito, eu vivo falando que é conceito pré-estabelecido – de que indústria e pesquisador de universidade não podem andar juntos. Isso é um grande erro. Acho que a senhora está demonstrando aqui que precisa da indústria ao seu lado para pegar aquele pensamento, aquele desenvolvimento que fez ali e tentar transformar esse negócio para ser um produto, que depois vai ter que ser escalonado para virar uma produção farmacêutica.

Então, aquilo mexeu – o que a senhora falou – muito com esse sentimento com o qual eu venho lá de trás. Eu tenho de indústria farmacêutica muitos e muitos anos; eu já não conto mais quantos. Então, eu tenho muitos anos de indústria farmacêutica, mas, quando eu nasci, a expectativa de vida do brasileiro era muito inferior à minha idade de hoje – muito inferior. Essa era a realidade no final da década de 50. Houve um desenvolvimento da saúde, e, sem dúvida nenhuma, por meio de algumas ações que partiram da indústria farmacêutica junto com os pesquisadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos temas extremamente interessantes para discutir nesta Casa, como a lei da pesquisa clínica, que foi aprovada aqui no ano passado e que agora foi regulamentada pelo Ministério da Saúde a duras penas – porque está sofrendo ataques de tudo quanto é lado, e, para complicar tudo, a lei agora sofreu uma ação direta de inconstitucionalidade, querendo falar que o que foi debatido durante nove anos nesta Casa está tudo errado. Essas questões todas nos preocupam muito, enquanto indústria.

A gente vê uma empresa como a do Senador Ogari Pacheco, que, há muitos e muitos anos – acho que desde a sua fundação –, vem preocupada em desenvolver produtos, em fazer a sua fábrica verticalizada, em fazer o desenvolvimento de produtos.

Recentemente, eu fui conversar com uma empresa chamada Cellavita, em Valinhos também, muito perto da do Dr. Ogari. Eles estão fazendo produtos biológicos a partir do dente de leite, usando uma tecnologia – eu sou advogado, não sou farmacêutico, apesar de estar na academia também – que vai ajudar muito no desenvolvimento de produtos biológicos.

Então, quando a gente vê que tem gente no Brasil fazendo isso e que tem a indústria farmacêutica internacional aportando capital no nosso país para fazer pesquisa clínica, para fazer desenvolvimento tecnológico... Toda pesquisa clínica traz um desenvolvimento tecnológico, a senhora sabe disso. Senador, isto é extremamente importante para o nosso país, abrir essas fronteiras. Nós temos hoje centros de excelência no Brasil inteiro, capacitados para absorver essa pesquisa clínica.

E a gente vem falar do complexo econômico-industrial da saúde, o que me preocupa sobremaneira, porque ele deveria ser uma política de Estado, e infelizmente é uma política de governo. Isto é muito preocupante. Quando ele foi lançado lá atrás, ainda na época do Ministro Temporão, para o senhor ver quantos anos faz – 2003, 2004, 2005, lá atrás –, era para ser uma política de Estado, e, de repente, vira uma política de Ministro, e depois passa a ser uma política de Secretário, e passa a ser uma política de Diretor de departamento, e, de repente, vira uma política de nada.

Então, nós precisamos de que dentro da nossa indústria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ogari é meu amigo, então eu posso chamá-lo assim. O Ogari sabe muito bem que nós precisamos de uma matéria-prima.... duas, por sinal, extremamente importantes: previsibilidade e segurança jurídica. Não dá para o Ogari pegar um monte de dinheiro e investir em um negócio se ele não sabe como isso vai andar, se ele não sabe se as filas da Anvisa vão andar ou, por qualquer motivo, se irão mudar de posição, porque de repente apareceu uma priorização, porque alguém achou que tinha que priorizar determinada coisa, sem seguir as regras de priorização. Nós temos regras claras para priorizar registros.

Este é um produto que deverá ser priorizado, porque é uma inovação, é um produto que está com um monte de aplicações que precisam ser desenvolvidas. Este é um produto que, no momento exato, precisa ser priorizado, cuja pesquisa clínica precisa ser priorizada, para que ela traga suficiente crescimento para o nosso país.

A entidade que eu represento não defende origem de capital; ela defende o capital no nosso país, defende o capital no Brasil. O capital pode vir do Norte do Brasil ou pode vir dali, de pertinho de Campinas – não importa. Ele tem que ser valorizado, ele tem que ser bem tratado e a gente não pode ter os preconceitos dentro da universidade, da academia brasileira: "Se está trabalhando para a indústria, não é boa gente".

Nós, e eu sempre falo, precisamos ganhar dinheiro, nós precisamos pagar bem o nosso acionista. Para quê? Para que ele tenha incentivo para investir cada dia mais, para trazer mais soluções para o nosso país; para que, com isso, eu – que estou agora numa faixa um pouco mais perto dos meus 70 anos de idade – possa estar aqui, trabalhando, falando e entregando coisas para o nosso país. Então, isso que eu acho que é extremamente importante – e esta Casa tem essa obrigação.

E eu vou dar uma sugestão para o senhor, eu vou tomar esta liberdade: traga aqui as empresas que pegam esse dinheiro que está na Finep, que pegam esse dinheiro que está no Governo. Tragam essas empresas para que elas possam contar como elas fazem e o que elas fazem com todo esse dinheiro. Acho que vale muito a pena trazer essas empresas aqui, até para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os senhores possam, como uma Casa fiscalizadora, entender o que acontece com o dinheiro que sai da Finep, com o dinheiro que sai do nosso Ministério da Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Dr. Mussolini.

Eu quero, neste momento, fazer a reprodução da matéria jornalística que também ajudou na tomada de decisão para fazermos esta audiência pública, alguns minutos só.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito bem.

Vou passar a palavra à nossa querida Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar todos os expositores desta audiência. É uma alegria recebê-los em nossa Casa, uma alegria enorme.

Não dá mais para a gente adiar a discussão de alguns temas.

E eu quero cumprimentar a Dra. Tatiana. Primeiro, pela coragem da sua fala tão incômoda, da sua fala provocadora. Parabéns, Doutora, pela coragem. Não se omita nunca; fale. Segundo, para dizer que o Brasil está apaixonado pela senhora.

Quero dizer que a senhora não tem ideia da alegria – e vou terminar esta minha fala e vou aí à mesa lhe dar um abraço – de recebê-la em nossa Casa e de saber das angústias de vocês, cientistas. Não vou nem perguntar quanto a senhora recebeu de investimento nas suas pesquisas, mas vou lhe dar o abraço e vou embora, porque, ali na outra sala, estamos pegando uns bandidos, na CPMI do INSS – e bilhões estão sendo desviados. Tem um cabra que vai depor ali, daqui a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco, com mais de 11 carros de luxo. Tem apenas um que brinca com R$158 milhões desviados dos cofres públicos.

Eu fico me perguntando: imagine R$158 milhões na sua pesquisa, no seu laboratório? Eu fico imaginando os bilhões de reais que vão para o ralo todos os meses neste país por causa da corrupção. E vejo os nossos cientistas batendo de porta em porta. Se eu perguntar quantos voluntários estiveram na sua pesquisa, a senhora vai falar de um monte, de meninos que foram para lá e acreditaram na sua pesquisa, na pesquisa dos senhores, mas que não são reconhecidos.

E aí o que a gente tem no Brasil, Doutora? Evasão de talentos. Eu não aguento mais ver tanta evasão de talentos no meu país. Acredito que os maiores gênios do mundo estão nesta nação, mas não estão sendo valorizados.

E vou lhe dizer, Doutora, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem duas palavras que me causam arrepios no Brasil. Uma delas se chama Conitec e a outra se chama Anvisa. Eu não sei se vocês têm arrepios quando vocês falam em Anvisa e Conitec, mas eu, que estou lá na ponta, como vulnerável, sei os arrepios que essas duas palavras me causam. Fui Ministra da pasta dos direitos das pessoas com deficiência, eu sei o que eu estou falando.

Hoje pela manhã, Doutores, nós tivemos uma audiência pública aqui, no Senado, uma audiência incrível sobre agenesia de membros. Especialistas estiveram comigo – fui eu que presidi a audiência –, um deles mostrou o laboratório de próteses. Aí eu perguntei assim: "Doutor, pelo amor de Deus, minhas crianças estão precisando dessa prótese. Quanto custa?". Ele: "Eu faço com R$100". Deixe-me dizer para os senhores: eu tenho crianças sem próteses, e ele consegue fazer, no laboratório dele, por R$100. E aí? Cadê os investimentos? Cadê os meus cientistas sendo valorizados no país?

Então, eu quero hoje... eu não quero trazer aplausos, eu quero trazer a minha fala de indignação, a minha fala de lamento de ver uma cientista como a Dra. Tatiana, que virou uma heroína na minha nação... A senhora não tem ideia do que eu recebo de *e-mails* por causa da senhora, a senhora não tem ideia de como o Brasil a ama, como o Brasil ama os nossos cientistas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e eles estão em todos os lugares, a começar nas minhas aldeias indígenas. Meus pajés fazem milagre, e a gente vai ter que ir atrás do conhecimento tradicional também nesta nação.

Parabéns a vocês, que não desistem!

Parabéns à indústria! A gente não vive sem vocês da indústria, a gente não vive sem vocês. Eu não demonizo, em momento algum, a indústria; sem a indústria, a gente também não avança.

Mas, especialmente, aos nossos cientistas desta nação, ignorados, esquecidos e que não recebem o investimento que merecem, a todos eles, nesta audiência, eu quero dar o meu abraço, fazer a minha homenagem. Depois de tudo o que eu passei hoje de manhã naquela audiência, falando sobre tecnologia assistiva, agora eu venho aqui para a área de tantas entregas com os senhores. Parabéns!

Não desistam. Nós ainda vamos ter uma nação em que vocês serão prioridade.

Que Deus te abençoe, Dra. Tatiana. Só que a senhora fez um milagre, o Bruno ficou mais bonito depois do acidente. (*Risos.*) Eu quero saber o que é que tem naquela substância!

Que Deus te abençoe, Bruno, por ter vindo a esta audiência, mesmo que de forma *online*, compartilhado também a sua história.

Parabéns à Mara, aos idealizadores desta audiência, Senador Eduardo, com tanta coisa... O Brasil hoje está pegando fogo, mas por a gente parar, nesta Casa, nesta tarde, e discutir e trazer os senhores para esta discussão, eu acredito que a gente escreve um novo capítulo na história do investimento. E vou dizer: concordo com o senhor, o complexo econômico industrial da saúde, quando ele foi criado, eu também sonhei que era uma política de Estado, e tem que voltar a ser uma política de Estado.

Parabéns, eu vou é lhe dar um abraço e sair correndo para pegar uns bandidos ali (*Risos.*), porque aquele dinheiro tem que vir é para vocês, pesquisadores. Que Deus abençoe vocês! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço à Senadora Damares Alves pela participação, sabendo de sua agenda hoje aqui.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Norberto Prestes, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi).

O SR. NORBERTO PRESTES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos os participantes desta Comissão, queria saudar o Senador Eduardo Gomes, a Senadora Mara Gabrilli, a Senadora Damares, que acabou de sair, o Sr. Ogari Pacheco também, que está aí presente, grande figura do setor, e os meus colegas de trabalho aqui representando as outras associações.

Eu queria aproveitar a oportunidade hoje para mostrar um pouquinho do que... Eu sei que alguns de vocês aqui já estão acostumados com a minha fala, com o meu discurso, mas eu acho importante, especialmente numa sessão como esta.

A Abiquifi é a Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos e nós atuamos no Brasil há quase 42 anos. Eu estou apresentando aqui porque a maioria que está presente conhece, mas, como o Senador mencionou, esta sessão está sendo transmitida, e eu acho importante ressaltar qual é o nosso papel aqui no Brasil. Hoje nós estamos com 67 associados, a maioria se concentra na Região Sudeste.

E eu queria trazer aqui alguns pontos. Hoje a sessão foi aberta com um discurso falando sobre soberania, e a soberania vem da inovação e da industrialização de um país. Eu queria mostrar esses números, para os senhores e para as senhoras, da importância de nós retomarmos esse tema na indústria farmacêutica.

Eu acho que durante a pandemia todo mundo ouviu falar sobre insumos farmacêuticos, sobre a importância deles, por conta das vacinas, e que nós não produzíamos isso, que nós dependíamos da importação – e continuamos dependendo. Para os senhores terem uma ideia, aqui são alguns números para mostrar o tamanho da indústria de IFAs em outros países e o tamanho da indústria aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na China, nós temos 850, mais ou menos, empresas; Índia, 600; União Europeia, quase 400; Estados Unidos, 107; e o Brasil tem 13; a Argentina tem 16; e o México tem 5. Isso mostra o tamanho da nossa vulnerabilidade nesse processo.

Mas eu queria destacar que esse mercado de insumos farmacêuticos está crescendo. É um mercado de 220... foi de US$200 bilhões, em 2021, tende a crescer 60% até 2028, só que ainda a América Latina representa 7% desse mercado mundial e nós temos apenas 1,2% da indústria farmoquímica do mundo, de insumos farmacêuticos.

Àqueles que não sabem, o insumo farmacêutico é o principal ingrediente do medicamento, não adianta a gente falar muito do medicamento final se nós não falarmos da base dele. É disso que a Professora acabou de falar, ela acabou de criar um insumo farmacêutico, acabou de criar a base de um medicamento inovador, radical, que tira uma situação, como mostrou aqui o Bruno, de inabilidade, porque seria complicadíssima a vida dele daqui para a frente, por uma vida completamente autônoma. Então isso é quase um milagre da ciência, que a gente precisa incentivar.

Então, nós produzimos hoje 5% dos 2 mil IFAs consumidos pela indústria brasileira de fabricantes de medicamento. Isso precisa mudar.

A Abiquifi, em 2022, lançou um desafio de criar uma frente de inovação radical. Esse tema tem total adesão ao que está sendo debatido aqui nessa mesa. Eu não sei se todos estão familiarizados, mas, para o desenvolvimento de uma droga, a gente passa por nove etapas, que eles chamam de TRLs. E essa etapa de *drug discovery*... – o Thiago, do Ministério, falou; a Julieta, da Finep, também falou para vocês; o Igor Bueno também, do Ministério da Saúde, mencionou; o Mussolini acabou de falar sobre testes clínicos – então, tudo isso faz parte de uma cadeia.

A gente fala de inovação radical, desenvolvimento de novas moléculas radicais... a Professora falou brilhantemente – Professora, parabéns pela sua fala, pela ousadia! A gente vem falando isso dentro do ecossistema, que a demanda tem que ser de cima para baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa associar... O Mussolini falou várias vezes sobre a criação de uma política pública, e ela tem que ser permanente. Esse trabalho aqui vai durar anos, décadas. Ele não acontece da noite para o dia. Só que a gente não pode ser interrompido. A gente – como o Mussolini também mencionou – precisa de segurança jurídica. A gente precisa falar de processos que vão perpetuar, pelo menos, por dez anos, senão a gente não vai ter resultado. E nós vamos viver de uma frustração.

Eu acho que o fato que aconteceu agora, com o Laboratório Cristália – que a Professora descobriu, numa universidade federal –, são coisas que contam para mostrar para a sociedade que a gente é capaz de produzir isso.

Como a Senadora Damares falou, a Anvisa não dá arrepio, ela é superimportante para este debate de inovação. Ela faz parte, é uma agência reguladora. Sem ela, esse setor farmacêutico não existe. A Anvisa precisa existir. E eu gostaria de ressaltar alguns trabalhos dentro dessa frente de inovação, em que a Abiquifi vem trabalhando com todos os nossos parceiros... Os resultados, a Anvisa... eu acho que a gente precisa de mais ousadia lá.

Então, a gente precisa passar de ser uma agência regulatória para uma agência de inovação, aceitar desafios – como esse da Professora – e encarar o desenvolvimento. O Mussolini mencionou a pesquisa clínica, e ela é fundamental para que esse processo seja encaminhado e destravado aqui no Brasil. É ela que vai trazer novas pesquisas para o país e vai treinar, de uma maneira de altíssimo nível, os nossos profissionais aqui dentro dos hospitais e das universidades, para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Destacando alguns resultados desse nosso trabalho, eu diria que, em 2024, por conta da nossa provocação de parceiros, a Anvisa lançou um edital de seleção de tecnologias disruptivas, e foram selecionadas três *startups*. Ela está analisando essas tecnologias durante o desenvolvimento, e isso é fundamental para o ecossistema.

Eu também quero destacar o fundo setorial que foi aprovado pelo BNDES, pela Finep, pelo Butantan e, agora, com um agente privado que vai coordenar R$250 milhões, que serão investidos em *deep techs*, em *startups* que estão desenvolvendo alguma inovação radical aqui no país para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a saúde, e está conectado com o Ceis, que é o Complexo Industrial da Saúde. Então, essas ações são importantíssimas.

Nós também estamos em um trabalho com a Embrapii para a melhoria da base, do desenvolvimento dos ICTs, das unidades Embrapii. São 11 unidades que têm uma estrutura para atender o setor farmacêutico, e a gente está trabalhando com eles no sentido de levar boas práticas, levar a Anvisa, o Inmetro para a certificação desses laboratórios, para que eles possam desenvolver e se aproximar mais da indústria, ter conexão com a indústria, como foi mencionado várias vezes aqui por todos os interlocutores, a gente transformar de fato o conhecimento da universidade em medicamento, em desenvolvimento de produto de fato para o mercado, para a saúde do país.

Eu queria destacar aqui uma ação que a Abiquifi vem fazendo, está falando muito de atração de investimento, a Senadora Damares agora falou que é importante colocar recursos para pesquisa no país, mas a gente tem uma frente com a Apex Brasil também de apoiar na exportação, e a exportação só acontece se o Brasil tiver industrialização e inovação, senão é muito difícil nós exportarmos, e isso está acontecendo no Brasil aos poucos, empresas farmacêuticas brasileiras estão ousando e conseguindo abrir mercados lá fora, e a gente também está atraindo investimentos. O programa Inovação Radical do Ministério da Saúde está acompanhando de perto, alguns programas para exploração da biodiversidade junto com o Cnpem, então algumas ações que vejo como muito positivas, que nós estamos fazendo com a ApexBrasil.

Inclusive a gente está também com parcerias com a Abifina, está aí o Andrey, numa frente de biodiversidade e fitoterápicos que podem trazer também novos medicamentos para o país; também estamos num trabalho intenso com o Sindusfarma, na elaboração de um projeto com o Sebrae Nacional para desenvolver *startups* aqui no país que estejam desenvolvendo novas tecnologias muito importantes para o país. E essas ações estão conectadas aí com o que o Gceis vem buscando, que é modernizar a infraestrutura; reduzir a vulnerabilidade, e é só através da inovação que nós vamos fazer isso; aumentar a produção local; impulsionar a pesquisa, nós estamos falando disso aí o tempo todo; apoiar iniciativas relacionadas à saúde global, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem trabalho junto com a Opas em relação a isso; e investimentos financeiros e estímulos, que é esse projeto nosso com a ApexBrasil. Isso aqui é só uma amostra do que nós estamos fazendo.

Quero parabenizar esta Comissão por trazer esse tema, e tomara que esse tema permaneça em alta, em pauta, dentro da Casa, porque é fundamental para trazer soberania para o país e tirar o Brasil dessa situação de vulnerabilidade. Nós precisamos estar no mapa global da inovação nesse setor farmacêutico, capacidade científica nós temos, agora precisamos levar o mercado e aproximar a ciência da indústria das farmacêuticas.

É isso, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Queria agradecer e passar a palavra ao Dr. Andrey Vilas Boas Freitas, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina).

O SR. ANDREY VILAS BOAS FREITAS (Para expor.) – Obrigado, Senador. Meu agradecimento pelo convite à Abifina para estar nesta sessão, à Senadora Mara Gabrilli também, que foi a responsável pelo requerimento que trouxe este debate.

Vou falar de três fatos e depois vou falar de três contribuições, de forma muito objetiva.

Primeiro fato. A cadeia de saúde, de uma ponta à outra, da ponta que começa na farmoquímica, até a ponta que vai a acesso pelo SUS ou pela saúde suplementar, tem um único objetivo, grande e muito importante: fornecer acesso da sociedade brasileira a produtos e serviços de qualidade. Se a gente se esquecer disso, todo o resto, todo o resto se perde. Então, de uma ponta à outra, a grande questão que se coloca é garantir que pessoas como o Bruno vão ter acesso a produtos e serviços que resolvem as suas questões de saúde, as suas demandas de saúde. Esse é o ponto principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo fato. Os setores farmoquímico e farmacêutico no Brasil estão entre os mais inovadores do país, a inovação faz parte do DNA desses setores, desde sempre. E, toda vez que você teve um conjunto de incentivos consistente, sustentável, claro, permanente, essa resposta foi muito positiva. O melhor exemplo que a gente tem disso é como o setor se transformou quando, lá nos anos 90, a gente aprovou a Lei dos Genéricos e regulamentou-a adequadamente. Mudou a forma como o Brasil se insere globalmente nas cadeias de fornecimento de medicamentos e fornecimento de IFAs.

Foi suficiente para transformar o país num grande polo desenvolvedor? Infelizmente, não. E por que não? E aí é o terceiro fato que eu queria falar com os senhores. Já foi mencionado pelo Mussolini, já foi mencionado por outros que falaram antes de mim: não existe investimento produtivo, em nenhum setor, não é só na cadeia de saúde – em nenhum setor –, se não houver sustentabilidade, previsibilidade, segurança jurídica. Se não houver uma política de Estado nesse sentido, se as políticas forem intermitentes, se a gente funcionar na base do liga e desliga, não vamos sair do lugar e, daqui a 20 anos, estaremos aqui discutindo os mesmos temas. Então, é preciso transformar uma série de iniciativas que estiveram em curso, que estão em curso atualmente em políticas de Estado.

Falei dos três fatos, vou falar das minhas contribuições agora.

Primeira contribuição. Há em curso, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, iniciativas legislativas que têm condições de transformar iniciativas que estão hoje em curso em políticas de Estado. A aprovação dessas iniciativas legislativas, em curso no Senado e em curso na Câmara, pode levar a uma transformação do contexto do pano de fundo muito próxima ao que foi a aprovação da Lei dos Genéricos nos anos 90. A gente tem condições de hoje criar uma base legal, uma base legislativa, uma base normativa necessária e bastante suficiente para que, a partir dela, se forme outro patamar normativo, outro patamar regulatório no Brasil e que a gente possa ter políticas de Estado de fato para o setor. A primeira contribuição é essa.

Segunda contribuição. A gente tem, com o setor farmoquímico farmacêutico, quando você tem políticas de incentivo adequadas, a geração de empregos de qualidade, de renda e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inovação tecnológica. Então, é necessário coordenar, de forma muito precisa e muito adequada, iniciativas do MCTI, do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e de diferentes órgãos de fomento, como o BNDES, Finep, Embrapii e CNPq, para que a gente possa ter um conjunto de incentivos econômicos adequados para fazer investimento, maturar a pesquisa clínica e sair do outro lado. Então, é possível, a partir da formação de uma base normativa adequada e de uma coordenação entre esses diferentes instrumentos de fomento, você criar um... A palavra da moda é "ecossistema", né? Eu não sou tão velho, mas eu sou bastante velho para quando "ecossistema" não era moda. Mas para criar um pano de fundo que vai dar possibilidades enormes para a gente poder avançar rapidamente para mudar de patamar, em termos de desenvolvimento na forma como a cadeia de saúde no Brasil funciona.

Terceira contribuição: o CNPq tem, hoje, uma série de iniciativas, uma série de projetos que podem suprir essa carência que a Profa. Tatiana destacou aqui, de forma muito brilhante – e parabéns, de verdade, pela forma como você expôs os pontos.

Eu acho muito importante trazer essas iniciativas para conhecimento da população em geral, e para conhecimento, inclusive, dos interessados. Há muito desconhecimento a respeito de possibilidades de aproximação entre a academia – hoje – e a indústria, o que faz com que a gente não consiga avançar na superação desses *gaps*. Eu acho que você tem que repensar, de verdade, como estimular o uso desses incentivos que existem e como criar outros necessários para que academia e indústria possam se aproximar, de uma maneira em que haja um fortalecimento mútuo. É muito importante isso também.

Quando a gente fala de aproximação, eu fico sempre com a impressão de que – na parte da academia – se entende que só quem vai se beneficiar é o setor produtivo, e isso é um grande equívoco. Na verdade, você pode criar uma simbiose muito eficiente no sentido de trazer ciência para perto da produção e trazer recursos para incentivar novas linhas de pesquisa clínica. Então, acho que a gente tem, de verdade, as condições todas colocadas na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o início deste ano, eu tenho usado uma figura para representar como é que eu tenho visto as condições que a gente tem: a gente está com um grande quebra-cabeça, e as peças estão todas jogadas na mesa. As peças já estão aqui, a gente não precisa criar nada novo. As peças estão colocadas. O nosso trabalho – e ele tem que ser um trabalho de curto, de médio e de longo prazo – é juntar essas peças, fazer com que a gente tenha, de verdade, uma nova realidade. É plenamente factível.

Com isso, eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Dr. Andrey.

Passo a palavra à Dra. Helaine Capucho, Diretora de Acesso ao Mercado da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa.

A SRA. HELAINE CAPUCHO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Na pessoa do Senador Eduardo Gomes, Presidente da mesa, cumprimento todos os colegas da mesa. Também parabenizo a Senadora Mara Gabrilli por trazer esse tema tão importante com esta audiência pública.

Nós, na Interfarma – que representamos 42 empresas de pesquisa de inovação radical –, valorizamos muito a ciência e o que a ciência pode trazer de benefício à população. Acho que o Andrey trouxe uma fala – e eu falei: "O senhor roubou minha fala!" –, porque de nada adianta, Senador, ter inovação se ela não chegar a quem interessa, que é a população. Então, todo o nosso trabalho é para trazer inovação que mude a vida das pessoas, que prolongue a nossa vida, que volte a fazer o mundo girar quando ele para por uma pandemia.

Então, a ciência, no nosso país, tem várias barreiras – nós estamos falando aqui, várias delas foram colocadas – e essa corrida de obstáculos precisa ter essas barreiras muito bem definidas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem elencadas, para que a gente possa priorizar ações que possam reduzir essas barreiras. E quando a gente fala disso – de que barreiras são essas –, Mussolini trouxe algumas delas e vou citar novamente, porque isso é muito importante, que é a segurança jurídica. Quando nós não temos uma agência regulatória forte, por exemplo, ou quando ela tem os seus processos com medidas infralegais sendo modificados para que a gente fragilize os processos de regulamentação, nós estamos fragilizando a população brasileira, nós estamos colocando em risco a população brasileira.

Todos vão lembrar de quando criamos, quando a Anvisa foi criada, quando o país criou a Anvisa: foi para justamente trazer mais segurança para a população, e é isso o que a Anvisa significa. Isso é um ponto muito importante.

Outro ponto é a previsibilidade. Quando a gente fala do Complexo Econômico Industrial da Saúde, nós falamos aqui de financiamento, Finep, falamos de parcerias de PDP, por exemplo, eu pergunto aos senhores: que sentido faz fazermos, então, uma PDP com uma empresa de inovação radical que traz uma vacina que é mais potente do que a que está sendo utilizada no SUS... Essa vacina foi feita em parceria com PDP, no país, mas ela não está disponível no SUS. Temos registro na Anvisa, temos PDP via Complexo Econômico Industrial da Saúde, temos financiamento do Estado brasileiro, mas nós estamos comprando, via fundo rotatório, uma que é menos valente do que essa.

Como a gente pode ter alguma segurança jurídica e estímulo de que a inovação venha para o nosso país? Nós precisamos discutir estas coisas: como priorizar, como os gestores em saúde estão priorizando e tomando a decisão. Então, quando a gente traz... E eu vou trazer para minha área aqui falando de acesso, tem todo... Eu acho que toda essa discussão a respeito das barreiras de trazer inovação para o país foi colocada, mas a gente precisa dizer agora das barreiras para que essa inovação chegue até o paciente, e a avaliação de tecnologias em saúde no Brasil tem sido utilizada como barreira de acesso também.

Nós não temos claramente quais são as doenças prioritárias, nós temos produtos incorporados que estão há mais de 11 anos sem chegar até o paciente. Como estimular que uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa de inovação radical traga a sua inovação para o país se eu tenho um "sim" publicado no *Diário Oficial*, mas eu nunca sei quando é que eu vou vender? Quando é que eu vou ter esse processo funcionando?

Essa previsibilidade precisa acontecer, esse acesso às inovações a quem interessa, que é a nossa população, precisa vir, de alguma forma, olhando para, de fato, uma política de Estado. Então, quando nós estamos falando tanto na saúde suplementar, quanto na saúde pública, a gente tem que reconhecer... A Senadora Damares tocou em Conitec como algo que dá arrepios e eu, como uma pessoa que me mudei para Brasília para criar a Conitec, tenho a dizer que nós evoluímos muito, muito como um país que utiliza as evidências científicas para tomada de decisão, mas a ATS é uma ferramenta, não é o processo em si.

Quando a gente amplia PIB no nosso país, nós temos que ampliar também o acesso a novas tecnologias, a investimento, ampliar esse limiar de custo-efetividade e fazer a inovação chegar. Então, é muito importante... Quando a gente olha para todo esse processo – eu tinha uma apresentação e pediram-me para andar –, é importante que a gente coloque que as empresas de inovação radical estão disponíveis o tempo inteiro a colaborar com o desenvolvimento do país.

A cada uma inovação que nós trazemos, 3,17 cópias são produzidas no país, com bilhões de reais investidos no país. Fora que, a cada novidade que é trazida para esse mercado, tem investimento em empregos. Então, não importa a origem de capital, importa o quanto de benefício cada uma dessas empresas está trazendo para a população brasileira e para a economia do país.

A saúde precisa deixar de ser vista só dentro do Ministério da Saúde. Quando a gente deixa de tratar uma doença para a qual já temos produtos com registro no país, o custo de não tratar, pouco se discute na ATS. Quanto é o custo de não tratar uma doença? Ou quanto custa isso para a Previdência Social? Ou quanto custa isso para a produção do Produto Interno Bruto brasileiro? Então, esse olhar...

Por isso é tão importante essa discussão nesta Casa, porque a gente precisa ampliar o olhar para a inovação neste país para mais do que uma discussão dentro de um processo de avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tecnologias em saúde. É um processo de desenvolvimento de país, porque, quando a saúde de um povo vai bem, nós temos uma economia boa. Quando a saúde da população não está legal, nós não conseguimos evoluir como país porque nós temos pessoas que vão acabar, por exemplo, na Previdência Social, famílias que não vão funcionar adequadamente porque estão envoltas, tentando conseguir acesso, de alguma forma, à saúde.

Então, é muito importante que a gente olhe para a saúde como solução – como inovação, desculpe. Porque o que a gente tem ouvido muito em vários congressos – nós, como indústria de inovação radical – é que o problema no país é a inovação. A gente está esperando por soluções para viver mais e viver melhor, por curas de doenças que antes a gente nunca imaginava – a gente viu exemplos, aqui, de pesquisas que podem mudar a vida das pessoas –, e a gente tem ouvido pesquisadores de avaliação de tecnologias falarem que o problema, no país, é a inovação. Não, não é. Muito pelo contrário, ela é parte da solução.

E estamos aqui à disposição, Senador, nos colocando, como Interfarma, a colaborar com toda essa discussão para que esse ecossistema e a saúde se tornem sustentáveis no país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Dra. Helaine Capucho.

Vou passar a palavra à Dra. Tatiana Sampaio e, em seguida, ao Senador Ogari e à Senadora Mara, para fazer o encerramento da sessão.

Fique à vontade.

A SRA. TATIANA SAMPAIO (Para expor.) – Eu pedi para falar de novo porque acho que, quando falei, foquei muito no que queria destacar porque acreditava que era uma visão um pouco diferente da que normalmente se fala. Mas, depois, pensando e vendo, dialogando, imaginando aqui com as outras falas, também me dei conta de que foquei demais numa coisa só e acho que é importante, também, a gente pontuar quais foram as dificuldades, de uma maneira mais genérica, e como foram superados os gargalos, nesse caminho, dessa inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, um dos gargalos importantes, acho que todo mundo sabe, é a questão do financiamento da universidade, que é sempre muito flutuante. A gente tem problemas de infraestrutura e, nos últimos anos, um subfinanciamento crônico. No caso da UFRJ, é dramático porque vem de um acúmulo muito grande de poucos recursos, então tem uma dificuldade aí. Depois, isso foi superado com o dia a dia, tentando e caminhando, né?

Tem uma questão do INPI, a questão das patentes. A gente pediu a patente da polilaminina em 2007, antes de publicar. O INPI demorou 18 anos para conceder essa patente. Então imagina: só foi possível investir na polilaminina porque o laboratório Cristália e o Dr. Pacheco tomaram a decisão de investir – e investir apesar de não ter patente –, porque qualquer outra empresa não investiria.

Então a gente... Eu antes tinha tido contato com uma empresa multinacional grande, que selecionou o projeto como o mais inovador no Brasil. Muitos anos atrás, em 2010, eles quiseram investir e não investiram por conta de falta de patente. A UFRJ chegou a pedir patente internacional, fazer o PCT e as fases nacionais, na Europa, nos Estados Unidos. Isso, a UFRJ parou de pagar por falta de recurso. Então, em 2017, a UFRJ não tinha mais como pagar. Enfim, foi tudo desestruturado, e aí, a gente perdeu essas patentes internacionais. E depois, mesmo no Brasil, assim...

E como é que esses gargalos foram superados? Então eu acho que, se a gente para pra pensar, no limite, como foi transposto o vale da morte? Então, como? Rufem os tambores. Porque eu conheci uma pessoa que trabalhava no laboratório Cristália e que disse, olha, a gente tem que apresentar isso lá, porque lá é o lugar onde esse projeto vai ser apoiado. É nessa empresa. Então ele organizou essa reunião, falou diretamente com o Dr. Pacheco, e ele me abriu as portas. Eu fui até lá, apresentei, e foi, assim, rapidamente eles tomaram a decisão de apoiar. E sem esse contato, não teria acontecido. Então foi essencial que eu pudesse fazer esse contato direto. Não houve nada, não houve um... Não pude me valer de nenhum caminho preestabelecido de transferência criado pelo ecossistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então foi um contato direto e uma sorte imensa ter encontrado uma empresa que investia efetivamente no desenvolvimento aqui no Brasil, com uma postura de vamos investir, vamos levar isso para a frente. E essa parceria, entre nós na universidade, eu pessoalmente, e o Cristália tem sido muito boa. Se eu tinha qualquer dúvida antes, se isso fluiria bem, perfeitamente, está tudo muito bem.

E eu acho que esse é um caminho, mas a minha preocupação aqui é de comentar que a gente... As soluções não podem ser individuais, não é? Se a gente está pensando... A polilaminina responde a uma... Como disse a Senadora Damares, o Brasil me ama. Mas é porque existe uma demanda dessa... No caso da lesão medular, isso é uma coisa que assusta todo mundo, não é? Então isso abre portas para a gente. Todo mundo tem medo então de sofrer uma lesão, perder os movimentos. Então acho que isso abre muitas portas.

Mas a gente não pode ficar só nisso, não é? Eu acho que a gente tem que aproveitar, eu, pelo menos, acho, aproveitar essa oportunidade para construir um caminho que permita a gente ter mais, não fique só no varejo. Então eu queria que essa experiência, é o que eu posso dizer aqui, ajudasse, de alguma forma, a contribuir para formular esse caminho de conexão entre a pesquisa científica e a inovação, para chegar até as pessoas, que é aonde se quer chegar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Eu passo a palavra ao Senador Ogari Pacheco, para fazer suas considerações.

O SR. OGARI PACHECO (Para expor.) – Obrigado.

Eu sou médico hoje, mas nasci um menino pobre, muito pobre – não miserável, mas pobre –, porque o meu pai ficou órfão de pai e mãe aos seis anos de idade. Ele trabalhou como serviçal um tempão. Adulto, entrou na força pública, conseguiu ingressar, se transformou em professor de Educação Física, e fez de tudo para dar condições para que eu e meus irmãos estudássemos.

Eu fiz, do ginásio à residência médica na USP, de graça. A sociedade permitiu que eu estudasse, me financiou. Hoje, eu procuro pagar o que eu devo para a sociedade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dificuldade de dizer isso, às vezes, porque podem me julgar cabotino e outras coisas mais, mas eu tenho procurado devolver para a sociedade um pouco, pelo menos, do muito que eu recebi.

Foi assim que eu acabei me envolvendo, depois de formado, com o hospital, que precisava produzir medicamentos. Nós fomos tentar aprender como é que se fazia e deu no que deu: estamos fabricando um pouco mais do que alguns poucos comprimidos. E eu diria o seguinte: quanto é que eu posso cobrar por um frasco de polilaminina? Não é esse o meu motivo; eu tenho que dar condições, mínimas que sejam, de retribuição ao que a sociedade fez por mim.

E, vejam bem, eu estou devendo muito ainda e estou trabalhando para pagar. Eu tenho 15 polilamininas diferentes em curso, hoje, no laboratório. Eu falo – e digo isso como um mantra, faz não sei quantos anos – que os laboratórios farmacêuticos têm que produzir seus insumos, os IFAs, porque o mais fácil, mais barato, mais rápido é importar, mas também é o mais fácil de perder. Se há uma crise, como aconteceu na pandemia... Nós respondemos por 80% das intubações feitas no Brasil, porque nós temos um conjunto de produtos que fazem parte do que é necessário para intubar um paciente, enquanto, evidentemente, os fornecedores do exterior seguravam os produtos, porque iam privilegiar as populações deles, é evidente. Mas isso é apenas um exemplo.

Com certeza – eu tenho certeza –, estou convicto de que se eu não pagar tudo eu vou conseguir pagar bastante da minha dívida, porque nós estamos desenvolvendo muita coisa, muita coisa mesmo. Era só esse recado que eu queria deixar aos senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agora, como deve ser, nós vamos passar a palavra à Senadora Mara Gabrilli para que ela encerre a sessão, e que esta sessão dê como fruto os desdobramentos legislativos necessários. Nós vamos ter a preocupação de passar a várias lideranças da Casa. Há uma possibilidade, inclusive, de que a gente consiga o volume necessário para promover uma sessão geral do Plenário, muito em cima daquilo que o Dr. Andrey falou sobre a questão da... Eu sou o Relator aqui na Casa da regulamentação da inteligência artificial, que é um desafio. Eu não sou cientista, como o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ogari, Tatiana Sampaio, Doutora, mas eu tive coragem de relatar a inteligência artificial, porque todo o meu susto tecnológico eu gastei no fax. Quando eu vi o fax, eu falei: "Nunca mais vai acontecer uma coisa como essa". (*Risos.*) E a gente já conseguiu aprovar aqui no Senado, agora está na Câmara, com o Deputado Aguinaldo Ribeiro, que está fazendo um brilhante trabalho, e a Deputada Luisa Canziani. Nós estamos aguardando o retorno.

Mas é importante que a gente use inteligência legislativa para mapear e tentar juntar os projetos todos de inovação da indústria farmacêutica brasileira e dessas iniciativas de tecnologia e inovação, a exemplo dos projetos que o Senador apresentou aqui no exercício do mandato. O Senador Ogari Pacheco apresentou dois importantes projetos de lei, e nós vamos pedir ao Presidente Hugo Motta que, a exemplo desta audiência aqui, saiba da urgência de aprovar melhores condições de financiamento, utilização e valorização da indústria farmacêutica do Brasil, que é importante como qualquer outra, mas que já recebem incentivos específicos – indústria automobilística, imobiliária, tantas outras. É simples, é só olhar para os lados e ver o que acontece com todos. São o PL 4.209, de 2019, e o PL 1.505, de 2022, dois projetos de lei importantes, e eu vou deixá-los à disposição de V. Exa.

Passo a palavra à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Olá, Senador Eduardo Gomes, é tão bom te ouvir. Eu queria lhe agradecer, mais uma vez, por essa oportunidade que tanto você, Senador Eduardo Gomes, quanto o Dr. Ogari Pacheco, seu suplente, nos trouxeram hoje.

Eu lembro o dia que você me apresentou o Dr. Ogari Pacheco e eu quero dizer para o senhor, Dr. Ogari, que o senhor é uma inspiração.

A fala do senhor foi muito bonita, porque, às vezes, a gente vê pessoas que têm tão pouco e acham que... se veem tendo muito. E tudo depende mesmo da forma de ver. E essa sua generosidade vem coroar o que a gente está passando aqui, porque a gente tem pesquisadores maravilhosos no Brasil. Eu ouso dizer até que a gente tem o potencial de ser líderes no Sul Global e no mundo, já que sempre tivemos pesquisadores e cientistas de ponta. E um belo exemplo é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Tatiana Sampaio, que está conosco aqui hoje, e o Bruno, uma pessoa que se beneficiou do trabalho que a Tatiana desenvolveu. Isso é muito transformador.

E todos os brasileiros com lesão medular, que assistiram à recuperação do Bruno, estão depositando grande esperança nessa pesquisa. Então, Tatiana, o Brasil a ama mesmo, a começar por mim, mas a gente ama também o Dr. Ogari, porque sem ele a gente não estaria tendo essa discussão. Imagina que a estimativa aponta para mais de 10 mil novos casos de lesão medular no Brasil, a cada ano, e a maioria é jovem. Muitos ficam fora, deixam de ser contribuintes, saem do mercado de trabalho.

Nossa, a gente pode imaginar o contingente de pessoas que podem se levantar? Entendam "levantar" da forma que quiserem, porque se levantar não é só se levantar da cadeira e sair andando. A gente se levanta de várias formas, não é? A gente se levanta, inclusive, melhorando um pouco.

Então, eu queria deixar aqui registrado o meu respeito, o meu amor e a minha esperança, como uma pessoa tetraplégica que tem uma lesão medular fruto de um acidente de carro. Desde a matéria que saiu no Fantástico, desde que eu comecei a conversar com o Dr. Ogari e a ter conhecimento dessa pesquisa, abriu uma luz de esperança. Eu sempre fui esperançosa, do verbo esperançar, mas eu confesso que essa me deu uma luz muito grande, uma alegria muito grande e uma certeza muito grande. O melhor é que, com esta audiência, Senadora Eduardo, a gente pôde contar com diversas organizações que também têm esse objetivo de superar barreiras que seguram o nosso desenvolvimento.

Então, a gente está vivendo um tempo diferente, que pede esse alinhamento entre pensamento, palavra e ação, e estamos todos empenhados nisso. Eu quero, junto com a Senadora Damares, com o Senador Eduardo, com o Senador Ogari, e com os outros Senadores todos que estão aí... Nós vamos assistir a algo de muito bonito acontecer no Brasil, que vai ser essa pesquisa da polilaminina, que vai trazer resultados maravilhosos.

Eu tenho certeza de que o Laboratório Cristália tendo entregue toda a documentação que a Anvisa pediu... Agora está na mão da Anvisa. Isso aconteceu agora, então a Anvisa tem o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dela para rever. Quando a matéria ia para o Fantástico, no domingo, eu me antecipei, já procurei o nosso Presidente Leandro Safatle para que ele assistisse ao Fantástico. Já conversamos sobre isso e ele tem consciência da revolução que a gente está para viver.

Então, eu quero agradecer, quero demonstrar a minha gratidão por tudo o que está acontecendo, por você, Senador Eduardo, por você, Senador Ogari, por você, Tatiana, por todos vocês que estão aí. Quero deixar um beijo muito grande. Nós vamos comemorar, logo, logo, a alegria que virá tanto da postura do Dr. Pacheco quanto da postura da Dra. Tatiana.

Muito obrigada. Gratidão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli, pela sua fala. Cumprimento também o Deputado Paulo Henrique Lustosa, que é meu querido amigo e que presidiu a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Sei que ele deve ter gostado muito da apresentação aqui desta audiência pública.

Agradeço a todos que acompanharam pela TV Senado, pela TV Câmara e, assim, encerro esta audiência pública, que é a primeira de muitas aqui no Congresso e que não serão tão demoradas, para que a gente tenha logo tudo isso aí aprovado. Um abraço.

(*Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Plínio Valério, Alan Rick, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Rogerio Marinho, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Dr. Hiran, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 80/2025 - CAS, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Homenagear o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE), comemorado no mês de outubro. **Participantes:** Ilda Angelica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias – CONACS; Agnes Soares da Silva, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; e Angela Fernandes Leal da Silva, Diretora do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde. **Encaminhamentos:** Durante a reunião, o Senador Wellington Fagundes solicita que seu pronunciamento conste dos anais da Comissão e, portanto, o pronunciamento encontra-se à disposição na secretaria da Comissão. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 80/2025, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a homenagear o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, comemorado no mês de outubro.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, como a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Os convidados.

Eu convido, para fazer parte da mesa, a Dra. Ilda Angelica Correia... (*Palmas.*)

... Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Conacs).

Convido também Angela Fernandes Leal da Silva, Diretora do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também Agnes Soares da Silva, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

A Frente Parlamentar Mista pela Defesa do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, ACS e ACE... (*Pausa.*)

Os convidados aqui são os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Professora Dorinha e Vanderlan Cardoso. (*Pausa.*)

Os Deputados, como são muitos, vão me perdoar. Eu não queria passar uma meia hora aqui citando os Deputados.

Eu vou fazer um pequeno pronunciamento aqui, inicialmente, e vou fazer por escrito. Não é do costume, mas eu quero que fique consignado aqui o que eu penso realmente sobre os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias.

Queridos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, é com enorme alegria e sincero reconhecimento que realizamos, nesta tarde, esta audiência pública em homenagem a vocês, profissionais que estão na base do Sistema Único de Saúde, que conhecem cada rua, cada casa, cada família e que fazem da sua presença diária um verdadeiro elo entre o Estado e a comunidade.

O mês de outubro é o momento de celebrar o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, instituído pela Lei nº 11.558, de 2007, e nada mais justo do que fazê-lo aqui, nesta Comissão de Assuntos Sociais, que tem a saúde pública como um dos seus pilares.

Hoje o Brasil conta com cerca de 264 mil agentes comunitários de saúde e 59 mil agentes de combate às endemias, segundo o Ministério da Saúde. Juntos, vocês estão presentes em praticamente todos os municípios do Brasil, cobrindo mais de 130 milhões de brasileiros. Esses números impressionam, mas o que mais impressiona é o impacto humano e social do trabalho de vocês. São visitas que salvam vidas, orientações que previnem doenças, ações que acolhem famílias e constroem laços de confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os agentes comunitários foram e continuam sendo protagonistas silenciosos em momentos decisivos da nossa história recente. Durante a pandemia de covid-19, foram vocês que bateram de porta em porta quando muitos precisavam de informação, acompanhamento e esperança, foram vocês que ajudaram a manter o vínculo do SUS com quem mais precisava, muitos de vocês arriscando a própria saúde.

Mas o trabalho de vocês vai muito além da emergência. É um trabalho permanente, preventivo e educativo, que contribui diretamente para a redução da mortalidade infantil, para o combate de doenças como dengue, zika, chicungunha e hanseníase e para o acompanhamento de gestantes, idosos e pessoas com doenças crônicas.

Estudos mostram que a cada R$1 investido em atenção primária economizam-se até R$4 em internações hospitalares. E parte essencial dessa economia se deve à atuação incansável dos ACS e dos ACE. Por isso é preciso que o reconhecimento venha acompanhado de valorização concreta em condições de trabalho, capacidade, remuneração e estrutura.

O Congresso Nacional tem sido parceiro nessa agenda. Aqui, no Senado, avançamos em projetos que garantem o Piso Salarial Nacional, o adicional de insalubridade e a integração plena desses profissionais às equipes de saúde da família. E seguimos atentos a novos desafios: ampliar a formação técnica, assegurar o fornecimento de equipamentos adequados e fortalecer o papel desses agentes na vigilância, em saúde e na promoção da qualidade de vida.

Meus amigos, vocês representam o SUS que dá certo, o SUS que chega à casa das pessoas, que escuta, que orienta, que acolhe. Vocês são a voz e o rosto humano da saúde pública brasileira. Cada visita feita, cada família acompanhada, cada ação educativa realizada é um gesto de cidadania e amor ao próximo.

Por tudo isso, esta homenagem não é apenas um ato simbólico, é um gesto de gratidão do Parlamento brasileiro a quem transforma o cuidado em compromisso e o compromisso em esperança.

Em nome do Senado Federal e desta Comissão de Assuntos Sociais, trago aqui um muito obrigado por tudo o que vocês fazem pelo Brasil. Que esta homenagem se traduza em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento permanente, em melhores condições de trabalho e em políticas públicas que ampliem o alcance e a dignidade da atuação de cada agente.

Parabéns, agentes comunitários de saúde. Parabéns, agentes de combate às endemias.

O Brasil é mais saudável, mais justo e mais humano, graças a vocês. (*Palmas.*)

Sendo assim, vamos dar continuidade.

Então, vou passar a palavra aqui na ordem que está aqui. A primeira que vai falar é a nossa grande Ilda. Não vou nem precisar de uma salva de palmas, porque eu já sei que vocês vão... (*Palmas.*)

A SRA. ILDA ANGELICA CORREIA (Para expor.) – Pessoal, boa tarde.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ILDA ANGELICA CORREIA – Não, esse boa tarde não é de agente de saúde nem de agente de endemias, ainda mais numa tarde de festa, né? Vamos suscitar em nós aquele boa tarde de agente de saúde, de agente de endemias, desse profissional que sai, todos os dias, de casa, muitas vezes cheio de problemas pessoais, problemas familiares, mas deixa tudo, coloca um sorriso lindo no rosto e sai para o território de atuação, para recepcionar, acolher as famílias do nosso território.

Boa tarde!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ILDA ANGELICA CORREIA – Obrigada!

Quero saudar aqui a mesa, uma mesa tão seleta, na pessoa do nosso Senador Marcelo Castro, requerente desta sessão solene, esse Senador cuja história se confunde com a nossa. Foi nosso Ministro e, quando Ministro, ali sempre nos atendendo, nos acolhendo, encaminhando as nossas pautas, enfim, é um Senador que vem conosco já desde muito tempo, da Câmara, aqui no Senado, fazendo a defesa dos nossos avanços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar também aqui, ao lado dele, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, esse Senador que também tem uma grande história com a nossa categoria. Enquanto Prefeito de Campina Grande, efetivou todos os seus agentes comunitários de saúde. (*Palmas.*)

Naquele momento em que a gente conquistava a Emenda Constitucional 51, foi um dos primeiros estados brasileiros e um dos primeiros municípios do Brasil a efetivar um quantitativo enorme de agentes comunitários de saúde e também de endemias. E é um prazer enorme estar aqui, ao lado desses dois grandes Senadores.

Quero saudar também aqui o Ministério da Saúde, na pessoa de Dra. Agnes, ela que tem tido também aí um trabalho espetacular ali na Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Tem uma parceria forte com a confederação nacional, tem participado conosco de diversos encontros regionais e estaduais, sempre debatendo as pautas da vigilância e colocando em evidência o trabalho importante dos agentes de combate às endemias e também dos agentes comunitários de saúde. Hoje a gente debate, Senadores, dentro da SVSA, da Saps, do ministério como um todo, ministério que hoje é capitaneado pelo Ministro Padilha, que também é um grande entusiasta das nossas pautas, a integração desses dois profissionais para levar um trabalho de melhor qualidade ao povo brasileiro.

E, hoje, a gente se sente honrado. A Conacs está feliz de estar aqui nessa mesa, com os nossos companheiros, apesar de a gente estar um pouquinho triste, porque lá fora tem mais de 800 ali numa fila, querendo estar aqui conosco, partilhando dessa festa, mas estão ali, porque nós estamos em mobilização no Congresso Nacional. Essa atividade aqui faz parte da nossa mobilização. O Senador Marcelo Castro convocou este momento para que a gente pudesse celebrar, pelo reconhecimento do nosso trabalho, mas faz parte também da nossa mobilização.

Eu não sei se o vídeo institucional vai passar agora, ou se a gente deixa para depois da fala... Não sei como... Vai passar agora? (*Pausa.*)

Eu queria passar agora um vídeo para a gente se ver aí, enquanto agentes de saúde, nesses mais de 33 anos de atuação no Brasil. E aí a gente trouxe aí aos agentes de saúde algumas recordações que vale a pena a gente ver, porque é sempre bom a gente recordar. E aí a gente queria colocar agora se fosse possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso lema aqui, Senadores, é: a luta não pode parar. E, de fato, ela não para. Nós temos mais de 33 anos de atuação. O programa começou no Estado do Ceará, era um programa de Governo do estado, e a gente sabe que, quando os programas, as políticas públicas de saúde dão certo, mas é de um determinado governo, às vezes não se sustentam no governo seguinte, o governo não se reelege, não consegue se manter, e o governo que assume o programa muitas vezes é muito bom, dá resultados, mas não se segura porque ele é de Governo, iniciou no Governo do Estado Ceará, eu fui uma das primeiras agentes comunitárias de saúde. A gente começou num momento muito crítico no Estado do Ceará, na Região Nordeste, onde a realidade do nosso povo eram crianças morrendo por diarreia, por fome, por desnutrição, e a gente foi convocado por aquele governo, naquele momento, para exatamente acudir as vítimas dessas calamidades que aconteciam muito na Região Nordeste.

Hoje, graças a Deus, a gente já avançou bastante. E ali a gente pôde, na nossa atuação, diminuir de forma muito, muito forte a mortalidade infantil, que era uma mácula muito grande no nosso estado e no Brasil, na Região Nordeste principalmente. A gente nasceu ali, e nós conseguimos, Senadores, a partir dessa organização e dessa mobilização e dessa luta que não para, a gente conseguiu sair dessa condição de programa de governo, passamos a ser programa de Governo nacional, porque aí o Ministério da Saúde assumiu o programa, expandiu para todo o Brasil, e a gente conseguiu, com essa organização e com essa mobilização, entrar na Constituição brasileira em 2006 e sermos reconhecidos como profissionais de saúde, com exclusividade para o Sistema Único de Saúde (SUS).

E aí a gente se sente honrado, se sente feliz, porque essa luta foi, está sendo e continuará sendo orquestrada pela Confederação Nacional (Conacs). Estou nessa condição de Presidente dessa confederação, mas, antes de mim, passaram vários nomes que fizeram a nossa história. E a nossa história é uma história linda, é uma história de luta, é uma história de parceria, é uma história de respeito ao longo desses anos.

Nós estamos aqui dentro do Congresso Nacional, sendo acolhidos por vocês, Senadores, pela Casa vizinha dos Deputados. Nós fizemos sempre grandes mobilizações, estamos aqui com esse quantitativo; lá fora tem mais de 800 agentes de saúde em todo o Brasil, em uma mobilização, mas nunca nós quebramos uma maçaneta dentro deste Senado ou dentro da Câmara Federal – sempre na parceria, sempre no respeito... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... e é por isso que a gente tem avançado tanto.

Hoje nós estamos celebrando, mas nós estamos também reivindicando ao Senado Federal que coloque em pauta um PLP que foi aprovado aqui, nesta Comissão... (*Palmas.*)

... nesta Comissão que debateu, um PLP que é da autoria deste grande Senador Veneziano Vital do Rêgo, que vai trazer dignidade ainda mais para a nossa categoria, uma categoria que, com mais de 33 anos de atuação já se sente cansada, e esse time precisa ser renovado, para que o Brasil não tenha nenhuma perda no quesito de assistência do nosso povo.

E aqui hoje a gente celebra, mas a gente também reivindica que este Senado conclua o trabalho que começou, que o Senador Presidente Davi Alcolumbre coloque na pauta de votação, porque está pronto para ser votado o PLP 185, para que a gente possa dar continuidade à nossa luta lá na Câmara Federal e, definitivamente, a gente possa ter uma aposentadoria digna, porque são 34 anos de dedicação exclusiva ao povo brasileiro.

Senadores, um agente comunitário de saúde, um agente de combate às endemias, diferentemente de todos os demais profissionais que compõem a Estratégia Saúde da Família, é um profissional que tem dedicação exclusiva – 24 horas –, para o seu território, para as famílias que moram, que vivem no território, principalmente acolhendo, assistindo, ouvindo, apoiando, encaminhando as famílias mais vulneráveis do nosso país. No local mais longínquo, em que muitas vezes o poder público não chega, a que polícia não vai, tem um agente de saúde, tem um agente de combate às endemias. (*Palmas.*) Não existe atenção primária à saúde, não existe atenção básica à saúde neste país sem a presença do profissional agente comunitário de saúde, agente de combate às endemias.

E nós estamos aqui hoje muito felizes, honrados, Senador Marcelo, pelo fato de o senhor ter tido essa iniciativa de celebrar esse dia junto conosco, mas estamos também solicitando dos senhores que complementem o que iniciaram: coloquem para votar o PLP 185, para que a gente possa ter um descanso e um renovo no grupo de agentes comunitários de saúde, que são mais de 400 mil neste país.

Desculpem-me a emoção, mas são 34 anos de trabalho. É sol; é chuva; é cachorro correndo atrás; é insegurança nas ruas – porque o Brasil está inseguro, e o agente está lá na ponta –; é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

covid; é a mortalidade infantil, que reduzimos; é a vacinação sobre a qual estamos vigilantes para que no Brasil ela não caia mais do que caiu recentemente... Já fomos o país que mais vacinou. Hoje é um país cuja meta de vacinação está caindo, porque a gente precisa de fato valorizar e dar dignidade aos agentes de saúde de todo o Brasil.

Muito obrigada, Senador Marcelo, pela iniciativa. (*Palmas.*)

Muito obrigada, Senador Veneziano, porque o senhor colocou lá a sua digital nesse PLP, que vai trazer dignidade.

Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes, por ser o Relator da nossa matéria. (*Palmas.*)

Nós somos gratos. A celebração é para nós, mas os agradecimentos são para vocês, por serem esses grandes parceiros da nossa categoria em todo o Brasil. Obrigada a vocês.

E quero dizer a vocês, agentes de saúde e endemias: nós vamos avançar. Esta semana será a semana de vitória aos agentes de saúde e endemias. (*Palmas.*) Porque Deus está no comando e a união faz a... força!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ILDA ANGELICA CORREIA – Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o nosso grito de guerra.

Eu vou passar a palavra à Angela Fernandes Leal da Silva.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem. Permita-me um apartezinho só.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Com a sua generosidade e bondade, queria apenas manifestar aqui, com certeza, o apoio ao Projeto 185, de autoria do querido amigo Senador Veneziano, relatado tão bem pelo Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheço bem a matéria, o assunto, até porque fui Prefeito, fui um dos pioneiros, Wellington, em mil novecentos e "tatareco", quando surgiram os agentes de endemias e agentes comunitários. E sei, aqui eu venho de público reconhecer, o valor que vocês têm. (*Palmas.*) É um valor que eu reconheço, porque eu tive a primazia de ser Prefeito, por três mandatos – 14 anos de Prefeito –, da minha querida cidade de Várzea Grande, e acompanhei bem de perto o trabalho de todos vocês, de forma que eu vim aqui dizer o seguinte, Senador Marcelo Castro, nosso Presidente: vamos nos empenhar nessa matéria. Tenho certeza de que V. Exa. também, como profissional da saúde, vai se interessar. Vamos solicitar, Senador Veneziano... Sei da amizade que V. Exa. nutre pelo Senador Davi Alcolumbre. Vamos pedir a ele que essa matéria seja votada em regime de urgência urgentíssima, no Plenário da Casa, se possível, ainda hoje ou na semana que vem. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tenham aqui, na figura do Senador Jayme Campos, a certeza absoluta de que vocês têm um grande aliado, porque eu sei o valor que vocês têm! E, com essa bancada aqui, com certeza – o Senador Marcelo, que é o nosso Líder maior, Presidente da Comissão, eu, que já tive a primazia também de ser Presidente desta Comissão aqui, sei do valor, capitaneado e liderado pelo Marcelo, pelo Veneziano, que é um grande amigo, pelo próprio Senador Wellington Fagundes e demais aqui, o Fernando e outros Senadores e Senadoras –, nós vamos colocar essa matéria, se não for de hoje para amanhã, ou se possível amanhã, nós vamos botar na semana que vem.

Um abraço, felicidades a todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra à Angela Fernandes Leal da Silva, Diretora do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde.

V. Sa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANGELA FERNANDES LEAL DA SILVA (Para expor.) – Olá! Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes, às autoridades, aos meus colegas profissionais de saúde, companheiros de trajetória no SUS e especialmente aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de endemia.

Hoje eu estou aqui muito emocionada e movida por um sentimento – por uma mistura de emoções – de agradecimento, de orgulho, porque venho do serviço, venho da ponta, sou enfermeira de família e comunidade, atuei por muito tempo no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e ainda me lembro, quando cheguei lá, recém-formada, assustada, tentando entender, e quem me acolheu, quem me apresentou o território, quem me ensinou e me mostrou o que era saúde da família foram os agentes comunitários de saúde. Então, é com muita emoção e com muita responsabilidade que eu estou aqui, hoje, representando a nossa Secretária de Atenção Primária à Saúde, Dra. Ana Luiza Caldas, que também tem uma estima elevadíssima por vocês, pelos agentes de endemia e os agentes comunitários de saúde. Ela também é uma médica de família e comunidade que atuou na ponta, atuou no serviço e sabe da luta diária de cada um de vocês.

Eu acho que não há lema mais adequado do que esse "a luta continua", porque é uma luta diária, mas também é um ato de cuidado diário. Não existe saúde da família, atenção primária à saúde sem agentes comunitários de saúde. Como Ilda bem disse, em todos os cantos do Brasil, os mais longínquos, seja nas periferias das grandes metrópoles, nos interiores, nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, em todos os lugares deste país, a gente tem agentes comunitários de saúde, agentes de endemias presentes, e muitas das vezes é o único representante do Estado. É com muito orgulho que digo que as UBS, as unidades de atenção primária à saúde são o único serviço do Estado presente em todos os municípios do Brasil. E, se tem atenção primária, temos agentes comunitários de saúde atuantes.

Quero parabenizar e louvar as autoridades, os Senadores que tiveram a iniciativa de fazerem esta audiência pública, mesmo reconhecendo que não é só de homenagem que vocês precisam. A homenagem é importante porque vocês precisam de valorização e a homenagem compõe esse escopo de valorização que vai pelo reconhecimento do processo de trabalho, por jornadas e condições de trabalho adequadas e justas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SUS acontece no território, não é dentro dos nossos gabinetes, das nossas salas ou desses prédios, é nos territórios, em cada vínculo, em cada conversa, em cada orientação, em cada desconstrução, em cada desafio que vocês enfrentam rotineiramente para levar saúde à casa das pessoas, onde elas vivem, em portas que se abrem, em portas que não se abrem com tanta facilidade e em outras em que, não importa o quanto a gente bata, elas não se abrem, mas vocês estão lá presentes, dia após dia, no sol, na chuva, com o cachorro, com o cavalo, com o que tiver que ser para conseguir chegar nos territórios e nas pessoas. Então, vocês são SUS, vocês levam saúde ao povo brasileiro.

Eu quero aproveitar este momento mais para agradecer por cada ação, por cada atitude, pelo compromisso que vocês têm com o SUS e com o povo brasileiro para levar saúde a cada canto deste país.

Obrigada, obrigada pelo momento de fala, mas obrigada pelo serviço que vocês prestam ao povo brasileiro todos os dias, com responsabilidade, com afeto e com compromisso. Parabéns a cada um de vocês e a todos os agentes comunitários e agentes de endemias que nos ouvem aqui ou virtualmente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo à Dra. Angela, vou passar a palavra aqui à Dra. Agnes Soares da Silva, Diretora do Departamento de Vigilância e Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. AGNES SOARES DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. AGNES SOARES DA SILVA – Senador Marcelo Castro, muito obrigada por me chamar e organizar esta sessão. Na pessoa do Senador, eu cumprimento todos os outros Senadores e demais autoridades presentes. Também gostaria de aqui, em público, cumprimentar a nossa querida amiga Ilda. Acho que só quem não conviveu de perto com a Ilda não conhece esse entusiasmo, essa energia que não tem fim, com uma combatividade que ai de quem ficar no caminho e não entrar de companheirismo. Então, eu ouso chamar de amiga, companheira. Nesse processo todo de trabalho que eu tive a felicidade de compartilhar nesses últimos quase dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos de trabalho, eu posso dizer que não só conheço a luta, conheço a disponibilidade de trabalho que tanto os ACSs quanto os ACEs têm não só por conta dessa luta. Acho que, pelos meus cabelos brancos, eu posso dizer que tenho uma boa parte dessa história de SUS nas veias também.

Como muitos aqui, essa construção do SUS no Brasil só foi possível numa construção coletiva. Então, o SUS é fruto da democracia, o SUS é fruto do trabalho coletivo, não é da ideia genial de uma pessoa, de um grupo. Acho que esse orgulho todos temos e o vejo no discurso da Ilda, como o vejo no dia a dia do trabalho, convivendo com profissionais que estão no território.

A gente sempre fala que a atenção primária à saúde, o programa Saúde da Família são realmente as raízes do SUS. Não existe SUS, não existe vida no SUS se isso não funcionar direito. Então, essa possibilidade de enraizamento também só é possível, porque existe gente que conhece cada centímetro do território. A gente sempre diz que quem conhece os problemas também são os que mais buscam as soluções, e é por conta disso que a gente trabalhou muito nesse Governo para conseguir essa integração no território desse trabalho de ACSs e ACEs. É por isso que a gente tem a Diretriz Nacional para Atuação Integrada dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde no Território, que é um reconhecimento do valor e reconhecimento do trabalho.

Eu queria dizer que a Secretária Mariângela me pediu para vir aqui e trazer também um abraço fraterno e cumprimentos a todos e todas. Ela não pôde vir pessoalmente porque tinha um compromisso já agendado, mas é um reconhecimento geral, e nós consideramos que não existe – nós somos da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente – vigilância se não tiver esse trabalho de quem conhece os territórios, de onde vem a informação e de onde vem todo o trabalho de consolidação dessa transformação do que a gente chama de ciência da saúde com o trabalho efetivo de implementação, na prática, desse cuidado e dessa vigilância no território. Então, é por isso que a gente até fala que os agentes de combate às endemias são, na verdade, os melhores agentes de vigilância em saúde e ambiente que nós temos, porque é onde tudo acontece.

E é com esse sentimento de alegria de poder compartilhar essa construção do SUS, que é o coletivo... A Ilda falou dos 33, 34 anos e nasce junto com o SUS, que tem 35 anos. E os ACEs têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma história nas origens mais antigas – até de 42 já existia esse trabalho muito baseado também nessa visão de saúde pública –, mas a consolidação desse trabalho relacionado e diretamente vinculado aos objetivos globais da saúde pública é com o SUS. Então, dois profissionais que só existem no SUS, que valorizam o SUS e que são a garantia desse enraizamento do SUS.

O que eu queria dizer é que esta ideia de que o SUS tem nomes, sobrenomes... A gente diz que essa face do SUS é por causa dessa multiplicidade de profissionais dedicados, mas são também esses profissionais extremamente dedicados na ponta que fazem essa última ligação, nesse elo que é essencial para garantir o apoio do serviço e a entrega dos serviços.

Vocês não só batem nas portas e correm de cachorro, como muita gente falou aqui, vocês abrem caminhos. Portanto, não só controlam vetores, mas transformam os territórios em territórios saudáveis; não apenas salvam vidas, mas fazem do Brasil um lugar melhor todos os dias, em cada pedacinho, em cada trabalho, em cada hora do dia.

Então, não é só essa questão de vocês fazerem essa última ponte; é essa diferença na promoção, na prevenção, na proteção em cuidado em saúde, que é feita, muitas vezes, a pé, amassando barro, que também pode ser em barcos, em bicicletas – como muita gente que eu conheço o faz –, carregando coisas nas costas. É esse trabalho que faz a diferença. Por isso, reconhecendo essa importância estratégica e transformadora da atuação de vocês, eu posso dizer, com segurança, que os ACEs e os ACS é que fazem o SUS ser tão forte, que é deles que vêm toda a força e todo o apoio que existe para a construção desse sistema, que é enorme, que é gigante, que é o maior do mundo, que é nosso, que é público, que é universal e que busca a equidade e a integralidade.

Nós nos espelhamos em modelos de fora do Brasil, mas hoje o mundo lá fora olha tudo o que a gente faz aqui e quer copiar os nossos modelos. Um dos modelos que eles querem copiar é exatamente essa ação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. É interesse de todos entender o significado, e eles entendem essa diferença, o que isso faz no sistema, na garantia da continuidade do sistema e na segurança de garantir acesso a serviços essenciais.

Por isso, quero agradecer sinceramente, em nome de todos os profissionais de saúde, de todos que lutam pela saúde no Brasil. Mesmo sendo o maior serviço de saúde pública do mundo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SUS é lindo, mas ele não é lindo sozinho, como estrutura. Ele é lindo, porque existem pessoas, profissionais à altura do que vocês são.

Então, sigamos juntos, com coragem e dignidade, porque o compromisso de quem sabe cuidar de vidas é a melhor missão que alguém pode ter. O SUS é forte, porque estamos todos juntos, todos são profissionais de saúde. E, principalmente, quem é profissional só do SUS tinha que ter muito orgulho, como vocês têm.

Parabéns e continuamos na luta e no trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço à Dra. Agnes.

Vou passar a palavra, agora, a nada mais nada menos do que o autor do projeto de lei que cria a aposentadoria especial para os ACS e os ACEs, o grande Senador paraibano Veneziano Vital do Rêgo. (*Palmas.*)

V. Exa. tem a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discursar.) – Meus amigos, minhas amigas, eu fico muito honrado, sinceramente, de, ao longo desses últimos 15 anos de vida pública, ter podido conhecer muitos colegas Sras. e Srs. Parlamentares. Uma das melhores e maiores referências foi exatamente a de ter podido gozar e a de estar podendo gozar de uma relação muito afetiva. Não são relações políticas, não são relações partidárias, porque ambos militamos no mesmo partido e constituímos uma amizade franca e forte que vem antes de mim mesmo.

Antes da minha chegada ao Governo, como Deputado Federal, Marcelo já tivera uma relação com o meu irmão, então Deputado Federal, da mesma forma, com essa fidalguia, essa maneira singela, simples, autêntica, transparente e muito competente – muito competente. Então, quero saudar o nosso Presidente, que faz parte deste instante.

Nós só haveremos de nos sentir plenamente realizados quando mais uma das lutas que estão encampadas como bandeiras de todos vocês puder vir definitivamente à aprovação no Plenário, que é exatamente a regulamentação da aposentadoria especial para a qual estamos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a concorrer na condição de sermos o autor e na condição de, com o meu estimado amigo e competente colaborador, que fez um exímio trabalho e, mais do que isso, teve a capacidade, junto às Presidências das duas Comissões, CAE e CAS, de poder, num período curto, vocês hão de convir, vê-la aprovada.

Eu faço menções e peço justos aplausos ao Senador Wellington Fagundes, que daqui a pouco vai falar. (*Palmas.*)

Quero saudar o meu irmão e amigo Senador Fernando Dueire, que vem prestigiar não apenas os seus conterrâneos pernambucanos, mas todos aqueles que estão aqui no Congresso Nacional, mais de oito centenas de profissionais. Quero cumprimentar o meu Deputado José Dias de Castro Neto, que também prestigia a comitiva piauiense, que aqui está (*Palmas.*) , filho do nosso Senador Marcelo Castro. Quero abraçar muito cordialmente a Dra. Angela e a Dra. Agnes, abraçar de forma efusiva, por esse testemunho de vida, de dedicação, de sacerdócio, que representa a categoria de forma tão incomum, pela sua galhardia, pela sua disposição, por não conhecer o que são sacrifícios, o que são árduas tarefas, o que são espinhosos caminhos a serem percorridos, e me refiro à comandante-geral de todos vocês, de todos nós, minha Presidenta Ilda Angelica, que é uma figura dulcíssima... (*Palmas.*) e tem todas as razões para que se emocione, porque, afinal de contas, é uma história, uma longa história de mais de três décadas.

Então, serei muito breve. Eu, inclusive, saio daqui para uma audiência com a Secretária Dra. Ana Luiza às 16h, mas não poderia, evidentemente, deixar de trazer, mais uma vez, uma palavra de reconhecimento que todos nós fazemos. Nós temos um sistema que é, de fato, identificado como grandioso, belo, efetivo, resolutivo, que precisa de melhores gestões, concebido de uma forma positiva, mas, acima de tudo, realizado, como a Dra. Agnes disse, no dia a dia, por tantos milhares e milhares de profissionais que fazem o Sistema Único de Saúde. Isso faz com que nós levemos aos quatro cantos, rincões mais inacessíveis, aquilo que é impensável e inimaginável. E vocês fazem parte – por que não dizer? –, vocês são molas mestras e propulsoras do Sistema Único de Saúde, com dedicação, com exímio compartilhamento de tarefas, com exposições das suas vidas pessoais. As suas incolumidades estão sempre às provas, e não são apenas as mordidas, mas as picadas de cobra – tudo que você puder imaginar, Marcelo, é possível na vida e na experiência que cada um pode trazer dos nossos rincões, paraibanos e piauienses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente sabe as dificuldades que o Nordeste tem, possui, pelas suas intempéries, pelas suas próprias constituições, mas principalmente na Região Norte, que ainda mais de forma gravosa termina tornando o acesso de vocês, o trabalho de vocês mais inóspito, mais difícil, mas vocês se encontram lá.

Eu creio, eu confio. E por que confio, meu Senador Fernando Dueire, meu Deputado Castro Neto, meu irmão e magnânimo benfeitor das categorias, Senador Wellington Fagundes? Porque essas categorias tiveram duas grandes vitórias aqui no Congresso mais recentemente. Lutaram durante 11 anos para que estabelecida fosse, ou estabelecidos fossem os dois salários mínimos como base, salário-base, que foi uma luta, árdua luta, quase que impensável que pudesse ser alcançada, e foi alcançada.

Em seguida, nós tivemos também, em razão desse congraçamento, dessa união que faz a força, que faz valer a luta todos os dias, o que vocês conseguiram... Eu fui inclusive Relator dessa matéria, que diz respeito a integrá-la na condição de profissões vinculadas à saúde, o que permite que vocês possam ter, se possível for, o segundo vínculo que não podiam antes, porque não eram reconhecidos como atividades formalmente de saúde.

E agora chega essa terceira caminhada, essa terceira jornada que é a de convencer o Parlamento, que tem essa sensibilidade, de convencer o Governo. E eu não posso desconhecer que este Governo tem sensibilidade em relação a isso, demonstram de forma cabal os investimentos nas áreas de saúde, e haverá de ser parceiro nessa vitória que haveremos de obter.

Contem conosco, contem com o firme encaminhamento que nós haveremos de fazer, temos feito ao Presidente Davi Alcolumbre, para que o mais breve possível, quiçá essa semana... Não podemos garantir, porque dependemos dele para a definição da pauta. Mas assim como disse o Senador Jayme Campos, que teve que se ausentar, tanto eu quanto o Presidente Marcelo Castro, quanto o Senador Wellington Fagundes e o Senador Fernando Dueire gozamos de uma relação muito forte com o Senador. E eu modestamente também a tenho junto ao Senador Davi Alcolumbre, para que nós mostremos...

E as presenças de todos vocês são presenças importantíssimas para o Presidente Davi, que já sabe, evidentemente é cônscio e ciente da força, mais do que da força mobilizadora de vocês, da importância que vocês têm para a vida de todos nós, inclusive dos amapaenses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, grande abraço. Fico muito, muito orgulhoso de poder contar com a confiança, quando vocês me levaram a proposta para que nós pudéssemos formalizá-la, em texto acabado, e tivesse tido a competência de harmonizá-la por parte do Senador Wellington Fagundes.

Eu fiquei muito grato por esse gesto de confiança que vem desde o tempo, Marcelo, que tive a extraordinária experiência, como homem público, que foi a de poder administrar a minha amada Rainha da Borborema, Campina Grande, durante oito anos, e lá poder ver de perto e poder, por força de ter recebido esse gesto de confiança dos cidadãos, dimensionar a importância de todos vocês.

E quando eu fazia, fazia com gosto, porque sabia que vocês estavam lá na ponta, levando aos locais mais ermos, saúde, quando muitas das vezes aquelas pessoas não tinham acesso.

Grande abraço.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se dependesse do Senador Veneziano, já teria sido pautado. (*Risos.*)

Vou passar a palavra agora ao grande Senador representante do Mato Grosso, que honra o seu estado aqui com sua atuação parlamentar e que foi o Relator da matéria, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Meu Presidente, Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar aqui também o Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor desse projeto, que eu tive a honra de poder relatar. Cumprimento aqui a Angela e também a Agnes.

E aqui, Sr. Presidente, eu quero primeiro dizer o seguinte: que eu sou um homem que acredito muito em Deus. E já disse aqui, desta Comissão, que eu tive a oportunidade de presenciar toda a história dos agentes de saúde, que começou lá no Ceará, mas que logo em seguida foi para o Mato Grosso, no meu estado, na cidade de Rondonópolis, a minha cidade natal, para onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Prefeito à época, Carlos Bezerra – que foi Senador, foi Governador, foi Deputado Federal e hoje já praticamente se aposentou da política, seu companheiro de partido –, levou esse trabalho. Começou lá com a iniciativa da própria prefeitura, com recursos próprios da prefeitura, implantando a atividade dos agentes de saúde e endemias. Rondonópolis era uma cidade que era campeã na malária, como toda cidade do interior num país tropical como o nosso.

E como eu sou filho de um baiano que saiu da Bahia para Mato Grosso a pé, todos nós forjados na fé e no trabalho, eu queria aqui fazer uma singela homenagem a todos vocês profissionais, porque o Brasil deve muito aos agentes de saúde e endemias. E quando eu digo Brasil é porque é o Brasil inteiro – o Nordeste, todas as regiões, a Amazônia, com todas as doenças tropicais a que nós somos passíveis. Por isso eu queria aqui, nesse Dia Nacional do Agente de Saúde e Combate às Endemias, dizer que celebramos aqueles que dedicam as suas vidas à proteção da saúde pública, guardiões que representam o invisível para preservar o bem mais precioso, que é a vida.

E entre nós, aqui, todos esses heróis do cotidiano, eu quero aqui lembrar o nome Ilda Angelica. Eu gostaria de saber como que seu pai e sua mãe escolheram esse nome. Mas "Angelica" ressoa com a força e o significado derivado de "anjo", traz em si a ideia de pureza, luz e missão divina, exatamente o que move cada um agente de saúde e também de endemias pelo Brasil. Eu vejo a emoção da Ilda, e todos nós aqui somos seres humanos, independentemente do grau que cada um esteja: o Presidente da República, o nosso Presidente Davi, com quem eu tive a oportunidade de estar, na semana retrasada, na casa dele, e pedi a ele que colocasse em regime de urgência urgentíssima esse projeto.

E aí, Senador Marcelo Castro, eu quero dizer que Ilda Angelica, a Presidente da Conacs, representa essa essência com firmeza e ternura. Seu nome carrega o símbolo dos que iluminam caminhos, protegem comunidades e fazem da empatia uma forma de liderança. Que neste dia o exemplo de Angelica inspire a todos nós; a todos nós a cuidar, a servir, a acreditar que cada gesto, cada visita, cada orientação salva vidas.

Por isso eu quero aqui parabenizar a todos os agentes de combate a endemias e também à agente maior, a Ilda Angelica, exemplo de dedicação, amor a todo o nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não posso deixar de falar também da minha amiga, companheira da minha cidade, Marina, que não sei se está aí. Está? (*Palmas.*)

E eu tenho aqui, Sr. Presidente, um pronunciamento que eu faço questão de deixar nos *Anais* desta Comissão e dar todo ele como lido.

Agradeço também ao Senador Marcelo Castro, porque, quando eu ainda estava relatando esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, eu tive a oportunidade de conviver mais com a angústia de vocês.

Eu quero lembrar que o Deputado Valtenir Pereira, do meu estado, Mato Grosso também, foi o autor do projeto que institucionalizou essa profissão. (*Palmas.*)

Portanto, cada um que fez o seu papel recebe e merece aqui as nossas homenagens.

E aí, na época, lá na Comissão – não pertencia a esta Comissão, mas como sou Líder do Bloco Vanguarda, tenho essa prerrogativa de fazer a indicação –, pedi a um companheiro, o Senador Girão, que eu pudesse substituí-lo aqui, ou ter aqui a presença para ter também a possibilidade de ser o Relator. E aí eu pedi ao Senador Marcelo Castro: "Se eu for para a Comissão de Assuntos Sociais, V. Exa. me nomearia Relator?". Ele não duvidou, Ilda. Em dois segundos ele me respondeu: "Com certeza, Wellington". E é por isso que nós estamos aqui nesse dia para homenagear a todos vocês, homens e mulheres.

Mas eu não posso deixar de agradecer também ao Senador Marcelo Castro. Por quê? Foi ele que me deu também a oportunidade de estar aqui; como o Renan Calheiros, lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, Ilda, à sua vida a homenagem, por lutar principalmente por aqueles que precisam do reconhecimento. E aí, Ângela, só quero fazer uma correção. Ela não disse que é com os cachorros que ela ia, é o contrário; às vezes os cachorros as atacam no dia a dia, por chegar e bater palma na casa de alguém. (*Palmas.*)

Então, eu sei que vocês enfrentam chuva, sol e que vão mais além do que é a profissão dos agentes de saúde e endemia, porque vocês trabalham também como agentes sociais, indo à família, conversando com a família, diagnosticando os problemas da família. Infelizmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcelo, a família brasileira está sendo atacada não pelos cachorros, mas está sendo atacada pelo crime organizado neste país, o que é muito pior.

Os agentes de saúde cumprem este papel de saber qual é o problema social, qual é o problema da saúde, fazendo com que o SUS possa gastar muito menos, fazendo a prevenção, porque hoje os remédios de alto custo para doenças, às vezes, custam – uma só doença, às vezes, de um cidadão, custa – a prevenção de milhares de pessoas. Mas uma vida não tem preço, toda vida tem que ser valorizada.

Por isso eu quero aqui encerrar parabenizando todos vocês, porque vocês ajudam o Brasil, principalmente na prevenção, fazendo com que o Ministério da Saúde possa atender melhor e com que o SUS seja esse programa que todo mundo reconhece – o mundo, não é o Brasil, o mundo reconhece – como o maior programa de saúde pública do mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Wellington Fagundes falou com muita propriedade, falou com muita emoção, demonstrando todo o conhecimento e o compromisso que tem com a causa dos nossos ACS e ACEs.

Vou passar a palavra ao Deputado Castro Neto, que está empenhado, lá na Câmara também, nesta mesma causa que nós estamos defendendo aqui.

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI. Para expor.) – Obrigado, Senador Marcelo. Gostaria de cumprimentá-lo, como Presidente da Comissão; de cumprimentar a Agnes e a Angela, representantes do Ministério da Saúde; de cumprimentar, com um abraço cordial, o autor do projeto, do PL 185, Senador Veneziano, e o Relator, Senador Wellington Fagundes, nosso Senador, que acabou de falar; e faço um cumprimento especial à representante de vocês aqui, nossa Presidente Ilda – meus parabéns! Um grande abraço para você.

Para mim, é uma alegria muito grande estar hoje aqui nesta audiência pública que é uma homenagem ao Dia Nacional dos Agentes Comunitários. Vocês merecem toda homenagem deferida, tudo que for de direito de vocês, porque a luta que vocês empregam está registrada na sua emoção na hora de falar. São 34 anos de trabalho, de sol, em um dos trabalhos mais belos, o que tem que ser reconhecido por todos. Parabéns mais uma vez! Sua emoção entrega, mostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a importância da luta de vocês, do trabalho que vocês fazem pelo Brasil, pelo Sistema Único de Saúde, principalmente para as pessoas do nosso país que mais precisam, que estão na ponta, que muitas vezes não são alcançadas pelo sistema público. Vocês têm esse poder dessa capilaridade. Então, para mim, é uma alegria estar aqui mais uma vez.

E quero dizer a vocês aqui que vocês podem contar com o meu esforço, com o meu mandato, para tudo que depender de mim aqui, para os ACS e os ACEs, agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. É uma luta mais do que justa e correta.

Eu disse no pronunciamento, lá no auditório, mais cedo, que o que vocês fazem, até onde eu tenho conhecimento, não existe em lugar nenhum do mundo. O trabalho de vocês é único, o trabalho de vocês é especial, e o tratamento que tem que ter para vocês tem que ser especial também.

Parabéns a todos vocês!

Fica aqui a minha entrega, a minha defesa, o meu auxílio, o meu companheirismo e a minha luta junto com vocês por tudo que for direito, justo, para recebê-los.

Parabéns a todos os agentes. (*Palmas.*)

Bom, vou já encaminhar aqui para encerrar esta audiência pública, mas eu sei que não parece não, mas eu tenho 75 anos. (*Risos.*)

Um garoto. E sou do interior do Piauí, cidadezinha pequena à época, nasci em 1950. E tenho, na memória, a ação de vocês, aqueles que antecederam vocês.

Eu tinha, acredito que uns 8 anos de idade, mais ou menos, quando um tio meu me levou para passear na casa dele, porque ele morava no interior, casa de fazenda, e lá eu fiquei intrigado porque a casa dele era daquelas portas de banda, abria a banda de cima e a banda de baixo, e tinha escrito assim: CEM; C E M, e tinha um número, eu acho que esse número era 104 ou 105, e um dia eu tive a curiosidade de perguntar: O que é que quer dizer CEM? o que é isso aqui: CEM? Aí meu tio explicou: isso é a Campanha de Erradicação da Malária. Olha gente, quando é que veio isso aqui! Campanha de Erradicação da Malária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá na minha cidade de São Raimundo Nonato, tinha um cidadão muito conceituado, muito respeitado, que ganhava um bom dinheiro porque era funcionário federal, que era o Paulo da Malária. Eu não sei o sobrenome dele, eu acho que ninguém sabia. Ele já morreu há muito tempo, mas era o Paulo da Malária, ou seja, ele era funcionário da CEM, da Campanha de Erradicação da Malária. Lembro-me de ele vestido de farda e com um botijão nas costas, porque ele pulverizava as casas com um negócio branco, que era o DDT, que é tecnicamente chamado de dicloro-difenil-tricloroetano, que é um veneno para matar essas pragas e tudo. E de lá evoluiu, e depois virou Sucam, que é a Superintendência... Sucam... O que quer dizer Sucam? Nem eu sei mais.

Pois muito bem, a Sucam passou a vida dela toda, na nossa cidade, combatendo o barbeiro. Ela ia para as casas no interior, sobretudo aquelas casas de taipa, com aqueles equipamentos nas costas, e lá pulverizava para matar o barbeiro, para evitar a doença de chagas. Não era esse o trabalho que faziam?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Que ainda fazem, porque ainda tem Chagas no Brasil, infelizmente.

Então, o Sucam... Tem uns 40 anos ou mais, ou 50 anos, que convivi com ele, ele já está aposentado. Mas eu não sei o nome dele, só sei que é o Sucam.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Hein? É o Sucam, o nome...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, que foi o substituto da CEM (Campanha de Erradicação da Malária). Daí é que veio a Funasa, e agora vocês são os agentes de combate às endemias. Mas vem lá do Paulo da Malária, por Sucam, e agora para vocês.

Então a história de vocês no Brasil é uma história muito bonita. É uma história de vocês, que, desde cedo, trabalham se expondo, como foi dito aqui, a todas as mazelas, arriscando a vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vocês, como arriscaram agora na pandemia de covid, para poder salvar a vida dos outros. Essa é a nossa missão. Nós que somos médicos, que somos enfermeiros, que somos auxiliares de enfermagem, que somos técnicos em enfermagem, que somos agentes de combate às endemias, agentes comunitários de saúde temos um compromisso com nós mesmos, com a sociedade, de colocar a nossa vida em risco para salvar as outras pessoas. Imagine, nessa pandemia que teve de covid, se os médicos dissessem: "Não, eu estou com medo de morrer, eu não vou atender ninguém". Não pode, isso faz parte da nossa profissão, você tem que ir correr os riscos, como vocês correram.

Gente, nós já fizemos muitas audiências públicas aqui nesta Comissão. Esta Comissão tem um trabalho importantíssimo para o Brasil, porque é a Comissão de Assuntos Sociais. Todos os assuntos relacionados com o que é do social, com o que é de saúde passam aqui por esta Comissão. Mas eu acho que nós nunca fizemos uma audiência tão justa, uma homenagem tão justa quanto a que nós estamos fazendo hoje, pelo Dia Nacional dos ACS e dos ACEs.

Então, quero aqui parabenizar vocês, dizer que vocês são os pilares importantíssimos da saúde pública do Brasil. Vocês contem sempre conosco, nós vamos envidar todos os esforços para que tudo aquilo que for direito de vocês nós os ajudemos a conquistar.

Não pensem que algo vai cair do céu. A participação de vocês, a luta de vocês, que é histórica, tem tido conquistas em cima de conquistas, vocês são uns vitoriosos, mas nós vamos continuar lutando sempre por mais direito, por mais justiça, porque vocês merecem.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Wilder Morais, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Humberto Costa e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 60, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar os valores de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 287, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Esperidião Amin, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3669, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2349, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4261, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito do consumidor de planos de saúde a requerer a portabilidade de carências para qualquer plano, da mesma operadora ou de outra operadora, de maior ou menor valor ou cobertura e cria critérios para migração." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3436, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos a cirurgia de mastectomia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 101, de 2025-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 663, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional"." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 85, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da PEC 19/2024 na Valorização dos Profissionais de Enfermagem e no Fortalecimento do Sistema de Saúde." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 90, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater sobre a "Intoxicação por Metanol"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 93, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que "altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem”." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 94, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4435, de 2024, que Institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 95, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância do custeio da Previdência Pública"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 96, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2364/2021, que “institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo”." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 97, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 91/2025 - CAS, com o objetivo de debater ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira, seja incluído convidado que especifica." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 98, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) e seus impactos na formação de motoristas." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 99, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 101, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3436/2021, que “altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1999, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos a cirurgia de mastectomia”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Cópia do Ofício nº 75.838, de 2025, do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual informa as convenções e recomendações sobre as questões trabalhistas aprovadas em conferência na Organização Internacional do Trabalho (OIT);

- Cópia do Ofício nº 305, de 2025, da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais, o qual traz considerações sobre a Portaria Conjunta do Ministério da Previdência Social e do INSS nº 38, de 2023, relativo ao acesso simplificado para o requerimento de análise documental do benefício por incapacidade temporária (Atestmed);

- Cópia do Ofício nº 31, de 2025, da Câmara de Vereadores de Nova Santa Helena, Mato Grosso, o qual encaminha a moção de apoio ao projeto, em tramitação no Congresso Nacional, contrário à legalização do aborto.

Os expedientes encontram-se à disposição da Secretaria desta Comissão. Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que o item 5, Projeto de Lei nº 4.261, de 2021, foi retirado da pauta a pedido do Relator, Senador Dr. Hiran.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4261, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito do consumidor de planos de saúde a requerer a portabilidade de carências para qualquer plano, da mesma operadora ou de outra operadora, de maior ou menor valor ou cobertura e cria critérios para migração.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar os valores de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 21/10/2025, foi apresentado relatório reformulado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, as minhas saudações, os meus cumprimentos. Desejo que V. Exa. se recupere dessa disfonia – aparentemente, deve ter usado muito da voz ontem. Quero saudar a minha amada Senadora D. Ivete, autora desta proposta. A ambos o agradecimento, que eu já fiz na semana passada, ou semana retrasada, quando nós começamos a fazer o debate, pela atenção e generosa lembrança que V. Exa., Presidente, teve; e também D. Ivete, ao dirigir-se a mim, perguntando se eu estaria disposto a fazer parte desse trabalho e dessa ideia tão louvável dela. Para mim, foi muito honroso, D. Ivete, a sua confiança para que a gente pudesse participar desse instante.

Nós fizemos a primeira leitura. Houve o pedido de vista do nosso companheiro Senador Paulo Paim, compreensível pedido, a título de fazer algumas sugestões trazidas pelo Governo. Nós fizemos essa triangulação com o gabinete da Senadora Ivete, apresentando quais eram as sugestões retificadoras que o Governo propunha. A Senadora Ivete não viu razões para obstar que as mesmas pudessem ser acolhidas nesse novo relatório.

Então, brevemente, foram três sugestões – na verdade, duas supressões. E o âmago do projeto, ou seja, o propósito principal do projeto, fica estabelecido, que é exatamente ampliarmos para os R$140 mil, tendo em vista que, há pelo menos seis, sete anos, não há atualização em relação a esses valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já falamos sobre a competência da nossa Comissão. Já falamos também sobre a sua juridicidade.

No tocante às exigências de responsabilidade fiscal, o projeto não compromete diretamente as receitas da União, uma vez que o MEI é regime simplificado que já possui carga tributária reduzida. A ampliação dos limites propostos pela autora, inclusive, favorece a formalização de atividades econômicas com impacto positivo na arrecadação a médio prazo.

No mérito, o PLP nº 60, de 2025, que propõe o Super MEI, que passa a ser designado dessa forma, apresenta proposta equilibrada e necessária para atualização do regime do MEI, que não sofre alterações substanciais desde 2018.

Quanto à elevação do limite de faturamento, a medida se justifica pela defasagem acumulada dos valores frente à inflação do período. O limite atual de R$81 mil foi fixado pela Lei Complementar nº 155, de 2016, com vigência a partir de 2018. Considerando a variação do IPCA no período, a atualização proposta para R$140 mil representa adequação necessária para manutenção do poder aquisitivo dos limites originalmente estabelecidos.

A criação de faixa intermediária de contribuição, com alíquota de 8% sobre o salário mínimo para MEIs com receita entre R$81 mil e R$140 mil, segue precedente já estabelecido pela Lei Complementar nº 188, de 2021, para transportadores autônomos de cargas. Esta graduação evita descontinuidade abrupta na carga tributária e mantém a atratividade do regime.

A proposta, Sr. Presidente, senhoras e senhores, preserva os princípios fundamentais do MEI: simplicidade, baixa carga tributária e facilidade de cumprimento de obrigações. A ampliação gradual, tanto de limites quanto de empregados, evita rupturas no sistema e permite adaptação progressiva. A medida alinha-se às políticas públicas de formalização da economia e pode contribuir significativamente para redução da informalidade, especialmente em atividades que naturalmente demandam pequeno quadro de funcionários.

Cabe registrar que, com a Reforma Tributária (EC nº 132, de 2023), o regime do MEI deverá ser adaptado ao novo sistema tributário. Contudo, as alterações propostas mantêm compatibilidade com a transição prevista e podem facilitar a adaptação futura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante o elevado mérito da matéria – e nós sempre haveremos de fazer este registro, pela felicidade que a Senadora Ivete teve ao propô-la –, a Secretaria da Receita trouxe ao conhecimento nosso que a correção automática do valor de enquadramento, bem como a possibilidade de contratação de até dois funcionários teriam impactos previdenciários significativos, sugerindo que, por ora, Senadora Ivete, Senador Marcelo, demais companheiros, a adequação se restringisse ao aumento do valor limite para os R$140 mil, que é exatamente o princípio primeiro, propósito maior desta iniciativa.

Considerando que os avanços devem respeitar a responsabilidade fiscal e o limite do possível, apresentamos emendas que adequam o texto proposto às pertinentes sugestões oferecidas pela Receita Federal – preservando o cerne e o mérito da presente proposta legislativa.

Por fim, achamos oportuno, como sugeriu a Senadora Ivete, registrar na ementa da proposição a expressão "Super MEI", pela qual a iniciativa legislativa ficou conhecida. Para tanto, apresentamos singela emenda de redação ao texto.

Voto.

Ante o que nós expusemos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 60, de 2025, com as emendas que os senhores e senhoras passaram a dispor e a conhecer.

Esse é o nosso trabalho, Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria, o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria vai à CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, seria possível que nós, ao requerermos a apreciação com urgência, pudéssemos fazê-lo, para a deliberação em Plenário? Ou necessariamente tem que ir à CAE?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem que ir para a CAE. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É porque o pedido foi feito exatamente com base nas informações recebidas de que nós poderíamos... Mas, enfim, nós faremos, junto ao Senador Renan, um pleito para, na brevidade possível, ser apreciado, já que, na próxima semana, não teremos atividades presenciais. Na semana posterior, faríamos tanto na CAE quanto no Plenário.

Grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, Senador.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 287, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, mais uma vez, agradeço a sua confiança em designar a mim a relatoria do projeto de iniciativa do atual Ministro Flávio Dino, à época, Senador da República, que assim propôs uma iniciativa que é exatamente a de Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde Prestada pela Iniciativa Privada.

A primeira parte do nosso trabalho, Presidente Marcelo Castro, faz menções aos oito artigos que a propositura elenca e traz cada um dos artigos com os seus objetivos e previsões. Por essa razão, eu pediria a V. Exa. que nós passássemos diretamente – saudando a chegada do professor Esperidião Amin – à análise.

Compete à nossa Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida...

Meu Senador, é que estão me chamando aqui para a CCJ. Se o senhor puder...

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise, nos termos do inciso II do art. 100 do nosso Regimento.

A defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do DF, conforme prescreve o art. 24, inciso XII, da nossa Constituição, cabendo à União estabelecer normas gerais. Ademais, conforme aponta o autor, a Carta Magna atribuiu à lei a função de disciplinar a fiscalização, o controle e a regulamentação das ações e dos serviços de saúde. Assim sendo, a matéria está sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo.

Não identificamos vícios de juridicidade, regimentalidade ou de constitucionalidade na proposta.

Em relação ao seu mérito, cabe registrar que a matéria traz vantagens para os pacientes, visto que busca estabelecer, na forma do regulamento, parâmetros que devem balizar a aferição e a avaliação da qualidade dos serviços de saúde no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa temática, informamos que a Lei 9.782, de 1999, em seu art. 2º, inciso III, combinado com os arts. 7º e 8º, já concede ao órgão nacional de vigilância sanitária, a Anvisa, a competência de normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde.

Por essa razão, a Anvisa já editou regulamentos que tratam de exigências a serem cumpridas por estabelecimentos de saúde, como a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 36, do ano de 2013, instituindo ações para a segurança dos pacientes em serviços de saúde e dando outras providências, e a RDC 7, dispondo sobre os requisitos mínimos para funcionamento de unidades de terapia intensiva e dando também outras providências.

Ademais, a agência, no âmbito de seu Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente, por exemplo, também tem atuado na avaliação de rotinas operacionais de serviços de saúde, razão pela qual publicou o Relatório da Avaliação Nacional das Práticas de Segurança do Paciente: hospitais com Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Assim, como o §2º do art. 8º da Lei 9.782, do ano de 1999, define que se consideram serviços submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela agência aqueles voltados para a atenção ambulatorial, seja de rotina ou de emergência, os realizados em regime de internação, os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, bem como aqueles que impliquem a incorporação de novas tecnologias, entendemos que a instituição dessas diretrizes coaduna-se com as atribuições da Anvisa e com o arcabouço jurídico a ela relacionado.

A criação de uma estrutura de aferição e avaliação da qualidade dos serviços em funcionamento no nosso país, de acordo com parâmetros bem especificados, poderá trazer mais racionalidade ao sistema de saúde, contribuindo para que estabelecimentos que não garantam minimamente a segurança do paciente ou a resolubilidade da atenção prestada deixem de operar nessa situação.

Dessa forma, julgamos que o PL nº 287, do ano de 2024, merece prosperar.

Nosso voto.

Em vista do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto 287.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eis o nosso modesto trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, nosso mestre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu recebi um telefonema da nossa companheira Senadora Daniella, pedindo que solicitasse vista. E, ainda que considere o relatório exemplar, eu o faço por um dever de solidariedade pessoal e partidária. Peço vista, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vista concedida.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3669, DE 2023

- Terminativo -

Institui o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 03/10/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Votação nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro; Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente.

Inicio meu relatório ao declarar que presidi, na manhã do dia 3 de outubro de 2025, a audiência pública nesta Comissão para tratar da instituição dessa nova data, reconhecendo a relevância e o alto significado da data para a sociedade brasileira. Nessa ocasião, tive a oportunidade de conhecer pessoas muito valorosas que são envolvidas com a causa da síndrome de Rett.

A audiência contou com a presença de Fernando Regla Vargas, Denise Marinho Trindade e Lidianne Bezerra Martins de Souza, todos da Associação Brasileira de Síndrome de Rett; Lauda Santos, da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras; Letícia Sampaio, do Hospital das Clínicas de São Paulo; Têmis Maria Félix, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Fernando Freitas, da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal; Antonette El Husny, da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica; Natan Monsores de Sá, do Ministério da Saúde; a Sra. Jaqueline Zeferino, irmã da pessoa mais idosa portadora da síndrome de Rett; e a Sra. Simone Barros de Oliveira, mãe de criança com síndrome de Rett. Todos reforçaram a importância da instituição da data.

Quanto ao mérito, somos plenamente favoráveis à proposição.

A síndrome de Rett é uma doença neurológica rara de origem genética que afeta predominantemente meninas e que demanda atenção especial da sociedade e dos gestores públicos para garantir diagnóstico precoce, tratamento adequado e inclusão dos pacientes. No Brasil, cerca de 13 milhões de pessoas convivem com alguma doença rara, englobando aproximadamente 8 mil doenças distintas, e estima-se que, somente no Distrito Federal, cerca de 140 mil pessoas sejam afetadas por alguma dessas enfermidades, incluindo a síndrome de Rett.

Os pacientes com a síndrome de Rett têm enfrentado inúmeras dificuldades. Com efeito, muitos familiares são desafiados a vencer muitos obstáculos, tais como: 1) o diagnóstico tardio; 2) a falta de atendimento integral e especializado; 3) o acesso restrito ou inexistente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos essenciais devido à ausência de incentivos fiscais e regulatórios; 4) a baixa capacitação dos profissionais de saúde para lidar com a doença; 5) a pouca visibilidade dessas doenças raras, que ainda não estão entre as prioridades das políticas públicas, inclusive a síndrome de Rett.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a criação de um dia nacional de conscientização sobre a síndrome de Rett, visando aumentar a visibilidade da doença. Dessa forma, vai se tornar efetivamente possível sensibilizar a sociedade, incentivar o aprimoramento dos serviços de saúde, fomentar o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento, e promover o suporte psicossocial aos pacientes e seus familiares.

Tal iniciativa está alinhada à necessidade de fortalecimento da Política Nacional de Doenças Raras, com o propósito específico de melhorar a qualidade de vida dos pacientes e de seus familiares. De fato, a aprovação desta proposição objetiva atuar em várias frentes. Vamos citar algumas: 1) expandir centros de referência de tratamento; 2) promover a integração multiprofissional; 3) capacitar, de forma contínua, profissionais da saúde; 4) ofertar incentivos ao desenvolvimento e ao acesso a medicamentos órfãos; 5) estimular a pesquisa científica e a inovação em busca de terapias específicas.

Nesse contexto, temos a convicção de que a instituição de uma data nacional dedicada à conscientização sobre a Síndrome de Rett representa um instrumento eficaz para mobilizar a sociedade e os poderes públicos em prol dos direitos, do cuidado e da inclusão das pessoas afetadas. Além disso, a aprovação deste valoroso projeto contribuirá para o avanço de políticas públicas voltadas para doenças raras, a fim de garantir tantos aos pacientes quanto aos seus responsáveis dignidade, saúde e bem-estar.

Por todas as razões expostas, somos inteiramente favoráveis à proposta.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.669, de 2023.

Esse é o meu voto, Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Jussara Lima.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar por essa... A gente deixar um mês ou um período para chamar a atenção sobre determinada doença é ajudar a saúde, os profissionais de saúde a lembrarem desse diagnóstico. Como é uma doença rara, se a gente não der visibilidade, vai demorar o diagnóstico porque as pessoas não vão lembrar. Em medicina é assim, por exemplo, a gente nem acha que toda dor abdominal é obrigada a ser uma apendicite aguda, mas, por exemplo, quando virem os sintomas, como foi dito aí, isso já pode chamar a atenção dos profissionais de saúde para investigarem. E ter esse mês dando essa visibilidade é muito importante.

Parabéns aqui à Jussara pela relatoria. E pensar nessas doenças... Porque a gente vê muito de longe, como não conheço muito de perto isso, eu confesso que não vi nenhum caso durante meus anos de médica no Hospital Universitário Onofre Lopes, mas talvez por falta de ter dado o diagnóstico, muitas vezes não chegou a ter.

Parabéns. Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto à votação nominal. (*Pausa.*)

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

Como a votação nominal demora um pouco, eu vou adiantando um item aqui não terminativo, que é o item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3436, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos a cirurgia de mastectomia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, para a leitura do relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, estimado amigo Senador Marcelo Castro, colegas Senadores e Senadoras, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 3.436, de 2021, do Deputado Francisco Jr., que altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos à cirurgia de mastectomia.

O projeto é composto de três artigos.

O art. 1º enuncia o seu escopo.

O art. 2º propõe nova redação para o art. 1º da Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

O *caput* do novo art. 1º da Lei nº 9.797, de 1999, passaria a dispor que as mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial de mama decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer têm direito a cirurgia plástica reconstrutiva, bem como a tratamento fisioterapêutico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando indicado pelo médico assistente e conforme regulamentação do Ministério da Saúde, para reabilitação e prevenção de complicações pós-tratamento.

Também é proposto um parágrafo único para o art. 1º, dispondo que o tratamento fisioterápico também deve ser oferecido aos homens submetidos ao tratamento do câncer de mama.

O art. 3º fixa o início da vigência da lei em que o projeto se converter em 180 dias após sua publicação oficial.

Segundo a justificativa do projeto, o tratamento fisioterapêutico tem como objetivos controlar a dor no pós-operatório, prevenir ou tratar linfedema, promover o relaxamento muscular, manter a amplitude de movimento do membro superior envolvido, melhorar a aparência e maleabilidade da cicatriz, prevenir e tratar aderências. Além disso, a realização da fisioterapia aplicada ainda no ambiente hospitalar não só auxilia na prevenção de complicações pós-cirúrgicas, como também reabilita os pacientes de forma mais efetiva para que logo sejam capazes de retornar às atividades da vida diária.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Finanças e Tributação, tendo sido aprovado em Plenário em novembro de 2023.

Remetida ao Senado Federal, a proposição foi distribuída à análise da CAS e não foram apresentadas emendas.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Por ter sido a matéria distribuída somente a este Colegiado, também é necessário o exame da matéria sob os prismas da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Em relação à constitucionalidade, a defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso XII, da Constituição, cabendo à União estabelecer normas gerais. O Projeto de Lei nº 3.436, de 2021, está, portanto, no âmbito da competência legislativa do Congresso Nacional, por força do art. 48,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caput, da Constituição, cabendo a iniciativa a qualquer Parlamentar. Tampouco identificamos vícios em relação à constitucionalidade material, juridicidade ou regimentalidade do projeto.

No mérito, acreditamos que o projeto materializa uma ação legítima do Estado, voltada para garantir que a população tenha acesso a um tratamento muito importante para a qualidade de vida das pessoas submetidas a cirurgias de mastectomia para tratamento de câncer de mama. A fisioterapia é indicada para a prevenção e o tratamento de sequelas decorrentes da cirurgia, como dor crônica, linfedema de membro superior, limitação de amplitude de movimento do ombro, adesões cicatriciais e perda de força na região.

A Lei nº 9.797, de 1999, inovou o ordenamento jurídico ao estabelecer a obrigatoriedade, para mulheres mastectomizadas, da oferta pelo SUS da cirurgia reparadora, que no passado era incorretamente classificada como cirurgia meramente estética, o que tornava duvidosa sua cobertura pelo SUS. O Projeto de Lei nº 3.436, de 2021, na mesma linha, busca conferir segurança jurídica e clareza normativa sobre a oferta de fisioterapia no pós-operatório da mastectomia.

A proposição traz importante aprimoramento, ao garantir, de forma expressa, o direito ao tratamento fisioterapêutico no contexto do câncer de mama.

Embora a integralidade da assistência seja princípio do SUS, a ausência de previsão legal específica tem dificultado o acesso efetivo à fisioterapia. Ao incorporar esse direito ao texto legal, o projeto reforça a obrigatoriedade da oferta do serviço pelo poder público.

Outro aspecto relevante é a inclusão de pacientes do sexo masculino no escopo da norma. Apesar de o câncer de mama em homens ser menos prevalente, ele pode exigir intervenções semelhantes às realizadas em mulheres, incluindo a fisioterapia no pós-operatório. O projeto preenche essa lacuna e garante tratamento igualitário para homens e mulheres acometidos da doença.

Por fim, ao consolidar a fisioterapia como parte do cuidado após a mastectomia, a proposta contribui para melhorar a qualidade de vida dos pacientes, promover sua reabilitação funcional e acelerar seu retorno às atividades diárias. A medida fortalece a política pública de atenção oncológica e valoriza uma abordagem mais humanizada e eficaz no tratamento do câncer de mama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, pedindo aos colegas Senadores e Senadoras que possam acompanhar o nosso parecer e voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Aqui eu quero parabenizar o Senador Mecias com "c". É bom, Mecias, porque a gente conhece muito Messias com dois "s".

Quero dizer o seguinte: é salutar, gente. Após a mastectomia principalmente com esvaziamento ganglionar se faz necessária a fisioterapia, a drenagem linfática, porque vai reduzir o edema. É um direito de todas, porque, por mais que o cirurgião tenha tido essa habilidade, se não tivesse esse pós-operatório tratado como manda a ciência, a gente não vai ter um resultado exitoso como se tem... A prova é que na iniciativa privada já tem esse direito, porque é uma equipe multidisciplinar e, para ter sucesso uma cirurgia, tem que ter um pré-operatório bom, um operatório e um pós-operatório, principalmente.

Então, parabéns, Mecias! É um relatório muito bom, mostrando que o homem também pode ter câncer de mama. Esse projeto de lei veio a calhar no mês de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É raro, mas tem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É raro, mas tem! Então, é preciso fazer esse tratamento completo.

Gostaria muito que esse projeto fosse aprovado ainda neste mês de outubro, porque é um presente para as mulheres que têm câncer de mama. A gente aproveita para dizer que o diagnóstico precoce é a coisa mais importante. Câncer, na sua maioria, não só de mama, não é uma sentença de morte desde que seja diagnosticado precocemente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, para discutir a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, não foi combinado o meu Líder ficar sentado pertinho de mim para ler esse voto, mas foi uma linda coincidência.

Eu estou passando por isso, todo mundo sabe, e só quem está passando entende a necessidade da fisioterapia, Zenaide, e como isso foi esquecido no Sistema Único, ou até mesmo... É tão difícil uma mulher mais humilde conseguir a fisioterapia que o médico nem recomenda. Ela sai do consultório sem saber que seria bom fazer a fisioterapia, aliviaria muito as dores.

Então, é uma matéria de 2021; estamos lendo hoje, aprovando. Acho que dá até para a gente depois pedir regime de urgência; depois de a gente aprovar o relatório aqui, a gente pedir urgência e quem sabe a gente lutar para aprovar lá no Plenário urgente – não é, Zenaide? –, porque eu vou dizer: o maior presente que a gente poderia dar para as mulheres este mês seria isso.

Parabéns, Senador Mecias, pela sensibilidade! Deixe-me dizer uma coisa: Mecias é esse Senador extraordinário na pauta das mulheres, porque ele tem uma esposa... Vocês precisam conhecer a esposa do Mecias. Esta mulher, aguarde, um dia ela vai estar aqui com a gente, sentada aqui com a gente! O que a esposa dele faz, o que a Darbi dele faz, naquele estado, com mulheres é uma coisa assim impressionante. Vocês precisam conhecer. Vocês precisam ir comer na casa dele um dia; ele tem que convidar vocês para comer na casa dele. Senador Mecias, parabéns por essa entrega linda, extraordinária! E em nome de todas as mulheres que estão passando pelo que eu estou passando, obrigada por sua sensibilidade, Líder, muito obrigada!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Marcelo Castro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Dr. Hiran. V. Exa. tem a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom dia a todos os Senadores, nossos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também quero parabenizar o meu querido amigo, o Senador Mecias, pela sensibilidade e pela qualidade do relatório.

Nós também temos essa luta, já histórica, em relação a facilitarmos o acesso de pacientes a um ciclo completo de tratamento de câncer, que envolve essa questão do atendimento fisioterapêutico de uma paciente que se submete a uma mastectomia.

Durante este mês do Outubro Rosa, a gente enfatiza a importância de conscientizarmos as nossas mulheres, cuja causa de morte mais prevalente é o câncer de mama: é fundamental que elas façam seu exame preventivo de mamografia a partir dos 40 anos, seu Papanicolau e, também, uma coisa muito importante, minha querida Zenaide e minhas queridas Senadoras, é que as mulheres se vacinem contra o HPV.

Vamos eliminar o câncer de colo de útero neste país se nós conseguirmos vacinar as crianças, tanto meninos, quanto meninas, contra o HPV. Vacinar contra o HPV não significa, querido Presidente Marcelo, um salvo-conduto para iniciação sexual precoce. Não. É salvar as nossas mulheres de câncer de colo de útero, e os homens têm menos câncer de pênis, mas também se aumenta a incidência de câncer de pênis se o homem não for vacinado contra o HPV.

Então, quero parabenizar o Mecias e também reforçar o que a Damares disse: Darbi é nossa querida amiga, é mais política do que o Mecias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... e a gente passa muito bem quando vai à casa dele – eu convido a todos para irem lá.

Parabéns, Mecias, mais uma vez, pelo relatório, pela sua sensibilidade! E que nós possamos proteger cada vez mais as mulheres do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu estou preocupado é com tanto convite para comer na casa do Mecias. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, você sabe quantos filhos o Senador Mecias tem?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dez filhos. Você consegue entender que família extraordinária é essa?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Jussara Lima, com a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Mecias de Jesus pela importante relatoria. Sabemos da necessidade de todas nós mulheres, especialmente as que têm câncer de mama, e da importância de se fazer a fisioterapia logo após a cirurgia. Como eu tenho, neste momento, duas pessoas da minha família em tratamento de câncer de mama, a gente sabe da importância que é tudo isso.

Parabéns, Senador Mecias!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senadora Jussara.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Submeto-a à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada e o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Presidente Marcelo, primeiro quero agradecer a V. Exa. pela confiança em me designar Relator desta matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui as palavras gentis dos colegas Senadores e Senadoras, Senador Hiran, Senadora Damares, essa amiga querida, Senadora Jussara, Senadora Zenaide, que conhecem muito bem o tema, e eu fico muito feliz de que essa matéria tenha alcançado a aprovação unânime. E eu gostaria de requerer a V. Exa., ouvindo o Plenário desta Comissão, urgência para que esse projeto vá ao Plenário e possa ser votado ainda este mês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Coloco em votação requerimento de urgência para a matéria apresentada pelo Senado Mecias de Jesus.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado. (*Pausa.*)

Como já deu quórum no item 3, eu vou encerrar a votação.

Votação encerrada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 13 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Marcelo, a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, nós temos aqui, na Comissão, um projeto muito importante para a medicina e para o movimento médico no nosso país e, principalmente, para proteger a sociedade, que é o projeto da proficiência em medicina, o Projeto nº 2.294, que é um projeto que eu estou relatando aqui na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando o senhor pautou na última vez, há mais de dois meses, houve um pedido de vista coletivo, e nós combinamos aqui que, depois desse pedido de vista, nós faríamos audiências públicas. Foram feitas quatro audiências públicas e foram ouvidos todos os segmentos interessados na matéria, inclusive o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o conselho, o sindicato, a Associação Médica Brasileira, a sociedade civil. Eu estou com um relatório pronto.

Eu queria que... Nós já conversamos com V. Exa. e houve o compromisso de V. Exa. pautar esse projeto até o final deste mês.

Como... A próxima...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O projeto até...?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, você falou: "Pautar até...?".

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Até o final deste mês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Do mês.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, até o final de outubro.

Como nós teremos aqui uma próxima semana semipresencial, e é um projeto que vai suscitar discussão, enfim, e é um projeto que a medicina brasileira considera como o mais importante deste século para a nossa profissão, então eu pediria a V. Exa. que a gente pudesse pautar esse projeto para a primeira semana de novembro, para que a gente pudesse colocar em votação a matéria aqui. E esse projeto ainda vai, Presidente, para a Câmara, ele vai ser apensado a um outro projeto que já tem urgência lá, no Plenário da Câmara dos Deputados, de forma que, certamente, mesmo que nós aprovemos aqui um relatório que foi discutido por todos nós, ele provavelmente pode receber alguma alteração quando tramitar na outra Casa.

Então, eu queria pedir a V. Exa. que a gente pudesse já deixar, mais ou menos, marcado para a primeira semana de novembro esse projeto tão importante para a medicina do nosso país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e para a saúde dos brasileiros, porque, a cada mês que nós deixamos de votar isso aqui, novas escolas médicas estão sendo abertas.

Mecias, nesses últimos dois anos, 77 escolas médicas novas foram aprovadas no nosso país, e estão formando médicos com qualidade muito duvidosa. É por isso que nós estamos preocupados com isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aprovadas ou por decisão judicial?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, algumas...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – ... judicial, mas no Rio Grande do Norte foi...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... sem o menor critério, Presidente. Isso é muito...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exatamente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... perigoso para nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, Senador Dr. Hiran, V. Exa. esteve no meu gabinete, nós conversamos sobre esse projeto. A relevância dele é inquestionável, e a minha disposição era a de colocar o projeto em votação.

Recebi a visita do Senador Humberto Costa; depois, do Senador Rogério Carvalho, representando o Líder do PT, pedindo-me para não o pautar, porque estava havendo um entendimento entre as partes, inclusive com o Conselho Federal de Medicina, que já estava bem adiantado, e, se a gente o pautasse, poderia atrapalhar esse entendimento. O ideal seria que o projeto fosse votado em consenso de ambas as partes, um cedendo, outro cedendo, o que eu acedi, mas eu fiz uma ponderação. Eu disse: "Olhe, eu dou um prazo de um mês. Quando terminar esse mês, tendo chegado ou não chegado a entendimento, nós vamos pautar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só preciso verificar com a minha assessoria qual foi o prazo que eu dei (*Risos.*); quer dizer, o prazo eu sei que é de um mês, mas de quando começou a contar. Acredito que deva ser agora... No começo de novembro, sem nenhuma dúvida.

Então, eu não tenho nenhuma divergência, a minha disposição é de pautar a matéria. Eu sou Presidente; evidentemente, havendo um apelo de membros da Comissão pedindo um prazo para ter o entendimento, eu acho que é razoável. Agora, eu dei um prazo de um mês porque se, nesse prazo de um mês, não houver o entendimento, não tem outra maneira.

Na democracia é assim: se se chegou a um consenso, ótimo; se não se chegou, vamos a voto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só a título de esclarecimento às Sras. e aos Srs. Senadores e a V. Exa., nós já fizemos uma discussão muito aprofundada do projeto, inclusive com a participação do nosso Líder Rogério Carvalho, que esteve no Conselho Federal de Medicina. Fizemos uma discussão lá, depois fizemos uma discussão envolvendo o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, com a presença do nosso Líder Rogério. Eu apresentei a ele já uma minuta daquilo que nós estamos pensando em apresentar do nosso relatório.

Alguns pontos do relatório eu acho que nós vamos ter que... Vamos tentar até o prazo, mas, se a gente não conseguir, eu queria que V. Exa... Porque, realmente, houve um pedido de vista coletivo. No pedido de vista coletivo, regimentalmente a gente coloca o projeto na reunião subsequente, e não houve isso. Já tem aqui praticamente três meses que a gente está discutindo esse projeto, melhorando-o, tentando aperfeiçoá-lo, mas eu queria pedir a V. Exa. que a gente pudesse marcar uma data para a votação ou a apresentação do relatório aqui na Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, Dr. Hiran. V. Exa. está coberto de razão, tem o meu apoio, e eu me comprometo de público aqui com V. Exa. e com todos os membros da Comissão de...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... vencendo o prazo de um mês, nós colocarmos em votação o projeto.

Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 663, DE 2024

- Não terminativo -

Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Interessante esse projeto. A autoria é da Senadora Zenaide Maia, parabéns!

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato, e quem vai fazer a relatoria *ad hoc* é a Senadora Damares Alves.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para fazer a leitura do relatório *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao aspecto da saúde e meramente opinativo, uma vez que a decisão em caráter terminativo cabe à Comissão de Educação nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado, a qual realizará o juízo de admissibilidade por meio da verificação de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Único de Saúde é uma das mais significativas conquistas da sociedade brasileira e representa um verdadeiro patrimônio nacional. Instituído pela Constituição Federal de 1988, o SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, proporcionando acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde para toda a população.

A sua implementação e operação envolvem uma complexa rede de instituições e profissionais dedicados à promoção da saúde e bem-estar dos brasileiros, refletindo valores fundamentais da nossa sociedade, como a solidariedade, a equidade e a justiça social.

Reconhecer o SUS como manifestação cultural nacional é uma forma de valorizar e proteger essa instituição que é, por excelência, uma expressão da identidade da cultura brasileira. O SUS é um símbolo de inclusão social e de direitos humanos, que incorpora saberes tradicionais e científicos, promovendo a saúde de forma integral e respeitosa às diversidades culturais e regionais do país. A sua estrutura descentralizada e participativa permite a integração de práticas de medicina tradicional e alternativa, respeitando e valorizando a diversidade cultural das diferentes regiões do Brasil.

A importância cultural do SUS se manifesta também na sua capacidade de mobilização social. A participação da comunidade na gestão do SUS, através dos conselhos e conferências de saúde, é um exemplo de democracia participativa, onde os cidadãos têm voz ativa na definição das políticas públicas de saúde. Este modelo de governança reforça o sentido de pertencimento e responsabilidade coletiva, fundamentais para a coesão social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, o nosso SUS é um campo fértil para a produção de conhecimento e inovação, sendo responsável por importantes avanços científicos e tecnológicos na área da saúde. As políticas de promoção de saúde, prevenção de doença e vigilância epidemiológica do SUS têm servido de referência para outros países, evidenciando o papel do Brasil como um ator relevante na saúde global.

E aqui eu só vou acrescentar, Presidente: fui Ministra, eu ia a todos os fóruns internacionais, e vocês não têm ideia da alegria que é a gente falar do SUS lá fora. Vocês não têm ideia de que, quando a gente tem aquelas reuniões bilaterais com os outros ministros de outros Estados, todos querem saber como é o nosso SUS. É um orgulho para qualquer um lá fora falar do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todas essas razões, reconhecer o Sistema Único de Saúde como manifestação cultural nacional é um ato de justiça e de valorização de uma das mais nobres e impactantes iniciativas do Estado brasileiro, é reconhecer que a sociedade é um direito fundamental e um componente essencial da nossa identidade e cultura que deve ser preservado, valorizado e celebrado.

O voto da Senadora Ana Paula é pela aprovação do projeto de lei de autoria da Senadora Zenaide, Projeto de Lei 663, de 2024, que tenho a honra de fazer a leitura *ad hoc*.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Damares.

Em discussão a matéria, o relatório da Senadora Ana Paula, com a relatoria *ad hoc* da Senadora Damares.

Tem a palavra a Senadora Zenaide Maia para discutir a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e todos que estão nos assistindo, já agradecendo aqui à minha colega Damares, Senadora Damares, quero dizer o seguinte: esse projeto é uma forma de a gente dar visibilidade enquanto se consolida essa política pública, que é imprescindível para a sociedade brasileira, que garante o acesso universal, integral, com equidade e participação social, como falou aqui o relatório, voltada para ações de serviços de saúde, sendo totalmente financiada por impostos e contribuições de toda a sociedade brasileira.

Mas, como falou aqui, o SUS é nossa pérola, o SUS salva muita gente. E, como Damares falou, não existe nenhum país do mundo que não tenha esse olhar diferenciado para como chegamos a ter, nos rincões de um país continental, a presença do SUS, porque a presença do SUS é algo que está em todos os municípios, em todos. E salva vidas, hein, gente?

Então, isso foi uma forma de a gente dar visibilidade a esse SUS, que muitas vezes é criticado, e a gente sabe que, na verdade, é a falta de financiamento, porque o SUS em si é algo insubstituível para a vida humana deste país.

Muito obrigada. Obrigada, Damares, e parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE... Não, à CE, perdão.

Item 11 da pauta.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 93, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem".

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros

O requerimento foi subscrito pela Senadora Damares.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, inclusive, aproveito e desejo uma recuperação ao Senador Magno Malta, que fez uma cirurgia bem delicada ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou subscrevendo e estamos requerendo, nos termos regimentais, Presidente, a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.413, de 2021, que altera a Lei 5.905, de 1973, para aumentar a representatividade dos estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos conselhos regionais de enfermagem.

A matéria está aqui. Inclusive, eu estou como Relatora dessa matéria.

Há uma discussão muito grande entre os conselhos, e eu acho que a audiência pública daria, Presidente, de fato, um norte ao relatório que deve ser apresentado.

E ele apresenta aqui o nome das instituições que devem vir à audiência pública.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não...

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 94, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4435, de 2024, que Institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Subscrito pela Senadora Damares Alves.

Passo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para fazer a leitura do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é também um requerimento extremamente importante do Senador Girão, que requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.435, de 2024, que institui o Dia Nacional de Conscientização do Câncer Hereditário.

Para se instituir um dia como esse, Presidente, tem que ter uma manifestação da sociedade: se quer ou não a instituição e qual é o melhor dia. Então, é nesse sentido que ele pede a audiência pública e indica aqui representantes do Ministério da Saúde, de instituições de saúde e grandes especialistas.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Damares.

Submeto o requerimento à aprovação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, uma questão de ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, V. Exa., Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Marcelo, tem um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, de 2021, que regulamenta a profissão de quiropraxista. Eu sou o Relator dessa matéria e gostaria de pedir a V. Exa. que pudesse pautar essa matéria o quanto antes possível.

É o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 16 da pauta.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 98, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) e seus impactos na formação de motoristas.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros

Subscrito pela Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia para fazer a leitura do seu requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento de audiência pública é importante. Justamente o objetivo dessa audiência é analisar o papel dos centros de formação de condutores.

A gente sabe que vão ser retiradas as autoescolas, que justamente são esses centros de formação. E a gente acha que isso vai ter que ser discutido para debater os prós e os contras, se vai retirar ou não retirar, porque tem muita divisão.

Então, o requerimento, basicamente, é para avaliar como os centros de formação de condutores contribuem para a capacitação dos condutores, abordando questões relacionadas à qualidade do ensino, às regulamentações vigentes e às demandas do trânsito contemporâneo.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Zenaide.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 99, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros

Subscrito pela Senadora Zenaide Maia.

Passo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia, para fazer a leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para encaminhar.) – Este requerimento aqui é para incluir os convidados nessa audiência pública que já foi aprovada aqui: Sra. Rita Serrano, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); representante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista; representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo; e representante da Contraf.

Esse é um pedido de audiência, acrescentando esses palestrantes a essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou submetê-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Convoco, para o dia 29 de outubro, quarta-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Para a gente já esgotar a pauta, o Senador Laércio perguntou se eu podia subscrever, e eu vou subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... se o senhor permitir, e a gente ainda votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com imenso prazer, Senadora Damares.

Item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 97, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 91/2025 - CAS, com o objetivo de debater ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira, seja incluído convidado que especifica.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE) e outros

Subscrito pela Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, o Senador Laércio está solicitando – para que a gente traga aqui na audiência pública que já foi aprovada no Requerimento 91/2025 e que tem o objetivo de debater os desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial para o benefício da saúde – que seja incluído o representante da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos.

Esse é o requerimento.

E, Presidente, nesse sentido, segunda-feira, esta Comissão protagonizou um dos mais lindos debates que o Senado já viu e foi exatamente, também, sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Cientistas estavam aqui nessa bancada e nessa. Foi incrível! E estava aqui, Zenaide, a Dra. Tatiana, aquela bióloga que pesquisou uma molécula que foi aplicada na coluna de uma pessoa que não estava andando, e a pessoa está andando – é uma terapia experimental –; só que não foi só uma, já foram várias pessoas que estão andando. Então, nós temos no Brasil, Presidente, cientistas incríveis. O nosso povo é demais. Só estão precisando de investimento na área de pesquisa.

O que aconteceu segunda-feira aqui nesta Comissão... Aquela audiência tem que ser reprisada inúmeras vezes na TV Senado para que o Brasil entenda como os nossos cientistas são bons.

E agora nós vamos ter uma outra aqui, e aí o Laércio está oferecendo aqui o nome de mais um debatedor.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco, para o dia 29 de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Humberto Costa e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 287, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1739, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2850, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de Quiropraxista." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PP/TO). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CAE e 2-CAE. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAE-CAS e 2-CAE-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, de duas emendas que apresenta e das Emendas n° 1-CDH e 2-CDH, na forma de duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CDH-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1-CDH-CAS, 2-CDH-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 2-CDH-CAS, 3-CAS e 4-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2349, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3748, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com oito emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4298, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, alergia ou intolerância alimentar, em qualquer local público ou privado, transportando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional"." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 85, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da PEC 19/2024 na Valorização dos Profissionais de Enfermagem e no Fortalecimento do Sistema de Saúde." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 95, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância do custeio da Previdência Pública"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 96, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2364/2021, que "institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo"." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 100, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ampliar o debate e a disseminação de informações sobre os medicamentos biossimilares no Brasil, seus impactos econômicos, sanitários e sociais." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 102, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual deficiência de Auditores Fiscais do Trabalho no Brasil e as consequências dessa carência para a proteção dos direitos trabalhistas, a fiscalização das condições de trabalho e o combate ao trabalho escravo e infantil." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 103, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 100/2025 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/29

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: documento do Movimento Amplia AFT, que solicita apoio para destinação de emendas de Comissão à LOA 2026 direcionadas à reestruturação da inspeção do trabalho no Brasil. O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Srs. Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A Comissão ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" da ferramenta de videoconferência para os Senadores que participam remotamente.

Item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2850, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Quiropraxista.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CAE e 2-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do seu requerimento, o que fará remotamente.

V. Exa. tem a palavra, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente, querido amigo Senador Marcelo Castro. Quero cumprimentar V. Exa. e todos os colegas Senadores e Senadoras que estão presencial ou remotamente.

Presidente, eu gostaria de saber se eu posso ir direto à análise ou preciso fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, pode ir direto à análise V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Da análise.

Compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nos termos do art. 100, incisos I e II (*Falha no áudio.*) ... opinar sobre matérias relativas às relações de trabalho, às condições para o exercício de profissões e à proteção e à defesa da saúde.

Do ponto de vista formal e constitucional, não se identificam óbices à tramitação e à aprovação da proposição. O projeto insere-se no âmbito da competência (*Falha no áudio.*) ... legislativa privativa da União para dispor sobre condições para o exercício de profissões – art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal –, respeitando os princípios constitucionais da valorização do trabalho – art. 1º, IV –, da dignidade da pessoa humana – art. 1º, III –, da proteção à saúde – arts. 6º e 196 – e da segurança jurídica.

A proposição também observa a boa técnica legislativa, especialmente após as emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) (*Falha no áudio.*) ... que corrigiram duplicidade normativa no art. 4º e ajustaram o art. 6º quanto à classificação jurídica da conduta prevista, promovendo a harmonia do texto com a legislação infraconstitucional.

No mérito, a regulamentação da profissão de quiropraxista representa avanço significativo na promoção da saúde e na valorização do profissional que atua na área do sistema neuro-músculo-esquelético.

A quiropraxia é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como prática segura, baseada em evidência científica, com contribuições relevantes para a prevenção e o tratamento de dores musculares, disfunções posturais e articulares, com impacto positivo na qualidade de vida da população e na redução de afastamentos laborais.

A ausência de regulamentação específica tem permitido a atuação irregular de pessoas sem formação adequada, bem como a proliferação de cursos livres sem respaldo técnico, o que gera insegurança à população e desvaloriza o profissional legalmente qualificado. A proposta ora analisada corrige esse cenário ao exigir formação universitária específica e registro em conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional, além de instituir instâncias fiscalizadoras próprias para zelar pelo exercício ético da profissão.

É importante ressaltar que a regulamentação da quiropraxia estimula a formalização da atividade, impulsiona a criação de cursos de graduação, fomenta a pesquisa científica e reduz os custos com tratamentos médicos mais invasivos ou com uso prolongado de medicamentos, além de gerar impactos positivos sobre os indicadores de produtividade e afastamentos laborais.

A proposta está, ainda, em consonância com os marcos regulatórios internacionais. Em países como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido, Alemanha e França, a quiropraxia é regulamentada e integrada aos sistemas nacionais de saúde. Ao seguir esse caminho, o Brasil avança no alinhamento com as melhores práticas globais de saúde pública e valorização profissional.

Presidente Marcelo, colegas Senadores e Senadoras, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.850, de 2021, de autoria da Senadora Kátia Abreu. (*Falha no áudio.*)...

E, sem dúvida, tenho total reconhecimento a essa profissão, a esses profissionais, que certamente já me tiraram de várias crises sem precisar tomar medicação.

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo o relatório de V. Exa., parabenizando-o ao mesmo tempo, coloco em discussão o parecer do nobre Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo quem queira discuti-lo, submeto à votação simbólica o projeto e as emendas, nos termos apresentados... Votação nominal, perdão.

Então, vou abrir aqui... (*Pausa.*)

Vou iniciar a votação nominal.

O projeto de lei é terminativo aqui na Casa, e a votação é nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como nós estamos em votação nominal, nós vamos aproveitar para dar seguimento aqui à nossa sessão.

Vamos votar os requerimentos.

Então, o item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 96, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2364/2021, que "institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo".

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Passo a palavra à nobre Senadora Dra. Eudócia para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

É um requerimento solicitando, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.364, de 2021, que "institui a campanha Março Borgonha, com o objetivo de prevenir e conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do mieloma múltiplo".

E eu queria só explanar aqui, Sr. Presidente, por que é tão importante esta audiência pública. O mieloma múltiplo, que é uma doença hematológica, é responsável por 10% de todos os cânceres hematológicos, especificamente na parte de oncologia. Então, este momento será muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para discutirmos essa patologia que mata 10% dos pacientes por ano, em torno de 7 mil pacientes por ano, por isso, a justificação. E eu acrescentei que se justifica a realização da audiência pública com o objetivo de instruir esse projeto de lei.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento da nobre Senadora Dra. Eudócia.

A Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Dra. Eudócia. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Quero aqui colocar, Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, a importância da missão oficial da qual eu fui autora, que foi uma visita aos grandes centros tecnológicos de medicina avançada para tratamento das doenças oncológicas, na Rússia e no Reino Unido. E quero aqui agradecer de antemão à Embaixada do Brasil na Rússia e também no Reino Unido por terem nos recebido tão bem.

Na Rússia, tive a oportunidade de estar com o nosso colega, Senador Irajá, e no Reino Unido estive com os membros do Ministério da Saúde e também com o Dr. Thiago Campos, que é um dos diretores da Anvisa, e foi muito importante a presença tanto do Ministério da Saúde como da Anvisa na oportunidade dessa delegação no Reino Unido.

E o que avançou? O que eu trago dessa missão? Que a vacina de RNA mensageiro está sendo estudada no mundo inteiro. A China – onde já estive, em abril – e, agora, a Rússia e o Reino Unido, estão se dedicando, se debruçando sobre o estudo dessa vacina de RNA mensageiro, como terapêutica para o câncer. E o resultado é muito promissor. Ambos os países relatam que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa vacina... Em torno de dois a três anos, já estarão bem avançados os estudos. E eles estimam que, até 2030, 10 mil pacientes já serão tratados com essa vacina, esse grupo de pacientes.

Na Rússia, através do Instituto Gamaleya e do Dr. Gintsburg, que representa o Instituto Gamaleya... Até coloquei na minha fala anterior, aqui nesta Comissão, na CAS, que tive a oportunidade de conversar com o Dr. Gintsburg, e ele colocou que, agora, já no primeiro semestre de 2026, eles aplicarão, em toda a população oncológica, a vacina de RNA mensageiro.

E como eles vão fazer? Eles vão fazer dez doses ao todo. Então, os pacientes que já têm diagnóstico de câncer – e são vários cânceres; os que mais matam, que são mama, próstata, também colorretal –, eles vão, durante cinco meses, começar com uma dose a cada sete dias, durante quatro semanas. A cada sete dias, farão uma dose da vacina RNA mensageiro e, depois desses sete dias, dessas quatro vezes, o que dará 30 dias, começarão com uma dose a cada 21 dias, totalizando cinco meses. Depois desses cinco meses, eles vão fazer imunoterapias – vai depender de cada paciente qual será o imunoterápico utilizado.

E o estudo em laboratório, que é o pré-clínico, mostrou-se muito avançado; os resultados foram muito promissores – muito, Presidente. O senhor que é médico – que é um grande médico, inclusive – e de que tenho orgulho de ter como colega médico, como colega Senador e como meu Presidente aqui da CAS... Presidente, é algo assim, muito esperançoso.

Eu vim com o coração, assim, com tanta esperança, e queria que os nossos brasileiros, as nossas brasileiras, pudessem sentir esse entusiasmo que estou sentindo hoje de falar aqui, no Senado Federal, na CAS, sobre esses estudos.

Quero dizer a você, Presidente, e a todos que nos acompanham, da minha alegria de saber que valeu a pena. Valeu a pena lutar, durante todo este ano – desde janeiro para cá, são dez meses de luta, em relação a essa questão da vacina de RNA mensageiro.

O meu projeto de lei, que é o marco regulatório da vacina, que é a vacina de RNA mensageiro, ainda não foi aprovado e, inclusive, foi retirado de pauta, sob pena de a gente não aprovar... Mas espero, Presidente, veementemente, que os nossos colegas Senadores e o Ministério da Saúde nos apoie nessa votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir as minhas palavras, quero dizer a V. Exa. e a todos os colegas, que, em relação à Rússia, é essa a experiência que eu tenho para colocar.

E, em relação ao Reino Unido, dizer que a vacina terapêutica RNA mensageiro... Eu visitei o *The Oxford Cancer Centre* e conversei com dois grandes cientistas – eles são oncologistas e cientistas –: Dr. Lennard Lee e Dr. Tim. O Dr. Tim, que é Diretor-Geral do Oxford Center Cancer, falou que já tem estudo, que eles já começaram estudos clínicos, Presidente, para uma vacina – olha só, Presidente, que avanço! Além da vacina terapêutica RNA mensageiro, eles estão estudando uma vacina profilática – profilática – contra o câncer.

E como é que eles fazem essa vacina profilática? Eles estudam os pacientes que têm alto risco de desenvolver câncer, por exemplo, os tabagistas, os pacientes que têm história familiar de câncer colorretal, de câncer de pâncreas, de câncer de mama. Eles enviam uma carta, um memorando, uma carta convite para essas pessoas se deslocarem até o instituto *The Oxford Cancer* e lá eles fazem uma triagem e convidam esses pacientes para essa pesquisa.

Essa pesquisa eles colocam como carro-chefe deles. É o seguinte: essas pessoas passam por um sequenciamento genético. Eles detectam os genes que levam a determinados tipos de câncer, trabalham essa vacina personalizada. Já estão fazendo ensaios clínicos e querem, até 2030, atingir 10 mil pacientes estudados.

E o que foi que eles já estão identificando? Que essa vacina evita, para aqueles pacientes que têm potencialidade de ter determinado tipo de câncer, essa vacina consegue bloquear o câncer nesses pacientes, por isso que eles falam lá em vacina profilática. E olha a grande surpresa: essa vacina dá 80 anos de proteção aos pacientes.

Então, resumindo, Presidente, pacientes que têm sequenciamento genético positivo para estudo do DNA do paciente para determinado tipo de câncer se submetem a essa vacina RNA mensageiro – também através do RNA mensageiro, porque tem a terapêutica e, agora, a profilática – e esses pacientes serão protegidos de desenvolver esse tipo de câncer. Resumindo, os pacientes que têm tendência a ter determinado tipo de câncer, através da vacina profilática RNA mensageiro, não desenvolverão o câncer. Isso, Presidente, para nós que somos médicos, é uma notícia que vem fazer toda a diferença. Então, além da vacina RNA mensageiro terapêutica, nós teremos também a profilática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que eu trago para toda a população brasileira e para todos os colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigada pela oportunidade da fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dra. Eudócia, quero parabenizar V. Exa. por empunhar essa bandeira com tanta fé e determinação.

Sem dúvida, esse é um campo novo que se abre, o do RNA mensageiro, que é recente. Não havia estudos em relação a isso, e só recentemente se abriu esse campo de pesquisas. Sem nenhuma dúvida, o ramo da ciência médica que mais esperanças traz de desenvolvimento vai ser esse ramo da imunologia, porque a imunologia é quase tudo. Quer dizer, se você tem um sistema imunológico bom, você não pega infecção, você não pega tuberculose, você não pega... E também evita os cânceres, o que termina sendo, no fundo, uma falha do sistema imunológico. É um ramo muito esperançoso, porque é uma doença que afeta a maior parte da humanidade. O risco de câncer que nós temos – todos nós temos – é muito grande e aumenta com a idade. E, se nós conseguirmos um controle desse de vacina para determinado tipo de câncer e o tratamento dos cânceres através de vacinas, sem nenhuma dúvida, será uma evolução gigantesca, jamais vista até agora. Nós não temos nada que se compare a isso.

Mas são estudos ainda. Vamos aguardar esses estudos clínicos, que, ao final, vão dizer realmente da efetividade, do grau de efetividade, se tem efeitos colaterais ou não, e se pode ser liberado para o uso corrente.

Parabéns à senhora mais uma vez.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Presidente, me dê um aparte, por favor, rapidinho.

Eu quero agradecer as suas palavras, Presidente. Sinto-me feliz e lisonjeada, e isso me estimula a trabalhar cada vez mais. Agradeço suas palavras.

Só queria colocar uma coisa bem importante, Presidente. Em todas as reuniões, tanto na Rússia como no Reino Unido, eu solicitei essa parceria da biotecnologia deles para trazer aqui para o Brasil, para que a gente possa estudar com os nossos pesquisadores brasileiros. E ambos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os nossos colegas da Rússia e do Reino Unido, aceitaram fazer essa troca de experiência biotecnológica. Isso é muito importante.

Outro ponto muito importante. Eu estava lá, como eu já falei, com o Dr. Thiago Campos, da Anvisa, que ficou encantado com os estudos. E o que foi que eu ouvi do Dr. Thiago Campos? Que ele quer que o Brasil – e é o meu intuito também – caminhe lado a lado com esses países, com esses grandes centros, para que a gente não fique para trás, para que a gente possa andar paralelamente.

E outra coisa, Presidente, uma coisa que a gente acha que vai demorar muito, – realmente, de fato, é estudo, está em estudo, em pesquisa clínica –, porém, eles falaram que em torno de dois a três anos já haverá essa vacina comercializada. Esse é um ponto crucial para a gente saber. Então, não é nada para daqui a 10, 15 anos, como nós achávamos; está batendo à nossa porta, Presidente. E isso é o que vai fazer o diferencial aqui para o nosso país. Eu não quero que o Brasil fique para trás. Eu quero que andemos lado a lado com os grandes centros. É por isso que a gente tem que batalhar, Presidente, para que a gente possa sempre estar a um passo à frente também, especialmente na área da saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dra. Eudócia, parabéns à senhora.

Vamos encerrar aqui a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

São 11 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Foi aprovado o projeto com as Emendas nº 1 e nº 2 - CAE e CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos aos requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 85, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da PEC 19/2024 na Valorização dos Profissionais de Enfermagem e no Fortalecimento do Sistema de Saúde.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Autoria do Senador Fabiano Contarato, subscrito pela Senadora Eudócia.

V. Exa., Senadora Eudócia, tem a palavra para a defesa do requerimento, para a leitura do requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a importância da PEC 19, de 2024, na valorização dos profissionais de enfermagem e no fortalecimento do sistema de saúde.

Justificação.

O objetivo desta audiência pública é debater o impacto da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, que busca reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais dos enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras. Esses profissionais são fundamentais para a estrutura do sistema de saúde, assumindo responsabilidades que demandam alta qualificação, dedicação e compromisso, muitas vezes em condições que exigem esforços físicos e emocionais intensos.

A proposta representa um passo importante para oferecer condições de trabalho mais dignas e assegurar valorização efetiva às categorias que estão na linha de frente do cuidado da saúde da população, promovendo qualidade de vida para os trabalhadores e, por consequência, contribuindo para um atendimento mais eficiente e humanizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este debate reforça a relevância de ouvir representantes das categorias envolvidas e especialistas da área, que trarão contribuições técnicas e práticas sobre os desafios e os benefícios esperados da aprovação da PEC.

A redução da jornada é uma demanda histórica que reconhece de forma concreta o papel vital desses profissionais na promoção da saúde e na garantia do bem-estar dos cidadãos.

Valorizar as categorias da enfermagem é essencial para fortalecer o sistema de saúde como um todo. E esta audiência pública é um marco importante para avançar nessa direção.

Então, é isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento do Senador Fabiano Contarato e da Senadora Dra. Eudócia.

As Sras. Senadoras os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 95, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "A importância do custeio da Previdência Pública".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Autoria do Senador Paulo Paim, subscrito pela Senadora Eudócia.

Passo a palavra à Senadora para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater "A importância do custeio da previdência pública".

A justificação é que vivemos tempos em que os direitos dos trabalhadores estão sendo atacados de forma sistemática. A precarização do trabalho assume diversas formas, todas com o mesmo objetivo: reduzir custos para empresas e transferir riscos e responsabilidades para os trabalhadores e, assim, atacando diretamente o custeio da previdência pública. Entre essas práticas, destacam-se a pejotização, a terceirização, a intermediação irregular, trabalho intermitente, trabalho informal, trabalho por aplicativo e a forma inadequada do trabalhador como microempreendedor individual.

A pejotização é uma forma clara de burlar direitos trabalhistas. Empresas contratam pessoas como se fossem empresas próprias, em vez de reconhecer sua condição de empregados. O resultado é a perda de férias, décimo terceiro salário, benefícios e até mesmo dificuldades no acesso à previdência social.

A terceirização, quando mal aplicada, transforma trabalhadores em cidadãos de segunda classe. É a porta escancarada para o trabalho escravo, que, infelizmente, é uma realidade em todos os estados do nosso país. Eles são contratados por empresas terceirizadas para executar funções que poderiam ser realizadas por empregados diretos, com salários menores, sem estabilidade e sob condições muitas vezes precárias.

Já a intermediação ilegal expõe o trabalhador à exploração. Intermediários contratam sem cumprir a lei, deixando quem produz riqueza para o país sem direitos básicos, com jornadas instáveis e salários miseráveis.

Essas práticas não são apenas injustas; são perigosas. Elas aumentam a informalidade, diminuem a proteção legal, reduzem salários e benefícios, ameaçando a sustentabilidade da previdência social e enfraquecendo a Justiça do Trabalho. Todo o trabalhador, toda a trabalhadora merecem respeito, direitos e proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho: "A desconstrução da proteção trabalhista enfraqueceu instrumentos que, inclusive, são responsáveis por injetar dinheiro na economia, como o décimo terceiro, o FGTS e a própria previdência social. Quem vai pagar a previdência? Quem vai ser responsável pelas gerações futuras?"

Por isso estamos aqui para continuarmos o debate sobre a importância do custeio da previdência pública. Os convidados e as convidadas serão informados posteriormente.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Itens 12 e 14.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 100, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ampliar o debate e a disseminação de informações sobre os medicamentos biossimilares no Brasil, seus impactos econômicos, sanitários e sociais.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Dra. Eudócia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 103, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 100/2025 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Eudócia

Ambos de autoria do Senador Nelsinho Trad, subscritos pela Senadora Eudócia.

Passo a palavra à nobre Senadora, para a leitura do requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 100/2025, da CAS, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Reginaldo Arcuri, Presidente do Grupo FarmaBrasil.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2025.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Leia o segundo requerimento, por favor.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de ampliar o debate e a disseminação de informações sobre os medicamentos biossimilares no Brasil, seus impactos econômicos, sanitários e sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); representante da International Generic and Biosimilar Medicines Association; representante da Sociedade Brasileira de Reumatologia; Dra. Julia Paranhos, Economista e Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da UFRJ e do Projeto de Extensão: Inovação & Saúde; representante do Ministério da Saúde; representante da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos).

E a justificação é que, em 2025, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 14.876, de 2025, que instituiu o Dia Nacional do Medicamento Biossimilar, a ser celebrado em 16 de dezembro. A medida representa um marco simbólico e político no reconhecimento da importância desses medicamentos para a ampliação do acesso, a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde e o fortalecimento da inovação e da produção nacional.

O mercado de medicamentos biológicos e biossimilares vem apresentando crescimento acelerado no Brasil e no mundo, com taxa média anual de expansão de aproximadamente 14%, representando hoje mais de 30% do mercado farmacêutico nacional. No entanto, esse avanço traz também desafios expressivos do ponto de vista orçamentário: os medicamentos biológicos correspondem a cerca de 60% dos gastos do Ministério da Saúde com aquisições, embora representem menos de 15% do total de unidades distribuídas pelo SUS.

Essa assimetria revela a urgência de políticas públicas que incentivem a introdução e o uso racional de biossimilares, como ferramenta essencial para ampliar o acesso, gerar economias significativas aos cofres públicos e garantir a sustentabilidade do sistema de saúde.

Relatórios internacionais recentes, como o *Global Use of Medicines Report 2023*, estimam que a adoção ampliada de biossimilares pode gerar até US$290 bilhões em economias globais até 2027.

Desde 2015, esses medicamentos já proporcionaram mais de 2,7 bilhões de dias de tratamento em todo o mundo, sem diferenças clínicas, sem diferenças clinicamente significativas, em termos de segurança ou eficácia em relação aos medicamentos biológicos de referência. Esses resultados são especialmente relevantes para o contexto brasileiro, em que mais da metade do orçamento do Ministério da Saúde já se encontra comprometida com a compra desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos, cenário que reforça a necessidade de instrumentos que assegurem previsibilidade regulatória, estímulo à concorrência e redução de custo para o SUS.

A experiência nacional com os medicamentos genéricos, responsáveis por economia acumulada superior a 350 bilhões aos consumidores brasileiros, demonstra o potencial transformador de políticas públicas bem estruturadas. Os biossimilares, por sua vez, despontam como a nova fronteira de democratização do acesso a terapias de alta complexidade, especialmente voltadas ao tratamento de doenças crônicas, autoimunes e oncológicas.

A realização desta audiência pública permitirá um diálogo amplo entre autoridades regulatórias, especialistas acadêmicos, entidades médicas e científicas, associações de pacientes e representantes do setor produtivo, em consonância com o papel do Senado Federal de promover transparência, controle social e o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde.

Sala da Comissão, 21 de outubro de 2025.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4974, DE 2023

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, de duas emendas que apresenta e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH, na forma de duas subemendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com pareceres favoráveis.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros, para leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Senador Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, Senador Marcelo Castro.

Já peço desculpas, porque eu cheguei já atropelando, quase derrubando a porta. É a correria do dia a dia. Apesar de estar bem tranquilo lá em casa, a gente, que é Senador aqui, no DF, nunca está tranquilo no nosso gabinete. Então, peço desculpas.

Cumprimento também a Senadora Dra. Eudócia, a Senadora Damares também, que são figuras muito presentes aqui, na Comissão.

Bom, eu vou para a leitura do relatório, Sr. Presidente, já agradecendo a possibilidade desse presente que o senhor me deu de falar sobre a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para Pessoa Idosa, porque a gente sabe o quanto que o Estado, nesse sentido, falha em termos de políticas para essa faixa etária, para o nosso idoso.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para Pessoa Idosa.

O PL é constituído de cinco artigos.

O primeiro institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física, cujo objetivo, delimitado no segundo artigo, é promover a prática regular de atividades físicas e esportivas pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa idosa, visando à melhoria da qualidade de vida, à promoção da saúde, à manutenção da autonomia e à redução da dependência funcional.

O art. 3º estabelece as diretrizes da política, enquanto o art. 4º elenca as medidas que podem ser tomadas pelo poder público para a sua efetivação.

São diretrizes da política: promoção do conhecimento sobre os benefícios da atividade física regular para o processo de envelhecimento saudável; incentivo à criação e manutenção de espaços públicos apropriados para a prática de atividades físicas e esportivas pela pessoa idosa; desenvolvimento de programas de capacitação para profissionais das áreas da saúde e assistência social; estímulo a parcerias entre órgãos governamentais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e empresas; realização de campanhas educativas e de *marketing* social sobre os benefícios da prática de atividade física para o envelhecimento saudável; inserção da prática de atividades físicas voltadas para a pessoa idosa em programas de atenção à saúde e de assistência social; garantia de acesso a programas de atividade física direcionados à pessoa idosa; fomento de pesquisa científica sobre os impactos da atividade física e dos esportes para a pessoa idosa.

O art. 5º – cláusula de vigência – estabelece que a lei resultante da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor alega que o envelhecimento populacional é uma realidade que demanda ações específicas, para garantir maior longevidade saudável a todos que envelhecem. Segundo ele, a ideia de criar a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa assenta-se em diversos estudos que demonstram a associação positiva entre a prática de atividade física regular e, claro, a melhoria da qualidade de vida.

A proposição já foi aprovada – como já citado pelo nosso Presidente – no âmbito da Comissão de Esportes (CEsp) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com as Emendas nº 1 e nº 2-CDH.

A matéria vem agora para análise desta Comissão de Assuntos Sociais, que decidirá em caráter terminativo.

A análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, não vislumbramos óbices à proposição.

No que concerne ao mérito, incumbe ressaltar a importância social e sanitária da matéria, que busca instituir medida que visa a promover uma longevidade saudável para nossos idosos.

Devemos louvar a iniciativa, pois ela se volta para parcela importante da população, uma vez que o envelhecimento populacional no Brasil é uma realidade demográfica crescente, com a população idosa no país representando 15,8% dos brasileiros, o que correspondente a quase 33 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É preciso reconhecer a estreita relação entre atividade física e envelhecimento saudável. Evidências científicas robustas demonstram que a prática regular de exercícios pode prevenir e controlar condições crônicas de saúde, melhorar a função cognitiva e aumentar a longevidade. Alterações fisiológicas ligadas ao envelhecimento, como redução da massa corporal e da força muscular, diminuição da densidade óssea, menor capacidade cardiovascular, declínio cognitivo e risco de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer, podem ser atenuadas ou até revertidas com a prática regular de exercícios físicos. No âmbito psicológico, a prática está associada à redução de sintomas de ansiedade e depressão.

Portanto, incentivar a adesão a programas de atividade física voltados aos nossos idosos é uma estratégia essencial para garantir uma melhor qualidade de vida, maior funcionalidade e *performance* do idoso e contribuir para que ele tenha uma vida independente.

Ademais, devemos reconhecer que essa iniciativa pode contribuir para diminuir a demanda sobre o sistema de saúde e os custos envolvidos com tratamentos e internações, ao melhorar os indicadores de saúde dessa população.

Assim, resta clara a relevância da proposição ora analisada.

Com relação às Emendas nºs 1 e 2-CDH, a nosso ver, elas são pertinentes ao determinarem que as atividades físicas propostas pelo PL direcionadas aos idosos sejam orientadas, claro, por profissionais especializados, além de aperfeiçoarem a redação dos incisos alterados. Entretanto, entendemos desnecessário explicitar que os profissionais sejam educadores físicos ou fisioterapeutas. Por essa razão, apresentamos subemendas às Emendas 1 e 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cremos que, em nome da clareza da linguagem e em consonância com a Lei Complementar nº 95, cabe ainda promover alterações redacionais do inciso I do art. 3º e do inciso V do art. 4º, mediante emendas de redação – são bem pontuais.

O voto.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, das Emendas nºs 1 e 2-CDH na forma de subemendas, e das emendas que apresentamos, que foram emendas redacionais.

Sr. Presidente, está muito clara a iniciativa aqui do Senador Eduardo Gomes. Nós sabemos que, como eu falei, o Estado é falho em políticas para esta faixa etária: a pessoa idosa. Então, a gente qualificar os profissionais para tratar essa população, a gente garantir parcerias, sejam elas governamentais ou institucionais, para a promoção desse tipo de política, isso é fundamental para que a gente garanta, além da funcionalidade da pessoa idosa, a autonomia, acima de tudo, a qualidade de vida, que é fundamental.

A atividade física, eu acho que não preciso dizer para vocês que faz parte da minha vida. E a gente – com certeza a maioria de nós aqui – apoia vários projetos direcionados à pessoa idosa. Nós sabemos que, para além disso, há a questão emocional. Muitos idosos ficam em casa, seus filhos, as suas famílias trabalham, e esse tipo de atividade em que eles estão em contato com os demais idosos ali é fundamental também para a questão emocional.

Então, quero agradecer e pedir a todos que aprovemos, no dia de hoje, de forma unânime, essa política nacional para a pessoa idosa, a atividade física para a pessoa idosa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – ... só para elogiar a Leila pelo voto.

E hoje eu vou legislar em causa própria de novo.

E, Presidente, não é só a saúde emocional, física, como a Leila colocou. Nesse tipo de atividade, a gente identifica idosos vítimas de violência. É nesse tipo de atividade que um bom profissional olha que o braço está um pouquinho mais roxo, que o olhar está abatido. Nessas atividades com idosos, a gente descobre, inclusive, Presidente, o que tem acontecido muito no Brasil, o estupro de mulher idosa. Então, em tudo o que a gente puder fazer para promover atividade com a pessoa idosa, para que ela saia do seu cantinho, conviva e se socialize, a gente pode estar salvando vidas de diversas formas, inclusive no enfrentamento da violência.

Parabéns, Leila! Fantástico seu voto. Parabéns ao Senador Eduardo Gomes pela autoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A Senadora Zenaide Maia, remotamente, pediu a palavra.

V. Exa. tem a palavra, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Oi, Sr. Presidente! Estou aqui dentro de um carro, mas não poderia deixar de falar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estão vendo? Parabéns, Senadora!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... sobre esse projeto de lei que vem mostrar, na verdade, o que a gente vem dizendo: a atividade física é uma medicina preventiva, a mais eficiente.

Aliás, a atividade física, os esportes de uma maneira geral previnem a violência também. E quem previne... O mundo sabe, graças a Deus, os meios de comunicação ficaram mostrando a importância da atividade física na longevidade de todas as faixas etárias. É bom ter um projeto para a gente se debruçar, Presidente, sobre o orçamento. Vamos colocar a vida dos idosos no orçamento deste país, porque hoje a ciência já mostra, não só dessa parte física, que o cérebro é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentado pela atividade física; a produção de endorfina é de quase 100% pela atividade física e regula o humor, aumenta a vontade de viver, a alegria – e, ainda digo mais, a estética, porque depressão também tem a ver com isso: você se olhar e não se sentir bem.

Por isso, convoco aqui os colegas, parabenizando a Leila e o Senador Eduardo, porque precisamos dar visibilidade ao povo brasileiro que esta Casa, este Congresso está preocupado, sim, em fazer uma medicina preventiva, de cuidar da vida de pessoas idosas que hoje... No Brasil, acho que ainda não é isso, mas a população que mais cresce no mundo é de 80 a 100 anos. E não tenha dúvida de que prevenir é melhor do que remediar. Essa atividade física vai evitar AVC, infarto, a circulação dos membros inferiores vai melhorar e vai evitar as tromboses venosas. Então, é uma medicina e com a parte social preventiva.

Por isso que para um projeto desse a gente tem que ter um olhar diferenciado... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Travou.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Por videoconferência.*) – Obrigada! E parabéns mais uma vez, Leila, você foi taxativa – a gente diria cirúrgica, não é, Marcelo? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato!

Obrigado pela contribuição da Senadora Zenaide, que estava andando de carro (*Risos.*), mas não deixou de participar aqui da nossa Comissão.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eudócia, para discutir o relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a minha amiga Senadora Leila Barros pela brilhante relatoria – como sempre, né, Senadora? Eu já tinha lhe dito anteriormente, sempre digo, que você é um exemplo de Parlamentar e que eu aprendi muito, ainda aprendo, com você e com todas as colegas e os colegas, com todos os Senadores. Mas você realmente faz toda a diferença aqui no Senado, parabéns! Orgulho-me muito de você ser, assim, um ícone aqui no nosso Senado. Sou muito grata pela sua atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero parabenizar também o Senador Eduardo Gomes pela iniciativa da autoria em um tema que é tão importante. Porque a nossa população, Sr. Presidente, está envelhecendo, então a gente tem que se voltar... não é, Senadora Damares? Você, que é uma maravilha de mulher, de Senadora, de guerreira, lutadora que também... Eu sou sua fã, amiga, você sabe disso. Então é sem palavras.

Mas o que acontece? Eu quero parabenizá-la, Senadora Leila, pela sua relatoria, porque você foi bem objetiva nos pontos que você elencou, e, como a nossa população está envelhecendo, a gente tem que se debruçar sobre isso. Então, temos que ver a questão do exercício físico, que previne as doenças oncológicas. Isto já tem estudos mostrando, que quem faz exercícios físicos diminui... Olha, com exercício físico e alimentação saudável, você diminui em 40% as chances de doenças oncológicas. Quarenta por cento, isso é muito!

Outra coisa que eu quero colocar, que a Senadora Zenaide colocou, é que no exercício físico você libera os hormônios da felicidade, que são endorfina e serotonina. Isso é muito importante. E isso diminui muito os riscos, como a Zenaide também colocou – acho que a Zenaide meio que captou o que eu ia falar já –, diminui os casos de depressão, que os idosos têm muito, né? Você também colocou, Leila.

E outra coisa, a maioria – eu não estou dizendo que... lógico –, a maioria dos nossos pacientes idosos tem hipertensão arterial. E também tem muitos casos de obesidade. Exercício físico diminui a obesidade, diminui também hipertensão arterial, consequentemente diminui os infartos agudos do miocárdio, que matam muitos idosos, e os AVCs, como a Senadora Zenaide falou.

Então, quero parabenizar e só colocar uma situação, Leila, Damares e o nosso Presidente: lá em Maceió – vou falar da minha terra... E aqui eu quero parabenizar o Prefeito JHC pela gestão. Sobre a questão do exercício físico especificamente, ele colocou, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A Senadora Eudócia é absolutamente isenta e insuspeita para falar do Prefeito de Maceió. (*Risos.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então eu não posso falar porque eu sou suspeita, né, Presidente? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Explica! Explica essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pelo contrário, a senhora é insuspeita e isenta! (*Risos.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O Presidente falou isso, pessoal, porque eu sou a mãe do Prefeito JHC, de Maceió, e eu agradeço e louvo a Deus por esta oportunidade que o Senhor me deu.

E me sinto muito orgulhosa – vocês, que são mães – de ter um filho tão atuante, Presidente, e, graças a Deus, por ele focar tanto, sabe, em todos os âmbitos administrativos, mas especialmente na saúde. Ele colocou inúmeras academias públicas, a grande maioria na orla, na nossa orla e também na parte alta da cidade, nos bairros menos favorecidos. Isso que achei lindo, vamos dizer assim, da preocupação do Prefeito JHC. E com isso, Presidente, diminuiu muito o número de obesidade, de AVC, de hipertensão arterial nos nossos idosos.

Então, é isso que eu quero colocar. Agradeço pela oportunidade da fala, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senadora Eudócia. Desculpe a brincadeira, viu?

Bom, gente, esse projeto realmente é uma iniciativa fantástica do nosso Eduardo Gomes, com a relatoria da nossa queridíssima Senadora Leila. Morrer todos nós vamos, você não tem como escapar, mas a gente deve procurar empurrar a morte para a frente, viver mais e com qualidade de vida. Aí temos que tomar as preocupações que são clássicas: manter o peso, se alimentar bem, controlar as taxas de glicose, de colesterol, de gordura, a pressão arterial e fazer atividade física regular e moderada.

Todos falaram aí, a Leila falou, a Zenaide também, eu aqui, como psiquiatra, quero realçar esse aspecto: a atividade física será tanto melhor quando for feita em grupo, em equipe, porque tem a parte da socialização também. Então, por exemplo, eu faço caminhadas, mas só aprendi a fazer caminhada de maneira regular, só passei a fazer regularmente quando formei um grupo. Então, em Teresina, eu tenho um grupo para caminhada, em Brasília, tenho outro grupo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhada. A gente vai conversando, trocando ideias, contando história – todos mentem, menos a gente, né? (*Risos.*)

E, no final da caminhada, você fez amizade, fez a sua socialização e libera as endorfinas, você está com o humor mais elevado, então, tanto faz bem do ponto de vista físico quanto do ponto de vista psicológico e social também. É muito importante essa atividade física.

Bom, isso não quer dizer que porque você está fazendo não vai ter uma doença, tudo pode acontecer, agora, se iria acontecer, você vai diminuindo a chance de acontecer tomando suas precauções, que é um cuidado que todos nós devemos ter. E, graças a Deus, estamos cada vez vivendo mais, o Brasil está com uma taxa muito elevada de envelhecimento, isso é muito bom, isso é saudável, e os cuidados precisam ser tomados com muito mais frequência. Então, esse cuidado que o JHC teve lá em Alagoas, lá em Maceió, é um cuidado que tem que ser expandido pelo Brasil inteiro e agora sempre estimular, porque a tendência do velho que está aposentado, ocioso, é ficar parado, ficar dentro de casa, não pode. Então, ele tem que ter uma ocupação, tem que se sentir útil, tem que se sentir produtivo, não é? E, como a Zenaide disse, tem que se gostar, tem que ter autoestima, gostar de si mesmo, e tudo isso ajuda a pessoa a viver melhor, viver mais e com qualidade de vida.

Então, parabenizo a todos.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vou submetê-lo à votação nominal. Vou abrir aqui a votação.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar nominalmente.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto os nossos colegas estão votando, eu vou ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4298, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Autoriza o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, alergia ou intolerância alimentar, em qualquer local público ou privado, transportando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é uma matéria sobre criança, é uma matéria extraordinária de consenso. Eu vou direto à análise, inclusive de forma resumida, mas eu antes quero falar do que vai acontecer hoje à tarde.

Nós teremos, na Comissão de Direitos Humanos, uma atividade especial com crianças, inclusive está vindo um menino de oito anos que está de olho na sua cadeira, na cadeira da Eudócia e da Zenaide. O menino tem oito anos, tem mais de 2,6 milhões de seguidores nas redes, é um minimédico. Ele dá aulas de Medicina com oito anos. Esse menino é aqui de Goiânia, a coisa mais linda do mundo, e vai vir falar sobre saúde hoje à tarde na Comissão de Direitos Humanos. Imagine.

E nós teremos meninas *influencers*, nós temos uma menininha que esteve aqui, no ano passado, com lúpus, ela veio aqui com nove anos, ela fez um desafio ao Senado com relação à política para lúpus, e a gente conseguiu aprovar a matéria por causa de Sossô. Sossô vai estar com a gente hoje de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos trazer crianças que vão hoje trazer reivindicações para o Senado. Eu só estou com medo de que elas peçam seis meses de férias, seis meses de aula. Eu só estou com medo de que elas peçam para a gente tirar a Matemática da escola, mas hoje elas terão voz para a gente terminar o mês de outubro, que é o mês da criança, com uma atividade diferente.

E queria muito que vocês, médicos, se puderem conhecer o Davi Milhomem... Eu até recomendo as pessoas que sigam esse menino, é um geniozinho com oito anos.

Então, Presidente, a gente agora vai votar uma matéria sobre infância.

No mérito, Presidente, é preciso ter em mente que a proposição em análise reforça o dever do Estado de incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população. É louvável a intenção do Senador Jader Barbalho de assegurar o direito de crianças e adolescentes com autismo, alergia ou intolerância alimentar de ingressarem e permanecerem em estabelecimentos públicos e privados, portando alimentos para consumo próprio e utensílios de uso pessoal. A medida, ao mesmo tempo em que remove barreiras de inclusão, protege dimensões essenciais da saúde e da segurança alimentar desse público, que enfrenta restrições específicas e frequentemente pouco compreendidas pela sociedade.

A seletividade alimentar é uma das principais condições que afetam pessoas com TEA, presente entre 40% e 80% das crianças diagnosticadas, manifestando-se como recusa a alimentos novos, apego a determinadas texturas e sabores e resistência a alterações na rotina.

Presidente, tem criança com TEA cuja mãe precisa fazer a comidinha especial e, quando a criança chega à escola com essa comidinha – às vezes é um bolinho diferente –, os professores não querem deixá-la entrar com esse bolinho. Então, há uma falta de compreensão de que essa questão da seletividade é um dos sintomas das crianças com TEA. A gente tem que aprovar esse projeto para que elas possam levar o seu próprio alimento a qualquer lugar, a um *shopping*, um restaurante, uma igreja. Eu acho que a gente faz agora um aceno à comunidade e a gente aplica a justiça.

De igual modo, pessoas com alergias e intolerâncias alimentares também, Presidente, enfrentam obstáculos concretos de acesso a ambientes coletivos quando não lhes é permitido portar seus próprios alimentos. Estima-se que mais da metade da população brasileira apresente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

predisposição genética para o desenvolvimento de intolerância à lactose, condição que impõe limitações severas e que pode causar dor, desconforto e constrangimento social quando não respeitada. Além disso, com base na prevalência mundial, a Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil calcula que aproximadamente 2 milhões de brasileiros convivam com a doença celíaca, cujo tratamento consiste na exclusão completa do glúten da dieta, o que torna indispensável o consumo de alimentos preparados em condições específicas de segurança.

No caso das alergias alimentares, a Associação Brasileira de Alergia e Imunologia aponta que, embora não existam estatísticas oficiais nacionais, a prevalência no Brasil deve acompanhar a literatura internacional – e pasmem –, há cerca de 8% das crianças com até dois anos de idade e 2% dos adultos acometidos. Trata-se de condição que pode desencadear desde reações leves até quadros graves, incluindo risco de anafilaxia, o que reforça a necessidade de assegurar a essas pessoas o direito de portar alimentos seguros, adequados e compatíveis com suas restrições.

Nesse sentido, a impossibilidade de portar alimentos e utensílios pessoais em estabelecimentos de uso coletivo, onde a alimentação seja permitida, não é mera restrição logística, constitui obstáculo concreto à preservação da saúde das pessoas com TEA, alergia ou intolerância alimentar.

Imagina no cinema, Presidente, ao qual a mãe leva a criança e quer levar a pipoca dela separada, porque a pipoca do cinema tem muita gordura, e o cinema não a deixa entrar com aquela pipoca. Olhe o que a gente vai fazer aprovando esta matéria.

O que está em jogo, portanto, não é apenas o direito de escolha alimentar, mas a proteção contra agravos que podem comprometer o bem-estar físico, desencadear crises comportamentais e impactar negativamente a qualidade de vida de toda a família.

Cumpre registrar que o PL em análise especifica como público-alvo as crianças e os adolescentes. No entanto, entendemos que o mesmo direito à alimentação adequada deve ser garantido a qualquer pessoa com TEA, alergia ou intolerância alimentar, independentemente da idade. Nesse sentido, com vista ao aprimoramento da proposição, apresentamos proposta de substitutivo sem restrição de faixa etária. Foi isto o que eu fiz: trouxe também para o adulto com restrições alimentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, Presidente, diante de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.298 de 2024, na forma do substitutivo que já está amplamente divulgado e publicado.

Este é o relatório. E peço aos pares que me acompanhem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da emenda e do substitutivo.

A matéria vai à CDH.

Vou encerrar a votação nominal do Projeto de Lei nº 4.974.

Já deu quórum.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Houve 11 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção. (*Palmas.*)

O projeto foi aprovado, com as Emendas nº 1 e nº 2 da CDH/CAS, na forma das subemendas apresentadas, e as Emendas de nº 3 e nº 4 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns aqui à Senadora Leila e ao Senador Eduardo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 102, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual deficiência de Auditores Fiscais do Trabalho no Brasil e as consequências dessa carência para a proteção dos direitos trabalhistas, a fiscalização das condições de trabalho e o combate ao trabalho escravo e infantil.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Sugere-se a participação dos seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); representante da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT); representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) e representante da Comissão dos aprovados no último concurso para Auditor Fiscal do Trabalho.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estejam de acordo, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O Requerimento foi aprovado.

Convoco para o dia 5 de novembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Jorge Seif, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jussara Lima, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 19/2023 - CAS, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA), REQ 23/2023 - CAS, de autoria Senador Zequinha Marinho (PL/PA) e REQ 99/2025 - CAS, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1915, de 2019, que "regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica". **Participantes:** Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Wellington Messias Damasceno, Diretor Administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Neiva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo; Maria Rita Serrano, Conselheira no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf; Antônio Lisboa Cardoso, Advogado Especialista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; e Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 19 e 23, de 2023, da CAS, e nº 99, de 2025, também da CAS, de autoria dos Srs. Senadores Zequinha Marinho e Fabiano Contarato, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 1.915, de 2019, que "regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica".

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, como a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Vou convidar aqui para fazer parte da mesa os convidados abaixo relacionados:

– Sr. Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira, Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – ele vai participar por videoconferência. Está confirmada a sua presença –;

- Sr. Antônio Lisboa Cardoso, Advogado Especialista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) – V. Sa. pode se sentar aqui, por favor –;

- Sr. Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são convidados do Senador Zequinha Marinho.

Vamos aos convidados do Senador Fabiano Contarato:

- Sra. Maria Rita Serrano, Conselheira do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), por videoconferência;

- Sr. Wellington Messias Damasceno, Diretor Administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, também por videoconferência;

- Sra. Neiva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, também por videoconferência; e

- Sra. Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Sejam todos bem-vindos.

A Sra. Maria Rita Serrano, que está remotamente e tem outros compromissos, pediu para falar em primeiro lugar. Então vou passar a palavra à Sra. Maria Rita Serrano, Conselheira do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

V. Sa. tem a palavra, Sra. Maria Rita.

A SRA. MARIA RITA SERRANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Queria saber se vocês estão me ouvindo direitinho. (*Pausa.*)

Estão? Que bom.

Bom, primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Marcelo Castro, porque eu conversei com ele há alguns dias no Senado com relação a esse tema e ele o recebeu com bastante interesse – um tema que eu acredito ser muito relevante para os trabalhadores.

Também gostaria de cumprimentar aqui todos os convidados – o Wellington, a Neiva, o Marcello Caio e todos os convidados para este debate – e também congratular a iniciativa do projeto de lei do Senador Jaques Wagner; o Fabiano Contarato, que é o Relator; e o Sr. Zequinha Marinho, o Senador que fez o requerimento para ter a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar aqui uma apresentação. Deixe-me ver se dá certo. Por que agora não entra? Aqui, não sei se... (*Pausa.*)

Está o.k. para vocês aí? Dá para ver direitinho a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está dando, sim, está o.k.

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência.*) – Então está bom.

Bom, Senador, além de hoje contribuir como Conselheira do Diap, eu fui, durante... Esse tema me interessa muito, porque eu fui, durante dez anos, conselheira de administração, eleita pelos empregados da Caixa Federal. Então, entre 2013 e 2023, eu fui eleita, e fui uma das primeiras eleitas depois da lei que garantiu a eleição de representantes dos trabalhadores para as estatais, que foi em 2010. Depois, por conta desse histórico de atuação na alta administração, eu fui Presidente da Caixa, em 2023.

Além disso, eu faço doutorado em Administração e minha pesquisa é sobre a representação de trabalhadores para conselhos de administração. Então o tema vem me chamando muito a atenção, motivo pelo qual, inclusive, como eu disse aqui, além da atuação prática, eu venho pesquisando sobre isso.

Eu montei uma apresentação bem rápida para explicar um pouco a origem dessa discussão e também como isso é tratado no mundo e no Brasil hoje, e para contribuir para o debate.

Primeiro, a eleição de trabalhadores para o conselho de administração trata de duas questões principais: a melhoria da governança corporativa, do ponto de vista das empresas; e a democratização das relações com o sindicato, que envolve as empresas e as entidades sindicais.

Codeterminação – esse é o nome dado no mundo para essa representação – significa partilhar decisões. A origem é um pouco esta: ela nasce no modelo alemão, com origem na Constituição da República de Weimar, a Constituição da Alemanha dos anos 20. E a partir de 1976, a legislação alemã determina que todas as empresas alemãs deveriam contar com representação quase paritária – na maioria das empresas grandes, ela é paritária, e em empresas com mais de 200 trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Wellington está aqui representando os metalúrgicos e, na Alemanha, por exemplo, a Volks tem as suas representações de trabalhadores nas comissões, que não necessariamente, nesses países, se chamam conselhos de administração. Então, você tem conselhos onde os trabalhadores atuam junto com a representação das empresas.

Eu quero só destacar... Aqui não está, mas o primeiro caso de partilha de decisões com relação a empresas e trabalhadores foi nos Estados Unidos, em 1919, numa universidade, e, no Brasil, o primeiro modelo que nós podemos citar é da década de 40, que foi a criação da Cipa, que também tem essa intenção de partilhar decisões – no caso, sobre saúde e segurança – com os trabalhadores. Então, a origem aqui é alemã.

A Europa hoje é a região onde você tem maior avanço nas discussões de codeterminação, de partilha das decisões com trabalhadores. Então, na Europa, só para a gente entender, 19 países do Espaço Econômico Europeu têm legislação sobre a codeterminação no conselho de administração – portanto, específica com relação ao conselho de administração das empresas – e 12 países, como Bélgica, Reino Unido e Itália, não possuem quadro legal para codeterminação, mas têm muitos acordos voluntários. Não têm a legislação, mas os acordos são feitos com as empresas.

Na Alemanha – eu já disse aqui –, as empresas têm representação quase paritária com trabalhadores nos conselhos com mais de 2 mil trabalhadores, e aí nós estamos falando de empresas privadas e empresas públicas. Isso é importante destacar aqui. Eu tinha falado 200 trabalhadores antes, mas são 2 mil trabalhadores. Nas empresas menores na Alemanha, também existe a representação dos trabalhadores, mas não paritária.

Nos Países Baixos, os trabalhadores têm direito a serem ouvidos sobre decisões estratégicas e também podem nomear candidatos para o conselho de administração, conforme a legislação Works Councils Act. O direito a representação varia conforme o tamanho da empresa, a propriedade e o setor sindical.

Você tem estudos recentes – inclusive minha pesquisa, como eu disse aqui, é sobre isso – que indicam que a presença – e aí nós estamos falando especificamente da Europa, onde esse modelo é mais maduro, mais antigo – de representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração contribui para uma gestão mais eficiente e para a criação de valor organizacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui nós temos alguns autores que pesquisaram sobre isso – é uma pesquisa de 2018 –, e eles sugerem que a codeterminação de paridade nos conselhos leva as empresas a um compromisso maior com a eficiência na gestão, com representantes dos trabalhadores atuando não apenas em benefício dos seus interesses, mas também dos demais *stakeholders*, quer dizer, dos demais parceiros.

E, nesse caso aqui, eu só quero abrir um parêntese: a partir de 2010, a legislação determinou nas estatais... Essa representação nas estatais – embora seja de um único trabalhador eleito para o conselho – foi fundamental, inclusive, para melhorar a gestão das empresas públicas, porque houve uma contribuição – e eu vivi isso ali, no dia a dia – no sentido de melhorar a governança, a fiscalização e a atuação dessas empresas.

Eu sempre gosto de dizer que ninguém quer mais a perenidade de uma empresa do que o próprio trabalhador, porque dela ele depende para sobreviver. Então, essa atuação aqui no Brasil – embora não se tenha uma pesquisa ampla sobre isso, porque ainda é recente a legislação, como eu disse, de 2010 – também trouxe esse ganho, inclusive, na defesa das instituições públicas e do seu papel na sociedade.

Quanto aos benefícios para os trabalhadores, a codeterminação estimula o compromisso dos trabalhadores com a empresa, pois além de eles adquirirem conhecimentos específicos da organização, isso garante fortes vínculos comunitários e culturais. Foi o que eu disse sobre os trabalhadores no caso das estatais: o apego, a defesa da instituição pública, a melhoria da sua governança e a melhor fiscalização dos seus recursos foi o que marcou esse período de 15 anos da legislação no Brasil. Então, esse sistema aumenta a transparência e permite que os trabalhadores compreendam e aceitem decisões difíceis. E não só isso: os trabalhadores também podem contribuir para minimizar essas decisões difíceis e, também, para sugerir novas formas de atuação da empresa para dirimir riscos.

Com relação às empresas, o modelo robusto de codeterminação – especialmente evidenciado na Alemanha – foi apontado como um dos fatores que ajudaram a economia alemã a se recuperar mais rapidamente após a crise financeira global. É importante destacar que esse modelo alemão foi fundamental não só para minimizar os efeitos da crise financeira mundial de 2008, mas também para recuperar a Alemanha e os países da Europa do processo da Segunda Guerra Mundial – porque houve uma tentativa de união da sociedade em prol da reconstrução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos países. Então, esse modelo contribuiu muito, nesse caso, para as empresas, e trouxe estabilidade, melhor entendimento e aceitação das decisões empresariais, contribuindo para a prosperidade da empresa, credores e comunidades.

Como eu disse, como os trabalhadores muitas vezes conhecem a empresa do chão de fábrica, do dia a dia, eles... E parte dos conselhos de administração – é importante destacar isso – , boa parte dos conselhos de administração é de pessoas externas às empresas, que não conhecem as empresas – muitas vezes o próprio CEO, o próprio presidente. Então, a presença dos trabalhadores na alta administração contribui para que a direção tenha uma visão real da necessidade não só dos trabalhadores, mas dos clientes dessas empresas, da melhoria dos serviços e também da sustentabilidade da empresa.

Bom, é óbvio que o modelo traz desafios. Então, há muitos questionamentos – e estou falando de uma forma geral, pelo mundo inteiro – em relação à questão da confidencialidade – é um dilema.

Eu fui conselheira e vivi esse dilema, quer dizer, parte das decisões que são discutidas no conselho são confidenciais e, obviamente, esse eleito precisa também prestar contas. Mas eu acho que é possível fazer as duas coisas, sem quebrar a regra de confidencialidade das decisões, só tratando de assuntos que possam ser públicos. Então, é possível – eu fiz isso durante muitos anos e acredito que é possível.

E é importante destacar que a presença de trabalhadores em conselhos de administração não substitui o papel dos sindicatos. Na realidade, o trabalhador que representa os trabalhadores e a demanda dos trabalhadores é um *stakeholder*, digamos, um parceiro fundamental da empresa nessas discussões, mas os sindicatos têm o seu papel e esse representante tem outro. Então, ele não substitui os sindicatos, não pode negociar em nome dos trabalhadores, etc., mas é uma representação, um olhar dos trabalhadores para a gestão e, obviamente, tem esse vínculo com os sindicatos. Os sindicatos são quem representam os trabalhadores.

Importante que esses processos eleitorais, no mundo inteiro, são organizados pelos sindicatos – no Brasil, também, quando se trata das estatais.

Aqui, nós temos um histórico do modelo brasileiro. Como eu disse, tem uma coisa interessante no Brasil: muito embora só em 2010 houve uma legislação com relação às estatais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde 2001, a Lei das S.A. incorpora essa possibilidade. Então, a Lei das Sociedades Anônimas incorpora a possibilidade de se eleger trabalhadores para conselhos de administração. Por sinal, eu fui pesquisar na lei e isso existe. Desde 1976, há essa possibilidade e não foi regulamentada até hoje no caso das empresas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dra. Maria Rita...

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência*.) – Eu estou terminando, Senador. Estou agilizando... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É porque são muitos convidados. A culpa não é da senhora, a culpa é minha. Eu deveria ter dito que o prazo seria de cinco minutos. A gente normalmente prorroga até dez quando há, assim, uma necessidade muito grande. Só os convidados aqui são sete, mas tudo bem.

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência*.) – Pode deixar, eu estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço a senhora. Pois não.

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência*.) – Eu nem contei o tempo aqui, nem consegui olhar, mas eu estou terminando.

Bom, então no caso do Brasil, desde 1976 existe na Lei das S.A. e houve um processo de inclusão disso, um processo legislativo em 2001, e até hoje não foi legislado.

Um exemplo importante: a Vale do Rio Doce é uma empresa privada que tem conselho de administração, eleição de trabalhadores para o conselho de administração. É uma grande empresa, uma das maiores do Brasil, privada, que tem isso por normativa interna. Inclusive, eu tinha sugerido o convite para eles participarem, mas não deu tempo.

Para a gente andar, no Brasil – já disse –, a legislação de 2001 já previa essa possibilidade. A lei de 2010 garantiu só nas estatais. A Lei das Estatais, de 2016, ratifica isso, com relação à eleição nas estatais. E a novidade aqui, para este debate, é a decisão do STF, agora, de fevereiro de 2025, que reconheceu a omissão do Congresso Nacional em regulamentar o direito dos trabalhadores à participação na gestão das empresas, conforme previsto no art. 7º da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal. E a Corte estabeleceu um prazo de 24 meses para que o Legislativo adote medidas necessárias para efetivar esses direitos. Então, eu acho que essa é a novidade para esta audiência. Tem uma decisão do STF dando dois anos, portanto, até 2027, para o Congresso legislar sobre isso. Isso que impulsiona, inclusive, esta audiência.

Bom, por último, é importante destacar aqui os avanços que podem vir disso para o setor privado: o fortalecimento da governança corporativa – eu citei que os trabalhadores são um dos principais parceiros das empresas, são eles que atuam, o principal *stakeholder* –; o alinhamento com as práticas ESG, sair do discurso do ESG e, de fato, tornar a governança mais responsável, com sustentabilidade e impacto social – essa presença garante isso –; a democratização das relações de trabalho; e, também – é importante – a estabilidade e a resiliência em tempos de crise, como eu citei aqui no caso da Alemanha. Então, é uma prática interessante para poder sobreviver – as empresas e a sociedade sobreviverem em tempos de crise.

Por último, aqui, as referências, porque eu usei algumas pesquisas, inclusive um artigo que eu escrevi sobre o tema. E quero agradecer de novo, Senador Marcelo Castro, o convite e todos os autores e Relator dessa matéria. Eu espero ter contribuído com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, Dra. Maria Rita. Foi muito esclarecedora a apresentação de V. Sa. e a gente agradece profundamente.

Vamos ao próximo convidado, o Sr. Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira, Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

V. Sa. tem a palavra, Sr. Marcello.

O SR. MARCELLO CAIO RAMON E BARROS FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim, o nosso tempo aqui são cinco minutos, mas nós não somos rigorosos. Se puderem ser os cinco minutos, porque são muitos os convidados, tudo bem, mas não sendo... só para não ultrapassar muito.

O SR. MARCELLO CAIO RAMON E BARROS FERREIRA (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome da Confederação Nacional da Indústria, eu agradeço o convite para contribuir com esse importante debate e eu parabenizo a Comissão pela iniciativa de promover essa discussão.

A participação dos empregados na gestão empresarial ganhou a centralidade, conforme a colega anteriormente a mim comentou, com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADO 85. O STF reconheceu a omissão legislativa em regulamentar o inciso XI do art. 7º da Constituição e fixou o prazo de 24 meses para que o Congresso aprove uma proposta de regulamentação.

Eu gostaria de comentar brevemente essa decisão do STF, porque ela é muito importante no sentido de que sinaliza a necessidade de se debater o tema com objetividade, serenidade e responsabilidade institucional. O próprio voto do Ministro Relator, Ministro Gilmar Mendes, ressalta a complexidade envolvida e a multiplicidade de arranjos possíveis – conforme a colega também colocou antes de mim – e, sobretudo, a necessidade de um amplo diálogo entre todos os setores interessados, com o objetivo de construirmos uma legislação adequada.

Para contextualizar, eu lembro que o inciso XI do art. 7º prevê a participação dos empregados na gestão da empresa excepcionalmente e conforme definido em lei. O próprio Ministro Gilmar – eu vou me referir algumas vezes ao voto do Ministro porque ele trouxe considerações muito importantes sobre o tema – destacou essa excepcionalidade no voto dele. Por essa razão, segundo ele, o Congresso não deve apenas se debruçar sobre como deve ser a participação, mas também sobre quando esse direito poderá ser exercido.

E aqui eu vou lembrar, como também o Ministro Gilmar Mendes destacou em seu voto, que a legislação brasileira já abarca, de certa forma, o tema, o que, no entender da CNI, pode apontar o caminho para a regulamentação. E, novamente, a colega já se adiantou a mim, porque eu estou falando aqui da Lei 12.353, de 2010, que trata da participação de empregados no conselho de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista, e da Lei 14.195, de 2021, que faculta a participação de representantes dos trabalhadores em conselhos de empresas privadas, quando previsto estatutariamente.

É importante dizer que, na legislação vigente, esse instituto nunca foi estabelecido como obrigação geral, mas sempre como uma alternativa, ou por decisão estatutária, ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação coletiva. Em outras palavras, esse caráter excepcional é essencial de se ter em mente nos debates legislativos sobre uma possível regulamentação.

Reforçando esse entendimento, Sr. Presidente, é fundamental lembrar, conforme o *caput* do art. 2º da CLT, que cabe ao empregador assumir os riscos da atividade econômica e organizar a produção, o que exige que qualquer participação dos trabalhadores na gestão seja realmente excepcional.

Vou voltar a me referir ao voto do Ministro Gilmar. Ele também destacou a experiência internacional, que demonstra uma multiplicidade de modelos e graus de participação de trabalhadores, sem a imposição de um padrão único. E, dessa forma, o processo de regulamentação no Brasil precisa levar em conta tanto a diversidade do setor empresarial quanto a necessidade de proteção à livre iniciativa e à propriedade, buscando garantir segurança jurídica.

Já que eu mencionei a experiência internacional, trago aqui também referência ao que fala a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT aborda as legislações sobre participação dos trabalhadores em empresas como um espectro, ou seja, vai desde a informação e da consulta até a representação interna dos trabalhadores, conforme, de certa forma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO CAIO RAMON E BARROS FERREIRA (*Por videoconferência.*) – ... prevê a Convenção 135, de 1971. Só que a OIT não prescreve participação na gestão da empresa. Os instrumentos internacionais ressaltam, sobretudo, a importância do diálogo social, da negociação coletiva e da proteção dos representantes.

Ainda sobre a OIT, na publicação *Participación de los trabajadores en las decisiones dentro de la empresa: tendencias y problemas actuales*, a Organização adverte que o tema é controvertido. O texto reforça que não existe um modelo único de participação dos trabalhadores e argumenta que a participação deles na empresa pode até gerar mudanças indesejadas nas relações de trabalho, com as discussões sobre direito de propriedade, exercício da autoridade e estruturas hierárquicas.

Ainda segundo essa publicação, a ideia de transferir conceitos da democracia política para o plano da empresa é problemática, uma vez que a independência dos líderes empresariais é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indispensável para o bom funcionamento do negócio. Também pode trazer problemas como excesso de burocracia e confusão de responsabilidade.

Vou me encaminhar aqui para o fim da minha fala, Sr. Presidente. Eu lembro que a legislação brasileira já dispõe de mecanismos robustos de diálogo social, como a comissão de representantes de empregados, inserida na CLT pela reforma trabalhista, que são os arts. 510-A a 510-F, promovendo o entendimento direto entre trabalhadores e empregadores no cotidiano da empresa.

Então, para concluir, o Brasil tem nas mãos uma oportunidade de avançar com equilíbrio, cumprindo a decisão do STF, regulamentando o texto constitucional e, ao mesmo tempo, construindo soluções que respeitem a nossa realidade produtiva, que dialoguem com os melhores exemplos internacionais e reforcem o ambiente da segurança jurídica e competitividade.

Assim, eu reitero o compromisso da CNI com o diálogo institucional, modernização das relações de trabalho e com o desenvolvimento de modelos que promovam a produtividade, inovação e proteção social.

Estamos à disposição para contribuir de forma construtiva para que o Brasil avance em direção a um marco legal que integre trabalhadores e empregadores de forma eficiente, justa e compatível com as exigências do nosso tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e demais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós que agradecemos, Sr. Marcello Caio.

Vamos ao próximo convidado, o Sr. Wellington Messias Damasceno, Diretor Administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de saudar aqui... Por meio de V. Sa., saúdo todos os Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar também as convidadas e convidados; saudar aqui a querida Maria Rita Serrano; parabenizar pela audiência pública, esse é um tema muito importante e estratégico; e cumprimentar também o Senador Jaques Wagner pela iniciativa do projeto que regulamenta um dispositivo previsto na Constituição Federal.

Bem, as experiências no Brasil são muito limitadas, principalmente nas empresas públicas e, como a própria Maria Rita Serrano trouxe, a Vale é quase um exemplo muito singular quando a gente fala de empresas privadas.

Ainda assim, as experiências que nós temos nas empresas públicas e sociedades de economia mista não tiram o brilho da participação dos trabalhadores em conselhos de administração, tanto do ponto de vista da transparência nas decisões, da comunicação aos trabalhadores e à sociedade, quanto do zelo pela função social da empresa e, claramente, o papel econômico que as empresas desempenham.

Mas eu quero trazer aqui dois exemplos do meu setor, o setor metalúrgico, que eu acho que nós temos... Apesar de não ter uma vasta experiência na discussão dos conselhos de administração, eu quero trazer dois exemplos que são muito positivos e interessantes para compartilhar em uma audiência pública.

Primeiro, o caso da Mercedes... Aliás, os dois exemplos são casos de empresas alemãs. A Rita Serrano contextualizou bem o modelo de codeterminação que vem da Alemanha, mas os dois são de empresas alemãs: um caso da Mercedes e um caso da Volkswagen.

No caso da Mercedes, que tem conselho de administração, os trabalhadores que o compõem são indicados pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, o IG Metall, e, em 2007, nós tivemos a indicação de um brasileiro para esse conselho de administração lá na Alemanha, o companheiro Valter Sanches, que foi dirigente aqui do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Ele desempenhou a participação por longos dez anos antes de assumir outra atribuição em nível global de representação dos trabalhadores, e o fato de ele ser um trabalhador brasileiro no conselho de administração não fez com que houvesse conflitos de interesse que prejudicasse os interesses da própria empresa. Tanto que nesse período que ele esteve como representante do conselho de administração, nós tivemos situações de crise da empresa aqui no Brasil – inclusive a mais aguda em 2015 –, e a participação dele foi muito positiva, tanto no sentido de alertar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levar a situação pela qual o Brasil atravessava e a empresa passava aqui no nosso país para discussão na Alemanha, quanto isso trouxe maior transparência e confiança dos trabalhadores nas decisões que foram tomadas a seguir. Então, é um bom exemplo de que é possível você ter esclarecimento e envolvimento dos trabalhadores quando nós temos um representante dos trabalhadores nesses conselhos.

E, veja, no nosso caso, no Brasil, a gente tinha, além de trabalhadores no conselho de administração, um trabalhador brasileiro que facilitava muito esse debate e essa interlocução com os nossos trabalhadores daqui, até pela facilidade do idioma e do conhecimento do chão de fábrica.

No caso da Volks, nós não temos um brasileiro no conselho de administração, mas eu quero destacar três pontos aqui em relação à Volks.

Primeiro, que o conselho de administração na Alemanha é paritário. São 20 membros: dez, indicados pelo capital – entre esses dez, dois são indicações do estado federal da Baixa Saxônia – e os outros dez são indicações dos trabalhadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (*Por videoconferência.*) – Tem o representante dos trabalhadores executivos, tem as indicações do IG Metall, o sindicato dos metalúrgicos da Alemanha, e tem as indicações da comissão de fábrica, que são os trabalhadores eleitos para a organização interna dos trabalhadores. Eles também têm indicação nesse conselho de administração. E há uma vaga que sempre é destinada, por parte do sindicato dos metalúrgicos da Alemanha, para um não alemão, que atualmente é um companheiro trabalhador da Seat, da Espanha.

Inclusive, em novembro agora, celebram-se 80 anos da codeterminação, ou da cogestão, na Volkswagen – iniciada na Alemanha, mas que se espalha por todo o globo. Isso é uma situação na Volks.

A segunda é que nós temos, na Volkswagen, um comitê mundial dos trabalhadores, em que você engloba todos os países que estão representados, que têm unidades da Volkswagen. Aqui no Brasil, eu faço essa representação no comitê mundial, e, através do comitê mundial, nós temos a carta de relações do trabalho, ou a carta de cogestão. Depois os países discutem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representações sindicais dos países e estabelecem a recomendação e a utilização dessa carta de relações do trabalho. Aqui no Brasil, nós assinamos uma primeira parte dessa carta.

E, aqui, eu chamo a atenção para o terceiro ponto, no caso da Volkswagen. Na carta a gente discute os tópicos e qual o modelo de aplicação desses tópicos, que são divididos em três níveis: o nível de informação, o nível de consulta e o nível de cogestão.

Então, a gente estabelece, com a empresa, aqueles determinados assuntos: o que a empresa precisa informar aos trabalhadores, em que ela precisa se consultar com os trabalhadores, e aquilo que tem nível de cogestão, que precisa ser negociado e chegar a um entendimento sobre essas questões.

Novamente, na Alemanha, nós vimos, em novembro, que houve uma situação envolvendo a Volkswagen, de queda de mercado, uma necessidade de reorganização e readequação do efetivo, e isso envolvendo os trabalhadores, o sindicato, os trabalhadores que ocupam cargos no conselho de administração. Chegou-se a um entendimento que, inclusive, prevê readequação de efetivo e esvaziamento de fábricas, mas, por força da transparência e do diálogo social, houve entendimento por parte dos trabalhadores.

Volto a dizer: em todos esses casos citados, as indicações são aprovadas pelos trabalhadores, mas são aprovadas também pelo conselho da empresa. Então, não é algo imposto pelos trabalhadores. Você tem um sistema dual, em que você faz a aprovação de quem vai representar.

Não há uma dificultação ou uma lentidão na definição dos rumos da empresa por ter um trabalhador fazendo parte, ou um grupo de trabalhadores fazendo parte do conselho de administração, uma vez que os ritos de tomada de decisão da empresa já são conhecidos, seja através das reuniões do conselho de administração – muitas vezes as assembleias, os conselhos de administração... Então, naturalmente, os trabalhadores que vão compor esse conselho também vão se adequar a um modelo já estabelecido, já preexistente.

Agora, tem que ficar claro, Sr. Presidente – e, por aqui, eu já vou encerrando a minha participação: a presença dos trabalhadores no conselho de administração proporciona maior transparência nas decisões tomadas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Wellington.

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (*Por videoconferência*.) – Ela garante previsibilidade para a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Por favor, vamos concluir?

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (*Por videoconferência*.) – Sim, concluindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A sua contribuição é muito importante, mas é porque tem muitos convidados.

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (*Por videoconferência*.) – Não, esse é para concluir mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que precisam falar também.

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (*Por videoconferência*.) – Ela garante previsibilidade para os trabalhadores e para a empresa.

A previsibilidade para a empresa é muito importante, mas também é muito importante a previsibilidade para os trabalhadores. Facilita a comunicação com os trabalhadores – respeitada a sigilosidade das informações que são discutidas dentro do conselho –, e claro que há o maior envolvimento dos trabalhadores nas decisões estratégicas da empresa, uma vez que se sentem parte da empresa, e não meros prestadores de serviço dentro daquela unidade. E isso facilita, também, o processo de negociação coletiva, porque você tem uma maior transparência nos números e nas tomadas de decisão – tomadas de decisão estratégicas, em que há o comprometimento de todo o conjunto de trabalhadores, trabalhadoras e representação sindical.

Então, Sr. Presidente, convidadas e convidados, eu finalizo aqui a minha participação, dizendo que a iniciativa é muito importante, é uma forma de democratizar o papel social da empresa na sociedade brasileira, em conformidade com o que o legislador constituinte previu lá em 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, de fato, nós teremos um Brasil mais produtivo e mais comprometido se nós tivermos, também, trabalhadores nas tomadas de decisão, a partir do conselho de administração.

Obrigado pela oportunidade, fico à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Sr. Wellington. Agradecemos a sua colaboração.

Vamos ao próximo convidado, Antônio Lisboa Cardoso, advogado especialista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

V. Sa. tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO (Para expor.) – Bom dia. Agradecemos aqui.

Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro. Em nome do Presidente da CNC, agradecemos pelo honroso convite para participar dos debates desta Comissão.

Demais Srs. Senadores, Sras. Senadoras, demais representantes, senhores e senhoras aqui presentes, um bom dia.

Concordamos com as palavras dos oradores que nos antecederam e, parcialmente, em relação à apresentação da Dra. Rita Serrano.

Concordamos com a importância e a necessidade da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, mas discordamos tão somente quanto à participação das entidades sindicais na indicação e na eleição dessa comissão. Aliás, no nosso entendimento, o tema já se encontraria plenamente regulamentado pela Lei 13.467 – que foi a recente reforma trabalhista –, que instituiu a comissão de trabalhadores.

Então, como os exemplos que nossos palestrantes anteriores informaram. Nós temos ali a participação, a segura representação dos trabalhadores, isentos da influência ou da manobra tanto da empresa quanto das entidades sindicais. Ali, temos o número estabelecido por empresas, por número de trabalhadores. O art. 510-A, da CLT, já traz essa normatização. Empresas com mais de 200, até 3 mil empregados, terão uma representação de três membros; empresas com mais de 3 mil até 5 mil: 5 membros; e com mais de 5 mil: 7 membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, evidentemente, diante dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, o entendimento do setor de comércio de bens, serviços e turismo, representado aqui pela CNC, é no sentido de que essa regulamentação, quando acontecer, que o Parlamento possa ter o cuidado de não transformar o ambiente de trabalho numa disputa entre capital e trabalho. Hoje, nós podemos estabelecer a representação dos trabalhadores no âmbito da empresa, Senador, por meio da negociação coletiva. Isso é perfeitamente assegurado pela CLT. Agora, se o Supremo entende que essa situação precisa de uma maior regulamentação, talvez entrar aqui nos detalhes de como esta Comissão vai funcionar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO (Para expor.) – ... como esta Comissão precisa agir, e não na forma como ela será eleita, porque isso a própria CLT já assegura.

E nós podemos ver, tivemos aqui parâmetros, exemplos de participação, referências à participação da Comissão nas empresas estatais, que existe. No entanto, esta Comissão, muitas vezes, por si só, não resolve o problema da gestão da empresa. Caso isso acontecesse, nós teríamos visto os membros desta Comissão, por exemplo, virem à público informar a situação de empresas públicas deficitárias.

Quer dizer, a participação do trabalhador, pura e simplesmente, na representação dentro da empresa, não é que vai resolver ou vai melhorar a gestão da empresa. E, de toda sorte, se vamos nos debruçar para regulamentar o trabalho e esse assunto, precisamos ter o cuidado de não transformar o ambiente de trabalho em uma situação que vise uma disputa entre capital e trabalho.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Dr. Senador Paulo Paim. Tudo bom, Senador? Presidente da Comissão, Dr. Senador Paulo Paim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Desculpe chegar atrasado.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não, tranquilo. Muito bem. Senador... por quem a gente já tem um carinho especial e reconhecemos o trabalho que ele desenvolve em prol desse assunto, tanto de, em favor... olhando a questão do trabalhador como também do empregador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o Senador tem consciência de que... Quer defender o empregado? É tendo empresas fortes, tendo uma gestão da empresa forte estaremos defendendo também os trabalhadores.

Então, Senador, só dando uma recapitulada aqui. Na visão da CNC, o assunto já estaria plenamente regulamentado pela Lei 13.467, que já dispõe sobre a comissão de trabalhadores no âmbito da empresa, sem a participação, sem interferência de sindicato ou da própria empresa – uma comissão, ali já tem um número mínimo de participantes, de integrantes, por número de trabalhadores. Mas, diante da decisão do Supremo, que estabelece a necessidade dessa regulamentação, a posição da CNC é no sentido de que qualquer regulamentação que venha a acontecer seja nos moldes do que foi estabelecido na própria CLT, pela Lei 13.467.

Lógico, podemos estabelecer... Talvez a decisão do Ministro é no sentido de dar um pouco mais de efetividade, no sentido de dizer quais são as atribuições que a comissão vai exercer, o que ela vai fazer. E, em qualquer forma, o pleito da CNC, a posição da CNC é no sentido de que essa comissão continue sendo sem a interferência tanto da empresa – o que não é interessante, que os trabalhadores não sejam desvirtuados da situação; é importante que o trabalhador tenha conhecimento da real situação da empresa e que vá defender ali uma gestão adequada –, mas também sem a participação do sindicato no âmbito da empresa. O sindicato tem a forma de atuar, como aqui até já foi colocado: a comissão não substitui o papel do sindicato. O sindicato continua com o papel que ele tem que exercer plenamente, mas sem essa interferência no âmbito da empresa, porque é isso que gera a resistência, a dificuldade e a reação do empresariado contra o assunto. Fora isso, nós estamos juntos. **O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Uma bela exposição. Eu cheguei agora, infelizmente não ouvi os outros convidados. Mas como toda reunião a que venho e me dizem que talvez eu tenha que presidir, eu preparo uma pequena introdução e eu farei aqui agora, no momento em que eu assumo aqui.

Estamos aqui para discutir um PL do Senador Jaques Wagner, e que também na CAE foi relatado pelo Senador Fabiano Contarato. E aqui na Casa é terminativo, né?

O PL 1.915, de 2019, de autoria do Senador Jaques Wagner regula a participação de representantes dos empregados na gestão das empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é um tema bacana de nós estarmos discutindo com vocês aqui. Eu fui Constituinte, eu fui um dos culpados desse tema entrar na Constituição, viu? Só tem eu e o Renan hoje aqui no Senado...

A Constituição Federal, no art. 7º, já prevê essa participação. Porém, até o momento, entendeu o Senador Jaques Wagner, que é necessária a regulamentação em lei. É nesse cenário que esse PL se torna essencial. A participação dos empregados na gestão das empresas favorece um ambiente empresarial para tomada de decisões mais tranquilas, equilibradas, e, consequentemente, traz maior transparência, melhorando, inclusive, a governança corporativa.

Esse PL contribui para a promoção da justiça social e fortalece o diálogo entre empregado e empregadores. Eu venho do mundo sindical – não é, Baleia? O Baleia Rossi está bem quieto ali no celular dele, mas acompanhou o que eu falei, né?

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu me dou o direito de falar assim, porque eu o conheço há uns 30 anos, eu acho, né? Mais ou menos isso.

Mas vamos em frente.

Eu passo a palavra agora ao Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

É com você, Bruno.

Eu estava dando cinco, mas já falei aqui com a assessoria, já me autorizou a dar 10, porque o tema é tão importante que vamos para dez minutos. Não desautorizando o Presidente, que eu combinei com ele que disse: "Desde que tu fiques, tu podes dar dez ou quinze, quanto que você quiser."

Vamos lá, o Diap está aí também, não é?

O SR. BRUNO VASCONCELOS (Para expor.) – Bom dia, bom dia. Obrigado, Senador Paim. É uma satisfação estar ao lado de um legislador constituinte originário, que deu origem a esse dispositivo. Então, é uma satisfação muito grande o senhor estar conosco nesse importante debate, que a gente vem acompanhando. Quero até agradecê-lo e também parabenizá-lo pela iniciativa. Quero agradecer e me congratular com os demais presentes à mesa, aqui na Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também a todos que nos acompanham das suas casas, dos seus escritórios. E também quero agradecer, em nome do Sistema OCB, em nome do Presidente Márcio Lopes de Freitas, a quem também, é uma grande satisfação estar representando aqui neste tão importante momento e debate.

Pois bem, Senador, antes de a gente adentrar ao mérito, só apresentando rapidamente aqui o Sistema OCB, que hoje é composto por três casas: temos a CNCoop, que é a Confederação Nacional das Cooperativas, que é a entidade máxima de representação sindical das cooperativas no âmbito do Brasil; a OCB, que é a nossa casa mais antiga, remonta ao ano de 1971, que é responsável pela representação política e institucional, especialmente aqui no âmbito, obviamente, do nosso Congresso Nacional; e, por fim, o Sescoop, OS, responsável aí pela parte de qualificação, capacitação, promoção social, né? Então, essas três entidades, somadas, compondo aí o nosso sistema OCB.

E, em números, rapidamente aqui, a importância e o impacto do cooperativismo hoje em âmbito nacional. Hoje a gente está falando, Senador, de acordo com o nosso anuário que foi lançado agora em 2025, de 4,3 mil cooperativas no Brasil, somando 25,8 milhões de cooperados, cerca de 12% da população brasileira.

Com relação a empregos diretos gerados pelo cooperativismo, a gente está falando hoje em torno de 578 mil empregos gerados, diretamente. Eu não vou me ater muito a esses números. Isso aqui é mais para a gente ter uma noção do impacto do cooperativismo no nosso cenário nacional.

Então, já adentrando um pouquinho, Senador, com relação ao mérito da proposição legislativa, hoje, basicamente, e eu vou tratar, eu até vou pedir licença para tratar desse projeto sob um prisma um pouco diferente do que já foi abarcado até então, que eu acho que quem me antecedeu, os colegas que me antecederam, o Dr. Antônio Lisboa, a Dra. Rita e os demais, eu acho que já abarcaram e trataram muito bem.

O meu foco hoje aqui nesta audiência, Senador, vai ser abarcar um pouquinho sobre o prisma do cooperativismo e trazer também algumas experiências internacionais, como já foi trazido também pela Dra. Rita e os demais, as experiências na Alemanha, na França, só que sob a ótica do cooperativismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, fazendo esse início desse trabalho, na Constituição, a gente tem, basicamente, três formas de participação dos trabalhadores nas empresas. Então, hoje o que a gente está tratando é esse ponto dois, que é a participação na gestão, que está lá no art. 7º, inciso XI. E onde a gente verifica e analisa esses dispositivos, Senador, basicamente, eles se referem às relações típicas de trabalho. Qual que é essa relação típica de trabalho? É o de vínculo de emprego.

Então, quando a gente analisa sob a ótica ali da Constituição, sob a ótica da CLT, quando a gente trata dessa participação desses representantes, a legislação menciona, e faz uma remissão a essas relações típicas de trabalho, de emprego; o vínculo de emprego. Então, basicamente, a questão do capital/trabalho.

Quando a gente trata do cooperativismo, e aqui já avançando para a segunda etapa da apresentação, o cooperativismo tem algumas nuances diferentes de uma sociedade empresarial comum, vamos dizer assim. Então, basicamente, o cooperativismo está lá, instituído pela lei de 1971, que é a Lei Geral do Cooperativismo, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, sem objetivo de lucro, e ela se difere em diversos aspectos com relação à sociedade empresária, que eu vou pedir licença para já, já tratar dessas nuances, que eu tenho um quadro bem bacana, bem sucinto e dinâmico, que a gente vai poder demonstrar essas diferenças.

E dentro do cooperativismo, e não só aqui no Brasil, Senador, nós temos alguns princípios que regem o cooperativismo, que são sete. E esses princípios são aplicados não só no Brasil, mas também em outros países, como, por exemplo, Alemanha e França, que eu peço licença também para mencionar, que são os países *cases,* que eu vou mencionar com relação à questão da participação de trabalhador na gestão das empresas. E dentre esses sete princípios, eu destaco aqui a questão da gestão democrática pelos membros, que é o segundo princípio, que basicamente menciona que há uma participação igualitária e isonômica entre os seus membros, onde cada um tem um voto, independentemente da sua cota parte na cooperativa.

Então, é o princípio da primazia do homem ali, do voto ali. Então, você tem uma pessoa, aquela pessoa tem direito a um voto, independente da sua participação. Então, você já tem, desde o nascituro, desde a origem do cooperativismo, essa questão da participação democrática. Então, todos participam de maneira igualitária. Esse é um dos principais princípios do cooperativismo, que aqui eu faço questão de frisar, que é o que vai capitanear aqui todos os meus apontamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda parte aqui dessa minha apresentação com relação à natureza diferenciada das cooperativas. Então, há uma relação associativa, diferentemente da sociedade empresária, que há uma cogestão, essa pretensão de cogestão, codeterminação por meio desse projeto, no cooperativismo a gente já pratica isso, só que por meio da autogestão cooperativista.

Então, o próprio cooperado já pratica, de maneira democrática, igualitária com relação aos demais, a questão da autogestão cooperativista. Uma diferença também que salta aos olhos, diferentemente da sociedade empresária, onde a gente fala que o trabalhador recebe ali a contraprestação da tua mão de obra, do serviço, via remuneração, via salário; no âmbito do cooperativismo, a gente fala de retirada ou sobra. Retirada lá, por exemplo, no âmbito, da 12.690, cooperativismo de trabalho, sobras, no âmbito ali da 5.764. Então, também tem essa diferenciação.

Como eu mencionei há pouco a questão desse princípio, segundo o princípio do cooperativismo da gestão democrática, é uma gestão que você faz por meio de uma assembleia dos seus membros, por meio do seu conselho de administração, frisando novamente, com voto e voz iguais. No nosso modelo,– e aqui já indo para algumas conclusões, para o início dessas conclusões –, Senador, talvez esse PL venha a causar algum tipo de desequilíbrio nesse aspecto jurídico, técnico e operacional. Por quê? Porque nós já temos no nosso DNA cooperativista essa gestão, autogestão e autonomia na tomada das decisões do dia a dia.

E, por fim ali, poderia criar inclusive uma figura paralela incompatível, em detrimento da democracia direta do modelo cooperativista, que nasceu desse princípio da gestão democrática. E aqui, como eu salientei há pouco, eu trago esse quadro que faz uma diferenciação, com relação à empresa mercantil. E aqui eu não vou tratar de cada uma dessas diferenciações, mas eu vou destacar algumas dessas diferenciações, no sentido de que o modelo cooperativista, a rigor, não poderia se encaixar nesse PL, nesse projeto de lei, tendo em vista que, como eu mencionei, o cooperativismo é formado por pessoas, diferentemente da empresa mercantil, que é uma empresa, uma sociedade de capital; não tem o objetivo de lucro, diferentemente da empresa mercantil; como eu mencionei; cada associado um voto, diferentemente da empresa mercantil, que quanto mais capital, mais poder você tem de influência, de interferência, enfim; a cooperativa tem um conselho de administração eleita pela assembleia geral dos próprios cooperados, enquanto que na empresa mercantil, você tem um conselho de administração definido pelos sócios majoritários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO VASCONCELOS – Obrigado, Senador.

Já, agradeço antecipadamente.

E aqui já caminhando para o final, penúltimo eslaide.

Como eu mencionei, aqui se falou muito e trouxe esses estudos da Alemanha, trouxe esses estudos da França, lá na Alemanha é uma lei de codeterminação – eu fiquei ontem o dia inteiro para memorizar, saber falar essa palavra em alemão, vou ousar falar aqui –, que é o *Mitbestimmungsgesetz*. É uma palavra muito difícil, mas lei de codeterminação significa isso, que basicamente se aplica aí às empresas de grande porte, com mais de 2 mil funcionários. Mas, nessa mesma legislação, Senador, ressalva e exclui as cooperativas da sua aplicação. Justamente por conta dessa questão da gestão democrática que, que já está no nosso DNA cooperativista.

E além disso, além de excluir por conta desse princípio de participação democrática, também fala que, por termos uma legislação autônoma – que, no caso da Alemanha, é uma legislação que data de 1889, atualizada em 2006/2017 –, por conta dessa legislação autônoma, que já rege ali o cooperativismo na Alemanha, e por conta dessa gestão democrática, que já está na nossa origem, ela falou: "olha, não; eu acho que não tem necessidade de a gente incluir as cooperativas, porque ela já tem essa participação democrática na sua origem".

Da mesma forma, a Lei Florange, lá da França, de 2014, que mudou ali parte do seu Código Comercial, também excluiu as cooperativas sob o mesmo argumento, porque lá há uma lei, uma legislação própria do cooperativismo, que data de 1947, em que fica excluído o cooperativismo dessa aplicação de participação de empregados no conselho de administração, por exemplo.

Então, o que a gente acredita, Sr. Senador? Da mesma forma como no direito comparado – a questão da legislação alemã, francesa – que tem sido trazido para esse debate como um espelho para a gente poder aplicar e regulamentar essa situação de representação de empregado aqui no Brasil, de repente, nos conselhos de administração, e da mesma forma o Sistema OCB também defende o estudo e leva em consideração esses bons exemplos desses países, que são basicamente os pioneiros nesse assunto, também para trazer isso para o debate, para se analisar o cooperativismo também como uma forma, obviamente. Porque, inclusive, é importante salientar que a ONU declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, eu acho que é importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente trazer isso para o debate também, inclusive, salientando a questão da governança democrática. Então, retomando, é importante a gente trazer esses dois exemplos para o debate, para a gente poder também, excetuar, se for o caso, o modelo cooperativismo.

Então, concluindo já aqui no último eslaide, o que a gente entende? I) a incompatibilidade do projeto e a natureza democrática da cooperativa; e II) uma eventual necessidade de aperfeiçoamento da proposta, com a expressa exclusão das sociedades cooperativas.

Então, era isso que eu tinha para contribuir na manhã de hoje.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), que fez uma bela exposição, colocando o seu ponto de vista entre as cooperativas e outras empresas, mostrando essa realidade, que vai servir, claro, para sempre aperfeiçoar a legislação.

Neste momento, eu passo a palavra à Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, por videoconferência, a líder Neiva Ribeiro.

Neiva, como eu dei aqui em torno de – dez mais cinco – 15 minutos para o que a antecedeu, você terá os mesmos 15 minutos e, se necessário, eu dou uns minutos a mais ainda, porque podemos ter um debate depois.

É com você, Neiva.

A SRA. NEIVA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares presentes, em especial, o Senador Jaques Wagner, proponente do projeto de lei, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Zequinha Marinho, que fez o requerimento, o Senador Marcelo Castro, que antecedeu aqui a audiência, muito obrigado pelo apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto é muito importante para nós trabalhadores que queremos fazer parte dos conselhos de gestão das empresas privadas. Alguns de nós bancários já fazemos parte de conselhos de empresas públicas, e isso é muito importante para nós.

Também quero saudar os convidados presentes, em especial a minha companheira Juvandia Moreira Leite, que está aí presente na audiência, minha companheira no Comando Nacional dos Bancários, a companheira Maria Rita Serrano e, na pessoa dela, todos os presentes.

Eu quero já começar reforçando que a participação dos trabalhadores na gestão das empresas é muito importante e que a participação dos sindicatos é primordial. Não há conflito nenhum nisso e só reforça essa participação dos trabalhadores. Não há conflito nessa parceria. O sindicato vai fazer toda a defesa das relações de trabalho, e o conselheiro vai participar da gestão da empresa, vai participar garantindo a transparência, garantindo a democratização das relações de trabalho. E isso, com certeza, vai ajudar na negociação coletiva e no fortalecimento das pautas dos trabalhadores.

Nós temos experiência com participação nos conselhos no Banco do Brasil e na Caixa, participamos das eleições desses conselhos, e as nossas experiências são muito bem-sucedidas. Esses conselheiros... A Maria Rita Serrano, que foi participante do conselho da Caixa por muito tempo, por três vezes seguidas, com a participação dos sindicatos, sem conflito nenhum nessa relação, é um exemplo disso. No Banco do Brasil, nós também temos.

Essa participação só ajuda a levar as pautas dos trabalhadores em relação não só às questões trabalhistas, mas também os trabalhadores têm muito a contribuir na questão de como a empresa pode melhorar a sua gestão, o seu modelo de negócio, a sua questão da ESG, que é um tema muito em voga no momento, e uma série de questões, inclusive com o consumidor, com as questões ambientais, com as questões éticas, com as questões de como trabalhar a questão da diversidade, a questão de assuntos que estão muito em voga na sociedade hoje.

Todas as experiências que nós temos na questão da diversidade, na questão dessa participação só trazem, só mostram frutos importantes. E a gente tem certeza de que, se isso se repete para os bancos privados, no caso dos bancários, que têm uma convenção coletiva nacional e têm uma negociação coletiva que é um exemplo bem-sucedido, trazendo frutos para os bancários e também para os empregadores, nós temos certeza de que isso só vai se repetir para todas as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do momento que a Constituição já prevê que essa possibilidade existe, a partir do momento que a Lei das SAs coloca que essa possibilidade existe e que o Supremo coloca que nós temos o papel de regulamentar essa questão em dois anos, acho que é urgente, importante que nós façamos este debate.

Aí eu já quero parabenizar a todos por essa iniciativa. Quero parabenizar a todos pelas apresentações anteriores, principalmente a da companheira Maria Rita Serrano, que aprofundou bastante o debate.

Eu quero reforçar que o sindicato tem muito a contribuir com essa questão. Não existe, não pode e não tem como... Um trabalhador vai eleger um representante para levar as suas pautas no conselho de administração da empresa, porque é óbvio que o trabalhador vai levar a sua visão para a administração da empresa – e essa visão é muito salutar e é muito importante, porque a produção, o lucro e o sucesso de uma empresa não se fazem sem a participação do trabalhador e da trabalhadora – e é óbvio que a visão dele vai enriquecer muito, vai garantir muito.

E aí, se a Vale do Rio Doce teve essa iniciativa e é uma empresa muito bem-sucedida, se o Banco do Brasil e a Caixa têm essa iniciativa e são empresas muito bem-sucedidas, muito lucrativas, essa experiência, com certeza, vai se repetir, de forma muito bem-sucedida, em outras empresas, em outras SAs.

Eu, como Presidente de um dos sindicatos mais importantes do país, e o companheiro Wellington, que me antecedeu, também, nós temos certeza absoluta de que essa iniciativa só vai fortalecer a negociação coletiva, só vai fortalecer as relações de trabalho, vai fortalecer e muito a questão da produtividade das empresas.

Em todos os fóruns de que participamos, nós reforçamos que não existem relações de trabalho, não existe democracia e não existe país desenvolvido sem sindicatos fortes, sem relações de trabalho que sejam a partir do diálogo social e da negociação coletiva fortalecida. O papel do conselheiro e da conselheira fortalecendo a atuação do sindicato, tenho certeza, vai ser um sucesso.

Então, a minha participação, Senador, vem no sentido de fortalecer a nossa pauta em relação à regulamentação desse projeto de lei, à implementação no período – se possível, antes, bem antes do que o Supremo determina –, para que o regulamente; para que nós tenhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso à participação nos conselhos, com a participação dos sindicatos, sim; e que nós possamos participar e contribuir para o crescimento das empresas e do nosso país, porque o que mais os sindicatos e os trabalhadores do Brasil querem é um país desenvolvido, democrático, com emprego decente para que mais pessoas trabalhem e tenham renda, para que o nosso país mais se desenvolva. E que os sindicatos, cada vez mais, façam negociações coletivas bem-sucedidas para que todos ganhem.

Muito obrigada pela oportunidade. Nós estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

A líder Neiva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, faz uma defesa desses conselhos e de que não tem como o sindicato não participar. Ela coloca neste aspecto de que os sindicatos naturalmente vão participar.

Quando era sindicalista, por exemplo, eu ajudava a eleger a Cipa. Eu tinha consciência do papel da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), mas eu queria que os melhores quadros estivessem na Cipa para defender a vida dos trabalhadores.

Eu, inclusive, dou um exemplo. O empregador me chama e me diz: "Paim, tu vais ser candidato; os empregados vão eleger o teu, e tu vais ser o nosso indicado".

Eu digo: "Não, vamos para o voto". Foi por voto o Presidente e o Vice, na Forjasul, do grupo Tramontina. Eu fui eleito Presidente, e cuidamos do que tinha que cuidar: da prevenção para não permitir que acidentes viessem a acontecer, mutilando ou matando até trabalhadores. Eu digo numa visão global, porque eu fiz muita palestra em nível nacional. Vim para cá, tentei mudar a lei – não consegui ainda –, porque eu queria que o Presidente e o Vice fossem votados pelos trabalhadores.

Vejo com satisfação o debate desse tema, e é natural que tenha algumas divergências, mas é assim que se escreve a história e se constrói o possível para atender a todos.

Eu conversava agora mesmo com a Juvandia aqui, e ela me dizia que é um tema em que, de fato, tem que se aprofundar o debate.

Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos a palavra, agora, à líder Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). Depois, teremos as considerações finais de todos ainda, porque eu quero ouvir as partes que eu não ouvi ainda.

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas que estão acompanhando aqui esta audiência pública pela TV Senado.

Quero cumprimentar todos os participantes e palestrantes aqui desta audiência e o nosso querido Senador Paulo Paim, que nos recebe sempre nesta Casa com muito carinho e muita atenção e a quem nós somos bastante gratos. Felicitamos o seu mandato como sendo um mandato dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quero cumprimentar e parabenizar o Senador Jaques Wagner e o Senador Fabiano Contarato, por estarem envolvidos no projeto de regulamentação deste tema, que está previsto na Constituição e que é tão importante para a classe trabalhadora.

Quero dizer que a participação dos trabalhadores no conselho de administração é, antes de tudo, para discutir a democracia econômica, a transparência e a responsabilidade social das empresas. Não é apenas uma pauta corporativa, de trabalhadores desta ou daquela empresa, mas é uma pauta de interesse da sociedade, Senador.

A Organização Internacional do Trabalho tem reafirmado a importância da participação dos trabalhadores e das trabalhadoras nesses conselhos, inclusive como uma fiscalização do alinhamento da empresa com o seu objetivo principal. E essa participação tem um efeito concreto, porque ela atua como inibidora de fraudes e de desvio de finalidade – essa é uma das coisas que a OIT ressalta. Quando há representação dos trabalhadores, aumentam-se a transparência, o controle social e a responsabilidade de quem toma as decisões estratégicas das empresas.

Vejamos aqui, para entendermos melhor, um exemplo concreto e dramático: a administração das Lojas Americanas. A fraude contábil das Lojas Americanas, Senador, de mais de R$15 bilhões – R$15 bilhões, "bi" –, atingiu o Sistema Financeiro Nacional; ou seja, uma fraude na gestão de uma empresa atingiu o Sistema Financeiro Nacional.

Por consequência, teve um impacto na sociedade como um todo, com o aumento da taxa de juros, com restrição de crédito, que afetou as pequenas empresas, que afetou a sociedade, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores e trabalhadoras, os brasileiros, e afetou os trabalhadores das empresas Americanas com empregos, direitos, enfim.

Então, veja, sobre representação efetiva dos empregados, lá no Conselho de Administração das Americanas, certamente haveria maior vigilância e questionamentos sobre essas práticas de gestão que mascaravam dívidas e inflavam resultados. Esse problema também não é isolado, eu dei um exemplo aqui das Americanas porque acho importante para a sociedade ver os casos concretos; ele não é um problema isolado. Há décadas, nós vemos isto acontecer em segmentos, empresas diferentes.

Nós tivemos, por exemplo, a crise de *subprime*, né? Veja quantos bancos, quantas empresas tinham desviado sua finalidade ou investido em papéis de altíssimo risco, com o objetivo de lucro rápido, e depois isso gerou uma crise econômica mundial que afetou empregos no mundo inteiro, afetou empresas no mundo inteiro, afetou economias, países no mundo inteiro, por conta de gestão. Então, é, sim, um caso de interesse público. Não se trata apenas de um negócio, do meu negócio, e sim dos possíveis impactos, das responsabilidades que podem culminar para a sociedade, para os trabalhadores daquela empresa.

Esse é um aspecto. Tem outro, que é o aspecto de que o trabalhador está lá no chão da fábrica, ele conhece a empresa, conhece às vezes os problemas de que a alta gestão, um pouco mais distante do dia a dia, não está a par. Então ele pode contribuir e quer contribuir no sentido de melhorar, de que a empresa seja pujante, que tenha um bom resultado, que cumpra seu papel, enfim.

Então, em todos os sentidos, a participação dos trabalhadores é positiva. É positiva para a empresa, é positiva para a gestão, é positiva porque ele conhece o dia a dia da empresa ali na prática, e é positiva para a sociedade, porque é uma proteção. As empresas fazem parte, eu diria, desse universo todo que compõe toda uma sociedade, então elas também têm que estar submetidas a um papel social, submetidas a uma transparência – isso é importante. E as consequências, às vezes, de uma gestão equivocada, de uma decisão equivocada podem ser enormes e atingir não a pessoa que tomou a decisão, não o dono do capital, mas atingir todo mundo.

Portanto, eu acho que tanto a Constituição quanto a regulação, a decisão do Supremo e a regulação, vão nesse sentido de valorizar, de colaborar, de valorizar a transparência, de valorizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a boa gestão. E penso que aqueles que fazem uma boa gestão, que têm a prática da boa gestão, vão gostar de ter os trabalhadores – que conhecem o negócio lá na ponta, a realização, efetivamente –, eles vão se sentir mais seguros nas tomadas de decisão. Acho que isso é positivo.

E aí eu queria destacar a importância de o sindicato acompanhar o processo. Veja, quem decide são os trabalhadores que vão eleger, mas, quando os sindicatos não estão pelo menos acompanhando o processo de eleição desses trabalhadores, a transparência também pode não acontecer. E a indicação, os critérios... A indicação desses trabalhadores pode ser feita pelas empresas com exclusão daqueles que não têm um alinhamento direto com a gestão. Isso também pode acontecer. Portanto, para que tenha transparência no processo, é essencial que os sindicatos acompanhem e participem.

E eu não vejo contradição alguma; muito pelo contrário. Eu tenho exemplo prático na vida sindical, por exemplo, das participações nos lucros e resultados, aquelas comissões que eram montadas, de trabalhadores que faziam parte da comissão e tinham sido indicados pela empresa. Os trabalhadores que queriam tomar decisões na negociação e que defendiam posições que contrariavam a gestão da empresa se sentiam inibidos. Eu fui procurada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUVANDIA MOREIRA – ... como líder sindical por vários desses trabalhadores que diziam: "Olha, você vai à reunião, então você fala 'isso, isso e isso', porque eu não posso falar, porque eu já fui chamado à atenção".

Então, se nós queremos transparência efetiva, não tem problema; todo mundo que defende a transparência, que defende que o processo seja democrático, justo, não vai ter por que não querer a participação do sindicato. Acho que também nesse sentido, quando preza por essa transparência, essa gestão vai querer a participação dos sindicatos.

Veja, Senador, em momentos cruciais para as empresas, para os trabalhadores, a negociação coletiva, a conversa, o diálogo, a discussão entre empregadores e trabalhadores foram essenciais. Nós vivemos o exemplo da pandemia. Recentemente vivemos a pandemia. Veja, a pandemia afetou o mundo inteiro: afetou empresas, afetou os trabalhadores, afetou a sociedade. Aqui, por conta de um governo irresponsável, nós perdemos muitas vidas. E, veja, Senador: os sindicatos foram imprescindíveis para as empresas e para os trabalhadores e para a sociedade na pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou de um setor, que é o setor financeiro, que tem uma negociação nacional. Nós tivemos 50 rodadas de negociação na pandemia. Garantimos emprego; garantimos que a população tivesse atendimento... Porque tinha trabalhadores que falavam assim: "Eu não vou trabalhar no banco porque eu não vou morrer, minha vida está em risco", mas na outra ponta tinha pessoas que precisavam acessar os recursos que estavam sendo disponibilizados – inclusive, os trabalhadores, os empregados e empregadas da Caixa Econômica Federal foram, eu diria, heróis e heroínas nesse processo, porque estavam lá na ponta atendendo. Foi a negociação sindical que garantiu o funcionamento das agências bancárias das empresas e o atendimento à população, que precisava dos recursos naquele momento, num momento de risco de vida; mas também foi a negociação sindical que garantiu para os trabalhadores a segurança necessária para que eles pudessem fazer o trabalho, mas com segurança. Todas as medidas protetivas, todas as medidas com teletrabalho, com garantia de emprego; foi a negociação sindical que possibilitou a rapidez na tomada de decisão de colocar esses trabalhadores em casa, de colocar uma parte desses trabalhadores em férias coletivas. Então, veja, os sindicatos são imprescindíveis.

E, recentemente, Senador, fizemos uma pesquisa – a CUT com as centrais sindicais –, que vamos divulgar em seguida, feita pela Vox Populi, com quase 4 mil trabalhadores, da PEA e não PEA, no Brasil.

E mais de 60% dizem o seguinte: os sindicatos são imprescindíveis. Mesmo aqueles que não têm vínculo, carteira de trabalho formal. Os do não PEA dizem: eu quero ter sindicato, e os sindicatos são imprescindíveis.

Então, veja, se a sociedade, se os trabalhadores dizem isso, é porque o sindicato tem um papel efetivo para garantir renda, salário, emprego, direitos, formação.

Eu acho que avançar nesse projeto, Senador, vai ser importante para as empresas, vai ser importante para os trabalhadores e para as trabalhadoras e vai ser importante para a sociedade brasileira. Vai ser importante para o Brasil. Não é à toa que França, Alemanha, vários países do mundo já adotam. E várias empresas responsáveis, transparentes, pujantes no mundo já adotam, já têm representação dos trabalhadores no conselho de administração. Então, se a empresa não tem o que temer, tem uma gestão transparente, com certeza, vai gostar e vai ganhar com a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu encerro aqui minha fala, parabenizando o senhor e o Senado aqui pela iniciativa, por trazer esse tema, parabenizando a Rita Serrano, a Neiva, o Wellington, todos os participantes aqui, que também colocaram suas posições, nos deram a oportunidade de debater, discutir, argumentar. E nós confiamos aqui na sua participação e esperamos mesmo que o Senado aprove e regulamente o mais rápido possível, porque vai ser bom para o Brasil.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. A líder Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Eu quero, independentemente da discussão que está havendo da matéria, porque eu cheguei atrasado, comungar com a sua visão de sindicato. É um equívoco atacar os sindicatos. Os sindicatos são um instrumento de fazer a mediação, a negociação. Eu sei que não é o caso de vocês aqui, viu? Eu estou vendo que infelizmente há um movimento, parece que articulado, setores extremistas. Porque o sindicato, quando nasce, nasce para isto: para fazer a mediação, para dialogar, para apontar caminhos, para melhorar a qualidade, no mundo do trabalho, daqueles que se dedicam à produção, de uma forma ou de outra, seja no comércio, seja na indústria, se dedicam a fortalecer o empregador, mas com um salário decente, qualidade de vida e salário decente.

Então eu tenho muito orgulho de dizer que eu vim da família sindical. Eu fui um sindicalista por muito tempo. E foi via movimento sindical que eu estou no Congresso agora, há 40 anos. Mas nunca mudei meu ponto de vista. Minha posição é exatamente a mesma, da importância do movimento sindical, inclusive na construção do diálogo, dos pactos, do entendimento.

Foi fundamental, por exemplo, na Constituinte, a participação dos trabalhadores e dos empregadores, com os seus devidos líderes sindicais também, de empregadores e de trabalhadores, para nós construirmos.

Hoje a moda é acabar com a 6x1, não é? Eu inclusive tenho um projeto, de 2015, nesse sentido, mas tem aqui no Congresso inúmeras propostas nesse sentido. E só vai se construir um meio-termo, que seja, com muito diálogo. E os sindicatos estão fazendo o seu papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos lá. Eu tenho que prometer a mim mesmo, quando eu vou presidir: fale menos e ouça mais, você está aqui para ouvir o povo. Eu quero ficar fiel aqui a vocês. Mas já aumentei o tempo de vocês.

Agora, nessa etapa aqui do nosso trabalho – eu já solicitei aqui –, eu vou ler algumas perguntas que chegaram, do e-Cidadania, porque nós estamos ao vivo para todo o Brasil.

Como é de praxe, eu sempre faço essa leitura, e aí vou passar para as considerações finais. Vocês terão cinco minutos, mas se tiverem que falar sete, podem falar também cinco mais dois, porque aqui eu dei dez mais cinco.

Então eu vou ler as perguntas.

Eu vou pedir para a nossa assessoria que entregue a cada um deles o que vocês entregaram para mim também, porque aí eles podem ir olhando as perguntas e ver aquelas que eles entenderem mais adequadas para responderem.

Do e-Cidadania, perguntas.

Júlia, de São Paulo: "Como o PL 1.915/2019 pretende equilibrar a participação dos trabalhadores na gestão com a autonomia das empresas privadas?". Na gestão, com autonomia, é claro, das empresas, não é? Das empresas privadas.

Kauã, de Santa Catarina: "Como [...] [o mesmo PL] pode garantir a participação real dos trabalhadores na gestão das empresas e fortalecer o diálogo laboral?".

João, de Pernambuco: "Caso a participação do trabalhador seja indeferida [...] [pela] da gestão, quais meios [...] [poderão ser adotados]?".

Maria, de São Paulo: "Como [...] [este PL, que é o 1.915/2019, eu só não estou repetindo] pretende garantir que a participação dos trabalhadores na gestão das empresas [...] [seja] efetiva e não [...] [só] simbólica?".

Vocês vão receber aí perguntas e também comentários. Podem se posicionar nas perguntas e nos comentários, se assim entenderem.

Ruy, do Distrito Federal: "Os trabalhadores são os produtores da riqueza e lhes assegurar acesso a gestão é [...] [uma forma] de corrigir a [...] distribuição dos lucros".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo, do Rio Grande do Sul: "O trabalhador pode contribuir [...] [para] o sucesso da empresa. Ele faz parte do processo. [...] [Muitas] vezes conhece melhor que [o próprio gestor, que] os gestores".

Arthur, de São Paulo: "O direito dos trabalhadores não pode [...] [se sobrepor] à liberdade e iniciativa dos empreendedores. É a base da economia", diz o Arthur.

Luiz, do Rio de Janeiro: "Para administrar uma empresa o gestor enfrenta muitos desafios, além da capacitação necessária. Não há gestão por parte dos trabalhadores".

Continuamos aqui ainda. Agora são as últimas: uma, duas, três, quatro... cinco, com o comentário.

João, de Pernambuco: "Quais mecanismos [...] podem garantir a participação dos trabalhadores na gestão sem ferir a autonomia das empresas?".

Gabriel, de São Paulo: "Como o projeto garante o direito à informação dos trabalhadores sem violar a confidencialidade de dados estratégicos da empresa?".

Tiago, do Rio de Janeiro: "Quais mecanismos para proteger o representante eleito de retaliações e demissões arbitrárias, assegurando [assim] sua real independência na gestão?".

Enzo, de Rondônia: "Havendo participação nas decisões, há também previsão de participação dos trabalhadores nos ônus decorrentes dessas decisões?".

E o último, o comentário.

Arthur, de São Paulo: "Deve haver muito cuidado para que não seja prejudicada a liberdade de atuação dos empreendedores".

Vocês podem ver que tem perguntas e comentário para todo gosto, né? Isso é bom, isso é bom.

Eu vou, então, começar aqui agora, pela mesma ordem que o Presidente Marcelo – que teve que se retirar – apresentou para vocês.

Então, a primeira que falou no bloco anterior, volto a ela, Maria Rita Serrano, Conselheira no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), pelo tempo de cinco minutos, com mais três ou dois, se necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA RITA SERRANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia!

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência*.) – Senador Paim, nós tivemos uma luta muito grande em 2015, lá na discussão do PLS 555, o estatuto das estatais. Eu sempre gosto de lembrar da sua dedicação àquele debate, em que foi vitorioso, né? E o senhor teve um papel muito primordial naquele...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço pela lembrança.

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência*.) – E sempre tem, né? Sempre tem compromisso com essa pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Bom, para ser bem objetiva, primeiro, eu quero só destacar que eu conheço isso na prática, né? Eu fiquei, na verdade, dez anos no conselho de administração, fui eleita por quatro mandatos para o Conselho de Administração da Caixa pelos trabalhadores e, antes, tinha sido... inclusive, fiquei muitos anos no sindicato. Essa experiência toda me fez chegar à presidência do banco. Por quê? Porque eu conhecia o banco, conhecia a alta administração do banco e, em 2023, o Presidente Lula me indicou.

Eu estou listando isso porque, por exemplo, na Volkswagen, em 2015, quem assumiu a Volks mundial também foi um trabalhador, num momento de crise reputacional da empresa. Eu estou procurando o nome dele aqui... Matthias Müller, assumiu em 2015. Ele também era um trabalhador eleito. E eu assumi a Caixa também depois de uma crise reputacional pela qual o banco passou em 2022.

Destaco isso para dizer do grau de responsabilidade que os trabalhadores têm com relação à gestão da empresa, e, frisando, ninguém tem mais interesse do que o trabalhador que depende da empresa para sobreviver, para o seu salário, ninguém tem mais interesse na sustentabilidade e na perenidade das empresas.

E este debate é importante. Por quê? Primeiro, ele melhora a governança das empresas. Já foi dito aqui por todos os convidados do movimento sindical, também por representantes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresários que estão aqui hoje, que você precisa garantir uma melhor governança, uma governança com fiscalização, com transparência, com relações democráticas de trabalho.

Imagine que as empresas colocam nos seus conselhos de administração pessoas externas à empresa, chamadas de independentes. Ué, vejam, se eu coloco pessoas que nem conhecem a empresa porque eu entendo que isso melhora a governança, traz um olhar externo, o que se dirá de colocar alguém que conhece a empresa, que sabe das necessidades do cliente, da melhoria dos serviços, das dificuldades dos trabalhadores em aumentar sua produtividade, de ter um ambiente de trabalho mais agradável.

Então, não vejo razão para se ter nenhum tipo de problema com relação a isso, visto que o papel dos conselhos de administração das empresas é justamente garantir um olhar diverso. Isto é o que as boas práticas dizem: quanto mais diverso o olhar, melhor para o funcionamento da empresa. Isso já é feito no Brasil, nas estatais, e numa empresa grande que é a Vale do Rio Doce nunca houve, nessa experiência que nós temos de quase 15 anos, nenhum óbice, nenhum grave problema com relação a essa participação.

Isso melhora a governança e democratiza as relações de trabalho. Eu acho que isso é o principal.

E é possível, sim. O trabalhador eleito, óbvio, responde com o CPF. Ele tem responsabilidade como todos os demais conselheiros com relação às decisões tomadas e ao encaminhamento da empresa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência.*) – No caso das estatais, a lei garante, durante o período do mandato, estabilidade no emprego, justamente para ele não ter uma pressão exacerbada na função que ele deve ter, porque o conselheiro tem que ter uma posição, seja ele eleito pelos trabalhadores ou indicado ou selecionado no mercado, ele tem que ter garantida a sua opinião, porque é isso que enriquece a discussão do conselho. Então eu entendo que tem uma série de questões positivas.

E vejam só, nós não estamos falando nem da legislação mais avançada, que é a da Alemanha. Na Alemanha, se garante que metade do conselho das empresas com mais de 2 mil trabalhadores seja paritário. Nós estamos falando aqui de um trabalhador eleito para os conselhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de administração. Então, ainda é algo muito pequeno se a gente comparar com legislações mais avançadas, como a da Alemanha. Na França, é 30%. Então, é isso com relação às legislações mais avançadas.

Entendo que é um debate fundamental para as empresas, porque a empresa sai do discurso de "diversidade", de "ESG", de "garantia de ouvir os *stakeholders*", e ela põe o seu *stakeholder*, o seu parceiro principal para ser ouvido na alta administração, que é o trabalhador e a trabalhadora, que ali atuam para a sobrevivência, para que essa empresa inove, cresça e se consolide. Entendo que é um avanço significativo para as próprias empresas e também no âmbito dos trabalhadores, porque isso, como eu disse, democratiza as relações de trabalho.

O papel dos trabalhadores e mesmo dos sindicatos evoluiu muito, no sentido de ter um olhar sobre a sustentabilidade da empresa. Os sindicatos, hoje, não discutem só as questões de acordo de trabalho, mas eles vão além.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA RITA SERRANO (*Por videoconferência.*) – Eles se preocupam com como essas empresas estão funcionando, porque o objetivo é garantir emprego, é garantir avanço econômico do país, crescimento.

Então acho que essas questões não são divergentes, e experiência brasileira e mundial mostra que é compatível com um país com uma visão mais democrática de mundo.

Então é isso. Eu quero, de novo, agradecer aos Senadores Jaques Wagner e Zequinha, ao Senador Castro, que iniciou aqui a condução, ao Fabiano Contarato e, por fim, ao Senador Paim, com quem a gente sempre pode contar nesses temas emblemáticos e importantes para a sociedade.

Agradeço a todos os convidados que participaram.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Essa foi Maria Rita Serrano, Conselheira no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que fez aqui, em sete minutos, as suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora para o Sr. Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. MARCELLO CAIO RAMON E BARROS FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Em nome da CNI, a gente agradece-lhe a oportunidade da participação, agradece a iniciativa ao Senador Contarato e agradece-lhe esta oportunidade.

A gente acredita que o tema será, sim, assim como o foi nesta audiência pública, tratado com toda a seriedade e com toda a parcimônia necessária para que a gente consiga regulamentar esse direito importante previsto na Constituição brasileira.

Inclusive, conforme V. Exa. bem colocou – V. Exa. foi um Constituinte originário –, desde a redação originária da Constituição, em 1988, esse dispositivo está aí. Então, a CNI acredita que o tema será regulamentado com toda a retidão e com todo o cuidado que merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Rápidas palavras, mas uma síntese construtiva e apontando para o diálogo e para a construção coletiva de empregados e empregadores.

Então, agora vamos para o Sr. Wellington Messias Damasceno, Diretor Administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Já cumprimento o meu companheiro metalúrgico, assim como nós aqui. Então, é um prazer partilhar esta audiência com você, Senador. A gente tem um grande carinho e admiração pelo seu trabalho aí no Senado.

Olha, nos meus cinco minutos iniciais, eu pude compartilhar com vocês experiências de duas empresas privadas de origem alemã, em que a participação dos trabalhadores no comitê de administração engaja e garante transparência, comprometimento com as decisões e, claro, maior entendimento por parte dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até comentei um pouco sobre como nós trabalhadores brasileiros conseguimos também participar desses fóruns através dos comitês mundiais, o que nos garante acesso à informação, e isso também nos favorece nas discussões e tomadas de decisão através das negociações coletivas.

Tem uma questão aqui importante, que precisa ser comentada e que o Senador Paulo Paim também foi muito feliz em trazer à baila, que é a participação dos sindicatos. Não há motivo ou argumento para que se vede a participação dos sindicatos nas discussões sobre os conselhos de administração. Inclusive, nos modelos que nós estamos trazendo aqui nas discussões, não há nenhuma previsão de exclusão das entidades sindicais, muito pelo contrário. No modelo alemão, que eu trouxe aqui, a indicação é garantida aos sindicatos e às comissões de trabalhadores, às OLTs, através das comissões de fábricas ou dos *betriebsrats* que tem na Alemanha.

Aqui no Brasil, a gente costuma criar exceções para excluir o movimento sindical, mais claramente o movimento sindical de trabalhadores. A gente omite que existem sindicatos dos empregadores, e esses participam das discussões. Com certeza, a partir do momento da regulamentação da participação de trabalhadores nos conselhos de administração, os sindicatos de trabalhadores irão participar do processo, irão influenciar no processo. Então, na verdade, garantir a participação dos sindicatos de trabalhadores é uma forma de se equilibrar essa discussão, uma vez que as empresas já farão parte naturalmente do processo. Dizer de uma neutralidade, de não participação de empresas e sindicatos, na verdade, é a gente aqui jogar fumaça nos olhos, porque isso é impossível de acontecer, uma vez que, claro, a empresa vai ter o controle e o domínio do processo. Quando a gente fala da participação sindical, é justamente para ter maior transparência, principalmente na eleição desse membro ou desses membros nos conselhos de administração.

Eu gostei muito das perguntas e dos comentários que vieram. Não vou nominar e responder, claramente. Só queria fazer um comentário sobre quando falam da questão de os trabalhadores sobreporem a livre iniciativa ou empreendedorismo.

De fato, os conselhos já são estabelecidos. A gente está falando de empresas que têm conselhos de administração, como a própria Dra. Maria Rita Serrano trouxe aqui, e que, inclusive, trazem membros independentes – são contratadas pessoas que não têm, muitas vezes, relação nenhuma com a cultura da empresa. E o PL estabelece a quantidade de membros eleitos pelos trabalhadores e a forma de participação, que precisa ser garantida, inclusive com previsão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia no emprego, para não haver qualquer retaliação por parte de divergência de votos ou de desentendimento sobre os encaminhamentos que serão dados para as empresas.

Então, não há nenhum prejuízo na livre iniciativa, na livre associação, nas regras de mercado. O que se busca aqui é ter, de fato, maior transparência, um canal melhor de informação, não só com os trabalhadores, mas também com a sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON MESSIAS DAMASCENO (*Por videoconferência.*) – E, em nenhum momento, a participação dos trabalhadores em conselho de administração secundariza a importância do diálogo social e da negociação coletiva. São instrumentos separados, são formas de participação diferentes, mas, claramente, ter um trabalhador ou uma trabalhadora no conselho de administração assegura maior engajamento, maior confiança nas informações e facilita o processo de negociação e de diálogo social entre trabalhadores, empresas, governos e sociedade.

Vale sempre lembrar, como assegura a nossa própria Constituição Federal, que as empresas, por processo, além da liberdade econômica, também fazem parte do sistema de justiça social e também têm um compromisso social com o nosso país. E, para garantir isso, o conselho de administração, tendo um membro representado pelos trabalhadores, pode contribuir – de novo – com a transparência; com maior informação, respeitada a sigilosidade das informações; com engajamento, por parte dos trabalhadores, uma vez que eles fazem parte desse processo; e com uma gestão mais democrática.

Mais uma vez, Senador Paulo Paim, é um prazer falar aqui com você, é um prazer estar aqui com as convidadas e os convidados que vieram a esta audiência, principalmente com as minhas companheiras, Rita, Neiva e a Juvandia. É um passo importante esse tipo de audiência pública, porque envolve a sociedade e coloca que todos possam ter entendimento sobre as diversas opiniões sobre o mesmo assunto e favoreçam aí o debate dos Parlamentares sobre a melhor estratégia legislativa para a gente assegurar esse direito.

Obrigado mais uma vez e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Wellington Messias Damasceno, Diretor Administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que deu um destaque de por que os conselhos são importantes. E é claro que – é o natural – as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades de empregadores e de trabalhadores poderão participar desse debate público, mas, na hora final, é o trabalhador que vai votar, ele é que vai escolher.

Parabéns pela sua fala.

Passo a palavra agora para o Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas...

Tem uma correção aqui. Vamos manter a ordem.

O SR. BRUNO VASCONCELOS (*Fora do microfone*.) – Vamos manter a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos manter a ordem, né?

Agora é o Antônio Lisboa Cardoso, Advogado Especialista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – a assessoria funcionou aqui, viu? Eu o tinha pulado.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas não foi proposital, viu? Ia até te contemplar. Tu ias ficar mais para o encerramento.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO (Para expor.) – É um prazer. E é até bom falar por último, porque você já tem um quadro mais claro.

Presidente, o tema... Pelo tanto de pergunta que veio aqui, dá para fazer um projeto de pesquisa excelente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Num outro painel tu desenvolves.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida – sem dúvida.

Agora, quando a gente fala em gestão de empresa, nós precisamos fazer de tal forma que o empresário se sinta à vontade tanto para poder investir, porque esse é o objetivo... Eu não quero – e aí eu falo em nome de segmentos que a gente conhece... Quando nós falamos na... Eu não falei participação do sindicato, não, até porque, se não tivesse o sindicato, nós não estaríamos aqui. Nós defendemos a existência, a discussão do sindicato em todos os temas. Isso aí é... Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que nós defendemos, não é porque o Presidente da CNC ou a diretoria da CNC... Não. O segmento que nós representamos não gostaria de ter na gestão desses conselhos a interferência do sindicato.

Só para ter um exemplo. Eu tenho ali e vou discutir uma pauta de reajuste salarial. É evidente que o representante do sindicato vai querer o quê? Ele tem que buscar, da melhor forma possível, o melhor reajuste para o seu trabalhador. Agora, quando eu tenho ali pessoas comprometidas com a empresa, que vão verificar ali a real situação da empresa, ela não vai... Muitas vezes, ela vai até levar para o sindicato: "Olha, a empresa está nessa situação".

E aqui foi citado exemplo de empresa que... Exemplo de fraude, como aconteceu no caso das Americanas. Isso não é um exemplo que acontece no dia a dia da empresa privada. Pode acontecer? Pode, mas são exceções, assim como... Porque também eu não posso justificar a péssima administração com quem está fraudando. Aquele que está fraudando vai mascarar, independentemente dos seus associados; até do trabalhador que está ali ele não vai conseguir identificar, porque são artifícios que foram utilizados.

E também a participação direta do trabalhador na gestão, que ajuda ali na gestão da empresa, não é garantia de que a empresa vai ter sucesso. E aqui se citou, por exemplo, que a empresa, muitas vezes, contrata pessoas de fora, que não conhecem a realidade da empresa, para tomar conta. Exatamente! O empresário arrisca até fazer isso, sabe por quê? Porque busca a eficiência, ele busca aquele profissional que vai executar, que vai exercer uma administração que vai dar lucro para ele. É isso que ele quer para poder assegurar o capital.

E tem uma pergunta de alguém que perguntou qual é a consequência que vem para o empregado já que ele vai participar da gestão. Olha, o empregado, de qualquer forma, já participa do risco. Quando você trabalha numa empresa que tem sucesso, o empregado, às vezes, paga o maior preço, ele paga com o custo do trabalho dele: ele vai ficar desempregado.

Então, o que nós pedimos nessa regulamentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – ... complementar aí que vem é que seja respeitada ali a autonomia do empregador, porque ele está colocando o dinheiro dele para exercer aquela atividade. E não existe... Aí não é um interesse público, é muito mais um interesse social que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscamos preservar de tal forma que haja essa participação do empregado, até como o exemplo que nós temos aqui, na própria CLT, já regulamentado, e dá bem para funcionar. Poderíamos discutir isso. Se fosse o Senador Paim aí dotado, com certeza, a gente negociaria, faria uma negociação coletiva com a participação de trabalhador, como quando o senhor fez, por exemplo, intermediou aqui a regulamentação do estatuto do comerciário. Eu participei. Tinha o nosso Vice-Presidente e a gente... Eram temas absolutamente, às vezes, até difíceis de serem negociados, mas, pela intermediação, a gente conseguiu.

O receio que nós temos é: você assegura a ampla participação do sindicato numa área interna da empresa, com o risco de afugentar, de perda de postos de trabalho que venham como consequência disso. E a gente pode facilitar de tal forma, regulamentar de tal forma que não haja essa necessidade. O sindicato tem ampla liberdade para conversar com a sua categoria, orientar, mas, dentro da empresa, quem tem a responsabilidade é aquele que está arriscando o seu próprio capital. O empregado tem ali os mecanismos que a legislação nossa assegura, mas o empregador, se arriscou o capital dele, não tem lei que o assegure.

Então, nesse sentido... E nós estamos à disposição, Senador, para poder continuar, discutir, verificar o que a gente pode fazer para chegar a uma forma em que os trabalhadores fiquem contemplados, preservados seus empregos, e o empregador tenha independência e autonomia para gerir a sua empresa. É isso que a gente defende.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k. Essa foi, com muito equilíbrio e tranquilidade, a fala do advogado especialista, Sr. Antônio Lisboa Cardoso, representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Eu acredito no diálogo, no entendimento. Sabe, como eu disse, falei antes, na Constituinte – eu fui Constituinte –, foi com muita negociação que nós saímos da jornada que era de 48, passamos para 44. Nós queríamos as 40 – é natural, né? – e, na negociação, entendemos que, naquele momento histórico, era possível, sim, sair de 48 para 44, e deu certo. Foi votado quase por unanimidade, eu diria, né? Conversando com a direita, com o centrão, com os empresários, com os trabalhadores, com os líderes sindicais de ambos os lados.

Eu sou um apaixonado pelo entendimento, pelo diálogo e pela negociação. Tem muitos que não gostam, mas às vezes eu digo o seguinte: a própria greve, quando acontece – eu uso no geral –, é uma forma de incompetência das partes, que não tiveram capacidade de construir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento, aí estoura na greve. Ninguém faz greve porque gosta, né? Ninguém faz greve... Nem o empregador gosta, nem o trabalhador gosta. Então, o diálogo, a conversa, o entendimento é o caminho. Talvez seja por causa disso que eu estou aqui há 40 anos. (*Risos.*)

Aprovei muitas leis, mas sempre com essa visão da construção coletiva daquilo que é possível.

Floriceno Paixão, um grande Parlamentar – já faleceu; do PDT, do Rio Grande do Sul –, logo que eu cheguei aqui, ele me disse o seguinte: "Paim, o projeto bom não é o dos teus sonhos, é o projeto que tu consegues aprovar". Nunca esqueci isso. É uma busca do entendimento, né?

Mas vamos lá.

Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas Brasileiras.

O SR. BRUNO VASCONCELOS (Para expor.) – Obrigado novamente, Senador.

Retomando, como o senhor comentou agora, aqui, ao final, às vezes o melhor projeto é aquele possível, né? A gente tanto falou, na época da reforma tributária, que a gente acompanhou muito de perto: você tem o perfeito, tem o ideal, que às vezes a gente não consegue alcançar, obviamente, mas, de fato, Senador, como o senhor colocou, o melhor projeto é aquele possível que foi acordado ali, entre várias mãos.

Senador, da mesma forma, também comentando um pouquinho de negociação coletiva, no âmbito do sistema OCB, a gente acredita também na negociação coletiva. Hoje nós temos vigentes mais de mil instrumentos coletivos registrados no mediador, só tratando dos sete ramos do cooperativismo, oito ramos agora, com mais um novo ramo que é o cooperativismo de seguros, aprovado aqui também nesta Casa. Então, hoje nós temos mais de mil instrumentos coletivos entre convenções e acordos. Então, da mesma forma, a gente acredita também, Dr. Lisboa, nesse diálogo entre as partes, nesse diálogo entre empregadores e trabalhadores.

E, Senador, olhe que interessante – até agradeço novamente essa oportunidade de fazer essas considerações finais –, hoje, na Constituição, nós temos 12 menções ao cooperativismo – 12 menções em 10 dispositivos diferentes –, tratando especificamente de cooperativa, do cooperativismo, basicamente passando por quatro pilares: primeiro, de autonomia e liberdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ou seja, a possibilidade de criação de cooperativas sem interferência estatal; apoio e estímulo ao cooperativismo – a lei deve apoiar e fomentar a criação do cooperativismo –; temos aí também dispositivos que tratam do adequado tratamento tributário, que tanto foi debatido ao longo da reforma tributária e suas etapas, que já estão em fases aí de implementação, inclusive; e o próprio reconhecimento também no sistema financeiro do cooperativismo de crédito. Então, o papel do cooperativismo na sociedade é muito importante, tanto que a Constituição traz, aqui em diversos pontos, a importância do cooperativismo. E por que eu falo isso, Sr. Senador?

Justamente porque a gente necessita dar essa atenção para esse nosso arcabouço jurídico que está na Constituição, perpassa por leis complementares, por leis ordinárias, como mencionei na minha apresentação, a 5.764, que é a Lei Geral do Cooperativismo. Temos a lei complementar que trata do sistema de crédito cooperativo, a 130, de 2009, atualizada recentemente pela 196, de 2022. Temos também a 12.690, como mencionei também na minha apresentação.

Então, nós temos leis específicas e autônomas que tratam do cooperativismo.

Da mesma forma como a gente está trazendo esses exemplos de outros países, Alemanha e França, que foram bastante comentados aqui ao longo da nossa manhã muito bacana de trabalho, a gente tem que também trazer esses exemplos para o âmbito aqui do nosso movimento cooperativista, seja talvez excetuando esse movimento aqui no âmbito deste projeto ou até mesmo possibilitando uma faculdade de essas cooperativas poderem ou não implementar o que está propondo aqui o PL que hoje a gente está debatendo aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO VASCONCELOS – Então, a nossa visão, Sr. Senador, como eu trouxe aqui hoje, representando aqui todo o nosso movimento pujante do cooperativismo, é possibilitar, no mínimo, essa faculdade de participar ou não, de incluir ou não esses representantes nos conselhos de administração ou, se for o caso também, excluir, excetuar as cooperativas, haja vista que, entre aqueles sete princípios do cooperativismo que eu abarquei há pouco, um deles é o de gestão democrática no dia a dia dos negócios da cooperativa.

Então, acredito que a própria filosofia cooperativista já garante mecanismos de participação democrática na gestão da cooperativa, tornando, na nossa visão, talvez desnecessária essa necessidade de participação de representante de empregados no conselho de administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador, novamente. E parabéns pela iniciativa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Bruno Vasconcelos, Coordenador de Relações Trabalhistas e Sindicais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que colocou o seu ponto de vista de forma muito tranquila e com muito equilíbrio, mas deixando sempre a porta aberta para o diálogo. Isso é fundamental.

Vamos lá.

Neiva Ribeiro, Presidente dos Sindicatos Bancários de São Paulo.

Você tem cinco minutos com mais dois, se necessário.

A SRA. NEIVA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente, Senador Paulo Paim, por esta oportunidade.

Achei muito importantes as falas, principalmente da companheira Juvandia, do companheiro Wellington, da companheira Maria Rita Serrano, que reforçam muito bem nossa visão de como a participação dos trabalhadores no conselho de administração é importante para nós trabalhadores, para as empresas, para garantir a transparência, o fortalecimento do processo negocial e todas essas questões que foram tratadas tanto pelo Wellington como pela Juvandia.

Eu acredito que algumas questões que foram colocadas aqui nos *chats* sobre do que as pessoas têm preocupação precisam ser reforçadas. Eu não consigo entender a relação entre a participação dos trabalhadores no conselho de administração de uma empresa e a perda de postos de trabalho – não tem relação nenhuma. Todos aqui, que somos sindicalistas, e falamos de experiências que nós vivenciamos, já colocamos que não tem essa interferência do sindicato no conselho. Embora seja importante, seja imprescindível que o sindicato participe do processo eleitoral, que ele fiscalize, que garanta que o processo seja transparente, que os trabalhadores possam se candidatar, que haja um prazo hábil para que as pessoas coloquem suas candidaturas, para que os trabalhadores conheçam os candidatos, para que eles possam votar, para que tenham toda a tranquilidade para que os trabalhadores possam eleger os representantes que vão representar seus pleitos, que esses trabalhadores após eleitos possam ter acesso às informações importantes para fazer os seus votos nesses conselhos, deixar tranquilas as pessoas, porque essas informações são sigilosas; então, as pessoas não vão repassar essas informações. Elas respondem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com seus CPFs por essa participação, mas elas têm que ter a informação para poderem deliberar e fazerem seu voto.

Como a Juvandia já falou, é óbvio que esse voto que esse trabalhador vai dar vai influenciar na tomada de decisão e vai, sim, fazer com que a empresa reflita sobre tomar decisões que são equivocadas, ou que descumpram leis, ou que vão colocar a segurança da empresa ou da sociedade em risco. É óbvio que isso aumenta a fiscalização, isso aumenta os sistemas de *compliance* e isso, com certeza, vai ter uma garantia de evitar riscos sistêmicos nas empresas.

Então, a Juvandia já citou a OIT, citou outros órgãos, mas a gente sabe que, sim, quanto mais transparência tem, o que as empresas têm a temer com a participação dos trabalhadores dentro desses...

Desculpa.

Então, só reforçando, não há nenhum prejuízo. Essa preocupação não deve existir. É importante que a gente olhe para as empresas que já têm... Eu quero reforçar isso e quero reforçar também que, ao eleger esses trabalhadores, é muito importante que eles tenham toda a tranquilidade para trabalhar, tenham sua função respeitada, que eles não sofram nenhum tipo de pressão, de perseguição, como aqui está colocado no *chat*. Eles têm que ter estabilidade para exercer sua função com tranquilidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NEIVA RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – É óbvio, o sindicato vai acompanhar, vai permitir que ele possa exercer essa função – ele ou ela.

Eu acho que a gente tem que colocar este debate aqui de forma muito transparente, muito tranquila. É uma relação que só vai ajudar as relações de trabalho, a relação empresarial, e não há o que temer, né? Como o Senador Paulo Paim colocou aqui, que também é mediador, quando a gente vai para o diálogo social, vai para a mediação, vai para negociação, todas as partes ganham, né? Então, não há o que temer.

As empresas vão ganhar, os trabalhadores só têm a contribuir, como eu já falei, e eu quero reforçar que essa é uma iniciativa muito importante. Eu espero que a gente consiga concluir esse processo antes dos dois anos que o STF colocou, que a gente olhe para as experiências bem-sucedidas das empresas que já têm os conselheiros e conselheiras e que nós consigamos aprovar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e regulamentar isso o mais breve possível. O Sindicato dos Bancários está à disposição para este debate, para falar das experiências de que nós já participamos de eleições de conselheiros e para falar das experiências muito bem-sucedidas que esses conselheiros e conselheiras têm dentro dos bancos públicos, só ajudando, nesses conselhos e tendo experiências muito boas que só têm a agregar a este debate.

Então, quero agradecer por esta oportunidade e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Neiva Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que concluiu, com muito equilíbrio e muita tranquilidade, na busca do bem comum. Eu sempre digo a frase: "Fazer o bem sem olhar a quem".

Encerramos com a fala, agora, da Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, a líder Juvandia Moreira.

A SRA. JUVANDIA MOREIRA (Para expor.) – Primeiro, parabéns a todos que enviaram suas questões. Eu acho que as reflexões nos ajudam a evoluir, a consolidar nossos pensamentos e até a dirimir qualquer receio que nós possamos ter. Acho que, nesse sentido, as falas colocadas aqui, os exemplos dados pelo Wellington, que faz parte de um conselho desses; colocados aqui pela Rita, que participou por tanto tempo; e trazidos pela Neiva já mostram que Alemanha, França... Tem vários exemplos, no mundo, de países que já adotam esse modelo, até de uma forma – eu diria – mais avançada do que está sendo proposto aqui, embora eu pense que é muito importante cada um adaptar às suas possibilidades e realidades.

Aqui está sendo proposto para empresas que têm mais de 500 empregados. Então, só para responder um pouco essas questões: tem, um corte que é dado, um recorte... Aqui, no projeto de lei, tem algumas questões que falam de qualificação, falam do que esse representante pode decidir, de que assuntos ele pode tratar. Então, a preocupação do representante da CNC está bastante atendida aqui nesse limitador: de que não participa de decisões sobre reajustes salariais, por exemplo – embora eu ache que a participação só tornaria mais transparente até onde a empresa pode chegar, economicamente, nos direitos, nos salários. Enfim, também está colocado aqui no projeto de lei que dessas decisões o representante dos trabalhadores não participaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a lei garante aqui, o projeto de lei garante a participação de um representante eleito. Portanto, também não é uma gestão paritária, é uma pessoa a mais desses trabalhadores que produzem, que fazem a empresa acontecer. E lembro que a empresa... Muitos perguntaram, falaram sobre liberdade *versus* participação – *versus* autonomia e liberdade. Lembro que a liberdade está num conceito, quando você vive em sociedade: a minha liberdade termina quando começa o seu direito. Então, veja: a sociedade tem direitos e tem participação, direta ou indiretamente, nessas empresas.

Quando a gente olha, por exemplo, a desoneração, os incentivos fiscais, o Portal da Transparência fala em mais de R$200 bilhões; nós vemos estudos falando de mais de R$800 bilhões dados em desoneração, incentivos fiscais para empresas – para empresas! Então, vejam, essa certa liberdade ou o ambiente econômico tem incentivos da própria sociedade, do governo que representa um povo, com, portanto, o dinheiro da economia de uma sociedade, enfim. Eu acho que há também outras formas de incentivos do próprio Estado em relação ao ambiente empresarial, como, por exemplo, o Plano Safra. São alguns bilhões que são investidos em um segmento econômico da sociedade. Portanto, também tem que ter controles sociais sobre essas atividades como um todo. Eu acho que isso, além de ser importante para a empresa, ao dar transparência, ao ajudar na gestão, também dá...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUVANDIA MOREIRA – ... uma garantia e uma tranquilidade social... Eu diria que é um avanço para os países que adotam. Eu acho que, nesse sentido, todas as preocupações acabam sendo tranquilizadas com os exemplos práticos já existentes e com os ganhos que trazem essa participação muito bem trabalhada, regulada e acompanhada.

É isso, Senador.

Muito obrigada aí pela oportunidade.

Muito bom estar aqui debatendo um assunto que eu acho que é tão importante para os trabalhadores e trabalhadoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Foi a líder Juvandia Moreira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a todos que participaram. Agradeço à TV Senado, à Agência Senado, à Rádio Senado, que reproduziram este debate tão qualificado e tão equilibrado, um debate tranquilo, no mais alto nível, que eu tive o prazer de presidir, porque o Presidente Marcelo Castro teve que ir a uma reunião nos ministérios.

Eu acho que o resultado é muito positivo. Quero cumprimentar já a iniciativa do autor do projeto, o Senador Jaques Wagner, e também os autores do requerimento, o Senador Zequinha Marinho e o Senador Fabiano Contarato. Eu acho que nós estamos caminhando bem.

Não preciso repetir o nome de todos os painelistas.

Então, neste momento, cabe a mim fazer o encerramento. E eu farei da forma mais tradicional. Não farei discurso de encerramento, porque todo mundo quer almoçar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Parabéns a todos os painelistas!

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e dois minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton, Jorge Seif e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jussara Lima, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 77/2025 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater a criação de Políticas Nacionais de Enfrentamento ao Retinoblastoma. **Participantes:** Tiago Leifert, Diretor-presidente da ONG "De olho nos olhinhos"; Angela Sousa, Presidente da Organização Retina Brasil; Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO; Bruna Bragança Boreli Volponi, Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Suyanne Camille Caldeira Monteiro, Servidora do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde; e Ieda Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 77, de 2025, CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de minha autoria e de autoria da Senadora Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a debater a criação de políticas nacionais de enfrentamento ao retinoblastoma.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Inclusive, já recebemos algumas perguntas e comentários. Leio-os rapidamente.

Ana, de São Paulo: "O Ministério da Saúde considera incluir o retinoblastoma nas políticas nacionais de detecção precoce do câncer infantil?".

Arthur, de São Paulo: "Haverá algum projeto para viabilizar o acesso a remédios e tratamentos para população de baixa renda?".

Amanda, do Ceará: "Quais as formas mais eficazes de trabalhar com a conscientização para o enfrentamento precoce do retinoblastoma?".

Enzo, de Rondônia: "Como pretendem superar a insuficiência de recursos e equipes preparados para atender a demanda que tais políticas geram?".

E também comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Josefa, do Distrito Federal: "O diagnóstico precoce e a garantia de tratamento o mais breve possível reduzem custos e promovem a saúde da criança". É um comentário.

Vicente, de Goiás, outro comentário: "É uma excelente iniciativa. Parabéns! A conscientização e prevenção do câncer [...] [são] de extrema importância; a descoberta precoce é o melhor."

Participam desta audiência pública, remotamente – e quero dar as boas-vindas aos expositores e expositoras –:

- Tiago Leifert, Diretor-Presidente da ONG De Olho nos Olhinhos. Seja muito bem-vindo, Tiago, obrigado por ter aceitado o convite. Eu sei que você está na Europa e participando da Europa para esclarecer toda essa iniciativa muito bem desenvolvida por você, pela sua esposa, a Daiana, também pela filha que inspirou vocês na campanha, Lua. Que bom que você está participando dessa audiência pública e poderá explicar todo o contexto da área;

- A Angela Sousa, que é Presidente da organização Retina Brasil, participa também. Parabéns, Angela, pelo trabalho todo desenvolvido. É uma alegria tê-la conosco. E a Retina Brasil é uma entidade de muita credibilidade em nosso país. Parabéns pelo trabalho;

- A Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, Dra. Wilma, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Seja muito bem-vinda, Wilma. É uma alegria ter o conselho participando dessa audiência pública;

- Bruna Bragança Boreli Volponi, Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. Obrigado, Bruna, uma alegria tê-la também participando dessa iniciativa;

- Suyanne Camille Caldeira Monteiro, Servidora do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde. Seja bem-vinda também, Suyanne. Muito bom estarmos juntos; e

- Ieda Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Eu quero esclarecer que a iniciativa do – me permite chamar – Tiago Leifert e família chegou ao conhecimento, obviamente, da sociedade, das pessoas, do Congresso Nacional, do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. E foi debatido, aqui no Senado Federal, qual seria um caminho para colaborar com a conscientização, a prevenção, a identificação precoce, as políticas públicas nessa área. E achamos por bem termos a presença do Ministério da Saúde, da saúde básica, para identificar o mais precocemente possível, através dos médicos, enfermeiros, postos de saúde; também do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem toda a rede de Cras e Creas no Brasil, para atender às famílias justamente de renda mais baixa e que podem ser orientadas também sobre eventuais identificações feitas; e do Ministério da Educação. Aliás, a gente tem que aprofundar este debate também por causa das crianças em creches, porque a creche vai se tornar obrigatória dentro do Plano Nacional de Educação, sendo proposto para os próximos dez anos.

Então, aí há uma grande possibilidade de disseminação da informação, e junto com a orientação técnica profissional, importante, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, e também de uma organização social, que é a Retina Brasil, para trabalhar com as entidades, as associações no país.

Então, Tiago, nesse sentido, nós pensamos em colaborar com o seu apelo. O apelo que você faz é: "Ajude a disseminar a informação". Então, como é que a gente pode ajudar a disseminar com o objetivo de sensibilizar, conscientizar, identificar precocemente e, obviamente, atender, tem que atender o mais precocemente possível, pelas razões que eu não vou entrar nessa situação, mas o Tiago e as demais pessoas vão explicar também direito.

Só antes de passar a palavra a você, Tiago, agradecendo novamente, que está em reuniões aí na Europa também pelo Champions League, então, é importante, eu quero dizer que somos seus fãs, sabe? Então, além de tudo, continue firme, animado e fazendo o bom trabalho que você faz, porque nós temos, assim, uma admiração muito especial por você, pelo seu trabalho e por esta iniciativa essencial.

Mas eu quero passar antes a palavra ao Jorge Kajuru, que está aqui ao meu lado, como eu já falei, Senador pelo Estado de Goiás, muito atuante, muito ligado a todas essas áreas de populações mais vulneráveis, pessoas com deficiência, autismo, e é um grande companheiro também, para ele também fazer as considerações dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e os ausentes que nos acompanham.

Flávio Arns, ser, você é a minha inspiração aqui no Senado Federal pelas suas causas, pelo tamanho de seu coração e por sua preocupação.

Objetivamente, eu queria dizer a todos as expositoras e, em especial, ao Tiago Leifert, que eu o considero o melhor apresentador esportivo da história da televisão brasileira. E depois de você, Tiago, sou eu, hein? Kajuru. Mas você é o primeiro. Quero cumprimentá-lo, Tiago, pelo ser humano que você é. O exemplo seu e da sua esposa com a Lua, com o olhinho da Lua, e por você agora querer transformar essa sua luta em nível nacional.

E, rapidamente, Senador Flávio, é o meu estilo. Eu acho que aqui hoje a Casa deveria estar cheia. Eu sou o único Senador que estou aqui com o Senador Flávio Arns. "Mas o Kajuru está lá porque ele quis mandar um abraço para o Tiago." Não. Não foi só por isso, foi por causa do motivo desta reunião, o que ela objetiva. Como eu sou duro, o Ministério da Saúde precisa levar a sério, porque o Flávio Arns sabe, tem conhecimento e já viu que o trabalho que faço em Goiás – que o Tiago não deve saber, não sei se o Datena comentou com ele – é um trabalho solo, ou seja, eu dependo das minhas emendas individuais para bancar mensalmente o custeio de saúde de centros diabéticos, que não tem nem em São Paulo – nem em São Paulo tem um centro diabético –, centro de autismo – eu cheguei agora ao nono – e agora o centro de raros.

O caso da Lua é um caso raro, e com raro político não se preocupa. Eu estive com um político que falou: "Kajuru, isso não dá voto". Falei: "Quem falou que eu estou preocupado com voto? Eu estou preocupado exatamente porque ninguém está, porque nenhum Senador está". Por isso que o Flávio, eu o tenho como inspiração, por essa preocupação.

O meu projeto do diabetes foi aprovado por unanimidade, foi sancionado no Governo Bolsonaro, porém Jair Bolsonaro não o regulamentou. O Presidente Lula acompanha o erro de Bolsonaro, até agora não regulamentou. É simples, é o SUS dar o primeiro atendimento ao diabético e fornecer a insulina, que é o que eu faço em Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autismo: também no Brasil, não existe um centro de autismo realmente completo. Porque nós tomamos conhecimento – o Tiago deve saber disso, o Flávio já sabe – de que, a partir de agora, a cada 35 crianças nascidas, uma é autista, Flávio. Uma. Antes era a cada cem.

E, graças a Deus, também tive o orgulho de ser o primeiro Parlamentar a inaugurar um centro de raros em Anápolis, Goiás, porque tomei conhecimento – e aí concluo – de algo que eu nem sabia o nome, num distrito de Goiás chamado Araras, a cidade que, proporcionalmente, Senador Flávio, senhoras expositoras, possui o maior número do mundo de crianças com algo raro chamado xeroderma pigmentoso. E aqui, quando eu comentei, quase ninguém sabia nem tinha noção.

Então, essa é a minha felicidade de estar aqui. Muito obrigado pelo espaço, Senador Flávio Arns, e faço questão de estar aqui o tempo todo, ouvindo a todas e a todos, para aprender e para saber o que mais eu posso fazer como um simples ser humano que sou, perante um Tiago, que é muito mais completo do que eu, que tem um nome nacional e que pode, evidentemente, ajudar muito o nosso país, espelhando-se em sua causa.

Obrigado, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente que agradece a você, Jorge Kajuru, companheiro, Líder, e sempre envolvido com as causas sociais, também, de desenvolvimento, mas também, particularmente, com as pessoas mais vulneráveis.

Eu só quero ressaltar que nesta audiência pública nós temos que ter desdobramentos, desdobramentos por parte, obviamente, do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação, com orientação do Conselho Federal de Oftalmologia e também fazendo a sua parte junto aos médicos, enfermeiros e programas de saúde, ao Retina Brasil, para que a gente possa ter uma rede de sensibilização, conscientização e atendimento, né? O retinoblastoma é um câncer raro, mas, dos cânceres que acometem os olhos, é o que mais ocorre, a maior prevalência é desse câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos olhar, discutir. Isso está sendo transmitido para o Brasil todo, e a gente faz esse apelo para que o Brasil todo, todos que nos acompanham, nos vários estados já lidos, se envolvam nessa caminhada.

Para a gente iniciar, tudo isso em função da campanha "De Olho nos Olhinhos", comandada pelo Tiago, pela Daiana e pela Lua, o Tiago começa explicando para a gente o que você espera de tudo isso e tudo aquilo que você julga importante.

Com a palavra, Tiago.

O SR. TIAGO LEIFERT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Senador Flávio, muito obrigado pela oportunidade. É uma honra estar aqui com vocês, embora a circunstância seja esta. Sim, eu preferia, claro, que o retinoblastoma nunca tivesse cruzado a minha vida, mas, já que ele cruzou, é uma missão que eu e minha família aceitamos com muita energia. E é algo que domina muito os nossos dias.

Uma saudação a vocês Senadores, a V. Exas. e ao Senador Kajuru, que, além de ser um colega que militou aqui no esporte, também teve as suas lutas contra doenças da retina, né, Senador?

Um grande beijo, Senador Kajuru. Obrigado pelas palavras.

A Dra. Wilma, que é uma grande parceira da campanha "De Olho nos Olhinhos", está aqui com a gente; a Sra. Ieda; a Bruna, do Ministério da Saúde; a Dra. Suyanne, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Uma saudação à Senadora Damares, que não está com a gente, mas que nos ajudou também a chegar aqui hoje.

Eu estou aqui como Diretor-Presidente da ONG De Olho nos Olhinhos, mas essa função, é impossível separá-la da minha condição de pai. Eu sou, acima de tudo, o pai da Lua. E é por ela que eu estou aqui hoje e, com muita humildade também, representando, Senador, as centenas de famílias que nos pediram ajuda nestes últimos anos, através da nossa ONG, com quem a gente conversa diariamente e que nos trazem reclamações, dores, sugestões que acho que podem ser úteis para nós todos aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O caso da Lua, a gente a diagnosticou com 11 meses, e era um estado já bem avançado da doença, nos dois olhos. Ela ainda nem andava, muito pequenininha. E foi um momento bem difícil para nós todos, para a família inteira, muito devastador. Por uma ironia cruel, a minha esposa era repórter de saúde, e, na carreira dela, nunca tinha aparecido o tema "retinoblastoma", na vida dela. Eu também nunca tinha escutado falar.

Depois do choque inicial, a gente resolveu falar, a gente resolveu contar para as pessoas, primeiro, através das redes sociais, todas as informações que a gente gostaria de ter tido, coisas que a gente gostaria de ter escutado, dicas que a gente gostaria de ter recebido quando a Lua ainda era pequenininha, recém-nascida, coisas que, hoje, a gente sabe e martela muito durante as nossas campanhas.

A campanha foi crescendo, a gente tem uma estimativa bem conservadora de que a gente conseguiu atingir mais de 100 milhões de brasileiros através de WhatsApp, rede social, mídias, telas em prédios, *shoppings* e elevador, aeroporto, ônibus. Mas a campanha de conscientização acabou sendo pouco para nós.

Então, a gente montou essa ONG para realmente ajudar as famílias, porque, assim que a gente faz a campanha, muitas famílias procuram ajuda de oftalmologistas, vão ao médico, e, depois, nos dizem: "Olha, eu estou saindo aqui do consultório e eu não sei o que eu faço, porque eu acabei de receber a notícia de que minha filha pode estar com retinoblastoma, e o que eu faço agora?".

A nossa ONG ajuda tanto no setor privado, com os planos de saúde, quanto com o TFD, o tratamento fora de domicílio do SUS. A gente ajuda essas famílias a chegarem o mais rapidamente possível no centro de excelência para tratar o retino.

E a gente também tem um braço que a gente não comenta muito, porque nunca ninguém perguntou, mas a gente também ajuda com pesquisa, a gente ajuda a comprar máquinas para os hospitais, quando estão precisando, a pagar consultas, se precisar também, para as famílias.

E uma curiosidade é que, quando a gente fez a campanha, a primeira vez, Senador, muitos políticos mandaram mensagem para a gente, na melhor das intenções, falando "olha, vamos fazer uma lei, vamos fazer uma lei do reflexo vermelho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente começou a olhar, a nossa surpresa foi que a imensa maioria dessas regras já existia. Elas só não estavam sendo colocadas em prática por algum motivo, mas a maioria já existia. O que a gente precisava já estava lá.

Então, as colunas sobre as quais a gente gostaria de construir esse combate ao retinoblastoma, as colunas já estão lá. Mas falta ainda alguma coisa.

E eu pensei muito, Senador, após receber o seu convite, como eu poderia aproveitar estes momentos aqui com o Senado da melhor forma possível. O que essas famílias que depositaram em nós, através da ONG, essa confiança, como é que eu posso honrar essa confiança aqui, com os senhores e senhoras?

A conclusão a que eu cheguei, após conversar muito com a minha família, com os médicos é que a gente pode discutir aqui todo tipo de medida, a gente pode falar das máquinas mais avançadas do mundo, das técnicas mais incríveis do Japão, dos Estados Unidos, da Suíça. E a gente vai dar volta, volta e, no final, a gente vai concluir que o que vai realmente mudar o panorama não só do retinoblastoma, mas de todas as doenças oculares é o acesso à oftalmologia.

Infelizmente, a reclamação que a gente mais recebe na nossa ONG e a história que a gente mais escuta são as famílias que tentaram chegar a um oftalmologista via SUS e não conseguiram a tempo. Elas recebem: "Está com reflexo branco no olho da criança, pode ser retinoblastoma, vamos investigar". Não conseguem consulta no SUS não porque não tem, mas porque demora demais, porque pode demorar de três a seis meses, na maioria dos casos que a gente recebeu. E "três a seis meses" no câncer, como vocês sabem, pode ser uma sentença de morte.

Então, essa família, na maioria das vezes, se desespera, faz uma vaquinha e vai para a rede privada. Na rede privada, às vezes, o médico pede dezenas de exames. E a gente aí entra para ajudar.

Se a gente tivesse desde cedo acesso a oftalmologistas na rede pública, eu acho que, ali, seria o nosso primeiro passo para combater o retinoblastoma, porque ele vai continuar acontecendo. Ele, às vezes, é uma doença genética, mas ele é inevitável. Nós teremos retinoblastoma para sempre. A gente só precisa descobri-lo o mais rapidamente possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sabemos, Senadores, a gente precisa também ter o pé no chão, entender a realidade do Brasil, os custos envolvidos, para que a gente possa fazer isso da maneira mais eficiente e inteligente possível, certo? A gente tem que ser pragmático, porque o desespero também não ajuda. "Ah, vamos fazer uma triagem em centenas de milhões de crianças." A gente sabe que isso é inviável.

O legal de estar aqui hoje e de poder falar do retinoblastoma é que ele é apenas uma das doenças da retina, a mais perigosa, a fatal, a única que pode matar uma criança. Só que a forma de a gente se prevenir contra ela ou de pelo menos descobri-la rapidamente é o mesmo jeito de descobrir todas as outras doenças da retina.

Então, se os Senadores conseguirem, junto com o Ministério da Saúde, mais acesso à oftalmologia e mais regras para que a gente consiga investigar o olhinho das crianças desde cedo, a partir do sexto mês, por exemplo, do terceiro mês, como vocês acharem melhor com os médicos, porque eu não sou médico. Se não tiver um retinoblastoma ali, pode ter uma miopia, pode ter uma toxocaríase, uma toxoplasmose, pode ter um descolamento de retina por um motivo não especificado, pode ter uma doença de Coats, pode ter glaucoma, pode ter catarata congênita, que é um problema gravíssimo no nosso país. Tem muita gente com catarata congênita, muitos bebês que estão na fila esperando a cirurgia.

E o método para você descobrir todas essas doenças é o mesmo do retinoblastoma.

Então, ao atacar o retino, nós vamos acabar descobrindo tantas outras coisas e melhorar tanto a vida dos nossos cidadãos do futuro que realmente vale a pena discutir como é que a gente pode melhorar o diagnóstico, sim, e a descoberta dessas doenças.

A nossa preocupação, então, em salvar a vida dessas crianças vai acabar diretamente salvando a visão de milhões de outros, dos nossos cidadãos do futuro, que vão poder ter uma vida mais saudável, mais ativa, porque, lá atrás, um Senador do Paraná resolveu agir contra o retinoblastoma.

Um dos grandes centros dos Estados Unidos, que é o Sloan Kettering, em Nova York, salva 99% das vidas das crianças que chegam lá. E eles conseguem salvar os dois olhinhos, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru, quer dizer, não precisa enuclear, não precisa fazer prótese, em 95% das vezes. É um número melhor do que o nosso.

Só que nós, aqui no Brasil, temos as mesmas máquinas, os mesmos remédios, os mesmos tratamentos na rede pública e na rede privada. O tratamento de retinoblastoma na rede pública é espetacular, fantástico. Nós temos tudo, mas por que eles conseguem números melhores do que os nossos?

Eu perguntei a um médico americano que veio aqui para o Brasil, numa conferência. Ele era do Texas. Falei: "Mas como é que vocês conseguem?". Porque, lá, os casos chegam antes e chegam mais rapidamente, depois, ao tratamento. É só isso.

Apesar de a saúde pública americana ter seus problemas e suas críticas, e a privada também, eles ainda conseguem consultas no oftalmologista e triagem antes do que nós conseguimos. E por isso eles melhoraram.

Este número, 99%, a gente consegue atingir aqui no Brasil. Falta muito pouco. Salvar 95% dos dois olhinhos, a gente consegue também. Nós temos a estrutura, a gente precisa melhorar o diagnóstico.

Eu fico à disposição de V. Exas. para ajudar no que for possível quando for no combate ao retinoblastoma, porque é a minha vida mesmo. É o mais importante para mim. Não tem um segundo da minha vida que eu não pense nisso. Não tem um segundo da minha vida que eu não olhe para a minha filha e não seja grato pela vida dela. Não tem um segundo que eu não olhe para ela e reconheça a sorte que eu tive, Senador. Eu tive muita sorte de descobrir a doença quando eu descobri – foi Deus, foram os anjos da guarda –, de chegar aos médicos rapidamente, de estar em São Paulo, perto dos médicos, perto do centro de referência. Tive muita sorte.

E a missão da minha vida é evitar que a Lua do futuro, a próxima Lua, eu quero que ela não tenha que contar com a sorte, Senador. Eu quero que ela tenha tudo estruturado para que ela chegue ao tratamento muito antes do que a minha filha conseguiu.

Só para quem também ficou curioso e está nos assistindo, a minha filha completou cinco anos agora no dia 28. Ainda não teve alta 100%, a gente não pode dizer que ela está curada, mas ela está indo bem, porque ela é um milagre e porque a gente deu muita sorte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade. É uma honra estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olhe, Tiago, brilhante também.

Eu quero que saiba que esta é uma missão familiar, sua esposa, a Lua. Quer dizer, você já é um profissional reconhecido, estimado no Brasil, mas você se torna ainda melhor por causa da Lua. A Lua fez com que você, a esposa e tanta gente fossem melhores ainda do que são, como profissionais, como pessoas.

E a gente deseja que tenham sucesso na caminhada e na caminhada de apoio às demais famílias que apresentam um problema parecido ou não, né? Como você colocou muito bem, diagnóstico é para todas as dificuldades que podem surgir no olho.

Obrigado, por enquanto, Tiago.

Passo, em seguida, a palavra à Angela Sousa, Presidente da organização Retina Brasil.

A SRA. ANGELA SOUSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

É uma grande satisfação, e me sinto muito honrada, mais uma vez, em representar aqui a Retina Brasil.

Cumprimento V. Exa., Senador Flávio Arns, parceiro nas nossas causas em prol da luta, buscando soluções efetivas na política de saúde ocular no nosso país, considerando não só as doenças comuns, mas as raras, hereditárias da retina.

Cumprimento o Senador Kajuru também, por saber que ele é um militante desta pauta da pessoa com deficiência.

Cumprimento a Dra. Wilma, as outras médicas presentes. Eu não decorei o nome de todas.

É uma grande satisfação dividir este espaço com o Tiago Leifert, que muito me emocionou, porque eu também sou mãe de uma pessoa, que hoje é um rapaz, com retinose pigmentar.

Graças a Deus, eu estou dentro de um espaço, porque trabalho na Universidade Federal do Ceará há 41 anos, sou pedagoga, Mestre em Educação, e tive a oportunidade de ter acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações privilegiadas, estar próxima de profissionais também que puderam colaborar comigo no entendimento, na compreensão.

Tem aqui, compondo este seleto grupo convidados que vão palestrar, discutir, debater conosco este tema tão importante, a Dra. Ieda Castro, que foi minha professora aqui na universidade, quando meu filho era pequeno e eu nem sabia ainda que ia ter esse diagnóstico.

Eu quero pedir permissão para falar sobre isso. Na época, ela era substituta aqui. Anos depois, eu tive o diagnóstico, com 12 anos, do meu filho. Nunca tinha ouvido falar – viu, Tiago – também dessas doenças da retina. Para mim, doenças oculares eram corrigidas através de lentes, óculos e cirurgia de catarata. Lembro que, na época, a campanha nacional era por banco de córneas, porque havia uma demanda muito grande da necessidade de córneas, isso foi em 2005, 2006.

A Ieda Castro foi minha professora. Depois, quando eu descobri, ela não estava mais aqui. Procurei a assessoria de uma outra colega, professora, que também era da educação especial, se ela conhecia essa doença. Ela disse: "Meu marido tem".

Olhem só, eu tinha que estar envolvida nesta temática. Aí ela disse: "Tem um grupo de pessoas que se reúnem. Quem fica à frente é o Jorge de Castro", que é o esposo da Ieda Castro. E eu nem sabia, nem conhecia nada.

E foi o apoio do grupo Retina Ceará, um grupo regional da Retina Brasil, que me acolheu, acolheu meu filho e acolheu a nossa dor. Mas eu lembro que eu não pude chorar, eu não pude me desesperar, não me lembro de nada disso, mas eu tive que correr atrás – assim como você tem feito e como muitos outros pais também estão fazendo –, atrás de soluções.

E que bom! Hoje eu agradeço a Deus por ter acontecido comigo, e não com um dos meus irmãos – somos seis, tá? –, porque eu consigo buscar informações e acessar determinados instrumentos do poder público nessa luta.

E eu quero aqui dizer que, logo no início, quando o nosso querido Senador Flávio Arns listou o que os participantes já encaminharam para ele, isso está muito alinhado com o que a gente vai debater e discutir, não é? Eu sou também uma paciente oncológica, mas não é retinoblastoma, certo? Sou usuária do SUS, porque todos nós somos usuários do SUS, mas ainda tenho o privilégio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ter um plano de saúde. Então, eu tive um diagnóstico precoce e acesso a exames de primeira ponta por conta do plano.

Mas eu desejo isto: desejaria estar sendo assistida pelo próprio Sistema Único de Saúde, no hospital, e trazendo a temática aqui – que é a nossa discussão do retinoblastoma, na nossa opinião, enquanto associação nacional de pacientes com doenças raras hereditárias da retina –, pela qual nós viemos lutando desde 2002, a nível de associação nacional.

Nós conseguimos chegar ao Conselho Nacional de Saúde; temos assento lá desde 2022 e fomos reeleitos agora, em 2024. Chegamos, no mesmo período, ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e vamos tentar ser reeleitos agora, na próxima semana, na eleição. Já nos colocamos à disposição, Tiago, e a toda a comunidade, a todos os pais que têm filhos com esse diagnóstico, também ao Senador Flávio Arns, ao Kajuru. A Dra. Wilma, do CBO, é uma grande parceira nessa luta, nesse *advocacy* da saúde ocular no nosso país, desde o diagnóstico precoce.

E sim, Tiago, é difícil chegar a um oftalmologista. Olha, enquanto nós estávamos aqui conversando, eu estava muito emocionada com a sua fala, porque é a voz de muitos pais, de muitas mães, de jovens que chegam com o diagnóstico da retina achando que são os únicos seres humanos do mundo que têm aquela doença e que ainda não estão perdendo a visão, ainda não conseguiram ter um exame, certo? Não têm um teste genético ainda pelo SUS – estamos lutando, e eu creio que está próximo de isso acontecer. Já teve muitas discussões com a Retina Brasil, com o Conselho Nacional de Saúde, com o ministério e, principalmente, com a Coordenação de Doenças Raras; o Dr. Natan está muito parceiro nesse compromisso de colocar.

O Senador Flávio Arns recebeu, em 2024 – passa rápido, né? –, um manifesto nosso, em que estão listadas muitas coisas que vão ser faladas aqui. Ele caminhou e abriu as portas para que a gente pudesse chegar a este momento.

Então, na minha opinião, criar uma política pública nacional, acho que até a gente consegue; agora, não basta ela estar só no papel, não é?

Agora mesmo eu estava aqui com... Não é uma criança, mas um senhor de 67 anos. Ele está perdendo a visão e não sabe o que tem. Ele estava trabalhando de Uber com o carro emprestado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ligou para mim – alguém deu meu número – dizendo o seguinte: "Eu estou andando. As pessoas, eu estou vendo em dupla. Eu olho para a pessoa e vejo duas pessoas, na mesma pessoa. As linhas das vias, as marcações, eu as vejo cruzando. Eu estou com medo. O que é que eu tenho? Eu não tenho condição de ir a um oftalmologista". Quer dizer, o caso desse senhor é de urgência, de emergência, de atendimento e de exames que devem ser feitos de imediato.

Então eu penso que a política nacional, como foi colocado aqui no requerimento, de enfrentamento ao retinoblastoma, é uma medida urgente, que você sinalizou e esclareceu muito bem, porque você vive essa realidade, Tiago. E muitas outras famílias também, assim como nós da Retina Brasil, porque estamos também com um grupo de mães com glaucoma congênito, certo? Crianças... Eu fiquei assim: "Nossa, como é que essa mãe pode?". Eu trabalho com pessoas com deficiência visual aqui na universidade. Tem duas mães, com quem eu conversei, que têm filho com síndrome de Down, glaucoma congênito e autismo. Olha só a complexidade para essa mãe trabalhar, conviver e cuidar desse filho. A outra, da mesma forma.

Bom, então, é urgente criar essa política. Ela é estratégica para garantir o diagnóstico precoce e tudo isso que a gente fala, para poder ter o tratamento oportuno, o acompanhamento integral das crianças afetadas por esse câncer terrível, ocular, muito agressivo e que leva à morte, como você falou.

E que bom que você descobriu com 11 meses. Foi bem precoce, né? A Lua teve essa... Não vou usar a palavra "sorte", não, mas graças a Deus, foi percebido.

Porém, igualmente essencial a essa política, meus amados – e você que está nos escutando também –, é que não se limite só ao retinoblastoma. Nós precisamos ampliar, mas que sejam integradas nessa política também outras doenças.

Agora é muito importante. A Retina Brasil fica muito feliz de estar aqui, Tiago – sabe por quê? –, também Senadores e demais convidados. Porque trabalhar em parceria é importante. Essa política tem que ser transversal, não só na saúde, mas na educação, na atenção básica – certo? – capacitando os profissionais nessa temática, capacitando professores nessa temática, para que... Eu fiz o teste do pezinho. Não tinha o teste do olhinho quando meu filho nasceu. Ele já é um rapaz de 35 anos. Mas nunca me explicaram o que significava o resultado daquele teste do pezinho. Eu vim descobrir anos e anos depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Retina Brasil se coloca à disposição. Nós temos que traçar essa política. Gostaríamos de trabalhar junto com parceiros, como a De Olho nos Olhinhos, porque você tem um material muito bacana. Não agora, mas meses atrás, eu acessei o seu *site*, viu, Tiago? E baixei e já compartilhei com várias famílias – inclusive, não só com o público do grupo Retina Brasil, mas com todos.

Então, concluo aqui dizendo que temos que acessar todos os ministérios, o da Educação, o da Saúde, o da Assistência Social, o dos Direitos Humanos, mas não para ficar no papel. Que ela seja realmente efetiva, uma política de Estado, e não de Governo – de Estado! E essa política de enfrentamento ao retinoblastoma deve ser um ponto de partida para uma estratégia mais ampla de proteção à visão na infância, que inclua também as doenças hereditárias e outras doenças oculares. Precisamos garantir que nenhuma criança perca a visão tão precocemente por falta de diagnóstico precoce – ou mesmo a vida, como foi colocado, porque essa doença é mortal –, então, por falta de informação, por falta de rastreio, acesso ou cuidado. Ela deve nascer com o compromisso de ser intersetorial, não pode ser focada só num setor. Que ela seja inclusiva, efetiva, baseada em evidências, centrada na família, como foi falado aqui – o próprio Senador fez essa referência –, com ações concretas que envolvam todos os níveis do Governo e da sociedade civil.

Esta é a minha fala.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos novamente a você, Angela Sousa, Presidente da organização Retina Brasil. Parabéns pelo trabalho desenvolvido. Estamos juntos nessa caminhada.

Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, que é Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Com a palavra, Dra. Wilma. Seja muito bem-vinda.

A SRA. WILMA LELIS BARBOZA LORENZO ACÁCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, Senador Flávio Arns, Senador Kajuru. Muito obrigada por vocês terem nos reunido aqui para que possamos falar sobre esse tema. Boa tarde a todos que estão aqui conosco nesta transmissão e a todos que estão nos assistindo.

Eu já repeti várias vezes, porque nós trabalhamos regularmente com o Tiago nessa campanha De Olho nos Olhinhos há algum tempo, já repeti por inúmeras vezes, mas é fundamental que a gente sempre diga que nós somos extremamente gratos a vocês, porque, graças à sua visibilidade e credibilidade, nós pudemos mudar o cenário no país. É muito difícil... Você falou em 100 milhões de pessoas atingidas pela campanha. Provavelmente são mais. Tem muita gente que realmente descobriu que existe o teste do reflexo vermelho, descobriu que crianças, logo ao nascer, precisam ser examinadas graças a essa campanha. Então, nós ficamos muito felizes que vocês tenham tido essa atitude e que vocês tenham tido essa iniciativa, porque teve uma mudança absoluta na nossa rotina.

Mas quando você fez a sua exposição, você fez um comentário e a sua fala foi: "Falta ainda alguma coisa". Quando a gente olha uma dificuldade de acesso a tratamento, crianças demorando a chegar, uma primeira coisa que a gente pensa é: cadê o oftalmologista para fazer esse atendimento?

Nesse sentido, eu vou trazer alguns números para mostrar em que situação nós estamos no nosso país.

Hoje, a oftalmologia é a quarta especialidade... Hoje não, desculpe. Desde 2015, a oftalmologia é a quarta especialidade que mais atende consultas no nosso país. Estamos atrás apenas da pediatria, ginecologia e ortopedia e trauma. Então, nós somos a quarta especialidade que mais atende no país. Em 2024, realizamos 13 milhões de consultas em oftalmologia. Mas, mesmo assim, a gente entende que há uma limitação para que os pacientes cheguem até nós.

Nesse trabalho, o Governo foi, ao longo do tempo, buscando implementar outras ações, como por exemplo a criação das OCIs (Ofertas de Cuidado Integrado), que possibilitam que as pessoas cheguem mais rapidamente até uma consulta. Foram cinco áreas elencadas para participar disso, sendo a oftalmologia uma delas. Nós trabalhamos auxiliando, não exatamente especificando quais seriam as OCIs, mas trabalhamos nos critérios, na priorização dos pacientes para chegarem em cada uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o que nós temos é uma abertura de portas – eu gosto de usar essa expressão. Em vez de um paciente precisar chegar a uma consulta, as OCIs abrem sete portas. Isso significa que existem mais alternativas. No caso, crianças com doenças congênitas ou raras podem chegar por via das consultas para crianças com menos de nove anos, podem chegar na consulta com a oncologia – oncologia oftalmológica – e também já podem chegar direto no exame, sob sedação, para poder ter um diagnóstico mais breve. As portas se abriram nesse sentido, mas a adesão a isso tem sido lenta, a nosso ver, apesar de que a oftalmologia teve, segundo as palavras do próprio Ministério da Saúde, um crescimento exponencial. Nós somos a especialidade que mais atende por OCI neste país – quatro vezes mais que o segundo colocado, que é a cardiologia. Então, onde se abrem portas, os oftalmologistas estão.

O que mais a gente pode fazer? A gente pode ajudar no diagnóstico precoce, na suspeita precoce e também nesse encaminhamento.

Na suspeita precoce, o Ministério da Saúde teve uma atitude recente de trabalhar a Triagem Ocular Neonatal (TON), um mecanismo para auxiliar num diagnóstico precoce. Nós temos trabalhado com eles e espera-se lançar em breve esse documento novo, em que se coloca e se organiza, na Rede de Atenção, no SUS, o diagnóstico da criança ainda na maternidade, quando é obrigatória a realização do teste do reflexo vermelho, e depois, ao longo dos primeiros anos, quando essa criança precisará repetir esse exame em datas específicas – tudo isso de acordo com conhecimento acadêmico; com o conhecimento científico embasando essas definições.

Como é que a gente pode fazer para que isso chegue mais perto dos pais que estão ali no cuidado com a criança? Isso está indo para a caderneta da criança. Então, no mesmo espaço onde a gente tem a vacinação, onde a gente tem orientações de saúde bucal e outras, vai estar lá também o teste do reflexo vermelho, o teste do olhinho. Isso é um estímulo e uma facilidade para que os pais e os médicos da atenção primária possam observar, nessas anotações, a necessidade de que aquela criança seja atendida. Então, esse é um passo que eu considero bastante relevante.

Para além disso, depois que há uma suspeita ou uma confirmação diagnóstica, essa criança precisa ir para um centro de tratamento. Então, o Tiago já comentou a respeito da dificuldade de que elas cheguem a tempo ao centro, mas onde estão esses centros? Nós fizemos um levantamento. Já há algum tempo a gente vem trabalhando nisso, e agora, há poucas semanas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós apresentamos também para o Ministério da Saúde uma rede para encaminhamento das principais causas de cegueira infantil. Nós trabalhamos, neste momento, com catarata e glaucoma congênitos e retinoblastoma. Então, nós entregamos para eles o mapeamento desses locais pelo país: são 43 centros em 15 estados e no Distrito Federal, sendo que apenas nove desses estados atendem essas três doenças. O atendimento ao retinoblastoma e o tratamento estão em 15 centros nesses nove estados, e eu vou listar para vocês. Temos um na Região Norte, quatro na Região Nordeste, dois na Região Sul, oito na Região Sudeste e nenhum na Região Centro-Oeste que atenda SUS com a potencialidade de diagnóstico e tratamento completo. Mas esses precisam ser alcançados. Precisamos ampliar? Precisamos. Mas esses precisam ser alcançados. E a ideia é que a criança consiga chegar, na menor jornada possível, até esses centros para tratamento e depois para a reabilitação visual, que é a segunda parte fundamental dessa história.

Então, essa rede a gente chamou de Conectar para Cuidar, porque, na verdade, a partir de um diagnóstico, a gente tem que estabelecer uma conexão dessa criança e dessa família com o centro médico que vai fazer esse atendimento.

Tiago também fez um comentário sobre o TFD (Tratamento Fora de Domicílio). Eu creio que ele tenha se surpreendido com isso ao longo do tempo em que começou a trabalhar com isso, e eu também me surpreendi quando ele falou da dificuldade de os centros saberem para onde encaminhar essa criança. Não é só para onde encaminhar, é que existe um TFD, e como é que se preenche um TFD, e o que eu faço com ele?

Olhando para esse cenário como um todo, pelo número de oftalmologistas que nós temos e pelo volume de atendimento que nós realizamos, pela participação constante ao longo dos anos, por todo o estímulo que a gente faz para que haja um diagnóstico precoce e encaminhamento para os lugares corretos, na nossa leitura, a gente precisa de uma gestão desse sistema tão relevante que a gente tem no nosso país, que é o SUS. A gente precisa atuar na gestão no sentido de fazer com que todos os municípios tenham ali pessoas hábeis, que conheçam todas essas informações e que possam efetivamente promover a conexão dessa criança a um centro de diagnóstico e tratamento. Então, nesse contexto, se nós pudéssemos elencar hoje uma prioridade de ação, eu consideraria esta questão que é a gestão municipal no sentido de fazer essa conexão para todas as crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a vocês todos a oportunidade de poder expor aqui a nossa avaliação da oftalmologia e quero dizer que nós estamos sempre parceiros de todas essas ações que levam ao bem-estar e à saúde visual de toda a população.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Dra. Wilma Acácio, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, e parabenizamos também o conselho e a senhora pelas iniciativas que vêm sendo tomadas. Parabéns!

Vamos em frente.

Passamos, em seguida, a palavra à Bruna Bragança Boreli Volponi, que é Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Com a palavra, então, Bruna.

A SRA. BRUNA BRAGANÇA BORELI VOLPONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns. Boa tarde, Senador Kajuru, Tiago e demais expositores.

Eu agradeço, primeiramente, o convite. É com grande responsabilidade e compromisso que, representando a Coordenação-Geral de Atenção Integral à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, nós participamos desta audiência, sabendo que o tema é muito importante e exige de nós sensibilidade e ações para fortalecer o cuidado integral à saúde das crianças.

É importante frisar que o cuidado ocular começa desde dentro do útero. Então, no período gestacional, as estruturas do feto são muito vulneráveis e danos genéticos e fatores teratogênicos, como infecções, medicações, radiação, podem causar malformações e predispor doenças oculares, incluindo o retinoblastoma. Por isso é fundamental que o pré-natal inclua avaliação criteriosa de fatores de risco, histórico familiar e condições gestacionais.

Atualmente, como a Dra. Wilma comentou, segundo as diretrizes de saúde ocular vigentes, que foram publicadas desde 2013, após o nascimento e antes da alta da maternidade, todos os recém-nascidos devem realizar o teste do reflexo vermelho, que deve ser feito e repetido, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo dos três primeiros anos, cerca de três vezes ao ano – é isso que está escrito, mas a gente sabe que, na prática, nem sempre funciona dessa forma –, lembrando que o teste do reflexo vermelho é um exame muito simples, que pode ser feito por um profissional treinado. Ele não é invasivo, não exige o uso de colírios; ele usa um oftalmoscópio direto e realmente pode detectar alterações, como o Tiago também comentou, não só o retinoblastoma, mas outras condições que são realmente importantes, como a catarata, o glaucoma, infecções congênitas. Se a gente realmente conseguir colocar na prática a realização desse teste e otimizar isso, com certeza a gente vai otimizar a detecção precoce.

É importante frisar que a atenção primária à saúde é a porta de entrada do SUS. Então, cabe às equipes de saúde da família e equipes eMulti, que são equipes multidisciplinares, acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças, além de observar sinais de alertas oculares, por exemplo, o lacrimejamento persistente, um desvio ocular, uma mancha branca na pupila, dificuldade de contato visual, fotofobia. Então, um olhar atento do profissional da atenção primária é o principal passo para o diagnóstico precoce e encaminhamento adequado. Só que essa atuação requer uma capacitação contínua, protocolos de referência e contrarreferência e o fortalecimento da rede de cuidado oftalmológico infantil.

O foco atual é integrar a triagem ocular ao calendário da puericultura – dando algumas respostas, nós já estamos agindo nesse sentido –, no sentido de garantir uma periodicidade ao acompanhamento contínuo da saúde ocular nos primeiros anos de vida. Então, uma proposta é, além da inclusão na caderneta da criança na próxima edição, nós vamos incluir também essa orientação nos novos protocolos para APS. Então, além de fazer o teste ao nascimento, nós vamos colocar junto com as consultas de puericultura no primeiro, no segundo ano de vida e no terceiro ano de vida.

Então, as diretrizes de saúde ocular que estão vigentes, de 2013, também vão ser atualizadas, revisadas e submetidas à consulta pública. Isso já está sendo feito pela Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, porque nós trabalhamos conjuntamente com essa coordenação, além da Coordenação-Geral do Câncer.

Também estamos discutindo a proposta de criar códigos para o teste do reflexo vermelho na maternidade e na APS, para aprimorar o monitoramento da realização do teste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a perspectiva seria incorporar, no segundo, no sexto e no nono meses de puericultura, quando se faz a consulta da criança na UBS, também o teste do reflexo vermelho; no segundo ano, no 12º, no 18º e no 24º mês; e, no terceiro ano, com 36 meses de vida.

Essa proposta, articulada à execução do teste do reflexo vermelho e à capacitação das equipes de atenção primária, pode fortalecer o rastreamento visual precoce e periódico, reduzindo o diagnóstico tardio e ampliando as oportunidades de detecção do retinoblastoma e das outras condições visuais graves.

Um dos principais desafios, como já foi comentado aqui, é realmente estruturar a hierarquização do cuidado em rede, garantindo que as equipes realizem o rastreamento de forma sistemática, identificando precocemente os sinais, e encaminhem com agilidade para os serviços especializados, de acordo com protocolos de referência e contrarreferência bem definidos, até porque o enfrentamento do retinoblastoma exige essa integração efetiva entre maternidades, unidades básicas de saúde, centros de referência em oftalmologia e oncologia pediátrica, assegurando que nenhuma criança com suspeita ocular fique sem diagnóstico e tratamento oportuno.

Acreditamos que a implementação de ações estratégicas para o enfrentamento do retinoblastoma pode contribuir para o fortalecimento da rede de cuidado ocular infantil, ampliar a vigilância em saúde ocular na infância e garantir o acesso equitativo ao diagnóstico precoce e ao tratamento especializado.

A Secretaria de Atenção Primária à Saúde reafirma seu compromisso em ampliar a cobertura e a qualidade do teste do reflexo vermelho, apoiar a formação de equipe de atenção básica, aprimorar fluxos de encaminhamento e garantir a integralidade do cuidado, a detecção precoce e o tratamento especializado.

Cuidar da visão é cuidar da vida. E assegurar a visão das nossas crianças é investir no futuro do país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Bruna Volponi, Assessora Técnica da Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crianças, Adolescentes e Jovens da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Na sequência, vou passar a palavra para Suyanne, que é da atenção ao câncer.

Antes, Suyanne, eu leio a nota que veio da Sobope (Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica):

> A Sobope (Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica) apoia a expansão do acesso ao cuidado do retinoblastoma, com prioridade ao diagnóstico oportuno.
> Propomos [a sociedade] um modelo em rede: reflexo vermelho na puericultura, teleoftalmologia para segunda opinião rápida e centros de referência para confirmação e tratamento, com financiamento específico e indicadores nacionais.

Eles sugerem nos indicadores nacionais: tempo até o especialista, início do tratamento, preservação ocular e sobrevida. Termos esses dados todos também.

Então, esta é a nota que, inclusive, depois vamos enviar a todos os expositores e expositoras.

Então, passo a palavra a você, Suyanne Camille Caldeira Monteiro, que é do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde.

Com a palavra.

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, demais autoridades e especialistas, representantes da sociedade civil e todas as pessoas que nos acompanham, muito boa tarde.

Agradeço ao Senador Flávio Arns, proponente desta audiência, aos expositores convidados e ao público que nos assiste. É uma honra, como onco-hematologista pediátrica, representar o núcleo do câncer infantojuvenil da Coordenação de Prevenção e Controle do Câncer da Secretaria de Atenção Especializada do Ministério da Saúde aqui hoje.

O tema de hoje é oportuno e urgente: o retinoblastoma e as políticas nacionais de enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de afirmar que hoje o câncer infantojuvenil é uma prioridade dentro do Ministério da Saúde. Quando eu cheguei ao Ministério da Saúde, em Brasília, vinda da assistência, em 2019, o câncer como um todo era apenas uma pauta dentro da atenção especializada e o câncer infantojuvenil não tinha agenda de prioridades. Hoje, nós vivemos uma outra realidade. A CGcan foi criada em 2023 e, em 2024, conseguimos estruturar um núcleo dedicado a essa pauta.

Aderimos formalmente à iniciativa global da OMS contra o câncer infantojuvenil em junho de 2024 e, desde então, nós temos uma agenda conjunta com as sociedades médicas, entre as quais eu destaco o ponto fundamental da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica – de que eu estou sentindo falta nesta discussão aqui hoje – mas também outras sociedades médicas diretamente ligadas à pauta do câncer infantojuvenil, como a Sociedade Brasileira de Pediatria, a ABHH e a SBTMO, e ainda representantes dos principais hospitais que tratam o câncer infantojuvenil no país, além de representantes das principais sociedades civis organizadas, para a gente construir juntos um planejamento estruturado de ações, que é o nosso Plano Nacional de Prevenção e Controle do Câncer Infantojuvenil.

Três eixos estruturam esse planejamento: o diagnóstico oportuno e preciso; o tratamento qualificado e equitativo; e registros e vigilância que orientam a gestão.

Dentro do nosso plano, a instituição de linhas de cuidado prioritárias para alguns tumores pediátricos é uma das ações estruturantes principais. Entre estas, o retinoblastoma foi eleito para ser a primeira. Por que o retinoblastoma? O retinoblastoma é o tumor intraocular mais frequente na infância. Embora seja uma patologia rara na população geral, ela afeta aproximadamente um a cada 15, 20 mil nascidos vivos por ano. Quando diagnosticado cedo, a probabilidade de cura é alta e é possível preservar a visão. A apresentação clínica unilateral é presente em cerca de 60% dos casos e bilateral, em torno de 40%. Quando diagnosticado tardiamente, pode ser necessária a enucleação, pode ser necessário radioterapia, quimioterapia venosa e há o risco de óbito se o tumor sair do olho e se tornar uma doença sistêmica para outros órgãos.

Nosso compromisso é construir ações para orientar de forma estruturada uma melhoria em toda essa linha de cuidados que vai desde a triagem, com reflexo vermelho na maternidade, seguindo num processo de triagem ocular dos pacientes pediátricos, no acompanhamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

puericultura estruturado e com encaminhamento precoce para avaliação especializada com oftalmologista sempre que o teste for alterado ou outros sinais clínicos forem detectados, como estrabismo, leucocoria e outros achados anormais; organizar esse referenciamento dentro da rede, de forma a centralizar o cuidado do retinoblastoma em centros de referência especializados; e garantir a disponibilidade dos tratamentos necessários.

A centralização inteligente do cuidado para tumores ultraespecializados como retinoblastoma é uma ação que consideramos necessária. O cuidado integral do retinoblastoma exige que o centro de alta complexidade disponha de oftalmologista especializado no manejo dessa patologia, um centro de hemodinâmica, médico intervencionista para a realização de quimioterapia intra-arterial, capacidade para avaliação genética do gene RB1, capacidade para o fornecimento de próteses e reabilitação quando necessário.

A gente entende que não é necessário ter esses centros em todos os estados, mas precisamos mapear quais seriam os centros com potencial de serem referências regionais e criar uma rede articulada que funcione para o referenciamento rápido. A criança não pode perder tempo precioso sendo encaminhada a um centro que não terá *expertise* para tratá-la de forma adequada. Para isso, o ministério está conduzindo um grande projeto nacional de mapeamento dos centros habilitados no SUS e também os não habilitados em pediatria, mas que seguem atendendo crianças, para saber, no detalhe, a sua estrutura física, de pessoal, de acesso a tecnologias e protocolos, para saber a sua real vocação e, dessa forma, poder desenhar uma rede de prevenção e controle do câncer adequada para o câncer infantojuvenil.

Além do retinoblastoma, sabemos que muito provavelmente outros tumores também precisarão de um mesmo modelo, como os tumores cerebrais e os tumores ósseos. Esse projeto grandioso chama-se OncoBrasil mapeamento e está sendo executado por meio do Proadi-SUS em uma parceria do Ministério da Saúde com o Hospital Albert Einstein, a Sobope e a Coniacc, porque, em outro braço desse mapeamento, também estamos avaliando as casas de apoio.

Um outro projeto que já segue em andamento no âmbito do nosso plano e que a CGcan está desenvolvendo em parceria com mais de 30 especialistas oncopediatras voluntários é o manual nacional de alta suspeição do câncer infantojuvenil. Esse manual será semelhante ao modelo que será lançado brevemente para os tumores de adulto e virá para ser um novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referencial para guiar os sinais de alerta e as primeiras condutas para um encaminhamento correto e oportuno dos tumores pediátricos.

Dividimos os tumores em grupos temáticos e teremos inclusive um capítulo dedicado aos tumores do adolescente e do adulto jovem, que é uma área muito delicada, e para o retinoblastoma, dada a sua importância e particularidade, teremos uma área temática específica.

Em outras frentes para a construção dessa linha de cuidados que se inicia lá na maternidade, costuramos, dentro do Ministério da Saúde, uma parceria com a Coordenação da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Atenção Especializada e com a área da saúde da criança da Secretaria de Atenção Primária, com parceria também do CBO e da Sobope, para a elaboração do guia da triagem ocular neonatal, para orientar os gestores profissionais para a realização do teste do reflexo vermelho nas primeiras horas de vida da criança e também a definição do protocolo para a realização desse mesmo teste nas consultas de seguimento da puericultura, com a identificação clara para a realização do teste na caderneta da criança, junto com a definição de um procedimento na tabela do SUS específico para esse monitoramento – porque antes a gente não tinha o registro e o monitoramento dessa execução.

Além disso, precisamos garantir que os profissionais tenham a capacitação adequada para fazer o teste do reflexo vermelho e tenham equipamentos para isso. A Secretaria de Atenção Primária está viabilizando apoio para aquisição dos oftalmoscópios e estruturaremos, em conjunto, ações de capacitação de médicos e enfermeiros para a realização adequada dessa triagem, devendo ser orientado um encaminhamento prioritário ao oftalmologista ou centro de referência quando a triagem for positiva.

Em outra frente, a CGcan solicitou ao Sistema Nacional de Transplantes que avaliasse também a ampliação do procedimento para o transplante de medula óssea para os pacientes com retinoblastoma. Esse pleito segue em elaboração de dossiê para posterior submissão à Conitec.

Como propostas futuras, então, nós entendemos ser importante buscar uma parceria com o Programa Saúde na Escola, na medida em que a capacitação específica de professores que passam a metade do dia com os nossos filhos pode ser de grande importância para a identificação precoce dos achados anormais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, nós não poderíamos deixar de louvar as campanhas de conscientização para o tema. É muito importante alertar a população para reconhecer os sinais e sintomas anormais em suas crianças e buscar o esclarecimento sem demora. Para dar concretude a esse movimento, gostaríamos de deixar o nosso apoio aqui ao Projeto de Lei nº 5.430, de 2025, da Deputada Silvia Cristina, que visa à instituição do Setembro Dourado como meio de conscientização do câncer infantojuvenil de forma oficial no país, e, quem sabe, no próximo ano, poderemos fazer um Setembro Dourado com ações articuladas, assim como foi esse Outubro Rosa que acabamos de encerrar.

Para destacar outras iniciativas vigentes, a CGcan esteve, na semana passada, em visita técnica no Hospital Santa Marcelina, no serviço Tucca, coordenado pelo Dr. Sidnei Epelman, um centro de referência para o tratamento do retinoblastoma, em que ele nos falou de um estudo que está conduzindo para possibilitar o diagnóstico da mutação do gene RB1 em um exame de triagem tipo teste do pezinho. Um teste deste precisa ter alta sensibilidade e especificidade e ter custo compatível com uma política de rastreamento populacional, mas, se um dia disponível, poderá modificar completamente o acompanhamento desta patologia.

O retinoblastoma sintetiza nossa agenda: suspeitar cedo, encaminhar rápido, tratar no lugar certo e reabilitar com dignidade. Com o apoio desta Casa, gestores, sociedade científica e sociedade civil, vamos transformar o percurso da criança com suspeita de retinoblastoma no SUS. Menos atraso, menos perda visual, menos enucleações desnecessárias, mais cura.

Contem com o Ministério da Saúde para seguirmos avançando nesta agenda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Dra. Suyanne Camille Monteiro, do Departamento de Atenção ao Câncer, do Ministério da Saúde. Parabéns também pela exposição.

Eu estava pensando aqui: se a cada 15 mil, 20 mil nascimentos, há um caso de retinoblastoma, isso significa, por mês, aproximadamente um a dois casos, ou seja, 24 casos por ano. Então, é uma questão que pode ser bem abordada. E, naturalmente, conforme todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expositores colocaram, essa consulta oftalmológica colabora não só para esta área, mas para outros desafios enfrentados também pelas pessoas e famílias.

Passo em seguida a palavra à última expositora, Ieda Castro, que é Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Eu quero lembrar à Dra. Suyanne e à Dra. Bruna que, pessoalmente, eu considero extremamente necessário ter essa vinculação, conforme ressaltado, com a educação e com a assistência social, porque o Cras e o Creas estão com as redes no Brasil inteiro e em contato permanente com as famílias, para ajudar na sensibilização, na orientação e no encaminhamento. Aqui já foi ressaltado tudo isso, mas só para reforçar esse trabalho interministerial e interdepartamental.

Com a palavra, Ieda Castro. (*Pausa.*)

Alô, Ieda?

A SRA. IEDA CASTRO (*Por videoconferência.*) – Oi, boa tarde. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, estamos ouvindo.

A SRA. IEDA CASTRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiro, quero cumprimentar aqui o Senador Flávio Arns, o Senador Kajuru, dizer da importância dessa pauta. Aqui o MDS se sente muito motivado a participar, intersetorialmente, desta conversa inicial e de outros acertos que sejam necessários para que a gente pense políticas integradas de enfrentamento ao objeto aqui do retinoblastoma, mas nós temos muitas doenças da retina em que a simples presença do teste do fundo de olho, a presença do oftalmologista já vai significar um avanço muito grande.

Eu trouxe uma apresentação do Cadastro Único, mas eu queria dizer aqui para o Tiago que a gente fala para ele com uma intimidade por ver muito na TV. É como se já fosse um velho conhecido nosso, mas é uma satisfação estar dividindo este espaço com você.

Meu marido tem retinose pigmentar. Há 50 anos, era impossível imaginar uma preocupação com a retina. Minhas filhas, uma, quando fez dois anos, eu, preocupada se ela ia ter essa doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é uma doença genética, o oftalmologista dizia para mim: para que você quer saber, se não tem cura? Hoje, no meu neto, lá na Austrália, a primeira coisa que foi feita, logo depois do parto, foi o teste do olho, da luzinha vermelha, e fiquei muito feliz porque o cuidado começou ali.

Pensar em política de enfrentamento é pensar como informar, como comunicar, como mobilizar, como apoiar para ter acesso, porque às vezes o centro existe, mas o acesso é tão difícil, tão burocrático. Pensando em todas essas questões, o MDS se coloca à disposição.

Nós temos no Brasil uma rede de 32 mil unidades socioassistenciais, no campo da filantropia, mais de 10 mil estatais, entre Cras, Creas, Centros de Convivência, que contribuem para que a gente possa mobilizar, orientar, fazer a capacitação das equipes, porque o mais importante de tudo isso é o diagnóstico. É muito ruim quando a gente enfrenta uma doença, uma patologia para a qual a gente não tem o diagnóstico. Eu vejo a ansiedade do meu marido, hoje, com 67 anos, tentando um diagnóstico de uma doença que ele tem desde os 12 anos, e ele não consegue saber qual tipo de gene é afetado e não consegue frear o processo progressivo de cegueira que ele vivencia. Isso é bem doloroso, precisa de muito apoio e precisa de uma rede realmente integrada.

Da parte do MDS, a gente tem duas secretarias que podem dialogar muito com tudo isso que estou falando: a SNAS, que é a Secretaria Nacional de Assistência Social; e também a Sagicad, que é a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Eu gostaria de socializar aqui com vocês que dados ali do Cadastro Único poderiam, no futuro próximo, pós-diagnóstico, talvez fazer um cruzamento de dados que permita identificar a condição socioeconômica dessas famílias que forem recebendo o diagnóstico, porque a assistência pode contribuir para ir eliminando as barreiras socioeconômicas, as barreiras da distância e da falta de comunicação. Não basta, às vezes, ter a oferta da atenção à saúde, é preciso fazer chegar ao atendimento, e aí a assistência pode chegar principalmente para os públicos mais vulneráveis.

Eu quero pedir aqui a atenção do Neto para passar aqui o eslaide, para ver se a gente consegue... Se não, eu posso ir já adiantando para vocês o que a gente organizou para conversar.

Uma primeira coisa é explicar para os senhores o que é o Cadastro Único. Ele é uma base de dados na qual a gente faz o registro público de todas as famílias em situação de vulnerabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ir passando, Neto, por favor.

Esse registro hoje tem uma capilaridade em todo o país, está em todo o território nacional. Então, a gente tem um volume crescente de famílias que se identificam com diferentes necessidades, necessidades essas que, registradas, são o reconhecimento público do Estado de que existem essas necessidades que precisam de políticas sociais para respondê-las.

Nós temos mais de 40 milhões de famílias que já foram identificadas. São famílias que se colocam com suas necessidades numa multiplicidade de necessidades, não somente necessidades econômicas, mas também necessidades sociais, necessidades de acolhida, necessidades de estar ali, de ter um porto seguro, de ter uma segurança. A gente, no cadastro, hoje, faz em média, por dia, 2 milhões de atendimento em todo o país, mensais, aliás. Essas atualizações e esse atendimento são um contato direto, porque, se a gente tiver uma rede capacitada, pode ser um agente multiplicador das informações que podem chegar às famílias.

Inclusive, tem um serviço, na assistência social, que é o apoio no domicílio para famílias de crianças pequenas, no qual a gente já trabalha desde a gravidez, que poderia também se somar a essa força da rede SUS para a gente conseguir informar as famílias.

Pode passar o próximo, Neto, por favor.

Aqui é para dar uma visualizada no tamanho do cadastro no Brasil.

Quem está no Cadastro Único são todas as famílias que têm uma renda mensal até meio salário mínimo *per capita*. Desses 40 milhões, 90% estão dentro desse perfil, e 10% entram no cadastro, porque algum programa público social exige a presença do cadastro para ter acesso. É o caso do Fies, é o caso do Minha Casa, Minha Vida e alguns outros programas federais. Para ter um controle desses programas, acaba-se exigindo a presença no Cadastro Único. Mas 90% das famílias que estão ali estão entre até meio salário mínimo *per capita*.

Que tipo de vulnerabilidades a gente identifica? A gente identifica as condições de vida dessas pessoas: quem tem baixa renda, quem está em situação de desemprego, com dificuldade habitacional, quem vive em área de risco ou déficit habitacional, quem tem baixa escolaridade... A gente tem também dados da saúde, e, por isso, tendo uma base de dados do registro dessas pessoas que recebem o diagnóstico, a gente pode alcançar essas famílias e analisar, por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cruzamento de dados, quais são as condições sociais e ambientais em que essa família está incluída para que possam chegar outras políticas sociais, como o Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, o próprio BPC, que chega para esses públicos com deficiência ou com doenças crônicas graves, como é o caso do câncer.

Pode passar.

Aí a gente também faz um trabalho de registro dos grupos populacionais tradicionais. A gente tem quilombolas, indígenas, ciganos, pessoal ribeirinho.

Pode passar.

Esse cadastro é diferenciado, mas identifica os grupos étnicos. A gente consegue saber se são pessoas que são catadores de material reciclável, se estão em situação de rua... Enfim, a gente tem um apanhado dentro do Cadastro Único que pode permitir qual é o grau de necessidade de uma família que recebe esse diagnóstico de um filho, de um bebê, de uma criança que está sob sua guarda, tem condições de vida para enfrentar os desafios que – nós já sabemos – não são poucos.

Pode passar.

Aí são só os números. Pode passar.

Aqui é o tamanho. A maioria da nossa base... A gente atinge os agricultores familiares, são pessoas que vivem na área rural, os pescadores artesanais... Enfim, são grupos específicos que necessitam estar no Cadastro Único, seja para vender os seus produtos, programa de aquisição de alimentos, para ter outras oportunidades; seja para identificar o grau de necessidade que essas famílias apresentam.

Pode passar.

Como a gente faz com o Cadastro Único? Ele está integrado com o prontuário da assistência social. Então, se essas famílias com diagnóstico passarem pelo Creas, porque, no tratamento, mesmo depois do diagnóstico, a criança pode estar em tratamento e haver um comprometimento, gerar uma deficiência visual, alguma coisa, uma baixa visão, o prontuário Suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje está integrado com o cadastro para sabermos as condições socioeconômicas que a família tem para enfrentar essas adversidades...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IEDA CASTRO (*Por videoconferência.*) – ... que a vida apresenta para ela. Então, a gente cruza os dados e os integra tanto com a escolaridade quanto com o CPF, com o prontuário do Suas e agora, mais recentemente, com os dados do SUS sobre a questão da segurança alimentar e nutricional. Hoje, a gente consegue cruzar dados com o SUS para saber se aquela família corre risco de insegurança alimentar.

Esse cruzamento de dados pode, no futuro, ser muito útil nessas políticas de enfrentamento às doenças da retina, em particular ao retinoblastoma. Por quê? Porque a gente pode identificar qual é o grau de dificuldade que a família tem para acessar, como ela faz para chegar, às vezes, em outro centro... Falta orientação, falta o apoio financeiro às tecnologias assistivas, e isso tudo passa pela assistência social.

Pode passar.

Eu já falei sobre isso, sobre a insegurança alimentar, falei também sobre o Sistema Presença. A gente sabe hoje quantas crianças estão em creche. Se creche for um bom local...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IEDA CASTRO (*Por videoconferência.*) – ... para também ficar observando o comportamento das crianças em relação à questão da acuidade visual, a gente consegue saber quem está em creche. Então, dá para a gente fazer uma cobertura integrada melhor.

Pode passar.

Agora, sempre lembrando que o nosso papel, enquanto MDS, está muito associado ao pós-diagnóstico porque, pelo cadastro, a gente não consegue identificar doenças específicas, mas a gente consegue – depois de ter uma base de dados da saúde, fazer a integração, o povoamento de dados, o cruzamento de dados – chegar nas famílias que, além de viverem a situação do diagnóstico, podem ter algum tipo... que dificulte o acesso delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que era isso que eu queria mostrar do Cadastro Único e dizer para os senhores que o ministério apoia essa ideia. Cumprimento muito o Tiago pela sua luta. Que ela vire uma luta de todos nós, não só pelo problema particular da Lua, mas por todas as doenças associadas à retina, que podem estar ganhando com essa iniciativa que está sendo apontada aqui e que pode ganhar capilaridade em todo o país de uma forma mais acessível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a você, Ieda Castro, porque a gente sabe que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome hoje está em processo de qualificação, treinamento, debate interno, de que a senhora pôde participar, e foi muito importante para mostrar a capilaridade do trabalho. Eu até diria que não tanto para o diagnóstico, mas para a sensibilização, conscientização e alerta para a comunidade dos sinais, para que isso possa levar a uma atitude de encaminhamento para a área da saúde. Essa interface ficou muito clara aqui na apresentação. Parabéns!

Agora eu vou passar a palavra aos expositores e expositoras para alguma consideração final que desejem fazer, algum comentário, alguma coisa que considerem importante.

Antes, porém, eu só vou dizer aqui... Eu comentei, agora há pouco, sobre um a dois nascimentos por mês, e recebi uma observação para corrigir ou tornar a informação mais clara. Talvez, daqui a pouco, isso possa ser esclarecido.

No Brasil, o retinoblastoma é diagnosticado em cerca de 400 novos casos por ano, principalmente em crianças com menos de cinco anos de idade. Quer dizer, cinco anos – conforme todas as falas – já é tarde, não é? Temos que puxar essa régua lá para o começo da vida, o mais cedo possível. Mas, de qualquer forma, eu acho que esse fato poderia ser esclarecido na sequência sobre a prevalência. Foi dito: 15 a 20 mil nascimentos – eu não tenho assim de memória –, mas penso que sejam 200 mil, 250 mil, ou em torno disso, nascimentos por ano, o que me fez levar à conclusão de que seriam a cada 15, 20 mil. Então, no caso, a cada 15, 20 mil nascimentos, mas posso estar errado e, por favor, me corrijam também.

O amigo Jorge Kajuru está aqui ao lado. Ele foi o primeiro a falar. Então, agora ele é o primeiro também a fazer alguma consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Eu vou ser objetivo, Senador Flávio Arns. Primeiro, cumprimento-o por ser o pai da matéria dessa iniciativa brilhante em todos os sentidos. Vimos aqui a riqueza de cada um dos depoimentos.

À Sra. Angela, sobre retina: a minha equipe vai pegar as informações para chegar até a senhora, em relação àquele motorista do Uber.

E eu gostaria de colaborar, através da minha condição de Senador da República, em que estou, porque nós temos, em Goiás, um projeto que eu criei – Saúde na sua Casa –, que é para a criança, que é para a visão da criança. E o comando, a senhora deve conhecer, é de um dos maiores oftalmos de retina do Brasil, o Dr. Marcos Ávila. Ele e mais 64 médicos comandam mais de 5 mil cirurgias de catarata neste ano. E a cirurgia – quando a criança precisa –, além dos óculos e do tratamento, eu faço questão de garantir, nada mais do que a minha obrigação.

Senador Flávio, o depoimento de Tiago Leifert – o nosso coração, ou seja, o nosso ídolo no coração e na telinha – foi mais do que emocionante, porque é impossível qualquer governante não acompanhar as suas palavras e não ter a sensatez e o amor ao próximo de querer participar, de querer ser parceiro, de sair do papel, de estar à frente de uma ONG que ele comanda, que ele, sozinho, com seus colaboradores, está à frente.

Eu conversei com o Senador Flávio aqui, que aceitou na hora, evidentemente, repito, como pai da matéria desta audiência pública – ele, eu e outros Senadores temos o mesmo amor pelo próximo e por essas causas... E, no caso daqui, hoje, desta audiência pública, diante tudo o que o Tiago Leifert falou, eu vou falar com o meu amigo pessoal há 25 anos, paulista como o Tiago Leifert, que é o Ministro da Saúde Alexandre Padilha, que janta na minha casa toda quarta-feira, como o Senador Flávio já jantou comigo também, e ele vai assistir a esta audiência pública. Vamos fazer um resumo robusto dela, porque o Ministério da Saúde tem que ter consciência do que nós, hoje, aqui, ouvimos, de tudo o que colocou, repito, da forma mais bonita possível e da forma mais pontual possível, o Tiago Leifert.

E eu concluo, Senador Flávio, assim que for fazer agora, como o primeiro – porque está lá na Europa, com o fuso horário e tudo –, o Tiago Leifert, o seu complemento. Só quero perguntar rapidamente a ele se ele teve alguma conversa com algum governo sobre a participação, sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceria, repito, sobre sair do papel e entrar realmente nessa luta, pelos números, inclusive, que o Senador Flávio acabou de mostrar aqui, anualmente, Senador. É isso que eu gostaria de saber do Tiago, Flávio, porque, nesta reunião nossa com o Ministro Padilha, não vou chamar o Tiago, para não parecer que há alguma exploração da imagem que ele tem, que é uma das maiores do Brasil. Eu acho que nós, Senadores, temos que ir lá, nós temos que lutar por isso; e, depois, posteriormente, ele, querendo, poderá, evidentemente, estar, como líder nacional que já é, e a gente pode tentar conseguir, juntamente com o Governo, seja qual for, mas que o Governo tenha o mínimo, repito, de amor ao próximo. Se você não puder amar o próximo, pelo menos, não o prejudique.

Obrigado, Senador Flávio, por me deixar participar – que honra! – de toda esta audiência pública, que normalmente é vazia, e esta foi cheia em todos os sentidos!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Kajuru.

O Kajuru, como eu já disse, é um grande parceiro, uma pessoa defensora da área, e, para nós, é uma alegria. Além de tudo, é nosso Líder no partido também já desde os últimos anos.

Então, parabéns, Kajuru! Estamos juntos.

Passo, em seguida, a palavra ao Tiago Leifert, agradecendo-lhe novamente. Você, em outro país, na Europa, cuidando também da parte profissional e, ao mesmo tempo, colocando, como missão de vida, a questão da campanha, do programa, da iniciativa De Olho nos Olhinhos. Que bom! Agradecemos a você, o Brasil lhe agradece, e esperamos todos nós podermos contribuir com o esforço da família – da Daiane, de você e da Lua – e de todos as pessoas que apresentam retinoblastoma e outras situações. Inclusive, vendo o depoimento da Ieda sobre a retinose pigmentar... O César está aqui também. É retinose pigmentar, César?

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Stargardt.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como?

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Stargardt.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Hum... Pode falar no microfone.

O SR. CÉSAR ACHKAR MAGALHÃES (Para expor.) – Oi, Senador. Obrigado por se lembrar da gente.

Também sou da Retina Brasil. Eu estava ouvindo a Angela remotamente e agora ouvindo os outros aqui presentes.

Eu tenho Stargardt, que é uma degeneração da retina também, congênito também, que apareceu no decorrer da vida, já com 30 e tantos anos, e a característica principal é que a gente perde a visão central, confunde as cores, não vê detalhes, a leitura tem que ser por áudio hoje...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

E o César também é muito atuante política e socialmente dentro das organizações sociais, particularmente na Retina Brasil.

Então, com a palavra, Tiago. É uma alegria novamente escutar você.

O SR. TIAGO LEIFERT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Respondendo ao Senador Kajuru, nunca nenhum Governo municipal nos procurou, nunca nenhum Governo estadual nos procurou. A única conversa que a gente teve com o Governo Federal foi com a Dra. Suyanne, que é uma grande amiga da nossa ONG também e por quem a gente tem muito carinho. A Dra. Suyanne está fazendo um trabalho bem interessante no Ministério da Saúde. Então, a gente conversou recentemente sobre o retinoblastoma, e ela até trouxe essas iniciativas que estão sendo feitas. Mas não, nunca tinha acontecido. Então, se o senhor for conversar com o Ministro Padilha para dar um empurrãozinho em tudo que a gente conversou aqui, a gente vai agradecer muito, e a Dra. Suyanne, também; a gente vai ficar muito feliz porque vai ser muito importante para nós.

O Senador Flávio estava com a conta certa: na verdade, a estatística de 1 em 15 mil no mundo de nascidos vivos é global. A conta estava certa, mas é que a estatística é global. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Brasil, acabam sendo, mais ou menos, 400 casos por ano dos que a gente fica sabendo, porque, como bem disse a Dra. Suyanne – e era uma preocupação da ONG que eu não falei porque não tinha essa certeza, mas, ouvindo a Dra. Suyanne, agora eu tenho –, há, sim, crianças sendo tratadas fora de centro de referência na melhor das intenções – na melhor das intenções –, só que fora do centro de referência. O retinoblastoma é tão raro que precisa de médicos que também são raros. Nem todo mundo sabe tratar. Na melhor das intenções, estão tentando, mas é perigoso para a criança.

O que a Dra. Suyanne falou é verdade: é melhor a gente ter poucos centros e bons centros. É assim no mundo todo; é assim, inclusive, nos Estados Unidos; na Itália, tem só dois, por exemplo, porque é um caso raro. É melhor a gente concentrar esses casos num bom centro do que espalhar pelo país inteiro porque seria economicamente inviável. Então, é muito importante a gente ter o cadastramento desses centros, que estão com tudo para tratar uma criança: QTIA – a quimioterapia intra-arterial, com médico intervencionista, crioterapia, laserterapia, e, depois, um acompanhamento genético de RB1, esse gene superimportante que a Dra. Suyanne trouxe para falar. A minha filha tem o RB1. Quando a gente descobre que a criança tem o RB1, muda bastante o tratamento dela, a gente tem que tomar muito mais cuidado. Quando a criança não tem o gene RB1, se ela terminar o tratamento, pode ter alta, numa boa. Então, é importante o teste genético, sim.

Como a gente conversou aqui, os casos vão de A a E, de grupo A a grupo E. A minha filha, quando chegou ao Graacc, tinha grupo E no olho direito e grupo D para E no olho esquerdo. Então, ela era um caso muito grave, a minha filha. Minha filha é um milagre mesmo por a gente estar com ela até hoje. O que a gente tem que se perguntar é por que os casos grupo D e E continuam chegando grupo D e E. Por que eles não chegam ao centro de tratamento grupo A? Por que a gente não descobre um grupo B? Raramente, a gente escuta falar... É geralmente grupo D e E, porque está chegando muito tarde.

Se a gente tem todas essas iniciativas sendo feitas, se a gente tem tanto oftalmo aqui no país, se a gente já tem essas portinhas do SUS, como disse a Dra. Wilma, por que a gente ainda está recebendo grupo D e grupo E no centro de tratamento? Por quê? Está faltando alguma coisa. Está faltando um empurrãozinho. Está faltando uma adesão ao teste do reflexo vermelho, como disse a Bruna. Está faltando alguma coisa para que a gente tenha um sistema mesmo, para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tenha um hábito – acho que talvez seja essa a palavra – de pediatras, de neonatologistas, de oftalmologistas, dentro da rede pública, o hábito de a gente procurar essa doença, o hábito de a gente tratar o olho como parte importante da puericultura.

A gente fala... Você pega uma criança recém-nascida hoje – e, se você é pai, se você é mãe, se você está nos assistindo, você sabe –, a gente vai dar banho, a gente já procura uma brotoeja. A gente olha tudo. Aparece uma mancha, a gente já fica preocupado, mas a gente não conversava sobre o olhinho. Nunca ninguém me falou do olho. Eu fui ao oftalmologista quando tinha seis anos, e minha mãe me levou. As pediatras da minha filha, da rede privada, jamais falaram para eu levar minha filha ao oftalmologista. Por quê? Por que a gente não tem esse hábito? O que a gente precisa fazer, então?

Os senhores têm esse poder para tornar isso um hábito, para colocar a oftalmologia dentro da preocupação dos pais, mães e pediatras. E a gente sabe da dificuldade que é fazer isso no Brasil. A gente tem famílias de todos os estados, Senador Kajuru. Temos famílias de Goiás, que a gente ajuda, mas temos famílias também de cidades que nem sequer têm pediatra. Vão à rede pública, a enfermeira mede, pesa a criança e a devolve para a mãe.

Temos, então, muitos desafios. Eu estou aqui para vocês, para quando vocês precisarem, a qualquer hora, em qualquer lugar, porque essa, de novo, é a missão da minha vida.

Muito obrigado, Senador Flávio, pela preocupação, por ter se sensibilizado com essa pauta.

Obrigado ao Senador Kajuru por estar aqui também.

Obrigado a todos que expuseram hoje e conversaram. Estamos juntos nessa, e espero vê-los em breve, para que a gente converse mais sobre essa pauta, que é a pauta mais importante da minha vida.

Obrigado, Senador Flávio.

Um grande abraço a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns, Tiago!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continue firme na caminhada junto com a família. Você tem um fã-clube não só no Senado, mas no Brasil, e isso é muito importante. É que nem o Romário. Todo mundo conhece o Romário, sabe do Romário, campeão, deu Copa do Mundo para o Brasil, e agora ele é um grande defensor também da área da pessoa com deficiência, uma referência, que associa o prestígio nacional a uma causa que é importante não só para a deficiência, mas para doenças raras e para outras áreas também, não é, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, nós três – o senhor, o Romário e eu – fomos, sejamos sinceros aqui, fundamentais – porque foi citado aqui por uma das expositoras – no quesito do teste do pezinho. O senhor se lembra bem... Foi uma luta... As mães todas aqui, do Brasil inteiro... A importância e a luta de nós três, que outros Senadores acompanharam, e a gente conseguiu essa vitória. E vamos conseguir esta também.

Fiquei feliz com o ânimo do Tiago, Senador Flávio, porque ele vai ter, o mais rapidamente possível, a posição do Ministro Padilha, e tenho certeza de que ele, imediatamente... Conheço a sua esposa, que é jornalista, inclusive, e tenho certeza de que os dois – assim como o Thiago, a sua esposa – vão entrar nessa luta do bem, que é fundamental, e hoje eu me inteirei completamente dela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero também destacar a presença, aqui no Plenário, da Vanessa de Medeiros, que é representante da Comissão em Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Crônicas e Raras da OAB/DF. Seja muito bem-vinda, Vanessa.

Passo em seguida a palavra à Angela para, em até três minutos, fazer as considerações finais, caso deseje.

A SRA. ANGELA SOUSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, claro que sim.

Para mim, foi uma grande satisfação, mais uma vez, participar...

Lembra, Tiago, daquele congresso de genética ocular e retinoblastoma, presidido pela Dra. Juliana Sallum, né? Nós nos encontramos, tiramos até uma foto – nem postei, porque eu não pedi sua permissão, aí eu não postei. As próximas eu posso postar, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o seguinte. Estamos saindo com esse primeiro passo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O fã-clube é evidente, não é? Então...

A SRA. ANGELA SOUSA (*Por videoconferência.*) – É, ele não está, mas ele estava quase todos os domingos lá na minha casa, através da TV.

Mas é muito importante este momento, que é o primeiro passo que a gente está dando, digamos assim, mais largo. Adentramos na esfera do Congresso Nacional, através do Senado Federal, com esse compromisso que o Senador Flávio Arns tem com essa causa.

E esta audiência, para mim, é um marco, assim como outros, que nós já tivemos a oportunidade...

Nós temos que sair daqui também com encaminhamentos que, com certeza, o Senador vai realizar, vai entrar em contato conosco, para que possamos, realmente, materializar, com propostas concretas de encaminhamento, para que esse primeiro momento seja efetivado com continuidade.

Vou usar uma frase que eu escutei uma vez da Dra. Juliana Sallum, fazer uma referência a ela. Ela disse o seguinte... Para você que está nos escutando; para você, Tiago; para todos nós aqui, para os nossos colegas que vieram expor; a Ieda Castro, que é uma pessoa muito querida – o esposo dela deu todo esse apoio a mim, na época, o nosso amigo Jorge, e passou o bastão para eu dar continuidade no Retina Ceará... Tudo trabalho voluntário. Ele me indicou, depois eu fui indicada pela própria Retina Brasil, com essa honra imensa de estar representando tantas pessoas com doenças raras da retina e outras doenças oculares também que nós já estamos abraçando.

Quero dizer que você pai, você mãe, você paciente não está sozinho. Nós estamos lutando pelos nossos filhos, pelos nossos familiares, mas estamos lutando também por vocês. A causa não é só minha, a causa é nossa. Não só nós, enquanto sociedade civil, mas também os nossos Parlamentares são importantes, porque eles estão aí porque nós, enquanto sociedade, os escolhemos, e eles são nossos parceiros. Nós precisamos levar essas demandas, assim como estamos sempre muito bem atendidos pelo Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Kajuru. O Senador tem meu contato. O César também está aí e pode passar o meu contato de WhatsApp. Pode entrar em contato comigo, que será uma honra.

Quero agradecer a todos e a todas aqui presentes, lembrando sempre, mais uma vez, que a Retina Brasil está de portas abertas, viu, Tiago? Podemos fazer campanha juntos e, se você quiser também nos convidar, fique à vontade e vice-versa.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Angela, Presidente da Organização Retina Brasil. Hoje, foram as ideias, os desafios, mas, sem dúvida, teremos uma reunião de trabalho na sequência para organizarmos tudo o que foi aventado no dia de hoje.

Passo a palavra à Dra. Wilma Acácio, agradecendo também a presença, não é, Dra. Wilma? Parabéns pelo trabalho! Ela é a Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

A SRA. WILMA LELIS BARBOZA LORENZO ACÁCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada a vocês por terem organizado esta sessão. Obrigada, Senadores, por participarem e nos reunirem aqui. Muito obrigada a todos que falaram. Acho que ficou bastante claro hoje que nós temos uma rede de pessoas imbuídas na melhoria da saúde ocular da população, para evitar não só a doença visual, a cegueira, mas também os riscos à vida, como a gente coloca isso na questão dos tumores. Então, isso é extremamente relevante.

Agradeço muito à Suyanne e ao Tiago nesse sentido; à Bruna Volponi, que tem sido de muita atuação também junto à Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, nesses esclarecimentos todos e no tom em que nós estamos trabalhando; à Angela e à Ieda – Angela parceira de muitas ações já ao longo do tempo. Então, esse trabalho em grupo é absolutamente relevante.

Eu acho importante também, para as pessoas que nos ouvem, que nós temos que trabalhar muito para cuidar da saúde das pessoas, possibilitando que elas enxerguem, que elas continuem enxergando, mas nós, infelizmente, como em todas as áreas da medicina, ainda temos situações que são incuráveis. Assim, essas pessoas com deficiência também precisam ser incluídas na nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito relevante esse trabalho. Nós estamos ao longo desse ano atuando fortemente nesse sentido. Produzimos muitos materiais de diferentes formas de divulgação, buscando levar a toda a sociedade a atenção para a inclusão da pessoa com deficiência visual.

Agradeço a todos vocês que são parceiros muito frequentes do nosso Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Somos nós que agradecemos. Permita-me chamá-la de você, com todo o respeito? Para mim, fica um pouco estranho falar senhora. Então, você, Dra. Wilma Acácio. Ficamos à disposição do Conselho Brasileiro de Oftalmologia também no Senado Federal.

Obrigado, Dra. Wilma.

Passo a palavra à Bruna Volponi, que é da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde. Com a palavra, Bruna, parabéns e obrigado também pela presença – remota, mas presente.

A SRA. BRUNA BRAGANÇA BORELI VOLPONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sou eu que agradeço.

Eu gostaria de complementar o que a Dra. Suyanne comentou em relação a ações que já estão sendo tomadas. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Crianças, que é chamada de Pnaisc, tem sete eixos, e um deles, o eixo 4, é voltado para a atenção às doenças prevalentes da infância, entre elas, as doenças crônicas.

Nós temos uma estratégia que já é implementada em todo o Brasil, chamada Aidpi, que é uma estratégia de atenção integral às doenças prevalentes da infância, e, dentro da atualização do material, nós incluímos a detecção precoce do câncer infantil. Eu acho que isso é um marco importante. A princípio, foi atualizado o material da Aidpi comunitário, que é voltado ao agente comunitário de saúde e aos distritos sanitários indígenas, e, no decorrer deste ano até o próximo ano, a gente vai atualizar o material voltado para capacitação de médicos e enfermeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Tiago falou, o óbvio precisa ser dito. Eu, por exemplo, sou pediatra de formação, faço puericultura, e os meus pacientes são encaminhados anualmente ao oftalmologista, não importa a idade. Mas eu vejo que nem todo mundo faz isso.

Então, por mais que a gente saiba, a gente tem que continuar falando, tem realmente que ampliar essas campanhas de conscientização, de educação – a educação tem que ser continuada –, e acho que essa perspectiva de incluir na caderneta fortalece a questão do diagnóstico precoce. Acho que a gente tem que lutar por isso.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade novamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado! Parabéns pelo trabalho no ministério e como pediatra também. É uma profissão sempre enaltecida. Olha pelas famílias, a criança chorando de noite com febre, dor de garganta, isso e aquilo, e a gente diz: "Graças a Deus, existem pediatras para ajudar".

Passo, em seguida, a palavra à Suyanne Camille Caldeira Monteiro, que é do Departamento de Atenção ao Câncer, do Ministério da Saúde.

Obrigado pela participação também, Suyanne.

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – A gente agradece, Senador.

Uma das questões que o senhor trouxe foi essa questão da variabilidade e falta de precisão de dados epidemiológicos do câncer infantojuvenil. Por isso que eu queria destacar que essa questão é um dos eixos do nosso plano e, por conta disso, a gente vai lançar brevemente um boletim estruturado de dados epidemiológicos do câncer infantojuvenil, no qual a gente vai reunir dados de incidência, mortalidade, de produção de procedimentos no SUS, de mortalidade também com recortes específicos de raça e cor, e o dado mais atualizado que a gente tem de sobrevida no país, que não é publicado desde 2016. Nossa intenção é que esse boletim seja anual e que a gente possa trazer, porque sem os dados é muito difícil a gente conseguir fazer uma gestão precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a outro questionamento, quanto às tratativas da gente com a ONG De Olho nos Olhinhos, quero dizer que, nas nossas conversas iniciais, a gente já colocou uma proposta de um acordo de cooperação técnica que é um instrumento que o Ministério da Saúde tem para poder formalizar a parceria com as instituições, a elaboração de um plano de trabalho. A gente está nesse momento de estruturação desse documento, que é um passo um tanto burocrático, mas que precisa ser vencido. E a gente espera poder conseguir formalizar uma parceria que daria uma dimensão maior para essa nossa campanha, para a campanha dele, para a nossa também. A gente espera poder, no próximo Setembro Dourado, fazer um Setembro Dourado muito maior e estruturado, quem sabe já previsto em lei. Então, desde já, a gente já pede aqui o apoio do Senado para esse projeto de lei que a gente apoiou lá, que foi colocado na Câmara dos Deputados recentemente, e para que a gente possa fazer um conjunto de ações estruturadas, não só para o retinoblastoma, mas também para os sinais e sintomas dos demais cânceres infantis.

Então, muito obrigada, mais uma vez, pela iniciativa, porque é sempre louvável aqui essa pauta para nós.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Suyanne Monteiro, do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde. Parabéns pelo diálogo que já está sendo mantido com o De Olho nos Olhinhos, com a iniciativa nacional! Bruna, Suyanne e a Ieda, que vai falar agora, procurar estabelecer uma ação articulada conjunta, eu acho que é um dos maiores desafios na administração pública esse diálogo interministerial, quer dizer, fazer com que todos trabalhem em função de um mesmo objetivo articulado, mas a gente sabe que esse desafio tem que ser enfrentado e tem que ser vencido.

Obrigado de novo pela participação.

Ieda Castro, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, com a palavra.

A SRA. IEDA CASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, Senador, aproveito para agradecer muito a oportunidade. Eu digo que as forças do universo, às vezes, fazem isso com a gente. Eu estava impedida de participar, e uma janelinha se abriu e vim tratar de um tema que, na minha vida pessoal, tem sido muito caro, porque as doenças de retina são muito fortes mesmo, a gente tem pouco apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que o Retina Ceará – em que a Angela depois substituiu o Jorge –, a maior luta inicial da gente era informar, porque ninguém sabia o que era, sabia que doença era aquela, sabia que vivia uma doença silenciosa, que ele ia ficar cego, e ele não estava cego. Quando eu conheci meu marido, ele dirigia, tinha uma vida normal, mas tinha uma doença silenciosa que estava levando a retina dele e a visão. E aí, a primeira preocupação dele foi: "Vamos criar uma associação". Isso, porque o Tiago teve sua vida invadida e precisou agora criar uma entidade para se juntar, para ter força, para se mobilizar. E foi isso que foi feito.

Lembro que ele lutou por uma emenda parlamentar no Ceará, que era para adquirir um equipamento para fazer o diagnóstico e mapeamento de retina que não tinha. Isso anos atrás, uns 40 anos atrás. E ele nunca conseguiu que essa emenda fosse implementada, porque não houve interesse na época. O único hospital que tinha esse tipo de atendimento era o hospital geral de alta complexidade. Achavam que o nosso problema era tão pequeno para tantas questões que o SUS tinha de alta complexidade, e a gente preocupado com o diagnóstico de uma doença que não afetava a população inteira. Então, isso é muito bom, Tiago, saber que você está conseguindo dedicar sua vida para isso. É difícil a gente fazer isso também, porque a gente luta muito para sobreviver, e aí não é fácil, porque você tem que tocar a vida também.

Mas agradeço, Senador. Nosso ministério está aqui à disposição para esse diálogo intersetorial, e, no que nos couber, a fala do Ministro é de que a gente está aqui para apoiar e para fortalecer esse movimento nacional. Muito obrigada a vocês todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, viu, Ieda Castro? Você tem uma fala muito convincente também de adesão aos propósitos, de disposição para trabalhar, para fazer. Parabéns! A sua participação foi muito importante nesta audiência pública.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente da Comissão, não é rápido, porque a Ieda falou do perigo da retina. Eu quero aqui fazer a minha confissão, que serve de exemplo para todos e todas no Brasil. Prestem atenção!

Como eu perdi a minha visão – só tenho 3% da visão – e perdi um olho todo? Por descolamento de retina. Simplesmente, eu fiquei quatro dias achando que era uma bobagem – sabe o quê, Senador Flávio? – a sensação de moscas volantes na minha frente. Eu estava em um *spa* em Itatiba, com a Adriane Galisteu e a sua mãe, a D. Emma. E a D. Myrian, a dona do *spa*, dizia para mim: "Não, calma, calma, isso vai passar!". E eu não procurei um médico. No quarto dia, com insistência minha, por aquela sensação de moscas volantes, eu fui até um oftalmo em Jundiaí. Ele falou: "Kajuru [na época, eu era só jornalista], você tem que ser operado agora". Fomos para São Paulo. Não tinha mais jeito. Perdi, porque, se você tiver a sensação de moscas volantes, você tem que ir para o hospital na hora! O risco de você perder a visão é total. Foi o meu caso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É importante sempre ouvir os depoimentos. Tivemos o depoimento aqui do Kajuru, colega nosso, importante; o da Angela também; o relato de casos da Dra. Wilma, da Bruna, obviamente do Tiago, também experiência de vida. Então, tudo isso leva todos nós a pensar: temos que sensibilizar, conscientizar, divulgar, identificar precocemente, ter toda a caminhada de atendimento, de tratamento disponível para a população.

Eu achei interessante a Ieda falar: "Nós já temos tantos problemas e vamos nos preocupar com um grupo pequeno de pessoas?". Só que a gente sempre tem que lembrar, inclusive o poder público, se você botar na ponta do lápis o custo econômico, fora o custo pessoal, porque a pessoa não trabalha, afeta a família e tal, sai muito mais caro você não atender na hora certa do que atender. Às vezes, a pessoa diz: "Mas custa tanto". Não, mas é mais barato economicamente, porque eu sempre me lembro do custo pessoal, familiar, mas, economicamente, é muito mais barato ter uma política pública do que não ter, porque vai ter que ser atendido pelo resto da vida. Então, isso é em todas as áreas. Há um pensamento de que prevenir é mil vezes mais barato do que remediar.

Muito bem, agradeço novamente. Acho que foi bem interessante, muito bom. Vamos nos dedicar aos encaminhamentos. Agradeço a todos os expositores e expositoras, particularmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Tiago Leifert. Parabéns pela iniciativa! E contem com a participação do Senado Federal para contribuirmos em todos os aspectos abordados no dia de hoje, nesta boa audiência pública com tanto conteúdo. Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Angelo Coronel, Romário, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Leila Barros, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Augusta Brito, Jorge Seif e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao PLN 15/2025 (LOA 2026)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Aprovada a apresentação à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização de seis emendas de apropriação de despesa e de duas emendas de remanejamento de despesa ao Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN, conforme relatório apresentado. São elas: Emenda nº 1- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 3.000.000.000, Senadores solicitantes: Damares Alves, Wilder Morais, Alan Rick, Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Zenaide Maia, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Efraim Filho, Angelo Coronel e Izalci Lucas; Emenda nº 2- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 7.000.000.000, Senadores solicitantes: Mara Gabrilli, Wilder Morais, Alan Rick, Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Zenaide Maia, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Efraim Filho, Angelo Coronel, Leila Barros, Damares Alves e Izalci Lucas; Emenda nº 3- Unidade Orçamentária: 55901, Ação e Subtítulo: Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 1.800.000.000, Senadores solicitantes: Damares Alves, Wilder Morais, Renan Calheiros, Jussara Lima, Rogério Marinho, Paulo

Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2810796429

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Efraim Filho e Vanderlan Cardoso; Emenda nº 4- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 5.000.000.000, Senadores solicitantes: Mara Gabrilli, Renan Calheiros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Efraim Filho, Izalci Lucas e Vanderlan Cardoso; Emenda nº 5- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 1.520.000.000, Senadores solicitantes: Jussara Lima, Paulo Paim, Leila Barros e Davi Alcolumbre; Emenda nº 6- Unidade Orçamentária: 36901, Ação e Subtítulo: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 250.000.000, Senador solicitante: Eduardo Braga; Emenda nº 7- Unidade Orçamentária: 36213, Ação e Subtítulo: Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 10.000.000, Senador solicitante: Davi Alcolumbre; Emenda nº 8- Unidade Orçamentária: 36212, Ação e Subtítulo: Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes - Nacional, Localidade: Nacional, R$ 10.000.000, Senador solicitante: Davi Alcolumbre. Em seguida, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2810796429

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026.

E, agora, eu passo a palavra ao nobre Senador Presidente Marcelo Castro, para proferir o relatório das emendas à LOA.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, permita-me... Eu já falei até com o Senador Marcelo. Nós – eu e a Senadora Damares, eu como autor, ela como Relatora – apresentamos um projeto para rastrear o câncer de mama a partir de 40 anos. Foi aprovado no Senado, com o voto da senhora e do Marcelo; foi para a Câmara, aprovado também por unanimidade; já está aqui, e ontem a Mesa já mandou para a CAS.

O nosso pedido, o meu e da Senadora Damares, é que a senhora possa já encaminhar à Senadora para que ela apresente o relatório ainda hoje mesmo, e nós possamos votar já na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima reunião. Eu sei que esse assunto lhe diz muito respeito, assim como ao médico Marcelo Castro. É o Projeto de Lei nº 499.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Acatado, Senador Plínio Valério.

Que maravilha, Senadora Damares, você ser Relatora de um projeto de lei tão importante!

E, agora, eu passo a palavra ao Presidente Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Quero cumprimentar aqui a nossa Presidente, Dra. Eudócia, os demais colegas que estão presentes, a assessoria.

Vamos ao relatório da Comissão de Assuntos Sociais sobre sugestões de emendas ao projeto de lei orçamentária para 2026, Projeto de Lei nº 15, de 2025, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa para a União para o exercício financeiro de 2026.

Relatório.

Com fundamento nas normas do direito financeiro, especialmente na Lei Complementar nº 210, de 2024, que "dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual, e dá outras providências", a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e sobre a tramitação de matérias orçamentárias no Congresso Nacional, atualizada pela Resolução nº 1, de 2025, do Congresso Nacional, esta Comissão de Assuntos Sociais reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão até seis emendas de apropriação e duas de remanejamento, a serem apresentadas ao projeto de lei orçamentária para 2026, Projeto de Lei nº 15, do Congresso Nacional. Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CAS.

Análise.

Foram apresentadas à CAS o total de 133 sugestões de emendas, sendo 126 para emendas de apropriação e 7 para emendas de remanejamento. As propostas foram analisadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir de fundamentos técnicos colhidos na legislação de direito financeiro, sobretudo nas citadas normas.

Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional ou regional. Esses requisitos encontram-se positivados no inciso II do art. 44 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo dos anos, com pertinência temática em relação às suas atribuições regimentais.

Quanto às emendas de apropriação, considerando o número de propostas significativamente superior ao limite de emendas a serem apresentadas pela Comissão, utilizamos, como critério para a escolha, a frequência das ações nas propostas apresentadas. Uma observação relevante é: alguns autores replicaram sugestões de emendas com o mesmo objeto. Nesses casos, consideramos apenas uma sugestão por autor.

De acordo com o art. 4º, §4º, da Lei Complementar nº 210, de 2024, a destinação de emendas de Comissão para ações e serviços públicos de saúde será de, no mínimo, 50%.

No caso das emendas de apropriação, na impossibilidade de aprovarmos todas as propostas, sugerimos as seguintes:

- Proposta 118, da Senadora Damares Alves, relativa à Ação 2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas - Nacional, do Fundo Nacional de Saúde (Unidade Orçamentária 36901), no valor de R$3 bilhões, com ajuste na Modalidade de Aplicação de 99 para 41, atendendo, ao menos em parte, às seguintes propostas: 2 (Senador Wilder Morais, que fez uma emenda no mesmo sentido); 6 (Senador Alan Rick); 9 (Senador Renan Calheiros); 16 (Senadora Professora Dorinha Seabra); 25 (Senadora Jussara Lima); 30 (Senador Wilder Morais); 42 e 51 (Senadora Zenaide Maia); 44 (Senador Plínio Valério); 61 (Senador Nelsinho Trad); 71 (Senadora Mara Gabrilli); 78 (Senador Veneziano Vital do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rêgo); 97 (Senadora Damares Alves); 106 (Senador Marcelo Castro); 108 (Senador Efraim Filho); 112 (Senador Angelo Coronel); 124 (Senador Izalci Lucas). Foi a emenda que teve o maior número de proposições.

- Proposta 69, da Senadora Mara Gabrilli, relativa à Ação 2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas - Nacional, do Fundo Nacional de Saúde (Unidade Orçamentária 36901), no valor de R$7 bilhões, com ajustes na Modalidade de Aplicação de 90 para 31 e 41, sendo 25% do valor em Modalidade de Aplicação 31 e 75% na Modalidade de Aplicação 41 – nós estamos privilegiando aqui os municípios – além de ajuste no RP de 8 para 2, atendendo, ao menos em parte, às seguintes proposições: 4 e 29 (Senador Wilder Morais); 5 (Senador Alan Rick); 12 (Senador Renan Calheiros); 15 (Senadora Professora Dorinha); 22 (Senadora Jussara Lima); Senadora Zenaide Maia; Senador Plínio Valério; Senador Nelsinho Trad; Senador Veneziano Vital do Rêgo; Senador Eduardo Braga; Senador Marcelo Castro; Senador Efraim Filho; Senador Angelo Coronel; Senadora Leila Barros; Senadora Damares Alves; Senador Izalci Lucas. Aqui, nós já estamos acatando as duas emendas que tiveram maior número de proposições: a 2E90, que é incremento MAC e a 2E89, que é incremento PAP.

- Proposta 88, da Senadora Damares Alves, de novo, relativa à Ação 219G - Estruturação da rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) - Nacional, do Fundo Nacional de Assistência Social (Unidade Orçamentária 55901), no valor de R$1,8 bilhão, com ajustes na Modalidade de Aplicação de 99 para 31, 41 e 90, sendo R$150 milhões em Modalidade de Aplicação 31, estado, e GND 3, que é custeio; R$150 milhões em Modalidade de Aplicação 31 e GND 4; R$675 milhões em Modalidade de Aplicação 41, município, e GND 3; R$675 milhões em Modalidade de Aplicação 41 e GND 4; e R$150 milhões em Modalidade de Aplicação 90 e GND 4.

- com ajustes nas Modalidades de Aplicação de 99 para 41, atendendo, ao menos em parte, às seguintes proposições: 1 e 28 (do Senador Wilder Morais); Senador Renan Calheiros; Senadora Jussara Lima; Senador Rogerio Marinho; Senador Paulo Paim; Senadora Zenaide Maia; Senador Nelsinho Trad; Senador Veneziano Vital do Rêgo; Senador Flávio Arns; Senador Eduardo Braga; Senador Marcelo Castro; Senador Efraim Filho; Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Proposta 67, da Senadora Mara Gabrilli, relativa à Ação 8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde - Nacional, do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$5 bilhões, com ajustes na Modalidade de Aplicação de 90 para 31 e 41, sendo R$500 milhões em Modalidade de Aplicação 31 e R$4,5 bilhões em Modalidade de Aplicação 41, além de ajuste no RP de 8 para 2, atendendo, ao menos em parte, às seguintes proposições: Senador Renan Calheiros; Senadora Jussara Lima; Senadora Zenaide Maia; Senador Plínio Valério; Senador Nelsinho Trad; Senadora Mara Gabrilli; Senador Veneziano Vital do Rêgo; Senador Marcelo Castro; Senador Efraim Filho; Senador Izalci Lucas; Senador Vanderlan Cardoso).

- e a Proposta 20, da Senadora Jussara Lima, relativa à Ação 6148 - Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação - Nacional, do Fundo Nacional de Saúde, no valor de R$1,52 bilhão, com ajuste no RP de 8 para 2, atendendo, ao menos em parte, às seguintes proposições: Senador Paulo Paim; Senadora Leila Barros; e Senador Davi Alcolumbre – foram os três que fizeram a proposição para a Rede Sarah.

- Proposta 94, do Eduardo Braga, relativa à ação “2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas – Nacional”, do Fundo Nacional de Saúde (Unidade Orçamentário 36901), no valor de R$ 250 milhões.

As propostas de emendas de remanejamento cancelam recursos em diversas dotações para aumentar os valores das Ações “8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde” e “219G – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social” (Proposta 99), “8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde” (Proposta 101), “2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde” e “6148 – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação” (Proposta 120).

Algumas dessas ações (219G, 2E89, 8581 e 6148) já foram contempladas pela nossa proposta quanto às emendas de apropriação. Além disso, é preciso ter muita cautela com as emendas de remanejamento, porque podem implicar em cortes de outras dotações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também são muito importantes. Ademais, apenas duas emendas de remanejamento podem ser apresentadas pela Comissão.

Portanto, em que pese o caráter meritório das demais sugestões, propomos o acolhimento das seguintes sugestões de emendas de remanejamento:

• Emenda nº 122, do Senador Davi Alcolumbre, relativa à Ação "4339 - Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar – Nacional", da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) (Unidade Orçamentário 36213), no valor de R$10 milhões;

• Emenda nº 123, também do Senador Davi Alcolumbre, relativa à Ação "8719 - Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes – Nacional", da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Unidade Orçamentária 36212), no valor de R$10 milhões.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 112, 67, 69, 88, 20 e 94, e das propostas de Emendas de Remanejamento de nºs 122 e 123, conforme os quadros seguintes, todas em RP 2.

São esses o relatório voto, Sra. Presidente, Dra. Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as sugestões de emendas nos termos do relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação das emendas da CAS à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu tinha tanta pressa de vê-la aprovada que eu não quis falar na discussão, mas eu queria cumprimentar o Presidente.

Se a gente observar a forma como ele conduziu o relatório, tem todo um diálogo com tudo o que a gente discutiu ao longo do ano. É como se ele estivesse sentadinho em todas as audiências públicas, ouvindo todos os clamores de todo mundo. Então, a Comissão trabalhou dialogando com as necessidades da população.

Presidente, parabéns pela forma como o senhor conduziu!

Eu preciso fazer um registro também, Presidente, à Secretaria. No trabalho técnico, não é fácil, Presidente, fazer um relatório desse, tá? Então, sempre que possível, eu estou chamando a atenção do trabalho desses valorosos assessores técnicos que nós temos no Senado, na Comissão de Orçamento, os assessores de orçamento do Senado, a Secretaria. Não é fácil, porque um numerozinho que eles digitam errado aqui dá tudo errado. Então, pela atenção, pelo cuidado que eles tiveram com esta Comissão, obrigada, Secretaria, obrigada aos Consultores de Orçamento do Senado.

Parabéns, Presidente, pela forma como o senhor conduziu o relatório!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Realmente, Senadora Damares, foi muito feliz a sua colocação.

E eu quero também parabenizá-lo, Presidente Marcelo Castro, pela forma como o senhor conduz aqui a CAS, sempre ouvindo os seus pares e priorizando todas as demandas importantes para o nosso povo. Parabéns, Presidente!

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que agora, na sequência, teremos reunião desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Rapidamente... Desculpas, Senadora Dra. Eudócia. A gente está correndo aqui, é a maior correria.

Eu li o relatório do Senador Marcelo Castro, nosso Presidente. Quero cumprimentar o Presidente, a Senadora Damares, a senhora e todos os servidores da Comissão e agradecer demais por ter acatado algumas emendas. Mas a mais especial para mim, que eu vejo para o Distrito Federal, foi a com relação ao Sarah. Foram três Senadores ali que abraçaram a causa do Sarah, mas, na nossa bancada do Distrito Federal, todos nós abraçamos essa causa do Sarah, porque o Sarah não é do Distrito Federal, o Sarah é do Brasil, e fazem um trabalho de excelência não só os profissionais que estão ali, mas também a direção, a Dra. Lúcia, maravilhosa. E a gente sabe do trabalho árduo daqueles profissionais ali que fazem, como eu falei, um trabalho que nos orgulha muito enquanto brasilienses, mas, acima de tudo, como brasileiros.

Então, é só para agradecer, Marcelo, por essa sensibilidade. O Sarah, a direção, Brasília e, claro, o Brasil agradecem.

Obrigada, Senadora Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem colocado, Senadora Leila. Parabéns! Parabéns para você, para a Senadora Damares e para todos os colegas aqui de Brasília!

E é como você disse, Senadora Leila, o Sarah é do Brasil. Quantos pacientes eu já consegui – mas isso ao longo do tempo, tá? – que fossem atendidos aqui no Sarah? Tem o Sarah de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Salvador e tem outra unidade também em outro estado, não é? Então, assim, realmente é muito louvável. Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e um minuto do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Leila Barros, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Weverton, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 287, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Dino (PSB/MA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1739, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5703, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes no caso de recém-nascido inscrito em plano privado de assistência à saúde dentro do prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1179, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas - Cuidando de quem Cuida." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3550, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 3º ao art. 11-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir a necessidade de intimação pessoal do credor para a validade da fluência do prazo da prescrição intercorrente." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2349, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2887, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Saúde na Escola." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional"." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 104, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3941, de 2025, que "institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular (SISAC-DCV) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 2, 4 e 7, Projetos de Lei nº 1.739, de 2024, 1.179, de 2024, e 2.887, de 2024, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores: Senador Humberto Costa, Senadora Eudócia e Senadora Ana Paula Lobato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1739, DE 2024

- Não terminativo -

Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 08/10/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Esperidião Amin (pendente de relatório).

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

- Terminativo -

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2887, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a Política Nacional de Saúde na Escola.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 05/11/2025, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Magno Malta (pendente de relatório).

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 287, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada, e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Em 22/10/2025, foi concedida vista ao Senador Esperidião Amin, nos termos regimentais.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria, Senador Flávio Dino, que hoje é Ministro; relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo; e relatoria *ad hoc* da Senadora Dra. Eudócia.

Relatório pela aprovação do projeto.

Em 22/10/2025, foi concedida vista ao Senador Esperidião Amin, nos termos regimentais.

A votação será nominal.

Então, a matéria já foi lida e já foi discutida. (*Pausa.*)

Ah, não foi discutida ainda.

Então, foi lida, foi pedido vista e nós vamos colocar em discussão a matéria.

Lembrando que o relatório já foi lido.

Coloco a matéria em discussão e consulto se há alguma sugestão decorrente do pedido de vista.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Como é nominal, vamos abrir o painel. (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

Para a gente ganhar tempo, há um requerimento aqui sobre a mesa. Enquanto nós estamos em votação nominal, vamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 104, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3941, de 2025, que "institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular (SISAC-DCV) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Passo a palavra ao nobre Senador para a leitura do seu requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, estou só terminando de votar aqui, tá?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade, a prioridade é a votação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Pronto.

Bom, bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Bom dia, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, trata-se do Requerimento nº 104, da CAS.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 3.941, de 2025, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiorrespiratórias, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia; representante da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista; representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Instituto Lado a Lado Pela Vida e representante do Unidos Pelo Coração.

Comissão, hoje são 6 de outubro de 2025, o meu requerimento é do dia 27 de outubro, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Eu quero também, Presidente, aproveitar a minha fala para dar ciência a todas e a todos de que nós entramos já num acordo de pautarmos o projeto da proficiência em Medicina, Senadora Eudócia, Senadora Damares, que é um processo muito importante para que nós possamos frear essa proliferação indiscriminada de escolas médicas que está acontecendo no nosso país, gerando muita fragilidade para as pessoas que são atendidas, principalmente no nosso Sistema Único de Saúde, que é o maior do mundo e que atende a maioria do povo brasileiro. Na saúde suplementar, são atendidos 50 milhões de pessoas, e todo o resto da população é atendido pelo SUS, de forma que nós temos que ter um cuidado redobrado, não só com o médico, mas com a equipe multiprofissional que presta serviço ao povo brasileiro.

Por isso, Presidente, eu quero agradecer o seu compromisso e a sua palavra de que nós votaríamos, assim que terminasse a COP, então no dia 19 nós já combinamos, e eu queria que o senhor confirmasse essa data. O meu relatório está pronto e eu enfatizo, mais uma vez, que ouvi todas, todos os entes – ouvi o Governo, ouvi o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde – e nós estamos com o relatório pronto para votar, Presidente.

Então, agradeço o seu compromisso, do senhor, que é médico, e que certamente tem essa preocupação que nós temos com a formação do médico brasileiro. Eu acho que nós vamos dar uma resposta adequada para esses 97% da população brasileira que, através de uma pesquisa da Datafolha, dizem que são a favor de uma prova para aferir conhecimento, habilidades e atitudes do médico formado nas universidades públicas e privadas do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos colocar em votação o requerimento...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... o requerimento do Senador Hiran, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiorrespiratórias, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular, no âmbito do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu só queria pedir ao Senador Hiran... Está muito bem representado aqui o seu requerimento, mas a gente fez uma discussão aqui na CAS com recorte mulher. Foi espetacular! Sobre as doenças cardiovasculares. Eu queria solicitar, junto com a Secretaria, se eu posso indicar mais uma pessoa, depois, para participar dessa audiência. Pode ser?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida – sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza. Depois a senhora indica o nome.

Vou encerrar a votação.

Já deu quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – SIM 11; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado.

Esse projeto aqui, Sras. e Srs. Senadores e todos que estão nos ouvindo, dispõe sobre a estratégia nacional de controle e avaliação da qualidade da assistência à saúde prestada pela iniciativa privada e altera a Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto é da autoria do ilustríssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, quando era Senador da República. A relatoria coube ao Senador Veneziano Vital do Rêgo. Isso foi em função de o Senador – que na época era Deputado Federal – Flávio Dino perder um filho, aqui em Brasília, um filho adolescente. Foi, à época, um trauma muito grande e que se atribuiu à falta de assistência adequada, a erro médico. Evidentemente, essa é uma preocupação que todos nós temos. Então, é uma iniciativa muito importante, uma matéria relevantíssima que nós estamos aprovando.

Como foi aprovada, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5703, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes no caso de recém-nascido inscrito em plano privado de assistência à saúde dentro do prazo máximo de trinta dias do nascimento ou adoção.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Dra. Eudócia para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e a todos os assessores, ao corpo técnico aqui da CAS.

Eu peço permissão, Sr. Presidente, para ir direto à análise.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cabe a esta Comissão também examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição. A defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme prescreve o art. 24, XII, da Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, a matéria está sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, conforme a Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais. Não identificamos vícios concernentes aos aspectos de juridicidade, regimentalidade ou constitucionalidade no projeto.

Passemos ao mérito.

Conforme bem registra a autora – e quero aqui parabenizar a Senadora Ana Paula pela autoria de um projeto tão importante como esse –, conforme bem registra a autora, Senadora Ana Paula Lobato, a temática do cumprimento de carências para cobertura assistencial de recém-nascidos com doenças ou malformações congênitas é tratada somente em plano infralegal, pela Súmula Normativa nº 25, de 13 de setembro de 2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Tal súmula resume, em seu item 11, o entendimento da ANS de que não é possível a alegação de doença ou lesão preexistente quando o dependente for inscrito no plano de saúde nos primeiros 30 dias, a contar: do nascimento, no caso de recém-nascido filho natural de beneficiário, pai ou mãe, de plano privado de assistência à saúde com cobertura hospitalar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstetrícia; da guarda, ou tutela, ou adoção, no caso de recém-nascido de responsável legal beneficiário de plano privado de assistência à saúde com cobertura hospitalar com obstetrícia.

A nosso ver, o posicionamento da agência sobre o assunto, vigente desde 2012, é adequado, visto que alegar a existência de lesões preexistentes para recém-nascidos é incompatível com a prioridade absoluta da proteção à vida e à saúde infantil. Nos primeiros dias e meses...

Sr. Presidente, eu peço um pouco de silêncio na sala.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

Nos primeiros dias e meses, cada atraso na assistência pode aumentar o risco de sequelas permanentes. Assim, qualquer cláusula ou prática que limite a cobertura nesse período deve ceder ao melhor interesse do bebê, princípio que deve orientar a elaboração e a interpretação de regras em matéria de saúde.

Também é preciso reconhecer que uma parcela relevante das doenças que se manifestam no início da vida decorre de características congênitas ou de disfunções que escapam à prevenção pelos pais.

Se causas congênitas fossem um gatilho legítimo para negar cobertura, poder-se-ia excluir justamente o grupo que mais necessita de cuidados – crianças que dependem de terapias, exames e acompanhamento contínuo para alcançar um desenvolvimento adequado.

Além disso, o cenário informacional antes do parto é, por natureza, incompleto: mesmo com medicina fetal avançada, muitas condições só emergem após o nascimento. Nessa realidade, alegar preexistência e impor carência não mitiga risco "conhecido" pelo segurado; apenas deslocaria, de forma indevida, o ônus da incerteza para o recém-nascido, frustrando a função primordial do seguro e de planos de saúde de amparar eventos não plenamente previsíveis.

A proteção integral da infância impõe a necessidade de cobertura efetiva e tempestiva da atenção à saúde, inclusive no setor suplementar. Assim, operadoras e seguradoras devem atuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com boa-fé objetiva e na busca de equilíbrio contratual, especialmente quando o beneficiário é absolutamente incapaz de prevenir ou declarar risco, para que não se desvirtue o mutualismo que sustenta a assistência privada.

Há, ainda, uma razão de política pública de saúde: garantir cobertura imediata em neonatologia reduz internações prolongadas, complicações e custos futuros, ao favorecer diagnósticos precoces e continuidade do cuidado. É irracional – do ponto de vista econômico e sanitário – postergar atendimento pela alegação de haver condições de saúde preexistentes em quem acaba de nascer.

Tal proceder levaria, na prática, a excluir de cobertura, por exemplo, assistência a condições congênitas rastreadas no Teste do Pezinho – como fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita, deficiência de biotinidase, entre outras.

Tratar essas doenças como motivo para recusa seria um contrassenso, por contrariar as boas práticas médicas, que recomendam diagnóstico e intervenção precoces, além de aumentar o risco de complicações e sequelas graves (crises metabólicas, atraso neurodesenvolvimental, insuficiência respiratória, crises adrenais, infecções recorrentes), muitas vezes evitáveis com tratamento imediato e acompanhamento contínuo.

Por tudo isso, é indevido alegar lesões preexistentes para restringir direitos assistenciais de recém-nascidos. A legislação deve preservar o bem-estar do bebê acima de qualquer outra consideração, evitar que o fator congênito sirva de pretexto para exclusões generalizadas e reconhecer a insuficiência de informação pré-natal para justificar carências.

Essa é a solução juridicamente correta, clinicamente segura e socialmente responsável, razão pela qual somos favoráveis ao aproveitamento integral do projeto em comento.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.703, de 2023.

Eu queria só fazer uma consideração, se o senhor me permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, este projeto de lei é de suma importância. A Senadora Ana Paula Lobato está de parabéns pela autoria desse projeto, porque é o seguinte, Sr. Presidente: os planos de saúde, Senador Dr. Hiran, que é médico também, Senadora Damares e demais Senadores aqui presentes, os planos de saúde, Sr. Presidente, todos os planos de saúde não aceitam, quando o bebê nasce e vem com doença congênita ou vem com alguma alteração metabólica, neurológica, que, durante o pré-natal, não conseguiu ser diagnosticada pelos colegas obstetras ou pelos pediatras que acompanham também e pela medicina fetal... Então, esses nenéns nascem com doenças imprevisíveis, e os planos de saúde não aceitam quando a criança precisa ser internada, ir para uma UTI. E aí, como é que fica, a criança vai ficar sem assistência suplementar?

Então, eu queria que vocês, colegas Senadores, fizessem uma análise de tudo isso que relatei e vissem a importância dos planos de saúde assumirem essa responsabilidade, porque, como coloquei aqui, o teste do pezinho, por exemplo, Senador Dr. Hiran, a gente só faz quando o neném nasce, não é isso? Como é que a gente vai diagnosticar se o bebê intraútero tem doenças metabólicas, que são detectáveis no teste do pezinho, Senadora Damares? Então, eu peço a cada um de vocês que possa votar favoravelmente a esse projeto, para que o plano de saúde assuma esse bebê da forma como ele nasceu, com suas características genéticas e com suas doenças congênitas. Então, é esse o meu pleito, é esse o meu relatório e agradeço a atenção de todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Dra. Eudócia.

Dr. Hiran com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Senador Marcelo, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, quero aqui parabenizar a Senadora Ana Paula Lobato pela importância desse projeto de lei e pela relatoria extremamente competente da minha querida amiga Dra. Eudócia.

Eu acho que, com essa fragilidade das universidades na formação de médicos aos borbotões no Brasil, muito aluno tem que vir aqui assistir a essas aulas de medicina e de inclusão social, viu, Presidente? Aqui tem só craque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cada voto é uma aula.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Cada voto é uma aula. Então eu queria dar até um exemplo. Ontem mesmo, aqui na Comissão, nós aprovamos um projeto sobre a o dia da conscientização da fenilcetonúria, que é uma patologia grave, uma patologia relativamente prevalente e que só é detectada no exame do pezinho. Essa criança vai precisar de um suporte durante toda a vida, porque senão ela vai ter a impregnação de um aminoácido no seu cérebro e ela vai ter problemas neurológicos gravíssimos ao longo da vida e no seu desenvolvimento de uma maneira geral.

Então, eu acho que é muito importante que a gente garanta acesso à saúde suplementar, que, apesar de que os planos sempre reclamam que não estão indo bem, não é o que a gente vê na prática. Eu acho que a saúde suplementar também, apesar de ser um negócio, um negócio regulado, tem esse compromisso social de facilitar o acesso, como nós lutamos para facilitar o acesso das pessoas com doenças graves, doenças de difícil tratamento, também no Sistema Único de Saúde.

Parabéns, nossa Relatora, a Dra. Eudócia. Eu tenho certeza de que esse projeto será aprovado aqui por unanimidade, porque se trata de um projeto extremamente importante para proteger aqueles que são o futuro do nosso país, que são as nossas crianças.

Parabéns, Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal.

Vou abrir a votação.

As Sras. os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Para a gente ganhar tempo, Sras. e Srs. Senadores, nós temos o item 6, de que é Relator o Senador Fabiano Contarato, que não é terminativo, que é votação simbólica.

Então, enquanto os Senadores estão votando nessa votação nominal, a gente poderia adiantar aqui no item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2349, DE 2024

- Não terminativo -

Autoriza o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a criar uma Caixa de Assistência dos Profissionais de Medicina Veterinária e de Zootecnia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Senador Marcelo Castro. Mais uma vez quero parabenizar V. Exa. pela condução dessa tão importante Comissão de Assuntos Sociais, ao passo que eu cumprimento a Senadora Eudócia, o Senador Hiran e todas as pessoas que estão presentes e que estão nos assistindo.

Presidente, como esse projeto já está na pauta há duas semanas e foi retirado, e o relatório já foi disponibilizado, eu vou fazer uma leitura bem objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No aspecto material, e já avançando sobre o mérito, deve-se notar que a proposição densifica importantes princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, contribuindo também para a universalização e equidade da seguridade social. Não é demais lembrar, ainda, que a própria Previdência Social teve, no Brasil, sua gênese a partir de uma caixa de aposentadorias e pensões aos ferroviários, instituída pela chamada Lei Eloy Chaves.

Esse importante direito social foi, sem dúvida, fortificado e universalizado por meio de uma previdência hoje fundamentalmente pública, mas a Constituição admite inclusive a existência de um regime privado em caráter complementar.

Além disso, o modelo das caixas continua vivo e operante, como exemplificado na própria justificação do projeto, relativamente à Mútua da Confea, a que se somam as Caixas Assistenciais no âmbito dos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nesse sentido, é de todo benéfica a expansão desse modelo para abarcar também os profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia, que prestam um relevante serviço à sociedade brasileira, sobretudo na garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e na proteção da fauna e do bem-estar animal. Trata-se de profissionais muitas vezes autônomos, como enfatizado pelo projeto, e que carecem hoje de um sistema complementar de seguridade.

Voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.349, de 2024.

Esse é o voto.

Quero parabenizar aqui o querido Senador Wellington Fagundes pela proposição.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e submeto-a à votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Nós estamos em votação nominal do item 3. Como já deu quórum, vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o resultado da votação: 11 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto foi aprovado.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabenizo a Senadora Eudócia pelo relatório e a iniciativa da Senadora Ana Paula Lobato. (*Pausa.*)

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 81, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional".

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato e Senadora Dra. Eudócia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria da Senadora Ana Paula Lobato e também da Senadora Dra. Eudócia, que o subscreve.

Passo a palavra à Senadora Eudócia para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Pois não, Sr. Presidente.

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 81, de 2025. Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional".

A autoria é da Senadora Ana Paula Lobato.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Convoco para o dia 12 de novembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária da Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, e ainda o Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 74/2025 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater sobre "os Riscos da Exposição de Trabalhadores ao Benzeno". **Participantes:** Lucimara Beserra, Tecnologista do Ministério da Saúde; Tatiana Lima Campelo, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Celso Berilo Cidade Cavalcanti, Representante da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo - FENEPOSPETRO; Arline Sydneia Abel Arcuri, Colaboradora aposentada da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro; Eduardo Pacheco Terra, Representante do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense - SindiPetro NF; Antônio Carlos Pereira, Secretário de Saúde do Trabalhador(a) da Confederação Nacional do Ramo Químico - CNQ; Carlos Eduardo Ferreira Domingues, Auditor-Fiscal do Trabalho (representante de: Ministério do Trabalho e Emprego); Gerson Medeiros Cardoso, Secretário de Relações Institucionais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre/RS e Triunfo/RS – SINDIPOLO.; Luiz de Souza Arraes, Representante da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo - FEPOSPETRO; Rogério Silva Araújo, Auditor-Fiscal do Trabalho (representante de: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT); Carlos Guimarães Júnior, Vice-Presidente da Fecombustíveis; Miriam Cabreira, Presidenta do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul - SINDIPETRO-RS; Valdir Luiz Dias, Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo - FETRAMICO; Vicente Selistre, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e trabalhadoras do Brasil; Bernardo Souto, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Grupo de Trabalho do Benzeno e do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Luiz Alfredo Scienza, Representante do Instituto Trabalho Digno e da Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria Juliana Moura Corrêa, Assessora das Centrais Sindicais e pesquisadora associada Ensp/Fiocruz. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/10

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 74, de 2025, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre os riscos da exposição dos trabalhadores ao benzeno.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e contará com os serviços interativos com o cidadão, como a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Fala da Presidência para a abertura dos trabalhos, situando os telespectadores e todos aqueles que estão nos ouvindo pelo sistema de comunicação do Senado.

Meus amigos e minhas amigas, bom dia.

Esta audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, tem por objetivo debater os riscos da exposição de trabalhadores ao benzeno. O benzeno é uma substância química altamente tóxica, classificada como cancerígena para humanos pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer.

A exposição ao benzeno representa sérios riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente em ambientes industriais, conforme as normas regulamentadoras vigentes. A Norma Regulamentadora nº 9 (NR 9), que trata do programa de gerenciamento de riscos, dispõe que o benzeno é considerado agente químico perigoso e deve ser identificado e avaliado em qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente de trabalho onde possa estar presente. A Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15), que trata das atividades insalubres, classifica o benzeno como substância cancerígena, sem limite seguro de exposição estabelecido.

No Brasil, os dados são alarmantes. Estima-se que mais de 7,3 milhões de trabalhadores estejam em grupos ocupacionais com potencial de exposição ao benzeno. Desse total, cerca de 770 mil trabalhadores foram considerados provavelmente expostos. São números que impõem à sociedade e ao Estado o dever de proteção e não de tolerância. Além disso, sabemos que a mortalidade por leucemia entre trabalhadores expostos ao benzeno atinge um valor superior ao da população trabalhadora em geral, aproximadamente 1,7 vez maior, o que confirma a gravidade do problema.

Os principais profissionais sob risco são aqueles que atuam na manipulação, produção, transporte ou uso de produtos derivados de petróleo, solventes e substâncias químicas industriais, em especial, operadores e mecânicos de máquinas e motores, bem como frentistas de postos de combustíveis. Esses trabalhadores desempenham tarefas em que o benzeno pode estar presente como solvente, diluente, contaminante de ar, vapor ou na contaminação de ferramentas e equipamentos.

No cenário atual, foram retomadas discussões sobre a possibilidade de se estabelecer um limite de tolerância ao benzeno, proposta que deve merecer toda a nossa atenção e cuidados.

Esta Comissão, no dia de hoje, vai debater e ampliar essa questão, realidade de exposição, falhas de fiscalização e implementação das normas, saúde dos trabalhadores, vigilância, prevenção, entre outros. É preciso estimular políticas públicas nesse sentido. Temos que sensibilizar empresas, sindicatos, trabalhadores e sociedade civil.

Terminando, nossa responsabilidade é enorme: a vida e a saúde dos trabalhadores estão em jogo. Nosso compromisso é com o trabalho digno, salário decente, com a saúde, com a vida, com a justiça social. Como vocês me ensinaram, benzeno mata.

Muito obrigado a todos.

Eu vou, de imediato, passar a palavra ao Miguel Rossetto, cujo currículo vocês conhecem mais do que eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a alegria de ser um sindicalista com ele – bons tempos, não é, Miguel? –, desde a fundação da central nacional, estadual, e também todo o período em que ele está como Parlamentar e como Vice-Governador.

Miguel, cada um vai ter oito minutos. Para você, eu vou lhe dar dois minutos a mais. Para você, dez minutos para falar sobre o tema.

O SR. MIGUEL ROSSETTO (Para expor.) – Bom dia a todos, companheiros e companheiras aqui. É uma alegria enorme compartilhar com vocês esta audiência, liderada pelo Senador Paim, companheiro de todas as lutas, que preside hoje a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

É uma satisfação encontrar dirigentes sindicais dedicados ao tema da saúde e da segurança no trabalho.

Essa liderança do Paim nos entusiasma, como sempre nos entusiasmou, Senador e companheiro Paulo Paim.

O local de trabalho deve ser um local de vida. O local de trabalho não pode ser um local da morte. Portanto, esta é uma agenda central, eu a acompanho há muito tempo.

Eu entrei na Petrobras em 1984, janeiro de 1984. Fui trabalhar na Petroquisa, numa empresa chamada Petroflex. Nessa empresa, eu trabalhei como operador de processo petroquímico exatamente numa unidade de etilbenzeno. Nós trabalhávamos com benzeno e com eteno. Desde aquele período de 1984, esse é um tema presente na minha atividade sindical e política.

Quero fazer uma saudação ao meu Presidente, que está aqui, Ivonei, do Sindicato dos Trabalhadores do polo petroquímico do Rio Grande do Sul, e aos demais dirigentes que estão aqui, como o Baby. (*Palmas.*)

Saúdo todos os companheiros petroleiros, petroleiras, todos os companheiros frentistas de postos de gasolina, todos aqueles trabalhadores que, de uma forma ou outra, trabalham e convivem com esta ameaça permanente que é a exposição ao benzeno.

Eu faço só essa referência, desde sempre, companheiro Senador Paim. O tema da segurança e da saúde do trabalho fez parte da agenda do Sindipolo, do Sindipetro-RS, do Sindicato dos postos de combustíveis, de toda a agenda sindical no Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha manifestação aqui é uma manifestação de solidariedade a essa luta.

Eu tenho acompanhado, Senador Paim, do Rio Grande do Sul, os vários fóruns, dos vários sindicatos que têm pautado essa luta, basicamente, a importância de recuperar a instalação, a operação, o funcionamento da Comissão Nacional do Benzeno e assegurar a implementação, o funcionamento aberto, permanente das Comissões Estaduais de Benzeno.

Isto me parece uma questão fundamental: criar e recuperar, de forma mais qualificada ainda, a experiência com que nós já convivemos, com as comissões tripartite, com compromissos de Governo, do setor empresarial e de trabalhadores, estabelecendo normas, regras, e basicamente – faço questão, Senador Paim, de colocar isto e tenho falado muito no assunto – o tema do monitoramento. Tão importante quanto estabelecermos limite zero para o benzeno, a vida não estabelece e não permite negociação. O direito à vida, à saúde, é um direito inegociável do povo trabalhador e de todo o povo.

Portanto, não há limite, não há negociação frente à exposição de um produto com tamanho potencial cancerígeno que é o benzeno.

Portanto, preservar essa condição de trabalho distante do benzeno, estabelecer uma gestão tripartite com as comissões nacionais e comissões estaduais, com operação, com periodicidade, com critérios técnicos, é fundamental.

O meu registro aqui, a minha contribuição, Senador Paim – e tenho feito isso com os meus colegas –, é tão importante quanto estabelecer essa dinâmica e essa orientação básica técnica de não tolerar qualquer limite para o benzeno, é assegurar o monitoramento, os critérios, os indicadores e a transparência no monitoramento do benzeno nos locais de trabalho. Parece-me que aqui há um tema decisivo para essa jornada em defesa da vida e da saúde de todo o povo trabalhador que, de uma forma ou de outra, se relaciona, na sua atividade de trabalho, com o benzeno.

Fica o meu compromisso, renovado aqui com os meus companheiros e companheiras, de estar ao lado de vocês nessa luta que é de todos nós. Hoje, na condição de Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, na liderança da bancada da federação no Estado do Rio Grande do Sul, nós estamos inteiramente ao lado de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A vida é inegociável! E um local de trabalho deve ser um local de vida e não um local de morte.

Parabéns a todos vocês.

Uma boa audiência para todos, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado, gente! Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado, Miguel Rossetto, uma liderança que muito nos orgulha, do Rio Grande do Sul, que tem compromisso com as causas sociais, com os direitos humanos. São aqueles Parlamentares que são, eu sempre digo, Parlamentares dos trabalhadores do campo, da cidade, da área pública, da área privada, que têm lado na história, não é? E nem sempre o outro lado nos vê com bons olhos, mas também ninguém nos intimida. O nosso bom combate a gente vai fazer sempre.

Neste momento, Miguel, eles ficaram de me entregar uma camiseta... Uma jaqueta, uma jaqueta! Tem uma vermelha, e eu vejo uma laranja. Como o Miguel está aqui, e o Miguel já as tem, ele vai receber junto comigo, mas eu vou ficar com as duas! (*Risos.*)

Vamos lá, bem rapidamente aqui. (*Pausa.*)

Eu vim de camisa vermelha já hoje – primeira vez que eu venho de camisa vermelha para o Senado! (*Pausa.*)

Serviu, pessoal! Está funcionando o meu regime. (*Palmas.*)

Miguel, simbolicamente segure essa aí, Miguel – ou vista, se quiser, depois me devolva.

Ele vai vestir, mas depois ele vai me devolver.

É bom, porque eu fiquei com a vermelha, e ele ficou com a laranja, o que aí mostra o nosso compromisso... (*Pausa.*)

Vamos lá! Depois nós vamos tirar uma foto, no final aí, de todos. (*Pausa.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Benzeno mata!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Benzeno mata! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Eu prometo que eu vou usar uma durante duas horas, pois aqui vai longe, e, depois de duas horas, eu mudo de camisa, mas com o compromisso com os dois.

Miguel...

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Um abraço para vocês. Boa audiência, gente! Estamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estamos juntos!

Se não me engano, tem uns companheiros que queriam entregar um documento. A hora é essa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode falar aqui.

O SR. ROBERTO RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Meu nome é Roberto Ribeiro, representando o Sindipetro-RJ, como ex-petroleiro, por 28 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos fazer diferente. Dá a volta para o lado de cá, cinco minutos a menos não vai ser prejuízo para nós.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Senador, nós estamos trazendo aqui uma carta endereçada ao nosso Presidente Lula e eu gostaria que o senhor fizesse esse intercâmbio entre a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse encaminhamento.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Esse encaminhamento, porque nós estamos aqui cobrando uma dívida que a Petrobras tem para conosco, para o nosso Plano Petros. E aí gostaria que o senhor, se possível, recebesse essa... Aqui é uma cópia, a carta está aqui, encaminhada em nome de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os petroleiros. A Petrobras tem uma dívida muito grande, principalmente para conosco, aposentados, aposentadas e pensionistas, se o senhor puder dar um o.k..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, assino aqui já.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Aqui é uma cópia.

E desejar também para todos nós petroleiros uma boa audiência.

De fato, o benzeno mata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ficamos com essa.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Eu fico com a cópia. O senhor pode devolver aqui a canetinha, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A caneta, não, a caneta é minha.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Pode ficar, pode ficar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estou brincando, tem outra aqui.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quem é que estava junto aqui na mesa?

O SR. ROBERTO RIBEIRO – O Enaldo, do sindicato do RJ, e o Ricardo também.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Cadê o Ricardo? Espera aí, vamos tirar essa foto aqui, depois nós vamos tirar uma foto de todo mundo, viu, pessoal, essa aqui é só para iniciar os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu.

O SR. ROBERTO RIBEIRO – Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço, viu.

Muito bem, estamos juntos.

Eu gostei de ter achado um pouquinho folgado, pessoal. É sinal de que emagreci um pouco. GG para mim eu não conseguia vestir ou vocês fizeram uma especial e estão me enganando, botaram GG só para eu me sentir bem.

Mas vamos lá, pessoal. Daqui para a frente é tudo com vocês.

Convidados: Carlos Eduardo Ferreira Domingues, Auditor-Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, vai estar por videoconferência, muito bem; Lucimara Beserra, Tecnologista do Ministério da Saúde, videoconferência também confirmada; Tatiana Lima Campelo, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, videoconferência confirmada; Anderson Santos de Medeiros, Diretor de Assuntos Institucionais e Jurídicos do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindipetro), presença confirmada; Gerson Medeiros Cardoso, Secretário de Relações Institucionais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre/RS e Triunfo/RS (Sindipolo), presença confirmada, passando para a mesa – Gerson Medeiros convidado para vir para a mesa –, uma salva de palmas aí para o Gerson Medeiros. (*Pausa.*)

Celso Berilo Cidade Cavalcanti, representante da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo. Presença confirmada.

Está ele aqui do nosso lado. (*Palmas.*)

Celso Berilo.

Agora, Rogério Silva Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho.

Está aqui. Nossas palmas ao Rogério Silva Araújo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio Carlos Pereira, Secretário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Confederação Nacional do Ramo Químico. Presença confirmada. (*Palmas.*)

Arline Sydneia Abel Arcuri, colaboradora aposentada da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, por videoconferência.

Maria Juliana Moura Corrêa, assessora das centrais sindicais e pesquisadora associada Ensp/Fiocruz, por videoconferência.

Eduardo Pacheco Terra, representante do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro). Presença confirmada.

Está aqui. Faça o favor de vir à mesa. (*Palmas.*)

Luiz Alfredo Scienza, Auditor-Fiscal do Trabalho. Presença confirmada.

Leonardo Luiz de Freitas, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Minérios e Derivados de petróleo (Sintramico).

Eu não sei se tem lugar ainda na mesa para todos que eu chamei. Teremos duas mesas, então.

O Leonardo está presente? (*Pausa.*)

Está. O Leonardo... É por vídeo o Leonardo? (*Pausa.*)

Luiz de Souza Arraes, representante da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo. Presença confirmada.

Em seguida eu o chamo. Depois que o primeiro falar, você vem para a mesa.

E, por fim, Carlos Guimarães Júnior, Vice-Presidente da Fecombustíveis.

Está aí também? (*Pausa.*)

O.k. Depois dos primeiros dois que falarem, vocês dois vêm para a mesa.

Vamos lá para ganhar tempo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Então, você é o terceiro. Entre os dois, você vem... À medida que alguém vai falando, vocês vêm vindo. (*Pausa.*)

Eles vão pegar o seu nome completinho, a entidade e quem você representa, que é a CTB, não é? (*Pausa.*)

Perfeito. Então, vamos lá. (*Pausa.*)

Eu vou fazer o seguinte, se vocês concordarem – para mim tanto faz –: um por vídeo e um presencial. Pode ser? Ou querem que façam primeiro todos os presenciais?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um por vídeo e um presencial. O.k.. E, à medida que quem está na mesa falar, ele vai para o plenário, e quem está no plenário vem para a mesa. O.k.? Então, vamos lá.

Vamos começar com Carlos Eduardo Ferreira Domingues, Auditor-Fiscal do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

O SR. CARLOS EDUARDO FERREIRA DOMINGUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Por favor, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estamos o ouvindo bem. O senhor tem oito minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO FERREIRA DOMINGUES (*Por videoconferência.*) – O.k., eu vou cuidar para atender exatamente esses oito minutos.

Bom dia a todos mais uma vez.

Meu nome é Carlos Eduardo, eu sou Auditor-Fiscal do Ministério do Trabalho desde 1998. Sou médico, médico do trabalho e mestre em Saúde Pública pela Fiocruz. Trabalho nos últimos oito anos no Ministério do Trabalho na CGnor (Coordenação-Geral de Normatização), que faz parte do DSST (Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho). Fui o último Coordenador da Comissão Nacional Permanente do Benzeno até o fim das suas atividades e tenho trabalhado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão de agentes químicos, em particular agentes químicos cancerígenos, nos últimos dez, doze anos dentro do ministério.

Bom, agradeço pela oportunidade de estar falando aqui. Parabenizo o Senador e os outros envolvidos pela importância deste tema e pela importância de discutir isto de forma aberta, de forma bem transparente.

O tema que nós vamos debater são os riscos associados à exposição dos trabalhadores ao benzeno, mas, se o senhor me permite, eu vou fazer um foco mais específico. Quando a gente fala de riscos, existem vários riscos. O que a gente está falando aqui é o problema do risco do câncer associado a essa exposição e também, indo um pouco além, não só o câncer associado à exposição ocupacional ao benzeno, mas o câncer associado à exposição ocupacional aos agentes cancerígenos, o que nós costumamos chamar de câncer relacionado ao trabalho.

Nós sabemos que diversas questões do trabalho estão associadas com câncer: exposição a agentes químicos, físicos e também questões de organização do trabalho. Hoje, a gente sabe – já tem isto muito estudado – que algumas formas de trabalho, como, por exemplo, o trabalho em turno, o turno de revezamento em particular, está associado a uma maior incidência de câncer entre os trabalhadores, principalmente câncer de mama, que é um dos exemplos. Há a exposição a agentes físicos também, pois é amplamente conhecido que a exposição à radiação está associada a uma maior incidência de câncer. E o mesmo acontece com agentes químicos. A diferença de agentes químicos é que nós temos centenas de agentes químicos que estão relacionados a uma maior incidência de câncer nos trabalhadores.

Esse conhecimento sobre isso vem aumentando muito, principalmente nas últimas décadas. Nós tivemos um grande número de agentes químicos que antes não eram reconhecidos, que passaram a ser agentes reconhecidos como cancerígenos. Isso é muito importante para a gente. Dentro desse contexto dos agentes químicos que se encontra essa discussão sobre o asbesto.

O câncer é uma das principais causas de morte no Brasil e no mundo. Em alguns lugares, inclusive, ele já é a principal causa de morte para algumas faixas etárias. Então, é muito importante essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é amplamente conhecido – isso aí vários estudos já demonstraram também – que muitos desses cânceres estão associados a exposições no trabalho, como eu disse anteriormente, essas questões de ambiente ou questão de agentes químicos ou físicos. Então, isso já está muito claro para a gente, essa associação que tem.

Quando a gente fala, então, especificamente do benzeno e dos agentes químicos cancerígenos, uma coisa nós precisamos reconhecer. Nós aqui, no Brasil, estamos bastante defasados, atrasados em relação aos normativos internacionais que visam à proteção do trabalhador. A Europa discute isso já há muito mais tempo; foi feita uma diretiva, lá na Europa, em 2004, que vem sendo alterada de tempos em tempos. Então, essa discussão lá ganhou um corpo muito grande.

Aqui, no Brasil, a gente vem discutindo muito pouco isso. O nosso grupo lá no Ministério começou a discutir isso, como eu disse, alguns anos atrás. Tivemos um GET, que é um grupo de estudos tripartite lá em 2016, que foi um embrião para isso. E nós, então, mais recentemente, conseguimos discutir um avanço nos nossos normativos sobre esse tema e fizemos uma série de propostas com relação a isso, não é?

A questão do câncer, do benzeno é muito importante para a gente destacar isso, porque o benzeno deu um avanço absurdo lá em 1995, quando foi publicado o Anexo 13-A da NR-15, que trazia ali como deveria ser feita a avaliação do benzeno, a exposição, a avaliação do benzeno, a avaliação dos trabalhadores e as medidas de prevenção, além de estabelecer outros, outras medidas muito importantes, como o PPOB, que é o Programa de Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno, o GTB, que é o Grupo de Trabalhadores do Benzeno, um grupo de trabalhadores da CIPA que discute o benzeno.

Então, isso tudo foram novidades que foram trazidos por esse normativo lá em 1995. E a gente tem que dar os parabéns aos colegas que ainda hoje estão nessa luta com relação ao benzeno e que participaram disso há 30 anos, né?

O problema é que esse normativo não foi revisado, atualizado, ele não progrediu à medida que houve progressão do conhecimento sobre isso. E nós falhamos ao não avançar para outros agentes químicos. E é isto que nós estamos tentando fazer atualmente: avançar essa discussão do benzeno e de outros agentes químicos cancerígenos. Isso vai ser muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O benzeno junto com o asbesto são dois agentes químicos cancerígenos que têm alguma coisa mais importante do ponto de vista de norma, dentro das normas do Ministério do Trabalho. Além desses dois, nós temos quatro agentes que são proibidos, mas esses agentes são proibidos no mundo inteiro há décadas – não tem nenhuma novidade com relação a isso. O benzeno e o asbesto, esses dois foram muito discutidos, graças à participação de vários colegas e diversos órgãos, graças à participação dos trabalhadores. Trabalhadores com relação ao benzeno são muito ativos, isso é muito importante, porque não deixam essa chama apagar, né? Então, é fundamental essa participação dos trabalhadores, mas nós temos que fazer essa revisão das normas.

O próprio Anexo 13-A estabelece, por exemplo, um valor de referência para a exposição ao benzeno – e aí é importante destacar que foi uma coisa que trouxe o Anexo 13-A, que é o um valor de referência, mas que, abaixo dele, continua havendo risco, mas você tem um valor de referência – de 1ppm para o setor de petróleo e petroquímico e 2,5ppm para o setor de siderurgia, o que está muito defasado. O mundo inteiro já usa 0,5ppm , a Europa vai no ano que vem para 0,2ppm, e nós precisamos fazer essa revisão do Anexo 13-A para fazer esse ajuste do VRT, do valor de referência, e de outras questões, mas não só do benzeno.

Eu vou citar aqui, Senador, um exemplo que para a gente é fundamental, e aí mostra a importância de discussões como essa e de que a sociedade tenha conhecimento disso. Existe um agente químico que é o 1,3-butadieno, que está presente na indústria do petróleo e também fortemente presente na indústria da borracha, que é tão ou mais perigoso que o benzeno. E o nosso limite... O Limite de Exposição Ocupacional – que é o termo usado na maior parte do mundo – para esse agente é de 1ppm, uma parte por milhão, e o limite, no Brasil, que a gente chama de limite de tolerância, por causa da CLT – como está na lei limite de tolerância, a gente tem que usar essa referência –, o limite de tolerância no Brasil é de 780ppm.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para concluir, o senhor tem mais dois minutos, dois minutos!

O SR. CARLOS EDUARDO FERREIRA DOMINGUES (*Por videoconferência*.) – Então, a gente precisa ter muito cuidado com isso e temos que fazer essa progressão do normativo, que é o que nós estamos propondo atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o meu tempo está acabando, eu teria outras coisas para falar, mas eu deixo para de repente um eventual debate adiante, destacando a importância dessa discussão e a importância de melhorar os normativos. Melhorar os normativos não é tudo, mas é o primeiro passo que a gente pode dar na prevenção do câncer ocupacional e do câncer associado à exposição ocupacional ao benzeno.

Obrigado.

Desculpe por ter ultrapassado um minuto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, ficou no tempo.

Meus cumprimentos, Sr. Carlos Eduardo Ferreira Domingues, Auditor-Fiscal do Trabalho, que falou em nome do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vamos de imediato agora... Seria o Anderson, mas não chegou ainda. Então, passo a palavra ao Sr. Gerson Medeiros Cardoso, Secretário de Relações Institucionais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre e Triunfo.

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO (Para expor.) – Tem uma apresentação? (*Pausa.*)

Tá.

Então, bom dia novamente, companheirada. Bom dia, aqui, saudando e agradecendo ao companheiro Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul. Na verdade, o Paulo Paim acaba sendo Senador da Região Sul, Sudeste e do restante do Brasil, ajudando os demais Senadores do campo trabalhista. Obrigado, Paim, por este momento tão importante, aqui, para a saúde e a vida dos trabalhadores que estão do poço de petróleo aos postos de combustíveis. Então, é disso que nós queremos tratar aqui, nesses poucos minutos, mas aprofundando um pouco mais.

E, de pronto aqui, Senador Paim, discordando em algumas questões do orador anterior do Ministério do Trabalho, Carlos Eduardo, coloco isso e vou rapidamente aqui mostrar o porquê disso. Porque realmente, quando o Ministério do Trabalho ou esta representação do Ministério do Trabalho na Comissão Nacional, temática, do Benzeno tenta introduzir um limite de tolerância que foi banido, lá em 1995, para o benzeno, isso nos causa muito espanto e muita preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou colocar aqui algumas lâminas no sentido de... Deixe-me ver se vai passar aqui. Estou perdido. Passou.

Gente, então, esse é o grande detalhe: que nós viemos desde 2019, quando o Governo Bolsonaro, por pedido de empresários, acabou com a Comissão Nacional Permanente do Benzeno e depois, por consequência, com as comissões estaduais... O que agora o empresariado não atento ou não preocupado com a vida dos seus trabalhadores quer fazer? Eles querem, além de manter a não existência da comissão nacional e das comissões estaduais, o que enfraquece muito a representação dos nossos GTBs dentro das Cipas, nos nossos locais de trabalho...

E destaco aqui o companheiro Senador Paim, que teve sua vida de luta pelos trabalhadores dentro da Cipa, lá em Caxias do Sul. Então, foi cipeiro e sabe muito bem do que nós estamos falando aqui.

E nessa questão, então, lá em 95, falando aqui para nós que estamos no presencial, mas também para os que estão nos acompanhando remotamente, Paim, porque temos vários companheiros que ficaram de estar aqui ligados pela rede internet aí. Mas é isso.

O Acordo Nacional 95 traz junto, no seu bojo, o VRT, Rogério, o VRT. Esse VRT já salvou milhares de vidas. E neste momento, o Ministério do Trabalho deseja... Parte da bancada do Ministério do Trabalho lá na CNTT... E estava no GT também, de anexos químicos, tentar derrubar esse VRT e colocar no lugar um limite de tolerância. E a gente sabe que qualquer exposição, Paim, qualquer exposição leva à possibilidade sim de desenvolvimento de câncer.

Então é isso que nós tínhamos de 95 para cá, depois de ter um surto de pandemia em São Paulo, em que vários trabalhadores tiveram que se afastar, alguns morreram, outros ficaram adoentado e morreram adiante, com esse problema do câncer.

Mas sim, a Comissão Nacional Permanente do Benzeno traz isso, e trouxe de 95 até 2019. Então nós estamos, de 2019 até hoje, sem esta Comissão Nacional Permanente, sem as comissões estaduais. Foi um verdadeiro retrocesso no cuidado da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Os GTBs, sem a comissão nacional, Paim, e sem as comissões estaduais, fica órfão, fica sem potência, porque as empresas é que fazem o monitoramento do benzeno. Então é o poluidor cuidando da poluição, e nem todos têm a ética moral e ambiental e esse cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, a gente vai seguindo aqui. Esse debate, companheirada que está aqui presente e remotamente... Paim, ele foi feito tripartidamente. Ele foi feito por todas as representações do Governo, com três ou quatro ministérios, com as centrais sindicais e com o patronato, né? Então, esse acordo, né... A gente sempre destaca aqui a luta dos trabalhadores contra esse sofrimento causado pela exposição ao benzeno, há mais de três décadas. E sem a comissão, pouco alcance tem.

Sem o VRT, que tem que ser sim reduzido, Celso, tem que ser reduzido para 0,5, tem que ser reduzido para 0,5, né? Porque já era para ter sido isso... E aqui tem um quadro muito interessante, Paim, que na siderurgia... E pegar ali Espírito Santo, pegar Rio de Janeiro, pegar São Paulo, pegar Minas Gerais, principalmente esses, o pessoal que trabalha na siderurgia também sofre com o benzenismo. E, lá em 1995, foi politicamente acordado que era o valor de 2,5 lá e 1 para o setor de petróleo, que pega ali do poço ao posto. Mas foi uma decisão política tomada na qual a intenção era avançar na diminuição – né, Bahia? – para 0,5. E essa é a nossa briga neste momento. E a gente precisa fazer isso.

Em julho de 2009, então, por um simples "canetaço", ou seja, sem o debate tripartite, o então Presidente inominável da época acabou com a Comissão Nacional e a estadual. Isso foi um pedido patronal. Foi de todos os empresários? Não sei, mas com certeza dos empresários que tinham o poder de decisão e tinham o poder de mobilizar o Governo daquela época. O benzenismo, então, voltou a fazer vítimas.

Nós estamos aqui... Depois o Gladstone deve fazer uma fala, se possível, Paim, que é o nosso companheiro que está acompanhando, um companheiro que está com benzenismo, esperando transplante de medula. Mas depois o Gladstone, se tiver oportunidade, fala.

Aqui, gente, olha, está a prova: este caderno aqui, este livro, que eu destaco aqui – todos vocês conhecem este livro –, que é lá de 1995, é o Acordo Nacional do Benzeno. Ele traz ali os titulares da representação lá, Rogério, que esteve no Ministério do Trabalho. Então, ele esteve, sim, com a representação do Ministério do Trabalho, do da Saúde, da Fundacentro, da Previdência Social e do Ministério da Indústria e Comércio, que hoje é ocupado pelo nosso Vice-Presidente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – Então, tem, sim, uma questão tripartite que não foi respeitada no Governo de 2019 a 2022.

Tentando seguir aqui...

Paim, aqui, lá em 1991, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Mais dois minutos.

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – O.k., obrigado, Paim.

Esse foi um trabalho que nós, companheirada aqui dos sindicatos, das centrais todas, temos que retomar, porque começa aqui essa campanha com o Paim, que é a caça ao benzeno, como se fez lá em 1991. Infelizmente, tivemos que voltar a essa questão, porque teve um retrocesso de 2019 para cá. E a gente não pode concordar aqui com que um Governo progressista, com um Ministro que já foi nosso Presidente da CUT, aceite o retrocesso que está se estabelecendo aí. (*Palmas.*)

Então, permitir a volta desse limite de tolerância será um enorme retrocesso, um ato abominável, Paim, um grande retrocesso para toda essa categoria e – não poderia deixar de dizer aqui, representando também, tentando representar aqui – para o pessoal das distribuidoras, porque a gente sempre fala "do poço ao posto". E é isto, nós temos...

Por favor, aqui.

Nós temos, sim, do poço do petróleo até chegar aos postos de combustíveis, ali com as distribuidoras, com aeroviários, que eu trago aqui nessa questão...

Está voltando, estou me achando. Aqui.

Que é isto: que é da refinaria, que é do transporte rodoviário, que é da distribuição de combustível, onde está ali a antiga BR Distribuidora, que foi privatizada no Governo do Bolsonaro, e a indústria petroquímica; mas também temos as oficinas mecânicas; nós temos, sim, os transportes fluvial e marítimo; nós temos as atividades de pintura; nós temos os postos de revenda de combustível...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – ... e tem o abastecimento das aeronaves.

Estou concluindo, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um minuto.

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – Gente, aqui está, aqui está o caminho do benzeno, olhando o Rio Grande do Sul, mas isso é no Brasil inteiro. Ele vem, sim, lá dos tanques de petróleo, passa pela refinaria, vai nos polos petroquímicos... E também tem o pessoal que faz o tratamento desses combustíveis, desses efluentes, que são rejeito do processo.

Bem-vindo, Bohn Gass, obrigado por estar aí.

Aqui, Paim, já viu fogo na água? Vocês já viram fogo na água? Aqui é no setor de tratamento de efluentes do polo petroquímico, que era da Corsan, foi privatizado, então, pelo Governador Eduardo Leite, e hoje está com a Aegea, que está banalizando esse tratamento. E o que é que nós temos? Pegou fogo. Por quê? Tinha benzeno, tinha combustível lá.

Seguindo, nós tivemos em 2019, então, a extinção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – Tivemos a criação do GTT, que o Carlos Eduardo e o Rogério estavam ali conduzindo. Nós não deixamos seguir o limite de tolerância ao benzeno. Foi criada, então, uma CNTT – o nosso companheiro Antônio "Bahia" está lá representando e coordenando a bancada dos trabalhadores, de que depois ele fala um pouco mais.

Mas aí a proposta é esta: restabelecimento, Paim, das comissões nacionais, estaduais, como aqui já falou o Deputado Estadual Miguel Rossetto; a manutenção do VRT, Rogério, é fundamental – nós não podemos abrir mão disso, ela salva vidas –; e a inclusão das demais categorias, Paim. Tem categoria que não está coberta ainda, por esse acordo, desde 1995, que são os frentistas, que é o pessoal da distribuidora, que são os aeroviários, que são as oficinas mecânicas, que nós temos que trazer para dentro desse acordo. Então é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois desse apagão da ciência que teve no Governo anterior, Bohn Gass, nós ainda continuamos com negacionismo na ciência de alguns setores dentro do Governo. Nós precisamos avançar, porque o benzeno, como aqui já falou Paim, é carcinogênico, é um cancerígeno completo, né? E liberar o LT poderia ser considerado como... o benzeno pode ser considerado como uma arma química para nós que estamos no setor, e a gente precisa, sim, não permitir que isso aconteça. Cancerígeno, sim; o benzeno é esse cancerígeno.

E aqui é só um exemplo, Paim, fechando mesmo, do que diz respeito ao que já se degradou, à proteção dos trabalhadores... E aqui é posto de combustível, tá? É posto de combustível, que antes era obrigado a ser dessa marca aí, e foi flexibilizado para essa marca – olhe o tamanho –; também para essa marca; e também para essa marca.

Ali, qual é melhor de entender, tanto para o trabalhador quanto para o cliente desse posto de gasolina? Então, estão escondendo a caveira, que é a morte, do benzeno.

Tentando seguir aqui...

E, sim – o pessoal representante aqui dos postos de combustíveis pode falar –, tem tecnologia. Por que não aplica? Por que o nosso Governo, infelizmente, está aceitando adiar isso para 2035? Essa tecnologia já era para ser implementada agora, até 2026, e não está sendo. E a patronal está pedindo, sim, para adiar mais ainda a implementação dessa tecnologia.

Cabe um destaque aqui, Paim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – Os frentistas têm uma preocupação: põe essa tecnologia, e eles acabam com o emprego deles? Não, não podemos permitir que acabe com o emprego dos frentistas. Então, tem que botar tecnologia para proteger o frentista e proteger os clientes.

Paim, peço permissão para só concluir aqui.

Então, benzenismo é isso. Ele tem que ter esse histórico todo, que quem faz é a Comissão Nacional, quem faz é a comissão estadual, quem faz são os GTBs dentro das CIPAs das fábricas. Então, ele precisa desse histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não existe tratamento medicamentoso, é transplante de medula. E é isso. O que é que nós queremos? Para quê? Evitar sofrimento, salvar vidas, evitar morte. Para quem? Para todos os postos. Para quantos? Para todas e para todos. É prevenção.

Aqui, eu fecho, dizendo:

> Na primeira noite eles se aproximam
> e roubam uma flor
> do nosso jardim.
> E não dizemos nada.
> Na segunda noite, já não se escondem:
> pisam as flores,
> matam nosso cão,
> e não dizemos nada.
> Até que um dia,
> o mais frágil deles
> entra sozinho em nossa casa,
> rouba-nos a luz, e,
> conhecendo nosso medo,
> arranca-nos a voz da garganta.
> E já não podemos dizer nada.
> "No caminho com Maiakóvski".

E, fechando mesmo, depois desse poema, eu quero colocar aqui e vou me levantar para isso: pessoal, nesse livro, da feira do livro, que Paim assinou, está lá escrito: "mover montanhas é possível quando acreditamos que as mudanças necessárias estão em nossas mãos". Isso foi dito pelo Paim.

Coloco aqui e peço que vocês acompanhem: benzeno é um veneno silencioso! Benzeno não é flor que se cheire! Por quê? Benzeno adoece e mata!

Obrigado, Paim. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Gerson Medeiros Cardoso, Secretário de Relações Institucionais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre.

Eu estou evitando fazer comentário, porque eu sei que são em torno de 20 oradores.

Vamos de imediato, então, para, intercalando, Lucimara Beserra.

Por favor, Dra. Lucimara Beserra, Tecnologista do Ministério da Saúde.

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

Aos que estão sentados – só um momento, doutora –, eu pedi que providenciassem algumas cadeiras para que vocês possam se sentar nas laterais. Está sendo visto isso, né, assessoria?

Em seguida, chegarão algumas cadeiras aí.

Continue, doutora, por favor. Seu tempo inicia agora.

A SRA. LUCIMARA BESERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Primeiro, agradeço o convite do Senador Paulo Paim ao Ministério da Saúde para a gente compor este debate, que é extremamente importante para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil.

Eu sou Lucimara Beserra. Eu sou Bióloga, Doutora em Saúde Pública e Tecnologista da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

Estarei aqui hoje falando um pouquinho com vocês sobre este tema, que é de extrema relevância.

Vocês estão vendo a minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sim.

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência*.) – Beleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu acho que é importante a gente trazer alguns marcos relevantes da história da saúde do trabalhador e da trabalhadora no Brasil. Eu trouxe alguns aqui, vou falar de alguns.

Por exemplo, a Constituição Federal de 1988 atribui ao SUS a vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Então, o nosso papel constitucional como SUS é defender e vigiar a saúde da população trabalhadora no Brasil.

Essa incorporação foi ratificada na Lei 8.080, de 1990 (Lei Orgânica do SUS), que incluiu e organizou a vigilância em saúde do trabalhador no SUS.

A gente tem outro marco importante, em 2002, que é a estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no SUS, que também é um marco importante, porque organiza os serviços de atenção integral, que inclui assistência, vigilância e todos os serviços da rede voltados a essa população. Então, é um marco importante também.

E, em 2012, a gente teve a instituição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que justamente organiza qual é o objetivo do SUS em atuar nessa perspectiva.

É importante ressaltar que todos esses marcos normativos só foram possíveis com a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras organizados, debatendo se o ambiente de trabalho, os processos de trabalho induzem adoecimentos, e o Estado e o SUS precisam estar atuando para reduzir isso.

Então, aqui eu trago para vocês também, como eu falei, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. É papel do Ministério da Saúde, junto com as três esferas de Governo – estadual e municipal também –, a implementação dessa política em todo o território brasileiro. E essa política tem o objetivo da promoção e da proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, na perspectiva de reduzir a morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos. Então, como eu disse anteriormente, é assumir que hoje, enfim, os processos de trabalho adoecem e que a gente precisa pensar medidas concretas para eliminar esses riscos e reduzi-los, para que a gente tenha menos adoecimentos decorrentes do trabalho.

E o benzeno, como já foi dito aqui anteriormente, é uma substância química do grupo químico dos hidrocarbonetos aromáticos, é incolor, é volátil, é inflamável. Ele é um composto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orgânico, obtido principalmente do petróleo e do carvão mineral, por isso vai estar presente em vários processos industriais da nossa sociedade: está presente na composição da gasolina, de lubrificantes, de solvente, entre outros produtos derivados dessas cadeias produtivas do petróleo. Ele é classificado como cancerígeno do Grupo 1 – ou seja, comprovadamente cancerígeno – pela Iarc, que é a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, da Organização Mundial da Saúde, desde 1982. Segundo a OMS, não existe nível seguro de exposição ao benzeno no ar. Então, a gente não pode dizer que existe um limite em que vai ser isento esse risco de desenvolvimento de algum tipo de câncer relacionado ao benzeno.

Em relação à exposição ocupacional, a principal via de exposição é inalação no ar, mas também pode ocorrer por via dérmica. Como foi dito também anteriormente, estimou-se em 2010 que mais de 770 mil trabalhadores estavam expostos diretamente ao benzeno no Brasil. E aqui eu trouxe para vocês os principais grupos de expostos que a gente identifica e especialistas no tema identificam também. Então, engenheiros mecânicos, químicos e afins, técnicos de produção das indústrias químicas, petroquímicas, refino de petróleo, técnicos em mecânica veicular, mineração, laboratório industrial, motoristas de veículos pequenos e de médio porte também, operadores de equipamento de coqueificação, operadores em comércios, lojas e mercados – e aqui, especificamente, a gente tem os frentistas, não é? – e trabalhadores de sondagem e ligas metálicas, até entre outros trabalhadores, que podem estar, potencialmente, expostos também.

E aí, em relação às doenças relacionadas à exposição ao benzeno, a gente tem a lista de doenças relacionadas ao trabalho, que também está prevista na Lei 8.080, de 1990, de que eu falei. Então, é uma atribuição que surge: organizar essa lista e periodicamente atualizá-la.

Ela foi atualizada ano passado, em 2024. Então, a gente pode consultar, nessa lista, diversas doenças relacionadas a vários riscos: agente químicos, físicos, psicossociais, ergonômicos...

Então, aqui eu trouxe para vocês as doenças que estão nessa lista relacionadas à exposição ao benzeno no ambiente de trabalho. A gente tem aqui a listagem de pelo menos dez tipos de cânceres, incluindo leucemias, linfomas, neoplasia maligna de brônquios e de pulmões, sete doenças relacionadas ao sistema circulatório – ao sangue, não é? – e órgãos relacionados, diversos tipos de anemias, doenças também relacionadas aos olhos e anexos, doenças de pele, do tecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subcutâneo, doenças do aparelho geniturinário e as intoxicações exógenas, que também têm o caráter aí da intoxicação aguda.

Então, no total, a gente encontra, nessa lista, 21 tipos de doenças relacionadas ao benzeno.

E é muito importante que... A gente acredita que, além de auxiliar num diagnóstico para os profissionais de saúde, é muito importante que os trabalhadores se apropriem dessa listagem, para entender que, no seu ambiente de trabalho, determinada exposição, determinados riscos podem causar essas doenças. Então, para conseguir estar munido dessas informações e possíveis adoecimentos.

E aqui eu trouxe para vocês também alguns dados relacionados à vigilância de câncer relacionado ao trabalho.

Desde o ano passado, em 2024, há vigilância desse tipo de agravo, e foi incorporado de notificação compulsória no SUS. Então, todo profissional de saúde, seja no estabelecimento público ou privado, se identificar um caso de câncer relacionado ao trabalho, precisa notificar no Sinan, que é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, mas eu ressalto que é uma vigilância epidemiológica que está em estruturação. Então, como eu falei para vocês...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência.*) – ... desde o ano passado que tem essa notificação compulsória, obrigatória.

Anteriormente, ela tinha uma estratégia de vigilância sentinela, que é o que gente chama na saúde de, a partir de um caso, desencadear ações de vigilância, intervenções, mas não necessariamente notificava todos os casos. Então, visto isso, nós temos uma subnotificação importante, ou seja: nem todos os casos que a gente sabe que existem, relacionados ao trabalho, chegam ao nosso sistema atualmente. Então, a gente tem este importante desafio de conseguir estruturar essa vigilância. Mas eu trouxe aqui para vocês, do nosso sistema, os últimos dez anos, pegando todos aqueles...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem mais dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência.*) – Vou finalizar aqui.

Pegando aqueles cânceres compatíveis com a exposição ao benzeno, a gente teve mais de 770 casos; no último ano, a gente teve 195 casos notificados. Vejam aqui que, nos últimos anos, se intensificou essa notificação, que é fruto, acho, do trabalho de se intensificar essa vigilância epidemiológica. E a gente tem um campo específico de exposição ao benzeno. Então, desses 195 casos, em torno de 34% estavam marcados na ficha como exposição ao benzeno, que esse trabalhador ou essa trabalhadora teve exposição ao benzeno.

Vou passar um pouquinho aqui, então.

Para vocês, este é um dado aqui que eu trouxe também para a gente refletir, que é do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), que é um sistema mais consolidado de informação e traz os óbitos por câncer. E aí aqui a gente organizou, colocando todos os cânceres relacionados à exposição ao benzeno. Então, no último ano ou em 2023, teve mais de 43 mil mortes relacionadas àqueles tipos de câncer. Não dá para dizer que todos esses cânceres, essas mortes estavam relacionadas à exposição ao benzeno e ao trabalho, mas eu chamo a atenção para a gente entender que a gente está falando de uma doença que, todos os anos, tem uma magnitude importante na mortalidade da população brasileira.

É importante ressaltar, como o colega anterior falou, essa luta dos trabalhadores em relação à exposição ao benzeno. Então, são décadas de mobilização sindical para que a gente tenha hoje isso sendo falado no setor saúde, nos outros setores também.

A gente teve aí, em 1995, a criação do VRT (Valor de Referência Tecnológico) como um limite prático de vigilância. E aí esse VRT foi definido de forma tripartite, entre Governo, empregadores e trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência.*) – Ele é fundamentado na melhor tecnologia disponível e em evidências científicas.

E o que eu quero trazer, com maior ênfase, é que reafirma o texto – o texto do VRT que está ali no anexo da NR-15 – que nenhum nível é totalmente seguro para o benzeno. Então, ele é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

valor de referência para a vigilância, disponível na melhor tecnologia possível. Ele não traz a noção de que existe um nível seguro de exposição ao benzeno.

Aqui, eu trouxe um pouquinho de algumas experiências da vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora expostos ao benzeno, mas eu queria ir para o final aqui, finalizando.

Eu quero ressaltar que o Ministério da Saúde também tem uma participação e uma contribuição intersetorial nesse sentido. Então, é importante a nossa participação nesta audiência. A gente está compondo a CTPP, que está discutindo a revalidação dessa normativa, e também a CNTT, que, na verdade, está debatendo especificamente...

E, para finalizar mesmo aqui, eu trouxe algumas perspectivas para este debate, que eu queria apontar para vocês.

Acho que, primeiro, a gente tem que fortalecer a vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora expostos ao benzeno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mais um minuto. Já está com doze minutos.

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência.*) – A gente tem que priorizar medidas de mitigação como a eliminação, a redução a níveis próximos de zero, utilizando as melhores tecnologias disponíveis. A gente tem que revisar periodicamente os valores. Acho que já foi apontada anteriormente a proposta de reduzir o valor do VRT, então isso é importante.

E, no mais, também acho que a atuação como um todo tem que ser de forma transparente, informativa e participativa, envolvendo todos os trabalhadores e trabalhadoras, que são os mais atingidos nesse tema.

Queria agradecer. Desculpa passar o tempo, é muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Faz parte do jogo, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIMARA BESERRA (*Por videoconferência*.) – É, é muita coisa. Muito obrigada. Sigo disponível aí para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Lucimara Beserra, Tecnologista do Ministério da Saúde.

De imediato, Celso Berilo Cidade Cavalcanti, representante da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

E eu vou trocar a jaqueta agora. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Olha! Fundo musical para a troca da jaqueta. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI (Para expor.) – Pode tocar? O.k., Senador, obrigado.

Tenho uma apresentação aí.

Inicialmente, agradeço, Senador Paim, por estar participando na nossa audiência pública. Estou aqui representando nossa querida Fenepospetro, com nosso Presidente Eusébio, aqui também presente, e o Sr. Luiz – vocês vão ter a parte dele.

Se vocês me permitem, eu sou engenheiro químico de formação, engenheiro de segurança do trabalho, há mais de 30 anos na área, e eu sou um professor, um pesquisador da área. Tenho publicado há alguns anos sobre o benzeno. E, por uma coincidência linda – é meu segundo doutorado em Saúde do Trabalhador, aqui em Brasília –, eu estou pesquisando os terminais de combustível e os postos de gasolina, patrocinado até, de uma forma maravilhosa, pelo laboratório Sabin, o Instituto Sabin. É uma pesquisa cara, né? Estamos fazendo análises do sistema hematopoiético e do sistema urinário para ver a produção. E aí, se vocês me permitem, eu serei muito mais técnico, não tão... Vamos falar na linha política, para a gente poder até entender por que a legislação deve ser mudada. Então, como Professor, a gente está construindo a casa e eu estou lá no contrapiso; enquanto está todo mundo falando das placas solares em cima do telhado, eu vou... O colega aqui, o Rogério, representando o ministério, o Sinait, vai falar bem mais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte política. O colega Gerson ali foi muito mais fantástico, defendendo a parte do trabalhador. E eu serei o Prof. Pardal aqui da brincadeira, se vocês me permitem.

O benzeno não é antigo – como os metais, que vêm da antiguidade –, o benzeno é novo: em 1825 foi descoberto por Faraday. Depois o alemão já determinou sua fórmula. Kekulé sonhou com a estrutura, né? E por isso ele tem a estrutura do anel aromático. Por que eu ponho a foto dele? Porque ele, como é uma estrutura apolar, não tem polaridade, ele tem uma facilidade: adora gordura. Então, no nosso sangue, ele vai para a estrutura onde tem gordura. Essa é uma característica do benzeno. Ele não fica preso no pulmão, entra pela respiração, já falaram. E aí, no sangue, ele vai para a parte da gordura e é processado no fígado, né?

As fontes já foram faladas, eslaides...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Sim, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu pedi para ele um minuto, porque o meu querido Deputado Elvino Bohn Gass está aqui já há uns 15 minutos e eu não registrei a presença dele. (*Palmas.*) Então, seja bem-vindo, Elvino, sindicalista, líder popular que tem compromisso com todos nós – todos.

Desculpe, viu?

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – O que é isso, Senador! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou te dar um minuto agora.

Elvino, tu falas quando tu achares que está dentro do teu tempo.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quero ouvir as palestras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k. Vai lá.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Obrigado, Senador. Agradeço. Procurarei manter meu tempo protocolar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu botei mais um minuto lá. (*Risos.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Obrigado, Senador.

E aí, o benzeno, como já falaram, tem fontes do petróleo, condensados e tudo. Todos nós conhecemos – temos trabalhadores da indústria do petróleo aqui representando, o que é fantástico, fico muito contente – as aplicações do benzeno.

Então, quando a gente está falando com leigos, primeiro começam: "morte ao benzeno". Nada, negativo, sem o benzeno não teríamos o náilon e vários produtos, não teríamos detergente, nada. Temos que saber trabalhar muito bem com o benzeno para que não seja um problema ao trabalhador.

Como da mesma forma, entender suas características. Por que eu botei ali temperatura de fulgor, estrutura, classificado na lista Linach como cancerígeno e tudo mais? É porque ele tem características fantásticas. Primeiro, ele é adocicado, não é ruim, o pessoal gosta do cheiro, isso é um problema para a gente, e ele é muito volátil também. E aí, entre as características, temos limites de tolerância e limites de exposições.

O benzeno, pessoal, por exemplo, na gasolina, está junto com os famosos priminhos, o BTEX, que todo mundo aqui conhece de cor e salteado: benzeno, tolueno, etilbenzeno e o xileno. E, na corrida da evaporação, o benzeno é o que sai primeiro. Vários *papers* mundiais indicam que na concentração do ar atmosférico respirável, o benzeno chega até 3,2 PPMs. Então, enquanto em nossa legislação permite até 1% na gasolina, na hora em que ele evapora ele está atingindo o coitado dos frentistas em até 3,2 PPMs no ar, ou seja, eu preciso entender a característica para depois discutirmos a legislação técnica, porque devemos alterar, reduzir os nossos limites ou os nossos valores de referência ou se vai ser de limites, não vou entrar nesse detalhe, mas eu preciso entender a característica. Ele é volátil e evapora muito rápido, especialmente em Brasília.

Eu estou no Centro-Oeste, a mil metros, diferente do Rio de Janeiro, que é a nível do mar, aqui ele evapora mais do que lá. Aqui eu não tenho a umidade que eu tenho no Rio de Janeiro, aqui o ar é seco. Nas minhas pesquisas, infelizmente, eu tenho encontrado uma concentração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior aqui na época da seca do que na época da chuva. Isso é uma característica do Centro-Oeste.

E aí, eu lembro os seus efeitos, a exposição a curto prazo. O benzeno pode gerar sonolência, enjoo, aceleração do ritmo, cefaleia e, obviamente, a longo prazo, eu tenho os problemas de pele, as dermatites, dermatoses de contato, a leucopenia, plaquetopenia e anemia aplástica, que são os cânceres que foram amplamente listados pelos CIDs pela colega do Ministério da Saúde anteriormente.

Então, entendendo quem é o produto, eu entendo as causas e consequências. Uma característica interessante, durante o meu doutorado aqui, foi um questionário de percepção de risco, como os nossos queridos frentistas reclamam de fome excessiva quando trabalham com combustíveis. Não sei se os colegas dos terminais têm essa característica, não faço a mínima ideia do que seja, mas quem trabalha com combustível diz que tem fome excessiva no início da jornada. Se for verdade, depois a gente vai abrir esse questionário aí para todo mundo poder responder.

Eu gostaria de me ater um pouquinho mais nesse eslaide pelo seguinte, como o benzeno... Isso aqui é o sistema de metabolismo do benzeno. O benzeno é inalado por nós no ar atmosférico, vai passar pelo pulmão direto, não vai ficar, porque ele não tem afinidade pela água, e vai para a corrente sanguínea. O nosso querido fígado, que não serve só para processar cerveja, também vai atacar o nosso querido benzeno e vai processá-lo. Os indicadores que a gente tem da legislação da NR-7 e do PCMSO preveem o ácido trans-transmucônico (TTMA) e o ácido fenilmercaptúrico. Esses são os dois objetivos da minha pesquisa que tenho feito aqui com os nossos queridos frentistas e trabalhadores.

Então, o terminal final, a produção final onde eu vou avaliar a exposição... Inclusive um colega, o Deputado Miguel Rossetto, falou muito bem da parte do monitoramento. Ele está de parabéns por isso! Nós temos instruções normativas e temos que jogar pesado no monitoramento, porque eu tenho encontrado coisas loucas, algumas atividades chamadas críticas em relação à exposição para a parte dos frentistas.

A gente tem que tomar cuidado, por quê? Porque depois que o fígado começa a processar, nesse trabalho, ele produz algumas outras substâncias, como a hidroquinona, a catecol e o fenol,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e essas substâncias, que são mais tóxicas que o benzeno, aí sim, fazem um verdadeiro estrago na medula.

Esse processo é um processo lento. Então, os trabalhadores que estavam na estatística de 2024, no mínimo, estão expostos há 25 anos, levando bomba, bomba no bom sentido do benzeno, e ele está gerando o processo. Infelizmente, diferente do risco físico ruído, que pode gerar uma Pair (Perda Auditiva Induzida pelo Ruído) em 3, 4, 5 anos, o nosso processo é muito mais longo. Então, qualquer ação que nós tomemos agora, em 2025, vão aparecer em 2050 nos trabalhadores dessa exposição, ou seja, eu preciso ser rápido nas ações, nessas discussões importantes.

O Senador Paim está de parabéns por estar gerando uma massa crítica fantástica, estamos aqui discutindo um bem importante comum, que é a saúde dos trabalhadores, e para isso é importante, mas, infelizmente, a medula é que vai estar levando com os produtos tóxicos e gerando o problema, depois eles vão atacar as células-tronco embrionárias da medula, onde nós teremos os problemas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Avançando aqui para o nosso final, tenho aí os...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mais dois.

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – Obrigado, Senador.

... os terminais de combustível, que são o foco da minha pesquisa, e, obviamente, nossos queridos frentistas nos postos revendedores de combustíveis. E aí as atividades, o abastecimento, o chefe de pista, que sobe no caminhão, os operadores a granel, que fazem o carregamento. Quem já trabalhou em terminal de combustível sabe que, quando eu subo no tanque, antigamente se fazia muito isso, verificação de nível, perda, vocês ouviam um barulho. Gente, ali é uma das maiores exposições que você pode encontrar na vida, por isso que a gente tem que automatizar esses processos no uso de células. Quem já subiu em tanque e ouviu o barulho da gasolina cantando, especialmente na hora do almoço, é ali onde vocês estão mais expostos. Aquilo é uma loucura, né? E aí são dois exemplos da nossa linha de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou indo para o nosso final.

Qual é a situação atual do benzeno na minha visão técnica? Eu tenho muita informação, tenho muitos estudos, a gente tem bastante massa crítica para trabalhar, isso tem que ser importante para as nossas decisões técnicas e legais. Tenho ampla legislação, Ministério do Trabalho, Saúde, que precisa ser melhorada, com certeza, aprimorada, com a classificação do benzeno como insalubre e perigoso, Ministério do Trabalho, e aposentadoria especial pela Previdência, ou seja, todos os trabalhadores se aposentarão com 25 anos pela exposição. E tenho, infelizmente, muito afastamento previdenciário, especialmente pelo CID T52, efeitos tóxicos, né? E aqui cito a gasolina brasileira com exposição de até 1% de benzeno na sua composição.

Meu último eslaide.

Exatamente – opa, passei aqui sem querer – e qual é a nossa proposição? Primeiro, disseminação do conhecimento. Esse evento é para isso, e parabenizo mais uma vez o Senador Paulo Paim por estar juntando massa crítica, muito conhecimento, muitas pessoas para a gente tomar uma decisão assertiva, atualizar o Anexo 13A, com debate técnico, debate profissional, debate com convicção e com conhecimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – E a minha proposição é atacar a redução na gasolina não de 1%, mas de 0,1%. A Noruega já está com isso, na Europa, já temos algumas linhas mundiais, porque, como vocês viram, não cheguei a falar de EPI, de nada, estou falando é de atacar a fonte, no caso dos frentistas. Vamos trabalhar. É claro que tem custo, vamos ter que melhorar o craqueamento. A Petrobras vai ter que fazer isso, mas essa é uma decisão que o Senador tem força para começar a gerar e por que não reduzir o teor de benzeno na gasolina para que possamos melhorar, reduzir significativamente a exposição do benzenismo aos nossos frentistas terminais?

Agradeço mais uma vez, representando aqui o nosso Fenepospetro, nosso Presidente Eusébio aqui presente, a todos, muito obrigado.

Senador, encerro aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Celso Berilo Cidade Cavalcanti, representante da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

Agora, vamos para videoconferência: Tatiana Lima Campelo, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, na tela.

A SRA. TATIANA LIMA CAMPELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Conseguem me escutar e me ver?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sim, perfeito!

A SRA. TATIANA LIMA CAMPELO (*Por videoconferência*.) – Então, inicialmente eu gostaria de agradecer o convite realizado ao Ministério Público do Trabalho, ao Senador Paim por essa importante discussão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora tem que baixar um pouquinho a câmera. (*Pausa.*)

Melhor, pronto.

A SRA. TATIANA LIMA CAMPELO (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. TATIANA LIMA CAMPELO (*Por videoconferência*.) – Está ótimo.

Eu sou Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho há 15 anos. Sou Mestre em Trabalho e Saúde pela Fundacentro. Acompanho o processo de revisão das normas regulamentadoras pelo Ministério Público do Trabalho desde 2019 e estou acompanhando o processo de discussão dos agentes químicos.

Em relação à exposição aos trabalhadores ao benzeno, é importante a gente destacar que todos os estudos científicos revelam que não existem níveis seguros para contato, ainda que haja adoção de medidas organizacionais e administrativas no ambiente de trabalho e com fornecimento dos equipamentos de proteção individual e coletiva. Então, para além dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toxicidade do benzeno e da capacidade desse composto químico aumentar significativamente há a possibilidade do desenvolvimento de neoplasias malignas, inclusive para trabalhadores submetidos a baixíssimos níveis de exposição, dado o longo período de latência, que é o lapso temporal entre a exposição e o aparecimento desses primeiros sintomas, mesmo que o trabalhador seja afastado da exposição, verifica-se essa capacidade de alterar cromossomos, que pode levar não apenas à neoplasia, ao câncer, mas também a diversos distúrbios no organismo biológico que ainda dependem de estudos e maiores constatações.

Então, a gente não pode ter certeza científica sobre os efeitos do benzeno nessa fisiologia humana, sabendo-se que ele acelera a formação dos cânceres e demais patologias, razão por que é importante a gente despender uma total atenção ao meio ambiente do trabalho, aos riscos ocupacionais, mediante aplicação direta desse princípio da prevenção. A ausência desses limites específicos de exposição ao benzeno também não nos permite concluir que o trabalho desempenhado, com base numa avaliação apenas quantitativa da exposição ocupacional, que está presente no Programa de Gerenciamento de Riscos e no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, gera segurança adequada aos trabalhadores, razão pela qual é importante a instrumentalização das medidas profiláticas, clínicas, epidemiológicas e de vigilância complementares. Elas se fazem necessárias.

É importante a gente considerar ainda que o adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras expostos ao benzeno no Brasil é determinado por processos e condições socioambientais, cujas características e vulnerabilidades invocam medidas de prevenções integrais, inclusive até mais restritivas, em especial quando se trata de compostos reconhecidamente cancerígenos.

Então, nós observamos um deslocamento, para os países periféricos, de produtos e tecnologias mais poluentes, temos a maior precarização das relações trabalhistas, maiores desafios para o movimento sindical, precariedade da nossa estrutura e ações de vigilância nas três esferas de Governo. Então, esses limites, essas dificuldades que nós temos na prevenção no Brasil, inclusive poderiam nos indicar que esses limites fossem até mais restritivos do que os adotados nos países centrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em relação à vigilância, em relação à exposição dos trabalhadores para o benzeno, o Ministério Público do Trabalho já, até através de parecer emitido nesse processo de revisão da norma regulamentadora, expressa bastante preocupação em relação a essa alteração da metodologia que se propõe do valor de referência tecnológico, que é utilizado há mais de 20 anos no Brasil, para o limite de exposição ocupacional, em razão de haver a possibilidade de uma repercussão na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que qualquer nível de exposição ao benzeno, como agente genotóxico, pode disparar o processo de formação do câncer.

Então, o valor de referência tecnológico é uma medida de vigilância ambiental. Então, essa metodologia é qualitativa, ou seja, as medidas de prevenção devem ser adotadas pela presença do benzeno no ambiente de trabalho. Então, a simples existência desse agente no ambiente de trabalho já é suficiente para colocar a integridade do trabalhador em risco e, inclusive, proporciona efeitos para fins previdenciários no que tange à contagem do tempo para fins de gozo de aposentadoria especial.

Então, essa alteração para o limite de exposição ocupacional nos causa muita preocupação em razão de que poderia nos induzir à conclusão de que existe um limite de exposição a partir do qual não haveria risco para a saúde humana. E, no caso do benzeno, está longe de representar essa realidade, uma vez que, independentemente do valor a que o trabalhador está exposto, o risco de desenvolvimento do câncer existe.

Então, esses danos à saúde não podem ser considerados aceitáveis. E é importante a gente considerar que a própria metodologia da avaliação de risco, os valores de referência que são estipulados indicam que esses danos... É um acordo que existe no que se refere às medidas que serão adotadas para essa vigilância. Então, considerando que não existe qualquer valor de vigilância, um valor de exposição segura, é importante que não haja ou que seja reduzido ao mínimo esse contato com esses agressores à saúde, e que a gente utilize sempre como critério de regulação o princípio da precaução, de forma que a gente precisa considerar as medidas de controle e monitoramento da exposição, ainda que abaixo do valor de exposição convencionado.

Então, frente a essas pletoras de determinantes socioambientais envolvidos na exposição ao benzeno e o adoecimento esperado, do ponto de vista da saúde, da prevenção de doenças e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, é fundamental que a gente considere, nessas decisões, os princípios da prevenção e da precaução...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora tem mais dois minutos.

A SRA. TATIANA LIMA CAMPELO (*Por videoconferência*.) – ... inclusive, convocando diversos setores da sociedade, como se está fazendo nesta audiência pública, para que se comprometam com a redução e a eliminação desse agente cancerígeno no ambiente de trabalho e para que haja uma discussão em relação às consequências que poderão advir dessa alteração dessa metodologia que se propõe, para que a gente consiga trazer, de fato, a proteção e a saúde dos trabalhadores expostos ao benzeno.

Então, é isso.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à Dra. Tatiana Lima Campelo, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Agora, nós vamos ao Dr. Rogério, mas, primeiro, registro a presença conosco do Vereador de Canoas, Gabriel Constantino. (*Palmas.*)

Fizemos uma audiência semelhante a esta lá no meu escritório de Canoas. Estava lotado, a moçada foi em peso, e o Gabriel fez uma bela fala lá.

Se der, eu vou ver como que fica. Você entendeu, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos agora, então, ao Sr. Rogério Silva Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer enorme poder falar aqui com vocês e voltar a esta Casa, que a gente costumava frequentar, pelo Sinait, desde a reforma trabalhista, quando a gente trabalhou bastante junto com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – E ajudaram bastante. Perdemos, mas perdemos menos do que poderíamos perder.

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – Sim, exato.

Eu venho aqui para fazer esta fala como representante do Sinait e trazer uma preocupação muito grande que a gente tem tido nesta discussão normativa, porque, claro, todos sabemos – isto está muito claro para toda a sociedade – que, para o benzeno, não há um limite de exposição segura. Mas mais do que a exposição ao benzeno, eu queria trazer aqui para vocês como essa discussão é feita dentro do Ministério do Trabalho, como isso acontece e como essas decisões são tomadas e como os encaminhamentos são feitos ali.

O Brasil é signatário da Convenção 144 da OIT, que diz que esses debates com relação à segurança e saúde do trabalhador, à normatização de segurança e saúde do trabalhador é feita de forma tripartite. E o Brasil, inclusive, é um modelo para o mundo – inclusive para a própria OIT – de respeito à Convenção 144 e dessa discussão tripartite.

Nós viemos de um momento um pouco complicado, de um ataque às normas dos trabalhadores, que protegem os trabalhadores, desde a CLT a todas as normas.

Eu cheguei a fazer parte da equipe de Governo, desde o início até julho deste ano. Eu estive, primeiro, como Coordenador de Normatização do Ministério do Trabalho e, depois, como Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, e a gente estava fazendo as revisões das normas de segurança e saúde. Hoje, nós temos 38 normas, 36 vigentes. E essas normas tratam de diversos temas. E ali a gente fazia atualização e implementação, avanço de algumas questões.

Nessas questões, trazendo inclusive aqui – só para que vocês tenham uma noção – essa inclusão dos fatores de risco psicossociais no trabalho, que foi um divisor de águas e vai trazer bastante benefício para os trabalhadores. Chegando ao Ministério, a gente fez a continuidade desse grupo de trabalho, que estava constituído há poucos meses, e conseguimos avançar bastante na discussão dos agentes químicos, incluído o benzeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senador Paulo Paim, para deixar claro aqui para todos, não só o benzeno, mas todos os cancerígenos que ali estavam presentes, a gente está fazendo uma revisão de 55 agentes químicos que causam agravos à saúde dos trabalhadores.

Diante da discussão, houve um embate técnico naquele momento sobre a continuidade do uso do VRT ou substituição pelo Limite de Exposição Ocupacional, em razão disso, decidimos separar as discussões, manter o benzeno com essa discussão em separado, recriamos a Comissão Nacional do Benzeno para que houvesse a discussão na comissão sobre essa alteração, se mudaria para o VRT ou para o Limite de Exposição Ocupacional, e mantivemos a discussão dos outros 55 agentes químicos ali.

E, agora no mês de outubro, deveria estar já finalizada essa discussão. Essa discussão estaria finalizada agora no mês de outubro, na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), da qual o Ministério do Trabalho é titular, composta por quatro ministérios, sete confederações patronais e seis representações centrais sindicais, com a CUT tendo duas vagas dentro da CTPP, e a gente faria essa discussão e finalizaria essa discussão agora em outubro, assim como hoje, início da COP 30, a revisão da insalubridade para trabalho a céu aberto, com relação à exposição ao calor, que também estava prevista para outubro, e a gente faria essa discussão e essa retomada.

Para que todos saibam, desde 2022, isso foi uma alteração que teve em 2019, em 2022, retirou-se o pagamento de insalubridade para trabalhador exposto a calor e, neste momento de estresses climáticos, inclusive, a gente vem de um problema gravíssimo agora no Paraná, e os extremos climáticos estão afetando, cada vez mais, a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Então, a gente vinha fazendo essas revisões, essas atualizações, e aqui esses agentes, há 48 anos sem revisão – até o colega Carlos Eduardo, que é o coordenador do grupo no Ministério do Trabalho, trouxe ali alguns agentes –, o Brasil tem níveis de exposição 70 vezes acima do resto do mundo. Isso é gravíssimo! E a gente precisa que essas revisões sejam feitas.

Mas aí, para nossa surpresa, em julho deste ano, todo o Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho foi afastado do Ministério do Trabalho, por decisão do Sr. Secretário de Inspeção do Trabalho, que ali fez uma alteração, à revelia de todos, nunca antes tinha acontecido a troca de todo o Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, o que prejudicou o andamento dessas discussões, inclusive essas decisões finais, que poderiam ter sido e teriam sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalizadas agora, no mês de outubro, na CTPP de outubro. Então, isso trouxe um prejuízo para essas discussões e para o andamento dessa regulamentação.

Aqui eu quero deixar também muito claro o apoio que nós sempre tivemos do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para as questões de normatização. Todas as nossas propostas foram ali aceitas e implementadas pelo Ministro, então, isso foi uma decisão que não coube ao Ministro, não foi do Ministro, mas, sim, do Secretário de Inspeção do Trabalho, que ali decidiu fazer essa mudança e trouxe prejuízo nessa discussão dos agentes químicos, anexo de calor, e todas as outras revisões normativas que estavam sendo feitas ali, porque a equipe que chegou tem que se inteirar do que está acontecendo, tem que fazer todo o reordenamento daquilo que está acontecendo.

Isso trouxe um prejuízo muito grande e nos traz uma preocupação muito grande, porque a gente está discutindo aqui a importância da revisão, como o benzeno afeta a saúde dos trabalhadores, mas pode ser que a gente não tenha tempo para fazer essa revisão, visto que o ano está encerrando e ano que vem é um ano mais complicado para que a gente faça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – ... essas atualizações.

Aqui também foi falado com relação à Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (Linach), que é uma lista que foi publicada por uma portaria interministerial em 2014, que a gente também fazia um trabalho entre os Ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência para que houvesse a revisão dessa lista, pela atualização que já tem sido feita, inclusive da lista de doenças que foi republicada ano passado. A gente precisa fazer essa revisão, que não foi feita desde 2014, e na própria norma diz que ela deveria ser feita semestralmente. A gente precisa ter uma atenção para a atualização da Linach para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mais dois minutos.

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – Obrigado, Senador.

... para que a gente possa trazer para os trabalhadores essa maior proteção e essa atualização da proteção e segurança dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também a gente falou sobre a questão de uso ou não de EPI. Até o colega Celso aqui trouxe essa questão, e a gente tem que pensar em uma forma de prevenção da segurança do trabalhador, na qual o EPI é medida última para a proteção do trabalhador.

A gente tem que proteger o ambiente de trabalho, diminuir a exposição, usar a tecnologia que há hoje disponível para que a gente possa ter uma menor exposição dos trabalhadores, para que se evite o uso do EPI ao máximo, sendo a última medida a ser tomada e não a primeira. A gente tem que inverter essa lógica da prevenção e fazer com que a prevenção de segurança do trabalho seja, sim, uma máxima para as empresas, para os ambientes de trabalho, para que a gente possa ter trabalhadores cada vez mais com condições melhores para desenvolver suas atividades.

Não vou me alongar aqui com o tempo.

Quero agradecer mais uma vez a presença aqui, o convite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – ... e dizer que o Sinait tem o Senador Paulo Paim e o Deputado Bohn Gass como companheiros de longa data, de longa luta e vamos estar sempre juntos na luta em defesa dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Dr. Rogério Silva Araújo, Auditor Fiscal do Trabalho, que fala em nome do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Passamos a palavra agora, voltando para a mesa....

Voltando agora para... Presença confirmada, agora em videoconferência.

Passo a palavra, por videoconferência a Arline Sydneia Abel Arcuri, Colaboradora aposentada da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho da Fundacentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ARLINE SYDNEIA ABEL ARCURI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todos.

Obrigada, Senador, pela iniciativa importantíssima nessa briga pelo benzeno.

Eu tenho uma apresentação para fazer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não está aparecendo. (*Pausa.*)

A SRA. ARLINE SYDNEIA ABEL ARCURI (*Por videoconferência*.) – Eu vou ter que fazer de novo isso aqui. (*Pausa.*)

Agora está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k. Perfeito.

A SRA. ARLINE SYDNEIA ABEL ARCURI (*Por videoconferência*.) – Acho que está subindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É com a senhora. Está perfeito.

A SRA. ARLINE SYDNEIA ABEL ARCURI (*Por videoconferência*.) – Bem, eu vou basear a minha apresentação praticamente na defesa do VRT, primeiro falando como é que são os critérios científicos para se estabelecerem limites de exposição ocupacional.

A primeira coisa que se faz nos estudos é estudar essa relação da absorção do produto químico e o efeito que ele provoca na saúde. Então, mais ou menos é este o quadro: se eu for fazer a relação da exposição com o efeito à saúde, em geral, a pequenas concentrações, existe uma compensação do organismo – o trabalhador ou a pessoa exposta não vai ficar doente –; chega uma hora em que começa a haver um efeito ainda reversível; até chegar à morte. Então, depende da concentração.

Na questão específica do benzeno, os estudos feitos sobre a relação dose-efeito chegaram à seguinte conclusão: numa exposição aguda, se você tiver exposto a 50-150 ppm de benzeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante cinco horas, começa a ter dor de cabeça, fraqueza... Até chegar a uma concentração de 20 mil ppm por cinco minutos, que pode levar à morte. Isso aqui é numa concentração aguda.

Agora, numa concentração crônica, quer dizer, exposição por mais tempo em concentrações mais baixas, primeiro acontecem os efeitos hematológicos. Em concentração de menos de 1 ppm, já começam a aparecer efeitos hematológicos, diminuição da concentração de leucócitos. De 1 a 10 ppm, começa a haver a redução dos glóbulos vermelhos, inclusive, até trombocitopenia, quer dizer, para de produzir sangue. E concentrações acima de 100 ppm, que são exposições crônicas em concentrações mais elevadas, aumentam o risco de distúrbios sanguíneos graves, como anemia aplásica, isto é, o organismo para de produzir sangue.

Agora, além disso, além desses efeitos do benzeno em concentrações mais elevadas, os efeitos também em concentrações mais baixas são certamente os efeitos cancerígenos, de que eu nem vou falar mais, porque já foi falado bastante.

Então, a partir deste primeiro estudo, que é justamente o estudo sobre o que o produto químico provoca, em que concentrações que ele vai provocar e que efeitos que provoca, os pesquisadores fazem este estudo seguinte, que é a relação entre a absorção e a resposta, quer dizer, quantos trabalhadores ou quantas pessoas expostas vão desenvolver aquela doença. Isso é feito a partir de execução dessas curvas de dose-resposta. Então, essas curvas de dose-resposta fazem justamente essa relação entre a dose do produto químico e a quantidade de pessoas que vão ter aquela resposta, aquele dano à saúde em função do produto químico.

Bom, em relação a... Para diferentes tipos de efeitos à saúde, nós vamos ter curvas diferentes.

Agora, é importante essa discussão aqui na questão dos cancerígenos. Para uma substância que tenha um limite de exposição, geralmente a curva é basicamente desse tipo. Em pequenas concentrações, as pessoas podem até ter alguns sintomas; rapidamente voltam ao normal. Então, a partir deste momento que a curva começa a subir, isso é, começa a aparecer uma quantidade maior de pessoas com aquela doença, com aquele dano à saúde, é esse valor aqui do começo da subida que é estabelecido como limite de exposição ocupacional. Agora, para substâncias cancerígenas, esse limite não existe. Existe uma linha reta aqui. Só não vão existir casos de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a concentração é zero. Então, essa é a diferença entre uma substância cancerígena, no caso da curva dose-resposta, e uma substância que pode ter algum limite de exposição.

Baseado nisso, o Scoel, que é o Comitê Científico de Limites de Exposição Ocupacional, da Europa, estabeleceu dois conceitos de limites: um limite de exposição baseado na saúde, que se estabelece para substâncias que podem ter algum limite de exposição – e que não deveria ter casos de pessoas doentes expostas àquele valor –, e limites baseados em risco. Então, para substâncias cancerígenas, o que se estabelece são limites baseados em risco. O que significa isso? Nós estaríamos aceitando um certo número de casos de leucemia, de leucemia ou de câncer, para determinadas concentrações ambientais. Então, seria esse o conceito do limite baseado em risco.

Bom, podemos saber quantas pessoas podem vir a ficar doentes por conta do benzeno? A Organização Mundial da Saúde tem esse estudo elaborado já faz algum tempo – essa publicação é de 2010. E, no estudo epidemiológico que a Organização Mundial da Saúde fez para a população em geral – olha que coisa, né? –, se o trabalhador estiver exposto a 0,0053 ppm de benzeno – isso é uma concentração muito baixa –, mesmo assim vai ter um caso de câncer para cada 10 mil pessoas expostas. Quer dizer, essa é uma concentração extremamente baixa, e, mesmo assim, pode haver caso de câncer relacionado ao benzeno. E, se a concentração for dez vezes menor, então nós vamos ter um caso em 100 mil, e assim por diante. Então, isso mostra que o benzeno tem limite. Esse valor aqui extremamente baixo e já tem caso de benzenismo.

No caso da Alemanha, o estudo já é feito em trabalhadores expostos. E, segundo a Alemanha, se o trabalhador estiver exposto a 0,6 ppm de benzeno, mesmo assim vai ter quatro casos de câncer para cada 1 mil trabalhadores expostos. Então, a Alemanha considera que isso daqui é uma concentração tolerável do ponto de vista da comissão tripartite deles, né? E em concentração de 0,06 ppm, que é uma concentração bem baixa, mesmo assim nós vamos ter quatro casos de câncer para cada 100 mil trabalhadores expostos. Então, isso mostra que é uma coisa muito séria essa exposição ao benzeno.

Bom, eu participei – não me identifiquei originalmente – da elaboração do Anexo 13A, da elaboração do acordo do benzeno pela Fundacentro. A Fundacentro tem estudos em relação ao benzeno já muito antes. Desde a década de 80 ou 70 até, já tinha estudos na Fundacentro relacionados com o benzeno. Então, quando eu entrei na Fundacentro, logo em seguida eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comecei a participar desta Comissão que deu origem ao Anexo 13A. E esta Comissão tem esses critérios claros: benzeno é cancerígeno, não tem limite de exposição. Já estava absolutamente estabelecido isso. E, por conta disso, nós não podemos concordar com nenhuma morte.

Bom, é isso. Se nós não concordamos com nenhuma morte, nós vamos deixar o ambiente de trabalho à vontade? Não. Nós vamos estabelecer um critério para vigilância ambiental. Esse critério foi baseado, naquela época, num conceito, na Alemanha, que estabelecia esses valores de referência tecnológicos, que se referem justamente à concentração exequível do benzeno, estabelecido em comissões tripartites. O mais importante: é obrigatório o cumprimento, mas não elimina risco à saúde. Portanto, a adoção do VRT significa não aceitação de mortes por exposição ao benzeno.

Uma das justificativas para que se volte o limite de exposição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora tem mais dois minutos.

A SRA. ARLINE SYDNEIA ABEL ARCURI (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

... se volte o limite de exposição ao benzeno é que na Alemanha não existe mais VRT. Bom, eu falo sempre brincando que no mundo inteiro não existe jabuticaba e não é por conta disso que nós vamos arrancar todos os nossos pés de jabuticaba. Então não é pelo fato de não existir no mundo inteiro que nós não podemos continuar adotando o VRT.

E por que na Alemanha parou de existir? Porque no fim, como infelizmente no Brasil, algumas empresas acabam usando o valor do VRT como se fosse o limite de exposição ocupacional. Então deixavam os trabalhadores expostos, sem proteção, aos valores abaixo ou próximos do VRT. Na Alemanha, também aconteceu isso. Então foi em função desta mudança do conceito do VRT, misturado com o limite de exposição ocupacional, que a Alemanha passou a adotar um critério diferente.

Agora, não significa que nós precisamos adotar isso, né? O Anexo 13-A mostrou a necessidade do PPEOB. É muito além do que tinha na legislação alemã, que só estabelecia o VRT deles. Nós criamos o PPEOB; criamos a necessidade de cadastramento das empresas; criamos o GTB; criamos duas instruções normativas, uma inclusive para fazer avaliação ambiental e outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigilância da saúde; criamos a Comissão Nacional Permanente do Benzeno, e já foi falado bastante, pelo colega, da importância dela no critério de poder controlar os ambientes de trabalho.

E está sendo proposto agora um limite de exposição ocupacional para substâncias cancerígenas inclusive, mesmo que esta definição coloque que são valores de referência, que não elimina totalmente o risco, mas é um valor permitido. Na hora que você coloca na lei que o limite de exposição ocupacional é x, as empresas passam a considerar aquilo como um valor permitido.

Eu ajudei a fazer uma nota técnica da Fundacentro que justamente coloca isso. Apesar de o texto trazer a informação de que esses limites são propostos, são valores de referência, na prática, na hora em que você estabelece esse limite, as empresas falam assim: "Bom, então tudo bem, então eu posso deixar o trabalhador exposto a esses valores". Isso não é verdade. Nós não queremos que isso seja feito. Mesmo que seja adotado 0,5 ppm para uma jornada de oito horas, segundo a Alemanha, com 0,6 ppm, nós vamos ter quatro mortes para cada mil trabalhadores. Então, de certa forma, se nós concordamos com 0,5 ppm, nós praticamente estamos concordando, aceitando esse número de mortes de trabalhadores expostos ao benzeno.

Então, o conceito do VRT deveria ser estendido para todos os cancerígenos, na verdade. E por que nós achamos que tem que diminuir o VRT? Por conta disto: quanto mais baixa for a concentração, menor a quantidade de trabalhadores que poderão ficar doentes por conta do benzeno.

Então, benzeno não é flor que se cheire.

É mais ou menos essa a exposição que eu queria fazer, na defesa do VRT, porque realmente nós não podemos concordar com o número de mortes que o limite de exposição ocupacional leva a crer. Na hora que se estabelece um limite de exposição ocupacional, de certa forma se está permitindo às empresas deixar os trabalhadores expostos a esse valor, e, portanto, nós estaremos concordando com que haja pelo menos cinco mortes de trabalhador por leucemia ou por outro tipo de câncer para cada mil trabalhadores expostos.

É isso. Obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns, Dra. Arline Sydneia Abel Arcuri, colaboradora aposentada da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho.

Agora voltamos para a nossa... Presença confirmada, Miriam Cabreira... (*Pausa.*) Ah, ela não está aqui ainda.

Então, Antônio Carlos Pereira, Secretário de Saúde do Trabalhador da Confederação Nacional do Ramo Químico.

E a Miriam vem para a outra mesa, está certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes... Alô? (*Fora do microfone.*) Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Eu queria agradecer a esta Casa, na pessoa do Senador Paulo Paim, a oportunidade que ele nos dá para que os trabalhadores tenham voz, para que os trabalhadores possam dizer do martírio em que ele está sendo colocado.

A gente precisa entender que nós não estamos aqui apenas para debater sobre um agente químico. Nós estamos aqui a falar de vidas, e vidas para nós é algo precioso. Não tem como a gente escutar de pessoas esclarecidas, conhecedoras, que chegam ao ponto de buscar em Haia, de buscar na Alemanha o que acontece lá e querer impor aqui para a gente. A gente precisa compreender que, neste país, que se diz que quer ser soberano, existem instituições sérias; instituições de pesquisa que nos dão um norte. E aí eu cito a Fundacentro – aqui está o livro sobre benzeno –, eu cito a Fiocruz, Senador, que é quem nos baliza para defender os trabalhadores.

E aí eu quero mostrar para vocês a vida que um petroleiro leva numa plataforma. Além de estar exposto a esse agente químico, eles estão expostos a outras intempéries, ao confinamento, longe da família, a toda sorte de pressão, assédios, sabe? A gente precisa compreender toda a sistemática que está sendo imposta a esse trabalhador que o leva à morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria aproveitar a fala do companheiro Rogério, que fala sobre os riscos psicossociais, que me faz lembrar que uma empresa como a Petrobras tem uma média de um suicídio por mês da sua força de trabalho, o que nos leva a ver um dirigente sindical ir às lágrimas porque não foi capaz de chegar a tempo de fazer a escuta qualificada e salvar aquele companheiro. É disso que nós estamos falando. É isso que nós queremos...

O companheiro que falou sobre o LEO, que traz o LEO lá de fora para cá e diz que a gente é um país atrasado... Quando a gente descobre energia limpa, por exemplo, o carro movido a álcool, e a gente não usa isso como fonte para a gente fazer o nosso crescimento... Nós descobrimos o carro a álcool, nós descobrimos a maior reserva dos últimos 20 anos; fomos nós, não foi lá de fora que veio!

Então, é preciso resgatar o nosso patriotismo. A gente precisa entender que nós somos brasileiros e somos inteligentes. É por isso, Senador, que eu sinto um orgulho imenso em poder chegar a esta Casa, que é dita como Casa do Povo, e falar, com todas as letras: não ao limite de exposição ocupacional! (*Palmas.*) Eu não posso permitir que um trabalhador seja levado à morte.

Nós precisamos, se queremos mesmo ser um país soberano... E cabe a vocês, Parlamentares, que definem o futuro da nação, porque é a partir do Parlamento, das Casas, que são do povo, que saem as decisões que vão dizer o norte do nosso futuro; é a partir desta Casa. Então é nesta Casa que a gente pede a ajuda necessária para que a gente procure se aprofundar e diminuir o VRT, o que eu acho que é o caminho mais certo, é o ideal, e não o mudar, achando que, mudando-o, vai proteger mais os trabalhadores.

Vejam onde nós estamos, com trabalhos cada vez mais precários. Todos aqui assistiram ao último incêndio numa plataforma de petróleo em Cherne. E pasmem: tinha várias rotas de fugas fechadas, travadas, porque estavam sem manutenção; o piso estava enferrujado. Então bloquearam as saídas de emergência! Poderia ter acontecido uma catástrofe.

A gente precisa resgatar este processo que é manter as unidades com as suas manutenções. A gente precisa que o Parlamento olhe para o povo brasileiro e os trabalhadores em potencial com um olhar mais humano, porque a gente entende que as empresas buscam lucro, mas não pode ser um lucro a qualquer custo! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui para falar dos petroleiros, dos químicos, dos petroquímicos, dos frentistas, dos sapateiros, de todos aqueles que estão expostos a esse agente químico cancerígeno assassino!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – E peço que vocês olhem com muito critério, com muita humanização, pois é disso que o povo brasileiro precisa. Os trabalhadores precisam ser olhados com mais humanidade, não somos robôs!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mais dois minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – Vou dizer ao senhor, Senador, que do jeito que eu estou aqui eu levaria pelo menos mais uma hora falando para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu tenho certeza! E pior que todo mundo está gostando. E aí o ruim sou eu que tenho que controlar teu tempo. (*Risos.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – Não, mas eu acho que é para o senhor perceber a angústia que nós estamos passando. Os senhores precisam saber dessa realidade, porque eu tenho certeza de que, na peregrinação que fizemos aqui, vários Congressistas não sabiam o que era o benzeno, não tinham a mínima noção do que nós vivemos para que este país cresça.

Nós não temos medo do risco. Isso é incrível! Você sair de sua casa, pegar um helicóptero, ir para uma plataforma, ficar em cima de uma bomba, depois voltar de helicóptero para trazer o sustento da sua casa e um pouco mais de conforto e você não mensurar o risco! É como se a gente desse a vida para que este país crescesse. E qual o retorno que nós temos? Mais exposição, mais precariedade!

Precisamos que a fiscalização seja ali fiel... Que a fiscalização seja um fiel da balança, porque eu fui a um seminário – pasmem – e vi um auditor-fiscal dizer que foi fazer uma medição numa plataforma e que tinha benzeno, mas a Petrobras disse que estava dentro do limite específico, porque estava escrito 1%.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – E 1% quer dizer o seguinte: se há a presença daquele agente químico, vamos mitigar, não pode passar daquilo. Se chegou a 0,2%, vamos mitigar, que é para salvar a vida daqueles que fazem este país crescer. Eu acho que a gente precisa ter essa liga, sabe?

Eu agradeço. Desculpem a todos aqui pelo... Ainda tem um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um minuto e meio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – Então, vamos lá!

Gente, o que nós estamos fazendo aqui, Senador, é estartar... Olhem bem! Eu não gostaria de ter que usar esta Casa para pedir ajuda, o que eu gostaria era que os Parlamentares tivessem a ciência do que a gente está passando, sem a gente precisar gritar, porque nós estamos aqui gritando! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – E eu vou fazer um pedido solene aqui no final da minha fala. É que eu tive, numa reunião, o relato de um trabalhador da CSN, o Teodoro – e eu disse a ele que, se eu falasse, eu ia falar o nome dele. Precisamos visitar Volta Redonda e ver como a CSN deixou os trabalhadores dela antes de ser privatizada. Precisamos fazer isso. Eu acho que é o mínimo que nós podemos fazer por esses companheiros que também ajudaram a tornar este país do tamanho que ele é.

Se o Lula estiver me escutando: Lula, por favor, nos ajude, porque, assim como o Senador Paim, que é também um trabalhador, todos da Casa são trabalhadores e eles precisam se ver como trabalhadores, porque só assim a gente vai poder ter um país soberano, porque o Parlamento vai olhar para o povo brasileiro e dar o conforto que ele precisa, que ele merece.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Antônio Carlos Pereira, Secretário de Saúde do Trabalhador da Confederação Nacional do Ramo Químico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você fez aqui um pedido para a gente visitar Volta Redonda. Eu já estive lá uma vez, muito tempo atrás, mas, se eu precisar ir mais uma vez, eu me disponho a ir com um grupo de Senadores, se assim for necessário. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Que assim seja.

E não só Senadores – vendo o Elvino aqui –, como também Deputados Federais, porque afinal são eles que estão aqui no Congresso.

Vamos agora para Miriam Cabreira, Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

A partir deste momento, eu peço que esta mesa retorne ao plenário e venha a segunda mesa.

Parabéns a todos, viu? Parabéns a todos. (*Pausa.*)

Convido para que venham para a mesa: Maria Juliana Moura Corrêa. (*Pausa.*)

Tá, muito bem, mas ela hoje está aqui conosco, ela vai ter os dez minutos, mais dois até. Está aqui. Ah, eu pensei que ela tinha passado aqui. (*Pausa.*) Então, não.

Então, convidamos Eduardo Pacheco Terra, representante do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense. (*Palmas.*)

Convidamos Luiz Alfredo Scienza, Auditor-Fiscal do Trabalho. (*Palmas.*) Está aqui ao meu lado já.

Convidamos Luiz de Souza Arraes, representante da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Convido para estar na mesa ainda Vicente Selistre, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Vamos ajeitar aí mais uma cadeira. Nós nos apertamos. (*Pausa.*) É, aqui na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois teremos, ainda na última mesa, mais três convidados, que estão aqui listados, e ainda temos a fala do Elvino. E dentro do possível, o Gabriel diz: "E eu?". Vamos lá, Gabriel!

A Maria Juliana Moura Corrêa – por isso que eu estava aqui, na lista, me confundindo – é Assessora das Centrais Sindicais e Pesquisadora Associada da Fiocruz. O problema é que o vídeo dela, me dizem, tem 30 minutos. Eu posso colocar, mas vou colocar dez minutos, o.k.? Os 30 minutos é impossível. Dá para colocar dez minutos; quando der dez minutos, deu dez minutos. Fica enquadrada, como todos estão aqui, no limite do tempo.

Eu a chamaria de imediato inclusive.

Então, vamos colocar o vídeo de Maria Juliana Moura Corrêa, Assessora das Centrais Sindicais e Pesquisadora Associada da Fiocruz.

Dez minutos, no máximo 12 minutos, né? Porque eu tenho dado oito mais dois, e algum vai a doze. Dez minutos, por gentileza, o seu vídeo.

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA (Para expor. *Por vídeo*.) – É com enorme prazer que eu recebi esse convite do Senador Paulo Paim para contribuir com o conhecimento científico nessa importante audiência pública sobre os riscos de exposição ao benzeno em trabalhadores. Infelizmente, eu não pude estar presencialmente, mas vou fazer minha apresentação virtualmente.

Eu sou Maria Juliana Moura Corrêa, sou Doutora em Epidemiologia pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora associada da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, e nesta audiência estou como assessora das centrais sindicais, o que muito me orgulha como cientista: estar ao lado, junto, nesse movimento em defesa da vida e da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Eu vou resumir, de forma muito breve, os estudos que a gente construiu no Brasil em relação até à magnitude da exposição, prevalência dos expostos, as estimativas de mortalidade por leucemia e alguns estudos que a gente fez junto ao ramo produtivo. É importante destacar que a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer da Organização Mundial da Saúde já reconhece, desde 1982, que o benzeno é um carcinógeno, especialmente relacionado com o desenvolvimento de leucemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso mesmo, ele é uma substância passível de vigilância em todo o mundo em relação ao controle do nível de exposição e aos seus efeitos à saúde. E é uma exposição que, em grande parte, é ocupacional. Portanto, esses cânceres relacionados à exposição ao benzeno são 100% preveníveis e passíveis de vigilância para a prevenção dos casos de leucemia. Mas essa vigilância tem muita dificuldade de ser efetivada, especialmente por parte das empresas que são as detentoras das informações de exposição e também dos dados relacionados à saúde desses trabalhadores. São empresas comumente de grandes corporações, de expressivo capital político e financeiro, e onde se estabelecem conflitos de interesse.

Toda essa situação resulta numa falta de apoio na produção do conhecimento e na divulgação dessas informações, o que vai ter impacto no controle e no monitoramento da exposição no Brasil, diferentemente de outros países, em que os pesquisadores recebem esses dados tanto para pesquisa como para estabelecer medidas e proposições de mudanças tecnológicas. Apesar de a legislação prever que essas informações têm que vir para os órgãos da saúde, isso ainda não acontece no Brasil.

Outra questão que dificulta também esse monitoramento da exposição ao benzeno, que é um monitoramento de uma exposição ambígua e tão presente tanto no ambiente geral como no meio ambiente do trabalho, são mensurações complexas, que exigem muito conhecimento tanto no manejo como no tratamento dos dados e requerem tecnologias que são custosas e pessoal especializado para que se possam fazer essas mensurações e avaliar os seus impactos, considerando também todos os efeitos à saúde e o rigor nas metodologias a serem adotadas. E isso vai afetar diretamente as estimativas que se tem sobre a magnitude do problema, a gravidade, de como se distribui no país e como se distribui nos ramos produtivos e ocupações diferenciadas – a tendência, não é? –, que sempre exigem custos elevados na elaboração dessas análises, dessas mensurações.

É uma exposição ocupacional que não é pontual, não ocorre num único momento, é uma exposição contínua e cumulativa, o que a gente costuma dizer que é uma experiência ao longo da história ocupacional dos trabalhadores e das trabalhadoras. E, para isso, é muito importante que se compreenda que essa exposição contínua e cumulativa, para ser estimada, requer que se façam cálculos de variação de intensidade, de frequência, de duração, o que significa intermitência nos picos, ao longo do tempo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é um cálculo que tem que ter a acumulação da exposição de intensidade vezes a duração, vezes a prevalência de exposição, num determinado tempo. E isso requer também o conhecimento de que é uma evidência de um gradiente dose-resposta. Dependendo da dose, da intensidade da dose, eu vou ter uma intensidade nos efeitos, de causa e efeito, porque isso é importante também para essas estimativas de que nós estamos falando.

Em relação aos agravos do sistema hematopoético, também é importante destacar que a exposição ao benzeno, que é uma substância em que as suas características... Devido às suas características de hematotoxicidade e carcinogenicidade, afeta vários órgãos, devido às vias de exposição, que são respiratória, cutânea e digestiva. Além de atingir vários órgãos, vai atingir principalmente a medula e, pelos efeitos mielotóxicos, provoca alterações moleculares nas células. Então, em exposições acima de 100 ppm, os estudos demonstram a relação com os casos de citopenias; de 300 ppm, pelo menos um ao ano, há evidências de pancitopenia ou anemia aplástica; e, mesmo em baixas concentrações, tem evidências, nos estudos epidemiológicos, de anemia aplástica e leucemias.

Por isso é que os órgãos, tanto da Organização Mundial da Saúde como da agência internacional do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho, preconizam a vigilância do benzeno, pelos seus impactos à saúde. A Convenção 139 da OIT recomenda o controle do benzeno; e a Organização Mundial da Saúde preconiza o monitoramento da exposição com identificação de área de risco, mitigação da exposição, visando a eliminar ou reduzir – no Brasil, a gente eliminou – os produtos acabados, com o Acordo do Benzeno, de 1995, e que essas informações sobre a exposição e os efeitos tenham que ter a participação ativa da população trabalhadora para essa vigilância ser efetiva.

Eu vou, de forma breve – não vou aprofundar os estudos –, só trazer, para a gente ter a dimensão do que a gente já tem de dados para o Brasil, quatro estudos diretamente: o do silêncio epidemiológico do benzenismo; um sobre estimativas de prevalências baseadas numa matriz de exposição; os casos de mortalidade por leucemia e a vigilância que se fez; e avaliações dos trabalhadores dos postos de revendas de combustível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou lhe dar mais dois minutos, porque sei que é no vídeo. Continue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA (*Por vídeo.*) – Em relação ao silêncio epidemiológico do benzenismo, que é uma história negada, é um estudo que vai demonstrar exatamente esse conceito do silêncio epidemiológico, que é uma construção social e historicamente reafirmada pela ocultação dos casos que ocorreram.

Aqui, esse estudo traz os casos de benzenismo do polo petroquímico do Rio Grande do Sul, que levaram 20 anos para o registro e para a confirmação. Mesmo tendo confirmação na época, esses casos não estão nas estatísticas oficiais. Inclusive, no período, foi feito todo um levantamento no Brasil – no período que foi chamado de epidemia do benzenismo, epidemia dos casos de leucopenia. E isso mostra a enorme dificuldade daquilo que eu falava antes, das informações. Na época, um sindicato, o Sindipolo, teve várias ações em relação à construção de manuais, de orientações e participou ativamente da construção do Acordo do Benzeno.

Em relação aos frentistas, aos trabalhadores de postos de revenda de combustível, nós fizemos uma ação no Brasil envolvendo universidades, a Fiocruz e centros de referência em cinco estados, em que a gente fez um conjunto de avaliações, tanto avaliação ambiental do processo de trabalho, de indicadores biológicos como análises hematológicas e indicadores de exposição. Nós fizemos análise dos metabólitos do benzeno, do ácido trans-transmucônico e do S-fenilmercaptúrico, dos indicadores de efeito, de genotoxicidade, de estresse oxidativo.

Na avaliação que nós fizemos nos 271 postos, abrangendo mais de 3 mil trabalhadores em 42 municípios, o que se detectou é que, mesmo em baixa exposição, esses trabalhadores e trabalhadoras apresentavam alterações hematológicas, especialmente com marcadores de função hepática e renal. Eu acho que esse foi um trabalho extremamente importante. Em relação aos postos, a gente fez vigilância, notificação recomendatória para todos os demais que a gente não visitou e uma campanha nacional de abastecer no automático para...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. MARIA JULIANA MOURA CORRÊA (*Por vídeo.*) – ... reduzir os níveis de benzeno no ar.

Em relação à prevalência, que é um dos primeiros estudos de prevalência, os dois estudos que eu vou apresentar mostram o quanto é difícil a construção da magnitude do problema no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Nesse estudo, nessa estimativa, nesse cálculo que foi feito de prevalência de exposição ao benzeno no trabalho, utilizou-se toda a população do censo, desagregando pelos grupos ocupacionais que internacionalmente são reconhecidos e que compõem as matrizes de exposição ocupacional do benzeno, que é o que nós estamos analisando hoje. Utiliza-se essa metodologia na epidemiologia inclusive em países onde se tem informações, onde se recebe, se monitora a exposição para complementar os dados. Então, eu utilizei essa técnica de matriz de exposição.

Como nós não temos parâmetros de mensurações nacionais, nós utilizamos a matriz...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Concluiu-se a exposição de Maria Juliana Moura Corrêa, por vídeo. Nós demos a ela 14 minutos.

Ela é assessora das centrais sindicais e pesquisadora associada.

Nossos cumprimentos para ela, mas não deu para dar os 30 que ela pediu. (*Palmas.*)

Passo agora, de imediato, para o Sr. Eduardo Pacheco Terra, representante do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.

O SR. EDUARDO PACHECO TERRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Fico grato pelo convite para poder falar com vocês. Eu sou médico. Na minha formação, fiz clínica médica, endocrinologia, medicina chinesa, ortomolecular.

Desde 2008 trabalhando como ortomolecular, eu vejo muitos pacientes intoxicados com metais pesados, que é um problema também silencioso, como é o problema do benzeno, né? O benzeno, a gente vê um exemplo claro...

Todas as falas aqui foram muito importantes, muito significativas. Por exemplo, o Bahia falou uma coisa muito importante: a gente está conversando sobre vidas. E, infelizmente, mesmo sabendo, desde 1982, que o benzeno é uma substância carcinogênica, por ser uma substância... Desde o momento em que eu não faça uma prevenção no ambiente muito grande e não faça uma mensuração continuada nos trabalhadores da área petroquímica, eu não consigo ter acesso real à verdade que cada um desses trabalhadores vivencia dia a dia. O grande problema é o seguinte: eu cheguei aqui através... Eu atendo pacientes... Sou de Campos dos Goytacazes, atendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um volume muito grande de pacientes que trabalham *offshore* e vejo uma série de patologias, de sintomas, de sinais, de alterações causadas não só pelo benzeno, mas por esses metais pesados.

A gente tem clareza científica, com tudo que foi mostrado aqui, a gente tem embasamento científico que prova a necessidade realmente de manter esse VRT bem abaixo de 0,5 ou 0,2, que é a meta da Alemanha, ou o que seja, mas muito mais importante que isso é que a gente já sabe claramente que o benzeno é cumulativo e, cronicamente, age não só alterando a sua base genética, mas alterando a parte cromossomal; e essa parte cromossomal sendo alterada, todo o processo metabólico do corpo vai sendo alterado. Foi muito interessante a palestra do Celso, quando ele mostra quimicamente que, em Brasília, chegou a pegar 3.2 ppm no ar, pela volatilidade do benzeno. Mas ele fala que é um odor adocicado; então, isso não nos incomoda. Se a gente não cobrar realmente uma análise do ambiente contínua, se a gente não tiver esses dados e atuar de forma enérgica com esses dados, a gente vai continuar sendo intoxicado.

E outra coisa muito importante... Eu tinha muita coisa ali escrita sobre benzeno, mas vou falar, de forma breve, da parte mais importante, porque, cientificamente, a Comissão está de parabéns, foi excepcional a exposição de todos aqui, da Dra. Arline e tudo mais.

Então, se eu não faço uma verificação rotineira não só no ambiente, mas também no trabalhador, eu não tenho como tirá-lo. Como a gente falou, a lesão do benzeno, depois de um determinado ponto do gráfico ali, eu não tenho como repará-la. A principal medida é realmente o controle do ambiente.

A gente sabe que o trabalhador da indústria petroquímica sofre efeitos físicos, tem danos de efeitos físicos, de efeitos químicos e também da questão que a gente falou do ritmo circadiano, que é alterado. Tudo isso é certo, mas o benzeno, desde que a gente adote as medidas corretas, já cientificamente demonstradas, a gente já tem como mensurar.

Em relação ao ser humano...

Eu vou passar aqui para a gente poder ver.

Já foi falado que a exposição aguda pode causar sonolência, tontura, taquicardia, essas coisas assim. Só que, na realidade, a gente passa a ter uma exposição com baixo nível, que é deletéria ao ser humano, mas é cumulativa. E, quando você descobre, já há lesão, já não tem mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que fazer. A gente tem um amigo aqui que trabalha conosco lá que tem uma lesão renal irreversível. Então, a gente está falando de vidas e de uma realidade, só que é uma realidade silenciosa. Ela vai agindo de forma silenciosa e, se não houver energia no monitoramento não só do ambiente, mas também do trabalhador, a gente não tem como fazer uma reversão disso. Existem mais coisas além disso que eu vou mostrar para vocês.

Isso aqui já foi falado, eu não preciso falar.

Outra coisa, o benzeno está em muito mais do que isso. Ele está em detergentes, está em sabões que o ser humano utiliza, está no cigarro, está no protetor solar. Então, a gente é contaminado pelo benzeno em outras tantas formas que deveriam também ser checadas, avaliadas e monitoradas, modificando a conduta.

O grande problema, então, é que a exposição crônica vai levar a anemia, leucopenia, trombocitopenia e até a leucemias e linfomas. Então, é necessário monitoramento de saúde; exames periódicos para detecção precoce; educação e treinamento; informação dos riscos; e manuseio seguro.

Quando a gente fala em educação e treinamento, isso parece uma coisa boba, mas, batendo papo com todos os componentes aqui, eles achavam normal lavar a mão com gasolina, com óleo diesel, com solvente. Isso é uma coisa corriqueira, porque é invisível, você está sendo intoxicado sem ver. Você só vai ver o resultado, mas não sabe o porquê. (*Pausa.*)

Comandante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PACHECO TERRA – Em 2021, houve uma decisão proferida que exigia o custeio dos exames de sangue, urina, genotoxicidade para funcionários do centro de pesquisa Cenpes, de uma empresa que lida com substâncias consideradas cancerígenas. Então, até juridicamente, a gente já tem embasamento para que a conduta seja modificada.

O benzeno é classificado como agente mielotóxico, leucemogênico e cancerígeno, mesmo em baixas concentrações, segundo a Portaria Interministerial 776, de 2004.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí vem um problema que não foi tratado aqui, mas provavelmente vocês já têm noção sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Na verdade, são mais de dois minutos.

O SR. EDUARDO PACHECO TERRA – Então, junto com a questão do benzeno e de todos os derivados do diesel, a gente tem também nessas substâncias uma intoxicação não só por metais pesados, mas até irradiação, por exemplo, como o bário e outras substâncias usadas nos poços. A gente pode ser intoxicado pela pele, pela respiração e pela ingesta de materiais contaminados. E a gente tem, em exposições a metais pesados, como eu falei... Por exemplo, no petróleo bruto, a gente tem níquel, vanádio, chumbo e mercúrio; nos fluidos de perfuração, bário, cromo e alumínio; na limpeza e manutenção de equipamentos, óxido de bário, sulfato de bário, níquel em ligas; em emissão de combustão, alumínio, chumbo e níquel.

Eu acabei aqui, na verdade, por pegar uma série de pacientes intoxicados por metais pesados, com sintomas que ninguém conseguia diagnosticar. E tem um exemplo prático que eu vou mostrar para vocês aqui, um caso clínico de um indivíduo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PACHECO TERRA – Bom, já vou pular isso aqui.

Esse aqui é um paciente meu, entre tantos pacientes, porque eu tenho mais de 10 mil pacientes desse setor *offshore*. Vocês podem ver ali o bário dele. Esse paciente tinha 46 anos de idade, estava encostado pelo INSS, já não podia trabalhar, com uma dor tremenda nas pernas, neuropatia. Diagnosticaram como neuropatia diabética através da eletroneuromiografia, que está do lado ali, mas não era neuropatia diabética. Era intoxicação por bário. Por quê? Porque ele trabalhava com sulfato de bário em limpezas das tubulações de petróleo. Então, a gente está falando do benzeno, mas tem uma série de outras substâncias tóxicas também na indústria petroquímica que estão lesando os trabalhadores e devem ser investigadas.

Esse paciente, com isso diagnosticado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PACHECO TERRA – ... em dez sessões de quelação, está normal, trabalhando. É um cara altamente produtivo, e a própria empresa em si investiu muito, gastou muito para investir na capacitação desse funcionário. Então, inclusive, a gente rasga dinheiro: a gente capacita o funcionário, o cara chega a um nível de experiência altíssimo, e, por falta de precaução, eu perco o funcionário e perco um ser humano, perco uma vida e leso uma família.

É isso basicamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Eduardo – faço questão de chamar de Doutor. O Dr. Eduardo Pacheco Terra falou aqui em nome do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense. Parabéns, Doutor!

Eu tinha lhe dado mais um minuto, mas daí o Elvino Bohn Gass pediu para falar. Mas não vai no seu tempo, não.

Elvino, eu vou te dar cinco minutos, como Deputado Federal comprometido – eu sei – com essa causa. Já conversamos muito lá no Rio Grande do Sul.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Para expor.) – Senador Paim, eu quero, parabenizá-lo. É um compromisso conjunto que nós devemos ter. E eu estou acompanhando isso há muito tempo também, como dirigente sindical, colega das centrais sindicais aqui, como Deputado Estadual à época no Rio Grande do Sul, e hoje como Deputado Federal, nestes dois aspectos: no aspecto da saúde e no dos direitos trabalhistas. Na verdade, nós estamos numa situação comprovadamente... ou bem dizendo, sendo cancerígeno, nós temos que ter todas, todas as precauções em relação ao atendimento à saúde.

E já que nós estamos trabalhando aqui sem tolerância, não queremos a tolerância, que isso seja realmente a regra e que, daí sim, a gente tenha os nossos governos e os nossos ministérios, principalmente o do Trabalho e o da Saúde, trabalhando de forma muito integrada para que a gente possa ter, nas duas áreas, ações objetivas de mitigação, de prevenção e, efetivamente, acionando um outro setor do Governo muito forte, que é o da questão da ciência, da tecnologia, da nossa indústria. Quando o nosso Vice-Presidente fala tão fortemente da neoindustrialização, é sobre isso que nós precisamos refletir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos na COP agora. O Presidente Lula está presidindo a COP. E a COP é exatamente pensarmos no clima para não termos resultados tão nefastos para a natureza, como vimos agora, nesse final de semana ainda, a catástrofe, digamos assim, que o Paraná sofreu, como nós sofremos também no Rio Grande do Sul em outros momentos.

Está aqui o nosso querido Gabriel Constantino, que é Vereador de uma das cidades mais atingidas por essas sinistralidades, que é Canoas, a quem eu já quero saudar. Miguel Rossetto também já esteve hoje de manhã aqui. Quero saudar a Miriam e me colocar muito à disposição para que a gente possa trabalhar de forma integrada. E eu vejo essas três áreas trabalhando integradamente.

Nós temos, por um lado, todas as precauções em relação à saúde, por isso as instruções normativas, o retorno das comissões estaduais, das comissões nacionais, para nós nos dedicarmos permanentemente a essa atenção. (*Palmas.*)

Podemos ter divergências nesses locais, mas temos que nos reunir, debater e provar cientificamente. Todas as pesquisas apresentadas aqui mostram o grau de dificuldade que se tem, então é preciso ter ações permanentes sobre isso. Então, acho que essa é uma ação importante do mundo do trabalho; e, do mundo da saúde, essas análises permanentes.

Inclusive, eu sou Relator, na Comissão do Trabalho, de um projeto que trata sobre os PPPs, que é exatamente do perfil profissiográfico. Quando as empresas não o informam ou dificultam o acesso às informações desse perfil, Paim – no projeto de que eu sou Relator –, tem que se multar a empresa para que se possa ter uma análise mais rigorosa. (*Palmas.*)

E eu quero colocar lá como multa para aquela que não der as exigências, para se poder ter uma análise melhor sobre isso. Então, acho que este é um outro aspecto importante: a integração saúde e trabalho e, aí sim, as tecnologias que possam ser... Não é possível que, hoje em dia, com tanta tecnologia existente, a gente não possa afastar a contaminação presente, tão comprovada, em relação ao mundo do trabalho.

E o que nós devemos cuidar também e evitar... E a previdência, as reformas trabalhistas – o Paim foi nosso grande lutador e trabalhamos muito juntos sobre isso – trabalham a individualização da comprovação do atingimento da consequência, por exemplo, do benzeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se trata mais disso. As pessoas todas estão dizendo que ela vem se acumulando silenciosamente e provocando ações; e, na verdade, a comprovação, do ponto de vista da obtenção do direito, é feita individualmente – se você consegue comprovar que foi atingido. Essa lógica tem que mudar. Essa lógica tem que mudar.

Então, acho que no debate, por exemplo, da aposentadoria especial, é exatamente isso que nós temos que rever, ter força política um dia para poder rever, porque esse é um tema também difícil de se colocar.

Então, eu queria realmente me colocar à disposição. Nós já fizemos audiências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) – O Gerson tem me colocado, pelo Sindipolo, sempre desafiando para fazer as audiências, os debates. Estive junto com o Miguel Rossetto, com o Gabriel Constantino e com vários colegas que estão aqui numa visita a um trabalho que foi feito no polo petroquímico lá em Triunfo. Nós fomos juntos, de manhã cedo, ver a atividade do sindicato. Eu quero parabenizar a atividade que é feita conjunta, Miriam, entre o Sindipolo e o Sindipetro, que atuam conjuntamente.

E que a gente possa ter aqui nesse espírito, acho que é isso que tem que ver... Nós passamos um período, pessoal, em que tinha negacionismo da ciência – eu estava falando com o auditor-fiscal há pouco –, e a estrutura dos auditores-fiscais do Estado brasileiro também foi dificultada para atuar, inclusive, nesses locais. Bom, então teve um período em que se desestruturaram as comissões, em que não se estimularam os auditores-fiscais; trabalhou-se numa linha do negacionismo. E era para passar a boiada – esse era o espírito. Nós estamos hoje reconstruindo um outro momento. Só que esta reconstrução não está completa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) – E é exatamente por isso – eu quero concluir – que a audiência sua hoje, presidida aqui por V. Exa., traz esse desafio para nós. E podem contar com o nosso mandato para esses trabalhos conjuntos, porque nós estamos à disposição.

Só peço licença para me retirar, por causa de outra atividade, por isso que eu pedi o espaço antes de poder ouvir os demais aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bela fala, Deputado Federal Elvino Bohn Gass. Meus cumprimentos por sua participação.

Agora vamos para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como eu ganhei, ele pode ganhar também. (*Risos.*)

Vamos lá então. (*Palmas.*)

O Miguel, simbolicamente, já ganhou porque ele tinha.

O.k., valeu. Estamos juntos. (*Pausa.*)

Passamos a palavra para o Sr. Luiz Alfredo Scienza, Auditor-Fiscal do Trabalho.

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Estão me ouvindo?

Primeiro, agradeço aqui ao Senador Paim, meu conterrâneo, o convite.

Falo aqui em nome de dois coletivos: falo em nome do Instituto Trabalho Digno, que é um coletivo que reúne auditores-fiscais ativos e aposentados, que busca a reflexão, a crítica a tudo que acontece no mundo do trabalho, mantém uma revista científica chamada *Laborare*; e falo também em nome da Abrastt (Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), que reúne pesquisadores, professores, pessoal do SUS, Cerest, sindicalistas.

Esse tema foi discutido com a direção das duas entidades, e já expressamos aqui abertamente o nosso apoio à manutenção dos valores de referência tecnológicos, pelas razões que a gente vai elencar aqui.

Eu não vou repetir aquilo que já foi falado, de forma brilhante, aqui por muitos colegas, dos efeitos sobre a saúde decorrentes da exposição ao benzeno, mas eu posso dizer para vocês que, nos últimos anos, cada vez mais se tem estudado os efeitos decorrentes das chamadas baixas doses, exposições às concentrações pequenas de benzeno. Cada vez mais tem sido afirmada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamada genotoxicidade do benzeno. Esse palavrão, pessoal, quer dizer o seguinte: é a capacidade que o benzeno possui de danificar o nosso material genético. Então, o benzeno pode, por exemplo, atacar as células que controlam, os genes que controlam a proliferação tumoral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – Então, tumores, que podem ser e devem ser controlados pelo nosso organismo, têm o seu mecanismo inibido pela ação do benzeno a baixíssimas doses.

Eu poderia falar de algumas pesquisas recentes que estão disponibilizadas no mundo, por exemplo, em relação a frentistas, em relação a baixas doses, mas vou citar uma só, que é um estudo de revisão que foi publicado no início de 2024 e que fazia a seguinte pergunta: os limites atuais, limites de exposição ocupacional, que no mundo giram entre 0,5 e 1 ppm, seriam eficazes? Então, nesse estudo, um estudo de revisão, vários pesquisadores tomam um universo de estudos já existentes, aplicam critérios técnicos de exclusão e inclusão no estudo e verificam quais são as conclusões predominantes. Vocês sabem qual foi a conclusão predominante? Limites de exposição ocupacional, ou limites de tolerância, como é chamado no Brasil, entre 0,5 e 1 ppm são inaceitáveis no mundo. "Inaceitáveis" é a expressão literal que consta neste estudo, que está disponível a qualquer um pela internet.

Este e outros estudos têm levado, por exemplo, a ACGIH, que é uma entidade privada norte-americana e que inclusive consta, está na nossa legislação, está lá na NR-9... Vocês sabem qual é o limite de exposição ocupacional, o TLV, o valor médio deles desde 2024? É 0,02 ppm, considerando os efeitos genotóxicos, os efeitos sobre a nossa herança genética. Portanto, a tendência no mundo é que esses limites ou sejam drasticamente reduzidos, ou até sejam inventadas novas formas de atuação sobre esses limites.

Vou falar aqui agora dos nossos amigos alemães. Tem uma Comissão chamada Comissão MAK, que – interessante, Senador – é ligada ao Senado Federal alemão. Ela publica limites de exposição para substâncias químicas e indicadores biológicos de exposição para substâncias químicas. Desde 2003 os acompanho. O que eles colocaram desde 2023? Eles classificam as substâncias carcinogênicas em cinco categorias. Para substâncias da categoria 1, na qual consta o benzeno, e categoria 2 – categoria 1, substâncias comprovadamente carcinógenas; categoria 1, carcinógenas em animais –, com notação de genotoxicidade, não há limite MAK, nem indicador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

biológico de exposição – aqueles que estão lá na NR-7, que todos vocês devem conhecer. Não há!

Aí, quando eu falei isso num encontro recente, em que tinha alguns assessores, um deles me perguntou: "Mas o que é que vamos fazer? Se não tem esses limites, como é que a gente faz?". A minha resposta eu socializo com vocês: a gente faz prevenção, pessoal; a gente busca inibir ao máximo uma exposição. Existe tecnologia? Existe. Por exemplo, para os frentistas, os sistemas de recuperação de vapor. A exposição caminha a zero? Não. A exposição vai acontecer, as alterações para a saúde dos trabalhadores vão acontecer.

Há 20 anos, nós atacamos, aí como auditor-fiscal...

Eu vou falar um pouquinho às vezes como auditor-fiscal do trabalho, às vezes como Professor da universidade federal – estou ligado ao Departamento de Medicina Social da UFRGS, à Faculdade de Medicina há muitos anos; atuo na área de higiene do trabalho.

Há muitos anos, como auditor, nós compusemos uma força-tarefa que buscou e retirou, ao fim e ao cabo, depois de muitas lutas, inclusive, judiciais, os motoristas de caminhão-tanque que faziam os carregamentos nas distribuidoras, aquelas *big sisters* que todos vocês conhecem, aquelas que comandam o jogo químico no mundo inteiro. Essas empresas colocavam "motora" de caminhão, que tem um saber, que tem uma experiência para dirigir caminhão pesado, mas não exatamente para inibição dos efeitos tóxicos do benzeno, como se fossem pequenas empresas. Então, para especialmente em carregamento FOB, eram às vezes donos de caminhões que enfrentavam o carregamento *top loading*, de qualquer jeito, com casos, inclusive, de benzenismos reconhecidos pelo Judiciário gaúcho.

Então, esse trabalho já vem de longo tempo.

Nos últimos anos, tenho acompanhado e realizado inspeções aqui no polo petroquímico, em conjunto com a representação de trabalhadores; idem na Bahia também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – O que a gente descobriu: as condições de exposição das pessoas nesses ambientes estão muito, muito, muito aquém do mínimo desejado! Numa dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, nós chegamos a solicitar a suspensão do cadastro como utilizadora do benzeno, que está previsto lá no Anexo 13A da NR-15.

Portanto, não tem sentido nenhum mais. O valor de referência tecnológico é uma coisa que foi elaborada, pensada 30 anos atrás, mas que incrivelmente dialoga com o conhecimento científico atual sobre o tema. Não há limiar seguro de dose. A gente gostaria, inclusive, que isso fosse estendido para todos os carcinogênicos, mas vamos ficar com a questão do benzeno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem mais dois, que podem ser mais três.

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – Está *bueno*. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Entendeu essa, né?

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – Entendi. (*Risos.*)

Então, o que dialoga com o conhecimento científico atual é o VRT. Por que nós vamos admitir um outro retrocesso – já que, nos últimos anos, especialmente no Governo passado, aconteceram vários na regulamentação trabalhista e na regulamentação de saúde e segurança no trabalho? Por que nós vamos admitir mais um retrocesso? Correr para trás que nem siri, pessoal, não tem o menor sentido – não tem o menor sentido.

Um outro ponto – e aí já é mais uma abordagem não apenas técnica – é: quando a gente fala em substituir o VRT por limite de exposição ocupacional, a gente está fazendo o apagamento da história – o apagamento –, porque esses VRTs não foram colocados lá pela ação luminosa de um grupo de *experts*. Não! Foram vocês que mudaram, foram os antecessores de vocês, foram as mortes e os óbitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – ... que aconteceram naquelas condições de exposição. Os VRTs foram resultado de um movimento social; não da sabedoria de A, B ou C. Então, a promoção desse apagamento social – que já aconteceu muito na história do Brasil para os povos originários, para o povo negro... –, esse apagamento da história a gente não pode deixar que aconteça novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta nossa posição é uma posição talvez um pouco dura, mas é porque que a gente viu tanto retrocesso, pessoal.

Aqui foi falado, neste espaço, da NR-01, do Programa de Gerenciamento de Riscos. Como que isso passou? A gente entendia o Governo anterior e seus pressupostos, mas o PGR, pessoal, é simplesmente delegar ao patrão dizer o que é risco e o que não é, sendo que o Estado tem pouco ou baixíssimo poder de intervenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – Então, a gente não quer que isso aconteça novamente, a gente gostaria...

E acho importante que haja renovação dos anexos referentes a agentes químicos, a outros agentes carcinogênicos, mas acho que a gente, em relação ao benzeno, por tudo que ele já representou, pela bandeira que ele é até hoje, capaz de mobilizar essa massa, capaz de mobilizar o trabalho político e parlamentar, por tudo que ele é, pela bandeira que ele é, a gente não pode deixar que ele também acabe...

Obrigado.

À disposição de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Luiz Alfredo Scienza, Auditor-Fiscal do Trabalho. Parabéns pela fala.

Vamos em frente.

Valdir Luiz Dias, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, por videoconferência.

Já está na tela?

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Paulo Paim... Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (*Por videoconferência.*) – Primeiro, quero parabenizá-lo por esta sua brilhante atuação e, de maneira objetiva e sintética, registrar que estou contemplado com a fala de brilhantes cientistas e expositores que aqui estão.

E reafirmo o compromisso, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, que também agrega trabalhadores nas distribuidoras de combustíveis, no comércio de derivados de petróleo... Quero reafirmar que estou contemplado com a fala de brilhantes cientistas que já expuseram o efeito nocivo que é a presença do benzeno nos combustíveis, assim como outros derivados. E também parabenizo a presença aí de uma categoria tão sofrida, que está aí representada pelo Presidente da Fenepospetro e também da própria Federação dos Frentistas de São Paulo.

E, sendo assim, Excelência, registro que estou contemplado novamente com a fala dos auditores-fiscais.

Que, em futuro não muito distante, mas para ontem, esse mal seja eliminado. E que venham a preservar a vida de nossos trabalhadores, tanto os frentistas como os trabalhadores nas empresas distribuidoras de combustíveis, os que trabalham na operação de combustíveis.

Era isso.

E um ótimo dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Valdir Luiz Dias, que foi objetivo e direto, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo.

Luiz de Souza Arraes, representante da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Queria agradecer muito ao Exmo. Sr. Senador Paim pelo convite e dizer da importância desta audiência pública. Eu acho, Senador, que é de audiências públicas como esta que devem sair ações concretas para uma causa tão importante como essa questão do benzeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouvimos aqui vários técnicos falarem de limites. E eu vou mais no sentido da vida que o meu companheiro baiano ali falou.

Nas comissões, tanto na Comissão Nacional do Benzeno como na estadual, a bancada dos trabalhadores sempre trabalhou pela tolerância zero, porque a vida realmente não tem preço. E nós, os trabalhadores frentistas de postos de gasolina, somos talvez os mais prejudicados por uma questão peculiar: nós não trabalhamos só com o benzeno, Senador, com o limite que vem de lá; nós temos uma questão muito séria, que é a questão da adulteração. Quando havia as comissões estaduais do benzeno e nós fazíamos *blitz* lá no Estado de São Paulo, nós encontramos 15%, 16%, 18% de benzeno na gasolina. E foi falado aqui pelo nosso técnico Celso que, inalado o limite atual, ao chegar ao pulmão, ele consegue triplicar a ação dele no pulmão; imagine quando você encontra na gasolina 12%, 13% de benzeno adulterado no combustível. E o frentista passa por isso todo dia. Já existe técnica – a questão da captação de vapores – que poderia melhorar a situação do frentista muito, mas eles alegam a questão do custo; mas, ao ser feita a captação do vapor, com o tempo, eles tiram esse custo da questão do vapor do combustível.

Nós temos outra situação: as nossas companheiras que trabalham no posto de gasolina, ao engravidarem. Nós fizemos aqui uma bela audiência pública sobre essa situação, em que os proprietários de posto alegam que não tem um local para colocá-las, o INSS não cobre, e a gente vai fazer uma batalha dentro do sindicato para conseguir afastar essas companheiras que estão lá sendo expostas a essa situação do benzeno.

Então, Senador, nesse sentido, no caso dos frentistas, a comissão nacional e as estaduais e a integração que nós fazíamos com os outros órgãos para combater a adulteração eram de fundamental importância para a saúde do frentista. Quantos companheiros morreram e nós não sabemos de que morriam?

Quando foi criada no Brasil a Renastt (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), existia uma previsão de que houvesse um treinamento dos nossos médicos na saúde pública para que eles, ao atenderem o paciente, perguntassem em que ele trabalhava, para criar o Dx, porque hoje os médicos nem perguntam. Aí muitos... Quantos companheiros nós perdemos e nós não sabemos que a causa foi o câncer por benzeno? E quantos nós ainda vamos perder? Porque não existiu esse treinamento e não existe essa cultura, nas nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redes de saúde pública, de perguntar ao paciente, quando chega lá, em que é que ele trabalha, para saber se a doença, a patologia com que ele está chegando lá não é causa do trabalho, do local onde ele trabalha.

Então, tudo isso... Senador, eu acho que uma audiência como esta tem muito a produzir de ações para que a gente volte a ter as comissões permanentes, volte a ter a comissão estadual, faça esse treinamento na rede pública e saiam daqui ações concretas para salvar vidas, que é o mais importante, porque vida não tem valor.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Luiz de Souza Arraes, representante da Federação dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, que recentemente me trouxe para esta Comissão, e fizemos uma audiência pública sobre a situação das mulheres grávidas em posto de combustível. Eu tenho um minuto; podia fechar com isso.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – É, mas, na verdade, eu queria... Nós fizemos essa audiência pública com as nossas companheiras para tratar desse tema e tentar achar uma solução para isso, mas nós criamos aqui – ao final, e eu esqueci de terminar minha fala, eu acho que cabe aqui também – a *hashtag* #ficaPaim, porque nós precisamos deste Senador aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não era para ele falar isso, viu? Eles vão achar que eu combinei contigo, que eu dei a senha para dizer isso. (*Risos.*)

Vamos em frente!

Agora já que ele, eu diria... Não é que ele provocou, mas ele reafirmou o que foi dito; eu passo a palavra para ele. Vicente Selistre, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. VICENTE SELISTRE (Para expor.) – Minha saudação, companheiras e companheiros. Saúdo a mesa, o companheiro Paim, nosso Senador dos trabalhadores, com 40 anos de luta nesta Casa e, antes disso, lá nos metalúrgicos de Canoas. Saúdo também a companheira Miriam e, na pessoa dela, todas as companheiras mulheres, guerreiras aqui presentes e que nos assistem aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela TV Câmara, pela TV Senado. Aliás, também saúdo o companheiro Scienza, lá do Rio Grande, de que muita referência eu recebi, conversando com o Sérgio Garcia, com o Claudir Nespolo, conversando com o Sérgio Augusto, lá na região de Novo Hamburgo – eu sou de Campo Bom. Então, saúdo-o e saúdo também todos os petroleiros, petroquímicos, frentistas, aqui representados, na figura também do nosso querido companheiro Antônio Bahia, com que tive uma reunião virtual dia desses.

Eu aqui venho contribuir com o coletivo nacional da saúde do trabalhador, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Sou sapateiro; também temos preocupações por lá, porque há muita utilização de cola. Não temos lá um trabalho agora, alguma demanda mais profunda, mas nos preocupa, porque também muitos companheiros e companheiras trabalham em pequenos prédios. Vocês sabem que o sapato – né, Paim? – é muito manufaturado, tem muita mão de obra; então, acumula, às vezes não tem a ventilação, a exaustão devida. Então, nos preocupa também que os setores do Ministério do Trabalho possam estar fortalecidos para que continuemos vigilantes, continuemos vendo todas as condições de trabalho e, como foi dito aqui, a gente acompanha – não me cabe entrar em questões técnicas – sim; tolerância zero.

Eu fico às vezes assim, com uma certa estranheza. Aqui está o setor produtivo, aqui está a classe trabalhadora, aqui se produz e se constrói país, aqui não tem rentista, companheiro Paim, aqui não tem bilionário, não tem *bet*, não tem banco.

Então, por que, por vezes, se vê a simples possibilidade, a mínima possibilidade de atacar direitos adquiridos, seja de previdência, seja de adicionais, seja trabalhista, seja da saúde do trabalhador, da trabalhadora – petroleiro, petroquímico, frentista ou quaisquer que sejam as profissões... Não. Aqui não. Aqui nós construímos um país; aqui garantimos um país mais justo; aqui garantimos a nossa soberania, tão discutida aí, com situações de entreguismo que vemos aqui neste país.

Também me permitam deixar aqui, em nome do coletivo... Devem estar acompanhando a Dani, que é a Secretária de Saúde, e a Eugiane, lá de Passo Fundo, e o meu querido Presidente aqui da CTB-DF, Flauzino Antunes, que se encontra aqui. Agradeço.

Então, por que aqui... (*Palmas.*) Por que aqui vem esse tipo de postura?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós defendemos sim e há muito que se avançar, seja nos setores aqui mais representados...

E que bom, companheiro Paim, que aqui vemos federações, confederações e sindicatos unidos com a ciência, o que tanto revogaram, o que tanto atacaram, e que precisa avançar, sim, nos setores que aqui estão e tantos outros. Mesmo o agronegócio, tão importante para o país sim, mas que tem que ter setores, ainda setores trogloditas, que dialogam, que permitem, que bancam o trabalho escravo, trabalho indecente, penoso, insalubre... Assim como o extrativismo aí. Pior ainda!

Então, nós temos muito o que avançar, companheiras e companheiros, e essa unidade aqui, a CTB, estará junto.

Nós, sapateiros, lá também queremos estar juntos, e é na arena do estado sim.

Eu sempre, quando tenho oportunidade, companheiro Paim, falo, e nós vimos o que aconteceu na reforma trabalhista – e eu estava aqui. Até pude sentar, porque eu sou ex-Deputado da Casa ao lado. Estava aqui, e vimos o que foi aquela discussão aqui contigo, companheiro, sobre a reforma trabalhista, em que até mesmo expuseram companheiras grávidas à insalubridade; até mesmo queriam criar danos extrapatrimoniais elitizados, e que muito absurdo ainda há que nós não conseguimos revogar, principalmente de ataques ao movimento sindical. E, quando se faz o ataque ao movimento sindical, é mais do que uma reforma trabalhista; é uma reforma sindical, é uma reforma política, porque atingiu aí tantos trabalhadores, que, muitas vezes não representados, fizeram avançar essa situação, hoje, numa política rasa, despolitizada, desqualificada, que vemos por aqui em muitos mandatos que atacam a soberania, atacam a democracia, colocam até o golpismo na pauta deste país.

Então, nós temos que avançar.

E quero dizer também... E a minha solidariedade: conversei com tantos companheiros do Ministério do Trabalho que Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Auditoria Fiscal do Trabalho, as comissões setoriais, têm que ser fortalecidos, também a CLT, a carteira de trabalho, porque, daí, estaremos dialogando ao combate dessa tentativa de flexibilização ou de precarização da saúde do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, companheiro Paim, quero dizer que nós estamos numa grande luta, até daqui a "pouquito"... O Bohn Gass, há pouco, falava para mim – quero saudar também o nosso Vereador Gabriel – que temos, às 2h, um debate, aqui, do 6x1, ali no Nereu Ramos, se não me falha a memória, que é a vida além do trabalho. É isso que nós temos que colocar na pauta, assim como recentemente, se avançou – que é a conquista de toda a companheirada que está aqui – na isenção do Imposto de Renda até R$5 mil, e além um pouco, que é uma luta de tantos anos desse verdadeiro confisco que havia no salário da classe trabalhadora brasileira.

Mas nós temos que avançar também em saber que nós temos vida ali no trabalho. Tem o VAT, que é além do trabalho, e nós temos vida ali no trabalho. É por isso que é inadmissível, é absurdo que se permita... E espero que o nosso Governo popular democrático avance nisso e que, além de não permitir retrocesso, faça avanços para garantir ainda mais vida no trabalho, saúde e segurança para a classe trabalhadora brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE SELISTRE – Muito obrigado, companheiro Paim. É isso aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Vicente Selistre, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Agora não tem senha, agora não vale.

Eu vou conceder a palavra, neste momento, para o Gabrielzinho, que é o Gabriel, que é Vereador de Canoas, Vereador Gabriel Constantino, né?

O SR. GABRIEL CONSTANTINO – Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E por que eu vou dar a palavra para ele, pessoal? Porque ele esteve com vocês lá no meu escritório, em Canoas, e ajudou a articular aquele encontro lá na cidade de Canoas. Você foi o Parlamentar que estava presente lá.

O SR. GABRIEL CONSTANTINO – O único de Canoas ali presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O único de Canoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Gabriel, sabe que tem que ser cinco minutos. Eu sei que você gosta de falar, todos nós gostamos. Eu estou me segurando também aqui, então. Cinco minutinhos, Gabriel.

O SR. GABRIEL CONSTANTINO (Para expor.) – Não, mas quero aproveitar, Paim, primeiro para saudar essa sua iniciativa desta audiência pública muito aguardada por todos nós do Estado do Rio Grande do Sul e todo o Brasil que está aqui representado; saúdo a mesa aqui, a primeira composição da mesa e esta que agora se faz presente; Miriam Cabrera, lá de Canoas também, minha conterrânea.

E quero dizer a que vim, para estar nesta audiência: é porque, lá em Canoas, a gente vem fazendo um trabalho em relação a essa questão do benzeno, que vai além também da questão sindical. É junto com o movimento sindical que a gente vem mobilizando essa pauta, no município, do acompanhamento da exposição da população ao benzeno. Então, além da classe trabalhadora, há a população em geral que é afetada por esse composto químico.

Lá na Câmara de Canoas, nós fizemos um grande expediente para falar sobre a pauta e aprovamos, na mesma noite, uma comissão especial para tratar sobre a pauta. Então, passado o tempo da duração desta comissão especial, nós continuamos o trabalho pela Comissão Permanente de Meio Ambiente, a qual eu presido, lá na cidade de Canoas, para fazer esse acompanhamento e tratar desta pauta, que não é somente dentro do chão de fábrica, dentro ali dos limites de onde os trabalhadores estão desempenhando suas atividades laborais, mas também da população que é afetada por causa dos postos de gasolina, por causa das transportadoras. E isso daí é uma situação que mobiliza, lá na cidade, não somente a categoria do sindicato dos petroleiros nem somente do Sindipolo, do Sindiconstrupolo, mas também o Sindicato dos Metalúrgicos, que tem os trabalhadores terceirizados lá na Refap, o Sindilíquida, também o Sindiágua, o Sinflumar, o Sintrapostos, o Sitramico, os aeroviários, que estão também nessa luta, lá na cidade, e agregando esforços para que em Canoas, que é a cidade que está construindo o estado da arte no que tange ao município trabalhar essa pauta, que é muito do estado, é muito de nível federal, mas no município a gente tem que tratar.

Lá em Canoas, a gente vê, por exemplo, Paim, que tem o Certea (Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista), do município, que fica ao lado de um posto de gasolina. E, a 50m

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do posto de gasolina, a gente já tem esse respiro do benzeno, e a população sendo atingida por esse composto químico.

Quando a população que tem autismo lá em Canoas tem problemas e retrocede no tratamento, apresenta maiores dificuldades na fala, apresenta maior dificuldade na audição, é por causa da exposição ao benzeno. E isso quem diz não sou eu; isso aí quem diz são as trabalhadoras da saúde lá de Canoas.

Também quero expor aqui, Paim, uma outra situação que eu já tinha lhe dito anteriormente, numa outra atividade lá no Cipp, e que se faz relevante, porque é uma luta nossa lá na cidade, que foi a mais atingida pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, um a cada quatro mortos pelas enchentes foi em Canoas, que é a questão da reconstrução.

Agora, estão sendo feitos vários projetos habitacionais no município, inclusive um está sendo estabelecido atrás da Refinaria Alberto Pasqualini. Vai ser estabelecido basicamente um novo bairro, mais de 1,5 mil residências, com menos de 50m de distância da Refinaria Alberto Pasqualini, onde ficam as chaminés que soltam todos os poluentes, e a gente vê que precisa de também uma medida, em nível federal, para a questão do VRT, a questão de não ter nenhuma tolerância ao benzeno. A gente precisa tratar também em nível local dessa questão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL CONSTANTINO – Então, lá em Canoas, a gente vem desenvolvendo esse trabalho.

E é importantíssima esta audiência para que a gente consiga fazer pressão no Governo Federal. E digo isso como Parlamentar do PT, porque, se não for o Lula fazer essa mobilização em prol da defesa dos trabalhadores, da população contra o benzeno, não será nenhum outro. Se não for você, Paim, aqui, como Senador, fazer essa mobilização, o Bohn Gass também, que estava aqui, o Rossetto, não serão outros que o farão.

Então, a gente precisa aproveitar este momento histórico, porque o tempo não volta mais, a população atingida também não vai garantir a sua saúde de novo, depois de ter adquirido câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa lutar, e esta audiência é fundamental por causa disto, porque a gente precisa defender os trabalhadores e a população dos efeitos do benzeno e conseguir garantir melhores condições para todos e todas, nas nossas cidades e em todo o Brasil.

Parabenizo essa iniciativa, e que, com ela, a gente consiga mobilizar mais ainda o Governo Federal para que garanta essa proteção da população ao benzeno.

Obrigado, Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Gabriel Constantino, Vereador de Canoas. Ficou exatamente nos cinco minutos.

Teve um senhor que está no plenário, eu não vou poder abrir o plenário, pessoal, porque a moçada aqui, tem alguns que têm compromisso às 14h, no Plenário. E eu também tenho. Eu vou falar sobre a COP 30, no Plenário, às 14h. Mas ele me pediu nem que fosse um minuto.

Ele está presente, representante da Federação Nacional dos Petroleiros. Ele é o Sr. Fábio Santos. Ele disse que foi vítima do benzeno e pediu um minutinho. Você pode falar de onde está mesmo. Eu nem vi onde ele está, mas já assegurei.

Sente-se, pode ser aqui na frente. Se não, vem aqui. Onde tiver um lugar, sente-se, aperte no botão e acende a luz verde. Pode ser aí também. E você terá então não um, mas dois minutinhos.

O SR. FÁBIO ANTÔNIO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Fábio Santos. Eu sou agora Diretor do Sindipetro Litoral Paulista e também represento a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

Queria parabenizar as mesas e agradecer a oportunidade de estar aqui representando um grande amigo meu, que é o Roberto Kappra, porque justamente na morte dele, no dia 5 de outubro, é quando a gente faz essa luta contra o benzeno. E cada vez mais isso está necessário, porque a gente não pode deixar ficar só na defensiva dessas alterações. A gente está mexendo com vidas. Eu conheço os dois filhos dele. E, após ele, eu também fiquei adoecido. Ficamos conhecidos como o Grupo dos 13 lá na refinaria Presidente Bernardes. E, a todo momento, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sesmt da empresa, o médico do trabalho e a equipe, dizia que podia ter sido num posto de gasolina nossa contaminação.

Se a Petrobras, que é uma empresa do Governo, deixa o setor de SMS adotar esse tipo de narrativa, a gente imagina como é com os postos de gasolina, a gente imagina como é com os nossos companheiros que trabalham nas áreas operacionais da refinaria, das petroquímicas, que são terceirizados e não têm um sindicato forte como a gente tem. A gente que é crachá verde tem aqui sindicatos muito fortes. Eles não têm. E a gente costuma controlar o pessoal que é afastado, que tem um problema de saúde, e esse pessoal não controla.

Então, a gente tem, sim, que ir para a frente, a gente tem que atacar e ampliar mais. Eles querem sempre atacar e tirar direito do trabalhador. Está na hora de a gente reverter esse jogo e ir para cima e ampliar os direitos do trabalhador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO ANTÔNIO DOS SANTOS – ... principalmente contra as questões que matam – matam vidas.

Então, agradeço o espaço e parabenizo a oportunidade.

Um abraço a todos e estamos na luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu, valeu. Esse foi o representante da Federação Nacional dos Petroleiros, Sr. Fábio Santos, vítima de benzeno.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu passo a palavra, neste momento, ao Sr. Carlos Guimarães Júnior, Vice-Presidente da Fecombustíveis.

O SR. CARLOS GUIMARÃES JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim por esta audiência pública. Eu acho que é muito importante a gente falar da condição de saúde do trabalhador brasileiro.

Eu fui Presidente, durante três anos, de uma empresa que fazia validação de droga para a indústria farmacêutica americana e europeia na área de oncologia. Durante três anos, eu presidi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa empresa cujo fundador era um médico-cirurgião oncológico. Então, durante três anos, eu lidei diariamente com pacientes com câncer – de todas as idades, desde adolescentes, crianças, até pessoas idosas. A gente tinha uma opção terapêutica para casos graves, que eram casos para os quais já não tinha tratamento no Brasil.

E, nessa minha experiência lá, eu pude verificar que a principal causa de morte de câncer no Brasil, primeiro, é o Sol. Câncer de pele acomete muita gente, a gente precisa usar protetor solar. A segunda é bebida alcoólica – mata muito. A terceira é o tabagismo – nem se fala, todo mundo já sabe disso. Só que essas são opções individuais, né? A gente pode não beber, a gente pode passar o protetor solar. Eu saio de casa todo dia, sou careca, com a cabeça protegida aqui. Agora, quando a gente está falando de trabalho, de trabalhador, aí já é diferente. Aí já não é uma opção individual. Aí a gente tem que falar de legislações, a gente tem que falar de proteção ao trabalhador, a gente tem que falar de um ambiente de trabalho seguro. Isso a gente precisa falar, tá?

Alguns palestrantes antes aqui falaram que a gente tem que valorizar o que é nosso. Precisamos, sim, valorizar o que é nosso. O etanol é um grande produto. Da extração de petróleo em águas profundas, nós somos líderes. Nós temos muita coisa boa. Nós temos que, sim, valorizar o Brasil. Mas também a gente não pode achar que só o que é nosso é bom. Para falar de legislações de proteção ao trabalhador, nós temos que ser pragmáticos e inteligentes. Nós temos que buscar o que existe no mundo de proteção ao trabalhador, o que existe no Brasil, buscar as pesquisas internacionais e buscar também as pesquisas nacionais para nos proteger, né?

Então, eu estou aqui hoje defendendo a classe que eu entendo, dos frentistas, dos pequenos empresários de postos de gasolina. Eu não consigo falar do setor petroquímico, do setor de vocês, do *upstream*, né? A gente fala que o *upstream* é quando estão tirando da terra e o *downstream* é a venda de combustível. Disso eu não consigo falar. Eu tenho certeza de que é uma atividade muito mais complexa, de muito mais risco, não só de benzeno, mas também de todos os riscos que foram colocados aqui, de ciclo circadiano, da hora que você dorme, de ficar lá isolado, enfim, é bastante complexo.

Do posto de gasolina, eu posso falar bem, porque eu abasteço carro há 31 anos. Eu tenho um posto de gasolina. Hoje estou como Vice-Presidente da Fecombustíveis, mas eu trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os dias num posto de gasolina, e não tem um só dia que eu não abasteço um carro. E o que eu posso dizer do meu setor para vocês? Mudou muito de quando eu comecei.

Quando eu comecei, a gente abria o tanque e cheirava a tampa para ver qual era o combustível. No final do meu expediente, se a minha mão estava suja, eu lavava com gasolina, como foi falado aqui. E hoje? Hoje não é mais assim. Hoje nós temos leis que foram feitas aqui que protegem o trabalhador, por exemplo, o abastecimento até o primeiro clique, porque também a gente ficava cheirando, né? Não era assim? A gente ficava cheirando lá. "Poxa, espere aí, deixe-me ver se está completando." Não, hoje você coloca o bico, sai, vai lá na frente vender um outro produto, e o abastecimento está ocorrendo ali, de forma automática. Então, as coisas se modernizaram muito nos postos de gasolina hoje.

E aí eu faço um convite aqui: a gente não pode generalizar. A gente precisa ter leis específicas para cada tipo de trabalho. O setor petroquímico exige uma legislação. Ele está exposto a riscos diferentes do risco de um frentista. Se é possível mitigar a quantidade de benzeno, como foi falado aqui – se é possível, eu até busquei; na Noruega continua 1% também –; se é possível que o petróleo reduza isso para 0,1, que a Petrobras o faça. É diferente o petróleo da Petrobras do petróleo de um posto de gasolina. É completamente diferente. Você sabia – eu vou dar um dado que vocês vão ficar assustados – que o lucro da Petrobras sozinha é maior do que o lucro dos 44 mil postos de gasolina juntos.

Vou repetir: só a Petrobras, o lucro que ela tem... Se somarmos todos os 44 mil pequenos empresários – porque donos de postos são pequenos empresários –, o lucro da Petrobras é maior do que todos os lucros dos postos.

Nós temos que tomar cuidado ao fazer a legislação, que precisa proteger o trabalhador, sim. Se é possível mitigar que não tenha benzeno na gasolina, que ela tenha 0,1, ótimo, mas a exposição de um trabalhador, hoje, num posto de gasolina, segundo os dados da ANP, 70% da nossa venda hoje são diesel e etanol, que não tem benzeno. Sobraram 30% da gasolina. A gasolina de hoje é diferente da gasolina lá de trás, porque a gasolina, hoje, tem 30% de etanol. O ambiente de trabalho de um posto de gasolina é completamente aberto, arejado. Não estou falando que não tem, tem sim, mas eu estou falando que os riscos, hoje, são diferentes do que eram no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado e são completamente diferentes da atividade que vocês, senhores, desempenham. E a gente precisa trabalhar isso de forma diferente.

Hoje, o frentista tem exame de sangue semestral, para ver leucopenia, plaqueta, que é a primeira coisa que é afetada quando você tem exposição ao benzeno. E, além disso, nós temos uma rotatividade, porque, hoje, um frentista fica, em média, quatro meses num posto de gasolina, sendo que, antigamente, a pessoa fazia uma carreira de 30 anos num posto de gasolina. Hoje, o ciclo é de quatro meses.

E por que é que eu falo isso? Porque eu tenho muito medo, Arraes... Eu fui um defensor, por vários fóruns, no Brasil, do atendimento, do serviço atendido. Hoje, na Europa, não existe mais serviço atendido. Na América Latina... Eu sou *speaker* da Fecombustíveis na América Latina, e todos os países estão indo para o *self-service*. A Argentina foi há dois meses para o *self-service*. O Chile está no *self-service* há dez anos. E eu sempre defendi aqui o serviço atendido. Eu acho que o serviço atendido é melhor. Eu acho que o brasileiro gosta do serviço atendido. E, se a gente colocar a categoria de frentistas junto com a categoria do petroleiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS GUIMARÃES JÚNIOR – ... talvez a gente esteja acabando com a categoria de frentista no Brasil. Esse é o meu convite. Eu estou falando aqui...

Veja bem, minha primeira fala: temos que defender o trabalhador, não podemos ser expostos ao benzeno, nós temos que cuidar da saúde do trabalhador. Mas vamos ser pragmáticos: qual é a exposição que o petroleiro tem? Qual é a exposição que uma refinaria tem? Qual é a exposição que o trabalhador tem numa base de combustível? É completamente diferente de um frentista que está num posto de gasolina!

Eu sou frentista. Abasteço carro há 30 anos. Não tem um dia em que eu não abasteça carro. Inclusive, às vezes, aos sábados e domingos, eu vou ao posto, e está cheio lá, eu sempre abasteço, porque eu estou tendo dificuldade em contratar frentista. Hoje, no nosso setor, a gente não consegue contratar frentista. A gente não consegue completar o quadro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a colocação que eu ponho para os senhores aqui, para esta Casa, é: precisamos proteger os trabalhadores – isso é inegável –, analisar cada um desses setores, e não querer criar uma regra para a área de extração, refinaria, distribuição e posto. O posto é diferente.

Mais uma vez, agradeço a possibilidade de participar aqui com vocês e parabenizo o Senador Paulo Paim por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Sr. Carlos Guimarães Júnior, Vice-Presidente da Fecombustíveis, que expressou aqui o seu ponto de vista e falou um pouco da sua experiência.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Bernardo Souto, Representante da CNC no Grupo de Trabalho do Benzeno e do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

O SR. BERNARDO SOUTO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, Rogério. Bom dia aqui ao Bahia, que está lá no grupo; ao Luiz, que está lá no fundo; e ao Cadu, que abriu a nossa reunião.

Eu acho que é muito importante o diálogo. Por óbvio, o nosso ponto de vista é divergente, mas nem por isso a gente vai deixar de dialogar e buscar um entendimento, né? Eu acho que é importante a gente ter esse entendimento. Eu vou falar um pouco sobre a exposição do benzeno no posto de gasolina.

Está aí minha formação. Eu não vou ficar lendo, por causa do tempo, mas eu sou advogado, engenheiro, estou lá no conselho nacional, na Câmara Técnica de Qualidade, já há 17 anos; passei por Dilma, Bolsonaro, Temer e agora o Presidente Lula. E faço parte da Comissão do Benzeno.

O benzeno está aí. E o que eu falo é que a maioria dos países entende que existe um limite de exposição ocupacional. A legislação da maioria do mundo entende que tem um limite para benzeno.

E existe benzeno no posto de gasolina? Existe, mas as concentrações são inferiores ao limite legal. Como o Cadu falou aqui, existe uma mudança. A exposição ao risco do trabalhador há dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos no posto de gasolina não é a mesma de hoje. Existe um aumento do percentual de etanol na gasolina – atualmente é 30% – e existe uma tendência de troca de gasolina pelo etanol.

Está aqui um dado da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), no Brasil, é um dado do Governo. Entre gasolina e etanol, se você pegar o acumulado de 2024 a 2026, o etanol subiu 27 vezes mais que o consumo da gasolina. Isso tudo impacta no ambiente de trabalho. A exposição ao risco do trabalhador num posto de gasolina vem diminuindo.

Mas a gente tem o benzeno no posto. Só que, como outros pesquisadores falaram, nós também temos o benzeno em outros lugares.

Está aqui uma imagem, só para ver. A gente tem benzeno na casa da gente, quando a gente pinta: 4 mil ppb de benzeno. Quando a gente fuma – não está dando para ver direito ali –, são 3 mil microgramas por dia de benzeno a que um fumante está exposto. Produto aerossol tem benzeno. Em 2011, a Anvisa baixou uma regulamentação porque tinha benzeno no refrigerante, e ela limitou o valor do benzeno no refrigerante. A Anvisa não retirou o benzeno, porque existem questões tecnológicas. Várias vezes, nas nossas discussões lá na Comissão do Benzeno, eu falo: existe limite de benzeno na água; a água que a gente bebe. O Ministério da Saúde recomenda não ter o benzeno, mas aceita um limite de 5mcg por litro na água que a gente bebe. Eu não coloquei aí, mas tem regulamentação da Anvisa em remédios, que espelha o que tem fora também.

Então, o que a gente defende, o setor defende? Que exista um limite ocupacional, o LEO. Quando a gente resgata a legislação, em 1995, o Brasil adotou o VRT, que foi uma legislação importada da Alemanha; em 2005, a Alemanha deixou de ter o VRT e passou a adotar o LEO; e a Europa segue isso, outros países que também regulamentam a proteção da saúde ocupacional do trabalhador também adotam o LEO, baseados na exposição do risco. E, quando a gente tem o LEO, a gente avalia de forma quantitativa a exposição; quando a gente tem o VRT, a gente avalia de forma qualitativa.

Eu coloquei essa imagem para a gente diferenciar isso daí: qual é a distância que a gente tem do ponto A para o ponto B? Qualitativamente, a gente não consegue medir a distância; a gente consegue falar que existe uma distância, um espaço entre A e B. Quando a gente avalia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualitativamente o benzeno, a gente não consegue falar qual é o limite a que o trabalhador está exposto. Não tem limite legal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARDO SOUTO – É zero. Pelo VRT, é zero. Verdade.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu ia fazer um apelo... Nós estamos fazendo o maior esforço aqui para terminar no horário, e eu vou deixar o painelista concluir com a segurança que eu garanti a todos.

Você tem no mínimo mais três a quatro minutos.

O SR. BERNARDO SOUTO – Obrigado, Senador.

Quando a gente avalia quantitativamente, a gente consegue precisar essa distância, a gente consegue avaliar de forma precisa a saúde do trabalhador.

Para finalizar, eu citei um artigo que avaliou a exposição do trabalhador ao benzeno num posto de combustível. Da NR-15 o limite é zero, o resultado é zero. Aqueles dois limites, 0,5 e 2,5 são limites da ACGIH que já foram revistos, o Scienza colocou isso daqui.

E, aproveitando, Scienza, com relação à recuperação de vapor, a recuperação de vapor é uma tecnologia que foi implantada na década de 90, começou nos Estados Unidos, e é uma tecnologia que foi implantada por uma necessidade ambiental. Não era um limite de exposição ocupacional. Era ozônio, poluição atmosférica de ozônio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO SOUTO – ... que, na baixa atmosfera, é ruim; o ozônio é bom na estratosfera. Só que, em 2012, a EPA, que é a agência ambiental dos Estados Unidos, mandou descomissionar essa tecnologia. Por quê? Porque ela é ineficiente, ela é custosa, ela gasta um dinheiro e não traz a resposta de eficiência. Então, a pergunta que eu coloco: nós vamos pegar uma tecnologia de fora que, lá onde ela foi implantada, pioneira, já não responde, já não é eficiente, e vamos trazer para cá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente entende que se deve defender o LEO. O LEO reflete dados de exposição ocupacional mundialmente utilizados. E a metodologia de avaliação do trabalhador deve ser quantitativa, a exemplo do que existe normalmente no mundo lá fora.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Sr. Bernardo Souto. Ele tinha três minutos, viu? Eu mantive conforme eu lhe prometi.

Bernardo Souto, representante da CNC no Grupo de Trabalho do Benzeno e do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Agora, para encerrar... Depois do encerramento, aos painelistas que estão presentes, porque não vai dar para atender os que estão à distância, eu vou ler aqui umas – creio – sete ou oito perguntas que vieram do e-Cidadania, e eles terão três minutos – cada um –, para responder, escolhendo naturalmente uma ou duas perguntas, como acharem melhor.

Agora, então, passo para a líder sindical Miriam Cabreira, que é Presidenta do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

O SR. MIRIAM CABREIRA (Para expor.) – Bom dia – quase boa tarde, né? – a todos os presentes, ao pessoal que nos acompanha virtualmente. Quero agradecer ao Senador Paulo Paim por fazer esta audiência pública para a gente poder discutir esse tema, esse tema que está gerando tanta controvérsia.

Muito já foi falado do ponto de vista técnico. Eu me sinto bastante contemplada pelo que foi colocado principalmente pela Dra. Arline, que fez uma explanação muito clara do que significa a gente aceitar o limite de exposição ocupacional. A gente aceitar o limite de exposição ocupacional para o benzeno é aceitar mortes de trabalhadores e trabalhadoras. (*Palmas.*)

A gente só pode aceitar limite de exposição ou limite de tolerância quando a gente garante que o trabalhador e a trabalhadora vão voltar para casa do mesmo jeito com que foram trabalhar. E, quando a gente fala... O companheiro que estava aqui, o companheiro Vicente – ainda está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, né, Vicente? –, falou muito bem: vida além do trabalho, mas não é só no dia a dia, é depois que a gente se aposenta, porque a grande maioria dos casos acontecem no final da nossa vida laboral, um pouquinho antes de se aposentar ou quando a gente já se aposentou. Eu entrei na Petrobras em 2007, trabalhei com vários companheiros e companheiras que se aposentaram e quantos deles – eu já estou no sindicato há 14 anos – a gente atendeu depois da aposentadoria no sindicato, porque estavam com câncer, leucemia, linfoma, leucopenia, mieloma, né? E há a grande dificuldade de a gente conseguir fazer com que o nexo causal seja reconhecido. A gente não consegue. Então, os dados que foram apresentados aqui pela representante do Ministério da Saúde com certeza são dados muito subdimensionados – muito subdimensionados.

E aqui, Senador, a gente também está fazendo uma discussão de que o lucro é privado, mas o prejuízo, o custo é coletivo, porque grande parte desses trabalhadores e trabalhadoras que trabalham nessas empresas vão depois parar no SUS para poder fazer o seu tratamento contra o câncer. O lucro que foi gerado em cima disso foi privado, e o custo é de toda a sociedade – custo é pessoal, individual, familiar e da sociedade.

Então, quando a gente está lutando para garantir o VRT é também para garantir que esse custo não fique só na mão da sociedade, porque a gente não está pedindo coisas inimagináveis. A gente está pedindo que as empresas usem tecnologias, usem o selo duplo nas bombas, quando a gente está falando da indústria petroquímica, da indústria química, da distribuição. A gente está pedindo que as empresas usam usem o *bottom load*, para diminuir a exposição. A gente está pedindo que sejam instaladas os recuperadores de gases – também existem recuperadores de gases veiculares, e já poderia ser inclusive algo normativo para ser obrigatório na indústria automotiva que fossem instalados os recuperadores de gases. A gente está pedindo sistemas herméticos, para não ter essa volatilização para a atmosfera. A gente está pedindo mudança de procedimento para que, para nós que trabalhamos muito na indústria, as liberações de equipamentos, tudo que a gente faz não seja para sistema aberto, seja tudo para sistema fechado.

Então, tem muita coisa que pode ser feita antes de a gente lá e implementar um limite de exposição ocupacional, admitindo que pessoas podem pagar com a vida. Apesar de a norma ser o VRT e a gente ter algum... a gente tem toda a tecnologia disponível. Todo empresário pode quantificar o seu nível de exposição e trabalhar para que o nível de exposição seja zero, ou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo possível, de acordo com o que a tecnologia tem disponível. Não precisa instituir o LEO para quantificar a exposição. Já é possível quantificar essa exposição. (*Palmas.*)

E aí, Senador Paim, eu também gostaria de me somar aqui aos esforços que estão sendo feitos para tratar das trabalhadoras expostas ao benzeno nos postos de gasolina, mas nós também enfrentamos isso na petroquímica, na Petrobras, também muito com os trabalhadores e as trabalhadoras do setor privado, terceirizados, que, muitas vezes, por terem contratos bastante específicos, as trabalhadoras também ficam sem ter um local garantido para ficarem no período da gravidez e no período da lactação. A gente também está enfrentando isso. Então, a gente quer se somar a esses esforços para que se tenha a proteção social adequada para essas trabalhadoras. As mulheres não podem pagar com a exclusão do espaço produtivo por não ter a devida proteção social prevista na legislação. (*Palmas.*)

Por fim – não vou me estender muito também, porque a gente já foi muito contemplado aqui –, a gente precisa também garantir o acesso às informações próprias de saúde dos trabalhadores, das trabalhadoras e de como a gente também faz o nosso acompanhamento. Eu tenho certeza de que os hemogramas são feitos a cada seis meses, mas todos os trabalhadores estão esclarecidos de que, quando eles olharem o resultado do hemograma, eles não têm que ver se o hemograma está dentro dos parâmetros, mas acompanhar o seu histórico e ver se teve uma redução de 20% no número de plaquetas. Aí, eles já vão poder saber que eles estão sendo afetados pelo benzeno? Eu tenho certeza de que a grande maioria dos trabalhadores não sabe. Quando eu mesma vou fechar meu ASO, o meu exame periódico ocupacional, o médico do trabalho não diz isso para mim. Eu é que tenho que saber que eu tenho que olhar o histórico do meu hemograma, e é por isso que a gente faz o hemograma a cada seis meses, porque eu tenho que comparar o meu hemograma comigo mesma, e não comparar o hemograma com os valores de referência que estão previstos na literatura médica.

Essas informações são sonegadas. As informações do nosso PPP são sonegadas. O direito à nossa aposentadoria especial é sonegado, e a gente fica mais tempo exposto a esses riscos. Por isso, quando a gente chega ao fim da vida laboral, a gente vive mais três, quatro anos, e, logo em seguida, já é detectado o câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma luta... O VRT, para nós, é um dos grandes avanços, e a gente tem que lutar para, cada vez mais, defender a saúde das pessoas. Os trabalhadores e as trabalhadoras são pessoas, têm famílias, e a gente tem que avançar e não retroceder nessa luta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a líder sindical Presidenta do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, Miriam Cabreira. Meus parabéns pela fala!

Antes de ir para o encaminhamento final, eu quero agradecer muito ao Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, Senador Marcelo Castro, e à Vice-Presidente, Senadora Dra. Eudócia.

De pronto, quando os provoquei, positivamente, eles disseram: "Sem problema, Paim. Vamos marcar a data, e você preside". Então, ficam aqui os meus cumprimentos ao Presidente, Senador Marcelo, e à Vice, Dra. Eudócia. (*Palmas.*)

Neste momento, eu vou, como sempre faço, ler rapidamente as perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Carlos, de São Paulo: "Como [...] estão previstas [as] medidas protetivas [nas normas regulamentadoras] [...]? Como se pode aprimorar [...] a fiscalização e a conscientização?".

Gilmar, do Paraná: "Quais medidas devem ser tomadas para proteger a saúde física e psicológica dos trabalhadores?".

Isabela, do Rio de Janeiro: "Os trabalhadores expostos ao benzeno [terão] [...] aposentadoria [antecipada] [...] ou acesso facilitado [à saúde], [...] [devido] aos riscos?".

Marcos, de São Paulo: "Quais são as metodologias a serem utilizadas e qual a transparência [...] [do] [...] registro e tratamentos dos casos pela administração pública?".

Vanessa, de Minas Gerais: "Pelo fim da exposição ao benzeno, quais os cuidados de enfermagem previstos? Quais as medidas de prevenção?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, de Goiás: "Quais métodos de fiscalização de empresas serão/poderão ser aplicados para que não haja a exposição dos trabalhadores ao benzeno?".

Rapidamente, Jalves, da Bahia: "Tudo que for para o bem da população e trouxer mais informações sempre será proveitoso".

Rytherlles, do Pará: "A proteção dos trabalhadores é de suma importância, porém é importante também ter a fiscalização para garantir os direitos adquiridos".

Concluindo, Ronaldo, do Paraná: "A vida é o [maior] bem tutelado [...] [pela] Carta Magna, e nesse sentido, a saúde das pessoas e [dos] seres vivos é de fundamental importância".

Leandra, de Santa Catarina: "O trabalhador não é descartável. [A] exposição ao benzeno exige proteção e fiscalização sérias".

Thelma, do Rio de Janeiro: "[A] cessação da exposição é [o] verdadeiro tratamento de câncer induzido por benzeno. [A] exposição a químicos deve ser política de Estado".

Joana, de Pernambuco: "Reduzir as composições de [...] químicos [...] [usados na fabricação de] roupas, sapatos, [produtos] de limpeza e [itens] escolares para evitar inalações".

Esses são comentários e perguntas. Agora nós vamos voltar aos nossos convidados presenciais.

Quantos temos no plenário? (*Pausa.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI (Para expor.) – É Celso, Fenepospetro.

Eu gostaria que, se fosse possível, a terceira e a quarta, a Isabela, do Rio, e o Marcos, de São Paulo. Ela fez a pergunta sobre se os trabalhadores expostos ao benzeno terão aposentadoria antecipada. Sim, agora saímos da legislação trabalhista e estamos na legislação previdenciária. Antigamente havia... Há uma previsão para os expostos ao benzeno, que era a GFIP 04 e atualmente é a FAI 25_06%, em que a cada ano trabalhado, o trabalhador tem o aumento de 1,4. Se eu fizer 1,4x25 anos, temos os 35 anos de aposentadoria especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava falando com um colega aqui do Ministério do Trabalho, da fiscalização. Isso inclusive caracteriza crime de sonegação fiscal, o não recolhimento do tributo para o direito à aposentadoria especial. (*Palmas.*)

E a segunda é do Marcos, de São Paulo: "Quais são as metodologias a serem utilizadas e qual a transparência [...] [do] registro e [...] [a transparência] dos casos pela administração pública? Quais são as metodologias a serem utilizadas e qual a transparência do registro e a transparência dos casos da administração pública?". De uma forma bem sucinta, nós temos isso, no passado, estamos falando na década de 70, a Fundacentro fez a liberação – é o que tínhamos na época – dos famosos tubos colorimétricos. Eles têm um problema da sua resolução ou precisão, têm um erro apenas de 25%, isso é muito grande, e com implemento e melhoria, tivemos os tubos amostradores e os tubos coletores, que são TCA100/50, que foi, pelo Sr. Bernardo mostrado num *paper*, em que eles utilizaram, que é o comum para avaliação em postos, por exemplo, dos priminhos BTEX.

Então, eu tenho esses TCAs que são utilizados, podem ser feitas técnicas. Então, as metodologias são sempre aprimoradas e melhoradas. E agora nós já temos algumas precisões, a ponto de chegar a 0,0001ppm de benzeno, que inclusive é o que eu estou usando no meu segundo doutorado.

Essas transparências são todos os resultados, são públicos dentro da empresa, previstos no laudo ambiental do antigo PPRA, atual PGR, em que esse, sim, será utilizado para fins...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI – ... trabalhistas e previdenciários.

Obrigado. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos.

O colega ao lado, se puder se identificar, fale os três minutos.

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – É Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tinha algo a mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO BERILO CIDADE CAVALCANTI (*Fora do microfone*.) – Não, não. Encerrei aqui as duas perguntas, agora o colega que vai responder a primeira e a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO (Para expor.) – Rogério, Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Senador Paulo Paim, eu queria responder as duas primeiras aqui, para a gente tentar ser o mais breve. Elas são afeitas aqui à inspeção, né?

"Como já estão previstas [as] medidas protetivas nas [...] [normas regulamentadoras] e como pode se aprimorar [...] a fiscalização e a conscientização?", essa é a primeira pergunta. As normas estão previstas dentro das normas gerais, especialmente – claro que nós temos normas setoriais e normas especiais que tratam de casos específicos. Como aqui já foi falado anteriormente e aqui o Celso trouxe essa questão do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), na versão anterior, ficava muito a critério de a empresa fazer essa gestão dos riscos.

Quando a gente fez a alteração, incluindo os fatores de risco psicossociais, houve outras alterações do PGR, e o PGR passou a ser um documento muito mais ativo no sentido de oitiva dos trabalhadores, inclusive pela Cipa – a Cipa hoje tem participação ativa, deve ter participação ativa na gestão dos riscos da empresa. Além disso, a identificação dos riscos hoje é uma obrigação que está prevista no item 1.5.3.2 da nova NR-1, que diz que a empresa deve. Então, não é uma opção de a empresa fazer ou não a gestão dos riscos e a identificação desses riscos. Caso não haja essa identificação, a empresa vai ser autuada, vai ser punida da forma administrativa que couber, podendo até, em alguns casos mais graves, haver embargo, interdição daquilo que está sendo feito no local de trabalho. Então, a gente vê hoje o PGR muito mais protetivo do que era, e a gente conseguiu essas implementações.

Como aprimorar essa fiscalização e conscientização? Claro que isso é um trabalho que tem que ser feito a três partes – Governo, empregadores e trabalhadores. E aí a participação ativa da Cipa é muito importante.

(*Soa a campainha*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – E tem agora também que o empregador fazer essa implantação nos locais de trabalho. E essa conscientização vem dessa forma, a gente trabalhando em conjunto, para que possa atender os melhores objetivos de prevenção e proteção da segurança dos trabalhadores.

A segunda pergunta diz: "Quais medidas devem ser tomadas para proteger a saúde física e psicológica dos trabalhadores?".

Aí são essas etapas da gestão do risco, do programa. Entendam que isso é um programa. Não é um documento, não é um papel; isso é um programa que deve ser feito e gerido dentro das empresas com a participação ativa dos trabalhadores. E agora, aproveitando a homologação do concurso de Auditor-Fiscal do Trabalho na sexta-feira e hoje já a disponibilização para os novos colegas que vão poder entrar de fazer as opções pelas lotações, 855 novos colegas, isso vai trazer uma força, um ganho muito grande para a inspeção, para a fiscalização, porque o quadro de 1,6 mil auditores vai ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO SILVA ARAÚJO – ... contemplado com mais de 50% do que temos hoje na ativa. Isso vai ajudar muito nessas fiscalizações e nesse monitoramento dos ambientes de trabalho.

Então, essa conscientização, esse monitoramento constante e a participação agora cada vez mais ativa dos trabalhadores na gestão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

O senhor ali atrás: o nome e a entidade rapidamente.

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA (Para expor.) – Instituto Trabalho Digno e Abrastt.

Eu vou pegar aqui a pergunta da Thelma, do Rio de Janeiro: "[...] Cessação da exposição é verdadeiro tratamento de câncer induzido por benzeno. Exposição a químicos deve ser política de Estado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós brasileiros temos uma profunda carência de políticas de Estado para a área de saúde, especialmente para a área de saúde e trabalho. Por exemplo, nós, no Ministério do Trabalho, não temos uma política de Estado para prevenção do adoecimento. Temos algumas coisas bem razoáveis para acidentes típicos e nos falta, por uma série de carências, inclusive de pessoal, essa política efetiva para que se atinjam os locais de trabalho com maior precisão e maior eficácia.

O que a Thelma falou é verdadeiro. Quando a gente fala de agente cancerígeno, a Profa. Arline falou ali claramente, não há dose segura. Portanto, o que se busca é a dose zero.

Pessoalmente, a gente teve agora uma intervenção no setor, lá no Vale dos Sinos, Paim, especialmente no Vale dos Sinos, no setor de artefatos de borracha, que é reconhecidamente indutor de uma série de patologias de neoplasias malignas, pelo Iarc e por outras entidades, e a gente trabalhou neste sentido: vamos eliminar aquilo que se sabe que é agente carcinogênico. Infelizmente, na vida real, a gente não consegue isso sempre. Consegue-se avançar, como qualquer progresso social depende muito da participação das pessoas e das entidades – não a Ferma, apenas, de forma episódica, mas de uma forma permanente –, mas se consegue avançar assim: o Estado agindo, promovendo a participação das diversas entidades, inclusive representação de trabalhadores, Ministério Público e outras entidades. Eu acredito, então, que a Thelma esteja absolutamente correta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – E para encerrar aqui, a Joana, de Pernambuco... Saudade de Pernambuco: "Reduzir as composições de [...] químicos [usados] [...] [na fabricação] de roupas, sapatos, limpezas, [...] [itens] escolares para evitar inalações". Perfeito, Joana. Se a gente consegue trabalhar... Por exemplo, uma outra intervenção que a gente executou com o pessoal que trabalha com móveis pré-moldados, aqueles em MDF e tal... Aquilo tem formaldeído. O formaldeído é um reconhecido agente carcinógeno humano; até o momento, embora haja algumas ideias diferentes, não há limiar seguro de exposição. Como se procurou trabalhar para que não apenas os trabalhadores dessas fábricas tivessem um ambiente de trabalho livre de formaldeído? Trabalhando na composição. Então, a redução das resinas, ureias e formaldeídos foi conseguida junto com a participação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ALFREDO SCIENZA – ... dos trabalhadores, junto com a empresa, para que, lá no produto final, durante a fabricação, os trabalhadores e, inclusive, os usuários, os consumidores dos MDFs da vida, tivessem produtos mais seguros. Então, Joana, também é por aí. Correta a percepção dela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns! (*Palmas.*)

Aqui agora... Repita o nome e a entidade só para ficar gravado.

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO (Para expor.) – Gerson, do Rio Grande do Sul, Sindipolo, CNQ-CUT.

Sobre o que a Leandra, de Santa Catarina, coloca, sobre a vida dos trabalhadores ser descartável, deu para ver aqui em algumas falas que foi isso que, traduzindo, aconteceu aqui: alguns querem defender a vida, outros nem tanto. E o que a gente vê aqui, Leandra? Que, na verdade, nós temos que, sim, retomar as Comissões Nacionais Permanentes do Benzeno, tanto em nível nacional como estadual. Essas duas ferramentas, juntas com o GTB, salvaram vidas de 1995 até 2019; de lá para cá, caíram novamente nesse apagão da ciência e aí, realmente, as empresas... E aqui foi falado muito da Petrobras, foi falado, sim, dos postos de combustível, que estão em todo o Brasil. Nós temos 11. É isso, não é, Miriam? Onze refinarias. Nós temos quatro polos petroquímicos.

E quem controla esses polos petroquímicos se chama Braskem. E na Braskem, por exemplo, em 2008, quando ela assume o controle da Petroquímica Nacional, na antiga Copesul, assim como nós tínhamos a Copene, na Bahia, não é, Nilton? Como tinha a PQU, em São Paulo, e a Rio Polímeros, lá em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, Leandra, e aqui, Paim. Na Copesul, nós já acompanhamos a comissão nacional desde 1995, o acordo nacional, desde 1995.

E o que foi que aconteceu? A Braskem assume e, sim, aqui, para quem falou no 1,3-butadieno, tanto o Carlos Eduardo, que é o nosso Coordenador, sim, a Copesul já vinha desenvolvendo aqui uma tecnologia, o IBE, um controle ambiental desse produto. O que foi que a Braskem fez...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERSON MEDEIROS CARDOSO – ... quando ela recebeu isso? A Braskem botou na última gaveta e consumiu com esse estudo que estava sendo feito pela então Copesul, que estava com a ambição de levar proteção também, Rogério, para esses trabalhadores. E foi tirado de cena. Por quê? Tem custo? Não, o custo tem, sempre tem. Agora, ela não quer se responsabilizar pelas vidas.

E fechando aqui, também com o Ronaldo, lá do Paraná, mas colocando, não dá, Paim, não dá, companheirada, não dá aqui, empresários, para quatro meses de rotatividade, sendo que a lei vigente fala de seis em seis meses, não é, Miriam? Esse trabalhador que fica, em média, quatro meses nunca vai ter o hemograma dele, nunca vai ter o histórico do hemograma. Por quê? Porque a rotatividade não só abaixa o salário, doutor, mas também esconde a doença dos trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos em frente.

O nome e a entidade, só para registro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA – Alô!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valendo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA (Para expor.) – Eu sou Antônio Carlos, mais conhecido como Bahia. Eu sou, eu estou Secretário de Saúde da Confederação Nacional do Ramo Químico.

Eu vou tentar responder a pergunta do Paulo, de Goiás: "Quais métodos de fiscalização de empresas será/pode ser aplicado para que não haja a exposição dos trabalhadores ao benzeno?". Eu acho que aqui já foi dito de quatro em quatro meses. Talvez essa seja a solução. (*Palmas.*)

Se eu fizer rotatividade de quatro em quatro meses, eu não exponho o trabalhador ao benzeno.

Queria também deixar aqui uma... Eu queria entender direito, já que toda a população está exposta ao benzeno, como o meu querido Bernardo Souto aqui afirmou, tem benzeno na água, tem benzeno em tudo, na comida, na roupa, isso é para justificar a incidência de câncer? Porque tudo isso aconteceu e vem acontecendo a partir do momento em que foram totalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esfaceladas as comissões. Porque, enquanto existiam as comissões, a gente conseguia ainda mensurar a possibilidade de proteção aos trabalhadores.

E, aí, o companheiro ao lado diz que agora quase 900 auditores-fiscais estão sendo contratados para que talvez a gente tenha a possibilidade de uma fiscalização que seja mais eficaz. Até aqui, as empresas é que dão a informação. E são informações falaciosas, porque não são verídicas, não são verdadeiras. E a gente vê a prova da dificuldade de se encontrar um nexo causal. A dificuldade de se pedir uma CAT.

Eu não sou contra. Agora, eu queria deixar, aqui, bem claro, cada ser é único. O senhor talvez tenha um organismo suprassumo que consiga ficar tanto tempo abastecendo o carro e não tenha nenhuma sequela, mas um outro, que tenha a imunidade baixa, com pouco tempo pode contrair a doença. Está certo?

É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora, passamos a palavra para o Luiz de Souza Arraes, voltou para a mesa.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para expor.) – Eu queria responder ao Carlos – sou Luiz Arraes, da Fepospetro. Bom, Carlos, as normas regulamentadoras. Nós fizemos, lá em São Paulo, várias campanhas de conscientização sobre o benzeno. Nós aprovamos uma lei, conseguimos aprovar uma lei na Assembleia Legislativa, que trata do abastecimento só até o automático. Fizemos várias cartilhazinhas, tipo gibi, explicando aos trabalhadores como deve ser o procedimento do abastecimento. Como você citou aqui, aquela questão do paninho molhado que botava na boca do tanque, que o trabalhador usava no bolso – conscientizado, ele não usa mais –, distanciar-se na hora do abastecimento... Nós temos, inclusive, na federação, ele pode solicitar, esses gibis que fizemos. E já espalhamos, em todas as rodovias de São Paulo, nas principais, os *outdoors* explicando a questão do benzeno. Fizemos várias palestras e continuamos fazendo essas palestras para conscientizar o trabalhador, inclusive das normas regulamentadoras e da questão da fiscalização.

Infelizmente, nós temos um déficit na fiscalização, que está sendo reposto agora, na questão do Ministério do Trabalho, mas nós temos a questão da adulteração do combustível, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é séria, que é forte, e é um caso de polícia, inclusive. Agora, vocês viram aqui, nessa Operação Carbono, o que aconteceu em São Paulo. Inclusive, estão trocando por outro agente. Tem lá gasolina que foi encontrada com 80% de metanol, aquele que o pessoal estava colocando na bebida lá, matando gente, cegando gente, já está no posto de gasolina... Inclusive, tinha uma indústria de bebida falsa que foi pegar o metanol no posto de combustível, e adulterou o *whisky* e as bebidas lá que mataram gente.

Então, a federação tem feito muitas ações, Carlos, nesse sentido, de conscientizar o trabalhador, de informar e de trazer para o trabalhador a melhor condição de trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Luiz de Souza Arraes.

Pessoal, eu só vou ter que encaminhar para o fechamento.

Claro que ainda faltam um, dois, três, quatro...

Teve um companheiro que gentilmente veio à mesa, você é da...

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO – Sou Presidente da Federação Nacional dos Empregados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele pediu para mim, mas eu queria consultar o Plenário, porque, se todo mundo pedir, nós não encerramos mais. Ele pediu nem que fosse um ou dois minutos. De minha parte, está dentro do horário. É possível.

É possível?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, tá, vamos lá, meu amigo.

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO – Obrigado ao Plenário e obrigado, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dois minutos.

Agradeça ao Plenário, aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO (Para expor.) – Cumprimento V. Exa., Paulo Paim, pela oportunidade de estarmos aqui, mais uma vez, e por esse carinho que você tem para com os trabalhadores.

Eu quero só aqui registrar que nós temos alguns casos de benzenismo na nossa categoria, inclusive no Rio de Janeiro, identificados pela Fiocruz. Nós temos uma parceria com a Fiocruz. Eu presido o Sindicato dos Empregados em Postos de Combustíveis do Rio de Janeiro, e nós temos uma parceria permanente com a Fiocruz. Eles fazem exames de sangue nos frentistas, e vários frentistas, eu diria que pelo menos três frentistas, foram constatados com benzenismo.

Não é verdade que o posto de gasolina não representa risco, claro que representa. Nós temos aí informações de que, em vários lugares do Brasil, tem trabalhador que adquiriu o benzenismo no posto de combustível.

Nós vamos mandar um estudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO – ... para este Senado colocando essas informações que aqui eu estou dando.

O posto de gasolina, infelizmente, é um dos trabalhos mais precários no Brasil. Nós temos muitos problemas no posto de gasolina, e o Ministério do Trabalho deve ter atenção para isso.

Então, é só isso que eu queria registrar aqui, Presidente.

Muito obrigado pela sua atenção, muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu, e valeu pelo tempo: foi exatamente em dois minutos!

Vicente Selistre.

O SR. VICENTE SELISTRE (Para expor.) – Saudações novamente.

Só deixo também um abraço ao Medeiros, que é lá da FUP, Petrobras, Canoas, Rio Grande do Sul, e também ao companheiro Eduardo Martinho, que junto com muitos aqui pertence a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Nacional Tripartite do Benzeno, grande companheiro, lá de Campinas. Ele é um estudioso preocupado, um grande orientador. Um abraço a ele, que está acompanhando.

Aqui há diversas questões que me interessaram, mas eu vi a preocupação com a saúde psicológica, com políticas públicas. O Gilmar falou da questão psicológica; o Marcos falou também do registro de tratamento na seara do Estado; a Thelma falou de política de Estado; o Ronaldo, do Paraná, também bem tutelado na nossa Carta Magna; que bom que o Paulo, de Goiás, falou sobre exposição e sobre fiscalização; a Vanessa, de Minas Gerais, falou em enfermagem. Eu vou fazer um grande pacote. Que bom que veio essa notícia – e eu falava com o representante especial Garcia – de um concurso tão esperado, que teve adiamentos inexplicáveis, e que bom que vão dar 50% a mais de auditores.

Ouvi de também auditores que, quem sabe, nós possamos levar o tema da saúde e da segurança do trabalhador, do trabalho para dentro das salas de aula, nas últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio, assim como vai o trânsito, assim como vão diversas questões da nossa sociedade.

Quem sabe, Paim, está na hora de tu pensares no estatuto da saúde e segurança do trabalhador. Tu que és o nosso rei aqui, o nosso companheiro que lideras, fizeste o do idoso, o das pessoas com deficiência, o do trabalho está debatendo agora para refutar aquela reforma trabalhista nefasta. Então, quem sabe, é o momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE SELISTRE – E uma coisa que vai ser um debate muito grande – por isso, temos que ir muito adiante – é a questão dos CERESTs. Eu vou lhes dizer que, de Porto Alegre até Campo Bom, ou que vá até Taquara, vá até ao pé da Serra, pegando o Vale do Gravataí – que tem cidades como Viamão, Gravataí, Cachoeirinha e Alvorada, grandes cidades – e de Canoas para cá, não há nenhum. Há um Urest em Gravataí, há um em Porto Alegre – ou dois, acho que dois ou três –, e por aí vai pelo Rio Grande afora. São muito poucos.

O que precisamos fazer – ainda mais com esse reforço dos auditores-fiscais, da auditoria fiscal do trabalho – é dialogar, sim, com a obrigação de que o sistema público de saúde, a rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública de saúde, em consonância com a auditoria do trabalho e com o Ministério da Saúde, informe e dialogue para prevenção e vigilância da saúde do trabalhador.

Eu acho que esses centros de referência em saúde dos trabalhadores, de que se fala há tantos anos, em grande parte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE SELISTRE – ... estão que nem aquele caviar do Zeca Pagodinho: só ouço falar, não vi nem comi... Então, nós precisamos que os CERESTs cheguem perto da população, principalmente daquelas mais expostas a um trabalho mais degradante, a situações de trabalho mais degradadas e penosas.

Muito obrigado, companheiro Paim.

Mais uma vez, parabéns.

Estamos juntos nessa luta aí.

Um abraço da CTB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vicente Selistre.

Agora, é o Carlos Guimarães Júnior.

O SR. CARLOS GUIMARÃES JÚNIOR (Para expor.) – Eu acho que vou falar de duas questões juntas aqui: a vida é o maior bem tutelado pela Carta Magna, e, nesse sentido, a saúde das pessoas, dos seres vivos é de fundamental importância; e a outra também é que a cessação da exposição é o verdadeiro tratamento do câncer induzido por benzeno.

Antes, eu só gostaria de comentar sobre o que o nosso colega da primeira fila falou aqui. Quando a gente tem um funcionário que, em quatro meses de rotatividade, sai, ele passa a ser até um custo maior, porque, quando um funcionário fica seis meses, eu o testo de seis em seis meses; se aquele funcionário fica quatro meses e sai, e eu tenho que contratar outro, eu pago mais um exame pelo qual, teoricamente, eu poderia esperar seis meses; e, se esse cara saiu com quatro meses de um posto e foi para o outro, ele vai ser testado antes dos seis meses. Então, isso vira um custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam bem, gente, em momento nenhum – em momento nenhum –, a categoria patronal sentou aqui para falar de flexibilização, de limite de exposição – hora nenhuma. Você não escutou isso da minha boca, não escutou isso da CNC hora nenhuma. A gente não falou de flexibilização hora nenhuma. A gente falou apenas de... Nós não queremos exposição – nós também não queremos exposição –, nós queremos saúde e segurança do trabalhador. Desde o primeiro momento, eu falei aqui foi de saúde e segurança do trabalhador. Eu não sou uma máquina, não; eu estou no posto há 32 anos. E Deus me livre... Não sei o que eu posso ter, o que eu... Careca eu fiquei muito cedo, com 20 anos. (*Risos.*)

Com 20 anos, eu estava careca. Eu tenho vários problemas de esofagite, de tensão, enfim... Eu acho que não é por aí... A gente tem que buscar, sim, a saúde de todos os trabalhadores. O que eu pedi aqui é que a gente precisa mensurar. E o risco de vocês que estão aqui com essa jaqueta eu tenho certeza de que é muito maior do que o de um posto de gasolina. Nós não podemos.. Senão, vocês estão indo contra vocês! Vocês não podem ir contra vocês. O risco de uma plataforma é maior... O risco de uma pessoa que está lá, que chegou de helicóptero a uma plataforma, que fica 15 dias dormindo naquela plataforma, extraindo petróleo, é diferente do de um frentista, que está num posto de gasolina. Frentista tem risco? Claro que sim, muito! Tem exposição? Sim! E tem outros riscos: assalto, benzeno – outros riscos.

O que precisamos fazer aqui nesta Casa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS GUIMARÃES JÚNIOR – ... é não nos colocarmos como inimigos. Não! É discutirmos a prevenção e a saúde para cada categoria com a correta dosimetria, que pode ser, em última instância, em casos... Por exemplo, um caso de posto de gasolina está fácil de resolver: o frentista não põe a mão mais – não põe a mão mais! Como é que vai ser? Robô? Não. Meio *self-service*: o frentista fica orientando, e o cliente abastece. Pronto.

O que nós estamos falando aqui é de defesa da saúde do trabalhador. Em momento nenhum, a nossa categoria falou de flexibilização ou de falta de fiscalização. Não. A gente quer, sim, a saúde do trabalhador, mas com a correta dosimetria para cada uma das funções e ocupações previstas na legislação brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Carlos Guimarães.

Em seguida, Bernardo Souto.

O SR. BERNARDO SOUTO (Para expor.) – Vou escolher a pergunta da Thelma.

Eu acho que a política de saúde do trabalhador deve ser uma política de Estado, e a gente já tem exemplos no Brasil em que a metodologia do LEO é utilizada, a gente já tem para proteção da saúde. Quem digitar aí "Resolução Conama 420, de 2009", vai achar o limite de exposição à saúde humana quando se faz uma avaliação de risco de uma área contaminada. Quem digitar aí "Ministério da Saúde – avaliação de risco", vai ver que o Ministério da Saúde usa a mesma metodologia do LEO para populações expostas a produtos químicos. Então, o que a gente está pedindo é que a saúde humana seja medida da mesma forma. A saúde humana não pode ser uma para o meio ambiente, não pode ser uma para o Ministério da Saúde e não pode ser uma para o trabalhador. A saúde humana é um valor universal. Se a gente tem metodologia para avaliar pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério do Meio Ambiente, por que a gente não pode ter a mesma metodologia para o trabalhador?

É isso.

Respondi a sua pergunta, Antônio? (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, esse foi o Bernardo Souto. Ele apresentou o seu resumo.

Agora, Miriam Cabreira, Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, para a fala de encerramento.

E daí nós vamos tirar uma foto coletiva, viu, pessoal?

O SR. MIRIAM CABREIRA (Para expor.) – Bem, aqui também aproveitando a fala da Thelma – "a exposição a químicos deve ser uma política de Estado" –, a política de Estado, de fato, está aí para, inclusive, mediar os conflitos. E eu acredito que aqui a gente não pode vir para este tipo de diálogo com um pensamento assim: "o trabalhador quer direito ou emprego?". Nós estamos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tentar construir uma forma de garantir o direito e o emprego, preservando a vida das pessoas, a saúde das pessoas.

Eu gostaria de reforçar que, quando outras pessoas perguntam "o que fazer?" ou "quais são os métodos?", a gente não precisa inventar a roda. A gente pode retomar com as comissões, nacional e estadual, do benzeno, inclusive para a gente poder dimensionar as responsabilidades conforme os tamanhos, como foi colocado aqui pelo Carlos Guimarães, de acordo com as possibilidades.

E o Estado intervir... o Estado tem que intervir para garantir que seja feito, porque, a gente não vai mais aceitar esta política de medo: ou trabalho ou direito. A gente quer os dois, a gente quer a vida além do trabalho também. (*Palmas.*)

A gente aqui está valorizando o espaço de negociação tripartite, e o Estado é o mediador. Então, para nós, é retomar com as comissões, nacional e estadual, do benzeno, que é um fórum essencial para a gente poder discutir as políticas; e manter o VRT.

Vou lhe fazer uma pergunta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIRIAM CABREIRA – Se lhe convidassem para subir numa plataforma... Mil pessoas podem subir numa plataforma. E aí eles vão lhe dizer assim: "Depois que todo mundo subir na plataforma, quatro buracos vão se abrir, e as pessoas vão cair – e vão morrer". Quantas pessoas iam subir nessa plataforma?

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem – muito bem. Parabéns à Miriam Cabreira, Presidenta do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, onde se iniciou este debate de hoje, e aqui nós encerramos. No meu entendimento, atingiu todos os objetivos.

Inclusive, olhando para você aqui – o Antônio, não é? –, eu poderei ir a Volta Redonda. Fui uma vez lá, quando estava uma crise enorme lá, e foi muito produtiva a ida lá em nome do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus amigos, missão cumprida, trabalho encerrado. Existe vida além do trabalho insalubre! Estamos juntos, vamos lá. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião – e vamos para nossa foto histórica aqui.

(*Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Lucas Barreto, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Jorge Kajuru e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 87/2025 - CAS, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater o tema "Prematuridade em foco: para quem chega antes, o que vem depois?". **Participantes:** Sonia Isoyama Venâncio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde; Lilian Sadeck, Primeira Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Suellen Sátiro, Coordenadora de Políticas Públicas da ONG Prematuridade.com; Denise Suguitani, Diretora-Executiva da ONG Prematuridade.com; e Marta David Rocha, Neonatologista do Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

E aqui eu quero dar um boa-tarde a todos os presentes, aos membros das ONGs e dos institutos, a todos os Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando virtualmente, a todos os assessores, aos assessores do meu gabinete e aos assessores aqui da CAS. Quero dar um boa-tarde a vocês e agradecer a participação de sempre.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 87, de 2025, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a debater o tema "Prematuridade em foco: para quem chega antes, o que vem depois?".

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e que contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá, ao vivo, a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Agora eu quero convidar a Dra. Suellen Sátiro para fazer parte da mesa. Ela é Coordenadora de Políticas Públicas da ONG prematuridade.com. Seja muito bem-vinda, Dra. Suellen. (*Palmas.*)

Agora eu quero convidar a Dra. Denise Suguitani, que é Diretora-Executiva da ONG Prematuridade.com, para se sentar aqui à mesa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero convidar a Dra. Marta David Rocha, que é Neonatologista do Hospital Materno Infantil de Brasília, do Hmib. (*Palmas.*)

Por favor, Dra. Marta, se faça aqui presente na mesa. Seja bem-vinda, minha querida.

Quero dizer a todos que estão nos assistindo neste momento da importância deste momento para todos que são envolvidos, de uma forma direta ou indireta, com a questão da prematuridade: nós que somos pediatras; e você, que é especialista em Neonatologia, Dra. Marta; e também você, Dra. Denise, Dra. Suellen, que se envolvem diretamente com a causa da prematuridade através da ONG Prematuridade.com.

Eu quero também cumprimentar a Dra. Lilian Sadeck, que é a primeira Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Eu quero desejar a você, Dra. Lilian, uma boa tarde. Que você possa, de uma forma específica, participar dessa audiência sobre a prematuridade. Eu lhe agradeço por você ter aceitado o nosso convite.

Eu também quero cumprimentar a Dra. Sonia Isoyama Venâncio, que é Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde. Dessa forma, ela também – a Dra. Sônia – está representando o Dr. Eder Gatti Fernandes, que é Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

Quero desejar a todas vocês uma brilhante explanação – a gente quer muito ouvir vocês – e dizer a vocês da minha honra, da minha satisfação de tê-las aqui participando deste momento tão importante para as nossas crianças e especialmente para os nossos prematuros.

Eu quero começar convidando a Dra. Suellen Sátiro para explanar o que você quer nos colocar nesta audiência, para aprimorar este debate em relação à prematuridade.

Você, Dra. Suellen, tem dez minutos para sua fala.

A SRA. SUELLEN SÁTIRO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Exma. Senadora.

É uma honra estar aqui com todos vocês; com a Denise, a Dra. Marta, os assessores, todos os representantes aqui das entidades. Sejam muito bem-vindos.

Essa tarde será abençoada, em nome de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu sou Suellen Martins. Além de Coordenadora de Políticas Públicas da ONG, eu também sou mãe de duas prematuras. Essa é a minha família; Sílvio, meu esposo. Sou alagoana, como a Senadora, e meu marido também. E essa é a Eva, que está ao meu lado, que tem 11 anos, e a Elis, que está nos braços do pai, tem sete anos.

A Eva é essa aqui que está segurando o dedinho do meu esposo, olhe o tamanhinho da mão dela. A falange distal do meu esposo e do tamanho da mão dela! Aí ela estava entubada, nasceu de 27 semanas, com 920g. A minha bolsa estourou com 23 semanas, eu estava em Maceió. Viajei para Brasília, porque eu já morava aqui – eu moro aqui há 12 anos. A gente ficou internado um mês para segurá-la e, com 27 semanas, ela nasceu. Um mês e meio entubada, sete paradas cardiorrespiratórias, dez transfusões sanguíneas, e ela veio para o meu colo só com dois meses. Com um mês de vida, foi a primeira vez que eu peguei minha filha no colo.

Isto é bem comum na prematuridade: você tem seus filhos, eles saem da sua barriga e não vão para os seus braços. A gente sente um vazio gigante! Eu sentia os meus braços pesarem de tanta vontade que eu tinha de pegar a minha filha. Eu só consegui isso durante três minutos rapidinho, quando ela tinha um mês e um dia de vida. A amamentação era por seringa. A gente tira, ordenha e vai dando aos poucos para o bebê, porque o intestino ainda é muito imaturo. Ela só veio para o meu peito com dois meses e meio. E foi depois de uma palavra de Deus. Ele falou para mim, ele disse assim, numa quinta-feira: "Neste sábado não, mas no próximo ela vai para o seu peito". E foi da mesma forma que a médica falou para mim: "Como está o seu peito? Está muito cheio?". Eu falei: "Não". "Vai lá fora e esvazia porque ela só vai para o seu peito". Até a forma com que ela falou, foi a forma que Deus falou para mim. E a minha Eva, louvado seja Deus, é um milagre. Os prematuros têm isso. Quem convive com a prematuridade, seja profissional, seja mãe, seja pai, seja o pessoal da área dos medicamentos, porque tem muita gente aqui também, vacinas e tudo mais, a gente vê, a gente presencia, somos testemunhas de muitos milagres.

E aí depois de quase quatro anos... Eu tenho uma malformação no útero. Por isso, a minha filha nasceu prematura, a minha bolsa estourou com antecedência. E aí, depois de quase quatro anos, Deus me abençoou. Mesmo com todas as prevenções, ele queria que a Elis viesse, e nasceu a Elis de 31 semanas. Aí a Elis não precisou ser entubada, ela só está no Cpap, já tinha os polvinhos. E esse polvinho, Dra. Marta... Fica aqui o registro para a senhora que lida com a UTI neonatal, eu usei esse polvinho para fazer a conexão entre a Eva e a Elis. Eu fazia vídeos brincando com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polvinho e chegava em casa e mostrava para a Eva. Eu falava: "Está vendo, ela não está sozinha, o Chininho está cuidando dela". A gente chamava de Chininho por causa do olhinho. "O Chininho está cuidando dela". (*Risos.*)

Mas logo, poucos dias depois, a Eva foi conhecer a irmã. A Eva está aí. Só que a Eva... Eu também fiquei tranquila de ela ir conhecer a irmã porque a gente já trabalhava na ONG, a gente entrou na ONG em 2016. Tive a honra de conhecer a Denise através de um Deputado do Espírito Santo, porque eu tinha vindo aqui falar com ele, porque eu, na UTI, já ficava revoltada com um monte de coisa errada que eu via, que teria que melhorar, principalmente na licença-maternidade. Então, eu vim aqui para a Câmara e falei: "Deputado, o que eu posso fazer para ajudar?". E aí, um ano depois, a Denise veio, falou com ele e a gente se encontrou. Então, a Eva já andava em UTI, já tinha ido a palestras e tudo mais, não era um ambiente difícil para ela, ela tinha referências.

E aí, essa foto, é porque... É o seguinte, gente, essa foto aí é para representar porque, muitas vezes, a gente engravida... Na maioria das vezes, a mãe, quando engravida, acha que é tudo lindo, que é tudo romântico, que vai ser tudo perfeito. E a gente deseja que seja mesmo, e, graças a Deus, para a grande maioria é. E parece que é como se fosse ir para a Disneylândia, que é o sonho de todo mundo, que é aquela coisa linda, colorida, maravilhosa, super-romantizada. Só que a prematuridade é como se fosse você tirar a passagem para Disney, aí você pega o avião da gestação, vai sonhando com a Disney e, de repente, alguém abre a porta do avião e te joga lá embaixo.

Eu uso essa metáfora para quem não é mãe e pai de prematuro tentar entender a sensação, porque é exatamente essa a sensação. A gente não sabe o que vai acontecer, mesmo quem é da área da saúde, a gente sabe as intercorrências que existem, o que pode acontecer, o que não pode, às vezes até para quem é da área da saúde chega a ser um pouco pior, porque a gente sabe, às vezes a ignorância é uma bênção. Eu mesma ia no respirador das minhas filhas primeiro, eu não ia nelas. Eu sou fisioterapeuta de formação e também sou psicanalista, eu ia no respirador, depois eu ia nelas.

A minha segunda filha teve muitas intercorrências, ela passou 116 dias na UTI, e várias vezes eu mesma aspirei, já reanimei, já fiz tudo com ela nos braços, porque não ia ficar esperando, não é? Até depois, vocês acreditam que depois fui lá à maternidade, umas duas vezes, pedir: "Gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vim aqui só pedir desculpa, porque eu devo ter sido uma mãe chatíssima", porque, enquanto mãe, como eu sabia das coisas, eu me metia, eu queria montar protocolo, eu ia fazer um monte de coisa. (*Risos.*)

E aí a gente cai desse avião numa montanha russa, eu digo que a gente cai lá na montanha-russa, na cadeira da montanha-russa, e você, de fato, não sabe o que vai acontecer, que hora vem o *looping*, que hora desce, que hora sobe, porque o bebê é muito instável, o prematuro é muito instável, independentemente das semanas. E com as minhas, porque uma foi extrema e a outra também era bem prematura, era coisa do tipo assim, eu já ouvi da enfermeira: "Su, nossa [depois que a gente voltou lá], teve um dia que você foi saindo, você dando as costas e Eva ficando roxa, tendo uma parada". Aí estava tudo ótimo, e você chega de tarde: "Nossa, ela teve isso, teve aquilo, teve aquilo outro, precisou botar sonda, precisou botar não sei o quê". Eva foi entubada de novo uma vez porque precisou, então você sai, está tudo bem, e de repente está tudo péssimo, e, daqui a pouco, em um minuto, já melhora tudo de novo, porque eles são assim. Eu digo que o potencial de vida de um bebê prematuro, de um bebê em si, da criança, é muito forte, eles se recuperam muito rápido das coisas porque o potencial de vida é muito grande.

Eu costumo dizer, dentro dessa metáfora, para finalizar essa metáfora, que, quando a gente cai na montanha-russa, o que segura alguém numa montanha-russa? É o cinto de segurança, certo? E eu digo que esse cinto de segurança é Deus porque ele é o dono da vida, ele é o dono da morte, ele é o dono da vida, ele é o dono de tudo. Então, muitas vezes, para quem crê, segurar esse cinto de segurança, colocar esse cinto de segurança espiritual é o que sustenta, porque, hoje em dia, às vezes, eu me lembro das coisas que passei com as minhas filhas, volto lá atrás e hoje eu me emociono mais do que na época, porque tenho certeza de que na época o Espírito Santo me ajudou e não me fez sofrer tanto. E eu fico assim pensando: meu Deus, como é que eu passei por isso? Só o Senhor mesmo para me sustentar.

Essa aí é uma imagem da gente saindo da UTI; essa pequenininha lá em cima é a Eva. Olha o tamanho da mão do médico, entubando-a, com 920g.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SUELLEN SÁTIRO – E aqui, somos o Silvio e eu indo buscá-la de família Incrível – ele que inventou essa história de a gente buscar de família Incrível. E depois, a gente saiu de família Incrível de novo, com a Elis, em 2018. Vou passar aqui, porque eu não tenho...

Aqui são algumas imagens da gente com a ONG; aquela primeira foto que a gente tirou, no aeroporto. A gente já fez várias ações com a ONG: palestras, eventos, o gibi da Turma da Mônica, enfim. O JHC lá em cima – ele era Deputado Federal na época –, ele é filho da Senadora e Prefeito lá de Maceió, um querido. Na primeira vez em que o Congresso foi iluminado de roxo, foi o JHC que nos ajudou.

E ali, a gente estava montando a primeira Frente Parlamentar da Prematuridade. Ele estava assinando com – hoje ele é Prefeito de Recife, eu acho – esse Deputado, que era Deputado na época. E depois de todo o...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SUELLEN SÁTIRO – ... meu trabalho com a ONG, eu acabei me formando em Psicanálise e criando um projeto para mães, que se chama Mãe Borboleta. Eu vou deixar aqui o meu Instagram, para vocês conhecerem melhor.

Mas antes, só para finalizar, eu gostaria de contar uma história para vocês.

Quando a Eva nasceu – e eu vim de Maceió –, eu estava lá na UTI com ela, chegou uma visita na UTI para a gente, de uma grande amiga dos meus pais lá de Maceió, que morava aqui, em Brasília. Essa pessoa foi com o maior carinho do mundo, visitou a Eva, lá em 2014, e, quando a gente saiu da UTI, na porta da maternidade, ela falou assim: "Olha, Suellen, tenha fé, tenha fé de que vai dar certo. Sua filha vai sobreviver, e eu tenho certeza de que Deus tem um propósito muito grande na vida dela; ela ainda vai ajudar muitas pessoas. Ela vai ajudar muitas pessoas; eu acho que é isso que Deus tem na vida dela". E aquelas palavras não saíram...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SUELLEN SÁTIRO – ... do meu coração. E essa pessoa, essa amiga é a Senadora Eudocia Caldas. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, Senadora, através de você, através das suas palavras – que me deram essa esperança em 2014... Eu fico muito emocionada, porque a gente já tem grandes coisas que a ONG fez – e eu tenho muito orgulho da Denise, que presidiu tudo isso – e a gente já fez tantas coisas, mas essa lei tem esse fator especial, porque você, a senhora disse para mim: "A sua filha ainda vai ajudar muita gente". E hoje, através do seu trabalho como Senadora, como a pessoa maravilhosa que você é, a gente está aqui – e temos essa lei e outros projetos de lei em que a senhora está nos apoiando – e eu queria agradecer demais, por tudo, e agradecer a todos vocês.

Muitíssimo obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Suellen, confesso que quase chorava agora, viu? Fiquei muito emotiva, porque você foi lá atrás. Para quem não sabe, a Suellen é minha amiga, na verdade a mãe dela, os pais dela, eu a vi criança, crescemos juntas lá em Alagoas.

Realmente isso aconteceu, e o nosso Deus, na sua infinita bondade e misericórdia, deu a graça de as filhinhas dela hoje serem exemplos, não é? E está aí você na linha de frente, junto com a Denise, na ONG Prematuridade.com, levando a esperança que você teve lá atrás para outras mães. Isto é que é importante, Suellen e Denise: fazer a diferença, como outras ONGs e outros institutos mais.

Mas eu quero parabenizá-la, Suellen, pelas suas palavras, por você ter trazido fotos para explicar um pouco do que é ter um bebezinho prematuro e da importância de nós nos debruçarmos sobre esse tema. Parabéns pelas suas palavras.

Eu quero aqui também cumprimentar o Instituto Astem, na pessoa do Lewander. Quem é o Lewander? Lewander, seja muito bem-vindo. Obrigada por você ter aceitado o nosso convite e por você estar aqui unindo-se a nós nesta luta, para que possamos avançar cada vez mais, para que tenhamos números cada vez menores de bebês prematuros no nosso país, tá? Muito grata a você e a todos que vieram com você.

Eu também quero cumprimentar o Instituto Salvando Futuros. Ah, está ali. São dois membros, não é isso? Parabéns por estarem aqui. Agradeço a participação de vocês, agradecemos a participação de vocês, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos juntos. Quero mais contribuição, para que a gente possa avançar cada vez mais.

E eu queria, antes de passar a palavra para a próxima palestrante, fazer algumas considerações, Dra. Marta. Primeiro, quero dizer a vocês que dia 17 de novembro é o grande Dia da Prematuridade, que é celebrado mundialmente. Isso é motivo de muita alegria para mim, Suellen, Denise, Marta, todos vocês que estão aqui presentes, porque esse projeto de lei estava um pouco esquecido aqui no Senado e, assim que a minha assessoria me comunicou que existia esse projeto de lei aqui, que tinha vindo da Câmara e estava no Senado, mas não estava andando, a tramitação estava parada, eu falei "não, eu quero ser a mãe desse projeto, eu quero ir adiante". Como pediatra que sou, não poderia ser diferente.

E aí, eu tive a oportunidade também, Dra. Marta, de trabalhar no Hmib. Fiz a residência médica lá no Hmib, depois trabalhei como *staff*. Também trabalhei no Hospital da Criança. Então este é um motivo de muita alegria, saber que você é do Hmib.

E quero dizer a vocês isso...

Ô, minha amiga querida, que não poderia deixar de estar. Chegou agora a nossa querida Damares Alves. Uma salva de palmas para nossa Senadora. (*Palmas.*)

Senadora Damares, obrigada pela sua presença, você que sempre está ativa, não perde nada, participa de tudo. Nas grandes pautas, você está presente. Muito grata pela sua participação. Depois você vai falar um pouco para a gente escutar.

Então eu peguei esse projeto de lei, cuja tramitação estava parada, e fui pedir para ser Relatora ao nosso Presidente Marcelo Castro. Eu sou Vice-Presidente da CAS, pedi ao Presidente, e ele me repassou. Eu acho que em duas semanas, estava aprovado esse projeto. Glórias a Deus! Liguei logo para a Suellen, para a Denise e assim por diante.

Então, gente, mostro com isso que, quando a gente quer que a coisa aconteça, ela acontece. Ela só depende de nós. Mas a gente tem que ter estímulo pessoal, vontade pessoal e fazer valer o cargo em que a gente está investido ou investida, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu cumpri o meu mister, peguei esse projeto de lei, botei debaixo do braço, como a gente fala, corri, fiz a relatoria e hoje ele está aprovado, graças a Deus. E, no dia 17, estaremos todos juntos novamente para celebrar esse grande dia.

E eu queria fazer só algumas colocações, Senadora Damares e todos vocês que estão aqui presentes, que, de acordo com a OMS, a prematuridade é a primeira causa de mortalidade infantil no mundo – no mundo, é a primeira causa de mortalidade infantil. A gente precisa mudar essa realidade, todos nós juntos. Precisamos mudar urgentemente. E a prematuridade atinge 15 milhões de crianças todos os anos. Atinge não, nascem 15 milhões de crianças prematuras todos os anos, em todo o mundo.

E qual é a nossa realidade? Nossa realidade aqui no Brasil é que, todos os anos, dos bebês que nascem, em média 340 mil bebês são prematuros. Senadora Damares, é um número muito alto. E que um em cada dez bebês nasce prematurinho. E aí, eu fiz essa correlação mais ou menos pelas estatísticas que eu li, que eu estudei, de que, a cada dez minutos, nascem seis prematuros no nosso país. É uma quantidade enorme. Então, a gente está aqui conversando e, a cada dez minutos, seis prematuros – a cada dez minutos, seis prematuros.

E a mortalidade nessa faixa é muito alta nos prematuros, por motivos vários: complicações desde quando ele nasce, questões respiratórias e até complicações posteriores, como infecções, etc.

E eu também fiz um balanço aqui: 12% do total de nascimentos – 12% do total de nascimentos – desses 340 mil bebês que nascem anualmente, 12% correspondem aos bebês prematuros. Então, isso equivale a 931 bebês por dia. É muita coisa, gente, é muita coisa.

E, se a gente der as mãos, Senadora Damares, a gente que faz parte aqui da CAS, se a gente der as mãos junto com o Ministério da Saúde, junto com os gestores municipais e estaduais, a gente tem muito o que fazer pelos nossos bebês, e junto com essas ONGs maravilhosas, institutos que dão os braços a nós.

Eu estou me sentindo muito acolhida por essas ONGs aqui, pelos institutos, porque a gente sente assim: não estou só, tem alguém para me dar respaldo, para a gente lutar junto. Então, isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir um pouco o que eu vinha falando: enquanto no Brasil – eu fiz uma comparação com a Europa – são 12% dos bebês, dos 340 mil, na Europa são 8,7%. Quer dizer, a quantidade é alta também, mas um pouco menor do que a nossa, não é? Então, dá para a gente avançar mais.

E também coloquei que, no nosso país, a mortalidade entre prematuros chega a 45%, no caso de prematuridade extrema. A Dra. Marta é neonatologista, Damares, trabalha no Hmib, e eu fiz a residência médica lá. Como lá é um hospital referência para gravidez de alto risco, nascem muitos prematurinhos e prematuros extremos. Eu tive a oportunidade de pegar muitos prematurinhos extremo e, glória a Deus, deu tudo certo durante o período em que eu passei lá. Mas o fato é que 45% é muita coisa, não é? Muitos bebês que nascem prematuros extremos, e, no mundo, foram 900 mil mortes. Essa pesquisa que eu fiz foi em 2019 – deve estar maior, com certeza. Em 2019, 900 mil mortes por ano, considerando crianças abaixo de cinco anos porque é justamente aquele corte mais importante, que é na primeira infância.

E, no Brasil, o maior número de casos é na Região Norte. Por exemplo, Roraima, que fica na Região Norte do nosso país, concentra a maior ocorrência, 17%, um percentual muito alto. E Alagoas, voltando para o meu estado – foi o estudo que eu tive, vamos considerar há dois anos, em média – teve 12% de nascidos prematuros, batendo com o que a gente estudou em todo o país. Então, 12% é muito alto. E, no Nordeste, o Ceará lidera o *ranking* com 13,3%.

Eu tive o maior cuidado, Damares, de estudar ponto a ponto para a gente poder ter um diagnóstico real do nosso país e mostrar que o índice é muito alto. E Nordeste e Sudeste apresentam os maiores percentuais de extremamente prematuros, com 5,1% extremamente prematuros, que são os mais graves...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, abaixo de 28 semanas. Isso mesmo, Dra. Marta. Então, a gente tem que focar nessas regiões do nosso país.

E quase 45% das mães de prematuros, no Brasil, são solteiras. Olha aí a questão que você falou, Suellen, que você já se sentia só por não ter o seu bebezinho no braço quando você foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe. Imagine as mães solteiras. Então, você tem que ter uma rede de apoio para essas mães. Isso é muito importante.

E eu só coloquei, aqui, uma coisa dentre essa questão da prematuridade: a questão da Conitec. Olhe o que aconteceu – acho que a Damares participou deste momento. Eu fui autora de um projeto de lei em que colocava, nesse projeto de lei, a questão da vacina hexavalente, Marta, para os prematuros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, que é muito importante para os prematurinhos. E, aí, foi despachado para uma colega Senadora, mas não chegou a entrar em votação. Por quê? Porque a Conitec, agora em outubro, recomendou a incorporação, no SUS, da hexavalente. E eu fico feliz por isso, viu, Senadora Damares? Porque a gente trabalha aqui na CAS, os nossos...

Isso é muito importante, quero até fazer um elogio para os colegas do Ministério da Saúde e também para o nosso Ministro Padilha: isso é trabalhar em equipe. Eu coloquei aqui, fui autora desse projeto, foi distribuído, sobre a hexavalente – sempre está presente aqui o Ministério da Saúde, e eu parabenizo mais uma vez por ter os integrantes do Ministério da Saúde aqui conosco na CAS, eles vêm sistematicamente – e, pouco tempo depois, o Ministro reconheceu a importância da hexavalente e incorporou. Isso é motivo... Não deu nem tempo de ser votado, Damares, porque foi tão célere, e a Conitec já incorporou. E isto é muito importante: trabalhar em equipe, em conjunto.

Então, quero dizer às mães que estão nos escutando neste momento, a você, Suellen, à Denise e à Marta: em outubro, foi incorporado. Nós já temos a hexavalente incorporada ao SUS através da Conitec.

Então, isso foi motivo de vitória. Apesar de não ter dado tempo de ser aprovado o meu projeto de lei, eu me sinto gratificada e vitoriosa do mesmo jeito. Graças a Deus!

E, agora, eu passo a minha palavra, tem outros oradores, mas eu vou passar a palavra, mesmo sem você pedir, minha amiga, mas é muito importante a gente te ouvir, a palavra à nossa querida Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Oh, Presidente, que alegria! Claro que eu não deixaria de estar aqui!

Está sendo transmitido ao vivo, a gente está vendo o Brasil acompanhando. É um tema que mexe com o coração de todo mundo. Se tem um tema que une todo mundo é a prematuridade.

Essas guerreiras eu já conheço, Eudócia. Esse povo aqui eu já conheço, tenho um amor, um carinho.

Antes de ser Ministra, eu já militava na causa. Depois, como Ministra, gente, mesmo durante a pandemia, não foi fácil, vocês sabem disso, a gente ter as políticas públicas todas da área da saúde sem nenhuma interrupção, mas a gente lutou muito. Lembro-me de um evento, a gente no meio da pandemia, todo mundo com máscara, com o Ministro Queiroga lançando mais recursos, apresentando mais ações. E essa pauta não pode ser abandonada.

E agora a gente tem um time de Senadoras aqui muito comprometidas com a pauta. Quando a Eudócia chegou como pediatra, gente, eu disse: "Agora, acabou". Agora, aquilo que eu não podia falar, a pediatra fala. Aquilo que a ativista não fala, a pediatra fala. E nós estamos avançando!

Às vezes o Brasil não acompanha todo o nosso trabalho, mas a entrega da lei, da licença maternidade estendida para a mãe do prematuro, a licença maternidade começar só depois que ela sair do hospital, era uma luta de todos vocês, uma luta de anos, mas foi uma junção de forças que a gente conseguiu, e que bom que eu sou autora da lei.

Gente, sabia que a minha primeira lei sozinha é essa? Justo essa lei, tinha que ser essa, mas, assim, foi porque todo mundo entendeu a necessidade.

A gente tem uma outra lei, que não é uma lei, não é uma coisa que a gente goste muito de falar, mas que o Senado se debruçou, que foi a do luto materno, que também é importante. A gente trabalhou esse tema e é um tema ruim de falar, porque a gente quer todos eles com muita saúde, mas a gente perde. Ela deu um número aqui, ela trouxe estatísticas, a gente perde alguns. Alguns vêm, passam só um minutinho com a gente, já nos enchem de amor, de alegrias e de bênçãos, mas eles voltam para o céu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo brincar e falar que prematuro é anjo com pressa, anjo com pressa de vir para a terra para nos abençoar. É isso que eu falo, eu não chamo de prematuro.

Mas a gente tem outras pautas. Semana que vem vai começar uma briga aqui por causa de Eudócia, e eu sou a Relatora. Ela ousou apresentar um projeto de lei – viu, Ministério da Saúde? Não tenho culpa não, foi ela (*Risos.*) – de toda unidade de saúde no Brasil, todas elas, ter um pediatra.

Isso vai custar muito caro para o Governo? Vai. Inclusive, Eudócia, chegou agora à tarde o impacto orçamentário. Na hora em que eu vi o impacto, eu disse: "Eita!". Mas não tem dinheiro mais bem empregado que esse.

Governo Federal, vocês me desculpem, mas com impacto orçamentário alto ou não, o meu voto já está pronto.

Então, o que eu quero dizer é que é dessa forma que nós estamos conduzindo a pauta, com muita coragem, mas com muita responsabilidade. Sem a sociedade civil organizada, sem vocês, junto com os médicos, junto com o Parlamento, a gente não avança.

E claro, eu poderia puxar saco de todo mundo, mas eu não posso deixar de falar do meu Hmib, não é, Doutora? Meu Hmib, que eu amo, que é, assim, Eudócia, um orgulho para o DF. Todo mundo no DF tem uma história com o Hmib. Se não foi alguém da família que ficou lá, foi um afilhado, foi algum conhecido, todo mundo tem amor.

Então, que este mês, que todos os meses sejam roxos. Que todos os dias sejam roxos.

E eu trouxe aqui a ex-Ministra que ficou no meu lugar, a ex-Ministra da Mulher, da Família, dos Direitos Humanos, que deu continuidade à pauta, porque não dá para a gente cuidar disso só no Ministério da Saúde. Esse é um tema que envolve o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério do Trabalho – não é, gente? –, o Ministério da Previdência, o Ministério da Educação. Ele é um tema transversal.

Então parabéns pelo trabalho que todas vocês fazem. Parabéns, Eudócia, porque o Senado para tudo hoje para discutir a prematuridade. E que Deus abençoe vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Minha amiga, parabéns pelas suas palavras, Damares. Você é, como eu já te falei, um exemplo para todas nós aqui no Senado, minha amiga. Você abre um leque de frentes aqui no Senado que não é só saúde, não, é tudo. Você está em tudo. Agora, como ela consegue, eu não sei. Mas ela consegue. Ela consegue. Ela consegue. Damares, obrigada pelas suas palavras. Só veio, assim, realmente abrilhantar este momento e encorajar as mães que a escutaram neste momento, dar esperança a essas mãezinhas.

E queria dizer a você o seguinte, Damares: na verdade, já a parabenizei e agora eu quero agradecer-lhe por você ter entendido, como Relatora do meu projeto de lei... Como você bem falou, esse projeto de lei, pessoal, é o seguinte: estou aqui com a pediatra e neonatologista, Dra. Marta, esse projeto de lei que a Senadora Damares, com muita alegria, quando ela foi designada a ser Relatora, eu comemorei, porque a Damares realmente levanta a bandeira, corre atrás e faz a coisa acontecer.

Então nesse projeto de lei, eu coloco o seguinte: que toda UBS (unidade básica de saúde) tenha um pediatra. Porque, olhe, sai um pouquinho do tema prematuridade. Nossas crianças, às vezes, você que é pediatra, às vezes, sai da UBS sem diagnóstico, Damares. O colega clínico geral tem a capacidade de tratar, óbvio que tem. Porém, a pediatra... Por isso que tem a especialidade pediatria, que é para cuidar só de criança e adolescente.

Aí, às vezes, o diagnóstico é tardio. Aí vem para a UPA, volta para casa, vem para a UPA. Isso acumula crianças na emergência, na UPA, fica... Em vez de desafogar, o contrário, lota a UPA, crianças internadas, Damares. Depois, às vezes, evolui para UTI, para ter que ir para a UTI, e acaba indo a óbito.

Vou dar um exemplo rapidamente. Agora eu estava mostrando para minha assessoria no gabinete. Infelizmente eu perdi um sobrinho do coração, do coração. Netinho, neto... Na verdade, minha amiga é tia-avó desse menininho de três aninhos, de Ibateguara, que é a minha cidade natal, que fica na Zona da Mata de Alagoas – três aninhos de idade. Ele foi três vezes à UPA e voltou. Certo? Foi à UBS, não deu certo; foi à UPA, também não deu certo; foi três vezes e voltou. O que é que aconteceu? Foi para o hospital lá em Maceió já em estado grave, foi para a UTI, intubou – três aninhos, um menino lindo, saudável; pneumonia, o diagnóstico. Aí intubou, ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

18 dias na UTI, foi a óbito na semana passada. Hoje, dia 11, é o dia da missa de sétimo dia – hoje, dia 11. Ele morreu tem sete dias. Isso é muito doloroso. Quando a minha amiga me mandou o convite, eu falei: "Amiga, eu não aguento ir. Eu não vou. Eu estou no Senado, mas, mesmo que eu pegasse o voo, eu não aguento ir".

Então, gente, é muito dolorido. As mães que estão nos escutando agora sabem o que é isso e vão agradecer a você, Damares, por relatar favoravelmente. Não pelo fato de... É porque é nossa missão, é o nosso mister. Não precisa nem agradecer, porque é nossa obrigação trabalhar pela população, né?

E eu me sinto feliz. Eu me sinto feliz de o nosso Deus ter me tocado para fazer esse projeto de lei. Falei, como pediatra: "Eu não posso deixar isso passar, porque eu estou vivenciando todos os dias. Não posso deixar passar".

A Sociedade Brasileira de Pediatria está a favor. É óbvio. Como poderia não estar a favor? A sociedade distrital, aqui de Brasília, do DF, está a favor. Entendeu?

Então, assim, quero lhe agradecer, Damares, e parabenizá-la por isso. As nossas mães irão ficar felizes.

Como você disse, o impacto vai ser grande no orçamento. De fato; porém, quantas vidas serão salvas? Quantas vidas? Quanto custa a vida de uma criança, de um bebê, de um adolescente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente. Exatamente.

Então, eu espero que os nossos colegas do Ministério da Saúde também nos deem as mãos e possam estar lado a lado conosco para que a gente possa avançar e diminuir dessa forma o índice de mortalidade infantil no nosso país, que ainda é muito alto, Damares, especialmente e infelizmente, no meu Estado de Alagoas.

Pois bem, dito isso, eu quero chamar a Dra. Denise Suguitani, que é Diretora-Executiva da ONG Prematuridade.com, para dar uma palavra aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem, Dra. Denise, dez minutos para sua fala.

Muito obrigada.

A SRA. DENISE SUGUITANI (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Boa tarde a todos.

É uma honra estar aqui representando a sociedade civil organizada.

Não poderia deixar de agradecer novamente – já agradeci pessoalmente –, Senadora, por este espaço, por trazer a voz das famílias, por abrir este debate.

E que honra é estar aqui na presença de duas grandes ativistas da causa da prematuridade que estão deixando um legado aí para as próximas gerações através das leis! Então, muito obrigada. É uma grande honra.

Licença maternidade, vacinas, diversos benefícios que os prematuros precisam, já que eles nascem em desvantagem, digamos assim, comparados aos bebês que nascem a termo... Eu vou falar rapidamente sobre o papel da sociedade civil. Então, nesse contexto é a nossa participação.

Para quem não conhece a ONG, hoje a gente é a única organização não governamental trabalhando com essa temática no Brasil inteiro, através de 280 voluntários e 24 estados. Desde 2014, então, Senadora, a gente busca a redução dos partos prematuros evitáveis. A maioria deles é evitável, mas é importante a gente dizer que nem sempre é possível, né? Muitas mulheres fazem pré-natal adequadamente, não têm fatores de risco prévios e a prematuridade acontece. E essa informação também é importante para chegar nas gestantes, para a gente evitar partos prematuros. Muitas vezes uma simples infecção urinária pode levar a um parto prematuro.

E o nosso outro eixo de atuação é buscar equidade no acesso a saúde e justiça social para os bebês e para as famílias.

Temos parcerias estratégicas importantes nesse sentido, então temos aí a Febrasgo, trabalhando na questão da prevenção; a Sociedade Brasileira de Imunizações; recentemente, a Sociedade Brasileira de Pediatria, e muito nos alegra estar aqui na presença da Dra. Lilian Sadeck, Vice-Presidente; a Organização Pan-Americana da Saúde, fechando um acordo de cooperação técnica para fortalecer esse trabalho. E o Ministério da Saúde também é nosso grande parceiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos tido várias conquistas recentemente. Então, saúdo também a Dra. Sonia Venâncio, que está aqui com a gente.

A gente consegue apoiar em torno de 600 famílias todo mês, através de doações, de aconselhamento jurídico, de acolhimento psicológico, e fazemos durante o ano inteiro também campanhas de sensibilização, colaboração em pesquisas e a parte de políticas públicas também.

A prematuridade é uma epidemia silenciosa. A Senadora trouxe esse dado da principal causa de mortes de crianças abaixo de cinco anos. Então, se a gente for pensar isso, muitas vezes a prematuridade é invisibilizada. A gente precisa falar mais sobre isso e fazer muito mais, né?

Ela sofre influência de desigualdades sociais, então a gente está falando de disparidades étnico-raciais, geográficas, clima extremo, calor extremo, poluição... Tudo isso influencia na prematuridade, né?

Ela é a principal causa de mortes. A gente sempre fala que todo bebê escreve a sua história, que a prematuridade não é necessariamente uma sentença, mas ela pode deixar sequelas; infelizmente, algumas delas de impacto para toda a vida. E do impacto psicológico para as famílias a gente não precisa nem falar, né? A Suellen deu o depoimento dela aqui. Pais de prematuros têm um risco maior para desenvolver transtorno de estresse pós-traumático relacionado a essa experiência.

Então, o Brasil tem uma média de 12% do total de bebês que nascem aqui sendo prematuros, a Senadora já trouxe esses dados.

O bebê prematuro está com o sistema imunológico em desenvolvimento, então ele tem fatores de risco maiores para infecções, tem desafios nutricionais, é mais vulnerável a doenças respiratórias, neurológicas, intestinais. Ele tem um calendário vacinal com um esquema diferenciado, sobre o qual a gente precisa falar mais, precisa fazer campanhas sobre essas imunizações específicas.

Do ponto de vista de segurança do paciente, ele é um paciente crítico, porque ele é menorzinho, está muito mais sensível a qualquer erro de dosagem, terapêutico ou ambiental. Ele precisa de acompanhamento multiprofissional quando sai da UTI neonatal. Isso é vital para que a gente consiga prevenir sequelas da prematuridade e aproveitar a janela de oportunidade da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira infância, enquanto ele está em rápido desenvolvimento, para que esses profissionais especializados – terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, nutricionista, fisioterapeuta –, toda a equipe interprofissional possa identificar esses sinais e atuar precocemente, fazer estimulação precoce.

E é uma característica de todos os prematuros, sem dúvida, muita força e muita vontade de viver. Isso sem dúvida, todos eles chegam ao mundo assim.

Então o nosso papel é trazer todo esse embasamento científico, e com certeza a Dra. Lilian, a Dra. Martinha, a Dra. Sonia também vão trazer aqui para a gente todo esse embasamento legal, técnico, de normas técnicas, de Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança, de evidências científicas para o pele a pele, para amamentação, tudo aquilo que a gente sabe que é o cuidado humanizado do prematuro. A gente tem argumentos, argumentos não faltam para a gente trazer a prematuridade como uma prioridade nas políticas públicas.

São infâncias mais vulneráveis. Então, quando a gente fala de primeira infância, que é um tema superimportante, o prematuro tem uma primeira infância cheia de especificidades. Ele precisa de uma atenção maior para que ele possa se desenvolver adequadamente.

Tem o impacto familiar. Muitas vezes, são famílias que são impactadas economicamente de forma gigante, mas também existem rupturas familiares.

A Senadora Damares trouxe a questão de que é intersetorial. De fato, todos os setores da administração pública são afetados pela prematuridade. E o nosso papel, então, é ocupar espaços, como estamos aqui hoje, espaços onde a sociedade civil possa participar e trazer a voz das famílias e agregar também estes atores: Legislativo, Executivo, as sociedades científicas...

Aqui, ações de mobilização, políticas públicas, sensibilização, educação das famílias... É importante que as famílias saibam sobre os seus direitos, que elas sejam letradas no que é melhor para o seu bebê e nos seus direitos.

Aqui, trouxe também uma ação focada que a gente fez este ano, agradecendo também à Senadora e à Deputada Silvia Cristina também lá na Câmara, que abriram espaço para a gente fazer uma exposição sobre prematuridade, trazendo esses dados contundentes, trazendo fotos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para sensibilizar os passantes, os outros Parlamentares. E foi, de fato, uma ação muito linda e muito impactante com que fomos presenteados, então, este ano aqui no Congresso.

O fato da mobilização social, o papel das organizações de mobilizar os seus voluntários, os ativistas da causa para participar de momentos como este de decisão, de chamada pública, de consulta pública a respeito de incorporação de tecnologias, de medicamentos, de vacinas para os prematuros... Então, esse nosso papel é bem importante nesse sentido. Tivemos posicionamentos conjuntos durante este ano em relação a essas incorporações – no ano passado, em que começaram também.

E muitas vitórias. A gente teve diversas conquistas aí, como a incorporação do nirsevimabe, que é um medicamento de dose única para prevenir o vírus sincicial respiratório, que é um dos grandes causadores de internações e que para os prematuros é potencialmente grave. A gente aguarda, então, agora... Temos uma nota técnica do ministério, mas a gente aguarda, então, a publicação de um protocolo de uso, já que estamos praticamente próximos da próxima sazonalidade do vírus. A gente comemora muito isso, porque isso vai impactar muito nas internações de crianças. A bronquiolite, a pneumonia que o VSR pode trazer, para os prematuros, infelizmente, pode ser muito grave e fatal

E, falando dos projetos de lei, Senadora, aproveitando a sua deixa em relação à hexavalente, que bom que a senhora nos deu espaço para abrir este debate. Apesar de a Conitec ter debatido isso em outubro, ela trouxe essa questão, mas a gente ainda tem um ponto de corte em que só os prematuros abaixo de 33 semanas ou 1,5kg podem ter acesso pelo SUS à vacina hexavalente. E o nosso pleito é que todos eles tenham acesso, porque todos eles são vulneráveis. Então, graças ao seu projeto, começou aqui este movimento para trazer a vacina hexavalente para todos os prematuros, promover essa equidade. A gente teve uma onda hexa, como a gente chama, pois o seu projeto acabou desencadeando outros projetos nos estados, com outros Parlamentares nos estados entendendo a importância de essa vacina estar disponível para todos os prematuros. A gente tem aí, então, dez estados que estão com projetos de lei voltados a garantir a vacina hexavalente para todos os bebês prematuros nas suas regiões.

Aqui, há outros projetos de lei. Hoje de manhã, ainda falávamos sobre um deles, que é a informação da prematuridade na certidão de nascimento para facilitar o acesso das famílias a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos, vacinas, eventuais benefícios sociais... São projetos para a gente ter uma campanha de vacinação anual voltado para os bebês prematuros. Um grande projeto falando de cuidados humanizados do prematuro, um projeto que fortalece a Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança, especialmente o eixo do Método Canguru.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE SUGUITANI – Vou passar aqui que meu tempo acabou.

Temos iniciativas de conectar emendas parlamentares com instituições que precisam de apoio, de equipamentos, de estrutura.

Vou passar rápido.

Então, algumas conquistas. Mais uma vez, muito feliz de ter aqui a Senadora Damares, que participou ativamente da licença maternidade ampliada, que é um grande ganho para toda a sociedade, com impacto de longo prazo.

Criação de grupos legislativos.

O Dia da Prematuridade. Então, a gente ter uma data, iluminar os lugares de roxo, ter um mês para falar disso, Senadora, faz toda a diferença, dá muita visibilidade para quem não sabe o impacto que a prematuridade tem. Então, obrigada de novo.

E a incorporação de medicamentos, como as vacinas que eu trouxe aqui.

Quero agradecer também ao ministério. A gente teve a incorporação de uma sessão chamada "prematuridade" na versão digital da caderneta de saúde da criança, algo que não existia, trazendo especificidades do cuidado, vacinação. Então, foi um grande avanço.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE SUGUITANI – E estão aí os *prints* desta sessão da caderneta digital, que foi lançada este ano, na versão digital da caderneta.

Aqui, a participação do Brasil nesse relatório internacional. Participamos do lançamento em 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iluminação do Cristo Redentor, no ano passado, que foi lindo, um sonho de longa data.

Então, esse é o primeiro dia, dia 17 vai ser o primeiro dia nacional oficial. Estamos no primeiro Novembro Roxo oficial do Brasil, graças ao seu apoio, Senadora, e de todos que vieram nessa história com a gente.

Estou finalizando. Aqui, algumas imagens. Aqui é uma plataforma para quem quiser ajudar a ONG Prematuridade.com, com doações, ajudar-nos a ajudar as famílias.

E aqui, só para finalizar: "Frágeis ou nascidos com uma força descomunal?". Esse senhor, de 93 anos, nasceu em 1932, prematuro. Qual era a chance de ele sobreviver? E, hoje, ele está no *Guinness* como o fisiculturista mais velho do mundo. Ele tem esse título, ele está lá e ele é prematuro.

Então, só quero deixar essa reflexão e dizer que os prematuros podem sobreviver, prosperar e mudar o mundo – e que isso é um superpoder. E quem os conhece sabe, realmente, que eles são inspiradores. É isso. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eudócia, é bom a gente lembrar a população de que essas imagens estão disponíveis, a partir do momento que ela apresenta aqui. E eu sei que o que vai ter de gente que vai atrás das imagens de vocês, porque você deu uma aula, vocês estão dando aula, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Verdade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem estudante de Medicina que vai atrás, pesquisadores... Sem contar que as imagens estão lindas, eu vou usar um monte ali. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela sua explanação, muito objetiva, muito clara. Com certeza, as mães, todos que estão acompanhando aqui esta sessão entenderam tudo, porque foi bem explicativo.

Quero parabenizá-la e dizer que é um caminho longo ainda a percorrer, mas que nós iremos precisar muito de vocês, junto aí com a Senadora Damares, para a gente lutar juntas aqui na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, dia 17, o Senado Federal vai estar todo roxo – tá, gente? Foi justamente por conta do projeto de lei, Damares, eu fiz essa solicitação e o Presidente já liberou. Então, eu já a convido, Damares, para, quando acender de roxo, você estar lá, para a gente dar um grito assim de vitória.

E queria cumprimentar a Ministra Cristiane Britto, que se faz aqui presente. Ministra, muito grata pela sua participação.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (*Fora do microfone*.) – E eu sou mãe de prematuro.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ah, mas que bom, né? Graças a Deus deu tudo certo! Então, você é um exemplo a passar para outras mães.

Depois, se você quiser falar alguma coisa, eu vou só dar a palavra aqui à Dra. Sonia. Aí, Ministra, se você quiser falar alguma coisa... Está bom?

Então, vamos dar continuidade à nossa audiência pública. Agora, eu chamo, com muito prazer, a Dra. Sonia Isoyama Venâncio, que é Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde. Ela está aqui através da videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Dra. Sonia. Queremos muito escutar a sua fala, a sua explanação.

A senhora tem dez minutos.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENÂNCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todas as pessoas. É uma honra participar desta audiência pública.

Quero começar cumprimentando a Senadora Dra. Eudócia, e parabenizando-a pelo trabalho. Quero cumprimentar também as colegas Suellen, Denise, Marta e Lilian, que são companheiras nesse trabalho, parceiras nessa luta pela causa da prematuridade.

Eu vou pedir licença aqui para compartilhar uma apresentação. (*Pausa.*)

Vocês podem me avisar se já enxergam em tela cheia?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENÂNCIO (*Por videoconferência*.) – Sim? Então, está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, já enxergamos.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENÂNCIO (*Por videoconferência*.) – Bom, então, eu agradeço a oportunidade de estar aqui e trazer a perspectiva do Ministério da Saúde, da nossa coordenação, algumas ações que a gente vem trabalhando relacionadas à prematuridade, à redução da mortalidade infantil.

Então, já foi muito bem explanado aqui pela Senadora o cenário que a gente tem da prematuridade no mundo e no Brasil, mas só quero destacar que o Ministério da Saúde vem realizando análises e monitoramento desse indicador da prematuridade.

Então, temos aqui um boletim epidemiológico, elaborado pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Nesse boletim a gente tem uma análise da série histórica até 2022, mostrando para o Brasil uma frequência em torno de 12%. E, infelizmente, como foi falado aqui, essa frequência vem se mantendo nos últimos anos, a gente não tem conseguido reduzir expressivamente as taxas de prematuridade.

Quando a gente fala na prevenção da prematuridade, a gente tem que pensar na importância da qualificação do pré-natal, desse cuidado pré-natal e, para isso, a gente tem que ter uma atenção primária à saúde fortalecida, né?

Então, eu trago aqui algumas iniciativas do Ministério da Saúde, visando fortalecer a atenção primária. A própria ampliação das unidades básicas de saúde, por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento, com 1,8 mil novas unidades previstas para construção; a ampliação das equipes de saúde da família – hoje a gente já alcança em torno de 55 mil equipes de saúde da família.

E, para a nossa questão aqui, por que isso é importante? A gente tem evidências científicas, temos vários estudos realizados no Brasil mostrando que a Estratégia Saúde da Família teve um impacto favorável na redução da mortalidade infantil. O aumento da cobertura da Estratégia Saúde da Família, o tempo de implementação dessas equipes favorece, tem um impacto positivo na redução da mortalidade em vários outros desfechos de saúde da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito também o provimento de médicos – completar essas equipes com médicos – e as equipes eMulti, ou seja, multidisciplinares. E aí a gente destaca a retomada desse financiamento, o que favorece também, como foi falado aqui, a presença do pediatra na atenção primária, compondo essas equipes multidisciplinares.

Tivemos a revisão da Rede Cegonha, com o lançamento da Rede Alyne. A Rede Alyne traz... Eu vou detalhar um pouquinho mais o componente dos cuidados neonatais, mas aqui, falando da questão do pré-natal, a Rede Alyne amplia os recursos para os exames de pré-natal e também financia um novo componente, que é o ambulatório de gestação e puerpério de alto risco, para poder cuidar, oferecer cuidados para essas gestantes de alto risco.

E, para finalizar, também cito o novo modelo de cofinanciamento da atenção primária. Nós temos três componentes nesse financiamento. Um dos componentes é o componente de qualidade do cuidado. Nós definimos sete indicadores para monitorar boas práticas das equipes de atenção primária, e um dos indicadores cuida especificamente da questão da gestação e do puerpério. Então, é uma iniciativa importante. Nós estamos percorrendo todos os estados do Brasil, fazendo seminários com todos os municípios, com o apoio das secretarias estaduais, numa grande mobilização para qualificação da atenção primária, incluindo os cuidados com o pré-natal.

Falando, então, da qualificação dos cuidados neonatais, para a gente conseguir oferecer o melhor cuidado para esses recém-nascidos prematuros, todas as nossas ações são orientadas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc), que completa dez anos este ano – ela foi aprovada em 2015. Essa política tem o objetivo de reduzir a morbimortalidade infantil, promover a amamentação e promover o pleno desenvolvimento das crianças.

Para alcançar esses objetivos, ela está estruturada em sete eixos estratégicos, e, em cada um desses eixos, a gente tem um conjunto de ações, programas e estratégias. Começa com a atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido. Esse é o eixo que eu vou detalhar mais, em função da temática aqui da prematuridade, mas também vou falar da questão do aleitamento materno e alimentação complementar saudável.

O terceiro eixo é promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral, tendo a Caderneta da Criança como o principal instrumento para esse acompanhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas é um eixo muito importante, com as ações para redução da mortalidade na infância, não somente a mortalidade neonatal.

O quinto eixo trata da atenção integral a crianças em situação de violências, da prevenção de acidentes e da promoção da cultura de paz.

O sexto eixo aborda a atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade. E o último trata da vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno. E aqui a gente teve nesse ano um grande avanço, que foi a instituição do Comitê Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, Fetal e Infantil, para apoiar esse trabalho dos comitês estaduais e municipais.

Todas essas ações são coordenadas pela atenção primária à saúde e inseridas no contexto das redes de atenção à saúde.

Então, eu vou detalhar um pouquinho mais as ações voltadas ao cuidado neonatal, especialmente dos bebês prematuros.

O Brasil foi pioneiro, no ano 2000, na normatização do Método Canguru. O Método Canguru é um modelo de atenção voltado para qualificação e humanização do cuidado ao recém-nascido, mas não somente com foco no recém-nascido. O Método Canguru traz a importância do envolvimento e do acolhimento também dos pais e da família. Nós temos evidências científicas de efetividade desse método. Então, temos muitos estudos nacionais e internacionais mostrando desfechos muito favoráveis, como redução do tempo de internação, aumento das taxas de amamentação, redução de infecções e redução da mortalidade infantil. Então, no Brasil, felizmente, nós incorporamos essa abordagem de humanização desde o ano 2000 e, de lá para cá, a gente vem aprimorando a implementação, qualificando mais serviços, mais profissionais de saúde para a implementação do método.

A abordagem começa desde o pré-natal, quando é identificada uma gestação de risco – então, já é feito um trabalho com a família –, e segue para a UTI neonatal, estimulando esse contato pele a pele precoce. E também uma característica... O Método Canguru é uma iniciativa global da Organização Mundial da Saúde, mas, aqui no Brasil, ela tem uma particularidade, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um importante incentivo à participação do pai também, tanto que a gente começou chamando de Método Mãe Canguru, e hoje a gente chama de Método Canguru, para estimular a parentalidade, na verdade, não exclusivamente relacionada à mãe.

A segunda etapa, então, é a Unidade de Cuidados Intermediários Canguru, que estimula a permanência contínua da mãe com o bebê, também com o estímulo à presença do pai. A posição canguru é estimulada, então, pelo maior tempo possível. E essa etapa é muito importante, porque os profissionais de saúde apoiam as famílias para que se preparem para os cuidados do bebê após a alta.

E a terceira etapa, então, que acontece após a alta... Nós tivemos um avanço importante também com a Rede Alyne, que foi o cofinanciamento de ambulatórios de seguimento, ambulatórios de *follow-up*, para os bebês egressos das unidades neonatais. Então, nós estamos orientando a rede a que o acompanhamento do prematuro seja feito de forma compartilhada entre esse ambulatório de seguimento e a atenção primária, as equipes de saúde da família, pelo fato de essas equipes estarem mais próximas da residência onde essas crianças realmente vivem e elas poderem oferecer um apoio adicional, inclusive um acolhimento dessa família, com orientações.

Nessa terceira etapa, então, a gente tem que garantir o acesso à unidade hospitalar, sempre que necessário, identificar e reforçar as redes de apoio familiar e social, como já foi falado aqui, e a equipe sempre deve estar atenta também para a identificação de situações de risco, assim como as famílias, para procurar o serviço de saúde sempre que necessário.

A gente vem trabalhando a qualificação da atenção primária, para também trabalhar com essa abordagem do Método Canguru, e esse cuidado compartilhado com a atenção especializada.

Bem, vou correr aqui então.

Uma outra estratégia, em parceria com o Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, é a Estratégia Qualineo, presente em todos os estados, mais de 130 maternidades, com o envolvimento de muitos profissionais, para qualificação do cuidado neonatal.

A Rede Alyne, como eu falei, ampliou o custeio dos leitos das unidades neonatais, com o destaque para os leitos canguru; criou um incentivo novo para os bancos de leite, para aumentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a oferta do leite humano para esses bebês prematuros – essa é uma ação que também reduz mortalidade –; incluiu os ambulatórios de segmento e a qualificação dos complexos reguladores.

Vocês já falaram aqui, então eu quis trazer também essa grande conquista que foi a incorporação do nirsevimabe para todos os prematuros, e não apenas abaixo de 28 semanas.

Respondendo à Denise, a gente já tem a elaboração do protocolo de uso do nirsevimabe, estamos na revisão final pelas áreas e, em breve, vamos orientar todos os profissionais.

Foi bom, porque a Denise já divulgou a presença aí desse componente no aplicativo Meu SUS Digital, a Caderneta Digital da Criança, um item específico, com orientações para as famílias dos prematuros.

E, para finalizar, então, celebrar com vocês a aprovação dessa lei, a formalização, a inclusão do Dia Nacional da Prematuridade e o Novembro Roxo no nosso calendário, assim como também a OMS incluiu no calendário global, aí mostrando a importância, a relevância da mobilização social em torno da prematuridade.

Eu agradeço, então, a oportunidade, estou à disposição aqui, se tiverem alguma dúvida. E essa foto, eu acho que ela simboliza o que a gente gostaria de oferecer para todos os bebês prematuros: que os profissionais de saúde possam apoiar as famílias, que esses bebês possam ser acolhidos pelas famílias, para que possam se desenvolver plenamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, Dra. Sonia, pela sua apresentação. Foi realmente muito esclarecedora.

E, mais uma vez repito da minha alegria de saber que a Conitec autorizou, avaliou a importância da hexavalente nos prematuros e já foi incorporada no SUS. É uma luta que começou aqui na CAS...

Na verdade, como eu acabei de mencionar, você participou da minha fala, quando eu me coloquei dizendo a importância de trabalhar em equipe, nós aqui no Legislativo, vocês aí no Executivo. E o mais importante: não colocando o prazo, como era antigamente, de 28 semanas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 33 semanas, mas, enfim, de todos os prematuros. Então, isso foi motivo de alegria para todos nós.

E me sinto com aquele sentimento de dever cumprido, Dra. Marta, porque eu vi essa importância, e foi aqui na CAS que nasceu. É muito importante trabalhar em equipe, em conjunto. A Conitec entendeu, Dra. Denise, a importância de colocar a hexavalente, e agora é uma realidade. Então, eu me sinto feliz. Como eu falei, não precisou nem tramitar, porque estava em tramitação esse projeto de lei de que eu sou autora, mas, quando a Conitec autorizou, o SUS já incorporou, através do Ministério da Saúde.

Então, mais um ganho, mais uma vitória para todos nós – não minha, não sua, Dra. Marta, mas nossa; não da Damares, não da Denise, não da Suellen, mas de todos nós. É motivo de alegria e de vitória.

Agora, dando continuidade, vamos escutar a Dra. Lilian Sadeck, que é a 1ª Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, também através de videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Dra. Lilian, e lhe agradeço por você ter aceitado o nosso convite para este debate tão importante sobre a prematuridade. Você tem dez minutos para falar. Está bom, querida? Muito obrigada.

A SRA. LILIAN SADECK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Eudócia. Eu que agradeço o convite, em nome da Diretoria da Sociedade Brasileira de Pediatria, para estarmos aqui falando de um assunto tão importante que é a prematuridade.

Como as palestrantes que me antecederam já falaram muita coisa do que eu ia abordar, eu pretendo abordar mais especificamente – vamos ver se eu consigo colocar aqui – alguns pontos específicos que ainda não foram citados.

Quando a gente está pensando na prematuridade em foco, para aqueles que chegam antes, o que vem depois – e o mote deste ano da campanha do Dia Mundial da Prematuridade é "Garanta aos prematuros começos saudáveis para futuros brilhantes" –, eu acabei, deixe-me ver se passa agora, lembrando que são muito importantes os primeiros cuidados especializados, e eu vou abordar rapidamente cada uma das etapas. Claro que o pré-natal é importantíssimo, a Sonia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já falou tudo que está sendo feito, e eu acho que a Febrasgo também trabalha muito junto para isso, mas eu vou começar a partir do nascimento.

Então, o nascimento adequado, em local adequado, com equipe preparada, a internação, porque muitas vezes as crianças vão precisar de internação em UTI neonatal, e principalmente o seguimento pós-alta dessas crianças prematuras, tudo isso é que vai minimizar os riscos para essas crianças, diminuindo as sequelas, e vai proporcionar que esses bebês prematuros tenham o melhor desenvolvimento neuropsicomotor. E isso pode garantir uma qualidade de vida muito mais saudável na fase adulta. Então é isto que nós queremos: melhorar a situação.

E, começando então com o nascimento, nós temos que lembrar do minuto de ouro, em que eu preciso ter uma equipe especializada, qualificada para reanimação neonatal. E a Sociedade Brasileira de Pediatria tem o seu programa de reanimação neonatal com diretrizes específicas, inclusive para reanimação do prematuro. Então, além das diretrizes para reanimação daqueles que nascem com idade gestacional maior ou igual a 34 semanas, nós temos as diretrizes para reanimação dos recém-nascidos que nascem com idade gestacional menor que 34 semanas. E a gente capacita tanto médicos como profissionais de saúde que atuam na sala de parto para que façam essa transição da vida intrauterina para vida extrauterina, lembrando que é um direito de todas as crianças ter um pediatra ou neonatologista na sala de parto para fazer esse atendimento especializado, especialmente para esses bebês prematuros. E tem o que a gente chama do minuto de ouro, que são aqueles 60 segundos após o nascimento, em que tudo pode mudar na vida de um recém-nascido.

E aqui eu soube que tem o pessoal do Instituto Protegendo Cérebros Salvando Futuros, que também trabalha em conjunto com a Sociedade Brasileira de Pediatria e com a Prematuridade.com, com o Ministério, tudo isso para tentar prevenir a asfixia perinatal. Então é muito importante todo esse trabalho em conjunto.

Depois nós vamos para a hora de ouro, que é aquela primeira hora onde o contato pele a pele, sempre que possível, deve ser proporcionado para esta mãe e este bebê. A Sonia já colocou ali o contato pele a pele, mas eu quero lembrar que a gente tem que começar o mais cedo possível. Quando o bebê nasce e tem condições e a mãe tem condições, que a gente já coloque no contato pele a pele. Se não é possível no momento do nascimento, o mais breve possível na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

UTI neonatal, para que a gente não tenha que ouvir a fala da Suellen, que ela só conseguiu pegar a Eva no colo com um mês de idade, num contato pequeno. Então, eu acho que isso a gente tem que sempre estar lembrando. E também lembrar que, mesmo os bebês prematuros, muitas vezes nascem com condições de já ter o contato pele a pele e de serem amamentados por suas mães. Mas, para aqueles que nascem com menos de 34 semanas, este período de começar a amamentação pode ser um pouco mais prolongado, esperando mais a maturidade desses bebês para nós começarmos com o aleitamento materno.

O leite materno ainda é a principal nutrição para esses bebês. E o leite materno da própria mãe. E, quando não está disponível o da mãe, o do banco de leite é a melhor nutrição que nós poderemos dar para esses bebês.

Lembro que, depois que esse bebê sai da sala de parto e vai para a UTI neonatal, ele vai precisar de todos os cuidados, como suporte respiratório, nutrição e prevenção de infecções, mas lembrando que este cuidado tem que ser dado por toda uma equipe de neonatologistas e por outros profissionais de saúde, mas sempre acolhendo a família. É o que a gente chama de cuidado centrado na família, de que a Sonia também já falou.

E lembro a neuroproteção e o mínimo estresse para essas crianças, principalmente diminuindo o risco de hemorragia periventricular. Então, ter um ambiente mais adequado, um ambiente da UTI neonatal mais adequado para essas crianças, com luz e ruídos reduzidos, com momentos para eles terem descanso, que a gente chama o soninho, o posicionamento adequado, aquele ninho, para ter uma contenção desse bebê, o mínimo manuseio, ter um controle dos procedimentos dolorosos. Tudo isso vai permitir que essa criança tenha menos risco de ter sequelas.

E, aqui, de novo, o contato pele a pele precoce e contínuo. Isso vem muito com o Método Canguru e a gente tem que, sempre que tem a oportunidade, estar falando sobre isso, porque vai aumentar a estabilidade fisiológica desses bebês, fortalecer o vínculo mãe, bebê e pai, o estímulo ao aleitamento materno e, como disse a Sonia, tem evidência científica de redução do tempo de internação. Aqui nós temos não só a mãe fazendo a posição canguru, mas também o pai fazendo a posição canguru, e eu acho que isso a gente sempre tem que estar salientando: a importância paterna em todo o processo de desenvolvimento do recém-nascido. E quero lembrar que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovada a lei do aumento da licença-paternidade há poucos dias. Isso também nós temos que comemorar.

E a preparação para a alta dessas crianças. Quero lembrar que, se nós vamos dar alta, nós temos que não só preparar o bebê para ir para casa, mas também preparar a família para cuidar desses bebês. Portanto, a mãe e a família devem estar inseridas no cuidado progressivamente durante a internação dessas crianças, com todas as orientações, para que ela possa, sim, dar um acompanhamento para o tratamento do seu bebê. É muito importante, o acompanhamento pós-alta hospitalar, como uma extensão vital dos cuidados prestados.

Aqui, a Sonia também já falou da Rede Alyne, que vai ter esse acompanhamento especializado. Eu coloquei o pediatra no centro não porque eu sou pediatra e neonatologista, mas porque tem que ter uma figura central para coordenar toda essa equipe multidisciplinar que vai estar atuando com esse recém-nascido prematuro para proporcionar um acompanhamento adequado, portanto, a prevenção de agravos para essas crianças, permitindo que eles tenham uma qualidade de vida mais adequada. Então, eu pus, na verdade, o pediatra no centro mais como um coordenador de todas essas atividades que já foram citadas.

E quero lembrar também o que eu acho que a própria Senadora falou: a importância da rede de apoio à saúde da família, a importância para um retorno rápido ao serviço de saúde se for precisar, não é? Sempre que essas crianças têm alta, a primeira consulta deve ser feita alguns dias após a alta, para nós entendermos como essa família está lidando com esse bebê e como esse bebê está se adaptando fora do hospital. Nós temos vários profissionais de saúde que estarão atuando juntos, porque, como disse, a equipe multiprofissional é importantíssima para o cuidado integral desta criança e da sua família, para nós podermos realmente não só fazer promoção de saúde e prevenção, mas, quando detectadas alterações, podermos tratar mais precocemente e, com isso, ter melhores resultados.

E quero lembrar também, em relação à vacinação, o que também já foi falado aqui, então, não vou repetir: a importância da vacina combinada hexavalente para os bebês prematuros, que, se possível, vamos ampliar para todos os prematuros e, realmente, a grande incorporação do nirsevimabe para os bebês prematuros – e aí, sim, é para todos os bebês prematuros abaixo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

37 semanas –, que vai estar os protegendo contra o vírus sincicial respiratório, diminuindo o risco de bronquiolites graves para essas crianças.

Quero lembrar também que o PNI já incluiu a vacina contra o vírus sincicial respiratório para a gestante e que, portanto, nós teremos duas estratégias aí diminuindo o risco de essas crianças terem bronquiolites graves com necessidades de reinternações.

Como mensagem final, eu queria lembrar, para que a gente invista em um futuro brilhante, que os cuidados desde o pré-natal, nascimento e seguimento são uma corrente ininterrupta que deve ser preservada; que o cuidado de qualidade é a base para o prematuro alcançar todo o seu potencial e ter uma vida adulta plena; que qualquer política de saúde para essas crianças prematuras deve assumir que a alta na UTI neonatal não é um desfecho, mas sim o início de um longo percurso; e que temos a obrigação moral de investir recursos necessários para ajudá-las a ter uma vida com qualidade.

Quando a gente ouviu a apresentação da Sonia, falando da Rede Alyne, ela começa lá no pré-natal e vai até o seguimento dessas crianças. Então, eu acho que esse trabalho conjunto entre todos os atores que estão participando, seja o Legislativo, seja o Executivo, seja a sociedade civil, e sempre junto com as sociedades de especialidades, é uma união para o bem, uma união para que a gente consiga tratar melhor esses bebês prematuros, detectando e encaminhando quando necessário. Isso, sim, vai ter não só um impacto na sobrevida, mas um impacto também na qualidade de vida dessas crianças. E é isso que a gente espera, é por isso que a gente está aqui batalhando. Nesses meus 40 anos de neonatologia, eu acho que é isso que a gente procura, né?

Como a Sonia falou, tem várias pessoas conhecidas aqui. A gente está sempre realmente, em todos os lugares que nos permitem, falando sobre isso, porque eu acho que essa é a importância.

Muito obrigada a todos.

E quero também colocar a Sociedade Brasileira de Pediatria à disposição, Senadora Eudócia, para batalharmos pela presença do pediatra também na atenção primária.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, Dra. Lilian Sadeck pela sua brilhante fala, pela sua brilhante explanação, pela explicação detalhada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre os bebês prematuros. Você é Vice-Presidente da nossa Sociedade Brasileira de Pediatria. Então, a nossa sociedade está muito bem representada por você.

Agradeço por você, já de antemão, se colocar disponível para batalhar junto comigo, aqui no Senado, em relação à presença do pediatra em todas as UBS, na atenção primária. Então, eu já me sinto assim, vamos dizer, com o pé na frente. Ter o seu apoio já está valendo muito. Já estou mais animada, inclusive, viu? Mas foi um prazer...

A SRA. LILIAN SADECK (*Por videoconferência*.) – É o apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria, tá? Não é só o meu apoio, mas o apoio de toda a sociedade, porque é por isso que nós estamos brigando também.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, obrigada!

Aí reforçou mais ainda. Vai ser um exército, né? Um batalhão de pessoas. Que bom, graças a Deus!

E, Dra. Lilian, vi que você está de plantão, então parabéns duplamente (*Risos.*) , por você estar de plantão e ter aceito o nosso convite e estar aqui nos ajudando, compartilhando ideias. Isso me deixou, assim, muito lisonjeada em você ter aceitado o meu convite, de você poder estar participando, apesar de você estar de plantão. Então, parabéns duplamente!

E quero lhe dizer que, ao meu lado, está alguém muito especial, que disse, com todo o orgulho: "Olha, essa daí, Senadora, é minha chefe". (*Risos.*) É a Dra. Marta David Rocha, está aqui do meu lado. E ela disse com um orgulho tão grande que chegaram a brilhar os olhos dela. Eu quero conhecê-la pessoalmente, viu? Logo em breve, se Deus quiser.

E o que eu achei muito importante que você colocou, de tudo – tudo foi muito importante e muito esclarecedor, mas o que você colocou no finalzinho de tudo: não é a gente criar um protocolo só para salvar a vida dessas crianças, mas para que elas cresçam com qualidade de vida. Isso é que é mais importante, entendeu? Então, assim, não é só tratar na UTI, aí recebeu alta. Não! É ter o *follow-up*, o *follow-up* que elas tanto merecem e tanto precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você está de parabéns mais uma vez, viu, Dra. Lilian? Muito grata pela sua participação.

E quero aqui colocar que eu estava comentando com a Marta que as suas colegas, Dra. Lilian, a Presidente e a Vice-Presidente da Sociedade de Pediatria do DF – a Dra. Yanna Gadelha, que é a Presidente, e a Vice-Presidente, Renata Seixas –, são muito minhas amigas. Eu fui residente de Pediatria com a Yanna e fui também R3 em Gastropediatria com ela. E a Renata Seixas foi da minha estafe. Então, estamos em casa, vamos dizer assim.

Muito grata mais uma vez, viu, Dra. Lilian?

Antes de a Dra. Marta falar, eu queria fazer... O que acontece nessas audiências públicas? Através do e-Cidadania, as pessoas que estão nos assistindo fazem perguntas. E aí eu vou escolher três perguntas e vocês que fizeram as explanações, inclusive vocês, Dra. Lilian, Dra. Sonia, quem quiser responder... vai ser muito oportuno. Antes da Dra. Marta falar, vamos lá.

Alessandra, de Alagoas... Olhe bem, a primeira pergunta veio do meu estado. (*Risos.*) Coincidência ou não, veio do meu estado a Alessandra. Quero te mandar um abraço, Alessandra. Que importante você, que é de Alagoas, estar participando deste momento tão ímpar aqui para nós.

Ela pergunta o seguinte: "[...] [Considerando] a invisibilidade da violência [...] [obstétrica], quais são os projetos existentes para tratamentos mais humanizados, não só no parto?". Gravem aí essa pergunta para uma de vocês responder, o.k.?

Eu vou colocar agora... Tem uma pergunta aqui do Daniel, que é do Rio de Janeiro. O Daniel pergunta o seguinte: "Como garantir um pré-natal de qualidade para identificar riscos de prematuridade [...], especialmente nas periferias e [...] [regiões carentes]?". Essa é a segunda pergunta, e vocês vão anotando aí esses pontos para alguma de vocês responder.

E eu vou fazer agora uma pergunta que foi do Ildivan, do Rio Grande do Norte, que diz o seguinte... Na verdade, ele afirma, não é nem uma pergunta: "É crucial fortalecer a vacinação pós-alta. O PNI precisa garantir apoio contínuo e acesso facilitado às famílias, indo além da UTI".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, são duas perguntas, e do Ildivan foi uma consideração, mas eu acho que ele merece ter um *feedback* de um de vocês. E aí gravem isso que foi perguntado, qualquer coisa eu faço a pergunta novamente.

Eu quero passar agora a palavra à Dra. Marta David Rocha, que é neonatologista do nosso querido Hospital Materno Infantil de Brasília (HMib). Você tem, Dra. Marta, dez minutos para sua fala.

Muito obrigada.

A SRA. MARTA DAVID ROCHA (Para expor.) – Então, boa tarde a todos. Estou muito feliz de estar aqui. Quero agradecer à Senadora Dra. Eudócia pela oportunidade, para a gente conversar um pouco sobre os desafios da prematuridade no Brasil. Estar aqui é um momento de grande alegria para mim, nesta mesa, junto com colegas que, como eu, são ativistas da causa da prematuridade.

Falar agora, depois de falas já tão inspiradoras, é muito mais fácil. Então, eu acredito que a gente vá terminar dentro do prazo programado de dez minutos. Eu que sou uma tagarela de carteirinha, vou prometer que vou tentar manter o tempo.

Então, sem dúvida, a prematuridade é uma das principais causas de mortalidade infantil e representa um desafio significativo para a assistência à saúde em todo o mundo. No Brasil, não seria diferente, com uma taxa de partos prematuros que estão em torno, em média, de 11% dos nossos partos, impactando 300 mil famílias anualmente. Se a gente pensar, em três anos, são quase 1 milhão de pessoas que foram impactadas com a prematuridade e com todos os seus desfechos.

Algumas pessoas gostam de falar assim: "Ah, eu venci a prematuridade", mas a prematuridade não é um evento que é vencido. Aquele indivíduo que nasce abaixo de 37 semanas vai levar ao longo de toda a sua vida, mesmo que seja um fisiculturista de 93 anos, todas as complicações inerentes a esse evento que aconteceu ali no início da sua vida. Ele vai enfrentar tudo, pode enfrentar dificuldades respiratórias, desafios nutricionais, riscos neurológicos importantes, podem estar sujeitos a maiores internações e, como a Senadora Eudócia colocou:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10% dos prematuros em todo o mundo não sobrevivem ao primeiro ano de vida, segundo os dados da OMS.

E os desafios clínicos e sociais são imensos. A gente tem que falar de gravidez na adolescência; da dificuldade de acesso ao pré-natal; o planejamento reprodutivo dessas mulheres tem que ser pensado; a questão das cesarianas desnecessárias ainda é uma realidade no nosso país, o que aumenta o risco da prematuridade iatrogênica. Então, aquele prematuro tardio, que é aquela coisa: "Não, mas ele tem 36 semanas, ele é grandão", ele é um bebê prematuro e pode ter riscos.

Quero lembrar que é importante as unidades darem apoio e o suporte familiar à mãe, à família. Um prematuro não é só um bebê, é todo um contexto familiar de inserção que precisa ser discutido e amparado.

Quero lembrar que é importante que exista garantia de recursos hospitalares. Quando a gente da prematuridade extrema, que é aquela que acomete os bebês que nascem com menos de 28 semanas, a única forma de reduzir a mortalidade e garantir segurança assistencial é se a gente tiver uma capacitação contínua, apoio institucional, para que a gente possa ter parque tecnológico, a UTI neonatal. A gente fala UTI neonatal, porque é um termo consagrado, mas eu gosto do termo unidade de cuidado intensivo neonatal, porque a gente cuida do recém-nascido, não só faz tratamento com eles, para que ele tenha acesso à garantia de seus medicamentos essenciais, segurança na sua prescrição, uso do surfactante, as vacinas específicas. Que isso atinja todas as regiões!

A gente ainda tem uma dificuldade, hoje, para o teste de triagem neonatal universal e a gente precisa discutir a distribuição dos leitos neonatais no nosso Brasil. Hoje, existe uma falta de leitos neonatais, de assistência tanto pública quanto privada, que impacta em mais ou menos um déficit de 1,5 a 3 mil leitos para atender à demanda de nascimentos hoje do Brasil. Esses dados são da Associação de Medicina Intensiva, da Amib, e aqui mostra como é impactante a gente pensar que, no Pará, existe um déficit de quase 221 leitos; na Bahia, 217 leitos neonatais... Por felicidade, gente, eu sou de Alagoas também. Olhe só! (*Risos.*) Eu sou de Alagoas – sabe? –, e lá a gente tem um déficit de 45 leitos neonatais. Esses dados são de 2024, mas isso se perpetua em todo o nosso país. Aqui pertinho, na nossa região, Mato Grosso também tem um déficit elevado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goiás... O Distrito Federal, gente, está aí passando que a gente não tem déficit, mas, no nosso Hospital Materno Infantil de Brasília, a gente passou por um problema estrutural grande e nós saímos, de 35 leitos, para 16 leitos de UTI hoje. Eu tenho fé de que, o ano que vem, com as emendas das nossas Deputadas, da Senadora Damares, que tem sido uma grande parceira, a gente vai conseguir inaugurar a nossa unidade, voltando aos seus 45 leitos de UTI neonatal.

Então, são coisas que a gente precisa discutir: a má distribuição, a falta de pediatras e neonatologistas. A gente sabe do subfinanciamento do SUS e as dificuldades de contratação de pessoal, assim como a qualificação dessas pessoas. Hoje, para você ter um neonatologista, são seis anos... Isso eu vou falar dos médicos, mas isso atinge também toda a equipe multi, que tem que fazer parte da assistência neonatal. Então, hoje, a gente precisa de seis anos de medicina, três anos de pediatria e dois anos de neonatologia. Então, são 11 anos para você ter um neonatologista no mercado. Então, a gente precisa falar de remuneração, a gente precisa falar de condições de trabalho para quem está dentro da unidade neonatal.

A gente sabe da importância do Método Canguru – não vou falar mais, porque vários aqui já falaram da importância. O Método Canguru é uma evidência científica. O ano que vem, a gente vai ter um encontro mundial do Método Canguru, que vai ser aqui no Distrito Federal, e a gente vai participar com muito orgulho. Ele faz parte do desenvolvimento neuropsicomotor – não é só botar o bebezinho no colo, tá? Essas fotos, gente, são todas do Hospital Materno Infantil de Brasília. Então, são de mães e de pais que estão lá, dentro das nossas unidades, fazendo canguru. A presença parental, a presença do pai dentro da UTI. E, dentro desta Casa, estão discutindo a ampliação da licença-paternidade, para que esses homens possam realmente cuidar das suas famílias. Então, a gente precisa ter esse vínculo afetivo, essencial para o desenvolvimento dessa criança.

Nossos desafios são imensos, são grandes, mas a gente tem um caminho importante para trilhar aqui no nosso Brasil: discutir políticas públicas, investimento na carreira neonatal, ampliação de investimento na formação e na melhoria salarial dos trabalhadores, das nossas unidades de cuidado intensivo. E, para isso, se a gente não tiver o envolvimento do terceiro setor, como a ONG Prematuridade, da minha amiga Denise... A gente se conheceu nessas lutas mesmo, em prol do prematuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, assim, cuidar do prematuro é cuidar do futuro. É um desafio complexo, é multifatorial, é intersetorial, mas, se nós trabalharmos juntos, nós seremos capazes de transformar a vida e garantir um direito fundamental para essas crianças e para esses novos cidadãos e cidadãs que estão chegando todos os dias aqui no nosso Brasil, que é saúde e um desenvolvimento pleno, porque é isso que a gente quer.

Acho que era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*) Olhem só!

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero parabenizar a Dra. Marta pela brilhante explanação, apesar do curto espaço de tempo. Eu acho que você já participou de muitos congressos, porque você usou, categoricamente, os dez minutos! Foi até um pouquinho antes, Dra. Marta.

A SRA. MARTA DAVID ROCHA (*Fora do microfone.*) – Foi. Eu sempre deixo uma margenzinha. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, minha amiga! Dra. Marta, parabéns, de verdade, por você ter aceitado o nosso convite de estar aqui hoje à tarde, discutindo sobre prematuridade, um tema tão importante não só para nós, enquanto pediatras, para mim, enquanto Senadora, mas para todos os brasileiros e brasileiras e todas as ONGs, todos os institutos que se debruçam sobre essas criancinhas, que precisam tanto da nossa intervenção.

E eu quero colocar para vocês da minha alegria de podermos, dia 17 de novembro, estar aqui: pela primeira vez, o nosso Senado Federal irá se iluminar de roxo, gente. Isso é muito importante. Eu já adianto o convite, extensivo para todos os que estão aqui presentes, e quero colocar para vocês da minha satisfação, da minha alegria de poder estar aqui junto com vocês.

Este é o início de uma grande jornada. Como você colocou, Dra. Marta, os prematuros são o futuro do nosso país – as crianças como um todo e, especialmente, os prematuros. Então, que a gente possa, realmente, cada vez mais, dar uma atenção especial para esses bebês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, só para concluir esta audiência pública, eu peço à Dra. Suellen para responder à primeira pergunta, que foi da Alessandra, de Alagoas.

Por gentileza, Dra. Suellen.

A SRA. SUELLEN SÁTIRO (Para expor.) – Rapidamente, eu vou quebrar um pouco o protocolo só para destacar a presença de uma grande amiga, que também é mãe de prematuro, a Fernanda. Fernanda Feitoza é advogada, mãe do Rafa, que foi prematuro de 25 semanas. E a Fernanda tem uma conexão muito grande com a nossa ONG, porque ela já foi nossa voluntária, também atuou na coordenação de políticas públicas. Eu queria agradecer a sua presença, Fernanda.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. SUELLEN SÁTIRO – Pronto, depois você entrega.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ó que linda!

A SRA. SUELLEN SÁTIRO – Com relação à pergunta, enquanto...

Pode ir lá, Fê, mas eu vou respondendo, para a gente não se prolongar.

Com relação à pergunta da minha conterrânea alagoana, essas questões do parto envolvem, sim, a nossa causa da prematuridade, mas à pergunta específica dela eu creio que a pessoa melhor para responder são órgãos e entidades a respeito de obstetrícia, médicos obstetras, que lidam mais diretamente com a mãe, como a Febrasgo, a questão da saúde da mulher do Ministério da Saúde. Enquanto mãe que tive um parto bem complicado e que escuto muitas mães da ONG, eu defendo... E agradeço a sua pergunta por ter levantado essa pauta aqui e até coloco a ONG à disposição para fazer uma parceria com a Febrasgo, com o Ministério da Saúde nesse sentido. Talvez a gente possa contribuir de algumas formas, com os relatos das nossas mães talvez, porque é um assunto muito importante. O que eu entendo é que a gente precisa, sim, humanizar mais os nossos partos. A ONG já faz um trabalho maravilhoso, em parceria com o Ministério da Saúde. E há essa lei da prematuridade, inclusive, que a gente estava discutindo até esses dias, de colocar, por exemplo, a mulher em leitos separados quando ela está... Eu passei por isso duas vezes. Eu tive as minhas filhas numa emergência. Graças a Deus, não sofri isso que ela perguntou, mas são questões em que eu precisava me sentir mais acolhida. Não só a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão técnica de salvar a minha vida e das minhas filhas, mas um acolhimento, porque o parto, seja ele prematuro ou não, é um momento fundamental na vida da mulher, da criança, da família. Então, sim, eu acredito que precisamos humanizar e também ter mais cuidado com toda essa questão do parto, sendo ele prematuro ou não prematuro, mas eu acredito que tem pessoas de uma área técnica que não é a nossa que podem responder mais sobre o que ela perguntou de políticas públicas a respeito disso.

Fico à disposição para a gente poder ajudar também no que a gente puder.

Muito obrigada pela pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Suellen, muito obrigada pela sua participação nas respostas dos nossos queridos cidadãos que entram em contato conosco através do e-Cidadania.

E agora eu peço, por gentileza, à Dra. Denise sobre a pergunta do Ildivan, do Rio Grande do Norte: por gentileza, Dra. Denise, responda a essa pergunta do Ildivan. Grata.

A SRA. DENISE SUGUITANI (Para expor.) – Certo.

Obrigada pela pergunta, Ildivan.

O Ildivan, na verdade, fez um comentário sobre a importância de fortalecer a vacinação pós-alta. E eu quero só trazer aqui a importância de a gente, muito antes da alta, já falar de vacinação, de a equipe estar qualificada para saber que a vacinação do prematuro pode e deve começar na UTI neonatal, de acordo com a idade cronológica e, claro, de acordo com as condições do bebê, avaliado pela equipe, mas isso deve começar já nessa internação, não só após a alta. Então, é falar sobre isso, qualificar as equipes, estar em contato com a secretaria de saúde, saber onde estão essas vacinas, para que ele possa já sair protegido da UTI neonatal. E é claro que, depois disso, a família deve sair com uma orientação de alta já sabendo onde buscar essa ajuda, quais são as próximas vacinas, a importância de manter aquele calendário vacinal sem atraso – especialmente para o prematuro, que é mais vulnerável. E as famílias de prematuros tendem a ter uma resistência maior, às vezes, à vacina, porque acham que o bebê é frágil, já sofreu muitas coisas na UTI, às vezes tem reações mais fortes a algumas vacinas, mas a gente precisa reforçar a importância das vacinas. Então, isso começa muito antes da alta, durante a internação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a pergunta do Ildivan, é um comentário bem importante.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata, Dra. Denise, por ter respondido à pergunta do Ildivan.

E quero parabenizar a todos que fizeram as perguntas, que participaram aqui ativamente da nossa audiência pública.

E a última pergunta é do Daniel, do Rio de Janeiro. Eu pediria à Dra. Sonia para responder. Seria possível, Dra. Sonia? Eu vou repetir a pergunta do Daniel: "Como garantir pré-natal de qualidade para identificar riscos de prematuridade [...] especialmente nas periferias [e em regiões carentes] [...]?". Por gentileza, você pode responder a esta pergunta?

A SRA. SONIA ISOYAMA VENÂNCIO (*Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Dra. Sonia.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENÂNCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Eu que agradeço ao Daniel pela pergunta.

A gente abordou aqui a importância do pré-natal, um pré-natal de qualidade para prevenção da prematuridade. Então, você toca numa questão importante que é garantir o acesso ao pré-natal. Para isso, a gente tem trabalhado para ampliar a cobertura da nossa atenção primária, para que todas as mulheres tenham, de fato, acesso ao pré-natal, mesmo as que moram em regiões mais distantes. Você citou a importância de esse pré-natal chegar a todas as mulheres. A gente vem trabalhando para isso, de fato.

A outra questão é a qualidade do pré-natal. A gente avançou bastante na questão do acesso, mesmo em áreas remotas, mas a gente precisa, agora, qualificar cada vez mais esse pré-natal. Na atenção primária, o que a gente tem feito são várias iniciativas para a qualificação dos profissionais, além desse incentivo financeiro por desempenho, em que a gente monitora todas as boas práticas, boas práticas que vão impactar na detecção precoce de riscos, riscos de hipertensão durante a gestação, a detecção de infecções precocemente, a realização de testes no primeiro e no terceiro trimestre. Então, tudo isso passa a ser monitorado nesse componente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de qualidade do pré-natal, acompanhado, claro, de iniciativas de qualificação, para preparar melhor os profissionais para esse cuidado.

Uma vez identificado esse risco, também com a Rede Alyne, a gente tem a oportunidade de ampliar os serviços de gestação e puerpério de alto risco, porque, aí, sim, a mulher vai ter, diante desse diagnóstico da detecção do risco, um acompanhamento com uma equipe multiprofissional, com especialistas que vão prover esse cuidado individualizado para cada situação.

São iniciativas que são importantes para a gente conseguir ampliar o acesso e qualificar, mas é muito importante... A gente precisa ter um engajamento, um envolvimento, uma adesão também dos estados, das secretarias estaduais de saúde, das secretarias municipais de saúde, para que a gente possa, de fato, fortalecer essa rede de atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Sonia, muito grata por sua resposta.

Eu quero agradecer à Alessandra, ao Daniel e ao Ildivan por terem participado. Muito grata a todos.

Eu quero aqui só fazer uma consideração, antes de passar a palavra à nossa Ministra Cristiane Britto, que também tem um bebezinho que nasceu prematuro e tem uma experiência para nos relatar. Só queria fazer uma consideração antes, Dra. Marta, pelo que você colocou sobre Alagoas ter um déficit de 45 leitos neonatais – foi isso que você colocou. Aí eu quero fazer a seguinte consideração: esses dados, salvo engano, são de 2024, do ano passado, mas, neste ano, com certeza, você já pode diminuir 19 leitos, porque o Hospital da Cidade, que é o único hospital municipal de Maceió, totalmente SUS, o Hospital da Cidade, da nossa querida capital de Maceió, que o Prefeito JHC adquiriu... E Maceió tem 209 anos de existência e nunca teve um hospital, esse é o primeiro hospital municipal de Maceió. E detalhe: ele não atende só os maceioenses, ele atende toda a região metropolitana e também todo o Estado de Alagoas. Então, nós temos lá dez leitos de UTI neonatal e nove leitos de observação, que acabam sendo incorporados também à assistência para os bebês prematuros e para outras causas mais que justifiquem a internação na UTI. Então, com certeza, Dra. Marta, esses números diminuíram por conta do Hospital da Cidade, que hoje é uma realidade. Nós temos UTI neonatal, que antes nós não tínhamos. Portanto, não existiam mais 19 leitos para UTI neonatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero cumprimentar e parabenizar o Prefeito JHC pela sua atuação, porque realmente foi um ganho enorme o Prefeito JHC ter adquirido esse hospital, o que foi motivo de muita alegria para nós que somos alagoanas, nós que somos alagoanos, especialmente maceioenses. Eu sou natural de Ibateguara, mas Maceió está de parabéns por ter o primeiro hospital municipal totalmente SUS. E, mais uma vez, repito: parabéns ao Prefeito JHC, que adquiriu esse hospital para todos os maceioenses e também para todos os alagoanos.

E agora eu quero passar a palavra à nossa querida Ministra Cristiane Britto, que tem uma experiência incrível para nos falar do seu filho. É menino?

A SRA. CRISTIANE BRITTO (*Fora do microfone*.) – Menino.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Menino.

Ministra.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Senadora Dra. Eudócia, é uma honra estar aqui. Acompanho o seu trabalho, muito me orgulha. A senhora me representa, porque é uma mulher que defende a saúde da mulher com muita veemência. Acompanho o seu trabalho com as mulheres, pacientes oncológicas e como isso tem chegado à ponta e, do seu lado, a nossa guerreira, que é a minha inspiração, a Senadora Damares Alves.

Queria cumprimentar todos os componentes da mesa, todas as mulheres aqui, que, com certeza, estão aqui porque têm alguma história com a prematuridade. E você vê que fica todo mundo aqui, ninguém quer sair daqui, porque nos enche de orgulho saber que tem mulheres que estão olhando por essas mulheres em situação também de vulnerabilidade.

Eu fui convidada para ser Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres antes de ser Ministra, porque a Senadora se afastou para concorrer, e eu assumi. Meu filho tinha sete meses quando eu entrei no ministério. Eu tinha acabado de passar por uma gravidez muito conturbada, eu tive eclampsia pós-parto, eu quase morri.

E o que eu mais queria trazer aqui para a senhora, até para quem está nos assistindo, para mulheres tanto da área da medicina, como para profissionais da saúde mental, como para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas mandatárias, é que do que eu mais senti falta naquele momento – e olhem que eu tive uma rede de apoio importante, e a Suellen fala um pouco sobre isso – foi do cuidado com a nossa saúde mental, principalmente de mulheres como eu, que já estava há anos tentando engravidar. Eu passei 19 anos tentando engravidar. Então, qualquer coisa, um susto, tudo é ameaça àquela vida que a gente carrega dentro de nós. A gente já passa por uma gestação de muita tensão – não é verdade? –, de alto risco, e aí, quando a gente descobre que ele vai, sim, nascer antes da hora, já é um outro mundo que a gente passa a viver: a solidão toma conta; mesmo que você tenha uma rede de apoio, a gente se sente só. E eu me lembro de como eu senti falta disso num hospital particular aqui do Distrito Federal.

Esse atendimento humanizado faz toda a diferença, porque eu conheço mulheres que, depois, tiveram uma depressão profunda, muito grave e que tiveram sequelas para a vida toda, de casamentos que acabaram... Às vezes, o homem não dá conta, porque chega um momento em que ele fala: "Nossa, é mi-mi-mi; acabou". Nós somos incompreendidas; a gente tem mais dificuldade para voltar à vida real.

E há toda uma angústia, porque eu me lembro da sobrecarga... E a cobrança era: "Ele precisa de você para sobreviver". Então, mesmo depois de eu sair de uma UTI, eu tinha que, de duas em duas horas, amamentar, porque, senão, ele tinha hipoglicemia. E, quando eu não conseguia, eu me sentia culpada. Aí ele perdia peso, aí a gente não saía do hospital. E havia aquela pressão que eu tive, até da equipe de enfermagem mesmo. Então, esse atendimento humanizado, essa capacitação dentro da rede hospitalar é muito importante, porque tem mulher que – gente, de verdade – pira!

E mal sabia eu... Eu também sou cristã e não posso deixar de falar, aqui, que Deus estava me preparando naquele momento para depois assumir um cargo público – eu nunca imaginei, eu era advogada eleitoral. E, quando eu assumi, meu primeiro programa foi o programa Mães Unidas. A gente criou uma coordenação nacional da maternidade – a Fernanda foi minha coordenadora – e a gente criou um programa de mães para ajudar outras mães em situação de vulnerabilidade, inclusive as mães de bebês prematuros, as mães atípicas, as mães de bebês com doenças raras. Eu imaginava o seguinte, Senadora: eu tive todo o apoio, uma rede de apoio, e eu queria que todas as mulheres do Brasil tivessem também uma enfermeira que pudesse ficar com o seu bebê enquanto você tenta dormir – não é verdade? –, um médico especializado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque havia aquela pressão: "Seu filho precisa fazer x exames antes de tantos meses". Eu ficava naquela pressão: era o exame do ouvido, era o exame do olho... E aí eu descobri que meu bebê tinha hérnias, que são muito comuns em prematuro, que tinha que fazer, por estar correndo o risco de estrangular... Então, tem hora que você nem dorme! Meu Deus, o que é que pode agora... O que é que vem pela frente? E aí foi até que eu descobri que ele nasceu com craniossinostose, que já estava afetando a visão dele. Eu recebi o diagnóstico, e o médico, o Dr. Benício daqui, de Brasília, um dos melhores do Brasil, falou: "Seu filho precisa fazer uma cirurgia antes de sete meses; senão, ele terá um comprometimento na visão". E, aí, com quatro meses, aquele bebezinho pequenininho entrou no centro cirúrgico, e eu não sabia se ele iria voltar. Então, tudo isso me abalou muito por um determinado momento. Depois, eu percebi que aquilo iria me dar força para lutar por essas mulheres!

E o meu depoimento é para dizer que, sendo da classe A, da classe B, da classe C, todas as mulheres enfrentam os mesmos problemas, mas o que faz a diferença é a rede de apoio. Então, eu penso que o Estado precisa estar ali presente para dar essa rede de apoio, e, ainda assim, a gente sabe que não é suficiente, porque quem é mãe de um bebê prematuro sabe que a angústia que a gente carrega, a responsabilidade e o medo de não conseguir dar conta são muito grandes.

Hoje, meu bebê tem sete anos, está perfeito, usa óculos – tudo bem –, mas não tem nenhuma sequela, graças a Deus.

E eu estou aqui para dizer que contem comigo também nessa luta. Vamos lutar por nossos pequenos heróis, que são muitos, como a senhora disse.

E parabéns por cuidar deles. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns, Ministra Cristiane Britto, pelo seu testemunho de vida com o seu bebezinho. E como valeu a pena você ter se debruçado, ter corrido atrás. E aí você mostra a sua preocupação com o bem-estar da mãe, porque a gente se preocupa com o bebê, e tem que se preocupar, mas e a mãe? Eu entendi o que você quis dizer com todas as suas palavras. Então, que a gente também possa focar no lado materno. E eu quero dizer a você o seguinte: que bênção que o seu bebê está lindo, maravilhoso, graças a Deus. Eu também sou cristã. Que maravilha que o nosso Deus abençoou grandemente o seu filhinho, como ele abençoa tantos outros bebês e tantas outras mães. E que um dia nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos conhecê-lo – como eu já conheci as suas desde bebezinhas. Que você possa, em algum momento outro, trazer o seu bebezinho, ou se também alguém quiser trazer alguns bebês, para a gente mostrar os testemunhos.

A SRA. CRISTIANE BRITTO – O nome dele é Flavinho. E ele participou da audiência pública que a Senadora Damares fez com crianças comandando, agora no mês de outubro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CRISTIANE BRITTO – Você viu? Ele falou sobre o combate ao *bullying*, que *bullying* não é brincadeira, *bullying* é crime.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ai, que fofo – que fofo! Parabéns a você como mãe, Ministra.

E quero dizer a vocês que agora a gente vai encerrar a nossa audiência pública, mas eu queria dizer a vocês, a todas as mães, a todos os pais, a todos os cidadãos que estão nos assistindo neste momento, pela TV Senado, pelo e-Cidadania, pelo YouTube, enfim, que estaremos aqui vigilantes. Eu, enquanto médica, enquanto pediatra, enquanto Senadora, junto com vocês mulheres guerreiras, colegas médicas, presidentes de ONGs, de institutos, a nossa Ministra, todos vocês aqui presentes... Juntos, somos mais fortes. Que a gente possa, imbuídos nesse sentimento de ajudar cada vez mais essas crianças prematuras e essas mães, avançar cada vez mais nesse círculo de cuidado ao bebê prematuro, desde o parto até a alta, e até a mãe e até o pai também... Então, é cuidar de quem cuida – cuidar de quem cuida. Podem ter certeza de que eu estarei aqui na CAS lutando, mãe, por cada um de vocês, por cada um dos bebês. E estamos juntos levantando essa bandeira para que, cada vez mais, a gente avance.

E, no dia 17 de outubro, já faço um convite a todos vocês – com certeza, irá passar na TV Senado –, que a gente possa estar juntas em nível nacional, porque vai ser a primeira vez que o Senado Federal será iluminado de roxo. E eu quero que vocês estejam aqui presentes.

E eu agradeço e louvo a Deus por ele ter escolhido a mim, por eu ter pegado esse projeto de lei que estava, como eu já falei,com a sua tramitação parada, tê-lo tirado da inércia, ter sido a autora; no caso, a Relatora foi uma colega. Hoje ele é uma lei, e nós estamos aqui comemorando isso. Então é um motivo de muita alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro, gente, esta audiência pública com o coração cheio de gratidão, gratidão a Deus, gratidão a vocês, gratidão a cada mãe e a cada pai que acompanhou a gente aqui nessas duas horas de audiência. Quero agradecer aos colegas assessores e dizer a vocês que é o início de uma grande luta, que a gente não vai parar, a gente vai avançar.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Que Deus abençoe!

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Jorge Seif, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Girão, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1179, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas - Cuidando de quem Cuida." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1915, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 4967, de 2023** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário à Emenda nº 1-PLEN. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo) e de seis subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-CAS (substitutivo) e das Subemendas nº 1-CAS a 6-CAS. **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 864, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 864, de 2019, nos termos da Emenda nº 1-Cesp (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-Cesp-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3550, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 3º ao art. 11-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir a necessidade de intimação pessoal do credor para a validade da fluência do prazo da prescrição intercorrente." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Alan Rick (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5926, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera art. 1º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para prever o pagamento do abono natalino anual aos os seringueiros recrutados pelo Governo brasileiro para trabalhar na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial (soldados da borracha)." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 418, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de informações aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com adequação redacional para explicitar que o art. 15-A será acrescido à Seção I do Capítulo IV do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com adequação redacional para explicitar que o art. 15-A será acrescido à Seção I do Capítulo IV do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociais n° 106, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem" sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 111, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 94/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 112, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento do seguinte expediente: documento da Associação Brasileira de Leucemia e do Instituto Camaleão, o qual divulga a Consulta Pública nº 86/2025, da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), que trata da incorporação do medicamento asciminibe para o tratamento de pacientes com leucemia no Sistema Único de Saúde (SUS).

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem, por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Vamos ao item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1915, DE 2019

- Terminativo -

Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 04/11/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

2- Será realizada uma única votação para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato, para a leitura do seu relatório. Com a palavra V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Para mim, é mais uma alegria revê-lo. Parabéns pela condução desta tão importante Comissão de Assuntos Sociais.

Quero aqui cumprimentar também o Senador Romário, com o meu carinho, o carinho que tenho, a admiração e o respeito, ao passo que também saúdo o Senador Laércio pela presença.

Como o relatório já foi disponibilizado, eu vou fazer uma leitura bem direta e objetiva, Sr. Presidente.

O mercado de trabalho enfrenta problemas que demandarão, fatalmente, soluções construídas em conjunto por gestores e trabalhadores, com visão ampla sobre custos presentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e efeitos futuros. Hoje, há uma obsessão com inovações tecnológicas e com a maximização do uso de mão de obra, que, em certos casos, podem até trazer prejuízos aos investidores quando decisões ignoram variáveis humanas e organizacionais relevantes. Fala-se pouco sobre a relação entre benefício aparente e custo real das novas tecnologias e menos ainda sobre os impactos sociais das automatizações que desconsideram a sustentabilidade do arranjo produtivo e a permanência de equipes qualificadas.

Sr. Presidente, pediria que pudesse pedir silêncio, porque eu não estou conseguindo fazer a leitura do relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu vou esperar a moça terminar a ligação, por favor. (*Pausa.*)

Ninguém, sensatamente, pode ser contrário ao avanço das tecnologias e aos benefícios que elas entregam em múltiplos setores da economia e em diferentes etapas de cadeia produtiva. O que se propõe é um olhar atento para as diversas faces dos novos modelos de produção e de exploração de bens e serviços, com avaliação de riscos, tempos de transição e impactos sobre o trabalho vivo. É possível que uma administração mais humana e mais associativa alcance resultados semelhantes ou melhores, com menor litigiosidade e maior aderência às metas estratégicas definidas pelos responsáveis pela direção da empresa.

O Estado deve estar atento às possibilidades e trabalhar pela mitigação de impactos negativos quando a substituição de mão de obra ocorre sem análise abrangente dos efeitos econômicos e sociais, sobretudo em regiões dependentes da renda do trabalho, afinal os salários e a renda dos trabalhadores circulam e formam um círculo virtuoso de desenvolvimento, de consumo e de investimento local que favorece a economia real. Os lucros, por outro lado, podem ser direcionados para novas máquinas e processos, e é nesse momento que a participação dos empregados nas decisões sustenta empregos e renda e permite avaliação mais sensata dos valores em disputa, em contraste com o cenário em que faltam canais internos de ponderação.

Considerando o aumento recente nos índices de desemprego, abre-se ao Parlamento a oportunidade de oferecer à sociedade, aos agentes econômicos e aos profissionais um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento legal de negociação que una produtividade, custos mais racionais e crescimento sustentado. A previsibilidade procedimental em torno da representação de empregados na gestão, com base em regras simples e na força normativa da negociação coletiva, cria ambiente de confiança que favorece o desenvolvimento empresarial, a proteção do trabalho e a estabilidade de expectativas em momentos de reorganização produtiva e de mudanças rápidas na tecnologia.

Tratamos aqui de reforçar mecanismos de diálogo e de compartilhamento de objetivos e metas comuns que atuam como incentivos à cooperação e à transparência. Somente com conhecimento adequado da realidade interna e com negociações livres e democráticas se alcança flexibilidade responsável e justiça nas relações entre empregados e empregadores. Esse caminho produz resultados duradouros em segurança jurídica, em qualidade das decisões e em valorização do trabalho como componente central da atividade econômica organizada no país.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.915, de 2019, com a emenda que apresenta.

Esse é o voto.

Quero parabenizar o Senador Jaques Wagner pela iniciativa e obrigado, Presidente, mais uma vez, pela oportunidade e pela condução do trabalho nessa tão importante Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos o trabalho de V. Exa. e coloco o relatório do Senador Fabiano Contarato em discussão.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Laércio Oliveira, com a palavra, para discutir o relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Reconhecendo a competência – muito bom dia, Sr. Presidente Marcelo Castro, nobres colegas aqui presentes –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecendo a capacidade do Relator, Senador Fabiano Contarato, de discorrer sobre esse tema e tantos outros temas aqui, mas eu queria pedir vista desse projeto, Sr. Presidente, porque, respeitosamente, eu preciso me aprofundar e tentar trazer uma contribuição que fortaleça as relações entre empregados e empregadores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, nobre Senador Laércio Oliveira.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode ser. Vista coletiva, então.

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2020

- Terminativo -

Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo) e de seis subemendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, nobres colegas, todos que estão aqui, na nossa Comissão, participando, a quem agradeço a presença, esse assunto é um assunto que traz, tão somente, justiça e corrige uma distorção existente nessas relações com entidades de classe do Sistema S.

As atividades de transporte, logicamente, são atividades que estão lincadas a cada um dos S, na especificidade dessas atividades. Portanto, é uma correção que foi feita.

Eu fui Relator desse projeto, Sr. Presidente, lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse projeto chega aqui, agora, à CAS para que seja votado nesta Comissão.

Veja, esse assunto é fruto de várias discussões já produzidas com as partes interessadas. Já conversamos com a Marinha, já conversamos com a Anac, já conversamos com todo mundo para fazer os alinhamentos necessários; conversamos com a Confederação do Transporte. Houve uma discussão entre a CNI, que é a indústria, e a CNT, que é o transporte, houve um alinhamento nesse sentido. Eu tive que ajustar todas essas pontas para que a gente chegasse a bom termo à análise.

Portanto, eu encaminho favoravelmente, o meu relatório é a favor.

Posso fazer uma leitura aqui, acho até pertinente, para deixar registrada nos *Anais* da nossa Comissão aqui, mas esse assunto é um assunto já bastante discutido e traz justiça aos trabalhadores da atividade do setor de transporte, uma vez que a CNT tem toda a estrutura, através das suas unidades de Sest, Senat, nas rodovias Brasil afora, em todos os cantos, para oferecer treinamento, capacitação e assistência aos trabalhadores do setor de transporte.

Então, vou fazer aqui a leitura. Peço sua autorização para ir à análise. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 24, I, da Carta Magna, compete à União legislar concorrentemente com os demais entes da Federação sobre direito tributário. Em face disso, recai sobre ela a disciplina do destino das contribuições sociais de interesse das categorias profissionais, conforme narrei aqui.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores, motivo por que aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela, nos termos do art. 48 da Constituição Federal.

Dispensável, ainda, a edição de lei complementar para incluir o tema do PL 79, de 2020, no ordenamento jurídico nacional. Em face disso, a lei ordinária é a roupagem adequada à matéria.

Por fim, os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal atribuem à nossa Comissão, Comissão de Assuntos Sociais, a prerrogativa de decidir em caráter terminativo sobre o assunto.

Inexistem, portanto, óbices formais à aprovação da matéria.

No mérito, reiteram-se os motivos esposados no parecer de nossa autoria, aprovado em 12 de agosto de 2025, na Comissão de Assuntos Econômicos, conforme coloquei aqui.

Considerando que o Sest e o Senat prestam serviços aos trabalhadores de todo o setor de transportes, nada mais justo que as contribuições sociais das empresas de todos os modais financiem suas atividades – e este é um detalhe importantíssimo. Sabe-se, entretanto, que as contribuições arrecadadas das empresas dos modais aquaviário, marítimo e portuário e aeroviário inflam os superávits do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo e do Fundo Aeroviário, sem que cumpram sua finalidade precípua, o que evidencia o desperdício dos recursos destinados à qualificação profissional em transportes. Esse assunto já foi exaustivamente discutido, inclusive em audiência pública.

Mesmo assim, o Sest e Senat realizaram um total de 17,63 milhões de atendimentos apenas em 2024, Sr. Presidente – veja que número fantástico –, sendo 8,11 milhões em desenvolvimento profissional e 9,52 milhões em saúde e qualidade de vida. A rede de unidades conta com 173 instalações em funcionamento no país, gerando impacto em cerca de 5 mil municípios brasileiros. Em posse de mais recursos, portanto, essas entidades poderão contribuir ainda mais para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento profissional dos trabalhadores em transporte e para o bem-estar de seus dependentes.

O investimento em capital humano, por meio da qualificação profissional, é imprescindível para o crescimento da produtividade no setor de transportes e para o desenvolvimento da economia brasileira como um todo.

A aprovação do projeto de lei em testilha, assim, é medida que se impõe.

Foram feitas, Sr. Presidente, alterações buscando trazer clareza à destinação das contribuições de empresas de administração, de operação e de exploração de infraestrutura aeroportuária e de serviços auxiliares. As emendas buscam restabelecer a justiça e a representatividade, assegurando que as contribuições sejam direcionadas para onde os próprios setores se sentem pertencentes e melhor assistidos, que é o Sest Senat, conforme eu expus aqui antes da leitura.

Portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 79, de 2020, na forma da emenda que está anexa ao relatório.

É o texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Laércio Oliveira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Vou submetê-lo à votação nominal, porque é matéria terminativa.

Vou abrir o painel. (*Pausa.*)

Painel aberto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

A votação também pode ser remota.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Esclareço que quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

Enquanto os colegas estão votando, nós poderíamos adiantar os trabalhos aqui. Tem o item 8 da pauta, que é da relatoria do Senador Eduardo Girão. O Senador Laércio vai ser o Relator *ad hoc*. Eu vou fazer a leitura dessa matéria, para a gente ganhar tempo enquanto os colegas estão votando.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 418, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2015)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de informações aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, com adequação redacional para explicitar que o art. 15-A será acrescido à Seção I do Capítulo IV do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Relator *ad hoc*, Senador Laércio Oliveira.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Presidente, Senador Marcelo Castro, tenho a honra de ser o Relator *ad hoc* de um projeto cuja relatoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compete ao Senador Eduardo Girão, como V. Exa. já expôs aqui. E, com a sua permissão, Sr. Presidente, eu vou direto à análise e, consequentemente, ao voto.

O texto do substitutivo amplia o escopo original do PLS aprovado em 2018 pelo Senado Federal, ao instituir a publicação de listas de espera não apenas relativas a cirurgias eletivas, mas também a quaisquer outros procedimentos realizados no SUS, bem como a elaboração de portal eletrônico contendo os resultados de exames executados no âmbito do Sistema. Com o objetivo de assegurar a proteção à privacidade dos usuários do SUS, explicita-se a necessidade de observância à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Em relação ao projeto aprovado no Senado, o substitutivo apresenta maior detalhamento acerca das informações que deverão constar nas listas a serem divulgadas na internet, que deverão ser atualizadas quinzenalmente. Também determina que os gestores divulgarão, mensalmente, em sítios oficiais na internet, o quantitativo de pacientes à espera de procedimentos, possivelmente como forma de ampliar o controle social do SUS, bem como de auxiliar sua gestão. O texto do substitutivo ainda regulamenta outras questões de natureza administrativa que devem permear a gestão do SUS em todas as suas esferas, como aspectos relativos ao protocolo elaborado no ato da marcação de procedimento e condutas gerenciais a serem adotadas em caso de desmarcação.

No que tange ao art. 3º, o substitutivo pretende regulamentar a forma de publicidade dos PCDT do SUS quando algum serviço de saúde os emprega de modo diverso daquele publicado na internet pela Conitec. Por fim, o art. 4º do projeto estabelece prazo de 24 meses para a criação de portal na internet contendo os resultados de exames realizados no SUS.

Ante tais inovações, pode-se concluir que, ao incluir todos os tipos de procedimentos, prever a criação de um portal para acesso aos resultados de exames, estabelecer a divulgação periódica de dados e disciplinar a publicidade dos PCDT utilizados em desconformidade com aqueles aprovados pela Conitec, o substitutivo contribui de forma decisiva para o fortalecimento da gestão pública e para a ampliação do controle social no sistema de saúde brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica evidente que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados representa um avanço significativo ao ampliar a transparência, detalhar as informações a serem publicadas e aprimorar os mecanismos de gestão no SUS.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 393, de 2015, por constituir um aperfeiçoamento substancial da proposta originalmente aprovada pelo Senado.

Por fim, considerando que o texto estabelece obrigações dirigidas aos órgãos gestores do SUS em todas as esferas de governo, recomenda-se adequação redacional para explicitar que o artigo 15-A será acrescido à Seção I do Capítulo IV do Título II da Lei nº 8.080, de 1990. Tal medida se justifica em razão de o dispositivo localizar-se entre a referida Seção I, que trata das atribuições comuns, e a Seção II, que dispõe sobre as competências específicas de cada ente federativo.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015, com a consequente aprovação do Projeto de Lei nº 418, de 2024, com adequação redacional para explicitar que o art. 15-A será acrescido à Seção I do Capítulo IV do Título II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer do nobre Senador Eduardo Girão com o Senador Laércio *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a adequação redacional mencionada.

A matéria vai ao Plenário.

Vou esperar aqui a conclusão... (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Dra. Eudócia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Quero dar aqui um bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras, ao nosso Presidente Senador Marcelo Castro e a todos aqui presentes.

Eu queria comentar, Presidente, sobre o mês de novembro, que é um mês muito importante para a conscientização de duas áreas de suma importância, e uma delas é sobre o câncer de próstata.

O Novembro Azul é para orientar e conscientizar todos os homens a procurar atendimento médico para que façam o rastreio do câncer de próstata, a fim de que o câncer, se assim for diagnosticado, que o seja na fase inicial. Todos nós sabemos que, na doença oncológica, em fase inicial, a condução do tratamento é muito, muito mais rápida e eficaz. Que os nossos pacientes tenham a oportunidade de ter o tratamento eficaz na fase inicial da doença, para que a gente diminua os índices de mortalidade por câncer, e que cada vez mais a gente possa avançar no rastreio do câncer de próstata.

Então eu quero deixar aqui essa conscientização para que todos os homens... Não só homens idosos. Detalhe: os jovens também têm que procurar o urologista, têm que procurar o serviço médico para fazer esse rastreio de câncer de próstata.

E queria só colocar o seguinte: foram registrados cerca de 1,50 milhão de novos casos de câncer de próstata em 2022, Presidente. É muito alto, muito alto. E queria só colocar mais um dado aqui do Inca, porque o Inca estima que no triênio 2023 a 2025 surgiram 71,730 mil novos casos, por ano, de câncer de próstata, um câncer relativamente simples de ser diagnosticado, mas, para isso, os homens têm que procurar o serviço médico para fazerem os exames de rastreio. E o risco é estimado de 67% de casos para cada 100 mil homens. É muita coisa.

Então que vocês, homens brasileiros, possam procurar o serviço médico para que, se vocês tiverem o risco de desenvolver câncer de próstata, que seja diagnosticado no início da doença.

E também queria colocar, Sr. Presidente, sobre o Novembro Roxo, que é o novembro de conscientização em relação à prematuridade. Ontem nós tivemos, aqui nesta sala, na CAS, a audiência pública em relação ao Novembro Roxo, de conscientização da prematuridade. Tivemos vários institutos, várias ONGs, como a ONG Prematuridade.com, através da sua Vice-Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Denise; a Sueli também, que é uma voluntária da ONG Prematuridade.com, discutindo, junto com a Dra. Lilian, que é a Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, também a Dra. Sônia, que é do Ministério da Saúde, sobre a questão da prematuridade.

Porque, Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, tem como, sim, a gente diminuir esses índices de crianças prematuras, fazendo o pré-natal corretamente; identificando a hipertensão na mãe durante a gestação, para ela não ter o risco de ter eclâmpsia; também investigando o diabetes gestacional e outras condições mais, em que a gente pode fazer com que, cada vez mais, a gente possa avançar para diminuir os riscos de prematuridade. Então, foi de suma importância ontem essa audiência, Sr. Presidente.

E quero dizer a todos vocês: que a gente possa marchar juntos no Novembro Roxo, que é o novembro de conscientização, para minimizar os casos de crianças prematuras. E quero dizer que eu, enquanto pediatra que sou, Sr. Presidente, lutarei para que, cada vez mais, a gente possa avançar nessa questão da prematuridade e diminuir os índices de criança prematura.

Só quero registrar, para vocês poderem entender como é grave essa questão da prematuridade no nosso país e no mundo, que, a cada dez minutos – dez minutos –, nascem seis crianças prematuras no Brasil. A gente está aqui nesta sessão. Quando passarem dez minutos, seis crianças prematuras já nasceram. E detalhe: das crianças prematuras que nascem, 45% vão a óbito, infelizmente.

Essa é uma condição para a gente se debruçar, Sr. Presidente e caros colegas Senadores e Senadoras. Então, quero deixar aqui essa conscientização.

E que a gente possa lutar juntos para diminuir essas estatísticas e mudar nossa realidade.

Conto com o senhor, Sr. Presidente, o senhor, que é médico, e com todos os colegas médicos aqui presentes. Vamos juntos lutar!

E quero convidar todos vocês: dia 17, o nosso Senado Federal vai se iluminar de roxo. Já convido vocês aqui da CAS.

Vamos lá, Sr. Presidente. O senhor, que é médico, me dê essa honra. Está bem?

Que Deus abençoe todos vocês!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos lutar contra a prematuridade e contra o câncer de próstata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizá-la, Senadora Eudócia, pela fala. Realmente, são dois assuntos muito importantes, de que não podemos descuidar.

O câncer de próstata é o câncer mais comum entre os homens e é um câncer que pode ser prevenido e, sobretudo, diagnosticado precocemente. Para isso, é preciso a prática de, anualmente, a pessoa dosar o PSA e fazer o toque retal – isso é feito pelo proctologista, pelo urologista. Controlando isso aí, a pessoa tem uma boa chance de fazer o diagnóstico precoce.

Com o diagnóstico precoce, 90% dos casos são curados. Não fazendo esse diagnóstico precoce, às vezes, já vem detectar em estágio avançado, em que já tem metástase, normalmente, para os ossos, e, aí, é um tratamento muito difícil, muito trabalhoso e, muitas vezes, com insucesso.

Então, é um câncer que é comum demais entre os homens. Aliás, na medicina tem uma máxima de que todo homem vai ter câncer de próstata, a não ser que não viva o suficiente. Quer dizer, há uma tendência muito grande de ter. Evidentemente, a gente tem que ter todos esses cuidados, tomar essas providências.

Vou encerrar a votação.

A Senadora Teresa já votou?

Pois não.

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, o resultado foi 14 votos SIM; 1, NÃO.

O projeto foi aprovado, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais e da CAE, Substitutivo, e das Subemendas nºs 1 a 6, da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

- Terminativo -

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra à nobre Senadora Dra. Eudócia para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Obrigada.

Da análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que dizem respeito à seguridade social. Esse é o caso do projeto de lei em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise, que institui diretrizes, estratégias e ações para o Programa Cuidando de Quem Cuida, destinado à orientação e à oferta de serviços para mães atípicas.

E aqui quero parabenizar V. Exa., Senador Romário, pela brilhante autoria e pela brilhante ideia de cuidar de quem cuida, dessas mães de crianças atípicas. Quero aqui deixar as minhas felicitações e dar os parabéns a V. Exa. por essa brilhante iniciativa.

Por ser uma matéria em tramitação terminativa nesta Comissão, cabe à CAS emitir parecer sobre o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade – nela incluídos os aspectos de técnica legislativa – e a regimentalidade da proposição. Quanto a esses pontos, não identificamos óbices.

Em exposição realizada durante audiência pública na CDH, em maio do ano corrente, sobre o trabalho invisível da mulher na sociedade, foram apresentados dados relevantes. Segundo o instituto DataSenado, 9% da população declara atuar como cuidadora; desse contingente, 81% são mulheres. Em 88% dos casos, há vínculo familiar com a pessoa cuidada. Além disso, 55% das pessoas que cuidam afirmaram sentir-se sobrecarregadas, e 83% nunca receberam qualquer treinamento.

Esse quadro torna-se ainda mais preocupante quando lembramos que muitas das pessoas cuidadas são pessoas com deficiência ou com doenças raras.

Somam-se a isso outras vulnerabilidades, como idade, hipossuficiência e ausência de rede de apoio, que fazem do cuidado uma tarefa ainda mais desafiadora e complexa.

Apesar do grande desafio que é o cuidar, essa atividade segue pouco valorizada, quando não invisibilizada. Muitas vezes, não há qualquer retorno econômico pelo cuidado prestado, e as pessoas cuidadoras enfrentam grande dificuldade para se inserir no mercado de trabalho formal, além de terem pouco tempo para o autocuidado, o que contribui significativamente para o seu adoecimento.

Diante disso, não podemos deixar de reconhecer o mérito da proposta, que tem por essência cuidar de quem cuida.

Nesse sentido, somos favoráveis às alterações aprovadas na CDH, que aprimoram a proposição, sobretudo ao superar a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade exclusivamente feminina e materna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos acertada, portanto, a substituição do público-alvo do programa de "mãe atípica" para "mãe, pai ou responsável legal atípico".

Reafirmamos, com essa alteração, que o cuidado é uma responsabilidade compartilhada entre mãe, pai ou outro responsável e deve contemplar as diversas configurações familiares.

Em relação ao voto, Sr. Presidente, em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, na forma da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo).

É esse o meu voto, Sr. Presidente, o meu relatório.

Eu quero só fazer uma consideração, Sr. Presidente.

Colegas Senadores aqui presentes, Senador Alan Rick, Senador Laércio, Senadora Teresa Leitão, nosso querido Senador Romário, autor do projeto, quero dizer a vocês da importância deste projeto, Sr. Presidente, sobre cuidar de quem cuida.

Eu estava aqui parabenizando e conversando com o Senador Romário sobre a importância deste projeto de lei de que ele é autor, sobre ele ter sido tão feliz em ter tido esta iniciativa: cuidar de quem cuida.

Na maioria das vezes, Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, quem cuida é invisível. Não tem retorno financeiro, não tem tempo para se cuidar, para o autocuidado, não tem tempo para trabalhar, adoece mais fácil, óbvio, porque está se dedicando totalmente àquela pessoa que tanto precisa dela. Tem problemas psicológicos... Tem que ter toda uma equipe para cuidar dessa pessoa. Por isso, cuidar de quem cuida.

E já passou pela Comissão de Direitos Humanos. Foi aprovado lá.

Então, queridos Senadores e Senadoras que nos escutam neste momento, que estão presencialmente ou remotamente, aprovem este projeto, porque só sabe quem tem alguém que tem um caso desse na família.

Vamos ajudar essas pessoas que cuidam de outra pessoa. Vamos ajudar essas pessoas.

Vamos aprovar este projeto, Senador Alan Rick, que é de suma importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele é terminativo, Sr. Presidente. Se não for aprovado hoje, ele morre aqui, e não é isso que nós queremos.

O Senador Romário o protocolou em 2024. Tem mais de um ano.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores e Senadoras para não deixar este projeto morrer aqui.

Vamos ajudar essas pessoas que cuidam de outras pessoas!

Esse é o apelo que eu faço, Sr. Presidente.

Meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Eudócia.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, destaco a importância dessa matéria e parabenizo efusivamente o Senador Romário pela sensibilidade, uma vez que ele mesmo é um pai atípico.

Parabenizo nossa Relatora, Dra. Eudócia, Senadora Eudócia, que, com muita sensibilidade, produziu um relatório que, de forma muito clara, clama pela aprovação desta matéria.

Senador Romário, Senadora Eudócia, há algum tempo, eu tenho dialogado com mães atípicas e pais atípicos do meu Estado do Acre. No ano de 2021, fizemos várias reuniões com associações de mães, de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista e outros transtornos.

A partir dali, iniciamos um trabalho junto ao estado e a municípios, para garantir, através das nossas emendas parlamentares, as terapias dessas crianças e adolescentes.

Vejam, cuidando de quem cuida, a quantidade de crianças e adolescentes no Brasil que precisam dessas terapias, os pais e mães se desdobram, tendo que se ausentar muitas vezes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, para levar o filho a numa clínica, para levar seu adolescente a uma clínica de terapias e, muitas vezes, sofrem com ausências no trabalho ou com todo tipo de injustiças, além de medicamentos e de gastos, custos com a saúde.

Uma proposta como esta, que garante o cuidado de mães e pais atípicos, é um reforço do Parlamento brasileiro e um reconhecimento desse sacrifício que é feito por amor, por amor a seus filhos, por amor aos seus bebês, amor aos seus adolescentes.

Estive com essas associações, Senadora Eudócia, Senador Romário, e destinei R$14 milhões em emenda, para que o Estado do Acre, através da Secretaria de Saúde, pudesse realizar um chamamento público e reforçar o atendimento das terapias, uma vez que o CER III, a clínica especializada do estado, que, inclusive, tem o seu terceiro turno bancado com emenda parlamentar nossa, não dá conta de atender à demanda. Nós precisávamos aumentar o número de clínicas aptas a atender, via SUS, a essas mães e esses pais, a essas crianças e adolescentes.

E, pasmem, a emenda foi paga em 2023. Nós estamos em 2025, e, até hoje, o processo de chamamento público não foi concluído.

Isso é uma tristeza, porque, cada dia que uma criança ou um adolescente com transtorno do espectro autista perde de suas terapias, ele perde a oportunidade de ser devidamente tratado, devidamente cuidado, para que se torne um cidadão com toda a sua liberdade, com toda a sua capacidade cognitiva, intelectual, como ser humano. E esse atraso tem machucado as mães e os pais que esperam avidamente, Sr. Presidente, pela finalização desse processo de chamamento público, Senador Laércio. É muito triste ver o descaso e a leniência com um tratamento tão importante.

Devido a isso, conversei com os Prefeitos do Acre e destinei recursos para as prefeituras poderem contratar, via município, clínicas, terapias para atender esses pais e mães que tanto sofrem.

Eu estive, na última segunda-feira, anteontem, no Hospital de Base de São José do Rio Preto, uma das maiores referências do Brasil em tratamento, em cirurgias de cardiopatia neonatal congênita, de crianças, de bebês que nascem com graves problemas no coração. Esse hospital recebeu emenda nossa para garantir o atendimento dos bebês do Acre que nascem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cardiopatia neonatal congênita. Somente neste ano de 2025, 27 crianças, na maioria bebês recém-nascidos, bebês que nasceram com grave problema cardíaco, já foram tratadas.

Eu estive lá na segunda-feira e pude dar um abraço, Presidente Marcelo Castro, na Adriana, do Município de Feijó, mãe da Maria Isis, que me ligou desesperada, precisando de uma vaga. Imediatamente, nós entramos em contato com o hospital, e o hospital garantiu a vaga, e a Maria Isis fez sua cirurgia.

Encontrei ali com a Léivinha, mãe do Calebe, outra mãe que me acionou via minhas redes sociais. Eu entrei em contato com ela e disse: "Léivinha, estou ligando, neste momento, para o Dr. Ulisses Croti, Chefe da Cardiologia Pediátrica do hospital, para garantir a vaga de cirurgia do Calebe, seu bebê". E o Calebe já foi cirurgiado e passa muito bem, graças a Deus.

Tive um encontro com a Raissa, recém-operada de cesariana, que teve ali o problema da Liz, sua bebezinha, que chegou muito debilitada devido à demora do estado em levar essa criança até esse centro de excelência pediátrica. A criança, hoje, corre sério risco de vida, mesmo com todo o cuidado do hospital, mesmo com todo o cuidado dos médicos.

Então, isto dói no nosso coração: essa leniência, essa falta de gestão.

Encontrei também com o Daniel, pai da Emily, outra criança, essa maiorzinha, que está lá em tratamento.

Pude dar um abraço em todos eles, pude ouvi-los e pude chorar com eles, porque, Senadora Eudócia, no momento em que um Parlamentar perde a lágrima dos olhos, ele tem que largar a vida pública. Tem que se solidarizar e sofrer e sentir a dor das pessoas.

Para finalizar, quero dizer que nós temos, hoje, a oportunidade de aprovar uma matéria que dá um abraço, que dá um acalento a mães e pais que cuidam de seus filhos.

Recentemente, no Acre, um bebê quase foi enterrado vivo – quase foi enterrado vivo! –, infelizmente. A criança nasceu numa enfermaria, os procedimentos foram equivocados, e eu aqui não estou culpando nenhum dos profissionais da nossa maternidade. Coitados, muitos deles ali que estavam naquele caso não estavam preparados para aquela situação. A criança foi dada como morta, passou 13 horas num necrotério frio, e, no dia seguinte, no enterro, a mãe disse: "Abre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caixão que eu quero olhar o meu bebê". Quando abriram o caixão, o bebê estava chorando. Que coisa triste de se ver. Infelizmente, é um retrato do descaso com a saúde pública do Estado do Acre. Mas, nesse caso também, quando nós soubemos, entramos em contato com o hospital, o hospital garantiu uma UTI neonatal, mas, infelizmente, a criança não sobreviveu. A criança foi muito maltratada, Senadora Eudócia. Embora fosse um bebê prematuro, um bebê com pouco tempo de gestação, era uma vida, e toda vida é preciosa.

Eu tenho fé em Deus de que nós possamos mudar esse quadro. Eu tenho fé em Deus de que nós um dia tenhamos realmente um atendimento humano, que é o que as pessoas pedem.

Aqui, eu faço uma menção aos bravos guerreiros da saúde do Acre, aos bons médicos, aos servidores, aos enfermeiros, aos técnicos de enfermagem, aos colaboradores, que lutam para fazer o seu melhor, mas precisam de condições, precisam de melhor treinamento, precisam de melhor capacitação, precisam de investimento, investimento que nós fazemos com muita coragem para ajudar os hospitais do estado e ajudar as nossas unidades de saúde.

Fica aqui o meu apelo. Votarei favorável a uma matéria tão importante para o Brasil e para pais e mães.

Quero dedicar a aprovação desta matéria, Senador Romário, a todas as mães e todos os pais de crianças, adolescentes, autistas e com transtornos diversos do Acre, à querida Sofia Brunetta, à querida Helô, aos pais que me procuraram e também à minha amiga Adriana Rogério, lá do Quinari, que é uma mãe atípica que dirige uma associação e que tanto lutou para que nós tivéssemos o recurso para garantir a contratação das clínicas que possam fazer o atendimento que o estado hoje não dá conta de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Senador Romário, com a palavra, V. Exa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadores e Senadoras aqui presentes. Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui parabenizar a Senadora Dra. Eudócia pelo excelente trabalho e pela sensibilidade com que analisou a minha proposta, o projeto de minha autoria PL 1.179, de 2004.

E quero dizer, Senadora, que esse parecer eleva ainda mais o propósito desta iniciativa, tornando-a mais justa e mais humana. Agradeço, aqui, as palavras. Agradeço a V. Exa. essa luta.

Agradeço também as palavras do nosso Senador meu amigo Alan Rick.

Ter pessoas como vocês aqui no Senado para lutar a favor dessas pessoas que cuidam dessas vidas, para a gente, é muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou submeter o projeto à votação nominal. O projeto é terminativo.

Declaro encerrada a discussão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Aproveito, Sr. Presidente, para pedir a todos que votem "sim" a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não!

Vou colocar em votação nominal.

As Senadoras e os Senadores já podem votar, tanto presencial quanto remotamente.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu pediria que, por gentileza, os assessores, aqui presentes, dos colegas que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remotamente possam entrar em contato com os nossos colegas Senadores e Senadoras, para que possam votar a contento, para que a gente dê celeridade a esse processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senadora Eudócia.

Para a gente ganhar tempo, o item 7 é um item não terminativo, que é da relatoria do Senador Alan Rick. Então, vamos avançar.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5926, DE 2023

- Não terminativo -

Altera art. 1º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para prever o pagamento do abono natalino anual aos ao seringueiros recrutados pelo Governo brasileiro para trabalhar na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial (soldados da borracha).

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao novo Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essa matéria tem também um cunho muito emocional para mim, porque meu avô, Sr. Romildo de Holanda Moraes, um cearense, trabalhador, homem simples, mas um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerreiro, foi soldado da borracha. Faleceu há alguns anos, mas deixou um legado de trabalho, de honra, de humildade. E esta matéria de autoria do Senador Confúcio Moura é um reconhecimento aos bravos soldados da borracha, homens que fizeram um esforço enorme durante a Segunda Guerra Mundial para que o Brasil produzisse a borracha para o esforço de guerra dos aliados e também para abastecer o nosso mercado e o mercado internacional.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições relativas à seguridade social, previdência social e assistência social. O PL nº 5.926, de 2023, que versa sobre a extensão de um benefício de natureza previdenciária/social (abono natalino anual), que também é chamado de décimo terceiro dos soldados da borracha, é a concessão a uma categoria específica de trabalhadores que já recebem pensão especial e insere-se, por conseguinte, no âmbito de competência material desta Comissão para análise de mérito.

A proposição detém constitucionalidade e juridicidade. A concessão do abono natalino anual aos soldados da borracha, benefício já concedido aos ex-combatentes, na forma do art. 201, §6º, da Constituição, a todos os aposentados e pensionistas, alinha-se aos princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana, previstos nos arts. 5º, *caput*, e 1º, inciso III, da Constituição Federal. Dessa forma, a medida busca corrigir uma disparidade no tratamento de grupos que prestaram serviços de relevante interesse nacional durante a Segunda Guerra Mundial, observando as competências legislativas da União.

No mérito, consideramos pertinente e premente a concessão do abono natalino anual para os soldados da borracha. Tal medida é pertinente pois representa um ato de justiça. Na Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1945, cerca de 60 mil brasileiros – majoritariamente homens jovens do Nordeste – foram alistados e transportados para a Amazônia para extrair o látex da seringueira. Essa mobilização atendeu aos Acordos de Washington de 1942 entre o Brasil e os Estados Unidos da América, suprindo borracha para os Aliados após o bloqueio de exportação de látex da Ásia pelos japoneses.

Paralelamente, cerca de 20 mil soldados brasileiros, entre civis e militares, foram enviados às frentes de batalha na Itália, também mobilizados para atuar na Segunda Guerra Mundial. Ao regressarem, esses soldados passaram a ser chamados de ex-combatentes, os nossos pracinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos 20 mil ex-combatentes, 90% voltaram ao Brasil. Já dos soldados da borracha, que enfrentaram condições precárias e doenças, como a malária, a fome, o isolamento na selva, metade nunca retornou à sua cidade de origem, pois muitos faleceram ou ficaram sem meios de voltar. Os sobreviventes se fixaram na Amazônia, contribuindo para o povoamento de regiões como o nosso Acre, que teve aproximadamente 44% de crescimento populacional na década de 40.

Apenas em 1988, mais de 40 anos depois, a Constituição garantiu pensão especial vitalícia aos ex-combatentes e aos soldados da borracha, contudo aos ex-combatentes também foi concedido o abono natalino, benefício que erroneamente não foi estendido aos soldados da borracha.

Segundo dados extraídos do Boletim Estatístico da Previdência Social, entre 2013 e 2023, houve uma queda de aproximadamente 11,5 mil para apenas 6,5 mil beneficiários. Estima-se que a redução no quantitativo desses beneficiários seja de 5% ao ano, devido à morte de muitos deles. O beneficiário mais jovem hoje possui 85 anos de idade e não há novos ingressantes no benefício desde 2015. Cada ano que se passa sem a aprovação desta matéria, é um ano a menos de reconhecimento e de justiça com os nossos soldados da borracha.

Logo, este projeto de lei representa um ato de justiça, equiparando os direitos dos soldados da borracha aos dos ex-combatentes e de todos os demais aposentados e pensionistas do país.

Ressaltamos que a ausência de vedação constitucional ou legal expressa para a concessão da gratificação natalina aos seringueiros, aliada à sua reclassificação como benefício de legislação específica, fortalece a argumentação pela sua concessão.

Por fim, temos um pequeno reparo a fazer, oferecendo como correção do texto da ementa do PL uma emenda meramente de redação, a fim de que seja excluída a desnecessária repetição do artigo “os”, naquela parte do texto.

Voto.

Em face do exposto, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.926, de 2023, do eminente Senador Confúcio Moura, com a seguinte emenda de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do PL nº 5.926, de 2023, a seguinte redação:

"Altera art. 1º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para prever o pagamento do abono natalino anual aos seringueiros recrutados pelo Governo brasileiro para trabalhar na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial (soldados da borracha)."

É o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Alan Rick. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à CAE.

Vou encerrar a votação nominal, que é do item 1 da pauta, Projeto de Lei nº 1.179.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Treze votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção. (*Palmas.*)

Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CDH-CAS (Substitutivo).

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 864, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 864, de 2019, nos termos da Emenda nº 1-Cesp (substitutivo).

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte, com parecer favorável ao Projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romário para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero parabenizar o Senador e amigo Veneziano Vital do Rêgo pelo excelente projeto.

Quero pedir permissão para ir direto à análise, Presidente.

A proposição atende aos requisitos de iniciativa de constitucionalidade, ordenamento jurídico e mérito, não necessitando de reparos.

Diante da necessidade de se aprofundar o debate sobre o assunto, foi criado grupo de trabalho com o objetivo de estudar, no âmbito da CEsp, o projeto de lei em exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As conclusões do grupo foram espelhadas no parecer aprovado pela CEsp, mediante a criação de contrato de trabalho especial para o árbitro esportivo profissional do futebol, delineado nos moldes especificados nos relatórios do referido parecer.

Uma das conclusões do referido grupo foi a instituição de um contrato especial de trabalho para a categoria profissional de árbitros, com possibilidade de pactuação por prazo determinado, e, considerando as especificidades e o nível de profissionalização alcançado pelo futebol, optou-se, neste primeiro momento, por estabelecer a necessidade de pactuação do referido contrato para os árbitros dessa modalidade esportiva, na qual os requisitos da habitualidade, subordinação e pessoalidade, ínsitos à relação de emprego, estão bem delineados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A própria Lei Geral do Esporte estabelece disposições específicas ao futebol, tratando de normas referentes à concentração, férias, trabalho noturno, além de determinar a aplicação de normas específicas aplicáveis aos treinadores profissionais de futebol.

Por se tratar de entendimento que respeita as especificações do futebol brasileiro, ao mesmo tempo que assegura a proteção social do mencionado árbitro, entendemos que o PL nº 864, de 2019, merece ser chancelado também por esta Comissão, a CAS, na forma da Emenda nº 1 – CEsp (Substitutivo).

Voto, Sr. Presidente.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 864, de 2019, na forma da Emenda nº 1, aprovada na CEsp como Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Como a matéria é terminativa, vou colocar em votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aberto o painel, comunico às Sras. e aos Srs. Senadores que já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores estão votando, eu quero adiantar aqui o item 3, que é não terminativo.

ITEM 3

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 4967, DE 2023

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista.*

Autoria do Projeto: Câmara dos Deputados

Relatoria das Emendas: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Os meus cumprimentos a V. Exa., às nossas queridas e aos nossos queridos companheiros parceiros desta Comissão.

Agradeço a deferência pela designação e pediria a sua anuência para que a gente possa fazer a leitura já a partir da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do nosso art. 277 do Regimento Interno, matérias aprovadas pelas Comissões do Senado e emendadas em Plenário devem retornar às Comissões para análise delas, das emendas sugeridas.

No mérito, entendemos que a Emenda nº 1, de Plenário, não merece prosperar, com todo o devido respeito à sugestão. Como já discutido durante a tramitação do projeto da nossa estimada Deputada Laura Carneiro, em ambas as Casas Legislativas, a proposição foi considerada suficiente para reconhecer a relevância cultural da atividade do cerimonialista, sem necessidade de impor requisitos adicionais para a sua habilitação. Acreditamos que a introdução de critérios formais de formação acadêmica ou certificação desvirtuaria a essência dos pareceres aprovados pela Comissão de Educação e por esta Comissão de Assuntos Sociais, que destacaram a importância da atividade para a preservação de tradições, protocolos e ritos, sem condicionar o seu exercício a barreiras que possam limitar a atuação dos mesmos profissionais cerimonialistas.

Além disso, a valorização da experiência prévia de cerimonialistas recomenda a devida cautela quanto à imposição de restrições. A atividade, por sua natureza, envolve conhecimentos práticos, habilidades interpessoais e domínio de diferentes tipos de eventos. Muitos profissionais adquiriram experiência fora de cursos específicos, por meio de formações diversas ou da prática direta em ambientes institucionais.

Por fim, convém ressaltar que a criação desses requisitos legais para o exercício da profissão de cerimonialista representa uma restrição indevida ao livre exercício profissional, garantido pelo art. 5º, no seu inciso XIII, da nossa Constituição Federal. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal já fixou, em precedentes como as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 183 e também nº 419, que limitações ao exercício de profissões são só admissíveis quando estritamente justificadas por interesse público relevante e quando o exercício inadequado da atividade possa gerar riscos concretos a terceiros. Com todo o devido respeito à posição do autor da emenda, consideramos que esse não é o caso da profissão de cerimonialista, em que não verificamos ameaças à saúde, à segurança ou à ordem pública. Dessa forma, julgamos que a emenda incorre em inconstitucionalidade material, por restringir, de modo desproporcional e sem fundamento legítimo, um direito fundamental.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o que nós expusemos, nós sugerimos a rejeição da Emenda nº 1, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.967, da digna e competente Deputada Federal, nossa companheira, Laura Carneiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada e passa a constituir parecer desta Comissão, contrário à Emenda nº 1, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Vou esperar um pouco para encerrar a votação nominal.

Senador Laércio Oliveira, com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, tem um requerimento aí sobre a mesa, o Requerimento nº 112, que é de autoria do Senador Eduardo Girão. Eu gostaria de subscrever esse requerimento e colocá-lo para apreciação aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Requerimento extrapauta...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É extrapauta, Presidente. É o 111 e o 112.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 112, de 2025, da CAS...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – E o 111 também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... apresentados pelo Senador Girão e pelo Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – São dois, viu, Presidente? O 111 e o 112.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou colocar os dois ao mesmo tempo: o nº 111 e o nº 112. Todos dois são de autoria do Senador Girão e do Senador Laércio.

Havendo a concordância das Sras. e dos Srs. Senadores, vou colocar os requerimentos em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 111, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 94/2025 - CAS seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 112, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Vou passar a palavra ao autor, para fazer a leitura dos seus requerimentos.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para encaminhar.) – Presidente, eu subscrevo, com muita honra, os Requerimentos nºs 111 e 112, do Senador Eduardo Girão, que requerem, nos termos do art. 58 do Regimento da nossa Casa, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 94, desta nossa Comissão, seja incluído, além dos nobres convidados já listados, a Sra. Patrícia Prolla, que é médica geneticista e Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – esse é o Requerimento nº 111 –, e que sejam também incluídos, na audiência pública objeto do Requerimento nº 59, de 2023, desta nossa Comissão de Assuntos Sociais, um representante do Instagram, um representante do Facebook, um representante do YouTube, um representante do TikTok e um representante do Google.

São esses os objetos dos requerimentos que coloco para a apreciação de V. Exa. e dos nossos pares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou submeter os dois requerimentos à votação.

As Sras. os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Os requerimentos foram aprovados.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 109, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL) e outros

É um requerimento de autoria da Senadora Eudócia e da Senadora Jussara Lima, que o subscreve.

Passo a palavra à Senadora Jussara, para fazer a leitura do seu requerimento.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para encaminhar.) – Bom dia, Presidente, Senador Marcelo Castro, e colegas aqui presentes.

Peço a palavra para subscrever o Requerimento nº 81, 2025.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública, objeto do Requerimento nº 81, de 2025, da CAE, sejam incluídos os convidados:

- a Doutora Ludhmila Hajjar, Médica cardiologista, Pesquisadora e Diretora da Cardio-Oncologia do InCor, Diretora de Ciência, Inovação e Tecnologia da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC);

- o Doutor Fernando Maluf, Médico oncologista, Pesquisador e Fundador do Instituto “Vencer o Câncer”;

- o Doutor Gustavo Cardoso Guimarães, Coordenador dos Departamentos Cirúrgicos Oncológicos e Medicina Genômica da Beneficência Portuguesa de São Paulo;

- a Doutora Dayana Mendes Ribeiro, Coordenadora Médica da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Amor de Barretos;

- o Doutor Eduardo Jorge Valadares Oliveira, Secretário Adjunto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Doutor José Barreto Campello Carvalheira, Diretor do Departamento de Atenção ao Câncer (Decan) na Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde;

- a Doutora Angélica Nogueira, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Justificação.

Inclusão das Doutoras Ludhmila Hajjar, Dayana Mendes Ribeiro e Angélica Nogueira e dos Doutores Fernando Maluf, Gustavo, Eduardo Jorge Valadares e José Barreto Carvalheira entre os convidados da audiência pública fruto da aprovação do REQ 81/2025, da CAS.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento das nobres Senadoras Dra. Eudócia e Jussara Lima.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vou encerrar a votação nominal do item 5 da pauta, Projeto de Lei nº 864, de 2019.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Vou proclamar o resultado: 15 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CEsp-CAS, Comissão de Esporte da Casa, substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Convoco, para o dia 19 de novembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Angelo Coronel, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de ajustes de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 50 indicações (21 decorrentes de saldos remanescentes de indicações anteriormente aprovadas e 29 decorrentes de solicitações de cancelamentos de indicações apreciadas anteriormente), conforme planilha anexa, e 26 cancelamentos de indicações aprovadas em reuniões anteriores, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. A presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7475823385

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/19

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais, RP 8, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dados das emendas.

Emenda nº 60060003. Ação 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas. Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

Emenda nº 60060004. Ação 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas. Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

A coordenação e a relatoria das indicações da Casa ficaram a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (Lei nº 15.121, de 2025).

Na LOA 2025, esta Comissão apresentou emendas RP 8 nas programações: 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas (Emenda 60060003); 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (Emenda 60060004).

Em 28/08/2025, foi realizada a primeira reunião destinada à deliberação de indicações desta Comissão, com a aprovação de 2.124 indicações.

Em 11/09/2025, foi realizada a segunda reunião destinada à deliberação de indicações desta Comissão, com a aprovação de 251 indicações e cancelamento de 6, em decorrência de impedimento técnico ou erro material.

Em 09/10/2025, foi realizada a terceira reunião, com a aprovação de 150 indicações.

Posteriormente, no período de 09/10 a 18/11/2025, foram apresentadas 83 indicações, listadas no Anexo I, para apreciação desta Comissão.

Ademais, foi solicitado pelos respectivos autores o cancelamento de 26 indicações aprovadas em reuniões anteriores, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, conforme listado no Anexo II.

É o relatório.

Da análise.

Quanto ao mérito, após análise, foram selecionadas 50 indicações para aprovação, dentre as quais:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- 21 decorrentes de saldos remanescentes de indicações anteriormente aprovadas, mas que apresentaram impedimento técnico para a utilização do valor total indicado, as quais constam do Anexo III;

- 29 decorrentes de solicitações de cancelamento de indicações apreciadas anteriormente (Anexo II), listadas no Anexo IV.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pelo cancelamento das indicações elencadas no Anexo II, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, e pela aprovação das indicações elencadas nos Anexos III e IV.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação as planilhas constantes dos Anexos II, III e IV, nos termos do relatório apresentado.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As indicações e as solicitações de cancelamento estão aprovadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta sessão.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jayme Campos, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif, Beto Faro e Carlos Portinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Dra. Eudócia, Romário, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 72/2025 - CAS, de autoria Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Debater a PEC 1/2025, que "Altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União". **Participante:** Carlos Fernando da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal - SindMédico DF. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende o Requerimento nº 72, de 2025, da CAS, de minha autoria e de autoria da Senadora Damares e dos Senadores Hiran e Hamilton Mourão, para a realização de audiência pública destinada a debater a PEC 1, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, também da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, na Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211 – 0800 0612211 – e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião, para possibilitar o recebimento de perguntas e comentários aos respectivos expositores via internet.

Já temos aqui algumas perguntas sobre a PEC, mas eu vou fazer uma apresentação aqui, para que fique registrada nos *Anais do Senado*, do Congresso, e também para que as pessoas possam entender a importância dessa PEC para o Distrito Federal.

Houve imprevistos aí com relação aos convidados – alguns não receberam o recado, outros não estavam sabendo –, mas o importante é a gente registrar aqui e fazer esta audiência, porque nós queremos votar essa PEC o mais rápido possível. Já fizemos esta audiência com a segurança pública, com a presença aqui da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros. Fizemos também com a educação, com a presença dos sindicatos e de todos aqui da educação. E agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, estamos trabalhando o termo da saúde. É superimportante para Brasília e para o segmento da saúde. Então, é estranho que alguns convidados não tenham comparecido.

Para ficar registrado, eu fiz aqui uma breve apresentação.

Estou com o Carlos, nosso convidado, representando aqui o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

Obrigado pela presença, Carlos.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA (Para expor.) – Izalci, eu que agradeço.

Estou representando o Sindicato dos Médicos, como Vice-Presidente. E, antes da sua apresentação, quero já parabenizá-lo pelo trabalho e pela sua luta de tanta importância que tem essa PEC para o fundo constitucional, para a manutenção de Brasília, para a continuação dos trabalhos de Brasília e para que a gente possa, na capital da República, proporcionar essa luta.

E vocês aqui do Congresso Nacional, num todo, pelo Senado e pela Câmara – você, como um ex-Parlamentar da Câmara Federal também – que tão atuante foi para Brasília e hoje é nosso Senador da República por Brasília –, têm feito. Atende-nos a qualquer momento, com a sua dedicação e a sua história de trabalho. É só agradecimento.

Eu estou representando a nossa instituição de Brasília e também a Federação Médica Brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Bem, vou apresentar rapidamente aqui a PEC do fundo constitucional, que é a PEC 1, de 2025.

Pode passar.

Bem, desde 1500, no Descobrimento do Brasil, quem sempre bancou as despesas da capital foi a União; o Governo Federal sempre bancou isso, desde o Descobrimento do Brasil. Então, mesmo no período de colônia, tudo foi custeado pela República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

De 1549 a 1763, a capital era Salvador; mesma coisa, quem pagava tudo isso aí – os militares, os técnicos, o salário de todos, a manutenção da capital – sempre foi a União.

Pode passar.

Depois, passou para o Rio de Janeiro, de 1763 a 1960; e, também, quem sempre custeava as despesas da capital Rio de Janeiro era a União; saneamento, investimento, custeio, tudo era feito pela União.

Em 1960, então...

Pode passar.

De 1960 a 1988, quem custeou integralmente o fundo também foi, exatamente, o Governo Federal. Então, quem indicava, inclusive, o Prefeito e também, depois, os Governadores aqui do DF sempre era a União. Só que em 1988 veio a Constituição, e a Constituição é clara – está lá no art. 21, inciso XIV, que define a União como responsável por manter a segurança pública do DF e prestar auxílio financeiro para a educação e para a saúde.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Constituição fala serviços públicos; a regulamentação é que passou a distinguir e a colocar, realmente, segurança pública, saúde e educação.

De 1990 até 2002, antes da aprovação da Lei do Fundo Constitucional – o primeiro Governador foi o Governador Roriz; depois veio o Governador Cristovam e outros –, para bancar as despesas da capital, era necessário o Governador pedir ao Governo Federal o recurso, principalmente na área de saúde e educação, porque, na prática, quem fazia a folha da segurança pública era a União. Então, eles já pagavam automaticamente os salários da segurança pública; e 85% a 90% do fundo hoje são para pagar a folha. Então, a folha já vinha feita pela União. Mas, para pagar as despesas da saúde e educação, em especial, o Governador tinha que vir aqui ao Ministério da Fazenda e ir lá ao Presidente da República pedir, com um pires na mão, para pagar essas contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Uma luta, né?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E aí você pega um Governador de oposição ao Governo Federal e começa a ter dificuldade. "Volta amanhã, no mês que vem; não tem dinheiro agora".

Então, foi isso que levou, em 2002, a se criar, então, o fundo – regulamentar a Constituição. Então, a lei foi aprovada; é a Lei Ordinária 10.663, de 2002, que criou o fundo e garantiu, então, os recursos federais para a saúde, para a educação e para a segurança. Então, isso foi feito em 2002.

O que acontece? A distorção que ficou...

Pode passar.

O que aconteceu? De 2002 até hoje, nós temos no orçamento do DF os recursos do fundo, que já estão definidos.

Lá em 2002, quando foi feita a lei, foi levantado. Quanto é que é o investimento, o custeio da saúde, educação e segurança? Na época, em 2002, deu R$2,9 bilhões. Esses R$2,9 bilhões, então, foi o marco inicial do fundo constitucional.

E a Lei Ordinária – essa 10.633, de 2002 – estabeleceu que este valor seria corrigido anualmente pela receita corrente líquida. Ficou definido isso.

A União repassa, então, esses recursos para o GDF. Isso já está no orçamento normal, e o recurso já entra direto no GDF, que hoje vai para quase R$28 bilhões. O ano passado... Em 2025, este ano, foi R$25 bilhões.

Então, esse dinheiro já está no DF. Em princípio, se você analisar nos anos anteriores, sempre foi para pagar pessoal. Então, quando não tem reajuste de pessoal, está se investindo em outras coisas, e ficamos alguns anos sem reajuste, principalmente para a segurança pública, porque ficou essa distorção.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, 2009... Está aí 2009, porque tem uma lei que foi aprovada aqui no Congresso, em 2009, que estabelece o número de policiais militares, bombeiros e polícia civil. Então, para vocês terem ideia, em 2009, era para a gente ter mais de 18 mil policiais militares. Era para ter em torno de 9 mil policiais civis e em torno de 9 mil policiais... do corpo de bombeiros. Hoje, nós temos a metade disso, e olha que já faz alguns anos, né?

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – São 14 já.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, é exatamente por essa distorção que existe hoje.

Além do quê, o fundo constitucional hoje foi ameaçado por duas vezes agora, em 2023 e em 2024, por este Governo. Em 2023, na aprovação do arcabouço fiscal, o Governo mandou aqui para o Congresso – aliás, o Relator colocou no relatório dele, na Câmara –, colocando o fundo constitucional na lei do arcabouço, que corrigiria, não pela receita corrente líquida, mas então, a partir daí, pelo INPC, pela inflação. E olha que o Governo trouxe uma série de informações que não convenceu a Câmara, e a Câmara aprovou realmente a mudança.

Quando chegou aqui no Senado, nós então mostramos para o Relator – que foi o Omar Aziz – que, realmente, se nós aplicássemos esse mesmo modelo desde o início do fundo, nós estaríamos recebendo hoje 50% do fundo, do que a gente recebe hoje.

Então, a gente conseguiu, aqui no Senado, convencer os Senadores de que o fundo teria que continuar sendo corrigido pela receita corrente líquida. Voltou para a Câmara, e a Câmara aceitou a modificação que nós fizemos aqui. Então, salvamos o fundo constitucional de uma perda muito grande.

Depois de 2024, veio também uma tentativa de reajustar pela inflação. O pacote fiscal veio a mesma coisa, só que esse nem passou pela Câmara. Então, já foi recusado lá. Mas são ameaças que a gente recebe, de limitar o fundo constitucional, lembrando que 40% da nossa receita hoje do DF, do orçamento do DF, é fundo constitucional. São 40%. Então, você imagina o que é mexer nos 40%, o que significa isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que essa PEC é superimportante para a população do DF, e para a saúde e para a educação. Então, a saúde tem que abraçar essa emenda constitucional de forma, assim, bastante empenhada, porque senão a gente vai ter sérios problemas.

O fundo constitucional não acompanhou o crescimento da população, lógico, porque a população de Brasília foi constituída para 500 mil habitantes, hoje nós temos mais de 3,1 milhões habitantes. No ano 2000, a estimativa era isso, era 500, hoje tem 3 milhões.

Pode passar.

É o que eu disse, é o contingente. A lei de 2009, que foi aprovada aqui por esta Casa, botou o contingente lá: PM, 18.673; bombeiros, 9.703. E hoje nós temos: PM, 10 mil; bombeiros, 5,9 mil. E a Lei 12.803, de 2013, previa também que a polícia civil teria que ter 8.969, hoje nós temos 4.559. Então, muito pouco, o contingente é o menor da história. E nós vamos dizer por que aconteceu isso.

Então, qual é a nossa proposta da PEC? Modificar, em vez de... Porque o que está acontecendo? A Constituição, no art. 21, está dizendo: compete à União manter e organizar a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiros, e auxiliar no funcionamento da educação e da saúde. Então, por que tem esse texto em 1988? Porque, em 1988, quem indicava o Governador era a União, então é despesa da União, só que, a partir de 1990, a gente passou a ter Governador eleito. E todos os estados, os Governadores têm autonomia completa de reajustar, de fazer concurso e tudo mais. Portanto, há uma distorção muito grande que tem que ser corrigida.

Na prática, nós conseguimos a autonomia política em 1990, mas uma autonomia parcial, porque hoje a gente depende, o Governador depende de encaminhar essas questões para o Governo Federal, para depois encaminhar para cá. Então, para vocês terem ideia, em 2015, ainda no Governo Rollemberg, Rollemberg não deu reajuste... A nossa polícia civil sempre recebeu o mesmo salário da Polícia Federal, sempre foi assim, até porque a lei que criou a polícia civil e a polícia militar tem a mesma origem, poderia até escolher se você queria ser policial civil ou não, por isso que sempre teve tratamento igualitário. No Governo Rollemberg, houve uma questão de negociação com o sindicato e não houve realmente uma concordância da forma como o Governador propôs e, em conclusão, houve uma defasagem de 37,5. Então, em 2015, até terminar o Governo Rollemberg, houve essa defasagem de 37,5. E, consequentemente, não tendo reajuste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da polícia civil, também não tem nem para a polícia militar, nem corpo de bombeiros, consequentemente, afeta também a saúde e a educação. Porque, quando você reajusta segurança, automaticamente, você tem que levar em consideração que a saúde e a educação também são importantes e precisam também de reajuste.

Pode passar.

Uma coisa importante, art. 21 da Constituição: compete à União organizar e manter. Por que organizar e manter? Porque, em 1988, que é a data da Constituição, nós não tínhamos eleição em Brasília. Então, a proposta da PEC é simplesmente colocar no art. 14: "Compete à União financiar o GDF", o Governo do Distrito Federal, para manter e organizar, exatamente a mesma coisa, só que aí estou colocando na PEC a correção pela receita corrente líquida, porque hoje é uma lei ordinária.

Então, aqui no Senado, por exemplo, se a gente tiver presente, no Senado, 41 Senadores e 21 votarem contra, a gente perde o fundo constitucional – reduz ou perde, depende da proposta. Então, é uma lei ordinária. Agora, passando para a Constituição, fica mais difícil de as pessoas quererem, com uma canetada, mudar, como o Governo tentou por duas vezes, em 2023 e 2024. Então, nós estamos colocando na Constituição, na Emenda nº 1, também que a receita será corrigida como está na lei ordinária, pela receita corrente líquida. Isso é muito importante para a gente não ficar sujeito a essas mudanças ou a essas propostas que são feitas constantemente.

Pode passar.

Isso aí é para mostrar realmente que, por incrível que pareça, é uma burocracia. Na prática, o Anexo 5, que trata do fundo constitucional... Esse valor já está no GDF, porque a definição do valor do fundo já está estabelecida. Eram 2.900 corrigidos pela receita corrente líquida. Então, todo ano se corrige, e o dinheiro já está disponibilizado para o GDF. Agora, para fazer o concurso, para chamar alguém que já fez o concurso, ou para reajustar, o que acontece hoje? O Executivo tem que mandar uma proposta para o Governo Federal, aí vai para o Ministério da Gestão, para o Ministério do Planejamento, para o Ministério da Justiça, para o Ministério da Economia, para a Casa Civil e, depois, eles ainda têm que encaminhar para o Congresso. Chega aqui ao Congresso e está sujeita aos questionamentos também da polícia dos outros estados, porque há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamento muito grande, porque praticamente hoje, mesmo com um fundo constitucional do tamanho que é, as coisas não funcionam.

Então, a saúde do DF, em especial, é o maior gargalo que nós temos hoje. Não funciona, tem péssima remuneração e, mesmo assim, não tem infraestrutura e não tem gestão. Então, os outros estados começam a questionar: "Vocês têm um fundo de bilhões e bilhões e não funciona? Nós, que não temos, tem muitas capitais que o orçamento da capital é menor do que o fundo e as coisas funcionam". Então, começa a ter esse tipo de questionamento.

Isso é para dizer o seguinte: o que aconteceu? Passou o Governo Rollemberg, com 37,5. Entrou, então, o Governo Ibaneis. No primeiro mandato, ele já tinha assumido o compromisso de dar realmente a paridade com a Polícia Federal. Chegou a encaminhar a proposta para o Ministério da Economia, mas só mandou para a polícia civil. Aí o Bolsonaro disse: "Não, eu só vou dar se der também para a polícia militar e para os bombeiros". E aí o GDF disse que não tinha condição de dar os 37,5% para todo mundo, aí deram 8%. Então, continua a defasagem. Essa defasagem vem já há algum tempo.

Depois, o Governador anunciou, em fevereiro agora, deste ano, o seguinte, que ia dar a paridade e recompor os salários em função do fundo constitucional. Anunciou em fevereiro, disse que não conversaria com o Presidente da República – eu nunca vi isto: um Governador que não conversa com o Presidente –: "Isso é problema do Governo Federal, ele que resolva. Eu já encaminhei a minha parte". Aí, evidentemente, com esse tratamento "cordial", fica difícil de você ter um entendimento. Então, foi para o ministério, foi encaminhado para a Casa Civil, a Casa Civil encaminhou, então, para o Ministério da Gestão, depois para o Planejamento, depois para o Ministério da Justiça e foi criado o fórum de negociação.

Então, foram feitas várias, milhares, centenas de reuniões. E nós estamos exatamente no dia 25 de novembro e esse reajuste ainda não saiu.

Nós temos mais de 2 mil jovens que fizeram o concurso 2021 – 2021. Muitos pediram demissão do cargo em que estavam, porque têm vários que são de fora de Brasília. Eles pediram demissão esperando a convocação. E aí, por essa questão burocrática, que é exatamente colocar, no Anexo 5, a quantidade de policiais que poderiam ser chamados, policial civil, militar e bombeiro, por causa dessa burocracia, nós já estamos em novembro, e a coisa não aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós conseguimos na CMO, na Comissão Mista de Orçamento, modificar o Anexo 5, PLN 30 – do qual eu fui o Relator –, em que aprovamos na CMO, mas temos que aguardar e a promessa do Presidente é convocar uma reunião do Congresso para o dia 27. Dia 27, então, é aprovar o PLN 30, que dá para o Governo Federal a possibilidade de editar uma medida provisória, reajustando os salários de acordo com o combinado, com o negociado com o Governo Federal e com as categorias. Então, dia 27, a gente deve aprovar. Espero que seja confirmada a reunião, que o Presidente possa assumir esse compromisso, que a gente possa votar isso – não é? – e definitivamente dar o reajuste prometido em fevereiro deste ano.

Então, você vê que essa burocracia toda é exatamente por causa dessa distorção do que está na Constituição e do que acontece de fato. De fato, a autonomia é do Governador de todos os estados. Todos os Governadores têm autonomia para chamar concursado, têm autonomia para dar reajuste, e o DF depende dessa burocracia, sabendo que o dinheiro está lá. Então, não afeta o orçamento nenhum, não tem impacto nenhum, é só a burocracia. Então, por isso a importância de aprovar a PEC 1, porque aí o GDF passa a ter autonomia para fazer concurso, chamar os policiais e também dar o reajuste prometido, porque fica muito fácil você prometer e jogar para os outros resolverem isso.

Só passando. Pode passar aí a última.

Para mostrar lá. Isso aí é o orçamento de 2025, está lá: o fundo constitucional, vinte e cinco, zero, setenta e oito, duzentos e tal, já estão no orçamento. Então, é muita incoerência até e muita ignorância a gente ficar discutindo essa questão do Anexo 5 se o dinheiro já está no GDF há muito tempo. E óbvio, está lá no GDF todo ano – todos os anos –, 2023, 2024, 2025; está lá o dinheiro e o reajuste não. Então, naquilo que representa hoje noventa e tantos por cento de folha de pagamento, há uma distorção em relação a isso, ou seja, o Governo está usando esse recurso para outras coisas.

Pode passar.

Aí também mostrando o detalhamento do fundo constitucional.

Pode passar.

São os 25 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Bem. Entendeu, Carlos? Então, você percebe claramente uma coisa tão óbvia, e o difícil até hoje, no Brasil, é você reconhecer o óbvio: que é necessário a gente aprovar essa matéria, porque os estados começam a questionar o DF, lembrando que sempre quem bancou esse custo sempre foi a União.

Portanto, nós não podemos abrir mão desse recurso e da forma de correção, então, a gente precisa do apoio de todos os segmentos do DF, porque, evidentemente, se já está ruim a saúde, se já não funciona a saúde, não funciona a educação, a segurança com problema sério, porque não tem contingente, então, imagina se a gente tem dificuldades na correção do fundo ou limitações do fundo constitucional.

Então, a gente precisa, e tem aí, depois a gente vai distribuir os *folders,* não é, Ignacio, para o pessoal que não tem, para a gente poder realmente mostrar para a sociedade como um todo que não é só apoio dos servidores da saúde, educação e segurança; eles, com certeza, deveriam estar muito empenhados nisso, porque isso afeta diretamente os servidores, prova disso é que o Governador prometeu em fevereiro, até hoje não saiu, um ano para ter a correção. Se tivessem aprovado, essas coisas já teriam sido resolvidas. Então, é muito importante que a sociedade também, como um todo, porque, se a saúde não funciona, o prejudicado é o servidor, é a comunidade, é a população, que não tem os serviços na contrapartida.

Então, essas eram as nossas considerações. Já vou aqui colocar aqui algumas perguntas feitas no DF, depois passo para você, Carlos.

A Geovanna, aqui do Distrito Federal, pergunta: "Os critérios da PEC consideram as desigualdades históricas dentro do DF ou tratam Brasília como se fosse toda igual?". Essa PEC trata especificamente dos recursos destinados à manutenção integral da segurança pública, e aí, dentro da segurança, você tem policial militar, policial civil e corpo de bombeiros, e também recursos para auxiliar no funcionamento, ou seja, para ajudar a bancar as despesas da saúde e educação.

E é simples isso, nós temos diversos médicos ainda aposentados e professores aposentados, que vieram no início de Brasília, e, para vir para Brasília em 1960, não era pagando o salário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normal, você tinha que pagar muito mais, quinquênio, tinha uma série de gratificações para as pessoas virem para Brasília, para o meio do mato aqui, porque não tinha nada. Então, óbvio, que essas pessoas já se aposentaram e quem banca isso é a previdência, no caso da segurança pública é o fundo constitucional. Então, o investimento é isso. Agora, ela fala aqui de desigualdades históricas dentro do DF. Lógico, se você tem uma segurança pública, ela deveria ser distribuída entre todas as cidades, não especificamente prestigiando determinados bairros, bairros não, porque aqui não tem, mas regiões administrativas.

O Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Questiono e gostaria de melhor explicação sobre o porquê do tratamento diferenciado proposto para o DF nesse [...] [projeto]". Muito simples, o Rio de Janeiro, e ele é do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, todas as despesas do Rio de Janeiro como capital sempre foram bancadas pela União, indistintamente e integralmente. Nós aqui temos este valor como fundo constitucional, que não é suficiente hoje para pagar o que se pagava em 2002. Em 2002, praticamente 100% da saúde, educação e segurança eram bancados pelo fundo constitucional, praticamente. Hoje não, hoje fica muito aquém daquilo que é destinado para a saúde, educação e segurança.

O Hebert, aqui do Distrito Federal: "De que forma a PEC [...] garantirá que o aumento do fundo constitucional resulte em melhorias reais nos serviços de saúde [...]?". É evidente que, garantindo o aumento do fundo, pela receita corrente líquida... E, para você ter ideia do que significa isso, de 2015 para cá, nós tivemos uma inflação de 70%, um reajuste salarial de 33% e o aumento do fundo foi de 100%. Então, você vê que há uma distorção na aplicação. Então, essa PEC garantindo o aumento, como está na Constituição, na PEC 1, a gente vai continuar tendo o reajuste da receita corrente líquida e, consequentemente, tendo a garantia do recurso, nós temos condições de melhorar realmente as condições da saúde, educação e segurança. Imagine se acabasse com o fundo ou se diminuísse o fundo, nós teríamos sérios problemas de saúde, educação e segurança.

O João, do Rio de Janeiro: "A PEC afeta políticas de segurança, saúde e educação financiadas pelo fundo?". Lógico, ela dá mais autonomia para... Simplesmente isso, vai ser exatamente o que acontece hoje. É para manter e organizar a polícia civil, a polícia militar e os bombeiros e auxiliar no funcionamento da educação e da saúde. Então, ela consolida a receita corrente líquida, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suma importância, porque hoje é lei ordinária, vai passar a ser uma emenda constitucional. Portanto, fica mais difícil de os aventureiros fazerem qualquer questionamento ou mudança.

O Mikeias, do Paraná: "Como a PEC impactará o orçamento federal e a capacidade de investimento do país?". Em nada, porque o recurso já está no orçamento. Então, não há impacto nenhum orçamentário, porque, de fato, a receita corrente líquida já é colocada no orçamento, anualmente, no valor estabelecido inicialmente de 2.900, corrigido pela receita corrente líquida.

Então, passo a palavra para o Carlos, que é o nosso representante aqui do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA (Para expor.) – Izalci, primeira coisa, parabéns pela explanação. E, quando você mostrava toda essa linha do tempo que você fez, a gente, que veio de sala de aula... Eu acho que é um material que tem que ser disponibilizado para a população, para as entidades e para que haja um entendimento definitivo da importância da PEC e para que se quebrem mitos dessa situação de "por que Brasília tem esse privilégio?". Ela não tem esse privilégio, ela tem essa necessidade, o que é diferente. E os nossos governantes, eleitos pelo povo, a gente espera que eles façam uma melhor gestão desse dinheiro, principalmente a PEC sendo aprovada, porque eles terão essa autonomia para isso, para que possam fazer os concursos, aumentar o número de servidores nas necessidades da polícia, dos bombeiros, da área da saúde e da educação, para que a cidade possa ser contemplada de um atendimento à população digno. É isso que a gente espera. E esse trabalho só pode ser feito através aqui do Senado Federal, da sua proposição, do seu gabinete e dos outros Senadores que estão envolvidos nisso.

Eu observei muito a sua explanação aqui, uma explanação fácil, didática, esclarecedora e dentro de uma linha tênue que a gente passa. Então, há a necessidade de a gente ser contemplado com essa aprovação aqui no Senado para que Brasília continue sobrevivendo, porque o crescimento da cidade não para e as necessidades estão aí, e a gente vê a defasagem de recurso humano que a gente tem em todos os setores para atender a população. A gente lá no sindicato está sempre nessa luta.

Infelizmente, eu estou em Brasília há 37 anos, eu vim do Estado de São Paulo, vim de Uberaba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cheguei aqui, fiz a minha formação, depois fui para o Hospital das Clínicas, em São Paulo, e voltei para cá.

Estou há 25 anos militando no serviço sindical, lutando pela categoria médica, eu e o Gutemberg, fomos agora para o quinto mandato. E estou ao seu lado aí, desde que você começou a militar na política como Deputado Distrital, lutando pela cidade, Deputado Federal, Senador da República, por toda a sua luta.

Então, a gente tem bem uns 36 ou 37 anos de estrada juntos, torcendo cada dia mais, participando e estando ombreado aqui no Senado, em todos os momentos por que você passa, para que a gente, realmente, resolva essa situação de uma vez por todas.

Vamos torcer para que os nossos gestores façam um bom trabalho, a contento, e apliquem muito bem esse dinheiro, em prol da população.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Carlos.

Eu quero, inclusive, aproveitar primeiro para pedir que tanto os médicos, quanto os enfermeiros, os auxiliares, os técnicos de enfermagem, os auxiliares também, possam divulgar a importância desta PEC, porque isso é para o bem do Distrito Federal. Eu tenho dito sempre: quem não gosta de política vai ser governado por quem gosta. Então, não adianta depois ficarem reclamando se não participam, se realmente não colaboram e deixam por conta dos outros. Muita gente decide e depois não tem como ficar reclamando. Então...

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... este é o momento. Se a gente quiser realmente preservar o fundo constitucional, ter a correção da receita corrente líquida e a garantia de que esses recursos serão repassados para o DF, ele é muito importante, senão a gente corre o risco, depois, de ter sérios problemas e aí não adianta lamentar.

É bom que todos tomem conhecimento, nos ajudem a divulgar. Nós temos, inclusive, campanha na televisão, nas redes sociais, e a gente precisa estender isso para a população de modo geral, mas, de uma forma especial, para os servidores porque 90% desses recursos são para pagar a folha. Então, se a gente não consegue resolver essa questão, já, já nós teremos problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se já não tem reajuste adequado, se já não estão pagando uma coisa digna para os professores, médicos e servidores de modo geral, imagine se a gente perder o fundo ou...

Por falar nisso, tem um vídeo. Tem um vídeo aí, não? (*Pausa.*)

Passe o vídeo, só para o pessoal entender o que é isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essa foi a campanha que nós lançamos, e eu espero que a gente possa, realmente, depois dessa audiência pública – nós já fizemos com a segurança e com a educação –, na CCJ, aprovar essa PEC o mais rápido possível. Mas, se não houver mobilização, a gente não vai conseguir. E nós teremos sérios problemas com esse fundo a curto prazo, porque há um questionamento muito grande dos Parlamentares com relação a isso. Nós precisamos tirar essa questão do fundo constitucional do Congresso e do Governo Federal. Isso é competência dos Governadores e, aqui, do Governador do Distrito Federal.

Agradeço, Carlos, pela presença.

E, cumprida essa...

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Só complementando, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA – Gostaria de pedir que o seu gabinete depois encaminhe, a assessoria, esse material lá para o Sindicato dos Médicos. Nós vamos fazer a divulgação de toda essa linha do tempo, de toda a sua explanação e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana.

Bem, cumprida, então, a nossa audiência, eu declaro encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Jorge Seif e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Romário e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1179, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas - Cuidando de quem Cuida." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 864, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1915, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 126, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 7-CAS (substitutivo). Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 499, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização do exame de mamografia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 499, de 2025. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 499, de 2025. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 114, de 2025-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3530, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020, que institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), para excluir a delimitação de tempo e estender o direito a todas as crianças atingidas pela doença." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3550, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o § 3º ao art. 11-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir a necessidade de intimação pessoal do credor para a validade da fluência do prazo da prescrição intercorrente." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Alan Rick (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 106, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem" sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 110, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2024, seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 113, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 81/2025 - CAS, destinada a instruir o PL 126/2025." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 114, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 499/2025 (Substitutivo-CD), que "altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização do exame de mamografia"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 4816, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS (de redação). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 332/2025, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, o qual encaminha cartilha elaborada pela entidade contendo os principais direitos da pessoa com deficiência; Ofício nº 1.509, de 2025, do Conselho Nacional de Saúde, o qual encaminha a Recomendação nº 12/25, daquele conselho, que sugere a aprovação do Projeto de Lei nº 4.501, de 2020, que dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gorduras trans em escolas públicas e privadas no âmbito nacional, atualmente em tramitação na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Os expedientes encontram-se à disposição da Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Sr. Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu estou relatando o item nº 5 da pauta, de autoria da Senadora Eudócia. Eu solicitaria de V. Exa. a possibilidade de inversão de pauta, pelo fato de presidir daqui a pouco a CCT.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Havendo a concordância do Plenário, podemos, então, fazer a inversão da pauta. (*Pausa.*)

O Saulo aqui me informa que, antes de a gente votar o item 5, a gente precisa aprovar um requerimento da Senadora Eudócia, para fazer a dispensa de uma audiência pública.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 113, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 81/2025 - CAS, destinada a instruir o PL 126/2025.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Passo a palavra à nobre Senadora, para a leitura do seu requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, Srs. colegas Senadores e Senadoras, entendo que a audiência pública para instruir o PL 126, de 2025, de minha autoria, não será mais necessária, devido ao amplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diálogo entre as partes envolvidas que culminou na realização de acordo para apresentação de um texto de consenso.

A matéria vem sendo amplamente discutida no Senado Federal desde fevereiro. Houve a realização de uma sessão temática com os maiores nomes da oncologia, que também contou com a participação de representantes das embaixadas dos países que estão produzindo a vacina e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). A matéria também, Sr. Presidente, vem sendo discutida no âmbito da CASCANCER.

Por esse motivo, peço a suspensão da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra, então, ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, caro Presidente.

Como a Senadora Eudócia já colocou, há um amplo entendimento da relatoria, da autoria e do próprio Governo em relação ao aprimoramento da legislação relacionada à pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer.

Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise, o relatório já foi distribuído e é de conhecimento de todos os membros da Comissão.

Quero dizer o câncer é hoje um dos principais problemas de saúde pública. Nesse contexto, o desenvolvimento de terapias inovadoras assume papel central no enfrentamento da morbimortalidade por câncer. Para que o país incorpore esses avanços de forma segura, equitativa e sustentável, é necessária uma estrutura normativa compatível com os princípios constitucionais, com a legislação sanitária vigente e com as diretrizes do SUS.

Contudo – e foi bastante discutido isso –, a proposição poderia suscitar questionamentos formais e materiais que erguem dúvidas sobre sua compatibilidade constitucional. No plano formal, há potencial conflito com o art. 61, §1º, II, alíneas "a", "c" e "e" da Constituição, que reserva ao Presidente da República a iniciativa de normas relativas à organização e ao funcionamento da administração pública federal. O projeto prevê criação de fundos e programas, incentivos fiscais e atribuições a órgãos da administração, medidas que podem incidir em matéria de iniciativa privativa também.

Registre-se também o risco de interferência na autonomia de autarquia sob regime especial, a Anvisa, na medida em que se estabelecem prazos e critérios vinculantes para sua atuação regulatória. Tal previsão pode desatender a separação de Poderes, prevista no art. 2º da Constituição, e comprometer a autonomia técnica e administrativa das agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto de atenção é a possível extrapolação da competência normativa da União em matéria de saúde. Embora lhe caiba legislar sobre normas gerais (art. 24, XII, e §1º, CF), o projeto adentra questões operacionais e administrativas próprias da execução descentralizada das ações e dos serviços de saúde, o que pode afetar a autonomia de entes subnacionais assegurada pelos arts. 30, I e II, e 198 da Constituição.

Por fim, cabe apontar que a proposição contraria o disposto no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo o qual o mesmo assunto não deve ser disciplinado por mais de uma lei.

Diante desses óbices, propomos um substitutivo, amplamente discutido com a autora, a quem eu quero parabenizar pela iniciativa, pela preocupação como médica, também, como professora. O substitutivo visa preservar os objetivos legítimos da proposição, estimular a inovação terapêutica, fortalecer a produção nacional e ampliar o acesso a tecnologias oncológicas, adequando a redação para evitar vícios constitucionais e atender as normas de técnica legislativa.

O novo texto altera a Lei nº 14.758, de 2023, de forma que as diretrizes relativas à pesquisa e inovação, à produção e regulação sanitária e ao acesso equitativo a vacinas contra o câncer, a medicamentos oncológicos e a terapias avançadas estejam sistematizadas em norma legal já existente, que trata de tema diretamente relacionado ao objeto da Senadora Eudócia.

Importa destacar que o substitutivo ora apresentado acolhe, em grande parte, a emenda substitutiva global, a Emenda nº 6, ressalvados os dispositivos que possam configurar invasão de competência, notadamente o art. 5º, cuja matéria deve ser disciplinada em regulamento.

Quanto à autorização de criação do Fundo Nacional de Pesquisa e Inovação em Oncologia, contida no art. 6º da Emenda nº 6, seu caráter meramente autorizativo não afasta o vício de iniciativa. Assim, alternativamente, propomos que recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico possam ser destinados ao financiamento de pesquisas, projetos e estudos voltados ao desenvolvimento de tecnologias contra o câncer no país.

Além disso, foram acolhidas também, parcialmente, as Emendas nºs 1-T – letra "t" –, 2-T, 3-T e 4-T, já a Emenda nº 5-T, que reduz o prazo de manifestação da Anvisa, não foi acatada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometer, como já dito, a autonomia técnico-regulatória da agência, o que pode suscitar questionamentos sobre a segurança sanitária nas avaliações de medicamentos oncológicos e de vacinas contra o câncer.

Ante o exposto, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei – da Senadora, autora, Dra. Eudócia – nº 126, de 2025, com acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T, 4-T e da Emenda nº 6, emenda substitutiva global, e pela rejeição da Emenda nº 5-T, na forma do substitutivo, que está anexo ao relatório, já consta, inclusive, da pauta também, e que pode, assim, ser apreciado por todos os membros desta Comissão.

Quero destacar, novamente, Dra. Eudócia, que isso foi objeto de debate, de diálogo, de reunião, de entendimento entre V. Exa... De minha parte também, do Governo, e chegamos, eu penso, a uma boa conclusão de aprimoramento da legislação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer do nobre Senador Flávio Arns.

Com a palavra a nobre Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar mais uma vez e parabenizar a relatoria do nobre Senador Flávio Arns. Como ele bem colocou, nós nos debruçamos, por vários momentos, junto com toda a nossa equipe técnica e também com a equipe técnica do Ministério da Saúde, e nós chegamos a um consenso que pudesse atender, de uma forma equitativa, toda a nossa população brasileira.

Então, me sinto feliz em ter essa competência, esse entendimento do Senador Flávio Arns, de toda a sua equipe técnica, mais uma vez repito, que eu parabenizo aqui e também da minha equipe técnica, que se debruçou sobre esse tema. A gente vem trabalhando, Sr. Presidente, desde fevereiro nesse projeto, desde fevereiro.

É um projeto que vai ser a diferença, o diferencial do tratamento oncológico no nosso país, porque as pesquisas em relação à vacina contra o câncer estão avançando cada vez mais. Hoje, Sr. Presidente e Srs. colegas Senadores e Senadoras que estão presentes e também de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remota, hoje saiu uma nova pesquisa mostrando mais uma nova vacina RNA mensageiro também, contra câncer de pulmão, que, no próximo ano, 2026, já vai para estágio clínico, que é quando é feita nos pacientes. Então, aqui nós estamos falando de vida.

E eu faço um apelo, Sr. Presidente, para todos os Senadores aqui presentes, Senadoras também que estão remotamente, os assessores aqui presentes, que possam entrar em contato com os colegas, já que vai ser nominal, uma vez que é terminativo, para que a gente possa aprovar esse projeto.

E é isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e vou submeter à votação nominal. (*Pausa.*)

A votação está iniciada. As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

Como nós estamos em votação nominal, para a gente ganhar tempo, tem aqui o item 1, um turno suplementar, que, como não teve emenda, não vai precisar de votação.

Então, turno suplementar do item 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas - Cuidando de quem Cuida.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do Projeto: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

1. Em 12/11/2025, foi aprovado substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substituto será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Resultado.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2020

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).*

Autoria do Projeto: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório:

Observações:

1- Em 13/11/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 79, de 2020, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 864, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações.*

Autoria do Projeto: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Romário

Relatório:

Observações:

1- Em 13/11/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 864, de 2019, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Como já temos quórum, vou encerrar... (*Pausa.*)

O Senador Wilder vai votar. (*Pausa.*)

Chamem os técnicos, que o painel teve algum problema. (*Risos.*)

De preferência, um técnico jovem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Wilder é capitão de longo curso, formado no Lago Paranoá.

Segundo o Senador Laércio, ele foi discípulo do Zé Peixe, o maior prático do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Talvez tenhamos que fazer outra votação?

Não dá para recuperar a votação? Estou questionando aqui os nossos técnicos. (*Pausa.*)

Deu.

Vamos encerrar a votação e parabenizar os técnicos por terem recuperado a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foram 12 votos a favor; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção. (*Palmas.*)

Projeto aprovado, nos termos da Emenda nº 7, da CAS, Substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar a Senadora Eudócia por essa grande vitória.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer a todos os colegas Senadores e Senadoras pela sensibilidade nesse projeto tão importante. E, segundo, Sr. Presidente, considerando que o parecer do Relator é um texto de consenso, fruto de um acordo entre autor, Relator e Governo, indago a V. Exa. se poderemos fazer um turno suplementar nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos realizar o turno suplementar do substitutivo agora, na sequência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Dou início ao turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, terminativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Um pouquinho de silêncio aí, por favor.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 27/08/2025, 03/09/2025 e 17/09/2025, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

3- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Marcelo, bom dia a todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a todos que nos acompanham. Aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos colegas médicos das entidades associativas, conselhais e sindicais que estão aqui presentes, minhas saudações.

Presidente, antes de ler propriamente o relatório, eu quero aqui agradecer a todos os entes que nos ajudaram na construção desse marco legal que certamente nós vamos aprovar aqui, que é uma inspiração do nosso povo, do povo brasileiro. Quero agradecer aqui ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde, ao Governo, à Liderança do Governo, aqui representada pelo nosso querido colega Rogério Carvalho, que foi importantíssimo nas discussões e na construção desse texto.

Eu procurei ser o mais cuidadoso possível, preservando os direitos, os deveres, as obrigações de todos os entes que nós colocamos aqui nesse relatório, de forma que esse projeto não é do Senador Marcos Pontes, não é um relatório meu: isso foi feito por todos nós.

E quero agradecer a V. Exa. pela condução também das indicações das nossas audiências públicas. Ouvimos todos os interessados, ouvimos extenuadamente todos, e hoje eu estou aqui muito feliz porque eu acredito que não é perfeito, mas foi o melhor que nós pudemos construir, todos juntos, sem darmos ênfase ou mais importância a esse ou aquele ente – mas foi algo que foi construído de uma maneira muito equilibrada e muito harmônica.

Então, eu quero aqui ir direto à análise, e agradeço mais uma vez a participação de todos que contribuíram com esse texto.

Cabe à CAS, nos termos do art. 100, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre matérias relativas às condições para o exercício de profissões, bem como à proteção e defesa da saúde. Trata-se, portanto, de competência diretamente relacionada ao objeto desta proposição.

Considerando o caráter terminativo da matéria no âmbito desta Comissão, compete igualmente a este Colegiado pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade da proposição.

O projeto trata de tema de altíssima relevância para o país: a garantia de um padrão mínimo de conhecimentos para o exercício responsável da medicina. É inegável que avançamos muito na ampliação do acesso aos cursos de Medicina – um ganho social que merece registro. De acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Sinopse Estatística do Ensino Superior 2024, o Brasil conta com aproximados 500 cursos de Medicina – repito, 500 cursos de Medicina! – e mais de 280 mil estudantes matriculados. São números expressivos, que colocam o país no segundo lugar mundial em quantidade de escolas médicas, superando, em mais que o dobro, o total existente nos Estados Unidos da América.

Mais do que celebrar a expansão do acesso, precisamos zelar pela formação adequada desses futuros médicos. Segundo o painel Radiografia das Escolas Médicas no Brasil 2024, do Conselho Federal de Medicina, cerca de 80% dos 250 municípios que sediam escolas médicas apresentam infraestrutura hospitalar insuficiente, com escassez de leitos e limitações na formação prática. Ainda assim, essas instituições seguem formando profissionais. Some-se a isso o histórico de edições do exame promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), que, enquanto aplicado, indicava que quase metade dos recém-formados não alcançava o nível mínimo necessário para atuação segura.

Considerando-se que esse baixo desempenho foi registrado em um estado da Federação com ampla rede hospitalar e tradição universitária, é razoável inferir que a situação em outras regiões seja ainda mais preocupante.

Diante desse quadro, o projeto propõe a criação do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, concebido como instrumento de verificação das competências essenciais ao exercício profissional e de proteção ao paciente. A proposta define diretrizes claras para a sua aplicação, prevendo que o exame seja aplicado duas vezes ao ano, em todas as unidades da Federação, de modo a minimizar barreiras logísticas aos formandos. Além disso, o texto resguarda a segurança jurídica da transição, ao prever a dispensa da exigência para os estudantes já matriculados e para os médicos devidamente registrados nos conselhos regionais antes da vigência da nova lei.

É importante ainda registrar que o Exame Nacional de Proficiência em Medicina não substitui tampouco desautoriza os instrumentos já existentes de avaliação e regulação das escolas médicas, previstos na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e na Lei 12.871, de 22 de outubro de 2013, a lei do Mais Médicos. Ao contrário, o novo exame integra-se a eles.

Enquanto os mecanismos do Sinaes aferem condições de oferta e desempenho médio dos cursos, o exame de proficiência cumpre função distinta e complementar: verificar, no plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individual, se cada egresso domina as competências mínimas necessárias ao exercício ético e responsável da medicina. Modelos semelhantes são adotados em países de referência, como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, onde avaliações institucionais e certificações profissionais coexistem para fortalecer a confiança social na formação médica.

Diante do exposto e, sobretudo, considerando que é dever do Estado não apenas assegurar o acesso à educação superior, mas também zelar por sua qualidade e proteger a saúde da população, acompanhamos o entendimento da Comissão de Educação quanto ao mérito do projeto. Também sob os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não identificamos óbices à tramitação da matéria.

Ressaltamos, ainda, que, nos meses de agosto e setembro, esta Comissão de Assuntos Sociais promoveu audiências públicas que propiciaram debate amplo e democrático com representantes do Governo, entidades médicas, instituições de ensino superior, conselhos de medicina e organizações estudantis. Ficou claro que o exame de proficiência, embora necessário, seria insuficiente se não viesse acompanhado de medidas estruturantes capazes de enfrentar, de forma sistêmica, os desafios da formação médica no Brasil. As contribuições recebidas revelaram, de maneira inequívoca, a necessidade de aperfeiçoar o projeto, ajustando-o para contemplar um conjunto integrado de soluções.

Entre esses ajustes, propomos a positivação, em lei, do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), como instrumento curricular obrigatório, coordenado pelo Ministério da Educação. Com isso, o Enamed deixa de ser apenas um desdobramento infralegal do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e passa a consolidar-se, no plano legal, como instrumento estruturante da formação médica, conferindo estabilidade ao modelo avaliativo e preservando sua centralidade pedagógica diante da criação do exame de proficiência.

Também propomos incluir os resultados dos exames de desempenho – tanto do Enamed quanto do Exame Nacional de Proficiência em Medicina, que passamos a chamar Profimed – entre os critérios de qualidade previstos no §7º do art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, aplicáveis à autorização e à renovação de funcionamento dos cursos de Medicina.

Propomos, ainda, que resultados insatisfatórios nesses exames possam, por si sós, acionar as medidas de supervisão e acompanhamento previstas no art. 10 da Lei nº 10.861, de 2004, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos casos de reiterado mau desempenho, a aplicação das penalidades de seu §2º. Essa alteração alinha-se à crítica já formulada pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.175, de 2018, que identificou baixa influência dos resultados do Enade na avaliação institucional. Ao conferir peso real aos resultados de aprendizagem, promovemos maior equilíbrio entre responsabilidade discente e responsabilidade institucional.

Outro ponto relevante diz respeito ao período de transição para os egressos que ainda não tiverem alcançado aprovação no exame de proficiência. Para evitar vazio jurídico ou indução indireta ao exercício irregular da medicina, propomos a criação da Inscrição de Egresso em Medicina (IEM) junto aos Conselhos Regionais de Medicina, a qual delimita as atividades de natureza acadêmica, científica ou administrativa que podem ser desempenhadas de forma segura, vedadas aquelas de caráter assistencial ou privativas de médico.

Da mesma forma, as audiências evidenciaram que a insuficiência de vagas de residência médica representa um gargalo estrutural de grande impacto. Não basta formar o médico; é preciso especializá-lo, orientá-lo e integrá-lo ao Sistema Único de Saúde (SUS) de maneira qualificada. Para enfrentar esse desafio, propomos metas progressivas de expansão das vagas de residência, planejadas conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Com isso, o texto passa a contribuir também para o ordenamento da força de trabalho especializado em saúde.

Outro ajuste decorre da necessidade de conferir maior clareza ao ordenamento jurídico: propomos explicitar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que a autorização e a oferta de cursos de Medicina constituem competência da União. A medida harmoniza-se com a distribuição constitucional de competências, que distingue o regime colaborativo da oferta educacional geral (art. 23, V, e art. 211 da LDB) da atuação da União na definição de diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, da LDB).

O Supremo Tribunal Federal tem reiterado que, nessa matéria, a União exerce protagonismo regulatório sempre que a qualidade e a isonomia exigem tratamento uniforme.

É exatamente o caso da formação médica, cuja autorização de cursos envolve requisitos que ultrapassam a esfera educacional – infraestrutura hospitalar, cenários de prática, integração com políticas de residência, regulação de serviços e planejamento nacional do SUS. Ao atribuir à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União essa competência, o texto reforça a unidade das diretrizes nacionais, confere coerência ao planejamento educacional e sanitário, e previne decisões autorizativas desconectadas da política pública nacional.

Diante da relevância do Exame Nacional de Proficiência em Medicina e de seus impactos diretos sobre as políticas de educação e de saúde, entendemos necessário ajustar o texto para prever a criação de uma comissão de apoio e acompanhamento, de caráter consultivo, de forma a assegurar a participação do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde no processo de aperfeiçoamento do exame.

A coordenação, regulamentação e aplicação, contudo, devem permanecer sob responsabilidade do Conselho Federal de Medicina, entidade com atribuição legal de zelar pelo exercício ético e técnico da medicina, em linha com o modelo adotado por outros conselhos profissionais que realizam seus próprios exames de certificação, como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Federal de Contabilidade.

Sob essa compreensão, deixamos de acolher a Emenda nº 3, de autoria do meu querido Senador Laércio Oliveira, que propunha transferir ao MEC a condução integral do exame de proficiência.

Por outro lado, assim como aprovado pela Comissão de Educação, reconhecemos o mérito da proposta que busca evitar a sobreposição de exigências aos médicos formados no exterior. Nesse sentido, incorporamos a Emenda nº 2–CE, na forma da Subemenda nº 1–CE, que estabelece a equivalência entre a aprovação no exame de proficiência e nas duas etapas do Revalida, preservando, no entanto, a necessidade de aprovação no exame de proficiência como requisito para a inscrição no Conselho Regional de Medicina.

Assim, entendemos que não há necessidade da incorporação da Emenda nº 4, uma vez que a equivalência entre a aprovação no exame de proficiência e nas duas etapas do Revalida já está expressamente contemplada no texto do substitutivo, de forma clara e suficiente.

Por fim, propomos que a norma entre em vigor na data de sua publicação, uma vez que suas disposições podem ser implementadas de imediato e seus efeitos práticos incidirão de forma gradual, sem impacto sobre os estudantes já matriculados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As alterações sugeridas – a positivação do Enamed, a criação da inscrição de egresso, o estabelecimento de metas nacionais de residência e a consolidação da competência autorizativa da União – não se afastam da lógica inicial do projeto; ao contrário, são desdobramentos naturais e necessários do problema que se buscava enfrentar.

Nesse contexto, todos os ajustes propostos por esta relatoria, bem como as emendas acolhidas ao longo da análise, foram consolidados na forma de um substitutivo.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, e da Emenda nº 2–CE, nos termos da Subemenda nº 1–CE, na forma do substitutivo apresentado a seguir, bem como pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4–CAS.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo ao Senador Hiran pelo profundo relatório...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero registrar que, nessa construção que o Senador Hiran trouxe na leitura do relatório e no preâmbulo que ele fez do relatório, o Governo não tinha muita clareza sobre o teste de proficiência. Nós trabalhamos e construímos o entendimento de que o teste de proficiência é importante. Então, um ganho que era a reivindicação do Conselho Federal de Medicina nós trabalhamos para que houvesse o entendimento da necessidade e da importância desta prova.

Agora, nós não podemos imaginar que uma autarquia especial como o Conselho Federal de Medicina, que é um órgão da administração indireta do Poder Executivo, do Governo Federal – portanto, é uma instituição pública –, tenha as suas atribuições modificadas sem que haja a concordância do Poder Executivo. Portanto, a iniciativa de uma matéria dessa natureza deve ser do Executivo sob pena de, não havendo acordo, um veto, e um veto que não adianta... Pode-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

derrubar o veto, mas isso será considerado inconstitucional, a lei será considerada inconstitucional. Portanto, a gente sabe que o entendimento político, e não o uso da força para impor vontades, é fundamental quando se trata de questões dessa natureza.

Então, eu faço um apelo ao Senador Hiran e ao Conselho Federal de Medicina, pelo qual eu tenho um grande apreço... Inclusive quero dizer que sou funcionário de carreira do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, sou o quinto médico fiscal concursado neste país, e que fui, ao longo da década de 90, pesquisador da maior pesquisa de educação médica da América Latina e fui membro da equipe técnica da Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico, que era financiada pelo CFM, pelo CRM de São Paulo, pelo CRM do Rio de Janeiro, pela Abem, pela AMB, pelo Crub, pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação, e eu acompanhei isso durante dez anos, fiz mestrado nessa área. Depois, fui Relator do Programa Mais Médicos, que infelizmente desfiguraram no final da década passada, foi desfigurada essa lei, que gerou essa monstruosidade de que a gente tem que agora enfrentar os seus efeitos, que é a proliferação de escolas em lugares que não têm condição de ofertar, a proliferação de escolas em lugares que já têm uma formação exagerada de médicos, a proliferação de escolas sem o acompanhamento do crescimento do número de vagas de residência.

Tudo isso foi feito na década passada e foi desmontado também na década passada.

Neste momento, a gente, o bom senso tem que tomar conta deste debate. Aqui só pode ter um vencedor, e o vencedor é o povo brasileiro, a sociedade brasileira e as famílias, e as famílias, que investem, no mínimo, R$1 milhão para formar um médico. As famílias não podem ser penalizadas por uma medida nossa.

O que é que eu estou chamando de penalizado? Nós precisamos dividir essa responsabilidade com as instituições formadoras. Portanto, a avaliação dos formandos e dos graduandos, tanto dos graduandos quanto dos formandos, tem que fazer parte de um sistema, um sistema em que o aluno é avaliado no quarto ano e um sistema em que o aluno é avaliado ao final, e que essa prova do final e a do meio sirvam, juntas, para fazer a correção e a intervenção que o MEC e o Ministério da Saúde, principalmente o MEC, precisam fazer junto a essas escolas, sob pena de a gente manter esse sistema capenga, esse sistema formando maus profissionais, esse sistema se aproveitando da boa-fé das famílias que querem ter seus filhos bem formados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu faço um apelo ao Senador Hiran Gonçalves.

Veja, não é plausível que o MEC seja consultivo naquilo que é sua responsabilidade e que o CFM seja o responsável pela aplicação de uma prova que não é nem ele que vai aplicar; quem vai aplicar é um terceiro contratado por ele. Portanto, ele deve participar com o CFM e o Ministério da Saúde para conformação do conteúdo e do grau de dificuldade da prova, da última prova.

O que está se propondo, que foi apresentado para ele, é que esta prova seja a mesma do Enamed, que é uma prova nacional já feita hoje, só que aí o CFM passa a integrar o conselho que vai deliberar sobre a natureza, o grau de dificuldade dessa prova.

Essa prova seria, ao mesmo tempo, para garantir acesso à residência e para garantir que esses médicos formados possam ter o registro no CFM.

Essa prova também passaria a ser utilizada como primeira fase do Revalida, essa prova passaria a ser a primeira fase das residências, do Sistema Nacional de Residência Médica, e quem fosse aprovado nessa prova, mediante critérios conformados nesta Comissão, esses aprovados teriam o seu registro para o exercício profissional, ao mesmo tempo em que essa inteligência formada, tanto no quarto quanto no sexto ano, seria utilizada para interromper o ingresso de novos estudantes nas faculdades de Medicina, até que esses alunos... Por que tem que ter uma prova no quarto ano? Para dar tempo da escola se requalificar, interromper a entrada e, objetivamente, cuidar daqueles que tiveram um desempenho aquém daquilo que é esperado no quarto ano de Medicina.

Portanto, Presidente, diante disso e diante dessa tentativa, de novo, de sensibilizar... Veja, quero dizer que eu, pessoalmente, empenhei minha palavra junto ao Ministério da Educação, Ministério da Saúde, e defendi e defendo que exista um caráter de proficiência para emissão do registro profissional, mas dentro de um sistema que seja racional.

E que a gente não crie mais dificuldade para quem está se formando. Ele já vai estar submetido a essa prova de residência, mais uma prova de proficiência, que poderia ser a mesma que vai alimentar um sistema, um sistema de correção dessas escolas.

Aí, o que acontece é o seguinte: a grande disputa aqui é quem vai aplicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, para o CFM, o que importa é que vai ter, e ele vai participar da definição de como vai ser o grau de dificuldade, a natureza dessa prova para a emissão do registro profissional, só que isso precisa alimentar o sistema de formação, para reorientar o modo de trabalhar do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

Nós conseguimos ainda, nesse debate, que alcancemos... Repare só que nós conseguimos, porque ele incorporou no relatório dele: que zero, de cada dez alunos que se formam, pelo menos 70... A cada cem alunos que se formam, pelo menos 75 façam residência médica, com o compromisso do Ministério da Saúde de financiar esses egressos.

Veja, nós estamos com uma proposta e tentando construir algo completo. Nós não podemos ficar aqui submetidos a um cabo de guerra entre quem é pró CFM e contra CFM.

Eu sou a favor do CFM, como sou a favor do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Eu sou a favor de algo, de um sistema que melhore para as famílias, para os alunos e para a sociedade brasileira.

Por isso eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, V. Exa. me concede a palavra, por favor? Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com imenso prazer.

Concedida vista então, solicitada pelo Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, antes da minha fala principal, eu queria já sugerir que a gente pedisse vista coletiva, para a gente votar na próxima semana, mas eu queria, primeiro, agradecer as palavras elogiosas que foram feitas ao meu relatório pelo meu querido colega médico Rogério Carvalho, porque ele, com sua inteligência, viu que o nosso relatório contempla exatamente o que ele falou. Está tudo aqui no relatório. Não tem nada, nada diferente do que ele falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós inclusive tivemos o cuidado de colocar no relatório, de transformar o Enamed, que é uma avaliação de alunos de Medicina, que, sim, é uma atribuição do Ministério da Educação, nós consignamos no texto. Nós deixamos de regulamentar o Enamed, através de instrumentos infralegais, e colocamos o Enamed como uma política de Estado. Pode mudar governo, mas o Enamed vai estar aqui funcionando, juntamente com a nossa prova de proficiência, que, sim, sim, é uma prerrogativa do Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia federal especial, que tem, pela lei lá, que tem a minha idade essa lei, de 1957, a 3.268, que tem como atribuição constitucional avaliar a nossa atuação como médicos. Então, se nós negarmos essa responsabilidade ao Conselho Federal de Medicina, nós vamos ter que negar também para a Ordem dos Advogados do Brasil e para o Conselho de Contabilidade.

O Conselho Nacional de Contabilidade é que faz a prova de proficiência, quer dizer, os conselhos que regem a profissão é que têm essa atribuição legal. Nós deixamos consignado no texto isso, e, quando o nosso querido colega fala de proficiência, misturando com residência... Proficiência é uma coisa; residência é outra coisa. Proficiência...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Só...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria só concluir.

Proficiência é a avaliação que se faz de um egresso, de um aluno formado no curso de Medicina, que vai fazer uma prova para se qualificar e para trabalhar, para praticar ato médico no âmbito do território nacional. A residência médica é uma pós-graduação, é o nosso padrão-ouro, que, aliás, é o padrão-ouro que tem sido sacrificado por anomalias no Programa Mais Médicos.

Olhem, hoje, um residente ganha R$4,1 mil, senhoras e senhores, e um egresso que vai para o Mais Médicos, para os rincões deste país, para os vazios do país, ganha de R$13 mil a R$15 mil. E aí, sabe o que acontece, meu querido Presidente – médico também? O jovem termina negligenciando o que é o padrão-ouro da nossa profissão, que é a residência médica. O jovem não quer mais fazer residência médica, por conta dessa anomalia.

Então, é por isso que nós estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o texto foi extremamente... Não vamos fazer disso aqui uma queda de braço – se é Conselho, se é o MEC que está fazendo – e vamos deixar a ideologia de lado. Eu acho que nós precisamos, sim, votar essa matéria, que é importante, porque essa matéria não é interesse do Conselho Federal de Medicina não; essa matéria é de extrema importância para salvaguardar a saúde, a proteção do nosso povo, que termina ficando em situação de vulnerabilidade quando é atendido por médico mal formado – isso é o que está claro – e, eventualmente, por médico que nem CRM tem, quando recebe um salvo-conduto para praticar medicina durante quatro anos, sem nenhum tipo de avaliação. É isso o que está acontecendo; nós não podemos esconder.

E nós estamos aqui já, neste ano todinho, discutindo essa matéria.

Nós vamos pedir vista coletiva, é claro – mais uma semana –, e eu acho que a gente precisa votar isso, a gente precisa votar essa questão.

Agora, o relatório, eu acho que, como foi feito por todos nós, é muito difícil, é muito difícil que haja um relatório mais bem elaborado do que esse aqui, que não foi feito por mim; foi feito por todos nós – todos nós: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Conselho, AMB, Fenam, academia, Senadores, Senadoras, todos participaram dessa construção, que eu tenho certeza de que foi o melhor que nós podíamos fazer.

Dessa forma, ao pedirmos vista coletiva, Presidente, nós podemos deixar para votar esse relatório na próxima semana. E vamos continuar conversando com o Rogério, por quem eu tenho o maior respeito, mas eu acho que tudo foi considerado no texto.

E que fique claro que a avaliação de egresso, à similaridade com a OAB e com outros conselhos que fazem a prova de ordem, é uma atribuição... Porque, senão, nós vamos ter que usar dois pesos e duas medidas, quer dizer, o Conselho Federal de Medicina não tem atribuição, e a OAB tem? Eu não consigo entender.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, só uma correção... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A correção, objetiva: a OAB já nasce... É importante fazer uma separação – olhe que eu sou funcionário de um Conselho Regional de Medicina, concursado –: a OAB faz parte do sistema de justiça; o advogado faz um concurso para advogar no sistema de Justiça, junto com o promotor e o juiz. E esse é o nascedouro, é onde nasce a profissão de advogado. É diferente.

No Brasil, as profissões e as autarquias especiais nunca tiveram, nunca tiveram a prerrogativa de dizer quem é que dá fé pública para o exercício da profissão, com exceção da OAB e de mudanças feitas por iniciativa ou por não terem observado a questão do vício de iniciativa.

O que nós estamos aqui dizendo é que existe o vício de iniciativa e que o MEC não vai abrir mão da sua prerrogativa. Se o MEC não vai abrir mão da sua prerrogativa de Estado, haverá um veto, e nós estamos dizendo aqui que é preciso ter... Porque, senão, o cabo de guerra aqui é impor uma mudança na prerrogativa do MEC, sem a concordância do próprio MEC, e isso vai gerar um nada; só desgaste e um cabo de guerra.

Por isso que eu estou dizendo que a gente pode construir um entendimento, que o que está se propondo é que o Enamed, que já está consolidado, possa ser a prova. Não a prova de residência, mas a primeira etapa da prova de residência, porque a prova de residência tem duas etapas. Como poderia ser a prova do Revalida, não a prova completa, mas a primeira etapa, porque a segunda etapa é prática e tem que ter. Não é assim que é o Revalida?

Então, o que nós estamos falando aqui é que a gente precisa construir um entendimento, porque não adianta querer impor pela vontade. O MEC não vai abrir mão da sua prerrogativa, e o Governo não vai abrir mão da sua prerrogativa. O Governo não vai prevaricar nessa questão.

Então, dito isso, eu estou aberto para que a gente possa construir.

Porque, vejam, o que está em discussão aqui, claramente, é quem faz a prova.

O Profimed foi criado para dar ao CFM a condição de fazer, isoladamente, a prova de proficiência, deslocando isso de um sistema geral de avaliação dos alunos para o exercício profissional, para o registro, e a avaliação dos alunos para alimentar o sistema, e essa duplicidade... Não existe, no mundo, quem faça duas provas ao mesmo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dito isso, eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu queria propor aqui aos nobres Senadores, que, como foi pedido vista coletiva, na próxima semana vai voltar a discussão, e, daqui para lá, o pedido que a gente faz é para que as partes possam se entender e chegar a um termo conjunto. Seria o ideal. Se não conseguirmos, não tem problema, democracia é assim; vamos para o voto.

Então, certamente o Senador Rogério Carvalho vai apresentar um voto em separado, e os membros da Comissão vão decidir ou pelo relatório do Senador Hiran, ou pelo substitutivo, pelo voto em separado do Senador Rogério Carvalho.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – ... eu queria fazer uma contextualização e me contrapor aqui ao meu querido colega Rogério Carvalho, por quem tenho amizade e respeito, até porque... Eu fico até preocupado, porque a gente gasta muita energia, às vezes, para defender o que é mais ou menos que indefensável, mas tudo bem.

Quando ele diz assim: "Olha, o MEC não vai abrir mão, o Governo manda"... Democracia não é assim. Aliás...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não é isso. Espere aí...

Ô, Presidente...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... por essa falta...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

Aí você está me dando o direito de fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Deixe-me terminar de falar. Deixe-me terminar de falar. Eu fiquei quietinho aqui quando você falou. Aliás, eu sou extremamente respeitador e tranquilo, quando vou falar, e ouço muito, mais do que falo.

Mas é por isso que nossa democracia tem sido muito contestada: por essas assimetrias, de alguém dizer que manda mais do que o outro. Não é assim.

O que acontece é que, no decorrer do nosso relatório, da nossa discussão da nossa Lei de Pesquisa Clínica, Presidente, em que eu trabalhei durante 11 anos, nós discutimos muito. Depois de 11 anos, nós criamos uma lei num país... O país mais completo desse mundo, com mais diversidade étnica, mais diversidade geográfica, climática, em termos de diversidade de doenças, como é o nosso país, e não tínhamos uma lei de pesquisa clínica. Recursos se perdiam, porque eram investidos em outros países em pesquisa, e o próprio acesso das pessoas à inovação, de quem tem doenças raras, era sacrificado por conta disso.

Pois bem. Nós trabalhamos 11 longos anos; nós aprovamos esse projeto com o quórum de PEC, minha querida Eudócia, lá na Câmara, 348 votos. Aprovamos aqui, no Senado, sem nenhum voto contra. Sabe o que aconteceu? O Governo vetou o nosso projeto. Será que nós todos estávamos errados durante 11 anos de discussão e com essa votação com quórum constitucional? Será que nós estávamos errados?

Aí nós esperamos, senhoras e senhores, um ano, um ano para derrubar o veto. Por quê? Porque a maioria da Câmara e do Senado entende que aquela lei que nós aprovamos é, sim, importante para o país, e o próprio Ministério da Saúde já está regulamentando a Lei de Pesquisa Clínica em seres humanos. E, agora, uma instituição muito ligada ao Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação direta de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para derrubar essa lei que nós discutimos aqui durante 11 anos e esperamos um ano para derrubar o veto!

É, essa que é a realidade. Ele já está sinalizando lá que o Governo vai vetar; está fazendo premonição aqui.

Então, eu acho que nós precisamos realmente deixar as ideologias. A atribuição constitucional, que nos é dada pela Lei 3.268, de 1957 – da minha idade, 68 anos –, prerrogativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de avaliação da nossa profissão, da minha, da sua, da Dra. Eudócia e do meu querido Rogério, da nossa querida Zenaide, que está ali atrás, é do Conselho Federal de Medicina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou conceder a tréplica para o Senador Rogério Carvalho e vamos encerrar esse assunto aqui, vamos passar, continuar com a pauta, que tem outras matérias para serem votadas. E, na próxima semana, a gente faz a discussão e a votação, se for o caso.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu quero só deixar claro que eu me empenhei para que tivéssemos um entendimento sobre a proficiência.

Estamos numa fase em que as pessoas, quando não conseguem ter num debate uma vitória, ou até tendo uma vitória, buscam dizer – e eu já fui vítima disso – que a gente é contra ou a favor, e aí cria uma marca muito ruim, e eu já carreguei essa marca durante anos. E eu quero deixar bem consignado que eu fui o articulador, dentro do Governo, para que a proficiência viesse para um plano, porque não iria ter nem por onde começar essa conversa.

Está na lei que isso é prerrogativa da União, através do MEC, e não sou eu que estou dizendo. Isso não é autoritário. Isso não é autoritário. Isso é a lei. E mudança de lei, de órgão público... Por exemplo, nós não podemos fazer uma lei modificando o Tribunal Superior Eleitoral se não vier de lá, começando pela Câmara. Essa é a regra constitucional.

Então, eu quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vício de iniciativa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Vício de iniciativa.

O que eu quero dizer é que eu não quis impor... A força do argumento não deve ser motivo para agressão a colega Parlamentar. Eu não desferi nenhuma fala em relação ao meu colega, de quem eu gosto, por quem eu tenho carinho, Hiran. Eu estou falando sobre o tema. E, se eu tenho veemência ao falar, é porque eu vivi isso ao longo da minha história de vida, como estudante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como residente, como Presidente da Direção Nacional de Estudantes de Medicina, como Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes, como presidente de sindicato, como Presidente da Federação dos Médicos, como médico fiscal, como pesquisador, como professor universitário que sou. Então, a veemência vem da minha vivência nesta área e do desejo, como é do Dr. Hiran, tenho certeza, de melhorar a vida do nosso povo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para explicação pessoal.) – Presidente, ele me citou. Eu não vou suscitar mais debate não. Eu só vou fazer uma consideração aqui.

Se o nosso querido Rogério se achou agredido por alguma manifestação minha, eu peço desculpa publicamente e com a mesma ênfase.

Agora quero, Presidente, também dizer a ele que professor universitário ele é, e eu também sou, concursado; eu sou médico do MEC concursado também, eu sou médico legista federal concursado também, já operei mais de 51 mil pessoas, especialista em oftalmologia também, e sou pai de cinco filhos, avô de cinco netos... Então, eu acho que nós devemos muito respeito um pelo outro, mas continuo defendendo, Presidente, que nós fizemos um relatório que...

Eu quero só lembrar a vocês isto: o senhor também participou de uma reunião de Líderes na residência do Presidente Davi Alcolumbre, e o senhor também, quando todos os Líderes ali reunidos foram absolutamente favoráveis à prova de proficiência em medicina. Todos os Líderes.

Então, eu quero aqui mais uma vez pedir desculpas, e vamos para a discussão e votação na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, Senador, tranquilo... Você...

Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria só dizer aqui que foi em 2019 ou em 2020, todos os conselhos estavam para ser extinguidos, e eu digo aqui que Zenaide, Rogério, todo mundo aqui lembra, inclusive o Crea,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a gente conseguiu tirar essa história de não ter o conselho. O Crea continuou, foi aprovado de um jeito que, se a casa for só um piso, não se precisa da autorização do Crea.

Agora, desde o início que eu digo: a gente teria que cobrar do MEC. O MEC é quem tem autonomia para avaliar o curso. E acho, Hiran, que o MEC... Por exemplo, o Enamed tem que chamar o conselho. Ninguém aqui é contra o conselho; pelo contrário: a gente conseguiu derrubar essa história de os conselhos serem extintos – de serem extintos aqui –, vocês presenciaram isso, e a gente foi para cima. Eu disse: "Nós vamos ter médicos sem conselho?". "Nós vamos ter engenheiros sem ter Crea?". Como nós vamos deixar essa sociedade?

Então, isso não é uma discussão, mas a responsabilidade de avaliação é do Enamed sim; se o MEC não está fazendo...

Desde o início que eu digo: vamos cobrar do MEC o papel dele de avaliar os médicos – e aqui está visto; acho que Hiran progrediu muito, sentado aí –, e o conselho vai ser ouvido nisso aí.

Mas continuo dizendo: proficiência médica tem que ser feita pelo MEC – certo? –, Enamed, e cabe à gente cumprir isso aqui, cobrar que seja feita. Até porque, antes, os cursos de Medicina dificilmente...

Eu me formei há muitos anos, sou médica da universidade... A gente terminava todo mundo na mesma turma. Porque tinha alunos reprovados; de um semestre para o outro, a gente era avaliado, do jeito que é na residência médica. Você não passa.

Então, o que está faltando – o que estava faltando – é voltar a avaliar os estudantes de Medicina, a cada ano, como era feito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Vamos voltar aqui à pauta.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1915, DE 2019

- Terminativo -

Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 04/11/2025, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

2- Em 12/11/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3- Será realizada uma única votação para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato, que vai ter como Relatora *ad hoc* a Senadora Zenaide Maia.

Lembro que, em 12/11/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Coloco a matéria em discussão e consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Eu queria pedir vista, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já foi pedido vista.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Já foi pedido? Vista coletiva, então.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação será nominal.

Vamos abrir o painel para votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Enquanto fazemos a votação nominal, vamos seguir com a pauta aqui, com itens não terminativos.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 499, DE 2025 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade o direito à realização do exame de mamografia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 499, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada.

É uma matéria já discutida e aprovada no Senado. Foi para a Câmara, recebeu uma pequena modificação, e nós estamos trabalhando, acolhendo a modificação que veio da Câmara.

O substitutivo que veio da Câmara, Presidente, como também a matéria originária do Senado, buscam assegurar a realização anual da mamografia para todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, ampliando a faixa etária atualmente contemplada pela diretriz nacional de rastreamento do câncer de mama, que recomenda o exame bianual para mulheres entre 50 e 69 anos.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos do inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial de coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar 95, de 1998.

Quanto ao mérito, destacamos que a proposição em análise aborda um dos temas mais sensíveis e urgentes da saúde pública: a detecção precoce do câncer de mama.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer, mais de 70 mil mulheres são diagnosticadas com câncer de mama todos os anos no Brasil, e esse número segue crescendo em todas as regiões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país. Trata-se do segundo tipo mais comum de neoplasia maligna entre as brasileiras, atrás apenas dos tumores de pele não melanoma.

Nesse contexto, é importante reconhecer que as intervenções de prevenção primária, aquelas voltadas a evitar o surgimento do câncer de mama, ainda são limitadas, pois a maioria dos fatores de risco associados à doença, como idade e predisposição genética, não são modificáveis. Diante disso, a detecção precoce, por meio do rastreamento e do diagnóstico oportuno, constitui uma das estratégias mais eficazes para reduzir os casos.

No entanto, apesar dos avanços na atenção oncológica, a detecção precoce do câncer de mama ainda enfrenta importantes limitações no Brasil. De acordo com o Inca, cerca de dois em cada cinco casos de câncer de mama são diagnosticados em estágio avançado.

A literatura científica é clara ao indicar que o risco de desenvolver câncer de mama aumenta, de forma importante, a partir dos 40 anos de idade.

No Brasil, esse dado adquire relevância ainda maior: cerca de 40% das mulheres diagnosticadas com a doença têm menos de 50 anos, proporção superior à observada em países de alta renda.

Além disso, o câncer de mama em mulheres mais jovens costuma apresentar comportamento biológico mais agressivo e, muitas vezes, só é descoberto já em estágio avançado.

Embora a Lei 11.664, de 2008, já assegure o direito ao exame mamográfico no SUS, a diretriz infralegal vigente – que recomenda o rastreamento de rotina para mulheres entre 50 e 69 anos – acaba por não contemplar, de forma sistemática, uma parcela significativa das mulheres que desenvolvem câncer de mama antes dos 50 anos.

Registre-se que diretrizes vigentes asseguram a realização da mamografia antes dos 50 anos em situações específicas, como no rastreamento de síndromes de câncer hereditário ou no diagnóstico de alterações já perceptíveis nas mamas. No entanto, essas exceções, embora importantes, não substituem uma política de rastreamento populacional regular, voltada à realidade epidemiológica nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, a matéria passou aqui, passou pelo Senado, em que nós estabelecíamos que o rastreamento seria feito anualmente, a mulher com 40 anos teria o rastreamento, o exame garantido a partir de 40 anos. Chegando à Câmara, houve uma modificação. A Câmara não aceitou que ficasse a palavra "anualmente". Então, mantém-se o exame a partir de 40 anos, mas de acordo com diretrizes e regras do Ministério da Saúde.

Como nós estamos vendo agora o Ministério da Saúde com uma ampla campanha e já fazendo o exame com 40 anos de idade, tanto eu como o autor entendemos que, se a gente trouxer a palavra "anualmente"... Estava tendo uma resistência do corpo técnico do Ministério da Saúde. Porém, se a gente não impuser a palavra "anualmente", mas garantir a esta mulher o exame com 40 anos, a gente avança.

Se, lá na frente, for necessário que a gente volte a essa lei e coloque a palavra, se o problema é a palavra "anualmente", a gente volta e corrige a matéria. Mas, diante de tudo o que foi discutido, prevendo que a mulher com 40 anos possa ter a mamografia garantida pelo SUS, diante das regras estabelecidas pelo próprio SUS, para nós, para todos nós, a matéria já satisfaz.

É um avanço, e queremos aprovar hoje, fazer festa e levar essas mulheres todas para fazer a mamografia.

Desse jeito, então, o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do substitutivo que está vindo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo à Senadora Damares, coloco a matéria em discussão.

Senadora Dra. Eudócia, para discutir a matéria.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, quero aqui parabenizá-la, amiga, pela sua relatoria brilhante. Foi para a Câmara, voltou – eu lembro-me de quando nós votamos aqui na CAS esse projeto de lei que você relatou –, e aí retornou com esse detalhe que você falou, a questão do "anualmente".

Mas, como você falou, Senadora Damares, é um avanço muito grande, porque, antes, só se fazia em mulheres acima de 50 anos. Como você bem explicou, cada vez mais a gente pega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnósticos, a gente atende a mulheres com diagnósticos precoces, em idades mais precoces, não é? Por exemplo, 40 anos ou antes de 40 anos.

E, quanto a essa questão do anual, não tem problema, porque os colegas médicos, cada vez mais, estão se conscientizando de investigar, de fazer o rastreio de câncer de mama nas mulheres.

Se o médico solicitar anualmente, a gente tem que conscientizar as mulheres de, anualmente, procurar atendimento médico, porque nenhum médico vai fazer algum óbice de solicitar a mamografia dessas mulheres, a partir de 40 anos, anualmente. E, aí, elas vão ter o direito do mesmo jeito.

A questão agora é conscientizarmos as mulheres a procurar, anualmente, os médicos, para fazerem a sua mamografia, porque não aceitamos mais, Senadora Damares, Senadora Zenaide, que também é médica e que está aqui presente, não aceitamos mais, Sr. Presidente, na era em que estamos vivendo, com tantas pesquisas em relação a câncer, a gente ver as nossas mulheres morrerem por câncer de mama e o diagnóstico ser feito em estágio avançado, com tantos métodos diagnósticos.

Então, Senadora Damares, acredito veementemente que os colegas vão aprovar, mais uma vez, esse projeto aqui e faço o apelo aos senhores e senhoras. E com certeza, Senadora Damares, vamos juntas lutar, para que os nossos colegas médicos solicitem anualmente o exame de mamografia nessas mulheres, para que nossas brasileiras não tenham mais diagnóstico avançado de câncer de mama.

É isso que eu queria falar, Sr. Presidente. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia. Depois, o Senador Plínio Valério.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores e mulheres brasileiras que estão nos vendo: câncer de mama não é uma sentença de morte, desde que diagnosticado precocemente. Isso a gente sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi mostrado aqui, com sensibilidade, que mesmo na ciência pode mudar. Se continuou com 50 anos, porque era realmente a grande maioria das mulheres. E, como foi falado aqui, há muitos cânceres que, quanto mais jovem a pessoa, são mais agressivos. O de tireoide é um exemplo: quanto mais jovem, mais agressivo.

Mas digo o seguinte: não só através da lei – garantir ao médico que, a partir de 50 anos, no SUS, ela vai ter direito –, mas nós precisamos aqui colocar a saúde da mulher no Orçamento deste país. A gente aqui aprova as leis maravilhosas, mas tem mulheres andando 300km para fazer uma mamografia.

Então, nós fazemos essas leis, mas temos que cobrar do Parlamento, que é quem aprova o Orçamento, e do Estado brasileiro como um todo que as mulheres tenham acesso a isso, que não se precise só de um Outubro Rosa para poder fazer uma mamografia, porque, senão, nós vamos estar enxugando gelo.

Cada vez mais aparecem mulheres com cânceres avançados, e realmente é uma sentença de morte, se a gente não cuidar dessa prevenção.

Voto "sim".

Parabéns, Damares, pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, a minha vinda aqui, como autor do projeto, é para mais uma vez – pela centésima vez, Damares, eu acho –... (*Pausa.*)

... cem vezes agradecer o relatório da Senadora Damares, a contribuição da Senadora Eudócia e à Bancada Feminina da Câmara Federal, que entendeu, discutiu – o Governo queria muitas mudanças – e focou numa mudança só, que foi acatada pelo Relator Deputado Adail, e a gente tem um consenso, hoje, com o Governo, de que será aprovado também.

Como autor, eu tenho a felicidade de um dia poder dizer que eu passei aqui no Senado e que o Senado aprovou uma lei dessa magnitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho consciência plena de que isso vai preservar muitas, muitas e muitas vidas, e o senhor, como médico, sabe a importância disso.

E vejam só – eu quero deixar registrado isso – a felicidade de estar Senador da República e de poder legislar e de poder ser autor de uma lei dessa magnitude, que agora não é mais minha; agora é nossa. De todos nós.

Obrigado pela compreensão de todos, Eudócia, e pela colaboração.

E, Damares, pela centésima primeira vez, obrigado e parabéns; e à nossa Zenaide, que está sempre atenta a essas questões. Quando se trata de saúde, principalmente da saúde da mulher, a Zenaide está sempre antenada.

Obrigado, Zenaide.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Alan Rick com a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – ... para consignar o nosso voto favorável à matéria e cumprimentar o autor do projeto de lei do Senado, Senador Plínio Valério, um homem com sensibilidade para um tema tão importante; a nossa Senadora Damares, que viveu na pele a situação e que é testemunho vivo de quem venceu essa luta; as Senadoras Eudócia, Zenaide e todas as Senadoras e mulheres aqui presentes.

O diagnóstico precoce salva vidas. Acima de tudo, garantindo o Orçamento e o recurso e também, Sr. Presidente, o direito à informação.

Quantas mulheres acabam sofrendo e buscando, depois do avanço da doença, o cuidado médico? A informação, as campanhas informativas são fundamentais, para que cada vez mais mulheres busquem fazer a sua mamografia, ter acesso ao SUS para diagnóstico precoce e, dessa forma, ter tratamento adequado ao câncer de mama e a todos os outros, que afetam milhões de brasileiros, principalmente as mulheres, todos os anos.

Então, parabéns ao nosso autor, à nossa Relatora; parabéns às mulheres do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consigno aqui meu voto favorável.

A Senadora Eudócia tem um importante pedido a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela importância desse projeto de lei, solicito a V. Exa. que o tramite em caráter de urgência, que possa ir para o Plenário em caráter de urgência.

E quero só colocar também, Senador Plínio Valério, que eu o parabenizo pela sua sensibilidade e pela sua iniciativa nesse projeto de lei tão importante, que vai salvar vidas – pode ter certeza disso.

Espero que você fique anos e anos aqui no Senado, mas, um dia, quando você sair, se for de sua vontade, porque eu espero que você fique até quando você estiver velhinho – não é, meu amigo Alan Rick? –, que você tenha iniciativas iguais a essa. (*Risos.*)

E pode ter o sentimento de dever cumprido por essa iniciativa, porque muitas mulheres serão salvas por conta dessa sua autoria, desse seu projeto, e da sua relatoria, minha amiga Senadora Damares, que é um exemplo vivo para nós, não é? É o nosso exemplo.

É isso, Sr. Presidente.

Por favor, atenda ao meu pedido de caráter de urgência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Submeto o requerimento da Senadora Eudócia, de urgência, ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Vou encerrar a votação nominal.

(*Procede-se à apuração.*)

Houve 11 votos favoráveis, cinco votos NÃO.

Abstenção: nenhuma.

O projeto foi aprovado.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há um requerimento nosso de inclusão, extrapauta, do nosso relatório ao projeto de lei que regulamenta a profissão de multimídia.

Submeto a V. Exa. para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um... Vamos aqui a um item não terminativo, Senador Alan Rick.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – O 7, que é o meu.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu preciso...

Item 4 da pauta... Já foi?

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3530, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020, que institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), para excluir a delimitação de tempo e estender o direito a todas as crianças atingidas pela doença.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Presidente, eu vou direto à análise e quero dizer para os amigos que têm dúvidas sobre a questão do pacto financeiro, orçamentário, que essa questão vai ser discutida lá na CAE. Vamos ao mérito, e o mérito é extraordinário, e eu já quero pedir o voto e apoio de todos os pares.

A descoberta dos efeitos do vírus zika sobre fetos representou um marco significativo na compreensão das consequências das infecções virais durante a gestação.

Inicialmente identificado na década de 40, o vírus zika, transmitido principalmente pela picada do *Aedes aegypti*, ganhou destaque mundial após o surto ocorrido no Brasil em 2015, que revelou uma ligação entre infecção pelo vírus em mulheres grávidas e o aumento de casos de microcefalia em recém-nascidos, levando a déficits neurológicos graves.

A associação entre a zika e a microcefalia, que teve o pioneirismo de pesquisadores brasileiros no Estado de Pernambuco, motivou outras pesquisas, que buscaram entender os mecanismos subjacentes e desenvolver estratégias para prevenir a transmissão vertical do vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da microcefalia, outras complicações neurológicas e motoras também foram associadas à infecção pela zika, incluindo convulsões, atrasos no desenvolvimento e problemas de visão e audição.

Hoje, há diretrizes claras para acompanhamento pré-natal e prevenção da infecção congênita pelo vírus zika. Aconselhamento pré-concepcional e acompanhamento pré-natal, teste de triagem e diagnóstico, ultrassonografias em gestantes expostas – para monitorar o desenvolvimento fetal e detectar sinais precoces de anormalidades –, aconselhamento sobre medidas preventivas e acompanhamento dos casos confirmados por especialistas em saúde materno-fetal são algumas das medidas para evitar as terríveis consequências da infecção materna para os fetos.

Ainda assim, quanto às crianças acometidas, pouco ou nada pode ser feito para reverter ou aliviar as consequências da síndrome congênita do zika vírus sobre sua saúde. Para essas crianças e suas famílias, o Estado precisa garantir apoio financeiro, o que motivou a edição da Lei 13.985, de 2020, que institui pensão especial vitalícia de um salário para as crianças diagnosticadas com a síndrome, mas a lei limita o benefício àquelas nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019 que sejam, cumulativamente, beneficiárias do BPC.

Para as crianças nascidas depois daquela data, não é devida a pensão. No entanto, os casos da síndrome congênita da zika continuam ocorrendo, e tem razão a autora do projeto ao afirmar que não é justo ou equilibrado que as crianças nascidas a partir de 2020 sejam discriminadas ou deixadas ao desamparo. A limitação temporal prevista na lei não se coaduna com o princípio constitucional da igualdade e contraria o sentimento geral de justiça.

As crianças com sequelas neurológicas da infecção congênita por zika vírus, independentemente de sua data de nascimento, precisarão, por toda a vida, de apoio e assistência, não devendo o Estado brasileiro deixar qualquer delas para trás.

Por essas razões, é meritória a iniciativa do projeto em exame.

No entanto, cremos que é possível aperfeiçoar a matéria, em consonância com proposição exarada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que se manifestou favoravelmente à aprovação do projeto, mas com uma ressalva: que a instituição de pensão especial destinada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças com síndrome congênita do zika vírus beneficiárias do Benefício de Prestação Contínua esteja vinculada à avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme estabelecido na Lei 13.146, de 2015.

Um segundo ponto a ser alterado diz respeito ao art. 1º do projeto, que define o escopo da lei proposta. O enunciado desse dispositivo não se coaduna com o teor da Lei 13.985, de 2020, pois exclui o requisito de a criança ser beneficiária do BPC.

Cremos que essa omissão foi um lapso redacional, pois esse requisito continua a constar no texto da lei alterada. Assim, para que, em face da aprovação da proposição, não haja inconsistência entre as duas normas legais, propomos emenda para alterar a redação do art. 1º do PL. Na mesma linha, promovemos a adequação da ementa do projeto.

Ante o exposto, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.530, de 2023, da Senadora Augusta, com as duas emendas que eu mencionei e que já estão devidamente publicadas.

Esse é o voto, e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Dra. Eudócia, para discuti-la.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Senadora Damares Alves, mais uma vez, parabéns pelo seu brilhante relatório.

Quero também aqui parabenizar a Senadora Augusta Brito por essa iniciativa brilhante, porque as nossas crianças ainda padecem de complicações neurológicas por conta do zika vírus. E, realmente, é um absurdo você delimitar o tempo de assistência a essas famílias, a essas crianças. É totalmente inadmissível, porque o vírus ainda existe, as crianças são acometidas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E o sofrimento é o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E o sofrimento é o mesmo. Como é que você vai delimitar isso? Impossível.

Então, realmente, o seu relatório foi perfeito, muito objetivo e claro, e espero que os nossos colegas entendam a importância de a gente aprovar.

Não sei se vai ser nominal. Creio eu que será.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não vai ser, né? Enfim, mesmo assim faço este apelo.

E quero dizer às mães dessas crianças que têm todo o nosso apoio – né, Senadora Damares? –, porque só sabe quem tem essas crianças com quadro de microcefalia, e esses quadros de microcefalia, automaticamente, levam a distúrbios neurológicos de grandes proporções.

Então, quero fazer esta colocação aqui e parabenizá-la mais uma vez, Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão.

Senador Alan Rick com a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, a sensibilidade e a humanidade jamais podem sair do vocabulário desta Casa. Por isso, eu parabenizo a Senadora Damares Alves, ilustríssima Relatora desta matéria, e obviamente a autora da proposição, que exclui essa delimitação de tempo, que exclui uma injustiça causada a outras famílias e outras crianças. Portanto, consigno o meu voto favorável.

E eu creio que hoje esta Casa, sob a Presidência de V. Exa. e com a humilde presença destes Senadores e Senadoras, faz história no Brasil, com matérias de tamanha relevância social para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores e todos que estão nos assistindo.

O projeto inicial realmente tinha data de início e um término, porque a gente teve... Acho até que é porque a gente tem outras causas de microcefalia, antes mesmo, que não são raras, mas quero dizer o seguinte: vamos aproveitar isso para fazer um apelo à população brasileira? Vamos cuidar do mosquito que é o mesmo que transmite dengue, zika vírus, chikungunya e até a febre amarela urbana.

E nós sabemos onde ele vive. Ele vive, principalmente... Mais de 70%, Damares, dos focos do mosquito são intradomiciliares, gente. Vamos cobrar dos estados brasileiros, dos municípios, que limpem onde pode criar o mosquito.

Eu diria a alguém que, se a gente sabe quem é o inimigo, sabe onde ele mora, por que vamos deixá-lo proliferar e matar pessoas ou deformar, dar anomalias para as nossas crianças?

Por favor, é o apelo aqui que a gente faz todo dia: cobrar do Governo Federal, dos governos estaduais mais campanhas conscientizando, lembrando: "Por favor, olhem os seus vasilhames, porque ali está o seu inimigo".

Isso é diferente de uma covid, que a gente demorou a descobrir quem era o nosso inimigo. Quer dizer, já se sabia que era um vírus, mas a dengue, gente, que mata...

Por favor, por mais que a gente tenha uma infraestrutura....

Damares, eu já fui Secretária de Saúde, e a gente fazia toda semana essa reviravolta, e, às vezes, o foco era na mesma casa.

Então, por favor, isso é um apelo que a gente faz: não crie o seu inimigo dentro de casa, porque ele pode perfeitamente matar alguém querido ou seus vizinhos, que não têm nada a ver.

E cobremos do Estado brasileiro, seja em nível federal, estadual ou municipal, que faça a parte dele, como limpezas, como procurar casas abandonadas, que é onde tem um criadouro grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já está até com uma vacina...

É uma falha da gente, porque, se a gente conhece o inimigo e sabe: quando se permite crescer, e o deixa crescer...

Isso não é uma responsabilidade só do Estado brasileiro; é de nós todos: mães, pais de famílias, avós, jovens e crianças.

E eu acredito muito que tem que chamar atenção nas escolas, porque a criança, muitas vezes, é quem estimula o pai a prevenir isso aí.

Obrigada e parabéns, porque eu acho também que botar a data, quem garante... Não tem isso a ver.

Eu acho até que a microcefalia depois vai parar aqui, independente da causa. Entendeu? Do jeito como a gente botou um período, agora ampliou para qualquer um que apareça, mas, só para a microcefalia, a mãe vai ter que provar que foi realmente pelo zika vírus.

Obrigada, Sr. Presidente.

Sou a favor, viu?

Parabéns à Damares e parabéns à Augusta Brito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, sobre este assunto aqui do zika vírus e da microcefalia, eu quero falar um pouco, porque ela ocorreu no Brasil no momento em que eu era Ministro da Saúde.

Eu havia assumido o ministério. Com cinco dias, recebemos uma informação, de Pernambuco, de que estava havendo lá um número bem acima da taxa normal de microcefalia. E, na literatura, Senadora Zenaide, na literatura médica não havia, até aquele momento, registro de zika vírus como causa de microcefalia.

Quem estudou infectologia sabe que tem uma sigla, o ChatGPT é que me socorre, storch, que são as causas. É um acróstico das causas de microcefalia, que são – storch – sífilis; toxoplasmose; o "o" também serve para outras, como HIV, hepatites, varicela; rubéola, do storch; citomegalovírus e herpes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eram as causas clássicas. Todos os livros de medicina as traziam como causas clássicas de microcefalia de origem infecciosa.

Hoje, o acróstico não é mais storch. É storchz, com o "z" no final, porque foi introduzido o zika vírus, que foi exatamente na época em que eu fui Ministro que foi feita essa correlação.

O vírus zika já circulava no mundo desde 1948, aproximadamente, quando foi detectado na África, mas nunca havia circulado aqui no Brasil, e coincidiu de circular no Brasil com o período de seca.

Os cientistas da Fiocruz, depois, desenvolveram e mostraram que – V. Exas. podem observar – a microcefalia causada pela zika ocorreu no litoral, basicamente ali em Pernambuco e na Paraíba.

No interior do Brasil não deixou de ter zika, e hoje tem zika circulando em vários países da América Latina. Aqui em Brasília, em todo lugar circula zika vírus, mas não causa microcefalia.

Então, teve alguma coisa estranha que, na época, não foi detectada, mas que foi estudada depois; é que uma causa que se associou ao zika vírus foi uma toxina produzida por umas algas de açudes, que teve em Caruaru, em transfusão... Transfusão não; em...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Hemodiálise.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... rins, hemodiálise, em que morreram várias pessoas, porque teve uma seca, e a quantidade de água diminuiu. Essa toxina ficou, então, num percentual maior, e terminou matando essas pessoas em hemodiálise.

Pois essa mesma toxina potencializa a ação do vírus da zika, que é um vírus neurotrópico. Ele ataca, preferencialmente, o nervo.

Então, ela tem um tropismo pelo sistema nervoso, atua no encéfalo da criança, quando está em desenvolvimento, paralisa o crescimento do cérebro... Por isso não se desenvolve o crânio, e a pessoa, a criança nasce com microcefalia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um problema para o qual nós temos que estar sempre alertas, porque, se juntar seca no Nordeste com o vírus da zika, vai haver microcefalia novamente. O vírus da zika sozinho, sem essa toxina, se causar o problema é em um índice muito pequeno, não detectável.

Então, quero parabenizar a Senadora Augusta Brito pela brilhante iniciativa e a Senadora Damares pelo relatório brilhante de sempre.

Então, encerrada a discussão, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada, e o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria vai à CAE.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. *Fora do microfone.*) – Parabéns, Senadora Damares.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Alan Rick, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveitando aqui ainda a presença das nossas Senadoras e da Deputada Simone Marquetto, autora de um projeto muito importante, que regulamenta a profissão do multimídia no Brasil, uma profissão que surge desta nova economia digital, das redes sociais, da construção de uma linguagem para redes sociais, estou solicitando a leitura do relatório, a votação da matéria e a inclusão extrapauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento do Senador Alan Rick (*Fora do microfone.*) à deliberação do Plenário.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a inclusão na pauta permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos deliberar a matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 4816, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda (de redação) que apresenta.

A autoria é da Câmara dos Deputados, da Senadora – não é Senadora ainda não –, da Deputada Simone Marquetto, nossa colega do MDB de São Paulo.

Observação: a matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alan Rick, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direto à análise, com a aquiescência de V. Exa.

O projeto busca regulamentar a profissão de multimídia e representa um avanço estratégico para o país, ao reconhecer oficialmente um conjunto de atividades que já se consolidaram como essenciais na economia contemporânea.

O reconhecimento do caráter multifacetado da atuação multimídia representa um avanço para a consolidação de um campo profissional que articula comunicação, tecnologia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criatividade. Campo, este, que já conta com inúmeros profissionais atuantes hoje, informalmente, sem o devido enquadramento profissional.

A proposição aqui analisada favorece a qualificação, a empregabilidade e a geração de renda, pois promove maior integração entre o campo educacional e produtivo na medida em que valida essa jornada já enfrentada pelos profissionais de multimídia.

A iniciativa contribui ainda para diferenciar adequadamente a carreira multimídia de outras categorias tradicionais, como o jornalismo. Enquanto o jornalista tem compromisso com a informação, na sua veracidade, utilidade e impacto social, o profissional multimídia mobiliza recursos tecnológicos e digitais em busca de alcance e interatividade, sem necessariamente aprofundar o tratamento jornalístico do conteúdo que circula pelas plataformas. São naturezas distintas de atuação, cada qual com identidade própria, o que reforça a importância de um marco regulatório específico.

A proposta legislativa também fortalece a economia criativa, setor dinâmico e de alto potencial de geração de emprego e renda.

A atuação multimídia encontra-se justamente nos segmentos de maior expansão, como o audiovisual digital, *games*, animações, plataformas de ensino, *marketing* digital, produção de conteúdo e experiências interativas.

Em síntese, o projeto consolida uma política de qualificação voltada para o futuro do trabalho e reforça a importância e a contribuição social da profissão de multimídia. A criação de um marco legal confere segurança jurídica, organiza o mercado e valoriza profissionais cuja atuação integra comunicação, tecnologia, criatividade e gestão de conteúdos digitais.

Apenas, por se tratar, agora, de análise na Comissão de Assuntos Sociais, competente para a análise de matéria no tocante às suas dimensões trabalhistas, julgamos oportuno oferecer emenda de redação, para sanar ponto que consideramos ambíguo na redação do projeto e que pode gerar dificuldades de interpretação na sua aplicação. Trata-se do fato de que a atividade do multimídia não é exclusiva, mas concorrente com outras profissões que se ocupam com as mesmas atividades ou com atividades próximas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa ausência de exclusividade fica evidente, ao se interpretar conjuntamente o art. 2º e 3º, que listam as atividades do multimídia, com o art. 5º, que permite que outros profissionais possam celebrar aditivo para sua mudança de categoria profissional.

Assim, sugerimos que seja explicitado que a atividade do multimídia se fará sem prejuízo das prerrogativas de outras profissões.

Por se tratar unicamente de sanar ambiguidade da redação, trata-se apenas de emenda puramente redacional, que não acarretará o retorno à Casa de origem.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 4.816, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda de redação já demonstrada e à disposição no sistema.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, eu declaro encerrada a discussão e submeto à votação nominal.

Vou abrir o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Enquanto se faz a votação nominal, vamos aproveitar aqui para ir a um outro item não terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3550, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta o § 3º ao art. 11-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir a necessidade de intimação pessoal do credor para a validade da fluência do prazo da prescrição intercorrente.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Relatoria do Senador Esperidião Amin, com o Relator *ad hoc* Alan Rick.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alan Rick, Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Direto à análise, Sr. Presidente.

A medida está em conformidade com os princípios fundamentais do Direito Processual do Trabalho, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.

No mérito, percebe-se que a intenção da proposição em exame é estabelecer, como marco inicial para a contagem da prescrição intercorrente no processo do trabalho, a intimação pessoal do credor acerca do início da fluência do prazo em foco.

De acordo com a redação proposta, o credor de uma execução trabalhista, ainda que inerte por período superior ao biênio previsto no art. 11-A da CLT, somente teria iniciado o prazo prescricional após ser devidamente intimado acerca do marco inicial de sua contagem, ainda que a pretensão executória tenha sido adquirida anteriormente ao biênio.

Embora se reconheça que o projeto possa suscitar discussões quanto à delimitação da inércia processual, sugiro uma solução legislativa razoável e socialmente justa, ao considerar a vulnerabilidade do trabalhador e as dificuldades práticas que enfrenta para impulsionar a execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, propõe-se o aperfeiçoamento do texto, a fim de modular a aplicação da prescrição intercorrente, estabelecendo critérios mais equitativos e proporcionais, sobretudo em benefício dos trabalhadores em situação de maior hipossuficiência.

Assim, propõe-se o que segue.

Em primeiro lugar, altera-se o *caput* do art. 11-A da CLT, para ampliar o prazo da prescrição de dois para cinco anos, de forma a manter o padrão da prescrição trabalhista adotado na Constituição e, ao mesmo tempo, conferir maior possibilidade de ação pelo credor.

Em segundo lugar, modifica-se o §1º do art. 11-A, para estabelecer que o prazo prescricional intercorrente somente terá início quando o exequente deixar de cumprir determinação judicial que contenha forma expressa de que o seu descumprimento acarretará o início da contagem do prazo. Essa previsão confere maior segurança jurídica e reforça o devido processo legal, evitando que a prescrição seja declarada sem prévia notificação clara e inequívoca da parte credora.

Em terceiro lugar, ajusta-se o §2º do art. 11-A, para estabelecer que a declaração da prescrição intercorrente poderá ser requerida pelas partes ou declarada de ofício pelo juízo, em qualquer grau de jurisdição, desde que observado o disposto no §1º.

Em quarto lugar, acrescentam-se os §§3º e 4º ao art. 11-A, que afastam a prescrição intercorrente nos casos de recuperação judicial, falência ou liquidação extrajudicial do devedor, bem como quando este se encontra em local incerto e não sabido ou quando não forem localizados bens para garantir a execução. Essa previsão ressalta que a prescrição não deve prejudicar o credor quando a ausência de atuação executória não lhe puder ser atribuída.

Em quinto lugar, acrescenta-se o §5º ao art. 11-A, para dispor que apenas os credores que não possuam representação processual por advogado constituído nos autos devem ser intimados pessoalmente para o início da fluência do prazo prescricional.

A medida reforça que essa proteção é devida exclusivamente ao trabalhador em condição de hipossuficiência, prerrogativa que não se estende ao advogado representante, que tem o dever profissional de diligência e acompanhamento dos atos processuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em decorrência, apresentamos substitutivo à matéria, de forma a abarcar a totalidade das alterações sugeridas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.550, de 2024, na forma do substitutivo, que está à disposição no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAS, substitutiva.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Como já temos número, vou encerrar a votação nominal do projeto da nobre Deputada Simone Marquetto.

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Dez votos a favor, nenhum NÃO.

A matéria está aprovada e o projeto... Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CAS, de redação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para o dia 3 de dezembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária da Comissão, destinada à deliberação das proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Izalci Lucas, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Leila Barros e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de ajustes de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 23 indicações (15 decorrentes de saldos remanescentes de indicações anteriormente aprovadas e 8 decorrentes de solicitações de cancelamentos de indicações apreciadas anteriormente), conforme planilha anexa, e 7 cancelamentos de indicações aprovadas em reuniões anteriores, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. A presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5374795213

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/27

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de ajustes e indicações às proposições decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais RP 8, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 2.010, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dados das emendas:

- Emenda nº 60060003. Ação 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

- Emenda nº 60060004. Ação 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

A coordenação e relatoria das indicações da CAE ficaram a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à leitura do relatório.

Relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (Lei nº 15.121/2025).

Na LOA 2025, esta Comissão apresentou emendas RP 8 nas programações: 2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas; 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas.

Foram realizadas até a presente data quatro reuniões para deliberação de sugestões de indicações apresentadas à Comissão, com aprovação de 2.575 indicações e posterior cancelamento de 32.

Nesta reunião, serão apreciadas 30 indicações.

É o relatório.

Análise.

Quanto ao mérito, após análise, foram selecionadas 23 indicações para aprovação, dentre as quais: 15 decorrentes de saldos remanescentes de indicações anteriormente aprovadas, mas que apresentaram impedimento técnico para utilização do valor total indicado, as quais constam do Anexo I; 8 decorrentes de solicitações de cancelamentos de indicações apreciadas anteriormente, listadas no Anexo II.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação das indicações elencadas nos Anexos I e II, e pelo cancelamento de 7 indicações, listadas no Anexo III, em decorrência de impedimento técnico ou erro material.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação as planilhas constantes dos Anexos I, II e III, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As indicações e as solicitações de cancelamento são aprovadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos a colaboração.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Leila Barros e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 82/2025 - CAS, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI) **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2563, de 2021, que "institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal". **Participantes:** Edson Hilan Gomes de Lucena, Coordenador-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde; Anselmo Dantas, Conselheiro Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Saúde - CNS; Liana Lima Pinheiro, Presidente da Academia Brasileira de Odontologia e Representante do Conselho Federal de Odontologia; Antonio Ubaldo Ventura Neves da Costa, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Odontologia Militar - ABOMI; Leticia Diniz Santos Vieira Pereira, Vice-presidente da Associação Brasileira de Odontopediatria - ABOPED Nacional; Juliana Abdelnur, Presidente Regional da Associação Brasileira de Odontopediatria - ABOPED/Rio de Janeiro; e Letícia Lopes Quirino Pantoja, Gerente Substituta da Gerência de Regulamentação e Controle Sanitário em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Jussara Lima
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/27

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 82, de 2025, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.563, de 2021, que institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.legisla.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Prezados membros desta mesa, autoridades presentes, estimados profissionais odontólogos, representantes de associações e de entidades da área odontológica que nos honram com a sua presença, em primeiro lugar, quero destacar que o Julho Neon é um movimento nacional de extrema importância para a saúde bucal. Esse movimento foi originalmente idealizado pela Associação Brasileira de Planos Odontológicos em 2021, com foco em prevenção e em conscientização.

Em segundo lugar, gostaria de tecer considerações breves sobre o histórico da saúde bucal no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição de 1988 criou o Sistema Único de Saúde como um sistema universal, obrigado a prestar à população assistência integral. Porém, a saúde bucal foi inicialmente relegada a um segundo plano.

Somente em 2000, o cirurgião dentista foi inserido nas equipes do programa Saúde da Família, programa que havia sido lançado em 1994. A inclusão de dentistas no PSF ocorreu por meio da Portaria GM/MS nº 1.444, de 28 de dezembro de 2000, do Ministério da Saúde, que estabelece incentivo financeiro para a reorganização da atenção à saúde bucal prestada nos municípios, por meio do programa Saúde da Família. A Portaria GM/MS nº 267, de 6 de março de 2001, aprovou as normas e diretrizes de inclusão da saúde bucal na estratégia do PSF, por meio do Plano de Reorganização das Ações de Saúde Bucal na Atenção Básica.

Em 2004, no primeiro Governo do Presidente Lula, houve o lançamento, pela Coordenação Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, das diretrizes para a nova Política Nacional de Saúde Bucal, constituídas pelos seguintes pontos:

1. Reforço da inclusão das equipes de saúde bucal como integrantes da estratégia da saúde da família.

2. Criação dos Centros de Especialidades Odontológicas.

3. Organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e dos teores de flúor no abastecimento de água.

Nesse primeiro Governo do Presidente Lula, o Ministério da Saúde também estabeleceu a saúde bucal como uma prioridade e lançou o programa Brasil Sorridente.

O Brasil Sorridente está em vigor até os tempos atuais e a atenção bucal recebeu garantia legal de continuidade após a aprovação da Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023, que institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.

Essa lei surgiu com base em um projeto de lei do meu amigo Senador Humberto Costa. Então, importa destacar que o atual Governo tem se empenhado efetivamente para alterar o quadro de saúde bucal em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito esse resumo, é claro que ainda há muito a ser feito para que todos os brasileiros disponham de água fluoretada e de atendimento odontológico em toda a sua extensão. Entendo que esse projeto de lei também contribuirá para chamar a atenção do relevo da saúde dentária, não apenas por questões estéticas, mas principalmente como parte da saúde geral. Além do chamamento da população em geral para os necessários cuidados com a higiene bucal, o projeto de lei valoriza a carreira dos odontólogos, que prestam um serviço extremamente relevante a toda a sociedade.

Vamos todos abrir um largo e saudável sorriso para os nossos convidados.

Declaro iniciada esta audiência pública e convido os presentes a transformarem este evento em um encontro de discussão produtiva para sedimentar ainda mais as conquistas da saúde bucal em nosso país e para lutar pela oferta universal dos serviços odontológicos.

Muito obrigada.

Apresento os convidados para esta audiência pública: Dr. Edson Hilan Gomes de Lucena, Coordenador-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde; Anselmo Dantas, Conselheiro Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Saúde, por videoconferência; Liana Lima Pinheiro, Presidente da Academia Brasileira de Odontologia e representante do Conselho Federal de Odontologia, também por videoconferência; Antonio Ubaldo Ventura Neves da Costa, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Odontologia Militar, por videoconferência; Leticia Diniz Santos Vieira Pereira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontopediatria; Juliana Abdel... Desculpe. (*Pausa.*)

Juliana Abdelnur, é isso? (*Risos.*)

Desculpe.

Juliana Abdelnur, Presidente Regional da Associação Brasileira de Odontopediatria, do Rio de Janeiro, por videoconferência; Letícia Lopes Quirino Pantoja, Gerente Substituta da Gerência de Regulamentação e Controle Sanitário em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Seja bem-vinda. (*Pausa.*)

Dando início à audiência, eu passo aqui a palavra para o nosso convidado, o Dr. Edson Hilan Gomes de Lucena. Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez minutos.

O SR. EDSON HILAN GOMES DE LUCENA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, quero saudar a Senadora Jussara Lima, presidindo este momento da Comissão de Assuntos Sociais e Relatora do PL. Quero saudar a colega Letícia, da Anvisa, e, na pessoa dela, todos os demais que estão de forma virtual e presentes aqui nesta audiência pública.

Quero agradecer por esse convite ao Ministério da Saúde. Estamos aqui representando a Coordenação-Geral de Saúde Bucal nessa temática extremamente importante da saúde bucal para a gente ressaltar, entender, reforçar cada vez mais que não existe saúde geral, não existe saúde sem incluir a saúde bucal. Não existe uma saúde plena sem a gente considerar o componente da saúde bucal.

E, aí, nesse intuito, nesse caminho, eu quero dizer que o Governo Federal, através do Brasil Sorridente, retoma, a partir de 2023, os investimentos nesse importante programa do Sistema Único de Saúde, que é o Brasil Sorridente. Então, isso é retomado a partir de 2023.

É importante a gente ressaltar que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que tem uma política pública de saúde bucal universal, gratuita, integral, associada a uma equipe multiprofissional. Então, é importante a gente sempre ressaltar que é uma joia da sociedade ter o direito garantido à saúde bucal.

Então, instituir esse momento, essa data nacional, como uma estratégia nacional de mobilização, de educação, é extremamente necessário para que a gente desperte interesse na sociedade, desperte o interesse nos gestores, para que a gente chame atenção para a importância da saúde bucal.

Outra questão que eu gosto de ressaltar é que essa política nacional de saúde bucal trabalha nas diversas frentes da saúde. Estou falando da promoção de saúde, da prevenção de doenças, nas ações curativas, nas ações de vigilância, nas ações de reabilitação e manutenção da saúde. E o que isso quer dizer? Imagina o desafio da política que atua desde a atenção primária, secundária, terciária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como a Senadora ressaltou, com a criação, com a incorporação dos dentistas nas unidades básicas de saúde, atualmente a gente tem mais de 36 mil dentistas. Então, é esse o espaço principal, prioritário, onde a população é atendida. A gente realiza, na atenção primária, em torno de 40 milhões de atendimentos no ano. Esse é o espaço da promoção da saúde, da prevenção, da manutenção, da reabilitação. E logicamente que nem toda a necessidade da população a gente consegue resolver nesse local. Então, por isso, a gente tem o Centro de Especialidades Odontológicas, para garantir que tenham outras opções de tratamento, além da extração, como, por exemplo, um tratamento de canal, e se aí evita que as pessoas percam os dentes.

O investimento do Governo Federal a gente conseguiu ampliar. O Governo Lula conseguiu ampliar, saindo, em 2002, de 1,3 bilhão, para em 2024, mais de 4,5 bilhões. Então, para garantir que uma política pública seja prioritária tem que ter investimento do Governo. E a gente percebe isso, o quanto o Governo Federal tem investido.

Os desafios são enormes. Para se ter uma ideia, em torno de 47% das crianças de cinco anos têm experiência com cárie, segundo levantamento epidemiológico. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que um percentual importante da população não conseguiu ter as ações preventivas, que elas não conseguiram atingir essa população. E a gente tem também ainda que garantir o acesso a essas crianças. Então, é um compromisso nosso de fazer crescer cada vez mais a cobertura. Então, as 36 mil equipes cobrem hoje em torno de 48% da população. Então, avançamos muito, mas ainda temos um caminho a percorrer. Por isso a importância de a gente estar na Casa do povo aqui. E uma das questões é o investimento no SUS, que é o que a gente espera que aconteça.

E a gente sabe o quanto que a condição de saúde bucal impacta na vida das pessoas. Um dado que eu trago, segundo o levantamento epidemiológico, um pouco mais de um terço das crianças de 12 anos relatam algum impacto da condição de saúde bucal na vida diária delas. E aí a gente está falando de ir à escola, de comer, de se relacionar com pessoas, de falar, de dormir. Então imagina o quanto que isso desencadeia uma série de situações que vai impactar na vida diária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero reforçar que a saúde bucal não é uma decisão individual, não depende de vontade própria das pessoas, tem um componente social importante. Tem uns determinantes sociais da saúde que atuam diretamente nessa condição de saúde bucal. Então, o acesso à educação, o acesso a uma moradia digna, a uma alimentação de qualidade, tudo isso impacta na condição de saúde bucal. Então não é simplesmente a necessidade da pessoa, a vontade dela de querer ou não.

Eu espero que, a partir desse projeto, a gente reforce a importância de se promover saúde bucal, de a gente permitir que o acesso à saúde, que o acesso a uma alimentação saudável seja factível para as pessoas. Então, promoção à saúde, a gente está falando deste momento: de facilitar para que as pessoas possam escolher ter escolhas saudáveis mais fáceis. O que isso quer dizer do ponto de vista da alimentação? Então, nas escolas, o que é mais fácil? Ter perto das escolas aquelas vendinhas com acesso ao açúcar, a bebida açucarada ter esse preço muito acessível... Então, o acesso a essas escolhas saudáveis, tanto de alimentação quanto de do serviço, é importante que a gente reforce no PL. A saúde bucal vai além do acesso ao consultório odontológico.

E aí, já para ir finalizando a minha fala, eu quero destacar o Julho Neon como estratégia nacional, para que a gente possa ampliar campanhas educativas, chamar atenção da sociedade, chamar atenção dos gestores, realizar ações intersetoriais envolvendo educação, assistência social, saneamento. Eu acho que isso reforça esta cultura, a cultura do cuidado em saúde bucal, esse cuidado ao longo da vida.

Ações importantes que precisam também ser reforçadas no PL: a necessidade de a gente valorizar os profissionais de saúde bucal. Eu estou falando do dentista, dos técnicos, dos auxiliares, porque eles fazem esse cuidado no dia a dia da população. Então, a valorização profissional não se resume a uma questão salarial, embora extremamente importante, mas a gente está falando do ponto de vista de acesso a equipamentos, de insumos de qualidade, de um financiamento, de uma estrutura física. Então, essa é uma necessidade importante, que vai reforçar o trabalho em saúde bucal, o trabalho da odontologia.

E aí, por fim, quero reafirmar o compromisso do Ministério da Saúde com o Brasil Sorridente, reafirmar o compromisso com o PL 2.563, de 2021: essa ferramenta estratégica para mobilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional. Quero dizer que o Ministério da Saúde está à disposição para que a gente continue avançando com uma melhor política de saúde bucal. E aí, então, é importante a gente sempre reforçar que direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON HILAN GOMES DE LUCENA – ... à saúde bucal é um direito à saúde efetivo; que todas as pessoas precisam ter esse acesso.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dr. Edson, por palavras esclarecedoras a respeito da saúde bucal. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Dr. Anselmo Dantas, Conselheiro Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Saúde, por videoconferência.

Com a palavra, Dr. Anselmo Dantas.

O SR. ANSELMO DANTAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas as pessoas.

Vocês me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. ANSELMO DANTAS (*Por videoconferência.*) – Então, inicialmente, quero saudar a Exma. Senadora da República Jussara Lima, pela audiência pública, pela temática.

Quero cumprimentar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, na pessoa do seu Presidente, o Senador Marcelo Castro.

E aqui quero apresentar uma saudação em nome da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde, em nome da nossa Presidenta, a Conselheira Nacional Fernanda Lou Sans Magano, agradecendo o honroso convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também, na pessoa da Senadora, cumprimentar os demais integrantes desta audiência pública. Quero saudar aqueles que nos acompanham pelas mídias sociais, pela internet e aí, presencialmente, no Senado Federal.

Inicialmente – e aí quero agradecer à Senadora, porque já fez um histórico relativamente robusto em relação à Política Nacional de Saúde Bucal –, hoje, nós podemos dizer que temos uma lei para chamar de nossa. A Lei 14.572, de 8 de maio de 2023, traz para o arcabouço jurídico do Sistema Único de Saúde uma política pública que traduz a qualidade de vida de um povo.

A Organização Mundial de Saúde considera a saúde bucal um parâmetro de qualidade de vida. É muito mais do que ter dentes bonitos, a saúde bucal expressa o estilo de vida, o modo de vida, inclusive fala mais alto do que o próprio código genético, porque ela diz onde você mora, o que você faz e onde você vive.

Nesse sentido, tomando aqui emprestadas as palavras do Prof. Edson Hilan, quando fala da produção social da saúde, nós temos no Brasil 28 milhões de brasileiros que vivem em habitações precárias, vivem em favelas, aqueles que moram às margens dos rios, na Região Amazônica, no interior do Brasil, onde temos 3,7 mil municípios, aproximadamente, Senadora, com população menor que 50 mil habitantes.

E nós estamos vendo no Governo atual, do Presidente Lula, iniciativas no campo da saúde bucal, em que você amplia o acesso à população brasileira nos lugares mais distantes. E aí, nessa toada, quero lembrar que o SUS é tripartite. E é importante a gente lembrar que poucos estados da Federação fazem o cofinanciamento da atenção primária, e a base do Sistema Único de Saúde são os cuidados primários, onde as pessoas vivem, perto das suas casas, perto da sua moradia. Então, nós, enquanto formuladores de política – que é esse o papel do Conselho Nacional de Saúde, atuar na formulação –, reivindicamos que haja o mesmo número de equipes de saúde bucal da família à equipe de saúde da família, porque, como o Coordenador, Dr. Edson, já disse, nós temos um déficit de mais de 20 mil equipes no Brasil para que a gente possa ampliar o acesso das pessoas aos cuidados essenciais de saúde bucal.

Dito isso, quero lembrar aqui que, quando nós falamos em promoção da saúde, nós estamos falando do diálogo intersetorial. E nós temos o programa de saúde escolar, em que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação da odontologia, a atuação da saúde bucal, é extremamente fundamental e relevante, e, em alguns casos, é a primeira experiência das crianças com os cuidados de saúde bucal.

Um outro aspecto que aqui eu queria destacar – e aqui falo enquanto Coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde Bucal do Conselho Nacional – é que, agora, no mês de novembro, nós temos o Novembro Vermelho, em que você trata do câncer de cabeça e pescoço.

O câncer de boca é o quarto câncer mais prevalente, ou seja, se as famílias, se as pessoas, não conseguem ter, minimamente, uma consulta, num serviço de saúde bucal, elas podem, em algum momento, estar deixando passar a oportunidade de prevenir um câncer altamente letal e debilitante.

Um outro componente também importante é que milhões de brasileiros não têm a garantia da água tratada e fluoretada, ou seja, é necessário que a gente se ocupe também, Senadora, desse aspecto, porque a água tratada, por si só, já é um elemento de saúde. E quando ela contém o elemento flúor, ajustado à localidade específica, vai produzir resultados extremamente relevantes, como mostrou o último levantamento de saúde bucal realizado no país.

E aí, também, não menos importante é lembrar que, com a nossa legislação, nós temos o cuidado integral em saúde bucal. Ou seja, a presença do cirurgião dentista e equipe nos hospitais e em centros de terapia intensiva também é fundamental para a melhoria e a diminuição do tempo de internação das pessoas.

Outro aspecto, também, que cabe aqui lembrar – e aqui, enquanto representante do segmento dos trabalhadores no Conselho Nacional –, é que investir em saúde é gerar desenvolvimento, é gerar riqueza, porque o serviço de saúde é a produção econômica do nível terciário, ou seja, se você cuida da saúde das pessoas, você possibilita que elas realizem os seus projetos, que elas tenham uma vida mais digna e vivam um pouco mais, ou seja, vivam mais e melhor.

E aqui fico imaginando as populações. Imaginem uma jovem negra com problemas dentários, com problemas periodontais! Onde essa jovem vai arrumar um trabalho – só para pensar nesse aspecto? Como ela vai ter condição de convivência social?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para tratar desse tema, na nossa opinião aqui, é preciso dialogar com mais pessoas, e esta audiência faz esse caminho.

É importante – e aqui, enquanto Conselho Nacional de Saúde... A própria lei, no art. 2º, na primeira diretriz, fala da gestão participativa, do envolvimento da sociedade e das pessoas com o cuidado de saúde bucal, ou seja, daí a importância de a gente ter conselhos locais nas cidades e de os colegas dentistas e a equipe de saúde bucal participarem, defendendo essa política nos conselhos municipais e estaduais, e de reivindicarem tratamento justo, porque nós, dentistas, temos uma legislação que trata da nossa remuneração, que tem mais de 60 anos. Então, não podemos admitir que quem trabalha em saúde seja condenado a viver no sofrimento, na dor e na angústia.

Queremos que a busca pelo trabalho na saúde bucal, no SUS, seja também opção de vida daqueles que gostam das pessoas, porque quem não gosta das pessoas tem outras coisas para fazer, mas nós, profissionais de saúde, aqui falo como cirurgião dentista, gostamos de ver as pessoas sorrindo, sorrindo para a vida – inclusive aqueles que integram a equipe de saúde bucal.

E por último, quero lembrar que, no Brasil, como já disse o Prof. Edson, nós temos um sistema universal de saúde que inclui o acesso à saúde bucal como um direito de cidadania. Então não é possível que o nosso país, com 200 milhões de habitantes, a décima economia do mundo, não consiga garantir que a maioria da nossa gente tenha qualidade de vida e que ela possa apresentar isso sorrindo para a vida.

Muito obrigado. Ótimo dia para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dr. Anselmo.

Eu passo a palavra para a Dra. Liana Lima Pinheiro, Presidente da Academia Brasileira de Odontologia e Representante do Conselho Federal de Odontologia.

A SRA. LIANA LIMA PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. (*Pausa.*)

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exma. Sra. Senadora Jussara Lima, Presidente dessa audiência pública e Relatora do necessário projeto de lei em questão, ao cumprimentá-la, cumprimento os demais Senadores, autoridades, colegas da área da saúde e representantes da sociedade civil.

É com profundo respeito por esta Casa e senso real de responsabilidade institucional que tomo a palavra nesta audiência pública, destinada a discutir a instituição do Julho Neon como mês nacional da saúde bucal, iniciativa que se apresenta não como mera marca no calendário, mas como instrumento estruturante de promoção da saúde.

Sou Liana Lima Pinheiro, doutora, mestre e especialista em Ortodontia e Ortopedia Funcional dos Maxilares. Em minha trajetória, tive a honra de receber múltiplos reconhecimentos acadêmicos e científicos como reflexo de uma busca constante pelo conhecimento e pelo impacto real na vida das pessoas. Atualmente, ocupo a Presidência da Academia Brasileira de Odontologia, tornando-me a primeira mulher eleita em seus 76 anos de história, entre outras distinções que representam muito mais do que títulos, mas a missão de zelar pela soberania da ciência odontológica brasileira.

Além de representar o Conselho Federal de Odontologia, represento uma academia que congrega alguns dos mais respeitados nomes da odontologia nacional: homens e mulheres que tratam a ciência como patrimônio coletivo e fazem do conhecimento um instrumento de transformação social.

É a partir desse lugar coletivo e responsável que venho defender com convicção serena a relevância do Julho Neon. A saúde bucal influencia, de forma decisiva, a qualidade de vida, como já foi falado por nossos colegas, a funcionalidade do organismo e a dignidade cotidiana das pessoas. Ela se relaciona com condições sistêmicas amplamente reconhecidas pela ciência contemporânea, não se tratando, portanto, de um aspecto acessório de saúde, mas de uma dimensão essencial do cuidado integral.

É neste contexto que reitero que ensinar ao brasileiro a cuidar melhor da própria boca é uma das ações mais eficazes de promoção de saúde. Essas práticas, quando incorporadas à rotina da população, transformam a informação em hábito, e hábito, em cultura de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Neon simboliza destaque, visibilidade, consciência coletiva, e, quando a saúde bucal é colocada sob os holofotes da atenção pública, ele amplia o diálogo com a população, mobiliza instituições, serviços de saúde, escolas, gestores públicos, e, ao mesmo tempo que aproxima o conhecimento científico da vida real das pessoas, sua institucionalização fortalece a prevenção como política pública, cria uma agenda coordenada de ações educativas e amplia, obviamente, o alcance de práticas preventivas e eficazes, baseadas em evidências.

As doenças bucais figuram entre as mais prevalentes do mundo, mas também são aquelas cuja prevenção é plenamente possível, quando há orientação adequada e políticas públicas estruturadas. O Brasil possui uma odontologia reconhecida internacionalmente, sustentada por produção científica sólida, profissionais altamente qualificados e políticas públicas que já demonstraram capacidade de transformação, como a Política Nacional de Saúde Bucal e o Brasil Sorridente, enaltecendo sempre o trabalho e a importância do nosso SUS. A fluoretação das águas, o uso adequado das pastas de dentes, os programas voltados a gestantes, primeira infância, pessoas com deficiências, todos esses programas constituem conquistas relevantes que reafirmam o poder da ciência aplicada à saúde coletiva... (*Falha no áudio.*)

O fortalecimento do Julho Neon potencializa esses avanços, reduz sofrimento, evita procedimentos mais invasivos, sim, racionaliza recursos e qualifica a assistência prestada à população. Prevenir é cuidar antes que a dor se instale; prevenir é orientar, acolher e acompanhar; prevenir é transformar o cotidiano em ações de saúde. Que esse mês represente não apenas um marco simbólico, mas um ponto de partida para ações permanentes, articuladas e sustentáveis ao longo de todo o ano.

A Academia Brasileira de Odontologia reafirma seu papel como guardiã da excelência científica e como parceira técnica na construção de políticas públicas responsáveis, sustentadas por evidências, sensibilidade social e compromisso ético. Nosso compromisso é com uma odontologia que dialoga com a vida, respeita o saber, valoriza o cuidado e reconhece a pessoa na sua integralidade.

O Julho Neon representa a oportunidade de iluminar as consciências, fortalecer práticas preventivas e consolidar uma política pública que une a ciência, a educação e a responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social. Apoiar esse projeto de lei é reafirmar o compromisso com um Brasil que cuida, previne, educa e respeita a saúde como direito fundamental.

Eu coloco a Academia Brasileira de Odontologia e toda a comunidade científica odontológica à disposição desta Casa, para contribuir de forma técnica, ética e colaborativa na construção desses caminhos que fortalecem a saúde bucal e a qualidade de vida da população brasileira.

Alguns podem questionar o que diferencia o Julho Neon de outras tantas campanhas de saúde que já existem ou qual é o ganho prático para a população. E nós afirmamos que o grande diferencial do Julho Neon está na sua capacidade de estruturar uma agenda permanente e coordenada de conscientização.

Ele não está aqui para substituir campanhas existentes; ele vai organizar, potencializar e dar visibilidade nacional e institucional. O ganho prático é a transformação da prevenção em cultura, incentivando hábitos simples, de baixo custo, de alto impacto, que reduzem sofrimento, que evitam tratamentos complexos e que, é óbvio, melhoram a qualidade de vida da população, de forma concreta e mensurável.

Eu sou sempre questionada por meus alunos e pacientes se existem evidências de que campanhas educativas realmente impactam a saúde bucal da população. E, sim, há ampla evidência científica de que educação e saúde, aliadas à orientação adequada, modificam comportamentos e melhoram os indicadores da nossa saúde bucal. Países que investiram em campanhas contínuas e estruturadas observaram, sim, redução significativa da incidência de cáries, doenças gengivais, problemas graves.

O que o Julho Neon propõe é exatamente isto: transformar a informação em prática cotidiana; e prática, em hábito permanente. Vocês podem perguntar: "Como o Julho Neon não se torna apenas uma ação simbólica, sem repercussão real?". Mas a diferença está na forma como ele será conduzido. A proposta é que o Julho Neon seja articulado com políticas públicas existentes, integradas aos SUS, às escolas, às ações territoriais. Com planejamento, meta, parceria institucional e muita supervisão técnica, ele vai se transformar em um instrumento estratégico de educação, de prevenção e de cuidado, e não somente uma campanha isolada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem existir dúvidas sobre se não seria mais eficiente investir diretamente no atendimento odontológico do que em campanhas de conscientização, como o Julho Neon, mas nós temos a certeza de que investir em atendimento é essencial, e ninguém aqui defende o contrário. Mas a experiência em saúde pública demonstra que atendimento sem prevenção gera um ciclo permanente de adoecimento e de sobrecarga do sistema.

O Julho Neon não concorre com o atendimento; ele o complementa, racionaliza e fortalece. Ao educar, reduzir riscos e estimular hábitos saudáveis, nós diminuímos a incidência de doenças evitáveis e, consequentemente, a demanda por procedimentos complexos, dolorosos e muito mais onerosos para o Estado.

Não se trata de *marketing*, mas de pedagogia social. O nome é apenas um recurso simbólico para chamar atenção para algo que sempre foi negligenciado. Se hoje precisamos iluminar a saúde bucal, justamente algo que sempre foi negligenciado, é porque ela ainda não ocupa o espaço que merece na consciência coletiva. O Julho Neon não exagera o tema, ele corrige uma invisibilidade histórica.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Liana Lima Pinheiro, pelos esclarecimentos a respeito da saúde bucal no nosso país.

Passo a palavra ao Dr. Antonio Ubaldo Ventura Neves da Costa, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Odontologia Militar. (*Pausa.*)

Por favor, Dr. Antonio Ubaldo, ative o seu áudio.

O senhor está ouvindo? (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO UBALDO VENTURA NEVES DA COSTA (*Por videoconferência.*) – Todos me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim – sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO UBALDO VENTURA NEVES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Em primeiro lugar, quero agradecer a possibilidade dessa participação. A Academia Brasileira de Odontologia Militar se sente muito honrada em participar dessa consulta. Corroborando as palavras da nossa Presidente da Academia Brasileira de Odontologia, considero que nós devemos ter essa possibilidade de incutir na cabeça da população brasileira a necessidade da prevenção e controle, para evitar as perdas dos elementos dentários, os problemas decorrentes – dificuldade de mastigação, dificuldade de deglutição, dificuldade de fala, dificuldade de digestão – e os problemas inerentes à musculatura da cavidade oral, interferindo diretamente na nossa coluna e no nosso equilíbrio.

Dessa forma, eu considero de extrema necessidade a aprovação dessa proposição.

Era isso que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dr. Antonio Ubaldo, pela sua participação.

Passo a palavra à Dra. Leticia Diniz Santos Vieira Pereira.

A SRA. LETICIA DINIZ SANTOS VIEIRA PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia, Exma. Senadora Jussara Lima e demais representantes aqui de instituições públicas e privadas. É uma honra estar aqui e representar, como Vice-Presidente da Abopedi Nacional (Associação Brasileira de Odontopediatria Nacional), em nome da nossa Presidente, Profa. Sandra Kalil Bussadori, as regionais e as demais diretorias da Abopedi.

Eu gostaria de reiterar o nosso apoio ao PL, que institui o Julho Neon, porque nós, enquanto associação, ainda mais na odontopediatria, acreditamos na promoção de saúde e na educação de saúde. Nós trabalhamos de gestantes a bebês, crianças e adolescentes, envolvendo todo o núcleo familiar. O nosso trabalho é um trabalho de formiguinha, mas que precisa, sim, de ações como essa, com as demais instituições, com o apoio público e privado caminhando juntos num mês, que está proposto no PL 2.563, de 2021, que institui o Julho Neon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todo o nosso apoio para a qualidade de vida, lá, desde a ponta – e foi muito bem colocado aqui pelo Dr. Edson –, uma vez que 47% das crianças de cinco anos, segundo a SB Brasil 2023, ainda têm cárie. Existe um percurso que nós estamos percorrendo arduamente, enquanto profissionais de saúde, e esta é a nossa premissa, a da promoção de saúde, do bem-estar e, acima de tudo, da qualidade de vida.

Eu passo, então, agora a palavra para a Juliana Abdelnur, que é da Aboped, Regional Rio de Janeiro.

A SRA. JULIANA ABDELNUR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Obrigada, Letícia.

É um prazer poder falar com todos os senhores. Obrigada pelo convite, Exma. Sra. Senadora Jussara Lima, demais autoridades presentes, colegas de profissão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que eu me sinto muito honrada em ser brasileira, em fazer parte deste país que tem o Sistema Único de Saúde como uma referência de saúde mundial.

Corroboro com a fala dos demais senhores aqui presentes e da nossa Vice-Presidente da Associação Brasileira de Odontopediatria. Eu gostaria de complementar essa fala, dizendo da importância desse Julho Neon, sobre o fato realmente de iluminar a nossa sociedade.

Nós precisamos trabalhar com o letramento em saúde. Uma vez que a nossa sociedade esteja letrada, ela vai conseguir fazer uma mudança de chave para a sua própria vida e nós vamos conseguir compreender as suas expectativas, os seus objetivos de vida, gerando, a partir daí, da educação, ação e transformações na vida de toda a nossa sociedade, principalmente das nossas crianças.

O nosso *slogan* da nossa associação é: "Toda família merece um Odontopediatra para chamar de seu". Que possamos ter crianças sendo acolhidas e atendidas pelos especialistas em odontopediatria! Isso, com certeza, trará impactos positivos para nossa sociedade em relação à saúde bucal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito me orgulha fazer parte, mais uma vez, como profissional de saúde, deste momento solene e importante desse estabelecimento do nosso mês, o Julho Neon.

Muito obrigada pela oportunidade de participar.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Letícia e Dra. Juliana, pelas palavras, pela participação aqui sobre o Julho Neon a respeito da saúde bucal.

Passo a palavra agora para a Dra. Letícia Lopes Quirino Pantoja, Gerente do Instituto da Gerência de Regulamentação e Controle Sanitário em Serviço de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A SRA. LETÍCIA LOPES QUIRINO PANTOJA (Para expor.) – Obrigada. Muito bom dia!

Eu saúdo a todos, em especial a Sra. Senadora Jussara Lima, o Dr. Edson e demais autoridades aqui presentes, representadas também virtualmente.

É uma honra representar aqui a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em nome da Dra. Daniela Marreco, de quem eu trago um agradecimento especial.

Ela não pôde estar presente porque foi convocada ontem pelo Ministro da Saúde para uma outra audiência, igualmente importante.

A importância está em ter um mês para se conscientizar sobre a saúde bucal, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária dá importância à saúde bucal e vem trabalhando em alguns projetos importantes para o fortalecimento da saúde bucal, e especialmente na questão do acesso, de que o Dr. Edson tanto falou. Precisamos, sim, ampliar acesso e precisamos ampliar o acesso seguro à saúde bucal. Então, que o mês de conscientização seja também utilizado para se falar sobre a segurança do paciente na assistência odontológica, e é nesse sentido que a agência tem trabalhado.

Desde novembro de 2021, temos, na nossa agenda regulatória, um projeto regulatório de uma norma federal para requisitos sanitários para os serviços que prestam assistência odontológica. Então, a agência trabalhou tecnicamente – especialmente a área na qual eu sou gerente substituta – nesses requisitos sanitários; trabalhou em parceria com outras entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também aqui representadas, como a Coordenação-Geral de Saúde Bucal, o Conselho Federal de Odontologia e a Academia Brasileira de Odontologia.

Temos, hoje, a previsão de ter, em breve, uma norma. Passamos por consulta pública o texto dessa norma ainda este ano, concluímos a consulta pública e a consolidação de todas as contribuições recebidas. Recebemos contribuições importantes, trabalhamos em articulação após a consolidação da consulta pública e prevemos, em breve, então, a apreciação, pela Diretoria colegiada, dessa norma. Entendemos, então, que a saúde bucal é extremamente importante para a saúde geral – falo com propriedade por ser também cirurgiã-dentista –, mas o acesso à saúde bucal precisa se dar de forma segura.

Então, é nesse sentido que a agência se coloca à disposição para trabalhar em conjunto, inclusive, em futuras conscientizações, em futuras campanhas, que com certeza virão a partir desse projeto de lei tão importante.

Eu agradeço muito.

Obrigada, Dra. Jussara.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Letícia Lopes, pela sua participação.

Alguém quer falar mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Então, eu encerro esta audiência pública sobre o Julho Neon, mês da saúde bucal, do Projeto de Lei 2.563, de 2021.

Quero agradecer a todos os convidados que participaram desta audiência; ao autor dessa valorosa proposição, o meu colega Deputado Luizinho; às autoridades dos órgãos de saúde pública; aos profissionais de instituições de saúde, de ensino e de pesquisa; aos servidores desta Comissão; a todos os cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Senado.

Vi aqui um grande compromisso dos profissionais, que nos deram lições não apenas de caráter técnico, mas principalmente de caráter profissional. Saio daqui com a convicção de que a saúde bucal está em excelentes mãos: mãos de cirurgiões-dentistas que zelam, de forma dedicada e, na maioria dos casos, de forma apaixonada e abnegada, por um segmento absolutamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crucial para a saúde de todos nós. Espero que essa dedicação e profissionalismo estimulem os nossos espectadores a promover o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde odontológica.

Encerro esta audiência com a certeza de que as contribuições de hoje vão fortalecer o empenho dos nossos dentistas e dos gestores públicos por um país com mais sorrisos. Muito obrigada a todas e a todos. Está encerrada a audiência pública do Projeto de Lei nº 2.563, de 2021, que diz respeito à instituição do Julho Neon como mês da saúde bucal. Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência dos Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Alan Rick, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Humberto Costa, Augusta Brito, Beto Faro e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Flávio Arns e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3900, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico, a fim de ampliar a outras categorias profissionais de saúde a elegibilidade à homenagem." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CAS (substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5528, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3315, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Lei Seca." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 597, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para instituir abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3360, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui pensão especial temporária às vítimas de escalpelamento em situação de vulnerabilidade; estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escalpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5811, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2007) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 115, de 2025-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 106, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem" sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 110, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2024, seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 115, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5811/2025 (Substitutivo-CD), que "dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de as Sras. e os Srs. Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 1, 3 e 6 – Projetos de Lei nºs 3.900, de 2020; 5.528, de 2023; 6.161, de 2023 – foram retirados de pauta a pedido dos respectivos Relatores: Zenaide Maia, Flávio Arns e Angelo Coronel.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3900, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico, a fim de ampliar a outras categorias profissionais de saúde a elegibilidade à homenagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5528, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6161, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 27/08/2025, 03/09/2025 e 17/09/2025, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

3- Em 26/11/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Em 26/11, foi lido o relatório e foi concedida vista coletiva.

Consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu apresentei um voto em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – O voto em separado deve ser analisado após a votação do meu relatório, viu, Sr. Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato. Nós vamos submeter o relatório de V. Exa. à votação. Sendo aprovado, está aprovado. Não sendo, aí nós vamos para o voto suplementar, o voto em separado.

Em discussão, a matéria.

Dr. Hiran com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria requerer, nos termos do art. 14, inciso III, o tempo de Líder, que seja acrescentado ao meu tempo aqui de fala na discussão. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputada Tabata, que prestigia a nossa Comissão – seja muito bem-vinda!

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nossos presidentes de entidades associativas sindicais do movimento médico brasileiro, nosso Presidente Hiran Gallo, que está aqui presente, senhoras e senhores, Presidente, nós consideramos, no movimento médico do país, esse como o projeto de lei mais importante deste século, principalmente, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para proteger o povo brasileiro, porque, Presidente, senhoras e senhores, todos que nos assistem, nós vivemos uma crise muito perigosa de fragilidade na formação do médico brasileiro, em consequência de uma proliferação desenfreada, irresponsável, mercantilista da minha profissão de médico, que escolhi há mais de 50 anos; tenho 41 de formado e nunca vi, na história deste país, nos últimos 15 anos, uma degradação tão perigosa da nossa formação, Presidente, o senhor que é nosso colega.

Presidente, nós discutimos essa matéria extenuadamente, aqui na Comissão, em vários fóruns de que participei, nas audiências públicas inúmeras que realizamos e de que participei não só aqui no Senado, mas também na Câmara dos Deputados. E hoje, na discussão desse projeto, eu acredito que quem lê o projeto cuidadosamente... Porque, inclusive, hoje eu vi opiniões na mídia nacional que me dão conta de que muitas pessoas estão dando opinião a esse projeto e nem o leram com cuidado, porque dizem que no meu projeto nós terminamos por punir os alunos da Medicina e nos esquecemos de punir o aparelho formador, o que não é verdade. Nós aplicamos no projeto a possibilidade de sanções às faculdades que, sim, formam egressos de má qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje eu estou aqui pedindo a todas as Sras. e Srs. Senadores que participaram comigo dessa discussão com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde, com o Governo do nosso Brasil...

E eu tenho certeza de que esse relatório, que foi feito por todos nós e em cujo texto consignamos tudo aquilo que foi discutido por todos os entes envolvidos, eu acho que foi o melhor que nós podíamos fazer. Não é perfeito, certamente não vai resolver todos os problemas, mas, depois dessas discussões, foi o melhor que nós podíamos fazer.

E hoje, Presidente, eu acredito que aqui o cerne dessa questão vai ser basicamente quem vai fazer a prova de proficiência em Medicina, que vai versar, querido Senador Veneziano, sobre conhecimentos técnicos, habilidades e atitudes de médico, porque alguém que vai zelar pelo nosso maior bem, que é a nossa saúde e a nossa vida, tem que ser absolutamente preparado para tal – o que não acontece. Infelizmente eu vou dar aqui um exemplo prático do que aconteceu, Senador Veneziano, no meu estado natal, no Amazonas, no Hospital Santa Júlia. Na semana passada, uma criança de seis anos procurou o pronto atendimento, e ali lhe foram ministrados 6ml de adrenalina endovenosa. Nem um adulto – nem um adulto – com muito peso conseguiria suportar uma *overdose* dessa de adrenalina. Você sabe por quê? Porque infelizmente a colega que atendeu essa criança não estava preparada para enfrentar um ambiente de emergência, em que precisa de tirocínio, raciocínio rápido, experiência, sensibilidade – isso faltou. E aí eu tenho certeza de que aquela família que perdeu essa criança e que eventualmente pode estar assistindo a esta sessão está torcendo para que a gente aprove o mais rápido possível essa prova de proficiência, porque, certamente, se o profissional que atendeu aquela criança tivesse sido adequadamente formado, adequadamente preparado e adequadamente testado para exercer essa profissão nobre que é cuidar das pessoas, isso não teria acontecido.

Eu sou testemunha, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem – eu sou testemunha –, da fragilidade que é o atendimento das pessoas nos vazios deste país. Olhem só: nós temos sentido uma movimentação por parte do Governo contrária a nós fazermos a proficiência através do Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia federal especial que tem atribuição constitucional, desde 1957, através da Lei 3.268, de fiscalizar e nortear a nossa profissão de médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, como é que o Governo pode ser contra, se o próprio Governo dá um salvo-conduto para médicos nacionais ou estrangeiros que vêm trabalhar aqui no Programa Mais Médicos, que recebem um salvo-conduto de quatro anos para trabalhar nos rincões deste país, sem CRM, sem nenhuma avaliação séria e respeitável para prestar serviço à população mais pobre?

Nós temos, então, uma secessão de atendimento médico das pessoas, principalmente as mais pobres, que procuram esse sistema de saúde, que é um patrimônio do povo brasileiro, que é o SUS, que tem um tripé pétreo de equidade, integralidade e universalidade; isto é, equidade se fere aí – quem é rico é tratado na saúde suplementar; quem é pobre é tratado no Sistema Único de Saúde por médicos sem CRM. Isso é justo? Não é justo.

Nós estamos condenando pessoas à morte por incompetência de um aparelho formador incapaz de formar médicos de qualidade. E, veja bem, a nossa preocupação não é reserva de mercado, não, como eu já ouvi dizer aí, não é. A nossa preocupação é porque as pessoas morrem enquanto o Ministério da Educação deste país – eu nunca vi, desde a minha formação, ninguém fechar, e aqui não vai neste Governo, nem de outro, de outro, não, de qualquer Governo –, nunca fechou e nunca sancionou uma escola médica neste país; escolas que são risíveis, escolas que não têm um médico para ensinar medicina para os seus alunos, escolas que não têm um cenário de prática, escolas que não têm uma UBS onde um profissional aprenda medicina com preceptoria adequada, porque não é só colocar um jovem num hospital, numa UBS, num pronto-socorro e fazer com que ele aprenda por osmose. Medicina não se aprende por osmose; medicina se aprende com orientação, com preceptoria competente e responsável. Não existe isso.

E, quando eu vejo opiniões de que a gente não está sancionando o aparelho formador; está sim. Está consignado no nosso texto, claramente, que o aparelho formador, a faculdade que não conseguir a aprovação de um determinado percentual dos seus egressos, tem que suspender por um tempo o vestibular, tem que diminuir o número de vagas, tem que estabelecer algumas metas que têm que ser atingidas para que essa faculdade volte a receber alunos.

E mais do que isso, meu querido Senador Wilder, mais do que isso, nós estamos acreditando que a prova de proficiência fará uma seleção natural, porque se V. Exa. tiver filhos estudando numa faculdade que não os aprove na prova de proficiência, o senhor vai mudar de faculdade ou então vai recomendar às pessoas que você conhece que têm filhos que pretendem fazer vestibular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em faculdades privadas ou públicas de má qualidade, você vai recomendar e dizer assim: "Olha, não faz aí, não, porque aí o jovem, o teu filho, alguém da tua família vai ficar tentando passar nessa prova durante muito tempo e nós vamos jogar o nosso dinheiro fora". É isso que vai acontecer.

Estou aqui defendendo esse projeto, minha querida colega Senadora Eudócia, minha colega médica que conhece os rincões deste país, que atende as pessoas mais humildes no meu querido Estado de Alagoas, terra do meu querido pai e que conheço muito bem, e sei que V. Exa. aquiesce comigo desta opinião, que nós precisamos urgentemente cercear essa, eu digo que, sabe qual é o termo certo, com todo respeito e que não me chame a atenção, Presidente, essa esculhambação que se formou neste país de abrir escolas médicas sem a menor responsabilidade.

Nós temos, Presidente, senhoras e senhores, na terra de Hiran Gallo, lá em Rondônia, sabem quantas faculdades de Medicina, minha querida amiga? Doze. Nós temos no meu Estado de Roraima, que tem 700 mil pessoas, e, das 700 mil, 10 mil são fugitivas daquele Governo tirano, nossa vizinha Venezuela, que espero que acabe o mais rápido possível, nós temos quatro faculdades de Medicina – quatro. Nós não temos cenário de prática para tudo isso. Esta semana mesmo, dei uma aula na Universidade Federal de Roraima, sou ex-professor da universidade, e fui falar sobre formação médica. Os jovens que estavam lá, mais de 200 estavam nos assistindo, 100% deles disseram: "Precisa fazer alguma coisa, Senador Hiran, porque no nosso estado não tem condição de ter quatro escolas de Medicina". Nós formamos lá 150 médicos por ano, meu querido Veneziano. É uma irresponsabilidade.

E vejam bem, olhem o que é mais grave, o que é mais grave: quando um jovem se forma, senhoras e senhores, vocês pensam que eles vão fazer residência médica? Está sobrando vaga em residência médica, Senador Wilder, 70 mil vagas, mais de 20 mil ficam vagas, não são ocupadas. Por quê? Porque o próprio Governo dá um salvo-conduto para médicos sem CRM trabalharem no Mais Médicos, paga de 13 a 15 mil para um jovem trabalhar nos rincões deste país, fazendo de conta que está fazendo medicina, porque não está bem formado. E o jovem que sai da faculdade, que utilizou o Fies, sai devendo mais de R$1 milhão, não vai fazer residência médica, que é o nosso *gold standard*, que é a coisa mais importante que nós temos que fazer depois que nos formamos, é o nosso padrão ouro da formação da especialidade, não vai fazer. Sabe por quê? Ele vai ganhar de R$3 a R$4 mil na residência, está devendo R$1 milhão, o senhor, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande empresário, sabe para onde é que ele vai; ele vai para o Mais Médicos para ganhar R$13, R$14 mil para pagar a conta que contraiu durante a sua formação.

De forma, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que hoje nós estamos aqui para discutir e, se Deus quiser, aprovar esse projeto que é terminativo aqui e certamente, ao ser aprovado aqui, irá à Câmara dos Deputados para ser apensado em outro projeto semelhante de autoria do Deputado Doutor Luizinho e do nosso Deputado Allan Maranhão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... que tramita naquela Casa em regime de urgência, já está no Plenário para ser votado. Se Deus quiser, depois dessa discussão, vamos mostrar quem é a favor e quem é contra o povo brasileiro ao votar esse projeto.

Indo para a Câmara deverá ser aprovado e o mais rápido possível sancionado, porque, Presidente, o povo brasileiro não pode esperar mais por essa distorção que aconteceu na formação médica e que discrimina principalmente os mais pobres que são atendidos no nosso Sistema Único de Saúde nos rincões deste país.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, da mesma forma como o nosso colega e companheiro Dr. Hiran pediu tempo de Liderança, eu também quero fazer uso do tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós precisamos fazer uma retrospectiva. Eu, em 2013, fui Relator do Programa Mais Médicos. Naquela ocasião, nós criamos mecanismos extremamente rigorosos para a criação de novos cursos de graduação em Medicina, também aprovamos e foi dado início a um processo de construção no Brasil de 5 mil novas Unidades Básicas de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No projeto de lei do Mais Médicos, estava prevista a construção de 5 mil novas UBS, mais, ao longo de dez anos, ter vaga de residência para todos os egressos de graduação de Medicina e o nascimento de uma faculdade estava subordinado à infraestrutura assistencial para garantir a boa formação desses profissionais. Além disso, as instituições de ensino estavam obrigadas a fazerem um acordo com os sistemas municipais ou estaduais de saúde para a utilização da rede de atenção primária e, nesse sentido, a construção das 5 mil Unidades Básicas de Saúde.

Acontece que, em 2016, 2017 até 2019, esse processo foi completamente desfigurado, ou seja, o Programa Mais Médicos, a forma de abertura de novas escolas, deixou de ser seguido pelo Governo subsequente e criou este grande problema para nós médicos, para nós que trabalhamos na saúde pública, para nós brasileiros e também para as famílias brasileiras – e eu quero aqui dizer que a profissão médica é uma profissão ainda muito valorizada, que gozava e ainda goza de muito respeito na sociedade. Acontece que isso gera nas famílias o desejo de ter um filho, uma filha formada em Medicina, porque era sinônimo de autonomia, sinônimo de mudança de perspectiva de vida para este recém-formado, para este novo médico e para a família deste médico. E assim, ao longo da história do Brasil, a formação de um médico na família sempre representou a possibilidade de ascensão social de toda a família.

Então, nós precisamos entender que tem uma armadilha que foi montada em torno desta beleza que é o desejo da família de fazer seus filhos prosperarem, que foi vender a ilusão de que agora estava tudo fácil e permitiram, de forma desordenada e sem regramento, a abertura de escolas médicas no Brasil. Só que essas famílias investem, pelo menos, em média, R$1 milhão para formar um médico.

E, de repente, a gente propõe uma prova de proficiência. Inicialmente, esta prova de proficiência, no projeto original, era absolutamente isolada, era só a prova ao final da graduação. Eu quero dizer que, imbuído do espírito e entendendo a natureza deste problema, me dispus a fazer a conversa para dentro do MEC, do Ministério da Saúde, e convencer essas duas instituições que têm importância... Não é à toa que o Ministério da Saúde é o maior gestor sistêmico público do mundo.

Quando a gente fala – um parêntese – de comprar um medicamento de alto custo, você sabe quem é o maior comprador do mundo, por exemplo, de insulina? É o SUS. Sabe quem é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior comprador de oncostáticos biológicos ou químicos do mundo? É o SUS. Então, é óbvio que quem mais gera emprego, trabalho para os médicos é o SUS. E este SUS, a que muitos aqui prestam serviço e fazem parte, inclusive compõem parte do ganho das suas empresas de saúde, com toda a legitimidade e com toda a competência sem nenhum juízo de valor, é o SUS. E nós temos, nesse SUS, profissionais do mais alto nível e profissionais com baixa qualificação também, como também temos no setor privado.

Então, eu quero chamar a atenção que nós convencemos este gigante chamado Ministério da Saúde a absorver a ideia da proficiência em Medicina. Eu cumpri essa tarefa. Eu fui ao Conselho Federal de Medicina, conversei com o Dr. Hiran Gallo, e me coloquei à disposição para fazer essa mediação, e fiz, de que a proficiência deveria ser feita. Mas naquele mesmo momento, eu introduzi dizendo: "Nós não podemos penalizar as famílias. É preciso um sistema pelo qual as instituições também sejam chamadas, as instituições, à responsabilidade". E foi proposto, fruto de muita conversa, que...

E eu quero também chamar um parêntese aqui, voltando: em 2013, a gente definiu que iam para lei as diretrizes curriculares do Mais Médicos. E ficou definido que teríamos um teste de progresso, que eles abandonaram. Então, veja, nasceriam várias escolas com teste de progresso, com avaliação e com controle baseado na capacidade de absorver. Então, não teríamos mais médicos, nem excesso de médicos, caso se tivesse seguido a regra, porque o serviço não cresce além da demanda objetiva, e, portanto, a quantidade de médicos não cresceria além da demanda objetiva. Porém, isso tudo foi desregulamentado e criou-se a expectativa falsa na sociedade de que, contratando, teria um filho inserido na sociedade e bem remunerado e teria uma outra vida.

Agora, a gente precisa reorganizar. Não vai ser só um teste de proficiência ao final do curso que vai reorganizar o sistema. Eu defendo que tenha o teste de proficiência, mas ele tem que ser a última etapa de um processo mais amplo de avaliação, que tem que ter, no quarto ano, uma avaliação e que tem que gerar consequências para as escolas que garantem o ingresso. E é preciso fazer no quarto ano para suspender a entrada até que aqueles alunos do quarto, do quinto e do sexto ano estejam preparados para fazer a prova, porque os do sexto que forem reprovados vão ter que permanecer dentro da escola para poderem ser requalificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que nós estamos propondo não tem muitas diferenças, a não ser o desejo de o CFM fazer isoladamente a prova do sexto ano. O que nós estamos dizendo é que o CFM (Conselho Federal de Medicina), que cumpriu grandes missões e também desserviços em alguns momentos da história... Na pandemia cumpriu um grande desserviço, e todos nós sabemos o papel que cumpriu na pandemia, mas isso não vem ao caso, porque ninguém vai tirar o brilho de uma instituição que, ao longo da sua existência, ajudou a organizar e a constituir um sistema médico como a gente tem hoje. Foi uma das instituições que fez isso. A Comissão Nacional de Residência Médica fez isso; a Associação Médica Brasileira fez isso; a Associação Brasileira da Educação Médica... Várias instituições conformaram uma das medicinas mais estruturadas e um dos sistemas de formação de médicos e especialistas do mundo mais estruturado. Nós temos problema por conta da ganância da desregulamentação, visto que virou uma regra de Estado desregulamentar tudo, a qualquer custo, o que gerou esse excesso, e agora a gente precisa organizar o sistema.

Organizar o sistema significa integrar todos aqueles que têm, de fato, compromisso com o Brasil e com o povo brasileiro. Então, o CFM tem uma contribuição? Tem: vai poder dar o registro só para quem for proficiente. Porém, essa prova de proficiência não pode ser isolada e descolada de um sistema de avaliação. Então, a gente está propondo que esta prova valha para a residência unificada, a primeira etapa – não a prova, mas valha, para quem faz essa prova, para fazer a primeira etapa de uma residência unificada –, o que o Enamed já faz hoje; valha para a primeira etapa do Revalida, o que já é feito; e que, para aqueles que conseguirem a nota estabelecida numa comissão – em que vai ser exigido qual é o grau de resultado ou de acerto desse profissional nessa comissão –, valha para que o CFM e os CRMs emitam o registro profissional, que é uma conquista do sistema dos conselhos. Poder fazer a proficiência, isso está garantido. Ninguém está tirando isso. Está garantido, só que dentro de um sistema.

Neste momento em que a gente precisa reorganizar o sistema, nós precisamos garantir uma coisa mais importante, Senador Jayme: é a sustentabilidade de uma proposta como essa, para não acontecer o que aconteceu em 2017, 2018 e 2019, em que quebraram o sistema. Nós não podemos ter o CFM contra o MEC (Ministério da Educação). A gente precisa construir junto, e construir junto significa construir um entendimento do que é melhor para um sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação, para um sistema que dê segurança, para conformar um sistema que garanta uma boa formação e que dê segurança aos brasileiros e às brasileiras.

Então, nesse sentido, a gente está propondo que... E eu tentei, em vários momentos, fazer esse acordo, mas sinto que há o desejo de alguns Senadores e de um segmento que preferem caminhar sozinhos com uma prova de proficiência sem estar integrada ou tirando do MEC a condição maior de avaliação e, ao mesmo tempo, de organizar uma prova que valha para tudo. E aí se aproveita, junto com o CFM, inclusive – porque não é excluído o CFM, junto com o CFM...

Porque eu digo mais: o MEC usa o Inep para fazer suas provas, o CFM vai usar alguma instituição. Na prática, não significa diferença nenhuma, porque alguma instituição com *expertise* nessa área terá que ser contratada para aplicar uma prova. O MEC já faz o Enem, o Enade, o Enamed. O MEC já tem essa *expertise* e, mais, pode utilizar todos esses dados para integrar todo o sistema e não sobrecarregar ainda mais o estudante, que, além de fazer uma prova de residência, teria que fazer a proficiência e, além de tudo... Ou seja, não está integrado num sistema em que todos estão comprometidos com o fechamento de vagas nessas escolas.

Portanto, Sr. Presidente, aqui, com todo o respeito, digo que nós chegamos perto de um grande acordo, mas não conseguimos chegar a este acordo por conta desse detalhe, que não é um detalhe, é algo fundamental para a gente consolidar um sistema de formação médica, de avaliação de proficiência, de avaliação das escolas, garantir a primeira etapa por Revalida e garantir a entrada no Sistema Nacional de Residência Médica.

E, neste projeto, a gente já está definindo, de novo, que 75% dos egressos têm que ter o direito a fazer uma prova de residência e uma especialização. Então, é um sistema inteiro que a gente está tentando resgatar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Com isso, eu peço aos senhores e às senhoras que reflitam na hora de a gente aprovar. Eu tenho um voto em separado que eu pretendo apresentar, que engloba tudo que está sendo proposto pelo voto do colega Senador e que poderia, com essa diferença, deixar claro para todos qual é a exata diferença que está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fui citado nominalmente no início da fala do querido Líder...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas não foi citado...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, mas citar o nome do Senador não significa direito de resposta, não, a não ser quando diga alguma coisa que agrave a pessoa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O artigo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, Dr. Hiran, pelo amor de Deus.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Se fosse assim, o senhor me citou seis vezes e eu não estou pedindo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso é um discernimento, isso é uma questão sua, pessoal.

Eu quero só, muito rapidamente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos levar para esse lado não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, no Regimento...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A fala... A menção que o Senador Rogério fez a V. Exa. foi elogiosa, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu não quero deixar... Eu não quero dizer que seja deselegante, mas eu acho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ah, Presidente, mas aí...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Astronauta Marcos Pontes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, me desculpe aí, mas não há razão para isso.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Deixe-me colocar aqui alguns pontos que são essenciais.

Eu tenho ouvido muitos outros pontos sendo colocados em um assunto que é relativamente simples de entender. Então, eu vou, basicamente, desenhar esse processo aqui para que aquelas pessoas que estão assistindo de casa entendam a importância desse tema e por que nós precisamos aprovar esse projeto de lei da proficiência médica ou como o pessoal chama, costumeiramente, a OAB da Medicina.

Deixe-me começar assim.

Eu acabei de vir de uma cirurgia. Aliás, eu estou de licença ainda, mas eu vim aqui para poder participar disso. Eu lembro que naquele momento em que eu estava entrando ali na sala de cirurgia, quando o anestesista chegou para mim para conversar um pouquinho e esperar o cirurgião chegar, logo depois ele aplicou alguma coisa ali, uma anestesia, e eu comecei a fazer uma contagem de 100 para 1, e eu não lembro do 97. Significa que, a partir daquele número, eu estava com a minha vida, toda a minha vida, na mão daqueles profissionais.

Eu estou falando isso para colocar a importância que tem a profissão e a qualidade dos médicos na vida de todos nós. Isso é essencial!

Da mesma forma como quando todos nós aqui entramos num avião, num 737, num 320, e nós esperamos que os pilotos que estão ali tenham capacidade de pilotar aquele avião nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições normais e condições de emergência, inclusive de meteorologia ruim. E isso não acontece por acaso, essas profissões trabalham com a vida das pessoas.

E pedindo desculpas àqueles que defendem o contrário, que são poucos, ainda bem, eu digo o seguinte, tem muitos pontos sendo colocados para tentar confundir as pessoas. A resposta é simples! Eu vou dar um exemplo de um garoto lá de Roraima, por exemplo, que faleceu por um erro médico recentemente. Um amigo meu em São Paulo, o Sr. Alexandre, que faleceu por um erro médico. Eles não puderam esperar que todo o processo de formação, que todas as universidades, as faculdades, tudo isso fosse consertado.

Aliás, a pergunta que eu tenho: o que está sendo feito para consertar isso aí? Esse crescimento desordenado de faculdades de Medicina, que não têm capacidade de formar médicos com a qualidade adequada, que não têm nem o equipamento necessário para isso e são basicamente um negócio. Um negócio no qual eles ganham dinheiro à custa da boa vontade das famílias que querem ter os seus filhos médicos, mas bons médicos, e à custa da saúde das pessoas.

Aqueles dois, eles não puderam esperar! Assim como eles, tem muitos outros exemplos no Brasil. Então, nós precisamos de uma solução urgente para que comece a resolver o problema. Essa proficiência médica, ou OAB da Medicina, é essa resposta para que nós possamos colocar um ponto de inflexão nesse crescimento de incompetência no setor.

Para quem trabalha com segurança, eu trabalhei 30 anos fazendo investigação e prevenção de acidentes.

A gente sabe que acidentes, às vezes, acontecem por uma sequência de fatores contribuintes. Se você tirar um fator contribuinte, aquele acidente não acontece. Então, essa prova é justamente isso. Tirar esse fator contribuinte; e depois o MEC e todas as outras organizações vão trabalhar para melhorar o sistema como um todo; mas isso é proteção da saúde da população. É essencial, é importante, é primordial que seja feito isso agora, e de uma forma urgente.

Não se pode confundir a formação com o trabalho profissional. Isso é feito em outras profissões. Por exemplo, existem escolas de Direito, e isso não tira... Eu nunca fiz Direito na vida, mas tem todos os tipos de prova ali, para ver se aquela pessoa se forma como advogado; mas ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ainda não pode trabalhar como advogado, até que ele tenha a OAB, até que ele seja aprovado, aí, sim, por uma organização que trata da qualidade dos profissionais, e não dos estudantes.

Quem cuida de estudante é o MEC; quem cuida dos profissionais, nesse caso, é a OAB. No caso da medicina, quem cuida da formação é o MEC; quem cuida dos profissionais é o Conselho Federal, são os conselhos estaduais, e esses, sim, cuidam da parte profissional. São duas coisas completamente separadas. (*Palmas.*)

O MEC precisa melhorar? Precisa, mas isso vai demorar tempo, e as pessoas estão morrendo por falta de atendimento com competência dos médicos malformados por escolas que são, na verdade, negócios para ganhar dinheiro nesse sistema.

Então, vou comparar com aviação de novo. Eu sou piloto; eu me formei na Academia da Força Aérea. Assim como eu, muitos outros pilotos se formaram em escolas de aviação no Brasil. Formar-me numa escola – tem todas as provas, tem todos os treinamentos ali dentro da área de formação – não significa, de forma nenhuma, que eu, como piloto formado, posso pegar um avião, um Airbus 320 e carregar 300 pessoas por aí sem ter a comprovação, a certificação da Anac, e isso é obrigatório; aliás, é obrigatório anualmente. O piloto tem que fazer a revalidação anual da sua carteira; caso contrário, ele tem que sair da profissão, até que ele revalide aquela carteira.

Portanto, isso é um cuidado com a população que é transportada todos os dias nesses aviões. Ter a prova de proficiência médica é um cuidado com a saúde da população. Aliás, esse projeto de lei foi feito em concordância, por pedido do Conselho Federal de Medicina. Eu sou o autor da matéria. Foi feito por pedido do Conselho Federal de Medicina, em concordância com as associações de medicina e em concordância com a Academia Nacional de Medicina. São as pessoas que entendem realmente da medicina no país e estão preocupadas com a saúde da população.

Então, colocando de uma forma bem... Aliás, isso é feito em todos os países desenvolvidos também – esse mesmo tipo de teste –, porque é evidente que se precisa fazer essa separação entre a formação e o trabalho profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para encerrar este ponto, que parece tão lógico – por isso eu fiz questão de desenhar aqui esses pontos –, vou colocar bem claro o seguinte: existem duas opções aqui. Aqueles Senadores que votam a favor da proficiência médica estão votando pela saúde da população; e Deus queira que um parente seu, um filho, um pai ou alguém não fique dependente de um médico com qualidade ruim. Eles estão votando "sim" pela população, pela saúde da população. Aqueles que votam "não" estão votando pelo *lobby*, vamos dizer assim, das empresas que ganham dinheiro para poder formar cursos ruins (*Palmas.*)... enganar a população e enganar os alunos que querem se formar como médicos. O senhor é médico, sabe muito bem o quanto isso é importante para a família, mas não pode ser isso a causa de se formarem médicos malformados no país e colocar em risco a nossa população.

Portanto, novamente, duas opções: aqueles que votam "sim" votam pela saúde da população; aqueles que votam "não" votam contra a saúde da população e a favor do *lobby* de empresas que ganham dinheiro com isso. Então, isso é a questão que nós temos. Muito simples, enquanto nós temos aí cursos ruins, o MEC ainda não fazendo a sua função que deveria fazer, nós não podemos esperar que tudo isso seja feito para depois, no final, fazer o exame de proficiência, que já seria inútil, se a gente tem cursos bons, não precisaria disso, mas nós temos cursos ruins e, para bloquear os efeitos negativos desses cursos ruins, nós temos o exame de proficiência, assim como outras profissões, no direito, assim como a profissão de piloto, e isso acontece em todos os países envolvidos.

Portanto, peço o voto de todos os Senadores que têm o mínimo de consciência com a saúde da população, que votem a favor desse projeto, eu peço o apoio de todas as organizações que estão aqui, que estão nos assistindo, aqueles que estão assistindo também e têm parentes nos hospitais, que reflitam sobre isto: da importância de falar com os seus Senadores, com os seus Deputados, da existência e da necessidade do exame de proficiência e isso é urgente, não é para esperar que tudo seja feito.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, eu queria, com o mais absoluto respeito que tenho por V. Exa., eu queria dizer ao senhor que vou insistir naquela questão de ordem, porque aqui não tem Senador melhor que o outro, todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui temos o mesmo tamanho. Agora, eu quero só ler o art. 14, inciso VIII, que diz assim: "VIII – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão".

Eu só queria dizer ao senhor que, quando o nosso querido Senador Rogério Carvalho me citou, ele disse que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu não citei o nome de V. Exa...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor citou no início da sua fala, pode degravar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, não...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Citou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu falei o Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Rogério, ninguém é mentiroso aqui, ninguém é mentiroso aqui. O senhor falou o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ele não falou o nome de V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele falou o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fica subentendido que ele se dirigiu a V. Exa., ele disse o Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Deixe-me lhe dizer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Hiran, eu sou seu amigo, sou respeitoso com V. Exa...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu também com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas V. Exa. está invocando o artigo errado. O direito do Senador de responder é quando é agredido, quando é dita alguma coisa que ele não disse, que ele precisa contraditar, não foi o caso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O art. 8º é muito claro, eu li o artigo aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não insista nisso, Senador Hiran. Está tudo andando normalmente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu só quero esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou seguir a ordem de inscrição, vou passar a palavra ao nobre Senador Humberto Costa. Não insista nisso que V. Exa. não tem razão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Veja bem, o senhor está... Com todo o respeito que tenho ao Senador Humberto, eu, como Relator da matéria, estou querendo esclarecer uma coisa muito simples. É esclarecimento, Presidente. Eu só quero esclarecer que, diferentemente do que foi dito, está consignado na lei que o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde participam, acompanham a prova. Eles acompanham a prova, diferentemente do que foi dito, está aqui. E o Enamed passa a ser uma lei, está na lei. O Enamed é uma responsabilidade do Ministério da Educação e está na lei. A gente deixa de...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... É isso, é muito claro, é muito claro isso, então eu só queria fazer esse esclarecimento, Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o debate sobre esse tema é sem dúvida muito importante, porque ele parte de um consenso, um consenso de que hoje nós temos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade premente de melhorar a qualidade técnica, a qualidade ética do trabalho profissional dos médicos. Aliás, precisamos disso em todas as categorias, e há então esse consenso de que é preciso fazer algo para melhorar.

A nossa divergência começa exatamente no que é que deve ser o central para a conquista dessa melhoria e também qual é o papel do poder público e de uma autarquia que representa uma determinada categoria profissional na busca pela instituição dessa qualificação.

E eu sou defensor da ideia, até porque vivo o tempo inteiro essa realidade, de que não é possível se medir a qualificação meramente pela avaliação do cidadão, ou melhor, não se vai conseguir essa melhoria se nós fizermos apenas essa avaliação do profissional.

É importante lembrar – e o Senador Rogério Carvalho fez uma intervenção excelente, mostrou todo o aspecto histórico desse processo de discussão –, mas é importante relembrar aqui. Quando nós discutimos, anos atrás – e eu fazia parte da Comissão que discutiu aquela medida provisória do Mais Médicos –, nós estabelecemos um conjunto de critérios para moralizar o processo de criação de novos cursos de Medicina.

Foram estabelecidas diversas pré-condições para que isso ocorresse, dentre elas, por exemplo, a necessidade de chamamento público para abertura de novas faculdades de Medicina; a necessidade de pré-selecionar os municípios que poderiam receber esses cursos, de acordo com as necessidades da própria região onde se pretende ampliar esse acesso à formação de novos cursos; a garantia das redes de atenção à saúde.

É lamentável, existem lugares hoje, e eu vejo isso porque eu viajo muito lá para o interior do meu estado, em que há cursos de Medicina em que o campo de prática não presta absolutamente para um tipo de formação como essa – isso é uma realidade.

Outra questão muito importante foi que nós tivéssemos os equipamentos públicos adequados para a oferta do curso de Medicina, além de que se definiu que haveria uma constituição de um conjunto de diretrizes curriculares que seriam apresentadas e deveriam ser cumpridas por todos.

Veja que esse projeto, que quer tratar da qualidade do profissional médico na prestação do serviço à população, nem sequer toca nesse assunto. Não se pode falar em melhoria da qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica dos profissionais que estão sendo formados se nós não tivermos, em primeiro lugar, o estabelecimento de uma política que acabe com a verdadeira bagunça que existe hoje na instituição de cursos de Medicina.

É correto, por exemplo, que novos cursos sejam aprovados meramente por uma decisão do Conselho Estadual de Saúde? Que autarquias municipais, que não têm a mínima condição de oferecer qualquer curso, se associem a empresas, inclusive multinacionais, para a implementação de cursos que não formam profissionais de boa qualidade? Então, não dá para tratar esse assunto de uma forma apartada.

Segundo, os conselhos profissionais têm um papel fundamental na regulamentação do exercício da profissão, na fiscalização do exercício da profissão, na cobrança do cumprimento das exigências éticas e, muitas vezes, nós temos visto que conselhos que deveriam cumprir esse papel não cumprem.

Basta abrir aí um Instagram para a gente ver o quanto de charlatão tem, atuando por aí – alguns até com diploma de médico –, para vender facilidades, para propagar *fake news*, para vender teoria da conspiração; e nós precisaríamos, sim, nessa área, de uma ação efetiva por parte dos conselhos.

O Senador Rogério, inclusive, lembrou: o Conselho Federal de Medicina tem exemplos importantíssimos de cumprimento do seu papel, mas, ao mesmo tempo, tem situações, como foi aquela da pandemia, em que foi um alimentador e estimulador do negacionismo que aconteceu naquele período.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Olha, Sr. Presidente, eu quero invocar o Regimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não é possível qualquer tipo de manifestação, nem de aplauso, nem de vaia, nem de censura de quem está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Olha, nós temos prazer de receber todos vocês aqui. Às vezes, uma pequena manifestação, um aplauso, é tolerado – não é regimental –, mas vaia não é tolerada de maneira nenhuma.

Eu peço a vocês aqui. É uma matéria importante, é uma matéria complexa, é uma matéria sobre a qual tem muita discussão, tem divergências, então a presença de vocês aqui é agradável, é útil, é necessária, nós recebemos bem, mas eu preciso cumprir o Regimento. Se não houver o cumprimento do Regimento e vocês insistirem, eu vou ter que pedir para evacuar. É uma coisa que eu não gostaria de maneira nenhuma, e isso pode até atrapalhar a votação aqui, que é o que vocês não querem.

Então, vamos usar um pouco a inteligência, um pouco da urbanidade, e vamos deixar os Senadores falarem livremente – cada um manifestar sua opinião, o outro manifestar o contrário –, e, no final, nós vamos votar, e vocês ficam assistindo aí. Feito o pacto aí? Vamos em frente.

Senador Humberto Costa, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu dizia e faço questão de repetir: eu vivi isso aqui na prática, na CPI da covid, e nós assistimos, sem dúvida, a uma atuação lamentável por parte do Conselho Federal de Medicina, que se associou claramente ao negacionismo científico, que se colocou politicamente favorável à condução do enfrentamento à pandemia, que foi uma verdadeira tragédia: 700 mil pessoas morreram, e centenas de milhares delas poderiam estar vivas hoje. Então, existem momentos, existem situações, e eu acho que cada um pode e deve cumprir bem a sua função.

Regulamentar a formação profissional, certificar a capacidade do indivíduo que estudou, que fez um curso para o exercício da profissão deve ser uma causa pública. Para isso, existe o Ministério da Educação, que durante muito tempo caminhou sozinho nessa questão, mesmo envolvendo temas da área da saúde. Nós conseguimos, ao longo dos Governos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... do Presidente Lula e de Dilma, avançar numa interação entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação, e esse projeto caminha para promover essa separação, tirar a atribuição que é do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação de estabelecer a grade curricular, de poder fazer o acompanhamento e de avaliar aluno, instituição e curso. Se nós passarmos simplesmente a avaliar o profissional...

E, olhe, esse projeto cria algumas figuras que são extremamente complexas, para não dizer o mínimo. Por exemplo, essa ideia do egresso de universidade, um indivíduo que não passou e fica como egresso, é na verdade a criação de uma subcategoria. Isso abre espaço para a exploração da mão de obra médica. Inclusive a gente sabe como isso já aconteceu muito tempo no nosso passado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Humberto, eu vou dar a V. Exa. mais um minuto pela interrupção que houve.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É porque houve aquela interrupção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Por isso mesmo. Estou dando mais um minuto a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Veja aí a manifestação, né? São esses aí os que querem ser exemplo para o Brasil.

Então, eu acho que nós deveríamos deixar como atribuição nessa formação, nessa avaliação... Aliás, já está sendo feito, por intermédio do Enamed, pelo poder público – que não é o poder público do partido que está no poder; é do Estado, é o poder do Estado –, de estabelecer essas regulamentações e de poder atribuir e definir quem está apto ou não para o exercício profissional, inclusive na área médica.

Eu tinha outras coisas para falar, mas fui interrompido.

Mas considero que nós aprovamos hoje esse projeto representa um retrocesso. Podemos ter mais tempo para tentar construir algo que coloque cada um no seu espaço de atuação, mas que seja benéfico para a população brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Quero dar bom dia a todos aqui presentes.

Nosso Presidente, Senador Marcelo Castro, demais colegas Senadores e Senadoras, quero iniciar minha fala parabenizando o Senador Dr. Hiran pelo excelente relatório. Parabéns, Dr. Hiran. Eu sei como você tem lutado para dar o seu melhor nesse relatório. Você se debruçou para o estudo desse tema e você, como médico, um grande médico que é, colocou no seu relatório especificamente a importância desse projeto de lei.

Também quero cumprimentar o nosso Senador, que foi o autor, o Senador Marcos Pontes. Quero parabenizá-lo porque foi uma iniciativa muito, muito oportuna.

E eu quero fazer só algumas colocações.

Existe a Frente Parlamentar Mista da Medicina aqui no Congresso Nacional, Sr. Presidente. Eu recebi esse folheto, assim que eu entrei na sala – os jovens estavam ali entregando –, e eu comecei a ler aqui. Está bem na parte da frente da folha, que diz o seguinte: que em 2024 houve um aumento de 506% nos processos judiciais por erro médico, em relação ao ano anterior. Então, no ano passado, houve um aumento de 506% de erro médico, comparando com 2023. Imagina se isso persistir, então será, em 2025, um pouco mais, em 2026, e assim por diante. Então, isso é motivo de muita preocupação.

E outra coisa que tem aqui: o ensino médico virou um mercado bilionário, movimentando R$26,4 bilhões por ano, mas – olha o que é grave – sem garantia de qualidade.

Então, não é só formar médicos, é formar médicos que tenham competência para exercer a medicina. O senhor, como médico, Sr. Presidente – um excelente médico também, que é, com certeza, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu não tenho mais coragem de dizer isso, não, Senadora. (*Risos.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas eu sei que você é um excelente médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, você sabe a importância do risco médico. Como o Senador Marcos Pontes colocou, ele fez a cirurgia há pouco tempo, e é assim que a gente fica, vulnerável. Então, abaixo do nosso Deus, a gente está nas mãos do colega que vai nos atender.

Eu vou citar um caso, não vou dizer nomes. Anteontem, a filha de uma amiga minha fraturou, teve uma fratura de cotovelo do braço esquerdo. E aí foi a uma dessas emergências, em ortopedia. Sabe o que aconteceu? O colega, de vinte e poucos anos de idade, superjovem, pediu um raio-X do braço que não estava acometido, do braço direito – isso foi até ontem. Aí a moça, a técnica em radiologia perguntou: "Mas, espere aí, você está segurando o braço esquerdo [com a mocinha, né?]. Então, sua lesão é no braço esquerdo. Por que o médico pediu o direito?". Ela falou: "Não sei". E aí, sabe o que aconteceu? A técnica fez do braço acometido. Quando a mãe da garota falou para o colega que estava de plantão, ele disse: "Foi mal... Foi mal". Isso é resposta de um médico: foi mal? Foi mal? Como, foi mal? Meu amigo, isso é um erro gravíssimo. Aí, você diz: "Mas não iria matar essa jovem, porque foi um caso de ortopedia". Mas, como esse erro, ele pode estar fazendo tantos outros mais. Isso eu estou dando só um exemplo.

E eu queria aqui, Sr. Presidente, complementar minhas palavras dizendo o seguinte, não sei se todos aqui se atentaram para isso, mas se não se atentaram, eu vou fazer essa consideração, que é da minha obrigação como médica e como Senadora. Olhe bem, o Enamed é um programa de Governo instituído por um ato normativo, que pode ser alterado conforme a conveniência e oportunidade do Governo que estiver exercendo o mandato, ou de um Governo novo. Então, hoje, o Enamed, eu posso dizer que realmente é um programa muito importante, Senador Jayme, não tenha dúvidas disso – não tenha dúvidas disso.

A questão é que, tão bom quanto o Enamed, é o projeto de lei do Senador Dr. Hiran. Então, o que eu quero dizer com isso é que o Profimed é tão bom quanto, só que tem algo muito importante no Profimed – algo muito importante –: ele é um projeto de lei, então ele vai se transformar em uma lei. Independentemente de quem vier governar daqui a quatro anos, a dez anos, a vinte anos, é lei, e ninguém muda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E o Enamed, obrigado pela observação, o Enamed está dentro do Profimed. O Senador Dr. Hiran não está desconsiderando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Enamed, ele colocou o Enamed dentro do Profimed para transformar em lei, e ninguém mexe mais – lei é lei. Então é isso que eu queria colocar para vocês. Uma coisa é lei, outra coisa é um programa de Governo que a qualquer momento, quem chegar depois, enfim, queira mudar.

Então, o PL 2.294, de 2024 – e olha, você vem lutando há mais de um ano, né, Dr. Hiran? –, dará origem a uma lei que é o ato normativo que emana do Parlamento e cria uma obrigação legal. Em outras palavras – eu fiz um resumo aqui –, o Enamed é um programa de Governo, como eu já falei, enquanto o projeto de lei do Senador Dr. Hiran e do Senador Marcos Pontes dará origem a uma lei que valerá, independentemente, do Governo em exercício.

Eu já estou concluindo, Presidente.

Então, nós temos que ser cautelosos, tanto a base do Governo, quanto outros colegas Senadores entendem – isso é uma coisa que já foi superada – que as faculdades hoje estão gerando médicos que não têm competência para fazer o ato da medicina. Isso é ponto pacífico.

E outro ponto pacífico de todos é que as faculdades estão se multiplicando de uma forma desordenada, estão ganhando muito dinheiro e não estão fazendo com que os nossos profissionais saiam com competência para exercer sua profissão de uma forma realmente por que nós esperamos. Então, isso é ponto pacífico.

E qual a diferença dos dois? Que um não é lei e o outro é lei. É sobre isso, gente. A gente tem que deixar alguma coisa que sirva para o resto da vida, porque anteontem foi a filha de uma amiga minha, alguns dias foi lá em Roraima, na casa desse menininho... Quem é médico... O senhor falou 6 ml de adrenalina, já chegou a mim que foram 9 ml, mas, enfim, 6 ml ou 9 ml matariam até um adulto, até um adulto; poderia ter 200 kg, ia matar – ia matar. Para vocês terem uma ideia, em criança o máximo que a gente pode fazer de adrenalina é 0,3 ml – quem sabe fazer conta é só pegar uma calculadora –, 0,3 ml é menos de 0,5 ml. E foram dados 6 ml, é mais do que sete vezes. Isso mataria qualquer um de nós.

Então espere aí, até quando a gente vai ficar nessa discussão?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora eu vou concluir, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, nós estamos falando de vidas, pode ser eu, pode ser o Senador Dr. Hiran, pode ser o Presidente Marcelo Castro – que Deus me livre, Presidente! –, o Senador Jayme, o Senador Petecão e assim por diante. Gente, por favor, principalmente nós que somos médicos, vamos parar com essa discussão, às vezes, um tanto quanto partidária e vamos pensar de uma forma geral. Vamos pensar nos nossos munícipes, nos brasileiros e nas brasileiras.

Era isso que eu tinha para falar, Senador Marcelo Castro, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senadora Eudócia.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, inscrita.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu queria deixar claro aqui para o Brasil que aqui não se dividiu entre quem quer salvar vidas ou quem quer que as pessoas morram. Queria dizer que a Senadora Zenaide não é lobista de nenhuma empresa. Eu sempre trabalhei na universidade e na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte, nunca fui da iniciativa privada – não que eu tenha algo contra. Mas chamar os colegas que não votam nesse projeto de lobista aí é ir longe demais.

Quero dizer que todos aqui nós concordamos sim. Já elogiei aqui que apareceu esse projeto de lei, mas eu sempre achei... Pergunto aqui: é melhor uma avaliação durante todo o curso médico ou só uma prova no final pelo Conselho Federal de Medicina? Com todo o respeito, viu, gente? Porque eu lutei para que não se extinguissem os conselhos, e um deles era o de medicina – tem que ter.

Acho que o voto em separado de Rogério Carvalho tem tudo a ver. Nós não estamos aqui contra fazer uma avaliação médica para que os profissionais saiam qualificados, nós estamos aqui dizendo que essa responsabilidade é do MEC sim, como eu vinha dizendo, e que esse voto em separado inclui o Conselho Federal de Medicina. Agora, gente, dizer que quem não é a favor desse projeto... porque essa autarquia só, se a gente for atrás, não vai ter como avaliar eficiência médica somente com uma prova no final, aí é longe demais. Nós temos um MEC de que a gente tem que cobrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu fiz medicina numa escola pública, a gente sempre teve avaliação. Eu lembro que dificilmente a turma terminava toda, alguém ficava no caminho porque era reprovado. É por isto que a gente tem que lutar aqui, que o MEC e o Ministério da Saúde tenham essa responsabilidade de avaliar os estudantes que estão acompanhando, isso num campo de trabalho durante seis anos de medicina. Não compare isso com uma prova no final do curso. Entendeu? Avaliar durante o curso.

E nós temos que parar neste país, que quando um órgão falha por algum motivo... Que não existe forte sem momentos de fraqueza... Quem disse aqui que é o guardião da ética, que não existia... Existem, sim, erros médicos, mesmo para aqueles formados nas melhores escolas deste país. Existem, sim, erros médicos. O médico é humano também, não existe isso.

Agora, quero dizer o seguinte: quem defende a vida da população não corre só atrás desse exame de proficiência, que é essencial. Quem defende a vida da população brasileira é quem luta aqui para que a gente aumente os recursos para a saúde deste país. E eu digo o mesmo com informação de tecnologia. A gente sabe que um raio-X, se for na forma analógica, o médico não vai ver a imagem como é. Então, para o médico dar o diagnóstico, tem que ter uma tecnologia para isso.

Nós precisamos dar as mãos. Não estou contra esse projeto. Eu acho que veio à tona para o povo brasileiro a necessidade de se discutir os cursos médicos, mas não achar que um Conselho Federal de Medicina – com todo o respeito, eu sempre defendi o Conselho – sozinho vai fazer uma prova, que ele deve terceirizar. Vai ter teste prático, como a gente fazia? Botava um paciente e você tinha que dar o diagnóstico ali para o professor? Não vai, gente. Quem defende, vai ser algo assim. Quem defende o povo brasileiro é o povo brasileiro.

Os médicos, como Zenaide e outros que estão aqui, são a favor da vida. São a favor da vida e lutam por isso no dia a dia. Agora, dizer que quem vota contra esse projeto, que não é o certo... O certo é botar o MEC, convocar o CRF para dar opinião, porque aqui ninguém é dono da verdade. Agora, dizer que quem vota contra esse projeto é porque é contra a saúde pública deste país...

Fui, sim, a Relatora do novo Mais Médicos, porque o meu maior argumento é que eu era da capital. Eu não queria ir para o interior e não ia permitir que os colegas fossem para, pelo menos, fazer uma prescrição para diabetes e hipertensão e evitar que tenha centenas e milhares de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas neste país amputem membros porque está faltando a saúde primária. Este é o nosso papel, do Parlamento: cobrar recursos. Muitas vezes os médicos estão no interior e não têm nenhum recurso. Tem que usar.

Mas digo mais, gente: não é só isso, Marcelo. A gente sabe que um médico, por mais que o curso não tenha sido avaliado, ele sabe, sim, auscultar um paciente; ele sabe, sim, examinar um abdome; ele sabe, sim, verificar uma temperatura; ele sabe, sim, fazer uma glicemia de periferia.

E digo: desafio qualquer colega médico que examine o seu paciente e, com isso aí, já consiga dar o diagnóstico de pelo menos 90% dos pacientes; e, se botar um hemograma e um sumário de urina, complementa. Não é, povo brasileiro, pais e mães aqui? Nós que não estamos a favor de que somente a autarquia, CRF...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – CRM...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... CFM, o conselho federal, que, no fim, vão ser os conselhos estaduais, né? Pela própria... Só que vai fazer isso. A responsabilidade se chama MEC. Nós não vamos tirar a responsabilidade e jogar para um conselho que a gente sabe que, só, não vai conseguir, não adianta dizer. Por isso que eu sou contra esse projeto, e acho que o voto do nosso Senador está contemplando isso como um todo.

Outra coisa, saúde e vida do povo brasileiro não têm cor nem têm partido. A gente defende a vida como um todo. Eu sou a prática disso. Saúde não tem... Isso não é um projeto de lei, o Enamed – não é um projeto de lei –, mas está se complementando aqui. Outra coisa, lei não é garantia de que nunca vai mudar, porque aqui a gente pode mudar até a Constituição, fazer uma proposta de emenda à Constituição. Por isso, nós somos a favor da vida, sim, a vida em todas as instâncias, mas não a favor desse exame único no final de um curso. Temos que avaliar o aluno durante todo o curso e, se ele não tiver condição de terminar, sim.

Não fomos nós que fomos a favor de mais escolas privadas. Conseguiram uma ordem judicial; a grande maioria foi por ordem judicial, entendeu? E digo mais, médicos do Brasil que estão se formando – e o CRF tem que cuidar –, a maioria dos médicos... uma parte está formando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma cooperativa e explorando os próprios médicos. Isso, sim, tem que ser uma grande preocupação.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senadora (*Falha no áudio.*)... Gratíssimo, Senadora Zenaide. Nós estamos assumindo temporariamente. Por força maior, o Senador Marcelo teve que se ausentar, mas logo em seguida estará de volta.

Pela ordem de inscrições, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, ouvindo atentamente, aqui, os nobres colegas Senadores, eu quero primeiro parabenizar já o autor do projeto, Astronauta Marcos Pontes, e também o Relator Hiran.

Ouvindo aqui todos aqueles que defendem ou não o projeto, fazendo uma analogia do que eu ouvi de cada um deles, o papel do MEC, ao longo dos anos... Quem é da minha geração, quem nasceu nos anos 60, 70, muito poucos conseguiram fazer curso de Medicina naquela época, porque era muito concorrido, e tinha-se que estudar muito para ser um médico no nosso país; e todos eles, naquela época também, tinham que fazer a residência. O que nós acompanhamos ao longo do tempo é que o MEC, independentemente de quais governos estiveram antes e depois.... Hoje, o número de faculdades que foram instaladas no Brasil inteiro e a formação – como esses profissionais estão entrando no mercado – são muito perigosos para a nossa sociedade.

Para se ter uma ideia, eu sou engenheiro civil. Eu, na minha época, se eu quisesse ser médico, teria sido muito difícil eu passar para medicina, como para vários colegas meus – eu sempre quis ser engenheiro –, que não conseguiram. Agora, neste momento, alguns voltaram e até se formaram.

O que nós estamos vendo agora, Presidente, é que a educação como um todo, não só na medicina, mas em todos os cursos... No passado, quem tinha um curso superior tinha 100% de certeza de que iria dar certo na vida, de que poderia ser um vencedor. Hoje, nós não podemos falar... Na maioria dos cursos... E, daqui a pouco, nem os de medicina vão dizer que vão ter sucesso na vida. No passado a gente escolhia: "Olhe, nós não temos condição financeira" – Jayme Campos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, colega – "mas meu pai vai deixar para mim a questão da educação"... Nós não podemos falar isso hoje.

Eu estou vendo hoje aqui neste debate uma oportunidade de nós Senadores da República fazermos uma avaliação – o Governo não está fazendo, pois já teve muitos anos para fazer. Por que não fez, então, esse controle, essas provas ao longo dos anos? É o que nós estamos fazendo agora. Hoje é uma oportunidade em que a gente vai... Infelizmente, várias famílias apostaram nos filhos para estudar, achando que iam ter um médico, e não vão ter. Eu sou engenheiro da família, modéstia à parte, venho de uma família muito simples – pai taxista, mãe costureira –, e venci na vida como Senador da República, como empresário na área de engenharia. Através da educação, estou aqui hoje, mas nós não estamos carregando isso para a frente. Isso que está acontecendo neste projeto hoje... Aqui é um debate. Eu acho que, independentemente de qual Governo está ou deixou de estar, ele é importante para a sociedade.

Hiran, eu acredito aqui, lendo o seu relatório, que você tentou colocar tudo o que podia ser feito. Bem você disse que não é o relatório dos sonhos, mas é o que temos para o momento e é o que nós precisamos fazer. E eu complemento aqui: nós temos que começar por alguma coisa. Lá na frente, se tem o debate de que nós podemos melhorar este projeto, esta é a Casa, tanto aqui como na Câmara, para fazer outro projeto que possa vir a consertar este. Então, parabéns. E pode contar com o meu apoio aqui ao projeto, Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, muito rapidamente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Dr. Hiran. Com a palavra V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Eu queria só, antes do encerramento da discussão – eu acho que não tem mais ninguém inscrito –, tirar dúvida das pessoas.

Nós vimos aqui muitas manifestações dizendo, querido Jayme Campos, que nós não estamos avaliando o órgão formador. Nós temos, sim, no projeto... Estabelecemos sanções às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faculdades que tiverem índice de reprovação alto, como diminuição do número de vagas, suspensão de vestibular... Está no texto.

Além do que, o exame de avaliação dos alunos está aqui no texto, art. 5º, §1º: "O Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed será aplicado [...] a [...] estudantes de medicina, no 4º ano de graduação, após finalizado o ciclo clínico e antes do ingresso no internato". Isso é uma responsabilidade do Ministério da Educação, quem avalia aluno é o Ministério da Educação.

E também está consignado no texto que a avaliação do médico formado é uma atribuição do Conselho Federal de Medicina, através de uma lei que está em vigor desde 1957, a Lei 3.268. Por quê? Porque, em analogia com a Ordem dos Advogados do Brasil, a atribuição da fiscalização do exercício profissional do advogado é da OAB e a do médico, do Conselho Federal de Medicina. Então, nós deixamos muito claro no texto a responsabilidade de cada um.

Nós tornamos o Enamed, que nós apoiamos, uma política de Estado – só isso. E que a nossa prova de proficiência seja feita pelo Conselho Federal de Medicina.

Quero chamar até a atenção, Presidente, senhoras e senhores, a que nós aprovamos o Revalida, ainda na Câmara – eu era Deputado –, por dois votos. Foi uma luta. Tinha muita gente que queria um Revalida *light*, queria facilitar a vida de quem é formado, inclusive, em cursos em Pedro Juan Caballero, na fronteira com Ponta Porã. Tem lá 11 cursos de Medicina no Paraguai, querido Jayme Campos, em que tem curso financiado pelo PCC. Tinha gente ali querendo aprovar um Revalida *light* para trazer essas pessoas que foram formadas sei lá como para trabalhar no nosso país. Olha só que perigo para a população. E nós estamos aqui para resguardar a saúde das pessoas.

Você, que já foi Governador, é Senador, vai voltar a ser Governador e conhece muito os rincões deste país, sabe da responsabilidade que nós temos para cuidar bem, principalmente dos mais pobres, que utilizam o Sistema Único de Saúde. Nós aprovamos essa lei do Revalida, e infelizmente o Governo não tem feito, inclusive, duas provas por ano, como nós autorizamos no projeto que nós aprovamos aqui no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, eu acredito que nós vamos dar uma resposta à sociedade, com todo o respeito aos que pensam em contrário, de que vamos fazer uma avaliação, sim, criteriosa de competência, de conhecimento técnico, de habilidades e de atitude do médico brasileiro, para que ele cuide melhor da nossa população.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Para esclarecimentos finais, Senador Rogério Carvalho, também por cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero deixar claro para os colegas que o que está contido no voto do Senador Hiran está contido no voto em separado, com algumas diferenças que é importante que todos saibam.

Primeiro, o Enamed, no voto em separado, é claro que a gente está transformando em lei. A diferença aqui é a função de Estado, ou seja, nós estamos dizendo que o MEC tem a função de fazer a avaliação da graduação, tem a responsabilidade de interromper a entrada de novos estudantes nos cursos de graduação, tem a responsabilidade de, ao longo do curso, fazendo a avaliação no 4º e no 6º ano, ter a clareza e os elementos para interromper a entrada de novos egressos e, ao mesmo tempo, com a prova final, suspender o ingresso de novos estudantes.

Além disso, o que nós estamos dizendo aqui é que esta prova é de responsabilidade do MEC com a participação do CFM, e o que o Dr. Hiran está dizendo é que a responsabilidade é do CFM com a participação do MEC. Veja, o CFM, com todo o respeito – inclusive, quero deixar claro que eu sou concursado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e exerci essa função como médico fiscal durante vários anos –, é uma autarquia especial, portanto é um órgão público da administração indireta; o MEC é um órgão da administração direta, que tem a responsabilidade pelo sistema educacional, e aqui estamos falando diferentemente do direito, que as pessoas confundem. E eu quero chamar a atenção para isto, Senador Jayme, Senador Petecão: no direito, o sistema de Justiça é composto pelos advogados, pelo juiz e pelo promotor.

A Ordem dos Advogados, constitucionalmente, habilita uma parte dos executores ou uma parte dos membros do sistema de justiça. Nós estamos falando do sistema de justiça. A ordem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai lá e diz: "Para ser advogado, que compõe o sistema de justiça, é preciso fazer uma prova". E para os demais cursos no Brasil, ou seja, as demais formações, é o seguinte: a fé pública para o exercício profissional historicamente sempre foi dada pelo certificado ao final. Vou dar um exemplo. Não é o CFM que diz que você é um especialista; o CFM não certifica especialistas em medicina. O CFM registra o certificado de especialista em medicina, porque quem faz isso é a Associação Médica Brasileira, através da Sociedade de Especialidades, e o MEC, através da Comissão Nacional de Residência Médica.

Então, aqui, para a graduação, está se criando uma inovação, sem que isso tenha partido do próprio Executivo. Nós estamos num processo de construção, todos com o interesse de garantir que esse sistema se reconstrua com a participação de todos, sem separar ninguém.

Portanto, no nosso voto, que eu espero poder apresentar... E por isso espero que seja rejeitado, não porque eu não concorde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... com 90% do que está no conteúdo do voto do Dr. Hiran, mas para que a gente possa ter um complemento e algo que integre ainda mais esse sistema de avaliação e de certificação do profissional.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado, e eu queria deixar esse esclarecimento para os colegas médicos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Nós não estamos abrindo mão do que está lá; nós só estamos dizendo que é o MEC que tem que cumprir essa função, envolvendo e integrando o Conselho Federal de Medicina. Eles estão excluindo o MEC dessa função, o que não é aceitável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Teresa Leitão, que pede a palavra. Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consegui ouvir todas as intervenções, porque eu estava fazendo uns exames, mas quero falar baseada no que eu ouvi durante todo o processo de debate desse projeto de lei, nas diversas audiências públicas muito enriquecedoras e que a mim produziram um efeito de muita confiança numa negociação.

Para mim, ficou claro que poderia haver, sim, um processo de negociação que incluísse o pensamento constante no PL 2.294 com o pensamento exposto por vários dos convidados e convidadas que participaram das diversas audiências públicas aqui.

Não houve. Acho que o relatório alternativo do Senador Rogério faz isso, porque todo o processo... E hoje eu vi algumas pessoas também, algumas intervenções, rememorando o valor da educação, rememorando que a formação do passado era boa, depois ela ficou ruim, rememorando que a educação e a formação, sobretudo de determinadas profissões, precisam ser sempre atualizadas. Há profissões em que, quando a gente recebe a graduação, já está desatualizado; precisa dar continuidade. E mesmo com PhD, precisa continuar estudando, tão céleres são os avanços da ciência, da tecnologia e a própria dinâmica da sociedade.

Então, a gente chega aqui hoje mantendo uma questão que foi evidenciada durante as audiências, Senador Marcelo: o choque de competências. Eu acho que esse é o grande problema: é o choque de competências.

A competência do conselho está incólume. Ninguém está retirando competência de fiscalizar, competência de monitorar, competência de... Nada! O que está se incluindo é um processo que dá, inclusive, mais condições e melhores exigências para o exercício do MEC como órgão gestor.

Quando o Enamed foi lançado, foi lançado nessa perspectiva, e haveria possibilidade sim de se ter um encontro em que algumas reflexões, alguns requisitos, alguns pontos a mais fossem considerados, daqueles que estão sendo elencados pelo conselho, como partícipes desse processo.

Eu fico triste, porque a gente teve um debate muito bom, o processo foi excelente, e a gente não consegue um desfecho que contemple todo aquele conteúdo que a gente debateu no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A meu ver, esse conteúdo estaria contido ou está contido no relatório do Senador Rogério Carvalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Podemos abrir a votação, Presidente?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Podemos abrir.

Eu vou abrir a votação, e a gente pode continuar a discussão, sem prejuízo.

Vou encerrar a discussão, mas a gente continua os debates. Fiquem à vontade, para os Senadores se pronunciarem.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou abrir o painel.

O painel está aberto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Astronauta Marcos Pontes, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

É necessário que a gente faça algumas correções de distorções que foram faladas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um instantinho, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou esclarecer aqui: quem for a favor do projeto do relatório do Senador Hiran vota "sim"; quem for contrário ao relatório do Senador Hiran vota "não".

Esclarecendo melhor: quem estiver a favor do voto em separado do Senador Rogério Carvalho terá que votar "não" ao relatório que nós estamos votando agora, que é do Dr. Hiran, para depois poder votar o relatório do Senador Rogério Carvalho.

Então, repetindo: quem for a favor do relatório do Senador Hiran vota "sim"; quem for contrário vota "não".

Com a palavra o nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, obrigado, obrigado por esta oportunidade de colocar alguns pontos aqui, que são importantes para corrigir certas distorções que nós ouvimos durante as falas dos Senadores.

Primeiro, esse projeto não visa a alterar a função do MEC, obviamente. O MEC tem a sua função de formar os médicos e avaliar os alunos de Medicina. A partir do momento em que esse aluno é formado, transforma-se num médico ainda sem a certificação do conselho, ele precisa ser avaliado pelo conselho. Porque é uma profissão de risco para a população, precisa ser avaliado pelo conselho para poder exercer a sua profissão.

Da mesma forma como advogados – aliás, procuradores e juízes têm que ter OAB também– ; da mesma forma como pilotos – pilotos também precisam, além de todas as provas que existem na formação de piloto, também da certificação da Anac para poder voar, transportar passageiros comercialmente; isso é essencial para a segurança dos passageiros –, da mesma forma o médico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ter a certificação através de uma prova de proficiência, que não substitui todas as provas durante a formação, porque isso aí é função do MEC, a formação, e a função de avaliar profissionais é do Conselho Federal com essa prova. Portanto, a prova não substitui, obviamente, as provas do MEC, que continuam sendo necessárias.

É importante também colocar um outro ponto aqui com relação a essa... Para simplificar, para desenhar, eu vou fazer um exemplo aqui. Nós temos uma situação de emergência com relação ao número de médicos formados em escolas de baixa qualidade, e médicos de baixa qualidade, colocando em risco a vida da população, todo mundo concorda com isso. Excelente. Ou seja, esse é um problema que nós temos, mas nós temos que tomar uma providência urgente para proteger a saúde da população, que é a prova de proficiência. Essa prova é feita pelo conselho, da mesma forma como a Anac faz a prova de certificação dos pilotos. Não quer dizer que as escolas de aviação sejam completamente ineficazes, mas é importante que a Anac faça essa avaliação para a saúde de todo mundo.

Deixem-me colocar isso como se fosse um voo transatlântico. Imagina que, durante um voo transatlântico, nós tenhamos ali fogo em um motor, com 500 pessoas a bordo. Tem fogo no motor, e você é um dos passageiros. O ideal é trocar o motor, mas é óbvio que você não vai conseguir trocar o motor em voo, você precisa pousar para fazer isso. Então, a primeira providência de emergência é o piloto acionar o extintor de incêndio, que é a prova de proficiência. E, depois, quando pousar, ele troca o motor. O que a gente está falando aqui, colocando um monte de coisa em cima desse projeto, é: vamos primeiro pousar e trocar o motor e, depois, acionar o extintor. Não funciona dessa forma. Não dá. O avião vai explodir em voo e vai matar todo mundo.

Da mesma forma, muita gente vai morrer por falta de qualidade dos médicos. E, em vez de colocar um bloqueio, que é essa prova de proficiência, para tirar do mercado médicos ruins, mal formados, a gente está querendo mudar a formação inteira. Já tem sido tentado isso aí por muitos anos. Eu ouvi aqui falar que de muito tempo já tem sido tentado. E por que não foi feito ainda? Então, vamos colocar primeiro esse bloqueio, vamos acionar o extintor – é um negócio de emergência –, e, depois, vamos consertar o sistema de educação. Excelente, mas primeiro a gente aciona o extintor, depois troca o motor no solo. E não o contrário, senão a gente vai perder todos os passageiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente está falando da vida das pessoas. Nós não queremos perder a vida das pessoas. O CFM tem toda a qualificação para fazer o teste dos profissionais, ele não é para testar alunos; quem testa aluno é o MEC. Então, o MEC testa os alunos, depois o CFM testa os profissionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Isso está no projeto. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, cumprimentar o Astronauta Marcos Pontes, autor da matéria, cumprimentar o Senador Dr. Hiran, que relatou a matéria; cumprimentar também o amigo, Senador Rogério Carvalho, que apresenta seu voto em separado, o que permitiu um grande debate nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Alan Rick, completamos 21. Então, nós podemos encerrar a votação.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Tem gente ainda para votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, são 21!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só podem votar 21.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não votam mais do que 21.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É que a Professora Dorinha não está conseguindo votar.

Presidente, a Professora Dorinha está pedindo para o senhor esperar um pouquinho, porque ela não está conseguindo votar, Presidente. Viu, Presidente? A Professora Dorinha está me ligando, porque está tentando votar. (*Pausa.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, deixe-me fazer só uma consideração aqui.

Presidente Marcelo, deixe-me fazer só uma consideração. Um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Alan Rick está com a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eita, desculpe, Senador Alan Rick. Perdoe-me.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Só para concluir a fala, Sr. Presidente. O senhor vai anunciar o resultado agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou anunciar o resultado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A partir do momento que V. Exa. abrir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu encerrei a votação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Eu sei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A Dorinha estava votando.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O relatório teve 11 votos SIM; 09 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Portanto, o relatório foi aprovado nos termos da Emenda nº 5, da CAS, Substitutivo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabenizo o Dr. Hiran e todos os presentes.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, nós temos um turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não vamos votar hoje, só na próxima semana.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente... Presidente, garanta...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou suspender a sessão por cinco minutos para que os vencedores comemorem a vitória, aí nós retornaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 11 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 09 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Declaro reaberta a sessão.

Vamos continuar nossos trabalhos.

Item 4 da pauta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Eu estou tentando fazer uso... Evidentemente, compreendi – e era o que eu ia dizer – que, na hora em que a V. Exa. abrisse o painel, obviamente haveria as manifestações mais do que justificadas de todos nós, mas isso é importante, Sr. Presidente, até para que não haja distorções ou deturpações.

V. Exa., mesmo não tendo votado, também dividia conosco a compreensão sobre o que estava sendo levantado pelo Senador Rogério Carvalho, e havia a expectativa de ele poder fazer a leitura do voto em separado, o que evidentemente não ocorreu em face de o relatório do eminente e competente Senador Dr. Hiran ter sido acolhido à sua maioria. E é importante, como eu dizia aqui à Senadora Teresa, antes que haja quaisquer deturpações ou distorções, é fundamental que todos bem saibam que este Colegiado, Dra. Eudócia, todo o Colegiado se posicionou favoravelmente ao entendimento central do tema que está sendo discutido, que é exatamente a necessidade premente e já tardia de se estabelecer o exame de proficiência.

O ponto divergente – e foi por esta razão que eu gostaria de ter votado favoravelmente no voto em separado do Senador Rogério Carvalho – foi que, na proposta defendida pelo autor competente e com muita felicidade, Senador Astronauta, e muitíssimo bem relatado pelo Dr. Hiran, se retirou do MEC a condição e a atribuição dele, MEC, de fazer a aplicação do exame. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o ponto divergente, mas, no tocante à necessidade de nós termos a proficiência, o exame para Medicina, aí nós não discutimos porque todos nós somos favoráveis.

Digo isso porque, daqui a pouco, esse quadro, ou seja, com este resultado, vai estar lá posto: "Teresa Leitão é contra o exame de proficiência", "Veneziano Vital do Rêgo é contra o exame de proficiência". As pessoas que estão em casa, evidentemente e com toda a razão, não têm a obrigação de saber como se daria ou como se deu e por força de que se deu esse posicionamento. Nós somos a favor do exame da proficiência, mas não somos favoráveis a que essa aplicação se dê sob a competência, que é inconstitucional, do CFM.

Obrigado, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador Veneziano, acho que o esclarecimento foi cabal.

Vamos, então, ao item 4 da pauta?

Pois não, a senhora pede a palavra, Senadora Eudócia? V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu queria só fazer duas considerações, na verdade, já que vai ter o segundo turno, não é isso, Presidente? Vai ter o segundo turno?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então quero fazer duas considerações. Primeiro, a nossa colega Senadora colocou que leis são mudadas. É verdade. Só que é muito mais complexo o processo de mudar uma lei do que um ato normativo, que, com uma assinatura, você muda tudo. Então, esse é o ponto para colocar. E outro ponto, Presidente, colegas Senadoras e Senadores, é que esse projeto do Senador Dr. Hiran, o relatório, não está tirando o MEC, não está tirando. O MEC vai avaliar o aluno durante todo o processo de estudo na universidade. Então, ele não vai tirar a competência do MEC. A prova só é realizada no final. Então, era isto que eu queria dizer: o MEC vai acompanhar o aluno, sim, ele não é excluído. E colocar mais uma vez que esse projeto de lei do Senador Dr. Hiran colocou tudo o que tem no Enamed no Profimed. Então, o Senador não excluiu nada que tem no Enamed.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem dúvida, Senadora Eudócia. O relatório do Senador Hiran e o voto em separado do Senador Rogério Carvalho praticamente são idênticos. A divergência maior que existe entre eles é apenas que, no relatório do Senador Hiran, cabe ao Conselho Federal de Medicina fazer a prova com a participação do MEC, e, no relatório do Senador Rogério Carvalho, cabe ao MEC fazer a prova com a participação do Conselho Federal de Medicina. A divergência aí é só de valência, de peso, de pontuação, mas, no fundo, é a mesma coisa. Só que um acha que o CFM que deve aplicar e o outro acha que é o Ministério da Educação que deve aplicar. Sendo aplicado pelo Ministério da Educação, o CFM vai participar; sendo aplicado pelo CFM, o Ministério da Educação vai participar.

Eu, particularmente, acho que o relatório do Senador, o voto em separado do Senador Rogério Carvalho está mais, digamos assim, faz parte de um sistema mais complexo, está mais arrumado no todo, mas, no final, o resultado vai ser muito próximo.

Pois não, Senador Astronauta.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Com toda desculpa, eu discordo desse ponto pelo seguinte: se isso vai ser válido para medicina, isso vai ter que ser válido também para direito. Por exemplo, o MEC que vai fazer a avaliação e não a OAB, ou seja, a OAB vai estar junto com o MEC para fazer a avaliação de advogados; as escolas, os aeroclubes vão ter que fazer a avaliação de pilotos comerciais e não a Anac, o que seria extremamente perigoso para a aviação como um todo, porque a gente sabe que eles não vão ter condições de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu estou entendendo que seria o contrário. A Anac aqui seria o Ministério da Educação e não os aeroclubes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Quem faz a formação são as escolas de aviação. A Anac não faz formação, ela faz a certificação de pilotos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Essa é a minha área. Então, colocar o MEC para fazer a avaliação ou colocar os aeroclubes para fazer a avaliação de pilotos seria um risco enorme para o país.

Portanto, tem que ser coisas estanques, separadas. Quem faz a avaliação de aluno é o MEC. Quem faz a avaliação de profissionais são as devidas organizações, como o Conselho Federal, como a OAB, como a Anac, e assim por diante, para que a gente tenha realmente um sistema equilibrado, pesos e contrapesos, vamos chamar assim.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 4... Ah, está aqui.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, só 30 segundos, não é nem um minuto, Sr. Presidente.

Pegando o gancho na sua fala, Sr. Presidente, se o CFM pode fazer a prova e ter a participação do MEC, por que não o CFM? Uma vez que ele tem competência para acompanhar a vida desse profissional, quando ele se forma para diante?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, eu acho que o Conselho Federal de Medicina está na sua competência, ele pode ter essa oportunidade, sim, de avaliar os seus alunos. Então, assim, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E está no relatório do Senado do Hiran, mas ele não tem essa competência, vai estar criando agora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O problema...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quem não tem? O CFM?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, atualmente não tem essa competência.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Do CFM?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim, claro que não. Ele não avalia...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas olhe, mas se...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ela está sendo criada agora no relatório do Dr. Hiran.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá, mas olhe bem, se ele tem competência de avaliar o aluno, se vai dar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, não tem, ele não tem essa competência, quem tem é o MEC.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, mas o MEC, Presidente, só para deixar claro, o MEC, no projeto de lei, vai participar durante todo o processo do estudo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pronto. O relatório do Senador Hiran está dando competência ao CFM para avaliar os alunos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Essa é a grande modificação do processo, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas aí o MEC vem junto,

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ahn?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... para participar junto com o CFM. O relatório dele, Senadora Teresa, não exclui...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O MEC é um órgão gestor.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não exclui o MEC.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Matéria vencida,

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos tocar a vida.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Matéria vencida.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Matéria vencida, eu só queria fazer um agradozinho. Posso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Teresa, com imenso prazer.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pelo muito que aprendi durante as diversas audiências públicas. Olhe, Senadora, uma coisa com que nós legisladores temos que nos conformar é com o resultado eleitoral. Até quando a gente ganha uma eleição, ou perde.

O resultado foi 11 a 9 pelo relatório do Dr. Hiran. Pelo que a gente percebe, é um resultado dado, mas não é um resultado consumado. O que vai vir depois, Senador, em termos de consequências, Senador autor do projeto de lei, não vai ser fácil – nos preparemos.

Por isso que é importante que a gente tenha uma outra votação. Por isso que é importante que a gente leve para o Plenário, porque parecem filigranas, porque os relatórios estão parecidos – na essência poderia dizer até que iguais–, mas aquilo em que se mexe é exatamente na essência de um exame e a competência para fazê-lo. E isso muda o rumo da prosa, digamos assim, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu parabenizo. Acho que, como resultado, ninguém questiona, está impresso na tela, mas sigamos. Sigamos, não é? Porque debate bom é debate que, quando aparece a dúvida, a gente não tem resposta, porque novas perguntas começam a surgir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza. Vamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5811, DE 2025 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 666, DE 2007)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Paula Lobato para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço licença para ir diretamente à análise resumida do projeto.

A licença-paternidade é direito social assegurado aos trabalhadores pela Constituição Federal de 1988, desde a sua promulgação. Contudo, até o momento, o tema permaneceu regulado de forma limitada por norma transitória do ADCT, que fixou o prazo de apenas cinco dias para a licença mencionada, até que lei viesse a disciplinar a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, o PL nº 5.811, de 2025, enfrenta a questão de maneira mais ampla e organizada, ao definir, em um mesmo diploma, a licença-paternidade nas relações de emprego regidas pela CLT, criar o salário-paternidade como benefício previdenciário e articular essas normas com o Programa Empresa Cidadã.

Ao aproximar a disciplina da paternidade das regras já consolidadas de proteção à maternidade, o projeto contribui para a corresponsabilização de homens e mulheres nas tarefas de cuidado, reduz a assimetria que ainda recai sobre as trabalhadoras e representa avanço relevante na promoção da igualdade entre pais e mães.

Por fim, sem prejuízo da avaliação favorável quanto ao mérito, entendemos adequado propor, por meio de emenda de redação, ajuste pontual no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Trata-se de aperfeiçoar a disciplina da licença-paternidade e do salário-paternidade quanto à forma de utilização do benefício, por meio da retirada das previsões que admitem o fracionamento do benefício. Essa solução evita que a licença se desdobre em pequenos períodos isolados, o que tende a reduzir o alcance protetivo do instituto, e reforça a compreensão da licença como afastamento contínuo, favorecendo a presença constante do pai na fase inicial de adaptação da família.

Assim, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei em análise, com o ajuste proposto, por entendermos que o seu conteúdo promove de forma decisiva a concretização do direito fundamental à licença-paternidade.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.811, de 2025, com a emenda de redação apresentada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Ana Paula Lobato.

Senadora Teresa Leitão, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero discutir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero dizer que vou votar favorável em homenagem ao pai das minhas filhas. Vou fazer 50 anos de casada no ano que vem e, no tempo em que nós tivemos as nossas filhas, o servidor, o empregado, que era o caso do meu marido – das duas primeiras, ele era empregado público, depois estava na iniciativa privada –, tinha um dia para fazer o registro da criança. Não havia licença-paternidade. E o meu marido só não fazia dar de mamar, o resto todo ele fazia: dava banho, trocava a fralda, botava para dormir, acordava de noite. E hoje, as minhas filhas adultas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Esse é o marido com que toda mulher sonha, viu? (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois é.

E hoje, com as minhas filhas já adultas – uma delas já mãe, nós somos avós –, o laço que elas... Nós só temos filhas mulheres, Senadora Ana. São três meninas. O laço que se estabeleceu é um laço muito especial – é um laço muito especial. E para nós mulheres também tem um fator, Senador, porque não existem, em tese – a não ser pela configuração da formação da sociedade, do modelo do trabalho social e doméstico –, não existem tarefas domésticas designadas só para mulheres ou só para os homens. É tarefa doméstica, faz quem tem mais habilidade para determinada tarefa, não é? Quando a gente consegue dividir o trabalho, a gente consegue, e isso ajuda muito na relação, na própria relação entre marido e mulher, no próprio exemplo que se dá às filhas, aos filhos. E isso, sim, eu acho que vai gerando de geração em geração.

Então, hoje, a gente discute essa licença-paternidade em um patamar diferenciado, um patamar em que as mulheres trabalham fora de casa, em que as mulheres enfrentam dupla, tripla jornada e precisam ainda cuidar dos filhos. Não que seja uma carga a mais – não é, é um amor a mais, digamos assim –, mas a presença paterna traz benefícios muito grandes para o cognitivo, para o afetivo, para o psicológico, para a própria relação interna na família.

Eu votarei porque, além disso, eu acho que um trabalhador e uma trabalhadora que conseguem equilibrar – por isso que eu sou a favor também do fim da jornada 6x1 –, que conseguem equilibrar a harmonia, a condição de organização da sua vida doméstica com a sua vida no trabalho, ele e ela são muito mais produtivos. Então, dividir essa tarefa eu acho que é somar, não é dividir, é ter uma unidade entre a maternagem e a paternagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, eu tenho um sobrinho que mora no Canadá, e as licenças lá são iguais, e tiram-se um mês, dois meses depois, não é? Aqui, o que é que a gente tem encontrado, Deputada Tabata Amaral, que eu sei que foi uma defensora disso lá na Câmara? "Ah, mas os homens não vão valorizar essa licença. Ah, os homens vão ficar comemorando, bebendo, saindo de casa". Sim, eles até podem querer fazer isso, não é? Mas eu acho que todo processo novo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Isso é preconceito contra os homens. (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, mas todo o processo novo exige também uma nova mobilização da sociedade.

Não dá para a gente desproteger aqueles homens que certamente usarão muito bem essa licença-paternidade por conta de alguns que possam desvalorizar essa conquista, que não é uma conquista só dos homens: é uma conquista dos homens, é uma conquista das mulheres, é uma conquista da família. Vamos ver os defensores da família como se conduzem, não é? E, sobretudo, um ambiente propício para uma criança vir ao mundo nos seus primeiros dias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

Vou passar a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Olha, eu queria colocar aqui o meu testemunho como pai também, do ponto de vista masculino aqui, da importância desse projeto. Quero parabenizar a autora, a Relatora, que, sem dúvida nenhuma, isso contribui para a unidade da família, isso contribui para esse trabalho em conjunto. Afinal de contas, o casamento é uma parceria, acima de tudo, é uma parceria. A gente está ali trabalhando juntos para o bem dos nossos filhos, e é importante que o pai participe, e participe ativamente nisso aí.

Eu lembro que, quando meu filho nasceu, o Fábio, eu era tenente na Força Aérea, voava de manhã, vários voos – tenente voa bastante lá em Santa Maria –, e o que a gente combinava era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que, como eu não podia passar a noite acordado, ou passar a noite ali com ele nos dias de semana, então a Fátima ficava com ele durante a semana. Chegava na sexta e no sábado, eu assumia o turno da madrugada, vamos chamar assim, e tomava conta ali o tempo todo. E para mim era muito importante ter esse contato com ele direto.

Eu lembro que, durante a semana, enquanto eu estava voando lá, eu estava pensando nele lá em casa. É importante a gente ter essa possibilidade de trabalhar junto na criação do nosso filho. No começo, ali, é extremamente importante.

Então parabéns, é realmente importante esse projeto, e pode contar com o voto positivo aqui, com louvor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se a futura Senadora Tabata Amaral quiser usar a palavra, está franqueada.

Já por conta de um futuro mandato que você vai ter, viu?

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. Para expor.) – Muito obrigada, Senador, nosso querido Presidente, que foi tão sensível, e que pautou essa matéria tão importante. Eu, como tenho juízo, e estou aqui entre grandes Senadores, farei uma fala breve.

Eu queria agradecer muito à Senadora Ana Paula, que prontamente abraçou essa causa, ela que é uma grande defensora das mulheres, das crianças, das famílias. Queria agradecer à minha amiga Senadora Teresa Leitão; ao meu amigo Senador Astronauta Marcos Pontes; à Senadora Damares, que faz parte da nossa bancada; ao Senador Kajuru, que são grandes amigos que a gente tem na Câmara e no Senado, mostrando, Presidente, que essa é uma pauta das famílias, essa é uma pauta que ela conseguiu rasgar essa divisão que a gente tem entre extremos, que, muitas vezes, nos impedem de poder dialogar e avançar. Não é à toa que ela foi aprovada de forma consensual na Câmara, e, se Deus quiser, o mesmo caminho será seguido aqui.

E vale sempre lembrar, a gente está há quase 40 anos sem legislar sobre isso. Quanta coisa não se mudou em 40 anos. E vale sempre dizer também: cinco dias é muito pouco. Com cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias, muitas mulheres ainda estão, Senador, no hospital. Especialmente aquela mãe que passou por uma cesárea.

E aí dois dados que sempre me chocam, porque são tristes mesmo, pesados: de cada quatro mães, uma tem depressão pós-parto – 25% das mães! Aí muita gente vai falar: "Mas, Tabata, eu não conheço ninguém. Eu nunca ouvi falar sobre isso". Por quê? Por conta do tabu. É uma doença que é silenciada. Então, todos nós, sem exceção – a estatística, a matemática não mentem –, conhecemos uma mulher, que é uma amiga, é uma esposa, é uma filha, é uma irmã, que teve depressão pós-parto e sofreu sozinha.

Um outro dado da FGV: metade das mulheres, depois de um ano da licença, não estão no mercado de trabalho. Metade, gente! Não pode ser culpa da mulher quando metade não consegue permanecer no mercado de trabalho. É a tudo isso que a gente está respondendo.

É muito bom para essa mãe, é muito bom para esse pai. Eu juro que é o último estudo que eu cito, mas tem um estudo internacional, Senadores, que mostrou que os homens, quando tiram licença-paternidade, são mais produtivos, a empresa lucra mais – olha só que loucura –, mas o que mais me chamou atenção é que eles são menos agressivos. O homem que tira licença-paternidade tem menos chances de ter questões de saúde mental. E aí a gente entende, né? É um homem que pode passar por essa adaptação, que se adéqua a essa nova família. E aí o mais importante sempre vai ser quão importante é para primeira infância, quão importante é para essa criança. Então, olha quanto benefício!

A gente está avançando lentamente, com juízo, como eu digo. Aumenta um pouquinho, até chegar aos 20 dias, mas eu prometo, e conto com vocês, que na hora que bater os 20 dias, eu vou contar com os homens deste Brasil todo, que vão estar dizendo: "Tabata, 20 dias é muito pouco". E aí a gente pode aumentar um pouquinho mais.

Então, muito obrigada! Que a gente possa aprovar esse projeto ainda este ano, e eu agradeço demais mesmo. E só quero fazer um reconhecimento a CoPai – Carol, Camila, que lideram a sociedade civil nessa pauta, foi uma luta de fato de muita gente. Então, Senadora Ana Paula, minha admiração só aumenta. E eu peço o apoio de todos vocês.

Obrigada, Presidente. Espero não ter abusado muito e obrigada pela generosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, é uma honra e um prazer tê-la aqui conosco.

Quero parabenizar a todos, em especial a Senadora Ana Paula Lobato, que fez um excelente relatório. Essa é uma matéria atual, moderna. O Brasil se eleva ao nível dos países mais desenvolvidos, em que já existe essa legislação. Nós estamos atrasados e estamos criando a licença-paternidade e, conjuntamente, o salário-paternidade da licença-paternidade. Isso é importante também, que o pai vai ficar cuidando dos filhos nesses 20 dias e ele vai ficar sendo assalariado pelo INSS. Então, isso é muito importante e é uma pauta atual, moderna e que vem em defesa da família. E é evidente, na hora mais crítica de um casal. E é na hora mais crítica da mulher, como disse a Tabata muito bem, que, às vezes, foi cesariada, não está em condições físicas adequadas e, evidentemente, que o marido vai fazer esse trabalho com muito mais disposição do que a mulher faria, porque está em situação de dificuldade.

Feito isso aqui, essa observação, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneça como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relatora.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... só para agradecer a sua gentileza e a rapidez com que trouxe esse projeto para ser pautado aqui na CAS. O senhor, como sempre, muito gentil, muito solícito. E eu lhe agradeço de todo o coração, porque eu estava esperando ansiosa esse projeto chegar aqui, ao Senado. A gente esperava, eu e a minha equipe, a minha assessoria, a gente esperava ansiosamente esse projeto chegar aqui, porque, além de ser, como o senhor disse, um projeto moderno, atual, é extremamente necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu tive meus dois filhos, mas em especial a minha primeira filha – porque, quando nasce um filho, nasce uma mãe também; eu estava aprendendo ali, junto com ela –, eu tive total apoio do meu marido. E eu sei como isso foi importante. Eu chego a me emocionar. Perdão. (*Manifestação de emoção.*)

A SRA. TABATA AMARAL (Bloco/PSB - SP. *Fora do microfone.*) – De jeito nenhum.

Vai todo mundo chorar junto, aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, mas é isso mesmo, é um momento muito sensível da mulher. Sobretudo quando é a primeira experiência, é um momento de crise.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu cheguei a sofrer na minha primeira gestação: eu tive depressão pós-parto, eu tive mastite; então, eu sofri muito! E como o meu marido foi necessário neste momento, quando ele foi, muitas das vezes, pai e mãe. Ele trocava a fralda; quando eu tive mastite, ele pegava um copinho descartável de café – a gente retirava o leite –, ele colocava no copinho e dava para nossa filha. Eu passei – nesse período enquanto eu estava com a mastite – fora do mundo, passei dormindo, porque eu não podia levar anestesia. Então, eu tinha que esperar o processo acontecer. Aí ele fazia isso. E, quando eu acordei, quando eu voltei, minha mãe me disse: "Ana Paula, ele cuidou tão bem de Guilhermina [que é nossa filha], ele cuidou tão bem, que ele dava o leitinho para ela sem derramar uma gota, sem derramar nada; ele fez tudo perfeitamente". Meu marido dá banho na nossa filha desde que ela nasceu.

Então, eu sei o quão importante é esse projeto. Eu vejo a ligação deles, a ligação que o meu marido tem com os nossos filhos, a ligação que ele tem com a nossa filha. É uma ligação que chega a dar até ciúme, porque eles são tão próximos, que eu digo: "Filha, por que você não me ligou primeiro?". Ela diz: "Não, mãe, liguei para o papai", ou seja, criou-se ali, estabeleceu-se uma relação mais próxima. Ele me ajudou muito. Eu amamentava; ele pegava o bebê, colocava para arrotar, apoiando-me o tempo inteiro, porque é pesada, é uma jornada supercansativa! E eu o tive ali do meu lado me dando apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive eu aproveito, Senador Astronauta, para parabenizá-lo, porque o senhor foi... deu um relato de que foi um grande pai. Quero lhe agradecer pelo voto e parabenizá-lo por ter sido um grande pai, ter ficado ali junto à sua esposa, ao seu filho, à sua filha. Eu tenho certeza de que isso fez grande diferença na formação e na vida deles.

É isso, Presidente, esse é um projeto supernecessário. Eu lhe agradeço, de coração, por a gente o ter votado hoje, aqui na CAS. Estou muito feliz. Ontem, Carol e Camila estiveram comigo lá no gabinete, elas também... A gente chegou a chorar, todo mundo junto. (*Risos.*)

Então, é um projeto muito bonito.

Eu também parabenizo a Deputada Tabata, que é uma defensora da causa, entusiasta. Ela ainda vai passar por isso também, já vai chegar com os 20 dias de licença-paternidade. (*Risos.*) O relatório também, lá na Câmara, do Deputado Pedro Campos, foi um relatório muito bom. Eu os parabenizo.

Quero dizer que eu estou aqui somando e que em breve esse projeto vire lei para a gente dar esse presente para os pais, para as famílias, para as crianças, para a sociedade, para o Brasil, Presidente!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, mas chorar é humano e é bonito.

Vamos dar prosseguimento aqui à nossa pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3360, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui pensão especial temporária às vítimas de escalpelamento em situação de vulnerabilidade; estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escalpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Aliás, só comentando o projeto anterior, eu acho que merecia uma urgência esse projeto para ir o mais rápido possível ao Plenário, sem dúvida nenhuma.

Se me permite, eu vou direto à análise.

Primeiro, parabenizo a Senadora Damares, que conhece muito bem a realidade dessas mulheres do Norte do Brasil que passam por esse processo terrível de escalpelamento, e este projeto vem justamente ao encontro dessas necessidades.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, competem a esta Comissão discutir e votar proposições que versem sobre seguridade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional, segundo a Constituição Federal. Além disso, não se trata de matéria que demanda a edição de lei complementar para a sua aprovação. A lei ordinária afigura-se apta a inseri-la no ordenamento jurídico nacional. A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto à repercussão econômica da proposição, a análise será feita na CAE, órgão ao qual, regimentalmente, incumbe essa missão.

No mérito, a aprovação do projeto é recomendável – e muito recomendável.

Com efeito, o art. 4º da Lei 9.537, de 11 de dezembro de 1997, impõe à autoridade marítima fiscalizar as embarcações que trafegam em águas brasileiras. Se o Estado não cumpre a sua obrigação, permitindo que donos de embarcações não observem as medidas de segurança necessárias à preservação da incolumidade física dos passageiros, deve arcar com as consequências de sua omissão, reparando os danos causados às pessoas, em sua maioria mulheres. A proposição, portanto, é justa, por reparar a esfera jurídica daquele que foi escalpelado, em decorrência de más condições de segurança das embarcações que navegam em território nacional.

Além disso, como bem colocado pela autora da proposição, não se pode deixar sem proteção social pessoas vulneráveis, cuja renda não lhes permite arcar com os custos financeiros oriundos de tão doloroso evento. Trata-se, pois, de se conferir o mínimo essencial às vítimas de escalpelamento em situação de hipossuficiência.

Sugere-se, assim, uma modificação à proposição em testilha, no sentido de que, em sua ementa, os objetivos do PL 3.360, de 2024, sejam separados pela conjunção “e”, em vez de ponto e vírgula (“;”). Trata-se de alteração meramente redacional, sem qualquer efeito no conteúdo da norma.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.360, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei (PL) nº 3.360, de 2024, a seguinte redação:
> Institui pensão especial temporária às vítimas de escalpelamento em situação de vulnerabilidade e estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de acidentes de escalpelamento atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em discussão relatório do Senador Marcos Pontes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável a projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à CAE.

O Senador Marcos Pontes pediu, requereu urgência para o item 8, o Projeto de Lei nº 5.811, de 2025, que cria a licença-paternidade.

Vou submeter a urgência à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Convoco, para o dia 10 de dezembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária da Comissão destinada à deliberação de proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Leila Barros, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Eliziane Gama, Humberto Costa e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 94/2025 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 111/2025 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 4435, de 2024, que "institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário". **Participantes:** Suyanne Camille Caldeira Monteiro, Médica Servidora do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde; Ana Carolina Leite Gifoni, Presidente da Rede Brasileira de Câncer Hereditário - ReBraCH; Renata Sandoval, Coordenadora da Genética Médica do Hospital Sírio Libanês em Brasília e do Hospital da Criança José Alencar de Brasília.; Patrícia Prolla, Médica Geneticista e Oncogeneticista, Professora da UFRGS e Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Diretora Científica da Rede Brasileira de Câncer Hereditário - ReBraCH; Andreza Souto, Oncologista Clínica e Oncogeneticista, Membro da Rede Brasileira de Câncer Hereditário - ReBraCH; Ana Carolina Rathsam, Geneticista; Flávia Delgado, Oncopediatra; e Romualdo Barroso, Vice-presidente do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama - GBECAM. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/04

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem!

Agradecendo a presença de todas vocês, vamos dar início.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, agradecendo também a Deus por esta oportunidade de estarmos aqui.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 94 e 111, de 2025, desta Comissão de Assuntos Sociais, Requerimentos de minha autoria e da autoria dos Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 4.435, de 2024, que institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

Informo que a audiência tem a cobertura completa da TV Senado e das redes sociais aqui da Casa revisora da República, que é a Agência Senado, o *Jornal do Senado*, a Rádio Senado. E contará com serviços de interatividade com o cidadão, através da Ouvidoria aqui da Casa, no telefone 0800 0612211, e também pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Inclusive algumas perguntas já chegaram, antes mesmo de começar a reunião, porque fica marcada a data da audiência e as pessoas podem já se manifestar. Então agradeço a participação das pessoas que enviaram os comentários e perguntas, e vou fazer aqui aos palestrantes, para que possam responder de acordo com o que cada um puder comentar.

Então eu gostaria aqui de fazer um breve pronunciamento sobre esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao darmos início aos trabalhos de hoje, é fundamental ressaltar que estamos aqui para lançar luz sobre uma realidade que afeta milhares de famílias brasileiras e que, por falta de conhecimento, muitas vezes, permanece invisível, até que seja tarde demais.

Sabemos que o câncer é uma doença complexa e multifatorial, mas a ciência nos alerta para que uma parcela significativa desses casos tem origem hereditária. Diante dos casos esporádicos, aqui falamos de uma predisposição genética que atravessa gerações.

Por isso, debater este projeto é debater a possibilidade de antecipação, de vigilância ativa e, sobretudo, de salvar vidas, antes mesmo que a doença se manifeste de forma agressiva.

O câncer hereditário é uma realidade que exige atenção, sensibilidade e responsabilidade por parte do poder público. Avanços na genética e na oncologia têm demonstrado que o diagnóstico precoce e o acompanhamento adequado podem salvar vidas, reduzir custos ao sistema de saúde e oferecer qualidade de vida aos pacientes e seus familiares.

Instituir um dia nacional dedicado à conscientização sobre o câncer hereditário trata de reconhecer a importância da informação, do acesso a exames, da prevenção, do aconselhamento genético e da construção de políticas públicas que respondam às necessidades reais da população.

É uma grande honra receber, nesta Comissão, especialistas e representantes que vivem essa batalha diariamente. Agradeço imensamente a presença dos médicos oncologistas, geneticistas que hoje nos brindam com seu conhecimento técnico. Receber, nesta Comissão, as senhoras é mais do que uma honra protocolar: é uma oportunidade de qualificar o nosso trabalho legislativo. Agradeço profundamente a presença das médicas oncologistas e dos médicos, que travam batalhas diárias pela vida de seus pacientes, e dos profissionais, tão essenciais e ainda tão raros em nossa rede pública, que detêm o conhecimento capaz de decifrar os riscos antes que se tornem danos irreversíveis.

Nosso objetivo nesta audiência vai muito além da formalidade. Precisamos mergulhar nas complexidades que o tema exige. É imperativo compreender por que, em um país com a dimensão do Brasil, o acesso ao aconselhamento genético e aos exames de sequenciamento de DNA ainda é restrito a grandes centros ou à saúde suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos discutir a instituição desse dia nacional, que pode ser o ponto de partida para uma mudança cultural e estrutural em nossa nação. Não buscamos apenas uma data no calendário, mas um marco anual que impulsione campanhas de educação massivas, capacitação de profissionais da atenção básica para identificar sinais de alerta e a criação de protocolos que garantam rastreamento precoce nessas famílias de alto risco.

O câncer hereditário nos oferece uma janela de oportunidade única: a chance de agir antes do aparecimento da doença. Com certeza, as contribuições trazidas hoje serão fundamentais para o aprimoramento desta matéria legislativa e para o fortalecimento da saúde pública.

Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Marcelo Castro, que é do Piauí, estado vizinho ao nosso Ceará, e dizer que eu tenho certeza de que, depois do que ele vai ouvir aqui, nós vamos colocar urgentemente, na pauta da CAS, essa matéria para, se Deus quiser, ser aprovada por unanimidade, para esse dia tão importante, sobre o qual o Senado vai aqui deliberar.

Quero agradecer a todas vocês que estão aqui, especialmente à Dra. Ana Carolina, com quem nós estivemos lá em Fortaleza, na época. Já faz uns dois anos ali, não é?

A SRA. ANA CAROLINA LEITE GIFONI (*Fora do microfone*.) – Foi. Tem dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, graças a Deus, chegamos aqui neste dia – o processo legislativo demora um pouco – e estamos aqui aptos para fazer esta audiência.

Antes de começar aqui, eu combinei com as nossas palestrantes, que conhecem o assunto, são da área da medicina, médicas, cientistas... Nós estamos num dia pós... muito emblemático aqui no Brasil, com relação à democracia. Um Ministro do Supremo tomou uma decisão que praticamente anula o Senado e a Câmara dos Deputados. Então hoje é um dia, assim, em que a gente ainda está... reuniões externas... Ainda tivemos a notícia, hoje muito cedo, de que o filho do Presidente da República estaria recebendo uma mesada que foi roubada dos mais pobres do Brasil, dos aposentados, dos órfãos, das viúvas, dos velhinhos e velhinhas e deficientes do INSS do Brasil. Então nós estamos ali numa CPMI de que eu faço parte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve aqui um certo problema na nossa agenda, mas vai dar para ouvir todo mundo. Eu queria estabelecer, combinamos aqui, cinco minutos para cada palestrante. Como se conhecem, como já têm uma trajetória nessa causa, uma vai complementando a outra e, claro, com a tolerância aqui desta Presidência. Se tiver necessidade de mais, a gente vai ajustando; o ideal seriam cinco minutos, mas a gente pode chegar a até dez, está bom?

Temos duas convidadas também que estão *online*. Eu fico feliz, agradeço a presença das duas, e daqui a pouco eu vou falar o nome de todas aqui.

Aliás, já vou falar logo aqui, para não criar nenhuma situação. Vamos lá.

Nós temos a Dra. Suyanne Camille Caldeira Monteiro, Médica Servidora do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde, por videoconferência, ela já está ali conectada desde o início – agradeço demais, Dra. Suyanne, a sua presença –; a Dra. Ana Carolina Gifoni, Presidente da Rede Brasileira de Câncer Hereditário, também aqui conosco; Romualdo Barroso, Vice-Presidente...

Não chegou, né? Não vem, né? (*Pausa.*)

Ah, avisou que está a caminho? Então está chegando.

... Vice-Presidente do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama; a Dra. Renata Sandoval, Coordenadora da Genética Médica do Hospital Sírio Libanês em Brasília e do Hospital da Criança de Brasília José Alencar – muito obrigado pela presença, a Dra. Renata está aqui conosco –; a Dra. Andreza Souto, Oncologista Clínica e Oncogeneticista, membra da Rede Brasileira de Câncer Hereditário – muito obrigado, Dra. Andreza –; e Ana Carolina Rathsam...

Está certo?

A SRA. ANA CAROLINA RATHSAM (*Fora do microfone.*) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

... Geneticista, aqui conosco também desde cedo – muito obrigado a todos vocês –; Flávia Delgado, Oncopediatra – muito obrigado pela sua presença –; Patrícia Prolla, Médica Geneticista e Oncogeneticista, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Hospital de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clínicas de Porto Alegre e Diretora Científica da Rede Brasileira de Câncer Hereditário, presente também aqui, conectada desde o começo.

Olha, eu só tenho a agradecer a vocês por atenderem esse convite do Senado da República do Brasil. E eu tenho certeza de que todas vão colaborar muito com esta audiência pública.

Então vamos iniciar, né?

Podemos começar com você, Dra. Ana Carolina?

A SRA. ANA CAROLINA LEITE GIFONI (*Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então vou imediatamente passando aqui a palavra para a Dra. Ana Carolina Leite Gifoni, Presidente da Rede Brasileira de Câncer Hereditário.

Muito obrigado pela sua presença.

A SRA. ANA CAROLINA LEITE GIFONI (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Girão, a oportunidade de estarmos todas aqui e a generosidade do senhor de desenvolver esse movimento da criação do Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

Eu fiquei muito feliz, assim, com o texto de abertura, porque eu acho que, no final das contas, ele traduz tudo o que a gente realmente acredita que esse dia pode representar. E eu acho que o nosso papel aqui vai ser muito mais alimentar essa mesma ideia com alguns dados técnicos, que podem nos fortalecer, para que isso se torne uma realidade mesmo no nosso país.

Então sou Ana Carolina Leite Gifoni. Eu sou oncologista também, sou oncogeneticista, sou parte do Comitê de Oncogenética da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e Presidente da ReBraCH.

Essa é uma iniciativa da ReBraCH, essa proposta que a gente levou para o senhor. E ela parte de um ponto que também foi o início do texto do senhor: a gente antigamente entendia que o câncer hereditário era uma condição rara, mas na verdade, à medida que a tecnologia foi evoluindo e a gente foi sendo capaz de reconhecer essas pessoas, hoje a gente já sabe que não é uma condição exatamente rara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora represente cerca de 10% dos casos de câncer em geral, esse percentual corresponde a mais ou menos 70 mil indivíduos diagnosticados por câncer por ano no nosso país. Então, desses casos de pessoas que desenvolveram câncer, por trás desses indivíduos, há diversos outros familiares que têm também alteração, e a gente pode intervir, cuidar precocemente, como o senhor bem colocou. Então é um percentual muito significativo do ponto de vista de cuidado.

E aí eu acho que é importante a gente definir o que é então o câncer hereditário, para todo mundo entender do que a gente está falando.

O câncer é sempre uma doença genética e, na maioria das vezes, adquirido por várias alterações genéticas que se somam e que vão transformando uma célula normal numa célula maligna. Mas nesse percentual, que corresponde a 10% a 15% dos casos, o indivíduo já nasce tendo herdado do pai ou da mãe uma determinada alteração genética que facilita a carcinogênese, o desenvolvimento do câncer. Por isso é que a gente vê tumores acontecendo muito mais precocemente, indivíduos que, muitas vezes, desenvolvem mais de um tumor ao longo da vida. E como essa alteração é herdada e está em todas as células, esse indivíduo também tem o potencial de passar para os seus descendentes. Então vira uma família que, do ponto de vista clínico, desenvolve muito mais casos de câncer do que a gente espera para uma família da população geral.

E foi assim que tudo isso começou. Ali na década de 50, aqueles grandes médicos começaram a descrever famílias que tinham casos de câncer muito acima do que se esperava para a população geral, começaram a descrever e publicar essas síndromes do ponto de vista da descrição clínica.

De lá para cá, muita coisa aconteceu. Nós começamos a entender que por trás desse fenótipo, que é a apresentação clínica, havia alterações genéticas. Passamos a ter tecnologia para sequenciar o nosso DNA e então comprovar essa alteração genética de um jeito muito confiável do ponto de vista técnico. E o mais importante: passamos a gerar utilidade clínica para esse tipo de diagnóstico. Então a gente sabe cuidar diferente dessas famílias, e isso muda a mortalidade.

Então como é que é o fluxo do nosso pensamento? A identificação desses indivíduos de alto risco tem um impacto muito direto hoje no manejo, tanto no ajuste de estratégias de prevenção primária, que é evitar que um câncer venha, como de prevenção secundária, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnosticar mais precocemente, e também do ponto de vista de ajustes no próprio tratamento oncológico – e o conjunto desses ajustes no manejo reduz a mortalidade por câncer. Esse é o *endpoint* que a gente quer para esse problema tão grave de saúde pública mundial.

Eu trouxe um exemplo bem rápido dos genes BRCA1 e BRCA2, só para a gente entender que uma mulher, só por ser mulher, tem ali – nessa curva de baixo, Senador – mais ou menos 12% de risco de ter câncer de mama ao longo da vida. Em quem herda alteração no BRCA1 e no BRCA2 – esse gráfico esquerdo lá de cima –, esse risco vai para 70%. Ali embaixo, é o câncer de ovário, que fica em 1%. Quem herda, às vezes, passa de 60% de chance de ter um câncer de ovário ao longo da vida. Então essas pessoas não podem ser cuidadas da mesma forma que aquelas pessoas da população geral, porque tem o risco da comunidade.

E aí, o que a gente tem hoje já pronto? De prevenção primária, a cirurgia redutora de risco da mama em quem tem comprovadamente essa alteração tem um impacto em mortalidade, reduz 64% de mortalidade. A cirurgia preventiva dos ovários também reduz mortalidade. A gente tem, como prevenção secundária, exames mais específicos da mama, que também têm impacto em mortalidade.

E, do ponto de vista de tratamento, se a paciente não teve essa chance de diagnosticar essa alteração a tempo de evitar a doença e diagnosticou o câncer, tanto o tratamento cirúrgico quanto o radioterápico, quanto o tratamento sistêmico, hoje, são modificados em função desse diagnóstico genético. Então, é um impacto imenso, tanto para quem tem câncer quanto para quem ainda não desenvolveu a doença.

E aí eu acho que... Esse exemplo do BRCA1 e do BRCA2 eu escolhi não por serem os únicos, porque, muitas vezes, a gente fala tanto deles que dá a sensação de que é única síndrome de predisposição ao câncer. Hoje nós temos quase cem síndromes descritas de predisposição ao câncer, mas ele continua sendo um exemplo muito emblemático, porque nós vivemos acho que o maior exemplo prático de como a informação e a conscientização da população podem transformar o cuidado, transformando-se, inclusive, em política de saúde mesmo.

Então, a Angelina Jolie – isso já tem mais de dez anos – publicou um relato da experiência individual dela, com muita coragem, e isso gerou um efeito, que na literatura é chamado efeito Jolie, porque houve um aumento exponencial do número de pessoas que buscam assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médica em oncogenética, do número de pessoas que entenderam o significado de um teste genético e de como isso pode trazer benefício do ponto de vista de cuidado para as famílias inteiras.

Então, acho que essa é a importância da conscientização da sociedade civil, ela já é praticada, no nosso país, também em outras datas. Por exemplo: 27 de novembro é o nosso Dia Nacional de Combate ao Câncer, já há campanhas que exploram o benefício desse tipo de conscientização; 4 de fevereiro é o Dia Mundial de Combate ao Câncer, que também é amplamente usado no nosso país, assim como no mundo todo.

E eu acho que, aqui, a gente reconhecer que esse é um problema relevante, subdiagnosticado, com intervenções muito concretas que mudam o desfecho, que pode levar educação, empoderamento, conscientização e fortalecer as políticas públicas, tanto as coisas que já estão disponíveis para a nossa população... A pessoa que entende a importância disso vai aderir melhor ao que já está disponível, bem como vai aderir melhor ao que está se construindo. O ministério tem, de fato, um esforço real, concreto de ampliar esse tipo de acesso na nossa população, e eu acho que essas datas simbólicas têm esse poder que o senhor mencionou de articulação, de mobilização social, política e, com certeza, vai fazer com que esse fortalecimento das políticas públicas tenha um impacto que a gente realmente deseja que aconteça.

Então, a proposta é que esse dia nacional, no nosso país, aconteça no dia 22 de novembro. É na mesma semana do Dia Nacional de conscientização de Câncer – então a gente facilitaria uma campanha combinada, porque, no fim, é tudo o mesmo assunto – e também é o dia oficial de fundação da Rede Brasileira de Câncer Hereditário. Acho que a gente talvez seja o órgão que esteja mais articulado, juntando todas as especialidades, que são múltiplas, que trabalham nessa área e que podem se somar e fortalecer a oncogenética no nosso país.

Então, eu queria só, mais uma vez, agradecer, Senador, e dizer que a gente está completamente à disposição para ajudar no que a gente puder em relação ao combate ao câncer no nosso país. Eu espero que esse passo que a gente está dando juntos seja o primeiro de muitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Ana Carolina.

Olha, a senhora estava falando aí e eu estava voltando no tempo aqui. A minha mãe teve câncer no mediastino, em dois mil... detectou em 2005, mais ou menos, aí a gente teve a oportunidade de ir à Mayo Clinic, lá nos Estados Unidos. Na época – acho que foi mais ou menos nessa data –, fez cirurgia e tudo. E lá, eu e a minha irmã, nós... Foi um negócio interessante. Eles estavam, para você ver como isso já... A tecnologia vai avançando e vai dando essas oportunidades para a humanidade, né? Isso que vocês estão trazendo aqui é um presente para os brasileiros.

Eu quero até que você agradeça à Dra. Ana Studart por essa oportunidade, porque eu lembro que, depois de tudo, a Mayo Clinic disse: "Olha, a gente precisa fazer um teste com o seu filho [a minha mãe é a Erbene], D. Erbene, e com a sua filha. Eles estão aí?". "Estão." E aí a gente foi. Autorizamos, tivemos que assinar e tal. E aí tomamos um contraste, na época lá, um contraste para ver se poderia desenvolver em mim e na minha irmã esse... Era câncer medular, era medular. Aí, eles fizeram tudo e, depois, disseram: "Não, não tem [e tal]. Está aqui".

Mas foi interessante, porque, eu não sei como é que é hoje. Hoje não tem mais necessidade de contraste, né? Mas, na época... Eu nunca tive uma sensação... Mas o médico falou, disse: "Olha, você vai tomar isso aqui. Você vai passar uns milésimos de segundo em que você vai quase perder a consciência". E aquela sensação é muito forte para mim até hoje, porque eu achava: "Não, ele está exagerando. Isso aqui... Ele está dizendo que vai ser ruim, amargo". Quando eu tomei, era um negócio de metal e foi uma sensação de fraqueza, assim, por milésimos de segundo, mas parecia uma eternidade para mim, né? E olha como evoluiu e hoje a gente chega nesse momento aqui para ouvir, para aprender. E eu agradeço muito essa oportunidade.

Então, agora, dando sequência, nós vamos aqui ouvir também a Dra. Andreza Souto, Oncologista Clínica e Oncogeneticista.

Muito obrigado pela sua presença.

A senhora tem cinco minutos, com a tolerância da Casa, para fazer a sua exposição também.

A SRA. ANDREZA SOUTO (Para expor.) – Olá! Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

Acho que suas palavras foram a introdução, um pouco, do que a gente vai falar.

A Aninha foi brilhante na apresentação.

Eu vou tentar trazer um pouco mais de dados, que eu acho que realmente é o que acaba impactando também a população.

Aqui eu estou representando hoje... Acabou não sendo falado no início, mas não tem problema, eu sou Oncologista e Oncogeneticista, mas também hoje falo sobre o Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, o Grupo EVA. Como a Ana falou, a gente é uma associação de vários grupos na luta pela causa. Também represento aqui, sou membro do Comitê de Apoio aos Pacientes do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama, que é o Gbecam, cujo Vice-Presidente está aqui, que é o Romualdo. E também faço parte do Comitê de Oncogenética da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Então, aqui, represento todos os pacientes e familiares que convivem diariamente com o que a gente fala que é o impacto silencioso do câncer hereditário.

Como você mesmo falou, muitos de nós conhecemos alguém que já teve um diagnóstico de câncer, talvez próximo, algum amigo, mas, no câncer hereditário, não estamos diante de um caso isolado. Trata-se de uma herança genética silenciosa que atravessa gerações e aumenta significativamente o risco de tumores altamente agressivos. Como a Ana falou, são 10% de todos os casos de câncer que têm origem hereditária, e a gente tem os destaques aí para mama, ovário, próstata.

Então, no Brasil, a gente tem centenas de milhares de pessoas que convivem com mutações como BRCA1, BRCA2, TP53. Então, trazendo um pouco da magnitude desses dados, mulheres com mutações, como você falou, podem ter um risco de 70% de desenvolver câncer de mama ao longo da vida.

No câncer de ovário, a gente aumenta de 1% da população geral até 44% para quem tem essas mutações. E, sobre a Lynch, que a gente às vezes não fala tanto – talvez tenha falado um pouco mais depois da morte da... por câncer de intestino –, o câncer colorretal pode chegar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

70%, muitas vezes antes dos 40 anos. É o risco de câncer colorretal para quem tem a síndrome de Lynch, que são genes que podem aumentar o risco de câncer colorretal.

Então, tudo isso ocorre apesar de sabermos que intervenções preventivas podem reduzir em até 80% esse risco. No entanto, por falta, muitas vezes, de conhecimento, de acesso, de informação estruturada, essas pessoas quase sempre descobrem seu risco apenas após o diagnóstico – muitas vezes tardio – ou após algum familiar. Então, as sociedades que aqui eu represento estão trazendo perspectivas individuais e trabalhando incansavelmente para mudar essa realidade.

Então, do ponto de vista do EVA, a gente tem tumores ginecológicos agressivos sendo diagnosticados em mulheres jovens; e um dado: 24% dos cânceres de ovário têm origem genética – é muito alto, né? –, o que poderia ter sido evitado com o diagnóstico precoce e com uma cirurgia redutora de risco, como a retirada dos ovários, que a própria Angelina Jolie fez.

No comitê de apoio aos pacientes de câncer de mama, a gente vê várias, sucessivas famílias com câncer de mama, e isso mostra que uma em cada cinco mulheres com câncer de mama diagnosticado antes dos 35 anos – ou seja, mulheres jovens – vai ter uma mutação hereditária. Essas mulheres, que estão ali no mercado de trabalho, que vão ter os seus filhos, poderiam descobrir essa mutação antes e, consequentemente, viver sua vida sem um diagnóstico.

Pela Sociedade Brasileira de Oncologia, principalmente na área da oncogenética, a gente reitera aqui que é importante dizer que países como Canadá, Reino Unido e Austrália conseguiram, por políticas públicas estruturadas, reduzir a mortalidade, aumentando a detecção precoce, otimizando os custos e o sistema de saúde. E a gente, com certeza, no Brasil, tem pesquisadores, médicos e sociedades científicas preparados para apoiar esse avanço. Só falta a gente transformar esse conhecimento, talvez, numa política de Estado.

Então, aqui hoje, a gente está falando do poder da conscientização. Identificar indivíduos de alto risco pode reduzir a mortalidade. A prevenção personalizada, como a Ana mostrou, com rastreamento intensivo, com exames de rastreio, como ressonância ou mamografia, aumenta a chance de diagnóstico precoce e reduz tratamentos agressivos, reduz custos também, melhora a sobrevida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As cirurgias redutoras de risco, claramente, em vários estudos, mostram que são custo-efetivas – na hora em que a gente propõe para um paciente a retirada das mamas, a retirada dos ovários –, a gente tem uma redução de risco aí já em torno de 90%. E países que instituíram marcos de conscientização observaram crescimento significativo em consultas, testes e prevenção.

Então, instituir o dia de conscientização do câncer é a ponte que o Brasil precisa para levar essa informação do consultório para a praça pública, democratizando o conhecimento e salvando vidas. Então, criar uma marca anual que incentiva o diálogo sobre o histórico familiar, orienta pacientes e profissionais sobre o rastreamento genético, e direciona recursos públicos para onde a prevenção realmente salva vidas e reduz custos, já que, ao detectar um tumor avançado, a gente sabe, pode custar dez vezes mais do que prevenir.

Então, trata-se de assumir um compromisso real com a vida, com a equidade, o futuro das famílias brasileiras, como você bem falou. E esse dia vai muito além de uma conscientização; ele simboliza prevenção, diagnóstico precoce, acesso junto ao cuidado e, acima de tudo, possibilidade concreta de esperança para quem carrega um risco hereditário. E que esta Casa seja protagonista na construção de um país – e, aí, eu termino – onde nascer com a predisposição genética não signifique nascer com menos chances.

Então, trouxe dados que possam impactar, mas, principalmente, a partir de um poder de conscientização, trazer isso para o público, para as pessoas se empoderarem de uma informação e buscarem mais conhecimento. A partir daí, a gente brigar por políticas públicas para trazer testes, para trazer melhoria de cirurgias redutoras e até tratamentos para essas pacientes.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Muito bem, Dr. Andreza Souto, que é oncologista clínica e oncogeneticista.

Olha, estou aprendendo muito aqui. A mesa é de altíssimo nível nesta audiência pública.

Eu fico, realmente, dizendo: "Poxa, se está à disposição da gente, com o avanço da ciência, da tecnologia"... Por que não? Para preservar vidas, a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos, daqui a pouco, ouvir a Dra. Suyanne Monteiro, do Ministério da Saúde, e eu acredito que, com certeza, o Ministério da Saúde já deve estar bem atento, até já agindo nesse sentido. Mas pode ter certeza que, no que depender dos Senadores desta Casa, e eu falo aqui sem medo de errar, é praticamente a unanimidade ou a unanimidade mesmo: por que não a gente avançar fortemente para poupar vidas, sofrimentos com o uso da tecnologia? Porque a tendência é essa. Agora, eu não sei quanto é que custa um teste desse para já...

Eu quero até perguntar de forma prática para vocês, quando puderem responder: quanto é que vale uma vida? Quer dizer, se essa tecnologia está à disposição, já, não tem nem o que pensar, é prioridade do orçamento, tira de outras coisas que efetivamente podem ser... E só o que tem é supérfluo, infelizmente, é isso que a gente vê, privilégios, enfim... Tira e coloca para salvar a vida dos brasileiros, com testes, disponibilizar... E o dia é um passo importante, mas eu já estou vendo até além.

Você gostaria de falar, Dra. Ana Carolina? Fique à vontade.

A SRA. ANA CAROLINA LEITE GIFONI (Para expor.) – Eu acho que o senhor tocou num ponto superimportante, né, Senador?

Assim, a tecnologia está disponível, o teste está disponível, e, hoje, o custo do teste é realmente muito acessível, principalmente se a gente compara com o que já foi no passado, né? Então, hoje, um teste padrão-ouro, em que a gente consegue dizer que um paciente foi bem investigado, de uma forma segura, ele custa em torno de R$1.500, não é um investimento financeiro grande. A questão é que – e o ministério tem olhado para isso com responsabilidade – o teste não basta.

Então, a incorporação disso na saúde pública... Na saúde privada, na saúde complementar, a gente já tem isso disponível no nosso país há mais de dez anos. A incorporação na saúde pública é mais complexa, mas ela está avançando. Mas é mais complexa porque nós precisamos, na verdade, de uma linha de cuidado.

Então, não é só a gente testar. A gente precisa ter, à disposição, uma estrutura que cuide desse paciente que tem a alteração genética e que consiga entregar para ele todas essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intervenções que dão sentido ao teste. Então, o teste só tem sentido se a gente conseguir modificar o risco daquele paciente.

E aí, essas cirurgias redutoras de risco, os exames adicionais, tudo isso está sendo construído de uma forma mais lenta do que a gente queria – pela complexidade, né? –, mas eu acho que a gente nunca teve tão, tão próximo assim de trazer isso para a prática, porque tem sido realmente muito discutido, amplamente discutido em diversas frentes, assim.

Mas eu concordo com o senhor, e eu acho que, para quem tem o acesso, para quem é da saúde suplementar, para quem tem o acesso particular, por financiamento próprio, falta às vezes só essa parte da informação, porque, às vezes, até no nosso próprio consultório, alguns pacientes ainda convivem com uma certa incerteza do benefício do teste, né? E é aí onde a gente já pode mudar muita coisa mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom, que bom, (*Fora do microfone.*) Dra. Ana Carolina.

A Dra. Renata também queria fazer um comentário sobre esse assunto que eu lancei do custo e da disponibilização.

A SRA. RENATA SANDOVAL (Para expor.) – Senador, eu quero chamar a atenção a que, antes até do que uma ferramenta molecular de alto custo, a gente tem a questão da educação e do conhecimento.

Então, a gente só consegue reconhecer o que a gente conhece. Então, acho que a gente tem que deixar claro aqui que não existe um teste para uma pessoa saber se ela vai ter câncer ou não.

Na realidade, a maior parte das pessoas vão ter câncer por envelhecimento, fatores ambientais, e isso é o risco habitual populacional. O que a gente quer aqui é criar uma conscientização do que é fora do padrão populacional.

Então, as famílias que geralmente apresentam câncer hereditário, elas têm um padrão de adoecimento diferente. Então, antes de um teste genético, a gente precisa fazer – não só a população, como os colegas da área da saúde – e reconhecer o que é diferente. Porque, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não vou ter um teste, mas se eu tenho uma família que preenche critérios clínicos, observação, exame clínico, a história, você pegar a história familiar... Então, com esses dados, você já consegue chegar muito próximo a um diagnóstico, e, muitas vezes, aquilo já tem uma utilidade clínica.

O que a gente vê, hoje em dia, é que as pessoas não são reconhecidas porque esses profissionais não conhecem essas condições. E também – continuidade da fala da Ana Carolina – o que a gente pensava que era raro pode ser algo menos comum. Então, a Flávia vai falar sobre câncer na infância. O.k., menos de 0,2% das crianças vão ter câncer. É algo raro, mas acontece. É claro que a gente precisa ter dados populacionais, epidemiológicos, para a gente poder guiar as decisões. Mas, para o indivíduo, para a pessoa, ou aconteceu ou não aconteceu.

Agora, qual que é a nossa responsabilidade? A gente entender estratificação de risco. Então, quais são os cenários em que eu vou ter, de repente, pessoas num risco mais elevado?

Porque vale também a pena a gente deixar bem claro aqui que esse assunto é um assunto muito delicado. O senhor mesmo contou algo muito pessoal do quanto a sua mãe ter tido um câncer... Você lembra exatamente o dia em que você estava lá, o exame que você fez, né? Então, para quem já vivenciou isso na família, num familiar próximo, isso é extremamente tocante e, muitas vezes, paralisante até. É um medo paralisante, né?

Então, às vezes, as pessoas que fogem um pouco dessa área da oncogenética é porque acham que a gente vai ter um teste que vai falar: "Olha, essa pessoa vai ter câncer em tal idade, nesse lugar." la ser maravilhoso se a gente tivesse isso, mas o que a gente tem é a estratificação de risco e, dentro disso, adequar a prevenção para cada situação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

A Dra. Suyanne... Segura um pouquinho aí, porque eu acho que a curiosidade grande de quem está nos assistindo, principalmente, vai ser ouvi-la para saber as novidades, o que é que está previsto.

Eu, particularmente, assim, acredito muito na saúde integral. Eu tenho o ser humano como não só o físico, emocional, psicológico, eu vou até além, o espiritual. Eu admiro muito o Ministério da Saúde do Brasil, que fez uma conquista histórica das práticas integrativas, que, inclusive, a gente apoia sempre lá no Estado do Ceará e aqui também, porque eu vejo que ajuda na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreensão disso tudo, na saúde integral do ser humano. É a questão da ioga também, da acupuntura, sabe? Eu acho que isso é muito importante.

Eu vejo uma relação – como leigo, quero deixar bem claro aqui, a gente está com especialistas, pessoas que estudaram isso, eu não estudei, mas eu já li alguns livros, e me interesso muito por... Eu acho que... Tem um livro que se chama *A Cura do Perdão*, alguma coisa assim, uma coisa mais ou menos assim, que mostra que, muitas vezes, o rancor que você tem, uma mágoa, é um fator que tem ligação com o câncer.

Não, eu estou colocando como leigo, eu não estou falando aqui... Mas eu sou muito verdadeiro no que eu falo. Eu já li, não foi um livro, não, foram vários livros nesse sentido, que mostram que isso... Não sei se é o ambiente que a gente vive, a alimentação também pode ter fator, viver próximo de algo que atrapalha... questão de fábricas, de produtos químicos, isso pode desenvolver também, a gente já viu isso até em filme, mas é algo que é uma posição minha, que não estudei o assunto, mas eu vejo que o perdão liberta, por exemplo, deixa a pessoa mais leve e pode, de uma certa forma, ter uma qualidade de vida melhor, para até evitar algum tipo de situação mais grave.

Mas vamos ouvir quem entende. Eu gostaria de, agora, ouvir a Dra. Patrícia Prolla, que é Médica Geneticista e Oncogeneticista, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das mais respeitadas do país, Hospital das Clínicas de Porto Alegre e Diretora Científica da Rede Brasileira de Câncer Hereditário. A senhora tem... Muito obrigado pela sua presença, Doutora. A senhora tem cinco minutos com a tolerância aqui da Casa, para a sua exposição.

A SRA. PATRÍCIA PROLLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Começo fazendo o meu agradecimento muito sincero ao Senador Eduardo Girão, é um privilégio para nós estarmos aqui, discutindo esse tema que nos é tão caro; e também quero cumprimentar as minhas queridas colegas que estão compondo a mesa, todas extremamente felizes nas suas colocações.

E para não duplicar aqui nenhuma colocação, eu gostaria de, aqui com a minha representação da Sociedade Brasileira de Genética Médica, da Rede Brasileira de Câncer Hereditário, dizer também que eu tenho historicamente atuado muito fortemente como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisadora nessa área da oncogenética no país e, recentemente, tive a felicidade de receber fomento do nosso querido CNPq como coordenadora para a criação de um instituto nacional de prevenção e saúde de precisão, especificamente na oncogenética.

Então a minha fala, Senador Girão, ela é mais como pesquisadora para complementar o que já foi colocado pelas colegas, que é a importância da criação deste dia para aproximar a comunidade, para aproximar justamente a pessoa que é leiga no assunto do especialista, do profissional de saúde e também do pesquisador.

O Brasil tem investido fortissimamente na área da genômica, na área de conhecer o genoma do brasileiro. O Ministério da Saúde tem feito uma série, um conjunto de projetos com grande investimento do ministério, para conhecer a constituição genética do povo brasileiro e também para conhecer melhor as características genéticas que levam à doença em brasileiros. E isso é uma iniciativa extremamente importante, mas que não faz sentido se nós não acoplarmos essas descobertas e essa nova tecnologia a uma forma de alcançar essa alta tecnologia para a pessoa que está lá, no dia a dia, que não é um cientista, que não é um médico, que não é um profissional de saúde e que eventualmente vai ser acometida por essas doenças. Então, essa transição do conhecimento superespecializado de um projeto de pesquisa, de uma análise dos genes, de uma análise genômica, para a vida do brasileiro, é extremamente importante.

Nesse contexto, a criação do dia nacional de conscientização sobre o câncer hereditário vai ser extremamente importante para facilitar essa aproximação do público ao conhecimento científico e ao que existe de mais moderno, o que está sendo desenvolvido de mais moderno, para trazer esse conhecimento para a vida das pessoas e efetivamente conseguir usar essa alta tecnologia para a prevenção do câncer.

Eu queria acrescentar também uma coisa que talvez não tenha ficado clara, que é uma coisa que também é pouco falada: que todo e qualquer tipo de câncer tem uma versão hereditária. Então, qualquer câncer que o senhor imaginar, câncer de pulmão, câncer de mama, câncer de intestino, câncer de pele, qualquer tipo, câncer de útero, como a colega Andreza falou, câncer de colo de útero até mesmo, todos os tumores têm uma versão hereditária. E, em conjunto, as pessoas que têm essa predisposição são um número bastante expressivo de brasileiros. No momento em que a gente identifica uma pessoa que tem a predisposição hereditária, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também consegue alcançar outras pessoas ainda sem câncer dentro daquela família, e nessas pessoas fazer esforços para evitar que o câncer aconteça.

Então, essa oportunidade que nós temos aqui de criar um dia de conscientização do câncer hereditário também tem este papel muito importante, que é um papel complementar a uma iniciativa grande que já vem sendo feita no Brasil de conhecer melhor o genoma do brasileiro, de saber como usar essa informação e de mostrar para a população que essa informação pode ser usada em benefício das pessoas diretamente.

Então, eu termino a minha manifestação com bastante entusiasmo, com gratidão também pela oportunidade de estar aqui, com gratidão ao senhor, Senador, por ter levado essa pauta adiante. Eu fico muito feliz de encontrar aqui queridos colegas, porque todos nós defendemos essa mesma bandeira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Patrícia... É "próla" ou "prôla"?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É "próla".

Muito bem. Muito obrigado pela sua presença.

Se puder ficar e continuar conosco ainda, porque eu vou daqui a pouco ler algumas perguntas da população, que estão chegando, já temos algumas, e para as suas considerações finais depois, se quiser fazer um complemento, isso será muito bem-vindo.

Eu estou encantado. É um presente que vocês estão dando aqui para o Senado Federal, que é uma Casa bicentenária, com esta oportunidade de jogarmos luz a essa pauta tão importante para a saúde dos brasileiros.

Então, eu gostaria agora de ouvir a Dra. Flávia Delgado, que é Oncopediatra. E, quando fala de criança, é aí que toca o coração mais forte ainda, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença aqui, Doutora. A senhora tem cinco minutos com a tolerância aqui da Casa.

A SRA. FLÁVIA DELGADO (Para expor.) – Bom dia, Senador, bom dia a todas e todos.

É um prazer estar aqui falando dessa pequena parcela da população, mas que é tão importante até por uma questão de tempo de vida. Então, quando a gente pega as crianças da faixa etária pediátrica até a adolescência, elas têm muito mais tempo de vida; então, a gente tem que prevenir comorbidades e cuidar dessa vida integralmente, pensando numa vida futura.

Então, só para me apresentar, eu sou Flávia Delgado Martins. Eu sou Oncopediatra do Hospital da Criança de Brasília. Nós, eu e a Dra. Renata, temos um ambulatório de síndrome de predisposição ao câncer, em que a gente faz o acompanhamento dessas crianças no serviço público de saúde, e também sou a Segunda Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, e membra do Comitê de Medicina de Precisão da Sobope.

Então, o Inca (Instituto Nacional do Câncer) estimou para o triênio agora, de 2023 a 2025, cerca de 7.930 casos por ano de câncer infantil, e o câncer, na faixa etária de 1 a 19 anos, é a doença que mais mata no nosso país, assim como nos países desenvolvidos. Ele fica atrás apenas das causas externas, dos acidentes, etc.

Embora pareça estranho falar de câncer hereditário na infância, é um assunto muito importante porque, nessa faixa etária, a gente não tem prevenção de câncer. É diferente da faixa etária do adulto, em que você pode dizer "não beba, não fume, não tome só, não coma carne demais". Na faixa etária pediátrica, o que a gente pode fazer é diagnóstico precoce. Então, cerca de 10% dos pacientes com câncer infantil estão ligados a síndromes de predisposição ao câncer, mas isso se torna muito mais expressivo com alguns tumores específicos, como o carcinoma de adrenal, carcinoma de plexo coroide, retinoblastoma, que alcançam uma associação de até 50%.

Identificar uma síndrome de predisposição ao câncer, através de uma neoplasia infantil, pode alterar a terapia da criança, altera a taxa de cura e altera os efeitos adversos que a criança vai ter dessa terapia, prevenindo, por exemplo, cânceres secundários ao tratamento. E permite ainda uma vigilância personalizada, o diagnóstico precoce, a prevenção de outros tumores e também orientações sobre as decisões reprodutivas dessas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os benefícios vão além, como minhas colegas já disseram, porque o diagnóstico também possibilita o aconselhamento genético de toda a família, permite identificar os portadores assintomáticos e estende os benefícios do rastreamento antecipado dessas medidas preventivas.

Então, eu aproveito o momento também para parabenizar o Comitê de Medicina de Precisão da Sobope, que, com apoio do CNPq, desde o início de 2023, através de um estudo prospectivo, promoveu a testagem de 600 pacientes pediátricos em 17 estados brasileiros, mais o Distrito Federal. Nosso objetivo agora, futuro, é divulgar esses resultados e – quem sabe? – tornar uma ferramenta para todo o sistema público de saúde.

Eu penso que a instituição do Dia Nacional do Câncer Hereditário dá visibilidade a esses projetos, como o da medicina de precisão, e a outros projetos que fomentam conhecimento e estimulam a sociedade civil e o poder público a se mobilizar em prol desta causa para melhorar os desfechos, reduzir a mortalidade e proporcionar um acompanhamento integral ao longo de toda a vida, para os pacientes e suas famílias.

Espero que eu tenha sido breve o suficiente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Oh, querida, muito obrigado, Dra. Flávia! Muito obrigado pela sua participação.

Daqui a pouco, também, se quiser fazer algum complemento que julgue ser necessário e responder às perguntas aqui, eu vou, já, já, passar a palavra.

Mas, agora, vamos ouvir a Dra. Renata Sandoval, que é Coordenadora da Genética Médica do Hospital Sírio-Libanês, um dos mais respeitados do país, aqui de Brasília, e, também, do Hospital da Criança José Alencar, de Brasília.

Muito obrigado pela sua presença, Dra. Renata.

A senhora tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

A SRA. RENATA SANDOVAL (Para expor.) – Eu agradeço imensamente, Senador, por o senhor ter trazido essa pauta. Para a gente, é um orgulho e um marco, não só estar aqui com muitas pessoas que eu admiro e que trabalham a favor dessa causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, o que senhor falou: há dois anos que o senhor teve a oportunidade de ouvir a Ana Carolina Gifoni, e, depois de dois anos, a gente está aqui, eu acho que... Assim, a gente pode tudo, se a gente une forças e a gente passa a entender.

É o que o senhor falou: "Como leigo, eu falo algumas coisas...", mas o nosso objetivo, exatamente, é tentar homogeneizar o conhecimento, tanto para quem é leigo... porque a gente pode explicar essas coisas de uma forma mais simples. Isso não é só da alçada do pesquisador, de alguém altamente especializado, é da alçada de todos nós.

Então, eu vou ser breve, também, mas eu gostaria de falar, então, que a gente está falando de pessoas. A gente não está falando de algo abstrato – câncer hereditário. E eu trago aqui – para quem não está acostumado – um heredograma, uma história familiar que a gente representa com símbolos.

Nessa história familiar que eu estou apresentando para vocês, a gente tem os quadradinhos, que significam os membros da família do sexo masculino, e os círculos, que são as mulheres. E, para cada linha que vem subsequente, são as diferentes gerações.

Então, eu vou contar para vocês de uma paciente minha que me procurou. Ela estava em um luto ainda, né? A irmã, falecida há três meses, de um câncer de ovário, numa idade jovem. A irmã teve um câncer de ovário aos 48 anos e faleceu logo em seguida. Essa paciente era uma paciente que estava chegando para mim em um luto, e depois de uma cirurgia de retirada de ovário. Por quê? Ela era pré-menopáusica, então os ovários dela ainda funcionavam. Ela dependia daqueles hormônios, mas, pela história da irmã, o ginecologista se sentiu motivado o suficiente para retirar os ovários sem uma investigação até mais aprofundada.

Então, quando a paciente chegou para mim, ela tinha feito uma cirurgia ainda sem um resultado de um teste genético, a que ela seria elegível, que ela seria candidata a fazer. Por quê? A irmã, além de ter tido câncer de ovário jovem e falecido, ela tinha feito uma testagem genética que tinha identificado uma alteração no gene BRCA1, que tanto a Dra. Andreza como a Dra. Ana Carolina mencionaram para vocês.

Hoje em dia, a gente sabe que 30% dos casos de câncer de ovário do tipo epitelial estão associados a alguma questão hereditária, e é extremamente relevante a gente saber quem são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pessoas, porque a gente não tem prevenção de câncer hereditário com exames. Então, eu posso fazer exames mensais, trimestrais, no sangue, com imagem, e isso não é suficiente para garantir um diagnóstico precoce e um impacto em mortalidade por câncer de ovário.

Quando a paciente veio me contar a história, ela falou: "Nossa, Doutora, ninguém imaginava, porque meu pai tem 83 anos, é saudável, e, apesar de eu ter histórias de primas, eu não achava que eram familiares próximas relevantes", e, para câncer hereditário, a gente chama de familiares próximos e relevantes os de primeiro, segundo e terceiro graus. Terceiro grau são primo em primeiro grau e tios-avós, é diferente do grau do direito; então, assim, é um pouquinho diferente o jeito que a gente identifica. E aquela história do padrão clínico que eu falei para vocês. Então, alguém que sabe reconhecer uma síndrome de predisposição a tumores vai olhar uma história familiar desta: irmã com câncer de ovário, tia paterna com câncer de ovário e quatro primas com câncer de ovário e mama, sendo três delas acometidas abaixo dos 40 anos. Então, isso é um exemplo de um padrão de adoecimento diferente do que a gente espera na população, e esses casos dessa parte da família da tia, que teve as filhas acometidas, isso já aconteceu há muitos anos. Então, essa história já existia há muitos anos.

Eu só faço essa área, apesar de ser muito triste receber alguém com falecimento recente, mas só agora é que a gente vai ter a capacidade – claro, se esses familiares forem testados e a gente identificar quem realmente necessita de uma prevenção diferenciada e que essas pessoas tenham adesão ao que a gente tem hoje disponível – de mudar a história dessa família e ninguém mais falecer de câncer, porque isso é possível, diante de uma estratificação de risco adequada e da implementação das medidas, seja por uma vigilância intensificada, seja por cirurgias redutoras de risco. Isso teria um impacto.

Então, é mais para a gente colocar em pessoas, apesar de ali serem símbolos, mas é uma ilustração do que a gente está falando aqui na vida real, em termos de identificação de um padrão clínico diferente, de testagem.

E, mais uma vez, gente, uma vez que tem alteração na família, não adianta fazer coisas para familiares que ainda não foram testados, porque pode ser que a pessoa não tenha aquela alteração. Então, imagine eu ser submetida a uma cirurgia mutiladora e, de repente, eu não tenho aquela variação. Por quê? Se meu pai tem, é 50% de chance de eu ter herdado, não é 100%. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente não pode colocar, trocar os pés pelas mãos. A gente tem uma sequência de condutas e eventos, e só assim a gente vai trazer um impacto importante na vida das pessoas para que elas continuem bem, funcionais, sem medo, porque, às vezes, as famílias que são muito acometidas têm um medo paralisante.

E daí vou aproveitar até a fala do senhor, porque é uma coisa muito de medo da sociedade, já que a gente está falando de conscientização. Até a década de 70, não se faziam exames preventivos, as pessoas só buscavam um médico quando tinham muitos sintomas. E elas têm a ideia de que quem procura acha; então, se eu for identificada com algo, eu vou morrer daquilo, porque não tem o que fazer, porque aconteceu isso com meus familiares. Isso é uma interpretação equivocada. A gente descobriu, para algumas coisas que são comuns ou algumas populações que são de mais alto risco, que, se ofereço a prevenção, fazer exames antes de ter sintomas, isso faz toda a diferença.

Então, a questão da conscientização do câncer hereditário é também trazer isto: você ter uma alteração não quer dizer que você vai morrer de câncer, não quer dizer que você vai ter câncer; na verdade, é uma oportunidade, caso algo aconteça, de você identificar inicialmente e que isso não traga nem morbidade nem mortalidade, porque, por exemplo, um câncer de mama inicial, nem quimioterapia, de repente, ela vai receber, é uma cirurgia, alguns complementos, mas não vai receber quimioterapia. Então, é nesse sentido que eu trago esse caso, para ilustrar a nossa fala e trazer mais para o mundo real todos esses medos. Acho que a Marie Curie falava que a gente deve conhecer as coisas, não adianta ter medo de algo que a gente não conheça.

E devo aproveitar até a fala do senhor, o senhor comentou do perdão. Isso é muito importante, dos estresses da vida, das tristezas, mas acho que os pacientes com câncer já trazem um estigma muito grande de aquilo ter acontecido com eles. Eu acho muito complicado as pessoas acharem que, por uma tristeza, por elas não terem tido uma resposta, uma reação, que o câncer aconteceu com elas por causa disso. E tristeza, tragédias não causam câncer, se fosse assim, os países em guerra iam ter um índice de câncer, uma incidência imensa. Então, na verdade, criança tem câncer, cachorro tem câncer, gato tem câncer; então, qualquer organismo que tenha células que se multiplicam pode ter um câncer. E daí, por isso, também – não é, Senador? –, a importância de a gente passar um conhecimento adequado, para as pessoas poderem se posicionar e até terem decisões mais informadas sobre as coisas que acontecem ao redor delas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Eu não sei também a relação da queda da imunidade, porque isto também influencia, uma mágoa, uma tristeza, uma depressão, isso faz a imunidade baixar. Eu não sei até que ponto está tudo ligado, mas o importante é o seguinte: parabéns pela sua palestra, Dra. Renata! Muito obrigado por sua presença aqui, Dra. Renata Sandoval.

E vamos ouvir agora o Dr. Romualdo Barroso, Vice-Presidente do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama. Depois a gente fecha com o Ministério da Saúde, a Dra. Suyanne, que estará conosco em instantes, e depois a gente faz as considerações finais. Eu vou ler as perguntas aqui para quem se sentir confortável...

Oh, perdão, a Dra. Ana. Daqui a pouco, Dr. Romualdo, Dra. Ana, e a gente fecha com a Dra. Suyanne e faz as considerações finais com as perguntas aqui.

Dr. Romualdo, muito obrigado pela sua presença. O senhor tem cinco minutos, com a tolerância da Casa, para fazer sua exposição. Muito obrigado.

O SR. ROMUALDO BARROSO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É uma grande honra estar aqui na Comissão de Assuntos Sociais, especialmente porque o senhor é meu conterrâneo. Somos lá do Ceará e estou mais feliz ainda que a gente saiu da zona. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Explique, porque esse negócio de sair da zona pode passar outra ideia.

O SR. ROMUALDO BARROSO – É a zona do rebaixamento da Série A, nosso Leão, nosso Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Por isso você está a caráter.

O SR. ROMUALDO BARROSO – É o Laion.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, assim, falando que o futebol é, das coisas menos importantes, a mais importante, como diria Nelson Rodrigues, vamos para as coisas importantes.

Eu queria também agradecer à Aninha, Ana Carolina Gifoni, por estar articulando tudo isso aqui. É uma grande honra estar representando o Gbecam, a diretoria da Sboc também. Ana, obrigado.

O câncer de mama, que é o que eu mais trabalho e cuido nas minhas pacientes, tem uma importância especial, Senador, aqui neste debate, porque o câncer de mama é o mais prevalente câncer entre as mulheres no mundo todo. E, se a gente for fazer uma conta rápida, no Brasil, de 80 casos mais ou menos estimados no Inca, 5% a 10% têm uma relação hereditária, ou seja, a gente está falando de 4 a 8 mil novos casos de câncer de mama relacionados à hereditariedade todos os anos no nosso Brasil.

E, dada essa importância, fica claro que conhecimento traz liberdade. Em *Dom Quixote*, Miguel de Cervantes escreveu, dizendo ao Sancho, que a liberdade é o maior presente, a maior dádiva que nós recebemos dos céus. E essa liberdade, em câncer hereditário, é ter acesso ao diagnóstico, porque, se nós não tivermos esse acesso, a gente fica aprisionado no medo das incertezas que vêm do futuro.

Então, eu acho fundamental o senhor estar trazendo este espaço à gente, nessa instrução para a criação deste Dia Nacional de Câncer Hereditário. Ele joga luz, tira da escuridão, joga luz a esse número de brasileiros que hoje ainda não têm acesso à informação, não têm acesso ao diagnóstico, e por isso não podem escolher e serem donos dos seus próprios destinos.

O trabalho da Ana, da Andreza, da Ana Carol, da Renata é fundamental, porque, nessa consulta genética, elas conseguem dirimir várias dúvidas, dar um direcionamento, uma clareza dos próximos passos para o paciente e para os seus familiares. Recentemente, com a ajuda da Dra. Renata, nós tivemos uma tese de mestrado no SUS aqui de Brasília, em que a gente encontrou um exemplo de um caso de uma paciente que, já na sua quinta década de vida, descobriu que tinha um tumor hereditário e numa coisa que a gente chama de teste em cascata. Nós fomos buscar a família dela, e 17 pessoas foram diagnosticadas com a mutação que confere risco a esse mesmo câncer, que essa paciente teve. Então, isso transforma a vida de famílias, não é de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indivíduo. Então, a importância aqui desta Comissão e desta sessão é justamente esta: trazer luz e liberdade para essas pacientes.

Eu queria fazer eco aqui ao que já foi falado, tem havido uma grande colaboração entre a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e o Ministério da Saúde. Recentemente, foi aprovado um novo PCDT de mama, porém eu peço para o senhor que ajude para que nós coloquemos também o PCDT dentro do SUS, nossas diretrizes, questões relacionadas ao câncer hereditário. Como a Ana Gifoni falou, se nós não tivermos uma linha de cuidado, esse paciente, mesmo que ele seja diagnosticado dentro do Sistema Único de Saúde, fica sem uma abordagem definida, um protocolo, e fica à mercê do médico ou do serviço em que ele está.

Então, a criação da rede brasileira eu tenho certeza de que vai acelerar e vai melhorar, de maneira muito significativa, o cuidado desses pacientes no Sistema Único de Saúde.

Eu encerro, agradecendo mais uma vez, Senador, ao Senado Federal, na sua pessoa, por abrir este espaço. Um dia a gente vai comemorar de fato a criação desse Dia Nacional do Câncer Hereditário.

Um abraço para as minhas amigas, minhas colegas que eu admiro muito e que têm levantado essa bandeira já há muitas décadas.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Romualdo Barroso, Vice-Presidente do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama.

Inclusive, não sei se o senhor tem conhecimento, nós levamos lá para Juazeiro do Norte – foi o 18º estado, demorou para chegar ao Ceará, mas foi através do nosso mandato – um centro de prevenção ao câncer do colo de útero e mama. Deve estar sendo inaugurado agora, nos próximos dias, após dois anos de construção praticamente. Lá do Hospital de Barretos, o Hospital de Amor, lá de São Paulo; nós levamos esse investimento para Juazeiro, que vai atender a todos os municípios do Cariri cearense. Com essa informação eu acho que o senhor vai ficar feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o senhor falou uma coisa que é algo que a gente sempre fala aqui entre os Senadores. Quando alguém adoece, não é o indivíduo; a família adoece junto, porque é o amor que une. É aquela coisa, né? A base de tudo na sociedade é a família. Então, fica todo mundo muito preocupado de todas as formas, e mexe com todo mundo. Então é interessante isso.

E quero dizer o seguinte: faz quanto tempo? Será que faz dois anos? Estou me sentindo já culpado, confesso para você. Porque, rapaz... (*Risos.*)

Faz dois anos? Não. Faz? Depois pegue aquela data. Estou até curioso, porque eu lembro bem, mas espero que não seja isso tudo, não.

E explicando, porque eu acabei não falando no microfone, o negócio da zona: a gente saiu da zona, eu e ele, mas não é outro tipo de zona, não; é porque nós somos torcedores do Fortaleza Esporte Clube. E uma coisa que liga o futebol a isto aqui – claro, de uma forma bem simbólica – é que, às vezes, por falta de um grito, você pode perder uma boiada inteira, né? Então, aqui, a gente está dando um grito de socorro, de ajuda. E, lá no Fortaleza, você entendeu o que eu quis dizer quando, há um mês e meio, eu tive que dar um grito para ver se acordava, e a coisa, graças a Deus... Tem que manter a humildade, que foi reconquistada agora, até o final, até domingo, né?

Então, vamos agora ouvir a Dra. Ana Carolina Rathsam – é um sobrenome alemão?

A SRA. ANA CAROLINA RATHSAM (*Fora do microfone.*) – Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, acertei!

A Dra. Ana Rathsam é Geneticista.

Muito obrigado pela sua presença aqui, no Senado Federal. A senhora tem cinco minutos, com a tolerância aqui da Presidência.

A SRA. ANA CAROLINA RATHSAM (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu sou Ana Carolina, sou Médica Geneticista e atuo, principalmente, na área de oncogenética, tanto no Hospital Sírio-Libanês de Brasília, como também no Hospital Materno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infantil de Brasília, e atualmente estou no cargo de Referência Técnica Distrital de Doenças Raras na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Eu venho falar em favor dos pacientes com câncer hereditário, no geral, mas principalmente dos pacientes que eu acompanho na rede pública. Ao longo desses anos de atuação, eu tive o privilégio e também a responsabilidade de acompanhar de perto a realidade das famílias brasileiras que convivem com síndromes de predisposição ao câncer. Essa experiência diária evidencia um contraste marcante entre a rede privada, onde o acesso ao teste genético, aconselhamento e rastreamento especializados ocorre de forma mais ágil, e a rede pública, onde ainda enfrentamos barreiras estruturais, burocráticas e regionais que atrasam diagnósticos e ampliam desigualdades. É justamente desse lugar, onde a necessidade é maior e o impacto é mais urgente, que trago a minha contribuição hoje.

No SUS, fazemos diariamente o possível para integrar aconselhamento genético, testes moleculares, rastreamento adequado e acompanhamento familiar, mas a linha de cuidados ainda é incompleta, fragmentada e desigual pelo país. Falta estrutura, falta formação, faltam fluxos claros e falta, principalmente, consciência nacional sobre a importância do diagnóstico precoce no câncer hereditário. Por isso, a criação do Dia Nacional de Conscientização do Câncer Hereditário, proposta nesse projeto de lei, é mais que uma data simbólica; é um instrumento de política pública, uma data capaz de mobilizar gestores, profissionais e a sociedade, ampliar campanhas educativas, reduzir desigualdades regionais e acelerar a implementação integral dessa linha de cuidados no SUS. Em nome das famílias que acompanho diariamente, reforço: conscientizar salva vidas, diagnosticar salva vidas e políticas públicas bem estruturadas salvam ainda mais. Por isso, vejo a criação do Dia Nacional de Conscientização do Câncer Hereditário com grande esperança. Essa data tem o potencial real de transformar trajetórias, de reduzir desigualdades e inaugurar um novo ciclo de visibilidade, educação e cuidado no Brasil.

E eu gostaria – vou ser bastante breve – de finalizar essa nossa discussão com um caso clínico muito trágico que eu acompanhei na rede pública, porque eu acho que este é o objetivo de a gente estar aqui hoje: o de mudar histórias como essa.

Em 2021, eu atendi uma senhora de 52 anos, na época, se não me engano, que vinha também assintomática e vinha com um sofrimento muito grande pelo histórico familiar de câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era uma família do interior da Bahia, e, ao longo da consulta, em que eu fui desenhando o heredograma dela e verificando os históricos, ela não sabia de muitos casos, mas já era muito típico para mim que era uma família de BRCA – especificamente, BRCA2 era a minha suspeita, porque tinha muitos casos de câncer de próstata e câncer de pâncreas também. E, ao longo dessa consulta, ela falou assim para mim, uma frase que nunca vai sair da minha cabeça: "Doutora, você não está entendendo. A minha família só sai do interior para morrer". E eu falei para ela: "Você estar aqui hoje é o momento de partida em que a gente pode modificar o histórico da sua família". Era uma família muito pobre, que só tinha conseguido ir até a consulta porque a filha era estudante de Enfermagem e ganhava uma bolsa, e ela tinha recebido a bolsa. Por isso, ela estava na consulta. Ela tinha muita dificuldade financeira.

Naquele momento, independentemente do teste genético, eu já identifiquei a família como uma família de alto risco e comecei – ou pelo menos tentei – iniciar o protocolo de rastreamento para ela de alto risco. Durante a consulta, fiz o aconselhamento. Consegui, por meios próprios, fazer o teste genético dela, que confirmou a minha suspeita: era uma família, de fato, de mutação em BRCA2. Encaminhei a paciente para fazer as cirurgias preventivas que eram indicadas no caso dela, e, infelizmente, no meio do caminho, ela desenvolveu...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA RATHSAM – ... um câncer de mama bilateral metastático, e essa paciente, infelizmente, faleceu há pouco.

Então, é exatamente o exemplo do que a gente não quer e do que foi discutido aqui antes. Não basta só diagnosticar, porque essa família, essa minha paciente foi diagnosticada precocemente, mas não teve acesso nem aos exames que ela precisava nem às cirurgias que ela precisava para, de fato, modificar a trajetória da família dela.

Então, a luta que a gente tem aqui hoje é muito importante para a gente não passar por isso mais ou, pelo menos, reduzir, porque a gente não faz milagres também. Muitas vezes, apesar de conseguirmos fazer tudo, algumas pacientes, ainda assim, vão desenvolver câncer e podem, sim, vir a falecer no futuro, mas casos como esse não podem acontecer, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço muito a oportunidade de a gente estar aqui conversando, parabenizo a Dra. Ana Carolina por estar iniciando essa discussão e me coloco à disposição de sempre estar na luta com vocês nesse assunto tão importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, é muito interessante esse seu depoimento.

Daqui a pouco, a gente vai ouvir a Dra. Suyanne – é a próxima.

Mas, Dra. Ana Carolina, é muito tocante esse caso que você falou. E eu já ouvi isso em outras... Assim... A gente conversa com muita gente. Eu tenho 53 anos. A vida vai levando a gente para conversar, e a gente vê, nos municípios do interior, alguns que têm uma característica ali mais própria para desenvolver certo tipo de doença. E a gente não entende: "Mas por quê? É porque está perto de uma fábrica?". A gente vai sempre buscar... Mas você esclareceu bastante aqui.

E, se vocês tiverem também a oportunidade de contar casos reais nessas considerações finais, exemplos do dia a dia das pessoas... Porque quem está nos assistindo... E esta audiência fica marcada aqui; ela fica nas redes sociais do Senado para ser compartilhada e vai chegar nas pessoas que tem que chegar. Então, é muito importante, porque as pessoas se identificam. As pessoas comuns, que são leigas.

Eu estou aqui como também um leigo, mas com a responsabilidade de avançar com esse projeto. E estou consciente de que nós temos que fazer – viu, Aléxia? – urgentemente. A nossa Secretaria aqui, sempre muito atenciosa, da Comissão de Assuntos Sociais: vamos levar para o nosso Presidente para ver se a gente consegue votar antes do final do ano. Não sei se dá tempo, mas eu tenho certeza de que os nossos colegas aqui não vão fazer objeção. Vamos ver se a gente pede essa urgência. Lembre-me até de falar com o Senador Marcelo Castro esta semana para ver se ele coloca na pauta – me ajuda?

Porque eu acho que essa é uma simbologia, não tem... É uma simbologia, é um dia nacional. E já sai aqui do Senado... Se eu não me engano, não tem que passar por outra Comissão, né? É CAS terminativo, né? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ótimo! Então, já vai para a Câmara. A gente aprovando no Senado, já vai para a Câmara, e no ano que vem a gente tenta correr. Vocês conhecem Deputados, a gente conhece também. A gente tenta correr para ver se aprova para o Presidente da República instituir o dia nacional para no ano que vem já valer. Já pensou que sonho? Bacana.

Vamos lá! Vamos trabalhar.

Então, vamos ouvir agora, finalmente – muito obrigado pela sua paciência –, a Dra. Suyanne Monteiro.

Esse sobrenome Monteiro também é muito tradicional lá no Ceará. Não sei se é cearense...

A SRA. ANDREZA SOUTO (*Fora do microfone*.) – Na Paraíba também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paraíba também. Ela é paraibana? Ela vai dizer aqui para a gente. (*Pausa.*)

Não; ela vai contar aqui de onde ela é.

Muito obrigado, Dra. Suyanne, pela sua presença aqui conosco.

A Dra. Suyanne é exatamente a representante do Ministério da Saúde – não é, Dra. Suyanne? Ela é Médica, servidora do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde.

Muito obrigado. A senhora tem cinco minutos, com a tolerância da Casa, para a sua exposição.

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Presidente, Senador Eduardo Girão, Sras. e Srs. Parlamentares, colegas de mesa, profissionais de saúde, representantes da sociedade civil especializada, familiares e pacientes aí presentes e que nos acompanham pelas redes, meu bom dia a todos e todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, em nome do Ministério da Saúde, o convite para estar nesta audiência pública. Faço este agradecimento em nome do Dr. José Barreto, Diretor do Departamento de Atenção ao Câncer (Decan).

Como Médica Onco-Hematologista Pediátrica, é uma honra participar deste momento em que a proposição do Projeto de Lei nº 4.435, de 2024, busca instituir o Dia Nacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conscientização do Câncer Hereditário, jogando luz sobre um tema de altíssima relevância para a saúde pública brasileira.

Quando falamos de câncer, muitas vezes o imaginário coletivo associa a doença apenas a fatores de estilo de vida, envelhecimento ou exposições ambientais, mas sabemos que uma parcela dos casos de câncer tem base hereditária, ou seja, está relacionada a alterações genéticas que podem ser transmitidas de geração em geração. Cabe, no entanto, destacar que essa predisposição não é uma certeza absoluta para o desenvolvimento de uma neoplasia e, muito menos, uma sentença de morte.

Essas condições hereditárias não são apenas conceitos abstratos, elas se materializam em famílias que repetidamente vivenciam o diagnóstico de câncer em idade precoce, muitas vezes em mais de um órgão, em irmãos, pais, tios, avós. São histórias de vidas marcadas pela incerteza, pelo medo e, muitas vezes, pela falta de informação e de acesso oportuno ao cuidado adequado.

Gostaria de destacar dois aspectos centrais desta pauta: a relevância dos cânceres hereditários no cenário pediátrico e no cenário dos adultos.

No contexto pediátrico, o impacto é particularmente sensível. Quando uma criança recebe o diagnóstico de um câncer relacionado a uma síndrome hereditária, muitas vezes não estamos falando apenas daquele pequeno paciente, mas de toda uma família que precisa ser avaliada, orientada e acompanhada. Nesses casos, a identificação de uma predisposição genética pode significar a chance de detectar precocemente outros tumores, de adotar estratégias de vigilância e, em alguns casos, de intervir antes mesmo que o câncer se desenvolva.

Em adultos, os cânceres hereditários também representam um desafio relevante. Síndromes associadas ao câncer de mama, de ovário, de cólon, entre outros, podem comprometer pessoas em plena fase produtiva da vida. Muitas dessas mulheres e homens são provedores de família, cuidadores de crianças, trabalhadores e trabalhadoras, que ao adoecerem enfrentam não apenas o impacto clínico da doença, mas também repercussões sociais, econômicas e emocionais profundas.

Por isso, um dia nacional da conscientização do câncer hereditário não é apenas uma data no calendário, é uma oportunidade anual de mobilizar a sociedade, a imprensa, os gestores e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços de saúde, de promover informação qualificada, de combater o estigma, de reforçar a necessidade de organizar uma linha de cuidado específica para essas pessoas e famílias no âmbito do sistema de saúde.

Do ponto de vista do Decan, essa pauta dialoga diretamente com a lógica da integralidade do cuidado. Não se trata apenas de oferecer exames sofisticados, mas de articular todas as etapas: a identificação do risco, o aconselhamento genético, a testagem quando indicada, o acompanhamento longitudinal, medidas de redução de risco, suporte psicossocial e garantia de acesso ao tratamento quando necessário.

No entanto, é fundamental reforçar um ponto: não basta pensar a testagem isoladamente. A realização de testes genéticos, por mais avançados que sejam, não se traduz automaticamente em melhor cuidado, se não estiver inserida em uma linha de cuidado bem estabelecida.

Quando falamos em câncer hereditário, precisamos pensar em: protocolos de rastreamento e vigilância diferenciados adaptados ao maior risco dessas pessoas; medidas de redução de risco, que podem envolver desde mudança do estilo de vida até procedimentos cirúrgicos profiláticos, sempre baseados em evidência, em diretrizes, em uma decisão compartilhada entre o profissional e a paciente; acompanhamento psicológico, porque lidar com o conhecimento de uma mutação genética e com o impacto disso sobre filhos, irmãos e demais familiares é emocionalmente desafiador; articulação da rede, garantindo que essas pessoas tenham acesso, em tempo oportuno, aos exames, consultas e intervenções de que precisam; equidade regional, para que não tenhamos ilhas de excelência concentradas em poucos centros, deixando grandes parcelas da população descobertas.

Quero aproveitar para destacar as ações que já começaram a ser discutidas no âmbito do GT-Mama, que é o grupo de trabalho que reúne diferentes áreas do Ministério da Saúde, especialistas, representantes da sociedade, para aperfeiçoar as políticas relacionadas ao câncer de mama.

No âmbito do GT-Mama, a situação das mulheres com predisposição genética ao câncer de mama será objeto de atenção específica. Iremos trabalhar na definição clara de quem são essas mulheres de alto risco para o desenvolvimento de câncer de mama e qual a melhor estratégia de avaliação e rastreamento a ser aplicada nessa população. Isso inclui revisar critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clínicos e familiares, organizar fluxos de encaminhamento na rede e, sobretudo, discutir, de forma responsável, o papel dos procedimentos de redução de risco no contexto de uma linha de cuidado em saúde populacional, garantindo que essas intervenções sejam equânimes, baseadas em evidência e inseridas em um cuidado integral e contínuo. Essas discussões são um ponto de partida importante, pois mostram que o tema do câncer hereditário já entrou na agenda técnica do Ministério e vem sendo olhado com seriedade e responsabilidade.

A instituição do Dia Nacional de Conscientização do Câncer Hereditário pode funcionar como um catalisador dessa agenda mais ampla. A cada ano, essa data poderia ser utilizada para disparar campanhas educativas, promover jornadas de atualização para profissionais de saúde, fortalecer o diálogo com entidades médicas e sociedades de especialidade, conselhos de saúde e movimentos de pacientes e familiares.

Do ponto de vista do Ministério da Saúde, a nossa perspectiva é de que essa discussão que hoje travamos aqui seja apenas o começo, um começo importante, simbólico e necessário, mas que precisa se traduzir em avanços concretos. E aqui gostaria de elencar alguns pontos que precisam ser considerados na construção dessa agenda.

Primeiro, que possamos avançar na construção de uma estratégia nacional para o cuidado do câncer hereditário integrada às políticas já existentes de prevenção e controle do câncer. Essa estratégia precisa contemplar diretrizes clínicas, definições de serviço de referências, critérios de acesso a testes genéticos e parâmetros para o acompanhamento longitudinal das pessoas com predisposição hereditária.

Segundo, que possamos fortalecer a formação e a educação permanente dos profissionais de saúde, especialmente na atenção primária, para que a suspeita de um câncer hereditário seja levantada mais precocemente. Muitas vezes, a primeira pista está na escuta atenta da história familiar do paciente. Se o profissional estiver preparado para reconhecer esses sinais, ele pode acionar a rede de forma mais rápida e eficiente.

Terceiro, que avancemos na organização regionalizada da rede, integrando serviços que já atuam com genética médica, oncologia e atenção especializada, de modo a reduzir desigualdades de acesso. O SUS tem experiência em redes temáticas, e o câncer hereditário pode se beneficiar dessa mesma lógica regional hierarquizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto, que possamos considerar que, em instâncias como a Conitec, a incorporação e atualização de tecnologias, principalmente de procedimentos isolados, sejam feitas de forma responsável, sustentável e baseada em evidências, porque não se pode pensar na incorporação isolada da testagem, desconectada de todos esses pontos discutidos anteriormente.

E tudo isso precisa ser feito com um olhar atento à humanização do cuidado. Estamos falando de famílias que muitas vezes convivem com o luto, com a ansiedade, com decisões difíceis. O SUS, enquanto política pública de saúde, tem o compromisso de acolher essas pessoas, oferecer informação clara, apoiar as decisões e garantir que ninguém fique para trás por não ter recursos financeiros ou por morar distante dos grandes centros.

Por isso esta audiência pública é tão importante. Ela aproxima o Legislativo, o Executivo, a comunidade científica e a sociedade civil em torno de uma causa comum.

O Projeto de Lei nº 4.435, ao instituir o Dia Nacional de Conscientização do Câncer Hereditário, abre uma janela para que, ano após ano, possamos revisitar essa agenda, monitorar avanços, identificar desafios e renovar compromissos.

Gostaria de encerrar reforçando que, da parte do Decan, existe total disposição para o diálogo e para a construção conjunta de soluções. Entendemos que o enfrentamento do câncer hereditário exige uma resposta intersetorial, interdisciplinar e, sobretudo, centrada nas pessoas e famílias que vivem essa realidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dra. Suyanne. Agradeço demais a sua paciência. Valeu a pena esperar. É bom ver essa harmonia, não é? É bom ver essa harmonia, essa união aqui dos cientistas, dos médicos, um bom diálogo com o Ministério da Saúde do Brasil. Eu acho que precisamos muito disso. O que está faltando no Brasil é exatamente união e diálogo. Então, fico feliz, Dra. Suyanne Camille Caldeira Monteiro, que é médica, servidora do Departamento de Atenção ao Câncer do Ministério da Saúde.

Por falar em união, estava conversando aqui com o pessoal da nossa Secretaria e também da nossa assessoria. O Senador Flávio Arns, que é o Relator desse projeto, não apresentou o relatório ainda porque precisava desta audiência pública. A equipe dele está atenta, participando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistindo, e ele também é um Senador conhecido por nós pela sensibilidade, pela humanidade. Eu tenho certeza de que ele vai agilizar, vai ver se a gente consegue agilizar o parecer, para ver se a gente consegue colocar na próxima semana, que é a penúltima, não é isso? É a penúltima antes do recesso. Então, vamos continuar com essa união, contactando todos nós aqui juntos para ver se a gente consegue aprovar e levar para a Câmara dos Deputados.

Então, vamos fazer aqui as perguntas? Eu vou ler as perguntas que chegaram, até antes da audiência, aqui no sistema do Senado, do Portal e-Cidadania, e as que chegaram durante a audiência. E, aí, eu vou conceder dois minutos, podendo chegar a três, para as considerações finais. Quem puder, quem se sentir mais confortável diga: "Não, essa aqui tem mais a ver comigo, com o que eu estudo e tal". São mais comentários também, mas vamos lá.

Everton, da Paraíba, pergunta – é uma pergunta –: "De que forma o Dia Nacional de Conscientização do Câncer Hereditário pode contribuir para a sensibilização da sociedade e influenciá-la?". Acho que a gente ouviu em muitas exposições aqui, mas a quem quiser reforçar, eu agradeço.

Gilvânia, de Alagoas – o Nordeste está aqui participando em peso, não é? –: "O Ministério da Saúde tem um plano e um cronograma para oferecer acesso universal e integrado a testes e aconselhamento genético para câncer?". A Dra. Suyanne já entrou nesse assunto, mas se quiser dar uma reforçada, eu lhe agradeço também.

Simone, do Rio de Janeiro: "Existe correlação entre os diversos tipos de câncer com doenças senis degenerativas como Alzheimer e Parkinson?". Pergunta da Simone.

Emiliana, de Minas Gerais: "Com que idade começa a se manifestar o câncer hereditário?".

Weslley, do Rio de Janeiro: "Como evitar a discriminação genética em seguros e relações de trabalho?". Essa pergunta me lembra também aqui outra coisa que a gente sabe e em que atua – e quem quiser fazer alguma colocação fique à vontade –, que é o *lobby* da indústria farmacêutica, que é muito forte aqui, dentro do Congresso Nacional. Então, pode encontrar resistências ou não. É importante isso aqui. E plano de saúde também. Como é que fica isso? Foi ótima a pergunta do Weslley.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos, da Bahia: "Gostei. Tem que [haver] [...] palestras nas escolas, faculdades, nos terreiros, divulgação nas ruas até o ser humano se informar [sobre] o que é o câncer". Então, isso aqui, o próprio dia nacional vai gerar esse debate, vai gerar entrevista, vai gerar campanhas.

Marco, do Rio Grande do Sul: "Conscientizar e prevenir tem custo extremamente menor do que corrigir [...]. O Estado deve ser certeiro nas campanhas informativas". Aqui é uma... Não é uma pergunta. Ele está colocando aqui a opinião dele.

Aí, vamos lá.

Mikeias, do Paraná: "O Governo planeja apoiar famílias que enfrentam custos elevados com exames genéticos?". Pergunta para a Dra. Suyanne.

Ana, de São Paulo: "Como conseguir diagnóstico, tratamento digno e de ponta para esse tipo de câncer? Onde os mais pobres [podem] [...] ter acesso gratuito?". Muito direcionadas aqui as perguntas para a Dra. Suyanne.

A Renata, do Distrito Federal: "O [...] [projeto de lei] deve prever articulação com campanhas já existentes do Inca [que é o Instituto do Câncer] e Outubro Rosa para maximizar o alcance da conscientização"? Não. Aqui ela está fazendo uma afirmação. "O [...] [projeto de lei] deve prever articulação com campanhas já existentes do Inca e Outubro Rosa para maximizar o alcance da conscientização". Isso aí é sempre importante, essa sinergia.

Então, vamos fazer a mesma linha de sequência com que a gente começou.

Dra. Ana Carolina Leite Gifone, Presidente da Rede Brasileira de Câncer Hereditário. Mais uma vez, muito obrigado pela sua presença, sua participação. A senhora tem dois minutos – com tolerância aí, três – para responder a alguma pergunta e fazer suas considerações finais.

A SRA. ANA CAROLINA LEITE GIFONI (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Eu acho que as perguntas foram muito diversas, vão desde aspectos clínicos, a partir de quando isso pode se manifestar, aspectos práticos de acesso e aspectos também relacionados à nossa legislação, como a gente pode se proteger, do ponto de vista legal, de algum tipo de discriminação. Então, eu acho que reflete o quanto se precisa pensar, discutir e levar informação para o nosso povo, para a nossa sociedade civil e todos juntos conseguirmos amadurecer os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos ângulos desse assunto, que são ângulos muito plurais mesmo, são repercussões em diversas áreas.

Eu acho que a minha mensagem final é que esse movimento de conscientização é meio que trazer todo mundo para o mesmo patamar, para o mesmo olhar, e a gente conseguir construir juntos o melhor cuidado.

Então, esse melhor cuidado parte do Ministério da Saúde...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA LEITE GIFONI – ... tentando disponibilizar as tecnologias e a linha de cuidado para o câncer hereditário, com aconselhamento genético e as medidas de redução de risco.

Ele parte da ciência, gerando, cada vez mais, intervenções, mas ele precisa da sociedade, porque a sociedade só recebe tudo isso que está sendo construído no momento em que ela busca assistência e ela consegue se conectar com o que está sendo recomendado pelas sociedades, pelas diretrizes, pelos médicos que estão ali, assistindo seus pacientes.

Então, eu acho que é uma construção conjunta e eu acho que esse dia nacional tem todas essas funções que foram comentadas aqui, e, talvez, a função maior seja nos unir, a todos nós, e tentar progredir e construir uma assistência em oncogenética mais justa, mais integral e com mais equidade no nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Ana Carolina Leite Gifoni.

Agora, dando sequência, Dra. Andreza Souto, oncologista clínica e oncogeneticista.

Muito obrigado pela sua presença, tá? Muito obrigado mesmo.

Essas perguntas, se quiser adentrar em algum comentário ou responder... E também suas considerações finais.

A SRA. ANDREZA SOUTO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não ser repetitiva, acho que também teve algumas dúvidas aí nas perguntas. Acho que uma das perguntas foi: "Como é esse tipo de câncer?".

É importante a gente salientar que o câncer hereditário não é um outro tipo de câncer. Então, é algo que todos os cânceres, como a Prolla falou, podem ter ali o fator hereditário. Então, o nosso objetivo é encontrar essas famílias que têm alto risco, que têm padrão diferente do populacional, e pode ser qualquer tipo de câncer. Quero deixar, talvez, mais esclarecido.

E pode, esse fenótipo, aparecer em qualquer idade. Houve a pergunta aí, "em que idade...". Na verdade, até uma criança pode... Aquele câncer que ela teve pode ser por um fator hereditário.

Então, a gente tem ali o objetivo exatamente de conhecer essa família, entender esses riscos e promover prevenção para os demais que, porventura, a gente conheça ali na família, a partir desse caso, o índice de câncer.

E, como também foi citado, projetos de programas juntos aqui... Todos nós participamos de diversas sociedade de tumores ginecológicos e, como a Prolla falou, pulmão também. Então, é uma grande união de várias sociedades, em prol de um único objetivo, que é trazer informação de qualidade.

Então, o dia de conscientização, para resumir, eu acho que talvez é empoderar as pessoas, familiares e também médicos sobre a informação do câncer hereditário, e, a partir do momento, como o Romualdo falou, que você dá informação, você dá liberdade, você tira o medo, e a gente consegue, ali, trazer mais resultados para esses familiares, para essas pessoas que ainda não sabem sobre isso.

Então, a Angelina Jolie a gente utiliza muito no nosso dia a dia como exemplo, mas que a gente possa ter outros exemplos no dia a dia, e o dia de conscientização vai ser o dia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDREZA SOUTO – ... em que, todos os anos, a gente vai tocar naquela tecla, como o Outubro Rosa, que se difundiu no mundo inteiro, e que o Dia de Conscientização do Câncer Hereditário possa trazer essa campanha junto aí, para, por anos, a gente brigar por mais políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por este momento de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu que agradeço, Andreza Souto, oncologista clínica, oncogeneticista.

Você é nordestina...

A SRA. ANDREZA SOUTO (*Fora do microfone*.) – Sou. De Alagoas, Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De Alagoas, Maceió. (*Risos.*)

Coisa boa!

Eu queria aproveitar uma das perguntas e jogar aqui também para vocês, para quem quiser comentar. É a seguinte: gatilho. Às vezes, você tem essa predisposição genética, e tudo, passa a vida inteira, e não desenvolve. Pode ter algum gatilho, assim, do ambiente, alguma coisa psicossomática, não sei?

A Dra. Renata Sandoval já vai aproveitar, dentro das suas colocações, e fazer também esse questionamento, ela que é Coordenadora da Genética Médica do Hospital Sírio-Libanês em Brasília e do Hospital da Criança de Brasília José Alencar. Muito obrigado pela sua presença aqui conosco, pela sua participação muito esclarecedora. A senhora tem dois minutos – com a tolerância, até três – para fazer as considerações finais.

Muito obrigado.

A SRA. RENATA SANDOVAL (Para expor.) – Muito bem.

Agradeço novamente, Senador, a oportunidade.

Eu sou médica e também pesquisadora; então, com muito orgulho, a gente consegue fazer, por quê? Na genética, a gente não tem todas as respostas ainda. Então, a gente se vê com a necessidade de também fazer pesquisa e usar da nossa prática, para que isso melhore a assistência dos pacientes.

Eu gosto muito de explicar as coisas, eu gosto de dar uma explicação mais simples para o que o senhor estava comentando até agora há pouco. O nosso DNA é como se fosse um livro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

46 páginas, metade veio do pai, metade veio da mãe. Na verdade, são 23 pares de páginas. A gente tem duas páginas 1, duas páginas 2, duas páginas 3 e, ao longo dessas páginas, a gente tem 6 bilhões de letras. Na verdade, são quatro letrinhas que vão se repetindo ao longo desse livrinho, e a gente tem em torno de 20 mil sequências de letras que vão gerar ingredientes para as células se formarem e funcionarem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA SANDOVAL – Então, quando a gente nasce, a gente tem trilhões de células carregando o mesmo livrinho. E eu posso ganhar erros nesse livrinho durante a divisão das células; por isto o envelhecimento é um dos principais fatores de risco: quanto mais eu vivo, mais as chances de eu ter adquirido um acúmulo de erros em determinada linhagem celular durante a divisão das células. É um processo fisiológico até. É que não é todo erro que gera um problema e não é todo erro que não vai ser identificado e corrigido. Então, eu posso adquirir erros durante a divisão das células por fatores ambientais, vários fatores: alguns vírus, tabaco, tem algumas substâncias que podem alterar as informações desse livrinho. E se eu tenho, então, uma célula que acumula muitas alterações, ela pode gerar um tumor, porque vai mudar a receita de bolo dela, certo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – O estresse também?

A SRA. RENATA SANDOVAL – O estresse não consegue mudar o nosso DNA. O que eu gosto de contar para os pacientes quando eles veem, porque é um questionamento muito frequente? É como se fosse assim: o touro brabo estava vindo, e eu tenho a porteira que poderia estar fechada. Então, vamos pensar que a nossa vigilância imunológica poderia ser influenciada por um estresse, e a vigilância imunológica é um dos nossos supressores de tumor. Uma célula, quando acumula erros, vai ficando diferente, pode ser identificada pelo sistema imunológico. Então, talvez, num momento de estresse, a nossa vigilância imunológica fique mais baixa, mas não foi ela que gerou a brabeza do touro. Então, assim, se eu estou com a porteira aberta, é um facilitador, mas não foi ele que causou aquele touro brabo.

Acho que é só para esclarecer de uma forma mais simples, mas que contém todos os conceitos necessários para a gente entender que quem tem uma síndrome genética de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

predisposição ao câncer, na verdade, também está suscetível aos fatores ambientais e ao envelhecimento. É que, na população, é muito mais ambiente e envelhecimento do que a nossa própria genética constitucional.

Agora, na síndrome de predisposição ao câncer, é muito importante eu controlar esses modificadores – fazer atividade física, comer bem, não fumar, fazer as prevenções –, mas, às vezes, a genética vai falar mais alto do que o ambiente. E que genética é essa que favorece, às vezes, o aparecimento de um tumor? Eu gosto também de fazer um exemplo que a gente tem algumas sequências de letrinhas no nosso DNA que vão fazer como se fossem borrachinhas de reparo de erros. Se eu nasço com uma dessas borrachinhas deficientes, eu tenho um risco maior de acumular erros em determinado órgão, onde aquilo lá funciona mais, ou mais de um órgão. Então, é mais ou menos isso. Mas, aquilo lá não é, sozinho, o suficiente capaz de gerar um câncer. Por isso, vem a questão do medo da estigmatização, da proteção de dados, do que...

Vamos lá, eu nunca tive um câncer, mas eu tenho uma mutação. E, aí, meu convênio vai cobrar mais caro? Isso é uma condição preexistente? Não; é uma estratificação de risco diferente. Mas não é uma condição preexistente, até porque eu posso ter uma alteração genética e nunca desenvolver câncer. Só que eu sou uma população de mais alto risco e eu mereço uma vigilância diferenciada. E, daí, a importância dessas discussões.

Nos Estados Unidos, por exemplo, já desde 2009, tem uma lei chamada Gina, que é para evitar esse preconceito em relação a questões genéticas. E por que começou tudo isso? Porque, na década de 70, tinha uma fábrica que não queria contratar pessoas que tinham traço falciforme.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hum...

A SRA. RENATA SANDOVAL – Então, a partir de uma coisa, de um preconceito, gera-se toda uma discussão e geram-se mecanismos para que isso não aconteça. E eu acho que a gente ainda precisa avançar muito aqui, no Brasil, em relação a esse tema, com certeza. E talvez o dia da conscientização também traga essa necessidade, porque, quando a gente começa um movimento, a gente não tem todas as respostas. A gente precisa, primeiro, criar demanda e daí estruturar, para daí a gente oferecer o que tiver de melhor. E, na verdade, tudo tem que ser revisitado de tempos em tempos, porque a gente não tem verdades absolutas. Então, também,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao longo desse caminho, pode ser que a gente precise de ajustes em todas essas áreas que a gente está falando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito esclarecedora a sua colocação, Dra. Renata Sandoval. Muito obrigado. Foi muito importante.

Este debate está sendo muito rico, viu?

Olha, eu vou falar um negócio para você... Eu já perdi aqui... Lá não vou falar, eu estava previsto, mas é muito esclarecedor e muito interessante mesmo.

Vamos, agora, ouvir a Dra. Patrícia Prolla. Patrícia...

É Prolla, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Patrícia Prolla.

E quero lhe agradecer muito pela presença, Dra. Patrícia, a senhora que é Médica, Geneticista e Oncogeneticista, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Diretora Científica da Rede Brasileira de Câncer Hereditário.

Fique à vontade para fazer suas colocações finais e, também, se quiser responder alguma pergunta que surgiu aqui, esclarecer alguma situação, eu lhe agradeço demais. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA PROLLA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Girão, todos os colegas.

Novamente, quero manifestar a minha satisfação de estar vivenciando este momento, a oportunidade de estar aqui, com todos.

É muito clara a vontade de todos de defender o mesmo propósito; então, realmente, já considero esta reunião um sucesso. Muito obrigada a todos.

Eu queria ressaltar um ponto que também já foi falado antes, mas não custa ressaltar, que é a questão de que as pessoas que têm um risco genético maior para câncer, ou seja, aquelas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nascem com uma predisposição ao câncer, não terão obrigatoriamente o diagnóstico de câncer. E é muito importante essa conscientização do público como um todo, dos colegas profissionais da saúde, de que identificar uma pessoa com câncer hereditário ou com predisposição hereditária ao câncer é muito positivo, porque a partir desta identificação é que nós vamos poder agir de forma preventiva, nós vamos poder fazer redução de risco.

Então, nem toda pessoa com predisposição hereditária ao câncer vai ter câncer; alguns, vários inclusive, podem nunca desenvolver essa doença. E quando a gente tem informação antecipadamente, a gente consegue efetivamente agir preventivamente. Então, aquela coisa que o público muitas vezes nos diz, os pacientes nos dizem: "Ah, quem procura acha, eu prefiro não saber", quando eles entendem que essa informação pode fazer toda a diferença na vida, não só deles, como dos seus familiares, essa percepção muda e é dessa conscientização que nós precisamos.

Houve uma pergunta, Senador Girão, sobre o acesso igualitário a todas as pessoas. Eu acho que o SUS, que é um grande presente para nós brasileiros, é realmente muito pautado na questão da equidade, mas aqui trazer um ponto fundamental de que é possível que nem todas as pessoas precisem iniciar essa investigação e efetivamente realizá-la. Existem grupos de maior risco, a gente tem como reconhecê-los numa entrevista, numa história familiar, num diagnóstico prévio. Então, a gente tem como identificar quem são essas pessoas que hoje estão mais escondidas, digamos assim, e a gente pode direcionar os esforços; isso também por uma questão de economia, porque tem múltiplas frentes que a gente precisa atender na saúde pública e direcionar os esforços a quem realmente tem um maior risco, tem uma maior indicação de ter a predisposição hereditária.

Então, vou terminar também ressaltando a importância da parceria aqui de várias sociedades médicas, de várias organizações não governamentais, de grupos de estudos profissionais na temática do câncer e do Ministério da Saúde, que, pela fala da Dra. Suyanne, mostra, de uma forma muito clara, todo o empenho e todo o reconhecimento da importância dessa pauta, porque nós não vamos conseguir avançar, enquanto sociedades médicas e sociedades científicas, exclusivamente pela nossa vontade; é preciso realmente ter esse papel de ação conjunta de todos os atores em prol dessa causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui novamente meu agradecimento. Acho que é um avanço histórico o dia de hoje, esta audiência.

Novamente agradeço ao senhor e ao Senador Marcelo Castro por essa oportunidade. Realmente estamos esperançosos de que, em 2026, nós possamos ter já o Dia de Conscientização do Câncer Hereditário no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que beleza, é isso aí! Muito obrigado Dra. Patrícia Prolla.

Queria também aproveitar e colocar uma pergunta que me veio aqui; eu acho que talvez essa vá muito para o Dr. Romualdo Barroso.

Eu já vi algumas entrevistas, eu sou curioso, vejo algumas entrevistas de médicos, cientistas, inclusive uma ala que defende... Nós tivemos a recente aprovação da lei para se fazer exame de mamografia aos 40 anos, de forma obrigatória, disponibilizado pelo SUS, e eu vi uma ala, em algum debate questionar isso, achando que a radiação do raio-X poderia trazer mais problemas do que soluções, que mais atrapalharia do que ajudaria. Então, é importante também a gente ver até que ponto uma mutação genética, não sei se essa... Nós estamos falando aqui de câncer hereditário, mas, através da radiação, se poderia gerar algum problema com excesso de radiação? É bom a gente estar aqui com especialistas, com pessoas que compreendam para esclarecer para a população e tranquilizar.

Então, vamos inverter, daqui a pouco fala a Dra. Flávia Delgado, Dr. Romualdo, que é especialista também nesse assunto. Eu agradeço sua presença aqui, muito obrigado mesmo, é uma honra. Quero dizer que o senhor, que é Vice-Presidente do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama, é sempre bem-vindo.

Obrigado, o senhor tem dois minutos, com mais um, para fazer as considerações finais e, se puder responder alguma dessas perguntas e essa que eu lhe fiz agora, eu lhe agradeço.

O SR. ROMUALDO BARROSO (Para expor.) – Obrigado Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de não ter exatamente relação com o tema, mas acho muito oportuna a sua fala. Está muito claro na literatura médica que a mamografia é uma grande arma no diagnóstico precoce do câncer de mama. Os benefícios são imensos, já estão catalogados na literatura há pelo menos 50 anos, e eles não aumentam o risco de câncer de maneira significativa. E aqui, aproveitando a fala, eu até faço aqui uma alusão e agradeço a toda a equipe da Advocacia-Geral da União, que, através de uma representação, conseguiu, de fato, até responsabilizar criminalmente os médicos que falsamente estão levando desconhecimento à população, reforçando que a mamografia é uma ferramenta importantíssima no diagnóstico precoce e no aumento das taxas de cura do câncer de mama no nosso país.

Como menção final, agradeço imensamente novamente ao senhor, como representante do nosso Senado. Quero fazer alusão a esse tema aqui do câncer hereditário. A gente está na outra ponta, o oncologista está na outra ponta. Então, de alguma forma, o sistema falhou quando o câncer foi diagnosticado, e o paciente não sabia da condição de portador de uma mutação de alto risco, e a gente fica aqui com o paciente já com o diagnóstico. Neste momento, nós temos terapias personalizadas, terapias direcionadas para essa fragilidade, que o tumor desse paciente tem também.

Fazendo eco àquilo que já foi feito ao câncer hereditário, é necessária uma linha de cuidado. O cuidado não termina no diagnóstico. Então, o tratamento das mulheres também precisa ser personalizado. E aí eu agradeço muito a fala da Dra. Suyanne, representando o Ministério da Saúde, porque a gente precisa avançar como sociedade em políticas públicas direcionadas a essa população.

Hoje, a Dra. Renata Sandoval e a Ana Rathsam têm paciente com câncer de mama hereditário encaminhado a elas, e elas não podem, de maneira protocolada, cuidar de maneira adequada, porque nós não temos ainda uma política nacional de cuidado desses pacientes.

Então, esse primeiro passo que o senhor está ajudando a dar aqui é importantíssimo, agora tem uma construção, a gente precisa avançar neste debate, e, de fato, prover as nossas pacientes de políticas públicas que vão dar dignidade no cuidado delas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Romualdo Barroso, Vice-Presidente do Grupo Brasileiro de Estudos do Câncer de Mama. Muito bom o seu esclarecimento.

Eu aproveito para cumprimentar o Senador Plínio Valério, do Estado do Amazonas, que foi um grande defensor dessa lei que foi aprovada e que realmente vai fazer aí toda a prevenção do câncer de mama, que é um dos que mais mata no nosso país.

Vamos dar sequência aqui, ouvindo agora a Dra. Flávia Delgado, que é oncopediatra. Muito obrigado pela sua presença, já lhe colocando aqui para suas considerações finais, se a senhora quiser falar, se quiser comentar alguma das perguntas, responder, e também para o que a senhora gostaria de colocar nesse quase encerramento desta sessão.

A SRA. FLÁVIA DELGADO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, por mais este espaço.

Eu gostaria de comentar uma das questões quanto à idade em que esses tumores podem surgir. Como a Dra. Carol falou, a gente tem diversas síndromes de predisposição ao câncer. Algumas delas se manifestam desde a infância, como, por exemplo, o retinoblastoma, em que a criança pode ter um tumor desde meses de vida, dois, três, quatro meses, e o diagnóstico precoce modifica a vida desse paciente por completo, porque o retinoblastoma, quando é diagnosticado intraocular, é passível de tratamento às vezes sem quimioterapia, com quimioterapia intra-arterial ou só com procedimentos oculares. E, se diagnosticado já numa situação mais tardia, metastática, infelizmente, menos de 20% dessas crianças vão alcançar a cura. Vão fazer transplante, vão fazer radioterapia, vão fazer quimioterapia de altas doses. Então, a gente muda tudo.

E não são só importantes os tumores na infância que aumentam muito, que têm uma associação muito grande com a síndrome de predisposição, como o carcinoma do plexo coroide, o meduloblastoma num subtipo específico, o carcinoma de adrenal, mas também o reconhecimento de padrões clínicos de síndrome de predisposição, como a neurofibromatose tipo 1, que é aquela síndrome que dá as manchinhas na pele mais escuras, que podem predispor a tumores do sistema nervoso central e que podem, em alguma circunstância, causar a perda visual. Então, têm que ser reconhecidos inicialmente, precocemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu gostaria de parabenizar um médico da Unidade Básica de Saúde que participou recentemente de um curso de diagnóstico precoce promovido pelo Hospital da Criança de Brasília, em conjunto com o Instituto Ronald. Nós falamos de todas as peculiaridades do câncer infantil, e a gente também falou de síndrome de predisposição, e ele, recentemente, me enviou um *e-mail* dizendo: "Olha, eu estou com uma criança aqui que tem uma hemi-hipertrofia – uma criança de quatro meses. Muito provavelmente, essa criança tem uma síndrome de Beckwith-Wiedemann, e ela tem uma predisposição a ter tumores renais e tumores hepáticos". Então, ela requer um segmento especializado, e é isso que faz diferença. Então, o senhor pediu aqui para trazer exemplos específicos, e eu acho que esse é muito importante.

Outra coisa que eu gostaria de trazer rapidinho é que o contrário também é muito importante, como a Dra. Renata falou. Então, a gente atendeu recentemente, também, no nosso ambulatório de síndrome de predisposição, uma mãe que teve um filho com retinoblastoma unilateral. Ela tinha decidido por não ter mais filhos, porque ela o acompanhou no ambulatório de tratamento de retina e viu que algumas crianças tinham irmãos e pais com retinoblastoma. E ela falou: "Eu não vou ter mais filhos, porque esse tumor pode estar nos meus outros filhos também". E, através da testagem, a gente viu que ele não fazia parte de uma síndrome de predisposição. Ele, na verdade, teve um tumor de novo, e ela pode ter filhos tranquilamente. E, ainda que tivesse o GNRB mutado germinativamente, ela poderia ter filhos ainda, sem o risco de retinoblastoma.

Por fim, eu gostaria de falar da testagem e do aconselhamento genético. A testagem molecular germinativa a gente ainda não tem para todos os pacientes do SUS, mas, através da Sobope e do Comitê de Medicina de Precisão, a gente tem promovido essa testagem para qualquer paciente ligado a uma instituição de cuidado complexo. Então, podem entrar em contato. A gente ainda tem seis meses de projeto pela frente para inscrever pacientes e para fazer essa testagem.

É muito importante dizer, também, que a gente está em constante conversa, em constante contato com a Dra. Suyanne, com o Ministério da Saúde, para que a gente torne não só a testagem, mas também essa linha de cuidado que a gente conseguiu construir, que é a testagem em centros específicos do Brasil, mais essa movimentação de material e esse aconselhamento genético, em uma ferramenta do sistema público de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, gostaria de agradecer a todos e de agradecer a iniciativa da Carol e a do senhor, de colocar isso como o tema importante que é.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Eu é que agradeço, nós do Senado Federal é que agradecemos, Dra. Flávia Delgado, oncopediatra, a sua participação nesta sessão, que, como falou a Dra. Patrícia Prolla, é histórica – histórica. A responsabilidade da gente aumenta – aumenta –, a partir de uma audiência dessa.

Você queria fazer alguma colocação? Não? Eu vi que o microfone estava aí e eu disse: "Quer complementar alguma coisa?"

A SRA. RENATA SANDOVAL (Para expor.) – É, porque a Flávia comentou que, como é para a população em geral... Na verdade, atualmente, nós temos apenas via projeto de pesquisa, e daí tem os critérios de preenchimento para que você seja contemplado com esse tipo de testagem. A gente tem que avançar é no acesso mais... Não universal – eu digo –, mas para que essas testagens cheguem a quem precisa.

Era só para fazer esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, excelente.

Dr. Romualdo, queria também concluir?

O SR. ROMUALDO BARROSO (Para expor.) – É só para isso ficar bem claro para o senhor. De fato, hoje, dentro do nosso sistema de saúde, nós não temos nenhum acesso ao teste, nem às terapias previstas para esse grupo específico de pacientes com tumores hereditários, para esses portadores de genes de predisposição ao câncer.

Após a instrução e a criação – se Deus quiser –, a gente precisa avançar, de fato, na criação da política pública que vai nortear o cuidado desses pacientes, o que hoje nós não temos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Vamos agora ouvir a Dra. Ana Carolina Rathsam, que é geneticista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença, que é uma honra aqui para esta Casa.

Quero dizer que, se a senhora quiser responder à alguma pergunta ou fazer um comentário final, porque aí depois a gente vai concluir com a Dra. Suyanne, agradecendo por tudo. A senhora tem dois minutos, mais a tolerância de um.

Obrigado.

A SRA. ANA CAROLINA RATHSAM (Para expor.) – Eu que agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Eu também gostaria de reforçar o que o Dr. Romualdo acabou de falar: que a gente não tem de maneira continuada o teste disponível na rede pública. Então temos vários profissionais e geneticistas atendendo, fazendo aconselhamento genético para pacientes com suspeita de câncer hereditário, mas atualmente estamos com dois projetos de pesquisa abertos na rede pública daqui, do Distrito Federal, em parceria com o Inca, que são para pacientes com câncer de mama e pacientes com câncer de colo retal, com suspeitas de origem hereditária.

Então, para quem quiser mais informações, estou à disposição.

Para finalizar, eu gostaria só de dizer que acho que essa é uma audiência muito importante, que mostra para a gente que esse é um primeiro passo de um trabalho muito longo e contínuo. E que a gente ainda tem muito o que fazer para conseguir cuidar dos nossos pacientes da rede pública como a gente felizmente consegue cuidar na rede privada, num ambiente mais controlado.

Trazendo uma fala da Dra. Patrícia Prolla, a gente escuta muito o "quem procura acha" e, reforçando, um paciente me falou isso na semana passada, e eu adorei. Ele falou assim: "Não Doutora, quem procura previne; quem procura previne e modifica a trajetória". Então, essa é a chave de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dra. Ana Carolina Rathsam. Até pouco tempo eu tinha esse paradigma, confesso para você, assim. É uma coisa que eu acho que vem da cultura da gente. Então, eu trago isso lá do Ceará. Quem procura acha... Rapaz, eu não vou para médico, não, porque, se for atrás, eles vão achar alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa, e a gente vai ficar preocupado. "Não, está tudo funcionando bem? Está tudo bem". Isso é interessantíssimo e serve até...

Dra. Suyanne Monteiro, o Ministério da Saúde do Brasil é uma referência, por exemplo, no enfrentamento ao tabagismo. A gente teve aí... É uma política exitosa do Brasil para o mundo. A redução do número de fumantes, é uma coisa impressionante. Estão de parabéns os Governos brasileiros que fizeram isso ao longo dos tempos; foi uma política pública exitosa. E faço aqui menção ao ex-Ministro, colega Senador até pouco tempo, José Serra, que foi um baluarte nessa causa, e também o próprio Dr. Senador Humberto Costa, colega nosso, que sequenciou. Então, isso transcende questão político-partidária. E olha que interessante o que o Brasil fez. Por que não... Está aí um *slogan* bom, porque aí o pessoal do *marketing* vai trabalhar para tirar essa cultura e dar uma esmorecida, e a gente ser mais proativo nesse sentido, porque existe isso mesmo. Eu sou testemunha disso.

Então, vamos encerrar agora com a Dra. Suyanne Monteiro.

Muito obrigado. É muito importante a sua presença aqui, Dra. Suyanne, é fundamental.

Quero agradecer a todos do Ministério e a sua presença aqui também.

A senhora tem dois minutos aí, mais a tolerância de um, para a gente encerrar com chave de ouro esta sessão.

Se a senhora quiser trazer mais boas notícias aí do que a senhora trouxe aqui, de expectativas, o que é que planeja, os ideais aí para essa causa, nós lhe agradecemos demais.

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu que agradeço a oportunidade de estar aqui hoje.

Eu gostaria de destacar, sim, mais algumas ações que a gente está desenvolvendo no âmbito do Núcleo do Câncer Infanto-Juvenil do Decan. A gente está desenvolvendo um manual de alta suspeição para o câncer infanto-juvenil e, nesse manual, a gente vai ter um capítulo específico para a síndrome de predisposição ao câncer, dada a relevância desse assunto.

Uma outra pauta que a gente está desenvolvendo, relacionada, é o projeto Mapeamento, que é um projeto que vai mapear a capacidade infraestrutural e vocacional de todos os centros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habilitados em oncologia pediátrica e que tratam o câncer infanto-juvenil. Nós vamos mapeá-los no sentido de entender a sua capacidade vocacional e fizemos questão de incluir uma avaliação específica para a capacidade instalada para a realização desses sequenciamentos nessa avaliação.

E, aí, nós aproveitamos para convidar todos a acompanharem o lançamento desse projeto, Mapeamento, que será feito no próximo dia 09/12, durante a realização da reunião do Consinca. Esta reunião é transmitida pelo *link* do Datasus no YouTube, e a gente já convida todos a acompanharem.

Eu gostaria, também, de ressaltar a importância de todos esses projetos que estão sendo desenvolvidos no âmbito de pesquisa, mas que servem como referencial para que a gente – como a Dra. Flávia colocou –, depois, possa transformá-los em política pública, porque eles transmitem toda uma vivência de mundo real e permitem que a gente faça um mapeamento, ali num cenário controlado, porém a gente consegue mapear várias variáveis de interlocução da rede. Então, a gente louva muito a realização desses projetos que já estão em andamento.

Então, em nome do Ministério da Saúde, eu agradeço mais uma vez o convite e me coloco à disposição para seguir construindo, junto com este Parlamento e com a sociedade, respostas cada vez mais justas e efetivas para as pessoas com câncer hereditário e suas famílias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Suyanne Monteiro, do Ministério da Saúde. É muito importante a presença da senhora aqui.

Curiosidade minha aqui, não sei se a senhora... Eu vi que não é do Nordeste. Do Nordeste, pelo sotaque, não. É mineira? Não? Carioca?

A SRA. SUYANNE CAMILLE CALDEIRA MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Eu já moro em Brasília há dez anos, mas eu sou do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, olha quem acertou aqui. A Dra. Ana Carolina falou. É verdade, o sotaque é bem carioca mesmo, mas está em Brasília há dez anos. Que bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para dar uma informação para vocês: tenho aqui, foi comentado, o Projeto de Lei nº 5.181, de 2023, para assegurar, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a realização de testes genéticos para mulheres pertencentes aos grupos de risco, objetivando a identificação de mutações hereditárias associadas ao aumento da probabilidade de neoplasias malignas de ovário, mama e colorretal.

Isso já foi aprovado aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, e já está na Câmara. Foi em votação terminativa e está na Câmara. Então, esta é uma Comissão que tem muita atenção e que vai continuar.

E, com essa articulação brilhante de vocês, essa energia... Aqui, quem está no Plenário, a gente percebe a energia da Dra. Patrícia e da Suyanne, também, a gente percebe uma energia bem bacana. A gente vê que essa articulação, o propósito, tem uma força que a gente não imagina. Então, parabéns a todos vocês!

Agradeço a audiência, compartilhem esta sessão porque pode chegar em mãos que, de alguma forma, podem salvar vidas, poupar sofrimentos, a partir do conhecimento do que foi discutido aqui em alto nível, com estatísticas, com dados científicos.

Então, nada mais havendo a tratar, e agradecendo a presença de todas e também do nosso querido Dr. Romualdo e a você, que está nos assistindo pela TV Senado, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Alan Rick, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Romário, Wilder Morais e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3900, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico, a fim de ampliar a outras categorias profissionais de saúde a elegibilidade à homenagem." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 336, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3315, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Lei Seca." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 597, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para instituir abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4926, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 26-A à Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003, para isentar as pessoas idosas do pagamento de contribuições aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), e de uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 116, de 2025-CAS, para a realização de audiência pública de instrução da matéria. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 106, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2025 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem" sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 110, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2024, seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 116, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização e audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que "altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica"." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Lei n° 4435, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Lei n° 1011, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 4-CAS (substitutivo). Substitutivo adotado definitivamente em turno suplementar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/10

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que o item 2, Projeto de Lei nº 3.900, de 2020, foi retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Zenaide Maia.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3900, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, que cria a Ordem do Mérito Médico, a fim de ampliar a outras categorias profissionais de saúde a elegibilidade à homenagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.*

Autoria do Projeto: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Não apresentado

Observações:

1- Em 3/12/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2294, de 2024, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Em 10/12/2025, foram apresentadas oito emendas pelo Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 10/12/2025, foram recebidas as Emendas nºs 6S a 13S, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório, que evidentemente não existe, porque as emendas foram apresentadas agora.

Com a palavra V. Excelência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia. Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. Bom dia a todos os nossos colegas, presidentes de entidades associativas, conselhais, sindicais, nossos colegas médicos do Brasil todo que nos acompanham, e minha família que me acompanha aqui atrás, Presidente, também.

Presidente, nós recebemos agora, exatamente às 9h da manhã, oito emendas que foram apresentadas pelo Senador Rogério Carvalho, e essas oito emendas, aparentemente, são exatamente uma fragmentação do substitutivo dele. Mas como não houve tempo para uma análise mais aprofundada, eu não posso emitir um parecer com essa rapidez toda. Apesar de eu procurar ser rápido nas coisas, mas não tem como fazê-lo.

É um direito regimental do colega que nós respeitamos, é algo procrastinatório, porque nós fizemos uma discussão aprofundada do relatório e não houve nenhuma divergência entre a maioria das alterações que fizemos na lei de 1957, mas como não houve tempo para eu fazer o nosso parecer, e até por conta de que muitos Senadores já não estão presentes aqui hoje, a reunião é presencial, eu vou pedir vista. E até sugiro ao Senador Laércio que possamos pedir vista coletiva, para que esse parecer que eu elaborarei seja apresentado na próxima semana, e poderemos votar na próxima semana, sem nenhum problema, Presidente, até porque na próxima semana vai ser mais tranquilo, poderemos votar remotamente, inclusive.

Então, solicito vista e acho que vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Vista coletiva, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Dr. Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Quero só, apesar do adjetivo, dizer que houve debate, houve uma divergência, e a votação foi muito apertada. Regimentalmente a gente está apresentando as emendas no prazo regimental, e eu agradeço a sensibilidade do Relator, que pede tempo para analisar as emendas, ainda que, desde já, ele diga ou tenta ou deixar subtendido que não concordará, mas isso é do jogo, faz parte da discussão, e vamos finalizar este debate na próxima semana, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só quero esclarecer aqui, Dr. Hiran, que a vista só pode ser concedida depois do relatório. Então, o que nós podemos fazer é retirar de pauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, tranquilo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Havendo a concordância entre todos, retiramos esse item de pauta e deixamos para a próxima sessão, que será na próxima quarta-feira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Laércio, pois não, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, Marcelo Castro, é um requerimento sobre a mesa, o extrapauta, que eu gostaria de pedir a V. Exa. para que a gente incluísse. É referente a um projeto que está pautado, o PLS 277.

Aí eu gostaria de saber se V. Exa. aquiesce a esse requerimento, para a gente colocar em votação, para a gente fazer audiência pública, porque é um tema muito complexo, e eu gostaria de discuti-lo através de uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Laércio.

Requerimento extrapauta.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 116, de 2025, CAS, apresentado pelo Senador Laércio Oliveira. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao nobre Senador Laércio Oliveira, para a leitura do seu requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 116, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização e audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que "altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica".

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para encaminhar.) – Presidente, Marcelo Castro, Senadoras e Senadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... o requerimento que proponho é para a gente fazer uma discussão mais ampliada referente ao PLS 277, porque esse projeto tem um alcance extraordinário, que é com referência à inclusão de obrigações para que as empresas, a partir de 50 funcionários, acrescentem nos seus quadros pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendi que o projeto está muito restritivo. A questão das pessoas com deficiência é uma questão que a gente precisa enfrentar, mas a gente tem condições de, a partir desse projeto, ampliar essa atuação, inclusive com o envolvimento de empresas públicas, que não fazem nenhuma ação de responsabilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Gostaria de pedir silêncio. Tem um orador na tribuna, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, acho que a gente precisa trazer a responsabilidade do Governo também para esse assunto.

Por isso que fazer uma discussão com vários agentes é importante, e eu pautei no requerimento quais são as entidades que eu proponho. E claro que esta Comissão fica à disposição de receber outros nomes para que a gente faça um debate qualificado e tente ampliar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A Senadora Mara Gabrilli está *online*.

V. Exa. deseja manifestar-se sobre esse requerimento? (*Pausa.*)

Bom, as Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem aqui.

Eu estou na relatoria do item 6 e, na próxima Comissão, agora, eu estou com cinco itens lá. Se puder inverter, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estamos de acordo.

Vamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4926, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para isentar as pessoas idosas do pagamento de contribuições aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, cumpre esclarecer que a matéria em questão se enquadra na competência privativa da União, conforme a Constituição Federal, e não se trata de tema reservado à iniciativa exclusiva do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Além disso, as alterações propostas no PL podem ser realizadas por meio de lei ordinária, não sendo necessária uma lei complementar para tanto.

No mais, está entre as atribuições desta Comissão se manifestar sobre temas afeitos às relações de trabalho, conforme o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, de modo que inexistem óbices formais à sua aprovação.

Diante da supramencionada competência desta Comissão para tratar da matéria e de sua posterior tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, limitamos a análise ora perpetrada aos aspectos sociais envolvidos.

Quanto ao mérito, a proposição revela relevância social, uma vez que a Constituição Federal impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando a sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade, bem-estar e autonomia.

Nesse sentido, a iniciativa legislativa apresenta plena coerência com o comando constitucional, ao promover inclusão produtiva e reduzir barreiras econômicas que dificultam a continuidade da atuação profissional por esse grupo populacional. Trata-se de medida que elimina encargos financeiros que podem se tornar excessivamente onerosos nessa etapa da vida, sobretudo para pessoas idosas aposentadas ou que atuam em regime de trabalho reduzido.

Ademais, a proposição facilita a permanência de profissionais idosos no exercício regular de suas atividades, permitindo que mantenham o registro no respectivo conselho sem que a exigência de contribuições compulsórias inviabilize essa continuidade, evitando, assim, a marginalização profissional decorrente da idade.

Por fim, destaca-se que a medida está igualmente alinhada à valorização do princípio da dignidade da pessoa humana ao promover condições mais justas para o exercício profissional na velhice e ao combater fatores de exclusão que possam limitar a participação do idoso na vida econômica e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.926, de 2023.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão, o relatório do nobre Senador Astronauta Marcos Pontes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos).

Senadora Mara Gabrilli, V. Exa. tem a palavra, remotamente. É um prazer ouvi-la.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, bom dia. Obrigada. Bom dia para todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom dia, Mara. É um prazer tê-la aqui conosco.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – O prazer é meu, uma honra.

Presidente, eu queria só dar uma palavrinha sobre o projeto que relato do Senador Romário, o PL 277. O Senador Laércio pediu vista, e eu gostaria de... Pediu vista, não, perdão, é uma audiência pública. Eu sou sempre aquela que sempre quer audiência pública de tudo, mas eu queria só fazer um comentário.

Se eu tivesse que definir boa parte, assim, da minha personalidade em uma única palavra, eu me definiria como: trabalho. Porque, antes ainda da minha tetraplegia, de eu ter quebrado o pescoço, eu sempre trabalhei. Eu fui cuidadora de pessoas idosas, fui cuidadora de pessoas com deficiência, eu vendia roupa de uma indústria que era da minha mãe, sou publicitária, trabalhei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como publicitária, sou psicóloga, trabalhei como psicóloga, fui professora de português para gringos, faxineira, babá e, depois de tetra, já fui modelo, psicoterapeuta, colunista, palestrante, gestora de ONG – que continua com o meu nome – e passei por todos os cargos políticos: secretária municipal, Vereadora, Deputada. E todas essas funções, cada uma à sua maneira, contribuíram para o que eu sou hoje.

Por isso, acredito que o trabalho é, sem dúvida, uma das principais ferramentas de inclusão social de qualquer ser humano e, além de garantir dignidade, proporciona também bem-estar, autoestima, poder de consumo, capacidade de ser contribuinte e ajudar este país e uma vida com perspectivas.

Esse pensamento sempre norteou a minha atuação não só como Parlamentar, bem como todo o segmento da pessoa com deficiência no trabalho.

E eu queria incluir assim... Quando a gente fala em incluir uma pessoa com deficiência, um trabalhador – um trabalhador –, que é o que fala o projeto, reabilitado numa empresa que tenha de 50 a 99 funcionários, esse é o número da maioria das empresas do Brasil e não é algo de outro mundo que seja impossível de cumprir. Imagina, se a gente está falando de empresas que têm de 50 a 99 funcionários, a gente está falando que as pessoas com deficiência não vão ter que cruzar a cidade para ir a uma empresa enorme, a uma multinacional; não, elas podem trabalhar no supermercado de bairro, e esse supermercado vai ser obrigado a ser acessível não só para esse funcionário, mas para todo cidadão que quiser entrar nesse supermercado – aí a pessoa com deficiência não precisa dar a volta ao mundo, encarar tantas calçadas inacessíveis, encarar o transporte inacessível. E a gente está falando de uma pessoa com deficiência dentro de uma empresa, e essa pessoa com deficiência, dentro dessa empresa, tem a capacidade de humanizar todos os funcionários dessa empresa e ainda melhorar a *performance* da empresa. Não é pouco. Seria um aprendizado imenso para a empresa, para os diretores, para os demais funcionários, e a gente não pode furtar as empresas da convivência com a diversidade humana, porque abraçar a diversidade humana é um combustível de crescimento, além de crescimento de justiça social. Isso é a riqueza da vida.

E, na minha trajetória parlamentar, eu nunca fui contra debater temas e projetos; pelo contrário, eu pareço a louca da audiência pública. Então, eu peço o compromisso do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Laércio, do nosso Presidente Marcelo Castro, para que esta audiência seja realizada o mais rápido possível. E que a gente nunca retroceda, não deixe retroceder tudo que a gente conseguiu na Lei de Cotas, porque todas as empresas querem acabar com a Lei de Cotas, dizendo que não acham pessoas com deficiência. E, se a gente pegar todas as pessoas com deficiência que já concluíram o ensino superior, a gente conclui três Leis de Cotas, as pessoas não procuram pessoa com deficiência capacitada. Então, a gente tem.

E eu só queria dar essa palavra, que é uma palavra de incentivar nosso país, incentivar essas pessoas, porque, para ter uma deficiência no nosso país, Presidente Marcelo, tem que ter muita garra, tem que ter disciplina para sair de casa e encontrar as calçadas esburacadas, tem que ter uma força de vontade para vislumbrar o futuro, porque você sabe que vai ficar duas horas esperando chegar o ônibus acessível, que talvez não chegue nunca. Então, a gente tem que ter esse olhar afirmativo para esse público.

E, com 50 a 99 funcionários, essa empresa só vai ganhar se colocar uma pessoa com síndrome de Down, ou uma pessoa mutada, ou uma pessoa surda, ou uma pessoa tetraplégica, como eu; não importa, é de uma pessoa que a gente está falando.

Então, eu espero que esta audiência pública, de que eu quero muito participar, seja uma audiência que vai trazer as vantagens de ter pessoas com deficiência trabalhando no mercado de trabalho.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, Senadora Mara Gabrilli. E, sem nenhuma dúvida, V. Exa. será uma peça fundamental nesta audiência pública que nós vamos fazer proximamente. Vamos seguir o seu pedido para que façamos o mais brevemente possível. Sabendo que nós estamos no final do ano, praticamente fica impossível fazer neste ano ainda, mas nos comprometemos em, logo que inicie a próxima sessão legislativa, pautar esta audiência pública para darmos celeridade a esse projeto tão importante.

Senador Astronauta Marcos Pontes, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Se me permite, eu vou direto à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um instantinho, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o item de V. Exa.?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, não é esse item do Flávio Arns? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, extrapauta. Espera aí. Vamos incluir na pauta ainda.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre o requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes para inclusão extrapauta do PL nº 4.435, de 2024, que institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam a inclusão extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4435, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria *ad hoc* do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Observação 1. Em 04/12/25, foi realizada a audiência pública para a instrução da matéria. 2. Votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Da análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete a este colegiado pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais da proposição. A defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme prescreve a Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, a matéria está sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo por força da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais. Portanto, não identificamos vícios concernentes aos aspectos de constitucionalidade, tampouco de juridicidade e de técnica legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, o PL em análise propõe criar o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário, a ser celebrado no dia 22 de novembro. A iniciativa confere visibilidade a informações relevantes, jogando luz em fatores importantes, como, por exemplo, a implementação de medidas preventivas por meio de mudanças de estilo de vida, rastreamento intensivo, quimioprevenção e cirurgias redutoras de risco como alternativas importantes que podem reduzir significativamente a mortalidade associada à doença.

A instituição do Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário busca fortalecer o diálogo entre sociedade, profissionais de saúde e instituições, ampliando campanhas educativas e orientando a população sobre a relevância do diagnóstico e tratamento precoce da doença.

Adicionalmente, deve-se destacar que o tema da proposição foi debatido em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, no dia 4 de dezembro de 2025, em cumprimento às exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. O evento, formalizado pelos Requerimentos nº 94 e 111, de 2025, contou com a presença de representantes de organizações, do Governo e especialistas no assunto.

Por se tratar de projeto que cuida de tema de expressiva relevância social e sanitária, que promove a conscientização e o enfrentamento de uma condição que afeta profundamente a vida de milhares de pessoas, somos favoráveis à proposição em comento.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.435, de 2024.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão, o relatório do Senador Astronauta Marcos Pontes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal, por ser terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um item também, o item 4, de que a Senadora Jussara é Relatora. E, como são matérias muito semelhantes, eu vou propor, com a anuência do Plenário, que a gente faça as duas votações conjuntamente.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3315, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Lei Seca.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *Votação nominal.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, estimados espectadores.

Passo diretamente ao mérito, visto que todos os membros já dispõem do relatório.

Quanto ao mérito, cabe assinalar que os óbitos que ocorrem em razão de acidentes de trânsito terrestre ainda são parcela relevante na composição da mortalidade no Brasil, principalmente porque são mortes que podem ser classificadas como evitáveis, em sua maioria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, cerca de 33 mil pessoas faleceram anualmente por essa causa no último quinquênio. Porém, esses níveis de mortalidade no trânsito encontram-se abaixo daqueles observados antes da aprovação da Lei Seca.

Portanto, a Lei Seca merece ser enaltecida, porque trouxe resultados positivos com a redução do número de acidentes provocados pela ingestão de bebida alcoólica.

Especificamente a respeito do impacto da Lei Seca na morbimortalidade e em razão do aniversário de 15 anos da aprovação da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool publicou relatório intitulado Álcool e a Saúde dos Brasileiros – Panorama 2023, com dados epidemiológicos e informações sobre a relação entre direção veicular e consumo de álcool.

O relatório pontua que a Organização Mundial da Saúde estima que, no Brasil, o álcool seja responsável por 36,7% de todos os acidentes de trânsito entre homens e 23% entre as mulheres, afetando, além do usuário de bebidas alcoólicas, outros indivíduos, como passageiros e pedestres.

Finalmente, com base nos dados epidemiológicos sobre o trânsito, o Cisa afirma ainda que a edição da Lei Seca, que em 2023 completou 15 anos, provocou importantes mudanças nos hábitos da população brasileira, no que diz respeito à combinação perigosa de beber e de dirigir.

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do PL nº 3.315, de 2021, que faz menção à sanção de diploma legal que se mostrou muito importante para a redução de mortes no trânsito. De fato, a Lei Seca tornou-se instrumento fundamental de intervenção na área de saúde pública e de segurança viária em nosso país.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.315, de 2021.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Jussara Lima. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal, juntamente com o Projeto de Lei nº 4.435, da relatoria *ad hoc* do Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é nominal.

Eu vou abrir o painel e os dois serão votados conjuntamente.

O painel está aberto, os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa., Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É só para lhe agradecer de coração. Conversamos ontem no Plenário e esse é um projeto que tem muitos médicos, muitos cientistas que estão unidos com o Ministério da Saúde, inclusive. Fiquei encantado com a audiência pública que esta CAS realizou na semana passada.

Quero agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes pela relatoria *ad hoc*. O Senador Flávio Arns foi brilhante no seu relatório nesse projeto de nossa autoria. Quero agradecer ao Diogo também, assessor do Senador Flávio Arns, que se debruçou sobre isso.

E quero dizer que parece um pequeno passo o Dia Nacional da Conscientização do Câncer Hereditário, mas é um grande movimento pela vida, é, com o uso da tecnologia que avança a cada dia, a gente conseguir poupar vidas e sofrimentos através de campanhas educativas, através da possibilidade de cada vez mais oferecer, através do SUS, oportunidades para que as pessoas tenham direito a testes e que possa ter o ser humano cada vez mais longevidade, com saúde, com qualidade de vida. Então, eu fico muito feliz.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador Marcelo Castro pelo compromisso que ele tem com a vida e agradecer a todos os colegas pelo voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jussara, parabéns também por estar junto conosco aqui, nesta grande Comissão, em que passam temas, assim, extremamente delicados, com relação aos quais a gente tem tido muita responsabilidade.

Então, muito obrigado a todos e espero que a gente consiga votar por unanimidade esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Girão, eu aproveito a oportunidade para parabenizar V. Exa. por essa oportuna iniciativa.

Nós sabemos que grande parte dos cânceres são hereditários. No câncer de mama, por exemplo, tem um tipo de câncer de mama – não são todos, é uma parcela pequena, mas tem – que é uma alteração do cromossomo, e, quando a mãe teve câncer de mama ou a avó teve câncer de mama, os descendentes devem se submeter ao exame de DNA genético para ver se tem essa alteração no gene. Tendo alteração no gene, o mais prudente é fazer como a Angelina Jolie fez. E a desinformação nesse campo, como em muitos outros, é imensa. Então, uma pessoa que teve uma mãe que teve câncer de mama é aconselhável que se submeta a esse exame genético para ver se ela tem essa alteração no gene que vai causar o câncer de mama. Eu não tenho segurança da estatística, mas eu já vi, há algum tempo, que é superior a 80% a chance de a filha também ter o câncer de mama se ela tiver alteração genética. Se não tiver, é um filho comum, não tem tanta importância. Nesses casos, já seria aconselhável até fazer a cirurgia preventivamente, porque é quase certo que a pessoa vai ter câncer no futuro.

V. Exa. está chamando a atenção para um aspecto relevantíssimo da saúde pública, que é fazer a prevenção, para evitar essas doenças hereditárias quando possível.

Já temos quórum.

Eu vou encerrar a votação para a gente correr aqui com a nossa pauta.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram aprovados os Projetos de Lei nºs 4.435, de 2024, e 3.315, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a nobre Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Bom dia ao senhor, à Senadora Jussara e ao Senador Girão, que estão na correria do dia a dia aqui.

Senador, eu não sei se houve um pedido do Senador Randolfe – ele falou para mim, em nome do Governo também – para a leitura de um parecer meu a respeito da Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e que dá outras providências.

Eu não sei se foi pedido, requerido um extrapauta, mas assim... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Leila, nós estamos aqui com uma pauta aqui à frente. Aí, em seguida, a gente faz o requerimento de V. Exa. para a gente incluir extrapauta, viu?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tá, então tem previsão de ser ainda...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já, já.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está bom, então, Presidente.

Obrigada, grata pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Disponha sempre.

Item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 110, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2024, seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Passo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu requerimento.

V. Exa. tem a palavra, Senadora, remotamente, evidentemente.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública, objeto do Requerimento 81, de 2024, também de minha autoria, seja incluída como convidada a Dra. Raquel Barbosa Cintra, Médica Perita e paciente de hipertensão intracraniana idiopática, tratada com implante de válvula programável com sistema antigravitacional.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento da nobre Senadora Mara Gabrilli.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. manda. É um prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 597, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para instituir abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, peço para passar diretamente à análise. (*Pausa.*)

Embora louvável a iniciativa contida no PL em apreço, que propõe a inclusão de medidas voltadas à abordagem do luto perinatal no âmbito do SUS, cumpre esclarecer que, no decurso de sua tramitação, sobreveio a promulgação da Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, que institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A referida norma abrange, de forma ampla e pormenorizada, os objetivos, as diretrizes, as competências e as ações a serem desenvolvidas pelos entes federativos, bem como pelos serviços de saúde públicos e privados. Entre as medidas previstas na referida lei, as quais coincidem com as propostas do projeto ora sob exame, destacam-se: 1) a oferta de apoio psicológico à mulher e à sua família; 2) a realização de exames voltados à investigação da causa do óbito; 3) a assistência relativa aos trâmites legais; 4) a disponibilização de espaço físico separado das demais parturientes, garantindo maior privacidade e acolhimento; e 5) o acompanhamento contínuo no período pós-alta, especialmente no que se refere ao suporte emocional.

Ante o fato de haver sobreposição de conteúdo do projeto de lei em apreço com a legislação já em vigor, a Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, conclui-se que o projeto em análise está prejudicado por perda superveniente de objeto.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 597, de 2024.

Esse é o meu voto, Presidente Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Jussara.

Submeto o parecer da Senadora à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

E o submeto à votação simbólica.

As Sras. e o Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, pela recomendação da declaração de prejudicialidade da matéria.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Vamos ao item extrapauta por solicitação da nobre Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre o requerimento da Senadora Leila Barros para inclusão extrapauta do PL nº 1.011, de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país, e dá outras providências.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a inclusão extrapauta permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado.

Vamos ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 1011, DE 2023

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observação 1: a matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto.

Observação 2: a votação será nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros para proferir o seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço também à Secretaria da Comissão pela atenção.

Vem à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa, o Projeto de Lei 1.011, de 2023, do Senador Randolfe Rodrigues, que institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências.

O projeto de lei, composto de 19 artigos distribuídos em seis capítulos, busca instituir a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio, estabelecendo a colaboração entre os diferentes níveis de governo para sua implementação. Essa política visa a prevenir a exposição humana ao mercúrio acima dos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma ação contínua do poder público.

Tratadas no Capítulo I, as diretrizes abrangem várias áreas de ação estatal, como promoção da saúde, segurança alimentar e qualidade de vida, bem como desenvolvimento de instrumentos para informação, monitoramento e controle da exposição ao mercúrio. Também são previstas ações de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico relacionado ao tema e de sensibilização da sociedade. Ao final, o capítulo traz a definição de termos relevantes para a aplicação da lei.

Detalham-se no Capítulo II os critérios para determinar a exposição humana ao mercúrio, estabelecendo limites máximos aceitáveis de mercúrio em diferentes amostras biológicas. Esses limites podem ser atualizados por recomendação da OMS.

O Capítulo III propõe a criação do Sistema de Controle da Exposição ao Mercúrio (Sicem), destinado a monitorar os casos de exposição no país. A União seria responsável por orientar, assessorar e elaborar normas operacionais para esse sistema, garantindo sua integração em todo o território nacional.

No tocante à segurança alimentar e prevenção da exposição, o Capítulo IV sugere medidas para fortalecer programas de saúde, recomenda alimentos com baixo teor de mercúrio e estabelece diretrizes para o consumo alimentar, visando proteger especialmente os grupos vulneráveis.

A campanha permanente de enfrentamento à exposição e intoxicação, delineada no Capítulo V, tem como objetivo educar e prevenir a população sobre os riscos do mercúrio, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial atenção aos grupos vulneráveis, como crianças e gestantes. O dia 8 de novembro é proposto como o Dia Nacional do Enfrentamento à Exposição e Intoxicação por Mercúrio.

Por fim, o Capítulo VI fixa a vigência da lei.

De acordo com a justificação, a contaminação por mercúrio pode ocorrer de diversas formas, incluindo a ingestão de alimentos contaminados, como peixes, e a inalação de vapores. Mesmo exposições aparentemente seguras podem causar danos significativos ao longo do tempo, especialmente no desenvolvimento infantil. Além disso, estudos recentes demonstraram que a exposição está associada a problemas cardiovasculares.

Ainda segundo o autor, a legislação brasileira aborda principalmente casos de intoxicação por mercúrio, deixando uma lacuna na detecção precoce e na prevenção. Portanto, a implementação de uma política nacional de prevenção faz-se necessária para proteger a saúde pública.

O projeto foi analisado pela CMA, onde recebeu parecer favorável com duas emendas apresentadas pelo Senador Weverton e uma do Relator, o Senador Otto Alencar.

A Emenda nº 1 insere entre as atribuições da União a de mapear e gerar estatísticas de: a) áreas de garimpo que utilizem mercúrio; e b) incidência de casos de exposição por área mapeada, para posterior monitoramento. A Emenda nº 2 inclui, nas diretrizes da política, a promoção e a articulação intersetorial para as ações de tratamento e minimização de efeitos à saúde, em caso de exposição ao mercúrio. A Emenda nº 3 retira a menção específica a limites máximos de conteúdo em mercúrio nas amostras de monitoramento humano, deixando o estabelecimento de tais limites ao regulamento, conforme recomendações da OMS.

Não foram apresentadas emendas na CAS.

Análise.

Embora a defesa da saúde seja matéria de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais, alguns dispositivos do projeto pretendem criar obrigações para o Ministério da Saúde, em desconformidade com o disposto no art. 61 da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o projeto impõe deveres para outras unidades da Federação, obrigando os estados e municípios a tomar providências, conferindo-lhes atribuições que dizem respeito à organização e ao funcionamento dos serviços públicos, os quais, em sua maioria, pertencem à sua esfera administrativa. Assim, afronta-se o princípio federativo.

Por essa razão, propomos emendas para suprimir os dispositivos que incorrem nesse tipo de inconstitucionalidade, preservando o espírito do projeto.

No mérito, acreditamos que o projeto materializa uma ação legítima e efetiva do Estado, voltada para proteger a população das nefastas consequências para a saúde da contaminação por mercúrio, que é altamente tóxico e pode afetar diversos órgãos e sistemas do corpo, com efeitos neurotóxicos significativos, especialmente em fetos, lactentes e crianças em desenvolvimento. A exposição das gestantes e das crianças ao mercúrio durante períodos críticos de desenvolvimento pode levar a defeitos congênitos, retardo no crescimento e a danos cerebrais permanentes, comprometendo o desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial.

Foram identificados efeitos também sobre o sistema cardiovascular e sobre o sistema imune. A exposição ao vapor de mercúrio metálico pode causar irritação das vias respiratórias, e a inalação prolongada pode causar danos pulmonares graves e permanentes. Outros sinais e sintomas frequentemente associados são náuseas, vômitos, dor abdominal e diarreia, irritação da pele e erosões cutâneas.

A vigilância da exposição ao mercúrio emerge como uma necessidade na promoção da saúde pública, especialmente em locais em que a questão é mais preocupante e o controle é mais difícil, como na vasta Região Amazônica.

A proposição original sugeria a instituição de um sistema autônomo para o controle da exposição ao mercúrio; entretanto, optamos por incorporar este monitoramento ao já existente Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que tem por objetivo justamente coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica das três esferas de Governo, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste sentido, determinamos que a autoridade de saúde competente deverá incluir na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública o agravo “contaminação por mercúrio".

Consideramos meritório o projeto e reputamos adequadas as diretrizes estabelecidas, bem como a estruturação dos fundamentos de um controle de exposição ao mercúrio, o estabelecimento de normas gerais de controle alimentar e de uma campanha permanente de enfrentamento à exposição e à intoxicação por mercúrio.

Além disso, ouvido o Ministério de Meio Ambiente, optamos por tratar também das preocupações ambientais relacionadas ao tema, acrescentando, dentre as diretrizes, a promoção da gestão apropriada do mercúrio por meio da adoção de práticas ambientais e tecnologias viáveis do ponto de vista ambiental, técnico, social e econômico, a fim de prevenir a poluição por mercúrio; o desenvolvimento de estratégias para prevenir o desvio de mercúrio ou compostos de mercúrio; e o desenvolvimento de estratégias para recuperação, é claro, das áreas contaminadas.

Em relação à juridicidade e a técnica legislativa, entendemos desnecessário o estabelecimento de definições legais para conceitos já bem sedimentados na literatura. Além disso, há detalhes que se enquadram melhor no regulamento da matéria, sendo de melhor técnica que a lei preveja nas diretrizes. Por isso, propomos a supressão de alguns dispositivos e o reposicionamento de outros, sem prejuízo de seus objetivos.

No que tange à definição do dia 8 de novembro como o Dia Nacional do Enfrentamento à Exposição e Intoxicação por Mercúrio, a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, exige que sejam realizadas audiências e consultas públicas para a instituição de datas comemorativas, com ampla divulgação pelos canais oficiais. Como esses requisitos não foram atendidos, excluímos do dispositivo do projeto a data, e depois vamos apresentar em outro projeto esta data, Sr. Presidente.

Quanto às emendas aprovadas na CMA, a Emenda 1-T deve ser rejeitada, pois também fixa atribuições para o Ministério da Saúde, o que configura vício de iniciativa. A Emenda 2-T estabelece diretriz adequada e, portanto, deve ser mantida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tem razão o Relator na CMA, Senador Otto Alencar, quando defende que não devem ser fixados na lei limites preestabelecidos de exposição ao mercúrio, uma vez que tais padrões podem mudar em função da evolução do conhecimento científico e são mais adequados à definição regulamentar, levando em conta o maior engessamento característico do texto legal.

O voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do projeto, pela rejeição da Emenda 1-T e pela aprovação das Emendas 2-T e 3-CMA, bem como das emendas abaixo apresentadas, consolidadas na forma de substitutivo global à matéria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo à nobre Senadora Leila Barros pelo consistente e amplo relatório, submeto à discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olha que eu tentei ler rápido. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e vou submetê-lo à votação nominal.

Então vou abrir o painel para iniciar a votação nominal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, rapidamente, já que o senhor está abrindo o painel, quero parabenizar o Senador Randolfe. Esse relatório foi construído juntamente, ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O painel está aberto. Já podem iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... os assessores dos Relatores anteriores e também o autor da proposição, a assessoria do autor da proposição, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe. A gente viu recentemente a questão da contaminação dos povos ianomâmis. Eu acho que a iniciativa do Senador vem muito de acordo com os últimos incidentes e também eu acho que é uma forma de controle e de a gente monitorar não só essas contaminações de garimpo, mas também de alimentação e até mesmo certas profissões que têm certa exposição também ao mercúrio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, Senadora Leila, essa questão dos garimpos de ouro que utilizam mercúrio traz uma contaminação muito grande dos rios, dos riachos, dos afluentes, dos peixes. E é preciso um cuidado especial realmente.

Alcançamos o quórum. Eu vou declarar encerrada a votação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Depois que sair o resultado, nós poderíamos só aproveitar o momento, já estamos encerrando o nosso ano, e fazer o turno suplementar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ainda tem na próxima semana, não pode ser feito no mesmo dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não pode?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não. (*Pausa.*)

Perdão. (*Risos.*)

É porque nós votamos o exame de proficiência e tivemos que esperar para o outro, mas era um tema complexo sem dúvida.

Vamos poder votar o turno suplementar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – 10, SIM; nenhum, NÃO.

Nenhuma abstenção.

O relatório foi aprovado, nos termos da Emenda nº 4-CAS (Substitutivo).

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao turno suplementar.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos realizar o turno suplementar do substitutivo agora.

Na sequência, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dou início ao turno suplementar e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

O resultado: não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabenizo a Senadora Leila pelo brilhante relatório, mais uma vez.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu é que agradeço por ter me designado, Presidente. Grata mesmo pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão. E haverá sessão na próxima semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença da Senadora Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 81/2024 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 110/2025 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Discutir a Hipertensão Intracraniana Idiopática. **Participantes:** Raquel Barbosa Cintra, Médica Perita e Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; Giselle Maria Santos de Siqueira; Daniela Marreco Cerqueira, Diretora da Terceira Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Nelson Saade, Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia - SBN; Fernando Campos Gomes Pinto, Chefe da Unidade de Hidrodinâmica Cerebral do Grupo de Neurocirurgia Funcional do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP; Dana Berkowicz Steinberg; Arthur Lobato Barreto Mello, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde; e Mário Monteiro, Neuroftalmologista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/15

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

É uma honra fazer esta audiência hoje. Agradeço a presença de todos vocês.

Havendo número regimental, declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 81, de 2024, da CAS, e 110, de 2025, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a discutir a hipertensão intracraniana idiopática.

Eu informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado e da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/e-cidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e ainda possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Antes de chamar nossas convidadas e nossos convidados, eu vou fazer minha autodescrição para que todos possam acompanhar.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanho-claros na altura dos ombros, acima dos ombros. Sou uma mulher branca... Ah, já falei isso! Olhos verdes. Estou com vestido azul, vermelho e branco e estou num lugar iluminado, que tem uns quadros nas paredes.

Agora vamos aos nossos convidados, a parte mais importante, a quem agradecemos a disponibilidade de estarem aqui conosco nesta manhã para participar desta discussão tão importante na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Os nossos convidados são:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Arthur Lobato Barreto Mello, que é Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde. Muito obrigada pela presença, Dr. Arthur;

- depois, Dra. Daniela Marreco Cerqueira, Diretora da Terceira Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Muito obrigada, Dra. Daniela, pela presença;

- Dr. Fernando Campos Gomes Pinto, que nos trouxe a ideia desta discussão, e é Chefe da Unidade de Hidrodinâmica Cerebral do Grupo de Neurocirurgia Funcional do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Dr. Fernando Gomes Pinto, muito obrigada por ter proposto, por ter nos chamado a atenção para esta discussão tão importante;

- Dr. Nelson Saade, que é Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia. Muito obrigada, Dr. Nelson, pela presença;

- Dana Berkowics Steinberg, paciente com hipertensão intracraniana idiopática. É muito importante sua presença, Dana;

- Giselle Maria Santos de Siqueira, também paciente com hipertensão intracraniana idiopática;

- Raquel Barbosa Cintra, ela é Médica, Perita e Professora da Universidade de Mogi das Cruzes, e paciente com hipertensão intracraniana idiopática. Muito obrigada também pela presença de vocês, Giselle e Raquel;

- e agora Mário Monteiro, que é Neuro-Oftalmologista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Muito obrigada, Dr. Mário Monteiro, pela presença.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a presença de vocês, nossos convidados e convidadas. A gente quer debater a hipertensão intracraniana idiopática, também conhecida como hipertensão intracraniana benigna ou pseudotumor cerebral, que pode ser considerada uma doença ultrarrara, já que atinge 1 pessoa a cada 100 mil.

A gente vem lutando muito ao longo dos últimos dez anos para poder consolidar a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, e, apesar de ela ser transversal às diversas redes temáticas do Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, e em especial às redes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção às pessoas com doenças crônicas e às pessoas com deficiência, com linhas de cuidados estruturadas da atenção básica à atenção especializada, ainda enfrentamos inúmeros desafios para a implementação e a ampliação dessa rede que é tão fundamental para os brasileiros.

Os desafios começam já no diagnóstico, já que são doenças raríssimas ou raras, e, como no caso da hipertensão intracraniana idiopática, seus principais sistemas são multifacetados e comuns a outras doenças, isso acaba dificultando muito o diagnóstico. Por isso a importância deste debate, para a gente colocar luz nessa doença rara, que, se não tratada de modo adequado, pode até mesmo levar à cegueira permanente.

Nesse sentido, em março deste ano, a gente fez uma indicação ao Ministério da Saúde para incorporar no SUS importantes tecnologias para o manejo da hipertensão intracraniana idiopática. Uma delas, não invasiva, é para monitoramento da pressão; e outra é uma válvula programável. E ambas trazem benefícios aos pacientes e também vantagens econômicas para manutenção no SUS.

Temos trabalhado de modo incansável, sobretudo por meio da CASRARAS, Subcomissão da CAS que eu tive a honra de presidir até o ano passado, buscando ampliar as ações de diagnóstico, disseminar o conhecimento, garantir a efetividade da proteção que o SUS deve dar às pessoas com doenças raras no Brasil, já que a saúde é o primeiro passo para qualquer cidadão conseguir sair de casa e exercer cidadania.

A gente tem avançado também, pouco a pouco, nesses desafios, mas, para que os brasileiros com doenças raras tenham seus direitos reconhecidos e mais qualidade de vida e inclusão social, queremos dar voz aos pacientes com hipertensão intracraniana idiopática e ouvir os especialistas aqui presentes sobre as possíveis avaliações para o diagnóstico tempestivo e os tratamentos hoje disponíveis para isso.

E, por isso, sem mais delongas, passo a palavra para a Dana Berkowicz Steinberg, que é paciente com hipertensão intracraniana idiopática.

Cada um terá dez minutos para fala e, se der uma choradinha, a gente aumenta um pouquinho.

Então, Dana, você está com a palavra, linda. Muito obrigada pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANA BERKOWICZ STEINBERG (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada por me ter. Eu não sou brasileira, eu não nasci aqui no Brasil, então ainda não falo muito bem. Entendo tudo, mas pode ser por causa da emoção também. Eu planejei falar uma coisa, mas pode ser que, por causa da emoção, vou fazer alguns erros, mas espero que a minha mensagem seja passada bem.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – De onde você é?

A SRA. DANA BERKOWICZ STEINBERG (*Por videoconferência*.) – Eu sou de Tel Aviv, Israel.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Legal!

A SRA. DANA BERKOWICZ STEINBERG (*Por videoconferência*.) – ... originalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bem-vinda!

A SRA. DANA BERKOWICZ STEINBERG (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Assim, eu vou também fazer uma breve autodescrição para as pessoas que não conseguem ver. Então, sou uma mulher branca, com olhos e cabelos castanhos bem escuros, e estou usando uma blusa *off-white*. Estou em um espaço iluminado por uma luminária... Tem uma pessoa aqui que entra.

Agora, vou contar a minha história. Estou aqui no papel da paciente, e a verdade é que a minha história de vida, que eu conto hoje para as pessoas, tem antes e depois. Essa história de antes e depois é muito visível. Eu nasci com uma síndrome rara, que se chama síndrome de Ehlers-Danlos, que já tem um potencial de afetar vários órgãos, várias áreas do corpo. E eu sofri de dores de cabeça por muito, muito, muito tempo, anos, mas dores de cabeça que hoje quem está aqui e conhece bem esta doença, a hipertensão, já sabe como são. Eu fiquei completamente... Sem conseguir fazer nada. Eu até fiquei na cama por meses. Piorou tudo depois da minha segunda gestação. Quando o meu segundo filho nasceu, parece que deu uma piorada muito, muito grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no meu estado. Eu fiquei com dores e não consegui nem ficar com meus filhos, nem cuidar deles, nem trabalhar. Eu era completamente... Era uma pessoa que não conseguia fazer nada.

Então, dá para me ouvir? Acho que travou... (*Pausa.*)

E eu fui buscar o que estava acontecendo. Claro que, primeiramente, acharam que talvez fosse enxaqueca. Tentaram achar os diagnósticos mais prováveis, mais simples, mais comuns. Os remédios que eu tomei não eram adequados para mim e muitos deles até pioraram a minha situação. Como eu tenho síndrome de Ehlers-Danlos, eu fui fazer a punção lombar e piorou ainda mais a minha situação, porque o meu corpo não fechava. Então, eu fiquei com um vazamento, e o meu corpo estava tentando alternar entre a hipertensão e o vazamento, estava perdendo liquor, que estava baixo, e eu estava em um ciclo sem fim de dor, completamente acamada, eu não conseguia nem deitar, porque a dor, deitada, era tão forte que eu precisava dormir sentada. Foram anos e anos assim.

Eu fui pesquisar, pesquisei muito, até que uma pessoa ouviu... Na verdade, eu ouvi ou li sobre essa condição e fui buscar um médico que pudesse me ajudar. Isso também não foi fácil. Um dos problemas de que eu sempre falei quando eu ia falar em congressos sobre doenças raras, e foi um dos problemas maiores que eu tive, sempre, porque a minha condição era quase completamente invisível, não dava para notar, eu estava tomando muito remédio. E eu fui falar na frente das pessoas e as pessoas falaram: "Não, mas você está bem". E depois de, sei lá, 15 minutos falando na frente das pessoas, eu precisava deitar de novo, porque não aguentava de dor. Foi assim. Quando eu encontrei... Eu fui ao Dr. Fernando, que está aqui, que me convidou para estar aqui nesta ação importante e, juntos, fomos descobrir o que realmente estava acontecendo e decidimos colocar uma válvula.

E aqui começa a minha história depois disso: a válvula, que é programável, e que era tão importante no meu caso – também não foi do dia para noite a mudança –, até a gente achar exatamente como deveria ser a pressão para mim, para eu realmente ficar bem – para realmente ficar bem –, sem essas dores horríveis ou esse cansaço, náuseas, todos os sintomas que quem está aqui, obviamente, conhece bem, eu precisei de até programar várias vezes até a gente chegar. E hoje estou fechando já três anos com essa válvula programável. E sou uma mulher do depois. E a mulher do depois é uma mulher que está 100% ativa com os meus filhos: eu trabalho, eu viajo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu faço muito esporte. É outra vida. Até o meu marido falou que ele casou de novo com uma nova mulher. E essa é uma parte que sempre me deixa muito emocionada.

Isso foi possível porque a gente tem como chegar a esses médicos. A gente conseguiu, mas eu sei que estou falando muito nas redes sociais com muitas pessoas que nem sabem como, não têm como chegar e ter essa tecnologia de diagnóstico e tratamento. E sempre estou aqui para fazer a minha parte, para contar a minha história, para colocar um pouquinho mais, criar um pouquinho mais de visibilidade para ajudar quem está aqui a entender como é importante que as pessoas tenham a acessibilidade para essas ferramentas de diagnóstico e de tratamento. Mudou a vida completamente. E é isso. Eu não tenho outro jeito. Eu queria sempre... Estou falando com muitas pessoas que vêm para a minha rede social: "Mas como assim, agora você está tão bem?". É claro que tem muito trabalho, não é só válvula, não é milagre, tem que fazer muito trabalho para a reabilitação mesmo, mas isso foi o que virou a chave.

E eu queria, por mim, mandar todo mundo fazer esses tratamentos, diagnósticos, mas eu sei que isso não é possível por causa dos custos. Por esse motivo eu estou aqui hoje. Eu acho que é isso. Essa é a minha história.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dana, eu vou dar uma notícia que você vai ficar feliz, porque eu fui Relatora, na Comissão de Direitos Humanos, de um projeto que procura trazer toda a política para a Ehlers-Danlos, e a gente conseguiu aprovar na CDH, agora eu peguei a relatoria de novo e está na Comissão de Assuntos Sociais. Tudo o que pediram sobre essa doença a gente conseguiu colocar para que tenha uma política, para que tenha um diagnóstico mais precoce para várias coisas. Então, dá para você ir acompanhando. A gente está trabalhando também essa doença, está bem? Muito obrigada pelo seu depoimento.

Agora, com a palavra a Giselle Maria Santos de Siqueira, que também é paciente com hipertensão intracraniana idiopática.

A SRA. GISELLE MARIA SANTOS DE SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Oi, Giselle, bom dia.

A SRA. GISELLE MARIA SANTOS DE SIQUEIRA (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

Eu estou um pouco gripada. Então, se falhar um pouquinho, é por causa disso.

Mas começando, Senadores, Senadoras, autoridades de saúde, profissionais presentes, portadores de HII (hipertensão intracraniana idiopática), e todos que nos acompanham agora aqui no YouTube...

Oi? Me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Pode falar. Estamos escutando.

A SRA. GISELLE MARIA SANTOS DE SIQUEIRA (*Por videoconferência*.) – Meu nome é Giselle Siqueira, e eu convivo com a hipertensão intracraniana idiopática desde 2021, que é uma doença neurológica rara, crônica, que pode causar incapacidade e levar à cegueira. Falo hoje também como representante da página no Instagram Vivendo com HII, que apoia pacientes em todo o Brasil, e quero começar esta audiência hoje com uma pergunta simples, mas muito importante: quantas pessoas precisam perder a visão para que essa doença seja levada a sério?

A HII não é só uma dor de cabeça comum, ela aumenta a pressão dentro do crânio, causa dor intensa e constante, problema de visão, zumbido, enjoo, cansaço extremo e pode levar à cegueira permanente.

Desculpem até pela emoção, mas é que volta um filme na minha cabeça. Estando atrás de uma página, eu tenho empatia com a história das outras pessoas. Então, aqui não é somente sobre Giselle, é sobre muitas pessoas, principalmente mulheres. E essa doença muda, ela paralisa completamente a vida da pessoa, ela afeta o trabalho, os estudos, a rotina, a saúde emocional e também a vida familiar. Mesmo assim, a HII (hipertensão intracraniana idiopática) ainda é pouco conhecida e pouco reconhecida pelo sistema público. Isso acontece porque não há sinais visíveis no corpo, e os sintomas podem ir e voltar – eles são flutuantes. Mas o fato de não ser visível não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a torna menos grave. E um dos maiores problemas que enfrentamos é a falta de reconhecimento oficial da HII, da hipertensão intracraniana idiopática.

Quando uma doença não está registrada oficialmente, ela fica fora dos cuidados, dos direitos e das decisões do Estado. Na prática, isso significa que o paciente precisa provar o tempo inteiro que está doente. E, por experiência própria, a gente, muitas vezes, só vai ao hospital em último caso, por ter que provar, reprovar e pela discriminação que a gente sofre. Então, é bem difícil provar que você sente dor, provar que não consegue trabalhar como antes, e muitas vezes só consegue ajuda entrando na Justiça.

Reconhecer a HII (hipertensão intracraniana idiopática) como doença rara, crônica e incapacitante não é pedir um privilégio; é garantir tratamento justo, critérios claros e respeito à vida das pessoas.

Quando falamos em tratamentos dignos, precisamos falar do direito ao tratamento correto, porque a HII (hipertensão intracraniana idiopática) muitas vezes é tida como doença psicológica ou enxaqueca. Para muitos pacientes, a válvula não é uma escolha, é a única forma de evitar a perda da visão e ter uma vida com mais qualidade, e hoje o acesso à válvula pelo SUS ainda é muito difícil. Pacientes esperam muito, recebem negativas ou só conseguem uma válvula com uma ordem judicial. E isso causa muito sofrimento, piora a doença e gera muito custo para o nosso sistema público. Garantir a válvula pelo SUS, quando indicada pelo médico, é evitar cegueira, afastamento do trabalho e sofrimento desnecessário.

Também é essencial garantir acesso a formas não invasivas de monitorar a pressão intracraniana, que ajudam no controle da doença e reduzem riscos. Além do tratamento, precisamos falar de direitos: direito à saúde integral, direito à avaliação médica justa e especializada, direito ao auxílio-doença e à proteção social quando a pessoa não consegue trabalhar, direito à prioridade em atendimentos e ao acesso a tratamentos multidisciplinares, direito à reabilitação e à inclusão em políticas de deficiência, e, acima de tudo, direito à dignidade, direito ao respeito.

Hoje muitos pacientes têm esses direitos negados, simplesmente porque a HII (hipertensão intracraniana idiopática) não é reconhecida oficialmente; por exemplo, se a gente chegar no hospital e falar que está com dor de cabeça, com hipertensão intracraniana idiopática, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai para o final da fila. Então a gente tem que falar que é um pseudotumor cerebral para que a pessoa entenda a palavra tumor e aí dê mais atenção.

Na página Vivendo com a HII, a gente recebe muitos relatos de pessoas que perderam parte da visão, ou vivem com medo de perder, ou perderam 100% da visão e não vão recuperar, foram afastadas do trabalho, foram abandonadas pelos seus parceiros, tiveram benefícios negados por aparentarem estar bem e sofrem emocionalmente vivendo com dor constante e insegurança.

Essas histórias não são casos isolados, elas mostram a falta de políticas públicas voltadas para a HII (hipertensão intracraniana idiopática). Por isso, esta audiência precisa gerar ações concretas: reconhecimento oficial da HII (hipertensão intracraniana idiopática) como doença rara, crônica e incapacitante; criação de protocolos claros de atendimento no SUS; garantia de acesso à válvula programável; exames e tratamentos multidisciplinares; preparo e capacitação de profissionais que avaliam esses pacientes; garantia de direitos sociais, como auxílio-doença, reabilitação, prioridade em atendimentos, inclusão em políticas de deficiência; respeito e dignidade a quem vive com essa doença; apoio psicológico, porque ninguém escolhe viver com a HII (hipertensão intracraniana idiopática). E o Estado pode escolher não ignorar essas pessoas. Reconhecer a HII (hipertensão intracraniana idiopática) é evitar a cegueira, evitar sofrimento, garantir dignidade e cuidado.

Eu já tive a válvula a DLP, que é a lombo-peritoneal, com a qual eu fiquei por dois anos – foi muito sofrimento –; depois eu tive a DVP, quem colocou foi o Dr. Fernando Gomes, em 2024, à qual eu me adaptei superbem. A grande diferença foi que a DVP é mais precisa, flexível, tem eficiência e menor desgaste e o pós-operatório é muito mais tranquilo. Então, assim, há um bom tempo, eu já convivo com essa doença rara, crônica, e, como eu disse no início, eu acompanho muitas, muitas pessoas com essa mesma patologia – mulheres, homens, crianças –, e é muito sofrimento. Então, a gente precisa realmente do apoio e da conscientização da doença, e de direitos.

Então, assim, muito obrigada por me ouvirem e muito obrigada por darem mais um passo em busca do reconhecimento de direitos. (*Manifestação de emoção.*) É isso. Desculpe-me pela emoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ô, Giselle, você deixou todo mundo emocionado. Muito obrigada. Você sabe que, por tudo que você falou, a gente já fez uma indicação ao Ministério da Saúde para incorporar ao SUS essas tecnologias. É uma demanda que a gente vem trabalhando junto com o Dr. Fernando desde o ano passado, para o monitoramento tanto da pressão, como de uma válvula programável, mas as coisas não têm a velocidade que a gente gostaria, não é? Ainda não tivemos um retorno do Ministério da Saúde, mas a gente segue cobrando essas ações concretas. Está bom, Giselle? Muito obrigada, viu? (*Pausa.*)

Eu ia passar a palavra para a Dra. Raquel, mas, como o Dr. Arthur está com o horário apertado, então, eu vou passar a palavra para o Dr. Arthur Lobato Barreto Mello, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

Obrigada, Dr. Arthur, pela presença.

O SR. ARTHUR LOBATO BARRETO MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Conseguem me escutar bem?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bem, muito bem.

O SR. ARTHUR LOBATO BARRETO MELLO (*Por videoconferência*.) – Primeiro, obrigado, Senadora, pelo convite. Gostaria de saudar a mesa na sua pessoa. A participação de todas as pessoas aqui é sempre muito importante. Fico muito feliz de falar logo depois das pacientes, que são aqueles que normalmente trazem uma visão da doença mais real, mais estratégica, para que a gente possa construir políticas públicas que dialoguem com a população.

Vocês estão me escutando bem? Parece que está tendo alguma interferência. (*Pausa.*)

Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está ótimo.

O SR. ARTHUR LOBATO BARRETO MELLO (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante trazer um pouquinho a explicação do Departamento de Atenção Especializada e Temática, do qual eu estou à frente. É um departamento bem amplo em atuação. Atualmente a gente conduz toda a atenção especializada em termos de políticas, habilitações e serviços, além do Sistema Nacional de Transplantes, de sangue e hemoderivados, das doenças raras, da pessoa com deficiência. São esses, o que já é bastante.

Então, a gente entende que a hipertensão intracraniana idiopática é uma doença rara e precisa ter a sua devida atenção, de fato. A gente acaba trabalhando numa lógica de política que é muito reativa, muitas vezes, e só é feita alguma coisa quando somos demandados. Isso é um problema estrutural do Ministério da Saúde, mas precisamos pensar cada vez mais em como mudar estruturalmente.

Temos uma política de cuidado integral às doenças raras, que é uma política recente, que é uma política que tem sido muito debatida, que precisa ter a sua aplicação no dia a dia da prática e que precisa dialogar com outras estratégias da organização do Sistema Único de Saúde. E um exemplo é a Política Nacional de Atenção Especializada, que vai ajudar a organizar a rede de atenção à saúde para que os pacientes que precisam do cuidado especializado, de fato, o acessem em tempo oportuno. E isso dialoga com os esforços do Ministério da Saúde atual em reduzir esses tempos de espera tanto para exames diagnósticos, como para consultas, como para procedimentos, com o Programa Agora Tem Especialistas. Então, entendemos que o cuidado da hipertensão intracranial idiopática pode ter um grande benefício nesse sentido.

E, quando a gente fala sobre rede de atenção à saúde, a gente precisa trazer a atenção primária a essa discussão. A atenção primária tem um papel essencial de acesso, de porta de entrada ao Sistema Único de Saúde. Então, temos que capacitar os profissionais para identificarem adequadamente os sinais de alerta, para não cometerem os erros, como foi pontuado aqui na audiência, sobre invalidar um sintoma – "é só uma dor de cabeça", "é só uma enxaqueca". Então, a gente precisa identificar as sinais de alerta, fazer um exame clínico adequado e oportuno naquele primeiro momento de acesso ao sistema e aí também garantir o acesso adequado, o encaminhamento adequado, no tempo adequado para a atenção especializada, onde essa paciente ou esse paciente vai ser atendido em tempo oportuno por um oftalmologista, nesse momento, ou, em outros casos, por um neurologista, mas identificando aquela queixa de forma mais apropriada e específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daí é garantirmos também os exames adequados para diagnóstico. Atualmente, a gente tem disponível no Sistema Único de Saúde diversos exames, a avaliação do campo visual, a fotografia, a tomografia de coerência ótica, assim como a ressonância magnética, que muitas vezes ajuda no diagnóstico, e os procedimentos neurocirúrgicos que precisam ser realizados posteriormente para tratamento, para melhor cuidado da doença.

E aí a gente precisa falar também sobre novas tecnologias. O SUS precisa ser um local de inovação tecnológica, precisa ser o lugar que garanta o melhor cuidado para o nosso paciente. Então, existe um fluxo de incorporação de tecnologias que são procedimentos, equipamentos, medicamentos na Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), que faz uma avaliação bem robusta daquela tecnologia, envolvendo, inclusive, custos econômicos e evidências científicas adequadas. É um trâmite que muitas vezes envolve instituições de ensino, instituições de pesquisa que vão ajudar a dar esses subsídios para nós da área técnica, no caso da atenção especializada, para que possamos dar uma legitimação de que isso é de fato o que tem de política estratégica e que precisa ser implementada. Então, trazendo um pouquinho de como é esse fluxo dentro do ministério, existe a demanda de solicitação da incorporação de tecnologias... E aí eu já coloco como compromisso da minha parte, após esta audiência, checar como estão essas tecnologias que foram solicitadas para o Ministério da Saúde. Até então, no nosso último alerta, foi feita uma solicitação, acho, por uma Senadora, previamente – não sei se foi você, Senadora Mara, mas houve outras solicitações que eu posso checar –, e eu não sei qual o *status* dessa avaliação, mas eu fico com o compromisso de checar e dar essa devolutiva para vocês posteriormente.

Então, eu finalizo a minha fala trazendo esse destaque das ações do ministério.

Precisamos trabalhar em rede. Precisamos qualificar a nossa atenção primária para que, nos primeiros sintomas, já consiga identificar alertas que possam trazer o alerta da hipertensão intracraniana idiopática. Precisamos garantir uma atenção especializada forte, e utilizando esse modelo atual do Agora Tem Especialistas, que vai ajudar a reduzir os tempos de espera para exames, para diagnósticos, para procedimentos cirúrgicos, para a própria avaliação do especialista – nesse caso, também tem como incentivo a mudança do financiamento por meio das ofertas de cuidados integrados, em que o paciente recebe um pacote de todos esses procedimentos em um tempo hábil de 60 dias, tendo a consulta com especialistas, os exames adequados e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico ou, posteriormente, um direcionamento para outro local da rede em que possa se aprofundar essa investigação ou realizar um procedimento. E, por fim, o fluxo de incorporação de tecnologias, o que, de fato, é um tanto burocrático – como a Senadora Mara falou, nem sempre é no tempo que esperamos –, mas existe uma dedicação da área, existe o interesse da área de que a gente possa avançar nisso, trazendo as melhores tecnologias, com custos adequados, que garantam sustentabilidade e estruturação para o Sistema Único de Saúde. E tem a valorização da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que precisa sempre ter um debate aprofundado, um debate que traga diversos atores para a participação, seja do controle social, seja das sociedades científicas, seja das associações de pacientes, que são os atores que têm essa vivência do território, essa vivência da doença, essa vivência da saúde também. E como pode ser feito esse diálogo com o Ministério da Saúde, para que a gente faça políticas de saúde que dialoguem com a realidade e não políticas de saúde que fiquem no papel e tenham dificuldades na sua implementação. Queremos fazer políticas que atendam às necessidades das pessoas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Arthur, muito obrigada. Nossa, a minha assessoria já vai pegar com você aí. Eu vou reenviar todos os pedidos que a gente fez agora para você. Aí a gente pode ir acompanhando junto com você. Muito obrigada por ter aparecido. Agora você não se liberará do meu gabinete tão cedo. (*Risos.*)

Obrigada, Dr. Arthur.

Agora nós vamos ouvir as considerações da Dra. Raquel Barbosa Cintra, que é Médica Perita e Professora da Universidade de Mogi das Cruzes e, além de tudo, é paciente com hipertensão intracraniana idiopática.

Dra. Raquel, com a palavra.

A SRA. RAQUEL BARBOSA CINTRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Fico muito feliz com o convite.

Deixe-me compartilhar uma apresentação. Deixe-me passar aqui. Acho que foi. Foi, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Foi.

A SRA. RAQUEL BARBOSA CINTRA (*Por videoconferência*.) – Deixe-me começar me descrevendo também.

Meu nome é Raquel, sou médica, sou uma mulher de pele clara, tenho cabelos castanhos ondulados na altura dos ombros, estou de óculos – eu uso óculos –, estou com uma camisa preta e estou aqui, no escritório da minha casa, que tem uma estante aqui atrás e tal.

Então, vamos lá!

Eu tenho uma diferença... Eu conheço a Giselle; a Dana eu não me lembro de ter encontrado pessoalmente, mas, como nós não somos muitos, então, a gente acaba se conhecendo. Eu tenho um viés, porque eu sou médica e também tenho hipertensão intracraniana, então, eu tenho algumas diferenças, aí eu consegui ter um tratamento mais rápido e efetivo.

Eu me formei em Mogi das Cruzes, em 2006. Depois eu fiz residência em Medicina Legal, lá no HC, na Faculdade de Medicina da USP, onde eu conheci o Dr. Fernando. E aí, em meados de junho de 2011, eu tive uma cefaleia de forte intensidade. Até ali eu não tinha cefaleia, era muito raro eu ter dor de cabeça, eu nem me recordo de quando eu tinha tido dores de cabeça, mas eu acordei um dia, em junho, com uma cefaleia muito forte, com náusea, tontura, vômito, como a Giselle e a Dana falaram. Eu tive tudo, quase todos os sintomas; eu só não tive fístula liquórica, o resto eu tive tudo. Eu procurei um hospital, mas como eu sou médica, eu sabia, porque eu tinha alguns sinais clínicos que me mostravam que eu tinha uma doença neurológica. Eu procurei um pronto-socorro em que eu sabia que tinha neurologista na porta. Então, eu cheguei, fui internada, eu tinha um quadro bem importante, e, logo de cara, eu já fiz o diagnóstico. Eu fiz o diagnóstico no meu primeiro dia de internação. Então, eu já fiz os exames de imagem e depois eu colhi o liquor.

Eu fiz tudo pelo sistema suplementar de saúde. Acho que é importante a gente saber, por conta também dessa celeridade. E aí, quando se coletou o meu liquor, eu perguntei para o médico liquorista que estava fazendo a coleta quanto tinha dado de pressão intracraniana, afinal, eu sabia quanto era o normal. O normal é até 20cm de água. Ele me respondeu que tinha dado 80cm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei um pouco assustada, porque é um pouquinho alto demais, e eu sabia que era algo importante e grave naquele momento. Logo depois que o médico liquorista saiu do meu quarto, eu já chamei a equipe de enfermagem, pedi que o contato fosse feito naquele mesmo momento com o meu neurologista clínico, e, em menos de 15 minutos, eu já estava tomando o primeiro comprimido de acetazolamida, que é o Diamox, para tentar diminuir a minha pressão intracraniana.

Eu fiquei internada por um período ali de aproximadamente 15, 20 dias; eu não me recordo ao certo o quanto. Eu colhia liquor quase todos os dias, porque era a única coisa que, de alguma maneira, diminuía a intensidade da cefaleia que eu sentia, mas os níveis da minha pressão intracraniana nunca foram menores do que 40. Então, mesmo depois da coleta do liquor, eu colhia 50ml , 60ml de liquor, o que é bastante absurdo se a gente for pensar em níveis de volume de liquor. Em 45 dias, eu fiz 30 coletas de liquor, tá? Eu tenho uma cicatriz onde se colocava agulha de tantas vezes que eu colhi o liquor. É um exame que não é confortável fazer, mas como eu sentia alívio, eu achava ótimo.

E aí, mesmo fazendo tudo isso, eu cheguei na dose máxima do Diamox em pouquíssimos dias, porque a minha pressão intracraniana era muito alta, e, mesmo assim, eu não respondi ao tratamento. Naquela época, em 2011, só usava o Diamox, o topiramato veio depois, e, aí, eu não fui respondendo, eu fui perdendo campo visual... Eu fiz um negócio que se chama "campo visual tubular". Eu só enxergava um pouquinho, e era só para frente e os lados, assim, eu não enxergava nada. E depois eu passei a ter um negócio que se chama diplopia: eu enxergava em dobro. Nesse momento em que eu estava enxergando em dobro e em que eu estava com o campo visual tubular, já estava tudo muito ruim, e a válvula... Eu já tinha passado em consulta com o Dr. Fernando pensando na válvula, e, aí, eu comecei também a perder a visão, eu estava enxergando quase nada, e eu acabei operando.

Então, do dia do meu diagnóstico até o dia da minha cirurgia foram 45 dias, mas 45 dias exatamente, como a Giselle e a Dana falaram, de muita dor, de muito sofrimento. É uma doença horrível. E eu não conseguia dormir, como a Dana disse, que ela só dormia sentada... Eu nem dormir conseguia, e eu também não conseguia deitar. Era impossível deitar, porque, quando eu deitava, a dor era muito pior do que ela já era. E uma coisa que eu sempre falei para os meus neurologistas, para o Dr. Fernando, meu neurologista clínico, é que eu não consigo descrever essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dor em palavras, porque é uma dor muito forte. A vontade que eu tinha era bater a cabeça na parede até abrir para ver se passava.

Aí eu coloquei a válvula e, depois que eu coloquei a válvula, descobri que eu também estava com um zumbido – era tanta coisa que eu nem estava entendendo direito o que estava acontecendo. E, aí, quando eu voltei para o meu quarto, lembro que eu falei para a minha mãe que eu podia ouvir o silêncio – eu conseguia ouvir o silêncio –, porque, antes disso, eu ouvia o fluxo do liquor. Hoje eu sou uma pessoa que adoro ficar em silêncio, porque eu acho superlegal conseguir ouvir o silêncio.

Eu tenho uma válvula programável. Não é uma válvula nacional; é uma válvula alemã. Ela foi inicialmente programada para uma pressão, ajustada para uma pressão, depois a gente teve que fazer um único ajuste. A gente anda com uma carteirinha, que é esta daqui, que eu coloquei aqui. Eu só tirei alguns dados, mas ela está em inglês e alemão. A gente anda com essa carteirinha porque, dependendo de aonde você vai, você precisa apresentá-la. Eu já tive que apresentá-la algumas vezes. Ela tem a data em que foi inserida, a pressão em que ela está regulada, tem o contato do seu neurocirurgião, porque, se acontecer alguma coisa, alguém vai ter que entrar em contato com ele. E tem a identificação do hospital onde você colocou e também uma coisa – como eu sou da perícia – que é superimportante, que é o número de série, tem um número de série nela, e, aí, eu brinco com as minhas amigas que, se precisar me identificar algum dia, eu tenho número de série. Então, para fins da medicina legal, isso é bem importante.

E uma coisa que eu acho que é importante eu também trazer, já que eu sou médica, sou perita, faço auditoria, já fiz auditoria SUS, é que a derivação ventrículo-peritoneal, na tabela do SUS, é um procedimento que está lá, tem código... Eu coloquei aqui: essa tabela Sigtab é a tabela do SUS, e esse é o código para esse procedimento. E, aqui, essa tabela do SUS tem todos os diagnósticos – eu vou dar um *zoom* aqui – que são compatíveis com este procedimento de derivação ventrículo-peritoneal.

Esses dias – foi este ano que eu falei isso para o Dr. Fernando –, por incrível que pareça, o diagnóstico de hipertensão intracraniana não é um dos que está na lista para a gente poder fazer uma derivação ventrículo-peritoneal pelo SUS. Portanto, na AIH, que é a autorização de internação hospitalar, quando é feita uma derivação ventrículo-peritoneal para um paciente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipertensão intracraniana, é necessário que a gente coloque outra hidrocefalia – pode colocar hidrocefalia não especificada ou classificada em outra parte –, porque, se colocar o diagnóstico certo, a AIH é incompatível e na auditoria do SUS vai ter problema. Acho que poucas pessoas se atentam para isso, mas, por sorte ou por azar, é da minha responsabilidade, né? Então, acho que isso é uma coisa importante de eu trazer aqui.

Eu busquei também na tabela do SUS, no Sigtap, quais são os procedimentos relacionados ao CID de hipertensão intracraniana idiopática, afinal a gente tem um CID específico. E aí tem só a derivação raque peritoneal, que é o lombo-peritoneal, que a Giselle já fez; a derivação ventricular externa, é o implante de monitorização intracraniana; e a derivação lombar externa. A DVP não está prevista. Então, acho que isso é uma coisa muito importante e, no mínimo, a gente precisa conseguir colocar aqui a hipertensão.

Bom, já deram aqui meus minutos. Então, eu queria agradecer a oportunidade. Realmente é uma doença péssima, mas espero poder contribuir para que outras pessoas tenham um sofrimento minimizado. Se a gente tiver o atendimento adequado pelo SUS, com certeza as pessoas com hipertensão vão sofrer muito menos. Obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Dra. Raquel, muito obrigada pela explicação. Eu acho que a gente deve talvez tentar rever os PCDTs, o que está acontecendo, e a própria tabela do SUS. Então, nós também vamos ficar em contato com você. Talvez a gente tenha ideia, juntas, de como conseguir melhorar essa situação. Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Nelson Saade, Secretário Geral da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

O SR. NELSON SAADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Saúdo todos os aqui presentes, representando aqui a Diretoria da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, o nosso Presidente, Prof. Paulo Henrique Pires de Aguiar.

Bom, antes vou fazer uma descrição minha: eu sou um homem branco, lá pelos quase 60 anos, com cavanhaque, já um pouco grisalho, utilizo óculos. Estou num local iluminado e o meu fundo aqui, que vocês podem ver, na verdade, é um fundo de tela, que são os arcos góticos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prédio centenário aqui da Santa Casa de São Paulo, onde eu estou no momento. Não estou nesse corredor especificamente, mas, como eu faço parte daqui – minha formação, doutoramento, ligação à faculdade de medicina é tudo aqui da Santa Casa –, eu utilizo bastante esse fundo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Doutor, eu falei: ou ele está nas Arábias ou ele está na Santa Casa. (*Risos.*)

O SR. NELSON SAADE (*Por videoconferência*.) – Mais perto, aqui na Santa Casa mesmo.

Bem, o que a gente ouviu dos posicionamentos aqui colocados foi muitíssimo importante, cada um sob um ponto de vista, que vão confluindo para um problema em comum. Quando você tem uma doença que você considera rara, a gente não pode imaginar que ela, sendo rara, não tem que ter uma política pública de saúde específica – é bem pelo contrário. São poucas pessoas, por assim dizer, mas não tão poucas, e gera um sofrimento importante, por tudo que já foi colocado ali, além de uma perda funcional da visão, quer dizer, uma coisa que não tem como ser relegada. E a gente tem uma série de fatores que o Dr. Mário Monteiro... O Dr. Fernando Gomes, que faz parte também da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, tem um papel importante e ele é uma referência nacional e internacional no estudo de hidrodinâmica. Então, eu não vou me alongar nessa parte mais específica de explicação, porque eles vão ter já apresentações para isso.

Agora, eu gostaria de falar que a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia dá o total e completo apoio a esse tipo de medida, capitaneada pela Senadora Mara Gabrilli, que colocou esse tema importante em que a gente vai ter que realmente modificar algumas coisas. Algumas coisas já existem, mas nós percebemos que de uma forma não tão eficiente nos moldes como estão atualmente acontecendo, isso desde a parte de diagnóstico desses pacientes até a parte de complementação diagnóstica, que seria a monitoração, principalmente a monitoração não invasiva – que, com certeza, eles vão colocar exatamente como ela é feita, de que forma ela é feita –, até o tratamento específico e ideal desse tipo de doença, que passa exatamente pela questão desses sistemas próprios de derivação ventrículo-peritoneal.

A gente sabe que tem outro tipo de tratamento, mas um tratamento muito eficiente é esse. Eu acho que se você pensar em política pública de saúde, se você pensar em custos e gastos, a gente vai estar, na verdade, utilizando melhor esses recursos que a gente tem para evitar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses gastos venham a ser somados cada vez mais, principalmente quando você tira essas pessoas do mercado, que estão numa situação, numa idade produtiva e que podem ser tiradas desse mercado de trabalho por conta disso. Quer dizer, é uma conta bem simples de se chegar, de se fazer, para reverter essa situação, o que não está sendo feito neste momento ou, por mais que seja feito, ainda não é ideal. Acho que essa é a intenção desta Comissão neste momento: poder ajustar essas pequenas – ou não tão pequenas – arestas para poder melhorar esse atendimento público realizado principalmente pelo Sistema Único de Saúde.

Então, vou encerrar aqui a minha fala, exatamente para não ser repetitivo e não entrar em outros aspectos técnicos que já vão ser abordados de uma forma mais completa pelo Dr. Fernando Gomes e pelo Dr. Mário Monteiro.

Obrigado, então, a todos pela oportunidade de a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia estar participando deste assunto tão importante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Nelson, muito obrigada.

Obrigada pelas palavras. Queremos que você fique próximo para a gente dar continuidade ao nosso trabalho. Muito obrigada.

Eu queria falar a algumas pessoas que estão mandando mensagens pelo e-Cidadania.

Então, o Luiz, do Paraná, pergunta: "Há risco de perda visual permanente sem a intervenção?".

Eu deixo para vocês responderem, está bom?

O Allan, de São Paulo, pergunta também: "Como identificar previamente os sintomas e evitar possíveis lesões a longo prazo?".

Agora eu vou passar a palavra para a nossa Dra. Daniela Marreco Cerqueira, que é a nossa Diretora da Terceira Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Você está com a palavra, Dra. Daniela. Muito obrigada pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senadora Mara. É um prazer e uma honra estar participando desta audiência pública. Aproveito para parabenizar pelo requerimento de audiência também o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e a Senadora Damares Alves, que também subscreveu esse requerimento tão importante para a discussão da hipertensão intracraniana idiopática.

Vou compartilhar alguns eslaides com vocês, só um minutinho. (*Pausa.*)

Acredito que já estejam vendo, correto?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Correto.

A SRA. DANIELA MARRECO CERQUEIRA (*Por videoconferência*.) – Então, vou passar rapidamente pelos primeiros eslaides, em que trato mais especificamente da hipertensão intracraniana idiopática, já que temos especialistas aqui que, com certeza, vão abordar o tema de uma forma muito mais robusta do que eu, e vou passar mais para os termos de interface com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Trazendo um pouquinho dos critérios de diagnóstico, já foi um pouco colocado aqui, os objetivos do tratamento da hipertensão intracraniana idiopática: perda de peso, proteção da visão, controle das dores de cabeça. E aqui as intervenções possíveis.

A Anvisa tem um papel no fornecimento, como foi muito bem colocado também pelo representante do Ministério da Saúde. O papel tanto da Anvisa quanto do Ministério da Saúde é dar acesso a essas inovações que possam trazer melhorias tanto no diagnóstico quanto no tratamento da patologia, tanto no tratamento farmacológico quanto nos equipamentos para o diagnóstico e também para o tratamento da enfermidade.

A Anvisa é uma autarquia criada pela Lei 9.782, de 1999, sob regime especial, com sede em Brasília, coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, com a missão de proteger e promover a saúde da população, fornecendo acesso aos insumos necessários à saúde com a devida comprovação de qualidade, segurança e eficácia de todos os produtos que são registrados e autorizados pela agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais especificamente na audiência de hoje, apesar dos diversos assuntos com os quais a Anvisa lida, nós vamos focar nos dispositivos médicos, que são os equipamentos utilizados tanto no diagnóstico quanto no tratamento da hipertensão intracraniana idiopática.

O enquadramento sanitário dos dispositivos médicos, esses dispositivos que eu vou passar especificamente em relação à patologia que estamos tratando. É muito importante colocar que eles são classificados pela Anvisa de acordo com a sua classe de risco, podendo ser das classes I, II, III ou IV, e esse risco é avaliado de acordo com a duração do contato, a invasividade, a anatomia e também de acordo com a finalidade, eventual consequência das falhas daquele dispositivo e a tecnologia associada. Dessa forma, nós temos os dispositivos médicos não invasivos, os dispositivos médicos invasivos, os dispositivos médicos com algum insumo ativo e os *softwares* como dispositivos médicos e os produtos de maior risco, que são as regras especiais para regularização desses produtos, sendo importante que os dispositivos médicos das classes I e II, que são os de menores riscos, são notificados na agência, então, não demandam uma análise prévia antes da sua notificação, da sua regularização; e os dispositivos de maior risco, de classes III e IV, esses sim demandam uma análise de registro pela Anvisa.

Os dispositivos podem ser utilizados para diferentes tipos de intervenção, de acordo com a sua natureza e dependendo da patologia, que pode requerer a utilização de diversos tipos de dispositivos médicos. Ele é definido como "instrumento, aparelho, equipamento [...], dispositivo [...] para diagnóstico *in vitro*, *software*", enfim, uma infinidade muito grande de possibilidades que sejam utilizadas para o "diagnóstico, prevenção, monitoramento, tratamento [...] de uma doença". E eu vou mostrar mais especificamente o que nós já temos regularizado na Anvisa em relação à hipertensão craniana idiopática.

No campo do diagnóstico, nós temos hoje 62 tomógrafos regularizados na Anvisa. Se formos tratar aqui dos países de origem dos produtos que estão regularizados na agência, a maior parte é da China e também com uma relevância importante de Alemanha e Estados Unidos; são os principais países fornecedores de equipamentos de tomógrafo para o Brasil.

De ressonância magnética são 75 equipamentos regularizados na Anvisa, aqui também com a maior parte proveniente da China, mas com uma representatividade importante das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ressonâncias magnéticas de origem nacional no nosso mercado e um número também relevante de produtos provenientes dos Estados Unidos.

Do monitor de pressão intracraniana, também outro dispositivo importante na patologia de que estamos tratando, nós temos sete monitores regularizados na Anvisa, sendo seis invasivos e um não invasivo. A maior parte deles é proveniente dos Estados Unidos e do Brasil, em igual quantidade, e há um número importante também de dispositivos provenientes da França, Alemanha e Suíça, que são aí os principais países fornecedores dos dispositivos de monitoramento da pressão intracraniana.

Dos dispositivos de drenagem ou derivação de LCR, são 24 sistemas regularizados na agência. Aqui a gente já tem uma participação importante dos produtos de fabricação nacional – metade dos produtos regularizados são de origem nacional – e um outro quantitativo proveniente dos Estados Unidos, França e Alemanha.

Bem, eram essas as informações, o que eu queria deixar registrado, sobre o esforço que a Anvisa tem feito recentemente. Tem sido bastante divulgado na mídia, inclusive, em relação ao andamento das nossas filas de análise. Nós sabemos que a agência passou por um período de necessidade de recomposição da nossa capacidade operacional e da nossa força de trabalho, com prazos elevados de análise, o que acaba impactando no fornecimento e no acesso da população aos insumos que nós regulamos, mas recentemente tem sido feito um esforço muito grande para que a gente possa recompor a nossa força de trabalho, inclusive com o apoio do Senado Federal e do Ministério da Saúde, para que a gente possa ter prazos mais razoáveis de regularização desses produtos e eles possam finalmente chegar aos pacientes.

Nesse sentido, eu queria colocar a Terceira Diretoria e a Anvisa à disposição para as interações que forem necessárias para a gente melhorar a qualidade de vida dos pacientes que são acometidos pela hipertensão intracraniana idiopática.

Agradeço novamente, Senadora Mara, o convite para participar nesta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Daniela. A gente precisa muito mesmo desse contato, de estar perto de você, para fazer toda essa discussão. Muito obrigada pela explanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar mais algumas pessoas que estão mandando mensagem, além do Luiz, do Paraná, que pergunta do risco da visão.

A Hevelyn, do Distrito Federal, fala assim: "Em relação aos profissionais de saúde da atenção básica, como capacitar os mesmos para notar os sintomas de HII?".

O Lennon, da Bahia, pergunta: "Como o Ministério da Saúde coordena a continuidade do cuidado nos diversos níveis de atenção à saúde para o paciente com HII?"

Aí eu já deixo as perguntas de presente para o Dr. Fernando.

A gente vai ouvir agora o Dr. Fernando Campos Gomes Pinto, que é Chefe da Unidade de Hidrodinâmica Cerebral do Grupo de Neurocirurgia Funcional do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Dr. Fernando, é uma honra. Muito obrigada por ter trazido para nós um tema de tanta importância para a gente poder discutir, trazer ao conhecimento.

Desde que a gente começou a organizar esta audiência pública, eu vivo ouvindo das pessoas que entram em contato um pouquinho com características da doença, falando: "Nossa, eu conheço fulano, sicrano, beltrano que deve ter isso". Então, eu imagino a dificuldade, até por ser uma doença que se confunde com outras, né?

Eu quero te dar a palavra, já agradecendo por ter trazido esse tema para o Senado.

Dr. Fernando? (*Pausa.*)

Está mudo.

Fala... Agora estou ouvindo.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agora sim!

Em primeiro lugar, eu agradeço e parabenizo a Senadora Mara Gabrilli por viabilizar este momento tão importante para a saúde de todas essas pessoas que padecem dessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer a minha autodescrição. Sou um homem de 50 anos, de pele branca, cabelo preto, preso para trás, barba grisalha. Estou usando um jaleco de médico, estou com uma camisa social e uma gravata.

A hipertensão intracraniana idiopática é alvo do nosso tratamento num grupo de pesquisa e atendimento especial do Hospital das Clínicas, e foi fundado... Eu participei da fundação junto com o professor titular da ocasião, o Dr. Manoel Jacobsen Teixeira. Nós fundamos a Unidade de Hidrodinâmica Cerebral, entendendo que existe a demanda de um olhar especial para essa condição.

Aqui eu coloco os logotipos também da Universidade de São Paulo, do Hospital das Clínicas e da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

A hipertensão intracraniana idiopática, ou hipertensão intracraniana benigna, ou pseudotumor cerebral, é uma condição que se caracteriza pelo aumento anormal da pressão intracraniana, porém sem lesões intracranianas que justifiquem o quadro.

O CID G93.2 é utilizado para o reconhecimento e identificação dessa doença. A prevalência estimada é de um a dois casos por 100 mil na população em geral, porém, quando nós pegamos o recorte mulher, idade fértil e sobrepeso, isso sobe para 20 casos para 100 mil pessoas.

O quadro clínico é dramático – nós ouvimos a Dra. Raquel, ouvimos a Giselle, ouvimos a Dana. A dor de cabeça constante, de forte intensidade e incapacitante é um comemorativo, junto com tontura, náuseas, vômitos e alterações visuais, como visão turva, pontos cegos, diplopia, visão dupla. Nós vamos ter oportunidade de escutar o Prof. Mário Monteiro, que é Professor Titular da Oftalmologia da Faculdade de Medicina da USP, do Hospital das Clínicas, mais sobre essa questão, que chama muito a atenção, porque – como nós tivemos pergunta, eu já respondo aqui agora –, sim, a pessoa pode ficar cega. E, infelizmente, eu já recebi pacientes que não tiveram um diagnóstico ou tratamento adequado e perderam a visão, ou seja, ficaram cegos, ficaram com uma incapacidade permanente grave, e que poderiam ter um curso totalmente diferente.

Além disso, o paciente pode apresentar zumbido pulsátil no ouvido e, em situações especiais, como uma tentativa desesperada do próprio organismo em resolver esse aumento anormal da pressão intracraniana, a base do crânio, na topografia próximo à lâmina crivosa, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se erodir e existe a fístula liquórica – o liquor começa a vazar pelo nariz –, o que é muito complicado, porque nós sabemos que o sistema nervoso central fica dentro de um santuário protegido pelas meninges. Quando existe essa fístula, existe, ainda por cima, o risco de um problema adicional, que é uma meningite secundária.

No exame físico, quando você faz um fundo de olho, não são todos os pacientes que têm alteração visual, mas é possível flagrar um edema de papila, como mostrado aqui ao lado, alterações no campo visual, estrabismo, principalmente por alteração do nervo abducente devido ao aumento da pressão intracraniana, ou até mesmo a fístula liquórica, principalmente a nasal.

Atualmente, os exames disponíveis para a realização de diagnóstico envolvem a tomografia de crânio, que pode ser de aspecto normal ou mostrar uma célula túrcica vazia; a ressonância magnética de encéfalo, que também pode mostrar essas alterações e até mesmo padrões de conformação anormal dos nervos ópticos, o que pode corroborar com o diagnóstico; também a angiografia, tanto angiotomo, como angiorressonância e angiografia cerebral, identificando, então, estenose, por exemplo, nos seios, que são veias que drenam o sangue do cérebro de volta para o coração; e a punção liquórica lombar, um procedimento doloroso, necessário para extração do liquor para análise laboratorial, principalmente porque isso nos fornece a possibilidade de termos acesso à pressão – acima de 20cm, 25cm de água, isso já é anormal. Além do que, via de regra, como a Dra. Raquel falou, o paciente que tem hipertensão intracraniana, muitas vezes, após a punção, apesar do procedimento ser doloroso, refere um alívio da dor de cabeça.

E o tratamento envolve, basicamente, isso que está disponível tanto na saúde suplementar como no SUS: orientações para redução do índice de massa corpórea, então, hoje, nós temos, por exemplo, as canetas, nós temos a cirurgia bariátrica... mas nós entendemos que, quando um paciente tem um comprometimento da visão, talvez não dê tempo de reduzir o índice de massa corpórea de maneira que o nervo óptico seja, obviamente, preservado, por isso que o tratamento medicamentoso pode ser e deve ser implementado, com acetazolamida e topiramato, que são capazes de reduzir a produção de liquor – pelo menos uma porcentagem –, o que pode provocar um equilíbrio pressórico com alívio dos sintomas. Nem todos os pacientes precisam ir para cirurgia, mas nem todos os pacientes também respondem ao tratamento medicamentoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As opções terapêuticas envolvem a fenestração da bainha do nervo óptico – o Prof. Mário Monteiro vai nos explicar –, principalmente para pacientes que tenham alteração visual, mas a questão da dor de cabeça de alguma maneira esteja controlada; e as derivações liquóricas, que são os tratamentos definitivos, principalmente a derivação ventrículo-peritoneal e a derivação lombo-peritoneal. Chamo a atenção para o fato de que o implante de derivação ventrículo-peritoneal requer uma formação neurocirúrgica bem feita, porque os ventrículos são pequenos e a punção nem sempre pode ser assistida com a neuronavegação, que é até um outro dispositivo e que é um capítulo à parte para a gente conversar. E também há o implante de *stents* no seio venoso para, de alguma maneira, aumentar o fluxo venoso de volta para o coração.

Mais especificamente sobre a nossa demanda e a nossa discussão técnica, nós sabemos que as válvulas para a derivação ventrículo-peritoneal estão disponíveis no SUS; porém, não as válvulas programáveis, que já são uma realidade ao redor do mundo. Na saúde suplementar, nós temos a possibilidade de colocar qualquer válvula programável do mundo, e basicamente são cinco. A quinta é nossa, é brasileira, e é por isso que eu quero chamar a atenção. Nós temos essa válvula, que é a válvula Sphera Pro, feita aqui no Brasil pela empresa HPBio, uma válvula que tem a possibilidade de um ajuste. O que significa isso? Eu coloco a válvula, mas, se for necessário, eu posso aumentar ou diminuir a resistência dessa válvula, garantindo o aumento ou a diminuição do fluxo e, obviamente, um ajuste individual para o paciente. Vocês ouviram o que as pacientes falaram, e a gente sabe que, às vezes, é um pequeno ajuste que faz toda a diferença na vida da pessoa: a fístula para, a dor de cabeça cessa, a visão volta a funcionar normalmente.

Eu vou mostrar para vocês aqui em detalhes. Esta é a válvula, este é o dispositivo nacional. Na verdade, nem a nacional nem as outras válvulas internacionais nós podemos usar no SUS. Este é o cateter para a punção do ventrículo, aqui o mecanismo antigravitacional para evitar hiperdrenagem e aqui o sistema montado. É uma válvula nacional, tecnologia nacional de ponta, que, inclusive, é exportada para diversos países na Europa, na América, para a China, e aqui, no nosso país, a gente não pode usá-la no SUS ainda.

Eu queria mostrar também o sistema de programação, que é algo portátil e permite que, muitas vezes, uma neurocirurgia não precise acontecer novamente, ou seja, o paciente não precisa ser reoperado. Basta, obviamente, frente ao diagnóstico, o ajuste com esse magneto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também há essa tecnologia, a forma de se aferir, de uma maneira não invasiva, a complacência, a elastância cerebral e, indiretamente, a pressão intracraniana, que também é tecnologia nacional. Eu vou mostrar para vocês a maleta, que é totalmente portátil. Então isso pode ser colocado em volta do crânio, é um sensor que é colocado em volta do crânio, ajustado, e capta a oscilação nanométrica do crânio, me dando uma curva, na qual eu consigo entender se a complacência cerebral e a elastância cerebral estão adequadas ou não para aquele paciente. Isso pode ajudar até no ajuste da válvula depois de colocada, isso pode ajudar no processo diagnóstico. O paciente vem ao consultório... De repente, ele tem a válvula e pode ter outra dor de cabeça também, além da própria relacionada à hipertensão intracraniana idiopática. E, se eu tenho alteração da complacência cerebral, eu consigo dizer que, realmente, talvez tenha alguma alteração ou algum ajuste da válvula que precise ser feito.

Eu dei exemplo de duas tecnologias nacionais, que, inclusive, são reconhecidas fora do país, são utilizadas fora do país, mas, aqui no SUS, a gente então usa... principalmente para esses pacientes que tanto precisam.

E eu gostaria de chamar a atenção mostrando que nós, junto com a indústria nacional, estamos andando a passos largos. No ano que vem, nós teremos a honra de sediar o Congresso Mundial de Hidrocefalia, que discute diversos tipos de hidrocefalia e também a hipertensão intracraniana idiopática, que vai acontecer aqui em São Paulo, de 31 de julho a 3 de agosto. Nós somos referência internacional nesse conhecimento – a Universidade de São Paulo, as demais universidades e a indústria também. Então, eu não entendo ainda por que os pacientes com hipertensão intracraniana idiopática atendidos pelo SUS não podem gozar desse direito que, basicamente, é um direito nacional, de construção intelectual aqui do nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Fernando, sabe o que eu queria te pedir? Para você mostrar de novo o equipamento, porque quem está assistindo estava vendo só o seu eslaide.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Então, olha, eu vou mostrar aqui.

Inicialmente, este é o cateter que é posicionado dentro do ventrículo cerebral, depois de feita a trepanação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este dispositivo é a válvula – é uma válvula nacional chamada Sphera Pro. Nós temos cinco válvulas programáveis no mundo, a quinta é a nossa, a mais nova é a nossa, tecnologia de ponta, que é exportada. A China, hoje em dia, usa esta válvula; países da Europa usam esta válvula; a saúde suplementar no país usa esta válvula; e o SUS não usa esta válvula. O que a gente está esperando? Eu não consigo entender.

Este é o mecanismo antigravitacional.

E aqui está o sistema todo completo.

Isto é a válvula.

Em relação ao sensor da pressão intracraniana, é a mesma coisa, olha. Também é produzido no Brasil, é o Brain4care, criação de um professor, que já faleceu, da Universidade de São Carlos, o Prof. Sérgio Mascarenhas, que tinha hidrocefalia. Na verdade, ele não se contentou com a ideia de que era necessário furar o corpo de uma pessoa para ter acesso a informações importantes como a complacência cerebral, a elastância e a pressão intracraniana. Então, é um dispositivo que não dói – eu estou colocando aqui na minha cabeça –, faz-se um pequeno ajuste, e que capta, limpando a interferência da artéria temporal, das artérias superficiais do couro cabeludo, a expansão nanométrica do crânio. Ele me dá uma informação importante de como esse cérebro se comporta dentro da caixa craniana. Isso não tira, obviamente, a necessidade da punção liquórica inicial para se ter noção do valor da pressão e para se fazer uma análise bioquímica e biológica do liquor, mas isso, no momento do diagnóstico e do seguimento do paciente, é extremamente importante.

E mais, a última coisa que eu havia mostrado e não aparecia, o *kit* para fazer a programação da válvula, o que também se faz em ambiente de consultório, sem precisar reoperar a pessoa.

O que chama a atenção, Senadora, é que é tecnologia nacional, certamente na Anvisa está cadastrada, porque na saúde suplementar a gente usa, mas, no Sistema Único de Saúde, eu não entendo a morosidade. Por isso que, assim, é muito bom a gente ter a possibilidade de falar, ter aqui o pessoal do Ministério da Saúde, da Anvisa, os demais colegas de classe, porque nós estamos na verdade um passo atrás do que a gente já está inclusive exportando. No ano que vem, nós vamos ter o Congresso Mundial de Hidrocefalia, e vai ser muito curioso a gente mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma tecnologia de ponta que os outros países usam, e o nosso Sistema Único de Saúde está esperando a Conitec para liberar. Então, eu faço aqui esse meu apelo emocionado, em nome de todos os pacientes que sofrem com hipertensão intracraniana, e a grande maioria depende do Sistema Único de Saúde.

E, para treinar assistência básica, que obviamente é fundamental, programas de educação continuada são fundamentais. Dor de cabeça com perda de visual e com mudança de padrão não é normal, não dá para mandar uma pessoa para casa sem investigar. Você pode colocar, se não quiser fazer uma punção lombar, esse sensor de pressão intracraniana, que pode ter em qualquer unidade básica de saúde, e de cara já fazer uma triagem para ver se está normal ou não está normal, para pedir uma tomografia, uma ressonância – não precisa nem ser ressonância, uma tomografia e uma punção lombar.

É isso, Senadora.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – E, Dr. Fernando, você sabe se a empresa já submeteu à Conitec, para a gente poder cobrar?

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO (*Por videoconferência*.) – Eu não sei, mas essa informação eu posso buscar. Certamente a válvula programável e também esse sensor da pressão intracraniana já esbarraram e já entraram dentro desse circuito, porque, veja, esse equipamento é exportado, Senadora, é utilizado em outros países, é utilizado na saúde suplementar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Só para encerrar e antes de chamar o Dr. Mário, eu queria contar, Dr. Fernando, que a minha mãe, com 82 anos, estava já num estado assim em que ela não ouvia ninguém, ela estava desnorteada, com olhar perdido. Eu achava que – sei lá – era senilidade, até que eu fui parar em você, e aí você descobriu que ela tinha hidrocefalia de pressão normal. E a minha mãe vai fazer 91 anos, e, ainda nesse fim de semana, ela foi jogar tranca, e ela volta. Aí eu falo: "E aí? Foi bom?". E ela: "Claro, eu ganhei". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho uma gratidão tão grande por você, que você nem imagina, eu gosto de contar para todo mundo, porque você transformou uma mulher de 82 anos, que parece que continua rejuvenescendo, sabe? Ela vai lá, ajeita a válvula e volta mais esperta. Então eu tenho que te agradecer. Obrigada.

E eu quero que todo brasileiro tenha acesso a esses recursos, que são transformadores, mudam a vida da pessoa de uma forma assim que a gente pode ter pessoas idosas inclusive com qualidade de vida.

Obrigada.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO (*Por videoconferência*.) – Agradeço, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora nós vamos ouvir o Dr. Mário Monteiro, que é Neuro-Oftalmologista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Com a palavra.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora. É um prazer participar.

Queria agradecer a sua iniciativa de colocar a hipertensão intracraniana idiopática em evidência e auxiliar na regulamentação dos dispositivos que o Dr. Fernando mencionou, e parabenizá-la por isso.

Eu – minha descrição – sou um homem branco, de cabelos grisalhos, próximo dos 70 anos, uso óculos também e estou com uma parede ao fundo aqui. Estou com uma camisa branca e um paletó cinza.

Foi pedido que eu falasse um pouquinho dos aspectos oftalmológicos, que já foram bastante discutidos. Mas só para que a gente siga o fio da meada para alguns pontos aos quais eu gostaria de chamar a atenção nessa doença, eu coloquei alguns eslaides e vou ver se eu consigo compartilhar.

Esperem um pouquinho... (*Pausa.*) Isso. Aí, tem que colocar no modo de apresentação, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, eu sou Professor titular do Departamento de Oftalmologia e Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina da USP e faço a parte de neuro-oftalmologia há uns 40 anos. E...

Saiu? Esperem aí. Acho que está aí, né? Está.

Vocês estão vendo a apresentação? Está tudo correto?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não, Doutor, acabou de... sumiu a apresentação.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Sumiu?

Tá. Deixe-me fazer de novo aqui, só colocar outra vez, compartilhar... Esperem aí... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Tinha entrado.

Agora tá.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Pois é...

Entrou, né?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Entrou.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Isso, né?

Então, como eu disse, já foi bem falado que a pressão intracraniana idiopática é o aumento da pressão intracraniana sem uma causa estrutural, mas ela tem uma importante morbidade visual. É uma ficção neurológica, mas exige uma participação muito importante do oftalmologista. Daí, uma das dificuldades é esse fato de ser, como várias doenças neuro-oftalmológicas, uma doença que tem uma interface entre a neurologia e a oftalmologia, o que dificulta, às vezes, seu manejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi falado também que, nessa condição, nós temos a pressão intracraniana elevada, e esse esquema é só para mostrar a conexão dos nervos ópticos com o sistema nervoso central e lembrar que o liquor...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Dr. Mário, o senhor tem que clicar em cima do "pseudotumor cerebral"; clicar ali, porque só está escrito.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Espere aí. Então, eu acho que tem alguma coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Dê um clique aí, no azul.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – É, mas não é esse que eu queria apresentar...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, não é?

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Não é esse aspecto. Só se eu...

Bom... (*Pausa.*)

Um minutinho para eu apresentar. Essa aqui não aparece?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Deixe-me ver...

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Não?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ainda não.

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Espere um pouquinho então. Desculpem-me, gente, esperem um pouquinho só, deixem-me fechar isso aqui... Ah, tem uma aqui que está atrapalhando! Desculpem-me, tinha uma outra... Agora eu acho... Agora vai sim. Quer ver?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi? Apareceu para vocês ou não? Não?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ninguém pode auxiliar?

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Espere aí, espere aí, então deixe-me...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Compartilha de novo a tela...

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Vou compartilhar de novo. Agora sim.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, apareceu!

O SR. MÁRIO MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Desculpe, tinha um outro arquivo aberto aqui no canto, tá? Desculpem-me, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Que ótimo!

O SR. MÁRIO MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desculpe-me, gente.

Como foi falado, estou só seguindo o que eu disse: o aumento da pressão intercraniana que causa grande morbidade visual. A afecção exige uma interação entre a oftalmologia e a neurologia. Para lembrar aqui que os nervos óticos estão conectados ao sistema nervoso central e que o liquor, que banha o sistema nervoso central, também se estende ao longo do nervo óptico, então ele banha também o nervo óptico. Então, quando a pressão intercraniana está elevada, essa elevação, essa pressão elevada, se transmite ao longo da bainha do nervo óptico, de tal forma a produzir um inchaço no nervo óptico.

Aqui nós temos uma foto mostrando o fundo de olho da paciente, e a gente vê que os nervos ópticos estão inchados. E esse inchaço vai levar a uma perda visual. Já foi falado muito da perda visual, mas se deu bastante ênfase à dor de cabeça, que é o sintoma fundamental nessa doença. Mas eu gostaria de chamar a atenção, porque em muitos pacientes, em um número considerável de pacientes, a dor de cabeça desaparece ou reduz bastante. E o paciente, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantém esse nervo óptico inchado e vai perdendo a visão. E vai perdendo de uma forma silenciosa, porque a visão é predominantemente acometida na lateral da visão, assim como uma doença comum, que é o glaucoma, o qual também afeta a lateral da visão. Isso confere a essa doença uma condição traiçoeira, porque, muitas vezes, esses pacientes, se fizeram um exame simples da acuidade visual, eles ainda estão enxergando as letras, estão enxergando no centro, estão conseguindo ler, mas eles estão perdendo a lateral da visão e só vão perceber que estão cegos quando eles acabam de perder a visão. Então, esse é um aspecto para o qual eu gostaria de chamar muito a atenção. Claro que a dor de cabeça é um sinal de alerta e pode confundir, mas o grande perigo são os pacientes em que a dor de cabeça se reduz, ou fica muito sutil, ou às vezes até desaparece. E eles, então, em vez de terem um campo visual perfeito, eles vão tendo uma constrição do campo visual.

Foi falado também que os pacientes podem ter visão dupla, mas esses sinais são mais fáceis de identificar, quando eles se referem ao embaçamento visual e a diplopia. O grande perigo é quando ele mantém aquele edema de papila por muito tempo e vai tendo a constrição do campo visual. E isso vai levando a uma atrofia do nervo óptico, silenciosa, como eu disse, em muitos casos.

Então, vocês estão vendo aqui o nervo óptico pálido no fundo do olho. E essa perda da visão, foi perguntado por algum dos que estão acompanhando, como tem... A gente tem que detectar essa perda visual examinando de uma forma completa não apenas as letras, mas também o campo visual, além do exame do fundo do olho e da fotografia do nervo óptico, para poder seguir adequadamente. Um exame simples de acuidade visual ou de refração, muitas vezes, não detecta a perda visual que está ocorrendo. E já foi falado sobre a importância do tratamento, mas é muito importante – nós temos lutado bastante para isso – que os oftalmologistas estejam conscientes disso, que os neurologistas também estejam conscientes de que é necessária a participação do oftalmologista no tratamento, porque, às vezes, o tratamento parece que está o.k., mas o edema de papila persiste e vai havendo uma perda progressiva da visão. E, quando ela é muito acentuada, ela já se torna irreversível. Então, nesse segmento, é fundamental monitorar a função visual, o campo visual; monitorar o aspecto do nervo óptico com fotografias do fundo do olho. Como vocês estão vendo, um exemplo aqui do lado do exame de campo visual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progressivo numa paciente que evoluiu muito bem, melhorou o defeito de campo e melhorou o edema de papila.

Outro recurso muito utilizado agora, recentemente, foi mencionado pelo colega do Ministério, é a Tomografia de Coerência Óptica, que é um exame em que você mede esse edema, e você tem uma estimativa de quanto de perda neural já ocorreu. É fundamental no segmento desses pacientes!

Então, eu queria chamar a atenção para esses aspectos, a doença precisa ser tratada. Claro que já foi falado que o tratamento é um tratamento clínico que, muitas vezes, quando persiste, apesar do tratamento clínico, e a dor de cabeça ou a perda visual continuam ocorrendo, temos as cirurgias de derivação, as válvulas, e existem alguns procedimentos neurorradiológicos. Existe ainda uma opção para pacientes que não tenham mais dor de cabeça e que o problema principal seja a perda visual, existe uma cirurgia que também precisaria ser colocada no rol dos procedimentos, que é uma descompressão da bainha do nervo óptico, uma abertura que a gente faz na bainha do nervo óptico de tal forma que aquela pressão aumentada não chegue até a cabeça do nervo óptico, mesmo que a pressão ainda esteja um pouco elevada, ela não causa mais o papiledema, então, é um outro recurso que exige a participação também do oftalmologista.

Eu termino só repetindo o que eu já falei, é uma afecção, como todos falaram, muito importante e incomum, mas que leva a graves complicações visuais em pacientes jovens, relativamente jovens, e tem uma repercussão muito importante. Os achados oftalmológicos – foi perguntado também como você faz o diagnóstico – auxiliam também no diagnóstico. Essa presença do papiledema, a presença do padrão de defeito de campo que eles têm, também auxilia no diagnóstico da afecção, mas é fundamental, depois de se estabelecer o diagnóstico, durante a avaliação, que seja feito um seguimento em conjunto com o neurologista, que está tratando, ou o neurocirurgião e o oftalmologista para se ter certeza de que o controle está adequado e se impeça a piora da função visual.

Basicamente é isso, Senadora e Dr. Fernando, de novo, parabenizando pela iniciativa, quero agradecer o convite para estar aqui presente, é um prazer. Essa doença é muito importante para nós da neuro-oftalmologia, em que nós temos uma participação muito grande e é fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela esteja em evidência, sim, para que a gente difunda na comunidade e tenha autorização dos procedimentos, como foi falado, para reduzir a incidência de complicações visuais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Mário.

Nós vamos seguir trabalhando, principalmente num tema como esse, em que a gente consegue evitar deficiências. A gente não pode seguir sabendo que tem formas de evitar uma deficiência visual e não trabalhar extremamente para que isso aconteça, então, pode contar com a gente, com o nosso trabalho. Eu agradeço a todos na pessoa do Dr. Fernando e muito obrigada mesmo.

A gente quer continuar em contato, o gabinete está de portas abertas, inclusive para outras doenças, para outras questões e para outros incorporamentos que a gente queira fazer no SUS, estamos sempre à disposição.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa semana a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Alan Rick, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Jorge Seif e Beto Faro, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2294, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela rejeição das Emendas nº 6-S a 13-S. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 336, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 282, de 2024 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007) - Não Terminativo -** que: "Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.899-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 109/2007 na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável às Emendas nº 1 e 2, nos termos do Projeto de Lei nº 282, de 2024, e contrário à Emenda nº 3. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3748, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para designar medidas de enfrentamento à evasão escolar em razão da maternidade ou parentalidade precoces." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com onze emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2026, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Angelman." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3775, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5497, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CI e 2-CI. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CI-CAS e 2-CI-CAS. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 331, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar à pessoa com deficiência que desenvolva atividades passíveis de realização por meio de teletrabalho ou trabalho remoto prioridade na alocação nessas modalidades de trabalho." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 117, de 2025** que: "Requer aditamento ao REQ 116/2025-CAS para inclusão de convidados na Audiência Pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que "altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica"." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 120, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 93/2025 - CAS, destinada a instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem"." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Lei n° 4413, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAS, e contrário à Emenda nº 1. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/17

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2294, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.*

Autoria do Projeto: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 6-S a 13-S.

Observações:

1- Em 3/12/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 2294, de 2024, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

3- Em 10/12/2025, foram apresentadas as Emendas nº 6-S a 13-S pelo Senador Rogério Carvalho.

4 – No dia de hoje, votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório – parecer sobre as emendas.

V. Exa. tem a palavra, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, Sras. e Srs. Senadores, todos os que nos assistem, movimento médico aqui presente, nossos presidentes das sociedades, conselhos, sindicatos, minhas saudações.

Antes de começar, Presidente, a ler o relatório, com sua devida vênia, eu queria só pedir, em nome dos médicos brasileiros, que nós possamos aprovar esse substitutivo, que já está previamente aprovado aqui já tem muitos dias e que não sofreu nenhuma alteração, de forma que todos nós já conhecemos seu inteiro teor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começando no relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as emendas oferecidas, em turno suplementar, ao substitutivo do Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera a Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Na 70ª Reunião Extraordinária deste Colegiado, realizada no dia 3 de dezembro do corrente ano, a Comissão aprovou o relatório que opinou pela aprovação do Projeto de Lei 2.294, de 2024, na forma da Emenda nº 5-CAS (Substitutivo), vindo a constituir o Parecer (SF) nº 92, de 2025, da CAS.

Eu pediria, Presidente, que o senhor solicitasse um pouco de silêncio aí, porque senão a gente não consegue ouvir o nosso relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, vamos colaborar.

Obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tendo em vista a aprovação do projeto nos termos do substitutivo, ficou a matéria sujeita a turno suplementar, razão pela qual se abriu prazo para apresentação de emendas até o encerramento da discussão, nos termos dos arts. 282 e 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Até o encerramento da discussão, foram oferecidas oito emendas ao substitutivo, as quais serão analisadas de forma sistematizada, na sequência correspondente aos dispositivos do substitutivo aprovado.

Da análise.

Nos termos do §2º do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, é facultada a apresentação de emendas ao substitutivo, vedado o oferecimento de novo substitutivo integral. Essa faculdade, contudo, não se destina à reintrodução de opções já deliberadas por esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, sob pena de esvaziar a finalidade do turno suplementar e comprometer a racionalidade do processo deliberativo.

De modo geral, as emendas ora analisadas retomam propostas anteriormente rejeitadas. Repito: de modo geral, as emendas ora analisadas retomam propostas anteriormente rejeitadas ou reproduzem conteúdo de idêntico alcance material. Versam, em linhas gerais, sobre a governança do exame, os efeitos regulatórios educacionais e as hipóteses de exercício profissional, alterando, em grande medida, a arquitetura normativa do texto aprovado.

De fato, a proposta de transferir ao Ministério da Educação (MEC) a governança do exame de proficiência, afastando o Conselho Federal de Medicina da coordenação do instrumento, já foi apreciada e rejeitada – já foi apreciada e rejeitada – por esta Comissão, conforme consignado no Parecer nº 92, de 2025, da CAS. Ainda assim, por se tratar de ponto central da proposição, vale retomar de forma sintética as razões que fundamentam a opção do substitutivo pela manutenção da governança pelo Conselho Federal de Medicina.

Tal proposição desconsidera a distinção estrutural entre avaliação educacional e habilitação profissional – tal proposição, Presidente, desconsidera a distinção estrutural entre a avaliação educacional e a habilitação profissional. O exame de proficiência, embora possa e deva produzir informações relevantes para a avaliação da formação médica e para o aperfeiçoamento dos cursos, não se confunde com instrumento pedagógico ou curricular. Trata-se de mecanismo de controle do exercício da profissão regulamentada, que incide diretamente sobre a liberdade profissional prevista no art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal. O MEC exerce atribuições próprias e relevantes no campo educacional: autoriza, reconhece e supervisiona cursos e instituições de ensino superior, homologa diretrizes curriculares nacionais, aplica avaliações educacionais e formula políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e à interiorização da oferta de vagas. Não lhe compete – não compete ao MEC, Presidente –, contudo, regular o exercício profissional, atribuição que o ordenamento jurídico reserva, de forma clara, reiterada, aos conselhos profissionais.

Os conselhos de medicina, instituídos pela Lei 3.268, de 1957, são autarquias federais incumbidas de fiscalizar o exercício da medicina, controlar o registro profissional e zelar pelos padrões técnicos e éticos da profissão. A certificação mínima de proficiência insere-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente nesse campo, não constituindo inovação institucional, mas instrumentalização de competências já previstas anteriormente em lei. Não procede, portanto, o argumento de que o substitutivo criaria atribuição nova ao Conselho Federal. O que se faz é explicitar, de modo transparente e juridicamente seguro, um mecanismo objetivo para o exercício de função que os conselhos já desempenham há décadas, mais especificamente há 68 anos: verificar a aptidão profissional e proteger a sociedade contra o exercício inadequado da medicina.

Cabe destacar que o modelo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais guarda paralelismo institucional com os exames de habilitação profissional vigentes no país, como o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, ambos conduzidos por conselhos profissionais e não pelo Ministério da Educação.

Trata-se, ainda, de arranjo amplamente observado no direito comparado, no qual a certificação para o exercício da medicina é atribuída a conselhos ou autoridades reguladoras independentes, inexistindo, nos modelos de referência, habilitação profissional sob a governança de ministérios da educação.

Essa separação não é casual. Ao distinguir quem forma de quem habilita para o exercício profissional, reduzem-se os riscos institucionais e fortalece-se a credibilidade do sistema. Quando o mesmo órgão autoriza cursos, amplia vagas, supervisiona instituições e, ao mesmo tempo, certifica o exercício profissional, passa a avaliar os resultados de decisões que ele próprio adotou. Ainda que não haja intenção indevida, esse desenho fragiliza a confiança nos processos de avaliação e certificação. Por isso, a boa regulação recomenda a separação clara dessas funções.

À luz desse entendimento, tampouco se mostra adequado concentrar, em um único instrumento – a exemplo da utilização exclusiva do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) –, exames que possuem naturezas distintas. A avaliação da formação acadêmica destina-se a examinar processos formativos e subsidiar políticas de ensino, enquanto a certificação profissional tem por objetivo assegurar que o médico detenha competências mínimas indispensáveis ao atendimento seguro da população. Cada uma dessas finalidades exige instrumentos próprios, com critérios técnicos e padrões de avaliação específicos. A fusão dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funções em um único exame compromete a precisão das avaliações e enfraquece tanto a regulação do ensino quanto a proteção do paciente.

O substitutivo aprovado pela Comissão, ao preservar exames distintos e governanças adequadas, oferece solução mais coerente e alinhada às boas práticas regulatórias nacionais e internacionais. Por essas razões, as Emendas nºs 7-S e 10-S não devem ser acolhidas.

As emendas que retomam conteúdos já adequadamente contemplados no substitutivo, como a utilização do exame como subsídio para o processo de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição estrangeira; a regra de transição para estudantes que ingressaram no curso de Medicina antes da vigência da lei; a meta de expansão de oferta de vagas de residência e o emprego dos resultados como indicadores para regulação e eventual aplicação de penalidades às instituições de ensino superior. Por não agregarem aperfeiçoamento normativo, as Emendas nºs 6-S, 8-S, 11-S e 12-S mostram-se absolutamente desnecessárias.

A hipótese de supressão da Inscrição de Egresso em Medicina (IEM) reabre opção normativa também já deliberada por esta Comissão quando da aprovação do substitutivo. A IEM constitui elemento estruturante do modelo aprovado pela CAS e tem por finalidade vedar o exercício da medicina por egressos que não comprovem conhecimentos mínimos indispensáveis à prática profissional, assegurando transição responsável entre a formação acadêmica e o exercício da medicina.

Nesse contexto, admitir que o graduado sem aprovação no exame exerça a medicina no âmbito da residência médica ou do projeto Mais Médicos mostra-se incompatível com a lógica formativa e assistencial que orienta o texto aprovado.

Não é coerente considerar inapto para a prática médica geral quem foi reprovado no exame de proficiência e, ao mesmo tempo, admiti-lo em processo de especialização, cuja finalidade pressupõe o domínio prévio das competências básicas. Também não é razoável permitir que médicos sem competência mínima atuem no projeto Mais Médicos. A supervisão, embora obrigatória, é periódica – muitas vezes apenas mensal – e não substitui o julgamento clínico básico e o reconhecimento de riscos. Admitir esse modelo é aceitar que a segurança do atendimento varie conforme o local onde a população é assistida. Isso afronta o princípio da igualdade, viola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o dever do Estado de reduzir riscos à saúde e expõe pessoas a danos evitáveis. Por essas razões, a Emenda nº 9-S não aperfeiçoa o texto aprovado e deve ser rejeitada.

Por fim, a Emenda nº 13-S propõe explicitar em lei a utilização da nota do Enamed como critério de seleção para programas de residência médica de acesso direto. A positivação desse dispositivo, neste momento, tende a cristalizar em lei arranjo ainda em processo de consolidação técnica e metodológica, reduzindo a flexibilidade regulatória necessária ao aperfeiçoamento contínuo do exame e de sua articulação com os diferentes modelos de seleção. Mostra-se, assim, mais adequado manter a disciplina da matéria no plano infralegal, Presidente.

Em síntese, nenhuma das emendas examinadas aperfeiçoa o texto aprovado por este Colegiado. O substitutivo aprovado pela CAS consolida solução equilibrada, constitucionalmente adequada e alinhada às melhores práticas regulatórias. Preserva a distinção entre avaliação educacional e habilitação profissional, fortalece a proteção ao paciente e organiza, de forma sistêmica, a formação e o exercício da medicina no país.

Presidente, senhoras e senhores, diante do exposto, o voto é pela rejeição das emendas apresentadas, em turno suplementar, ao Substitutivo ao Projeto de Lei 2.294, de 2024.

Muito obrigado. Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou conceder a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho.

Em discussão o relatório do Senador Dr. Hiran.

Vou conceder a palavra em primeiro lugar ao Senador Rogério Carvalho, que a solicita remotamente.

A matéria está em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente. Está me ouvindo direitinho aí todo mundo? Estão conseguindo me ouvir? (*Pausa.*)

Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ouvindo bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Por videoconferência*.) – Está ótimo. Obrigado, obrigado.

Presidente, eu quero dizer, respondendo a um questionamento que foi levantado, que o voto em separado não foi apreciado pela Comissão em função de a matéria ter sido votada e ter tido maioria, então não houve a oportunidade de discutir o voto em separado. Portanto, foram apresentadas emendas, foi feito um novo relatório, e eu peço vista desse relatório, para que a gente possa discutir na sessão seguinte, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu queria suscitar uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para questão de ordem.) – O art. 132 consignado aqui no nosso Regimento, que é a nossa Bíblia, Presidente, diz que:

> O pedido de vista [...] somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É 132?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É 132, §1º.

O que acontece, Presidente, é que o nosso relatório não mudou, o relatório é exatamente igual. O voto em separado não foi votado aqui porque o nosso relatório foi aprovado, então o parecer foi vencedor, de forma que nós estamos aqui aptos para votar o nosso relatório, pela rejeição dessas emendas. Eu pediria a V. Exa. que a gente pudesse, claro, respeitando aí o espaço de discussão, após a discussão, votar o nosso relatório, que rechaça todas as emendas apresentadas pelo Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para responder questão de ordem.) – Perfeito.

Dr. Hiran, quanto ao mérito, as pessoas pensam de um jeito, outras pessoas pensam do outro, uma acha que deve ser de um jeito, a outra acha que deve ser do outro. Quanto ao aspecto formal, legal, não é para a gente ter divergência, a divergência é só quanto ao mérito. Então, o que é que diz aqui o art. 132, que V. Exa. invocou?

> Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.
> § 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.

Quanto a isso aqui não resta nenhuma dúvida.

Quando a gente vota um substitutivo, e não a matéria em si, que foi o caso aqui do exame de proficiência, em que V. Exa. apresentou um substitutivo, aí nós vamos para o art. 270 do Regimento Interno do Senado Federal.

> Art. 270. As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição.
> Parágrafo único. Havendo substitutivo integral [como é o nosso caso], aprovado pelo Plenário no turno único [como é o nosso caso], o projeto será submetido a turno suplementar [como é o nosso caso; nós estamos submetendo agora ao turno suplementar].

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O mesmo substitutivo, exatamente igual.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O conteúdo aqui não está em discussão, está em discussão aqui o aspecto formal, legal.

Vamos para o art. 271: "Cada turno é constituído de discussão e votação".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tivemos primeiro turno: discussão, votação e pedido de vista. Segundo turno, turno suplementar: discussão, votação e pedido de vista. Então, neste caso, e eu acho que a assessoria aqui da Mesa é unânime, cabe vista. Por quê? É um parecer sobre as emendas que foram apresentadas. Então, a esse parecer cabe vista para então ter nova discussão e nova votação. É regimental.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, com a devida vênia de V. Exa., o que nós estamos tratando aqui, Presidente, é do processo, não é isso? E não do relatório. O pedido de vista do processo está consignado no art. 182. Inclusive, nós temos aqui uma questão de ordem suscitada numa Comissão, que foi dirimida pelo nosso colega Senador Eduardo Braga, do seu partido, que diz, grifado por mim aqui – e está no *Diário do Congresso Nacional* –: "Além disso, as vistas se referem ao processo, e não ao relatório".

Eu acredito que o que nós poderíamos, inclusive... E até, Presidente, deixe-me lhe dizer uma coisa: nós estamos aqui, Presidente, utilizando técnicas protelatórias de um projeto extremamente importante para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, é um direito regimental.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É um direito que eu estou contestando, inclusive, com o Regimento na mão.

Agora, o que me causa muita estranheza é ver médico contra esse projeto. O povo brasileiro está vendo. O povo brasileiro vai saber julgar quem está a favor do povo, que aprova esse projeto – 97% nas avaliações de pesquisas nacionais –, e quem está tentando protelar esse projeto. Enquanto nós estamos aqui protelando esse projeto, Senador Laércio, está se proliferando neste país uma inflação absurda de cursos de Medicina com formação absolutamente inadequada, com médicos mal formados matando pessoas. É isso que nós estamos fazendo aqui. E é disto que quem está contra esse projeto aqui está sendo cúmplice – está sendo cúmplice! –: desse genocídio profissional que acontece no nosso país. Eu fico impressionado com colegas médicos contra esse projeto, um projeto por que toda a sociedade brasileira espera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, Presidente: eu acho que nós devemos votar esse meu parecer de rejeição das emendas.

Vamos votar, vamos para o voto, vamos colocar o dedinho aqui para dizer quem é contra, quem é a favor, para ficar claro quem é contra e quem é a favor da sociedade, pelo amor de Deus! O Plenário é soberano, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, o Plenário não é soberano sobre o Regimento, sobre a lei e sobre a Constituição. O Regimento é soberano, a lei é soberana, a Constituição é soberana.

Então o artigo aqui que V. Exa. citou, 132, no §1º diz: "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator [...]".

Assim, V. Exa. acaba de proferir um voto. O voto sendo proferido pelo Relator, cabe vista, porque aqui é outro turno, nós não estamos mais no primeiro turno.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o meu voto já foi aprovado previamente, eu apenas fiz uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa., inclusive, poderia ter modificado o voto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu rejeitei, e nós temos conhecimento. Alguém tem dúvida aqui?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós não estamos discutindo aqui o mérito, Senador Hiran, nós estamos discutindo o aspecto formal simplesmente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, tecnicamente, regimentalmente, compete vista e eu vou conceder a vista que foi pedida pelo Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, nós ainda estamos na discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua a discussão, mas a vista está concedida.

Senador Eudócia, com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Coletiva, então.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, meu amigo Laércio, que compõe a mesa. Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e remotamente. Quero mais uma vez parabenizá-lo, Senador Dr. Hiran, pelo seu brilhante relatório e dizer o seguinte, eu quero fazer uma colocação.

Não estou nem falando da lei, do Regimento Interno do Senado, Sr. Presidente, estou falando aqui de uma forma genérica. Eu queria entender o porquê desse impasse todo que está acontecendo só porque o Conselho Federal de Medicina quer fazer uma prova para avaliar os nossos médicos e médicas que se formam, para ver se eles têm capacidade de entrar no mercado de trabalho.

Aí eu pergunto, Dr. Hiran: O Conselho Federal de Medicina julga os erros médicos, então ele já chega... É como se ele nem pudesse dar o diagnóstico; já chega a coisa muito avançada. Porque o que o CFM faz? Julga os erros médicos. Então ele pode julgar os erros médicos, mas ele não pode fazer uma prova para ver a qualidade desses profissionais? É isso que eu não estou entendendo.

Desde 2024, Senador Dr. Hiran, que esse projeto está na Casa – desde 2024. Então, isso é inadmissível.

E eu queria só ressaltar, para quem tem dúvidas sobre Enamed, que o Projeto de Lei do Senador Dr. Hiran, o Profimed, determina competência exclusiva da União para autorizar os cursos de Medicina. E outra coisa, Senador Laércio, ele integra o MEC e o Ministério da Saúde nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de lei. Não estão sendo excluídos o Enamed, nem o Ministério da Saúde, não; eles fazem parte desse projeto.

A única coisa que o projeto de lei do Senador Dr. Hiran coloca é que o Conselho Federal de Medicina tem a competência de analisar e de avaliar esses alunos que saem da faculdade, até porque o Enamed faz a avaliação curricular de todo o período em que os estudantes estão na faculdade.

Então, o Enamed tem a sua grande importância e o Ministério da Educação tem a sua grande importância. Ninguém está querendo excluir o Ministério da Educação, não; a gente só quer integrar para esse projeto o Conselho Federal de Medicina, para avaliar seus estudantes, porque todos nós sabemos que a quantidade e a multiplicação que houve de universidades foram devastadoras.

Olhem, só para vocês terem noção, no nosso Estado de Alagoas nós temos um município que tem apenas 4 mil habitantes, e está sendo criada uma faculdade de Medicina, que não tem hospital...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Num município de 4 mil habitantes?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – De 4 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aff, Maria...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Até o senhor, Presidente, se assustou.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O MEC aprovou isso?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu não vou entrar no mérito – não vou entrar no mérito –; eu não participei e não vou entrar no mérito.

São 4 mil habitantes, e, se o senhor quiser, Sr. Presidente, eu levo o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Isso aí é um absurdo...

Não, eu não estou duvidando de V. Exa.; pelo contrário, eu estou achando é o absurdo dos absurdos.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois é; é sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Uma cidade de 4 mil habitantes? (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, ter sido criada, sim.

Presidente, seria criada, sim – é porque é uma belíssima cidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu retiro essa parte aí. Tem cidades pequenas, realmente.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – São munícipes de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agora, um município de 4 mil habitantes ter uma faculdade de Medicina... Pelo amor de Deus!

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Uma cidade com cem habitantes é uma cidade.

Então, com 4 mil habitantes é uma cidade, até porque o meu estado é pequeno, Presidente.

Pois bem, deixe-me continuar agora.

São 4 mil habitantes, e está sendo construída uma universidade de Medicina. Não tem hospital; só tem um pronto-atendimento – não podemos considerar uma unidade de emergência. Como é que vai se fazer, Dr. Hiran, para trazer esses alunos, para ter o acompanhamento devido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder ter um hospital, para ter esse apoio curricular? É sobre isso, gente. Como é que vão ser esses alunos?

Agora, a gente está fechando os olhos para isso, achando que o projeto de lei do Senador Dr. Hiran está tirando o nosso querido Ministério da Educação? Jamais! Não podemos fazer isso; mas o que não podemos também é colocar na nossa sociedade alunos que não têm a devida formação.

E estou falando aqui mais como médica do que como Senadora que sou. Porque é como o Dr. Hiran disse: mais de 95% dos médicos, Presidente, Senador Laércio e todos os Senadores aqui presentes, estão a favor. Eu conversei com... É porque eu sou do tempo antigo, gente – eu só não vou dizer a minha idade –, mas eu conheço todos os médicos de Alagoas – todos são meus amigos; quando não são amigos, são os filhos dos meus amigos. Todos estão a favor.

Gente, aí eu pergunto: por que protelar tanto? Só porque o CFM vai fazer a prova? Gente, vamos pensar grande; vamos pensar num povo que está morrendo, sem ter um médico com competência para atuar. Vamos ver isso.

Tudo bem, a residência é mais do que importante, mas, se o aluno tem um mínimo, na faculdade, de acompanhamento devido, já sai da faculdade pelo menos com alguma condição de atuar.

E outra coisa, Presidente, essas faculdades estão se alastrando pelo Brasil todo e causando aquela expectativa de os alunos já saírem com diploma, terem uma vida próspera. E tem pais que nem têm condições, Senador Dr. Hiran, de pagar; estão vendendo casa, vendendo apartamento, vendendo carro para poder formar um filho.

Então, quero que vocês pensem nisso.

O senhor que é médico, nosso Presidente Marcelo Castro, eu não entendo por que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas eu não me manifestei em nada contra o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, é verdade, é bem verdade, mas eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós estamos aqui com um ano de discussão e eu nunca me manifestei contrariamente...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, é bem verdade, é bem verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estou só cumprindo o Regimento...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É bem verdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que é meu dever.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – É verdade, é o nosso dever, de todos nós, mas eu queria que vocês aqui presentes repensassem sobre isso, por favor. São as nossas vidas que estão em jogo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para questão de ordem.) – Presidente... Presidente, eu quero suscitar mais uma questão de ordem, com a devida vênia ao nosso Senador Paim.

Presidente, como Líder do nosso Bloco Aliança, representando aqui 12 Senadores, eu queria suscitar o art. 405, solicitar a V. Exa. que ponha em votação deste Plenário esse pedido de vista. Absolutamente regimental. Como Líder do Bloco, Presidente, que sou.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Só para complementar, Senador Hiran: pode avocar outros Líderes que queiram acompanhar V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Laércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, com todo o respeito a V. Exa., V. Exa. deveria ter requerido da minha decisão na hora que eu a tomei. Agora isso é matéria vencida...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Mas a gente está na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... não tem mais como.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pelo amor... (*Fora do microfone*.)

Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se toda decisão tomada por um Presidente ficar sujeita a, uma hora depois, meia hora depois, ser revogada...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Está em discussão...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, deixe-me só... Eu tenho um profundo respeito pelas pessoas, eu jamais interromperia a fala da Senadora Eudócia para suscitar uma questão de ordem, tanto é... A sua assessoria aí está com dificuldade de orientar o senhor nisso, porque é líquido, certo, claro, que eu tenho o direito de solicitar como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Claro...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pelo amor de Deus. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... V. Exa. tem o direito líquido e certo, só que no tempo certo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tá, mas não está aqui no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e V. Exa. não exercitou esse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Onde é que está no Regimento aqui?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Toda vez que tem uma votação simbólica...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e o Parlamentar não concorda, o que é que faz? Pede a votação nominal de imediato.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o senhor concedeu a vista...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Uma hora depois, meia hora depois não pode...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não tem uma hora... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... não pode pedir votação nominal.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É matéria vencida.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor não me deu a palavra. O senhor deu a palavra para a Senadora Eudócia, em seguida eu estou suscitando a questão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não. Está solicitando agora.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não está... Eu duvido a sua assessoria me mostrar qual é a hora que eu devo pedir isso. Aqui nós estamos numa discussão, Presidente. Pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui. Dê para eles lá, eles estão com dificuldade. Tem que rasgar da página do livro deles lá. Vá lá, dê para eles lá.

Pelo amor de Deus, rapaz! Orientem melhor o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, preste atenção...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ou então vão para outra Comissão, trabalhar em outra coisa. Pô!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O artigo aqui... Art. 407: "Nenhum Senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela Presidência". Vamos ficar questionando isso aqui?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, o senhor concedeu a vista. Em seguida, o senhor não me deu a... deu a palavra para a Senadora Eudócia. E eu estou suscitando uma questão líquida, clara.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu citei a V. Exa. todos os artigos em que eu me embasei para conceder a vista.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Isso é de praxe.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... por que é que não...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Toda vez que é apresentado um relatório, é concedida vista, não tem como.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor... Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, não vamos insistir nisso, por que eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, eu não estou insistindo, estou no meu direito. Eu já disse, aqui não tem melhor Senador nem pior. Todo mundo aqui é igual e tem direito.

Veja bem, o senhor falou agora mesmo: "Olha, eu nunca me manifestei contrariamente" e tal. Dê um sinal para a sociedade, Presidente, da sua isenção. Olha só, o Plenário é soberano...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A minha isenção, Senador Hiran...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha, as pessoas aqui estão prontas para votar e o senhor não...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A minha isenção é o cumprimento rigoroso do Regimento – ponto final.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor está cerceando um direito que é meu como Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não estou cerceando direito de ninguém.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu represento aqui, Presidente, 12 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode representar o mundo inteiro. O Regimento é uma coisa, o mérito é outra coisa.

Eu nunca me posicionei contra essa matéria. Eu sou a favor do exame de proficiência. O Senador Rogério Carvalho é a favor do exame de proficiência, nunca debateu aqui contrariamente a isso, nenhuma vez. A única questão que está aqui para ser resolvida é quem deve fazer o exame de proficiência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E qual é a dificuldade de se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Porque uns acham que deve ser o MEC, como de costume, e outros acham que deve ser o CFM, o que é uma inovação, a exemplo da OAB. É um direito legítimo de cada Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos votar, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Uns querem de um jeito, outros querem de outro.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos votar, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quem é que decide isso? O voto.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quando? Cumprindo o Regimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, a sua assessoria não está...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não insiste que eu não vou...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Qual é a hora em que eu posso suscitar? Qual é a hora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É a hora da decisão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Onde é que está escrito isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas aí... Em qualquer decisão isso é matéria vencida, Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, eu não vou...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, deixe-me só... Ô assessoria, sabe o que é que acontece? Se a gente tivesse passado para um outro item da pauta, eu não poderia suscitar isso mais. Mas nós estamos na discussão. Eu posso suscitar durante a discussão. Pelo amor de Deus! Eu não estou aqui há uma semana não, pessoal; eu estou aqui neste Congresso Nacional há 12 anos, há 13, sei lá, 14 anos. Pelo amor de Deus, não tem... A gente está na discussão, Presidente. Eu estou na hora certa, Presidente. O senhor está cerceando um direito deste Plenário de votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dr. Hiran, pela última vez, eu já tomei a decisão.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É matéria vencida, o Regimento me ampara, eu não vou mudar a minha decisão. V. Exa. tinha o direito de recorrer, não recorreu no tempo hábil. E nós vamos continuar a sessão.

Vou conceder a palavra agora...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor, um segundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pela ordem.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sr. Presidente, quando o senhor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu tinha pedido pela ordem meia hora atrás. Se tivesse me dado a palavra pela ordem, aí teríamos resolvido essa questão já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Senador Paulo Paim, eu vou falar um segundo, eu te prometo.

Sr. Presidente, o senhor decidiu aceitar pedido de vista quando a gente ainda estava em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O pedido de vista é...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quando estava em... Então serve para que a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Logo após o relatório, pode ser pedida vista.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas a discussão serve para quê?, eu pergunto. Explique-me, Sr. Presidente, para que serve a...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Eudócia...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não, me responda: para que serve a discussão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Eudócia, o pedido de vista precede a discussão.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Mas o senhor tem que tomar a decisão logo depois, sem nem ouvir os pares?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tenho que tomar a decisão, Dra. Eudócia, de acordo com o Regimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então a gente está fazendo o que aqui?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mostre-me o Regimento que diz que a discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – A gente está fazendo o que aqui?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... que o pedido de vista é depois da discussão. V. Exa. não mostra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, onde é que está mostrando que o pedido de vista é antes da discussão?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora deixa o Senador Paulo Paim falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente... (*Pausa.*)

Se eu puder falar, Presidente, eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu pedi pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – ... meia hora atrás, exatamente quando o senhor decidiu pelo pedido de vista encaminhado pelo médico, Presidente do PT, Rogério Carvalho.

No momento que V. Exa. decidiu, eu, que tenho pautas em outras Comissões, de imediato, pedi pela ordem. Para quê? Para ver a possibilidade de votarmos o item 5, que é um projeto simples do Senador Flávio Arns, que eu precisaria também votar. Só pedi pela ordem a partir do momento que V. Exa. decidiu.

Então, esse é o apelo que eu faço, que eu possa fazer a leitura desse relatório, que é muito simples...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Paim, nós colocamos a matéria em discussão. Então, a Senadora Eudócia já pediu para discutir, o Senador Rogério Carvalho pediu também para discutir, em seguida, o Astronauta Marcos Pontes – e V. Exa. estava aqui para discutir. Perdoe-me que V. Exa. tenha pedido pela ordem.

Então, vou conceder a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho, para discutir a matéria.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, inscreva-me também, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu agradeço a V. Exa., que, ao se manifestar, falou que nem o senhor, nem eu e nem outros Parlamentares são contra a proficiência. Inclusive, nas discussões de que eu participei, eu assumi a defesa, junto a representantes da categoria, dos médicos, do conselho federal e de outras entidades e me posicionei favorável à prova de proficiência junto a representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

Portanto, essa ideia que eu chamo, de certa forma, desrespeitosa com os colegas, de dizer que nós somos responsáveis pelo problema causado por Governos anteriores... Quando eu fui Relator do Mais Médicos – quando a gente construiu a legislação, e foi aprovada no Senado, na Câmara –, a regra para abertura de um curso de Medicina era muito rigorosa e estava atrelada à disponibilidade de serviços. E o que aconteceu é que abriram a porteira, desregulamentaram, acabaram com a exigência de ter residência para todos os egressos, ou seja, todas as formas de contenção para não ter esse descontrole da abertura de escolas, a gente tinha nesses dispositivos da legislação que vigorou por um tempo.

Essa legislação foi desmontada, foi destruída, o que gerou essa situação de um excedente de escolas criadas em quaisquer circunstâncias, com qualquer condição. Então, de fato, isso é muito ruim.

Eu defendo um controle dessas escolas, defendo que essas escolas devam ser fechadas, aquelas que não tiverem condição de funcionar porque não têm infraestrutura para dar suporte aos alunos, aquelas em que os alunos tiverem desempenho abaixo do esperado, certo? Esse esperado, tem métrica para dizer qual é o esperado. Então, que também sejam fechadas e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam interrompidos novos ingressos nesses cursos de Medicina. Com tudo isso, a gente concorda; tudo isso, a gente defende.

O que nós estamos discutindo e para o que precisamos de tempo para fazer este debate agora, na próxima sessão, é quem é que vai realizar essa prova. É todo mundo junto. A gente está sugerindo que o MEC, o CFM, todos participem da construção dessa prova e que essa prova seja de responsabilidade do MEC com a participação das outras entidades. O que está sendo proposto é o inverso: que seja transferida para uma autarquia especial da administração indireta, que é o Conselho Federal de Medicina, a tarefa de substituir o MEC nessa atribuição.

Portanto, aqui não tem nenhuma questão de desrespeito. Nós não desrespeitamos ninguém, nós não fazemos a nossa atuação parlamentar, desrespeitando nenhum colega, nem criando ou tentando criar uma mácula na imagem das pessoas que têm suas histórias, que têm sua construção de vida. É muito ruim a gente ter que receber de colega esse tipo de acusação, que não corresponde aos fatos.

No mais, eu quero também dizer que eu nunca vi esse tipo de questionamento em relação à direção de uma atividade de Presidência de Comissão. Eu mesmo participei de uma determinada Comissão, eu cheguei e já tinha sido feito tudo, e não teve como voltar atrás. É normal, faz parte. E olhe que eu cheguei e, em um minuto, a sessão começou e encerrou: a apresentação do relatório, depois a votação do relatório, em um minuto, 50 segundos. E não teve discussão, acabou. É isso aí. E o que eu estou chamando a atenção é que a gente precisa respeitar o Presidente da Comissão. O Presidente da Comissão é uma pessoa séria, que está cumprindo essa tarefa. Não dá para a gente ficar questionando e desrespeitar o papel do Presidente da Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom dia a todos, bom dia àqueles que nos assistem também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante essa discussão para a população observar o que acontece por aqui. Eu, logicamente, apoio o Dr. Hiran nessa empreitada de que nós tenhamos essa votação hoje, em face do que nós ouvimos até agora, com essa situação. O art. 132, se eu não me engano, fala em até cinco dias – até cinco dias. Poderiam ser colocadas duas horas, e a gente votar hoje ainda. Está previsto, está à escolha do Presidente.

Em todo caso, seguindo em frente aqui com relação ao mérito dessa matéria, o que acontece? É essencial a aprovação desse projeto. Eu já falei aqui algumas vezes e vou explicitar aqui com detalhes também que o que nós estamos discutindo é uma questão, literalmente, de vida ou morte – vida ou morte. Não tem outra maneira de se colocar isso aí.

Esse exame de proficiência significa a proteção da vida, é uma barreira. Para quem trabalha com risco, com gerenciamento de risco, a gente sabe que qualquer acidente acontece por fatores contribuintes. Você colocar esse exame no meio do caminho significa retirar um fator contribuinte para um acidente, ou seja, é a proteção. Quanto a isso, imagino que não tenha dúvida, nem pode ter dúvida com relação a isso.

Eu me lembro, falando aqui, da época em que meu filho foi diagnosticado com linfoma. Quem é pai ou mãe aí sabe muito bem o que é ter um diagnóstico de câncer do seu filho, e o quanto você confia nos profissionais, tem que confiar nos profissionais de medicina que estão ali cuidando da vida do que é mais precioso para você, que é o seu filho. Ele conseguiu ser salvo, está bem, graças a Deus, mas porque os médicos eram competentes, muito bem formados e avaliados. Nos Estados Unidos, onde ele foi tratado – a gente morava lá à época – o médico precisa ter o curso de Medicina não significa trabalhar como médico; ele precisa ser aprovado pelo *board* lá, pelo conselho, para ele poder trabalhar. Se não tiver isso, não pode trabalhar; ele vai ter um diploma bonito na parede e só isso, acabou. E ele foi lá tratado e bem tratado.

Aqui, por exemplo, o Sr. Alexandre, um amigo meu, tinha 105 anos, e num hospital bom em São Paulo... Ele caiu em casa, teve uma fratura, foi para o hospital, e o médico que o atendeu era um médico novo – estou evitando nomes aqui justamente para não colocar esse problema –, que, para reduzir a dor dele, colocou ali um emplastro, sei lá como é que chama aí na medicina, uma coisa para reduzir a dor, só que esqueceu de calcular que ele tinha 55kg – era pequenininho, como se fosse uma criança – e colocou uma coisa com exagero, vamos dizer assim, de medicamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali. Começou a dar alucinações; em uma semana, problema nos rins e assim por diante – 105 anos, a gente sabe como é delicado o organismo da pessoa com essa idade. E, em uma semana ele faleceu, erro médico. Assim como aconteceu com ele, acontece todo dia no Brasil, por erro médico, pessoas morrendo.

Portanto, esse assunto é urgente. E medidas protelatórias ou tentativas de protelar isso significam a morte das pessoas. Quero ver quem vai explicar para as famílias dessas pessoas que nós estamos protelando uma votação que causou a morte do seu filho, por exemplo. Imagine se fosse seu filho, o que você faria para defender a vida do seu filho? É bom que quem está assistindo aí preste muita atenção nisso.

Nessas discussões que nós temos tido aqui, eu tenho acompanhado, eu vejo, além de medidas protelatórias, muitas tentativas de confundir a população num assunto que é simples, não precisa dessa confusão.

Vamos falar sobre formação e trabalho profissional. O MEC é responsável pela formação, ele é responsável por alunos. O conselho federal, assim como a Anac na área da aviação, assim como a OAB na área do direito, é responsável pelos profissionais. Então, MEC, por alunos; essas organizações, pelo profissional. Por que isso é essencial? Simples, um conceito muito simples: quem executa não fiscaliza. Por exemplo, na área nuclear, quem executa um projeto nuclear não fiscaliza. Quem pode fiscalizar é uma outra organização que vai olhar aquilo lá, porque, se você executa e fiscaliza, é óbvio o risco que isso traz de erros e a propagação de erros.

Portanto, o MEC não vai...

Por exemplo, imagine que nós falemos assim: "O MEC vai cuidar da prova dos médicos, assim como ele cuida da prova dos alunos. Então ele vai cuidar dos profissionais também". Significa que o MEC vai ter que cuidar da prova da OAB, que ele vai começar agora a fiscalizar a profissão de direito, do advogado; significa que ele vai começar a fiscalizar a certificação para voar dos pilotos. Obviamente isso está errado. Isso é um absurdo, um absurdo tão grande que fica até difícil de explicar. Mas quem está assistindo eu acho que já deve ter entendido o quanto que isso é um absurdo. De novo, o conceito é simples: quem executa não fiscaliza, para isso que existe esse grupo de organizações formado por profissionais do setor que têm o conhecimento, têm a capacidade de julgar se um par é ou não capaz de exercer aquela profissão, porque, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final, a responsabilidade está em cima dessa pessoa. Quando alguém morre, o médico é responsabilizado? Como se fala, é um assassinato culposo. A escola vai se responsabilizar junto, então, por aquilo lá, quando acontece? O MEC vai se responsabilizar também legalmente? A gente pode até colocar um projeto de lei para fazer isso aí.

Agora, é simples a solução. Em termos de voto, é muito simples, para a população observar. Os Senadores que votam a favor desse projeto estão votando a favor da defesa da vida. Lembrem-se do caso que eu falei do meu filho: eles estão votando a favor da defesa da vida do seu filho. Aqueles que votam contra ou aqueles que protelam isso aí, eu não sei quem eles estão defendendo, mas certamente não é a vida das pessoas. E isto, abrir esse precedente aqui, é uma coisa muito perigosa.

Portanto eu peço ao Presidente que nós tenhamos a votação ainda hoje. É concedida vista? É concedida. Dê algumas horas e aí a gente volta aqui para fazer a votação – está dentro do artigo, está dentro do Regimento. O Regimento permite isso. Agora, a sociedade não pode ficar esperando que a gente fique aqui tomando medidas protelatórias enquanto o seu filho está lá no hospital, sendo tratado por alguém que não é capaz de fazer aquilo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador Marcelo, estou tão surpresa com o Senador Marcos Pontes. Eu acho que ele é mais pastor que astronauta. (*Risos.*)

Eu também queria apelar para o espírito natalino. Eu sei que ficou muito tensa aqui, nos últimos minutos, a discussão, mas eu estou acompanhando com muita atenção essa matéria. Estou me pronunciando pouco, mas acompanhando, porque a matéria é de meu interesse. E por estar acompanhando, Senador Marcelo, eu sei o número de votos. O relatório do Hiran, nesta Comissão, nesta atual composição, será um relatório vitorioso. E a pergunta a quem pediu vista é – e eu queria que fizesse uma reflexão –: essa vista, em um mês de férias, de festas, de Natal, de Ano-Novo, vai mudar o quê? Não vai mudar nada! Se nós estivéssemos pedindo vista... Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na próxima sessão, quando voltar a Plenário, eu creio que o relatório do Hiran será vitorioso. Nós só vamos protelar uma vitória de um relatório para um mês de festas, o que não vai mudar nada. Não acredito que o Ministério da Saúde vá tomar alguma iniciativa nesse mês, tampouco os Senadores, porque está todo mundo já com suas pautas para dezembro e janeiro. Então, a gente só está protelando uma votação da qual eu sei o resultado já. Eu estou conversando com os colegas e, para a construção do meu entendimento dessa matéria, eu ouvi muita gente.

Então, eu quero fazer realmente um apelo ao sentimento de Natal aqui, para a gente fazer essa votação hoje, porque eu já sei o resultado do relatório.

Aí, aproveitando que eu tenho mais um minutinho, eu não sei se eu terei uma outra oportunidade de estar diante do Conselho Federal de Medicina, e é uma pauta aqui desta Comissão também, nós estamos com várias matérias aqui sobre a proteção da criança... Dr. Hiran, o senhor e os demais conselheiros...

Permita-me, Presidente: eu vou fugir um minutinho, é só um minutinho, da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade, Senadora Damares.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o outro Dr. Hiran, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o de lá. É o de lá de trás.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É o de lá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É sobre a minha preocupação com a proteção das meninas, Dr. Hiran.

Nós estamos diante, atualmente, de uma resolução do Conanda, Dr. Hiran, que diz que, se a menina chegar grávida, vítima de um estupro, com 11, 12 anos, para fazer o aborto, vocês, médicos, poderão fazer o aborto sem chamar a polícia. Dr. Hiran, a mulher adulta, estuprada, decide ou não se ela quer fazer o boletim de ocorrência, mas uma criança que chegar estuprada ao hospital – médicos, por favor – para fazer o aborto: ela tem o direito, dentro do Código Penal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fazer o aborto – isso aqui é direito garantido –, mas ela não pode sair de lá sem o acompanhamento da polícia.

E tem gente falando: "Mas se é o pai, como é que a gente vai chamar?". Então, vai fazer o aborto e devolver para o pai estuprá-la novamente?

Então, eu queria fazer um apelo ao Conselho Federal de Medicina: resolução de conselho não é lei. Atenção, Conselho Federal de Medicina: nós temos que obedecer, observar algumas resoluções de proteção da criança, mas eu preciso colocar os pedófilos na cadeia. Nós endurecemos as penas aqui para que eles vão para a cadeia, e não para passar a mão na cabeça deles.

Então, eu quero muito um diálogo, depois, com o Conselho Federal de Medicina sobre uma interpretação errada de uma resolução do Conanda. Eu estou preocupada com essa festa, com todo mundo bebendo, estuprando meninas, e eu preciso defender esta criança.

Presidente, obrigada por ter me dado a palavra.

E vamos lá, gente, vamos para o voto, porque, hoje ou daqui a dois meses, o resultado a gente já sabe.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, eu vou...

Senador Wilder, com a palavra.

Vou, em seguida, encerrar a discussão e vou dar seguimento à pauta do dia. Tem outras matérias importantes para votarmos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu havia me inscrito para a discussão. Fui o último a pedir inscrição aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então V. Exa. será o último a discutir a matéria.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wilder, com a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também, aproveitando a oportunidade aqui, acho que a Senadora Damares foi muito precisa na colocação dela com relação ao tempo, e ouvi do senhor, Presidente, que não tem nenhum médico contra o exame. Se nós não somos contra e nós estamos discutindo só quem vai fazer o exame, o governo... Não poderíamos nós ganhar esse tempo, aprovarmos que o exame seja feito onde o relatório está dizendo?

E, a partir desse momento, irão poder fazer um outro projeto e acompanhar, igual a que nós estamos fazendo há tantos anos aqui.

Então, Presidente, eu sou engenheiro e estou muito atento a esse tema. Tudo o que foi discutido aqui é o que está acontecendo no Brasil inteiro, e não é diferente no Estado de Goiás.

Então, eu peço, Presidente... Eu sei que a questão do tempo, de se pediu vista, se discutiu ou não, acho que é importante, e é a última semana nossa, o resultado... A nossa Senadora Damares foi precisa, nós vamos votar esse tema no ano que vem, mas nós temos aí, vamos ficar um período de 60 dias a mais com as pessoas correndo esse risco e, principalmente agora, nesse período não só de festa, como de férias.

Eu também queria, Presidente, que a gente pudesse reavaliar; como disse também aqui o nosso Senador Astronauta, a vista poderia ser de cinco dias, de uma hora ou duas horas. Para você ter uma ideia da relevância desse tema, como é a última semana, se tivesse outra convocação para hoje ou para amanhã, eu e, com certeza, nós Senadores que apoiamos esse texto estaríamos prontos para votar ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wilder, V. Exa. falou com muita ponderação, com muita razoabilidade. O problema, Senador, é que eu sou escravo do Regimento. Todas essas ponderações que V. Exa. fez a mim, se V. Exa. fizesse ao Senador Rogério Carvalho, que foi o autor do requerimento, para mim não teria nenhuma dificuldade. Chegou o entendimento aqui, a gente concorda, vota hoje, vota amanhã; para mim não tem observação, não tem nenhuma objeção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu aconselharia V. Exa. a se dirigir ao Senador Rogério Carvalho, que é um Senador bastante razoável e acessível, para convencê-lo de que pedido de vista pudesse ser por um prazo menor. Mas normalmente aqui, na Comissão, a gente dá vista, concede a vista para a sessão seguinte. Isso é de praxe, não há por que mudar isso daí.

Se o Senador Rogério Carvalho estiver de acordo com esse pedido de vista, para a gente amanhã se reunir de novo e votar, de minha parte não tem nenhuma objeção.

Com a palavra o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente Marcelo Castro, Sras. e Srs. Senadores, todos que nos assistem, eu sou um homem muito transparente nos meus posicionamentos e eu acho que tenho uma história aqui no Congresso Nacional sempre envolvido com boas causas.

Eu queria inicialmente fazer um comentário sobre aquilo que aconteceu agora. O senhor colocou algumas palavras na minha boca que eu não falei.

Aliás, Presidente, na minha idade, com cinco filhos e cinco netos, eu não tenho medo de ameaça, não tenho medo de cara feia, não tenho medo de nada. Se o senhor... Eu não lhe dirigi a palavra, Presidente, mas se o senhor se sentiu agredido por mim de maneira indireta, me faça um favor, pode me representar ao Conselho de Ética.

Quando eu fui Presidente do Conselho de Ética, e eu tenho uma... Eu sei o que é quebrar decoro. Eu não quebrei decoro. Eu fui apenas, Presidente, quero deixar bem claro, eu fui questionar o consultor que o assessora em relação ao tempo em que eu poderia pedir aquela questão de ordem.

Foi isto que eu fui falar para ele: "Olhe, você está orientando o Presidente de uma maneira inadequada". Foi isso que eu falei. Para que fique bem claro, eu não falei nenhum palavrão, nada, nada, mas eu fui até ele e falei: "Olhe, você está fazendo algo que não está correto". Porque não tem, no Regimento, a hora de suscitar aquele pedido de vista. Tudo bem. O senhor concedeu a vista, não vou mais ficar remoendo esse tema, mas deixo aqui V. Exa. absolutamente à vontade para me representar até na Corte Internacional de Haia, se o senhor decidir. Não tem problema nenhum. Nós estamos, quer dizer, estamos mais ou menos num Estado democrático de direito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eu vou ter oportunidade de me defender e me defenderei sempre baseado naquilo que eu acho que é mais certo.

Agora, eu quero aqui dizer – apenas para finalizar, Presidente – que, quando o nosso colega o Senador Rogério Carvalho fala "Olha, nós fizemos o Mais Médicos" e tal, a nossa preocupação, quando a gente quer fazer com o Conselho Federal de Medicina, é que o Mais Médicos, Presidente, trouxe para cá médicos cubanos formados na Elam, Escola Latino-Americana, que eu conheço bem. É uma escola em que os médicos são formados, e não praticam medicina em Cuba. São médicos para exportação, porque médicos, em Cuba, senhoras e senhores, são uma *commodity*. O maior PIB de Cuba é vender médico para outros países – é o maior PIB de Cuba. Esses médicos vieram para cá sem a devida qualificação. É por isso a nossa preocupação. O Mais Médicos, Senadora Damares, concede um salvo-conduto para que médicos formados no exterior pratiquem medicina aqui, durante quatro anos, sem Revalida e sem CRM. É por isso a nossa preocupação. Então, é por isso que a gente tem essa preocupação de colocar a prova de proficiência no âmbito do Conselho Federal de Medicina e que fique como uma política de Estado.

Também, fazendo minhas as palavras do Senador Wilder e do pedido do Astronauta Marcos Pontes, como não houve nenhuma alteração no nosso relatório, eu queria pedir a V. Exa, como está no §1º do art. 132... Ao processo o senhor pode conceder vista improrrogável por cinco dias, mas, à sua discricionariedade, o senhor pode convocar uma nova reunião, para nós votarmos uma coisa muito simples. O relatório não mudou, nada, nesse tempo todo. Quem faz a prova: o MEC ou o Conselho Federal de Medicina? Essa é a única dúvida que nós temos.

Muito obrigado.

E se o senhor se sentiu ofendido por alguma coisa, aproveito para, no influxo do período natalino, lhe pedir desculpa. Não o agredi de maneira alguma, mas fique absolutamente à vontade para exercer o seu direito de me representar onde quer que V. Exa. ache adequado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou conceder a palavra ao Senador Rogério Carvalho, que está remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu sugeri que o Senador Wilder se dirigisse a ele e ele estava ouvindo, certamente ele vai se manifestar a respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito obrigado.

De novo, eu quero aqui reafirmar o papel que o senhor exerce à frente da Presidência da Comissão. O senhor é sempre muito cortês, muito correto.

Foram bastante inadequadas as cobranças que foram feitas a V. Exa., inclusive com insinuações inapropriadas em relação ao modo como o senhor conduz a Comissão. Acho isso reprovável e desrespeitoso, acho que desabona, inclusive, a forma de exercer a própria atividade parlamentar.

Em uma Comissão, quando o Presidente, seguindo o Regimento... Um assessor, quando ele orienta o Presidente, é porque ele tem a responsabilidade, o assessor, de passar a interpretação e, além da interpretação, aquilo que garante a formalidade dos atos do Presidente, que se materializa quando o Presidente se manifesta para todos os membros da Comissão. Então, eu queria dizer que, em respeito a V. Exa. e também ao debate que nós precisamos fazer, no ano que vem, com todos os membros da Comissão, com todos presentes, eu gostaria de manter a vista de cinco dias. E assim eu me manifesto para que a vista seja de cinco dias.

Quero também dizer que nós não somos contra a proficiência, nós somos contra a forma e a imposição de uma entidade, pela qual eu tenho muito respeito. É a minha categoria, a minha profissão. Eu sou Professor universitário da Universidade Federal de Sergipe, sou médico concursado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, sou médico generalista, sou Mestre e Doutor em Saúde Pública. Portanto, eu exerci essa profissão por quase 25 anos, com dedicação inteiramente à atividade profissional da medicina.

Então, eu quero dizer, Presidente, que eu também acredito nessa profissão. Acho que a gente precisa diminuir a quantidade de escolas médicas, mas nós não podemos botar nas costas das famílias e dos estudantes, só para eles, a responsabilidade. Por isso, o MEC precisa assumir esta responsabilidade de impedir a entrada de novos ingressos nas escolas que não funcionam. É importante que os alunos não se submetam a três, quatro avaliações em final de ano, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que tenha uma que seja unificada e que garanta essa condição. E que gente possa usar os dados e aperfeiçoar um sistema integrado de avaliação das graduações e de impedimento de profissionais não qualificados entrarem no mercado.

Então, a gente está concordando com isso. O que nós não estamos concordando é em privatizar uma atribuição de Estado. Privatizar uma atribuição de Estado é transferir para uma entidade que é uma autarquia especial e que não representa com toda a força a institucionalidade do Estado brasileiro. A gente não pode desresponsabilizar o Estado brasileiro na sua centralidade. Cabe ao Ministério da Educação a tarefa que lhe é definida por lei.

Então, Presidente, esse é o meu posicionamento.

Muito obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Um esclarecimento final, Presidente, com todo o respeito. Eu queria que o senhor esclarecesse como é que vai ser esse procedimento. O senhor concedeu vista. Aí vai ter período de novas emendas e aí novo período de vista? O senhor poderia esclarecer para nós, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Hiran, pelo Regimento, podem ser apresentadas novas emendas, mas não vai poder ter um outro pedido de vista porque não vai ser um outro turno. O turno é o mesmo, o turno suplementar.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só para contribuir, um aparte aqui. Esse pedido de vista tem que ser coletivo.

Então, vamos pedir vista coletiva para que, na outra sessão... Eu imagino... Se V. Exa. deferir o pedido de vista, o Regimento Interno, que V. Exa. deve conhecer, diz cinco dias. Todavia, caso o Colegiado aqui entender, o Presidente entender que ele pode conceder essa vista por duas horas, quatro horas, cinco horas, é da prerrogativa do Presidente – é prerrogativa dele.

Agora, como vai ser o encaminhamento... Nesse caso, Dr. Hiran – estou falando porque eu fui Presidente da Comissão; eu conheço bem o Regimento Interno aqui –, fazer isso aí é da prerrogativa do nosso querido Presidente Marcelo Castro. Só para efeito de contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2026, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Angelman.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Observação: votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, como é um projeto simples – realizamos audiências públicas, o tema é muito tranquilo –, se V. Exa. permitir, eu farei uma síntese do relatório, que é longo. Pode ser? Ou eu leio todo o relatório? Pode ser a síntese?

O PL, Presidente, institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Angelman para 15 de fevereiro.

A síndrome de Angelman é uma doença genética rara que afeta o desenvolvimento cognitivo e o motor, provocando, assim, dificuldade de equilíbrio, fala e convulsões debilitantes. Afeta cerca de um a cada 15 mil nascimentos e 500 mil pessoas em todo o mundo. Os principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstáculos enfrentados são diagnóstico tardio, tratamentos inadequados e falta de continuidade do acompanhamento ao longo da vida.

O dia 15 de fevereiro faz referência direta ao cromossomo 15, que abriga o gene cuja alteração causa a síndrome. O mês de fevereiro também é reconhecido mundialmente como o mês das doenças raras.

Esse projeto, Sr. Presidente, é sobre dar visibilidade, voz e dignidade a quem convive diariamente com a síndrome de Angelman. Nosso relatório é favorável diante do mérito social e humano da proposta. Há alinhamento pleno com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do direito à saúde e da inclusão social.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, do belo projeto apresentado pelo nosso querido Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, tem outro projeto aqui que trata de assunto semelhante, cujo Relator é o Senador Otto Alencar. V. Exa. poderia ser o Relator *ad hoc*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Claro, com muito orgulho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tá bom.

Então, item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2026, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Angelman.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão. (*Pausa.*)

É votação nominal. Eu vou botar os dois em votação nominal, quando for votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3775, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do relatório *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, com muita satisfação, assumo aqui, *ad hoc*, a leitura do relatório do Senador Otto Alencar, que também é médico. Se V. Exa. permitir, vou direto à análise.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a esta Comissão compete decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito. Ademais, em razão do caráter exclusivo da apreciação, cabe à CAS pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria insere-se no campo da competência concorrente da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

No que tange, Sr. Presidente, à regimentalidade, também não se vislumbram óbices, estando ainda o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, as doenças reumáticas, que englobam ampla variedade de enfermidades como artrite reumatoide, osteoartrite e lúpus, afetam milhões de pessoas em todo o mundo. Configuram o segundo maior motivo de causas de afastamento do trabalho, gerando grande impacto, inclusive, na previdência social.

Ao reduzir o estigma, educar a comunidade e influenciar a política de saúde, a instituição da efeméride ajuda a elevar a conscientização e a importância do cuidado das doenças reumáticas, proporcionando uma chance de melhorar a qualidade de vida de pacientes e suas famílias.

De fato, na medida em que a conscientização aumenta, a pressão pública para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de terapias inovadoras também cresce. Ademais, compreender sintomas, diagnóstico e opções de tratamento é essencial para melhorar a qualidade de vida dos afetados pela enfermidade.

Ao dedicar um dia a educar o público, podemos combater preconceitos e promover empatia em relação às pessoas que vivem com doenças reumáticas.

Portanto, consideramos justa e meritória a matéria veiculada na presente proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.775, de 2023, do nobre Senador Dr. Hiran.

E aqui o relatório apresentado pelo também médico Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Vou submeter também o item 7, para a gente votar em conjunto os itens 5, 6 e 7, porque, como não são matérias polêmicas... O Relator é o Senador Otto Alencar, e a Senadora Damares se propõe a fazer o relatório *ad hoc*.

Então, o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5497, DE 2023

- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CI e 2-CI.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Relatório: Senador Otto Alencar, com relatório *ad hoc* da Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, também de uma forma resumida, porque o relatório já foi devidamente publicado.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular, a trombose venosa afeta cerca de 300 mil brasileiros todos os anos. Essa condição, frequentemente prevenível, é responsável por mais de 165 internações hospitalares por dia no país.

Embora o tromboembolismo venoso seja muito mais frequente em ambientes hospitalares, especialmente após cirurgias ortopédicas, oncológicas e ginecológicas, a associação com viagens aéreas é conhecida desde os primeiros relatos de Homans, médico americano, em 1954. Cabe aqui registrar que a imobilidade prologada — costumeira em viagens de longa distância, seja por ar, seja por terra — favorece a estase venosa, o que eleva o risco de tromboembolismo venoso.

No entanto, embora não entendamos completamente como o tromboembolismo se desenvolve durante voos, sabemos que viajar de avião introduz riscos adicionais. A título de exemplo, a hipóxia prolongada e a baixa umidade do ar, típicas nas cabines de voos comerciais, podem contribuir, respectivamente, para ativar a coagulação e para aumentar a viscosidade sanguínea, elevando assim o risco dessa condição.

Sendo assim, dado o grande número de passageiros que transita pelos aeroportos brasileiros, conforme registrado pela Anac – cerca de 115 milhões de pessoas transportadas em voos nacionais e internacionais em 2023 –, o risco de tromboembolismo venoso entre viajantes emerge como significativa questão de saúde pública, o que justifica, portanto, a intervenção do poder público em defesa da saúde e segurança dessa parcela da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante de todo o exposto – é uma matéria simples, são apenas cartazes com informações – , o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.497, de 2023, com acolhimento das Emendas nº 1 e 2 da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Em discussão a matéria.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está encerrada a discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vai ser em bloco então. Obrigado.

Então, vamos colocar em votação os três projetos para votarmos em bloco, que é o item 6, o Projeto 3.775; o item 7 da pauta, que é o 5.497; e o Projeto 2026 também, que já foram lidos pelos seus Relatores. O processo de votação será nominal, é isso? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Assume a Presidência o Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O painel está aberto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos votar os três itens de uma vez só, os itens 5, 6 e 7.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – E a gente limpa a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E vamos fazer tudo para limpar a pauta, Senadora Damares.

Tem o item 2 da pauta, não terminativo. Como a votação nominal demora um pouco, a gente poderia avançar aqui para a gente limpar a pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 336, DE 2024

- Não terminativo -

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Relatoria: Senador Flávio Arns, com relatório *ad hoc* da Senadora Dra. Eudócia.

Concedo a palavra à nobre Senadora para a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar e parabenizar o nosso querido Senador Flávio Arns pelo brilhante relatório, e a autoria, que foi da Câmara dos Deputados.

Eu quero pedir permissão, Presidente, para ir direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a matéria não será analisada por outra Comissão desta Casa, incumbe também à CAS examinar sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme prescreve o art. 24, XII, da Constituição Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais. Assim, a matéria está sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo por força do art. 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais. Portanto, não identificamos vícios concernentes aos aspectos de constitucionalidade, tampouco de juridicidade e de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o PL em análise propõe instituir diretrizes voltadas à melhoria da saúde das pessoas com dor crônica e criar o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Dor Crônica, a ser celebrado em 5 de julho, representado pela cor verde. A iniciativa confere visibilidade a uma condição que afeta milhões de brasileiros e que, muitas vezes, permanece invisível no debate público. A dor crônica compromete a qualidade de vida, limita a autonomia e interfere nas relações sociais, familiares e profissionais, configurando um importante desafio para o sistema de saúde e para a sociedade. A criação de uma data nacional tem, portanto, papel estratégico na ampliação da conscientização, na difusão de informações qualificadas e na mobilização de profissionais e gestores em torno do tema.

A iniciativa, portanto, contribui para o fortalecimento das políticas públicas de atenção à dor crônica. Assim, a sua aprovação pode fomentar atualizações periódicas do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica, elaborado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), assegurando que as orientações clínicas e terapêuticas reflitam as melhores evidências científicas disponíveis e as demandas emergentes da população.

Por tratar de tema de expressiva relevância social e sanitária, por fortalecer o direito ao cuidado integral no âmbito do SUS e por promover a conscientização e o enfrentamento de uma condição que afeta profundamente a vida de milhares de pessoas, somos favoráveis à proposição em comento.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 336, de 2024.

São esses o voto e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Dra. Eudócia, agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão o relatório da Senadora Eudócia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. Senadoras, Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vou encerrar a votação nominal dos três itens da pauta: itens nºs 5, 6 e 7.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foram 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 11.

Os três projetos estão aprovados.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 331, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar à pessoa com deficiência que desenvolva atividades passíveis de realização por meio de teletrabalho ou trabalho remoto prioridade na alocação nessas modalidades de trabalho.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Relatoria da Senadora Mara Gabrilli, que vai ser o relatório *ad hoc* da Senadora Eudócia.

Concedo a palavra à nobre Senadora Dra. Eudócia, para a leitura do relatório.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Quero cumprimentar a nossa querida Senadora Mara Gabrilli por esse brilhante relatório e muito oportuno.

E eu quero colocar para vocês a importância de a gente ter um foco especial nesse tema, que trata da pessoa com deficiência que desenvolve atividades passíveis de realização por meio de teletrabalho ou trabalho remoto. Então, isso vai ser de grande importância.

Somos favoráveis à aprovação do projeto de lei, porém, com alterações, que, por conferirem maior operacionalidade e segurança jurídica, demandam a adoção de emenda substitutiva.

A proposição original harmoniza-se com a Constituição Federal, que afirma a dignidade da pessoa humana, a isonomia material e veda discriminações no trabalho, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com *status* de emenda constitucional que determina igualdade de oportunidades e adaptações razoáveis.

Importante ressaltar, ainda, que a opção de inserir a disciplina na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e não na CLT, é adequada sob a ótica sistêmica. Trata-se de norma geral de direitos, aplicável a diferentes vínculos e contextos, que orienta políticas inclusivas e atua como vetor interpretativo para o setor privado e para a administração pública. A solução,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, amplia a abrangência subjetiva, inspira a regulação de regimes estatutários sem invadir a iniciativa do Poder Executivo.

Nesse sentido, com relação ao plano operacional, aplicável ao teletrabalho e ao trabalho remoto, o substitutivo institui um rito mínimo com pedido formal e decisão motivada em prazo razoável, admite revisão quando mudarem as condições, protege remuneração, benefícios e progressão, garante participação presencial quando solicitada e prevê reversibilidade ao presencial a pedido. No mais, quando houver compatibilidade, também alcança o regime híbrido. Em síntese, tais soluções concretizam igualdade e não discriminação e reforçam a eliminação de barreiras, evitando que o remoto seja usado como forma de isolamento ou perda de oportunidades.

Por fim, e como adiantado, para harmonizar os diplomas e evitar leituras duplicadas e equívocos de interpretação quanto à aplicabilidade, a disciplina geral permanece na Lei nº 13.146, de 2015, com remissão expressa no art. 75-F da CLT, por meio de inserção de parágrafo único, a fim de assegurar a aplicação harmônica e coordenada entre os textos legais. Essa técnica preserva e viabiliza a tramitação da matéria, mantém íntegro o conteúdo material celetista e confere aplicabilidade prática imediata às regras complementares ora propostas, em apoio ao direito de prioridade já previsto na legislação trabalhista.

Em relação ao voto, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 331, de 2025, com a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 331, DE 2025

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros mínimos e procedimentos de aplicação da prioridade de alocação em teletrabalho ou trabalho remoto de pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Seção I do Capítulo VI do Título II da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 35-A. É assegurada à pessoa com deficiência que desenvolva atividades passíveis de realização por meio de teletrabalho [...].

Art. 3º O art. 75-F da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 75-F. .....

Parágrafo único. A prioridade de que trata este artigo, no caso de empregados com deficiência, será aplicada em consonância com o art. 35-A da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Obrigada, Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Eudócia, nós é que agradecemos.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAS (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 117, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer aditamento ao REQ 116/2025-CAS para inclusão de convidados na Audiência Pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que "altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Autoria: Senadora Mara Gabrilli e Senadora Damares.

Passo a palavra à Senadora Damares para fazer a defesa do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é para a realização de uma audiência pública, para a gente discutir o Projeto de Lei 277, de 2016, que versa sobre o limite mínimo para empresas preencherem seus cargos por pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social.

E a Senadora Mara apresenta os nomes de representantes de inúmeras instituições, inclusive do poder público, para a realização da audiência pública.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos aqui uma solicitação da Sra. Senadora Damares para colocar extrapauta o Projeto de Lei nº 4.413, de 2021.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 120, DE 2025

- Não terminativo -

Requer,nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 93/2025 - CAS, destinada a instruir o PL 4413/2021, que "altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem".

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros

Há, Senadora Damares, um requerimento aprovado por esta Comissão determinando uma audiência pública. Então, para que a audiência pública não seja realizada, é preciso que a gente aprove um requerimento dispensando a audiência pública.

Passo a palavra a V. Exa., para poder fazer o requerimento para a gente colocar em votação, para não haver audiência pública.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – O.k., Presidente. É o Requerimento 120, de autoria do Senador Magno Malta. Foi ele que solicitou a audiência pública e agora ele requer a dispensa da audiência pública.

O requerimento que aprovou anteriormente era o 93, de 2025, que era para instruir o PL 4.413, de 2021. Ele justifica, no requerimento dele, Presidente, que a Relatora da matéria – sou eu – acolheu em seu relatório emenda que contemplou de forma satisfatória pontos centrais da proposta apresentada por ele, Emenda nº 1, da CAS.

Além disso, o tema foi amplamente debatido com entidades representativas da categoria e essas contribuições foram incorporadas ao parecer da Relatora.

Por esse motivo, ele pede a dispensa da audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senadora Damares.

Em votação o requerimento para suspender a audiência pública.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Agora vamos ao Projeto de Lei nº 4.413, de 2021, que eu vou submeter ao Plenário, para decidir se a gente coloca, ou não extrapauta, que é a solicitação, o requerimento da Senadora Damares.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, o projeto entra extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4413, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observação: matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes de ler o meu relatório, quero cumprimentar a Senadora Eudócia pelo seu relatório ao projeto anteriormente aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse relatório, Eudócia, esse projeto de lei nasce de uma iniciativa popular. Foi um cidadão que mandou a proposta para a Comissão, a Comissão aprovou, já virou projeto de lei e hoje o relatório já foi aprovado aqui.

Parabéns pelo relatório e pela forma como você conduziu a leitura do relatório também.

Parabéns, Senadora!

Presidente, quanto ao PL que nós estamos colocando extrapauta, eu quero informar que ele nasceu na Câmara dos Deputados e é fruto de muitas discussões na Câmara. Há uma frente parlamentar exatamente sobre esse tema na Câmara e essa frente fez muitas discussões com todas as instituições. Eu já estou há oito meses na relatoria aguardando-os chegar a um acordo e eles chegarem a um acordo. Então, com base no acordo entre as instituições, entre os conselhos, eu apresento o voto neste momento e vou direto à análise.

No mérito, é importante tecer as seguintes considerações.

O projeto apresenta avanços decisivos ao assegurar representação efetiva para todos os 26 estados e o Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem, a proposta fortalece o pacto federativo e amplia o diálogo entre as realidades regionais e o centro decisório nacional.

Entretanto, apesar desses avanços, o projeto, em sua forma original, não contempla aspectos estruturais essenciais para garantir uma representatividade mais justa e inclusiva nos conselhos de enfermagem. Nesse diapasão, é necessária a apresentação de emenda que vise aperfeiçoar a proposta e alinhar sua redação às demandas contemporâneas da categoria.

O Brasil possui, segundo dados atualizados do Cofen, mais de 2,8 milhões de profissionais de enfermagem registrados, sendo: 1,5 milhão de técnicos de enfermagem; 800 mil auxiliares de enfermagem; e 500 mil enfermeiros de nível superior.

Esses números revelam que mais de 80% da categoria é composta por profissionais de nível médio (técnicos e auxiliares), que atualmente não possuem representatividade nas decisões estratégicas do sistema Cofen/Coren.

Esse cenário fere o princípio da isonomia, o qual assegura igualdade de tratamento entre cidadãos, além de comprometer a legitimidade da estrutura representativa da profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto relevante que se sugere é assegurar a simetria institucional entre enfermeiros de nível superior, técnicos e auxiliares de enfermagem nos conselhos federal e regionais, tendo em vista que cerca de 75,5% dos profissionais da enfermagem são de nível médio, mas ainda assim são excluídos da instância máxima de decisão da categoria.

O segundo ponto a ser abordado, especialmente com a emenda apresentada, é a adoção de eleições diretas, eletrônicas e simultâneas para os conselhos federal e regionais. O modelo atual, baseado em eleições indiretas e intermediadas, afasta os profissionais do processo democrático, restringindo a participação efetiva de mais de 3 milhões de profissionais em todo o país.

A substituição por um sistema direto e digital segue o princípio do parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente".

A proposta de emenda também guarda conformidade com o art. 6º da Constituição, ao promover a valorização dos profissionais da saúde e assegurar-lhes representação digna nas estruturas organizacionais que regem sua atuação.

A proposta de equidade, Sr. Presidente, entre os níveis federal e regional é essencial para que o sistema se mantenha coerente, democrático e legitimado perante a categoria, permitindo uma gestão mais justa, plural e ajustada às especificidades de cada grupo.

Esse equilíbrio garantirá que cada unidade federativa conte com conselheiros eleitos diretamente pela categoria e representando proporcionalmente todos os níveis de formação.

Dessa forma, Presidente, a emenda apresentada ao PL não apenas confere coerência normativa e equilíbrio institucional ao texto legal, como também assegura conformidade com os valores constitucionais da igualdade, democracia, representatividade e valorização profissional.

Assim, Presidente, o voto é favorável ao Projeto de Lei nº 4.413, de 2021, lá da Câmara, pela rejeição da Emenda 1-CAS, e com a seguinte emenda que apresento, e que já está devidamente publicada.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer da nobre Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nº 2 da CAS e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai à CCJ.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Sras. e Srs. Senadores, o espaço do Senado Federal, das Comissões, exige de nós todos, Senadores, um comportamento de urbanidade, um comportamento de respeito com todos, não só com os Senadores, mas também com todos os servidores. E hoje, aqui nesta Comissão, houve um fato realmente deplorável, que foge à norma e ao decoro parlamentar.

O Dr. Hiran, inconformado com a decisão tomada por esta Presidência, dirigiu-se ao Secretário da Mesa de maneira muito desrespeitosa, agredindo-o verbalmente, proferindo palavras de baixo calão, impublicáveis e inteiramente incompatíveis com o decoro parlamentar. Na hora, eu me virei para ele e disse que iria representá-lo, e é o que eu vou fazer. Ele disse que não tem medo, que pode ser representado no Tribunal de Haia.

Não, não é no Tribunal de Haia que nós vamos representá-lo, vamos representá-lo no Conselho de Ética, porque nós não podemos concordar ou coonestar atitudes desrespeitosas e antirregimentais com as quais ele se comportou aqui, principalmente e, sobretudo, com o Secretário da Mesa, que está aqui apenas cumprindo a sua função, o seu dever profissional, que é o de orientar o Presidente nas decisões regimentais, amparadas no Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não faço isso com prazer – para mim é um desgaste emocional –, mas o meu dever de Presidente da Comissão me leva a tomar essa decisão em defesa da Comissão e do bom funcionamento do decoro parlamentar do Senado Federal.

Lembro que teremos agora, na sequência, a reunião extraordinária da Comissão destinada à deliberação de ajustes de indicações às programações decorrentes das emendas – ainda tem outra sessão – RP 8 da CAS à LOA 2025.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Bruno Bonetti, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Paulo Paim, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Alan Rick, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Jorge Seif e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de ajustes de Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação de ajustes de indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 26 indicações (10 decorrentes de saldos remanescentes de indicações anteriormente aprovadas e 16 decorrentes de solicitações de cancelamentos de indicações apreciadas anteriormente), conforme planilha anexa, e 7 cancelamentos de indicações aprovadas em reuniões anteriores, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, conforme planilha anexa, e deliberou e rejeitou, por unanimidade, 32 indicações com erro de preenchimento ou duplicidade de registro, conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. A presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4470486469

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/17

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de ajuste de indicações às programações decorrentes das emendas RP 8 da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dados das emendas.

Emenda nº 6006003. Ação 2E89. Incremento temporário ao Custeio do Serviço de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas. Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

Emenda nº 6006004. Ação 2E90. Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas. Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

A coordenação e a relatoria das indicações na CAS ficaram a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

Passo à leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para execução de programações decorrente de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2025 (Lei nº 15.121, de 2025).

Na LOA 2025 esta Comissão apresentou emendas RP 8 nas programações 2E89, Incremento temporário ao Custeio do Serviço de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas; e 2E90, Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas.

Foram realizadas, até a presente data, cinco reuniões para deliberação de sugestões de indicações apresentadas à Comissão para aprovação de 2.598 indicações e posterior cancelamento de 30. Nesta reunião serão apreciadas 65 indicações.

É o relatório.

Análise.

Quanto ao mérito, após análise, foram relacionadas 26 indicações para aprovação, entre as quais dez decorrentes de saldo remanescente de indicações anteriores aprovadas, mas que apresentaram impedimento técnico para utilização do valor total indicado, as quais constam no Anexo I. Dezesseis decorrentes de solicitações de cancelamento de indicações apreciadas anteriormente listadas no Anexo II.

Ademais, ao final da análise, identificamos 32 indicações com erro de preenchimento ou duplicidade de registro.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação das indicações elencadas nos Anexos I e II, pelo cancelamento de sete indicações listadas no Anexo III, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, e pela rejeição das indicações constantes do Anexo IV, por possuírem erro de preenchimento ou duplicidade de registro.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação, as planilhas constantes dos Anexos I, II, III e IV, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As indicações e as solicitações de cancelamento são aprovadas.

Rejeitadas as indicações constantes do Anexo IV.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Bom, Sras. e Srs. Senadores, esta é a nossa última sessão do ano, e eu quero agradecer a todos que compõem esta Comissão, em especial aos Secretários, as pessoas de apoio aqui da Comissão. Eu acho que foi um ano muito proveitoso, votamos inúmeras matérias, fizemos um trabalho para não deixar que as matérias se acumulassem, distribuímos os relatórios a todos os Senadores, procurando aquele que tivesse mais afinidade com a área, para que todos pudessem participar e contribuir aqui com a Comissão.

Quero desejar um ano de 2026 muito venturoso e próspero e um feliz Natal com muita paz a todos.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer com a presença dos Senadores Mara Gabrilli e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025 - CASCANCER seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 9, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 10, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CASCANCER e do REQ 4/2025 - CASCANCER seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 11, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CASCANCER seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 12, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025 - CASCANCER seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), REQ 7/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), REQ 10/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e REQ 11/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater sobre a incorporação no SUS de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer. **Participantes:** Ana Carolina de Freitas Lopes, Coordenadora de Monitoramento de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde; Gabriele Luise Neves Alves, Coordenadora de Pesquisa e Informação em Saúde da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA; Helaine Capucho, Diretora de Acesso ao Mercado da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Maria Del Pilar Estevez Diz, Diretora de Corpo Clínico do Instituto do Câncer do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Helena Esteves, Gerente de Advocacy do Instituto Oncoguia; Iriana Custódia Koch, Vice-Diretora Administrativa da AMUCC - Amor e União Contra o Câncer; Roger Miyake, Diretor da Bristol Myers Squibb Brasil; e Felipe Dias Carvalho, Diretor Regional de Brasília da Associação Brasileira de Tecnologia para a Saúde - ABIMED. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia

Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes, boa tarde a todos os Senadores e Senadoras que estão acompanhando esta reunião virtualmente.

Quero colocar que, havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Subcomissão, e a segunda parte atende aos Requerimentos nºs 4, 7, 10 e 11, de 2025, da CASCANCER, de minha autoria, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a incorporação no SUS de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Passemos à primeira parte da reunião.

Os Requerimentos nºs 8, 9, 10, 11 e 12, de 2025, da CASCANCER, são de minha autoria. Como os requerimentos já estão disponíveis na pauta e publicados no Portal do Senado Federal, passo diretamente à votação.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos dar início à segunda parte da reunião.

A audiência pública é destinada a debater sobre a incorporação, no SUS, de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, na Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e no e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Eu quero convidar, para compor a mesa, a Dra. Ana Carolina de Freitas Lopes, Coordenadora de Monitoramento de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, do Ministério da Saúde.

Seja muito bem-vinda, Dra. Ana Carolina!

Quero também pedir para compor a mesa a Dra. Helena Esteves, Gerente de Advocacy do Instituto Oncoguia.

Seja muito bem-vinda, Dra. Helena!

Quero também convidar, para compor a mesa, a Dra. Iriana Custódia Koch, Vice-Diretora Administrativa da associação e ONG Amor e União contra o Câncer.

Dra. Iriana, seja muito bem-vinda. (*Fora do microfone.*)

E quero convidar também o Dr. Felipe Dias Carvalho, que é Diretor Regional de Brasília da Associação Brasileira de Tecnologia para a Saúde (Abimed).

Seja bem-vindo, Dr. Felipe. Seja muito bem-vindo.

E quero dizer que temos também aqui presente a Dra. Helaine Capucho, que se faz aqui presente. Depois, quando os colegas apresentarem, aí você já vem...Vamos fazer uma mesa maior, não é? Para caber todos.

Dra. Helaine Capucho, seja muito bem-vinda à Subcomissão CASCANCER.

O Dr. Roger Miyake, estive com eles há poucos minutos lá no meu gabinete, participando de uma brilhante reunião da Bristol, junto com o Dr. Chris Silva, que é o Presidente da Bristol aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer imenso tê-lo aqui na Subcomissão, para você poder falar um pouco para nós das medicações que vocês produzem contra o câncer.

E também quero cumprimentar a Dra. Gabriele Luise Neves Alves, que está por videoconferência, que é Coordenadora de Pesquisa e Informação em Saúde da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

Seja muito bem-vinda, Dra. Gabriele Luise.

E também quero cumprimentar a Dra. Maria Del Pilar Estevez Diz, que é Diretora de Corpo Clínico do Instituto do Câncer do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que também está por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Dra. Maria Del Pilar, a esta nossa reunião. E você, que vai fazer a sua fala através de videoconferência, seja muito bem-vinda a esta reunião.

E aí, diante do exposto, eu quero colocar para vocês – só reforçando a questão aqui do e-Cidadania – que nós temos algumas perguntas da Ivana, de Pernambuco, do Márcio, de Rondônia, da Beatriz, de São Paulo, da Layane, de Minas Gerais, e do Mário, de São Paulo. Quando vocês fizerem suas explanações, a gente vai tirar as dúvidas desses nossos cidadãos que colocaram aqui suas perguntas.

Dra. Ana Carolina de Freitas Lopes, seja muito bem-vinda, mais uma vez, e você tem dez minutos para a sua exposição.

A SRA. ANA CAROLINA DE FREITAS LOPES (Para expor.) – Posso fazer daqui mesmo? O... Para passar? (*Fora do microfone.*)

Sra. Presidente, Senadora Dra. Eudócia, Srs. Senadores e demais autoridades aqui na mesa, participantes desta audiência pública, uma boa tarde.

Eu sou Ana Carolina Lopes. Estou atualmente como Coordenadora de Monitoramento de Tecnologias em Saúde. Sou servidora pública já há 15 anos.

Eu me sinto muito honrada e agradeço muito o convite em representar o Ministério da Saúde nessa audiência, aqui, tão importante, em que a gente vai falar do processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorporação, no SUS, das vacinas, dos medicamentos e das terapias contra o câncer e também sobre como a avaliação de tecnologias em saúde tem contribuído para esse desafio.

Então, vou falar com vocês sobre a Conitec, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.

Bom, a Conitec é, então, esse órgão colegiado permanente do Ministério da Saúde, que apoia, assessora tecnicamente as decisões sobre as tecnologias, incluindo a incorporação, a exclusão, a alteração das tecnologias e também o processo de elaboração e de atualização dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

A Conitec, então, é formada por três comitês, divididos por tipo de tecnologia, entre medicamentos, produtos e procedimentos e protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, e esses três comitês são assessorados por uma secretaria executiva exercida pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que fica na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde.

A composição desses comitês é bastante plural. Então, inclui todas as secretarias do Ministério da Saúde, mas também a ANS, a Anvisa, a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Nacional de Saúde, os secretários estaduais e municipais de saúde, também os núcleos de avaliação de tecnologias em saúde.

A grande novidade recente foi a inclusão de uma cadeira rotativa, em cada um dos comitês, a ser ocupada por um representante de organização da sociedade civil atuante na área da especialidade ou patologia específica para cada tema em avaliação na Conitec.

Essa composição reforça a legitimidade das recomendações da Conitec, amplia a visão federativa do SUS e qualifica o debate sobre as tecnologias que são analisadas.

Então, como nós avaliamos as tecnologias? A avaliação da Conitec considera quatro dimensões principais da ATS. Então, uma primeira dimensão é a clínica, que foca na segurança, na eficácia, na efetividade; uma outra dimensão também é a econômica, custo-efetividade, impacto, orçamentário, mas também tem uma grande centralidade na perspectiva do paciente, olhando a qualidade de vida, os valores, a experiência do cuidado; e também uma dimensão organizacional, considerando a logística, a infraestrutura e a sustentabilidade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há uma hierarquia entre esses fatores, entre essas dimensões. Todas elas são consideradas em sua integralidade no processo de análise da Conitec.

A avaliação de tecnologias em saúde é uma política pública de racionalidade, que organiza as decisões com base em evidências científicas e orienta o uso sustentável dos recursos públicos, e esses parâmetros estão alinhados às melhores práticas internacionais e, em especial, às de outros países com sistemas de saúde semelhantes ao nosso, como é o caso do Reino Unido, por exemplo.

E, aqui no Brasil, o processo de avaliação segue prazos determinados em lei.

A lei que criou a Conitec também estabelece prazo para a avaliação, que deve ser de 180 dias, prorrogáveis por mais 90, e, também, após a publicação da portaria de incorporação, o SUS tem 180 dias para disponibilizar aquela tecnologia à população.

Bom, desde 2012, do início da atuação da Conitec até outubro deste ano, nós já avaliamos mais de 1,3 mil demandas, sendo a maioria delas de medicamentos.

A área de oncologia é a segunda área mais demandada para a Conitec, e já foram incorporadas mais de 550 tecnologias.

A maioria das recomendações da Conitec são a favor da incorporação da tecnologia no SUS, e, para que isso seja possível, a Conitec conta com instituições parceiras, que são os Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde, que integram a Rede Brasileira de ATS (Rebrats). Então, 138 NATS já compõem a Rebrats, têm representações em todas as regiões do país e oferecem apoio às ações da Conitec, mas também apoiam decisões locais nas suas instituições, nos seus hospitais, nas suas secretarias de saúde.

Todo esse trabalho também é apoiado por diretrizes metodológicas. Para todo tipo de estudo da ATS, tem uma diretriz metodológica que guia a elaboração desses estudos, que reúnem, então, metodologias robustas, validadas, seguindo os melhores padrões internacionais.

Além dessas atualizações metodológicas, também frequentes, recentemente foram publicadas mudanças normativas no processo da Conitec, e essas alterações representam um passo muito importante na modernização da gestão de tecnologias no SUS e fazem parte de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de inovações estruturantes, que buscam dar maior transparência, maior segurança e qualidade para as decisões sobre a incorporação de tecnologias no SUS.

Considerando o nosso tema, eu trouxe algumas dessas inovações que merecem destaque.

A primeira é a ampliação da participação social, como eu comentei, a inclusão das organizações da sociedade civil, cumprindo aqui a Lei 15.120, de 2025, também aprovada aqui nesta Casa.

Também está prevista, agora, na nova normativa, a exigência de que os fabricantes apresentem um termo de compromisso para a manutenção dos preços que são propostos no momento da incorporação e também que eles declarem a sua capacidade de atendimento à demanda do SUS.

Também para dar mais transparência à gestão dos conflitos de interesse, a Secretaria-Executiva da Conitec publicou um manual de governança e gestão de conflitos de interesses.

A declaração de conflitos de interesses já era obrigatória, mas com o manual esse processo ficou aprimorado, tornando mais transparente a análise dos conflitos e que condutas sejam tomadas quando um conflito é identificado.

Por fim, também há um aprimoramento do fluxo de avaliação para tecnologias de alto custo.

Quando é identificada uma tecnologia de alto custo, são adotadas etapas adicionais de negociação. Então, quando, nas análises dessas tecnologias, o valor for considerado muito alto para a incorporação pelo Ministério da Saúde, é verificada a disponibilidade orçamentária para absorver esse investimento necessário na incorporação dessa tecnologia.

Também é aberta uma negociação para tratativas adicionais em busca de maiores descontos em relação ao preço que é ofertado pelo fabricante, caso exista interesse nessa incorporação, no caso de tecnologias que se mostrem eficazes e seguras.

Também abre-se a possibilidade de adoção de acordos de acesso gerenciado ou outras formas de implementação gradual da tecnologia, buscando, então, reduzir incertezas clínicas ou financeiras para garantir a sustentabilidade do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas etapas ampliam a capacidade de negociação do SUS e aumentam a segurança das decisões que envolvam grandes investimentos.

Bom, para além da análise de incorporação, a Conitec também produz estudos e informações que apoiam diversos outros processos no Ministério da Saúde e no SUS...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA DE FREITAS LOPES – ... especialmente acompanhando as tecnologias que estão em uma etapa prévia à incorporação – a que nós chamamos de monitoramento do horizonte tecnológico – e também acompanhando as tecnologias que já foram incorporadas, para avaliar as questões do acesso e do desempenho que essas tecnologias apresentam no sistema.

O monitoramento do horizonte tecnológico é essa etapa prévia, que identifica as tecnologias ainda em desenvolvimento, ajudando a prever os impactos que elas podem ter no sistema de saúde.

Essas informações têm apoiado diversos processos no âmbito do Ministério da Saúde, para além da incorporação de tecnologias, apoiando a elaboração e atualização dos protocolos, os processos de judicialização da saúde, em casos de emergência em saúde pública, também apoiando as etapas de pesquisa clínica e do fomento ao complexo econômico industrial da saúde, precificação, decisões de financiamento de estudos...

Um exemplo de monitoramento que nós fazemos é o caso das vacinas contra o câncer, que utilizam a tecnologia de RNA mensageiro, que é hoje uma das prioridades do Ministério da Saúde.

Nós já mapeamos 41 vacinas em desenvolvimento, a maioria delas ainda em fases iniciais de pesquisa clínica, principalmente fase 1, e apenas duas delas têm centros de pesquisa no Brasil.

Então, a gente vê que elas estão em desenvolvimento para ainda uma grande variedade de indicações clínicas – que bom que temos duas com centros de pesquisa no Brasil –, mas esse número ainda é muito pequeno.

Então, uma das ações apoiadas por esse estudo e atualmente em curso na nossa Secretaria é um esforço em trazer mais estudos como esses para o nosso país, um esforço que eu sei que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhado aqui pela Subcomissão e está muito alinhado também ao PL 126/2025, que foi aprovado.

Então, a Conitec...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA DE FREITAS LOPES – Um minutinho, tá? (*Fora do microfone.*)

Eu vou avançando rápido.

Então, eu queria só falar o que pode ser de muito interesse aqui dos participantes em relação à avaliação de desempenho, a como está o desempenho do que é incorporado na prática.

Então, eu queria mostrar para vocês também essa outra iniciativa, que é uma ferramenta que se chama Observa Onco, que busca apresentar, de forma pública, interativa e exportável como que está a adoção dos medicamentos oncológicos incorporados no SUS.

É possível filtrar por vários níveis de atenção, e a gente consegue identificar os marcos de implementação dessa tecnologia no SUS e pode apoiar os gestores em seus diversos ciclos de decisão.

Bom, queria falar, então, que a Conitec faz todas essas ações de forma bastante transparente, disponibilizando todas essas informações em seu *site* e dizer que a gente segue bastante à disposição e para o diálogo e para a construção conjunta dos projetos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela sua brilhante explanação, Dra. Ana Carolina.

A sua explanação nos ajuda muito, aqui na Subcomissão, para que a gente possa avançar justamente nessas questões que você elencou, de acompanhar a evolução, falando aqui especialmente e especificamente sobre o câncer, e colocando esses medicamentos cada vez mais acessíveis aos pacientes oncológicos, porque a gente sabe que a burocracia é grande, mas, pelo que entendi, na sua explanação, vocês estão tentando tornar cada vez mais célere esse processo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que os nossos pacientes tenham acesso a medicamentos, a vacinas e outras tecnologias, para que possam aumentar a sua sobrevida.

Parabéns pela sua explanação.

Agora, quero chamar a Dra. Maria Del Pilar Estevez Diz, para a sua explanação, repetindo, ela, que é Diretora de Corpo Clínico do Instituto do Câncer do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Dra. Maria Del Pilar, você tem dez minutos para sua explanação.

A SRA. MARIA DEL PILAR ESTEVEZ DIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, muito boa-tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar fazendo esta apresentação e, realmente, quero dar parabéns à Comissão pelo trabalho que tem desenvolvido.

Eu trabalho no Instituto do Câncer do Estado de São Paulo. É uma instituição 100% pública, que presta atendimento a pacientes com câncer, majoritariamente do Estado de São Paulo, e, hoje, acho que vou trazer aqui um pouco das características da nossa instituição, que reflete muito bem o que é o Cacon dentro da nossa estrutura de tratamento dos pacientes com câncer.

Só um minutinho.

O Icesp é um centro especializado em oncologia, que tem 520 leitos, 100% dedicados ao SUS, e ele tem um tripé, que é assistência, ensino e pesquisa.

Somos vinculados à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e pesquisa é um dos braços fortes da nossa instituição.

Na verdade, nós temos quatro unidades físicas: o prédio principal, que está aqui na Avenida Dr. Arnaldo, numa cidade próxima a São Paulo, que é a unidade de Osasco, que atende a cerca de 10% dos pacientes da instituição; o Itaci, que é uma outra unidade, dedicada a pacientes pediátricos; e uma farmácia ambulatorial, que fica fora do complexo, onde nós podemos dispensar medicamentos oncológicos orais para os pacientes com câncer, e também dispensamos outros medicamentos, como, por exemplo, analgésicos, que são fundamentais para acompanhamento desses pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para se ter uma ideia do volume do nosso atendimento, fomos inaugurados em 2008. Nesse período de 17 anos, já atendemos a mais de 140 mil pacientes, e 38 mil pacientes são pacientes ativos.

A gente teve cerca de 10 mil pessoas andando todos os dias. Estávamos com 600 pacientes novos por mês, e já pudemos ampliar isso para cerca de 800.

Na verdade, nós atendemos a cerca de 12% – entre 12% e 14% – da demanda oncológica do estado.

Agora, para se conseguir atender ao paciente com câncer, você precisa ter uma estrutura bastante completa. Então, nós temos 520 leitos operacionais, dos quais 94 leitos são de UTI. Isso é uma questão fundamental, o provisionamento de leitos não só de alta complexidade, mas de terapia intensiva, para os pacientes com câncer que estão em tratamento ativo, ainda que metastáticos, mas que necessitam desse tratamento intensivo.

Isso não é para pacientes terminais, é para pacientes que têm uma situação grave, corrigível. E isso, dentro de um hospital geral, é muito difícil você competir com pacientes que não tenham câncer. Então, os pacientes com câncer, com frequência, acabam tendo uma assistência que é deficitária.

Nós temos 153 consultórios, sendo 103 consultórios médicos – então, 53 são consultórios da equipe multiprofissional; mais de cem poltronas de quimioterapia; 18 salas cirúrgicas; uma sala para robótica; oito tomógrafos, porque não é possível fazer oncologia hoje sem você ter um sistema de imagem bastante robusto, para fazer estadiamento, avaliar resposta ao tratamento; sete aceleradores lineares, porque a radioterapia é uma questão fundamental no tratamento do câncer; um angiógrafo; quatro equipamentos de ressonância magnética, um Spect/CT e dois PET/CTs.

Então, com isso, nós conseguimos fazer... Nós atendemos majoritariamente a pacientes já diagnosticados com câncer, mas existem pacientes que não têm o diagnóstico totalmente firmado, e a imensa maioria, quase 100% dos pacientes, chega sem estadiamento ao hospital. Então, ele chega com o diagnóstico, e nós damos andamento para o estadiamento, para que possa ser definido qual que é o melhor tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Das saídas hospitalares, mais de 1,5 mil saídas hospitalares por mês; 18,5 mil consultas médicas por mês; 700 consultas mensais; 450 pacientes, em média, tratados com radioterapia; 12 mil consultas profissionais e mais de 4,8 mil pacientes em quimioterapia por mês, e aqui a gente está falando de quimioterapia infusional, quimioterapia oral – que é uma questão cada vez mais crescente – e hormonioterapia. Nós não estamos incluindo fatores do crescimento, outros tratamentos que não são estritamente oncológicos e que são suportes.

Eu queria chamar atenção para as consultas multiprofissionais. Essa é uma outra questão muito importante no tratamento do paciente com câncer.

Esses pacientes demandam um atendimento de enfermagem, que tem que ser importante, atendimento de farmácia, de nutrição, de fisioterapia, de psicologia... Então, a equipe realmente tem que ser uma equipe multidisciplinar, para que nós possamos dar um atendimento integral.

Agora eu gostaria de chamar atenção para esse gráfico, que é um gráfico que nos preocupa muito.

Esses são dados do Registro Hospitalar de Câncer. Então, são dados que não são enviesados, são dados revistos, totalmente revisados, nos quais nós temos os estádios clínicos por ano de diagnóstico para pacientes que chegaram ao Icesp sem tratamento prévio, de 2008 a 2023.

A gente pode ver na linha superior, em vermelho, que cerca de 40% dos pacientes chegam ao estádio 4. Isso quer dizer que são pacientes inoperáveis ou com doença metastática.

Isso é um número muito elevado, porque são pacientes que acabam tendo uma expectativa de vida mais curta, mesmo que nós ofereçamos para eles a melhor tecnologia.

Cerca de 24% da nossa casuística é um estádio 3, que seria um estádio localmente avançado, é a linha em lilás, e aqui nós podemos ver que essa é uma tendência que se mantém, não existe redução da tendência.

Estádio 2, que é o paciente já com melhor prognóstico, que nós chamaríamos de localizado. Nós temos cerca de 19% dos pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estádio 1, que é verdadeiramente localizado, que é essa linha verdinha, nós temos 15% dos pacientes.

Doenças *in situ*, quer dizer, aquelas lesões que são pré-câncer, apenas 4% dos pacientes.

Isso tem a ver com a característica de nós recebermos pacientes já diagnosticados, mas isso reflete uma situação muito grave na estrutura nacional, que é o diagnóstico avançado dos pacientes com câncer, que vai levar ao maior custo do tratamento e comprometer a expectativa de vida, a chance de sobrevida de longo prazo dos nossos pacientes, tornando necessário que nós discutamos, sim, o referenciamento desses pacientes e também o diagnóstico precoce, para que nós possamos melhorar as nossas taxas de mortalidade.

Nós temos reconhecimento pela JCI, a única instituição 100% institucional que é SUS, que é acreditada pela JCI; somos acreditados pela Carf, que é de reabilitação, e é muito interessante uma questão que nos deixa muito orgulhosos: nós temos um NPS muito alto, de 94, mesmo... E os nossos pacientes sabem que nós não temos todos os recursos disponíveis, mas o nosso esforço é sempre para utilizar, da melhor maneira possível, todos os recursos que estão disponíveis.

Eu gostaria de chamar a atenção – eu sei que o foco é a discussão também de medicação – para o que nós podemos fazer para melhorar o atendimento ao paciente, que é dar um suporte que otimize os recursos.

Então nós, há muitos anos, trabalhamos com uma questão que hoje nós chamamos de saúde digital, que é o Alô Icesp, quer dizer, uma linha direta, 24 horas por 7 dias, com enfermeiro, farmacêutico e nutrição, para que os pacientes possam ter suas dúvidas prontamente esclarecidas, e essas equipes vão entrar em contato com os médicos, sempre que necessário, para poder esclarecer as dúvidas e, quando possível, resolver o problema a partir do telefone; se não, às vezes, antecipar a consulta ou, eventualmente, até pedir para o paciente procurar a nossa unidade de atendimento de emergência.

Então, com essa situação, nós temos mais de 70 mil ligações por ano, e os principais benefícios são o monitoramento correto da quimioterapia oral, o estreitamento do vínculo do paciente com o Icesp – porque ele sabe que, quando ele tem dúvida, ele pode recorrer a nós –, o manejo das toxicidades e sintomas e a redução das demandas no pronto-socorro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos muitas teleconsultas por mês – aí tem consultas com a equipe médica e a equipe múltipla – e um WhatsApp oficial para esclarecimentos.

E também estabelecemos um programa de navegação, porque, além de você ter a tecnologia implantada, é muito importante que o paciente consiga navegar por esse universo, que são várias cirurgias, vários exames, vários tratamentos em tempo certo. Então, para isso, nós começamos com a cirurgia de cabeça e pescoço, que são pacientes muito complexos.

Esse programa é um programa bem-sucedido, não vou me detalhar nele.

E, agora, falando um pouquinho da questão de medicamentos.

Uma questão que muito nos angustia é o acesso a medicamentos que podem ter impacto na expectativa de vida do paciente.

Eu queria trazer, como exemplo – eu já vou terminar –, o nivolumabe.

O nivolumabe foi aprovado pelo FDA para melanoma metastático, em primeira linha, em 30 de setembro de 2015; foi aprovado no Brasil pela Anvisa em 2016; recebeu uma recomendação da Conitec positiva em 2020. Entretanto, a publicação do PCDT para o melanoma se deu apenas em novembro de 2022, com uma PAC que não consegue cobrir o custo do melanoma, dificultando para entidades como a nossa a sua utilização.

E a disponibilização efetiva, aqui no Icesp – porque eu já vou explicar por que nós precisamos buscar recursos específicos para isso –, acabou sendo apenas em fevereiro de 2025, uma droga tão importante, que muda a expectativa de vida dos pacientes.

O Icesp... E, dentro disso, nós temos muitas instituições públicas no Brasil que têm um formato de gestão parecido com o nosso, que são as organizações sociais de saúde. Isso traz uma diferença com relação aos outros formatos de gestão.

Elas são financiadas por um orçamento global, previsto na LOA, e repassado por contrato de gestão, não pelo faturamento SUS. Nós faturamos, mas esse faturamento vai para o Estado. Então, quando há uma incorporação de um novo código, de uma nova tecnologia, eu preciso esperar o novo ano para nova pactuação de contrato, para tentar incorporar essa nova tecnologia, e isso é uma questão em que eu acho que precisa haver uma discussão tripartite – estado, União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

município –, para que se consiga resolver essa dificuldade, que é particular das organizações sociais de saúde.

A oferta de novas tecnologias incorporadas – vacinas, medicamentos, terapias – somente é viável com termo aditivo, que adéqua o orçamento, e nós precisamos desencadear, iniciar essa discussão.

O surgimento das novas tecnologias deve ser acompanhado de estratégias que possibilitem o acesso em países mais vulneráveis economicamente.

A demora na aprovação de novos tratamentos no contexto do sistema público de saúde brasileiro leva a atrasos significativos na disponibilização de drogas que têm benefício claro para os pacientes, e nós deveríamos levar em consideração desfechos robustos – acho que esse é um trabalho que a Conitec vem fazendo –, a fim de minimizar gastos com terapias aprovadas com bases em desfechos alternativos.

Agora, eu também gostaria de lançar uma discussão: estratégias governamentais para dificultar o *evergreening* – quer dizer, a extensão de patente – e a extensão de patentes são muito importantes para possibilitar a minimização de custos envolvidos com o tratamento.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade de estar participando dessa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Maria Del Pilar, você fez uma brilhante exposição.

Como é importante termos uma instituição que você representa – que é a Icesp – no nosso país.

Como você bem colocou, a maioria – infelizmente – dos nossos pacientes já chega em estágio avançado do câncer. Eu pude ver, no seu gráfico – que você apresentou –, que em torno de 35% desses pacientes já chegam em estágio 4 e até com metástases.

Então, isso nos mostra que, cada vez mais, a gente tem que se debruçar sobre essa questão, porque o câncer *in situ* são só 15%, que são os operáveis, e em que a terapia é uma terapia num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor espaço de tempo, se é que precise, a depender do órgão afetado, e a maioria já chega com metástases.

Então, por isso que nós temos – como você colocou ali no último eslaide que você apresentou – que realmente nós temos que unir forças, junto com o Ministério da Saúde – através da Conitec, através da Anvisa –, para que a gente possa diminuir esse prazo, diminuir, de uma forma exponencial, esse prazo que a Conitec – minha amiga Carol aqui – e a Anvisa colocam para cada medicamento e também para a incorporação dos medicamentos.

Então, eu acho que isso deve ser uma ação conjunta – né, Carol? – tanto do Poder Legislativo como do Poder Executivo – e também de vocês, médicos oncologistas –, para que a gente possa, cada vez mais, acelerar esse processo e os pacientes tenham efetivamente esses medicamentos – essas novas terapias e vacinas disponíveis para esses pacientes –, para que eles tenham realmente uma sobrevida grande.

Eu tive, há pouco tempo, em reunião com o Dr. Chris Silva, da Bristol, e também com o Dr. Roger, que está aqui presente, que vai apresentar também para nós os estudos que eles fazem na Bristol, dos medicamentos, e eles colocaram para mim o seguinte, Dra. Maria, que tem drogas que eles produzem, e especificamente o nivolumabe – vamos falar do nivolumabe –, e, aí, chegam pacientes com melanoma já metastático e, em dois anos de terapia, eles já têm uma sobrevida de dez anos com nivolumabe. Isso, considerando melanoma já com metástases. Imagine aquele paciente que não tem acesso a essa medicação. Está fadado à morte, infelizmente.

Então, realmente, mostrando a importância dessas novas terapias para esses pacientes.

Então, quero só reforçar o que você colocou, Dra. Maria, e eu, enquanto Senadora e enquanto médica também que sou, estou aqui no Senado com essa bandeira da saúde, especialmente da oncologia, para que os nossos pacientes possam ter acesso direto a essas novas terapias e para que a gente tenha esse gráfico que você mostrou de uma forma invertida, que seria o ideal. Mas, lutando, chegaremos lá. É uma ação conjunta.

Muito grata pela sua belíssima exposição, e iremos lhe convidar mais vezes – viu, Dra. Maria? – para você participar. Tomara que você tenha tempo para estar aqui junto conosco, tá? Muito grata pela sua apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero convidar a Dra. Helena Esteves, que é Gerente de Advocacy do Instituto Oncoguia.

Dra. Helena Esteves está aqui conosco.

Você tem, Dra. Helena, dez minutos para a sua apresentação, tá bom?

Mais uma vez, grata por ter aceitado o nosso convite de estar aqui conosco.

Seja muito bem-vinda.

A SRA. HELENA ESTEVES (Para expor.) – A gente que agradece, Senadora.

Boa tarde e obrigada por ter este espaço aqui, por garantir que a gente tivesse este espaço aqui no Senado para discutir oncologia, para falar um pouquinho de câncer. A gente tem bastante desafio, tem bastante coisa para trabalhar. Então, muito bom estar aqui com vocês.

Para falar aqui, então, rapidinho, aprofundando um pouco na questão da inclusão de medicamentos e tratamentos da oncologia... Primeiro, só para contar um pouquinho para vocês, reforçar, acho que é sempre bom, o Oncoguia é a Associação Brasileira de Defesa dos Pacientes com Câncer. Então, a gente está aí há mais de 15, já há 16 anos trabalhando em prol dos pacientes para fortalecer, encorajar e guiar pessoas que convivem com câncer.

Aqui tem um pouquinho dos nossos serviços gratuitos para pacientes. Então, a gente tem desde uma atuação direta para os pacientes, para apoiá-los, para orientá-los, até uma atuação já aí olhando para o sistema de saúde, que é a área que eu lidero aqui da Advocacy.

Então, para trabalhar por políticas públicas que, de fato, façam sentido para o paciente na ponta, para quem está acessando o serviço de saúde, e isso passa por várias frentes aí de atuação nossa.

Acho que, sempre quando a gente vem falar de câncer, aqui no Congresso e em outros espaços também, a gente gosta de reforçar que a gente tem notícias muito boas no mundo do câncer. A gente sabe diagnosticar mais e melhor, a gente pode fazer mais diagnósticos precoces, a gente vê cada vez mais tecnologias chegando, protocolos novos e diretivas novas chegando, de forma que a gente consiga chegar, sim, mais cedo a esses pacientes; que a gente consiga, sim, oferecer mais tempo de vida com qualidade, mesmo para quem descobre em fases avançadas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Senadora estava aqui falando de um ótimo exemplo que a gente tem, de fato, até... Inclusive, para pacientes metastáticos a gente tem cada vez mais... Com a tecnologia disponível, a ciência vem avançando muito para garantir qualidade de vida para essas pessoas e mais tempo de vida também. Então, acho que a gente tem muitas notícias boas no mundo do câncer.

E, aí, o nosso questionamento sempre é: "Mas está disponível?" "Isso está acessível para quem?" "Quem está conseguindo acessar tudo isso?". E a gente tem que olhar para os nossos dados, para conhecer realmente a realidade do sistema.

E, aí, não tem como falar de acesso sem falar de Justiça.

No Brasil, a gente tem o movimento da judicialização da saúde, que é muito forte e é um sintoma do nosso sistema de saúde. Então, quando a gente vê que a judicialização em saúde responde, em média, a 33% dos gastos com medicamentos no país, isso mostra o quanto a gente está ainda falhando e ainda tem muita gente ficando para trás e recorrendo à Justiça, para conseguir acesso à saúde, que é delas por direito.

A gente tem, por exemplo, esse dado de que, em 2024, foram gastos R$3 bilhões no cumprimento de decisões judiciais.

A gente sabe o quanto é mais complexo, burocrático e difícil esse acesso via Justiça. Demora mais para o paciente chegar, muitas vezes é um gasto maior que a Secretaria de Saúde ou o comprador vão ter para disponibilizar aquilo de forma rápida para o paciente. Então, a gente vê esse número aqui batendo também no orçamento do ministério.

E acho que esse número aqui é superssintomático também – e eu peguei da apresentação da Helaine, que eu tenho certeza de que vai explorar isso aqui melhor daqui a pouquinho –, que 60% dos pedidos de medicamento na Justiça se referem a tecnologias já incorporadas pela Conitec, já incorporadas no SUS.

Então, isso aqui para mim é o mais claro, no sentido de que o grande problema – e, aí, quando a gente olha para a oncologia, isso é ainda maior –, o grande problema está nesse pós-Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ana mostrou um pouquinho para a gente que tem uma jornada grande até o acesso. A Conitec é uma parte importante dela, mas tem uma parte importante pós-Conitec também, porque a gente ainda está tendo muita barreira.

E, para explorar um pouco mais esse tema, a gente tem um estudo famoso, na área da oncologia, que se chama "Meu SUS é diferente do seu SUS", onde a gente questionou todos os hospitais de câncer que atendem ao SUS no país, e a gente teve a resposta de que 64 deles, de todas as regiões... É um estudo bastante representativo, em que a gente pediu que eles nos mandassem os protocolos de tratamento para cinco tipos de câncer diferentes, tentando olhar principalmente para os tipos mais incidentes na população, mas também aqueles que tiveram incorporações recentes pelo Ministério da Saúde.

Então, a gente buscou os protocolos de mama, próstata, pulmão, colorretal e melanoma e comparou, então, esses protocolos, para a gente entender o que os hospitais estão conseguindo, de fato, disponibilizar para os pacientes.

A gente comparou esses protocolos que recebeu com três listas de referência: a primeira lista é a diretriz do próprio Ministério da Saúde; a segunda é a lista de medicamentos essenciais da OMS – a OMS publica essa lista, de forma rotineira, de quais são os medicamentos que todos os países, principalmente aqueles de média e baixa renda, deveriam conseguir disponibilizar para sua população –, e a gente também olhou para as drogas mais recomendadas pela Esmo (Sociedade Europeia de Oncologia Clínica), que faz um ranqueamento de quais são as melhores drogas para quais cenários.

Estamos tentando entender o que a gente está, de fato, conseguindo ofertar nos protocolos dos hospitais, e o que a gente viu é que, de fato, a gente está muito longe ainda e com uma disparidade muito grande entre as diferentes localidades do país.

Então, quase 70% dos hospitais que nos responderam não conseguiram enviar os protocolos para os cinco tipos de câncer que a gente pediu, o que já é bastante sintomático. Ou seja: o mesmo hospital que deveria conseguir atender – e quando a gente tem habilitação mais básica ali de Unacon, que são os hospitais que devem atender aos cânceres mais incidentes, então, pegando câncer de pulmão, próstata, mama... –, eles não conseguiram nos enviar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses cinco tipos de protocolos. Aí, claro, isso passa também por questões que podem ser administrativas dos hospitais, mas já mostra para a gente que algo não está funcionando bem.

Outra conclusão importante que a gente olha aqui dos resultados é que nenhuma das diretrizes do Ministério da Saúde é respeitada em 100% dos protocolos que a gente analisou. Ou seja: os hospitais não estão conseguindo cumprir com tudo o que está na diretriz do Ministério da Saúde.

Então, a gente também precisa melhorar esse instrumento, precisa deixar isso mais próximo dos hospitais e precisa entender o que está acontecendo na ponta, porque eles não estão conseguindo cumprir com o que vem de diretriz do Ministério da Saúde.

E, também, os medicamentos incorporados, que são menos, ou não estão, de fato, sendo oferecidos, são aqueles que são indicados para pacientes que têm doenças nas fases mais avançadas e, muitas vezes, também mutações genéticas específicas. E, paradoxalmente, essas também são, as áreas ali, as indicações mais frequentemente analisadas e incorporadas pela Conitec.

A gente sabe que muita inovação vem vindo para esses cenários mais avançados, para esses cenários mais específicos, quando a gente entra aqui na questão da medicina personalizada, em que a gente consegue entender, cada vez mais, o perfil do tumor para tratar aquela pessoa da melhor forma possível. A Conitec vem avaliando bastante tecnologias nesse sentido, mas a gente ainda vê que são as medicações a que os pacientes estão tendo menos acesso, de acordo com os protocolos que a gente conseguiu analisar.

E aí, claro, vem sendo feita muita coisa para mudar essa realidade. O Ministério da Saúde vem, sim, capitaneando esforços importantes, através de muita pressão social também, de muita mobilização da sociedade civil organizada, e a gente teve, recentemente, a criação do AF-Onco, que é um componente da oncologia dentro da assistência farmacêutica, um pedido antigo nosso, da sociedade civil, para que a oncologia se adequasse a esse modelo da assistência farmacêutica, porque, até agora, Senadora, a gente tinha a oncologia quase como uma jabuticaba ali no meio da parte de medicamentos, mesmo no SUS. Então, a oncologia não fazia parte da assistência farmacêutica e era regida por uma outra forma de acesso a essas medicações, e agora a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem, então, finalmente essa criação de um componente dentro da assistência farmacêutica, que vai se encaixar ali também para as medicações oncológicas.

Aí, o Ministério da Saúde traz para a gente três tipos de modalidades de compras. Então, a compra centralizada, a compra em que a negociação é centralizada, mas a compra em si é descentralizada, a compra descentralizada... Enfim, eles fizeram ali várias regras diferentes, para possibilitar que essas medicações, de fato, fiquem acessíveis para os pacientes.

Também colocaram ali algumas regras que a gente tem que entender melhor como vão funcionar para priorização da incorporação de oncológicos, porque a gente sabe que esse tem sido um tema que pressiona bastante a Conitec.

A Ana mostrou aqui para a gente que o segundo tema ali, se eu não me engano, mais pedido na Conitec é de oncologia, porque, de fato, a gente está tendo muita inovação. Então, naturalmente, isso vai ser mais analisado ali na Conitec.

Aqui, também, a gente precisa olhar para como esses pedidos vão chegar, o que tem que sempre, também, lembrando, acontecer com bastante participação social, para se entender quais são as demandas da sociedade.

Tem muita coisa nova chegando, buscando responder a esses anseios que a gente está trazendo aqui, mas sempre lembrando que publicações sozinhas não mudam a realidade. Então, a gente ainda tem um longo caminho para que tudo isso, de fato, mude o acesso na ponta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENA ESTEVES – Especialmente em relação ao AF-Onco, o próprio Ministério da Saúde já previu que pelo menos outras 13 portarias têm que sair do papel, ao longo dos próximos seis meses, para que esse modelo consiga ser implementado. Vai ser muito importante, um esforço muito próximo das secretarias de saúde estaduais e municipais, dos próprios hospitais também.

Hoje, mais cedo, a gente estava no Oncoguia, fazendo uma reunião de fechamento de um projeto que a gente fez, rodando o Brasil com secretarias estaduais e municipais de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fez bastante troca, para entender como eles estão vendo todas essas mudanças, sentindo tudo isso que está acontecendo, e todo mundo está vendo com muito bons olhos, de fato – acho que essas foram mudanças que todo mundo que trabalhava com oncologia estava pedindo –, mas com muita preocupação também de entender como tudo isso vai acontecer na prática. São várias regras novas, com bastante detalhe, então tudo isso vai precisar acontecer de forma que o Ministério também vai precisar estar muito perto de quem está implementando tudo isso na ponta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELENA ESTEVES – Caminhando para o final, Senadora – mas, se puder me conceder mais alguns minutinhos –, acho que, voltando um pouco na questão da judicialização, não tem como falar de acesso à Justiça aqui sem comentar sobre a decisão que o Supremo Tribunal Federal teve, no final do ano passado, agora completando um ano, buscando colocar critérios mais bem definidos para que as pessoas tenham acesso a medicamentos via demandas judiciais.

De fato, isso organizou um pouco melhor talvez, definiu critérios mais claros de acesso à Justiça e fortaleceu o processo da Conitec. Acho que reconhece a Conitec como um espaço legítimo para tomar decisão sobre o que deve estar ou não no SUS, o que é superimportante.

A gente tem essa instância já há 12 anos, enfim, trabalhando e buscando melhorar sempre o seu processo, mas também é importante que a gente, fortalecendo esse processo, continue a melhorá-lo. A gente tem mudanças importantes e melhorias contínuas que precisam acontecer sempre no processo da Conitec, para as quais eu queria chamar atenção.

Passando muito rápido aqui, acho que um ponto que a gente nunca pode esquecer é, de fato, o da participação social de forma efetiva. Durante todo o processo da Conitec, o DGITS tem uma área específica para dialogar com a participação social, e a gente vem conversando bastante com a equipe de lá.

A Ana comentou aqui – para falar muito rápido – sobre essa nova cadeira de representação de pacientes que foi criada na Conitec. Isso foi uma lei aprovada por esta Casa, que agora começa a se desdobrar para ser implementada de fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, já para trazer, Ana – eu sei que não é a sua área, mas eu não posso deixar de falar –, que esse processo todo de criação dessa cadeira tem sido muito rápido, talvez perdendo oportunidades de conversar um pouco mais com as organizações que vão, eventualmente, ocupar essa cadeira, porque foi um processo que foi publicado na semana passada, como ele deve acontecer, já para uma reunião da Conitec prevista para esta semana. Então, do lado de cá, a gente ficou bastante apreensivo, tentando entender todos os detalhes, o que faz sentido e o que não faz, como vai ser possível essa participação social... Então, acho que também conversar com as organizações que eventualmente vão participar desses momentos vai ser bastante importante nesse processo, para entender o que faz sentido para a gente também, o que é a melhor, de fato, representação do paciente ou não, porque é isso o que a gente busca sempre, ao participar desse processo na Conitec.

Acho que também a gente sabe que existe uma dificuldade ali – olhando para as deliberações –, existem muitas dificuldades orçamentárias.

Acho que o orçamento vai ser sempre uma dificuldade grande em todas as áreas diferentes da saúde, mas isso acaba impactando a discussão técnica também. É algo que a gente vê acontecendo e que acaba gerando uma fragilidade no nível de confiança, na tomada de decisão desse processo. Então, que a gente possa também cada vez mais trabalhar para fortalecer tudo isso, para garantir que todo mundo entenda esse processo.

Acho que também existe um papel de letramento da sociedade em relação a essas discussões superimportantes. A gente está aqui buscando atuar também nisso, mas que a recíproca também seja verdadeira e que as duas partes possam trabalhar cada vez mais juntas e unidas, para que isso seja um processo redondo e que flua bem.

Acho que era isso o que eu tinha para comentar.

Sempre gosto de trazer esse eslaide.

Diante da suspeita, a gente precisa investigar e, diante do câncer, de um diagnóstico, a gente precisa tratar, controlar e confortar, e isso tudo só é possível se as pessoas tiverem acesso ao melhor cuidado em saúde, né?

Então, obrigada, Senadora, pelo espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Helena Esteves, que explanação, assim, maravilhosa!

Como eu levantei essa bandeira, Carol, aqui no Senado, eu acompanho muito a Oncoguia, muito, e não sabia que teria a Dra. Helena Esteves, essa brilhante oradora e expositora, que veio somar muito aqui, com os conhecimentos da Subcomissão CASCANCER.

Agradeço muito a sua presença e por você ter aceitado o nosso convite.

E vamos juntos lutar – junto com o Ministério da Saúde, junto com a Conitec –, para que cada vez menos tenhamos essas muralhas, para que o paciente tenha um tratamento.

Como você colocou, às vezes é como se tivessem vários SUS no Brasil, não é? Então, para que a gente possa dar o mesmo tratamento da Região – vamos dizer – Norte, Nordeste, o mesmo que da Sul, Sudeste... Então, assim, que a gente possa dar um tratamento equitativo a todos os pacientes do SUS.

Parabéns mais uma vez, Dra. Helena.

E agora eu tenho a honra de convidar o Dr. Felipe Dias Carvalho, que é Diretor Regional, de Brasília, da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para a Saúde (Abimed).

Quero lhe agradecer, Dr. Felipe, por você ter aceito o nosso convite e por você unir forças a nós, aqui do Senado, para que a gente possa avançar cada vez mais no diagnóstico, no tratamento, no cuidado dos pacientes oncológicos.

Você tem dez minutos para sua apresentação.

Muito obrigada.

O SR. FELIPE DIAS CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Em nome da Abimed, cumprimento a todos que nos assistem, aqui, presencialmente, ou de forma remota. Boa tarde.

Cumprimento os Senadores membros da Subcomissão CASCANCER.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Vice-Presidente, Senador Dr. Hiran, o convite; à Senadora Dra. Eudócia, Presidente, a quem, na sua figura, cumprimento a todos os colegas aqui de mesa.

A Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde) representa empresas, indústrias do segmento de equipamentos e dispositivos médicos.

Esse segmento, por muito tempo, ficou afastado, desconhecido de grande parcela da população, e, na pandemia, a gente teve, enfim, esse reconhecimento, quando a população começou a tomar conhecimento dos ventiladores, dos oxímetros, dos tomógrafos, enfim, todo esse aparato que circunda o nosso segmento, e esse reconhecimento social ficou mais pujante.

Nós exemplificamos que o setor vai do abaixador de língua ao robô usado para cirurgia, passando por uma miscelânea de produtos, para diagnóstico laboratorial, diagnóstico por imagem, todo aparato cirúrgico. Se pensarmos no hospital e retirarmos ali o que é infraestrutura pessoal e medicamentos, o que temos ali são dispositivos médicos.

Hoje são mais de 80 mil itens registrados na Anvisa. É um universo enorme. Isso, sem contarmos marcas, tamanhos, modelos. Então, são 80 mil itens, e muitos desses produtos são colocados a favor do tratamento, do cuidado oncológico.

Iniciando pelos produtos para o diagnóstico, seja para o diagnóstico laboratorial, para o diagnóstico por imagem, a Dra. Maria Del Pilar ressaltou a importância do diagnóstico precoce para o tratamento do câncer, para que a gente possa ter acesso a esses pacientes nos estágios iniciais, para que os tratamentos sejam mais efetivos. Então, *screening*, diagnóstico, prevenção secundária são fundamentais, para que a gente tenha um desfecho desejado e feliz para esses pacientes.

O nosso segmento hoje tem trabalhado muito forte com essa discussão de acesso. Antes a gente via sempre o setor farmacêutico fazendo essa discussão mais forte. Mesmo esse reconhecimento social em relação a importantes medicamentos... Falava-se em tratamento de câncer, logo a quimioterapia, os oncológicos, os antineoplásicos vinham à mente. Hoje, a gente já tem a discussão em torno da radioterapia bastante consolidada, principalmente no âmbito do SUS, com plano de expansão da radioterapia agora em uma segunda rodada, e a importância desse cuidado, também destacado pela Dra. Maria Del Pilar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, como eu disse, todo um aparato para a cirurgia oncológica, que, muitas vezes, é efetiva e necessária para complementar o tratamento farmacoterapêutico, e, de certa forma, esse cuidado cirúrgico fica negligenciado. Somente em 2024, em dezembro do ano passado, nós tivemos a incorporação da videocirurgia no SUS. Já está consolidada na saúde suplementar, na iniciativa privada, há muito tempo, essa indicação para o câncer. E a cirurgia robótica, agora em setembro, foi incorporada somente para câncer de próstata. Mas também sabemos do potencial dessa tecnologia para outros cânceres.

Preocupa-nos muito a questão da Apac em relação a essas tecnologias que estão sendo incorporadas agora. Já há estudos inclusive de sociedades médicas especializadas em serviço de saúde que temem pelo valor que vai ser dado, se, de fato, o acesso vai ser efetivado.

Nós discutimos muito também essa questão do acesso. Muitas vezes, a Conitec incorpora, mas há uma desconexão entre as áreas fins do Ministério e o próprio Dgits, a Secretaria Executiva da Conite e as questões já tratadas aqui, como necessidades de PCDTs, pactuação tripartite, para que as tecnologias, de fato, sejam colocadas à disposição da população.

Quando a gente fala ainda em dispositivo médico – e já tratei aqui do diagnóstico, do tratamento em si –, nós temos os cuidados paliativos. Muitos dispositivos médicos são colocados à disposição da população para os cuidados paliativos. Então, é extremamente importante lançar esse olhar também no tratamento holístico desse paciente, olhar de forma sistêmica esse paciente e a reabilitação, que também é fundamental para o paciente oncológico. Nós temos, dentro das tecnologias do nosso segmento, muitas delas, que são colocadas à disposição dos profissionais e principalmente dos pacientes para esses cuidados.

Nós temos algumas peculiaridades no setor de equipamentos e dispositivos médicos em relação à avaliação de tecnologias em saúde. Então, muitas vezes, é difícil levar a cabo uma pesquisa, um ensaio clínico randomizado duplo-cego. Como você vai fazer o cegamento para fazer um estudo clínico de uma prótese? Então, nós temos algumas barreiras éticas, metodológicas, que não podem ser suplantadas. A gente precisa muito dos dados e evidências de mundo real para balizar a incorporação de tecnologias.

Esse é um tema que a gente vem trabalhando muito não só na Conitec, mas também na ANS, para que esse olhar diferenciado não só para que aqueles métodos usados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos sejam feitos para dispositivos médicos, mas que se crie todo um aparato e uma ciência em torno da ATS para dispositivos médicos.

A Conitec avançou bastante em relação a isso, principalmente quando da criação do Comitê de Equipamentos e Dispositivos Médicos. Nós temos hoje lá pessoas capacitadas nesse segmento, para fazer esse olhar, mas ainda precisamos avançar nessa discussão dos dados de mundo real.

As discussões sobre acordo de acesso gerenciado que vêm avançando também, tanto aqui no Congresso, mas mesmo por ações do próprio Executivo, também são muito bem-vindas para facilitar o acesso às nossas tecnologias.

Um exemplo é a própria cirurgia robótica que eu citei aqui. Nós já temos dados suficientes na saúde suplementar na iniciativa privada de que há efetividade para além do câncer de próstata, para tratamento de outros cânceres. Então, como é uma tecnologia cara, poderia ser pensado também esse acordo de acesso gerenciado.

Uma outra dificuldade que nós enfrentamos é a questão das compras. Grande parte das nossas compras são descentralizadas, diferente dos medicamentos oncológicos. Então, a gente tem esse outro parâmetro a ser tratado.

Enfim, do que eu trouxe aqui... Acho que era isso que eu tinha para trazer, Senadora, e fazendo o coro ao que a Dra. Pilar demonstrou ali, sobre as tecnologias que são necessárias – PET Scan, PET-CT – para fazer o diagnóstico correto desse paciente, fazer o segmento, fazer, como eu disse, todo o cuidado, não só para tratar, para atacar o câncer, mas pensar nesse paciente também que não vem a ser curado, que ele vai precisar de uma reabilitação, que ele vai precisar desse cuidado paliativo.

E fazer esse destaque também de que o setor de equipamentos e dispositivos médicos é fundamental para esse cuidado global do paciente, e pensar no acesso a essas tecnologias também é fundamental.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Felipe Dias Carvalho, parabéns pela sua explanação. É muito importante para somar os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimentos, em relação ao tratamento e até o diagnóstico, como você colocou, na área oncológica, uma vez que, cada vez mais, nós temos equipamentos modernos para dar o diagnóstico precoce do câncer; e também equipamentos muito importantes para tratamento, como é o caso da radioterapia; e o PET Scan e assim por diante, que é para fazer o *follow-up* desses pacientes e diminuir o risco de metástases, conseguindo fazer o diagnóstico precoce de câncer e, se for metastático, fazendo o devido *follow-up* desses pacientes.

O SR. FELIPE DIAS CARVALHO (*Fora do microfone*.) – Se me permite só um aparte, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

O SR. FELIPE DIAS CARVALHO – Nós temos um país de dimensões continentais, diversos Brasis. Então, nós temos vazios assistenciais dentro das grandes metrópoles também, aquela discussão que o Oncoguia trouxe aqui, "meu SUS é diferente do seu".

Nós temos grandes centros, como o Icesp, com todo aparato tecnológico, mas nem toda a população tem acesso a serviços como esse. Então, a gente precisa, sim, trabalhar para que essas tecnologias tão modernas sejam colocadas à disposição da população, pensando hoje também no avanço das tecnologias digitais que podem ser muito bem utilizadas.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim. Muito pertinentes as suas considerações, Dr. Felipe.

É isso que nós queremos, que todos tenham um tratamento igualitário, equitativo em todo o nosso país.

É sim, mas, se a gente não ousar e não nos reunirmos, unirmos forças, a gente nunca vai chegar ao nosso objetivo final.

E você falou também, Dr. Felipe, dos cuidados paliativos, porque a gente também tem que pensar nesses pacientes. E você colocou, de uma forma muito importante, cuidar desses pacientes que estão em cuidados paliativos. Agora, eu coloco o seguinte: nós temos que, cada vez, lutarmos para que esses pacientes não cheguem aos cuidados paliativos, para que a gente não tenha mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os pacientes em cuidado paliativos. É por isso que nós precisamos lutar, para que isso seja algo bem longe de nós e diminuam muito os registros desses casos.

O SR. FELIPE DIAS CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Investir na ponta, no diagnóstico precoce...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Investir na ponta, no diagnóstico precoce –exatamente, Dr. Felipe –, para que a gente não tenha pacientes e cuidados paliativos, que, detalhe, são bastante onerosos. São bastante onerosos, porque esse paciente precisa de uma equipe multidisciplinar, precisa, às vezes, não necessariamente de UTI, porque estão em cuidados paliativos, porém, tem que ter uma ala do hospital para esse tipo de tratamento paliativo, quando a gente poderia estar cuidando dos pacientes em fase inicial do câncer, como você bem colocou. É por isso que estamos aqui, nessa união de forças para que a gente atinja esse objetivo comum. Então, vamos continuar lutando para que a gente avance.

Mais uma vez eu reforço: está aqui a Carol, minha amiga pessoal, uma estudiosa brilhante, que está fazendo a diferença na Conitec. Ela veio para fazer a diferença. Quero parabenizá-la, Carol, como eu chamo carinhosamente; Ana Carolina. E você, com esse seu sentimento humanitário de ser e de querer fazer a diferença – como você já mostrou para mim várias vezes, e eu me orgulho disso, Carol – , que você possa repassar cada detalhe desta reunião para a sua equipe da Conitec, porque eu sei que você não trabalha só, é uma equipe, não depende só de você, e também para o Ministério da Saúde como um todo, para que a gente possa minimizar esses desafios que a gente vem enfrentando.

Como a Dra. Helena Esteves colocou: às vezes já tem as diretrizes bem elaboradas pelo Ministério da Saúde, mas a gente não vê, de fato, acontecendo. É como se tivesse, assim, no papel, mas não chega lá na ponta, ao paciente. E o que a gente quer é que tudo o que está no SUS se transforme em real, se transforme em realidade, é isso que a gente quer. Então, se você puder transmitir tudo isso, vai nos ajudar bastante, viu, Carol? Você é uma pessoa maravilhosa e eu não paro de elogiá-la, porque isso é real.

Eu quero, mais uma vez, Dr. Felipe, parabenizá-lo pela sua explanação, pela sua ajuda aqui neste debate, pela sua contribuição. Tudo isso vai estar gravado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas pessoas estão... aqui nós somos poucos, mas nós estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado e por outras linhas de comunicação. Então, todos estão nos escutando neste momento e agora é a hora de a gente poder colocar para a sociedade, para as instituições dessa nossa luta e desse nosso empenho para que a coisa realmente aconteça de fato – e se torne realidade.

Então, mais uma vez, muito grata, Dr. Felipe.

E agora nós vamos ouvir a Dra. Gabriele Luise Neves Alves, que é Coordenadora de Pesquisa e Informação em Saúde da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, a instituição Femama, que é muito renomada, muito famosa, inclusive. Conheço algumas pessoas da Femama, já conversei com outras tantas. Realmente, eles contribuem muito, vocês contribuem muito para esse processo, aqui no Senado, de nós trazermos... Eu digo nós porque ninguém trabalha só, eu não estou só; eu preciso de vocês para que a gente continue com essa bandeira levantada e a gente consiga a vitória, o sucesso total de que a gente precisa aqui no Senado, e em todo o Brasil. É isso que a gente quer.

Então, Dra. Gabriele Luise Neves Alves, seja muito bem-vinda, obrigada por você ter aceitado o nosso convite. Você tem dez minutos para a sua exposição.

A SRA. GABRIELE LUISE NEVES ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos, boa tarde à Presidente da CASCANCER, Senadora Dra. Eudócia, pelo espaço, pela rica troca desta tarde.

Eu queria agradecer também pelas falas anteriores, a Dra. Maria Del Pilar, Ana Carolina, Felipe Dias, Helena e os que ainda vão expor no dia de hoje, realmente está sendo uma tarde de trocas muito importantes.

A Femama é uma federação de pacientes que congrega mais de 70 instituições nas cinco regiões do país, em nome da saúde da mulher, principalmente com foco em oncologia e câncer de mama, mas também em outros tumores que atingem as mulheres. Ao longo dos anos, nós observamos que existem avanços e a participação da sociedade civil organizada é fundamental nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no espaço de hoje, eu gostaria de trazer a questão da medicina de precisão, em especial a inclusão da testagem genética, no SUS, com foco em painéis voltados a câncer de mama e ovário, para alterações, detecção de alterações nos genes BRCA1 e BRCA2.

Esse é um debate que vem sendo trabalhado já há algum tempo dentro da Femama, que é a preocupação na inclusão dos testes genéticos dentro do SUS, para que as mulheres tenham o mesmo acesso que as mulheres que têm acesso à saúde suplementar ou ao sistema de saúde privado têm hoje, que é uma avaliação mais personalizada que direciona não apenas a ações de prevenção, mas também à conduta clínica dos pacientes.

Então, hoje essa incorporação do painel BRCA1 e BRCA2 já está sendo avaliada pela Conitec. A Femama até se inscreveu no espaço agora da cadeira rotatória para participar da reunião da Conitec, que deve avaliar a incorporação dessa tecnologia no SUS.

E também, em paralelo, nós temos um projeto de lei que foi aprovado na Câmara, em outubro, agora deste ano, e agora segue no Senado, que fala, determina questões relacionadas à inclusão da testagem genética no âmbito do SUS para alterações nos genes BRCA1 e BRCA2. Esse é o Projeto de Lei 265, de 2020, e, neste momento, ele está aguardando deliberações do Senado para quais Comissões devem avaliá-lo, para que, então, esse projeto possa avançar na Casa.

Então, o nosso principal pedido hoje aqui, falando em nome da Femama e das instituições que estão sob o guarda-chuva da Femama hoje, é solicitar o apoio desta Casa, do Senado, para que essas deliberações relacionadas a quais Comissões devem analisar o referente projeto – o 265, de 2020 – possam seguir adiante para que a gente possa ver esse projeto de lei tão bonito, tão importante, seguir seu trâmite à frente.

Falando um pouquinho, então, sobre a testagem genética para esses genes especificamente, o BRCA1 e o BRCA2, eles são especialmente importantes para câncer de mama e câncer de ovário, mulheres com histórico familiar desses tumores e com câncer em idade muito jovem. Essa testagem é importante porque ela permite ações relacionadas, por exemplo, a cirurgias redutoras de risco, testagem de familiares, acompanhamento diferenciado de pessoas com alto risco e, também, um direcionamento clínico, um tratamento mais eficaz direcionado a pessoas que têm essas alterações detectadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma porcentagem pequena da população que possui alterações genéticas, cerca de 10% da população, e, em média, cerca de 60% dessas mutações são relacionadas aos genes BRCA1 e BRCA2. Já foram realizados estudos nacionais mesmo para comprovar o custo-efetividade da incorporação das tecnologias dentro do SUS e, a partir do momento em que a gente analisa os dados e as evidências científicas a respeito do assunto, a gente observa que também, na verdade, são alterações genéticas relacionadas não apenas à mama e ao ovário, mas também ao câncer de próstata e de pâncreas. Portanto, a gente vê com muito bons olhos o avanço e a inclusão dessa tecnologia para pacientes do SUS.

Tudo o que a Femama faz, ao longo dos últimos tempos, em relação a novas tecnologias é tentar buscar justamente essa equidade que foi tão falada, tão brilhantemente falada pela Presidente desta Comissão hoje, e o que nós queremos é justamente essa equidade em relação aos testes genéticos também, porque quem está na saúde privada ou suplementar já tem acesso.

Nós temos iniciativas já bem-sucedidas no Brasil, em especial no Estado de Goiás, que possui um convênio com a Universidade Federal de Goiás e já realiza testes genéticos para Painel BRCA1 e BRCA2 desde 2024. Então, eles já são mais avançados nessa questão em âmbito regional.

Mais recentemente, em outubro deste ano, o Estado de Minas Gerais também anunciou uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais para a realização dos testes no estado. Eles têm, lá em Minas Gerais, uma estimativa de fazer até 2 mil testes por ano, e a gente espera que essas iniciativas tenham um impacto de longo prazo muito grande e muito bom na saúde das mulheres.

Os Estados do Amazonas, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul também possuem leis estaduais relacionadas à testagem, mas ainda em fase de regulamentação, mas a Femama entende que essas iniciativas precisam de uma diretriz nacional, então a gente apoia, com grande entusiasmo, esse Projeto de Lei 265, de 2020, relacionado à testagem genética em âmbito nacional.

Então, gostaria de agradecer a oportunidade de trazer aqui esta causa e reforçar que a gente está aguardando agora – é nossa solicitação especial hoje – uma atenção para essa definição das condições do Senado, que vai avaliar o projeto de lei. E solicitamos o apoio dos Parlamentares para que sejam realizados os devidos encaminhamentos para essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de aproveitar a oportunidade para falar também que temos as mesmas preocupações já trazidas pelas falas anteriores aqui em relação ao acesso a medicamentos já incorporados ao SUS. A gente também reconhece que existem avanços nessa área. O Supremo Tribunal Federal apresentou uma Plataforma Nacional de Saúde para tentar dar alguns encaminhamentos para essa questão do controle da judicialização no país; esse judicializar em que todas as instâncias foram esgotadas. Então, a gente entende que isso é um avanço.

E também quero só falar um pouco que agora, para 2026, a Femama vai trazer mais... Vamos fortalecer o debate relacionado à implementação do Código Latino-Americano e Caribenho contra o Câncer, que são medidas de prevenção do câncer validadas pela Opas e pela Organização Mundial da Saúde. Ali, entre as recomendações, existem tópicos relacionados, por exemplo, à vacinação do HPV e vacinação de hepatites B e C. Então, nem tudo, quando a gente fala em tecnologias, precisa ser superavançado. A gente precisa, muitas vezes, correr atrás do que a gente já tem para que isso seja disponibilizado para a população, ou seja, medicamentos já incorporados ao SUS, cobertura vacinal que ainda pode estar deficitária.

Eu gostaria de colocar aqui à disposição a rede da Femama e nossos esforços para apoiar iniciativas de desenvolvimento e avanço em todos esses tópicos.

Agradeço novamente o espaço de fala e gostaria de reforçar que, quando a gente fala em oncologia, a gente controla a incidência por meio de ações de prevenção, que é o que a gente pode controlar minimamente, e a gente controla a mortalidade com diagnóstico e tratamento adequados e em tempo oportuno. Então, toda essa nossa discussão, esse debate gira em torno dessas questões.

Queria parabenizar novamente esta iniciativa e nos colocar à disposição para debates posteriores dentro desses temas.

Muito obrigada e boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Gabriele Luise, parabéns pelo seu posicionamento diante desse tema, pela sua explanação. Contribuiu muito com esta reunião que estamos fazendo agora – é a 5ª Reunião da Cascancer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a você, Dra. Gabriele, como é importante o sequenciamento genético! É de suma importância de uma forma geral, mas, para a mama, ele tem uma importância, vamos dizer assim, um pouco maior. Por quê? Porque nos casos de câncer geneticamente estudados as chances de cura da mulher são enormes, são algo sem precedentes. E o câncer de mama é um dos que mais mata, no caso, a mulher – homem também tem câncer de mama, mas é óbvio que a mulher é infinitamente mais acometida. Então, é de suma importância, e vamos avançar também nessa questão, nesse quesito.

Sobre o projeto de lei que está tramitando aqui na CAS, eu vou ver com a minha assessoria esse projeto de lei, número e tudo mais, para que eu possa dar celeridade a esse projeto de lei. Pode ter certeza de que ele vai andar de uma forma mais célere, está bom, Dra. Gabriele?

Muito grata pela sua participação e, mais uma vez, como eu sempre digo, você pode ser convidada novamente. Espero que você tenha esse tempo para nós, porque, realmente, a coisa está avançando muito rápido, e a gente quer celeridade cada vez mais nesse quesito.

Um grande abraço. Mande o meu abraço para todas as que fazem parte da Femama. Quero dizer que eu superapoio o trabalho de vocês, que é gigantesco e muito importante para o nosso país.

Um grande abraço, Dra. Gabriele.

Agora eu tenho o prazer de chamar a Dra. Iriana Custódia Koch, que é Vice-Diretora Administrativa da ONG Amor e União Contra o Câncer, Amucc, e quero dizer a você, Dra. Iriana, que é um motivo de muita honra poder tê-la aqui conosco. Grata também por ter aceitado o nosso convite.

Você tem dez minutos para a exposição.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH (Para expor.) – Obrigada, Senadora Eudócia.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer a todos os Senadores. Quero fazer um agradecimento especial também à Senadora Zenaide, que foi a que me indicou para participar e quem também nos auxiliou imprimindo essa cartilha dos direitos dos pacientes, que é o que eu quero conversar um pouco com vocês hoje, sobre a importância do acesso à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação. Porque, é lógico, a gente precisa ter acesso aos medicamentos, às vacinas, mas, se a gente não souber que a gente tem esse direito ao acesso, de nada vale... Não de nada, mas são coisas que caminham juntas. Então, quero agradecer a oportunidade de estar aqui, conversando com vocês.

Como é que eu passo aqui?

Meu nome é Iriana. Eu sou Vice-Diretora de uma ONG. Também sou Conselheira da Femama, participo da Oncoguia, conheço bastante o trabalho delas. Por tudo que eu sei hoje, agradeço à Femama, à Oncoguia, que foram nos instruindo.

Nós somos uma ONG que funciona desde 2000, ou seja, nós estamos há 25 anos lá em Florianópolis, Santa Catarina. Essa ONG iniciou justamente com pacientes que sentiam a necessidade e se sentiam perdidos diante do diagnóstico, que o diagnóstico impacta não só a pessoa, mas toda a família. São muitas dúvidas que surgem.

Eu sou filha de uma pessoa que teve câncer. Meu pai teve três tipos de câncer. Durante 18 anos a nossa família conviveu com os impactos dessa doença, e nós vimos assim a importância das ONGs.

É muito importante dar esse espaço, porque, através dessas associações, as pessoas, independentemente de serem do setor privado ou do público, têm um atendimento, um acolhimento, e isso também dá uma sobrevida, dá uma qualidade de vida para que elas vivam. Meu pai viveu durante 18 anos. Agora faz um ano que ele faleceu, exatamente agora, dia 30 de novembro, que também era aniversário dele, seria o aniversário de 75 anos, então, nasceu e morreu no mesmo dia.

E o que eu aprendi nessa jornada é que é muito importante este debate, trazer novas tecnologias. Ele pode ir galgando – à medida que o câncer foi avançando também as tecnologias foram avançando, a medicina foi avançando –, e ele viveu bem porque existe muita vida pós-diagnóstico. As pessoas pensam que o diagnóstico é uma sentença de morte e, hoje, a gente vê que não, que existe muita vida, que você pode ter qualidade de vida, pode viver bem, pode viver com dignidade e seguir uma vida, inclusive há pessoas que agradecem o câncer porque, a partir dali, elas têm a ideia da finitude e passam a viver melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um paradigma e, por isso, é muito importante este debate e dar oportunidade para as pessoas terem acesso aos tratamentos.

É claro que a prevenção é muito importante, o diagnóstico precoce, mas também a jornada do paciente, dar esse acesso para que ele tenha uma jornada digna, de qualidade de vida, e que ele possa viver... o tempo que for para ele viver, que ele viva com muita dignidade, com o apoio também das organizações civis e do Ministério da Saúde.

Também quero dizer aqui que a Amucc é uma associação que defende o SUS. Nós temos orgulho de participar, no Brasil, de um sistema único, abrangente, que atende a maioria da população. No entanto, o que nós vemos lá na nossa associação é, como atendemos pessoas tanto do SUS como do privado, é a diferença de atendimento entre as pessoas que estão no SUS e as que estão no privado.

Aqui eu trouxe algumas atividades que a gente faz. Nós desenvolvemos o esporte, atendemos os pacientes, participamos de congressos, participamos de cursos de *advocacy*, participamos – aqui, deixa-me passar – de reuniões no Ministério da Saúde tratando sobre vacina, sobre os avanços e participamos também de congressos internacionais. Este ano a gente participou na ONU, também tratando sobre a nossa cartilha; os direitos dos pacientes.

Essa cartilha já está na quinta edição, que, este ano, foi impressa pelo Senado, porém, desde 2012, ela tem trazido informações para os pacientes, tem ajudado nesse acesso. A Amucc também atuou na lei dos 30 dias, para que fosse implementada aqui no Brasil, e na lei dos 60 dias – 30 dias para o diagnóstico e 60 dias para o tratamento – ,mas, infelizmente, o que nós vemos é que, ainda, a realidade está longe de ser concluída, a de a pessoa ter o direito. Eu quero passar direto aqui...

Para não perder o meu foco, eu quero trazer uma realidade da diferença que a gente vê no atendimento, a desigualdade entre o atendimento no SUS e no privado.

Eu trouxe um exemplo, que é hipotético. Deixe-me pegar aqui onde...

Eu estou passando porque eu tinha preparado para mais tempo, mas eu gostaria de apresentar para vocês a realidade de uma paciente que foi tratada – que descobriu o diagnóstico – no privado e pelo SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pelo privado, ela vai fazer a mamografia em três dias; a biópsia: em 15 dias ela tem a biópsia; ela pode descobrir um HER2 e ela vai fazer o teste genético para fazer a terapia alvo; vai se tratar, vai poder fazer uma radioterapia linear, vai... Ou seja: ela vai ter um tratamento muito mais rápido do que uma pessoa que está fazendo pelo SUS, no qual ela pode levar em torno de 45 dias para fazer a mamografia diagnóstica, ou mais; a biópsia pode levar mais de seis meses; ela não vai ter acesso aos testes genéticos, então ela vai, muitas vezes, ter que fazer vários tipos de tratamento até chegar ao tratamento que realmente vai ser eficaz para ela.

Então, como a Senadora também comentou, além de ser caro esse diagnóstico tardio – porque a pessoa já vai ter mais internação, ela também vai passar por mais tipos de medicamentos... À medida que o câncer está mais avançado, os medicamentos também são mais caros.

Então, os testes genéticos, na verdade, seriam uma economia. A gente teria que ver como uma economia e não como um gasto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Também eu trouxe aqui um exemplo muito rápido sobre o câncer de próstata.

A radioterapia. No câncer de próstata, para os homens, no SUS, muitas vezes eles precisam fazer o dobro de intervenções. Essas intervenções também são mais longas – em torno de 25 minutos, enquanto em aparelhos mais avançados giram em torno de dez minutos, então pode-se atender mais pessoas –, e ocorre a demora para essas pessoas terem acesso à radioterapia.

Era mais ou menos isso o que eu gostaria de trazer para vocês: a visão do paciente, essas diferenças sociais, que eu acredito que têm muito a ver com a justiça social; nós da Amucc acreditamos.

Então, gostaria de agradecer pela oportunidade. Quero deixar a minha apresentação à disposição de vocês, caso queiram se aprofundar no que a gente tem estudado lá na ONG e no que a gente tem apresentado também tanto aqui no Congresso como na Alesc.

Lá na Câmara de Vereadores a gente trabalha em rede com a Femama e também no nosso estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de dizer, também, que quem tem câncer tem pressa, porque o câncer não espera.

Então, precisamos agir.

Muito obrigada a todos.

Mais uma vez, obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns Dra. Iriana Custódia.

Nossa, como é bom saber que você também tem ligação com a Oncoguia, com a Femama, e que faz parte, é Coordenadora – Vice-Diretora, perdoe-me – da Amucc.

Para mim, como mulher, é motivo de orgulho saber que você consegue administrar todas essas frentes, e todas em prol de um objetivo único, que é o diagnóstico precoce, porque, se conseguirmos diagnosticar esses pacientes na fase precoce do câncer... E aí vêm as informações, não só as informações jurídicas, do que eles têm direito, mas sobre a importância de se fazer o rastreio oncológico, de buscar o médico do SUS, ou o médico pessoal, como o paciente achar melhor, mas que não deixem de fazer os seus exames anuais, o que é muito importante, especialmente, e principalmente, acima de 40 anos de idade. A gente vê, cada vez mais, diagnósticos em idade precoce, essa é a realidade.

Por exemplo, os jovens...

Por exemplo, câncer colorretal era para paciente velho e, hoje, a gente está vendo em jovens, cada vez mais. Por quê? A questão da alimentação. Muitos alimentos embutidos e outros alimentos que levam a câncer de colo, como esses ultraprocessados, esses alimentos com muita gordura saturada, e por aí vai. Muito carboidrato, enfim.

Por isso a importância da informação em todas as áreas. Nós temos, cada vez mais, que colocar o Outubro Rosa, o Novembro Azul, e aí por diante. A gente tem que enfatizar a importância da informação, porque informação é – como eu posso dizer? – um passo... São dez passos na frente para o paciente que tem informação.

Então, a gente tem que levar isso para os nossos pacientes e colocar isso para o SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – A cartilha...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Olha aqui, Cartilha Amucc. Direitos do Portador de Câncer. Está vendo, pessoal?

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Está à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Vamos dar uma a Carolzinha, para ela levar e ler.

Deixe-me colocar assim para o...

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – E nós temos... Essa cartilha também está *online*, no *site* da Femama – pode ser baixada no *site* da Femama – e no *site* da Amucc, que é amucc.org.br.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que maravilha!

Mas eu sou do tempo do papel.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Eu sou também. Eu gosto...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu amo o cheirinho de livro, né?

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – É bom...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Para que a gente possa palpar e possa examinar, enfim, mas é importante saber que tem digital.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – E é uma dinâmica bem escrita, assim, para que o paciente leia, tem...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Interativo.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – ... *design*, bem interativo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que maravilha. Então, eu queria colocar isso, Iriana... E, também, pegando o gancho da sua fala, da sua exposição, dizer que, quanto mais a gente tiver, nós tivermos o diagnóstico precoce dos nossos pacientes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais diminui o valor orçamentário que o SUS paga pelos pacientes na fase grave da doença, porque vem UTI, vem...

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Por isso que é importante, também, o próprio SUS, trabalhar a prevenção.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, muito importante.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Atividade física, alimentação, os alimentos orgânicos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Isso também envolve agricultura familiar, então envolve todo um sistema...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim...

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – ... que é importante ser cuidado, porque, lá na frente, vai evitar o câncer...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim...

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – ... vai salvar mais vidas e vai diminuir o custo...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – ... para o nosso Estado, que está cada vez mais alto.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Maior.

Eu quero parabenizar pela sua intervenção e suas considerações, é exatamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também colocar o seguinte, só mais um ponto, baseado no que você colocou, Iriana: quanto mais nós temos judicialização, quanto mais nós tivermos judicialização, o tempo para o paciente receber a medicação é maior, e também são maiores os custos; porque o medicamento, quando é judicializado, se torna duas, três vezes mais caro do que se o paciente tiver acesso mais precocemente e de uma forma natural, através do nosso SUS, colocando aquelas medicações e podendo chegar lá na ponta para os nossos pacientes. Então, é sobre isso.

Gente, é trabalhar as informações, e, nessas informações, alimentação, exercício físico, ter o seu bem-estar, porque isso é muito importante, obviamente; e tratarmos do nosso paciente dando informações precisas em relação à importância do rastreio, dos exames que têm que ser feitos rotineiramente, anualmente. Cada caso é um caso, cada paciente vai ser orientado de acordo com a história pregressa em relação ao câncer.

E também há a importância de, em paralelo com a Conitec, com a Anvisa, com o Ministério da Saúde, a gente poder ter esse acesso dos nossos pacientes ao diagnóstico precoce, como você colocou. Em média, para conseguir a mamografia, leva, em média, 45 dias, eu acho que foi isso que você colocou, né? Então, é a gente trabalhar isso com o SUS, com o Ministério da Saúde, para que os nossos pacientes tenham acesso ao diagnóstico precoce.

E, uma vez diagnosticado, que tenha acesso às medicações que ele precisa para tratar o seu câncer. Com isso, a gente aumenta a taxa de sobrevida e, consequentemente, diminui os custos.

O seu pai teve 18 anos de oportunidade de viver, tendo diagnóstico de três cânceres.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Três cânceres primários, todos diagnosticados precocemente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Precocemente. Glórias a Deus por isso.

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Glória a Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, porque, com certeza, ele teve um...

A SRA. IRIANA CUSTÓDIA KOCH – Acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... acesso fácil a tudo isso.

E aí é que eu coloco: o que eu quero – o que todos nós queremos, na verdade – é que os nossos pacientes do SUS tenham o mesmo acesso que os pacientes têm na rede privada e suplementar. Que seja um tratamento equitativo, porque ninguém é melhor do que ninguém. Uma vida vale muito – vale muito! É sobre isso, é sobre vidas. E é por isso que nós estamos aqui.

Quero mais uma vez te parabenizar, Iriana, e te agradecer por você ter aceitado o nosso convite, tá? Muito grata.

E agora eu tenho o prazer de convidar a Dra. Helaine Capucho – não sei se eu pronunciei corretamente –, que é Diretora de Acesso ao Mercado da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Quero te agradecer pela presença e dizer, Helaine, que vai ser muito pertinente a sua palestra e que você tem 10 minutos para palestrar, tá bom?

Muito grata.

A SRA. HELAINE CAPUCHO (Para expor.) – Agradeço, Senadora Dra. Eudócia, não só pelo convite de estar aqui e pela aprovação do nosso requerimento, mas também pela oportunidade de ver de perto o seu protagonismo nessa discussão.

A CASCANCER é fundamental. A gente está falando de uma doença que vai ocupar o primeiro lugar como causa de mortes no mundo, e o que se estima é que o Brasil vai alcançar essa meta – que não é uma meta boa – antes até do que a média mundial.

Então, de fato, nós precisamos trabalhar com afinco esse tema, esse debate. Nós estamos justamente falando disso, né? No câncer, em especial, a gente fala de tempo, fala de vida – o Dr. Roger vai falar sobre isso.

Eu quero então, em nome da Interfarma, agradecer por essa oportunidade, parabenizá-la por essa condução e liderança aqui na CASCANCER e cumprimentar a todos que nos escutam e que estão aqui, presencialmente, aos colegas de mesa e também a quem está virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu separei essa nossa discussão aqui em três pontos, para falar da incorporação como um todo. Eu estou aqui representando a Interfarma, que, como associação da indústria de pesquisa, se dedica diuturnamente a realizar pesquisa e desenvolvimento de produtos inovadores que vão mudar o curso das doenças no Brasil e no mundo. Nós somos, então, representamos 42 empresas farmacêuticas, então são 42 empresas que dedicam esforços ao nosso país, Senadora.

Então, eu dividi em três pontos, e o primeiro ponto é falar sobre o estímulo à inovação, e a senhora coloca isso aqui como muito imprescindível. Então, quando PL 126 vem com toda essa força de estímulo a trazer mesmo investimentos para o país, eu coloco o quanto isso é importante, independentemente da origem de capital. Nós somos empresas multinacionais, mas que estão instaladas nesse país, dedicando pesquisas aqui dentro do país que depois vão acabar impactando no próximo passo, que é o passo da ATS – como eu estou falando, eu dividi em três partes a incorporação.

Quando nós trazemos – e isso eu sei que vai ser tema da audiência que vai tratar sobre pesquisa, sobre registro, mas é importante dizer –, pesquisa clínica para o país, e nossas indústrias são as que desenvolvem a maior parte das pesquisas do mundo e as trazem para o Brasil – a estimativa é que a gente traga 700 mil pacientes em pesquisa clínica para o país –, nós também trazemos dados brasileiros, que vão amparar a tomada de decisão na ATS.

Então, é muito importante que todo esse estímulo à inovação aconteça por meio não só da aprovação da lei da pesquisa clínica, mas também de projetos de lei que olhem justamente para esse ambiente que não pode parar. Então, a inovação vem para colaborar com o processo de cura desses pacientes.

A gente vem evoluindo ao longo do tempo. Acabaram de sair os dados do IBGE de que nós tivemos uma ampliação da nossa expectativa de vida, e olhe que ótimo, o brasileiro está vivendo mais, e está vivendo mais por casos como o da Dra. Eliana, que traz a experiência. E por quê? Porque nós trazemos inovação para colaborar com esse processo, desde a vacina até o tratamento paliativo.

É muito importante que, num projeto de lei, como o 126, nós tenhamos esses esforços justamente de trazer e olhar para o país como um todo. É importante dizer que, a cada inovação que é trazida aqui para o país, Senadora, nós temos 3,14 cópias. Então, nós também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentamos o mercado nacional de indústrias nacionais para genéricos, similares e biossimilares, que vão ampliando o acesso no país como um todo.

Então, todo esse processo, um trabalho conjunto... E já existem políticas de parceria de desenvolvimento produtivo com laboratórios nacionais, laboratórios oficiais, para tratamentos como o câncer de mama, como o trastuzumabe. Então, existem parcerias que são realizadas pelas nossas indústrias também com essa preocupação de trazer o que há de mais inovador para auxiliar a população brasileira.

Esta primeira etapa é muito importante: o estímulo à inovação no nosso país. Isso não pode parar. Muitas vezes, por outros problemas que vêm nas etapas seguintes, de que eu vou falar, a gente está falando que o problema no país é a inovação. Não, quem é que quer deixar de receber um tratamento inovador que possa trazer a cura para o seu paciente?

Essa não é a ideia da população, a gente já sabe por pesquisas realizadas. O que nós temos que fazer é trabalhar como aqui, num ambiente conjunto, num diálogo, como nós discutimos mais cedo lá na Câmara, quando nós falamos sobre judicialização de saúde. Então, o dado que a Helena trouxe aqui, nós abrimos o nosso painel, nós trabalhamos num BI e verificamos o seguinte: que 30% do volume de pedidos é de medicamentos para câncer, e que, destes, 50% aguardam PCDT. Então, tem o sim da Conitec. E a indústria não promove isso e não gostaria. Nós queremos mais evidências científicas, sim, queremos uma Conitec forte, uma Anvisa forte, é isso que a indústria quer, essas são as vias, aprovadas em projetos de lei. Aliás, foi isso, trabalhei com a Ana Carolina na criação da Conitec, então, eu vim para Brasília para isso, e a gente quer fortalecer, sim.

Eu fui por 20 anos, Senadora, funcionária pública, servidora pública da saúde. Então, a senhora, como médica e como gestora pública da ponta, lá no município, sabe o que é uma pessoa com falta de acesso. É por isso que é tão importante a gente falar e olhar com todos os atores.

Uma vez incentivada a inovação, vem uma segunda etapa, que é a ATS (Avaliação de Tecnologias em Saúde). Essa etapa é fundamental, porque ela traz as evidências científicas para a tomada de decisão, mas a ATS é uma ferramenta de gestão. A Conitec vem fazendo seu papel muito primorosamente, mas ela não detém o orçamento. Então, acontece o que a Helena colocou:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes, para dizer "não"... O que acontece muito frequentemente? A tecnologia tem evidências, mas eu não vou dar porque eu não tenho dinheiro. Só que não é ali o escopo. Então, a gente recebe e fala para a população que o produto é bom, mas não vou incorporar. Por quê? O orçamento não está na mão da Conitec, e nem deve estar, porque é um órgão assessor do Ministério da Saúde. Quem toma a decisão é o Ministério da Saúde. Então, nessa etapa, embora a Portaria 8.817 coloque sobre o orçamento, ela vai requisitar informações sobre o orçamento, mas continua não detendo o orçamento – e não é para deter mesmo. É por isso que tem que ter uma integração no próximo passo.

E aí vem o próximo passo, que é onde está o gargalo do acesso no país. Esse terceiro e último passo eu vou chamar de acesso, de disponibilização da tecnologia. E aqui eu vou fazer o gancho para a apresentação do Dr. Roger, porque é aí, Senadora, que está o grande gargalo. Então, nós fizemos um estudo, o estudo de tempos da Conitec, e a gente vê que o gargalo está aí. A gente tem o "sim" da Conitec, mas, na hora de efetivar... E foi essa discussão que embasou a política nacional de oncologia – e eu tive o prazer de estar aqui, nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, discutindo, ainda como técnica –, todo esse gargalo que é a entrega do medicamento de fato ao paciente. Então, eu tenho o "sim", e aí eu começo a buscar por esse acesso.

Quando o paciente está com câncer, ele só tem que olhar para ele e para organizar a família dele – e isso já é muito difícil –, mas não; ele está preocupado porque, a cada dia que passa, o câncer dele avança. E isso impacta, por exemplo, no monitoramento da incorporação, que é o que a senhora colocou.

Voltemos ao passo anterior: a ATS. A gente não considera o custo de não tratar. E a gente está aqui focado não só no sistema público, mas a gente vê uma discussão ampla, tanto na saúde suplementar quanto no sistema público, de que a tecnologia é cara. O foco é só no medicamento, mas não há uma discussão... Aí, por exemplo, eu vou preferir esperar chegar à metástase? É isso? É isso que vem sendo discutido para diminuir o impacto orçamentário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELAINE CAPUCHO – ... mas ninguém discute o quanto custa não tratar, o quanto custa deixar esse paciente avançar para a metástase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é uma discussão que tem sido feita porque está apartada das políticas públicas. Nós não temos um direcionamento, discussão de políticas públicas, e por isso é tão importante esta Comissão aqui. Porque o que acontece? Quando eu vou lá fazer a avaliação de tecnologias, ela se fixa a uma linha de tratamento. E, aí, as pessoas falam: "Não, mas esse impacto é muito grande. Agora, na linha um de tratamento, não vai valer a pena". Mas não vale a pena de acordo com o quê? A gente não olha o quanto custa o paciente em metástase na frente; o quanto ele vai avançar ainda no sistema de saúde, dependendo de várias outras coisas, porque, com o avanço da doença, vêm outras coisas. Quanto custa a previdência? Quanto custa um paciente desses sair e acabar não se curando ou ficando sem condições de trabalhar? Custa ao país também. Então, isso é muito importante que a gente discuta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELAINE CAPUCHO – E, para finalizar a minha fala, é nesse sentido de olhar para todo esse processo de acesso, de fato, à população que a gente precisa ouvir todas as partes, Senadora. Então, é muito importante estar aqui com a senhora.

A gente coloca a Interfarma à disposição, com todos os estudos que temos, com toda a disponibilidade, todas as nossas indústrias, porque nós estamos aqui, sim, para desenvolver o país. Somos um setor da economia muito importante e que traz também a reboque todo o desenvolvimento da indústria nacional quando nós trazemos a inovação para o país.

Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Helaine Capucho, você foi esplêndida na sua fala. Cada um fala melhor do... Meu Deus, eu preciso aprender mais com vocês, viu? Preciso aprender mais com vocês.

Mas, Dra. Helaine Capucho, é isso que você falou. Eu até vou colocar assim, Carol: a Conitec se debruça de uma forma até célere diante do cenário para incorporar medicamento; mas aí já não depende mais da Conitec. Aí já é o Executivo. E aí, a gente vê que, como você colocou, a Conitec faz o seu papel, mas aí, para chegar até o paciente, aí já não depende da Conitec, depende do Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que a gente possa unir forças cada vez mais para que os pacientes possam ter diagnóstico precoce, tratamento precoce, tudo precoce, porque o câncer, o tratamento dele é tempo dependente. É tempo dependente.

E a gente não pode, como você falou também, a gente não pode dizer, não temos... A gente sabe que o gasto é enorme, mas a gente não pode dizer, não tem orçamento para esse tipo de caso, porque uma vida não tem preço. Vale muito, não é?

Então, por isso, mais uma vez, que a gente tem que trabalhar em cima do diagnóstico precoce e do tratamento precoce, porque quando o paciente entra na forma metastática, gasta-se o triplo, o quádruplo ou o cêntuplo, sabe-se lá, não é?

Então realmente foram várias considerações muito importantes que você colocou, Dra. Helaine, e o papel brilhante da Interfarma. Quero lhe agradecer e, na sua pessoa, agradecer a todos que fazem parte da Interfarma. E dizer que vamos precisar mais de vocês aqui conosco, para avançarmos cada vez mais.

Muito grata.

E agora eu passo a palavra para o Dr. Roger Miyake, que é pediatra igual a mim, e eu tenho enorme prazer de tê-lo aqui à mesa e de participar efetivamente da subcomissão CASCANCER. O Dr. Roger é Diretor da Bristol Myers Squibb Brasil, e tive a oportunidade de estar com ele por duas vezes. Ainda há pouco, nós estávamos reunidos. E o trabalho de vocês, em termos de medicamento, pesquisa também, enfim, mas especialmente de medicamentos é importantíssimo.

E depois que as pesquisas da vacina, especialmente de RNA mensageiro, alcançarem êxito em todos os aspectos da pesquisa, e ela for oficialmente colocada com segurança, com eficácia, todos aqueles parâmetros que a pesquisa tem que ter, eu tenho certeza de que um dos pioneiros para produzir essa pesquisa será a Bristol. Não quero desmerecer as outras, mas a Bristol realmente faz um trabalho brilhante no nosso país. Tanto a Bristol, como todas as outras que fazem parte dessa rede de produção de medicamentos no nosso Brasil, porque realmente nós inclusive já temos vacinas, não só terapêuticas.

Eu estive no Reino Unido tem mais ou menos um mês e meio. Estive na Rússia e no Reino Unido em missão oficial e, no Reino Unido, a equipe de Oxford já está... Tem o Dr. Leonard Dilly,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é um colega, um estudioso, que está a anos-luz de nós. Ele colocou o seguinte: que eles já estão estudando a vacina para evitar de os pacientes terem câncer. Aí eu perguntei a ele na ocasião da reunião: "Eu posso dizer que vocês já estão estudando vacinas imunopreveníveis? E no caso do câncer"? Ele disse: "Pode, porque realmente são vacinas que irão prevenir o câncer". E eu saí, assim, deslumbrada com aquela colocação.

Mas é isso.

Dr. Roger, você tem dez minutinhos e eu estou falando isso com toda a ênfase, porque eu teria uma reunião às 16 horas com a Sociedade Brasileira de Pediatria. O pessoal já está me esperando no gabinete e, se você puder cumprir esse horário, eu te agradeço.

O SR. ROGER MIYAKE (Para expor.) – Certamente, Senadora.

Primeiro, eu queria saudar os Senadores, as Senadoras, todas as autoridades, em especial, a senhora, Senadora Dra. Eudócia, a quem eu agradeço o gentil convite de estar aqui hoje na CAS, reconhecer seu trabalho, não apenas do ponto de vista legislativo aqui nesta Casa, mas sobretudo aqui na CASCANCER, que é um trabalho extraordinário.

Também, através da senhora, queria saudar todos os membros desta mesa que já me antecederam. Tenho uma grande responsabilidade. A senhora elogiou todos e espero que eu não frustre a senhora também.

Quero saudar todos os participantes que estejam aqui presencialmente ou remotamente também.

Bom, meu nome é Roger, como a senhora falou. Eu sou médico pediatra de formação. Trabalho na Bristol Myers Squibb como Diretor de Acesso ao Mercado e Relações Governamentais. A Bristol é uma empresa norte-americana, pioneira no tratamento de vários medicamentos, sobretudo no tratamento do câncer. A Dra. Maria Del Pilar já citou, a senhora já citou, o nivolumabe é um desses exemplos, de medicamentos que estão transformando a vida dos pacientes através do imunoterapia de pacientes com câncer.

A nossa missão, Dra. Eudócia, é pesquisar, desenvolver, disponibilizar medicamentos que ajudem pacientes a superarem suas doenças graves, incluindo pacientes com câncer e, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verbo disponibilizar existe uma jornada do medicamento. O medicamento nasce e demora para encontrar o paciente público. E eu vou mostrar, através dos dados da Interfarma, quanto tempo esse encontro demora.

Eu também não vou utilizar esse tempo valioso do CASCANCER para fazer uma defesa de interesse próprio.

Então, eu não vou usar o medicamento da Bristol como exemplo, muito embora o medicamento esteja dentro dessa estatística, e vou usar dados da Interfarma. Não sou porta-voz da Interfarma, mas tive aí o gentil oferecimento da Helaine para poder compartilhar dados da Interfarma, mostrando quanto tempo demora para o medicamento encontrar o paciente, porque, como a senhora falou, tempo é vida.

Então, basicamente, essa é a jornada do medicamento até que ele encontre um paciente público. Ele nasce na Anvisa, na parte regulatória, passa a uma precificação. Depois, ele passa pelo processo de incorporação, de protocolização desse tratamento e, depois, ao acesso, como a própria Helaine já citou.

Lembrando que na Anvisa esse tempo demora algo em torno de 24 meses. Então, desde a submissão até a aprovação, esse tempo é de, aproximadamente, 24 meses. Depois de aprovado o medicamento, ele passa por um processo de precificação, que demora aí em torno de cinco, seis meses. Em algumas situações, há um lapso de até um ano entre a aprovação regulatória e a sua precificação.

Depois de precificado, esse medicamento tem que passar, como já foi citado aqui pela Ana Carolina – a quem já vou chamar de Carol –, por um processo de avaliação de tecnologia. É preciso reconhecer que ela apresentou que esse tempo é de 180 mais 90 dias e, de fato, esse é o período que, de maneira geral, a Conitec demora para avaliar uma tecnologia. Na avaliação da Interfarma, que fez esse estudo junto com a IQVIA, é um período que demora entre 250 a 300 dias. Então, a Conitec está cumprindo o seu tempo regulatório para fazer essa avaliação.

Depois de uma vez incorporado, esse medicamento tem que ser protocolizado. E, aí, existe um gargalo porque esse medicamento, uma vez incorporado, não pode ser utilizado sem que haja um Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas que indique exatamente onde, quando e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse medicamento será utilizado. E isso pode demorar até 22 meses. Desde a sua incorporação até a sua utilização, sua protocolização, às vezes demora 22 meses – na média, 16, mas há casos de 24 meses.

E, aqui, eu vou abrir um parêntese: não são apenas Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas de novas incorporações. É natural que a medicina evolua e que mesmo os medicamentos já incorporados passem por atualizações do PCDT. É natural, a medicina avança e os protocolos também devem ser atualizados. E existem situações nas quais medicamentos já incorporados e já disponibilizados aguardam uma atualização do PCDT para serem disponibilizados.

Temos um exemplo, inclusive dentro da Bristol, de um medicamento para artrite idiopática juvenil – comentamos recentemente com a senhora – cujo protocolo está sendo e já foi atualizado pela Conitec, aguarda publicação, nós fornecemos esse medicamento ao SUS de maneira regular e o medicamento está aguardando, no almoxarifado, a publicação do PCDT. O medicamento está no armazém, não chegando ao paciente, aguardando uma atualização do PCDT. É praticamente inconcebível uma situação dessas, sendo que o protocolo atual não alterou a utilização desse medicamento comparado com o PCDT anterior. Então, não haveria motivo para esse medicamento não estar sendo utilizado.

Após a publicação do PCDT, aí, sim, há um outro período, que pode demorar até 26 meses, na média – e quando eu digo "na média", tem mais e menos – e vou citar alguns exemplos aqui, inclusive da Bristol, em que esse período foi muito maior. Do protocolo até a sua efetiva disponibilização para o paciente no SUS, quando o medicamento encontra o paciente do SUS, demora, na média, de 15 a 26 meses – na média, quer dizer que existem situações piores. E, aí, sim, o medicamento que nasceu na Anvisa encontra seu paciente no SUS.

Vou pegar o exemplo do nivolumabe, que já foi citado aqui várias vezes. O nivolumabe foi submetido à Anvisa em 2015 – a própria Dra. Pilar mostrou de maneira muito didática esse cronograma – e, até hoje, o nivolumabe não encontrou o paciente do SUS de maneira universal. E já estamos comemorando 10 anos de submissão. Em 10 anos, quantas pessoas já não morreram de melanoma metastático no Brasil, que poderiam estar vivas, talvez, se esse medicamento fosse incorporado e disponibilizado de maneira mais rápida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que o convite que fica aqui a todos – e a senhora falou isso várias vezes – é: como essa união de forças entre legisladores, reguladores, médicos, pacientes e suas associações, associações de entidades de classe, indústria farmacêutica, enfim, toda a sociedade, como é que a gente pode unir forças para que esse tempo entre cada etapa se reduza, e as interfaces entre essas etapas também se reduzam? Para que não haja essa demora de 10 anos para que um medicamento, quando nasce, encontre o paciente no SUS? Ele deve encontrar muito mais rapidamente.

Basicamente, essa era a minha fala, mas vou fazer mais um lembrete. A senhora falou do Outubro Rosa e do Novembro Azul, vamos lembrar que o dezembro é laranja. Dezembro Laranja é o mês que nós lembramos do câncer de pele, entre eles o melanoma. É um mês em que a gente não lembra apenas da terapia que pode salvar vidas, mas também da prevenção. E lembro a todos – sobretudo aqui em Brasília, que tem muito sol: protetor solar para todo mundo.

Então, Dra. Eudócia, essa é a minha fala. Acho que cumpri o tempo, porque a senhora está aí esperando os nossos colegas da Sociedade Brasileira para serem atendidos.

E estou à disposição para qualquer pergunta.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Olha, trouxe torcida organizada. Dr. Roger, você é esperto, hein? (*Risos.*)

Dr. Roger Miyake, parabéns pela sua apresentação. Como sempre, você é brilhante. Então, assim, não podia ser diferente de todos que lhe anteciparam, você realmente faz a diferença. Toda a equipe da Bristol, também da Interfarma, aliás, de todos... Todas as indústrias farmacêuticas, tanto nacionais como internacionais, que vêm fazer a diferença no nosso país.

E quero dizer a você, Dr. Roger, sobre essa questão que você apresentou, que tem pacientes que chegam até 26 meses para conseguir a medicação. E, em se tratando de câncer, 26 meses é uma vida toda.

Então, assim, se cada dia é uma eternidade, 26 meses não tenho nem palavras para colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGER MIYAKE – E, como a senhora gosta de papel, eu vou deixar esse estudo da Interfarma em papel para a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ah, que bom... Da Interfarma, é?

O SR. ROGER MIYAKE – Mas ele está disponível... Esse estudo, exatamente; os dados desse estudo estão aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns.

O SR. ROGER MIYAKE – E também está à disposição no site da Interfarma.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns.

O SR. ROGER MIYAKE – Para todos que quiserem ter acesso a esse estudo na íntegra.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tem também na internet, muito bem.

Então, vamos trabalhar juntos para que a gente possa minimizar esse tempo e para que a gente possa ter números diferentes, na próxima vez em que nós nos sentarmos, porque eu sou muito otimista.

Então, se Deus quiser, que a gente possa, depois desta reunião, na tarde de hoje, a gente venha a mudar as estimativas em relação ao tratamento, a tudo, ao diagnóstico precoce, para que o paciente do SUS tenha acesso de uma forma célere, porque o câncer não espera – o câncer não espera.

Imagine também, só fazendo uma ressalva: o paciente oncológico, quando tem o diagnóstico, ele quer ser tratado logo, porque, como a Iriana falou, às vezes tem pacientes que acham que é uma sentença de morte. E por mais que você esclareça que não é, mas para ele é.

Acaba que, ele esperando 26 meses para ter acesso, não deixa de ser uma senteça de morte. Ela não é uma certeza de morte, se for tratada em tempo oportuno. Como a Iriana também colocou: "Em tempo oportuno". Não foi a Iriana, foi a Gabriele Luise que falou em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportuno. Então, tem que ser dessa forma, porque o paciente oncológico não pode esperar, não pode aguardar.

Depois dessa nossa reunião de hoje, que é a quinta vez que tem a Subcomissão CASCANCER, mas, dentre todas, que foram de suma importância, essa parece que está deixando para todos nós algo mais real, mais palpável, que é o diagnóstico precoce e o tratamento precoce.

Então, que a gente possa unir forças para que, cada vez mais, a gente tenha êxito; para que os nossos pacientes tenham acesso às medicações, e medicações de ponta, que nós já temos, não é? Que eles possam ter esse tratamento equitativo, de uma forma equitativa.

E quero...

O SR. FELIPE DIAS CARVALHO (*Fora do microfone*.) – E as outras tecnologias...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E as outras tecnologias. Muito bem, Dr. Felipe, isso mesmo, isso mesmo.

Eu quero só colocar aqui para a Ivana, de Pernambuco, e para o Márcio, de Rondônia, para a Beatriz, de São Paulo, a Layane, de Minas Gerais e o Mario, de São Paulo, que as perguntas de vocês foram muito pertinentes e, para que a gente possa tirar as dúvidas de vocês, eu vou passar para o *e-mail* de cada um dos convidados, a minha assessoria vai passar para o *e-mail* de vocês essas perguntas; vocês vão responder e a gente vai devolver as respostas para essas pessoas através do *e-mail* também, está bom?

Então, quero agradecer a vocês de Pernambuco, Rondônia, São Paulo, Minas e São Paulo. À Ivana, ao Marcio, à Beatriz, à Layane e ao Mario nós agradecemos a participação de vocês em mais uma reunião da Subcomissão CASCANCER. Vocês terão as respostas através do *e-mail* de vocês.

Muito obrigada.

Antes encerramos a reunião proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

E quero mais uma vez agradecer a cada um dos senhores e senhoras pela participação e espero que vocês aceitem os nossos novos convites para que a gente possa marchar juntos em prol dos nossos pacientes oncológicos do nosso querido Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Dra. Eudócia, Paulo Paim e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da subcomissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 8/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), e REQ 12/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater sobre a terapia nutricional para pacientes oncológicos. **Participantes:** Viviane Dias Rodrigues, Chefe de Divisão técnico-assistencial do Instituto Nacional de Câncer – INCA (representante de: Ministério da Saúde); Simone Kikuchi, Nutricionista Oncológica e Coordenadora do Grupo de Estudos de Nutrição em Oncologia – NUTRIONCO; Nivaldo Barroso de Pinho, Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica – SBNO; Arthur Lorenzetti, Embaixador do Movimento Nutrindo Vidas; Manuela Dolinsky, Presidente do Conselho Federal de Nutrição – CFN; e Herbet Motta, Membro voluntário da Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço – ACBG Brasil. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária, com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento do câncer, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 6, 8 e 12, de 2025, da CASCANCER, de autoria das Senadoras Dra. Eudócia e Damares Alves, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre terapia nutricional para pacientes oncológicos.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores pela internet.

Estão presentes, aqui no Plenário desta Comissão, o Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica, Dr. Nivaldo Barroso de Pinho – muito boa tarde –,e também Arthur Lorenzetti. Sejam muito bem-vindos. Acompanham-nos, remotamente: Viviane Dias Rodrigues e Simone Kikuchi.

Muito bem. Eu quero aqui, antes de convidar os expositores para virem compor este dispositivo, pedir desculpas pela minha querida Senadora Eudócia, que foi informada de uma reunião importante no Partido Liberal e me pediu que substituísse a querida Senadora nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessão. Então ela manda uma saudação a todos os presentes e pede desculpas, mas eu vou procurar fazer o máximo para cumprir essa missão honrosa que ela me concedeu.

Chamo, em seguida, o primeiro expositor.

Quem chegou primeiro aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Nivaldo, pela precedência, por favor. Você pode vir aqui, por favor, ao meu lado? Será uma honra recebê-lo.

Vou chamar também... Está aqui presente o Dr. Arthur Lorenzetti.

Por favor, Dr. Arthur, fique aqui à minha esquerda... Não gosto desse termo "esquerda", mas, por favor, fique aqui à minha esquerda.

O SR. NIVALDO BARROSO DE PINHO (*Fora do microfone.*) – É um prazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Seja muito bem-vindo. (*Pausa.*)

Também acaba de chegar à nossa Comissão a Dra. Manuela Dolinsky, que é Presidente do Conselho Federal de Nutrição.

Dra. Manuela, por favor, que a senhora venha aqui compor o nosso dispositivo.

Seja muito bem-vinda, em nome da nossa Presidente Eudócia. (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra para os expositores por dez minutos, inicialmente, mas, se houver necessidade de ampliar o tempo, não tem nenhum problema. Nós estamos aqui com o intuito principal de esclarecer a sociedade sobre sistemas tão importantes. Então terei todo o cuidado para tentar conduzir da melhor maneira, mas sempre também procurando respeitar aqueles que estão nos acompanhando remotamente e que também precisam fazer suas exposições.

Quero passar a palavra para o meu colega, Dr. Nivaldo Barroso de Pinho – seja muito bem-vindo –, por, inicialmente, dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIVALDO BARROSO DE PINHO (Para expor.) – Está ligado o microfone e funcionando?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Está ligado.

O SR. NIVALDO BARROSO DE PINHO – Eu queria agradecer muito esta oportunidade que nos foi dada de estar, aqui nesta Casa, para discutir um pouco sobre terapia emocional do paciente com câncer e agradecer o convite da Dra. Eudócia e do Dr. Hiran, por estar aqui recebendo a nós e os demais membros desta mesa, aqui representando suas instituições – o Conselho Federal de Nutrição e também a representação aqui do Nutrindo Vidas, perfeito?

Eu sou o Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica; trabalhei no Instituto Nacional de Câncer durante 34 anos da minha vida – eu me aposentei tem quatro anos –; por 25 anos, eu fui Chefe do Serviço de Nutrição do Hospital do Câncer I. Quando eu cheguei lá, éramos eu e mais quatro nutricionistas, e, ao final, tinha 35 nutricionistas dentro dessa unidade; quer dizer, a gente conseguiu fazer com que o serviço de nutrição crescesse numa estrutura sustentável. Nos últimos nove anos, eu fui Coordenador da Divisão Técnico-Assistencial, sendo responsável pela área de reabilitação nutricional do paciente com câncer, fisioterápica, fonoaudiológica, psicológica e social, e coordenava também a farmácia.

O processo de reabilitação do paciente com câncer é de extrema importância, porque a doença e o tratamento trazem inúmeras adversidades nessas áreas.

No início de 2007, a gente iniciou nacionalmente, no Instituto Nacional de Câncer, a construção de um consenso, o Consenso Nacional de Nutrição Oncológica, visando sistematizar a assistência nutricional ao paciente com câncer – centenas de instituições participaram dessa construção. Em 2009, a gente lançou o primeiro documento, e, após essa construção, essas instituições se juntaram para investigar o perfil nutricional da população brasileira com câncer.

Então, em 2013, não só o Instituto Nacional de Câncer mas também os membros fundadores da Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica se reuniram para investigar o perfil nutricional do paciente adulto e, na sequência, fazer o Inquérito Luso-Brasileiro, no qual a gente avaliou o paciente oncológico idoso; e, finalmente, em 2015, a gente fundou a Sociedade Brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Nutrição Oncológica. Essa sociedade, em 2021, criou o I Consenso Brasileiro de Nutrição Oncológica e o Inquérito Brasileiro de Nutrição Oncológica em Pediatria.

Desde 2016, a sociedade vem titulando especialistas em nutrição oncológica. Nessas investigações, o Inquérito Brasileiro de Nutrição Oncológica gerou publicações em revistas de alto impacto, em revistas internacionais que respondem pela publicação de diretrizes – a *Clinical Nutrition* e a revista *Cancer*.

Esse foi o Inquérito Brasileiro de Nutrição Oncológica, no qual a gente avaliou 4.783 pacientes com câncer, adultos e idosos. Nessa publicação, a gente pôde encontrar uma prevalência muito alta de desnutrição, principalmente naqueles pacientes com tumores de cabeça e pescoço, abdômen alto e tumores de tórax também, gerando em torno de 70% essa prevalência de desnutrição nessa população.

A gente identificou também que ser indivíduos com idade maior ou igual a 65 anos aumenta substancialmente o risco de desnutrição e também ter tumores de cabeça, pescoço, abdômen alto e tórax. Quando o indivíduo tem mais do que três sintomas, o risco de desnutrição aumenta em até oito vezes.

Quando a gente compara faixas etárias de indivíduos com idade menor ou igual a 50 anos, entre 51 e 64 anos e maior ou igual a 65 anos, a gente percebe que a prevalência de desnutrição aumenta progressivamente com a idade, e a gente pode observar que indivíduos mais idosos são mais desnutridos.

A gente observou também, nesses estudos, os desfechos clínicos desfavoráveis que ocorrem e que estão intimamente relacionados à idade desses indivíduos. Quanto mais idosos maior a razão de chance de ocorrência de desfechos clínicos desfavoráveis como disfagia, xerostomia, perda de peso, redução na ingestão, déficit funcional e prevalência de risco nutricional ou qualquer grau de desnutrição nessa população.

No inquérito do paciente idoso, a gente também publicou esses resultados em revistas de alto impacto, nas quais a gente pôde demonstrar uma forte associação entre a desnutrição e o risco nutricional desses pacientes com o aumento do risco de mortalidade. Quer dizer, indivíduos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idosos desnutridos têm o risco de mortalidade aumentado em até dez vezes, mostrando a importância dos aspectos nutricionais nessa população.

Com relação à criança, a gente também investigou essa população e publicou o Inquérito Brasileiro de Nutrição Oncológica em Pediatria. Essas publicações, nacionais e internacionais, em revistas de alto impacto, nos levaram a conclusões como nessa avaliação que a gente fez de 723 crianças com câncer, lembrando que, nessa população de crianças com câncer, a prevalência é menor do que a do adulto. Então, 723 crianças avaliadas é uma amostra muito robusta na população, cuja prevalência da doença era leucemia e linfoma, em 62% dos casos; e 10% dessas crianças apresentavam magreza acentuada ou magreza. A gente também conseguiu identificar 30% de prevalência de desnutrição nessa população, desnutrição moderada, e 6,5% dessa população com desnutrição grave.

Outro achado foi que a desnutrição moderada e grave foi mais prevalente em adolescentes – crianças pré-adolescentes e adolescentes – de 10 a 18 anos; aqueles com tumores sólidos e aqueles com magreza, segundo o IMC; e aqueles que tinham maior tempo de exposição também da doença.

É importante a gente ressaltar as consequências da desnutrição nessa população oncológica, porque essa desnutrição compromete requisitos fisiológicos que são necessários para o desenvolvimento dessa criança e traz aspectos de impacto negativo na qualidade de vida desses indivíduos. A perda de massa magra na criança, que é um fenótipo da sarcopenia, leva essas crianças a uma fragilidade precoce, a um envelhecimento prematuro. A gente vê indivíduos adultos que tiveram câncer na infância e que são indivíduos frágeis, são indivíduos que apresentam um envelhecimento mais precoce. E essa sarcopenia nessa população leva a um risco maior de toxicidade ao tratamento quimioterápico, muitas vezes tendo que ser adiado ou suspenso esse tratamento nessa criança.

Então em que a gente acredita?

(*Soa a campainha.*)

O SR. NIVALDO BARROSO DE PINHO – Que a lei deve contemplar a criação de uma linha de cuidado nutricional em oncologia na sua regulamentação; que a gente deve criar uma linha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cuidado, em que a gente recomenda uma assistência nutricional que deva ser especializada, por profissionais titulados como especialistas em nutrição oncológica ou em formações compatíveis; que a terapia nutricional para essa população deve ser uma terapia nutricional especializada e que deve contemplar não só aconselhamento nutricional por profissional especializado, mas imunonutrição e a abreviação do jejum desses pacientes – abreviação do jejum pré-tratamento cirúrgico, principalmente naqueles pacientes com tumores de cabeça e pescoço, abdômen alto, tórax, indivíduos idosos e crianças. Essa proposta na íntegra está nesse *link* que aparece aí.

Então, como a gente sabe, a Constituição assegura o direito humano à alimentação adequada. Para o paciente com tumores de cabeça e pescoço, abdômen alto, que tem dificuldade para mastigar, para engolir, dor ao mastigar e engolir, que tem alterações de processos digestivos, absortivos, o alimento natural não dá conta de atender a essa alimentação adequada. Esse paciente precisa de uma nutrição especializada para que ele possa garantir a sua alimentação adequada. Então falta para essa população um programa que possa garantir a nutrição especializada para esses pacientes com câncer, principalmente aqueles com essas localizações que a gente acabou de falar.

A Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica tem inúmeros produtos, jornadas em que a gente visa capacitar a população de profissionais no Brasil, curso preparatório para capacitar esses profissionais e também um congresso a cada dois anos. Além disso, a gente está certificando também instituições quanto à qualidade da assistência nutricional. A gente já certificou o Hospital Sírio-Libanês e o H-Dia, e agora vamos certificar o Hospital São Marcos, no Piauí.

O título de especialista nosso foi recentemente reconhecido, chancelado pelo Conselho Federal de Nutrição, e eu queria agradecer muito pela oportunidade de estar aqui apresentando aí as minhas criaturas, os meus netinhos.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Nivaldo. A sugestão é muito bem acolhida por esta Comissão. Você sabe que eu, como médico, participei de toda a organização da Lei 14.758, de 2023, que estabelece no país a Política Nacional do Câncer, estabelecendo como eixos fundamentais o diagnóstico precoce, a facilitação de acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o enfrentamento multiprofissional dessa doença que é epidêmica e crescente no mundo. Eu tenho a plena sensibilidade de que toda essa proposta de nós consignarmos, em lei, um direito à nutrição, seja ela enteral ou parenteral, para um paciente portador de câncer, é fundamental. Conte com o meu apoio aqui no Senado da República.

Quero passar, em seguida... Aliás, o senhor não me fez inveja; eu vou lhe mostrar a foto da minha aniversariante de hoje, que está disputando em beleza com a sua netinha. E vou passar aqui a palavra ao nosso querido Dr. Arthur Lorenzetti, que é Embaixador do Movimento Nutrindo Vidas. Por favor, por dez minutos.

O SR. ARTHUR LORENZETTI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Hiran. Obrigado a todos os presentes pela oportunidade de dar voz ao Movimento Nutrindo Vidas e de contar um pouco para vocês sobre o que é o Movimento Nutrindo Vidas e de como a gente se alinha a essa luta, justamente para entrar e ajudar nessa lei, em tudo o que foi identificado nesse longo e árduo caminho de diagnóstico, tratamento e prevenção do câncer.

O Movimento Nutrindo Vidas é uma coalizão que é formada tanto por instituições privadas mas também por pacientes e entidades médicas. E a ideia aqui é justamente garantir que a gente consiga, dentro de todo esse cenário em que a gente busca a prevenção, o tratamento e o suporte ao paciente com câncer, que ele tenha o suporte nutricional necessário em qualquer fase em que esteja... E, através disso, a gente quer, na verdade, conscientizar a sociedade sobre a importância da nutrição especializada e contribuir da maneira como a gente puder justamente com essas políticas públicas.

Esse movimento é um movimento muito amplo, como eu mencionei, tanto de associações médicas quanto de associações de pacientes, as quais estão até conosco aqui, em busca desse fim. E o compromisso que o movimento tem é justamente de ajudar a conscientizar a sociedade e os profissionais de saúde, porque mesmo os profissionais de saúde hoje têm uma informação que ainda é limitada sobre o poder que essa nutrição especializada pode ter dentro das diversas doenças. E, através disso, a gente foca nos grupos que são mais vulneráveis: pacientes com câncer, crianças da primeira infância ou com agravos dentro da infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente busca sempre promover este debate sobre a criação de uma diretriz de nutrição especializada, para que haja, então, um acesso mais amplo sobre essa nutrição para todos que precisem dentro do nosso país.

A nutrição especializada não é garantir uma nutrição, que é o arroz e o feijão, para quem está doente, é outra coisa. Quando a gente fala de uma nutrição especializada, está falando sobre necessidades especiais.

O Dr. Nivaldo trouxe aqui, muito claro, algumas dessas necessidades especiais para os pacientes com câncer e como isso acontece dependendo do lugar onde esse câncer os acomete, mas isso também acontece com outras doenças em que a gente busca essa nutrição especializada como acesso.

Então, a gente tem aí, dentro da Anvisa, a própria denominação de como isso é visto, o papel importante que a nutrição tem, inclusive, na recuperação desse paciente. E também a gente vai falar um pouco da própria sustentabilidade do tratamento e do encaminhamento desses pacientes dentro do sistema.

E qual é o problema que a gente enxerga hoje como movimento e que é da gente como país? Falta acesso, hoje, para essa nutrição especializada, seja no SUS ou seja em outros lugares. Apesar de existirem políticas ou apesar de existirem maneiras para se ter esse acesso, hoje ele ainda é muito falho. Por quê? Porque ele é um assunto muito pouco discutido ainda no Brasil, mesmo considerando toda a prevalência que a gente tem desses agravos na saúde. Muitos grupos que precisam dessa nutrição especializada não têm acesso aos tratamentos hoje porque as políticas nacionais são fragmentadas até então. E ela não conta com um suporte nutricional dentro de toda essa jornada do paciente.

Também existe uma necessidade de se estabelecer uma rede que seja integrada para a atenção nutricional, para esses alimentos de fins especiais. Então, a gente entende que sem uma política nacional direcionada para esses pacientes, dificilmente a gente vai conseguir aumentar ou ajudar nos desfechos desses pacientes com câncer. Então, precisa ser algo realmente abrangente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E algumas coisas.... Acho que hoje a gente vai ter oportunidade de escutar muitos dados epidemiológicos, dados sobre o impacto que isso tem no sistema, na vida das pessoas que lutam contra isso. Para que os senhores tenham alguns dados de impacto na cabeça, a desnutrição pode chegar a 70% dos pacientes com câncer. Além disso, de 10% a 20% das pessoas que vêm a falecer com câncer morrem por conta da desnutrição e não por conta do câncer propriamente dito. Elas ficam fracas a ponto de não conseguirem continuar o seu tratamento, precisa ser interrompido. Então, o papel da nutrição dentro dessa jornada é essencial.

Para quem está num processo de envelhecimento... Hoje muito se fala sobre músculo e da importância no próprio envelhecimento, mas, para todos se fala que 100 dias de tratamento para o câncer equivalem a 20 anos de envelhecimento muscular. Então, dependendo da faixa etária ou até em linha com o que o Dr. Nivaldo disse sobre uma criança que está enfrentando um câncer, imagine o que é isso para a questão nutricional desse paciente.

Existe uma pesquisa que foi feita, em 2023, aqui no Brasil, através do Instituto Ipsos, que viu justamente que 70% desses pacientes com câncer estavam desnutridos, 82% deles tiveram uma perda significativa de peso durante esse tratamento, mais da metade deles com perda muscular, o que afeta mobilidade e toda a capacidade de ele se manter nesse tratamento.

E um alerta é que menos de 1 em 3, ou seja, menos de 30%, que a gente estava vendo, desses pacientes fizeram algum tipo de uso de uma suplementação, algum tipo de uso de uma nutrição especializada durante esse tratamento para o câncer que ele enfrentou.

E a gente pode pensar que a nutrição especializada é algo que virá a acrescentar custos ao tratamento, mas na verdade é o oposto, porque a nutrição especializada se mostra como sendo custo-efetiva. Por quê? Porque, ao se garantir que esse paciente esteja numa melhor condição nutricional, você diminui aqui o tempo de internação desse paciente, os resultados clínicos são melhores, com isso a qualidade de vida melhora e você tem menos efeitos adversos. O que onera o próprio sistema, seja ele público ou privado, de uma maneira muito maior é quando não estão nutridos.

Então, existem hoje algumas portarias relacionadas com a nutrição especializada, e a Portaria 120, de 2009, que foi revista pela Saes – foi feito um diagnóstico muito bem-feito em 2023 –, identificou que existe essa portaria para a nutrição dentro dos serviços hospitalares, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi identificado que existe uma alta complexidade para ter acesso a esse tratamento, mesmo existindo uma portaria.

Existiam serviços de oncologia de alta complexidade fora da habilitação, não conseguiam se habilitar para que conseguissem fornecer essa nutrição especializada. Em quatro estados não tinha serviços para poder ajudar e trazer qualquer tipo de nutrição e também havia uma ausência de cofinanciamento federal em serviços de alta complexidade.

A boa notícia é que essa portaria já foi revista e existe uma nova proposta, já pactuada em janeiro de 2024, mas que ainda está aguardando a publicação. Então, estamos aí com um avanço, quase no caminho, faltando essa publicação, mas é uma portaria que já vem com grande esperança também para esses pacientes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR LORENZETTI – Então, quais são os principais pedidos aqui do Movimento Nutrindo Vidas? Primeiro, essa portaria, que já foi revisada e que pode ampliar o acesso para quem mais precisa, para que seja feita a publicação. Isso deve normatizar os critérios de uso intra-hospitalar da nutrição para o câncer.

Segundo, é justamente que seja criada essa rede integrada de atenção nutricional, que a gente olhe os alimentos para fins especiais em toda a jornada do seu paciente, promovendo a equidade e a regulamentação desses produtos. Então, desde o começo, quando você faz esse diagnóstico, até quando essa pessoa sai do hospital e vai para casa – e ainda está em tratamento –, ela precisa continuar nutrida para continuar o seu tratamento. Caso contrário, pode ser que ele seja interrompido, piore e tenha agravos.

E a terceira é o reconhecimento da relevância da terapia nutricional justamente como um adjuvante no tratamento de câncer, sendo uma terapia custo-efetiva.

Então, o Movimento Nutrindo Vidas tem uma grande satisfação de poder vir aqui e contribuir, dar voz a esses achados e a esses pedidos.

E deixo aqui o nosso *site* com todas essas portarias, regulamentações e o trabalho feito até agora, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Lorenzetti, pela sua participação.

Ao mesmo tempo, dou as boas-vindas ao Sr. Hebert Mota, que já está aqui à nossa mesa, do nosso lado esquerdo, e é membro voluntário da Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço do Brasil. Seja muito bem-vindo.

Mas vou passar a palavra. Agora, vamos prestigiar a Dra. Viviane Dias Rodrigues, que é Chefe da Divisão Técnico-Assistencial do Instituto Nacional de Câncer (Inca), representando o Ministério da Saúde, por dez minutos.

Por favor, Dra. Viviane.

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Só um instantinho que vou colocar minha apresentação aqui. (*Pausa.*)

Só um instante.

Vocês estão vendo a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, ainda não.

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Ainda não.

Só um instantinho. (*Pausa.*)

Só um instantinho, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sra. Viviane, se você...

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Só um momentinho, por favor.

Estou tendo uma certa dificuldade para colocar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só quero fazer uma sugestão à senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas coisas acontecem. De vez em quando, quando vou fazer uma palestra, dá tudo certo no dia anterior e, quando vou ligar o meu computador, na hora de falar, dá tudo errado.

É assim mesmo, essas máquinas estão começando a ter autonomia, vontade própria. Isso é inteligência artificial, viu?

Mas, olha, se a senhora quiser, eu passo a palavra à Dra. Simone Kikuchi.

É isso? Está certo, Dra. Simone, o nome?

A SRA. SIMONE KIKUCHI (*Por videoconferência.*) – Certinho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou passar para a Dra. Simone, que é nutricionista oncológica e Coordenadora do Grupo de Estudos de Nutrição em Oncologia, por videoconferência.

Ela vai fazer a apresentação enquanto a Dra. Viviane organiza a sua apresentação.

Está bom, Dra. Viviane?

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Não, perfeito. Perfeito.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Dra. Simone, por favor.

A SRA. SIMONE KIKUCHI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi gente, boa tarde.

Só preciso que alguém aí habilite o meu compartilhamento de tela.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha, segundo a minha assessoria técnica, aqui está tudo certo.

A SRA. SIMONE KIKUCHI (*Por videoconferência.*) – Prontinho, então, vamos lá.

Vocês estão conseguindo ver?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE KIKUCHI (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Agradeço o convite para poder falar da nossa realidade, da dificuldade dos pacientes oncológicos – com esse público...

Então, só para vocês saberem, sou nutricionista oncológica e, desde que me formei, trabalho só com pacientes oncológicos.

Então, só para vocês saberem, sou nutricionista oncológica desde que me formei, trabalho só com pacientes oncológicos, tive essa vivência em hospital público e em hospital privado e poder falar sobre esses pacientes, para mim, acho que é uma missão e um propósito de vida.

Essa aqui é a minha avó, a minha primeira paciente oncológica.

Só reforçando os dados que o Dr. Nivaldo e o Arthur já falaram, a gente teve, no último biênio, estimados 704 mil novos casos de câncer. Vale lembrar que 40% desses cânceres já são associados ao maior risco de desnutrição ou baixa massa muscular.

Quando a gente fala sobre essas doenças localmente avançadas ou metastáticas, até 73% apresentam uma perda de peso involuntária, ou seja, incontrolavelmente esse paciente já perde peso quando chega ao seu tratamento.

Eu queria que vocês imaginassem, para trazer uma analogia muito simples em relação ao paciente oncológico, que a gente tem aqui um carro avançando por uma estrada moderna, superestilizada, com um asfalto de excelente qualidade, de altíssima tecnologia, porém esse carro anda sem combustível. Quando esse carro está sem combustível, nenhum desses outros recursos importam, porque ele fica vulnerável, vulnerável a não conseguir concluir a sua jornada. Ele fica exposto, frágil, correndo o risco de a qualquer momento ter que parar no acostamento.

Isso é muito parecido com o que acontece com o paciente oncológico, porque hoje nós já temos diversas ações muito sofisticadas, terapias-alvo, imunoterapia, cirurgias de alta tecnologia, a gente tem máquinas de alta tecnologia e precisão, porém, se esse paciente não tiver condições físicas de suportar o tratamento, nada disso adianta. É como tentar seguir viagem, mas sem o motor funcionando adequadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa perda de peso e a redução da ingestão alimentar é exatamente o combustível desse indivíduo, assim como o nosso carro. Então, muitas vezes a gente se preocupa em investir muito na tecnologia, na inserção de novos medicamentos, o que também é muitíssimo importante, mas não dá para deixar de olhar o estado que esse paciente vai estar para conseguir concluir o seu tratamento.

A nutrição hoje não é um acessório, é um preditivo de quão bem esse paciente chega até o final desse tratamento, o quanto ele vai conseguir seguir adequadamente toda a trajetória que foi desenhada para ele no seu diagnóstico.

Então, vamos seguindo lembrando que 45% dos pacientes com câncer já perdem 10% do seu peso no pré-diagnóstico, ou seja, ele chegou lá, teve diagnóstico e já está com perda de peso. E esses pacientes, quando estão hospitalizados, já seguem também desnutridos, 50% dos pacientes hospitalizados e até 30% dos ambulatoriais estão desnutridos.

Essa desnutrição relacionada ao câncer é praticamente universal, chegando até 80%, a depender do diagnóstico, do sítio tumoral e de quanto esse paciente demorou para ser diagnosticado.

O que mais nos assusta é que o suporte nutricional só é oferecido entre 30% a 60% desses pacientes com risco de desnutrição.

E aí eu pergunto para vocês, para os senhores, o que vocês fariam em 16 meses? Dezesseis meses é um tempo considerável, é um ano e meio praticamente. Em 16 meses um pai consegue levar uma filha para o altar, a gente consegue fazer uma viagem dos sonhos, eu consigo esperar um neto nascer, eu consigo ver um filho se formar, eu consigo fazer uma reunião de família, em 16 meses muita coisa pode acontecer. Imaginem 16 meses da sua vida que poderiam ser modificados através do seu estado nutricional.

Eu gosto muito dessa imagem, porque vocês podem ver que, quando eu tenho o zero, eu tenho um paciente que está sem perda de peso e com IMC dentro do adequado; quando esse número vai aumentando, do zero até o quatro, eu tenho um paciente com perda de peso alta e IMC reduzido. E olhem a diferença de sobrevida global que o paciente que não tem perda de peso e está no peso adequado tem: 20,9 meses; diferentemente daquele paciente com baixo peso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e perda de peso recorrente, que tem 4,3 meses de sobrevida. São 16 meses que podem separar esse indivíduo de atingir ainda algum objetivo na sua vida.

E aí, por que a nutrição especializada é tão importante para esse cuidado na oncologia? Porque o paciente que está em tratamento oncológico segue com diversas dificuldades relacionadas aos efeitos colaterais do tratamento, lembrando que é um paciente que muitas vezes já chega debilitado para a gente. Por isso, quando esse paciente não tem a dieta adequada, a gente tem uma lacuna muito grande entre o que ele deveria ingerir e o que ele de fato consegue ingerir.

E nós falamos "especializada" quando a gente tem um alimento que foi alterado na sua composição para que ele possa fornecer uma melhor qualidade nutricional por um período temporário ou permanente. Lembro que o nosso consenso já fala sobre uma média, uma necessidade calórica e proteica do paciente oncológico, e essa média está acima da população geral. A gente pede pelo menos 1,5g de proteína por paciente oncológico, chegando até a 2g em alguns casos. E, quando a gente fala de calorias, são pelo menos 25 calorias por quilo de peso. Parece pouco, mas, se nós pensarmos num indivíduo de 50kg – que é um peso baixo –, uma mulher de 50kg, que precisa de 1,5g, ela precisa de 75g de proteína por dia, lembrando que um filé de frango grande de 100g tem até 30g. Quando o paciente está em tratamento oncológico, às vezes, a náusea, a mucosite e a saciedade precoce ou algum dos diversos efeitos colaterais que o Dr. Nivaldo citou impossibilitam essa pessoa de conseguir consumir o necessário – o mínimo necessário – para se manter bem, para conseguir se resguardar dos efeitos colaterais desse tratamento. É por isso que a gente faz uso de suplementos alimentares específicos nesse período; para que a gente possa atingir essa meta nutricional calculada para esse paciente.

Já ficou claro para vocês o impacto dessa baixa massa muscular e da desnutrição no câncer, mas eu acho que a gente não pode deixar de reforçar a direta associação com fadiga, com maior toxicidade, com piores desfechos cirúrgicos, com uma redução de funcionalidade e, sem dúvida, uma piora na qualidade de vida. A pesquisa do Ibranutri mostrou que, em pacientes desnutridos, que eram 48,7%, somente 6% receberam nutrição enteral, e apenas quatro pacientes receberam suplementos orais. Suplemento oral é um suplemento que o paciente toma pela boca mesmo – pode ser pó, pode ser líquido – e que contempla, auxilia esse paciente a atingir a meta calórica e nutricional dele em volumes pequenos, ajudando muito, sendo uma ferramenta extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

útil para a nutricionista ajudar o paciente a seguir melhor no seu tratamento em períodos de baixa aceitação alimentar.

Em relação ao custo de suplemento, eu fiz uma média aqui: um suplemento em pó com 500 calorias por dia, 36g de proteína por dia, teria o custo de R$16 por dose, em um mês R$960,00; um suplemento líquido que daria 600 calorias, 40g de proteína, R$19 a unidade, em um mês R$1.140. A questão é o acesso.

Eu trabalhei em duas realidades diferentes, por muito tempo, e é nítido que, quando o paciente, por si só, consegue comprar esse suplemento, ele segue melhor, principalmente, nas inter-internações, naquele período em que ele fica fora do hospital. É um paciente que fica mais estável, interna menos, porque ele consegue ter ferramentas que o auxiliam e fazem com que ele passe melhor quando não come tão bem.

Só trago para vocês lembrarem aqui a história de um paciente, o Sr. João. Vocês veem que ele já chega para a gente com uma perda de peso de três meses. Ele pesava 70kg e agora está com 58. Ele começa uma quimiorradioterapia já com disfagia, já com alteração da consistência que ele come. Ele é um paciente que não consegue engolir os alimentos em formato normal. Ele tem que, às vezes, usar um líquido para deglutir, para deixar esse alimento mais macio. E aí ele acaba internando por uma queda de estado geral com peso menor ainda, de 52kg.

Quando está internado, ele recebe suplementação nutricional. Ele consegue ter o ajuste alimentar. Ele vai de alta com três quilos a mais, 55. Só que ele vai para casa dele e não consegue comprar o suplemento. Ele não tem acesso. Aí, após 20 dias, ele volta para a quimioterapia com 51kg. Ele para o ciclo. Por quê? Broncopneumonia. Ele está emagrecido demais, com uma piora geral desse estado e aí a equipe vai avaliar se consegue operá-lo ou não.

Então, ele é um paciente que já chega debilitado e o próprio processo do tratamento o vai debilitando ainda mais. O suplemento alimentar ajuda, sim, quando ele está internado e quando ele consegue ter acesso a isso. No período em que ele fica fora, ele perde tudo o que... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lembrando para vocês que a nutrição é um investimento, tem um impacto positivo. O Arthur já falou sobre isso. Acho que um grande resumo é que, com um dólar investido, a gente economiza quatro, seja em reinternação, seja nas complicações que esse paciente tem.

Então, pensar em nutrição é pensar em eficiência, em eficiência de serviços, em aonde a gente pode colocar esse dinheiro de forma melhor.

Termino com essa frase: Nenhum paciente deveria perder a chance de receber nutrição adequada no seu tratamento. E completaria: Nenhum sistema deveria aceitar perder um paciente por falta de nutrição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Simone.

Eu passo a palavra, em seguida, à Dra. Viviane Dias, Chefe da Divisão Técnico-Assistencial do Instituto Nacional do Câncer (Inca), representando aqui o Ministério da Saúde.

Estamos prontos aí, doutora? (*Pausa.*)

Agora. Muito bem.

Fique à vontade, doutora.

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. É uma honra participar dessa audiência.

Eu acredito que as coisas não são por acaso. Foi providencial, primeiro, a apresentação de todos os profissionais que brilhantemente se apresentaram, porque, na sequência, vou fazer uma síntese do que foi conversado brilhantemente por todos eles.

Vocês estão conseguindo ver a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, saiu.

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Só um instante. A gente está com um problema sério aqui de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, doutora. Não está...

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – É, a gente está com um problema sério de acesso. Só um instantinho. (*Pausa.*)

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Vocês estão vendo agora?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, sim.

A SRA. VIVIANE DIAS RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Bom, excelente.

Meu nome é Viviane Dias Rodrigues. Eu sou nutricionista já há quase 30 anos e há 25 eu tenho a honra de trabalhar no Instituto Nacional do Câncer. Trabalhei muitos anos com o Nivaldo. Eu digo que fui a pessoa mais tempo chefiada por ele, foram 20 anos ininterruptos. Com isso, eu tive a oportunidade de construir todos esses instrumentos e todos esses documentos que o Nivaldo citou na apresentação dele, o que visava a justamente isto: trazer a equidade no atendimento ao paciente com câncer, fazer um panorama da nossa população oncológica e, com isso, poder trazer as melhores práticas. Eu fui Chefe do Serviço de Nutrição por dez anos. Hoje eu sou a Chefe da Divisão Técnico-Assistencial e nela a gente tem, sob esse guarda-chuva, fisioterapia, fonoaudiologia, farmácia, psicologia, o serviço de nutrição e o serviço social.

Hoje, dentro do Serviço de Nutrição do Hospital do Câncer I, que é onde eu chefiei, essa divisão, nós temos em torno de 30 nutricionistas se dividindo entre nutricionistas para o paciente internado e para o paciente ambulatorial.

Então, contextualizando o que vem a ser a terapia nutricional em oncologia, dito brilhantemente pelos nossos colegas, são intervenções nutricionais individualizadas que podem ser tanto por via oral, enteral ou parenteral que visam a justamente isto: prevenir e tratar a desnutrição, preservar a massa magra, reduzir toxicidades e manter a funcionalidade, principalmente a qualidade de vida desse paciente.

Aí a gente traz a importância da nutrição e dessa terapia. Como já foi dito aqui, pacientes com câncer apresentam alto risco de desnutrição. Cerca de 20% a 70% desses pacientes vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cursar para algum déficit nutricional. Isso vai ter um impacto direto na resposta ao tratamento. Otimizando essa terapia, você reduz essas complicações e internações. Com isso, você consegue ter uma rotatividade melhor, e o que a gente objetiva é melhorar essa qualidade de vida e principalmente a sobrevida desse paciente, trazer mais tempo de vida para esse nosso doente.

Eu trago aqui o que já foi dito pelo Nivaldo, desse estudo multicêntrico que foi o nosso Inquérito Brasileiro de Nutrição Oncológica, que envolveu as cinco regiões do Brasil. Então, a gente pôde trazer uma panorâmica de como era a situação nutricional desses pacientes através de uma ferramenta muito simples, que foi a Avaliação Subjetiva Global. Muitas vezes, para você diagnosticar esse paciente de risco, esse paciente desnutrido, você não precisa de grandes ferramentas, mas de ferramentas que sejam efetivas e eficazes. E aí a gente observou exatamente isto: que mais de 45% desses pacientes já apresentavam desnutrição ou a suspeita dela, mais de 45% desses pacientes apresentavam um escore altíssimo dessa ASG e, principalmente, impactos de sintomas que a gente sabe que cursam durante o tratamento, que são sinais como perda de peso, de apetite, deglutição, vômitos, e a localização da doença, que impacta diretamente nesse estado nutricional dessa nossa população, além da própria idade.

Se a gente pensar nisso, a gente pensa o quê? O que é mais nobre para o nosso corpo e faz com que esse intercurso do tratamento seja otimizado? É você preservar essa massa muscular, porque, através da preservação dessa massa muscular, você consegue fazer com que esse paciente tenha uma competência maior para que ele possa passar pelo intercurso de um tratamento como rádio, químio e a cirurgia. A gente sabe que adultos saudáveis têm uma taxa de perda muscular de 1% a 1,4% ao ano. Quando eu trago isso para a população oncológica, para o paciente com câncer, essa perda muscular no câncer pode ser 24 vezes superior à de um indivíduo saudável.

E aí eu trago para vocês a baixa prevalência de baixa muscular nas diferentes localizações tumorais. Então, a gente tem aqui um percentual elevado, principalmente em pacientes com câncer de pulmão, cabeça, pescoço, do trato gastrointestinal de uma maneira geral. E essa massa muscular, se você tem uma perda dessa massa muscular, uma não otimização dela, os seus desfechos clínicos podem ser extremamente deletérios. Então, você tem aí maior tempo de internação desse paciente, você tem uma piora na qualidade de vida, você tem mais tempo de internação por complicações maiores nesse pós-operatório. E, com isso, em tudo, você mantém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse paciente internado, você vai precisar de mais recursos para tratar esse indivíduo. Se esse indivíduo conseguir ser tratado precocemente sob o ponto de vista nutricional e principalmente com a preservação dessa massa muscular, esses desfechos, com certeza, vão ser minimizados.

Então, uma triagem, uma avaliação nutricional se torna mister nesse paciente. É imprescindível que a gente faça essa avaliação nutricional com pelo menos 48 horas da internação desse doente; idealmente, que isso aconteça 24 horas antes, é o que a gente procura trazer para nossa prática aqui dentro do Inca, do Hospital do Câncer I, utilizando os inúmeros instrumentos que os documentos e os *guidelines* nos norteiam, para que a gente possa identificar o quanto antes a situação nutricional desse paciente e conseguir intervir de forma precoce.

E aí, trazendo o que a minha colega Simone trouxe, quando você traz isso para o cálculo das necessidades nutricionais, você pode otimizar muito mais com o uso de suplementação nutricional para esse paciente, lembrando que ele está num momento de tratamento, que ele pode ter intercorrências desse tratamento que possam levar a uma queda dessa ingestão alimentar. E quando essa ingestão oral é inferior a 70 dias, é preconizado por diferentes *guidelines*. Aí é que eu trago o nosso Consenso Nacional de Nutrição Oncológica do Inca, trago as diretrizes brasileiras e também o Consenso Brasileiro de Nutrição Oncológica, que existem critérios para indicação. Então, se você já tem um paciente que traz para você uma queda de 70% dessas necessidades, já se faz imprescindível o uso de um suplemento nutricional oral para esse paciente. Você ajusta as consistências, mas também consegue manejar melhor esses sintomas, como mucosite, disgeusia, náuseas, o que é muito comum nessa nossa população.

Atentar para a questão do percentual da ingestão, se menor que 60%, otimizar uma via alternativa, como a nasogástrica, nasoenteral, a gastrostomia, jejunostomia, então, essas intervenções também se tornam necessárias e fórmulas específicas, conforme as necessidades desse paciente – hiperproteica, hipercalórica ou até mesmo imunomoduladora –, para a gente conseguir modular essa resposta inflamatória... (*Falha no áudio.*)

... resposta em pacientes, vai trazer um melhor resultado para essa nossa população.

Para pacientes desnutridos ou em risco nutricional e candidatos a cirurgias de grande e médio porte, já é preconizado o uso de terapias nutricionais com imunomoduladores para que a gente possa otimizar todo esse pós-operatório desse paciente e evitar as complicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente ditas. Caso não seja possível, há o recurso da parenteral. O Presidente, o Senador, falou também dessa necessidade. Ou enteral, ou oral, ou parenteral, na necessidade da inviabilidade de objetivos.

É importantíssimo envolver a família, ter a segurança alimentar também como norte, uma reavaliação contínua e o envolvimento da equipe multiprofissional, sempre com a individualização dessa terapia, adaptada às necessidades desse paciente, e também com foco na funcionalidade para avaliação. Essa funcionalidade é central para que os pacientes mais funcionais, como a Simone, a colega, disse, tolerem melhor o tratamento.

Pela atenção de todos, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Viviane.

Passo em seguida a palavra à Dra. Manuela Dolinsky, que é Presidente do Conselho Federal de Nutrição, por dez minutos. Por favor.

A SRA. MANUELA DOLINSKY (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Dr. Hiran. Queria cumprimentar os colegas Dr. Nivaldo, Dr. Arthur, Dra. Viviane e Simone, que estão *online*.

Sou Manuela Dolinsky, Presidente do Conselho Federal de Nutrição, nutricionista, docente há 31 anos, professora da Federal Fluminense, lá no Rio de Janeiro, como vocês podem observar, onde eu coordeno o Ambulatório de Dietética e Alimentos Funcionais. Também publiquei aí alguns livros na área.

Trago aqui, na verdade, o olhar e a missão institucional do CFN sobre a temática. Antes disso, a gente precisa passar pela missão do próprio Conselho Federal de Nutrição que, na verdade, coloca, precipuamente o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas relacionado à segurança alimentar e nutricional, sempre em benefício da sociedade.

Quando a gente fala em segurança alimentar e nutricional, eu não estou falando só alimentação e nutrição, estou falando, por exemplo, em nutrição especializada, como muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionado por aqui, eu estou falando de acesso à alimentação e nutrição sem comprometimento dos direitos humanos, dos demais direitos humanos. Essa é a nossa missão.

Numericamente falando, o sistema tem quase 250 mil nutricionistas distribuídos, não de uma forma homogênea, mas no Brasil inteiro. Nós também contamos com os técnicos em nutrição dietética. Então, somos, atualmente 11 conselhos regionais de nutrição, estamos em todas as jurisdições do nosso país e caminhando para ter um número de conselhos igual ao número de estados no Brasil.

Eu queria destacar que na nossa regulamentação da profissão, a lei de 1991 já coloca lá que a assistência dietoterápica hospitalar ambulatorial e em nível de consultório de nutrição dietética é, sim, uma atividade privativa do nutricionista. Então, só destacando: o nutricionista é um profissional de saúde generalista, ele não se forma especializado. O nutricionista pode atender todas as especialidades. É claro que a gente quer, salutarmente, que ele faça educação continuada e se especialize, sim, mas qualquer nutricionista pode atender paciente oncológico.

E aí a gente tem, no Conselho Federal de Nutrição...

Eu estou passando, tem um *delay*, eu passo demais, então desculpe, voltei aqui um pouquinho.

A gente tem a resolução que define quais são as especialidades, são 34 especialidades que nós temos lá definidas, e obviamente que a nutrição clínica em oncologia está lá colocada, como é importante.

O cenário brasileiro, eu não vou me repetir, muitos dos nossos colegas aqui já colocaram, mas eu quero só destacar alguma coisa desse cenário, principalmente relativa à prevenção. A gente tem essa estimativa, que as colegas já colocaram lá, de 700 mil novos casos de câncer por ano.

Há uma elevada proporção de diagnóstico em estágio avançado de câncer, o que é uma problemática, e com impacto direto sobre o estado nutricional, como muito aqui mencionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, a gente tem os cânceres mais incidentes na população brasileira, dentre os quais se destacam os tipos de cânceres totalmente relacionados à alimentação e nutrição. Como destaque a gente traz dessa magnitude.

E eu trago então um estudo, que eu acredito ser um divisor de águas da alimentação e nutrição, e seu impacto na mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis – em destaque o câncer. Esse foi um estudo que, embora seja de 2021, eu o considero um estudo clássico, que mostra o seguinte.

Primeiro, ele reuniu 195 países, e o Brasil estava lá colocado, fez um *follow up* de 1990 a 2017, e viu qual era o impacto de diversas variáveis sobre morbidade e mortalidade dessas populações. Esse estudo tem muitos resultados, mas eu destaco esse aqui, que mostra que a alimentação e nutrição são o principal fator de risco para todas as doenças crônicas não transmissíveis, inclusive o câncer.

Então, a gente vê lá que dietas ricas em sódio, pobres em grãos integrais, pobres em frutas, baixas em nozes, vegetais, enfim, são dietas que aumentam em muito o risco de câncer. Isso dá à alimentação e nutrição, e ao nutricionista, um protagonismo muito grande em prevenção, que eu gostaria, Dr. Hiran, de destacar nesta Mesa: a prevenção é sempre muito melhor e menos custosa do que o próprio tratamento.

E outros estudos mais recentes corroboram esses dados, colocando ali que o padrão dietético, de fato, reduz o risco de todos os tipos de câncer. A gente tem alguns artigos publicados em revistas de impacto mostrando justamente isso; e o contrário, o alto consumo de alimentos ultraprocessados aumentando em muito o risco de câncer.

Sobre desnutrição e mortalidade por câncer, nossos colegas já mencionaram bastante aqui. Então, a gente tem apenas que sublinhar, que a má nutrição impacta, de uma forma significativa, no risco de mortalidade por câncer. Então, esse risco é 70% maior de mortalidade por todas as causas; e 49% maior de complicações por quimioterapia e toxicidade por ela.

Em relação ao prognóstico relacionado à composição corporal, também aqui é importante destacar que a baixa muscularidade, a sarcopenia, é um fator prognóstico independente, como muito já foi também mencionado aqui. E que a sobrevida mediana de pacientes é quase duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes menor do que aqueles com muscularidade normal. Então, há o impacto real da composição corporal na mortalidade nesse paciente.

Em relação à atuação do nutricionista, a gente vai destacar, sim, quais são os pontos positivos de o nutricionista estar na pauta legislativa em relação a essa temática. O primeiro aspecto diz respeito à intervenção nutricional. Então, a presença do nutricionista no cuidado multidisciplinar certamente traz uma triagem precoce e individualizada, ajustes de dieta, dos suplementos, da nutrição especializada, como aqui colocado; obviamente que reduzem os efeitos colaterais e melhoram, sim, a resposta ao tratamento, à qualidade de vida e à sobrevida.

Por outro lado, outro ponto positivo é o monitoramento do estado nutricional. Então, a avaliação nutricional é muito importante para avaliar a composição nutricional desses pacientes, identificando rapidamente esse risco nutricional, e a terapia nutricional iniciada cedo aumenta a sobrevida. Obviamente que incluir esse profissional no debate legislativo reforça, sim, a importância dessas evidências.

Por outro lado, quais seriam os pontos negativos, ou seja, a ausência do nutricionista na pauta legislativa, em relação a essa temática? Aumenta o risco de negligência, sem a menor sombra de dúvidas. Então, a desnutrição em decorrência do câncer tende a ser subdiagnosticada. Diversos estudos mostram isso. Falta triagem padronizada e suporte adequado. Mais da metade dos pacientes já inicia o tratamento em risco nutricional, que é o que nós não queremos. Por outro lado, também pioram os desfechos clínicos. Então, pacientes desnutridos têm menos massa magra – a gente já falou aqui – para tolerar quimioterapia, mais infecções, e têm pior recuperação das cirurgias. Então, o risco de desnutrição aumenta 70% a mortalidade e as complicações por quimioterapia.

Nesse sentido, os benefícios para o paciente da terapia nutricional orbitam em quatro aspectos principais, como a redução de complicações e toxicidades, a melhoria da qualidade de vida, a otimização do tratamento e, conseguinte, a redução de custos hospitalares e sociais também.

Por fim, quais seriam as propostas na agenda legislativa, prezados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem o PL 2.514, de 2023, que já tramitou pela Câmara e chegou ao Senado, e a gente solicita algumas inclusões para a melhoria do texto legislativo desse PL. Essas inclusões destacam três aspectos principais. O primeiro é o fortalecimento da terapia nutricional como parte essencial do tratamento oncológico, e aí a gente coloca um texto, nessa nossa nota técnica, em que não vou me alongar aqui.

O segundo aspecto é a garantia de cuidado multiprofissional e do direito humano à alimentação adequada, que faltou destacar nesse PL – viu, Senador? –, o 2.514, de 2023.

E, por fim, o terceiro aspecto seria...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MANUELA DOLINSKY – ... o aperfeiçoamento do marco legal com a inclusão do nutricionista, sim, por todas as razões mencionadas aqui durante toda a audiência pública, no art. 7º do estatuto.

Então, assim, a gente encerra dizendo que nutrição é prevenção e tratamento, não apenas tratamento, colocando-nos à disposição, novamente agradecendo pelo convite ao Senador Dr. Hiran.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Manuela Dolinsky.

Eu quero aqui ressaltar o compromisso desta Comissão, que tem à frente a minha querida amiga Senadora Dra. Eudócia e que, com esse gesto...

Aliás, vocês sabem que a nossa TV Senado é um canal que tem uma capilaridade nacional imensa. Então, aquelas pessoas que estão nos assistindo sabem do compromisso da nossa Senadora Eudócia com o fortalecimento do enfrentamento dessa doença pandêmica e crescente no mundo.

E ao convidar membros da equipe multiprofissional da saúde – e vocês são, como nutricionistas, extremamente competentes –, a gente dá uma sinalização da importância do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento do câncer de uma maneira multifacetada, envolvendo as nossas profissões, que têm esse viés, esse mistério de cuidar das pessoas, de minorar seu sofrimento.

Enfim, eu estou muito feliz de estar tendo essa oportunidade de substituir a minha querida Eudócia nessa pertinente audiência pública, que, certamente, vai sensibilizar o Senado para encaminhar esses projetos.

Eu entendo a ansiedade de vocês. Eu passei mais de dez longos anos tentando aprovar o projeto de pesquisa clínica em seres humanos, desde quando eu era Deputado, e a gente foi passando de Comissão em Comissão. Quando eu me elegi Senador, deixei esse projeto fundamental, para garantir acesso às pessoas que têm patologias graves de difícil tratamento, cânceres, no Plenário da Câmara, e eu tive a felicidade de ser eleito Senador. O Deputado Pedro Westphalen aprovou esse projeto já no Plenário, e eu aqui relatei, aqui no Senado; aprovamos por unanimidade. O Governo brasileiro vetou grande parte do texto que nós tínhamos discutido durante dez anos – vejam bem, uma canetada e vai tudo embora –, e aí nós derrubamos o veto, e essa lei está em vigor e está sendo, inclusive, regulamentada pelo Ministério da Saúde do nosso país. Mas tem, inclusive, entidades questionando a constitucionalidade da lei.

Para a senhora ver a dificuldade que a gente enfrenta aqui no Parlamento, dada a diversidade de pensamento, e que a gente respeita muito, mas vamos tentar sempre aqui, através das nossas argumentações e do convencimento, fazer o que é melhor para o povo brasileiro.

Quero aqui passar a palavra para o Sr. Herbet Motta, que é membro voluntário da Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço do Brasil, e agradeço muito a sua presença. Eu acho que você vai ser, aqui, a testemunha viva daquilo tudo que nós falamos aqui. Por isso, com muita honra, passo a palavra a você, lhe dando as boas-vindas, em nome da nossa Presidente, Senadora Eudócia, por favor.

O SR. HERBET MOTTA (Para expor.) – Eu agradeço, senhoras e senhores da mesa, e senhoras e senhores presentes, boa tarde. Me chamo Herbet, sou morador de Brasília e, em 2019, eu fui diagnosticado com câncer. Entre o diagnóstico e a cirurgia, foi um processo rápido.

Sou servidor público federal e já tinha plano de saúde, mas eu descobri, nesse período, que planos de saúde não gostam de câncer, porque houve uma enorme dificuldade para a realização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos exames, alguns exames que são mais caros, e eu ouvi de cinco médicos do meu plano que não realizariam a cirurgia pelo plano. Os valores, em 2019, foram de R$190 a R$250 mil. Para o meu universo, bem inviável.

Feita a cirurgia, eu fiquei mais ou menos – acredito aqui já que eu estava meio inconsciente – mas passei um período na UTI e, depois, na internação, posteriormente, cinco meses com o uso da sonda nasogástrica. Dentro do hospital, eu tinha alimentação garantida, mas a partir da alta, eu recebi uma bolsa de alimentação e mais nenhuma informação.

Então, a minha esposa foi providenciar a alimentação, e eu tenho nota de quase todas as compras – algumas talvez não... Mas, em 2019, iniciozinho de 2020, a soma dessa alimentação chegou a uma ordem de um pouquinho mais de R$12 mil, o que felizmente foi possível adquirir, mas já apresento que, com certeza, fui muito feliz, porque para grande parte não seria possível. E, quase ao final da minha alimentação, fui informado por um colega de tratamento que, durante as consultas de quimioterapia e radioterapia, fiquei conhecendo, que isso era fornecido pelo hospital. Não sei por que não me disseram, não é? Mas tudo bem.

Então, essa foi, assim, uma das dificuldades que eu tive que superar.

A grande importância do atendimento multidisciplinar é fantástica, porque não é só cirurgia. Após a cirurgia, inicia-se outra parte desse tratamento. Aí entra odontólogo, fonoaudiólogo, nutricionista, o psicológico...

Como eu tinha plano e, diga-se de passagem, era superior... Eu tinha plano de saúde, mas não era um plano inferior, não, era um plano superior. Como servidor público federal, eu fazia questão de ter o plano, e fiquei muito triste de não ser atendido em hospital particular, com o meu plano.

Então, por trabalhar na Universidade de Brasília e também ter trabalhado no Hospital Universitário, eu conheci muitos profissionais médicos, atendi muitos médicos na época, com o meu trabalho, e, por insistência de uma amiga enfermeira, fui fazer uma consulta no hospital, e já levei vários exames. Aí ele falou: Que ótimo que você trouxe os exames. Falei para ele das dificuldades, que nenhum médico realizaria a minha cirurgia pelo plano, e ele me disse: Olha – eu já tinha ouvido isso de todos os médicos –, tempo é um tesouro que você não tem. Ele confirmou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso e falou: Se você quiser se internar na quarta, da próxima semana, eu faço a sua cirurgia na quinta-feira.

Eu já estava tentando, e pensando em entrar com ações contra o plano de saúde, mas, devido a esses comentários de todos os médicos, eu aceitei a proposta. E, só para informar, antes do final da cirurgia, o médico foi conversar com a minha esposa e falou: Foi em cima da hora. Mais um pouquinho, a gente só ia fechar.

Então, assim, se estou vivo, foi graças a todo esse processo que ocorreu – no particular e no público –, essa rapidez com que veio a proposta da cirurgia.

Muitas pessoas morrem por falta de atendimento. Eu estou falando aqui de Brasília, gente, que é a capital. Aí fora é bem pior, com certeza.

Fazendo parte da ACBG Brasil (Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço) e a representando – a nossa Presidente, Melissa Medeiros, gostaria muito de estar aqui, mas, devido a alguns problemas, não foi possível –, nós temos alguns encontros nacionais, no caso, com profissionais de todo o Brasil e alguns pacientes. Eu, como representante de Brasília, participo desses encontros.

Gente, eu já ouvi em um desses encontros – isso é uma denúncia – que, apesar da lei, apesar de o material estar garantido, de a verba estar garantida – foi de um profissional de saúde que eu ouvi isso durante um desses encontros –, a recomendação era: não fale para o paciente.

Por exemplo, a laringe eletrônica, que foi uma luta da ACBG: hoje é garantida através dessa luta de alguns anos, e já existe a lei, que é uma lei federal, que garante essa entrega logo da laringe para o paciente; alguns estados não informam ao paciente, não entregam ao paciente o aparelho, quando ele sai de uma laringe, por exemplo. E os profissionais da equipe são orientados a não falar e, quando falam, às vezes, eles recebem repressão. Não entendo o porquê, mas tudo bem.

Mas, gente, alimentação. Claro, é muito importante; o preço é exorbitante para muitas pessoas. Só para dar uma ideia, eu tinha 107kg quando eu fui fazer a cirurgia, em 2019; eu tenho mais ou menos 83,5kg. Eu tinha uma vida atlética, então eu tinha um porte físico, assim, avantajado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpa a interrupção.

Você se incomoda de dizer qual era o tipo de câncer que você teve?

O SR. HERBET MOTTA – Foi um câncer na face, uma neoplasia. Ela estava abaixo da pele, na mucosa, e isso me levou... No globo ocular, eu estou usando uma prótese, gente. Inclusive, hoje eu coloquei a prótese – até trouxe a minha boina e não era nem para eu trazer, eu só faço uso da boina porque eu uso um tapa-olho, que eu tive que usar por muito tempo – e, por muito tempo também, eu não fiz uso de prótese bucal. Eu perdi metade do meu maxilar superior – metade!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E você também fez uma enucleação, né? Tirou o olho...

O SR. HERBET MOTTA – O olho, o osso facial – esse afundamento aqui na minha face – e parte do palato duro e mole. Para quem não conhece, já que está sendo transmitido, é o céu da boca. Gente, eu tenho uma obturação – que é a palavra técnica –, eu tenho um buraco que vai do céu da boca e que se comunica com o meu globo ocular, porque eu perdi a base do meu olho também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olho esquerdo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERBET MOTTA – Retirada a sonda nasal, a minha vida poderia ser normal, mas eu tinha que me alimentar. E como me alimentar? Foi quando entrou o trabalho da fonoaudiologia para me ensinar a comer, porque essa prótese não veio logo de imediato. A prótese veio depois. E detalhe: ela não estava muito bem adaptada. Essa minha prótese de hoje foi – por convite da ACBG para que eu fosse à Florianópolis – para que um profissional bem qualificado, pós-doc, realizasse para mim a confecção da prótese bucal e a prótese do olho.

Então, por isso é que eu tive que usar tapa-olho por bastante tempo. As outras próteses me machucavam muito. Às vezes, até preferia comer sem porque me evitavam dores, vamos dizer assim – desgastar a minha boca, machucar a minha boca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de também frisar que essa atenção é muito importante, e a criação da lei é muito importante, mas é muito importante também que seja feito o cumprimento dessas leis, porque já existem bastantes leis que garantem muitos direitos às pessoas, mas infelizmente o cumprimento não é 100%. Inclusive, tem muitos diretores de hospitais que já colecionam mandados judiciais, etc.

Eu tenho – por exemplo, só para acrescentar – um colega que foi diagnosticado agora, um amigo meu, diagnosticado com câncer, e a indicação de urgência, urgentíssima para uma cirurgia, isso em outubro de... foi agora, no ano passado – urgentíssima, vermelho. Ele realizou a cirurgia agora em julho e tem tido, de julho para cá, bastantes complicações, e agora a equipe médica falou para a esposa dele que ele pode ir para casa. E a ele foram oferecidos ir para a casa ou então para uma casa de acompanhamento – acho que é esse o nome que se dá.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Cuidados paliativos.

O SR. HERBET MOTTA – Isso, e ele falou que prefere morrer em casa. Isso é muito triste, gente. Ele prefere morrer em casa. Para quem teve um diagnóstico em outubro, quer dizer, ele perdeu muito tempo, porque o câncer voa. Quem tem câncer não pode esperar – não pode esperar.

O meu começou com um leve inchaço, um pequeno, muito pequeno inchaço. E, apesar de eu ter feito a cirurgia rapidamente – e ter levado esse tempo todo com ele – , porque, quando eu fui já para a cirurgia, eu já estava com um inchaço bem significativo, e a gente fica vendo pessoas na fila que esperam primeiro cirurgia, depois é rádio e químio. Então assim... E a lei hoje garante 90 dias para quem é diagnosticado com câncer, mas o hospital não tem condição – o meu colega teve desmarcada a cirurgia dele duas vezes.

Mas então é isso.

Eu posso dizer que eu me alimento razoavelmente bem. Apesar das dificuldades, agora com a prótese é bem melhor, mas a perda de quase 30kg, pouco mais de 30kg, é devido a essas dificuldades em ter uma alimentação adequada. E, graças a Deus, apesar de ter tido todo esse acesso à alimentação, eu não entendi algumas coisas que aconteceram nesse meio do processo. Por que eu não fui informado inicialmente? Foi um custo muito significativo, quase R$12 mil em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019. E o que as pessoas têm por aí é isso – na capital do Brasil! Eu devo frisar isso porque, fora da capital, com certeza, em estados que estão mais à margem do Brasil, é bem mais difícil, não é?

Então é isso.

As falas aqui foram excelentes, viu, gente? Vocês conseguiram – todos os profissionais aqui presentes – passar muito bem todo esse processo aí para vocês. E é exatamente isso que a gente vive nesse processo. E digo: não é uma caminhada, não; é uma corrida de 400m profissional, onde segundos, horas, dias são muito importantes e fazem muita diferença.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, viu, Herbet. Obrigado pela sua participação, uma participação marcante aqui, que sensibiliza as pessoas.

E, meu amigo, senhoras e senhores, eu sou médico há 44 anos. Eu acho que muita gente que está aqui não tinha nascido quando eu me formei. E eu sou médico num lugar longínquo. Eu sou médico... Eu sou amazonense, fiz residência médica no Rio e fui fazer medicina e oftalmologia em Roraima. Eu sou médico legista federal, médico do Ministério da Saúde, e continuo sendo oftalmologista até hoje, ativo.

Pasmem, no meu estado, nós não temos um ciclo completo de tratamento de câncer. Nós vamos inaugurar nossa primeira unidade de rádio e braquiterapia agora. Está pronta. Nós estamos montando a equipe multiprofissional para trabalhar na unidade, porque não adianta acelerador, braqui, se não tiver equipe qualificada, preparada, para enfrentar e cuidar desses pacientes. E as pessoas que têm câncer e precisam de cirurgia – tem químio também –, mas, quando vai para a rádio ou braqui, têm que entrar numa fila de um negócio chamado TFD (Tratamento Fora de Domicílio).

Assim é o Brasil. O Brasil é assimétrico, mas...

O SR. HERBET MOTTA – Se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERBET MOTTA (Para expor.) – Se o senhor me permite, o senhor conhece muito bem a bomba de cobalto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim.

O SR. HERBET MOTTA – Em algumas regiões do seu estado ainda é utilizada essa bomba de cobalto. Para quem não sabe, a bomba de cobalto é...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Jurássica.

O SR. HERBET MOTTA – Ela explode o tratamento radioterápico, só que ela não fica localizada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Têm pouca seletividade.

O SR. HERBET MOTTA – Os equipamentos modernos hoje fazem uma localização. É bem localizado. A bomba de cobalto, quando ela explode, vai para tudo. Claro que isso, muito provavelmente, pode trazer consequências graves, principalmente para o olho e vai para todo o rosto. Isso agravando ainda mais as questões de salivar, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Efeitos colaterais...

O SR. HERBET MOTTA – Isso, efeitos colaterais graves.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Extremamente graves.

O SR. HERBET MOTTA – Tá?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

Olha só, eu também quero registrar que houve participação remota nessa nossa audiência pública.

A Sarah, de Santa Catarina, pergunta: "O que a gestão pública enxerga como prioridade para reduzir o número de tratamentos interrompidos ou atrasados pela desnutrição?".

Lucas, de São Paulo: "Quais são as barreiras atuais para implementar triagem nutricional sistemática e cuidado nutricional individual nos serviços oncológicos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ana, do Distrito Federal, pergunta: "Como reduzir desigualdades regionais no acesso à terapia nutricional para pacientes oncológicos no Sistema Único de Saúde?".

Adelgício, de Minas Gerais: "Hoje temos muitos nutricionistas e seria importante haver mais profissionais desta área especializados na nutrição de pacientes oncológicos".

A Dayane, do Rio de Janeiro, afirma que: "Ampliar vagas de residência multiprofissional com foco em oncologia e terapia nutricional nas regiões com maior déficit de profissionais".

Isso seria uma ideia, uma sugestão importante.

Eu vou passar aos nossos painelistas aqui para que eles possam fazer as suas respostas, e nós encaminharemos as respostas às pessoas que participaram remotamente desta audiência pública.

Quero também, em nome, mais uma vez, da nossa querida Senadora Dra. Eudócia, Presidente desta Comissão, saudar todos que nos assistiram aqui, agradecer a todos os painelistas que fizeram essas exposições extremamente importantes, extremamente pertinentes.

Agradeço a todos vocês pela participação – àqueles que estão aqui presencialmente e aos nossos expositores que o fizeram de maneira remota.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação dessa ata.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a todos vocês, desejando-lhes um excelente seguimento e final de semana. Que Deus os abençoe!

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e treze minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Magno Malta, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1299, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CSP. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4750, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 59, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Omar Aziz, de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3084, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 60, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Eduardo Braga, de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2951, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento das Emendas n°s 1 e 2, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda n° 3. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2951/2024. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3951, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda n° 2-CAE, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 3951/2019. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5391, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CSP e 2–CSP, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 1-CSP-CCJ, 2-CSP-CCJ e 3-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 58, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Sergio Moro, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 542, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1–CMA. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-CMA. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 61, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Sergio Moro, de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3000, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para determinar o perdimento e a destruição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de maquinários, produtos, subprodutos e instrumentos utilizados na fabricação clandestina de cigarros e outros derivados de tabaco." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus (*Ad hoc*), substituiu Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 231 da Constituição Federal, para permitir aos índios produzir e comercializarem livremente sua produção e prever a obrigação da União de prestar-lhes auxílio técnico." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para aguardar realização de audiência pública. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 57, de 2025-CCJ, de iniciativa dos Senadores Rogério Carvalho e Jaques Wagner, para a realização de audiência pública. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 196, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1791, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 64, de 2025-CCJ, de autoria dos Senadores Mecias de Jesus e Sérgio Petecão, de urgência para a matéria. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3191, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de obstrução de via pública mediante uso de barricadas para fins de cometimento ou ocultação de crimes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda n°1-CSP. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CSP-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 63, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Carlos Portinho, de urgência para a matéria. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1469, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CSP a 5-CSP. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 3-CSP-CCJ a 5-CSP-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 62, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Jorge Seif, de urgência para a matéria. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 2759, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e por sua reautuação como projeto de lei complementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 56, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública sobre o PL 5582/2025." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 57, de 2025** que: "Requer audiência pública para instruir a PEC 10/2024." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 58, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5391/2020, que "altera a Lei nº11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 59, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4750/2025, que "altera a Lei n° 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 60, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3084/2025, que "altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 61, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 542/2022, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 62, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1469/2020, que "altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 63, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3191/2024, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de obstrução de via pública mediante uso de barricadas para fins de cometimento ou ocultação de crimes”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 64, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1791/2019, que “altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização”" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 40ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apreciação do item 1 ao item 14.

Tem um requerimento aí de... Tem um requerimento? (*Pausa.*)

Há um requerimento à Mesa de iniciativa do Senador Alessandro Vieira.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 56, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública sobre o PL 5582/2025.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Requer, de acordo com o Regimento do Senado Federal, a convocação, o convite para uma audiência pública, que será realizada no dia 2 de dezembro, com representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Receita Federal, Polícia Federal, representantes do Conselho Nacional de Segurança Pública, representantes da sociedade civil e representantes das polícias militares, além dos representantes do Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa audiência pública destina-se à discussão do projeto de lei vindo da Câmara dos Deputados antifacção, que está a tramitar aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu considero da maior importância a apreciação desse projeto ainda neste ano, até porque é um projeto que, ao meu ver e pela análise que fiz, é um projeto bem consistente para inibir o crime organizado, combater as facções, tomando decisões importantes nesse sentido.

Portanto, eu coloco em votação o requerimento da iniciativa do Senador Alessandro Vieira.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – São dois pedidos, na verdade.

O primeiro deles é que V. Exa. pautasse o projeto de lei sobre a exceção da verdade, uma vez que o Senador Sergio Moro já apresentou o seu parecer, e o colocasse para deliberação. Esse é o primeiro pedido.

O segundo é um pouco mais complexo, e eu gostaria de circunstanciá-lo. Trata-se da PEC 16, de 2019. Na verdade, são duas propostas, que ambas... A PEC mais antiga, portanto, à qual são apensadas as demais, versa sobre mandato de Ministro do Supremo.

Já houve dois Relatores. O primeiro Relator foi o nosso querido amigo, seu também, Antonio Anastasia. Posteriormente foi designada a Senadora Tereza Cristina, que hoje não integra a Comissão.

Por isto, ele está deserto, salvo alguma alteração que tenha havido, num momento, Presidente, em que ele seria muito oportuno, pelo menos no debate. Não estou dizendo que ele deveria ser aprovado. Eu votaria a favor. E quero dizer que informei aí isso ao Senador Rodrigo Pacheco, que é defensor desse projeto, mas eu não quero entrar no mérito dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de substituir o atual processo de escolha de Ministro do Supremo. Eu não vou falar aqui o que eu penso que está acontecendo, mas cada vez são mais jovens. Percebeu, Senador Omar Aziz? É um concurso para ver quem é que fica mais tempo. Eu não quero entrar no mérito, mas eu acho que a discussão de uma alternativa a este método de escolha, que vem sendo muito criticado ultimamente – só a discussão disso –, eu acho que seria saudável.

Então, eu tomo a liberdade de lhe pedir que o senhor designe um Relator, já que ele está deserto, salvo o melhor juízo, e que ele possa, pelo menos, vir a lume, uma vez que ele está escondido. Ele está por omissão nossa; não sua, mas nossa. Não debater esse assunto, neste momento, eu acho que é sinal de omissão.

Então, o meu pedido é que V. Exa., com o seu critério, que tem merecido o nosso aplauso e meu pessoal – V. Exa. sabe disso, e aqui estou falando rigorosamente e ponderadamente –, designe. Acho que não será ruim, qualquer que seja a opinião do Relator, o debate deste tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Deixe-me só responder, Senador. O primeiro questionamento de V. Exa., o Projeto de Lei 1.579, está pronto para apreciação. O Projeto de Lei 893, que modifica a Lei 1.579, vai ficar para a pauta da próxima quarta-feira. E do outro, eu vou designar um Relator, vou consultar aqueles que tenham o nível, um dos que têm o nível do ex-Relator, o Senador Antonio Anastasia, que é um conhecedor dessa matéria, e retorno a V. Exa.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, quero aqui endossar o pedido do Senador Amin e também pedir vênia aos colegas e a gentileza de V. Exa. se for possível – eu tenho dois projetos da minha relatoria que são bem simples, que são o seis e o sete –, se nós poderíamos inverter a ordem logo após o projeto do Senador Omar Aziz, porque eu estou na CPI do Crime Organizado, e hoje ficou um dia bem complicado. Aí peço a compreensão até em prêmio da assiduidade que eu tenho tido nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, ficando até bem mais tarde, até o final dela, na maioria das vezes. Se for possível atender, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Farei como pede V. Exa., Senador Sergio Moro. Logo após a relatoria do Senador Omar Aziz...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como ele tem que ir mesmo para a CPI do Crime Organizado, eu não tenho problema de ele ler logo os dois projetos que são pequenos, e eu leio depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, com a palavra o Senador Sergio Moro para relatar o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5391, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 2– CSP, com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública.

Passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço a gentileza do colega Omar Aziz, também dos demais Senadores pela compreensão e a anuência de V. Exa.

Projeto de Lei nº 5.391, de 2020, de autoria do Deputado Federal Carlos Jordy, já aprovado na Câmara, que altera a Lei nº 11.671, que trata dos estabelecimentos penais federais de segurança máxima.

Só para esclarecer muito rapidamente o projeto, ele basicamente prevê que alguém condenado por assassinato de policiais vai cumprir pena preferencialmente em presídio federal de segurança máxima. Em síntese, esse é o teor do projeto.

Passo à análise.

Não observamos, no PL, vício de inconstitucionalidade nem de injuridicidade, tampouco óbice de natureza regimental. A matéria versa sobre direito penal, em sentido amplo, que se insere na competência legislativa da União.

No mérito, a proposição se revela conveniente e oportuna.

O inciso VII do §2º do art. 121 do Código Penal trata do homicídio praticado contra autoridade ou agente relacionado nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau.

A remissão aos artigos da Constituição indicados evidencia a incidência da qualificadora quando o homicídio for praticado contra autoridade ou agente das Forças Armadas ou das forças de segurança pública.

É discutível, no entanto, a aplicação da qualificadora em comento aos casos envolvendo guardas municipais ou agentes de trânsito.

Diante disso, a motivação do PL é a melhor possível: reforçar a proteção dos militares e policiais ao estabelecer que o preso provisório ou o condenado pela prática do crime tipificado no inciso VII do §2º do art. 121 do Código Penal será preferencialmente recolhido em presídio federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso até é uma medida mais ainda necessária depois dessa Operação Contenção, na qual houve seis óbitos de policiais, e o entendimento é que alguém que mata um policial oferece periculosidade e precisa realmente ser recolhido a presídio federal de segurança máxima.

A prática desse tipo penal específico revela intensa ousadia do criminoso e a sua segregação em estabelecimento penal de segurança máxima irá ainda proteger os demais agentes públicos.

O projeto propõe, ainda, alterações à Lei de Execução Penal para aperfeiçoar o instituto do RDD. A inclusão nesse regime é uma especial sanção disciplinar nos termos do art. 53, inciso V, da Lei nº 7.210.

Para além de ser aplicável ao homicídio contra militares e agentes da segurança pública, o PL propõe a inclusão no RDD dos presos que tenham reiterado na prática de crimes cometidos com violência à pessoa ou grave ameaça, hediondos ou equiparados. A reiteração delitiva para tal fim será reconhecida a partir da segunda condenação, não se exigindo o trânsito em julgado para tanto.

É explicitado, ainda, que, durante a submissão do preso ao RDD, não poderá ser concedida progressão de regime ou livramento condicional, bem como que decisão judicial em caráter liminar poderá incluir o preso em regime disciplinar diferenciado, mantida a necessidade de manifestação do Ministério Público e da defesa, mesmo que diferida. São também medidas meritórias e que aperfeiçoarão o importante instituto do RDD, que em muito tem contribuído para a diminuição dos motins e rebeliões em nosso sistema prisional.

No mais, observo que a Emenda nº 1-CSP, apresentada por mim no curso das discussões no âmbito da CSP e por ela aprovada, promove aperfeiçoamento de natureza redacional, pois apenas exprime regra que soa óbvia, no sentido de não limitar o uso preferencial da videoconferência para atos processuais apenas aos casos de homicídios contra profissionais da segurança pública e militares. Essa deve ser a regra para todos os presos de alta periculosidade.

Também oportuna é a emenda de redação ofertada pelo Relator da matéria na CSP, para substituir a expressão "presídio federal" por "estabelecimento penal federal", que é o termo técnico correto utilizado pela legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, apresento ajuste redacional ao §8º proposto ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para conferir maior precisão conceitual quanto aos institutos da reincidência e da reiteração delitiva. Busca-se explicitar que o reconhecimento da reiteração delitiva não depende da configuração da reincidência, de modo que não se exige a existência de condenações definitivas anteriores à prática de novo crime para que reste caracterizada a reiteração na prática delitiva. Corrige-se também um erro de redação no texto da Câmara, pois o reconhecimento da reiteração delitiva também não depende da existência de prévias condenações criminais provisórias. Com efeito, é inclusive aceita na praxe a decretação de prisão preventiva quando caracterizada a prática em série de crimes, sem a necessidade de que eles também tenham sido objeto de prévia condenação.

Vou ao voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 5.391, de 2020, bem como das Emendas de Redação 1 e 2- CSP, e pela apresentação da seguinte emenda redacional:

> EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)
> Promova-se o seguinte ajuste redacional no § 8º proposto ao artigo 52 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, nos termos do art. 3º do PL nº 5.391, de 2020:
> "Art. 52 .....
> .....
> §8º Para efeitos do disposto no inciso IV do § 1º deste artigo, o reconhecimento da reiteração delitiva não dependerá da configuração da reincidência.
> ....."

É o voto, Sr. Presidente.

Em síntese, como disse, é basicamente para que alguém que foi condenado ou preso preventivamente por assassinato de agentes da segurança pública, notadamente policiais, cumpra preferencialmente sua pena nos presídios federais de segurança máxima, e também traz disposições a esse respeito no RDD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já foi aprovado na Câmara, foi aprovado na CSP e as emendas que estamos fazendo são apenas de redação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Pergunto a V. Exa. se quer encaminhar o requerimento de urgência para o...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Quero pedir requerimento de urgência para a matéria.

Considerando o contexto que estamos hoje vivenciando de demanda da sociedade, da população em relação à segurança pública, pediria que fosse promovida urgência junto ao Plenário, para aprovação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco, como pede o Senador Sergio Moro, o requerimento de urgência para votação e encaminhamento ao Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor me permite, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero destacar, no plenário, a presença do Deputado Federal Capitão Alden, do nosso Estado da Bahia.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Por se tratar... Eu queria fazer um brevíssimo comentário sobre o projeto de lei de que aprovamos a urgência. Ele, além de ser urgente, Presidente, é oportuno em face do que as estatísticas estão mostrando sobre mortes tanto de policiais quanto de outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, com as Emendas nºs 1-CSP-CCJ, 2-CSP-CCJ, e com a Emenda de Redação nº 3, da CCJ.

A matéria vai, em regime de urgência, para o Plenário do Senado Federal

O item 7 também...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Otto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que, se possível, o item 4... Essa matéria já foi lida; todavia foi feita aqui uma emenda do Senado Alessandro. Eu gostaria, tendo em vista que eu tenho outras Comissões para ir agora... Seria para o senhor... É curta a apresentação do meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida.

Assim que o Senador Sergio Moro concluir o relatório do item 7, que ele está também com outra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... reunião, em outra Comissão. Aí eu passo a V. Exa.

Senador Sergio Moro, item 7, e Senador Oriovisto Guimarães.

Pela ordem, Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para lembrar que eu pedi a inversão de pauta, se o senhor puder antecipar o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, o item 5. Então, nós teremos o Senador Sergio Moro com o item 7. Como o Senador Oriovisto pediu antes, o Senador Oriovisto, depois o Senador Jayme Campos, depois o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu abri mão porque ele tem a CPI do narcotráfico lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, eu percebi que V. Exa. estava numa serenidade tão grande que queria ficar até o fim da sessão comigo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, eu cheguei primeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque a sessão vai até as 14h; seria uma companhia agradável. Além de ser vizinho de V. Exa., ficando aqui até o final, seria muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sergio Moro.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 542, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1 – CMA.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço aqui a gentileza e a compreensão dos colegas. É muito rápido aqui o item 7.

Projeto de Lei nº 542, de 2022, de autoria do Deputado Federal Vinicius Carvalho, que altera a Lei nº 9.605 (Lei de Crimes Ambientais), para estabelecer que não configura crime a poda ou o corte de árvore em logradouros públicos ou em propriedades privadas no caso de não atendimento pelo órgão ambiental do pedido de supressão feito em razão da possibilidade de ocorrência de acidente, e permite a contratação de profissional habilitado para a execução do serviço de poda ou de corte de árvore. O projeto é da Câmara.

Aqui também – para esclarecer os colegas rapidamente – prevê a possibilidade de contratar um profissional habilitado para fazer uma poda em árvore, se em 45 dias não houver autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do órgão ambiental responsável e quando houver risco de acidente, para diminuir burocracia e permitir um atendimento ao cidadão.

Vou à análise.

Quanto à constitucionalidade formal da proposta, a matéria envolve direito penal, o que atrai a competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. Não há nenhum vício a ser reconhecido.

A proposta inova o ordenamento jurídico, já que promove alteração na Lei de Crimes Ambientais. O PL se mostra efetivo, pois produzirá consequência prática importante, ao reduzir excessos punitivos. A espécie normativa é adequada.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno.

No mérito, a proposta legislativa é adequada, proporcional e digna de aprovação.

A exposição a perigo, ante iminente acidente em razão da falta de poda ou de corte de uma árvore, é motivo suficiente para excluir a ilicitude da conduta descrita no *caput* do art. 49 da Lei de Crimes Ambientais.

Com efeito, ao demorar para decidir em tempo hábil acerca dos pedidos de podas de árvores, o poder público coloca em risco a integridade física e o patrimônio das pessoas. Não é razoável punir o cidadão que, diligentemente, procura prevenir acidentes.

O PL equilibra adequadamente os interesses em jogo, concedendo prazo razoável para manifestação da autoridade pública, após o qual o cidadão estará autorizado a promover a poda ou o corte de árvore, sem receio de persecução penal.

Por outro lado, não estamos de acordo com a Emenda nº 1, da CMA, que torna obrigatório o credenciamento municipal dos profissionais responsáveis por atestar o risco de acidentes, bem como daqueles contratados para efetuar a poda ou o corte de árvores.

Essa alteração criaria apenas mais um entrave burocrático ao cidadão cumpridor dos seus deveres. A redação original do PL, ao exigir que o requerimento seja instruído com laudo de empresa ou de profissional habilitado, já é suficiente para impedir cortes ou podas indevidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há razoabilidade em se criar um "credenciamento de podador de árvore".

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O mercado já se comporta como um regulador suficiente para a matéria, na medida em que as pessoas irão procurar um profissional capacitado para a tarefa.

Vou ao voto.

Em razão de todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como, no mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 542, de 2022, com a rejeição da Emenda nº 1, da CMA.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado pela maioria dos Senadores e Senadoras o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário a Emenda nº 1, da CMA.

A matéria vai ao Plenário.

O item 5.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Só, Presidente, queria pedir urgência também deste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O Senador Sergio Moro encaminha um requerimento de urgência, e eu coloco em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu só gostaria de pedir, publicamente, também que fosse pautado o Projeto de Lei 4.752, que versa sobre o plano nacional de defesa cibernética, que já tem relatório também apresentado pelo Senador Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Esperidião Amin, eu já determinei a mesa que assim o fizesse.

Senador Oriovisto, pela maneira... V. Exa. não tinha cedido?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – De jeito nenhum. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, pronto.

Então, com a palavra o Senador Omar Aziz, para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4750, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Já cedi para um Senador do Paraná. Ceder para outro aí é difícil. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – De jeito nenhum!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Aí vocês querem que eu seja muito bondoso; eu não sou tão bondoso assim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, Senador Omar, eu nunca V. Exa. tão calmo como hoje.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Estou calmo. Também com esse tempo, você quer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Alguma pesquisa lá no Amazonas?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Está liderando as pesquisas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Não, está tudo bem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, aqui vários sindicatos de servidores do Poder Judiciário da União, entre eles o de Minas Gerais, o do meu Estado do Amazonas, fizeram esse apelo para que a gente pudesse ler esse relatório, votar e pedir a urgência dele também para ser levado para Plenário, hoje.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, do Supremo Tribunal Federal, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, do Supremo Tribunal Federal, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Conforme o *caput* do seu art. 1º, a proposição reajusta, de forma escalonada, os valores dos vencimentos básicos dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas dos servidores do Poder Judiciário da União, nos termos seguintes:

1) 8%, a partir de 1º de julho de 2026;

2) 8%, a partir de 1º de julho de 2027; e

2) 8%, a partir de 1º de julho de 2028.

Por sua vez, o parágrafo único do artigo em tela estabelece que, a partir do dia 1º de julho de 2026, os Anexos II, III e VIII da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II e III do presente projeto de lei.

Esses anexos trazem tabelas demonstrando expressamente como ficarão, com a implementação dos reajustes de que trata o presente projeto: os valores referentes aos vencimentos básicos dos cargos efetivos dos servidores do Poder Judiciário, por classe e padrão (Anexo I); os valores referentes aos cargos em comissão (Anexo II); e os valores referentes às funções comissionadas (Anexo III).

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre-nos examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição em pauta, conforme previsto no art. 101, I e II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à constitucionalidade, cabe inicialmente recordar que a Lei Maior estabelece, no seu art. 48, que "cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, [...] dispor sobre todas as matérias da competência da União".

No que se refere à iniciativa da presente proposição pelo Supremo Tribunal Federal, ela se encontra expressa no art. 96, II, "b", da Constituição Federal, que estabelece que compete à Corte Suprema, aos tribunais superiores e aos tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo a remuneração dos seus serviços auxiliares. A propósito, cabe registrar que o projeto de lei sob análise, além de assinado pelo Presidente do STF, também foi subscrito por todos os tribunais superiores e ainda pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pelo fato de o Poder Judiciário do Distrito Federal ser mantido e organizado pela União.

Cabe, também, fazer referência ao art. 37, X, da Constituição Federal, que requer lei específica para fixar e alterar a remuneração dos servidores, observada a iniciativa privativa em cada caso, condições observadas pelo presente projeto.

No que diz respeito ao exame de juridicidade e legalidade, podemos indicar que a proposição se mostra em conformidade com a legislação pertinente em vigor.

No mérito, somos favoráveis ao reajuste remuneratório... Quero deixar claro que isso aí não é um aumento de salário. São perdas salariais para as quais, ao longo do tempo, não se fez o reajuste, não se cumpriram datas-bases. Por isso esse acordo feito, para que a gente pudesse votar esse projeto.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 4.750, de 2025, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Quero aqui ressaltar o trabalho feito pelo Deputado Rodrigo Rollemberg, na Câmara Federal, que conseguiu dar agilidade, para que chegasse ao Senado e a gente pudesse aqui analisar, discutir e votar, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz, e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Só quero parabenizar o Relator, parabenizar o Costa Neto, que é o Presidente do Sindjus, que faz um belo trabalho junto a esta Casa, e já antecipo o meu voto aqui favorável, porque eu tenho que sair.

Voto favoravelmente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Excelência...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Calma que a Bahia está...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eu vou deixar vocês trabalharem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há Senador que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Omar Aziz. (*Palmas.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Primeiro, Sr. Presidente, quero pedir a urgência para que a gente possa votar hoje ainda no Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um baiano já me assusta, dois juntos, meu irmão... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco, como pede o Senador Omar Aziz, um requerimento de urgência para essa matéria, para esse projeto.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência para tramitar no Plenário do Senado Federal permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai para o Plenário do Senado Federal para votação.

Item 5, do Senador Flávio Arns.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3951, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2-CAE, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Votação nominal.

O Relator é o Senador Oriovisto Guimarães, a quem eu passo a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esse projeto é bastante simples, ele trata de regular o uso do dinheiro em espécie. Aliás, nós tivemos uma audiência com o Presidente do Banco Central, o Galípolo, e com o Presidente do Coaf, em que eles reclamavam da falta de instrumentos para exercer determinados controles, sobretudo na lavagem de dinheiro. E eu acho que esse projeto vem exatamente atender o que eles pedem, porque regula como vai ser o uso do dinheiro em espécie.

Eu peço licença para ir direto à análise, já que a matéria é bastante simples.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Então, a análise.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da matéria.

Conforme o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria que lhe for submetida por despacho da Presidência.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, o projeto de lei possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatíveis com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Risf, além de ter sido distribuída à Comissão competente, conforme citado.

Quero só salientar, Sr. Presidente, que essa matéria já foi aprovada pela CAE e tem caráter terminativo: aprovada aqui, ela irá à Câmara dos Deputados.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No tocante ao mérito da proposta, o projeto de lei merece ser aprovado.

A matéria faz parte da denominada Novas Medidas contra a Corrupção, constante de livro editado pela Fundação Getulio Vargas e pela Transparência Internacional Brasil em 2018, em obra organizada por Michael Freitas Mohallem e Bruno Brandão.

No Bloco III, que trata da prevenção da corrupção, dentro do Item 14, denominado "Regulação da circulação de dinheiro em espécie", consta minuta de projeto de lei, de acordo com a qual se estabelecem regras e limitações para transações, transporte e posse de dinheiro em espécie.

A posse e o uso de dinheiro em espécie facilitam a lavagem de dinheiro auferido em atividades como a corrupção, além de facilitar a sonegação fiscal. A falta de regramento a respeito do uso de dinheiro em espécie pode estimular o cometimento de crimes como o assalto a empresas e a bancos e o arrombamento de caixas eletrônicos.

A aprovação da presente lei parece contar com o apoio de instituições como o Ministério Público, a Polícia Federal e a Receita Federal do Brasil, que estão envolvidas na tarefa de dificultar a lavagem de dinheiro no país. Ademais, conforme destacado na justificação da matéria, diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países adotam regras semelhantes às do projeto de lei, como os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália, além de Portugal, Itália, Grécia e Bélgica.

Apresentamos uma emenda substitutiva ao final para permitir que a matéria objeto do presente projeto de lei seja disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), ouvido o Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Competirá ao CMN o estabelecimento de valores máximos e diretrizes para a realização de transações financeiras em espécie e o pagamento de cheques e boletos em espécie. O CMN está mais bem posicionado para emitir normas detalhadas sobre a matéria, além de possuir amplo conhecimento técnico sobre a questão, facilitando inclusive a sua atualização.

O voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 3.951, de 2019, e pela aprovação da Emenda nº 2-CAE, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº - CCJ (SUBSTITUTIVO)
> Dê-se ao Projeto de Lei nº 3.951, de 2019, a seguinte redação:
> PROJETO DE LEI Nº 3.951, DE 2019
> Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Acrescente-se o art. 10-B à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, com a seguinte redação:
> "Art. 10-B O Conselho Monetário Nacional estabelecerá, no âmbito de sua competência, ouvido o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, os valores máximos e diretrizes para:
> I – a realização de transações financeiras em espécie, por qualquer cliente, em Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – o pagamento de cheques e boletos em espécie pelas Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º As transações financeiras e o pagamento de cheques e boletos que ultrapassarem os valores fixados nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional serão realizadas por meios eletrônicos ou mediante crédito em conta, competindo ao Banco Central do Brasil fixar os termos e condições aplicáveis.

§ 2º Não constitui violação ao curso legal e forçado da moeda nacional, previsto no Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e na Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, o estabelecimento, pelo Conselho Monetário Nacional, de limites e condições à circulação do papel moeda no País, nos termos desta Lei.

§ 3º No caso de transações imobiliárias, fica vedado o uso de dinheiro em espécie em qualquer montante."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é meu voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Oriovisto Guimarães.

Essa matéria é terminativa e precisa do voto majoritário para a sua aprovação.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador deseja discutir.

Está encerrada a discussão.

Abra-se o painel para a votação dessa matéria, relatada pelo Senador Oriovisto, da iniciativa do Senador Flávio Arns.

Creio que é uma matéria condizente com o momento, V. Exa. fez um relatório bem correto e eu quero parabenizá-lo, para que nós possamos votar essa matéria agora. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aberto o painel para a votação. A matéria precisa de, no mínimo, 14 votos para a aprovação. (*Pausa.*)

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar a matéria terminativa. São necessários 14 votos para concluir a votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, enquanto está em processo de votação, eu já não posso ler o relatório do próximo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Falta um voto ali.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por economia processual, eu já ia lendo o relatório do próximo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo a palavra a V. Exa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3084, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. porque eu sou o Relator de uma matéria na CAE, importante matéria sobre *bets*, *fintechs*, bancos, então, o Mecias...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... ali vai me permitir fazer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pediria ao Plenário que fizesse silêncio para que nós pudéssemos ouvir o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradecendo então, mais uma vez, a V. Exa., vamos ao relatório do Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, do Supremo Tribunal Federal, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário.

Este projeto veio da Câmara, onde o nosso Governador, Senador, Deputado sempre esteve envolvido e apoiando a urgência, inclusive, deste projeto na Câmara.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei nº 3.084, que altera a sistemática aplicável ao adicional de qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União.

A referida verba é atualmente regulada pelos arts. 14 e 15 da Lei nº 11.416, de 2006, que prescrevem percentuais de aumento incidentes sobre o vencimento básico do servidor, para ações de treinamento que em conjunto totalizem no mínimo 120 horas para doutorado, mestrado, especialização e graduação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Na nova sistemática proposta, o adicional de qualificação seria calculado a partir de um valor de referência único, correspondente a 6,5% do valor integral da função CJ-1. A justificação do projeto argumenta ser mais compatível com a realidade de outras carreiras, inclusive do Poder Legislativo Federal, que têm seus adicionais calculados com base no vencimento mais alto da tabela remuneratória, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma que servidores com idêntica titulação recebem idêntico adicional, independentemente do nível que estejam na carreira.

Da análise.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Compete a esta CCJ opinar sobre a admissibilidade e também sobre o mérito da matéria.

Entendemos que a matéria atende à juridicidade e à constitucionalidade formal e material, nos termos constitucionais.

No aspecto financeiro e orçamentário, a proposição, por condicionar a concessão do adicional de qualificação à disponibilidade orçamentária própria do Judiciário, não gerará despesa obrigatória, dispensando, portanto, a apresentação da estimativa de impacto de que trata o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

No mérito, trata-se de importante iniciativa no sentido de valorizar as carreiras do Poder Judiciário da União, garantindo isonomia entre servidores em situação assemelhada e alinhando-se às boas práticas interinstitucionais. Busca-se, com isso, dar o reconhecimento devido pela qualidade do trabalho que esses servidores vêm desempenhando, além de evitar a evasão de talentos, altamente prejudicial à prestação jurisdicional.

Merece ainda aplausos o condicionamento da implementação do novo adicional de qualificação à expressa autorização orçamentária e à observância dos limites do novo arcabouço fiscal. Ao assim dispor, o projeto demonstra compromisso com a responsabilidade na gestão das finanças públicas e permite a este Congresso Nacional aprovar a proposição sem receio de que possa gerar qualquer desequilíbrio nas contas do país.

Louvável, outrossim, a preocupação evidenciada com o adequado planejamento na gestão de pessoas, ao prever a necessidade de alinhamento das titulações, certificações e ações de capacitação com áreas e temas de interesse institucional, para fins de concessão do adicional.

Por fim, o projeto carece de reparos meramente formais, para sanar pequenos vícios de linguagem e, especialmente, para adequar a ementa, de forma a melhor evidenciar o objeto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei em que se converterá, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, com as emendas de redação apresentadas e publicizadas no relatório.

Esse é o relatório e esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, está encerrada a discussão do item 3.

Eu queria destacar a presença do Deputado Rodrigo Rollemberg, que é um dos apoiadores desse projeto, agora relatado pelo Senador Eduardo Braga.

Vamos abrir o resultado da matéria anterior e, posteriormente, aprovar o projeto relatado pelo Senador Eduardo Braga.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) –

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Presidente...

Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Quero deixar registrado o pedido de urgência quando aprovado o referido projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está aberto...

Aprovado o item anterior, relatado pelo Senador Oriovisto Guimarães, com 15 votos favoráveis, que será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento de Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Em votação o relatório do item 3, do Senador Eduardo Braga.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 3.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Só para agradecer, Sr. Presidente, mais uma vez, cumprimentar o Deputado Rollemberg, nosso colega Senador, Governador do Distrito Federal, pela dedicação e o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. encaminhou o requerimento de urgência?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu encaminhei requerimento de urgência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o Senador Eduardo Braga, coloco o requerimento de urgência em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Não querendo ser repetitivo, até porque já foi feito por V. Exa. e também pelo Senador Eduardo Braga, era apenas para registrar aqui a presença do nosso querido Rollemberg, nosso Senador, Governador, e parabenizá-lo pelo trabalho que ele fez, o empenho que ele teve por esse projeto lá na Câmara Federal. Era só isso, Presidente; questão de justiça só!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem a minha concordância, e eu ressalto sempre a participação do nosso nobre Deputado Federal Rodrigo Rollemberg.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, pela ordem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o nosso item de relatoria é o de número 13. No entanto, nós temos agora um projeto para acompanhar lá na CAE, inclusive o Senador Eduardo Braga ausentou-se aqui da CCJ, pelo mesmo motivo. Eu gostaria de pedir gentilmente que o senhor pudesse fazer a inversão de pauta para que eu pudesse acompanhar lá a questão das *fintechs* na CAE, se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Jorge Seif para relatar o projeto do item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1469, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CSP a 5-CSP.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Senhoras e senhores, muito bom dia.

Quero agradecer de forma especial ao Senador Otto Alencar, como Presidente da CCJ, que teve bastante sensibilidade quando nós levamos ao seu conhecimento a questão dos limites das idades para os nossos policiais e nossos bombeiros, que isso fosse uniformizado no Brasil. Esse projeto é oriundo da Câmara dos Deputados, do Deputado Capitão Alden, meu amigo, em que nós fizemos aí uma dobradinha em prol do Brasil.

Não sei se vocês sabem, mas hoje, para praças, médicos, oficiais, cada estado tem um limite de idade após passar pelo concurso. Isso traz uma insegurança jurídica muito grande, traz muita judicialização. E eu levei ao conhecimento do Senador Otto Alencar, que prontamente me prometeu e hoje está cumprindo a pauta dessa importante matéria.

Relatório.

Vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei 1.469, de 2020, proveniente da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado por iniciativa do Deputado Guilherme Derrite.

Em síntese, o PL insere o art. 12-A no Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, para estabelecer as idades máximas para ingresso nas carreiras das polícias militares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. Nos termos do projeto, as idades máximas de ingresso seriam:

1) 35 anos para os quadros de oficiais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2) 40 anos para os quadros de oficiais médicos, de saúde ou outras especializações eventualmente existentes nos âmbitos estadual e distrital;

3) 35 anos para os quadros de praças.

Na justificação do PL, o autor registrou que:

> A presente proposição de alteração legislativa exsurge da constatação de que, em muitos Estados brasileiros, verifica-se, ao se analisar os editais de concurso público que visam o preenchimento de vagas nas carreiras das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, que uma recorrente distorção ocorre, quer seja o fato de a idade-limite para concorrer a tais vagas no serviço público ser fixada em parâmetros desarrazoados, desproporcionais e distantes da realidade da evolução da expectativa de vida do cidadão brasileiro.

Sr. Presidente, anteriormente, sob minha relatoria, o PL foi analisado pela CSP, que emitiu parecer pela sua aprovação, com as Emendas 3, 4 e 5, que apresentei no voto. As outras emendas – a 1 e a 2 – haviam sido apresentadas à CSP, mas foram retiradas pelo autor, Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo, antes de a Comissão analisar a matéria.

As Emendas 3, 4 e 5, da CSP, foram aprovadas e tiveram o objetivo de promover a alteração legislativa não no Decreto-Lei 667, de 1969, mas na Lei 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Além disso, estabeleceu-se que o requisito etário deveria se aferido na data da publicação do edital do concurso público, e não na data da posse no cargo público. Isso faz toda a diferença nesse projeto.

Perante esta CCJ, não foram apresentadas emendas até o momento.

Análise.

Não vislumbramos, no projeto, vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices de natureza regimental. A matéria insere-se na competência legislativa da União, nos termos do art. 22, XXI, da Constituição Federal, admitida a iniciativa parlamentar, consoante o *caput* do art. 61 da Carta Política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, consideramos que não se justificam as discrepâncias observadas entre as unidades da Federação relativamente ao requisito etário para ingresso nas carreiras da polícia militar e do corpo de bombeiros militar dos estados e do Distrito Federal.

Embora o Brasil seja um estado federado, certo é que a União concentra diversos poderes, entre os quais o de uniformizar as regras gerais. Tanto assim que, recentemente, foi editada a Lei 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do *caput* do art. 22 da Constituição, altera a Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969.

Do nosso ponto de vista, Sr. Presidente, é conveniente e oportuna a uniformização patrocinada pelo projeto de lei. Além disso, afiguram-se adequadas as idades máximas propostas para ingresso nas carreiras da polícia militar e do corpo de bombeiros militar dos estados e do DF.

Não obstante, a modificação legislativa deve operar-se na mencionada lei orgânica, nos moldes das emendas aprovadas pela CSP. Com efeito, o art. 13 desse diploma legal estabelece as condições básicas para ingresso nas corporações. Ou seja, as emendas aprovadas pela CSP aprimoram o texto do projeto, adequando-o à boa técnica legislativa (notadamente, as Emendas nºs 03-CSP, 04-CSP) e à necessária segurança jurídica (notadamente, a Emenda nº 05-CSP).

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, bem como das Emendas nºs 03-CSP, 04-CSP e 05-CSP.

Agradeço ao senhor mais uma vez a gentileza, a presteza e esse grande serviço aos policiais militares e ao corpo de bombeiros militar de todo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Jorge Seif.

Sem dúvida nenhuma, é um projeto contemporâneo, até porque a expectativa de vida do povo brasileiro aumentou muito nas últimas décadas. Nós tivemos uma queda da expectativa de vida no período da pandemia, mas já foi recuperada depois do ano de 2023, e hoje a expectativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vida do povo brasileiro está em 76,4 anos. Aumentou bastante, portanto é perfeitamente condizente que se possa oferecer a oportunidade de concurso público aos policiais civis e militares com mais de 35, até 35 anos de idade.

Portanto, parabenizo V. Exa., a iniciativa da relatoria e a aprovação do projeto, que não é terminativo e, por não ser terminativo, coloco em discussão.

Os Srs. Senadores que desejam discutir...

Senador Mecias de Jesus, deseja discutir o projeto?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para parabenizar o autor e o Relator e dizer ao Senador Seif que é, sem dúvida nenhuma, uma matéria interessante e de compromisso com as instituições militares do nosso país. Parabéns a V. Exa.

Estou favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 03-CSP/CCJ, Emenda nº 05-CSP/CCJ e a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Quero agradecer às Sras. e aos Srs. Senadores pelo apoio.

E quero registrar a importância desse PL 1.469, que é fundamental para corrigirmos as distorções históricas nas regras do ingresso de polícias militares e corpo de bombeiros. Sob a nossa relatoria, conseguimos avançar de forma significativa na Comissão de Segurança Pública, onde o texto foi amplamente debatido, aprimorado e aprovado, com as emendas necessárias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para garantir a segurança jurídica e padronização nacional. Hoje, ao confirmar esse entendimento aqui na CCJ, damos mais um passo decisivo para assegurar critérios etários proporcionais, modernos e alinhados à evolução da expectativa de vida do brasileiro, algo que há anos gera desigualdade entre os estados e insegurança para milhares de candidatos a concurso público.

Diante da relevância da matéria, Sr. Presidente, do seu impacto direto na profissionalização de nosso esforço em segurança e da sua tramitação já amadurecida nas Comissões, solicito formalmente à Mesa da CCJ e ao senhor o pedido de urgência para que o projeto seja levado ao Plenário do Senado Federal. Tenho a convicção, Senador Otto Alencar, de que a Casa saberá reconhecer a necessidade de deliberarmos com celeridade, garantindo a devida uniformidade nacional e fortalecendo o arcabouço legal das instituições que protegem diariamente a vida de cada um de nós brasileiros.

Agradeço mais uma vez ao Presidente da CCJ, meu amigo Otto Alencar, pela gentileza, pelo carinho, pela sensibilidade, pelo compromisso demonstrado ao pautar esta matéria e pelo trabalho sério na condução deste debate.

Seguimos firmes com responsabilidade e determinação na defesa da segurança pública do nosso país.

E quero mencionar aqui, Sr. Presidente, o Sr. Danilo Rodrigues, o Sr. Felipe Canabrava, que fizeram uma comissão, são concurseiros, trabalham com essa área, e fizeram uma Comissão desse PL 1.469, e estão aqui... Cadê? Acenem aí. Estão aí, não? Obrigado pela presença.

Agradeço aqui ao Presidente Otto Alencar, aos Senadores, porque nós avançamos, e também ao Capitão Alden, que está aqui presente nos prestigiando nesta sessão. Ele que relatou este projeto lá na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado mais uma vez, querido amigo Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. faltou concluir uma coisa fundamental: o Capitão Alden é baiano... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, o Presidente da CCJ é baiano, o Capitão Alden é baiano, e nós agradecemos, todo o Brasil, por a Bahia ter nos dado esses dois grandes Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Líder do PT, o Senador Rogério Carvalho, apresenta um requerimento subscrito pelo Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, e eu coloco em votação este requerimento, que prevê uma audiência pública, propondo que se ouçam segmentos representantes de vários setores da comunidade.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 57, DE 2025

- Não terminativo -

Requer audiência pública para instruir a PEC 10/2024.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam a audiência pública, através desse requerimento...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Exa. foi muito rápido, eu creio que não adianta mais a minha discussão, mas só queria saber sobre que audiência pública... Para debater o quê? Não ficou claro o que nós iríamos debater nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogério Carvalho encaminhou um requerimento para debater o Projeto nº 10, que "modifica o art. 231 da Constituição Federal, para permitir aos índios produzir e comercializarem livremente sua produção e prever a obrigação da União de prestar-lhes auxílio técnico".

É do Senador...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Zequinha Marinho e relatoria do Senador Plínio Valério.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Mecias... Senador Otto, permita-me. Na verdade, a audiência pública...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... tem um termo do projeto...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... em que há uma dúvida, que é o termo arrendamento. Nada contra que os índios produzam suas coisas e as comercializem, mas ali se inclui um termo de arrendamento.

Eu já tive uma experiência na Bahia que não foi boa nesse sentido aí, apesar de não haver a regulamentação. Então, a tentativa de fazer a audiência pública é só para aprofundar esse tema aí. Foi por isso que foi pedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Zequinha Marinho, V. Exa. quer...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, se a dúvida é com relação a isso, que a gente possa ter a oportunidade de fazer essa discussão em audiência pública para poder, então, esclarecer melhor. Agora, nós não concordamos é em manter a situação atual, em que os indígenas... Muita gente já está querendo produzir, negociar, vender, e aí a gente ter ainda impedimento legal com relação a isso?! Por exemplo, o Brasil compra de indígenas de vários países do mundo, e o indígena daqui não pode fazer nada. Nós estamos atrás há séculos com relação a isso. Símbolo de atraso, de incompetência e assim por diante.

Mas se há dúvida com relação a isso, o Relator não sou eu, sou apenas o autor, mas também concordo, o Relator acabou de chegar, o Senador Plínio, que a gente possa esclarecer isso numa audiência pública que passe a limpo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente. Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vim correndo, porque era o item nono, e já peguei. Estão pedindo audiência pública, é isso que o Governo quer?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Jaques Wagner que entrou com o requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para mim, quando o Governo pede audiência pública, eu não tenho a menor esperança de votar este ano. E é um assunto que já não pode ficar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu posso, se V. Exa. concordar, eu posso colocar a audiência pública para a outra quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E já pautar para a gente, Presidente? Já pautar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode fazer a audiência pública na próxima quarta-feira. Pela manhã, nós vamos ter votação, e faz a audiência pública à tarde, a partir das 14h.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, e a volta para a pauta? Porque eu explico, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aí fica para a próxima quarta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Assim está bom, porque a audiência pública vai atrasar muito. E eu ando muito nas aldeias indígenas. Isso é o sonho de realização de todos eles. Quando o Zequinha Marinho falou sobre a história dos indígenas, o potássio vem do Canadá, de reserva indígena, e os nossos índios não podem plantar, colher e muito menos vender.

Então, com esse compromisso, Senador Otto, a audiência pública, e em seguida, é pautado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E quero esclarecer que a audiência pública, o requerimento é do Senador Jaques Wagner, do Senador Rogério Carvalho, a audiência pública na próxima quarta-feira, às 14h. Eu determino à Mesa que faça o comunicado a todos os interessados, que venham comparecer para a audiência pública e debater o tema, que eu acho relevante.

O Senador Jorge Seif colocou um requerimento de urgência para a matéria que há pouco foi relatada. Eu coloco em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Estou presente, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jayme Campos. O Senador Jayme Campos estava com o item 4. Ele se retirou para outra atividade, e eu coloco o item 4 agora, para o Senador Jayme Campos relatar o projeto da Senadora Tereza Cristina. V. Exa. tem a palavra.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pelo acolhimento das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3.

Observações:

- Na 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/10/2025, a Presidência concedeu vistas ao Senador Rogério Carvalho, nos termos regimentais;

- Foram apresentadas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Izalci Lucas, nº 2, de autoria do Senador Zequinha Marinho; e nº 3, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

- Se aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do RISF;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Votação nominal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido amigo, Senador Otto Alencar, e demais colegas Senadores, na verdade, esse projeto, que é o 295, de autoria da Senadora Tereza Cristina, já foi lido.

Todavia, foi oferecida uma emenda do ilustre Senador Alessandro Vieira, e aqui está o complemento do meu voto em relação a essa matéria. Se V. Exa. me permite, eu gostaria de ler apenas a complementação diante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... da emenda proposta pelo Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo com V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Resumindo, para compensar o aumento dessa despesa obrigatória de caráter continuado, sugerimos a incorporação da receita gerada pelo regime especial de atualização e regularização patrimonial de que trata a Lei nº 15.265, de 21 de novembro de 2025, a conversão do PL nº 458, de 2021, para atualização, por pessoa física, do valor de bens móveis e imóveis adquiridos com recursos de origem lícita e localizados no território nacional e regularização, por pessoa física ou jurídica, de bens ou direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais.

Adicionalmente, o próprio Poder Executivo irá prover dotação orçamentária, quando da apresentação do Orçamento Geral da União, que será devidamente avaliado pelo Congresso Nacional. Irá também, sem dúvida, alocar a correspondente disponibilidade financeira para a medida. Em adição, poderão ser utilizados para a devida compensação multas e penalidades aplicadas no âmbito do seguro rural e direcionadas outras fontes pelo Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto fiscal esperado pela adesão à modalidade da atualização do Rearp foi estimado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), por meio da Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 20, de 2021.

Naquela manifestação, a Consultoria de Orçamentos estimou aumento de arrecadação de R$ 945 milhões para o ano de 2021, de R$ 271 milhões para o ano de 2022 e de R$ 400 milhões para o ano de 2023. Esses dados, segundo a mencionada nota, levaram em consideração apenas a possível atualização de bens imóveis por pessoas físicas. Portanto, o resultado esperado pela entrada em vigor do regime é bastante positivo.

Por sua vez, o Substitutivo ao PL nº 458, de 2021, aprovado na Câmara dos Deputados no final de outubro deste ano e no Senado em novembro, incluiu, em acordo com o Governo Federal, algumas das medidas previstas no projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025, as quais, embora amplamente discutidas no âmbito da Comissão Mista, não chegaram a ser apreciadas, em razão do decurso do prazo para deliberação da proposição.

Dentre as propostas inseridas que elevaram de maneira significativa o impacto fiscal do PL nº 458, de 2021, ressaltamos:

i - consideram-se não declaradas as compensações tributárias fundadas em documento de arrecadação inexistente ou em créditos da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins que não guardem relação com a atividade econômica do sujeito passivo;

ii - previsão de que a duração máxima do benefício de auxílio por incapacidade temporária concedido por análise documental será de 30 dias, sendo necessária perícia presencial ou com o uso de tecnologia de telemedicina para benefícios com prazo superior;

iii - limitação da despesa com a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à dotação orçamentária específica, na data de publicação de cada lei orçamentária anual.

Feito isso aqui, Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu quero ir em relação à emenda do Senador Alessandro, porque, ademais, é apenas nota técnica feita pela Consultoria do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa forma, quero dizer ao Senador Alessandro Vieira que nós não podemos atender, com certeza, a sua emenda, porque o fundo privado com certeza é maior do que a emenda, ou seja, está acima dos recursos previstos no Orçamento da União. Feito isso, não tem por que motivo dessa emenda dele lá.

E, dessa forma – complementando aqui –, o PL 2.951, de 2024, vem para modernizar os marcos legais do seguro rural no Brasil, com impactos positivos na produção do agronegócio e da segurança alimentar, além de melhorar a qualidade dos gastos públicos.

Por derradeiro, entendemos que a Emenda nº 3 do PL 2.951, de 2024, é meritória, mas, de outra parte, necessita maior complemento e aprofundamento para garantir os mecanismos de transparência para o fundo previsto da Lei Complementar nº 137, de 2010.

Voto, Sr. Presidente.

Pela razão exposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, com o acatamento das Emendas nºs 1 e 2 e pela rejeição da Emenda nº 3, nos termos da emenda substitutiva apresentada na 37ª Reunião, extraordinária, da CCJ, realizada no dia 22 de outubro.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir...

O Senador Jaime Bagattoli para discutir.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Relator, Senador Jayme Campos, desse projeto da Tereza Cristina, PL 2.951, de 2024, enquanto nós, no Brasil... Vocês veem quantas catástrofes têm acontecido pelo Brasil afora, principalmente nessa questão que nós vemos no Rio Grande do Sul, no próprio Estado da Bahia, no Mato Grosso do Sul, no Paraná, em Santa Catarina. O Rio Grande do Sul foi o que sofreu mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com períodos de estiagem. Se nós não pensarmos tanto no Governo Federal quanto nos produtores rurais, independentemente de como se encontram, o pequeno, o médio e o grande produtor, em todos que tomarem empréstimo com juros subsidiados, com juros com recursos da União, têm que entender que precisam participar do seguro rural.

Porque eu vou falar uma coisa, Sr. Presidente Otto Alencar, tem muito grande produtor que pega – onde também eu me encontro – o recurso, esse recurso subsidiado que é do banco, e não quer participar do seguro rural.

É óbvio que tem que ser feita uma análise por estado e por região, Senador Jayme Campos. Se lá no Mato Grosso o risco é menor, a taxa, o valor que ele vai pagar sobre o seguro tem que ser um valor menor, mas ele tem que participar – ele tem que participar. A partir do momento em que todos os produtores que tomarem recursos e também o Governo, a União, o Ministério da Economia, o Ministério da Agricultura, entenderem que têm que colocar um valor... Agora, não R$400 milhões, R$500 milhões. Isso não dá nada. Você sabe, Senador Jayme Campos, que isso não significa praticamente nada; ajuda, mas muito pouquinho. Então, nós temos que acertar um valor. Esse valor, hoje, teria que ser de, no mínimo, no mínimo, de R$10 bilhões. Esse teria que ser o valor do recurso.

Se joga tanto dinheiro... Meu Deus, eu fico pensando, jogam R$5 bilhões para o fundo partidário e não podemos pensar no setor produtivo! Por que não pensar no setor produtivo e defender essas pessoas que estão correndo risco? Porque o que é uma agricultura no campo? É uma indústria a céu aberto.

Vocês viram o que aconteceu agora, principalmente nos últimos 20 dias? Essas chuvas de pedra no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em diversos estados aí. E como é que faz? Até, nós temos um produtor onde eu nasci, lá em Santa Catarina... Lá não aconteceu, mas, em outros municípios próximos, planta-se muito, na região, tabaco, fumo, e muitos produtores, daqueles pequenos produtores, perderam tudo.

Então nós precisamos olhar o seguro rural, que é muito importante no Brasil, principalmente para a agricultura familiar, para o pequeno e o médio produtor.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, quero pedir um apartezinho só para um complemento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É em relação à observação do nosso ilustre Senador Jaime. Na verdade, o Brasil tem 21% apenas de cobertura do seguro rural. Os Estados Unidos, Senador Marcos Rogério, têm 84%, 85%.

Por que o seguro rural no Brasil é caro, ou seja, o financiamento é caro? Por causa do seguro. O que acontece? Você vai a um banco e, se você não tem o seguro rural, o banco, em vez de cobrar uma taxa, vamos imaginar aqui, de 10%, vai cobrar de 15%, porque vai para o risco. Se não tem cobertura do seguro rural, vai para o risco, vai cobrar 15%, 16%, enquanto, se você tiver seguro rural, Senador Otto – o senhor é muito estudioso de todas as matérias aí –, vai para baixo. Infelizmente, aqui, os juros, em relação ao seguro rural, vão melhorar sobremaneira o ambiente.

O México, você sabe que o México tem... As maiores seguradoras do planeta estão nos Estados Unidos e no México. Na medida em que só esse projeto foi proposto aqui, já vieram várias seguradoras mexicanas para trazer aqui, naturalmente, uma filial, alguma coisa, para participar desse evento aqui. Ora, com isso, nós vamos melhorar esse ambiente dessas tragédias que estão acontecendo aqui. Já teve gente, Senador Otto Alencar, que replantou, pela terceira vez, soja no Mato Grosso, e eu vi. Plantou apostando na chuva, a chuva veio, botou a cara, veio aquele sol de 45 graus, foi embora. Foi lá e replantou. Também não aconteceu. Já estão na terceira. Alguns desistiram de plantar soja, uma grande parcela, já foram direto para o algodão, Marcos Rogério. Por quê? Não querem mais perder. Vão para o algodão para tentar sobreviver, para, sobretudo, ter uma colheita boa para que possam pagar as contas.

Além do mais, é muito importante esse seguro rural, porque nós damos assim a garantia para o cidadão. Não é para todo mundo, porque tem gente que faz até, muitas vezes, mal uso, talvez não republicano. A maioria absoluta, sobretudo o pequeno, que está lá na ponta, está mortinha. Os preços já não estão adequados, como devem estar os custos hoje, para plantar aqui. Está difícil, não está fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, eu tenho certeza de que esse projeto da Senadora, de que eu sou Relator, de que o senhor me deu a honra de ser Relator aqui, Presidente Otto, é um dos melhores projetos que estão tramitando aqui nesta Casa, porque não podemos desconhecer que a agricultura, o agronegócio, hoje, praticamente, é 40% do nosso PIB, representa quase 40% do PIB nacional. Então, nada mais justo do que o Governo ter essa sensibilidade. E, acima de tudo, isso aqui é feito como? Fez de forma mista, privada e pública, então não vai onerar só o Tesouro Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um pedido a V. Exa., se for possível. Esse projeto é terminativo. Enquanto nós vamos discutindo, de repente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... poderia abrir a votação nominal.

Quero destacar a iniciativa da Senadora Tereza Cristina, nossa ex-Ministra da Agricultura, de proposição desse projeto. Acho que é um projeto que realmente atende uma demanda nacional. E quero cumprimentar o Senador Jayme Campos pelo relatório apresentado. Realmente, o setor precisa desse cuidado, precisa dessa proteção.

Esse mesmo cenário que está acontecendo lá no Mato Grosso, Senador Jayme, lá em Rondônia, o Senador Jaime Bagattoli sabe que está acontecendo também. Nós temos um ciclo de chuva que é muito parecido, de Mato Grosso e Rondônia, e este ano parece que antecipou um pouquinho – parecia que a chuva estava firme e intensa, e, de repente, veio uma janela de sol causticante, e aí o produtor que se antecipou e colocou a semente no solo acabou perdendo todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse investimento, tendo que fazer novamente. Isso é um risco que hoje está às custas do produtor rural.

Então, eu cumprimento a Senadora Tereza Cristina pela iniciativa; e V. Exa. pelo relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

A matéria é terminativa: o painel já está aberto para a votação dos Srs. Senadores e Senadoras.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria precisa de 14 votos, no mínimo, para aprovação. Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram nos gabinetes do Senado Federal que possam votar.

Quero ressaltar, Sr. Senador Jayme Campos, a iniciativa e a importância da Senadora Tereza Cristina. Essa matéria é relevante, importante, como também falou o Senador Jaime Bagattoli, que conhece bem dessa questão do seguro rural, e é importante que esse seguro rural possa ser da consciência de todos aqueles que produzem, até para inibir certas dificuldades com financiamentos bancários, com a utilização de tantos insumos para a produção. Não só é importante o agronegócio na composição do PIB, que é em torno de 40%, mas é uma atividade primária, seja ela qual for – do produtor de café, ou de algodão, ou de soja, ou do setor da pecuária, ou do setor da caprinocultura, da ovinocultura –, é a atividade mais intensiva no Brasil na absorção de mão de obra. Portanto, emprega mais do que qualquer outra atividade. A minha região é uma região de café, na Chapada Diamantina, e um hectare de café exige quase duas carteiras assinadas para se tomar conta e produzir um café de boa qualidade.

Portanto, é importante que o Governo possa incentivar isso e abrir todas as possibilidades para que o produtor possa produzir com a capacidade, não só de gerar riqueza mas também de sustentação da sua atividade e das suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou do campo, eu nasci no campo, meu pai não era um grande produtor, era um boiadeiro que pegava gado lá no oeste da Bahia e passava 20 dias de marcha para chegar na Chapada. Eu puxei guia de gado muito tempo com ele, fazendo aboio de gado para trazer do oeste da Bahia, atravessava o Rio São Francisco, e eram 20 marchas, porque não tinha estrada, não tinha caminhão boiadeiro para carregar o gado, eram 20 marchas que a gente fazia. Acordava cedinho, 5h da manhã, o sol clareava, e ia até 2h da tarde, parava o gado no local para beber, para fazer o descanso, e no outro dia a mesma coisa. Hoje, o transporte é com os carros, os caminhões boiadeiros, que transportam muito gado.

Então, eu sei exatamente o que significa isso e a lida do homem no campo para produzir. O Brasil hoje tem uma tecnologia muito avançada, e, realmente, na balança comercial em que nós temos tido superávit, a contribuição do agronegócio é fundamental. No ano passado mesmo, o Brasil teve um superávit na balança comercial de US$74 bilhões, e 40% disso é muito dinheiro que entra no nosso país, fortalecendo as nossas divisas.

Portanto, eu parabenizo a todos, o da agricultura familiar, o grande produtor que acredita no Brasil, que acredita no agronegócio, no potencial do nosso país. Eu parabenizo a todos, inclusive o Senador Jaime Bagattoli, o Senador Jayme Campos, que é um conhecedor desse setor do agronegócio.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Presidente, só fazendo um adendo às suas palavras enquanto aguardamos completar o número de votantes, para você ter uma noção, há três anos, tínhamos 1 bilhão para a cobertura do seguro rural. Baixou e, neste ano de 2025, é 400 milhões. Em vez de subir, vem em ordem decrescente. Ora, num país desse tamanho aqui, que particularmente eu acho que está contribuindo, sobretudo, com a segurança alimentar do planeta, o Governo tem que ter essa sensibilidade.

Este projeto foi tão bem elaborado, de forma zelosa, que não vai envolver os recursos, que seriam recursos razoáveis... Como o Senador Jaime Bagattoli disse aqui, necessariamente precisaria de, no mínimo, 10 bilhões. Isso vai ter também participação privada, que vai ser maior do que a do Tesouro Nacional, ou seja, do Governo Federal. Isto é o mais importante de nós chamarmos a atenção: não é só dinheiro do Tesouro Nacional que vai ser aportado; muito pelo contrário, vai ter dinheiro privado aqui, mais do que, com certeza, é o dinheiro público que vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que participar nessa formatação desse fundo aí, de maneira que eu acho que este projeto aqui vem atender à nossa demanda.

A demanda nossa é muito grande, em um país como esse aqui, com essa produção nacional. E não é só a soja, o milho, o algodão, o gergelim, etc., o feijão vai ter cobertura, como o senhor bem disse aqui, e outros, como o café, com plantações gigantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Desde a laranja poderá ter. O Brasil é um dos maiores exportadores de suco de laranja, que exportamos aí.

Agora, o Governo tem que ter essa sensibilidade. Eu imagino que é o mínimo que o Governo possa oferecer aos cidadãos que estão produzindo, plantando e permitindo, com certeza, o crescimento econômico da sua exportação, fruto naturalmente da capacidade técnica dos nossos produtores rurais do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado, a V. Exa.

Dezesseis Senadores já votaram.

Vou encerrar aqui a votação.

Encerro a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dezesseis Srs. Senadores votaram favoravelmente; nenhum voto contrário.

A matéria está aprovada.

O substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento do Senado Federal.

Eu passo agora ao item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3000, DE 2025

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para determinar o perdimento e a destruição de maquinários, produtos, subprodutos e instrumentos utilizados na fabricação clandestina de cigarros e outros derivados de tabaco.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Relatoria do Senador Hamilton Mourão.

Eu passo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, como Relator *ad hoc* dessa matéria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Otto, colegas Senadores e Senadoras, fui solicitado pelo Senador Hamilton Mourão e por V. Exa. para fazer a leitura do parecer, como Relator *ad hoc* da matéria que V. Exa. acaba de anunciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.000, de 2025, do Senador Sergio Moro, que altera o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para determinar o perdimento e a destruição de maquinários, produtos, subprodutos e instrumentos utilizados na fabricação clandestina de cigarros e outros derivados de tabaco.

O art. 1º altera o art. 29 do Decreto-Lei 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor que cigarros e outros derivados do tabaco, seus produtos, subprodutos, instrumentos ou maquinários utilizados para sua fabricação serão destinados à destruição ou à inutilização após a apreensão.

O art. 2º altera o art. 14 do Decreto-Lei 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para prever que:

a) os cigarros e outros derivados do tabaco, e os maquinários, produtos, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração, apreendidos por infração fiscal sujeita a pena de perdimento, serão destruídos após a formalização do procedimento administrativo-fiscal pertinente, antes mesmo do término do prazo de impugnação de 20 dias, definido no *caput* do art. 27-A do Decreto-Lei 1.455, de 7 de abril de 1976;

b) os maquinários, produtos, subprodutos e instrumentos, quando apreendidos, deverão ser entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo de cinco dias úteis, para aplicação da pena de perdimento e inutilização ou destruição;

c) quando não for viável ou for extremamente dificultosa sua remoção do local de apreensão, as autoridades municipais, estaduais, distritais ou federais que efetivaram a apreensão deverão enviar requerimento de destruição ou inutilização à Receita Federal do Brasil, com as justificativas de impossibilidade de remoção dos bens; e

d) decorrido o prazo de 15 dias úteis sem a manifestação da Receita Federal quanto ao requerimento, as autoridades municipais, estaduais, distritais ou federais ficam autorizadas a proceder com a destruição ou inutilização dos bens, lavrando-se, em seguida, termo de destruição ou inutilização, que deverá ser instruído com descrição detalhada dos bens, inclusive por meio fotográfico ou audiovisual, e encaminhado à Receita Federal.

O projeto foi distribuído a esta Comissão para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da análise, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, entre elas, direito processual penal.

Não foi encontrado nenhum vício relativo à constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade no projeto.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Como menciona a própria justificativa, o art. 18 do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, promulgado pelo Decreto 9.516, de 1º de outubro de 2018, determina que os equipamentos confiscados sejam destruídos, de forma ambientalmente responsável e em conformidade com a legislação nacional.

Além disso, países como Itália, Romênia e Ucrânia já preveem a destruição de máquinas usadas na fabricação clandestina de cigarros. No Brasil, essas máquinas têm sido furtadas de depósitos públicos e reutilizadas.

O comércio ilegal de cigarros responde por parcela significativa do consumo nacional, afetando a saúde pública e financiando as facções e organizações criminosas.

O projeto, ao permitir que as autoridades destruam as máquinas sem prévia autorização judicial, impede seu extravio e reutilização.

Do voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 3.000, de 2025.

Sr. Presidente, são o parecer e o voto.

Eu quero parabenizar o Senador Sergio Moro pela autoria do projeto de lei e também o Senador Hamilton Mourão, que é o Relator e fez um brilhante relatório, de que eu estou aqui fazendo a leitura, como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a V. Exa. e a iniciativa também do Senador Sergio Moro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir; encerrada a discussão.

O projeto é terminativo.

Eu peço à Mesa que abra o painel para a votação.

Esta matéria precisa de 14 votos dos Srs. Senadores e Senadoras para a aprovação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Senadores já podem votar.

O projeto precisa de 14 votos. Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram nos gabinetes e aos seus assessores que peçam a iniciativa do voto do projeto relatado pelo Senador Mecias de Jesus.

É um projeto importante, que determina o perdimento e a destruição de maquinários, produtos, subprodutos e instrumentos utilizados na fabricação clandestina de cigarros e de outros derivados do tabaco. Portanto, creio que seja uma matéria importante e precisa da aprovação de 14 votos dos Srs. Senadores e Senadoras, por ser uma matéria terminativa. (*Pausa.*)

Peço aos senhores assessores dos Srs. Senadores e Senadoras que eles possam exercer o voto para apreciação e conclusão da votação dessa matéria, relatada pelo Senador Mecias de Jesus. São necessários 14 votos. Até agora tivemos cinco votos registrados no painel. (*Pausa.*)

Há votos suficientes. Determino a abertura do painel.

Encerrada a votação.

Abra o painel. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Favoráveis: 15 Srs. Senadores. Nenhum voto contra.

A matéria está aprovada.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao projeto que é da relatoria do Senador Sérgio Petecão, meu estimado e querido amigo, grande representante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, V. Exa...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – É o meu projeto? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o projeto do Deputado Federal Assis Carvalho, do PT, do Piauí.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1791, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

O projeto foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Esse é um projeto que tem um apelo muito grande em vários setores e funcionários de privatização da Eletrobras, da Eletronorte, do meu Estado querido da Bahia, e eles vêm há muito tempo nessa luta.

Quero mandar um abraço a todos eles da nossa querida Chesf, da Eletrobras, da Eletronorte (*Palmas.*) do meu povo querido que trabalha nas hidrelétricas de Paulo Afonso I, II e III, em Xingó, Moxotó, Itaparica – a hidrelétrica que leva o nome do maior cantor e compositor nordestino, Luiz Gonzaga.

Portanto, eu fico muito feliz em poder colocar essa matéria em votação para que o Senador Sérgio Petecão, que é outro defensor do setor e do trabalhador brasileiro, grande Senador do Estado do Acre, meu colega do PSD, possa relatar essa matéria e nós possamos aprová-la hoje para fazer justiça àqueles trabalhadores que tiveram os seus empregos confiscados à época, para que eles possam voltar a trabalhar e produzir pelo Brasil, sobretudo no setor elétrico, que é fundamental.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente Otto, primeiramente quero agradecer a sua sensibilidade em pautar esse projeto. Quando nós assumimos essa relatoria, eu procurei V. Exa., falei do interesse que nós tínhamos e da importância que tem esse projeto para os servidores do setor elétrico não só do Acre, da Bahia, mas do Brasil todo. Nós estamos falando aí de mais de 3,6 mil pais de família, mães de família que hoje se encontram em situações difíceis. E são todos concursados, mão de obra especializada, pessoas preparadíssimas.

Eu tenho exemplos lá do meu estado, na pessoa do meu amigo Ediney, que é um dos profissionais mais preparados que eu conheço neste país. Estou citando-o porque ele foi uma pessoa que me ajudou, me incentivou, me deu muitas informações para que nós pudéssemos fazer esse relatório. Tive várias reuniões com o pessoal do setor lá, os sindicatos, estiveram na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha casa, conversamos, discutimos, e hoje eu estou convencido da importância que tem esse projeto para o Brasil.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 1.791, de 2019, de autoria do Deputado Assis Carvalho, que altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização.

O projeto se constitui de quatro artigos. O art. 1º identifica o objeto da futura lei: o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização, por alteração da Lei 12.783, de 2013.

O art. 2º inclui na referida Lei o art. 8º-E, com esta redação: "Os empregados das empresas públicas do setor elétrico federal responsáveis pela produção, pela transmissão, pela distribuição e pela comercialização de energia elétrica que forem desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização deverão ser aproveitados em outras empresas públicas ou sociedades de economia mista em empregos com atribuições e salários compatíveis com o ocupado na empresa desestatizada, quando não houver a opção de permanecer nos quadros da empresa adquirente".

O art. 3º manda aplicar o citado art. 8º-E aos empregados das empresas públicas do setor elétrico federal que tiverem sido desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização.

Por fim, o art. 4º dispõe que a lei de que resultar o PL entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi apresentado em 2019, quando ainda se discutia a possibilidade de privatização das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), processo que veio a ser concluído em 2022. Na justificação, o autor assinalou que seu objetivo era garantir posições de trabalho caso ocorresse a privatização de empresas do sistema Eletrobras, evitando a dispensa de trabalhadores – e hoje são milhares de trabalhadores dispensados –, com inegável impacto na realidade econômica das regiões de atuação dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada conclusivamente nas Comissões, com pareceres favoráveis da Comissão de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – a Comissão em que estamos hoje fazendo este debate – , recebendo parecer favorável. Cabe a este Colegiado opinar sobre a matéria antes de sua apreciação pelo Plenário.

Presidente, nós vamos aqui direto ao voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 1.791, de 2019, bem como, no mérito, pela sua aprovação.

Presidente, esse projeto já foi discutido, rediscutido. Como foi dito aqui por V. Exa., há a importância de nós o votarmos hoje, e eu já agradeço. Quando nós tivemos uma conversa, discutimos e, de pronto, o senhor me deu o prazer de relatar essa matéria.

Eu queria aqui fazer um agradecimento ao Senador Jaques Wagner, o Líder do Governo aqui nesta Casa, que teve a humildade e o entendimento quando nós hoje, aqui nesta Comissão, conversamos com ele e pedimos que o Governo não criasse qualquer tipo de dificuldade para que nós pudéssemos dar a maior celeridade possível à votação. Então, ficam aqui meus agradecimentos; quero agradecer a todos os membros do Governo e à Liderança do Governo na pessoa do Senador Jaques Wagner.

E quero aqui também fazer um agradecimento a todos os Parlamentares que nos ajudaram aqui. Hoje eu conversava, agora eu conversava aqui com o Senador Mecias de Jesus. Aqui nós temos um grupo de grandes servidores que estão acompanhando esse projeto há vários dias, aqui no Senado – estiveram no meu gabinete várias vezes –, e o Brasil todo com certeza está nos acompanhando neste momento.

Aqui nós não estamos fazendo nenhum favor, nós estamos apenas fazendo justiça com esses servidores que foram injustiçados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente. **O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão.

Para discutir, Senador Mecias e Senador Marcos Rogério.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero mais uma vez cumprimentar V. Exa., cumprimentar os colegas Senadores, Senadoras, cumprimentar o Senador Sérgio Petecão, que faz um brilhante relatório pela aprovação desse projeto, que é, sem dúvida nenhuma, uma questão de justiça para com os servidores do setor elétrico brasileiro. Fui procurado diversas vezes por servidores lá no meu Estado de Roraima e em todo o Brasil e eu quero cumprimentar a todas as pessoas que estão aqui presentes na Comissão.

O que o Senado Federal e esta Comissão fazem neste momento, Sr. Presidente, é reconhecer o direito dessas pessoas e dar a elas o tratamento devido e honrado que elas merecem, porque trabalharam sempre com muita honradez pelo Brasil, em todos os nossos estados da Federação.

Portanto, eu quero parabenizar, votarei favoravelmente e quero aproveitar e requerer a V. Exa. que seja, com urgência, encaminhado ao Plenário do Senado Federal para votação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marco Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Petecão pela apresentação do relatório.

Esse projeto é um projeto meritório. Na verdade, esse projeto toca em um ponto sensível e importante: a proteção de centenas de trabalhadores que ingressaram nas estatais pela via do concurso público, dedicaram anos de serviços ao setor, especialmente ao setor elétrico, e, com a desestatização, acabaram ficando expostos a um cenário de incerteza, de insegurança. Então, o mérito desse projeto está justamente em reconhecer esse patrimônio humano, esse capital técnico acumulado e buscar garantir que ninguém seja descartado ou tratado com injustiça. Não se trata de privilégio, se trata de reconhecimento. Preservar, portanto, esses profissionais é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservar a memória institucional, o conhecimento especializado, o conhecimento técnico e a continuidade de serviços essenciais ao país.

Por isso, eu quero destacar a iniciativa desse projeto, que busca um caminho de aproveitamento, de respeito, de proteção a esses servidores, obviamente que sempre com responsabilidade e dentro dos limites constitucionais, porque o caminho adotado no relatório é um caminho que não simplesmente joga isso para dentro da estrutura do Governo, mas busca fazer essa relocação em ambientes apropriados, semelhantemente àquilo que eles já tinham no tempo em que essas empresas, em que essas estatais estavam dentro da estrutura do Governo.

Portanto, considero uma matéria absolutamente meritória e que corrige um cenário de incerteza, de insegurança jurídica para esses trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcos Rogério, e parabenizo pelas suas colocações.

Concordo plenamente com a aprovação da matéria e a coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco, como pedem o Senador Mecias de Jesus e o Senador Sérgio Petecão, um requerimento de urgência para que esse projeto aprovado agora na Comissão de Constituição e Justiça seja encaminhado ao Plenário do Senado Federal para votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

A matéria vai para o Plenário do Senado Federal. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, apenas para lhe agradecer mais uma vez e fazer um agradecimento especial a todos os companheiros sindicalistas, na pessoa do Jucá, que estiveram na minha Casa me ajudando e também na pessoa do Ediley, que é um excelente técnico, tem um currículo maravilhoso e foi uma pessoa fundamental na elaboração do nosso relatório. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos. E faço uma saudação especial a todos os companheiros que vieram nos dar essa força aqui nesta Comissão. Valeu, moçada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sérgio Petecão, V. Exa. sabe, na nossa Comissão, há uma série de matérias que já estavam há muito tempo para analisar; nós as analisamos, mas tivemos a oportunidade de colocar este ano, como foi o compromisso que assumimos com V. Exa.

Senador, a matéria está aprovada e vai ao Plenário do Senado Federal para votação no Plenário do Senado Federal em regime de urgência.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Já posso ir para o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode. Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 3191, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de obstrução de via pública mediante uso de barricadas para fins de cometimento ou ocultação de crimes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CSP.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, meus colegas, o item 12 da pauta é um projeto sobre segurança pública, é um projeto, em resumo, que tipifica o crime de barricada, iniciativa do Deputado Federal Sargento Portugal, do Podemos, que foi aprovado na Câmara. Estou mantendo, depois de passar pela Comissão de Segurança Pública, integralmente o texto que veio da Comissão de Segurança Pública.

Esse crime de barricada, na ausência de tipificação, tem dado muito trabalho para os governos, especialmente o Governo do Rio de Janeiro, que resolveu, numa boa iniciativa, finalmente enfrentar esse problema, justamente com uma operação para a retirada de barricadas em todas as comunidades. E já surtindo efeito, podíamos ter feito isso desde o início do mandato, porque, em algumas comunidades do Rio, na ameaça de a polícia militar de retirar as barricadas... Já começou em muitas cidades da região metropolitana; li que, no Complexo de Israel, os próprios traficantes mandaram tirar as barricadas para que não houvesse o ingresso da polícia com esse objetivo de retirar barricadas.

Mas a gente aqui precisa tratar da lei, e tratar da lei significa dar um tipo específico para esse crime, para que a pessoa que monte barricadas, atrapalhando o direito sagrado constitucional de ir e vir, atrapalhando principalmente a segurança do cidadão e permitindo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domínio de territórios pelos bandidos, tenha nesse crime a sua condenação e possa responder, além de outros que geralmente acometem, mas especificamente pelo crime de barricada.

Dito isso, passo à leitura do parecer.

Parecer frente ao Projeto de Lei nº 3.191, de 2024.

Sr. Presidente, considerando que o parecer foi previamente publicado, peço vênia para apresentar um breve resumo e seguir diretamente à análise.

Registro que, perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não foram apresentadas emendas até o momento.

No exame do texto da proposição, não se identificam óbices à constitucionalidade, injuridicidade ou qualquer óbice de natureza constitucional.

No mérito, consideramos o projeto conveniente e oportuno.

A obstrução de vias para garantir a execução de crimes, mantendo as forças policiais distantes, é conduta muito grave, que deve ser punida exemplarmente e com severidade. Essas obstruções deliberadas de vias, com finalidade criminosa, comumente conhecidas como "barricadas", representam verdadeira afronta ao Estado de direito.

Trata-se de expediente largamente utilizado por organizações criminosas para impor controle territorial, impedir a atuação do poder público e das polícias e criar zonas de exclusão dentro das cidades. Ao bloquear o acesso de viaturas e equipes de segurança, criminosos inviabilizam a pronta resposta estatal e colocam em risco a vida de cidadãos inocentes, que ficam à mercê da criminalidade; são reféns da criminalidade no seu próprio território, nas suas casas.

Essa prática, quando não enfrentada de forma específica pelo ordenamento jurídico, acaba por fortalecer estruturas delituosas e comprometer a eficácia da política pública de segurança. Ademais, o vazio normativo existente hoje dificulta a responsabilização dos autores dessa conduta, gerando incertezas jurídicas e permitindo que tais ações sejam tratadas com maior rigor.

Diversos episódios já foram registrados no meu Estado do Rio de Janeiro, onde barricadas são utilizadas para impedir o acesso das forças de segurança a determinadas regiões e aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços públicos, criando verdadeiros enclaves dominados por facções criminosas. A realidade vivenciada demonstra a urgência de se conferir tratamento penal específico à conduta, um tipo específico, de modo a restabelecer a autoridade do estado, proteger a população e garantir que as forças de segurança possam atuar, assim como os serviços públicos, e alcancem comunidades.

Obviamente, uma manifestação social com movimento reivindicatório não poderia constituir crime, até porque, nesse caso, a obstrução da via não terá o objetivo de cometer ou ocultar outros crimes. Diante disso, foi muito bem colocada a ressalva no projeto.

O projeto em análise foi primeiramente apreciado pela Comissão de Segurança Pública, que emitiu parecer pela sua aprovação com a Emenda 1-CSP, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que reformula o texto original da proposição, promovendo ajustes necessários com o seguinte teor:

> Obstrução de via pública ou de via privada interna ou de acesso a comunidade ou condomínio residencial ou comercial, para fins de cometimento ou ocultação de crime.
> Art. 338-A. Bloquear ou obstruir via pública ou via privada interna ou de acesso a comunidade ou condomínio residencial ou comercial, mediante uso de barricada ou de qualquer outra espécie de obstáculo, para fins de cometimento ou ocultação de crime:
> Pena - reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
> §1º Incide na mesma pena quem, para fins de cometimento ou ocultação de crime, restringe a livre circulação de pessoas, bens e serviços, ou impede ou dificulta a atuação das forças de segurança pública, inclusive a investigação e a perseguição policial.
> §2º Não constitui o crime previsto no *caput* ou no § 1º deste artigo a manifestação crítica ou a reivindicação de direitos e garantias constitucionais por meio de passeatas, aglomerações ou qualquer outra forma de manifestação política com propósitos sociais.

Observe-se que a redação do *caput* foi aprimorada, para contemplar, além das vias públicas, as vias privadas.

Ademais, por prever pluralidade de conduta, foi necessário desmembrar o texto, para deslocar alguma delas para o parágrafo subsequente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, o §2º foi suprimido, visto que o fato de o agente integrar organização criminosa atrai a aplicação das penas previstas na Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, em concurso material.

Desta feita, o projeto encontra-se apto para votação, representando um avanço significativo ao suprir lacuna normativa e contribuir, de forma concreta, para o fortalecimento da ordem pública e da segurança coletiva.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 3.191, de 2024, e da Emenda 1, da Comissão de Segurança Pública.

E esse projeto é fundamental. O Senado Federal dá uma resposta, no rigor da lei, à falta de tipo específico. Nós aqui contribuímos com a segurança pública do país e dos nossos estados, do meu Rio de Janeiro especialmente, que está cercado de barricadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço apoio e um voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. Parabenizo-o pelo relatório que V. Exa. faz a respeito da matéria, que é muito importante e que realmente vai, de alguma forma, inibir essas ações todas de barricadas, comprometendo inclusive vias públicas e estimulando a facilidade do crime nas grandes capitais.

Portanto, eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria relatada pelo nobre Senador Carlos Portinho, o Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

E eu passo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, é uma matéria simples, amplamente aprovada, já passou pela Câmara, embora vá retornar à Câmara, pelo ajuste que foi feito. Seria muito importante, e eu faço aqui um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento oral, para que a gente possa dar urgência, um requerimento de urgência para levar ao Plenário ainda hoje, se possível, para a gente dar mais uma resposta que este Senado vem dando, é mais uma contra o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Carlos Portinho.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CSP-CCJ.

A matéria vai, em requerimento de urgência aprovado agora, para o Plenário do Senado Federal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Minha gratidão, ilustre Presidente, por ter inclusive atendido o meu pedido da relatoria, que tão rápido lhe devolvi, com a aprovação desse projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço a V. Exa.

Não havendo mais nenhuma outra matéria a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e doze minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento - REQ 56/2025 - CCJ, de autoria do Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei n° 5582, de 2025, que "institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)". **Participantes:** Sr. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e da União – CNPG; Sr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Sr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf; Sr. Tarcísio José Sousa Bonfim, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Sr. Alexandre Luiz Rollo Alves, Diretor Substituto de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; Sr. Thiago Frederico de Souza Costa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública – CONSESP; Sr. Alexandre Camanho de Assis, Subprocurador-Geral da República; Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renato dos Anjos Garnes, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares do Brasil – CNCG; Sr. Glaucio Roberto Brittes de Araújo, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; Sr. Bruno Dias Candido, Conselheiro no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP; Sr. Rogerio Antonio Lucca, Secretário Executivo do Banco Central do Brasil; e Sr. Gabriel Sampaio, Diretor Adjunto da Conectas Direitos Humanos. Justificou ausência: Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil. A Presidência registra a presença do Sr. Nilzir Soares Vieira Junior, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, que institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), conforme o Requerimento nº 56, de iniciativa do Senador Relator Alessandro Vieira.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate, que será realizado em caráter interativo, ou seja, com possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 612211.

Tem uma lista de inscritos para as suas exposições.

Eu vou começar, a pedido – eu acato o pedido –, com o Sr. Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, que vai usar a palavra. Por favor.

Vou convidar também o Sr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros para que possa vir – porque foi pedida a inscrição – e se sentar à mesa e o Dr. Ricardo Andrade Saadi, que está no sistema remoto.

Após a exposição dos dois, eu determino à Mesa que abra o sistema remoto para o Dr. Ricardo Saadi utilizar o direito de colocar as suas posições.

Eu pergunto ao Relator se o tempo seria de dez minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dez minutos para cada expositor.

Com a palavra o Dr. Georges Carlos.

O SR. GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Otto Alencar, queria cumprimentá-lo, assim como ao Senador Relator Alessandro Vieira. Queria cumprimentar todas as autoridades e pessoas aqui presentes, autoridades e pessoas que nos assistem pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho, hoje, falar em nome do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), órgão que hoje eu presido. É uma honra estar aqui no Senado Federal para falar exatamente sobre o PL 5.582, que muito interessa ao Ministério Público Brasileiro.

O CNPG, que trata dos Procuradores-Gerais, está presente em todas as unidades da Federação, são 26 Ministérios Públicos Estaduais e 4 Ministérios Públicos da União: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do qual eu sou o Procurador-Geral de Justiça.

Queria iniciar parabenizando o Governo Federal pela iniciativa em trazer essa discussão ao Parlamento, assim como também parabenizar a Câmara dos Deputados pelas discussões realizadas, esperando aqui, no Senado, possamos ter algumas discussões exatamente profícuas a fim de que nós possamos enfrentar um assunto tão delicado e tão importante no Brasil, que é a questão do combate ao crime organizado, de extremo interesse do Ministério Público Brasileiro.

Inicialmente é importante a gente ter um diagnóstico até do cenário por que estamos passando hoje. Na verdade, hoje o crime tem mudado, está claramente mudado e você tem facções prisionais, que acabam tendo uma estrutura, completamente, de comando à distância, ou seja, precisamos ter uma estrutura que combata isso, especialmente quando a gente fala de ataques à cidade, de infiltração no serviço público. Não é apenas um problema local e sim um problema do Estado brasileiro. Por isso que é fundamental essa discussão. E aí parabenizo o Senado Federal, não só como Procurador-Geral de Justiça, Presidente, mas como cidadão, por estarmos aqui discutindo esse tema.

Inicialmente, eu acho que é importante a gente... O tema traz alguns avanços que são fundamentais para todos nós. Inicialmente, temos uma ideia muito clara de que precisamos trazer os avanços jurisprudenciais para a legislação. Precisamos atualizar a nossa legislação, nós precisamos trazer, tanto na questão dos inquéritos, como nos procedimentos investigatórios do Ministério Público existentes, regras importantes para que nós possamos discutir, exatamente, a relevância que nós temos de combate ao crime organizado, como nós poderíamos organizar exatamente e atuar de forma conjunta.

Lembro que o crime organizado atua de uma forma muito transversa e, dessa mesma forma, o Estado precisa atuar, ele não pode atuar de forma isolada, apenas uma instituição, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos raciocinar com todas as instituições somadas exatamente nesse combate, como acontece nos exemplos exitosos, e a gente tem um exemplo mais claro na Itália. Precisamos raciocinar da forma sofisticada como o crime organizado atua. Não adianta apenas... Não que não seja importante, é importante também prender o soldado do crime, mas é importante prender toda a estrutura, toda a cadeia criminosa. Vamos fazer um combate realmente a isso e nós temos, via Ministério Público, por exemplo, a atuação dos Gaecos, que foca exatamente nesses temas, como, por exemplo, a lavagem de dinheiro, a atuação de indivíduos como laranjas e, especialmente, a corrupção de agentes públicos.

Então, podemos pegar alguns exemplos. Dentro do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, Senadores, tem um ponto muito interessante, que é o grupo nacional que atua exatamente com relação aos Gaecos, e esse grupo nacional traz diversas atuações, ou seja, experiências conjuntas, porque ficou claro que a atuação do diálogo entre os ministérios públicos e, naturalmente, entre as instituições, se enriquece nesse tipo de combate.

A gente tem alguns exemplos, e eu queria pegar poucos exemplos, mas mostrar como os exemplos... Muitas vezes a gente pensa em São Paulo, por exemplo, nós tivemos a Carbono Oculto, nós tivemos a Tacitus, nós tivemos a Fim da Linha, a Poço de Lobato; em Minas, tivemos a Custos Fidelis, a Meetinghouse, mas também tivemos em Roraima, ou seja, como a Trem de Aragua, o que mostra que, na verdade, é um sistema que está em todas as unidades da Federação, e isso gera uma preocupação para todos nós.

Então, é muito importante a gente ter um aperfeiçoamento dos mecanismos de filtração, de ação controlada, para que, exatamente, possamos fazer esse combate; lembrando sempre, como eu falei, que ninguém vence o crime organizado sozinho, então nós precisamos muito ter uma atuação em rede e é importante que o projeto de lei traga isso de forma muito clara.

Naturalmente, precisamos separar em alguns pontos. Eu acho que são importantes os nossos avanços relacionados à inteligência. Eu falo isso porque é importante que nós tenhamos mecanismos mais fáceis de compartilhamento de informações; dessas informações devem ser, claro, respeitados a segurança e o sigilo necessários, mas é importante que as instituições tenham essa questão de uma atuação inteligente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de operações naturalmente coordenadas para evitar, por exemplo, o que a gente chama de "efeito balão", que é o crime ficar migrando de um lado para o outro, o que eu acho que é um ponto muito importante. E, especialmente, também precisamos garantir a segurança dos agentes. É muito importante a gente relembrar isso, porque temos que diluir o risco para que exatamente... A gente pensa muito não só na atividade policial, na atividade do Ministério Público, na atividade da magistratura, mas nós precisamos, muitas das vezes, ter essa preocupação.

Um outro ponto importante é a questão que a gente queria utilizar: o aumento de penas. É muito importante nós tratarmos em relação a isso. O Estado não pode ser complacente com relação ao crime organizado, tem que ter um combate duro, ter leis importantes, leis que tragam, de forma muito mais dura, esse tipo de combate. Lembrando: precisamos de uma polícia equipada, nós precisamos de atuação pericial para que nós possamos ter uma análise probatória mais consolidada, exatamente para que nós tenhamos a comprovação.

E uma preocupação que trago é a questão da... Só um ponto a ser trazido, que foi alterado na Câmara, é a questão do Tribunal do Júri, em que os crimes praticados, exatamente envolvendo as condutas de crime organizado, seriam afastados, na verdade, teriam um juízo próprio. E essa é uma preocupação que a gente tem porque a gente acredita que, na verdade, até pela cláusula pétrea do júri, é importante que a gente tenha soluções, sem sombra de dúvidas, há uma preocupação, especialmente no interior, e até como sugestão, não querendo... Mas acho que é um ponto importante, é a gente talvez facilitar um mecanismo de desaforamento, até porque a previsão do Tribunal do Júri é uma previsão constitucional, talvez nós colocarmos desaforamento para capitais ou comarcas de entrância final como uma possível solução para que a gente tenha esse tipo de atuação, sem a gente exatamente ter a questão da discussão constitucional sobre o crime doloso contra a vida. O Júri é eficiente na atuação, temos que garantir exatamente a proteção das pessoas envolvidas no Tribunal do Júri, mas eu acho que afastá-lo não seria exatamente, *data maxima venia*, a forma mais adequada.

Já encaminhando para o final, um último eixo é exatamente a ação civil de extinção de domínio. É importante que nós tenhamos a noção de que o combate ao crime organizado precisa ser um combate financeiro. Então nós não temos como imaginar... Uma facção criminosa não tem poder se ela não tiver dinheiro. E é muito importante que... Uma frase comum: "sem patrimônio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há máfia". Então a gente precisa ter a ideia de que precisamos avançar com relação a esse assunto, precisamos discutir bem claramente esses pontos, garantir que esses avanços sejam confirmados.

E, por fim, eu queria relembrar que o crime aposta no Estado dividido. E, no fundo, nós não podemos, como Estado brasileiro, admitir esse tipo de situação. É muito importante estarmos aqui todos reunidos, todas as instituições aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR – ... presentes, a sociedade civil, para que nós possamos aqui estar unidos dentro desse propósito de, com base no Estado organizado, não transformar o Brasil em um "narcoestado", que eu acho que é o objetivo de todos nós aqui. E, sem sombra de dúvidas, o Ministério Público brasileiro está junto, quer caminhar, quer dialogar com todas as instituições para que nós possamos trazer essa segurança à sociedade brasileira, seja em qualquer das frentes, seja nas ruas, seja nos tribunais, seja no Parlamento, onde for possível, o Ministério Público precisa estar presente.

Eu queria encerrar falando que o Ministério Público brasileiro assume a sua responsabilidade na defesa da integridade do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quer fazer alguma observação?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Bom dia a todos, a todas.

Dr. Georges, apenas uma contribuição a mais, eu peço de V. Exa. No tocante à sugestão de formato de integração entre os Gaecos e as Ficco. As Ficco, hoje, atuam e já têm uma razoável funcionalidade dentro da asa do Executivo. Você já tem um formato que está presente em todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as unidades da Federação, um acordo de cooperação técnica entre União e estados, mas ainda não temos a integração do Ministério Público. E é natural, porque existe uma dificuldade histórica entre algumas instituições.

Então eu queria colher de V. Exa. a contribuição sobre sugestões desse formato de integração. Se pela participação direta, se pelo acompanhamento, qual seria a sugestão?

O SR. GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR – Senador... (*Fora do microfone.*)

Opa, desculpe. Senador, a gente acredita que nós podemos ter alguns mecanismos... Nós temos já alguns acordos, especialmente locais, é importante que nós tenhamos esse tipo de atuação conjunta.

Eu acredito que, no campo do Senado, a gente pode ter atuações legislativas, e muitas das vezes são de compartilhamento de informações.

Eu acho que é fundamental que nós tenhamos essa mesma percepção de que o Ministério Público e os órgãos de segurança do Poder Executivo têm que atuar de forma conjunta. Não há como nós afastarmos isso. Então eu acho que quanto mais célere e direta for essa atuação das instituições, é importante que nós consigamos ter esse resultado de uma atuação, porque, muitas das vezes, a demora no processamento de informações, na obtenção dos dados, faz com que o próprio lastro probatório desapareça, e, com isso, fica muito difícil você obter um resultado efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado. (*Fora do microfone.*)

Agradeço ao Dr. Georges.

Passo a palavra ao Dr. Pedro Paulo Medeiros, representante da OAB.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS (Para expor.) – Muito bom dia, eminente Presidente, Senador Otto Alencar, da Comissão de Constituição e Justiça; eminente Relator, Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aqui, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Federal da OAB, a oportunidade de estarmos aqui e termos reconhecida a importância da OAB nesta discussão tão importante para a sociedade brasileira, até porque a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) tem como função legal e constitucional a defesa dos preceitos constitucionais e interesses da sociedade brasileira.

Nós temos dúvida de que hoje a segurança pública é o interesse número um da sociedade brasileira. Então, estamos todos aqui envolvidos e imbuídos em como transformar esse combate à criminalidade na forma mais eficiente possível, sem descurarmos, sem descuidarmos também das garantias e direitos fundamentais que a Constituição nos assegura.

Saúdo todas e todos os eminentes Senadores e Senadoras que aqui estão, os colegas advogados e advogadas, os cidadãos que acompanham esta sessão.

Essa discussão é muito importante para o futuro da sociedade brasileira. Como trataremos o combate ao crime organizado e as facções criminosas, de novo, sem deixarmos de lado o respeito às garantias e direitos fundamentais.

Faço aqui um breve retrospecto: durante muitos anos não se falava em direitos e garantias fundamentais no mundo, até que nós tivemos a Segunda Guerra Mundial e, depois do nazismo, o julgamento de Nuremberg, em que se falou que há limites para todos os Estados e falou-se, pela primeira vez, o que seriam esses direitos e garantias fundamentais. E, então, fizemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, dizendo minimamente ao mundo quais seriam os direitos mínimos das pessoas que os Estados deveriam respeitar quando fizessem as suas legislações.

E, desde então, o mundo, os Estados, pelo menos os Estados contemporâneos, têm respeitado isso nas suas legislações internas, e a Constituição brasileira não fez diferente. Quando este Congresso Nacional Constituinte fez a nossa Constituição atual de 1988, incorporou a ela vários direitos e garantias fundamentais, até porque olhou para o passado e viu o que aconteceu no nazismo, onde não se respeitavam direitos e garantias.

Esses direitos fundamentais visam, então, a limitar a atuação do poder do Estado. E qual é a ferramenta que se entregou àqueles que visam falar em nome da sociedade, visando limitar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação do Estado? As prerrogativas de quem fala em nome da sociedade, de quem fala em nome de cada cidadão, cada cidadã: a advocacia. As prerrogativas da advocacia – e falo aqui em nome da OAB Nacional, da OAB federal – são ferramentas entregues a cada advogado, a cada advogada para limitar o poder do Estado em favor de cada cidadão e de cada cidadã.

As prerrogativas que o art. 133 da Constituição, ao reconhecer a importância da advocacia e ao regulamentar isso na Lei 8.906, que é o Estatuto da OAB, nos dá, a nós da advocacia, em verdade são prerrogativas da sociedade: ter voz e vez perante o Estado e limitar o seu poder, porque o poder do Estado, em tese, seria ilimitado.

E do que estamos aqui tratando? De sabermos como combater o crime, como combater o crime organizado, como combater as facções sem descurar dos direitos e garantias fundamentais de cada cidadão e de cada cidadã. Então, ao tempo em que agradecemos o reconhecimento da importância da OAB Nacional nesta discussão, nós reiteramos e dizemos que já encaminhamos a S. Exa. o eminente Relator, Senador Alessandro Vieira, uma nota técnica do Conselho Federal da OAB, indicando pontos no projeto – que é muito alvissareiro, muito bem-vindo, é do interesse da sociedade brasileira – com sugestões de adequação e equalização entre a necessidade de combate ao crime, com respeito às prerrogativas da advocacia e aos direitos e garantias fundamentais.

Entre os pontos que encaminhamos na nota técnica com pedidos a S. Exa., o eminente Senadora Alessandro Vieira, nós entendemos que o ponto em que trata de monitoramento nos parlatórios da conversa entre advogados e advogadas e seus clientes, quando investigados ou processados por crimes que estarão previstos nessa legislação de crime organizado, não podem passar por um escrutínio total, uma devassa total do conteúdo da conversa.

Entendemos que o sigilo entre advogado, advogada e seus clientes é um basilar do devido processo legal, direitos e garantias sobre os quais me referi agora há pouco.

Então, de igual forma, não estamos aqui a defender ou a proteger advogado ou advogada que, a despeito de ter uma carteira da OAB, uma habilitação profissional, comete crimes. A OAB não passa a mão na cabeça de advogado ou advogada que não cumpre com seus deveres legais e éticos. Esses não são advogados, são bandidos com OAB, mas os advogados e advogadas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercem a sua função com lealdade e ética, esses não podem ser interceptados, terem as suas conversas, os seus sigilos simplesmente abertos sem qualquer justificativa pontual.

Portanto, entre as sugestões que encaminhamos a S. Exa., nós pedimos que, para que haja excepcionalmente uma interceptação de conversas entre advogado e advogada e seus constituintes, mesmo nos parlatórios, deverá haver uma decisão judicial prévia – daí a reserva de jurisdição, só pode acontecer isso com decisão judicial prévia –, individualizada e dizendo por que é que, naquele caso, aquele advogado, aquela advogada deverá ter a sua conversa monitorada.

Então, deverá haver uma justificativa individualizada, fundamentada, demonstrando com elementos previamente colhidos numa investigação, a necessidade de se violar o sigilo naquele caso concreto e não simplesmente dizer: "Aqui nesse parlatório, todas as conversas serão monitoradas, todas as conversas serão gravadas", isso não pode acontecer, senão se retira um basilar do devido processo legal, que é a prévia existência – e isso está na Lei Federal, que é o Estatuto da OAB –, que é uma prerrogativa de sigilo de conversa entre advogado, advogada e o seu constituinte.

Dizer que pode haver uma gravação de toda e qualquer conversa entre advogado e advogada e seu constituinte me parece uma violação às prerrogativas da sociedade e da Constituição Federal.

E tudo aquilo que advier dessa eventual gravação sem uma prévia decisão judicial, fundamentando e autorizando aquela gravação específica e fundamentada, nos parece que configurará prova ilícita – e a Constituição Federal diz que provas ilícitas não podem ser aceitas no Brasil.

Então, nós fizemos aqui uma ponderação e um pedido para que, em sendo investigado advogado ou advogada e, desde que haja uma prévia autorização judicial fundamentada, que haja então a investigação e a interceptação – mas, fora dessa excepcionalidade, não poderá haver.

Um outro pedido que fazemos também é para que não haja qualquer tipo de captação ambiental nos parlatórios, que possa ter leitura labial da conversa entre advogado e advogada, ou filmagem dos escritos, daquilo que for escrito entre advogado e advogada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, se o advogado ou advogada for investigado, com decisão judicial prévia, isso poderá acontecer, mas não de forma ampla e sem qualquer tipo de fundamentação universal.

Nós também fizemos, Excelência, um pedido para que, em respeito ao que já existe no Estatuto da OAB, que é no art. 24-A, que prevê que, em havendo um bloqueio geral dos bens dos investigados ou acusados, haja possibilidade de o advogado ou advogada receber os seus honorários com o percentual daqueles bens.

Isso já está na Lei Federal. Este Congresso Nacional já aprovou essa permissão, que é o art. 24-A do Estatuto da OAB, e pedimos apenas que seja reiterado isso nesse projeto e nessa lei, para que não pareça que, nesse sistema, haja uma excepcionalidade não em si, mas da regra geral. Pedimos apenas que se repita a possibilidade de que os advogados também recebam os seus honorários como uma reserva, mesmo que haja o bloqueio universal.

Já me encaminhando para o final, há também um ponto muito sensível, que é o de que a Constituição Federal prevê o sistema acusatório. O sistema acusatório é: as partes levam ao juiz as suas versões e o juiz decide. O juiz é um receptor de pedidos. O juiz é inerte. O juiz não pode ter lado. Eu não quero ser julgado por um juiz que tenha lado, nem do meu lado, nem do outro lado. Acho que ninguém aqui quer.

Então, o que é que nós pedimos? Que se mantenha um sistema acusatório respeitado, também na lei. Porque hoje, no projeto como está, há uma possibilidade de o juiz agir de ofício. O que é isso? O juiz age sem ninguém pedir. Isso não existe. O juiz que age sem ninguém pedir não é isento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Então, o que é que nós pedimos? Que se retire essa possibilidade de o juiz agir de ofício, mas somente quando provocado pelas partes legítimas. Então, retira-se a possibilidade de o juiz agir de ofício, mas somente quando provocado pelas partes legítimas. Por quê? Há um princípio na Constituição brasileira, que é o sistema acusatório. O juiz só age se provocado, e não de ofício. Isso é um benefício para a sociedade. É o respeito ao devido processo legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já aqui me encaminhando ao final, eu agradeço aqui, em nome do Conselho Federal da OAB, como Presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, que são, repito, prerrogativas da sociedade, elogiando ao Senado da República por essa oportunidade, por esta audiência pública, e agradecendo pelo honroso convite que o Conselho Federal recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quer falar? (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Dr. Pedro Paulo, obrigado pela colaboração. Antecipo que as garantias e a preservação do sistema acusatório já estão contempladas na minuta de relatório, que a gente vai divulgar mais adiante, após os ajustes decorrentes dessa audiência.

Mas questiono com relação a um ponto sensível, que é a hipótese de lavagem de dinheiro, utilizando o serviço da advocacia. Já é uma demanda antiga; a Ordem dos Advogados está em mora nessa regulamentação. Eu gostaria de colher de V. Exa. essa observação. Qual é a situação de momento com relação à hipótese de lavagem de dinheiro com a utilização do serviço da advocacia.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Posso falar, então? Não sei se o Sr. Presidente fez menção de que falaria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo a V. Exa. a palavra.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Relator, Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um assunto que certamente é uma das preocupações da OAB Federal, porque não há dúvida de que nós temos visto no mundo que o grande problema – hoje, no mundo, do combate à criminalidade – não é mais combater simplesmente os grandes crimes organizados – tráfico de drogas, tráfico de armas e tráfico de pessoas –, mas você tem que tratar o que é que eles obtêm com isso. Você tem que desincentivar em toda a equação. É pegar o dinheiro que eles obtêm. É a retroalimentação.

Então, nós estamos no Conselho Federal da OAB tratando desse tema. Nós temos discutido esse tema, nós temos orientado a advocacia brasileira para que insiram nos seus contratos, nas suas relações comerciais com os seus clientes, que exijam prévia comprovação da origem lícita dos valores recebidos. Isso já é tratado internamente. Nós não somos – nós, a advocacia – não somos pessoas obrigadas ainda, mas a todo tempo nós somos lembrados de que nós não somos ainda pessoas obrigadas pelo sistema de lavagem, porque nós temos um voto de confiança; mas, para mantermos esse voto de confiança, nós temos que, a todo o tempo, lembrar a advocacia de que ela tem que se manter dentro dos limites, para que nós não sejamos, em algum momento, obrigados a comprovar a origem ilícita do dinheiro recebido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Então, não há dúvida: isso é uma preocupação; e nós estamos, dentro do Conselho Federal, discutindo esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Convido, para tomar assento à mesa, o Dr. Marivaldo de Castro Pereira e o Dr. Tarcísio José Bonfim, da Conamp.

Passo a palavra, pelo sistema remoto, ao Dr. Ricardo Saadi, que é Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Peço à Secretaria da mesa que disponha a possibilidade para a intervenção do Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia!

Estão me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ouvindo, mas sem a imagem ainda. (*Pausa.*)

Ah, sim.

V. Exa. pode fazer a apresentação, porque já está aqui na tela.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI (*Por videoconferência.*) – Bom, perfeito.

Então, primeiro, bom dia a todos.

Primeiro, agradeço a oportunidade de estar presente aqui com vocês e de poder falar um pouquinho sobre...

Vamos fazer, aqui, sem a apresentação – acho que fica mais fácil.

Estão conseguindo me enxergar bem ou não?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ouvindo bem.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI (*Por videoconferência.*) – Tá, vamos lá.

Então, pessoal, primeiro agradeço a todos pela oportunidade de estar presente e pela oportunidade de estar conversando e debatendo com vocês este tema; e, em primeiro lugar, eu gostaria de realçar a alegria em esta Casa, o Senado Federal, dar abertura a todos, para que possam se manifestar em um diálogo bastante produtivo entre membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil, para que nós possamos chegar a um texto que seja bom a todos.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que tem alguns aspectos do projeto de lei que são bastante interessantes, como, por exemplo, o agravamento de pena em algumas situações, como, por exemplo, quando protege magistrados, agentes de segurança pública e membros do Ministério Público, com o aumento de pena quando envolve o ataque a esses membros do Estado.

Segundo, também, o aumento de pena quando os criminosos miram a infiltração no aparato estatal através da corrupção; e, também, o aumento de pena quando a gente está falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da proteção dos jovens – proteção da juventude –, quando há o aliciamento de menores para a prática desses crimes.

Outro ponto bastante interessante desse projeto de lei é a questão do foco na asfixia patrimonial da organização criminosa, que traz algumas novidades, como, por exemplo, a ação civil de perdimento de bens, anteriormente também conhecida como ação de extinção de domínio, que já foi tratada em alguns momentos; e, também, a relação da inteligência unificada com a criação desse banco nacional de dados de organizações criminosas.

Um dos grandes problemas do Estado brasileiro hoje é a questão da fragmentação de dados; então, é extremamente importante que nós tenhamos uma inteligência unificada.

Só que dentro dessa questão da asfixia financeira das organizações criminosas, hoje eu posso dizer com bastante tranquilidade que o Coaf tem um papel central nessa questão. A partir do Coaf, a gente consegue detectar transações suspeitas, detectar o caminho do dinheiro e encontrar bens a serem apreendidos e sequestrados.

Eu vou trazer algumas rápidas propostas.

Nós enviamos uma nota técnica para senhor, Senador Alessandro, ontem com essas propostas, que certamente ajudarão bastante o Estado na localização e no bloqueio de bens. Então, eu vou fazer alguns rápidos comentários em relação ao PL para depois ir para as propostas.

Primeiro, a questão do conceito de organização criminosa ultraviolenta nos traz um pouco de preocupação. Por que a preocupação? Porque traz a questão de uma interpretação subjetiva, traz eventual conflito com a Lei 12.850, fazendo com que nós tenhamos uma fragilidade da tipificação penal.

Há também, nessa definição, o uso de expressões abertas como domínio territorial e controle social. Temos que pensar que, ao colocar essas expressões, nós estamos declarando a falência do Estado naquele local em que permitiu um domínio territorial e um controle social. Aí nós temos que ver até como isso seria recebido pelo Governo responsável pela segurança naquele local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão a ser colocada é que nós estamos em um momento em que todas as forças devem atuar em conjunto, nós temos que somar forças. Quando a gente traz no art. 6º, §6º, a colocação das regras do PIC do Ministério Público, de alguma forma acaba induzindo as investigações a serem feitas através de PIC. Eu acho que esse §6º é desnecessário ou, eventualmente, se for mantido, a gente teria que colocar que quando conduzida pelo Ministério Público seguiria as regras do PIC, quando conduzido pela polícia seguiria as regras do inquérito policial, apenas para deixarmos claro que essas investigações podem ser feitas tanto no inquérito policial quanto no PIC do Ministério Público.

Por fim, quando a gente fala em medidas assecuratórias, o art. 9º traz, no seu §3º, condições que talvez inviabilizem essas medidas assecuratórias. Quando o juiz ou membro do Ministério Público ou delegado de polícia devem demonstrar "os potenciais efeitos sistêmicos ou o alcance esperado da medida, de modo a prevenir impactos sobre pessoas, empresas ou serviços não vinculados à organização criminosa [...]". Esse seria um trabalho que vai muito além da questão de investigação e acabaria por de alguma forma inviabilizar esse trabalho.

Agora, Senadores, eu vou tomar liberdade para fazer algumas pequenas propostas para adição no texto a fim de fortalecer a inteligência financeira. Repito, nós estamos com um discurso que já é comum entre todos, sobre a necessidade da asfixia financeira das organizações criminosas.

E, repito, hoje, em dez, de cada dez das grandes investigações, nós temos presente o relatório de inteligência financeira produzido pelo Coaf. Nesse tema específico de combate ao crime organizado, os relatórios de inteligência se fazem cada vez mais presentes, cada vez mais necessários.

Então, a primeira proposta que fazemos é a integração automática do Coaf ao banco nacional de facções criminosas para que possamos fazer o monitoramento dessas movimentações financeiras.

Na nota técnica que enviamos ontem – mandamos, inclusive, o texto, que vou tomar liberdade para ler rapidamente aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto do artigo seria: "O Coaf terá acesso direto ao Banco Nacional de [...] [membros de facções] para fins de monitoramento e eventual elaboração dos respectivos Relatórios de Inteligência Financeira".

Então, o Coaf, tendo acesso a esse banco de dados, vai automaticamente cruzar com os seus bancos de dados e, se for o caso, já emitir um relatório de inteligência financeira para as autoridades responsáveis pela investigação.

A segunda proposta que fazemos.

Como vocês sabem, o insumo do Coaf hoje são as informações recebidas dos setores obrigados. A Lei nº 9.613 trouxe alguns setores considerados sensíveis à lavagem de dinheiro e esses setores têm algumas obrigações. Dentre as obrigações, está a de fazer comunicações de operações suspeitas ao Coaf. Então, o que estamos propondo aqui é um texto para deixar bem claro que as pessoas obrigadas deverão ter especial atenção em operações que, eventualmente, envolvam facções criminosas.

O texto seria – tomando também liberdade aqui, eu vou ler. Altera o art. 11, inciso I, da Lei nº 9.613, dizendo: "I - dispensarão especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei, ou com eles relacionar-se", notadamente quando se tratar de operações relacionadas a facções, milícias ou grupos paramilitares.

Então, estamos deixando bem claro, dando um recado bastante direto aos setores obrigados, de que eles devem ter especial atenção quando a operação suspeita se relaciona à atividade de organizações criminosas.

A próxima proposta, só temos mais três propostas, bem rapidamente, seria a integração com bloqueios judiciais.

Seria garantir que o Coaf seja informado quando o juiz determinar medidas patrimoniais contra pessoas físicas ou jurídicas.

Por que isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque uma vez informado, o Coaf vai poder buscar, no seu banco de dados, eventuais comunicações de operações suspeitas relacionadas àquelas pessoas físicas ou jurídicas que tenham, eventualmente, sido alvo de medidas de bloqueio de bens e poderá emitir algum relatório de inteligência complementar.

Então, a proposta seria: "O Juiz comunicará ao Coaf as decisões de bloqueio, arresto, sequestro, indisponibilidade ou perdimento extraordinário, no prazo de 24 horas.

Parágrafo único. O Coaf poderá utilizar as informações para:

I – elaboração de relatórios de inteligência financeira;

II - identificação de patrimônio oculto".

Como funcionaria? Uma vez o Coaf comunicado, cruzaria com o seu banco de dados e, se eventualmente identificasse alguma operação suspeita, comunicada em nome daquelas pessoas, o relatório seria produzido e seria encaminhado ao Poder Judiciário, à polícia e/ou ao Ministério Público, para que possam tomar as medidas judiciais cabíveis.

Já partindo para o final, a próxima proposta seria em relação à questão de informações complementares de operações suspeitas. Repito, hoje o Coaf trabalha prioritariamente com informações que ele recebe das pessoas obrigadas: bancos, corretoras, imobiliárias, lojas de bens de luxo e alto valor, joias e outros. Então, o que nós estamos propondo seria um §4º ao art. 11 da Lei nº 9.613, que diria que: O Coaf poderá, ao analisar as comunicações a que se referem os incisos anteriores, requisitar informações complementares sobre as operações suspeitas. Então, uma vez tendo uma comunicação suspeita envolvendo uma facção criminosa, eventualmente o Coaf poderia fazer a requisição de informações complementares às pessoas obrigadas. Hoje, repito, o Coaf trabalha de forma passiva, recebendo as informações, e não buscando as informações junto aos setores obrigados.

Por fim, a última proposta que nós estamos fazendo aqui... O Coaf, repito, é ator central e preponderante no combate à lavagem de dinheiro. O Coaf, isso é uma coisa que é importante ser dita, não é um órgão de investigação. Quem faz a investigação é a polícia e é o Ministério Público. Porém, o Coaf é um órgão central na medida em que recebe comunicação de operações suspeitas, as analisa e encaminha para a polícia e para o Ministério Público. Então, a proposta que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos fazendo seria de fortalecimento institucional do Coaf, principalmente através do fundo que existe na lei de lavagem de dinheiro. A proposta que o Coaf tem seria a alteração do art. 7º da lei de lavagem para dizer que a regulamentação prevista no §1º deverá observar a destinação mínima de 5% – somente 5% nós estamos pedindo – dos bens, direitos e valores cuja perda houver sido declarada ao Coaf. Então, nós estamos pedindo uma parcela de 5% apenas do valor dos bens que são perdidos em favor da União, de acordo com a Lei 9.613.

Então, essas são as considerações principais, mas eu vou me permitir aqui, Senador Alessandro, manifestar a minha opinião em uma questão que o senhor colocou na pergunta ao Ministério Público. As FICCOs... Eu hoje estou Presidente do Coaf, mas eu sou oriundo da Polícia Federal, e a criação... Não a criação, mas a disseminação das FICCOs foi feita na minha gestão na Polícia Federal, foi quando nós disseminamos as FICCOs para todos os estados e com várias instituições.

Hoje, já há uma integração entre os GAECOs e as FICCOs. Na maioria dos estados, há, sim, uma relação próxima entre Gaeco e Ficco, até porque toda investigação policial tem que ter o acompanhamento de um membro do Ministério Público, e esse acompanhamento, em geral, é feito pelo membro do Gaeco daquele estado em que a investigação está. A questão da inserção física do Gaeco dentro da Ficco, o que se diz é que vai criar um cenário de disputa institucional absolutamente e completamente desnecessário sobre quem está fazendo a investigação, se é a polícia ou o Ministério Público. Da forma como está, está havendo uma integração muito boa nos estados com a polícia, através da Ficco, polícia e demais instituições, e o Ministério Público, através dos GAECOs, com uma ótima integração em vários dos estados.

Então, são essas as considerações. Se alguém tiver algum questionamento, eu fico muito feliz em poder respondê-los.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Dr. Ricardo. Parabéns pelo trabalho na Polícia Federal e agora no Coaf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São três pontos. Com relação à demanda de infraestrutura e pessoal do Coaf, se ela é próxima do suficiente, sabemos que não, mas qual seria o ideal, infraestrutura e pessoal? E a sua manifestação com relação à urgência e necessidade de regulamentação do mercado de criptos, porque sabemos que hoje uma parte significativa da lavagem caminha por esse meio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não seria interessante que as sugestões que ele pontuou ele pudesse encaminhar aqui para a Secretaria? (*Pausa.*)

Já encaminhou? Então, ótimo.

Passo a palavra agora ao... (*Pausa.*)

Ele vai responder? (*Pausa.*)

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ANDRADE SAADI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, vamos lá. Primeiro, Senadores, obrigado pelas perguntas.

Em relação à questão de infraestrutura e pessoal do Coaf, o que acontece é o seguinte, o Coaf até agora tinha uma estrutura necessária e o.k. em relação à forma como o combate ao crime organizado ocorria. A partir do momento em que o foco das autoridades, o foco do Ministério Público, o foco da polícia está na asfixia financeira da organização criminosa, o Coaf passa, sim, a ser um ator central e passa, sim, a ter a necessidade de uma melhora na estrutura. Inclusive, nós já fizemos uma reunião na semana passada no MGI, apresentando uma proposta de reestruturação e de indicação de pessoas para irem ao Coaf. Estamos trabalhando em parceria com o Ministério Público, em parceria com a polícia e em parceria com o setor privado, no desenvolvimento de um novo sistema tecnológico para o Coaf porque, além da questão de pessoal, o Coaf necessita da questão tecnológica, porque recebe diariamente aproximadamente 35 mil comunicações de operações suspeitas ou de operações em espécie. Então, por mais que nós tenhamos um quadro de pessoal de mil pessoas, ele não será suficiente se nós não tivermos um sistema tecnológico bastante eficiente, bastante moderno. Já estamos trabalhando isso com total apoio do Banco Central e do Governo para que possamos fazer a atualização do sistema tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao quadro de pessoal, Senador, se o senhor me permitir, eu posso enviar depois para o senhor um estudo que nós fizemos com uma estimativa do número de pessoas que seria interessante para estar no Coaf e também com a estrutura que seria importante, inclusive de cargos, para que possamos ter uma estrutura condicente hoje com a importância e com o volume de trabalho do Coaf.

Em relação à segunda questão, que é a urgência e a necessidade da regulamentação das criptos, já há uma regulamentação nova do Banco Central que deve entrar em vigência nas próximas semanas, mas esse é um mercado, por mais que nós tenhamos uma regulamentação forte aqui no Brasil, como tem em outros países também, não é algo fácil de se fazer porque, a partir do momento em que o mercado de cripto atua de forma absolutamente independente dos governos no mundo inteiro, as questões não necessariamente têm que passar pelo Brasil. Então, a eventual carteira de cripto pode estar hospedada em outros países e dificilmente uma regulamentação no Brasil vai ter o condão de acabar com essa questão, mas é claro que é importante que o Brasil tenha uma regulamentação forte. Esse é um problema que não somente acontece no Brasil, mas acontece no mundo.

Eu tive a oportunidade de trabalhar como Oficial de Ligação do Brasil na Europol, durante dois anos e meio, entre 2020 e 2022, e posso dizer com bastante tranquilidade aos senhores que essa preocupação, em relação às criptos, não é uma preocupação exclusiva, preocupação e dificuldade, não é uma preocupação e dificuldades exclusivas do nosso país, mas é de todos os países que atuam no combate ao crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado a V. Exa.

Passo a palavra ao Dr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (Para expor.) – Muito bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar o Senador Otto Alencar, o Senador Alessandro, o Senador Angelo Coronel, o Senador Mourão e todos os demais presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, inicialmente, antes de colocar nossos pontos em relação a este projeto, enaltecer aqui a postura do Senador Alessandro e de toda a sua equipe de, desde o primeiro momento em que foi designado Relator, abrir o diálogo com o Poder Executivo, propor esta audiência pública. Então, adotou uma postura digna do prestígio que tem, da abertura que tem o Parlamento para dialogar, debater e construir propostas normativas.

Eu queria, também, cumprimentar, na figura do nosso Diretor da SAL, Marco Antônio, da nossa Diretora, Juliana, todos os servidores do Poder Executivo, que vêm se debruçando sobre esse texto desde a primeira minuta de parecer que foi publicada.

Como todos acompanharam, este texto nasce a partir da autoria do Poder Executivo e, quando é designado o Relator na Câmara, foi apresentado um novo texto totalmente diferente do originalmente apresentado pelo Poder Executivo. E, a partir daí – e é natural, isso é legítimo que aconteça, comum, os Parlamentares têm todo o direito de avançar nessa linha –, nós passamos a nos debruçar sobre esse texto. E o nosso objetivo central, desde o início, foi assegurar as prerrogativas da Polícia Federal, foi assegurar que o texto que fosse aprovado não implicasse qualquer prejuízo à atuação que a Polícia Federal vem desempenhando, sobretudo porque, nos últimos meses, nós assistimos à Polícia Federal desenvolver, em parceria com a Receita, em parceria com o Ministério Público, em parceria com a polícia civil dos estados, operações que vão entrar para a história como as operações que mais impacto tiveram no combate às organizações criminosas. Então, no momento em que a Polícia Federal chega a uma situação de eficiência muito importante no combate a essas organizações, é fundamental que a gente preserve as prerrogativas, as competências, os instrumentos que a Polícia Federal tem para realizar essa atuação. E foi assim que passamos a proceder, passamos a dialogar.

Não conseguimos avançar no diálogo na Câmara, mas, felizmente, o Senador Alessandro proporcionou um espaço de diálogo que, certamente, será muito importante para o amadurecimento do texto e para a preservação da competência da Polícia Federal, das prerrogativas da Polícia Federal, das prerrogativas da Receita Federal, que vem desempenhando um papel fundamental também nesse sentido e, com isso, não preservará o sistema atualmente existente e buscará um aprimoramento, porque este era o objetivo central: aprimorar o sistema já existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em relação ao texto que veio para o Senado, tem uma preocupação essencial. A gente conseguiu derrubar muita coisa do que estava na Câmara, mas ficou um ponto lá que para a gente é central e precisa ser revisto, que é a questão dos fundos federais. Hoje, há um consenso muito grande, tanto na Câmara como no Senado, na sociedade, de que nós temos uma limitação de recursos muito grande no âmbito do Poder Executivo para o financiamento da segurança pública, de maneira que nós deveríamos estar nos dedicando a buscar novas fontes de financiamento para a atuação do Governo Federal no combate ao crime organizado, mas a proposta que veio da Câmara, infelizmente, retira recursos da União para o combate ao crime organizado; retira recursos da Polícia Federal, então, recursos que antes iriam para o Funapol passam a ir para o Fundo Nacional de Segurança Pública, obrigando a Polícia Federal a disputar esse recurso junto com os estados, junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública; retira recursos do Fundo Nacional Antidrogas, que tem previsão constitucional – parágrafo único do art. 243 –, que é o fundo que recebe os bens perdidos em razão do tráfico. Então, isso também gera uma descapitalização dos fundos nacionais, e o nosso pleito é para que não seja alterada a sistemática de recursos dos fundos nacionais.

Tem um outro ponto muito importante. Ao dispor sobre a divisão de recursos como está no texto que veio da Câmara para o Senado, ele cria um incentivo à não integração porque, na medida em que a Polícia Federal atua em conjunto com a polícia dos estados, os bens que forem perdidos naquela operação terão que ser divididos, e a mesma coisa os estados. Isso gera um incentivo para que uma investigação, após três anos, quando você for deflagrar a operação, que é o momento em que você precisa dessa parceria, você não faça essa parceria para que não tenha que dividir o recurso. Exatamente por isso, toda a legislação que dispõe sobre perdimento de bens dispõe de acordo com o tipo de crime e não com quem participa da operação, para não criar nenhum tipo de bloqueio a essa integração; integração essa que é essencial para a proteção da vida dos agentes de segurança pública e para a eficiência das operações. Então, o nosso primeiro ponto é que seja mantida a atual sistemática de distribuição de recursos dos fundos que financiam a segurança pública em âmbito nacional.

Um outro ponto que chamou muita preocupação, e esse é de caráter mais estruturante, foi o fato de termos uma legislação paralela à atual Lei de Organizações Criminosas, e todos os operadores do direito sabem que, quando você tem dúvida sobre qual legislação é aplicável, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abre espaço para a interposição de recursos, e quem se beneficia com o espaço para a interposição de recursos é quem está sendo investigado. Se o juiz aplica uma norma você questiona: por que não a outra? Se aplica a outra: por que não aquela norma? Então, isso gera uma confusão jurídica que vai prejudicar substancialmente o combate às organizações criminosas. Então, ter normas paralelas tratando do mesmo tema não é saudável em sistema jurídico nenhum, sobretudo no sistema penal.

E uma outra preocupação que a gente tem, não bastasse a norma paralela do texto que veio da Câmara, é que a gente tem uma previsão absolutamente aberta: não há uma definição específica sobre o que é organização criminosa ultraviolenta e, a partir dessa definição, joga-se este termo, organização criminosa ultraviolenta, e começa-se a dispor sobre dezenas de condutas que, se praticadas por membros dessa organização que não está devidamente delimitada, vão implicar penas de 20 a 40 anos. Entre essas condutas, está lá no inciso III: interromper temporariamente vias. No inciso IV: obstruir, de qualquer forma, operação policial ou operação de manutenção da ordem. Ou, lá no inciso X, você ocupar uma escola, por exemplo – está lá previsto.

Qualquer uma dessas condutas, se for praticada por membro da organização criminosa ultraviolenta cujo conceito não está devidamente delimitado na norma, pode resultar numa pena de 20 a 40 anos. Homicídio simples tem previsão de seis anos. Então, só para a gente ter uma ideia, assim, da complexidade que é a adoção desses termos abertos.

Mas não para por aí. No §3º, vem uma previsão de que várias das condutas previstas no inciso, ainda que praticadas por quem não é membro de organização criminosa, vão incidir numa pena de 12 a 30 anos. Ou seja, se você pegar ali a obstrução, por qualquer forma, de operação de manutenção da ordem pública ou uma ocupação de escola, você pode pegar uma pena de 12 a 30 anos, mesmo não sendo membro de organização criminosa. Ou seja, já não tem a definição da organização criminosa ultraviolenta, e aí você tem a previsão de que, ainda que não seja membro dessa organização, você vai responder por 12 a 30 anos.

Sem dúvida alguma, isso traz um problema muito grave, porque leva a uma possibilidade de criminalização de movimentos reivindicatórios legítimos – legítimos: o movimento dos caminhoneiros; os movimentos dos apoiadores do anterior Presidente que estavam à frente dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quartéis, por exemplo. Todos os movimentos reivindicatórios poderão ser enquadrados nessa norma, se ela é aprovada da forma como está.

Uma outra preocupação muito grande é em relação ao tipo de favorecimento que está lá no art. 3º. Assisti ao Fantástico domingo e lá tinha uma previsão de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – ... 20 pessoas que estavam fugindo da operação policial entraram com um fuzil na mão na casa de um morador. Da forma como está, há a possibilidade de que esse morador possa ser enquadrado por favorecimento, porque ele teve a sua casa utilizada.

Veja, há comunidades em que os moradores são proibidos de trancar as portas. Como é que um morador vai se opor a 20 pessoas armadas com um fuzil? Como é que um morador vai se opor? Ou seja, há um risco de revitimização da população trabalhadora, que já é vítima do crime organizado. Então, acho que isso também é uma preocupação muito grande que a gente tem em relação a esse tema.

E, por fim – o tempo passou rápido; são muitos pontos, o projeto é longo –, há uma preocupação também – reitero aqui, reforço aqui o coro – com as colocações sobre a atuação da Polícia Federal. Há dispositivos na proposta que trazem limitações que podem prejudicar a atuação da Polícia Federal. Já encaminhamos à assessoria do Senador Alessandro – a quem agradeço muito o espaço aberto para o diálogo –, mas vou citar aqui o §3º do art. 9º, que prevê uma lista de requisitos para o bloqueio de bens.

Hoje, quando o Ministério Público ou o Delegado de Polícia pede o bloqueio de bens, o juiz analisa se a origem é ilícita, se não é ilícita, se está sendo utilizado para o crime ou não, e o juiz decide ou não pelo seu bloqueio. Se a gente aprovar aquele dispositivo, o juiz vai ter que cumprir aquele *checklist* ali sob pena de o advogado da parte roubar o bloqueio desses bens. Isso pode comprometer, por exemplo, operações como a Carbono Oculto, que teve como grande mérito o bloqueio de um valor substancial de recursos de uma organização criminosa, que é o ponto central que a gente precisa combater para enfraquecer o crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria concluir, mais uma vez, agradecendo muito ao Senador Alessandro, pela abertura que deu para o debate e pela realização desta audiência pública, Senador Otto, que eu acho que é uma demonstração muito importante de abertura do Senado sempre para o diálogo com o Governo Federal, para o diálogo com os demais membros da sociedade e para o diálogo com toda a população, porque este tema é de interesse de toda a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, Alessandro, quer fazer alguma observação?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra, então, ao Dr. Tarcísio José Sousa Bonfim, pela Conamp, e convido, para tomar assento à mesa, o Delegado Alexandre Luiz Rollo Alves – não sei se ele está presente. (*Pausa.*)

Não está presente?

Então, Dr. Thiago Frederico de Souza Costa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, sente-se, por favor.

Passo a palavra ao Dr. Tarcísio.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Otto Alencar, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, agradecer, Senador, pela oportunidade e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos da CCJ. O senhor sempre nos atende com muita atenção, de forma muito atenciosa, e nos permite trazer, aqui, o olhar do Ministério Público.

Falo em nome da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público) – representamos 16 mil colegas dos Ministérios Públicos estaduais – estamos nos 26 estados da Federação –, os membros do Ministério Público Militar e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, receba o nosso abraço e o nosso agradecimento, parabenizando-o pela condução dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Otto.

De igual modo, gostaria de me referir e agradecer ao Senador Alessandro Vieira, o Relator do nosso projeto, do nosso PL antifacção, que também, de forma muito horizontalizada, tem conduzido este trabalho, sob uma perspectiva de colher conhecimentos e experiências para uma grande construção, Senador.

A segurança pública, o combate ao crime organizado e o trabalho das instituições do nosso país, dos Poderes e instituições previstos na nossa Constituição, somente alcançarão a efetividade a que nos propomos – todos nós, enquanto agentes públicos –, se tivermos uma postura de horizontalidade, de unidade e de cooperação.

Cada um tem, no texto constitucional, a sua missão e as suas atribuições definidas, mas o somar dessas atribuições, o desempenhar dessas atribuições de forma eficiente é que produzirá o fruto maior. E qual é a responsabilidade maior de cada um de nós? É o bem comum da nossa população.

A sociedade brasileira, há um tempo, era demandada, através de pesquisas, Senador Otto, Senador Omar, Senador Mourão, a manifestar quais eram as demandas – o que a sociedade gostaria de nós, seus representantes. E ela sempre vinha se manifestando sobre educação de qualidade, saúde de qualidade, oportunidade para que ela pudesse viver, se reger e exercitar a sua dignidade.

Mas, hoje, a principal pauta da sociedade é a violência; a principal pauta da sociedade é combater o crime organizado. E, para combater o crime organizado, nós temos três partes indissociáveis, para alcançarmos essa efetividade: nós temos que ter uma boa investigação, uma boa responsabilização e uma boa execução da pena. Não adianta investigarmos bem e não termos instrumentos que nos permitam responsabilizar.

Não adianta investigarmos bem, fazermos um processo de responsabilização e não termos uma boa execução de pena: "Ah, um faccionado foi condenado a 30, 40, 50 anos de prisão", mas não cumpriu a pena, não houve efetividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que nos preocupar com todos os passos relacionados a essa atividade. E cada carreira aqui representada tem dimensão das suas atribuições, Senador Alessandro, das suas responsabilidades. O nosso olhar aqui é um olhar de contribuição, de tentar somar, de trazer um olhar do Ministério Público sobre diversos temas que estão sendo ventilados no PL antifacção.

Gostaria de registrar também a importância da iniciativa do Governo de fomentar este debate, de levar este debate para a Casa do Povo, para o Congresso Nacional. E, a partir daí, V. Exa. tem conduzido e permitido, e a audiência pública é um instrumento importante de canalização desses olhares, para que possamos somar e alcançar um resultado que alcance essa efetividade, mas eu queria, nessa realidade, nessa perspectiva, realçar aqui a importância de encaminharmos para um ponto de centralidade – aliás, dois pontos de centralidade.

O primeiro ponto de centralidade diz respeito ao lucro. O crime organizado opera uma atividade empresarial. Ele cria empresas com o objetivo de desempenhar, com o objetivo de potencializar o lucro relacionado a essa atividade. E cabe a nós termos instrumentos que nos permitam realizar um confisco ampliado eficiente.

Acompanhei aqui a fala de alguns antecessores, nesta audiência pública, e ouvi uma preocupação com relação ao direcionamento. O que vamos fazer com esse confisco? Então, o antecedente é nós termos instrumentos eficientes de confisco desses bens, um outro antecedente é termos as nossas instituições capacitadas para realizar esse confisco, e o terceiro – a preocupação que foi externada por alguns dos que nos antecederam – é a preocupação de para onde vão esses recursos, mas, ao final, eu também queria fazer uma sugestão, Senador, direcionando, no sentido de sugerir para onde vão esses recursos.

A temática é por demais vasta, mas eu queria me prender a um ponto importante: ao Tribunal do Júri, Senador. O Tribunal do Júri foi criado, institucionalizado, implantado no nosso ordenamento jurídico, a partir de uma manifestação contundente do Legislador Constituinte originário, quando trouxe lá, no art. 5º, XXXVIII, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a realidade, fixando a competência do julgamento dos crimes dolosos contra a vida perante o Tribunal do Júri.

Nós defendemos que continue a ser assim. Nós defendemos que não haja essa substituição para a criação de um novo foro competente, de um novo juiz natural para apreciar e julgar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes dolosos contra a vida, quando relacionados ali à atividade da organização criminosa ou à atividade relacionada à disputa de poder, à disputa de território e outras nuances que estão relacionadas à atividade do crime organizado nas nossas comunidades na realidade da sociedade brasileira.

Então, no nosso primeiro ponto, eu queria realçar que, a despeito de algumas falas, o Tribunal do Júri se apresenta como um instrumento eficiente. Nós trouxemos aqui, Senador, um recorte da realidade de 4 mil processos, entre 2020 e 2025, lá no Ministério Público de São Paulo. Nós temos ali um percentual de 77%, no sumário da culpa de pronúncia, de faccionados que são demandados, são denunciados pela prática de crimes dolosos contra a vida relacionados à atividade do "narcocídio", atividade do narcotráfico; e nós temos, no Plenário, um percentual de 82% de condenação dessas pessoas.

Eu explico por que esse formato se apresenta e garante esse grau de eficiência, porque nós temos o sistema da íntima convicção, que está lá no art. 472 do Código de Processo Penal. O jurado tem possibilidade, de forma ampla, globalizada, de analisar todo o conjunto probatório que foi produzido relacionado àquele determinado crime.

Nós temos uma mecânica de sorteio e de sigilo das votações, e isso foi implementado por esta Casa, quando aprovou a Lei nº 11.689, de 2008, que trouxe uma realidade, por exemplo, de não se apurar, de não se escrutinar mais os sete votos. Alcançando a maioria para a votação, ou você tem uma realidade de absolvição ou uma realidade de condenação, o que permite que se mantenha, também ali, o sigilo das votações.

Uma outra realidade que para nós é importante é a execução imediata da pena, Senador Otto. Por quê? Porque nós temos a soberania dos veredictos lá na Constituição e o Supremo, ao apreciar o tema – Tema 1.068 –, acentuou a execução imediata da pena fixada no âmbito do Tribunal do Júri. Então, à guisa desses três fundamentos, nós estamos aqui levantando e defendendo a eficiência, Senador Alessandro, do Tribunal do Júri.

Uma outra realidade que eu queria trazer é que nós precisamos incluir, além dessa preocupação de combater o crime organizado de forma eficiente, de forma efetiva, a centralidade das vítimas. A nossa atuação tem esse objetivo. Nós temos o Estatuto das Vítimas, que está aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu quero fazer um agradecimento público ao Senador Weverton Rocha, que é o Relator do Estatuto das Vítimas, aqui no Senado Federal. Foi aprovado na CDH do Senado, inclusive em regime de urgência, e temos hoje a relatoria nas mãos do Senador Wilder Moraes, que estamos procurando, dialogando, e temos trabalhado.

Queremos pedir ao senhor, Senador Alessandro, que traga esse olhar de centralidade das vítimas para a discussão de qualquer projeto antifacção, de qualquer projeto relacionado à segurança pública.

Nesse contexto, eu queria pedir essa reflexão do Senado Federal, Senador Alessandro, com relação ao 245 da Constituição. Nós temos, na Câmara e no Senado, hoje, 14 projetos de lei para regulamentar o fundo de assistência às vítimas dos crimes dolosos contra a vida. E por que uma parte desses recursos de confisco não pode nutrir esse fundo para que possamos minimizar o sofrimento das vítimas do crime organizado?

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM – Então, fica aqui a nossa primeira sugestão.

Uma outra sugestão também – nosso tempo está acabando – é que nós façamos um aperfeiçoamento do instituto do desaforamento, levando para as capitais ou levando para os municípios maiores, municípios acima de 300 mil. É um critério, uma sugestão. Claro que o senhor, ao seu alvedrio, e todo o Senado Federal, vão analisar essa proposta.

A criação de uma lista específica de jurados. No crime organizado, nós temos que ter ações centrais, ações específicas e ações especializadas para combater o crime organizado. Por que não se cria uma lista específica de jurados?

Sorteio específico e reservado. Até o momento da sessão, nós manteremos ali a lista de jurados em sigilo e, no momento da sessão, você identifica os jurados. Seção, também, de proteção dos jurados. Então, defendemos aqui a inclusão de uma seção, no CPP, para que possamos estabelecer instrumentos.

Vedação da transmissão ao vivo da imagem do conselho de sentença; possibilidade de alojamento reservado e escolta dos jurados; tratamento de dados sob a égide da LGPD; participação do acusado por videoconferência, onde se tem apenas a visualização do acusado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não o acusado do conselho de sentença. Criar, também, um tipo penal específico relacionado a punir a exposição indevida de jurados.

Uma outra sugestão, Senador, seria nós utilizarmos a Lei do Provita, a Lei 9.807, de 1999, que trata de testemunhas e de vítimas, e incluirmos também os jurados, porque os jurados são magistrados.

Então, enfim, Senador, o tempo é pequeno, eu queria pedir a V. Exa. que o art. 2º, §8º, fosse realmente suprimido do texto, porque nós entendemos, nós conhecemos, nós trabalhamos e nós defendemos a importância do Tribunal do Júri para a nossa sociedade.

Quero dizer que a Conamp continua à disposição deste Parlamento. Parabenizo o senhor e o Senador Otto pelo trabalho, quero dizer que acredito muito que, quando se trabalha de forma horizontalizada, quando se trabalha de forma cooperada, podemos construir um modelo de legislação que atenda os anseios da sociedade nesse grande problema que é o combate à criminalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Dr. Tarcísio.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Presidente Otto, quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Relator, o meu amigo Alessandro Vieira, e dizer que, primeiro, não teria pessoa mais adequada para ser Relator aqui no Senado do que o Senador Alessandro Vieira. É uma pessoa que conhece, viveu, vive e tem essa *expertise* que poucos de nós temos.

Quero cumprimentar a Mesa, o Senador Mourão, e parabenizá-lo pela vitória do Flamengo. Sei que V. Exa., como flamenguista, vibrou muito. Mas, ouvindo o Dr. Tarcísio...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por falar em flamenguista, eu quero parabenizar o juiz que apitou o jogo Palmeiras e Flamengo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o jogador do Palmeiras teve uma fratura exposta na perna, e ele deu um cartão amarelo ao cara do Flamengo. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Acho que tinha que entrar, acho que nós tínhamos que ver nessa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fratura exposta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não sei se o Alessandro pode colocar aí um artigo sobre isso, Alessandro, sobre essa questão de árbitros de futebol...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é crime organizado? Ainda não... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Queria que V. Exa. colocasse isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas com *bets*, não tenha dúvida que chegaremos ou já chegamos, e a gente não tem conhecimento ainda. Não tenha dúvida sobre isso!

Aliás, vão acabar com o futebol brasileiro as *bets*. Já falei sobre isso, a gente tem falado, mas o pessoal, como é financiado hoje pelas *bets*, não fala nada, e tudo bem.

Vamos para outra pauta.

Ouvindo V. Exa., eu pedi para o Senador Otto, e peço desculpas aos outros, para falar um pouco sobre o meu entendimento sobre a questão do tráfico e do narcotráfico.

Eu concordo com tudo o que V. Exa. falou , só que, na prática, não dá para funcionar. Você tem comarcas no Norte, no Nordeste e em outros estados brasileiros que não têm juiz ou, quando têm juiz, não está o Ministério Público ou, quando não está o Ministério Público, não têm um defensor público, e você não faz julgamento sem ter as três partes. Não dá para fazer! E depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que inventaram que juiz pode despachar por videoconferência, aí é que o negócio foi para baixo mesmo.

Tem uma coisa... Eu tenho cobrado isso do CNJ, tenho conversado com o Ministro Mauro sobre isso – que é lá do meu estado, uma pessoa que nós temos um respeito muito grande –, sobre a presença do juiz na comarca, mas nós estamos tratando aqui sobre esse projeto, já do acontecido.

O Governo brasileiro há muito tempo tinha que ter criado uma Secretaria de Segurança Pública ou um Ministério da Segurança Pública – eu diria Ministério da Segurança Pública. É uma coisa que é uma pauta do Brasil.

Você tem uma atividade-fim que não tem um ministério específico para isso. Você tem um ministério específico para a saúde, que é uma atividade-fim, você tem o Ministério da Educação que é uma atividade-fim, e você não tem um ministério específico para a segurança pública.

Quando nós estamos tratando aqui, nós estamos tratando de pena, de julgamento e tal. Mas qual é a origem? E aí o Senador Mourão, que é da minha região e conhece bem até porque serviu, teve o prazer de servir no maior comando militar do Brasil, que é o Comando Militar da Amazônia, e todos aqueles que passaram pelo Comando Militar sabem da importância da nossa soberania em relação ao Comando Militar da Amazônia...

Para você ter uma ideia, nós temos seis, sete policiais federais na fronteira com a Colômbia e com o Peru, para tratar sobre uma questão prioritária, que é não deixar chegar a droga.

Os morros do Rio de Janeiro... Aqui em Brasília, não se produz cocaína, ela chega – essa cocaína. Com a saída do Estado, quem ocupou esses espaços... E quando V. Exa. fala sobre a participação do poder público, e aí a gente fala Governo Federal, Governo estadual, Governo municipal, não é só um ente, tem que ter os três, junto com o Ministério Público, Polícia Federal, polícia civil, polícia militar, para que a gente faça, evite, faça prevenção. Quanto maior a prevenção, menor será o dano lá na ponta.

Nós não produzimos AR-15. Um cidadão de bem não anda com uma metralhadora ou um revólver passeando nas ruas das cidades, coisa que a gente está vendo, vê diariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando se faz uma operação dessa, e tem que parabenizar, mas já é com o efeito que aconteceu, nós não conseguimos evitar.

A primeira coisa que acontece, para se fazer a lavagem lá na ponta, é você arrecadar o dinheiro aqui na origem. E onde está essa origem? Nos municípios. Onde faz o tráfico? Onde que se vende a cocaína? Onde que se vende a droga? Onde é que se vende... para fazer depois a lavagem do dinheiro? Quando chega aqui o dinheiro, agora vamos lavar de que forma? Vamos lavar através disso, daquilo, coisas que nós estamos vendo diariamente.

Então, Senador Alessandro, eu sei que V. Exa. está tratando um assunto, o assunto só não resolve, não é a gente aumentar pena, ou diminuir pena, ou falar se é isso ou é aquilo – é a gente tratar na prevenção.

É inadmissível que no Amazonas entre, no meu estado, entre droga pela Venezuela, que nós temos uma fronteira grande; entre droga pelo Peru, que nós temos uma fronteira grande; entre droga pela Colômbia, que o Amazonas tem. E eu estou falando do Amazonas, do meu estado, que é onde 80%, 90% da droga passa pelos rios da Amazônia, ou pelo Solimões, ou pelo Japurá, ou pelo Rio Negro; fora aquilo que entra pelo Peru, pelo Acre, que desce o Purus.

Então, eu estou falando de uma realidade que eu conheço. Eu fui Secretário de Segurança de Estado e sei muito bem do que eu estou falando. Agora, não adianta você achar que a polícia vai resolver o problema quando já chega no bairro, quando você já atingiu o jovem que já se viciou, que começa a furtar dentro de casa.

Eu não conheço – não conheço – não tenho conhecimento de qualquer chefe de facção que tenha virado avô; ou o cara é preso, ou é morto. E há uma renovação, é jovem de 17, 18 anos comandando isso. Nós temos uma realidade no Brasil e essa realidade nós temos que enfrentar – ou a gente enfrenta, ou a gente vai perder essa guerra.

Essa guerra, aliás, nós estamos perdendo, porque nós estamos perdendo diariamente jovens por narcotráfico, garotos que são menores de idade e que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... para alimentar a família, viram "avião", leva a droga e sabem que não vai ser punido, porque a lei não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

permite que eles sejam punidos. Você não interna mais um jovem desses. O Estado brasileiro não cuida dos doentes. Eu não acho que uma pessoa que se torna um viciado em cocaína seja um marginal, um bandido, é uma pessoa que se tornou doente, que tem que ser tratada como uma pessoa doente, e nós não temos esses cuidados.

Então, por mais esforço que vocês tenham, se a gente não cuidar disso, da origem do problema... A origem do problema não está lá na atividade-fim, na lavagem do dia, a origem do problema está na entrada de drogas. E, quando a polícia ou civil ou militar ou federal diz que prendeu duas toneladas de droga, já passaram cem. É simples, e eu lhe digo como. Lá na Amazônia, eles afundam uma balsa, colocam lá uma antena com satélite, deixam a balsa atravessar a fronteira, afundada – uma balsa. Eles afundam a balsa com a cocaína, ela atravessa a fronteira, ela vai bater num barranco qualquer lá depois já de entrada no Brasil. Quando bate naquele barranco, não tem policiamento, não há como ter... até porque eu sou favorável à gente criar para a Amazônia a Polícia Federal hidroviária, equipada com tecnologia, para que a gente possa cuidar dos nossos rios.

Aqui tem um projeto meu, na CCJ, que obriga o Governo Federal a fazer um concurso público a partir do momento em que 5% do contingente da Polícia Federal deixar... Porque você não faz novos concursos. Sabemos também que tem um problema muito sério em relação aos delegados de polícia, tanto da Polícia Federal, como da polícia civil, porque a pessoa passa num concurso de delegado da polícia civil, a gente treina aquela pessoa, gasta dinheiro para treiná-la, depois tem um concurso do Ministério Público, ele vai, faz o concurso do Ministério Público e larga a delegacia, larga a polícia civil ou a Polícia Federal, ou um concurso de juiz ou de procurador. E isso também nós temos que regulamentar, porque o Estado não pode fazer concurso toda hora e se gasta dinheiro para se formar um delegado, não é de graça, se investe nele, e a gente o perde para outro concurso. Isso acontece no Brasil todo.

São questões pontuais que nós temos que resolver, porque só a penalidade... O cara que já está condenado a 50 anos de prisão, tanto faz 10 anos a mais ou 10 anos a menos, não vamos nos iludir com isso, e vamos tratar isso de uma forma que o Governo Federal, os Governos estaduais e municipais estejam unidos juntamente com os órgãos da polícia e o Ministério Público...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... porque o Ministério Público tem uma importância muito grande nessas ações, com a investigação de que V. Exa. falou. É lógico que tem que se investigar, mas nós temos que proteger as famílias.

Dificilmente, em uma família brasileira hoje, não se tem uma pessoa que seja dependente químico, é muito difícil. Ou está dentro da família ou você conhece. E esse jovem destrói uma família, esse jovem destrói a relação do pai e da mãe, destrói uma relação com os filhos, destrói uma relação com amigos, e, muitas vezes, esse jovem vai se tornar um marginal ou será morto ou será preso. E não tem uma mãe, que coloque um filho no mundo, que queira que o seu filho seja preso ou seja morto por causa de droga.

Era a minha contribuição que eu queria dar. Eu tenho uma opinião sobre isso. O Senador Alessandro Vieira é a pessoa ideal para discutir. Na semana passada, eu conversava com ele, ele está conversando com o Presidente Hugo Motta e com o Relator da Câmara para que a gente chegue a um texto que seja bom para o Brasil. A Polícia Federal não pode perder, de forma nenhuma, nenhum tipo de... Não é benefício, mas de recurso que ela tem. Pelo contrário, nós temos hoje tecnologias que o Brasil não tem.

Vamos ser sinceros, os Estados Unidos não conseguem, nem com muro, conter a entrada de droga do México nos Estados Unidos, e olhe a tecnologia dos Estados Unidos. Então, veja a nossa realidade. Lá é tudo por terra, aqui não. São rios que são mares, quem conhece a Amazônia sabe que o Rio Solimões é um mar, você não consegue olhar de uma margem para outra – você não consegue enxergar de uma margem para outra –, e passa droga com uma facilidade muito grande.

Era a minha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... contribuição. Espero, Alessandro... Tenho certeza de que o Senador Otto, como Presidente da CCJ, fez a escolha certa; e tenho certeza de que o relatório do Senador Alessandro terá nosso apoio total, ele sabe disso, porque está em boas mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Omar Aziz.

Passo a palavra...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Permita-me só um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Você vai fazer um comentário?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – É só para registrar a importância do que o Senador Omar Aziz pontua e para antecipar que a gente está tratando disso no relatório.

Pela própria experiência, a gente sabe que o financiamento é um ponto central nisso. Não adianta só aumentar a pena. Eu tenho feito sempre um registro que passa, às vezes, despercebido do senso comum: com a legislação antiga, o Marcola já está condenado há mais de 300 anos, isso não acabou com o PCC. Então, é preciso uma ação integrada, inteligente e muito bem financiada, e que vai, em algum ponto, envolver, inclusive, as Forças Armadas, particularmente nas nossas fronteiras.

Mas antecipo para você, Omar, e para os colegas que eu venho realizando uma série de reuniões com o Executivo: Ministra Simone Tebet, Ministro Fernando Haddad, Ministro Lewandowski, Polícia Federal, para que a gente tenha consciência de que é preciso uma ação mais contundente. Este Congresso vai viabilizar o financiamento necessário. Eu não tenho a menor dúvida. O que eu tenho demandado, e às vezes eles demoram a responder, porque parece que a gente está mudando um pouco a lógica da coisa, é quanto. Eu preciso fortalecer o combate ao crime na Amazônia: quanto custa? Eu preciso saber disso, para colocar no papel, indicar a fonte e resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só para você ver, estão dizendo que estão dando 1 bilhão para a Amazônia, não sei o quê, e tal. Por que não se pega esse dinheiro do Fundo Amazônia, que muitas vezes é colocado em ONGs que não fazem absolutamente nada, e não se investe na segurança da Amazônia?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Dr. Alexandre Luiz Alves, Diretor Substituto de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal.

Dr. Alexandre, com a palavra.

O SR. ALEXANDRE LUIZ ROLLO ALVES (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui o Senador Otto Alencar, Senador Alessandro Vieira, Relator aqui do projeto de lei, os demais Senadores, Dr. Sergio Moro, Dr. Mourão, Senador Omar, demais autoridades aqui presentes, meus colegas policiais federais aqui presentes, cidadãos aí que estão acompanhando ao fundo.

Quero dizer que a oportunidade de fazer parte da construção de um projeto de lei que visa ampliar a atuação do Estado contra o crime organizado é algo que nos faz agradecer bastante, porque nada melhor do que ouvir quem atua, quem vive, quem respira o combate ao crime organizado no seu dia a dia. Essa é a realidade não só da Polícia Federal, como das demais polícias dos estados, das polícias civis, militares e também dos demais órgãos que atuam em conjunto com as polícias, cada um com as suas atribuições, mas hoje a realidade do crime organizado não nos permite mais imaginar que o combate se faz somente com a atuação policial. É necessário – as maiores operações que vêm sendo deflagradas aí nos últimos tempos demonstram isso – atuação conjunta, garantindo cada um com a sua função típica, como diria um sábio cidadão francês há 200 anos, Montesquieu, a separação, a repartição dos Poderes, que na verdade não são mais Poderes, são deveres, porque a gente só tem essas características para poder melhor servir a sociedade, então, é dever e não Poder, mas a separação nos permite evitar absolutismos. Já migramos há muito tempo para uma democracia que nos faz ver que cada um com a sua função típica colabora, constrói para que a gente chegue ao fim único que é servir, atender a sociedade. Então, a Polícia Federal investiga, o Ministério Público participa, acompanhando a investigação da Polícia Federal e acusa, a defesa defende o cidadão, o juiz julga, os demais órgãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Receita Federal atuam na sua fiscalização tributária, e, com tudo isso, todo esse conjunto, servimos melhor o cidadão no combate ao crime organizado.

Quero dizer que a Polícia Federal já vem há muito tempo tendo reconhecimento, ela tem um nível de excelência reconhecido mundialmente no combate à macrocriminalidade, que é a nossa especialidade técnica. Há décadas, a Polícia Federal já vem atuando dessa forma, no combate à macrocriminalidade, ao crime grande. A microcriminalidade – aqueles inquéritos ali que visam apurar fatos pontuais – não vem sendo algo em que a Polícia Federal se debruça, a Polícia Federal envida mais esforços neste combate, no combate com descapitalização, por isso, a nossa excelência, o reconhecimento de outras polícias internacionais.

A Polícia Federal é referência no mundo como uma das melhores polícias, então, o povo brasileiro pode se orgulhar da polícia que tem, porque a gente dá exemplo, a gente troca conhecimentos com as melhores polícias do mundo. A gente, lógico, pode se abeberar ali de bons exemplos, de boas práticas, mas muitos países também tomam as nossas boas práticas para implementar na sua sistemática de atuação contra o crime organizado nos seus respectivos países, para dizer que a gente não precisa ter esse espírito de cão vira-lata, de achar que os outros são melhores do que a gente, porque a gente também é referência em todas as nossas áreas de atuação, não só na polícia, mas também nos demais órgãos que atuam, Ministério Público, Justiça, Receita Federal. Todos nós temos excelentes exemplos de atuação.

Só que, para chegar e esse modelo, a esse modo, a essa referência, a gente precisa muito de investimento, porque o crime organizado também investe em si próprio. Eles dispõem, hoje, de alta tecnologia para o cometimento de crimes. O Dr. Saadi falou sobre o uso de criptoativos para lavagem de dinheiro. E, para a gente combater, efetivamente, esse tipo de crime, é necessário estruturar, aparelhar também os nossos órgãos de combate.

E, com certeza, isso não se faz, e é um retrocesso tirar qualquer centavo de investimento da Polícia Federal, porque, se acontecer esse tipo de retrocesso, esse recuo, o crime organizado vai continuar evoluindo com os seus investimentos e a Polícia Federal vai acabar sendo sucateada. Isso não pode acontecer. Isso é um passo atrás que vai colocar em risco e não vai permitir que a gente consiga alcançar o nosso escopo principal, que é aumentar, efetivar, ter maior eficácia no combate à criminalidade organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não se pode pensar, quando a gente fala em implementar melhorias de combate ao crime organizado, em retirar recursos da Polícia Federal. Isso é inviável. Um sucateamento de uma polícia que é referência, com a falta de aparelhamento devido, acaba trazendo, na verdade, um retrocesso que o crime organizado vai acabar até agradecendo.

Quando a gente fala, inclusive, de criar outras polícias, a Polícia Federal tem especialidade, por exemplo, no combate à criminalidade nas fronteiras; a gente atua nos rios, a gente tem os nossos NEPOMs, a gente atua, por exemplo, lá na fronteira com o Paraguai. A Polícia Federal tem uma *expertise*, já conhece aquela atuação, aquela forma. Eu mesmo, Senador, fiquei nove anos no Norte, morei nove anos em Rondônia, isso fez parte da minha formação, da minha carreira, e isso daí faz com que o investimento na Polícia Federal, por exemplo, para aumentar a repressão à criminalidade na fronteira, com compra de equipamentos, sejam embarcações, sejam aeronaves, permita que a gente tenha maior efetividade no controle das fronteiras, na atuação, impedindo a entrada de drogas.

Talvez a criação – e eu respeito, aqui, a posição do Senador Omar – de uma polícia hidroviária vá começar do zero, e a Polícia Federal já tem muito conhecimento a respeito disso daí. Por que não investir numa polícia que já existe, em vez de criar uma nova polícia?

Quero dizer aqui para que as leis permitam maior dinamismo no combate ao crime organizado, é muito importante criar maior celeridade. Eu cito, aqui, como exemplo, o prazo da interceptação telefônica, Senador Alessandro Vieira. O prazo da interceptação telefônica é uma legislação que regula da época em que o crime utilizava o telefone fixo, em que você pedia uma linha telefônica e aquela linha era fornecida com atraso de, sei lá, dois, três meses. Você pagava R$2, R$3 mil para ter uma linha telefônica, entrava em lista de espera. Por isso, 15 dias, naquela época, eram bem interessantes: você pedia uma interceptação, e ela só tinha validade de 15 dias, porque não era dinâmica, era estática. O criminoso tinha que usar aquele telefone fixo e não tinha oportunidade de jogar fora um aparelho, comprar outro, trocar de *chip*.

Hoje, a realidade é outra, hoje a interceptação telefônica necessita de um dinamismo maior, e a gente já saiu, há muito tempo, ali, da época do absolutismo. Hoje a gente já teve uma evolução democrática de entender que cada autoridade tem a sua responsabilidade e que atua de acordo com as leis, sem cometer abusos. Essa é a lógica. A presunção da legitimidade da atuação estatal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ser a lógica. A gente não pode colocar maiores restrições na atuação de uma polícia, que tem que combater o crime, que é dinâmico, de uma forma estática. Dependendo de diversas representações, isso acaba entupindo o Judiciário com necessidade de reapreciação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE LUIZ ROLLO ALVES – ... o tempo todo, de medidas que são pedidas, que, com um simples acompanhamento, já permitiria maior evolução.

Outro exemplo é tratar o inquérito policial com prazo de dez dias se o indiciado estiver preso e, com 30 dias, se estiver solto. Esse prazo se aplica àquele crime simples com o qual, antigamente, a polícia mais se deparava. Hoje, com a complexidade, quebras de sigilo bancário, telemático, fiscal, você nunca vai conseguir nem receber esses dados para tratar em menos de 30 dias. Então, por que manter esse tipo de prazo? É lógico também que a gente não pode se deparar com uma eternidade. A Polícia Federal vem atuando, através da sua Corregedoria-Geral, com a redução do prazo do inquérito. A gente tem uma redução muito grande ali. Hoje, os inquéritos não duram mais do que 420 dias em média, somando todos os inquéritos. E a gente vem trabalhando para diminuir cada vez mais o prazo, mas a gente sabe que as investigações complexas – e aí estão as investigações que visam o combate à criminalidade organizada – duram muito mais do que o prazo razoável de 300 dias da média dos inquéritos do Brasil, porque você precisa implementar medidas muito mais complexas, você precisa identificar o patrimônio que está sendo incorporado na organização criminosa. Para tudo isso, a gente precisa se debruçar um pouco mais, imergir e buscar mais informações para trazer maior efetividade no estancamento da atuação criminosa contra a sociedade brasileira. Por isso, a gente não pode trabalhar com prazos reduzidíssimos. Tem que ter limite de prazo, sim, mas trabalhar com prazo de 30 dias, hoje em dia, para combater o crime organizado, é um absurdo. Isso daí realmente, há muito tempo, era lógico, mas, hoje, já não. A gente precisa realmente evoluir e adaptar a nossa legislação, o nosso direito àquilo com o qual, hoje, a gente se depara no dia a dia, na realidade. Assim, a gente consegue maior efetividade.

Existe uma previsão com relação à cooperação policial internacional, em que a Polícia Federal defende a necessidade de ter um ponto focal, de ter uma autoridade representativa do Brasil perante as demais autoridades internacionais. No caso, a gente defende que seja a Interpol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso daí não é por uma vaidade da Polícia Federal, mas, sim, pela necessidade, porque os outros países, às vezes, não entendem a metodologia, a forma, eles não sabem com quem se comunicar internacionalmente entre os países, se você não tiver uma autoridade local. Todos os países possuem. A Polícia Federal, já há décadas, é quem representa as autoridades policiais no cenário internacional. Não é à toa – e isto é uma referência à nossa atuação no cenário internacional – que, pela primeira vez na história da Interpol, que já abrange mais de 180 países, foi nomeado um Secretário-Geral da Interpol brasileiro, quiçá o primeiro representante do Sul Global do mundo na Interpol, que é o Delegado Urquiza, que vem desempenhando excelente papel.

No mais – eu não quero me estender –, a gente precisa, sim, ter uma maior eficácia na perda dos bens. Não adianta a gente apreender carros de luxo e deixar os carros parados no pátio. Isso aí causa um prejuízo para o combate ao crime e causa um prejuízo para a recuperação patrimonial. Você deixar um carro, você deixar um dinheiro parado numa conta judicial, quando a gente tem os fundos, Senador, que já existem, que trazem rentabilidade, que trazem investimento. Daqui a 15 anos, se esse dinheiro estiver depositado no fundo, e a pessoa for absolvida, por não terem sido produzidas as provas que trouxessem a condenação, em que ficasse demonstrado que essa pessoa não cometeu nenhum crime, ela vai receber o seu dinheiro de volta. Agora, ele pode receber um carro que ficou parado 15 anos ali, no pátio de uma delegacia, que não vai mais rodar de jeito nenhum. Ele vai ter um prejuízo patrimonial.

Então, a aplicação, com alienação rápida dos bens apreendidos e o depósito do dinheiro à liquidez num fundo, como os que existem já o Funapol, o Funad e, agora – o Senador, muito bem, fez uma proposta de criação de um novo fundo –, o Funcoc, de combate às organizações criminosas, vai trazer maior liquidez não só para recuperação patrimonial como também, nos casos de absolvição, para a devolução do valor sem perdas para a pessoa que não cometeu o crime, mas porventura teve ali um bem apreendido até conseguir explicar a razão pela qual adquiriu aquele patrimônio de forma lícita.

Quero lembrar que o dinheiro que cai no fundo, que serve para o aparelhamento da Polícia Federal – e das demais polícias, nos fundos estaduais –, não é uma perda. Toda polícia é superavitária; a polícia não só traz dinheiro para o Governo, para a União, para a sociedade, através de recuperação patrimonial, porque, também, a gente evita muito dano, a gente evita muito prejuízo. Todo ano a Polícia Federal recupera bilhões de reais; no entanto, evita bilhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reais de danos aos cofres públicos. Então, toda polícia é superavitária. Quanto mais a gente investe na polícia, mais a gente tem retorno para o país, a gente tem retorno para os estados. Só não vai ter retorno, é lógico, para o crime organizado, que vai perder o dinheiro, vai perder toda a estrutura, e, com isso, perde o poder e acaba não conseguindo mais atuar.

Com isso, eu agradeço o espaço.

Desculpem-me até, por ter me estendido um pouco no tempo, mas, como disseram aqui os colegas que falaram anteriormente, é um debate muito importante, um texto extenso e necessário. E a Polícia Federal se mantém à disposição para poder ajudar a participar dessa construção com a *expertise*, com a vivência que tem e com toda a disponibilidade de poder ajudar a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Alexandre, é apenas para deixar registrado porque, ao longo do processo de tramitação desse projeto, se discutiu se seria necessário algum tipo de grande alteração legislativa para viabilizar a colaboração de outros países, a cooperação internacional. É apenas para que o senhor confirme que isso não é necessário, porque, de fato, essa cooperação já acontece reiteradamente.

E, também, para que o senhor mostre seu posicionamento ou aponte, mesmo que de forma incipiente, sua posição com relação a uma inclusão que faremos no relatório, que é de regulamentação de ferramentas de intrusão em análise de dados – é fundamental. Infelizmente a legislação não acompanhou a dinâmica da tecnologia, e o fato é que nós temos hoje, em uso, na segurança pública, pelo país afora, ferramentas de intrusão sem a devida legislação que dê amparo depois para o uso desse dado como prova.

Então, são esses dois pontos: cooperação internacional e ferramentas de intrusão e análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LUIZ ROLLO ALVES (Para expor.) – Bom, os dois assuntos são extremamente importantes, com relação à atuação internacional.

Como eu disse, é importante ter uma referência, um ponto focal para dialogar com os demais países, e a Polícia Federal cumpre muito bem esse papel. Não é à toa que hoje a autoridade maior da Interpol é um brasileiro, e a gente tem que se orgulhar disso daí. Não é da noite para o dia que se constrói isso daí; é através de uma atuação sedimentada, com reconhecimento de todos os outros mais de 180 países que também atuam nessa rede de troca de informações, porque o crime, há muito tempo, é globalizado, e a repressão também deve ser.

A gente não quer, de forma alguma, impedir que outras polícias consigam interagir com autoridades de outros países, mas a gente quer facilitar esse canal de comunicação, e através do ponto focal, porque, se você tiver diversas pessoas responsáveis... É como se fosse uma negociação de crise: se você tiver diversos interlocutores, você não vai conseguir gerenciar uma crise.

O canal precisa ser realmente unificado para uma padronização, para que as demais autoridades internacionais possam saber com quem se comunicar para conseguir resultados aqui, no Brasil. Da mesma forma, o Brasil para fora do país, senão cada um vai criar a sua própria forma de se comunicar, e isso vai trazer uma despadronização, uma desorganização, e os demais países vão querer se afastar da relação internacional com o Brasil.

Com relação a essas ferramentas, é lógico: toda ferramenta – a ferramenta de intrusão, de investigação mais intrusiva – precisa ser regulamentada, mas lembro que, a partir do momento em que você traz uma regulamentação bem clara, as autoridades vão exercer os seus deveres – e não poderes – de atuação em prol da sociedade, com as suas responsabilidades.

Há muito já vem sedimentado, e a gente sabe que quem abusa da autoridade responde legalmente pelos seus abusos. Então, é lógico, a regulamentação é importante, mas também trazer uma liberdade, um dinamismo para a investigação é muito importante, porque o crime organizado é dinâmico, não é estático. Se você tiver muita burocracia para você conseguir combater o crime organizado, você vai sempre estar um passo atrás, e isso é muito prejudicial para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Sergio Moro para a sua intervenção.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Muito rapidamente aqui, primeiro eu quero cumprimentar todos os integrantes da mesa, e até pedir escusas ao Relator, porque não pude estar aqui antes por conta de outros compromissos.

Esse projeto é bastante importante. Elogio aqui a disposição para que nós possamos votá-lo e aprimorá-lo neste ano.

Aproveitando a presença do Delegado e a pergunta ali que foi feita, e as suas referências sobre a lei de interceptação telefônica... As pessoas hoje praticamente não utilizam mais tanto o telefone; utilizam mais esses mecanismos de mensageria, que geram uma série de dificuldades, principalmente pela utilização da criptografia.

No meu entendimento, a lei de interceptação telefônica pode ser utilizada para buscar, tentar fazer a interceptação também telemática desses aparelhos. Claro que, muitas vezes, existem óbices tecnológicos para tanto, mas se V. Sa. pudesse falar um pouquinho sobre isso, como isso está sendo tratado dentro da Polícia Federal, resguardado, evidentemente, o que pode ser dito e o que não pode ser dito.

E se entende como necessária uma atualização legislativa da 9.296, não tanto em relação ao prazo, embora eu até concorde com V. Sa., mas em relação à mudança da legislação para talvez ali regulamentar melhor ou deixar mais explícita essa possibilidade da interceptação telemática desses aparelhos, de realizar espelhamento, de realizar medidas dessa espécie; ou seja, nós precisamos mudar a Lei 9.296 para tanto? Parece-me que não, mas, talvez, seja até interessante fazê-lo para deixar explícita na legislação essa possibilidade, com mais clareza e com uma regulação mais detalhada.

Então, gostaria de ouvi-lo a esse respeito.

O SR. ALEXANDRE LUIZ ROLLO ALVES (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que, como eu disse, e citei o exemplo da lei de interceptação telefônica pelo prazo de 15 dias, assim como citei o prazo também do inquérito policial, para demonstrar que algumas leis que ainda vigem já não estão mais no mesmo compasso da dinâmica da atuação do crime organizado, o que acaba trazendo um certo prejuízo para a velocidade de atuação do sistema de justiça criminal como um todo, porque, quanto mais vezes eu tenho que visitar, por exemplo, a autoridade judiciária, quanto mais vezes eu tenho que provocar um parecer do Ministério Público para ter acesso a um dado que, digamos assim, está acobertado ali por um sigilo constitucional, eu tenho uma dificuldade de alcançar o crime da melhor forma.

É lógico que a legislação 9.296 é uma lei que atende às necessidades, não é à toa que a gente tem várias operações, e operações policiais exitosas, com grande recuperação patrimonial, com desmantelamento de organizações criminosas; no entanto, a gente precisa, lógico, trazer alguns ajustes, e esses ajustes se constroem no diálogo entre os atores do sistema de justiça criminal, como, por exemplo, a questão da preservação do armazenamento de dados, a regulação na velocidade do fornecimento das informações pelas operadoras e pelas *fintechs*.

Às vezes, num atraso, você tem que tomar até um cuidado. Por isso que eu digo que é necessário esse diálogo, se abeberar um pouco do conhecimento de quem está vivendo o dia a dia na ponta. A gente defende ali a aplicação de multas para operadoras que não atendam em tempo razoável a determinação judicial do fornecimento da disponibilização dos dados.

No entanto, é lógico que a gente não pode querer tratar essa aplicação da multa dentro do mesmo processo em que foi feita a representação, porque pode acontecer, no momento ali, quando a autoridade judiciária, quando o juiz consegue uma constrição do patrimônio, seja do dinheiro na conta, seja de um bem da operadora, eles podem contratar qualquer advogado. Eu digo qualquer advogado porque as operadoras, as grandes operadoras do Brasil têm serviços terceirizados de advocacia em alguns municípios, e esse advogado pode ter acesso a informações extremamente sigilosas de uma investigação, tudo por conta do interesse em tirar essa restrição da multa. Então, quem acaba vivenciando isso no dia a dia pode trazer esse conhecimento que permita que esse tipo de situação não ocorra em futuras investigações.

Então, é importante ter esse diálogo, essa troca de conhecimentos, para que a nossa legislação seja a legislação mais atual, mais efetiva, para que a gente possa realmente combater

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da forma como deve ser combatido o crime organizado, sem causar prejuízos, no decorrer da investigação, com a vulnerabilidade do sigilo, que é necessário para que a gente consiga ter sucesso no resultado do trabalho.

Só, Senadores, eu queria deixar, porque acho muito importante falar isto aqui: no trabalho da Polícia Federal, como um trabalho imparcial, eu costumo comparar a polícia com uma máquina do tempo, porque geralmente a atuação da polícia judiciária, como muito bem disse o Senador Omar, é a *ultima ratio*, o crime já aconteceu, todas as camadas não foram eficientes, e o crime ocorreu. E a nossa função é a função de bem servir o sistema de justiça criminal como um todo. Aí conta não só o magistrado que vai julgar, mas a acusação, que vai apresentar a denúncia, e a defesa, que vai fazer a defesa. Quanto mais próximo a gente chega da realidade de como os fatos ocorreram, e só se alcança de forma imparcial e com as melhores ferramentas de investigação possível a preservação de cadeia de custódia, quanto mais próximo a gente chega dessa realidade, maior vai ser a justiça aplicada, porque o sistema de justiça criminal vai poder se abeberar de como os fatos ocorreram, ou mais próximo de como os fatos realmente ocorreram, para poder analisar e aplicar a lei ao caso concreto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, satisfeito com a resposta?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, só mais uma questão aqui, que acho pertinente colocar porque, em outros países, se utiliza com muita intensidade aquelas *undercover operations*, no caso dos Estados Unidos, operação disfarçada, infiltração de agentes. Aqui, no Brasil, é muito raro; um ou outro caso porventura ocorre.

O que está faltando nesse caso? Legislação ou desenvolver essa prática, essa tradição?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É uma operação de alta complexidade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Exatamente, a gente sabe que é de alta complexidade.

Agora, também tem uma situação que para mim é muito clara, em que, às vezes, falta um pouco de tradição, porque mesmo lá nos Estados Unidos, onde eles utilizam, eles fazem o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles chamam de infiltração profunda, infiltração média e uma interação momentânea do agente policial disfarçado com um criminoso, até na compra de drogas na rua. Aqui não se faz isso.

No entanto, lá em 2019, até nós mudamos a legislação, Senador Mourão, para prever que a venda de droga a um policial disfarçado não era crime impossível. Para fugir de uma jurisprudência, a meu ver, equivocada do Supremo Tribunal Federal, colocamos expressamente na lei que a um agente policial disfarçado, se o traficante vender a droga, ainda assim continua sendo crime; não seria crime impossível.

Mas ainda assim isso não se desenvolveu, e aqui na verdade não estou fazendo uma atribuição de culpa, evidentemente, à Polícia Federal, mas no fundo a gente está discutindo uma questão dos nossos métodos de investigação e por que a gente não pode enveredar mais para essa área específica, seja a Polícia Federal, sejam as polícias estaduais.

O SR. ALEXANDRE LUIZ ROLLO ALVES (Para expor.) – Mais uma vez, agradeço a pergunta, Senador Sergio Moro, e digo que a Polícia Federal tem, sim, essa preocupação. Nós encaminhamos ali, dentro das nossas propostas, para robustecer o projeto, algumas questões que envolvem infiltração policial, com regularização inclusive da criação de pessoas fictícias de uma forma mais adequada, para a gente conseguir preservar a atuação dos agentes de investigação. Dentro de uma estrutura criminosa, a gente precisa realmente ter algo muito mais sedimentado, para que traga uma segurança maior na atuação, e a gente se depara às vezes com algumas questões burocráticas que colocam, digamos assim, de uma forma muito vulnerável, o policial, dentro de uma situação ali de risco à integridade, não é? Então, é lógico que a gente tem sempre que medir a melhor ferramenta que a gente vai implementar, mas existe ali um compasso com o trabalho que vem sendo realizado aqui pelo Senado Federal, que nos permitiu um encaminhamento de proposta. E dentro das nossas propostas vêm alguns dispositivos voltados especificamente para infiltração policial.

Lembro que também a gente atua de forma cibernética nas infiltrações, numa atuação que a gente vem tendo muito destaque ali, principalmente na nossa Diretoria de Repressão a Crimes Cibernéticos, mas no combate ali à pornografia infantil, em que a gente tem atuação de policiais infiltrados ali e que trazem excelentes resultados. A gente teve investigações que trouxeram maiores frutos, em razão dessa técnica investigativa, que é a infiltração policial. É muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessante e importante trabalhar no aprimoramento dessa ferramenta, que realmente pode, como em outros países, trazer um custo-benefício muito grande ali para as investigações.

Mas nós fizemos ali apontamentos, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Sa.

Vou convidar, para ocupar lugar à mesa, o Coronel PM Renato dos Anjos Garnes.

Agradeço ao Dr. Tarcísio, ao Dr. Alexandre e também ao Dr. Bruno Dias Cândido.

Passo a palavra ao Dr. Thiago Frederico de Souza Costa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Quero aqui, em nome do Consesp e do nosso Presidente, Dr. Sandro Avelar, agradecer o convite e agradecer aqui ao Senador Otto Alencar e ao Senador Alessandro Vieira, Relator da proposta.

Esse tipo de debate enriquece muito e aperfeiçoa as propostas legislativas, principalmente quando se fala de um tema tão sensível e tão caro à sociedade brasileira.

Enquanto Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública, eu, que sou Delegado da Polícia Civil aqui do DF, tenho acompanhado os trabalhos do Consesp já pela quinta gestão, como Secretário Executivo. Então, eu tenho percebido muito as dores dos estados. Tal como aqui o nosso Coronel Renato, Presidente do CNCG, a gente pode trazer aqui um pouco da experiência e da realidade dos estados. E aqui, enquanto Senado Federal e representante dos estados, a gente pode compartilhar um pouco dessas dores.

Nessa experiência do Consesp, eu tenho reparado, já ao longo do tempo, as reclamações dos secretários de segurança pública, e elas batem em dois pontos muito importantes, que estão sendo tratados aqui hoje. A gente sabe que o projeto de combate ao crime organizado traz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da elevação de penas, que é um ponto importante, mas não está restrito a isso, ele traz uma série de aperfeiçoamentos necessários e importantes.

Então, foi louvável a iniciativa do Poder Executivo, neste momento, em tomar a iniciativa de apresentar essa proposta. Foi muito feliz também o trabalho realizado na Câmara dos Deputados, inclusive com o apoio do Conselho Nacional de Secretários ao trabalho do Relator, do então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, o Deputado Derrite. Foi um trabalho que aperfeiçoou, trouxe experiências e sugestões dos próprios secretários de segurança pública, além de diversos outros atores, e aperfeiçoou dois aspectos que eu tenho dito, que tratam de pacto federativo. Embora a gente fale aqui, Senador, de combate ao crime organizado, a gente também trata de pacto federativo, que é o pano de fundo dessa conversa. O Consesp tem feito muitos trabalhos envolvendo a questão.

E, quando a gente fala de pacto federativo, dois pontos vêm à baila: a questão de divisão de competências e financiamento. Então, a fala de vários atores, que me precederam aqui, abordou essa questão da destinação de bens, a questão de um suposto enfraquecimento da Polícia Federal. E eu gostaria de trazer aqui uma abordagem rápida – o nosso tempo é muito curto – sobre esses dois aspectos: financiamento e repartição de bens, e a questão da cooperação entre os órgãos estatais.

Dentro do Consesp, aprovamos recentemente, em julho, num encontro aqui em Brasília, um pacote de anteprojetos legislativos. O Consesp, sempre se colocando ao diálogo, em parceria com o Ministério da Justiça, sempre buscou participar ativamente, de uma forma proativa. Então, isso passou pela PEC da segurança pública. A partir do momento em que os secretários tomaram conhecimento do texto, eles fizeram uma análise detalhada e apresentaram um texto alternativo ao próprio Ministério da Justiça. Para que o senhor tenha uma noção, Senador Alessandro, essa proposta alternativa do Consesp teve aprovação unânime de todos os secretários e foi submetida ao foro de Governadores inclusive, onde teve a aprovação de 26 Governadores. Então, a gente está falando aqui de uma proposta que está acima de questões ideológicas ou partidárias. A gente está tratando de um tema de forma técnica, dentro de um conselho técnico, que envolve profissionais da área de segurança pública. E não foi diferente com relação a propostas que tratam de combate ao crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em julho, o Consesp apresentou um pacote de nove anteprojetos de lei. Nós encaminhamos essas propostas ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e ele prontamente distribuiu essas propostas, e oito projetos já foram apresentados. Desses oito projetos apresentados, quatro já foram aprovados na Câmara, em tempo recorde, e já estão aqui no Senado. Para um deles eu chamo a atenção, que é justamente o que trata da questão da cooperação entre as agências.

Muito se fala, quando se fala de inteligência e compartilhamento de informações, que a gente precisa de cooperação, integração. E um dos projetos vem muito ao encontro do que disse o Presidente do Coaf, o Dr. Saadi, que é a necessidade de fortalecer os órgãos de controle administrativo. Eu percebo que, dentro do PL 5.582, se teve essa preocupação em ressalvar a atuação da Receita Federal e dos demais órgãos de controle, só que o que falta – e aí eu quero complementar aquilo que o Dr. Saadi disse – é que tem que ser uma via de mão dupla.

Eu acho que o Coaf tem que ser fortalecido, mas a gente tem que também tratar do caminho inverso. A gente tem que buscar tratar isso no texto, a exemplo do que nós fizemos no Projeto 4.498, de 2025, que foi aprovado na Câmara e já está aqui no Senado, que trata exclusivamente dessa cooperação entre os órgãos de controle administrativo e os órgãos de persecução penal – Ministério Público e polícia judiciária. Então, a gente tem que ver esse caminho de mão dupla para que eles também tenham a obrigação legal de comunicar os órgãos de persecução penal na medida em que tomem conhecimento de fatos que possam caracterizar infração penal. Então, precisamos fortalecer os órgãos de controle – tribunais de contas, Coaf, Receita Federal –, mas também que eles tenham esse... Na linha do que trata o projeto do banco de dados de crime organizado, que o Coaf tenha acesso a ele, mas que o Coaf também alimente esse banco de dados. Então, nesse aspecto de cooperação, a gente tem que observar esse ponto, que eu acho muito importante.

E o ponto que eu acho o mais sensível, sempre tendo como pano de fundo a questão de pacto federativo – e a gente está aqui na Casa dos representantes dos estados – é: quem financia a segurança pública no Brasil? É a pergunta. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no 19º Anuário, o gasto com o eixo segurança pública foi na Casa de R$153 bilhões no Brasil: os estados participaram com R$118 bilhões, a União com R$21 bilhões, e os municípios, já próximos do nível de gasto federal, com R$13 bilhões. Essa é uma publicação oficial do Fórum Brasileiro. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí a pergunta é: quem está combatendo de fato? Não é para criar uma cisão entre Polícia Federal, órgãos federais e estaduais, mas para atentar para uma justiça distributiva, porque quem carrega o ônus também tem que receber a receita do trabalho.

E aí eu quero citar o exemplo que foi tratado pelo Senador Omar Aziz, muito bem colocado – eu gostaria muito que ele estivesse aqui para ouvir. No Estado do Amazonas, no Estado da Bahia, de Sergipe ou aqui, no Direito Federal, onde eu atuo, qual é a realidade das polícias estaduais, da polícia civil e da polícia militar? É prender traficante. Essa droga está vindo de onde? Não está sendo produzida aqui na sua grande maioria. O tráfico de armas está vindo de onde? Então, os estados de fronteira, principalmente, carregam um grande encargo que é da União. As Forças Armadas têm a faculdade de poder atuar na Faixa de Fronteira, mas aí fica a critério dela. Então, a gente não tem uma determinação legal; a lei complementar faculta. A Polícia Federal tem a obrigação legal, só que a Polícia Federal... Não é o projeto de lei que vai desfalcar a Polícia Federal. Todos os recursos de perdimento e de bens apreendidos sempre foram para a União. Tem sido assim, e o crime organizado cresceu. Não é a proposta que busca fazer uma justiça distributiva desses recursos que vai afetar a Polícia Federal. A Polícia Federal é um órgão extremamente importante e precisa ser fortalecido, mas isso passa pela própria dedicação ou pelo próprio esforço do Governo Federal em investir em recursos da Polícia Federal. A Polícia Federal, se eu não estiver enganado – eu assisti a uma entrevista do Dr. Andrei recentemente –, tem 13 mil policiais, para um complexo de competências enorme, para dentro de um território gigantesco, continental.

Então, a gente precisa atentar para isso, por quê? As polícias estaduais de Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul, por exemplo, estão ali com unidades específicas de atuação na Faixa de Fronteira, atuando em matérias que em tese não seria delas, por meio de um convênio com o Ministério da Justiça em que elas não recebem nada em troca. Então, você tem o custo operacional, logístico, policial, o custo de armazenamento da droga, o custo para destruição da droga. E para onde vai todo o recurso perdido no caso de drogas, Senador Otto? Vai tudo para a Senad, vai para o Governo Federal. No Código Penal, o perdimento de bens vai para onde? Vai para a União. Uma mudança legislativa para tentar corrigir...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – ... isso aconteceu na Lei de Lavagem de Dinheiro, na medida em que ela passou a prever, de forma inovadora, o perdimento para os estados nos crimes em que a ação tivesse sido do estado.

Então, dentro do Consesp, o que se tem defendido – e existe uma proposta já nesse sentido, um projeto de lei – é que o ente federativo que atue na repressão tenha que ser o destinatário do produto daquilo que foi apreendido ou arrecadado. É justiça federativa e justiça distributiva.

Quando a gente ouve falar... O Dr. Marivaldo, do Ministério da Justiça, falou aqui: "A gente vai enfraquecer a Polícia Federal". Não está enfraquecendo a Polícia Federal, até porque isso vai para o caixa único da União, não vai direto para a Polícia Federal.

O que eu acredito que a gente pode aperfeiçoar no texto, Senador Alessandro, que é o Relator da proposta, e Senador Otto, Presidente da Comissão, é que eu acho que ele foi tímido, o projeto. Na verdade, a gente não tem que rever, a gente tem que ampliar, porque ele fez alterações no Código Penal e na lei de lavagem de capitais, faltou alterar a Lei de Drogas nesse aspecto.

Eu acho que o Dr. Marivaldo falou que está retirando dinheiro da Senad, mas não está. Na verdade, esse ponto não consta do projeto, e a gente gostaria que se fizesse constar e que a atuação da polícia estadual, polícia militar, polícia civil... Quando a apreensão da droga, dos bens, decorrerem de atuação do estado, esses recursos têm que se reverter ao estado. Aí a gente poderia pensar: "Não, é uma briga por recursos, vamos acabar com isso, vamos criar um fundão em que um percentual vá para os estados e um percentual para a União". Não resolve, sabe por quê? O controle desse fundo vai continuar com a União e, como acontece hoje com o Fundo Nacional de Segurança Pública, em que a parte da arrecadação das loterias tem que ser dividida para os estados, o Ministério da Justiça baixa uma portaria e estabelece uma série de condicionantes, e aí o estado fica travado.

A gente assistiu e tem assistido a um aperfeiçoamento muito importante na execução do fundo: o trabalho da Senasp, da Dra. Camila Pintarelli principalmente, que tem aumentado muito a eficácia da execução do fundo, mas a gente ainda, enquanto estado, fica condicionado a vontades do Governo do ente maior, do ente federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar a minha fala porque já se esgotou o tempo e o tema é muito interessante, da parte de financiamento existe um projeto, também do Consesp, que está com a urgência aprovada na Câmara dos Deputados, que é a destinação de recursos das *bets*, que foi falada aqui pelo Senador, para a área de segurança pública. Se quem sofre as consequências danosas do vício no jogo... Quem sofre as consequências danosas é quem tem que receber o aporte do recurso para atuar no combate ao vício no jogo, ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, que está permeando ali aquela atividade.

Então, quero aqui neste tempo, já pedindo desculpa por extrapolar o prazo, dizer que as sugestões do Consesp, Senadores, vão ser encaminhadas formalmente e vão se resumir a três pontos, que é com relação a essa questão do financiamento, para que a gente possa ampliar também para a Lei de Drogas, e a questão da atuação cooperada. O art. 6º, §1º, fala que as forças-tarefa dependerão de termos de cooperação. A gente acredita que isso é desnecessário, porque a atuação entre as polícias judiciárias, polícia civil e Polícia Federal, ou entre Ministério Público, polícia civil e Polícia Federal, tem que independer de termos de cooperação.

E no art. 6º, §6º, a gente ficou com uma séria dúvida com relação ao alcance do dispositivo, que fala da aplicação das regras dos GAECOs às forças-tarefas, e não a aplicação das regras do inquérito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – ... à atuação do MP.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Esse ponto será suprimido.

O SR. THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA – Isso é um agradecimento. Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Só sendo objetivo, esse último ponto, que faz a confusão entre as regras do PIC com regras de inquérito, vai ser suprimido no relatório. Parece-me que foi apenas uma falha de técnica legislativa.

No tocante a financiamento, a gente está encaminhando uma proposta de um novo fundo, alimentado com uma Cide criada sobre as *bets*, destinado, de forma taxativa, ao combate ao crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado, com gestão e recursos compartilhados entre estados e União. A gente vai fechar esse desenho ao longo do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Determino à Mesa que possa agora atender os que estão no sistema remoto, a começar pelo Dr. Alexandre Camanho de Assis, Subprocurador-Geral da República.

Dr. Alexandre, com a palavra.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Estimado Presidente, estimados Senadores, senhoras e senhores, eu agradeço muito a gentileza de me fazer ouvir.

S. Exa. o Procurador-Geral da República pediu que eu dissesse alguma coisa em nome do Ministério Público Federal. E é evidente que eu quereria começar dizendo que, se é dado ao Ministério Público, como fiscal da lei, dizer alguma coisa sobre uma lei ainda na sua gênese, eu quereria começar louvando a iniciativa, porque evidentemente preenche uma lacuna e vem ao encontro de um reclamo urgente da sociedade, motivo por que eu quereria começar agradecendo e parabenizando o Congresso Nacional por essa iniciativa.

Eu fui chamado pelo Procurador-Geral da República para fazer uma leitura do projeto de lei à duodécima hora, de forma que eu até quereria me desculpar se alguma ponderação minha parecer, a esta altura, com as alterações de última hora, anacrônica.

Eu quero justamente começar falando do art. 6º, que me pareceu central. Evidentemente há uma ideia muito boa de recrudescimento de penas, e isso evidentemente sempre é meritório. Mas me parece muito importante que tenha havido essa preocupação com como nós podermos ter uma atuação integrada. Parecerá intuitivo a todos que o crime organizado, a criminalidade violenta não conhece limitações topográficas e o Estado de direito está sempre adstrito às atribuições de cada um e às suas fronteiras, às suas divisas. Na hora em que é permitido aos órgãos de repressão, de prevenção à criminalidade e de inteligência ter uma atuação integrada, isso representa, constitui, a meu juízo, provavelmente o maior mérito do projeto de lei.

Eu tenho algumas ponderações, algumas anotações que eu quereria partilhar. Eu li que, em alguns trechos, se ainda não foi retirado, há uma exclusão do auxílio-reclusão. Isso preocupou-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me, na medida em que é possível que quem esteja sendo prejudicado com a retirada do auxílio-reclusão seja justamente alguém que mais precise disso e que, num âmbito de dependência ainda maior, acabe atendendo uma vocação da criminalidade, de forma que gostaria que houvesse essa ponderação acerca da retirada do auxílio-reclusão.

Também me pareceu, se não foi retirada... É sobre a questão do deslocamento da competência do Tribunal do Júri para os crimes dolosos – praticados, eventualmente, por agentes da criminalidade violenta – para um outro foro. Essa é uma demarcação constitucional que me parece difícil de ser superada. Certamente haverá problemas, problemas esses que serão invocados inclusive na tribuna da defesa quando esses feitos deixarem de ser julgados pelo Tribunal de Júri e passarem para um foro distinto daquele que foi constitucionalmente delimitado.

Há um parágrafo que fala da prisão preventiva, dizendo que o cometimento de determinados atos previstos no projeto de lei acarreta, *ipso facto,* a possibilidade de prisão preventiva. Isso redundaria na ideia de uma prisão preventiva *ex lege,* e a jurisprudência é muito consolidada no sentido de nunca ter autorizado o uso automático da prisão preventiva na hipótese do acontecimento ou da satisfação apenas de um requisito legal. A prisão preventiva, ordinariamente, precisa ser fundamentada, e a invocação da regra legal, certamente, vai parecer insuficiente em determinado *habeas corpus,* na decretação da prisão preventiva.

Temos ainda algumas ponderações que foram feitas já, pela Associação Nacional dos Procuradores da República, e que eu também gostaria de secundar aqui. Parece-me importante que haja inclusão de crimes contra a administração pública e de lavagem de dinheiro que favoreçam facções criminosas. Nós sabemos que a criminalidade violenta se serve de servidores corruptos e se serve do estratagema da lavagem de dinheiro, de forma que acrescentar crimes no rol daquilo que já foi colocado vai propiciar maior eficiência em relação a isso.

Não sei se está previsto, mas os Procuradores da República também sugeriram que a lei acolhesse a possibilidade de uso de *software* de intrusão em investigações e processos por crimes praticados por facções criminosas. Tão importante quanto isso, estimados Senadores, é também a possibilidade de espelhamento imediato dos aplicativos de mensagem mediante infiltração digital. Em uma investigação que está tendo curso, se isso se faz presente, se esse estratagema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se esse utensílio se torna possível por autorização legal, devidamente – evidentemente, com autorização judicia e isso redunda, evidentemente, em prejuízo para a investigação.

O que penso também que já foi proposto ou sugerido pelos Procuradores da República é que se pondere a ideia de se fazer bloqueio administrativo emergencial de ativos financeiros. Não há dúvida de que esses bloqueios de ativos financeiros precisam ter a chancela judicial, mas se a autoridade administrativa pudesse imediatamente promover esses bloqueios, nós evitaríamos, evidentemente, a dissipação do patrimônio havido ilicitamente com a consequente análise judicial e sua eventual chancela. Com o que se parecer, ao fim e ao cabo, legítimo à autoridade judicial, daquilo que fez, em primeira mão, a autoridade administrativa, o juiz chancela esse bloqueio. Se lhe parecer que não, ato contínuo, o juiz libera esse patrimônio. Isso também me pareceu importante.

Estou secundando isso tanto quanto – e aqui eu encerro – a necessidade de fazermos uma revisão acerca da eficácia do quanto diz o colaborador premiado. Há uma jurisprudência no sentido de que o que diz o colaborador premiado não deve ser automaticamente visto como verdadeiro. Isso é intuitivamente válido. Entretanto, se a palavra do colaborador premiado depender, para a sua corroboração, de uma atitude posterior de verificação e essa atitude posterior de verificação consuma-se diferida no tempo, nós estaríamos perdendo uma informação valiosa.

De forma que a questão do que diz o colaborador premiado em relação a determinadas informações, que tenha um proveito cautelar probatório ou patrimonial, poderia ser válida e, evidentemente, é importante ser chancelada, também, pelo Poder Judiciário.

Sr. Presidente, são as ponderações que eu gostaria de fazer em nome do Ministério Público Federal.

Eu sei que os Procuradores da República vêm mantendo um proveitoso diálogo com S. Exa. Eu gostaria de me colocar à disposição do Senado e do Relator.

Momentaneamente, sou o Coordenador da Câmara Anticorrupção do Ministério Público Federal e, se parecer conveniente ou útil para o Senado Federal e para o Relator, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência, eu me coloco à disposição, evidentemente a rogo de S. Exa. o Procurador-Geral da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Alexandre Assis, que representou agora o Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet.

Passo a palavra ao Coronel PM Renato Garnes, pelo tempo de dez minutos. Em seguida, nós vamos para o remoto com o Dr. Glaucio Roberto Araújo, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. RENATO DOS ANJOS GARNES (Para expor.) – Obrigado pelo convite, pela oportunidade.

Quero cumprimentar aqui o Senador Otto Alencar, o Senador Alessandro, o nosso Senador General Mourão, cumprimentar todos os que estão presentes nesta audiência, bem como os que estão nos acompanhando.

Como Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, estamos aqui neste momento para contribuir com essa luta, essa gloriosa luta contra o crime organizado, com iniciativas desta Casa, da Câmara Federal, dos nossos governantes, enfim, de todos, em prol de, realmente, fortalecer a segurança pública e a gente, de fato, erradicar o crime organizado no nosso Brasil.

Nós estamos atentos ao tema e quero só corroborar o papel das polícias militares no combate ao crime organizado. Aqui nós não estamos falando da importância, se uma instituição é mais importante que a outra. Todas têm seu papel constitucional, sua atribuição, sua competência institucional.

Eu ouvi várias falas aqui e todas as falas convergem num só tema, que é o investimento, porque, sem o investimento, nós não vamos avançar nem nos estados nem em nível federal. E, realmente, o investimento é o que aflige todas as instituições e as forças de segurança pública no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê a iniciativa do Governo Federal, tentando fazer a distribuição da melhor forma possível, tentando ser o mais justo possível para que possa atender não só aos estados, mas também às instituições do Governo Federal. É nesse sentido que nós temos que caminhar.

Falando em polícias militares do Brasil, na nossa contribuição, um dos temas aqui é a tipificação do domínio social, o favorecimento do domínio social. A Polícia Militar tem um papel crucial nesse trabalho, porque é com a ostensividade, policiamento ostensivo, que a gente evita que esse território seja dominado. Então, quando se fala em investimento, vamos pensar, inicialmente, lá na ponta, nos nossos operadores de segurança pública, que precisam de investimento para manter o território sob domínio do Estado, porque, quando se perde a mão, quando se perde a manutenção, quando o Estado não consegue fazer a prevenção, existe só um método de agir, que é a restauração da ordem pública.

Este é o papel constitucional também das polícias militares: restaurar a ordem pública, e, para isso, faz-se uma ação enérgica, como vimos, recentemente, no Estado do Rio de Janeiro, porque não existe outra forma de dominar o território novamente se a gente não usar todos os meios que nós temos da força do Estado para que isso ocorra dentro do que rege a legislação do nosso Brasil.

Eu quero fortalecer aqui a fala do nosso Delegado Thiago, que representou a Consesp. Qual é o papel também dos estados no combate ao crime organizado? Falou-se muito aqui de fronteira. Os nossos estados estão investindo maciçamente nesse combate do tráfico na região de fronteira.

Vou falar aqui, rapidamente, do Mato Grosso do Sul. Nos 1.614km de fronteira, desde a década de 80, nós temos um departamento ostensivo de fronteira exclusivo para combater o tráfico de drogas na fronteira. Eu acho que isto é o que tem que ser fomentado nos estados: utilizar a *expertise* e o conhecimento das forças estaduais, das polícias militares no terreno e fortalecer e investir nos estados também para que eles criem os seus batalhões de fronteira, os seus departamentos ostensivos de fronteira. Nós estamos contribuindo, mas só que nós estamos ficando somente com o ônus.

Mato Grosso do Sul, se a gente observar, é o estado que tem a maior, em termos de 100 mil habitantes, renda *per capita* de presos oriundos de outros estados; enquanto se fala em 300

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presos por 100 mil habitantes para cada estado, nós estamos com 700. Nós estamos ficando só com o ônus, mas e o bônus? O que o Governo Federal está investindo nos estados no tocante a isso?

Nós estamos trabalhando, nós estamos prendendo, nós estamos encaminhando e, quando se fala naquele momento de a gente ter nos estados um pouquinho desse recurso, que é no combate ao tráfico de drogas, nós criamos celeumas com outras forças. Eu acho que tem que ser justo: aquele que prende não tem que ter só um ônus no seu estado, mas sim um bônus, que é o objetivo maior.

O que nós estamos querendo é que os senhores, que são legisladores, sejam justos, mas nós temos que fortalecer todas as instituições. Foi muito bem dito aqui pelo Thiago sobre as *bets*. Vamos tentar captar recursos para a segurança pública, vamos, realmente, de fato, pensar em criar um Ministério da Segurança Pública. Acho que já passou da hora. Qual é o tema do nosso Brasil hoje? Todo mundo está falando de segurança pública, mas nós não temos um ministério específico para isso.

Então, nós temos que pensar diferente, mas nós temos que manter a integração. Nós temos as FICCOs, que estão funcionando muito bem nos nossos estados, essa integração entre os órgãos de segurança pública no combate ao tráfico de drogas; nós temos os GAECOs no nosso estado, que fazem um trabalho de excelência, com parceria com as forças de segurança e, principalmente, aqui eu falo pelo meu estado, com a polícia militar no combate ao crime organizado. Então, nós temos que fortalecer as instituições que já existem na nossa Constituição Federal.

O que falta – e eu volto a dizer aqui – é investimento, porque vontade de combater o crime organizado não falta, mas nós não podemos também ter instrumentos que possam impedir a ação dos operadores de segurança pública, como ocorreu no Rio de Janeiro, na ADPF 635, e impedir que o estado mantenha a ordem em determinado território. Isso é a falência do estado, é a falência da segurança pública. Então, nós temos que nos preocupar com isto também, que um poder não possa inferir na atribuição do outro poder. E, para isso, Srs. Senadores, nós precisamos dos senhores, para que, realmente, canalizem e fortaleçam as nossas forças de segurança pública, quer seja federal, estadual ou municipal. Acho que o objetivo maior aqui é a gente combater o crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a minha contribuição, estou à disposição.

As polícias militares, com mais de 400 mil policiais militares em todos os rincões do estado, estão em todos os 5.571 municípios, porque, esses dias, mais um município foi criado. Nós estamos em todos realmente buscando manter a ordem pública, manter a preservação da ordem pública, contribuindo para esse nosso Brasil que é muito rico e maravilhoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Coronel Renato, parabéns pelo trabalho. Que o senhor possa me apontar é como se dá a atuação do Batalhão de Fronteira, qual é a tecnologia embarcada que os nossos policiais têm para a atuação, e qual seria a demanda ideal para que a gente possa chegar ao enfrentamento verdadeiro do crime.

O SR. RENATO DOS ANJOS GARNES (Para expor.) – Em relação ao nosso Departamento Ostensivo de Fronteira, no nosso estado, são 100% policiais militares.

Nós temos a delegacia especializada também de fronteira, que são policiais civis, mas que operam de forma integrada tanto na investigação como no trabalho operacional no campo, nas nossas barreiras. Nós temos essa força deste, eu posso dizer assim, batalhão, que são 100% policiais militares, mas que estão vinculados à nossa Secretaria de Segurança Pública. Nós estamos distribuídos em toda a fronteira e, quando se faz necessário, nas nossas hidrovias no Rio Paraguai e no Rio Paraná, mas nós precisamos fortalecer isso.

Eu vejo que o Governo Federal pode muito bem fomentar os estados para que eles criem os seus batalhões de operação de fronteira, no nível de estado, porque nós já temos essa *expertise*, desde a década de 80.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para os senhores terem conhecimento, em termos de números, as polícias militares apreendem anualmente a média de 1.102 toneladas, como foram os números do ano passado, 2024 – e não é diferente. Mato Grosso do Sul tem a média de 500, 600 toneladas/ano de drogas.

Aí eu deixo bem claro a seguinte situação. Não é só o Departamento Ostensivo de Fronteira, essa unidade especializada, mas todas as nossas unidades diárias, nossas unidades especializadas, rodoviária estadual, que tem uma apreensão semelhante ao Departamento Ostensivo de Fronteira, nossas unidades do Choque e do Bope, todas fazem essa cobertura: primeiro, a ação da unidade de fronteira, que são as unidades diárias, nossos grandes comandos; o DOF fazendo essa cobertura, que é o Departamento Ostensivo de Fronteira; e vem uma terceira frente, que são as nossas unidades especializadas, que fazem a frente nas rodovias. A nossa polícia ambiental, hoje, no nosso estado, é a única que faz, de fato, policiamento nas nossas hidrovias.

A PEC da segurança pública estava trazendo uma exclusividade para a polícia viária, e isso é muito preocupante. Não podemos ter exclusividade de ninguém para combater o crime. Nós temos que, sim, fortalecer para que todos possam agir dentro da sua competência.

E hoje, no estado, a polícia militar e a polícia civil estão fazendo esse papel de excelência no nosso Brasil, não só no Mato Grosso do Sul. A gente vê os números do Paraná, números de excelência também no combate ao tráfico, enfim; no Amazonas, há combate muito acirrado das polícias estaduais, das forças seguranças estaduais.

Eu digo que nós precisamos do quê? Realmente de investimento, fomento para que a gente possa fortalecer esse trabalho no combate ao crime organizado nas fronteiras.

Eu digo aqui, aproveitando o General Mourão, que, quanto às Forças Armadas, nós trabalhamos em operações em conjunto também, como a Operação Ágata, mas são pontuais. Nós precisamos fomentar mais isso, General. Lá nós operamos com as Forças Armadas, nossos policiais estão em conjunto com as Forças Armadas operando, mas em determinados períodos, e isso tem que ser fomentado cada vez mais.

E é um trabalho em conjunto, porque ninguém vai conseguir vencer o crime organizado sozinho. Nós temos que realmente unir, de fato, as nossas forças, cada um com sua competência, uma dando subsídio à outra, mas o principal: com investimento, porque sem investimento a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não consegue tecnologia, que hoje nos auxilia muito nesse trabalho tão árduo que é o enfrentamento ao crime, bem como o cuidado com o ser humano que está atrás da farda, que está operando, que está colocando a sua vida em risco.

E, quando a gente vê uma iniciativa dessa – se me permite só mais um pouquinho – tipificando o crime de domínio social, a gente só tem que enaltecer e apoiar, porque o pior que eu posso dizer que tem para o nosso policial que está lá na ponta, para o operador de segurança pública, é quando ele coloca a sua vida em risco para efetuar a prisão do cidadão e, no outro dia, ele está na rua. Quando a gente pensa que ele vai ficar preso, está novamente na rua. É difícil, mas nós temos n exemplos, quando por 60, 70 vezes o cidadão foi preso e está solto. Imagine os crimes que ele cometeu e não foi preso!

Então, nós temos que mudar realmente, de fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO DOS ANJOS GARNES – ... para que o cidadão possa ficar preso, mas que ele também possa ter oportunidade de ser ressocializado, que ele volte, de fato, para a sociedade, para viver uma vida como cidadão comum e de bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Coronel.

Pelo sistema remoto...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Hamilton Mourão com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, só queria fazer um comentário sobre toda essa questão, uma vez que houve a citação do papel das Forças Armadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar que a Força Armada que está com permanência na fronteira é o Exército, o que tem tropa no terreno. A Força Aérea atua aí dentro da questão da Lei do Abate, e a Marinha participa do patrulhamento dos rios ali na Amazônia – no caso ali da região de Mato Grosso, a Marinha tem uma base em Ladário para também o patrulhamento de rios.

O que ocorre – e aí tem que se compreender – é que é verdade o ponto que o Coronel tocou, e eu o considero também pertinente que deverá haver maior permanência desse tipo de operações. Agora, eu quero colocar aqui, para que conheçam a questão do problema, que o Exército tem que equilibrar as suas missões de defesa da pátria – ele não pode deixar de se preparar para a defesa da pátria, para aquilo que é um conflito, vou chamar assim, convencional – e, ao mesmo tempo, tem que participar desse tipo de operação, que são operações tipo de polícia, inseridas naquilo que se chama de garantia da lei e da ordem.

Um outro problema: o nosso Exército ainda é um Exército de conscrição. Todo ano o Exército incorpora 70 mil novos soldados. A imensa maioria desses dá baixa ao final do ano e alguns poucos permanecem, mesmo que, em áreas de fronteira, a gente procure ter efetivos de tropa profissional numa percentagem maior do que aquela tropa, vamos dizer assim, formada pelo que a gente chama de recruta. Então, é importante entender essas limitações, quando se coloca essa participação.

Mas eu volto a deixar claro: eu julgo que, no esforço que o Estado brasileiro tem que fazer, as Forças Armadas terão que dar uma contribuição maior do que tem dado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Pelo sistema remoto, nós vamos ouvir agora o Dr. Glaucio Roberto de Araújo, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Peço à Secretária da Mesa que o coloque para que ele possa expor as suas ideias.

O SR. GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Me ouvem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estamos ouvindo bem.

O SR. GLAUCIO ROBERTO BRITTES DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar os Senadores, as Senadoras e demais autoridades presentes, na pessoa do Presidente. Também agradeço a oportunidade ao Senador Alessandro de ouvir o Judiciário.

Eu vou ser muito breve, para fazer alguns apontamentos complementares a respeito do texto legal, que, de fato, causam alguma preocupação, inclusive imaginando algumas objeções de inconstitucionalidade, dificuldades exegéticas do texto, que podem comprometer o enfrentamento do crime organizado, sob a perspectiva de nós magistrados, do julgador, do aplicador da lei. Acho que é um momento adequado para alguns ajustes.

A par do mérito da iniciativa e do projeto, nós não pretendemos, em nenhum momento – na nossa nota técnica, está bem evidente isto –, fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre o mérito do projeto, que é de competência exclusiva desta Casa, mas apontamos alguns problemas que podem ser superados agora com ajustes terminológicos e com algumas reflexões um pouquinho mais profundas sobre a repercussão dos dispositivos à luz dos princípios constitucionais.

Inicialmente, o conceito da organização criminosa qualificada – independentemente do nome que venha a ganhar, se facção, se ultraviolenta, enfim – poderia ser mais bem delineado porque permite um pouco uma confusão com a organização criminosa comum e até a associação criminosa. Por exemplo, o número mínimo de três para esse delito plurissubjetivo vai contra a harmonia do sistema no conceito de organização criminosa comum e pode levar a alguma confusão com a associação criminosa.

Também quanto à descrição de várias condutas como complementares a esse conceito de organização criminosa – diferentemente da Lei 12.850, que contém os núcleos de forma bem objetiva, bem clara, quais são as ações, as condutas incriminadas –, aqui a gente tem uma redação um pouquinho confusa, porque se fala em condutas tendentes a, dando uma noção de um crime de perigo, quando nos dispositivos seguintes há hipóteses de crime de resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também uma dificuldade, à luz do princípio da legalidade, da taxatividade, com a identificação de algumas condutas e da distinção em relação a outros crimes que já existem, o que pode gerar uma objeção de dupla punição, de ofensa ao *non bis in idem*. Por exemplo, na descrição de crime cometido contra a instituição financeira com uso de arma, a gente já tem isso no ordenamento. Então, eu acho que a definição mais clara de quais são as condutas que estão sendo incriminadas – até porque o preceito secundário é assaz rigoroso – é bem-vinda.

Há também um problema com relação à milícia. Nós temos a figura do art. 288-A, que já contempla a milícia. Em que medida essa milícia aqui é uma figura qualificada, diferente da outra?

Com relação à prisão preventiva automática, já houve essa ponderação, mas eu faço aqui coro, porque há uma preocupação à luz do princípio da presunção de inocência, da exigência de requisitos de cautelaridade para prisões provisórias e da jurisprudência consolidada dos tribunais superiores, há um risco de que esse dispositivo possa ser declarado inconstitucional: a prisão provisória, tão somente por conta da gravidade dos atos aqui descritos.

Outra questão que já foi tocada, mas acho que merece também atenção é a da previsão da exclusão de crimes dolosos nesse contexto do Tribunal do Júri, em razão da previsão constitucional dessa garantia.

Também gostaria de destacar um problema aqui que nos atinge, que é a criação de uma responsabilidade para o CNJ de fiscalizar bens e destinação dos bens declarados objeto de perdimento, porque há um sistema recursal para isso, há as próprias unidades judiciárias e os juízos para esse tipo de controle de decisão. Então, acho que se afigura um pouquinho fora da missão constitucional do CNJ.

Também quero destacar aqui uma preocupação com a incriminação de atos preparatórios, e isso, à luz do princípio da intervenção mínima do direito penal, da última haste do direito penal, pode ser também objeto de arguição de inconstitucionalidade, porque equipara o ato preparatório a um início de execução, e com uma causa de diminuição de pena diferente daquela regra geral do art. 14 do Código Penal.

Também há o problema da vedação dos benefícios da anistia, do indulto, da fiança e do livramento condicional na execução, em razão do princípio constitucional da individualização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pena. Então, acho que essa é uma questão que também merece uma reflexão, um debate mais profundo.

O fim do auxílio-reclusão, por conta do princípio da intranscendência da pena, da personalidade da pena, da proteção da família, crianças e adolescentes.

A questão da incriminação do apoio, de qualquer forma dessa incriminação da participação, inclusive de menor importância, numa norma própria, porque é até um pouco contraproducente, porque, se a gente tem o art. 29, a regra geral do Código Penal para poder alcançar qualquer tipo de contribuição para essa modalidade criminosa, na medida em que há especificação só de algumas condutas, se esvazia um pouco do alcance da norma geral e cria-se aqui um problema, que já foi mencionado, do risco de se criminalizar um apoio a um protesto por outras razões, que não relacionadas a crime organizado.

Também acho que é importante destacar a questão da audiência de custódia. Essa inversão da regra geral para o caso específico de crime organizado parece-me despicienda e pode gerar um problema de controle de convencionalidade, inclusive. E hoje nós, magistrados, sabemos que, na prática, a gente realiza – principalmente nessas situações de risco à integridade de autoridades, testemunhas –, em regra, as audiências de maneira virtual, por videoconferência. Então, havendo motivo, o juiz pode realizar, sem necessidade de se prever justamente uma regra que vai excluir a presencialidade.

Também na questão do cadastro público nacional eletrônico dos condenados, só a questão da publicidade e do prazo pode despertar algum tipo de preocupação perante o instituto de reabilitação, os fins da pena, mormente o de ressocialização, o direito a esquecimento e toda forma de etiquetamento de alguém que pode futuramente se desligar, não ter mais envolvimento, não ser mais membro de uma organização criminosa. Então, talvez aqui a gente precisaria de um abrandamento dessa regra ou de criar algumas condições.

Também há um problema no art. 9º, da expressão "sem autorização judicial expressa"; parece-me que ali haveria a possibilidade de um bloqueio administrativo de operações que violaria a reserva de jurisdição. Talvez um complemento para que isso fosse imediatamente submetido ao Judiciário para convalidação, porque há um risco, de fato, de se esvaziar a função jurisdicional nesse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 10, há uma inovação muito salutar; embora em alguns lugares a gente, em varas de crime organizado, já SE tenha essa experiência das intervenções em pessoa jurídica, Essa expressão "beneficiada" pode excluir as pessoas jurídicas que são utilizadas na prática delitiva, em detrimento, em prejuízo do próprio patrimônio. Então, a expressão talvez pudesse ser substituída.

O perdimento de bens: Aqui a gente tem a possibilidade – um risco, no art. 17 – de perdimento em ofensa ao direito constitucional de propriedade de bens de quem foi absolvido, acobertado por uma excludente de ilicitude, por exemplo, uma legítima defesa. Também quem foi absolvido por insuficiência de provas. Então, na medida em que há uma restrição à absolvição por inexistência do fato, há um risco de perdimento de bens de forma ilícita, ilegítima. E também a possibilidade de inovação civil de perda de bens, mesmo quando ela já foi julgada improcedente no mérito, o que violaria a coisa julgada, a segurança jurídica. Então, acho que é uma questão que também merece a reflexão dos Srs. Senadores.

E, por fim, eu gostaria de destacar aqui que – eu acho que já se falou –, sobre a medida securatória não ser decretada de ofício à luz do princípio acusatório, também há um problema dos instrumentos: a necessidade de ressalvar o terceiro de boa-fé dos instrumentos, não apenas dos bens apreendidos, dos instrumentos delitivos.

Há uma questão de competência que eu acho que também merece atenção: no art. 18, quando se fala da legitimidade para a ação civil de perdimento de bens, se coloca a administração direta ou indireta, a União ou o Ministério Público, e isso pode gerar um conflito de competência. Certamente vai ser um problema na aplicação do diploma, assim como um prazo extenso de mais de 365 dias para a vigência de tutelas de urgência, o que poderia levar a algum tipo de leniência no ajuizamento das ações principais.

E, também, o percentual fixo de 10% do administrador dos bens, ou da pessoa jurídica, isso manieta um pouco o juiz. Então, eu acho que o trabalho do administrador deve ser avaliado, no caso concreto. Então, talvez, um percentual que tivesse um piso e um teto fosse interessante.

Por último, eu acho que isso é uma questão, claro, de discussão parlamentar e de decisão, mas no art. 41-A consta quem pode pedir o monitoramento das conversas, das entrevistas dos advogados, mas não se diz para quem – se esse pedido é feito ao juiz, se há reserva de jurisdição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa questão ou se é ao diretor do estabelecimento. E quando se fala em penitenciárias, não se fala nos estabelecimentos penais estaduais. Então, isso poderia gerar por parte da defesa, por exemplo, uma objeção de que não há monitoramento quando o preso estiver em estabelecimento estadual.

Por fim, na questão das penitenciárias de segurança máxima federais, se essa regra automática – eu acho que é importante avaliar – não vai comprometer, justamente por questão de vaga, os fins do cumprimento da pena.

E acho que só mais uma questão, se houver tempo. Em alguns dispositivos da nossa legislação, foi previsto aumento de pena, em razão da condição de o agente ter relação com a organização criminosa ultraviolenta, mas há um risco de dupla punição: na medida em que o juiz reconhecer concurso material das infrações fins, da infração própria de organização criminosa e mais a causa de aumento de pertencer à organização criminosa, isso vai gerar, certamente, um problema na aplicação da lei, assim como a figura do tráfico armado, por exemplo, porque a gente já tem o tráfico mais o porte de arma e vai ter uma causa de aumento em razão do tráfico armado. Então, isso vai trazer um problema e aí, como todos sabem, claro, na aplicação da lei, a gente tendo dificuldade, isso gera um espaço para recurso, um espaço para comprometer a eficiência da prestação jurisdicional.

Desculpe por me alongar, me penitencio aqui se não fui muito claro, mas gostaria de trazer os apontamentos principais, complementares, diante de tudo que foi dito aqui hoje.

E, aqui no CNJ, o Presidente do Supremo e do CNJ têm como pauta prioritária essa discussão, essa questão. Estamos fazendo um diagnóstico interno para saber como o crime organizado está sendo... Como essa questão está sendo tratada pelo Judiciário internamente, os gargalos, as dificuldades, para a gente, num segundo momento, conseguir aperfeiçoar a prestação jurisdicional nessa área.

E coloco-me à disposição para qualquer tipo de contribuição.

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Dr. Glaucio Araújo, que é o Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, passo a palavra ao Dr. Bruno Candido e convido o Dr. Rogério Antônio Lucca, que é o Secretário-Executivo do Banco Central, para ocupar aqui a mesa. Logo depois nós vamos ouvi-lo e, na sequência, ouviremos também o Dr. Gabriel Sampaio, Diretor Adjunto da Conectas Direitos Humanos.

Foram vários que participaram. Aqueles que ficaram por último aqui não foi maldade minha não, porque estavam inscritos e fui chamando cada um deles.

Então, passo a palavra ao Dr. Bruno Candido.

O SR. BRUNO DIAS CANDIDO (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos. Já estamos passando do meio-dia – não é, Senador Alessandro Vieira? –, o que demonstra o quão profícuos estão sendo os trabalhos nesta Casa.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, presencial e virtualmente, na pessoa do Presidente Otto Alencar, e cumprimentar de forma especial o Senador Alessandro Vieira pela condução dos trabalhos nesta Casa e pela forma democrática como vem conduzindo este projeto de lei sob a sua relatoria. Esta audiência pública é prova disso, ouvindo vários segmentos da sociedade para que possamos ter um projeto de lei que efetivamente atenda, com segurança jurídica, aos anseios da sociedade.

Gostaria, Presidente, Senador Alessandro Vieira, de agradecer, em nome do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, órgão a que tenho a honra de pertencer, e em nome do Presidente, que represento aqui hoje, André Garcia, o convite para que possamos participar deste importante debate em prol da sociedade.

Também quero dizer que somos, está na Lei de Execução Penal, no art. 61, inciso I, o primeiro órgão da execução penal. E, dentre as nossas atribuições, previstas no art. 64 da mesma lei, está traçar diretrizes para a política criminal e penitenciária. Portanto, é muito oportuna a nossa participação nesta audiência pública para tentar contribuir sobremaneira para os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira, um ponto que percebi aqui... Ficar por último às vezes é bom, Presidente Otto, porque vamos aprendendo e já vamos analisando, de forma mais objetiva, os apontamentos que temos que fazer.

Uma questão que nós entendemos aqui – e que foi o uníssono e que é um ponto alto da lei, muito importante, que vai corroborar muito e que nós gostaríamos de ratificar – é o art. 6º, no ponto que traz a integração dos órgãos de investigação, dos órgãos de inteligência e persecução penal no combate ao crime e à organização criminosa. Tal instituto é imprescindível e se mostra necessário para que tenhamos um profícuo trabalho e para que o espírito da lei seja efetivamente alcançado na prática. Nós temos exemplos recentes de operações que foram feitas de forma integrada e que demonstraram êxito muito superior do que ações isoladas, *data venia*.

Então esse é um ponto muito importante e pode ser colocado com uma segurança jurídica muito tranquila. Por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal já se debruçou sobre o tema, trazendo a possibilidade de compartilhamento de dados sigilosos entre as instituições de investigação, obviamente dentro da razoabilidade, proporcionalidade, do sigilo e das garantias constitucionais. Tem uma ADI julgada pelo Supremo e uma ADPF nesse sentido. Então é uma evolução muito profícua, e, parece-me, é consenso essa integração e compartilhamento de dados.

Do ponto de vista do CNPCP, uma situação que nos traz uma preocupação no projeto de lei – que já foi dita aqui por alguns órgãos, inclusive pelo Ministério Público –, é a prisão preventiva automática. prevista no art. 2º, §9º. Por quê? Nós não estamos dizendo que não tem que haver a prisão preventiva. Ela, desde que necessária e fundamentada pela autoridade competente, que é o magistrado, tem que ser decretada, mas não de forma automática, porque a sua decretação de forma automática pode estar encarcerando alguém que não há necessidade de responder ao processo preso, violando o princípio da presunção de inocência, princípio constitucional, que pode ser, inclusive, objeto de fundamentação de inconstitucionalidade nesse sentido. E mais: aumenta a população prisional, o que pode, ao nosso juízo, ao invés de ajudar a fortalecer o combate ao crime organizado, sim, aumentar a população prisional, e até mesmo fortalecer as facções, porque esses membros vão estar lá a serviço dessas organizações criminosas. Não se defende a inexistência, obviamente, de prisão preventiva, mas que ela se dê de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentada, conforme a legislação determina, e não de forma automática. Esse é um ponto importante de se ressaltar, eminente Senador Alessandro Vieira.

Outro ponto que também parece que foi uníssono aqui – eu vi o Conselho Federal da OAB se manifestar e vi também representantes do Ministério Público – é quanto ao deslocamento da competência do Tribunal do Júri. É uma questão que pode gerar uma inconstitucionalidade, enfraquecer a lei, porque a previsão do Júri é prevista em cláusulas pétreas constitucionais. E mais, com seus problemas – que todos os instrumentos da Justiça têm, mas que podem ser aperfeiçoados –, é consenso tanto na advocacia, no Ministério Público e na sociedade que o Tribunal do Júri vem funcionando bem, razão pela qual esse deslocamento pode ser maléfico ao invés de benéfico. Então nós colocamos também essa ponderação para análise de V. Exas.

E outro ponto que também já foi dito é a questão do recrudescimento das penas. Nós não estamos dizendo que as penas não têm que ser mais rigorosas, mas, sim, têm que obedecer a um critério razoável e proporcional para se evitar uma inconstitucionalidade e até mesmo uma incoerência no sistema penal. Nós temos condutas aqui a bens juridicamente tutelados que não são tão graves como, por exemplo, a vida, que é um bem jurídico, talvez um dos mais valiosos protegidos pela legislação penal, você tem, no homicídio simples, uma previsão de pena de seis a vinte, e no qualificado, de 12 a 30 anos. E aqui nós teremos tipos penais com outros bens juridicamente não tão relevantes quanto nesse ponto, que nós teremos pena de 20 a 40 anos, talvez desproporcional, uma ofensividade acima da média, o que pode, inclusive, gerar o acionamento da Justiça para a declaração da inconstitucionalidade nesse sentido. Isso pode também gerar o encarceramento por um tempo maior do que o necessário para a ressocialização desse indivíduo, com o aumento da população prisional e, também, com o enfraquecimento do combate ao crime organizado, e, sim, gerando um efeito contrário.

Então, são essas as breves considerações, Senador Alessandro Vieira, que nós gostaríamos de trazer à apreciação de V. Exa., dentro de uma análise técnica do nosso conselho, do CNPCP, notadamente entendendo que o ponto alto é a integração e o compartilhamento de informações para o combate ao crime organizado. Isso, sim, vai gerar um efeito muito eficiente no combate ao crime organizado, que é o intuito, é o espírito da lei e é aquilo pelo qual a sociedade anseia, mas trazendo essas preocupações do ponto de vista técnico da prisão preventiva automática, do recrudescimento excessivo de penas com bens juridicamente tutelados não tão intensos, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sopesando... Por exemplo, no crime de latrocínio, que tem uma pena de 20 a 30 anos, nós teremos conduta menos gravosa, digamos assim, com uma pena de 20 a 40 anos. Isso pode ser questionado e pode gerar o encarceramento daquele cidadão para além do necessário no cárcere.

Então, são essas as considerações. Renovo os agradecimentos, a satisfação de estar nesta Comissão de Constituição e Justiça e a honra do nosso conselho de tentar, ainda que minimamente, contribuir para os trabalhos. Parabenizo, novamente, V. Exa. pela condução democrática, nesta Casa, de um projeto de lei importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito obrigado, Dr. Bruno.

Pergunto se V. Exa. tem o número de vagas que precisamos criar para atender a população carcerária deficitária, com a legislação atual, e se temos uma expectativa com relação à mudança que será feita.

O SR. BRUNO DIAS CANDIDO – Sr. Senador, não tenho o número exato, mas posso afirmar, com tranquilidade, que é insuficiente no atual momento. E, caso prevaleça o encarceramento inadequado de forma automática da prisão preventiva e também de penas exacerbadas, será ainda mais insuficiente.

Nós podemos trazer também a V. Exa. o número exato, mas posso afirmar, com segurança, que é insuficiente e, se essa insuficiência permanecer ou aumentar, trará ainda mais insegurança.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado.

Passo a palavra para o Sr. Rogerio Antonio Lucca, Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil.

O SR. ROGERIO ANTONIO LUCCA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Bom dia. Agradeço ao Senador Alessandro Vieira. Primeiro, quero parabenizá-lo pela realização desta audiência e agradecer o convite para o Banco Central participar desta audiência.

Bom, inicio fazendo uma ressalva de que o Banco Central não tem diretamente nenhuma competência e nenhum objetivo diretamente relacionado ao combate ao crime, motivo pelo qual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até numa análise preliminar do projeto de lei de que trata esta audiência, a gente não traz nenhuma sugestão, nenhuma avaliação em relação à matéria que está sendo tratada, dada a ausência de competência direta que o Banco Central tem para tratar do tema em questão. Não obstante, o Banco Central tem, sim, o objetivo legal de zelar pela estabilidade e pela eficiência do Sistema Financeiro Nacional e, nesse âmbito, acaba se deparando com questões relacionadas a condutas e uso do sistema financeiro, de uma forma geral, que podem acabar acarretando ilicitudes, fraudes e golpes.

Nesse sentido, acho que vale a pena a gente ressaltar que, no Brasil, hoje em dia e, principalmente, nos últimos anos, a gente acabou desenvolvendo um sistema financeiro que é muito eficiente, competitivo, inclusivo e seguro. Gerou uma inclusão financeira muito grande essa evolução que a gente teve no sistema financeiro nos últimos anos. A título de exemplo, a gente tem que, nos últimos sete anos, o número de clientes com uso frequente do sistema financeiro praticamente dobrou, mostrando a efetividade que o país teve nessa política de aumentar a eficiência, a segurança, a inclusão e a concorrência nesse setor financeiro.

Não obstante, a gente tem observado que o crime organizado, de uma forma geral, tem identificado fragilidades na forma como o sistema financeiro, hoje em dia, é organizado – na forma como ele se organiza – e tem se utilizado dessas fragilidades e desses buracos, por assim dizer, na organização do sistema para aplicação de golpes, de fraudes ou mesmo para uso do sistema financeiro para transações ilícitas, principalmente no que diz respeito à digitalização do sistema como um todo e ao aumento de crimes cibernéticos, em contradição a crimes mais físicos, por assim dizer, se a gente puder fazer essa comparação. A gente costuma falar que, se 10, 15 anos atrás, a gente tinha agências bancárias e caixas de ATM sendo explodidas, hoje em dia você tem invasões em sistemas digitalizados de instituições financeiras. Isso trouxe uma relevância muito grande para a análise, para a regulação e para a supervisão do risco cibernético das instituições financeiras, o que é corroborado por um crescente número que a gente tem de reportes de incidentes cibernéticos que são feitos ao Banco Central.

A gente publicou, recentemente, o nosso Relatório de Estabilidade Financeira, e nele a gente apresenta alguns números e chama atenção de que, até 2023, a gente recebia, em média, algo em torno de 20 reportes de incidentes de instituições autorizadas por ano ao Banco Central. Esse número praticamente triplicou nos últimos dois anos, e aumentou também muito a relevância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqueles incidentes que tentavam, de certa forma, subtrair recursos por parte das instituições financeiras.

É notório que, principalmente nos meses de julho e agosto, a gente teve alguns incidentes que concentraram, em maior magnitude, do ponto de vista financeiro, ataques a instituições financeiras ou instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A gente teve, basicamente, oito incidentes ali, em que você teve a subtração de algo em torno de R$1,5 bilhão dessas instituições.

É importante sempre ressaltar que, em nenhum desses eventos, os sistemas operados pelo Banco Central foram invadidos ou foram fraudados, e nenhum cliente bancário também foi prejudicado nesses ataques, mas a gente teve, efetivamente, ali, um aumento da ocorrência – por parte do crime organizado – de fraudes e de ataques a instituições autorizadas pelo Banco Central.

A gente acabou vendo, também, algumas operações da Polícia Federal que diziam respeito a uso ilícito de serviços financeiros ou serviços de pagamentos por parte do crime financeiro, uso esse de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. O Banco Central reagiu rapidamente a esses eventos, à concentração desses eventos.

De novo, a pauta de estabilidade e de segurança do sistema financeiro é um objetivo permanente do Banco Central. Muita coisa já vinha sendo discutida nos últimos anos, e até mesmo por isso a gente conseguiu agir rapidamente, dado que a gente já tinha um amadurecimento muito grande de muita coisa que estava em debate, mas, de certa forma, essa concentração de ocorrência acabou acelerando a adoção de algumas medidas. Só para levantar alguns números, nesses últimos meses, a gente realizou 20 inspeções extraordinárias em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, em decorrência desses casos que foram amplamente divulgados na mídia; a gente fez duas suspensões cautelares em prestadores de serviço de tecnologia de informação; a gente suspendeu sete instituições do Pix, de forma cautelar; e a gente excluiu definitivamente 33 instituições participantes do Pix, que, de certa forma, não mostraram procedimentos adequados para lidar com esses ataques.

Vale ressaltar sempre que o sistema financeiro é um sistema regulado, compete ao Banco Central regular e supervisionar, mas, no final das contas, o sistema financeiro é um sistema regulado com necessidade de autorização para entrada em funcionamento e de obediência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns requisitos, no caso específico aqui, principalmente no que diz respeito a requisitos de segurança, que justamente demonstrem que existem procedimentos que devem estar em lugar, devem ser adotados por parte dessas instituições, para poder evitar esse uso ilícito das instituições e a ocorrência de fraudes e de golpes. Não obstante, como eu comentei, a gente adotou algumas medidas, citei alguns números aqui de algumas medidas processuais que o Banco Central adotou, vale a pena também ressaltar algumas medidas do ponto de vista de aperfeiçoamento regulamentar que a gente adotou nos últimos anos. Como comentei anteriormente, boa parte delas já vinham sendo discutidas internamente no Banco Central, no âmbito da sua competência permanente, mas foi, de certa forma, acelerada a sua implementação, em função da ocorrência desses eventos.

Um primeiro ponto que vale a pena ressaltar é que a gente desenvolveu alguns sistemas do acesso das instituições financeiras aos sistemas do Banco Central, o que permite que elas tenham uma informação mais apurada em relação àquilo que está acontecendo na movimentação dos seus recursos no Banco Central, inclusive com a possibilidade de que elas se autoderrubem, se autobloqueiem, caso tenham identificado que tenham sido vítima de algum ataque.

A gente fez um aperfeiçoamento também que vale a pena ressaltar, no mecanismo de devolução do Pix. O mecanismo de devolução do Pix é um instrumento que permite que, se eu for vítima de uma fraude ou de um golpe, eu conteste aquela transação e tenha capacidade de obter aquele recurso de volta. A gente fez um aperfeiçoamento aprimorando o acesso e a profundidade, a agilidade e a profundidade de acesso a esse mecanismo, de forma a aumentar a probabilidade de que aquela pessoa fraudada ou que sofreu um golpe tenha possibilidade de recuperar aquele recurso que foi indevidamente subtraído da sua posse.

A gente tinha também possibilidade de que instituições de pagamento começassem a operar no sistema sem necessidade da prévia autorização do Banco Central. A gente identificou isso como uma fragilidade que permitiu alguns desses golpes que se iniciaram nessas instituições, sem autorização do Banco Central, então a gente proibiu a entrada de novas instituições de pagamento sem prévia autorização do Banco Central e, ao mesmo tempo, a gente antecipou o cronograma que a gente tinha para autorizar aquelas instituições que já estão em funcionamento. Então, nenhuma nova instituição pode começar a operar sem a prévia autorização do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central, e a gente tinha uma previsão de que aquelas que já estão operando pudessem solicitar autorização para o Banco Central até 2029...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO ANTONIO LUCCA – ... e isso foi antecipado para o primeiro trimestre do ano que vem.

Acho que, a bem do tempo aqui, vale a pena ressaltar também que, no âmbito do Pix, até correlacionado ao aprimoramento que a gente fez no mecanismo de devolução, na medida em que há o reconhecimento de que uma conta foi utilizada para realizar fraude, aquela instituição que detém aquela conta passa a ser obrigada a bloquear o acesso àquela conta, para evitar a realização de novos golpes. E a gente aumentou também a penalidade de instituições que dão curso a transações ilícitas e não têm procedimentos adequados para poder fazer esse acompanhamento no âmbito do Pix, prevendo inclusive, no caso de reincidência, potencialmente a exclusão dessas instituições, no âmbito do Pix.

Sobre os últimos aprimoramentos regulamentares – eu acho que vale a pena ressaltar os mais recentes e alguns até aqui citados –, a gente fez uma mudança na metodologia de cálculo de patrimônio mínimo para início de operações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, que, na maior parte das vezes, aumentou de forma considerável o capital mínimo que é necessário para entrar no sistema. A gente obrigou... na verdade, a gente esclareceu a obrigatoriedade de que as instituições financeiras devem encerrar contas que não são claramente identificadas, comumente chamadas de contas bolsão, que são aquelas contas que você não permite a identificação do cliente final. Então, a gente esclarece que a instituição financeira é obrigada a ter a identificação do cliente final da transação e do detentor daquela conta e, inclusive numa regulamentação mais recente que a gente fez, na última sexta-feira, se eu não me engano, daqueles serviços que comumente são chamados de Banking as a Service (BaaS), em que uma instituição não financeira acaba ofertando a sua carteira de cliente para as instituições financeiras. A gente esclareceu que, nesse caso, inclusive, há a obrigatoriedade de a instituição, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, fazer a devida identificação daquele cliente. Isso continua sendo responsabilidade dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por último, como até foi questionado pelo Senador a um palestrante anterior, a gente fez a primeira regulamentação no âmbito legal dos prestadores de serviços de ativo virtual, que acaba sendo um setor mais recente e que já havia uma legislação que atribui ao Banco Central a competência de regulamentar, e a gente editou agora uma primeira regulamentação, que obviamente fica sujeita a aperfeiçoamento contínuo por parte do Banco Central.

Só para finalizar, aproveitando a oportunidade de a gente estar na CCJ, onde tem uma discussão que eu acho que é muito pertinente ao Banco Central, dada toda essa agenda que a gente tem, essa responsabilidade que a gente tem do ponto de vista de manter a estabilidade e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional, é salientar e alertar a conveniência da continuidade do debate de um assunto que está nesta Casa, hoje em dia, que é o aprimoramento institucional do Banco Central nessas esferas administrativas, orçamentárias e financeiras, que visa garantir ao Banco Central a disponibilidade dos recursos necessários para poder se desincumbir dessa missão de uma forma permanente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Rogerio.

Eu questiono o senhor no tocante, primeiro, a reafirmar a relevância da regulamentação do mercado de ativos virtuais, do mercado de cripto, claramente por conta do seu uso, em determinado momento, para lavagem de dinheiro, e a confirmação por V. Exa. de uma informação que o senhor mesmo prestou a esta Casa da movimentação de pessoa física para *bets*. O senhor informou aqui que, nos meses de janeiro a março, os apostadores destinaram até R$30 bilhões por mês às *bets*.

Peço a confirmação desse número, por favor.

O SR. ROGERIO ANTONIO LUCCA – Obrigado, Senador.

Confirmo o número do primeiro trimestre, de R$30 bilhões em média, que foi transacionado para *bets*. A gente não tem a atualização desse número, infelizmente – vou ficar devendo –, mas o número do início do ano eu confirmo, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à regulamentação dos prestadores de serviços de ativo virtual, como eu comentei, a lei dá competência ao Banco Central para ser o regulador setorial na prestação de serviços. Como eu comentei, essa foi uma primeira edição de uma primeira regulamentação, mas acho que, no âmbito do questionamento, vale a pena ressaltar que, mesmo nessa primeira regulamentação, há a obrigatoriedade da identificação dos clientes e de todos os procedimentos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro por parte desses prestadores de serviços também.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A gente faz esse registro porque existe uma iniciativa na Câmara dos Deputados para a derrubada dessa regulamentação. Aí, a gente tem que ter o cuidado com isso.

Para dar continuidade aqui, Dr. Gabriel, da Conectas Direitos Humanos – agradecemos pela sua presença –, que é fundamental para o trabalho que a gente está fazendo. Foi uma coincidência feliz estar aqui para o encerramento das falas.

Com a palavra, Gabriel.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Alessandro Vieira, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores, Parlamentares desta Casa, colegas de mesa, público que nos acompanha.

Quero saudar a importância deste debate. É uma responsabilidade grande, Senador, aqui ser um representante da sociedade civil, num debate tão rico, trazendo aqui contribuições que perpassam a nossa atuação enquanto Conectas Direitos Humanos e também contribuições que foram endereçadas a V. Exa. pela Rede de Justiça Criminal. Acho que aqui tem um ponto importante a se destacar, e o nosso papel enquanto sociedade civil é também oferecer esse olhar crítico baseado em evidências. Acho que esse é um primeiro ponto a ser observado nesse tipo de legislação.

Eu acompanhei muito vivamente, Senador, em outra função que exerci – também já fiz parte da equipe nesta Casa Parlamentar –, a discussão que redundou na Lei das Organizações Criminosas. Foi um debate muito rico, que envolveu diversos setores, a participação da Enccla; debates muitas vezes até acalorados, mas que vivamente envolveram setores da advocacia, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do CNJ. Foi um debate longo no tempo, mas que envolveu os agentes. E digo isso da importância, porque é uma lei de sucesso, como V. Exa. observou – e tenho observado as falas de V. Exa. O problema atual não está tão endereçado à questão necessariamente das penas ou de uma absoluta falta de instrumentos.

Eu acho aqui que um passo importante, além do aprofundamento de elementos de debate, é também algo que se discute muito, que é a análise do impacto legislativo. Qual é o impacto legislativo que as legislações sucessivamente aprovadas têm produzido para enfrentar o tema? Nós não estamos falando de um tema trivial. Se fosse trivial, não estaríamos mobilizando tanto pensamento, tanta inteligência e tanto esforço deste Parlamento.

Então, eu trago aqui... Acho que tem um balanço primeiro, inicial, em relação a uma análise do que é hoje o fenômeno, do que representa hoje o fenômeno das organizações criminosas. E aqui é preciso entender um tripé.

Acho que, de fato, tem uma análise em relação à base territorial, ao poder que organizações exercem sobre o território. Isso oferece uma infraestrutura importante para a sua atuação. Acaba sendo um meio de legitimação da sua atuação.

Mas aqui entro num tema e num conceito que, do ponto de vista da legística, causa muita preocupação, porque o cerne da legislação está calcado na ideia da organização criminosa ultraviolenta. Primeiro, é um conceito jurídico indeterminado, Senador. Isso é péssimo para a construção legislativa. Temos que ser assertivos em relação a isso. Isso gera insegurança jurídica. É base do princípio da legalidade a taxatividade da lei penal.

Quando se diz que é ultraviolenta, na literatura hoje, nós que a estudamos percebemos que a violência hoje, na atual etapa das organizações criminosas, é um instrumento, não é necessariamente um fim. À medida que elas se estabilizam, inclusive na base territorial, a tendência é que instrumentalizem o uso da violência. Então, quando se coloca como base da legislação a ultraviolência, talvez eu até pegue, na história e na construção das organizações criminosas, aquelas que ainda não estão absolutamente estabilizadas enquanto base de controle territorial. Esse termo, data máxima vênia aqui ao debate legislativo, na minha opinião, deve ser refutado, sob pena de causarmos um nível de insegurança jurídica ou optarmos, do ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista legislativo, por uma ferramenta interpretativa que está absolutamente desconectada do que é o avanço dessas organizações. Então é uma sinalização que eu acho importante.

Se compreendemos então que um poder armado é um instrumento estratégico e até pode ser disciplinado, também precisamos entender o quanto é importante, nesse tripé que estou comentando, a legalização dos recursos para expansão e perpetuação das organizações criminosas.

Então hoje o que é o sinal mais importante da eficiência do Estado é conseguir atender a essa base do tripé, que é pouco comentada. Muitas vezes, se dá muita visibilidade às operações bastante exitosas em relação a esse tema, mas dada a envergadura que as organizações assumem hoje, é muito pouco. Se fosse eleger, dentro do tripé... Estou falando que a necessidade é da totalidade, mas houve um erro, na minha opinião, em identificar, com esses equívocos jurídicos que já apontei, o tema da ultraviolência e deixar desassistido o tema da sustentabilidade financeira e dos meios de legalização do recurso.

E aqui se formou um eixo. V. Exa. e sua equipe já observaram. Também quero enaltecer muito o trabalho e a abertura de sua equipe para o diálogo. Em tudo que o projeto trata sobre a base econômica, ele tem esse erro fundamental que é se basear num conceito jurídico indeterminado e que, de resto, não dialoga com a construção da Lei de Organizações Criminosas. O próprio conceito!

Quer dizer, nós temos um conceito de organização criminosa, um conceito de associação criminosa, e aí surge, no texto vindo da Câmara dos Deputados, de forma pouquíssimo técnica – desculpem-me pela ênfase, mas é num sentido respeitoso –, um terceiro conceito, que vai gerar insegurança jurídica.

Talvez, o melhor caminho, se me permitir, Sr. Senador, seja dialogar com o que já está criado e alterar esse mecanismo ou essa base conceitual.

Então, se é fundamental compreender que as organizações criminosas têm nessa sua base econômica um elemento fundamental para a sua permanência, aí nós temos que entender a história da etapa que nós estamos vivendo agora. As organizações se fortalecem, na nossa história recente inclusive, por essa capacidade de atuarem até de forma transnacional, por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguirem controlar os espaços da logística, os espaços fundamentais para a manutenção do seu poder e, inclusive, para corromperem instituições do Estado.

E aqui, Sr. Senador, a gente faz um debate que é muito respeitoso aos direitos e às garantias fundamentais. E é por isso que a amplitude do debate é importante. Quando nós defendemos as garantias e dizemos que o Estado, a cada avanço no seu poder punitivo, precisa prever uma garantia e instrumentos eficazes de controle, essa também é uma forma de proteção da institucionalidade, porque também é preciso usar o argumento utilitarista.

Se se expande a capacidade do Estado de investigar, de atuar, de apurar sem ter a contrapartida do controle, no sentido tanto administrativo quanto externo, da *accountability* da sua atuação, nós podemos ter consequências graves até do ponto de vista da organização do crime organizado, porque é evidente que fica mais fácil se aproveitar da falta de ferramentas e de instrumentos de controle e buscar a infiltração por meio da institucionalidade estatal do que investir num nível de inteligência na sua atividade para burlar a atuação estatal.

Então aqui, no nosso sentido, é importante tomar cuidado em relação a cada uma dessas etapas. É preciso ter a *accountability* das atividades estatais e da expansão das atividades estatais. Isso é um elemento essencial.

Avaliando hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... problemas sérios da segurança pública... E aí o projeto trata... Se trouxe o tema da violência, é porque também há um sentimento em relação às preocupações com a violência. E aí é preciso recuperar bases de problemas essenciais que nós temos hoje.

Homicídios no Brasil. Qual é o nível de esclarecimento sobre isso? Se o Parlamento optar pelo tema da ultraviolência como tema central ou vértice de trabalho, como a gente identifica as origens e a responsabilidade dessa ultraviolência só pensando em mortes violentas no país? Nós temos taxas que não passam de 30% de esclarecimento.

E nós temos que falar de instituições do Estado que não têm capacidade, no sentido operacional, de fazer perícia. É algo muito essencial, né? Fala-se de as organizações criminosas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegarem a um patamar logístico de atuação transnacional, mas o Estado não consegue oferecer condições para se realizar perícia de crimes muito básicos, muito elementares.

Desculpem. (*Pausa.*)

Somos um país com taxa de esclarecimento baixíssima. Tenho que ressaltar, até pela minha origem, que, desses crimes, 75% das mortes violentas ocorrem contra pessoas negras e pobres no Brasil, e esse é um tema que tem muito pouca resposta institucional, em termos de planos, de metas e de objetivos para conter.

Mais do que isso, nós temos vivido hoje – e essa é uma preocupação, Sr. Senador, quando eu falo da institucionalidade – uma preocupação grave, que é – no sentido que V. Exa. certamente compreende e sobre o que tem se manifestado – uma politização do uso das ferramentas do Estado e até da violência estatal. Isso é algo que deve ser repelido neste momento histórico, porque abre as portas para a ausência de controles e, sobretudo, para o aproveitamento lamentável dessa atuação estatal em favor dos interesses, muitas vezes, das próprias organizações criminosas.

Então, se é necessário garantir algo que contenha e traga elementos para avanço do Estado, é preciso profissionalizar essa atuação. Essa profissionalização passa por menos foco nessa ideia mais repressiva, muito focada no aumento de penas e com conteúdo técnico ainda deficiente, migrando para uma atuação que seja mais focada na inteligência.

Tem outros conceitos aqui indeterminados dentro do projeto: domínio social estruturado. E aí, essa técnica legislativa que soma muitos verbos tem que ser vista com muito cuidado. Do ponto de vista da legística, se há uma conexão lógica entre os verbos, tudo bem, então, a gente está atendendo aqui uma ideia da taxatividade, que coloca dentro de uma tipificação penal situações que são similares. Não é o que acontece aqui, Senador. Muitas vezes, o que se observa são verbos absolutamente distintos e de lesividade distinta.

Não se pode deixar de observar aqui que a consequência que o texto vai gerando é um tipo de criminalização que não vai afetar o andar de cima da criminalidade. Estou chamando de andar de cima, porque... Entenda, nesse aspecto que não está necessariamente ligado à atuação territorial mais ostensiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o meu tempo deve estar acabando, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Já acabou, na verdade.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Já acabou há algum tempo. (*Risos.*)

Eu só queria, então, enaltecer, em termos de redação, para não deixar V. Exa. sem repassar pontos que, para nós, da Rede Justiça Criminal, eram muito importantes. Primeiro, corrigir os conceitos indeterminados. O art. 2º, quando fala do domínio social estruturado, traz uma tipificação demasiadamente ampla. Essa soma de verbos confunde, do ponto de vista da técnica legislativa. No §5º do art. 2º, fala-se dos atos preparatórios. No fim, eu acho até que há uma gradação dos atos preparatórios para o crime consumado. Mas, de novo, quando os conceitos são indeterminados, esse nível de punição para os atos preparatórios é seríssima. Ela, de fato, pode gerar um efeito de criminalização, que é aquele que mais distrai a atividade do Estado. Pega ali aquele grupo, entre aspas, "que nem sempre tem um conjunto probatório formado" e protege aqueles grupos que são os mais relacionados à sustentação, à sustentabilidade, à manutenção das organizações criminosas.

Então, defendo que o §5º, do art. 2º, seja removido do texto.

No §6º, do art. 2º, veda-se o auxílio-reclusão para dependentes das pessoas presas. Isso é um tipo de técnica legislativa que não contribui, Senador, ou, mais do que isso, lembro que, quando falta técnica na construção do texto, a possibilidade de criminalização e de repressão de pessoas que não necessariamente são o cerne do objetivo legislativo pode gerar consequências graves e uma dependência maior no território das pessoas que são inadequadamente criminalizadas.

Eliminaria também os incisos II, III...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Para concluir, por favor, Gabriel.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... V e VI – Ah, desculpa! –, do art. 6º, que fala do favorecimento. Aqui há uma técnica legislativa que é relacionada à Parte Geral do Código Penal que identifica a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

culpabilidade de acordo com a participação no crime. Então, quando se equiparam determinadas condutas de forma tão ampla, eu acho que gera um risco grande – e, nesse caso, já foi apontado pelo Dr. Marivaldo, pelo Dr. Bruno e pelo Dr. Glaucio – a respeito de criminalização de pessoas, inclusive de movimentos sociais ou reivindicatórios.

Também a rejeição por completo da emenda que proíbe o voto de presos provisórios. Também essa é uma garantia constitucional, e, de novo, o Estado tem que ser eficiente, e a eficiência é também a sentença condenatória transitada em julgado, e, antes dela, preservar os direitos fundamentais.

Desculpe-me por ter me estendido no tempo, encaminharemos oportunamente as contribuições.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço pela colaboração, todas elas muito oportunas.

Antecipo que os pontos do auxílio-reclusão e do direito a voto serão retirados do texto em razão da sua flagrante inconstitucionalidade, sem adentrar na discussão do mérito que cabe, mas aí, sim, através de uma proposta de emenda à Constituição.

Quero registrar a presença das diversas autoridades que passaram por aqui e ainda estão presentes, inclusive, em particular, o meu amigo Dr. Nilzir Soares Vieira Junior, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Quero registrar aqui que o Dr. Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal, justificou a sua ausência, e que as representações da Cufa e do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil não se fizeram presentes sem justificativas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço aos senhores. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e nove minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jaques Wagner, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Paulo Paim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Magno Malta e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 41ª reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2951, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3951, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1299, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CSP. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CSP-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 196, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CCJ (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2759, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e por sua reautuação como projeto de lei complementar. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), e por sua reautuação como Projeto de Lei Complementar. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 67, de 2025-CCJ, de autoria do Senador Alessandro Vieira, de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4980, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para o sistema de controle interno dos entes públicos, conforme os artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 12, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 13 da Constituição Federal para incluir a língua brasileira de sinais como um dos idiomas oficiais da República Federativa do Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e outros. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 714, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer hipóteses de denegação de liberdade provisória." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3002, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar; altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 893, de 2025 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para tratar da alegação de exceção da verdade perante comissão parlamentar de inquérito." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4752, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição n° 169, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** Aprovado o REQ 66/2025-CCJ, de autoria do Senador Zequinha Marinho, de calendário especial para a matéria. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1707, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3758, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3995, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CTFC e 2-CTFC, e contrário às Emendas nºs 7 e 8. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 5582, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao PL nº 5.582, de 2025, com o acatamento total ou parcial das emendas nº 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 36 a 43, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coletiva, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 65, de 2025** que: "Requer Aditamento de convidados da Audiência Pública sobre a PEC 10/2024" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 66, de 2025** que: "Requer Calendário Especial para a Proposta de Emenda à Constituição n° 169, de 2019" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 67, de 2025** que: "Requer urgência para o PL 2759/2024" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião Extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A ata aprovada será publicada *Diário do Senado Federal*.

O Senador Oriovisto pede a retirada do item 2 da pauta. Eu atendo ao que ele pede.

Determino à Mesa que retire o item 2.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3951, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.*

Autoria do Projeto: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2-CAE, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 26/11/2025, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3951, de 2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Recebida a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Rogério Carvalho (dependendo de relatório);

- Votação nominal.)

Vamos ao item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar eu quero agradecer, porque hoje nós temos na pauta dois projetos que são de nossa autoria. Um que é uma proposta de aperfeiçoamento de CPIs, que é terminativo e consta da pauta; portanto, eu estou agradecendo. Também o PL 4.752, do marco legal da cibersegurança, que também consta da pauta. Então, eu começo agradecendo, porque isso significa prestigiar duas iniciativas que são importantes, mas que não estão na vitrine hoje, muito embora tenhamos CPIs muito importantes em andamento.

O debate do assunto eu acho que é muito bom neste momento, mas eu peço também, nesta oportunidade, a sua atenção para os seguintes projetos que estão aí. Um eu vou pedir para desconsiderar, que é o PDL da pesca da tainha, uma vez que não é mais oportuno pedir – é o PDL 119.

Mas peço a V. Exa. que coloque na pauta o projeto de compartilhamento de postes. O senhor que é um homem especialista em ortopedia, o senhor já viu o panorama dos postes com aquela "fiozarada" embrulhada? O compartilhamento de postes é uma coisa que me persegue há 50 anos, quando eu fui Prefeito. Na época, era só a telefônica e a companhia de distribuição de energia elétrica, hoje é um novelo. E o pior é que você desativa, mas não tiram os fios. O ladrão é que tira se tiver cobre. Nós estávamos esperando que a Aneel e a Anatel chegassem a um denominador comum sobre essa matéria, mas ontem eles, as duas agências, discordaram. Enquanto isso, está tramitando esse projeto, de que eu sou Relator, que é o Projeto de Lei 3.220, do Senador Weverton – do Senador Weverton, não estou pedindo em causa própria. Mas é um assunto que infernaliza as cidades brasileiras. Tem, inclusive, ali umas fotos. Olha, aquilo ali, se fosse feixe nervoso, deixaria o neurologista e o ortopedista em pânico, mas isso faz parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também está aí o PL, este é da minha autoria, do eVTOL, dos aparelhos de decolagem e aterrissagem verticais, que já está com parecer. Só estou pedindo para colocar em pauta.

E dois pedidos finais. Primeiro, que o senhor designe um novo Relator para o projeto de alteração da composição do conselho e das organizações sociais. O Senador Jaques Wagner abriu mão de ser Relator. Foi neste momento em que ele andou em turbulência com o outro lado da sinagoga, as duas torres da sinagoga passaram uma a falar hebraico e outra a falar aramaico, e não deu certo. Eu acho que eu fui... No turbilhão, ele se desinteressou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que esperava aqui era um confronto com os palestinos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Anás e Caifás.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São os sumos sacerdotes.

Então esse é o pedido para o senhor designar um Relator.

E, finalmente, como o senhor está bem-humorado, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sempre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e a minha amizade fica feliz com isso, designe, por gentileza, um Relator para a PEC 16, que versa sobre formas alternativas de preencher o cargo de ministro do Supremo. Olha, já teve relatório de um homem que nós respeitamos. Olhe aqui. Por favor, olhe para essa frase: Antonio Anastasia foi Relator, nos deixou e, portanto, ela ficou deserta. O senhor designou a Tereza Cristina, que não faz parte da Comissão, ela deixou um texto, um relatório, que vem ao encontro dos sonhos do Senador Zequinha. Eu não sei qual é a fórmula perfeita, mas o que está acontecendo não é bom para a República.

Presidente, não é só este, escolhe alguém do seu coração, da sua confiança, e ainda vê na bula se aquela pessoa tem um prazo de validade longo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a receita em vigor. Nós podemos e devemos melhorar isso. Então, o meu pedido: designe alguém da sua confiança sobre esse assunto, neste momento em que nós estamos vivendo um interstício nebuloso; e a opinião pública está convencida de que essa forma não atende à República.

Esse é o pedido mais delicado que eu lhe faço, mas mais fervoroso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e voltarei ao assunto com V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Otto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Senador Izalci, depois o Senador Hamilton Mourão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu só quero fazer das palavras do Senador as minhas e reforçar esse pedido, realmente, para que a gente possa trabalhar essa matéria e tentar chegar a um consenso, seja a questão do mandato, seja a questão também dos critérios de escolha. Daqui para a frente, evidentemente, né? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu queria solicitar a retirada do item meia dúzia da pauta e queria a aquiescência de V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4980, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece diretrizes para o sistema de controle interno dos entes públicos, conforme os artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.)

Eu tenho que presidir uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia. Se o senhor pudesse dar uma adiantada no item 11, que é de minha relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Onze.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu atendo a V. Exa. e passo a palavra para a relatoria do item 11.

Senador Hamilton Mourão.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4752, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa.*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Indo direto à análise.

O projeto de lei em análise não apresenta vício de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e está redigido de acordo com os padrões de redação preconizados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são cumpridos. A iniciativa parlamentar é legítima; os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há reserva temática de iniciativa que importe em vício.

Sobre o mérito, o PL nº 4.752, de 2025, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros, institui o marco legal da cibersegurança com um foco pragmático: fortalecer a resiliência cibernética da administração pública em todos os entes da federação – União, estados, Distrito Federal e municípios.

As diretrizes do PL são focadas na gestão pública, incluindo a resposta coordenada a incidentes, a promoção de uma cultura de cibersegurança entre servidores, a proteção de infraestruturas críticas e a responsabilização de gestores e agentes públicos. O projeto prevê a designação de uma "autoridade nacional de cibersegurança", que será responsável por normatizar, fiscalizar e auditar, além de estabelecer padrões mínimos de segurança, cabendo ao Poder Executivo sua determinação.

O núcleo do projeto é o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital, voltado para a administração pública federal, com possível adesão de estados e municípios, comprometendo-se a desenvolver seus próprios planos locais de cibersegurança e a criar ou fortalecer equipes de resposta a incidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição enfatiza a governança de riscos das cadeias de suprimentos, em que cabe aos órgãos públicos participantes a avaliação dos riscos cibernéticos de seus fornecedores e parceiros. A autoridade nacional poderá, inclusive, criar um índice de maturidade e confiabilidade de fornecedores e restringir a adoção de soluções descontinuadas ou sem suporte.

Além disso, a criação de um mecanismo de financiamento estável é inovadora, mediante alteração da Lei nº 13.756, de 2018, pelo art. 26 da proposição, para determinar que, no mínimo, 3% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam aplicados em ações de cibersegurança. Em acréscimo, destina 2% da arrecadação das apostas de quota fixa – as apostas esportivas – para o respectivo fundo, especificamente para as ações de cibersegurança.

Portanto, a proposição demonstra alto grau de maturidade institucional e pragmatismo, sendo seu foco na resiliência da administração pública um recorte estratégico e factível, diante de ameaças cibernéticas que acontecem a cada minuto e que podem causar enormes danos às nossas infraestruturas críticas e soberania.

Merece, assim, total apoio deste Relator.

Por isso, Presidente, o nosso voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.752, de 2025, cumprimentando o Senador Esperidião Amin, que tem sido um batalhador pela causa da defesa cibernética.

É o relatório, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente, e antes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir alguns pontos em relação a essa matéria e peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo vista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... à matéria relatada pelo Senador Hamilton.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sem nenhuma objeção ao pedido de vista, que acho que é devido, quero agradecer ao Senador Mourão pela objetividade e pela profunda análise que ele fez do projeto.

E queria esclarecer, especialmente ao Senador Rogério, que eu tomei o cuidado, no texto, e o Senador Mourão também, no relatório, de respeitarmos a competência privativa do Executivo sobre criação da autoridade, a designação ou a criação da autoridade responsável pela defesa cibernética do país; ou seja, é evidente que será necessária uma autoridade, mas compete ao Executivo escolher o caminho nisso aí.

E adianto, para concluir, que existe no seio do Executivo uma discussão sobre: um, conferir à Anatel a competência; a criação de uma agência, como, por exemplo, os Estados Unidos criaram, a Argentina criou... Olha bem, o Presidente Milei extinguiu carradas de órgãos, mas criou uma agência de defesa cibernética, com US$80 milhões de dotação neste ano. Por quê? Porque há os ataques cibernéticos, é só ver o que está acontecendo de vez em quando no sistema financeiro, na rede, na malha de aviação, e acidentes com o sistema elétrico.

Então, defesa cibernética não é um romance, é uma necessidade; de forma que eu acho muito prudente o pedido de vista, aplaudo, inclusive, essa iniciativa. Será muito importante que o Governo se manifeste sobre o assunto.

Agradeço, mais uma vez, a V. Exa. por ter pautado e ao Senador Mourão pela qualidade do seu relatório.

Senador Mourão, pela qualidade do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, gostaria primeiro de cumprimentá-lo e cumprimentar também nosso querido Senador Vanderlan Cardoso, com uns óculos bonitos, depois de alguns meses de licença. Bem-vindo à Casa dos amigos!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Comprado na Sicília, eu acho. (*Risos.*)

Parece que foi usado pelo Marlon Brando no Poderoso Chefão I. (*Risos.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Quer um autógrafo?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, primeiro, só gostaria de ratificar o nosso pedido...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Zequinha, não foi uma cirurgia plástica, não, ele fez de glaucoma.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Foi, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele não fez ajuste, não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso é só brincadeira, depois... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fez num glaucoma.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Essa será a próxima, viu, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom, primeiro, gostaria de solicitar mais uma vez o requerimento extrapauta para complementar os palestrantes de hoje à tarde sobre a PEC 10, aquela da liberdade de produção e comercialização para os povos indígenas.

Segundo, Presidente, gostaria de solicitar que essa PEC 10, que vai ser analisada hoje, entre na pauta da semana próxima, da semana que vem.

Por último, quero pedir inversão de pauta para o item 11 da nossa relatoria. Tenho três compromissos bravos daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O 11?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É o 12, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O 11 foi relatado agora.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Desculpa, desculpa. Item 12.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o item 12.

Eu acato a solicitação de V. Exa. e coloco o requerimento, como pede V. Exa., para análise.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 65, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Aditamento de convidados da Audiência Pública sobre a PEC 10/2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Seria a participação da Sra. Silvia Waiãpi, ex-Deputada Federal; do Sr. José Lucas Duarte; do Sr. Ubirajara Guajajara, Cacique da Aldeia Amarante; e do Sr. Felisberto Filho, Cacique do Mato Grosso.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Zequinha Marinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

E atendo também a V. Exa. para colocar o item 12.

ITEM 12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 169, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1.

Observações: *Em 02/12/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorge Kajuru.*

V. Exa. tem a palavra para relatar a matéria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. (*Fora do microfone.*)

Este meu som hoje está revoltado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre anotar, preliminarmente, quanto ao aspecto formal, que a proposta de emenda à Constituição ora em exame foi regularmente apresentada, subscrita pelo número de Deputados Federais bastante para suprir a exigência constitucional de um terço da Casa Legislativa, na qual foi aprovada por mais de três quintos dos membros da Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, não existe, na realidade brasileira do presente momento, qualquer dos fatores impeditivos, de natureza circunstancial, ao exame de proposta de emenda à Constituição pelo Congresso Nacional, como a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

No plano material, a norma contida na PEC 169, de 2019, nos parece plenamente compatível com os princípios constitucionais da administração pública, nomeadamente aqueles contidos no *caput* do art. 37 da Constituição, pelo qual "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]".

E, no que diz respeito ao mérito, em sentido estrito, a norma proposta, além de razoável, proporcional e compatível com o interesse público, traduz em grande medida a realidade da administração pública, e, de forma responsável, mantém as exigências constitucionais para o acúmulo de cargos públicos, como a compatibilidade de horários e a sujeição ao teto constitucional remuneratório dos agentes públicos, que, no caso em tela, se aplica separadamente a cada cargo, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, o tribunal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 612.975, em 27 de abril de 2017, fixou a seguinte tese de repercussão geral: "Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público".

Quanto ao mérito educacional, a proposta é procedente, uma vez que permite ao professor ter outras experiências de atuação profissional. Isso é relevante não apenas por possibilitar que o docente, ao atuar em outros cargos, adquira novos conhecimentos, desenvolva novas competências e, eventualmente, exerça distintos papeis de liderança, com proveitos pessoais; mas também por promover, a partir dessas vivências, o aprimoramento da própria atividade de ensino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em benefício da aprendizagem dos alunos. Desse modo, embora difícil de mensurar, trata-se de efeito favorável à melhoria da qualidade do ensino, objetivo central das políticas educacionais e aspiração de toda a sociedade.

Cabe considerar, ainda, que a abertura de outras oportunidades de emprego para os professores permite que esses profissionais obtenham nova fonte de rendimentos. É notório que, nas últimas décadas, a remuneração paga aos profissionais da educação se deteriorou, na medida em que a expansão das redes de ensino implicou também o aumento de despesas e de investimentos com infraestrutura escolar e admissão de pessoal, o que passou a exercer crescente pressão sobre os orçamentos públicos, com efeitos negativos sobre os planos de carreira docentes e sua recomposição remuneratória.

Assim, sem prejuízo do esforço que devemos dirigir para tornar a carreira docente mais prestigiada e atraente, inclusive em termos pecuniários, a permissão dada pela PEC em tela abre outras oportunidades aos professores para a busca de seu bem-estar e equilíbrio financeiro.

Em suma, a mudança proposta valoriza o professor, tem efeitos potenciais sobre a melhoria da qualidade do ensino e evita a insegurança jurídica decorrente da falta de clareza na permissão que hoje se dá ao professor para ocupar outros cargos.

E, por fim, a redação da proposta acha-se conforme as regras contidas na lei sobre elaboração de normas legislativas, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e respeita o requisito da juridicidade, por dispor norma genérica, abstrata, impessoal e imperativa, além de compatível com os princípios gerais do direito e os princípios especiais do direito administrativo.

Quanto à Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Jorge Kajuru, cabe anotar, ao lado de reconhecer suas nobres intenções, que a mesma implica a adoção de um substitutivo ao quanto se acha sob exame nos termos da proposição aprovada pela Câmara dos Deputados. As mudanças propostas são expressivas, de grande vulto e, nesse passo, alteram, de forma substantiva, a proposição aprovada pela Câmara dos Deputados.

Trata-se, pois, de emenda de mérito, e tal mudança, a esta altura do processo legislativo, implicaria necessariamente o retorno da proposta de emenda à Constituição sob exame para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados, o que frustraria a vontade de todo um movimento que foi criado para aprovação desta importante mudança e que anseia pela promulgação da nova emenda à Constituição. Por tais razões, os temas veiculados pela Emenda nº 1-CCJ, do Senador Jorge Kajuru, podem ser veiculados em proposição autônoma, que merecem exame detido e cuidadoso, tal como ocorreu com a matéria aprovada pela Câmara dos Deputados e que hoje o Senado Federal aprecia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por tais razões, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

Do voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, de 2019, e votamos, quanto ao mérito, por sua aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1, desta CCJ.

Era essa a análise e o nosso voto, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Enquanto isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas defender a aprovação da PEC 169/2019 e defender a justiça, a coerência constitucional e, sobretudo, o respeito aos educadores, que diariamente constroem o futuro do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta corrige distorções históricas ao permitir a acumulação renumerada de um cargo de professor ou outro de qualquer natureza, garantindo segurança jurídica e reconhecimento a esses profissionais da educação. Os professores sempre estiveram entre as categorias que mais carregam responsabilidades e, paradoxalmente, enfrentam limitações injustificáveis impostas por um texto constitucional que não reflete a realidade atual. Atualizar essa regra é um compromisso com a valorização da educação pública, permitindo que esses profissionais possam exercer plenamente suas habilidades sem represálias, sem penalizações incompatíveis com o espírito do serviço público do Brasil.

A PEC 169/2019 é um passo decisivo para modernizar nossa Constituição e fortalecer a presença qualificada de servidores dedicados em diferentes áreas do Estado. Ao apoiá-la, reafirmamos o compromisso com aqueles que se dedicam a ensinar e a formar cidadãos.

Cumprimento aqui o ilustre Senador Zequinha Marinho pela relatoria.

Meu voto é favorável à proposta. É uma medida justa, Sr. Presidente, necessária e alinhada ao que o Brasil precisa: uma educação mais valorizada, mais forte, mais respeitada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo e agradeço a V. Exa.

Passo a palavra para o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Presidente, eu quero, mais uma vez, parabenizar a condução desta tão importante Comissão de Constituição e Justiça e os meus colegas Senadores e Senadoras.

Eu tenho muito orgulho, Senador Jayme Campos, de dizer para todo mundo que eu sou professor, mas é preciso enfrentar este tema, Senador Otto, porque hoje o piso de um professor chega a ser R$4,8 mil, e muitos municípios... Eu ontem vi, no meu Estado do Espírito Santo, um edital de concurso para professor, Senador Zequinha, com a titulação maior de doutorado, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$3,2 mil. Essa é a realidade que os professores enfrentam. Então, se ele não tiver a possibilidade de acumular cargo, ora, como ele vai ter qualidade de vida?!

E outro problema que a gente tem que enfrentar, pois passou da hora – e isto é independente de partido político –, é que 83% das escolas da educação básica não têm laboratório de ciências, 73% não têm biblioteca, 73% não têm acessibilidade, não têm quadra poliesportiva.

Os professores são subjugados, humilhados, ofendidos. Há uma renúncia, os pais estão renunciando a incutir valores em seus filhos em casa e transferem isso para o professor, como se isso fosse função do professor. E ali ele está sendo humilhado, execrado, subjugado, com esse salário que, com todo o respeito, chega a ser uma afronta à categoria de professores.

Eu tenho muito orgulho de falar sobre essa categoria, que é a docência no Brasil, mas é preciso que esses profissionais passem a ter mais dignidade, e a dignidade passa por carga horária, passa por condições de trabalho, passa por uma dignidade salarial justa, adequada, de acordo com a relevância, a extensão e a complexidade de estar dentro de uma sala de aula.

Eu quero parabenizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... também o Senador Zequinha Marinho, parabenizar todos os Senadores.

Esta PEC é um avanço já para tentar, de alguma forma, mitigar esse problema que, infelizmente, aponta no Brasil para os professores.

E quero aproveitar para mandar um abraço, parabenizar todos os meus professores da educação básica, todos os meus professores da educação fundamental, professores da minha faculdade, pós-graduação, mestrado, e agradecer-lhes, porque sem eles eu não estaria aqui como Senador. Todas as profissões passam por um professor, todas elas, e nós devemos respeito a todos esses professores. Parabéns!

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está encerrada a discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Oh, desculpe-me, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu gostaria de fazer um registro sobre esse assunto.

O senhor já foi professor?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por muitos anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, em função da sua profissão, havia uma exceção específica na Constituição. Esta aqui generaliza, por isso a importância do seu alcance.

Eu já tive que pedir demissão do cargo de professor porque não havia compatibilidade com a minha função na então companhia Telecomunicações de Santa Catarina. Eu não era engenheiro, e os engenheiros podiam, porque havia uma afinidade com o interesse da companhia; a minha não era direta. E nisso até teve um aspecto pessoal, que talvez tenha apressado o meu casamento, porque eu deixei de frequentar a faculdade onde trabalhava como secretária a minha esposa, minha companheira de vida.

Então, eu voto a favor, impulsionado, inclusive, não pelo que eu já vivi como professor, até 2011, da Universidade Federal de Santa Catarina, mas lembrando... O senhor já imaginou, em uma pequena cidade, ter um professor de Biologia, um médico da cidade? Isso é uma coisa... é uma dádiva, se ele estiver disposto. Então, essa possibilidade de aproveitar um talento, ao menos parcialmente, numa escola, é bem-vinda pela realidade de um país continental e desigual como é o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos ao Senador Zequinha, e faço minhas as palavras do Senador Fabiano Contarato, que hoje escolheu se sentar longe da ala que, segundo a sua ótica, é para a esquerda, faço minhas as palavras dele também, homenageando o professor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa. e vejo que V. Exa. fez uma transição para o bem: saiu de professor para o casamento, fez uma ótima transição, e agora é Senador da República. Que sorte.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 169.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, vou fazer uma solicitação, Presidente. Eu concedo... Me dá? Por favor. Depois eu retorno.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. vai encaminhar um requerimento de urgência, é isso, para o Plenário?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – É um calendário especial, que é um requerimento de urgência, para que a gente possa dar ao nosso professor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É calendário especial, um calendário especial?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Exatamente. Nós estamos aí no mês de dezembro, Natal, Ano-Novo, e a expectativa gerada em torno da aprovação dessa PEC é muito grande Brasil afora. Chegou a hora de a gente deixá-los passar um final de ano mais alegre, mais feliz, levando ao Plenário para que a gente possa consolidar isso, votando e aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa., então, pede que a proposta seja tramitada em calendário especial.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Especial, é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu coloco em votação a proposta de V. Exa.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, para que a PEC 169 tramite no Senado em calendário especial.

Senador Marcio Bittar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Presidente, eu solicito a inversão de pauta do item 8. Estamos construindo aqui um consenso, para, assim que eu ler o texto, a gente pedir vista coletiva. Então, eu peço ao senhor, a V. Exa., a inversão do item 8, para poder ler agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou fazer isso, mas, antes, eu queria... Não sei se o Senador Sergio Moro falou com V. Exa. a respeito de um entendimento sobre essa matéria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Sim, falamos. Eu leio, e a gente vai pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Então, eu passo a palavra a V. Exa.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 714, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer hipóteses de denegação de liberdade provisória.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações: *Em 14/10/2025 foi realizada audiência pública para instruir a matéria.*

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem, Presidente.

A questão da vista, pode ser e tal, etc., só que, assim, nós aprovamos um projeto, que foi publicado e sancionado e virou lei, na última quinta-feira, 15.272, que tem o mesmo objetivo. Então, seria interessante que o relatório que fosse apresentado, até para leitura, já contemplasse essa inovação legislativa, porque o atual não contempla. Então, talvez fosse até interessante adiar para a próxima semana, para um novo relatório, e, aí, em cima desse relatório, eventualmente pedir vista, porque tem que considerar a legislação que foi aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que o Senador Marcio Bittar tem um projeto que veio da Câmara, que ele está aqui relatando, mas houve uma alteração superveniente.

E tem uma outra questão, porque esse tema também – da audiência de custódia – está sendo pontualmente tratado no PL antifacção, que nós temos a intenção de aprovar. Então, terá também novos dispositivos, com nova redação.

Então, seria interessante talvez até esperar esse PL antifacção ser votado – e, aparentemente, existe uma ideia de convertê-lo em lei –, para que as alterações também contemplassem essas mudanças no PL antifacção.

As mudanças do PL antifacção, e eu até registro aqui os meus elogios ao Senador Alessandro, já contemplaram a mudança na 15.272 – então, ali não tem nenhum problema –, mas acho que a adequação tem que ser feita, e seria melhor, antes da leitura do relatório. Que fosse apresentado um novo relatório, já com essas observações.

E aqui ficaria a sugestão ao colega, já que está sendo também mudado no PL antifacção, que observe essa possibilidade de deixar pós-aprovação e conversão em lei do PL antifacção, para que não haja também aqui de aprovar uma lei numa semana e, na outra semana, estar aprovando um novo texto legislativo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu insisto na inversão de pauta e na leitura do texto, e, aí, pedimos vista coletiva, e eu tenho o maior interesse de fazer um texto convergente.

Estou aqui com o Deputado Federal Ulysses, aqui ao meu lado, Deputado Federal que apresentou esse projeto na Câmara Federal, que foi aprovado numa CCJ da Câmara e, depois, aprovado no Plenário da Câmara Federal. Portanto, quando essa iniciativa se deu, havia, correndo paralelo, esse outro projeto, que foi depois relatado pelo Senador Sergio Moro, de iniciativa, lá atrás, do hoje Ministro Flávio Dino.

Então, acho que não há nenhum problema. Há uma diferença apenas, e dá para fazer, numa redação, uma convergência, e eu já me proponho a fazê-la, mas eu gostaria de seguir o rito de poder ler, e aí, em seguida, a gente pede vista à matéria, e a questão do momento em que colocar em votação é uma questão de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concorda?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, eu ouvi com atenção as ponderações do Senador Sergio Moro, mas V. Exa., claro, tem todo o direito de apresentar o seu projeto, mesmo tendo alguma coincidência da legislação, que foi já sancionada pelo Presidente da República.

Então, eu passo a palavra para V. Exa. para a leitura do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, só para contribuir aqui com a fala.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, ele vai ler o projeto e vai ser dado vista... Ele vai ler o projeto, vai ser dado vista e depois de discutir, passaremos à apreciação do projeto da relatoria do Senador Alessandro Vieira.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Sr. Presidente, primeiro está claro que a nossa insistência é porque há uma diferença fundamental entre um texto e outro: em um texto, se dá ao juiz o direito, em casos A, B, C e D, de ele dar ou não a liberdade provisória; no outro texto, que é o do Deputado Coronel Ulysses, ele não faculta ao juiz, ele determina que, em determinados casos, a liberdade provisória não poderá ser concedida. Então, eu passo a ler o projeto e, em seguida, a gente pede vista.

É o relatório.

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame, com base no art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 714, de 2023, de autoria do Deputado Coronel Ulysses, que altera o art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para estabelecer hipóteses de denegação de liberdade provisória.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – O PL promove as seguintes alterações no referido art. 310 do Código:

a) modifica o *caput* para estabelecer que a audiência de custódia ocorrerá, preferencialmente, de forma presencial;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) insere o §1º-A para estabelecer que a decisão que conceder ou denegar a liberdade provisória deverá considerar, de modo fundamentado, a conduta social e os antecedentes criminais do agente;

c) altera o §2º para prever que, havendo fundados indícios de materialidade e autoria do crime, a liberdade provisória será denegada, com ou sem medidas cautelares, se o juiz verificar que o agente – e aí está a diferença –: I - é reincidente; II - já foi preso em flagrante por mais de uma vez e solto após a audiência de custódia; III - integra organização criminosa armada ou milícia; IV - porta ilegalmente arma de fogo de uso proibido ou restrito; V - praticou o crime com violência ou grave ameaça, com uso de arma de fogo; ou VI - na incidência das hipóteses previstas no art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006;

d) insere o §2º-A para prever que a autoridade policial ou o membro do Ministério Público deverá informar ao juiz, em tempo hábil, com dados concretos, caso existentes, se o acusado integra organização criminosa armada ou milícia; e

e) insere o §5º para prever que nos municípios que não possuem efetivo militar suficiente ou nos quais a saída da viatura para transporte do preso comprometa a segurança local, a audiência de custódia poderá, por decisão judicial, ser realizada por videoconferência, garantida a presença virtual do delegado de polícia, do defensor e do Ministério Público, assegurados todos os direitos do preso.

Em suas razões, o autor destaca que a ausência de pressupostos impeditivos à concessão da liberdade provisória impulsiona a percepção de impunidade na sociedade, além de aumentar o desestímulo entre os operadores do Sistema Único de Segurança Pública.

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o PL foi enviado ao Senado Federal. Nesta Casa Legislativa, foi encaminhado a esta Comissão, onde não recebeu emendas até o momento.

Em 14 de outubro de 2025, esta Comissão realizou proveitosa audiência pública, para instruir o PL, destinada a debater as alterações propostas no Código de Processo Penal relativas à denegação de liberdade provisória.

Quero, inclusive, agradecer ao Presidente Otto Alencar, que foi muito solícito em fazer essa audiência pública. Participaram da reunião o Procurador-Geral de Justiça do Acre, Danilo Lovisaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Nascimento, também Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas; o jornalista e especialista em segurança pública Roberto Motta; o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Deputado Federal licenciado Guilherme Muraro Derrite; e o próprio autor do projeto, Deputado Coronel Ulysses.

A análise.

Quanto à constitucionalidade formal da proposta, frise-se que a matéria envolve direito processual, de competência federal.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, o PL se alinha ao dever do Estado de garantia da segurança pública, previsto no art. 144 da Constituição Federal. A proposta não viola direitos fundamentais, uma vez que apenas estabelece critérios objetivos para a denegação da liberdade provisória, sem suprimir a análise judicial individualizada e sem afastar o devido processo legal.

De outra parte, não há vícios de juridicidade. A proposta inova o ordenamento jurídico, já que promove alterações relevantes no Código de Processo Penal. O PL se mostra também efetivo, pois produzirá consequências práticas importantes, trazendo critérios normativos mais rigorosos para a decisão judicial que concede ou denega a liberdade provisória. A espécie normativa é adequada, na medida em que o tema deve ser tratado por lei ordinária. Ademais, a norma é dotada de generalidade e está adequada aos princípios gerais de direito.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao seu mérito, a proposta legislativa é adequada, proporcional e digna de aprovação.

O PL nº 714, de 2023, introduz alterações no Código de Processo Penal para ampliar as hipóteses objetivas de denegação da liberdade provisória, visando reforçar a segurança pública e a confiança da sociedade no sistema de justiça criminal.

O PL propõe alterações ao art. 310 do Código de Processo Penal, que trata das medidas cabíveis após a prisão em flagrante. Nessa hipótese, a materialidade do crime e os indícios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoria já decorrem do próprio flagrante, legitimando, em casos graves, a conversão da prisão em preventiva, desde que haja decisão devidamente fundamentada.

No entanto, o Brasil convive com o crescente desafio da criminalidade violenta, potencializado por um cenário no qual indivíduos reincidentes ou vinculados a organizações criminosas são reiteradamente libertados, muitas vezes sem a devida análise do seu histórico delitivo.

Nesse caso, o presente projeto torna a legislação mais clara e completa, ao ampliar as situações em que a prisão em flagrante deverá ser convertida em preventiva, determinando...

Só um minutinho, vou esperar só um pouquinho, que a moça terminar o... (*Pausa.*)

Obrigado.

Nesse contexto, o presente projeto torna a legislação mais clara e completa, ao ampliar as situações em que a prisão em flagrante deverá ser convertida em preventiva, determinando que o juiz deverá negar a liberdade provisória quando houver indícios concretos de reincidência, de participação em milícias ou organizações criminosas armadas, de porte ilegal de armas de uso proibido ou restrito, nos casos em que o crime tenha sido praticado com violência ou grave ameaça ou na incidência das causas de aumento de pena previstas no art. 40 da Lei nº 11.343, de 2006 (Lei de Drogas).

A proposta busca corrigir uma distorção observada no sistema judicial brasileiro, em que criminosos são soltos logo após a prisão em flagrante, muitas vezes voltando a cometer delitos em curto espaço de tempo. Tal situação não apenas compromete a eficácia da persecução penal, mas também mina a credibilidade das instituições públicas aos olhos da sociedade.

O sentimento de impunidade gerado por essas decisões fragiliza a percepção de justiça, desestimula as forças de segurança e, em última instância, coloca em risco a população.

Além de garantir maior rigor na análise da concessão de liberdade provisória, o projeto se fundamenta no princípio da proporcionalidade, uma vez que não elimina por completo a possibilidade de concessão do benefício, mas a restringe a casos nos quais a periculosidade do agente seja menor e a sua reincidência não esteja evidenciada. Dessa forma, a norma mantém o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equilíbrio entre a necessidade de resguardar a ordem pública e os direitos fundamentais do acusado, sem comprometer a garantia do devido processo legal.

Ademais, a inclusão da possibilidade de realização da audiência de custódia por videoconferência, quando a logística de transporte de presos comprometer a segurança local, demonstra um avanço na modernização do processo penal. Essa inovação contribui para a eficiência do sistema e evita que a falta de estrutura em determinados municípios resulte na soltura automática de criminosos.

Em audiência pública realizada nesta Comissão, representantes de órgãos de segurança pública, do Ministério Público e especialistas convidados ressaltaram a necessidade de conciliar a eficiência da persecução penal com a proteção das garantias individuais. Destacaram, ainda, a importância de aprimorar a redação do texto legal para afastar interpretações equivocadas que pudessem sugerir prisões automáticas, e para ajustar dispositivos à realidade operacional das forças de segurança.

À luz dessas contribuições, apresentamos duas emendas de redação que, sem alterar o mérito da proposta, aprimoram sua forma e clareza ao ajustar a terminologia, corrigir pequenas imprecisões e consolidar o sentido já presente no texto original. Trata-se de ajustes exclusivamente redacionais, que tornam o projeto mais preciso e coerente, preservando integralmente o conteúdo e os objetivos aprovados pela Câmara dos Deputados.

A primeira emenda modifica a redação do §2º do art. 310 do Código de Processo Penal para suprimir a expressão – abro aspas – “havendo fundados indícios de materialidade e autoria do crime” – fecho aspas –, que se mostra redundante, já que, nos casos de prisão em flagrante, tais indícios são presumidos pela própria natureza da captura. Além disso, inclui-se no início do dispositivo a expressão – abro aspas – “ressalvada decisão fundamentada em sentido contrário” – fecho aspas –, a fim de tornar mais claro que a prisão preventiva não é automática, mas decorre de uma presunção de necessidade da custódia nos casos de maior gravidade, passível de afastamento apenas mediante decisão judicial motivada.

A emenda, portanto, não altera o conteúdo material da proposição, mas aprimora sua clareza redacional e sistemática. Ao explicitar que a custódia cautelar decorre de uma presunção de necessidade apenas nos casos mais graves – e que essa presunção pode ser afastada apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediante decisão fundamentada –, o texto busca, então, harmonizar o rigor no tratamento de delitos de maior gravidade com as garantias constitucionais da presunção de inocência, da excepcionalidade da prisão cautelar e da fundamentação das decisões judiciais. Conforme debatido na audiência pública, a formulação adotada toma inspiração no modelo italiano do *doppio binario*, no qual há uma presunção de custódia para crimes graves, passível de afastamento por decisão judicial fundamentada.

Já a segunda emenda aperfeiçoa o §5º do art. 310 do Código de Processo Penal para suprimir a previsão de participação do delegado de polícia na audiência de custódia realizada por videoconferência, pois a presença, ainda que virtual, da autoridade responsável pela prisão pode gerar constrangimento ao custodiado e comprometer a percepção de imparcialidade do ato judicial. O dispositivo passa a refletir o mesmo tratamento dado à audiência de custódia presencial, na qual não há previsão de participação do delegado, garantindo uniformidade e coerência sistemática.

Diante do exposto, a proposta legislativa mostra-se juridicamente consistente e socialmente oportuna, ao aprimorar o tratamento legal das hipóteses de liberdade provisória e reforçar a coerência do sistema processual penal. As medidas propostas contribuem para aumentar a previsibilidade das decisões judiciais, fortalecer a atuação das instituições de segurança pública e garantir maior efetividade à resposta penal nos casos de criminalidade violenta e reincidente.

O voto.

Em razão de todo o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 714, de 2023, com as emendas de redação a seguir.

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao *caput* do §2º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), alterado pelo art. 2º do PL nº 714, de 2023, a seguinte redação:

"Art.

310.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º Ressalvada decisão fundamentada em sentido contrário, a liberdade provisória será denegada, com ou sem medidas cautelares, se o juiz verificar que o agente:

....." (NR)

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao §5º do art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), alterado pelo art. 2º do PL nº 714, de 2023, a seguinte redação:

"Art.

310.....

.....

§5º Nos Municípios que não possuam efetivo militar suficiente ou nos quais a saída da viatura para transporte do preso comprometa a segurança local, a audiência de custódia poderá, por decisão judicial, ser realizada por videoconferência, garantida a presença virtual do defensor e do Ministério Público, assegurados todos os direitos da pessoa presa." (NR)

Sr. Presidente, esse é o voto.

E só queria deixar, mais uma vez, claro: a iniciativa não é minha de apresentar um projeto logo em seguida à apresentação do voto do Senador Sergio Moro no projeto anterior, não! A iniciativa é do Deputado que está do meu lado, Deputado Federal Coronel Ulysses, que apresentou na Câmara Federal, em 2023 – por ela foi aprovado. Há uma divergência entre as duas proposições. Há deste Relator toda a boa vontade de, no melhoramento do texto da matéria, acertar todos os itens que não são contraditórios com o relatório do Senador Sergio Moro, mantendo apenas a divergência principal.

A divergência principal é que, no texto aprovado e sancionado, dá-se ao juiz o direito de, em determinados casos, dar ou não a liberdade provisória. O texto aprovado na Câmara Federal cita nominalmente a reincidência, crime hediondo, facção criminosa, portador de armas de uso restrito de Forças Armadas... Nesses casos que o projeto que veio da Câmara explicita, a liberdade provisória seria denegada. E, aí, é claro e evidente que, se não houver convergência nesse texto, vai-se a voto. Mas, antes disso, há de minha parte toda a boa vontade de construir um texto que convirja o máximo possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse é o texto, esse é o meu voto.

Muito obrigado a V. Exa., mais uma vez, pela audiência pública que fizemos, com a sua aquiescência e concordância, e por ter aceito fazer a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma. Eu agradeço a V. Exa. e destaco a presença do Deputado Federal Coronel Ulysses, do União Brasil, do Estado do Acre, que está presente.

Uma coisa que me chamou a atenção – eu vou passar a palavra depois ao Senador Sergio Moro – é que V. Exa. falou, não sei se está assim no texto, que determina o juiz. Isso é o que me chama a atenção. Não sei se a letra da lei pode determinar o juiz que ele possa atender esse requisito. O juiz tem o direito de analisar aquilo que é a lei do Código Penal ou do Código Civil.

Então, eu passo a palavra ao...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Essa discussão... Eu só vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sou médico e curioso no direito, mas eu ouço muito aqueles que têm o conhecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu pensei que fosse ortopedista.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Sr. Presidente, só para terminar, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se fosse, por exemplo, uma questão anatômica, eu poderia até dar uma decisão assertiva.

Portanto, eu vou passar ao Sergio Moro, que...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Só um minutinho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... só para esclarecer mais.

Veja, essa é a divergência. E, como vai ser pedida vista coletiva, nós vamos ter oportunidade de debatê-la.

O que é fundamental é que ele foi aprovado na Câmara, pela CCJ e pelo Plenário. Portanto me parece que é absolutamente constitucional. Um projeto dá ao juiz a possibilidade de decisão. O outro diz o seguinte: em determinados casos, a lei já deixa claro. Mas isso vai ser debatido, o conteúdo, lá na frente, porque o texto diz o seguinte: "[...] § 2º Ressalvada decisão fundamentada em sentido contrário, a liberdade provisória será denegada, com ou sem medidas cautelares, se o juiz verificar que o agente...". Aí vem aquele rol, que é a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Eu agradeço. É um debate que será rico.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero aqui elogiar o Deputado do meu partido, o Coronel, pelo projeto que foi feito.

O projeto, na verdade, vai na linha do que nós aprovamos e foi convertido em lei na última quinta-feira, que é restringir soltura em audiência de custódia. Isso é fundamental para que a gente possa ter uma segurança pública mais efetiva. Inclusive foi sancionado – apesar das minhas divergências gigantescas políticas em relação ao atual Presidente da República, foi por ele sancionado.

Quando nós construímos o texto, nós tínhamos essa preocupação de evitar um vício de constitucionalidade, porque, de fato, lembrando a experiência médica de V. Exa., seria como se nós aprovássemos uma lei dizendo que é obrigatório fazer cirurgia cardíaca quando tem uma arritmia, e, no fundo, tem que deixar a decisão médica, ainda que nós possamos elencar critérios.

Por isso, nós utilizamos – e esse texto até foi objeto de debate com o autor do projeto, que era o Ministro Flávio Dino – e nós ajustamos uma referência: recomenda-se a prisão preventiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessas circunstâncias, que são idênticas ao rol que foi colocado no projeto muito bem redigido que veio da Câmara, aprovado na Câmara, e agora no relatório do nosso colega Marcio Bittar.

O problema é que a denegação da liberdade provisória já tem precedente do Supremo Tribunal Federal, quando regra equivalente foi colocada na 11.343, dizendo que a vedação da liberdade provisória, nesses termos, acaba padecendo de inconstitucionalidade. Isso foi no Recurso Extraordinário 1.338.925, com repercussão geral. Então, a matéria aqui do Supremo, a regra que proíbe liberdade provisória a presos por tráfico de drogas é inconstitucional, porque a Constituição prevê hipóteses expressas nas quais é vedada a liberdade provisória. E, quando o legislador amplia essas hipóteses, acaba incorrendo no vício de inconstitucionalidade.

Então, o problema aqui seria aprovar o projeto com essa vedação à liberdade provisória e nós eventualmente produzirmos um texto também com a inconsistência com a Constituição, quando o texto que foi aprovado lá e virou lei na última quinta-feira contorna esse óbice. E existe a questão, como nós mencionamos aqui, da prudência, que seria como ordenar um médico a fazer uma cirurgia ao legislador.

Então, deixamos ao debate, mas aproveito para colocar essa questão pública. Agora, eu tenho certeza de que tanto o Deputado Coronel Assis, como também o Senador Marcio Bittar, estão imbuídos aqui do mesmo propósito. E nesse ponto tenho que elogiar o projeto, porque realmente a audiência de custódia virou uma porta giratória para criminosos. Mas temos que adequar o projeto ao fato de que o projeto que foi feito no Senado acabou se convertendo em lei nesse meio tempo. Então, precisa ter uma adequação ao novo texto vigente, para não haver uma sobreposição ou uma contradição. E a gente não pode aprovar, numa semana, um texto que altera uma lei aprovada semana passada, fica com a insegurança jurídica.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu vou ser rápido, Presidente. Eu só quero corrigir aí, Senador Mouro, que a Constituição não veda... A Constituição fala que ninguém será levado à prisão ou nela mantido se a lei assegurar liberdade provisória com ou sem fiança. E o que esse projeto faz? Ele ressalva, ele mantém o poder discricionário do juiz, porque ele fala "ressalvada decisão fundamentada em sentido contrário", ou seja, o juiz continua tendo o livre convencimento, de acordo, analisando caso a caso, se ele vai conceder a liberdade provisória com ou sem fiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o projeto quer é dificultar, em algumas hipóteses, que essa liberdade, para não converter a prisão em flagrante em preventiva ou conceder a liberdade, que seja mais específica, de acordo com os critérios de natureza objetiva – a reincidência por porte de uso de arma restrito ou proibido e assim sucessivamente. Mas, com todo o respeito, dizer que na Constituição estão expressos os casos específicos de concessão de liberdade provisória, isso não é verdade, porque a Constituição, no art. 5º, é clara: "[...] ninguém será levado à prisão ou nela mantido [...] [se] a lei [...] [assegurar] a liberdade provisória com ou sem fiança". E é a lei infraconstitucional que vai determinar isso.

Apenas para colaborar, porque essa vai ser uma discussão interessante, mas do projeto eu também peço vista, vista coletiva acredito que seja o melhor caminho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Quem pediu a discussão?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Primeiro, eu queria só observar que o Vanderlan, com esses óculos aí, está aparecendo até Tom Cruise em Top Gun, viu? Está muito bonito.

Presidente, a lei que foi sancionada pelo Presidente da República, 15.272, no seu art. 1º, §5º, diz assim, ó: "São circunstâncias que, sem prejuízo de outras, recomendam [e isso faz toda a diferença, recomendam] a conversão da prisão em flagrante em preventiva".

Eu quero... por que que eu quero elogiar e parabenizar o autor da proposição, o Coronel Ulysses, e também o Relator da matéria, o Marcio Bittar, quando eles propõem esse texto mais explícito? Em Santa Catarina, recentemente, uma magistrada de Florianópolis liberou um cara de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fuzil e com cocaína debaixo do braço. Os motivos eu não lembro, mas, com certeza, são motivos injustificáveis. Porque uma pessoa com fuzil e cocaína vai dizer que é inocente? Ou será que a polícia militar que deixou...

Então, tem alguns casos de interpretação de que até Deus duvida. Por exemplo, Vorcaro ficou dez dias, foi preso dentro do avião, indo embora do Brasil depois de roubar bilhão. Em dez dias, está solto. Expliquem-me uma decisão dessa. Nós sabemos o porquê.

Então, os juízes estão muito liberais, talvez, estão defendendo a liberdade sob qualquer circunstância, e a população, pesquisa recente demonstra que a população não acredita e não confia no Judiciário. Como é que solta Vorcaro? Como é que solta esse cara em Florianópolis com fuzil e cocaína debaixo do braço?

Então, o Judiciário está descredibilizado, infelizmente, e, nesse caso, nós, legisladores, temos que falar assim: "Meu amigo, a tua decisão tem que ser baseada, o.k., mas tem um *checklist*. Nesse, nesse, nesse, nesse e nesse caso, nem adianta vir com interpretação de que o bandido é vítima da sociedade, que pode roubar celular para tomar cervejinha e nem que traficante é vítima de usuário. Nada disso. Não vem com esse pensamento progressista para cima de mim. Nesses casos, o senhor pode interpretar; nesses casos, o senhor não pode interpretar".

Então, eu vejo uma evolução muito boa no texto proposto pelo Coronel Ulysses e pelo Marcio Bittar, porque, realmente, nós estamos cansados, envergonhados de algumas atitudes de magistrados que envergonham o Brasil e fazem policiais nos procurarem no gabinete e falarem assim, Marcio: "Ô, Seif, nós enxugamos gelo". Eu vou lá, aí o Ministro da Justiça – por quem eu tenho, inclusive, respeito, é um professor respeitado – me diz que a polícia prende mal – prende mal –, ou seja, justificando os absurdos do Judiciário.

Então, Sr. Presidente, essa é a minha colocação, quero parabenizar Marcio Bittar pelo relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem inscrição do Senador Jaques Wagner e do Senador Marco Rogério, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria só contribuir, trazendo aqui a experiência que tive como Governador.

À época, eu criei um programa chamado Pacto pela Vida, que reunia todo mês. Eu, sempre presente na cabeceira, reunia o Governador, o Presidente da Assembleia, o Presidente do Tribunal de Justiça, o chefe do Ministério Público, o chefe da Defensoria, vários comandantes e eu lembro bem que uma das reclamações de muitos policiais é que acontecia o quê? O cidadão prendia, e, 12 horas, 24 horas depois, às vezes, um homicida passava pelo policial e dizia: "Viu aí? Eu já estou aqui", como se fosse uma ameaça.

Então, quem faz a lei somos nós, e o juiz tem o condão de interpretá-la dentro de regras.

Eu acho que o estabelecimento de critérios mais objetivos, que dificultem a eventual liberdade provisória, pessoalmente eu acho extremamente positivo. Estou falando, porque tive experiência pessoal na luta por trazer segurança pública ao Estado da Bahia. Vou repetir: era todo mês a mesma reunião, e tivemos sucesso, mas era bom, porque o Presidente do Tribunal de Justiça estava ao meu lado, e eu dizia: "Desembargador, o cidadão mora às vezes perto do meliante; prende; com 12 horas, 14 horas, 15 horas, 20 horas, o cidadão está na rua; eu não vou usar a expressão que os policiais usavam: 'Está vendo aí, seu pá-pá-pá? Eu já estou aqui de volta'". Então, tem que ter critério, porque senão desestimula o trabalho do profissional, seja da polícia militar, seja da polícia civil. Então, eu estou muito à vontade de dizer isso. Defendo os direitos humanos e tal, mas nós temos que olhar a realidade objetiva. Então, estou trazendo à baila aqui uma experiência pessoal de oito anos de Governador do Estado da Bahia.

Então, eu não li o detalhe do projeto, como há vista, mas eu acho que é positivo que a gente objetive para enrijecer a margem de interpretação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Queria pedir uma observaçãozinha aqui, rapidinho, só um minutinho.

É só o seguinte: é que a lei que foi aprovada já tem os critérios objetivos, que são os mesmos que estão sendo trazidos novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu só quero aqui pedir desculpas ao Deputado Coronel Ulysses, porque eu errei ali a referência: falei Assis, desculpe, mas Coronel Ulysses, que faz um grande trabalho como Deputado do meu partido, lá no Acre.

Então, só quero fazer essa retificação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, embora já tenha sido consignado o pedido de vista, é um tema que deve merecer de todos nós uma atenção redobrada, porque por vezes o Parlamento acaba legislando no sentido de criar regras que protejam melhor a sociedade, que deem uma resposta melhor à sociedade, e depois essa regra que foi criada aqui com a melhor das intenções é interpretada por um operador do direito que está lá na ponta, por um aplicador da lei que nem sempre vai cuidar de guardar relação com aquilo que foi o objetivo da criação da norma.

Então, veja, quando a gente cria regras em que você permite a interpretação subjetiva de quem está lá na ponta – e aí vou direcionar aqui: do delegado de polícia, do juiz que vai decidir em caso de uma manutenção de prisão, ou relaxamento de prisão, ou revogação de prisão –, isso acaba por criar esse ambiente desconfortável para a sociedade.

E aí o Senador Líder Jaques tocou num assunto que para mim talvez seja o mais sensível neste momento: o estímulo ou o desestímulo do policial que está no dia a dia no enfrentamento ao crime. É porque o policial tem esta sensação: "Ah, mas eu estou aqui, estou me expondo, estou colocando em risco a minha vida, a vida da minha família, para, horas depois ou dias depois, alguém que tenha proteção da função vá lá e dá uma decisão...". E esse está às escondidas, não está visível, não é a face visível da repressão ao crime e tem um aparato de segurança muito maior, com raríssimas exceções.

Agora, o projeto... E eu confesso aqui que, entre os dois textos, eu prefiro a versão trazida pelo Senador Marcio Bittar, no relatório que ele apresenta, embora eu concorde com os argumentos que estão sendo apresentados aqui pelos colegas Senadores que divergem de que o ideal seria o contrário. O ideal seria realmente criar circunstâncias que recomendam a preventiva. O ideal seria esse. Agora, esse ideal, no campo prático, naquilo que a gente verifica no dia a dia, não está funcionando, porque os requisitos da preventiva já existem. Ora, aqui, nos dois textos... Um veda a liberdade provisória em casos de... O outro cria circunstâncias que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendam a preventiva. Bom, em um, você deixa no campo subjetivo do magistrado que está lá na ponta. No outro, diante de critérios objetivos, você diz: "Olhe, reincidência, crimes gravíssimos, graves, nas circunstâncias tais...". E aí, nas circunstâncias aqui, no pedido de vista, se tiver espaço para "não, esse ponto aqui não deveria entrar ou aquele não", o.k., vamos discutir. Agora, entre a proposta que deixa no campo subjetivo a decretação ou não da prisão ou a manutenção ou não dela... Eu prefiro ficar, neste momento, com o que veda a liberdade provisória, embora a liberdade seja regra, em razão do que se verifica Brasil afora. Hoje, virou um território, realmente...

E aí, com todo o respeito... Fala-se: "Ah, a culpa é do Legislativo, que não legisla, a culpa é do legislador que deixam leis frouxas". Não! Não são leis frouxas, são julgadores que relativizam aquilo que foi a vontade do legislador, porque o que o legislador presume, quando ele vai colocar uma regra... E aí, com todo o respeito, aqui, ao meu colega Sergio Moro, que foi um grande magistrado, nem todo magistrado, quando vai aplicar uma regra como essa, aplica com a intenção realmente republicana de proteger a sociedade ou de reconhecer o direito daquele que está submetido a julgamento. Então, diante da realidade que se impõe no Brasil hoje, da violência que cresce a cada dia, eu sou obrigado, forçosamente, a concordar com o texto que está sendo trazido, que é um texto mais duro, mais restritivo, mas não vai ficar o Parlamento com aquela pecha: "Ah, é o Parlamento que faz leis frouxas". Não! Em razão dessa visão deturpada de quem está na ponta operando o direito na prática, eu acho que nós temos que optar por uma regra clara, objetiva, que diz: "Esse pode ter liberdade provisória, e esse não pode, a depender das condições do crime que cometeu". Portanto, eu fico com a versão, nesse caso, do Senador Marcio Bittar.

Vou aguardar o prazo de vista. E, se for possível fazer a conciliação dos dois textos, eu estou de acordo, mas dentro dessa premissa de que nós não podemos deixar margem para uma interpretação que relativiza para o criminoso contumaz.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin; depois, Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só quero fazer uma pequena colocação, especialmente ao autor do projeto.

Eu também estou cansado, como Governador que fui, e como cidadão, como Parlamentar estou cansado de ouvir isto: "prendeu mal", ou seja, a polícia prende mal, circunstancia de maneira imperfeita a razão da prisão. Agora, acho que o texto que determina, como a V. Exa. falou, que seria o texto de prescrição, de peremptoriedade – está certo isso? –, peremptório, quando permite que haja fundamentação, Senador Marcio Bittar, "tem que prender, salvo decisão fundamentada"... Com o "salvo decisão fundamentada", o Inquérito 4.781 está sendo prorrogado desde 2019. A cada 90 dias, ele é prorrogado por mais 90 ou 120 dias, ou seja, a inquisição também foi, e esta que nós estamos vivendo também – a que existiu e a que existe –, por decisões fundamentadas, que não têm nem o dom da exatidão e, muitas vezes, não têm a boa-fé da intenção.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Seif, o Senador Mecias está inscrito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... manifestar a minha opinião e o meu apoio ao projeto e ao parecer trazido pelo Senador Marcio Bittar, até porque eu acredito que a gente precisa ousar, a gente precisa ser mais severo, já que o Ministro da Justiça diz que a polícia prende mal e outros dizem que a lei é frouxa, quando, na verdade, eu também não entendo assim. Eu entendo que a Justiça solta mal – solta mal. A polícia não prende mal, a polícia prende bandido. O problema hoje é que a polícia já tem até medo de prender traficante, porque eles são soltos imediatamente, os bens dos traficantes são liberados imediatamente.

Na casa de um produtor rural, o Ibama toca fogo e nada acontece, queima a casa de um produtor rural e nada acontece. O Ibama invade uma fazenda e nada acontece. A máquina, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trator agrícola na fazenda é apreendido e queimado, os bens dos traficantes são imediatamente liberados.

É a polícia que está prendendo mal ou é o Judiciário que está soltando mal? Não dá mais para saber. Ou a gente ousa fazendo leis, que é o nosso papel... E, normalmente, há as interpretações absurdas e ousadas do Judiciário, que termina por dizer que todas as leis são inconstitucionais porque contraria a vontade deles.

Em função disso, com a devida vênia, eu também manifesto o meu parecer, minha opinião favorável ao projeto e ao relatório do Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, esta aqui é a Comissão... As madeixas do Senador paraibano Veneziano Vital do Rêgo me impedem de olhar para V. Exa, mas vamos lá.

Presidente, essa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Se eu tivesse esse cabelo...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, se eu tivesse esse cabelo, rapaz, meu Deus do céu... (*Risos*.)

Presidente, falando sério agora...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, mas não é tão belo quanto as madeixas paraibanas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... preciso que V. Exa. que retorne à ordem, porque o Senador Contarato está querendo o cabelo do Veneziano. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cuidado com Dalila, hein, Sansão! Vai cortar teu cabelo, vai perder tua força. (*Risos.*)

Presidente, esta Comissão é a mais importante do Senado Federal, com todo o respeito às demais, e, neste momento, com os personagens políticos que aqui se encontram... Posso mencionar V. Exa., que é o nosso decano; o Senador Jaques Wagner, que é um homem público com uma história; o Senador Esperidião Amin, que só não foi Presidente da República; nós temos aqui o Senador Sergio Moro... Já foi? Ah, não, está aqui. Temos o Sergio Moro, que foi um personagem também importante do Judiciário brasileiro.

Eu queria comentar com o senhor que, no dia 12 do mês... Ah, o Senador Eduardo Braga, a mesma coisa.

Mas, no dia 12 de novembro, nós tivemos aqui uma sabatina do PGR Paulo Gonet, e eu fui o primeiro a argui-lo. E uma das questões em que nós tocamos, naquela audiência, uma arguição minha para o então sabatinado, foi sobre a questão de uma ADPF, a de nº 1.259, que evocava, trazia para o PGR as funções que são atribuídas ao Senado da República, como, por exemplo, o afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Como o Senador Esperidião Amin acabou de comentar sobre o "inquérito do fim do mundo", eu só queria aproveitar para dizer o seguinte: uma decisão, neste momento, do Exmo. Ministro Gilmar Mendes, viola o art. 52; tira do cidadão o direito de denunciar ministro, contrariando a Lei 1.079; impõe um quórum de dois terços para recebimento de denúncia, sem qualquer base constitucional; e declara inconstitucional afastamento previsto em lei.

Presidente, então, o que nós estamos falando: infelizmente, o Judiciário, hoje, pega a Constituição e interpreta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... ao seu bel-prazer, desrespeitando completamente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Silêncio aí ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... desrespeitando completamente o Senado.

E aqui eu queria fazer um alerta para V. Exa., a quem respeito demais: nós, enquanto Senadores da República e com os poderes atribuídos em 1988 pela Constituição Federal, precisamos nos manifestar, de forma conjunta, sobre esses abusos e esses absurdos que estão ocorrendo não contra nós, mas contra aquilo que o Supremo deveria zelar, que é a Constituição Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Da matéria que foi relatada pelo Sr. Senador Marcio Bittar, foi pedida vista coletiva. Concedo a vista coletiva.

Vamos passar ao item 1...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que é um turno suplementar.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.*

Autoria do Projeto: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecida emenda, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, pelo art. 284 do Regimento Interno.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Trata-se do seguro rural. Foi uma matéria encaminhada pela Senadora Tereza Cristina, autora, e relatada pelo Senador Jayme Campos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu me dirijo a V. Exa. pedindo encarecidamente a sua compreensão. Eu estou com três audiências fora do Congresso e o item que eu relataria é o item 14.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Portanto, é pouco provável que nós tenhamos nessa próxima hora, inclusive, porque temos outros projetos que estarão sendo relatados, entre os quais um de suma importância, o item 5... Eu queria pedir a V. Exa. que orientasse a competente Secretaria da CCJ para colocarmos na próxima semana, se possível for, como item 1. Muito grato. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se V. Exa. quiser fazer a relatoria agora, eu também concedo a palavra a V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mas aí eu vou atrapalhar, aí os companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque nós temos aí o Senador Alessandro...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Temos o item 5. É, exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que vai relatar o projeto antifacção.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É, é o quinto. Aí eu estaria sendo deselegante para os companheiros que já estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, retirado de pauta, para a próxima sessão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o item 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 3758, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.)

Retirado de pauta para que seja o item 1 da próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pedi vênia aqui ao Senador Alessandro Vieira, porque entendo que o projeto antifacção será amplamente debatido, pela sua importância. E eu tenho um projeto muito simples, que é o item 15 da pauta, que é um projeto sobre governança. Se V. Exa. pudesse fazer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. já tinha...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pedi a inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... falado antes, e agora faz a questão de ordem e eu atendo a V. Exa.

(É o seguinte o item:

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 3995, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CTFC e 2-CTFC, e contrário às Emendas nºs 7 e 8.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor;

- Foram recebidas as Emendas nºs 7 e 8, de autoria do Senador Jorge Seif.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu agradeço, Sr. Presidente. E vou direto, inclusive, ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.995, de 2024, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A proposição se aplica ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto institui princípios, diretrizes e mecanismos de governança pública. Trata também do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, cujos instrumentos principais são a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; os planos nacionais, setoriais e regionais; e o plano plurianual (PPA) da União.

Nesta CCJ, o projeto recebeu duas emendas, ambas do Senador Jorge Seif, nosso ilustre colega.

A Emenda nº 7 propõe modificar o conceito de alta administração contido no projeto.

E a Emenda nº 8 é para contemplar, juntamente com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Estratégia Nacional de Defesa.

Análise.

A proposição satisfaz o requisito de juridicidade, regimentalidade e constitucionalidade formal e material, nos termos da Constituição.

Quanto à iniciativa, não vislumbramos qualquer mácula.

Entendemos que o projeto ora sob análise se insere nesse movimento histórico e traduz os valores introduzidos pela Emenda Constitucional nº 19, 1998, de desvencilhar o Estado brasileiro das disfunções do paradigma da administração pública burocrática, ao exigir do poder público não apenas conformidade procedimental, mas resultados concretos, metas claras e avaliação de desempenho.

Nessa esteira, ao atribuir à alta administração a responsabilidade direta pela implementação dos mecanismos e práticas de governança, o PL reflete uma concepção moderna de liderança pública, segundo a qual a eficiência e a integridade da gestão dependem da atuação comprometida e exemplar das instâncias superiores.

Além disso, ao exigir que a atuação governamental seja guiada por instrumentos de planejamento de médio e longo prazo articulados com o PPA, o projeto garante continuidade administrativa, coerência entre metas e orçamento, bem como avaliação sistemática de resultados, reduzindo a descontinuidade de políticas e o desperdício de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, sob o prisma do papel da auditoria interna governamental, o PL consagra a eficiência ao reforçar a função estratégica dessa atividade e alinhá-la ao alcance dos objetivos institucionais dos órgãos e entidades da administração pública. No mesmo sentido, é importante sublinhar a concepção do controle interno como instrumento de prevenção e de melhoria contínua da administração, e não apenas como mecanismo sancionatório.

O PL também supre lacuna normativa do art. 174, §1º, da Constituição, ao dispor sobre um planejamento de longo prazo para o país. A previsão de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com horizonte de 12 anos, representa avanço significativo na institucionalização do planejamento de longo prazo, atendendo à exigência de estabilidade e previsibilidade para políticas públicas estruturantes.

No que diz respeito às emendas aprovadas pela CTFC, entendemos que bem procedem aos respectivos ajustes meramente redacionais, sem nenhuma alteração de mérito.

Passando ao exame das emendas apresentadas nesta CCJ, entendemos, quanto à Emenda nº 7, que a delegação ao Poder Executivo, pela via de regulamento, pode ampliar em demasia o escopo de alta administração. No que tange à Emenda nº 8, a despeito dos sólidos argumentos do ilustre Senador na respectiva justificação, entendemos que a temática da Estratégia Nacional de Defesa escapa ao presente debate, devendo ser tratada separadamente em projeto específico. Portanto, não discutimos o mérito, entendemos apenas que isso deve ser tratado num projeto específico por se tratar de uma área tão específica da administração que é exatamente a Estratégia Nacional de Defesa. Assim, pugnamos pelo não acolhimento das duas emendas de mérito apresentadas perante a CCJ.

O voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 3.995, de 2024, e, no mérito, por sua aprovação, com as Emendas nºs 1-CTFC e 2-CTFC, rejeitadas as Emendas nºs 7 e 8.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E coloco a matéria em discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, eu vou pedir vênia ao Senador Eduardo, mas eu precisava pedir vista só para que o Ministério da Gestão pudesse se debruçar um pouco mais sobre a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o Senador Jaques Wagner, concedo vista à matéria – é o item 15.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Atendendo a Senadora Eliziane Gama...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Eu só quero, pela ordem, agradecer ao Senador Eduardo Braga pelo acolhimento das nossas emendas. E eu faço coro, então, com o Senador Jaques Wagner para a vista ser coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vista coletiva.

Senadora Eliziane Gama, para relatar o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o testamento emergencial.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, eu pediria permissão de V. Exa., por economia processual, para que a gente vá direto aqui ao mérito.

É o Projeto de Lei nº 196, de 2024, da Deputada Laura Carneiro, que altera o art. 1.879 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que é o Código Civil, para dispor sobre o testamento emergencial.

Quanto a seu mérito, o PL é digno de aplauso, pois demonstra sensibilidade prática ao buscar preservar a função excepcional do testamento de emergência – qual seja a de permitir disposições momentâneas em situações extremas –, ao mesmo tempo em que visa a evitar a perpetuação indefinida de atos testamentários provisórios, oferecendo previsibilidade jurídica a herdeiros, credores e aos próprios órgãos registradores.

Além disso, a solução proposta equilibra dois valores essenciais: a proteção da vontade do testador e a segurança jurídica coletiva. Ao estabelecer prazo razoável para a confirmação daquela disposição de vontade expressa em circunstância excepcional, o projeto, se aprovado, tende a reduzir riscos de fraudes e litígios posteriores, incentivar a regularização tempestiva do testamento pela via ordinária, quando possível, e reafirmar o caráter excepcional do testamento emergencial. Consistirá, assim, em incremento normativo tendente a conciliar flexibilidade em situações de urgência com a necessária certeza das relações patrimoniais, atendendo tanto o interesse privado quanto o interesse público.

A técnica legislativa empregada na proposição merece algumas ressalvas, a começar por certa carência de precisão na redação cogitada para o *caput* do art. 1.879, em contradição com o art. 11, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar 95. Realmente, do modo como redigido, o dispositivo conduz à interpretação de que a ausência de testemunhas é uma das condições para a realização do testamento de emergência, em conjunto com a escrita...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... de próprio punho e a assinatura do testador, quando, em verdade, tal ausência consiste na própria contingência que torna imprescindível a opção por essa modalidade de testamento.

Também a precisão é minada no parágrafo único cogitado pelo projeto para o art. 1.879 do Código Civil, mas desta feita por uma falta perpetrada, por razão oposta contra a alínea "b" do inciso II do art. 11 da LCP nº 95, de 1998, pois o que se constata aqui é o emprego de uma mesma palavra para referir-se a fenômenos distintos entre si, o que sabota a devida interpretação do texto.

Com efeito, a expressão “confirmação do testamento” à qual passará a se referir o novel dispositivo (parágrafo único do art. 1.879) figurará como sendo uma espécie exótica desse gênero de confirmação, em toda a sistemática prescrita, no Livro das Sucessões, para a elaboração e ratificação de testamentos, porquanto traduzirá um ato de iniciativa do próprio testador, e anteriormente a seu falecimento.

Isso destoa da forma de corroboração adotada para os demais tipos de testamento elaborados em situações de premência, quais sejam os testamentos especiais, cuja possibilidade de caducidade, aliás, é fonte de inspiração para a modificação ora aventada pelo PL 196, de 2024, para o testamento particular. Por isso, cremos que, também na hipótese do testamento particular de emergência, deve-se explicitar que o ato que o corrobora há de ser a feitura de um novo testamento, em uma de suas formas ordinárias.

Portanto, Presidente, o voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 196, com a seguinte emenda de redação:

> [...]
> "....
> Parágrafo único. Caducará o testamento de emergência, se o testador não morrer sob as circunstâncias excepcionais que justificaram sua elaboração, nem testar na forma ordinária dentro de noventa dias, contados do fim das referidas circunstâncias." (NR)

É esse o voto, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com Emenda nº 1, da CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Item 13, Senadora Eliziane Gama.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1707, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, muito obrigada.

Com a sua permissão, vou direto à análise...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... mais uma vez, por economia processual.

É o Projeto de Lei nº 1.707, de 2025, da Presidência da República, que dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Indo direto à análise, do ponto de vista constitucional, a proposição é formalmente legítima. A matéria se insere na competência legislativa da União, por tratar de normas gerais sobre contratações na administração pública.

Além disso, por se tratar de matéria que pode ser veiculada em lei ordinária, de iniciativa do Poder Executivo federal, não há vício de iniciativa nem afronta a cláusulas de reserva de lei complementar.

Sob o aspecto material, o conteúdo da proposição é compatível com a Constituição. A proposta respeita os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, especialmente ao prever mecanismos de transparência e controle mesmo em regime excepcional.

No tocante a esses princípios, o texto busca equilibrar dois valores constitucionais em tensão: de um lado, a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público; de outro, o controle da legalidade e a proteção do patrimônio público. Assim, reconhece que, em contextos de calamidade, a rigidez dos procedimentos ordinários de contratação pode inviabilizar respostas rápidas a situações emergenciais, sobretudo nas áreas de saúde e assistência social, em que as OSCs desempenham fundamental.

Direto ao voto, portanto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.707, de 2025.

Esse é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Para discutir, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Presidente, eu vou pedir vista dessa matéria.

Embora tenha um mérito em si, me parece algo que precisa de uma reflexão um pouco mais detida, em face do risco de se utilizar de um instrumento que tem boas motivações, mas criando um ambiente onde você pode favorecer, onde você pode fragilizar o controle, onde você pode ter a expansão do papel do Estado de maneira discricionária.

Enfim, eu não quero entrar no mérito da discussão agora, porque o pedido de vista é justamente para isso, e pode ser até que eu me convença de que esse seja o instrumento adequado, mas eu tenho a preocupação de que isso não seja um passe livre, porque o decreto de calamidade ou decreto de circunstâncias nem sempre obedece aos requisitos mais republicanos. Então, é preciso ter cautela com relação a esse tipo de situação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Tudo bem, Presidente, até porque é regimental esse pedido de vista. Então, fica para a semana que vem.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom. Concedida a vista, fica para a sessão do dia 10 de dezembro – vista coletiva.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria só de pedir também que o item 9 pudesse ser pautado, se assim o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, nós estamos com o Senador Alessandro Vieira na fila.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu já fico do lado dele, aqui para... (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É porque o Alessandro é bom; então, o debate vai ser muito intenso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Diga-me, Senador Presidente, como é que eu posso recusar o pedido da Eliziane e da Augusta Brito. Eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é. Por isso eu provoquei V. Exa., na certeza de que V. Exa. abriria mão para a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3002, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; e dá outras providências.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Educação e Cultura, cabendo à última a decisão terminativa.*

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer aqui a V. Exa., agradecer também ao nosso Senador Alessandro Vieira, e quero pedir aqui para já fazer a leitura do relatório a partir da análise. (*Pausa.*)

Concedido, então, eu vou começar aqui a leitura do nosso relatório.

Nos termos regimentais, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas e, quanto ao mérito, opinar sobre as matérias de competência da União que não sejam da competência das demais Comissões desta Casa.

A matéria observa a constitucionalidade: compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal – CF), bem como legislar para estabelecer normas gerais aplicáveis a todos os entes federativos sobre educação e ensino, proteção e defesa da saúde e proteção à infância e à juventude (art. 24, incisos IX, XII, XV e §1º, CF).

Note-se ainda que a matéria não se insere na competência privativa de outro Poder, notadamente do Poder Executivo (art. 61, §1º, CF), tratando-se, na verdade, de criação de política pública, tema cuja iniciativa pode ser de qualquer membro do Congresso Nacional, no âmbito da iniciativa legislativa geral prevista no art. 61, *caput*, da Carta Magna.

Dúvida pode surgir, contudo, quanto ao fato de o projeto, que é de autoria parlamentar, estabelecer certas competências ao Ministério da Educação, órgão do Poder Executivo, e ao FNDE, autarquia vinculada ao Poder Executivo. Desse modo, é salutar, para evitar arguições futuras de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, consignar no texto, de forma mais geral, que essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competências serão exercidas pela União, diretamente, ou por meio de entidade federal que tenha como atribuição captar e canalizar recursos financeiros para o financiamento de programas de alimentação escolar.

Por outro lado, o projeto atende à juridicidade e à regimentalidade. Não há ofensa aos princípios jurídicos ou à organicidade do sistema jurídico, nem desrespeito aos comandos regimentais do Senado Federal.

Além disso, ressalvados pequenos ajustes detalhados adiante, a técnica legislativa está atendida, com observância aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, temos que o projeto cuida, em resumo, dos seguintes temas: Política Brasileira da Alimentação Escolar (Pbae); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Conselhos de Alimentação Escolar; repasse de recursos orçamentários da União, para a execução do Pnae, aos estados, ao DF, aos municípios e às escolas federais; competência dos entes estatais para a execução da Política Brasileira da Alimentação Escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar; incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural; e educação alimentar e nutricional.

Note-se que o exame de mérito de tais temas compete ou à CE ou à CRA, nos termos regimentais. Assim, em respeito ao art. 101, inciso II, também do nosso Regimento Interno, que ressalva do âmbito desta Comissão a opinião sobre o mérito de matérias da competência temática de outras Comissões, deixaremos para as Comissões seguintes a análise mais aprofundada de mérito da presente proposição.

Não obstante, entendemos pertinente realizar, neste momento, alguns ajustes de forma e técnica legislativa que visam a melhor sistematizar a organização legal da matéria.

O art. 27 do projeto revoga os arts. 1º a 21 da Lei nº 11.947, de 2009, que tratam hoje da matéria objeto do presente projeto de lei, o qual, por sua vez, incorpora, de maneira geral, as disposições que declara revogar naquela lei. Todavia, entendemos ser mais adequado manter em vigor os mencionados dispositivos da citada lei, que já dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar, em vez de incluir aquelas regras na proposição ora em análise. Com isso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fim de evitar duplicidades, será preciso suprimir deste projeto, além da mencionada cláusula de revogação, os dispositivos que sejam equivalentes aos artigos daquela lei que não serão mais revogados.

Em suma, o substitutivo apresentado estabelece normas gerais sobre a Política Brasileira da Alimentação Escolar e os Conselhos de Alimentação Escolar, consolidando a alimentação escolar como direito fundamental e dever do Estado, sem revogar os dispositivos da Lei nº 11.947, de 2009, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Por fim, para dar maior sistematicidade, optamos por consolidar as alterações mencionadas neste parecer no substitutivo que ora apresentamos.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.002, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do substitutivo apresentado.

Era isso, Sr. Presidente, e já agradeço novamente a compreensão e a parceria de V. Exa. sempre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CCJ, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 5 da pauta foi apresentado pelo Senador Vanderlan Cardoso.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2759, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a utilização dos recursos das emendas parlamentares individuais do tipo transferências especiais, previstas no art. 166-A da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e por sua reautuação como projeto de lei complementar.

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, cabendo à última a decisão terminativa.*

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira, a quem eu passo a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. É um projeto extremamente meritório, apresentado pelo Senador Vanderlan Cardoso, que está fazendo aqui um esforço, se recuperando da cirurgia, para estar presente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe foram submetidas. De igual modo, os aspectos de mérito jurídico da proposição são passíveis de exame por este Colegiado, e o fato de que outras Comissões atuarão também no feito permite que essas abordem, por igual, aspectos técnicos e suas respectivas competências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso concreto, a atual latência de comandos exarados pelo Supremo Tribunal Federal em ações de controle abstrato de constitucionalidade e ainda não contempladas na legislação confere especial protagonismo às ponderações de natureza jurídico-constitucional, que são a essência da intervenção desta Comissão.

Desde logo, não há qualquer vício de inconstitucionalidade no projeto apresentado pelo colega Vanderlan. O Congresso Nacional tem competência para legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive finanças públicas, conforme preveem o inciso I e o *caput* do art. 48 e o inciso I do artigo 163, ambos da Constituição. Este último dispositivo permite, inclusive, a edição de norma geral nacional sobre a matéria. Ademais, o objeto do PL não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, elencadas no §1º do art. 61, também da Constituição.

O PL igualmente satisfaz todos os requisitos de juridicidade, pois, além de se harmonizar com as normas vigentes, apresenta os requisitos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade.

Desse modo, o PL está vazado em boa técnica legislativa, atendendo ao disposto na Lei Complementar 95, de 1998.

Quanto à espécie legislativa, a Constituição exige, para regulação de matéria relativa a emendas parlamentares e finanças públicas, lei complementar. É por isso, precisamente, que o veículo escolhido pelo Congresso Nacional para positivar regras sobre emendas parlamentares foi a Lei Complementar nº 210, de 2024. Uma lei complementar, ademais, será a única forma pela qual comandos relativos a emendas incorporem-se à legislação nacional, gerando efeitos, em termos de regras gerais, para os entes subnacionais, considerando o mandamento inscrito no art. 163, inciso I, da Carta Magna.

Devo ressaltar que o presente projeto foi apresentado como lei ordinária e esta discrepância não decorre de erro do autor. O projeto foi protocolado em 5 de julho de 2024, enquanto o tratamento pelo Congresso Nacional da regulação das emendas por meio de lei complementar só foi formalizado em 25 de novembro. Assim, não teria o autor como prever, na época que fez a propositura, que o encaminhamento ideal deveria ser feito via projeto de lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conseguinte, cabe propor desde logo a conversão desta proposição em projeto de lei complementar, por meio de sua reautuação como tal, alterando o diploma legal que hoje dispõe sobre a matéria.

Aí faço a exposição aqui demonstrando sobre a viabilidade dessa adequação: conversão de ordinária em projeto de lei complementar.

Como o projeto não prevê, direta ou indiretamente, medida que ocasione aumento de despesas públicas, não cabe fazer análise de seu impacto orçamentário-financeiro, como dispõe a própria LRF, além do art. 113 do ADCT.

No mérito, devo saudar a oportunidade e, ouso dizer, a coragem do autor, Senador Vanderlan Cardoso, em propor medidas rigorosas que abordem de maneira frontal os inúmeros problemas trazidos ao ordenamento jurídico e à boa gestão das finanças pela figura das "transferências especiais".

A valiosa iniciativa do autor permite-nos, agora, ampliar o alcance de sua intervenção, incorporando não só os aperfeiçoamentos que propõe, mas também os efeitos das sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal prolatadas ao longo do ano de 2024 em ações de controle abstrato de constitucionalidade que envolvem precisamente as emendas parlamentares, nomeadamente, a ADPF 854, e as ADIs 7688, 7695 e 7697. Trata-se aqui de princípios e procedimentos fundamentais no âmbito da transparência e do equilíbrio entre Poderes, emitidos como interpretação conforme à Constituição, que não podem e não devem ser ignorados por nenhuma proposição que vise, como é a ação do Senador Vanderlan, aperfeiçoar o tratamento do tema.

Em síntese, nosso parecer contempla um substitutivo que incorpora à Lei Complementar nº 210 as melhorias contidas no projeto original, complementadas por sugestões colhidas junto às organizações da sociedade civil, ao Tribunal de Contas da União, e também aos princípios e disposições expressamente constantes das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Incorporamos no substitutivo proposto praticamente todo o conteúdo da proposição original, na forma de atualizações e aperfeiçoamentos ao texto da Lei Complementar nº 210. Após definir com precisão, no novo art. 1º-A, expressões e conceitos que atualmente estão dispersos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em normativos e espaços, o art. 1º-B proposto contempla, de forma literal, a enunciação de princípios relativos às emendas parlamentares que foram objeto de interpretação do Supremo Tribunal Federal. As diferentes deliberações da Suprema Corte, nessa e nas outras ações, servirão também de parâmetro para a definição concreta de muitos dos procedimentos nos dispositivos seguintes do substitutivo. Em seguida, o art. 1º-C enfrenta a questão da disseminação das práticas de emendas impositivas e transferências especiais para os governos subnacionais, o que amplifica os riscos verificados no Orçamento federal e estende-os para ambientes ainda menos estruturados administrativamente, mais frágeis quanto ao controle e transparência. Evidentemente, não se pretende transpor todas as normas da Lei Complementar nº 210 para os estados e municípios, pois muitas delas tratam de procedimentos internos dos Poderes federais. O que se faz nesse artigo é estender aos entes subnacionais os princípios gerais constitucionais e os dispositivos operacionais relativos às transferências especiais e às regras universais de transparência, rastreabilidade e prestação de contas.

Algumas correções pontuais feitas em artigos da Lei Complementar nº 210 corrigem obscuridades ou incorporam práticas que hoje constam apenas nas leis de diretrizes orçamentárias. Exemplo: no art. 2º, fica esclarecido que a apuração do valor da chamada parte independente da emenda de bancada é feita com base no valor total da emenda sancionada; no art. 5º, reescreve-se o rito das indicações das emendas de Comissão no Congresso Nacional para adaptá-lo aos princípios gerais e operacionais de transparência e rastreabilidade adiante formulados e já reconhecidos pelo Supremo; no art. 10, ao tratar de impedimentos técnicos, remete-se os limites mínimos de transferências especiais aos valores correspondentes à dispensa de licitação da Lei de Licitações, Lei nº 14.133, de 2021, e cria-se em caráter permanente uma nova hipótese de impedimento quando o autor da emenda retira a indicação antes dos recursos correspondentes serem empenhados.

A seção relativa a transferências especiais, Sr. Presidente e colegas, que são o foco principal do projeto original, é profundamente reformulada. Corrigimos o art. 7º, de acordo com decisão expressa do Supremo Tribunal Federal e com o próprio projeto, para atribuir ao beneficiário da transferência o papel de indicar o respectivo objeto, ao que corresponderá a obrigação de informação prévia bastante detalhada do planejamento da execução no sistema de transferência, no caso da União, a plataforma Transferegov.br, na forma de plano de trabalho e demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações correlatas, que deverão ser examinados e aprovados pelo órgão repassador como condição prévia para a transferência de quaisquer recursos. De todo modo, não se perde a autonomia do Parlamentar sobre o objeto da transferência. Se, eventualmente, houver discrepância em relação ao objeto solicitado pelo beneficiário, o Parlamentar poderá retirar a indicação antes do empenho da despesa, o que impediria sua execução. Explicitamos ainda a possibilidade de que várias transferências especiais, bem como outras modalidades, se somem para custear um mesmo objeto de maior valor, exigindo-se, nesse caso, que os planos de trabalho descrevam a totalidade do objeto e a parcela de financiamento correspondente a cada emenda indicada, e que a execução financeira de cada uma delas seja independente.

A essa prerrogativa de indicar o objeto corresponde para o beneficiário a obrigação de prestação de contas das transferências mediante relatórios de gestão anuais, por eles inseridos no mesmo ambiente computacional. Estes relatórios deverão ser analisados pelo órgão repassador, e, em caso de irregularidade, como, por exemplo, descumprimento do plano de trabalho, serão julgados pelo controle externo jurisdicionante do órgão transferidor – no caso aqui, verba federal, Tribunal de Contas da União. A competência fiscalizatória, portanto, é dessa instituição de controle externo, embora seja compartilhada com o respectivo controle interno, e em caráter de colaboração eventual com o controle interno e externo do beneficiário. Ainda nesta seara, corrige-se a atual exigência de que o beneficiário informe diretamente os tribunais de contas e legislativos sobre o recebimento de recursos, o que é desnecessário, pois o registro de documentos de transferências pelo sistema *online* de transferências já permite que essa informação seja acessada diretamente e com maior precisão através de acesso a consultas ao sistema. Persiste apenas a obrigação de notificar diretamente aos Conselhos de Controle Social, dado que a sua existência e atribuições variam conforme cada ente beneficiário.

A nova redação proposta para o art. 8º unifica em uma única regra estável as condições de execução financeira das transferências (incluindo as transferências especiais, mas não limitadas a elas) e passa-se a exigir: conta-corrente exclusiva para cada emenda ou transferência movimentada por ordens de pagamento emitidas pelo próprio Transferegov.br (ou sistema equivalente nos estados e municípios), de forma a manter a absoluta rastreabilidade da execução financeira e impedir o movimento de recursos para as contas chamadas "de passagem" ou genéricas, nas quais a identificação da origem do dinheiro seja perdida. Para aqueles entes que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tiverem essa funcionalidade de ordem de pagamento diretamente extraída do sistema Transferegov.br, estabelecem-se restrições à movimentação nas contas (contas que serão movimentadas exclusivamente para transferências bancárias aos fornecedores finais) e obrigação de publicação mensal dos respectivos extratos.

Ainda no artigo que trata da execução financeira, permite-se que o saldo remanescente e os rendimentos de aplicação das contas de transferência sejam usados no acréscimo de metas e etapas correlatas ao objeto do plano de trabalho, sem necessidade de autorização prévia para tanto. Aqui, devo registrar a única divergência pontual em relação ao projeto original: não se contempla no substitutivo a possibilidade de que os recursos remanescentes venham a ser utilizados para bancar contrapartidas do ente em outras transferências ou convênios. Decido assim, porque as decisões do Supremo Tribunal Federal estabelecem a vinculação integral da transferência especial ao objeto informado no plano de trabalho, o que tornaria, *a priori*, ilícito retirar recursos dessa finalidade e aplicá-los para qualquer outro fim. E, digo ainda, a contrapartida é um instrumento para obter o comprometimento do beneficiário de um favor do ente transferidor. Caso se possa remanejar outros recursos do mesmo transferidor para arcar com a obrigação que seria originariamente do beneficiário, a natureza da exigência legal da contrapartida estaria sendo burlada.

Finalmente, o art. 9º centraliza a indicação das duas prioridades de execução já enunciadas na lei para as transferências especiais (quais sejam situações de calamidade e emergência e a destinação para a finalização de obras inacabadas), e os artigos 9º-A e 9º-B esclarecem pontos que ainda estão suscitando dúvidas na interpretação: a verificação da proporção entre investimento e custeio – essa verificação deve ser feita na aprovação da emenda e a cada momento em que ocorram indicações para ela, e não no momento de cada empenho, como tem ocorrido –, e referenciadas ao total aplicado pelo beneficiário; e, segundo, o afastamento de impedimento técnico pela mera inexistência de competências no ente transferidor para o objeto da emenda; e a competência do Executivo de cada ente em estabelecer regulamentação complementar para a operacionalização das transferências especiais.

Passando aos limites globais das emendas (no caso, aplicados apenas ao orçamento da União), o art. 13-A proposto codifica a decisão já vigente do Supremo Tribunal Federal de que os limites para a aprovação de emendas parlamentares devem observar, ainda, o menor crescimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre a variação de despesas discricionárias do ente, o limite de despesa primária previsto no arcabouço fiscal e a variação da receita corrente líquida – aqui a gente traz para o texto legal aquilo que já é aplicado por força de imposição do Supremo Tribunal Federal.

O ponto possivelmente mais importante do substitutivo é o estabelecimento de padrões rigorosos de transparência, aplicáveis à totalidade das modificações realizadas pelo Legislativo ao orçamento de todos os entes. Deixo bastante claro – e novamente enalteço a coragem e a qualidade da proposta do Senador Vanderlan –: aqui se elimina pela raiz o orçamento secreto. Estes padrões constam do art. 14-A: a rastreabilidade, na escrituração da execução do orçamento, da origem da programação orçamentária, de maneira uniforme em relação a todas as modificações realizadas, por meio dos códigos da emenda e da indicação utilizados no processo legislativo; o registro de cada decisão legislativa (em qualquer instância) em atas, com a identificação individual de cada proponente da decisão (vedado o uso de figuras interpostas que ocultem o verdadeiro interessado na emenda ou indicação); a transparência ativa, com publicação na internet de todos os dados e documentos que registrem a decisão legislativa desde a sua origem; a utilização de registros contábeis auxiliares para publicizar a destinação de emendas e indicações executadas por meio da compra e distribuição centralizada de bens e serviços por entidades do ente transferidor (como, por exemplo, hoje se pratica com agências como Codevasf e Dnocs); a obrigatoriedade de utilização do Portal Nacional de Compras Públicas para o registro das contratações públicas realizadas na execução de emendas; a aplicação de padrões mínimos de qualidade dos instrumentos de transparência ativa envolvidos na deliberação e execução de emendas; por fim, a publicidade irrestrita dos valores e critérios utilizados para deduções aplicadas ao valor das transferências a títulos de despesas de operacionalização e fiscalização por parte do ente transferidor ou mandatária. Sobre o tema de transparência, registro especialmente que a identificação (por meio de código da emenda ou plano orçamentário) da origem de toda a programação decorrente de emendas parlamentares, independentemente de serem de origem impositiva ou de receberem indicador de RP próprio, é medida de transparência radical que, não obstante, não traz qualquer alteração nas prerrogativas do Executivo nem estende o alcance da ingerência parlamentar na execução. Tem o efeito, tão somente, de informar à sociedade que agente público participou da decisão alocativa orçamentária, quer por via de emendas, quer por via de indicações em emendas coletivas, informação esta que hoje, em grande parte, é sonegada ao público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro avanço do substitutivo, já previsto no projeto original, é a previsão em lei da atuação coordenada e cooperativa dos entes de controle interno e externo dos entes na fiscalização das transferências: o art. 14-B determina que estabeleçam compartilhamento de informações e bases de dados quanto à execução e fiscalização das emendas e demais transferências, bem como permite expressamente a celebração de acordos de cooperação mútua para essa finalidade.

Finalmente, o art. 14-C dispensa os municípios de menos de 65 mil habitantes da exigência de regularidade junto à União quanto aos requisitos fiscais verificados no Cauc para fins de recebimento de emendas parlamentares, o que é uma reivindicação de muitos desses municípios que tem sido objeto de debate em sucessivas leis de diretrizes orçamentárias, exceto, naturalmente, aquelas restrições de origem diretamente constitucional, que não podem ser afastadas por uma norma de hierarquia menor, como é o caso do presente projeto de lei complementar.

Em termos intertemporais, a vigência que se propõe para as novas regras no art. 2º do substitutivo é simples: aplicam-se de imediato para quaisquer atos realizados após a entrada em vigor da lei. As disposições, regras e princípios que aqui constam são tão urgentes quanto essenciais: justifica-se impedir quaisquer atos futuros que contrariem fundamentos tão básicos da boa e regular gestão dos recursos públicos – mesmo se esta exigência acarrete eventuais atrasos na continuidade da execução de emendas, decorrentes de adaptações necessárias nos sistemas e procedimentos. A exceção é a mínima possível: aqueles casos em que a interrupção ocasional possa acarretar uma paralisação de empreendimento já em andamento.

A definição de “já em andamento”, naturalmente, tem de ser material e não meramente escritural, contábil ou simbólica: está em andamento aquela transferência que já foi realizada financeiramente e cujo objeto está sendo fisicamente executado. Não estão abrangidos, portanto, os milhares de casos em que a emenda ou indicação foi simplesmente votada e decidida, ou mesmo se houve um “empenho”, estre aspas, escritural, mas nada foi posto em marcha do ponto de vista da execução – aí não se perde nada por tomar o tempo necessário para providenciar transparência e responsividade. E mesmo nesses casos, fica estabelecida a obrigação de prestação de contas e divulgação em transparência de todo o ciclo dessas despesas, em prazo compatível com a obtenção retroativa da informação necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Homenageando novamente a feliz iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso, ofereço à Casa esta proposição substitutiva com a convicção de que, ao aprová-la, daremos passo importantíssimo para preservar as emendas legislativas ao orçamento dos ilícitos e distorções que têm sido tônica pública nos anos recentes, e resgatá-las para o nobre papel que têm na dinâmica de um governo democrático, conforme a nossa Constituição Federal consagra.

Presidente, colegas, esse projeto, no dia de hoje em que a gente trata também do combate ao crime, não chama tanta atenção, mas é seguramente um dos projetos mais importantes da atual legislatura, porque devolve ao Congresso Nacional a função de regular as emendas parlamentares. Reclamamos cotidianamente da interferência abusiva do Supremo Tribunal Federal, mas, ao mesmo tempo, nos omitimos em regulamentar os nossos deveres.

Então, parabéns, Vanderlan, pelo projeto, o voto é pela aprovação e peço apoio dos colegas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu preciso parabenizar o autor, meu amigo Vanderlan, e o Relator, meu amigo Alessandro Vieira. O projeto, verdadeiramente, é muito meritório e impõe os nossos limites, deixa as regras claras do jogo e, fundamentalmente, nós deixamos de ser, de alguma forma, subjugados por outro poder, como se, quando nós destinássemos emendas, isso fosse algum tipo de delito.

Hoje, praticamente, o que tem ocorrido no Supremo Tribunal Federal com as emendas Pix é, realmente, que está tudo sob investigação, como se fossem um delito, como se nós não estivéssemos fazendo benfeitoria para as prefeituras, para as entidades, para os hospitais. E, para que isso seja resolvido e a regra fique clara, claríssima e inquestionável, o legislador precisa legislar. Foi o que o Vanderlan fez, foi o que o Alessandro Vieira fez.

Meu voto é pela aprovação, parabenizando o autor e o Relator.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Vanderlan, que pediu antes. O autor tinha pedido antes. Depois, o Senador Marcos Rogério; em seguida, o Senador Izalci Lucas; e, depois, o Senador Mecias de Jesus.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Otto Alencar.

Senadores e Senadoras, eu quero só fazer um esclarecimento aqui, viu, Seif? Os óculos só são bonitos porque o manequim contribui, viu? Deixo para o Esperidião Amin também, que ficou...

Mas, até a título de esclarecimento e alerta, essa cirurgia que eu tive que fazer, até às pressas, foi mais por descuido e a gente arrumar tempo para tudo. Foi uma cirurgia de glaucoma. Não desejo isso para ninguém, porque são vários pontos, são 60 dias de recuperação e dói um pouco. Só a gente sabe o que está passando nesse período. Hoje está com 15 dias, só faltam 45. Os óculos têm ajudado bastante, principalmente com a claridade.

Eu quero iniciar aqui agradecendo o excelente relatório apresentado, do Senador Alessandro Vieira. Senador Alessandro, meus agradecimentos mesmo, do coração, porque um projeto como esse despertou tanto interesse, ele vem sendo motivo de discussão e, como disse o Senador Jorge Seif, até parece que, quando colocamos uma emenda, nós estamos praticando algum crime, certo? E não é isso; a gente faz sempre com boa intenção.

As emendas de transferências especiais, consideradas emendas Pix, vêm para dar agilidade, só que alguns gestores e até Parlamentares as estavam usando de outra maneira e começou a se fazer aplicação indevida.

Angelo Coronel, eu decidi apresentar esse projeto, antes de o Ministro Flávio Dino barrar todas aquelas emendas RP 9, que eram destinadas às emendas dos Parlamentares, porque eu fiz... usei muito poucas emendas de transferência, pouquíssimas, mas eu fiz uma transferência especial para determinado município para a construção de uma ponte. Fizemos reunião. Acho que todos vocês aqui, quando destinam recurso, fazem ponte, aliás, fazem vídeo, põem em rede social, esse é o papel nosso, está divulgando o nosso trabalho. E se passou algum tempo ali, Senador Moro, e a ponte não saía, e eu fui procurar o que estava acontecendo. O dinheiro foi desviado para outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalidade, e eu nem trabalho com essa outra finalidade. Então nós procuramos o TCU e também os TCMs e procuramos fazer um projeto em que ficasse com o Legislativo mesmo – e é o papel nosso, como diz aqui o Senador Seif, legislar – para que essas emendas tivessem o controle, que é o que todos nós desejamos. Se é para fazer uma ponte, tem que fazer aquela ponte, tem que prestar conta nos órgãos reguladores.

Então eu quero iniciar agradecendo o excelente relatório. O Senador Alessandro Vieira demonstra com clareza que este projeto nasce de uma necessidade institucional real do país: dar transparência, segurança jurídica e rastreabilidade às chamadas emendas por transferências especiais, as emendas Pix.

Este projeto não surgiu por acaso, ele nasceu em 2024, fruto de longas conversas com o então Presidente do TCU, Ministro Bruno Dantas, e com o Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, Joaquim de Castro. Ambos alertaram para a fragilidade do modelo atual, insuficiente para assegurar o controle, a transparência e a fiscalização adequados na aplicação desses recursos.

Quero registrar também o trabalho dos servidores do TCU, mais especificamente da Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do Estado e Inovação, que contribuíram enormemente para a construção desse texto. São técnicos que conhecem profundamente a realidade das transferências e que apontaram diretamente as lacunas que precisávamos enfrentar.

Mais tarde, quando o Supremo Tribunal Federal, especialmente o Ministro Flávio Dino, suspendeu a execução das transferências especiais, essa preocupação se confirmou e este projeto se mostrou ainda mais necessário. Prefeitos de todo o país ficaram inseguros, sem saber se podiam executar obras, assinar contratos ou dar continuidade a projetos importantes.

E aqui faço questão de destacar, em reunião com o Ministro Flávio Dino, mostrei que este projeto resolve todas as questões de fiscalização, rastreabilidade e controle exigidos pelos órgãos de controle, ou seja, estamos entregando exatamente o que a Corte pediu: segurança jurídica, transparência e responsabilidade institucional. E aqui preciso abrir um parêntese para deixar clara a importância dessas emendas para os municípios. Eu já fui Prefeito e tenho realizado um mandato municipalista, sempre muito próximo dos Prefeitos e Prefeitas de Goiás, e sei bem o quanto seria mais difícil a vida desses gestores se não fossem esses recursos: máquinas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos que entregamos nos municípios através de nossas emendas. Eu, por exemplo, já atendi demandas de todos os municípios do Estado de Goiás, principalmente nas áreas de saúde, infraestrutura, segurança pública e educação.

Então esse projeto não visa acabar ou dificultar a destinação desses recursos; pelo contrário, ele vai dar transparência e tranquilidade para os Prefeitos executarem os projetos através desses recursos.

Senhoras e senhores, permitam-me ser direto. Este projeto moraliza as emendas Pix, elimina qualquer possibilidade de orçamento secreto, melhora a eficiência do gasto público, não cria despesas adicionais e estabelece, pela primeira vez, a integração total entre TCU, TCEs e TCMs. Isso significa que Prefeitos poderão finalmente trabalhar com tranquilidade, cumprindo as regras. Não haverá mais risco de responsabilização injusta ou de interpretações divergentes. É segurança para quem administra, transparência para quem fiscaliza e a certeza de que o recurso vai chegar em quem realmente precisa, que é a população. E também significa que o contribuinte, que é o verdadeiro dono dos recursos, poderá acompanhar tudo, sem intermediários, sem caixas-pretas, sem dificuldade. A verdade é simples, o que antes era motivo de insegurança e suspeita agora se transforma em um sistema claro, rastreável e totalmente público.

Sr. Presidente, este projeto não é do Governo, não é da oposição, é uma resposta institucional necessária para proteger as políticas públicas, proteger os Prefeitos e proteger o dinheiro do contribuinte. Por isso, peço o apoio dos Srs. e das Sras. Senadoras. Vamos votar algo que fortalece o controle, garante transparência e dá ao Brasil um modelo sólido, moderno e definitivo para as transferências especiais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir a matéria, o Senador Marcos Rogério; depois o Senador Izalci; e, em seguida, o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro parabenizar o Senador Vanderlan pela iniciativa desse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa iniciativa se deu muito antes dos episódios que tivemos ao longo do ano passado e também deste ano, com determinações do Supremo Tribunal Federal em relação à execução das emendas de transferências especiais. E era uma necessidade. É um instrumento moderno, eficiente, mas, se não regulado, se você não cria mecanismos de controle e transparência mais efetivos, alguém pode fazer mau uso do instrumento. Porque se identifica problemas, você não acaba com o modelo. É o modelo mais rápido, é o recurso que chega mais rápido no ente federativo. As emendas especiais, transferências especiais, e o recurso da saúde, de custeio, são os dois que chegam... E a modalidade é semelhante, porque todos são transferências.

Agora, ficou não apenas no tocante às emendas por transferências especiais, mas apelidaram o Orçamento público, parte dele, de "orçamento secreto" – que de secreto não tem nada, o Orçamento público é, por regra, transparente, deve obedecer à regra da transparência. Agora, você precisa saber realmente quem é que está fazendo a destinação do recurso, e, se a regra não prevê isso, ela tem que ser ajustada, tem que ser adequada; e clareza do objeto – para qual a finalidade esse recurso está indo? –, permitindo que os órgãos de controle façam essa aferição.

Então eu, mesmo diante das decisões judiciais que foram tomadas, discordo da politização do tema pelo Judiciário. Agora, aquilo que está errado tem que ser enfrentado mesmo. Se tem alguém fazendo mau uso, se tem alguém desviando finalidade, se tem alguém usando para atender algo que não é republicano, se está indo para a corrupção – vamos falar no português mais claro aqui –, é caso de polícia, é caso de Justiça. Agora, não se pode, repito, criminalizar o instrumento que, repito, é um instrumento eficiente para fazer chegar de forma rápida o recurso nos municípios.

E aqui faço uma observação: eu vi o texto apresentado por V. Exa., veio num projeto de lei ordinária. O Relator fez a sugestão de transformação da lei ordinária em lei complementar – o que pode ser feito no âmbito de Comissão, a Comissão tem a prerrogativa de fazer essa conversão – e ele acrescentou alguns dispositivos à regra, até diante das recomendações do Tribunal de Contas da União, em razão da decisão judicial que foi tomada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, e acho que isso aperfeiçoa a matéria.

Então, parabenizo V. Exa. pela iniciativa. Reitero que o instrumento é bom, é eficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em muitos municípios, o gestor, de forma até desonesta com os Parlamentares... você mandava o recurso pactuado para uma finalidade e simplesmente o gestor, porque é um recurso livre, fazia o que bem entendia. E realmente ficava um ambiente... Em razão de alguns mal-intencionados ou que praticaram desvio de finalidade, acabou-se gerando toda essa celeuma, todo esse problema. Então acho que a clareza e a transparência são necessárias, aperfeiçoam o instrumento. E tenho certeza de que vai ser muito mais benéfico para os municípios e para a sociedade a partir do projeto que apresenta.

Cumprimento V. Exa. Cumprimento o Senador Alessandro Vieira pelo relatório apresentado e pelos aperfeiçoamentos que faz, considerando tudo o que nós vivenciamos, do ano passado para cá, com relação à execução do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não poderia também deixar de elogiar aqui o nosso autor do projeto, meu querido amigo Vanderlan, e também esse belo relatório aí do Senador Alessandro Vieira.

Essa questão das emendas é porque no Brasil a versão vale, muitas vezes, mais do que os fatos, né? Então, as pessoas não entendem muito bem essa questão de emendas e as pessoas esquecem que quem conhece realmente o mundo real na prática lá são os Parlamentares. Os burocratas normalmente não conhecem. Então, no Brasil é muito comum as pessoas decidirem coisas, inclusive destinação de recursos, sem conhecer realmente a fundo as questões que acontecem lá na ponta. E é até para evitar também essas interferências indevidas, apesar de que realmente é preciso ter muita transparência, e esse projeto dá transparência à aplicação dessas emendas, mas o Supremo também está exagerando, está exagerando muito. Inclusive, hoje, a decisão do Ministro Gilmar também, mais uma vez, afeta diretamente o Senado Federal. Então, a gente precisa...

Mas quero parabenizar e já declarar meu voto favorável a esse projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Aparte, pode ser.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Otto Alencar, eu também quero me juntar aos demais colegas no apoio ao projeto de lei do nosso querido Senador Vanderlan Cardoso – quase que eu fiquei gago agora, talvez seja a emoção pelos óculos escuros do Senador Vanderlan. (*Risos.*)

Mas, Senador Vanderlan, quem o conhece sabe da sua coragem e da sua capacidade de propor projetos e ações importantes para o desenvolvimento do Brasil e do seu Estado de Goiás, do nosso Estado de Roraima – de todo o Brasil. Parabéns pela matéria.

Precisa-se, sim, regulamentar, até para acabar com esse tipo de narrativa de que existe orçamento secreto. Nunca existiu orçamento secreto. Se existiu, eu não participei dele, porque todas as emendas que eu indiquei, eu fiz questão de ir aos municípios com os Prefeitos, Vereadores e a população para dizer que tinha indicado e o que era para ser feito. E, quando o dinheiro é transferido, a responsabilidade da execução da obra é do Prefeito, do Governador. A fiscalização também cabe aos tribunais de contas dos estados e da União, do Ministério Público Federal, Polícia Federal. E isso é o que V. Exa. deixa claro, para acabar com essas questões.

Parabéns também ao eminente Senador Alessandro Vieira pelo brilhante relatório, que eu acredito que melhorou ainda mais aquilo que já era bom, que era o projeto de V. Exa. O relatório dele aperfeiçoou o projeto de V. Exa.

Então, parabéns ao autor, Vanderlan Cardoso, e ao Relator, Senador Alessandro Vieira. O Senado agradece a V. Exas. essas propostas, que certamente serão aprovadas, creio eu, por unanimidade nesta Comissão e no Plenário do Senado, se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., ao tempo em que parabenizo a iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso com essa matéria, uma matéria importante, que define a aplicação correta, a lisura da aplicação dos recursos das emendas nos diversos projetos que são necessários para o desenvolvimento econômico dos municípios e dos estados brasileiros.

Coloco a matéria... Está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, cujo relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e por sua reautuação como projeto de lei complementar, já que foi encaminhada como lei ordinária.

A matéria vai, então, à Secretaria da Mesa para análise e correção. Determino, então, aqui que se encaminhe à Secretaria da Mesa.

Eu tenho um projeto da relatoria do Senador Sergio Moro.

O Senador Alessandro Vieira está esperando para relatar o projeto antifacção, já por algumas vezes, né? Esta é a sexta vez que V. Exa. é preterido, mas de acordo com V. Exa. Eu jamais faria isso se V. Exa. não concedesse a ideia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sem problema, Presidente. Fico à disposição do Senador Moro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o Senador Moro vai relatar um projeto, que é a exceção da verdade para a Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi encaminhado pelo Senador Esperidião Amin.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 893, DE 2025

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para tratar da alegação de exceção da verdade perante comissão parlamentar de inquérito.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

O Senador Jaques Wagner me passou a informação de que seria dada vista após a leitura do Senador Sergio Moro. Acho que confere isso, não é, Senador Sergio Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Certamente, o projeto... o relatório não é longo. Eu também acelero aqui a leitura. Já que há o pedido de vista, a gente pode deixar o debate para o próximo daí, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim, sim. Então, daí acho que não vai atrapalhar os planos do Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Será concedida, então, vista após a leitura.

Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, aqui, vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei 893, de 2025, de autoria do Senador Esperidião Amin, que modifica a Lei 1.579, para tratar da alegação de exceção da verdade perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu vou direto aqui à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, em matéria de direito processual.

No que diz respeito à constitucionalidade do projeto ora sob exame, verifica-se ser privativa da União a competência para legislar sobre direito processual.

A proposição trata de matéria a ser veiculada por lei em sentido formal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ainda sobre o prisma da constitucionalidade formal, nossa Lei Maior também faculta a iniciativa legislativa sobre o tema a membro do Poder Legislativo.

No tocante à constitucionalidade material, não vislumbramos mácula alguma. Ao contrário, a proposição reforça o papel das CPIs como instrumento da minoria.

Em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da proposição em tela.

O projeto atende plenamente ao requisito da juridicidade, ao inovar no ordenamento jurídico e ser dotado de abstração e generalidade, além de vir vazado na melhor técnica legislativa.

Também não há vício de regimentalidade.

No mérito, fazemos nossas as palavras do eminente autor da proposição.

Trata-se de explicitar a aplicação, às CPIs, no tema, do Código de Processo Penal, o que é inerente à sua equiparação constitucional às autoridades judiciais e afirmado pelo art. 6º da própria Lei 1.579, que prevê que "o processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal".

A exceção da verdade é utilizada no CPP para denominar um dos meios de defesa possíveis em acusações de crimes contra a honra. No regramento das CPIs, funcionará para que um Parlamentar dela integrante possa defender-se de imputações caluniosas, difamatórias e injuriosas.

Na esteira da extensão proposta pelo autor do projeto, é também apropriado utilizar o mesmo instituto para que um membro parlamentar da CPI possa dar o necessário destaque a um fato que possa alterar o sentido da investigação, mas que não encontre o necessário abrigo ou abordagem no relatório final.

A exceção da verdade será juntada ao relatório final, sem necessidade de deliberação, e será encaminhada junto com ela às autoridades destinatárias do trabalho investigativo.

Apresentamos apenas uma emenda para clarificar como se dará o procedimento de exceção da verdade no âmbito da atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito, prevendo que ela poderá ser apresentada durante o curso das investigações e até o momento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento do relatório circunstanciado que será destinado, entre outros órgãos, ao MP ou à AGU. Adicionalmente, incluir previsão expressa da possibilidade de juntada de documentos, laudos e arrolamento de até três testemunhas, que poderão ser ouvidas a critério da Comissão, enquanto não estiverem encerradas as investigações.

A aprovação do presente projeto de lei é extremamente meritória, espancará quaisquer dúvidas nos procedimentos aplicados às CPIs no tema, assegurando tanto o direito dos investigados como a segurança jurídica. Ademais, o reforço do papel investigativo das CPIs é notável, uma vez que se assegura que todas as linhas de investigação viáveis sejam contempladas na atuação da Comissão, permitindo ao Ministério Público exercer seu papel de *dominus litis* no processo penal com mais subsídios e informações.

Vou ao voto.

Do exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 893, de 2025, bem como, no mérito, pela sua aprovação, com apresentação da emenda a seguir:

> EMENDA Nº – CCJ
> Acrescente-se os seguintes §§ 1º e 2º ao art. 4º-A [...] na Lei nº 1.579 [...] e renumere-se como § 3º o parágrafo único inicialmente proposto, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 893 [...]:
> "Art. 4º-A .....
> §1º A exceção poderá ser apresentada durante o curso das investigações e até o encaminhamento de que trata o art. 6º-A desta lei.
> §2º O excipiente poderá juntar documentos, laudos e arrolar até três testemunhas que poderão ser ouvidas a critério da comissão enquanto não estiverem encerradas as investigações [...]."

Só um registro aqui para esclarecimento: é um projeto muito bem elaborado pelo Senador Esperidião Amin, que, diante da sua vivência nas CPIs, percebeu que a maioria política muitas vezes que as controla não é a mesma que requereu a instauração da CPI, e essa maioria às vezes impede que questões relevantes recebam o devido tratamento durante essas Comissões. Então, foi aventada a instituição desse instituto, emprestado do Código de Processo Penal, com nuances

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco diferenciadas, mas que permitam destacar fatos relevantes no âmbito de uma CPI para serem juntados ao relatório ao final. Então, fica aqui um elogio ao trabalho do Senador Esperidião Amin.

É claro que, como é um instituto novo, isso comporta plenamente esse pedido de vista para melhor debate e deliberação na próxima sessão, mas é um instrumento que gerará um aprimoramento do trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, serei muito breve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A exceção da verdade nasceu para combater exatamente a calúnia e a difamação. É um instrumento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o acobertamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o acobertamento. É isso mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, eu só quero dizer...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião, eu só... Uma palavra aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – É só para comunicar aqui a presença do nosso Deputado Federal Otto Alencar Júnior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Filho.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Otto Alencar Filho, da nossa Bahia, que está aqui presente, prestigiando aqui esta reunião aqui da nossa Comissão.

Desculpe interromper.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Você é baiano também?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, pela ordem. Inclusive...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Também. Roraimense, baiano, goiano...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Além de ser meu filho e ser Deputado Federal, em alguns momentos, é o meu segurança pelo porte físico dele, avantajado. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero dizer que, quando ele viu na tela do computador hoje, os óculos escuros do nosso Senador Vanderlan, ele teve a mesma sensação que eu: o Don Corleone tomou conta da mesa, e o meu pai está ao lado. Então, ele veio para cá – imagino eu – preocupado com a ameaça representada pelos óculos que foram adquiridos no museu de Nápoles e que pertenceram a Don Corleone, de O Poderoso Chefão – o número um, lembram? (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu achei que era do Waldick Soriano...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. (*Risos.*)

Mas eu queria, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha, com a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Presidente, eu quero falar só...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria fazer um agradecimento ao Senador Sergio Moro pelo seu relato e cumprimentar o Senador Jaques Wagner por ter deixado aqui o pedido de vista, que é mais do que necessário. E vou pedir ao Senador Alessandro Vieira que olhe para este projeto.

E concluo para dizer o seguinte. O que este projeto pretende é trazer para o instituto da CPI no Brasil o que as melhores democracias do mundo nos oferecem. A CPI é um instrumento da minoria. Eu posso ser minoria hoje e maioria amanhã, isso é democracia. Agora, a maioria não pode se apossar – nem esta nem aquela – de uma CPI e encobrir a verdade ou impedir o esclarecimento diante de uma calúnia, de uma difamação ou de uma mentira! Então, suponhamos um fato que tenha ocorrido ao longo de um inquérito – não vou falar dos pregressos, seja do 8 de janeiro, seja da covid, seja do INSS, seja do crime organizado –, e que, por um capricho da maioria, não vai fazer parte do relatório. Que história é essa? Os países civilizados – e nós somos um deles – permitem que a minoria, seja o quórum de dois quintos, seja o quórum de um quarto, determine a inclusão como anexo do relatório – como anexo do relatório – que vai ao Ministério Público e que os casos de confrontação sejam esclarecidos, se é verdade ou se é mentira, através da acareação ou de outros instrumentos.

Mas concordo em gênero, número e grau com a necessidade do pedido de vista e agradeço ao Senador Sergio Moro por ter colocado o talento e a experiência que caracterizam a sua trajetória a serviço deste projeto também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Foi concedido... Está sendo concedido pedido de vista coletiva nessa matéria, que é da lavra, da iniciativa do Senador Esperidião Amin.

O Senador Alessandro Vieira concede a primazia, para que a Senadora Dorinha possa relatar o item 3, da lavra do Senador Sérgio Petecão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1299, DE 2024

- Terminativo -

Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dificultar a progressão de regime de cumprimento da pena nos casos em que o preso tenha sido condenado por crime praticado com emprego de violência contra crianças.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CSP.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública;

- Votação nominal.

Passo a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço também a gentileza do Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo direto à análise do projeto, que atende perfeitamente a constitucionalidade, a juridicidade, todas as atribuições desta Comissão, sem nenhum óbice de origem material.

Gostaria de destacar a importância da mensagem que trata da proteção especial a crianças e adolescentes, conforme consagrado no art. 227 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, passo direto às informações.

De acordo com o Atlas da Violência 2025, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cerca de 99 mil crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio na última década. São milhares de crianças e adolescentes que foram subtraídos do direito ao desenvolvimento saudável e pleno.

Entretanto, os homicídios representam apenas parte das violências praticadas contra crianças e adolescentes no Brasil. Segundo os dados já citados, as notificações de violências não letais praticadas contra crianças e adolescentes apresentaram tendência de crescimento nos últimos 11 anos.

O Ipea identificou, ainda, um aumento de registros de casos de violência em quatro categorias: negligência, violência física, psicológica e sexual. Em 2023, atingimos um infeliz recorde: foram realizados 115.384 registros de algum tipo de violência praticada contra crianças e adolescentes no Brasil.

Ademais, nos últimos anos, testemunhamos o aumento de crimes praticados com grave ameaça contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais. *Cyberbullying*, estupros virtuais, incentivo ao suicídio e automutilação são alguns exemplos de delitos cometidos contra crianças e adolescentes que, em busca de aceitação e pertencimento, são atraídas a verdadeiras armadilhas virtuais.

A partir dos dados apresentados neste parecer, entendemos que a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública, é adequada, aprimorando o texto da proposição para estender os efeitos da restrição pretendida aos crimes cometidos com grave ameaça e contra adolescentes, refletindo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), assegurando, assim, proteção integral a estes grupos vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As informações apuradas demonstram que crianças e adolescentes estão sujeitos a diversas formas de agressões além da violência física. Os dados do levantamento realizado pelo Ipea indicam que é bastante comum crianças e adolescentes serem vítimas de crimes que envolvam grave ameaça e que põem em risco a integridade psicológica dos sujeitos em formação.

Portanto, a inclusão das expressões “grave ameaça” e “adolescente” no texto legal é fundamental para assegurar uma resposta penal adequada e efetiva para os crimes que afetam diretamente os menores de idade, em conformidade com os objetivos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

É um cenário desafiador, que precisa ser combatido. É de extrema importância para tutelar de maneira mais efetiva a segurança de crianças.

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.299, de 2024, de autoria do querido Senador Sérgio Petecão, e pela aprovação da emenda que foi acrescentada na Comissão de Segurança Pública.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente, e parabenizo a iniciativa do Senador Sérgio Petecão. Os números são gritantes e exigem, realmente, providências rápidas e, na verdade, de maneira consistente. Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo, V. Exa., Senadora Dorinha, e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

É um projeto terminativo. Portanto, eu consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores concordam; nós vamos proceder dessa forma.

Matéria terminativa em votação nominal.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

Determino à Secretaria da Mesa que possa abrir o painel para a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Solicito aos senhores assessores que informem aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram em seus gabinetes para que possam exercer o voto para essa matéria, que é importante.

Quero parabenizar o autor da matéria, o Senador Sérgio Petecão, até porque é uma matéria que envolve, de alguma forma, proteção às crianças e inibição da violência contra as crianças em vários setores que nós temos hoje visto na sociedade. A todos os momentos, lamentavelmente, a violência contra as crianças tem acontecido. Esse projeto é importante e visa inibir essa ação tão comum nos dias de hoje.

A matéria precisa de, no mínimo, 14 votos para aprovação. Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar pela importância da matéria, pelo relatório da nobre Senadora Dorinha Seabra, representante do Estado do Tocantins.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Diga, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – ... só para lhe agradecer pela sua sensibilidade e colocar o projeto em votação e também fazer um agradecimento especial à nossa querida Senadora Dorinha – obrigado pelo relatório – e a todos os colegas.

Esse projeto nós entendemos que é da maior importância e hoje nós vivemos uma violência desenfreada. Estamos vendo o trabalho que esta Comissão, o colega aqui, Alessandro, está fazendo aí, preocupado já com essa situação da violência no nosso país, e eu penso que esse nosso projeto ajuda nesse momento.

Era só isso.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo V. Exa. (*Pausa.*)

Já votaram 16 Senadores e Senadoras.

Eu peço que abra o painel, para verificar o resultado da votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram favoravelmente 15 Senadores.

A matéria está aprovada, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública e CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as devidas providências.

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 5582, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 02/12/2025, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

- Foram recebidas 40 Emendas até o momento.

O projeto sobre antifacção, um projeto que eu julgo da maior importância para esse momento.

Eu passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para que ele possa proceder ao seu relatório.

Esse projeto foi debatido ontem em audiência pública, da qual eu participei, participaram vários Senadores e Senadoras... O Senador Alessandro Vieira também participou, ouvimos aqui representantes das secretarias de segurança pública dos estados, representantes do Ministério Público Federal, estadual, representante da Polícia Federal, representante também do Poder Judiciário, até porque considero o projeto antifacção um projeto que vem já tardiamente, mas entendo que a Câmara Federal aprovou uma letra de lei que foi melhorada, foi analisada aqui pelo Senador Alessandro Vieira, com a contribuição também de emenda de Parlamentares... Portanto, eu acho que o aprimoramento dará ao Brasil um projeto de lei antifacção para inibir a ampliação, o aumento do crime organizado, que se espalha por todo o país.

Portanto, com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Se o senhor me permite, antes do início do relatório, eu gostaria de pedir urgência para o projeto do Senador Vanderlan, o 2.759.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede V. Exa., coloco em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência para a tramitação do projeto apresentado pelo Senador Vanderlan Cardoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço, Sr. Presidente, e passo... Peço licença, considerando o tamanho do projeto, para ir diretamente à análise, fazendo uma observação preambular anunciando um fato.

O avanço do crime organizado do Brasil se materializa aos nossos olhos. No dia de hoje foi preso preventivamente o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, acusado supostamente de vazamento de dados na operação anterior que prendeu um Deputado Estadual do Estado do Rio de Janeiro, faccionado do Comando Vermelho.

Então, acho que a compreensão do que é crime organizado deve ser um preâmbulo para o tratamento que vamos dar. Crime organizado não é apenas aquela materialização do pobre na favela com fuzil. Crime organizado é uma estrutura econômica poderosa, infiltrada em todos os ramos do Poder, dentro e fora deste país. E o projeto que agora apresentamos, em formato de relatório substitutivo, seguramente é a resposta mais dura que este país já deu contra o crime organizado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente com V. Exa. Quer dizer, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, na proteção a um faccionado, um Deputado Estadual, TH Jóias, que foi preso em flagrante. Imagine o crime organizado dentro de uma Assembleia Legislativa de um dos estados mais importantes do Brasil, o Estado do Rio de Janeiro, como também observamos recentemente o crime organizado dentro dos combustíveis, do processo de venda, de deterioração, de adulteração dos combustíveis, com bilhões e bilhões de reais de sonegação fiscal, que se observou agora, inclusive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Entrelaçado com o sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... entrelaçado, como diz o Senador Esperidião Amin, com o sistema financeiro e a Faria Lima, lá no Estado de São Paulo, a avenida do sistema financeiro brasileiro, com a participação, inclusive, com ramificações na área política – sem nenhuma dúvida, na área política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E judicial também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Portanto, como o Senador Alessandro Vieira falou, eu quero parabenizar V. Exa. por sua coragem, que tem enfrentado isso, tem sido Relator de matérias nesse sentido, porque não pode, sem dúvida nenhuma, uma organização criminosa tomar conta do estado, tomar conta de uma Assembleia Legislativa de um estado como o Rio de Janeiro.

Portanto, aprovar essa matéria eu acho fundamental, importante e relevante para este momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sem dúvida.

Passo a análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tecer considerações a respeito da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição. Do ponto de vista do mérito, também compete a este Colegiado opinar sobre matérias atinentes ao direito penal, processual penal e penitenciário.

Quanto aos aspectos constitucionais, verificamos que não há vícios em relação à iniciativa, podendo ser de autoria do Poder Executivo. Ademais, a proposição não conflita com preceitos constitucionais, sendo, assim, plenamente viável do ponto de vista da constitucionalidade.

O projeto, por fim, apresenta juridicidade ao inovar na ordem jurídica, inclusive de forma bastante extensa.

Do ponto de vista da técnica legislativa, entendemos que há reparos necessários, que serão objeto de sugestão no substitutivo em anexo.

No mérito é importante fazermos uma observação preambular, antes de prosseguirmos.

A segurança pública, direito de todos e dever do Estado, nos termos da Constituição, lamentavelmente nunca foi garantida de forma eficaz no Brasil. A população brasileira, de todas as classes sociais, continua convivendo, diária e progressivamente, com a criminalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizada, que, literalmente, tem dominado importantes parcelas de nossas cidades e, às vezes, até cidades inteiras, ainda que de modo temporário. Estudos recentes indicam que cerca de 26% da população brasileira sofre verdadeiro domínio de facções, ao passo que mais da metade sofre ao menos influência desses grupos criminosos altamente periculosos.

Como se nota mais recentemente, devido à contínua e injustificável omissão estatal, as organizações criminosas estão efetivamente controlando territórios, atuando como verdadeiro Estado paralelo de natureza criminosa, coagindo e violentando a população-alvo que normalmente já se encontra socialmente vulnerável.

Se é dever do Estado garantir segurança pública adequada, o Congresso Nacional não pode se furtar de responder a essa justa e importante demanda. O Parlamento, aliás, tem a obrigação de, na medida de suas responsabilidades constitucionais e legais, oferecer resposta dura e efetiva para que a população brasileira deixe de ser refém de grupos organizados criminosos altamente cruéis.

A segurança pública nunca pode ser tratada como um direito acessório. Na verdade, a segurança pública é verdadeiro pressuposto para a garantia de todos os demais direitos consagrados na Constituição, principalmente os direitos à vida, à liberdade e à propriedade, que seguem sendo constantemente violados em inaceitável quadro que prejudica – repito – principalmente os setores mais pobres de nosso país.

Diante disso, é urgente e imprescindível que esta Casa, por meio desta Comissão, forneça aprimoramentos e instrumentos com os quais os órgãos de segurança e de persecução penal poderão atuar de forma mais incisiva contra a moderna criminalidade organizada, asfixiando-a financeiramente e estrangulando sua organização e estrutura, por meio do isolamento e neutralização penal de seus líderes.

Essa discussão tão vital não pode se rebaixar a disputas políticas mesquinhas que só beneficiam os criminosos ao mesmo tempo em que prejudicam os despossuídos; nem pode, essa discussão, ceder ao assédio da fração da criminalidade organizada que está infiltrada nas elites brasileiras e insiste em limitar a ação das forças de segurança a alvos periféricos, pobres e pretos. O combate às organizações criminosas deve chegar ao andar de cima para surtir verdadeiro efeito. Sugestões de todos os espectros políticos devem ser consideradas, de modo a criar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos normativos adequados e longevos que deem conta não apenas da criminalidade atual, mas da que porventura virá a existir futuramente, dada a enorme capacidade adaptativa do crime. A legislação deve ser também prospectiva.

Com efeito, vislumbrando a utilidade do projeto original, acolhemos diversos pontos nele contidos, em especial as alterações no Código de Processo Penal, por entender que esse diploma, principalmente no capítulo de medidas assecuratórias, merece urgente modernização. Também estamos de acordo com a necessidade de alteração normativa concentrada na Lei de Organizações Criminosas, por reconhecer seu grande potencial, ainda pouco explorado desde sua relativa recente publicação, em 2013.

Obviamente, também reconhecemos a relevante contribuição do parecer relatado pela Câmara dos Deputados, da lavra do Deputado Guilherme Derrite, policial militar e ex-Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, um cidadão que conjuga grande experiência prática no combate à criminalidade violenta nas ruas e na gestão. A meu ver, a Câmara dos Deputados captou corretamente os anseios da sociedade brasileira, de modo que o recrudescimento das penas e a previsão de modalidades delitivas especiais devem ser valorizados.

Por entender que ambas as propostas têm grande valor, decidimos pelo oferecimento de substitutivo, que funde e organiza as alterações propostas, bem como lhe faz reparos redacionais, sempre com o objetivo de combater ferozmente a criminalidade. Aproveitamos para acrescentar dispositivos que entendemos serem altamente meritórios, conforme resumimos a seguir:

1) criação do tipo penal de facção criminosa, caracterizada pela atuação mediante controle territorial ou atuação interestadual, como espécie de organização criminosa, com pena-base de 15 a 30 anos. Reformulamos o dispositivo de favorecimento do crime de facção, aproveitando a redação da Câmara, mas restringindo e fechando os tipos a fim de eliminar controvérsias interpretativas;

2) equiparação do tipo penal de constituição de milícia privada à facção criminosa. A milícia privada também será considerada organização criminosa para todos os fins legais;

3) aumento de pena do crime de organização criminosa. Com esta e as duas alterações anteriores, pretendemos dar maior segurança jurídica à interpretação da lei, garantindo que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facções criminosas e milícias privadas sejam consideradas organizações criminosas para todos os fins legais;

4) incorporação das medidas assecuratórias previstas no texto inicial do Poder Executivo, combinadas com aquelas inseridas pela Câmara dos Deputados;

5) manutenção da previsão da ação civil de perdimento de bens, mas limitada à hipótese de extinção da punibilidade na seara penal;

6) previsão mais robusta sobre as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs), medida de cooperação entre órgãos policiais já em funcionamento exitoso nos 26 Estados e Distrito Federal;

7) aumento duro de diversas penas, a exemplo dos crimes de homicídio, lesão corporal, roubo, ameaça, extorsão e estelionato quando praticados por integrantes de facções criminosas ou milícias privadas, em razão dessa condição, na linha do já decidido pela Câmara dos Deputados;

8) alteração do Código de Processo Penal na linha da proposta original do Poder Executivo;

9) manutenção da competência do Tribunal do Júri, diante de flagrante e expressa determinação constitucional, mas com previsão de dispositivos que protegem de forma intensa os jurados, na hipótese de julgamento de crimes praticados por integrantes de milícias e facções;

10) previsão de que a audiência de custódia deve-se dar preferencialmente por videoconferência, com dispositivos específicos sobre sua realização;

11) retirada dos dispositivos que vedam a percepção do auxílio-reclusão e restringem o direito ao voto do preso provisório, considerando que essas duas situações têm *status* constitucional, portanto, são insuscetíveis de mudanças através de projeto de lei ordinária;

12) manutenção da progressão de regime mais restrita, conforme já decidido pela Câmara dos Deputados; e

13) previsão de medidas investigatórias mais modernas, incluindo a regulamentação do uso de ferramentas de monitoramento remoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendemos que o principal fator que pode modificar a segurança pública no Brasil e o combate ao crime organizado é a destinação de recursos orçamentários. Com o aumento das penas e medidas mais gravosas de execução previstas neste projeto, sabemos de antemão que o sistema penitenciário, já em estado de superlotação, será ainda mais demandado.

E aqui observo, Sr. Presidente e colegas, que as facções criminosas que dominam o território brasileiro, todas elas têm origem no ambiente penitenciário. Então investimento e reforço da estrutura do sistema penitenciário são fundamentais se a gente quer fazer combate ao crime organizado de verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Por isso tudo, trabalhamos para criar uma nova parcela do Fundo Nacional de Segurança Pública focada exclusivamente no combate ao crime organizado, através do reforço das operações integradas das forças de segurança, reforço da infraestrutura de inteligência e reforço do sistema penitenciário, sem diminuir os recursos já previstos para o fundo. Optamos por criar uma Cide-Bets que, segundo estimativa elaborada a partir dos dados informados pelo Banco Central em audiência pública, reafirmados na audiência desta semana, poderá destinar até R$ 30 bilhões ao ano para o combate do crime organizado. Trata-se do maior investimento em segurança pública feito na história do nosso país, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros.

Acreditamos que, com tal quantia disponível, qualquer debate relativo aos fundos já existentes torna-se inócuo. No entanto, considerando que as discussões sobre o projeto na Câmara dos Deputados trouxeram à tona a zona confusa e cinzenta dos diversos fundos destinados à segurança pública, estamos prevendo dispositivo que concede prazo de 180 dias para que o Executivo estude e proponha a reestruturação dos fundos existentes, a exemplo do Funad, Funapol, Fundo Nacional de Segurança Pública e Funpen.

Passo, Sr. Presidente, à análise das emendas apresentadas.

Acolhemos a Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro, que propõe a aplicação do art. 144-A do CPP para alienação antecipada. Incorporamos a medida no substitutivo ao instituir o procedimento de alienação e medidas assecuratórias especiais (arts. 144-B a 144-G do CPP) – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí, uma correção redacional sugerida pelo Senador Moro, refira-se aqui ao art. 144-A a 144-G –, e prever a venda antecipada na intervenção de empresas (art. 21-D, §10, da Lei nº 12.850, de 2013), atendendo ao objetivo de evitar a deterioração dos bens apreendidos.

A Emenda nº 2, também do Senador Sergio Moro, é acolhida em nosso substitutivo, inserindo integralmente a sugestão de permitir a ação controlada e a infiltração de agentes na investigação de lavagem de dinheiro, no §7º do art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, conforme redação dada pelo nosso substitutivo.

Acolhemos, ainda, a Emenda nº 3, também do Senador Moro, que trata das identidades fictícias. Incluímos no substitutivo os arts. 11 e 11-A, na Lei nº 12.850/2013, com redação que contempla a proteção, produção e preservação das identidades dos agentes infiltrados, bem como a criação de pessoas jurídicas fictícias.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 4, do Senador Moro. Embora não retiremos a competência constitucional do Tribunal do Júri para os crimes dolosos contra a vida, acolhemos a preocupação com a segurança dos jurados por meio da criação do instituto reforçado do desaforamento para comarcas maiores, acima de 300 mil ou capitais, e de medidas robustas de proteção e sigilo, no tocante aos jurados.

Rejeitamos a Emenda nº 5, do Senador Moro, que propõe a execução provisória da pena em primeira instância. Optamos por manter o sistema recursal vigente, privilegiando, em contrapartida, o endurecimento do regime de cumprimento de pena para lideranças de facções e milícias em presídios federais.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 6, do Senador Sergio Moro, sobre captação ambiental. Alteramos o art. 8º-A, §4º, da Lei nº 9.296, de 1996, para validar a gravação realizada por um dos interlocutores como prova de acusação, superando a limitação anterior que restringia esse uso à defesa – desde que, evidentemente, essa gravação seja corroborada pelos demais elementos de prova.

Rejeitamos a Emenda 7, do Senador Carlos Viana, que classifica facções como terroristas. Entendemos ser tecnicamente mais adequado criar tipos penais autônomos e específicos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"facção criminosa" e "milícia privada" na Lei de Organizações Criminosas, com penas severas e progressão de regime prejudicada, evitando conflitos hermenêuticos com a Lei Antiterrorismo.

Acolhemos a Emenda nº 8, do Senador Eduardo Gomes. Reestruturamos a Ação Civil de Perdimento de Bens no substitutivo para que tenha caráter subsidiário, tornando-a aplicável apenas quando não for possível o confisco na esfera penal, evitando o *bis in idem* processual, conforme sugerido.

Rejeitamos a Emenda 9, do Senador Eduardo Gomes, que destina recursos ao Funapol. Mantemos a centralização dos recursos recuperados no Fundo Nacional de Segurança Pública ou nos fundos estaduais, visando a uma gestão unificada e federativa dos ativos para o fortalecimento do sistema de segurança como um todo, reiterando que, com a criação do novo fundo, não há mais que se discutir a necessidade ou demanda por valores de percentual irrisório em fundo A ou fundo B.

Acolhemos as Emendas 10, do Senador Eduardo Gomes, e 19, do Senador Humberto Costa. Incorporamos ao texto final tanto a fixação de prazos rígidos para as decisões judiciais (art. 22) como a inovação processual que confere ao delegado de polícia legitimidade para interpor recurso, em caráter supletivo, contra decisões que indefiram suas representações. Entendemos que essa medida fortalece o sistema de persecução penal.

Rejeitamos as Emendas nºs 11, 12 e 13, do Senador Ciro Nogueira, referentes ao ressarcimento de despesas pelo preso e trabalho prisional. Embora sejam emendas meritórias, entendemos que tais propostas demandam uma revisão ampla da Lei de Execução, o que foge ao escopo imediato deste projeto, focado na asfixia financeira e repressão qualificada ao crime organizado.

Rejeitamos igualmente a Emenda 14, do Senador Ciro Nogueira, porque reabre de forma pontual a Lei Complementar 79 em sentido diverso do da lógica do projeto, que opta por fixar prazo de 180 dias para que o Executivo apresente proposta de reestruturação dos fundos.

Rejeitamos a Emenda 15, também do Senador Ciro Nogueira. Embora o estímulo ao trabalho prisional seja meritório, a imposição uniforme dessa exigência para todas as novas unidades desconsidera especificidades técnicas de diferentes tipos de estabelecimentos, reduz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autonomia dos entes federados na gestão de seus parques prisionais e antecipa um debate que será ser feito com mais qualidade na discussão de reestruturação dos fundos, já previsto no nosso texto principal.

Acolhemos parcialmente a Emenda 16, do Senador Ciro Nogueira. Prevemos o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para modernização e operações integradas, o que abarca a proteção institucional, sem, contudo, criar a rubrica específica de reparação cível proposta.

Rejeitamos a Emenda 17, do Senador Ciro Nogueira, que define critérios objetivos para busca veicular. Entendemos que a matéria deve continuar sendo regida pela jurisprudência dos tribunais superiores, evitando o engessamento da atividade policial por um rol taxativo no CPP neste momento.

Acolhemos a Emenda nº 18, do Senador Humberto Costa. Incorporamos a vedação expressa à nomeação do investigado, seus parentes ou sócios como depositários de bens apreendidos, combatendo a prática da chamada "constrição de fachada" – eu faço a apreensão do bem do criminoso, mas deixo no usufruto da família; não faz sentido.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 20, novamente do Senador Sergio Moro. Incorporamos a essência da proposta ao fortalecer os mecanismos de bloqueio de ativos e medidas probatórias, permitindo que a inteligência obtida via colaboração fundamente ações imediatas para evitar a dissipação de bens ou a destruição de provas.

Acolhemos a Emenda nº 21, do Senador Sergio Moro. Introduzimos os arts. 8º-B e 8º-C na Lei nº 9.296/96 (Lei de Interceptações), regulamentando o uso de ferramentas de intrusão remota e espelhamento de dados, com rigoroso controle judicial e auditoria, modernizando os meios de investigação.

E aí, faço um registro, muito simples e singelo, para a compreensão dos colegas. A lei, quando foi feita no ano de 1996, a realidade do Brasil era do uso do telefone fixo; remotamente, havia a hipótese de telefone celular e, hoje em dia, a comunicação se dá, normalmente, em protocolos de voz pela internet, inclusive com os de criptografia. Por isso, intrusão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espelhamento, com os devidos cuidados processuais e legais, são medidas fundamentais para a investigação.

Acolhemos a Emenda nº 22, do Senador Hiran e, da mesma forma, me parece que, mais adiante, também do Senador Mecias... Apenas para eu ver se está aqui já registrado.

Acolhemos a Emenda nº 22, do Senador Hiran, atendendo à sua preocupação, que é a mesma do Senador Mecias, com a segurança fronteiriça, ao estabelecer a transnacionalidade como causa de aumento de pena e ao incluir a localização em áreas de fronteira como critério prioritário para a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança.

E aí, registro, Sr. Presidente, essa nova aba no Fundo Nacional de Segurança, que vai ser alimentada pela Cide-Bets. Ela vai para o projeto substitutivo fechada, no tocante à sua aplicação, para evitar captura corporativa. Este recurso deve ser destinado à infraestrutura e a investimentos de integração para combate ao crime organizado e não para o favorecimento de eventuais penduricalhos ou acessórios remuneratórios.

Acolhemos, parcialmente, a Emenda nº 23, do Senador Rogério Carvalho, PT, de Sergipe. Adotamos a estratégia central de definir facção criminosa e definir milícia privada no bojo da lei de organizações criminosas, além de tipificar condutas cruciais, como domínio territorial e favorecimento. Contudo, realizamos adequações técnicas na topografia dos artigos e na dosimetria das penas, para garantir sempre a proporcionalidade.

E aí, falando em proporcionalidade, Sr. Presidente e colegas, antecipando um debate, porque, por vezes, a leitura do texto feita por quem não é da formação jurídica – ou, por vezes, é, mas não fez a formação adequada – pode levar à compreensão equivocada. O que fazemos no substitutivo é dar uma noção de proporcionalidade. Aumentamos a pena da organização criminosa comum, criamos essa organização criminosa qualificada, que é a facção criminosa ou milícia, com pena-base que vai de 15 a 30 anos. Essa pena pode ser aplicada em dobro no caso de lideranças e, na hipótese de essa organização criminosa fazer uso de determinados expedientes, como, por exemplo, o emprego de criança e adolescente, novamente ao dobro.

Em resumo, um líder de facção ou milícia, em determinadas circunstâncias, pode ser apenado com até 120 anos de prisão e essa prisão deverá ser cumprida, 85%, em regime fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que a Constituição Federal brasileira veda a possibilidade de prisão perpétua, mas não veda a majoração abstrata da pena.

Rejeitamos a Emenda nº 24, do Senador Rogério. Entendemos que a alteração de rotinas comerciais de entes lícitos deve ser objeto de discussão em norma específica de fiscalização administrativa, para não desviarmos o foco da repressão criminal qualificada que buscamos instituir, embora registre uma sugestão de bastante relevância e que merece, talvez, tratamento em medida própria.

Acolhemos as Emendas nºs 25 e 26, do Senador Rogério Carvalho. Incorporamos ao texto as propostas de recrudescimento penal no Estatuto do Desarmamento, criando tipos específicos e causas de aumento de pena para a fabricação, posse e porte de armas automáticas e fuzis. Entendemos que essa distinção é vital para a segurança pública, pois o uso de armamento de guerra e a proliferação de fábricas clandestinas, inclusive com impressão em 3D, não podem receber o mesmo tratamento punitivo dado a armas de menor potencial ofensivo, sendo instrumentos centrais para a atuação no domínio territorial violento.

Acolhemos a Emenda nº 27, do Senador Carlos Portinho. Incorporamos a preocupação com a celeridade ao prever que, em casos de urgência, o juiz decida em 24 horas, mantendo, ainda, a possibilidade de o contraditório do Ministério Público ser diferido nessas situações extremas, para evitar que a exigência de manifestação prévia frustre a eficácia da medida cautelar.

Nesse ponto, Presidente e colegas, eu já recebi a manifestação de preocupação de associações do Ministério Público, mas não assiste razão essa preocupação. Preocupam-se os membros do *Parquet* no sentido de que isso estaria suprimindo a atuação essencial do Ministério Público; e não é essa a realidade, e nem estamos fazendo uma inovação legislativa. De fato, nós já temos previsão, em outros ordenamentos jurídicos, dessa hipótese de urgência, em que o juiz, uma vez provocado, decide de imediato e, logo em seguida, pede a manifestação do Ministério Público. Então, não persiste razão a preocupação, que ressoa muito mais uma preocupação corporativa do que uma preocupação processual ou técnica.

Acolhemos e exigimos novamente um reforço – nesse ponto o Ministério Público concorda e também a polícia –, sempre requerimento do Ministério Público, sempre representação da autoridade policial, evitando a manifestação de ofício, decisão de ofício, porque o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional brasileiro é o sistema acusatório e a posição do julgador deve ser imparcial. Temos muitas reclamações recentes sobre isso e é importante ter isso em mente.

Acolhemos a Emenda nº 29, do Senador Carlos Portinho; a Emenda nº 36, do Senador Sérgio Petecão; e a Emenda nº 37, do Senador Magno Malta. Todas elas tratam da retomada da competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida praticados, inclusive, por integrantes de organizações criminosas. Entendemos que a soberania do júri é cláusula pétrea da nossa Constituição e que a solução para o problema real apontado e identificado pela Câmara dos Deputados, que é a insegurança do jurado, deve ser tratada no reforço da proteção dos jurados e no instituto de desaforamento e não extinguindo, via lei ordinária, uma cláusula pétrea da Constituição, que naturalmente é impossível.

Rejeitamos a Emenda nº 30, do Senador Sérgio Petecão, que estabelece garantias trabalhistas aos jurados. Embora reconheçamos o mérito social da proposta, entendemos que ela adentra em matéria de Direito do Trabalho, fugindo ao escopo estritamente penal e processual penal deste marco legal de combate ao crime organizado.

Acolhemos a Emenda nº 31, do Senador Sérgio Petecão. Alteramos a Lei nº 9.807/1999 (art. 13 do Substitutivo) para permitir expressamente a extensão das medidas de proteção a testemunhas também aos jurados do Tribunal do Júri que sofram ameaças em razão de sua atuação em processos contra facções ou milícias.

Rejeitamos a Emenda nº 32, do Senador Sérgio Petecão, que cria o crime de "Exposição Indevida de Jurado". Optamos por enfrentar o problema da intimidação através de medidas processuais preventivas robustas (sigilo de dados e restrição de imagem), sem a necessidade de criar um novo tipo penal neste momento, até porque me parece que essa hipótese é extremamente remota, considerando a situação fática.

Acolhemos a Emenda nº 33, do Senador Sérgio Petecão. Instituímos uma seção específica de "Proteção dos Jurados" no Código de Processo Penal (arts. 472-A e 472-B), prevendo o sigilo de dados pessoais e a possibilidade de interrogatório do réu por videoconferência para evitar o contato visual direto e intimidatório com o Conselho de Sentença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acolhemos também a Emenda nº 34, do Senador Sérgio Petecão. Regulamentamos o instituto do desaforamento para permitir a transferência do julgamento do Tribunal do Júri para a capital ou para comarcas com mais de 300 mil habitantes, onde a estrutura de segurança é maior e a pressão sobre os jurados é diluída, garantindo a imparcialidade do julgamento.

Rejeitamos a Emenda nº 35, do Senador Sérgio Petecão, que cria uma lista específica de jurados voluntários. Entendemos que essa medida poderia ferir o princípio do juiz natural, que é de raiz constitucional, e a representatividade social do júri, preferindo os já citados mecanismos de desaforamento e proteção.

Acolhemos a Emenda nº 38, do Senador Plínio Valério, para preservar a destinação atual dos bens apreendidos por meio de procedimentos administrativos e tributários.

Acolhemos também a Emenda nº 39, do mesmo Senador Plínio Valério, diante da relevância da atividade de fiscalização tributária na prevenção e combate ao crime organizado. Aí, nesse ponto, o Senador Plínio, em boa hora, sugere o agravamento de pena na hipótese de ameaça e ataque também aos profissionais dos serviços de fiscalização fazendária.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 40, do Senador Mecias de Jesus, considerando que a causa de aumento de pena inserida na emenda substitutiva engloba algumas das situações já descritas pelo Senador Mecias, notadamente a hipótese de "circunstância de fato que evidencie a transnacionalidade da organização", além de trazer a previsão expressa da destinação de mais recursos para o combate ao crime organizado praticado na região de fronteira.

Acolhemos também a Emenda nº 41, do Senador Fabiano Contarato, que consolida entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, que é acesso a dados de Relatórios de Inteligência Financeira.

E agora, em último momento, e Emenda nº 42, apresentada pelo Senador Flávio Bolsonaro, também é parcialmente atendida, contemplada pelo substitutivo.

Por fim, Sr. Presidente e colegas, eu agradeço pelas inúmeras sugestões enviadas por órgãos públicos, entidades da sociedade civil, Parlamentares e cidadãos que contribuíram na formulação da emenda substitutiva, que segue aqui e está à disposição dos senhores e das senhoras. E reitero o registro: combate ao crime organizado exige a compreensão de que crime organizado não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobre em favela. O pobre em favela armado é apenas um sintoma da atuação da organização criminosa. Não é razoável pressupor que apenas o combate que, historicamente o Brasil já faz a esse criminoso violento, pobre nas ruas vá ter o condão de combater e mudar a realidade do crime organizado no Brasil. Projeto como esse, que agrega as contribuições notórias, meritórias da Câmara dos Deputados à contribuição proposta pelo Governo Federal, aí, sim, conduz o Brasil a um caminho de confronto aberto, firme, direto àquilo que verdadeiramente é crime organizado no nosso país, aquele que domina e se infiltra nas elites brasileiras.

Sr. Presidente, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e o parabenizo pelo relatório.

A audiência pública de ontem foi muito importante, contribuiu bastante.

Quero acrescentar que, no Senado Federal, Srs. Senadores e Senadoras, há mais ou menos seis anos, aprovamos, inclusive com o meu apoio, como Líder do meu partido, o fim da prerrogativa de foro privilegiado, que está na Câmara Federal e nunca foi aprovado. E hoje, quando V. Exa. citou a prisão do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com envolvimento com crime organizado, eu digo que a Câmara Federal poderia dar uma grande contribuição aprovando o fim da prerrogativa de foro para inibir o crime do colarinho-branco.

Como a V. Exa. falou, o crime organizado, as facções criminosas não estão só nas favelas; também estão nos palácios, nas assembleias, em várias localidades. E o fim do foro privilegiado, aprovado na Câmara, daria uma contribuição muito grande para a inibição dessa relação criminosa de quem executa na ponta, de quem planeja e de quem também financia esse crime organizado, como no caso da questão do Carbono Oculto, que foi colocado claramente para toda a população brasileira pela Polícia Federal e tantas outras entidades criminosas que financiam hoje, com muitos recursos, essas facções que aterrorizam o povo brasileiro.

Portanto, eu coloco em discussão.

Pela ordem de inscrição para discutir o tema, o Senador Rogério Carvalho, depois o Senador Sergio Moro, o Senador Mecias de Jesus e o Senador Fabiano Contarato, além do Senador Angelo Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, inicialmente eu quero cumprimentar V. Exa. por, rapidamente, pautar esta matéria, uma matéria em que o Brasil inteiro espera de nós todos uma posição, uma ação rápida e determinada para dar de volta aos brasileiros o sentimento de segurança tão importante e tão fundamental.

Também quero cumprimentar o Relator pelo esforço que ele fez de diminuir ou acabar com a confusão dos tipos penais, que geravam uma insegurança para o julgador; ou seja, quando tipos penais não são claros e tem confusão, beneficiam-se aqueles que praticam atividades criminosas, porque se abre espaço para muitos questionamentos do ponto de vista de defesa, de protelação, de procrastinação do curso processual e aumenta a possibilidade de erro do julgador na sua discricionariedade, e determinadas influências se exercem quando essa clareza da tipificação penal não se estabelece. Então, acho que isso já é um grande avanço que é trazido neste relatório, em relação ao relatório que veio da Câmara dos Deputados.

Uma outra questão é a inclusão da prisão perpétua – ainda que não com este nome – para alguns tipos penais que requerem uma presença mais firme do Estado, sem devolver essas pessoas ao convívio social pelo mal que elas produzem na "teia", na estrutura da sociedade.

Por fim, Presidente, eu queria aqui só colocar uma preocupação ao Relator, porque, ainda que ele tenha abrangido e dito aqui da questão relacionada à tipificação dos crimes de organização criminosa, de facção, apesar de o PCC usar meios violentos para estabelecer uma certa disciplina em determinados territórios, eles usam de meios que não são exclusivamente a barreira dos territórios, a ocupação do território. É uma forma mais sofisticada de controlar pessoas e controlar espaços, que vão além do espaço territorial e do espaço físico; ou seja, eles fazem um controle que é de outra natureza, que não necessariamente se resume ou se estabelece a partir do espaço físico. Apesar de o Relator aqui colocar que o PCC exige, por meio de disciplina e mediante violência ou grave ameaça, o cumprimento das regras de comportamento ou conduta em seus territórios, apesar de eles terem um território, não é diretamente no território que eles imprimem, mas sim sobre as pessoas que estão nesse território, a partir de condutas que eles exigem que sejam cumpridas. Então é uma nuance.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei do esforço do Relator para captar tudo, para não criar uma particularidade, para ter uma conceituação o mais ampla e abrangente possível, mas deixo aqui essa pequena contribuição e essa preocupação em relação ao PCC, que, entre as organizações criminosas, é uma das que está... uma das que estão – porque tem mais de uma – presentes em todo o território nacional e com uma diversidade de ramificações, como vimos na Carbono Oculto, em várias atividades econômicas, utilizando-se inclusive de mecanismos sofisticados, como fundos de investimento, mercado financeiro.

Portanto, é sem tirar nenhum mérito e de forma, eu quero dizer, elogiosa. Até me sinto orgulhoso de ser colega de um Senador que vem pelo meu estado e que cumpre essa tarefa com grande brilhantismo.

Parabéns, Senador Alessandro Vieira, pelo relatório que V. Exa. apresenta aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

Senador Sergio Moro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Moro, se me permitir só para deixar já o ponto trazido aqui pelo Rogério...

A gente está tratando da tipificação. Um ponto muito questionado no texto que veio da Câmara dos Deputados era a dificuldade e a subjetividade para se definir o que seria uma organização criminosa ultraviolenta. Enfim, a boa técnica exige tipos fechados. E aí a solução que a gente encontrou, construindo isso juntamente com as várias instituições, e a audiência pública materializou, são dois critérios para definir em que momento essa organização criminosa passa a merecer tratamento como facção: controle de territórios ou atuação interestadual, com o uso de violência, coação, ameaça ou outro meio intimidatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tranquilizo a preocupação do Senador Rogério porque o PCC está absolutamente abarcado pelas duas definições. Não há nenhum risco de nenhuma dessas facções, das cerca de 80 facções que nós temos em território nacional, algumas delas de atuação mais regionalizada, outras duas de grande alcance, uma terceira também de base carioca se expandindo pelo Brasil rapidamente... Todas elas estão abarcadas suficientemente pelas definições feitas. Mas, de toda sorte, até o final da instrução, a gente vai novamente reavaliar isso, em atenção à solicitação do colega.

Devolvo a palavra ao Senador Moro, agradecendo pela tolerância.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro aqui é importante destacar que esse é um projeto antifacção extremamente relevante, porque o brasileiro não aguenta mais a escalada da violência e do crime organizado no nosso país. Ele tem se alastrado dentro do domínio econômico. Nós temos infelizmente alguns estados com essa realidade territorial de eles dominarem regiões inteiras da cidade. O Rio de Janeiro é o exemplo mais notório, mas nós estamos vendo isso também na Bahia e no Ceará com cada vez maior frequência.

Então, precisamos realmente endurecer. Eu discordo daquelas afirmações: "Ah, não adianta elevar pena". Não, adianta sim. Você tem um efeito inibitório, um efeito preventivo. E o indivíduo preso vai ficar neutralizado enquanto estiver preso.

Quero aqui elogiar o Deputado Derrite, que fez um grande trabalho lá na Câmara, aperfeiçoando o processo original que veio do Governo. O projeto original, que – eu até mesmo coloquei – tinha méritos, mas também tinha os seus deméritos, tinha os seus problemas. E o texto que saiu da Câmara foi um texto muito mais rigoroso em relação ao que havia sido apresentado no projeto.

Agora, aqui no Senado, o Senador Alessandro apresentou um aprimoramento também ao texto do Derrite. Já há quem diga que é uma vitória do Governo. É uma bobagem isso, é um processo legislativo. É natural que no processo legislativo haja alterações ao projeto originário, na Câmara, e haja alterações aqui no Senado; e o projeto vai voltar para a Câmara, inclusive, para uma reanálise. Então, a gente tem que parar com essa narrativa e começar a discutir aqui as questões concretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto do Senador Alessandro, como eu tive a oportunidade de ler agora pela manhã, é uma demanda da sociedade por agilidade, então até a gente compreende o apressado aqui do momento, mas é um texto muito bom tecnicamente. Eu até agradeço ao Senador, que acolheu algumas sugestões que apresentei. Eu tenho, no entanto, dois pontos, Senador, para que eu gostaria de pedir a atenção de V. Exa., que a meu ver seriam importantes para nós podermos fazer ajustes muito pontuais e redacionais.

Quando se fala nas forças-tarefas, no art. 21-W, se fez uma referência específica à Ficco. Ótimo, a Ficco tem um papel importante, mas existe, por exemplo, no âmbito do Ministério Público estadual, principalmente, e do Federal, forças integradas na forma dos GAECOs. Então, a minha sugestão é que nós não fizéssemos aqui uma referência específica a apenas um formato de força-tarefa, no *caput*, e é um ajuste muito pontual: "poderão atuar de forma conjunta ou coordenada em forças integradas", sem a necessidade de mencionar a Ficco.

Até porque existe uma situação em que tem forças-tarefas integradas também interestaduais, ou dentro do próprio estado, entre polícia militar e polícia civil, ou até juntando ali a polícia penal estadual. Porque essa norma ficou tão... a redação dela ficou tão boa, Senador Alessandro, que eu gostaria que ela fosse um parâmetro para todas as forças-tarefas e não apenas para a Ficco. E eu imagino que, diante do tamanho que nós temos hoje em dia do crime organizado, embora seja interessante que a Polícia Federal trabalhe junto com as polícias estaduais, vão existir hipóteses em que a participação da Polícia Federal não interesse naquele momento. Isso não deveria ser um empecilho para utilizar o mesmo texto.

Então, embora até entenda o argumento que V. Exa. me apresentou há pouco de que nada impede, vamos deixar um pouco mais abstrata a descrição da norma, para que haja essa possibilidade de usar essa norma também para forças estaduais.

Então, a minha sugestão seria esse ajuste redacional. Se V. Exa. entender necessário ainda mencionar a Ficco, poderia colocar a título exemplificativo: "[...] atuar de forma conjunta e coordenada em Forças Integradas [...], como os modelos da FICCO ou dos GAECOs", como V. Exa. preferir.

E no §2º, inciso IV, já que nós vamos abrir essa possibilidade e já que igualmente V. Exa. previu muito bem lá um acordo de cooperação técnica para definição das atribuições e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidades dessas forças integradas, a minha sugestão é que o inciso IV ficasse: "coordenação-geral e supervisão pelo órgão definido em acordo de cooperação técnica". Já vai ter o acordo, já se define lá, dentro desse acordo, qual vai ser o órgão a que vai competir essa coordenação específica. Vamos supor, por exemplo, uma força integrada para coibir o tráfico de drogas através de embarcações no mar. Eventualmente, se forem operações ostensivas, pode ser interessante que a coordenação caiba, por exemplo, à Marinha, com o apoio das polícias. Então, acho que deixar um pouco mais aberta essa definição, à vista das circunstâncias, seria interessante.

Então faço essa sugestão de dois ajustes redacionais.

Por fim, minha segunda sugestão aqui: o elogio à questão da tributação das *bets*. As *bets* – infelizmente, tem um descontrole no nosso país – têm vitimado indivíduos e famílias. Por mim, nós caminharíamos para uma eliminação dessas *bets* ou uma regulação que temos que fazer de supressão dessa propaganda agressiva, inclusive via *influencers*, que, a meu ver... ou que seja explicitado, então, que o *influencer* está sendo pago para fazer aquele tipo de propaganda em redes sociais ou na televisão. Mas foi muito feliz o Relator: já que existe o mal, que do mal parte seja destinada ao bem e isso seja utilizado como financiamento para as atividades da segurança pública.

Só recebi um pedido aqui, Senador, e eu precisaria ver a redação específica, porque foi um pouco rápido, para que pudessem ser destinados também não só às polícias esses recursos, mas às forças de segurança em geral, inclusive às forças encarregadas da persecução penal, digo aqui sobre o Ministério Público inclusive, porque parte desse combate, e aqui eu vou me referir especificamente ao Paraná... O combate às organizações criminosas no Paraná tem uma parcela muito importante sendo realizada pelo Gaeco dos MPs estaduais. Inclusive, nós ouvimos aqui, na audiência pública de ontem, uma referência específica ao modelo dos GAECOs na forma de elogios. Na audiência, não, desculpe, no dia que veio aqui o Lincoln Gakiya, na CPI do Crime Organizado, e ele fez, inclusive, referência ao MP estadual. Então, eu sugeriria também uma mudança redacional daquela parte, para deixar claro que esses investimentos de segurança pública podem abranger não só prevenção e repressão aos órgãos de segurança do art. 144, mas, igualmente, aos órgãos encarregados da persecução penal – Ministério Público e suas respectivas forças-tarefas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São esses dois ajustes que estou pedindo a V. Exa. Claro que reconheço que já acolheu algumas das minhas emendas. Gostaria que tivesse acolhido integralmente, mas compreendo que nem sempre isso é possível. Com esses dois ajustes, com ambos, eu entendo, inclusive, que V. Exa. afastaria reclamações que eu tenho recebido aqui, e não só do Ministério Público, mas de polícias estaduais, em relação ao relatório que foi apresentado.

Senador Otto, é um avanço, e espero que não se perca esse avanço em discussões triviais ou irresponsáveis em torno de disputas políticas partidárias. O trabalho que o Deputado Derrite fez foi excelente, porque ele colocou o projeto, a meu ver, no rumo certo, de um endurecimento real em relação às organizações criminosas. V. Exa. mesmo... Outro dia, nós conversávamos, e V. Exa., a meu ver, compartilhou uma concordância nesta linha: "Olhe, precisamos, realmente, jogar pesado e elevar a pena significativamente desses crimes". E, agora, o relatório que foi apresentado faz, basicamente, uma mudança técnica, ajustes técnicos, o que é normal no processo legislativo.

E é muito bom aqui, diga-se, que foram incorporados instrumentos de investigação, métodos especiais de investigação, que há muito tempo carecem de serem regulados melhor em lei, como foi aqui a possibilidade de interceptação por dispositivo de *spyware* ou espelhamento.

Ficam aqui os elogios ao relatório e ao trabalho que foi feito do Senador Alessandro, rogando que ele possa acolher as sugestões redacionais que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Ontem, inclusive, na audiência pública, o representante da OAB fez um questionamento sobre monitoramento da audiência do preso com o advogado. Não sei se V. Exa. observou isso, e estava no relatório...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sim, a gente observou isso, Presidente. Mantivemos uma redação que protege o sigilo entre advogado e cliente, desde que esse advogado não tenha sido identificado como potencial participante da organização criminosa, porque, infelizmente, nós temos hoje advogados que se prestam à função de pombo-correio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... especialmente nos estabelecimentos penais federais. Então, a OAB está contemplada, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aí vai diminuir o comando interno nas prisões...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tem que fazer o isolamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... como a determinação de ordem para a execução de crimes, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É.

Com relação às duas sugestões apresentadas pelo Senador Moro, eu vou acolher parcialmente as duas sugestões, primeiro ponto, estabelecendo na redação, de forma mais expressa ainda, que outras modalidades e formas de cooperação integrada são permitidas na lei. O que a gente fez ao colocar, institucionalizar as FICCOs... É porque são um formato de cooperação que está em funcionamento nas 27 unidades. Isso significa que o consenso político já foi construído, porque o Governador assinou a cooperação, a Procuradoria respectiva concordou, está funcionando normalmente. E a gestão da Polícia Federal é administrativa. Não há – e o texto do substituto que apresentamos é muito claro – subordinação hierárquica nenhuma. O delegado da Polícia Federal não manda no PM, o coronel da PM não manda no agente da Polícia Federal... É uma integração de forças. Esse formato – e a gente teve o cuidado de tentar avançar ao máximo, pesquisando a realidade nas pontas – não tem notícia de problemas. Pelo contrário, os resultados são muito expressivos, é raríssima a semana em que você não tenha duas ou três operações executadas pelas FICCOs, porque o formato de integração permite esse compartilhamento rápido de dados e mais eficiência. Mas vamos acolher, dando mais clareza de que outras modalidades de cooperação, naturalmente, serão permitidas.

E, por fim, com relação ao acesso aos recursos pelo MP, a gente vai fazer também aqui o acolhimento parcial, restringindo o uso dos recursos aos órgãos ou, enfim, aos ramos do MP que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuem diretamente no combate ao crime organizado, porque, repito, na história do Brasil, a captura corporativa das boas iniciativas é quase uma regra. Nós colocamos dinheiro para a iniciativa, e, daqui a pouco, quando você verifica, aquilo foi totalmente drenado. Nós temos fundos, Presidente Otto, dedicados ao combate ao crime, à segurança que têm 90% do seu empenho destinados para benefício pessoal. Por isso que a gente coloca um prazo de 180 dias para que o Executivo federal faça um grupo de trabalho, enfim, faça o formato que deseje, para apresentar a esta Casa, a este Congresso uma reestruturação. Eu não preciso de quatro fundos, cinco fundos, dez fundos, não faz o menor sentido; eu preciso do dinheiro chegando onde põe. Então, acolho parcialmente as duas demandas apresentadas pelo Senador Moro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus, para discutir a matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu tinha, inclusive, feito uma permuta com o Senador Contarato, mas eu vou ser breve.

É apenas para parabenizar o Senador Alessandro pelo relatório e, ao mesmo tempo, agradecer-lhe por acatar algumas das minhas sugestões, entre elas a Emenda nº 40, apresentada por mim, que aumenta a pena para os crimes cometidos nas áreas fronteiriças e também determina que mais recursos sejam enviados para essas áreas. E eu digo isso porque Roraima vive isso constantemente e temos ali já várias facções transnacionais cooperadas entre a Guiana, a Venezuela e o Brasil.

Portanto, Senador Alessandro, a minha gratidão e o meu respeito a V. Exa. e ao seu relatório.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exa., primeiro, por ter pautado essa matéria e ter designado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador Alessandro Vieira como Relator, que tem uma serenidade, uma sobriedade, um equilíbrio, acolheu os questionamentos dos colegas, aquilo que era possível incorporou no texto. Então, parabéns ao Senador Alessandro Vieira pelo relatório. Hoje, de manhã, quando eu tive acesso, eu falei: "Olha, eu estou muito feliz com o relatório apresentado, muito feliz".

E eu acho lamentável quando o Parlamento quer politizar qualquer pauta. Isso não é uma pauta do Governo, ou é uma pauta da direita, ou é uma pauta da esquerda. Essa pauta de segurança pública é a pauta da população brasileira e é apartidária, porque não basta a Constituição Federal, no art. 144, dizer que segurança pública é direito de todos e dever do Estado e, às vezes, a gente ficar com narrativas aqui por campos ideológicos. Então, eu quero aqui fazer essa ressalva.

E hoje eu fico muito mais feliz, Senador Alessandro, pelo acolhimento que V. Exa. fez da Emenda 41, mas eu apresentei a Emenda 43, retificando um termo, porque eu coloquei aqui que: "Para fins de apuração dos crimes previstos nesta lei, mediante procedimento investigativo regularmente instaurado, o Delegado de Polícia ou o Membro do Ministério Público poderão [...]", e o que foi acolhido era "requerer", e requerer dá a impressão de que pode ser negado ou não. E a Emenda 43, que eu apresentei, é: "[...] poderão requisitar os Relatórios [...] ao COAF [...]", e, claro, aquela informação vai ser comunicada ao juiz competente para avaliar.

Então, se V. Exa. puder acolher a Emenda 43, que determina a possibilidade de requisição e não requerimento, em substituição à Emenda 41, é isso.

E eu quero aqui fazer um agradecimento e parabenizar duplamente o Senador Alessandro em nome de todos os delegados de polícia do país.

Hoje é o Dia Nacional do Delegado de Polícia, e eu tenho muito orgulho de falar que eu, por 27 anos, ingressei e fiquei à frente, sempre trabalhando na atividade-fim, da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo.

Quero mandar um abraço carinhoso a todos os policiais civis e, em especial, aos delegados de polícia, porque são eles os principais garantidores. Eu fico triste quando as pessoas criminalizam a polícia, falam que o policial viola direitos. Não, o policial tem que ser visto como garantidor de direitos, e não como violador de direitos. Eu tenho muito orgulho de ter exercido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por 27 anos da minha vida, diretamente na polícia civil, apurando infrações penais, seja crime, seja contravenção, e colocando na cadeia as pessoas que violam qualquer norteamento jurídico.

E outra coisa: nós temos que parar com esse olhar romantizado da segurança pública, porque é muito cômodo pessoas que vivem na academia – e olha, que eu sou professor, com muito orgulho – terem uma visão romantizada. E eu volto a falar do caso que aconteceu, Senador Alessandro, no Espírito Santo. No Espírito Santo, um rapaz de 16 anos entrou na escola com duas armas do pai, policial militar, matou quatro pessoas, entre elas um estudante, e já foi solto agora em novembro porque foram três anos de período de internação. Isso não é lógico, isso fere a razoabilidade. Nós temos que proibir.

E desse projeto eu vou falar pontos importantes: ele torna inafiançável, imprescritível, insuscetível de anistia, graça, indulto, transforma isso em crimes hediondos, dificulta progressão de regime, dificulta livramento condicional e efetivamente vai dar um caráter retributivo pelo mal praticado e, claro, de readaptação ao convívio sociofamiliar para as pessoas que efetivamente querem se readaptar ao convívio sociofamiliar.

Então, parabéns a V. Exa., por ter pautado, parabéns ao Senador Alessandro Vieira, parabéns aos Senadores e Senadoras, mas, acima de tudo, parabéns hoje, no Dia Nacional dos Delegados de Polícia, de que eu tenho muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar V. Exa., não só V. Exa., como o Senador Alessandro Vieira; são dois delegados que têm dado uma contribuição muito grande aqui, ao Senado Federal, sobretudo nessas matérias que versam sobre segurança pública.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu vou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Marcos, se permitir só um instante, é só para registrar o acolhimento à Emenda 43, apresentada pelo Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Eu quero primeiro cumprimentar V. Exa. por...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está inscrito antes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... pautar essa matéria, mas eu vou antecipar o pedido de vista, considerando a complexidade do tema, a importância desse assunto.

Eu acho que é um tema que tem que ter, por todos nós, um empenho não só na leitura, mas na aprovação de um texto que realmente represente o avanço que nós pretendemos construir para o país.

Cumprimento V. Exa., cumprimento o Relator, mas, em razão de ser o tema que é, com a dimensão que tem, eu estou solicitando vista para que possa olhar detidamente o relatório, todas as mudanças que estão sendo apresentadas e, na próxima sessão, poder fazer a discussão com profundidade.

E peço a V. Exa. que não encerre a discussão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não.

Agora está inscrito o Senador Angelo Coronel. Se V. Exa. quiser discutir depois, pode discutir também a matéria.

A vista...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coletiva, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... é coletiva, e será pautada na próxima reunião, dia 10, para a votação da matéria.

Senador Angelo Coronel, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Presidente, cumprimento V. Exa., cumprimento todos os nossos pares, nosso querido Relator. Parabenizo-o, porque o relatório realmente está muito substanciado, muito completo, mas, evidentemente, tem alguns itens aqui, Alessandro, que eu gostaria de que V. Exa. analisasse, já que nós temos aí uma semana para discutir.

A questão da Cide-Bets, Presidente... O Governo tem um projeto, o 4.331, de 2025, que está tramitando na Câmara dos Deputados, em que já destina 31,6% do GGR para o Fundo de Segurança Pública, então, na verdade, poderíamos puxar esse projeto para incorporar... Não sei tecnicamente como faria, mas eu acho de grande importância.

Na verdade, eu fui Relator da legalização das *bets*, e foi um tema sobre o qual me debrucei muito, e uma das coisas que... Onde a *bet* ganha o dinheiro é no GGR, e o GGR não pode ser comparado com faturamento, porque, por exemplo, Senador Otto Alencar, se V. Exa. entrar agora e fizer um Pix para uma *bet* da vida, R$1 mil, como está no projeto, já vai pagar 15%. Ou seja: a *bet* está pagando em cima do valor do jogador, não em cima do lucro.

Ela tem um lucro. Em cima do lucro, você tem que ser taxado; você tem que ser, realmente, tributado. Mas, como está, não. Está em cima do faturamento. Mas não é o faturamento; é em cima do recebimento.

Então, como tem a questão dos 31,6% do projeto, acredito que ficaria de bom tamanho.

Inclusive, Senador Alessandro, foi aprovado também na CAE o GGR passando para 18. Então, seria bom também que, nesta semana, fizesse esse ajuste, para não ficar um de Eduardo Braga, esse seu e o outro, que está tramitando na Câmara, sobre o mesmo tema, na questão financeira, porque, quanto à questão de combate às facções, eu acho que está coberto de razão, está muito bom, mas essa questão financeira é importante, porque se é a estrutura orçamentária que vai tocar esse projeto, então tem que ajustar essa estrutura orçamentária.

Outra coisa é o seguinte, que eu peço a V. Exa.: o Sisfron (Sistema de Monitoramento da Amazônia) não foi citado, e, hoje, é um sistema que só tem 30% prontos.

O Brasil não produz cocaína; o Brasil somente é da rota logística; não temos... E, hoje, esse monitoramento da Amazônia está muito aquém da realidade. São 17 mil quilômetros de fronteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seca, com 11 países, e é preciso que o Governo invista, para concluir e terminar, evitando, assim, que o narcotráfico entre livremente... Eu estive em Ponta Porã com o Exército. Chegamos lá, era a coisa no meio da rua. A maior tranquilidade, não tem nada que venha a coibir, você não vê uma força de segurança, não vê um policial...

Então, a gente tem que, realmente, concluir o Sisfron, para que feche as nossas fronteiras. Um muro virtual, que precisa ser feito.

E outra coisa, Senador Alessandro, é a questão do fundo de segurança.

Eu tinha um projeto também, o 2.413, que destina, hoje, 50% para a União, 25 para os estados e 25 para os municípios.

Por que os municípios? Porque a grande maioria dos municípios brasileiros, hoje, já tem a sua polícia municipal, e a polícia municipal faz um papel também muito importante. Inclusive, tivemos – parece-me que ontem – uma audiência pública sobre as polícias municipais...

Por exemplo, a Bahia: tem 200 municípios hoje, de 400, já com a polícia municipal montada.

Pode ser que alguém diga "ah, mas a polícia não tem a capacidade de coibir o tráfico de drogas", mas ela sabe... Porque tudo acontece no interior; ela sabe onde é que está, ali, o criminoso, o bandido.

Então, seria importante também, além do treinamento das polícias municipais, ter também uma destinação de um percentual, para fazer frente a isso.

Outra coisa também que está nesse projeto que eu acho que é fora do escopo é a questão quando diz da inidoneidade.

Inidoneidade, para mim, é quando está em trânsito em julgado. V. Exa., que é advogado... E não é, por exemplo... A pessoa dá uma queixa sua, e o senhor já virou idôneo. Eu acho que, depois que transitou em julgado é que você passa a ser realmente inidôneo.

Seria importante também colocar nesse texto essa observação, tecnicamente.

Então, Presidente Otto Alencar, agradeço aí o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era importante também falar, Senador Alessandro, que hoje existe – eu não sou defensor de *bets* não, mas, como eu fui Relator do projeto, eu me entranhei bem nessa coisa –, hoje as *bets*, Senador Otto Alencar, já pagam 12% de GGR, mas elas pagam mais 34% de Imposto de Renda adicional, pagam 9,25% de PIS-Cofins e mais 5% de ISS. Então, elas já têm uma carga tributária...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O GGR é em cima do lucro bruto?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É em cima do lucro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bruto?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, se você apostou mil...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não..

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e você me pagou um prêmio de 500, quanto foi o lucro? De 500. Em cima dos 500 você paga, porque você só pode pagar em cima do lucro, isso é questão econômica. Você não pode pagar fora do lucro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois de pagar todos os impostos, ainda paga...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ainda paga o GGR.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Paga a cadeia de impostos toda.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Total, igual a uma empresa comercial ou um supermercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E quanto é a carga tributária toda?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – No total, se V. Exa. somar 12% de GGR, com 9,25% de PIS-Cofins, com 5% de ISS e 34% de Imposto de Renda, com adicional, vai dar aí mais ou menos 62%.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Total, 62%?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, 62% . É importante ver isso, porque hoje, se o Estado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aí a proposta ideal seria de 100% para não ter *bet* e a população não ficar jogando dinheiro do Bolsa Família e do benefício de prestação continuada na *bet*. (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas aí V. Exa. tem que entender que só tem dois países no mundo que não têm *bet*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só tem dois países no mundo que não têm *bet*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só dois?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pior é deixar *bet* é clandestina.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só dois, é?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só dois países no mundo: Indonésia e Arábia Saudita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que não pode é hoje as *bets* oficiais pagarem, e as *bets* ilegais estarem aí campeando livremente no ar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas o Brasil está cheio de *bets* oficiosas aí, que não pagam impostos, absolutamente.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem, muitas, e 51% das *bets* são oficiosas, são *bets* clandestinas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É um absurdo isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em todos os setores.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em toda atividade de esporte tem *bet* que não é oficial, e que não paga...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem *bet* que financia o Campeonato Brasileiro. O Brasileirão é financiado pelas *bets*, essa que é a verdade. Agora, o que precisa é coibir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso entrou, lamentavelmente, inclusive na vaquejada.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – *Bet* oficiosa, que não paga imposto, na vaquejada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que precisa agora é fazer pressão para legalizar ou então fechar as portas das ilegais. Agora, as legais, que são 82 *bets*... Não pode hoje ter mais de 10 mil *bets* – segundo o Locomotiva Instituto – ilegais no Brasil e 82 legalizadas, que pagam impostos. Quer dizer, quem paga impostos está simplesmente sendo prejudicado pelos clandestinos, e não tem até agora um poder de polícia nem de fechar as portas para o jogo ilegal no Brasil.

Então, é isso que eu tinha que salientar, Presidente, e gostaria que o nosso Relator analisasse essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Pois não, Presidente.

Como a gente tem vista pedida, eu vou ter tempo para apreciar as emendas que, porventura, sejam apresentadas pelo Senador Angelo, mas antecipo alguns pontos.

Primeiro, essa questão das *bets*. A opção pela Cide é deliberada porque justamente corta uma estratégia hoje adotada pelas *bets*, que é a de redução do GGR. O GGR é o valor correspondente ao lucro do apostador, quanto o apostador ganha de volta. Então, através do artifício dos *royalties* elevados, do custo operacional elevado, as *bets* legalizadas no Brasil, em conjunto, parece-me que criam 19 empregos. Rodam esse valor absurdo e geram 19 empregos apenas. Então, é uma escolha porque quem paga, quem é objeto dessa tributação é a pessoa física que faz a aposta, como acontece quando a gente abastece o carro. Abastecendo o carro, você paga uma Cide. Fazendo a aposta, você vai pagar uma Cide. Então, as *bets* não têm afetação.

Mas a gente teve a cautela de levar para o texto da lei todas as medidas de combate às *bets* ilegais, em desenho e previsão feitas pelo Senador Eduardo Braga e pelo Ministério da Fazenda, bloqueio de Pix, um monte de coisa para travar as ilegais, porque a gente entende também que não só você tem uma competição desleal, mas você tem claramente lavagem de dinheiro aí de crime organizado rodando assim de uma forma astronômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a opção pela Cide-Bets é deliberada porque ela amplia a base da arrecadação. Ela não vai desestimular a conduta, infelizmente, basta olhar o que temos no caso de cigarro e álcool. A tributação de cigarro e a tributação de álcool são muitíssimo mais altas do que essa que está sendo imposta às *bets* e não temos notícia, infelizmente, da redução do consumo nem dos lucros das empresas que trabalham nessa área.

Com relação ao Sisfron, Senador Angelo, aprovamos muito recentemente R$5 bilhões extrateto para o Ministério da Defesa. Então, *a priori* eu não vejo neste projeto motivo para acolhimento, mas, claro, V. Exa. vai apresentar e vamos fazer os estudos. Nós ouvimos, eu estive com o Ministro Múcio e estou disponível para novamente dialogar. A gente entende que existe um âmbito de cooperação entre a Defesa e a segurança pública, mas ainda é uma zona que precisa de melhor regulamentação.

Por fim, com relação às guardas, este é um projeto de combate ao crime organizado, notadamente facções e milícias, não é uma atribuição das guardas municipais. Eu sou um defensor notório das guardas. No meu estado, distante de qualquer outro Parlamentar federal, sou o que mais investe nas guardas, estimula a criação, estimula o treinamento, equipagem, mas não é papel da guarda fazer combate a organização criminosa, mais ainda a facções e milícias. Então, só para manter essa estrutura, mas defendo e sou subscritor com outros colegas de medidas inclusive de alteração da Constituição, para garantir o acesso das guardas ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Aí é outra coisa. Mas acho que encaminhamos bem nesse sentido, e todas as emendas apresentadas daqui até a próxima data, que me parece que será o dia 10, serão devidamente apreciadas com viés técnico.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Como o texto foi apresentado agora pela manhã e vão surgindo questões, eu sei que temos mais uma semana de vista, mas aproveitando aqui a presença do Relator, houve aqui uma solicitação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro. Está prevista a nova fonte de custeio dessa Cide-Bets, que é muito pertinente. No §8º do art. 5º, inserido na lei que trata do Fundo Nacional de Segurança Pública, tem a previsão de pelo menos 60% dos recursos anuais provenientes da fonte prevista na alínea "d" inciso II do art. 3º, que é a Cide-Bets, serão destinados à execução descentralizada em ações realizadas pelos estados e pelo Distrito Federal, e aí tem "mediante instrumentos de cooperação com a União, preferencialmente em projetos de operações conjuntas".

Há uma solicitação de que possa haver uma modificação dessa parte, porque tem o receio de se tornar muito burocrático para essa transferência feita dessa parte ser por instrumento de cooperação com a União, porque hoje a parte mais relevante do Fundo Nacional de Segurança Pública é transferida fundo a fundo e dá aí aos estados e ao Distrito Federal uma maior autonomia para a gestão desses recursos.

Então, fica aí uma sugestão para uma reflexão de V. Exa. nesse ponto, porque existe esse receio de haver um engessamento, já que dependerá dessa parcela substancial de financiamento sempre desse instrumento de cooperação. Talvez pudesse ter alternativas a esses modelos de transferência e apenas uma parte ser limitada a instrumento de cooperação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Será avaliado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como não há nenhuma outra matéria para ser discutida, eu encerro a sessão, lembrando ao Senador Angelo Coronel e perguntando a V. Exa.: o apostador que ganha jogando na *bet* paga Imposto de Renda? Ainda paga Imposto de Renda...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Paga 15%.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... sobre o que ele ganha.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Sobre o que ele ganha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, somando 62% com 27%, dá 100% – quase 100%. (*Risos.*)

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Efraim Filho, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jaques Wagner, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Paulo Paim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 57/2025 - CCJ, de autoria do Senador Jaques Wagner e REQ 65/2025 - CCJ, de autoria do Senador Zequinha Marinho, para instruir a PEC 10/2024, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e outros. **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2024, que "modifica o art. 231 da Constituição Federal, para permitir aos índios produzir e comercializarem livremente sua produção e prever a obrigação da União de prestar-lhes auxílio técnico". **Participantes:** Sr. Luis Ventura Fernández, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Sra. Silvia Waiãpi, Ex-Deputada Federal; Sr. Kleber Karipuna, Coordenador-Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Sr. José Lucas Duarte, Cacique da Etnia Tukano; Sr. Márcio Santilli, Presidente do Instituto Socioambiental (ISA); Sr. Ubirajara Guajajara, Cacique da Aldeia Amarante (MA); Sr. Felisberto Cupudunepá Filho, Cacique (MT); e Sr. Marcos Kaingang, Secretário Nacional de Direitos Territoriais Indígenas. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rogério Carvalho
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2024, que modifica o art. 231 da Constituição Federal para permitir aos índios produzir e comercializar livremente sua produção e prevê a obrigação da União de prestar-lhes auxílio técnico, conforme o Requerimento nº 57, de 2025, da CCJ, de iniciativa dos Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho, e o Requerimento nº 65, de 2025, da CCJ, de iniciativa do Senador Zequinha Marinho.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu convido, para fazer parte da mesa, o Sr. Marcos Kaingang, Secretário Nacional de Direitos Territoriais Indígenas; o Sr. Kleber Karipuna, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; o Sr. Luis Ventura Fernández, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário; o Sr. Márcio Santilli, Presidente do Instituto Socioambiental; a Sra. Silvia Waiãpi, que vai falar de forma remota, ex-Deputada Federal; Sr. José Lucas Duarte, remoto, cacique da etnia tucano; Sr. Ubirajara Guajajara, cacique da Aldeia Amarante, Maranhão; e Sr. Felisberto Cupudunepá Filho, também remoto – tanto o Sr. Ubirajara Guajajara, remoto, assim como o Sr. Felisberto Cupudunepá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como temos um horário, a sessão do Senado deve começar às 16h, para que a gente possa ter um tempinho, eu vou dar uma fala inicial de cinco minutos para cada um dos convidados. Vou começar com o Sr. Luis Ventura Fernández, Secretário-Executivo do Conselho Nacional Indigenista Missionário.

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos. Queria agradecer o convite ao Conselho Indigenista Missionário para estar nesta audiência pública. Agradeço ao Presidente, Senador Rogério Carvalho.

Estamos em tempos em que matérias muito sensíveis para os povos indígenas estão sendo permanentemente desafiadas, e, por isso, eu acho importante este tipo de audiências públicas.

A Constituição Federal reconheceu direitos fundamentais aos povos indígenas, como fruto da participação audaz dos povos e de seus aliados, como fruto também do convencimento dos Constituintes. Entre esses direitos garantidos, direitos fundamentais, está o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam, com destaque nesse caráter originário; o direito às formas próprias de organização social, e aqui devemos compreender também as formas econômicas próprias; e o direito ao usufruto exclusivo dos bens que existem em seus territórios.

Esses três direitos, que estão no art. 231, que a PEC nº 10 pretende alterar, são direitos fundamentais e configuram o núcleo principal, o cerne do direito dos povos indígenas a viver em suas terras demarcadas e protegidas da forma como livremente decidem. E esse é o núcleo que a PEC nº 10 pretende desconfigurar, no nosso entendimento.

Insisto em que os povos indígenas têm o direito assegurado a seus territórios, às suas formas de organização e a usufruir, de forma exclusiva, dos bens que existem nesses territórios. Portanto, a decidir livremente seus caminhos.

A Constituição Federal também determinou que as terras indígenas são inalienáveis, ou seja, elas não podem ser transferidas, não podem ser alugadas, não podem ser arrendadas, não podem ser vendidas, e que os direitos dos povos indígenas são indisponíveis. Portanto, exclusivamente, dizem respeito aos povos indígenas e não podem ser disponibilizados para terceiros.

É claro que desde 1988, os setores econômicos vêm tentando desconstituir, desconfigurar esses direitos, o que significa romper o consenso constitucional. E isso é feito de várias formas, através da violência, do esbulho, da invasão de terras, mas também através de iniciativas legislativas. E é aqui que deve ser compreendida, no nosso entendimento, a PEC nº 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o objetivo fundamental da PEC nº 10? No nosso entendimento, não é o que aparenta, não é o que aparece na ementa, no sentido de garantir aos povos que possam produzir e comercializar e exigir ao Estado políticas de apoio. Até porque isso, de fato, já é algo que se dá aos povos indígenas: produzem em seus territórios da forma como eles livremente decidem e não há vedação para a comercialização de seus produtos.

Se esse fosse o objetivo, os Senadores deveriam estar preocupados com garantir a condição fundamental para que os povos possam produzir livremente, conforme seus usos e costumes. E essa condição fundamental é a demarcação e a proteção das terras indígenas – essa que é a condição indispensável. O que se precisaria não seria, portanto, emendar a Constituição, mas cumpri-la: cumprir o art. 231, da forma como ele está.

O objetivo fundamental, portanto, da PEC 210, no nosso entendimento, é outro e está escrito dentro da proposta, quando fala da possibilidade de arrendamentos e de acordos, contratos e parcerias, ou seja, o objetivo da PEC...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS VENTURA FERNÁNDEZ – ... é abrir os territórios indígenas à possibilidade de serem explorados por terceiros, e isso é impossível porque significaria uma afronta ao direito do usufruto exclusivo, que é um direito fundamental, e uma afronta ao caráter inalienável das terras e ao caráter indisponível dos direitos dos povos indígenas.

Concluo, termino dizendo que emendar a Constituição Federal não pode ser afrontá-la. Todo poder reformador tem limitações concretas, entre elas não retroceder em direitos adquiridos e não alterar direitos fundamentais.

A Comissão de Constituição e Justiça, sem dúvida, tem um papel muito importante no Congresso Nacional, e o papel é, principalmente, de zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, e não pela sua desconfiguração em matéria de direitos fundamentais, e de garantir o que já está previsto no art. 231, que é, insisto, o direito originário aos territórios, o direito às próprias formas de organização social e econômica e o direito ao usufruto exclusivo por parte dos povos indígenas.

Portanto, não há outro caminho, no nosso entendimento, senão a rejeição desta proposta.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Quero agradecer ao Sr. Marcos Kaingang e... (*Pausa.*)

Não, ao Sr. Luis Ventura Fernández pela participação, e quero colocar a Sra. Silvia Waiãpi no remoto.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (*Por videoconferência.*) – Olá, posso me pronunciar?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Pode. A senhora tem cinco minutos para a sua manifestação.

Obrigado.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Tudo bem.

Quero apenas falar que quem deve definir, ou não, deve ser o Poder Legislativo, porque é o Poder Legislativo que define, justamente pelo pedido da população, como deve ou como não deve ser a nossa legislação. Obviamente, o pedido dessa PEC, dessa alteração na Constituição, dessa emenda ao art. 231, é para garantir justamente o pedido de indígenas que querem produzir.

Então, no momento em que nós dizemos, por exemplo, que as iniciativas do Legislativo desconfiguram o direito, na realidade nós estamos cerceando a autodeterminação dos povos. Se existem comunidades indígenas que querem produzir, elas devem produzir, não nos moldes, por exemplo, que o Cimi quer determinar, que seja como se fosse em 1500. Não. Hoje nós já temos técnicas modernas que podem ser garantidas para que indígenas alcancem a sua autonomia e a sua independência financeira, sem com isso precisar todas as vezes de repasses e mais repasses do Governo Federal, como, por exemplo, os parecis têm feito no seu território, produzindo, plantando, para o desenvolvimento agropecuário dentro daquelas unidades, daquelas terras. Então, no momento em que nós cerceamos a autonomia dos indígenas, nós estamos, sim, lesando o seu direito principal.

Uma outra coisa... É prevista na Lei nº 6.001/73, o Estatuto do Índio, a criação de colônia agrícola indígena, assim como também já era prevista a exploração do território no art. 46. Tudo isso foi mudado com o Código Florestal. Aí agora nós vemos que isso sim foi o cerceamento do direito do indígena, simplesmente ele foi condenado a viver em 1500, então, por isso, não tem por que criar obstáculos para que haja a emenda na Constituição, garantindo o direito e a autonomia de que indígenas possam se desenvolver economicamente. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, eu queria passar a palavra para o Sr. Kleber Karipuna, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

O SR. KLEBER KARIPUNA (Para expor.) – Oi, oi, oi, oi, o.k.?

Bem, primeiramente, uma boa tarde a todos e todas presentes. Gostaria de saudar o Exmo. Senador Rogério Carvalho e, na sua pessoa, saudar todos os Parlamentares, presentes fisicamente ou no formato virtual. Gostaria de saudar os companheiros aqui da nossa mesa: o Secretário Marcos Kaingang, do Ministério dos Povos Indígenas; o companheiro Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental; o companheiro Luis Ventura, do Conselho Indigenista Missionário; e todas as lideranças presentes e virtualmente também, lideranças legítimas do movimento indígena.

Bom, Senador Rogério, eu queria, primeiramente – talvez nos cinco minutos iniciais não seja possível, mas a gente depois complementa –, trazer acho que alguns pontos importantes para ressaltar. Acho que primeiro quero dizer que a PEC não discute apenas os interesses e atividades econômicas das terras indígenas, ela traz algo muito mais danoso e mais grave. Só para ressaltar, o próprio Estatuto do Índio e a própria Constituição, quando garantem usufruto exclusivo, já trazem essa prerrogativa dos povos indígenas no seu modo tradicional, na sua forma de produzirem. Há vários exemplos, a gente pode passar a tarde inteira aqui, o dia inteiro, citando vários exemplos de povos indígenas que já fazem trabalho nos seus territórios, produzem a partir do seu modo próprio de vida, sem necessariamente explorar ou deteriorar ou destruir os seus territórios.

Vou trazer só um exemplo, um exemplo simples, rápido, que é da minha própria região. Todos que estão aqui podem perguntar quem é Kleber Karipuna lá no Território Indígena Uaçá, no Município de Oiapoque, no Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, onde, muito eximiamente, as nossas comunidades ali na região, através de um projeto chamado Projeto Uasei, fazem um trabalho excelente de beneficiamento do açaí, do fruto do açaí, produzindo não só o suco, mas artesanatos, a partir da matéria-prima do açaí, e comercializam no município, na fronteira com a Guiana Francesa, e para o estado como um todo.

Necessariamente, não precisam de uma legislação que vá ampliar essa produção para a destruição do território, para a ampliação da produção, a partir de um modo de vida que é muito mais baseado na exploração econômica do que a produção sustentável da qual ele se produz. Ele se mantém beneficiado com essa produção, comercializa, tem a sua renda ali básica, sem visar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão econômica, sem visar somente ao lucro dessa renda, dessa produção. Só queria trazer esse destaque.

Talvez alguns parentes que estão aqui, principalmente no formato virtual, e alguns, enfim, que não sei se têm a mesma legitimidade de falar pelo povo, porque já foi, inclusive, contestada pelo povo a sua legitimidade ou não de falar pelo povo.

Inclusive, gostaria até de citar o próprio caso do povo waiãpy. Qualquer um de nós aqui, Senador Rogério, se chegarmos lá no território waiãpy e falar se eles querem a PEC 10, se eles querem abrir o território waiãpy para a produção de atividades econômicas, eu sei muito bem qual vai ser a resposta, porque eu conheço a realidade – diferente de alguns que estão aqui presentes, principalmente no formato virtual.

Então, eu queria trazer, com isso, que a PEC 10, para nós, ela é não só inconstitucional; ela é um efeito muito maléfico que fragiliza a nossa Constituição, abre brechas e precedentes significativos e preocupantes, não só para o direito dos povos indígenas, mas para o direito de várias outras ditas minorias no nosso país. Traz também processos de abertura de desconstitucionalização do direito originário dos povos indígenas, direito esse que é antecedente à própria institucionalização do Estado brasileiro como um todo, direito esse que, garantido na nossa Constituição, ele é originário.

O próprio Supremo Tribunal Federal já reconheceu o quanto os direitos dos povos indígenas são cláusulas pétreas da nossa Constituição, portanto mexer nesses direitos que trazem respeito à dignidade humana e à sobrevivência física e cultural de um determinado povo é mexer com direitos garantidos na cláusula pétrea de nossa Constituição. Então, nesse sentido, a PEC 10 é bastante preocupante e danosa para os povos indígenas como um todo.

Um ponto importante também para frisar aqui, Senador, em relação ao que a PEC 10 tenta trazer para o debate, para além do interesse econômico: se vocês visualizarem e lerem atentamente o texto da PEC, ela visa muito à questão econômica – e somente a questão econômica – no seu texto, na tentativa de mudança do art. 231 da nossa Constituição, deixando de se preocupar com o direito originário dos povos indígenas, a demarcação dos seus territórios, a proteção desses territórios, o direito de que o Brasil é signatário da consulta livre, prévia e formada, e a própria Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, joga fora esses direitos consagrados e ratificados pelo nosso país e o próprio processo de reparação histórica que, até os dias de hoje, nós vivemos no nosso país em relação aos povos indígenas – verdadeiros, originários desse nosso imenso Brasil – e joga também fora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLEBER KARIPUNA – ... a preocupação com a dignidade, com a integridade, com o modo de vida, com o bem viver, com a cosmologia, com a cultura e a espiritualidade dos povos indígenas nos seus territórios.

Então, dito isso, Senador Rogério, nessa primeira intervenção, eu queria trazer a nossa posição em relação... contrária à PEC 10, à tramitação da PEC 10, e fazer um apelo para esta Casa, principalmente para esta Comissão de Constituição e Justiça – diga-se de passagem, que é uma Constituição que tem que zelar pela nossa Constituição Federal de 1988 e por tudo o que venha atingir a nossa Constituição. Faço um apelo para que essa PEC não seja mais tramitada; e a nossa posição política é que a PEC não pode avançar em momento algum, dadas todas essas fragilidades, ilegalidades e inconstitucionalidades que essa PEC traz não só para o direito dos povos indígenas no Brasil, mas de toda a sociedade brasileira e também da humanidade, ainda mais vindo uma semana depois...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

O SR. KLEBER KARIPUNA – ... da COP 30, em que o mundo está preocupado com o futuro do planeta como um todo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

Eu quero, agora, convidar o Sr. José Lucas Duarte, no sistema remoto, para, em cinco minutos, fazer suas considerações iniciais.

O SR. JOSÉ LUCAS DUARTE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde. (*Pausa.*)

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Estamos ouvindo bem.

O SR. JOSÉ LUCAS DUARTE (*Por videoconferência.*) – Estão ouvindo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Muito bem.

O SR. JOSÉ LUCAS DUARTE (*Por videoconferência*.) – Bom.

Boa tarde, Excelência, Senador Presidente da mesa, e demais autoridades presentes.

Este é um momento oportuno e, para mim, de suma importância, tendo em vista que nós estamos batalhando em prol das populações que querem trabalhar nas suas terras indígenas.

Em primeiro lugar, eu quero aproveitar e externar alguns agradecimentos ao Senador Zequinha, que é o autor da PEC, e ao Senador Plínio, que fez a CPI das ONGs, na qual escutou diretamente das bases o que a população indígena, de fato, quer.

Nesse sentido, também agradeço ao Governo e o parabenizo pela criação da Câmara Temática do Produtor Indígena Sustentável e pela indicação da indígena macuxi, que é a Irisnaide. Também quero agradecer à Dra. Elisangela, que é a Presidente da Agro Indígena Brasil, e ao Dr. Roldão, que está também fazendo um excelente trabalho a respeito da questão de licenciamento ambiental.

Enfatizo também o pessoal lá do Mato Grosso, a família Lacerda, o ex-Deputado Marcio Lacerda, o Senador José Lacerda e o Irajá, hoje Secretário-Executivo do Mapa, que estão fazendo um excelente trabalho, porque é o seguinte: nós estamos, aqui, lutando pelos direitos conquistados na Constituição de 1988.

Vejam só: quando se fala de constitucionalidade, eu vejo que nós estamos desconstitucionalizando a questão indígena. Nós queremos trabalhar. A PEC 10 só tem um erro, na parte em que fala de arrendamento. Nós não queremos arrendar terra nenhuma; nós queremos fazer e celebrar contratos, parcerias, trabalhar no nosso terreno e produzir da forma como a gente quer. Não queremos intervenções para dizer o que nós queremos.

Há vários anos, o indígena é tratado como coitado e como incapaz, mas cadê o fomento? Cadê a ajuda de quem vem dizendo que é indigenista? Não tem política indigenista que queira valorizar. A gente viu a COP 30, que veio revestida de preservar o meio ambiente, mas por interesses internacionais; e onde é que fica o índio? Onde é que fica o indígena? Celebram parcerias, sem ver quem está na ponta ou quem vai receber esses benefícios.

Não adianta mais dizer que o índio está bem. Nós queremos trabalhar, trabalhar a nossa terra demarcada para produzir, tendo em vista que nós queremos ter autossuficiência, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depender de ninguém. Nós temos inúmeras riquezas dentro do nosso território, queremos trabalhar.

Vejam só: não adianta estar falando de arrendamento na PEC porque vai condicionar o indígena a receber o dinheiro e ficar parado. Aí o que recai? "O índio é preguiçoso". Não! Nós não queremos intervenção, não. Queremos que seja feito como está lá: que nos ajudem tecnicamente a produzir, gerar as nossas rendas e gerar independência econômica, ser autossuficiente.

Nós ouvimos, na CPI das ONGs, diretamente das bases que estão cansados de ser massa de manobra. Projetos em cima de projetos sobre os indígenas, mas a gente não vê nada. Então, está na hora de regulamentar, de colocar a emenda constitucional em condições, de dizer lá que o indígena tem condições de celebrar parcerias, fazer os contratos para trabalhar dentro da reserva dele, porque, sem nenhum tipo de parceria, não vai. Viver, vendendo cipó, vendendo açaí, carocinho de açaí, não leva à nada. Nós queremos também, como brasileiros, ser empreendedores. Aí, sim, vamos valorizar nossa cultura, preservar o nosso meio ambiente. Aí, sim, temos como valorizar o nosso povo tradicional. Salvo conduto, quem não quiser não faça, mas, para quem quiser, nós queremos que seja dessa forma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUCAS DUARTE (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado pelo espaço e agradeço de coração a todos os brasileiros que comungam com a nossa ideia, principalmente a população indígena.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Sr. José Lucas Duarte, Cacique da Etnia Tukano.

Quero agora passar a palavra para o Sr. Márcio Santilli, Presidente do Instituto Socioambiental (ISA).

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor.) – Boa tarde, Senador Rogério. Boa tarde a todos e a todas que nos ouvem.

Quando eu tomei contato com o texto da PEC 10, eu fiquei bastante assombrado com o texto, porque há que se ressaltar nele uma palavra que salta aos olhos: arrendamento. A prática do arrendamento é inviável do ponto de vista constitucional, porque o *status* jurídico das terras indígenas é especialíssimo no nosso país. Os indígenas não são proprietários da terra, têm a posse permanente e o usufruto exclusivo. O arrendamento subtrai essa posse permanente e esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usufruto exclusivo. Mesmo que essa expressão fosse introduzida através de PEC, ela colidiria com o restante do texto constitucional, no qual esses princípios são muito fortes, muito consistentes, muito recorrentes em todo o texto da Constituição.

No mais, Senador Rogério, eu fiquei bastante surpreso com o texto, porque a impressão que a gente tem, quando a gente lê o texto, é que não existem atividades produtivas, que não existem parcerias, que não existem contratos e que é preciso quebrar algum bloqueio constitucional, através de uma emenda constitucional, para que essas atividades possam se desenvolver, o que evidentemente não tem nenhum sentido.

Os povos indígenas sobreviveram até hoje no Brasil com todas as condições desfavoráveis, historicamente falando, porque tinham sua própria economia, porque têm sua própria produção, porque têm a sua própria estratégia de vida, de sobrevivência, independentemente, inclusive, da nossa sociedade.

No entanto, eu queria apresentar algumas imagens que caracterizam essa situação hoje da produção indígena nas diferentes regiões do país, chamando aqui de economia dos povos indígenas, e temos aí alguns dados.

Dos produtos extrativistas, pelo IBGE, apura-se um total de R$17 bilhões, no ano de 2023, em produtos que são oriundos do extrativismo vegetal. Essa não é uma produção exclusivamente indígena, ela é também uma produção de outras comunidades tradicionais – ribeirinhos, extrativistas – e é uma subnotificação porque, na verdade, a produção é muito maior do que essa, e isso é o que o IBGE pôde apurar.

Pode passar.

De 28 terras indígenas que são vinculadas a essa plataforma chamada Origens Brasil e que comercializam 16 produtos *in natura*, nós temos esse acumulado de R$21,2 milhões comercializados através dessa plataforma. Então, é uma plataforma de uso sustentável dos recursos naturais, 28 terras indígenas são vinculadas a ela e essa é a produção contabilizada através dessa plataforma.

Temos aqui o caso de projetos de Turismo de Base Comunitária, que o Ministério do Turismo calcula...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... para o ano de 2025, 146 iniciativas indígenas de 93 etnias, com R$1,8 milhão de renda dessas atividades.

Está aí a atividade de formação de eletricistas do povo uaurá. Em muitas aldeias, o domínio dessa tecnologia de geração de energia limpa é, hoje, uma constante. A formação de eletricistas indígenas, homens e mulheres, para gerir esse tipo de tecnologia.

Nós temos aqui uma oficina de processamento de látex, ministrada por uma empresa, numa relação de parceria com os indígenas da Terra Indígena Xipaia.

A apicultura, a produção de mel dos indígenas, que desenvolvem essa atividade já há muitos anos; aqui, no caso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... é o povo kisêdjê.

A colheita do buriti, o extrativismo: a coleta é, no caso, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, no Mato Grosso.

As roças tradicionais das aldeias, que são potentes. E é uma produção invisível, que não é contabilizada, mas que, seguramente, garante, não apenas a subsistência das comunidades indígenas, mas a geração de excedentes e de relações comerciais com a vizinhança. O manejo de gado feito pelos macuxi na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A produção... Olha que abacaxi maravilhoso! Que beleza, né?

Então, o que nós vemos é uma fartura, uma variedade de produtos imensa em praticamente todas as regiões, praticamente todos os territórios. Aí, a produção de sementes para restauração florestal, produtos vários industrializados, manufaturados, que são feitos por comunidades indígenas. Empresas que mantêm parcerias regulares com comunidades e povos indígenas do Brasil todo.

E temos várias leis que asseguram políticas públicas nessa área e que hoje estão se abrindo cada vez mais para absorver essa produção dos povos indígenas, dos quilombolas, de outras comunidades tradicionais, uma produção que sempre foi inviabilizada e pouco canalizada para esses programas de políticas públicas que nós estamos a ver aí, né?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI – Finalmente, Senador, eu queria mencionar a questão dos serviços ambientais. O Congresso Nacional aprovou uma lei nesse sentido, do pagamento dos serviços ambientais. A aprovou uma outra lei que trata do mercado de carbono. Então, são questões novas, frentes novas e que possibilitam, sem dúvida nenhuma, uma nova fronteira de atividades econômicas a serem desenvolvidas por essa população, para elas terem compensação pelos esforços históricos de manejo sustentável dos seus territórios, dos recursos existentes nos seus territórios.

Então, veja o senhor, Senador, que o que não falta é iniciativa econômica, o que não falta é produção, o que não falta são possibilidades e contratos, parcerias que são crescentes em todo o território nacional, de maneira que eu não vejo por quê. Teríamos que colocar no texto da Constituição aquilo que já está garantido na prática, na legislação...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O.k. O.k.

Conclua, por favor.

O SR. MÁRCIO SANTILLI – ... E é a contribuição que eu tenho a trazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado. Obrigado.

Eu quero convidar agora o Sr. Ubirajara Guajajara, Cacique da Aldeia Amarante, Maranhão, pelo sistema remoto. (*Pausa.*)

Você habilita o seu microfone no computador? No Zoom? (*Pausa.*)

Bom, vamos fazer o seguinte, enquanto ele se acha ali...

Conseguiu?

O SR. UBIRAJARA GUAJAJARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Já dá para ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Bem-vindo. Bem-vindo.

Está-se ouvindo bem. Todo mundo ouvindo bem.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode começar.

O SR. UBIRAJARA GUAJAJARA (*Por videoconferência*.) – Então, eu sou o Ubirajara Guajajara, do Município de Amarante, do Maranhão, da Terra Indígena Araribóia.

Então, sobre as propostas de emenda do PL 10, eu sou muito favorável com relação a essa proposta, porque isso garante a nossa produção e a comercialização. E um dos fatores principais que enfrentamos no decorrer dos tempos é esse obstáculo, que impede o desenvolvimento dos povos indígenas. E tem muito ainda contribuição de organizações não governamentais, que alimentam ainda muito mais.

Por hora, tenho que discordar de uma proposta dessa emenda, que é o arrendamento de terra. Sou contrário com relação ao arrendamento. Mas, assim, a gente defende muito a produção e a comercialização. Isso nos traz independência financeira e dignidade.

Está dando para ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Muito bem, pode continuar.

O SR. UBIRAJARA GUAJAJARA (*Por videoconferência*.) – Então, assim, como já dito, eu defendo essa proposta. Assim como outros parentes, também, outros povos, acho que é um sonho deles também defender essa pauta. Mas, como eu disse, discordo da proposta de arrendamento em terras indígenas.

Estou aqui à disposição para questionamentos.

Por hora, é só.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

Vou passar agora para o Sr. Felisberto Cupudunepá Filho, Cacique do Mato Grosso.

O SR. FELISBERTO CUPUDUNEPÁ FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Bem-vindo.

O SR. FELISBERTO CUPUDUNEPÁ FILHO (*Por videoconferência*.) – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Presidente Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que somos favoráveis, também, ao texto da PEC, com esse único destaque, em relação à parte do arrendamento. A gente entende que o arrendamento traz uma certa comunidade, mantém o indígena no assistencialismo. E hoje, boa parte dos povos indígenas sobrevivem desses tipos de auxílio ofertado pelo Governo. Então, o que a gente quer, realmente, é autonomia para a gente definir os rumos dos nossos territórios, os rumos das nossas comunidades, melhorar as nossas condições de vida.

Vale ressaltar que, quando você propõe parceria, há uma transferência de tecnologia.

Então, o indígena que não sabe trabalhar com determinado equipamento, com determinado maquinário, ou qualquer que seja a atividade em que ele não tem esse pleno domínio, ele passa a adquirir esse conhecimento e, a partir daí, com dois, três anos, ele consegue tocar sua atividade dentro do seu território de forma autônoma.

O que a gente não tem hoje é uma unanimidade, digamos assim, na questão de representatividade.

Vale destacar que, hoje, quando o parente ali falou de representatividade para falar dos povos indígenas, essa representatividade vale para todas as organizações que dizem representar os povos indígenas. Porque nós, que fazemos parte de um movimento que quer ver os povos indígenas prosperando, gerando renda, melhorando a qualidade de vida, entendemos que cada povo tem uma realidade, cada bioma tem a sua realidade.

Então, somos mais de 305 povos, e não tem como uma única instituição, uma única organização, querer falar em nome dos povos indígenas dizendo que representa esse quantitativo.

Hoje eu posso falar aqui em nome do Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil, que representa mais de 70 povos que buscam essa autonomia, e essa legitimidade a gente tem para falar em nome desses povos, porque a gente esteve junto com esse grupo na semana passada, no segundo encontro que aconteceu lá no Ministério da Agricultura, em Brasília, no auditório do Ministério da Agricultura – a gente até agradece o espaço cedido lá –, no qual foi criada uma câmara temática para discutir a política de desenvolvimento agrícola para os territórios indígenas.

Hoje, nós não vivemos em 1500 mais. Hoje a realidade é outra. Então, cada povo tem uma realidade. Hoje a gente precisa de energia elétrica, a gente tem internet. Eu estou falando aqui da minha aldeia, usando a rede de energia, usando uma Starlink para poder me comunicar com vocês. Então, as necessidades são outras. Hoje a gente precisa de uma saúde de qualidade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma educação de qualidade. A gente tem custos para manter até a própria cultura nossa, a gente precisa de recursos para manter. Hoje o Estado brasileiro não oferece condições para que os indígenas consigam sobreviver exclusivamente da caça e da pesca, como se fazia tempos atrás.

Então, o que precisamos é mudar essa realidade, claro que respeitando os direitos daqueles que querem manter a sua forma de vida do jeito que estão, mas também não se pode cercear os direitos daqueles que querem prosperar, querem progredir, querem mudar de vida e querem assegurar os direitos das suas comunidades, dos seus povos a ter uma melhoria.

Então, nesse primeiro momento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELISBERTO CUPUDUNEPÁ FILHO (*Por videoconferência.*) – ... agradeço, faço essa contribuição e destaco que a gente precisa realmente discutir esse tema com mais profundidade; e também quero sugerir aqui, como um encaminhamento, criar uma Comissão dentro do Senado Federal para a gente discutir política de desenvolvimento para os territórios indígenas, em que a gente consiga ouvir realmente os indígenas que estão na base, e não os indígenas que estão... Tem muitos por aí que querem falar em nossos nomes sem conhecer a realidade do que é cada território indígena deste país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Marcos Kaingang, Secretário Nacional de Direitos Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Originários.

É isso?

O SR. MARCOS KAINGANG – Isso.

Está ligado, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Está.

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Então, quero só dar minha boa tarde aqui ao Senador Rogério, agradecer mais uma vez a esta Casa aqui pelo convite, Senador, aos demais membros também desta Comissão. Quero cumprimentar aqui o Kleber, o Luis também aqui, o meu conterrâneo, meu xará de nome, Marcos também, e os demais no modo remoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, vou ser bem sucinto e rápido, as demais a gente pode desenvolver num segundo momento. Nós, do Ministério dos Povos Indígenas, temos como atribuição e prerrogativa a proteção e o zelo do usufruto das terras indígenas pelos povos indígenas. No nosso ponto de vista, a PEC proposta, nº 10, aqui, proposta por esta Casa, num primeiro momento, viola integralmente o texto constitucional do art. 231 da Constituição por uma série de questões.

Uma, porque nós temos um regime jurídico de terras indígenas lá que o Constituinte, em 1988, estabeleceu o usufruto exclusivo pelos povos indígenas. Então, a própria alteração desse artigo traria impacto direto a esse próprio texto constitucional. Segunda: o próprio Supremo Tribunal Federal, já no recurso extraordinário, no ano de 2023, através do Recurso Extraordinário 1.017, reforçou novamente o usufruto das terras indígenas pelos povos indígenas em mais de um momento, inclusive no julgamento, e por outros ministros inclusive. Isso consta, inclusive, nos acórdãos do próprio Supremo Tribunal Federal.

Também viola a Convenção 169 da OIT esse debate que entendemos que é muito mais profundo e complexo, como trazido pelos parentes dos povos indígenas, mas é óbvio que a propositura viola frontalmente a Convenção 169 da OIT e outros tratados internacionais também. Além de trazer, Senador, toda uma afronta direta à integridade territorial. Terra indígena, Senador e demais colegas também, é um bem patrimônio da União. Então, não pode ser objeto de convencionalidade dessas parcerias e iniciativas privadas. Então, você tem outro arcabouço jurídico também que impacta nessa direção. Ela não é um bem, eu diria, num regime e categoria de um bem particular, que pode ser convencionalizado nessa direção.

Então, entendo que a direção do nosso debate, Senador, além das inconstitucionalidades já previstas, mencionadas aqui, tem que caminhar numa direção de que não é a nossa direção, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, enquanto Poder Executivo também, é na direção de dar o suporte e a autonomia para os povos indígenas produzirem, para nós darmos a iniciativa, as condições para que muitos povos indígenas possam produzir seus alimentos e gerar sua renda, mas não que terceiros façam essa exploração das terras indígenas. Essa é a nossa grande preocupação, de fato, em que nós, Ministério dos Povos Indígenas e Poder Executivo, temos que avançar nessa direção, de que os povos indígenas tenham as condições de produzir seu alimento, que é a realidade em muitos desses territórios, já mostrada pelo colega aqui do ISA também, e em outras regiões do Brasil, em que, eu diria, hoje, Senador, que boa parte da produção que se tem em terras indígenas é a exceção dos povos indígenas que querem produzir com a parceria de terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande realidade, de fato, é os povos indígenas produzindo com autonomia, mesmo com muitas limitações, não tendo acesso a financiamento. Acho que é outra questão, Senador, em que a gente precisa avançar, os povos indígenas não conseguem acessar, muitas vezes, a linha de financiamento para produzir a sua macaxeira e outros bens e insumos para o próprio consumo e subsistência no território. Então, são iniciativas que nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, defendemos nessa direção, e não ceder um patrimônio que é da União, pensado no ano de 1988, um regime jurídico, destinado ao usufruto exclusivo dos povos indígenas, e não de terceiros.

Inclusive, Senador, a própria 14.701, diante de toda a sua incongruência, sua inconstitucionalidade, também já vetou o item do arrendamento em terras indígenas, já aprovada por esta Casa a Lei 14.701, que versa sobre o marco temporal, mais conhecido, inclusive ela já vetou esse item de arrendamento. Agora, parcerias e outras iniciativas, a gente entende que violam frontalmente o texto constitucional, a iniciativa e todo o regime jurídico, que é pensado em uma terra indígena de bem patrimônio da União, Senador.

É isso, inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Quero agradecer a você, Sr. Marcos Kaingang, Secretário Nacional de Direitos Territoriais Indígenas.

Tem algumas questões aqui que já foram, de certa maneira, respondidas por todos os participantes:

Sabrina, do Maranhão: "A PEC 10/2024 altera de alguma forma o princípio constitucional da autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios?". Isso já foi respondido: sim.

José, do Rio de Janeiro: "O que [se] entende por produção indígena? Cuidar do ambiente e viver integrado a ele [...] é caracterizado por produção? [...]". Também, de certa maneira, já foram expostas as posições que tratam dessa questão.

Cristiano, de São Paulo: "A liberação da produção favorece a soberania alimentar indígena ou pode gerar dependência do mercado externo?". É óbvio que aqui, à medida que você abre a sua fronteira para a exploração ou arrendamento, você integra e você promove um processo acelerado de desterritorialização existencial dos povos indígenas.

Mônica, do Rio de Janeiro: "Os indígenas e suas comunidades podem praticar quaisquer atividades florestais e agropecuárias, inclusive desmatando?". Sim, porque está dentro de sua autonomia e obviamente que não é em escala industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teresina, de Minas Gerais: "Qual tipo de produção indígena [...] será interessante apoiar [...] [artesanato, produção agrícola familiar]?".

Bom, eu quero...

Mariana também: "Como evitar que a parceria vire exploração? O lucro vai para a multinacional, a destruição fica na terra indígena. É justo?".

Claudiane, do Amazonas: "Como a União pretende efetivamente regulamentar o auxílio técnico previsto na PEC?".

Claudiane, do Amazonas: "Quais mecanismos de fiscalização serão implementados para garantir que a autonomia não resulte na exploração ou arrendamento das terras [indígenas]?".

Eu quero fazer... Aqui são contribuições, são questões que foram postas. De certa maneira, a maioria delas foi respondida pelos participantes da audiência, mas eu queria fazer uma consideração.

Esse não é um tema que pode simplesmente ser resolvido com a mudança da Constituição. Primeiro, porque existem cláusulas pétreas que não podem ser modificadas a não ser num processo constituinte, porque é basilar para a conformação da própria Constituição. Essa é uma primeira questão.

É óbvio que a própria Constituição define que é preciso regulamentar esse tipo de atividade em terra indígena, abre a possibilidade. Nós temos um grupo de trabalho aqui que tem ainda, em torno, de sete audiências públicas a realizar para instruir a conformação de uma legislação que obrigatoriamente terá que considerar toda a complexidade que é o tema da terra indígena.

Em primeiro lugar, é preciso que a gente elimine da nossa compreensão que os índios ou que os povos indígenas ou que os povos originários do nosso país não sabem o que querem ou que eles não conseguem ser capazes de lidar com a sua própria realidade, então, eu acho que nisso a gente precisa ter essa discussão.

É óbvio que não dá para você simplesmente abrir uma atividade sem considerar os riscos que essa atividade vai imprimir e o tipo de neocatequização que está implícito nessa entrada econômica quando se propõe, por exemplo, uma atividade de mineração, que a gente sabe que é devastadora e é complexa. Portanto, acho que a gente precisa ter muito cuidado, muita cautela ao estabelecer uma normatização para garantir que as riquezas das terras indígenas estejam à disposição dos povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, devemos fazer isso de uma maneira que garanta, desde que seja a vontade desses povos, aquilo que precisa ser preservado dessas culturas, dessas nações. Nós estamos falando de nações que estão aqui há 10 mil, 15 mil anos. Como é que nós vamos simplesmente criar um mecanismo de entrada e de destruição daquilo que precisa, de certa maneira, por vontade das próprias etnias, das próprias nações, que querem que seja preservado. Certo?

Então, é um debate muito complexo, que requer de nós todos muita maturidade para que não seja feito... E, se fosse fácil, já teria sido regulamentado, já teríamos uma solução para isso. Quando não se tem uma solução, não se faz; mas não fazer também está ensejando muitas investidas em que pode acontecer o mesmo que aconteceu com o marco regulatório do licenciamento ambiental. Certo?

O que foi que aconteceu? "Não pode por isso, não pode por aquilo", e isso gerou um acúmulo que acabou atropelando e destruindo aquilo que a gente já tinha acumulado de proteção. Certo? Então, é preciso que a gente, com maturidade, com discernimento, traga a complexidade, senão a gente fica num debate que é assim: "Eu sou contra"; "Eu sou a favor". Eu mostro... É contra o quê? Nós não vamos conseguir impedir que a mineração em terra indígena se dê algum dia. Nós não vamos conseguir impedir isso. Uma hora... E já está acontecendo. Nós já temos, por exemplo, invasão de terra indígena por garimpeiros. Nós não podemos permitir que o garimpeiro continue atuando em terra indígena, porque o garimpo é absolutamente destrutivo.

O que pode ser feito? Eu acho que não dá para a gente não iniciar essa discussão com profundidade, analisando os riscos que isso produz para as nações indígenas, para a cultura, para a manutenção da história, das tradições, do modo de vida. Como é que tudo isso... Será que é possível, não é possível? Será que eles querem... Eles querem ou não querem tentar? Como eles vão se preservar? Qual é o papel do Estado? Como a atividade econômica entra nesse ambiente? Ou seja: ou a gente olha para esse objeto e tenta buscar o menor dano possível... porque, inexoravelmente, com o tempo, isso vai acontecer.

E vejam: o mundo depende de alguns tipos de minério, a atividade econômica vai avançar. Há pressão sobre... Ou a gente cria mecanismos consistentes para proteger e para garantir que essa riqueza não seja tomada de assalto, como vem acontecendo, ou nós não vamos ter absolutamente nada ao final, se a gente não... Como, por exemplo, agora: eles atropelaram toda a regulamentação. Vai virar um problema, vai ser judicializado, mas nós vamos deixar uma lacuna enorme aí e, nessa lacuna, muita coisa vai acontecer que foge dos critérios razoáveis de preservação e de sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer a todos, dizer que todas as contribuições que foram apresentadas... Não tem nada conclusivo. Essas contribuições devem ser encaminhadas ao Relator e devem ser encaminhadas... Eu peço à nossa assessoria que também busque essas contribuições, para que a gente possa levar em consideração no debate que será feito oportunamente aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Sei que, em todas as contribuições aqui, todos concordam que não deve haver arrendamento, mas nem todos concordam que deve haver atividade minerária em terra indígena – também isso não é um consenso –, mas o próprio STF já demandou desta Casa que regulamente atividade minerária em terra indígena, ou seja, não adianta a gente resistir, porque essa resistência tem que se transformar em luta para que essa atividade não seja destrutiva – certo? –, sob pena de a gente perder para uma regulamentação muito danosa à preservação daquilo que é um patrimônio histórico, cultural, humano das nações originárias que estavam aqui quando os europeus e os africanos chegaram.

Então, eu queria agradecer a todos e encerro a presente sessão.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e onze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Weverton, Jaques Wagner, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Lucas Barreto, Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Cid Gomes, Magno Malta, Rogerio Marinho, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 42ª, 43ª e 44ª reuniões extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1388, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5582, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao PL nº 5.582, de 2025, com o acatamento total ou parcial das emendas nº 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 36 a 45, 47, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, com o acatamento total ou parcial das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 16, 18, 19, 20, 21,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 36 a 45, 47, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112 e 116, nos termos da Emenda nº 117-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais Emendas. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Alessandro Vieira. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4752, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CI (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3758, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Izalci Lucas. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5760, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 2447, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para dispor sobre a especialidade de polícia judicial no âmbito das carreiras do quadro permanente de servidores do Poder Judiciário." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria, de autoria do Senador Izalci Lucas. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Proposta de Emenda à Constituição n° 148, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. A Presidência registra em ata o voto contrário do Senador Eduardo Girão. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Projeto de Lei n° 1252, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 68, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5582/2025." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 69, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2447/2022" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 70, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3758/2024." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/10

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 42ª, da 43ª e da 44ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a apreciação de seis itens, item 1 ao item 6.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discursar.) – Antes disso, eu gostaria de agradecer à mesa, que comanda os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça, sob o comando do Dr. Ednaldo – a todos vocês a minha gratidão pelo trabalho –; agradecer ao chefe de gabinete, Fabio Coutinho, à Dra. Cynthia, pelo trabalho, e à minha assessora de imprensa, a Patricia.

Quero dizer que esta Comissão trabalhou neste ano e fez 45 reuniões com 16 audiências públicas, oportunidade em que ouvimos especialistas, autoridades, representantes da sociedade civil, encontros que foram fundamentais para qualificar as nossas decisões e ampliar o diálogo sobre temas essenciais para o país.

No campo deliberativo, nós apreciamos 87 matérias, entre projetos, propostas de emenda à Constituição, mensagens, ofícios, requerimentos. Entre esses itens, destaco 17 projetos de lei terminativos, 29 projetos de lei não terminativos envolvendo temas variados desde saúde pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração pública até segurança e direitos das mulheres; três projetos de lei complementar em especial atenção à matéria de reorganização tributária; estruturação do Imposto sobre Bens e Serviços; quatro propostas de emenda à Constituição que suscitaram debates profundos sobre a prerrogativa dos Poderes, sistema eleitoral e condições de elegibilidade; sete mensagens presidenciais com apreciação de indicação para o Superior Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal Militar; a recondução do atual Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet; sete mensagens presidenciais de apreciação do Superior Tribunal Militar; recondução da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; 16 ofícios analisando indicações do CNJ, do CNMP. Além disso, examinamos 67 requerimentos, 53 emendas e 6 matérias em turno suplementar, que totalizaram uma parte significativa da nossa pauta. Esses números evidenciam o ritmo intenso para além de destacar o espírito de cooperação e convivência respeitosa com todos os Senadores e Senadoras. Eu quero registrar a minha sincera gratidão a todos os que estiveram conosco nesse período.

É claro que não estamos ainda encerrando. Teremos, na próxima semana, uma sessão que será remota com a participação dos Senadores, alguns de forma presencial e outros Senadores pelo sistema remoto, mas eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras. Nós cumprimos a nossa missão. A Comissão de Constituição e Justiça funcionou dentro daquilo que estava previsto com todas as sessões nas quartas-feiras, algumas sessões extraordinárias.

Então, eu queria agradecer inclusive a presença aqui do Senador Weverton, que relatou matérias importantes, do Senador Alessandro Vieira. Tivemos a oportunidade, inclusive, de, numa sessão de caráter... em uma matéria terminativa, não permitir que se aprovasse, como aconteceu na Câmara, a PEC da blindagem, que seria um retrocesso muito grande, até porque tudo o que quer o nosso eleitor – todos aqueles que querem, e nossos representados pedem isto – é a transparência dos nossos atos, é a forma correta como votamos e é assumir os compromissos de campanha, resgatando-os no mandato. Isso é fundamental.

Eu falo de uma experiência de sete eleições disputadas, com sete vitórias consecutivas, e essas vitórias que eu tive ao longo da minha vida eu posso dizer que foram cumprindo exatamente aquilo que falei na campanha. O que você fala na campanha você tem que cumprir no exercício do seu mandato, de forma correta, sem nenhuma maneira de desconhecer aquilo em que você se comprometeu com os seus eleitores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito. Nós trabalhamos, produzimos. E espero que, no próximo ano, inclusive com a presença aqui do Senador Eduardo Girão, que representa muito bem o seu Estado do Ceará, que trabalhou bastante, que ajudou bastante, de forma correta, defendendo a sua tese, defendendo a sua ideologia, a sua maneira de agir, de forma muito transparente e correta... O Senador Hamilton Mourão também. Portanto, eu quero agradecer a todos.

E me pede a palavra, que eu concedo, o Senador Weverton, para que ele possa expor aquilo que deseja.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, antes de mais nada, nós como membros desta Casa e desta Comissão... Eu me sinto aqui na obrigação – e, claro, com o propósito muito, o que sempre tivemos, de falar o que pensamos – de reconhecer e registrar aqui a sua atuação neste um ano na CCJ, já começando às 9h, sempre pontual, sempre com compromisso com as pautas, independentemente do mérito. Isto é o importante: fazer essa mediação do bom, do respeitoso e do debate sério, na forma como tem que acontecer.

Eu sempre disse, já lá atrás, ainda na Câmara dos Deputados, que aprovar muita lei não quer dizer que você está produzindo bem, mas você parlar, você dar o direito de fazer o bom e profundo debate, isso, sim, é importante, até porque, quando nós entregamos para a sociedade uma lei já aprovada, ela não tem volta. Você pode lá na frente melhorá-la. Este é o papel nosso, do Legislativo, e o do ser humano: sempre estar se aperfeiçoando, Senador Girão, sempre estar dando um passo para a frente, sempre melhorando.

E V. Exa. teve uma atuação impecável neste primeiro ano. Tenho certeza de que chegará ao segundo com mais gás, com mais gosto aí para a gente fazer um grande trabalho. Sua experiência também ajuda muito, até porque não é à toa que, por onde passou, foi deixando bons resultados, construindo amizades e utilizando sempre desses espaços para fazer o bem, sendo sempre uma boa ponte. Então, isso é muito importante.

E, claro, quero cumprimentar toda a Comissão de Constituição e Justiça e todos os colaboradores e servidores da Casa, que, sem dúvida nenhuma, ajudaram e ajudam a construir este dia a dia aqui junto conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, nós temos, na nossa pauta, o primeiro item da pauta que trata sobre o crime de responsabilidade. Eu falei, este final de semana, Senador Girão e Senador Alessandro Vieira, que participou em alguns momentos importantes aqui e está participando da construção desse debate, General Mourão, do que aconteceu em relação à Lei do Crime de Responsabilidade, de 1950.

O Presidente Rodrigo Pacheco instituiu o Ato nº 3, do Senado Federal, instituindo uma Comissão de Juristas para tratar sobre o tema, para aperfeiçoar uma lei que vem já de 1950 e que precisa ser aperfeiçoada. Naquela época, não tinha internet, não tinha CNJ, não tinha CNMP, não tinha MP, não tinha várias outras autoridades públicas – ponto.

Na hora em que o Presidente Pacheco constituiu a Comissão de Juristas, ela foi presidida pelo então Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, que foi o mesmo Presidente do Supremo Tribunal Federal que presidiu o *impeachment* aqui da então Presidente Dilma Rousseff, ou seja, veio com o acúmulo de uma experiência na prática, na quadra recente de um processo de *impeachment* doloroso, que foi aquele que nós vivemos aqui no Congresso Nacional no *impeachment* da Dilma Rousseff.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – E participamos.

E, dentro dessa Comissão de Juristas, outros que viveram na prática. O então Secretário-Geral da Mesa, que já estava no CNJ e é daqui da Casa, o Dr. Luiz Fernando Bandeira, que também secretariou todo o processo, participou dessa Comissão.

Hoje se fala tanto de *impeachment*, mas quem conhece aquela lei e viu o que aconteceu aqui sabe que, se hoje você quiser, com aquela lei, Senador Girão, abrir um processo de *impeachment* contra qualquer agente público, ele não anda, porque a lei é cheia de falhas e cheia de lacunas. Então, é impossível não ser judicializada. Claro que não é o objetivo dela você ter que falar de *impeachment*; o objetivo dela é evitar o crime de responsabilidade, porque tipifica crimes. Então, o agente público já fica sabendo que, se ele cometer crime, ele pode ser responsabilizado. Todos, repito: das Forças Armadas aos membros do MP; todos, não só do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está mais ou menos instruído, eles entregaram o anteprojeto – está instruído, entregaram o projeto. Aqui na Comissão de Constituição e Justiça, eu pedi três audiências públicas. Nós realizamos as três audiências públicas, ouvimos quase 20 juristas da sociedade civil, da universidade, da Comissão de Juristas, o próprio Ministro Lewandowski veio. Então, nós instruímos, e eu tenho aqui mais ou menos uma opinião formada a respeito.

Eu me comprometi com V. Exa. de apresentar, no máximo, até 7h, 8h da manhã de hoje, o relatório, para que a gente pudesse ler e dar vista coletiva.

Nós temos um calendário aí.

A semana que vem é uma semana semipresencial, portanto não entrará na pauta aqui para a gente continuar este debate. Não terá condição de ir para o Plenário do Senado Federal.

E eu mandei para alguns Líderes o meu relatório já prévio – aos Senadores a quem eu não enviei aqui eu posso mandar – para o compromisso, obviamente, de cada um dar sua opinião não para fora, mas para dentro, porque eu não publiquei ainda, para a gente ir evoluindo, até porque o papel do Relator é este: é ele juntar o máximo possível de opiniões convergentes, para a gente poder oferecer um texto que represente o sentimento da Casa.

E o Líder da Oposição, Senador Rogerio Marinho, me deu várias contribuições, que, mesmo não concordando, eu preciso respeitar. E eu preciso ver a forma de também travar esse debate com a oposição, porque não vai ser simplesmente no acelerador, no rolo compressor que vai resolver, porque essa lei não é para mim, não é para ele nem é para vocês: é uma lei de Estado, para o futuro. Então, nós precisamos ter responsabilidade na condução dessa lei.

Então, dito isso, Presidente, há algumas outras instituições que também estão preocupadas e deram as suas contribuições: as Forças Armadas, com algumas tipificações que precisam lá ser mais bem colocadas, os próprios membros do MP e os agentes públicos que são atingidos ou alcançados por essa lei – vamos dizer de forma mais clara. Então, dito isso, eu queria pedir a compreensão da Comissão de Constituição e Justiça e também a compreensão de V. Exa. para fazer desse limão uma limonada. Eu liguei para o Presidente, estive com ele agora, de manhã, com o então Presidente Rodrigo Pacheco, que é autor dessa lei, e ele me fez a seguinte sugestão: "Weverton, já realizamos essas audiências, vamos pedir só mais uma sessão de debate no Plenário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal, para que nesta sessão de debate, na sessão do Plenário, na volta do recesso, a gente possa dar mais luz ainda ao relatório, ao projeto, daí volta para a CCJ para que a gente aprofunde este debate lá e em seguida vote".

Por quê? Primeiro, a gente sai dessa discussão menor de estar fazendo lei para discutir liminar dada recentemente. Não é o objetivo da lei e muito menos o espírito dela. E segundo, nós vamos estar todos mais maduros e convencidos, mesmo de teses com que a gente não concordou, mas que foram votadas de forma democrática, não dando motivo de que fizemos um afogadilho para atender Governo A, B ou qualquer outro de ocasião.

Então, essa é a minha opinião, meu pedido que eu faço a esta Comissão e a esta Presidência, para que a gente retire de pauta e faça o pedido desta Comissão, desta sessão de debates no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Weverton, inclusive o esforço que V. Exa. fez nos últimos dias, estudando bem essa matéria, ouvindo os setores do Governo, da Oposição, o Líder do Governo, o Líder da Oposição, além, dos representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Justiça. Então, realmente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Forças Armadas, porque estão no contexto; não estavam na lei anterior, foi importante também.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo pela condução sempre muito serena, sempre muito firme que o senhor desenvolve aqui, nesta Comissão. O senhor está de parabéns pela pontualidade, como colocou aqui o nosso colega Weverton também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Senador Weverton, que é uma decisão madura, é uma decisão que eu acredito que foi a melhor, porque a imagem que estava passando para fora – e a gente tem que ter cuidado com isso, num mundo polarizado que nós vivemos – é de que era uma reação à decisão, à liminar o Ministro Gilmar Mendes. Uma liminar – respeito quem pensa diferente –, que anulou o Senado Federal, uma decisão esdrúxula.

Agora, seria entrar no jogo deles, se a gente fizesse essa leitura, essa votação, vamos dizer assim, no afogadilho. A gente não tinha a menor condição de fazer isso aqui, porque entrar no jogo... Talvez o jogo combinado pudesse ser esse, e o senhor está dando uma demonstração, e esta Comissão aqui, de Constituição e Justiça, de muita firmeza institucional. Não é por aí, não é dando troco em ninguém que a gente vai fazer esse tipo de coisa. Não é em vingança, não é em revanche; é analisar com calma.

Inclusive, eu tive ontem a oportunidade, do lado do Senador Otto aqui... Ele não estava aqui, mas o Presidente, ontem, da Comissão era o Senador Fabiano Contarato, da CPI do Crime, e aqui, nesta Comissão, aqui do lado, estava o Ministro Lewandowski, e eu fiz – o Senador Alessandro estava presente, o Senador General Mourão também –, eu fiz uma pergunta paro... Uma das perguntas que eu fiz para o Ministro, muito educado, muito cordato e tudo, mas eu falei exatamente do *impeachment* da Dilma, que o senhor colocou aí.

Como guardião da Constituição, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no meu modo de entender, não deveria nunca ter feito, ali, fatiado algo que era muito claro na nossa Constituição, que é em relação aos direitos políticos da Dilma terem continuado ali. Perguntei até se tinha uma mea-culpa nisso, aí ele disse: "Não, mas foi o Senado, uma decisão soberana e tal...". Mas ele era o guardião da Constituição.

Mas tudo bem. Isso é passado.

Agora, nós temos uma decisão a tomar aqui que não é apenas a Lei de Impeachment... Eu acho até que não seria, até porque ratifica, legitima que seria uma reação, mesmo depois do nosso período aí de recesso, mas eu acredito que o fim das decisões monocráticas, que nós votamos aqui – Senador Esperidião Amin foi o Relator, o Senador que também é titular desta Comissão, Oriovisto, foi o autor –, que disciplina as decisões monocráticas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E o voto do Senador Otto Alencar foi decisivo para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Otto Alencar foi decisivo... É verdade: o voto de minerva ali foi... O Senador Jaques Wagner também...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Numa negociação em público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não foi negociação na alcova nem no confessionário. Uma negociação altiva e em público. Foi o senhor que permitiu aprovar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Conseguiu os três votos da Bahia. E nós fizemos três votos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – É verdade.

E só um aparte, Presidente, porque é importante o que o Senador Girão está falando.

Essa lei não é para tratar apenas de Ministros do Supremo. O que nós vamos resolver o ano que vem aqui, a atualização dessa lei, ela trata de Presidente da República, Vice-Presidente da República, ministros de Estado, ministros do STF, ela trata Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União, membros do CNJ e CNMP, comandantes das Forças Armadas, ministros dos tribunais superiores STJ, TSE, TST e STM, ministros do TCU, Governadores de estado, Vice-Governadores, secretários de estado, Vice-Prefeitos e Prefeitos, desembargadores dos tribunais de justiça, membros dos TRFs, TREs e TRTs, membros do MP, União e estados, juízes federais, do trabalho e militares, e juízes estaduais.

Portanto, isso não é brincadeira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Tem que ser feito da forma mais serena possível.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Abrange todo tipo de servidor público dos Poderes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Todo. Por isso que não pode ser feito a toque de caixa.

Eu parabenizo o Senador Weverton, a toda a nossa Comissão pela decisão.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que nós precisamos... e o senhor tem muita liderança aqui e lá na Câmara, o Presidente Davi também se comprometeu, mas é muito importante que a gente vote lá aquela, a PEC 8, que é justamente essa que disciplina as decisões monocráticas.

Todo esse problema que a gente está vivendo, concentrando no PGR pedidos de *impeachment*, mudanças de quórum... Essa decisão transloucada do Ministro Gilmar Mendes pode ser resolvida através da votação definitiva da PEC e sua promulgação. Então, faço-lhe esse apelo.

E queria, Senador Weverton, lhe perguntar o seguinte, eu tenho sugestões de nome para esta sessão muito necessária que vai ter lá no Plenário, esta sessão de debates, que é uma ideia boa do Presidente Rodrigo Pacheco. Eu queria saber se eu posso indicar nomes, se eu indico à sua assessoria, para que possa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Eu acho que quanto mais o debate for amplo, melhor para a sociedade. Só eu queria indicar dez, se fosse possível. Estou brincando. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma manobra para obstruir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu indico para a sua assessoria, né? Está bom. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma manobra para obstruir. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, eu devo dizer a V. Exa. que a Câmara dos Deputados, por mais que os seus Presidentes tenham se esforçado, está devendo dois projetos que nós aprovamos no Senado ao Brasil.

O primeiro deles, na minha opinião, é o fim da prerrogativa de foro privilegiado, que este Senado aprovou aqui. Este Senado aprovou, há mais de seis anos, o fim do foro privilegiado, que está lá dormindo na Câmara já há muito tempo e não é aprovado. Não há outro caminho para diminuir o crime do colarinho-branco que não seja acabando, com o fim do foro privilegiado. Nós aprovamos. Eu já fiz gestão ao ex-Presidente anterior, Arthur Lira, e ao atual Presidente para a votação. Eu acho que a Câmara deve isso ao Brasil. E eu não vejo outro caminho para inibir essa ação a que me referi agora que não seja esse.

E essa questão das decisões monocráticas nós aprovamos aqui. Se eles aprovassem lá, não estaríamos passando por uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, uma decisão liminar que deixa o Congresso e o Senado muito vulneráveis. Então, são duas coisas que a Câmara deveria tomar a iniciativa de fazer.

Mas eu gostaria de voltar ao tema de ontem, no Plenário do Senado Federal, quando o Presidente Davi Alcolumbre anunciou que a lei aprovada nessa madrugada na Câmara dos Deputados, a lei da dosimetria, seria votada imediatamente no Plenário do Senado hoje. E nós não aceitamos. Não só eu, o Senador Renan Calheiros, outros Senadores se manifestaram que essa matéria teria que passar aqui na Comissão de Constituição e Justiça. O Senador Davi Alcolumbre já encaminhou a matéria para a CCJ hoje pela manhã. Já está na CCJ. Eu já estou indicando... Já comuniquei que vou indicar o Senador Esperidião Amin para ser o Relator da matéria. Ele vai apresentar o relatório, e a matéria será apreciada na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça e, a depender do que acontecer na Comissão de Constituição e Justiça, ela poderá ir para o Plenário ou não.

Essa é uma coisa que eu combinei com o Senador Davi Alcolumbre, porque o Senado não pode, como já foi algumas vezes, ser cartório da Câmara Federal – de aprovar lá e aqui ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão cartorial referendando o que passou lá. Isso é uma coisa absolutamente inaceitável. E, quando eu conversei com o Senador Davi Alcolumbre, lá atrás, para apoiá-lo a Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, e ele me propôs comandar a Comissão de Constituição e Justiça, esse foi um acerto que nós fizemos. A palavra dada tem que ser resgatada, cumprida, para que nós possamos ter segurança, e que estamos confiando um no outro pelo bem do Senado Federal.

Eu passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho e, depois, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

V. Exa. está inscrito também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Antes dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não tem problema, pode falar.

Por favor. O senhor tem a prevalência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Perdoe a minha falha, Senador Esperidião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Está perdoado hoje duplamente.

Mas eu prefiro falar agora, primeiro, porque eu tinha me inscrito, segundo, até para falar sobre os dois assuntos.

Primeiro, eu quero agradecer a manifestação da sua confiança, Senador Otto Alencar, e as palavras que... Eu quero cumprimentá-lo. Nós não podemos, nem neste caso, nem no outro caso, ser atropelados por "Ah, fulano acha isso, beltrano...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em primeiro lugar, decisões monocráticas: eu quero deixar mais uma vez registrado que tive o privilégio de ser o Relator, e nós conseguimos 52 votos. E foi num diálogo aberto, franco do Relator com V. Exa., que era o Líder do PSD, além da liderança natural que tem. O senhor fez uma exigência, disse: "Olha, você retira do projeto o pedido de vista que eu voto a favor". Foi claro, não teve barganha de gaveta, não. E eu consultei o Rodrigo Pacheco, que era o Presidente, e disse: "Eu sou a favor; o que você acha?" "Sou a favor". "A palavra está dada, está retirado o pedido de vista".

Nós queremos só restringir as decisões monocráticas. E aprovamos; com os três votos da Bahia, fizemos 52 votos. Então, nós não temos culpa, mas temos responsabilidade, porque somos do Congresso, que a Câmara não votou isso ainda. Convenhamos, já usaram várias vezes a ameaça para fazer barganha, mas não votaram. E a Câmara foi vítima de decisões monocráticas relacionadas a emendas parlamentares, e nós fomos vítimas desta decisão, que, convenhamos... Eu não entro no mérito, cautelar; quer dizer, dar uma monocrática, cautelar, sobre um assunto que não tem urgência alguma? E, com isso, o que é pior, nos fazer decidir rapidamente sobre a Lei de Impeachment.

Eu escutei o que o Senador Girão falou. Isso seria ridicularizar o processo legislativo e desmoralizar o Senado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então a solução que nós estamos discutindo aqui, que é o cronograma oferecido pelo Senador Weverton, é uma solução digna. A lei deve ser atualizada? É evidente que uma lei de 1950 pode e deve, mas não no chicote ou sob o guante de uma decisão equivocada, abusiva, com uma cautelar despropositada, que o Ministro Gilmar Mendes prolatou, que esbofeteia o povo, porque quem ele tirou da parada foi o cidadão.

Ele nem tirou o Senado. Ele quer modificar. Agora, tirou o cidadão. A decisão é uma bofetada no cidadão brasileiro, que é titular do direito de pedir o *impeachment*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os 81 que estão aí assustam os ministros, eles têm que se perguntar se não têm culpa nisso também. Vamos tratar.

Meus cumprimentos ao Senador Weverton, ao Senador Otto Alencar e ao Senador Davi Alcolumbre, que já comentaram sobre o assunto.

Decidir isso sofregamente seria uma humilhação ridícula, porque não significa nada, o resultado não vai beneficiar ninguém, só prejudicaria. E demonstraria que o medo, o medo... Essa decisão cautelar do Ministro Gilmar Mendes foi motivada pelo medo. Isso está até no editorial do *Estadão* de domingo: o medo. Mas nós não precisamos agir com medo. Podemos agir com moderação.

O calendário que o senhor apresentou é perfeito. Vamos ouvir, vamos fazer uma audiência pública para oxigenar esse projeto, que foi tão sonhado pelo Senador Rodrigo Pacheco, vamos reconhecer e vamos dar uma solução que modernize, mas que não exclua a gente num processo complexo, que não pode ser banalizado, como sendo crime de responsabilidade, seja do Prefeito, seja do Governador, seja do Ministro do Supremo, seja do Presidente da República.

Dessa roda aqui, eu acho que... O Senador Eduardo Braga acho que não era Parlamentar em 1992, era? Eu tive o desprazer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Aliás, era. Eu era Deputado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, nós participamos dos dois *impeachments* de Presidente da República.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Participamos. Eu votei no *impeachment*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu participei do primeiro, como Senador, e do segundo, como Deputado, e vice-versa. O senhor foi vice-versa, ou seja, primeiro, como Deputado, e, depois, como Senador. Então é um assunto que é uma travessia difícil para a República, mas que nós conseguimos superar, felizmente, sem nenhum trauma, com um aprendizado dolorido, mas benéfico para a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o cronograma que o senhor estabeleceu assegura que nós possamos modernizar esta lei, que é uma lei sensível, mas com maturidade e sem atropelos. Então, eu quero me congratular com a sua posição, respaldada pelo Presidente da Comissão, o nosso Senador Otto Alencar, e pelo Presidente da Casa também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho; em seguida, o Senador Veneziano; e, depois, o Senador Eduardo Braga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero lhe fazer um elogio pela firmeza com que V. Exa., no dia de ontem, se posicionou. Acho que nós precisamos, cada vez mais, de posições dessa natureza. Não é contra este ou aquele tema, contra este ou aquele grupo, mas pela garantia do fortalecimento dessa institucionalidade que nós representamos.

V. Exa. ontem deu um exemplo de qual é a liturgia básica que nós precisamos seguir para sermos um Poder. Nós não estamos tratando de qualquer coisa. Nós estamos tratando de uma regra que mexe com a vida do povo brasileiro. Infelizmente, as pessoas usam de interesses muito particulares e momentâneos para tentar redefinir o modo de funcionamento de um país, de uma sociedade, de forma casuística.

Veja, recentemente, eu fiquei, até certo ponto, entusiasmado com a postura de quem entende de política, de uma pessoa de que não vou citar o nome, de um determinado Parlamentar dizer: "Eu sou candidato a Presidente". Perfeito, tem um legado, vai assumir este legado, vai tocar este legado. Dias depois, ele diz: "Não, mas tem um preço. Tem um preço para não ser mais candidato". De repente, dois dias depois, um dia e meio depois, uma reviravolta e aí pautam uma redução de pena que beneficia diretamente aqueles que se envolveram numa tentativa de golpe de Estado no Brasil, que atentaram contra a democracia. Isso é extremamente grave. Para atender ao interesse de um determinado campo político que quer ter um determinado candidato a Presidente e para ter esse determinado candidato a Presidente, vale qualquer coisa, inclusive tentar submeter esta instituição ao vexame de ter que votar uma matéria desta complexidade, da noite para o dia, sem ter um debate institucional apropriado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu quero registrar, com uma certa indignação, não pela sua postura, mas pelo que queriam fazer com nós todos, Senadores e Senado Federal, que é inadmissível. E mais inadmissível é fazer as coisas de forma tão escancarada, e isso não ser revelado. E eu estou revelando aqui. Tudo isso, me parece – me parece, não posso acusar –, que é para atender a uma pré-candidatura do Tarcísio de Freitas e alguém retirar a candidatura. Em troca, a dosimetria, a anistia.

Onde nós estamos? Que país é este? Aqui vou parafrasear o Renato Russo: "Que país é este?". Essa é uma música da década de 90, e a gente vê se repetir. O que aconteceu, agora como tragédia... Como farsa, não como tragédia, é a tragédia anterior das anistias dadas a quem atentou contra a estabilidade institucional e o regramento institucional.

É mais uma tentativa que V. Exa. barrou como voz quase que única naquele Plenário, na euforia que estavam para garantir um acordo que beneficia Tarcísio de Freitas.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa. Bom dia extensivo a todo o Colegiado.

Na esteira do que foi exposto com muita firmeza, mas ao lado da firmeza, com muito equilíbrio e com muita felicidade nos argumentos, eu quero me somar à fala ponderada, mas com autoridade, feita pelo Senador Rogério Cavalho. V. Exa., pela segunda vez, no cumprimento daquilo que bem o sabe desde o momento em que assumiu esta cadeira, para nos conduzir como Presidente da CCJ, faz com que nós mereçamos, perante os olhos e as observações da opinião pública, o respeito que tanto nós desejamos. Por que eu digo pela segunda vez? Porque há 90 dias, nós também estávamos e nos deparávamos com mais um fato produzido, a lamentar, pela Câmara Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. lembra que a Câmara, para atender a quem nós não identificamos, porque não são poucos, produziu a PEC da bandidagem, a PEC da blindagem. E V. Exa., ato contínuo, no Plenário do Colegiado e depois aqui neste Plenário, determinou fazer a discussão, e assim nós o fizemos, com o relatório muito feliz, brilhante, do Senador Alessandro Vieira, para que nós corrigíssemos uma falta gigantesca e vexatória produzida pela Câmara dos Deputados. V. Exa. se lembra.

Ontem, mais uma vez... E eu não estava em Plenário para saudar V. Exa., mas, em nome do MDB, o fez o Senador Renan Calheiros. V. Exa. chamou à responsabilidade, para dizer ao Presidente da Casa, com todo o devido respeito, mas também com a condição e a autoridade de Presidente, que precisa não se impor, mas que precisa se apresentar para tanto, que nós não estamos diante de qualquer proposta legislativa, Sr. Presidente. Nós estamos diante de uma proposta legislativa que é um passo perigosíssimo que poderemos estar dando para impunidades!

Muitas vezes ouvimos nós, aqui mesmo neste Colegiado e lá em Plenário, de alguns dos companheiros que têm todo o direito de se expressar, serem contra. Somos contra a impunidade, não podemos mais condescender, precisamos ampliar e amplificar as penas, ao tempo que essas mesmas vozes se contradizem, paradoxalmente, para fazer com que uma proposta cuja natureza é muito delicada, muito sensível e de repercussões que passarão pelas nossas gerações... O que faz com que nós nos atenhamos.

Então, eu quero saudá-lo, levando em conta isso que o Senador Rogério Cavalho... E que a cara parece com a careta. Em 48 horas depois de termos ouvido, por parte de um agente político legitimado para se apresentar para as disputas eleitorais de 2026, dizer: "Se a Câmara assim o fizer, eu posso repensar o meu posicionamento". E não por um acaso, não por coincidência, a Câmara assim o fez e se coloca de uma forma, repito, vexaminosa. E eu lastimo pela condução de um conterrâneo tê-lo feito na Câmara dos Deputados pela segunda vez. Mas a gente faz essa correção.

E quando V. Exa. faz o freio de arrumação, sugerindo uma pessoa que tem altíssima capacidade e equilíbrio para poder apresentar o relatório, conquanto tenhamos nós, na próxima semana, também a condição do pedido de vistas, para que nós tratemos com a responsabilidade devida que esta Casa tem que ter, tem que assumir e tem que entregar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a V. Exa., também ao próprio Presidente Davi Alcolumbre, que não usou da sua condição de Presidente para já levar imediatamente esse assunto, que é delicadíssimo, que não pode ser tomado a toque de caixa, porque, afinal de contas, há menos de 60 dias, digo, há menos de 30 dias, nós tivemos os resultados finais em acórdãos com trânsito em julgado daqueles que foram condenados por força daquilo que se reuniu em um processo em que a ampla defesa foi respeitada, porque não poderia ser diferente.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Sr. Senador Eduardo Braga.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Meu Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Depois.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pela ordem.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Não, depois do Senador Eduardo. Ele está na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, meu Presidente, eu queria começar cumprimentando V. Exa., porque V. Exa. tem adotado posturas neste seu mandato de Presidente da CCJ que, primeiramente, demonstram coerência com o seu legado político. Segundo, tem demonstrado coerência com a responsabilidade que a Comissão de Constituição e Justiça tem para com o Senado da República e para com a República brasileira. E eu quero cumprimentar novamente V. Exa. por algumas posições. Primeiro, era inadmissível que um projeto dessa grandeza, que envolve questões tão dramáticas, pudesse ir direto para o Plenário – era inadmissível. E, em bom tempo, em boa hora, V. Exa. se posicionou, com o apoio dos seus pares, para que esse projeto viesse a esta Casa, a esta Comissão, para que V. Exa. pudesse designar um Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao chegar a esta Comissão, V. Exa. designa não apenas um Relator competente, experiente, mas um Relator que tem décadas de experiência política e que tem uma posição de centro, ou seja, ele não adotará a carga ou a dosimetria partidária para interpretar uma matéria que não é partidária, que é uma matéria que tem razão direta com a responsabilidade de estabelecermos uma punição justa e, ao mesmo tempo, equilibrada para com os crimes cometidos. Eu me refiro ao Senador Esperidião Amin.

Eu também quero cumprimentar V. Exa., porque não pode parecer que o Senado esteja ou a reboque, ou em circunstâncias de pressão, ou contrapressão, numa matéria que tramita nesta Casa há tanto tempo, e de uma lei que existe há tanto tempo no Brasil, que foi aplicada nos últimos 30 anos para impichar dois Presidentes da República eleitos diretamente pelo povo, e que, de repente, depois de ter sido constituída uma Comissão de Juristas de alto nível, presidida por um membro do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Lewandowski, à altura Ministro do Supremo Tribunal, e, depois, assinado o projeto pelo então Presidente desta Casa, outro jurista, o Senador Rodrigo Pacheco, e designado o nosso eminente colega Weverton para relatar, tivéssemos que fazê-lo de forma açodada e premida por uma liminar ou uma cautelar dada que, no mínimo, gerou estranheza, primeiro, porque não há nenhum *impeachment* na linha de tiro, em curso, portanto não há nenhuma urgência, não há nenhum *periculum in mora* que justificasse uma decisão liminar, cautelar, para sustar um processo que estivesse na iminência de trazer os seus efeitos a alguém.

Portanto, eu tive a oportunidade de conversar algumas vezes com o Senador Weverton e dizer que, até mesmo na questão do *impeachment*, nós precisávamos adotar posturas e cautelas que pudessem levar, mesmo no que pareça paradoxo, mas não é, a dosimetria em consideração com relação aos quóruns quantitativos para o passo a passo do processo, porque, senão, deixa apenas eu fazer uma citação aqui a V. Exa.: se eu estabelecer o mesmo quórum para o recurso ao Plenário da admissibilidade do recurso, o mesmo quórum, que é o quórum que ao cabo e ao fim irá decretar o *impeachment* do paciente, seja ele o Presidente da República, seja ele o Ministro do Supremo Tribunal Federal, o ministro de um superior tribunal, um Prefeito, seja até mesmo um Senador, eu já estaria estabelecendo, no acolhimento da admissibilidade, a sentença de condenação do paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, essa dosimetria, portanto, precisa ser estabelecida. O Presidente do Senado tem o seu tempo e o seu prazo para deliberar sobre a matéria; a Mesa do Senado tem o seu tempo, o seu prazo e o seu quórum para deliberar sobre a matéria; o Plenário tem o seu tempo e o seu quórum para deliberar pela admissibilidade; e o Senado da República deve ter o seu tempo e o seu quórum para, enfim, ao cabo, sentenciar, decretar o impeachment da autoridade que estiver sendo julgada, para não parecer que nós estamos antecipando instâncias ou que nós estaríamos estabelecendo uma instância de admissibilidade de três quartos ou de dois terços, e que, para a condenação, precisaríamos da unanimidade da Casa, o que é praticamente dizer não, é impossível fazer com que alguém tenha a unanimidade da Casa.

Ora, em bom tempo, em boa hora, o experiente, o competente Relator Weverton, percebendo a delicadeza, estabelece um calendário que é extremamente bem recebido por todos nós, e que dá tempo para que nós possamos decantar todas essas questões para que o diálogo se restabeleça entre os Poderes, para que nós possamos buscar aquilo que é o princípio e o fundamento da democracia, que é a igualdade entre os Poderes, a harmonia entre os Poderes, a independência entre os Poderes, para estabelecer a modernização da Lei do Impeachment.

Portanto, Presidente, eu me vi na obrigação aqui, como Líder do MDB, de fazer esse reconhecimento a V. Exa.

Por fim, quero dizer outra coisa: quando chegou a indicação do indicado para o Supremo Tribunal Federal, V. Exa. imediatamente procurou ver qual era a média de prazo existente nesta Casa para a sabatina de um indicado, para que nós pudéssemos adotar um critério em cima de precedentes, e não um critério aleatório. E, tendo em vista a não recepção do processo de indicação, que traria, obviamente, a documentação que habilitaria o indicado à condição de ser sabatinado e de cumprir aquilo que estabelece a Constituição da República, V. Exa. imediatamente disse: "Não sob essas condições, o calendário será alterado, porque não alterado pelo Presidente da CCJ, porque não alterado pelo Senado da República, e, sim, alterado por aquele que indica.". Aquele que indica resolveu, por razões que desconhecemos, se acautelar e encaminhar em prazo oportuno o indicado com a referida documentação, e V. Exa., mais uma vez, com autonomia, com independência, com altivez, disse: "Não, diante dessa circunstância, nós haveremos de readequar o calendário da Comissão de Constituição e Justiça.".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, meu caro colega e Presidente Otto Alencar, eu quero chegar ao cabo de 2025 dizendo que V. Exa. engrandece a Comissão de Constituição e Justiça com o comportamento que tem adotado na Presidência desta Comissão, sem partidarizar suas decisões, sem partidarizar suas escolhas, sem partidarizar seus posicionamentos e sim, como um mestrado, dentro da Casa do Parlamento, balizar o seu posicionamento pela coerência e pelo legado político de V. Exa.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senador Eduardo Braga, as palavras. V. Exa. sabe a admiração que eu tenho pelo seu trabalho e pelas contribuições que V. Exa. tem dado ao Senado Federal. Talvez tenha sido o Relator mais importante desta quadra, eu li aqui as matérias: V. Exa. foi o Relator da PEC da reforma tributária, das duas leis complementares, e eu queria parabenizá-lo, foi uma grande contribuição. Nós quebramos o estigma que existia no Brasil de que era quase que impossível fazer uma reforma tributária, e este Senado e o Congresso Nacional deram essa letra de lei que será, sem dúvida nenhuma... Atendemos aquilo que é o espírito da lei, que era de simplificar, cobrar, cobrar no destino e fazer uma legislação mais simples para o país, e eu quero parabenizar V. Exa., com outras tantas relatorias que V. Exa. já fez aqui no Senado Federal.

Senador Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Presidente, primeiro eu quero lhe agradecer publicamente, evidentemente, como é da minha natureza, no final deste ano, porque, nas relatorias que eu lhe pedi, eu fui prontamente atendido, como aquela que limita a liberdade provisória em audiência de custódia. Foi dado vista e, logo, logo, nós estaremos votando aqui na CCJ o clamor das forças de polícia do Brasil inteiro, dando uma ferramenta para acabar, ou diminuir, com essa catraca, porque entra e sai, na audiência de custódia, a metade, praticamente, das pessoas.

Também V. Exa. acabou de me designar ontem – eu estou agradecendo ao senhor publicamente – para um projeto que eu relatei na Comissão de Segurança Pública, que moderniza, que dá oportunidade, dá permissão para que os estados que queiram fazer uma parceria público-privada em áreas que não sejam correlatas à força do estado da segurança pública possam fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero lhe agradecer o tratamento e os atendimentos que V. Exa. me fez, mas também quero fazer aqui algumas considerações a respeito do tema. É interessante – e aí como eu respeito a opinião de todos, quero que respeitem a minha – que a PEC da blindagem, quando enfiaram o Presidente de partido etc. e tal, ficou, de fato, uma pouca vergonha. Em tempo recorde, nós votamos aqui e enterramos a PEC da blindagem, lembra-se? Agora, para liberar pessoas por um crime que estão pagando e não cometeram, aí vem toda a moralidade. Tem que seguir os trâmites da Casa, pedir vista. Não tem problema, até onde eu sei, Sr. Presidente, com todo o respeito, não há ninguém aqui que tenha um parente preso, então não tem problema que eles passem o Natal, o Ano-Novo todo mundo preso, repito, por um crime que não cometeram.

Eu vou dizer, mais uma vez: em 1964, na véspera do golpe militar, havia duas tentativas de golpe no Brasil, e ninguém nega isso. Venceu o golpe militar, mas o que a esquerda queria também era dar um golpe militar. Perdão, era dar um golpe de esquerda.

O único partido de esquerda que não entrou na guerrilha urbana, na guerrilha rural, foi o PCB, do qual eu vim a fazer parte na adolescência, mas ninguém nega isso. Num lapso de honestidade, Fernando Gabeira, ex-Deputado Federal; Caetano Veloso, admitiram isso. Palavras deles, abre aspas: "Nós lutávamos pela implantação da ditadura do proletariado", mas, mesmo assim, admitindo que lutavam pela revolução comunista, que pegaram em armas, que mataram inocentes, que sequestraram pessoas, que foram para a guerrilha urbana e rural e que fizeram justiçamento, mesmo admitindo tudo isso, todos foram anistiados – todos.

Agora, aqui no Brasil, nós vamos continuar assim: um político que foi denunciado e processado na instância correta e condenado em três instâncias, por nove juízes, por corrupção, hoje é o Presidente do Brasil. Por outro lado, pessoas que... Honestamente, onde é que teve tentativa de golpe de Estado no Brasil? Dia 8 de janeiro, pessoas, homens e mulheres, desarmadas, sem apoio das Forças Armadas, sem apoio de Governadores, sem apoio do Congresso Nacional...

Vamos lembrar que o golpe militar de 1964 teve apoio dos Governadores de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Congresso Nacional, da CNBB e das Forças Armadas, claro, que foi quem patrocinou o golpe. Agora, golpe de Estado no Brasil no dia 8? Sem nenhum Governador apoiando, sem o Congresso apoiando, sem nenhum apoio popular?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas pessoas, Sr. Presidente – e nada do que aconteça vai tirar isso do meu coração e da minha consciência –, estão pagando por um crime que não cometeram. Não era para estar discutindo dose de pena, não. Era para o Congresso pôr para votar a anistia, e quem quisesse votar a favor votasse, quem não quisesse que votasse contra e que dormisse com a sua consciência, mas, já que a Câmara votou um projeto que é uma meia-sola de quem quer admitir o excesso todo, mas tem vergonha de votar ou se sente pressionado por Ministro do Supremo Tribunal Federal, que nós também tivéssemos, pelo menos, a rapidez que tivemos para enterrar a PEC da blindagem, para, pelo menos, aliviar a dor de quem está preso injustamente.

Sr. Presidente, eu acho que nós temos um respeito quase que divino por Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas será que eles merecem? Um deles, um dia desses, acabou de, numa canetada, acabar com o poder do Congresso Nacional e do Senado da República de abrir processo de *impeachment* de Ministro, e aí o Senado responde com a cautela que o Ministro não tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – O Ministro resolve de uma hora para a outra, e o Senado vai passar por todo o trâmite para ver se consegue consertar e devolver esse poder.

Outro Ministro viaja no jatinho com o advogado do pessoal do Banco Master e diz que isso tudo é normal; decoro Parlamentar zero. E outro tem uma esposa num contrato de três anos de R$129 milhões. Esse era o assunto, Omar, era isso o que estava todo mundo dizendo.

Então, Sr. Presidente, eu quero encerrar porque eu não poderia deixar de dar a minha opinião, ouvindo a dos colegas que eu respeitei do começo ao final. Foi falado aqui daquilo que a Câmara votou ontem e eu quero deixar clara a minha posição: pessoas inocentes estão pagando por um crime que não cometeram.

Eu acho de uma crueldade monumental o grupo da esquerda, que faz parte do grupo de pessoas que foram perdoadas, anistiadas. Esses, sim, que assumiram tentativa de golpe de Estado, pegaram em armas e foram anistiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje nós estamos aqui discutindo, vamos diminuir uma pena, mas, mesmo assim, vamos pensar, vamos dar prazo, vamos pedir vista. Imagina se algum de nós, ou todos nós tivéssemos algum parente, uma mãe, um pai, um irmão, uma irmã preso por um crime que absolutamente não cometeram.

Assim como eu respeitei a opinião de todos, eu espero que respeitem a minha também.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E termino por onde comecei, agradecendo-lhe pelos pedidos que lhe fiz e pelo pronto atendimento dessa Presidência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero só pontuar a V. Exa. que V. Exa. falou a respeito de pressão do Supremo Tribunal Federal. Se V. Exa. tem algum Senador que está sob pressão, deveria dizer.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – A mídia toda fala isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não estou nesse meio, porque eu não aceito pressão de Supremo Tribunal Federal.

Em segundo lugar, V. Exa. falou sobre o golpe de 1964, porque não viveu isso. V. Exa. não viveu o golpe de 1964. E quando fala em ação de guerrilha, deveria se lembrar de que a Intentona Comunista foi Prestes que fez.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E que alguém que foi torturado, um jovem que foi torturado, como vários colegas meus, tomando choque sob pressão, não tinha arma na mão absolutamente, tinha uma ideologia: acabar com o golpe militar, com o regime militar, pela democracia.

Quem estava no 8 de janeiro, Senador, estava para derrubar a democracia. E V. Exa. não vai me dizer que o seu Presidente da República é um pacifista ou foi um pacifista, que deveria ser o papa, que não queria e chamava "o meu Exército" e não quis botar o Exército para acabar com a democracia, que não atentou contra a democracia em várias oportunidades. Isso aí, V. Exa. querer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar um Presidente da República que, a vida inteira, que foram os quatro anos que foi Presidente, lutou para dar um golpe militar, não teve apoio, não teve apoio das Forças, teve de alguns generais, mas não teve do atual Comandante do Exército.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É querer mudar, é querer pintar um quadro que não é exatamente a realidade, entendeu?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Senhores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou discordar completamente de V. Exa., até porque eu vivi isso, como Omar viveu, em 1964. V. Exa. não viveu em 1964. V. Exa. não teve colegas, como eu tive, que nunca foram de esquerda ou comunistas, que foram fuzilados. V. Exa. não teve parentes, como eu tive, que foram cassados porque não mudaram de partido, porque não quiseram mudar de partido. Era do MDB, Prefeito, era para mudar, não muda, era cassado e preso. V. Exa. não sabe, não viu a realidade. Pegou em livro e leu de forma, assim, simplória, mas não entendeu o que aconteceu em 1964, entendeu?

E outra coisa, e devo dizer a V. Exa., o golpe militar de 1964 penalizou os civis que apoiaram o golpe militar de 1964. Carlos Lacerda foi exilado. Foi quem mais ajudou o golpe de 1964. Afonso Arinos. Juscelino Kubitschek teve que ser exilado como comunista e nunca foi comunista, foi um grande Presidente do Brasil. O golpe militar, quando é dado, e o militar senta na cadeira, ele, a primeira coisa que faz é exercer o poder dele de militar e exercer contra civil. Todos os civis que ajudaram o golpe militar de 1964 foram exilados, foram cassados.

Olha, Juscelino Kubitschek ser taxado de comunista... Juscelino Kubitschek, um progressista, um cara de centro, um homem que fez pelo Brasil, àquela época, como nunca ninguém fez, 50 anos em 5, e ele foi exilado. E eu convivi com um homem que tinha as cartas dele, o Senador Antônio Carlos Magalhães, que era um grande amigo dele, e ele no exílio dizendo e perguntando qual foi o mal que ele fez no Brasil, qual foi o momento em que ele foi comunista, qual foi a tese que ele defendeu de esquerda. E foi cassado, e foi exilado. Sabe por quê? Porque não perdoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu dizia a V. Exa. que esse é um caso que não dá para discutir, tem vários Senadores que, inclusive, queriam falar sobre o assunto – o Senador Omar, que conheceu isso e passou por isso, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Falou por mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu devo dizer que eu vou começar, eu vou dar a palavra ao Senador Alessandro Vieira para começar o item 2.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – A sessão começou em clima já quase de Natal, o Papai Noel estava chegando aqui na porta e a gente saiu correndo porque começou a...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Alessandro.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não vou dar mais questão de ordem, não vou dar. Sobre esse assunto, não.

Senador Alessandro Vieira, o item 2 da pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, o Senador General Mourão precisa falar também. Presidente, isso não está correto, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu só quero dizer que respeito sua opinião, mas a minha é outra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – E V. Exa. respondeu, mas não disse nada que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas V. Exa. não pode dizer que Senador...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... as pessoas que pegaram em armas mataram também...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. não pode dizer que Senador está sob pressão do Supremo, porque eu nunca estive e não estou.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Quem diz isso é a mídia todo santo dia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não estou sob pressão do Supremo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – A mídia diz isso todo santo dia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, só para me incluir nessa sua relação de que eu não estou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Também não estou, não. Aliás, devo dizer a V. Exa.: não sei se V. Exa., não sei a carreira política de V. Exa., Senador Bittar, não sei se V. Exa. foi Executivo, não sei se já foi Executivo. Eu fui cinco vezes e nunca precisei de advogado. Nunca tive uma denúncia em Ministério Público. Nunca respondi a um processo na minha vida. Fui Governador do meu estado, Conselheiro de Tribunal de Contas, Deputado, Presidente da Assembleia, Senador duas vezes e posso dizer com toda a consciência: nunca coloquei no meu patrimônio um real do setor público. Nunca na minha vida. Entendeu? Então, V. Exa. precisa respeitar os Senadores e, quando for dizer, nomine as pessoas que estão lá no tribunal. Dê nome, dê nome, porque eu daria nome.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Peça para a imprensa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. fala de imprensa. Eu daria nome.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Fale isso para a imprensa. Cobre da imprensa!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De forma democrática, abra a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Cobre da imprensa!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não vou dar a palavra.

Senador Alessandro Vieira.

Depois V. Exa. se pronuncia.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5582, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil; tipifica os crimes de domínio social estruturado e de favorecimento ao domínio social estruturado; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 11.343, de 23 de agosto de 2006, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 9.613, de 3 de março de 1998, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao PL nº 5.582, de 2025, com o acatamento total ou parcial das emendas nº 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 36 a 45, 47, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 02/12/2025, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

- Em 03/12/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- Foram apresentadas, após a vista coletiva, as emendas nº 44 a 113.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade e que bom que vivemos em uma democracia onde é possível ter este tipo de debate. Não vivêssemos em democracia, nenhum dos dois teria a oportunidade de fazer o que fizeram agora.

Sr. Presidente, eu passo apenas ao complemento de voto, considerando que o relatório já foi lido na sessão passada com abertura de vista.

Passo à análise das emendas apresentadas. Antecipo que foram apresentadas mais de cem emendas.

A Emenda nº 44, de autoria do Senador Sergio Moro, altera a redação do §8º do art. 5º da Lei nº 13.756, de 2018, para substituir a expressão “mediante instrumentos de cooperação” por “mediante os meios de transferência previstos nesta lei”, no tocante ao repasse de recursos aos entes federados.

A Emenda 49, de autoria do Senador Izalci Lucas, tem teor semelhante e assegura que pelo menos 60% dos recursos oriundos da Cide-Bets sejam transferidos obrigatoriamente aos estados e ao DF, vinculando-os a ações de custeio, aparelhamento, infraestrutura e capacitação. Acolhemos parcialmente ambas as emendas, para admitir que a execução descentralizada de, no mínimo, 60% dos recursos da Cide-Bets...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... se dê pelos meios de transferência previstos na Lei 13.756, de 2018, inclusive por transferência fundo a fundo, desde que os valores sejam mantidos em subconta específica dos fundos estaduais de segurança pública, carimbados exclusivamente para ações de combate ao crime organizado e de expansão e qualificação do sistema prisional, vedado seu desvio para outras finalidades.

As Emendas nºs 45 e 46, também de autoria do Senador Sergio Moro, propõem ajustes na redação do art. 21-W do substitutivo para evitar que o modelo das FICCOs seja interpretado como a única via de cooperação permitida, estendendo as regras, no que couber, a outras formas de atuação conjunta, como o caso dos GAECOs, do Ministério Público. Acolhemos parcialmente a Emenda nº 45 para deixar claro que a coordenação a ser exercida pela Polícia Federal no âmbito das FICCOs é exclusivamente administrativa.

Presidente, eu vou pedir só uma interrupção aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador Marcio, se o senhor puder só falar um pouquinho mais baixo, eu lhe agradeço, porque está atrapalhando a leitura.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Desculpe, é porque estão falando comigo aqui, e eu tenho que responder, mas tudo bem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Retomo, Presidente.

As Emendas nºs 45 e 46, ambas de autoria do Senador Sergio Moro, propõem ajustes na redação do art. 21-W do substitutivo para evitar que o modelo das FICCOs seja interpretado como a única via de cooperação permitida, estendendo as regras, no que couber, a outras formas de atuação conjunta, como é o caso dos GAECOs, do Ministério Público. Acolhemos parcialmente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 45 para deixar claro que a coordenação a ser exercida pela Polícia Federal no âmbito das FICCOs é exclusivamente administrativa – reitero, já é assim, é apenas para deixar mais claro. Por outro lado, rejeitamos a Emenda nº 46, por entender que o §8º do art. 21-W já permite outras formas de cooperação institucional para o combate do crime organizado e uma disposição específica sobre as FICCOs não exclui outras possibilidades institucionais. E, aí, esclareço aos colegas novamente, fiz isso no relatório: a adoção do modelo Ficco institucionalizado nesse projeto de lei é porque se trata de um modelo de cooperação federativo que já está consagrado, os 27 entes subnacionais já o utilizam. Então, os 27 Governadores já concordaram, e isso facilita bastante o nosso trabalho aqui.

As Emendas nºs 47, 69, 81, 94 e 109, de autoria dos Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Weverton e Sérgio Petecão, alteram a composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública para incluir representantes dos Ministérios Públicos estaduais e Federal, além de prever explicitamente os GAECOs como destinatários dos recursos da Cide-Bets. Acolhemos parcialmente as Emendas 47, 81 e 94 e integralmente as Emendas 69 e 109, para incluir os GAECOs como destinatários dos novos recursos e reforçar a participação do Ministério Público no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, prevendo a inclusão de dois membros do órgão ministerial, sendo um representante dos Ministérios Públicos estaduais e um representante do Ministério Público da União, em substituição à redação original das emendas que previam cinco ou três integrantes. Como decorrência dessa inclusão do Ministério Público fazemos também a inclusão de dois representantes do Judiciário, observando também a representatividade estadual e federal. Assim, o Conselho Gestor passa a ter uma proposição que representa de fato um pacto federativo com Governadores, União, Ministério Público e Judiciário.

A Emenda 48, também de autoria do Senador Sergio Moro, insere dispositivo que autoriza a alienação antecipada de bens no rito da ação civil de perdimento de bens, mediante requerimento do administrador, adotando-se o procedimento do art. 144-A do CPP. Rejeitamos a emenda por entender que o procedimento de alienação antecipada prevista no Código de Processo Penal não deve se aplicar a um procedimento cível.

A Emenda nº 50, de autoria do Senador Izalci Lucas, propõe a inclusão do art. 64-A à Lei 11.343, de 2006, estabelecendo que no mínimo 60% dos recursos destinados à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), decorrentes do perdimento de bens e valores em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor da União, sejam transferidos obrigatoriamente aos fundos de segurança pública dos estados e do DF. Rejeitamos a referida emenda, porque estamos prevendo, neste projeto, um prazo de reavaliação de todos os fundos relacionados à segurança pública em 180 dias. Nós temos, Sr. Presidente e colegas, alguns fundos já criados que agregam recursos que são aplicados na segurança, no combate às drogas, no sistema penitenciário. O que a gente propõe neste projeto é que tenhamos, em 180 dias, uma proposta do Executivo de realinhamento desses fundos, para evitar empoçamento, sobreposição e desperdício, proposta que conta com o apoio, inclusive, do Governo.

A Emenda nº 51 e a Emenda nº 58, de autoria do Senador Izalci Lucas e do Senador Fabiano Contarato, alteram a redação do inciso IV do §2º do art. 21-W da Lei nº 12.850, de 2013, no texto do substitutivo, para especificar que coordenação-geral e supervisão pela Polícia Federal nas FICCOs dar-se-ão "nos inquéritos policiais de sua competência", mantendo-se a premissa de ausência de hierarquia direta entre os órgãos. Acolhemos parcialmente as emendas, pois, como dito já anteriormente, estamos explicitando que a coordenação exercida pela Polícia Federal nas FICCOs...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... dar-se-á apenas para fins administrativos, o que exclui qualquer ingerência sobre inquéritos de atribuição de polícias civis ou procedimentos de interesse do Ministério Público.

As Emendas nºs 52 e 89, de autoria do Senador Izalci Lucas e do Senador Marcos Rogério, retomam o texto da Câmara dos Deputados, que possibilita a perda dos instrumentos e do produto do crime em favor dos estados e do DF. Rejeitamos as emendas, uma vez que o presente projeto trata especificamente de combate a crime organizado, e o §5º do art. 91-A do Código Penal já prevê a destinação de bens aos estados. Incluímos, neste dispositivo, a correção para a destinação ao Distrito Federal, porque tinha uma omissão, e o DF estava fora da partilha destinada a estados.

A Emenda nº 53, de autoria do Senador Humberto Costa, objetiva alterar o prazo de preservação de dados pessoais, registros de conexão, acesso a aplicações de internet e conteúdo de comunicações mediante requisição do delegado de polícia ou do MP para 90 dias, prorrogável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por igual período. Além disso, a emenda pretende vedar dar ciência ao usuário ou titular da conta sobre as providências adotadas. Acolhemos parcialmente a referida emenda para garantir o sigilo das informações requeridas. Entendemos que o aumento do prazo de preservação de informações não é necessário, uma vez que já está prevista no substitutivo a guarda estendida de cinco anos (art. 17).

Acolhemos a Emenda nº 54, do mesmo Senador Humberto Costa, considerando que torna mais claro o procedimento de fixação de multa cominatória, inclusive possibilitando a penhora de ativos financeiros, quando houver descumprimento de ordem judicial ou requisição legal.

A Emenda nº 55, também de autoria do Senador Humberto Costa, possibilita que os valores depositados a qualquer título em procedimentos de natureza criminal ingressem na disponibilidade financeira do ente federativo, mantida a vinculação ao processo de origem. Embora já existam previsões similares, optamos por rejeitar a emenda a fim de garantir a boa aplicação dos recursos públicos e a responsabilidade fiscal. Depósitos judiciais, em regra, não são recursos pertencentes ao Estado até que seja transitada em julgado a sentença. Considerando a previsão de mais recursos financeiros destinados à segurança pública por meio da criação da Cide-Bets, a modificação da destinação dos depósitos judiciais antes do trânsito em julgado torna-se desnecessária.

A Emenda 56, do mesmo Senador Humberto Costa, permite que o delegado e o membro do MP requisitem o acesso, inclusive por meio de cópia integral ou parcial, às bases de dados administradas por órgãos da administração pública direta e indireta e por concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, vedada a requisição sempre que o acesso estiver sujeito à reserva de jurisdição. Acolhemos a emenda mediante alteração do art. 17-C, por entender que poderá tornar mais célere a atividade investigativa. Procedemos aos ajustes necessários para resguardar o sigilo das informações e o uso exclusivo para os fins da investigação.

Emenda 57, também do Senador Humberto Costa, pretende alterar o conceito de instrumento do crime, baseando-se estritamente na instrumentalidade e no nexo causal, independentemente de exclusividade e habitualidade no uso do bem. Acolhemos referida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda, uma vez que moderniza a definição de instrumento do crime e vai na linha de tese firmada pelo STJ em relação a crimes ambientais (Tema 1.036).

A Emenda 59, de autoria do Senador Eduardo Girão, pretende vedar o alistamento e o exercício dos direitos políticos ativos de indivíduos privados de liberdade, ainda que sem condenação definitiva. Rejeitamos a emenda pelos mesmos fundamentos já apresentados em nosso relatório anterior: a emenda afronta o inciso III do art. 15 da Constituição Federal.

A Emenda 60, de autoria do Senador Humberto Costa, destina os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública provenientes da atuação da Polícia Federal para o Funapol, que é um fundo específico da Polícia Federal. Rejeitamos a referida emenda, uma vez que estamos retirando quaisquer vinculações de fundos às atuações policiais prévias e diante da determinação de revisão dos fundos em 180 dias, já mencionada.

E aqui, abro um parêntese, Sr. Presidente e colegas, para esclarecer essa questão da disputa pelos fundos entre polícias. Na regra sugerida, aprovada pela Câmara dos Deputados, você teria uma verdadeira luta pelas operações. Se a operação é da polícia civil, o recurso fica com a civil; se for da Federal, fica com a Federal. Isso vai inibir a cooperação entre as forças. O recurso público, como diz a própria expressão, é público, não é da polícia ou do policial que faz a operação. Então, rejeitamos essa emenda apresentada pelo Senador Humberto Costa, mais ainda porque a gente está determinando a revisão dos fundos em 180 dias. Então, a expectativa é que, após a aprovação desse projeto e a promulgação e a sanção pelo Presidente da República, não tenhamos mais problema de financiamento na segurança pública.

A Emenda nº 61, de autoria do Senador Angelo Coronel, exige o trânsito em julgado de sentença condenatória nas hipóteses em que a administração pública indeferir ou revogar a autorização para exploração de apostas de quota fixa, *bets*, sob o fundamento de inidoneidade dos sócios, controladores, representantes legais e administradores da pessoa jurídica interessada. Rejeitamos a emenda considerando que o indeferimento ou revogação são atos discricionários da administração pública e podem estar fundamentados em fundados indícios de inidoneidade, como investigações em curso, por exemplo. Tal entendimento, na nossa visão, se coaduna com o fortalecimento do combate ao crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 62, do mesmo Senador Angelo Coronel, inclui nas causas de aumento de pena do crime de organização criminosa a ocorrência de lesão corporal ou morte de militar das Forças Armadas – já existia a previsão para as polícias. Acolhemos referida emenda, considerando que os militares das Forças Armadas por vezes auxiliam – e pretendemos que passem a auxiliar cada vez mais – no combate às facções e milícias.

Rejeitamos a Emenda nº 63, de autoria do Senador Humberto Costa, que destina 10% dos valores arrecadados a título de Cide-Bets à Polícia Federal, considerando que não há destinação dos recursos a órgãos específicos, mas a atividades coordenadas de combate ao crime organizado, como a cooperação na forma das FICCOs, ou a cooperação na forma dos GAECOs, ou a cooperação em qualquer outra forma definida pelos entes federados.

A Emenda nº 64, de autoria do Senador Humberto Costa, pretende alterar o art. 5º do CPP para instituir a racionalização na instauração do inquérito policial, permitindo que a autoridade policial, que o delegado deixe de investigar infrações com base em critérios de gravidade, habitualidade e utilidade processual. Rejeitamos a emenda, pois a instituição de critérios subjetivos para a seleção de quais crimes investigar pode gerar insegurança jurídica e fomentar a impunidade de delitos considerados de menor gravidade, mas que afetam diretamente a sensação de segurança da população, desprotegendo o cidadão e o direito das vítimas à apuração dos fatos pelo Estado.

As Emendas nºs 65, 77, 91 e 100, de autoria dos Senadores Zequinha Marinho, Mecias de Jesus, Izalci Lucas e Alan Rick, aumentam as penas dos crimes de perigo de desastre ferroviário e de desastre ferroviário de dois a cinco anos para de oito a doze anos e de quatro a doze anos para de quinze a trinta anos, respectivamente. As Emendas nºs 66, 76, 92 e 99, dos mesmos Senadores, incluem como causa de aumento de pena do crime de organização criminosa a interrupção de portos, aeroportos, rodovias, estações e linhas férreas, quando tais condutas afetarem seu funcionamento, operação, circulação, acesso ou integridade, total ou parcialmente, ainda que de forma temporária.

Acolhemos as Emendas nºs 66, 76, 92 e 99, considerando a forte atuação de facções nos serviços de infraestrutura. Por esse mesmo motivo, rejeitamos as Emendas nºs 65, 77, 91 e 100, considerando que, na hipótese de atuação do crime organizado, serão aplicados os tipos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigo ou desastre ferroviário em concurso com o de organização criminosa, facção ou milícia com a nova causa de aumento de pena, ou seja, o objetivo dos colegas Senadores, que é de agravar a repressão criminal, já está atendido, ainda em proporção maior do que pretendido por eles no projeto.

A Emenda nº 67, de autoria do Senador Eduardo Gomes, retoma o texto do Poder Executivo, para determinar que a requisição do delegado ou do Ministério Público de dados de geolocalização, transações financeiras e registros de conexão dos últimos sete dias, quando houver perigo iminente à vida ou à integridade física de pessoa, depende de prévia ordem judicial. As Emendas nº 75 e 101, dos Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, têm teor similar. Acolhemos parcialmente referidas emendas para determinar que o delegado ou o membro do MP comuniquem imediatamente ao juízo a requisição de informações. Em nosso relatório anterior, essa comunicação deveria ocorrer em 24 horas – agora determina comunicação imediata.

Neste ponto aqui, faço esclarecimento, porque alguns colegas perguntaram, preocupados com a possibilidade de, por iniciativa do delegado ou iniciativa do promotor ou procurador, se pudesse fazer uma interceptação, uma invasão de dados ou coisa que o valha. Não é isso. São dados que permitem acompanhar e localizar uma pessoa numa situação de emergência, perigo iminente à vida ou à integridade física de pessoas e, tão logo seja determinada essa requisição, imediatamente o juiz vai ter espaço para manifestação, invalidar ou não invalidar e ter um dispositivo que pune um eventual abuso no uso dessa ferramenta.

Acolhemos a Emenda nº 68, também de autoria do Senador, salvo engano, Mecias, para prever que a obrigação a ser incluída no §7º do art. 16 da Lei nº 14.790, de 2023, se aplique apenas aos provedores de aplicações de internet – Eduardo Gomes, me desculpe. Isso porque as obrigações ali previstas não podem ser tecnicamente cumpridas por provedores de conexão – é um ajuste técnico.

As Emendas nºs 70, 72 e 79, de autoria da Senadora Soraya Thronicke; 82, 85 e 86, do Senador Weverton; 95 e 96, do Senador Petecão; 105, do Senador Mecias, e 106 e 107, do Senador Izalci Lucas, possibilitam a prorrogação automática do inquérito policial, preveem a manifestação prévia do MP, na hipótese de urgência ou risco da medida, e suprimem ou alteram o dispositivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que prevê que o delegado apresente recurso ao órgão jurisdicional, caso seja indeferida sua representação cautelar.

Acolhemos parcialmente as referidas emendas para retirar a necessidade de requerimento do delegado ou do MP para prorrogar o inquérito, considerando que a praxe processual atual já é de prorrogação automática.

Também acolhemos a proposta que permite ao delegado recorrer do indeferimento da representação ao órgão ministerial respectivo.

Embora o meu posicionamento pessoal seja no sentido de que o delegado pode ter a possibilidade de recurso ou deve ter a possibilidade de recurso diretamente ao órgão jurisdicional, conforme consignamos no relatório anterior, buscamos aqui evitar a judicialização desse tema, adotando um texto conciliatório, considerando ainda que é o Ministério Público o titular da ação penal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, nessa versão adotada no complemento de voto, o delegado persiste com a possibilidade de recorrer a instância superior do próprio Ministério Público.

Em relação à oitiva do Ministério Público em caso de urgência, ressalto que em vários outros diplomas legais já se permite a decisão do juiz sem prévia oitiva do MP, a exemplo de casos de risco iminente à vida, saúde ou perecimento de direito (está no art. 297 do CPC); concessão de medida liminar em mandado de segurança (está no inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016, de 2009); concessão de medidas protetivas de urgência no âmbito da Lei Maria da Penha (§1º do art. 19 da Lei nº 11.340/2006); fixação de alimentos provisórios (art. 4º da Lei nº 5.478/68); e concessão de liminar, se figurar no polo passivo pessoa incapaz ou tiver interesse público nos casos de alienação fiduciária...

Então, não existe uma inovação aqui, ao permitir a decretação de medida cautelar de urgência sem a prévia oitiva do MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para resguardar a necessidade de manifestação do Ministério Público sem descuidar da urgência que determinados casos exigem, estamos prevendo o prazo simultâneo de 24 (vinte e quatro) horas para o *parquet* – Ministério Público – se manifestar e para o juiz decidir.

As Emendas nºs 71, 83 e 110, dos Senadores Soraya Thronicke, Weverton e Izalci Lucas, restringem as medidas patrimoniais definitivas ao requerimento do Ministério Público ou às determinações de ofício. Acolhemos as emendas, por entender que a legitimidade do delegado de polícia não se aplica, uma vez que encerrada a investigação policial.

As Emendas nºs 73 e 84, dos mesmos Senadores, suprimem o art. 17-B, que permite que o delegado e o Ministério Público requisitem a preservação de dados pessoais e de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, incluídas as respectivas comunicações, hipótese em que se aplicam os prazos previstos na Lei 12.965, de 2014. O fundamento é a possível divergência interpretativa que o dispositivo pode gerar.

Como estamos aumentando o prazo de retenção dessas informações – e aí recordo: o prazo obrigatório de guarda dessas informações passa a ser de cinco anos –, optamos por suprimir o dispositivo.

A Emenda 74, do Senador Mecias de Jesus, veda, em todo o território nacional, a autorização para produção de combustíveis líquidos derivados de petróleo por meio da atividade exclusiva de formulação, entendida como a obtenção de gasolina ou óleo diesel mediante mistura mecânica de correntes de hidrocarbonetos.

Rejeitamos a referida emenda, que é meritória, porque estamos atendendo à Emenda 104, do Senador Fabiano Contarato, que determina que cabe à ANP autorizar a atividade de formulação – emenda que atende ao mesmo objetivo, mas de forma mais ampla.

As Emendas nºs 78, 90 e 102, de autoria dos Senadores Mecias, Izalci e Zequinha, pretendem alterar o art. 1.210 do Código Civil para autorizar expressamente o uso de força policial, independentemente de ordem judicial, no desforço imediato para manutenção ou restituição da posse, estabelecendo o prazo de um ano e um dia para o exercício desse direito e penalizando, inclusive com crime de desobediência e improbidade, a autoridade policial que não adotar as medidas necessárias no prazo de 48 horas. Rejeitamos essas emendas, uma vez que o projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuida preponderantemente de aspectos penais e processuais penais voltados ao combate ao crime organizado, não cuidam de disputa de posse. A inserção de matéria civil, modificando o regime possessório e dispensando ordem judicial para atuação policial em conflitos privados, mostra-se assistemática em relação ao escopo da proposição e requer debate legislativo próprio e aprofundado.

As Emendas nº 80, de autoria do Senador Eduardo Girão, e nº 112, do Senador Mecias, propõem instituir, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a Declaração Única de Regularização, a ser apresentada por operadores de apostas de quota fixa que tenham atuado no mercado brasileiro sem autorização, para declarar e quitar tributos federais devidos (Imposto de Renda Pessoa Jurídica, CSLL, PIS e Cofins) relativos aos últimos cinco anos, com regras próprias de parcelamento, inversão do ônus da prova e sanções. Acolhemos as referidas emendas por entendermos que elas reforçam o eixo de persecução econômica do projeto, permitindo a recuperação de passivos tributários relevantes do setor de apostas e permitindo também a responsabilização fiscal de agentes que operaram à margem da lei. Além disso, o mecanismo contribui para corrigir distorções concorrenciais em relação às empresas que recolheram regularmente seus tributos, fortalecendo a justiça fiscal e a coerência do texto com as melhores práticas de fiscalização em mercados regulados de jogos e apostas.

Essa medida, Sr. Presidente, meu colega Omar Aziz, tem um potencial de arrecadação de cerca de R$7 bilhões.

Considerando a melhor técnica legislativa, acolhemos a Emenda nº 87, do Senador Weverton, que transforma em art. 2º-B o §7º do art. 2º-A da Lei nº 12.850. O referido dispositivo equipara a conduta de constituição de milícia privada à facção criminosa e merece um artigo próprio, conforme aponta o Senador Weverton.

A Emenda nº 88, de autoria do Senador Sergio Moro, pretende incluir pessoas físicas e jurídicas que prestem serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, inclusive jurídica ou advocatícia, no rol de pessoas sujeitas ao mecanismo de controle já previstos na Lei Antilavagem. Acolhemos referida emenda, diante das recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi). Ainda, registro que esta é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma preocupação constante da própria Ordem dos Advogados do Brasil, conforme exposto por seu representante em audiência pública realizada no último dia 2 de dezembro, nesta Comissão.

Em síntese, estamos incluindo também as bancas de advocacia na obrigação de reportar a hipótese de conhecimento de recursos que possam ser de origem ilícita.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 93, de autoria do Senador Angelo Coronel, que propõe substituir a Cide-Bets pela combinação de aumento gradual da contribuição sobre o GGR das *bets*, redistribuição das destinações sociais para ampliar a fatia da segurança pública e elevação das destinações das loterias federais ao Fundo Nacional de Segurança Pública. A emenda também altera a partilha dos 12% do GGR, elevando os percentuais destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública, fundos estaduais de segurança pública e fundos penitenciários, com repasse automático e vinculado. Por fim, a emenda reforça o combate ao mercado ilegal, criando deveres de *compliance*, proibições contratuais e novas competências sancionatórias ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal. Entendemos que a Cide-Bets continua sendo a melhor fonte de recursos para Fundo Nacional de Segurança, mas acatamos a sugestão de combate ao mercado ilegal, adequando a distribuição dos dispositivos à melhor técnica legislativa.

Acolhemos as Emendas nº 97 e 98, dos Senadores Izalci Lucas e Carlos Portinho, que incluem na definição de controle territorial, para fins da configuração da facção criminosa, a conduta reiterada de impedir ou dificultar serviços de infraestrutura ou equipamentos essenciais. Tal inclusão é relevante considerando infraestruturas como a de telecomunicações, por exemplo.

A Emenda nº 103, do Senador Fabiano Contarato, cria na Lei de Organizações Criminosas dois novos tipos penais: um crime específico de receptação praticada por organização criminosa e um crime específico de recrutamento de crianças ou adolescentes para atuação em facção ou milícia. Acolhemos referida emenda por entender que a receptação proveniente de organizações criminosas deve ser punida mais rigorosamente. Para adequar o ordenamento jurídico ao novo tipo, estamos retirando a causa de aumento prevista no projeto do crime de receptação do Código Penal. Também entendemos que a conduta de recrutar, incentivar, convidar, entre outras condutas, criança ou adolescente para auxiliar, ainda que eventualmente, organização criminosa, deve ser um tipo específico independente do principal. Como decorrência, também estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirando a causa de aumento de participação de criança ou adolescente no caso de facção ou milícia.

A Emenda nº 104, do mesmo Senador, Senador Fabiano Contarato, robustece o tratamento legal de controle de formulação e venda de combustíveis, exigindo dos agentes regulados o registro eletrônico e a remessa em tempo real dos dados relativos às operações de comercialização, movimentação e estocagem de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, xisto e seus derivados, biocombustíveis e combustíveis sintéticos, e prevê a implantação de sistema eletrônico para a coleta, armazenamento e análise desses dados. Também exige que a atividade de formulação de combustíveis líquidos dependa de autorização específica da ANP. Por fim, determina que os postos e revenda varejista de combustíveis automotivos fiquem obrigados a realizar o registro eletrônico das vendas de combustíveis de forma automática e integrada aos meios de pagamento. Acolhemos referida emenda, considerando a grande incidência do crime organizado no mercado de combustíveis.

E nesse ponto, Sr. Presidente, essa parte final que eu acabo de ler, o registro eletrônico das vendas de combustíveis de forma automática e integrada, fecha definitivamente a porta para lavagem de dinheiro através de postos de combustíveis. V. Exa. sabe, o Estado da Bahia é uma das vítimas à expansão de redes de postos de combustíveis comandadas, lideradas por facções com o objetivo de lavar de dinheiro. Com essa regulação, a gente fecha essa porta.

A Emenda nº 108, do Senador Izalci Lucas, pretende suprimir o art. 17-A da Lei nº 12.850, de 3 de agosto de 2013, sob o fundamento de que prescinde de ordem judicial. Considerando que referido artigo trata de registros de compras e pagamentos e não trata de perigo à vida ou integridade física, optamos por reservar ao juiz a decisão sobre o acesso a esses registros. Ou seja, esse tipo de registro vai depender de prévia autorização judicial.

A Emenda nº 111, de autoria do Senador Mecias de Jesus, similar à proposta apresentada pelo Senador Eduardo Girão, pretende instituir o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct) – Litígio Zero Bets –, nos moldes do programa originalmente previsto na MP nº 1.303/2024, com declaração voluntária de ativos vinculados às apostas de quota fixa e incidência exclusiva de Imposto de Renda, à alíquota de 15%, acrescido de multa de 100%, sobre o acréscimo patrimonial em 31 de dezembro de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acolhemos parcialmente a emenda, aproveitando sua lógica de regularização retroativa, mas preservando o escopo mais abrangente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e a cobertura de demais tributos federais já previstos nas Emendas nº 80 e 112, acolhidas integralmente em momento anterior nesta complementação de voto por oferecerem uma resposta mais completa à necessidade de conformidade fiscal do setor de apostas.

A Emenda nº 113, do Senador Fabiano Contarato – que é a última emenda, Presidente, garanto, ou espero, a Emenda nº 113, do Senador Fabiano Contarato –, altera a Lei nº 12.846, de 2013, atualizando o procedimento de investigação no âmbito da Lei Anticorrupção. Embora seja uma emenda meritória, trata de procedimento administrativo específico que merece análise mais detida em outro momento, em outro projeto.

Para além das modificações decorrentes das emendas acolhidas, efetuamos as seguintes modificações redacionais em relação ao relatório anterior:

1) Retificação do §3º do art. 21-C da Lei nº 12.850, para alterar a menção do art. 144-B para art. 144-A, conforme apontado, já na sessão passada, pelo Senador Sergio Moro.

2) Deixar claro que as menções à inteligência se referem à inteligência em segurança pública. Nesse sentido, incluímos a expressão "em segurança pública" onde cabível. O objetivo é deixar claro que não estamos tratando de inteligência de Estado, atividade que não é exercida em face de cidadãos brasileiros e que cabe à Abin, não se tratando de investigação penal. Essa distinção é importante para que não se gere uma confusão interpretativa futura.

3) Supressão da expressão "integralmente" dos incisos II e III do art. 2º da Lei nº 13.756, de 2018, cuja interpretação poderia levar ao entendimento de que as ações de combate ao crime organizado e de melhoria do sistema prisional seriam custeadas unicamente com os novos recursos, quando não é essa a intenção.

E, por fim, também acolhemos uma correção no art. 17 da Lei nº 12.850, considerando que nas emendas que nós acolhemos já, as Emendas nºs 73 e 74, para suprimir o art. 17-B, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluir o conteúdo de comunicações no prazo estendido de guarda previsto no art. 17, para garantir o sucesso das investigações criminais. É um ajuste meramente técnico.

Então, Sr. Presidente, diante do exposto... E aí reitero, Sr. Presidente, colegas Senadores e colegas Senadoras, que este projeto representa o mais duro golpe contra o crime organizado no Brasil da história do Parlamento Brasileiro, porque, ao mesmo tempo em que endurece penas, endurece processo, endurece cumprimento de penas, cria novas ferramentas, reforça ferramentas de investigação e processo, cria fonte de recurso para as atividades, para que o seu estado, Omar Aziz, finalmente, receba o investimento público necessário para o combate ao crime nos rios, que são oceanos, nas florestas, que são um desafio. Sem dinheiro, combate ao crime não existe. E a gente ataca isso de forma muito objetiva nesse projeto.

Então, o voto é, senhores colegas, pela aprovação do PL nº 5.582, de 2025, com o acatamento total ou parcial das emendas nº 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 36 a 43, referidas em nosso relatório anterior, e das emendas nº 44, 45, 47, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, essas acatadas parcialmente, nos termos da seguinte emenda substitutiva. E aí segue o teor do projeto.

Peço apoio e aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira, eu quero parabenizar V. Exa., que trabalhou muito nesse projeto, como em outros projetos também que V. Exa. trabalhou. (*Palmas.*) Deu uma contribuição muito grande, ouviu todos os Senadores e Senadoras e, a meu pedido, inclusive, ouviu o Ministério Público lá no meu estado, o Procurador-Geral de Justiça, nessa relação do Ministério Público com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, com o Poder Judiciário. É um trabalho meritório. Eu, que já conhecia mais ou menos o projeto e o relatório de V. Exa., tenho que parabenizá-lo pela sua aplicação, pela sua decisão e pela capacidade que V. Exa. tem de ouvir, como ouviu a todos.

Grandes contribuições foram dadas, inclusive, pelo Senador Sergio Moro, que é também jurista e conhece bem essa matéria.

O Brasil precisava dessa nova lei para punir e inibir a expansão do crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. citou, inclusive, essa Operação Carbono Oculto, que mostrou que o crime organizado não está só na periferia, o crime organizado está na Faria Lima, esses diretores da empresa, segundo a Operação Carbono Oculto, tinham escritórios nos principais prédios lá da Faria Lima. Então, quando se fala em combater o crime organizado na periferia das grandes cidades, se fala e se penaliza muito as pessoas economicamente pobres da periferia, que às vezes nem estão muito envolvidas nisso, mas se esquecendo de que o grande crime organizado está no poder econômico, está hoje com grandes empresários que vivem disso em vários setores, avançou nos combustíveis, avançou, inclusive, na área de saúde, avançou na política, avançou em vários setores. Portanto, essa legislação vai dar uma grande contribuição, inclusive para garrotear o ponto mais sensível, que é no patrimônio formado por essas facções, que têm lavagem de dinheiro em bancos, em *fintechs*, em várias atividades.

O Senado vai dar essa contribuição que veio da Câmara, que veio, inclusive, do ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Dr. Derrite, que começou isso. V. Exa., inclusive, teve várias reuniões com o Dr. Derrite. Então, a contribuição entre o Relator do Senado e o Relator da Câmara é fundamental. Eu já relatei matérias em que tive que ir lá conversar com o Relator da Câmara para fazer uma letra de lei sintonizada, para que houvesse uma harmonia para o bem do Brasil.

Estão inscritos, pela ordem, aqui: o Senador Omar Aziz, o Senador Humberto Costa, o Senador Eduardo Braga, o Senador Sergio Moro, o Senador Girão, o Senador Mecias e, agora, a Senadora Zenaide Maia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Senador Marcio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Izalci, Senador Rogério, Senador Amin e o Senador Bittar.

Algum outro Senador? (*Pausa.*)

Pelos que estão aqui, todos estão inscritos.

Eu passo a palavra ao Senador Omar Aziz e, em seguida, ao Senador Humberto Costa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Presidente, determine o tempo de cinco minutos para cada um.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o meu amigo Senador Mecias, a quem eu obedeço muito até pelo nome Mecias de Jesus.

Cinco minutos para cada Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mecias com calendário. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, parabenizá-lo em escolher o Relator, que é muito ligado a essa área e tem conhecimento prático, não é teórico. Conhecimento prático é muito importante na vida das pessoas. Uma coisa é a teoria, outra coisa é a prática do dia a dia, e tem muita gente teórica que quer saber mais de quem pratica o dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo o Senador Alessandro. É lógico que é um projeto bastante complexo, e eu pedi destaque da Emenda 63, do Senador Humberto, porque, nesse destaque, eu pedi uma votação em separado, porque ele garante 10% do Fundo Nacional de Segurança Pública para a Polícia Federal, dando autonomia à Polícia Federal. E eu não sei se tem no seu relatório, que é muito longo, a garantia financeira.

Eu aprendi muito cedo, e eu tenho a experiência de ter sido secretário de segurança do meu estado. Vontade política prevalece a do Governo de plantão. A polícia não pode ficar atrelada à boa vontade do Governo de plantão. Se lá atrás o Presidente Lula tivesse ouvido, na equipe de transição, que era necessário se criar o Ministério da Segurança Pública, nós não teríamos o problema que nós estamos tendo hoje, porque o Ministério da Segurança Pública teria um orçamento próprio para a segurança pública do Brasil e dos brasileiros, coisa que não acontece hoje, porque se mistura muita coisa. E se têm dois fundos que funcionam aqui, um é o Fundeb e o SUS, porque os outros fundos vão todo ano para superávit primário e não são utilizados devidamente.

Aqui o Senador Otto... Nós éramos da Comissão de Ciência e Tecnologia. Tem um recurso absurdo para a gente colocar a internet nas áreas mais deficientes do Brasil, onde você não chega, e hoje, quem tomou conta disso foi a Starlink. Hoje você está andando de barco, tem Starlink, você está no avião, tem Starlink, você está no carro, tem Starlink, coisa que o Brasil tinha recurso para fazer, não fez, e esses fundos nunca foram vistos, Senador Alessandro. Então a Emenda 63, do Senador Humberto, é de uma garantia.

Só um exemplo aqui. A Polícia Federal do meu estado não tem binóculo noturno, de visão noturna. Veja bem, você tomar conta de uma fronteira onde nós sabemos que passa droga diariamente, e à noite principalmente, e você não ter um binóculo noturno... Não tem um *drone*, não tem nenhuma tecnologia para ajudar o ser humano... O ser humano é falível, o ser humano é uma pessoa que não é uma máquina. O policial não é uma máquina que você acha que ele vai estar trabalhando 24 horas como se ele não tivesse problema dentro de casa, problemas extras, como se fosse uma máquina. O policial é um ser humano que tem um trabalho estressante dia a dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A polícia, quando sai para a rua, a família fica orando e rezando em casa para que a pessoa volte bem. Muitas vezes não volta. Então essa Emenda 63... E aí parabenizo mais uma vez o seu relatório, que foi um relatório que caiu nas mãos de uma pessoa experiente. Eu não sei se poderia V. Exa. aceitar, acatar, ou senão a gente vai pedir o destaque e vamos discutir em Plenário ou aqui mesmo na Comissão, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, para já responder a indagação do Senador Omar Aziz no tocante à Emenda 63, do Senador Humberto Costa.

Essa emenda faz a destinação taxativa de 10% dos valores arrecadados pela nova tributação, pela Cide-Bets, para a PF. Por que a gente fez a rejeição disso? Porque a gente não está fazendo, em nenhum momento da lei, a indicação taxativa para o órgão A ou órgão B. Essa briga contaminou muitíssimo a disputa lá, na Câmara dos Deputados, uma disputa entre estados e União, entre Polícia Civil e Polícia Federal, porque, se eu colocar no texto a previsão para a Polícia Federal, por uma questão de lógica e justiça, eu tenho que parar para fazer qual é a destinação para a Polícia Civil, qual é a da Polícia Militar, qual é a da PRF, e vou bagunçar. A gente está fazendo o quê? Qual foi a forma de solução que a gente encontrou? Eu cito sempre uma história antiga que aprendi quando era adolescente, naquela biografia de Alexandre, "o Grande", que é o negócio do nó górdio, que é aquela história em que tem uma cidade e quem desamarrasse o nó seria o dono da cidade, e ninguém desamarrava o nó. Alexandre, "o Grande", chegou lá, olhou para o nó, duas vezes, pegou a espada e cortou o nó. Às vezes, você resolve um problema com uma solução imprevista. O que a gente fez foi criar uma nova fonte de financiamento, que é bastante farta e que vai superar... A disputa na Câmara dos Deputados era uma disputa de R$30 milhões. Você teve uma briga do Governo Federal, Presidência da República; R$30 milhões. A gente está colocando aqui na mesa um potencial de arrecadação que supera a casa dos R$30 bilhões, porque esse é o tamanho do desafio. Não é porque a gente está sendo generoso com a segurança pública não, é porque a gente só vai combater na Amazônia legal brasileira, de verdade, com um investimento maciço em tecnologia e em pessoal – maciço.

Então, é um direito de V. Exa. ao destaque, mas eu vou manter a não aceitação da emenda por essa razão de simetria com as outras forças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu reputo que o resultado final do trabalho do Senador Alessandro Vieira foi muito positivo, feito de uma maneira muito técnica, a começar pela própria definição do que são facções criminosas. Isso, inclusive, sepulta, definitivamente, aquela visão que foi colocada no primeiro relatório lá na Câmara dos Deputados, e pelos argumentos também que eram colocados publicamente, algo que parecia ser muito duro, muito forte, muito firme, mas que, em verdade, era danoso para o nosso país, porque abria brechas, inclusive, de intervenção estrangeira no Brasil, que era a ideia de qualificar essas facções como narcocriminosas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Narcoterroristas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... narcoterroristas – exatamente.

É importante também que V. Exa. colocou o que fazia parte do projeto original do Governo: a ampliação, o endurecimento das penas para os líderes. Embora a gente saiba que isso não vá fazer com que um criminoso deixe de delinquir, continuar delinquindo, mas nós vamos ter essas pessoas por mais tempo fora do convívio da sociedade e da possibilidade de atuar criminosamente.

Também achei boa a colocação de V. Exa., que fazia parte também da ideia original do Governo, de restringir a progressão do regime e também outros benefícios para os integrantes e chefes de organizações criminosas, o que vai garantir que eles cumpram parte da pena em regime fechado e sem contato com a sociedade.

A outra coisa é a ampliação das possibilidades para o confisco de bens e ativos financeiros que vêm das atividades criminosas com o objetivo de descapitalizar essas organizações, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta, que eu diria uma das mais importantes, que é a taxação para ampliação do financiamento para a segurança pública, inclusive das *bets*.

Nesse ponto aí, eu tenho uma percepção ou uma avaliação de que a gente entra em uma certa contradição. Eu, por exemplo, sou defensor de abolição definitiva dessa atividade de *bets*. Eu acho que isso é um câncer que está prejudicando o nosso Brasil...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha o nosso consenso aí! Que beleza!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – .... por onde se faz lavagem de dinheiro, por onde essas organizações criminosas atuam. Lógico que, se elas estão vigendo, se existem, tudo bem aplicar a taxa de 15%. Agora, se nós conseguirmos esse objetivo de acabar com elas, nós temos que ir pensando desde já em fontes substitutivas para isso, mas acho que foi muito importante essa colocação, a preocupação de V. Exa. em não abrir brechas para questionamento sobre a constitucionalidade da proposta e a importância que a V. Exa. atribuiu à Polícia Federal nesse processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quero agradecer também... Agradecer não. Na verdade foi uma contribuição, inclusive foi objeto de uma discussão que nós tivemos com o pessoal da Polícia Federal, os delegados, e eu queria só me referir a algumas delas que V. Exa. incorporou.

Primeiro, a proibição da nomeação de particulares do investigado, do acusado ou de sócios ou de parentes para a condição de depositário fiel de bens que foram apreendidos.

Uma outra questão que eu acho importante: V. Exa. permitiu ao delegado de polícia e ao promotor do caso que eles possam interpor um recurso em caso de indeferimento total ou parcial de uma representação às Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

Uma outra questão importante que eu vejo diz respeito à questão dos valores que são apreendidos. Na legislação atual, se aquele valor apreendido foi resultado da geração da atividade criminosa, ele pode ser incorporado de imediato aos fundos, e o processo transita até que se tenha uma decisão definitiva. Nessa proposta que nós fizemos e V. Exa. acatou, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente o bem que foi obtido pela atividade criminosa, mas o bem que era preexistente – estou terminando – e que foi utilizado para a atividade criminosa. Por exemplo, se o indivíduo tem uma casa gigantesca, uma mansão que ele usou para funcionar como sede da organização criminosa, anteriormente ele não podia ser apreendido. Nessa proposição, ele poderá ser apreendido, e eu acho que é importante, porque amplia as possibilidades de recurso.

Então, parabenizo V. Exa. e me sinto contemplado nas minhas preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Humberto Costa.

Passo a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, primeiro, eu tenho que render aqui as homenagens e os elogios ao hercúleo trabalho feito pelo Relator, um trabalho muito técnico e que veio a somar ao trabalho que antes o agora Deputado, antes Secretário Derrite, fez na Câmara. O importante é escrever, eu diria assim, um livro, de certa maneira, um novo capítulo de um livro, com a coerência necessária, e ambos fizeram projetos de lei, com as redações aqui que são próprias, diferentes, do processo legislativo, mas com o objetivo de fazer face a um dos grandes desafios do nosso tempo, que é a escalada do crime organizado. Nós estamos assistindo ao crescimento do domínio territorial em alguns estados, nós estamos assistindo a infiltração do crime organizado no domínio econômico, gerando inclusive competição desleal dentro do mercado, prejudicando empresas idôneas, trabalhadores e renda vinculados a essas empresas idôneas, então a tarefa aqui é uma tarefa conjunta.

O projeto agora apresentado pelo Senador Alessandro contou também com contribuição de várias entidades, eu ouvi várias que foram recebidas pelo Senador, e contém um misto de agravamento das penas, que, sim, é importante, funciona para neutralizar criminosos vinculados a organizações criminosas – aquela história de que a pena não resolve é uma falácia, porque, enquanto o indivíduo está preso, pelo menos ele está neutralizado, ainda com uma expectativa, uma esperança pelo menos de ressocialização –, mas não é só isso, traz instrumentos novos de enfrentamento ao crime organizado e igualmente o mecanismo de financiamento. Então é um marco normativo de combate ao crime organizado, às facções criminosas, que vai ser muito importante para o nosso país. É claro que, com um texto dessa magnitude, sempre são possíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divergências pontuais, mas faço também o registro de que o Relator acolheu várias das minhas emendas propostas e algumas até que eu não tinha originalmente apresentado, mas fui recebendo contribuições e fiz o filtro possível, porque também não podemos utilizar essa lei para aprovar tudo que nós imaginamos como necessário para resolver o problema criminal aqui no Brasil.

A única ponderação que eu faria aqui ao Relator, muito rapidamente, sem tirar o brilho do trabalho, é que eu havia apresentado uma proposta de Emenda 45, para deixar o texto que trata do art. 21-W das Forças Integradas um pouco mais abstrato, para não ter referência específica ao Ficco. O Relator não acolheu essa emenda por entender pertinente a manutenção do Ficco. Respeito o entendimento, mas, por conta da Emenda 45 que apresentei, agregou o §8º no art. 21-W, para estabelecer "O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de outras formas de cooperação institucional destinadas ao combate ao crime organizado". Agradeço essa redação, mas, por conta, Senador Alessandro, dessa redação, eu apresentei a Emenda 46 apenas para modificar ligeiramente a redação aqui do §8º, para colocar ali ao lado de "cooperação institucional" "Forças integradas", "outras formas de forças integradas ou de cooperação institucional destinadas ao combate ao crime organizado", e seguindo, no que couber, as regras estabelecidas nesse artigo. E aqui, V. Exa. não acolheu, mas aqui eu rogaria até uma revisão disso, se fosse possível, fundada naquela ideia de o que abunda não prejudica. E o meu receio, a gente sabe que a interpretação do direito é sempre

(*Soa a campainha.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... é sempre algo que às vezes caminha numa direção que não é a desejada pelo autor da lei, é alguém ler esse dispositivo e pensar: "Força integrada só pode da Ficco". Aqui é outra coisa, cooperação institucional ou outras formas.

Então, agregar aqui a expressão "forças integradas" eu acho que não seria um problema, não afetaria o restante do artigo, e a referência também que "aplicar-se-iam, no que couber, as regras presentes aqui" para a gente aproveitar, para eventuais outras forças integradas, as regras que V. Exa. já determinou nesse dispositivo, para que não possam dizer depois: "Não, mas essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras aqui só cabem para as FICCOs e não cabem para as demais". Então, se V. Exa. pudesse acolher a nossa Emenda 46, ainda com eventual revisão de redação, mas com esse desiderato específico.

No mais, quero registrar aqui, Senador Otto, também as minhas congratulações a V. Exa. por ter colocado esse projeto aqui como prioridade desta Casa. Sugiro e rogo que possamos votar hoje ainda. Teremos a sessão sem ser virtual, à distância. O texto, a meu ver, é um texto de qualidade e está pronto já para ser colocado no Plenário. Vai voltar para a Câmara, e aí é natural que haja ajustes, mas o Senado cumpriu a sua missão ainda neste ano legislativo.

Minhas congratulações aqui ao Senador Alessandro. E rogo este último atendimento às minhas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., Senador Sergio Moro. Sei que V. Exa. deu uma contribuição muito grande, pelo conhecimento jurídico que tem, deve ter contribuído, como falou o Senador Alessandro Vieira.

Na ausência do Senador Girão, a palavra é do Senador Mecias de Jesus.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... o acolhimento da última ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vi que V. Exa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E faremos o ajuste redacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... acatou a proposta do Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, querido amigo Otto Alencar, também quero cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos nesta Comissão. Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, que tem um trabalho hercúleo nesse projeto e, de fato, colocando com precisão e com conhecimento o que é necessário, de fato, e o que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida das famílias brasileiras e impedir o crime organizado.

Eu apresentei algumas emendas, tive a oportunidade e a graça de serem acolhidas pelo nosso Relator, o Senador Alessandro. Não vou nominá-las, porque o Relator já o fez, mas, certamente, a nossa contribuição para o projeto será, sem dúvida nenhuma, de grande valia para que essa lei possa ser aperfeiçoada. E o Senador Alessandro, como todos sabem, é do meio, é do ramo, conhece tanto tecnicamente, como politicamente e sabe.

Portanto, Senador Alessandro, receba meus cumprimentos e os meus parabéns pelo brilhante relatório. Eu espero que a gente possa, Sr. Presidente, votar ainda hoje esse projeto no Plenário, para devolver à Câmara Federal, porque o Brasil precisa urgentemente desta lei.

Eu fico muito agradecido, muito em especial pelos estados brasileiros que fazem fronteira com outros países, que é uma das emendas que o Senador Alessandro acolheu, aumentando a pena cometida nas áreas fronteiriças.

Muito obrigado ao Relator, aos colegas, e parabéns, mais uma vez, pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa e parabenizo-o, Senador Mecias Jesus.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores e todos que estão nos assistindo, eu quero aqui parabenizar estas Casas por chamarem atenção e darem visibilidade a um problema gravíssimo que é esse do crime organizado. Eu não sou jurista, sou médica, mas sei e venho dizendo isso, porque a gente está presenciando isso. E lembro que, na época do saudoso Major

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olimpio, nós fizemos uma luta, mesmo divergindo politicamente, para criarmos um sistema único de segurança pública.

E a gente sabe que é necessário e que não se faz segurança pública sem colocar a segurança pública no orçamento deste país. O que a gente vê é que continua o orçamento do país com menos de 0,5% para a segurança pública. Então, em 2019, junto com o Major Olimpio, eu apresentei uma PEC, a 44, que destinava 1% para a segurança pública no primeiro ano, 1,5%, 2% e 2,5%.

Acho que nós teríamos um SUS da segurança pública, porque a gente sabe, Otto, que se não financiar... Eu sei que aqui está um projeto maravilhoso, é uma coisa de emergência. Eu como médica... Emergência é mais do que urgência, mas nós precisamos ter garantidos, no orçamento deste país, recursos para a segurança pública para investir nos recursos humanos e em novas tecnologias, porque não se faz segurança sem isso.

Quero dizer o seguinte: parabenizo todos que têm esse olhar e a minha opinião sobre as *bets* é que não eram para terem sido nem aprovadas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... eram para ter pelo menos 70% de imposto porque, se você quiser acabar com a vida de um jovem e de sua família, você dê um vício a ele. Neste país já tem gente vendendo imóvel para pagar dívida dessas *bets* que seus filhos adolescentes e, muitas vezes, as suas companheiras têm.

Então, quero parabenizar porque nós estamos mostrando à sociedade que, quando se faz uma pesquisa, fora a saúde, o povo cobra segurança pública, e cabe à gente, aqui, colocar a segurança pública do país no Orçamento, porque sem colocar a gente não vai chegar, vamos enxugar gelo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns, Alessandro, e todos que se debruçaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço-lhe e parabenizo V. Exa., Senadora Zenaide.

V. Exa. citou o Senador Eduardo Girão, que foi o que levantou aqui a bandeira contra os jogos, e as consequências dos jogos são, hoje, devastadoras, inclusive nas famílias mais pobres. Você viu o Bolsa Família? Quantas pessoas do Bolsa Família foram tragadas pelos jogos de aventura e perderam recursos?

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, só para complementar este assunto. Sem falar que a lavagem de dinheiro, o lucro do crime organizado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... aumentou assustadoramente depois desse advento das *bets*. As manchetes dos grandes veículos de comunicação do Brasil falam isso.

Então quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira por ter atendido as nossas emendas. O Senador Humberto Costa vai ser o Presidente, já posso dizer aqui de primeira mão, vai ser o Presidente da frente contra a jogatina, e eu vou ser o Vice-Presidente dele, ou seja, é uma coisa que transcende questão de política partidária, é algo pela sociedade, pela humanidade.

E é nesse espírito, Presidente, eu lhe peço permissão, eu sei que o tempo já está contando, eu não vou nem pedir, mas é nesse espírito que eu quero manifestar minha solidariedade ao Senador Marcio Bittar, porque é o seguinte: nós podemos ser adversários, é como no futebol, é um querendo ganhar do outro, as ideias, a mesma coisa, mas jamais inimigos. Essa coisa da dosimetria, e eu concordo totalmente com o Senador Marcio Bittar, é o mínimo para reparar uma injustiça, uma revanche, uma vingança em curso no Brasil. Essas pessoas não são criminosas. Agora, por serem adversários políticos, estão sendo aí deixadas para depois, frase que o senhor usou. É pedido de vista, é para amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quando é para aumentar o número de Deputados, esta nossa Comissão, e eu assumo também, não teve necessidade de passar por aqui, foi direto para o Plenário, veio da Câmara e foi para o Plenário, para aumentar Deputados. Mas nesse caso, a gente acaba, talvez por uma questão política... Eu quero saber quem é candidato em 2026? A preocupação não é essa. Essas são vidas, são pessoas que estão pagando por algo em que não tiveram ampla defesa. Ainda vêm falar de ampla defesa aqui, eu vi colegas nossos, que tiveram ampla defesa. Não tiveram. Nem dupla jurisdição essas pessoas tiveram, nem acesso aos autos essas pessoas tiveram. Então a dosimetria é o mínimo, porque nós vamos lutar pela anistia. Como gente que explodiu banco, que assaltou, que sequestrou avião, que explodiu aeroporto, que pegou em arma, que fez todo tipo de barbaridade teve anistia. E são essas pessoas que não querem anistia agora. Não, não dá, aí falou até em perdão aqui, e eu acho que esse é um ponto que a gente precisa buscar.

Senador Esperidião Amin, eu quero parabenizá-lo, Presidente Otto Alencar, por ter escolhido um Senador equilibrado, justo, honrado, que vai saber dar o tom nesse relatório.

E eu faço um apelo ao seu coração, Senador Otto Alencar, que é um homem de bem, que possa colocar para votar isso na semana que vem. Dá aquele prazo de 24 horas, se tiver que ter vista, que vai ter, mas para que a gente possa reparar o mínimo, o mínimo de injustiça contra pessoas que nunca passaram pela polícia, nunca tiveram passagem pela Justiça.

No minuto que me resta, um minuto e meio, parabenizo o Senador Alessandro. Eu sei que ele se debruçou. A equipe dele, a equipe do Senador Alessandro é uma das mais competentes deste Senado Federal, quero deixar claro isso. Técnicos. Então parabéns, Senador Alessandro e sua equipe.

Eu só quero pedir uma atenção dos colegas, para um destaque que o PL, agradecendo ao Senador Carlos Potinho, que fez esse destaque, a nosso pedido, porque lá na Câmara dos Deputados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... nós conseguimos 349 Deputados contra 40. Uma maioria absoluta, e a sociedade comemorou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho justo exatamente que presos provisórios não possam votar. Então, os direitos políticos nesse aspecto... até porque a emenda que foi destacada pelo PL não revoga esse direito. Tem a questão de que é inconstitucional, o.k., mas não revoga esse direito, apenas ela reconhece que sua aplicação prática não é viável durante a privação de liberdade. O próprio TSE tem resoluções nesse sentido.

Então, eu gostaria que essa conquista da sociedade fosse mantida. Eu entendo o Senador Alessandro ter recusado, mas o destaque eu acho que vai reparar também esse caso para a sociedade poder celebrar, neste momento de inversão de valores e prioridades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Presidente, me permita só antecipar a análise da emenda...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... retirada pelo Senador Eduardo Girão.

Eu vou fazer uma exemplificação prática. Estivesse vigente essa redação proposta pelo Senador Girão, o ex-Presidente Bolsonaro não poderia votar. Nenhum desses cidadãos que ele mesmo reporta como injustamente presos poderia votar, porque são presos provisórios. A prisão definitiva do Presidente Bolsonaro é recente. O preso definitivo no Brasil não pode votar, ele perde o direito político. O preso provisório, por força da Constituição, mantém esse direito. No universo de aproximadamente 700 mil presos que nós temos, 550 mil no regime fechado, nós tivemos cerca de 10 mil que votaram. Porque todas as vezes em que essa participação do preso, do custodiado no sistema de votação for de difícil execução, é lícito não oferecer para eles esse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a única objeção que eu faço é da natureza da matriz constitucional. E ainda acrescento, porque fiz isso no relatório anterior e reitero agora, que é plenamente possível se fazer essa inclusão, dessa restrição do direito, na PEC que está sendo discutida sobre segurança pública, até porque tem votos suficientes para isso. O senhor registrou trezentos e tantos votos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Trezentos e quarenta votos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Trezentos e quarenta votos, você muda a Constituição. Mas, se você faz isso nesse texto de lei, você vai apenas permitir a judicialização. Essa é a ponderação que faço, sem de forma nenhuma questionar a possibilidade do direito de destaque, porque é um direito que cada um de nós tem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogério Carvalho não está presente. O Senador Izalci, o Senador Amin, depois o Senador Bittar e o Senador Marcos Rogério.

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Quero dizer que votaria no escuro o relatório do Senador Alessandro Vieira, pela confiança que ele conquistou de todos nós, pela sua vida profissional, pelos hábitos de Passo Fundo, associados aos hábitos de Sergipe e aos sábios de Laranjeiras, Levino Cruz à frente. Senador Otto, um dos ensinamentos do Levino Cruz é o seguinte: não adular a autoridade já é sinal de oposição. Portanto, *modus in rebus*.

Mas nós temos a oportunidade de aqui apreciar, analisar, fazer aqui a leitura das suas observações sobre as emendas, particularmente esta última reclamação, digamos, do Senador Girão, que é minha também, mas neste caso também prevalece o bom senso.

Eu não posso, em função de questões práticas e morais, contestar a Constituição. E, se nós ganharmos um destaque nesse assunto, isso vai ser judicializado. Então, o senhor nos deu um caminho. Pegue a PEC; se a trava é constitucional, use a PEC para consertar.

Senador Girão, eu concordo com o que o senhor pensa, mas a solução é esta, a solução parlamentar é esta, legislativa, legiferante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é por isso que, seja no escuro, se nós não tivéssemos a possibilidade de debater, seja num ambiente como este, em que nós temos a responsabilidade de compatibilizar as nossas preocupações com a realidade...

Eu ia homenagear a Senadora Zenaide Maia, porque ela não é médica, não chega a ser ortopedista, ela é mais do que isso: ela é epidemiologista – epidemiologista –, ou seja, ela percebeu que a questão da insegurança que nós estamos vivendo é uma epidemia que está alcançando, Senador Otto, todas as camadas, como o senhor frisou: está na Faria Lima, está em grandes negócios de combustíveis, no sistema financeiro, na saúde...

O resumo da coisa é o seguinte: por que é que, há muito tempo, nós não ouvimos notícia de assalto a banco? Qual foi a última explosão de caixa eletrônico que o noticiário nos trouxe?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – V. Exa. me permite uma intervenção?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós aprovamos, no Senado Federal, um projeto meu que foi para a Câmaras dos Deputados, e o então Presidente Michel Temer sancionou. O interessante é que ele sancionou, porque, no Estado de São Paulo, na noite em que ele passou lá, explodiram oito caixas bancários. E esse projeto meu, que está em vigor já, obrigou, em todos os caixas bancários, todos os bancos a colocarem dentro dos caixas um dispositivo que, quando estoura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma tinta, uma tinta!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... tinge as cédulas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mela as cédulas. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por isso acabou, no meu estado, no Brasil inteiro, o novo cangaço. Você não vê mais explodir banco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acabou o velho cangaço. O cangaço atual é o outro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O interessante é que eu era oposição a ele, e ele não me chamou para sancionar o projeto. Aí, eu mandei um telegramazinho dizendo, lembrando que foi preciso arrombarem oito bancos lá no Estado de São Paulo para poder aprovar o projeto, sancionar a lei. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu não encontrei aqui a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, hoje tem esse dispositivo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, a sua lei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A nossa Senadora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é, eu quero dizer, eu não encontrei a Senadora Zenaide Maia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Ana Amélia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mas encontrei a minha amiga Ana Amélia Lemos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa Senadora brilhou no Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, e merece o nosso registro com muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, do nosso Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com um pé em Tubarão, Santa Catarina, ou seja, Santa Catarina tem uma pequena participação nessa figura extraordinária.

O que eu quero relatar aqui é que o projeto, que foi aprimorado substancialmente pelo meu querido amigo e companheiro de partido Deputado Derrite, recebe aqui a contribuição experimentada, sensata do Senador Alessandro Vieira, que nos dá a segurança não de que este projeto vá resolver... Não vai resolver nada, papel não resolve nada! O Senador Omar Aziz lembrou: vamos ter caixa para fazer isso funcionar? Vamos ter uma emenda constitucional, daqui a pouco, garantindo um mínimo de recurso financeiro para aplicar em segurança pública? Vamos ter critérios de distribuição de recursos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... na Federação justos? O trabalho dos estados e dos municípios vai ser reconhecido e integrado? Falta muito para integrar a segurança pública no Brasil. Então, não vai ser um projeto que vai resolver tudo.

Este projeto aqui é o projeto seminal, ou seja, foi trazida para cá a primeira contribuição sistêmica para que nós tenhamos o foco no crime como organização. Eles não estão trabalhando nem no varejo nem aleatoriamente e, portanto, eles estão se transformando, se a gente quiser fazer a simbologia ou a iconografia, em um polvo, mas esse polvo não é octópode, que tem só oito braços ou pernas ou o que seja, é uma ameaça que se espalha, se entranha e vai avançando no quarto, na sala de visita, na despensa, em tudo aquilo que pode ser comparado ao que é a nossa sociedade.

Eu quero dar meus cumprimentos ao Senador Otto por ter designado o Senador Alessandro Vieira, ao trabalho que ele fez, ele examinou todas as nossas contribuições. E eu não me preocupo com o que está faltando – é claro que está faltando. Vamos fazer o mais certo possível para que isso entre em vigor. E o funcionamento, a operação vai nos mostrar novas carências, e a luta vai ser sistematizada. Se vamos vencer ou não, vai depender do nosso empenho e da nossa capacidade de, acima de partido político e ideologia, nós construirmos um arcabouço legislativo que na prática possa favorecer a eficácia. Cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, eu parabenizo o Senador Alessandro pela dedicação – e nós já nos acostumamos à dedicação, ao empenho do Senador Alessandro em todas as matérias nas quais ele se debruça como Relator.

É inequívoco que o Brasil precisa tratar deste assunto da dominação de território, de economia das facções criminosas. A Amazônia brasileira significa mais de 60% do Brasil, do território nacional, e boa parte desse território imenso já não está sob o domínio do Estado brasileiro; está sob o domínio de ONGs e facções criminosas.

Além da Região Amazônica, nós temos partes consideráveis do Brasil – Nordeste, Sul e Sudeste – também dominadas por facção criminosa. Então, Senador Alessandro, nós estamos falando de também resgate da soberania nacional que estamos perdendo.

Então, parabéns ao seu trabalho. Vou votar com a matéria. Votarei no destaque do meu amigo, o Senador Girão, porque entendo que a Câmara acertou. De qualquer forma, vai voltar para a Câmara, a Câmara vai dar a última palavra.

Eu queria apenas colocar aqui uma dúvida que tenho.

Primeiro, Senador Alessandro, quero dizer que é inquestionável que a segurança pública do Brasil precisa de mais recursos, a partir, mais uma vez, do exemplo da minha região, que é um mundo. As pessoas falam da Amazônia muitas vezes como se fosse uma chácara, um pedacinho de terra; não, é mais da metade do Brasil, 60% do território nacional. É inequívoco que a segurança pública que existe, hoje, lá, é absolutamente insuficiente.

Então, vou votar a favor, é inequívoco que precisa de mais orçamento.

Eu só tenho dúvida, como Relator do Orçamento que fui, se o engessamento do orçamento resolve. Então, é uma coisa cruel, porque eu vou votar a favor, sei que a segurança pública do Brasil é um setor que tem pouquíssimo orçamento. Não sei se isso é a solução definitiva; lá na frente, nós vamos ter que rever, porque eu sou muito simpático à tese do ex-Ministro Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guedes de desbloquear o orçamento, e os estados, os municípios e a União que teriam que ter a responsabilidade de fazer o seu orçamento a cada ano. Nós temos hoje menos de 10% do orçamento do Brasil que é livre, o resto é todo engessado.

E aí uma observação: a educação no Brasil, com todo respeito, tem mais de 6% do nosso PIB, o que é, do ponto de vista da nossa riqueza, mais do que a Europa Ocidental dedica da riqueza deles à educação, e nós estamos entre os 20 piores países do mundo em educação. Então, esse engessamento que tira dos Prefeitos, tira dos Governadores a capacidade verdadeira, real de administrar o seu orçamento, de acordo com as prioridades do seu estado, causa coisas assim malucas. Você tem, ali, no meu estado, por exemplo, lugares em que você sobe o Rio Juruá e você chega a um lugar ermo: uma comunidade do lado esquerdo do rio em que você olha, na sua frente, o Peru e você não tem um posto da polícia, e aí você tem o detalhe de que vai chegar o final do ano e a Secretaria de Educação é obrigada a gastar R$200 milhões com educação – e aí é uma porta também, um incentivo para a corrupção e para o desperdício – e não pode – está proibida – usar esse recurso para atender uma área totalmente abandonada pela segurança pública.

Então, só essa observação, Sr. Presidente, que eu quero fazer, mas, claro, vou votar a favor do projeto. Nós temos, sim, que cuidar dessa coisa que já virou um flagelo no Brasil, trata-se também de recuperação da soberania nacional, mas com esta observação: uma hora, no Congresso Nacional, nós vamos ter que nos debruçar sobre esse engessamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... do orçamento e a ineficiência dele, porque você engessa, e nem por isso nós temos uma educação condizente com o orçamento que o Brasil dedica a ela.

No mais, muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Senador Alessandro. Votarei com o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Próximo, Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que nós, quando paramos para discutir alguns temas de extrema relevância para o Brasil e para a população brasileira, percebemos o quanto o *lobby* organizado, profissional leva do orçamento do Brasil para alguns setores.

Eu estou chamando a atenção a isso porque, vira e mexe, esses setores tentam acabar com a vinculação de saúde e educação, quando entra um outro tema de tamanha relevância quanto o tema da segurança pública no nosso país.

Mas é importante que a gente mire, olhe para os incentivos, para os ganhos que extrapolam o limite da razoabilidade e o não razoável, que é a cobrança de tributos de alguns setores, como, por exemplo, *bets*, dividendos, como, por exemplo, as isenções constitucionais que ultrapassam a casa dos R$500 bilhões por ano, que são isenções constitucionais. Então, se quisermos mesmo, é preciso que a gente dê um basta nessa forma de transferir renda para os já muito ricos, tirando do país a capacidade de fazer os investimentos.

Então, quando a gente fala disso, a gente está falando da necessidade de também de aprovar a PEC da segurança pública, porque ela vai estabelecer e definir o regramento do Susp (Sistema Único de Segurança Pública), porque a gente fala do SUS, a gente fala da educação, que o dinheiro chega – e o Omar Aziz, no começo desta sessão, no começo deste debate, falou sobre isso –, mas tem um sistema que funciona, tem um sistema que tem financiamento, tem um sistema que, de forma integrada, vem atuando com mais ou menos eficiência, mas vem funcionando.

Então, essa é uma questão central que o Relator toca. Nós precisamos de mais recursos para a segurança pública e mais recursos para lidar com a questão do crime organizado.

Outras questões que não são objeto desse projeto são de que maneira a gente produz informações tanto na fronteira marítima, ou seja, naquilo que chega via litoral, como naquilo que chega ao nosso território via fronteira seca do país, a monitoração e a presença do Estado brasileiro para impedir a entrada daquilo que alimenta o crime organizado: drogas, armas e outras formas de riqueza que chegam para o crime organizado. E a gente poderia ter, tendo um sistema integrado, a otimização de sistemas de informação por todos os organismos que, de alguma maneira, têm responsabilidade no controle de acesso ao nosso território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Presidente, eu quero chamar a atenção a que o Brasil só avança no combate à corrupção quando o Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... tem real compromisso de combater o crime organizado. O Brasil só avança no combate ao crime organizado quando o Governo tem, de fato, a verdadeira intenção de combater o crime organizado.

Se a gente analisar, na década passada, foi nos Governos do PT que se aprovaram as legislações que garantiram o combate à corrupção de forma mais organizada e eficaz no Brasil, e agora é o Governo do PT, do Presidente Lula, que manda o projeto antifacção para o Congresso Nacional; é o Governo do PT, do Presidente Lula, que manda a PEC da segurança...

Os outros falam de muitas ações, que querem botar bandido na cadeia, mas só quando o bandido é da periferia, porque o bandido que tenta dar golpe neste país tem o apoio de parte da política, de parte da política, para poder passar a mão na cabeça, para poder garantir anistia... Ou seja: agora, os direitos humanos são importantes. Esses direitos humanos, como o ex-Presidente dizia, que bandido não tinha que ter direitos; que bandido, quando falava que a cadeia estava superlotada, ele dizia: "É isso mesmo: tem que ficar na cela superlotada!".

E eu pergunto agora: qual é a discussão? A discussão, agora, é anistiar, anistiar aqueles que atentaram contra as instituições, contra o Estado e contra a sociedade.

A sociedade não tem noção do que seria este país se eles tivessem conseguido.

Não foi um golpe. Foi uma tentativa de golpe. Porque, se fosse golpe, eu, neste momento, talvez não estivesse aqui, tendo o direito de falar neste microfone, porque teria tido um golpe, e pessoas como eu, que têm determinado tipo de posição, seriam perseguidas, seria cassadas, seriam presas ou seriam assassinadas, como vários foram assassinados no último golpe que este país sofreu.

Portanto, eu quero chamar a atenção, Presidente, de que todas as medidas de combate ao crime organizado, sejam elas do ponto de vista da legislação, para a gente diminuir as renúncias fiscais, para ter mais dinheiro para financiar o sistema de segurança pública, que precisa sim ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrado, que precisa, de fato, funcionar, como se pretendia o Susp, eu acho que... Acho não: nós estaremos ao lado dessa construção, Sr. Presidente.

Portanto, quero mais uma vez cumprimentar V. Exa. e cumprimentar todos do Senado Federal que revisam e que revisarão aquilo que foi feito na Câmara para proteger determinados setores que têm acordo com o crime organizado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

De igual forma, Sr. Presidente, também quero cumprimentar primeiro V. Exa., por pautar essa matéria de maneira tão célere, considerando a urgência em aprovarmos uma legislação que seja uma legislação atual e que permita às forças do Estado combater o crime, especialmente o crime organizado, que, a cada dia, tem ocupado espaço no Brasil, amedrontado as famílias, sequestrado o direito de liberdade do cidadão, porque, hoje, esses criminosos estão livres para cometer todo tipo de crime, e famílias é que estão aprisionadas, aprisionadas dentro de casa.

Pior do que isso, e eu trouxe aqui um relato dias atrás, é o que está acontecendo no meu Estado de Rondônia: famílias que moram numa determinada região, que têm filhos pequenos e em idade escolar, o filho não pode estudar na escola que fica nas proximidades, porque aquela área é dominada por uma facção rival à facção do bairro onde mora essa criança. Veja a que ponto nós chegamos: o estado perdeu o território, o estado perdeu o mando. E quem é que está dominando, pelo medo, a sociedade nessas regiões? O crime organizado.

E aí, Sr. Presidente, essa matéria é uma matéria, obviamente, que nós demandaríamos muito mais tempo para aprofundar neste debate, mas nós estamos diante de uma emergência nacional. Enfrentar o crime organizado é uma questão de emergência nacional. É uma resposta que não pode ser adiada, é uma resposta que não pode ser retardada. Então, a Câmara dos Deputados cumpriu a primeira etapa, cabe ao Senado Federal fazê-lo agora, confirmando aquilo que tiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que confirmar, modificando o que tiver que modificar para entregar ao Brasil uma legislação que realmente represente um instrumento de enfrentamento efetivo ao crime organizado no Brasil.

E aqui quero cumprimentar o trabalho do Relator, Senador Alessandro Vieira, que é um Delegado de Polícia de carreira, portanto conhece da área de segurança pública, apresentou, dentro do espaço de tempo que tinha, um relatório robusto. Obviamente que tem pontos que um ou outro tem discordância, e é natural que assim o seja. Inclusive, faço aqui menção de um desses pontos que estou até destacando a pedido do meu caro Senador Girão, porque eu concordo com o mérito e com os fundamentos do afastamento da previsão, eu também tenho que concordar com a dificuldade constitucional para estabelecer esse modelo de restrição, que é o caso do direito de voto do preso provisório.

Eu defendo o modelo de restrição, mas tenho dificuldade, como tem o Relator, de conformar esse texto com o texto constitucional vigente. Nós estamos vivendo um período de excepcionalidade? Estamos. Muitos textos constitucionais hoje estão sendo relativizados por situações as mais banais, situações que constrangem, situações que desafiam o Estado de direito. Isso é fato? É fato. Agora, a Casa de Leis do Brasil tem a prerrogativa de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... como aqueles que têm o poder da caneta, afastar a aplicação do texto constitucional, ainda que no modelo legiferante? Não, nós não temos essa prerrogativa. Nós a temos através do emendamento constitucional.

Agora, quando a gente fala do direito de voto do preso, há um aspecto a ser analisado aqui. Esse preso faccionado, que está lá e que ainda não teve uma sentença penal condenatória com trânsito em julgado, eu indago, esse preso no ambiente prisional exerce o seu direito de voto livremente? É um voto livre, é um voto consciente ou é um voto viciado?

Estou lançando essa argumentação para dizer que... E aí é uma outra discussão de fundo constitucional também, que é em razão de uma matéria que deve ter a sua importância no campo jurídico, penal especialmente. Esse argumento justifica você criar uma regra de restrição maior? A tese majoritária é que não; é que o Estado é que tem que melhorar os seus aparelhos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle, fiscalização e garantia do exercício pleno com a proteção do direito de escolha livre. Agora, essa é a realidade do Brasil? Não, não é. Quem está preso e que é membro de facções não tem liberdade de escolha. É um voto viciado. Há uma inconstitucionalidade no voto do faccionado, porque é um voto viciado. Quem manda é o chefe do comando, e nós estamos a chancelar. Estamos a chancelar por uma cautela constitucional, por um mandamento constitucional...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Genérico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... genérico.

Mas o que se impõe é uma realidade triste no Brasil: as cadeias, os presídios, os sistemas prisionais brasileiros estão dominados, não pelo Estado; estão completamente dominados pelo crime organizado. Não há liberdade de escolha no ambiente prisional. Ora, se não há liberdade de escolha no ambiente prisional, nós estamos diante de uma inconstitucionalidade com esse voto que é direcionado. Ou seja, quem está votando não é o cidadão; quem está votando é uma facção, ela está determinando a escolha. A soberania popular aqui foi colocada de lado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ouço V. Exa. com maior prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É por isso que existem normas constitucionais inconstitucionais. Essa é uma norma constitucional inconstitucional. Isso está consagrado na Suprema Corte alemã.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Permita-me só uma comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ouço V. Exa. com muita alegria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – É uma ponderação que eu já fiz aqui ao Senador Girão, ao Senador Portinho. Na tarde de ontem, o Relator da PEC da segurança, o Deputado Mendonça Filho, já anunciou a inclusão deste objeto na PEC da segurança, que é a restrição do direito de voto do preso provisório. Isso vai constar já do texto da proposta de emenda à Constituição, que será relatada pelo Deputado Mendonça Filho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. É uma notícia muito importante e que deve trazer para todos nós, que vamos votar essa matéria, a tranquilidade, porque, ao reconhecermos que nós estamos diante de uma situação em que forçar a aprovação dessa emenda é incorrer em uma flagrante inconstitucionalidade, a não ser que defendamos aqui a tese...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O autor alemão é Otto Bachof.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... a tese do Otto Bachof, a tese do direito alemão – embora no Supremo existam muitos que defendam o direito alemão na academia, mas não na prática nacional. Mas nós estaríamos diante de uma situação em que fatalmente seria julgado inconstitucional. Então ter já o compromisso de que essa PEC tramite na Câmara e no Senado é para todos nós uma sinalização que nos dá conforto para votar essa matéria. E, nesse caso, a emenda é do Senador Girão; ele ficará à vontade para manter ou retirar o destaque.

Eu estou aqui sustentando a violação ao direito de escolha livre. Nós estamos diante de uma inconstitucionalidade na origem, então seriam duas inconstitucionalidades: uma em razão do voto, que está viciado, porque não é um voto livre, é um voto direcionado por facções criminosas, e a outra em razão daquilo que prevê a Constituição Federal.

Mas eu queria, Sr. Presidente, se V. Exa. me permite concluir aqui, cumprimentar o Relator e fazer um último apelo. Ele fez uma modificação no texto que veio da Câmara com a qual eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concordo. Aliás, ontem recebi alguns promotores que atuam em tribunais do júri. V. Exa. reviu uma emenda que foi apresentada na Câmara dos Deputados, que restringia a competência do Tribunal do Júri. E considero um grande acerto o texto que V. Exa. apresenta, restabelecendo a competência do Tribunal do Júri, primeiro, porque me parece algo que, do ponto de vista constitucional, é questionável a restrição da competência do Tribunal do Júri. Há uma inconstitucionalidade. Mas, segundo, também do ponto de vista do resultado, porque, quando nós observamos os números das condenações efetivas de crimes contra a vida, efetivadas nos tribunais do júri, os números são, assim, alarmantemente superiores a qualquer outra condição de enfrentamento ao crime organizado, as varas que atuam com relação a esse núcleo.

Então, eu acho que esse foi um ponto que, para mim, me deu muito conforto poder votar, sabendo que houve aqui um aperfeiçoamento, primeiro, obedecendo à Constituição, segundo, em consonância com os resultados que estão vindo de lá. Porque se o argumento aqui é apenas o argumento da segurança – "ah, não, os jurados estão no ambiente de insegurança, as facções ameaçam" –, vamos lá, então, e naquele caso em que você tem o membro da facção que cometeu um crime de feminicídio? Ora, ele vai ser condenado pelo Tribunal do Júri, mas, ele é o chefe da facção, continua sendo ameaçador, continua sendo temido, continua sendo o todo-poderoso. E neste caso: do filho do chefe da facção que cometeu um crime numa briga de bar, não tem conexão com a atividade do tráfico ou de outra natureza? Então, seria uma contradição. E aí concluo dizendo que V. Exa., nesse aspecto, para mim, acertou de maneira muito cristalina, tanto com base no texto constitucional, como também com relação ao resultado efetivo disso.

E o último apelo que faço, e aí concluo aqui, é em relação a um destaque que apresentei, e eu pediria a avaliação de V. Exa., com relação à destinação de bens apreendidos. O art. 91 do Código Penal hoje estabelece uma concentração na União. A Câmara, nesse ponto, para mim, corrigiu uma distorção, porque, se a investigação se deu no ambiente, no estado – Polícia Civil, Ministério Público estadual, Justiça Estadual –, é mais adequado ter o compartilhamento desses ativos, desses valores, com quem teve toda a despesa, todo o custo dessa operação. Então, acho que, no Código Penal anterior, nós tínhamos o Brasil num outro modelo. Hoje nós temos estados, Distrito Federal e Governo Federal atuando nesta matéria, cada um com as suas competências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu penso que o melhor encaminhamento para esse ponto seria fazermos isso de forma compartilhada e reconhecer a competência de quem realmente cumpriu toda a persecução penal e que teve todas as despesas inerentes a essa investigação e condenação.

É o apelo que faço a V. Exa., cumprimentando-o, uma vez mais, pelo relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um breve aparte a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

O Senador Girão pediu antes.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só um breve... É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Carlos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Peço ao Senador Alessandro Vieira que reflita sobre essa sugestão, sobre essa emenda, porque reafirmo aqui as razões colocadas pelo meu colega Marcos Rogério, que parecem lógicas, fazem sentido. Olhem a despesa que o Estado do Rio está tendo agora nessas operações, e há perdimento de bens ali. Há apreensão de bens e esses bens vão para a União enquanto o estado é que arcou com tudo. Então eu acho que o que está sendo sugerido é uma partilha, não é isso? Ou seja, é bem razoável, justo, salomônico, me parece.

E quero agradecer as palavras do Senador Marcos Rogério, que foi autor da emenda com relação ao Tribunal do Júri, muito bem acatada. Agradeço aqui, de viva voz, ao Senador Alessandro por essa emenda. Agradeço ao meu guru, meu professor que está ali atrás, Marfan. Tive o prazer de ser seu aluno, e serviu para alguma coisa, viu, Marfan? Serviu para alguma coisa.

Muito obrigado, Senador Alessandro.

E, quanto ao destaque, eu deixo ao Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, olhe como é bacana o processo legislativo e bem interessante. A gente vai ouvindo a posição de um colega e de outro. E nada é por acaso. Também recebi a ligação aqui do Deputado Marcel van Hattem, que foi o autor da emenda que conseguiu 349 votos contra 40, para a proibição dos votos dos presos provisórios. E ele disse que realmente, na PEC da segurança, já foi aceito. O próprio Mendoncinha, o Deputado Mendonça já incluiu. Então eu acredito...

E quero agradecer profundamente aos nossos irmãos parceiros do PL – o Senador Carlos Portinho, o Senador Marcos Rogério, o Senador Izalci Lucas, o Senador Marcio Bittar –, que aqui estavam, pela confiança. Ia ser um bom debate, mas eu acredito que... Nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça, né? Então isso aí foi um bom debate já dando um passo para essa conquista que a gente vai ter.

Presidente, eu ouvi muito falar aqui: "Ah, o Governo Lula é o que combateu o crime, foi ele que deu entrada, o PT que deu entrada no projeto antifacção, o PT que deu entrada na PEC da segurança". É engraçado. Agora, é o mesmo Governo Lula, é o mesmo PT que não aceita – e nós vamos fazer o destaque, já conversei com o PL, lá no Plenário – a questão de reconhecer como terrorismo o que as facções fazem no Brasil.

Eu sou de um estado, e o Senador Otto Alencar é de outro. Dos doze municípios mais violentos do Brasil, cinco estão no Ceará e cinco estão na Bahia. E, no terror que acontece tanto em Salvador quanto em Fortaleza, a cada três dias, na capital cearense, uma família é expulsa. Foram 219 famílias em um ano. E por que é terrorismo? O pessoal: "Não, isso aí não pode ser, tem que ser motivos religiosos". Ó, está aqui: "Facção TCP ameaça terreiros de Umbanda e quatro centros religiosos são fechados em Maracanaú, na Grande Fortaleza".

Sabe o que é considerado isso aqui? Pela lei antiterrorismo, de 2016, que define o crime de terrorismo como prática de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, coetinia e religião, com a finalidade de provocar terror social? É terrorismo sim! Agora, este Governo passa a mão na cabeça de ditadores como Maduro, como Daniel Ortega. Este Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passa a mão, dá sinais trocados com relação aos terroristas do Hamas, que fizeram o que fizeram com crianças, lá em Israel. Então não tem desculpa, não tem moral para falar sobre isso.

Nós estamos vivendo aqui um momento que é preto no branco com relação a essa questão da tragédia que nós estamos vivendo no país. Nunca teve tanta violência no Brasil. A população está apavorada. Os índices de preocupação hoje em dia, em pesquisas qualitativas da preocupação do brasileiro, é segurança em primeiro lugar, depois vem saúde, depois vem emprego. E não era assim. Isso vem se tornando assim.

Então, parabéns, Senador Alessandro. Fez o que foi possível, melhorou o que veio da Câmara, mas eu acho que a gente não pode negar, e nós vamos debater lá no Plenário sobre essa questão de considerar, de reconhecer facção criminosa como grupo terrorista. É isso que precisa.

Muito obrigado, Presidente. Eu lhe peço licença, eu tenho que ir à CDH, tenho dois relatórios lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, eu procurei aqui no *site* do projeto e lá está explícito que a autoria desse projeto é do Poder Executivo. Antes de mais nada, eu acho que é fundamental destacar essa preliminar.

Depois, Presidente, este projeto foi concebido pelo Poder Executivo, pelo Ministério da Justiça, pelo Governo do Presidente Lula, a partir de uma constatação: a atuação do crime organizado não é local, não é municipal, não é estadual, ela passou a ser uma atuação nacional.

Presidente, no meu Estado do Amapá, em 10 dos 16 municípios – e isso corresponde a 94% da população do estado – tem atuação de facções criminosas. Dez dos 16 municípios, 94%. O crime organizado se estrutura no Brasil a partir de um eixo, que é domínio de territórios, cúpula dirigente estruturada financeiramente e atuação a partir também de presídios. Hoje são 50 milhões de brasileiros, Presidente, lamentavelmente, que vivem em áreas sob o controle do crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado. Esse é o diagnóstico. E, diante desse diagnóstico, o Governo encaminhou esse projeto de lei.

No debate na Câmara dos Deputados, Presidente, lamentavelmente, criaram até eufemismo para facção criminosa. Facção criminosa é bandido, é organização criminosa, tem que ser combatida. Lá deram um nome eufêmico de domínio social estruturado; criaram o tipo penal de favorecimento ao domínio social estruturado. Eu imagino as pessoas no morro dizendo: "Eu estou aqui sob controle do domínio social estruturado. Quem manda aqui é o domínio social estruturado".

Ainda bem, Presidente, que o Presidente Davi Alcolumbre e V. Exa. designaram para esse tema, aqui no Senado, um delegado de carreira, com a experiência que tem como delegado de carreira, com a técnica que tem de atuação no âmbito da polícia, que colocou o projeto de novo no seu devido eixo. Então, eu queria cumprimentar o Senador Alessandro Vieira pelo trabalho primoroso, pelo relatório primoroso que apresenta hoje a Comissão de Constituição e Justiça.

S. Exa. restaura o espírito do projeto, a criação de um marco legal de combate ao crime organizado, às facções criminosas, dando o nome a elas que têm: não é domínio social estruturado, não é eufemismo, é facção criminosa e deve ser combatida, e criando meios de financiamento desse projeto. Isso é um avanço, Senador Alessandro, fenomenal.

V. Exa. cria uma Cide das Bets, ao mesmo tempo que cria um mecanismo para também combater uma epidemia que assola os brasileiros, que é a epidemia das Bets, e que tem, aqui e acolá, as suas associações também com o crime. Então, a partir disso, cria-se um tributo incidente sobre apostas, em vez de tirar dinheiro da Polícia Federal, como estavam fazendo lá na Câmara dos Deputados; estavam tirando dinheiro de fundos pertencentes à Polícia Federal.

O crime organizado tem o seu domínio territorial nas favelas, nos morros, nas áreas periféricas da cidade, mas tem também quem comanda o crime organizado. E, às vezes, quem comanda o crime organizado não está no morro, não está na favela, às vezes, está até na Faria Lima.

Então...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... uma das ações preliminares deve ser combater o fluxo financeiro do crime organizado, em que ele se estrutura, atacando o fluxo financeiro, mas também atacando o domínio territorial que o crime organizado está fazendo.

O tipo de facção criminosa, o tipo penal facção criminosa é restaurado, Senador Alessandro, por V. Exa., no texto do projeto, aumentando as penas como se deve, repito: aumentando as penas como se deve, porque tem que ter rigor para combater o crime.

Eu espero que, nesta mesma CCJ, daqui a pouco, quem sabe semana que vem, ninguém apresente projeto aqui para debater para reduzir pena de quem comete crime. Eu não acredito que esta CCJ vai querer debater, daqui a pouco, redução de pena para criminoso, porque, afinal de contas, contra crime e contra os criminosos, as penas têm que ser duras, e não podem ter atenuantes. Eu quero a mesma coerência daqueles que pediram, aqui, pena dura contra criminoso. Eventualmente, Presidente Otto, se semana que vem viermos a reunir para debater projeto dessa natureza, eu quero a mesma veemência para não aceitar qualquer projeto de redução de pena, de tal dosimetria ou qualquer que seja.

Por fim, Presidente Otto, o relatório do Senador Alessandro reforça as estruturas integradas da segurança pública e combate o crime por completo, porque o combate pelo crime não é somente com a atuação dos policiais, meritórios que sejam, junto às facções criminosas nas áreas territoriais dominadas por elas.

O combate ao crime se dá de cima para baixo, interrompendo o fluxo financeiro e também retomando os territórios que foram por eles anteriormente tomados, aterrorizando a população.

O relatório do Senado Alessandro restaura o espírito original do projeto apresentado pelo Governo do Presidente Lula e dá um instrumento para que as polícias combatam o crime. Que se some isso também à rigidez necessária para que não se aceite qualquer tipo de matéria de redução de pena para criminosos conhecidos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para criminosos faccionados, estamos de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e parabenizo pelo discurso proferido em apoio ao relatório do Senador Alessandro.

Algum outro Senador quer se manifestar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Só para complementar, para todo tipo de criminoso, não pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu passo a palavra ao Senador Alessandro, até porque foi retirado o destaque do Senador Girão e também tem o destaque do Senador Omar Aziz, mas ele não está presente. Ele não está presente, portanto, deixa de ser votado em separado, considerando tendo o Plenário concordado com o parecer já apresentado nos termos do art. 300.

Senador Alessandro Vieira, concedo a palavra para proferir o relatório sobre as Emendas nºs 114 e 116.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Perfeito, Sr. Presidente.

Antes de tudo, já registro o acolhimento da Emenda 89 – parece-me que é o número da emenda –, que foi referida pelo Senador Marcos Rogério, referente à partilha de bens apreendidos. Está acolhida na forma do ajuste redacional necessário.

Chegaram três emendas ao longo dessa nossa discussão, todas repetindo o conteúdo de emendas anteriores. Emenda 114, do Senador Sérgio Petecão, trata do mesmo tema das Emendas 78, 90 e 102, emenda rejeitada, que se referia à autorização de força policial para desforço imediato em disputas de posse. Não é o texto legal adequado.

Rejeição também da Emenda 115, do Senador Sérgio Petecão, com texto igual ao das Emendas 65, 77, 91 e 100, que tratam do aumento de penas para crimes de perigo de desastre e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desastre ferroviário. Isso foi atendido por meio da adoção de outra emenda que tinha o mesmo resultado final.

Por fim, o acolhimento da Emenda 116, do Senador Sérgio Petecão, que fala do aumento de pena por conta de interrupção de portos, aeroportos, rodovias, estações, etc., emenda de teor igual ao das Emendas 66, 76, 92 e 99. Então, foi acolhida a Emenda 116.

E faço uma retificação de erro material, onde eu li como acolhida a Emenda 86,e, na realidade foi rejeitada na forma do ajuste redacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Eu vou colocar o relatório...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois, não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só gostaria de deixar consignado o agradecimento ao Relator, o Senador Alessandro Vieira, pelo acatamento da emenda, do destaque que apresentei sobre a partilha dos bens apreendidos. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só uma fala, eu estava inscrito também, tive que ir lá na CCT, mas não poderia deixar de parabenizar o Relator pelo belo trabalho aqui e também pelo acatamento de oito emendas de minha autoria. Eu tenho certeza de que melhoraram bastante o texto. Quero dizer que eu aprendi aqui no Congresso: nada de nós sem nós. Então, a relatoria do Senador Alessandro nesta matéria, que conhece e é da profissão, delegado e Senador, está em boas mãos, por isso é que saiu este relatório que nós aplaudimos aqui e vamos votar favoravelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da matéria e vai ao Plenário. (*Palmas.*)

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro agradecer a confiança de V. Exa. Para ter brevidade na reunião, eu deixei para falar no final. É um orgulho para todos nós como brasileiros ter o senhor aqui no Senado e nessa cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A sua atuação tem sido fundamental em diversos temas.

E reitero o pedido de urgência para o Plenário, para que a gente possa ter essa matéria apreciada ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em votação, como pede o Senador Alessandro Vieira, o requerimento de urgência para a matéria seguir ao Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal para votação ainda hoje.

Passo a palavra ao nobre Senador Hamilton Mourão para proferir relatório do item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4752, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Marco Legal da Cibersegurança, cria o Programa Nacional de Segurança e Resiliência Digital e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- Em 03/12/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa.

V. Exa. tem a palavra, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o relatório foi lido semana passada. O Senador Rogério Carvalho havia pedido vista, eu conversei com ele aqui e ele não tem mais nenhuma restrição. Esse projeto é terminativo na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, solicito a V. Exa. que o coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o Senador Hamilton Mourão, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório do Senador Hamilton Mourão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto. O relatório passa a constituir parecer favorável desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em caráter terminativo naquela Comissão.

Agradeço a V. Exa., meu estimado e querido General, que fez as estrelas sobre os ombros brilharem permanentemente. V. Exa. sabe da admiração que tenho por V. Exa., não só como Senador, mas como um grande General, que honrou muito as tradições do Exército Brasileiro.

Senador Izalci Lucas, para proferir o relatório *ad hoc* do Projeto de Lei 2.447, de 2022.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2447, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, para dispor sobre a especialidade de polícia judicial no âmbito das carreiras do quadro permanente de servidores do Poder Judiciário.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao Projeto.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Peço a V. Exa. para ir direto para a análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bem, pode ir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta CCJ opinar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a admissibilidade e o mérito de proposições relativas aos servidores públicos da administração direta e indireta, inclusive do Poder Judiciário.

Temos, dessa forma, que a proposição seguiu o rito regimental, sendo distribuída à única Comissão com competência para opinar sobre a matéria. É ainda dotada de plena juridicidade, satisfazendo os atributos de inovação, generalidade e abstração.

Não se vislumbraram, igualmente, vícios de constitucionalidade formal ou material, cabendo assinalar que a iniciativa reservada do Poder Judiciário, de que trata o art. 96, incisos I, alínea "b", e II, também alínea "b", foi devidamente observada.

No mérito, entendemos que o projeto merece prosperar. A proposição contribui para a valorização da Polícia Judicial, reconhecendo de forma mais expressa direitos como o porte de arma de fogo, e incentiva que seus servidores busquem cargos em comissão e funções comissionadas dentro de suas próprias unidades. Colabora, dessa forma, para a manutenção do efetivo e adequado desempenho de suas atribuições.

Cumpre ainda pontuar que o fortalecimento das carreiras de segurança no âmbito do Poder Judiciário, como já ocorre com o Ministério Público e com este Poder Legislativo, é fundamental para garantir a independência necessária para o exercício de suas competências constitucionais.

Quanto às questões orçamentárias, cabe esclarecer que as eventuais despesas extras correrão à custa de dotação orçamentária de cada órgão judiciário. Trata-se de assegurar que os membros de cada um desses Poderes e órgãos autônomos possam exercer suas atribuições de maneira tranquila e sem intercorrência, livres de quaisquer receios quanto à sua segurança pessoal, o que é mesmo o pressuposto de dar independência funcional, constitucionalmente assegurada.

O voto, Presidente.

Ante o exposto, eu voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.447, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

O relatório proferido pelo Senador Izalci Lucas foi rejeitado, desígnio o Senador... Não, não, não. Desculpe-me, aqui é do outro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu pediria a V. Exa. também que pudesse votar a urgência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espere um pouquinho. Um minutinho, um minutinho só.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Eu concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Eu pediria a V. Exa. também para colocar o requerimento de urgência, para que a gente possa votar hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco, como pede o Senador Izalci Lucas, o requerimento de urgência para a matéria.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai, em regime de urgência, para o Plenário do Senado Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, quero só registrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Primeiro, só quero registrar aqui a presença do Sindjus, do Presidente Costa Neto, pelo trabalho que ele vem desempenhando aqui junto aos Parlamentares. Então, é registrar a presença e agradecer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 148, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à Proposta, com três Emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Foram realizadas três Audiências Públicas sobre a matéria;

- Em 08/10/2025 o Relator, Senador Rogério Carvalho, fez a leitura do Relatório.

É um projeto, inclusive, que tem o apoio do nobre Senador trabalhista, o Senador Paulo Paim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. por pautar, no dia de hoje, a PEC que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas. Essa PEC prevê, após a aprovação, no ano seguinte, uma redução de 44 para 40 horas e, ao longo de quatro anos, a redução de uma hora de trabalho por ano.

O relatório foi lido, nesta Comissão, em 8 de outubro, ocasião em que foi aprovado o requerimento proposto pelo Senador Rogerio Marinho para a realização de audiência pública. A audiência pública em questão foi realizada no mesmo mês, em outubro, no dia 21. Considerando as audiências já realizadas na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais, nesta Comissão, no Plenário, numa sessão especial, podemos considerar que a matéria já se encontra devidamente instruída e pronta para seguir o rito de tramitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta, com as Emendas nº 1 a nº 3 da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria vai a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. pela coragem e ousadia pela segunda vez... Pela terceira vez em dois dias.

Eu me sinto aqui comovido com a presteza de V. Exa., primeiro ao se posicionar para que uma matéria como a da dosimetria viesse para a CCJ e, neste momento, por pautar esta PEC, que, diferentemente de todas as outras, de fato vai mexer com a vida de milhões de brasileiros e de famílias. São mais de 150 milhões de brasileiros que se beneficiarão com esta PEC, considerando os trabalhadores, considerando as famílias e considerando quem contrata também, porque vai movimentar a economia, vai mudar a realidade social deste país.

Presidente, parabéns e muito obrigado. Eu agradeço ao senhor e a todos os Senadores pela aprovação, no dia de hoje, aqui na CCJ, da redução da jornada de trabalho, da PEC 148, de 2015, de autoria do Senador Paim.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho, eu agradeço a V. Exa. e reconheço a sua trajetória como defensor do trabalho, trabalhista por convicção. Isso é justiça trabalhista que vai se fazer no Brasil com essa proposta de emenda à Constituição. O Senador Paulo Paim, um grande defensor... O Senador Paulo Paim não está presente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... mas ele, emocionado, já me disse algumas vezes que era o sonho da vida dele; um Senador que está no Senado Federal...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... há tantos anos.

Eu estou com a palavra, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei, eu só estou lhe pedindo pela ordem, quando o senhor terminar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... quando eu concluir, eu passo para você.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fechou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Paulo Paim, que está há tantos anos no Senado Federal, não pôde estar presente hoje, mas eu acho que é uma coisa de justiça trabalhista para o Brasil, já de muito tempo. Inclusive, a própria Câmara dos Deputados, parece-me, tem lá um projeto, de igual forma, chegando para se aprovar e se promulgar pelo Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre.

Com a palavra o Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Presidente, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – ... perdão por interrompê-lo, mas era só para quando o senhor terminasse mesmo.

Eu queria, sem entrar no mérito porque é uma matéria que a gente precisa debater, ver as consequências... Tem lados, tem coisa positiva, tem coisa negativa, mas a gente precisava conciliar. E eu quero dizer para o senhor, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., que eu fico triste com esse tipo de procedimento na CCJ nas vésperas de um recesso parlamentar.

Este é um assunto em que poderia, regimentalmente, ser pedida vista, não tinha sido pedida vista ainda, e era importante que a gente pudesse até colaborar com a matéria, e se fazer isso, na véspera de um recesso, tirando esse direito do Parlamentar de pedir vista, como extrapauta... Ou seja, a gente se debruçou, estudou todas as matérias que seriam votadas hoje aqui, aí vem como extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazia tempo que eu não vi isso no Senado. Eu cheguei em 2019, acho que junto com... Não, o senhor já estava aqui, o senhor renovou, vai ter mais anos aí pela frente, se Deus quiser, tem mais quatro, cinco anos. Eu não tinha visto isso aqui desde 2019. Eu só vi por rumores. "Rapaz, essas coisas acontecem, no final do ano, tem aquelas coisas de última hora que se colocam."

Mas eu confesso para o senhor que eu me sinto violentado por essa atitude, que eu acho que não é uma atitude... Eu sei que teve audiência pública sobre o assunto, mas precisava ter o direito regimental de pedir vista. Então, só deixar um protesto. A matéria está vencida, é isso que eu devo ouvir, não é? É isso que eu devo ouvir, isso faz parte. Eu estava em outra Comissão, até avisei para o senhor, eu estou aqui na CDH, com dois projetos, mas me foi tirado esse direito.

A única coisa que eu posso dizer é que vamos tentar, lá no Plenário, ver se é possível fazer uma audiência pública para melhorar o projeto, porque tudo pode ser melhorado. Tudo pode ser melhorado, a gente sabe disso.

Mas fica aqui o meu protesto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, eu lamento V. Exa. não ter participado de três audiências públicas que nós fizemos. V. Exa. não compareceu em nenhuma delas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A nossa equipe estava aqui, e eu estava assistindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, mas estou falando V. Exa. O senhor não pode, V. Exa. não pode substituir a sua figura pela do seu assessor, é completamente diferente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas nós estávamos acompanhando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, mas V. Exa. não compareceu em nenhuma delas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor tirou o meu direito de pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu respeito a opinião de V. Exa. Agora, essa matéria era para ser votada na semana passada. Não foi votada na semana passada por contingência de outras matérias.

Eu não costumo, nunca costumei, em minha vida, aplicar esse tipo de posição a que V. Exa. se refere. V. Exa. me conhece, que eu não faria isso. Só que nós tínhamos o compromisso, inclusive com o Senador Paulo Paim, de votar ainda este ano.

Então, se essa matéria está sendo votada aqui, vai para o Plenário, depois vai para a Câmara dos Deputados, vai voltar para aqui, e V. Exa. vai ter direito de discuti-la. Todas as iniciativas de audiência pública eu concedi. Nós estamos discutindo essa matéria desde há mais de quatro meses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, tranquilo, era só ter colocado na pauta, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu coloquei fora da pauta agora, a pedido do Senador Izalci, o Projeto de Lei 2.447, que não estava na pauta, como costumo colocar vários projetos que me pedem os Senadores, fora da pauta. Ele me pediu, o Senador Rogério me encaminhou o pedido, fora da pauta, eu coloquei. E há pouco, o Senador Izalci Lucas... Não foi assim, Senador Izalci Lucas? V. Exa. relatou *ad hoc* um projeto que estava fora da pauta. Eu costumo fazer isso, sempre faço isso, em deferência aos colegas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, tranquilo, quando não tem polêmica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um apelo de V. Exa. para colocar fora da pauta, eu atenderei do mesmo jeito. Então, como atendi o Senador Izalci, atendi também o Senador Rogério Carvalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma pergunta para V. Exa.: vai ter algum outro extrapauta ou eu posso voltar lá para a CDH?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não tem nenhum extrapauta, não. Só tinha esses dois que foram solicitados. Eu atendi dois colegas, como atenderia V. Exa. da mesma forma, sem nenhum problema. Em qualquer momento que pedir extrapauta, eu posso atender, sem dificuldade nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O item 5, teria a condição de eu fazer a leitura *ad hoc*? Que é um projeto que amplia as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, pois não. Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Cadê o texto? Cadê o relatório? Está aqui? Item 5, está aqui, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o cinco? É o quê?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não é extrapauta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, está na pauta, Presidente. É *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 5.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3758, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

A proposição foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados, nos termos do parecer proposto pelo Deputado Mersinho Lucena, que destaca sua constitucionalidade, seu mérito e sua adequação orçamentária e financeira, em termos que entendemos oportuno aqui reiterar:

> Quanto à constitucionalidade formal das proposições, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria. O projeto em exame se insere no rol de competências legislativas da União, sendo legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Revela-se também adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Restam atendidos, pois, todos os requisitos de constitucionalidade formal.
>
> Da mesma forma, em relação à constitucionalidade material, nada há que infirme as proposições, haja vista que não se verifica qualquer tipo de violação a princípios ou regras constitucionais.

Presidente, aqui cada dia a gente aprende um vernáculo novo – "infirme", achei muito bonito esse termo. Compartilhamos desse... Quer dizer, é firme, "infirme" quer dizer que não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada que desabone a firmeza da proposição, está certo? Não é que eu não estou entendendo, é que me chamou a atenção e eu vou sair mais rico da sessão de hoje.

Compartilhamos desse entendimento, assim como da compreensão de que estão presentes na proposição os requisitos de juridicidade, tais como a inovação, generalidade, abstração e respeito aos princípios gerais do direito. Quanto à adequação orçamentário-financeira, entende-se que a proposição não acarreta repercussão imediata direta ou indireta na receita ou na despesa da União. Esclarece o parecer aprovado pela Câmara dos Deputados...

Conclui-se, por isso, pela percepção de que a matéria não implica, financeira ou orçamentariamente, aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública.

Finalmente, quanto ao mérito, entendemos, na mesma senda da Câmara dos Deputados, que o projeto, que visa estimular a adequada destinação de imóveis não operacionais pertencentes ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGTS), atualmente gerido pela SPU, contribui para a racionalidade e a eficiência na utilização dos imóveis de que trata.

Nessa direção, a proposição traz aprimoramentos à legislação de regência da matéria, mediante a Lei nº 13.240, de 2015, na qual introduz as modificações aqui relacionadas, à medida em que contribui à operacionalidade do sistema, ao promover a utilização dos imóveis não operacionais do FRGTS em finalidades de interesse público e social, além de sua conversão em dinheiro e eliminar entraves para a adequada utilização desses bens.

A proposição original continha algumas pequenas incorreções técnicas, como a designação de ente público pelo nome anterior, o que foi corrigido pelo substitutivo apresentado.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.758, de 2024, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o relatório preferido pelo Senador Rogério Carvalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Veneziano, que é o Relator, eu estou sendo Relator *ad hoc*, pelo seu português rebuscado, castiço. E fica aqui a minha manifestação de que não tem nada de infirme em relação a ele. Está certo? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso mesmo.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O outro projeto é o projeto de lei do nobre Senador Cleitinho, do Estado de Minas Gerais, estimado amigo.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1252, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 14.133, de 1º de abril de 2021, e nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para prever a possibilidade de concessão de créditos tributários e quitação de multas administrativas como contrapartida para execução de obras ou serviços de engenharia de interesse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

- Em 27/08/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passo *ad hoc* para o Senador Izalci Lucas relatar o projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, peço para ir à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito do PL 1.252, de 2023, a teor do art. 101, I e II, "g", do Regimento Interno do Senado Federal.

Cuida-se de matéria afeta às contratações públicas de obras e serviços de engenharia, sobre as quais compete à União editar normas gerais, mediante lei aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 22, XXVII, com o art. 48, *caput*, da Constituição Federal. Não há reserva de iniciativa legislativa para essa matéria. Assim, a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade formal.

Quanto à constitucionalidade material, não identificamos, no conteúdo das regras contidas no PL, qualquer colisão com preceito constitucional. O projeto estabelece uma nova forma de pagamento pela execução de contratos de obras e serviços de engenharia, consistente na concessão de crédito tributário pelo ente público ao executor, ou na quitação de multas administrativas a este. Em vez de receber recursos públicos do orçamento como pagamento, o contratado deixa de pagar tributo ou multa em valor equivalente ao que receberia pelo adimplemento de suas obrigações no contrato de obra ou serviço de engenharia.

Tal sistemática não ofende a regra do art. 37, XXI, da Constituição Federal, segundo a qual, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Com efeito, a disputa entre potenciais interessados é assegurada pelo PL, já que, havendo mais de um, a administração deve abrir licitação. Apenas no caso de uma só empresa manifestar interesse na contratação, o certame não ocorrerá.

Também não vislumbramos no projeto ofensa ao art. 150, §6º, da Constituição Federal. Tal dispositivo estabelece que qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

A exigência de lei específica, feita pelo preceito constitucional citado, não tem pertinência relativamente ao crédito de que trata o PL, pois ela se dirige a benefícios fiscais. O projeto trata de uma operação na qual o crédito tributário é concedido como contraprestação pela execução da obra. Nesse caso, poder-se-ia falar da concessão do crédito como uma modalidade de pagamento pela administração. O contratado não é beneficiado com uma dispensa de pagamento de certo tributo, apenas deixa de recolher o valor devido, porque executou obra para o poder público em valor equivalente ao do tributo que deveria recolher.

No tocante à juridicidade, temos que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria vertida no PL inova o ordenamento jurídico; (iii) ele possui o atributo da generalidade; (iv) ele se afigura dotado de potencial coercitividade; e (v) ele se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Igualmente, não vemos óbices de regimentalidade à tramitação do projeto.

No mérito, saudamos o autor do PL pelo mecanismo engenhoso que concebeu para, de um lado, assegurar a execução de importantes obras sem dispêndio de recursos orçamentários e, de outro, proporcionar uma solução que visivelmente atende ao interesse público no que concerne às dívidas irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Transformada em lei a sistemática do PL, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder público poderá reaver, na forma de infraestruturas e serviços, valores que muito provavelmente não lograria recuperar por meio da cobrança judicial, a qual, convém ressaltar, também importa custos no acionamento tanto dos órgãos de representação judicial do Estado quanto do próprio aparato judiciário. Além disso, em um cenário de constrangimentos fiscais, a realização de obras pode se dar sem a necessidade de dotações orçamentárias.

A alteração na Lei das PPPs segue a mesma lógica, mas se limita a admitir como possíveis contraprestações da administração pública nos respectivos contratos a concessão de créditos tributários e o abatimento de multas administrativas. Não há necessidade de maiores detalhamentos da matéria nessa lei, já que o art. 186 da nova Lei Geral de Licitações e Contratos determina a aplicação subsidiária de suas disposições à Lei 11.079, de 2004.

Propomos apenas alguns aprimoramentos ao texto do PL, que explicaremos a seguir.

Em primeiro lugar, entendemos que os §§23 e 25 do art. 46-A, que se pretende acrescentar à nova Lei de Licitações e Contratos, são desnecessários. Eles tratam de obrigações do contratado e da administração, as quais já são disciplinadas por outros dispositivos da mesma lei, aplicáveis aos contratos em geral, ou mesmo por outras leis.

O §23, que enumera as obrigações do contratado, é, inclusive, formulado como norma autorizativa para a administração, como se fosse faculdade do poder público estabelecer ou não tais deveres. Ora, não é uma faculdade da administração, por exemplo, atribuir ao contratado a responsabilidade de observar a legislação pertinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho. Ela já decorre de lei. Quanto a custear a execução do objeto contratado, parece-nos que não teria como ser diferente, já que o pagamento a cargo da administração consistirá na concessão do crédito tributário ou quitação de multas e só será feito a partir da demonstração de que a obra (ou cada etapa dela) foi executada. E mesmo outras ações que podem (mas não necessariamente devem) ser atribuídas ao contratado não precisariam constar do dispositivo, pois já estão reguladas em outros preceitos da Lei 14.133, de 2021. É o que ocorre com a obtenção do licenciamento ambiental e a realização da desapropriação autorizada pelo poder público (art. 25, §5º). Assim, a nosso ver, o §23 deve ser suprimido.

O mesmo deve ocorrer com o §25, que, ao tratar das obrigações da administração, repete previsões já constantes da lei: (i) o dever de promover as desapropriações necessárias, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de delegação ao contratado, tratado nos arts. 25, §5º, I, 46, §4º, e 137, §2º, V; (ii) o dever de fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, regulado pelos arts. 104, III, e 117 da lei; (iii) a etapa de recebimento da obra, inclusive com emissão do respectivo termo, prevista no art. 140 da lei. Quanto aos padrões de qualidade a serem observados durante a execução da obra, o próprio art. 46-A determina que essa deverá seguir as regras da contratação integrada, na qual o contratado é incumbido de elaborar o projeto básico.

Nesse regime, a administração elabora apenas o anteprojeto, no qual devem constar, entre outros elementos, as definições relacionadas ao nível de serviço adequado e memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação, nos termos do art. 6º, XXIV, da lei. A identificação definitiva de serviços, materiais e equipamentos incorporados à obra, com suas especificações técnicas, ocorre no projeto executivo. Portanto, propomos também a supressão do §25.

Quanto ao inciso III do §20 do art. 46-A, que alude às penalidades ao contratado, no caso de falhas na execução, fraude ou simulação, consideramos necessário, para evitar interpretações errôneas da futura lei, acrescentar às sanções tributárias, civis e penais a referência a sanções administrativas.

Além dessas modificações, há necessidade de corrigir equívoco de numeração dos parágrafos do art. 46-A, bem como de ortografia.

Os aspectos econômico-financeiros das mudanças propostas serão objeto de análise pela CAE.

O voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 1.252, de 2023, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCJ

Suprimam-se os §§ 23 e 25 do art. 46-A, incorporado à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Projeto de Lei nº 1.252, de 2023, renumerando-se como § 21 o atual § 24.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CCJ

Substitua-se, na parte final do inciso III do § 20 do art. 46-A, incorporado à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Projeto de Lei nº 1.252, de 2023, a expressão “e penais cabíveis” por “administrativas e penais cabíveis”.

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 5º do art. 46-A, incorporado à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Projeto de Lei nº 1.252, de 2023, o termo “suscinta” por “sucinta”.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A essa matéria foi concedida vista, nos termos regimentais.

A matéria será apreciada em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CCJ, e 3, da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Quanto a esse projeto que votamos há pouco – esse projeto que votamos há pouco (*Fora do microfone.*) do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano Vital do Rêgo –, eu pediria a V. Exa. para votar também o requerimento de urgência, para que a gente possa apreciar no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. É o projeto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É o 3.758, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o Senador Izalci Lucas, encaminhando o requerimento de urgência ao projeto que da autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, eu coloco o requerimento em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento proposto pelo Senador Izalci Lucas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatorze minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Weverton, Otto Alencar, Angelo Coronel, Jorge Seif e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 37ª e 38ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3600, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que trata da política nacional de educação profissional e tecnológica, para consideração dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas na oferta de educação profissional e tecnológica." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CDH-CE (Substitutivo). **Observação:** O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5099, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CAS, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5654, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5929, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Capoterapia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

substituição à Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3699, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o mês de novembro como Mês Nacional da Segurança Aquática." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), em substituição ao Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda n. 1. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, nós declaramos aberta a 39ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de outubro do ano de 2025.

Aprovação da ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submetemos à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 37ª e 38ª Reuniões, realizadas em 30 de setembro e 1º de outubro.

Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não há objeção.

As atas estão aprovadas e serão devidamente publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias apresentadas à Comissão de Educação. Se não houver discordâncias do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal.

Senador Paim, Senador Flávio, não há objeção? (*Pausa.*)

Os itens retirados de pauta.

Foram requeridas as retiradas de pauta dos itens 2 e 3, pedidos feitos pelos seus respectivos Srs. Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5099, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CAS, nos termos de substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 17/10/2023 e 07/11/2023.

3. Em 07/11/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, e retirado de pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5654, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo).

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 17/10/2023 e 07/11/2023.

3. Em 06/11/2023, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES).

)

Item 1...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Pela ordem, antes. É que eu queria dar os parabéns para a Senadora Teresa Leitão, porque hoje é aniversário dela, né? Mas, como V. Exa. está presidindo, que conste em ata os nossos parabéns, felicidades, o desejo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, os nossos parabéns, felicidades, saúde, paz, que continue a ter êxito como vem tendo na condução dos trabalhos, um momento tão importante para a educação no Brasil – Sistema Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação, revisão dos critérios do Fundeb, não é? E tanta coisa mais importante nesta Comissão, mas desejamos à Senadora saúde e paz. Eu sempre digo que é o são as coisas mais importantes que eu desejo para as pessoas, que tenham saúde para fazer o trabalho e a paz, a segurança, o apoio necessários.

Então, V. Exa. transmita a ela, como Presidente, esses nossos votos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, Senador Flávio.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, de forma muito rápida, seguindo aqui o meu colega, amigo, companheiro... Acho que estamos juntos aqui no Congresso, eu digo, há o quê? Mais de 20 anos, né? Câmara e Senado, mais que 30... mais que 30. E ele faz aqui essa manifestação para a querida Senadora Teresa Leitão, que preside esta Comissão.

Eu sempre digo que, num passado, como diria o outro, não tão recente, as minhas orientações no campo da educação aqui eram principalmente do Cristovam Buarque. Lembra, né? Pelo empenho dele, o Senador Flávio Arns também estava sempre nessa linha, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão hoje também é uma referência de nós todos. E ninguém melhor que ela para presidir esta Comissão. Poderíamos cantar o parabéns, quem sabe quando ela chegar... para dizer que ela chega um pouco mais tarde, né? Para nossa querida Senadora que muito orgulha, eu diria, não só o estado, mas o povo brasileiro. Parabéns, parabéns, parabéns, parabéns!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parece que ela vai trazer o bolo. Fico aqui agora, vou acampar aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Eu, quero... deveria, se eu tivesse sabido anteriormente, deveríamos ter aberto a reunião... e aí as minhas escusas e a compreensão dos presentes e de todos aqueles que nos acompanham por eu não ter o conhecimento prévio de que hoje nós estaríamos celebrando essa data tão rica, tão cara para todos nós, colegas que somos da estimada e competente representante pernambucana, Profa. Teresa Leitão.

Eu não a conhecia, não sei se V. Exas. a conheciam mais proximamente, apenas as elogiosas referências aos seus mandatos exercidos na Casa Legislativa pernambucana, mas, na oportunidade que passamos a ter – penso eu que esse é o sentimento que nutrimos todos indistintamente – uma relação de amizade, uma relação de afinidade, inclusive, de convergências com pensares nas temáticas as mais importantes e variadas de que esta Comissão de Educação trata, a gente passou a conhecer uma mulher extraordinariamente afável, tratável, além de muito competente e de uma fibra extraordinária.

Então, me somo ao carinho das palavras do Senador Flávio, como também do Senador Paulo Paim, e saudaremos pessoalmente, quiçá ainda no dia de hoje, a nossa aniversariante Teresa Leitão. Nossas saudações públicas.

Vamos lá.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3600, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que trata da política nacional de educação profissional e tecnológica, para consideração dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas na oferta de educação profissional e tecnológica.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1 – CDH (substitutivo).

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, Senador Veneziano Vital do Rêgo, eu queria, mais uma vez, agradecer à Presidenta Teresa Leitão, que está de aniversário, sobre o que nós todos aqui já nos manifestamos, por ter assegurado esta relatoria, por me indicar, porque eu sou um apaixonado pelo ensino técnico. Eu sempre entendi que era o melhor caminho para os setores mais vulneráveis terem ascensão na sua vida profissional e, consequentemente, na vida social e em qualidade de vida.

Presidente, eu não canso de dizer que, com 12 anos, eu era vendedor de banana de uma feira livre em Porto Alegre – banana pela simbologia, mas eram uva, laranja, maçã, enfim, tudo aquilo. Eu tenho até hoje uma marca aqui no braço direito: eu já sou preto, mas ficou mais preto ainda, porque eu pegava o sol da manhã ao montar a barraca. E eu tenho uma lembrança bonita do ensino técnico. Alguém diria: "Mas o que tem a ver a tua barraca lá com o ensino técnico?". Com 12 anos, com família de dez irmãos, o meu pai disse; "Olha, tu vais ter que trabalhar e tu vais ter que trabalhar lá em Porto Alegre, na feira livre lá com o teu primo". Era o Neri, já falecido. E eu disse: "Sim, mas vou ficar longe dos meus dez irmãos?". Ele: "É a vida, filho. Eu digo três coisas para vocês: estudem, trabalhem e sejam honestos. Só isso. O resto é com vocês". Pai e mãe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

analfabetos... Não falo isso numa forma negativa, mas assim era a vida no período deles, e tínhamos que estudar. Ele: "Antes de ir para Porto Alegre, tu vais fazer um curso lá no Senai. Tu vais participar de uma disputa". Era muito disputado o Senai naquela época, porque quem passava ganhava um salário mínimo. Até hoje eu tenho aqui um carinho pela Vinícola Rio-Grandense, que disse: "Não, eu vou dar para esse cidadão, jovem, negro, pobre e tal". Ambos ganhavam um salário mínimo – o pai e a mãe. Eu fui! Disse: "Não, se tenho que ir, vamos ir, não é? Assim é a vida". Eu fui. Calculem a minha alegria quando ele voltou a Porto Alegre – não esqueço, é como se fosse hoje – e disse: "Filho, tu vais para casa agora (*Manifestação de emoção.*), porque tu passaste no ensino técnico do Senai".

Aqui, quando muitas vezes eu defendo o Senai, talvez alguns não entendam. Tem problemas? Tem, como todos nós temos problemas, mas isso marcou para mim. Eu nunca mais esqueci. Fui, me formei, aprendi depois a profissão, na sequência depois que cheguei ao Senai, que foi mecânica e marcenaria.

O Sr. Bordini – sabe aqueles homens que parecem de filme? – era um artesão. Ele disse: "Eu vou te ensinar uma profissão que vai te garantir". E com ele eu aprendi a ser modelista. Aí eu ganhava um salário que seria hoje em torno de R$10 mil – no mínimo, no mínimo, R$10 mil. Então, eu sou apaixonado pelo ensino técnico.

Por que eu falo tudo isso? Porque esse projeto fala disso. Ele coloca a oportunidade a indígenas e quilombolas, que são um setor, todos nós sabemos, muito pobre, muito vulnerável no nosso país, da garantia do ensino técnico.

Eu cumprimento o autor pela sensibilidade dele, Senador Mecias de Jesus, que apresentou esse projeto; a Senadora Damares foi a Relatora.

Já que eu contei um pouquinho dessa caminhada, se você permitir, eu vou direto para a análise, Presidente.

O relatório é bonito e longo, construído aqui pela assessoria do Senado da República, em parceria com o meu gabinete.

Então, primeiro, meu abraço ao autor, Mecias de Jesus, pela sensibilidade; parabéns também à Damares, que fez um relatório com alguns ajustes, que ficou muito bom. Eu só acompanhei o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, compete a esta Comissão, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre todas as matérias relativas a normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional. Sendo assim, o PL em comento insere-se nas competências regimentais deste Colegiado.

Não se vislumbram na proposição óbices ou máculas de qualquer natureza quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Além disso, a iniciativa atende aos critérios da boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a proposição em análise, com as alterações promovidas pela Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), ostenta inegável valor, pois preenche lacuna relevante na legislação educacional brasileira. A proposição alinha-se aos princípios constitucionais fundamentais, especialmente ao objetivo de erradicar a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, conforme manda a Constituição, além de concretizar o reconhecimento constitucional dos direitos culturais e da diversidade étnica nacional.

A inclusão expressa dos saberes indígenas e quilombolas na educação profissional e tecnológica representa avanço significativo na construção de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas. O Brasil possui rica diversidade de conhecimentos tradicionais que, historicamente, foram marginalizados ou ignorados pelos sistemas formais de ensino. A proposição reconhece que esses saberes não constituem meros elementos folclóricos, mas sistemas de conhecimento estruturados e funcionais que podem contribuir substancialmente para a formação técnica e profissional, especialmente em áreas como agricultura sustentável, manejo ambiental, medicina tradicional, artesanato e tecnologias sociais adaptadas às realidades locais.

Do ponto de vista pedagógico, a medida promove a interculturalidade na educação profissional, conceito que vai além da simples multiculturalidade, ao propor diálogo efetivo entre diferentes sistemas de conhecimento.

Essa abordagem pode gerar metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem que respeitam as especificidades culturais dos educandos, potencializando, assim, tanto a preservação cultural quanto a inserção no mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A experiência internacional demonstra que programas educacionais que incorporam saberes tradicionais tendem a apresentar maior aderência e menores índices de evasão entre populações originárias.

No aspecto econômico e social, a proposição pode contribuir para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis e economicamente viáveis em territórios tradicionalmente ocupados por essas populações. A valorização dos conhecimentos tradicionais, associada à formação técnica formal, pode estimular o empreendedorismo étnico e a geração de renda em comunidades historicamente vulneráveis, promovendo, assim, autonomia econômica sem comprometer identidades culturais.

A medida também se mostra oportuna diante dos desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas e à necessidade de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.

Os povos indígenas e quilombolas detêm conhecimentos milenares sobre convivência harmônica com o meio ambiente, práticas agrícolas de baixo impacto e uso racional de recursos naturais. A integração desses saberes à formação técnica pode contribuir para a formação de profissionais mais conscientes ambientalmente e aptos a desenvolver soluções tecnológicas alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

Sob o prisma dos direitos humanos, a proposição materializa compromissos assumidos pelo Brasil em convenções internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, que estabelece o direito desses povos a programas de formação profissional adequados às suas necessidades específicas.

A medida também dialoga com a Agenda 2030 da ONU, particularmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que preconiza educação inclusiva e equitativa de qualidade.

É importante ressaltar que a implementação efetiva da proposta demandará regulamentação adequada e investimentos em formação de docentes, desenvolvimento de materiais didáticos específicos e criação de metodologias de avaliação apropriadas.

Será necessário estabelecer mecanismos de consulta às comunidades indígenas e quilombolas para garantir que suas perspectivas sejam efetivamente incorporadas ao processo educacional, evitando apropriação cultural inadequada ou representações estereotipadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A emenda substitutiva aprovada no âmbito da CDH preservou integralmente o espírito e os objetivos da proposição original, mantendo a obrigatoriedade de consideração dos saberes indígenas e quilombolas no contexto social da educação profissional (conforme o art. 42-B da LDB) e a inclusão das necessidades desses povos no fomento à expansão da educação profissional e tecnológica (conforme o art. 4º da Lei nº 14.645, de 2023). A alteração promovida pela CDH tem caráter meramente técnico-legislativo, visando maior precisão terminológica sem comprometer a amplitude ou eficácia das medidas propostas para valorização da diversidade cultural e promoção da inclusão social dessas populações tradicionais no âmbito educacional.

Por fim, Presidente, cumpre destacar que a proposição não impõe obrigatoriedade de criação de cursos específicos, mas estabelece diretrizes para que os saberes tradicionais sejam considerados quando pertinente, respeitando a autonomia pedagógica das instituições de ensino. Essa flexibilidade permite adaptação às realidades regionais e às especificidades dos diferentes cursos técnicos, garantindo, assim, a viabilidade prática da medida.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.600, de 2024, na forma da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo).

Presidente, mais uma vez, reafirmo aqui meu respeito à bela iniciativa do Senador Mecias de Jesus, ao relatório apresentado, com os ajustes, da Senadora Damares, e à nossa aniversariante pela grandeza de espírito que eu sei que ela tem – de alma e de coração e de vida –, por ter colocado na pauta o projeto e sob a Presidência de V. Exa., que é – Senador, permita-me que eu diga isso – uma referência para nós todos dentro do Senado da República.

V. Exa. sabe que é verdade o que eu estou dizendo. E digo sempre, que a tua mãe, quando esteve aqui – permita que eu diga assim: tua mãe, como eu digo a minha mãe, que já faleceu –, conquistou todos os 81 Senadores. Os 81 com ela, né? Porque ela era de uma grandeza que ela passou para o filho.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. sabe o quanto me toca profundamente os seus gestos, que são repetidos, são reiterados, e, confesso, muitas das vezes imerecidos em relação a mim, mas eu sei que transborda aquilo que é próprio do seu perfil, que é a forma carinhosa de tratar a todos nós. E aí para um filho ouvir aquilo que eu acompanhei durante dois anos das atenções que V. Exa., que o Senador Flávio e que todos os demais outros companheiros puderam dispensar à minha mãe, isso é ainda mais forte e permanente em minhas memórias.

Muitíssimo grato por todas as suas referências e ao trabalho conjunto que V. Exa., Senadora Damares, e o autor, Senador Mecias, puderam nos oferecer – as nossas congratulações.

Eu pergunto se o Senador Flávio Arns deseja tecer algum comentário a respeito da matéria, pondo-a em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Bem rapidamente, caro Presidente, quero me associar, em primeiro lugar, às referências feitas a V. Exa. e à sua mãe também, e parabéns pelo trabalho. A gente sempre tem tido, assim, uma articulação bastante boa aqui, um respeito muito grande pelo seu trabalho. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em relação ao projeto, eu gostaria só de usar uma frase que eu acho que reflete bem o que o projeto quer dizer. A gente a usa na área da pessoa com deficiência, mas poderíamos usar em relação a qualquer outra área: "Nada sobre nós, sem nós", quer dizer, vamos pensar na pessoa com deficiência a partir do ponto de vista da pessoa, da sua família. Isso se refere à agricultura familiar, "nada sobre nós, sem nós", que o agricultor diga para a gente, para o industrial: nada sobre nós, sem nós. E aqui em relação a comunidades indígenas, quilombolas, a mesma coisa, quer dizer, qual é a necessidade daquela comunidade; não é alguém de fora que vai dizer, mas eles dizerem "nada sobre nós, sem nós, o que a gente quer, o que a gente precisa", a partir daquela realidade, dos conhecimentos, dos saberes dos povos indígenas, dos povos originários, né? E quanta coisa boa, de fato, pode vir daí. Então, nada sobre nós, sem nós.

A lei, me parece, reflete isso, ao dizer: "Olha, vamos fazer tudo isso de acordo com essa realidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Felicíssimas observações, Senador Flávio.

Nós concluímos o período de discussões.

A votação será nominal e, como nós combinamos precedentemente, faremos as votações de forma coletiva, em bloco.

Eu chamo o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3699, DE 2021

- Terminativo -

Institui o mês de novembro como Mês Nacional da Segurança Aquática.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda n. 1.

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2. Em 05/10/2023, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

Teve como autor S. Exa. o Deputado Carlos Zarattini.

A relatoria ficou sob a incumbência do nosso companheiro Senador Humberto Costa.

Nós consultamos o Senador Flávio Arns – e consulto já delegando a V. Exa., com o seu carinho de sempre e a sua forma sempre prestimosa de nos atender – se faria a leitura do relatório, que já deve estar sob seus cuidados, na ausência do Senador Relator Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado.

Se V. Exa. permitir, passo diretamente a análise.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na análise, já está bem explicitado que o projeto de lei está de acordo com todas as exigências constitucionais, legais, regimentais.

No mérito, o projeto merece prosperar.

O Projeto de Lei nº 3.699, de 2021, que institui o Mês Nacional de Segurança Aquática, a ser celebrado em novembro, tem o objetivo de promover ações de conscientização e prevenção de acidentes relacionados a atividades aquáticas. Trata-se de uma iniciativa de grande relevância social, pois busca integrar esforços de instituições públicas e privadas em torno de um problema que afeta de maneira expressiva a saúde e a segurança da população.

Segundo a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, os afogamentos estão entre as principais causas de morte acidental no Brasil, sobretudo entre crianças e adolescentes. A ausência de informação adequada, de preparo em ambientes aquáticos e de medidas preventivas agrava esse cenário. A criação de um mês específico dedicado a campanhas educativas potencializa a disseminação de boas práticas, amplia o alcance das mensagens de conscientização e contribui para a redução desses índices alarmantes.

Em seu caráter pedagógico, a proposta possibilitará a realização de campanhas em escolas, clubes esportivos, associações comunitárias e meios de comunicação, difundindo conhecimentos essenciais sobre prevenção, primeiros socorros e comportamento responsável em ambientes aquáticos. Ao integrar essas ações ao calendário oficial, fortalece-se o papel da educação preventiva como política pública estruturante.

Sob a perspectiva cultural e social, a valorização da segurança aquática dialoga com o modo de vida de milhões de brasileiros, que têm em praias, rios, lagos e piscinas, espaços de lazer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prática esportiva e convivência. Ao estimular uma cultura de segurança nesses ambientes, o projeto contribui para a preservação de vidas, para a redução de custos hospitalares e para a consolidação de uma mentalidade de responsabilidade coletiva em torno das práticas aquáticas.

Destaca-se, ainda, a relevância da emenda de redação apresentada pelo Senador Carlos Viana, que incluiu expressamente a prevenção de acidentes por afogamento e mergulho em piscinas e ambientes similares no rol de ações do Mês Nacional de Segurança Aquática. Essa alteração amplia o alcance e a efetividade da proposta, contemplando um dos contextos em que mais se registram acidentes, especialmente entre crianças e adolescentes. Além disso, reforça o caráter educativo do projeto, ao permitir que as campanhas abordem situações concretas e cotidianas, em consonância com diretrizes de saúde pública e segurança preventiva.

Por fim, o PL 3.699, de 2021, se justifica plenamente pela relevância social, educativa, preventiva que carrega. Sua aprovação representará um avanço na consolidação de políticas públicas voltadas à proteção da vida e à promoção de uma cultura de segurança em ambientes aquáticos, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a cidadania, a saúde e o bem-estar da população.

Em função de tudo isso, Sr. Presidente, do voto do Relator Humberto Costa, que eu adoto também como Relator *ad hoc*, e em razão do exposto, votamos pelo acolhimento da Emenda nº 1, Comissão de Educação, de redação, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.699, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Flávio Arns, que gentilmente se dispôs a fazer a leitura na condição de Relator *ad hoc*.

Nós pomos em discussão a matéria.

V. Exa., Senador Paulo Paim, tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Senador Veneziano, um rápido comentário. Vou falar de forma um pouco mais ampla do que somente do projeto.

Algumas pessoas, quando a gente aprova aqui, mês isso, mês aquilo... Eu vou dar um exemplo. Nós aprovamos um dado histórico que só tem nos Estados Unidos e aqui: lá, a morte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Martin Luther King; e, aqui no Brasil, o Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, que é feriado nacional.

Esse é outro projeto, Sr. Presidente. Nós estamos, na verdade, tratando aqui de vida, estamos tratando das nossas crianças, dos nossos jovens. Quem não perdeu já colegas, se olharmos para o passado, próximos a nós, que morreram em piscina, que morreram em águas rasas, que morreram por saltar de ponte no rio e a cabeça numa pedra? Eu perdi. Teve um caso gravíssimo. Ele mergulhou e, por pressão da água e de um tubo que tinha lá, foi puxado para dentro do tubo. Calcule isso. Nunca mais. Claro, depois, o corpo foi retirado. Nós estamos tratando aqui disso. O Senador Flávio Arns, o Relator, Humberto Costa, e o Deputado Federal Carlos Zarattini estão tratando disso. Um mês para que a gente aprofunde este debate, para que não aconteça a morte das nossas crianças, dos nossos jovens e até de idosos que morrem afogados nos rios e nas piscinas deste Brasil afora.

Eu queria, então, só cumprimentar o Senador Flávio Arns, o querido Deputado Federal Carlos Zarattini, por quem tenho muito respeito e carinho, e o Líder da bancada – um dos Vice-Presidentes desta Casa, que foi eleito Presidente do Mercosul recentemente –, Humberto Costa, mas mais pela iniciativa.

Outros projetos que venham com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito bem. Gratíssimo, Senador Flávio Arns e Senador Paulo Paim pela intervenção.

Nós o poremos adiante, depois de concluirmos o derradeiro item, que é exatamente o 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5929, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Capoterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

A Sra. Senadora Damares Alves foi a Relatora.

Senador Flávio, por gentileza, o senhor se disporia a fazer a leitura *ad hoc*?

Senador, Senador Flávio... Se V. Exas., queridos, distintos, estimados e carinhosos amigos, me permitirem, eu estou com a visita... Nós estamos com a visita do Ministro Jader Filho, e eu tenho uma intervenção a fazer relacionada a uma situação, obra, na verdade, no Estado da Paraíba, e queria, na oportunidade, fazer essa intervenção.

Se o Senador Paim pudesse tocar adiante aqui a nossa Presidência, enquanto o Senador Flávio faz a leitura do item 4, depois nós chamaremos a votação nominal dos três itens que foram lidos e debatidos nesta manhã. Pode ser, Senador? (*Pausa.*)

Obrigado, querido, pela compreensão.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente, e passo também diretamente à análise, dizendo que o relatório do projeto de lei leva em consideração, como está escrito, os aspectos constitucionais, legais e regimentais necessários para a sua aprovação.

Passo então à leitura do item.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com esse diploma legal, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 6 de novembro de 2019, audiência pública, na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, para tratar da instituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dessa nova efeméride, reconhecendo-se a relevância e o alto significado da data para a sociedade brasileira.

A audiência, presidida pelo Deputado Federal Julio César Ribeiro, contou com a presença do Deputado Ossesio Silva, Presidente da Frente Parlamentar do Idoso; de Patrícia Falcão Paredes Marques, representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; e de outras autoridades. E as outras autoridades vêm mencionadas no relatório.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito, somos plenamente favoráveis à proposição.

A capoterapia é uma prática corporal coletiva fundamentada em elementos da capoeira, adaptada para o público adulto e, especialmente, para pessoas idosas. Trata-se de uma terapia que utiliza movimentos, musicalidade e expressões da capoeira para proporcionar ganhos físicos, psicológicos, sociais e culturais aos praticantes, respeitando os limites e potencialidades individuais. Ao contrário da capoeira tradicional, a capoterapia não envolve disputas, lutas, nem movimentos acrobáticos, priorizando a segurança, a inclusão e o estímulo lúdico.

A prática ocorre em grupos, normalmente com acompanhamento profissional especializado, utilizando músicas tocadas ao vivo, cânticos e coreografias simples. O ambiente é de socialização, lazer e compartilhamento de vivências culturais. Embora possa ser praticada por pessoas de várias idades, destaca-se sua expressiva presença entre pessoas idosas, a quem proporciona oportunidades de convívio, participação ativa e valorização da memória afetiva, além de atuar como instrumento de ressocialização.

Diversos estudos demonstram ganhos significativos com a prática da capoterapia, especialmente para pessoas idosas, principalmente melhora da coordenação motora, flexibilidade, equilíbrio e força muscular; redução da dor corporal, aumento da disposição e maior autonomia para as tarefas do cotidiano; diminuição dos sintomas psíquicos de depressão, solidão e ansiedade, com relatos de elevação da autoestima e resgate do convívio social; estímulo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

memória, socialização e sensação de pertencimento ao grupo, e, finalmente, prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e promoção da qualidade de vida.

Nesse contexto, temos a convicção de que a instituição do Dia Nacional da Capoterapia se apresenta como uma oportunidade única para o reconhecimento e o estímulo à disseminação dessa prática inovadora, instrumento eficaz de promoção da saúde física, mental e social, razão pela qual somos favoráveis à proposta.

Ante o exposto, o voto da Senadora Damares Alves – e, como Relator *ad hoc*, adoto também o voto, Sr. Presidente – é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.929, de 2019, que institui o Dia Nacional da Capoterapia, a ser comemorado, anualmente, na primeira sexta-feira do mês de outubro.

É o voto, Sr. Presidente, e o relatório.

E quero cumprimentar a Senadora Damares Alves pelo relatório e também o Deputado Julio César Ribeiro pela ideia, pela iniciativa, de instituir o Dia Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador Flávio Arns, confesso – e não só eu, acredito – que, quando eu vi a chamada da capoterapia, eu me socorri da assessoria do PT que, tranquilamente, colocou para mim aqui o que significa, de fato, como V. Exa. já ilustrou. Mas vou só... Porque eu resumo numa frase: a capoterapia pode ser definida como uma vertente da capoeira utilizada como terapia alternativa, e direcionada a pessoas sem hábito da prática física esportiva.

Por que digo isso? Pode ver que às vezes eu dou o meu exemplo: eu não caminhava. Eu não fazia exercício nenhum. Eu dizia: não, porque eu tenho pressão alta... Porque tenho dores aqui e dores ali... Daí me convenceram que eu tinha que caminhar e que tinha que levantar mais cedo e fazer exercício na pracinha, ali na praça. Não pago um centavo. Aquelas pracinhas, não é só aqui, no Rio Grande do Sul também tem, perto de onde moro tem também. E sabe que mudou meu padrão de vida? Sinto-me melhor, estou com mais energia, não sinto mais dores, inclusive as que eu sentia aqui e ali – tudo tinha dor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exercício, como está sendo proposto aqui, com este debate, inclusive usando a capoeira, porque todos sabemos o que é a capoeira, a agilidade, a força, aquele verdadeiro balé no ar que eles fazem, que é lindo, que é lindo também, mas será feito de forma alternativa, e aqueles que não têm a força desses profissionais serão educados como uma terapia alternativa para melhorar a qualidade de vida.

Por isso, parabéns a V. Exa., parabéns à Damares e parabéns também ao Julio César Ribeiro, republicano aqui do DF.

E agora seguirei a orientação, se V. Exa. me permitir, que o Líder me deu antes de sair. O nosso querido Senador disse: Paim, é só para votar, não é para baixar discurso aí, hein?

Estou brincando. Claro que ele foi muito elegante.

Enfim, feita a leitura do relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador para discutir a matéria... Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Informo que a votação será nominal e realizada em bloco.

Votação, em bloco, dos itens nominais.

Passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 1, 4 e 5.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.600/2024, PL 5.929/2019 e PL 3.699/2021.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Peço que seja aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Confesso que eu queria muito votar, viu? Fui bem faceiro aqui para o computador. A assessoria disse: "Não, você não pode votar, você está presidindo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Aproveitando o tempo enquanto a votação acontece, eu quero lembrar que hoje à tarde está prevista que aconteça no Plenário a votação do Sistema Nacional de Educação. É uma iniciativa que já foi aprovada aqui há alguns anos. É de minha autoria, inclusive, originalmente, mas eu acho que foi aprovado em 2020 ou 2021, com relatoria do Senador Dário Berger, que apresentou, inclusive, um substitutivo.

Então, eu quero, neste momento, expressar, em primeiro lugar, o abraço, as felicitações para o então Senador Dário Berger, que foi Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – na época, esporte agora é outra Comissão –, mas que fez um belo trabalho de muitas reuniões, debates, discussões sobre o tema.

Esse projeto foi remetido, então, à Câmara dos Deputados, onde foi aprovado com substitutivo. E esse substitutivo da Câmara dos Deputados, então, vai ser apreciado pelo Plenário do Senado Federal nesta tarde.

Eu sempre digo, e falando também para todos os Prefeitos, que nós temos que ter o sistema municipal de educação também, em todos os municípios, e é importante que haja esse sistema estruturado, inclusive no Paraná, onde muito poucos municípios têm o sistema municipal de educação, de acordo com uma lei municipal. Então, é importante.

E termos o Sistema Nacional de Educação é essencial, porque isso já está previsto na própria Constituição de 1988, portanto, muitos anos atrás, e na LDB também, nas legislações, enfim. E o Sistema Nacional de Educação tem por objetivo, justamente, esta articulação, organização, pactuação do Governo Federal com governos estaduais e municipais, para que os objetivos da educação sejam alcançados. Isso em qualquer área.

Dando um exemplo muito simples, também complexo ao mesmo tempo, mas direto: na pandemia, todas as audiências públicas indicaram a importância de se ter um resgate da saúde mental de alunos, profissionais e famílias. Então, no âmbito nacional, se esse for um dos objetivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem que haver essa articulação do Governo Federal, junto com estaduais e municipais, numa gestão tripartite, como acontece na saúde, para ver o que é que cada um faz, como é que faz, que tipo de apoio que pode ter, recursos e assim por diante, né?

O transporte escolar, que é um desafio no Brasil inteiro. O Prefeito começa uma gestão e precisa saber como é que vai acontecer o transporte, mas ele precisa saber que tipo de apoio que vai ter do governo do estado, do Governo Federal, se há recursos ou não, para que ele possa fazer o plano municipal de educação de acordo com esta articulação nacional. Então, nesse sentido, eu sempre defendi o ponto de vista de que o Sistema Nacional de Educação teria que anteceder o plano nacional, porque você tem que se reunir e discutir para ver como as metas do plano vão ser concretizadas.

Então, o plano nacional está em debate, o Sistema Nacional está sendo aprovado antes do plano nacional, e eu acho que isso facilitará a concretização dos objetivos do plano – isso vai ser votado hoje à tarde.

Quero fazer esta homenagem ao Dário Berger – espero que ele receba essa mensagem – e também dizer que o período dele como Presidente da Comissão foi um período muito bom, de muitos frutos, de muito debate, de muita discussão. Presto, assim, essa homenagem para ele também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio Arns, brilhante como sempre. Se existe hoje o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o primeiro Relator foi o Senador Flávio Arns. Talvez a história não faça a justiça devida à V. Exa.

O projeto original foi apresentado, no início, por mim. Ele foi um dos Relatores que contribuiu muito para esse projeto se tornar realidade. Faço justiça a V. Exa., como faço também à Mara Gabrilli e ao Romário, né? Mas também, com esse trio, como é que não sairia um bom projeto, né? Construímos juntos, e hoje é uma realidade. E por isso eu cumprimento muito V. Exa., que, mais uma vez, demonstrou todo o potencial que V. Exa. tem, e tem contribuído com o nosso país na área da educação.

Eu vou avançar um pouquinho aqui, enquanto conversamos, até chegar a 11 votos no painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lembrar que, quando eu falei aqui dos exercícios e tal, foi recomendação de um fisioterapeuta. E lembro aqui que o próximo dia 18 é o Dia do Fisioterapeuta. (*Pausa.*)

Dia 13. Mas a atividade... Está imprimindo ali? (*Pausa.*)

O próximo dia 13 é o Dia Nacional do Fisioterapeuta, para a gente ver que fisioterapeuta... Vejam como é importante... É um dia, mas o trabalho que eles fazem no Brasil todo, orientando , e claro que aí eu somo o *personal* também, que cumpre um papel fundamental.

Permitam-me, enquanto esperamos, eu pedi para a assessoria do gabinete da Comissão me colocar a par exatamente, que eu lembrei, mas não estava lembrando do dia: 13 de outubro, Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.

> A instituição do Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional tem por finalidade homenagear esses importantes profissionais da saúde.
> No dia 13 de outubro é comemorado o Dia Nacional do Fisioterapeuta [e repito] do Terapeuta Ocupacional. Essa data foi escolhida por representar o dia da criação dessas profissões e era comemorada anualmente pela categoria, apesar de não ser reconhecida na época por lei. Em janeiro de 2015, no entanto, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.084, que estabeleceu oficialmente a celebração da data em todo o território nacional.
> A fisioterapia é uma área da saúde envolvida com o estudo, prevenção e tratamento de lesões do corpo humano decorrentes de traumas e doenças adquiridas ou genéticas. O profissional dessa área é denominado de fisioterapeuta e deve ter formação acadêmica superior nesta área.

Fonte: Brasil Escola.

Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ainda não chegamos, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, precisamos de 11 votos, e eu não posso votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu quero me associar à manifestação da fisioterapia e terapia ocupacional e dizer que os cursos de fisioterapia até existem em número, assim, bastante elevado no Brasil, mas há uma carência extraordinária na área da terapia ocupacional, que é essencial para a pessoa idosa, para muitas situações, pessoas com deficiência, necessidades específicas. E eu penso, inclusive, que nós deveríamos fazer nesta Comissão, caro Paulo Paim também, uma audiência pública convidando as universidades federais, comunitárias, particulares, para explicar a carência que existe e a necessidade de criação de mais cursos de terapia ocupacional. Porque, inclusive, para as terapias pelo SUS agora, na ausência do terapeuta ocupacional, o Ministério da Saúde, já faz algum tempo, permitiu que fosse substituído pelo fisioterapeuta, mas temos que pensar que são duas áreas bem distintas e que têm que ter uma formação bem específica, apesar de serem do mesmo conselho.

Agora, ao mesmo tempo, avançar no futuro para termos o fisioterapeuta educacional, termos lá na escola, porque muitas coisas, já que nós falamos tanto de prevenção hoje, podem ser prevenidas na escola e atendidas na escola do ponto de vista educacional, não clínico, porque clínico daí a pessoa precisa de uma terapia específica. Aí não é propriamente na escola, mas, quer dizer, o psicólogo educacional e o assistente nós já os temos na escola, mas precisamos do fonoaudiólogo, do fisioterapeuta, devagar, para as crianças e jovens serem atendidos já na sua origem, se apresentarem alguma necessidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Flávio Arns, toda vez que é provocado, ele joga a bola para mim, e eu faço o gol. E ele o faz com muita competência, viu?

Muito bem, Senador.

Já estamos com 12 Senadores e Senadoras que votaram.

Eu declaro neste momento, então, encerrada a votação.

Muito bem, muito bem... Presidente não vota.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sim, 11; Não, zero.

Abstenção, zero.

Então, meus cumprimentos a todos os Senadores e Senadoras pelo resultado no painel.

Resultado: aprovados os projetos, nos termos dos relatórios apresentados – o PL 3.600/2024, o 5.929/2019, 3.699/2021.

O Substitutivo aprovado ao PL 3.600/2024 será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço ao Senador Flávio Arns; à Senadora Teresa Leitão, que está de aniversário e é a Presidente da Comissão; ao Senador Veneziano, que já teve que ir para outro compromisso, e todos os assessores aí dos Senadores que eu vejo aqui no plenário. Como sempre, se eu tiver problema, eu vou procurar qualquer assessor, viu? Não quero nem saber qual é o Senador ou o Deputado. E obrigado por tudo, viu?

Muitas das falas que eu fiz aqui, de improviso, foram contribuição da assessoria. Assim, agradeço a todos vocês; aos funcionários aqui da Comissão, competentes, preparados, organizados; e também aos do meu gabinete.

Quando eu elogio todo mundo – eu vou contar para vocês antes de encerrar –, eu nunca elogio os do meu gabinete. E aí, quando eu chego no gabinete... "Legal, né, Senador? Nós trabalhamos junto com os outros assessores, é tudo um trabalho coletivo, Senador. O senhor não fala tanto que o trabalho é coletivo, que não tem trabalho individual? E o nosso time?" Lembrei-me do time do gabinete, que me chamou a atenção. Eu sou um cidadão que sabe obedecer a ordens. Deram a ordem de que eu comentasse o trabalho do gabinete; fica aqui o meu comentário.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Weverton, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 13/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito. **Finalidade:** Debater o tema "Infraestrutura física e pedagógica" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". **Participantes:** Sra. Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD); Sr. Henrique Pimentel, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais (CONSEC); Sr. Pedro Jader Antony Linhares, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional (CGEST) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sra. Fabiane Bitello, Vice-Presidente Executiva da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); Sra. Bianca Correa, Especialista em Educação Infantil pela USP de Ribeirão Preto e representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA); e Sr. João Paulo Mendes de Lima, Coordenador-Geral de Alfabetização do Ministério da Educação (DPDI/SEB/MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de novembro de 2025.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema de infraestrutura física e pedagógica no contexto da avaliação da política pública Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em atenção ao Requerimento nº 13, de 2025, desta Comissão, de nossa autoria.

Convido aqui para tomar lugar – vou registrar a presença, porque já estão aqui devidamente posicionados –: a Sra. Anna Paula, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o Sr. Henrique Pimentel, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais. De forma virtual, também já estão aqui presentes, o Sr. Pedro Jader, que é o Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do FNDE; a Sra. Fabiane Bitello, Vice-Presidente Executiva da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; o Sr. João Paulo, Coordenador-Geral de Alfabetização do Ministério da Educação; e a Sra. Bianca Correa, Especialista em Educação Infantil pela USP de Ribeirão Preto, representando a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação.

Agora vou informar aqui a todos e todas – e desejo uma boa tarde à assessoria, aos que aqui estão presentes, à imprensa – que também foi convidado o Conselho Nacional de Secretários de Educação, que não pôde comparecer e justificou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar aqui a palavra aos nossos convidados e convidadas, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. E aí, na exposição inicial, a gente vai estabelecer dez minutos para cada convidado; depois a gente vai ler, se tiverem, algumas perguntas; e deixaremos para as considerações finais por mais cinco minutos. Podem, se sentir... Já tem algumas perguntas, mas eu vou deixar primeiro fluir aqui a apresentação, depois a gente começa com as perguntas.

Eu já gostaria aqui de passar a palavra para a Sra. Ana Paula, que poderá usar aí seus dez minutos. Se precisar de mais também, fique à vontade.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor.) – Boa tarde! Agora sim.

Muito obrigada, Senadora Augusta Brito. Na sua pessoa, agradeço toda a Comissão e as pessoas aqui presentes, as pessoas que nos assistem. Esse tema é fundamental para a gente conseguir tornar o nosso país mais inclusivo, mais acessível, mais democrático e consolidar aí todos os indicadores de direitos humanos.

Sou uma mulher branca, de meia-idade, cabelo curto, escuro, estou de vestido vermelho, cadeira de rodas vermelha e um sapato bege. Faço a autodescrição para as pessoas que não enxergam ou que têm baixa visão.

E começo já falando da importância do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no seu tempo, da adequada e necessária representatividade do tema da pauta da pessoa com deficiência, dos estudantes com deficiência. Então, falo pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em nome da Ministra Macaé Evaristo. Faço uma saudação a vocês.

A nossa Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência entende a educação como um direito fundamental que impacta todo o ciclo de vida do indivíduo. Então, estar alfabetizado e as crianças estarem alfabetizadas no seu tempo escolar adequado requer que a gente tenha uma infraestrutura tanto física quanto pedagógica adaptada, acessível, em condições de atender a meta de alfabetização de todas as crianças, inclusive as crianças com deficiência. Esse é um tema muito importante para nós, porque a gente entende que, sem acessibilidade, sem salas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos multifuncionais, bibliotecas inclusivas e profissionais de apoio, a meta da alfabetização pode ser interrompida para esse público de pessoas com deficiência. Atualmente, a meta alcança 2,7 milhões de estudantes da educação especial, que estão majoritariamente na idade de alfabetização e na rede regular de ensino.

Quero apontar alguns dados.

Então, somos 2.076.825 estudantes na educação especial no Brasil, na educação básica; 48% estão na idade de alfabetização e 35,5%, nos anos iniciais, sendo 12,6% na pré-escola. A esmagadora maioria – ou seja, 92,6% – está matriculada em classes comuns. E essas escolas dos anos iniciais são as que mais recebem esse público, 51,2% de todas as escolas da educação especial; 57,6% dos alunos estão na rede municipal, que é a principal executora da política pública de educação. Então, não se pode falar em alfabetização nacional sem planejar a infraestrutura para esse 1 milhão de crianças nos anos iniciais e na pré-escola no nosso país, as crianças com deficiência.

Há, sim, um déficit da infraestrutura física básica que impede o acesso à alfabetização. A alfabetização começa com a garantia de que o aluno consegue chegar à sala de aula e usar a escola com autonomia. Os dados de acessibilidade física ainda são bastante alarmantes: 16,4% das escolas que possuem alunos com deficiência não têm nenhum item básico de acessibilidade, ou pelo menos nenhum dado sobre isso. Dos itens básicos, em 2024, os dados que a gente tem são de que apenas 62,9% possuem rampas, apenas 61,2% possuem banheiro adaptado e apenas 10,9% possuem pisos táteis, que são importantes para a autonomia dos estudantes com deficiência visual.

Esses dados do censo que a gente tem são autodeclaratórios, mas a gente confirma que essa realidade sobre a demanda de acessibilidade arquitetônica, urbanística e comunicacional é muito grave e pode colocar ali já dos direitos mais fundamentais como o da educação a esse público, nos colocando na condição de maior vulnerabilidade social... O que a gente costuma dizer, Senadora, é que não são os nossos corpos que são vulneráveis, mas, sim, uma estrutura social que nos vulnerabiliza e nos expõe a todo o risco de violação de direitos.

É importante também falar da infraestrutura pedagógica, dos investimentos crescentes dos governos em torno da inclusão de estudantes com deficiência. As bibliotecas e salas de leitura com foco em alfabetização são fundamentais. A gente tem alguns dados aqui no sentido de que cerca de 40,8% das escolas com alunos com deficiência não têm biblioteca nem sala de leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante a gente perceber o quanto a política de educação precisa ser também uma política intersetorial, de inclusão, de acesso à cultura, de acesso ao esporte, ao lazer, e a escola é o Estado mais próximo desse estudante, dessa criança nos seus primeiros anos de vida.

O atendimento educacional especializado, também tema desta audiência, aponta dados críticos que têm sido alavancados com recursos do MEC para que a gente consiga estabelecer os AEEs (atendimentos educacionais especializados), contemplando as crianças e suas deficiências daquela escola. Por isso, o investimento do plano Viver Sem Limite, do Ministério da Educação, em torno da equipagem das salas de atendimento educacional especializado tem grande importância para a gente viabilizar o uso de metodologias, equipamentos, instrumentos, tecnologias assistivas educacionais que viabilizam o desenvolvimento desses estudantes para a sua escolarização e alfabetização.

A gente considera que os profissionais de apoio, intérpretes de Libras são a infraestrutura pedagógica que ainda há que se prever, planejar e orçamentar principalmente. Esse gargalo crítico está no nosso horizonte, do Governo Federal, estamos ampliando cada vez mais essa questão.

Temos, em relação à infraestrutura para manutenção... A gente costuma dizer, Senadora, que lugar de criança com deficiência não é só na escola, é todos os dias na escola, e garantir a presença todos os dias também, parte disso, carece que a gente tenha acessibilidade no transporte escolar, acessibilidade nas nossas ruas, nos pontos de ônibus, viabilizar essa infraestrutura das cidades. Então, as cidades em geral não são só hostis às pessoas com deficiência física, mas a falta de acessibilidade também para as pessoas cegas, surdas também acaba fazendo uma distorção entre a relação de idade e série para esse público. Então, a taxa de alunos, na educação, alunos com deficiência, considerado o atraso escolar, é quase quatro vezes maior do que a média na educação regular dos alunos sem deficiência; a taxa de reprovação também é quase quatro vezes maior. Isso aponta alertas para investimentos necessários para o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

A evolução das medidas de acessibilidade tem sido uma preocupação nossa, é um diálogo do MEC junto com a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), porque, sobre a maior parte do público...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – ... que é atendido, a gente está – após dez anos de LBI – ainda precisando falar do óbvio: também a gente se ressente da necessidade de planejamento urbano, de planejamento e do diálogo com a comunidade escolar. Muitas vezes, não é só o investimento público, mas, sim, a construção de uma cultura anticapacitista.

Prever a plena participação das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades é também tratar do tema da deficiência como conteúdo pela perspectiva dos direitos humanos. Não dá para a gente ainda chegar a este século XXI com a ideia de que nós, pessoas com deficiência, temos vergonha de sermos pessoas com deficiência. A condição de deficiência não minimiza, não diminui a existência, os nossos direitos e a nossa necessidade de oportunidades, de equiparação de direitos. Então, esse compromisso precisa ter metas também de infraestruturas adequadas para a gente não ampliar as desigualdades sociais contra o público com deficiência.

Pensando nesses índices, nessas estatísticas – uma a cada cinco famílias tem pelo menos uma pessoa com deficiência no Brasil –, contando com isso, a gente pode perceber que, se a gente impacta, melhora e promove uma educação de qualidade, garantindo o fim dessa distorção na relação de idade e série dos alunos com deficiência, a qualidade da educação básica, a gente está também a diminuir as desigualdades sociais, a gente está também impactando uma sociedade que reconhece a plena cidadania das pessoas com deficiência, de todas as pessoas.

Nós temos, no plano Viver Sem Limite, uma campanha de enfrentamento ao capacitismo, que é o termo que usamos para reconhecer a discriminação em razão de deficiência ou o sistema de opressão em torno de quem tem deficiência, que está baseado numa ideia, numa corponormatividade. Quanto mais distantes as pessoas dessa ideia de corpo adequado, ou corpo funcional, ou corpo – entre aspas – "normal" – quanto mais distantes –, mais sofremos, mais riscos sofremos de violência, de *bullying*, de toda forma de discriminação. E aí a gente tem que falar de um tema que é bastante sensível, que é a violência sexual, o abuso contra pessoas com deficiência, que ainda é um tema que carece de dados, mas os dados que a gente tem já são alarmantes, né? Então, a necessidade de uma abordagem mais ampla sobre a promoção dos direitos da pessoa com deficiência é fundamental nessa campanha, nessa mobilização em torno da escolaridade e da alfabetização das nossas crianças.

Por fim, eu quero parabenizar e colocar à disposição tanto a secretaria quanto o nosso Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania como um todo, para que a gente consiga consolidar a pauta da educação de qualidade, a escola básica, educação básica acessível, inclusiva, o reconhecimento das políticas afirmativas, porque a gente também não tem só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudantes com deficiência, mas a gente tem professores com deficiência, profissionais da educação com deficiência, que também precisam ser reconhecidos nos seus direitos, nas suas possibilidades. E é necessário aí o investimento que tem sido feito pelo MEC para capacitar tanto gestores educacionais quanto também os profissionais da educação, não somente os professores.

Eu venho da rede pública municipal de Florianópolis, era Professora de Educação Física antes de me acidentar e já trabalhava com a educação inclusiva desde os anos 90, e o que mais a gente carece é realmente de perceber o aluno, o estudante com deficiência como integrante dessa comunidade escolar, né? Então, a maior barreira é exatamente do preconceito, é da falta de recursos básicos de diálogo com a comunidade escolar, para entender que uma criança com deficiência na escola não faz bem só para quem está na escola ou para ela, mas, sim, também para os demais estudantes. É uma oportunidade de desenvolvimento dos nossos laços de solidariedade, das nossas possibilidades de perceber a grande diversidade humana.

A condição da deficiência é uma condição que pode estar crescente no nosso país. Nós estamos vivendo aí uma mudança da pirâmide etária brasileira; em breve, a maior parte da população brasileira estará no rol de pessoas idosas; quanto mais a gente vive, sim, é possível a gente viver com alguma deficiência. Então, superar o capacitismo também é consolidar essa relação de respeito pelas pessoas que fogem desses padrões corponormativos.

Muito obrigada pela atenção e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Agradecemos aí, Anna Paula, pela contribuição. Com certeza, nós sabemos que, para que sejam verdadeiramente implementadas essas ações, a gente precisa de orçamento. Além de orçamento, há essa questão federativa, em que são os municípios também muito importantes. Então, já vejo aqui a participação também do Henrique de uma forma muito positiva, porque não podemos criar... O Governo Federal não pode criar um programa de alfabetização na idade certa sem realmente ter essa interlocução com estados e municípios, o que o Governo vem fazendo dentro do MEC, dentro dos ministérios que aí acompanham; a gente precisa ainda fortalecer não só esse pacto federativo, mas a gente precisa também fortalecer as ações efetivamente nos municípios.

Falando em município, nós estamos aqui com o Henrique Pimentel, que é o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Educação de Capitais. É um pouco diferente do interior – a capital e o interior –, mas acaba que os problemas são semelhantes, de níveis, talvez, eu diria, diferentes, mas são praticamente os mesmos problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o Sr. Henrique, eu queria aqui ler algumas das perguntas que já chegaram aqui através do e-Cidadania.

Samoel, de Santa Catarina, faz a pergunta: "Como garantir a alfabetização, plena e na idade certa, de crianças surdas? Que políticas públicas são voltadas a esse público em específico?".

Márcia, de São Paulo: "Como o 'Compromisso Nacional Criança Alfabetizada' tem impactado a formação docente e as práticas pedagógicas nas redes públicas?".

Flávio, do Acre: "Como o CNCA considera as diferenças regionais e culturais na alfabetização?".

José, do Ceará: "Como esta política pensa e planeja a continuidade dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita em toda a educação básica?".

César, de São Paulo: "Como articular a União, estados e municípios para uma alfabetização com equidade nacional?".

Ana, do Rio de Janeiro: "As professoras alfabetizadoras do meu município precisam estudar mais assuntos relativos à aprendizagem [...]". É um comentário. Aqui são só comentários, não são perguntas.

Leonardo, do Distrito Federal: "O compromisso pela alfabetização deve ser acompanhado por políticas públicas permanentes [...] para a formação continuada docente".

Virgínia, de São Paulo: "Nossas crianças precisam desde cedo ter educação financeira, pois [...] [isso vai facilitar sua] inserção social [e garantir] melhores condições de vida [...]".

Aqui foram alguns comentários e algumas perguntas que eu já li, porque, se, na fala dos que virão agora, já quiserem incluir, já para falar em cima de alguma das perguntas, podem ficar à vontade.

Agora já passo aqui para o Sr. Henrique Pimentel.

O SR. HENRIQUE PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Primeiro, quero saudá-la aqui e agradecer o convite ao Consec.

Quero saudar também a Secretária Anna Paula. É muito bom te ouvir, Secretária. Acho que educação especial é o tema prioritário do Consec, então é sempre bom ouvir uma nova perspectiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, também, trazendo aqui alguns dados que a Secretária já tinha colocado, o crescente número de matrículas de educação especial faz a gente perceber que, quando a gente fala "para todos", tem que ser para todos mesmo. A educação especial não pode ser um puxadinho dentro do que é nossa política de educação, e sim algo central.

Só para pegar um dado aqui do estado da Senadora, em Fortaleza cresceu o número de matrículas de educação especial – na capital, Fortaleza – de 6,8 mil para 19 mil em dez anos – em menos de dez anos; na verdade, oito anos. E a gente observa isso em uma esmagadora quantidade aqui das nossas capitais. E, dentro desse dado, ainda tem uma perspectiva ainda mais preocupante, que é o crescimento, além das barreiras físicas que a Secretária comentou muito bem, das barreiras intelectuais, da questão do TEA. Então, tudo isso é alvo de estudo nosso do Consec.

E aqui já também entrando um pouco... Acho que é sempre bom a gente apresentar o Consec, porque é uma das organizações mais novas em tempo de fundação. Nós representamos os secretários das capitais, porque a gente entende que a gestão municipalista, a gestão de redes de ensino municipais, do ponto de vista da quantidade de estudantes e de escolas que os nossos secretários hoje administram, muitas vezes é muito similar pelos problemas, como a Senadora colocou, dos municípios pequenos, mas ela envolve uma questão de gestão de rede, de complexidade, de operação mesmo, de administração pública que secretários sentiram a necessidade de ter esse espaço de troca entre si, para se abandonar da solidão do que é ser secretário de educação e ter um espaço ali de troca entre pares.

E aí, já entrando aqui na pauta e até tentando responder algumas questões neste meu preâmbulo, quero primeiro saudar, porque o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma grande conquista nossa como país. Eu acredito que é muito importante que um Governo pegue, olhe para a alfabetização e fale: "Sem alfabetização, ninguém é plenamente cidadão no Brasil". Acho que você nega direitos e cria de desigualdades de aprendizagem que essa criança vai carregar para o longo da vida. Estamos agora avançando inclusive também na questão da alfabetização matemática, com o programa Compromisso Nacional Toda Matemática, que está sendo lançado pelo Governo Federal.

Então, quero primeiro parabenizar por essa iniciativa que, para a gente como Consec, é muito importante. E é importante também porque olha para outros anos que não eram avaliados nacionalmente. A gente olhava para o Saeb – 5º e 9º –, para o Enem, que não é uma avaliação formativa necessariamente, mas também era um pouco encarado como isso, e a gente começa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

olhar para uma etapa fundamental, fortalecendo também o pacto federativo, porque essas avaliações do Criança Alfabetizada são feitas de forma coordenada com os estados e com os municípios, com a importância de o MEC e o Inep, nesse caso das avaliações, terem esse papel, assumirem esse papel de coordenação mesmo, de apoiar os entes nessa operacionalização do programa.

No Consec, a gente trabalha com eixos de comissões temáticas, em que a gente foca em temas que os secretários priorizam – inclusive foi ideia do Secretário Idilvan, de Fortaleza, a gente ter um de alfabetização, que é um que a gente está atualmente tocando. E a gente olha bastante para o Criança Alfabetizada e as diferentes necessidades que a gente enxerga nesse programa.

Então, a gente entende que o programa é indutor. E, quando a gente fala em indutor, é muito importante que ele também reconheça as práticas que os municípios e os estados já estão tendo, especialmente as práticas exitosas e as práticas que precisam ser aperfeiçoadas também e que vão entrar nesse bolo, mas que ele não se sobreponha; que ele some e que ele ajude a gente a dar mais visibilidade para essas práticas. Então, a gente entende que aqui, tanto nas questões mais pedagógicas quanto nas questões de infraestrutura, de recursos, de insumos, sejam políticas que considerem isso.

Eu acho que aqui tem um grande papel das entidades representativas como nós, como o Consed, como a Undime, de sempre estar levando isso para o MEC, e aqui no Consec a gente procura fazer isso através dessas comissões, sistematizando esses aprendizados, que é um pouco do que eu tentei juntar aqui nos últimos dias para trazer nessa conversa.

Acho que primeiro, quando a gente fala de infraestrutura, olhando pedagogicamente para a questão, existe uma questão legal e institucional que precisa ser colocada, que eu acho que é um pouco da ideia inicial do programa de, a partir do momento em que você prioriza o tema, você focar muito bem em ter um bom olhar para a formação, um bom olhar para material, um bom olhar para recursos financeiros, para que as redes possam fazer, mas, obviamente, respeitando a autonomia de cada um dos entes que estão envolvidos nesse processo alfabetizatório. Lembro que a alfabetização, por mais que seja prioridade dos municípios, não é 100% municipal; muitos estados ainda têm uma carga grande de matrículas na alfabetização. Então, precisamos falar dos três eixos aqui quando a gente está falando nessas responsabilidades.

E aqui eu queria destacar três eixos principais – acho que vão entrar um pouco na temática da infraestrutura –, que são pontos que a gente vem discutindo bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro, materiais didáticos, e aí vai entrar um pouco na questão da infraestrutura pedagógica, mas, obviamente, envolvendo o recurso financeiro – porque nada é de graça, né? Assim, as redes hoje têm muitas boas experiências em produzir os seus próprios materiais didáticos. E essa experiência é muito rica por dois motivos. Primeiro, ela valoriza o trabalho do profissional local, né? Porque quem faz esse material é o professor, é o técnico da secretaria, e ele olha para isso, olha para o seu contexto local – tem até uma pergunta aqui sobre contexto local – e consegue gerar algo que vá atender à sua política local de alfabetização, que é algo muito importante e é complementar a esses esforços. E é muito importante que a gente olhe também, como a Secretária Anna Paula falou, para a sensibilidade desses materiais. E, quando a gente fala de sensibilidade, você vai ter baixa visão, você vai ter material digital para alguns tipos, você vai ter material em braile, você vai ter, assim, uma série de...

E já tem até esforços hoje. Quero até saudar aqui um parceiro nosso, que é o Instituto Alana, que está trabalhando com inteligência artificial para *softwares* abertos de tornar esses materiais mais acessíveis, o que eu acho que é um negócio superlegal. A gente sempre está olhando com muito cuidado para a inteligência artificial, para o ponto de vista danoso, mas eu acho que vale a pena a gente também trazer quando tem coisas legais acontecendo, né? É uma iniciativa do Instituto Alana com a Unicef que é superbacana.

Eu acho que a ideia aqui de material didático é que a gente possa entender – e a gente está estudando isso também na nossa outra comissão, que é de material didático – como a gente fortalece essas produções locais e cria realmente o conhecimento local, para que se leve ao nível federal o que está sendo feito.

E aí eu acho que tem aqui duas questões que são importantes quando a gente fala de infraestrutura: conseguir garantir apoio técnico para que as redes... Especialmente as pequenas, tá? E aí eu nem estou falando mais de capitais aqui, mas eu acho que, se uma rede pequena gostaria de fazer esse material, a dificuldade, a complexidade de criar uma revisão boa, de imprimir, de garantir a qualidade, isso tudo são desafios para os quais, obviamente, mais financiamento sempre é muito bem-vindo, né? E também a produção de material próprio pela rede dá mais agilidade ao processo de adaptação. Porque o PNLD não é revisado; podem até, em alguns casos, dizer que o é todo ano, mas a adaptação feita com base nos resultados de aprendizagem é muito mais ágil se você a faz em nível local, pois a rede tem condições de fazer avaliações diagnósticas, de observar ali determinadas necessidades. Então, acho que esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

primeiro ponto quando a gente olha, quando a gente pensa em infraestrutura para alfabetização. Acho que é um ponto muito importante.

O segundo, eu queria destacar que é dentro da ideia do programa Leei, que olha para a alfabetização – e aí nem vou falar a palavra "alfabetização", acredito que "letramento" seja o mais adequado na educação infantil, né? É uma briga que eu acho que a gente, como Consec... Eu nem vou chamar de briga mais, porque eu acho que é um consenso nosso que é importante, sim, você trabalhar letramento, mas não em detrimento do brincar. É você conseguir fazer o letramento com o brincar muito alinhados, né? E, para isso, você precisa de material específico também, você precisa entender a inteligência de compra de material específico para que apoie aquele professor da educação infantil a fazer seja uma vendinha, seja introduzir as letras, seja cuidar daqueles espaços pedagógicos para que a criança tenha acesso ao letramento e consiga chegar no 1º aninho do ensino fundamental já familiarizada e já com um desenvolvimento cognitivo que facilite o seu processo alfabetizatório. Então, acho que o Leei avança em relação a isso, mas nessa questão de materiais é muito importante a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HENRIQUE PIMENTEL – ... pegar um pouco do conhecimento local e tentar amplificar isso.

O cantinho... E aí é o último de que eu vou falar, que são os espaços pedagógicos mesmo. Então, boa parte do processo alfabetizatório está envolvido no que a criança tem acesso: se ela consegue pegar o livro à distância da mão, se ela consegue ver insumos dentro das paredes, cartazes, etc. Existe o PDDE do Cantinho da Leitura, que eu acho que é um avanço muito importante e que está dando ali os recursos para a rede, mas é isso, né? Acho que, como bom municipalista aqui, recurso nunca é demais. Então, a gente acredita que é uma política também indutora, mas ainda tímida em termos de quantidade de repasses, em que poderiam, além dos repasses – eu acho que tem uma questão aqui –, ser olhados, por exemplo, os parâmetros mínimos entre o acervo, a faixa etária, os temas que podem ser trabalhados em cada uma das etapas. Então, para além do apoio financeiro, que viesse também algum apoio técnico com base nessa consulta que a gente está fazendo nas redes, isso é bem importante, é algo que eu acho que ajuda as redes a entender e priorizar a criação desses cantinhos da leitura, a criação de lugares que estimulem a leitura dentro das nossas salas de aula, mas acho que, obviamente, isso sempre pode ser aprofundado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, eu não poderia deixar de falar, voltando à questão da educação especial, dessa questão da alfabetização para todos. A gente precisa, realmente, como país, encarar essa questão de que as crianças aprendem em tempos diferentes, têm condições diferentes de aprendizagem. E aí a gente pode exacerbar isso para além da educação especial, para as questões de desigualdade de raça, de gênero. É importante que a gente, cada vez mais, potencialize e ajude as redes, através de bons processos formativos, a entender como lidar com essas crianças que aprendem diferente e como eu preparo o meu professor dentro da minha autonomia como município. Eu acho que a gente precisa superar a ideia de que tudo tem que ser de cima para baixo, do nível nacional. A gente tem experiências maravilhosas acontecendo nos nossos municípios – eu falo das capitais, mas falo dos municípios do interior; eu falo de Fortaleza, que é o nosso melhor município de capital em nível da proficiência de alfabetização, e, quando você olha para o universo do Ceará, não é o melhor do Ceará. Então, é uma coisa que a gente tem muito que aprender com o nível local.

E, para a gente realmente criar essas políticas e entender bem como a gente implementa boas políticas que olhem para todo mundo, que valorizem o que as redes estão lá falando, com que estão lidando no dia a dia, com a sua diversidade de turmas, diferença de aprendizado, é muito importante que a gente tenha esse processo de escuta. Então, fico muito feliz que o Senado esteja convidando as entidades para vir aqui falar sobre isso. E a gente, como Consec, fica sempre à disposição para trazer esses achados, trazer as pesquisas que a gente vem fazendo para colaborar ainda mais com este debate.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos.

Achamos importantíssimo o debate. São várias audiências públicas com várias temáticas envolvendo a questão da alfabetização e elas vão se juntar no final, nos encaminhamentos que a gente quer deliberar, seja para o Governo Federal, para os estados ou até para os municípios, fazendo um trabalho realmente que tenha, eu diria, uma funcionalidade, uma efetividade também nos encaminhamentos.

Agradecendo aqui ao Sr. Henrique, eu queria já passar aqui a palavra, de forma remota, para o Sr. Pedro Jader, que é Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do FNDE, que vai poder falar aqui. Eu acho que a gente, quando fala em FNDE, pensa num orçamento muito grande, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente fica logo feliz, imaginando que vai poder resolver todos os problemas, mas nós sabemos que não é assim. A gente quer, é lógico, ouvi-lo e também botar, além da questão da inclusão, além da questão da alfabetização em si, a questão da infraestrutura, para que tudo isso aconteça, tanto a alfabetização, a inclusão de todos e todas. De uma forma, eu diria, justa e mais rápida, a gente precisa da infraestrutura, a gente precisa do material didático adequado, de ouvir as experiências locais, dos municípios, em que tem muita coisa boa acontecendo e também tem as coisas que a gente tem que respeitar. Cada região tem aí uma questão específica, diferente, que pode ser, eu diria, potencializada.

Então, eu queria aqui passar já a palavra para o Sr. Pedro, que pode usar aí seus dez minutos. Se for necessário, a gente acrescenta.

O SR. PEDRO JADER ANTONY LINHARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero saudá-la, Senadora, pela oportunidade de estar representando aqui o FNDE e saudar também os demais integrantes da mesa e da Comissão. É uma satisfação muito grande trazer o papel do FNDE também para as políticas públicas que estão em voga. Quero saudar os demais participantes aí na fala do Henrique, na fala da colega Anna Paula, principalmente nas falas das vulnerabilidades, dessa grande quantidade de crianças que dispomos atualmente para atendimento.

Senadora e demais da Comissão, gostaria de agradecer aqui em nome da Presidente Fernanda Pacobahyba e em nome do nosso Diretor Marcio Buzar, que não puderam estar presentes aqui na Comissão.

Como garantir, Senadora, o programa Criança Alfabetizada sem infraestrutura ou sem universalização de infraestrutura educacional? Eu acho que é um dos principais desafios em nível nacional, né?

Eu trouxe aqui uma apresentação de forma bem resumida.

Eu quero utilizar também até o grande programa que está em voga hoje, que é o Novo PAC, como uma forma de tratar e de trazer um panorama do que ocorre e as principais situações que têm sido enfrentadas na execução desse programa aqui em nível do FNDE.

A gente traz aqui um desenvolvimento muito grande também com relação à infraestrutura quando a gente fala principalmente das questões que a Anna Paula colocou aí, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

infraestruturas acessíveis, infraestruturas voltadas para os públicos vulneráveis – a esse público vulnerável, inclusive –, e inclui o nível nacional também, porque é o grande desafio. Falar nacionalmente em infraestrutura educacional é falar também em acessos, em dificuldades de levar uma infraestrutura para uma região, por exemplo, como a do Marajó, em dificuldades sazonais e em dificuldades de acesso realmente para a construção de uma determinada escola ou creche. Então, a gente, em nível do FNDE, tem trabalhado muito e incansavelmente em projetos acessíveis, trazendo todo esse contexto pedagógico tanto na área de acessibilidade quanto nas etapas de ensino, trazendo também esse pensar nas pessoas vulneráveis e esse pensar justamente em todos os programas pedagógicos que o FNDE também executa.

Então, projetos padronizados a gente traz aqui. Eu trouxe aqui alguns *layouts* e alguns desenhos de forma bem prática para que até a população que esteja nos assistindo tenha conhecimento.

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Pode passar, por favor.

Objetivos da apresentação: relacionar esses eixos de infraestrutura física e pedagógica com o plano de trabalho desta Comissão; identificar as aderências dos projetos padronizados... Por que projetos padronizados? Não é que todo o ente municipal ou estadual tenha a obrigatoriedade de utilizar os projetos padronizados do FNDE, até porque, em nível nacional, eles precisam ser ajustados para a realidade e condições físicas de cada terreno, mas ele é um avanço. Ele é um avanço porque ele também prevê os contextos pedagógicos de cada etapa de ensino.

Pode passar.

Aqui eu trago as creches e pré-escolas; e os projetos padronizados (Tipo 1 e Tipo 2). O Tipo 1 é o maior, a maior creche. Ela atende a 188 crianças em turno integral e 776 crianças em dois turnos. Ele apresenta, geralmente, praticamente todos os ambientes acessíveis e espaços que atendem a grande parte da necessidade dessa etapa educacional. Os terrenos são terrenos realmente que dispõem de dimensões mínimas. Claro que podem ser ajustados, sim, para cada realidade local.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E as escolas ETI de cinco salas, nove salas e treze salas, também atendendo a um público da educação básica do ensino fundamental. Um mínimo de 175 crianças em turno integral para cinco salas e um máximo de 455 crianças para treze salas, em turno integral também.

Pode passar, por favor.

Aqui, pegando um pouco da fala até da Anna Paula, os projetos padronizados já trazem esses ambientes de biblioteca, espaços internos para que haja a área de recreação, salas de aula equipadas. As salas de aulas contemplam todos os espaços para que os alunos se sintam confortáveis, porque é importante que a escola também tenha espaços confortáveis, disponha de espaços confortáveis, além dos refeitórios, além das áreas de convivência, além das cozinhas, com todos os equipamentos que precisam estar dispostos para atender ao ensino integral.

Pode passar, por favor.

Ambientes adequados à alfabetização, como iluminação, acústica, ventilação – principalmente ventilação –; salas de leitura e espaços multiúso favorecem práticas ativas; refeitórios e áreas de convivência apoiam escolas em tempo integral; mobiliários e equipamentos infantis estimulam a integração da aprendizagem; e projetos padronizados reduzem desigualdades estruturais e regionais.

Pode passar, por favor.

E aí falo um pouco do panorama do Novo PAC Educação, tanto na primeira etapa, de 2024, Senadora, como da etapa agora nova, de 2025.

Em 2024, o Governo Federal lançou a primeira etapa do PAC para 1.894 escolas e creches – creches e escolas –, num montante previsto aí em R$12,91 bilhões – lá na frente eu vou apresentar dados mais atuais dessa política, desse plano. As ações preveem creches, pré-escolas, escolas em tempo integral e o transporte escolar pelo Novo PAC também.

Em 2025, foram lançadas 505 creches em 455 municípios, com um montante de R$1,84 bilhão. Os projetos padronizados foram a referência utilizada, até para valores de repasse no plano, fortalecendo a integração física e pedagógica.

Pode passar, por favor.

Então, os critérios de seleções aqui que nós colocamos em nível tanto da Casa Civil quanto do MEC como do próprio FNDE: déficit de atendimento de vagas em relação à Meta 1 do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação; avaliação de infraestrutura escolar local; Indicador de Nível Socioeconômico (Inse); capacidade financeira do ente subnacional, apurada no Valor Aluno Ano Total (Vaat); e adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Esses foram os principais critérios adotados para que as propostas fossem selecionadas no âmbito do PAC.

Panorama em 2024: nós tivemos ali 1.894 propostas selecionadas, com um valor de R$12,91 bilhões. Dessas propostas, hoje, a gente dispõe junto à Caixa Econômica, enquanto mandatária, 1.325 obras já em licitação e obras em execução são 319. Tem um lapso temporal aí bem pequeno de 2024 para 2025.

Pode passar, por favor.

Em 2025, com o lançamento da segunda etapa do Novo PAC, somente para creches foram 505 propostas. Dessas 505 propostas, 13 já estão em licitação. Por enquanto, não temos nenhuma dessa nova etapa em execução, porventura, provavelmente vai estar já evoluindo esse dado.

Pode passar, por favor.

Aqui está correlacionando um pouco com o compromisso: alfabetizar todas as crianças até o 2º ano do fundamental; adesão voluntária.

Pode passar, por favor.

Aqui as metas até para atingir, em 2030, 80% das crianças alfabetizadas em idade certa.

Pode passar, por favor.

Pode passar, por favor. Só para adequar o tempo.

E aqui um lançamento dos novos projetos, Senadora, que a gente tem desenvolvido para os demais eixos: indígenas, quilombolas – pode passar, por favor – e principalmente o ribeirinho. Quando eu falo dessas regiões de vulnerabilidade, a gente também tem trabalhado incansavelmente para que esses projetos também atendam essas regiões de difícil acesso, com também o atendimento a essa população vulnerável para todo esse contexto em nível nacional. A ideia do FNDE é dispor de realmente várias carteiras de projetos para que a gente possa atender toda a população e universalizar a infraestrutura em nível nacional.

Queria agradecer aí a todos os presentes. Obrigado pela oportunidade de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós agradecemos.

Eu já vou registrar aqui a observação – Anna Paula já estava observando a foto –: cadê a acessibilidade da escola?

É incrível, como foi dito aqui pela Anna Paula – me permita chamá-la assim, toda íntima com a Anna Paula –, como hoje a gente ainda está falando o óbvio sobre a acessibilidade. A gente tem que falar e tem que repetir.

Embora os projetos que foram apresentados aqui pelo nosso querido representante Pedro, do FNDE, venham com a obrigação de ter acessibilidade, ainda existem várias escolas e creches que não têm acessibilidade, que são antigas... Como fazer a acessibilidade também nessas que já estão construídas e não só nas novas? Enfim, garantir também acessibilidade nessa nova que está ali.

A gente sabe das dificuldades ambientais, mas a gente tem que garantir, com certeza, também a acessibilidade para as crianças e adultos que precisam estar dentro da escola.

Agradeço demais, viu, Pedro? Espere, porque eu acho que ainda haverá perguntas – espere um pouco. Agradeço.

Mande um abraço para a Fernanda Pacobahyba, com quem estive agora há pouco. É muito resolutiva e determinada a nossa cearense. Ela vem dando gás lá no FNDE, com muitas obras que estão realmente sendo concluídas e que estavam abandonadas. A gente não pode desperdiçar, de forma alguma, um recurso que já é tão pouco e ainda deixar abandonadas várias obras que foram retomadas e estão sendo entregues em todo o nosso país. Então, parabenizo esse trabalho do ministério e do FNDE.

E agora já vou passar aqui a palavra, também de forma remota, para a Sra. Fabiane, que é a Vice-Presidente Executiva da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e que nos dá o prazer de também participar desta audiência pública.

Pode abrir aqui a fala para...

A SRA. FABIANE BITELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

Vocês me escutam bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Estamos escutando. Está ótimo!

A SRA. FABIANE BITELLO (*Por videoconferência*.) – O.k. Obrigada.

Bom, então, eu queria iniciar cumprimentando os presentes e também aqueles que estão acompanhando via transmissão.

Gostaria de cumprimentá-la, Senadora Augusta, em nome do nosso Presidente nacional, Prof. Manoel Humberto, agradecendo pelo convite para a participação dos conselhos municipais de educação; e também aqui os demais colegas da mesa já nominados pelo protocolo, em especial a todos os conselheiros de educação que também acompanham esta audiência pública.

Eu sou uma mulher branca – fazendo a minha autodescrição, para quem tem baixa visão –, de cabelos castanhos escuros; estou com óculos, uma camisa azul clara, uma calça azul-marinho, brincos e colares dourados, e tenho ao fundo aqui o desenho de uns passarinhos na parede.

É importante demarcar que hoje eu participo, nesta audiência pública, representando os mais de 55 mil conselheiros municipais de educação e os mais de 60 mil conselheiros do Cacs-Fundeb. Portanto, a Uncme, nesta audiência pública, traz a perspectiva do acompanhamento e da fiscalização de mais de 120 mil conselheiros espalhados pelo Brasil.

Enquanto Conselheira Municipal de Educação do Município de São Leopoldo, que fica na região metropolitana de Porto Alegre, aqui no Rio Grande do Sul, vejo como fundamental a oportunidade de contribuir com o debate do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, considerando o papel estratégico dos conselhos municipais na implementação dessa política pública em todo o território brasileiro.

O Secretário Henrique trouxe aqui diferentes perspectivas das capitais, e é importante dizer o quanto os conselhos municipais de educação contribuem com esse processo não só nas capitais, mas também no interior dos nossos estados, seja no credenciamento e na autorização de funcionamento das escolas – então, olhando a infraestrutura física e também pedagógica de cada unidade escolar, porque isso cabe aos municípios onde o sistema municipal de ensino está instituído, e hoje, no Brasil, são em torno de 3,5 mil municípios que possuem o Sistema Municipal de Ensino –, seja também a partir dos conselhos municipais de acompanhamento e controle social, do Fundeb, que existem em todos os municípios do Brasil e também nos estados, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

analisando o investimento na infraestrutura física e pedagógica de cada unidade escolar, tratando da perspectiva de valorização dos profissionais da educação.

Bom, a alfabetização na idade certa, conforme estabelecido na Meta nº 5 do Plano Nacional de Educação em vigência e também nos planos municipais de educação, precisa ser uma responsabilidade compartilhada, destacando, sim, a importância da União, da colaboração da União. E aqui o FNDE traz o seu aporte técnico nessa perspectiva de edificações e também junto aos estados e municípios, para que a gente possa enfrentar as desigualdades educacionais que estão, historicamente, presentes dentro do nosso país.

Os conselhos municipais de educação, olhando para esse quesito, por estarem mais próximos às realidades das escolas, acabam sendo protagonistas na formulação, no acompanhamento e na avaliação dessas políticas em cada território municipal, principalmente olhando para as questões da alfabetização para além das avaliações em larga escala.

Nós acompanhamos as evasões, as aprovações, as reprovações das nossas crianças, a partir do terceiro ano do ensino fundamental, e, com isso, nós podemos acompanhar, ano a ano, como é o desenvolvimento das nossas crianças junto ao letramento, que se inicia lá na educação infantil, como muito bem o Secretário Henrique trouxe, e dentro desse conjunto do processo de alfabetização que ocorre no ensino fundamental, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental.

Então, com isso, a Uncme vem, nesta audiência pública, defender o protagonismo municipal, que ele seja permanente e seja respeitado e fortalecido, uma vez que nós conhecemos as nossas especificidades, dos nossos territórios, e temos condições de construir soluções que sejam contextualizadas, que sejam inovadoras, mas que deem, sim, condições para que as nossas crianças saibam ler, escrever, interpretar na idade correta, tanto na língua portuguesa quanto na matemática.

Então, esse também é um conjunto que a municipalidade consegue acompanhar com muito mais proximidade.

Destacamos ainda o quanto é imprescindível a efetivação do regime de colaboração, principalmente agora, com a sanção pelo nosso Presidente Lula do Sistema Nacional de Educação, a Lei 220.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante observar que esse regime de colaboração só será efetivo se aliado a um suporte técnico da União, com um financiamento robusto e que seja contínuo, construindo a garantia da equidade na oferta educacional, especialmente para municípios de pequeno porte, que possuem os maiores desafios socioeconômicos.

E aqui é importante trazer a importância de o Senado estar nesse conjunto de defesas, uma vez que, com as alterações nas gestões, nós temos, dentro do Brasil, infelizmente, no campo educacional, a interrupção de políticas que têm dado certo. Então, por isso, a importância também que o Senado acompanhe e dê sim o apoio, para que muitas políticas públicas que ocorram, que elas tenham continuidade e efetivo financiamento.

Então, com isso, nós também trazemos um outro ponto que merece muita ênfase, que é a valorização da formação continuada dos professores e das professoras, assim como dos técnicos que acompanham as crianças com deficiência – não é? –, também dentro do campo da educação infantil quanto no ensino fundamental e ensino médio e também para esses gestores escolares, pois o currículo precisa ser pensado e construído a partir da realidade local, dependendo de um olhar pedagógico atento e constante, porque a definição... Nós defendemos a ampliação de investimentos em capacitação baseada em diagnósticos reais, locais e nas trocas de boas e inspiradoras experiências entre os municípios e os estados.

Alguns dos exemplos que a gente pode trazer aqui, como um movimento que o Governo Federal fez recentemente, foram as experiências inspiradoras do Programa Escola em Tempo Integral, dentro da SEB, no MEC, que deu aos municípios e aos estados a possibilidade de compartilhar suas ações para a oferta da educação integral em tempo integral, dando a esses municípios e a esses estados de diversas localidades do Brasil a possibilidade de compartilhar suas *expertises*, contextualizando, sim, cada percurso que foi criado, para que essa política seja efetiva e atenda às particularidades. Em especial, muitos deles apresentaram experiências inspiradoras no campo da alfabetização e do letramento.

O quanto isso, então, é vivo dentro de cada rede, seja ela estadual ou municipal, mas o quanto esse compromisso de alfabetizarmos as nossas crianças faz parte de um planejamento sistemático e efetivo, e, para isso, nós precisamos desse constante processo de formação continuada e acompanhamento dessas políticas, para que elas possam refletir em práticas pedagógicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós também chamamos a atenção para o fato de que todos os pontos abarcados anteriormente, na nossa fala aqui, contribuem e fazem parte de uma intencionalidade pedagógica, e ela é tão importante para infraestrutura física e pedagógica adequada quanto os aportes financeiros e técnicos que sejam suficientes para que as nossas escolas possam, de fato, contextualizar as aprendizagens, abarcando espaços de leitura, biblioteca, materiais apropriados para uma alfabetização inclusiva, considerando as diversidades regionais, culturais e sociais do Brasil.

Uma escola só terá bons leitores e bons escritores se, desde o berçário, desde bem pequeno, nós construirmos esse percurso pedagógico, a partir da contação de histórias, do manuseio com produções escritas, adequadas a cada faixa etária, e que as suas famílias também sejam convidadas para partilhar as suas vivências, porque somente com essa identidade local é que a aprendizagem ocorre.

E nós já temos diferentes estudos e diferentes representações, dentro do nosso Brasil, que mostram que, quando há uma intencionalidade pedagógica e um reconhecimento da realidade local, a família, sim, contribui – e muito – com o processo de aprendizagem das nossas crianças.

Os conselhos municipais de educação podem ser e são agentes fundamentais no monitoramento participativo de todas essas ações, promovendo a transparência, a participação da comunidade, a avaliação contínua dos trabalhos das políticas implementadas, e, com isso, ressaltamos a necessidade de políticas consistentes de recomposição das aprendizagens, dada a intensificação dos desafios pós-pandemia e também pós-catástrofes ambientais, como é o caso aqui do Rio Grande do Sul, onde, infelizmente, nós passamos as cheias do ano passado.

Então, essa defesa irrestrita da equidade se faz necessária, priorizando ações para crianças em situação de vulnerabilidade social, para as nossas crianças do campo, das florestas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e com deficiência, e com recursos metodológicos que sejam diferenciados e adequados a cada faixa etária e a cada necessidade.

Finalizando, é importante dizer a importância dos conselhos municipais de educação, aqui tratando dos CMEs, do Cacs-Fundeb e também dos conselhos de alimentação escolar: eles são peças fundamentais para que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada seja efetivo e contínuo, pois somos mediadores entre as necessidades das escolas e as políticas planejadas nacionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa bandeira institucional da Uncme é o direito ao acesso, à permanência e às aprendizagens para todos os brasileiros, respeitando, sim, as suas particularidades e as suas vivências para além dos muros da escola.

E, com isso, eu agradeço, Senadora, por esse espaço para todos os conselhos municipais de educação do Brasil, trazendo essa ideia e essa importância de estarmos aqui, discutindo e construindo, cada vez mais, esse compromisso com as nossas crianças alfabetizadas.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Eu agradeço imensamente à Sra. Fabiane, que contribui muito aqui na nossa audiência pública pela importância dos conselhos, de verdade, em toda a construção das políticas.

Entre alguns pontos que foram falados aqui, há a questão da continuidade. A gente realmente tem que fazer com que tenha a continuidade não só desse programa, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, mas de tantos outros que a gente tem que garantir. E, através realmente do Congresso Nacional, a gente pode fazer com que ele se transforme numa política, realmente, que possa ter toda essa continuidade que a gente vê de governo para governo; que vire realmente uma política de Estado, para que a gente possa garantir aí a segurança não só a este programa, volto a dizer, mas a tantos outros que já estão aí funcionando – e funcionando bem.

E eu queria aqui já passar a palavra, também de forma remota...

Eu peço desculpa um pouco, porque, daqui a pouco, vai começar a votação no Plenário – por isso que eu estou tentando ser um pouco mais rápida –, e essa votação é muito importante. A gente vai votar a questão da isenção do Imposto de Renda para pessoas que ganham até R$5 mil. Então, é uma votação muito significativa, visto que, no nosso país, cerca de 86% das pessoas que têm carteira assinada vão ser beneficiadas.

No Estado do Ceará, são 95%. Então, a gente está falando aí em uma média mensal de economia para essas pessoas de R$313, que, no final, vai dar três mil e alguma coisa.

Então, é muito significativo não só para a vida de tantas famílias, mas também vai, com certeza, alavancar a economia dos municípios, botando mais dinheiro para circular dentro de tantos deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso que eu estou um pouco mais apressada aqui, mas é muito importante essa nossa discussão, esse nosso debate.

Eu queria passar a palavra, de forma remota, à Sra. Bianca, que também vai poder usar seus dez minutos – se achar necessário, poderá utilizar mais.

A Sra. Bianca é representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).

E, logo depois, a gente vai ouvir o Sr. João Paulo.

Pode abrir a tela.

A SRA. BIANCA CORREA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Augusta; boa tarde a todos os presentes.

Eu queria agradecer, em nome da Fineduca, o convite para participar desta audiência. Eu falo como especialista em educação infantil; então, vou falar desse ponto de vista.

Eu sou uma mulher branca, eu estou usando óculos; atrás de mim, há prateleiras de livros. Eu estou com um colarzinho preto, com uma regatinha, e uso brincos azuis.

Bom, eu vou ler aqui para me organizar melhor, tá?

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma política que visa a garantir a alfabetização de todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental e a recomposição das aprendizagens de crianças do 3º ao 5º ano desse nível de ensino.

O programa também envolve a educação infantil, no que se refere ao eixo da formação desde o seu início, por meio do Leei (programa Leitura e Escrita na Educação Infantil).

A partir de 2025, ele também passou a contemplar essa etapa educacional no eixo infraestrutura, com recursos para a instalação dos cantinhos de leitura.

O programa, como um todo, é organizado em cinco eixos: governança e gestão, formação, infraestrutura, avaliação e boas práticas.

Em nome da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), hoje venho falar apenas do eixo infraestrutura. Neste eixo, estão previstos materiais didáticos para estudantes, materiais pedagógicos, materiais de apoio aos docentes – que originalmente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estavam previstos, mas foram inseridos no programa – e a montagem de cantos de leituras; estes, num valor de R$1.235 para cada unidade.

Conforme dados do relatório intitulado 2ª Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Avaliação de Implementação 2024, esse foi o segundo, e houve um outro, realizado ainda em 2024.

Segundo esse relatório, entre 2023 e 2024, só para os 1º e para o 2º ano foram criados 145.946 cantinhos de leitura, sendo beneficiadas 51.424 escolas brasileiras de ensino fundamental, dos anos iniciais – um número bastante significativo.

Em 2025, a educação infantil passou a também ser contemplada, e foram destinados a essa etapa R$16 milhões.

Esse valor, entretanto, é baixo, se considerarmos que, no ensino fundamental, foram gastos R$180.243.000, mas é alvissareiro o seu ingresso nesse eixo do programa.

O mesmo relatório informa que muitas escolas tiveram dificuldades para receber o recurso para implementar os cantinhos de leitura, o que se efetiva por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola. Isto porque houve muitos problemas prévios com o sistema, com o Simec, o que denota dificuldades técnicas seja por parte da própria escola, seja por parte das redes de ensino às quais são vinculadas essas escolas.

Isso ocorreu com mais frequência justamente onde os índices de alfabetização são mais precários e onde os outros índices socioeconômicos são mais baixos, sobretudo na Região Norte do país.

Ficam aí, então, indicadores importantes de outras políticas que são necessárias para que este programa tenha seus objetivos alcançados. Ou seja: por dificuldades operacionais, dificuldades técnicas dessas redes de ensino, nas regiões mais pobres e com menos recursos, houve comprometimento do programa.

Então, esse é um indicador que está no relatório de avaliação de implementação e que precisa ser considerado para que todas as crianças sejam contempladas.

Os colegas falaram aqui de crianças com deficiências, de ser preciso contemplar acessibilidade, mas há outras questões, como as desigualdades regionais, por exemplo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também precisam ser contempladas, para que todas as nossas crianças sejam atendidas pelo programa.

Além disso, o que os números mostram, com relação aos cantinhos de leitura, principalmente, é que estamos bem abaixo do que seria ideal, pois apenas cerca de 50% das escolas de ensino fundamental no Brasil foram contempladas. E, no caso da educação infantil, o que o Censo de 2024 nos informa é que 68% das unidades dessa etapa educacional não têm biblioteca. Então, a carência de salas de leitura é enorme – não é? –, porque essa é uma etapa que não conta com esse tipo de equipamento.

É claro que a gente não fala em bibliotecas no caso da creche, pois não seria necessário uma biblioteca, mas o cantinho de leitura, sim.

Embora a alfabetização propriamente dita não seja objetivo da educação infantil, o direito à literatura e ao seu caráter humanizador, à possibilidade de sentir emoção, de se divertir, de ampliar o mundo, de aguçar a curiosidade, do direito de imaginar, de sentir prazer, enfim, de tudo aquilo que a literatura permite e possibilita começam desde o nascimento. E, ao garantir esse direito às crianças da educação infantil, indiretamente estaremos contribuindo para a sua alfabetização, em situação e contexto prazerosos. Por isso, é necessário que as condições objetivas estejam garantidas. Então, é preciso ampliar os recursos.

Gostaria de falar ainda sobre um outro indicador, que, embora não esteja previsto no programa, precisa ser considerado e tem relação com o eixo da infraestrutura.

O programa de alfabetização tornou-se política de Estado, pois foi sancionado pelo Presidente da República em 31 de outubro de 2025. Essa é uma questão que a gente tem que saudar, não é? Era um projeto de lei, e ele foi aprovado agora, no dia 31.

O tema do qual eu gostaria de tratar, para encerrar a minha participação, diz respeito ao número de crianças por turma.

Com as alterações na legislação, hoje as crianças ingressam no ensino fundamental aos seis anos, portanto, ainda numa fase da vida em que precisam do brincar como forma de aprendizagem e desenvolvimento, e esse brincar envolve o gesto, o movimento, a comunicação verbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Até outro dia, essas crianças estavam na pré-escola e podiam brincar, mas agora entram numa rotina com turmas de até 35 crianças por sala. Essa é a realidade, por exemplo, nas escolas estaduais de São Paulo e em muitas redes Brasil afora.

É desumano com elas e com a professora. Não há como atender às necessidades, aos ritmos, aos sentimentos, às dúvidas individuais das crianças; não há como trabalhar, num cantinho de leitura, com 35 crianças de seis e sete anos que estão em seu início da alfabetização. Elas precisam se comunicar, e, com muitas crianças, o barulho é insalubre para elas e para a professora.

Produzir material, contar e ler histórias, reescrever textos, ouvir a leitura individual dos alunos, tudo isso se torna inviável com turmas superlotadas. É urgente, portanto, que se considere esse fator como elemento imprescindível de qualidade, e ele está indissociavelmente ligado à questão da infraestrutura.

Também por essa razão e no momento em que se discute o novo Plano Nacional de Educação é que a Fineduca defende, de modo veemente, os 10% do PIB para a educação pública brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Nós que agradecemos a contribuição da Sr. Bianca, muito importante, de muita valia. Com certeza, nos encaminhamentos, a gente vai estar ressaltando aqui o que foi dito.

Eu queria já passar a palavra, também de forma virtual, para o Sr. João Paulo, que é o Coordenador-Geral de Alfabetização do Ministério da Educação, e já avisar aqui para os nossos convidados, além de agradecer, que recebemos outras perguntas.

Se, no final, depois que o Sr. João Paulo falar, vocês quiserem responder a alguém ou fazer alguma consideração final, é só pedir, que a gente abre aqui um espaço.

Então, já passo agora a palavra para o Sr. João Paulo, que está representando aqui e é o Coordenador-Geral de Alfabetização do Ministério da Educação.

O SR. JOÃO PAULO MENDES DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Augusta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Queria, inicialmente, agradecer à liderança o protagonismo do Senado Federal na propositura dessa discussão, dizer da satisfação do Ministério da Educação em participar e agradecer aos meus colegas que me antecederam.

As informações foram bastante pertinentes e apoiam aqui a discussão que eu vou trazer agora no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O compromisso tem eixos estruturantes, não é? Hoje eu vou me ater ao eixo de infraestrutura física e pedagógica – especialmente a esse eixo.

Antes de iniciar a discussão, uma pergunta que tanto vem para a gente de quem está nos assistindo – como foi uma fala reiterada dos participantes aqui já –, é que o compromisso nasce de um esforço coletivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É a conjunção desses esforços, com a definição da alfabetização como uma política pública nacional e prioritária, que exige o esforço de todos os entes federados, dos agentes públicos, dos agentes políticos, também de professores, diretores escolares, mas também da sociedade em geral. Então, o compromisso é de todos nós, e cabe ao poder público promover meios de garantir o regime de colaboração de forma articulada, que responda aos desafios da alfabetização no país, o que tem muita relação com tudo que já foi discutido até então.

Então, hoje, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ao tempo que nós celebramos a conversão desse programa numa política nacional de alfabetização, uma política nacional que cuidará da alfabetização nos próximos anos, ela, hoje, já é uma realidade, vamos dizer assim, em cada um dos territórios estaduais. Os territórios estaduais e seus municípios todos já têm políticas que cuidam da alfabetização, e isso é graças ao esforço do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que foi lançado no início desta gestão do Presidente Lula.

O compromisso, nesse sentido, definiu cinco eixos temáticos gerais de atuação, por reconhecer que a alfabetização e os desafios da alfabetização são multidimensionais e exigem diversas intervenções, em diversos níveis, e uma ação coordenada de diversos governos. Então, nós elegemos cinco eixos de atuação: um eixo voltado para governança e gestão; um eixo voltado para formação continuada; um eixo de infraestrutura física e pedagógica; um de reconhecimento e boas práticas e um que cuida dos sistemas de avaliação e da sua correlação com o sistema de avaliação da educação básica.

Hoje, especificamente, nós vamos trazer os elementos relacionados à infraestrutura física e pedagógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse eixo, até o momento, já houve um investimento de mais de R$350 milhões para a reprodução e disponibilização de materiais didáticos estruturados e complementares ao PNLD – eu vou falar um pouquinho sobre eles – e o investimento nos cantinhos da leitura.

A última apresentação da Bianca fortemente disse da importância da leitura na educação infantil, da leitura ali na primeira infância, com as crianças, e isso já me apoia muito na apresentação dos próximos eslaides.

No eixo de infraestrutura física e pedagógica, o compromisso tem duas ações principais, que não se esgotam em si mesmas, mas têm como ações em que o MEC faz a indução financeira.

Essa primeira ação é a instalação dos cantinhos da leitura, não é?

A primeira premissa do compromisso é que o acesso à literatura é um direito de todo cidadão e, especialmente, das crianças, e, se a gente pensar nas crianças em contextos mais vulneráveis, o acesso ao livro já revela desigualdades. O acesso à leitura, o acesso à literatura, o acesso a um repertório da escuta de palavras diárias já revela algumas desigualdades que são apontadas pelos especialistas.

Então, o acesso a essa leitura – a Bianca, da Fineduca, já destacou – favorece o desenvolvimento da criança e potencializa, mais à frente, a consolidação da alfabetização das crianças. Por quê? Porque a literatura nós compreendemos como um processo de inspiração, que favorece o desenvolvimento da imaginação e que possibilita que as crianças se tornem seres de linguagem e tenham acesso à leitura e à escrita logo ali, nos primeiros anos da escolarização.

Pensando nesse aspecto, o Ministério da Educação lança um PDDE próprio, que se chama PDDE Cantinho da Leitura, em que a gente destina recurso para que escolas públicas do país façam a instalação de cantinhos de leitura, espaços de incentivo à prática de leitura nas salas de aula. Inicialmente, nas salas de aula de ensino fundamental de 1º e 2º anos, e, posteriormente, agora, neste ano, nós ampliamos para pré-escola, para educação infantil, para as turmas que atendem a crianças de quatro e cinco anos.

Os primeiros resultados, então, desses cantinhos instalados é que todos os estados, o Distrito Federal e mais de 5.160 municípios foram contemplados com os primeiros investimentos nos cantinhos da leitura.

Ao todo, nós já fizemos um investimento, até 2025, de mais de 177 milhões para a instalação de mais de 140 cantinhos da leitura em salas de 1º e 2º anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Houve também um esforço coordenado entre a SEB e a Secadi para que esses cantinhos chegassem às regiões mais distantes do país, e os contextos de maior vulnerabilidade foram contemplados – por exemplo, escolas rurais, indígenas e quilombolas –, porque nós entendemos que o acesso à literatura, à leitura, precisa ser garantido tanto nas regiões urbanas como nas regiões não urbanas – nos municípios de grande porte, mas também nos municípios de pequeno porte.

Então, para essas escolas rurais, indígenas e quilombolas já foram garantidos mais de 11 milhões de financiamento.

Este ano a gente amplia, então, o processo de investimento da instalação dos cantinhos da leitura.

Agora, a gente chega à educação infantil, iniciando pelas turmas de pré-escola, e a previsão é de um investimento de mais de 170 milhões.

A gente começa com um investimento, em 2025, de 21 milhões, destinados à instalação dos cantinhos da leitura, e esses 21 milhões possibilitarão a instalação de aproximadamente 14 mil cantinhos de leitura em turmas de educação infantil, mas há um planejamento pelas escolas, pelas instituições de educação infantil pública, que solicitaram o aporte do Ministério da Educação e realizaram o planejamento do seu PDDE, para a gente chegar a mais de 50 mil cantinhos de leitura em turmas de educação infantil.

Então, isso é para vocês entenderem o volume e o planejamento do Ministério da Educação de promover o acesso à leitura, a partir do cantinho da leitura, a todas as crianças que estão em turmas de educação infantil e em turmas de 1º e 2º anos inicialmente.

Aqui nos eslaides eu trago algumas apresentações de como estão se constituindo esses cantinhos de leitura, para vocês observarem que, com esse financiamento público, a escola constrói um espaço – e diversos de vocês já falaram sobre isso hoje aqui – acessível à criança que esteja dentro da turma, e esse espaço deve ser utilizado pelos professores para a oportunidade de leitura com e para as crianças e pelas crianças, dentro de cada uma das turmas, seja de alfabetização, seja de educação infantil.

Aqui, mais algumas fotos, para que vocês possam observar que há uma diversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Educação não determina como deve ser o leiaute específico desses espaços de leitura, desses cantinhos de leitura, mas a gente orienta que eles sejam adequados à realidade de cada uma dessas turmas e dessas comunidades.

Então, um espaço de leitura, um cantinho de leitura de uma escola de alfabetização de um centro urbano é diferente, por exemplo, das características, da ambientação e do leiaute que se dá numa escola ribeirinha ou numa escola que está numa aldeia indígena, por exemplo, e essa definição é feita por cada gestor, quando está fazendo a aquisição dos materiais para instalação dos cantinhos.

Eu vou precisar de pelo menos mais dois minutos, Senadora, para chegar ao eixo de material didático.

O eixo de material didático, que é uma outra ação da infraestrutura pedagógica, visa então a fomentar, agora, a reprodução e a distribuição de materiais didático-pedagógicos de qualidade, que apoiam o processo de ensino-aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização do 1º e do 2º anos e do 3º ao 5º ano. É uma iniciativa que se soma ao trabalho que é feito pelo PNLD. Então, é mais um recurso que os estados e municípios recebem, a partir das secretarias de estado de educação, para disponibilização de materiais de apoio pedagógico aos estudantes.

A previsão da distribuição desse material didático tem algumas fases.

Primeiro, as redes fazem um diagnóstico das ofertas que eles irão realizar no ano subsequente, que é: "Vou disponibilizar materiais de 1º, 2º, 4º ou 5º".

Ela faz essa escolha, faz o planejamento dessa oferta, esse planejamento da oferta é feito entre a Seduc, secretaria de estado e a União dos Dirigentes Municipais de Educação.

Há uma avaliação prévia do Ministério da Educação, e, depois, a gente abre um sistema de adesão, em que o município diz assim: "A rede estadual e a Undime disponibilizarão materiais didáticos complementares para o 3º ano, e eu quero receber materiais didáticos para o 3º ano".

Na sequência, a secretaria de estado realiza o planejamento no PAR, e o Ministério da Educação faz a indução financeira.

Nesse eslaide, agora, que vocês estão vendo aparecem, por exemplo, alguns exemplos de distribuição desses materiais didáticos em alguns desses estados. Eu trouxe o exemplo do Maranhão, do Amapá e do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observem que a estrutura, o leiaute e a composição desse material didático variam de acordo com o território, porque é o território que elabora esse material didático, e o que o Ministério da Educação faz é o financiamento do processo de reprodução e distribuição.

Aqui está o volume de investimento no primeiro ciclo de investimento para o material didático de 2023 e 2025: foram disponibilizados R$240 milhões e foram executados já cerca de 41% desse recurso, o que corresponde a R$99 milhões de investimento dos municípios. Os estados que estão com maior atenção são esses estados de vermelho e de amarelo, estados que, com recursos da União, ainda não distribuíram materiais a seus estudantes, mas isso não significa que esses estados não estejam com iniciativa própria e com investimento próprio fazendo a entrega e a distribuição de materiais didáticos. O que estou sinalizando aqui é que os recursos repassados pela União ainda não foram empregados e nem destinados, não chegaram ainda às crianças e aos estudantes.

Já finalizando, aqui tem o ciclo de 2025-2026. Nesse ciclo, nós estamos fazendo um repasse complementar, que é essa terceira coluna. Esse repasse complementar já chegou a R$133 milhões. Então, o valor destinado a materiais didáticos, somando o primeiro ciclo e o segundo ciclo, é de cerca de mais de R$350 milhões, destinados aos estados para distribuição desses materiais didáticos complementares. E aí de novo você tem aqui quais são os estados que estão em processo de pactuação com o Ministério da Educação – todos os de azul já fizeram a repactuação para o recebimento de recursos; os de verde estão em processo; e os de vermelho estão em tratativas com o ministério para fazer essa repactuação e receber o repasse complementar.

Por fim, já concluindo, os nossos principais desafios são: garantir maior agilidade no processo de licitação dos materiais didáticos complementares pelos estados, visto que é o estado o responsável por licitar e depois adquirir e distribuir esses materiais didáticos aos seus municípios e às suas escolas – esse processo, por vezes, não tem a celeridade devida –; dar maior agilidade à execução dos Cantinhos da Leitura, sendo que, uma vez que o PDDE repassa, no caso do Cantinho da Leitura, o dinheiro diretamente à escola, cabe aos gestores das redes municipais acompanharem a instalação e ao gestor escolar fazer a execução financeira e garantir a usabilidade desses espaços no dia a dia das atividades pedagógicas; e, claro, ter o fortalecimento da assistência técnica entre o MEC e o FNDE, porque sempre é uma questão dos municípios solicitarem mais assistência técnica ao FNDE, mais assistência técnica ao MEC, para que eles consigam dar mais celeridade ao processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essas ações que eu apresentei agora são relativas ao eixo de infraestrutura do compromisso e são os principais investimentos que o Ministério da Educação tem garantido, especialmente relativos à distribuição de material didático estruturado às turmas de 1º ao 5º ano e a instalação de Cantinhos de Leitura no 1º e no 2º ano do ensino fundamental e nas pré-escolas a partir deste ano.

Eu gostaria, por fim, de agradecer o convite, em nome do Ministério da Educação, da Secretária Katia, de Educação Básica, e do Ministério da Educação como um todo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada ao João Paulo. Mande um abraço aí para nossa querida Katia e nosso Ministro Camilo Santana. Foi muito boa a sua apresentação.

Quero pedir muito que, nas considerações finais, a gente seja bem rápido, porque começou o Plenário.

Eu queria só fazer uma menção no sentido de que esta é a terceira audiência pública que nós estamos fazendo, com a ajuda da assessoria da Comissão de Educação aqui do Senado. O primeiro eixo foi "Governança e gestão da política de alfabetização"; a segunda audiência pública foi "Formação de profissionais da educação e práticas pedagógicas"; esta, que é a terceira, "Infraestrutura física e pedagógica"; vai ter uma quarta, que é "Sistema de avaliação"; e a quinta será "Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas", porque foi citado aqui que é importante realmente compartilhar as boas práticas.

Eu já passo aqui para a Sra. Anna Paula, que quer fazer suas considerações finais.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Rapidamente, queria fazer uma menção ao decreto que busca dar operacionalidade e institucionalidade ao que está previsto na nossa Constituição, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e na própria Lei Brasileira de Inclusão, que este Congresso discutiu tão bem, nesse processo de promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Quero dizer que esse decreto trata sobre os estudantes com deficiência em todas as modalidades de ensino. Foi um decreto cujos termos foram debatidos com a sociedade civil; teve participação de todas as entidades; tem uma campanha, uma mobilização pela educação anticapacitista, promovida pelo MEC; houve a participação também da Undime e do Conselho dos Secretários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Educação, que discutiram mínimos comuns para que a gente ofereça as condições de garantir educação de qualidade para os estudantes com deficiência que estiverem na escola regular. Decreto nenhum vai passar por cima de qualquer lei ou Constituição, ele busca, sim...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA – ... dar esse mínimo comum, oferecendo subsídios, referências para um alinhamento sobre o profissional de apoio educacional, sobre o atendimento educacional especializado. E, nesse sentido, a gente quer fazer aqui uma menção ao fato de que ele não vai regular a relação com a sociedade civil; ele vai, sim, dar mínimos comuns de um alinhamento para que a gente tenha as responsabilidades do Governo Federal, estados e municípios nessa inclusão escolar.

Era só para agradecer esta oportunidade e dizer que a gente está disponível para ampliar ou melhorar a redação, mas acho que é importante a gente ter um decreto, ter uma institucionalidade dessa relação de cooperação federativa para viabilizar a educação inclusiva. Não é nada mais do que já temos na lei e do que já temos na convenção.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Bom esse esclarecimento, até porque existe muita questão que foi judicializada, exatamente para que se garantisse essa pessoa que vai fazer acompanhamento dentro das escolas. Então, eu acho que o decreto vem para fazer esse amparo, e nada em relação às instituições, às APAEs, enfim, porque se gerou, aqui dentro, um pouco de desinformação.

Eu gostaria aqui já de passar para o Sr. Henrique, se ele desejar fazer aqui suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE PIMENTEL (Para expor.) – Só quero agradecer novamente, Senadora, o convite.

Quero falar que eu esqueci de falar uma coisa só, o que foi um pecado aqui, principalmente para a FNDE, que é a questão do conforto térmico das escolas também. Acho que essa é uma discussão muito recente, porque criança não aprende com fome, não aprende fora da escola e não aprende com calor também. Num cenário de aquecimento global e de COP, eu deixar de falar isso é um pecado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero agradecer novamente e colocar o Consec à disposição desta Casa para esses outros debates.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito obrigada. Inclusive, eu estive hoje com a nossa querida Fernanda Pacobahyba, e ela disse que vai ter agora uma ata, que o MEC está disponibilizando, já para compartilhar com os municípios, em relação à compra exatamente de ares-condicionados, para que a gente possa garantir esse conforto dentro das escolas.

Eu não sei se alguém virtualmente queria fazer algum complemento. Se quiser, pode só levantar a mãozinha que a gente pede para abrir, se quiser fazer alguma consideração final...

Eu já quero agradecer muito.

Aqui já tem a... Nossa querida Bianca quer fazer aqui. Vamos abrir aqui para ela. Vamos abrir aqui para a Bianca fazer também suas considerações. (*Pausa.*)

Pronto, já pode falar. Já está aberto.

A SRA. BIANCA CORREA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi, muito rapidamente, eu só queria fazer a observação de que é muito importante o apoio técnico do MEC, do FNDE aos municípios, porque, embora seja muito importante respeitar a autonomia e esse desenho federativo que nós temos no país, também é importante auxiliá-los tecnicamente para que eles não fiquem à mercê e não acabem caindo nas garras das empresas privadas que vendem serviços, e serviços às vezes de péssima qualidade, sobretudo na produção de material didático, de material pedagógico. Então, o apoio técnico do ministério e do FNDE é fundamental. Só queria fazer essa observação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Eu que agradeço mais uma vez.

Agora já passo aqui também, para suas considerações finais, ao Sr. Pedro, que poderá também usar da sua fala.

Pode falar já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO JADER ANTONY LINHARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, realmente, existe já em andamento aqui, pelo FNDE... Inclusive, a gente também está incluindo os orçamentos com relação à climatização de todos os ambientes, já como uma previsão para essa fala aí do Secretário Henrique.

Pelas considerações finais aqui, eu gostaria só de agradecer novamente, Senadora, pela oportunidade de falar aqui e representar o FNDE e quero colocar o FNDE à disposição na assistência técnica também aos entes federativos, até pelos programas internos que a gente também tem de assistência técnica do Chegando Junto, do Balcão Virtual, dentre os outros programas, em que a gente tem trabalhado para chegar mais perto de cada ente municipal e estadual.

Obrigado – obrigado mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito obrigada. Eu que agradeço aqui ao Sr. Pedro também. Muito obrigada pela contribuição.

Agora, eu passo a palavra à Sra. Fabiane, que poderá também fazer suas considerações finais.

A SRA. FABIANE BITELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Augusta, por esta oportunidade de aqui estar representando os conselhos municipais de educação, tanto os CMEs quanto os Cacs-Fundeb.

Também gostaria de dizer, a partir da aprovação do Sistema Nacional de Educação, a importância que os municípios... Nós ainda temos 2.522 municípios que não instituíram os seus sistemas próprios de educação. E isso também impacta no acompanhamento das políticas municipais, advindas de adesão do Governo Federal ou de pactuações nos estados. Então, por isso, a importância da instituição dos sistemas municipais de educação, para que a gente possa, enquanto conselhos municipais, acompanhar o processo de qualificação de cada espaço.

A Uncme aqui se coloca à disposição para todos os assuntos relacionados à educação, para que a gente possa também contribuir com a efetivação desse acesso, dessa qualidade das aprendizagens significativas das nossas crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Agradecemos mais uma vez a participação dos conselhos através da nossa querida Fabiane, que tão bem aqui representou, falou e acrescentou à nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, também para fazer suas considerações finais, o João Paulo, que acabou de falar, mas para o qual a gente vai abrir aqui, com muita felicidade. Quero parabenizar o trabalho que vem fazendo o Ministério da Educação, especialmente nessa questão da inclusão, que a gente sabe que é uma pauta também prioritária dentro do ministério.

Pode falar, também agora, para suas considerações finais.

O SR. JOÃO PAULO MENDES DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Acho que o mais importante é parabenizar a sua condução e o Senado Federal, especialmente pela aprovação da lei que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Eu acho que isso é um ganho para o país. A nova legislação inova criando o Fórum Nacional de Governadores – a ser convocado pelo Presidente da República, tendo como tema principal a alfabetização do país – e inova também – porque o decreto previa que o compromisso atenderia da pré-escola aos anos iniciais do ensino fundamental e, agora, traz a educação infantil – com creches e pré-escola no âmbito do compromisso. Então, ela traz essa inovação e continua com os anos iniciais do ensino fundamental. Então, isso é um passo também importante para garantia de processos de formação continuada, apoio também às turmas de creche. Que o compromisso possa desenvolver iniciativas e apoiar o trabalho desses professores também na garantia de processos de leitura e escrita desde a primeira infância. Então, muito obrigado.

Agradeço e coloco toda a equipe do Ministério da Educação à disposição de todos para a construção de novas estratégias e a revisitação daquelas que nós já estamos implementando. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito obrigada. Nós agradecemos também ao João Paulo; todo o empenho de todos e todas que aqui estiveram; aos expositores que tão bem contribuíram para nossa audiência pública.

No final das cinco audiências públicas, a gente vai fazer um relatório e vai encaminhar, com certeza, para todos que aqui estiveram, participando, para que a gente possa acrescentar alguma coisa que faltou, se tiver faltado algum detalhe aqui das nossas audiências, para que a gente possa verdadeiramente validar um documento que está sendo feito com muita discussão, ouvindo muito – porque a nossa intenção é muito mais ouvir – várias instituições, ouvir o MEC, ouvir todos que fazem parte desse processo de educar, de alfabetizar realmente na idade certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a toda a assessoria da Comissão, agradecer a todos que ficaram aqui, todos os assessores, e especialmente aos nossos convidados. Muito obrigada.

E agora a gente declara encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências das Senadoras Augusta Brito e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Jussara Lima, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Romário, Teresa Leitão, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Jorge Seif, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 13/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito. **Finalidade:** Debater o tema "Sistemas de avaliação" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". **Participantes:** Sra. Hilda Aparecida Linhares da Silva, Diretora de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Sr. Mário Ghio, Presidente do Instituto Alfa e Beto; Sr. Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação; Sra. Sumika de Freitas, Integrante do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Sra. Luana Smeets, Gerente de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação; Sra. Anna Helena Altenfelder, Presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); e Sr. Jefferson Cruz Acácio, Conselheiro no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (representante de: Ministério da Igualdade Racial). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Sistemas de Avaliação", no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada", em atenção ao Requerimento nº 13, de 2025, da nossa querida Senadora Augusta Brito, que irá comandar esta audiência pública.

Eu estou aqui a substituindo, porque ela está em Plenário, mas em breve estará aqui, com todos os nossos expositores e todos os que acompanham a audiência pública.

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

- a Sra. Hilda Aparecida Linhares da Silva, Diretora de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep; (*Palmas.*)

- a Sra. Anna Helena Altenfelder, Presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – seja muito bem-vinda –, o Cenpec; (*Palmas.*)

- o Sr. Mário Ghio, que é Presidente do Instituto Alfa e Beto; (*Palmas.*)

Sejam todos bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- o Sr. Jefferson Cruz Acácio, Conselheiro no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda; (*Palmas.*)

- e o Sr. Valdoir Pedro Wathier, que é Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação. (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos os que estão aqui presentes.

Participarão de forma remota:

- a Sra. Sumika de Freitas, que é Integrante do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; (*Palmas.*)

- e a Sra. Luana Smeets, que é Gerente de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu passo, para a sua exposição inicial, a palavra à Sra. Hilda Aparecida Linhares da Silva, que é Diretora de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep.

Seja muito bem-vinda, Dra. Hilda.

A SRA. HILDA APARECIDA LINHARES DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigada.

Uma boa tarde a todas as pessoas presentes e àquelas que nos assistem.

Eu vou, então, trazer aqui para o nosso debate os sistemas de avaliação no contexto da avaliação da política pública Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, trazendo um pouco o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira na condução desse processo avaliativo.

Bom, o decreto que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, no eixo que trata da avaliação, estabelece os papéis da avaliação que se realiza no âmbito das escolas e que tem o papel de produzir um diagnóstico sobre a alfabetização das crianças; estabelece o papel das avaliações realizadas por estados, por meio dos seus sistemas próprios de avaliação – estados e municípios dispõem de sistemas próprios de avaliação –; e estabelece também o papel do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), no âmbito do compromisso.

Então, nós temos estas três instâncias avaliativas estabelecidas pelo compromisso: a própria escola, os sistemas estaduais e municipais de avaliação e a avaliação do sistema nacional, que é o Saeb.

Os resultados produzidos por essas diferentes instâncias avaliativas têm também papéis diferentes no âmbito do compromisso.

Os resultados da avaliação que se realiza na escola – e isso está previsto também no decreto – se destinam ao monitoramento do processo de alfabetização dos estudantes e ao aperfeiçoamento dos processos de ensino.

As avaliações realizadas pelos estados, por meio dos seus sistemas próprios, devem, então, subsidiar as políticas públicas de alfabetização e também a própria gestão das escolas, das redes, por meio da produção de diagnósticos sobre os resultados alcançados pelos estudantes.

E o Saeb, que é a avaliação nacional da alfabetização, os resultados do Saeb serão considerados também no diagnóstico das desigualdades educacionais e também na produção de um índice de qualidade da educação básica em escala nacional, contemplando aí a alfabetização dos estudantes ao final do segundo ano.

Então, compete ao Inep, em articulação com os estados, o Distrito Federal e os municípios, estabelecer diretrizes e orientações, para que o Saeb e os sistemas estaduais de avaliação estejam organizados, de forma complementar, nesse processo de avaliação da qualidade da alfabetização.

Então, o Inep vai ter esse papel de contribuir para essa articulação de esforços em torno da produção de um adequado diagnóstico sobre a alfabetização nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante caracterizar esses dois âmbitos da avaliação da alfabetização: aquela que se realiza por meio do Saeb e aquela que se realiza por meio dos sistemas estaduais.

No caso do Saeb, trata-se de uma avaliação bianual.

O Saeb tem um ciclo no qual, em um ano, são realizados os pré-testes, por meio dos quais é possível parametrizar os instrumentos de avaliação que serão utilizados no âmbito do Saeb, e, no ano seguinte, então, é feita a avaliação propriamente dita, que é amostral.

Então, nós construímos uma amostra representativa da realidade nacional e, também, no âmbito do Saeb, podem acontecer estudos diversos que visam, por exemplo, a testagem de instrumentos de avaliação, o aprimoramento de outros e de novos construtos também que podem vir a compor essa avaliação.

No caso das avaliações realizadas pelos sistemas estaduais, trata-se de avaliações anuais, que têm natureza censitária; portanto, todos os estudantes e escolas são avaliados e os resultados das avaliações estaduais é que vão compor, então, o índice criança alfabetizada, que é aquele que nos permite monitorar os progressos que vão sendo alcançados e as metas de alfabetização que são estabelecidas para os estados.

Face ao seu papel de articulador desses diferentes sistemas de avaliação, muitos deles com séries históricas, inclusive de décadas – há estados com sistemas de avaliação longevos –, o Inep tem um papel importante de articular esforços para que seja possível estabelecer comparabilidade entre as avaliações realizadas por esses diferentes sistemas e, ao mesmo tempo, para que possa haver esta complementaridade entre a avaliação do Saeb e essas avaliações estaduais.

Então, com o intuito de estabelecer essa colaboração com os entes federados e cumprir o seu papel articulador, o Inep tem realizado algumas ações importantes. A primeira delas foi a pesquisa Alfabetiza Brasil, ainda em 2023, por meio da qual, a partir da consulta a professores e especialistas de todo o território nacional, foi estabelecido o ponto de corte 743, na escala de proficiência do Saeb, que define o que é uma criança alfabetizada.

Essa definição não se ancora somente no estabelecimento desse ponto de corte, mas também é acompanhada de uma descrição pedagógica que nos permite dizer o que foi pactuado nacionalmente como o razoável para que uma criança possa ser considerada alfabetizada. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi um passo importante porque o índice criança alfabetizada nada mais é do que o percentual de estudantes que atingiram ou superaram o ponto 743 na escala do Saeb.

Na sequência, o Inep também publicou uma portaria que estabelece as diretrizes e orientações para que possa haver um alinhamento entre essas diferentes avaliações estaduais, de forma a estabelecer comparabilidade entre elas. Em setembro de 2023, instituiu um grupo de trabalho em comparabilidade entre avaliações, e, agora, em novembro de 2025, o Inep publicará uma instrução normativa que reúne todas as orientações às instituições avaliadoras sobre os requisitos para que se estabeleça essa comparabilidade entre avaliações.

Essa comparabilidade requer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HILDA APARECIDA LINHARES DA SILVA – Obrigada, estou concluindo – ... a inclusão de itens comuns em todas as avaliações estaduais e também no Saeb e, para isso, o Inep faz uma cessão anual de itens, de 20 itens de língua portuguesa e matemática às instituições avaliadoras. Graças a essa cessão de itens, é possível estabelecer uma equalização entre as escalas praticadas pelos diferentes sistemas e aquela do Saeb. Orientações também sobre a padronização na composição dos testes compõem essa instrução normativa; padronização dos procedimentos de aplicação; uso de uma mesma metodologia para cálculo das proficiências e, finalmente; utilização de um mesmo formato, uma mesma sintaxe para a entrega dos dados ao Inep, do resultado das avaliações estaduais ao Inep, e a publicação desses resultados na página do Inep.

Então, essas atribuições do Inep estão sendo enfrentadas e assumidas com o apoio da Comissão de Apoio à Articulação entre os Sistemas, o Grupo de Trabalho em Comparabilidade e essa disseminação dos resultados das avaliações.

O QR *code* remete à página do Inep em que são apresentados os resultados das avaliações, tudo que diz respeito à avaliação da alfabetização.

E eu agradeço por essa possibilidade e por essa interlocução. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Dra. Hilda, que representa aqui o Inep, uma instituição pela qual tenho muito respeito, pelo trabalho e todos os seus servidores também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para o senhor Mário Guio, que é o Presidente do Instituto Alfa e Beto. Seja muito bem-vindo, Dr. Mário.

O SR. MÁRIO GHIO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado aos colegas aqui de mesa, é uma honra estar aqui.

Um instituto que tem esse nome, Alfa e Beto, obviamente trata desse tema, há duas décadas já. É um prazer a gente poder compartilhar aprendizados e trazer um pouco da nossa experiência ao longo dessas duas décadas. Eu vou compartilhar algumas contribuições e alguns resultados de municípios que estão conosco e atingem resultados muito importantes, que podem ser copiados por qualquer outro município.

Eu queria, Profa. Hilda, começar dizendo que o Inep é uma instituição que traz muito orgulho para os brasileiros. Eu já viajei o mundo inteiro conhecendo instituições de avaliação, o Inep é de uma sofisticação e de uma amplitude que talvez não exista em outro local. E o tema que nós vamos debater aqui é muito oportuno porque vocês estão conduzindo uma unificação realizada pelas redes, o que é muito mais difícil do que fazer um exame centralizado. Mas, no meu entendimento, no nosso entendimento do instituto, é o método correto porque, como preconiza a LDB, as redes têm as suas autonomias e têm o seu trabalho específico, mas há de haver um maestro nacional articulando tudo. Então, em seu nome – e um abraço também estendido ao Prof. Manuel Palacios –, eu queria parabenizar o trabalho do Inep, que acompanho há muitos anos, trabalhei com o Prof. Paulo Renato no passado.

Eu trouxe algumas contribuições aqui. Algumas tratam especificamente da avaliação, mas algumas das contribuições lembram que a avaliação é um meio, não é um fim em si. O fim é alfabetizar os alunos. A avaliação é absolutamente fundamental. Acho que a gente pode contribuir com a sociedade, porque muitas vezes a gente muda as diretrizes e não muda a avaliação, e nada muda; mas, quando a gente muda a avaliação, mesmo sem mudar as diretrizes, tudo muda. A avaliação tem um poder de mobilização que é muito importante. Então, de novo, o debate que nós vamos fazer aqui ao expor essas ideias é muito importante.

Eu trago primeiro um dado bem marginal, mas que não é menos importante: nada é mais preditivo do desempenho cognitivo de uma criança do que a escolaridade dos pais, em especial a das mães. Esse tema é relevante porque, embora o Inep, em todos os questionários dos fatores associados de uma avaliação, colha esta informação, a escolaridade da mãe não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

informação do censo escolar – Profa. Hilda, isso eu tive a oportunidade de debater com o Prof. Manuel Palacios. Acho que é um passo, assim, muito simples que nós poderíamos dar, mas colher a escolaridade da mãe de todos os alunos é dar às redes a capacidade de se preparar para um aluno eventualmente vindo de uma família de um estrato sociocultural mais baixo. Uma criança filha de uma mãe analfabeta chega à escola com um vocabulário menor do que o dos colegas, com referências culturais menores. Então, esse pequenino detalhe de colocar no senso a coleta da escolaridade, o que torna obrigatório para todas as redes colher essa informação, é um passo importante.

Agora, também, como brasileiro, preciso dizer do meu orgulho por estarmos recebendo estes anos os filhos das mães mais escolarizadas da nossa história, que são as crianças que passaram pelas nossas redes escolares desde que nós de fato universalizamos a oferta do ensino. Então, a cada ano, a escolaridade das mães aumenta, a escolaridade média das mães com filhos de 7 a 14 anos – que é um pouquinho depois do período que nós estamos discutindo – já atinge 11 anos. Então, uma jovem mãe tem 11 anos de escolaridade *versus* os quatro que a mãe dela tinha, ou seja, as avós das crianças que estão hoje na escola tinham quatro anos; as bisavós não eram escolarizadas. Então, isso é uma conquista do país.

A segunda contribuição eu já falei: a avaliação é meio, não é fim. E os nossos professores precisam ter os relatórios interpretados, ou seja, diagnosticar o que está acontecendo é absolutamente fundamental. Essa é a grande contribuição que o Inep traz, desde a criação do Saeb e em outros segmentos do Enem e assim por diante, mas a gente ainda vê a dificuldade de os professores entenderem o que esses índices significam. Então, nós precisamos nos articular, nós precisamos nos unir, nós precisamos entender o professor, porque muitas vezes para ele parece hermético: "O que é o 743? Se o meu aluno chegou a 400, isso significa o quê? Dá conta do quê? Não dá conta do quê?". Então, eu penso, Profa. Hilda, que o Inep, nesse papel de articulador, pode também incentivar os municípios, os estados para que apresentem: "Olha, como vocês pretendem apresentar os relatórios para suas redes?", e assim por diante.

Um ponto que eu penso também importante de contribuir com todo mundo é que a avaliação não avalia só o aluno; ela avalia a própria rede. A avaliação, no fim, também está avaliando qual estratégia de alfabetização foi adotada, porque, afinal de contas, o aluno não pode ser culpado se ele não aprendeu, não é? A gente tem certeza de que o único que não é culpado quando não aprende é o aluno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, se nós enxergarmos, por exemplo, que, a partir dessa grande articulação nacional de fazer o CNCA funcionar... Se nós conseguirmos que os municípios, que os estados, também associem à avaliação a estratégia de alfabetização que foi utilizada, nós vamos, finalmente, poder ter um debate um pouco mais científico do que funciona e do que não funciona.

O Alfa e Beto é muito conhecido e muitas vezes contestado, porque a gente defende há décadas a metodologia fônica, mas a metodologia fônica científica, não a metodologia fônica "cartilhesca" que existia décadas atrás. Mas a gente ainda debate muito isso, e isso seria uma oportunidade incrível de colher o resultado e colher uma informação do processo que produziu aquele resultado.

Já fomos votos vencidos. Eu tenho sempre também debatido isso com a Deputada Tabata Amaral, que está relatando o PNE. A gente nunca vai deixar de ter uma ambição muito grande de que 100% das crianças podem ser alfabetizadas no 1º ano se elas não tiverem nenhuma neurodivergência, mas toda criança neurotípica pode ser. E é menos relevante dizer que essas crianças serão alfabetizadas, 100% delas ou não, mas trazer a importância de que cada semana conta. Durante o período de alfabetização, Senadora, é como se nós tivéssemos um atleta que está chegando ao pico da sua capacidade física, e a gente não aproveita para fazer os treinamentos adequados. A criança tem uma neuroplasticidade cerebral feita para ela aprender qualquer coisa.

Então, sermos ambiciosos não significa que: "Olha, nós falharemos se 80% das crianças forem alfabetizadas", não, fomos muito bem, mas é só para trazer essa ambição, essa preponderância para o 1º ano em especial. E muitas redes que já estão ofertando educação infantil podem, inclusive, começar a preparar as crianças para alfabetização. Nós somos contra alfabetizar antes do período adequado, mas para preparar somos a favor.

Uma outra sugestão, uma última contribuição que nós entendemos crítica é que um sistema de avaliação avaliando a criança ao final do 2º ano pode ser tarde para uma intervenção precoce, sobretudo naquilo que é, para nós, elemento muito caro e central da alfabetização, que é o processo de decodificação, ou seja, a identificação pelos sons do grafema e do fonema – a partir do fonema, o grafema, isso é a decodificação – é absolutamente fundamental.

Existe muito debate no Brasil de que: "Olha, às vezes, essas metodologias são um pouco... Elas trazem uma certa mecanicidade de a criança rapidamente ficar identificando aquilo", mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sim, é o objetivo mesmo. Quando a gente vai fazer alguma coisa muito complexa, como compreender um texto, que é o objetivo final de todo mundo, escrever bem, é preciso que a gente tenha muitas habilidades que a gente consiga fazer de maneira muito rápida.

Senadora, despeço-me de você. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É verdade. (*Fora do microfone.*)

Vou só interromper rapidinho, Dr. Mário. Eu vou passar aqui o lugar que é devido à minha querida companheira aqui, a Augusta Brito, que é requerente da sessão, da audiência.

Incrível, viu? Os dois expositores aqui... Já fiquei encantada com a iniciativa e com a temática.

Muito obrigada. Parabéns a todos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO GHIO – Obrigado por nos receber.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Quero aqui agradecer à Senadora Leila. Foi bom até que ela participou, não é? Já participou aqui da audiência. Toda audiência pública que tem, a gente aprende, a gente, com certeza, já sai diferente da hora em que entra.

Mas aqui agradeço, peço desculpa, porque eu estava presidindo o Plenário e não consegui arrumar um substituto. Aí pedi para a Leila vir aqui começar. Mas agora cheguei. Pronto, com muito prazer.

O SR. MÁRIO GHIO (*Fora do microfone.*) – A Senadora Leila estava no banco e entrou como titular aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está vendo? Aí jogou um bolão, não é? Com certeza, ela sempre joga. Até que a gente joga uma bolinha. Eu, não tanto, não é? Eu dou um jeitinho, ela conserta. Eu boto para ela, ela conserta.

Mas eu queria aqui pedir então, já devolver a palavra e pedir desculpa ao Sr. Mário. Pode continuar aí sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRIO GHIO – Muito obrigado, Senadora. (*Fora do microfone.*)

Então, só terminando a última contribuição, que é a gente adotar uma avaliação ainda anterior, baseada no Egra, que é o Early Grades Reading Assessment, que é tido pelo Banco Mundial e recentemente, pesquisa confirmada inclusive pela Universidade de Oxford, é padrão ouro quando a gente quer identificar o início da consciência fonológica, a capacidade de decodificação, o início da fluência leitora. E por que no primeiro ano? Porque a gente pode fazer intervenções precoces. Quanto mais cedo a gente descobrir que um aluno em especial tem alguma dificuldade, tanto mais rápido a gente pode mobilizar os professores com os diversos recursos que eles têm, com o seu repertório, podem fazer uma intervenção mais rápida.

Então, o Egra a gente entende que é a próxima conquista do Brasil. Talvez, Profa. Hilda, seja o próximo passo. Depois desse trabalho hercúleo que vocês estão fazendo, de articular o Saeb do segundo ano, o próximo passo poderia ser introduzir o Egra.

Eu queria trazer alguns dados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO GHIO – Até, Senadora, a senhora chegou num momento importante, para receber um elogio pelo seu estado, olha. Eu trouxe alguns casos de sucesso, porque muito mais importante do que a gente, como Presidente do instituto, ou o que o instituto faz, muito mais importante é o que os municípios fazem. Funciona ou não funciona aquilo que a gente preconiza?

Então todas as barras azuis escuras são os resultados dos municípios que adotam as nossas metodologias em cada um dos estados onde nós estamos. Ainda não estamos em muitos estados brasileiros, mas, na média brasileira, a gente consegue que os alunos atinjam resultados 30% superiores à média nacional.

Um destaque é o Ceará, tanto pela média do estado, que é a barra amarela, que é descolada de todos os demais, quanto pelos municípios que nós atendemos nesse estado, sendo Sobral, por exemplo, o município mais citado do Brasil. Mas em diversos outros locais. Sergipe é um caso interessante, olha: a média de Sergipe é uma média baixa, se comparada até com os outros estados, e grande parte ali são estados também da Região Nordeste, mas a gente consegue também obter, em Sergipe, resultados bastante interessantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse gráfico é um gráfico interessante para a gente desmistificar um pouco que só ter muitos recursos resolve o problema da educação. Então ele é um gráfico que cruza, no eixo Y, o percentual de alunos alfabetizados ao final do segundo ano, *versus* o custo por aluno ano. Cada bolinha é um dos 5 mil, se eu não estou enganado, 5.564 municípios brasileiros. O Brasil está ali na média, olha, nossa bandeira nacional. Um pouquinho abaixo dos 60% dos alunos chegam lá, a um custo médio de R$13,7 mil. O Alfa e Beto está ali um pouquinho acima, na média, 77% dos nossos alunos chegam lá custando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO GHIO – ... um pouco menos do que a média nacional, e os nossos municípios que a gente considera os *top* 10, que estão lá em cima, chegam a alfabetizar perto de 95% dos alunos, e gastando... São redes de cidades menores, que não têm orçamentos de cidades grandes, mas conseguem chegar lá. Isso é fruto de estratégia, de metodologia, de motivação docente, de capacitação docente, de decisão política dos Prefeitos e secretários para que a coisa aconteça.

E, só chamo a atenção... Não pintei nenhum, não pus o nome de nenhum, porque seria um pouco vexatório, mas nós temos municípios no Brasil que chegam a gastar três, quatro vezes mais do que a média nacional e não são capazes de produzir nem 30% dos alunos alfabetizados. Eu penso que isso é algo que a gente deva combater também.

Teresina, durante o período que esteve conosco, foi a melhor capital do país no Saeb. Voltou recentemente. Agora, no ano de 2025, voltou.

O caso mais conhecido do Brasil aqui – do seu estado, Senadora – é o caso de Sobral. Sobral teve, desde 2007, quando entramos lá – já, já vai fazer 20 anos –, foi se descolando das curvas, seja do Brasil, seja do próprio Ceará. Todos os gráficos... Nós vamos ver uma queda ali em 2021, em que foi a pandemia. A pandemia provocou um abalo sísmico na educação do mundo, não foi só em Sobral e nem só no Brasil.

Coruripe, em Alagoas, é também um município bastante limitado em recursos, que tem um resultado até superior ao de Sobral – levemente superior ao de Sobral, que é 333. Aqui eu trouxe matemática – para não falar só de português –, que foi 336, também descolado do Brasil e do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E esse aqui, que é o último exemplo, para encerrar minhas contribuições: um município que luta com bastante dificuldade, lá no Maranhão, eu peguei aqui o resultado do sistema de avaliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO GHIO – ... do próprio Maranhão. Em 2022, 3% dos alunos desse município tinham a fluência desejada. Um ano depois, oito vezes mais, 24%, o último número é 48%. Tem muita coisa para fazer, mas hoje nós somos 16 vezes mais fluentes, nesse Município de Trizidela, do que no início.

Qual é o segredo disso tudo? Nenhum. É usar aquilo que a ciência já analisou, que a ciência já constatou, e transformar isso em programas, em formas de motivar os professores, em formas de motivar os alunos.

Está aqui. Então, essa é a nossa contribuição para o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sr. Mário.

É interessante a gente avaliar que não é uma questão só de orçamento e de recursos, é muito mais de gestão também. E acredito também em troca de experiências: se tem um município que está fazendo de uma forma, pode até... Eu sei que se tem que respeitar as regionalidades, obviamente, mas, com certeza, tem alguma coisa que pode ser tirada ou até realmente copiada. O que é bom também pode ser copiado.

Eu já quero aqui passar a palavra ao Sr. Valdoir Pedro, que também poderá fazer uso do tempo regimental.

São dez minutos o que foi determinado? (*Pausa.*)

Pronto, são dez minutos, mas, se for necessário, a gente acrescenta.

Pode ficar à vontade.

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER (Para expor.) – Muitíssimo obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, primeiro quero cumprimentar a todos da mesa, na pessoa da Senadora Augusta Brito.

Quero trazer aqui cumprimentos do Camilo Santana, da Profa. Secretária Katia Schweikart, nossa Secretaria de Educação Básica.

Eu acho que vai ser oportuno, aqui, a gente trazer um pouco depois... Eu acho que tem algumas coisas que dialogam bem com a fala anterior, mas eu queria, primeiramente, colocar qual é o lugar de fala exatamente que eu trago aqui, que talvez ele seja um pouquinho diferente dos demais quando a gente fala de avaliação.

Então, eu estou responsável hoje por uma das diretorias dentro da Secretaria de Educação Básica, que é uma diretoria voltada ao monitoramento e à avaliação nessa temática, e que cabe a gente trabalhar uma parte de monitoramento e avaliação de políticas e programas.

Eu vou aproveitar um pouco da fala que me precedeu para colocar um pouco isso, porque eu acho que tem um problema de origem aí quando a gente fala que é tarde avaliar o final do 2º ano, porque a gente não consegue diagnosticar a intervenção. Eu acho que a falha disso está em a gente pensar que uma avaliação feita nacionalmente vai ser, em algum momento, suficiente para a gente atuar sobre o processo.

É uma distância muito grande. Eu acho que é uma pretensão um pouco grande demais e acho que uma carga demais. Depois, a Profa. Hilda pode me corrigir. A gente tem também uma parceria – queria agradecer muito a parceria com a Profa. Hilda – que é constante.

Mas, quando a gente traz a perspectiva do monitoramento e da avaliação como avaliação de programa e de política, é exatamente para dizer que a gente não pode, lá no resultado final – aí não importa se ela ocorre no 2º ano, no 1º ano... Porque, senão, nessa linha, a gente vai correr o risco de chegar a um momento em que a gente vai querer, a cada mês, aplicar uma avaliação nacional.

O nosso entendimento é de que é preciso existir monitoramento nesse processo – como processo, não como resultado –, e esse monitoramento tem que ser feito, em parte, pelo Governo Federal, em parte, pelos estados, em parte, pelos municípios, e o monitoramento e a avaliação do processo de alfabetização precisam ser feitos pelo professor, pela professora em sala de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente querer ter uma visão sobre tudo isso, a partir de um olhar central, não é, particularmente, uma visão que a gente defenda dentro do nosso olhar de monitoramento e avaliação. Então, eu queria só colocar essa questão, e tudo o que eu vou falar aqui vai convergir um pouco com isso.

Mas eu vou falar mais especificamente da questão do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Como foi colocado já, a pandemia foi, sim, um grande baque para a alfabetização no Brasil, mas nós tínhamos sérios problemas de alfabetização antes da pandemia também.

Então, acho que a pandemia trouxe um alerta muito grande e, a partir de 2023, precisamos, além de recuperar o efeito da pandemia, fazer um processo de transformação que nos colocasse num rumo de alfabetização. Então, alfabetizar todas as crianças até o final do 2º ano.

Perceba: quando a gente fala da meta quantitativa 80%, a gente não está falando que está aceitando deixar 20% sem ser alfabetizado; a gente está falando que, no momento de uma avaliação, naquele dia, naquele retrato, é normal que a gente vá ter um estudante que estava com dor de cabeça no dia e que não vai conseguir ter aquele desempenho naquele dia. Mas o objetivo, como um todo, é alfabetizar todas as crianças e, além disso, recompor também as aprendizagens de quem não teve esse processo, essa garantia cumprida até esse ponto.

Então, a gente tem uma organização em eixos estruturantes, porque não parte da avaliação como as próprias audiências aqui estão estruturadas considerando isso, mas um eixo de gestão e política de alfabetização, no qual é preciso pensar a governança, um compromisso nacional e que dialogue com o nosso federalismo para trabalhar com isso.

É preciso pensar a formação de profissionais e melhoria, sim, das práticas pedagógicas. Temos, por princípio também, a questão da pluralidade pedagógica, que é um princípio da Constituição. Temos que reconhecer que muitas questões são de infraestrutura. Nós temos escolas que reportam, muito frequentemente, que não têm recurso para imprimir uma folha para fazer uma atividade.

E reconhecimento e compartilhamento de boas práticas, não como receitas a serem copiadas, mas eu diria, assim, como aprendizados a serem compartilhados.

E, claro, um sistema de avaliação que é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, mais para retomar, então foi feita uma definição de pacto de metas nacional, indo até 2030, para a gente chegar em 80% como meta.

Olhamos com muita dedicação para o grande avanço que tivemos entre 2023 e 2024. Embora não se tenha chegado aos 60%, que era o que a gente perseguia, estamos também ainda convictos de buscar esse 64%, muito satisfeitos com ter tido um grande avanço, e buscando as causas de onde esse avanço não aconteceu, para trabalhar com elas.

Aqui tem um detalhamento para o qual acho que é importante a gente olhar também de uma forma mais transversal. Nós tivemos uma situação que impactou muito, inclusive a meta nacional, que acho que essa semana é bastante oportuna, esse período é bastante oportuno, no período da COP 30, para a gente alertar que o principal efeito que teve foi uma questão climática no nosso resultado de avaliação; não foi nem uma questão pedagógica, foi uma questão climática.

E a gente toma muito cuidado para dizer que não foi o Rio Grande do Sul que fez a gente não alcançar a meta, foi a nossa necessidade de aprimorar a nossa resiliência do sistema, a nossa capacidade de recuperação, mas fica também como um grande aprendizado; mas o que a gente vê é que, de modo geral, têm se conseguido avanços expressivos para ser ainda num primeiro momento.

Aqui, um pouco do que é essa provocação. O que é, afinal de contas, avaliar a alfabetização? Avaliar o resultado da alfabetização é aquilo que a gente vai fazer com o estudante, mas para a gente não culpar o estudante, a gente não pode tirar só dele a informação sobre se a alfabetização está funcionando ou não. A gente tem que buscar a informação na rede de ensino, a gente tem que buscar a informação na infraestrutura das escolas, a gente tem que buscar a informação no nosso orçamento federal, para ver se a gente está conseguindo fazer o nosso papel supletivo.

Então, é um conjunto de passos que a gente tem que fazer, porque se a gente começa a "avalia o estudante, avalia o estudante, avalia o estudante", a gente vai começar a ver: "Dê-me o nome dos estudantes que fizeram com que não alcançássemos a meta", como em alguns casos a gente chega ao ponto de ouvir isso.

Queria destacar também a multiplicidade dos esforços, mas, de modo geral, percebam que aqui é um gráfico que traz uma comparação de medianas dos municípios. A gente ainda tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

processo que precisa ser alcançado, e agora está se avançando neste ano quanto à abrangência das avaliações. Então, ainda temos um comprometimento dos resultados por não termos avaliações de todos, mas, de modo geral, a gente vê um comportamento de crescimento, mesmo para aqueles que não conseguiram bater a meta.

E, para o Rio Grande do Sul, claro, tendo que se olhar com cuidado, inclusive nos prepararmos para o resultado deste ano, porque o que a gente espera é que o Rio Grande do Sul tenha uma grande recuperação, mas a gente não pode ficar frustrado se ele não alcançar ainda a meta para 2025, neste ano, porque é um esforço de recuperação muito grande.

Avançando aqui. Uma outra questão que nos chama a atenção, porque muitas vezes a gente fala que os municípios pequenos não têm uma boa condição, mas talvez o nosso grande desafio não esteja exatamente nos menores municípios, que é onde a gente vê que pelo menos as medianas têm sido melhores. Já quando a gente vai para portes maiores de municípios, aí, sim, a gente tem um desafio um pouco maior – e isso precisa ser customizado, isso precisa ser direcionado.

As instituições – por exemplo, a Undime, que faz um apoio importante aos municípios – têm mais facilidade, por exemplo, de trabalhar, às vezes, com municípios de médio a pequeno porte, mas as nossas grandes metrópoles são também um grande desafio.

Chamo atenção também para a questão da complexidade que há. Então, quando a gente compara também os movimentos de matrícula – a gente gosta de chamar atenção para isso –, de 2023 para 2024, nós tivemos uma queda no número de estudantes do 2º ano em torno de 56 mil matrículas, mas nós tivemos um aumento no número de estudantes alfabetizados em torno de 59 mil, e isso é uma relação importante. Nós tivemos também uma queda de cem municípios que estavam abaixo de 40%, e grande parte desses cem ainda são municípios que foram muito afetados pelas enchentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER – Então, a gente entende que é importante celebrar, por exemplo, o aumento de municípios acima de 80%, o aumento de rede acima de 60%, quer dizer, é um conjunto de movimentos que vão acontecendo num sentido bastante relevante.

Se me permite, Senadora, utilizar o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também queria chamar atenção, porque existe hoje um apoio que é prestado para todas as redes, disponibilizado a todas as redes – embora algumas usem os seus sistemas próprios também –, de uma avaliação formativa que tem três ciclos de avaliação ao longo do ano. A gente acompanha, sim, a parte de participação, e aí vem muito importante essa questão que o professor alerta, que é: precisa ter *feedback* para a escola, precisa ter *feedback* para o professor. E essa avaliação, por exemplo, é uma em que periodicamente o professor pode ter a identificação de quais são as habilidades que precisam ter um melhor desenvolvimento.

Então, a gente não entende que a avaliação, dentro do compromisso, é feita somente ao final do 2º ano, somente em grandes períodos. Não, existem outros processos que permeiam isso. O que a gente entende é que não dá para a gente trazer isso tudo para um compromisso, para uma função de um órgão nacional, não porque ele não seja ultracapaz de fazer isso, mas porque os tempos não permitem, a proximidade quanto a isso é essencial.

E também lembrando que a LDB sempre prevê... E nessa leitura de conseguir considerar as peculiaridades, as diferenças, é muito importante lembrar que a LDB prevê sempre uma avaliação contínua e cumulativa, com os aspectos qualitativos prevalecendo sobre os aspectos quantitativos.

Então, em última instância, quem vai avaliar se a criança está alfabetizada ou não, de fato, vai ser o professor que está acompanhando cotidianamente. E a nossa avaliação nacional, agora com esse processo articulado com os estados, tem um papel muitíssimo importante, mas nunca vai responder a todas as questões que a gente traz para o processo.

Aqui apenas trazendo alguns outros elementos, porque se usam para esse processo de avaliação interno do programa também diversas fontes para focar em insumos, em produtos, em resultados e em impactos. E isso sendo feito sistematicamente... A gente depois pode disponibilizar o *link*, mas procurando na página do MEC, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lá dentro tem um espaço exclusivo de monitoramento e avaliação, que é onde são disponibilizados todos os resultados desses trabalhos. Por exemplo, avaliações de implementação relativas ao ano de 2023, relativas ao ano de 2024 e também, no nosso horizonte, a relativa ao ano de 2025 em breve, que é para a gente saber se as coisas que iriam viabilizar um processo de alfabetização aconteceram, e a gente entende que sem isso a gente vai, sim...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER – ... ter um grande risco de cair na responsabilização do estudante, não é?

Aqui – aí já indo para o encerramento, então – é só para colocar uma questão em que a gente ainda tem desafios muito estruturantes, que precisam ser pensados também de forma estruturante. Por exemplo, num levantamento inicial que nós temos, os principais fatores de dificuldade que as redes apontam estão relacionados à mudança frequente de professores e à falta de professores. Então, muitas vezes, a gente faz uma formação continuada muito desafiadora, mas, no ano seguinte, aquele professor não está mais em atividade na rede.

E aí, para respeitar o tempo, eu vou deixar as outras questões aqui para comentar no retorno final.

Muitíssimo obrigado. Agradeço muito por esta oportunidade, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos, Valdoir.

Eu vou deixar para fazer algumas considerações mais no fim.

Eu já quero aqui, dando continuidade, passar a palavra, de forma remota, à Sra. Sumika de Freitas, Integrante do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que pode também usar os dez minutos.

Eu queria pedir só para abrir a tela para que ela possa fazer a sua exposição.

Já pode falar.

A SRA. SUMIKA DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k. Boa tarde...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Boa tarde.

A SRA. SUMIKA DE FREITAS (*Por videoconferência.*) – ... a todas e a todos.

É uma alegria compor, neste momento, a audiência pública e mais um ciclo de audiências públicas sobre o Compromisso Criança Alfabetizada.

Quero cumprimentar a Senadora Augusta Brito pelo convite à Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Eu venho como representante do Comitê Diretivo da Campanha Nacional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sou participante do Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; sou Pós-Doutora em Educação, em Diversidades e Processos Educacionais Inclusivos, Formação de Professores e Infâncias; e atuo como Professora da Educação Básica, na Rede Municipal de Vitória. Então, com esse conjunto de atribuições, nesta tarde, venho com algumas considerações que, ao longo desses anos, acompanhamos junto à Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Pode passar.

A importância do compromisso foi muito bem relatada aqui pelos que me antecederam, e as conquistas que nós temos hoje, quando falamos do reconhecimento da autonomia dos entes federados, têm sido muito importantes. Há esse compromisso articulando todos os entes, o papel articulador do Ministério da Educação, como o Inep já bem apresentou, o próprio Ministério da Educação. Nós também reconhecemos a importância de que, hoje, na atribuição com os entes federados, nós temos a articulação do Governo Federal, dos estados e dos Municípios. Como nós estamos nos municípios, temos também uma atribuição muito importante, considerando a educação infantil e o ensino fundamental.

Nós sabemos que, ao longo do processo histórico da educação brasileira, nós temos a composição de um sistema de avaliação, de possibilidades de políticas de avaliação; e nós também temos algumas considerações importantes ao longo de pesquisas, ao longo também da nossa escuta sensível com os nossos pares e também com a militância da educação brasileira.

Pode passar.

Nós sabemos que também no compromisso se apresenta a necessidade de foco em uma política de formação destinada a professores, técnicos e gestores educacionais.

Assim, são alguns pontos que nós vamos destacar aqui nesta tarde, que contamos também com a possibilidade e sensibilização de todos que estamos aqui, nesta audiência pública, uma vez que nós temos o foco: o trabalho com as nossas crianças como sujeitos de direitos.

Pode passar.

Então, nós temos algumas considerações importantes enquanto campanha nacional, enquanto Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que as infâncias são plurais no nosso Brasil: é a infância do campo, da cidade, quilombola, indígena, ribeirinha, a criança com deficiência, e essas infâncias são reconhecidas como categorias geracionais, que a nossa geração tem uma contribuição importantíssima e um compromisso ético e político com elas.

Que as nossas crianças são atores sociais. Elas não são vistas apenas como sujeitos biopsicológicos, mas como sujeitos que têm um território, uma condição social, uma condição política, e muitas vivem ainda em condição de desigualdade, de extrema pobreza, e temos um compromisso com elas.

Considerando os processos de alfabetização, nós defendemos também que a consolidação do processo de alfabetização ocorre nos primeiros anos do ensino fundamental.

Desde a educação infantil, consideramos a nossa presença no compromisso. Isso é importante, hoje, porque nós já reconhecemos o trabalho que temos dentro do compromisso com o Pro-Leei, que é um programa amplo de formação de professores, e que, junto desse programa, nós temos a oportunidade de apresentar as diretrizes nacionais da nossa educação infantil, o fortalecimento também dos processos de apropriação de conhecimento e a importância de desenvolvimento e aprendizagem da linguagem oral e escrita das nossas crianças, considerando também as culturas infantis e as interações e as brincadeiras.

Pode passar.

Então, nós sinalizamos, a partir desses considerandos, algumas preocupações, porque, ao longo dos dois últimos anos, circulando nos municípios, atuando como formadora no Pro-Leei, atuando também no programa de formação, de especialização na educação infantil, e outros programas de formação de professores, nós temos diferentes narrativas. Assim, também compete a todos nós, aqui nesta audiência, apresentar esses alertas.

Nós temos uma preocupação com a antecipação do processo de consolidação da alfabetização. Nós que defendemos a educação infantil como primeira etapa da educação básica temos a total clareza de que essa etapa da educação básica tem um compromisso ético e político com essas crianças; de que, pelas interações e brincadeiras, as crianças estão apropriando conhecimentos historicamente acumulados; de que não compete, nessa etapa da educação infantil, a consolidação da alfabetização, mas sim apresentar e ampliar os conhecimentos que envolvem a linguagem oral, a linguagem escrita, a leitura, a escrita, como processos que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

historicamente acumulados e apresentados pela humanidade; e de que nós professores, nesse processo de mediação – ou os adultos nesse processo de mediação pedagógica –, temos o papel importantíssimo de apresentar, de proporcionar condições, ferramentas, possibilidades, materiais diversificados, materiais não estruturados, que também vão demandar insumos necessários à ampliação a esse conhecimento.

Nós temos uma preocupação sobre as provinhas, simulados e provas preparatórias que vêm ocorrendo desde a educação infantil, já em diferentes partes do país. Sabemos que tem um acúmulo histórico, o Inep agora mesmo apresentou, sobre o Saeb, sobre a importância desse sistema, de como ele veio se consolidando ao longo dos anos, como as equipes, de modo responsável, também podem se apropriar e podem se aprofundar em suas análises, mas compete a nós também alertar que não é importante para nós, na educação infantil, a aplicação neste momento de provinhas, simulados e de testes preparatórios, ou até mesmo de aplicação de testes de fluência, ou até mesmo, como já encontramos em alguns municípios, a volta até mesmo de aplicação de provas piagetianas ou das provas do desenvolvimento da escrita, conforme Emilia Ferreiro, porque nós acreditamos no processo de apropriação da leitura e da escrita que se dá ao longo do desenvolvimento integral das nossas crianças, e nós, como adultos, como professores, nesse processo, temos um papel importantíssimo nessas mediações. E é claro, a partir do processo de formação continuada, isso se consolida junto com os professores, os pesquisadores e profissionais que atuam na nossa educação, principalmente a educação infantil e a interlocução com os primeiros anos do ensino fundamental.

Observamos também uma preocupação com a ausência de políticas de formação, principalmente no âmbito dos estados e de municípios, municípios que ainda necessitam reorganizar e pautar um compromisso com a criança, um compromisso com a educação infantil, um compromisso com o ensino fundamental, que respeite essas crianças como sujeitos de direitos.

E, reconhecemos também, é importante declarar que precisamos, cada dia mais, fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados. Atualmente participo no programa Pro-Leei, reconheço a importância desse programa e como ele tem capilaridade em vários municípios. E como tem sido importante o regime de colaboração, é um exercício que nós, enquanto país, estamos fortalecendo, mas que precisa, cada vez mais, do exercício do diálogo, da escuta sensível, da escuta aos pares, de pensar em estratégias de ação e dessa luta pelo bem comum no processo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tanto na educação infantil, da leitura e da escrita, quanto no ensino fundamental, na consolidação da alfabetização.

Pode passar.

E a necessidade que nós destacamos, como as políticas de fortalecimento do regime de colaboração, políticas de formação de professores, uma política de avaliação da educação básica, considerando o Sinaeb, que foi aprovada no novo PNE e no Sistema Nacional de Educação. E fortalecer, sim, o Sistema Nacional de Educação, reconhecendo o Custo Aluno Qualidade, os insumos necessários para que ocorra todo esse trabalho envolvendo a leitura, a escrita, os processos de alfabetização, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental.

Pode passar.

Quero agradecer este momento, estas contribuições que nós trazemos, enquanto Campanha Nacional, enquanto Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, e deixo também à disposição o meu *e-mail* e a página no Instagram.

Muito obrigada por esta tarde, a todos e todas, em mais um momento de aprendizagem.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Somos nós que agradecemos. Foi uma exposição muito explicativa e muito direta. Com certeza nós vamos ter grande parte dela também no nosso relatório. E é isto que a gente quer tendo audiência pública: exatamente juntar o que a gente pode ter de melhor, de proposições, fazer os encaminhamentos, acompanhar. São cinco audiências públicas que a gente vai ter aqui, e eu sempre me comprometo a, no final das cinco, ter todos os encaminhamentos, especialmente dos que participaram, que foram os convidados, que vieram até aqui e que contribuíram nessa construção. Essa construção é feita por várias pessoas, várias mãos, instituições, entidades. Então, tenho certeza de que ela vai ter uma validade e um peso muito importante para o que se diz alfabetização na idade certa – não é assim agora, não é? Porque lá, no Ceará, a alfabetização era na idade certa.

Quero até dar um exemplo. Eu fui Prefeita de uma cidade de 14 mil habitantes, 15 mil habitantes. Minha filha estudava na escola municipal e foi alfabetizada nessa escola, quando eu era Prefeita, e hoje ela está fazendo Medicina. E ela foi muito bem alfabetizada, em uma escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pública: um bom exemplo de que lá já funcionava a alfabetização na idade certa. Era uma escola de tempo integral do município – municipal.

Eu quero já passar a palavra, também de forma remota, à Sra. Luana, que é Gerente de Políticas Educacionais do Todos pela Educação, que também poderá usar, de forma remota, os seus dez minutos.

Luana, será um prazer ouvi-la.

A SRA. LUANA SMEETS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Prazer.

Primeiro, quero agradecer o convite à Senadora Augusta Brito e cumprimentar todas as pessoas da mesa; cumprimentar também todas as pessoas que nos acompanham presencialmente aí, no Senado, e as pessoas que nos acompanham virtualmente.

Bom, eu vou compartilhar aqui a minha apresentação e vou buscar também, assim como foi orientado aqui, dialogar com os comentários e perguntas que surgiram no portal. Então, eu já começo dialogando com um dos comentários que foi feito no portal pela Anna, de Goiás, que fala sobre a alfabetização como viabilizadora da participação plena das crianças ao longo da trajetória escolar; e também um comentário que surgiu da Luciene, de Santa Catarina, trazendo a alfabetização como um direito.

Então, aqui representando o posicionamento do Todos pela Educação, nós acreditamos fortemente que avançar na alfabetização é primordial para a melhoria da educação básica como um todo, entendendo a proteção das trajetórias dos estudantes brasileiros, e que isso precisa ser feito de forma consistente, observando os indicadores de alfabetização.

Trazendo aqui apenas um dado que nós temos dos indicadores, é possível perceber uma progressão nos indicadores de alfabetização: em 2023, nós tivemos um índice de 56% de crianças alfabetizadas; e, em 2024, um índice de 59,2%. Aqui quero destacar que essa melhoria demonstra capacidade de avanço, e essa capacidade de avanço nós defendemos que precisa ser sustentada por políticas que tenham foco, continuidade e, sobretudo, cooperação federativa, aqui dialogando diretamente com uma fala que veio anterior à minha, de um dos eixos da política do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que é exatamente o de promover essa cooperação federativa entre os entes nesse compromisso em avanços com a agenda da alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, entrando especificamente no papel dos sistemas de avaliação, eu trago aqui um destaque para o fortalecimento das avaliações, considerando tanto o sistema de avaliação da educação básica, os sistemas estaduais e o Indicador Criança Alfabetizada como os legados dessa política de alfabetização para o país. E aqui essa visão de um papel dos sistemas de avaliação que olha para três funções centrais dialoga diretamente com o que a gente ouve de posicionamento tanto do Governo Federal, como objetivos da política da implementação e do acompanhamento e monitoramento das ações, assim como o diálogo direto com gestores públicos, que são quem implementa nos territórios as ações e os programas. Então, essas três funções do sistema de avaliação cumprem um papel técnico porque a gente consegue, hoje, medir os avanços com base comparável e confiável. Óbvio, eu vou trazer alguns desafios e oportunidades ao implementar uma política que traz essa complexidade de ações.

Tem um papel também que é muito forte, político, e aqui eu dialogo diretamente com uma fala que veio... Uma mensagem que veio no portal que é do Omar, do Amazonas, que fala da importância de ter um projeto nacional unificado, contínuo e baseado em evidências de sucesso. Então é inegável perceber que o indicador de alfabetização no país hoje mobiliza, sim, os gestores públicos, e aqui estamos falando de Governadores e Prefeitos nesse processo de cooperação federativa. Olhar para essas metas nacionais e entender o papel de cada território para o alcance dessas metas com equidade é algo que cumpre um papel central político de priorização da pauta.

E um último papel aqui que a gente traz como crucial para o avanço nessa política é um papel pedagógico, entendendo, assim como numa fala que veio anteriormente à minha, que não dar a conta a um Sistema Nacional de Avaliação de cuidar especificamente de todos os detalhes e complexidades e nuances pedagógicas, mas que, sim, os resultados das avaliações precisam orientar políticas de formação e práticas de sala de aula.

Aqui, eu quero trazer também um destaque a uma fala, a um comentário que veio no portal, da Andreia, de São Paulo, que é professora de educação especial, que fala que é muito importante que os resultados de avaliação olhem também para o professor, para o processo formativo do professor, entendendo que os resultados dizem, sim, sobre o desempenho dos estudantes, mas dizem sim, também, sobre sinais de ações e programas que precisam ser efetivamente implementados para que a gente consiga avançar nos indicadores de alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, trazendo um pouco para o aspecto de quais são os desafios e oportunidades, também, que nós conseguimos observar olhando para a alfabetização e para a avaliação, um primeiro ponto, aqui dialogando diretamente com a fala da Profa. Hilda, é de seguir aprimorando a clareza sobre metodologias e parametrizações para fortalecer o uso técnico dos resultados. Eu destaco aqui a portaria que foi mencionada, a Portaria 351, que traz esse horizonte de que precisamos olhar para o uso técnico desses resultados para orientar, sim, as ações e os programas com foco em alfabetização.

É importante também... Aqui eu quero reconhecer e celebrar esta notícia de que haverá uma instrução normativa olhando para o avanço na padronização das avaliações estaduais, considerando que tanto o nível de dificuldade dos itens como o período e o formato de aplicação podem ter, sim, influência direta nos resultados que a gente obtém a partir das avaliações. Então é um motivo de celebração ouvir que teremos esse esforço, que é um esforço que precisa ser reconhecido do Inep, contínuo, de conseguir garantir a complementariedade das avaliações, dos sistemas de avaliação, assim como uma base confiável de comparabilidade entre os resultados.

Um terceiro ponto é de ampliar o esforço na disponibilização de dados que permitam acompanhamento de recortes socioeconômicos e raciais. E aqui eu dialogo diretamente com um comentário do Giltônio, do Mato Grosso, que fala sobre avaliação como uma possibilidade de redução das desigualdades e com impacto real em processos de equidade na educação.

E aqui, olhando muito para o reforço de monitoramento dessa equidade e orientando políticas afirmativas, observando que quando nós olhamos o parâmetro, quando nós olhamos o contexto macro, de quantas crianças, de qual percentual de crianças alfabetizadas, é importante, sobretudo, olhar também para essa distribuição, quais são as crianças que não estão sendo alfabetizadas, e que esses resultados tragam direcionamentos para ações e políticas focalizadas em reduzir as desigualdades.

E por último, trago um ponto de apoio ao Inep para que os resultados cheguem de forma tempestiva, no máximo possível, que for possível para as redes, para que, de fato, seja possível potencializar o uso no replanejamento de programas e ações.

Aqui também dialogo diretamente com uma fala do Prof. Valdoir, de que não dará conta uma avaliação nacional entrar na especificidade das práticas pedagógicas. Por isso, existe um esforço coletivo de complementariedade das avaliações estaduais com a avaliação nacional, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que existe uma grande oportunidade de usar esses resultados para que a gente consiga avançar enquanto sociedade na melhoria dos indicadores de avaliação.

E para concluir a minha fala, trazendo também um diálogo direto com Rafael, da Paraíba, que traz que, o.k., temos os resultados das avaliações, mas o que se faz a partir disso. Nós, no Todos pela Educação, acreditamos que é necessário consolidar, observando as lacunas, as oportunidades, é necessário aperfeiçoar e, sobretudo, sustentar essa agenda.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é um caminho promissor e necessário para o país, para que a gente consiga garantir trajetórias escolares dignas e de sucesso para os estudantes brasileiros, olhando para as desigualdades, enfrentando as desigualdades e oferecendo uma educação de qualidade com equidade, e que existe um próximo passo que, olhando para todas as falas que antecederam a minha fala, o diálogo com gestores públicos, é inegável que a gente precisa garantir que esses avanços olhem para a frente, olhem para a melhoria.

Então, aqui a gente traz uma defesa também de que o Indicador Criança Alfabetizada precisa se consolidar como uma política de Estado, para que continue sendo uma prioridade política para os gestores públicos.

E, para finalizar, que a avaliação deve seguir sendo um instrumento de mobilização, gestão e também de aprendizado coletivo.

Eu agradeço o espaço de diálogo e este espaço de aprendizado coletivo que nós temos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos à Sra. Luana pela sua explanação também, com considerações muito importantes, que vamos, com certeza, agregar aqui no nosso relatório, nos encaminhamentos. Já agradeço demais a participação.

E agora, com a palavra a Sra. Anna Helena, que é Presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

Agora, só antes, eu queria fazer aqui uma observação: que esta mesa de audiência pública tem mais mulheres do que homens, não é? Isso é quase inédito, não é? Mas que bom que a gente está conseguindo ter paridade e ter um equilíbrio de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar.

A SRA. ANNA HELENA ALTENFELDER (Para expor.) – Bem, boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Boa tarde a quem nos está assistindo à distância. Eu queria cumprimentar a Senadora Augusta Brito, agradecer a oportunidade de estar aqui e cumprimentar os demais companheiros e companheiras da mesa.

É uma honra estar aqui, nesta audiência pública, para falar sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e com foco no eixo de monitoramento e avaliação, que é, sem dúvida, um pilar estratégico da política. De fato, alfabetizar na idade certa ou até o segundo ano não é apenas uma meta pedagógica, é um fundamento de cidadania, é uma garantia de direito constitucionalmente garantido, é imperativo, é ético e moral, mas é também condição para um desenvolvimento econômico e sustentável do país.

Por outro lado, os dados mostram uma realidade que nós não podemos ignorar: mais da metade das nossas crianças ainda não está alfabetizada na idade certa e, entre elas, estão, sobretudo, se olharmos os dados, as mais pobres, as negras, indígenas, com deficiência, do campo e das periferias. Então, o desafio da alfabetização é também o desafio da equidade.

Para reverter este quadro, existe um compromisso nacional real, e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada acerta – eu gosto do nome compromisso –, é um compromisso da União, dos estados, dos municípios, das escolas e das famílias, mas é um compromisso de todos, do país como um todo. Se entendermos que este é um compromisso da sociedade como um todo, nós poderemos avançar.

Agora, é preciso lembrar que o compromisso se concretiza na sala de aula e, para isso, é preciso haver condições reais. Então, sem infraestrutura adequada, sem material pedagógico, sem professores valorizados, não há alfabetização possível.

Neste sentido, eu acho importante nós ultrapassarmos uma dicotomia que é muito comum nas discussões sobre educação: se precisamos de mais recurso ou mais gestão. Na verdade, nós precisamos das duas coisas; nós precisamos de recurso e precisamos de gestão dos recursos. A educação não é gasto; é investimento no desenvolvimento do país e na justiça social.

Então, acho que a primeira condição para o compromisso avançar é que nós temos que ter o financiamento adequado, necessário para que ele possa ficar em pé e seguir. De fato, há muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acertos na política do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e, sobretudo... especificamente, sobretudo não, mas especificamente no eixo de monitoramento e alfabetização.

Acho que já falamos muito, nesta mesa, da necessária e importante integração entre as avaliações escolares, as avaliações estaduais e a avaliação nacional, que permite acompanhar o processo na sala de aula, o progresso das crianças e também permite interferir nas políticas.

É muito importante entendermos que as avaliações têm objetivos diferentes.

A avaliação que a gente faz na sala de aula é bastante diferente da avaliação do sistema – e tem objetivos diferentes. Então, se a gente quer efetivamente monitorar a aprendizagem da criança é alfabetização contínua, no dia a dia, feita pelo professor na sala de aula.

Enfim, então acho que essa é uma avaliação, é uma estratégia importante, interessante, que o compromisso avança, mas nós temos alguns desafios. Nós tivemos uma boa adesão, 84% dos entes federados participaram em pelo menos um dos ciclos, mas poucos, nem todos, em todos os ciclos. E, se olharmos também o número de estudantes que participaram, nós vamos olhar que são 20% dos estudantes que estiveram presentes em todos os ciclos.

Por que isso é um desafio? Porque, se estamos falando em uma avaliação processual, é importante que nós tenhamos essa articulação necessária entre os ciclos para identificar avanços, retrocessos e estagnação.

Então, acho que esse é um ponto de atenção, de trabalho junto às redes, de compreender melhor esse fenômeno para a gente garantir uma participação em todos os ciclos e de todos os estudantes, não só dos municípios.

Isso também me faz pensar sobre quem são esses estudantes que não participam desses ciclos. Nós sabemos que, infelizmente, no Brasil, os alunos e alunas que ficam fora das políticas são os alunos mais pobres, os alunos negros, os alunos indígenas, até pelas próprias condições da escola. Então, é importante que a gente tenha esse dado, entenda melhor, e atue sobre isso.

Eu acho que alguns pontos já foram abordados pelas companheiras da Campanha e do Todos Pela Educação, mas eu só vou ressaltar quais são os pontos que merecem destaque.

Um é a comparabilidade dos dados, acho que fico feliz com a notícia do avanço do Inep nessa direção. Precisamos realmente avançar, crescer e ganhar, inclusive, uma confiança nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que a gente possa falar sobre isso sem que o debate seja sombreado por dúvidas e discordâncias; mas estamos no caminho certo, fiquei bem feliz.

A outra coisa é que eu acho que precisamos olhar muito para a questão da desagregação dos dados. E aí eu vou deixar para o meu colega Jefferson, que ele vai abordar esse tema; mas, assim, nós precisamos enxergar os dados por raça, renda, território e agir onde há mais urgência. Se acreditamos que a política da alfabetização é fundamental para o enfrentamento das desigualdades e produção da equidade, esse é um olhar que não pode faltar, fugir.

Também acho que é importante uma ampliação do debate sobre a questão de uma amplitude curricular, avaliar também a escrita, os outros usos sociais e funções da língua, conforme a BNCC. Não só aqui no Brasil, mas no mundo todo, existe uma tendência das avaliações se centrarem nas competências de leitura. Nós precisamos olhar também para as competências de escrita, e também para o uso da língua na direção do letramento.

Por fim, uma preocupação grande que nós temos é a questão da cultura do ranqueamento que existe no país. Tivemos um avanço, avaliações externas, Ideb, Saeb, sem dúvida nenhuma, significaram um avanço; porém, com isso, nós desenvolvemos uma cultura de ranquear e uma cultura de premiar ou de punir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA HELENA ALTENFELDER – O uso dessas avaliações deixa de ser para monitorar a política pública e passa a ter um uso político no mau sentido da palavra.

Então, é muito importante que a gente olhe e cuide disso e evite, inclusive, que as nossas salas de aula se tornem centros de treinamento para provas, que é outra coisa que nós temos olhado, em detrimento do desenvolvimento integral das crianças. Então, eu acho que, obviamente, a política tem passos e componentes importantes para enfrentar isso, mas é um cuidado e um alerta que nós fazemos.

E, por fim, a avaliação formativa de que nós tantos falamos é importante. Acho que o painel que fornece os dados é bastante interessante, mas com uma necessária articulação com a formação. Nós não temos cultura de avaliação, de monitoramento na sala de aula e, muito menos, de pensar em instrumentos de intervenção no dia a dia. Então, temos os dados já, isso é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

avanço, merecem parabéns, mas nós temos que aperfeiçoar e articular com a formação para que os professores, efetivamente, possam fazer um bom uso disso.

Bem, finalizando, então, o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada aponta na direção certa, mas, para garantir seu êxito, é preciso um financiamento estável, avançar na desagregação dos dados, na transparência e comparabilidade também dos dados e numa formação docente robusta que, efetivamente, apoie os professores.

A alfabetização é a dívida social que o Brasil não pode mais adiar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu agradeço aqui a Sra. Anna Helena, que tão bem aqui já reforça, realmente, a importância de ter uma avaliação em que a gente realmente possa ter dentro desta avaliação metas ou diretrizes ou construir políticas, descentralizar para que ela sirva... para que a gente possa mudar o que tem que ser mudado. Falando aqui bem popularmente, praticamente, é exatamente isso. Eu acredito que seja... que vá dar validade, realmente, para que essa avaliação exista.

Não adianta a gente estar fazendo a avaliação se ela não tiver, realmente, um sentido e um significado de construção de política pública, de projetos, enfim, de encaminhamentos que vão mudar a realidade.

Mas, agora, eu também passo, com muita felicidade, a palavra para o Sr. Jefferson, que é Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Teremos o maior prazer também em ouvi-lo.

O SR. JEFFERSON CRUZ ACÁCIO (Para expor.) – Alô? Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Boa tarde a todas e a todos.

Eu sou Jefferson Acácio. Faço minha autodescrição: homem negro, usando um brinco dourado, cabelo platinado, estilo baiano periférico. Sou de região periférica da Bahia, do sul da Bahia, homem de terreiro, estou usando um terno azul marinho com uma camisa por baixo cinza e um crachá do Ministério da Igualdade Racial, de onde eu estou falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, estendo aqui o agradecimento da Ministra Anielle Franco, do Secretário Tiago Santana, que me designaram para estar aqui nesta missão, como já me designaram antes para representar o Ministério da Igualdade Racial no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é o nosso público, senão prioritário, o que passa por todas as outras questões e agendas que nós debatemos no nosso ministério: proteger nossas infâncias, nossas juventudes periféricas, negras, quilombolas, indígenas, povos de terreiro e matriz africana, e ciganos.

Então, estamos aqui para fazer as observações necessárias para que a equidade racial, a igualdade racial e as ações afirmativas estejam, de fato, nas políticas públicas como tema central ou estruturante, para que a gente enfrente, de fato, o racismo estrutural.

Então, se é para a gente pensar em um compromisso nacional para a criança alfabetizada, a gente tem que pensar no marco da equidade, assim como a Bianca, do Paraná, que trouxe em uma das perguntas: "Como o acompanhamento do Compromisso Criança Alfabetizada impacta a equidade educacional nas escolas públicas?".

Eu acho que é uma construção que quem está à frente desse compromisso tem que estar buscando. Eu vi aqui nas diretrizes como a política foi elaborada, e esta audiência pública é justamente para isto: para que a gente pense formas de como aprimorar e de como avançar, até porque é um desafio a gente fazer um monitoramento nacional. Esses espaços, como este aqui, que já está seguindo para o quarto ciclo, se não me engano, de audiência pública... Gostaria de ter participado do ciclo anterior também, de práticas pedagógicas, porque eu acho que também é muito importante e estruturante pensar nas especificidades desses currículos para esses estudantes, para além das outras questões e camadas mais profundas do que impacta suas vidas; também a forma como o conteúdo é experienciado dentro da sala de aula; como esse conteúdo tem ou não valorizado a cultura afro-brasileira, africana e indígena como lugar de pertencimento, porque, para mim, a alfabetização caminha também com o pertencimento, com a compreensão de identidades e com fatores que precisam de um pouco mais de atenção.

Por isso, o que a minha colega aqui trouxe, a Anna Helena, sobre ter todos os dias uma prática de intervenção... Porque é somente no dia a dia, de fato, na sala de aula, que você vai perceber como está essa criança, esse processo de alfabetização, o que ela está enfrentando também dentro de casa, nos territórios – como a gente está vendo direto na televisão, e não é nenhuma novidade, são territórios muito marcados por violências. Lá no Ministério da Igualdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Racial nós costumamos fazer muitas escutas em comunidades quilombolas, e as questões climáticas também são outros fatores – como já foi levantado aqui também, de, às vezes, não conseguirem chegar ao local da escola e isso ser impactado muito negativamente, sem contar também outras violências e perseguições que esses territórios sofrem.

É nesse intuito que o papel... Primeiramente, antes de falar do Conanda, que já mencionou o Estatuto da Criança e do Adolescente, no próprio Ministério da Igualdade Racial o nosso papel é manifestar análise técnica contributiva sobre proposições legislativas, frentes e ações que possam produzir efeitos na concepção, na implementação e na continuidade de políticas de ações afirmativas, especialmente daquelas voltadas à promoção da equidade ao acesso, à permanência e à conclusão, em todas as áreas da vida, principalmente na educação. Estou falando da Coordenação-Geral de Assuntos Afirmativos na Educação. Então a nossa pauta, a minha pauta principal é a de educação antirracista.

Observei aqui, em algumas falas, em todas as falas, na verdade, me senti muito contemplado e, realmente, estar numa mesa aqui com maioria de mulheres é um privilégio para a gente reconhecer nosso lugar, muitas vezes, de desconstrução de patriarcado, de modelos arcaicos de educação, que excluem também as mulheres, as perspectivas de gêneros. Quantas vezes eu vi, no meu território, meninas serem adultizadas muito cedo para cuidarem dos seus lares, das suas casas, e serem cada vez mais afastadas do processo de alfabetização porque tinham que assumir uma posição que não era delas, era dos familiares, da sociedade, enfim, do sistema, do Estado, mas não daquela criança. Então, eu sou uma das também muito impactadas, principalmente as meninas negras.

Estou muito contemplado com a fala principalmente da Anna Helena, da Luana, que fala dos desafios da disponibilização de dados étnico-raciais, os marcadores étnico-raciais. Eu não gosto de falar recorte porque já me parece algo que é exclusão, gosto de falar marcadores étnico-raciais. E aí também todos eles: deficiência, gênero, sexo, classe, território, todos eles são importantes, porque é o que vai nos dizer exatamente o que aquele território precisa para que se formulem políticas mais eficazes.

Então, respondendo aqui à Bianca, do Paraná, se impacta ou não, a gente precisa, para saber se impacta ou não, a gente precisa desses dados desagregados, para ter uma análise mais próxima dessa realidade desses territórios. E, de fato, como o Valdoir foi muito sensato em dizer em sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fala, não damos conta de um monitoramento nacional, mas a gente pode, a partir desses dados, entender onde que a gente precisa agir de imediato, com soluções mais próximas mesmo.

E, bom, o que eu quero também destacar aqui, como falei que eu gostaria de ter participado também da construção do diálogo de práticas pedagógicas, me faz parecer, como já falei anteriormente, que a criança precisa se sentir, dentro da escola, no seu lugar de pertencimento e precisa reconhecer as suas identidades. No Ministério da Igualdade Racial e também no Conanda nós atuamos muito no fortalecimento da Lei 10.639 e 11.645, que são duas leis históricas e primordiais para o Brasil, que precisam estar presentes na sala de aula. A forma como a gente pode atuar é uma forma de ações afirmativas, não é atuando diretamente na lei. Então, nós temos alguns projetos relacionados, e um deles é as afrotecas, que são espaços educativos, de tecnologia social antirracista, em que nós levamos material pedagógico, toda uma equipe de professores que passam por uma formação contínua de estudos das relações étnico-raciais e aplicam naquele território, naquela escola, ou seja, a gente vai lá para fortalecer o espaço escolar. Inicialmente, esse projeto acontece somente ali no Baixo Amazonas e já tem gerado resultado na forma como a criança tem vivenciado a escola e tem contribuído para o processo de alfabetização também, sem contar outros fatores que contribuem para esse processo ser mais efetivo, como segurança alimentar e outras questões que já foram levantadas aqui.

Então, trago também – eu já falei dos indicadores e marcadores étnico-raciais, eu acho que não tem muito o que se aprofundar em relação a isso – que toda a escola, toda a escola, desde o professor à portaria, cada um do espaço escolar precisa estar, de fato, comprometido com a educação antirracista, porque uma das coisas que mais afetam essas populações justamente, além do pertencimento, é chegar ao espaço escolar e já ser lido de uma forma diferente. Como se você não vai alcançar, você não vai chegar lá. E, de fato, a gente sabe que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON CRUZ ACÁCIO – ... a gente não parte do mesmo lugar.

E costumeiramente... Eu venho de escola pública e já experienciei isso – não querendo fazer aqui uma fala emocionada sobre nossas trajetórias, mas é impossível não falar –: vim do sistema de escola pública, aprendi inglês de forma didata, contribuí na reformulação da biblioteca da minha escola e, mesmo assim, nada disso foi suficiente, porque ainda era visto como "você não vai chegar lá".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa desconstruir isso urgentemente. É um compromisso de todos nós, como os próprios indígenas nos ensinam: é preciso de uma aldeia inteira para cuidar de uma criança. A gente precisa, de fato, construir políticas intersetoriais, transversais, que olhem para todos esses marcadores. Só assim a gente consegue garantir uma educação que, de fato, seja universal.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Exatamente. Falou, finalizou com as falas, falando tudo. Realmente tudo que precisa ou que a gente vai... A gente que eu digo, os que estão aqui, que representam muito mais o que a gente está discutindo agora, no momento, que é a questão desse Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e cada um aqui, com certeza, tem um papel fundamental. A cada dia, com a experiência, com a vivência, com os trabalhos que estão acontecendo, se vai percebendo que precisa de algo mais, ou precisa de aperfeiçoar, ou precisa de implementar o que não foi ainda. Então, são muitas, eu diria assim, questões ainda que têm que ser realmente, além de avaliadas, levadas em consideração, botadas em prática. Isso é um trabalho que...

Eu quero aqui fazer um reconhecimento ao MEC, especialmente ao Ministro Camilo, pela coragem de fazer esse compromisso nacional. Uma coisa foi acontecer no estado, que tem 184 municípios que se comprometeram 100%; outra coisa é esse compromisso nacional. Eu sei do tamanho, eu diria assim, da responsabilidade que é lançar um compromisso nacionalmente e fazer com que ele realmente dê o resultado que é esperado.

E a gente fica feliz em ver que os resultados estão vindo, e que não são só números – lógico que estão representados por números –, aliás, a gente está falando de crianças, de famílias, de vidas que mudarão a partir do que seria básico. E se fosse, diria, tão comum e normal, como era para ser, não era para existir nem compromisso, já era para ser, eu diria assim, uma consequência natural, que não é. Como não é e não tem, a gente tem que fazer sempre leis para proteger, tem que fazer leis e compromissos para acontecerem, coisa que não acontecia antes. E para obrigar realmente que as boas ações aconteçam.

Quando foi criado esse programa no Ceará – eu vou falar só um pouquinho, eu também não sou, diria assim, dona do programa, muito menos quero dizer que é só o Ceará, enfim –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quando se iniciou, – e sempre vou falar da época em que foi idealizado pela nossa querida Izolda Cela –, ela disse como foi a ideia de lançar o Alfabetização na Idade Certa.

Eu era Prefeita na época e disse: Por que isso? Ela disse: "Porque se estava pensando em altos programas de tecnologia, de mandar aluno para o exterior, mas eu olhei os resultados de Sobral", na época, "e como a gente vai pensar em algo a mais se a gente não está fazendo o dever de casa, que é alfabetizar?". Porque, se não for daqui, da base, se você não sair alfabetizado, como você vai sonhar, ou como vai evoluir, ou como vai progredir? Pois é. As dificuldades... E eu achei de uma sensatez... Então, vamos fazer primeiro o dever de casa: alfabetizar na idade certa, que é o básico para uma educação, realmente, para que as pessoas possam sonhar com o futuro.

Que bom que você conseguiu provar aí! E é bom que serve... Infelizmente, é bom e a gente fica feliz, mas, ao mesmo tempo, fica triste. Estou falando da minha condição de mulher na política. Não são muitas, mas, quando a gente consegue ocupar um espaço, pelo menos serve para que outros se percebam também pertencentes a poder ocupar aquele espaço. Da mesma forma, você conseguiu o que duvidavam, algo de que nunca lhe deram mérito. Você teve que provar e conseguiu com muita luta, mas hoje é bom você estar onde está, porque serve de exemplo para tantas outras pessoas que também se espelham no seu sucesso. Que bom!

Eu digo que vou falar pouco, e acabo falando muito. (*Risos.*)

Vou batendo papo, né? (*Risos.*)

Eu queria passar para as considerações finais. Sintam-se à vontade todos os convidados e expositores. Se ainda quiserem acrescentar alguma coisa na fala ou responder alguma das perguntas também dos internautas, fiquem à vontade.

Eu vi que vai querer falar...

Então, pronto. Já vamos começar aqui da ponta. Vamos passar para a nossa querida Hilda, que eu não tive o prazer de ouvir, mas vou assistir, com certeza, e vou pegar também partes da sua fala. Eu tenho certeza de que acrescentou muito.

Pode fazer suas considerações.

A SRA. HILDA APARECIDA LINHARES DA SILVA (Para expor.) – Eu começo, então, agradecendo, Senadora Augusta, por esta oportunidade, pelo privilégio desse diálogo nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tarde. E, sim, eu gostaria de comentar algumas considerações trazidas aqui e que também ajudam a complementar a minha exposição.

Gostaria de começar com uma colocação feita pelo Prof. Mário, que me sucedeu, quando falou da importância de o Inep também fortalecer, nessa ideia de uma colaboração com estados e municípios, essa interpretação mais pedagógica dos resultados das avaliações da alfabetização.

Nós temos buscado caminhar nessa direção. Recentemente, em parceria com a SEB, fizemos um Seminário Nacional de Alfabetização, e um momento muito especial do seminário foi um tratamento pedagógico que nós demos às matrizes de referência para a avaliação da alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática. Então, nós fizemos uma abordagem dessas matrizes, mostrando a natureza das habilidades que são avaliadas, como elas se revelam no currículo, e as pessoas presentes apreciaram muito. Sem dúvida nenhuma, essa é uma frente importante e necessária.

E ela tem a ver com o que a Anna Helena traz também sobre avaliar leitura e escrita.

O Saeb tem itens de leitura, mas também itens de escrita – escrita de duas palavras e uma produção textual, que trazem essa dimensão dos usos sociais da leitura e da escrita –, e esse foi um elemento importante para trabalhar com as instituições avaliadoras porque alguns estados não avaliavam a escrita, apenas a leitura. Em 2024, nós já conseguimos que todos avaliassem a leitura e a escrita, e isso vai permanecer em 2025. Então, essa foi uma conquista importante. Mas precisamos avançar, também, porque temos que ter parâmetros comuns para a correção desses itens de escrita, e isso é muito importante.

A outra questão que eu gostaria de comentar é o que você trouxe, Valdoir, como um comentário ao Prof. Mário, sobre essa ideia de querer, essa pretensão que temos de avaliar cada vez mais precocemente, como se isso fosse possível em âmbito nacional.

Eu comecei a minha fala destacando que o decreto que institui o compromisso faz referência às três modalidades de avaliação: aquela que se realiza no interior da escola, aquela realizada pelos sistemas de avaliação estaduais e aquela realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação, via Saeb.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. HILDA APARECIDA LINHARES DA SILVA – É porque cada uma dessas avaliações tem um papel no processo de alfabetização e a gente também não pode esquecer que tem que haver ensino. A avaliação não vai suprir essa lacuna do ensino.

E, para finalizar, a nossa preocupação é com a ideia do ranqueamento porque isso também acaba fazendo com que a avaliação se sobreponha ao ensino. Ela ganha independência como se fizesse sentido por si só, e ela só tem sentido dentro de um contexto, que é o processo de ensino e de aprendizagem. E o nosso desafio, sim, que é de avançar fazendo uma desagregação dos dados que contemplem outros marcadores, como os marcadores étnico-raciais.

Nesse sentido, a instrução normativa que o Inep vai publicar vai oferecer uma contribuição importante para que nós avancemos nessa direção porque a forma como nós orientamos a apresentação dos resultados, pelos estados, ao Inep, vai permitir que nós possamos fazer, de uma maneira mais efetiva, essa desagregação dos dados, e contemplar, dessa forma, uma demanda por uma qualidade com foco na equidade. Sem equidade, não há qualidade. Então, é isso que eu gostaria de dizer.

Mais uma vez, Senadora, muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, nós que agradecemos. Com certeza, são ótimas contribuições.

E, aqui, eu pergunto: mais alguém da mesa quer fazer suas considerações? (*Pausa.*) Pode ficar à vontade. Pode pegar... O Valdoir agora também vai fazer suas considerações.

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER (Para expor.) – Bom, indo rapidamente aos pontos aqui, queria só colocar como é importante essa discussão. Acho que uma das questões em que a gente vê transformação na política é, sobretudo, quando ela vira uma prioridade social. Sem serem colocadas na agenda pública, as coisas não vão ganhar efeito. E essa decisão, por si só, tem um poder de movimentação muito grande.

Eu queria também reagir a algumas questões que foram trazidas nos comentários do público.

Então, por exemplo, o Hilson, de Pernambuco, perguntou mais ou menos o seguinte: "O compromisso foi cumprido?". Está claro que não foi plenamente cumprido, não. Ele é um compromisso que está em andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu concordo muito com a Professora, porque o nome me agrada muito, porque ele não é um nome de um programa, inclusive, se a gente perpassa o Brasil, tem vários nomes de programas voltados para a alfabetização, mas temos que estar todos comprometidos.

E aí, com isso, eu dialogo com o Omar, do Amazonas, que propõe que seja feito um projeto baseado em evidências de sucesso. E eu diria que a gente tem, nesse modelo, uma busca de seguir, sim, um projeto baseado em evidências de sucesso, até para tentar construir um pouco mais do que isso, porque a evidência de sucesso na alfabetização, quando a gente vai ver, não está na metodologia, não está no método.

Quando a gente vai buscar a receita do Ceará, a gente descobre, isso também aprendemos muito com a Profa. Izolda, que é: está muito mais no diálogo, está muito mais na interação, na valorização do que numa receita mágica. E é isso que a gente tem aprendido, então eu acho que essa é a evidência que a gente tem que entender. E aí eu trago a importância também, queria reforçar essa importância, de a gente fazer uma leitura cuidadosa das evidências.

E aí também vou pegar uma que foi citada aqui, até para dialogar com a fala do Jefferson, que é o seguinte, a gente tem falado muito que existem evidências concretas de que a escolarização da mãe é um elemento essencial para a aprendizagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER – E eu acho que dentro dessa evidência a gente tem que se perguntar por que a do pai é menos importante. Não é porque ela não seja importante, é porque ela está menos presente – é porque ela está menos presente. A gente não pode deixar de olhar para isso e perceber isso também e nos cobrarmos na medida em que outras transformações sociais são essenciais.

E aqui eu queria alertar para uma outra questão também que é, se a gente sabe que a escolarização dos pais – e eu acho que a gente não deve tirar o pai do meio disso – é essencial, a EJA também é essencial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER – Nós temos evidências disso, às vezes parece que a gente tem evidência tão clara, e a gente fica procurando outras. Não, mas a gente já pode tomar decisões, temos evidências claras que nos permitem tomar esse tipo de decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Maria, do Piauí, fala um pouco das formas reais de avaliação, porque ela vê que às vezes isso não é um retrato real. Eu gosto de pensar que a alfabetização é um filme na vida de cada criança, de cada pessoa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER – ... e não existe um retrato real, existem vários retratos possíveis. E o filme mesmo está acontecendo lá na vida real, e conseguir alcançar isso é muito difícil.

Então, a gente tem tentado medidas associadas, por exemplo, do que a gente chama de cantinho de leitura, que é tentar levar para as escolas pequenas para ter um cantinho, um espacinho, onde a pessoa tenha contato e tenha aquele deslumbre com a leitura. Se a gente não cria isso, se a gente não cria um pouco desse fascínio também, ou do perceber a relevância, isso não vai se desenvolver.

Nessa busca, a gente percebe também o seguinte, existe uma necessidade de articulação, que ela é muito demandada da formação, com materiais, e isso exige também um modelo de governança.

O Rodrigo, do Rio Grande do Sul, diz: "Descentralizar é urgente". Decentralizar, sim, mas sobretudo articular, para a gente também não se eximir. O Governo Federal tem que também cumprir o seu papel e, nesse trabalho, ser um trabalho dialogado. Então, por exemplo, tomar esses cuidados com a priorização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER – Nós fizemos um processo de priorização nacional que a gente teve que tirar as notas, tirar a avaliação, porque senão a primeira coisa que é feita é o *ranking*, para discutir em outros termos para evitar esse ranqueamento.

E aí termino reagindo aqui com a Anna, de Goiás, que diz que é preciso ter esperança, porque as crianças sofrem. E eu acho que a gente também precisa voltar a sofrer um pouco com isso, sabe?

Eu acho que, às vezes, parte da sociedade não sofre mais ao saber que tem gente não alfabetizada até hoje, que tem adultos não alfabetizados que, se a gente não fortalecer, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

morrer não alfabetizados. A gente tem que ter essa clareza e ter, nesse sentido, um pouco dessa esperança, mas no sentido freiriano da palavra, que é de construir uma lógica de esperançar: enquanto a gente espera, a gente age de forma muito convicta e muito determinada para mudar esse cenário.

Sobretudo, agradeço, Senadora, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos, mais uma vez, a contribuição.

Ele tentou ser rápido, mas foi ótimo. (*Risos.*) Respondeu a todas as perguntas. Respondeu... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É. Não foi, foi profundo.

E, aqui, também, quem pediu para fazer as suas considerações finais foi a Sra. Luana, de forma remota, que pode fazer aí as suas considerações finais.

A SRA. LUANA SMEETS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

De forma muito breve, quero trazer um pouco da natureza da nossa atuação, do Todos pela Educação, e o compromisso coletivo com a pauta da alfabetização.

Aqui no Todos, nós dizemos que a nossa atuação está fincada, respaldada em quatro frentes. Uma frente é a tomada de decisão; então, tornar-se uma decisão política. Nós acreditamos que a alfabetização está se tornando, sim, uma prioridade política através do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da mobilização dos Governadores e Prefeitos em torno da pauta.

Depois dessa decisão política, é necessário formular boas políticas, bons programas, boas ações, que devem ser bem implementados. Então, a implementação precisa ser seguida de um processo de monitoramento, de acompanhamento, mas, no país em que nós vivemos, com a complexidade que tem o Brasil, esse pacto federativo, ter uma boa política com bons resultados não nos garante sustentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse espaço de diálogo, de conseguir olhar para os desafios, para as oportunidades e, sobretudo, firmar esse compromisso coletivo com a alfabetização dos estudantes brasileiros, eu acredito que é um grande avanço que nós temos que – todos e todas que estão aqui, em todos os papéis que ocupam no Governo como coordenador, indutor das políticas, sociedade civil organizada trazendo os pontos de demandas sociais – seguir nesse compromisso sustentando essa pauta para que o Brasil consiga avançar e garantir esse direito, que é o direito à alfabetização.

Termino agradecendo muito a participação de todos – aprendi bastante, foi ótimo ouvir a contribuição de todas as pessoas – e agradecendo à Senadora Augusta pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, obrigada.

Eu chamo de Sra. Luana, não é? Uma senhorita, você é tão jovem. (*Risos.*)

Muito obrigada também. Também estou aprendendo muito nessas audiências públicas.

E agora a Sra. Anna Helena, também senhorita (*Risos.*), que vai fazer suas considerações finais.

A SRA. ANNA HELENA ALTENFELDER (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Acho que as perguntas, a maioria, foram respondidas.

Eu queria só... Tem uma pergunta que eu queria destacar, que é da Luciene, de Santa Catarina, em que ela diz que os pais são referências para a alfabetização das crianças. Sem dúvida, Luciene, são, mas nós temos que entender que a alfabetização é um compromisso da escola. Nós temos que tomar muito cuidado de não culpabilizar os pais, nem depositar nos pais a perspectiva de que eles vão suprir a alfabetização, e muito menos que os nossos alunos que não vêm de lares letrados não podem aprender. Eles podem e aprendem, depende da intervenção que a escola faz.

Então, o que a gente observa... O Cenpec atua há 38 anos em projetos, em parceria com secretarias municipais e estaduais de educação, em pesquisas, muitas delas na área de alfabetização. O que a gente observa é que existe educação de qualidade no país, existem excelentes professores, excelentes secretárias, secretários, sistemas de ensino, mas também existem muitos desafios, e as condições são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a gente olhar para uma política como essa é um avanço. Fico muito feliz, nos meus anos todos de educação, de ver uma política tão bem estruturada, tão bem alicerçada, mas o nosso desafio é a implementação. E esse é o desafio de toda política, não só na área de educação, neste país. Nós temos lindas políticas que, depois, acabam não vingando na implementação.

Então, acho que o mundo...

O SR. JEFFERSON CRUZ ACÁCIO – Vai vingar.

A SRA. ANNA HELENA ALTENFELDER – Vai vingar. Todos nós temos esse compromisso. E o monitoramento e a avaliação são fundamentais, considerando a implementação, para garantir isso.

Então, como você falou em esperança, como diz Paulo Freire, precisamos esperançar, que é trabalhar todos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Exatamente. É isso mesmo.

Agora, já passo também para, de forma remota, fazer suas considerações finais, à Sra. Sumika de Freitas.

Pode abrir o microfone.

A SRA. SUMIKA DE FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Quero agradecer este momento.

Nós da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, temos, como princípio, a defesa do direito à educação. Nós, com a representação de 200 entidades, estamos todas na luta pela educação pública de qualidade.

Quero agradecer a oportunidade de, neste momento, trazer as nossas reflexões sobre as avaliações de sistema, da implementação de políticas públicas; de como isso tem, nos últimos anos, sido a nossa pauta e como nós, em diferentes partes do Brasil, também temos esse lugar de escuta acessível da sociedade civil, de pesquisadores, daqueles que atuam na qualidade da educação pública brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a iniciativa da Senadora. E muito obrigada por esta tarde de aprendizagem, aqui, com todos os presentes na nossa mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos, mais uma vez, pela participação também.

E já passo, agora, para fechar com chave de ouro, às considerações finais do Sr. Jefferson.

Olha aí, senhor, tá?

O SR. JEFFERSON CRUZ ACÁCIO (Para expor.) – Estão ouvindo?

Vou querer vir para todas as audiências, agora, que você chamar. Como é que a gente vai fazer isso?

Mais uma vez, quero agradecer por esta iniciativa de convocar tantas pessoas brilhantes, tantas mentes ávidas para contribuir nesse processo, nessa implementação desse compromisso e que não vai se encerrar aqui nem amanhã. É um compromisso que é essencial para o Brasil desenvolver.

Então, a gente tem que começar pela alfabetização, tem que começar pela educação. O que você disse agora: "Não, olha, você consegue agora acessar esse espaço", eu consegui porque consegui ser alfabetizado. Reconheço, com todas as dificuldades, que isso ainda me deu condições para estar aqui hoje.

Então, a alfabetização é o lugar. Só que meu sonho é olhar para aquele quadro e ver, nos gráficos, que nossas comunidades estão avançando nos seus índices de educação e ver os pretos, os pardos, os indígenas, as pessoas com deficiência, as meninas, lá em cima. Lá em cima, entendeu? É isso que nos move. Acho que o espírito que está aqui é esse, que a gente consiga alcançar isso. Então, é com sociedade civil, Governo, de maneira intersetorial, transversal, que a gente vai, unindo forças, conseguir alcançar isso sim. Uma escola sem racismo, sem intolerâncias religiosas, sem opressões a meninas, enfim, meninos LGBTQIAPN, sem questões de sexismo, tudo que afeta essa humanidade, esse pertencimento e essa liberdade de ser e de aprender. Que a gente tenha uma escola livre de tudo isso para que a gente tenha seres humanos em seu pleno desenvolvimento.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Exatamente isto: que a gente consiga se respeitar em todas as diversidades que existem – todas, não é?

Era para ser tão simples, não é? Era para ser tão simples! Mas é que o nosso desabafo... Já vamos começar de novo a conversa, o bate-papo. (*Risos.*)

Mas eu quero aqui agradecer imensamente aos nossos convidados, a todos que ficaram aqui, a todos que assistiram. Quero fazer um agradecimento também à Comissão, a todos que fazem a Comissão de Educação.

Quero dizer que nós dividimos em cinco audiências públicas e cinco eixos. Nós tivemos a primeira, que foi Governança e Gestão da Política de Alfabetização; a segunda, que foi Formação de Profissionais da Educação e Práticas Pedagógicas; a terceira, Infraestrutura Física e Pedagógica; a quarta, que é essa, Sistemas de Avaliação; e a quinta, que será a última desse ciclo, Reconhecimento e Compartilhamento de Boas Práticas.

Então, eu agradeço muito todo o empenho da Comissão, que vem fazendo com que essas audiências aconteçam. Muito obrigada! Obrigada a todos e todas que fazem a Comissão de Educação funcionar, porque, por trás de tudo o que aparece na TV, tem toda uma equipe trabalhando para fazer as coisas acontecerem. Então, para além do que é exposto aqui, tem uma equipe toda que trabalha por muito mais do que uma tarde. São dias, semanas, convidando e fazendo contato para que os convidados possam estar aqui.

Eu agradeço muito e imensamente aos convidados que vieram e aos que também tiveram a disponibilidade de estar de forma remota e, com certeza, nada vai ser perdido. Em toda audiência pública, todos os trabalhos, tudo que é debatido, toda a apresentação aqui é feita uma captação das falas, das propostas, para que a gente possa, ao final – sempre vou dizer, depois da quinta audiência pública –, ter realmente um relatório a apresentar.

Falo novamente para todos que puderam estar aqui presentes. Eu tenho uma preocupação muito grande para a gente não deixar o trabalho, que eu digo que é muito valioso, de ouvir, de exatamente pegar as informações, se perder no papel ou no computador e não sair dali. Então, a gente quer, além de captar, fazer os encaminhamentos; encaminhamentos para os órgãos competentes, que vão poder analisar ou fazer a mudança ou não, que vão poder ter como material auxiliar para que o compromisso aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vai encaminhar o que for de competência do MEC, o que for de competência das instituições, o que for de competência até do Judiciário, se tiver. A gente quer fazer encaminhamentos e acompanhar para ver se realmente... para dar validade a nossa tarde.

Além da discussão e do que a gente aprende – eu aprendo muito e aprendi muito já hoje também com todos e todas aqui –, que a gente também possa fazer com que esse Compromisso Nacional Criança Alfabetizada... que realmente a gente possa olhar para o gráfico e ver todos, todas, enfim, e todes ali contemplados com alfabetização na idade certa.

Então, muito obrigada a todos que vieram.

A gente declara encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Humberto Costa, Leila Barros, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das das 51ª, 52ª e 53ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4012, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4816, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2577, de 2022 - Terminativo -** que: "Reconhece a obra musical do violonista Sebastião Tapajós como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 48, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD). Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação (MEC); Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Representante da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF); Representante da Associação Mensa Brasil; Representante do Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD); A Senhora Angela Virgolim, representante do Instituto Virgolim para Altas Habilidades; A Senhora Vera Lúcia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Palmeira Pereira, representante do Instituto Espaço Atividade: mente, corpo e emoção; A Senhora Olzeni Ribeiro, representante do Instituto do Neurodesenvolvimento; A Senhora Denise Fleith, pesquisadora do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB) e autora do livro "Crianças Superdotadas", da Editora Appris; A Senhora Cristiana Aspesi, mestre em psicologia pela UnB, atua na área de altas habilidades; A Senhora Claudia Hakim, sócia-fundadora do Instituto Brasileiro de Superdotação e Dupla Excepcionalidade, e autora do livro "Superdotação e Dupla Excepcionalidade Contribuições da Neurociência, Psicologia, Pedagogia e Direito Aplicado ao Tema"; A Senhora Robertha Munique, mãe do estudante Rafael Kessler, que criou fórmula de matemática, validada pela Universidade de Brasília (UnB)." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 49, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover Diálogos Educacionais e celebrar os 15 anos do Fórum Nacional de Educação (FNE). Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação; senhor Ministro Edson Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhor Cesar Callegari, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); senhor Francisco das Chagas Fernandes, 1º Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação; senhor Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação e vice-presidente mundial da Internacional da Educação; senhora Miriam Fábia Alves, Vice Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidenta da Anped." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de novembro de 2025.

Um dia muito importante para nós, mulheres, dia do combate a toda forma de violência praticada contra as mulheres. Brasília está cheia de mulheres na Marcha das Mulheres Negras e a educação tem um papel muito importante nisso.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 51ª, 52ª e 53ª Reuniões, realizadas em 4, 5 e 12 de novembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Oficio 5.981, do Ministério da Educação, em resposta ao Oficio 309, que apresenta o compromisso do ministério com a promoção da saúde mental de estudantes e profissionais de educação; Oficio 6.039, também do MEC, que presta informação a respeito do apoio para a formação continuada do Programa Escola em Tempo Integral; Oficio 153, da Câmara Municipal de Várzea Paulista, São Paulo, encaminhando moção de apoio ao Projeto de Lei 4.687, que isenta de Imposto de Renda os rendimentos de professores e demais profissionais de educação básica; Oficio 1.508, do Conselho Nacional de Saúde, encaminhando recomendação de aprovação e de acompanhamento ao Projeto de Lei 4.501, de autoria do Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, os documentos estarão disponíveis.

A presente reunião é destinada à deliberação das seguintes matérias: item nº 1 é o PL 4.012, cuja Relatora é a Profa. Dorinha. Há uma solicitação da Relatora para retirada de pauta do projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4012, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 21/10/2025, 04/11/2025 e 11/11/2025.)

Quanto ao item nº 2, nós vamos aguardar um pouco a chegada do Senador Alan Rick, que é o Relator e diz que está a caminho.

Então, nós vamos passar para o item nº 3, a pedido do Senador Humberto Costa.

Como o de Humberto é terminativo, ele apresenta o dele e, enquanto a gente vota, a gente segue a pauta. Está bem, Senador?

Então, vamos para o item nº 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2577, DE 2022

- Terminativo -

Reconhece a obra musical do violonista Sebastião Tapajós como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Airton Faleiro.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Bem, bom dia a todos e a todas.

Sra. Presidenta, vem ao exame da Comissão o Projeto de Lei 2.577, de 2022, de autoria do Deputado Federal Airton Faleiro, que reconhece a obra musical do violonista Sebastião Tapajós como manifestação da cultura nacional.

O projeto é composto por dois artigos: o art. 1º institui a referida homenagem, enquanto o art. 2º estabelece a cláusula de vigência, a qual estabelece que a futura lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição ressalta que:

> Tapajós absorvia traços de diferentes culturas [...] [por meio] da convivência pessoal e musical com os músicos de determinadas regiões mostrando uma das características correntes nos violonistas brasileiros, de se inserirem em diversos ambientes musicais e absorverem diferentes linguagens e expressões, aliando-as a suas próprias raízes, vindo a transcender a linguagem do instrumento. Essa característica multifacetada não só esteve presente nos programas dos recitais que o violonista realizava, mas podia ser observada em sua obra para violão solo, onde parecia ser capaz de reproduzir qualquer estilo de música brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto não recebeu emendas e foi distribuído para análise exclusiva e terminativa desta Comissão de Educação e Cultura.

Análise.

Nos termos do inciso II, do art. 102, do Regimento Interno, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas. Ainda, conforme estabelecido no inciso I do art. 49 e no inciso IV do art. 91, além do normativo interno, foi confiada à esta Comissão competência para decidir terminativamente sobre o assunto.

Portanto, em razão do caráter exclusivo da proposição, a Comissão deve se pronunciar sobre todos os aspectos relativos à aprovação.

No que tange à constitucionalidade, a matéria está no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, já que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico e com a devida técnica legislativa.

Não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade e nem falhas de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

Sebastião Tapajós foi um dos maiores violonistas brasileiros e uma das vozes mais autênticas da música amazônica. Paraense, fez de seu violão uma extensão viva da floresta, do rio e da cultura de seu povo. Sua trajetória combina técnica refinada, sensibilidade poética e compromisso com a valorização das raízes culturais da Região Norte, projetando a música brasileira para o mundo com originalidade e beleza.

Com uma carreira que ultrapassou décadas, Tapajós gravou dezenas de discos, transitando com naturalidade entre a música erudita e a popular. Suas composições e interpretações foram marcadas por um diálogo profundo com a natureza amazônica e com o patrimônio musical do Brasil, revelando ao público internacional a riqueza de ritmos como o carimbó, o lundu e o baião. Ao mesmo tempo, manteve uma presença constante nos palcos europeus, levando a identidade brasileira a festivais e gravações de alto prestígio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do virtuosismo musical, Sebastião Tapajós foi um grande educador e difusor da cultura. Participou de projetos sociais e pedagógicos voltados à formação de jovens músicos na Amazônia, acreditando no poder transformador da arte e da educação. Sua generosidade artística se refletia no incentivo a novos talentos e na construção de pontes entre a tradição popular e a formação acadêmica, sempre guiado por um olhar humanista e regionalmente comprometido.

A matéria que ora discutimos representa mais do que uma homenagem, é um gesto de reconhecimento da contribuição de Sebastião Tapajós à cultura nacional.

A aprovação da proposta reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a valorização de artistas que consolidaram a identidade musical do país, especialmente aqueles que, como Tapajós, souberam transformar a diversidade regional em expressão universal.

A memória de Sebastião Tapajós deve ser preservada como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Este projeto não apenas honra um mestre do violão, mas também reafirma o valor da arte como instrumento de integração, educação e desenvolvimento humano. Trata-se de reconhecer que, em cada acorde de Tapajós, ecoa a força criadora da Amazônia e a voz de um Brasil plural, sensível e profundamente musical.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.577, de 2022.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Só realçando a importância do projeto, é uma homenagem justa, e também o relatório é bastante contundente.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto nº 2.577, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Peço para abrirem o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Como o projeto é terminativo, nós vamos coletando os votos enquanto passamos, para ir adiantando, ao restante da pauta. Combinado? Então, volto ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4816, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 11/11/2025.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

A autoria é da Deputada Federal Simone Marquetto.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Como Relator.) – Agradeço à Presidente, Senadora Teresa Leitão.

Vou direto à análise, Presidente.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, a exemplo da proposição em debate.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao aspecto cultural e educacional, meramente opinativo, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto, ao regulamentar a profissão de multimídia, traz positivas repercussões para o cenário brasileiro. A criação de um marco legal para esses profissionais reconhece a importância crescente dos ofícios e expressões digitais como parte integrante da produção contemporânea.

A definição do profissional multimídia contida no art. 2º abarca atividades que vão desde a criação de peças artísticas e comunicacionais até a gestão e difusão de conteúdos em diferentes plataformas.

A regulamentação da profissão apresenta não apenas implicações culturais, mas, sobretudo, relevantes desdobramentos para a política educacional brasileira. Ao estabelecer um marco legal para essa nova categoria, o texto reconhece uma demanda crescente por formações alinhadas às transformações tecnológicas e às novas dinâmicas do mundo do trabalho.

O reconhecimento do caráter multifacetado da atuação multimídia é um passo decisivo na consolidação de um campo profissional que integra comunicação, tecnologia e criatividade, competências essenciais na formação contemporânea.

Esta ação legislativa atende a numerosos profissionais que já atuam em atividades que exigem domínio de linguagens digitais e de processos criativos aplicados à comunicação, ao *design*, à produção audiovisual e à gestão de conteúdos interativos. A definição do profissional multimídia reflete a tendência de formações polivalentes, que vêm sendo desenvolvidas por escolas técnicas e instituições de ensino superior.

O texto legal legitima trajetórias acadêmicas e profissionais que hoje se desenvolvem sem enquadramento formal, fortalecendo a articulação entre educação e mercado. Ao integrar o setor educacional e o setor produtivo, criamos um ambiente favorável à qualificação profissional e à geração de emprego e renda.

Quanto a esse enquadramento, é importante notar a diferenciação da carreira multimídia e da carreira de jornalista. Enquanto o compromisso do jornalista é com a informação, sua veracidade, utilidade e impacto social, o profissional multimídia utiliza os meios tecnológicos e digitais em busca de alcance e interatividade, sem deter-se ou se aprofundar no trato da informação ou no conteúdo que por ali trafega.

Ressalta-se, também, o fortalecimento de setores estratégicos da chamada economia criativa, que tem forte impacto cultural e simbólico. *Games*, audiovisual digital, animações e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

publicações eletrônicas não apenas movimentam a economia, mas expressam identidades, valores e narrativas brasileiras, em diálogo com a produção global.

Em síntese, sob o viés educacional e cultural, o projeto consolida uma política de qualificação voltada para o futuro do trabalho e reforça o reconhecimento das artes e linguagens digitais como parte integrante da cultura e da produção nacional.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.816, de 2023.

É o nosso relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O projeto está em discussão, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

Próximo ponto da pauta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Sra. Presidente, a senhora me reservaria rápidas considerações?

Além, obviamente, de saudar os nossos companheiros responsáveis pelas apresentações dos respectivos relatórios dos itens pautados, o Senador Humberto e o nosso Senador Alan Rick, evidentemente, com a aprovação que deveremos, daqui a poucos instantes, confirmar do item relatado pelo Senador Humberto, eu queria saudar a presença dos nossos agentes comunitários, ao tempo em que peço a V. Exa. – sei que não seria necessário reforçar, mas peço a V. Exa. – , ao Senador Humberto e ao Senador Alan Rick, presentes, que estejamos... Neste momento marcante, que é exatamente o de poder aprovar o PLP 185, que trata de algo altamente justificado, a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que está marcado para hoje, eu gostaria muito de contar com a sensibilidade de V. Exas., para que nós o aprovássemos. Aí, passa ao seguinte: à discussão na Câmara dos Deputados.

É apenas um registro dessas categorias, duas categorias, mais de 400 mil cidadãos e cidadãs que se esmeram em atender aos milhões de brasileiros.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Humberto Costa, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Bom dia.

Eu só quero pedir a V. Exa. para, se puder, colocar em discussão um requerimento da Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim! É o próximo ponto.

Vou só pedir para abrir o painel, porque nós já temos quórum para deliberar o Projeto nº 2.577, que é terminativo.

Peço à Secretaria que abra o painel, para aferirmos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Humberto!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – Senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Portanto, a obra musical do violonista Sebastião Tapajós é manifestação cultural nacional, com todo o louvor.

Senador Alan Rick.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Humberto Costa pela aprovação deste relatório, que reconhece como manifestação da cultura nacional a obra musical do violonista Sebastião Tapajós.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Da sua região, não é? (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – É um relatório que dignifica o Brasil e a arte brasileira.

Do mesmo ponto, também cumprimento os Senadores por nos ajudarem a aprovar o nosso relatório, que regulamenta a profissão de multimídia no Brasil, profissionais que surgem nesse novo modelo de comunicação, de interatividade, de conteúdos digitais, e, portanto, se fazem fundamentais no Brasil a sua regulamentação e o seu reconhecimento. Portanto, meu muito obrigado aos amigos Senadores.

Vamos agora à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) – E aos meus amigos agentes comunitários de saúde, contem com o nosso voto no Plenário!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Também quero saudar a representação dos agentes comunitários de saúde, uma grande mobilização está sendo feita, não é?

Nossa Bancada do PT fez um bom debate hoje, a respeito do projeto do Senador Veneziano. Vamos nos posicionar favoravelmente ao projeto e fazer algum debate de conteúdo que julgamos que é importante para o futuro de vocês próprios. Faremos isso através da nossa Liderança em Plenário.

Vamos ao item 4 da pauta, que é a parte dos requerimentos.

Temos dois requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro é da Senadora Damares – que precisou se ausentar para presidir a Comissão de Direitos Humanos –, que tem o apoio do Senador Humberto Costa, o meu apoio também.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 48, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD). Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação (MEC); Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Representante da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF); Representante da Associação Mensa Brasil; Representante do Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD); A Senhora Angela Virgolim, representante do Instituto Virgolim para Altas Habilidades; A Senhora Vera Lúcia Palmeira Pereira, representante do Instituto Espaço Atividade: mente, corpo e emoção; A Senhora Olzeni Ribeiro, representante do Instituto do Neurodesenvolvimento; A Senhora Denise Fleith, pesquisadora do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB) e autora do livro "Crianças Superdotadas", da Editora Appris; A Senhora Cristiana Aspesi, mestre em psicologia pela UnB, atua na área de altas habilidades; A Senhora Claudia Hakim, sócia-fundadora do Instituto Brasileiro de Superdotação e Dupla Excepcionalidade, e autora do livro "Superdotação e Dupla Excepcionalidade Contribuições da Neurociência, Psicologia, Pedagogia e Direito Aplicado ao Tema"; A Senhora Robertha Munique, mãe do estudante Rafael Kessler, que criou fórmula de matemática, validada pela Universidade de Brasília (UnB).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A votação será simbólica.

O Senador quer... (*Pausa.*)

Então, em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O segundo requerimento, que é de minha autoria e de outros Senadores, é o Requerimento nº 49, de 2025.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover Diálogos Educacionais e celebrar os 15 anos do Fórum Nacional de Educação (FNE).

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação; senhor Ministro Edson Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhor Cesar Callegari, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); senhor Francisco das Chagas Fernandes, 1º Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação; senhor Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação e vice-presidente mundial da Internacional da Educação; senhora Miriam Fábia Alves, Vice Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidenta da Anped.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

O Fórum Nacional de Educação é uma instância muito importante no monitoramento e formulação das políticas educacionais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e de todas.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências das Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Jorge Seif, Otto Alencar, Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 45/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito (PT/CE) e da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 47/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o fortalecimento da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana. **Participantes:** Sr. Aderbal Ashogun, Coordenador-Geral da Rede Afroambiental; Sra. Iyá Obádèyí Carolina, Coordenadora da Região Centro-Oeste da Rede Mulheres de Axé do Brasil; Sra. Priscila Carvalho Leão, Diretora de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Sr. José Roberto Costa Cardoso, Coordenador Estadual de Mato Grosso da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU); e Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro.

A Senadora Augusta Brito, proponente desta sessão – eu fiz um adendo também quanto aos convidados –, está numa reunião no palácio e pediu para eu ir começando. Quando ela chegar, a gente eventualmente pode trocar a coordenação. Não vamos perder mais tempo, porque vocês já esperaram acho que uma meia hora, não é? Ela está numa reunião de preparação da CPMI. Eu também sou membro, mas, como amanhã eu não venho – eu viajo hoje –, a gente priorizou: ela está na reunião preparatória, e eu vim abrindo a sessão.

Esta sessão se destina a uma audiência pública com o objetivo de debater o fortalecimento da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana, em atenção ao Requerimento nº 45, desta Comissão, e ao Requerimento nº 47, de autoria da Senadora Augusta Brito e de minha autoria.

Eu quero saudar a iniciativa, saudar cada um e cada uma de vocês e dizer que a criação da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana é um marco inegociável, de importância fundamental, sendo a ferramenta para ajudar certamente na superação do racismo religioso, garantindo o acesso a direitos e a proteção de territórios sagrados.

A atuação do Senado Federal deve garantir que essa política seja sustentada por medidas concretas que possam contribuir na implementação, de forma ágil, das ações da política nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para superar qualquer desafio burocrático que porventura possa existir. O Legislativo é um espaço para discussão dos mecanismos que assegurem a inviolabilidade e a segurança física dos territórios e lideranças, combatendo o racismo religioso com rigor. Precisamos nos debruçar na necessidade de promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável desses territórios, facilitando o reconhecimento e o registro do patrimônio material e imaterial da matriz africana, tratando o racismo de forma transversal, combatendo as discriminações de gênero e de raça.

Lá em Pernambuco, o meu estado, nós temos uma legislação na qual eu vou me inspirar, quando começar a tramitar, que é a Lei Estadual 14.852, que estabeleceu a obrigação do estado em proteger todo patrimônio de origem africana.

Nós tivemos, recentemente, o tombamento do Sítio de Pai Adão, um dos primeiros territórios – em Pernambuco, certamente o primeiro ou o segundo –, que tem um trabalho e uma liderança incontestável na defesa dos povos de matriz africana.

Essa lei deu prioridade, portanto, a todo esse tipo de tombamento; tombamento a antigos quilombos e terreiros, que foram transformados, transformaram e avançaram na valorização cultural como dever legal e uma ação antirracista de reparação.

No âmbito federal, a gente tem buscado garantir essa política e que ela seja sustentada por medidas complementares, como o PL 4.403, de 2024, que propõe um protocolo de atendimento nas escolas para enfrentar o racismo e a discriminação, reforçando a lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio.

É uma lei importante, mas que a gente precisa sempre reforçar, porque a sua implementação está longe de ser o ideal – sempre precisamos reforçar.

É uma lei de 2003, que é um marco também legislativo, mas que ainda não saiu integralmente do papel.

Esta audiência, portanto, vai nos ajudar a recolher elementos que possam subsidiar o debate, quando aqui ele começar a ser organizado de forma mais focada no projeto que virá.

Esta audiência é interativa e está aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania ou pelo telefone também distribuído e citado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E vamos ouvir as contribuições dos nossos convidados e convidadas e, também, de quem está nos acompanhando através do sistema de interação do Senado.

Eu já convido, então, para se sentar à mesa, os seguintes convidados e convidadas: a Sra. Iyá Obádèyí Carolina, Coordenadora da Região Centro-Oeste da Rede Mulheres de Axé do Brasil.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA (*Fora do microfone*.) – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Boa tarde.

A Sra. Priscila Carvalho Leão, Diretora de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A Priscila chegou? Chegou!

Sejam bem-vindas!

O Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, do Ministério da Igualdade Racial.

Ainda não chegou.

E terá participação remota o Sr. Aderbal Ashogun, Coordenador da Rede Afroambiental.

Não chegou ainda o Sr. Morfy Bomani, mas chegou o Sr. Roberto Costa Cardoso – a quem também chamou para a mesa –, Coordenador Estadual de Mato Grosso da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBantu). (*Pausa.*)

Não chegou... Ah, ele vai participar remotamente. Então...

E Aderbal também, não é? (*Pausa.*)

Pronto.

Então, só reforçando o nosso endereço para a participação dos internautas pelo Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, conforme combinado, cada convidado terá o tempo de dez minutos; e, depois, a gente faz a devolutiva.

Temos um cronômetro, que marca o tempo. Ele é automático, meio estridente; quando falta um minuto, ele apita. Não precisa terminar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... correndo, desesperada. (*Risos.*) Pode terminar com calma, porque ele é automático e não tem como a gente controlar. Está bem?

Então, já com a mesa composta, e os nossos convidados já no sistema, para fazer parte do nosso debate, eu passo a palavra, inicialmente, para o Sr. Ronaldo dos Santos, Secretário de Políticas Quilombolas.

Desculpem-me.

Passo a palavra para a Sra. Iyá Obádèyí Carolina, Coordenadora da Região Centro-Oeste da Rede Mulheres de Axé do Brasil.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA (Para expor.) – Olá, boa tarde a todas as pessoas.

Vou começar, primeiramente, fazendo a minha audiodescrição: eu sou uma mulher preta do Cerrado e estou carregando as representações dos meus ancestrais.

Uso uma roupa dourada, em homenagem a todas as mulheres, fazendo referência também à minha ancestral Oxum e saudando todas as mulheres negras que estiveram, ontem, na nossa segunda marcha.

Então, saúdo a mesa, Senadora, e agradeço por esta linda iniciativa, que é muito importante para nós.

Feita a minha audiodescrição, peço bênçãos a todos.

Bênção, pai Aderbal, o senhor, que está *online*, e aos meus mais novos, aos meus mais velhos e aos meus iguais. Que Oxum nos abençoe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo o Ori da minha Iyá e do meu Babá, onde ele estiver agora, e peço a bênção dos meus mais velhos.

Bom, conforme fui apresentada, sou uma Mulher de Axé do Distrito Federal e quero dizer, Senadora, que isso é um grande desafio. (*Risos.*) Ser uma mulher preta do Cerrado, no Distrito Federal, é uma questão. E eu sou brasiliense, tá, gente? A minha alma é baiana – eu gostaria muito de ser baiana, todo mundo me pergunta isso –, mas eu sou brasiliense.

Saúdo aqui a minha grande irmã, Mariana, uma pessoa que está aqui com a gente, cuidadora, e que tira as nossas fotos nos terreiros e das nossas saídas. É uma pessoa muito importante para nós.

E eu estou muito feliz de ver... O Babá falou do nosso momento histórico. Eu acho que isto é um momento histórico.

Bom, vamos ao aquecimento e vamos passar ao que a gente veio realmente debater.

Senadora, acho que a senhora já está acostumada, já ouviu falar que o povo de terreiro gosta de falar, não é? Mas tem um motivo.

Alguém já se perguntou por que, quando a gente chega aos lugares, a gente gosta de falar muito? Porque tem uma coisa que acontece muito com a gente: nós somos silenciadas nos lugares, e os nossos corpos incomodam.

Mas hoje eu vim aqui para falar de algo que eu falei ainda há pouco ali, na Câmara, que eu fui convidada para estar na tribuna, da Deputada Talíria.

Hoje eu vim celebrar: celebrar a nossa existência, tentar participar dessa construção de forma proativa, porque pessoas e mulheres de terreiro e comunidades tradicionais são competentes e inteligentes.

Saúdo a Diretora Luzi aqui, porque, sem ela, a gente não... Peço uma salva de palmas aqui, gente. (*Palmas.*)

Porque, sem ela, eu não estaria... Nós não estaríamos aqui, discutindo isso hoje, né?

A senhora traz algo muito importante na sua fala... Porque eu iria fazer a minha introdução, que é a implementação da Lei 10.639.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que... Nós somos pessoas de terreiro, tudo começa com uma boa educação.

Essa lei foi instituída lá em 2003, mas já teve uma outra lei depois dela, lembrando aqui, que é a Lei 11.645, que garante a questão curricular, de matrizes curriculares, para todos os povos de terreiro e comunidades tradicionais. Então, é importante a gente ressaltar que a gente já está com o passo... A gente já está avançado, e essa política dessa questão pedagógica está incluindo uma questão muito importante para nós, que é a questão dos povos dos campos. Porque normalmente se faz uma referência, Senadora, a que os terreiros só estão nos campos, só estão nas questões rurais. Nós não estamos; nós estamos em todos os lugares.

Isso é importante demarcar, já que a gente está aqui para a gente criar novas encruzilhadas e novos caminhos. Lembrem-se dos terreiros urbanos, né? Temos terreiros em todos os lugares.

Lembro também que nós somos corpos-territórios. Então, quando a gente sai, o nosso terreiro vem junto conosco.

Eu aprendi isso com a Luzi. Um dia, ela falou isso numa fala lá no MIR, e eu estou aqui plagiando.

E, aí, quando a gente fala dessa questão dos povos do campo, eu trago também, Deputada, para a gente discutir, o Decreto 12.278, que institui essa política.

"Nossa, Iyá Obádèyí, você só está falando de lei". Porque eu acho que o meu papel aqui, hoje, é pedir um "cumpra-se" – um "cumpra-se".

Nós já temos, Senadora, muitas ferramentas e muitas ações que podem fomentar e garantir o nosso direito à vida, o nosso direito à existência. Essa promoção que a gente traz, nessa implementação dessa política, é uma promoção da participação, sem ineditismo, de todas as nossas comunidades – isso é importante de ser dito aqui –, o reconhecimento das nossas terras... Porque não existe saúde mental...

Saúdo aqui a minha mais velha, a Mãe Darabi, que chega agora.

Sua benção, minha mãe.

Não existe nada disso, se a gente não conseguir, Senadora, reconhecer que essas pessoas... Que nós precisamos de um lugar; nós precisamos de terra. Não existe corpo-território sem um lugar para poder retornar. Isso é muito importante de ser dito aqui hoje, para ajudar no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem a promoção de saúde e do bem-estar, porque os terreiros estão, literalmente, engajados em movimentos de políticas públicas que, muitas vezes, o Governo não faz, o Governo não implementa essa política pública. Então, a gente funciona, sim, como um local de bem-estar, de saúde mental, de saúde integral.

E a gente precisa discutir algo que é muito importante, que é a segurança e a proteção contra os nossos corpos. Não existem povos se a gente não estiver viva.

Então, acho que a gente está falando de várias coisas aqui que são muito importantes para chamar a atenção do "cumpra-se". A gente não está começando nada agora; a gente não começou nada ano passado, né?

E, aí, a pergunta que fica é: por que é que a gente não consegue o cumpra-se? – eu acho que é isso que a gente veio buscar aqui também, né? – Qual o caminho que a gente pode buscar para que isso aconteça? Por que tantos corpos têm que continuar morrendo e tantos corpos têm que continuar sendo marcados, para que a gente vire o quê? Uma placa? Não, eu não quero ser uma placa. Eu quero continuar, porque eu tenho filhos que vão vir depois de mim e que vão ocupar aquele terreno, aquele território.

Então, a gente está falando de questões que parecem simples, mas não são.

O nosso ancestral traz ferramentas, para que a gente consiga implementar isso. E eu vou falar repetidamente hoje: cumpra-se.

A gente não está pedindo nada; a gente já conseguiu a política. Por que é que a gente fica parado?

Há um atravessamento de uma questão de intolerância religiosa? Acredito que sim.

Há um apagamento histórico das nossas existências? Estou entendendo que sim.

Então, por que, quando a gente chega à escola da minha filha – aqui, eu sou brasilense –, ela nunca ouviu falar de nenhum ancestral que não fosse um ancestral europeu?

Ela não se sente representada. Minha filha é uma menina indígena, de 15 anos, da etnia fulniô.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso com muito orgulho, né? Para além de uma mulher negra, eu pari uma indígena. Isso é muito importante de ser demarcado também.

Mas até quando a gente vai ficar só demarcando? Até quando os nossos corpos irão adoecer, frente a tantas batalhas que a gente implementa?

Porque essa política... – está aqui a nossa Diretora Luzi, que não nos deixa mentir: foram muitas coisas que fizemos para que isso acontecesse. O desgaste foi muito grande, né? Ela teve um cuidado muito especial conosco. Ela abriu, ela conversou, ela lutou...

E agora? E o cumpra-se? Sim, vou repetir: e o cumpra-se?

Nós não podemos ter medo de exigir o que já estamos fazendo lá atrás.

E muito obrigada, Senadora, pela sua atitude de querer nos ouvir. Nada de nós sem nós, né?

Mas não pode ser de qualquer jeito. A gente não está mais aqui para aceitar o de qualquer jeito, que vai ser assim...

"Ah, porque a gente tem ali a lei". O.k., tá.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – A gente tem a lei, mas a gente quer uma ação.

E a gente agradece, enquanto Mulheres de Axé do Brasil, essa oportunidade de estar aqui com a senhora, de poder debater, abrir para o debate.

Eu li as perguntas do *site* e quero agradecer a todas as redes que eu estou vendo aqui, que também participaram, e ao Pai Aderbal, que nos proporcionou este encontro.

Saúdo mais uma vez Mãe Darabi, que é a minha mais velha, que está aqui.

E agradeço, Luzi, mais uma vez, por toda a sua generosidade conosco nesse processo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a palavra para Priscila Carvalho Leão, Diretora de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, já mandando um abraço para a Ministra Macaé.

A SRA. PRISCILA CARVALHO LEÃO (Para expor.) – Será dado.

Boa tarde a todos, todas e todes.

Peço licença também aos mais velhos. Louvo os ancestrais.

É uma grande honra estar aqui hoje, debatendo um tema tão importante, caro para nós, principalmente a gente que está no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, porque tem sido uma grande prioridade da Ministra Macaé esta pasta nossa.

Como a que me antecedeu – eu inclusive saúdo como uma filha de Iansã, filha de uma mãe pernambucana e um pai baiano, sou baiana também –, penso e repenso todos os dias, desde o meu processo de escolarização, como é difícil ser uma mulher negra nesta sociedade e neste Brasil.

A marcha, ontem, dizia muito sobre isso. A gente acompanhou muitas mulheres dialogando e protestando por mais espaço, mesmo com legislações que já nos respaldam. É sobre isso que a colega que me antecedeu faz a reflexão e nos convoca a debater.

Nós, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, aqui representando a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, estamos concentrados em algumas políticas e ações de defender. Ainda estamos naquela esfera de promoção e defesa, e a gente já queria estar um passo à frente, mas, infelizmente, é isso.

A gente está num campo de relações de forças, de correlação, e a gente, arduamente, trabalha todos os dias, para avançar nessa política de combate ao racismo, da intolerância religiosa, de proteção aos povos de terreiro.

O MDHC tem elaborado algumas estratégias de ação, através da nossa Diretoria de Promoção e Direitos Humanos, da sua Coordenação-Geral de Promoção e Liberdade Religiosa, no que toca a algumas políticas de enfrentamento, que a gente não faz sozinha; a gente discute, dialoga, e temos elaborado e feito parcerias com Termos de Execução Descentralizada.

Recentemente... Inclusive, será divulgado agora, na nossa Conferência Nacional de Direitos Humanos, de 10 a 12 de dezembro, um importante estudo, que inclusive é inédito no Brasil, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mapeia violências sofridas por comunidades de matriz africana e orienta a formulação de políticas públicas de proteção em todos os territórios nacionais.

Através de um TED do MDHC e a Unirio, em parceria com a Renafro, o projeto Respeite Meu Terreiro vem demonstrar o quanto ainda somos violentados em nossos espaços de culto, em nossos espaços de defesa, em nossos espaços de luta.

O projeto prevê... Já foi divulgado na plataforma Power BI, foi lançado agora, no último 23 de novembro, e vai ser divulgado, lançado também em solenidade na Conferência Nacional de Direitos Humanos – já está disponível inclusive no nosso *site*.

É importante que vocês acessem, principalmente as entidades, autoridades aqui presentes que trabalham com políticas públicas destinadas a esses povos em específico.

Nós temos algumas pastas, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, que têm desenvolvido algumas ações centradas também no processo de defesa, de estudos e de desenvolvimentos de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, no tocante aos direitos sociais e previdenciários das pessoas idosas e com deficiência.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa tem valorizado esses povos e essas comunidades tradicionais, através também de várias ações no eixo da cultura, da economia sustentável, das tecnologias, valorizando recursos naturais, locais, e práticas de saberes de pessoas idosas e povos de comunidades tradicionais, que são, inclusive, o público-alvo dentro desses territórios mais respeitados e festejados, porque são com os mais antigos que a gente aprende e se perpetua na nossa ancestralidade.

Nós temos uma parceria – eu acho que o Ministério da Igualdade Racial já deve ter chegado e vai falar um pouco sobre isso. Este é o proponente, o MIR –, um Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2024, junto com o MIR e o Ministério das Mulheres, para desenvolver e celebrar um protocolo de tensões no setor aéreo, que vai proporcionar um ambiente mais inclusivo, acessível, seguro e respeitoso, nesse setor, a esses povos de comunidades tradicionais. Eu acho que o MIR também vai se aprofundar um pouco.

A promoção permanente de campanhas em defesa da liberdade religiosa, com temas específicos, que envolvem assédio religioso, direito à infância de axé, direitos da maternidade no axé, mobilidade social, o sagrado, o terreiro legal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

São projetos que a gente desenvolve através da Assessoria Especial de Comunicação Social, da Coordenação-Geral de Promoção da Liberdade Religiosa, e que têm avançado e se aperfeiçoado cada vez mais, considerando as demandas que chegam, na contemporaneidade, a todo momento.

E não é novidade que, através do nosso Disque 100, recebemos, em nossos canais de denúncia, diversas situações de violação de direitos desses povos tradicionais no Brasil e afora.

Estamos atuando, através da nossa Ouvidoria, na defesa e no combate a esta intolerância, que, na verdade, nada mais é que a manifestação do racismo estrutural.

Nós, do MDHC, lidamos todos os dias com diversas violações de direitos humanos e situações de tortura, mas o que nos toca, em especial, é a cor desse público, de quem é violentado.

Em todas as nossas pastas, na maioria delas, o violentado é sempre o preto, a preta, o pobre, e isso nos leva a refletir, a pensar políticas destinadas à defesa intransigente desses públicos em especial, que são os mais violentados e marginalizados na sociedade brasileira.

E são a maioria, não são minoria – minoria no sentido de espaço, de oportunidade; mas são a maioria –, são quem representa este Brasil e são a cara do Brasil, porque nós somos constituídos como brasileiros, a partir desse povo da África.

Então, é nesse sentido que o MDHC, através da nossa Ministra Macaé, tem refletido e tem dialogado com diversas instâncias da sociedade.

Entre elas, nós temos um Comitê Gestor da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e Matriz Africana, recém-lançado nos dias 18 e 19 de novembro. Foi instalado esse comitê, para discutir e dialogar questões dessa pasta.

É preciso estreitar essas parcerias com a sociedade civil, com os povos de terreiro, para que nós discutamos juntos ações efetivas, que garantam realmente a efetividade do cumprimento da lei, do cumprimento ao culto, do cumprimento à reparação do Estado em relação a essas violações.

Não é possível mais nós estarmos em 2025 e ainda nos depararmos com casos emblemáticos de pessoas violentadas, crianças pretas, negras, nas escolas sendo violentadas, pais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e mães ainda tendo que defender esse espaço já constituído e garantido pelo ser, como foi constituído e como é constituído este Brasil.

Então, nesse sentido, o MDHC se coloca à disposição para este debate, para estreitar a discussão. Nós estamos de portas abertas.

A nossa Ministra é muito emblemática quando diz: "Não fazemos sozinhos".

Nós estamos em um espaço de correlação de forças, então é chegando assim, como uma boa preta, uma boa negra, e devagarinho, que a gente vai conquistando nosso lugar, nosso espaço, porque não é fácil viver em uma sociedade e em um governo em que a gente se depara ainda com preconceitos e com intolerâncias nesta mesma Casa, aqui, em que estamos debatendo.

Nesse sentido, eu quero agradecer o espaço e me colocar à disposição, para encaminhamentos, para agendas...

A gente está aqui para contribuir e, com vocês, que aqui são maioria, mulheres pretas, de povos de terreiro – dá para ver pelas nossas simbologias aqui representadas e entidades que aqui estão –, para que a gente possa somar nessa luta.

Quero agradecer e colocar-me à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos, Priscila, e também nos colocamos à disposição do ministério para as alianças e os debates necessários.

Agora, de forma remota, eu vou passar a palavra para o Sr. Aderbal Ashogun, Coordenador-Geral da Rede Afroambiental.

Nós vamos abrir a tela ali. Ele já está conectado.

O SR. ADERBAL ASHOGUN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui, falando pelo meu povo, neste espaço tão necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou um homem negro, rasta, tenho 60 anos, sou da cultura tradicional dos povos de matriz africana, sou Mestre de Cultura Viva, coordeno a Rede Afroambiental, coordeno o Pontão Articula Matriz Africana e sou Diretor da Escola Afroclimática Mãe Beata de Yemanjá.

Eu acho providencial esse tema de educação e cultura. Eu acho que é providencial que a gente aproveite e acelere esse tempo de desaprendizado desse modelo que está aí de educação e de cultura, que é feito para atender aos interesses da branquitude.

Quando a gente fala de educação do povo de santo, como éramos chamados antigamente, como os povos de terreiro eram chamados antigamente, lembro que nós utilizamos a ferramenta do sincretismo religioso, para que pudéssemos manter vivo todo o nosso complexo cultural e nos educar através desse conhecimento repassado por mestres e mestras de cultura tradicional, e não religiosos, como o sistema coloca, para tentar reduzir o nosso conhecimento e subdimensionar a nossa colaboração com a humanidade.

A gente está falando aí de uma educação, no Brasil, que é fundamentada no conhecimento eurocêntrico, judaico-cristão. A gente está falando aí de uma educação em que o ensino...

Tem 22 anos que a Lei 10.639 está para ser implementada. A implementação tem que ser já! A gente sabe muito bem quais são os motivos da não implementação da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil.

Nós temos a bancada da Bíblia; nós temos as escolas fundamentais nas regiões metropolitanas e nas periferias. São relegadas, são dadas como oferta para as igrejas, para que elas possam catequizar e professar a fé no ensino confessional dentro da escola no Brasil, um Estado laico.

Quando a gente fala de educação, a gente quer falar desse ensino em que a gente não vê a capoeira como esporte nacional, como ferramenta de transformação, com a sua pedagogia eficiente na dança, no cântico, nas artes. É dessa educação que a gente está falando. Uma educação que é barrada pelo racismo religioso, que tem que ser barrado pela segurança pública e pela Justiça, porque é crime.

Nós estamos cansados de botar os nossos, que já são vulneráveis, em posição de conflito, de vulnerabilidade, com o crime, com verdadeiras facções que levam dinheiro do tráfico e que não permitem o exercício da nossa cultura. A gente está falando dessa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode dizer que Lélia Gonzalez está feliz, porque, de lá para cá, a gente não avançou. E não podemos dizer que Joel Rufino esteja feliz, porque, de lá para cá, não avançamos.

A gente está falando de uma educação em que a pesquisa, até hoje, é higiênica e que se refere ao nosso conhecimento e aos nossos corpos como objeto.

Nessa educação que está posta aí hoje, nós não somos a fonte inesgotável de conhecimento da humanidade e que, para o Brasil, veio nessa diáspora forçada e, mesmo assim, manteve, no seu orixá, na sua cabeça... Orixá nada mais é do que raciocínio. É a ferramenta que nós usamos para sobreviver, primeiro, na natureza e depois, na violência do opressor, do sanguinário, da besta-fera.

A gente está falando aí de uma pesquisa que se especializou em plagiar e espoliar o conhecimento de matriz africana, que se origina na África.

A gente está falando aí de uma extensão que ainda não concebe que o conhecimento de matriz africana, a cultura dos povos tem que ser o quarto pilar da educação.

É dessa educação que a gente está falando.

É dessa educação que eu aprendi dentro dos terreiros no Brasil. Uma educação plena, uma educação do campo, da água, da floresta, mesmo não tendo, mesmo estando na cidade.

Mesmo nessa cidade, nós trouxemos o espírito e o encantamento desse campo, dessa floresta, dessa água, dessa terra. Fazemos esse trabalho desde sempre.

Mas hoje a gente vê aí uma educação ambiental, que nós também incentivamos, na Eco 92 – colaboramos com o Tratado de Educação Ambiental Global –, e não está o conhecimento dos povos tradicionais de matriz africana, dos povos de terreiro, do povo de santo.

A gente vê, nos documentos dessa COP – que é a FIFA do meio ambiente –, comunidades locais, e a gente precisa normatizar o que é comunidade, o que é povo.

Povo são os povos de terreiro que se mantiveram, desde a África para cá, e que têm origem.

O Estado vem cometendo epistemicídio, quando reduz os povos de terreiro à religião. Hoje, nós vivemos um caso de calamidade, calamidade cultural, por conta do epistemicídio em curso, por conta de algumas lideranças neopentecostais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem que ser real! Não pode mais a gente ficar aqui, falando da 10.639, e, na narrativa do Estado, não estarem povos de terreiro como detentores do conhecimento original de África no Brasil. Não estão.

Quando nos botam em conflito com outros povos, é porque não nos atendem igual a outros povos.

Nós temos que ter o nosso ministério ou, pelo menos, sair deste Governo com uma secretaria dentro do Ministério da Igualdade Racial, para dar conta desse complexo cultural de matriz africana.

E, aí, eu agradeço por ter ao lado essa mulher singular, guerreira de Xangô, no dia de hoje, Luzi Borges.

Airà kò so, oba jó, jó.

Nós estamos em luta, não estamos em guerra; estamos em luta para manter uma cultura. Uma cultura que, até hoje, não é reconhecida dentro do Sistema Nacional de Cultura.

Nós não estamos no conselho enquanto povos tradicionais de matriz africana; nós estamos como arte afro-brasileira, não sei o quê, não sei o que mais lá, mas, antes, nós fizemos esse exercício.

Eu pedi a dois amigos, e trabalhamos juntos, três, para exigir do Ministério da Cultura que nós tivéssemos um assento no Conselho Nacional de Política Cultural, e conseguimos. E, aí, depois, entrou o inominável e quebrou o Ministério da Cultura.

Mas aí nós voltamos, ajudamos a eleger este Governo, e nós queremos de volta esse assento.

Nós fizemos um plano setorial de povos de matriz africana, com o nosso *abá*, o nosso mais velho, Bàbá Paulo Ifatide – *kawo* –, e Táta Kinamboji – *kawo*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADERBAL ASHOGUN (*Por videoconferência.*) – A gente está falando de uma cultura que sustenta este Brasil; a gente está falando de uma cultura que está sendo espoliada – desde o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Carnaval até a apropriação de patrimônio histórico – da memória, em museus da branquitude, com sinhazinhas e sinhazinhos filantrópicos tomando conta dessas obras.

Não se fala em repatriação, assim também como não se fala em reparação.

Hoje, o epistemicídio em curso nos dá a certeza de que nós temos que normatizar. Nós somos povos: povos indígenas, povos ciganos, povos de matriz africana, de terreiro. Então, a gente tem que partir daí.

Eu acho que o trabalho a ser feito é barrar o racismo científico pela educação, é barrar o racismo ambiental, através do não exercício da nossa ecologia e cultura no ambiente, e o racismo religioso tem que ser combatido com justiça e segurança pública.

Isso não é função de nós, lideranças e mestres de cultura tradicional.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Aderbal, pelas suas palavras.

Como eu disse no início, esta audiência foi requerida pela Senadora Augusta Brito – eu fiz um adendo de convidados e nós fizemos um bem-bolado aqui de horário. Ela estava numa reunião, como eu expliquei, mas ela chegou. E, aí, devido à minha atividade, tenho que correr, porque vou viajar ainda hoje.

Mas quero, antes de passar para a Augusta, agradecer a oportunidade de ter estado aqui com vocês e, mais uma vez, dizer à Senadora da importância de ela ter trazido este debate para o âmbito da Comissão de Educação e de passar a coordenação a ela, que vai concluir a composição da mesa, com os dois últimos convidados a falar, e depois abrir o debate.

Muito obrigada.

Vamos para a luta!

Não estamos em guerra, mas estamos em luta, como disse Aderbal. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer imensamente a todos e todas que aqui estão presentes nesta audiência pública e reafirmar o que nossa querida Senadora Teresa já acabou de falar, da importância deste momento para que a gente possa estar discutindo aqui com os verdadeiros atores que foram convidados a participar e que têm total legitimidade para falar nesse espaço aqui do Senado Federal, onde a Comissão de Educação, a qual a Teresa preside, aprovou esta audiência pública, para que nós pudéssemos aqui ouvir e, além de ouvir, discutir, debater, e seguir alguns encaminhamentos que sejam aqui tomados, a partir desta audiência pública.

Como não sou eu que vou falar (*Risos.*)... nós temos os nossos convidados e convidadas, quero ter o prazer de ouvir o Sr. Ronaldo, que veio aqui compor a nossa Mesa, já agradecendo a sua disponibilidade. Eu não sei quanto tempo a Teresa estava... Dez minutos? Pois, então, vamos continuar com os dez, mas, se precisar de mais, não se preocupe, a gente acrescenta.

O SR. RONALDO DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas. Saudação, Senadora, às pessoas que acompanham comigo esse dispositivo; Diretora Luzi Borges; toda a equipe da SQPT aqui presente; temos Conselheiros do Cnpir aqui presentes, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Estamos aqui em mais uma agenda nesta Casa Legislativa, em que é fundamental debatermos e discutirmos as questões que importam à sociedade brasileira, ampliando os debates acerca da nossa própria identidade, uma vez que temos, historicamente, subtraídos ou negados ou invisibilizados, elementos fundamentais daquilo que nos constitui enquanto povo brasileiro, enquanto sociedade brasileira, e só o debate, só o debate em espaços estratégicos, como, por exemplo, o Senado Federal, pode trazer de volta o significado daquilo que nós somos, daquilo que nos constitui.

Essa é uma agenda fundamental nesse Novembro Negro, um debate fundamental, uma vez que os povos de comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro... Historicamente, todo o processo de construção da nossa, em todo o nosso processo de colonização, todo o processo de construção da República é pautado na violência contra os povos africanos e contra os povos afrodescendentes.

A abolição da escravidão se dá – a abolição inconclusa – no ano de 1888 e é seguida imediatamente pela proclamação da República, que traz consigo um pacote de agenda antipresença da população negra e seus símbolos e seus significados. E a criminalização e o uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da força, da repressão, foram – e ainda são, ainda que não oficialmente – instrumentos muito efetivos nesse projeto de construção de uma nova República, de uma República que pretendia ser menos negra do que a condição daquele momento já indicava que seria, e, obviamente, já indicava, pelo grande contingente de população negra desembarcada no Brasil por ocasião da escravidão, do processo de escravização da pessoa negra.

O Brasil teve um dos fluxos migratórios do tráfico negreiro mais intensos da história, e foi o último país a admitir o fim da escravidão tal qual ela existia e era legalizada.

E, obviamente, a Nova República surge com uma massa significativa de pessoas agora livres, porém sem nenhum projeto de reparação, que passam a construir e a constituir suas próprias formas de existir nesse lugar, apesar desse Estado republicano.

E aí a população negra necessariamente se organiza para enfrentar toda forma de discriminação e de criminalização, haja vista que o samba já foi crime, a capoeira já foi crime, tudo aquilo que é parte do que a população negra trouxe da terra-mãe, enquanto matriz, enquanto referencial cultural, foi criminalizado por esse novo Estado republicano.

Dessa forma, as religiões, as expressões religiosas e espirituais de matriz africana foram criminalizadas por esse novo Estado republicano, e é muito recente a admissão no Estado brasileiro das práticas culturais desse povo, que é o povo que descende de África, ainda que estejamos falando de povo brasileiro.

Importante dizer ainda que esse conjunto de expressões culturais, na medida em que se supera a etapa da criminalização, que é uma parte que sustenta, que alicerça o processo de encarceramento da população negra – o sistema carcerário não é preto, não é obra do acaso, é fruto de uma política de Estado que determinou que fosse assim –, na medida em que essas práticas vão sendo descriminalizadas, elas se tornam patrimônio brasileiro. Elas perdem, inclusive, a autoria; elas perdem, inclusive, a propriedade intelectual. Aquilo que era do povo preto e era crime agora passa a ser de todos nós, é patrimônio brasileiro, porém, o legado fica, e fica, inclusive, no comportamento da sociedade no que diz respeito a lidar com o outro, na sua diferença, na sua diversidade.

Ontem, eu tive o prazer de receber a Mãe Lúcia, que veio da Paraíba para a Marcha das Mulheres Negras – aliás, salvem as mulheres negras pela belíssima marcha realizada aqui em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasília –, mas, infelizmente, a Mãe Lúcia vinha trazer mais uma denúncia. Estávamos eu, Augusto, a Nahiane, que está aqui na nossa equipe.

Aquele encontro, que poderia ser um encontro de celebração, foi mais um daqueles encontros de dores.

E a Mãe Lúcia trazia a denúncia sobre o racismo religioso sofrido por causa dos aplicativos, Uber, transporte por aplicativo, sistematicamente. Quando essas pessoas, esses motoristas percebem quem é o cliente que está chamando, convidando, cancelam a corrida, não vão. E aí, em alguns casos, como foi aquele caso, ainda fazem... ainda falam questões que violentam duas vezes. Ele fala "o sangue de Jesus tem poder", "passa para outro", cá-cá-cá, coisas desse tipo.

Mãe Lúcia, como uma cidadã, aciona o sistema de justiça e tem, inclusive, uma interpretação de um juiz que diz que ela está praticando o racismo religioso, intolerância religiosa quando ela se ofende com o "sangue de Jesus tem poder". Ou seja, o juiz faz uma interpretação transformando a vítima na pessoa que discrimina, que violenta.

Ou seja, esse episódio está narrado um conjunto de violências e discriminações em escala, porque o motorista do aplicativo não está autorizado e nem orientado a fazer como ele fez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... ele está apenas pautado numa consciência que foi forjada por uma história que nós temos enquanto sociedade.

Esse juiz que, por sua vez, também tem seus parâmetros ideológicos e religiosos, julga a partir de um arcabouço de consciência adquirida, forjada num contexto social.

Então, esse é só um exemplo daquilo com que nós nos deparamos quando nos desafiamos – agora falando enquanto Poder Executivo – a lançar o decreto que cria a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, Decreto 12.278, de 29 de novembro de 2024, onde precisamos... Sabemos que isso é só um passo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... mas entendemos que precisamos, com iniciativas como essa, fortalecer o enfrentamento ao racismo religioso. Com isso queremos dizer que a instalação dos núcleos de acolhimento Mãe Bernadete, que lançaremos em algumas cidades, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa de acolhimento e enfrentamento ao racismo religioso, mas também pensa o fortalecimento e empoderamento dessa comunidade frente a esse conjunto de violências sofridas.

E a gente está falando de cidadania, a gente está falando de cultura, a gente está falando de produção, porque são pessoas que produzem, são pessoas comuns...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... porque não faz sentido um motorista de aplicativo diferenciar, na hora de escolher, se quer ou não quer levar aquela pessoa para o seu destino.

Bom, encerrado o nosso tempo, a gente segue aqui para o debate. Nós entendemos que é a primeira vez que nós temos um conjunto de ações previstas num decreto do Presidente da República voltado especificamente para o fortalecimento de uma parte da nossa comunidade, que são os Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana.

Esperamos, assim, que o legado construído e os resultados construídos, que, obviamente, partem de lutas e esforços que vêm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – de outros tempos, de outras pessoas, que, a seu lugar, fizeram as lutas que precisavam ser feitas, que possamos, a partir daqui – nós, enquanto Poder Executivo, junto com o Poder Legislativo, que se propõe a trilhar juntos essa luta por emancipação do povo negro no Brasil – deixar um melhor legado para as próximas gerações e as próximas lutas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos aqui.

E, antes de convidar, também com muito prazer aqui, o Sr. Ronaldo dos Santos, que vai participar de forma remota, eu queria dizer que nós temos algumas perguntas que foram encaminhadas de forma virtual – acho que já foram distribuídas para os nossos convidados – e eu queria também aproveitar e fazer já só uma pergunta sobre a questão do decreto que foi citado aqui. É o 1.228? Eu não peguei aqui o número do decreto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É 12.278. Que a gente possa pensar – não sei, é que eu estou querendo já dar algum encaminhamento, uma sugestão –, que a gente possa pensar, especificamente nesse exemplo que foi dado, da Irmã Lúcia, do aplicativo, qual a ação mais concreta, além do decreto do Poder Executivo, o que o Poder Legislativo também pode fazer, vindo uma sugestão, proposição de vocês. Assim, para que a gente pense, é um exemplo: tem um decreto. Que, em cima do decreto, a gente possa criar alguma lei, a gente possa fazer alguma coisa também no Legislativo para que a gente não termine na audiência pública, mas que a gente continue, depois dela, com o grupo de trabalho, formulando alguma proposta também para a gente apresentar no Legislativo, porque aí a gente dá tanto visibilidade para combater como também uma efetividade da nossa audiência pública e do Poder Legislativo... Como sugestão, eu pensei, senão eu esqueço, e já falei logo.

Mas agora já quero chamar e ter o prazer de ouvir, de forma remota, o Sr. José Roberto, que vai participar. Já pode abrir aqui o áudio. Tem dez minutos e, se for necessário, não se preocupe, a gente acrescenta o tempo.

O SR. JOSÉ ROBERTO COSTA CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Começo louvando os meus ancestrais, aqueles que, desde que chegaram a terras brasileiras, vindo nos porões daqueles navios negreiros, foram escravizados e lutaram para que acontecessem momentos como este, momentos em que nós podemos discutir o futuro do nosso povo, o futuro do nosso povo de santo.

Peço a bênção a todos os meus mais velhos, aos meus mais novos e aos meus iguais que fazem parte dessa luta e que se fazem presentes por esta transmissão.

Sou o Baba Roberto, aqui da cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Os relatos que escutamos, inclusive do Sr. Ronaldo, para nós, povos de santo, não é novidade, porque passamos por isso diariamente. Diariamente, escutamos relatos dos nossos irmãos que passaram por essas situações ou por outras mais difíceis também.

Vivemos em um país em que falamos de uma lei, a Lei 10.639, que depois é trabalhada com a 11.645. Temos leis, temos decretos, e acredito que realmente precisamos que seja cobrado que essas leis se cumpram.

Aqui no estado, especificamente no município, fiz um levantamento: são 214 escolas municipais, e temos a Lei 10.639. Fui fazer uma pesquisa em cada escola, para saber como era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aplicada. Dessas duzentas e poucas escolas e instituições, somente oito fazem alguma coisa, trabalham algo sobre a Lei 10.639. Nós ainda temos essa resistência. Somos um país que deveria, de fato, ser laico. E precisamos estar atentos quando falamos de leis.

Nós falamos da perseguição e de prepararmos também quem está à frente de alguns órgãos para que recebam as nossas denúncias, porque, quando chegamos a determinados locais para fazermos o boletim de ocorrência e registrarmos a situação por que passamos, nós somos indagados: "Isso é racismo? Isso é racismo religioso? Existe isso?". Então, temos que nos preocupar com a execução da lei e também com o preparo: que de fato tivesse uma lei que entrasse em vigor e que esses órgãos que vão nos atender tivessem também o preparo, tivessem o estudo de como abordar e como receber essas denúncias.

Querem nos calar, há muitos anos, porém nós, povos de santo, vamos sempre estar dando o nosso jeito de resistir, com nossos atabaques. Então, são leis, são decretos que precisam ser revistos.

Na maioria das vezes, nós, povos de santo, povos de terreiro, ficamos à sombra de outros órgãos. A política pública que, de fato, é feita, é construída para o nosso povo precisa ter um olhar mais específico e mais direto no cumprimento da lei.

Nós queremos ser diferentes, não. Não somos diferentes dos demais segmentos, dos demais parentes evangélicos, dos parentes católicos, mas nós queremos esse respeito e esse respaldo de uma lei que, de fato, possa nos representar. Que eu tenha onde buscar e saber que eu vou ser acolhido, que eu vou ser escutado, que vou ser ouvido naquele momento em que eu vou levar essa reclamação, buscando uma solução, porque nós acreditamos na lei.

Aqui no estado onde eu vivo, de janeiro até o mês passado, nós tivemos 188 denúncias de racismo religioso ou injúria racial, porém algumas dessas informações ainda são sucumbidas. Então, nós precisamos também preparar essas pessoas, mostrar que existe essa lei e que ela precisa ser cumprida. As situações que acontecem no Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste do racismo e da intolerância estão em todos os municípios.

Hoje eu faço parte de uma secretaria em que nós sentimos mais a necessidade de o nosso povo ser ouvido. Nós estamos aqui até discutindo a questão de uma subsecretaria para os povos de terreiro, a criação de uma delegacia específica, porque nem todos os municípios, nem todos os estados têm um órgão capacitado – ou nem sequer existe um órgão para isso. Eu acredito que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse seria um passo que iria abraçar todo o nosso povo, todos os nossos segmentos culturais, religiosos no nosso país.

Nós temos PLs, nós temos decretos, nós temos leis, mas nós precisamos também estabelecer parcerias: estado, município, federativo. Nós precisamos que venha algo de cima que possa nos contemplar dessa forma, e não ficar somente no olhar de um governante: "Se eu achar que eu devo olhar para esse povo dessa forma, eu vou olhar", ou: "Não devo olhar, vou olhar para outro segmento".

Mesmo a gente sendo amparado, tendo leis, PLs, nós precisamos, todos os dias, provar que nós somos pessoas de bem. Embora nós não precisemos provar para os outros, a sociedade, dentro desse racismo... Entra pelo racismo de pele, vai pelo estrutural, e assim vai se programando, até chegar ao racismo religioso, com que nós sofremos muito.

Nós tivemos uma situação em um órgão público aqui no estado onde teve a entrega de comendas. Ao terminar, uma pessoa funcionária da casa olhou para nós e disse esta fala: "Isso não é de Deus, vocês vão tudo para o inferno".

Então, precisa muito desse preparo, precisa desse olhar dos nossos governantes para o nosso povo, nosso povo de santo, que vem sendo massacrado há muitos e muitos anos.

E que bacana! Louvo toda a minha ancestralidade, a minha espiritualidade por este momento de hoje, por este olhar de construção.

Eu espero, de verdade, que os meus filhos possam professar a fé, a nossa crença, a nossa espiritualidade, sem medo de uma represália, sem medo de ser chamado de filho do inimigo, de filho do demônio. Quando nós falamos aqui, nós não estamos falando que é mi-mi-mi: nós sofremos esse racismo religioso, estrutural e várias outras formas de racismo no dia a dia – no dia a dia.

Hoje, existe um programa aqui no meu estado que se chama MS Sem Racismo, por meio do qual nós conseguimos contemplar o nosso povo nos decretos e na lei que foi acolhida, porque nós nos sentíamos muito a par. Eu estou escutando alguns relatos aí, escutando sobre criações, e alguns dos nossos municípios não têm esse conhecimento de que existem mais leis, de que existe decreto, mas nós também precisamos nos apoderar do que nos foi constituído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que bom que o Presidente tem esse olhar para nós e que nós podemos sonhar com algo melhor para o nosso povo!

E quero parabenizá-la, Senadora, pela iniciativa de nos receber. É uma pauta difícil, é uma pauta para a qual muitos não querem ter um olhar, mas é uma pauta que está presente, que construiu a nossa fé, a nossa crença, a nossa espiritualidade e que está presente no respirar e no ar deste país.

Muito obrigado.

E que Ogum abençoe a todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Nós agradecemos também ao José Roberto. A gente já vai passando aqui para a segunda fase, que são as considerações dos nossos convidados e convidadas. Ele falou também e fez uma reflexão, que é bom pontuar, de que já existem leis, de que já tem decreto e de que, muitas vezes, falta conhecimento sobre elas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Através da divulgação ou de um trabalho – eu não sei como, mas eu estou falando aqui para que a gente possa pensar juntos – não só de divulgação, mas também de cobrança, para que essas leis que já existem sejam verdadeiramente efetivadas e saiam do papel...

Não é um processo fácil, desde a formação da lei até a execução, para que ela seja botada em prática, mas o caminho já começou a ser feito. Eu sei que nada especialmente do que nós estamos falando aqui foi conquistado sem luta. E, apesar de a gente estar aqui, hoje, falando o que seria óbvio, que é simplesmente respeitar o direito do outro, a gente precisa...

Ele disse que precisa provar todo dia que é gente boa. Isso é muito forte. Se a gente pensar o que é essa frase – eu fiquei arrepiada, porque você ter que provar todo dia que você é gente boa... –, foi uma das frases dos últimos tempos que eu vi que mais pesou. É muito pesado. É a mesma coisa... Não é a mesma coisa. É um sentimento de também provar que você pode ocupar aquele espaço, provar que você... Enfim, é muito cansativo, mas também é muito gratificante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente consegue melhorar para que os que venham depois da gente não passem pelo que a gente está passando, pelo que vocês estão passando.

Eu estou fazendo essa reflexão, porque eu fui sugerir para a gente fazer uma lei do que não tem ainda e que seja necessário – não é fazer por fazer, né? –, para dar visibilidade, para dar debate, para cobrar que seja executado, para aproveitar, no bom sentido, desse período que tem um Presidente que está com um olhar diferente, que respeita realmente essa questão das religiões, respeita, eu acredito, todos e todas e quer ter esse olhar diferenciado... Que a gente possa também fortalecer o que ainda não tem em lei e pegar o que já tem e, não sei se através do ministério, fazendo um trabalho junto com os municípios – porque eu entendi que os municípios também não têm conhecimento do que já existe –, fazer um trabalho mais intenso com os municípios de divulgação, de cobrança, enfim, de uma parceria, para que a gente possa cobrar a efetivação dessas leis, que elas sejam botadas em prática.

Eu vi aqui uma pergunta que chegou agora... Eu falo demais, né? Eu disse que não ia falar, eu queria só ouvir, mas eu vi uma pergunta aqui, da Juliana, lá da Bahia, que fala assim: "Quais medidas estruturais podem reduzir o racismo institucional [...]?". É o que também foi falado, que ele é muito forte, mas nós estamos no Poder Executivo, vamos dizer aqui, a nível nacional, então vamos usar este espaço, em que nós estamos tendo oportunidade, para que a gente possa pensar como fazer para desconstruir, se assim eu posso falar, esse racismo religioso. Como agir diante das instituições que são ligadas ao Executivo, ao Legislativo, enfim, a todos, ao Judiciário... E ela pergunta: "[...] que dificulta acesso a saúde, moradia e renda para povos de matriz africana?".

Também tem a Monique... Eu estou lendo porque, se algum dos nossos convidados se sentir à vontade para fazer um comentário ou responder... A Monique, lá de Goiás, pergunta: "Como garantir proteção dos territórios e tradições dos terreiros, combatendo racismo e intolerância [...] [por meio de] políticas públicas eficazes?".

Aqui eu escutei um pouco, antes, quando eu cheguei – e eu cheguei um pouco atrasada porque eu estava em outra reunião –, eu acho que é o Aderbal, quando ele falou que a segurança tem que ser garantida pelo poder público, que a gente não tem que ficar querendo se defender, é uma obrigação do Estado. Então, a gente tem que pensar e realmente cobrar que a segurança seja feita por quem tem que fazer, e não a gente ficar querendo cada um se proteger porque não tem o acesso a essa segurança do poder público, que era para ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Lucas, do Rio Grande do Sul: "Os educadores antirracistas estão [...] [enfrentando dificuldades] para [...] [realizar] seus trabalhos nas escolas. O que o Estado fará para garantir a segurança do docente?".

São essas três perguntas que chegaram aqui, agora, no decorrer da audiência pública, que eu já quero aqui passar para os encaminhamentos. Quem se sentir à vontade para responder ou fazer algum comentário, fazer alguma colocação a mais fique à vontade, mas eu já passo aqui a palavra para a Sra. Iyá...

É assim? Como é? Vá, me ensine, por favor, não quero errar. (*Risos.*)

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – É Iyá Obádèyí Carolina Saraiva.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Iyá...

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Obádèyí...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... Obádèyí Carolina Saraiva.

Pronto, é o maior prazer. É um nome lindo.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

Já é para as considerações finais ou é para responder?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Responder e considerações finais.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA (Para expor.) – Vamos saudar aqui o nosso Secretário Ronaldo, que está aqui compondo. Seja bem-vindo.

Bom, eu acho que a Juliana e a Monique trazem questões que são muito importantes de a gente debater e quero dizer, assim, que a estrutura só é combatida quando ela é destruída por dentro mesmo, né? Vou dar um exemplo simples. Para eu poder entrar aqui hoje, tive uma dificuldade tremenda, porque eu não sou reconhecida como Obádèyí. Quem é Obádèyí? Esse nome não é um nome que você... A Polícia Federal não me identifica. Então, você não poderia estar na audiência pública, né? Então, o Cesar foi gentilmente lá me buscar para eu não ser barrada na Casa que é a Casa do Povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As medidas estruturais devem ser mantidas porque elas têm uma política de Estado. Elas foram feitas para nos matar. Então, eu agradeço aqui à Senadora, que está aqui disposta a comprar essa luta, e quero dizer assim: pessoal, quando a gente chamar pessoas de povos tradicionais e originários, fiquem atentos aos nomes dessas pessoas, né? Não as barrem só por barrar, porque, ontem mesmo, eu estava aqui nesta Casa, vestida de psicóloga, e eu não fui barrada. Então, tem alguma coisa que a gente precisa entender.

E garantir... a Monique fala da garantia das tradições de terreiros combatendo a intolerância por meio de políticas públicas. As políticas públicas já existem. Mais uma vez: elas só precisam ser realmente implementadas, porque racismo é crime.

Enquanto as delegacias não entenderem que, quando chega lá essa denúncia, isso é tratado como um crime, vai continuar sendo feito de forma ao deus-dará, né? As pessoas vão entender que vai ser mi-mi-mi mesmo: "Ah, é mais uma...", né? Não, não é. São os nossos corpos que estão sendo violentados e aviltados cotidianamente.

Peço licença aqui a esta mesa para ler e para fortalecer a existência das Mulheres de Axé do Brasil, que é um coletivo muito importante. Vou refazer uma frase que disse ainda há pouco: todos nós nascemos de uma mulher, então merecemos respeito. Merecemos todas as reverências, e reverencio todas as mulheres presentes e o meu coletivo, que é muito importante para mim e para minha existência enquanto uma mulher negra aqui no Cerrado.

Peço também, Senadora, já para os encaminhamentos... que a gente precisa de dinheiro. A gente precisa de recurso para que as nossas políticas e implementações sejam realmente reconhecidas. Nós precisamos subir a rampa com o Presidente. Nós não subimos a rampa. Então, muito obrigada, Presidente, pela política, mas a gente precisa subir a rampa. A gente precisa ser reconhecido enquanto povos.

Lembramos também, Senadora, que a gente não é processo religioso: nós somos maneira de viver. Isso é uma maneira de existência. Povos de terreiro de matrizes africanas não são só processo religioso. Quando a gente diz que a gente é uma mulher de povos tradicionais, a gente vive enquanto mulher de povos tradicionais. É um modo de vida. Então, deve ser destituído, como cultura, achar que a gente é só processo religioso. Não, não é. A religião eu diria que é a última fase do nosso processo. Eu diria, assim, com muito cuidado e com muito amor; digo isto: somos modo de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Peço licença para ler uma carta, rapidamente, que foi feita e instituída pelo Coletivo Mulheres de Axé do Brasil e que foi organizada por lideranças sociais, culturais e de comunidades de matriz africana.

"Apresento uma denúncia formal com base em vivências, escutas, pesquisas, registros e incidências nacionais e internacionais realizadas em participação na construção do Plano Nacional de Povos de Comunidades de Matriz Africana e Povos de Terreiro, a partir das escutas territoriais e 'Abre Caminhos' realizados pelo Ministério da Igualdade Racial, do Encontro Nacional de Mulheres de Axé, realizado em julho de 2025, no Rio de Janeiro, da Cúpula dos Povos Tradicionais na COP 30, Belém do Pará, e da 2ª Marcha das Mulheres Negras, em Brasília. Esses passos consolidaram diagnósticos, denúncias, vivências e reivindicações legítimas de mulheres negras e de axé, guardiãs ancestrais do equilíbrio entre a vida, território e natureza.

Este documento constitui uma denúncia formal [Senadora] sobre as violações históricas, estruturais e contemporâneas vividas pelos povos africanos."

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Eu vou querer mais um tempinho...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Pode ir, pode ir.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Porque todos os homens tiveram três, quatro minutos. Eu vou requerer isso aqui publicamente. (*Palmas.*) (*Risos.*)

"Este documento constitui uma denúncia formal sobre as violações históricas, estruturais e contemporâneas [...].

A denúncia se fundamenta no Encontro Nacional de Mulheres de Axé; na participação da nossa Presidenta Iyalaxé Juçara na COP 30, Belém; na ausência quase total de mulheres negras neste espaço [isso deve ser dito aqui nesta Casa]; povos de axé e vozes da diáspora africana nos espaços decisórios da diplomacia. [Houve a travessia pelo Rio Amazonas, o que, para os povos tradicionais, é algo muito importante para nós.]

A inquietude se origina [Senadora] de uma denúncia persistente da exclusão de mulheres negras, que há séculos enfrentam invisibilidade, apagamento institucional, violência racial e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

patriarcal, e a dominação das autoridades brancas sobre os espaços que definem as políticas sobre os nossos corpos, vidas e territórios.

Temos que olhar para o tráfico transatlântico, a escravidão e o crime estrutural e continuado. Denunciamos a escravidão, o processo de escravização, estados e monarquias europeias, impérios coloniais, empresas mercantis, bancos e instituições religiosas europeias. [Não estou falando nada de novo, mas isso deve ser demarcado nesta Casa.] Por mais de 350 anos, esses agentes promoveram captura e sequestro de milhões de africanos, deslocamentos forçados intercontinentais, torturas físicas, psicológicas e espirituais, genocídio, extermínio sistemático e a destruição cultural e territorial dos nossos povos, exploração econômica baseada na violência, separação de famílias e a desumanização total dos nossos corpos negros.

Vou passar agora [para finalizar a minha fala] a falar sobre a crise climática, que é uma violação dos direitos humanos que atinge de forma desproporcional as comunidades negras e tradicionais. Nós temos que tentar exercer este reconhecimento da responsabilidade histórica: que Portugal, Inglaterra, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Vaticano e as instituições de Igreja Católica reconheçam a sua participação direta nesse processo, com efeitos acumulados até o presente. [Precisamos de reparação histórica, mas também precisamos de reparação financeira, isso é importante deixar aqui registrado. A gente não tem coragem de falar sobre isso, mas aqui as mulheres de axé se encorajaram para falar.] É importante essa justiça climática com a participação negra plena.

Exigimos, Senadora, assento permanente de mulheres negras e povos da diáspora na UNFCCC, cotas obrigatórias de delegações afrodiaspóricas, financiamento para projetos comunitários, reconhecimento de saberes tradicionais como uma ciência, mecanismos obrigatórios de consulta prévia e a criação do observatório internacional da reparação de justiça climática..."

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Já estou encerrando.

"... composto por mulheres negras da diáspora, pesquisadoras independentes, organismos internacionais, lideranças comunitárias."

Para o encerramento, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Pode falar com calma.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – "Este documento se completa após a travessia do Rio Amazonas. A terra falou, os ancestrais falaram, agora cabe ao mundo ouvir. Reafirmamos, enquanto Mulheres de Axé do Brasil, que a escravização é um crime de lesa-humanidade; que é responsabilidade dos países europeus e da Igreja Católica; que não pode mais haver continuidade do racismo estrutural; e que esses impactos climáticos passam, sim, sobre os corpos negros principalmente e pelo direito à plena reparação histórica, moral, climática e financeira."

Senadora Augusta, a hora é agora. Contamos com a senhora e com todas as pessoas que estão à frente dessa luta.

Muito obrigada.

A carta vai estar disponível. Vou repassar aqui de forma simbólica para a senhora.

E conte conosco para elucidar e "escurecer" alguns pontos que não foram lidos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Eu fico muito feliz. Sempre vou dizer e repito aqui: para além da audiência pública de discutir e encaminhar, nós temos aqui a oportunidade de aprender. Então, eu sempre aprendo nas audiências públicas, e, sobretudo nesta, estou aprendendo muito.

E eu quero dizer que a gente tem que fazer o nosso dever de casa. Como é que a gente, no Senado Federal, barra e comete exatamente o racismo que a gente está aqui fazendo uma audiência pública para combater? Então, eu sei que são coisas assim: "Ah, isso não é para acontecer". Não é, mas, infelizmente, acontece, e nós temos o exemplo de hoje. Nós fizemos uma audiência pública para discutir, debater – eu vou só citar este exemplo – a questão da violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

doméstica e familiar com as mulheres indígenas, e aí, aqui, por coincidência, no dia, nós recebemos aqui vários homens indígenas, axés e tal... Não, como é que a gente chama?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pronto, os pajés, todos aqui. E eu fiquei superemocionada achando que eles iam defender o projeto de lei que as indígenas estavam aqui para discutir. E aí, nessa audiência pública que era para falar sobre esse projeto de defesa das mulheres indígenas que sofrem violência doméstica, enfim, eles vieram aqui, ocuparam o espaço e fizeram reivindicações que não tinham nada a ver com as indígenas, muito menos com o projeto. Aí, eu disse: olha, a gente faz uma audiência pública, e na própria audiência pública a mulher sofre violência. Para vocês verem como esse espaço ainda precisa de muita desconstrução, em todos os sentidos.

E aí eu falo – eu disse que não vou falar, mas acabo me empolgando – que hoje estou tendo a oportunidade de estar na Procuradoria Especial da Mulher aqui do Senado Federal, e lá nós estamos fazendo uma reestruturação, porque ela especificamente tem entre os seus objetivos dar um apoio ao combate à violência, seja ela qual for, contra as mulheres. E a gente tem lá uma questão específica para falar sobre o racismo, para que a gente consiga incluir a mulher negra. Nós temos a mulher negra lá também. "Ah, isso é bondade." Não, isso não é bondade, não; é competência, é exatamente isso, o espaço é dela, não é cota, não tem nada disso.

E, a partir daí, a gente quer construir ações também da Procuradoria, e eu estou aproveitando a oportunidade de pegar aqui, de pedir ajuda, de botar e construir na Procuradoria também, ouvindo e fazendo os encaminhamentos. Isso já de outra pauta. Já estou botando outra pauta no meio, mas que eu acho muito importante e necessária, que a gente já vai construir lá na Procuradoria.

E eu quero pedir às nossas mulheres que estão sendo representadas aqui, por todas, obviamente, para que a gente possa fazer uma conversa de trabalho para a gente determinar e definir algumas ações específicas – diferenciadas e específicas – também na Procuradoria, porque é outra ferramenta do Senado.

Porque lá nós vamos fazer, por exemplo – outro exemplo –, um cine debate, para passar um documentário que fala sobre a importância do homem no combate à violência contra nós mulheres, desconstruindo a história do machismo, etc. e tal. E por que não fazer também ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa botar...? Vamos começar dentro de casa, botando aqui os nossos servidores, enfim, para entender e para saber melhor, para não fazer nenhum tipo de discriminação, como já foi sofrido aqui hoje. Então por que não pensar também em uma ação aqui dentro de casa? Vamos pensando. Aos poucos, a gente vai conseguir, com certeza.

Já estou pensando aqui em outras ações. Vamos discutir, para chegarmos numa forma de ampliar o que temos que fazer, que é o combate a qualquer tipo de preconceito, de racismo, enfim, de discriminação que possa acontecer. Vamos começar em casa, né? O exemplo aqui foi dado.

E agora já vou passar também, com muito prazer... Pode ficar tranquila, comigo o tempo... Meu tempo era só porque eu não podia chegar, mas depois que eu cheguei, agora também, se vocês tiverem disponibilidade, eu posso ouvir com o maior prazer. Quero passar para a Priscila Carvalho Leão, que também poderá fazer o uso que for necessário para as suas considerações finais, resposta.

Fique à vontade, Priscila.

A SRA. PRISCILA CARVALHO LEÃO (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Agradeço o espaço.

Quero dizer que nossas ações foram apresentadas aqui, do MDHC. Espero que você possa retomar o histórico do início da audiência, para que a gente possa estabelecer parcerias também aqui com esta Casa. Eu acho importante a gente estreitar os laços.

Eu vou fazer comentários e minhas contribuições a partir de duas perguntas, para depois a gente fazer o encerramento. Vou até usar o resto do meu tempo inicial lá, vou aproveitar o ensejo aqui da nossa Obádèyí, para poder também reivindicar nosso tempo de fala.

Juliana, da Bahia, perguntou: "Quais medidas estruturais podem reduzir o racismo institucional, que dificulta o acesso a saúde, moradia e renda para povos de matriz africana?".

Olha, não dá para a gente reduzir o racismo institucional sem uma medida efetiva e política pública estrutural. Só conseguimos combater o racismo estrutural com políticas estruturais. Quando a gente se refere a políticas estruturais, a gente está se referindo a políticas de Estado. Quando a gente pensa em combater o racismo estrutural a partir da intersetorialidade, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

políticas de saúde, moradia, políticas de direitos humanos, políticas para mulheres, a gente está falando de ações intersetoriais, a gente está falando de políticas interministeriais.

É preciso a gente entender que, nos ministérios, existem pastas específicas, que precisam se correlacionar. Precisamos nos dar as mãos aqui também no governo, isso é importante. Nós já temos diversas parcerias e ações interministeriais com o Ministério das Mulheres, com o Ministério de Igualdade Racial, mas é preciso ampliar para outros ministérios. E o MDHC tem feito esse movimento em diversas ações, no combate às diversas violações de direitos humanos, fazendo um chamamento a essas ações interministeriais. E a gente precisa fazer políticas juntas, porque elas são mais fortes. A gente precisa combater o estrutural com o estrutural.

Danielle, do Distrito Federal: "Como envolver universidades, centros de pesquisa e instituições culturais na valorização, preservação e difusão do patrimônio afrorreligioso?".

Danielle, para começar, a gente precisa levar pesquisas e desenvolver pesquisas através desse centro, das instituições de ensino por aí afora. A UnB, por exemplo, é um espaço propício, porque é uma universidade conceituada, e eu digo: a gente precisa empretecer a UnB. Eu digo isso porque eu fui fazer algumas disciplinas de doutorado da UnB e o meu campo de estudo não foi muito interessante, porque eu queria falar da assistência estudantil para os pretos e os pobres do Nordeste, mas eu tive dificuldade de continuar esse estudo e escolhi pleitear doutorado em outras universidades.

É preciso que os nossos docentes, de todas as universidades brasileiras, pensem pesquisas e desenvolvam diagnósticos para a gente elaborar a política pública, porque são essas pessoas que vêm para o Governo trabalhar.

Eu sou da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Lá é uma instituição de ensino superior em que o estado – o estado mais preto do Brasil – desenvolve políticas para preto, defende cotas, exerce controle social dentro da sua sala de aula. Nós somos uma universidade a partir da política de interiorização do ensino superior, a partir da decisão do Presidente Lula de levar universidades e ampliar o ensino superior no Nordeste para preto e pobre.

Então, é assim que a gente desenvolve centros de pesquisa e instituições com mais valorização e com foco nessas minorias, para que a gente traga para o governo diagnóstico consistente para desenvolver políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILA CARVALHO LEÃO – E, já concluindo, para as minhas considerações finais, queria só dizer a José Roberto, que nos abrilhantou com suas reflexões, que é do povo bantu, dizer que, como a nossa Senadora até chamou a atenção à fala quando ele disse que temos que provar que somos bons todos os dias, mais do que isso, temos é que provar que existimos. Precisamos, todos os dias, provar nossa existência. E são todos os dias, porque a realidade deste Brasil é que as mulheres negras, as mulheres de santo, que têm a sua espiritualidade colocada pela sua ancestralidade, isso faz parte de sua existência, e isso sendo velado, negado e violentado, a gente, logo, não existe. Então, isto é o que a gente faz todos os dias: provar que existe, como a nossa Iyá acabou de fazer hoje, lá na frente, na recepção desta Casa.

Nesse sentido, eu, como representante do MDHC hoje, estou aqui evocando nossas ancestralidades e nosso poder de fala e desses espaços que nós ocupamos, que são tão raros, né? Estar à frente de uma gestão com uma Ministra preta, mulher, para mim e para muitas mulheres hoje é representatividade.

Então, estamos à disposição sempre. As parcerias interministeriais, as parcerias com a sociedade civil existem e são valorizadas dentro do MDHC. A gente está à disposição para estabelecer essas parcerias com esta Casa, com esses que aqui nos ouviram, com esses que estão, no remoto, nos ouvindo, para que a gente possa unir força e desenvolver política pública de Estado, e não de governo, porque é isso que fica.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILA CARVALHO LEÃO – Então eu encerro minha fala. Vou aproveitar aqui e citar Conceição Evaristo, que nos abrilhantou, também, em diversas ações no Rio de Janeiro recentes, no organizar da Marcha das Mulheres Negras, como inspiração. Vou puxar aqui só, porque eu separei, mas... E ela nos diz: "Nossos passos vêm de longe. Superar é carregar as dores e as lutas dos nossos ancestrais e transformar isso em força para seguir em frente".

Então, sigamos, por mais espaços de poder, por mais canetas, por mais recursos, por mais reflexões como essas aqui hoje e por mais política pública para negro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILA CARVALHO LEÃO – ... para povo de santo e povos de terreiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É isso. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sra. Priscila.

Antes de passar a palavra de forma remota para o Sr. Aderbal Ashogun – é isso? –, eu vou passar aqui só para a nossa querida... Para eu não errar...

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Obádèyí.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obádèyí. Pronto, Obádèyí.

A SRA. IYÁ OBÁDÈYÍ CAROLINA – Gente, são menos de dez segundos.

Gostaria de fazer uma retratação pública aqui. A carta tinha quatro páginas e eu não citei a Rede Afroambiental, que nos proporcionou que a Rede Mulheres de Axé do Brasil fizesse essa travessia, Pai Aderbal. Está citada na p. 3 da carta.

Então, assim, peço *àgò*, e nós da Rede Mulheres de Axé do Brasil agradecemos a oportunidade que o senhor nos proporcionou para fazer essa travessia.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Agora já passo a palavra de forma remota, para também fazer as suas considerações finais ou responder a alguma pergunta, ao Sr. Aderbal. É um prazer ouvi-lo.

O SR. ADERBAL ASHOGUN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem-vinda, Senadora.

Nós falamos sobre educação, num primeiro momento, eu quis aproveitar o tempo para dedicar à educação, mas a cultura é vital para que se restabeleça uma educação com a identidade real do povo brasileiro.

Nós estamos falando aí de 56% da população, que vê seu patrimônio cultural ser espoliado com o engodo do domínio público, a reforma dos direitos autorais do Ecad que não acontece, o patrimônio imaterial que não define e nem nos dá autonomia para fazer a gestão do nosso patrimônio natural dentro das nossas comunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando de uma cultura – obrigado pela lembrança, Iyá Obádèyí, sua benção –, a gente está falando de um patrimônio natural, a gente está falando de como nós somos orgânicos, somos "uni" com a natureza. E esse patrimônio cultural não está explícito nessa salvaguarda – registro –, nessas ferramentas de proteção do patrimônio.

Hoje mesmo um território que a companheira do MDHC citou, Cachoeira, o berço da cultura de matriz africana, na Bahia, é um território hoje que vem sendo ameaçado pelo racismo ambiental. A Penha celulose se diz detentora de 48% daquele território sagrado.

A gente está falando de uma cultura de que só agora, durante a COP, nós tivemos sancionada a lei nacional de cultura, que vem compor o Sistema Nacional de Cultura. O Sistema Nacional de Cultura tem conselho, plano e fundo.

O Conselho é onde tem a representação. É ali que estão pessoas que representam, que fazem a participação social. Mas esses espaços de participação social vêm sendo embranquecidos ao longo dos anos por conta de uma ferramenta de escolha e de eleição que não contempla os povos de matriz africana nem suas lideranças: mestras e mestres de cultura tradicional de matriz africana.

Então, se a gente não proteger nossa cultura através de outra paleta de cores, vão sempre achar que nós somos mais ou menos alguma coisa. E aí nós vamos ficar com esses vários nomes que tem aqui: "Política Nacional para as Religiões Afro-Brasileiras". Nos textos da ONU tem "povos afrodescendentes"; nos textos da COP tem "comunidades locais"; nos textos do PL – do Plano, tem "Povos de Comunidade Tradicional de Matriz Africana e de Terreiro". Essa não normatização de quem somos nós promove uma confusão na gestão, que é quase impossível de implementar alguma ação proveniente daí.

Eu acho que o exercício é buscar essa episteme de quem é o povo de matriz africana no Brasil. Quem são esses pretos e pretas? E aí, sim, estabelecer uma câmara técnica que, de fato, seja desse povo. Porque o que a gente vê hoje, a cada dia, é o embranquecimento dessas áreas de participação social.

Então, quando a gente está dentro de um Conselho Nacional de Políticas Culturais... Então existem os terreiros tombados, existem as referências mais antigas, nós temos a nossa história, nós temos as nossas referências. Parece que é uma coisa que cada um faz o que quer. Parece que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse povo não tem língua. *Èmi sòrò Yoruba*: eu falo iorubá. *Èmi ounje jeun:* eu como minha comida. *Èmi xirê*: eu danço, eu me encontro.

Então, nós temos que normatizar essa situação para dizer: o que nós queremos não é a religião. O que nós queremos é proteger o nosso patrimônio cultural comunitário, porque é de toda a comunidade. Eu sou filho de uma liderança, Mãe Beata de Iemanjá, que se encantou, está aqui entre nós, tendo o prazer de escutar a fala do filho dela, que é um homem negro que sobreviveu aos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, enquanto os bem-nascidos fugiam.

Eu falo de um homem negro que escapou dessa estatística de 60 mil jovens pretos e pobres mortos. E essa consciência de Zumbi, de preto, tem que chegar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADERBAL ASHOGUN (*Por videoconferência.*) – ... para esses meninos também.

Nós, homens pretos, não somos um violador branco. Não somos escravocratas brancos. Nós somos homens negros matriarcais, sustentados, mantidos, ensinados, orientados por Dona Menininha do Gantois, por Mãe Stella, por minha Mãe Olga, por minha Mãe Beata, por minha Mãe Ruinhó, por minha Mãe Aninha; e por vários homens: meu Pai Procópio, meu Pai Zezito, meu Pai Vicente, meu Pai Djalma de Lalu, Mãe Mirinha de Portão.

Então, não ter o reconhecimento... reconhecimento não, não reparar essas famílias é dizer que nunca vai haver reparação. Nunca vai haver reparação se você não chegar a essas famílias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADERBAL ASHOGUN (*Por videoconferência.*) – ... e dizer que elas vieram de um povo que detém o conhecimento original de África.

E essa cultura é uma cultura ecológica, foi isso que nos levou à Eco 92. Foi um questionamento de Mãe Beata de Iemanjá, pela ignorância dos homens que diziam que era recurso mineral, recurso hídrico. E minha mãe disse, eles não sabem nem do gênero com que estão lidando. O *ayê*, a terra, é nossa mãe. Isso não quer dizer que o filho da terra é ruim.

Nós, homens, vivemos uma situação de violência extrema. O genocídio da juventude preta e pobre, na sua maioria, 90% são de homens, na sua faixa mais produtiva, que deveria estar em uma escola onde ele se identificasse com o Xangô, como eu, e soubesse que minhas origens são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o reino do Benin na África, é no Daomé, é em Ifé. Essas são as referências que me tiraram da estatística da Baixada Fluminense, não foi a escola convencional que me dizia que Pedro Álvares Cabral tinha descoberto o Brasil, nem que a sinhazinha filantrópica Isabel tinha libertado o meu povo.

Não, aprendi foi com Ogum: *Ògún alákáyé/Osin ímole Ògún/Ògun kángunkàngun Ògun/Ògún Alàgbède òrun ògun/Ògún yé*. Ogum o guerreiro de Òlorum, Oló, senhor, Òrum Astros.

É dessa cultura que estou falando. É desse conhecimento que estou falando, é por isso que descemos o Rio Amazonas, para nos encontrar com nossa mãe Oxum, que é a referência de fertilidade, beleza e amor.

Nós descemos o Rio Amazonas para encontrar uma COP que se arvora de querer salvar o mundo, mas sonega o fundo verde. Tira do Sul Global o protagonismo da luta ambiental. Nós precisamos da nossa escola, essa escola que está aí, está com o tecido necrosado de vaidade, com embaçamento do olhar, com preconceito.

Isso não é uma coisa de dez anos, e a gente fala como se fosse novidade. A Lei nº 10.639 tem 22 anos sem ser implementada. Então, a gente hoje precisa implementar – implementar, reparar...

A gente não pode, por mais que o nosso Presidente tente tirar da inércia, essa gestão tem que se fazer como uma ferramenta de tecnologia real. Precisa cuidar dos povos de matriz africana como cuida dos povos indígenas. Nós precisamos do nosso ministério, nós somos 56% da população. Enquanto não tivermos essa equidade dentro do Governo, do Estado democrático de direito, nós vamos ter chacinas como a do Alemão, da Penha... E é normal, todo mundo já se esqueceu, porque são pretos e pobres, mas não fabricam fuzil nem refinam cocaína.

Então, neste mês da consciência negra, que Zumbi seja lembrado e saudado por cada homem negro desta pátria que perdeu a vida sem chance de reação, sem chance de lutar. Mas voltem para o conhecimento de orixá, o raciocínio, para que a gente possa diminuir esse impacto nefasto desse sistema brutal e patriarcal branco que nos oprime, nos viola e nos assassina.

Obrigado pela oportunidade. Eu acho que daqui para a frente a gente espera que tenha mais participação desse tipo, e quero dizer que nós estamos preparados, não é mais... Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estamos em todo lugar: nas universidades, dentro do Estado democrático, dentro da legislatura, basta que o Estado faça o seu trabalho, que é ser laico, para que a gente não seja vítima da bancada da Bíblia e da bala.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, agradecemos imensamente a participação e a contribuição aqui na nossa Comissão de Educação.

Eu quero agora já passar, também para as suas considerações finais, a palavra para o Sr. Ronaldo dos Santos, também de forma virtual...

Não, ele está aqui, presencial. Desculpa, Ronaldo, eu pensei que tinha invertido aqui. Pois Ronaldo, será um prazer ouvi-lo novamente.

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Está joia. A gente encerra esta audiência agradecendo pelo espaço, Senadora, e por liderar esse processo. A gente quer estender esse agradecimento também ao Senador Jaques Wagner, que foi um parceiro fundamental para tornar este momento possível, atuando de forma a garantir o agendamento da nossa audiência pública. Também quero saudar a Mãe Darabi, o que eu não fiz na minha primeira fala, em nome de quem eu saúdo todas as autoridades religiosas aqui presentes.

A Senadora levantou uma questão sobre criar novas leis, se isso viria a ser uma demanda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Eu ia falar exatamente isso: o problema do Brasil não é lei. Em todo e qualquer tema que a gente puder pensar, nós temos um aparato legal, um arcabouço legal, que é bastante relevante para a gente resolver todos os nossos problemas.

Infelizmente, quando a gente cria uma lei como a Lei 10.639, de 2003, citada pelo Tata Aderbal Ashogun, na verdade, é legislar sobre o óbvio. E isso já se tornou uma prática necessária para nós. Dizer que temos leis suficientes não é suficiente. E aí, muitas das vezes, a gente precisa, sim, criar e pensar novas leis, ou que se pense a problemática como um todo, ou um recorte da problemática.

Sim, a gente poder pensar em saídas legislativas para determinados problemas da atualidade é sempre importante, o que também não significa que teremos o seu cumprimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

efetivo, haja vista a própria Lei 10.639, de 2003, que é a legislação sobre o óbvio, mas que, passados 22 anos, a gente vê o quanto ela, apesar de relevante, é ignorada, burlada por quem deveria estar cumprindo a legislação.

Eu quero dizer que na Câmara Federal existe o Projeto de Lei Makota Valdina, que é de idealização de um conjunto de lideranças de matriz africana. Já é uma iniciativa legislativa que existe no Congresso Nacional e acredito que se precise de impulsionamento político para essa iniciativa, sem prejuízo de qualquer outra que possa ser induzida pelo Senado ou pela própria Câmara. O próprio Projeto de Lei Makota Valdina precisa ser objeto de apreciação nossa enquanto sociedade, enquanto Congresso Nacional, para que a gente possa avançar na garantia de direitos dos povos de terreiro.

Eu dei uma olhada aqui nas muitas perguntas – nessas perguntas que a gente recebeu –, e aí tem uma questão que é bem comum nas questões, que é a questão da violência. E aí vem pergunta do tipo "o que fazer para proteger os terreiros das violências e tal?".

Eu acho importante a gente, primeiro, olhar para o Brasil como um todo e pensar, por exemplo, que o Congresso Nacional é aquele que pega um projeto de lei de enfraquecimento ao crime organizado e enfraquece a Polícia Federal e a Receita Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Isso está no contexto da correlação de força que nós temos hoje. Então, as violências sofridas pelo povo de matriz africana e povo de terreiro não estão dissociadas de um conjunto de violências que viemos sofrendo enquanto sociedade como um todo. Estamos, inclusive, tendo dificuldade de enfrentar, porque, no Congresso Nacional, existe uma frente de enfrentamento ao enfrentamento à violência. Então, não dá para não dizer isso.

Em que contexto nós vamos – e com isso eu não estou negando a necessidade, mas eu estou realmente problematizando, para que a gente busque saídas –, em que contextos nós organizamos, articulamos um sistema de proteção, um sistema de justiça que assegure o direito do povo de terreiro, do povo de comunidade tradicional de matriz africana, de exercer o seu modo de vida, de exercer a sua fé e religiosidade, de exercer tudo, como qualquer cidadão e cidadã, tudo aquilo que lhe apraz, tudo aquilo que desejar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas aí eu queria, assim, problematizar – e refletir coletivamente também – que talvez a gente esteja vendo, enxergando um dos maiores pactos contra um grupo social, um povo, uma população no Brasil. E talvez o inominável, inelegível e agora encarcerado seja uma síntese; ele, pessoalmente, seja uma síntese disso. Quando, mesmo não sendo cristão, ele se diz cristão; é uma pessoa da política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... há algumas décadas, mas, ao mesmo tempo, se diz militar e, ao mesmo tempo, é cheio de conchavo com a milícia. Isso é bem uma síntese, e "o meu Rio de Janeiro" traz isso de forma muito forte. E o que a gente vê? Quem é que violenta, sistematicamente, os povos de terreiro no seu dia a dia? São empresários, são políticos, são docentes – porque aí existe uma disputa ideológica, inclusive, dentro das escolas –, agentes da segurança pública e o próprio crime organizado. E aí são as facções... a última grande aberração são as facções religiosas, que operam enquanto facção criminosa, mas em nome de Jesus, em nome de um Deus.

Então, para a gente encontrar saída para coisas e situações inimagináveis, a gente precisa ser muito criativo, realmente – é sobre isso que estamos sendo convocados –, criativos e dispostos. Como a gente amplia esse debate de forma a construir mecanismos efetivos de enfrentamento a este momento que estamos vivendo?

Bom, eu preciso, só para concluir, dizer, primeiro, sobre o Decreto 12.278, de 2024, sobre seus eixos de atuação, que são o direito sociocultural e a cidadania, entendendo que precisam ser assegurados, pelo Estado brasileiro, os direitos socioculturais e a cidadania a esse povo.

O enfrentamento ao racismo religioso é só um eixo – ele não é a política como um todo, mas é um eixo, eu diria –, um eixo relevante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... dada a situação que nós vivemos, sobretudo atualmente. Então, o enfrentamento ao racismo religioso.

E o fortalecimento territorial e produtivo, entendendo que são territórios. Quando as pessoas falam "a minha roça", esse precisa ser um espaço protegido, de direito jurídico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assegurado e onde o seu fator produtivo seja financiado – inclusive, como o agronegócio é há 500 anos e como outras áreas da produção nacional são financiadas pelo próprio Estado.

Eu queria trazer ainda a informação de que nós temos trabalhado muito, dialogando com as questões que foram levantadas aqui; nós temos investido na formação de agentes públicos, entendendo – dialogando com a companheira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO DOS SANTOS – ... que disse que a estrutura só se enfrenta por dentro da estrutura –, então, que a formação de agentes públicos nas diferentes áreas do serviço público é uma estratégia fundamental.

E a última informação é de que a política nacional é uma política aderida pelos entes subnacionais, estados e municípios. Então, existe um esforço hercúleo para que a gente tenha o máximo de adesão de estados e municípios, para que esse seja um esforço conjunto e não só o esforço de um Governo Federal ou de uma gestão, mas que seja, realmente, uma política estruturada em toda a esfera federativa.

Então, concluo agradecendo por esse espaço de diálogo, colocando o Ministério da Igualdade Racial à disposição para, todas as vezes que se fizerem necessárias, sentarmos, discutirmos e pensarmos em encaminhamentos.

Mais uma vez, quero agradecer à Senadora e desejar um ótimo trabalho.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Ronaldo.

Eu tenho certeza de que nós vamos fazer parcerias, ainda mais depois dessa audiência pública, porque eu sempre gosto de ter tarefas, de ter encaminhamentos...

Aqui eu vejo a Eva e já quero selecioná-la para ser uma das organizadoras do grupo de trabalho para que a gente possa, junto aos ministérios, junto, também, a todos os que participaram aqui, que a gente possa construir uma pauta ou do Legislativo ou do próprio Executivo, mas que o Senado também possa estar fortalecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi aqui, já antes de passar para o Sr. José Roberto, eu ouvi aqui algumas coisas que foram chamando a atenção.

Eu tinha sugerido formular lei, mas já vi que tem lei demais, né? Então, eu fiquei... Pois é. Eu fiquei pensando como fazer dentro de um grupo de trabalho, se assim for necessário, junto com todos que aqui estão, um estudo, para que a gente possa fazer... ou uma cartilha de apresentação dessas leis, para que elas sejam verdadeiramente conhecidas também. Como foi dito aqui, várias cidades não conhecem, não sabem que existe a lei. Que a gente possa fazer uma divulgação diferente, né? Assim, fazendo e chamando a atenção, ou através de cartilha. Eu estou só aqui provocando para que a gente pense em uma forma de divulgar essas leis existentes e cobrar a sua efetividade.

E, agora, já passo para o Sr. José Roberto – agora, sim, de forma virtual, mas muito presente aqui com a gente, sempre na tela –, que poderá também fazer suas considerações finais.

Já pode, pode falar, Sr. José Roberto. (*Pausa.*)

É só abrir o microfone, está faltando o seu.

Não, abriu ainda, não, mas vai abrir.

Agora, sim, pronto. Pode começar.

O SR. JOSÉ ROBERTO COSTA CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Vamos lá.

Quero tomar a benção às minhas mães que estão aí, sentadas ao lado da senhora. E falar, assim, que muito me orgulha ver que a nossa religião, por ser matriarcal, além de uma religião, ser uma cultura, ser uma vivência, nós temos mulheres de santo, mulheres de axé, que estão na luta e que sempre estão à frente, buscando o melhor caminho. Muito me orgulha em ter as senhoras como lideranças, como representatividade do nosso povo.

Senadora, então, diante de várias falas aí, nós voltamos um pouco à minha fala inicial, quando nós falamos da formação institucional nos vários órgãos, justamente para que não venha a acontecer isso, que não é normal, mas acontece com muita frequência.

Há que se estabelecer, também, parcerias com outros órgãos para que essa política chegue à ponta, que essa política seja, de fato, executada, e garantir a reparação simbólica e material dos nossos terreiros que são invadidos, dos nossos terreiros que são ameaçados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quando a mãe colocou: "falamos de verba"; sim, nós falamos. Muitos dos nossos terreiros, para fazer política... muitos das nossas casas, dos nossos axés fazem um papel fundamental de Governo, abrindo as nossas portas para fazer o filantrópico, para recebermos a sociedade e, quando digo, não é só no acolhimento espiritual, mas no material, no aconselhamento, em todos esses segmentos.

O cumprimento da lei... A senhora falou em criar lei. Muito bom isso. Precisamos de outras, sim. Mas nós precisamos de uma lei – olha a que ponto nós chegamos – precisamos que se crie alguma lei para que se cumpra uma outra lei.

E precisamos que tivesse um monitoramento, tivesse um canal mais ativo e que desse resposta para os nossos povos quando nós buscamos uma ajuda urgente para o que está acontecendo nesses nossos territórios sagrados.

Mas eu quero responder ao Lucas, ele fez uma pergunta lá atrás sobre a questão de como colocar a Lei Antirracismo, a Lei 10.679, em sala de aula. Eu vou passar para ele como, diante de várias dificuldades, tentativas – porque nós, povos de santo, nós não desistimos... A gente vai de um lado, vai do outro e busca, diante do nosso sagrado, um canal no qual a gente consiga alcançar.

Lucas, aqui nós não tínhamos tanto êxito. Criamos um grupo chamado Fortalecer, para o qual nós convidamos MPE, PM, órgãos da educação, os órgãos municipais, estaduais, e, dentro desse grupo denominado Fortalecer, nós criamos um projeto pegando esses vários segmentos e hoje nós temos um pouco mais de acesso a trabalhar a Lei 10.639, trabalhar a cultura. As pessoas ainda misturam muito a lei, que fala da cultura, com a parte religiosa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO COSTA CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Não é a parte religiosa que nós vamos levar. Nós vamos trabalhar a nossa cultura dentro do nosso sagrado. E foi assim que nós conseguimos ter êxito e levar um pouco mais para essas oito escolas. Hoje já se multiplicou um pouco mais por causa desse trabalho. Infelizmente, nós, povos de matriz, povos de terreiro, nós precisamos fazer o nosso trabalho e, às vezes, também o trabalho governamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que Olodumarê, que meu Pai Ogum, abençoe a cada um. Mais uma vez, parabenizo a senhora, Senadora, que Ogum e que toda espiritualidade te ampare, te dê bom discernimento e continue olhando pelo nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Eu que agradeço a oportunidade dessa audiência pública de aprender, de ouvir e de construir, porque eu acredito que, dessa audiência pública, nós vamos poder construir ações ou projetos junto com ministérios que aqui estão representados, aos quais eu quero agradecer muito, parabenizar o trabalho que vem sendo construído, porque foi do zero.

Nada é fácil, eu sei que precisa, não existe política pública sem orçamento. É muito difícil fazer o pouco, e eu sei da condição. Tem que provar que é necessário e que pode fazer e depois consegue o orçamento. Mas aí a gente consegue provar, não é? Já estão provando.

Eu quero só dizer a vocês que eu fico feliz. Agradeço muito aqui a todas as participantes, os participantes, convidados, todos foram muito especiais. Nós temos algumas anotações... À própria Comissão quero agradecer muito pela atenção – sempre eu dou trabalho, porque eu excedo o horário –, a Comissão que vai, com certeza, fazer um relatório de tudo que foi apresentado aqui.

A nossa querida Eva, que agora nós vamos ter uma tarefa a mais para que a gente possa construir com todos e todas aqui um projeto ou um programa ou uma forma... desse grupo de trabalho, algumas ações que a gente vai poder fazer em parceria, que seja com a Procuradoria, que eu quero que a gente use desse órgão que existe aqui no Senado Federal – do Senado como um todo –, mas vou contar com as Mulheres de Axé.

Eu quero agradecer muito a vocês... Eu, infelizmente, não posso ficar mais – eu ficaria, a Eva sabe, porque começou ali o Plenário –, mas eu quero encerrar esta audiência pública dizendo que foi muito valiosa. Tenho certeza de que a gente vai ter muitos encaminhamentos e vamos nos encontrar muitas vezes também.

Então muito obrigada a todos e todas, uma ótima tarde, que a gente siga sempre na luta. Obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 13/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito. **Finalidade:** Debater o tema "Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". **Participantes:** Sra. Débora de Freitas Viégas, Assessora da Direção da Associação Bem Comum; Sra. Cynira Kézia Rodrigues Ponte Sampaio, Secretária de Educação do Município de Sobral-CE; Sr. Gilcinei Teodoro Carvalho, Diretor do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita Magda Soares da Universidade Federal de Minas Gerais (CEALE-UFMG); e Sra. Emanuelle Grace Kelly, Secretária Executiva de Cooperação com os Municípios da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Boa tarde a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de hoje, dia 2 de dezembro de 2025.

Esta presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com objetivo de debater o tema relacionado e de compartilhamento de boas práticas no contexto da avaliação da política pública Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em atenção ao Requerimento de nº 13, de 2025, de minha autoria.

Agora, com muito prazer, eu quero convidar, para tomar lugar aqui, à mesa, a Sra. Débora de Freitas Viégas, Assessora da Direção da Associação Bem Comum. Seja bem-vinda! Muito bem-vinda!

Quero também anunciar, de forma remota, a Sra. Cynira Kézia Rodrigues Ponte Sampaio, Secretária de Educação do Município de Sobral. Também seja muito bem-vinda, de forma virtual!

O Sr. Gilcinei Teodoro Carvalho, Diretor do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita Magda Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais.

E a Sra. Emanuelle Grace Kelly, Secretária-Executiva de Cooperação com os Municípios da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc-CE).

Também informo que foram convidados representantes da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e da Secretaria estadual do Espírito Santo, que não puderam comparecer a esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra às nossas convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação por meio do Portal e-Cidadania, e na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. Também o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelas expositoras.

Na exposição inicial, cada convidada poderá fazer uso de até dez minutos, mas, se for necessário, já quero avisar que pode exceder o tempo, que a gente vai acrescentando.

E, já para começar, com muita felicidade, quero ter o prazer aqui de convidar a Sra. Débora e agradecer também a disponibilidade de vir até aqui mostrar a sua experiência. Quero dizer que nós estamos fazendo várias rodadas de audiência pública, esta é a quinta e última desse processo, com certeza, e a gente vai, no final de tudo, apresentar um relatório, e a gente quer, nesse relatório, com certeza, contar com a experiência que a senhora vai trazer aqui para a gente. Então, com o maior prazer, já passo aqui a palavra para a Sra. Débora.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Augusta Brito.

Primeiro, é um prazer e uma honra estar presente aqui com vocês para discutir uma política nacional tão relevante sobre uma temática que é a nossa missão, enquanto Associação Bem Comum, que é a alfabetização de todas as crianças brasileiras até o final do segundo ano do ensino fundamental.

Inicialmente, vou comunicar que eu trouxe uma apresentação e alguns eslaides. Como me foi orientado, vamos aqui compartilhar boas práticas relativas à implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e como essas boas práticas têm sido compartilhadas entre entes, entre atores e entre redes. Então, como tínhamos dez minutos inicialmente, trouxe dez práticas a serem compartilhadas com vocês. (*Risos.*)

A primeira contextualização que eu gostaria de trazer é que, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, estamos falando do fortalecimento do regime de colaboração entre União, estados e municípios. E aqui, a gente falando de alfabetização de crianças na idade adequada, nós estamos falando de uma política que tem boas práticas a serem compartilhadas no âmbito da União, no âmbito dos estados, no âmbito das regionais de educação, dentro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cada um dos estados, no âmbito do município, no âmbito da escola e no âmbito da sala de aula, que é o nosso principal templo para produzir a aprendizagem das crianças.

Então, inicialmente, eu gostaria de comunicar e de reforçar que, para que essas práticas sejam tidas como boas e sejam compartilhadas, elas precisam ser conhecidas. E, com uma política em regime de colaboração com mais de 5 mil municípios, com 26 estados e o Distrito Federal, é muito complicado que o Ministério da Educação tenha todas as boas práticas mapeadas. Então, faz parte também da responsabilidade dos entes públicos mapearem as boas práticas que estão acontecendo nas suas redes.

Elas devem ser conhecidas, reconhecidas e também aplicáveis a diferentes contextos. Então, de nada adianta que uma prática seja boa, seja excelente, mas esteja reduzida a um círculo que não pode ser transbordado, que não pode ensinar a outros atores, a outros entes.

Então, aqui eu trago a primeira grande inspiração nacional com relação à política de alfabetização, que é o caso de Sobral. Sobral, no início dos anos 2000 – e aqui também saúdo a Secretária de Educação de Sobral, que está aqui presente de forma remota –, realizou um diagnóstico para entender o nível de aprendizagem das crianças em alfabetização e identificou que a grande maioria das crianças que estavam matriculadas no segundo ano do ensino fundamental não tinham sido alfabetizadas na idade certa. Então, a partir de 2002, implementou uma política de alfabetização, uma política de ações sistêmicas e começou a produzir resultados muito potentes em um curto espaço de tempo.

E Sobral, aqui neste gráfico, a gente consegue visualizar muito bem... A gente analisa aqui os resultados do Brasil, nos anos iniciais, no Ideb, ao longo dos anos de 2007 a 2023, que é o ponto verde no gráfico. A rede privada de São Paulo, e aqui é importante destacar que São Paulo é o estado mais rico do Brasil, portanto aquele senso comum de que grandes recursos e grandes investimentos geram efetividade na política, em contrapartida que municípios pobres, municípios pequenos não conseguem alavancar tanto os resultados... Existe uma contradição aqui com relação a esse senso comum. E aqui a gente analisa os resultados de Sobral, que, ao longo do tempo, se destacaram com relação à rede privada de São Paulo, que é, vamos dizer, um outro polo de discussão, e com relação à média Brasil. Então, Sobral tem um investimento em alfabetização consistente ao longo dos anos, é uma política duradoura e que vem produzindo efeitos importantíssimos na educação do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro compartilhamento de boas práticas e experiências acontece, então, de Sobral para o Ceará. O Ceará, a partir de 2007, identificando essa política de sucesso no Município de Sobral, se inspira, tem lideranças comprometidas em colocar a alfabetização como centralidade da política educacional do estado, constrói estratégias sistêmicas de apoio aos seus 184 municípios em regime de colaboração e estabelece um desafio comum aos 184 municípios: a alfabetização das crianças até o final do segundo ano.

Então, a partir de 2007, implementa o Paic, e a gente consegue ver aqui, nesses mapas do Ceará, no primeiro ano de implementação da política, a gente olha para os municípios e a gente entende que a média do estado, na escala de proficiência do Spaece, que é o Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica do Ceará, que é um sistema de avaliação externa... Então, a média dos municípios era intermediária, um nível intermediário de aprendizagem ao final do segundo ano. A realidade muda muito rapidamente quando as ações são sistêmicas, quando existe uma liderança política comprometida e quando o objetivo de todos é comum. Em quatro anos – e a gente reforça isto: quatro anos é o tempo de uma gestão –, a realidade de todo o estado foi modificada. Então, a gente já vê o mapa do Ceará se tornando verde e, em 2023, e aí a gente reforça, com uma política sustentável, uma política de longo prazo, uma política consistente, ela produz resultados que geram aos 184 municípios do Estado do Ceará um nível desejável de aprendizagem no final do segundo ano de alfabetização.

E aí Sobral e o Ceará começam a inspirar outros municípios e outros estados brasileiros. Nós, que somos da Associação Bem Comum, compomos uma aliança pela alfabetização das crianças no Brasil. Então, desde 2019, nós estamos colaborando com alguns municípios e alguns estados brasileiros para implementarem as suas políticas efetivas de alfabetização, com inspiração na política de Sobral e com inspiração na política de regime de colaboração do Ceará.

Então, até 2022, 11 estados brasileiros e mais o Ceará já implementavam políticas de alfabetização em regime de colaboração, aos moldes do que a gente vê hoje como diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Nesse mapa estão destacados 18 estados e alguns municípios, porque esses são os territórios com que a Bem Comum e a Aliança pela Alfabetização colaboram para a construção dessas políticas efetivas de alfabetização. Então, são hoje 18 estados com os quais nós colaboramos, e há mais de 60 municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E esse eslaide traz uma informação que é muito preciosa para nós de organizações terceiro setor que colaboramos com esses territórios. Cada território tem as suas próprias características educacionais, políticas, econômicas. Portanto, eles constroem as suas próprias políticas, aos seus próprios moldes, com seus próprios contornos e suas próprias identidades visuais, com os nomes das suas políticas de alfabetização. Isso representa a autonomia dos entes federados, que é um dos nossos principais valores enquanto Associação Bem Comum.

A partir de 2023, é lançado o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O compromisso nacional também é lançado com base em experiências de boas práticas que foram compartilhadas – com base no Estado do Ceará, com base nesses outros 11 estados que estavam constituindo suas políticas em regime de colaboração – e, em um rápido espaço de tempo, conquista 100% dos estados com adesão e 99,6% dos municípios do Brasil adesos a essa política nacional. Portanto, é um índice realmente impressionante. Quando a gente está falando de alfabetização das crianças e que a gente não quer deixar nenhuma criança para trás, esses números são realmente animadores, e isso gera um otimismo para o futuro do Brasil.

E, em apenas dois anos de implementação do compromisso nacional, o Brasil atinge uma média, que ainda é insuficiente, mas é uma média de 59,2% de crianças alfabetizadas. É um patamar que jamais aconteceu no Brasil. Então, é um avanço importante, e nós estamos felizes em estar percebendo a evolução da política de alfabetização no território nacional.

Aqui eu trago um compartilhamento de boa prática que é em nível da União. É o tempo, a presença e o exemplo do Presidente Lula e do Ministro Camilo Santana nas ações do programa.

Essa é uma foto que simboliza muito bem o comprometimento e a liderança desses líderes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS – ... do Executivo na tomada de frente das ações do programa. Essa é uma reunião que aconteceu em maio de 2024, em que o Presidente Lula e o Ministro Camilo Santana convocam os Governadores de todos os estados brasileiros, os secretários de educação e alguns Prefeitos para estarem presentes aqui em Brasília para divulgar, pela primeira vez na história, os resultados de alfabetização de todos os estados e municípios brasileiros e a média nacional. E, nessa mesma reunião, o Presidente e o Ministro pactuam metas de aprendizagem para as crianças, para o Brasil, para os estados e para os municípios até 2030, com o objetivo de alcançar 80% de crianças alfabetizadas até 2030.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é notável e gera um movimento de onda: é um movimento que traz para Governadores e secretários estaduais de educação a responsabilidade de também liderarem esse processo em nível dos estados; traz para os Prefeitos e secretários municipais a responsabilidade de também liderarem esse processo em nível do município.

Então essa é uma experiência que nós acreditamos ser uma boa prática, que pode ser compartilhada com estados e municípios.

Uma quinta experiência que deve ser compartilhada, que vale a pena a gente reforçar aqui, é a criação da Renalfa (Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada). Essa é uma rede composta por articuladores em nível estadual, então tem um articulador em nível estadual representando a secretaria estadual, mas também um articulador em nível estadual representando a Undime estadual de cada um dos estados. Em cada regional dos estados, existem os articuladores, e em cada município, existem os articuladores. Portanto, a política ganha capilaridade. Ela tem representantes, encabeçadores, coordenadores dessa política no nível federal, no nível estadual, no nível das regionais e no nível dos municípios. Isso é muito potente.

E a rede Renalfa reúne-se com certa periodicidade. A rede nacional, que compõe os estados e o Ministério da Educação, reúne-se quatro vezes ao ano. Este ano, por exemplo, reuniram-se em março, maio e agosto. E está acontecendo, esta semana, o encontro Renalfa aqui em Brasília, com os coordenadores estaduais das políticas de alfabetização, junto com o Ministério da Educação. Nesses encontros, eles compartilham boas práticas. E aí, as boas práticas dos estados são compartilhadas com os outros estados, e eles conseguem se inspirar uns com os outros.

Esta é uma boa prática da equipe de São Paulo. A coordenadora do programa estadual é a que está em frente aos demais. Eles criaram o chamado Rota ICA (Rota do Indicador Criança Alfabetizada). Então a equipe da Secretaria do Estado de São Paulo, junto com a Undime São Paulo, viajam até as diretorias regionais de educação e fazem agendas para apresentar os resultados de aprendizagem das crianças em alfabetização para as regionais referentes aos municípios em que a regional tem a governança. Eles mapeiam os desafios e criam, junto com as regionais, planos de ação, para conseguir superar aqueles desafios. Então essa é uma boa prática que pode ser compartilhada com outros estados que entenderem ser interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O compartilhamento 6, eu trago aqui o exemplo de um município no interior da Paraíba, que se chama Queimadas. Queimadas, em 2023, apresentava 85% de crianças alfabetizadas. Olha, já era um resultado muito positivo. Mas em 2024, eles conseguiram chegar a 92,7% de crianças alfabetizadas. E aqui a gente, quando discute educação, sabe que quanto mais altos são os resultados, mais difícil é a gente conseguir avanço desse porte, sete pontos percentuais. E Queimadas transformou-se em um exemplo a ser propagado nos demais municípios da regional, que, lá na Paraíba, é a 15ª Gerência Regional de Educação.

Então o que a coordenação da Gerência Regional de Educação fez? Utilizou-se do exemplo do Município de Queimadas para difundir a experiência do município junto aos outros municípios da regional.

E aqui nesse quadro cinza, eu trago algumas das contribuições para que esse exemplo fosse propagado: um chá da tarde com os secretários de educação, apresentando quais foram as ações estabelecidas em Queimadas, para promover essa melhoria da aprendizagem; o alinhamento com os Prefeitos e secretários, pactuando ações e estratégias.

Queimadas recebeu, este ano, 40 líderes municipais de outros municípios, para uma imersão sobre acompanhamento escolar, o que para nós, é uma estratégia fundamental para a revolução que foi ocasionada através da política educacional do município.

E seminário de boas práticas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS – E aqui eu vou reforçar a experiência de realização de seminários. Seminários de boas práticas em nível estadual, em nível nacional e em nível internacional.

Eu trouxe aqui exemplos. Por exemplo, o Piauí realiza, há três anos consecutivos, seminários de boas práticas para mapear as boas experiências das regionais e municípios do território piauiense. Essa é uma experiência que vai acontecer, por exemplo, em São Paulo, no próximo dia 12, que acontece no Amapá, acontece em vários estados para mapear e tornar conhecidas e reconhecidas essas boas práticas dos territórios.

O Seminário Nacional pela Alfabetização, que aconteceu, por exemplo, este ano, organizado por nós da Associação Bem Comum, Instituto Natura, Fundação Lemann e Caed,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reuniu mais de 500 participantes e também teve esse propósito de compartilhar as experiências de sucesso, as experiências exitosas que estão acontecendo em estados e municípios apoiados por essa aliança.

E aqui eu trago também o exemplo do Espírito Santo. O Espírito Santo vem implementando sua política em regime de colaboração já faz alguns anos e, este ano, recebeu lideranças de cinco países da América Latina para entender quais foram as mudanças, o que o Espírito Santo tem feito para promover a melhoria da alfabetização no Estado.

Então, o Governador recebeu esses convidados, assim como o Secretário, e tiveram uma agenda intensa, recebendo lideranças educacionais da Argentina, do México, da Colômbia, do Peru e do Chile.

Aqui eu trago mais um compartilhamento de boas práticas, que são os mecanismos de reconhecimentos e premiações. E aqui eu reconheço, acho que é importante reconhecer mais essa iniciativa do Compromisso Nacional, que é o Selo Ouro, Prata e Bronze, o Selo Nacional Criança Alfabetizada, que foi entregue...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS – ... em mão às lideranças políticas dos estados e municípios no início desse ano pelo próprio Presidente Lula.

Mais uma vez, presença, tempo e exemplo da liderança brasileira.

A Comenda Governadores pela Alfabetização na Idade Certa, que é uma iniciativa do Senado Federal, em parceria com o Ministério da Educação, Unesco Brasil e outras organizações do Terceiro Setor, que reconhecem a liderança do regime de colaboração enquanto papel do Governador, reconhecem nesses atores a importância do seu comprometimento e de a agenda da alfabetização estar centrada na agenda pública do Governo.

Mais uma estratégia de reconhecimento e premiação é o Reconhecimento às Escolas, que é uma estratégia utilizada também no Ceará, e em outros estados, em que escolas com melhores desempenhos são apoiadas financeiramente, mas também escolas com menores desempenhos e escolas com contextos mais desafiadores recebem apoio técnico, pedagógico e financeiro. E esses dois grupos de escolas estabelecem uma cooperação durante um ano para a melhoria dos resultados conjuntos em alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45CB6B2700747FEA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa também é uma estratégia que a gente gosta de reforçar. Por exemplo, este ano, nós acompanhamos, como eu reforcei mais cedo, 18 estados brasileiros. Este ano, 38 escolas, que eram apoiadas, ou seja, que tinham os resultados mais desafiadores em 2024, foram premiadas em 2025. Portanto, essa cooperação funciona, porque é uma cooperação entre pares, é um compartilhamento de boas práticas e troca de experiências.

Eu trago também alguns exemplos de bonificação e premiações em nível de municípios. Aqui a gente tem três capitais brasileiras. Temos Vitória, no Espírito Santo, São Luís, no Maranhão, e Macapá, no Amapá, que reconhecem, inclusive com recursos financeiros, os profissionais de educação. No entanto, reconhecimento público não necessariamente está vinculado, atrelado a recurso financeiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS – O reconhecimento público pode acontecer com uma comenda, com uma medalha, com um certificado, e isso incentiva os atores públicos a continuarem a desempenhar bons resultados.

Estamos quase no final, mas aqui eu não deixaria de ressaltar a importância do Movimento Bahia pela Educação, que começou também este ano. É um esforço de alguns setores, de alguns órgãos da Bahia, para superar os desafios educacionais do estado. Esse grupo do Movimento Bahia pela Educação foi lançado recentemente e é composto pelo Governo do Estado da Bahia, por meio de sua Secretaria de Educação, pela Undime, pela união dos prefeitos, pelo Ministério Público, pela Federação das Indústrias, pela Federação dos Transportes e pelo Sesi, ou seja, a alfabetização se transformando numa agenda pública de corresponsabilização de esforços coletivos.

Por fim, e não menos importante, na verdade, é a mais importante, o compartilhamento de boas práticas entre professores e gestores escolares. Se a alfabetização das crianças no Brasil acontece dentro de cada sala de aula, de cada município brasileiro, os professores precisam compartilhar as boas práticas entre si. E qual é o mecanismo para que isso aconteça? É a formação continuada em serviço. Então, a maneira mais efetiva de gerar melhoria direta no processo é a formação continuada de professores alfabetizadores e gestores escolares. O centro do nosso trabalho e o centro do trabalho do Compromisso Nacional Crianças Alfabetizadas estão nas salas de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, aqui, eu trago uma análise. Todas essas boas práticas que eu trouxe para compartilhar com vocês são decorrentes de uma liderança política local muito fortalecida e comprometida em manter a alfabetização como prioridade da agenda pública educacional, e também de estratégias que não são apenas pedagógicas, que não são estratégias apenas de gestão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS – ... mas são estratégias sistêmicas, e com esses dois fatores que andam juntos pelo sucesso da alfabetização das crianças brasileiras.

Eu agradeço e reforço a nossa mensagem de criação de um sentido de urgência com relação à pauta de alfabetização. Uma criança só faz sete anos uma vez na vida; não vamos deixá-la perder a oportunidade de aprender na idade adequada.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos aqui à Sra. Débora, que tão bem finalizou dizendo aqui o que a gente já acredita que é uma prioridade dentro do Governo do Presidente Lula, do Ministro Camilo, e que é uma prioridade entre todos os municípios que aderiram a esse compromisso, todos os estados que aderiram também, 100%...

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS (*Fora do microfone.*) – Noventa e nove vírgula seis por cento.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... 99,6% dos municípios. Então, realmente, é um compromisso coletivo que depende dessa união federativa, em que tem a União, os estados e os municípios.

E a gente vê realmente como pode avançar. E essa troca – vamos dizer assim, essa troca de experiências e esse compromisso – que eu vejo, percebo e acompanhei também no Estado do Ceará, quando fui Prefeita, em que a escola que teve uma avaliação maior, de certa forma, cuida da escola que não teve um desenvolvimento tão adequado, vamos dizer assim, tão desejado, gera uma responsabilidade e uma troca de experiência que a gente vê o resultado. Então, é muito importante, realmente, que a gente esteja fazendo essa troca de experiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fico feliz. Muito obrigada pela sua presença aqui, e tudo que trouxe foi muito válido, por isso que eu aumentei de 10 para 20 minutos. (*Risos.*) Mas eu ainda queria dar mais, mas vamos ter as considerações finais.

E agora eu já quero aqui também ter o prazer de ouvir a Sra. Cynira Kézia, que é lá da cidade de Sobral – onde estudei também; fiz faculdade de Enfermagem lá –, que está de forma remota e que poderá usar, a partir de agora, seus dez minutos. (*Pausa.*)

Ela já está... (*Pausa.*)

A SRA. CYNIRA KÉZIA RODRIGUES PONTE SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Estão me escutando?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Boa tarde.

Estamos. Pode ficar à vontade.

A SRA. CYNIRA KÉZIA RODRIGUES PONTE SAMPAIO (*Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar a todos, na pessoa da Senadora Augusta Brito, agradecer o convite pela participação neste momento tão oportuno.

Quando a gente fala de alfabetização, é um momento maravilhoso, porque eu acho que a meta de todo educador é justamente a alfabetização, e vendo aí – eu esqueci o nome dela, da Bem Comum, desculpe – falar sobre Sobral, é uma realidade muito grande, é uma satisfação levar a educação de Sobral não só para o país, como para o mundo.

E quando ela foi falando das boas práticas, aqui, eu ficava só pensando: "Ué, a gente faz isso; nós fazemos isso, nós fazemos isso". Então, hoje, Sobral consegue fazer todas essas boas práticas: nós estamos com 98% – um pouquinho mais – das nossas crianças alfabetizadas; agora em 2025, nós teremos 2.495 crianças do 1º ano que estarão alfabetizadas; nós fazemos toda essa sistematização de como está o progresso dessas crianças; implementamos este ano – e no próximo ano será uma coisa bem mais fortificada – o agente de leitura, que é aquele apoio do professor de sala de aula, mas com a missão de ser agente de leitura das nossas crianças para elas saírem do 1º ano mais fortificadas e entrarem no 2º ano já entendendo bem mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E todas essas práticas de formação continuada, premiação, boas práticas gerais, nós hoje temos em Sobral e continuamos. É uma gestão que já vem há mais de 20 anos, e neste ano a gente conseguiu continuar com tudo que já vinha acontecendo, com todo um progresso que nós estamos continuando e implementando cada vez mais.

Temos um grande desafio, que é a inclusão, nós não podemos esquecer. Hoje, em Sobral, nós temos 4.183 crianças laudadas, e é um grande desafio não só para a alfabetização como para toda a rede, e nós estamos fazendo toda uma coordenadoria da inclusão, trazendo novas práticas, porque nós temos que pensar em todas as crianças, em tudo que a gente pode fazer de uma forma geral. Tivemos vários seminários, porque a nossa intenção não é guardar só o que Sobral faz para si, e, sim, para o mundo. Este ano nós tivemos a visita de mais de cem municípios. Inclusive, sexta-feira agora nós teremos outro grande seminário. Tivemos outros países como Chile, África, Índia, teve também comissão dos Estados Unidos, todos vindo até Sobral para saber como são essas nossas práticas, porque a nossa intenção, sim, é mostrar o que está sendo bem-feito, bem realizado para o mundo, porque nós precisamos.

Eu sempre digo: a educação é o que vai mover o mundo, é o que vai transformar tudo. Com a educação a gente transforma a saúde, a gente transforma a segurança, nós conseguimos transformar também toda a gestão de uma cidade.

E ela tem que refletir na ponta; o que nós estamos ministrando nas escolas tem que refletir na ponta, no social, na cidade. Hoje, nós temos um lema em Sobral que é "A melhor educação em todos os sentidos", porque nós pensamos não só na alfabetização, que é o principal, logicamente, mas na humanização: tratar a criança como criança, levar para as escolas o brincar, levar para as escolas o querer bem das crianças, o amor, porque elas têm que entender que o ensinar é um contexto completo.

Hoje nós estamos trazendo a família também para dentro das escolas, nós estamos tendo esse compartilhamento para os pais entenderem o que é que está acontecendo com seus filhos dentro da escola.

Então, a educação é um contexto geral, é um complemento de tudo. É isso o que nós mostramos e mostramos muito bem em Sobral. Vocês podem observar que são anos de crescimento, crescimento esse que nós vamos conseguir ampliar ainda mais e jamais deixar cair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Spaece é uma medição muito bacana para a gente. No ano passado, nós tivemos o Spaece, tivemos uma pequena dificuldade, mas que nós já estamos revertendo este ano. Foi um ano de muito aprendizado, foi um ano em que nós conhecemos a rede novamente. Estamos trazendo coisas novas para a rede, como música, como educação física, como esporte para dentro das escolas, como uma série de formações também, como mediações de conflito, cultura de paz, porque nós temos que levar tudo isso para as nossas escolas.

Aqui eu deixo até um grande convite para todos, para aqueles que queiram vir a Sobral conhecer o que nós estamos fazendo de diferente e como nós estamos conseguindo esse sucesso sempre.

A gente hoje faz esse estudo. Nós temos a Casa da Avaliação. Inclusive, nós estamos tendo agora também a última avaliação do ano, para nós mensurarmos como está o aprendizado das nossas crianças. Essa avaliação, agora, realmente vale premiações, que é justamente a valorização do nosso profissional, lembrando que hoje, em Sobral, nós pagamos o nosso professor acima da média nacional, porque eles são o nosso carro-chefe.

Nós temos excelentes alfabetizadores, excelentes professores e uma rede muito coesa, uma rede que entende a importância da educação para a cidade. Sempre quando alguém me pergunta qual é o grande segredo de Sobral, eu digo que é o orgulho, é o pertencimento de ser sobralense; eu digo que é orgulho da nossa educação, orgulho de fazer tão bem para todo o país e principalmente mostrar que a educação pública pode ser uma educação de qualidade, pode ser a melhor educação para oferecer para as nossas crianças e que as nossas crianças merecem tudo: educação de qualidade, materiais de qualidade, escola com excelentes infraestruturas, melhores professores, humanização dentro das escolas. É isto o que nós estamos buscando: fazer sempre, sempre mais.

Mais uma vez, eu agradeço a todo mundo.

A Bem Comum já foi uma grande parceria nossa aqui, já esteve aqui conosco. A Lemann continua conosco este ano, trazendo grandes parcerias, porque o nosso olhar é generalizado, é um olhar como um todo para o benefício das nossas crianças. Então, nós continuamos fazendo todas essas práticas com perfeição e aperfeiçoamento, que é o que nós queremos. Se nós fazemos uma alfabetização que está em 98%, a gente quer esticar até chegar aos 100%, porque é do que nós precisamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu quero agradecer a todos, agradecer a fala. Como seriam só dez minutos, eu não trouxe os eslaides para mostrar para vocês. Mas, neste ano, nós tivemos grandes mostras, mostra cultural, mostra ambiental, mostras de vários segmentos na alfabetização, boas práticas que foram feitas dentro das escolas, mostras de inclusão, que é o que nós estamos fortificando bastante aqui, em Sobral, porque nós temos que olhar todas as crianças.

Nós temos uma grande missão, que é mudar vidas, e a gente consegue mudar a vida com a educação. Eu sou, assim, uma grande fã da educação, porque eu vejo pela minha família, que foi toda modificada através da educação; eu vejo pela minha história, como eu vejo a história de tantas outras pessoas.

Hoje, na nossa rede, nós temos grandes professores, que vieram da nossa educação, e nós temos esse orgulho – orgulho de ensinar com qualidade, orgulho de podermos fazer o melhor para toda a população e, principalmente, para as nossas crianças.

Eu deixo aqui o meu grande abraço a todos. Eu sei que vão ter outros momentos para a gente dar uma conversadinha, mas também deixo aqui o meu convite: para quem quiser vir a Sobral e conhecer o que nós estamos fazendo, nós estamos de porta aberta para todos, tá?

Meu muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós agradecemos à Sra. Cynira Kézia, que é Secretária da cidade de Sobral.

Repito aqui que uma das experiências que eu presenciei e visitei, quando ainda era Deputada Estadual, foi a questão das avaliações que eram feitas pelo Município de Sobral, que eram aplicadas, que mostraram lá toda uma competência e uma experiência que deu resultado e mostrou resultado. Eram as avaliações que fundamentavam políticas e ações dentro das escolas. Parabenizo a Secretária e todos que fazem a educação da cidade de Sobral.

E agora eu já quero, também de forma remota, ter o prazer de ouvir aqui o Sr. Gilcinei Teodoro Carvalho, de Minas Gerais, que vai falar para nós, aqui no Senado, e para todos que estão nos assistindo.

Então, é um prazer ouvi-lo. Agora, de forma remota, já pode começar a sua fala. (*Pausa.*)

Tem que só abrir o microfone. Pronto, agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILCINEI TEODORO CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Desculpa. Então, boa tarde. Primeiro, os agradecimentos pelo convite, em nome de toda a equipe Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita). E aí já trago uma informação de que, desde o início do ano, o nosso Ceale adota o nome da fundadora e idealizadora do Ceale, que é a Profa. Magda Soares. Então, é Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita Magda Soares.

Sob a inspiração da Profa. Magda Soares, é que desenvolvemos os nossos trabalhos, as nossas pesquisas e, principalmente, as parcerias relativas ao desenvolvimento profissional dos nossos colegas que trabalham na educação básica, particularmente com a alfabetização.

Então, é preciso dizer que o centro foi criado sob a inspiração exatamente de que é um compromisso também da universidade (*Falha no áudio.*)...

Desculpe, acho que houve algum problema. Vocês estão me ouvindo? Por favor, só confirmem.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Estamos ouvindo, estamos ouvindo bem.

O SR. GILCINEI TEODORO CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Acho que eu apertei alguma coisa. O letramento digital aqui...

Então, voltando, acho que é bom neste momento reforçar esse compromisso, e aqui eu represento também a universidade, através aqui do Ceale, com o debate e as questões políticas que envolvem a alfabetização em vários níveis.

Seguindo um pouquinho a tradição universitária, para ganhar tempo, vocês me permitam, por favor, a leitura de um texto aqui, mas é uma leitura muito... não é uma leitura acadêmica, mas é só por questão de a gente ganhar tempo.

Então, agradecimentos ao convite, uma saudação muito especial à iniciativa das audiências via requerimento da Exma. Senadora Augusta Brito, o que reforça esse princípio democrático do debate e materializa o dispositivo republicano de uma avaliação mais qualificada das políticas públicas de educação, particularmente as da alfabetização. E o cenário... A gente sabe que é de extrema importância esse destaque dado à alfabetização, o que justifica, inclusive, a implementação de políticas efetivas nessa direção e que o Compromisso Criança Alfabetizada representa neste momento muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acompanhando o debate construído nas audiências anteriores, uma primeira abordagem desejável é de indicar a necessidade de complementação de informação que estão pressupostas na formulação do título desta audiência, que é Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas no contexto de política pública do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Essa complementação é em que direção, sob que orientação? Aqui, uma pequena observação em relação à própria reflexão linguística, digamos assim, nós sabemos que quem reconhece, reconhece alguma coisa, usando alguns procedimentos e visões de mundo, e, também, quem compartilha, compartilha alguma coisa, usando alguns procedimentos e estratégias. No caso específico, a complementação vem logo a seguir, que é exatamente reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.

Essa qualificação "boas" vai igualmente acionar demandas de complementação. Evidentemente, exemplos: boas para quem? Baseado em quais critérios? Validadas sob que condições? Prevendo um compartilhamento de que natureza?

Dessa simples constatação, podemos afirmar que a indicação de informações para essa desejável complementação envolve decisões e escolhas enquadradas em políticas construídas em várias camadas. Aqui, acho que essa questão das várias camadas foi muito bem explicitada na primeira apresentação da Débora de Freitas, mostrando exatamente essa interação e essa interconexão – tanto que eu vou aqui focar muito mais naquele último aspecto que foi destacado, que é muito mais a questão da sala de aula, para essa definição da questão das boas práticas.

Talvez aqui a palavra "práticas" venha marcada no discurso pedagógico por um maior privilégio ao olhar que focaliza as ações de ensino e de aprendizagem, mas que não necessariamente a elas estejam circunscritas, já que as várias camadas de realização dessas práticas são condicionadas pelas dimensões históricas e sociais que situam um tempo e o espaço com todas as peculiaridades que singularizam essas práticas.

Então, este é um aspecto a ser destacado: quando se tem uma política que assume essas várias camadas, obviamente a configuração das ações é muito mais efetiva, porque leva em conta, exatamente, essas dimensões históricas, que fazem com que as políticas sejam apresentadas e, mais do que isso, implementadas.

Com essa indicação de que o título desta nossa audiência não é autoexplicativo ou autodefinido, construímos um terreno para algumas problematizações, que revelam uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ausência de transparência semântica para o termo "boas práticas". Sempre vai se exigir uma contextualização, objetivando sua maior explicitação e dimensionando essa sua ambição de operacionalização, exatamente pelo seu viés sempre avaliativo, já que produz a ideia de eficácia e de sucesso, e está amparada no pressuposto do adjetivo "boas". É claro que, se eu tenho "boas", é porque existem as "más" ou existem as "ruins". E aí não tenho dúvida de que o compartilhamento é essencial para que esses critérios e esses parâmetros sejam socializados, publicizados, para que o debate leve em conta, exatamente, as singularidades dessas práticas. Isso porque, dentro dessas singularidades, elas se tornam boas, são avaliadas como boas.

O parâmetro para a ideia de eficácia e de sucesso tem, no caso da alfabetização, uma relação direta com a apropriação e o domínio da língua escrita – não só com isso, claro, mas também com a vivência efetiva nas práticas sociais que envolvem o uso da escrita. Isso permite indicar a leitura e a escrita de pequenos textos – coloquei aqui entre aspas – "constituindo-se como um horizonte da alfabetização", reproduzindo aqui o critério materializado no censo, o que também já gera um bom debate sobre, primeiro, o que entendemos por leitura e escrita e, principalmente, o que entendemos por pequenos textos. Aqui, logo de cara, a palavra "texto" já é significativa, porque a boa prática vai indicar exatamente essa produção de sentido, que só se constitui através dos textos.

Talvez, mais do que esse horizonte, deva-se instalar o lema de que toda criança pode aprender a ler e a escrever, o que seria o resultado ideal de toda boa prática, exatamente o de assumir essa potencialidade do aprendizado. Pode parecer uma coisa muito trivial de se dizer, mas a gente precisa também destacar que, durante muito tempo – e ainda é forte... São as teorias de déficit que vão dizer que as crianças não têm condições de aprender a ler e a escrever, ou não têm as capacidades para esse aprendizado. Então, assumir esse lema de que se pode, essa potencialidade, é algo realmente que institui, talvez, do ponto de vista da política, o que a gente chamaria de boa prática.

Então, a questão que ronda é exatamente os critérios para identificar e mensurar o que consideramos boas práticas, estabelecendo os consensos que balizem o processo de alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Claro que não é foco deste momento a questão da avaliação, porque já foi discutida em outras audiências, então acho que é também um tema importantíssimo em relação a essa questão de uma certa mensuração.

Sabemos, no entanto, que há boas práticas que geram resultados muitas vezes não mensuráveis ou de difícil mensuração, e que aparecem em contextos específicos ou que são configurados a médio e longo prazo, sob diversos condicionantes.

Aqui é uma lista muito ainda parcial e, portanto, não fechada, sobre esses pontos, talvez, muitas vezes, não mensuráveis, que a gente precisa levar em conta, tendo em vista um processo de ensino e aprendizado, que são, por exemplo, do ponto de vista do aluno: a formação do gosto pela leitura; a ampliação de repertórios culturais; a participação ativa na cultura escrita, em ações e gestos cotidianos que envolvam o ler e escrever; o posicionamento em relação a textos lidos e escritos, etc.

Do ponto de vista do docente também, como boa prática: a questão do acolhimento das culturas das crianças frente à compreensão e à apropriação dos textos; o diálogo com os repertórios das crianças; as interações significativas com as crianças no processo de construção de sentidos, quer na leitura, quer na escrita; a própria ideia da seleção de textos e estratégias de ensino situadas em processo de aprendizagem; a participação na formação de desenvolvimento profissional; o compromisso com o diálogo com os pares no interior das escolas, e aqui também essa ideia do compartilhar tem a ver com a ideia dos pares...

Do ponto de vista dos gestores: a manutenção das equipes, os concursos para o ingresso na carreira; a oferta de formações de intercâmbio; construção de espaços de aprendizagem, especialmente os de leitura; a oferta de materiais e acervos qualificados; e as próprias condições de trabalho.

Finalizando, essas indicações aqui trazidas, nesses breves minutos, pretenderam registrar a necessidade de maior explicitação dos procedimentos que qualificam uma prática como boa, atentando para uma perspectiva pedagógica que considera as dimensões sócio-históricas dos processos de ensino e de aprendizagem e que destaca as interações e as mediações construídas no contexto de uma sala de aula. Com esse olhar também dirigido para as práticas cotidianas, é que teremos condições de valorizar decisões implementadas pelos professores e que visam às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

boas práticas, que seriam o quê? Favorecer e efetivar o postulado de que toda criança pode aprender a ler e escrever. Esse sempre é um compromisso da alfabetização.

Obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Nós que agradecemos também a participação, a contribuição muito valiosa, e aqui, não repetindo, até porque eu não sou a expositora, mas é exatamente... Eu acho que ele... Não diria resume, ele amplia tudo quando ele diz que toda criança pode aprender a ler, então ele deixa aí, em uma frase, o significado real desse compromisso de que toda criança pode aprender a ler, seja qual for o método que vai ser usado, qual experiência que vai servir, mas é o que nós temos. Garanto que é consenso: toda criança realmente pode aprender a ler.

Já agradeço e convido aqui a nossa última expositora, que é a Sra. Emanuelle, da Secretaria de Cooperação com os Municípios, lá da Seduc do Estado do Ceará, que também vai participar de forma remota e poderá usar os seus dez minutos. Se necessário, a gente vai acrescentando. Será um prazer ouvi-la, Emanuelle.

A SRA. EMANUELLE GRACE KELLY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde, Senadora Augusta! Boa tarde, Gilcinei, Cynira, Secretária municipal aqui de Sobral, Débora, querida, com quem compartilhamos muitas lutas aí na educação.

Quero iniciar ressaltando a importância deste momento, um momento de compartilharmos diferentes visões e boas práticas, essa política que veio fortalecer o trabalho da educação em todos os estados pela alfabetização de todas as crianças, é um momento de grande relevância. Esse compartilhamento nos enriquece, no sentido de podermos ter novos olhares e aprimorar essa política para que possamos, a partir das nossas ações, garantir o alcance dos nossos objetivos e gerar impactos reais na aprendizagem das nossas crianças, então, queria fazer aqui esse ponto.

Eu penso que o compromisso já começou aqui muito bem explanado, no sentido do compartilhamento entre diversas ações nos mais variados estados do Brasil.

A Cynira trouxe também um pouco desse trabalho em Sobral, que é berço desse olhar para a alfabetização que inspirou o Estado do Ceará e aí vem inspirando tantos outros locais. Aqui no Ceará, como foi muito bem colocado pela Débora, nós temos um trabalho olhando para a alfabetização para que possamos, de fato, garantir esse direito às nossas crianças. É um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que vem de uma caminhada já de 18 anos e a gente vem nesse trabalho de aprimoramento. É um trabalho que exige olhar constante, monitoramento constante, população continuada constante, porque, de fato, a gente precisa compreender que é dinâmico, que as crianças chegam a cada ano, e a gente precisa estar conhecendo, de fato, as realidades, para que a gente possa conseguir chegar em todos e em cada um.

Então, eu penso que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada vem fortalecer. Ele chegou aí fortalecendo de maneira muito forte o trabalho que aqui a gente vem desenvolvendo com esse foco, com esse olhar na alfabetização. Tem um ponto importantíssimo que nós não podemos esquecer que é a educação infantil. Ele traz aí em seu bojo esse olhar para a educação infantil, para essa primeira infância pela qual a gente precisa zelar. A gente precisa garantir as apropriações, as vivências, a intencionalidade pedagógica em cada brincar, em cada ação, em cada rotina, para que, de fato, a gente comece o trabalho da alfabetização na chegada ao ensino fundamental.

Então, ao chegar ao 1º ano, a gente já começa ali, então, a fazer esse desenvolvimento das crianças, no que diz respeito à alfabetização em si. Então, a gente tem que ter esse monitoramento.

Aqui no Ceará, a gente vem nesse trabalho há 18 anos, aprimorando-o, para que a gente possa garantir a implementação. É uma política de extrema importância, que vem oferecendo, de fato, possibilidades para grandes resultados. Mas a implementação precisa ser monitorada, ela precisa ser de qualidade. E aí, para isso, nós precisamos ter formação dos gestores, para que eles entendam os documentos, as diretrizes, e para que eles se apropriem e consigam garantir a qualidade que a gente precisa nessa implementação.

Esse trabalho acontece a partir dessas visitas, do monitoramento, do diálogo e da força que é necessária dentro do regime de colaboração. A alfabetização é um trabalho que precisa ser desenvolvido conjuntamente: estados e municípios somando forças e esforços, para que a gente consiga dar conta do nosso dever, garantindo a alfabetização de todas as crianças no tempo certo.

Então, a gente precisa, sim, desse monitoramento constante, que a gente faz a partir de visitas clínicas, de visitas presenciais, virtuais, com um acompanhamento de perto, desde o momento diagnóstico – o momento formativo, o momento realmente de estarmos ali observando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as dificuldades, observando os desafios para as correções de rotas –, para, ao final, chegarmos, de fato, aos nossos objetivos, que são a aprendizagem em todas as circunstâncias.

Então, aqui a gente teve, digamos, uma potência, uma força muito grande, com a chegada do Compromisso. Nós tivemos a condição de ampliar nossas ações de formações e tivemos condição de oferecer o suporte aos municípios que estavam precisando mais da nossa presença, para que a gente pudesse ter um olhar mais atencioso nesse sentido de reduzir as desigualdades.

Conseguimos adequar e chegar a esse suporte a partir do regime de colaboração interfederativa com o Compromisso. A gente consegue dar suporte nas formações dos municípios, nos territórios, para que a gente possa garantir o tempo e garantir também a qualidade, a presença do professor e o monitoramento, realmente, dessa chegada até a sala de aula. Então, a gente pôde trazer essa potência e também permitir momentos de compartilhamento. – que aqui foram colocados por alguns dos colegas –, desse compartilhamento entre escolas, desse compartilhamento entre municípios.

Então, eu penso que essa política... este momento de avaliarmos, de compartilharmos a política do Compromisso é um momento que nos enriquece, que permite a nós estarmos aí com novos olhares e com novas possibilidades de ações.

Nós fazemos aqui um acompanhamento contínuo. A gente oferece um suporte técnico, pedagógico e financeiro a partir do Paic, que já vem desde 2007, a partir de uma decisão política que é fortalecida e continuada, em que estamos agora, mais ainda, com essa priorização do olhar para a educação, do fortalecimento, da priorização da pauta da educação pelo nosso Governador Elmano de Freitas, que realmente tem como agenda prioritária, de grande força e de olhar atento a essa educação, e a gente vem, cada vez mais, fortalecendo as nossas ações.

Neste ano, nós, inclusive, pudemos dar potência também nesse acompanhamento para os municípios que estavam demonstrando uma maior necessidade da nossa presença, do nosso monitoramento, da nossa assistência técnica. Então, nós fortalecemos a formação, fortalecemos o compartilhamento a partir de um projeto-piloto, com um grupo de municípios, nos quais nós fizemos momentos de compartilhamento, com fala de gestores municipais, com falas de secretários, com mentorias, nas quais os municípios puderam trocar e compartilhar, com tudo isso, para fortalecer essa agenda da alfabetização. Então, aqui a gente conseguiu fazer com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tivesse força e potência, ainda mais com a chegada desse Compromisso.

No que diz respeito aos primeiros e pequenos passos na educação infantil, nós também temos agenda com professores, com gestores de formação continuada, olhando para essa questão da rotina, da intencionalidade pedagógica, das vivências e das apropriações. Olhando para os anos iniciais, a gente trouxe potência, desde 2023, com a chegada do Compromisso, que também pactuou metas com os estados, pactuação de metas, aqui no Estado do Ceará, com todos os municípios, metas compatíveis com o potencial, olhando para o potencial da rede, de cada rede, das regionais e dos municípios.

A gente tem aqui momentos de compartilhamento nos fóruns com as regionais e com os municípios, tudo isso para que a gente possa fortalecer o nosso trabalho, garantir alinhamento e garantir a qualidade da implementação. Então, acredito que o Compromisso veio muito trazer essa força, essa potência, tanto no regime de colaboração interfederativa como também nas ações que nós já desenvolvemos e que conseguimos fortalecer no trabalho aqui dentro do Paic (Programa Alfabetização na Idade Certa), no qual nós temos ações de compartilhamento, de reconhecimento, de premiação e de incentivo dentro dessa agenda da alfabetização.

Então, de maneira geral, aqui é um pouco disto, ter chegado nesse mapa apresentado pela Débora, de 2007 a 2024, e termos conseguido manter, não só consolidar um processo, mas manter em uma crescente, garantindo essa alfabetização de todas as crianças. Tem muito dessa decisão política, dessa priorização da pauta, da formação continuada, do fortalecimento do regime, todos esses pontos que aqui já foram muito bem colocados pelos meus colegas, então, é um pouco isso.

Quero agradecer a oportunidade de aqui estarmos compartilhando essas boas práticas dentro do olhar e do contexto da alfabetização.

Agradeço, na pessoa da Senadora, a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, nós que agradecemos aqui todo o trabalho da Emanuelle, toda a secretaria, da nossa querida Secretária Eliana Estrela, todos que fazem a educação do nosso Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E agora nós recebemos aqui algumas perguntas das nossas participações virtuais, tem comentários também, que foram distribuídos para os nossos expositores. Eu já queria passar aqui para as considerações finais e, se algum de vocês quiser responder a alguma pergunta, fique à vontade, se não, faça só as considerações finais, para que a gente possa fazer os encaminhamentos desta audiência pública e encaminhar para o resultado final, que será apresentado no relatório no final deste mês ainda. Acredito que dá tempo.

Então já passo a palavra aqui para a Sra. Débora, que poderá fazer suas considerações finais e também fique à vontade, se se sentir à vontade para responder a alguma das perguntas.

A SRA. DÉBORA DE FREITAS VIÉGAS (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Primeiro, gostaria de me desculpar e saudar a Emanuelle Grace Kelly, da Secretaria de Estado do Ceará, e o Sr. Gilcinei, do Ceale. É um prazer compartilhar esta discussão com vocês, assim como a Secretária do Município de Sobral, que eu já havia citado anteriormente.

Algumas das perguntas reforçam o sentido de garantir a equidade de aprendizagem entre estudantes, escolas, municípios. A nossa interpretação é que equidade é tratar desiguais de forma desigual. Portanto, existem estudantes em condições de vulnerabilidade, estudantes de menor nível socioeconômico, famílias que têm menores níveis socioeconômicos, estudantes de diferentes cores e raças, especialmente os estudantes indígenas e negros, pretos e pardos. Então, no nível de estudante, a escola tem que estar preparada para lidar com essa diversidade de estudantes que temos hoje no Brasil, o município deve estar preparado para lidar de forma desigual também com as escolas da sua rede, assim como a regional, olhando para os seus municípios, o estado.

E aí tem um exemplo de boa prática: no ano passado, os resultados do indicador Criança Alfabetizada de 2024 foram divulgados em 2025, e o Ministério da Educação selecionou os estados que apresentavam menos de 50% de crianças alfabetizadas e estabeleceu que aqueles eram estados prioritários. Portanto, o Ministério da Educação teve um acompanhamento muito mais próximo desses estados, do ponto de vista de aconselhamento, de acompanhamento das ações. Essa é uma forma de garantir a equidade.

Eu queria finalizar a minha fala reforçando que a alfabetização, voltando à fala do Sr. Gilcinei de que toda criança pode aprender a ler e escrever. Quando a gente não acredita nisso, a gente abre espaço para que algumas crianças, e aqui eu reforço, são crianças em condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade, não tenham esse acesso. E aqui também complemento a fala: alfabetização é aprender a ler, escrever e ter letramento matemático. O raciocínio matemático também é importante de ser estabelecido, a lógica matemática é desde a infância.

Também vou reforçar, para finalizar a minha fala, um ponto trazido pela Emanuelle Grace Kelly, de continuidade das ações. O Ceará consegue manter bons resultados em crescente. E aqui reforço: todos os anos, novos estudantes se inserem no processo de alfabetização. Todos os anos, nós, Governo Federal, estados, municípios, professores, precisamos garantir que esses estudantes finalizem o ano alfabetizados. É um direito, é um processo que, se bem-feito, garante um sucesso na vida escolar daquele estudante, garante, no futuro da vida adulta, melhor qualidade de vida, melhores condições de trabalho.

E, por fim, eu vou citar uma autora cearense, chamada Socorro Acioli. Ela é uma autora de literatura, mas aqui eu quero reforçar a importância de estarmos discutindo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada nesta sessão, a importância desta iniciativa, Senadora Augusta, de fazer algumas sessões para avaliar o Compromisso Nacional. A Socorro Acioli tem uma citação, num dos livros, que fala: "estar morto é não ser palavra na boca de alguém". Quanto mais nós falamos em alfabetização, mais a alfabetização vira prioridade e vira o centro das nossas atenções. Portanto, continuemos falando sobre alfabetização nos espaços públicos. A alfabetização é uma temática que interessa a todos nós.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada a você. Muito obrigada. Agora, com essa frase aí – viu, Carol? – a gente está bem viva, na boca do povo. (*Risos.*) Brincadeira, mas é exatamente isto: a gente está nas palavras.

E agora eu já quero aqui perguntar aos nossos convidados, de forma remota, se também querem fazer as suas considerações finais. Se quiserem fazer, pode abrir o microfone. Eu estou olhando aqui o Sr. Gilcinei, não sei se quer fazer as suas considerações finais, e a Sra. Cynira também, se quiser fazer.

Então, pode começar, nossa Secretária de Sobral, a Secretária Cynira.

A SRA. CYNIRA KÉZIA RODRIGUES PONTE SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu só quero agradecer por este momento, agradecer a participação, agradecer a oportunidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque, quando a gente fala de educação e de alfabetização principalmente, é como a Débora acabou de falar: a gente fala e todo mundo comenta, e a alfabetização continua. A grande importância é de considerarmos isso para as nossas crianças.

Então, deixo aqui, nesta minha fala, justamente, dizendo isto: que nós estamos totalmente disponíveis para o que for necessário. Sobral está de portas abertas para podermos divulgar e apresentar o que se tem de melhor para a educação do Brasil. E, mais uma vez, eu complemento falando muito isto: que a educação pública pode, sim, acontecer e com a maior e melhor qualidade. E é isto que a gente quer mostrar para todo o país: que podemos, sim, fazer o melhor para as nossas crianças.

Eu agradeço a todos os participantes, a todas as falas e digo, mais uma vez, Senadora, muito obrigada pelo convite. Parabéns por este momento maravilhoso e de grande importância para a educação do país.

Muito obrigada e boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós é que agradecemos a você por compartilhar a experiência exitosa da cidade de Sobral.

E, agora, já convido o nosso último convidado, porque eu vejo que a nossa Emanuelle já saiu aqui da forma remota, que é o Gilcinei, que também nos dará aqui o prazer de fazer suas considerações finais.

O SR. GILCINEI TEODORO CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exma. Senadora Augusta Brito, se eu não usar a palavra, eu vou estar morto – não é? –, segundo a citação apresentada aí. Muito, muito bom, porque é isso mesmo.

Eu também agradeço imensamente o convite. É uma honra para o Ceale participar desta ação política, que são as audiências, e ver com destaque, na agenda educacional, a alfabetização tomada realmente na sua seriedade. E, quando eu falo seriedade, é exatamente nessa dimensão de entender uma dinâmica que envolve desde a sala de aula até decisões mais macropolíticas e como essas relações realmente estão bastante interconectadas.

Exemplificando isso e tentando responder também à pergunta que nos foi dirigida, quando a gente pensa, por exemplo, numa pedagogia que seja culturalmente sensível, a gente precisa pensar também em políticas que sejam culturalmente sensíveis. E uma das sensibilidades que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Compromisso Criança Alfabetizada traz é exatamente essa de que a cultura escrita realmente é elemento, é parte constitutiva da nossa sociedade. Portanto, temos que ter essa sensibilidade e, mais do que isso, o dever de proporcionar condições para o ensino e para a aprendizagem, o que certamente vai se reverter em boas práticas.

Então, eu agradeço muito e parabenizo mais uma vez a iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Somos nós que agradecemos aqui também ao Sr. Gilcinei.

Já indo para o final desta audiência pública, eu quero aqui agradecer tanto à Comissão, aos secretários e assessores, como também ao gabinete, aos nossos assessores, a todos que se comprometeram e aos nossos convidados.

Eu quero aqui só fazer um breve resumo, porque foram cinco audiências públicas. E esta é a última audiência pública, em que a gente teve como objetivo fazer a avaliação, exatamente, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Vamos apresentar o relatório aqui, na Comissão, que logo depois será entregue também ao MEC. E aqui eu queria fazer o compromisso, como eu falei sempre, em todas as audiências públicas, de que esse mesmo relatório será também entregue a todas as pessoas que participaram das audiências, representando instituições e representando a sociedade civil como um todo, para que a gente possa ter ciência realmente do relatório final.

E a gente dividiu os eixos desta avaliação nas audiências públicas. Eu vou aqui só ler os cinco eixos que a gente teve a oportunidade de discutir e debater em audiência pública.

O primeiro foi governança e gestão da política de alfabetização, que vem mediante uma análise de atuação tanto do Cenac como também da Renalfa, que foi citada aqui pela nossa expositora, como um dos mecanismos de cooperação e articulação entre União, Distrito Federal, estados e municípios.

A segunda audiência pública foi sobre a formação de profissionais de educação e práticas pedagógicas, por meio das avaliações voltadas à formação continuada de professores, técnicos, gestores, bem como à melhoria das práticas pedagógicas e gestão escolar relacionadas à alfabetização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente dividiu por eixos, e o interessante foi que sempre um eixo puxava um assunto do outro eixo, como hoje também sempre a gente teve esse *link*. Eles estão interligados.

A terceira audiência pública foi sobre a infraestrutura física e pedagógica, que também foi discutida e debatida aqui com uma audiência pública.

A quarta foi sobre os sistemas de avaliação, pela via de verificação da coerência e da efetividade dos sistemas de monitoramento e avaliação da aprendizagem das crianças no ciclo de alfabetização.

E a última, hoje, foi sobre o reconhecimento e o compartilhamento de boas práticas.

Então, todas estão aí de certa forma interligadas, e, em todas as audiências públicas, nós ampliamos para além do que estava previsto no respectivo eixo.

A gente só tem a agradecer a todos os convidados, desde a primeira audiência pública até hoje, os expositores que aqui estiveram, como a Sra. Débora, que tão bem fez uma apresentação. Tudo vai estar constando também dentro do nosso relatório. Como foi dito desde o início, todas as apresentações e as falas vão estar disponíveis também aqui pela Comissão.

Então, só quero agradecer a todos e todas, desejar um ótimo dia e que a gente possa verdadeiramente contribuir com a política, que é muito importante. Muito obrigada.

A gente declara encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Fabiano Contarato e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Augusta Brito e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 54ª, 55ª e 56ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2387, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE/CE. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria será apreciada pelo Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4012, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria será apreciada pelo Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4815, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de arteterapeuta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*ad hoc*), em substituição à Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1167, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para incluir carne de peixe e seus derivados no cardápio da educação escolar." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 – CRA/CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1770, de 2024 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006) - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de reflexão do 'Cantando as Diferenças'." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1770 de 2024 (Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2006). **Observação:** A matéria será apreciada pelo Plenário. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 50, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2480/2021, que "institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 51, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 218, VII, 219 e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Bernard Jean Jacques Charlot, ocorrido no dia 3 de dezembro de 2025, em Aracaju/SE, aos 81 anos, acompanhado das seguintes homenagens: um minuto de silêncio e apresentação de condolências à sua família, amigos, colegas, estudantes e instituições acadêmicas às quais dedicou sua vida, acompanhada pelas seguintes homenagens: um minuto de silêncio e apresentação de condolências à Yan Capua Charlot (Em nome da família do Prof. Bernard Charlot)." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 52, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Israel Alves Ferreira; o Senhor Charleston Soares dos Santos; o Senhor João Batista Cavalcante Júnior; o Senhor Lázaro Juliano da Silva Filho." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 53, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2387/2023, que "altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da educação infantil”." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 54, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4012/2024, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais”." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 55, de 2025** que: "Requer a inclusão da Dra. Aline Duarte, neuropsicóloga, especialista em família e infância, como convidada para participar da Audiência Pública objeto do REQ 50/2025 - CE, com o objetivo de instruir o PL 2480/2021, que "institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Bordeline"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de dezembro de 2025.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 54ª, 55ª e 56ª Reuniões, realizadas em 25 e 26 de novembro e 2 de dezembro.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Registro a presença da Deputada Luciene Cavalcante, autora do PL 2.387, de 2023, que está na nossa pauta. (*Palmas.*)

Nós vamos inverter a pauta, porque a Senadora Dorinha, que é a Relatora, está a caminho. Ela vem, mas está a caminho.

Antes de entrarmos na pauta, eu gostaria de fazer uma manifestação, em nome da Comissão de Educação – Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim e Deputada –, sobre a tramitação do Plano Nacional de Educação ora na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e Deputadas.

Aqui no Senado, no ano passado, sob a Presidência do Senador Arns, nós iniciamos um processo de audiências. Este ano, sob a minha Presidência, nós retomamos esse processo de audiências públicas, justamente para dar fôlego e conteúdo a esta Comissão, repercutindo, evidentemente, com todos os colegas Senadores, para termos uma tramitação, ao mesmo tempo, ágil, mas também com conteúdo sobre o que seria necessário alterar, o que seria necessário negociar, e acompanhamos, *pari passu*, a tramitação do projeto na Câmara de Deputados.

Ressaltamos que houve uma ampla mobilização, ressaltamos que houve, sem sombra de dúvida, negociações muito importantes que fizeram com que o plano pudesse vir a ser considerado um projeto da sociedade, um projeto de consenso, e chegaria, portanto, ao Senado em condições de uma aprovação tranquila. No entanto, já por duas vezes, a votação na Comissão Especial foi adiada de um dia determinado, que não lembro, para terça passada; de terça passada, para hoje; e de hoje, para amanhã. Em princípio, haverá uma reunião hoje à tarde, na tentativa de se construir consensos, e amanhã seria – será ou não será, não é, Luciene? – votado na Comissão Especial. A mobilização é grande para que ele seja votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero informar que, na condição de Presidente da Comissão de Educação, eu vou me inteirar.

Estou acompanhando junto a alguns Deputados e com a própria Presidente da Comissão, a Deputada Tabata Amaral, que tem nos dado informações constantes, e também com o Ministério da Educação, Senador Arns, para a gente saber direitinho como é que a gente vai proceder, porque estamos na penúltima semana do ano legislativo.

Então, é importante termos uma atenção para esse projeto, que é um projeto importantíssimo para a nossa vida na educação.

Aprovamos, no mês passado, o Sistema Nacional de Educação, de autoria o projeto do Senador Flávio Arns, a Professora Dorinha foi a Relatora, e agora coroaríamos o nosso poder e a nossa condição estruturante da educação, com a aprovação do PNE, mas estamos aguardando, para depois resolvermos... Eu acho que a Comissão de Educação, Senadora Dorinha, vai precisar tomar uma posição, assim que o projeto chegar, em relação ao processo de tramitação.

Então, dizendo isso, nós vamos partir para a nossa pauta.

Pergunto ao Senador Paim se aguardo o Senador Humberto, e a gente começa pela ordem da pauta mesmo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto.

Ele tinha pedido inversão de pauta, e eu tinha aceitado, mas a Senadora Dorinha já chegou...

É o relatório mais esperado de hoje! (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E, aí, a gente começaria.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Não, é rapidamente. Só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. mencionou o Plano Nacional de Educação, o coroamento também, mas eu quero destacar também e, além disso – que é, logicamente, uma prioridade nacional para os próximos dez anos, e junto com o Sistema Nacional de Educação –, enaltecer o trabalho do Ministério da Educação, em função do Decreto 12.686, sobre o qual houve um grande debate aqui no Senado, na Câmara... A Professora Dorinha participou das reuniões também, V. Exa. também, a Deputada Luciene...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Todas lideradas pelo senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, não, mas foi muito bom, e o ministério então acatou aquilo que havia sido negociado no ministério, e hoje foi publicado o Decreto 12.773, com as mudanças acordadas naquele período.

Então, eu quero dizer que o Sr. Ministro recebeu a todos e todas muito bem, dialogou, conversou, e se empenhou, depois, junto ao Ministério dos Direitos Humanos, à própria Casa Civil, e isso resultou na publicação daquilo que havia sido negociado.

Assim, foi muito interessante, muito bom; traz tranquilidade, segurança, para todos nós trabalharmos juntos a favor da plena inclusão da pessoa com deficiência.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador, e parabéns também pela mobilização que foi feita.

Então, passo agora ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2387, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 1 - CAE.*

A autoria é da Câmara dos Deputados, a Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante, que aqui se encontra.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, Deputada autora do projeto, também nossa parceira – a gente faz um bate-bola bom na área da educação –, nós devemos votar hoje o Descongela, que foi uma luta também nossa. (*Palmas.*)

No Descongela, a gente resgata, porque no período da pandemia os direitos e a contagem de tempo foram suspensos para os servidores públicos.

Eu apresentei com foco específico na educação, mas, obviamente, todos os servidores vão ser abarcados em relação a essa grave injustiça que sofreram, porque os serviços não foram interrompidos. Eles mudaram o formato e, em muitos casos, como o caso da educação, exigiu muito mais do que o que acontecia na escola dita regular. No período da pandemia, o trabalho foi muito extenso.

Então, hoje a gente vota em Plenário a urgência e, logo em seguida, o texto. O Senador Flávio Arns é o nosso Relator, então, nós vamos entregar também esse texto. (*Palmas.*)

Quanto a esse projeto que eu relato, no meu entendimento é até uma situação óbvia e que entendo que em muitos municípios houve até uma tentativa de burlar para poder pagar com salários menores a quem desempenha a mesma tarefa.

A educação básica começa na parte específica, de zero a três anos, e nós sabemos a diferença que faz o atendimento, inclusive do ponto de vista neurológico e desenvolvimento. Se não for cuidado no período correto, o prejuízo no desenvolvimento das crianças é irreparável, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui é para a gente não ter nenhum tipo de burla, o que vem acontecendo em muitos casos, mas em outros não, é questão até de ter um amparo legal para fazer isso, mas é uma injustiça que é corrigida e um entendimento que a educação básica começa dentro da educação infantil de zero a três anos.

Então, consultei a Mesa sobre a Emenda da CAE, que foi feita pela Senadora Leila, se seria entendida como emenda de redação, para evitar que o projeto voltasse à Câmara – foi acertado, que, então, não teria que voltar. (*Palmas.*)

Voltando aqui, então, vou direto para a análise.

Nos termos do art. 102, do Regimento Interno, compete à esta Comissão a deliberação do PL 2.387, de 2023, ao propor a correção de uma distorção histórica que afeta os profissionais da educação infantil e alinha-se aos mais recentes e importantes avanços na legislação educacional brasileira. A análise de mérito da proposição, sob a ótica educacional, revela que a valorização desses profissionais é um investimento estratégico para o desenvolvimento do país.

De fato, a qualidade da educação infantil está intrinsecamente ligada à qualificação e à valorização de seus profissionais. A desvalorização salarial e a ausência de um plano de carreira para os professores que atuam em creches geram alta rotatividade, desestimulam a formação continuada e dificultam a atração de talentos qualificados para a área.

Conforme destacado no parecer da CAE, o investimento em professores da educação infantil não deve ser compreendido como uma despesa, mas como um investimento com alto retorno social e econômico. A primeira infância representa uma janela de oportunidade única para o desenvolvimento humano, e a qualidade da educação nessa fase produz impactos duradouros ao longo de toda a vida.

Nesse cenário, a recente sanção da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), reforça a pertinência do PL em análise. O Sistema Nacional tem como um de seus princípios fundamentais "a valorização e o desenvolvimento permanente dos profissionais da educação". Ao assegurar o enquadramento dos professores de educação infantil na carreira do magistério, o PL 2.387/2023 materializa esse princípio, promovendo a articulação e a cooperação entre os entes federados para a melhoria da qualidade da educação, em perfeita sintonia com o espírito do Sistema Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o projeto de lei oferece uma oportunidade de reflexão sobre os resultados do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, cujo prazo de vigência se encerra. A Meta 1 do PNE em vigor, que visava a universalização da pré-escola e a ampliação do atendimento em creches, não foi plenamente alcançada. É razoável especular que a ausência de uma política clara de valorização para os profissionais que atuam nas creches, como a que o PL 2.387/2023 propõe, também tenha sido um dos fatores que contribuíram para esse resultado. A alta rotatividade e a falta de atratividade da carreira, decorrentes da desvalorização salarial, são obstáculos reconhecidos para a expansão com qualidade da educação infantil.

Olhando para o futuro, o projeto do novo PNE (2024-2034), em tramitação no Congresso Nacional (PL nº 2.614/2024), é ainda mais explícito em seus objetivos de valorização. O texto proposto tem como um de seus objetivos gerais "a proteção e o desenvolvimento da primeira infância" e "a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da profissionalização docente". Mais diretamente, há uma estratégia específica do novo PNE que propõe "incentivar a realização de concursos públicos periódicos para profissionais do magistério na educação infantil, assegurada sua inclusão nos planos de carreira do magistério dos Municípios".

A aprovação do PL 2.387/2023, portanto, antecipa e concretiza uma das principais estratégias do novo PNE, demonstrando a conveniência de sua aprovação para que o país possa avançar no cumprimento das futuras metas educacionais. A valorização dos professores da educação infantil é condição indispensável para a garantia de uma educação de qualidade desde a primeira infância, e este projeto de lei é um passo fundamental nessa direção.

A proposição também se alinha perfeitamente com os objetivos constitucionais de valorização dos profissionais da educação, previstos no art. 206, V, da Constituição Federal, e com as diretrizes estabelecidas na LDB. Assim, o PL 2.387/2023 não cria direito novo, mas efetiva determinação já existente no ordenamento jurídico. A emenda de redação aprovada na CAE, que acrescenta um artigo para determinar que a lei seja regulamentada por ato do Poder Executivo do respectivo ente federativo, é oportuna e contribui para a segurança jurídica da medida proposta.

Pelo exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.387 e pela aprovação da Emenda da CAE nº 1.

Este é o nosso voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em tempo, parabenizo a iniciativa da Deputada Luciene Cavalcante. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora Dorinha.

O parecer é pela aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu só quero ressaltar, Professora Dorinha, Deputada Luciene, a capacidade de mobilização desse setor.

Realmente, a alternativa...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... da emenda foi uma alternativa construída a várias mãos. Nós tínhamos esse receio de ela ser considerada, ou não, uma emenda redacional. A consulta à Mesa Diretora, à Secretaria-Geral da Mesa nos ajudou e nos deu tranquilidade. Só eu recebi mais de mil *e-mails*.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Até ontem, tinham mais de 1,2 mil.

Eu espero que essa capacidade de mobilização enseje a continuidade desse projeto, a regulamentação nos entes federativos e que nós tenhamos mais um indicador da valorização profissional.

Parabéns, autora, parabéns, Relatora.

A votação será simbólica.

Quem aprova o projeto permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos seguir a pauta, com a palavra a Senadora Dorinha.

Dou boas-vindas aos Senadores que chegaram após o início, o Senador Humberto, o Senador Seif, o Senador Izalci.

Com a palavra a Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir urgência para que ele fosse de imediato para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Urgência aprovada.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Olhem, nós temos um pedido de inversão de pauta feito pelo Senador Seif. Eu gostaria de saber se é possível, porque o Senador Paim também tinha pedido na espera. Então, Senador, vamos seguir?

Deixe-me passar para a Senadora Dorinha, porque ela tem a Presidência da outra Comissão e o dela é o seguinte. É rápido. É também sobre alteração de lei. E aí a gente faz as inversões. Está certo?

Pronto.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Tá.

Eu só quero, antes de passar para outro item, falar da minha alegria pela aprovação desse projeto. Nós precisamos realmente resgatar a questão da educação infantil. A gente tem que garantir, realmente, que toda criança esteja na escola, desde cedo, que seja alfabetizada na idade certa. E quem alfabetiza é a educação infantil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu tenho que parabenizar realmente esses profissionais, parabenizar a Dorinha, como Relatora. (*Palmas.*)

Ela é muito sensível essa causa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Então, vamos para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4012, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 21/10/2025, 04/11/2025, 11/11/2025 e 25/11/2025.*

É o Projeto de Lei nº 4.012, de 2024, não terminativo, que altera a LDB também.

A autoria é da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Damião Feliciano.

Concedo a palavra à Senadora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sra. Presidente, vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Atendidos todos os critérios de Comissão, note-se que, a despeito de quase uma década decorrida da apresentação do projeto, o objetivo é a equalização do direito educacional a vaga na educação infantil, especialmente no acesso a creches, entre crianças das zonas urbanas e rurais.

Na verdade, os dados estatísticos mais recentes apresentados e catalogados no monitoramento do PNE, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais e publicado em 2024, apontam para uma piora no quadro da desigualdade do acesso à educação infantil, quando se toma por base a conjuntura de apresentação do projeto e o ano letivo de 2022.

De acordo com a análise extraída do referido documento, a desigualdade de cobertura do atendimento de crianças de 0 a 3 anos na zona rural é muito alta, chegando a 19,6 pontos percentuais em 2022 – na área urbana teria alcançado 40%, e uma diferença menor na zona rural, de 20,7%.

Ainda de acordo com o Inep, o retorno do crescimento da desigualdade após um curto período de estabilidade desafia o alcance da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, ressalvado o fato de o acesso à pré-escola, que atende crianças de 4 e 5 anos, já se encontrar praticamente universalizado, com determinação constitucional para tanto desde o ano de 2016, é de se concluir que, em relação ao intento de barrar o crescimento da desigualdade no acesso à educação infantil entre as crianças das zonas rural e urbana, a medida remanesce ainda sendo relevante e atual.

Ademais, ao avaliar uma medida como essa, o que se deve ter em mente é que os benefícios decorrentes de sua implementação devem ser considerados em uma perspectiva de longo prazo, intergeracional.

Assim, em paralelo à ponderação dos custos da oferta de creches na zona rural, deve-se sopesar os potenciais ganhos educacionais e sociais propiciados pela implantação da inovação. A esse respeito, não faltam estudos que demonstram os reflexos positivos do acesso a creche e pré-escola por toda a vida acadêmica dos estudantes que frequentam tais etapas da educação básica.

Por fim, não se pode deixar de considerar que a mudança legal ora proposta pode estimular as secretarias municipais de educação a conceber e estudar soluções de novas formas de oferta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do atendimento educacional de crianças de até 3 anos de idade. Com isso, pode contribuir para oferta alternativa ao modelo da creche tradicional.

De resto, não há o que pontuar quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, assim como em relação à adequação às normas de técnica legislativa.

Por isso e pela relevância social e educacional, a matéria é merecedora de ser acolhida pelo Congresso Nacional.

Em vista do exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.012, de 2024, apresentado pelo Deputado Damião Feliciano.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma posição contrária, o relatório está aprovado.

Nós vamos fazer a inversão agora...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Eu queria só, Presidente, pedir também a ida ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A urgência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós vamos fazer a inversão do item 5 e o item 4. Ambos serão...

Depois a gente volta para o 3 e os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tem que conceder a urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós temos duas urgências. A primeira já foi votada, não é? Quem concorda com a urgência... Também será acatada.

Então, vamos para o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1770, DE 2024 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2006)

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de reflexão do 'Cantando as Diferenças'.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu peço licença para seguir já para a análise do referido projeto.

Nos termos dos arts. 285 a 287 do Regimento Interno, compete ao Senado manifestar-se sobre emendas da Câmara dos Deputados a projetos de lei do Senado. Conforme o inciso II do art. 102 do normativo interno, cabe a esta Comissão de Educação e Cultura opinar sobre a proposição em tela, especialmente considerando que este Colegiado já aprovou, em decisão terminativa, a matéria que deu origem à emenda.

No mérito, concordamos com a modificação sugerida pela Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto Cantando as Diferenças, implantado com sucesso no Estado do Rio Grande do Sul, representa um instrumento relevante de articulação entre o poder público e a sociedade, na promoção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. Sua implementação estimula uma mudança estrutural na forma como a sociedade compreende e valoriza as múltiplas expressões da identidade humana, fortalecendo práticas e políticas comprometidas com a igualdade de direitos.

A alteração proposta pela Câmara dos Deputados, ao substituir o dia 10 de agosto pelo dia 22 de julho, desloca o sentido simbólico do marco escolhido para o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças. Enquanto a data de falecimento de Florestan Fernandes tende a evocar um tom memorial e contemplativo, normalmente associado à lembrança de uma perda, a adoção de seu aniversário permite enfatizar uma perspectiva mais afirmativa e formativa. O nascimento remete ao início de uma trajetória intelectual profundamente comprometida com a crítica às desigualdades e com a defesa da inclusão, o que deixa a data mais coerente com a finalidade do projeto, voltada à reflexão sobre diferenças em uma chave educativa, cidadã e propositiva.

Além disso, a escolha do dia 22 de julho reforça a centralidade da figura de Florestan Fernandes como referência para políticas de educação, cidadania e combate às desigualdades. Celebrar seu nascimento aproxima o marco temporal da dimensão pedagógica do seu legado, valorizando a formação de novas gerações e o papel da educação na construção de uma sociedade plural. Essa mudança, portanto, qualifica o diálogo entre o propósito do PL e a memória de Florestan, fortalecendo a associação entre diversidade, conhecimento e transformação social – elementos que definem sua contribuição para o pensamento brasileiro.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.770, de 2024 (Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2006).

É esse o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – ... muito rápida.

Primeiro, quero cumprimentar o belíssimo relatório, o conteúdo apresentado pelo Relator, o Senador Humberto Costa.

Florestan Fernandes foi Constituinte, além de toda a sua história bonita, elogiada por todos nós, uma referência mundial no seu trabalho como intelectual na área da educação, sociólogo, pensador, um homem comprometido com os setores mais vulneráveis.

Eu tenho uma declaração que ele me deu em vida – fomos Constituintes juntos, muitas vezes eu me sentava com ele e o Bisol ali no Plenário –, belíssima, é a declaração mais bonita que eu recebi ao longo da minha vida, e eu a tenho no meu escritório, lá no Rio Grande do Sul, em Canoas.

E essa iniciativa foi da juventude brasileira – foi da juventude brasileira –, que entendeu que Florestan Fernandes teria que ser homenageado dezenas de vezes. E o Cantando as Diferenças é o olhar que ele tinha para negro, para índio, para deficiente, para as mulheres, para criança, para adolescente. Ele queria uma sociedade para todos. Eu tenho a ousadia – eu dizendo – de dizer que ele queria um grande quilombo, estou lembrando daqui do Zumbi e o Quilombo dos Palmares.

Ao lembrar a data e a mudança feita pela Câmara, eu me somo, tranquilamente. Eu tinha botado a data da morte dele, e a Câmara, num gesto de muita sabedoria, botou 22 de agosto, que foi a data do nascimento desse grande pensador, e a qual o Humberto, no relatório, manteve na íntegra.

Então, aqui, é só cumprimentar: cumprimentar V. Exa., que pautou; cumprimentar todos aqueles que trabalharam juntos nesse pequeno grande projeto, que já é implantado em muitas cidades do Rio Grande do Sul. O título que é importante: o título é Cantando as Diferenças, Florestan Fernandes é o símbolo.

Esse é o projeto, Presidenta. Muito, muito obrigado a todos.

Vida longa às ideias de Florestan Fernandes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só lembrando, Senadores: Florestan Fernandes, quando Deputado, foi o criador do núcleo de educação do PT – coincidentemente, todos nós aqui que estamos na sala. (*Risos.*) E é um núcleo que funciona até hoje. Reúne os Parlamentares que são afeitos ou ligados à temática da educação, mas também se abre para instituições, para as universidades, para a gente fazer justamente a reflexão das pautas da educação nesse contexto.

É uma bela homenagem, mas também não deixa de ser uma homenagem, Senador Paim, Senador Humberto, a V. Exa., Senador Paim, porque essa ideia foi derivada de um programa inicialmente vivenciado no Rio Grande do Sul, por iniciativa de V. Exa., na Universidade Luterana do Brasil.

Então, estamos todos de parabéns.

Não havendo mais quem queira discutir, a votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

O Senador Seif, que pediu inversão de pauta, saiu. Ele chega já. Enquanto ele não chega, nós vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4815, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de arteterapeuta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

É um projeto oriundo da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Giovani Cherini, e a relatoria é da Senadora Augusta Brito.

Consulto o Senador Humberto Costa se pode fazer a relatoria *ad hoc*. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Trata-se do Projeto de Lei nº 3.416, de 2015, da Câmara dos Deputados, do Deputado Giovani Cherini, que dispõe sobre o exercício da profissão de arteterapeuta.

Peço a V. Exa. que eu possa ler a partir da análise.

De acordo com os incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, diversão, espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto de lei.

A análise que se realiza no âmbito desta Comissão se restringe aos aspectos culturais da proposição, já que o exame dos elementos relacionados à condição para o exercício da profissão e à proteção e defesa da saúde, assim como aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, será efetivado pela CAS quando a matéria for deliberada por aquele Colegiado, em conformidade com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito que cabe a esta Comissão avaliar, a proposição merece acolhida ao reconhecer a importância do uso de recursos expressivos artísticos, tais como artes visuais, música, dança, teatro e literatura, como ferramentas para o desenvolvimento humano. Historicamente, o Brasil possuiu expoentes no uso da arte com fins terapêuticos e de inclusão, a exemplo do trabalho pioneiro de Nise da Silveira, no Rio de Janeiro, e de Ulysses Pernambucano, em São Paulo.

O reconhecimento da profissão de arteterapeuta alinha o Brasil a uma tendência internacional já consolidada em países como Itália, Canadá, Estados Unidos e Portugal, onde a atividade é devidamente regulamentada e integra sistemas de saúde e educação. O projeto reforça o caráter transdisciplinar da área, que dialoga com a arte, a educação e a psicologia, exigindo formação específica e critérios rigorosos para o seu exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao formalizar essa atuação, garantimos que a aplicação técnica da arte em processos de reabilitação e prevenção seja conduzida por profissionais qualificados, aptos a utilizar a produção artística para melhorar os recursos cognitivos e a qualidade de vida da população.

Por todas essas razões, o PL nº 4.815, de 2024, merece, sem qualquer reparo, a chancela desta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.815, de 2024.

Esse é o relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu só gostaria de enaltecer o relatório, lido pelo Senador Humberto Costa, como Relator *ad hoc*, da Senadora Augusta Brito e enaltecer a iniciativa do Deputado Damião Feliciano, que coloca algo muito importante no Brasil e no mundo, que é a arteterapia, a arteterapeuta. Isso é uma prática já difundida, divulgada e com resultados que são reconhecidos também. Então, nesse sentido, é uma iniciativa importante.

Eu sei que o projeto vai para a CAS depois – afinal é um assunto relacionado à saúde, onde o debate sobre esse ponto de vista pode acontecer –, mas quero, de imediato, enaltecer a iniciativa, a importância, o relatório, o projeto de lei e todos e todas que se dedicam a esta área no Brasil. Contem com o apoio nosso e, certamente, dos Senadores e Senadoras, para que isso se transforme também numa lei, deixe de ser um projeto, e que a gente faça esse reconhecimento para aquilo que já é uma realidade em nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Eu fui procurada por uma associação que existe em Pernambuco e que tem relações também nacionais, justamente com essa preocupação.

Há evidências que são bastante positivas, sobretudo em crianças neurodivergentes, em adolescentes neurodivergentes e, ao mesmo tempo, o modismo está assolando também quem não tem a formação correta, quem não está associado querendo ser. E aí, quando a gente regulamenta, é, de fato, uma barreira positiva, porque aí será feito de acordo com os critérios e com as exigências. Também parabenizo o Senador pelo relatório.

Então, a discussão está encerrada.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

E o relatório vai, portanto, à Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, Senadores.

Vamos voltar agora ao projeto do item 4.

Eu expliquei ao Senador Seif que o projeto– o Senador Petecão não está... Eu expliquei ao Senador Seif que o projeto já foi discutido na última reunião.

É o Projeto de Lei 1.167, de 2024.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1167, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para incluir carne de peixe e seus derivados no cardápio da educação escolar.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 29/04/2025 e 13/05/2025.

3. Em 13/05/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

4. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Ele é terminativo, portanto, teremos votação nominal.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto... Chegou o autor na hora H, não é? Já estamos em processo de votação – viu, Senador?

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto se algum Senador gostaria de fazer uso da palavra para procedermos ao início da votação nominal.

Senador Jorge Seif, autor do projeto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu quero primeiramente agradecer a todos os Senadores e Senadoras que têm nos apoiado nessa pauta de alimentação escolar. Também quero agradecer ao Senador Sérgio Petecão. E eu tenho um texto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer de forma especial ao Senador Sérgio Petecão pelo excelente relatório apresentado e aprovado na Comissão de Educação sobre o PL 1.167, de 2024, de minha autoria, que inclui peixe e seus derivados na alimentação escolar. O relatório, Sra. Presidente, destacou que o pescado é uma das proteínas mais completas da alimentação humana.

Estudos da FAO e da OMS mostram que o consumo regular de peixe melhora a memória e concentração, podendo elevar em até 15% a capacidade de atenção das crianças. Hoje, o Brasil consome, na média, 9,5kg de peixe por habitante, bem abaixo dos 12kg recomendados internacionalmente. Incluir pescado na merenda escolar é uma política estratégica para a saúde, nutrição e aprendizagem.

Sra. Presidente, o projeto também impulsiona a economia pesqueira. Santa Catarina, meu estado, que tenho orgulho de representar, somos líderes nacionais de maricultura, responsáveis por quase 90% da produção do país, com mais de 20 mil toneladas de moluscos por ano. A pesca industrial também mantém cerca de 25 mil empregos, e o Porto de Itajaí responde por 50% da movimentação nacional de pescado congelado. A ampliação das compras públicas fortalece pescadores, piscicultores e toda a cadeia produtiva.

Também eu queria destacar algo que não está escrito aqui, Senadora. Diante desses desafios internacionais, inclusive de tarifas impostas ao nosso setor produtivo por outros países, não sei se a senhora sabe, mas a maioria dos nossos pescados que eram exportados eram para os Estados Unidos. E, com essa questão de barreira tarifária imposta, o setor de pescados foi o que mais sofreu. Então essa medida também acaba ajudando nossos produtores, tanto artesanais quanto industriais quanto processadores de pescado, porque, uma vez que essa lei se consolide, nós teremos mais mercados aqui no Brasil para vender, além de ser um grande promotor de saúde à alimentação através de peixe.

Agradeço mais uma vez o Petecão, agradeço à senhora e aos colegas Senadores pelo aperfeiçoamento do texto, pela segurança jurídica e qualidade nutricional em alinhamento com as realidades produtivas brasileiras.

Seguimos juntos, Senadora, pela saúde das nossas crianças e pela valorização da pesca e da aquacultura do Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero, da minha parte, concordar inteiramente com aquilo que foi colocado pelo Senador Jorge Seif e dizer que isso é importante sobre todos os pontos de vista. Ele destacou bem a questão da saúde, a questão do bem que o peixe pode fazer para a pessoa, e é recomendado por médicos, nutricionistas, para alunos, para adultos. É uma questão econômica também importante, uma preocupação grande da comunidade brasileira, inclusive com algumas coisas que têm que ficar bem claras para não haver dúvidas em relação à criação da tilápia, por exemplo, também.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O seu estado é o líder nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o Líder nacional. E Nova Aurora, no Paraná, é a capital nacional, com lei aprovada aí. E eu relatei a lei, inclusive, da tilápia, fazer propaganda da tilápia também, porque, olha, é um peixe saboroso, bom, nutritivo. Então, tem tudo para realmente incorporar isso, eu acho que mais assim até como uma cultura, quer dizer, o peixe é bom, o peixe é saudável, o peixe pode ser criado, pode gerar emprego, pode gerar renda, pode acontecer tudo de bom em relação a essa iniciativa.

Então, eu quero também externar o meu ponto de vista totalmente favorável à iniciativa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadores. Concordo também integralmente.

A matéria, portanto, está com a sua discussão encerrada e a votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 1.167, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E, enquanto transcorre a votação, nós vamos para os últimos itens da pauta, que são os requerimentos.

Antes de entrarmos nos requerimentos, eu gostaria de dar destaque a um deles, que é um voto de pesar. Eu gostaria de dar destaque a esse, os demais eu vou só anunciar. É um voto de pesar.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 51, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 218, VII, 219 e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Bernard Jean Jacques Charlot, ocorrido no dia 3 de dezembro de 2025, em Aracaju/SE, aos 81 anos, acompanhado das seguintes homenagens: um minuto de silêncio e apresentação de condolências à sua família, amigos, colegas, estudantes e instituições acadêmicas às quais dedicou sua vida, acompanhada pelas seguintes homenagens: um minuto de silêncio e apresentação de condolências à Yan Capua Charlot (Em nome da família do Prof. Bernard Charlot).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Comunico com grande tristeza o falecimento do Prof. Dr. Bernard Jean Jacques Charlot, ocorrido no dia 3 de dezembro de 2025.

Bernard Charlot foi uma grande referência internacional no campo da educação, autor de vasta obra e responsável por formar e inspirar gerações de pesquisadores e professores no Brasil e no mundo. A sua morte foi muito sentida na comunidade acadêmica, na comunidade educacional. Em reconhecimento à sua trajetória notável, apresentarei a seguir um voto de pesar a ser encaminhado em nome da Comissão para o Plenário. Essa homenagem busca registrar, nos *Anais* desta Casa, o legado científico, ético e humano deixado pelo Prof. Charlot.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o primeiro requerimento.

Se todos estão de acordo, ele está inclusive na condição de extrapauta, a votação será simbólica. (*Pausa.*)

Obrigada.

O segundo requerimento... Eu estou com uma mão só, por isso que eu estou um pouco demorada.

O segundo requerimento é o Requerimento nº 52, de autoria da Senadora Dra. Eudócia.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 52, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Israel Alves Ferreira; o Senhor Charleston Soares dos Santos; o Senhor João Batista Cavalcante Júnior; o Senhor Lázaro Juliano da Silva Filho.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

A Senadora Dra. Eudócia não está presente. Pergunto se alguém quer se pronunciar sobre a audiência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Seria mais uma audiência para instruir o projeto?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ô, Senadora Damares, desculpe, eu não tinha visto V. Exa. chegar. Sim, ela está pedindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais uma. O.k. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A Relatora eu sei que é a Senadora Damares, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu fui a outra Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foi a outra Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas a gente fez uma audiência nesta Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim, nesta Comissão!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para instruir o projeto. Então, ela está fazendo uma segunda, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ela está solicitando uma segunda. Eu vou ler os convidados, porque, como V. Exa. está acompanhando bem de perto o projeto, pode se posicionar também: o Sr. Israel Alves Ferreira; o Sr. Charlston Soares dos Santos; o Sr. João Batista Cavalcante Júnior; e o Sr. Lázaro Juliano da Silva Filho.

Caso V. Exa. queira fazer algum aditamento...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Senadora Damares.

E o último requerimento, que já está na pauta realmente – esses dois foram extra –, é o item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 50, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2480/2021, que "institui o Mês de Conscientização sobre o Transtorno de Personalidade Borderline".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

É um projeto que está em tramitação, veio da Câmara dos Deputados.

Estou propondo para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Hugo André de Lima Martins, Médico da UFPE; o Sr. João Cronemberger Sá Ribeiro, Médico pela Faculdade de Medicina da USP; e a Sra. Elaine Machado Chagas, Mestre do curso de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu vim muito por conta desse requerimento, Presidente, extraordinário, extraordinário! Como eu vi que nós temos três, então não vai ficar uma audiência muito comprida, eu posso indicar mais uma pessoa?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma psicóloga de Brasília que está fazendo um trabalho incrível, a Dra. Alinne Duarte.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não havendo óbice da minha parte, como autora, está plenamente acatado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto, então os requerimentos todos aprovados, esperando apenas dois votos para concluirmos a nossa reunião.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Parabéns por hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Já houve aqui menção – viu, Senadora Damares? –, menção de aplauso, menção de reconhecimento ao debate feita pelo Senador Flávio Arns e evidentemente adendada por uma menção de aplauso a ele, que foi o articulador do processo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Diálogo; com diálogo, a gente resolve tudo!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – É, mas, Sra. Presidente, eu quero destacar que no caso houve o apoio, vamos dizer, integral do Senado Federal, porque, individualmente, através das Lideranças, dos Deputados, todo mundo reconhecendo que a sociedade organizada faz um bom trabalho também, inclusive apoiada por todos nós, a gente tem que somar. Sociedade organizada não é um problema, é parte da solução de problemas. Então, a gente tem que valorizar bastante, discutir bastante e avançar, claro, sempre dialogando, conversando, abrindo caminhos. Isso que é o importante também, mas quero destacar o apoio da própria sociedade...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... que se manifestou...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... dizendo: "Olha, a gente quer ser, em síntese, valorizado pelo trabalho que é desenvolvido".

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senador, está encerrada a votação.

Solicito a abertura do painel. O quórum já foi atingido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, aprovado.

O Senador Jorge Seif é testemunha ocular da aprovação do seu projeto. (*Risos.*) Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CRA, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu poderia pedir urgência para o Plenário, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aceita a urgência. (*Pausa.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É terminativo, já está aprovado totalmente. As providências cabíveis serão de publicação. (*Risos.*)

Então, muito obrigada a todos e a todas pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Sergio Moro e Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Beto Faro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Weverton, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jorge Seif, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Eleito Presidente da CTFC o Senador Dr. Hiran por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo aqui número regimental, eu declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade instalar os trabalhos e eleger Presidente e Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2025-2026.

Como candidato à Presidência, nós temos aqui o ilustre Senador Dr. Hiran. Não há, até este momento, indicação para a Vice-Presidência.

Dessa forma, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, havendo apenas um candidato para a Presidência, se podemos proceder à eleição por aclamação.

Aqueles que tiverem objeção, por favor, se manifestem.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não havendo objeção, passamos à votação por aclamação.

Aqueles que concordam com a eleição do Senador Dr. Hiran para Presidente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito, por aclamação, por unanimidade, o Senador Dr. Hiran Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. (*Palmas.*)

Eu o convido para ocupar seu lugar de Presidente à mesa para a condução dos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só tomo a liberdade aqui de destacar a honra que será participar como membro desta Comissão sob a Presidência de V. Exa. E a votação aqui por aclamação reflete o respeito que todos os Senadores e Senadoras têm em relação a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente Hiran, quero lhe fazer uma rápida saudação e desejar muito sucesso na condução desta Comissão a você, que é qualificado, experimentado, um Senador de muito equilíbrio, de muita serenidade, exatamente as características que uma Comissão dessa natureza requer. Então, desejo sucesso. Que façamos um grande ano de 2025 tendo você à frente desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom dia a todos, queridos Senadores e Senadoras.

Eu quero inicialmente agradecer a gentileza do meu querido amigo Senador Sergio Moro em presidir os trabalhos de eleição nesta Comissão e agradecer pelas palavras a você, por quem tenho profundo respeito e amizade pessoal e que certamente nos ajudará a fazer um grande trabalho frente a esta Comissão tão importante da Casa, porque ela tem um papel fundamental de fiscalizar os atos do Poder Executivo, de dar transparência e de auxiliar na governança do nosso país.

Eu estou muito feliz de estar aqui representando cada um de vocês. Certamente faremos um trabalho que vai ao encontro das aspirações da sociedade do nosso país.

Muito obrigado, meu querido amigo Senador Efraim. Obrigado pelas palavras a você, que também é um amigo dileto e um Líder consolidado aqui na Casa. Conto com sua ajuda também para nós fazermos aqui um grande trabalho.

E pergunto aos Srs. Senadores se algum dos Senadores presentes quer fazer uso da palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é só para também registrar aqui a grande satisfação de vê-lo sentado na Presidência de uma Comissão tão importante. Que Deus lhe dê muita sabedoria, porque trabalho não vai faltar, trabalho de fiscalizar este Governo, de dar transparência aos seus atos, até de cumprimento de algumas promessas de campanha que foram feitas sob sigilo e ignoradas na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente a população espera muito de nós nesta Comissão, exatamente porque a gente tem que ter respeito ao que é feito com os recursos públicos, respeito à lei orçamentária, respeito a essa transparência que nós vamos buscar aqui nesta Comissão.

Então, parabéns a V. Exa. Vou estar aqui também, como membro titular desta Comissão, sem dúvida alguma, auxiliando V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Flávio, obrigado pelas palavras.

Realmente a nossa responsabilidade é muito grande, até porque, no biênio anterior, esta Comissão trabalhou de uma maneira... Eu não sei se por excesso de trabalho em outras Comissões, a gente terminou não dando muita ênfase aos trabalhos desta Comissão, às suas atribuições, mas, certamente, por esta composição de que nós estamos aqui tendo ciência agora, eu acho que a Comissão tem tudo para ser extremamente efetiva nos nossos trabalhos legislativos.

Muito obrigado pelo seu companheirismo, por sua amizade, pelo respeito que nós temos um pelo outro. Certamente, conte comigo para fazer um trabalho de envergadura aqui. Isso não vai faltar a todos nós, tenho certeza disso.

Minha querida Senadora Buzetti, uma Senadora das mais elegantes desta Casa, juntamente com a minha querida paciente Soraya.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigado Dr. Hiran.

Quero só aqui me manifestar, dar os parabéns ao senhor. Boa sorte nessa nova empreitada! Eu não estou na Comissão, mas, se precisar, eu peço para alguém sair e entro para relatar alguma coisa; eu não tenho esse problema. Estou em Comissões que são importantes também. Agora, a CTFC é muito importante, porque ela vê a questão de impactos orçamentários. Ela não vê isso? Também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida, também.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Tudo que a gente faz, que a gente quer fazer, eles dizem que tem impacto, que vem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto bilionário, como o projeto do Senador Mauro Carvalho, de 5%, de até 5% de pessoas contratadas, de idosos contratados para trabalhar com o benefício do INSS, do FGTS. Vem com um impacto de 700 milhões por ano. É uma coisa absurda. E os velhinhos estão todos aí sem trabalhar. E por que não podem trabalhar? Porque a empresa não vai contratar. Seria um incentivo como o do menor aprendiz, que é de até 20%. Eu coloquei 5%, e as coisas não andam.

Então, eu espero que agora, este ano, a gente consiga fazer as coisas andarem, coisas necessárias, projetos necessários para que o Brasil se desenvolva. Tenho certeza de que esta Presidência vai fazer isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senadora Margareth Buzetti, minha querida amiga.

Eu quero também, já que você falou em velhinhos, em previdência, falar de uma coisa que me preocupa muito, inclusive, e para que a mídia não tem chamado atenção. Nós temos os peritos do INSS em greve há seis meses, e, olhem só, o Governo não tem tido nenhuma vontade de negociar com esses médicos que fazem as perícias, que concedem o BPC das pessoas hipossuficientes, pessoas mais pobres deste país, pessoas que têm mais de 60 anos ou que têm alguma necessidade especial, de forma que nós estamos tendo aí um represamento de perícias, no nosso país, da ordem de mais de 70 mil perícias mensais. Isso impacta muito na vida das pessoas que mais precisam – olhem só, hein? E é um governo que diz que é um governo que olha para os mais desfavorecidos. Nós vamos, inclusive, cobrar uma posição do Governo, que negocie com essa categoria que dá acesso às pessoas que precisam aos benefícios, a afastamentos do trabalho por doença, que tem sofrido muito com essa questão porque não tem sido vista com o devido respeito pelo Governo Federal.

Pergunto se nossa querida Soraya quer fazer uso da palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Faço questão, Presidente – duas vezes meu Presidente: Presidente na CPI e Presidente aqui –, amigo, melhor oftalmologista do Brasil, que recomendo, que, sem dor, dá luz para os nossos olhos. Então, muito obrigada, Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo a V. Exa., Presidente, todo sucesso aqui nesta Comissão tão importante em que nós precisamos realmente cuidar dessa questão da transparência e entregar para a população brasileira, em todos os âmbitos da administração pública, em todos os Poderes, a segurança de ter um país em que ela consiga realmente saber o que acontece para que o brasileiro consiga ter um raio-X do seu país. É nosso dever, é nossa responsabilidade trazer a informação correta. Então, devemos, acima de tudo, cobrar a informação correta, imparcial, enfim...

Eu fico muito feliz. Gosto muito de trabalhar. Estou absolutamente à disposição para fazer com que esta Comissão seja aquela Comissão que não tem nada na gaveta. Vamos trabalhar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, minha querida Soraya.

Eu queria dizer a todos e todas que, a partir de agora, assumo o compromisso de garantir a execução orçamentária em plena consonância com os planos e programas governamentais, avaliando as contas da administração direta e indireta, incluindo fundações, sociedades mantidas pelo poder público federal.

Em tempos de desafios econômicos e sociais, como a atual condição limitada da capacidade estatal de executar investimentos e políticas públicas essenciais ao bem-estar e desenvolvimento socioeconômico do país, a nossa atuação se torna extremamente relevante.

A CTFC também tem responsabilidade de opinar sobre matérias de prevenção à corrupção, transparência e prestação de contas, mantido o foco de manter informada toda a sociedade do nosso país.

O impasse sobre a execução obrigatória das emendas parlamentares é um exemplo claro da necessidade de mantermos o foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, sempre atentos à necessidade dos cidadãos.

No que tange à defesa do consumidor, nossa Comissão tem a prerrogativa de acompanhar de perto as políticas e ações desenvolvidas pelo poder público para a defesa dos direitos do consumidor e da sua concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atual cenário econômico inflacionário, altamente inflacionário, por exemplo, que afeta e corrói a relação entre as empresas e consumidores, exige uma atenção vigilante e proativa para garantir a proteção aos direitos dos cidadãos.

As atividades desenvolvidas por esta Comissão podem gerar consequências significativas, inclusive com o auxílio de diligências solicitadas ao Tribunal de Contas da União e a colaboração de Comissões Temporárias, como as Parlamentares de Inquérito.

A remessa de informações e documentos ao Ministério Público, que poderá promover ações de natureza cível ou penal, é um exemplo do impacto do trabalho que nós vamos desenvolver aqui.

Assumo esse desafio com a certeza de que juntos poderemos fortalecer a transparência, a governança e a defesa dos direitos dos consumidores em nosso país.

Eu conto com a colaboração de todos os membros desta Comissão, que são Senadores extremamente diligentes, muito trabalhadores, são referências nas suas atuações, e com o apoio da sociedade, para que nós possamos cumprir a nossa missão com excelência e dedicação.

Eu quero fazer aqui uma referência à presença da minha Líder do meu partido, minha querida amiga Senadora Tereza Cristina, nossa Ministra.

Queria saber se você quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Por favor.

Aqui as mulheres têm absoluta prioridade, não é isso, Flávio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Sempre. (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Ô, meu Senador querido, Presidente desta Comissão tão importante, eu tenho certeza de que, sob a sua batuta, nós vamos fazer esta Comissão ter um papel relevante nesta Casa, uma Comissão que cuida de transparência, que é o que nos pedem hoje – hoje o mundo é da transparência –; governança, que é o que também nós precisamos ter internamente e externamente – não adianta a gente, o Senado, enfim, o Congresso cobrar lá fora e a gente não ter aqui dentro; nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de governança dentro e fora desta Casa –; fiscalizações e controle; e defesa do consumidor. Enfim, é uma Comissão importantíssima. Eu diria que é tão importante quanto a CCJ.

Conte com o meu apoio, conte com o apoio dos seus colegas do PP. Nós estaremos aqui presentes nesta Comissão para fazer com que ela realize aquilo que os brasileiros esperam desta Casa.

Quando a gente vê que a pesquisa mostra que hoje existe uma percepção, na minha opinião, errônea da política, dos políticos, eu tenho certeza de que, com essas Comissões funcionando, mostrando o nosso trabalho, nós vamos mostrar para a sociedade brasileira o que é que nós fazemos aqui, o nosso trabalho, a importância dele para a democracia e para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, querida Senadora Tereza.

Eu acredito que ninguém mais quer fazer uso da palavra.

Então, nada havendo mais a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço!

E Deus abençoe a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Marcio Bittar, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jorge Seif, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4871, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CTFC. **Observação:** - Apresentado complemento de voto onde foi acatada uma emenda de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/02

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, eles serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Foi recebida ainda uma proposta de fiscalização e controle, de autoria do Senador Esperidião Amin e subscrita por mim. A proposta será autuada e distribuída para relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Passamos à pauta.

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4871, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Na reunião de 26/3/2025 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

O autor é o Deputado Federal Carlos Bezerra, e o Relator é meu querido amigo, Senador progressista do Estado de Sergipe, Laércio Oliveira.

Informo que foi recebida uma emenda ao projeto, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Portanto, passo a palavra ao Relator.

Antes de passar propriamente a palavra ao Relator, queria também registrar a presença de um querido amigo meu, Senador Laércio, senhoras e senhores, que é o meu amigo Renato, meu amigo há mais de 20 anos, que está aqui nos visitando. E ele anda sempre de *jeans*; eu acabei de mandar comprar uma camisa branca e colocar uma gravata que a gente tinha guardada lá para ele poder entrar aqui.

Seja muito bem-vindo, querido Renato! É uma honra tê-lo aqui, no Senado da República.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. Como V. Exa. já falou, o relatório foi lido na reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela ocasião, nós fizemos uma discussão aqui, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou realmente a Emenda nº 1, e eu entendi o ajuste necessário, acolhi a emenda dele, conforme o relatório encaminhado para esta Comissão.

Portanto, esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acolhida a emenda do Senador Randolfe, o PL está em discussão.

Você quer se manifestar, Senador Laércio?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Não, eu só quero reconhecer o trabalho feito na Câmara dos Deputados e a importância desse projeto, que simplesmente é para dar ao consumidor o direito de operar a conta dele conforme o seu desejo.

Então acredito nesse projeto, acho-o importante e cumprimento esta Comissão pela tramitação dele aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

O relatório é favorável ao projeto da Emenda nº 1, da CFCT.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

Pois não.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria agradecer a V. Exa. Para mim é uma honra muito grande participar desta Comissão sob sua Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez registro que eu entendi importante a emenda do Senador Randolfe Rodrigues, acolhi a emenda, conforme o relatório já apresentado.

Era só para ratificar isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Em relação à proposta de fiscalização e controle de autoria do Senador Esperidião Amin, eu já inclusive tive uma tratativa com o Senador Sergio Moro, e o Sergio Moro certamente será o Relator da matéria.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta reunião, desejando uma feliz semana e uma boa tarde a todos e todas.

Um grande abraço.

(*Iniciada às 14 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes e Cleitinho, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jorge Seif, Beto Faro, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 12, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre aspectos da política de avaliação da educação básica no Brasil, especialmente quanto à gestão da divulgação dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2023 e à ausência de metas definidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado com aditamento para converter a convocação em convite ao Ministro de Estado da Educação e para que a reunião seja feito em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura (CE). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 13, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União Federal, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro, SPU/RJ, e o Município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, com vistas a regularização fundiária das comunidades Parque União e Parque Rubens Vaz, localizadas no Complexo da Maré." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2214679629

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 5ª e 6ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi recebida uma proposta de fiscalização e controle de minha autoria.

A proposta será autuada e distribuída para a relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2214679629

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à pauta.

Item 1 da pauta.

Requerimento da CTFC nº 12, de 2025.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 12, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre aspectos da política de avaliação da educação básica no Brasil, especialmente quanto à gestão da divulgação dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2023 e à ausência de metas definidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN) e outros

Autoria: Senador Rogerio Marinho, subscrito pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos.

Era só para fazer essa ressalva, a pedido também do Senador Rogerio Marinho, para que eu fosse subscritor desse requerimento, e fazer aqui... Só tornar público o que foi acordado, de que se transforme a convocação em convite e que seja uma audiência em conjunto da CTFC com a Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k..

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2214679629

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será convite.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

Requerimento da CTFC nº 13, de 2025.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União Federal, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro, SPU/RJ, e o Município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, com vistas a regularização fundiária das comunidades Parque União e Parque Rubens Vaz, localizadas no Complexo da Maré.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Com a palavra, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Presidente, essa é uma construção que eu comecei a fazer ainda com o Presidente Bolsonaro, em 2022, quando tomei conhecimento de que essa parte da favela chamada Complexo da Maré encontra-se em terreno de marinha, é propriedade da União.

E, sabendo disso, por ser uma área muito carente, com moradias irregulares, eu fiz ali a união da SPU, da Secretaria de Patrimônio da União do Rio de Janeiro, com a Prefeitura do Rio,

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2214679629

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando foi assinado esse acordo de cooperação técnica, porque é preciso fazer o levantamento de todos os imóveis, e a Prefeitura ficou incumbida de fazer a matrícula individualizada de cada propriedade, para que, na sequência, esses títulos de propriedade pudessem ser entregues numa área urbana a essas pessoas carentes. Até hoje, infelizmente, eu ainda não vi essa iniciativa progredir na prática. Ela atenderia a cerca de 8,3 mil imóveis naquela região.

Mais uma vez, reforçando, são pessoas carentes que moram em terrenos de marinha, terrenos de propriedade da União. Então, o intuito era que houvesse, de forma gratuita, obviamente, a transferência em definitivo dessas propriedades, hoje, da União, para essas pessoas que já estão lá, de boa-fé, morando há bastante tempo, e não houvesse nenhuma possibilidade de remoção, por exemplo, ou algo do tipo.

O caminho correto, o caminho justo a ser seguido é esse que eu sugeri, só que até agora nada.

Este requerimento é exatamente para que a Ministra a qual a SPU está subordinada, que é a Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a Sra. Esther Dweck, possa nos atualizar para saber onde é que está o gargalo, onde está o problema, para que nós possamos, mais uma vez, tomar a iniciativa de fazer com que esses títulos de propriedade finalmente cheguem a essas pessoas mais carentes ali na área do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Eu peço a aprovação deste requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esgotamos a nossa pauta.

Logo mais, às 15h, nós teremos uma audiência pública também aqui na Comissão. Todos estão convidados para permanecer conosco. Logo mais, nós vamos ouvir o Presidente do IBGE na audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2214679629

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2214679629

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marcos Rogério, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Weverton, Paulo Paim e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2025 - CTFC, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Finalidade:** Enaltecer o Código de Defesa do Consumidor, marco regulatório estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, vigente há 35 anos na proteção, transparência e harmonia das relações de consumo. **Participantes:** Deputado Federal Celso Russomano, Deputado Federal; Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Secretário Nacional do Consumidor - SENACON/MJ; Dirceu Carneiro, Relator do Código de Defesa do Consumidor no Senado Federal; Gutemberg de Paula Fonseca, Secretário de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro; Juliana Pereira da Silva, Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo - IPS Consumo; Luciana Bregolin, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais - Anadef; Adriano Ávila, 1º Tesoureiro da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON; Edu Neves, CEO do Reclame AQUI; Igor Rodrigues Britto, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; e Henrique Lian, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7481572405

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem como finalidade enaltecer o Código de Defesa do Consumidor, marco regulatório estabelecido pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, vigente há 35 anos na proteção, transparência e harmonia das relações de consumo, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2025, de minha autoria.

Antes de apresentar os nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7481572405

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados e presentes, sob esta Presidência, apresentei o Requerimento 24, de 2025, para a realização da presente audiência pública, em celebração aos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, o conhecido CDC, que nasce de um projeto de lei amplamente discutido no Congresso Nacional até a sua aprovação e envio para sanção da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o marco da proteção, da transparência e da harmonia das relações de consumo.

A trajetória do direito do consumidor no Brasil, desde a Constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, é muito rica e é fruto de um país em reconstrução democrática, assumindo arquitetura sólida baseada não só nos direitos dos cidadãos e suas relações de consumo e também edificando uma memória institucional com base em pesquisas e no intercâmbio entre outros países.

O CDC é basilar para a consolidação da cidadania e um dos princípios consagrados pela nova Constituição. O CDC idealizou uma coisa que era inédita no Brasil até então, que era equipar e empoderar o povo brasileiro para que recebesse e abraçasse a economia de mercado no que ela tem de melhor. Isso, obviamente, significa reconhecer injustiças que podem acontecer em uma relação de consumo e significa trabalhar ativamente para preveni-las. O CDC viabiliza e fomenta a tão necessária modernização da economia brasileira sem o sentimento paternalista, sem rescaldo ideológico, como diziam os críticos à época de uma discussão no Congresso, de maneira alguma. O CDC foi inspirado na legislação de algumas economias mais avançadas do mundo. O código é produto de um pensamento técnico, de um pensamento pragmático, e esse pensamento busca justamente superar todas as etapas para alcançar sempre o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Só peço licença, neste momento, para citar o Relator do projeto do CDC no Senado, o Senador Dirceu Carneiro, abro aspas:

> O código deverá interpretar a modernidade econômica e jurídica que se pretende conferir ao país ao estimular, com uma nova política industrial, a ruptura da ordem econômica ineficiente e cartorial, onde a estrutura fortemente oligopolizada e protecionista conferiu à dinâmica produtiva interna um perfil do capitalismo de Estado, deixando os consumidores ao desamparo e o setor produtivo defasado e ineficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fecho aspas.

Trata-se de uma passagem, senhoras e senhores, que demonstra o quão inteligente e quão bem pensado foi o projeto do Código de Defesa do Consumidor. Tornou-se pedra fundamental de todo esse sistema. São 35 anos de discussão, de consolidação de normas e de aperfeiçoamento democrático. Os especialistas aqui presentes são todos testemunhas desse processo.

Antes de iniciar os debates, quero, mais uma vez, agradecer aos convidados a sua participação e as contribuições importantíssimas prestadas a toda a sociedade e a todos os cidadãos brasileiros.

Vamos todos continuar trabalhando no aprimoramento dos direitos do consumidor no nosso país, vamos todos continuar lutando pelo que é decente e pelo que é justo.

Esses desafios se renovam a cada ano; e, a cada nova tecnologia, a cada ciclo econômico, os nossos ânimos, os nossos valores continuarão a convergir aqui neste Congresso Nacional, no Senado Federal, na Comissão de Transparência e de Defesa do Consumidor, em harmonia com as instituições, entes e servidores públicos, juntamente com a sociedade civil, todos em prol de uma relação de consumo de produtos e serviços sempre saudável e construtiva, em prol do desenvolvimento do nosso país.

É com muita satisfação que realizamos nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor esta audiência pública.

Eu quero aqui, logo em seguida, dizer que nós temos uma lista de 12 participantes nesta nossa audiência e quero chamar, inicialmente... (*Pausa.*)

Quem está presente, por favor? (*Pausa.*)

Bom, queria chamar para compor a mesa a Dra. Luciana Bregolin, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais (Anadef), para compor aqui a nossa mesa; (*Pausa.*) o Dr. Gutemberg de Paula Fonseca, Secretário de Estado de Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro, também aqui presente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nos acompanham remotamente: Adriano Ávila, 1º Tesoureiro da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor... (*Pausa.*)

Está aqui presente a Dra. Juliana Pereira da Silva, Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPS Consumo). Por favor, gostaria que a senhora compusesse a nossa mesa.

O Dr. Igor Rodrigues Britto, Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa de Consumidores – Dr. Igor, por favor –; (*Pausa.*) o Dr. Henrique Lian, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste);

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Henrique está aqui.

Henrique, chegue só mais para a frente, porque daqui a pouco você vai compor a mesa.

Muito bem.

O Dr. Edu Neves, CEO do Reclame Aqui, nos acompanha por videoconferência; o Dr. Paulo Henrique Rodrigues Pereira nos acompanha remotamente, Secretário Nacional do Consumidor.

O Dr. Gutemberg de Paula Fonseca, Secretário de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro, com presença confirmada, já anunciei. Luciana, também já; Adriano Ávila, 1º Tesoureiro da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor; Renata Ruback, Presidente da Associação Brasileira dos Procons.

Eu vou passar, com a devida vênia dos ilustres presentes aqui nesta mesa, primeiramente a palavra ao Dr. Paulo Henrique Rodrigues Pereira, porque me foi informado que ele tem uma pauta logo em seguida e gostaria de se manifestar no início da nossa reunião. Então, quero, antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Henrique, fazer algumas considerações sobre a sua atuação.

Desempenha as importantes tarefas de coordenar a política nacional de defesa do consumidor e supervisionar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. O Secretário Dr. Paulo Henrique é Advogado, graduado, mestre, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, onde é Professor do Departamento de Direito do Estado. No Governo Federal, teve relevante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e no Conselho Nacional de Fomento e Colaboração.

Quero passar a palavra ao Dr. Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Secretário Nacional do Consumidor, por favor.

O SR. PAULO HENRIQUE RODRIGUES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Dr. Hiran, eu, na figura do senhor, quero desejar muito boa tarde a todas e a todos os presentes. E quero começar me desculpando pela dupla descortesia com o Senado Federal – que está longe de ser propositada –, vou explicar já a descortesia de não estar aí presencialmente, com V. Exa. e com todos os demais presentes, e a descortesia de pedir para falar primeiro, o que depõe muito contra mim, mas eu pretendo ter uma explicação.

Queria, antes de mais nada, também cumprimentar todos os presentes. Quero cumprimentar, na figura do Dr. Igor, que é Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a Dra. Juliana Pereira da Silva, importante Secretária dessa pasta que está aí presencialmente com o senhor, e na figura deles também cumprimento todos os que se conectam conosco digitalmente.

Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas, como eu disse, por não estar presente. Nós estamos num dia de muita atividade na Senacon, porque, como o senhor pôde acompanhar, hoje o Ministro Ricardo Lewandowski determinou a abertura de fiscalizações sobre esse caso terrível que tem assolado o Brasil, nos últimos dias, da intoxicação por metanol nas bebidas, nos bares, restaurantes, a *priori*, do Estado de São Paulo. Então, a gente hoje, aqui na Senacon, está com trabalho bastante intensivo junto com a Polícia Federal. O Ministro Lewandowski também pediu a abertura da investigação, pela Polícia Federal, identificando os estabelecimentos, tentando cruzar os fornecedores, quer dizer, um trabalho grande de identificar esses padrões de falsificação, de modo a proteger as vidas e a saúde de milhares de brasileiros e brasileiras que poderiam ter contato com essas bebidas. Então, eu, por conta disso, peço desculpas encarecidamente por não estar aí presencialmente com o senhor e também por ter que sair rapidamente da reunião.

Dito isso, quero fazer uma fala muito rápida, mas, em primeiro lugar, Presidente, ressalto, a homenagem do Senado Federal. Eu tenho dito que – por conta dos 35 anos tenho tido a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7481572405

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação de falar muito sobre o código – nós, brasileiros, eu tenho usado essa imagem, nós, brasileiros, em geral somos muito duros conosco mesmos, temos uma avaliação sempre muito severa do Brasil, das instituições brasileiras, do poder público, da sociedade, e o Código de Defesa do Consumidor é, seguramente, um dos orgulhos nacionais. Quer dizer, é uma medida que civilizou o Brasil, civilizou as relações de consumo no Brasil, e que, nos últimos 35 anos, tem demonstrado que o Brasil tem grande capacidade de inovação institucional, que o Brasil tem capacidade de mobilizar o Estado para proteger os seus cidadãos, para proteger as suas cidadãs.

O Código de Defesa do Consumidor fez coisas que eram improváveis para a época. Nós temos aqui algumas pessoas que participaram desse processo. Estou vendo aqui o Dr. Dirceu, que participou do processo de construção do Código. Muitos juristas, muitos críticos duvidaram da capacidade do código de se estabelecer, ou porque eram regras que não iam nunca ser aplicadas no Brasil, ou porque eram regras boas demais para o Brasil. Muita gente dizia: "Isso é um código para a Dinamarca, é um código para a Noruega, não é um código para o Brasil".

Embora, como a sociedade civil constantemente nos rememore, nós ainda tenhamos muitos desafios para melhorar o ambiente das relações de consumo no Brasil, a verdade é que o código pegou. O código é uma dessas leis. A gente tem isso na cultura jurídica no Brasil: existem as leis que pegam e as leis que não pegam. O código é uma lei que pegou. Se nós andarmos aí à rua, tenho certeza de que V. Exa. poderá testemunhar diversos casos como esse. As pessoas conhecem uma parte dos seus direitos, sabem dizer, sabem se indignar quando alguns desses direitos não são respeitados, e isso é uma demonstração forte de uma instituição que pegou, que funcionou, que entrou na vida dos brasileiros.

Isso se deve, essencialmente, ao Parlamento, motivo pelo qual eu fico muito feliz de participar desta data festiva – e rendo as minhas homenagens ao Parlamento nacional –; isso se deve ao Poder Executivo brasileiro, que criou mecanismos e instituições que pudessem apoiar esse sistema de controle, assim como o Judiciário, o sistema de acesso à Justiça, as Defensorias, o Ministério Público e assim por diante, mas se deve essencialmente à sociedade brasileira, não é? Quer dizer, o sistema de proteção ao consumo tem, no seu coração, a sociedade brasileira e as entidades de defesa dos consumidores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7481572405

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui representantes nobres dessa atividade na mesa aí, ao lado do senhor: os Procons, os sistemas de apoio, seja nas entidades da sociedade civil, seja no sistema de justiça, seja no Poder Executivo. Então, esse é um exemplo de uma grande união institucional e nacional em prol da melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Temos muitos desafios, Presidente, e estou já caminhando para o fim. Acho que o mundo do consumidor passa por transformações importantes: nós temos problemas que nós não resolvemos – cada cidadão, cada cidadã brasileira é capaz de dizer aí dos seus aborrecimentos constantes com diversos problemas e direitos do consumidor que ainda não são respeitados –, e infelizmente eu tenho que admitir que nós não estamos falando de poucas ocasiões, poucas situações. Temos muitos problemas velhos e, não tendo ainda resolvidos os problemas velhos, temos problemas novos, não é? Então, você tem novas complexidades do mundo da digitalização, dos comércios digitais, pessoas que precisam enfrentar problemas para trocar um produto, para conseguir ter a melhor informação sobre um serviço, e assim por diante. Temos problemas, como eu disse, velhos, que ficaram com caras de novos, e problemas absolutamente novos, como lidar com as redes sociais, como garantir o controle de informação, de conteúdo, de integridade dos nossos dados.

Tudo isso para dizer para o senhor que desejamos – e trabalharemos para isso – que os próximos 35 anos sejam profícuos como foram esses primeiros 35 anos, para que a gente consiga, pela sociedade brasileira, pelo Estado brasileiro, fortalecer o sistema de defesa do consumidor, resistir aos processos de diminuição desse ambiente de proteção e dar os avanços que o povo brasileiro merece.

De novo me desculpando pela dupla falta com o senhor, Presidente, quero deixar meu agradecimento forte ao Congresso Nacional, deixar um abraço grande ao senhor e desejar a todos e a todas um excelente evento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Paulo Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também registrar aqui a presença do nosso querido Senador Flávio Bolsonaro e do nosso Deputado Celso Russomanno, e eu quero pedir a devida vênia do Deputado Celso para passar a palavra para o nosso querido Senador Flávio, para se manifestar em relação a esses 35 anos do Código de Defesa do Consumidor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Hiran, amigo, boa tarde a todos, Dr. Henrique, Dr. Igor, Dra. Luciana, Dr. Gutemberg, Juliana, Celso.

Presidente, em primeiro lugar, parabéns pela iniciativa de fazer essa solenidade. Esta Comissão é muito reconhecida pela sua fiscalização, por buscar a todo momento a transparência de tudo que acontece no serviço público federal, e essa última parte do nome da Comissão, às vezes, não é enaltecida à altura, que é exatamente a defesa do consumidor.

Eu acompanho de perto o trabalho do Secretário Gutemberg Fonseca, no Rio de Janeiro, que, além de grande amigo, tem feito um trabalho excepcional que, sem dúvida alguma, deixa os consumidores do nosso estado muito orgulhosos, Dr. Gutemberg. Como sou advogado, na minha faculdade, a Universidade Cândido Mendes, Celso, a gente, em um determinado momento, tem que fazer um atendimento gratuito ao público, como parte da formação no direito. E lá tinha o Fucam, que é o nosso fórum lá da universidade, onde fazíamos atendimento ao público, e grande parte das demandas eram daquelas pessoas mais pobres, com menos conhecimento jurídico, que buscavam esses estagiários, que estavam ali aprendendo também, óbvio que supervisionados, mas grande parte das demandas sempre na área de defesa do consumidor.

Quando eu era do diretório acadêmico da faculdade, lembro que, em determinada oportunidade, Senador Hiran, a universidade aumentou muito acima da inflação a mensalidade da nossa universidade. E aí todos indignados, aquela coisa de jovem, de querer lutar pelos seus direitos, temos que fazer alguma coisa, e não é só protesto, o que de prático nós podemos fazer. Lembro que, à época, a gente procurou o Ministério Público, veja só, era o Dr. Rodrigo Terra, acho que até hoje ele está no Ministério Público, ele era dessa área de defesa do consumidor. Ele fez uma petição, enfim, conseguimos uma mediação, conseguimos a redução do índice de correção do valor da mensalidade, teve um reajuste, mas abaixo daquilo que a faculdade estava buscando.

Então, assim, nesses poucos exemplos que eu posso citar aqui rapidamente, a defesa do consumidor está no nosso dia a dia, está nas nossas necessidades básicas, em especial daquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que estão naquela relação de consumo mais hipossuficiente de todas, que não têm como contratar um bom advogado, não têm como, não têm nenhum profundo conhecimento legal e têm que recorrer ao serviço público, ao Ministério Público ou aos PROCONs, mais uma entidade do Rio de Janeiro, uma instituição que é muito reconhecida. Eu tenho certeza de que, quando uma determinada empresa que está descumprindo o Código de Defesa do Consumidor recebe uma ligação ou um ofício do Procon, já sabe que vem problema, porque a fiscalização em defesa do consumidor vai ser muito rigorosa, e dificilmente isso vai passar ileso.

E também uma postura que eu acho importante, que tem sido a prática também na Secretaria do Dr. Gutemberg, é não apenas isso de buscar uma punição, mas também sempre de buscar, antes disso, uma mediação ou a resolução do conflito, ainda que não seja de uma forma judicial, para que se dê celeridade, para que tanto o consumidor fique atendido, como também a empresa passe a redirecionar, a estar adaptada às práticas que respeitam o consumidor.

Então, é um tema pelo qual eu fico muito honrado de fazer parte desta Comissão, que é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e – no final – Defesa do Consumidor. E o que V. Exa. faz hoje aqui é exatamente enaltecer essa parte importante do nome da nossa Comissão.

Parabéns a todos que trabalham nessa área, em especial defendendo quem mais precisa numa relação de consumo. Isso é importante para que nós possamos buscar níveis de reconhecimento e de percepção da população como acontece até nos Estados Unidos. Tem muita gente que viaja para os Estados Unidos, vai num ano, volta daqui a dois anos, com uma notinha fiscal, e consegue lá, de repente, trocar uma roupa que não conseguiu, pois, na hora de experimentar, não dava tempo de voltar lá mais para trocar. As pessoas nem perguntam a razão de você querer fazer a troca de uma roupa, de um calçado, de algum aparelho qualquer que você tenha comprado, porque há a boa-fé de que o consumidor está ali falando a verdade. E isso eu acho que é um norte que a gente tem que buscar aqui no Brasil, de que aqueles empreendedores que prestam serviços ou que vendem bens de consumo possam, com o passar do tempo, dar mais credibilidade para a palavra do consumidor. E, obviamente, também, eu acho que o consumidor tem que ir mudando um pouquinho, em grande parte, a sua cultura, que não pode ser aquela também do bom malandro, de estar ali tirando vantagem de alguma coisa. Eu acho que esses são dois polos em que a gente tem que, a todo momento, buscar ali um ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convergência e acho que esse é um dos papéis fundamentais de todos os órgãos de defesa do consumidor por todo o Brasil, para que nós possamos chegar a um nível cada vez maior de excelência, à altura dessa legislação exemplar que nós temos, que é o nosso Código de Defesa do Consumidor.

Então, parabéns a todos!

Uma boa solenidade, Presidente Dr. Hiran. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Flávio.

Vou passar em seguida a palavra para o nosso querido amigo Deputado Celso Russomanno, meu colega em duas legislaturas, que aprendi a respeitar e por quem tenho profunda e sincera amizade. Sei do seu comprometimento com o aperfeiçoamento e a aprovação do CDC. Pelo seu trabalho, deu visibilidade e notoriedade ao código na televisão, usou sua influência para o bem, fiscalizando em diversas instâncias a aplicação desse código. Na Câmara dos Deputados, o Deputado Celso é membro titular da Comissão de Defesa do Consumidor e teve, no Orçamento deste ano, R$6 milhões de emendas autorizadas para proteção e defesa do consumidor de São Paulo, o que, assim, comprova o seu já consagrado comprometimento com a causa.

Muito obrigado pela sua presença e passo, em seguida, a palavra a V. Exa.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Dr. Hiran.

É um prazer muito grande estar aqui ao lado de um grande amigo, de um irmão. Há tantos anos estamos juntos aqui no Congresso Nacional, trabalhando em defesa do consumidor e de outras causas, porque já estivemos juntos em vários relatórios, várias leis, e sempre buscando o melhor.

Quero cumprimentar o Dr. Gutemberg, a Dra. Juliana, a Dra. Luciana, o Dr. Igor, nosso Dr. Henrique, enfim, o meu querido amigo Flávio Bolsonaro.

Quero dizer que, quando a gente comemora, a cada ano em que a gente comemora o aniversário do Código de Defesa do Consumidor, ou a sua vigência - porque a gente comemora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas vezes por ano sempre, não é, a vigência e o aniversário -, isso é muito bom, porque mostra que a gente, ao longo desses anos todos, tem conseguido, Senador Hiran, manter o Código de Defesa do Consumidor do jeito que ele foi publicado, com avanços. E não é falta de tentarem mexer na legislação, Senador Flávio, para que a gente perca os direitos, direitos conquistados a duras penas. E cada dia, com uma coisa nova.

Agora, com a inteligência artificial, nós estamos vivendo uma série de problemas. Estamos discutindo isso aqui no Senado e na Câmara também, e a inteligência artificial veio para mexer com a vida da gente. Eu mesmo, Senador Flávio, fui vítima, já umas 50 vezes, do uso da minha imagem e da minha voz para praticar golpes, vendendo todo tipo de produto, serviço e até medicamento para impotência sexual. Jamais pensava, na minha vida, que eu fosse fazer alguma coisa desse tipo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A propaganda enganosa é o que está fazendo agora. (*Risos.*)

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) – Pois é. Não, o pior é o seguinte: o pior é que a inteligência artificial que usa a minha imagem e minha voz diz que eu experimentei e eu comprovei. (*Risos.*)

Tirando a brincadeira fora, o que mais é grave nessa história é que, com a inteligência artificial, que é um novo intento que nós vamos ter que enfrentar para defender o consumidor, isso não é crime. Eu não sou vítima de crime de estelionato porque a minha imagem foi usada. Hoje, inclusive, estou apresentando um projeto de lei modificando a lei, modificando o Código Penal, o decreto que criou o Código Penal, para que, aquele que usa indevidamente a imagem de outrem, assim como sua voz, seja responsabilizado, porque a vítima, na verdade, é quem comprou o medicamento ou o serviço que foi vendido. De *cashback* de cartão de crédito eles já fizeram uns 15 vídeos com a minha imagem, dizendo que as pessoas têm direito ao *cashback*, que eles vão receber valores. E eu me apresento já tendo recebido um valor considerável, de R$10 mil, porque eu usei cartão de crédito nos últimos anos. Quer dizer, golpes atrás de golpes.

Eu tive que me aproximar das *big techs* e consegui, através de amizade, porque, se você for buscar a Justiça, até que a Justiça conceda uma liminar para que tire a sua imagem do ar, o crime já foi praticado contra milhares de pessoas. Então, eu tomo conhecimento – às vezes, já tem dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou três dias que está no ar –, e as plataformas têm sido muito corretas. À medida que eu anuncio, eles tiram imediatamente do ar, mas a gente nunca sabe quantas pessoas já foram lesadas.

E a gente vai atrás de quem está recebendo esses valores.

E a gente vai atrás de quem está recebendo esses valores. Geralmente são pessoas simples do Nordeste que alugaram, Presidente Hiran, seu nome por um salário mínimo, e os estelionatários ficam dando golpe, até que aquele nome daquela pessoa não sirva mais para nada, eles passam a alugar outro, e assim por diante.

Então, quando a gente chega ao "beneficiário", entre aspas, dos valores obtidos através dos golpes de estelionato, infelizmente, Senador Flávio – infelizmente –, são pessoas que foram usadas, porque o dinheiro, quando entra nas contas bancárias, é transferido para três, quatro, cinco, dez contas e depois isso é sacado em espécie. Diluem os valores e sacam em espécie.

Então, nós temos muito o que enfrentar ainda. Nós podemos dizer que, aos 35 anos, todo produto fabricado não só aqui no Brasil como no Mercosul – que hoje avança demais, o Uruguai, o Paraguai, a Argentina, os países iniciantes do bloco – são produtos de qualidade, que podem ser exportados para qualquer parte do mundo, para a Ásia, para o Oriente, para toda a Europa, para a comunidade europeia. Nós ainda, na prestação de serviços, temos muito a fazer – muito a fazer. Ainda, sim, na prestação de serviços, nós temos muitos golpes, muitos problemas. Produtos com qualidade, mas serviços, infelizmente, com pouca qualidade. Além disso, nós temos que enfrentar agora, mais do que nunca, os produtos adulterados. Eu, quando saio nas fiscalizações, com os órgãos de defesa do consumidor...

Por isso, Senador Hiran, fiz emendas ao longo dos últimos cinco anos – anualmente, R$6 milhões – e a gente já conseguiu, no Estado de São Paulo, equipar todos os PROCONs, Dra. Juliana, todos: todos têm carros, todos estão recebendo computadores agora, e já começaram a receber, no começo deste ano – agora em novembro vão receber mais –, *tablets* para fiscalizações e veículos. Todos os PROCONs, hoje, do Estado de São Paulo têm um veículo para fiscalização. Nenhum outro estado tem uma estrutura... E todos os veículos...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Vai ficar para trás o Rio de Janeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) – O Rio de Janeiro precisa fazer também, né, meu Senador? (*Risos.*)

Mas todos receberam veículos ou já estão recebendo o segundo veículo.

Então, os PROCONs do Estado de São Paulo estão bem equipados, mas estou contando isso porque agora nós vivemos um outro momento. Em São Paulo, nós já tivemos quatro mortes constatadas por adulteração de bebida alcoólica. Temos dois jovens, um rapaz e uma moça, que ficaram cegos. É a sua área, meu querido Dr. Hiran, como médico oftalmologista, muito bom médico, por sinal, que nunca deixou de exercer a medicina e oftalmologia, mesmo aqui no Congresso, em todos esses anos. Atende quando sai daqui. Eu sou testemunha disto: sai daqui, e quinta, sexta, sábado, domingo... Às vezes, no domingo, ele está lá atendendo pacientes. Ama a profissão. Mas olhem a gravidade disto: o metanol misturado com bebidas alcoólicas, ceifando a vida de jovens.

Nós vamos agora iniciar um trabalho em São Paulo, o Governador Tarcísio criou uma equipe de emergência, englobando a vigilância sanitária, o Procon e a polícia, e nós estamos começando a fazer ações de fiscalização para chega em quem está adulterando. Já temos três distribuidoras que estão no foco, entre aquelas que podem estar envolvidas com esse processo.

Então, a defesa do consumidor é tudo que nos envolve 24 horas por dia, o tempo todo. Quando a gente está dormindo, a gente está consumindo o travesseiro, o nosso cobertor, a cama – que se, por acaso, estiver torta, nós vamos acordar com dor na coluna –; se nós comemos alguma coisa à noite que nos faça mal vamos consumir serviços médicos, vamos consumir os remédios, o serviço do hospital...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A paciência da esposa.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) – Exatamente, a paciência da esposa. (*Risos.*)

Quando acordamos de manhã e nos olhamos no espelho, estamos consumindo o espelho, o pente, os óculos que a gente coloca, a maquiagem que as mulheres usam, e aí vai uma rede, uma cadeia imensa de consumo. Para a água chegar na nossa casa, ela tem que chegar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade, e para que ela chegue com qualidade passa por vários processos: adutora, tratamento da água, etc. e tal.

Então, a gente não para, são 24 horas consumindo serviços e produtos, todos os dias. Isso é exatamente o verdadeiro sentido da cidadania, né? O direito do consumidor esbarra em todos as outras formas do direito, as outras áreas do direito, menos o direito trabalhista.

Então, ficam aqui os meus parabéns pela iniciativa, Presidente Hiran, e que a nossa estada aqui seja muito profícua para que a gente continue nessa luta de defender o consumidor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Parabéns, querido Deputado Russomanno, parabéns pelo seu trabalho, e que você continue, aqui nesta Casa e onde você estiver, a defender o interesse dos consumidores e o aperfeiçoamento dessa relação entre prestadores de serviço, fabricantes de produtos e o povo brasileiro que os consome.

Vou passar em seguida a palavra ao Relator do Código de Defesa do Consumidor, aqui no Senado Federal, que nos acompanha por videoconferência, o ilustre Senador Dirceu Carneiro, que foi o Relator da matéria que deu origem ao CDC. O Senador também é pecuarista, arquiteto, sempre se interessou pelas questões da comunidade. Foi Prefeito do Município de Lages, no Estado de Santa Catarina, e Deputado constituinte, entre outras participações importantes na vida pública nacional.

Sua importância para a aprovação do CDC foi gigantesca. O Senador fez uma defesa do projeto que não foi só técnica, foi também ética e repleta de consciência histórica, que buscou elevar o Brasil ao patamar dos países mais avançados do mundo, em uma conjuntura de grandes mudanças para o povo brasileiro.

Senador Dirceu, é uma honra tê-lo presente nessa nossa audiência pública. Em nome do povo brasileiro, quero agradecer o seu compromisso com o nosso país. O senhor nos orgulha muito.

Passo já a palavra a V. Exa.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – A honra é minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo cumprimentá-lo, cumprimentar todos os participantes da mesa, as Sras. e Srs. Senadores e Deputadas e Deputados, e a todos os telespectadores que estão nos acompanhando hoje.

Eu gostaria de registrar, então, que o Código de Defesa do Consumidor foi uma determinação da Assembleia Nacional Constituinte, da Constituição de 1988, que, nas suas disposições transitórias, estabeleceu que, dentro de um determinado prazo, o Congresso Nacional deveria elaborar um Código de Defesa do Consumidor.

Nós no Senado, o Jutahy Magalhães e eu, organizamos uma Comissão, que foi estabelecida. Coube ao Jutahy presidir, e a mim, fazer a relatoria.

Esse código substituiu 600 dispositivos legais que tratavam das relações de consumo. Era um emaranhado, desconhecido e desrespeitado também, continuamente, de modo que ele veio para organizar, para estabelecer, para disciplinar essas relações de consumo no Brasil.

Evidentemente, nesse início, sofreu muitas pressões de diversos setores, como o setor da construção civil e o setor industrial. Aqui em Santa Catarina, teve até uma campanha contra mim, porque me acusavam de destruir as indústrias catarinenses com o texto desse código, o que, na realidade, era apenas uma busca de aperfeiçoamento dos produtos, dos bens produzidos pela indústria brasileira, cuidando da sua qualidade e, particularmente, cuidando dos consumidores.

A Febraban chegou a propor uma Comissão no Senado para elaborar um código especificamente para o setor financeiro, o que, evidentemente, o Senado não acolheu. Daí eu tive todo o cuidado, toda a sutileza lícita para constar, no texto do código, a inclusão do setor financeiro, porque, no primeiro confronto que teve com o setor financeiro, a Febraban entrou com uma ADI no Supremo, uma ação direta de inconstitucionalidade. O Supremo levou dez anos para julgar, mas julgou favorável ao código e, portanto, submeteu a arrogância e a prepotência do setor financeiro à lei mais importante dessa área existente no Brasil. Evidentemente, eu comemorei bastante quando isso aconteceu.

O código é uma das leis mais importantes para o povo brasileiro, principalmente os mais humildes. Ele disciplina essa relação de consumo, assentado no princípio de desigualdades entre o consumidor e o poder econômico, do outro lado do balcão, denominado de hipossuficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele está apoiado no princípio de que o consumidor representa uma certa fragilidade nas relações de consumo, e o outro lado do balcão é o poder econômico – e nós sabemos como ele se comporta muitas vezes em relação a essas questões. É absolutamente necessária uma disciplina legal para que ele se submeta aos interesses da sociedade como um todo. É a única lei brasileira que tem a inversão do ônus da prova. Nesse relacionamento, você pode acusar e não precisa provar, pois quem tem que provar é o acusado.

As leis têm um significado extremamente interessante para ser anotado aqui. Uma lei atinge todos os cidadãos brasileiros, no caso, da Amazônia do Norte aos Pampas do Sul, inclusive os que não nasceram. De modo que ela tem, realmente, uma contundência fantástica. É por isso que as leis são instrumentos extremamente importantes para que se disciplinem o bem-estar e o relacionamento harmônico das sociedades. Essa lei de defesa do consumidor é uma lei que nunca mais vai sair do aparato jurídico brasileiro. Ela veio para ficar eternamente inserida nele.

Nesse sentido, quero cumprimentá-los por terem escolhido uma sessão especial para homenagear o Código de Defesa do Consumidor no seu aniversário de 35 anos e também quero registrar que eu percebo que, em todo o Brasil, ele está presente no cotidiano, através dos seus PROCONs, assim como já foi bastante descrito aqui pelos que me antecederam.

Eu quero agradecer essa oportunidade de participar dessa bela comemoração de aniversário e me colocar à disposição para lutarmos por essa construção da pátria que nós desejamos a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador Dirceu! Um grande abraço, muita saúde!

Nós estamos aqui aguardando V. Exa. para abrilhantar, com seus trabalhos, esta Casa.

O SR. CELSO RUSSOMANO – Eu queria pedir a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Deputado.

O SR. CELSO RUSSOMANO (Para expor.) – É só para dizer que o Senador Dirceu sofreu muita pressão na época da aprovação do Código de Defesa do Consumidor, e ele não cedeu à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressão. Ele contava aqui da Febraban. Eu depois acompanhei esse processo e visitei Ministro por Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque o entendimento era de que o Código de Defesa do Consumidor não se aplicaria aos bancos porque os bancos eram regidos por uma lei complementar e o código é uma lei ordinária. Nós juntamos todas as forças, porque todos que estão aqui neste momento são antigos na defesa do consumidor e trabalharam nesse sentido, e conseguimos vencer essa interpretação, e o código vale para as instituições financeiras e para todos os segmentos de fornecimento de produtos ou serviços.

Então, eu queria parabenizar o Senador pelo trabalho que ele desenvolveu, na época, como Relator. Que Deus o abençoe! Fez uma lei que perdura 35 anos, com muita gente tentando mexer nessa lei – muita gente, ou melhor, muitos segmentos da sociedade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Deputado Celso.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Gutemberg de Paula Fonseca, Secretário de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro.

O Secretário Estadual Gutemberg de Paula Fonseca é Gestor Público há mais de 16 anos, com MBA em Administração e Marketing e Pós-Graduação em Ciências Políticas, tendo atuado em diversos cargos de gestão pública, incluindo chefia de gabinete, Secretário de Turismo, Secretário de Esporte e Lazer, e participou da composição do primeiro gabinete de crise da covid-19.

A Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do Rio de Janeiro é a primeira do país, criada em 2023 por lei exclusivamente dedicada à defesa dos interesses dos consumidores.

Dr. Gutemberg, por favor.

O SR. GUTEMBERG DE PAULA FONSECA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas, ao Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Presidente Senador Hiran e o parabenizo pela oportunidade. Cumprimentando o Senador, cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Quero dizer da alegria e do orgulho em participar desta oportunidade.

Como o senhor colocou, lá no Rio de Janeiro, Deputado Celso Russomanno, nós somos a primeira secretaria constituída por lei, conforme determina o art. 5º, inciso 32, da Constituição Federal, que diz que os estados, na forma da lei, promoverão a defesa do consumidor. E aí o Rio de Janeiro, na pessoa de um advogado que é Governador do Estado, Governador Cláudio Castro, auxiliado por dois Senadores da República que são advogados, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Portinho, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, que é um advogado, Presidente Rodrigo Bacellar, e também com os bons olhos do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ricardo Couto, ou seja, todos amantes da pauta de defesa do consumidor, constituiu-se no Estado do Rio de Janeiro a primeira Secretaria de Estado pura de defesa do consumidor.

Lá já teve outras vezes, Deputado, mas era por decreto e sempre ficava abaixo de outra secretaria, sempre era mera coadjuvante. Quando foi o final do ano de 2023, o Governador, junto de todos esses atores que acabei de falar aqui agora, resolveu constituir por lei. E assim me deram o desafio, eu que já tinha passado por outras pastas fazendo gestão pública.

E nós começamos exatamente ali no final de 2023, e hoje, para a nossa alegria e com muito orgulho, nós temos também a primeira secretaria e autarquia mais acessível e inclusiva do Brasil. Nós temos estacionamento para carros adaptados, nós temos rampa para cadeirante, piso tátil para deficiente visual, espaço para cão-guia, sala sensorial para mães com filho autista que precisa ser atendida, toda a identidade visual em braile, atendimento em Libras e o Código de Defesa do Consumidor em braile. Isso é motivo de muito orgulho e a gente, sempre que pode, leva isso aos estados, porque os PROCONs são autarquias para execução, e a Secretaria de Estado faz políticas públicas o tempo todo. E eles se encaixam perfeitamente, eles vivem intensamente o dia a dia.

Eu costumo dizer ainda mais, ainda tive isso também na minha carreira, fui árbitro da FIFA. Deputado, eu fui árbitro da FIFA. Eu costumo dizer que a sociedade sem o Código de Defesa do Consumidor é mais ou menos como se fosse um Corinthians e Palmeiras sem o árbitro, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flamengo e Vasco, um Internacional e Grêmio sem o árbitro. Imagina como seria. Então, é exatamente isso.

E nós começamos agora, no dia 1º de setembro, um grande programa chamado CDC: 35 Anos em 35 Dias. São 35 dias intensos de defesa do consumidor. Nós tivemos, por exemplo, o seminário internacional. Foram dois dias recebendo autoridades de defesa do consumidor de Portugal, Chile, Paraguai, Peru. A gente teve a oportunidade de trocar experiências e, mais, de chamar a atenção das autoridades públicas e da sociedade civil para a importância da pauta.

No dia 11 de setembro, no dia exato da comemoração dos 35 anos, nós fizemos uma missa de ação de graças aos pés do Cristo Redentor e acendemos o Cristo Redentor com as cores da Bandeira Nacional, para chamar a atenção para a importância dessa pauta.

Com isso, a gente vem avançando diariamente. Hoje, lamentavelmente, a gente acorda e vê mais uma vez a criminalidade atormentando a sociedade com a pirataria. A gente precisa lembrar que, no ano passado, o país perdeu mais de R$0,5 trilhão com vendas ilícitas; e, em segundo lugar, com mais de R$85 bilhões, estão as bebidas piratas, contrabandeadas. O Estado do Rio de Janeiro vem combatendo intensamente a pirataria. Nós já tiramos mais de 130 toneladas de sabão em pó de uma marca famosa pirata; nós já tiramos mais de 300 litros de bebidas piratas, falsas; nós tiramos agora mais de 10 toneladas de café ilegal do mercado, um café que tinha na sua mistura pedaços de inseto, agrotóxico, pedras, enfim.

Então, a pauta de defesa do consumidor é muito envolvente. E, definitivamente, se eu pudesse resumi-la em uma palavra, eu diria: dignidade. Prova disso foi o que aconteceu este ano no mutirão de renegociação de dívidas. A gente vem fazendo constantemente. Nós fizemos em março, que é o mês do consumidor, e fizemos agora em setembro, que é o mês em que comemoramos o Código de Defesa do Consumidor. Nós conseguimos, no Rio de Janeiro, atender mais de 9,8 mil pessoas; uma economia de R$40 milhões no bolso do consumidor.

E teve um senhor que me chamou a atenção, um senhor de nome João, que, quando concluiu com êxito a sua renegociação, fez questão de ficar naquele local porque sabia que eu rodava todos os postos de renegociação, Senador, e ele queria falar comigo. Quando eu cheguei lá, a nossa equipe imediatamente falou: "Olha, tem um senhor que não foi embora e quer falar contigo". E eu atendi o Sr. João. Ele disse para mim: "Secretário, eu queria lhe agradecer". Eu falei:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Mas de quê? É nossa obrigação". E ele: "Não, Secretário. Há 19 anos eu tenho essa dívida atormentando a mim e à minha família. Eu era funcionário de um banco, tive que pegar um recurso, e há 19 anos eu não consigo pagar esse recurso". E eu, curiosamente, perguntei: "E qual era o valor?". Era de R$214 mil o valor atualizado hoje. E eu falei: "Por quanto o senhor quitou?". Ele: "Por R$540". E eu falei: "Uau! Em uma palavra, como o senhor resume isso?". Ele: "Dignidade". "Mas por que, Sr. João?" "Porque eu consigo hoje voltar para casa e olhar nos olhos da minha família e falar que agora eu posso comprar, eu posso planejar e dar tudo aquilo que há 19 anos eu não consegui dar." Esse é o grande reflexo do Código de Defesa do Consumidor, do que a gente vem vivenciando, Senador.

Só que, Senador, a gente ainda tem muito o que avançar. É natural. O código se encaixa perfeitamente nos 35 anos que ele completa agora, mas a gente ainda tem muito que avançar.

Agora mesmo, a gente vive um momento de temor, a sociedade sofrendo, e eu vivo isso no Rio de Janeiro, de oniomania e de ludopatia. Oniomania é compra compulsiva, e a ludopatia é a compulsão nos jogos, nas apostas.

E aí, mais um relato, porque eu considero que o Código de Defesa do Consumidor, para você vivenciá-lo verdadeiramente, é preciso você estar na ponta no atendimento, e é o que a gente busca diariamente com os projetos, com a proximidade, com o acolhimento da sociedade.

Uma senhora nos procura para fazer uma denúncia, Deputado, dizendo que o marido dela, que trabalhava, ou melhor, que ainda trabalha num supermercado, estava acontecendo alguma ilegalidade, porque ele, todo final do mês, não tinha mais dinheiro para levar para casa. E ele, toda vez, dizia para ela: "São empréstimos que eu estou pegando na empresa, são empréstimos". Só que com juros e correção. De imediato, a gente preocupou e falou: "É o superendividamento. Ele está superendividado". E eu fui até o local, fui presenciar. E lá me encontrei com o proprietário daquele supermercado, e ele disse: "Secretário, a gente está vivendo uma era difícil, que eu não sei aonde isso vai parar. Você sabe que eu tenho mais de 850 funcionários aqui. Eu posso te garantir que, há coisa de seis, sete anos, eu sempre dei o adiantamento, eu sempre fiz o vale. Com 15 dias, eu liberava. E eles geralmente pegavam em alimentos. E, no final do mês, eu descontava os alimentos, e o que sobrava, eu dava o dinheiro. Hoje, não. Hoje eles pegam 50% do salário em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro; no decorrer dos outros 15 dias, eles pegam empréstimo com os outros funcionários, entre eles, e no final do mês, eles não têm dinheiro.

Tudo por conta da ludopatia, da compulsão nos jogos. E aí, eu pergunto: quem é que vai cuidar desses consumidores? Quem é que vai cuidar desta sociedade que vem sofrendo desse mal que vem destruindo famílias, que vem permitindo suicídios?

Nós temos relatos, no Rio de Janeiro, de pais que abandonam famílias porque não têm coragem de olhar nos olhos da sua família, porque se entupiram de dívidas.

Nós, no Rio de Janeiro, estamos implantando agora, Deputado, um programa chamado Balcão do Consumidor, que é um programa de acolhimento, em que ele tem atendimento em Libras, ele tem advogados, ele tem psicólogo para cuidar do consumidor que sofre desse mal. São 20 polos espalhados por todo o Estado do Rio de Janeiro, sete fechando as regiões e 13 na Região Metropolitana, dos quais, quatro são dentro de favela. Porque é justamente isso que os números vêm mostrando para a gente lá, no que a gente vem vivenciando: as classes C, D e E são as classes que mais sofrem com esse mal que atormenta hoje o nosso país.

E ainda está longe, muito longe do que a gente precisa fazer, a gente precisa entregar. Lá no Estado do Rio de Janeiro, somos 92 municípios, somente 32 têm Procon. E ainda existe um conceito, que a gente vem trabalhando, porque lá a gente tem a Escola Estadual de Defesa do Consumidor Ministro Waldemar Zveiter, em que a gente leva cursos gratuitos para a população. Nós lançamos agora a Cartilha Financeira da Família, que é uma cartilha gratuita, que ajuda a orientar. Lançamos o Código de Defesa do Consumidor comentado, Deputado, para que a população tenha, de maneira fácil, a informação do Código de Defesa do Consumidor.

Isso tudo é graças a 35 anos atrás, quando uma inspiração do Senador Dirceu Carneiro, com outros que participaram, como o hoje Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Herman Benjamin, que contribuiu, que participou, e outros que, de uma certa forma... A Profa. Cláudia, que ajudou, e ajuda até hoje. Esses se inspiraram aqui nesta Casa, junto a este Congresso, para que um dia a sociedade pudesse ter um ponto de harmonia.

Lá no Rio de Janeiro, o Código de Defesa do Consumidor vem fazendo diversas mediações. Agora, na história da Unimed Ferj mesmo, a gente teve um problema seriíssimo com relação aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamentos oncológicos, e a gente conseguiu, ao lado da população e ao lado também daquela clínica, mediar esse conflito e fazer com que eles tivessem apenas aquilo que é de direito deles.

E, agora, a gente também tem o problema das mães atípicas, em que a gente está, ao lado, mediando esse conflito, porque atormentam as mães, e muitas delas acabam vivendo sós. Uma das coisas que a gente busca, com o Código de Defesa do Consumidor, é amparar essas mães, porque, às vezes, quando essa criança nasce, o pai abandona essa mãe e essa mãe fica sozinha, e, ao lado dela, hoje, está o Código de Defesa do Consumidor, lutando e fazendo valer aquilo que é dela, de direito.

Portanto, eu gostaria de encerrar a minha fala, a minha participação – apesar de que ficarei aqui, Senador, o tempo que o senhor determinar –, dizendo que o Estado do Rio de Janeiro está de portas abertas para a gente mostrar, inclusive, os números, os resultados que vêm sendo entregues agora.

No ano passado, nós atendemos 138 mil pessoas. Colocamos como meta, neste ano, dobrar, e, no ano que vem, triplicar. Até o mês passado, nós já atendemos 380 mil. Isso vem mostrando que a população vem identificando a pauta, cada dia a mais, e buscando o caminho correto para que as coisas sejam resolvidas da melhor maneira possível. Lá na nossa sede, nós temos três salas de mediações. Com isso, a gente consegue evitar que o tribunal seja sobrecarregado de processos e mais processos, graças a este que completa 35 anos.

Então, mais uma vez, Senador, muito obrigado pela oportunidade.

Parabéns ao Código de Defesa do Consumidor!

Que a gente possa, nos próximos anos, evoluir cada vez mais, enriquecendo esse código brilhante, que foi sofrido no início, mas que traz tanta dignidade para a população brasileira.

Meu muito obrigado, mais uma vez, pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Secretário Dr. Gutemberg. Parabéns pelo trabalho, e esta Comissão está muito honrada com sua presença no dia de hoje aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui, agora, puxar um pouco a brasa para a minha sardinha. Eu estou ouvindo aqui o nosso querido 1º Tesoureiro da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor lá do meu Estado de Roraima, Dr. Adriano Ávila, e eu não poderia deixar ninguém passar mais na sua frente, Dr. Adriano.

Eu sei que o senhor está aí numa correria tremenda e eu quero passar, em seguida, a palavra a V. Exa., dizendo aqui que o senhor é Promotor de Justiça do Ministério Público de Roraima e, desde 2002, trabalha na Promotoria da Defesa da Cidadania, do Consumidor e de Execução de Penas e Medidas Alternativas à Pena Privativa de Liberdade, é Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas e leciona diversas disciplinas jurídicas na Faculdade Cathedral.

Dr. Adriano, seja muito bem-vindo. E muito obrigado por prestigiar esta nossa sessão alusiva aos 35 anos deste marco da cidadania, que é o nosso CDC.

Com a palavra, por favor.

O SR. ADRIANO ÁVILA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigado, Senador. Muitíssimo obrigado pela acolhida. É uma acolhida fraterna, uma acolhida de conterrâneos, praticamente. Então, fico muito agradecido pela acolhida de V. Exa., pelo convite dirigido à nossa associação.

Eu estou aqui falando em nome da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor, que é uma associação que congrega promotores de justiça e procuradores da república do Brasil inteiro com designações para a área de defesa do consumidor.

Em nome dessa associação, nós agradecemos o convite deste Senado Federal, neste momento tão relevante em que nós comemoramos o aniversário do Código de Defesa do Consumidor.

Faremos aqui as nossas ponderações, tentando enriquecer ainda mais aquilo que já vem sendo abordado por aqueles que me antecederam, figuras tão ilustres, que nós conhecemos nacionalmente, e com as quais, inclusive, nos encontramos nos congressos. Tivemos um congresso recentemente em Porto Alegre, em que nos encontramos. Foi o nosso Congresso Nacional da MPCon junto com a reunião da Senacon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos procurando sempre nos interligar nacionalmente, até porque os grandes fornecedores também têm essa abrangência nacional. Então, há essa necessidade de nós nos articularmos nacionalmente para atuar com mais eficácia.

Bom, fazendo uso da palavra aqui, em nome da nossa associação, a nossa abordagem sobre a defesa do consumidor começa sobre a própria essência do conceito de consumidor na atualidade, porque, hoje, como até já foi dito pelo Deputado Celso Russomanno, a defesa do consumidor está envolvida em todos os aspectos da nossa vida, até porque, desde o momento em que nós acordamos até o momento em que nós vamos nos deitar, nós estamos estabelecendo relações de consumo continuamente. Ligou a energia, relação de consumo; abriu a geladeira, relação de consumo; telefonou, relação de consumo; vai transportar o filho para algum lugar, relação de consumo.

Então, são milhares de relações de consumo que acontecem cotidianamente, e, naturalmente, dessas milhares, bilhões de relações, há um significativo percentual delas que levam a dissabores, levam a situações que são frustrantes para o consumidor.

Trazendo um pouco antes disso, sobre a nossa própria essência como ser humano, nós costumamos dizer – aliás, não nós; nós estamos replicando já conhecimentos de sociólogos consagrados – que, hoje, nós estamos na categoria de *homo consumens*, ou seja, o nosso próprio significado existencial tem a ver com a possibilidade ou não de consumir.

Até, Senador Hiran, falando da nossa realidade aqui de Roraima para os que não conhecem, nós temos uma realidade assim bem peculiar com uma forte presença indígena.

Só para ilustrar para as senhoras e para os senhores como esse sentido existencial pode ser alterado, em virtude de estarmos imersos no mundo do consumo, em virtude de sermos *homo consumens,* para ilustrar dentro da nossa realidade aqui, Senador Dirceu – o senhor, que foi um protagonista aí na confecção do Código de Defesa do Consumidor –, nós aqui, eu, individualmente, como pessoa física, por diversas vezes já fiz trabalhos assistenciais através de uma comunidade de amigos, aqui, em comunidades indígenas, e uma delas, que fica aqui bem próximo da nossa capital, Boa Vista – que o Senador com certeza conhece –, é a comunidade indígena Tabalascada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando íamos fazer essas atividades assistenciais nessas comunidades – repito, como cidadãos, não como profissionais –, levando assistência médica, assistência odontológica, assistência material como um todo, procurávamos sempre aprender com aquela comunidade o que ela tinha de sabedoria para nos ilustrar, e eu me lembro bem de conversarmos com as pessoas mais antigas da comunidade e esses senhores e essas senhoras dizerem, assim, da parte deles, de uma certa frustração naquilo que vinha sendo transformada a sua sociedade local, a sua microssociedade ali.

Então, não era raro nós ouvirmos dessas senhoras, desses senhores, desses anciões, o seguinte: "Olha, meu filho, antigamente, quem era importante aqui na nossa comunidade era quem pescava o melhor peixe, era quem conseguia a melhor caça, era quem conseguia fazer a melhor casa, era quem tinha mais força física para carregar madeira, mas, hoje, só é importante quem tem o melhor tênis, quem tem um bom celular, quem está usando o boné da moda".

Isso é para as senhoras e para os senhores entenderem como estar imerso no mercado de consumo altera o sentido existencial até de uma comunidade inteira. Que relevância que tem para a subsistência daquela comunidade se um jovem tem celular ou não tem celular? Não tem relevância nenhuma. Seria muito mais importante se ele soubesse caçar bem, se ele soubesse pescar bem. Mas, para o bem ou para o mal – isso não é uma coisa que a gente discute –, o fato é que eles também estão sendo imergidos nesse contexto de sociedade de consumo, e isso faz com que todo o seu sentido existencial se modifique.

Então, quando estamos falando em defesa do consumidor, nós estamos falando do sentido existencial das pessoas. Se a pessoa não pode consumir, ela acaba se tornando um pária na sociedade.

De certa forma, ainda que involuntariamente, nós fazemos uma gradação de relevância das pessoas, pelo fato de elas poderem ou não poderem consumir e se podem consumir produtos de grife, se não podem consumir produtos de grife...

Então, é só para nós entendermos que estamos numa realidade em que poder consumir se tornou um direito existencial. Aliás, já está consagrado como um direito humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quis fazer essa ilustração muito típica nossa, aqui de Roraima, porque quem está aí em grandes centros, como São Paulo, Rio, talvez não consiga imaginar isso, mas o sentido existencial das pessoas fica alterado a partir do momento em que elas entram, estão imersas numa sociedade de consumo. E essa é a nossa realidade, repito. Não há como desvencilhar-se disso; é apenas um fato.

Bom, dentro da defesa do consumidor, a sabedoria do Código de Defesa do Consumidor é tal, que ele se antecipa ao próprio fato do consumo.

Nós sabemos que a defesa do consumidor não se restringe ao ato de consumo propriamente dito; ela procura amparar também a fase de pré-consumo; depois, a fase de consumo, propriamente dita; e depois a fase pós-consumo.

Vou ilustrar, para ficar um pouco mais didático.

Na fase de pré-consumo, o Senador Dirceu teve o cuidado de tratar da publicidade, que é uma fase pré-consumo, e o Código de Defesa do Consumidor procura cuidar disso, para evitar publicidade abusiva, evitar publicidade enganosa. Então, vejam que nem houve o consumo ainda, mas já há uma preocupação do legislador em tentar evitar percalços resultantes da publicidade mal dirigida.

Já na fase do consumo propriamente dito, o Código de Defesa do Consumidor procura evitar, lá no art. 39, no art. 51, as práticas abusivas, evitar as cláusulas abusivas. Então, isso está na fase do consumo propriamente dito.

E, na fase do pós-consumo, continua o cuidado do Código de Defesa do Consumidor, do ponto de vista da responsabilidade civil: responsabilidade civil pelo vício do produto, responsabilidade civil pelo fato do produto ou do serviço.

Então, vejamos nós que a defesa do consumidor vem antes até de o próprio consumo acontecer. Ela é prévia, procura criar mecanismos de prevenção.

E houve um aspecto – voltando à fase do pré-consumo – muito bem ressaltado pelo Dr. Gutemberg e que tem sido motivo de grande preocupação da MPcon, a associação nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promotores e procuradores da defesa do consumidor, de que, dentro do conceito de publicidade, nós temos aí um novo horizonte de mercado, criado através das *bets*.

Ele fez questão de mencionar a ludopatia. Quer dizer, preocupam-nos bastante os mecanismos de publicidade hoje amplamente disponíveis para as *bets*, sem mecanismos restritivos que possam evitar os agravos do problema do endividamento resultante da ludopatia.

Vamos fazer um histórico aqui comparativo.

Todos nós nos lembramos de como era a publicidade do produto à base de tabaco na década de 60, na década de 70. Era sempre uma publicidade demonstrando vigor, virilidade, beleza, riqueza; todos aspectos que persuadiam as pessoas a fumarem. E, depois de longos e longos anos de esforços, foi havendo restrições e mais restrições, a ponto de, hoje, nós pegarmos uma carteira de cigarro e ter uma advertência bem clara, no exercício do direito de informação, para o consumidor do cigarro.

Só que, em relação... Então, tratava-se de um vício, com consequências macro: consequências para o sistema público de saúde, consequências nas relações de trabalho, e, nas relações familiares, nem se fala.

Hoje, nesse campo da publicidade, nos preocupa, como MPcon, que estamos, digamos, na primeira fase da propaganda do tabaco, da década de 60, em relação às *bets*. Não existem mecanismos mais significativos voltados à restrição da publicidade das *bets* ou, pelo menos, advertências mais realistas sobre os riscos da ludopatia, como disse aí o Dr. Gutemberg.

Então, aquilo que se vê hoje em relação às *bets*, nessa fase pré-consumo, são publicidades que incentivam o consumo desse serviço, que é um serviço, que é relação de consumo, conforme a própria lei, mas que só mostram o lado bom, sempre vinculado a figuras simpáticas ao grande público, pessoas que demonstram riqueza, prosperidade e todos os aspectos positivos, mas a realidade é aquilo que o Dr. Gutemberg mencionou: existe um grande número de pessoas que têm tido as suas vidas destruídas por conta da ludopatia.

Então, esse é um aspecto que, de certa forma, a gente até apresenta respeitosamente a este Senado Federal, que se trata de um aspecto muito relevante, e talvez não seja necessário nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperarmos ainda algumas décadas para fazermos, em relação às *bets*, o que foi feito em relação à publicidade de tabaco.

Já na fase do consumo propriamente dito, que é a parte em que o Código de Defesa do Consumidor se preocupa com cláusulas abusivas e práticas abusivas, um outro aspecto que tem preocupado bastante a MPcon são os chamados empréstimos não consentidos, e existem alguns nomes para isso. Alguns chamam de empréstimos fraudulentos, mas vamos chamar aqui de empréstimos não consentidos.

São inúmeros os casos que chegam certamente aos PROCONs, que chegam aqui ao Ministério Público, de pessoas que informam estarem sofrendo descontos, nos seus benefícios previdenciários, nas suas remunerações, de contratações cuja origem desconhecem. É muito similar a esse grande esforço que tem sido feito agora pela CPMI em relação à questão do INSS.

Existe também, do ponto de vista da defesa do consumidor, pelo menos aparentemente, uma prática reiterada de empréstimos não consentidos em detrimento de vários consumidores.

E vejamos nós que, nessa dinâmica do mercado, estamos numa realidade muito diferente da década em que o Código de Defesa do Consumidor foi promulgado, porque, naquela época, nós tínhamos substrato material dos contratos, e hoje nós vivemos a desmaterialização dos contratos, a despersonalização dos fornecedores. Então, o consumidor nem tem acesso ao contrato, porque ele fez uma contratação rápida ali pelo celular, quando o fez, e, por outro lado, ele tem uma enorme dificuldade para dialogar com o seu fornecedor, porque há também a despersonalização dos fornecedores.

Então, nessa data comemorativa, também é importante, para nós, demonstrarmos o que a dinâmica do mercado tem apresentado como novos desafios, e esses desafios têm sido pensados, e temos tentado buscar mecanismos que possam minimizar os agravos aos consumidores decorrentes desse tipo de questão.

E, por fim, na fase pós-consumo, que é a fase da responsabilização civil pelo eventual fato do produto ou vício do produto ou vício do serviço, um tema que nos parece bastante relevante é o tema relacionado ao setor aéreo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, a MPCon, todos os seus associados promoveram uma pesquisa nacional sobre o tema, à qual a gente está dando divulgação agora nos órgãos de imprensa, porque vínhamos sendo informados, reiteradamente, sobre uma altíssima judicialização dos consumidores em detrimento dos operadores do setor aéreo. E, para nós, era muito relevante verificar realmente qual a veracidade dessas estatísticas que vinham sendo apresentadas. E já são apresentadas de longa data por esse importante setor, mas é o setor que tem trazido vários dissabores para os consumidores.

E a nossa pesquisa chegou a um conclusão um pouco distinta das pesquisas que vêm sendo, reiteradamente, replicadas pelo setor aéreo. O que nós constatamos, pelo menos até o presente momento, é que existe uma enorme resistência do consumidor em judicializar questões relativas ao setor aéreo. Existe, na verdade, um grande esforço do consumidor em procurar solucionar, amistosamente, problemas relacionados ao setor. E, para constatarmos e para chegar a essa constatação, nós fizemos pesquisa *in loco*... Aqui em Roraima fizemos isso – viu, Senador? – e em Brasília, em São Paulo, no Ceará, membros do Ministério Público, assistidos com a preciosa cooperação dos PROCONs. Colhemos depoimentos de diversos consumidores e chegamos à constatação de que mais de 80% dos consumidores preferem não judicializar quaisquer questões relacionadas ao pós-consumo de serviços do setor aéreo.

Então, nessa data comemorativa, repito, temos exercido o maior esforço possível, os nossos misteres para fazer com que essa relação naturalmente assimétrica, entre consumidores e fornecedores, possa ser reequilibrada com essa importantíssima ferramenta, que é o Código de Defesa do Consumidor, e procuramos trazer, aqui, a este Senado Federal temas que, eventualmente, possam vir a ser objeto também de debates nesta Casa Legislativa, para que possamos continuar, continuamente, nessa dinâmica de mercado, fazer com que essa realidade em que estamos imersos, que é a realidade do mundo do consumo, seja sempre equânime tanto para fornecedores quanto para os consumidores.

Então, Senador Hiran, muitíssimo obrigado pela palavra, pela fraterna referência ao nosso querido Estado de Roraima.

Essas eram as considerações da MPCon para colaborar, para contribuir com essa solenidade.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Adriano.

Eu sou testemunha da sua competência, do seu comprometimento na defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade, já tivemos a oportunidade de conversar pessoalmente sobre temas relevantes aí do nosso estado, e a nossa Comissão fica muito honrada com a sua exposição certamente – um homem que conhece a realidade dos fatos e que nos deu uma aula aqui, como professor competente que é. Ficamos muito felizes e honrados com o nosso estado participando desta nossa audiência pública, de uma maneira muito relevante, com sua exposição aqui.

Parabéns, saudações à sua esposa, que é minha colega médica, para que ninguém saiba por aqui, não é verdade? Então, Deus o abençoe e um grande abraço!

Muito obrigado pelo convite.

Eu vou passar a palavra, em seguida, à minha querida amiga Luciana Bregolin, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensoras Públicos Federais, associação estratégica para a defesa do consumidor, porque são profissionais que prestam assistência jurídica gratuita aos consumidores vulneráveis.

A Anadef defende o fortalecimento da Defensoria Pública como instrumento de acesso à Justiça e apoia os defensores e as defensoras em casos complexos, como combate a violências, a violações ambientais e ao trabalho análogo à escravidão, realizando um grande trabalho no seu segundo mandato, com pautas como inclusão das mulheres e interiorização dos serviços da Defensoria Pública da União.

Minha querida amiga, passo a palavra a V. Exa.

Nós temos ainda vários expositores, e eu não quero limitar o tempo de ninguém, até por conta de que não me sinto bem ao cercear a palavra de quem quer que seja, principalmente de pessoas tão ilustres e tão amigas que abrilhantam aqui a nossa reunião, mas nós temos praticamente 50 minutos para encerrar este nosso evento, de forma que eu pediria que todos pudessem ser o mais objetivos possível, para que nós possamos dar espaço a todos que ainda vão fazer as suas falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha querida Luciana, querida amiga, com a palavra, por favor.

A SRA. LUCIANA BREGOLIN (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

A minha previsão de fala é de cinco minutos. Vou tentar ficar dentro desse tempo, não é?

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Dr. Hiran, um amigo, um aliado da Defensoria, que sempre me acolhe e traz para esta mesa de debate aqui e de diálogo o representante do povo pobre, não é? Então, eu sempre falo que a mesa da justiça precisa da população...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Opera seus amigos.

A SRA. LUCIANA BREGOLIN – Opera seus amigos, é verdade. Opera um grande amigo, é verdade. (*Risos.*)

Eu estive lá, durante a cirurgia, acompanhando. O Senador, com brilhantismo, operou esse meu amigo, que está enxergando muito bem, melhor do que eu, diga-se de passagem, não é?

Assim, é muito bom ver os representantes da população pobre e vulnerável aqui, que somos nós, os defensores públicos federais. A gente fica muito honrado.

Ilustre Senador Dirceu, é um prazer ter escutado a sua fala. É uma honra para a gente, que atua todo dia com o Código do Consumidor, o que a gente vê. Então, foi uma emoção escutar sua fala.

Deputado Russomanno, a gente acompanha tanto a sua história no Código do Consumidor, apoiando a população também... É uma honra ter escutado tudo que o senhor disse e conhecendo a sua trajetória...

Prezados participantes desta audiência pública, também é uma honra estar com pessoas tão especiais e preparadas neste diálogo democrático.

É com grande satisfação que participo desta audiência pública, em nome da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais e de todos os defensores públicos que, diariamente, atuam na proteção dos direitos dos consumidores mais vulneráveis deste Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Código de Defesa do Consumidor completa 35 anos como um dos marcos mais importantes da legislação brasileira.

Na linha de frente do atendimento jurídico gratuito, testemunhamos cotidianamente como essa lei revolucionou as relações de consumo no Brasil e se tornou um verdadeiro escudo protetor para milhões de brasileiros.

Eu, que já residi fora do país, posso dizer que aqui funciona muito bem o Código do Consumidor, melhor do que em muitos países, inclusive da Europa.

Em nossas unidades da Defensoria Pública Federal – eu sou representante dos defensores públicos federais. Somos 683 defensores em todo o país. Também falo em nome dos defensores públicos estaduais. Eu não os represento, evidentemente, mas a gente pode falar, porque, como o próprio Adriano trouxe, existe uma inter-relação entre os federais e os estaduais –, posso dizer que as demandas consumeristas representam um volume expressivo dos atendimentos.

Recebemos aposentados lesados por operadoras de plano de saúde, famílias endividadas por práticas abusivas de bancos, consumidores vítimas de publicidade enganosa e cidadãos prejudicados por serviços essenciais deficientes.

Em cada um desses casos, o Código de Defesa do Consumidor tem sido o nosso principal instrumento de trabalho e de proteção.

A experiência de mais de 30 anos permite-nos afirmar: o Código de Defesa do Consumidor funciona. Os seus princípios fundamentais – a vulnerabilidade do consumidor, a inversão do ônus da prova, a responsabilidade objetiva e a reparação integral dos danos – continuam sendo pilares essenciais para o equilíbrio das relações de consumo.

Entretanto, reconhecemos que – como foi dito aqui pelo Deputado Russomanno, pelo Senador Hiran, pelo Gutemberg e pelos demais participantes – as plataformas digitais, a inteligência artificial e os novos modelos de negócio apresentam desafios que exigem reflexão e, eventualmente, aprimoramentos legislativos, mas qualquer mudança deve ser cuidadosa, preservando as conquistas já consolidadas, Senador.

Como defensores dos mais necessitados, alertamos para alguns pontos cruciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, a proteção de dados nas relações de consumo precisa ser fortalecida.

Em segundo lugar, o superendividamento das famílias brasileiras demanda atenção especial.

Em terceiro lugar, os mecanismos de solução de conflitos precisam ser acessíveis e efetivos.

Em quarto lugar, os órgãos de defesa do consumidor necessitam de fortalecimento institucional.

A Anadef defende que o CDC não precisa de reformas estruturais que enfraqueçam sua força protetiva. Precisamos é de aperfeiçoamentos pontuais que os adaptem aos novos tempos, sem perder a sua essência, e ser um código que proteja, efetivamente, o consumidor.

Colocamo-nos à disposição desta Casa Legislativa, para contribuir com nossa experiência prática na construção de um marco regulatório ainda mais efetivo. Afinal, nossa missão constitucional é garantir que todos os brasileiros, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso pleno aos seus direitos como consumidores.

Muito obrigada pela oportunidade e pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Luciana. Mais uma vez, ficamos muito honrados com a sua presença, representando a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais.

Fui informado de que o Dr. Edu Neves tem compromisso, mas eu vou passar, aqui, em seguida, a palavra para a Dra. Juliana Pereira da Silva, Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPSConsumo).

A Dra. Juliana Pereira da Silva é Presidente do instituto, Advogada, Pós-Graduada em Gestão de Sistema de Vigilância da Segurança de Produtos no Mercado pela Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona, Especialista em Direito do Consumidor, Contratos e Responsabilidade Civil. Trabalhou como Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça; Conselheira do Conselho Nacional de Seguros Privados e no Conselho de Autorregulação Bancária da Febraban, além de ter exercido cargos na OEA e na Organização das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Juliana, com a palavra; e, em seguida, passarei a palavra ao Dr. Edu Neves, que nos acompanha remotamente.

Dr. Henrique, por favor.

A SRA. JULIANA PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Bem...

Eu queria inaugurar, aqui, a minha fala dizendo que eu vou procurar cumprir fielmente o prazo, o tempo.

Primeiramente, queria saudar o Sr. Presidente desta Comissão, o Senador Dr. Hiran, que já é um vocacionado pelas pessoas, porque quem escolhe a medicina, seguramente, já é um vocacionado, por cuidar das pessoas.

Queria cumprimentar também, aqui, nosso querido Deputado, sempre defensor dos consumidores – e faz muitas décadas, não é? –, meu querido Celso Russomanno.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. *Fora do microfone*.) – Juntos, né?

A SRA. JULIANA PEREIRA DA SILVA – Juntos, há muitos anos.

O senhor está muito bem, inclusive.

Aqui, o Igor Britto também, que foi um colega de Ministério da Justiça, também foi do Procon do Espírito Santo – eu o conheço há muitos e muitos anos.

E, na pessoa desses colegas aqui – o Dr. Gutemberg, o Henrique, da Proteste, a Defensora Federal –, os meus cumprimentos a todos.

Acho que é super-relevante que nós estejamos hoje nesta Casa, que é a Casa da democracia, a Casa do povo brasileiro, que é o Congresso Nacional, para comemorar essa legislação, que é de extrema relevância para o povo brasileiro.

Eu estudei os livros de um grande Desembargador de São Paulo – talvez o Igor se lembre dele –, o Rizzatto Nunes, e o querido Rizzatto falava o seguinte: "Sabe quem era o consumidor antes do Código de Defesa do Consumidor? Um azarado. Porque ele comprava um produto, deu problema, e ele dizia: 'Dei azar'; ele tinha uma questão qualquer: 'Eu tive um azar'". E, a partir da Constituição de 1988, eu acho que desde que a nossa Carta Magna definiu que o regime do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um regime da livre iniciativa, consagrado na Constituição, ela também consagrou que, dentre os parâmetros de respeito à cidadania, a proteção ao consumidor é um limite à livre iniciativa. E, a partir disso, como todos sabemos, se começou a discutir uma legislação de vanguarda para o Brasil.

Então, 35 anos parece muito tempo; depois que a gente passa dos 50, parece muito pouco tempo. Mas, nesses 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, nós temos que resgatar aquele pacto que foi feito àquela altura – e aqui foi muito bem lembrado –, todos os embates que foram tidos naquele momento de edição da legislação, mas eu também gostaria de lembrar aqueles juristas que concederam, gratuitamente, os seus conhecimentos para a edição dessa norma. Eu acho que foi bem lembrado aqui o Ministro Antônio Herman e Benjamin, mas nós temos também o Daniel Fink, nós temos também a Profa. Ada Pellegrini Grinover e tantos outros juristas que os antecederam e os sucederam...

O SR. CELSO RUSSOMANO (*Fora do microfone.*) – José Filomeno.

A SRA. JULIANA PEREIRA DA SILVA – O nosso querido Prof. José Brito Filomeno – muito bem lembrado, não é?

O Kazuo – professor, advogado, jurista...

Enfim, esses juristas deram uma contribuição imensa para o legislador.

E por que eu estou me lembrando deles? Porque eu acho que é superimportante, neste momento de resgatar a história, a gente lembrar que esses juristas, gratuitamente, deram as suas contribuições intelectuais, mas trouxeram para o Brasil algo muito estratégico, que, naquela ocasião, era novidade, que eram princípios, valores como a boa-fé, como a transparência, como o dever de informar – para citar alguns –, e eu entendo que, no momento em que a gente resgata e comemora os 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, é muito importante a gente lembrar as bases que construíram essa norma, que é de vanguarda e que trouxe, graças a todos os esforços do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor... E aqui nós não podemos deixar de registrar a atuação dos PROCONs, o que foi muito bem lembrado aqui; do Ministério Público, que teve agora o seu representante; da Defensoria Pública, tanto a Federal quanto as Defensorias estaduais, que têm os seus núcleos de proteção ao consumidor, de tratativas de defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor no âmbito dos estados, e as entidades civis, não é? Nós temos aqui duas representadas, o Idec e a Proteste, que fizeram com que esta norma, muito bem elaborada por juristas, pela contribuição dos juristas e pela boa vontade, compromisso dos legisladores brasileiros, fizeram acontecer do Oiapoque ao Chuí. Nós tivemos aqui agora um representante – aliás, dois – do Estado de Roraima, de lá do nosso Norte.

E é importante lembrar que o nosso país contou com o apoio e a força do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e do Poder Judiciário nos estados para que essa lei não fosse esquecida. Nós tivemos ação direta de inconstitucionalidade, nós tivemos alguns empresários à época, que diziam: "Nós vamos deixar o Brasil, porque nós não vamos conseguir nos manter aqui com essa norma hoje". E, para nossa surpresa, não só eles estão aí ainda, e novas empresas vieram.

Então, por outro lado, a legislação também traz o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Quando a gente cita aqui a União Europeia, quando a gente cita aqui outros países, como foram citados, nós temos que lembrar que, dentro dessas organizações, também há um desenvolvimento de produtos e serviços que, com a legislação consumerista, foi possível trazer. Eu acho que é importantíssimo a gente destacar isso.

Bom, mas, numa data tão festiva, numa data tão histórica... Como o nosso querido Deputado lembrou, nós fazemos dois aniversários: vigência e sanção da norma. O código é tão importante para a sociedade brasileira que ele merece duas festas, duas comemorações. Eu entendo que essa comemoração precisa ser um objeto importante de retomada de um ambiente de construção.

Eu gostei muito de ouvir a fala do novo Secretário Nacional do Consumidor, o Dr. Paulo Pereira, e várias falas aqui que nos antecederam, sobre construir um olhar para vários brasis que nós temos. Quando falamos dos consumidores, nós temos que entender que nós temos ainda vários desafios em saneamento básico, vários desafios ainda em questão de energia elétrica e telecomunicações, que são serviços muito essenciais. E, como passei pela Secretaria Nacional e estive há quase 14 anos no Ministério da Justiça atuando nessa frente, entendo que ainda não temos os problemas superados. Acho que a gente precisa... Esse novo pacto, essa nova construção que precisa acontecer, precisa olhar para esses brasileiros consumidores, eleitores, cidadãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobres, como foi colocado aqui também pela nossa Defensora Federal, que ainda carecem do básico. É preciso lembrar que o transporte também é um direito básico regido pelo Código de Defesa do Consumidor, então transporte urbano, transporte metropolitano, enfim, não só o transporte aéreo – que, enfim, também é bem complexo.

E eu já queria aproveitar aqui para dizer que o IPSConsumo, instituto que fundei em 2018 com vários outros colegas estudiosos do direito do consumidor, tem atuado gratuitamente. Nós somos um instituto sem fins lucrativos, sem nenhuma filiação a nada, simplesmente uma série de professores que têm procurado dar a sua contribuição para além das suas carreiras. Todo mundo tem as suas carreiras na vida profissional, mas, juntos, formaram o IPSConsumo.

E, nesse último mês, nós comemoramos aí duas grandes conquistas. A primeira foi que nós integramos a frente para combater a fusão ou *codeshare* das companhias Gol e Azul. Nós entendíamos que, com isso, havia um prejuízo aos consumidores e aí nos juntamos com alguns especialistas também, professores na área de concorrência e atuamos junto ao Cade, dando a nossa contribuição para que o consumidor do transporte aéreo tenha mais acesso, principalmente, à concorrência – quem é do Estado de Roraima, por exemplo, sabe muito bem do que eu estou falando. Às vezes é mais barato sair do Brasil do que viajar dentro do nosso próprio país.

Então, essas questões são questões relevantes, que a nossa atuação... E eu convido... Acho que é um novo pacto. E, quando eu falo em novo pacto, é de verdade ressignificar a integração entre os diversos atores – Poder Legislativo, Poder Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, os atores do sistema de justiça, a sociedade civil organizada –, em torno de agendas que tragam, de verdade, cada dia a mais, o desenvolvimento das relações de consumo, que deem voz e transformem essa voz cada dia a mais em políticas públicas estruturadas.

Nós ouvimos aqui hoje... É uma tristeza saber que jovens ingeriram bebidas adulteradas. A segurança de produtos está no Código de Defesa do Consumidor há 35 anos. Quer dizer, o combate à pirataria, o combate à falsificação parece uma agenda antiga, mas, olha, estamos nós aqui 35 anos depois tratando desse tema.

Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer bastante aqui à Comissão e pedir, em nome dos consumidores brasileiros, a esta Comissão, como falamos na Comissão de Defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consumidor da Câmara, há alguns dias, que cuidem dos nossos consumidores – cuidem dos nossos consumidores –, transformem as agendas em debate público, porque só quando a gente põe luz numa situação é que ela, de fato, tem chance de ser resolvida. E, para isso, como as relações de consumo são variadas, são inúmeras – como sempre dizem aqui os nossos Deputados e Senadores, do amanhecer, ao acender uma luz, nós já estamos consumindo; as relações de consumo estão muito imbricadas na vida do cidadão brasileiro –, então as pautas e as agendas são inúmeras. Todas as vezes que esta Casa, o Congresso Nacional, dá luz para elas, eu tenho certeza de que é uma contribuição extraordinária, porque tem muita pauta que, às vezes, passa desapercebida e aí o prejudicado vai ser sempre aquele que é mais vulnerável dentro das relações de consumo, que é o nosso consumidor.

Por fim, quero dizer que o nosso instituto está à disposição desta Casa e de todos os outros colegas que aqui estão, para que a gente possa dar a nossa contribuição cada dia mais para o fortalecimento da proteção ao consumidor no nosso país, o desenvolvimento das relações de consumo, o pacto de melhoria da qualidade da vida desses nossos consumidores, que pagam por tudo neste país, e para que a gente esteja aqui também olhando uma agenda de futuro.

Nós temos o tema da inteligência artificial generativa, que é um grande tema. Foi falado aqui das questões das apostas *online*. Nós temos aí também outro ponto muito forte na nossa agenda hoje, que é sustentabilidade; nós vamos ter a COP 30 no Brasil. Isso tem impacto também. Nós precisamos preparar os nossos consumidores para o que vem. Enfim, trabalho não nos falta – para todos: sociedade civil, Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Espero continuar contando aqui com o apoio desta Casa e de todos aqueles que não desistem nunca das causas dos que mais precisam. E os consumidores seguramente são aqueles que precisam muito do trabalho de todos nós.

Era isso.

Muito obrigada. E agradeço mais uma vez o convite ao nosso instituto, Sr. Presidente, Dr. Hiran, e a todos que estão por aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dra. Juliana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero agradecer em nome do povo de Roraima, que é tão penalizado com o péssimo serviço que é prestado pelas companhias aéreas ao nosso estado. Nós que... Estou vendo aí o Dr. Adriano. Quando a senhora falou, o Dr. Adriano aquiesceu com um meneio de cabeça, porque ele sabe da dificuldade que nós temos para chegar e sair de Roraima, com uma tarifa exorbitante de cerca de R$6 mil, R$7 mil.

E o pior do que isso é que nós lá sacrificamos a nossa arrecadação de ICMS nos combustíveis para diminuir o valor do preço dos combustíveis, porque as empresas alegavam que, se a gente diminuísse a taxação, baixariam o preço das passagens, mas não baixou absolutamente nada, muito pelo contrário. E estão acabando com o voo diário nosso, de Boa Vista para Brasília.

O Dr. Adriano está nos assistindo e está concordando com o que eu estou falando.

Então, muito obrigado. A senhora demonstra, com esse seu comentário, um profundo conhecimento da realidade daquele país fora do eixo Rio-São Paulo, que precisa tanto do nosso apoio, do nosso conhecimento.

Passo a palavra, em seguida, ao Dr. Edu Guedes, CEO do Reclame Aqui, que está reclamando porque já está meio atrasado.

O Dr. Edu Neves é fundador do sítio eletrônico Reclame Aqui, plataforma brasileira que atua como canal de comunicação entre consumidores e empresas, com foco na resolução de conflitos relacionados a produtos e serviços. Estudou na Fundação Getúlio Vargas e na Escola de Administração da Universidade Stanford, em Palo Alto, nos Estados Unidos.

Com a palavra, por favor, Dr. Edu.

O SR. EDU NEVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Agradeço a esta Comissão o convite, em nome do Reclame Aqui, e aproveito para cumprimentar, em nome do Presidente, Senador Dr. Hiran, todos os presentes e toda a audiência.

Também deixo aqui as minhas desculpas por estar reclamando do tempo, mas é um problema meu, da minha agenda, porque eu me perdi aqui. Agradeço toda a disposição de me apoiar aí nesse tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vou trazer, da história do Código de Defesa do Consumidor, o surgimento de um empreendimento. No início da sua fala, Presidente, V. Exa. falou sobre a questão da liberdade do mercado e que o Código de Defesa do Consumidor conseguiu equilibrar essa hipossuficiência do consumidor e manter, inclusive, muita longevidade.

O mercado mudou muito, a forma de consumo mudou muito. Eu considero que, com poucas alterações, a gente vê o Código de Defesa do Consumidor ainda bastante atual na maior parte dos casos. Isso não quer dizer que os desafios todos não estejam postos.

O Reclame Aqui surgiu há 25 anos. Eu vou contar um pouco a história do Reclame Aqui para dizer que ele é fruto da existência do Código de Defesa do Consumidor. Então, exatamente dez anos depois da promulgação do Código de Defesa do Consumidor, um consumidor chamado Maurício Vargas, que foi meu sócio, infelizmente já falecido, inconformado com a forma como os consumidores brasileiros eram atendidos... Naquela época em que a gente ficava 3h30 no telefone para questionar um lançamento de cartão, dez dias para conseguir uma reemissão de uma passagem, ou seja, se hoje é difícil, era muito pior, mas a consciência dele como consumidor e a ofensa que ele sentia vêm desse fundo de direitos dado pelo CDC.

Eu concordo em gênero, número e grau com o fato de que a sociedade brasileira passou a ser uma sociedade muito consciente de boa parte dos seus direitos ou pelo menos de que ela tem direitos, porque foram dadas também as ferramentas legais. Não é a nossa especialidade, mas foram dadas ferramentas legais para corrigir essa hipossuficiência, como a inversão do ônus. Eu acho que o Brasil também... Acho que a Dra. Juliana citou, salvo engano, conhecer outros países. Eu posso estar me equivocando aqui, mas a gente vê que o Juizado Especial Civil e o acesso à justiça gratuita também são ganhos que existem para a sociedade menos assistida.

Então, todo esse movimento suscitou, na cabeça do empreendedor, uma ideia de que, se as empresas organizaram dados e informações para saber algo sobre os consumidores, como, por exemplo, o crédito, por que um consumidor não poderia criar um serviço, um empreendimento que organizasse informação a respeito do atendimento e da qualidade do atendimento das empresas e dissesse o quanto elas são boas baseado na capacidade de resolver problema? Assim foi criado o Reclame Aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o dia zero, o Reclame Aqui foi ao ar prezando pela transparência, vedado o anonimato, e respeitando aquilo que está dentro também do direito na questão das regras do consumidor e na Constituição Federal. A empresa é notificada instantaneamente, tem o direito de resposta instantânea – isso é gratuito –; a partir daí, surge uma avaliação do consumidor e a empresa ganha um *rating*, uma nota a respeito do quanto ela é boa de resolver os conflitos. Então, foi o primeiro serviço no mundo que começou a dizer o quanto uma empresa é boa em resolver aquilo que está dando errado. A maior parte dos serviços que são feitos com voz do consumidor ou, em inglês, o *social proof*, a prova social, é feita muito sob o domínio do *marketing*, como *reviews*, opiniões sobre produtos, sempre governados pelas marcas.

Mas a realidade não foi assim tão fácil. Nos primeiros dez anos do Reclame Aqui, o Reclame Aqui era quase como um muro de lamentações. As pessoas reclamavam no Reclame Aqui e poucas empresas respondiam, porque nunca foi compulsório, sempre foi voluntário o engajamento em responder ou não. Só que, a partir do ano 2010, mais ou menos, 2011, a digitalização das compras aumentou muito, ou seja, as pessoas começaram a usar muito o Google e a internet para procurar informação antes de comprar, e o Reclame Aqui passou a ser definitivamente uma referência antes de comprar.

Então, trazendo um pouco a visão do Dr. Adriano, o Reclame Aqui saiu do pós e da capacidade de as marcas resolverem o pós, projetou diretamente essa capacidade para o pré e passou a ser uma ferramenta de prevenção de problemas. Então, se uma marca não é capaz de resolver seus problemas, o consumidor provavelmente não a escolherá. Isso não é um mundo perfeito, e aí eu acho que entram as políticas de consumo e a questão de baixa concorrência.

Acho que também foi falado pela Dra. Juliana sobre a questão de que, quando se diminui a oferta num *codeshare* de companhia aérea, como isso aumenta a vulnerabilidade, porque, por mais que o consumidor veja que uma empresa é ruim, todas são ruins porque elas combinaram ser ruins e estão operando juntas. Isso é ruim, esse fechamento do mercado é ruim para o consumidor, e isso é perceptível no Reclame Aqui.

O Reclame Aqui chegou agora muito fortalecido a essa posição. Hoje a gente... Eu vou dar números de 2024, mas 80 milhões de consumidores únicos usaram o *site* Reclame Aqui para olhar a informação antes de comprar. Então, isso é 70% do nosso mercado de consumo ativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamente. E, quando a gente olha quantos consumidores se registraram e usaram o Reclame Aqui para resolver reclamações, hoje nós já estamos passando de 26 milhões de consumidores registrados. A gente registra mais de 1,4 milhão de reclamações mensalmente. Então, a gente pode...

No ano de 2024, nós registramos algo em torno de 10 milhões de reclamações, e 75% delas foram resolvidas, segundo o próprio consumidor disse. O Reclame Aqui não avalia nada; quem diz é o consumidor. Se ele disser que resolveram, a gente considera como resolvido.

Mas, se a gente olhar, foram, só no Reclame Aqui, 10 milhões de reclamações, e a gente vê que 2,5 milhões de pessoas – 25% – que nos procuraram não conseguiram ter o seu problema resolvido. Isso provavelmente vai se desdobrar para o Procon, vai se desdobrar para a Justiça e para a questão da judicialização. Então, o Reclame Aqui serve como uma ferramenta de desjudicialização; ele é um anteparo do consumidor organizado pela voz do consumidor. Ele não faz política pública, mas ele tem uma capacidade de ajudar a formular políticas públicas.

Hoje, nós temos mais de uma dezena de convênios de cooperação técnica. O primeiro deles surgiu, se não me falha a memória, em 2011, com o Ministério Público de Minas Gerais, com o Gaeco, na época em que surgiram os primeiros golpes digitais. Lá a gente estava falando ainda de *sites* falsos e golpes supersimples. A gente, em cooperação com eles, conseguia fornecer informação sobre as vítimas e sobre o comportamento dos golpistas, porque as reclamações chegavam até o Reclame Aqui, e ajudou a toda a criação de um processo de persecução dentro do Gaeco e do Ministério Público, criando protocolos de como agir e investigar crimes digitais.

Então, a gente tem muito essa crença de que existem muitas camadas de informação que podem ajudar nessa visão consumerista e de defesa do consumidor.

De novo, falando por essa publicidade, a gente entende que esse instrumento da transparência, que dentro do Código de Defesa do Consumidor aparece muito no tocante às ofertas, à forma de publicidade, à clareza dos contratos... Acho que tem toda essa visão de transparência que serve a todo o arcabouço legal; a gente enxerga isso também na dinâmica do problema, porque há que se separar que, num mundo onde a gente tem constantes entrantes, cada vez mais novas empresas, cada vez mais novos tipos de serviço e constante inovação, fatalmente haverá problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente precisa entender muito claramente aqueles problemas que estão chegando para ficar, ou seja, que são congênitos à operação dos negócios. A gente sabe que tem muitos negócios que, se não tiverem determinado tipo de problema, ou seja, se eles criarem uma estrutura operacional para que aqueles problemas não ocorram, simplesmente não conseguem existir; eles não têm margem operacional para fazer isso. E aí eles sobrevivem anos e anos, empurrando e defletindo o consumidor, e muitas vezes acontece o que também foi dito por algum dos presentes: o consumidor desiste de ir à Justiça, porque ele também tem o tempo dele, tem o esforço dele, e às vezes ele está indo à Justiça por um problema de R$50, e aí ele faz a conta. Só que essa empresa, que pode estar lesando-o em R$50, pode estar lesando outro milhão de consumidores.

E aí eu acho que é o papel de a gente também cooperar e tentar ajudar nessa percepção e mapeamento da situação atual, para que especialistas, como os institutos aí presentes e os próprios órgãos, e o próprio Congresso Nacional consigam elaborar políticas públicas eficientes. A gente acredita muito nessa informação instantânea e compartilhada.

A gente vem acompanhando bastante essa questão dos golpes digitais: hoje, quase 10% das pessoas que reclamaram no Reclame Aqui têm mais de 60 anos, e boa parte dessas pessoas também caíram em golpes. Então, existe uma dificuldade geracional de lidar com tanta digitalização dos serviços. É muito eficiente, operacionalmente é muito bom que seja tudo num clique, mas a gente sabe que não é todo mundo que conhece e consegue lidar com esse tipo de plataforma, e aí começa a deflexão do atendimento humano: "Ah, eu não quero, eu fecho meus canais porque eu tenho um aplicativo; eu fecho meus canais porque eu tenho um robô no WhatsApp". Então, a gente vê que aí existe um cuidado que há que se ter. Quem alcança determinados mercados tem que estar pronto para falar com aquele mercado, com aquele tipo de consumidor na característica demográfica que ele tem.

E, por fim, para falar um pouco dessa questão de golpes, a gente procura sempre estar apoiando. Na Black Friday, a gente criou uma ferramenta de detecção de golpes e, só no ano passado, durante o mês da Black Friday, que é o mês de novembro, mais de 1,5 milhão de pessoas consultaram essa ferramenta com suspeita de estar sendo acionada por um golpe, quer dizer, nós somos uma plataforma nesse universo que é o consumo no Brasil, a gente é uma parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representativa de consumidores que usam a nossa plataforma, mas, mesmo assim, talvez seja a ponta do *iceberg* do que a sociedade brasileira está sofrendo em termos de golpes e ataques, etc.

E aí eu acho que vem, talvez, o dilema a ser vencido nesse próximo ano ou nesses próximos anos, que é: como a gente vai regulamentar e regular tudo isso, o uso de inteligência artificial, que é necessário, a modernização do marco civil, que é necessária...? A gente é pré-marco civil, a gente existiu antes do marco civil, a gente passou por ele, contribuímos, inclusive, e a gente entende que ele está superado, mas como que a gente vai fazer também para não abrir brechas para que as próprias empresas, através dos seus *lobbies*, usem ferramentas desse tipo para conter a própria voz do consumidor? Então, eu acho que há uma tensão cruzada aí entre os sistemas regulatórios e também especialmente nessa questão do consumo digital.

Era isso que eu queria deixar de contribuição e fico à disposição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Edu Neves. Obrigado pela sua participação.

Passo, em seguida, a palavra para o nosso penúltimo expositor, que é o Dr. Igor Rodrigues Britto, Diretor Executivo do Instituto brasileiro de Defesa de Consumidores (Idec), com mais de 20 anos de experiência atuando na proteção dos consumidores do Brasil. Foi Diretor Jurídico e Presidente do Procon do Espírito Santo; Coordenador-Geral de Acompanhamento do Mercado e Assuntos Regulatórios da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça; Mestre em Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória; pós-graduado em Direito do Consumo e Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra; e também é pós-graduado em Direitos Fundamentais e Transformação do Estado, pela Universidade Carlos III de Madrid.

É Professor de Direito do Consumidor e de Direito Empresarial do Centro Universitário Iesb, em Brasília, e escreveu o livro *Infância e Publicidade: Proteção dos direitos fundamentais da criança na sociedade de consumo*.

Com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Dr. Hiran. Eu vou buscar aqui seguir sua diretriz de ser célere e quero aproveitar a oportunidade aqui para ser também propositivo.

Eu queria já antecipar aqui a proposta final da minha fala, mas, para justificar – e endereço, em nome do Idec, para V. Exa., aqui na Presidência da Comissão –, aproveito a ilustre presença do Deputado Celso Russomanno e também faço endereçamento dessa sugestão proposta para ser adotada na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, que seria a sugestão de essas duas Comissões fazerem, todo ano, aproveitando o mês de setembro, um balanço das atividades do Legislativo e do Executivo Federal na política nacional de defesa do consumidor, na política de proteção e direitos de consumidores. Isso porque nós temos uma política pública de defesa do consumidor, que foi concebida no código, que comemora 35 anos, e ela é muito mencionada, ela é muito citada, mas a verdade é que nós, representando entidade civil de defesa do consumidor, estamos sempre nessa reivindicação de que ela seja avaliada na perspectiva do seu cumprimento: se essa política de Estado de garantir que nós cidadãos sejamos protegidos pelos órgãos da República no mercado de consumo está, 35 anos depois, sendo efetiva, sendo eficiente; se ela está sendo entregue.

No que diz respeito às duas Comissões, a CTFC, no Senado, e a Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara, nós propomos, estamos propondo aqui que, todo ano, seja feita uma avaliação das proposições legislativas não só em trâmite nessas duas Comissões, mas, quem sabe, se a assessoria do Senado e da Câmara tiverem condições e derem conta de fazer, uma avaliação das proposições em trâmite em todas as outras Comissões, mas que refletem o Código de Defesa do Consumidor, o direito do consumidor de maneira geral.

Eu digo isso porque a gente segue uma lição que o Deputado Celso Russomanno sempre menciona quando vamos tratar sobre discussões propositivas: que o Código de Defesa do Consumidor... Nós do Idec fazemos a defesa de que ele se mantenha inalterado, salvo raras exceções importantes, como foi recentemente na atualização do código para trazer aquela grande parte de proteção das pessoas superendividadas. Salvo uma rara exceção como essa, que é um projeto quase de iniciativa popular, porque foi proposto também por acadêmicos, por ativistas de defesa do consumidor, salvo momentos históricos assim, nós seguimos a ideia de que o Código de Defesa do Consumidor se mantenha preservado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte?

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você foi o único aparteado por mim aqui porque eu acho que é uma coisa muito pertinente. Nós estamos fazendo uma pequena alteração no Código de Defesa do Consumidor, que tem sido reconhecido, inclusive, por grandes corporações de inovação no mundo, como o Google. Tramita aqui no Senado – você deve ter conhecimento desse projeto – o 805, de 2024, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que eu tenho a honra de relatar. Esse relatório já está pronto e trata de a gente coibir a chamada obsolescência programada.

Por exemplo, eu tenho aqui esse telefone e ele tem uma conexão aqui que só cabe nesse. Se tiver um modelo mais novo, eu já sou induzido, só porque isso aqui não fabrica mais desse jeito, eu já sou induzido a comprar um outro telefone só por conta disso. Isso é um exemplo único, mas, em relação a eletrodoméstico de uma maneira geral, não se garante ao consumidor o direito de ele ter acesso a peças de reposição e a manter um produto que ainda efetivamente lhe satisfaz as necessidades, porque a empresa, de uma maneira estratégica – eu não estou aqui para julgar –, faria algumas alterações apenas para induzir o consumidor a consumir o novo produto, sem a gente ter o que fazer com o produto anterior que nós utilizávamos, que era perfeitamente útil para nós.

Isso é uma coisa que, aliás, é algo que está acontecendo no mundo todo. O Dr. Henrique vai falar um pouco sobre isso, eu não quero roubar a fala dele, mas eu acho que a gente precisa realmente fazer algumas adaptações no código, porque as relações de consumo se modificaram ao longo do tempo. Mas eu vou voltar a palavra a V. Exa., é só para lhe dar ciência de que há esse projeto, o relatório está pronto, e devemos colocá-lo para aprovar na Comissão, e depois ele ainda vem aqui para a Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, e vamos debater ainda e procurar aperfeiçoá-lo ainda mais.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Senador, no Idec nós conhecemos essa proposição, somos favoráveis a ela, inclusive. Como eu dizia, o que eu queria dizer era que nós somos defensores que o código seja preservado, mas, obviamente, que não deixem de ser criados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorados os direitos dos consumidores, como nessa proposição. Digo isso porque – e de novo citando várias vezes o Deputado Celso Russomanno, que sempre nos alerta – toda vez que se abre a porta das alterações para o Código de Defesa do Consumidor é muito comum ver que, depois de aprovada uma proposição, às vezes, aqui no Senado tão positiva como essa, ou na Câmara, ou vice-versa, às vezes acontece um desvirtuamento e, às vezes, há uma fragilização de algum outro direito. Digo isso, falando especificamente sobre o código, porque – vou citar um outro exemplo aqui que já estava na minha fala –, recentemente... E é muito raro a gente conseguir ver uma proposição positiva para os consumidores conseguir ser aprovada.

Eu vou dar um exemplo aqui: V. Exas. participaram muito ativamente de uma outra proposição de iniciativa muito popular, que foi o reconhecimento, por lei, de que o rol da ANS de procedimentos é exemplificativo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E eu fui o Relator.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Exatamente, o senhor foi o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu fui o Relator. E aprovamos em tempo recorde.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Exatamente, foi aprovado em tempo recorde. Se eu não me engano, em dois meses, aprovado na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O Presidente Arthur me deu 15 dias.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fora do Regimento, inclusive.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Exatamente. E foi muito rápido isso.

O que eu quero dizer é que coisas boas em prol dos consumidores são aprovadas, às vezes, no código, como é o exemplo da Lei de Superendividamento, às vezes em legislações paralelas, mas complementares ao código, como essa norma que alterou a Lei dos Planos de Saúde, a lei que regulamentou a ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o Código de Defesa do Consumidor, alguns anos atrás, nós fizemos uma pesquisa, numa outra comemoração de história do CDC, e chegamos à conclusão de que ele é uma lei muito resiliente. Apesar das várias proposições, ele acaba se mantendo, sendo preservado, salvo algumas alterações, todas positivas. Não me recordo de uma alteração que foi ruim, que retirou direitos ou limitou direitos. Isso aconteceu lá nos vetos, mas, depois de ele ser aprovado, não me lembro de nenhuma que retirou ou limitou direitos que estavam ali.

Então, acho muito importante que, todos os anos, haja uma proposta, Presidente Dr. Hiran, para que a Comissão possa se debruçar e fazer um balanço sobre como estão esses projetos de lei, qual está em condições mais favoráveis de aprovação, a qual deveria ser dada uma urgência, qual o clamor das entidades de defesa do consumidor, para poder acelerar algumas dessas proposições.

Uma outra sugestão, dentro desse diagnóstico que pode ser feito, é algo que nós aprendemos também acompanhando estas duas Comissões aqui do Senado e da Câmara. As duas Comissões, a nosso ver, na nossa interpretação, também exercem um papel histórico importante de fiscalização do Executivo sobre o cumprimento dessas leis, a efetivação dessas leis.

O senhor mencionou aqui o drama das pessoas consumidoras no norte do país com relação a se transportar, a viajar por necessidade ou por turismo – apenas um exemplo de um desses dramas, para a gente se lembrar do papel da agência reguladora por trás dela.

Eu acho que é papel importante das Comissões CTFC e CDC, na Câmara, para fazer também um balanço de como está o desempenho do Poder Executivo no cumprimento do dever fundamental de proteger o consumidor, porque essa é uma grande conquista brasileira de que, às vezes, a gente não fala nas comemorações.

O nosso código é um código muito avançado, é um código muito bem elaborado, mas nós temos uma coisa que, em outros países, não consta, que é o direito fundamental de cidadãos e cidadãs brasileiras exigirem que o Estado proteja gratuitamente as pessoas, o que se efetiva no serviço da Defensoria Pública, do Ministério Público, dos PROCONs. Mas é importante as Comissões, como órgãos fiscais do Executivo, fazerem também esse balanço de como está o trabalho das agências reguladoras e, no âmbito federal, do Ministério da Justiça, que tem a Secretaria Nacional do Consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A título de exemplo, falando aqui de uma legislação tão discutida e aprovada, da Lei de Superendividamento, que está no Código de Defesa do Consumidor e que foi aqui mencionada, como está o exercício, a prática dessa legislação pelos órgãos públicos? As Defensorias Públicas, os PROCONs, a Justiça, o Judiciário estão dando conta de fazer cumprir essa lei para que nós, pessoas, quando nos superendividarmos, tenhamos serviço gratuito? Porque a gente sabe que não vai existir um serviço privado que vai dar conta disso.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) – Infelizmente, não, Dr. Igor. Infelizmente, não.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – E não seria interessante, Deputado Celso, se a Comissão de Defesa do Consumidor e a CTFC fizessem esse balanço? Porque as legislações são aprovadas aqui, no Senado e na Câmara, e para a nossa sociedade civil é importante ver esse papel das duas Comissões fazendo esse diagnóstico e essa avaliação sobre se a legislação precisa ser aperfeiçoada, se é preciso outras medidas legislativas para que o Estado brasileiro cumpra essas legislações.

E é nesse sentido, eu encerro a minha fala só fazendo essa conclusão no sentido de uma proposição. Existem muitas entidades, todas as nossas aqui, as três associações civis aqui representadas, como a Dra. Juliana já mencionou, o Dr. Henrique vai mencionar, com certeza – estou vendo aqui que ele traz uma pesquisa realizada, inclusive pela Proteste –, o Idec gosta, nós temos muita satisfação de fazer esse tipo de pesquisa, tenho certeza de que todas as entidades civis que têm essa experiência e capacidade estão à disposição para contribuir com as duas Comissões, para ajudar a fazer esse levantamento dessas informações, esse diagnóstico, para aperfeiçoar o trabalho das Comissões também na preservação, modernização e concretização também das leis de defesa do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Igor.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) – Presidente Hiran, só para complementar em relação ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP. Para expor.) – Nós estamos enfrentando um problema sério com reposição de peças, não é só com relação a peças e produtos que por algum acaso foram descontinuados. O Código de Defesa do Consumidor deixou em aberto: por um "período razoável de tempo", pelo artigo que trata desse assunto, e esse período razoável de tempo nunca foi definido. Nós precisamos definir.

Mas é pior do que isso. Para que V. Exa. tenha ideia, semana passada fiz uma reportagem contra a Porsche, um veículo da Porsche, vendido zero-quilômetro, foi batido num *guard-rail* e não tem peça de reposição, eles estavam pedindo seis meses para entregar a peça – seis meses, zero-quilômetro.

Nesta semana, fiz uma reportagem sobre a Nissan, uma Frontier, que é uma caminhonete caríssima, saiu com um defeito no *airbag* e eles não têm o *airbag* para repor no veículo, zero-quilômetro. Então, acho que a gente tem que ser duro em relação a isso, porque antigamente a gente discutia peça de reposição de produto descontinuado e hoje não tem peça de reposição de produto que está sendo colocado no mercado neste exato momento.

Então conte comigo para a gente trabalhar lá do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Deputado Celso.

Vou lhe dar um exemplo da minha especialidade. Nós temos um aparelho que se chama facoemulsificador, é um aparelho que é utilizado para fazermos a retirada da catarata, é um aparelho que é uma bomba de infusão e de aspiração e uma britadeira eletrônica na ponta, que vibra 2,5 mil movimentos por segundo, daí ser ultrassônico. Então, essa via é colocada num cassete, no aparelho, a gente aciona e aquilo fica irrigando e aspirando líquido dentro do olho para manter a pressão onde a gente trabalha.

Aparelhos novos a gente usa três, quatro anos e funcionam muito bem. Tem que trocar... A cada paciente, a gente troca o cassete, que é a via onde circula o líquido dentro e vibra na ponta. Aí, de uma hora para outra, a empresa diz: "Olha, o aparelho está muito bom, só que a gente não fabrica mais o cassete". E aí a gente tem que comprar um aparelho que custa R$500 mil, R$700 mil, porque a gente não tem mais o cassete para colocar naquele aparelho que funciona muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem ainda. Quer dizer, isso é um verdadeiro absurdo. Eu acho que essa lei do reparo aí vem para a gente tentar dar espaço a quem consome para ter segurança de que, ao comprar determinado produto, tenha peça de reposição por um determinado tempo absolutamente razoável.

Vou voltar a palavra a V. Exa.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/REPUBLICANOS - SP) – Senador Hiran, só para que o senhor tenha uma ideia do que está acontecendo, as grandes companhias seguradoras do Brasil estão desmontando veículos para poder substituir. Por exemplo, a Porto Seguro montou uma empresa paralela de desmonte de veículos, desmanche de veículos para ceder peças de reposição usadas para veículos que foram acidentados, dada a falta de peças. E a gente está falando só de um segmento, mas são todos os segmentos assim. Ficou fácil não respeitar o direito do consumidor.

O que nós precisamos é definir o tempo de fabricação, que, a meu ver, deveria ser de cinco anos depois da descontinuidade do produto no mercado, e a garantia, durante esse prazo, da peça de reposição, sob pena das multas que estão estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, que muita gente está querendo aliviar. Se aliviar, aí é que ninguém vai respeitar absolutamente mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Celso, e conto com sua colaboração, com seu conhecimento e com sua expertise de um homem que está, no seu dia a dia, na sua vida profissional, inclusive, nos dando exemplo aí de proteção ao consumidor do nosso país. Parabéns pelo seu trabalho e parabéns também pela luta na aprovação desse código, que é um patrimônio do povo brasileiro.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Henrique Lian, que é Diretor-Geral da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste.

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor é a maior associação de consumidores da América Latina, uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária, independente, que atua na defesa dos direitos do consumidor do Brasil, aqui representada pelo seu Diretor, reconhecido pela sua atuação incisiva na defesa dos direitos do consumidor e por sua capacidade de articulação em temas complexos, como regulação de mercados, sustentabilidade e comunicação pública. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doutor em Filosofia pela USP, mestre em História pela Unicamp, bacharel em Direito pela PUC Campinas e atua como Professor de MBA na FIA Business School, em São Paulo. Não é pouca coisa não, hein?

Mande brasa aí, vamos para a sua exposição.

Muito obrigado por ter vindo aqui, Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE LIAN (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Hiran, por esse convite, por um dia tão simbólico.

Seria impossível colocar nesta audiência pública todo mundo que contribuiu para a defesa do consumidor em 35 anos, mas eu tenho certeza de que esta amostragem aqui é muito significativa: dos paladinos no Congresso Nacional, dos representantes das instituições públicas e da sociedade civil. Então estou muito feliz em estar aqui.

Para marcar essa data, nós fizemos uma pesquisa nacional, para mensurar o entendimento dos cidadãos de várias regiões e a efetividade do código. O estado de V. Exa. brilhou na pesquisa – já posso adiantar –, e eu trouxe aqui uma cópia para a Comissão.

Já sabendo que os meus companheiros de mesa seriam muito brilhantes, eu vou restringir muito a minha fala a um aspecto que eu gostaria de enfatizar na defesa do consumidor, que é o aspecto constitucional, e em dois aspectos de *aggiornamento* do código, embora eu concorde muito com o Igor que, quanto menos mexer, melhor; mas, em coisas muito tópicas, como o caso citado pelo Senador...

Eu cursei a faculdade de Direito entre 1985 e 1989. Então, vocês imaginam que o ano de 1989 foi o ano de aprender uma nova Constituição e de rever todas as matérias anteriores, estudadas à luz da Constituição anterior. E, naquele momento, saltava muito aos olhos um novo direito, e, mais do que um novo direito, um direito fundamental, o direito do consumidor, no rol do art. 5º da Constituição – direito fundamental. Fantástico! Mas passava despercebido, no mesmo momento, que o direito do consumidor também tinha sido elevado à categoria de princípio da ordem econômica nacional no art. 170, dividindo ali os incisos com a livre concorrência – livre concorrência e defesa do consumidor, como as duas faces de uma mesma moeda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Prof. Guilherme Martins define, com muita felicidade: a Constituição, num tiro só, transforma o direito do consumidor em direito fundamental, para as pessoas físicas, e em um sistema conformador da livre iniciativa, para todos os agentes de mercado, pessoas físicas e pessoas jurídicas. E essa não é pouca contribuição. Foi uma abordagem liberal do direito do consumidor, partindo da máxima de que a concorrência é sempre melhor para o consumidor do que alguma forma de monopólio, duopólio, cartel, etc. É uma tese que a gente sabe que já foi desafiada pelo paradoxo do direito antitruste, mas que se mantém, pelo menos, na esmagadora maioria dos casos.

Logo em seguida ao Código de Defesa do Consumidor, a lei que estabelece o sistema brasileiro de defesa da concorrência vai exatamente na mesma direção. E o art. 1º da Lei da Concorrência, de 2011, praticamente resume o art. 170 da Constituição, para "a preservação e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa do consumidor [...]"

E, agora, com felicidade, vemos uma nova lei, um novo PL, forjado no Ministério da Justiça, o PL 4.675, de 2025, enviado aqui para o Congresso no dia 17 de outubro, que é uma espécie de DMA brasileiro, regulação dos mercados digitais, também baseado na concorrência, elegendo o Cade como uma autoridade de controle.

Tudo isso vai nessa mesma direção, e, concordando muito com o Igor que o código deve ser preservado, mas, em alguns momentos, talvez ele mereça um *aggiornamento*. Por quê? Tudo aquilo que nasceu entre 1981 e 1996 é chamado de milênio, e o código é da geração milênio, ou seja, ele não é um nativo digital. Ele tornou-se digital pela sua grande flexibilidade e capacidade de adaptação.

E, aí, a nossa contribuição seria sugerir duas alterações, dois *aggiornamentos*: um de ordem material e um de ordem processual. O de ordem material, o Senador Hiran já mencionou, a obsolescência planejada e, além dela, a prática do *part pairing*, do pareamento de partes. Se a tela do meu celular quebrar hoje, dependendo da marca, não basta trocar a tela, e não é possível trocar por uma peça do mercado secundário, tem que se trocar a tela e uma série de outros componentes de segredo industrial que só são disponibilizados com peças originais, em oficinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credenciadas. Perde o consumidor, perde o meio ambiente – porque as peças vão para o lixo – e perde a economia nacional, e os pequenos reparadores também. Então, esse é um estado de coisas que está a exigir uma resposta legislativa. E essa resposta é justamente o PL do direito de reparo, do Senador Ciro Nogueira, relatado pelo Senador Hiran, que em breve estará nesta Comissão, e esperamos que, aprovado, chegue à Câmara.

Do ponto de vista processual, o Código, que é uma lei que pegou – como já foi mencionado –, pegou também porque o legislador teve tanta preocupação com que ele pegasse que estabeleceu a invocação do Poder Judiciário como praticamente a única forma de solução de conflitos. No finzinho do Código, a gente tem lá as convenções coletivas de consumo, que quase nunca saem do papel, são inutilizadas. Então, num país com o número de ações judiciais que nós temos, no Brasil, mais de 83 milhões de ações em curso, das quais 10% são ações diretas de relação de consumo e, pelo menos, mais 30% indiretas, isto transforma-se em um grande prejuízo para a sociedade, incluindo o consumidor: prejuízo financeiro, prejuízo emocional, prejuízo de tempo, o Judiciário abarrotado... Então, a gente precisa encontrar caminhos – eu não tenho a solução, mas os Srs. Parlamentares, com a sociedade civil, poderão achar essas soluções – de ampliar os meios não judiciais de solução de conflitos, porque está muito pesado para a sociedade.

E, por último, eu gostaria de citar uma linha da nossa pesquisa que perguntou aos consumidores qual o direito mais importante que o Código de Defesa do Consumidor trouxe. E a resposta foi: a dignidade e a cidadania, transformando os consumidores em cidadãos, atendimento respeitoso e não discriminatório. É exatamente o que o Dr. Gutemberg disse, o código trouxe dignidade para todas as classes, inclusive para nós, porque todos nós somos consumidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Henrique Lian.

Eu quero aqui, em nome do Senado Federal, agradecer a todos os nossos convidados que abrilhantaram esta sessão com seus conhecimentos, com suas exposições. Muito obrigado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos vocês. Ficamos muito honrados com as suas presenças, as dos nossos Senadores e Deputados.

Deputado Celso, parabéns pelo trabalho e parabéns por divulgar tanto esse instrumento de cidadania que é o nosso Código!

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Uma boa noite e um abraço a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e treze minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Plínio Valério, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Cid Gomes, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CTFC ao PLOA 2026**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CTFC a CMO, referentes ao PLOA 2026 (PLN 15/2025-CN) – que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". Relator: Senador Flávio Bolsonaro. Relator "ad hoc": Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela apresentação perante a CMO de 6 (seis) emendas de Apropriação de Despesa e 1 (uma) de Texto da Lei, nos seguintes termos: **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: 1) Número 50350001**. UO 37101. Ação + Subtítulo: Auditoria Governamental, Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 309.854.184; **2) Número 50350002.** UO 28202. Ação + Subtítulo: Fiscalização em Metrologia e Qualidade – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 30.000.000; **3) Número 50350003.** UO 30107. Ação + Subtítulo: Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 990.000.000; **4) Número 50350004.** UO 63101. Ação + Subtítulo: Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 1.001.500.000; **5) Número 50350005.** UO 30101. Ação + Subtítulo: Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 335.000.000; **6) Número 50350006.** UO 30101. Ação + Subtítulo: Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 20.000.000; **EMENDA AO TEXTO DA LEI: 7) Número 50350007.** Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1. Tipo: Aditiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1522246167

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião às quatorze horas e vinte minutos. Ao final, a Presidência submete a deliberação a presente Ata, a qual foi aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1522246167

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Dr. Hiran e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Weverton e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Cid Gomes, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6547, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2 – CCT. **Resultado:** Retirado de pauta pela relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2645, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda nº 1 - CDR (substitutivo) com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (emenda nº 1-CDR/CTFC) com uma subemenda de redação. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 49, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, informações e justificativa técnica sobre a supressão da prova discursiva no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) – Edição 2025/2." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 50, de 2025** que: "Requer, nos termos do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria nos contratos de publicidade oficial celebrados entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e empresas privadas nos anos de 2024 e 2025." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 26/2025 - CTFC, de autoria Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Finalidade:** Prestar informações sobre a suspensão da cooperação jurídica entre Brasil e Peru em processos da Lava-Jato que envolvam a Odebrecht. **Participante:** Paulo Maurício Teixeira da Costa, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI/SENAJUS/MJ. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estarão disponíveis em sua página por um prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A reunião está dividida em duas partes: a primeira destinada à deliberação de matérias e a segunda à audiência pública.

Passamos à pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6547, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2011)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2 – CCT

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares Alves pediu para retirar este item da pauta porque ela sentiu uma indisposição e não vai poder participar da nossa reunião.

Senador Moro, o senhor poderia assumir aqui a Presidência? Porque eu vou fazer a relatoria do item 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Assumindo, então, a Presidência provisória desta Comissão, passo ao item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2645, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda nº 1 - CDR (substitutivo) com uma subemenda que apresenta

Com a palavra o Relator.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Presidente.

Vou direto à análise.

Conforme o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno do Senado Federal, além de ter sido distribuída às Comissões competentes, conforme citado.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No tocante ao mérito da proposta, somos favoráveis à sua aprovação, bem como da Emenda nº 1.

O projeto de lei está correto ao prever que a diária inaugural cobrada do consumidor não deve ter duração inferior a 24 horas. Atualmente o consumidor é prejudicado pelos hotéis que fixam o início da diária em determinada hora do dia, sem levar em conta o horário da chegada do consumidor, ou que fixam o final da diária em horário que prejudica a saída do consumidor. É importante destacar que a legislação consumerista deve reconhecer a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo de serviços, protegendo-o contra todos os abusos praticados que possam causar prejuízos aos consumidores.

A Emenda nº 1, da CDR, já havia sido reconhecida como um aprimoramento da redação original do projeto de lei, ao inserir a modificação dentro da Lei Geral do Turismo, tornando a regra mais específica e oferecendo tratamento adequado ao contrato de hospedagem de uma diária ou mais, incluindo o abatimento proporcional do preço e a possibilidade de escolha de horários de entrada e saída do consumidor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, estamos apresentando emenda de redação na CTFC, com o objetivo específico de corrigir a técnica legislativa para usar expressões do idioma pátrio, substituindo as palavras em inglês "*check-in*" e "*check-out*" pelas palavras “entrada” e “saída”.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, e em atenção à necessidade de aprimoramento da técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.645, de 2019, da Emenda nº 1 – CDR, e da emenda de redação da CTFC.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Projeto então relatado pelo Senador Hiran.

Eu coloco o projeto em discussão, que muda esse regime das diárias, cobranças de diárias. Alguma ponderação? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco para votação nominal. O projeto é terminativo.

Em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado. Vou pedir a abertura do painel para que nós possamos votar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, vou pedir aqui à Secretaria que...

Já abriu? (*Pausa.*)

Então, os Senadores da CTFC já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente Moro, enquanto atingimos o quórum mínimo de votação, eu sugeriria a V. Exa. que colocasse...

Nós temos vários requerimentos para serem votados, inclusive um requerimento extrapauta, de autoria da nossa querida Senadora Tereza Cristina, que já, antecipadamente,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subscrevo, porque tenho conhecimento do teor. E, se V. Exa. também – ao ter conhecimento – quiser, pode subscrever, porque é um requerimento da maior importância para a nossa Comissão e para a questão da transparência de gastos públicos no Brasil.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de pedir, então, que fosse colocado, extrapauta, em votação o Requerimento de nº 50, que é um requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditorias em contratos de publicidade oficial celebrados entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e as empresas privadas, nos anos de 2024 e 2025. Acho importante, já que são somas expressivas, que o Tribunal de Contas faça essa auditoria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Bem, eu, Senadora Tereza Cristina e Senador Hiran, subscreveria sem ler, sem saber o conteúdo, tendo o endosso de ambos, a autoria de ambos, mas, como concordo igualmente com o conteúdo, porque está havendo um grande abuso nos gastos em publicidade deste Governo – aliás, até, recentemente, há informações de que pessoas ligadas ao Secretário de Comunicação do Governo Lula estariam ganhando licitações no âmbito da administração pública federal –, nada mais pertinente do que realizar uma fiscalização sobre esses gastos e sobre esses contratos.

Então, vamos colocar em extrapauta.

Indago se tem alguma objeção dos presentes. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, incluímos, então, extrapauta, para deliberação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Em globo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em globo, junto com os outros requerimentos aqui desta sessão. Requerimento nº 49. É isso? (*Pausa.*)

É 50, mas acho que tem um outro que é o Requerimento nº 49.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, informações e justificativa técnica sobre a supressão da prova discursiva no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) – Edição 2025/2.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR).

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 50, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria nos contratos de publicidade oficial celebrados entre a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e empresas privadas nos anos de 2024 e 2025.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros.

Então, coloco a matéria... ambos os requerimentos, para aprovação em bloco.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco as matérias em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à aprovação simbólica.

Indago se tem alguém que se oponha ao conteúdo dos requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, declaro ambos, então, aprovados.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Bom, a gente tem lido muito a respeito dos gastos com a comunicação. É normal usar o dinheiro da comunicação para a comunicação, mas a gente tem visto, através da imprensa, um certo abuso. E, realmente, isso que o Senador Moro acabou de colocar também tem sido veiculado. Então, ninguém melhor do que o Tribunal de Contas da União para fazer essa auditoria e mostrar, no Portal da Transparência, como é que está sendo usado esse dinheiro, para quê, se estão usando para propagandas do Governo ou se já é pré-campanha.

Enfim, eu acho importante esse esclarecimento porque são cifras muito vultosas, o que a gente tem visto através do Diário Oficial e da imprensa televisiva e falada.

Obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom, eu quero manifestar que endossei de pronto esse Requerimento nº 50, extrapauta, de autoria da minha querida Líder Tereza Cristina.

Já havíamos discutido essa questão, ontem, na nossa reunião de bancada: a preocupação nossa com transparência. Aqui nós não estamos imputando nenhuma acusação irresponsável a ninguém. Aliás, nós três aqui nos pautamos muito por responsabilidade, por seriedade nas coisas. É por isso que eu acho que a sociedade brasileira precisa saber como é que está sendo utilizado o orçamento que nós aprovamos aqui nesta Casa e que é utilizado para melhorar a vida do povo brasileiro. A população tem o direito de saber – principalmente através desta Comissão que trata de transparência e da proteção do consumidor – o impacto desses gastos que têm sido praticados pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal. Há um aumento substancial desses gastos. Eu acho que nós vamos ter a comprovação disso através do levantamento que o TCU certamente fará.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aqui avaliar, nesta Comissão, se é algo que está de acordo, que está compatível apenas com a informação que deve ser feita por qualquer Poder Executivo, mas sem excessos. Então, nós estamos aqui para coibir excessos, despesas sem absoluta necessidade, como nós temos tanta dificuldade de melhorar a vida das pessoas, nos lugares mais longínquos deste país, de colocar recursos para a gente inserir novas tecnologias no Sistema Único de Saúde, melhorar o acesso à saúde, à segurança, à educação nos lugares onde as pessoas vivem em vulnerabilidade, como, por exemplo, no meu estado, que é um estado periférico, pequeno, no qual nós precisamos de muito recurso federal para otimizar todos os programas que nós estamos desenvolvendo lá.

Então, quero parabenizar a Senadora Tereza pela pertinência do tema e dizer que subscrevi, com muita honra, o seu requerimento. Muito obrigado.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Senador Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu quero também registrar aqui o meu apoio expresso, e vamos lembrar, não vamos esquecer a história. O primeiro grande escândalo do Governo Lula, no primeiro mandato, que é o caso do mensalão, envolveu o pagamento de agências de propaganda contratadas pelo Governo, na triste figura do Sr. Marcos Valério, que teria obtido contratos vultosos de publicidade do Banco do Brasil, do caso do Visanet, igualmente na época da Câmara dos Deputados presidida pelo Deputado João Paulo Cunha.

E o que foi considerado naquele processo, no voto do Supremo Tribunal Federal, é que os serviços não tinham sido prestados ou teriam sido superfaturados, e esse dinheiro depois foi utilizado para objetivos escusos, até mesmo para pagamento de suborno a outros agentes públicos. Então, existe um histórico.

É claro que não se pode dizer que essa história está se repetindo, mas reforça a necessidade de permanecermos vigilantes, até mesmo por conta dos vultosos gastos que o Governo Federal tem efetuado em matéria de publicidade. Então, é ainda mais justificável por conta desse passado, que não é exatamente muito abonador da atual gestão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Moro, minha querida Senadora Tereza Cristina, Sras. e Srs. Senadores, queria dar ciência a vocês que eu apresentei duas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propostas de fiscalização e controle, a de nº 5 e a de nº 6. A de nº 5 deverá ser relatada pelo Senador Marcos Rogério, e a de nº 6 pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

A de nº 5 tem o condão de apurar possíveis irregularidades jurídicas, administrativas, financeiras, operacionais e institucionais relacionadas à abertura do Edital nº 31, de 2025, da Universidade Federal de Pernambuco, referente ao processo seletivo simplificado para curso de bacharelado em Medicina – vejam bem! – com vagas exclusivas, Senadora Tereza, vagas exclusivas para beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Entre os aspectos, solicita-se auditoria sobre, primeiro, a legalidade do referido edital; segundo, o repasse de recursos vinculados ao Termo de Execução Descentralizada nº 132, de 2024, do Incra, e a utilização da estrutura física e de recursos humanos da Universidade Federal de Pernambuco, em dimensões que extrapolam os limites da referida TED.

É um absurdo – é um absurdo – se abrir uma faculdade de Medicina e um concurso de vestibular através do processo seletivo simplificado. Eu chamo de processo seletivo arrumado para aprovar filho dessa turma dos sem-terra, que, além de fazer confusão neste Brasil todo, invadir terra produtiva, agora a gente ainda tem que privilegiar um determinado segmento com manobras que a gente não pode admitir.

E me causou um espanto isto aqui: o recurso que foi direcionado a esse processo seletivo foi de, pasme, R$18 milhões, R$18 milhões – tem alguma coisa errada nisso.

Então, isso me saltou aos olhos e eu tenho um compromisso, Senadora Tereza, Senador Moro, vocês sabem do meu compromisso com formação médica. Nós estamos aqui lutando para aprovar e vamos aprovar um projeto que trata da proficiência em Medicina, para egressos de curso de Medicina, porque nós estamos tendo, Senadora e Senador, uma proliferação desenfreada de escolas médicas neste país. Só nesses últimos dois anos, nós abrimos 77 novas escolas médicas e, pasmem vocês, em Rondônia temos 12 escolas de Medicina; e, em Roraima, onde temos 750 mil habitantes, sendo 10% venezuelanos, nós já temos quatro escolas de Medicina.

Quer dizer, eu não sou contra que se abra escola médica, mas a escola médica tem que ter um compromisso com boa formação médica, porque senão quem sofre é o povo, principalmente

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o povo humilde do Sistema Único de Saúde, que significa mais de 150 milhões de pessoas neste país que utilizam o SUS.

Então, nós estamos aqui lutando para aprovar a prova de proficiência, Senadora Tereza, Senador Moro, que vai versar sobre habilidades, competências e atitude de médico, o médico tem que ter esse tripé de conhecimento para que ele possa realmente, depois de formado, fazer residência médica, que é o nosso padrão ouro da nossa formação. E só depois daí é que ele começa a prestar serviço à população.

Veja bem, Senadora, o que aconteceu? Nesse Programa Mais Médicos, que nós votamos contra, que nós não conseguimos reprovar, porque nós somos minoria, o Governo brasileiro deu um salvo-conduto para médico – ou nacional formado no exterior, ou estrangeiro que vem para cá trabalhar no Mais Médicos –, um salvo-conduto de quatro anos para trabalhar sem CRM, só com ele sendo orientado através de teleorientação.

Veja bem, um médico que está lá no interior do Amazonas, lá em Benjamin Constant, lá em Coari, nesses municípios longínquos, ele teria teleorientação remota sobre sua atividade. E fica complicado aí a gente saber qual é a responsabilidade civil pela prática do ato médico, já que ele não está qualificado através da nossa autarquia federal especial, que é o nosso Conselho Regional de Medicina, que tem, como atribuição constitucional, avaliar a nossa atividade médica.

E, mais do que isso, Senador Moro, olhe só, quando ele vai para lá, ele ganha de R$13 a R$15 mil – e sabe o que acontece? O médico jovem formado numa universidade ruim, que tem dificuldade de entrar no curso de residência, termina optando em ir para esse Programa Mais Médicos, fica trabalhando em uma situação sem nenhum tipo de estrutura, de recursos tecnológicos para fazer boa medicina, e ele vai esvaziando as nossas universidades e as nossas instituições que fazem residência médica nos nossos hospitais de referência no Brasil todo. O jovem está optando por ir para o Mais Médicos, porque lá ele ganha R$15 mil; e se ele dá três, quatro plantões esse valor vai para vinte e poucos mil reais, quando na residência médica o médico recém-formado ganha R$4,1 mil.

Quer dizer, são essas distorções que geram toda essa vulnerabilidade de quem é atendido lá na ponta, por isso essa minha preocupação com... nós já, inclusive, aprovamos aqui a presença do Ministro da Educação, do Ministro da Saúde e convidamos também o Reitor da Universidade

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal de Pernambuco para nos explicar que ideia foi essa, de quem partiu essa ideia e para ele explicar para nós também em que se gastou esse valor, porque nós vamos saber através dessa fiscalização que vamos fazer, mas é uma coisa que nos deixa absolutamente indignados, porque, inclusive, fere o princípio de justiça: o jovem que estuda tanto para fazer o vestibular, vai ao Enem... e aí você vê a nossa juventude ter noção de que existe uma universidade que está fazendo uma prova fajuta para se entrar em um curso tão importante. Eu acho que nós não podemos admitir, nós estamos fazendo aquilo que a sociedade espera de nós.

E, na segunda proposta, nós estamos solicitando ao Tribunal de Contas da União auditar o processo de abertura de novos cursos de Medicina e de vagas nos cursos existentes, concluídos no âmbito do Ministério da Educação em todo o Brasil, de modo a investigar se foram garantidas a lisura, a legalidade e transparência nos procedimentos pertinentes, porque, pasmem, senhoras e senhores, nós já temos 494 escolas de Medicina no país, com 50.974 vagas anuais, das quais mais de 80% são privadas. Nossa medicina, minha Senadora querida Tereza e Senador Moro, virou uma *commodity*, todo mundo quer um curso de Medicina para enriquecer sem se preocupar com a qualidade daquilo que é produzido nesses cursos. Então, é um sinal de responsabilidade com o país quando nós aprovamos aqui essas propostas de fiscalização.

Eu queria dar só ciência às Sras., aos Srs. Senadores e a todos que nos assistem de que nós estamos aqui vigilantes para tentar coibir essa prática nefasta de abertura indiscriminada de escolas médicas no nosso país.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu queria parabenizar, porque eu acho que todas as pessoas que têm um pouquinho de conhecimento sabem o que está acontecendo com as escolas médicas do país. Hoje, o Brasil tem mais escolas médicas do que qualquer outro país do mundo; temos mais médicos e nem sempre nós temos a excelência.

E desestimular o jovem, aquele que estuda, que faz um vestibular, que vai, às vezes, para um segundo, para entrar numa boa escola, e você ter uma escola que abre uma exceção... Então, não só o filho do... eu não tenho nada contra o filho de quem é de movimento social entrar numa escola de Medicina, mas ele tem que estudar, tem que ter conhecimento e estar preparado para uma profissão tão importante que mexe com vidas, ele vai sair dali e vai trabalhar com vidas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pela iniciativa e vai ser muito bom poder ouvir o Reitor para ele explicar como eles estão fazendo isso e onde eles estão gastando o dinheiro do povo brasileiro. Ninguém tem dinheiro, o setor público não tem dinheiro. Quem tem dinheiro é quem trabalha, quem produz e paga imposto. O Estado tem que fazer as boas políticas públicas e investir onde precisa ser investido.

Agora, é por isso que nós estamos aqui. Nosso mandato é esse e é fiscalizar também os recursos, para onde eles estão indo, como eles estão sendo utilizados e como eles chegam à ponta.

Então, parabéns, Senador Hiran, por esses dois requerimentos de assuntos tão importantes e tão pertinentes.

Obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora.

Eu queria também dar ciência a vocês que, ao contrário disso, no Senado, através da Frente Parlamentar da Medicina, que eu presido, nós temos organizado aqui, já anualmente... Foi o segundo simpósio, que nós intitulamos de Medicina... É um assunto que versa sobre a medicina do futuro.

Nós tivemos esse simpósio ontem aqui e, se vocês passarem ali ao final do túnel do tempo, naquele *foyer* perto da escada... Nós montamos ali uma UTI que está no estado da arte do que é suporte avançado para a prevenção da vida, naquele ambiente.

Nós fizemos aqui, Senadora Tereza e Senador Moro, ontem, um grande debate, com luminares da medicina, para falar sobre o que nós podemos aproveitar de inovação, de inteligência artificial na nossa profissão, porque nós temos um desafio: o conhecimento está evoluindo numa rapidez tamanha que quem trabalha com inteligência artificial já tem até proposto uma moratória desses conhecimentos, porque... Até o Deputado Aguinaldo esteve lá conosco – ele é o Relator de uma lei que regulamenta esse ecossistema – e ele disse: "Olha, é tão rápida a evolução que, quando eu penso em regular alguma coisa, a coisa já modificou no decorrer do tempo em que eu estive pensando", para vocês verem o desafio que nós temos aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já é o segundo evento. No primeiro evento, nós tratamos muito sobre a cirurgia robótica para próstata. Nós tínhamos uma secessão tecnológica: os pacientes que têm plano de saúde *top* na saúde suplementar fazem cirurgia robótica de próstata, têm o mínimo de tempo de internação, tem o mínimo de efeito colateral, como disfunção erétil e incontinência urinária; enquanto o paciente do SUS que faz cirurgia tem que abrir o abdômen, faz uma cirurgia cujos efeitos colaterais são mais importantes e mais prevalentes. Nós criamos uma injustiça tecnológica, condenando as pessoas mais pobres a terem acesso a uma cirurgia de qualidade menor do que a daqueles que têm condição de ter um plano de saúde, ou de pagar uma cirurgia privada.

Nós levamos lá, inclusive, um cirurgião... Um dos cirurgiões que esteve no nosso evento e que é seu amigo também, o Rafael Ferreira Coelho, é um dos maiores cirurgiões de próstata do mundo – é meu médico. E ali nós conseguimos, através desse debate, sensibilizar o Ministério da Saúde, que, logo em seguida, através da Conitec, introduziu essa técnica, aprovou para ser utilizada no Sistema Único de Saúde, abrindo acesso e oportunidade aos homens, porque a maior incidência de câncer nas mulheres é o câncer de mama e, nos homens, o câncer de próstata.

Quer dizer, através do nosso trabalho aqui, do trabalho do Senado da República, que fez com que o Poder Executivo Nacional, através do Ministério da Saúde e da Conitec, que avalia essas inovações, tanto na área dos chamados *devices*, equipamentos, das técnicas, das drogas, dos anticorpos monoclonais novos que são introduzidos no SUS, ali houve uma avaliação da técnica, e essa técnica foi aprovada para ser introduzida no SUS. Agora, pasmem, depois de 20 anos que nós utilizamos essa técnica na saúde suplementar e na medicina privada.

Ontem nós tratamos de cirurgias abdominais com essa tecnologia, inclusive com cirurgias feitas remotamente. Nós já estamos fazendo cirurgias com um médico em um continente e o paciente em outro continente, desde que ele tenha uma internet de qualidade e com redundância de transmissão de dados. Um médico, por exemplo, como aconteceu há uns dois meses, que estava aí fazendo o debate conosco, o Dr. Romagnolo, que operou de Bruxelas o abdômen de uma paciente que estava na África.

Então, isso vai ser uma coisa muito importante para nós, porque nós vamos, além de operar os pacientes, transferir conhecimento e tecnologia remotamente, quer dizer, vamos poder treinar médicos e treinar equipes multiprofissionais em técnicas inovadoras no mundo todo. Não precisa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém ir para um lado ou para o outro, a gente vai poder fazer isso remotamente com muita eficiência.

Então, é um trabalho que fizemos, foi o segundo simpósio, que a gente chama de "O Futuro da Medicina e a Medicina do Futuro", que foi um sucesso aqui. Para o ano, nós faremos, se Deus quiser, sempre no intuito de incorporar novas tecnologias, conferindo mais acesso às pessoas, principalmente no Sistema Único de Saúde do nosso país.

Quero parabenizar todos que participaram e agradecer, inclusive, as empresas que são nossas parceiras e que trazem para cá esses equipamentos de ponta, como trouxeram agora. Eu até recomendo que visitem, os aparelhos estão todos funcionando.

Ano passado, Ministra Teresa, nós colocamos um robô, um robô para cirurgia de próstata, para as pessoas verem a delicadeza dos movimentos que se pode fazer remotamente através daquela tecnologia.

Então, nós estamos aqui sempre preocupados com isso e tenho certeza de que isso é pensamento aqui de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu só vou registrar, igualmente, que concordo com as ponderações colocadas, em especial essa apuração desse vestibular ou processo seletivo direcionado a um grupo específico, que se tenha cotas por questões de renda, por questões até, hoje, de grupos minoritários, é algo que tem a sua controvérsia, mas tem a legislação que foi aprovada, e algo que tem grandes defensores.

Agora, direcionar um processo seletivo a um grupo social tão específico, a meu ver, é absolutamente inconstitucional, fere o princípio da igualdade de condições de acesso ao ensino público, porque se vai prestigiar um grupo como o MST, por que não outros grupos sociais? E sem entrar na controvérsia sobre o MST, se concorda com a invasão de terra ou com a violação da propriedade privada, mas, se fosse qualquer outro grupo social, também seria algo absolutamente inconsistente com a legislação brasileira e com o entendimento geral da sociedade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não pode começar, por exemplo: "Bem, agora vai ter um processo seletivo para técnicos em contabilidade para entrar em engenharia" ou coisa parecida, não faz sentido, a meu ver é absolutamente ilegal, mas é muito característico deste Governo Federal, que acaba buscando, vai sendo ocupado por grupos de interesse com políticas públicas que não fazem nenhum sentido e contrastam com aquela ideia maior da nossa Carta Constitucional da igualdade. O princípio da igualdade significa também não privilegiar grupos de interesse em detrimento da população em geral. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senhoras e senhores, Senadores, Senadoras, Senador Moro, quero registrar aqui a presença da Desembargadora Presidente do TRT da 23ª Região, Dra. Adenir Carruesco.

Seja muito bem-vinda, a senhora está muito bem acompanhada do Deputado Federal, grande amigo, grande liderança lá do Mato Grosso do Sul. Esteja à vontade, nós vamos ter uma audiência pública e, logo em seguida, eu lhe atenderei.

Passamos à segunda parte da reunião, que tem por finalidade o comparecimento do Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Paulo Maurício Teixeira da Costa, com o objetivo de prestar informações sobre a suspensão da cooperação jurídica entre Brasil e Peru em processos da Lava Jato que envolvam a Odebrecht, em atenção ao Requerimento 26, de 2025, da CTFC, de autoria do Senador Sergio Moro.

Convido o Dr. Paulo Maurício Teixeira para tomar assento aqui à mesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não tem problema nenhum.

Senador Moro, dou ciência a V. Exa. que autorizei que o assessor do Dr. Paulo Maurício tomasse assento aqui junto comigo, à guisa de auxiliar nos seus questionamentos.

O Dr. Paulo Maurício da Costa terá dez minutos para fazer sua exposição, à qual se seguirá a fase de interpelação dos Senadores inscritos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o convidado.

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer o convite e cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Dr. Hiran; cumprimentar o Senador Sergio Moro, ex-Ministro da Justiça; e apresentar – está aqui do meu lado – o Delegado Carnevale, que é atualmente o Coordenador-Geral de Cooperação Penal, especificamente, agradecendo a oportunidade de trazer os esclarecimentos sobre o episódio objeto do requerimento de V. Exa.

V. Exa. conhece o DRCI, mas, se me permite, eu gostaria de fazer uma brevíssima explanação sobre o nosso papel como autoridade central, o que eu acho fundamental.

Inicialmente, eu apontaria que, nos termos do acordo de cooperação mútua em matéria penal entre o Peru e o Brasil, o Ministério da Justiça e Segurança Pública é a autoridade central pela parte brasileira, e o Ministério Público peruano é a autoridade central pela parte peruana.

Nesse contexto, por força do art. 15 do Decreto 11.348, de 2023, o DRCI se incumbe ou ao DRCI compete, então, promover a articulação entre as autoridades do Judiciário, da polícia e do Ministério Público que requeiram cooperação jurídica. Este é o papel, essencialmente, da autoridade central na cooperação jurídica: fazer com que se comuniquem os Poderes e as autoridades requerentes – no caso, o Ministério Público e, muitas outras vezes, as polícias judiciárias. Então, ao DRCI cabe, enfim, receber, adequar, transmitir e acompanhar o cumprimento dos pedidos de cooperação. E aqui a gente está falando de cooperação em matéria penal, fruto do acordo entre o Brasil e o Peru, de 2001. E a gente realiza, para tanto, o juízo de admissibilidade administrativa, levando em conta a legislação, o acordo, no caso, com o Peru e os tratados e outras normativas.

A cooperação penal se dá, inclusive, por meio de medidas como o compartilhamento de provas, que devem ocorrer com respeito aos princípios da confiança, que presume que as partes devem agir de maneira leal, transparente e previsível, de modo que cada uma possa confiar nas declarações, condutas e compromissos da outra parte.

A cooperação com o Peru, no caso específico dos casos oriundos da Lava Jato com a Odebrecht, começou a se dar a partir da assinatura, pelos membros do Ministério Público peruano

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e brasileiro, dos termos de compromisso de limitação do uso de provas produzidas no Brasil em processos conduzidos aqui pelo Ministério Público brasileiro. Então, é daí que se presume e se espera que a validade desses termos de compromisso de limitação do uso das provas se perpetue no tempo.

O processo de cooperação, esse espírito de cooperação entre Peru e Brasil, nesses casos específicos, começaram já desde 2016, e já desde 2018 alguns indícios apontavam a quebra do compromisso estabelecido.

Ainda na gestão da Procuradora Raquel Dodge, teve um primeiro momento de suspensão da cooperação entre os Ministérios Públicos, depois, em 2018, houve outro, mas, mais recentemente, a partir de 2022, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República, anunciou que estava suspendendo a cooperação por indícios gravíssimos de quebra do compromisso assumido. Isso se deu no final de 2022.

Eu não sei se eu faço aqui uma exposição, nestes dez minutos, ou talvez menos, que eu tenho agora, da cronologia desses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olhe, nós estamos aqui à guisa de esclarecimentos. Tudo o que for necessário para você esclarecer, fique à vontade. A gente dá um tempo regulamentar de dez minutos, mas, se precisar de mais, não tem nenhum problema. Nós estamos aqui para ouvi-lo.

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Está bom.

A cronologia desses fatos, então, se inicia em outubro de 2022, quando a Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República encaminhou ao DRCI ofício tratando sobre possível violação, por parte das autoridades peruanas, aos compromissos assumidos quanto à não utilização das provas produzidas no Brasil contra a empresa e colaboradores da Justiça brasileira. Isso em outubro de 2022.

A PGR, na ocasião, informava ao DRCI que estava suspendendo, por ora, a cooperação com a República do Peru até ulteriores esclarecimentos sobre os fatos narrados, diante da gravidade e da verossimilhança das informações apresentadas, com aparente uso mediato de elementos probatórios em violação à limitação subjetiva firmada com o Brasil, ferindo não apenas o acordo

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de leniência e os acordos de colaboração individuais firmados pelo MPF, como também as decisões judiciais que os homologaram, a legislação regente e os acordos e tratados firmados pelo Estado brasileiro. Isso em outubro de 2022. Naquela ocasião, o MPF suspendeu a cooperação até que se averiguassem esses indícios de quebra dos compromissos.

O DRCI, como autoridade central, ao receber esse ofício do MP, imediatamente pediu esclarecimentos às autoridades peruanas, que responderam, já em janeiro de 2023, que foi feito um acordo com o Ministério Público peruano e o MPF entendia... Então, finalmente, em janeiro de 2023, o MPF entendeu que dava para ser retomada a cooperação por conta do acordo firmado no Peru. Estamos aqui, já, em janeiro de 2023.

Finalmente, em setembro de 2023, novamente a PGR nos encaminha nova comunicação de possível descumprimento dos compromissos, cobrando novas explicações das autoridades peruanas, reforçada por comunicação subsequente da PGR a respeito, incluindo, nessa última, possível descumprimento também do princípio de especialidade, não só da limitação do uso das provas, mas também da especialidade, uma vez que estariam sendo utilizadas provas obtidas para processos criminais em feitos de natureza diversa. Nisso a gente já está em setembro de 2023. Então, suspende-se de novo a cooperação com o Peru em setembro de 2023.

Em dezembro de 2023, novas tratativas foram feitas e novos esclarecimentos prestados pela República do Peru. Então, a Procuradoria-Geral da República decidiu retomar mais um mês.

Então, a gente teve uma suspensão, uma retomada, temos a segunda suspensão e uma segunda retomada aqui em dezembro de 2023.

E aí finalmente, pela terceira vez, em abril de 2024, a Procuradoria-Geral da República decidiu suspender a realização de atos de cooperação internacional com o Peru relativos ao acordo de leniência ajustado com a Novonor, até que o Ministério Público peruano prestasse esclarecimentos a respeito dos fatos narrados pela empresa, de descumprimento ao princípio da especialidade e a limitação do uso da prova pela utilização de elementos probatórios produzidos pelos colaboradores da Justiça brasileira em procedimentos diversos daqueles indicados nos pedidos de cooperação formulados pelo MP peruano, em detrimento da empresa leniente e dos colaboradores, o que poderia violar não apenas o acordo de leniência e os acordos de colaboração individuais firmados pelo Ministério Público brasileiro, como também as decisões

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciais que homologaram tais acordos, além da legislação vigente e dos acordos e tratados internacionais firmados pelo Estado brasileiro.

No mesmo sentido, a PGR ainda encaminhou outras manifestações, em outubro de 2024 e março de 2025, confirmando a manutenção da suspensão dos atos de cooperação no Peru, nos casos Lava Jato e Odebrecht, tendo em vista o não esclarecimento, até aquele momento, pelas autoridades peruanas, das supostas violações aos termos de acordo de leniência, inclusive no que toca os compromissos estabelecidos por meio dos termos de compromisso, especialidade de limitação ao uso de provas, firmados como condição para a execução dos pedidos que até então estavam sendo transmitidos e encaminhados.

Então, depois desses fatos, dessas duas suspensões e da terceira suspensão, em maio de 2025, o Ministério da Justiça, por intermédio da...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – ... Secretaria Nacional de Justiça, determinou a suspensão cautelar de todas as solicitações de cooperação jurídica internacional em matéria penal relacionadas à Operação Lava Jato, que envolvessem a empresa Odebrecht e seus colaboradores, originados pelas empresas peruanas. Foi essa decisão que, naquele momento, ensejou o requerimento de V. Exa., e era uma suspensão temporária, porque a gente voltou a entrar em contato com as autoridades peruanas, dando prazos de 90 dias para que eles nos informassem.

Então, finalmente – vou tentar abreviar um pouco –, em 13 de agosto deste ano, 2025, as autoridades peruanas prestaram os esclarecimentos solicitados, mas de forma tal que não garantiram a eficácia dos termos de especialidade e limitação do uso das provas, conforme havia sido pactuado com o Ministério Público brasileiro. Eis que as informações encaminhadas com base nesses acordos estavam, sim, e continuariam a ser utilizadas para processar os colaboradores no Peru.

Tampouco se pôde concluir, das respostas das autoridades peruanas, que haveria possibilidade de eles darem as garantias necessárias para a continuidade da cooperação jurídica.

Citando então parte do nosso parecer na ocasião,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> analisando a resposta das autoridades peruanas, não logramos localizar resposta específica a nenhum dos fatos alegados, mas apenas justificativas abrangentes quanto aos limites da lei peruana sobre os compromissos que poderiam ter sido assumidos pelos membros da sua fiscalia.

Inclusive ficou claro que as autoridades peruanas entendem que não poderia ter havido, por parte dos membros do Ministério Público peruano, o estabelecimento do compromisso anterior de limitação do uso das provas e de não persecução dos colaboradores.

Dessa forma, reconhecendo que a jurisdição... Sugerimos então a suspensão, aí, sim, não mais temporária, mas a suspensão por prazo indeterminado da cooperação jurídica internacional em matéria penal com a República do Peru, nos casos relacionados à Operação Lava Jato e com a empresa Novonor, antiga Odebrecht.

O DRCI recomendou ainda a devolução dos pedidos em andamento, além da ciência do Superior Tribunal de Justiça, que é o órgão que faz o juízo de delibação das cartas rogatórias, que, ainda com relação a esse caso, estavam vindo do Judiciário peruano.

Finalmente, desde então, a PGR passou a devolver os pedidos de cooperação com o Peru nos casos referidos, que nós havíamos anteriormente encaminhado por eles. Então, a PGR, desde março de 2024, mantém a suspensão da cooperação, pelo entendimento deles. A gente deu essa formalização meses depois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Desculpe aí: foi falta de prática.

Então, é basicamente essa a ordem cronológica dos fatos que ensejaram a suspensão da cooperação, e estamos aqui à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Moro, antes de nós passarmos a palavra a V. Exa. – saudando aqui meu querido Senador Girão, que se faz presente na nossa reunião –, eu vou encerrar a votação que está em andamento para que nós possamos aprovar o Projeto de Lei 2.645, de 2019.

Está encerrada a votação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O projeto foi aprovado com 9 votos SIM; nenhum NÃO.

Sem abstenção.

Quórum de 10 Senadores e Senadoras.

Quero parabenizar aqui o autor desse projeto que protege o consumidor na questão das suas relações com as diárias dos hotéis. Muito importante a sensibilidade do Senador Ciro Nogueira. Quero parabenizar a todos, aos Senadores e Senadoras que aprovaram esse projeto aqui na nossa Comissão, que é um projeto terminativo.

Logo em seguida, passo a palavra para o Senador Moro fazer as suas perguntas ao Dr. Paulo Maurício e, certamente, em seguida, o Senador Girão também fará as suas considerações a respeito da nossa audiência.

Senador Moro, por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Dr. Hiran, agradeço.

Passo aqui a algumas indagações.

Agradeço a presença do Dr. Paulo Maurício para esses esclarecimentos do DRCI, que é um órgão importante do Ministério da Justiça para fomento da cooperação jurídica internacional.

Na Operação Lava Jato, foram colhidas provas muito significativas de que empresas brasileiras subornaram agentes públicos brasileiros. Essa história é conhecida, não vamos entrar aqui nos detalhamentos, mas, igualmente, foram colhidas, incidentemente, provas de que algumas dessas empreiteiras teriam também pagado suborno para autoridades estrangeiras, entre elas, autoridades do Peru.

Essas provas foram compartilhadas dentro do procedimento de cooperação jurídica internacional, e o Peru – em uma avaliação distante que faço, porque não estou lá – fez um uso importante dessas provas: foram quatro ex-Presidentes processados por recebimento de suborno,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente aqui da Odebrecht, Novonor. Temos os casos mais significativos: o do Ollanta Humala, que hoje já está preso; temos também o do Toledo; mais, ainda em andamento, o do Pablo Kuczynski; e também o caso do Presidente Alan García, que se suicidou antes do processo.

A indagação que faço a V.Sa. e gostaria que fosse esclarecida... É porque essa suspensão repercutiu muito mal, inclusive estou aqui com uma nota da Transparência Internacional, de 21 de maio de 2025: "Caso Odebrecht: depois de exportar corrupção, agora o Brasil exporta impunidade". A própria Transparência Internacional aponta como causa dessa suspensão as decisões, que têm sido proferidas pelo Ministro Dias Toffoli, de anulação das provas colhidas em relação a Odebrecht. Então, leio aqui:

> Os peruanos têm razão em não se submeterem à decisão do Ministro da STF que anulou todas as provas do acordo de leniência no Brasil. A razão é simples: decisões de juízo brasileiro não têm efeito vinculante em outras jurisdições.

A indagação que eu faria diretamente a V. Sa., desde logo, antes de prosseguir – e aí eu peço para a gente poder fazer com um certo dinamismo essa inquirição – é: a razão da suspensão desse acordo foi relacionado à anulação dessas provas ou simplesmente em razão da utilização contra os colaboradores?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA (Para expor.) – A razão foi a utilização e a quebra do termo de compromisso, a quebra do caminho da limitação de uso contra os próprios e do princípio da especialidade. Essa foi a razão essencial e primordial.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas a razão dessa questão da anulação das provas, qual é o papel dela? Qual é a influência dela nessa suspensão?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Na verdade não teve influência na decisão em si, mas tem uma correlação, porque a decisão do STF determina que o DRCI notifique os países que têm cooperação jurídica naqueles casos que ela declarou, naqueles casos de uso das provas que a decisão declarou imprestáveis.

Então, como no caso do Peru houve também o uso daquelas provas declaradas imprestáveis, a gente teve que incluir, na comunicação, a determinação de não uso daquelas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provas imprestáveis. Mas bastaria, para a suspensão da cooperação, a ruptura, o rompimento do compromisso de uso limitado das provas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O DRCI recebeu, então, uma determinação do Ministro Dias Toffoli para que fosse comunicado aos países que receberam prova dos subornos da Odebrecht no exterior? Para que não utilizassem essas provas?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – O senhor me permite?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, é para esclarecimento. O pessoal pensa que uma audiência pública, às vezes, é uma inquisição, mas é um pedido de esclarecimento porque o assunto está obscuro.

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A informação que saiu na imprensa é no sentido de que essa cooperação está sendo suspensa por conta da decisão de anulação das provas.

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Excelência, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Delegado Carnevale, pode se manifestar.

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE (Para expor.) – Na verdade, vou me identificar: sou Coordenador-Geral de Cooperação Internacional em Matéria Penal vinculado ao DRCI, estou cedido para o DRCI. Só para ficar registrado.

Não houve uma comunicação geral com relação aos países. Houve, sim, algumas determinações do Ministro – pontuais – e relativas a vários países, que foram pedidos de extensão, a partir da Reclamação 43.007. O que o DRCI tem feito, desde a publicação da decisão da reclamação, é tomar cautela, uma vez que foi reconhecido o efeito *erga omnes* na decisão da 43.007, de questionar os pedidos novos que chegam ao DRCI e que estão vinculados a essa empresa e aos colaboradores para saber se não teve uso anterior. Isso é uma pergunta constante em todos os nossos ofícios quando a gente recebe um pedido de um outro país. Então, a gente sempre pergunta se teve uso anterior para justamente não violar a decisão do Ministro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas qual é o entendimento do DRCI sobre esse tema? Porque é um tema muito delicado, né? O Brasil, quer dizer, o Ministro anula provas colhidas num acordo, particularmente, a meu ver aqui, sem razões jurídicas para tanto, e essas provas foram anteriormente compartilhadas.

A competência, a jurisdição não é do outro país para decidir sobre a utilização ou não dessas provas, sobre a exclusão ou não delas do processo, não se submetendo ao regime jurídico? Não cabe a ele fazer essa avaliação em relação a esse fato?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Certamente isso foi... mas a gente... A nossa comunicação é no sentido de não uso futuro, está certo? (*Pausa.*)

Pode, por favor.

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Excelência, na verdade é assim, as comunicações que a gente recebe nunca foram impondo qualquer coisa a qualquer outro país, elas simplesmente declararam imprestáveis perante o Brasil. E o cuidado do DRCI, especificamente, é porque existe uma proibição segundo a qual não podemos cooperar se teve o uso anterior de provas vinculadas aos dois sistemas e ao acordo de leniência. Então, essa é a nossa cautela.

O DRCI jamais avança...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas essa é a determinação de quem?

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Do próprio Ministro. Na verdade, da Reclamação 43.007.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Proibindo que coopere.

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Proibindo que coopere, exatamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se envolver provas da...

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Declaradas imprestáveis.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... Odebrecht.

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Isso, exatamente. A gente está limitado justamente por essa decisão, e a gente simplesmente cumpre.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas o DRCI tem também comunicado os países de que não é para utilizar essa prova, por conta própria ou...?

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Não, o DRCI nunca fez uma comunicação por conta própria.

Como eu havia dito, nos pedidos de extensão, que são específicos e direcionados a um único país, o Ministro nos determina que façamos a comunicação de que foram declaradas imprestáveis no Brasil aquelas provas e, obviamente, o juízo sobre o uso daquela prova no país cabe ao país, conforme a soberania e a jurisdição, mas...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas isso está na decisão ou é da interpretação do DRCI?

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Não, a gente, exatamente, manda a cópia integral da decisão, e a decisão normalmente vem nesses termos: foram declaradas imprestáveis no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E se vem um pedido, por exemplo, lá... Vamos tirar o Peru da questão do delator, né, porque a prova utilizada é com o delator. Mas, se vem um pedido lá da Colômbia para ouvir um delator aqui no Brasil da Odebrecht, isso tem sido tramitado ou não?

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Todas as provas que estão relacionadas à Odebrecht e aos dois sistemas de acordo de leniência de qualquer país, independentemente – não é só o Peru –, a gente toma essa cautela de questionar a autoridade requerente do outro país sobre se teve uso anterior, que são exatamente os termos da decisão.

Se teve uso anterior, a gente não pode cooperar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas na decisão consta isto: que, se teve uso anterior, não pode cooperar?

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – A 43.007; esse é o dispositivo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Para mim, causa uma espécie de... Desculpe aqui, Presidente Hiran, porque o Brasil, pelo que a gente vê em todos esses tratados – inclusive a Convenção da ONU para combate à corrupção, dita a Convenção de Mérida –, e nos tratados bilaterais que o Brasil celebra, todos eles fomentam a mais ampla cooperação com os países para fins de realização da Justiça Criminal, inclusive cooperação para a utilização de provas. E o Brasil fez isso muito bem na época da Operação Lava Jato, compartilhando essas provas. E agora, a gente tem uma situação em que eu dou razão aqui ao título da matéria da nota do Transparência Internacional: "Caso Odebrecht: depois de exportar corrupção, agora o Brasil exporta impunidade".

Então, Senador Girão, não é só anular provas no Brasil, mas querer pôr o entendimento de invalidação de provas para a jurisdição de outros países e negando cooperação com esses países, quando o caso tem provas que foram compartilhadas.

A gente chegou em um nível moral de deterioração... A Nadine Heredia, a quem foi conferido o asilo aqui no...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Avião...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Deve estar rindo, deve estar rindo... No avião da FAB, deve estar rindo, porque a proteção é total.

A indagação que faço: a extradição está passando hoje pelo DRCI, pelo setor de V. Exa.?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – É pelo DRCI, é outra coordenação, mas é pelo DRCI.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu li aqui, Dr. Paulo, que V. Sa. é Coordenador-Geral de Extradições e Transferência de Pessoas Condenadas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não, eu fui anteriormente, foi um posto anterior.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, tá, porque no currículo que me passaram... Então, falta atualizar, porque...

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Antes... Lamento, mas é um posto anterior.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, a extradição não está com o DRCI ou não está na responsabilidade de V. Exa.?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Está, está sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, eu queria esclarecimentos também sobre esse procedimento, se houve um pedido de extradição feito em relação à Nadine Heredia pelas autoridades peruanas e em que situação se encontra.

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Pedido de extradição das autoridades peruanas sobre a Nadine Heredia?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso, isso, isso.

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Olha, eu confesso para o senhor que eu não tenho conhecimento de esse pedido ter chegado.

Eu saberia, eu tenho impressão, mas eu gostaria de verificar para eu não dar uma informação imprecisa para o senhor, mas eu não tenho conhecimento de um pedido do Peru de extradição da Nadine. Se o senhor me permitir, eu posso até tentar fazer uma verificação agora, mas, assim, de cabeça, eu não sei se houve o pedido.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Essa concessão do asilo pelas autoridades brasileiras passou, passa pelo DRCI?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não passa pelo DRCI, apesar de ter influência, como o senhor sabe, num eventual processo de extradição, que inclusive teria sua tramitação suspensa pelo Supremo, enquanto a condição de asilo permanecesse.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Consta igualmente aqui, nessas matérias jornalísticas que têm sido divulgadas, a informação de que...

Matéria da *Folha:* "Adversários da Lava Jato comemoram o fim de cooperação com o Peru em casos da Odebrecht". E aí tem a referência aqui de uma comemoração feita pelo Marco Aurélio de Carvalho, que é Advogado Coordenador do Grupo Perrogativas.

Ele tem gestionado no DRCI sobre esses temas?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não, nunca fui procurado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Com o Secretário Nacional de Justiça?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não que eu saiba, também não posso dizer ao senhor, mas eu não conheço esse advogado e também nunca...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A suspensão da cooperação envolve apenas o caso Odebrecht ou envolve também outras cooperações com o Peru?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não, só o caso Odebrecht, só com relação às ações derivadas da operação Lava Jato, inclusive. Não só a Odebrecht, a Odebrecht casada com...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E é só o Peru ou tem outros países, igualmente, envolvendo a questão da Odebrecht?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não, só o Peru. Inclusive, essa quebra dos termos de compromisso só se verificou com o Peru. Parece que 20 outros estados em que foram promovidas ações de cooperação, no caso Odebrecht, não foram...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas eu pediria para o senhor ser mais específico, a quebra de compromisso, por qual motivo? Porque utilizou provas contra os colaboradores? Ou quebra de compromisso porque utilizou provas que foram declaradas ilícitas pelo Ministro Dias Toffoli?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Segundo o MP, as duas primeiras hipóteses: quebra de compromisso de usar contra o próprio colaborador, até com prisão do colaborador por fatos relatados por ele, pelo colaborador, e também pelo princípio da especialidade de abrir uma outra utilização que não aquela ação originária do pedido de cooperação, esses dois casos especificamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nos atos do DRCI não consta também suspensão por conta de utilização das provas declaradas ilícitas pelo Ministro Dias Toffoli?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Na decisão menciona a impossibilidade... Na decisão menciona a Reclamação 43.007 – na decisão –, mas no sentido de que o uso daquelas provas que teria sido revelado inviabilizava, como ele disse por conta da decisão, novos pedidos de cooperação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Quantos pedidos o DRCI já recebeu no sentido oposto, vamos dizer assim: um outro país comunicando ao DRCI que uma prova anteriormente compartilhada não poderia ser utilizada no Brasil?

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Eu não tenho registro disso...

O SR. RODRIGO DE BRITO CARNEVALE – Eu não me recordo de nenhum caso contrário.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É até uma pergunta meio retórica, porque realmente é inusitado algo dessa espécie. O Brasil nunca recebeu uma comunicação de outro país dizendo: "olha, não pode utilizar essa prova que a gente compartilhou antes porque a gente declarou inválida". Então, é uma jabuticaba brasileira que faz o Brasil passar vergonha aos olhos da comunidade internacional.

Mas, assim, o esclarecimento principal que gostaria de fazer aqui, Dr. Hiran, é em relação ao que foi feito pelo DRCI, pelo que eu entendi, apenas reverberando a decisão, a meu ver, absolutamente equivocada, tomada pelo Ministro Dias Toffoli. Algum, Dr. Maurício... Dr. Paulo, algum espaço de autonomia no qual o DRCI tomou a iniciativa nesse assunto para impedir algum país de utilizar essas provas?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Não, decisões...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não? Então, me dou por satisfeito, Dr. Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Só para fazer, meu querido Presidente, Dr. Hiran, breves considerações. O Senador Sergio Moro, que é a nossa referência aqui, perguntou tudo o que tinha que perguntar.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o senhor por ter colocado em pauta esse requerimento, esta audiência pública é fundamental. Acho que daqui, Senador Sergio Moro, nós vamos ter que pedir algumas informações, requisitar.

E, como brasileiro – com todo o respeito aos senhores que cumprem um papel –, eu me sinto muito triste, vilipendiado com essa virada que o Brasil deu. Estava indo num caminho e o retrocesso no enfrentamento à corrupção, à impunidade... O Brasil ser vergonha internacional com esse tipo de postura.

E é o que a gente ouve. Nós estivemos juntos na Argentina, numa reunião com Presidentes de outros países – o Senador Sergio Moro liderou uma comitiva, eu estava junto... e a gente vê o Brasil dar passos atrás: mandar um avião da FAB buscar uma corrupta! E esse procedimento... A gente não vê em outros países esse tipo de coisa.

O pessoal tem pelo menos pudor, aqui nem pudor tem mais. É a JBS entrando aí, comprando tudo junto do Governo. E com essa revelação aqui... Eu também estou de queixo caído com esse compartilhamento. É uma jabuticaba do Brasil mesmo, até constrange.

Então, Sr. Presidente, eu acredito que nós temos um trabalho grande a fazer, um trabalho grande a desempenhar. Esses sinais trocados que nós estamos vendo, aí no país, voltando, e estatais... O senhor mesmo aprovou requerimentos aqui em relação aos casos dos Correios, e tudo dando prejuízo... Daqui a pouco, a gente pode ter aí outros escândalos de corrupção. Há os

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos do INSS, da roubalheira do INSS... Você vê todo tipo, vamos dizer, de DNA – porque já era para o Brasil ter virado a página – voltando à cena do crime.

Então, é conclusivo, respondeu a tudo. Eu agradeço por estar aqui, por ter respondido aos questionamentos do Senador Sergio Moro, que pediu esta sessão. Nós aprovamos por unanimidade, e a outros requerimentos de informação nós vamos ter que dar sequência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores, Senador Moro, Senador Girão.

Quero também agradecer aqui a presença e os esclarecimentos do Dr. Paulo Maurício Teixeira da Costa, pelo fato de ter atendido ao nosso convite rapidamente e por ter tentado aqui, dentro das suas atribuições legais, esclarecer as dúvidas do autor desse requerimento; e ao Dr. Delegado Carnevale também. Obrigado pela presença.

Nós temos muita preocupação com essas coisas que estão acontecendo na própria ENBPar... Eu até conversei hoje com o Ministro Jhonatan de Jesus, que já terminou uma auditoria nessa parte estatal, e a gente não consegue compreender por que nós pagamos um empréstimo de 50 anos para construir Itaipu, e hoje a gente está vendo muito dinheiro de Itaipu sendo gasto em COP, em convênio com prefeituras, em *shows*, e a nossa conta de luz não diminuiu. Será que não poderia ter diminuído, Senador Sergio Moro, se a gente utilizasse melhor esses recursos que são oriundos desse patrimônio, que é binacional, mas que é nosso também? Nós tivemos o cuidado, porque nós sabemos que, como Itaipu é binacional, teria que haver, através de uma ação do Supremo... Ela diz que Itaipu só pode ser fiscalizada por um comitê binacional, mas nós tomamos o cuidado de fiscalizar essa parte estatal, que é a ENBPar, que realmente tem utilizado muitos recursos... A COP, aliás, tem inclusive patrocínio dos Correios.

Não consigo entender, porque os Correios querem um empréstimo de R$20 bilhões para tentar equilibrar suas contas; uma instituição que é um monopólio e que tem uma capilaridade neste país e tem um patrimônio nosso, a Postalis, com problema. A gente precisa ter muito cuidado com isso, porque aqui a gente tem que proteger aquilo que sai do nosso bolso, que são

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nossos impostos, que têm que ser realmente utilizados com economicidade, eficiência e, além de tudo, transparência.

Parabéns pelo seu requerimento. Parabéns, Senador Sergio Moro; parabéns, Senador Girão.

Eu acho que o Senador Sergio Moro quer fazer alguma consideração.

Por favor.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Primeiro, eu agradeço a Presidência de V. Exa. por marcar esta audiência pública, também agradeço a presença aqui do nosso ilustre colega, sempre tão zeloso em relação à coisa pública, o Senador Eduardo Girão.

Eu só queria pedir ao Diretor do DRCI, se tiver a disponibilidade da cópia da decisão do DRCI que levou à suspensão do acordo de cooperação, se puder, para disponibilizar isso a esta CTFC, se estiver já presente aí – ou, se quiser, pode encaminhar depois oficialmente.

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Posso encaminhar depois para o gabinete de V. Exa., inclusive.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu gostaria. Eu pediria, então, esse encaminhamento.

O SR. PAULO MAURÍCIO TEIXEIRA DA COSTA – Está bom. Com certeza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E alertar... A gente gostaria que o DRCI se mantivesse à altura desses princípios que são maiores, de que a cooperação tem que ser a mais ampla possível, e não o contrário. E, quando o Brasil adota essa política, embora decorrente de uma determinação judicial, de fechar a cooperação em casos de corrupção, isso impacta a imagem e a credibilidade do Brasil enormemente, gerando também aquele efeito ricochete, porque, na medida em que nós fechamos as nossas portas, nós vamos encontrar portas fechadas lá fora.

Em um assunto tão sensível como esse – uma empresa brasileira subornando funcionários públicos estrangeiros –, a cooperação deveria ser a mais ampla possível, e não o contrário. O

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil não pode ser um paraíso para criminosos, sejam esses que são buscados por aviões da FAB, seja fechando a cooperação para esses casos específicos.

Então, eu apenas pediria a V. Sa. que encaminhasse a decisão para que nós possamos examiná-la com cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Uma boa tarde. Deus abençoe.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6274043569

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Dr. Hiran e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Marcos Rogério, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Augusta Brito e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Angelo Coronel e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PFS 2/2025, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Apurar possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em cumprimento ao Plano de Execução aprovado no relatório prévio apresentado à Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2025. **Participantes:** Muriel Carvalho Garcia Leal, Presidente da Associação dos Procuradores dos Correios - APECT; Heglehyschynton Valério Marçal, Ex-diretor Financeiro e Presidente Interino da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos durante a transição; e Marcos Sant'Aguida, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio de Janeiro – SINTECT-RJ. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Dr. Hiran

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9617242333

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9617242333

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Alan Rick, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Omar Aziz, Cid Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 6547, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e defesa por meio da internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nº 1 e 2 – CCT. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4501, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva à matéria. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei nº 2645, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 51, de 2025** que: "Requer a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, para prestar informações sobre os termos do Edital MS/SGTES Nº 10, de 5 de novembro de 2025, sobre as últimas provas de Título de Especialista

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Medicina de Família e Comunidade (TEMFC) e sobre as possíveis consequências relacionadas a assuntos correlatos à promoção de transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado com aditamento para converter a convocação em convite. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 52, de 2025** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria sobre o Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, que objetiva promover a transferência de médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 53, de 2025** que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir os critérios, fundamentos e impactos do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, envolvendo a intenção de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Mais Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil, bem como debater as consequências e aspectos práticos e legais para a continuidade do provimento médico na atenção primária e o impacto direto sobre a população atendida na ampla diversidade dos municípios brasileiros, no âmbito da concessão de Título de Especialista em Medicina da Família e Comunidade (TCMFC) por meio das avaliações promovidas pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 54, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministério das Saúde acerca do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, com o intuito de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª, 23ª e 24ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Bom, o item 3 da pauta, eu vou retirar de pauta de ofício, porque foi apresentada uma subemenda que deve ser analisada com mais vagar, e vamos deixar esse item já prepautado para a próxima reunião da nossa Comissão, que será na próxima semana, se Deus quiser.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2645, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria.*

Autoria do Projeto: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.)

E vou passar direto para os requerimentos.

Nós temos aqui o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 51, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a convocação do Exmo. Sr. Alexandre Padilha, Ministro da Saúde, para prestar informações sobre os termos do Edital MS/SGTES Nº 10, de 5 de novembro de 2025, sobre as últimas provas de Título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade (TEMFC) e sobre as possíveis consequências relacionadas a assuntos correlatos à promoção de transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Boa tarde, Senador Moro. Você quer se manifestar a respeito desse requerimento, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Esse requerimento é o seguinte: o Ministério da Saúde está migrando os médicos que são contratados no Programa Médicos pelo Brasil, que é um contrato CLT, para o Programa Mais Médicos para o Brasil, que é um programa de bolsas, tornando essa relação de trabalho ainda mais precária possível.

Então eu chamei, eu estou convocando aqui o Ministro Alexandre Padilha para explicar a razão dessa migração e manifestar a nossa preocupação com essa questão, porque o Mais Médicos, inclusive, autoriza médicos que são formados no exterior para praticarem medicina no nosso país por quatro anos, sem passarem pelo Revalida e sem CRM, enquanto no Médicos pelo Brasil, todos os médicos do Programa Médicos pelo Brasil têm CRM, têm registro nos conselhos respectivos dos seus estados e têm uma relação de trabalho muito mais segura com o Ministério da Saúde.

Por isso, a minha preocupação. Por isso, a convocação do Ministro Alexandre Padilha.

Se V. Exa. quiser fazer alguma manifestação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Não, endosso o requerimento.

Voto pela aprovação.

É oportuno aí colher esclarecimentos. E isso até nos espanta, porque o PT, normalmente, é um daqueles que sempre critica a precarização de relações de trabalho e, tratando-se aí de profissionais de medicina, ter uma relação mais segura, uma relação que respeite ali os seus atributos técnicos, me parece muito mais valioso, até porque acaba refletindo numa prestação de serviço de maior qualidade.

É claro que muitos médicos vão desempenhar o seu trabalho independentemente da natureza da relação de trabalho, pensando no paciente, mas acho que merecem um tratamento digno.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só quero endossar esse requerimento efetuado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Moro.

O Líder do Governo, nosso amigo Senador Jaques Wagner, pediu pela possibilidade de se transformar essa convocação em convite e eu coloquei ao Senador que a importância de termos a presença do Ministro Alexandre Padilha aqui na nossa Comissão na próxima semana dá-se pelo fato de que a data dessa migração seria 14 de dezembro.

De forma que nós precisamos ter tempo para deliberar, para discutir e coloquei para o Líder Jaques que eu posso, inclusive... Nós vamos aprovar esse requerimento, sem dúvida, mas eu posso, de ofício, depois, transformá-la em convite, mas desde que haja um compromisso do Ministro de ele estar presente aqui na nossa próxima reunião da próxima semana.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 52, DE 2025

- Não terminativo -

Requer ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria sobre o Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, que objetiva promover a transferência de médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de minha autoria. E esse requerimento, Senador Moro, é pela mesma razão: pedimos uma avaliação do TCU sobre esse Edital de nº 10, de 5 de novembro de 2025, que trata dessa transferência dos Médicos pelo Brasil para o Programa Mais Médicos.

Em discussão... Pois não. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 53, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os critérios, fundamentos e impactos do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, envolvendo a intenção de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Mais Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil, bem como debater as consequências e aspectos práticos e legais para a continuidade do provimento médico na atenção primária e o impacto direto sobre a população atendida na ampla diversidade dos municípios brasileiros, no âmbito da concessão de Título de Especialista em Medicina da Família e Comunidade (TCMFC) por meio das avaliações promovidas pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC).

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

É de minha autoria também, porque a razão disso é que houve uma mudança importante na formatação desse concurso para título de especialista, Senador Moro, o que causou muita

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estranheza para o movimento médico – para nós também –, e houve uma reprovação em massa desses alunos por conta de mudanças de critério que nós acreditamos que foi algo que precisa ser bem esclarecido. Qual a finalidade disso? Porque pegou os médicos do Programa Médicos pelo Brasil de surpresa e, em média, o índice de reprovação que ia de 20%, 21%, aumentou para 70%, de forma que essa é a razão por que nós estamos aqui apresentando esse requerimento.

Em discussão.

Aqueles Senadores que queiram discutir, que se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 54, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 102-A, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministério das Saúde acerca do Chamamento Público constante do Edital MS/SGTES nº 10, de 5 de novembro de 2025, com o intuito de promover a transferência dos médicos bolsistas ativos no âmbito do Programa Médicos pelo Brasil - PMpB para o projeto Mais Médicos para o Brasil.

Autoria: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

É de minha autoria.

As razões são as explicitadas aqui anteriormente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Senador Moro, senhoras e senhores, nós estamos aguardando a Senadora Mara Gabrilli, que está a caminho e deve chegar dentro em breve aqui para relatar o item 2 da pauta.

Passo a palavra ao Senador Moro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Eu vou passar agora para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4501, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas ultraprocessados e uso de frituras e gordura trans em escolas públicas e privadas, em âmbito nacional.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli, por favor, que vai participar remotamente da nossa reunião.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente Hiran.

Boa tarde a todos e a todas, Senadoras e Senadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço licença, Presidente, para poder ir direto à leitura da análise do PL 4.501, de 2020, de autoria do Senador Jaques Wagner.

Análise.

Conforme o inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é da competência legislativa concorrente de União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico já vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os art. 236 a 238 do Risf, além de ter sido distribuída às Comissões competentes, conforme citado.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No tocante ao mérito da proposta, o projeto de lei aperfeiçoa os dispositivos protetivos do consumidor no que se refere ao consumo de produtos ultraprocessados, fritos ou com gorduras trans em escolas, bem como está em harmonia com as disposições constantes do Código de Defesa do Consumidor.

A proposição legislativa está em consonância com a Política Nacional de Relações de Consumo, que tem por objetivo o respeito à saúde, bem como a transparência e a harmonia das relações de consumo.

Além disso, é direito básico do consumidor, sobretudo daqueles mais vulneráveis, como são as crianças e os adolescentes, a proteção da saúde contra os riscos provocados por práticas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no fornecimento de produtos nocivos, inclusive aqueles ultraprocessados, gordurosos e fritos, que estão associados, por meio de inúmeros estudos médicos e científicos, a diversos problemas de saúde, como obesidade, problemas cardíacos e colesterol alto.

Nesse sentido, recebemos carta, com manifestação favorável à aprovação da matéria, emitida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que, embasada pela estratégia global de nutrição de 2020 a 2030, defende e apoia políticas que protegem as crianças de práticas nocivas de comercialização de alimentos e que promovem escolhas alimentares nutritivas, seguras, acessíveis e sustentáveis, preconizando o melhor interesse das crianças. A Unicef, inclusive, aponta que as crianças em situação de maior vulnerabilidade são mais afetadas pela má nutrição e, por isso, precisam dessas políticas públicas protetivas para cumprirem com seus direitos referentes à alimentação adequada, à saúde e à vida.

Cumpre destacar que, no Brasil, o direito do consumidor e as normas da Anvisa garantem que os rótulos de alimentos forneçam informações claras, de maneira ostensiva e adequada, sobre produtos potencialmente nocivos, como aqueles com alto teor de açúcares, gorduras saturadas e sódio.

Diante disso, no ambiente escolar, que tem caráter educativo, que exerce papel central na promoção da alimentação adequada e saudável e que pode contribuir para estabelecer escolhas e hábitos nutricionais benéficos para os estudantes, os produtos que apresentam alto grau de nocividade à saúde não devem ser colocados no mercado de consumo. Por esse motivo, o projeto de lei proíbe a comercialização, no ambiente escolar, de alimentos e bebidas ultraprocessados.

O projeto de lei em exame propõe uma definição de alimentos ultraprocessados que se encontra, em linhas gerais, em concordância com a classificação de grupos alimentares proposta pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens), conhecida como Nova, a qual é reconhecida internacionalmente, e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2014.

A classificação Nova foi umas das pioneiras a subdividir os alimentos em quatro grupos (*in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, alimentos processados e alimentos ou bebidas ultraprocessados) e permitiu a realização de estudos científicos sobre os impactos de cada um desses grupos de alimentos sobre a saúde humana.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, de acordo com informações colhidas no *site* do Nupens, desde 2009, os estudos publicados em revistas científicas indicam que o consumo de alimentos que se enquadram na classificação de alimentos ultraprocessados, ainda que contenham o mesmo número de calorias e macronutrientes, têm impacto negativo sobre a saúde dos indivíduos e estariam associados ao ganho de peso.

O Guia Alimentar para a População Brasileira também orienta a população em relação ao consumo de diferentes tipos de alimentos, com destaque para a recomendação de evitar os alimentos ultraprocessados: I) alimentos *in natura* e minimamente processados: base para uma alimentação saudável; II) óleos, gorduras, sal e açúcar: utilizar em pequenas quantidades; III) alimentos processados: limitar o consumo; IV) alimentos ultraprocessados: evitar o consumo.

A classificação do termo "alimentos ultraprocessados" é bem consolidada na comunidade científica, e, embora abranja uma ampla gama de produtos, eles possuem características em comum. Além disso, as recomendações dos órgãos de saúde e da comunidade científica apontam que o consumo de alimentos ultraprocessados deve ser reduzido. Dessa forma, o projeto de lei em exame é importante medida para a prevenção e tratamento da obesidade infantil e para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis que vão ser seguidos pelos alunos durante toda a vida.

Também gostaríamos de registrar que a preocupação com a promoção de uma alimentação saudável em escolas já resultou na aprovação de leis municipais e de lei distrital que buscam promovê-la ou restringir a comercialização de alimentos ultraprocessados em ambiente escolar. Citamos como exemplos a Lei nº 7.987, de 11 de julho de 2023, do Município do Rio de Janeiro; a Lei nº 14.249, de 8 de dezembro de 2006, do Município de São Paulo; e a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, do Distrito Federal.

Assim, a aprovação deste projeto de lei teria o condão de aperfeiçoar e ampliar para todo o território nacional iniciativas já exitosas para a promoção de boas práticas de alimentação na escola, promovendo hábitos saudáveis que, esperamos, serão levados para fora dos muros escolares e perdurarão por toda a vida. Promover hábitos saudáveis também é educar e ainda reduzir as pressões sobre os sistemas públicos e privados de saúde.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após diálogo e recebimento de contribuições de diversas organizações da sociedade civil, às quais agradecemos profundamente o apoio, e também o trabalho em consenso com o Executivo, propomos, ao final, uma emenda substitutiva que aprimora as disposições do projeto de lei, delimitando o escopo de aplicação (art. 1º); estabelecendo os princípios para a promoção de práticas de alimentação adequada nas escolas de ensino infantil e fundamental (art. 2º); conceituando os diferentes tipos de alimentos (art. 3º); relacionando os alimentos cuja distribuição deve ser priorizada, incluindo alimentos que valorizem a cultura alimentar local (arts. 4º e 5º); apresentando um rol exaustivo dos alimentos cuja distribuição é vedada (art. 6º); determinando a necessidade de obtenção de alvarás sanitários para o funcionamento de estabelecimentos comerciais em ambiente escolar (art. 7º); estabelecendo regras de informação e transparência (arts. 8º e 9º); dispondo sobre fiscalização e penalidades aplicáveis em caso de descumprimento da lei (arts. 10 e 11); e prevendo um prazo de doze meses para adaptação dos estabelecimentos às regras que propomos aprovar.

Em relação à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Jaime Bagattoli, a quem agradecemos as contribuições trazidas, a importante colaboração e a sensibilidade, a acatamos parcialmente em nosso substitutivo. A emenda propõe, entre outras providências, delimitar como escopo da proposição as cantinas das unidades escolares de ensino infantil e fundamental, das redes pública e privada, em âmbito nacional, medida que propomos acatar, por entendermos que essa é a idade crítica para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e a prevenção à obesidade na vida adulta.

Agora, vou ao voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.501, de 2020, e pelo acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do substitutivo que apresentamos.

Estamos todos muito felizes com a apresentação deste relatório e com a presença maciça aqui na reunião da CTFC de organizações que nos ajudaram a construí-lo. Então, eu quero agradecer a presença do Unicef, do Idec, da Universidade Federal de Minas Gerais, da UFPR, do Nupens da USP, da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, da Abeso, a ACT, a UFF, a Uerj, a UFRJ, a Ufal, o CFM, a Abrasco, a Sociedade Brasileira de Diabetes, o IBfan, a Asbram, assim como o Ministério da Saúde e o Ministério de Desenvolvimento Social. Muito obrigada a todas e

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a todos pela presença hoje aqui e por todo o empenho em tentar melhorar a qualidade de vida das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Agradeço ao nosso Presidente.

E lembro algo muito triste: infelizmente a obesidade ultrapassou a fome. E não que a fome tenha diminuído, mas infelizmente foi a obesidade que aumentou e conseguiu ultrapassar os índices de fome. E a gente não pode deixar que isso permaneça na alimentação das nossas crianças e adolescentes.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Parabéns, parabéns, Senadora Mara Gabrilli e Senador...

A matéria está em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, vou elogiar aqui enormemente o relatório que foi feito, o projeto. É evidente que todo mundo é favorável à alimentação saudável das crianças e dos adolescentes no ambiente escolar. Eu vou, no entanto, aqui com a vênia de todos, pedir vista, para que este assunto possa ser mais discutido. E houve um pedido aqui do Senador Seif para que houvesse essa discussão. Eu confesso também que, como municipalista e também em respeito à autonomia dos estados, eu fico um pouco preocupado com lei federal fazendo imposições relacionadas a escolas e a atribuições de outros municípios e estados, que podem ter suas próprias regras. Inclusive, vários já têm regras nesse sentido. Com a vênia da nossa Relatora e também aqui dos movimentos, vou pedir vista deste projeto.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu também quero... Desculpe.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – As pessoas podem também optar pela alimentação saudável, independentemente da legislação. A gente tem que discutir questões relacionadas a este projeto aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Como há pedido de vista, resta-me aqui também elogiar a iniciativa da Senadora Mara Gabrilli, e eu espero que, o mais rápido possível, nós tenhamos aí uma discussão mais aprofundada, em relação inclusive ao requerimento que não foi apreciado do nosso querido Senador Jorge Seif. E eu me proponho a colocar em pauta novamente este projeto para que nós possamos votar, porque realmente obesidade, hipertensão, diabetes são causas de muito dispêndio de recursos do Sistema Único de Saúde.

Eu acho que a Senadora quer se manifestar. Alô? Pois não, Senadora, pois não.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Agradeço a contribuição do Senador Sergio Moro, mas eu queria lembrar, Presidente, que já foi concedida vista coletiva deste projeto em 13/11/2024. A gente passou um ano fazendo a discussão deste projeto, totalmente abertos para receber toda a preocupação de todos os Senadores.

Só lembro que é uma matéria urgente, que é uma matéria que foi extremamente discutida e de que já foi pedida vista. É claro que o Senador tem todo o seu direito de pedir, mas eu queria fazer este comentário de que já foi pedida vista coletiva e de que já foi exaurida a discussão de tal forma que eu podia até citar todas as organizações, inclusive muitas delas estão aí, que participaram dessa discussão, para a gente eliminar todas as dúvidas e inseguranças que o projeto poderia trazer. Então, eu só queria fazer este comentário, porque, depois de um ano que foi concedida a vista, eu fico até um pouco chateada por não poder dar continuidade, terminar, no momento em que estamos passando por uma situação muito difícil de saúde das nossas crianças e dos nossos jovens e, por consequência, também dos nossos adultos, que são os consumidores do que a gente está falando. Eles não têm o poder de decisão, já que estão dentro da escola e, por mais que uma família possa ensiná-los (*Falha no áudio.*)...

Que esta discussão possa continuar na Comissão de Educação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querida Senadora Mara Gabrilli, como V. Exa. apresentou outro relatório e alterou o relatório de 2024, é pertinente o pedido de vista, mas quero dizer a V. Exa. que já deixo agendada a votação deste projeto para a próxima quarta-feira. Nós não estamos aqui para atrasar um projeto importante para o país, nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecemos a importância, mas é regimental, e tenho que respeitar o Regimento. Quero parabenizar V. Exa., mas quarta-feira será o primeiro item da pauta.

E também, antes de encerrar, informo que o Líder Jaques Wagner me informou – e o Ministro Padilha também me ligou dizendo – que o Ministro estaria aqui disponível no próximo dia 17, para prestar informação sobre o Edital nº 10 do Ministério da Saúde, da Sgtes, de forma que, como falei anteriormente, se houvesse uma manifestação do Ministro ou do Líder do Governo aqui, a gente transformaria essa convocação em convite, o que estou fazendo aqui de ofício.

Não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5699450249

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e trinta e dois minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Damares Alves, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Beto Faro, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 35/2025 - CDH, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros., REQ 35/2024 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 3/2025 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros. Finalidade: Discutir os passos para o fortalecimento das políticas públicas de combate ao tráfico humano, por meio de apoio internacional. Participantes: Stella Fátima Scampini, Procuradora Regional da República - 3ª região. Coordenadora da UNTC/MPF Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes (UNTC); Tim Ballard, Fundador da Operation Underground Railroad – OUR; e Lidiane Pacheco, Jornalista. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/20

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Sob a proteção de Deus, a audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento 35, de 2025, da CDH, de autoria do Senador Jorge Seif, para discutir os passos para o fortalecimento das políticas públicas de combate ao tráfico humano, por meio de apoio internacional.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, quem quiser participar enviando sugestões e perguntas, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Esta reunião também está sendo transmitida ao vivo no YouTube do Senado Federal.

Quero agradecer imensamente à Senadora Damares, que é a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, por ter atendido o nosso pedido nesse tema, no qual a senhora é uma *expert*, a senhora viu de perto e sempre foi uma mulher guerreira e combativa, inclusive colocando a sua vida em risco devido às quadrilhas e traficantes que atuam, que, neste momento enquanto nós estamos aqui, estão sequestrando crianças brasileiras para, especialmente, escravidão sexual, quando não para retirada de órgãos ou todo tipo de crimes bárbaros que são cometidos contra os cidadãos brasileiros e sul-americanos em sua maioria.

Sras. e Srs. Senadores e Senadoras e ilustres convidados, nos reunimos aqui com urgência e responsabilidade nesta audiência pública, ecoando a impactante história de combate ao tráfico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humano do filme Som da Liberdade. A presença de Tim Ballard, sua inspiração, conecta a ficção à dura realidade global. O filme expôs a cruel exploração humana, especialmente de crianças.

Os números da ONU são alarmantes: milhões de vítimas anuais, um crime transnacional bilionário com diversas formas de exploração. No Brasil, a UNODC aponta o país como origem, trânsito e destino de vítimas. Vulnerabilidade social e desigualdade facilitam o aliciamento e a exploração, sendo a exploração sexual infantil uma face particularmente grave.

Esta audiência, Senadora Damares, é crucial para fortalecer as políticas de combate ao tráfico no Brasil, com apoio internacional. A troca de experiências é vital para aprimorar nossas ações preventivas, focando nas raízes do problema e protegendo os mais vulneráveis. Urge, Deputada Bia Kicis, aprimorar leis, fortalecer a segurança e garantir apoio integral às vítimas.

Acreditamos que, inspirados pela coragem e determinação de pessoas como o Sr. Tim Ballard, cuja vivência impulsionou a narrativa de Som da Liberdade e nos motiva nessa causa, e com o engajamento de todos os atores da sociedade, aqui representados por Lidiane Pacheco, jornalista, que traz a luz da informação sobre essa problemática, e também a Sra. Stella Fátima Scampini, Procuradora Regional da República da 3ª Região e coordenadora da UNTC do MPF, Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes, essencial na articulação contra o tráfico internacional, poderemos avançar significativamente no enfrentamento desse crime abjeto.

Que esta audiência, Senadora Damares, seja um marco no fortalecimento de políticas públicas eficazes, capazes de libertar e proteger vidas de milhões de brasileiros, ecoando um som da liberdade para cada vez mais pessoas.

Muito obrigado.

Eu convido, neste momento, para compor a nossa mesa de debates, a Jornalista Lidiane Pacheco, cidadã brasileira e americana, que veio, se deslocou até aqui para contribuição nessa pauta e, preciso fazer as devidas honras, foi a minha assistente internacional para viabilizar a presença do Tim Ballard aqui. Quero agradecer de público à Lidiane pelo trabalho, pelo carinho, pelo empenho, foi lutado, foi trabalhado, foi conversado, Damares de um lado, Tim de outro, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no meio. Então, obrigado, Lili, por você estar aqui, por fazer parte desta audiência. Eu te convido para fazer parte da mesa. (*Palmas.*)

Quero convidar também o Sr. Tim Ballard, da fundação Operation Underground Railroad (OUR).

Por favor, Sr. Tim. (*Palmas.*)

E, de forma remota, quero agradecer também a presença da Dra. Stella Fátima Scampini, Procuradora Regional da República, que também vai participar conosco via videoconferência.

É muito papel, gente.

Bom, eu passo a palavra para a Sra. Lidiane Pacheco, para suas contribuições. E a senhora tem, Lidiane, 15 minutos para sua fala, o.k.? O cronômetro está ali.

A SRA. LIDIANE PACHECO (Para expor.) – Na verdade, Senador, eu não preciso de tudo isso. Eu gostaria de doar o meu tempo para o Tim, porque eu estou até ansiosa para ouvir o que o Tim também tem a dizer aqui. Mas eu gostaria, sim, de dizer aqui algumas palavras para as pessoas que estão presenciando esta Comissão, para os Srs. Senadores, para os nossos Deputados Federais aqui e todas as pessoas que trabalham nesta Casa.

Vocês são heróis na vida real, e hoje eu só tenho a agradecer. É a única coisa que eu queria dizer: eu queria agradecer pela oportunidade de ajudar o meu país, apesar de ser cidadã americana também, morar nos Estados Unidos há 11 anos, o Brasil é o meu país, eu amo este país e para mim é uma honra ter oportunidade de lutar pelo Brasil, mesmo de fora, e lutar pelas crianças brasileiras.

Senador, foi também uma honra poder assisti-lo, poder auxiliá-lo no exterior. Como sempre, os Senadores e os Deputados em missões internacionais contam com a minha ajuda, me dão essa oportunidade, como aqui a nossa querida Deputada Bia Kicis, que, além de ser uma Deputada exemplar, maravilhosa, é minha amiga, mora no meu coração. Eu vejo o trabalho que os senhores fazem. Os senhores são constantemente atacados, processados, malfalados, desonrados e, mesmo assim, os senhores estão na linha de frente dessa batalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a única coisa, a única barreira impedindo a tirania de chegar ao povo hoje são os agentes deste Congresso, do Senado Federal, do Congresso Nacional, que estão protegendo o povo, isso incluindo também as crianças. Então, Senador Jorge Seif, Senadora Damares, parabéns pela coragem de presidirem uma audiência como esta, de lutarem contra monstros, contra monstros que atentam contra a vida das crianças do Brasil. Parabéns por isso, vocês podem contar comigo. Parabéns também ao Tim Ballard e à equipe da Tim Ballard Foundation.

Aqui também estão Matt Cooper e o Matthew Fenton, que vieram dos Estados Unidos, do Estado de Utah, para, aqui neste Senado, nesta Casa, dizerem ao Brasil que a nossa lei precisa mudar para que outras pessoas possam vir aqui e salvar, resgatar crianças. É muito honroso isso o que os senhores estão fazendo. São homens preocupados com os mais vulneráveis e dispostos a encararem outros homens que fazem maldades.

Também queria aqui agradecer a presença do Deputado Gustavo Gayer que, dessa mesma forma, luta na educação e em diversos outros *fronts* para proteger as crianças no Brasil, para proteger os amantes da liberdade, os conservadores no Brasil. Nós somos extremamente gratos. É uma honra também, Deputado, ter a sua amizade e ter a sua presença aqui.

Senador, mais uma vez, parabéns ao senhor e também ao Rafael. Gostaria aqui de agradecer ao Rafael, chefe de gabinete do Senador Jorge Seif, que trabalhou tanto para que esta audiência acontecesse.

Se me permitem, uma palavra final, esta audiência é só o começo, é só o começo de uma missão que será executada até o fim para que a Tim Ballard Foundation, junto com os agentes públicos do Brasil, consigam resgatar crianças tanto no Marajó quanto em outros lugares.

É isso. Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Lidiane.

Eu queria aproveitar que ela foi econômica com as palavras. Eu fiz, Tim, um apanhado de alguns números oficiais para todos vocês que estão nos acompanhando de casa, que estão nos acompanhando pelo YouTube ou que estão nos acompanhando aqui presencialmente entendam o tamanho do problema, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tráfico de pessoas é uma chaga global que atinge milhões de vítimas, sendo crianças e adolescentes os mais vulneráveis. Os números no Brasil são alarmantes. Olha isso, Senadora Damares. Em 2023, foram registrados mais de 80 mil casos de desaparecimentos – 80 mil casos, poderia ser a minha filha, o meu filho ou o filho de quem está nos assistindo de qualquer parte do Brasil. Imagine o seu filho desaparecer, a sua filha desaparecer. Não tem investigações. São quadrilhas que trabalham para roubar crianças, para usar o corpo dessas crianças, para tirar órgãos dessas crianças.

Então, este Senado, este Congresso Nacional, precisam se debruçar de forma séria e de forma prioritária para defender, para que números como esse, 80 mil desaparecimentos, não prossigam nos anos seguintes. A nossa meta é zerar esse número, apesar de ser muito difícil. Mas se as autoridades nacionais e internacionais, Senadores, Deputados, o Ministério Público, as forças policiais, as Forças Armadas brasileiras... Se nós nos dermos as mãos, nenhuma mãe vai chorar mais no Brasil.

Você tinha um vídeo para passar, Lidiane?

A SRA. LIDIANE PACHECO (*Fora do microfone*.) – Sim, nós temos um vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Espere aí.

Vá.

A SRA. LIDIANE PACHECO – Pronto. Sim, nós temos um vídeo. Se com a equipe de produção o vídeo já estiver o.k., nós gostaríamos de passá-lo aqui. Está o.k., gente? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, quando nós vemos vídeos como esse, que nos chocam ainda mais, eles alertam para a necessidade de políticas públicas mais efetivas.

Conto para vocês rapidamente, Senadora Damares, que eu estive no CPAC, em Washington, quando eu tive a oportunidade de ser apresentado para o Tim, pela Lidiane, e ali conversamos. Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabia que ele era o autor intelectual que conta a história de Som da Liberdade, então, iniciamos todas as tratativas.

Hoje é um dia de muitas palestras e Comissões no Senado e na Câmara, e eu quero agradecer algumas autoridades e inclusive dar oportunidade de fala, rapidamente, aproveitando.

Quero agradecer ao meu amigo Deputado Federal Gustavo Gayer pela presença, por nos prestigiar; à Deputada Bia Kicis, a quem também já cumprimentei – obrigado, Bia –; à ex-Ministra dos Direitos Humanos, Cristiane Britto, nossa querida amiga também militante nessa área; e à Deputada Federal Coronel Fernanda, que também prestigia esta audiência.

Deputado Gustavo Gayer, o senhor gostaria de fazer alguma contribuição?

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO. Para interpelar.) – Senador Seif, é um prazer vê-lo novamente. Quero parabenizá-lo por este evento, por esta audiência, para a gente poder falar sobre esse assunto de extrema relevância; Lili, nossa amiga, nossa representante de assuntos brasileiros lá nos Estados Unidos e no mundo inteiro, que nos ajuda a articular com o mundo inteiro hoje – ela é uma espécie de assessora internacional da direita brasileira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO) – É 0800, de forma voluntária e, muitas vezes, gastando o próprio dinheiro para poder nos ajudar.

É um prazer muito grande participar desta audiência. Hoje o dia está sendo bem corrido, mas, quando chegou ao meu conhecimento que esta audiência aconteceria, eu fiz questão de parar tudo o que eu estava fazendo para vir aqui e conhecer pessoalmente o nosso querido Tim Ballard.

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO. *Tradução simultânea.*) – Tim, eu acompanho o seu trabalho, que você começou em todo o mundo. Eu sei o tanto que foi difícil o seu esforço para mostrar o seu filme em todo o mundo, nas Nações Unidas. E como pode um tópico de tamanha relevância, envolvendo as nossas crianças, ter tido tantas pessoas lutando contra? Com o quê essas pessoas estavam lutando para impedir que você levasse essa mensagem adiante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se eu posso fazer uma pergunta, e eu tenho algumas perguntas para ele, mas eu cheguei à conclusão que, em todo mundo – eu sempre me pergunto –, sempre, de alguma forma, existe uma máfia, esses agentes diabólicos que cometem atos horríveis contra os nossos filhos, as nossas crianças. Eu não sei por que, mas, de alguma forma, eu percebo que isso tem sido apoiado pela esquerda, pelo movimento de esquerda; é apoiado e é ocultado pela esquerda, pelo movimento ideológico da esquerda.

No Reino Unido, há crianças que foram perseguidas. Eles ocultaram mais de 2 mil casos de estupro de crianças cometidos por imigrantes paquistaneses e fizeram de tudo para manter isso fora da consciência pública. Você poderia dizer por quê?

O SR. TIM BALLARD (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Bem, primeiramente, muito obrigado por tudo, Senador Seif e Senadora Damares, Senadores e Deputados. Essa é uma excelente pergunta. Sound of Freedom foi filmado cinco anos antes de vocês poderem vê-lo no cinema. Durante cinco anos, ninguém quis pegar esse filme, quis patrocinar esse filme. A Disney não quis nem chegar perto desse filme.

Tem duas respostas, uma mais profunda e uma mais superficial. Na superfície, é que existem mais de US$200 bilhões produzidos na compra e venda de crianças, de seres humanos em todo o mundo. A gente está falando de muitos clientes, e tem uma demanda que... A gente está falando de US$200 bilhões em todo o mundo. Essas pessoas estão escondidas e não querem essa discussão acontecendo por aí. E existe mesmo uma questão mais oculta, mais obscura.

No campo espiritual, eu vejo que existe uma discussão mais espiritual de que não existe nada que se assemelhe mais à presença ou à imagem de Deus do que as crianças. As crianças são criadas à imagem de Deus. Eu posso ver que o inferno, o Diabo está atrás desse movimento, e eles estão interessados em atacar as crianças, em atacar esse movimento. Eu acredito que existem pessoas que se abrem para aceitar que existe uma guerra espiritual, porque nós precisamos de Deus, nós precisamos de anjos e precisamos do apoio celestial. Existem pessoas que estão lutando a favor e existem pessoas que estão mais suscetíveis a se inclinarem mais para o lado obscuro, da obscuridade. Mas eu sei – eu tenho trabalhado por mais de 20 anos, eu já trabalhei disfarçado em mais de 20 países – que existe uma batalha de natureza espiritual. Se você não percebe, não entende esse mundo espiritual, você vai acabar no lado errado da história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para resumir, eu gostaria de ouvir também dos meus colegas: aqui no Brasil, sempre que nós buscamos lutar contra essa máfia da pedofilia, eles gostam de nos rotular como conspiracionistas, como loucos. Quando a Senadora Damares promoveu uma investigação sobre alguns relatos de pedofilia na Ilha de Marajó, toda a imprensa, a imprensa inteira veio atrás dela para atacá-la, e eu fico me perguntando por que isso ocorre. Quando nós buscamos avançar essa discussão, a imprensa e o movimento de esquerda nos rotulam como conspiracionistas, como loucos, pirados. Quando você vê algo tão irracional... Eu sei o que a Senadora Damares promoveu lá na Ilha de Marajó, e eles trataram de defini-lo como algo não real.

Nós conhecemos a sua história, ela ama lutar pelas crianças, porque ela faz parte dessa luta. Ela esteve lá para resgatar essas crianças, e eles diziam: "Não, a Polícia Federal não tem nenhum relatório das crianças?". Claro que não tem, porque eles não estão lá. Eles não vão receber nenhum relatório, nenhuma denúncia, porque eles não estão lá. E o que nós vimos aí nesse filme, nesse Sound of Freedom, foi que chegaram a sugerir que ela própria era uma traficante de criança. Eu recebi os mesmos ataques: eles tentaram me rotular como pedófilo, como traficante, porque você foi rotulada dessa forma.

Se você vir aqui o filme da minha esposa – eu gostaria de mostrar a vocês um filme aqui da minha esposa –, eles foram atrás para me atacar, para dizer coisas ruins sobre mim. Eles começaram a ligar para minha esposa, começaram a chamá-la de traficante de crianças. Nós temos nove filhos, temos dois filhos do Haiti, que nós resgatamos de traficantes lá do Haiti, porque minha esposa disse que nós tínhamos que adotar essas crianças. Esses são traficantes de crianças reais – de crianças –, e eles nos colocaram nessa lista, como se nós fôssemos um casal de traficantes. É isto: eles chamam o bom de mau e o mau de bom. Essas pessoas más fizeram isso.

Kely Suarez, a mulher traficante lá do Sound of Freedom, essa mulher, a modelo, eles a representaram e tentaram me processar, dizendo que eu era o traficante, que eu teria pagado para essas crianças estarem lá e que eu filmei tudo isso, na verdade, disfarçado. E vocês podem ir lá e identificar tudo isso. Estavam tentando me dizer que eu era o traficante de crianças, que eu era louco, e eu só posso dizer que, na verdade, o demônio é que controla essas pessoas, e isso é tudo que eu posso... É isso o que nós estamos enfrentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu reconheço lá em Marajó, por exemplo, que existia um bispo, o Bispo Azcona, e ele viu, porque ele estava lá, e ele recebeu ameaças de morte, e essas pessoas eram as que estavam dispostas a ir lá e dispostas a falar sobre isso. Começaram a chamá-lo de mentiroso, de louco, e o mesmo se disse à Senadora Damares, mas ela lutou e ela se contrapôs a esse ataque.

Se você quer resgatar crianças, a morte tem que ser o seu preço, porque eles nunca vão parar, eles nunca vão se deter. E, em algum momento, se você se detém, se você se contenta ou se você para de lutar... Se você receber algum processo ou algum tipo de ameaça, isso não fará sentença, porque o demônio não tem sentido, não é racional. Eu costumo falar que o demônio é burro. Você tem que se agarrar a Deus, que vai abrir o caminho, vai nos mostrar o caminho.

Este filme Hidden War, que vai sair, eu gostaria que viralizasse aqui no Brasil. Nós vamos contar uma história de uma luta espiritual em que Deus está por trás, está no comando. Hidden War começou em fevereiro de 2022 quando os russos invadiram a Ucrânia.

Se você entender que existem ali US$150 bilhões relacionados ao tráfico de crianças e mulheres... Como é que nós podemos pegar tantas crianças? Como eles estão vendendo tantas crianças? Eles vão para esses lugares mais vulneráveis, como a Ilha do Marajó e outros lugares mais vulneráveis, e eles vão atrás, eles sentem essas pessoas, eles vão atrás dos mais vulneráveis.

Em 2010, 2 mil pessoas morreram no Haiti, milhares de pessoas ficaram órfãs da noite para o dia, e os traficantes chegaram imediatamente. Nós chegamos, a guerra começou, e a mulher estava junto comigo, a mulher traficante e pedófila... Chegou até mim e falou: "Eu preciso que você vá para a Ucrânia". E eu disse: "Mas, Katherine, temos bombas caindo lá na Ucrânia". E ela estava chorando, ela não queria fazer isso, mas ela disse: "Você precisa ir para a Ucrânia". E ela estava ajudando na adoção de seis ou sete crianças, ela tem uma fundação que auxilia no processo de adoção de crianças e seis ou sete crianças estavam a caminho de casa, e a guerra havia acabado.

Vamos atrás dessas crianças. Existem bombas, mas você tem que ser bravo, tem que ir atrás. E nós pensamos nessa guerra espiritual e nós fomos para a Ucrânia. Enquanto estávamos lá, nós pudemos resgatar milhares de crianças, tirar da zona da guerra. Fomos e encontramos vários pedófilos e traficantes da Holanda, dos Países Baixos, e eles eram do PNVB, que é o partido da liberdade da... Estamos falando da liberdade de manter relações sexuais com crianças. Eles trazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes muito bonitinhos; esses presentes entregavam ali para recrutar as crianças. Eles estavam atrás de caridade, diversidade e liberdade, e eles queriam chamar essas crianças de pessoas que se sentem atraídas por crianças... Você não chama desse jeito, você tem que chamá-los de pedófilos. Esse é um alerta vermelho que nós temos que estabelecer para proteger as nossas crianças.

Aquele partido político foi desconstituído, mas eles foram processados em 2020. Em 2020, eles foram debandados, porque eles estavam ensinando as pessoas a estuprar crianças, basicamente. E do México: eles estavam recebendo essas crianças, querendo traficar essas crianças para o México. Nós fomos lá disfarçados, conseguimos divulgar tudo e começamos a receber ameaças de morte. Tudo isso nos levou a um hotel de exploração de crianças, parecido com aquele que nós vimos lá no Sound of Freedom, mas esse era no Equador. Nós fomos até lá e pudemos resgatar 244 crianças que estavam sendo preparadas para ir para esse hotel.

Como nós pudemos fazer isso? É o que nós queremos fazer aqui no Brasil. Cada caso é diferente, mas estamos falando de perícia digital, estamos falando de muito trabalho. Eu vou mostrar para vocês o fim do filme, logo em seguida, mas, antes disso, eu gostaria de falar um pouco a respeito da minha preocupação sobre o Brasil, e, vocês, Senadores e Deputados podem...

Uma coisa aconteceu na Argentina neste ano. Nós fomos para a Argentina em fevereiro deste ano. Para que vocês tenham uma ideia, nós ajudamos as Polícias Federal e estadual a resgatar mais de 20 crianças em operações muito bem-sucedidas enquanto estávamos por lá. Enquanto estávamos lá, nós descobrimos 200 outras crianças, mais de 200 outras crianças, crianças muito jovens – as menores eram de quatro, cinco anos de idade.

O Governo argentino não tinha o *software* para triangular digitalmente a localização das crianças. Então, nós prometemos a eles: "Nós vamos voltar". Então, eu voltei para os Estados Unidos com a minha equipe para buscar o *software* que eles precisavam, e nós voltamos para a Argentina. E nós queremos voltar sabem por quê?

Não, não, o filme da Argentina. Você tem que me ouvir.

Imaginem, eu nunca consegui voltar para a Argentina, e essas 200 crianças nós não conseguimos resgatá-las, porque a política entrou no caminho. Eu não sei o que aconteceu, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo. Eu comecei a ser chamado de pedófilo, de traficante. Mas isso é alguma coisa. E essa é uma lição aqui para o Brasil: não deixem isso acontecer aqui no Brasil. As crianças não pertencem a nenhum partido político. As crianças não têm partido político. E elas se perdem quando nós começamos a lutar como adultos, por isso ou por aquilo.

Eu não sei bem como funcionam as coisas aqui neste Brasil. Mil pessoas foram mandadas para prisão por algum motivo – por não usar batom, eu não sei, ou por usar um batom. Eu não gosto de partido político. Eu não gosto de partido político, porque eles entram no caminho e se tornam obstáculos das crianças. Eles colocaram mil pessoas na prisão, e eu não sei por quê.

Vocês sabem de quantos casos envolvendo crianças, tráfico de crianças, nós temos anúncios? Quantos novos casos de tráfico de crianças foram abertos? Duzentos e vinte milhões de pessoas no Brasil. Estamos falando de dez, apenas dez novos casos de tráfico de crianças foram abertos, no último ano. Milhares de pessoas foram para prisão. Eu não consigo entender aqui na minha racionalidade, mas por que nós não focamos aqui nas crianças? Por que nós não podemos deixar os partidos políticos de lado por um momento e nos concentrarmos nas crianças? Nós todos amamos as crianças. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos, nesse período, quantos casos foram abertos? Foram abertos milhares de casos; e, no Brasil, dez.

Tem uma série de ferramentas digitais no Brasil. Na Argentina, eu nunca consegui resolver isso. Eles começaram a utilizar o meu nome como futebol lá na Argentina, mas não deixem que isso ocorra aqui. Eles vão mentir sobre nós. Como fizeram com a Senadora Damares, eles fizeram isso contra mim. Inclusive, envolveram a minha esposa. Começaram a chamar a minha esposa de pedófila. E nós basicamente temos resgatado milhares de pessoas. E nós confiamos no poder dos céus e de Deus. Eu não gostaria que isso ocorresse aqui.

Eu gostaria de mostrar o que está acontecendo aqui no Brasil. Vocês vão ter que ouvir todo o documentário de Hidden War. Isso vai ser maior do que Sound of Freedom. Eu vou dar um *spoiler* para vocês. Se vocês não querem ver o fim do filme, não assistam, mas esse é um importante aspecto do fim da história. Eu vou dizer para vocês como Deus esteve envolvido.

A minha mulher me mandou para Ucrânia, porque Deus viu 220 crianças prestes a serem brutalmente atacadas a uma vila de Canoa. Essa ilha de Canoa me lembra a de Marajó. Deus viu essas crianças e falou para minha mulher: "Mande o seu marido para Ucrânia!", e todas as portas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se abriram. Acabou que nós conseguimos resgatar essas duzentas e poucas crianças, e eu fico muito emocionado envolvendo todas essas crianças. Estamos falando de milhares de crianças da Ucrânia, de centenas no Equador. E eu vou mostrar os últimos dois minutos desse filme, a última cena. Vocês vão ver uma criança segurando uma criança. E prestem atenção nisso! Vocês vão me ver a abraçando. Quando nós chegamos à Canoa, nessa ilha, nós tivemos que cuidar deles. Esses traficantes da Holanda estavam dando tudo para eles. Estavam dando alimentação, dando apoio para essas pessoas naquele local. E as famílias não sabiam que essas crianças estavam indo para casas de pedofilia.

Peço que você possa mostrar a imagem dessas quatro pessoas.

Então, nós fomos capazes de chegar até lá um pouco antes de eles lançarem essa iniciativa. Esses são os quatro fundadores do partido político. E foram pelo mundo inteiro para montar hotéis de pedofilia no México, no Equador. O milagre dessa operação é que, em quatro meses, nós fomos a seis países e nós podemos destruí-los como uma organização privada. Nós temos mais agilidade, nós podemos ser muito ágeis também aqui no Brasil, mas precisamos conversar rapidamente aqui, depois, aqui no Brasil. Precisamos saber um pouco sobre trabalho disfarçado no país. Se você não pode trabalhar disfarçado, você não consegue resgatar as crianças e não consegue descobrir as pessoas que estão por trás. Se você quiser investigar a Ilha de Marajó, precisamos trabalhar disfarçados naquele local. E ninguém quer falar sobre isso.

Eu espero que isso possa ser mudado e, no final, vocês vão perceber, aqui no final desse filme, essas coisas. Tudo isso já aconteceu nesses últimos dois minutos. Essas crianças da Ucrânia, que foram resgatadas lá da guerra, no fim serão mandadas para Canoa e eu estarei aí, abraçando essa mãe com a criança. Vocês me verão abraçando essa pequena criança. O nome dela é Leila e ela estava chorando. Eu me encontrei com ela em março de 2024, e essa operação foi em 2022. Depois, nós montamos um estádio de futebol. Esse jogador búlgaro é uma lenda do futebol e nós montamos um estádio com o nome dele. Essas crianças, uma vez que os pedófilos foram expulsos... Eu a vi lá, em março do ano passado. Nós tínhamos a cozinha para alimentar as crianças, e tinha uma criança cujo aniversário era naquele período. O nome dela era Leila e ela estava muito triste naquele local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui lá para fora e uma pessoa chegou para mim: "Essa pessoa disse que essa criança gostaria de celebrar o aniversário dela. Há seis dias, o pai dela foi morto, foi assassinado na frente dela, e ela testemunhou o assassinato do pai dela". Seis dias depois, ela estava lá, e eu comecei a chorar quando via tudo aquilo. Eu me senti muito impactado por ela. Ela me deu um abraço e, quando eu viro, Leila estava correndo atrás de mim, e ela nem me conhecia – eu não consigo nem explicar. Ela correu, estava chorando, e veio para os meus braços. E Deus me revelou, naquele momento, que aquela criancinha, porque o pai dela morreu, seria a próxima, já que os pedófilos holandeses vão atrás das pessoas vulneráveis. A mãe é enganada e acaba sendo levada a esse hotel, e teve esse terremoto lá em Canoa. E aí é onde eles montam o hotel para ir atrás dos vulneráveis. Vocês verão essa criança lá no final, e a história dela é essa.

Eu estava falando com ela sobre Deus, sobre Jesus, e vocês estarão bem espiritualmente, porque essa criança foi resgatada e ela nunca precisou saber que foi resgatada, e ela não saberia que seria a próxima. No final, vocês verão todas essas crianças... Esse é o momento em que todas as crianças vão para casa. No final, esse é o fim do Hidden War, do filme.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, queria só fazer mais dois registros: a presença do nosso querido amigo, Deputado Carlos Jordy, Deputado Federal do Estado do Rio de Janeiro; e também da Deputada Caroline de Toni, do Estado de Santa Catarina, nossa Líder da Oposição na Câmara, ex-Presidente da CCJ e, se Deus quiser, futura Senadora da República pelo Estado de Santa Catarina.

Eu queria também fazer um registro para o Tim de que nos relatórios que a assessoria da Senadora Damares e do Senador Magno Malta me passaram... Tudo isso o que o Gayer e o Tim discutiram sobre a inação, a falta de ação, a falta de combate estão nos relatórios, que eu tenho no meu celular, posso compartilhar com vocês. Agradeço à equipe da Senadora Damares e do Senador Magno Malta. Simplesmente, Gayer, porque existem dezenas e centenas de autoridades envolvidas nesses crimes, autoridades eleitas pelo povo, conduzidas por Governadores de Estado, que ganham dinheiro com isso, que ganham dinheiro com o tráfico, pessoas que se elegem com o voto popular. Pedófilos foram condenados, pagam advogados caros, conseguem sair, perdem mandatos, voltam a se candidatar, se elegem de novo e continuam fazendo esses crimes contra as nossas crianças. Isso, de alguma forma, precisa acabar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tratando especificamente do que o Tim falou com vocês, hoje existe uma legislação no Brasil, Damares. Desta audiência pública nós vamos propor e conto com a ajuda dos colegas lá na Câmara. Hoje um policial como o Tim ou outros que têm especialidades, equipamentos, ferramentas para nos ajudarem contra o crime de tráfico de crianças e adolescentes... No Brasil, existe uma legislação que os impede de entrar em segredo, cobertos. Como é que a gente fala?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Disfarçados. Eles não podem. Hoje existe uma legislação, Cristiane, dizendo que eles não podem entrar aqui com disfarce. Então, eles acabam se tornando alvos muito fáceis para esses traficantes que têm alta tecnologia e, muitas vezes, são aliados de políticos. Nós vimos... Eu não estou inventando nada. Para quem quiser – o pessoal da internet está me acompanhando –, eu publico nas minhas redes sociais o absurdo de tantas pessoas, de órgãos, de prefeituras, de Câmaras estaduais que são envolvidos nesses crimes sexuais. Eu falo isso com vergonha de ser uma autoridade no Brasil e de saber que colegas meus de *status* trabalham contra nossas crianças. Foram 80 mil, Gayer – não se se você estava aqui –, 80 mil crianças, em 2023, no Brasil, sumiram, porque tem a conivência de autoridades que deveriam combater...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e das investigações.

Eu queria... O Tim, na verdade... A gente está fazendo até uma dinâmica diferente, porque era para darmos a palavra para ele, e ele falar, mas eu acho que fica bacana se o Tim não se importar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não atrapalhou, acho que a dinâmica aumentou, a gente só precisa... O Gayer é um cara hiperativo, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso, aí ele vem... Mas tudo bem, está tranquilo. Que bom que você veio e participou.

Eu queria deixar também franqueada a palavra. A Senadora Damares, se quiser fazer alguma pergunta específica para o Tim; a Deputada Bia Kicis; a Deputada Carol de Toni; a nossa ex-Ministra Cristiane Britto; antes do Jordy, porque ele, como bom cavalheiro, primeiro as damas, nós somos conservadores. Então, alguma das senhoras gostaria de fazer uma pergunta? (*Pausa.*)

Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa. O assunto é delicado, é sério e nós estamos no Maio Laranja.

Tim, no Brasil, agora, nós temos o Maio Laranja, que é o mês de maio inteiro, para a gente fazer campanhas e eventos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O Brasil está acordando. Nós temos excelentes boas práticas no Brasil.

Ontem, tivemos uma audiência pública, aqui no Senado, em que nós trouxemos as boas práticas. A sociedade está exigindo de nós uma resposta. E esta audiência pública é prova disso. E ver Deputados juntos conosco nesta Comissão mostra que nós temos, dentro do Parlamento brasileiro, Parlamentares preocupados com o tema.

Eu lhe garanto que, se tivesse sentada nesta cadeira, no seu lugar, uma cantora de *funk,* ou *influencer* que está levando milhões de crianças para serem erotizadas no Brasil, isso aqui estaria lotado da imprensa nacional. Esses corredores estariam lotados de pessoas. Viria gente do Brasil inteiro ficar em volta do Congresso Nacional, para ver uma cantora ou um cantor que erotiza criança, mas está aqui um homem que é referência para o Brasil e para o mundo no enfrentamento à violência. E só veio para esta audiência quem tem compromisso com a pauta.

E eu quero tão somente lhe dar boas-vindas. Eu não vou fazer perguntas, porque nós precisaríamos de, no mínimo, dez audiências públicas para o questionar, mas nós queremos lhe dar boas-vindas ao Parlamento brasileiro e dizer, Tim, que você, em um momento em que nós estávamos sendo obrigados a nos silenciar aqui no Brasil – porque cada vez que a gente fala sobre o assunto, todos nós somos perseguidos –, no momento em que a gente estava sendo convidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a calar a boca, o Som da Liberdade chegou a este país e o Som da Liberdade mobilizou esta nação. E teve momento em que a gente colocou a mão na testa e disse: "Que vergonha". Foi preciso um filme vir lá de fora para dizer para todos nós: "Não se calem!". E nós não vamos nos calar, nós não temos medo e nós vamos enfrentar.

Ainda há pessoas que dizem que é mentira, que não tem o tráfico humano, que não tem o tráfico de criança. No ano passado, sumiram 80 mil pessoas, mas, segundo o Ministério Público Federal, que eu acho que vai falar, nós estamos com mais de cem mil pessoas desaparecidas no Brasil hoje. O Senador Seif viajou comigo pelo Brasil, para a gente avaliar a política de busca de pessoas desaparecidas. E essas pessoas que estão desaparecidas são as notificadas, mas, no meu país, na região da Amazônia, nós ainda temos a subnotificação de registro de nascimento. Nós não sabemos quantas crianças nascem na região ribeirinha do meu país. Se eu não sei quantas nascem lá no meio do mato, com parteiras tradicionais, parteiras analfabetas, que não sabem nem preencher uma declaração de que a criança nasceu viva, se eu não sei quantas nascem, eu não sei quantas estão sumindo.

E aqui, Tim, eu só preciso fazer um registro: não é o povo do Marajó que sequestra, as famílias do Marajó amam suas crianças. O território é que é usado para o tráfico, mas fizeram o povo do Marajó nos odiar, dizendo que nós estamos acusando o povo do Marajó. Não! É o território, a logística do Marajó que é usada por traficantes daqui dos grandes centros, do Brasil inteiro e do mundo inteiro. E muitas crianças do Marajó são levadas, mas não são os pais do Marajó que sequestram. Então, que a gente deixe isso bem claro. E nós vamos cuidar das nossas crianças.

E há gente que acredita que tráfico humano não tem crueldade, que as crianças são levadas e tratadas com carinho. Quando eu falei do nível de crueldade, porque sequestrar pode, mas, quando Damares falou que elas são torturadas: "Ah, Damares é mentirosa". Será que eles acham, Tim, que uma criança é sequestrada e que não tem crueldade com ela? Que ela não é machucada, que ela não é torturada, que ela não é enterrada viva? As pessoas não acreditam, acham que há um romantismo atrás do tráfico. Estão levando as crianças para adoção ilegal. Não é adoção ilegal tão somente, é machucar as crianças, é sangue, é dor, é sofrimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por eu ter denunciado e a minha denúncia da crueldade ter sido dentro de uma igreja, que filmaram e espalharam o vídeo antes de eu chegar aqui, por conta disso, eu me tornei uma grande mentirosa, mas eu tinha que silenciar sobre quem me contou tudo. Como ele morreu, agora eu posso falar: Bispo D. Azcona, que, desde 2002 – eu era só uma assessora nos corredores – identificou em mim a coragem e a vontade de fazer alguma coisa. Nós já perdemos um guerreiro, um servidor da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Amarildo Formentini. Ele morreu num estranho acidente de carro no Estado do Pará, quando ele estava indo comprar a virgindade de uma menina por R$100. Ele e um cinegrafista da Rede Globo, e a Rede Globo não fala disso. A instituição Repórteres sem Fronteiras, que é uma instituição internacional, gritou que aquilo não foi um acidente, que aquilo foi um homicídio, mas todo mundo silenciou. Um servidor do Parlamento Brasileiro já morreu investigando, em 2008, se não me engano, que ele morreu, 2006. E, de lá para cá, silêncio total. Eu denunciei. Para você ter uma ideia, o Ministério Público Federal, que eu acho que vai participar desta audiência hoje, me processa para que eu indenize as famílias do Marajó em R$5 milhões, Jordy, porque eu menti. Todos os tipos de perseguição. E esta semana, Deputada Carol, em que a gente ia fazer a audiência, o UOL, uma mídia nacional, fez um documentário dizendo que eu fui para o Marajó para fazer grilagem de terra, eu e Bolsonaro, já sabendo que a gente ia fazer isso, eles se antecipam para nos desqualificar. É o que acontece no Brasil.

Mas eu só lhe queria dizer o seguinte, Tim: eles erraram e nos subestimaram. Esse exército que está aqui está crescendo no Brasil, não tem mais como nos calar. Mesmo que eu morra, que o Seif morra, que este grupo que está aqui seja assassinado ou preso, nós já multiplicamos esse exército. Ele é tão grandioso que o Brasil vai se surpreender com o número de pessoas que está se levantando. E eu agradeço aos Deputados que estão aqui. Nós vamos continuar a audiência, mas que fique registrado, Tim: você nos inspirou, você nos motivou e nós vamos continuar a luta e nós não vamos deixar nenhuma criança para trás.

E vou dizer para os traficantes, que tem um monte de traficantes nos assistindo agora, um monte, Seif, porque está ao vivo: nós não temos medo de vocês. Ah, eu acho que está ali a câmera. Um recado para vocês: nós vamos pegar todos vocês; é uma questão de tempo.

Que Deus o abençoe, Tim! Bem-vindo ao Brasil! Bem-vindo a esta Comissão! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Damares.

Gostaria de passar para a Deputada Bia Kicis e, em seguida, para a Carol de Toni, para a sua consideração.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, Senador Jorge Seif.

Cumprimento à minha amiga Lili. Obrigada, Lili, por ter feito essa ponte.

E, Tim, é uma honra tê-lo aqui, realmente é uma honra.

Quando eu assisti ao Sound of Freedom, eu estava em Los Angeles, em julho de 2023, quando foi lançado lá, alguns meses antes de chegar ao Brasil. E eu fiquei muito abalada com o que eu vi. Eu não esperava que o filme fosse tão impactante. E eu comecei a falar sobre o filme, aqui, para as pessoas no Brasil. Eu estava de férias lá e, quando eu voltei, fiquei falando: nós temos que assistir a esse filme, quando ele chegar ao Brasil. Ele é muito impactante. E o impacto que ele causa é por ele ser real.

E, para nós, Tim, você é aquele personagem, só que você é aquele cara, aquela pessoa real por trás daquelas cenas de bravura, de coragem e de heroísmo. Então, eu quero dizer ao Brasil e ao mundo, Tim, que você é um herói; você é um herói, um herói de verdade. Parabéns! A sua coragem é incrível e ela salva vidas de crianças.

E aquela frase no filme God's Children Are Not For Sale é, realmente, muito forte, é verdade: "We are all God's children". E cabe a nós, aqui, lutar *for the kids*, pelas crianças, pela inocência. E você tem toda a razão. Não é apenas uma guerra política, não é apenas uma guerra contra o crime, contra criminosos, é uma guerra espiritual, porque tamanha maldade, tamanha perversidade que acontece e a que a gente pôde assistir no filme, no documentário, é algo maligno, é algo, realmente, de uma força das trevas. Só assim, isso pode acontecer. E, no mundo, realmente, eu digo que faltam heróis, faltam homens e mulheres de coragem ainda – existem muitos, mas ainda há poucos que se levantam – e está faltando muito Deus, ainda, no mundo.

Então, nós estamos em um momento em que é preciso falar a respeito dessa guerra espiritual. É preciso que nós usemos os nossos mandatos para evangelizar. É preciso que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

use os nossos mandatos, que a gente tenha coragem para falar de Deus e para trazer Deus para essa luta, porque nós estamos aqui lutando por Deus, lutando pelo bem.

Para mim, realmente, é uma emoção muito grande estar aqui com você e com toda a sua equipe que está aqui – *mate one*, *mate two* – todos os *mates* que estão aqui, com toda a sua equipe trabalhando pelo bem, para jogar luz neste assunto.

Eu acompanho, aqui, o sofrimento da Senadora Damares há muito tempo – a injustiça, o sofrimento. E você disse que você foi perseguido, a sua esposa, a sua mulher, perseguida, um casal que luta pelas crianças é perseguido. É assim que eles agem. Nós, aqui, todos somos perseguidos, todos! Todos temos inquéritos, temos processos, querem nos calar, mas nós vamos continuar falando, lutando, e a nossa luta... Parece, ainda, que toda perseguição que a gente sofre é muito pequena perto da sua. A sua perseguição é algo incomensurável.

Conte conosco! É uma alegria tê-lo aqui. Essa é a nossa missão, lutar para salvar as nossas crianças, para desbaratar o crime, não deixar pedra sobre pedra. É para isso que nós estamos aqui, e vamos lutar juntos até o fim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, eu só quero fazer mais um registro. O Tim vai ter paciência, porque nós temos, também, uma Procuradora que vai participar. Nós a convidamos, e ela está aguardando. Aí, Tim, eu vou passar para a Procuradora, e aí, depois, você volta também, tá?

Eu só queria fazer um registro aqui, para que vocês saibam. Tim, eu não sabia quem era Tim Ballard. Não fazia ideia. Simplesmente, um dia, o Mário Frias – quero fazer menção aqui ao Deputado Mário Frias, um grande amigo, um grande irmão – falou o seguinte: "Olha, fechei um cinema em Brasília. Tem o Sound of Freedom, com o Jim Caviezel, que conta a história real, inspirada na vida de um policial que consegue, que é perseguido e tal, mas que faz uma luta hercúlea contra o tráfico de crianças". E a Bia Kicis estava lá. Todos nós fomos, sei lá, uns cem Parlamentares entre Senadores e Deputados, aqui num cinema de Brasília. Fechamos o cinema.

Cris, nós não fazíamos ideia de quem era o Tim Ballard. Eu mal sabia se aquela história, se era verdade, se era uma ficção, se era uma fantasia, e coube a Deus e ao destino, hoje, nos juntar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui dentro do Senado Federal, a Casa Alta da República, para discutirmos as ações que aquele filme e realmente o verdadeiro herói por trás daquele filme. Para mim, é uma alegria muito grande, Tim, que você esteja aqui conosco.

Eu gostaria de passar a palavra para a nossa Procuradora do Ministério Público Federal. Dra. Stella, eu quero pedir perdão para a senhora, porque chegaram Deputados e Senadores também para fazer perguntas para o Tim, quero pedir perdão para a senhora pela demora e lhe agradecer por ter aceitado o convite para participar desta nossa audiência pública, que é muito importante para as crianças do Brasil. Então, Sra. Stella Fátima Scampini, Procuradora Regional da República da 3ª Região, Coordenadora da Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e Contrabando de Migrantes, por videoconferência. A palavra é da senhora, Dra. Stella.

A SRA. STELLA FÁTIMA SCAMPINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Ouvem-me bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo, estou ouvindo a senhora muito bem, e, mais uma vez, eu lhe peço perdão pela demora.

A SRA. STELLA FÁTIMA SCAMPINI (*Por videoconferência*.) – Não há o que perdoar. Eu estou aqui participando e sou uma amante do tema, e, de início, já quero parabenizar essa Casa por essa iniciativa, por trazer esse tema, que é tão invisibilizado, a ser discutido, a ser implementado como política, reforçado como política pública. Eu, como representante do Ministério Público Federal, quero mostrar que nós não estamos em lados contrários, nós temos que unir forças. Eu acho que há um compromisso do Ministério Público Federal nessa temática. Desde o ano passado, foi criada essa Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes como uma resposta de uma análise e até de uma autoanálise de como estava sendo feito esse enfrentamento, as maneiras de como isso poderia ser aprimorado.

E é isso. Nós temos no Brasil uma realidade de uma pirâmide: vários casos acontecendo, alguns sendo investigados, poucos processados e quase nenhuma condenação. Então, é essa pirâmide que a gente está analisando e vendo quais são os desafios e quais são os pontos nevrálgicos que a gente precisa enfrentar, analisando desde a questão de uma naturalização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração sexual, exploração laboral que nós temos, uma questão cultural, uma questão da própria invisibilidade do tema: as pessoas muitas vezes não conseguem enxergar o tráfico de pessoas, muitas vezes a vítima não consegue se enxergar como vítima de um crime tão cruel, ela sente uma certa responsabilidade ou ela sente receio, e esses fatos nunca chegam às autoridades que são incumbidas da repressão desse crime. Há também a questão das novas tecnologias, do uso dessas novas tecnologias no aliciamento dessas crianças, na exploração.

Enfim, acho que a gente ficaria aqui horas falando, e a minha intenção de vir e poder participar aqui é no sentido de, realmente, parabenizar esta Comissão, parabenizar esta Casa por trazer este tema à visibilidade, mostrar que o Ministério Público é um órgão parceiro, estamos aqui nessa atuação e queremos atuar de forma conjunta, de forma efetiva nesse enfrentamento e nesse combate.

Com isso, agradeço o espaço de fala e me coloco aqui à disposição para qualquer esclarecimento, qualquer dúvida. Em breve terei que sair desta audiência, mas quero reforçar aqui o nosso compromisso e a nossa parceria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dra. Stella, eu quero, em nome da Comissão de Direitos Humanos, agradecer a participação da senhora, e nós vamos contar com a senhora, sim. Nessa questão na nossa legislação que impede que policiais usem disfarces para se infiltrarem em quadrilhas de tráfico de crianças, nós vamos precisar do apoio do Ministério Público Federal, nós vamos precisar da Câmara dos Deputados e dos outros Senadores, e a minha equipe, se a senhora me permitir, vai entrar em contato com a senhora para nós desenharmos, verificarmos qual é o *gap* na nossa legislação, o que é que precisa ser revogado ou o que é que precisa ser alterado, enfim.

Eu conto muito com o Ministério Público Federal, porque nós sabemos que a senhora também está nessa luta a favor das crianças brasileiras. Agradeço-lhe, porque a senhora traz mais força ainda para esta audiência pública.

Tenho certeza de que milhares estão nos assistindo em todo o Brasil. Eu tenho certeza de que pais e mães agora estão sangrando e chorando porque são pais e mães dessas 80 mil crianças que desapareceram, só em 2023, e aguardam ansiosamente o poder público tomar as medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias para resgate dessas pessoas, pelo menos para saber onde essas crianças estão, pelo menos para saber o que aconteceu com essas crianças.

E, com certeza, abrir dez investigações em meio a 80 mil, que são os dados oficiais, dez investigações – dez! Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Dez pessoas desaparecidas estão sendo investigadas; 80 mil desapareceram. Tem coisa errada. Não dá para a gente ser mais conivente com isso. Não dá mais para fechar os olhos. São irmãos brasileiros, pessoas que pagam o nosso salário, que nos colocaram aqui e que esperam uma ação enérgica do Congresso Nacional.

Então, quero agradecer à senhora, do fundo do meu coração, e passo de novo aqui...

Tim, obrigado pela paciência também.

Eu quero passar a palavra...

Primeiro, menciono o Deputado Girão, do Rio Grande do Norte, que está aqui nos prestigiando também, um guerreiro a favor dos direitos humanos; e meu querido amigo, meu irmão, que está sempre bem alinhado – olha o terno dele, Damares. Meu Deus do Céu! Rapaz, é um homem diferenciado –, o Pr. Marco Feliciano, um grande amigo, um grande irmão, que eu amo, que eu admiro e que também sempre foi um grande guerreiro em prol da vida: a vida das crianças no ventre, contra as drogas, pregando a palavra de Deus em todo o Brasil, porque nós sabemos que só a verdade liberta. Obrigado pela sua presença aqui.

Passo a palavra para o meu querido amigo Carlos Jordy, Deputado de Niterói, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Seif.

Quero cumprimentá-lo, cumprimentar a Senadora Damares, os Deputados Girão e Marco Feliciano, minha grande amiga Lidiane, e cumprimentar o Tim. Sou um fã enorme do seu trabalho. A sua contribuição para esse tema no Brasil, no mundo, foi extremamente relevante.

Eu quero só lamentar que, realmente, uma audiência desta magnitude, de um tema tão importante, esteja esvaziada. Como disse aqui a Senadora Damares, se fosse uma influenciadora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um influenciador que sexualizasse crianças, talvez esta audiência aqui estivesse realmente lotada, mas aparentemente não parece um tema tão importante para alguns dos nossos Parlamentares.

Esse sempre foi um tema em que eu tive realmente muito interesse. Sempre tive ojeriza, repulsa a esse tipo de crime, tanto a pedofilia em si quanto o tráfico infantil – o tráfico humano, sobretudo o tráfico infantil –, mas, depois que nós temos filhos, parece que ficamos cada vez mais sensíveis, emotivos. Eu me tornei muito mais humano. Tenho hoje uma filha de dois anos e cinco meses, e hoje minha vida inteira gira em torno da minha filha. Eu e minha esposa damos o mundo pela nossa filha. E, quando eu ouvi aqui o seu relato, falando da pequena Leila – eu nem vi ainda o vídeo, mas ouvi o relato emocionado, inclusive –, confesso que comecei a me emocionar. Uma menina que teve seu pai assassinado, seis dias antes, e foi traficada. E acredito que você salvou, resgatou essa menina. Você é um anjo. Você é um anjo para essa menina e para muitas outras, mas quantas outras ficam sem; ficam à espera e ficam sem esse anjo que possa resgatá-las, que possa salvá-las?

Hoje eu tenho uma profunda admiração por pessoas que se debruçam sobre esse tema. Eu e minha esposa estamos, inclusive, nos debruçando muito, estudando essa pauta. A minha esposa hoje, tamanha a fixação dela por esse tema, faz até uma pós-graduação voltada para essa questão do combate ao tráfico infantil, à pedofilia. Para mim hoje nada é mais importante do que minha filha. Toda vez que eu olho para a minha filha, eu me lembro dos filhos e filhas de pessoas que tiveram seus pequenos arrancados, que sofrem abusos sexuais. É algo abominável. É inacreditável como o ser humano possa ter a capacidade de cometer tamanha maldade. Assim como existem pessoas muito boas, pessoas como o Tim e como outras que estão aqui e levantam a bandeira dessa questão para combater a pedofilia, o sexo infantil; existem pessoas que têm o coração que é um verdadeiro abismo e essas pessoas precisam ser responsabilizadas.

Infelizmente, no nosso país, além de uma legislação muito frouxa, temos uma estrutura que incapacita que os nossos profissionais possam, de fato, combater esse crime. Como se destacou aqui – eu desconhecia até esses números –, de mais de cem mil crianças que já foram desaparecidas somente dez casos foram registrados no nosso país. Então, de nada adianta nós conseguirmos alterar a legislação se não tivermos realmente um poder público trabalhando, focado, para que esse mal possa cessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu garanto a vocês que eu sempre fui, como eu disse aqui, uma pessoa que tive repulsa e trabalhei muito para que esse tipo de questão, esse tipo de crime pudesse acabar no nosso país. Mas agora, com a minha filha, com esses relatos, e tendo vindo aqui nesta audiência pública, ouvindo aqui tudo o que você falou a respeito dos crimes que você já vivenciou e conseguiu desmantelar inclusive, eu vou buscar de forma incessante ser um Parlamentar cuja pauta será muito voltada para combater esse tipo de atividade.

Eu não sei se nós podemos fazer algo aqui em conjunto – o Senado Federal e a Câmara dos Deputados –, mas não dá mais para permanecer dessa forma. Dos relatos aqui trazidos, inclusive pela Senadora Damares sobre a Ilha do Marajó, vejo a covardia que ela sofre, porque nós sabemos que existem figuras importantes no poder público que, além de utilizarem essas crianças para o seu prazer próprio, para o seu prazer pessoal, também ganham financeiramente com isso. Isso para mim é inadmissível em um país como o nosso. Nós temos que dar uma resposta não para a sociedade, mas para essas crianças, que não merecem ter a sua infância ceifada dessa forma.

Parabéns pelo seu trabalho.

Parabéns pela audiência pública.

Contem comigo.

Senadora, já me coloco à disposição aqui.

Inclusive, só para finalizar, eu gostaria de falar aqui de um caso muito importante que não é de tráfico humano, mas é algo muito parecido com o da Senadora Damares, que está por dentro do que aconteceu no nosso país. Eu trago aqui o caso da Karin, a mãe do Adam. A Karin é uma mulher que foi enganada por um egípcio, que sofreu um golpe de um egípcio. Esse cara a seduziu. Ela se casou com esse egípcio. Eles vieram morar no Brasil e, durante determinado momento, na pandemia, estava faltando dinheiro, e ele a convenceu para que fosse trabalhar como faxineira em Londres. Ela passou dez meses trabalhando lá, mas conversando todos os dias com o seu filho e com ele. Quando ela retornou – e ela mandando dinheiro que ela ganhava para a conta bancária que eles tinham em conjunto para o seu filho –, esse egípcio fugiu com o seu filho e foram para o Egito com todo o dinheiro. O dinheiro é o de menos, mas levaram o seu pequeno Adam, que hoje tem, se não me engano, seis anos. Ela está há três anos sem ver seu filho. Ela já tentou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo. Inclusive, ele saiu ilegalmente do nosso país. Inclusive, foi uma falha da Polícia Federal e do Governo brasileiro. Ela está no Egito morando de favor, esperando uma resposta do Governo brasileiro, uma resposta do Governo do Egito, e não há nada sendo feito por parte das nossas autoridades.

Eu sei que a Senadora Damares e outras pessoas, inclusive a Senadora Maria Gabrilli, têm buscado essa interlocução com o Ministério de Relações Exteriores, com o Itamaraty, para que haja o retorno do pequeno Adam para sua mãe, para a Karin, mas, até agora, nada foi feito. Inclusive, há pedido de prisão preventiva contra esse egípcio, só que como o Egito não é signatário do Tribunal Penal de Haia, há uma dificuldade para resgatá-lo. Só que o Presidente Lula, o Itamaraty, o Governo brasileiro precisam tomar uma posição para resgatar o Adam para sua mãe, a Karin.

Eu também quero conversar com a Senadora Damares sobre esse caso, porque eu me comprometi com essa mãe que ela teria o seu filho de volta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Jordy.

Quer responder alguma coisa?

Vá lá.

O SR. TIM BALLARD (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Bem, rapidamente eu gostaria de responder aqui ao que você disse, Deputado.

Eu não gostaria que isso viralizasse.

Tem centenas de casos abertos de tráfico de crianças aqui no Brasil, mas dez foram abertos em 2023. Eu não sei todos os detalhes sobre isso, mas eu gostaria de explorar e imaginar por que isso ocorre, por que tão poucos casos. Isso ocorre porque nós não podemos trabalhar disfarçados aqui no Brasil. Nós precisamos que as pessoas possam trabalhar, como os estrangeiros.

Então, vejam, os casos de tráfico de crianças são atividades de investigação ativa. Não estamos falando de roubo de banco ou assalto, em que você tem que responder a um caso, a um ataque. As crianças não protestam. As crianças não vão para as ruas. As crianças não fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestações. Eles serão esquecidos, a menos que nós vamos atrás deles. A minha mulher disse para eu ir para a Ucrânia não porque as crianças nos disseram, mas porque nós sabíamos que as crianças seriam abusadas lá.

As crianças de Marajó não estão ligando para a Senadora Damares: "você poderia nos ajudar?". Não. A Senadora Damares sabia da vulnerabilidade que estava ocorrendo ali naquela ilha, e nós precisamos ser proativos.

Se nós não temos legislação que permita que nós atuemos disfarçados e se, inclusive, não puderem permitir que os estrangeiros possam atuar aqui, de forma disfarçada, como contribuintes, como ajudantes, eu vejo que isso seria um obstáculo. Essa seria uma forma de resgatar essas crianças.

Então, nós somos muito gratos, Senador Seif e Senadora Damares e todos que possam ajudar a resolver a legislação para que nós possamos ir e empreender essa guerra para resgate das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estou presidindo de forma especial e estou muito honrado por isso, mas eu acho que duas deliberações, Damares, nós já poderíamos tirar desta audiência pública.

A primeira é pedir à equipe da nossa Comissão, junto com os jurídicos dos nossos gabinetes, para estudar onde está esse *gap* na legislação, para que pessoas como o Tim possam vir, com disfarces, para fazer essas investigações, o que seria uma grande ferramenta para descobrirmos e desmantelarmos essas quadrilhas; e a segunda, não menos importante, precisamos, Damares – é lógico, sob a sua liderança e a sua autorização –, questionar a Polícia Federal, porque no relatório oficial nós temos 80 mil desaparecimentos e houve apenas dez casos abertos.

Vamos levantar se foram dez, se foram quinze, se foram vinte. Por quê? Por que isso? Não foram denunciados? Não têm efetivo? Estão lá esperando alguma designação policial? Está dependendo de algum juiz? Porque, se estiver parado na mesa de alguns juízes, Damares, nós temos que farejar o que está acontecendo com esse Judiciário, porque a senhora sabe o que a gente viu naqueles relatórios; a senhora sabe quantas pessoas da alta patente do nosso país, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altos postos, estavam inclusive fazendo parte. Há até Governadores de estado, até Prefeitos de municípios envolvidos com isso – e tantas outras autoridades.

Então, nós precisamos fazer esse trabalho, já como resultado desta audiência maravilhosa, em que eu conto com a presença honrosa de todos os senhores.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para expor.) – Presidente, eu acho que a gente pode dar um outro encaminhamento também: estreou, no dia 15, no Brasil, um filme. Está em todos os cinemas um filme chamado Manas. Esse é um filme que já ganhou inúmeros prêmios internacionais com atores famosos. A protagonista é a Dira Paes, uma grande atriz brasileira, premiada mundialmente. E esse filme conta exatamente a história de uma menina do Marajó. Exatamente o grupo de artistas que tanto me criticou tinha feito um filme. A gente sabe que se demora anos para se fazer um filme. Esse filme foi feito, se não me engano, em 2018, 2019, e agora que chegou aos cinemas. Eu chamo a população brasileira para assistir a esse filme.

E aí, Senador, qual seria o encaminhamento? Neste final de semana, a Comissão de Direitos Humanos iria ao arquipélago do Marajó. Nós iríamos, Senadores, para o Marajó. E nós não vamos conseguir ir porque as Forças Armadas não têm dinheiro para nos levar, porque nós temos que descer na cidade de Breves, e uma das cidades a que a gente iria é Anajás, que é muito distante. São muitas horas de barco. Não daria, porque nos colocaria em risco, porque os piratas do rio existem na Amazônia, os bandidos têm barcos e lanchas rápidas. Então, a gente não poderia ir via rio; nós iríamos de helicóptero ou de avião. As Forças Armadas dizem que não têm orçamento para levar os Senadores, então nós adiamos por mais um tempo.

Na cidade de Anajás, Tim, pasmem...

Eu quero convidar os Deputados para irem com a Comissão quando a gente remarcar a diligência. É engraçado, porque se tem dinheiro para tudo no Brasil, mas para Senadores investigarem a gente não tem orçamento.

Tem uma menininha, Tim, chamada Elisa, na cidade de Anajás, e a gente ia na casa da mãe da menina. Fica em Anajás, que é no meio da Amazônia, mas a mãe mora na área rural. São horas de caminhada, e a gente ia caminhar no meio da floresta. Essa menininha foi sequestrada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, com dois anos de idade. Sumiu. Quanto aos supostos traficantes – um, inclusive, morreu na cadeia sem investigação, os outros sumiram –, não tem resposta. Só que os traficantes verdadeiros estão indo à casa da mãe, Senador, mostram – ainda agora – a foto da menina viva e um vídeo, e eles dizem para a mãe – a mãe é jovem, tem 19 anos –: "Está aqui sua filha, está viva, mas a gente só entrega a sua filha se vocês entregarem a criança que nós compramos". A mãe já fez dois boletins de ocorrência por causa disso. Eles vão à casa, na área rural, batem na mãe, querendo a criança que eles compraram; senão, não devolvem Elisa.

Eu já denunciei várias vezes na tribuna. Há duas semanas eu estive com o Ministro da Justiça pedindo a federalização desse caso. Eu tenho um caso agora em que a criança está viva, sequestrada, na mão dos sequestradores, e eles dizem para a mãe: "Ela está viva, e a gente quer que a gente comprou, porque nos deram a criança errada". E eu não consegui ir à casa da mãe da menina, nem a Comissão, porque não tem dinheiro para a gente ir.

Então, Senador Seif, eu acho que a gente poderia fazer o seguinte encaminhamento também: ampliar a diligência ao Marajó; a Comissão ampliar o convite aos Deputados, e a gente... Nem que a gente vá nadando, mas a gente tem que ir à casa da mãe da Elisa, a gente tem que ir a Anajás. E foi em Anajás que uma menina, em 2023, foi sequestrada e teve a língua arrancada. A gente está diante de casos agora, casos novos, não aqueles casos que eu denunciei.

Então, eu acho que a gente poderia fazer um terceiro encaminhamento – a Secretaria está aqui –: a gente ampliar a comitiva para ir ao Marajó, convidando os Deputados que têm interesse.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu vou passar a palavra para a Lidiane Pacheco, porque a Deputada Carol de Toni não pôde prosseguir conosco, devido aos seus compromissos na Câmara dos Deputados, e ela vai passar uma mensagem da Carol de Toni para todos nós.

A SRA. LIDIANE PACHECO (Para interpelar.) – Obrigada, Senador.

Antes disso, Senadora Damares, isso que a senhora falou eu acho que, se não causa uma revolta no coração de cada pessoa que está aqui, é porque está faltando sensibilidade e nós já estamos normalizando um fato terrível como esse como algo aceitável no Brasil. E não é! É para cada pessoa que está aqui ouvindo isso agora ficar revoltada. É o absurdo dos absurdos isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente sabe muito bem qual é o posicionamento do nosso Governo Federal. Infelizmente, é o Governo que o Brasil tem hoje. Nós não compactuamos com isso, mas está aí uma ótima oportunidade para a iniciativa privada, para aqueles empresários que se dizem cristãos saírem da zona deles de conforto e fazerem alguma coisa. É um absurdo o nosso país estar do jeito que está; a Primeira-Dama viajar, para cima e para baixo, com dinheiro público, e o nosso Senado não ter dinheiro para mandar Senadores para investigarem um caso absurdo que nem esse.

Então, cadê os empresários? E cadê os empresários também para financiar instituições como a do Tim, pessoas como essas, homens com coragem para vir ao nosso país e resgatar crianças? E se tem brasileiros, homens tão valentes quanto, que apoiam o trabalho dele, que se juntem e que façam também, porque está faltando isso, está faltando virilidade na sociedade e gente com coragem.

E a senhora é uma mulher muito corajosa. É muito impressionante isso. Nós precisamos de mil Damares no Brasil.

Também, Deputado Carlos Jordy, quanto ao que o senhor falou sobre a sua esposa e sobre como essa pauta tem sido muito especial para o senhor e para ela, é por isso que o lugar do senhor é no Senado, e é por isso que o lugar dela é no Congresso Nacional. E eu vou orar por isso também. Os senhores podem contar com a minha ajuda, com todo o meu trabalho para isso, porque eu estou aqui para servir aos senhores.

Agora, Senador, a Deputada Caroline de Toni precisou se ausentar para uma reunião, mas ela veio aqui e pediu para que eu fizesse uma pergunta ao Tim no lugar dela. (*Pausa.*)

A SRA. LIDIANE PACHECO (*Tradução simultânea.*) – A Deputada Caroline de Toni é uma das Deputadas mais importantes aqui do nosso Congresso. Ela também é a Presidente ou a Líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Ela também é a Presidente da Comissão de livre comércio. Ela gostaria de dizer... O que eles gostariam de dizer, os congressistas, os Parlamentares congressistas, que são cristãos e que são de direita e que são preocupados com essa questão... O que eles poderiam fazer para que isso fosse levado adiante para não deixar que essa iniciativa se perca no meio do caminho? Como ela poderia trabalhar com você para contar a sua história?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIM BALLARD (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado. Ela está certa. O momento não pode morrer. Por isso que, no nosso primeiro filme, nós mencionamos que essas crianças merecem mais de nós. Podem imaginar o que é uma criança estar aqui, que foi sequestrada, colocada em uma caverna e ela saber que ela não pode, que ninguém pode ir lá resgatá-la, porque não tem uma legislação que permita que alguém possa ir até lá e resgatá-la? Estamos falando de 220 milhões de pessoas aqui no Brasil. Estamos falando de centenas de milhares de pessoas que estão naquele lugar, e nós não podemos ir lá e resgatar essas pessoas. E nós temos essa oportunidade agora, esse filme Hidden War é como o Sound of Freedom 2, ele pode reverberar essa mensagem aqui neste país e pode causar uma transformação aqui neste país.

Nós precisamos continuar esse entusiasmo e fazer com que tenha a participação do Senado, da Câmara dos Deputados, da Polícia Federal. Nós precisamos trabalhar no mundo digital, no mundo *online*, e nós podemos resolver centenas de casos por semana. Nós podemos trabalhar o tempo inteiro só aqui. E eu prometo: nós sabemos como fazer isso e nós estamos planejando fazer isso.

Eu tenho falado por meses aqui com o Senador Seif, e eu tenho seguido a Senadora Damares aqui por muitos meses. Ela é apaixonada nesse tema. Ela, provavelmente, poderia trabalhar disfarçada. É uma pena que ela é muito famosa, mas eu vejo que ela tem a paixão para poder fazer isso, ela tem o entusiasmo para fazer acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Depois, o Pastor Marco Feliciano.

Com a palavra, Deputado Girão, do nosso querido Rio Grande do Norte.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Senador Jorge Seif, Senadora Damares, minha amiga também.

Tim, muito obrigado por você estar aqui junto conosco.

Você está muito bem acompanhado também, porque a Lili esteve recentemente junto conosco, Senadora Damares, num evento lá em Milão, na Itália, onde reverenciamos os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Nós lutamos junto aos Estados Unidos da América. A Força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expedicionária Brasileira fez o ataque secundário na península italiana e conquistamos o local estratégico que tinha na Itália, que os alemães defendiam, os nazistas defendiam a ferro e fogo. Nós conquistamos esse espaço e, com isso, a Itália foi libertada. Então, foi o Exército americano com o apoio da Força Expedicionária Brasileira. E a gente sabe muito bem da importância que tanto a Itália quanto os Estados Unidos da América dão a isso.

Então, mais uma vez, muito obrigado, Lili, pela sua presença junto conosco e pela divulgação que você fez, mas o tema aqui é outro. E, como você falou anteriormente aqui, a Senadora Damares demonstra muita paixão pelo tema. E, com essa paixão que tem pelo tema, ela conseguiu contaminar todos nós também em relação à paixão pelo tema.

Senador, eu fui Secretário de Segurança no Estado de Roraima, fiquei lá por cinco anos e um dos mais sérios problemas que nós tínhamos lá era exatamente o tráfico de pessoas, especialmente de crianças. E eu aqui deixaria uma primeira reflexão. Nós achamos aqui, já alertamos para que isso seria uma falha da Polícia Federal. Mas, vejam, grande parte dos embarques que acontecem hoje no Brasil, em que menores são levados por pessoas que, às vezes, não são seus pais, passam pelo crivo maior da companhia aérea. Então, talvez, nós devêssemos, além de exigir da Polícia Federal, também exigir das companhias aéreas que seja feito um controle maior. Eu lamento dizer, mas, toda vez em que eu embarco, sempre tem menor embarcando. E, quando esses menores embarcam, às vezes, a pessoa que está ali fazendo o *check-in*, o embarque dos aviões, não está tendo aquele cuidado maior de verificar a documentação, porque é tudo muito corrido para não atrasar o voo.

Então, talvez, nós devêssemos ser um pouco mais criteriosos e acionarmos também a própria Anac para que possa haver um controle mais rigoroso nessa parte das crianças perdidas, ou crianças desaparecidas, ou crianças sequestradas.

Você falou muito bem sobre a Ucrânia. Há dez meses, eu e um outro Deputado estivemos na Ucrânia e recebemos dos ucranianos, em Kiev, a reclamação deles de que hoje uma das maiores agressões que eles têm lá no país deles é exatamente a do sequestro de crianças que tem sido feito pelos russos, pelos militares russos da Federação russa – o sequestro de crianças. E essas crianças são levadas para um local para fazerem uma lavagem cerebral nelas para que elas se reconheçam e se intitulem cidadãs russas, porque, na hora em que tiver uma arbitragem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, vai ser dito: "Não, mas, naquele espaço territorial ali da Ucrânia, são os russos que moram lá. Não são ucranianos".

Então, esse problema é um problema seriíssimo que envolve várias outras coisas, inclusive tráfico de órgãos. Lá na fronteira com a Venezuela, lá em Roraima, nós tínhamos tráfico de órgãos, órgãos humanos que estavam sendo traficados e, às vezes, envolvendo também mulas, pessoas que se prestavam à situação de transportar drogas e, após isso daí, já estavam no meio da confusão mesmo, cometendo crimes. Aí, depois, eram pegos e usados para perderem os seus tráficos em função do interesse, os seus órgãos em função do interesse.

Eu fico lembrando... Engraçado, não é? Engraçado não, interessante. Nós recentemente tivemos a mudança do comandante do povo católico apostólico romano, o Papa, e o Papa Leão XIV, uma das primeiras falas dele foi: não se questiona gênero. Questionar gênero é questionar a criação divina. O homem e a mulher são criações de Deus; então, não se questiona o gênero. Se a pessoa quer ter um outro sexo depois que ela cresce, é outra situação; mas vamos impedir a sexualização das crianças, as coisas que esse Governo que está aí de plantão hoje joga nas cartilhas: que a criança tem o direito de escolher se é homem ou se é mulher criança ainda! Alguma coisa está errada nesta sociedade de que nós estamos participando. Eu sei que os Estados Unidos também enfrentam uma situação muito semelhante a isso.

Isto é muito complicado: nós termos que deixar – hoje já não são mais meus filhos, são meus netos, minhas netas – que essa sexualização chegue para eles de um jeito absurdo. A gente tem que trabalhar muito isso daí. Talvez, Lili, seja um trabalho nosso, dos avós, dos pais, da sociedade de uma maneira geral, para evitar que isso daí venha a acontecer.

Eu fico me lembrando, realmente... A febre que está batendo no Brasil aqui, nesses últimos, sei lá, 30 dias, 40 dias, 50 dias, é o tal do bebê *reborn*. O que é isso? Depois da pandemia, dizem... A sociedade médica está dizendo que os problemas mentais aumentaram de um jeito tal absurdo por conta da pandemia da covid-19, mas eu acho que tem problemas mentais, também, que estão chegando para a gente, e que a gente tem que trabalhar nesse sentido. Eu não sei se é possível nós fazermos alguma coisa em relação a isso aqui, juntando o Senado e a Câmara dos Deputados, mas, se realmente for possível, eu também quero estar à frente desse exército de brasileiros lutando contra essas coisas absurdas de que a gente sabe e, acima de tudo, tratar também... Parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso daí é problema mental – se bem que o pedófilo, para mim, tinha que começar perdendo os dedos. Eu sou da linha dura! Para mim, é começar perdendo os dedos para depois a gente chegar em algumas coisas mais fortes.

Por último, eu gostaria de destacar aqui que hoje, pela manhã, eu conduzi uma audiência pública na Câmara dos Deputados com as Forças Armadas, e as Forças Armadas – especialmente a Força Aérea – falaram uma coisa muito interessante, que eu sei que vai reverberar aqui agora. Eles disseram que usam grande parte do fundo aeronáutico para custear despesas que não são despesas de orçamento, mas que são despesas que eles são obrigados a custear. Eles não falaram literalmente em relação a isso, mas eu gostaria de destacar que eu falei que, com certeza absoluta, que, com esse excesso de missões, o GTE (Grupo de Transporte Especial da Força Aérea Brasileira) – que é lotado aqui em Brasília e tem aviões em Brasília, no Rio e em São Paulo para transportar as autoridades brasileiras –, está superatarefado.

Devem estar usando recursos do fundo aeronáutico para transportar essas "autoridades", entre aspas, que dizem necessário ir a uma festa em seus estados... Porque aqui no Brasil, Tim, existem algumas autoridades do Legislativo, do Executivo e do Judiciário que se arvoraram no direito de ter um avião especial, de ter um avião específico para levá-las em algumas missões. Essas autoridades estão congestionando o GTE, e o GTE fica sem condições de nos transportar, de transportar os Deputados e Senadores, quando temos que apurar uma denúncia como essa, em que é quase que impossível irmos com aviões de carreira, em função da segurança, em função de que, em alguns locais como esse, não tem como você chegar com aeronave de carreira ou com um meio... Não tem segurança, como a Senadora falou aqui, em relação a um meio de transporte que não seja um meio de transporte que ofereça segurança também.

Eu deixo aqui patente a minha indignação com isso. Que a gente possa cobrar isso, Senadora, até fazendo referência mesmo a isto: usem, então, recursos do fundo aeronáutico para transportar a nossa comitiva.

E, por último, se está havendo falta de fiscalização na fronteira, é porque infelizmente a Polícia Federal está recebendo outras missões. Eu não gosto de falar mal da Polícia Federal. Para mim, eles são profissionais, certo? Se tem um desvio ou outro, é uma questão particular, mas eu gosto de falar bem da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão agora recebendo missão, esse mês agora vai começar a missão de fazer o controle dos CACs. Ora, isso é um absurdo! Polícia Federal não tem que controlar CAC, CAC não é problema, o problema é o bandido que está com um fuzil no Morro Carioca, e a rede, né – aquela rede que a gente sabe de televisão –, diz que é um guarda-chuva. Isso sim é um problema sério. Não sei se vão conseguir traduzir para vocês corretamente, mas segurando um fuzil e dizem para ele que é um *umbrella*. "*It's an umbrella. No, it's not a rifle*". É um absurdo isso daí.

Então, deixo aqui patente a minha indignação, meus cumprimentos aqui pela audiência pública. E, Tim, minha continência respeitosa é para você, para a sua família, pelo trabalho que vocês fazem em defesa das crianças.

O SR. TIM BALLARD – *Thank you*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu gostaria de passar para o nosso Deputado Marco Feliciano, para fazer suas considerações. Só vou lhe pedir que seja, se possível, um pouco mais rápido, porque em seguida a gente tem outras atribuições aqui também.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PL - SP. Para interpelar.) – Ordem dada, ordem cumprida, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Senador Seif, é uma alegria estar aqui. Obrigado pelo convite, Senadora Damares, Presidente desta Comissão. Tim, bem-vindo ao nosso país. Lidiane Pacheco, a acompanho de longe. Parabéns pelo trabalho de todos vocês.

Eu não poderia deixar de passar aqui, Seif, e dizer que eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, num período muito difícil, né, Damares? Eu era um jovem Parlamentar inexperiente e me recordo aqui, Girão, de que eu sofri pressão na época da Presidência da Comissão, de vários Parlamentares, por conta de uma CPI que nós havíamos instaurado sobre o abuso, a sexualidade infantil no Norte do país.

Hoje, eu começo a compreender. As forças eram tão violentas, que vinham do próprio Parlamento para impedir, para não acontecer, para não convocar as pessoas, para não convocar Prefeitos, não convocar Deputados, não convocar Senadores. E, assim, era uma coisa absurda. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era só um jovem Parlamentar e, no meio de tanta luta por que eu passei, eu me amedrontei naquela época.

Hoje, eu começo a compreender que o buraco é sempre mais embaixo. Tem muita gente envolvida nessa história. E é muito ruim, eu fico me perguntando onde foi que nós nos perdemos como sociedade.

A Lidiane falou aqui sobre normalização. Pior do que normalizar essa situação que nós vivemos é romantizá-la, porque é isso que acontece no nosso país: se romantiza tudo, o crime está romantizado. Nós não temos mais o que fazer. Você pega um Estado como o Rio de Janeiro, todas as pessoas lá de autoridades não têm mais solução. O STF deu determinações de que não pode a polícia ir até os morros. Então, quando você romantiza o crime, você o incentiva. E aí ficamos nós aqui correndo atrás dos prejuízos, quando na verdade tínhamos que trabalhar com a prevenção.

Qual é a prevenção de uma sociedade doente? Uma sociedade que adota bebês *reborns;* uma sociedade onde as crianças são *therians*, pessoas que se sentem animais. Uma sociedade onde, aqui no Parlamento, eu estou vendo na minha frente um Parlamentar que é um homem, e eu não posso dizer que ele é um homem, porque eu posso ser processado; mas e o meu direito de pensamento? E o meu direito de consciência? Então, nós nos perdemos como sociedade, nos perdemos como líderes, nos perdemos como políticos.

O filme que o Tim parece que idealizou... E eu até tenho uma pergunta para ele, porque, pela imprensa, se diz que Hollywood não queria o filme. É verdade isso? É verdade que as autoridades, mesmo autoridades americanas, lutaram contra um filme que expõe essa mazela da sociedade, que é uma mazela real?

Então, eu fico me perguntando, Seif: como será o futuro? Como cristãos que somos, nós sabemos que o cristianismo – muitas pessoas têm preconceito contra ele – é muito mais que uma religião, é uma filosofia de vida, tanto que ele é um dos pilares de sustentação do Ocidente. Ao lado do cristianismo, nós temos a filosofia dos gregos e o direito romano. O moral judaico-cristão, quando arrancado de uma sociedade, faz a sociedade se perder, e a sociedade que se perde passa a relativizar, inclusive, o que é real e o que não é real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quando você pega pessoas traficando crianças... Eu não sei o que falar. É tão absurdo, é tão fora da normalidade, que não dá para acreditar que uma pessoa tenha coragem de pegar uma criança de uma família e levá-la, quiçá, para tráfico de órgãos. Aonde nós chegamos como sociedade?! Estamos no fundo do poço! Então, nós precisamos dar uma resposta.

Parabéns por esta audiência pública. Parabéns para vocês que lutam, que são guerreiros.

A minha filha, Damares, há dois anos faz missões no Marajó. Ela tem ido lá, ela foi nessa cidadezinha de que você falou. Ela se sentou com crianças... E é tão difícil minha filha chegar em casa chorando e dizer: "Papai, os pais aliciam suas próprias crianças, culturalmente". O pai coloca as menininhas no barco e sai com elas oferecendo-as para os piratas. Como um pai oferece uma criança, uma filha?! E aí isso culmina com sequestro de criança. O mundo está perdido.

Que Jesus volte logo e que a gente faça alguma coisa.

Parabéns.

E eu deixo só essa pergunta para o Tim. Só queria ouvir da boca dele se é verdade que lá, em Hollywood, não quiseram aceitar o filme, porque foi isso que nós vimos pela internet.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Deputado Marco Feliciano.

Eu passo a palavra ao Tim, para responder à pergunta do Marco.

E, depois, eu queria passar o vídeo – qual o vídeo? O número 1, o número 2 e o número 3 – , que a gente ficou de passar anteriormente, porque acabamos emendando aqui a sessão de debate.

Responda por gentileza, Tim. A palavra é sua.

O SR. TIM BALLARD (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Obrigado, Deputado.

Eu aprecio muito o seu comentário sobre a importância de uma nação cristã, porque são esses ideais que vão preservar e vão proteger as crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria das pessoas que acreditam nos valores judaico-cristãos, por exemplo, fundamentalmente acreditam que não podem perder controle da criança se ela tiver 12 anos de idade. "Eu gostaria de cortar os meus genitais, porque eu não me vejo, não me enxergo no meu corpo". E, vejam, os valores judaico-cristãos vão proteger você, e esse é o segredo.

O grupo pedófilo de que eu falei para vocês – vocês vão ver aqui, no fim do filme, que eu estava falando sobre ele – defende a ideia de que crianças de 10, 11, 12 anos tenham autonomia para mudar o gênero ou tenham direito de votar. Mas vejam por quê. Por quê? Porque, se as crianças estão empoderadas em detrimento dos pais, se elas podem dizer "estou no corpo errado", "na verdade, eu sou um menino e eu pensava que era uma menina", elas podem, de repente, se identificar como com 25 anos. Então, um homem com 25 anos pode se identificar como um rapaz de 13 anos de idade ou como uma menina de 13 anos... Ou um leão pode se ver como um gato. Os pedófilos estão aí esperando, e eles adoram essa discussão.

O PVV da Holanda... Eles gostariam que a pornografia fosse legalizada na televisão pública. Sexualizar as crianças, empoderar as crianças e aí então você atrai, você seduz as crianças para que sejam presas dos predadores. Nós precisamos lutar contra essa insanidade com valores cristãos.

Apenas uma vez na Bíblia, Jesus se tornou violento nas palavras, e ele se tornou violento ali nas suas palavras quando ele começou a falar sobre as crianças. Ele disse: "É melhor que você amarre uma pedra no seu pescoço do que você cometer um ataque contra essas crianças, um filho de Deus". E é melhor que nós nos identifiquemos assim e que nós possamos nos posicionar entre as trevas e a luz. Em vez de expormos as nossas crianças para esses predadores, nós precisamos proteger as nossas crianças dessas trevas.

E, para terminar isso, eu gostaria de mencionar a vocês sobre a Leila. Vocês verão a Leila, verão ali sobre as crianças da Ucrânia lá na vila em que nós estávamos resgatando, ali no campo de futebol, e no final vocês pensem sobre a Leila. A Leila foi resgatada porque nós pegamos e nós tiramos e conseguimos tirar esses malvados, essas pessoas, esses atores demoníacos. E talvez, na próxima semana, em dois meses ou daqui a seis meses, eles iam pegá-la. Nós sabíamos disso. Nós temos que ir atrás e remover esses maus atores do cenário. Ela nunca soube que precisaria... Ela nem sabia que ela foi resgatada, mas, na verdade, ela foi. E quantas crianças desse tipo existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Brasil? Mas esse é o fim da operação. Todo mundo estava indo para casa, eu fui para casa, as crianças da canoa podem ir para casa, e esse é o fim de Hidden War, o filme.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, nós estamos indo para a parte final. Lembrando a vocês, Senadora Damares e outros Deputados e Senadores, que, após esta audiência, que está maravilhosa, mas se prolongou, nós teremos conversas privadas para realmente identificar onde nós podemos melhorar enquanto legisladores, afinal de contas, além de ser fiscalizadores do Poder Executivo, somos legisladores e podemos mudar a realidade das legislações no Brasil, inclusive com a ajuda da Câmara dos Deputados.

Então, eu vou passar a palavra para o Tim.

Tim, gostaria que você fizesse suas considerações finais. Se tiver mais algum filme para nós vermos, lembrando que, daqui a pouco, você vai estar lá no gabinete da Senadora Damares. Tem um almoço lá no meu gabinete esperando você e a sua equipe, porque eu sei que você está com fominha, você tem que sair daqui fortinho, senão vai falar: "Eu fui ao Brasil e passei fome lá". Não pode. Então, já tem um almoço preparado para vocês lá no nosso gabinete.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu fiz uma pergunta ao Tim e, como eu quero deixar registrado depois, ele não me respondeu. A Damares está dizendo que ele já falou antes, mas eu queria ouvir da boca dele a respeito do filme, se Hollywood não queria que o filme fosse divulgado.

O SR. TIM BALLARD (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Absolutamente, absolutamente. Eles fizeram de tudo, Hollywood fez de tudo para nos interromper de lançar esse filme. Nós trabalhamos durante cinco anos, até que nós pudemos – cinco anos de trabalho – lançá-lo. A Disney comprou esse filme e arquivou o filme, e eu pensava que era um filme ruim. Eu estava vendo: "Não, esse filme tem que ser muito ruim, porque ninguém quer divulgar, ninguém quer lançar esse filme". E 100 milhões de pessoas viram aí em um verão, mas eu acredito que foi uma questão espiritual, eu vejo que Deus tocou o coração dessas pessoas que não queriam ter essa conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que as pessoas da esquerda não queriam falar sobre isso, não queriam que se lançasse esse filme, não queriam falar sobre as crianças, sobre serem capazes de cortar os seus órgãos genitais? Ou de falar sobre sexualização nas escolas? Ou não gostariam que nós tivéssemos esse tipo de discussão que nós estamos tendo aqui mesmo? Porque existe uma influência, como eu mencionei, o poder das trevas – eu mencionei tudo isso –, e essa questão é o lado espiritual dessa discussão. Porque nós ganhamos e nós estamos aqui. Nós não nos deteremos e não deixaremos as crianças do Brasil para trás. Venceremos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero registrar a presença do Diretor de Direitos Humanos da Prefeitura de Aracaju, Valadares Daniel – obrigado pela sua presença.

E quero passar para o Tim, para as suas considerações finais – se quiser, pode passar mais algum vídeo –, porque em seguida nós teremos nossas reuniões particulares nos gabinetes.

A palavra é sua, para suas considerações... Aliás, vou fazer diferente.

Lili, dois minutos para as suas considerações, e depois eu passo para o Tim. Primeiro as damas – *ladies first*.

A SRA. LIDIANE PACHECO (Para expor.) – O.k. *He caught me by surprise*. Pegou-me de surpresa, mas muito obrigada, Senador.

Eu queria aqui, novamente, agradecer pela oportunidade de participar de um momento tão significativo quanto este. Eu me coloco à disposição de todos os Deputados Federais e Senadores para o que os senhores precisarem internacionalmente. Como os Deputados colocaram aqui muito bem, eu sou uma espécie de assessora internacional. Eu estou sempre ajudando no que posso no trabalho de vocês no exterior, sobretudo nas missões para denúncias de violações de direitos humanos. Com isso, realmente, eu estou completamente disponível.

O Brasil precisa de pessoas como Tim Ballard. E para isso nós precisamos mudar a lei e permitir, Senador, que operações disfarçadas possam ocorrer. Então, para isso nós contamos com os senhores. E o povo também pode ajudar. O povo, as pessoas que estão de casa nos ouvindo podem pressionar os seus políticos, os seus Deputados, os seus Senadores para que apoiem essa causa do Senador Jorge Seif e da Senadora Damares para que a gente consiga alterar a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por último, eu só queria deixar também um dever de casa para quem está nos assistindo. Há todo esse material exposto aqui pelo Tim Ballard, sensacional. Queria pedir que vocês, primeiro, ficassem de olho no próximo documentário que o Tim lançará muito em breve. Nós aqui teremos uma pequena prévia, o *trailer*, etc. Então, dá para a gente ter mais ou menos noção do que vem por aí.

E, segundo, peço que vocês pesquisem sobre uma substância chamada *adrenochrome*. Eu já tinha pesquisado muito. Foi isso que me levou à política, em primeiro lugar. Eu pesquisei e me aterrorizou. Eu tenho dois filhos pequenos, e isso me aterrorizou. Eu perguntei para o Tim se isso era uma teoria da conspiração ou se essa substância era verdade, era real. E o Tim me contou ontem à noite coisas terríveis. Nós conversamos sobre isso. É verdade, é real. Os senhores precisam pesquisar sobre essa substância – a Damares já conhece. É algo horrível, é tenebroso, é coisa de filme de terror! Por favor, pesquisem.

Muito obrigada, Senador Jorge Seif.

Thank you so much, Tim. Thank you for letting me be a part of this. It's a great honor to serve you, to serve the Senator.

Muito obrigada, Senador, mais uma vez.

Parabéns ao Rafael.

Obrigada, Rafa! Sem o seu trabalho, nada disso seria possível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LIDIANE PACHECO – Adrenocromo ou, em inglês, *adrenochrome*.

Por favor, pesquise, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Lidiane, se as pessoas quiserem te seguir nas redes sociais ou no seu canal do YouTube, você, por gentileza, divulgue aqui os seus perfis.

A SRA. LIDIANE PACHECO – Muito obrigada.

Sim, eu adoraria contar com o apoio de vocês nisso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um programa que é bem novo. Recentemente, eu comecei também com intenções muito claras de mostrar o trabalho dos nossos políticos de direita, conservadores, para que fosse divulgado pelo Brasil e para que a gente conseguisse combater a grande mídia.

Então, sim, é mais um trabalho de produção independente de notícias de uma forma leve e espontânea todos os dias, chama-se Informação e Liberdade. Convido a todos para segui-lo.

Os meus Deputados e Senadores queridos sempre participam comigo quando podem. Já convido a Senadora Damares e o Deputado Marco Feliciano também a participarem.

O Senador Girão já veio, o Seif...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador, está profetizando na tua vida.

A SRA. LIDIANE PACHECO – Não é Senador, Deputado! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Lidiane, o endereço direitinho, por favor, e qual a plataforma?

A SRA. LIDIANE PACHECO – No YouTube, @informação_e_liberdade.

E também vocês podem me seguir no Instagram, que eu estou sempre postando as entrevistas que eu faço com os Deputados e com pessoas como o Tim.

Já entrevistei o Tim duas vezes em dois C-Packs diferentes. Três anos antes do Sound of Freedom sair, eu o conheci no México. Então, é uma honra tê-los.

O meu Instagram é @lilipacheco.usa.

Por favor, conto com o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Lidiane, mais uma vez.

Tim, *the floor is yours*.

O SR. TIM BALLARD (Para expor. *Tradução simultânea.*) – *Thank you*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já falei tanto.

Eu sinto que a ferramenta do demônio para salvar as crianças é a divisão. Ele quer que nós estejamos divididos. Tem muita divisão política no meu país e existe muita divisão política no seu país.

Se você imaginar isso, a esquerda e a direita, imagine dois barcos que estão lançando objetos um contra o outro, lançando histórias, mentiras e tudo. Veja, enquanto isso ocorre, milhões de crianças estão morrendo na água e ninguém está pensando nelas.

Se você conseguir se unir... Eu não sei, no meu país é uma loucura, a divisão é uma loucura, mas pensem em todas essas crianças.

Eu agradeço por permitirem que este americano esteja aqui.

Quando nós pensamos sobre criança, eu não vejo fronteiras, eu não vejo limites. Isso é porque eu viajei por três continentes e 60 países em três meses, e o tráfico também não enxerga nenhuma fronteira, nenhum limite.

Vocês sabem onde que estão essas crianças? Muitas dessas crianças estão nos Estados Unidos. Nos últimos quatro anos, 350 mil crianças foram transferidas ali pela fronteira e desapareceram dentro dos Estados Unidos, que é o número um consumidor de vídeo de pedofilia no mundo. O último lugar que você gostaria de estar, se você fosse uma criança desaparecida, seria nos Estados Unidos.

E veja como o mundo enxerga, não existe partido político. Quando fala de criança, pense, não existe partido político, não existe fronteira, não existem limites, não existe partido político, não existe luta, disputa.

Quando você vê uma criança sendo abusada você se emociona, mas eu espero que esse tema possa nos unir em torno desse assunto. Vocês podem continuar lutando, brigando sobre outras questões, mas deixe essas questões de lado e deixe uma única questão em que a esquerda e a direita podem concordar sobre alguma coisa. É isso que eu peço a Deus que ocorra, porque as crianças de Deus não estão à venda.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem mais algum vídeo do Tim para passar? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Tendo cumprido...

Senadora, a senhora quer fazer uma fala final? (*Pausa.*)

Tendo cumprido o objetivo desta audiência pública, eu quero agradecer imensamente à Lidiane Pacheco, ao Tim Ballard e a toda a sua equipe, que se deslocou dos Estados Unidos com recursos próprios, Senadora Damares, para nos prestigiar nesta Comissão de Direitos Humanos nesse tema que é tão caro para todos nós.

Quero agradecer também de coração a toda a minha equipe do gabinete, ao Rafael, que deu todo o suporte também para a Lidiane, e também a todo o povo aqui, aos nossos servidores da Comissão que também, pacientemente, nos dão todo o suporte, nos ajudam. Muito obrigado pela ajuda de vocês.

Tendo cumprido a finalidade desta audiência pública, agradecemos a Deus e me despeço de todos, pedindo que você repasse esse vídeo para frente, repasse o *link* do YouTube, para que mais pessoas saibam dos trabalhos aqui, o que está acontecendo no Brasil e no mundo quando o assunto é tráfico humano, tráfico de crianças e adolescentes e de que forma o Senado Federal e a Câmara Federal estão se posicionando contra esses absurdos.

Muito obrigado, Deus abençoe a nossa nação, Deus abençoe as nossas crianças.

Um forte abraço. (*Palmas.*)

Declaro encerrada a nossa audiência pública na CDH.

(Iniciada às 13 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Esperidião Amin e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 27/2024 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Debater a Resolução 2378/24 do Conselho Federal de Medicina (CFM) que veda ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei, quando houver probabilidade de sobrevida do feto em idade gestacional acima de 22 semanas". Participantes: Ubatan Loureiro Júnior, Médico Ginecologista; Raphael Câmara Medeiros Parente, Médico – Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina e relator da Resolução no CFM; Danilo de Almeida Martins, Defensor Público da União; Lenise Garcia, Presidente do Movimento Brasil sem Aborto; e Deputada Federal Chris Tonietto, Presidente da Frente Parlamentar Mista pela Vida da Câmara dos Deputados. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/14

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês!

Sejam muito bem-vindos aqui à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal! Eu sou Eduardo Girão, Senador pelo Estado do Ceará.

Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura desta Casa revisora da República.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 27, de 2024, da CDH, de autoria do Senador que vos fala, para debater sobre a Resolução nº 2.378, de 2024, do Conselho Federal de Medicina, que veda ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal – guardem esse nome; parece um nome abstrato, uma coisa muito técnica, mas a gente precisa entender a dimensão do que é assistolia fetal – previamente aos atos e procedimentos de interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei, quando houver probabilidade de sobrevida do feto em idade gestacional acima de 22 semanas.

Daqui a pouco a gente vai mostrar o que são 22 semanas também.

Estamos aqui com a Dra. Lenise Garcia, que foi da UnB e conhece bem esse assunto da bioética, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Eu quero aproveitar a audiência da TV Senado – porque acho que nós estamos em rede, é a única ao vivo, também no YouTube, acho que na TV Senado também, porque não tenho conhecimento de outra sessão funcionando agora à tarde desta quinta-feira – e dizer para você que está nos assistindo: se você tem algo a contribuir com esse assunto, é uma audiência pública, então, além de poder enviar perguntas aqui... Eu me comprometo a ler todos os comentários, perguntas, de um lado, de outro, porque às vezes esse assunto suscita polêmicas e tudo, serão todos lidos. E eu faço um convite, a quem quiser se manifestar, para vir aqui no Senado Federal, esta reunião deve durar no mínimo uma hora e meia ou duas horas, dá tempo. Especialmente você de Brasília, que mora aqui em Brasília, nos arredores, está convidado para vir aqui, eu passo a palavra. A Casa é democrática. Esse assunto, a gente precisa jogar luz sobre ele, porque envolve vidas humanas, e eu passo a palavra, mesmo para quem tiver uma posição a favor ou contra a assistolia, esse procedimento da assistolia fetal. A gente precisa entender a gravidade desse assunto.

E o Senado está de parabéns! Foi uma audiência aprovada ainda no ano passado, e a Senadora Damares, que assumiu este ano, se comprometeu comigo, e eu quero parabenizar e agradecer à Presidente desta Comissão, a Senadora Damares Alves, que colocou a realização, marcou e está realizando esta reunião aqui, para a gente poder descortinar o que está por trás desse assunto, que teve uma decisão de uma instituição, uma resolução. Depois de muito debate – o Relator está aqui, Dr. Raphael –, depois de muita análise, depois de muita documentação, o Conselho Federal de Medicina, que reúne quantos mil médicos no Brasil?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Reúne 640 mil médicos, toma uma decisão, e nós vamos ver os termos dessa decisão, como é que foi. Eu queria saber inclusive, Dr. Raphael, os bastidores, quantos votos, como é que foi. E, aí, um ministro do Supremo Tribunal Federal – eu estava até dando uma entrevista agora, vou dar um doce para vocês: quem adivinha qual foi o ministro do Supremo Tribunal Federal quando se fala em tortura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em violação de direitos humanos? –, um ministro do Supremo Tribunal Federal foi lá, deu uma canetada e suspendeu, e está parado até hoje. Já tem quanto tempo parado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Decisão em maio do ano passado, ou seja, já completou um ano, e a decisão dele está aí permitindo que esse método cruel, uma matança de bebês – nem em animais é permitido mais, já se entendeu que é algo cruel mesmo – continue no Brasil, porque o ministro deu essa decisão, essa liminar.

Então, o Senado está de parabéns por – antes tarde do que nunca, não é? – fazer uma sessão dessa e de a gente se mobilizar junto aqui com a sociedade, com as pessoas que entenderem.

E esta audiência vai ser muito importante. Os brasileiros e brasileiras que entenderem que esse método é medieval e que está acontecendo com as nossas crianças. Isso poderia ser com qualquer um de nós. A gente está aqui, mas outras crianças não estão tendo esse direito e estão sendo assassinadas da pior forma possível. Então, que a gente possa fazer esse levante para que o STF, pelo menos, delibere no Plenário, delibere no Plenário sobre essa resolução, para que a gente saiba realmente, para que a gente tenha uma posição em relação aos direitos humanos.

Eu acabei de fazer uma menção à sua coragem, Presidente Damares Alves, porque esse requerimento foi aprovado no ano passado, e a senhora, com o compromisso que teve conosco, colocou em pauta e está realizando esta sessão. Muito obrigado e nós estamos começando agora.

Então, eu quero pedir para a nossa querida Senadora Damares que se puder vir aqui assumir a Presidência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, a qualquer momento fique à disposição, será uma honra para mim, porque esse assunto é um assunto que é uma das razões do seu idealismo, da sua luta pela vida.

Eu quero fazer aqui... Vou chamar os convidados, Lenise Garcia, que é Presidente do Movimento da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto. Quero registrar também a presença do Allan, o nosso querido Allan, que está aqui também; o Sr. Danilo Almeida, Defensor Público da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, representante da Defensoria Pública; o Sr. Ubatan Loureiro Júnior, Médico Ginecologista, e o Dr. Rafael Câmara Medeiros Parente, Médico e Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina. Ele que foi o Relator da Resolução 2.378 do Conselho Federal de Medicina. Então, estão compondo aqui a mesa.

Nós vamos já passar a palavra aqui. Antes, eu queria só fazer rapidamente, se me permitem, uma breve introdução aqui sobre esse tema.

Nosso objetivo hoje é debater a Resolução nº 2.378, de 2024, do Conselho Federal de Medicina. Não é a primeira vez que a discutimos, e certamente não será a última, em razão da nossa ética e de nossos princípios civilizatórios. É a primeira vez aqui na CDH, isso sim, mas já fizemos outras reuniões, na Câmara, enfim.

Como se sabe, a eficácia da Resolução está, por enquanto, liminarmente suspensa. Para quem ainda não está familiarizado com o tema, é importante deixar claro o que está em jogo aqui. É, simplesmente, a inviolabilidade da vida, a defesa da vida como garantia fundamental e constitucionalmente garantida. O que está em jogo é a proteção contra tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, algo que nossa Constituição também garante: uma proteção. Estamos aqui tratando de tortura e, posterior, assassinato de crianças indefesas.

É disso que se trata essa importante resolução do Conselho Federal de Medicina que vedou, corretamente, a realização do procedimento de assistolia fetal em gestações com mais de 22 semanas.

Antes de a Senadora Damares chegar aqui, ter sido eleita – e eu quero agradecer ao povo aqui de Brasília, Distrito Federal –, a gente fez, Senadora Damares, um debate temático no Plenário do Senado sobre esse tema, fizemos uma sessão, e foram muito interessantes, também, as informações, as imagens que foram mostradas e tudo.

Com o contínuo avanço da ciência, bebês com mais de 22 semanas já sobrevivem fora do útero materno – tem alguns casos catalogados. Como não estamos falando de partos, mas de possíveis abortos, o procedimento de assistolia fetal tem por objetivo extinguir a vida do bebê antes que ele seja arrancado do útero da mãe. Em outras palavras, querem ter certeza de que o bebê não vai sobreviver ao procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se faz isso? O método mais comum é usar uma agulha comprida para injetar uma substância chamada cloreto de potássio dentro do coraçãozinho da criança, ainda no útero. O cloreto de potássio faz o coração do bebê sofrer arritmias e parar de bater. É um método antigo, medieval, que já foi utilizado para a eutanásia de animais, mas que acabou sendo corretamente proibido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária – para quem tiver curiosidade, basta ler o *Guia Brasileiro de Boas Práticas para a Eutanásia em Animais*. Mas por que o método foi proibido em animais? Por que será? Sabem por quê? Porque ele causa excitação das fibras nervosas, causando extrema dor antes que ocorra a morte, ou seja, a injeção de cloreto de potássio no coração é muito eficaz para matar animais, mas, antes de matar, causa profundo sofrimento e, por isso, foi proibida.

E com os nossos bebês, será que é diferente? Vejam que, quando eu falo de sofrimento, eu não estou pensando apenas no sofrimento das crianças, falo também do sofrimento das mães. A ciência também já provou que o aborto traz graves consequências, sequelas físicas e psicológicas, emocionais, mentais, para a saúde da mulher. É sete vezes maior a incidência de complicações físicas, como a de placenta prévia; é 190% maior a possibilidade de contrair câncer de mama; é 55% maior o risco de desenvolvimento de uma doença mental, comparando a mulher que pratica o aborto com a mulher que não pratica o aborto; é 220% maior o risco de dependência química, com álcool e drogas; é 140% maior o risco de quadros depressivos.

E aqui, Senadora Damares, vem a grande pandemia do momento: o risco de uma mulher que pratica aborto, comparado com o da que não pratica, é de 160% maior o risco de suicídio, que é o grande problema que a gente está vivendo hoje no Brasil.

Então, esta nossa audiência pública, portanto, tem razão de ser, especialmente numa Comissão temática como esta, de direitos humanos. Eu acho que não tem direito humano maior do que o direito de nascer, de nascer com dignidade, de viver. O tema é importantíssimo, os convidados são especialistas, são lideranças que conhecem profundamente o assunto de forma técnica, de forma científica.

Eu acredito que não apenas nós, Parlamentares, mas todos os que nos acompanham sairão daqui muito mais bem informados e dispostos a continuar defendendo a vida desde a concepção, como a causa das causas, o direito dos direitos, pois, sem ela, todos os demais perdem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente o sentido. Deixando claro, mais uma vez, que quem discordar do que está sendo colocado aqui por especialistas pode vir, a qualquer momento, a esta Comissão que nós daremos a palavra. Pode vir colocar, de forma respeitosa, como tem que ser, de forma democrática. Todos os comentários eu vou ler aqui, os que chegarem a esta Comissão.

Então, imediatamente, já quero agradecer aos convidados aqui presentes na Comissão de Direitos Humanos. Já passo à Dra. Lenise Garcia, Presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto. A senhora tem um tempo que é estimado regimentalmente, mas fique muito à vontade porque é fundamental que a gente esclareça esse assunto nos mínimos detalhes para despertar consciência sobre esse tema.

Muito obrigado pela sua presença.

A SRA. LENISE GARCIA (Para expor.) – Muito obrigada. Boa tarde a todos.

Eu que agradeço, Senador Girão, o convite para participar desta audiência tão importante, tão relevante, sobre essa situação que estamos vivendo em que uma única liminar, dada por um Ministro do STF, está contrariando, na verdade, por um lado, toda a legislação brasileira e, por outro, o que coloca o Conselho Federal de Medicina. É como se fosse possível, simplesmente, numa canetada, desrespeitar o que está na nossa própria Constituição, que é o direito à vida, que é o maior, o primeiro de todos os direitos. Talvez, a gente possa começar um pouco antes para pensar o que está por trás desse debate.

Bom, eu não sou da área jurídica, mas eu já venho acompanhando há muito tempo todo esse debate sobre o aborto. Essa questão da assistolia fetal, ou seja, de se parar o coração do bebê para que possa ser feito um dito aborto nos meses finais da gestação, de fato até o 9º mês de gestação, porque não existe nenhum limite colocado aí na situação em que estamos vivendo... Isso vem, antes de mais nada, de um entendimento, que no meu pensamento está equivocado, de que existiria no Brasil o aborto legal. Esse é o primeiro ponto a ser colocado.

Por quê? Porque o nosso Código Penal não pune quem realiza o aborto em determinadas situações, mas é até fácil de qualquer pessoa leiga entender que um Código Penal não existe para dar direito, o Código Penal não dá direitos. O Código Penal apresenta punições a quem descumpre a lei e que punições serão essas. É esse o objetivo de um Código Penal! E está se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratando como se o art. 128 do Código Penal abrisse um direito ao aborto àquelas mulheres que querem fazer um aborto, alegando que foram violentadas, porque inclusive é isso, é uma alegação de que foram violentadas, porque não se faz nenhuma comprovação de que isso tenha efetivamente ocorrido.

Então, ao tratar desse modo, e aí já se começa a questionar inclusive aqueles hospitais, aqueles médicos que se recusam a fazer esse aborto dito legal, então, vocês veem que já está distorcido tudo desde a primeira pressuposição colocada aí por trás, como se houvesse um direito a fazer o aborto em determinadas situações, quando não é isso que o nosso código fala. O nosso código fala que simplesmente não se vai punir quem realizar o aborto naquelas circunstâncias. Então, essa é uma primeira coisa.

E aí quando se fala desse aborto a ser realizado, porque alguma pessoa efetivamente foi violentada, a gente realmente tem que olhar para as duas pessoas que estão envolvidas aí, tanto essa mulher que já sofreu uma agressão aos seus direitos quanto ao bebê que ela está esperando. E, realmente, a experiência que se tem, e o Movimento Brasil Sem Aborto trabalha muito junto com entidades que ajudam essas mulheres que estão na dúvida, que estão pensando se vão fazer um aborto, que precisam de uma acolhida. O que a gente vê é que aquelas mães que resolvem levar adiante a gestação vão estar muito mais felizes ao longo da sua vida com esse filho, mesmo que ele tenha sido gerado numa violência, do que aquelas que resolvem então fazer o aborto dessa criança, porque é uma chaga em cima de outra chaga, não é algo que vá solucionar essa questão.

Mas, então, fechando um pouco esses parênteses, a gente vai voltar a isso, da importância de atender tanto ao bebê quanto a essa mãe, porque ela já é mãe, isso é outra coisa. A gente não cancela uma criança, não tem como deletar. No computador, a gente tem um arquivo lá que a gente não quer mais, a gente deleta, depois abre a lixeira, deleta de novo: "Tem certeza de que você quer deletar para sempre?". "Sim, eu quero deletar para sempre". Pronto, foi embora, aquilo não existe mais. Não é assim com uma vida humana, é impossível deletar um filho.

Então, essa mãe vai guardar para o resto da sua vida essa experiência de ter feito o aborto de um filho. E um aborto que é, nesses casos, vamos focar nesses casos de abortos tardios, desses feitos após a 22ª semana até o nono mês de gravidez, então, extremamente doloroso tanto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a criança quanto para a mãe. Isso é algo que a gente precisa ter em conta e que vai deixar essas marcas, porque, de novo, é uma experiência de vida que não é possível tratar como se não tivesse existido.

Então, a própria palavra aborto é complexa de se usar nesse caso, e isso é o que vai explicar também toda a problemática relativa ao nosso Código Penal brasileiro. Porque o que acontece, vamos pensar num aborto espontâneo, que é a definição do aborto, que está relacionada ao aborto espontâneo e depois vai ser usada também para o aborto provocado.

Eu tenho aqui para mostrar para vocês alguns modelinhos que nos mostram as diferentes idades gestacionais. Então, vamos pensar aqui comigo. Esse aqui é o modelinho muito utilizado no Movimento Pró Vida, talvez muitos de vocês conheçam essa réplica. A gente usa o termo réplica porque é isso, é o mesmo tamanho, a mesma estrutura, efetivamente, daquele bebezinho que está no útero materno, esse aqui com 11 semanas de gestação. Então, um pouquinho antes das 12 semanas, que é o primeiro limite que muitas vezes se coloca. Por exemplo, a ADPF 442, que está também parada lá no Supremo Tribunal Federal, pede o aborto livre para qualquer pessoa até as 12 semanas de gestação. Então, estamos falando desse bebezinho aqui, que está completamente formado, só tem que se desenvolver. Na verdade, o órgão dele que ainda precisa amadurecer e que vai fazer com que, se ele nascer nessa idade gestacional, não sobreviva, é o pulmão, porque ele só vai precisar do pulmão fora do útero, então o pulmão é o último órgão que amadurece. Mas ele já tem uma série de órgãos aqui prontos e funcionantes, já está funcionando, o coraçãozinho já está batendo lá desde o primeiro mês, porque senão ele não conseguiria crescer. Então o coração dele já está ali batendo desde o primeiro mês de gestação, ainda no comecinho, não é um coração, evidentemente, com o formato que vai ter depois, mas já está cumprindo a sua função, e depois, assim, com essa idade gestacional, já está lá o coraçãozinho formado. Então, o que acontece? Se uma mulher tem um aborto espontâneo, o que vai acontecer? Esse bebezinho vai ser expulso do útero, já não tem condição de sobrevida fora do útero, e vai morrer, às vezes ele já está morto antes de que o aborto aconteça, mas às vezes não, às vezes ele está vivo, mas, logo ao sair do útero, pouquinho depois, ele vai falecer porque não tem condições de sobreviver sem estar no útero da mãe.

Este aqui tem 20 semanas, certo? Então, com 20 semanas, a gente já começa a ter uma possibilidade de sobrevida, com a tecnologia que a gente tem hoje. Então, exatamente porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele já está quase formado, de novo, falta o pulmãozinho lá acabar de amadurecer, mas indo para uma UTI neonatal, já vai podendo sobreviver, está certo? Então, se ele for um pouquinho maior, vamos pegar aqui o que já está, esse é o penúltimo, o que já está um pouco mais desenvolvido, é desse aqui que a gente está falando quando fala do assunto que nos trouxe hoje, da assistolia fetal, ou seja, de fazer parar o coraçãozinho do bebê, então, esse aqui, se nascer num aborto espontâneo, quer dizer, não é mais um aborto espontâneo, já não vou usar esse termo, não é verdade? O que eu tenho agora? Eu tenho um parto prematuro – eu tenho um parto prematuro. Ele vai nascer, ele tem condições de sobrevivência, às vezes, até sem uma UTI, dependendo da idade gestacional, mas, se não, com uma UTI neonatal ele vai sobreviver. E é isso que traz um problema para quem deseja, na verdade, a sua morte, ou seja, quando a gente está falando de um dito aborto provocado, que como eu explicava para vocês, não é mais um aborto, porque o aborto, inclusive, é uma expressão que, quem defende e gosta muito de utilizar, não usa a palavra aborto. Vão falar o quê? Vão falar numa interrupção da gestação. Não é assim?

Então, se eu interromper a gestação desse bebezinho aqui, o que é que vai acontecer? Ele vai nascer vivo, está certo? Então, esse é o grande x da questão. Se eu interromper essa gestação, ele nasce vivo. Então, quem deseja a sua morte precisa fazer o quê? Precisa matá-lo antes que ele venha à luz, porque, se ele nascer vivo, a nossa legislação, claramente, não permite matar. E é uma deturpação da nossa legislação entender que ele pode ser morto antes, no útero, porque não é um aborto que está sendo realizado; eu estou fazendo um infanticídio e, depois do infanticídio, eu estou interrompendo a gestação, porque dar uma injeção no coração, aqui, não tem o objetivo de interromper a gestação, tem o objetivo de matar o bebê antes que ele venha à luz. E é exatamente por causa disso, sim – eu entendo, o Dr. Raphael vai poder falar melhor do que eu –, foi isso que motivou o Conselho Federal de Medicina a dizer: "Esperem aí, isso não é uma atitude que o médico possa fazer, porque isso é um assassinato". Certo?

Então, isso não está coberto por aquela exceção que o nosso Código Penal abre, porque o Código Penal está falando de não punir um aborto, e aqui a gente está falando de um assassinato, está certo? Então, não é deixar acontecer naturalmente o que acontece numa interrupção de gestação, vamos dizer assim, mas é ter que atuar antes. E com isso, então... E é num processo – como já disse aqui o Senador Girão – extremamente doloroso. Vai ser doloroso para o bebê que está sendo gestado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa que a gente tem que ter em consideração: depois, o que se vai fazer? Tem que se induzir, então, esse parto, porque já é um parto, está certo? Ele já tem um tamanho... Aliás, esse aqui nem está a termo ainda. Está se fazendo esse tipo de processo com bebês que já estão praticamente a termo, prontinhos para nascer. Então, eu vou fazer... Eu não, graças a Deus. Não vou fazer esse procedimento, mas esse médico vai fazer o procedimento de fazer parar o coração do bebê e depois tem que se induzir o parto. E aí, de novo, vamos comparar com um parto normal. O bebê ajuda para nascer, está certo? No parto normal, a mãe faz força e o bebê faz força – o bebê está tentando nascer. Então, se ela vai dar à luz um bebê que está morto, vai ser muito mais difícil. Então, essa mãe, muitas vezes, vai ter um longo processo, doloroso, de dar à luz um filho morto. Vocês acham que, alguma vez na vida, ela vai esquecer isso que aconteceu com ela? É algo que marca profundamente. Não tem como não marcar. A pessoa vai ter essa vivência marcada para o resto da sua vida. E isso acontece não somente com mulheres. O caso que mais é trazido e mais é debatido para procurar defender esse procedimento acontece com meninas e adolescentes. Inclusive por quê? Porque, se ela tem menos de 14 anos, se ela está gestante, isso automaticamente é considerado um estupro, está certo? Por quê? Porque ela não tem possibilidade real de estar consentindo em ter um filho, ela não tem maturidade para ter uma relação sexual e para vir a ser mãe. É isso que a nossa legislação considera, está certo?

Vocês vejam que, ironicamente, a gente teve, por exemplo, no Conanda, que deveria defender os adolescentes, pois é para isso que existe esse órgão, aprovada lá uma resolução de que uma adolescente possa fazer o aborto, inclusive sem o consentimento e sem até o conhecimento dos pais. Vocês vejam a ironia, porque é considerada que é uma violação porque ela não tem maturidade para ficar gestante. Então, como ela não tem maturidade para ficar gestante e vai ter maturidade para matar o bebê, está certo? Então, está se jogando sobre ela uma decisão que ela é absolutamente incapaz de tomar.

E vocês vejam... Quer dizer, é muito triste que a gente tenha esse tipo de gestação realmente. Na maior parte das vezes, são meninas que vêm sendo abusadas há tempos e que de repente ficam gestantes. Até por isto, pela inexperiência que elas têm da vida, pelo desconhecimento que elas têm em relação à gestação, muitas vezes elas demoram para perceber que estão gestantes. E aí vem essa problemática de já termos bebezinhos numa idade gestacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais avançada, porque ela demorou para perceber o que estava acontecendo com ela, ou a família demorou para perceber o que estava acontecendo com ela, está certo?

Agora, será que o aborto vai trazer algum alívio para essa situação? Ele vai solucionar alguma coisa? E o que se faz muitas vezes? Essa menina é levada a um hospital, onde se faz esse dito aborto legal – e eu já expliquei os problemas desse termo –, e quem vai ser responsável por ela? O pai, o padrasto ou um irmão mais velho, que muitas vezes é o abusador. Então, ele vai ser responsável por ela, ele vai autorizar esse aborto.

O aborto vai ser feito sem que seja preciso um boletim de ocorrência. Isso é outra coisa, de um longo debate, que protege o estuprador, o não precisar de boletim de ocorrência para se fazer o aborto nesses casos. Ela vai fazer o aborto e vai ser levada de volta para casa, para ele continuar abusando dela. Então, é essa situação que está sendo permitida, pelo modo como atualmente se trata do assunto.

Então, não é proteção para a menina, não é proteção muito menos para o bebê; é toda uma situação que precisa de outros olhares, de outro tipo de solução. É preciso, evidentemente, educação; é preciso que esses estupradores efetivamente sejam denunciados e vão para cadeia, certo? Porque quem diz que defende a mulher, e, na verdade, está defendendo também o estuprador, está sendo incoerente, porque essa mulher está sendo abusada.

Então, não é matando o bebê, dando essa injeção dolorosa no seu coração para que esse coração pare, que se vai solucionar qualquer coisa.

É isto que nós precisamos entender: que nós precisamos trabalhar na prevenção disso. Precisamos de políticas que ajudem a prevenir esse tipo de situação. E, se, eventualmente, a gente tem uma adolescente que ficou gestante, é claro que a gente precisa de um cuidado maior para que essa criança venha à vida e que ambas possam ser atendidas, seja pela própria família, seja por qualquer estrutura social que possa ajudar nesse sentido. E, com certeza, nós temos muitas entidades que se dispõem a ajudar nesse tipo de situação.

Eu me lembro de um caso, anos atrás, de uma menina muito jovem – eu acho que ela tinha 11 anos – que ficou gestante, também de uma situação de um abuso em casa, e houve um casal que se apresentou e adotou as duas crianças, a mãe e o bebê. As duas foram adotadas por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casal, que cuidou delas. E elas puderam se desenvolver juntas, praticamente como se fossem irmãs, embora fossem mãe e filha, adotadas pelo mesmo casal.

Existem soluções. Existem pessoas generosas, dispostas a ajudar. O que nunca vai ser solução é realizar o aborto, é matar esse bebezinho no útero da mãe de uma forma extremamente dolorosa e matar junto com ele alguma coisa dentro do coração dessa mãe, porque são os dois corações que são afetados. Não há como dizer que não. Os dois corações são afetados. O coração da criança é afetado pelo cloreto de potássio para parar de bater e o coração dessa mãe vai ficar marcado para sempre, porque ela sabe que teve um filho, que tinha um filho e que entregou esse filho a uma morte dolorosa. Ela mesma passa por um processo doloroso para expulsar esse filho, doloroso fisicamente e, sem dúvida, doloroso psicologicamente.

Então, não é por aí que vai se resolver qualquer coisa. Nós necessitamos, efetivamente, de que este assunto seja amplamente debatido no Brasil. Ele não pode estar pendente, simplesmente, com uma liminar. E essa liminar, eu acho importante também falar sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Antes de a senhora falar da liminar, só quero fazer um registro. É importante, viu, Senadora Damares?

A partir do momento em que a nossa querida Lenise, a Dra. Lenise, começou a mostrar os bebezinhos das diversas etapas...

Você percebeu, não é? (*Pausa.*)

É uma coisa interna que a gente precisa resolver. Eu quero a sua ajuda. Eu preciso da sua ajuda.

Eu tenho o maior carinho pela equipe da TV Senado. São todos muito atenciosos, muito dedicados, competentes, mas, em tempos em que a gente vive de censura no Brasil, teve, um ano e meio atrás, dois anos – e não têm culpa os profissionais, eles não têm culpa nenhuma disso –, decisão que veio de cima – veio de cima – para que, toda vez em que a Senadora Damares, o Senador Magno ou qualquer outro Senador, mostrar algo... Como é que eu posso dizer, biologicamente, isso aqui? Isso aqui é um retrato, é uma réplica do tamanho original de um feto, vamos dizer assim, não é isso?

A SRA. LENISE GARCIA – O que todos nós fomos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O que todos nós fomos.

Senadora Damares, isso é sério. A senhora está aqui do lado de uma pessoa que dá aula sobre isso na UnB, por muitos anos deu aula. E você não pode mostrar isso na TV Senado? Como? Como é que é essa história? Numa Casa revisora da República, numa Casa do povo? É algo...

A gente protagonizou, eu e a senhora aqui, um momento que foi muito natural da gente. Quando o Ministro Silvio Almeida assumiu, em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos, eu estava ali, do lado da Senadora Damares, e o Ministro aqui explicando como é que seriam os planos dele e tal. E aí, Dr. Raphael, eu fiz algo que a minha vida... Desde que eu entrei nessa causa, que me tocou profundamente o coração, Dr. Ubatan, eu, do fundo da minha alma, sem nenhum tipo de algo premeditado, eu apenas peguei o bebezinho e disse: "Eu vou entregar ali". Eu até comentei com a Senadora Damares: "Eu vou entregar para o Ministro", porque ele não é Ministro do PT apenas, ele é Ministro de todos os brasileiros. A partir do momento que o Presidente Lula assumiu, ele é o Ministro de todos os brasileiros. Concordam ou não? E 84% dos brasileiros são contra o aborto, segundo pesquisas desses grandes veículos, dessas grandes mídias de pesquisa de opinião, e cada vez aumenta, porque aumenta a consciência. Talvez, eu acho que o grande trunfo era mostrar isto aqui, porque é a verdade. A gente sintetiza isto aqui, materializa o tamanho, o que é que é.

Eu sempre fui a debate de televisão, quando eu... Não é, Dra. Lenise?

A SRA. LENISE GARCIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A senhora sempre mostrava, em Globo, em vários outros veículos, e nunca houve o que está acontecendo aqui na TV Senado. Nunca foi proibido mostrar debates assim com o pessoal que é a favor ou contra o aborto.

Então, eu quero deixar isso claro, porque o Ministro, na época – talvez tenha começado ali, eu não sei –, recusou a receber essa réplica que eu entreguei... Na minha vida, desde que essa causa entrou na minha alma, no meu coração, eu entrego para Vereador, para cidadão comum na rua que eu encontro, eu vou conversando. Entrego para Deputados Federais, para Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual, para Prefeito, para Governador. Para Senadores, eu entreguei para todos os colegas nossos. Eu já entreguei para ministros do Supremo Tribunal Federal, que receberam. Poxa, é um gesto. Esse é o símbolo do movimento pró-vida do mundo, é o símbolo.

O Ministro dos Direitos Humanos, na época, não recebeu. Eu fiquei aqui, inclusive, numa situação superconstrangedora, para ambos. Eu fui entregar, e ele ali se recusou e ainda usou um argumento dizendo o seguinte: "Não, é porque a minha esposa está grávida. Isso é uma agressão, isso é um...". Aí eu digo: "Como é que é? Sua esposa está grávida? Então, o senhor já viu isso aqui no ultrassom! Está no ultrassom que o senhor viu, e o senhor está dizendo que é uma agressão? O quê?".

Então, isso mostrou a intolerância, e depois ele caiu, inclusive, pela dignidade humana, com as mulheres. E aqui não deixa de ser também... Pode ser uma mulher, o bebê.

A SRA. LENISE GARCIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, só para deixar claro, Senadora Damares, eu preciso da sua ajuda. A senhora ainda vai ter mais, se Deus permitir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mais seis anos aqui no Senado. A senhora vai completar o quarto ano no ano que vem, né? Está em três anos. Aliás, belíssimo mandato, reconhecido pelo país inteiro.

E a senhora vai...

Agora está dando foco na senhora, estou gostando de ver. Gostei. Agora dê um foco em mim aqui com o bebê. (*Risos.*) Deem um foco em mim com o bebê.

Não dá. Não é culpa do pessoal, foi uma orientação que eles receberam de cima, e eu preciso da sua ajuda para que, pelo menos até que termine o mandato da senhora, essa censura acabe, porque o país é livre. O país é um país livre.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Boa tarde aos convidados.

Eu tenho, depois, interação com todos vocês, no final eu quero falar, mas eu sempre ouvi, como assessora, nos corredores e em outros lugares, que não se mostra para não constranger a mulher que fez aborto, porque ela vai olhar e vai ver que é um bebê, e ela já fez o aborto, quando disseram para ela que era um amontoado de células, que não tinha vida.

Então, se todos têm a certeza de que o aborto não se encerra no aborto, que ele é para a vida inteira, por que a gente insiste nessa prática? Por quê? Nós estamos no ano de 2025, a ciência avançou em tudo e o homem insiste numa prática medieval, das cavernas. Por quê?

Então, não mostrar o bebezinho, Senador, é para que mulheres não sejam constrangidas. Enganaram-nas, porque não acaba no aborto, porque, uma vez grávida, para sempre grávida, porque o aborto não "desengravida" nenhuma mulher – mentem para essas mulheres –, porque ela não deixa de ser mãe depois do aborto: é natureza humana, é regra deste planeta.

Quem construiu este planeta estabeleceu regras muito claras: neste planeta, a fêmea gera vida; é regra da natureza. Se não quer gerar vida neste planeta, vá para outro planeta; inclusive, para entrar neste planeta, a regra é via útero materno. Só se entra de forma legítima neste planeta via útero materno. Se chegar alguém a este planeta que não vier pelo útero materno, é um ET, é um invasor.

Então, tem regras claras neste planeta, e por que a gente quer romper regras tão claras? É claro que, se uma mulher que fez aborto vir esse nenenzinho, o coração dela vai doer muito porque, no subconsciente dela, ela continua mãe. O bebezinho é gatilho. E por que não falaram isso para ela, Senador?

O que nós, pró-vida, questionamos o tempo todo são as mentiras: vende-se de uma forma tão romântica o aborto, e não tem romantismo; tem ciência, tem biologia, tem psicologia, tem decisões, tem arrependimento. Se o neném nasce e ela se arrepende desse bebê, vai dar para adoção, mas o aborto, o arrependimento, não tem volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão entendendo? Nós estamos tratando de um assunto que não tem volta. E por que a gente impõe, especialmente a uma menina, uma decisão que não tem volta? Há a decisão de ela gerar e ficar ou não com o bebê, ela pode pensar o resto da vida se quer ver este filho ou não, o.k.? Mas, se ela se arrepende do aborto, ela não tem o que fazer, a não ser chorar.

Senador Girão, o que, lamentavelmente, também não falam é da correlação do suicídio com o aborto, mesmo o aborto dito legal, mesmo o aborto desejado pela mulher.

Então, eu entendo as lógicas da TV quando não mostram – e essa é a argumentação –, mas por que não falaram para a mulher, na hora de ela fazer o aborto: "Não é um amontoado de células, é um bebê."? No dia em que começarem a falar a verdade, Dr. Ubatan, eu tenho certeza de que muitas mulheres desistirão do aborto, mas não falam verdades.

Então, Senador Girão, essa é a lógica. Eu sempre acompanhei essa lógica e sempre questionei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, veja bem, eu sempre coloco também uma coisa: muitas vezes a mulher vai pelo caminho do aborto pressionada pelo homem, que ameaça deixá-la, abandoná-la, que exige. E, muitas vezes, Senadora Damares, ela pratica esse ato porque, justamente, não sabe exatamente isto aqui. Aí vem aquela pergunta: o que é que nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Aonde é que eu estou querendo chegar? A partir do momento que a gente mostra a realidade biológica... Ninguém está querendo constranger, absolutamente. Muitas mulheres não sabiam, quando fizeram o aborto, desta realidade. Entendeu? Então, o que passou, passou.

A Elba Ramalho, nossa amiga – e eu não estou falando aqui nenhum segredo – já deu entrevista em grandes veículos de comunicação dizendo que fez aborto e que, depois, tomou consciência do que era. Lembra? A Cássia Kis e outras. Tiveram problemas graves de autoperdão, de perdão, por envolvimento com coisas que machucaram bastante, mas depois conseguiram, se perdoaram, pediram o perdão de Deus. Hoje passam a madrugada salvando vidas.

Era Pedro, não era, que dizia que o amor cobre uma multidão de pecados? Então, o que passou, passou. O que a gente está querendo evitar é mais sofrimento de mulheres e de bebês. Por isso que eu acho que é importante mostrar, porque você está evitando mais abortos, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas para a frente. Nas escolas tinham que mostrar para as crianças, nas escolas tinham que começar a mostrar. Tem projetos nesse sentido, inclusive.

Fica uma reflexão importante para que o bom senso prevaleça e para que a gente veja qual é o bem maior.

A SRA. LENISE GARCIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque o objetivo não é constranger, a intenção não é... Muito pelo contrário, é exatamente evitar mais sofrimento de mulheres. Porque, quando você mostra, dizem: "Espera aí, ainda é assim?". Ninguém sabia, porque dizem para as mulheres que é um amontoado de células e que é o quê? Um pedacinho de carne. "Não, isso é um pedacinho de carne". Quando você mostra aqui que, no período em que é feito o aborto, é deste tamanhozinho a coisa fica diferente, a pessoa vai pensar duas, três vezes.

Então, desculpa esse...

A SRA. LENISE GARCIA – Mas isso é importante, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fugimos aqui, mas é algo que precisa ficar registrado.

A senhora pode concluir. A senhora estava falando da decisão, da resolução.

A SRA. LENISE GARCIA – Pois não, Senador.

Isso. Mas, se me permite, eu vou continuar um pouquinho no seu parêntese, porque eu tenho duas experiências também que muito brevemente eu vou relatar.

A primeira é que eu tive uma dessas replicazinhas confiscada exatamente entrando no Supremo Tribunal Federal, quando eu participei da audiência pública da ADPF 442, que exatamente pedia o aborto até a 12ª semana. A sorte é que eu já tinha mostrado. Eu fui confiscada na hora que eu entrei à tarde. Eu já tinha entrado de manhã, já tinha falado, fui almoçar. Quando eu fui entrar à tarde, não me deixaram entrar com a réplica. Foi pega ali; quando passou no raio-X, não me deixaram entrar com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu também presenciei – o senhor foi com o Ministro Silvio – a recusa, por parte da Ministra Rosa Weber, quando tentaram dar um para ela. Eu estava participando, nesse momento, de uma conversa particular com ela, que era exatamente a Relatora da ADPF 442, que pede o aborto até a 12ª semana. A pessoa que estava comigo tentou dar uma réplica para ela, e ela recusou. Então, isso precisa ser colocado aqui.

Eu ia falar da resolução, né?

Então, só concluindo – acho que já me alonguei bastante –, a gente tem essa resolução do Conselho Federal de Medicina, que justamente tem todo o conhecimento de tudo o que está envolvido aí. Não por acaso, então, fizeram essa resolução, a respeito da qual acho que o Dr. Raphael e outros vão se estender mais.

Então eu fico por aqui.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dra. Lenise Garcia, Presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto.

Como eu apresento aqui o seu currículo? Você é Professora da UnB?

A SRA. LENISE GARCIA (*Fora do microfone.*) – Da UnB, do Instituto de Biologia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É da área de...? Do instituto...? É importante.

A SRA. LENISE GARCIA – Eu fui, por mais de 30 anos, Professora do Instituto de Biologia da UnB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bom!

Eu queria passar, imediatamente, a palavra para a Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, desde a concepção, aqui no Congresso Nacional, que é a Deputada carioca, uma grande Parlamentar, Chris Tonietto, que vai entrar diretamente lá do Rio de Janeiro nesta sessão.

Muito obrigado pela sua participação, Deputada. Estamos juntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, queridíssimo Presidente desta audiência pública, nosso querido Senador Eduardo Girão, na pessoa de quem cumprimento todas as demais autoridades presentes, Senadora Damares, todos os participantes, os expositores.

Estou acompanhando aqui os especialistas, todas as argumentações que estão sendo feitas, sem dúvida.

Na verdade, eu queria só, antes de mais nada, primeiro, louvar a sua iniciativa, Senador Girão, de trazer este debate para o Senado e para a Casa competente, no caso, o Congresso Nacional. Se tem que haver uma discussão, tem que ser dentro do Congresso Nacional. Pena que muitos não respeitem isso.

O segundo ponto: eu queria lamentar, porque a gente está precisando discutir o indiscutível. A gente está precisando discutir que não se deve matar crianças inocentes no ventre de suas mães; quer dizer, o Brasil tem pena de morte, porque existe aborto. A gente precisa reafirmar o óbvio, né? Então é nesse sentido que eu preciso lamentar. Mas, como disse, louvo a iniciativa de V. Exa... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acho que cortou o áudio, Deputada Chris, cortou o áudio. Cortou agora, nos últimos 15 segundos. Vamos ver se restabelece, a nossa equipe técnica...

Está o.k. agora? Voltou ou não? (*Pausa.*)

Eu acho que foi aí, Deputada Chris.

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Foi por aqui, será?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora, acho que voltou.

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Restabeleceu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Restabeleceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Ah, maravilha!

Eu estava dizendo, Senador Girão, que eu queria, primeiro, louvar a iniciativa desta audiência pública, porque V. Exa. está trazendo para o âmbito competente, para a Casa competente, como, por exemplo, o Congresso Nacional, esta discussão. Porque, se existe uma discussão para ser feita, é aqui nesta Casa, no Congresso Nacional. E muitos... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De novo, você acredita, Deputada Chris? De novo aconteceu aí.

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – É alguma oscilação será?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É alguma oscilação. Será que é bom a gente reconectar novamente ou não? O pessoal da técnica aqui...

A SRA. CHRIS TONIETTO (*Por videoconferência*.) – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Espere aí.

A SRA. CHRIS TONIETTO (*Por videoconferência*.) – Aqui está parecendo estável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Então agora vamos torcer para que dê certo. Vamos lá.

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Eu aqui, como advogada – claro, eu não quero entrar na parte médica, porque o nosso grande Dr. Raphael Câmara, que foi relator da resolução, certamente o fará –, queria defender, primeiro, a competência do Conselho Federal de Medicina, e vou falar do ponto de vista jurídico inclusive, como órgão normativo técnico-profissional.

O Conselho Federal tem poder para editar normas de ética médica e para regulamentar condutas profissionais – isso aí a própria Constituição prevê, e a lei infraconstitucional também. A resolução não altera em nada a lei penal, tampouco proíbe o aborto. Eu diria que quem dera se proibisse, mas, se de fato proibisse, não seria sua competência, seria competência do Parlamento. Mas não foi isso que a resolução fez. A resolução não proibiu, a resolução não alterou a lei. O que faz, então, a resolução? Ela apenas estabelece ali um limite técnico para um método

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específico, que é a assistolia fetal, alegando que caberia ao médico decidir condutas conforme a ética e a segurança do paciente.

Vamos fazer aqui uma reflexão racional. Eu pergunto: qual é o médico que acha ético matar um bebê nascido prematuro de seis meses, por exemplo? Eu tenho certeza de que ninguém acharia isso ético, por uma razão muito simples: porque estamos falando de um assassinato. Agora, por que, então, não se escandalizam diante de uma morte precedida de uma tortura, que é eufemisticamente chamada de assistolia fetal, em bebês, justamente porque estão dentro do ventre das suas mães? Então, aí é que está a incoerência! Isso é ético? É evidente que não.

Eu queria, primeiro, para defender a competência do Conselho Federal de Medicina, dizer que não houve exorbitância, não houve excesso de poder regulamentar por parte do Conselho Federal de Medicina, mas, sim, houve um exercício legítimo da função de definir padrões éticos para a prática médica. Foi isso que fez a resolução!

Da mesma forma, se eu for argumentar além, em defesa da resolução, por exemplo, eu poderia pegar um princípio que é chamado da não maleficência e da proteção do feto viável. Então, aqui, do ponto de vista até médico, eu sei que, acima de 22 semanas, com as tecnologias médicas atuais, existe a possibilidade de viabilidade fetal, ou seja, presume-se a viabilidade fetal de um bebê acima de 22 semanas – isso é literatura médica! Então, nesse quesito, o parto vai ter que acontecer.

Se o parto vai ter que acontecer de qualquer forma – até porque o bebê não vai sair por *bluetooth*, por evaporação, como alguns pensam... Desculpem-me aqui a forma de falar, mas infelizmente a gente precisa, às vezes, agir dessa forma para as pessoas raciocinarem, porque estamos falando de um parto que vai acontecer de qualquer forma, como a Lenise muito bem esclareceu anteriormente. Então, se o parto vai acontecer, por que dar à luz um bebê morto se ele pode, no caso, ter o direito à vida assegurado e depois ser encaminhado para a adoção? A menina, a mulher não precisa nem sequer ficar com aquela criança, mas que ela então tenha a possibilidade do direito à vida preservado, para que, repito, seja encaminhada para a adoção – isso seria até um ato de amor pela adoção legal, que é um instituto que é previsto na nossa legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro argumento que poderia citar também, invocando aqui a questão da resolução, a defesa da resolução, é a garantia da liberdade de consciência médica. Por quê? Porque o Código de Ética Médica prevê que o médico pode recusar atos que conflitem com a sua consciência, ou então com princípios éticos, por exemplo. Então, ao proibir a assistolia, a resolução evita que os médicos sejam forçados a aplicar uma técnica que muitos consideram eticamente inaceitável, sem contar que existem aí – eu estava pesquisando a respeito – diversas divergências científicas sobre a prática da assistolia.

A gente está falando disso porque muitos alegam que a assistolia é uma prática reconhecida pela OMS, pela comunidade internacional. E eu refuto dizendo que, embora a OMS recomende – de forma absurda – a assistolia em alguns casos, há publicações médicas, porque eu já vi – eu tenho certeza de que o Dr. Raphael Câmara vai poder corroborar e explicitar isso de forma muito melhor do que eu –, nós sabemos que existem aí publicações médicas que apontam eventuais riscos de complicações adicionais ao procedimento.

Então, eu pergunto: qual é o benefício para a mulher? Se a preocupação é a defesa da mulher, qual é o benefício para a mulher de ter uma tortura do bebê, para que ele tenha uma dor excruciante, parada cardíaca, venha a óbito, e depois ela ter que dar à luz de qualquer jeito? Só que vai dar à luz um bebê morto. Então, todo o procedimento de aborto, por assistolia ou não, pode trazer consigo consequências nefastas, nocivas para as mulheres, e ninguém fala disso. E, detalhe: se a gente for pensar também no princípio da precaução... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deputada...

Opa, agora voltou. Voltou.

Dez segundinhos atrás, deu uma instabilidade – dez segundinhos atrás. Se puder só voltar o raciocínio, eu lhe agradeço.

A SRA. CHRIS TONIETTO (Bloco/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Eu estava mencionando o princípio da precaução, por exemplo, à luz da parte jurídica. Sobre o princípio da precaução, pela ausência de consenso científico absoluto, eu diria que ninguém deveria questionar a resolução do CFM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou trazendo aqui alguns apontamentos para vocês, meus queridos, alguns detalhes que são do ponto de vista jurídico. Eu não estou nem sequer emitindo achismo. Eu não trabalho com achismo, eu não trabalho com especulação; eu trabalho com dados, com fatos, tampouco trabalho com sentimentalismos. A gente tem que trazer para o eixo racional. Então, quando a gente defende uma resolução que proíbe um procedimento de tortura, é porque defendemos a vida de todos, desde a concepção até a morte natural.

Para finalizar, Sr. Presidente, nobre Senador Girão, aqui eu gostaria só de deixar registrado esses apontamentos, porque eu sei que muitos desses de que eu falei... a parte médica, principalmente, será elucidada pelo Dr. Raphael Câmara, que foi o relator, mas eu queria defender aqui, do ponto de vista jurídico, a resolução, porque o Conselho Federal de Medicina agiu dentro do seu poder regulamentar.

Agora, é muito triste perceber que um Ministro vale mais do que 594 Congressistas e mais do que toda a sociedade; porque a sociedade é majoritariamente contra o aborto, e o Ministro suspende liminarmente os efeitos dessa resolução, alegando exorbitância do poder regulamentar do CFM, do que, com todas as vênias, nós divergimos. E, pior, além dessa canetada de suspender os efeitos dessa resolução, ele ainda simplesmente suspendeu os casos lá – o Dr. Raphael Câmara vai poder falar melhor – dos procedimentos administrativos contra os médicos que praticavam a assistolia fetal. E o que isso significa na prática? Que, infelizmente, nós estamos diante do momento mais crítico da história do nosso Brasil quando a gente pensa em defesa da vida, porque o aborto está indiretamente legalizado. Por lei? Não. Pelo Parlamento? Não.

A Constituição, que fala da inviolabilidade do direito à vida, mas que infelizmente, apesar de vedar a pena de morte, hoje no Brasil. nós temos uma pena de morte que está acontecendo, porque existe o aborto até nove meses de gestação. Graças a essa questão que houve, em relação à ADPF 1.141, ou seja, que culminou ali na suspensão dos efeitos dessa resolução do CFM, conjugado com a resolução do Conanda, nós temos aí não mais uma legislação que se considerava restritiva para o aborto, mas nós temos a cultura da morte instalada na Terra de Santa Cruz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente muitos não estão falando sobre isso. Graças a Deus, estes que aqui estão e também muitos da sociedade civil, muitas pessoas sensíveis a essa pauta e agentes da defesa da vida estão cientes disso e estão combatendo esse mal.

Por isso que é importante a gente votar e aprovar. (*Falha no áudio.*)

Então muito obrigada, Senador Girão. Foi uma alegria, um prazer estar aqui com vocês.

É uma pena que a gente precise, a todo momento, reafirmar o óbvio, não é? E que na Terra de Santa Cruz, o que a gente espera, do fundo do coração, é que realmente não triunfe, não prospere a cultura da morte, como está acontecendo. Que a gente possa levantar os grandes promotores da causa em favor da vida. Que possamos juntos ombrear nessa luta.

Então parabéns a todos os envolvidos, todos vocês que estão aqui participando desta tão importante audiência pública.

E que a nossa voz, não a minha, mas a de cada um aqui possa ecoar por todos os rincões deste Brasil, para pressionar o Congresso Nacional, para que votemos o PDL 3, de 2025, lá na Câmara dos Deputados, com máxima urgência, que susta os efeitos da resolução do Conanda. E que a gente também possa buscar medidas estratégicas para banir, para acabar com essa prática infeliz da assistolia fetal, dentre tantas outras medidas e iniciativas que a gente tem que ter, obviamente em favor da vida.

Então muito obrigada pela atenção de todos. Que Deus abençoe. Peço perdão pelas pequenas instabilidades, provavelmente técnicas aqui. E no mais, também desculpa por não estar presente fisicamente, mas, por motivo de força maior, não consegui estar, mas fiz questão de me fazer presente aqui com vocês, dada a relevância desse tema, que é caro a todos nós.

Muito obrigada, Senador Girão, e a todos. Parabéns também pela audiência pública.

Deus abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Parabéns. Parabéns a você, brilhante Deputada Chris Tonietto, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida no Congresso Nacional, onde eu tenho a honra de ser Vice-Presidente. Muito boa a sua fala, muito firme, trazendo esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a Senadora Damares chegar aqui, eu até falei, Senadora Damares – ela acabou revelando o segredo que eu ia dizer no final aqui, mas eu acho que não ia ter como falar. E eu disse que daria um doce. E agora eu vou ter que dar vários doces aqui. Vixe, tem que mandar trazer mais, mas agora já foi revelado.

Eu quero, antes de falar o que eu ia dizer, a questão da Faculdade Mackenzie, de Direito, o pessoal está aqui, lotando a nossa Comissão de Direitos Humanos. Sejam muito bem-vindos, tá? Estamos numa audiência pública sobre a resolução do Conselho Federal de Medicina que proibiu a assistolia fetal. Alguém sabe o que é assistolia fetal? É um termo bonito, um termo que é um pouco vago, mas que é gravíssimo, que é um método cruel de assassinato de crianças no ventre materno. Um método que é proibido em animais. Quem tem *pet* aí? Quem tem *pet*? (*Pausa.*)

Olha aí, pronto. Eu também tenho. E é proibida a eutanásia de animais com esse método de assistolia; é proibida, mas, com bebês no Brasil... Um ministro – e eu disse que ia dar um doce para quem acertasse quem era o ministro – cancelou uma resolução do Conselho Federal de Medicina, que reúne centenas de milhares de médicos, que proibia, mas teve um ministro que anulou numa canetada só, e foi revelado agora que é o Alexandre de Moraes.

E, imediatamente, sobre essa resolução, eu quero passar – vocês vão ter o privilégio, todos nós vamos ter – a ouvir o nosso relator do Conselho Federal de Medicina – o relator!

Eu quero que você conte, inclusive, se puder, os bastidores: como é que foi para aprovar essa resolução, se teve muito voto contra, quais foram os dados técnicos, os países em que você estudou... Eu gostaria muito de saber, Dr. Raphael Câmara – o senhor, que foi o relator dessa resolução – quais são os impactos que está tendo esse bloqueio monocrático de um Presidente do STF, que anulou essa resolução dos médicos.

É um desrespeito não apenas ao Conselho Federal de Medicina, mas aos brasileiros, porque é uma instituição constituída, seriíssima. E o brasileiro, que é pró-vida, celebrou esse avanço nos direitos humanos, que foi a proibição da assistolia fetal. Como que o Ministro foi lá, deu uma canetada, está parado no Supremo, e com isso está acontecendo uma matança? Enquanto a gente está conversando aqui, está acontecendo essa matança de bebês brasileiros com esse método, que nem em animais é permitido, mas no Brasil se permite em bebês, em crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Raphael, muito obrigado pela sua presença.

Dr. Raphael Câmara Medeiros Parente, do Conselho Federal de Medicina.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão. Queria agradecer o convite feito ao Presidente José Hiran Gallo, do Conselho Federal de Medicina, para estar aqui hoje e podermos defender.

Queria cumprimentar muito também a nossa Ministra Damares – eterna ministra, hoje Senadora –, com quem tive a honra de fazer parte, junto, no Governo, com ela, todos os outros participantes da mesa, todo mundo que está aqui presente e todos os que estão em casa, ou em qualquer lugar, assistindo.

Eu conversei bastante com o Senador Girão, e a gente precisa fazer alguma coisa. Como o próprio Senador falou, a nossa resolução foi suspensa em maio de 2024, numa decisão absolutamente monocrática do Ministro Alexandre de Moraes. A gente, hoje, quando vem falar contra alguma decisão dele, obviamente nós temos que nos defender – não sei se no Brasil ainda tem direito ao contraditório –, a gente corre o risco até de sair daqui preso, não é? Mas a gente não vai, de forma nenhuma, se intimidar e vamos aqui defender, sim, a nossa resolução, porque a gente tem certeza de que o que nós fizemos é correto.

Tem vários alunos aqui do curso de Direito. Eu acho que sou até um *case* em relação a isso, porque quatro ADPFs no Supremo Tribunal Federal são por ações feitas por mim: três relacionadas à temática do aborto, duas enquanto ministério, a última de transgênero, e agora essa. A única que foi derrubada, de forma temporária, foi essa resolução pelo Ministro Alexandre.

É importante também saber que, tão logo ele suspendeu monocraticamente – foi levado para o Plenário Virtual –, e o Ministro André Mendonça imediatamente deu voto contrário. Então, estava 1 a 1. E aí, o Ministro Kassio Nunes pediu destaque, porque, pela importância do tema, isso não poderia ser discutido no Zoom. Então ele, de forma muito acertada, pediu destaque para levar ao Plenário físico e, a partir daí, fica a cargo do Ministro Presidente, que até o próximo mês é o Ministro Barroso que, lamentavelmente, não pautou. E aí eu falo com tranquilidade que, em relação a esse tema, eu tenho certeza de que nós teremos a maioria para derrubar essa suspensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que me incomoda muito – acho até que de uma forma não democrática – isso não ser pautado. Vamos aguardar o próximo Presidente e voltar a pressão para pautar.

Bom, dito isso, eu vou dissertar sobre essa questão e, depois, obviamente, me coloco à disposição para responder quaisquer dúvidas.

Primeira coisa, Senador, e todos os presentes, é que é importante a gente explicar o que é assistolia fetal. Eu falo isso com tranquilidade, e eu vou aproveitar e já falar dos bastidores, porque, quando nós colocamos isso... Hoje mesmo eu dei uma entrevista para um grande canal de comunicação, aliás, uma entrevista muito boa, o que é difícil. Várias perguntas foram feitas e uma delas foi sobre como foi feito isso, como foi iniciado o trâmite disso.

Na verdade, esse trâmite, eu, como conselheiro, assim como vocês Parlamentares pautam os projetos de lei de vocês, nós Conselheiros, legitimamente eleitos, e reeleito, no meu caso... E quero lembrar que a época da eleição foi exatamente a época da assistolia. Então, eu falo com tranquilidade que os médicos do Rio de Janeiro votaram em mim sabendo da minha posição pessoal em defesa da vida, contra a assistolia. Ninguém foi enganado, numa eleição em que a mídia, diuturnamente, pedia para não votarem em mim.

Então, os próprios conselheiros federais, no início da discussão, não sabiam o que era assistolia fetal. E a mídia joga muito com isso, porque ela coloca como se fosse uma discussão contra, ou a favor do aborto. E não tem nada a ver com ser ou não a favor do aborto. Nós estamos falando aqui de bebês formados, de bebês de oito, nove meses que são assassinados. A única diferença de um bebê normal, que está aqui na nossa vida, é um centímetro de pele. E eu, como obstetra, corto isso e, em dez segundos eu tiro um bebê – em dez segundos, eu tiro um bebê da barriga de uma mulher.

É exatamente essa... Aqui está o Dr. Ubatan também, que é médico. A diferença é exatamente essa, é um tecido de um centímetro, dois centímetros.

Então, o que é assistolia fetal? É um ato médico. A Lei de 1957, e aqui eu vou ter que entrar nessa parte jurídica, para defender a nossa resolução, dá ao CFM diversos direitos. Um dos direitos que nós temos é o direito de dizer o que o médico pode, ou não, fazer; o que é ético e o que é antiético para o médico fazer. Esse é um direito nosso, que está previsto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós consideramos, na plenária, após uma longa discussão, que não foi unânime, três conselheiros votaram contra, nós decidimos que esse ato médico é um ato de tortura, de barbárie e que não deve ser feito. Inclusive, depois eu vou mostrar, o próprio Conselho Federal de Medicina Veterinária proíbe para animais. A gente não pode fazer em animais, porque dói, mas nós podemos fazer em bebês.

Quero cumprimentar aqui o Senador que chegou, Magno Malta, também um grande defensor da vida.

Então, é um ato médico que provoca o óbito do feto, antes do procedimento de interrupção da gravidez, quando há probabilidade de sobrevida.

E aqui, de novo: por que nós colocamos 22 semanas? O motivo é simples, não é um número cabalístico, é porque o menor feto, com a menor idade gestacional que sobreviveu na literatura mundial, tem 22 semanas. Então, significa que, a partir de 22 semanas, você tem uma chance, mesmo que pequena, de sobreviver. Com 21 semanas, não há história na literatura mundial de sobrevivência. É óbvio que, com o avanço da tecnologia, isso vai acontecer. Como 50 anos atrás, era zero a probabilidade de um bebê de 22 semanas sobreviver. Como também a nossa resolução proibiu também só em relação a estupro. Por quê?

Porque não há que se falar em matar o bebê quando você quer salvar a vida da mulher. Você interrompe a gravidez, mas você salva o bebê. Pode até ser que aquele bebê morra por ser prematuro, mas o médico não mata.

Nos casos de anencefalia, que o Supremo Tribunal Federal autorizou, por meio da ADPF 54/2012, você – eu não estou falando "eu", tá? –, porque eu jamais faria isso em situações que não sejam de risco de morte materna; como eu falei, em risco de morte materna, você não mata o bebê –, nos casos de anencefalia, não se faz a assistolia fetal, porque aquele bebê, mesmo que ele nasça vivo, vai acabar morrendo.

Então, é feita a assistolia nos casos exclusivamente de estupro. E como se faz?

Eu nem coloquei aqueles vídeos exatamente porque eu já sei que, aqui no Senado, vão cortar, vão tirar. Para evitar qualquer problema, hoje eu só coloquei um desenho, para evitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polêmicas, para evitar a gente tirar o vídeo no meio, porque fica uma situação muito constrangedora.

Então, o médico, geralmente, em medicina fetal, um obstetra, pega uma agulha, vendo por ultrassom. Ele está vendo o ultrassom e está com aquela agulha. Ele pode fazer isso por meio de diversas substâncias. O senhor falou em cloreto de potássio, que é a mais utilizada, tem lidocaína e tem outras, mas todas elas têm um único objetivo: matar o bebê. Então, aquele médico fica olhando.

Eu, como médico, como obstetra, tenho uma dificuldade enorme. Eu até consigo entender aquele médico que faz aquele aborto do começo da gravidez, porque ele não está vendo. Ele simplesmente coloca ali o Cytotec na vagina, espera expelir ou ele faz uma Amiu (aspiração manual intrauterina), ele não está vendo. Mas, nesses casos, senhores e quem está em casa, ele vê – ele vê –, ele tem que ver. Ele tem que acertar o cordão. Ele tem que acertar o coração e ele tem que ver aquele coração parar de bater. Ele só fica satisfeito quando ele vê aquele bebê morrer. E, ali, ele considera que o trabalho dele acabou.

Eu tenho uma dificuldade enorme de conversar com pessoas que fazem isso. E olhem que eu sou uma pessoa do contraditório.

Hoje mesmo, nessa entrevista, me foi perguntado de um evento – a Zezé está aqui – que nós fomos em São Paulo. Perguntaram: "O evento de hoje só tem pessoas de um lado. O de São Paulo, em que você foi, embora você seja secular, você nunca use termos religiosos" – eu sou católico, mas eu nunca uso nenhum argumento religioso exatamente porque eu sei que isso pode e será usado contra mim –, "você fica em ambientes tranquilo". Eu falei: "tranquilo?".

No Supremo Tribunal Federal, pela primeira vez na vida, o xingamento foi tão grande que eu não vou citar aqui, mas a Ministra Rosa Weber teve que parar. A plateia era toda Psol, a Dra. Lenise estava lá, jogavam coisas na gente, eu fui cuspido por pessoas vestidas sei lá de quê, daquele negócio da *The Handmaid's Tale*, sei lá, um negócio esquisito. Feministas queriam me acompanhar no banheiro para me acusar do que vocês sabem, no banheiro masculino. Tudo o que você imaginar aconteceu. Na Câmara de Vereadores de São Paulo, a plenária teve que ser evacuada, porque tentaram me agredir: uma mulher vestida de mico-leão-dourado ensanguentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu falei: se você quiser me convidar, eu vou aonde for. Amanhã, eu estou na OAB. Vai ter uma pessoa debatendo comigo. Certamente, é do lado contrário. Então, eu não fujo do contraditório, mas, nesse caso, o outro lado não nos chama, porque ele sabe que, quando a gente mostra o que é, ninguém, em sã consciência, ninguém normal vai defender matar um bebê de nove meses.

Como todos já sabem, eu vou passar para o próximo eslaide. Não são muitos.

O que diz a resolução? É uma resolução limpa, com somente dois artigos, que eu fiz. Esse é o maior orgulho da minha vida. Enquanto ela vigeu, a gente salvou pelo menos umas 200 vidas. Essas 200 vidas, hoje, estão vivas por causa da gente.

Ela proíbe o médico de realizar a assistolia fetal previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez quando há probabilidade, ou seja, a partir de 22 semanas, nos casos de aborto previsto em lei oriundo de estupro. Por quê? Porque, a partir daí, há viabilidade de sobreviver, como eu já falei.

E aí muitas pessoas perguntam, Senador: "Tá, mas e aquela mulher que não quer ficar com aquela gravidez? É um direito dela". Eu vou falar sobre essa questão de direito depois. O que ela faz? Sem problema. Coloque para adoção. Uma coisa é a adoção de bebês... A Ministra Damares trabalhou como Ministra dos Direitos Humanos e sabe o quão difícil é a adoção de crianças maiores – e é verdade. Para criança de 10, 11 ou 12 anos, é muito pequena a chance de adoção, mas para bebê a fila vai daqui até o Rio de Janeiro, meu estado. Então, é muito fácil a adoção de bebês e não vão faltar pessoas para adoção.

Passando para o próximo, porque demora um pouquinho aqui entre um eslaide e outro.

Bom, aqui passaram vários já; então vou ter que voltar.

Será que eu posso pedir para passarem? Eu acho melhor, porque por aqui eu vou me enrolar um pouquinho.

Se puderem voltar onde eu estava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Não, eu acho que o senhor pode passar tudo, até o que senhor estava dizendo aí que não podia passar. Por que não pode passar?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Aí é melhor o Senador explicar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por que não pode passar? Tem que passar. Tem que passar, sim!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A gente já fez um longo debate um pouquinho mais cedo, Senador, sobre essa questão aqui de não poder mostrar o bebezinho, e a câmera do Senado afasta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas por quê?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a gente já debateu.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora, se fosse erotização de criança, podia!

Pode, sim!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, mas olhe...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quem foi que deu essa ordem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu até convidei a Senadora Damares e quero convidá-lo – eu considero isso uma censura – para a gente tentar reverter isso, mas não é culpa do pessoal que faz o trabalho aqui, da equipe da TV Senado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu estou perguntando quem deu a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É uma ordem de cima; é uma ordem de cima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu acho, Senador Magno, que o vídeo do Doutor tem classificação indicativa; e nós estamos em um horário da tarde e tem crianças.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Por isso eu nem coloquei.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com o do bebezinho eu não vejo nenhum problema. Eu acho que é uma censura exagerada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A nossa TV aberta, neste momento, está passando novela com esculachos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora, o vídeo dele, por envolver morte, eu acho que realmente não pode ser apresentado durante a tarde.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Não, não está aqui na minha apresentação, só para ficar claro e até para evitar problema.

Bom, pode passar para o próximo; e eu acho que é o segundo já, para a gente voltar aqui, só para eu não perder. Pronto, é o próximo já, que é onde eu parei.

Pronto.

Então, sobre isso aqui, de forma rápida, eu já falei. Isso é uma portaria de 2012. Em 2012, o Conselho Federal de Medicina Veterinária proibiu o uso desse procedimento, que é absolutamente igual ao do bebê – absolutamente igual –, nos animais. Não pode mais se fazer, tá? Mesmo em países que permitem a pena de morte – não é o caso do Brasil, salvo em períodos de guerra –, eles não utilizam; mas para bebê pode.

Próximo.

E por que isso? Na verdade, é isso que eu digo que é importante, Senadores que estão aqui, e a gente precisa pautar este debate e precisa mostrar a realidade. Se vocês repararem, o que a imprensa fez? Diuturnamente, ela ficou nos acusando de a gente estar querendo defender pai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estuprador – mudaram completamente o que a gente fez – e de que a gente era a favor de estuprador e queria impedir o aborto das pessoas que queriam fazer. Não falaram da idade gestacional, não falaram de nada e não falaram desse ponto importante.

É comprovado, impossível de se discutir e confrontar cientificamente que um bebê, a partir de 22 semanas, sente dor. Eu não vou entrar aqui no detalhe, mas estão aí todas as referências mostrando isso; tanto é – pode passar para o próximo eslaide – que, quando você faz cirurgias intrauterinas em bebês dessa idade gestacional, você é obrigado a fazer anestesia.

Por que você faz anestesia no bebê, se ele não sente dor? Expliquem-me. Alguém, por favor, poderia me explicar isso?

Eles argumentam: "A gente não sabe direito se sente dor". A gente não sabe direito se sente dor abaixo de 12 semanas, é verdade. Eu não sou leviano na discussão científica. Quem fala isso, garante isso está mentindo do ponto de vista científico, mas, acima de 22 semanas, há uma certeza total, absoluta, de 100% e eu desafio qualquer obstetra, qualquer cientista a vir aqui e me mostrar qualquer coisa contrária. Não vai conseguir mostrar. Sente dor, a única questão é que eles não estão nem um pouco preocupados com a dor desse bebê.

Pode passar para o próximo.

Além disso, é extremamente importante a gente falar: "Tudo bem, Raphael, mas é bom a gente fazer a assistolia fetal, porque traz a vantagem A ou B para a mãe". Vou dar um exemplo do que se falava bastante: que acelerava o trabalho de parto. Vamos dizer que, em vez de ser sete horas, vão ser sete horas e meia se não fizer a assistolia fetal. Os estudos hoje todos mostram, todos sem exceção, que a assistolia fetal não traz nenhuma vantagem para a mãe. A única vantagem eu vou mostrar depois – a suposta vantagem. Então, em relação ao tempo de duração da indução de parto entre aquelas que fizeram ou não fizeram, um estudo brasileiro, publicado em 2008, com 146 pacientes, mostrou que não houve nenhuma diferença, ou seja, fazer ou não fazer a assistolia fetal prévia à retirada do bebê não muda nada.

Isso é importante todos saberem, porque eu acho que foi colocado pela mídia e por ativistas que esse bebê, após a assistolia fetal, vai sumir como que por um encanto. Não, ele não vai sumir. Ele vai ter que sair daquela barriga, aquele bebê não vai se dissolver. Ele vai ter que sair, seja via

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laparotômica, que vocês chamam de cesariana, seja via baixa, que vocês chamam de parto normal, que é o parto vaginal. Não tem outra forma. Para fazer a cesariana, tem que abrir a barriga, fazer uma cirurgia; para fazer o parto vaginal, tem que induzir o parto e tirar aquele bebê, ou seja, zero vantagem. Ela vai ter que passar por isso de qualquer jeito.

A lotação de UTIs neonatais. Alegavam isto aqui: "A gente vai encher as UTIs de bebês de assistolia fetal" – pode voltar. Ela é para bebês advindos de alto risco materno, seria inconcebível você matar... Você imagine agora que qualquer bebê que nasça com 23 semanas... É engraçado porque o Fantástico, a Globo adoram mostrar aqueles casos, aqueles bebês prematurinhos, cirurgias cardíacas feitas, o que é lindo, e eu, como obstetra, fui treinado para salvar vidas, mas por que essas mesmas pessoas que falam desses bebês não estão nem aí para esses bebês que são assassinados? Só hoje são assassinados três. Uma média de 700, levando em conta que eles não fazem no fim de semana, porque esse pessoal não trabalha no fim de semana, não. Isto é tudo marcadinho, o procedimento de assistolia. Mais ou menos, hoje, três bebês em média estão sendo assassinados por assistolia fetal no Brasil.

Um outro estudo sul-africano, também em 2019, com o mesmo número de mulheres, também mostrou o mesmo resultado. Estão ali as referências para quem quiser ver, porque adoram dizer que a gente é *fake news*, que inventa história, que é genocida.

Pode passar para o próximo.

E aí é que vem o grande ponto, que também tem que ser mostrado: então, por que fazer? É um procedimento médico, é um procedimento técnico, o Raphael está dizendo aqui que não tem vantagem, então por que a gente vai fazer? O único benefício, para quem considerar isso um benefício, é que a mãe não vai ouvir o choro do bebê, e esse choro... E aí é importante isto: ninguém aqui está diminuindo que ela ouvir esse choro, de alguma forma, vai trazer algum trauma psíquico para o resto da vida. Não é isso, mas cabe a nós, como Conselho Federal de Medicina... E não achem vocês que essa decisão foi fácil.

Eu vou dar um exemplo agora desta minha última resolução, em que eu também fui o relator de transgêneros e em que a gente proibiu o bloqueio hormonal. Eu falei isto na plenária, eu falei: "Senhores, eu vou ser muito sincero com vocês, eu não tenho a menor dúvida de que, ao aprovar essa resolução, algumas pessoas, que nós não sabemos quem são, vão se suicidar por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causa dessa resolução. Eu não tenho a menor dúvida. Mas eu também não tenho a menor dúvida de que um número muito maior de pessoas vão deixar de se suicidar por causa dessa resolução. Essa ponderação bioética, e para isso, nós fomos eleitos, para isso eu represento os 80 mil médicos do Rio de Janeiro, como os Senadores aqui representam o estado deles; ela foi feita por nós, um grupo de 28 Conselheiros, que, por 25 a 3, aprovou essa resolução. E a gente ponderou exatamente isso. A mãe ouvir o choro do bebê e isso provocar um trauma nela, que pode ser eterno, sim; e, por outro lado, matar um bebê de sete, oito, nove meses.

Tendo em vista essas duas situações, nós tivemos que sopesar e chegar a uma conclusão. E a conclusão a que nós, como plenário do conselho, e não Raphael, porque veio um negócio para cima do Raphael, foi de que, bioeticamente falando, nós deveríamos, neste caso, privilegiar a vida de um bebê formado, viável, que basta tirar aquele bebê, colocar para adoção. E, mesmo a questão do choro, isso pode ser controlado com sedação, com protetor auricular, com não deixar a paciente ver o bebê, há formas de se mitigar essa questão. Então é esse o único benefício.

Por outro lado, a assistolia fetal, novamente baseado em estudos cuja referência está aqui, tem, sim, danos. As complicações podem incluir infecção materna, internação hospitalar por diversos motivos, e aqui, nascimento com vida em situações não planejadas. É importante mostrar isso, porque muitas vezes, o fetólogo acha que aquele bebê morreu, mas aquele bebê não morreu. E aí, nasce um feto vivo...

Tudo bem, Cristiane, que também está aqui presente, quero cumprimentá-la.

Nasce aquele bebê vivo, mas aí sequelado por aquele medicamento que foi colocado para provocar uma parada cardíaca nele. E isso acontece com alguma frequência.

Aqui é uma revisão sistemática de 2020, que mostrou uma taxa mais alta de eventos adversos maternos graves – aqui está falando de eventos graves –, em pacientes recebendo drogas feticidas do que naquelas que não receberam. Uma comparação. Um grupo recebeu, outro grupo não recebeu. A comparação foi um grupo comparando dilatação e esvaziamento uterino, com ou sem digoxina prévia para morte fetal, e encontrou mais aborto espontâneo, infecção e reinternação em quem recebeu a digoxina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante falar isso, Senador e todos os presentes, porque, na audiência pública de 2018, e aí, eu acho que essa foi talvez a principal coisa que eu fiz na minha vida, quando eu fui e falei na ADPF 442, aquilo ali realmente mudou a minha vida, porque – e isso é uma vergonha enorme que eu tenho –, de 11 médicos que foram falar, o Dr. Ubatan sabe, dez foram defender o aborto, só eu fui contra o aborto. Ali eu mostrei dados tirados do Ministério da Saúde – na época eu não era do Ministério da Saúde, fui de 2020 a 2022 –, que mostravam que o grande dado que eles utilizavam, que era o número de mortes que eles inventavam, e a senhora sabe disso, Ministra Damares, chegaram a falar em 70 mil mortes por ano, de mulheres... Para você ter uma ideia, a quantidade de mulheres que morrem por ano, em idade fértil, são 50 mil, e eles conseguiam destruir completamente a matemática. E eu fui lá e levei – eu não estou de forma nenhuma diminuindo esse número, como médico, toda vida vale –, eu mostrei que o número de mulheres que morriam por aborto ilegal no Brasil não chegava a 20 por ano. Não chegava a 20. O Ministro da Saúde da época falou em 11 mil mulheres, outro falava em 1,1 mil, tinha gente que falava em 20 mil, outros falavam em 50 mil. Nunca mais, se vocês repararem, desde 2018, esse argumento foi utilizado, porque quem utilizava passaria vergonha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eles são ótimos. O próprio Presidente Lula falou... Quando não for, a gente inventa. A gente coloca em relação ao aborto, aumenta o número. Faz o que for.

Mas, depois dali, acabou isso. Eles não conseguiram mais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois é. É isso.

Próximo.

Bom, e aí, essa é uma grande questão... Eu acho que o Danilo vai falar mais sobre isso. Eu não vou me ater muito a isso, mas o que é que aconteceu? E aí, se vocês repararem, quando a imprensa fala mal da nossa resolução, ela vai sempre por um lado. Ela não entra no detalhe. Ela só diz: "OMS diz que deve fazer...". Mas espera aí! Como é que é isso? A OMS falou e aí a gente não vai discutir? Eles não querem entrar no detalhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é que a OMS diz? "A entidade recomenda a técnica, porque ela evita que o feto seja retirado do útero ainda com sinais vitais. A avaliação é de que também previne desgaste emocional das pacientes e das equipes médicas".

Então, isso aqui é que são as supostas vantagens pela qual a assistolia fetal é feita. Não tem nenhum outro... Eu acabei de mostrar para vocês estudos técnico-científicos, mostrando que ela não traz vantagem, que eu consideraria vantagem. Se realmente alguém me provasse: "Olha, se se fizer isso, a chance de a mulher morrer é menor", eu como obstetra já ficaria melindrado. Eu falaria: "Então eu vou me retirar desse debate, porque, entre a vida da mãe e a vida do bebê, se alguém tem que morrer...". Como obstetra, existe uma regra: a mãe em primeiro lugar. E, com o juramento que fiz, eu tenho que ir nisso.

Mas não é disso que nós estamos falando. A gente está falando que nada vai acrescentar risco a ela, mas eles querem matar. Por quê? Desgaste emocional, eu já falei, o suposto choro. E, das equipes médicas, Senador? É essa a questão. Se nascer vivo, ele pode responder juridicamente por ter que sustentar aquela pessoa até a morte. Lá nos Estados Unidos, isso já cansou de acontecer.

Então, o que é que os médicos fazem agora? A gente precisa garantir que matou. Se não for assim, eu não vou fazer esse procedimento do aborto, da antecipação do parto, do nome que quiserem chamar.

Próximo.

E aí também vem essa questão da OMS, e eu vou falar sobre isso aqui. Eu nem coloquei eslaide, mas vou explicar isso. Do ponto de vista penal, e esse é o grande ponto – e aí, essa é a parte final que eu vou falar nos eslaides finais, porque eu já estou aqui terminando –, do ponto de vista penal, é fato, não há limite para o termo aborto. Até um minuto antes de nascer, a gente fala em aborto do ponto de vista penal. Só que, para nós – como eu já falei, o CFM, por lei de 1957, pode dizer o que é ético ou não, o que o médico pode ou não fazer – a definição de aborto é somente após 22 semanas. A partir de 22 semanas – o termo técnico é antecipação de parto –, jamais se cogitou matar o bebê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante dizer também que essa máxima de você não fazer, não matar o bebê acima de 22 semanas, não fui eu que criei isso, porque ficou na minha conta, no manual de 2022, como o Raphael tendo feito isso. Na verdade, a única coisa boa que o PT fez na história do Brasil, foi em 2012... No manual do Ministério da Saúde, está lá: o aborto somente deve ser feito até 22 semanas.

Eu copiei e colei o manual da Dilma Rousseff de 2012. Copiei e colei e coloquei no manual de 2022 do Presidente Bolsonaro. E foi esquecido esse manual de 2012, foi colocado na minha conta como se eu tivesse inventado isso, como se eu tivesse tirado isso da cartola. Isso foi o maior absurdo da história com que a imprensa nunca nem sequer se preocupou – mesmo eu falando – em correr atrás.

Então, o que é que a OMS fez, e por que é que eu estou falando tudo isso? A OMS, vendo que essa definição de aborto médico estava prejudicando, por se matar bebês de oito, nove meses, e a OMS é declarada, ela tem uma posição a favor da descriminalização do aborto...

Eu não estou cometendo aqui nenhum falso testemunho. A OMS se declara a favor da descriminalização do aborto. Ela criou, da cabeça dela, uma nova definição de aborto, porque tem várias definições de aborto, tá? O chamado aborto induzido. O que é o aborto induzido? É aquele aborto em que, independentemente da idade gestacional, o médico tem o objetivo de matar o bebê. Essa é a definição de aborto induzido. Então, neste caso, o termo aborto pode ser utilizado, como é no Código Penal do Brasil, até um minuto antes de nascer.

É importante dizer também que, na prática hoje, o aborto no Brasil é provocado. Jamais o legislador originário – como vocês são hoje –, de 1940, imaginou que, em 2025, no Brasil, estaríamos matando bebês de nove meses. O primeiro ultrassom do Brasil surgiu em 1973, em Recife. A assistolia fetal é da década de 80. Como é que esse legislador originário iria imaginar que a gente, em 2025, estaria matando bebês? Não teria como ele imaginar. Então, isso não foi cogitado.

E aí, ficam se utilizando dessa argumentação: “Não, mas o Código Penal fala que você pode matar até nove meses”, e ninguém busca a história. E isso é fundamental, porque, senão, vocês vão ter que mudar essa lei e colocar um limite, porque não é possível que se ache normal matar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebês de sete, oito, nove meses numa civilização como a nossa. Eu não consigo mais dormir pensando nisso.

Por isso, o Senador sabe o meu desespero esta semana. Na terça, eu estava em Itaperuna; hoje, eu dei uma entrevista para um grande jornal de circulação; agora, estou aqui; amanhã, eu estou na OAB; só falando desse tema, porque a gente precisa voltar com esse tema. A gente está falando de milhões de coisas importantes hoje no Brasil, mas esse tema foi esquecido. Ele não pode ser esquecido, porque, eu volto a repetir, três bebês por dia estão sendo assassinados por essa técnica. Isso, quando não é o pior, Ministra Damares, como a senhora mesma denunciou várias questões de exploração infantil, e parece que o Brasil só descobriu isso há três dias. Nós também sabemos, e é comum, porque a assistolia fetal, Senador, não existe em todo lugar; é uma técnica complexa, que existe em poucos centros no Brasil.

Como é que isso é feito em locais que não têm? Alguém já parou para pensar como é que isso é feito? Na verdade, o que fazem é assassinato. Eles induzem o parto de um bebê prematuro e, quando nasce, em vez de dar os cuidados neonatais, deixam-no morrer. E aí, a gente está falando de homicídio. E esse é o grande problema que eu vou falar no final de nós, hoje, não podemos mais fiscalizar, por determinação do Ministro Alexandre de Moraes, os locais que fazem aborto. Então, a gente hoje não sabe mais se os abortos que estão sendo feitos são legais ou não são legais – legais do ponto de vista que eu falo, seguindo a lei.

Aqui, rapidamente, o que a gente faz com esses bebês que a mulher não quer? Coloca para adoção. Outra coisa que vocês também precisam lutar: nós, como obstetras, até alguns poucos anos atrás – eu me formei em 2001, na UFRJ –, quando uma mulher chegava com uma gravidez dessa, cogitando abortar, a gente tentava convencê-la a não fazer isso. E esse trabalho de convencimento era um trabalho ético, correto, visto como bom, e ficávamos nós felicíssimos quando conseguíamos converter a vontade dela.

Hoje, quando você simplesmente tenta falar dos riscos do aborto, já tentam criminalizar, dizendo que nós somos criminosos, que estamos tentando fazer tortura. Vide o caso que o Danilo conhece bem, daquela juíza de Santa Catarina, que é uma das maiores injustiçadas nessa temática, que foi falar o óbvio, que qualquer obstetra falaria; foi perseguida, foi censurada, tomou uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

punição e só não tomou a punição de perder o cargo por ter ficado calada. Então, isso é um absurdo.

Nós temos que, sim, tentar convencer aquela mulher: não é melhor você levar a gravidez à frente, não sei o quê, tal... Isso não tem problema nenhum.

E dizem tanto que são contra o estuprador, mas na nossa portaria aqui – eu fiz, e o Ministro Pazuello assinou –, quando a gente seguiu a lei de 2018, obrigando a notificação do estupro, aprovada por vocês do Parlamento, falaram que a gente estava fazendo tortura. Ou seja, não querem que a gente denuncie o estuprador para prender o estuprador! É impressionante como os defensores do aborto dão *bug* às vezes nas suas próprias... no que eles pensam. A gente quer o estuprador preso, e colocaram o CFM como defensor de estuprador e defensor de pai estuprador. Isso é um absurdo! Nós queremos o estuprador na cadeia! Qual foi a primeira coisa que a Ministra Nísia fez quando assumiu o Ministério da Saúde? Ela cortou a nossa portaria para prender o estuprador.

Próximo.

Aqui é para colocar para adoção, como eu já falei.

Eu já estou terminando, acho que só faltam... Aqui eu já falei, tá? É sobre essa questão de 1940.

Pode passar.

Aqui é da OMS.

Aqui, realmente, eu já estou indo para o final.

Aqui, rapidamente, é uma entrevista no *O Globo* com um médico conhecido por defender a assistolia fetal – isso é público, não estou falando nada de mais. Os argumentos que ele utiliza... *O Globo* coloca uma página inteira entrevistando. *O Globo* fez dezenas de reportagens contra a minha resolução, dezenas! Pergunte se alguma vez eles fizeram uma entrevista comigo de página inteira. Deveriam ter feito, ou não é de sentido jornalístico você entrevistar o relator da resolução? E aí um dos argumentos que eles colocam é que "[...] quando se fala de direitos reprodutivos das mulheres, não querem ouvir as pessoas da área". Eu sou o quê? Eu sou um médico ginecologista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstetra, com mestrado, com doutorado, concursado da federal do Rio de Janeiro, Conselheiro Federal do Rio de Janeiro. Eu sou o quê? Eu não sou da área? É um absurdo! E as pessoas ouvem isso e acham isso normal.

"Trabalham com seus dogmas [que dogma que eu tenho? Eu não usei um argumento religioso aqui, nenhum dogma. Eu estou falando de questões técnicas], sem evidências científicas [mostrei em vários artigos] ou respeito às recomendações da Organização Mundial da Saúde [aí, realmente, a OMS... A gente discorda de muita coisa da OMS]. Foge do que deveria ser uma democracia laica [querendo nos colocar como fanáticos religiosos]".

"A assistolia é um procedimento que segue orientação [até aí isso é verdade] [...] para evitar [...]"...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só para lhe dar uma informação: você não é chamado pela Globo porque você não é o Drauzio Varella.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Pois é, o Drauzio Varella é o especialista de tudo! Porque isso é uma coisa que nós médicos, no CFM, não aceitamos; você só pode se colocar especialista e falar de temas que você domine. Quando você está toda hora falando de qualquer coisa, isso é complicado; é complicado. Seria que nem eu vir aqui falar de neurocirurgia – eu não sou capacitado para isso. Então, vira um opinador oficial. Sem entrar no caso concreto, mas ninguém sabe de tudo em medicina. Quem fala sobre tudo, na verdade não sabe de nada e está querendo achar que sabe de tudo.

O objetivo é só esse: ele assume aí que nasça vivo e "Se nascer vivo, isso causa muito sofrimento". Sofrimento para quem, cara pálida? Porque o bebê, com certeza, se ele pudesse responder, ele não diria, ele não ia optar por morrer. "Vai para cuidados paliativos, fica na UTI, vive pouco tempo. E se sobreviver é com sequelas graves. [Ele coloca tudo num balaio só!] Não é justo uma mulher sair da maternidade com um feto que ela não quer, que vai ter um custo para o resto da vida". Quem falou que ela vai sair da maternidade com esse bebê? Se ela não quiser sair, ela não vai sair; vai ser colocado para adoção.

"Os estudos mostram que é indolor para o feto" – isso é absurdo; isso é absurdo! Quando ele escreve isso, isso aí realmente, do ponto de vista científico, não tem sentido. "Com o feto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morto, se induz o aborto, e será expulso via vaginal. [Com o feto vivo também!] Não é um parto [é lógico que é um parto, de um natimorto!]. Outra mentira é que esse procedimento é feito com oito ou nove meses. Isso não ocorre". Como não ocorre? Lógico que ocorre, e várias vezes! É óbvio que é mais comum com 22, 23 semanas, mas também tem de oito, nove meses.

"Muitos médicos negam ajuda, enrolam, passam informações erradas. [Isto aqui é complicado! Para um médico falar isso, teria que provar.] Usam a objeção de consciência de forma antiética [...]". Vocês, Parlamentares: estão querendo destruir com a nossa objeção de consciência. Hoje, o Conselho Federal de Medicina é o último bastião e a última barreira para esses ataques que vêm fazendo contra a classe médica.

Sorte nossa que a gente conseguiu manter a posição ideológica do Conselho Federal de Medicina em relação à defesa da medicina. Por isso que agiram tanto, nunca uma eleição do Conselho Federal de Medicina apareceu tanto na imprensa.

Dia sim, dia não, tinha artigos editoriais dizendo para não votarem em mim. Na prática, isso me elegeu, porque, quando esses jornais falam para não votar em você, o médico vê: "Pô, eu vou votar nele". Nos países europeus, o médico não tem direito de objeção de consciência. Não posso causar dano a alguém por causa da minha crença.

Pode passar. Agora eu acho que já é o último eslaide, para a gente já terminar. Um ou dois, no máximo.

Bom, é exatamente isso. Esse é o último eslaide na prática, porque o último ali é só eu já agradecendo.

Consequências da suspensão, para todos saberem. O Psol pressiona, e aí o que aconteceu? Isso que é o mais grave. Eu estava aqui falando com o Senador Girão. O.k, o Ministro Alexandre de Moraes, monocraticamente, suspendeu a resolução. Sabe-se lá quando vai ser pautada no Pleno, talvez nunca, vida que segue.

O problema é que o Psol encontrou um atalho para conseguir o que ele quer na temática do aborto, via essa ADPF, com o Ministro Alexandre de Moraes. E, nessa brincadeira, hoje, nós não podemos mais suspender, fazer fiscalização do CRM em locais que façam aborto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os processos contra médicos que faziam a assistolia fetal foram suspensos. Isso empodera as pessoas que fazem, de forma não correta, porque a pessoa pensa: "Ah, se eles fizerem, eu vou lá no Ministro Alexandre de Moraes e...". Quem é que hoje no Brasil vai bater de frente? É muito complicado. Porque quem é que quer ser preso? Ficar anos na cadeia, porque você está cumprindo o seu papel de conselheiro ou de CRM?

Esta é uma matéria da *Folha de S.Paulo:* "Mesmo com fila de endometriose zerada, São Paulo não reativa serviços de aborto em hospital de referência". Eu vou falar aqui como ginecologista, e a Ministra Damares sabe, porque ela fez campanhas também em relação a isso. A endometriose, essa, sim, é uma doença mutilante, uma doença que acaba com a vida da mulher.

São Paulo fez uma coisa muito correta, fez um serviço... Você hoje não encontra no Brasil cirurgias de endometriose. Eles fizeram isso. Agora, o Psol quer que acabe com esse serviço para fazer aborto. Sabe por que está zerada? Porque tem esse serviço. Se fechar o serviço, vai voltar a ter fila.

Então, isso é um absurdo. Não é possível que alguém leia um negócio desse e ache isso normal. Não é para ter serviço de aborto. Aborto você pode fazer em qualquer maternidade, não precisa de serviço para isso. E aí ali é simplesmente falando disso, dessa questão.

"Moraes proíbe acesso aos prontuários de mulheres que realizaram aborto". É o que eu acabei de falar. Hoje, nós não temos mais como fiscalizar, não temos. A gente sabe, sim, e é outra coisa que precisa ser falada, que muitos casos de aborto são feitos sem cumprir os requisitos legais, até porque não precisa de registro de ocorrência. Então, basta a pessoa falar que foi estuprada e se faz o aborto.

E, obviamente, para qualquer coisa que não tem fiscalização, é possível burlá-la. Qual a porcentagem? Eu não tenho como saber, porque, se não é investigado, não tem como saber. Todo homicídio, mesmo com excludente de punibilidade, é investigado.

Todo aborto... está aí uma lei, uma sugestão de lei: todo aborto no Brasil deveria ser investigado, para você olhar se aquele aborto foi feito seguindo os requisitos legais. Homicídio não se investiga? Eu sou policial, sou médico legista. Se eu matar alguém que venha me assaltar, eu vou responder processo para o resto da vida. Eu prefiro ser assaltado. Eu prefiro ser assaltado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como policial, porque eu sei que eu não vou me aporrinhar. Agora, se eu der um tiro naquele bandido, a minha vida acabou, acabou, acabou. Eu nunca mais vou conseguir viver na minha vida. Então, me assalte, só não me mate, mas me assalte, que eu não vou fazer nada.

Agora, o aborto, não. No caso do aborto, a pessoa não segue a lei, se for o caso, e não é investigada – e nada acontece.

Próximo, que aí é o último, vai ser só um eslaide.

Esse artigo é um artigo que eu fiz muita... A Dra. Lenise até falou aqui dessa temática, com o Dr. Ives Gandra, de quem eu tenho muito orgulho de ser amigo, e é sobre essa questão.

O Código Penal não dá direitos. Eu não sei de onde se tirou que há direito ao aborto. Não existe direito ao aborto, não está previsto em local nenhum que se tenha direito ao aborto. Você tem direito ao aborto com risco de morte materna, sim, porque aí é um direito à saúde. Mas que história é essa de direito ao aborto em situações que não são essas? Onde está escrito isso? Mas hoje se coloca como "direito ao aborto".

Eu sugiro – e aí novamente tem que ser uma questão Parlamentar, – o debate em relação a isso; que pelo menos nessa questão das 22 semanas, não vamos fazer. Não tem... "Ah, eu tenho direito". Você não tem direito. Onde é que está previsto esse direito ao aborto? Não tem. Porque, se não houver médico que faça, local que faça... médico sempre vai ter, tem uma minoria que sempre vai se propor a isso. Mas se os gestores falarem: "A gente aqui no nosso município, no nosso estado, não vamos ter aborto de 22 semanas" e bancar isso...

O problema é que virá uma decisão judicial, virá não sei o quê. Tudo bem, aí você cumpre. Mas você tem que colocar isso como uma regra, não se pode ter medo de fazer o certo. Isso aqui fica só como ideia.

Eu acho que o último eslaide já é o próximo, já para encerrar, que, na verdade, não tem mais a ver com o aborto, mas tem a ver com o maior orgulho da minha vida – estão aqui a Ministra Cristiane, a Ministra Damares, os Senadores –, porque com as nossas ações contra o aborto, a favor da vida e despejando o dinheiro para a saúde materna e infantil, nós, no Governo do Presidente Bolsonaro, conseguimos a menor mortalidade materna da história do Brasil – eu acho que isso deveria ser muito falado, vejo isso sendo pouco falado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conseguimos isso, e é importante para as mulheres. Um bom serviço materno-infantil é bom serviço em tudo. Isso aqui foi mostrado, inclusive, pelo próprio PT – vocês podem ver a logo do PT –, mesmo após o número enorme, que aumentou pela pandemia, porque a gente sabe que o vírus da covid tinha uma predileção por grávidas.

Nós gastamos tudo que a gente tinha, o que não tinha – o Ministro Pazuello, o Ministro Queiroga, o Presidente Bolsonaro –, para cuidar disso. E eu consegui, no último ano, deixar essa entrega que é realmente algo, ao meu ver, histórico, é histórico mesmo: a menor mortalidade materna da história do Brasil!

Por que eu estou falando isso? Porque a nossa gestão privilegiou ser contra o aborto, a favor da vida, a favor das mulheres e contra a gravidez na adolescência, Ministra Damares, porque eu fui humilhado pela imprensa, dizendo-se que eu era defensor da castidade, sei lá do quê, para ninguém ter relação sexual...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Da abstinência.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Da abstinência, exato! "Vai assumir como secretário o defensor..." Só não falaram que era abstinência em criança. Esqueceram essa pequena parte da abstinência em criança, e não em adulto.

E, sim, em criança a política tem que ser abstinência sexual. Criança não pode ter relação; criança tendo relação é crime de estupro, abaixo de 14 anos é crime de estupro. Então, só existe uma política para criança: abstinência sexual, não existe outra política. E tendo abstinência sexual, não vai ter relação; não tendo relação, não vai ter gravidez. Obviamente que a gente não está falando de estupros de crianças; obviamente isso é crime, e, havendo o crime, é fazer o que nós fizemos: portaria para denunciar o estuprador – que geralmente está em casa –, independentemente de quem seja.

Dito isso, eu queria muito agradecer, desculpar-me se eu me estendi. Acho que eu expliquei sobre a resolução que nós fizemos e por que nós queremos muito a ajuda de todo o Brasil para forçar o Supremo Tribunal Federal a pautar essa resolução, e a gente tirar essa suspensão e, com isso, salvarmos a vida de centenas e centenas de bebês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Girão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, Dr. Raphael! Que aula, que aula o senhor nos propiciou! Olha, como é bom, não é, Senador Magno Malta?

Quero aproveitar aqui e registrar a presença do Senador Magno Malta – aliás, eu gostaria de ter a honra de o senhor... daqui a pouco eu quero convidá-lo para o senhor se sentar e conduzir esta sessão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, a Presidente eu já convidei. Ela disse que quer ficar aqui, mas de nós dois – não é, Senadora Damares? – esse foi nosso professor, né?

Quantas vezes eu vim a esta sala, 15, 20 anos atrás, com cartaz, o senhor aqui, presidindo a sessão, e eu pedia a palavra. Que coisa! Como Deus é maravilhoso, né?

Eu também quero registrar a presença da Ministra Cristiane Britto – seja muito bem-vinda –, que foi Ministra das Mulheres, Ministra da Família e dos Direitos Humanos. Olha só: muito simbólica a sua presença aqui. Muito obrigado!

Quero também registrar a presença do Dr. Antonio Barra Torres, que foi Presidente da Anvisa e está com a sua esposa, Carmen, aqui. Uma honra muito grande. Olha que bacana, né? Que sessão emblemática esta.

E olha, Dr. Raphael, eu lhe digo aqui: eu tenho 52 anos e, se Deus quiser, vou fazer 53 no mês que vem. É uma honra estar nesta jornada desta vida ao lado de uma pessoa como o senhor, sabe? Porque não é fácil. A gente já – não foi, Dra. Lenise? – viveu tantos momentos no Movimento Brasil sem Aborto. A gente era massacrado ali, né? Era uma verdade inconveniente, era politicamente incorreto falar em defesa da vida. Ainda é difícil, mas o senhor tem tido tanta coragem, que inspira muito a gente e as futuras gerações. É impressionante o senhor. A verdade toca. Então, é preciso que alguém fale a verdade. Eu fico muito honrado em estar recebendo sua presença aqui, na Comissão de Direitos Humanos, a partir da generosidade e coragem também da Senadora Damares, que autorizou esta sessão, que tinha sido aprovada desde 2024. Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damares chegou nesta Legislatura e já aprovou esta audiência assim que assumiu a Comissão de Direitos Humanos.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Danilo de Almeida Martins – o penúltimo a fazer a sua exposição –, Defensor Público da União, Senador Magno Malta, cassado e perseguido de todas as formas pelo posicionamento dele em defesa da vida. Não sei se ele vai poder contar um pouco. Eu acho que é um momento interessante.

Senador Magno Malta, por favor, me dê o privilégio de ser presidido pelo senhor aqui e de vê-lo coordenar os trabalhos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Uma pergunta: V. Exa. vai se retirar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. Eu vou ficar aqui. Eu gostaria de ficar aí do lado da Senadora Damares. O senhor me dá essa honra?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não concedo. V. Exa. fique onde está. (*Risos.*)

É o lugar de V. Exa. E nós vamos ficar sentados aqui, eu e Damares, onde eu sempre estive sentado na CDH ao longo de todos os meus mandatos – e o primeiro foi em 2023. Eu estou dentro desta guerra, mas nunca a vi se escalar tanto por conta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – 2023, não. 2013.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu estou dizendo que eu estou aqui desde 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Desde 2003.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, meu primeiro mandato. Não. Então, eu estou nesta guerra desde 2003. Já vi parecer que ia ser sepultado, já vi um pouquinho de avanço, depois retrocesso, mas nunca se escalou tanto a partir de alguém que não tem o mínimo compromisso nem empatia com a vida, que tão somente afronta a vida de quem ainda está no ventre para nascer. A pena de morte já está estabelecida no Brasil por quem não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem empatia pela vida e deixou morrer um homem nas suas próprias mãos, chamado Clezão, dentro de um presídio; para ele, não tem dificuldade de matar um bebê também.

Então, a pena de morte está instalada no Brasil a partir de um indivíduo, e eu me recuso a chamar esse demônio de ministro, um ditador. E tudo tem uma relação com o mundo espiritual.

Eu digo a vocês que nós estamos vivendo a última dispensação. Nós estamos na antessala do anticristo.

Entendam que também, por uma resolução monocrática, por um decreto monocrático de Herodes, quando ele temia pelo seu trono e não sabia quem era essa criança que ia nascer e poderia tomar o seu poder, ele fez um decreto para matar as crianças. E um decreto monocrático. E matou crianças, matou crianças. Ele queria encontrar aquele que realmente não ia estabelecer um reino material na terra, mas um reino espiritual. Eu não tenho dúvida de que esse decreto de Herodes foi reescrito ou restabelecido no mundo espiritual, porque, hoje, neste mundo, todo ataque mais nefasto é às crianças. É às crianças!

E estamos nós aqui debatendo casos de morte de uma vida, de um ser humano com 22 semanas, por uma decisão monocrática de alguém que não tem empatia pela vida dos outros. Para mim, aquilo ali é uma entidade de uma mente psicopata.

Aí você escuta o médico falar, escuta os médicos falarem, os especialistas falarem, nada disso vale para um indivíduo que nem juiz foi na vida, que é advindo da advocacia para o Ministério Público e com muitos "senões". E vira Ministro por conta de questões emblemáticas do próprio sistema como um todo. E esse indivíduo vira, então, o líder maior de uma nação para o mal, nunca para o bem. Podia dizer para o bem e para o mal, mas não tem o bem nesse negócio. E esse indivíduo simplesmente se coloca na condição de um cientista, de um médico, de um estudioso.

Para eles, basta citar a Organização Mundial de Saúde, que nunca foi Organização Mundial de Saúde. É organização ideológica que se mete na saúde e que vem se sustentando com dinheiro americano, mas é possível que, agora, com o Trump, a "organização mundial da ideologia", que trancafiou quatro meses pessoas dentro de casa, que lhes baixou a imunidade, que deixou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa acreditar que ele podia ter uma gripe... E tudo virou uma paranoia, um pânico. Imunidade baixa!

Na verdade, a intenção era matar o mundo, metade do mundo, de fome. E aqueles que não morreram e que tomaram essa desgraça, com essa organização ideológica?

Eu, antes de vir para esta Casa, Senador Girão, eu dizia, Senadora Damares, no meu estado, e dizia nas redes sociais também, desamedrontadamente, porque como é que eu vou ter medo de um traste desse? Rapaz, no dia em que eu tiver medo de Alexandre Moraes, eu tenho que me suicidar, porque eu não sou homem, sou um rato.

Eu dizia: "olha, a ciência se vendeu para a política. Não tem cientista. Os cientistas são os políticos". E, aqui nessa CPI por que V. Exa. lutou tanto, essa tal CPI da covid, de tanta mentira, de tanta aberração e de tanta indignidade, os médicos tiveram a sua honra ofendida, o seu conhecimento e o seu estudo pisados por quem nada sabe; mas, os cientistas se sucumbiram, os médicos se sucumbiram às grandes indústrias farmacêuticas deste mundo. Eles se sucumbiram ao dinheiro, e o político virou médico, virou cientista.

E eu dizia às pessoas do meu estado: "Se eu voltar – eu estou estudando as bulas –, eu vou ler as bulas na tribuna do Senado". Senhores médicos, eu fiz isso por seis vezes já. Eu leio todas as bulas na tribuna e concedo um aparte aos cientistas da CPI da covid, mas ninguém me aparteia – ninguém me aparteia. "Senhores cientistas, alguma coisa para falar diante destas bulas aqui"? E ninguém leu a bula. E a bula é mais ou menos assim, e é lá no meio que eles tratam das comorbidades, das desgraceiras todas e põem entre parênteses: placebo, experimento.

"Eu vou processá-lo"! E a farmacêutica diz: "Não, calma, você não leu a bula. Lá no meio eu falei para você que você podia ter essa embolia pulmonar, que você podia ter essa trombose, que você podia morrer do coração e ter um infarto. Você é que não leu e tomou porque quis". Os desgraçados montaram um plano; a organização ideológica da saúde colocou o pânico nas pessoas; e uma pessoa com pânico faz qualquer negócio. Mas, graças a Deus, há uma luz no final do túnel.

Assim, a palavra nem foi passada para mim, foi passada para o Doutor ali, mas eu sou o perigo neste negócio. Se me derem a palavra, eu já aproveito, porque eu sei que, tecnicamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não sou médico – eu não sou médico, a Damares não é médica –, mas eu tenho empatia pela vida. E eu não tenho qualquer temor de quem não tem empatia pela vida.

Eu sei que a diferença entre a mulher e um homem não é nem o sexo, é o útero, porque uma mulher é cheia de coragem e de disposição para a vida. Isso que é empoderamento, porque o feminismo fala empoderamento querendo que um homem que se acha mulher tome o lugar de uma mulher; mas empoderamento é ter útero, companheiro. Isso é empoderamento. A mulher, depois de parir, fica em pé. Você arranca um dente e tira sete dias de licença aqui, do Senado. "Ai, porque está doendo, infeccionou e tal". E fica andando devagarzinho, como se tivesse operado os pés. Mulher é diferente. Mulher é diferente! Então, é essa defesa que nós fazemos da maternidade.

Agora, vejam: eles agora querem defender as crianças. Para quem defende aborto, essa conversa nem cola. Eles querem, na verdade, calar as redes, porque o que esse *influencer* falou aí... Desculpe, amigo.

Em 2006, na CPI da pedofilia... Tem legislação. Eles é que não a cumprem. Eu fiz a legislação em 2006, 2007 e 2008, na CPI da pedofilia, em defesa das nossas crianças e em defesa no crime cibernético. Eles, agora, estão mandando um projeto, porque eles querem defender as crianças. Se o cara defende o aborto, qual é a criança que ele quer defender?

Hormonização de criança até os 14 anos de idade. Os experimentos estão sendo feitos na USP. O Conselho Nacional de Saúde, além de incluir legalização de maconha como tema de saúde, inclui a hormonização de criança até os 14 anos de idade. Não nos esqueçamos do *kit gay*, que era a partir dos seis anos de idade para os nossos filhos na escola. Que respeito eles têm por criança? Nenhum. Que interesse eles têm? Muito pelo contrário. Erotizar nossas crianças, desfazer professores ideológicos – escola com partido –, aquilo que eles recebem nas nossas casas, dentro de casa, em uma cultura judaico-cristã que é deste país.

Eu estava no meu gabinete, porque eu tive o privilégio de receber hoje a mãe do Governador Tarcísio – que me manda mensagem todo dia de manhã e para V. Exa. também, uma mensagem de oração, de força –, eu tive um tempo com ela. Tive o privilégio de almoçar com ela e de ouvir aquela mulher tão sábia orando por mim, uma mulher tão comprometida com Deus, com a vida, com valores, uma mulher tão próxima de Deus. Este é um país cristão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava assistindo a tudo, quando ela se retirou, eu vim para cá. Então, Senador Girão, V. Exa. merece mais do que qualquer um ficar aí, sabe? Porque quando V. Exa. era um militante de cartaz na mão aqui, a Senadora Damares já estava militando na Câmara, depois veio para o Senado para me assessorar e estava aqui do lado, já numa outra posição, e V. Exa. com cartaz, muitas vezes, amordaçado aqui com Bassuma, com os cartazes de cartolina na mão. Então, V. Exa. é merecedor desse lugar, V. Exa., fique aí. Eu pensei que V. Exa. tinha algum outro compromisso, precisasse sair, por isso, eu falei "não".

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu usei esses três minutos para dizer "não". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas, olhe, deixe-me dizer, o senhor, com sua sabedoria, Senador Magno Malto, traçou um paralelo muito interessante com a questão do que está acontecendo no Brasil, são brasileiros sendo torturados, censurados; Clezão, morto. O senhor fez um paralelo aqui sensacional, porque essa mesma pessoa, o mesmo protagonista está no aborto.

A decisão foi do Ministro Alexandre de Moraes, e é violação de direitos humanos aqui, ali e acolá. Tanto é que foi reconhecido globalmente como um violador contumaz de direitos humanos, mas nós precisamos fazer uma força-tarefa para que o STF possa deliberar sobre isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Formatura das filhas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estivemos ontem. Estive com o Senador Magno Malta, ontem à noite; com o Deputado Marcel van Hattem, na solenidade do jaleco, na cerimônia do jaleco das filhas: a Késia e a Luíza também. Deus abençoe vocês. A Késia está aqui conosco, e muito feliz. Ontem fui dormir muito feliz.

Então, sem mais delongas, Dr. Danilo de Almeida Martins, Defensor Público da União, o senhor tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS (Para expor.) – Caríssimo Senador Eduardo Girão, obrigado; caríssimo Senador Magno Malta e Ministra, pois bem, eu vou trazer aqui alguns comentários jurídicos sobre a questão da ADPF 1.141.

Eu gosto de... Eu queria até fazer uma ressalva aqui, hoje é engraçado que faz 450 dias da publicação da liminar do Alexandre de Moraes. Segundo os cálculos do Dr. Raphael, eu calculei por volta de 900 crianças já mortas, desde aquele dia até hoje.

Então, voltando aqui à questão jurídica, quando eu vou comentar sobre os assuntos do STF relacionados ao aborto, eu gosto muito de trazer isso aqui. Esse detalhe está em todas as ADPFs que falam sobre o aborto, que é a questão de que o STF considera que matar crianças é saúde e bem-estar, porque ele obedece à Agenda 2030 da ONU.

Eu vou começar a comentar sobre a decisão liminar. Como o Dr. Raphael aqui colocou, ele suspendeu a resolução dizendo que ela não obedece aos melhores *standards* científicos e também à normativa legal do Brasil aplicável à espécie. Por quê? Ele disse que... Como o Dr. Raphael bem colocou, ele falou que se o CP, Código Penal, fala que não há limites para a realização do aborto, o aborto pode ser praticado em qualquer idade gestacional. No entanto, isso é um equívoco muito grande do Ministro Alexandre de Moraes. Por quê? O Código Penal... Para quem trabalha na área do direito, isso a gente aprende no primeiro semestre, eu acho, que existem as normas penais em branco no Código Penal. Por exemplo, se você anda com uma droga, a Lei Antidrogas fala que é proibido usar drogas, carregar, vender. Quem é que define o que é droga? Quem define é o Ministério da Saúde, através de uma portaria. Ele fala: "Olhe, maconha é droga, cocaína é droga". Tudo isso é definido por uma portaria do Ministério da Saúde. Não é o Código Penal que fala o que é droga.

Da mesma forma, a questão do aborto. Quando ele fala que é considerada a normativa nacional, ele está se esquecendo de que quem define o que é aborto é uma portaria do Ministério da Saúde. Sempre foi, e isso vem desde 2005. Desde 2005, as portarias do Ministério da Saúde definem o que é aborto. E essas portarias, como bem colocado pelo Dr. Raphael, foram feitas sob a égide do PT, de Governos de esquerda que sempre falaram que a periviabilidade fetal é a baliza para o abortamento. Essas portarias colocam, como a própria resolução do CFM está colocando, que o abortamento é interrupção de gravidez até a 20ª, a 22ª semana. Isso aí é de 2005. Não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de agora, não é do Governo Bolsonaro, não é nada disso. Isso aí está nas normas desde 2005. Então, o Ministro Alexandre de Moraes se equivoca em falar que a normativa nacional não fala que o aborto pode ser em qualquer idade gestacional. Ela só pode ser realmente até a 20ª, a 22ª semana.

Agora eu vou falar sobre a questão dos *standards* científicos, e isso denota um pouco... É um pouco mais demorado. Por quê? Porque o Ministro Alexandre de Moraes usou dessa decisão da OMS – que eu vou explicar aqui que não é da OMS –, o Ministro Alexandre de Moraes a usou falando que aquele é o *standard* científico que deve ser levado em consideração, mas eu vou trazer as considerações.

Ele falou até desse protocolo de 2022-2023, que fala claramente que você pode abortar em qualquer idade gestacional. Veja que esse protocolo foi feito por esse departamento ali da OMS, que é o HRP, o departamento de reprodução humana lá dentro. A OMS é um organismo gigantesco e esse departamento tem sete pessoas só dentro dele. Três deles são médicos, os outros quatro são de outras áreas. E esse departamentozinho está querendo que o mundo inteiro acolha essa determinação de ultrapassar as 22 semanas.

E eu vou mostrar ainda mais absurdos. Isto aqui é uma parte desse próprio protocolo, em que a própria OMS diz... O Ministro Alexandre de Moraes chama de *standard* científico, mas, se você vai ao protocolo, ele mesmo diz, para quem seguir esse protocolo, que a OMS não é responsável pelos resultados. Então, se você vai lá e aborta, morre, a OMS fala: "Eu coloquei lá. Eu não sou responsável por isso aqui". Então, vocês vejam bem o *standard* científico que o Alexandre de Moraes considerou, é isso aqui. Eles mesmos, no próprio protocolo, dizem que não são responsáveis pela utilização desse material, o problema é do leitor. Isso aí foi uma tradução livre minha, que eu coloquei, mas está lá.

Esse aqui é o organograma da OMS, aquele ali é o departamentozinho de sete pessoas. Desse tamanhozinho e ele está definindo uma coisa que vai contra a própria OMS. Eu já coloquei isto, num artigo que eu escrevi para a *Gazeta*, que a OMS foi roubada dela mesma. Esse departamento roubou a OMS, porque ele coloca a OMS no protocolo dele, e isso não foi definido pela OMS. A OMS sempre defendeu as 20 semanas, através da CID.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa aqui é a parte do protocolo em que eles dizem – tem que passar aqui, demora um pouco – que desaconselham. Voltou. Não precisa. Só estava falando que desaconselham leis que obriguem, que falem que o aborto não pode ocorrer, dependendo da idade gestacional. Eles estão liberando o aborto em qualquer idade.

E essa aqui é a CID, a CID é a Classificação Internacional de Doenças. Esse, sim, é um documento seriíssimo feito pela OMS, porque é um documento feito por 172 países, aprovado em uma assembleia geral por especialistas e técnicos. Não é qualquer um que vai lá e dá a sua opinião pela CID. Todos os médicos aqui usam a CID. A CID mudou agora em 2022, essa CID-11. Foi feita uma assembleia geral com 172 países para falar de todas as classificações internacionais de doença. E lá está escrito claramente que as 22 semanas são importantes para a questão da periviabilidade fetal e para a definição do que seja o aborto.

Deixe-me ver se anda. Aqui é outra questão que eu quero trazer, de como esse mesmo departamentozinho, embora ele seja muito pequeno, conseguiu fazer essa alteração.

Veja bem, em 2012, esse departamento tinha um protocolo sobre o aborto. O protocolo é totalmente, o viés dele é totalmente abortista. Mas como era formado por médicos, em sua grande maioria, 51,27% das pessoas que fizeram aquele protocolo, em 2012, eram médicos, eles não tiveram coragem de negar essa questão das 22 semanas. Então o protocolo dessa mesma secretaria da OMS, de 2012, não nega a questão das 22 semanas.

E o que foi que eles fizeram? Para passar a adotar que em qualquer idade gestacional você pode abortar, eles simplesmente, no protocolo de 2022, diminuíram de 15 para 5 médicos, e o resto todo ali que votou para fazer essa coisa é de não médicos – pessoas de política pública, outro é especializado em não sei o que de reprodução, nada na área de medicina. Eles estão dizendo que podem matar uma vida, mas ninguém ali é médico, 13,15% apenas são médicos. Então a cientificidade desse protocolo é ínfima.

E o Alexandre de Moraes usou isso como justificativa para sua liminar do dia 17 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só uma perguntinha: o Ministro Alexandre de Moraes ouviu vocês? Ele tomou... Parece que foi o Psol, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que entrou com... Conte-me só... Eu gostaria de saber. Ele ouviu?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Fora do microfone*.) – O CFM, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele não ouviu o CFM?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que fez a resolução?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Ele não ouviu o CFM. Depois de tomada a decisão que nós pedimos audiência com ele. Mesmo assim, porque ele ia ouvir o Psol. Ele tirou uma foto com pessoas do Psol. Aí nós falamos, Ministro, mandamos ofício, como é que é? Ouve o Psol, não ouve a gente? Mas após a decisão tomada. Ele nos recebeu, mas aquela visita de cortesia, porque com a decisão já tomada, ele mesmo falou, a gente, a partir de agora, não manda mais em nada, porque eu já mandei para o Pleno. Na prática, a visita foi inútil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então ele tomou a decisão só ouvindo um lado, o pedido do Psol, do partido Psol. Está explicado.

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS – E é isso que eu vou trazer aqui, Senador. A liminar foi de 17 de maio. Ela foi publicada dia 20, e daí então começou a fazer os efeitos que eu contei, essas 900 crianças mortas.

E o que é que acontece nesse caso? Ele soltou essa liminar suspendendo a resolução. E no dia 25 de maio, de iniciativa própria... É uma pena que os estudantes aqui da Universidade Mackenzie saíram, mas qualquer um aqui, na área do direito, sabe que a jurisdição é inerte. O juiz não pode agir. Ele só age mediante provocação.

Mas o Ministro Alexandre de Moraes acha que não, ele age sozinho. Ele agiu sozinho em 25/5 e falou assim: "Não, vamos proibir qualquer processo disciplinar e administrativo". Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nenhuma parte o provocou, mas os *amici curiae,* aqueles que são convidados para o processo, eram muitos abortistas e começaram a juntar ao processo reportagens de investigação do Cremesp: "Olha, o Cremesp está investigando médicos".

E o que era na verdade? Havia um hospital, em São Paulo, que aumentou exponencialmente a realização de abortos ali. E o Cremesp começou a investigar aquilo. Não tinha nada a ver com assistolia fetal, nada. Ele estava investigando o aumento do número de abortos.

E as reportagens que foram colocadas lá, pelos abortistas, falavam "Olhem, agora o Cremesp está investigando" e o Ministro Alexandre de Moraes, então, *sponte propria*, de iniciativa própria, resolveu lançar essa outra liminar falando: "Não pode, podem suspender todos os processos administrativos e não se vai mais culpar ninguém".

Passados alguns meses, foram juntadas mais e mais reportagens da *Folha de S.Paulo*, dessas mídias que gostam de favorecer a questão do aborto, e o Ministro, mais uma vez, sem a provocação do Ministério Público... E, aliás, há um parêntese aqui: o Paulo Gonet mandou um parecer falando que nunca houve, que não houve descumprimento de medida liminar nenhuma. Ele falou que está tudo certo no processo, que não houve descumprimento de medida liminar, mas havia uma petição da Defensoria Pública de São Paulo informando que estavam investigando os médicos, informando um monte de coisa, e o próprio Paulo Gonet falou assim: "Não cabe à Defensoria Pública peticionar nada aqui; ela é *amicus curiae* e ela não tem direito de peticionar". Mesmo assim, o Alexandre de Moraes soltou mais uma liminar, e essa legalizou o aborto no Brasil. Essa, sim – como o próprio Dr. Raphael colocou aqui –, proibiu qualquer procedimento investigatório nesses casos de aborto, ou seja, se estão acontecendo abortos feitos por enfermeiros, feitos por um oftalmologista, feitos em uma mulher que não foi estuprada nem nada, ninguém nunca vai saber. Esses abortos estão acontecendo, e não se pode investigar. Foi aí que se legalizou o aborto no Brasil. Foi nesse dia 3 de dezembro de 2024.

Por fim, eu quero trazer aqui, como já foi colocado, que a Lei Magnitsky, eu acho que, na minha opinião – também já escrevi sobre isso na *Gazeta* –, a Lei Magnitsky errou. Por quê? Porque ela leva em consideração só as ofensas ao direito de liberdade das pessoas quando o direito humano, que é o principal, que é o direito à vida, já foi ofendido diversas vezes pelo próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro e, ao lado do Cleriston Pereira da Cunha, o Clezão, nós temos aqueles 900 bebês abortados até hoje, em um cálculo por baixo.

Eu não trouxe a foto ali de um bebê queimado pela assistolia, justamente por essa questão da TV Senado. E ali é o detalhe final. Ali é uma lápide, só que esses bebês não são enterrados. Ainda tem esse pior detalhe de todos: eles são colocados num saco de lixo, queimados, e ninguém sabe quem é que foi enterrado. Nem esse direito, que é personalíssimo do bebê, vem sendo observado.

É isso, Senador.

Muito obrigado pela possibilidade. Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Danilo de Almeida Martins, Defensor Público da União.

O senhor nos traz um chamado à ação. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua dedicação.

Não é a primeira vez que eu o vejo em audiências trazendo esses dados, essas informações sobre a Defensoria Pública de São Paulo, que acionou o Ministro Moraes, como o senhor colocou, que foi quem o acionou. A própria PGR viu que ele não tinha a prerrogativa de fazer isso, mas o Ministro aceitou.

Foi, Senador Magno Malta – quando eu era ativista de cartazes –, a mesma Defensoria Pública, a de São Paulo, que fez um seminário. Olhe só essa história aqui. É sempre boa, porque vai ficar nos Anais da Casa, isso aqui fica no canal do YouTube, e um dia as pessoas vão tomando conhecimento.

Ministra, eu recebi uma informação. Pró-vida, a gente tem os grupos... Eu recebi uma informação, aqueles Google *Alerts*. Na época tinha, não sei se tem hoje. "Defensoria Pública de São Paulo faz seminário: como legalizar o aborto no Brasil". Era esse o título. Não, era "Estratégias para se legalizar o aborto no Brasil". Era esse o título dentro da Defensoria Pública de São Paulo.

Eu vi aquilo ali, faltando 15 dias para acontecer o evento, e corri para São Paulo. Saí do Ceará, corri para São Paulo e comecei a fazer contato com os pró-vidas de lá.

Como é o nome daquela senhora que foi Presidente lá, que fez aquelas marchas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Marília!

Quem foi que falou Marília aqui?

Poxa, Alan... Marília. Aí, pá e tal...

Aí, tinha um Vereador, chamado Rubens Calvo – hoje a filha dele é Vereadora –, bem tradicional, que me levou ao Presidente.

Eu fui parar na sala do Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, ele me levou. Sabem aquelas coisas de Deus? Ali, no mesmo dia. "Não, deixa eu ver, fazer o contato...". Porque era uma coisa tão gritante a mesa... E dizia qual era a mesa. A mesa era só de abortista conhecido. Dentro da Defensoria Pública de São Paulo. Olhe, da Defensoria, que é para defender as pessoas!

Aí, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ivan Sartori, corajoso... Veio aqui a uma daquelas sessões que a gente fez sobre esses abusos do Supremo Tribunal Federal e tudo, do TSE. Ele veio aqui e ele ligou para o Defensor Público lá de São Paulo, o Defensor Público-Geral de São Paulo, e disse: "Olha, eu estou vendo aqui a palestra. Tem sete nomes aqui. O senhor tem que conseguir equilibrar isso. Não tem nenhum nome pró-vida". Isso, o Defensor Público ligando – olhem que interessante. E eu ali ao lado, viu? Uma sala gigante, do tamanho desta aqui a sala do Presidente do Tribunal de Justiça, eu fiquei impressionado.

Aí ele consegue, depois de muito... Ele disse: "Mas, rapaz, consegui um nome". Conseguiu um nome. Eram sete a favor do aborto e um pró-vida. Aí disse: "Rapaz, escolha um nome aí". Aí nós escolhemos o Bassuma, que era Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida. Ele saiu de Salvador, a não sei quantos mil quilômetros, para São Paulo. Chega ao evento na hora certa.

Isso está documentado, viu? A TV Mundo Maior filmou os bastidores. Esse vídeo eu coloquei um dia desses nas redes sociais, nas minhas.

É escandaloso. Mostra o espírito abortista de algumas instituições do Brasil mesmo.

Aí, Bassuma foi, chegou lá. Falaram um, dois, três, os abortistas todos. Na hora de o Bassuma falar, no final do evento, ele pegou o microfone e começou a receber vaia. A plateia. Tudo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claque. Tudo de... Como numa vez, Magno, a gente veio falar sobre droga aqui, e armaram uma arapuca também, e o senhor... Essa história eu já contei outro dia. Eu vou contar de novo. O senhor desbaratou a legalização das drogas, da maconha, aqui, em 2014, quando no Brasil estava tendo Copa do Mundo. Era 2014? Copa do Mundo no Brasil. E o senhor desbaratou uma armação que estava sendo feita no Senado Federal.

Então, foi uma coisa, assim, similar lá. Quando aconteceu... O Bassuma... Vaia.

Ministra, você sabe o que foram ali oito minutos de vaia, e ele esperando a vaia terminar? E os gritos... As pessoas chegavam assim... E a mesa não fazia nada. A condução do trabalho estava achando lindo. Chegavam na cara dele, metendo o dedo. Ali ele foi um humanista, um pacifista. Ele teve ali uma... Batendo o dedo. "Você é um...". Como é que diziam? Falavam coisas, assim, absurdas. "Machista", não sei o quê. E colocando o dedo.

E aí o Bassuma não conseguiu falar, cara. Chegou um momento em que ele disse: "Olha, está passando o tempo...". O pessoal não fazia nada.

Aí, ele foi lá e escreveu uma cartinha. "Andei tantos mil quilômetros para ter o direito democrático de colocar meus argumentos. Não consegui. Estou voltando", e tal. Entregou lá.

Então... Defensoria Pública de São Paulo.

De onde partiu a legalização das drogas no Brasil desse porte? Você sabe de onde foi?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Defensoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Parece que é um ninho, é um ninho ali de projetos ruins, de coisas da Defensoria Pública de São Paulo.

Eu respeito muitas as defensorias, acho-as importantes, mas tem umas que estão aparelhadas, foram aparelhadas ao longo desses tempos todos.

E você sabe o que é que dizia no documentário, Dr. Danilo, nesse vídeo, inclusive? Eles pegaram um pouquinho, antes de o Bassuma ser vaiado, eles pegaram, o pessoal da rede Mundo Maior pegou algumas falas. E tinha lá, Damares – eu lembrei de ti –, tinha lá que você já falava isso. Tinha lá assim... Um dos cabeças lá, não lembro o nome dele, dizia o seguinte, nesse seminário: "Não adianta perder tempo com o Congresso Nacional. Lá a maioria é pró-vida, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem jeito. Só faz aumentar, toda eleição. O caminho para legalizar o aborto no Brasil é no Supremo Tribunal Federal. É lá que a gente tem que apostar todas as fichas". O cara cantou a pedra lá atrás. E é o que a gente está vendo.

Isso é um escândalo, essas decisões aqui, de proibir fiscalização do Conselho Regional de Medicina, rapaz. O mesmo Ministro fazendo a mesma coisa. É um negócio assim... É uma sanha por sangue.

Eu vim com essa gravata aqui... Eu vou falar uma coisa para você. Eu nunca uso, vocês sabem, eu nunca uso gravata vermelha, com todo respeito à cor e tudo. Mas é o sangue, é o sangue de inocentes.

Esta sessão hoje é o sangue de inocentes, para o que gente está aqui tentando jogar luz e fazer alguma coisa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas você sabe por que a esquerda usa vermelho? Porque eles são ateus. E é uma provocação, porque vermelho é o sangue de Cristo. Eles não usam vermelho por acaso. Isso é espiritual. É uma provocação. Vermelho é a vida, sangue é vida.

Imagine o sangramento de um aborto; é a vida indo embora. E, realmente, aculturou-se: a gente não quer colocar vermelho, para não ser identificado com esse pessoal, com esses seres humanos aí e tal, né? E ainda, bom, minha palavra “seres humanos” ainda é... Porque eu acho que alguns são e tal, que podem se converter, mas, sim...

Se o troço é espiritual, amigo, se não dá para fazer no Congresso Nacional, porque lá a maioria é pró-vida... Olhe, olhe o que falam: pró-vida. Então, quer dizer, nós somos da cultura da vida. Automaticamente, ele está dizendo, de forma invertida: "Nós somos da morte, nós somos da cultura da morte. Lá nós não vamos conseguir. A gente só vai conseguir aprovar a morte no Supremo Tribunal Federal". E só quem vai dar esse veredito para nós só pode ser uma entidade, irmão.

Aquilo ali, para mim, é um cabide, eu já falei. Aquilo ali é um corpo com uma entidade de alta patente numa mente psicopata. É um demônio! É um demônio! Demônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu amigo, vou te falar: se este Congresso tivesse coragem, este Senado... Se o Senador Marcos do Val tiver coragem e ele deixar, eu corto a tornozeleira dele e fico sentado esperando que ele mande a Polícia Federal me prender.

A gente não pode acovardar-se diante do covarde, porque só um covarde faz isso. Mas o que a gente vê é um monte de homem... Eu já ia falando um negócio aqui... Não vou falar não.

É... sim. Não sei o que falar não dos homens daí não.

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS – Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não...

Perdão, Dr. Danilo.

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS (Para expor.) – Eu gostaria aqui de aproveitar que o Senador fez referência à Defensoria Pública e apenas quero registrar que a gente, na Defensoria Pública da União, tem um pedido para a criação de um grupo de trabalho em favor da vida desde 2019. Já foram... Já tem ali assinaturas de 30 instituições: CNBB, Anajure, os evangélicos, várias igrejas evangélicas, vários... A CNBB teve a Comissão de Bioética também e a Comissão Pastoral pela Família. Tem assinaturas de várias instituições. E nunca foi sequer dada uma resposta a esses órgãos.

E eu gostaria aqui de aproveitar que vai ter eleição para Defensor Público-Geral Federal agora – e vocês, Senadores, como fazem a sabatina desses defensores públicos – e pedir que fosse cobrado isso do próximo candidato à Defensoria Pública-Geral.

Era só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Muito bem.

Então, vamos agora para o nosso último palestrante, Dr. Ubatan Loureiro Júnior, que é médico ginecologista, já agradecendo a presença dele.

E só um detalhezinho, Dr. Danilo, que o senhor falou, que o senhor mostrou aqui. Quer dizer que as matérias desses grandes veículos de comunicação – viu, Senador Magno? – foram usadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo ministro para tomar essas decisões monocráticas... É a mesma turma que não o critica em violações clássicas de direitos humanos, de censura, no Brasil.

Eu estava dando uma entrevista um dia desses para um veículo grande de comunicação, Senadora Damares, e disseram: "Não, não tem censura no Brasil". Não; falaram isso! Já falaram isso para a senhora também? "Não tem censura no Brasil". Então, eu digo: "E o que é isso?". Eles: "É um país democrático". Eu digo: "Vá tentar entrevistar o Senador Marcos do Val [um Senador, você começa por aí], vá tentar entrevistar o Filipe Martins" – pronto, não preciso falar mais nada! Isso, além das milhares de redes sociais derrubadas, dos jornalistas que foram embora porque estavam com conta bloqueada, depois passaporte retido e rede social derrubada.

Mas é o momento do Brasil. Nós vamos... Vai passar. Vai passar, e tem muita gente de coragem se levantando neste momento; isso é muito importante.

Meu querido Dr. Ubatan Loureiro Júnior, perdão. Parabéns aí, muito obrigado também pela sua paciência.

O senhor tem o tempo necessário para sua exposição.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR (Para expor.) – Eu estou tão chateado com o Senador Girão, porque ele sempre me deixa por último, e o meu tempo é reduzido, que eu vou começar saudando a Senadora Damares. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o seu tempo não está reduzido não. Fique à vontade, pelo tempo que o senhor quiser falar aqui... É porque a cereja do bolo é a sua palestra! (*Risos.*)

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – E agradeço o convite pessoalmente feito pelo senhor.

Boa tarde às demais autoridades – Senador Magno Malta, eu o acompanho aí há uns 30 anos. Eu estou achando que eu estou ficando velho mesmo –, aos demais Deputados.

Quero também aqui saudar, com grande respeito, o Dr. Raphael Câmara; o Dr. Hiran, que não está aqui presente, mas que merece um grande respeito como Presidente do Conselho Federal de Medicina – eu nunca me senti tão representado –; o meu amigo Danilo; a Dra. Lenise, que estava até há pouco; e, com letras maiúsculas, a mamãe Deputada Chris Tonietto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me a ousadia do que eu vou relatar aqui. Às vezes, é necessário estarmos no fundo do poço para tentarmos encontrar uma luz. O que quero falar com essas palavras?

Foi necessário este país, considerado Terra de Santa Cruz, chegar ao fundo do poço – como estamos vendo nessa situação, denunciada nos jornais brasileiros e internacionais, em que a nossa Justiça brasileira se vendeu à Usaid –, para que hoje queiramos tomar uma atitude de mudança neste país.

Eu não posso citar nomes, porque eu já fui processado uma vez pela defesa da vida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Está certo.

Eu quero dizer que a Associação Nacional Providafamilia está nesta Casa há quase 33 anos, fazendo essas denúncias dessa situação, que começou como controle de população, e depois veio com a questão da destruição da família dentro deste Congresso.

Se você quer destruir uma religião, como a católica, ou um país, ou qualquer instituição, ataque e destrua principalmente a base dessas instituições, que é a família. É por isso que vou mostrar-lhes um *banner*, que é muito grande, é quase do tamanho de uma dessas bancadas, que foi feito pelos jovens Promotores da Vida e também pela Associação Nacional Pró-vida e Pró-família.

Eu não vou falar do início desse *banner*... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Acho que eles vão colocar aí.

Quer pedir para eles passarem? (*Pausa.*)

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Pronto.

Então, eu não vou começar, que é aquela parte superior – tem a tarja azul ali separando –, porque o histórico desse *banner* vem desde Margaret Sanger, 1953, 51, criação da IPPF, que é a *International Planned Parenthood Federation*, e nem do Conselho Nacional de População, criado pelos Rockefeller, Fundação Rockefeller.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto ao ano de 1961, que está na parte mais embaixo do eslaide, falando da Usaid, porque é o que está em moda hoje em dia, que financiou o aborto, a contracepção, a esterilização no Brasil desde 1961.

Isso é citado por...

Foi demais. Vou passar para vocês. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É aquele ali? É aquele eslaide?

Eles fazem.

É um eslaide para trás? É mais um para trás, não é?

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Uns dois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Uns dois para trás aí. Se puderem colocar...

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Volte. Pode voltar mais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode voltar, pode voltar... Pode voltar...

Aí.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Então, a Usaid, que hoje está em moda, não está aqui no Brasil há pouco tempo. Ela está desde 1961. E ela, por meio dessa agência que é chamada de humanitária, mas que de humanitária não tem nada, financiou o aborto, contracepção, nos principais países e principalmente no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se o senhor puder falar próximo ao microfone...

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – E aí, esse médico epidemiologista, que presidia a Usaid entre 1960 e 1980, falou: "Fornecemos [...]10 milhões ou mais para desenvolvimento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prostaglandinas. Estávamos procurando uma substância que, autoadministrada por uma mulher grávida, assegurasse que chegasse ao estado de não gravidez no final do [...] ciclo menstrual".

Qual era essa droga? O Cytotec. Quando foi que ela entrou no Brasil? Em 1980.

E isso é o que eu falei: quer destruir uma instituição, um país? Você simplesmente destrua a família.

Em 1969, foi criada o Fnuap (Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais), ou seja, controle de população até os dias atuais.

Próximo, por favor.

E está aí, veio logo em seguida também a Fundação Macarthur, em 1970, e ela já dizia... E nessa *timeline*, nessa linha do tempo que foi feita pelos jovens promotores da vida – e temos um representante aqui, o Eduardo, está certo? –, diz: "O Brasil foi escolhido porque tem autoridade e influência em sua região [ou seja, toda a América Latina, está certo?] [...] [em] seu ambiente cultural, político [...] [e que as] ONGs [...] [têm a oportunidade] para influenciar políticas e práticas".

E aí, eu quero só dizer o seguinte: quando você começa, em primeiro lugar, como foi a IPPF, querendo controle populacional em cima do Brasil, tinha um motivo muito grande. Qual era esse motivo? Este país é continental! As riquezas naturais dele são incríveis! As belezas naturais dele são incríveis! E aí se achava que, se se tornasse o Brasil um país populoso como se tornou a China – está certo? –, ele seria uma potência maior do que os Estados Unidos.

Só que a coisa não parou aí. "Vamos destruir a família, que a gente destrói um país". E aí, logo em seguida, a gente vê a Fundação Open Society, dizendo que, em 2017, foram injetados aqui pela Planned Parenthood US$10 milhões. E aí depois vem a Fundação Macarthur, a Ford, que celebra 40 anos no Brasil.

E a gente, quando vocês estavam falando de OMS, não fica na OMS. Tem um ramo muito maior, que se chama ONU, e a ONU, em 1994, na Conferência do Cairo, ela já dizia que queria o controle de população em cima, principalmente, do Brasil. E eu estava, logo em seguida, fazendo Bioética, na atual cátedra de Bioética da UnB, e sabia que representantes foram daqui, em 1994 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1995, também para a Conferência de Pequim, para, através da ONU, já trazer o controle de população para o Brasil.

Próximo. (*Pausa.*)

O que é que eu quero colocar com isso? Em 1974, foi publicado também um relatório chamado Kissinger – nesse *timeline* dos Jovens Promotores da Vida, é só clicar no QR *code*, e tem toda a história, todas as páginas, ou então um presidente de uma ONG dessa, como da Fnuap, falando, e assim por diante, está certo? –, mostrando o quanto foi injetado aqui no Brasil.

Inicialmente, foi pela Cfemea. Hoje eu não posso falar as outras ONGs, porque eu não tenho cacife mais para ser processado mais uma vez. Meu coração não aguenta, está certo?

Eu quero só dizer que o Brasil se tornou o país do mundo mais explorado, devido às suas riquezas e belezas naturais, pelas grandes potências. Nós estamos no fundo do poço e dependemos desta Casa para defender a nação brasileira.

Da última vez em que eu estive em uma sessão com o senhor, eu não pude passar esse vídeo, porque o meu tempo foi bem reduzido, mas eu queria, se possível, que fosse passado esse vídeo. São só dois minutinhos.

Eu vou explicar antes o que é esse vídeo e vou discordar de algumas coisas do meu colega aqui gineco-obstetra, em relação à questão da dor fetal.

Esse vídeo foi feito por Osama Shawki, um dos maiores endoscopistas do mundo – vou só pedir uma pausazinha, um instantinho –, que começou a fazer as videohisteroscopias. O que é videohisteroscopia? Você vem com uma pequena cânula de 4mm, introduz na vagina, passa pelo colo do útero e, com uma luz extremamente potente e com uma pressão muito grande do soro fisiológico, vai dilatando a cavidade do útero. E esse vídeo é da retirada de um DIU, porque esse DIU estava começando a perfurar a cavidade uterina e colocando em risco a mulher, está certo? Só que o intuito não era só esse. Ela estava grávida, e vocês vão ver aí que, quando é introduzida cânula, com essa luz extremamente potente e essa pressão de soro para dilatar, vão se romper as membranas amnióticas. Vão ser esses lençolzinhos que vocês vão ver voando aí no vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse vídeo, quando a luz chega aos olhos daquele feto com oito, nove semanas, o que é que ele faz? Ele coloca as mãos nos olhos, porque aquilo é uma agressão. Se a coisa visual já deu um reflexo de defesa nele, para mim, a razão me leva a crer: ele já estava com uma dor, nem que fosse psíquica, apesar de muitos dizerem que não tem ondas cerebrais. Que loucura! E, aí, vai ser retirado o DIU, logo em seguida.

Não queiram saber, já que foi retirado o DIU, o que é que aconteceu, porque as membranas estavam rotas.

Eu falei na norma técnica, criada pelo nosso amigo, que é muito mais fácil se fazer aspiração manual intrauterina, sem visualização, com a mesma cânula, às vezes muito mais larga em diâmetro, do que com a videoesteroscopia, porque, se fosse fazer... Eu estava vendo ali que tinha traços de pessoa humana, mãos de pessoa humana e coração de pessoa humana batendo, só que você teria uma segurança imensa de que não iria ficar resto de placenta, restos fetais, e assim por diante.

Então, eu quero passar esse vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só avisando para a equipe da TV Senado...

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Que não vai mostrar nada de tortura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... equipe dedicada e tudo, que não tem morte, tá? Pode passar.

Esse vídeo eu já vi: não tem morte, não tem tortura. Aí apenas mostra uma imagem do DIU.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Isso passou numa sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, eu peço que passe o vídeo e que seja transmitido aí para todos os que estão nos assistindo em casa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Por favor, prestem atenção lá: essa é a câmera sendo introduzida. Vocês já estão vendo aí uma perninha, um bracinho, as mãozinhas, a boquinha lá em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escuro, e a vascularização de uma criança com oito para nove semanas. Olhem aí as mãozinhas nos olhos. O coração aí pulsando, a boquinha, o nariz e a proteção.

Olhem aí a mãozinha, a boquinha, logo em seguida... Na filmagem, essas membranas voando aí são as membranas de líquido amniótico, que foram rotas, por causa da pressão.

Bom, logo em seguida, vão retirar o DIU.

Vocês vão ver o cobre brilhando aí.

Aí: está sendo puxado o DIU agora...

Pronto.

O que é que eu quero dizer? Se se romperam as membranas, se esse colo do útero teve uma dilatação mínima, que foi, a vagina potencialmente contaminada, tem que se limpar o resto da cavidade uterina.

Eu quero pedir que passe o próximo eslaide, por favor.

Tem uma barra lá em cima. Não sei o que é que aconteceu. Mas...

A dor fetal é evidente na segunda metade da gravidez. E aí está descrita, num jornal médico, em 2016.

Logo em seguida tem: "O progresso na fisiologia da dor fetal apoia a noção de que o feto reage a intervenções dolorosas durante a cirurgia fetal".

Outro jornal de pediatria, os estudo... Estão aí as páginas e toda a bibliografia: Pain; jornal de gineco-obstetrícia internacional; outro de ultrassom; jornal de medicina e ética; jornais de medicina... Então, está aí toda a bibliografia.

A gente, às vezes, quer se embasar muito só na ciência, só nessas coisas que dizem o que se pode utilizar como regra, mas esquece a razão daquele fetinho de oito, nove semanas, colocando as mãozinhas na frente.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O padrão de atendimento médico, agora, exige a analgesia e a anestesia fetal direta durante a cirurgia fetal, começando por pelo menos 15 semanas.

Vocês sabem por que é que eu coloquei isso aí de 15 semanas? Porque não se faz cirurgia antes disso; porque ainda não tem um ultrassom que capte tão bem a morfologia, para dizer: "Não, é uma lesão na medula, é uma lesão vertebral".

E aí está o *guideline* de tudo isso, exigindo anestesia e analgesia.

Próximo.

Um exemplo disso foi uma das primeiras cirurgias de coluna – com defeito de coluna vertebral –, e está aí o jovem, jogando basquete depois.

Próximo.

Bom, vocês já viram que, para 15, 16 ou 20 semanas, é necessário fazer uma analgesia e anestesia nesse feto. Você, agora, pega uma droga, o cloreto de potássio, que raramente é aplicado no cordão umbilical, porque no cordão umbilical tem uma veia, com sangue oxigenado, e duas artérias, com sangue venoso – é o oposto da pessoa adulta. Só que não se quer aplicar no cordão umbilical. Sabem por quê? Porque o feto está ali se mexendo, o tempo inteiro, e o líquido amniótico joga o cordão para todo lado. E qual é a maior câmara que pode ser acertada? É o coração.

Então, se vai com a agulha sem anestesia, para jogar o quê? Um veneno, que é torturante, como foi dito, e que não é aplicado em nenhum animal.

Vocês imaginem a tortura de uma criança, que às vezes leva 24 horas para ser morta, ou então, como o Dr. Raphael falou, que às vezes você acha que está morta, porque está em uma tetania, está parada, mas ainda nasce viva.

E aí vocês veem crianças nascidas com 22 semanas. Isso quando? Em 2014. Olhem o sorriso da beleza da bonequinha.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020. Chama-se isso de milagre, por ter nascido com 22 semanas? Não, não é milagre; é a evolução da medicina. Se você pode fazer uma cirurgia de correção de uma espinha bífida em uma criança com 15, 16 ou 17 semanas, isso é milagre? Não, é a evolução da medicina.

Eu estou um pouquinho mais velho na medicina. Eu estou, agora, em dezembro, com 40 aninhos; e vou parar em setembro.

Próximo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Não, em novembro. Vou estender para novembro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Outro caso, em 2021.

Olhem lá a criança, que saiu do hospital – de 22 semanas.

Próximo.

Em 2024. Também saiu do hospital.

Próximo.

Olhem o tamanhozinho lá dele.

E aí são alguns estudos mostrando que um feto de 23 semanas expressava uma careta de dor ao ser picado com agulha com anestésico, prestes a ser submetido a uma cirurgia cardíaca no útero. Está aí a publicação de um jornal de ultrassom e ginecologia, em 2021.

Próximo.

Estão aí as imagens: logo no início, uma carinha serena e tudo mais; depois, abrindo a boca.

Não queiram saber o que é dor por cloreto de potássio – não queiram. É uma droga que dá uma sensação de necrose.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa casa, no Petrônio Portela, em 1991...

Eu não sei o que é que Deus quis comigo. Ele é muito generoso. Ele me dá graças além do que eu mereço. Eu tive a honra de ser o único médico a estar sentado com o Dr. Jérôme Lejeune, que descobriu a síndrome de Down.

E sabem o que ele falou lá no Petrônio Portela? Ele disse: "Um feto é um paciente...". Até antes, ele começa: "Após a junção dos 23 cromossomos masculinos e dos femininos, que se tornaram 46, tem um genoma, e ali é concebida uma nova vida. É vida humana, porque já tem um código genético, como um código de barras, que é único e irrepetível – e essa vida é vida humana". E ele disse o seguinte: "Um feto é um paciente, e a medicina é feita para curar. Toda a discussão técnica, moral ou jurídica é supérflua: é preciso simplesmente escolher entre a medicina que cura e a medicina que mata".

Vocês sabem por que é que ele não ganhou o prêmio Nobel da Paz? Porque ele era contra o aborto em todas as situações.

Está fora do *script*, mas o senhor me deu tempo. Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Estamos aprendendo muito.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Eu e o Dr. Victor, Presidente da Associação dos Médicos Católicos de Brasília – por favor, Victor, levante-se aí –, estivemos, agora, no final de maio, início de junho, no 3º Congresso Internacional de Bioética, lá no Vaticano, da Fundação Jérôme Lejeune, sobre a bioética personalista e a defesa da vida, e o que me chamou a atenção é que eu dei uma paulada violenta, porque... Eu quero ir para o céu, sabe? O Reino de Deus é dos corajosos.

Meus parabéns, Senador Magno Malta, eu o conheço há algum tempo. É a coragem que faz a diferença. Eu disse para eles: "Vocês estão aqui citando tantos exames de diagnóstico pré-natal para saber se tem síndrome de Down, se tem síndrome de Patau, se tem isso, aquilo, etc. Depois vem me falar de objeção de consciência. Objeção de consciência é muleta para os covardes. E eu fico com pena desses estudantes que estão com a cabeça moldada, ainda dizendo: "Eu posso ter a objeção de consciência, não faço porque tem outro que vai fazer". Que loucura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que loucura, meu Deus do céu! Eu tenho que voltar a ler porque senão eu me perco aqui, está certo?

Só três países europeus não têm objeção de consciência, o resto todo deles tem, está certo? Só que a gente tem que pegar, como ele dizia: "Simplesmente escolher a medicina que cura ou a medicina que mata". Eu digo que a função do médico é curar e salvar vidas, mas nesse congresso eu coloquei que a função do médico também é educar os estudantes de medicina. Porque a cabeça foi feita pela IPPF, foi feita pela FNUAP, Fundação Rockefeller, Open Society, e todas essas entidades, a USAID, ONU, OMS, como o Dr. Danilo colocou aqui. Sabe o que nos cabe agora? É educar. É educar.

Eu quero pedir uma coisa para vocês. Vocês não sabem o que me custou hoje estar nesta Casa. Meu coração está doendo, muito, mas eu vim. Que esta Casa seja uma Casa em defesa da vida, da família, porque, se ela não fizer isso, se não tiver coragem, está certo, é melhor a gente ir para a China. É melhor ir para a China.

Próximo. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem o meu sentimento. Eu não sou frouxo, eu não sou covarde, com a graça de Deus.

No dia 17/12 do ano passado, eu fiz o último parto cesariana. Nasceu com 1,6kg e não precisou ser intubado. Olhem aí as mãos da técnica de enfermagem segurando essa criança.

Muitas crianças como essa foram assassinadas. Como diz o Dr. Danilo, mais ou menos 900, desde a liminar do dia 17 de maio de 2024, liberando a assistolia fetal.

Próximo eslaide.

Eu disse que foi minha última cesárea. Esse guerreirinho, com sete meses, que fez um mês atrás, puxou os meus cabelos brancos e pediu para eu dar um recado a vocês aqui, desse Congresso. O recado que ele passou foi o seguinte: vovô, fale lá, o aborto provocado corrompe tudo o que ele toca: (*Manifestação de emoção.*) a lei, a medicina, todo o conceito de direitos humanos. Se a gente está aqui numa sessão de direitos humanos, que não seja corrompida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, eu peço a todos vocês, Parlamentares: defendam o primeiro dos direitos, o direito à vida. Desejo que este país tenha um futuro melhor para o meu neto e todos os nossos descendentes. (*Manifestação de emoção.*)

Que as minhas lágrimas sejam força, sangue novo, para que esta Casa não deixe passar o aborto e não se destruam mais famílias.

Eu ainda estou de luto, mas vim, porque, por uma falta de atitude do Congresso relacionada a uma situação de imunização para covid, eu perdi uma filha de 26 anos. (*Manifestação de emoção.*)

Lutem! Lutem! Esse é o único pedido que eu faço, e, de preferência, não me chamem mais. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Ubatan Loureiro Júnior, em primeiro lugar, meus sentimentos pela passagem da sua filha.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Era minha nora, mas era uma filha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Filha. Receba a nossa solidariedade aqui, as nossas orações. Não sabia, não tinha essa informação. Muito obrigado por o senhor vir aqui hoje dar esse testemunho, colaborar de forma bem robusta, trazendo dados.

Eu não sabia, o senhor já esteve algumas vezes aqui e eu não sabia que o senhor esteve com esse grande pró-vida, talvez o primeiro. Na época do genoma, ele começou ali a defender, Senador Magno Malta. Tem até, lá em Miami, onde eu vivi parte da minha vida, uma rua em homenagem a ele. É uma inspiração para nós o senhor também. Muito obrigado pelos dados, pela sua palestra aqui. Eu disse que seria a cereja do bolo, só que eu não imaginava o quanto seria.

Tem muitas perguntas que chegaram, quem puder ficar dos palestrantes... Eu vou fazer, eu me comprometi a fazer, e quem quiser responder. A nossa querida ministra também fique à vontade se quiser fazer alguma colocação. Tem a Sra. Amanda Vargas Lima, da campanha Se Liga Irmã, que foi Conselheira Tutelar por cinco anos, que também gostaria de usar a palavra. Eu vou passar, é uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares vai falar e, depois, eu queria ler para os palestrantes responderem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador, eu tenho uma agenda agora às 18h.

Nós realizamos uma audiência para discutir a assistolia fetal, e nós esperávamos que os Parlamentares que defendem a assistolia estivessem aqui para fazer o contraponto, mas ninguém veio, vieram dois Parlamentares, três com o Girão, que são contra a assistolia. E a gente vai encaminhar esta audiência com um parecer, e a gente vai entregar esse parecer. Nós vamos pedir que esse parecer seja anexado ao processo no Supremo Tribunal Federal. Nós estamos com técnicos aqui, o Alex, da minha equipe, está aqui. Nós vamos construir um parecer desta audiência, porque foi dada a liberdade para que todos viessem aqui e dissessem: "Não, vocês que estão na mesa estão errados", mas quem estava na mesa? Três grandes cientistas brasileiros.

Alguém vai questionar a capacidade técnica e científica da Dra. Lenise Garcia? Ela é especialista em microbiologia. Eu, quando conheci a Dra. Lenise, conheci a famosa professora. Depois, eu descobri que a famosa professora também militava. Alguém vai questionar a capacidade técnica e científica do Dr. Raphael Câmara, que não veio falar em nome próprio, veio falar em nome do Conselho Federal de Medicina?

O que me surpreende, Dr. Danilo, é que o Conselho Federal de Medicina é quem tem que dar a última palavra, não é o Ministro Alexandre com base em matéria jornalística. Essa resolução do Conselho Federal de Medicina que disse que a assistolia machuca o bebê, que a assistolia não pode ser aplicada no Brasil foi uma resolução muito discutida entre eles. Não foi um dia, chegou lá e fez. Não, eu estava lá, inclusive, no dia da última assembleia. Eu passei por la.

Fomos lá, Girão, lembra? Fomos lá abraçar o conselho. Eles têm os prós e os contras lá dentro, e os estudos científicos foram colocados na Mesa. Ou vocês acham que esses médicos com doutorado, com mestrado, com especialização fora do Brasil vão para o conselho para brincar? Foi uma discussão ampla entre eles. Ouviram pareceres contra e a favor, ouviram pacientes e ouviram todo mundo. Uma resolução que foi construída a muitas mãos.

Alguém vai duvidar que o Conselho Federal de Medicina sabe o que está fazendo? Alguém vai duvidar de um médico, Dr. Ubatan, por quem nós, que somos pró-vida, temos um respeito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um amor, uma admiração? Porque teve um momento em que ele era quase que uma voz perdida no deserto, teve um momento em que éramos poucos e o Dr. Ubatan estava lá nos inspirando. A minha geração aprendeu muito com ele, muito!

Então, nós tínhamos três cientistas e nós tínhamos um jurista. Foi uma Mesa extremamente qualificada, Girão, ninguém pode questionar essa Mesa, e foi dada a liberdade de se indicar o contraditório. Eu não ia trazer alguém a favor da assistolia, mas a Comissão é formada por vários membros e ninguém indicou contraditório. O.k.?

E a gente tinha um jurista, que nós consideramos um dos maiores juristas do Brasil, explicando juridicamente o equívoco do Supremo Tribunal nessa liminar.

E agora, daqui para frente? Nós estamos vendo o Brasil inteiro se mobilizando em torno do vídeo do Felca para proteger crianças, mas é só a criança nascida?

Deixe-me aproveitar enquanto eles não tiram do ar, está aqui ó. E essa criança? (*Pausa.*)

Não tira não, eu sou a Presidente da Comissão. E essa criança? Tem 24 semanas.

Aí, Dr. Danilo, se essa criança aqui, com 24 semanas, estiver numa incubadora, alguém entrar no quarto do hospital e aplicar uma injeção na criança na incubadora, essa pessoa responde por homicídio, acho que é homicídio qualificado, mas se essa criança estiver na barriga da mãe e alguém aplicar uma injeção é aborto?

Então, no conceito jurídico, o que difere o homicídio do aborto é a pele da barriga da mãe? É essa a fronteira? Se estiver fora, é assassinato; se estiver dentro é aborto.

Quem me garante que quando se tira o bebê vivo, só tira um pedacinho, vê que ele está vivo, não se corta a veia dele aqui entre a vagina e o útero, porque se o médico tirar vivo e matar fora da barriga é assassinato, mas se o médico matar dentro da barriga é aborto.

E aí vocês vieram aqui e disseram que esse bebê sente dor, então, além do assassinato, a gente tem um crime de tortura. E nós vamos continuar permitindo a assistolia fetal no Brasil? Vocês estão provando que o bebê sente dor. O Dr. Ubatan trouxe uma imagem entre oito e nove semanas em que o bebê reage à luz, porque os olhinhos doeram. Aí estão me dizendo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bebê, que recebe a injeção aqui para ser morto, no coraçãozinho, não sente dor? Gente, aonde nós chegamos? A loucura pela morte é tão grande que se nega a ciência.

Como Comissão de Direitos Humanos nós não vamos nos omitir, especialmente porque nós agora estamos diante de um conflito de leis, legislação e direito no Brasil. Deixe-me explicar, tenho mais três minutos na minha fala.

Dá para projetar a lei que eu pedi?

Agora em 2025, nós aqui no Senado, por unanimidade, pasmem, senhores, aprovamos essa lei.

Vai dar para colocar toda ela? Eu mandei a lei para alguém aí postar. Não. Não é essa lei, é a Lei do Luto Materno. Está no YouTube. Vocês não conseguem baixar?

Bem, a Lei do Luto Materno, nós aprovamos agora aqui no Senado, recentemente, e essa lei diz o seguinte: que quando a mãe tiver uma perda gestacional, ou um aborto, ou um bebê que nasce e logo depois, morre, em qualquer estágio gestacional, nós poderemos colocar o nome no bebê, fazer certidão de nascimento, e agora está proibido o descarte, vai ter que ter sepultamento. E atestado de óbito, porque até antes dessa lei, até a semana passada, há duas semanas, esse bebê aqui era jogado no lixo. O descarte desse bebê era lixo. Saco plástico.

Agora a nova Lei do Luto Materno diz que vai ter que ter um destino certo, o produto, que eu chamo de bebê, e os pais poderão colocar nome. Os pais poderão colocar, fazer o atestado de óbito e poderão ter lembranças dessa criança. Isso é a lei que está humanizando, no Brasil, o luto materno.

Agora, por que é que umas crianças serão beneficiadas com a Lei do Luto Materno, e as que são abortadas não serão beneficiadas? Eu estou fazendo direito seletivo nesta Casa? É um direito relativo?

E eu vou dizer uma coisa, Dr. Danilo: os Senadores aprovaram a lei sem ler. E é a mais extraordinária lei pró-vida que nós ganhamos nos últimos anos. Foi aprovada três semanas atrás, e não poderá mais descartar, terá que ser sepultamento, com guia de sepultamento, e terá que ter nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Danilo, eu agora estou com um conflito de direito. O Supremo Tribunal está mandando aplicar assistolia, matar, descartar, fazer sei lá o quê, porque aqui não tem vida. Aí o Congresso aprova a Lei do Luto Materno, dizendo que aqui tem vida e que tem que ter a dignidade do sepultamento. E aí? Conflito de direito no Brasil de novo?

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS – A questão é que essa lei entra em vigor mesmo dia 23 de agosto agora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS – Sobre o sepultamento, têm que ser notificados todos os hospitais, porque, mesmo esses que morreram de assistolia fetal, ou que vão morrer ainda, mesmo esses têm o direito. O direito ao sepultamento não é um direito da família, falar assim, eu quero que sejam enterrados, é um direito inerente à pessoa do feto, não é? Então, o próprio feto que está morrendo de forma, com uma tortura atroz como é a assistolia, ele, sim, tem esse direito garantido por essa nova lei que, graças a Deus, vai entrar em vigor agora, dia 23.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

Eu queria ler toda a lei, mas meu tempo já se estendeu. É essa lei. E é interessante, Dr. Danilo, que quando ela estava no Plenário sendo votada, ninguém percebeu, porque como fala de luto materno, era mês de maio, todo mundo estava achando que era alguma coisa para as mães. Eu e a autora, que é a Deputada Geovania de Sá, ficamos em pé no Plenário de mão dadas, assim, olha: "Eles não vão ler, eles vão aprovar e não vão ler". E foi o que aconteceu. O Brasil agora tem uma lei que institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, que, o tempo todo, está falando do cuidado com o feto e a dignidade para o feto. Então, pronto.

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS – É o artigo 9º, se não me engano.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a lei fala que essa política pública tem que ser instituída. E todo mundo celebrou a lei. Está todo mundo celebrando.

Então, a partir de agora – nós temos inclusive que encaminhar essa lei para o Ministro Alexandre de Moraes –, nós vamos ter que fazer uma grande discussão sobre as políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deverão vir a partir desta lei, mas o Congresso Nacional deu a palavra final, e quem dá a palavra final aqui somos nós. Quando é legislação, a palavra final é nossa. E o Presidente Lula sancionou sem nenhum veto, nenhum veto.

Então, Dr. Danilo, a Comissão de Direitos Humanos, que é uma Comissão da garantia dos direitos, vai ter que se manifestar no processo, no Supremo Tribunal, primeiro sobre o conflito de direitos que a gente tem agora: a aplicação da assistolia e a lei do luto materno. Nós vamos ter que fazer essa... Está entendendo, Alex, o que nós vamos ter que fazer? E nós vamos ter que fazer também um parecer de tudo o que nós ouvimos aqui, mas o que mais nos assusta é que a assistolia fetal – a assistolia – dói, machuca e mata, então é também crime de tortura.

Então, nós vamos ter que nos posicionar, como Comissão de Direitos Humanos, Senador Girão. Nós somos contra a tortura, contra a violação dos direitos dessa criança com vinte e quatro semanas, com vinte e duas, com vinte, com oito, com nove, com uma semana.

Então, eu entendo, Senador Girão, que a Comissão, nesta audiência pública, alcançou o seu objetivo. A todos foi dado o direito do contraditório. O contraditório não veio para a mesa e nós vamos ter que finalizar com um parecer: assistolia fetal é assassinato, é tortura e é violação de direitos humanos.

Parabéns, Senador Girão, parabéns, Dr. Danilo, Dr. Ubatan, Raphael e Dra. Lenise.

Eu vou precisar sair, Senador Girão.

Gente, com seis meses! É isso aqui, é esse aqui que querem matar com a assistolia fetal.

Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, muito bem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, Senadora Damares Alves.

Olhem aqui: que bacana é a gente saber – né, Senador Magno Malta? – que esta Comissão vai levar esse relatório, vai fazer o Ministro Alexandre de Moraes tomar conhecimento dele e vai tomar todas as medidas cabíveis para que a gente possa barrar esse infanticídio que está acontecendo, essa matança desenfreada de inocentes no Brasil, com a liminar de um Ministro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não teve o voto de ninguém. Chegou a hora de as pessoas de bem se posicionarem; de os outros Ministros, também; de colocar isso em pauta logo, para que a gente possa fazer valer a resolução técnica, científica do Conselho Federal de Medicina, que reúne quantos médicos, Dr. Raphael?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – São 640 mil médicos no Brasil. O Conselho Federal de Medicina é a única instituição do Brasil que pode dizer que fala por todos os médicos. As outras dizem que falam, mas não falam.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São 640 mil médicos.

Doutora, minha querida Ministra Cristiane Britto, fique à vontade. É uma honra receber a senhora aqui nesta sessão tão histórica que a gente está presenciando nesta tarde de quinta-feira.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Senador Girão, muito obrigada por me dar a liberdade de falar. Queria cumprimentar esta Mesa, com pessoas que eu tanto admiro, e o Senador Magno Malta, nosso grande defensor.

Eu pedi a fala porque a Senadora falou que esta audiência pública conseguiu alcançar o seu objetivo. Mas, Senador, esta audiência pública para mim foi um grande presente. Eu vou baixar o vídeo desta audiência pública e vou juntar aos autos, Senador Magno Malta, do processo que o pessoal conseguiu que o Ministério Público Federal movesse contra mim – o Dr. Danilo sabe, eu compartilhei com ele – por conta da criança, de 11 anos, de Santa Catarina. Por que eu sou acusada de ter cometido crime de abuso de autoridade? Porque eu ousei questionar o Conselho Federal de Medicina sobre a conduta daqueles médicos que cometeram aquela prática, que para mim é criminosa, numa idade gestacional tão avançada. Então, eu estou respondendo por improbidade e abuso de autoridade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Bote num quadro.

A SRA. CRISTIANE BRITTO – Vou colocar num quadro, caso seja condenada, sim, porque vou defender a vida sempre, desde a concepção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que mais me impressiona é que... Muitos têm que assistir de verdade a esta audiência porque vocês trouxeram luz a várias falácias que são repetidas, inclusive por muitas mulheres, como se fossem uma grande verdade, porque não sabem o que realmente estão falando.

Então, muito obrigada, Senador Girão, o senhor não sabe o quanto o senhor está contribuindo. Eu já coloquei aqui em vários grupos de mulheres: vocês precisam ouvir sobre isso. As adolescentes, os professores, os estudantes de Medicina. Eu passei para uma sobrinha minha que acabou de se formar, porque ela precisa ouvir o que o Dr. Ubatan falou aqui. Isso é que é direito humano. Esta Comissão, agora, de verdade, está de parabéns.

Muito obrigada.

Eu tenho muito orgulho de falar que eu sou mulher e que eu sou mãe. Eu não sou pessoa que gesta, eu não sou pessoa com útero. Eu sou mãe, com muito orgulho, e louvo a Deus pelo milagre da minha maternidade. Meu bebê nasceu desse tamanho aqui, com 1,4 kg, Dr. Raphael. Então, em todas essas imagens que foram passadas aqui eu fiquei vendo o meu filho quando ele nasceu. E, de verdade, eu não tenho dúvidas de que muita gente que defende o aborto não sabe o preço que irá pagar.

Muito obrigada, Senador Girão, e parabéns pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado pela sua presença, pela sua fala. Muito bem lembrado o caso. Lá em Santa Catarina, não é? Muito bem lembrado.

Parabéns por você cumprir o dever, simplesmente cumprir o dever. Mas a turma inverte. É uma caçada implacável a quem defende a vida, a quem defende a família. É o negócio mais interessante isso, porque a maioria – 84% dos brasileiros – pensa como a senhora, pensa como eu. Então, essa é a democracia dessa turma, a de querer calar. Enfim, o tempo é o senhor da razão.

Parabéns!

Esta sessão também me tocou profundamente e olha que há uns 30 anos eu me dedico a essa causa, mais ou menos. Não é? Há uns 25, 30 anos, mas eu aprendi muito hoje aqui. E aumenta a nossa responsabilidade, depois do que a gente ouviu aqui, aumenta a nossa responsabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo trabalho que a gente faz, a nossa missão de vida aqui no Senado. Eu aprendi muito nesta sessão. É o tipo da sessão que a gente tem que pegar e passar para as pessoas, para assistirem quando tiverem tempo. Tem muita gente nos acompanhando, nós estamos ao vivo na TV Senado Depois, coloque nos grupos, você que está nos assistindo. Fale para alguém.

Eu sempre gosto de mostrar aquele bebezinho, porque, de uma certa forma, alguém pode ver e saber de um caso, de uma prima, de uma conhecida que está passando por uma gravidez não planejada e aí aquela pessoa está pensando em fazer um aborto e viu... E aquilo chega... "Ai, não, é desse tamanhinho!". Aí já evita ali um sofrimento daquela mulher, daquela pessoa e da criança, que não vai ter o direito de viver, de nascer.

Então, é muito importante a informação, tirar de debaixo do tapete esse assunto e debatê-lo. É muito bom, não é? E eu gostaria muito que tivesse um lado aqui, o contraponto. Tanto é que eu avisei no começo da sessão que poderiam vir, de Brasília, para a gente ver o contraponto.

É como falou a Senadora Damares: foi aprovada em 2024 esta sessão. Então, tiveram tempo para se programar os outros Senadores, as outras Senadoras e indicarem pessoas para fazerem o contraponto. Mas não tem como se fazer o contraponto com isso aqui. Eu acho que a pessoa não... Sabe, com todo o respeito, Dr. Rafael? É por isso que fogem. Tem que ser no submundo, através de matéria em alguns veículos, numa conversinha no gabinete, porque isso aqui não tem sustentação. Como é que você vai... A verdade clara, clara como o Sol.

Então, é muito importante a decisão da Ministra Damares aqui, corajosa. Eu me sinto, assim, feliz, porque vai sair um relatório daqui – não é, Alex? – técnico, com tudo que foi mostrado, apresentado. E está disponível, viu? Você que está em casa, estão disponíveis todas essas apresentações, do Dr. Ubatan, do que mostrou o Dr. Raphael. Da taquigrafia aqui da Casa. Tudo está disponível nos canais do Senado Federal, digitalmente, para você imprimir. E isso é que é bacana, realmente, na Casa Revisora da República.

Vamos encerrar.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – Posso dar uma notícia?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode. Pode, é claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor.) – Eu queria agora dar aqui uma notícia em primeira mão, que é uma nota aos médicos e aos brasileiros. A CNBB e o CFM acabam de publicar uma nota pública, se manifestando em defesa da vida e contra a assistolia fetal. A gente está, há muito tempo, nessas conversas com a CNBB, com a Igreja Católica. É importante isso.

Acaba de ser uma nota pública para todos. A nota é grande, eu não vou lê-la aqui. Depois eu passo aqui para o senhor. Mas é importante essas pessoas que têm muita voz começarem a entrar nessa discussão.

Isso aqui não é discussão política, se se é a favor ou contra, vacina, cloroquina. Não tem nada a ver com isso. Isso aqui é questão de quem defende um método de tortura e bárbaro para matar bebê de seis, sete, oito, nove meses na barriga.

Então, acho que é muito importante divulgar essa nota aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Poxa, que bacana. Nota da CNBB, que sempre defendeu a vida desde a concepção, sempre teve posicionamento firme.

Eu quero mandar um abraço a todos que fazem a CNBB. A D. Ricardo, meu abraço e parabéns pela medida corajosa!

Eu vou só ler aqui, Amanda, e eu passo a palavra para você.

Eu quero só ler umas perguntas.

Registro aqui a presença, antes, do Francisco Ronnivon, Secretário de Saúde do Município de Araguaçu, Tocantins. Muito obrigado pela sua presença. Do Kaio Henrique, Secretário de Planejamento do Município de também Araguaçu, Tocantins. Muito obrigado mesmo.

As perguntas aqui, que eu quero deixar para vocês já irem maturando...

Vou dar três minutos para cada expositor aqui poder fazer as suas considerações finais, com a tolerância da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quanto às considerações finais, quem se sentir bem para responder a essas perguntas e quiser anotar, fique à vontade. Olha só, Senador Magno Malta, a participação aqui das pessoas. Estão chegando perguntas aqui das mais diversas.

O Weslei, do Mato Grosso: "Como funciona a assistolia fetal, seus efeitos na mulher e a chance de sobrevida do feto fora do útero?".

A pergunta dele, eu acho que foi bem – essa pergunta chegou mais cedo –, foi bem explicada aqui nas exposições. Quem quiser complementar, fique à vontade.

O Robson, do Rio Grande do Sul: "Considerando os casos de estupro, como a resolução impacta o acesso de mulheres e meninas ao aborto legal [...]?". Foi aqui mostrado que não existe... Esse aborto legal é uma semântica usada para tornar a coisa mais... mais assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Palatável. Mas não existe isso. Existe a exclusão da punibilidade nos casos definidos, que são o risco de vida da mãe, o estupro e, agora, a invenção do STF, de 2011 para cá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A anencefalia. E aquela abertura da anencefalia é muito perigosa. Por quê? Porque, daqui a pouco, com deficiência física, já fica autorizado. É eugenia!

Você já parou para perceber? Você vai aos Estados Unidos – você ia... Quando a gente ia, eu lembro bem, há 20, 30 anos, ia aos parques da Disney e tudo, e tinha muitas crianças com síndrome de Down – muitas. Era a alegria ali da... Hoje você vê... Raramente você vê lá nos Estados Unidos. É difícil você ver. Sabe por quê? Porque estão identificando e matando. É a cultura do aborto, da morte, do utilitarismo, daquela coisa do... Então, é muito preocupante isso aqui.

Outra pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro, do Espírito Santo... Ó, Magno, teu conterrâneo – teu conterrâneo não, que você é da Bahia, mas a vida é do Espírito Santo, de dedicação. É conterrâneo também.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Sou filho adotivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Filho adotivo lá do Espírito Santo.

O Leandro, do Espírito Santo: "[...] a aplicação [...] [da resolução poderia ser feita somente] em casos de violência sexual [...]?". É a pergunta.

O Carlos, de São Paulo: "Por que a insistência do Governo em dirigir a vida das pessoas? A decisão deve ser da mãe". Opinião dele.

Júlia, do Rio de Janeiro: "Minha dúvida é: por que médicos estão legislando? [...] Como fica o povo, que não tem direito a voto nos conselhos?".

O Celso, do Paraná, diz o seguinte... faz uma pergunta: "Após o Conselho Federal de Medicina obrigar essa criança a nascer, o órgão irá garantir a devida educação e alimentação dessa criança?".

A Luana, do Rio Grande do Norte: "Se a vida é um valor absoluto, por que só é defendida quando convém a certos interesses específicos?".

O Carlos, do Paraná: "A justiça é morosa no Brasil. Restringir o tempo para o aborto legal é o melhor caminho? Como garantir o acesso rápido ao aborto legalizado?". Você vê que tem muita desinformação sobre o tema, por isso que uma audiência dessa é muito importante.

Soraia, da Bahia: "O crime de estupro e o sofrimento psíquico da mulher não podem ser mensurados. A decisão é da mulher sobre sua condição e [deve] ser assegurada". É o comentário aqui dela.

Mayara, de Sergipe: "Se a pessoa que gesta quer interromper, deve ser direito dela, principalmente se for caso de violência sexual ou risco à vida da gestante".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simone, do Paraná: "Estamos abrindo um precedente para decidirmos quais humanos não têm direito à vida. Os próximos podem ser os velhos, os doentes, os incapazes...".

Francisco, do Ceará – estava achando estranho que não tinha aqui um conterrâneo meu –: "Por que esta ânsia de matar seres humanos no início da vida?". É a pergunta do Francisco.

Meriene, do Rio de Janeiro: "Se o direito ao aborto legal é previsto [...], porém houve falha do Estado em disponibilizá-lo a tempo, deve-se garantir a assistolia!".

Brunna, do Distrito Federal: "Proibir coloca gestantes e médicos em [...] risco e sofrimento desnecessário, [...] [dificultando] a realização segura do procedimento permitido".

Ana, do Amazonas: "Sou a favor da vida e não da morte. Ainda que seja uma gravidez indesejada, o aborto traz consequências tristes e dolorosas emocionalmente".

Marcelo, de Goiás: "É muito triste estarmos em pleno século XXI e discutindo se temos autorização para assassinar um inocente dentro do ventre de uma mãe".

Bem interessantes os comentários aqui, e há algumas perguntas que vão ficar à disposição aqui para os nossos palestrantes fecharem esta sessão nas considerações finais, mas antes eu queria ouvir a Amanda.

Amanda Vargas Lima, da campanha Se Liga Irmã, foi Conselheira Tutelar por cinco anos. Você tem três minutos para suas considerações.

Muito obrigado.

A SRA. AMANDA VARGAS LIMA (Para expor.) – Obrigada.

Meu nome é Amanda, eu nasci em novembro de 1985, eu nasci mulher. Eu nasci mulher, não pessoa que gesta, Cris. A Cris é a Cris, mas a gente se conheceu na maternidade, por causa do Flavinho e do João Judá, meu segundo filho.

Em 2008, nós nos casamos, meu marido e eu, com o sonho de ter cinco filhos. Em 2011, nós celebramos a notícia de que seríamos pais da nossa primeira filha. Nossa família foi inaugurada, foi nossa primeira filha. Em 2017, celebramos a notícia de que estávamos grávidos do segundo filho. Foram 60 dias em repouso absoluto, medicação, oração, por causa da agressividade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descolamento de placenta, dos sete episódios de sangramento, das sete internações e da opinião de três médicos diferentes, que diziam que o nosso filho não nasceria – este aqui. Nasceu, e bem. Foi por causa dele que eu tive a grata alegria de conhecer a Cris...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AMANDA VARGAS LIMA – Isso.

Nós diligentemente orando, declarando a palavra de vida – e o bebê nasceu, e bem, como vocês veem.

Em 28 de março de 2022, no dia em que nós celebrávamos 14 anos de casados, Cris, nós estávamos ali num hotel, na Asa Sul. Na época, nossa Senadora era Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Eu estava no segundo mandato como conselheira tutelar da maior região administrativa de Brasília, Ceilândia – de Brasília, não; do DF. Eu acho que foi três dias antes, Cris, de você tomar posse como Ministra.

E lá o sangue escorreu, eu entrei em trabalho de parto e nós perdemos... Foi de volta para casa o nosso terceiro bebê, o nosso terceiro sonhado bebê.

Quando a Senadora fala da Lei do Luto Materno, eu me alegro, porque eu vivi isso. Eu entrei no hospital grávida e saí sem meu filho, e foi muito triste ficar ao lado daquelas mulheres com os bebês.

Setenta dias depois, nós descobrimos que eu estava com dengue hemorrágica, e lá descobrimos que nós estávamos grávidos novamente, a quarta gravidez, do nosso filho José Rafah – este. Em nove meses eu tive dois filhos, ele nasceu prematuro, um pouco menor do que esse bebê.

Cris, você pode me dar? É bom mostrar, tem que ver. Se o bebê reage à luz... Obrigada, Cris. É para ser visto mesmo. Se o bebê reagiu à luz, então a gente tem que reagir às trevas. Eu fiquei muito alegre, não sei se o nome é alegria, sabe? É que me faltam palavras para dizer, sou pedagoga, historiadora, professora, conselheira tutelar, sou mãe, mãe de família, mãe quatro vezes, que é o meu maior currículo, porque quem é mãe é muita coisa; mas me faltam palavras para dizer, não sei se eu fico alegre ou feliz. Alegre de não ter que conviver com gente que quer argumentar em favor da morte, mas indignada porque não vieram, porque têm que dizer alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa, mas não estão aqui – que bom. Ainda bem que meus filhos vieram, porque, se viessem, eu ia ter vida aqui.

O aborto gera dor, o aborto gera morte, sou ativista da vida, sou ativista da defesa da criança, da mulher, da família, sou voluntária na nossa Campanha Se Liga Irmã, nasci para gerar, para amar, e esse é o maior empoderamento da mulher.

Como cristã também, ministra do Evangelho, com ONG, no conselho tutelar, atendi diversas situações, mais de 501, depois eu parei de contar, em que vi mulheres, todas, sofrendo anos, porque ajudaram, ou fizeram, ou praticaram, ou se envolveram no aborto – todas. Eu não conheci nesta vida ainda nenhuma mulher que cometeu aborto e depois não encontrou um pouquinho de luz e se arrependeu, porque o aborto, como disse ali, ele corrompe tudo, tudo, tudo, porque aborto é morte, um abismo gera outro abismo. Não tem argumento, que argumento a gente vai ter?

Então, pela vida, eu estou aqui. Hoje, eu não ia vir, porque não tinha quem ficasse com os nossos filhos. E aí ele me perguntou: "Ué, mãe, mas eu não posso ir ao Senado? Se a Senadora Damares me recebeu no gabinete dela, como é que eu não posso ir?". Aí eu falei: "Ai, meu filho, então vamos". Arrumei ele...

Então, a gente não tem argumento. Sim, ainda bem que eu não tive, e graças a Deus estamos aqui, obrigada. Obrigada por discutir o que não tem discussão e por levantar a bandeira da vida. Louvado seja Deus pelos meus filhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém, amém.

Muito obrigado, Amanda Vargas Lima, da Campanha Se Liga Irmã, e que foi conselheira tutelar por cinco anos. É ainda, ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi, foi, está certo.

Então, vamos lá, vamos agora para o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero começar aqui... Então, vamos começar.

Dr. Danilo de Almeida Martins, defensor público, muito obrigado pela sua presença. Aqui foi realmente esclarecedor e o senhor engrandeceu muito aqui esta audiência.

Se o senhor se identificar com algumas dessas perguntas e quiser responder, fique à vontade, e também para as suas considerações finais, Dr. Danilo.

Muito obrigado.

O SR. DANILO DE ALMEIDA MARTINS (Para expor.) – Eu gostaria aqui de responder... Algumas perguntas falaram que a resolução do CFM proíbe o acesso ao aborto, que eles chamam de legal, e isso é uma grande mentira que a própria mídia coloca para a gente.

E isso é um detalhe que a gente tem que passar a observar: a mídia, de uns tempos para cá, parou de chamar o aborto de interrupção da gravidez, só chama de aborto agora, porque o interesse deles é matar, porque se eles falam em interrupção voluntária da gravidez, nós estamos falando o que a resolução defende.

Quando a criança está com 22 semanas e a mulher foi estuprada, qual é o objetivo da mulher? É retirar de si, retirar de dentro de si o fruto daquela violência. E o que se faz? Você faz a interrupção da gravidez através da antecipação do parto, e não a assistolia fetal.

Você garante, você cessa aquele constrangimento que a mulher está sentindo e garante a vida do bebê. Isso, em direito, chama-se princípio da máxima efetividade dos direitos humanos. Você garante dois direitos: o direito da criança de sobreviver e o direito... direito, não, o desejo da mãe de retirar aquele filho do seu ventre.

Então, as pessoas têm essa confusão: falam que o CFM está proibindo a interrupção da gravidez, e isso não é verdade. Ele só proíbe que seja realizado um procedimento de tortura, como bem colocado aqui, como várias instituições já afirmaram.

Então, era só essa colocação que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Danilo.

Imediatamente, eu já passo aqui para o meu querido Dr. Raphael Câmara Medeiros Parente, nossa referência, o relator dessa resolução do Conselho Federal de Medicina, proibindo a assistolia fetal, uma grande vitória pró-vida, que o Ministro Alexandre de Moraes, por uma decisão monocrática, resolveu bloquear.

Parabéns! O senhor é uma referência para nós pela sua coragem, pela sua técnica, pela sua forma de argumentar e de debater. Muito obrigado pela sua presença.

Se quiser de alguma forma aqui responder algum desses questionamentos ou fazer menção a algum comentário, fica a seu critério.

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem três minutos, com tolerância da Casa, para considerações finais.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor.) – Eu só queria agradecer, Senador.

Acho que foi muito importante hoje, como o senhor falou, não só para quem está assistindo, mas para, depois, se enviar isso para as pessoas, para servir como uma aula mesmo, como um tutorial didático, até para treinar as pessoas que se identificam com a causa pró-vida, porque muitas vezes falta esse embasamento teórico, que é um embasamento teórico complexo. A gente está falando aqui de um procedimento que 99% dos médicos, eu posso garantir, não sabem nem sequer do que se trata e como é feito. Então, isso é importante.

Quero agradecer ao senhor, à Senadora Damares e a todos que participaram disso; à mesa aqui, a quem assistiu, por essa oportunidade. A gente precisa cavar esses espaços, a gente precisa colocar em votação no Supremo Tribunal Federal essa resolução. É por isso que eu estou aqui e vou aonde for chamado.

Eu até digo mais, Senador, o meu espírito é muito mais do contraditório, do embate acadêmico – importante que fique claro –, do embate teórico, porque eu acho que a gente cresce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais do que, muitas vezes, falando só para pessoas que pensam igual a gente. Então, para onde eu for convidado, eu irei para debater com o contraditório, com os meus, e para passar.

Peço – para o senhor nem preciso pedi, mas eu vou pedir, sim – para esse esforço continuar, não desistir, porque eu sei que, às vezes, até eu mesmo... É complexo você fica meio que dando murro em ponta de faca. O pessoal lá no Supremo faz de conta que não é com eles; decisão agora monocrática do Presidente do Supremo de não pautar; e fica por isso. Mas tem que ter alguma forma de o Senado, que é a Casa revisora dos atos do Supremo – Senador Magno Malta aqui também –, pressionar essas pessoas a, pelo menos, pautarem. Não estou dizendo que tenha que aprovar, mas pautar. É isso o que a gente pede. Assim como defender também a nossa resolução mais recente, que também está no Supremo – em que o Ministro Zanin não mexeu –, que proíbe o bloqueio hormonal para criança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE – ... que proíbe hormônio para criança, cirurgia para pessoa abaixo de 18 anos. Aí é o contrário: o STF nada fez, deixou tranquila a nossa resolução, e um juiz de primeira instância do Acre resolveu suspendê-la por pedido de um procurador do Acre. Então, são situações completamente absurdas que vêm acontecendo. No momento, ela está suspensa, mas a gente acredita que brevemente vai ser revertida, se não na primeira instância, mas quando a gente reclamar para o Supremo Tribunal Federal.

Estamos fazendo o nosso papel: usar cada espaço que a gente tem. Enquanto eu estava no Governo, eu usei todo o espaço para defender as crianças contra o aborto, contra a mortalidade materna. Agora no cargo de conselheiro federal, eu faço o que me é possível e acho que todos que estão aqui nesta sala já fazem o mesmo – nem preciso pedir. Mas preciso pedir para quem não está aqui nesta sala para fazer isso.

De resto, só agradecer ao Conselho Federal de Medicina, ao Presidente Hiran Gallo, que acabou de me mandar uma mensagem, perguntando quando foi. Eu já mandei o *link*. Ele falou que vai ver e, ao mesmo tempo, ele me passou essa nota que eu acabei de falar aqui.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Raphael. Leve o meu abraço, o nosso abraço, para o Dr. Hiran Gallo, grande Presidente do Conselho Federal de Medicina, das boas causas. Impressionante! É de dar orgulho, realmente, porque vocês estão em sintonia com a ciência, preocupados com a ciência. A gente percebe isso o tempo todo.

Eu acho que o momento é agora – né, Senador Magno Malta? –, o momento de a gente fazer a pressão, porque está mudando o Presidente do STF. Está saindo o Ministro abortista, reconhecidamente abortista, que, inclusive, foi fazer palestra para o George Soros nos Estados Unidos, em 2004, a favor da legalização das drogas e do aborto, que sempre defendeu: o Ministro Barroso. Inclusive, a gente entrou com um pedido de *impeachment* do Ministro Barroso sobre isso – exatamente sobre isso – com documento, com tudo, e está engavetado. Ele votou a favor da legalização do porte de droga, mesmo sendo um ativista a favor da maconha. Estou falando que ele atendeu ao pedido do George Soros, da Open Society, em 2004. Ele não podia, ele tinha que ter se declarado suspeito, mas não. Aqui, no Brasil, a certeza da impunidade é muito grande, ainda mais para essa turma que manda e desmanda ainda.

Eu acho que está mudando para o Fachin no próximo mês e acho que tem que voltar o bom senso naquela Casa, para que, de uma certa forma, se possa pautar isso, deixar a maioria definir.

Mas eu quero encerrar com o Dr. Ubatan Loureiro Júnior, médico ginecologista.

Muito obrigado pela sua participação, por o senhor ter trazido tanta informação aqui para a nossa mente, com o seu conhecimento compartilhado na sua história na medicina, mas, sobretudo, pessoal também, que nos tocou a todos. Muito obrigado pela sua presença aqui.

Agora, eu só vou dizer uma coisa: eu vou chamá-lo outras vezes, tá? Você pode não vir, você pode querer não vir, mas convidar eu vou.

O Senador Magno Malta pede a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Antes do Dr. Ubatan... Ubiratan?

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – É Ubatan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ubatan?

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Ubatan.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É uma cidade do interior da Bahia.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Em tupi-guarani significa árvore de grande porte. É por isso que eu não estou entregando os pontos. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente. Ele acabou de definir, Girão, como se estivesse dizendo: "Ó, você me convide, porque eu vou estar toda vez", porque é de grande porte.

Eu agradeço muito a Deus ter estado nessa audiência pública ou nessa aula. Pela causa, eu sou um homem muito emocional para as pessoas que me conhecem de perto; e parte da sociedade brasileira que olha para mim me acha uma muralha. Pela causa, eu sou emocional. E lutando pela causa, eu me torno um guerreiro obstinado. Nada me mete medo, na luta pela causa.

Eu nasci desmamado. Minha mãe era uma mulher analfabeta, profissional, e dizia: "Meu filho, tudo que começa por aqui vai parar aqui. Mas nunca invente de tentar começar as coisas por aqui, porque nunca vai chegar aqui". Os que são do contraditório a tudo o que foi dito aqui não vieram aqui, porque tudo deles começa aqui e nunca chega aqui. Os senhores têm o tamanho que têm, porque o seu conhecimento, os seus estudos; os seus estudos e o seu conhecimento; o seu conhecimento e os seus estudos, antes de se tornarem uma massa intelectual, começaram tudo por aqui. E eu, pela causa que defendo...

Quando esta Casa discute, nas Comissões de mérito, Ministra, se vamos discutir o marco do saneamento básico, estamos discutindo a vida, porque só se reuniram para discutir esse marco porque vocês nasceram.

Não, a CCJ vai se reunir para deliberar se é constitucional ou inconstitucional. Vocês estão falando da vida, porque vocês só estão aqui porque nasceram! Nós estamos aqui por causa da vida! Não é tão somente porque é lá, todo o gesto é pela vida. Ninguém é nada sem ter nascido. Não existe conselho, não existe Exército, não existe nada. Não existe nada, só existe o útero. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninho da vida é o útero. Por isso é uma coisa altamente espiritual. Nós só estamos aqui porque nascemos. As pessoas que estão vendo, estão de olhos abertos, enxergando, porque nasceram. O que me move é a vida!

Quando as pessoas falam assim, eu não sei... Tem um colega, um Deputado muito querido nosso. Ele falou comigo "rapaz, eu fico todo embananado quando as pessoas me perguntam, falando que sou de direita, que não sou de esquerda. O que é ser de direita? Eu fico embananado sem saber da explicação". Eu falei: "Fácil". Faça assim ó. Ela vai falar: "Que é isso?". Você fala: "A vida, eu nasci e, por isso, eu defendo o que eu defendo". Agora, é tão importante a vida que essa minoria que é da cultura da morte, até eles nasceram e têm a oportunidade de dizer que os outros não devem nascer.

No Brasil, eu só quero agradecer, porque aprendi muito, umas quatro ou cinco frases entraram no meu coração com uma força tão grande. E teve uma que entrou como uma flecha aqui em mim, Damares e nossa Ministra, que eu vou sair daqui mais forte. Eu vou sair daqui mais forte, mais obstinado, mais obstinado. Eu vou sair daqui decidido a não me curvar a essa ditadura.

Há apenas alguns meses, eles chamavam a nós e a Bolsonaro de genocidas. Apenas em alguns meses, com uma decisão monocrática, por assistolia fetal, Alexandre de Moraes já matou 900 crianças no Brasil.

Está ao vivo, né? Para que câmera eu estou olhando?

Você... Você, Alexandre de Moraes, o sangue dessas crianças; a dor dessas mães; a inquietação daquelas que fizeram por autorização, que vão passar a vida sonhando com criança, ouvindo o choro de criança, olhando criança no parque e se lembrando e se arrependendo da autorização que deram, em nome de uma legalidade que é absolutamente ilegal praticada por você, em uma decisão monocrática. Agora, você está à vontade, porque esta Casa aqui se ajoelhou para você e para todo esse consórcio de abutres de capa preta do Supremo Tribunal Federal.

O Barroso está indo embora. Dizem até que vai se aposentar – eu ouvi dizer. Ele sempre se sentiu um homem magnífico, como Ministro e advogado, mas eu acho que ele está com medo de se tornar um homem "magnitsky" – eu acho. E o medo faz coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexandre, chamado dentro do tribunal de Alexandre, o grande, mas que, para mim, sempre foi Alexandre, o pequeno, o maravilhoso da imprensa "magnitsky" do Brasil hoje. E, para os colaboradores de Moraes, eu vou dar uma explicação simples – os colaboradores que trabalham juntos, que já trabalharam, aqueles próximos e familiares –: é como se vocês todos estivessem dentro de um ônibus e alguém jogasse uma bomba de gás lacrimogêneo só em Moraes. Vai arder o olho de todo mundo; vai pegar no olho de todo mundo – no olho de todo mundo!

E tem outra coisa – já que estou aqui, eu vou avisá-lo –: vocês não entregaram as imagens do dia 8 para nós, não, né? Destruíram, né? Tem um cara chamado Tagliaferro, que o servia, que fazia coisas para você, que apagou coisas que você mandou; mas tem coisas que ele não apagou.

Eu vou seguir o conselho que o bebê pediu que o senhor desse para nós...

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Meu neto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Seu neto pediu.

... que agarrou nos seus cabelos e mandou o senhor dar o conselho, aqui, para nós. Eu já fazia parte desse clube, mas estou saindo mais forte. É como se eu ouvisse o balbuciar de uma criança de sete meses – é isso que ele tem? –, porque a minha primogênita começou a falar as primeiras palavras com sete meses. Então, é como se eu escutasse a voz de uma criança de sete meses, quando o senhor colocou aqui e repetiu para nós. Nós não vamos parar. Nós não vamos parar.

Gideão venceu com 300. Eram poucos, mas eram muitos. Hoje, nós ainda somos poucos, mas somos muitos.

E as pessoas que estão nos vendo agora veem uma Casa ajoelhada, veem um Poder que se sobrepôs a outro Poder, com autorização do Poder que se ajoelhou. Autorizaram, acolheram, fazem parte, decidem juntos, jantam juntos, comem caviar juntos, bebem juntos, viajam juntos, usam os aviões da FAB juntos, do jeito que eles querem. Virou uma zorra. É uma zorra, um consórcio de zorra, um consórcio de perversos que matam crianças e matam adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem. Eu já falei tanta coisa aqui, para depois dizer... Eu me senti aqui um aluno, com informações preciosas, um jovem disposto a ir à luta, recebendo informações das armas, das estratégias, do que existe e do que não existe.

Estou no meu terceiro mandato, mas confesso que – eu já participei de várias audiências públicas –, hoje, eu ouvi algumas coisas dos três aqui que entraram no meu coração como uma flecha. E, se os senhores acham que eu sou da guerra, eu vou sair daqui pior – eu vou sair daqui pior. A gente não pode aceitar que um indivíduo sozinho autorize a morte de 900 crianças, um genocida de capa preta.

Encerro dizendo que, na sabatina de Fachin, que iria assumir o Supremo, quando eu mostrei todas as provas do militante de esquerda que ele era, quando eu o confrontei com droga, abuso de criança, violência, ele só gaguejou. Quando ele não tinha nada para me dizer, ele disse assim: "Sr. Senador...". Era o advogado militante que estava ali sendo sabatinado. Ele disse para mim, Ministra: "Senador, eu quero dizer uma coisa ao senhor: se eu for aprovado aqui pela vontade dos senhores [menos da minha], eu quero afirmar para o senhor que um homem, quando ele põe a toga nas costas, quando ele coloca a capa nas costas, é uma nova vida. Muda tudo, zera tudo, começa de novo". Eu falei: "Não, advogado. Não, senhor. O senhor vai levar a minha palavra. Não se separa um homem das suas convicções". E eu estava certo: ele está lá com as convicções de esquerda dele.

Ele é um ideológico que não tem o mínimo sentimento pelo que o Brasil está vivendo, pelo ato de ele ter soltado um descondenado para destruir, de forma tão vil, este país.

Então, para não querer ser mais duro, é uma troca de seis por meia dúzia, mas vai continuar ouvindo do mesmo jeito.

Eu rogo a Deus, porque eu tenho dito, Senador Girão, para todo mundo que eu posso: "O Senador Girão é uma inspiração como Senador".

Senador Girão, para mim, de verdade, a despeito da nossa amizade, você é o Senador nº 1 deste Senado. Você, quando fala – depois de uma audiência como esta –, que não quer mais ser Senador, numa hora mais difícil da vida do país, em que Deus precisa levantar homens da sua estatura, e V. Exa. diz que não quer mais... É até doído para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe faço um apelo. Eu sei que V. Exa. é comprometido com a sua própria palavra, mas não é hora de V. Exa. deixar esta Casa.

Eu peço a Deus que, em 2026, o Brasil saiba, em nome da vida, em nome de princípios e valores. E não adianta ir para a igreja, domingo, ungir a bandeira do Brasil com óleo – eu sou evangélico –, ir para o monte chorar com a bandeira do Brasil, "Deus salve o Brasil", e, na hora do voto, votar num qualquer, mesmo que não seja de esquerda, mas seja um negociante da vida pública, sem compromisso com nada, nada dos valores que você prega, que você chora no monte, que você ora, semana de oração e tal.

Não adianta rezar o terço, não adianta ir para a missa e, depois, "Deus, mude o Brasil". Como Deus vai mudar o Brasil sem os seus braços, sem a sua voz, sem as suas pernas?

Quem conhece a Bíblia, evangélico é mais afeito a isso, e aí eu me dirijo de verdade, Cristiane, aos evangélicos e pastores: quem sou eu?

Deus tirou um homem, o último da fila, fez dele Presidente da República. A folha não cai de uma árvore sem autorização do Senhor nem um fio de cabelo, sem autorização do Senhor.

A vontade permissiva de Deus é que nós vivamos este momento difícil que nós estamos vivendo.

Eu sei que é prenúncio do fim. Tudo o que é palavra aponta para o fim é o que nós estamos vivendo, mas eu não consigo e nunca vou perguntar, porque, quando Jesus curou um cego de nascença, os discípulos perguntaram: "O que houve com a família dele, com o passado, com os parentes, para que ele nascesse cego?". Jesus disse: "Nada, nada, nada. Nasceu cego para que se cumpra a glória de Deus".

O que nós estamos vivendo, eu não vou perguntar a Deus por quê, é para que se cumpra a glória de Deus. Há sempre um propósito – há sempre um propósito –, mas eu penso que Deus está tratando este momento com o Brasil, Deus está tratando com a igreja.

A vontade permissiva de Deus para que a gente passe pelo que estamos passando está sendo tratada com a igreja.

Você reconhece a verdade, não pode atropelar a verdade em nome de interesses pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais saúde, muita saúde a vocês e tantos outros que são iguais, mas que aqui não estiveram, não puderam estar.

Que Deus lhe conceda, Dr. Ubatã, muitos anos de vida; ao senhor, Dr. Raphael, que Deus o preserve destemido; ao Dr. Danilo, o mais moço de todos na mesa, que Deus o preserve destemido também, porque é a vida que nos faz lutar pela vida – lutar pela vida.

Nada tem sentido. Posição não tem sentido, essa porcaria de um brochinho aqui de Senador, isso aqui... Com oito anos, isso aqui acaba, você vira ex. "Olhe, eu sou ex-Vereador, sou ex-Deputado Estadual, sou ex-Deputado Federal, sou ex-Senador", porque ganhei duas seguidas, em 2018 eu não fui, voltei para cá.

Fico assim dizendo: "Deus, na hora mais difícil, na hora mais... Em que eu não enxergo nada, nada, nada...". Se não vier um lampejo do céu, um lampejo de Deus para nós, nós não temos o que fazer, nós não temos aonde nos agarrar.

Deus, só esta Casa pode parar o Supremo, mas esta Casa tem medo do Supremo, esta Casa é aliada do Supremo, é amiga do Supremo. Nós vamos pegar onde, onde, onde?

Aí eu meu lembro: no livro de II Reis, da Bíblia, capítulo 7 – quem estiver assistindo, capítulo 7 de II Reis –, a Bíblia conta, Ministra, a história de uma cidade sitiada, fechada pelo exército assírio, e o exército assírio montou, na frente da cidade, uma corporação de soldados preparados. A cidade ficou fechada, mas murada, mas sitiada, eles não podiam entrar, mas lá dentro foi acabando água, foi acabando comida, e eu posso imaginar o desespero de um lugar fechado, e nós estamos vivendo como uma cidade fechada, sitiada, com os inimigos em frente, esperando que a porta se abra.

Diz a Bíblia que, lá fora, tinha quatro leprosos, porque quem era leproso era condenado a viver longe da família e no meio do mato até morrer, caindo aos pedaços, porque lepra não dói; só caem os pedaços – aqui temos os médicos, né? –; e a Bíblia, lá no capítulo 7 de II Reis, diz que um leproso dos quatro falou assim: "Vamos lá ao exército, lá, ao soldado, pedir comida? Nós estamos com fome". O outro falou: "Você é maluco? Eles vão nos matar". Ele disse: "Nós já estamos mortos. Se eles nos derem comida, a gente mata a fome. Se nos matarem, nós já estamos mortos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles leprosos se dirigiram lá ao acampamento dos assírios, e, quando se aproximaram, os soldados assírios começaram a ouvir som de luta, de cavaleiros, cavalos e grito de guerra, e eles fugiram, achando que era um exército maior do que o deles – uma comparação. E, quando os leprosos chegaram lá, só tinha arma, comida e os despojos que lá ficaram.

A Bíblia diz, a Palavra de Deus, que aqui serve até para um ateísta, para quem não acredita em Cristo como salvador, mas está na Torá também, isso aqui é Velho Testamento, que os leprosos encheram a barriga, depois foram lá, bateram na porta: "Abre, abre, que a cidade está livre".

Eu tenho orado dizendo: "Deus, manda pelo menos um leproso, um, um, para abrir a cidade". E acho que Deus está me atendendo. A cidade vai abrir. Creia. A cidade vai abrir.

Nós temos um Deus que tudo vê. Na Bíblia diz que, enquanto nós dormimos, o senhor cuida de nós. É porque a gente, dormindo, não vê o inimigo, não sabe onde ele está, o que ele está traçando e tramando contra nós, mas Deus vê.

Enquanto essa cidade dorme, o guarda de Israel não dorme, diz a Bíblia. Então, eu só creio nessa saída.

E, se a saída é só essa, por que vou temer pela minha vida? Vou ter medo de enfrentar um homem, dois homens, dez homens? Não vou temer. Não vou temer.

Eu sei que, se Jesus voltasse amanhã, seria o melhor dos mundos, mas não sei se é amanhã, ou depois de amanhã, ou daqui a um ano, daqui a cinco anos ou dez anos. Eu sei que eu tenho duas netas e alguma coisa eu tenho que fazer, para que elas olhem no quadro e digam: "Poxa, aquele ali foi o primeiro processo contra o meu avô".

Por isso que falei que não precisa esperar o final. Bote agora no quadro, que é para seus filhos verem e mais tarde dizerem: "Minha mãe participou dessa guerra, não se esquivou dela nem um minuto". E todas que vêm contra mim eu mando botar no quadro, porque minhas filhas precisam olhar e dizer: "Meu pai nunca se acovardou".

Então, eu quero celebrar a disposição de vocês, a coragem, muito mais do que o conhecimento intelectual. Eu quero celebrar o coração de vocês, o sentimento, muito mais do que a coragem, porque quem tem sentimento, a coragem vem de forma muito automática. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frouxo não tem sentimento. O que o Alexandre de Moraes faz é pura covardia, é covardia, porque não tem empatia nem sentimento.

Que Deus me abençoe, para que eu aprenda a falar cinco minutos, três minutos, dois minutos, e Deus me perdoe porque eu avanço na hora dos outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, querido Senador Magno Malta.

O senhor estava falando, anotei aqui. O senhor disse uma coisa muito interessante: "Só porque eles nasceram, eles defendem que outros não tenham essa oportunidade de nascer". E me veio imediatamente, na hora em que o senhor falou: eles tiveram a anistia, e não querem, não defendem que os outros tenham.

Interessantes – né? – os valores e os princípios.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Mas se essa medida tivesse sido para gente criminosa, certamente eles...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, se essa anistia estivesse sendo pedida para gente criminosa, aí eles... É verdade.

Mas eu queria encerrar esta reunião, Dr. Ubatan Loureiro Júnior, com o senhor. Então, o senhor tem três minutos, com a tolerância da Casa, para, de alguma forma, se quiser responder a alguma dessas perguntas ou comentários...

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR (Para expor.) – Eu vou usar só a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. E também fazer suas considerações finais.

Muito obrigado.

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – Quero só falar para o Weslei, do Mato Grosso, que os efeitos do cloreto de potássio, e que muitas vezes não é feito realmente no cordão umbilical, é porque, se na hora de fazer aquela punção acerta a veia, o sangue está voltando para a mãe, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela vai ter uma arritmia cardíaca, vai ter complicações, o que é desejado para matar o feto com uma parada cardíaca. Então, por isso, a câmara cardíaca do neném é melhor de você ir lá fazer a punção, porque sabe que não vai retornar para a mãe o cloreto de potássio, para gerar a morte da mãe ou uma arritmia cardíaca, etc.

Para a Soraia, da Bahia: Soraia, eu desejo que, de coração, você seja mãe, para ter feito uma pergunta dessas, dizendo que o sofrimento psíquico da mulher não pode ser mesurado com a questão do estupro.

Soraia, eu quero só lhe colocar que, na sessão anterior, para a qual o Senador Girão me convidou, eu falei aqui sobre o diálogo materno-fetal. Desde quando há a fecundação, que ocorre, em quase 90%, no terço distal da trompa, em que vem já o zigoto com o genoma próprio para implantar e que vai ser implantado na cavidade uterina, por volta do oitavo dia, décimo dia, décimo segundo dia, esse embrião já faz com que a mãe – devido àquele momento do zigoto em que houve a divisão celular e em que já há uma nova pessoa dentro dela, na trompa, como é na maior parte das fecundações – libere uma substância chamada de *early pregnancy factor*, fator facilitador da gravidez, para que a mãe não reconheça o feto, o embrião como um corpo estranho.

E o diálogo materno-fetal continua, e continua de uma maneira tão grande... Veja, na audiência passada, que, muitas vezes, com um atraso menstrual de oito, dez dias, cinco dias, em pacientes que têm uma irregularidade menstrual violentíssima, quando chega perto dos 40 anos, de repente dá um *start* nela, e ela diz: "Minha menstruação faltou, mas agora eu tenho que fazer um teste de gravidez, porque não é só a irregularidade dos meus ciclos porque tenho 38, 40, 42 anos". O que é que aconteceu? Ela suspeitou da gravidez, fez lá o teste de gravidez, e está positivo. E aí, 10 ou 15 dias depois de ter feito o teste, de ter dado positivo, começa um sangramento, e ela liga para mim, desesperada, e diz assim: "Dr. Ubatan, pelo amor de Deus, salve a vida do meu filho".

E esse diálogo materno-fetal continua violentamente.

Agora, você não me diga que uma criança de 11 anos, com corpo de 14, que estava sendo estuprada pelo tio e pelo padrasto, não estava sentindo, já, movimentos fetais nela, e ela sabia que estava grávida, tinha um filho... Emocionalmente, psiquicamente, todo esse diálogo materno-fetal, bioquímico... Ela não estava sentindo? Estava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que é que aconteceu? Fizeram uma lavagem cerebral na cabeça dela, porque quem criava era a avó e sabia que o filho iria ser processado por estupro, o companheiro também, e forçaram aquilo ali. Nunca mais sairá da cabeça de uma pessoa dessas.

Eu quero só colocar algumas outras coisinhas. Primeiro, um esclarecimento: aquele nenenzinho que estava entre duas luvas azuis é meu neto. Fui eu que fiz o parto dele, fui eu que fiz a cesárea, por isso que eu peguei a foto de um mês atrás dele... Como se diz no Nordeste, qual é a definição de avô? É um burro que o filho amansou para o neto montar. E o bom foi que ele puxou as rédeas em mim e pediu para eu vir e estar aqui. Está certo?

Eu quero dizer que o senhor, quando falou da Bíblia, em várias situações... Fé e razão não são opostas uma à outra em nada. Eu acho que nada relacionado à religião evangélica... Aos católicos eu posso afirmar com certeza – Catecismo da Igreja Católica 2.212 –, nada vai uma coisa contra a outra.

Hipócrates, em 400 a.C., já dizia: "Não dê bebida abortiva a nenhuma mulher". Como é que esse cara já sabia que ela estava grávida, em situações iniciais?

Pense na anatomia naquele período. Pense, depois, no pai da anatomia, como foi Da Vinci. E ele falava as mesmas coisas nos escritos dele.

Em resumo, eu queria dizer uma coisa: na Bíblia, tem 365 vezes a mesma passagem. É uma para cada dia do ano.

Sabe qual é essa passagem? Eu acho que foi o que vocês mais se tocaram, com o meu testemunho de não ter medo e vir aqui num momento de luto: "Não tenhais medo".

Todas as vezes que a gente tem medo, a gente esquece que é filho do Deus dos deuses, do Senhor dos Exércitos. Nunca eu repeti isso tanto, nesses 40 anos de medicina, como quando eu estava tratando as mulheres e gestantes com covid, com ivermectina e com a hidroxicloroquina, e nunca perdi nenhuma. (*Palmas.*)

Nunca perdi nenhuma. Foram mais de 700. Está certo?

"Não tenhais medo!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero fazer um pedido, com muita humildade: por favor, defendam, nesta Casa, com sangue correndo nas veias, como correram as minhas lágrimas e as suas lágrimas, Senador Magno Malta, o primeiro dos direitos, que é o direito à vida, porque o aborto é a arma utilizada para destruir a família, que é o alicerce de qualquer instituição religiosa de um país, do mundo, que é a arma para destruir um país, como este está sendo destruído.

Eu espero ainda estar vivo, como o meu grande mestre-pai de 91 anos e 6 meses, gineco-obstetra, lá dos açudes do Ceará...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Olhe aí!

O SR. UBATAN LOUREIRO JÚNIOR – ... que comprava os potes de barro, porque a água estava tão podre, tão suja, e ele comprava e ensinava a cozinhar, ensinava a colocar o pano, a filtrar, para aquela população não morrer.

Quem sabe se aquele guerreirinho, em um determinado momento, herdando o sangue, a coragem do avô, do filho, um dia não possa estar no Brasil, na Terra de Santa Cruz, defendendo toda esta nação contra o mal do aborto e seja um grande médico de homens e de almas?

Chamam-me pescador de homens e de almas, e eu sou pescador.

Sabem onde estou indo pescar quase ultimamente? Fora do Brasil – fora do Brasil! –, porque, nos rios brasileiros, eu não consigo mais entrar para fazer pesca desportiva e soltar todos os tucunarés que carreguei durante muito tempo, um dos recordes nacionais. Eu não posso mais entrar em vários rios, porque não são nossos. Loucura! Exemplos: Itapará, Jurubaxi, e aí vai.

Eu tenho que sair do meu país para ir pescar fora? Que loucura! Que loucura!

Deus nos abençoe a todos!

Conto com toda a coragem dos filhos de Deus, dos filhos do Senhor dos Exércitos. Que vocês mudem as regras, as leis deste país, defendendo o primeiro dos direitos, o direito à vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Ubatan Loureiro Júnior.

É por isso que eu sempre chamo: essa é a causa das causas, a primeira de todas, a vida desde a concepção.

O juramento de Hipócrates é bem claro. Eu fico imaginando como é que ainda tem médico que... Como é que é essa questão da consciência em fazer um aborto? É uma quebra ali, assim, é rasgar o juramento. Não tem... É algo realmente surreal, mas é isso, cada um com a sua... E a lei da semeadura é clara também: nós colhemos o que a gente planta.

Então, muito importante esta audiência, porque levou muita informação, trouxe dados robustos, e eu só tenho que agradecer, agradecer muito a presença de todos vocês aqui conosco. Foram quase... Magno, vai completar agora. Vai completar daqui a sete minutos. Cinco horas de sessão. Eu achava que iriam ser duas horas, até falei aqui no começo e tal, mas uma coisa foi puxando a outra, e a gente teve muitas revelações aqui, e não existe coincidência, não é, Ministra? Nada acontece por acaso, e a gente foi vendo o elo em que nós estamos metidos, mas com muita consciência, com muita vontade, como falou o Senador Magno Malta, de fazer o que tem que ser feito. E nós vamos fazer com esse time, aqui, sempre a postos, e tem muita gente boa junto, com a maioria da população brasileira também.

Que o bem, a verdade, a justiça e a liberdade, a liberdade inclusive para nascer, prevaleçam em nossa nação!

Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad e Veneziano Vital do Rêgo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 59/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Debater sobre "O Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer". Participantes: Silvana Poltronieri Lamers, Presidente em Exercício da ABRAz Rio Grande do Sul; Eduardo Zimmer, Pesquisador - especialista de biomarcadores plasmáticos - Professor Adjunto no Departamento de Farmacologia da UFRGS; Leandro Minozzo, Médico Geriatra, Professor Universitário e Idealizador da Lei 14.878/2024; Elaine Mateus, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Alzheimer, doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem; Carlos Eduardo da Silva Santos, Coordenador de Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos; Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, Presidente da ABRAz Nacional - Médica Geriatra e Cuidadora familiar; Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto, Coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; e Deputada Federal Érika Kokai, 2ª Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/25

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 59, de 2025, da CDH, de minha autoria e de outros Senadores e Senadoras, aprovado nesta Comissão para debater o tema: Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer – que é dia 21 de setembro. Lindo dia, porque é início da primavera.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Agradeço já à Senadora Damares, porque, como eu encaminhei o requerimento e sou autor deste projeto, ela – digamos – me abraçou, permitindo que eu presidisse no lugar dela. Obrigado, Senadora Damares.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas aqui pelos expositores.

Teremos, se não me engano, duas apresentações e... Quantos convidados? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São nove convidados. Por isso, estamos ganhando tempo já aqui na abertura.

Participarão presencialmente os seguintes convidados: Deputada Federal Erika Kokay, 2ª Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados; Dra. Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto, Coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde. Ainda, há os seguintes convidados: Dr. Carlos Eduardo da Silva Santos, Coordenador de Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos; Dr. Leandro Minozzo, Médico Geriatra e Professor Universitário, que é o grande construtor e idealizador da Lei 14.878, de 2024, de nossa autoria.

Eu sempre faço questão de dizer que eu tenho mais de mil projetos apresentados e que em torno de cem se transformaram em lei. Essa é um delas. São propostas que vêm da sociedade brasileira. De baixo para cima, chegam a mim, e eu, então, sou instrumento aqui para tornar realidade – naturalmente, com o apoio de todos os Senadores e Senadoras. Eu agradeço muito a presença do Dr. Leandro, que vai entrar por videoconferência, por todo o seu trabalho desde o primeiro dia que ele me procurou lá em Canoas, no escritório que eu tenho lá, onde eu fico despachando com a população, um escritório que nunca fecha, que nunca fechou nos oito anos... É claro que sábado e domingo fecha, porque, senão, vão dizer que eu, que sou contra a jornada 6x1, acabo mantendo os trabalhadores que estão comigo trabalhando... Naturalmente, não aos sábados e domingos. É o que eu defendo via PEC... É a PEC 145, não é? (*Pausa.*) É a PEC 148, de 2015, que é para a redução de jornada sem redução de salário.

Participarão, por videoconferência: Dra. Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, Presidente da ABRAz Nacional, Médica Geriatra e cuidadora familiar; Dra. Silvana Poltronieri Lamers, Presidente em exercício da ABRAz Rio Grande do Sul; Dra. Elaine Mateus, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Alzheimer, Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem; Dr. Eduardo Zimmer, Pesquisador, Especialista em Biomarcadores Plasmáticos, Professor Adjunto no Departamento de Farmacologia da UFRGS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já chegaram alguns questionamentos, que, enquanto os nossos convidados... Está previsto eles estarem à mesa às 8h, e eles estarão à mesa às 8h, e eu passarei para eles sobre como as pessoas que têm doença de Alzheimer devem procurar mais informações.

O dia de hoje vai servir também para nós lançarmos esta cartilha. A cartilha foi construída aqui, e agradeço muito, muito à equipe do Senado, aos consultores que ajudaram, à equipe da gráfica, que fizeram um esforço enorme para que a cartilha estivesse pronta e nós pudéssemos entregar aos nossos convidados. Lembramos também que vai estar na tela a forma de conseguir a cartilha via PDF, vão estar na tela todas as informações. E é claro que aqui a gente vai entregar às pessoas que estiverem visitando o Senado, enfim... É claro que não tem milhões de materiais, mas nós conseguimos imprimir na gráfica uma boa quantidade. Já está na tela esta cartilha, e, se vocês quiserem conhecê-la, é só entrar conforme a orientação que está ali para poder ler e ter mais informações.

Eu vou fazer a minha fala... Como eu fiquei apaixonado pela cartilha, perguntaram-me se eu queria um discurso de abertura, e eu disse: "Não, não quero um discurso. Eu vou ler a apresentação que está na cartilha". Quando vocês receberem – já estão com a cartilha aí –, vocês vão ver, assim como quem está em casa e puder ter contato depois, por PDF... Então, a cartilha inicia dizendo:

> Breves palavras
> Em 2020, recebi uma sugestão do médico geriatra e professor Dr. Leandro Minozzo, do Rio Grande do Sul. Dessa sugestão [...] [apresentamos] o Projeto [...] [que se tornou a] Lei nº 4.364/2020, sobre a criação da Política Nacional de Enfrentamento à Doença de Alzheimer e Outras Demências.
> O texto foi aprovado pelo Senado Federal em novembro de 2021, com relatoria do [meu amigo e também grande] Senador Romário Faria, e seguiu para a Câmara [dos Deputados], onde a deputada Laura Carneiro foi a relatora final. [Assim] em maio de 2024, o projeto foi aprovado [definitivamente pelo Congresso Nacional].
> Nesse caminho, [informamos que] realizamos inúmeras audiências públicas envolvendo médicos, especialistas, professores, instituições de pesquisa e familiares. Finalmente, no início de junho de 2024, o presidente [Luiz Inácio] Lula [da Silva] sancionou a Lei 14.878 [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cartilha se encontra aqui no plenário, e vocês poderão também ter acesso a ela, conforme está na tela.

Logo em seguida, eu coloquei:

> Uma parte se vai, mas o amor fica
> O Alzheimer bate na porta, entra sem ser convidado, transforma o ontem em esquecimento. Mas, mesmo na ausência, como um eclipse, no repetir as histórias, a resistência prevalece pelo amor [, pela solidariedade e pelo carinho entre nós todos].
> A doença muda o jeito de ver o mundo, as coisas, de reconhecer os familiares, amigos, vizinhos, colegas, de reconhecer-se a si mesmo no espelho. Mas não apaga o brilho da alma.
> Os poetas falam: Uma parte de mim voa, como as andorinhas de verão. Outra parte, "sei lá". Mas algo fica em mim como solfejos de prata, permitindo-me amar sem tempo.
> A despedida pode vir lentamente (*Manifestação de emoção.*), acompanhada de lágrimas e saudade. Mas é um fio invisível que nos une, mesmo quando o nome desaparece e as histórias ficam em silêncio.
> O amor é a lembrança que nunca se apaga.

Enfim, faço ainda, na introdução, a chamada apresentação...

Esse pouquinho de emoção eu sei que pega a todos nós. (*Manifestação de emoção.*)

> Apresentação
> De acordo com o Relatório Nacional sobre a Demência, elaborado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Universidade Federal de São Paulo [...], a demência está entre os principais causas de anos de vida perdidos e de anos vividos com incapacidade na população idosa, sendo a quarta causa de morte em pessoas com 70 anos ou mais. Em 2022, estima-se que 2,71 milhões de pessoas no Brasil viviam com demência...

Vejam esses dados, construídos em parceria com as assessorias do Governo, daqui do Senado e também dos profissionais da área, a quem eu quero aqui render minhas homenagens. Foi muita gente que colaborou para este momento estar acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Em 2022, estima-se que 2,71 milhões de pessoas no Brasil viviam com demência, com projeções indicando que esse número triplicará até 2050. Além disso, apesar da alta prevalência, a demência ainda é subdiagnosticada, em grande parte devido ao estigma e à falta de reconhecimento, uma vez que muitos acreditam que a demência é parte do envelhecimento [que é] natural. Especialistas sugerem que mais de 70% das pessoas com demência no Brasil ainda não estão diagnosticadas.
>
> Ainda, segundo o relatório, em 2019 [aqui eu vou terminar], o custo total médio anual relacionado à demência no Brasil foi de R$87,3 bilhões, dos quais 78% correspondem a custos indiretos. Esses custos referem-se ao cuidado informal, geralmente prestado por familiares ou amigos da pessoa que vive com demência.
>
> Estima-se que mais de 45% dos casos de demência são evitáveis a partir de cuidados com fatores de risco modificáveis como a presença de doenças cardiovasculares, o tratamento da dislipidemia, da hipertensão, do diabetes, evitar o sedentarismo, o cuidado com a saúde [também] auditiva e visual.
>
> O diagnóstico muitas vezes se torna complexo, considerando outros problemas/condições de saúde que podem se apresentar como dificuldade de memória, tais como...

Aqui vem, claro, tudo que diz a cartilha.

Isso que eu mostrei aqui foi a apresentação da cartilha.

E, claro, como os especialistas, pelo que percebo, na sua maioria, já estão *online* ou aqui presentes, nós vamos de imediato convidar para a mesa.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que cada exposição dos convidados será de dez minutos. Para o melhor encaminhamento dos trabalhos, a palavra será concedida, de modo alternativo, entre os convidados que participam presencialmente e os que estão de modo remoto.

Convido para compor a mesa, de imediato, o Sr. Carlos Eduardo da Silva Santos, Coordenador de Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos. Seja bem-vindo, Doutor. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos também a Dra. Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, Presidente da ABRAz Nacional, Médica Geriatra e cuidadora familiar. Seja bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*)

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Um presentinho da associação para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ah, muito bem! Depois você abre para você mostrar... Você mostra e na hora me entrega... (*Pausa.*)

Eles vão querer saber o que eu estou ganhando aqui. Então, combinamos com a Doutora que ela vai abrir e vai mostrar.

Pode abrir já, Doutora, enquanto a gente vai organizando aqui.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – É uma xicrinha de café...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode falar, Doutora; diga o que você está me entregando aqui...

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Essa xicrinha de café que a gente está ofertando para o senhor representa o servir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Olhem aqui!

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – A ABRAz é uma associação de voluntários, composta por voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Palmas para os voluntários! (*Palmas.*)

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – E essa xicrinha de café representa o servir, que é o que o voluntário faz. É servir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bonito. Muito bonito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Então, quando a gente gosta muito de alguém, a gente chama em casa, oferece um cafezinho...

Então, essa xicrinha representa esse acolhimento, representa esse carinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito, muito obrigado.

Eu vou pedir para o meu auxiliar... E sempre que ele chega aqui, ele diz: "Senador, o senhor quer água, o senhor quer um cafezinho? Posso conseguir um chá para o senhor?". Ele sabe que eu gosto de chá. Eu vou pedir para ele, se ele puder vir aqui, ele deve estar naquela porta lá, se alguém puder chamá-lo. Se ele puder, eu vou tomar o meu cafezinho de hoje, nesta bela hora...

Pode ser simbólico, não é? Mas, para mim, que comecei a conviver mais com as pessoas com Alzheimer a partir do projeto de lei...

Veja, até parece bobagem, de minha parte, me emocionar por receber deles um copinho para tomar chá ou café. (*Manifestação de emoção.*)

Beijo no coração de todos.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, de imediato, vamos ganhar tempo, porque eu mesmo disse que estamos com um problema de tempo aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo da Silva Santos, Coordenador de Política de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (Para expor.) – Um bom dia. Bom dia a todas as pessoas presentes.

Antes de iniciar, vou fazer uma breve autodescrição, caso tenha alguém que esteja nos assistindo remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou Carlos Eduardo, sou um homem branco, tenho barba, uso óculos escuros, cabelos pretos, estou sentado com uma blusa quadriculada e com um terno azul marinho à esquerda do Senador Paulo Paim, né?

E, Senador, muito obrigado pelo convite à Secretaria Nacional. Trago os cumprimentos do nosso Secretário Alexandre da Silva e da nossa Ministra Macaé Evaristo.

Antes de iniciar esta fala, também estou muito emocionado, como o Senador, porque, para além de hoje ocupar o cargo de gestor da política de envelhecimento ativo e saudável, sou familiar de uma pessoa demenciada. Então, falar disso é um tema muito sensível para mim, pessoalmente.

Mas, em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo, Senador, pelo empenho na causa das pessoas com demência – com Alzheimer e outras demências.

Nossa colega Celene, aqui, da ABRAz também, tem sido uma grande parceira da Secretaria Nacional, e um grande motor nessa luta pelos direitos das pessoas demenciadas e com Alzheimer.

Mas, pensando a política nacional para a prevenção do Alzheimer e para tratamento e cuidado das pessoas com Alzheimer e outras demências, a gente precisa entender primeiro o recorte em direitos humanos... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O Senador pediu para tirar uma foto da Mesa... Ele vai falando...

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – Em direitos humanos. Como isso é um tema... A gente está falando sobre garantias de direitos também.

Pensar a vida de uma pessoa demenciada, uma pessoa com Alzheimer, ou outras demências mesmo, como Parkinson e assim em diante, é pensar primeiramente o cuidado – o cuidado enquanto um direito –, o direito de ser cuidado e o direito de quem cuida também.

A gente tem uma sobrecarga. Quem tem familiares, quem cuida de pessoas com algum nível de demência, sabe a dificuldade que é, e, às vezes, a ausência de cuidado que ocorre na vida dessa pessoa.

Então, pensando nesse princípio, Senador, a gente tem uma política nova, recente, mas que precisa principalmente de orçamento. A gente sabe que, hoje, dentro do Poder Executivo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma dificuldade orçamentária muito grande, principalmente no que está relacionado à pessoa idosa. As políticas públicas para a pessoa idosa, hoje, estão descentralizadas em muitos setores do Governo: a gente tem um pedacinho na saúde, um pedacinho na assistência, mas é o mesmo público. A gente não pode mais tolerar e permitir que as políticas enxerguem a pessoa idosa a partir de olhares diferentes, como se fossem duas pessoas diferentes, quando a gente está falando de um mesmo público, ainda que tenha as suas particularidades, porque política pública sem orçamento é só carta de intenção.

Então, a gente precisa brigar, hoje, tanto nós, enquanto Governo Federal, quanto a sociedade civil, para garantir que essas políticas públicas, que estamos pensando com muita qualidade e com muito trabalho, tenham orçamento definido dentro da política de saúde, tenham orçamento definido para a pessoa idosa, senão a gente não chega à ponta e não chega em quem precisa.

E aí, pensando um pouquinho sobre a política de cuidado à pessoa com demência e com Alzheimer, a gente precisa falar também do impacto da política de saúde da população idosa. A atenção primária em saúde é a porta de entrada dessa população. Então, se a gente fortalece a atenção primária nos territórios – nos postos de saúde, nas unidades básicas de saúde em cada território –, a gente tem aí o fortalecimento do cuidado a essa população e a prevenção do agravo dessa doença, aliados a uma estratégia de diagnóstico precoce dessa população.

Hoje a gente já tem indícios científicos de que o Alzheimer começa a se manifestar em torno dos 40 anos, e, quando essa pessoa vai descobrir que ela tem a doença de Alzheimer, ela já está em um estado muito avançado, em um estado de deterioração muito avançado. Então, a gente tem um impacto significativo na vida dessa pessoa, que, da noite para o dia, vai descobrir que tem Alzheimer, quando a gente poderia ter um atendimento prévio, um atendimento mais qualificado, como garante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Prevenção.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – Exatamente, como já garante a própria política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E entra aqui outro ponto muito importante, que é o atendimento multissetorial a essas pessoas idosas.

Então, veja, não é só a política de saúde que precisa estar atenta à pessoa idosa com demência. A gente precisa inserir no âmbito dessa política pública, dessa linha de cuidado que a própria política preconiza, que estejam inseridos outros órgãos, como a assistência social... Outras políticas públicas – perdão –, como a assistência social, a própria educação. Por que não?

Então, a gente precisa de um esforço agora, continuado e intenso, no cuidado e na prevenção – se é que a gente ainda pode falar de prevenção, a gente sabe muito pouco ainda sobre o Alzheimer –, no atendimento qualificado às demências.

E aqui entra outro ponto muito importante: a qualidade do diagnóstico que a gente precisa oferecer a essa população. Muitas pessoas idosas não têm Alzheimer, por exemplo, ou Parkinson, elas têm outras expressões de alguma outra doença, como, por exemplo, demências vasculares, algo muito comum. E aí, nesse sentido, essa pessoa é tratada como alguém que tem Alzheimer, é tratada como alguém que tem Parkinson, às vezes, e não é o tratamento adequado, apesar de os sintomas serem muito parecidos. Então, uma política pública que se propõe hoje a pensar o atendimento à população idosa precisa entender também, essa pluralidade de formas de se adoecer.

Nesse sentido, pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, hoje, a gente tem um projeto chamado Vida Digna em Casa, que é justamente para atender a população acamada e domiciliada, na qual podem se inserir muitas pessoas com demência, e ela tem dois eixos centrais de atuação.

O primeiro deles é formar profissionais do SUS e do Suas, da saúde e da assistência, no atendimento qualificado a essa população que está acamada e domiciliada, porque, muitas vezes, a causa de uma pessoa estar acamada e domiciliada pode ser evitável e, muitas das vezes, está relacionada diretamente a um contexto social. A gente não pode pensar apenas por um prisma biológico e de saúde, mas o contexto social em que aquela pessoa vive. Então, muitas vezes, uma pessoa acaba ficando domiciliada pelo contexto de violência que ocorre no bairro dela, pela falta de acessibilidade de uma rua e por outras inúmeras situações. Então, esse é um dos eixos do projeto Vida Digna em Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo é a equipagem dos domicílios dessas pessoas idosas acamadas e domiciliadas, que precisam de algum equipamento mais específico. E a ideia aqui não é oferecer um *kit* pronto, mas oferecer o equipamento que aquela pessoa em específico precisa. Então, se é uma cadeira de roda, que seja entregue uma cadeira de roda; se é uma cama adaptada, que seja entregue uma cama adaptada, e não um *kit* padronizado para todas as pessoas em comum.

Essa é uma ação voltada para a saúde da população idosa que a gente tem construído na Secretaria Nacional, junto ao Ministério da Saúde. Então, Senador, trago aqui um apelo também: a gente precisa trazer investimento para essas políticas públicas, a gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como a gente fala, tem que estar no orçamento.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – Tem que estar no orçamento, pois é, tem que estar no orçamento. A gente precisa que a pessoa idosa entre não só no orçamento público, mas na agenda pública.

Então, novamente eu o parabenizo por trazer luz, lançar luz a esse tema, a essa temática, porque é uma população... O Alzheimer faz com que essa população esqueça muita coisa, mas eles não esquecem que são seres humanos, que são cidadãos, não esquecem que têm uma vida, não esquecem de quem amam, e a gente não pode permitir que eles sejam esquecidos. Então, é isso, peço até perdão por me emocionar, mas é um tema que realmente me afeta muito. (*Manifestação de emoção.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É bonito, é bonito, isso é bonito.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – É um tema que realmente me afeta muito.

Novamente, coloco a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa à disposição para qualquer tratativa, apoio, a gente está disponível para debater e garantir que as pessoas idosas tenham os seus direitos garantidos. Quando a gente entende que envelhecer é um direito, toda uma sociedade melhora, toda uma sociedade vai para a frente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – ... porque esse é o nosso futuro, né? Envelhecer agora não é mais sobre futuro, é sobre um verbo que está no presente. Então, é isso, Senador. Muito obrigado pela fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

Sr. Carlos Eduardo Silva Santos, Coordenador de Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos, parabéns pela fala.

Eu sempre digo que, quando a gente perder a emoção e não fizer política com o coração, está na hora de voltar para casa, não tem que estar mais na vida pública. E isso eu percebi na sua emoção aqui e a emoção do Plenário, enfim, até quando recebi esse cafezinho simbólico dentro da toda a sua fala. Então, meus cumprimentos pela sua fala e abraço lá para toda a equipe e a Ministra.

Concedo a palavra, neste momento, por videoconferência, à Dra. Elaine Mateus, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Alzheimer e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.

Por favor, Dra. Elaine Mateus. O tempo é seu por dez minutos.

A SRA. ELAINE MATEUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Exmo. Sr. Senador. Ao cumprimentá-lo, eu cumprimento também todas as demais pessoas presentes.

Eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. É uma honra, um orgulho poder dividir este momento, mais uma vez, com o senhor, que é um Senador tão engajado com as populações minorizadas e invisibilizadas, e isso não tem sido diferente da nossa trajetória pelo direito das pessoas que vivem com demência e das suas famílias.

De fato, hoje, a manhã está especialmente emocionante. Fiquei muito tocada e sensibilizada pelas falas dos senhores que me antecederam. Eu acompanhei a jornada da minha mãe com a doença de Alzheimer por dez anos; e, nesta semana, ela faria 87 anos. Então, já tem sido uma semana mais emocionante para mim, estou mais tocada também por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi um privilégio ter podido acompanhá-lo ao longo dessa jornada, aprendi muito, e eu tenho a certeza de que o Brasil hoje tem uma janela de oportunidade ímpar para ressignificar todo esse processo do que é viver com demência. Eu acho que nós caminhamos muito ao longo dos últimos anos e vejo que o caminho futuro é muito promissor. E, nesse sentido, a gente olha, por exemplo, avanços como a própria Lei 14.878, de sua autoria, Senador, que é um marco muito significativo para nós que fazemos incidência política e lutamos pelos direitos das pessoas que vivem com demência e das suas famílias. Mas, ao mesmo tempo, eu quero fazer um destaque, um reconhecimento à invisibilidade das demências nas demais políticas, por exemplo, na política do cuidado, na política do cuidado paliativo, na própria política das doenças crônicas não transmissíveis.

Eu não sei se eu estou com a minha... A minha tela está desabilitada para compartilhar. Se alguém puder me habilitar, eu gostaria de compartilhar uns eslaides para que a gente acompanhe a fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está sendo providenciado já, Doutora. Fique bem à vontade.

A SRA. ELAINE MATEUS (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

Bom, eu quero já destacar, de início, que, ao mesmo tempo em que há pouca visibilidade – ou quase nenhuma visibilidade – para as demências nessas políticas, hoje nós devemos celebrar, e muito, porque, enquanto nós falamos aqui, acontece na ONU a reunião que insere, nas novas metas e no plano para 2030 a 2050 das doenças crônicas não transmissíveis, a demência. Então, isso é algo...

Aqui, eu vou conseguir agora. Só um instantinho, porque eu vou compartilhar. Aqui, vamos ver.

Eu perdi vocês. Confirmem se vocês...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já está na tela.

A SRA. ELAINE MATEUS (*Por videoconferência*.) – ... me veem em tela, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já está na tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELAINE MATEUS (*Por videoconferência*.) – Muito bem.

Vamos lá.

Então, enquanto nós falamos aqui, como eu dizia, acontece agora na ONU, em Nova York, essa reunião, a quarta reunião, de alto nível, que insere definitivamente a demência nessa política, na declaração, e isso certamente é um marco muito importante para que a gente entenda e avance também aqui no Brasil nessa direção.

A Meta 3.4, que prevê a redução em um terço das mortes causadas pelas doenças não-transmissíveis, está muito longe de ser alcançada. Por isso, a necessidade, inclusive, de se fazer essa revisão no plano. E a Febraz, junto com organismos nacionais, mas também internacionais, a Alzheimer's Disease International, que é a Federação Mundial das Associações de Alzheimer, e o fórum de condições crônicas não-transmissíveis, defende, atua fortemente para que as demências sejam reconhecidas como uma doença crônica não-transmissível.

O Senador já indicou dados importantes que saíram no último relatório, que coloca a doença de Alzheimer como a quarta causa de morte no Brasil entre pessoas com mais de 70 anos. Ela deverá ser, segundo estudos, a sétima principal causa de morte no mundo, e nós mulheres somos aquelas mais impactadas por essa realidade.

Então, além de tudo, é preciso ter um olhar cuidadoso, com um recorte de gênero, para essa condição.

Um estudo que saiu agora em 2025, publicado pela Alzheimer's Disease International, indica que a demência se tornará a terceira principal causa de morte no mundo em 2040.

Então, vejam que nós estamos falando de uma condição que não pode mais estar invisibilizada. Nós precisamos agir. Eu diria que nós já estamos num processo de reação. O momento já é mais do que oportuno e necessário.

Como eu dizia, celebramos hoje a inclusão das demências dentro do documento firmado, do acordo no qual o Brasil será parte, no controle e prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis. E isso é fundamental para que a gente também reorganize no Brasil as metas da ODS, especialmente a 3.4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, Senador, eu já faço aqui uma primeira proposta de encaminhamento para essa mesa, no sentido de que, do mesmo modo que o Brasil incluiu na Meta 3.4 os trabalhadores e as trabalhadoras, a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, eu já encaminho uma proposta de revisão da Meta 3.4 no Brasil, incluindo a saúde neurológica e a redução de riscos em demência, tendo como indicador a taxa de mortalidade por demência.

Eu tenho a convicção de que tornar isso visível dentro das metas dos ODS, com certeza fomenta e amplia as possibilidades dos recursos do orçamento, conforme dissemos agora e com o que concordamos plenamente.

Eu vou avançar – e se puderem sinalizar o meu tempo eu agradeço –, mas eu já vou caminhando para o final da minha fala, ou quase o final da minha fala, e preciso destacar o que eu acho que é fundamental também, estamos aqui pensando políticas públicas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para ajudar no tempo, a senhora tem ainda dois minutos e meio.

A SRA. ELAINE MATEUS (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

... para avançar, então, nas políticas públicas, que acho que é o que nos une, o interesse que nos congrega, eu já fiz menção e cumprimentos pela aprovação da lei e queria destacar nessa lei, no primeiro parágrafo, a exigência de efetivação por meio de uma articulação multissetorial. Isso vai ao encontro do fortalecimento do FórumCCNTs e das articulações que devem ser feitas para que a gente avance nessa pauta. Também quero destacar a efetivação dessa política por meio de um plano de ação, construído pelo poder público, com a participação de instituições de pesquisa, da comunidade acadêmica e científica e da sociedade civil.

A partir disso, o Dr. Leandro e eu tivemos a iniciativa de congregar um grupo de lideranças, logo em agosto do ano passado. Então, na sequência da aprovação da lei, nós criamos a Coalizão Nacional pelas Demências. Esse é um movimento que, como disse, articula lideranças, instituições e especialistas comprometidos, portanto, com a implementação dessa lei. O nosso propósito é promover mudanças estruturais, combater o estigma e garantir uma jornada digna de cuidado às pessoas com demência, seus familiares e aqueles que cuidam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tem alguns dos membros da Conade, o grupo é dinâmico e nós tivemos a inclusão de outros profissionais, outras lideranças. Ao longo desse caminho, nos últimos 12 meses, nós temos trabalhado e procuramos construir uma proposta de pactuação desse Plano Nacional de Cuidado Integral para as pessoas com demência. Deixo o QR *code* aqui para que vocês possam acessar esse documento, e eu vou destacar que, além de todos os dados, alguns dos quais o Exmo. Sr. Senador já destacou na sua fala, nós colocamos nesse documento uma proposta a partir daquilo que a própria Organização Mundial da Saúde orienta para construção de planos e de estratégias, e apresentamos uma proposta. Aqui vai mais uma proposta, então, de encaminhamento para essa mesa, já finalizando a minha participação, que é a de constituição de uma instância de governança com os atores envolvidos, ou seja, a criação desse comitê nacional responsável por liderar, articular e acompanhar essas etapas do desenvolvimento desse plano que, com certeza, irá nos favorecer na busca de orçamentos, na estratégia para a efetivação de orçamentos.

Então, finalizo, mais uma vez cumprimentando pela oportunidade de estar aqui e me colocando à disposição para que juntos possamos efetivamente construir esse plano estratégico e fazer com que a política tão bem desenhada e trabalhada deixe de ser, como disse o Carlos, uma carta de intenção e alcance as pessoas que de fato precisam do serviço.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Elaine Mateus, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Alzheimer, doutora em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem, que na sua fala destacou que ela trabalhou junto com o Dr. Leandro no primeiro, eu diria, boneco, na primeira estrutura que depois veio para o Congresso, veio para o Senado. E, depois de muitos debates, surgiu a proposta, e ela já faz algumas outras propostas de encaminhamento, que nós, naturalmente, da Comissão, vamos receber com muito carinho e vamos encaminhar tudo dentro do possível.

Dra. Lígia Iasmine – eu não estou aqui com o nome – Pereira dos Santos Gualberto, Coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, seja bem-vinda.

Como nós estamos intercalando, eu convido, neste momento, a usar a palavra a Dra. Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, Presidente da ABRAz Nacional, Médica Geriatra e Cuidadora familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos. Pode colocar a minha apresentação, por favor.

Eu gostaria, imensamente, de agradecer ao Exmo. Senador Paulo Paim pela sensibilidade, por ter acolhido o nosso pedido desta audiência no Senado a respeito da doença de Alzheimer, neste mês que é o mês mundial da doença de Alzheimer. É uma condição que nos emociona, já tivemos momentos muito emocionantes aqui no início, mas a minha fala vai ser uma fala – muito obrigada – que vai trazer aqui... Já foi facilitada muito pela Elaine Mateus – muito obrigada, Elaine, pela participação brilhante, como sempre –, pela fala dos anteriores, e eu sei que muitos de vocês já estão afeitos à questão da doença de Alzheimer, mas eu quero apresentar esse cenário geral para mostrar para vocês essas tão famosas, essas tão faladas aqui janelas de oportunidade. A Elaine disse isso muito bem.

Para onde eu aponto?

Espero que não esteja contando o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, não, porque eu recoloco lá. Eu vou lhe dar mais um minuto já, esperando que...

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Combinado.

Só para apresentar rapidamente, a ABRAz (Associação Brasileira de Alzheimer) é a maior e mais antiga associação de doença de Alzheimer do Brasil, tem 34 anos, está presente em 21 estados, 54 cidades, tem quase 400 voluntários, e ela, no ano passado, assistiu quase 30 mil pessoas. Ela é uma organização da sociedade civil formada por voluntários em defesa dos direitos de familiares e da pessoa com doença de Alzheimer e outras condições similares. A ABRAz faz parte da Febraz, federada à Febraz, junto com outras quatro associações, e a Febraz, então, é federada à Alzheimer's Disease International.

O motivo pelo qual a gente está falando aqui é porque a demência é uma questão de saúde pública. Dados do relatório de situação global da OMS 2021 falavam em 55,2 milhões de pessoas no mundo com demência e que esse número deve chegar a 139 milhões em 2050, mas, enquanto em todo o mundo essa estimativa de crescimento é de três vezes, nos países como o nosso, esse crescimento deve ser de cinco vezes. E, de acordo com o Consenso Delphi do ano passado, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consenso de especialistas, se estimou então em 2,5 milhões de brasileiros com demência, o que significa um a cada 12 idosos no Brasil, 20% entre aqueles com mais de 80 anos, e que, em quatro décadas, teríamos 9 milhões. Nós mulheres somos mais acometidas, como a Elaine falou, essa questão de gênero é importante, e a incidência é diferente nas diferentes regiões do Brasil, sendo que no Sul é a menor incidência, 7,3%, e na Região Nordeste, a maior incidência, que é 10,1%.

Como a Elaine também falou, a questão do plano global de demências, que foi estabelecido pela Organização Mundial de Saúde, que terminaria este ano e, graças à atuação muito ativa da ADI, foi prorrogado por mais seis anos. Nesse plano de ação, é recomendado, então, o Plano Nacional de Demência como a ferramenta mais potente na melhoria do apoio e no tratamento da demência em qualquer país.

Em 2024, essa comissão elencou 14 fatores de risco que, se abordados ao longo da vida, seriam responsáveis por prevenir 45% dos casos de demência. Existem três fatores de risco que não são modificáveis, como o fato de envelhecer, a questão de sermos mulheres, que é um fator de risco não modificável, e a questão genética. Mas, se vocês observarem, esses outros 14 fatores de risco são responsáveis no mundo por 45% dos casos de demência. Entre eles, então, baixa escolaridade, baixa acuidade auditiva, trauma craniano, fatores de risco cardiovasculares, sedentarismo, consumo excessivo de álcool, depressão, isolamento social, poluição e perda visual. Acontece que essa aqui já é a primeira grande janela de oportunidade. Esse estudo, que foi publicado este ano, por uma pesquisadora brasileira, Dra. Claudia Suemoto, mostra que, na nossa população, quase 60% dos casos de demência são atribuíveis a esses fatores de risco. Colocando aqui questões que estão relacionadas à saúde, mas questões também sociais, como baixa escolaridade na infância, questões ambientais, como a poluição do ar, sobre o que nós fizemos recentemente um seminário em Belém, falando de clima e envelhecimento. E aqui eles destacam pontos importantes: os três maiores fatores de risco no Brasil são baixa escolaridade, perda visual no envelhecimento e depressão; entre as mulheres, os maiores fatores de risco são LDL alto e depressão; entre os homens, tabagismo e consumo excessivo de álcool; nas regiões mais ricas do país, o maior impacto é o da depressão; nas mais pobres, é o da perda auditiva na meia idade; entre os pretos, o maior impacto é a baixa escolaridade; entre os brancos, a depressão.

Aqui no Brasil também nós temos um grande desafio, que é a questão do subdiagnóstico. Então, os dados desse estudo Elsi, que foi realizado em cinco regiões socioeconômicas do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrou que, dessa amostra, apenas 1,2% da amostra tinha diagnóstico, a maioria na fase avançada, e as estimativas do Renade são que 20% dos casos de demência apenas, no Brasil, são diagnosticados. Nesse estudo feito no Ceará, mostrou-se que apenas 7% das pessoas com demência tinham diagnóstico.

Nós temos muitos desafios para o diagnóstico. A questão da atenção primária de saúde, que precisa do reconhecimento, apenas 16% dos pacientes diagnosticados com déficit cognitivo tiveram suas primeiras queixas registradas nos seus prontuários.

Nós temos poucos especialistas e a lista de espera tem tendência a ficar cada vez mais longa com o passar do tempo, com o aumento do número de casos.

A demência custa caro para o Brasil. Essas estimativas, também do Renade, são de que, no estágio inicial da demência, ela represente R$24 bilhões; no estágio moderado, R$35,6 bilhões; e, no estágio avançado, R$27,6 bilhões, totalizando R$87,3 bilhões, dos quais 78% são custos indiretos, e isso representaria 0,15% do PIB de 2019. Lembro que esses custos recaem predominantemente sobre as famílias e que a gente precisa dar um suporte maior a essas famílias.

Falando de família, vamos falar do estresse do cuidador. Mais uma vez a questão do recorte de gênero: essa amostragem de São Paulo mostrou que 96% das... 90% das pessoas que cuidavam eram mulheres, a maioria na idade de 56 anos, a maioria cuidava dos pais e moravam com os idosos. Essas mulheres muitas vezes saem do mercado de trabalho, não têm como voltar porque o período em que elas ficam cuidando é longo, e elas estão invisibilizadas e elas estão isoladas, às vezes até mesmo pela própria família, estando muito expostas a sintomas como ansiedade, depressão e sobrecarga física e emocional, sendo, então, pessoas que estão em risco para demência, já que a depressão é um grande fator de risco, e elas estão totalmente vulnerabilizadas.

O Brasil tem, sim, virtudes: nós temos a linha de cuidados; na PCDT temos dispensação de quatro fármacos; programas sociais como Bolsa Família e BPC ajudam muito essas famílias e até têm impactos com relação à diminuição de hospitalização, de morbimortalidade; temos o Programa Melhor em Casa; e nós temos a Lei 14.878, de relatoria do senhor, e que foi sancionada o ano passado e que foi uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De autoria minha, por justiça...

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – De autoria do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... e o Romário foi o Relator no Senado.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – ... e o Romário foi Relator pelo Senado. Perdão pelo equívoco.

Essa lei, então, é uma grande conquista para a sociedade brasileira, mas a gente precisa trabalhar pela implementação da lei através de um plano nacional de demências, como o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já que falei em justiça, a Laura Carneiro, que está lá na foto, foi Relatora na Câmara.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou lhe dar o um minuto que eu retirei. (*Risos.*)

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Está bom. Eu vou rapidamente, então.

Que a gente trabalhe com relação a: prevenção; diagnóstico precoce; tratamento adequado; apoio às pessoas com demência; capacitação das equipes de saúde; valorização das pessoas idosas; reconhecimento da dignidade; incentivo à pesquisa; acesso a especialistas, nós temos o Programa Mais Especialistas; incentivo à pesquisa, o Ministério da Saúde já tem grandes incentivos como o Renade, o iSupport. Temos várias oportunidades aqui, como eu disse, em termos de prevenção.

Vou passar rapidamente, mas a gente precisa de um trabalho como a Elaine destacou, ações interministeriais, intersetoriais que englobem...

Então, nós temos hoje ações que são louváveis...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – ... mas que são dispersas; a gente precisa integrar isso num plano nacional de demências. Então, não é porque nós não temos cura para doença de Alzheimer que nós não temos nada a ser feito. Então, construir um plano nacional de demências que transforme a realidade das demências no país através de uma maior equidade, de ações customizadas por regiões, etnias, gêneros, com participação de todos os setores da sociedade.

Então, ela é uma causa que abraça outras causas: a questão da mulher; a questão climática; a questão social; a questão educacional; as questões de disparidades sociais; as questões das pessoas com síndrome de Down, que têm um risco elevadíssimo para demência; as questões previdenciárias.

Estou falando de novo da Conade, esse trabalho integrado que a Elaine já explicou como funciona, e convidando aqui o senhor...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – ... pessoalmente, para o 1º Cenário internacional de políticas públicas que nós estaremos realizando aqui, dia 16 e 17 de outubro, no auditório da Opas.

Escaneiem aqui esse QR code para saber mais sobre a programação. Queremos convidá-lo para estar presente numa das mesas, e nós vamos discutir, então, o papel do Legislativo na questão das demências.

Estou falando aqui um pouquinho do trabalho da ABRAz, que já fez essa 1ª Conferência Nacional Livre sobre Demências e a Conferência Nacional de Pessoas Cuidadoras de Pessoas Idosas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, Presidente da ABRAz Nacional, Médica Geriatra e Cuidadora familiar, que me convida inclusive para esse evento, que eu vou tentar encaixar na agenda.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Será uma honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para vocês, claro, só rapidamente, eu estou aqui, mas ao meio-dia eu tenho que estar lá na LBV, onde está tendo um Congresso de uma semana sobre o ensino técnico que trata dessa questão. Como eu sou autor de leis nesse sentido, e vindo do ensino técnico, foi fundamental para mim estar aqui hoje. Eu era um vendedor de banana e de laranjas na Feira Livre de Porto Alegre, de um primo meu ainda que foi quem me deu um emprego lá com 12 anos. Passei no Senai, daí fiz um curso técnico, e tenho muito carinho por esse Sistema Senado.

Mas rapidamente para ganhar tempo, fui cobrado aqui no celular: "Como você não está com a foto lá com o Presidente, você é o autor da lei!". Eu não consigo estar em todos os lugares. Teve mais de 15 leis que o Presidente promulgou, ele me convidou, eu com a maior boa vontade, tenho o maior carinho por ele, não pude estar, e a Laura Carneiro me representou lá em nome dos Relatores e da autoria.

Vamos em frente, eu estou com pressa e sou eu que estou falando mais do que vocês.

Vamos lá.

Agora, então, passo a palavra à Sra. Silvana Poltroniere Lamerns, Presidente em exercício da ABRAz Rio Grande do Sul, de gaúchos e gaúchas de todas as querências.

Eu sempre digo: pátria somos todos. Nós somos o Brasil, nós todos.

Por favor, Doutora.

A SRA. SILVANA POLTRONIERI LAMERS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Senador. É uma honra estar aqui. Bom dia à mesa, minha Presidente querida, Dra. Celene.

Venho hoje representar, então, não só como Presidente da ABRAz Rio Grande do Sul, que estou, neste exercício, depois de 20 anos de associação, mas também compartilhar da emoção, porque sou familiar cuidadora.

Minha avó, portadora de doença de Alzheimer, faleceu em 2021. E digo que aprendi muito mais como cuidadora familiar do que como enfermeira, do que como especialista em cuidado paliativo e tanatologia e como cuidadora profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma honra estar aqui, porque essa bandeira é levantada de coração, de alma, de conhecimento, porque a ABRAz é isso. Nós temos conhecimento técnico, científico, mas muita alma, muito coração. Então, eu peço, por gentileza... Cumprimento os demais colegas: Dr. Leandro Minozzo, que muito nos orgulha de ter feito e produzido todo esse trabalho para que a gente estivesse aqui hoje, com certeza; Dra. Elaine; e Dr. Eduardo Zimmer também, nosso conterrâneo aqui gaúcho. É muito bom estar compartilhando a mesa com vocês hoje.

Por gentileza, se puderem participar minha apresentação, eu agradeço. (*Pausa.*)

Conseguem? Está tudo certo? Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora pode passar diretamente, conforme a equipe aqui orientou.

A SRA. SILVANA POLTRONIERI LAMERS (*Por videoconferência.*) – Tá. E será que eu consigo fazer isso? Vamos lá.

Acho que eles vão colocar aí para mim, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se a senhora não conseguir, a assessoria vai achar um meio de passar.

A SRA. SILVANA POLTRONIERI LAMERS (*Por videoconferência.*) – Isso. Faço das palavras da Dra. Celene a minha. Não quero perder mais tempo. (*Risos.*)

Se puderem passar para mim, acho que facilita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.. Vai ser providenciado para passar por aqui.

A SRA. SILVANA POLTRONIERI LAMERS (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para ganhar tempo, enquanto ali encaminham, eu registro a presença da Profa. Dra. Juliana Martins, Presidente da ABRAz; Dra. Cosette Castro, psicanalista e jornalista, Coordenadora do Coletivo Filhas da Mãe; Sr. Jairo de Souza, Coordenador-Geral do Fórum Distrital da Sociedade Civil – e aqui tem todo um pequeno currículo que eu já dou por lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVANA POLTRONIERI LAMERS (*Por videoconferência*.) – Cabe a mim, então, Senador, neste momento, dar voz e vez aos familiares cuidadores, e não só falar como familiar cuidadora. Eu sempre busco, claro que com fotos e imagens autorizadas, colocar aqui um pouquinho em cada palestra, em cada fala, como representante da Associação Brasileira de Alzheimer aqui do Rio Grande do Sul, não só trazer panoramas, mas também trazer a voz, trazer a tela, trazer realmente a imagem desses cuidadores.

Então, o que a gente entende hoje? Eu vou trazer um breve panorama – tenho certeza de que o Dr. Leandro vai fazer isso muito melhor – da doença de Alzheimer no Rio Grande do Sul.

Nós comemoramos no sentido de que... Inclusive, amanhã teremos a jornada do estado, a jornada que vai tratar sobre as demências, que vai falar sobre as demências e que vai abordar profissionais, cuidadores formais e informais, buscando realmente protocolos de treinamento, de assistência. E também nós conseguirmos dar conta de uma agenda, dentro do Plano de Demências do estado, que é um dos maiores ganhos que nós tivemos. O Rio Grande do Sul tem a honra de ser o primeiro estado brasileiro com o Plano de Demências, que está a todo vapor, com muitos voluntários trabalhando, e a ABRAz à frente, em parceria com muitas instituições e também produzindo para que a gente tenha um acolhimento e um cuidado maior com as nossas famílias.

Pode passar.

Então vou trazer, dentro desse panorama – pode passar mais uma vez – os dados do nosso estado. São 200 mil famílias com diagnósticos demenciais no estado. E aqui, nesse diagnóstico, eu faço um chamamento a demências que atingem fortemente a questão do comportamento, demência frontotemporal e outras demências de cunhos e cursos muito difíceis, que trazem às famílias angústia, dificuldade de cuidado, manejo de cuidado. Esse custo demencial foi mais de R$4 bilhões no estado. É, até 2050, um aumento de 200% no número de pessoas no Brasil, como a Dra. Celene já trouxe.

E o Estado, então, do Rio Grande do Sul tem um número enorme de instituições de longa permanência, e eu preciso falar sobre isso, porque quando a gente fala de processos demenciais, quando a gente fala de cuidado de família, a gente precisa ter um cuidado integral, olhando para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os idosos que estão em domicílio, mas olhando também para os idosos que estão em instituições de longa permanência.

Ações de fiscalização são presentes a todo momento, mas nós também precisamos ter contrapartidas para essas ILPIs. Também fazer ações de acolhimento, porque nós falamos muito dos familiares cuidadores, mas nós também precisamos falar dos profissionais cuidadores, que têm sobrecarga de jornada, dificuldade, às vezes, da própria formação na assistência e no cuidado da pessoa com demência. Cuidar de um idoso sem demência é completamente diferente de cuidar de um idoso com demência. Cuidar de um idoso com demência de Alzheimer é muito diferente de cuidar um paciente com demência frontotemporal. Então são diversas nuances, diversas interfaces, desde a questão diagnóstica, até o processo de finitude, terminalidade e inclusive o cuidado do luto, do processo do luto, em vida e também nesse luto, que acontece pós a morte desse paciente. Então a gente precisa falar de cuidados e de cuidadores em todas as esferas do cuidado.

E, então, o Estado do Rio Grande do Sul, em consolidação do plano de demência, mas eu boto três pontinhos, boto reticências... Por quê? Esse plano não vai acontecer se todos nós não estivermos integrados, se todas essas ações não contemplarem, de fato, aquilo que precisa ser dito, falado. E que a gente realmente tenha fomento financeiro e também políticas públicas voltadas a um cuidado adequado. Muito pulverizado, nós vamos acabar chegando a lugares muito pequenos, mas se nós unirmos forças, com certeza vamos conseguir atingir muito mais pessoas e muito mais lugares.

Pode passar.

E então isso acontece com todos nós. O momento que a gente vive. Eu gosto muito de traçar um perfil de desigualdade social, de muitos preconceitos religiosos, preconceitos também de classes. Nós precisamos entender que essa magnitude, dentro deste momento que nós vivemos, faz muitas vezes que não consigamos enxergar a dor do outro, que nós não consigamos olhar, muitas vezes, a nuance do que aquela família passa.

Eu costumo dizer para as famílias que nós acolhemos, em todos os grupos de apoio emocional e informativo, que nós não vamos conseguir tudo. Não temos braços nem pernas, não é, Senador? Como disse, a gente não pode estar em todos os lugares. E também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos, muitas vezes, suprir angústias das famílias, mas acolher é uma responsabilidade de todos nós. Não julgar. Podermos saber aquele momento, porque, sim, quando falamos de Alzheimer, quando falamos de demência, quando militamos aqui, nesta instância, nós estamos falando do nosso envelhecer. Nós não estamos falando só do envelhecer de hoje, nós estamos falando do meu envelhecimento, do envelhecimento da minha filha, nós estamos falando do envelhecimento que logo está para chegar.

Nós precisamos cuidar disso.

Pode passar.

Nossa missão no Rio Grande do Sul há mais de 20 anos: acolher; combater o estigma, sempre em consonância, junto com a nossa ABRAz Nacional; fomentar políticas públicas, fazer provocativas na Câmara de Vereadores, na Câmara dos Deputados – a gente busca essas provocativas positivas para que a gente realmente olhe para a causa com o olhar sob o qual isso precisa ser visto –; combate à violência... Eu sempre digo que violência sempre vai ter; agora, nós fecharmos os olhos é que não é possível. Então, para que aconteça o acolhimento, nós precisamos ouvir, e, para que a gente possa ouvir, as famílias precisam falar. Elas precisam ter espaço de fala, espaço de escuta para que a gente possa realmente avaliar e combater.

E, é óbvio, o incentivo à pesquisa: nós somos uma instituição que contrata e acorda a ciência. Somos muito espiritualizados, muito acolhedores – é um perfil principalmente aqui do Rio Grande do Sul, em decorrência da Presidente –, mas nós somos científicos e propagamos aquilo que é verdade.

Pode passar.

Onde é que nós estamos, Senador, aqui no Rio Grande do Sul?

Em Porto Alegre: muitos grupos de apoio, Hospital Moinhos, Conceição, Mãe de Deus. Estamos sempre buscando novos parceiros.

Aqui em Caxias do Sul, nós temos uma parceria muito boa com o Sindicato dos Servidores Municipais e também grupos de apoio emocional, em dois consultórios psicológicos – totalmente voluntários, totalmente gratuitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Santa Maria, na Universidade Federal de Santa Maria; em Veranópolis, em parceria com o Instituto Moriguchi; em Novo Hamburgo; em São Leopoldo; em Pelotas. A Universidade Federal de Pelotas é o nosso filhote. Acabou de abrir o grupo na universidade federal, e isso, Dr. Leandro, foi fruto do nosso plano, foi fruto do acordo feito dentro das nossas jornadas. Isso é uma coisa muito positiva, muito boa também.

Agora também abrimos mais cinco grupos, na semana passada, no Vale do Paranhana. Isso também nos deixa muito felizes, porque muitas famílias vão ser acolhidas, ouvidas, e a gente vai conseguir propagar esse acolhimento, que é a proposta dos grupos de apoio emocional e informativos.

Pode passar.

Aonde a gente quer chegar, até 2026, aqui no Rio Grande do Sul?

Nós vamos crescer para acolher, não para crescer em volume, em números, mas crescer realmente para acolher. Estamos já com um início de relacionamento com Erechim, Passo Fundo e o litoral gaúcho. Quanto mais grupos de apoio nós tivermos, quanto mais voluntários nós tivermos, mais famílias vão ser atingidas de forma benéfica e vão poder também ter orientações.

Pode passar.

Bom, eu costumo dizer que nós somos guardiões de memórias. Nós sabemos que as memórias podem ser perdidas, mas nós cuidadores somos guardiões delas; guardiões da resistência, guardiões da memória. Também podemos fazer um cuidado executado com sermos cuidados: um cuidador sem cuidado não faz um exercício de cuidado adequado.

Pode passar.

Nós temos inúmeras famílias que a gente atende: abandonadoras; distantes; superprotetoras; famílias clã ou tribal – todas elas atendidas pela associação, todas elas atendidas pelos voluntários, buscando, nesse contexto, entender cada dinâmica e poder proporcionar um cuidado adequado para aquela família. Isso também é muito importante.

Pode passar, que eu não quero hoje estourar meu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa reflexão, eu trago uma frase, não religiosa, mas de Jesus Cristo, que compartilha realmente o intuito da associação: "Ninguém tem maior amor que aquele que dá a vida aos seus amigos". Então, nós, ABRAz, damos a vida aos nossos amigos. A gente realmente faz e propaga aquilo que a gente acredita.

Aqui no Rio Grande do Sul, nós buscamos realmente esse acolhimento, porque nós acreditamos que nós damos as vidas aos nossos familiares, aos nossos amigos, aos cuidadores, com tempo e também de forma voluntária.

Pode passar.

Deixo, nessa reflexão, um agradecimento especial. E trago aqui, então, a imagem da minha avó, que é quem deu vida... (*Falha no áudio.*)

Antes, eu só sabia como se cuidar; e, depois, com ela, a gente aprendeu na família como, de fato, se sente um cuidador. Então, eu tenho um antes e um depois na associação. O antes, como profissional; e o depois, como cuidadora familiar.

Eu agradeço a atenção e desejo um ótimo trabalho a todos nós até o final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Eu que agradeço, com muito carinho, à Silvana Poltronieri Lamers, Presidente em Exercício da ABRAz Rio Grande do Sul.

Sobre uma das últimas frases que eu ouvi ali, eu quero falar pouco, por causa do nosso tempo aqui, mas eu gosto de uma que eu digo quase que diariamente: "O amor é lindo, mas não tem nenhum amor, nenhuma frase de amor que supere o amor amigo", porque o amigo é amigo. Ele é um amor diferente, ele dá tudo de si pelo outro, sem esperar nada em troca. Tem muito a ver com os voluntários, por isso que eu gosto muito dessa frase.

Eu conversava com a doutora que eu tenho também um sistema, no Rio Grande do Sul, um escritório que eu tenho, em que, voluntariamente, nós abrigamos refugiados, migrantes e imigrantes, aqueles internos e externos, e damos orientação pra eles ali.

Agradeço também ao Sistema S, que manda professores de graça lá. Eles dão o curso para eles lá, eu só dou o espaço, e eles dão o curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente. Uma salva de palmas para os voluntários, eu acho que eles ajudam a gente a escrever a nossa história. (*Palmas.*)

Com a palavra, neste momento, com muita satisfação, a Dra. Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto, Coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes, também as que nos acompanham *online*. Saúdo a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim.

É uma honra estar aqui hoje, para falar desse tema que é muito importante no âmbito do Ministério da Saúde. A gente compreende essa oportunidade como essencial, integrar, unir legisladores, direitos humanos, assistência social e saúde, uma vez que, como já foi dito, muito bem dito anteriormente, é um problema complexo, crescente, e a gente precisa de união, de todas as áreas e setores, para superá-lo.

Então, como fui apresentada, meu nome é Ligia Iasmine, eu sou médica de formação, médica de família e comunidade, também geriatra. Estou na Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa no Ministério da Saúde e hoje venho representar todo o ministério, mas trazendo um recorte, com uma ênfase maior no papel, no protagonismo da atenção primária nesse cuidado, como vocês vão ver ao longo da apresentação.

Nós já ultrapassamos mais de 35 milhões de pessoas idosas e mais de 2 milhões de pessoas com demência, é o estimado. A gente sabe que a tendência é aumentar o número de pessoas com demência; entretanto, a gente já percebe em outros países uma certa diminuição a partir da ação intensiva com atenção aos fatores de risco e à prevenção e promoção. Então, é um problema complexo em que a gente pode atuar, agir, especialmente no âmbito da promoção da saúde e da prevenção, para poder diminuir essa carga e esse aumento dos casos.

Então, estamos em plena transição demográfica já há algum tempo. Nós já somos um país envelhecido. A gente sabe que as mulheres vivem mais do que os homens, e as pessoas mais idosas, 80 anos ou mais, são um grupo crescente também no nosso país. E a distribuição de quem são essas pessoas que envelhecem no nosso país...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos pessoas que envelhecem muito bem, de maneira saudável, mas também temos pessoas que envelhecem num contexto de adoecimento, de doenças crônicas, de graves problemas que podem levar, inclusive, à dependência de cuidados, à limitação na realização das atividades de vida diária, sejam instrumentais, como cozinhar, fazer compras, sair de casa, e também das atividades básicas de vida diária, como tomar banho sozinho, comer sozinho, se vestir, ações necessárias para o autocuidado.

A demência é uma dessas condições, que começa afetando as atividades instrumentais, na verdade, as atividades avançadas. A pessoa, às vezes, tem um pouco de dificuldade de planejamento, ela viajava, fazia várias escalas sem dificuldade e aí pode começar a ter um pouco de dificuldade nesse planejamento. Em seguida, na sua evolução, a demência começa a afetar as atividades de vida diária instrumental. Então, o hábito de cozinhar; o de sair de casa, às vezes, pode acontecer de se perder; o de fazer compras, os gastos, a administração das finanças, e, aos poucos, com a evolução, isso também começa a afetar as atividades básicas de vida diária, como tomar banho sozinho, como se esquecer de se alimentar, de comer. E isso é muito complexo no âmbito das políticas públicas porque a gente não está falando só de saúde, a gente está falando da necessidade de cuidado também. Essa é uma das grandes cargas da demência que foi descrita. A Dra. Celene apresentou os dados do Relatório Nacional sobre a Demência, uma parceria do Ministério da Saúde com a Universidade Federal de São Paulo, que traz o custo da demência, que vai muito além só do tratamento e dos medicamentos, ele vai também diretamente relacionado às demandas de cuidado.

Então, nesse eslaide, especificamente, eu queria chamar a atenção para um aspecto que o Dr. Carlos apresentou que é a desigualdade. Quando a gente fala em população acometida pela demência, a gente está falando de um recorte muito acometido também pela dificuldade de acesso e pela limitação das políticas públicas em geral. Então, vocês percebam que as pessoas que têm limitação de atividades de vida diária, comparadas população branca e população negra, que inclui pretos e pardos, os pretos e pardos, a população negra é muito mais acometida por incapacidades, por dificuldade de cuidar da própria vida no dia a dia, ou seja, envelhecem com mais doenças, com mais limitação do que a população branca. Isso também tem uma diferença de gênero, a população feminina também envelhece com mais limitação, e, quanto maior a idade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas idosas, muito idosas, também têm maior prevalência de limitação de atividades da vida diária.

Talvez esse seja o eslaide principal de toda a apresentação, porque a gente sabe que o tempo... Eu vou passar outros eslaides, vários, bem rapidamente, mas um ponto de destaque importantíssimo é exatamente a necessidade de integração entre as políticas públicas. A gente não tem como falar de doença de Alzheimer pensando só no biológico, só na doença em si, só no cérebro. Doença de Alzheimer é uma síndrome complexa, que necessita de políticas públicas, porque é cara... Pode-se ser muito rico, a pessoa pode ter muita condição financeira, mas, ainda assim, vai ter dificuldades de garantir cuidador ali por 24 horas, de garantir todo o suporte necessário. Então, é uma doença que necessita muito de leis e de políticas públicas que avancem na garantia de direitos.

Então, parabenizo o Senador Paulo Paim pela Lei 14.878, de 4 de junho de 2024, e também os demais avanços legislativos que a gente tem alcançado aí ao longo do último ano, na gestão, na liderança do Presidente Lula. Como destaque, há a Política Nacional de Cuidados Paliativos, que é uma portaria ministerial. E aí trago o destaque também para o trabalho da Secretaria de Atenção Especializada, que está trabalhando para ampliar o acesso aos cuidados paliativos, que é essencial para que a gente cuide com dignidade e com humanidade também das pessoas com doenças que ainda não têm cura. Elas devem ter sempre cuidado e atenção para diminuir os sintomas desconfortáveis e os problemas relacionados a comportamento que acometem muito as pessoas com demência.

Então, além da Política Nacional de Cuidados Paliativos, há também a Política Nacional de Cuidados, também sancionada pelo Presidente Lula no ano passado, em 23 de dezembro de 2024, que tem uma interface direta com a Política de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Todas essas políticas precisam caminhar juntas, porque, uma dando força para outra nas ações intersetoriais e nos serviços que precisam ser fortalecidos, vai melhorar efetivamente a qualidade de vida da nossa população.

Trago um destaque para o Estatuto da Pessoa Idosa, em que consta que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público – ou seja, não é a família sozinha, também não é o poder público sozinho, é essa união de toda a sociedade – assegurar à pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idosa a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, a todos os direitos humanos.

O nosso Sistema Único de Saúde – "saúde é direito de todos e dever do Estado" está na Constituição Federal – precisa ser fortalecido junto com o Sistema Único de Assistência Social. Esse é outro destaque que eu preciso trazer, que é efetivamente a gente garantir financiamento adequado para Centros-Dias, para acolhimento institucional, para serviços de atenção domiciliar e de cuidado, para apoio às famílias e para liberação de tempo dos cuidadores, porque isso é essencial para apoiar também a efetividade do SUS, do Sistema Único de Saúde. Isso porque a gente sabe que muitos gastos e muitos custos do SUS são sobrecarregados no sentido da falta de assistência de cuidados. Quantas pessoas ficam internadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO – ... por meses no hospital pela ausência de um serviço de acolhimento institucional, pela ausência de uma pessoa no domicílio que dê apoio ao cuidador e à cuidadora que precisa trabalhar, que precisa sair? Então, acho que esse era um recado central que eu queria trazer hoje.

Vou passar bem rápido só para vocês verem as outras ações que a gente tem desenvolvido no âmbito do Ministério da Saúde...

Ele não está conseguindo passar, me ajudem aqui, por favor.

Pronto.

Há uma articulação intersetorial para a Política Nacional de Cuidados e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o Ministério da Saúde trabalhando em conjunto com outros ministérios.

Há a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, prezando pela funcionalidade. Então, a gente não olha só a doença, a gente olha a pessoa idosa como um todo, com a necessidade de promover sua autonomia e independência.

Isso também implica acesso a ações de equipes multiprofissionais; equipes de saúde da família; o acompanhamento dos agentes comunitários de saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO – ... na promoção da saúde, nutricionistas, profissionais de educação física, terapeutas ocupacionais, que estão disponíveis no SUS, próximos das pessoas.

Há a Academia da Saúde; uma expansão importante das equipes no âmbito do Ministério da Saúde nessa gestão; e a incorporação da avaliação multidimensional no Prontuário Eletrônico do cidadão, que é uma ação também muito relevante que a gente implementou este ano no âmbito da atenção primária.

Outra ação importante é a gente qualificar o acesso à atenção especializada. Há o Programa Melhor em Casa, para atenção, para acesso.

Os medicamentos de alto custo... Todos os medicamentos de tratamento da doença de Alzheimer estão disponíveis no SUS, os principais, aqueles validados no particular – como dizem no popular. É exatamente o mesmo tratamento ofertado no SUS. Então, a gente tem todas as principais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO – ... medicações. E isso é importante ser valorizado e ampliado.

E agora há a incorporação também de fraldas, no ano de 2023 ou 2024 – já não me recordo bem.

Fomento e qualificação de indicadores, especialmente associados a financiamento...

São muitas ações, gente! Nossa, em dez minutos é um desafio.

Há estudos e pesquisa: Elsi-Brasil; Sisap-Idoso, de indicadores, que é uma ação importante também do Ministério da Saúde em que a gente vem trabalhando.

Há a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, tanto física quanto digital, para empoderar o cidadão, qualificar o acesso aos seus direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há o mapeamento e estudo também sobre outras experiências exitosas. Trago um destaque ao Programa Maior Cuidado, em Belo Horizonte, e ao Acompanhante de Idosos, que trazem essa interface entre saúde e assistência social, essencial no cuidado da pessoa com demência.

Há produções técnicas, como o Relatório Nacional sobre a Demência. Este material aqui do meio, olhem, também é um destaque, Identificação da Demência na Atenção Primária...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO – ... para apoiar os profissionais de saúde na identificação oportuna, para não deixar o diagnóstico ser muito tardio. Então, é para a gente apoiar a qualificação dos profissionais da atenção primária no diagnóstico, enfrentando aquele desafio que foi dito anteriormente do subdiagnóstico, por as pessoas não conhecerem bem a demência, não saberem identificar e diagnosticar. Esse lançamento foi em 2024, é material que vale a pena pesquisar, entrar. Profissionais de saúde e população, busquem acompanhamento e atendimento.

Há o PCDT e várias campanhas, vídeos, materiais... Esse QR *code* aqui que eu coloquei é do último webinário que a gente fez, na semana passada, dia 19. A gente apresentou um vídeo de uma campanha que também em breve estará disponível para todos vocês no âmbito do Ministério da Saúde, um vídeo muito emocionante, como foi também a manhã.

Muito agradecida.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto, Coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

Vocês vão ver que eu faço algum comentário, e alguém vai dizer: "Tudo ele bota que ele estava junto". Acontece que eu tenho 40 anos quase aqui dentro, não tem como tratar de idoso e eu não estar junto! Então, às vezes, eu comento... Tenho orgulho de ver o Estatuto do Idoso aonde chegou, mas vou fazer justiça... O Estatuto do Idoso estava meio parado, eu o tinha apresentado, daí, eu recebo um telefonema do Palácio. Daí, disseram: "Eu acho que o homem lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer falar com o senhor". Eu digo: "Sim, mas quem?". "O Presidente, o senhor atende?" Isso era a secretária do Palácio. Eu digo: "Claro que atendo". Ele só fez a seguinte pergunta: "Como está o Estatuto do Idoso?". "Está indo bem, Presidente, mas precisaria de um movimento no Congresso para aprovar." "Então, toca aí que nós vamos aprovar." Daí, em um mês, o estatuto virou lei e eu fui convidado – aí, fui, porque eu quase não posso ir – para a sessão no Palácio.

Política de cuidadores. Estamos todos envolvidos – todos. Eu estava aqui sendo o Relator numa proposta, por justiça também de Flávio Arns e de Mara Gabrilli: política de cuidados. Daí, os ministros, enfim, os seus assessores muito competentes, como a senhora: "Paim, nós estamos com uma proposta aqui pronta para ser encaminhada e viemos trabalhando há tempos. Dá para você relatá-la e acertar com o Flávio Arns e com a Mara Gabrilli?". "Eu acho que dá, a gente dialoga muito bem." Falei com os dois, veio de lá, foi para a Câmara, veio para cá, aprovamos tranquilamente por unanimidade. E agora estou trabalhando como Relator dessa proposta deles para ver o que dá para aprimorar, porque foi esse o acordo. Então, uma salva de palmas a todos que atuam nessa área. (*Palmas.*)

E vocês são os agentes. A gente só é ferramenta aqui, só é ferramenta.

Com a palavra o Dr. Eduardo Zimmer, Pesquisador, Especialista em Biomarcadores Plasmáticos, Professor Adjunto do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal Rio Grande do Sul. É por vídeo.

Por favor, Dr. Eduardo Zimmer.

O SR. EDUARDO ZIMMER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Senador Paim e todos os colegas.

É muito difícil a gente não se emocionar com a fala do Senador Paim, porque todo mundo que trabalha com Alzheimer se emociona ao ouvir o senhor falando, e a gente sente realmente que esses projetos e propostas têm muita chance de darem certo, pois as coisas só dão certo quando a gente realmente acredita naquilo que a gente está fazendo. Eu consigo ver os colegas aqui e o Sr. Senador Paim: eu consigo ver que todo mundo aqui acredita na proposta e acredita nesses projetos que estão sendo propostos.

Eu sou pesquisador, vou falar um pouco de pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar falando sobre o art. 7º da Lei 14.878, que diz o seguinte:

> Art. 7º O SUS apoiará a pesquisa e o desenvolvimento de tratamentos e de medicamentos para a doença de Alzheimer e outras demências em colaboração com organismos internacionais e instituições de pesquisa, inclusive por meio do compartilhamento de dados e informações, do financiamento à pesquisa e do apoio a fundos internacionais de pesquisa e inovação direcionados ao diagnóstico e ao tratamento dessas enfermidades.

Eu quero dizer que, baseado nesse artigo, o Brasil está atualmente numa posição muito privilegiada para realmente ser pioneiro em pesquisa, em inovação e transformar o Brasil em um exemplo do Sul Global para os outros países do Sul Global seguirem o que a gente está propondo e o que a gente está fazendo aqui no Brasil. Primeiro, porque o Brasil atualmente conta com diversos líderes científicos em diversas áreas, não só na área de biomarcadores, Senador Paim, que nada mais nada menos são exames, como exames laboratoriais ou outros tipos de exames que são muito conhecidos pela população em geral, mas esses líderes científicos estão inseridos em quase todos os órgãos internacionais, não só de pesquisa, como de política pública também. Então, acredito que é um momento bastante importante para a população brasileira, pois a gente tem esses líderes científicos envolvidos e desenvolvendo pesquisa de ponta, participando dessas comissões e organizações internacionais.

Uma dessas áreas de que a gente tem participado é uma área em que o grupo participa aqui em Porto Alegre – outros diversos grupos também participam – e é uma área que envolve esses biomarcadores plasmáticos, que são nada mais nada menos do que exames de sangue, como a gente tem outros exames de sangue disponíveis para outras patologias. Isso possibilitaria – a gente tem trabalhado nos últimos 15 anos neste sentido – diagnósticos mais precisos e precoces e aceleraria o tratamento desses indivíduos.

Para se ter uma ideia da evolução disso tudo, a gente pode comentar que a gente tem exames de sangue para todos os órgãos. Se a gente quer saber se o fígado não vai bem, a gente tem um exame de sangue; se a gente quer saber se o rim não vai bem, a gente tem um exame de sangue. E a gente ainda não tem um exame de sangue para o cérebro. Tudo isso começa a mudar em 2020, com o desenvolvimento de equipamentos capazes de identificar, por exames de sangue,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o indivíduo tem a patologia de Alzheimer no cérebro. Esses estudos vêm sendo desenvolvidos desde 2020 nos países do Norte Global, e há cerca de dois anos a gente começa a desenvolver um estudo, financiado pela Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul e pelo Ministério da Saúde, que vai pela primeira vez testar esses marcadores, esses exames de sangue na população brasileira. Esse estudo vem sendo desenvolvido em dez cidades aqui no Estado do Rio Grande do Sul, com 3 mil indivíduos, e a gente espera, depois desse estudo, disponibilizar, em cerca de 18, 24 meses, os resultados para o Ministério da Saúde.

O que a gente pode ganhar com isso? A gente pode ser o primeiro país do Sul Global a ter validado exames de sangue para a população brasileira. Como eu comentei anteriormente, isso pode ter um impacto muito importante se a gente levar em consideração que existem 40 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. Então, a gente precisa desenvolver alguma estratégia para fazer um diagnóstico mais célere e mais preciso da doença de Alzheimer, e isso possibilitaria a gente, com o SUS, utilizar diversas estratégias de prevenção secundária.

Como comentado pelos colegas, a gente conhece atualmente diversos fatores de risco que são modificáveis – quase 60% dos casos. Se a gente conseguir associar isso a um exame de sangue de baixíssimo custo, que possa ser incluído no Sistema Único de Saúde, a gente transformaria o Brasil no primeiro país do mundo a ter um tipo de estratégia dessas no âmbito de saúde pública.

Isso é o que queria trazer para vocês hoje. Acho que, realmente, o Brasil está numa posição de servir de exemplo para o mundo neste momento, muito pela Lei nº 14.878 e pelas possibilidades que ela vai abrir não só para pesquisa, mas também para política pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos, Dr. Eduardo Zimmer. Vou fazer o que eu faço de praxe todo dia, todos os dias nas Comissões... E, repetindo aqui, Dr. Eduardo Zimmer é Pesquisador, Especialista em Biomarcadores Plasmáticos, Professor Adjunto do Departamento de Farmacologia. Mas a Dra. Celene, em vez de eu fazer um comentário da fala dele, que foi também brilhante – vocês perceberam –, fez um comentário para mim sobre a fala dele, e aí eu disse: "Faça o seguinte, fale ali no microfone o comentário que a senhora fez para mim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu gostaria de destacar que o Prof. Eduardo Zimmer... O Dr. Eduardo Zimmer é um dos expoentes no cenário das demências no mundo. Ele foi homenageado, no ano passado, no congresso mundial da doença de Alzheimer, na Filadélfia.

E essa é uma outra grande janela de oportunidades, Senador. Os pesquisadores brasileiros são, como o Dr. Zimmer disse, destaques mundiais. Estamos com a ciência brasileira fervilhante, muitos deles inseridos em órgãos internacionais, na World Dementia Council, na Alzheimer's Association... Então, o Brasil tem um papel de protagonismo na pesquisa científica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como ele disse, exemplo para o mundo.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – Exemplo para o mundo. Então, a gente tem que aproveitar. Acho que a maior riqueza do Brasil é o povo brasileiro. E os cientistas brasileiros nos orgulham muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. E merecem nossas palmas. (*Palmas.*)

Deixem-me dizer só uma frasezinha. Estávamos num debate, aqui no Senado, um debate acalorado, sobre aquela PEC da bandidagem que veio da Câmara, que o Senado enterrou. Eu disse na minha fala que eu não queria nem velório, eu queria que se enterrasse direto. Não tem velório para esse tipo de corpo podre, não é? Não tem nem velório! (*Palmas.*)

Deixem-me contar, porque eu fiz agora... Tinha um Deputado do meu lado, assistindo; ele não podia falar, mas disse uma frase linda para mim, no meu ouvido: "A geração presente e as do futuro haverão de lembrar deste dia que nós salvamos a democracia, salvamos a liberdade, salvamos a soberania, enfim...". E ele comentou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Salvamos o Brasil! E ele comentou também comigo a fala firme do Presidente Lula. E daí eu estava com o direito à palavra, tinha só cinco minutos, mas, no mínimo, por um minuto e meio, eu falei do que ele me falou e registrei: "Olhem, quem disse isso para mim aqui foi o Deputado do Espírito Santo". Ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Estadual. Eu me senti muito, muito bem com o conteúdo que ele me passou naquele momento, baseado na realidade do que tinha acontecido naquele grande movimento nacional. Foram mais de 2 milhões de pessoas às ruas, no Brasil e no mundo, pelo mesmo objetivo, para derrubar aquela PEC. Eu dei a ele o mérito.

Eu cheguei ao meu gabinete – não vou dizer quem foi, viu? –, e uma das minhas apoiadoras, uma das minhas principais, digamos, funcionárias, que me orienta em muitos casos: "Mas por que o senhor tinha que falar, inclusive, do Deputado? O senhor tinha cinco minutinhos. Podia até falar aquele conteúdo, mas só falasse e pronto". Eu digo: "Eu não consigo uma lei qualquer que eu faça sem citar o Relator quem foi e de onde veio". É saber abraçar o próximo, acolhendo-o, e ele vai nos acolher também sempre.

Então, quem faz o bem sem olhar a quem pode ter certeza de que será contemplado pela lei da vida. Fiz lá e fiz aqui agora. Ela me deu todos os dados. Então, diga aí. O mérito é seu, não é meu. (*Palmas.*)

Vamos em frente. Vamos em frente, porque eu estou atrás do tempo.

Registro a presença de Walquíria Cristina Dias, Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas da ABRAz Nacional; Carolina Cavanha e José Miguel do Nascimento, Diretores da Farmacêutica Eli Lilly; Juliana Martins Pinto, Professora da Universidade de Brasília; e Igor Dorneles Alvim, Ministério da Saúde. Todos presentes.

Eu tenho que votar, viu? Por isso, eu falo para vocês que é tudo junto aqui. Pego o celular, preparo aqui e só aperto o botão. Isso é a assessoria me lembrando de que tenho que votar lá na CPMI. Ele só vai preparar, mas quem vai votar será eu, porque tem que tirar foto, dar código e tudo aqui.

Então, eu passo a palavra, neste momento, a ela, que chegou agora; ela sempre chega em tempo e fala muito bem.

Convido, então, para usar a palavra, a nossa querida...

Permita-me que eu vote só aqui antes, porque senão dá confusão.

Enviar voto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k. Deu o.k. aqui. Pior quando não dá certo e tem que ficar mais meia hora aqui grudado no celular.

Convido, então, para usar a palavra, a nossa querida Deputada Federal Erika Kokay, Segunda Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados.

Deputada, dez minutos. O tempo é seu.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Para expor.) – A gente, sem dúvida nenhuma, espera que o senhor possa votar, porque a gente tem muita segurança em todos os seus votos, que são sempre de acordo com a construção de um país mais democrático, mais livre e com mais direitos.

Penso que esta discussão que fazemos, lembrando o dia 21, Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer e outras demências, tem que nos levar a uma série de reflexões.

Primeiro, nós temos aqui que comemorar que temos uma Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. Aliás, penso sempre que é preciso também que nós possamos nos debruçar mais sobre as outras demências também para além do próprio Alzheimer, porque em grande medida há uma invisibilização, diria eu, que precisa ser rompida para que nós possamos trabalhar com o Alzheimer e com dezenas de outras demências que precisam ter a nossa atenção, e a política integral é uma política que abarca todo esse espectro. E penso que a política está posta.

Nós temos que aplaudir essa iniciativa, de autoria do Senador Paim, que foi sancionada pelo Presidente Lula, mas cabe neste momento a nós que possamos colocá-la em prática e que possamos, a partir daí, fazer a construção de instrumentos – instrumentos, eu diria, interministeriais – para que nós possamos, efetivamente, fazer uma aplicação ou a implementação da própria política.

A política fala dos mais variados aspectos: fala da necessidade de você ter os diagnósticos oportunos... É óbvio que, quando nós estamos falando de Alzheimer e outras demências, estamos dialogando também com a Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porque é absolutamente fundamental. E a riqueza deste país, que aqui já foi posta, faz com que este país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha uma altivez imensa, porque ele nasce de experiências que são de muita coragem, de caráter muito libertário e de construção de uma inteligência neste próprio país para poder se debruçar sobre todos os fenômenos e os dilemas que nós enfrentamos.

Portanto, penso eu que nós deveríamos construir um diálogo com o Governo, com o Ministério da Saúde, provavelmente, para que pudéssemos construir esse grupo interministerial, para que nós pudéssemos implementar a legislação, a política nacional; política nacional a ser implementada sempre com a participação da própria sociedade civil, sempre com a participação das organizações que se constroem para defender direitos e que se constroem para que nós possamos ter o impulso da conscientização de Alzheimer e de outras demências no nosso cotidiano. Então, creio que é fundamental que esta audiência possa caminhar também nessa perspectiva de levarmos a necessidade de implementação da política nacional.

Drummond tem uma frase que diz: "As leis [só] não bastam. Os lírios não nascem da lei". E nós queremos que das leis possam brotar os lírios necessários para a construção de uma sociedade mais harmoniosa, na qual todas as pessoas possam se sentir incluídas. (*Palmas.*)

Nós estamos falando – e a lei fala isso, a política nacional – do diálogo com outras políticas nacionais. Nós precisamos fazer o diálogo da Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas que Vivem com Alzheimer e Outras Demências, porém, temos que fazer o diálogo com a Política Nacional de Cuidados, porque nós precisamos olhar para os cuidadores e cuidadoras. Em grande medida, nós temos cuidadores e cuidadoras, mas que são cuidadores e cuidadoras familiares, que precisam ter suporte para que possam exercer esta função. Eu penso que há uma invisibilização muito grande do cuidado que é efetivado a partir dos familiares. Há uma invisibilização, mas é preciso que haja o recorte, a visibilidade e as condições necessárias para que essa função possa ser exercida.

E, para além disso, dialogar com a Política Nacional de Cuidados significa também dizer que nós precisamos ter as condições de que tenhamos pelo SUS cuidadores e cuidadoras, para que nós possamos atender as pessoas que convivem com o Alzheimer ou com outras demências.

Então penso que o que está posto aqui, se nós analisarmos a lei, a lei tem uma completude muito grande. Ela fala inclusive de hábitos que precisam ser modificados, hábitos que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessários para que você tenha uma vida saudável, mas ela fala do diálogo com outras políticas nacionais.

E aqui eu reafirmo e faço, mais uma vez, a ênfase na Política Nacional de Cuidados. Não dá mais para que nós possamos ter uma política nacional que não envolva os cuidados, ou que não envolva o cuidar de quem cuida, mas que não envolva a necessidade de termos cuidadores e cuidadoras para que possamos ter as condições necessárias para a qualidade de vida.

Então penso que seria fundamental que nós pudéssemos aqui solicitar a construção desse grupo de trabalho interministerial, para que nós tivéssemos a implementação. (*Palmas.*)

E a implementação pressupõe as metas que estão postas, mas também pressupõe que nós possamos ter os prazos definidos, os ritmos definidos, os responsáveis estabelecidos e fundamentalmente que tenhamos lastro orçamentário.

Veja, a política pública se efetiva na medida em que ela se desenha no próprio orçamento. Ela precisa estar no orçamento para que ela se transforme em realidade, para que ela tenha concretude. Então é fundamental que nós possamos assegurar que essa implementação da política nacional tenha o lastro orçamentário necessário. E aí, nós estamos falando de vários aspectos. E nós estamos falando de várias políticas também, porque aqui nós queremos falar da política de educação. Nós também queremos falar da política de geração de emprego e renda, que é onde se envolvem os próprios cuidadores e cuidadoras.

Até hoje, você não tem uma regulamentação da profissão de cuidador e cuidadora. E é preciso que nós avancemos nessa perspectiva, para que nós possamos ter essa regulamentação e, a partir daí, nós possamos ter as condições para que tenhamos o cuidado efetivo, assegurado para as pessoas com Alzheimer e outras demências.

E por fim, penso que cabe muito, muito, muito, muito que nós possamos ampliar esse dia da conscientização sobre o Alzheimer e outras demências. Nós achamos que seria necessário que nós construíssemos uma semana de conscientização, assegurada em lei – assegurada em lei –, com diretrizes programáticas. O que é que nós queremos nessa semana? Nós queremos a conscientização sobre os direitos que já estão assegurados, porque a política nacional assegura direitos – assegura direitos –, mas para que os direitos se concretizem, ela precisa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementada. Portanto, esse dia, essa semana de conscientização, envolvendo o dia 21 de setembro, me parece que é absolutamente importante para levarmos para as escolas, para os espaços públicos, para levarmos para todas as instituições que cuidam de idosos, para levarmos para a sociedade. Tem que entrar dentro das escolas – tem que entrar dentro das escolas. Mas também tem que se ter associação com as expressões culturais, que precisam também romper uma lógica etarista e que precisam incluir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) – ... todas as pessoas.

Por fim então, eu diria que é preciso que nós possamos ir ao Ministério da Saúde, para que seja instituído esse grupo de trabalho para a implementação da política nacional, e a política nacional pressupõe que tenhamos também orçamento.

Por isso, o grupo interministerial: porque ele vai envolver o Orçamento, vai envolver o Ministério do Desenvolvimento, o da Ciência e Tecnologia, e vai desenvolver uma série de políticas, porque as políticas públicas, por si sós, não bastam, não é? Algumas são extremamente generosas, como as da educação e da saúde, que abarcam um conjunto de outras políticas públicas, mas, da mesma forma que os nossos direitos são enganchados uns nos outros – eles não podem ser divididos, hierarquizados e são inter-relacionados –, também as políticas públicas que asseguram os direitos têm que ser inter-relacionadas, têm que ser enganchadas umas nas outras para que nós possamos concretizar essa amplitude de olhares em uma política, em um plano de implementação com responsáveis, como também com ritmos e prazos estabelecidos.

Então, eu diria: criemos a regulamentação da profissão de cuidadores e cuidadoras. Dialoguemos com a Política Nacional de Cuidados para que nós possamos tirar da invisibilização e fortalecer a vida – fortalecer a vida – dos cuidadores e cuidadoras familiares, dando-lhes instrumentos para tanto; para que nós possamos incorporar ao SUS a condição de termos cuidadores e cuidadoras; enfim, para que nós possamos ter uma semana, a partir do dia 21, de conscientização do Alzheimer e outras demências; e para que possamos ter um grupo de trabalho para elaborarmos a implementação da política nacional. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Parabéns à nossa querida Deputada Federal Erika Kokay, que deixa na mesa alguns encaminhamentos que a Comissão vai dar com certeza absoluta. Ela é a 2ª Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados.

Eu quero, neste momento, passar a palavra para o mentor dessa lei do Alzheimer – claro, com outros colegas dele, a sociedade, e, enfim, o Governo também cumpriu com a sua parte –, o meu querido amigo Dr. Leandro Minozzo, médico geriatra, Professor universitário e idealizador – eu diria o construtor, com todas as equipes que trabalharam com ele e que naturalmente vai registrar – da Lei 14.878, de 2024.

Por videoconferência, Dr. Leandro.

O SR. LEANDRO MINOZZO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia.

O SR. LEANDRO MINOZZO (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os presentes.

Estão me enxergando? Está tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tudo certo.

O SR. LEANDRO MINOZZO (*Por videoconferência*.) – Deixe-me só organizar um pouco melhor aqui.

Bom dia a todos; bom dia a todos que acompanham também a audiência por meios digitais.

É uma alegria imensa poder retornar ao Senado, ainda mais depois de toda a construção que nós fizemos, Senador, desde 2019, para que essa lei pudesse ser sancionada pelo Presidente Lula no ano passado; e sancionada na íntegra. Todos os artigos que nós, também com a sociedade civil e entidades – o grupo Graz, de São Paulo, a Febraz e a ABRAz –, conseguimos alinhar; todos os artigos foram aceitos pelo Presidente da República e pelo Ministro da Saúde. Na época, a gente tinha a Ministra Nísia, mas o Ministro Padilha participou também do momento da sanção, o que foi muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, em primeiro lugar, o senhor comentou que, quando um político deixa de ter emoção, é hora de ele voltar para casa.

Eu preciso destacar isto: que emoção não lhe falta. Então, de repente, não seja a hora de o senhor pensar em, efetivamente, retornar para casa ou pendurar as chuteiras, ou seja, tem um clamor muito forte, não só meu, mas de muitos que militam pela causa dos idosos, aposentados, das pessoas com deficiência e daqueles que acreditam na política bem feita, com temperança, como podemos ver no tratamento que o senhor deu para PEC da... Eu ia falar o termo que se espalhou no Brasil, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Da bandidagem. Eu digo: da bandidagem.

O SR. LEANDRO MINOZZO (*Por videoconferência.*) – É isso aí, eu ia comentar, mas fiquei meio em dúvida.

Então, essa temperança que o senhor tem é algo muito importante. Emoção não lhe falta, então fica essa sugestão de que o senhor reconsidere sempre os rumos porque o senhor é muito importante.

Para as pessoas que vivem com Alzheimer, se hoje a gente tem um meio para unir as forças, se a gente tem uma esperança renovada, como a Profa. Elaine comentou, vêm graças à lei que foi sancionada.

Queria aproveitar esses poucos minutos para destacar alguns pontos. Concordo plenamente com todos os encaminhamentos feitos pela Profa. Elaine Mateus de que desta audiência possa sair uma provocação – acredito que não só para o Ministério da Saúde, mas para a Presidência da República, quem sabe a Casa Civil ou Secretaria-Geral de Governo –, a proposta de uma articulação de um grupo de trabalho, de um comitê para lidar com a regulamentação dessa lei, porque é uma lei que escapa do Ministério da Saúde. E esse é o segundo ponto.

Gostaria muito que os encaminhamentos da Profa. Elaine fossem levados em consideração. Também o convite que a Dra. Celene fez para a participação no seminário. Caso o senhor não possa estar presente, pelo menos participar por videochamada seria excelente para esse evento da ABRAz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando a falar da necessidade de um grupo de trabalho ou de algumas reuniões, pelo menos intersetoriais, para a regulamentação da nossa lei, Senador, ela mexe não só com saúde, mas mexe com assistência social. E aí fica o meu apelo. Eu fico bem confortável que a gente vá chegar a um plano nacional de demência que, em breve, nas apresentações da Dra. Ligia, ela vai falar: "Olha, a gente tem um plano, o plano vai caminhar por aqui, por ali". A gente construiu, através da Conade, um esboço para levar ao Ministro Padilha. Ele vai nos receber, já deu esse indicativo. Em breve, a gente vai ter esse encontro. Eu fico bem confortável de que a gente vá conseguir avançar nesse ponto.

Mas tem um detalhe importante, eu queria aproveitar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dr. Leandro, permita-me. Já que você nos lembrou do nosso querido Ministro Padilha, ele havia... Eu dificilmente vou ao ministério. Não é porque eu não goste de ministério, é porque eu tenho tanto trabalho para fazer aqui dentro que eu não consigo ir lá. É só isso. Mas se confirmarem essa informação, eu me comprometo de também falar com ele. E vou junto lá pela importância da sua proposta. Vou lá falar com o nosso querido Ministro Padilha.

Só um apartezinho na sua fala.

O SR. LEANDRO MINOZZO (*Por videoconferência*.) – Não, e a gente fica extremamente lisonjeado porque, realmente, o apoio que o senhor tem nos dado é fora de série.

E, por essa presença na reunião, a gente vai agradecer muito.

Tem um detalhe da lei, e eu quero aproveitar esses poucos minutos para destacá-lo, que é justamente o art. 9º.

Essa Lei Nacional de Cuidado Integral em Alzheimer inicialmente se chamava Lei de Enfrentamento e, graças a essa capacidade que a gente teve de construção, de escuta, a gente pegou a sugestão da Profa. Elaine Mateus de mudar para "cuidado integral", ou seja, falando também em prevenção, no olhar para as famílias, no olhar do cuidado também longitudinal, em diagnóstico, pós-diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 9º dessa lei muda uma lei das mais importantes que nós temos na nossa sociedade, que é a Lei Orgânica da Assistência Social. Então, ela é uma lei que modifica a Loas e essa modificação, Senador, foge do alcance do Ministério da Saúde. Ela tem muito a ver com a pasta do Carlos, que abriu aqui os nossos trabalhos hoje enquanto palestrante, tem muito a ver com assistência social e direitos humanos.

Esse é um artigo que eu, vamos dizer assim, gostaria de vê-lo saindo do papel, porque ele diz respeito àquelas pessoas, Silvana, que residem em ILPIs. São pessoas carentes – um termo, também, que a gente pode ver como adaptar melhor –, pessoas que estão em vulnerabilidade extrema. E a grande maioria dessas pessoas, Senador, tem demência, e, muitas vezes, demência não diagnosticada.

O art. 9º da nossa lei fala que a assistência social, além de cuidar de crianças em vulnerabilidade, pessoas em situação de rua, precisa criar em cada um dos municípios...

Vocês estão... Está tudo certo? (*Pausa.*)

Em cada um dos municípios...

Eu acho que tive uma falha de som aqui, de vídeo. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A fala está perfeita.

O SR. LEANDRO MINOZZO (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Então, a nossa lei, no art. 9º, Senador, modifica a Loas e faz um chamado para que o poder público olhe de uma maneira sistêmica para esses idosos em vulnerabilidade que hoje estão em ILPIs. Pelas estimativas, são mais de 100 mil brasileiros com quadro demencial, muitos não diagnosticados, que dependem do poder público e ficam, muitas vezes, sem um cuidado articulado.

Com a modificação que nós fizemos da Loas, essas pessoas terão uma outra forma de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seria muito importante, pedindo um encaminhamento também da nossa audiência, que o Ministério dos Direitos Humanos pudesse, de alguma forma, responder a esse artigo, porque isso foge do escopo da saúde.

Carlos, fica aí também esse pedido, para a gente ver como vamos conseguir fazer essa mudança na Loas sair do papel, porque são pessoas que são muito vulneráveis – muito vulneráveis. E é complicado para municípios entenderem a complexidade de idosos frágeis e de idosos com demência que ficam nas ILPIs.

Então, esse é meu apelo, pedido de encaminhamento.

Também queria destacar que o momento é muito favorável, Senador, porque nós temos no Brasil grandes pesquisadores, Dr. Zimmer, Dr. Nitrini, Dra. Sonia, Dra. Claudia Suemoto, uma série de pesquisadores, que também nos dão esperança. Temos a lei, que nos dá esperança, e temos esses pesquisadores.

Sobre orçamento, para finalizar, a gente não vai conseguir ter orçamento se a gente não tiver aquilo para que nós queremos o recurso financeiro. Então, há a necessidade desse encontro com o Ministro da Saúde, da criação de um comitê para tratar especificamente da regulação intersetorial da lei. Ela é mais urgente ainda, porque, sem algo definido, a gente não vai ter o orçamento. Com certeza, a gente...

No Rio Grande do Sul, Senador – cabe destacar –, tem boas iniciativas, positivas. Uma delas é o programa Saúde 60+, e o Governo do estado disponibilizou um orçamento para a lei estadual de Alzheimer, para a criação de até 15 centros de atendimento de pessoas idosas frágeis e também com demência. Então, ali a gente já conseguiu orçamento, porque a gente evoluiu, a gente avançou para ter um plano.

Também, eu prometi para o pessoal de Dois Irmãos, Senador... Ontem, eu tive um dia de militância também: saí do consultório para fazer algumas visitas técnicas e reuniões com políticos. Ontem, eu estive em Dois Irmãos. E fica uma sugestão para a Ligia, do Ministério da Saúde, o que é uma das propostas nossas, que está ali no nosso plano, que a gente vai apresentar para o Ministro Padilha. Hoje, a gente tem um problema sério no Brasil, que é justamente a falta de tempo para atendimento de pessoas com demência na atenção primária. Se a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir disponibilizar, Senador, um tempo mais justo, digno e adequado tanto para os profissionais quanto para as pessoas, não adianta a gente ter exames sofisticados, remédios muito sofisticados... A gente precisa garantir que essas pessoas com queixas cognitivas ou já com quadros diagnosticados de problemas de memória tenham um tempo mínimo para atendimento. Lá em Dois Irmãos, ontem, estive com o Prefeito Jerri e com o Secretário, o Sr. Tavares, e a gente vai começar um projeto-piloto naquela cidade, onde eles vão adotar um projeto chamado 60 Minutos para o Cérebro, ou seja, cada pessoa que tiver suspeita ou diagnóstico vai ter 30 minutos de consulta, pelo menos, com um enfermeiro e 30 minutos de consulta com um médico. Através dessa maior disponibilidade de tempo, a gente vai conseguir virar esse jogo, Senador, que é o da falta de diagnóstico no Brasil. Então, essa é uma iniciativa importante, que também vem do Rio Grande do Sul. Vale a pena a gente destacar esses exemplos positivos. E isso fica também como uma sugestão para o Ministério da Saúde.

Senador, para finalizar, agradeço em nome de todo mundo que passa pelas dificuldades do Alzheimer. Desejo para o senhor muita saúde, muita luz nos pensamentos para que consiga tomar as decisões corretas. De novo, quero agradecer todo o empenho do senhor e do seu gabinete, de toda a equipe, na causa do Alzheimer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado digo eu, Dr. Leandro Minozzo, Médico Geriatra, Professor Universitário, o grande pensador e consultor original, porque ele me apresentou um anteprojeto, que, depois, claro, foi discutido com todas as equipes que trabalharam com ele.

Agradeço também ao meu gabinete por todo o trabalho que fizeram. Agradeço à Consultoria do Senado e, naturalmente, ao Governo do Presidente Lula por todo o apoio que deu para se tornar realidade a Lei 14.878, de 2024.

Todos os encaminhamentos propostos pelo Dr. Leandro serão feitos. Vamos construindo juntos.

Eu, infelizmente, tenho que terminar, pessoal. O debate foi excelente. E eu combinei com a mesa aqui, de forma simbólica... É porque eu tenho que estar, pessoal, na 6ª Semana Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Técnicos Industriais. São em torno de 800 técnicos que estão, neste momento – por uma semana estarão lá –, no Centro de Convenções ParlaMundi, na LBF, 916 sul. Eu estou falando, porque eles estão me ouvindo, eles estavam assistindo – Ricardo Nerbas, Presidente, eu vou chegar aí até às 11h30, eu prometo, não deixe encerrar, porque eu sei que terminou o painelista, aí tem que encerrar; mas você fala, segura, e eu chego. Bom, mas combinei aqui, para fechar, que eu ia passar a palavra, por dois ou três minutos, para cada um dos membros presentes.

De imediato, com a palavra o Sr. Carlos Eduardo da Silva. Podem ver que eu não li nem o currículo já.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (Para expor.) – Afinando esta audiência, eu gostaria de agradecer novamente o espaço de fala pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, lá com o nosso Secretário Alexandre da Silva.

E queria fazer um convite, Senador, um convite não só ao Senador, mas a todas as pessoas aqui presentes. No próximo dia 1º de outubro, temos o nosso Dia Nacional e Internacional dos Direitos da Pessoa Idosa. A gente vai estar, e a ABRAz e o MS também, debatendo alguns temas da atualidade relacionados à população idosa, aqui no MGI – eu não sei para que lado a gente está agora –, no bloco K, no Auditório Celso Furtado. Então, estão todos convidados.

A Deputada Erika Kokay trouxe um ponto muito importante: as ações para a pessoa idosa precisam ser interministeriais. Eu vou um pouco além: elas precisam ser intersetoriais, porque, quando a gente abre para o intersetor, a gente tem a voz das ruas chegando, a gente tem a voz dos mais de 35 milhões de pessoas idosas neste país, seus cuidadores, pessoas que cuidam dessas pessoas.

A gente vai ter a nossa Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em dezembro, no dia 18. Então, a gente já está passando pelas etapas estaduais – e, por isso, o Secretário Alexandre não pôde estar aqui hoje. E uma das demandas que a gente tem visto, vindo de todos os estados, praticamente, é a demanda por cuidado. Então, convido todos também a participarem conosco da conferência nacional – o senhor inclusive, Senador, que tem um trabalho extremamente importante com a pessoa idosa – para que a gente construa um futuro mais digno para a pessoa idosa. Já é uma realidade: somos um país envelhecido e o seremos mais ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nessa conferência nacional, o Presidente Lula deve estar lá, porque ele sempre tem apoiado esses momentos.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – Com certeza, a gente espera que sim. Inclusive, a gente fez algumas alterações de data até para pactuar com a agenda dele. Então, convidamos todos. Será um momento para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS – ... ouvir o que vem do povo e construir políticas públicas mais qualificadas.

E é isso.

Um bom dia a todos e uma ótima semana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado. Muito obrigado, Carlos Eduardo da Silva Santos, que representou aqui a Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa, da Presidência da República.

Com a palavra, de imediato, a Dra. Celene Queiroz Pinheiro de Oliveira, Presidente da ABRAz Nacional.

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada.

Primeiramente, eu quero agradecer novamente ao Senador Paim pela oportunidade, pela sensibilidade de trazer este tema no mês de setembro, o Mês Mundial da doença de Alzheimer.

Eu quero destacar a questão que o Carlos muito bem falou: é mais do que uma questão interministerial, é uma questão intersetorial. A gente vê um desejo das organizações da sociedade civil, do âmbito científico, do setor farmacêutico e de tantos outros setores da sociedade, desejando a construção desse Plano Nacional de Demências, a implantação dessa lei que foi, então, idealizada, que Leandro tão ativamente levou à frente e de que o senhor foi o autor. Então, uma beleza dessa não pode não ser implementada.

A minha fala é justamente para isto: é conclamar toda a sociedade – essa é uma causa de todos – para que a gente construa um país... Um país melhor para uma pessoa com demência é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um país melhor para todas as pessoas, é um país que dialoga com as famílias, que dialoga com as pessoas vulneráveis, é uma sociedade melhor.

Gostei muito da fala da Deputada Erika Kokay a respeito da campanha nacional de conscientização sobre doença de Alzheimer e outras demências. Eu acho isso fundamental. Nós estamos aqui em meio à campanha do Setembro Lilás, para conscientização sobre fatores de risco, sobre diminuição de estigma...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CELENE QUEIROZ PINHEIRO DE OLIVEIRA – E é muito importante que a gente tenha, então, um movimento integrado e que o poder público possa participar disso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Celene Queiroz, Presidente da ABRAz Nacional.

De imediato, de imediato, convido a Dra. Ligia Iasmine Pereira dos Santos, Coordenadora de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde.

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO (Para expor.) – É um prazer estar aqui hoje com todos vocês, ver tantas pessoas engajadas, dedicadas nesta pauta, que atravessa, com muita profundidade, a saúde de todas as pessoas idosas do país.

Nós na Coordenação da Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, na Secretaria de Atenção Primária, trabalhamos com a perspectiva de curso de vida. Então, eu queria dar uma ênfase à fala também do Dr. Leandro, que traz a ênfase ao cuidado integral. A pessoa com demência não tem só demência, muito raramente ela tem só demência. Às vezes, ela tem também diabetes, osteoporose, uma rede de cuidados fragilizada. Então, a gente precisa olhar essa pessoa como um todo, e isso parte da necessidade de fortalecer efetivamente a atenção primária em saúde no Sistema Único de Saúde. Então, é um ponto específico que todos nós precisamos batalhar, segurar e garantir que o SUS permaneça bem financiado, que o SUS seja fortalecido todos os dias, porque nós ainda não estamos... A ficha ainda não caiu para todo mundo: tem um *tsunami* vindo nesse sentido, porque nós envelhecemos cada vez mais, e as famílias estão cada vez menores. Então, nós ainda não estamos no momento mais crítico, mas chegaremos a ele muito em breve. E é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preciso que as ações sejam implementadas muito efetivamente, com a qualificação da atenção primária no Sistema Único de Saúde, a organização da rede de atenção, olhando a pessoa como um todo, com o cuidado integral, porque, senão, a gente não consegue ser tão efetivo como necessário.

Muito agradecida pela oportunidade.

Coloco a coordenação à disposição para colaborar com novas ações, com próximas normativas e protocolos e tudo o que estiver...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIGIA IASMINE PEREIRA DOS SANTOS GUALBERTO – ... ao nosso alcance.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Dra. Ligia.

Quero que vocês entendam... E eu ainda quero tirar uma foto com vocês todos, que resistiram heroicamente até este minuto.

Então, eu vou encerrar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. Estamos juntos!

Cumprimento a todos: os convidados, quem nos assistiu. Pelo número de perguntas que vieram aqui, pode-se saber que foi uma audiência muito prestigiada pelo povo brasileiro.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião, que tratou da lei do Alzheimer.

Dr. Leandro, na sua pessoa, eu cumprimento a todos.

Estão encerrados os trabalhos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e onze minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Magno Malta, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Beto Faro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da sexagésima a sexagésima segunda reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1529, de 2021 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1722, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: pela rejeição do Projeto nº 1529/2021 e favorável ao Projeto nº 1722/2022, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto nº 1529/2021 e favorável ao Projeto nº 1722/2022, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2315, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre o direito à educação da pessoa com transtorno mental." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4795, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para aprimorar o direito à moradia, ao transporte e ao conhecimento sobre direitos." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2354, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, a Lei nº 10.617, 15 de maio de 2003, para vedar e punir condutas homofóbicas e transfóbicas." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1551, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para explicitar a obrigação do SUS de oferecer ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: pela prejudicialidade do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5852, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever serviço de policiamento especializado no enfrentamento à violência contra as mulheres, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Parcialmente favorável ao PL 5852/2023 (substitutivo da Câmara dos Deputados) nos seguintes termos: aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da ementa e do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado no Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 7 - Sugestão n° 8, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre "Piso salarial e carga horária de 30 horas para nutricionistas"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2720, de 2021 - Não Terminativo - que: "Acrescenta art. 52-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para dispor sobre a fiscalização anual das entidades governamentais e não governamentais de atendimento às pessoas idosas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 899, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

17 de abril de 1975." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 10 - Projeto de Lei n° 883, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4410, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a inclusão de conhecimentos relacionados ao enfrentamento da violência de gênero no conteúdo programático do edital do concurso público." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4159, de 2023 - Terminativo - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2468, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 27 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para estabelecer que responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade a dois terços, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique a infração penal, e revoga o art. 244-B da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto e à emenda nº 1-T, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4102, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 108, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador V e VI do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 109, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a avaliação da política pública objeto do REQ 28/2025 - CDH, aprovado em 26 de março de 2025, que "requer nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025"." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 17 - Relatório Legislativo - SF259328014614 que: "Relatório da diligência externa da CDH realizada no município de Viamão/RS." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Não apreciado. O relatório será publicado no portal da CDH e a leitura será feita na próxima semana. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 110, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4102/2024." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 60ª a 62ª Reuniões da CDH.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Por solicitação dos Senadores presentes, que estão no plenário, nós vamos fazer a inversão de pauta e nós vamos começar pelo item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 4102, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH.

Autoria: Deputada Federal Iza Arruda, grande Deputada, parceira.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para a leitura do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Senadora Damares, Senador Alessandro, toda imprensa e movimentos que estão acompanhando de perto este dia histórico, sem dúvida nenhuma, eu sempre digo que nós não poderíamos deixar de registrar o quanto esta Comissão tem tido pautas estratégicas sob a Presidência da Senadora Damares – muito justas. E eu digo que não chegam tardiamente, mas na hora que têm que chegar. Então, quis Deus que fosse neste momento, com a senhora presidindo e todos aqui, nesta legislatura, fazendo o que tem que ser feito. Parece simples o projeto, mas, no conjunto dele, principalmente quando você vai rodando o mundo, vai vendo, em outros países, que muitos brasileiros adoram falar mal do seu próprio país, mas, quando vão ver lá fora, nós estamos bem avançados, estamos bem evoluídos nas relações sociais, e isso se dá, claro, por esse cuidado e essa vontade de fazer, de realizar. Então, quero já cumprimentar e agradecer aqui toda a nossa Comissão.

Agradeço ao Senador Alessandro, que aceitou fazer a inversão de pauta, por conta da nossa agenda de relatoria lá na outra Comissão.

Para economizar também, como é um projeto em que há, praticamente, consenso, eu vou aqui para análise, para ser bem mais sucinto e mais rápido.

Compete à CDH opinar sobre matérias que dizem respeito à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como à proteção das pessoas com deficiência, conforme dispõem os incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

A proposição observa os limites da competência legislativa da União, em conformidade com o art. 24, inciso XIV, da Constituição Federal, que prevê competência concorrente em matéria de proteção e integração social das pessoas com deficiência. Não há vícios formais ou materiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de constitucionalidade. O instrumento legislativo escolhido, lei ordinária, é adequado, uma vez que o tema não está sujeito à reserva de lei complementar.

Registre-se, adicionalmente, que o projeto se mostra coerente com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao nosso ordenamento jurídico com *status* de emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

No mérito, o projeto merece ser aprovado. A proposta reforça o direito fundamental à acessibilidade, que constitui pilar essencial da inclusão social das pessoas com deficiência, e confere maior efetividade aos comandos constitucionais que impõem ao Estado o dever de assegurar igualdade de oportunidades e de remover barreiras de comunicação e informação.

O texto prevê a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa em espaços públicos e abertos ao público, recurso que se vale de métodos alternativos ou complementares de comunicação, como figuras, imagens, desenhos, *softwares*, gestos e expressões faciais, favorecendo a interação entre a pessoa com dificuldades de comunicação e o ambiente social.

Só abrindo aspas aqui, é muito comum você chegar a museus, teatros, locais públicos muito frequentados em outros continentes, por exemplo, na Europa, e ter essas figurinhas, pranchas com todos os tipos de comunicação mais facilitados para as pessoas que detêm esse tipo de dificuldade. Então, agora mesmo, eu disse que nós estamos avançados em muitas pautas, e para outras em que não estamos, nós temos essa humildade de ir buscar o que acontece lá fora de bom para repetir, sem ter que inventar a roda, fazer o que já acontece lá fora do Brasil, por isso a sensibilidade da Deputada Iza Arruda, que tem no seu mandato essa luta também nessa agenda importante – ela que é a autora lá na Câmara dos Deputados e está aqui do meu lado. Eu quero cumprimentá-la e parabenizá-la por essa brilhante iniciativa.

Os sistemas de comunicação aumentativa e alternativa são tradicionalmente divididos em duas categorias: de baixa tecnologia, caracterizados pela simplicidade, baixo custo e facilidade de produção, e de alta tecnologia, que empregam recursos sofisticados baseados em computadores ou dispositivos eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto concentra-se nos sistemas de baixa tecnologia, notadamente as pranchas de pictogramas, cuja eficácia é amplamente reconhecida, desde que ajustados às especificidades de cada contexto comunicativo e às necessidades dos usuários. A adoção deste recurso não representa custos adicionais para a administração pública, uma vez que sua elaboração e reprodução são processos simples e baratos, passíveis de realização com materiais comuns de escritório, impressoras convencionais e *softwares* gráficos que já são amplamente disponíveis nos órgãos governamentais.

Assim, a medida conjuga eficiência, economicidade e impacto social positivo, ampliando o acesso à comunicação e garantindo maior autonomia e inclusão às pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, contribui para a promoção da educação inclusiva, ao assegurar que estudantes com necessidades complexas de comunicação disponham de instrumentos adequados ao seu aprendizado, e para a democratização do acesso à cultura e ao lazer, ao prever que espaços culturais incorporem técnicas de comunicação alternativa. No campo da saúde, reforça-se a importância da capacitação permanente das equipes para lidar com a diversidade comunicacional, em consonância com as melhores práticas de atendimento humanizado.

Então, o nosso voto, Presidente e Srs. Senadores aqui desta importante Comissão, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.102, de 2024, de autoria da Deputada Iza Arruda.

Esse é o relatório, Presidente, e o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Belo voto, belo relatório.

Em discussão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, apenas para parabenizar o Relator e a autora pela iniciativa inteligente, efetiva e que vai gerar impacto positivo na vida das pessoas, que é, no final das contas, o que a gente veio fazer aqui em Brasília, todos nós, gerar impacto positivo na vida das pessoas, em particular num público tão sensível, então, parabéns a todos. Vamos votar, seguramente, pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero também participar da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, cumprimento a Iza. Senador Weverton, essa Deputada, chegou para fazer a diferença. O que tem de lei que essa mulher está aprovando, entregando para o Brasil... Mas é papel da articulação dela. Ela apresenta o projeto, ela articula com o Relator, ela conversa com as Casas. E, para ela, não tem direita, não tem de esquerda, ela fala com todo mundo. E são matérias incríveis. E aí, toda vez que ela vem a esta Comissão, a gente fica muito feliz. Que Deus a abençoe, Iza, por mais essa entrega, que tenho certeza de que vai ser aprovada por unanimidade aqui. Eu tenho certeza de que vai aparecer um requerimento de urgência para isto ir para o Plenário já hoje, e a gente vai votar a urgência também. Parabéns!

Iza, você mexeu com uma situação bem sensível. Eu sou pastora evangélica, e deixe-me explicar-lhe uma coisa: quando você traz os espaços abertos ao público, você alcançou essa comunidade. O que tem acontecido? A minha parceira ali de luta sabe. As igrejas estão, Senador, expulsando as crianças com autismo. Por quê? As igrejas não se adequaram. O som está cada vez mais alto! As paredes – especialmente no meu segmento evangélico, eu posso falar do meu – ficaram pretas, com luzes cada vez mais fortes, porque as igrejas, para transmitir, estão querendo imagens bonitas. As pessoas com autismo estão ficando incomodadas. Aí, quando você chega a um espaço de uma igreja que comporta 5 mil pessoas, não há nenhuma comunicação visual dizendo onde sentar, onde não sentar, aonde ir... Então, você veja agora que aquilo que não foi feito por amor terá que ser feito pelo rigor da lei. Então, eu a parabenizo. Eu acho que o mundo tem que se adequar a eles; não é o contrário, eles ao mundo, somos nós. Eles estão aí cada vez em quantidade maior. Logo, logo, eles serão Senadores sentados aqui – essa geração vai ser eleita –, serão Deputados, serão governantes... Não é, mãe? Então, nós só temos que preparar o caminho para eles. E o seu projeto prepara o caminho para eles. Parabéns por sua sensibilidade e ao Relator.

E foi em tempo recorde esse voto, a gente sabe disso! Senador, eu não esperaria nada diferente do senhor, da sua sensibilidade. Não é a primeira causa para as pessoas com deficiência em que nós dois estamos juntos. Então, eu fico muito contente com sua sensibilidade.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Eu lhe falei uma vez, Presidente – acho que a senhora lembra –, que a minha irmã mais velha é surda-muda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Sim. E um dos motivos de meus pais saírem de Imperatriz para virem morar, na época, na década de 80, aqui em Brasília foi justamente por procurarem locais com mais inclusão, para tentarem ir atrás de respostas e de ajuda naquele momento ali. Então, chegamos, na minha infância ainda, a morar aqui, em Brasília. De lá para cá, obviamente, você vai se deparando, no dia a dia, dentro de casa, no entorno, dentro do gabinete... E, aqui, vocês conhecem muito bem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – A Samara está em todo canto, todo lugar. Ela tem essa luta permanente junto com os seus filhos autistas que... E o marido também bem mais... Como é que se chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nível de suporte 1.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Nível de suporte 1. Ele é um bombeiro militar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os filhos são 2 e 3. Que luta, não é, Samara?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – É, mas o marido é exemplo dentro de casa, bombeiro militar, trabalha muito... Ela também é militante da causa, e foi, inclusive, o que me incentivou na luta pelo ecocardiograma fetal ainda como Deputado Federal, de que eu fui o autor e de que tive a honra de aqui ser o Relator – eu fui autor na Câmara e fui o Relator aqui no Senado. E, hoje, está valendo a luta por essa lei sancionada pelo Presidente Lula que dá o direito às mulheres... A senhora me ajudou muito nesse projeto aqui em Brasília, eu agradeci demais aqui no Congresso, porque hoje as mulheres pobres podem fazer no mínimo três exames de ecocardiograma fetal através do SUS, o que antes não podia, só se fosse gravidez de risco. Isso era um absurdo! Isso foi tema de homenagem na ONU que nós recebemos, dois anos atrás, porque estão usando esse projeto do Brasil para usar como referência no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Modelo!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Então, isso é fantástico! É isso aqui que o Senador Alessandro falou que vale a pena no final. Quando a gente olha toda esta briga: eu contra ele, certo contra errado, direita contra esquerda, na hora em que você vai ver o tanto de coisa que a gente tem para fazer concretamente para mudar a vida das pessoas na ponta, tudo isso fica muito pequeno e o que importa é, de verdade, levar as coisas que funcionam na prática a virar projeto, a virar leis, para que funcionem na prática e ajudem a vida das pessoas.

Então, mais uma vez, à Deputada Iza Arruda, à Presidente Damares, a toda esta Comissão, que tem feito a diferença aqui nessa legislatura, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, em discussão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Por isso que eu vim correndo, por tudo isso que o Weverton está falando que eu vim correndo para querer votar presencialmente, porque tudo que é feito para a promoção de acesso dessas pessoas é salutar.

Eu só quero elogiar. Já foi... Nada que eu diga vai acrescentar.

É um prazer estar aqui votando projetos assim, Senadora Damares. É muito bom a gente saber que, na passagem nossa pelo Senado, nós podemos contribuir com um simples gesto de concordância, de votar e de concordar sempre com o Relator nessas causas.

É claro que o voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, como estamos na semana da luta com as pessoas com deficiência, vamos solicitar, de forma conjunta – acredito que os colegas topam pedir –, a tramitação de urgência para o Plenário, para que a gente possa pedir para o Presidente Davi Alcolumbre, ainda na sessão do dia de hoje, a inclusão extrapauta, com a senhora comandando esse projeto no Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão o requerimento de urgência.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Deputada; parabéns, Senador.

E quem sabe hoje? Vamos lutar junto ao Davi. Vamos fazer essa entrega hoje.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Eu estava na minha, e, me desculpem, é ainda sobre o assunto... Isso pode servir de exemplo para muitos candidatos – não políticos eleitos, mas candidatos – por todo o Brasil. Eu usava muito nas minhas campanhas. Eu lembro, Senador Plínio: em 2010, 2012, 2014, de dois em dois anos, um dos itens com que eu mais gastava nas campanhas era foguete, até que a Samara veio para cima, junto com o movimento autista. Aí um Deputado Estadual lá do Maranhão, Neto Evangelista, me deu a oportunidade de entrar numa cabine; ele colocou, numa praça pública, lá na Avenida Litorânea, uma cabine simuladora do som que a criança, a pessoa, o animal ouvem com o barulho de um foguete. Era assim ensurdecedor, você não tem ideia, chega saiu água do olho no dia em que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrei nessa cabine. E eu não tinha ideia do quanto aquilo agride, do quanto aquilo é nocivo, é tóxico, é ruim para as pessoas que têm essa dificuldade. Então, de lá para cá, eu zerei, acabei, determinei totalmente no partido ninguém usar mais foguete em campanha, porque eu não fazia ideia do quanto aquilo era agressivo. Então, é importante pedir uma cabine dessa aqui no Congresso, a gente colocar os Congressistas dentro, fazê-los entrar para sentir e ver, de verdade, o que é que essas pessoas passam.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Excelente ideia.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Vasco da Gama fez isto, lá em São Januário, há algum tempo: cabine só para essas pessoas. Inovou. E me parece que agora estão copiando em quase todos os estádios, cabine. O Vasco da Gama fez isso há um certo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada.

Parabéns, Deputada; parabéns, Senador.

Item 1 da pauta...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria passar às suas mãos... Primeiro, eu queria – a quem está nos ouvindo e vendo, à Comissão e ao pessoal de apoio à Senadora Damares que trabalha na Comissão – elogiar aqui o trabalho dela e a disposição. Eu não sei o que é mais forte nela, se é a disposição ou se é o compromisso com o trabalho. Fantástico o que ela fez na nossa participação em diligências – viu, Alessandro? – lá em Humaitá e em Manicoré. Graças à iniciativa dela, à disposição dela, a gente foi e concluiu tudo em tempo recorde.

Quero passar às suas mãos para que conste do relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer um tempinho para se despedir dela?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, pode continuar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Se o senhor quiser se despedir dela, fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deputada, depois o Senador quer abraçá-la aqui também. Aí já a libere. (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quero passar às suas mãos, Senadora Damares, o documento. Depois que a gente saiu de lá dos municípios, a cooperativa extrativista mineral e agrícola sustentável em regime de economia familiar no Madeira... Olha o que é aquilo lá, está bem? É um documento oficial. Eles estão relatando aqui que, com essas bombas, os peixes sumiram.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sumiram, os peixes todos se esconderam, e eles já começam a ter dificuldade para pescar.

E também o relatório sobre a operação de outra cooperativa vou passar aqui para a senhora e para a sua assessoria.

Mais uma vez, que fique registrado aí o trabalho fantástico, a iniciativa que esta Comissão teve com a sua Presidente. A Damares simplesmente... E onde a Damares vai tem gente para recebê-la, não é? Isso é legal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu tenho fã no Brasil todo.

Senador, nós vamos entregar o relatório na próxima semana, inclusive, a gente vai fazer uma apresentação dele com imagens. Nós vamos fazer uma apresentação aqui. Algumas instituições que estiveram conosco pediram um tempo para entregar documentos como esse. Então, a gente está aguardando, nesta semana, a chegada de mais documentos. Na semana que vem, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão vai colocar em votação o relatório da diligência e as providências que precisam ser tomadas, que são muitas, inclusive uma proposta de lei nesta Casa, o senhor sabe disso.

Obrigada.

Olha, o Senador trouxe para a equipe da Secretaria bombons de cupuaçu. Então, preparem bastante diligência para ele, para que ele traga bombom para a gente. (*Risos.*)

Obrigada, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como eu sou político, vão dizer que foi por isso. Não foi, não, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ao item 1 da pauta.

Eu agradeço ao Senador Alessandro por toda a paciência, por ter invertido...

Item 1 da pauta.

Deixe-me só ler aqui, Deputada.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 1529, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1722, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e a Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para reservar 20% (vinte por cento) das vagas dos concursos e dos efetivos das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares para mulheres; altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, 9.654, de 2 de junho de 1998, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para vedar a limitação de vagas para mulheres nos concursos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente; e veda a limitação de vagas para mulheres nos concursos das polícias civis ou das polícias penais.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: pela rejeição do Projeto nº 1529/2021 e favorável ao Projeto nº 1722/2022, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CSP.

Ele apresenta o relatório pela rejeição do Projeto 1.529, de 2021, favorável ao PL 1.722, de 2022, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Peço licença e vou diretamente à análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matéria referente aos direitos da mulher, o que faz regimental o exame de ambos os projetos por esta CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As duas proposições estão bem escoradas no artigo 22 da Carta Magna, que determina ser de competência legislativa exclusiva da União a organização das polícias e dos corpos de bombeiros militares, bem como das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal. Ademais, quando se dirigem às polícias civis, apoiam-se no art. 24 da mesma Carta, que dá à União competência para legislar sobre normas gerais a seu respeito, o que vem a ser o caso das proposições ora examinadas. Quanto aos aspectos formais, portanto, os textos têm boa qualidade constitucional. Observamos, contudo, problemas de juridicidade e de constitucionalidade material.

Inicialmente, veja-se que a constitucionalidade da ideia de criar "cotas" para o ingresso de mulheres nas corporações policiais foi objeto de veto presidencial recente, quando da sanção da Lei nº 14.751, aos 12 de dezembro de 2023. Tenha-se em mente que a sanção dessa lei se deu após mais de 20 anos de tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 4.363, de 2001, que lhe deu origem, e que se transformou no PL nº 3.045, de 2022, aprovado e sancionado com vetos pelo Presidente, ou seja, o assunto foi recentemente examinado por este Senado, e após mais de 20 anos de formação de consenso.

Em seguida, vejamos as proposições quanto à juridicidade, vez que diversas determinações nelas contidas se dirigem a dispositivos já revogados ou alterados recentemente.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.529, de 2021, dispõe sobre a "Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública" e, de modo adjacente, altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Ainda que a proposição possa ter implicações orçamentárias futuras ao determinar a extensão da licença-maternidade, não há inconstitucionalidade na instituição da política nacional que propõe. Ademais, a proposição faz com que os repasses de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública fiquem condicionados à existência de "Plano de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública", o que se mostra bastante adequado. Porém, no sentido já mencionado, o inciso I do art. 2º do PL 1.529, de 2021, institui a destinação de, no mínimo, 20% de vagas para mulheres em todo e qualquer concurso público na área de segurança pública como diretriz da política nacional que propõe.

Vejamos agora o PL nº 1.722, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seu art. 2º busca revogar o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998, para fazer com que não caiba mais ao Comandante-Geral da PMDF a fixação do "percentual ideal" de candidatas femininas a serem admitidas na corporação a cada concurso. Mas essa determinação, como todo o art. 4º da mencionada Lei nº 9.713, foi revogada recentemente pela Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que, por razões orçamentárias (principal objeto da lei) e por princípio, conforme se vê na mensagem de veto quando de sua sanção, não vê inconstitucionalidade na fixação de percentual mínimo de 20% para ingresso de mulheres na corporação. E o texto da Mensagem de Veto nº 678, de 2023, verbaliza o que disse: não há nenhum tipo de afronta à Constituição ao se estabelecer o mínimo de 20%.

Observe-se ainda que o PL nº 1.722, de 2021, enquanto se iguala ao PL nº 1.529 no que diz respeito às polícias e corpos de bombeiros militares, já tem, quanto às polícias civis e federais, a mesma posição normativa presente no veto transcrito acima.

Prossigamos. O art. 3º do PL nº 1.722, de 2022, altera a redação atual do art. 2º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da carreira policial federal, para nele inscrever a ideia normativa de vedar a "limitação de vagas para mulheres", o que está de acordo com o espírito da proposição.

Os arts. 4º e 5º do mesmo PL fazem movimento análogo ao descrito no parágrafo anterior, mas com relação à PRF e à Polícia Civil do DF, respectivamente. Seu art. 6º veda a limitação de vagas para mulheres "nos concursos públicos para ingresso nas polícias civis estaduais e distrital ou nas polícias penais federal, estaduais e distrital". Também se afirma aí o espírito da proposição.

O art. 7º do PL revoga a alínea "a" do §2º do art. 8º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que "reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados (...) e do Distrito Federal". Tal dispositivo, entretanto, fora revogado pela recente Lei nº 14.751, de 2023, que "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal (...)". Observe-se que a revogação do dispositivo pela referida Lei nº 14.751 teve o mesmo intuito de banir a ideia normativa de limite de vagas para ingresso de mulheres nas corporações policiais. O mesmo art. 7º também procura revogar a ideia de limite de vagas para o ingresso de mulheres na PMDF, mas isso também já havia sido feito recentemente pela já mencionada Lei nº 14.724, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese: há ideias normativas interessantes nas duas proposições, embora, também em ambas, remanesça a ideia de que os efetivos das diversas corporações policiais não possam ser compostos por mais de 20% de mulheres. Conforme vimos, a mensagem de veto presidencial, ainda não apreciada por este Congresso Nacional, vê como inconstitucional tal reserva, que cria uma espécie de teto para a participação das mulheres na corporação, em flagrante desacordo com o espírito de nossos dias.

Vimos também que o PL nº 1.529, de 2021, contém a interessante ideia de uma "Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública", assim como condiciona os repasses de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública à existência de "Plano de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública". Buscaremos reter as duas ideias na proposta de emenda substitutiva que apresentaremos.

Na mesma emenda, vamos incorporar também algumas ideias normativas valiosas trazidas pelo PL nº 1.722, de 2022, que são o próprio Plano Nacional e a inscrição, em lei, da vedação à reserva de vagas para mulheres nos concursos para as Polícias Civis estaduais e distrital e para as Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal. Em verdade, iremos além, ao propor a ocupação mínima obrigatória de 20% das vagas para ingresso nas corporações por mulheres. Com isso, cobriremos todo o campo das corporações policiais com o espírito não discriminatório e afirmativo que já se vê na Lei Orgânica Nacional das Polícias que aprovamos recentemente. Lei essa – a Lei Orgânica –, que se tornou apta a determinar polícias e corpos de bombeiros militares que recebam, em condições de igualdade, homens e mulheres.

A emenda substitutiva que apresentaremos procura fundir os aspectos meritórios de ambos os projetos, que ressaltamos até aqui, de modo que não se deve confundir o voto pela não aprovação do PL nº 1.529, de 2021, com a rejeição das suas ideias.

A gente faz um ajuste para que possa ser aproveitado.

Em razão desses argumentos trazidos, Sra. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, o voto é pela rejeição do PL 1.529, de 2021, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.722, de 2022, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui faço a leitura da emenda para garantir a compreensão perfeita do que estamos fazendo agora.

> Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública, extingue as limitações para ingresso de mulheres nas carreiras da segurança pública federais, estaduais, distrital e nos órgãos, carreiras ou empregos públicos nomeados nos incisos VII a XVII do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e assegura a reserva de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas disponíveis para ingresso de mulheres nas carreiras da segurança pública a que se refere.
>
> Art. 2º A Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública tem os seguintes princípios:
>
> I – igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nas carreiras da segurança pública;
>
> II – a adoção da ideia de que nenhuma atividade de segurança pública deva ser desempenhada exclusiva ou preferencialmente por homens;
>
> III – preparação, sempre que necessário, das mulheres para sua atuação em áreas tradicionalmente afeitas a homens;
>
> IV – respeito integral dos direitos humanos e rejeição de práticas, atitudes e crenças discriminatórias nas normas e nas práticas de segurança pública.
>
> Art. 3º A Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública seguirá as seguintes diretrizes:
>
> I – promoção de políticas complementares de suporte à maternidade e de suporte à família, incluindo a adoção de horários flexíveis, instalação de creches nas unidades ou parcerias com instituições capacitadas;
>
> II – promoção de equidade na ocupação dos cargos de comando;
>
> III – realização e divulgação de análises, pesquisas, estudos, e estatísticas sobre o perfil das servidoras mulheres, a ocupação de cargos e outros aspectos relevantes que possam ser reconhecidos pela população;
>
> IV – promoção de estratégia para enfrentamento do assédio e da violência contra as mulheres no âmbito do ambiente de trabalho;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V – inclusão obrigatória de conteúdos relacionados à igualdade entre homens e mulheres nos cursos de formação, com ênfase no ambiente organizacional;

VI – publicação de todos os documentos relativos aos processos de promoção e de acesso a cargos de comando em até sete dias úteis contados a partir da data de sua edição, respeitado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e demais normas de sigilo aplicáveis.

Parágrafo único. A equidade na ocupação de cargos de comando será promovida pelo estabelecimento de metas para que homens e mulheres ocupem cargos de comando em proporção equivalente a seus contingentes na corporação.

Art. 4º O inciso II do *caput* do art. 8º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea c:

"Art.8º.....

II – .....

c) Plano de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública;

....." (NR)

Art. 5º O art. 2º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Carreira Policial Federal é composta por cargos de nível superior, cujo ingresso ocorrerá sempre na terceira classe, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos, exigido o curso superior completo, em nível de graduação, vedada a limitação de vagas para mulheres e assegurada a reserva de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas para mulheres, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

....." (NR)

Art. 6º O art. 3º da Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação [aí se repetem os mesmos termos]:

"Art. 3º O ingresso nos cargos da carreira de que trata esta Lei dar-se-á mediante aprovação em concurso público, constituído de duas fases, ambas eliminatórias e classificatórias, sendo a primeira de exame psicotécnico e de provas e títulos e a segunda constituída de curso de formação, vedada a limitação de vagas para mulheres e assegurada a reserva de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das vagas para mulheres, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

....." (NR)

E seguimos tratando na mesma toada para as carreiras policiais referidas pela Lei 9.264, nos mesmos parâmetros, então, em todos os níveis e todas as possibilidades de carreiras da área policial de segurança pública.

> Art. 8º É vedada a limitação de vagas para mulheres nos concursos públicos para ingresso nas polícias civis estaduais e nas polícias penais federal, estaduais e distrital, bem como nos órgãos, carreiras ou empregos públicos nomeados no § 2º do art. 9º da Lei nº 13.675 [...], e é [...] [assegurado o limite mínimo de] reserva de [...] 20% (vinte por cento) [...] para mulheres.
> [Por último, Sra. Presidente e colegas:]
> Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a Política Nacional de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública a que se refere [...] [esta] Lei.
> Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em síntese, Sra. Presidente, o que nós fazemos, e faço isso com muita tranquilidade, segurança e, para não deixar de registrar, com muito orgulho, é que nós corrigimos o tratamento legislativo dado para as mulheres que têm a coragem e a disponibilidade para atuar na seara da segurança pública. As mulheres, na segurança pública, são historicamente discriminadas. Isso é um fato incontestável, uma realidade que se repete em matérias, em casos de que todos nós temos, em diversas oportunidades, conhecimento. E, por outro lado, a minha experiência como policial civil, como delegado de polícia há mais de duas décadas, aponta para a importância da presença das mulheres, porque essa diversidade engrandece e qualifica a atuação policial em todas as searas.

Usando como exemplo o meu estado, o Estado de Sergipe, nós temos mulheres com destaque em todas as carreiras e em todas as funções exercidas, inclusive as funções de ação tática, que exigem capacidade física específica. Esse filtro se dá na atuação propriamente dita, ninguém está exigindo que uma mulher seja colocada numa função que ela não tem condições de desempenhar. Pelo contrário, nós estamos valorizando a disponibilidade dessa mulher para enfrentar a criminalidade em qualquer posição para a qual ela se qualifique e em que possa fazer o desempenho efetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço a aprovação, voto pela aprovação, Sra. Presidente, parabenizando as autoras – aqui, a nossa Senadora Daniella Ribeiro, e lá, na Câmara dos Deputados, a Deputada Tereza Nelma –, que em muito boa hora apresentaram suas propostas, que desejo ver aprovadas por esta Casa, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. Obrigada.

Vamos colocar em discussão. (*Pausa.*)

Bem, eu quero participar da discussão.

Senador, é muito bom ter um voto feito por um Parlamentar que veio da área da segurança, e com esse seu reconhecimento de que nós somos necessárias e somos boas para sermos policiais e para estarmos na área de segurança. Seu voto está perfeito. Eu tinha lido antes, fiquei encantada com o seu voto. E nós temos até aqui na Comissão uma servidora, a Kamila, que veio da Polícia Rodoviária Federal. Imagine a alegria dela com essa matéria. E hoje, Senador, os crimes também estão se modernizando, por exemplo, os crimes cibernéticos, uma realidade que nós não tínhamos há 40 anos. Hoje as policiais podem trabalhar muito nessa área, contribuir muito. Então, essa discriminação que tinha com esse efetivo feminino... Hoje, elas são mais que necessárias para as forças.

Eu fico muito contente com o seu voto e com a forma como o senhor aproveitou a essência do projeto da Tereza Nelma, o senhor homenageia a Deputada Tereza Nelma – e a gente gosta muito dela, é lá de Alagoas, extremamente atuante. O senhor aproveita o projeto dela, junta com o da Daniella Ribeiro, apresenta um substitutivo aqui, aproveitando a essência dos dois, fazendo as correções necessárias.

E agora o projeto, que nós vamos colocar em votação, se aprovado, vai para a Comissão de Segurança – e acredito que eu vou brigar muito por essa relatoria lá, vou brigar com o senhor lá. A gente tem que fazer essa entrega ao país.

Gente, esta é a Comissão que discute mulheres, e a gente não se cansa de falar: nós somos boas em tudo que nós fazemos. A segurança pública só ganha com a nossa presença lá, e nós temos força física também. Vocês têm um pouquinho mais; biologicamente, vocês têm um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouquinho mais de força física, mas nós somos estrategistas, nós conseguimos ir para a rua, nós conseguimos pegar o bandido quando necessário, mas a gente traz uma delicadeza: a da humanização da polícia, da recepção da família, do cuidado com a vítima. Então, a gente só completa, a gente não atrapalha.

Parabéns.

Em votação.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Pela ordem.) – Antes da votação, eu gostaria de parabenizar o Senador pelo relatório, muito bem feito, muito bem explicado, e dizer que eu sou uma pessoa muito feliz. Vivo num estado em que existe a Polícia Militar, lá em Santa Catarina, e que tem muitas mulheres atuando também. E isso veio complementar a ação, o trabalho delas, porque elas saem formadas e fazem um trabalho, assim, direcionado. As mulheres não escolhem o que vão fazer, se vão pegar um carro e correr atrás de bandido. Elas são, as mulheres, no momento exato, corajosas, valentes e podem se comparar ao homem – não na força, como você disse, mas na ação –, são muito inteligentes e também têm o outro lado, do carinho, do acolhimento.

Então, eu só quero parabenizar o Senador Alessandro.

O meu voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, pela rejeição do Projeto 1.529, de 2021, favorável ao 1.722, de 2022, na forma da Emenda 1 do substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública.

Senador Alessandro, obrigada. Obrigada pela paciência hoje. Que Deus o abençoe!

Nós vamos agora para o item 10 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora já está no plenário.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 883, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: favorável ao projeto na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

O projeto é para priorizar a guarda unilateral. Gente, olhe que matéria incrível – que matéria incrível! Por que a gente não pensou nisso antes? São aquelas coisas... Por que nós não pensamos nisso antes? É para priorizar a guarda unilateral do recém-nascido à genitora enquanto perdurar o período de amamentação – a guarda unilateral. Não estamos aqui proibindo o direito de visita, mas é para a guarda unilateral.

A autoria é da Deputada Federal Lêda Borges.

Concedo a palavra à Senadora Jussara para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente desta Comissão, Senadora Damares Alves.

Quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras aqui presentes.

Peço para ir direto ao mérito, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição possui o nobre objetivo de favorecer o aleitamento materno, ao determinar que, se não houver acordo entre os pais, será preferencialmente atribuída à genitora a guarda unilateral do filho durante o período de amamentação.

Inicialmente, destacamos que o legislador já incluiu no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente na Constituição Federal, no Código Civil e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), normas que visam assegurar que, ainda que os pais não residam sob o mesmo teto, os filhos permaneçam sendo devidamente cuidados, o que abrange as necessidades relacionadas ao aleitamento materno.

Em razão do princípio da igualdade, que permeia toda a ordem constitucional vigente e é reafirmado especialmente no art. 226, §5º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as relações familiares, e em disposições do ECA, como no seu art. 22, que atribui a ambos os pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, além do art. 4º, que assegura à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, o legislador optou por priorizar a guarda compartilhada, em detrimento da guarda unilateral, ressalvados alguns casos.

Entendemos que o PL, ao determinar que, se não houver acordo entre os pais, será preferencialmente atribuída à genitora a guarda unilateral do filho recém-nascido durante o período de amamentação, adota pressuposto equivocado sobre o instituto da guarda compartilhada. Entendimento equivocado porque entende a guarda compartilhada como algo inflexível, que distanciaria a criança e a mãe por longos períodos, o que poderia prejudicar a amamentação. Esse entendimento equivocado confunde a guarda compartilhada com a guarda alternada. Na guarda alternada, o filho necessariamente passa um período com o pai e outro com a mãe. Portanto, não se deve confundir a guarda compartilhada, em que o convívio dos pais com os filhos não precisa ser da mesma quantidade de tempo, com a guarda alternada, em que há períodos delimitados de convívio do filho menor, que fica ora com a mãe, ora com o pai.

Assim, o fundamento do PL para se atribuir preferencialmente à genitora a guarda unilateral do filho durante o período de amamentação, caso não haja acordo entre os pais, não se sustenta, tendo em vista que tanto o Código Civil quanto a jurisprudência revelam que a guarda compartilhada é um instituto flexível, moldável ao atendimento dos interesses da criança e do adolescente e às circunstâncias reais de cada família individualmente considerada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfatizamos, ainda, que a legislação vigente já prevê hipóteses nas quais não cabe a guarda compartilhada: i) genitor inapto a exercer o poder familiar; ii) declaração do genitor ao magistrado de que não deseja a guarda da criança ou do adolescente; iii) existência de elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar, conforme prevê o art. 1.584, §2º, do Código Civil.

Apesar de todo o exposto, entendemos que há espaço para aprimorar a proposição para prever expressamente no Código Civil que as necessidades específicas da criança decorrentes do período de aleitamento materno serão observadas para a fixação do regime de convivência na guarda compartilhada. Nesse sentido, aproveitaremos o nobre objetivo do PL de favorecer o aleitamento materno no caso em que os pais não residam sob o mesmo teto, sem, contudo, pôr em xeque os avanços legislativo e jurisprudencial em prol da igualdade de gênero e da paternidade responsável.

Por fim, optamos por suprimir a referência a “recém-nascido”, imprecisamente utilizada pelo PL, visto que, formalmente, apenas se considera recém-nascida a criança desde seu nascimento até 28 dias de idade.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 883, de 2023, na forma do substitutivo, já disponível no sistema.

Esse é o meu voto, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esse é o voto.

Em discussão.

Vou participar da discussão. Senadora, quando a senhora traz essa adequação de tirar a expressão "recém-nascido", porque o bebê mama depois de 28 dias, então, é durante o período de amamentação. Então, a senhora coloca aqui a expressão criança, só não sei se é isso vai ser recebido em forma de emenda de redação ou não, mas a senhora fez a correção perfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os adultos não brigassem tanto, não precisaríamos de um projeto desse. Mas a gente sabe que, na hora do divórcio, se for uma separação tumultuada, às vezes um, para machucar o outro, usa o bebê. E a guarda unilateral, a gente entende que tem que ficar com a mãe durante o aleitamento. Isso não quer dizer que ele não tenha direito à visita, a ficar com o bebê, mas essa guarda compartilhada, três dias na casa de um, três dias na casa do outro, enquanto o bebê é amamentado, não se explica, não se justifica. Então, eu acho que o projeto vem para corrigir um vácuo, para preencher um vácuo na legislação.

Parabéns à Deputada autora, Deputada Lêda Borges, aqui de Goiás, minha amiga, parceira de luta. Parabéns, Senadora Jussara, pelo voto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

A matéria agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns, Senadora Jussara, por sua sensibilidade e pela entrega do relatório em tempo tão rápido.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 4410, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a inclusão de conhecimentos relacionados ao enfrentamento da violência de gênero no conteúdo programático do edital do concurso público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Jussara para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Peço permissão, Presidente, para ir direto ao mérito.

No mérito, exigir que o enfrentamento da violência de gênero faça parte dos conteúdos exigidos em provas de concursos públicos é medida necessária e vem em boa hora, sobretudo considerando que a força de trabalho na Administração Pública Federal é composta majoritariamente por homens, e que as situações de assédio moral, sexual, discriminação e outras formas de violência de gênero no ambiente de trabalho seguem sendo uma grande preocupação em todas as esferas do poder público.

Tratar esse tema é urgente. Para tanto, medidas, como a proposta pelo projeto, que abarcam o tema desde a porta de entrada das pessoas no serviço público através do conteúdo exigido nos concursos são essenciais para tornar os ambientes de trabalho dignos e seguros para todas as pessoas, conforme determina a Constituição Federal e as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. A questão, portanto, merece a aprovação desta Comissão.

No entanto, apesar de louvável, ao optar por alterar a Lei nº 8.112, de 1990, o projeto vai de encontro ao disposto na alínea "c", inciso II, do §1º, do art. 61, da Constituição Federal, que delimita como iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de leis que disponham sobre o provimento de cargos para servidores públicos da União e territórios.

Para superar essa situação, apresentamos proposta para que a previsão de inclusão de conhecimentos relacionados ao enfrentamento da violência de gênero em editais de concursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos altere a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, mais conhecida como Lei Geral dos Concursos Públicos.

Com essa alteração, a medida passa a ter o alcance de norma geral, o que não apenas sana o vício de constitucionalidade da proposição original, como amplia sua abrangência para os processos seletivos realizados por todos os entes federados, trazendo maior efetividade à ideia legislativa originária.

O voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 4.410, de 2024, na forma do substitutivo disponibilizado no sistema.

Esse é o meu voto, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

Nós estamos discutindo agora o Projeto de Lei nº 4.410, de 2024, enfrentamento da violência de gênero no conteúdo programático do edital do concurso público.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda 1.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns, Senadora. Parabéns.

Como nós falamos de uma matéria sobre violência contra a mulher, só para dar uma satisfação para quem nos acompanha, esta é uma Comissão que cuida dos direitos da mulher, e eu sou Presidente do Movimento de Mulheres do meu partido, o Partido Republicanos.

Esta semana, repercutiu muito a fala de uma Vereadora do interior do Amazonas, do meu partido. Imagine o susto quando eu assisti ao vídeo. Eu fui provocada e todas nós do partido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fomos entender a história. Ela já fez uma nota, gravou dois vídeos; o Presidente local – do estado – do partido, também. E hoje, inclusive, eu vou conversar com ela. É uma Vereadora de cinco mandatos. Ela trabalha com agricultura familiar, numa cidade pequena; uma mulher humilde, de mãos calejadas. E o sobrinho dela foi assassinado pela esposa, por uma mulher.

Numa discussão na Câmara – estava tendo uma discussão entre uma Vereadora e outra –, ela quis dizer que não aceita que se use a lei de proteção da mulher para mulheres que cometem crimes se esconderem atrás. E, na hora de ela falar, ela se embaraçou toda e disse que é a favor da violência contra a mulher. Ela fez um discurso muito ruim, e as redes sociais deram uma repercussão. Ela não está bem, está em pânico. Nós conversamos com ela, o movimento – eu não falei pessoalmente. Ela já pediu milhões de desculpas à cidade, às mulheres. Foi uma forma de falar.

O partido vai se reunir internamente para saber o que fazer– na comissão de disciplina e ética –, mas o fato de ela ter gravado dois vídeos chorando, pedindo desculpa, dizendo que não era aquilo, que estava sob forte emoção pelo que tinha acontecido com o sobrinho... Ela disse que a mulher não pode se esconder atrás da lei, mas que ela quer que a lei proteja a mulher – mas não pode.

Foi um discurso muito ruim. Todos estamos sujeitos a erro. Mas, quando o assunto é violência contra a mulher, nós temos que ter muito cuidado com a fala – muito cuidado –, porque uma fala pode despertar, lá na ponta, uma outra fala e uma reação. As pessoas fazem corte de um vídeo desse e acabam incentivando a violência, porque alguém falou "Sou a favor". E, por incrível que pareça, no recorte que fizeram do vídeo dela, tinha muita gente parabenizando-a. Isso é muito ruim.

Isso mostra que nós que somos representantes do povo temos que ter posições claras, firmes, mas com cuidado com o que nós falamos. Às vezes uma fala nossa provoca uma reação tão contrária ao que nós pensamos... Então, temos o direito de parlar – temos o direito de parlar –, mas temos que reconhecer que somos humanos, que erramos e que nós não somos infalíveis. E às vezes não é nem um erro intencional, é um erro que acontece.

Então, o partido já está se manifestando publicamente e vai, internamente, discutir que punição essa Vereadora merece e o tamanho dessa punição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu precisava justificar, porque eu estou sendo muito demandada, e a Comissão também está sendo demandada. Então, eu estou sendo duplamente demandada. Primeiro, por ser a Presidente do Movimento de Mulheres do meu partido; segundo, por ser a Presidente da Comissão. Mas nós já estamos apurando, já temos notas oficiais do partido estadual.

O Presidente do partido é o Deputado Silas Câmara, Senador. Você sabe que ele é muito cuidadoso com esse tema. A esposa dele é Deputada Federal. O Deputado Silas Câmara é Deputado Federal pelo Amazonas, e a esposa, Antônia Lúcia, é Deputada Federal pelo Acre. É um casal que se divide entre dois estados. E ela me ajuda muito no enfrentamento da violência contra a mulher – a Deputada.

Então, assim, nós estamos, internamente, primeiro discutindo o que fazer, e, na semana que vem, eu até trago para a Comissão o que o partido decidiu. Claro, se chegar oficialmente. Por enquanto, estamos sendo cobrado por telefone. Se chegar alguma cobrança internamente, oficialmente, para a Comissão, a Comissão também vai deliberar.

Senadora Jussara, parabéns pelo seu voto.

Aprovado o projeto, que segue para a próxima Comissão.

Nós temos agora o item 8.

O Senador Relator está presente, o Senador Magno Malta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2720, DE 2021

- Não terminativo -

Acrescenta art. 52-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para dispor sobre a fiscalização anual das entidades governamentais e não governamentais de atendimento às pessoas idosas.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CTFC.

- Em 24/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Autoria: Deputado Federal Francisco Jr.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – *A priori*, o projeto é meritório, né? Quando você trata da questão de cuidar de idosos, eu vou ler realmente por uma questão de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Protocolo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... protocolo, porque o meu voto é pela aprovação, mas a análise do projeto que foi feita aqui pela assessoria da Casa, assessoria da Comissão, me consultando a respeito do voto conjuntamente com a minha assessoria.... Então, eu vou ler.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão o exame de matéria referente à proteção à pessoa idosa, o que torna regimental o exame do projeto.

Em termos substantivos, não há como não reconhecer o mérito da proposição, atenta à dinâmica atual da população idosa e à disposição da sociedade brasileira de garantir todos os direitos às pessoas idosas que dela participam.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa de 60 anos ou mais é de 32.113.490 (15,6%), um aumento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

56% em relação a 2010, quando era de 20.590.597. Pode-se afirmar, inclusive, que nossa pirâmide etária está perdendo esse formato característico, pois agora há uma tendência à inversão dos contingentes de pessoas mais e menos jovens.

Com o inelutável – eu confesso que eu nunca ouvi essa palavra, não... Com o inelutável passar do tempo... Não sei se se refere a luto, mas eu não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Inevitável...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, está escrito errado aqui no meu. Voltando... Inevitável... Inelutável é a pessoa que esteve de luto e acabou de sair, não é?

Com o inevitável passar do tempo, a família e os amigos nem sempre conseguem dedicar a atenção que demanda a pessoa idosa. Nesse sentido, as instituições de longa permanência, valorosas, e de locais e de amparo, acabam sendo um refúgio onde a pessoa idosa pode exercer seus direitos de envelhecimento com autonomia, segurança e em ambiente de dignidade, de apoio e respeito aos seus direitos.

No caso, em 2022, o IBGE apurou pela primeira vez dados relativos às pessoas idosas que moram em instituições de longa permanência: são 161 mil pessoas, 0,1% da população brasileira, 0,5% da população idosa.

O Estatuto da Pessoa Idosa, de forma perspicaz, instituiu o mecanismo de proteção deste contingente populacional, entre os quais citamos a submissão das entidades de atendimento à fiscalização por parte dos conselhos de pessoa idosa do Ministério Público e da vigilância sanitária, entre outros.

O PL vem somar-se a esse esforço ao propor a isenção de vistorias presenciais com prioridade mínima anual. Entendendo que o escrutínio sugerido será mais uma garantia de observância dos direitos dos moradores idosos.

A gente ouve comentários, Presidente Damares, de algumas instituições em que a família confia e põe lá o seu familiar e depois recebe a notícia de que ele está recebendo maus-tratos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os recursos parcos dessa aposentadoria – normalmente esse é o mecanismo – ficam com a instituição que tem obrigação de cuidar, de zelar, de dar a ele, além dos seus remédios, lazer, atendimento. Muitas vezes, eu sou demandado por famílias que fazem essas internações, e o idoso, na verdade, não é tão bem cuidado. E aí, nesse caso, a exceção é que cumpre bem o seu papel.

Parece que não fazer com zelo aquilo que é proposto virou regra. A exceção é que realmente eles são bem cuidados. Por isso, esse projeto é meritório. Acho que quanto mais vigilância melhor. Imagine, a gente tem notícias e é escancarado, a gente abre a rede social e vê criança de tenra idade, que não fez um ano de idade, apanhando de funcionários dentro de creche e idosos também sendo espancados. Então, por isso, é meritório. Acho até que é uma coisa que veio a tempo, mas é uma coisa que a gente já deveria estar atento já há muito tempo, não é? E vamos aprovar aqui.

Com base nesse projeto, eu quero propor depois, Senadora Damares, que a gente melhore e aprofunde mais para criminalizar, porque a pessoa que recebe um idoso numa instituição e depois é pega espancando por uma câmera que é colocada dentro da instituição, em que se vê um idoso amarrado apanhando... Assim, eu sou demandado, estou cansado de ver esse tipo de vídeo. Essas pessoas têm que pagar penalmente. E, aqui nesta Comissão, eu vou protocolar um projeto para que a gente possa ainda mais endurecer nesse sentido, porque aí nego vai ficar esperto, porque não tem o menor sentido isso, não tem o menor sentido isso.

Por isso, o meu voto é pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Magno Malta.

Na forma como o senhor acolheu o projeto, sem nenhuma emenda, ele ainda vai para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor aqui do Senado, mas, se não receber nenhuma emenda, ele encerra aqui e já vira uma lei, e eu acho que oportuna e necessária.

Vamos registrar, Senador, que a gente reconhece... Eu e o Senador Magno Malta, além de Senadores, nós somos pastores. Nós reconhecemos o trabalho dessas instituições no Brasil inteiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto que, na semana passada, esta Comissão aprovou um projeto de lei sobre o lucro de alguns jogos da loteria, para ser destinada uma parte para essas instituições, porque algumas realmente estão com muita necessidade.

Inclusive, Senador Magno, o projeto passou aqui, foi para uma outra Comissão, a gente deve lutar, para, na outra Comissão, acrescentar o lucro das *bets* também. O Governo arrecadou bastante com as *bets*, a regulamentação das *bets*... Sou contra *bets*, sou contra jogo, mas, já que existem e estão aí, que uma parte também vá para essas instituições.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pessoal, ela não é contra Bete, viu? A que se chama Bete, aqui, ou Elizabeth... São as *bets* mesmo, de jogo. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, esta Comissão reconhece o trabalho, mas a gente sabe que, em todo segmento, tem os oportunistas e a gente sabe que algumas instituições são criadas e não têm condição nenhuma de cuidar da pessoa idosa.

Eu fui Ministra dessa pasta e eu me lembro de uma diligência que eu tive que fazer a um estado do Nordeste, em que os idosos estavam em jaulas. Não eram nem quartinhos; eram jaulas, literalmente jaulas, no fundo do quintal eram várias aulas, e nem banheiro tinha. Era um balde para os idosos usarem, e eles ficavam trancados nessa jaula. A alimentação era praticamente jogada no chão. Nós fomos e retiramos os idosos das jaulas, da instituição, houve uma interdição, mas e onde colocar? A cidade não tinha outra alternativa. Tivemos que pedir apoio às cidades do lado.

Então, as instituições existem, a gente respeita, mas essa fiscalização é necessária para saber o que está acontecendo com os idosos lá dentro, que ficam, muitas vezes, sem condição alguma de denunciar, porque alguns não têm família nem para visitar. Quando aquele idoso tem uma família que o visita, a família pode fazer o papel fiscalizador também, mas e aquele que não tem uma visita? E aquele que ninguém sabe o que está acontecendo com ele?

Então, esse projeto vem numa boa hora, e quem sabe a gente não é provocado, depois da aprovação desse projeto? É que eu já provoquei tantas diligências... Uma diligência da Comissão, por amostragem, a gente iria a alguns estados, visitar algumas instituições que cuidam de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idosas, para a gente ter aí um relatório próprio da Comissão, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é muito pequenininha, ela não tem recurso... Eu fui Ministra da pasta. Por mais que o Secretário – eu não sei se hoje é um secretário ou uma secretária – se empenhe, o recurso é pequeno.

O Disque 100 é o canal que recebe as denúncias. Se alguém está nos assistindo, sabe de alguma denúncia contra alguma instituição, ligue para o Disque 100, faça a denúncia, que pode ser anônima... O ministério aciona o Ministério Público, aciona os órgãos de polícia, mas, se quiserem mandar para esta Comissão também, a gente dá os encaminhamentos.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria segue à CTFC.

Parabéns, Senador Magno Malta, pelo voto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 899, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar dos estudantes incluídos em regime de exercícios domiciliares por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para leitura do seu relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente, é outro projeto meritório. Se me permite, eu vou ler o substitutivo, que trata também do mesmo mérito, e a gente avança.

> Projeto de Lei nº 899, de 2024
> Altera o art. 81-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o regime escolar especial para atender estudantes impedidos de frequentar aulas por motivo de saúde, gestação, puerpério ou lactação.
> Art. 1º O art. 81-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 81-A. As instituições educacionais e os sistemas de ensino garantirão, na educação básica e superior, regime escolar especial, inclusive na forma de exercícios domiciliares, para o atendimento a:
> I – .....
> II – estudantes gestantes a partir do oitavo mês de gestação, puérperas e mães lactantes ou adotantes, até que o bebê complete seis meses de idade.
> .....
> § 3º As datas de início e de fim do regime previsto no *caput* para as situações previstas no inciso II poderão ser antecipadas ou postergadas por motivos de saúde, mediante apresentação de relatório médico à direção da respectiva instituição educacional.
> § 4º Assegura-se aos estudantes atendidos no regime previsto no *caput* deste artigo a realização de exames finais ou outras verificações de aprendizagem e rendimento escolar por meio de instrumentos e atividades de avaliação com as adaptações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedagógicas pertinentes, preferencialmente realizadas de modo não presencial, exceto se comprovada a possibilidade de comparecimento presencial à instituição educacional. (NR)"

Bem, esse projeto do Senador Viana é meritório, mas o nosso substitutivo que acompanha o mérito é porque pessoas, mães gestantes que, muitas vezes, estão fazendo um curso, estão estudando e entram num período em que não podem fazer presencialmente... E, depois da era da internet, há muita coisa a se adaptar, onde as pessoas não podem ser prejudicadas, e você tem como fazer isso através da internet, através de comprovação de laudos médicos, em caso de doença e até em caso de condição religiosa.

Você tem uma prova aí... Lembro que aprovei aqui nesta Comissão às pessoas de confissão sabatista, ou seja, adventistas, judeus e todos aqueles que guardam o sábado e estão dentro de um concurso... É dia de prova, e eles guardam o sábado a partir das 18h, 17h da sexta-feira. Então, por exemplo, em vestibular, eles sofreram muito, muito, muito, por longos anos. Por quê? Por causa da sua confissão de fé, e é preciso a gente respeitar todas as confissões de fé, embora não seja assim que o mundo funciona hoje. Até no Brasil, se você falar que é cristão, você está pisando no limiar da perseguição, mas a gente que é cristão respeita todo mundo.

Eu lembro, Senadora Damares, que veio um projeto da Câmara para colocar a Bíblia nas bibliotecas públicas, e a relatoria aqui ficou com a Senadora Marina Silva, que se dizia assembleiana. E ela – eu já era Senador também – simplesmente fez um relatório para arquivar. E eu não entendi. Por que arquivar? Por que não ter a Bíblia na biblioteca? Ela poderia pegar e escrever no seu relatório: a Bíblia, vírgula, Alcorão, vírgula, também o Evangelho segundo Kardec. Tudo isso poderia estar na biblioteca, mas, de cara, já arquivou a Bíblia. É a prova mais contundente de que ou ela tentou se desligar do idealismo do politicamente correto... mas, pelo que vejo, não conseguiu não. Então, assim, isso me decepcionou muito.

E hoje a gente tem que facilitar, de fato, a vida das pessoas. A pessoa sofre uma cirurgia, e o médico está ali dizendo: "Ele está operado, não tem nenhuma condição, mas, se colocar o computador aqui, ele tem condição de fazer essa prova, tem condição de prestar esse trabalho que ele teria que prestar, mas está internado". Então todas essas condições com justificação. Então o mérito é muito grande, e meu voto é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Magno Malta.

O voto dele é pela aprovação, apresentando um substitutivo.

Em discussão a matéria.

Eu quero discutir.

Senador, quando o senhor traz ao projeto de lei a figura da mãe adotante, o senhor faz uma correção à matéria, necessária, bem oportuna e meritória: é à mãe lactante, mas o senhor traz à mãe adotante também, para aquela mãe que está estudando e que adota poder ter um regime diferenciado na avaliação dos seus rendimentos, dos rendimentos escolares.

O senhor melhora a questão dos alunos em tratamento de saúde, das mães lactantes, muitas, jovens – infelizmente nós temos a realidade, no Brasil, de gravidez...

Não toque nisso, Senador. (*Risos.*)

Não toque, que isso é perigoso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu achei que...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é perigoso, gente?

Não é perigoso, Secretário?

É perigoso. Não toque nisso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu achei que era um lanche. Eu apertei assim, para ver se não era aquela embalagenzinha de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não toque nisso. É presente dos assessores. Não toque nisso. É bombom para os assessores, Senador, não toque nisso. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas jovens que engravidam deixam a escola, abandonam os estudos por conta disto: de ter que estar, presencialmente, na hora da prova, na hora da avaliação. E o senhor traz aí a jovem lactante, traz aí a mãe adotante.

O senhor melhorou a proposta do Senador. Eu quero parabenizá-lo pelo voto, pela adequação. Agora vai para a Comissão de Educação, mas eu creio que, logo, logo, essas leis que corrigem a legislação não serão necessárias, porque eu acho que o Brasil vai ter que tomar uma decisão, Senador, pela aprovação do ensino domiciliar.

O ensino domiciliar... Dos países que estão na OCDE, 92% dos países desenvolvidos que estão na OCDE – e o Brasil é candidato à OCDE – já têm o ensino domiciliar. O mundo mudou. Hoje é possível a gente estudar em casa, é possível uma criança estudar em casa. "Ah, mas a gente vai excluir a criança?" Não.

Deixe-me contar um exemplo. Nós temos servidores públicos que passam em concurso público, Senador, que vão para cidades muito longe, que não têm a escola em que o filho estava estudando aqui. Aí, eu estou vendo o servidor público indo, mudando sozinho, deixando a família nos grandes centros. A gente separa a família, porque a gente não permite que essa criança acompanhe o pai e continue estudando em casa. Nós temos diplomatas, nós temos servidores do Ministério das Relações Exteriores... O salário de um funcionário é diferente daquele do diplomata. Eu me encontrei com funcionários do MRE fora do Brasil. Sessenta por cento do salário deles, às vezes, 65%, eram para pagar uma escola internacional no país onde eles estavam servindo. Eles vão em missão de dois anos, aí, levam a família. Vamos supor que um deles vá para um país que fala mandarim. Por que o filho dele vai ter que aprender mandarim numa escola tão complexa se pode ir para uma escola em inglês, por exemplo, ficar dois anos e voltar para o Brasil? Quando ele vai pagar essa escola, ela é muito cara, uma escola internacional, e ele não tem a possibilidade de ter o ensino domiciliar, porque o Brasil não aceita a modalidade do ensino domiciliar.

Então, a gente está encontrando hoje, neste mundo moderno, pais brasileiros se confrontando ainda com o fato de o Brasil não ter o ensino domiciliar, em que o aluno vai ficar matriculado numa escola referência, vai lá fazer a prova, nessa escola, mas pode estudar em casa.

Então, essa lei vem para atender a pessoa que está estudando em casa, que está doente, ou aquela mãe grávida, ou a mãe que adotou, ou a lactante, mas, se tivéssemos o ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

domiciliar, não precisaríamos estar corrigindo a lei maior, não precisaríamos estar corrigindo a legislação vigente para atender a mãe lactante.

Parabéns, Senador Magno; parabéns, Senador Carlos Viana.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Fazendo só um reparo, Senadora, quem é contra este tipo de ensino, o *homeschool*...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – *Homeschooling*.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... *homeschooling* e fala que não, que aí está excluindo, é para proteger a criança, são justamente as pessoas que não têm afeição à criança. São os abortistas – os abortistas.

E aí, quando entra uma matéria como essa: "Não, porque as crianças...", agora estão defendendo as crianças, por causa do Felca. Ele faz uma denúncia de um aplicativo, e aí o Brasil inteiro está se manifestando, como se nunca tivesse acontecido nada. Em 2006, 2007, 2008, houve a CPI da Pedofilia; a legislação que existe hoje foi toda feita por essa CPMI. Todas as operações para prender pedófilo no Brasil derivam de duas leis: a criminalização da posse e a lei da infiltração. Eu sou autor das duas.

Uma grande operação em dez municípios, incluindo outros países, em cooperação com a Interpol. Por que isso acontece? Porque foi a CPI da Pedofilia aqui nesta Casa, o Senado Federal. Pela Lei Joanna Maranhão, quem é abusado na infância, já é adulto, mãe ou pai, e foi abusado na infância... Se seu abusador está vivo, você pode denunciá-lo, porque a Lei Joanna Maranhão o protege para que você possa denunciar, na vida adulta, aquilo que não foi denunciado na sua infância, que esconderam. Então, veja...

Mas as pessoas, assim, não vão pesquisar, não vão buscar, parecendo que o Felca descobriu a roda. E não foi. Essas denúncias no submundo da internet, a CPI dos Maus-Tratos... Nessa ocasião da CPI dos Maus-Tratos, a nobre Presidente aqui já era minha assessora. E a legislação que existe... Aí fica parecendo que nunca aconteceu nada, nunca teve nada. Prendi pedófilos pelo Brasil inteiro. A questão, o nome, a chamada perseguição, crime de pedofilia, que é crime hediondo: tudo isso, quando acontece, em 2006...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os senhores terem uma ideia, quem está assistindo à CPMI... à CPI... Estou com CPMI na cabeça, porque a gente prendeu o vagabundo lá da Conafer, e isso ficou na minha cabeça – inocente esse bichinho, não sabe de nada, não viu nada. Mas às pessoas que não sabem, existe uma legislação em voga no Brasil, e se se prende pedófilo no Brasil, se a Polícia Federal, com os crimes cibernéticos... É de competência – o crime cibernético – da delegacia de crimes cibernéticos. Tudo deriva do que nós votamos aqui, do que nós trabalhamos aqui. Prendi pedófilos pelo Brasil inteiro.

Nós precisamos ter uma legislação mais dura, e eu sempre propus, Senadora Damares, para que em 2026 a gente aproveite o processo eleitoral e junto plebiscite o país, para instituir prisão perpétua para pedófilo. Essa gente, esses caras não têm jeito; essas desgraças não têm jeito. Eles só são soltos por bom comportamento, quando são presos. É claro, não tem criança lá, têm bom comportamento. E, depois, eles são privilegiados, têm uma ala importante em que ficam só eles, não os põem no meio de todo mundo. Tinha que colocar no meio de todo mundo.

Bom, mas eu queria fazer um registro aqui, agora, antes de encerrar, Senadora Damares, e lhe devolver a palavra: é que, lá na Itália – a notícia está em todo lugar –, a polícia acaba de prender o Tagliaferro. Quem deveria estar preso era Alexandre de Moraes. Tagliaferro simplesmente teve a coragem de denunciar os crimes. O crime, investigar pessoas como ele faz, o que ele fez e continua fazendo no Brasil, aprisionando pessoas, jogando pessoas em celas, em masmorras, e aqueles que não estão na masmorra estão psicologicamente doentes, porque estão de tornozeleira em casa...

Ele criou um departamento em que o Tagliaferro era o cara que dava legalidade ao crime: "Olha, nós vamos encenar um crime em tal lugar, dá seu jeito aí e cria, tenha criatividade", disse o juiz que agora está esperneando aí porque está incluído nos cancelamentos do Trump. "Olha, o homem está bravo, usa a sua criatividade". Quando o Tagliaferro percebe que não tinha ninguém de esquerda ali, era tudo gente de direita... Não, eles procuravam, e tem muita gente envolvida que era X9 de Alexandre de Moraes. Diziam: no perfil de fulano, tem uma foto dele com a bandeira na mão, no perfil de fulano tem uma foto dele cantando o Hino Nacional, no perfil de fulano, tem uma foto dele abraçado com Jair Bolsonaro. Essas pessoas todas iam para o limbo. Hoje as pessoas têm medo de postar alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cantor Davi Sacer, cantor conhecido no Brasil inteiro, não só pelo nosso universo gospel, Davi Sacer descobre que está sendo investigado porque no X ele faz um comentário, numa postagem de uma pessoa patriota. Qual foi o crime de Davi Sacer?

Então o Tagliaferro pega isso tudo, vai guardando, guardando, guardando, tem todas as provas documentais e periciais. Estive, ele esteve conosco na Comissão, pessoalmente estive na Itália agora e espero que, na Itália, a notícia que tem é que ele foi notificado para ir à polícia e não está preso, não está preso, mas a esquerda já correu para dizer que ele foi preso. Ele está sendo perseguido mesmo por Alexandre de Moraes, está na caça, sim, em cima dele, o quer de qualquer maneira, quer a extradição dele, como quer a extradição dos outros.

Mas eu lembrei às autoridades italianas, Senadora Damares – fiquei lá com o Flávio, a gente foi lá, tivemos aquela tristeza de ir ao presídio ver a Carla Zambelli, perseguida de Alexandre de Moraes também, que quer também que ela seja extraditada –, lembrei às autoridades dizendo o seguinte: "Vocês não podem se esquecer de Cesare Battisti", o terrorista que tinha como advogado Barroso, que até ontem era o Presidente da Corte, e disse que aquele terrorista era inocente. Agora eles todos estão à caça de pessoas inocentes que não são terroristas. E espero, eu disse às autoridades, reciprocidade da Itália com o Brasil, porque Lula deu a graça, o perdão para Cesare Battisti; a nossa Corte inocentou um terrorista chamado Cesare Battisti, porque Barroso disse que viu verdade nos olhos dele; um brilhante advogado. Semana passada agora, ele estava até chorando, chorou, disse que vai fazer um retiro espiritual. Espero realmente que no retiro espiritual ele fale com Deus e peça perdão pelos crimes que tem cometido contra pessoas inocentes no Brasil.

E eu falei: "Eu espero que tenha reciprocidade, porque quem devolveu o Cesare Battisti para vocês foi o Presidente Jair Bolsonaro". Essa moça é italiana, o Tagliaferro também é italiano, e ele simplesmente denunciou crimes contra o povo brasileiro.

Então, ele é imparável, esse Alexandre de Moraes. E, na verdade, quem precisa ser cassado, precisa ser preso, é ele, mas infelizmente este Senado se acovarda, se ajoelha, de forma amedrontada. Alguns não têm condição mesmo, não, porque estão comprometidos lá dentro; mas há, na minha cabeça, uma maioria que já deveria ter impitimado esse cidadão há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que bom que ele foi prestar esclarecimento na polícia e não está preso, o Tagliaferro. É essa a informação que a gente recebeu. Tomara que a gente já dê uma notícia...

Dia 8, agora, Senadora Damares, quarta-feira, é a audiência da Carla Zambelli. Nós estamos falando de direitos humanos na nossa Comissão. E que, nesse dia 8, realmente, Deus tenha misericórdia dela. E que as autoridades tenham esse entendimento, como uma cidadã italiana, a Deputada mais votada do Brasil, e que não cometeu nenhum crime para pagar da maneira insana que lhe foi imputada, para que ela esteja dentro de um presídio hoje na Itália.

Desculpe por ter me alongado, Sra. Presidente, mas eu realmente... Essa notícia chegou aqui, no meu telefone, e eu precisava fazer essa comunicação.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Gente, vocês sabem que eu fui assessora dele, né? Eu tinha um sonho de falar assim: "Para concluir, Senador." (*Risos.*)

Eu vou realizar esse meu sonho na próxima sessão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não vai, não vai, não. Eu estava ali na CCJ, e Otto falou comigo assim, oh, Otto falou comigo, na saída, porque ele me deixou fazer um argumento lá e tal, para, no final, me dizer assim: "Não, esse projeto foi tirado de pauta". Eu falei: "Rapaz, você deixou eu fazer...". E ele falou assim: "Eu não podia fazer nada, porque você é imparável."

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É exatamente isso, exatamente isso.

Senador, a gente está acompanhando a situação da Carla, está delicadíssima – e a gente vai continuar.

E, se Tagliaferro for preso, que ele faça a delação premiada de que o Brasil tanto precisa.

Nós vamos para o item... É, aprovado... Já coloquei em votação? Ainda não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado, do Senador Magno Malta, do PL 899, de 2024.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Nós temos os itens 15 e 16, que são dois requerimentos, um de minha autoria, outro de Mara. Eu vou subscrever o requerimento da Senadora Mara.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 108, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador V e VI do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF).

Só para informar que esse é um requerimento dentre vários, sobre os quais nós estamos pedindo informações aos ministérios sobre a efetivação do programa, para uma avaliação do programa pela nossa Comissão.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a avaliação da política pública objeto do REQ 28/2025 - CDH, aprovado em 26 de março de 2025, que "requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros.

Lembrando que a Comissão está avaliando duas políticas públicas este ano. Está avaliando o PNDH-3 e o plano de ação do Pacto Nacional de Prevenção. Por isso que a Senadora Mara pede esta audiência pública.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Já aprovamos o Requerimento 118, que foi apresentado pelo Senador Weverton, sobre o requerimento de urgência ao PL aqui aprovado, o 4.102.

Informo que os itens 2 a 7, a pedido dos Relatores, que é a Senadora Augusta e o Senador Flávio Bolsonaro, foram retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2315, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre o direito à educação da pessoa com transtorno mental.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em 17/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

- Em 24/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4795, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para aprimorar o direito à moradia, ao transporte e ao conhecimento sobre direitos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

- Em 24/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2354, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, a Lei nº 10.617, 15 de maio de 2003, para vedar e punir condutas homofóbicas e transfóbicas.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1551, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para explicitar a obrigação do SUS de oferecer ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE e CAS, em deliberação terminativa.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5852, DE 2023 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2015)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever serviço de policiamento especializado no enfrentamento à violência contra as mulheres, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Parcialmente favorável ao PL 5852/2023 (substitutivo da Câmara dos Deputados) nos seguintes termos: aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da ementa e do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado no Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre "Piso salarial e carga horária de 30 horas para nutricionistas".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH.)

O item 13, do qual eu sou Relatora, nesse exato momento, numa conversa entre a minha assessoria e a assessoria do autor, Senador Ciro, nós encontramos a necessidade de uma adequação de um parágrafo no relatório, então eu também estou retirando de pauta. Volta para a pauta na próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 2468, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 27 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para estabelecer que responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade a dois terços, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique a infração penal, e revoga o art. 244-B da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto e à emenda nº 1-T, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.)

O item 17... vamos ao item 17 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

RELATÓRIO DA DILIGÊNCIA DA CDH

- Não terminativo -

Relatório da diligência da CDH realizada em Viamão/RS

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O que é o item 17? É dar publicidade ao relatório da diligência da nossa Comissão realizada na cidade de Viamão, uma diligência que foi liderada pelo Senador Paulo Paim. O relatório é de autoria dele. Então, o relatório vai ser publicado no portal da CDH, para que todos os membros e a sociedade conheçam o relatório, e será feita a sua leitura e votação na próxima semana aqui, na nossa Comissão. Na próxima semana também nós daremos publicidade ao relatório da diligência feita no Amazonas por esta Comissão.

Determino... nós temos ainda o item 12 da pauta, cuja Relatora é a Senadora Dorinha. Eu peço à assessoria que ligue para ver se ela vai ter condições de vir... (*Pausa.*)

Não, não vai vir.

Então, nós vamos retirar também o item 12.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4159, DE 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo na CDH.

- Em 05/06/2024, a matéria recebeu parecer favorável da CAS.

- Em 10/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em 17/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em 24/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.)

Queria que conversassem com assessoria dela, que ele já está na pauta por cinco vezes – teve um dia que ela chegou no finalzinho –, se ela permitir, na próxima semana, uma leitura *ad hoc*, se ela não puder vir, tá?

E nós temos também alguns projetos que vão pela segunda vez para a pauta. Na terceira vez... nós já informamos, no início da nossa Presidência nesta Comissão, que na terceira vez a gente nomearia Relatores *ad hoc*. Nós não vamos deixar nenhuma matéria represada, especialmente porque esta Comissão lida com matérias muito sensíveis. Olha o nível das matérias que nós aprovamos hoje – lá na ponta vão salvar vidas humanas, lá na ponta vão fazer a vida do nosso povo bem melhor.

Eu tenho um comunicado.

Informo que esta Presidência determina que será reaberto o prazo para assinatura das Sugestões Legislativas 22 e 47 – a 22, de 2020, e a 47, de 2019. As referidas SUGs foram aprovadas nesta Comissão em 2021, ocasião em que a Comissão deliberou por acolhê-las na forma de proposta de emenda à Constituição. Entretanto, à época, não foi atingido o número mínimo de assinaturas exigido pela Constituição e pelo Regimento Interno – um terço dos membros do Senado, 27 Senadores – para prosseguimento da tramitação.

O que é que eu entendo? Ela foi aprovada em 22, em 21... Em 22 era ano eleitoral, mudou o número de... mudaram os assessores, mudaram os Senadores, e não foram conseguidas as assinaturas mínimas, e a gente precisa dar uma satisfação para os autores dessas sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos reabrir o prazo, para a gente tentar conseguir essas assinaturas. Se a gente, nessa segunda tentativa, não conseguir, elas vão para arquivo.

As matérias são delicadas? São, mas é para isso que existe um Congresso. A gente não pode fugir dos debates.

Eu tenho trazido para esta Comissão matérias delicadas, que estavam com medo de tocar no assunto. Nós vamos discutir. Mesmo que o Plenário diga "não". O Plenário é soberano.

Então, a Sugestão Legislativa 47, veja só: "Propõe alterar o parágrafo único do art. 194, da Constituição Federal, para incluir o princípio da confiança em matéria previdência e dá outras providências".

Ela já tem nove assinaturas válidas.

A Sugestão Legislativa 22, de 2020, "propõe alterar o art. 61, da Constituição Federal, para garantir [olhem só; esta que é delicada] o direito popular de incluir projetos de lei em pauta para votação que nasçam na sociedade".

A gente já faz isso, por meio de SUG.

Ela já tem dez assinaturas válidas.

Diante disso, solicito à secretaria de apoio da Comissão que elabore e disponibilize o ofício destinado à coleta das novas assinaturas, proceda à divulgação e oriente as assessorias parlamentares, em caso de dúvida.

Por fim, conclamo as Sras. e os Srs. Senadores, especialmente os membros desta Comissão, titulares e suplentes, a subscreverem os referidos documentos – essas SUGs já foram aprovadas nesta Comissão. É só dar o prosseguimento, em forma de PEC –, de modo a possibilitar o prosseguimento e tramitação das matérias.

Registro que está conosco nos visitando, no Plenário, uma equipe do Hospital de Amor de Santarém – estão aqui ainda? –, a Narjara Dantas, a Vice-Presidente do hospital, Roberto Branco, a Vera Branco, Neila Almeida, Edno Cortezia e Alexandre Maduro.

Sejam bem-vindos a esta Comissão. Levem um abraço à cidade de Santarém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou apaixonada por sua cidade. Um dia vai ser capital – eu acredito nisso, viu? Eu acredito. Eu lutei por isso, lá no passado.

Mas parabéns ao trabalho que o Hospital de Amor faz em todo o país. Que Deus abençoe vocês e sejam bem-vindos a esta Comissão.

Bem, esgotada a nossa pauta, nós vamos agora para aquele momento protocolar de leitura das denúncias que chegam à Comissão, dos encaminhamentos e também de solicitações.

Vocês fiquem à vontade se quiserem ficar até o final das leituras.

Denúncia nº 346, da Ouvidoria do Senado, de cidadã que já enviou denúncia à CDH e teve encaminhamento de ofício ao Ministério dos Direitos Humanos, para pedir proteção. Agora, a cidadã pede ajuda e comunica que foi informada de uma negativa prévia e liminar quanto à sua remoção para o local seguro, o que a coloca em risco iminente, no Estado do Rio Grande do Norte.

Encaminhamento da denúncia: em virtude das competências legais e regimentais da CDH, a denúncia foi encaminhada, por meio de ofício, ao Ministério dos Direitos Humanos, para inclusão no Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), tendo o referido ministério já adotado os encaminhamentos internos cabíveis.

Esclareço que, a partir de agora, o órgão competente para cuidar do caso em questão será o ministério, não cabendo providências adicionais por parte desta Comissão.

Denúncias 347 e 348 tratam de caso em que a CDH não possui atribuição legal para substituir a atuação do Judiciário e do Ministério Público ou órgãos de investigação policial, tanto no Brasil quanto em outros países.

No entanto, sugere o seguinte.

Omissões institucionais impedem a demandante de acessar a Justiça em um caso grave de tráfico humano, entre outros abusos. Ela afirma que o caso está arquivado em razão de sucessão de erros e de omissões por parte das autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento: para melhor análise e eventual encaminhamento da demanda, solicitar a cópia da comprovação da denúncia realizada no Ministério Público e a cópia do *e-mail* encaminhado ao Itamaraty referente ao pedido de assistência consular, pois essas informações são de suma importância para subsidiar a avaliação da CDH.

Denúncia 348. Violação continuada de direitos humanos de ex-militares concursados da Força Aérea Brasileira, em descumprimento de decisão internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Encaminhamento: o demandante deve articular sua demanda no MPF e na DPU.

Denúncia 361. Cidadão pede à Comissão para averiguar e ajudá-lo por ter seus direitos violados com perseguição e espionagem, e diz ser vítima de terroristas.

Os encaminhamentos: informar ao demandante que a Comissão não possui competência para determinar diretamente a realização de perícias, análises técnicas, interceptações ou prisões. Tais decisões dependem de ordem judicial ou requisição das autoridades policiais e do Ministério Público. Diante disso, sugerir: protocolar representação no Ministério Público estadual ou Federal, solicitando a instalação de inquérito policial e requisição de perícias necessárias, e, ainda, procurar a Defensoria Pública; registrar boletim de ocorrência; em caso de risco imediato, acionar o Disque 190 ou o Disque 100, reiterando a solicitação já realizada no ano de 2023.

Agora nós vamos para as solicitações.

Do Movimento Orgulho Autista Brasil, Solicitação 349. Que seja realizada uma audiência pública sobre o projeto PRF Amiga dos Autistas.

Esse projeto é incrível, e a gente precisa, sim, fazer essa audiência pública, mas eu sugiro que seja em parceria com a CAS e também com a Comissão de Educação, se possível.

Solicitação 350, do cidadão. Audiência pública sobre a SUG 9, de 2024, que requer plebiscito em 2026 para restaurar a monarquia parlamentarista no Brasil.

O encaminhamento às duas solicitações: agradecer a sugestão e sugerir encaminhar aos membros titulares e suplentes da Comissão, para que, enquanto membros, proponham esses encontros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nenhum Parlamentar se candidatar para apresentar o projeto da audiência pública do PRF Amiga, eu peço que a minha assessoria faça, tá? E com relação à SUG 9, de 2024, acho que a Relatora inclusive sou eu. Vamos verificar e ver se há possibilidade de fazer a audiência pública.

Solicitação 351, da Ouvidoria do Senado. Cidadão que solicita a transformação em SUG da ideia legislativa que pretende alterar a Lei 11.788, de 2008 – Lei do Estágio –, para garantir bolsa mínima, décimo terceiro salário e direito de negociação.

Encaminhamento: explicar as regras do Senado para uma ideia legislativa ser transformada em SUG e, em seguida, em proposição legal.

Solicitação 352, de lideranças indígenas do povo caiapó de São Félix do Xingu. Provocar o Poder Executivo Federal para a criação do novo distrito sanitário especial indígena no Município de São Félix.

Solicitação 353, da Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva. Solicita a adoção de providências para recomposição orçamentária e definição de cronograma de produção e distribuição de livros didáticos em braile, a serem entregues no início do ano letivo de 2026.

Encaminhamento a essas duas solicitações: informar que, por serem providências de competência do Poder Executivo federal, sugere-se encaminhar solicitações aos membros da Comissão para, se oportuno ou conveniente, provocarem, por meio de instrumento, a indicação dos órgãos federais competentes.

Vamos para os informes.

Informe 354, da Cooperativa Extrativista Mineral e Agrícola Sustentável em Regime de Economia Familiar Rio Madeira, encaminhou o pedido de informações ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania sobre a Operação Boiuna, realizada no Amazonas.

Informe 355, do Coletivo Filhas da Mãe. Propostas aprovadas na 1ª Conferência Livre da Mulher Idosa, em agosto deste ano, e encaminhadas para a 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que ocorrerá a partir de 30 de setembro.

Está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informe 356, da Presidência do Senado, encaminhou o ofício do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, que envia a carta final do 2º Intercâmbio entre coletivos indígenas de vigilância e monitoramento para a proteção dos povos isolados da Amazônia brasileira, iniciativas indígenas para a proteção dos povos em isolamento.

Informe 357, do Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Moção de recomendação e implementação da Lei 14.878, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doenças de Alzheimer e Outras Demências. Altera a Lei 8.742, de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, e moção para aprovação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.

Encaminhamento dos informes.

Acusar recebimento e agradecer informações encaminhadas.

Respostas de ofícios.

Recebemos da Defesoria Pública Geral da União, a resposta ao nosso Ofício 271, que enviou relatório de diligência realizada pela CDH em Marajó, com encaminhamentos.

Resposta do Ministério Público de Minas Gerais ao nosso Ofício 226, de solicitação de informações sobre andamento de denúncia de corrupção, lida no Expediente 11, nº 190.

Resposta da Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista, em Roraima, à nossa Indicação 68, de 2025, que sugere ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo do município, implementação de novos conselhos tutelares no território municipal, informando que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social se encontra em fase de planejamento para a instituição do quarto.

Parabéns ao Conselho Tutelar de Boa Vista. Nós estivemos lá e a gente viu essa necessidade.

A Indicação 68, de 2025, é um dos encaminhamentos aprovados por este Colegiado no relatório da diligência realizada às instalações da Operação Acolhida no território Yanomami, em Roraima.

Encaminhamento aos ofícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acusar recebimento e agradecer as informações colhidas.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui lidos, ficam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os encaminhamentos.

Quero lembrar que nós estamos na semana de comemoração do Dia Internacional da Pessoa Idosa. E esta Comissão hoje, em homenagem a esse dia, deliberou uma matéria voltada à pessoa idosa. Matéria relatada pelo Senador Magno Malta sobre fiscalização nas instituições de longa permanência para pessoas idosas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e hum minuto do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Giordano, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Eduardo Girão, Romário, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Beto Faro, Zenaide Maia, Izalci Lucas e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3890, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui o Estatuto da Vítima; e altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Em seguida, o Senador Flávio Bolsonaro apresenta requerimento de urgência, subscrito pela Senadora Mara Gabrilli, que é aprovado pela Comissão. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2001, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para regular o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) por meio telefônico ao idoso beneficiário de seguro ou plano de saúde privado." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela conversão do projeto em Indicação ao Poder Executivo. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2315, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre o direito à educação da pessoa com transtorno mental." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4795, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para aprimorar o direito à moradia, ao transporte e ao conhecimento sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1 e 2-CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4459, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para obrigar a inclusão de informações sobre Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia, doenças raras e visão monocular nos censos demográficos; e altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para facultar a inclusão de informações sobre animais domésticos nos censos demográficos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: favorável ao Projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Eduardo Girão como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1551, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para explicitar a obrigação do SUS de oferecer ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: pela prejudicialidade do projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5852, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever serviço de policiamento especializado no enfrentamento à violência contra as mulheres, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Parcialmente favorável ao PL 5852/2023 (substitutivo da Câmara dos Deputados) nos seguintes termos: aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da ementa e do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado no Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH parcialmente favorável ao PL 5852/2023 (substitutivo da Câmara dos Deputados) nos seguintes termos: aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da ementa e do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado no Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015. ITEM 8 - Sugestão n° 8, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre "Piso salarial e carga horária de 30 horas para nutricionistas"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4159, de 2023 - Terminativo - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o direito do jovem ao voluntariado." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4167, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Vista concedida. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2468, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 27 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para estabelecer que responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade a dois terços, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique a infração penal, e revoga o art. 244-B da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto e à emenda nº 1-T. Resultado: A Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 509, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor sobre a publicidade e divulgação dos centros de apoio à gravidez e do programa de entrega legal para adoção." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 13 - Relatório Legislativo - SF259328014614 que: "Relatório da diligência externa da CDH realizada no município de Viamão/RS." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 111, de 2025 que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025 - CDH seja incluída como convidada a Senhora Janaína de Andréa Dernowsek, pesquisadora da área debiotecnologia, bioimpressão e biomateriais." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 112, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater "Intoxicação por Metanol"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do item. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento que requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais. ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 113, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3890/2020." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do item. Em seguida, a comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 63ª Reunião da CDH.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer uma inversão de pauta, por deliberação. Eu sei que a Senadora Mara está *online*, vamos ver se ela consegue já entrar, para fazer a defesa do requerimento dela. E, na sequência, o Senador Paim vai apresentar o relatório da diligência que ele conduziu, que é o... Então nós vamos fazer inverso, é... (*Pausa.*)

Mara depois?

Então, primeiro, enquanto Mara se organiza, nós vamos para o item 13, que é a leitura do relatório do Senador Paim. Depois, a gente vai para o item 14 e, na sequência, a gente vai fazer uma outra inversão dos projetos de lei também dos quais eu sou Relatora, e o Senador Paim assume a Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O meu relatório acho que não chegou ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Relatório não chegou ainda? Está imprimindo? (*Pausa.*)

O.k.

Veja se a Mara está *online*.

Enquanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não... O.k., o.k.

Enquanto o relatório do Senador chega à mesa, e a Mara entra *online*, nós queremos informar que o relatório da missão oficial em Humaitá e Manicoré será apresentado na próxima semana. Ele já está pronto, será apresentado na próxima semana, e ele inclusive tem encaminhamentos. E um dos encaminhamentos, Senador Paim, que a gente está apresentando é que o Senado se debruce mais sobre a Amazônia. Nós temos na Câmara a Comissão da Amazônia, desenvolvimento regional, e é uma experiência extraordinária tudo da Amazônia passar por lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Casa que discute estado é a nossa. São nove estados na Amazônia Legal: 60% do território nacional está lá na Amazônia. Então, a ideia seria a gente ter uma Comissão da Amazônia aqui no Senado, e a gente fazer todas as discussões da Amazônia num único fórum. E aí essa é uma das sugestões que nós estamos apresentando no relatório. Eu acho que a gente tem até estrutura na Casa para isso. E ali a gente discutiria violações de direitos humanos, criança, mulher; a gente discutiria a questão de soberania nacional, fronteira, desenvolvimento regional... Tem tantos assuntos que a gente poderia estar discutindo na Comissão da Amazônia.

Até ontem fiz um desafio ao Senador Alcolumbre: por que no ano de COP o Senado não faz um aceno, e a gente tem uma Comissão da Amazônia aqui no Senado? E os Senadores dos nove estados da Amazônia, com certeza, iriam querer participar dessa discussão, dessa Comissão.

Então, esse é um dos encaminhamentos do nosso relatório, que vamos apresentar na próxima semana.

Nós temos um requerimento extrapauta do Senador Paim. Eu só pergunto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

Já está com o requerimento, Senador Paim?

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Realização de Audiência Pública "Intoxicação por Metanol"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – O requerimento que eu estou com ele em mão, Presidenta, é o que eu vou ler agora. Não é o relatório.

Presidenta, eu estou aqui me amarrando, como a gente fala no Rio Grande do Sul, porque a cópia que eu tenho está muito apagada. E, depois de um tempo, a gente não consegue ler uma cópia tão apagada. Parece-me que está saindo uma cópia agora, e eu posso ler.

É bem simples o requerimento, mas já adianto.

Lá na Comissão de Assuntos Sociais, eu tomei a liberdade de apresentar o requerimento, pedindo uma audiência pública sobre este tema, conjunta, conforme combinei com V. Exa. Eu entendo, inclusive, que, pela importância do tema, V. Exa. e o Nelsinho Trad, que foi quem entregou o requerimento lá, deveriam presidir. Eu, com muito orgulho, estarei lá para acompanhar o debate. Conversei com ele, e ele ficou bem feliz. Então, vou ler o requerimento rapidamente.

Requeiro, nos termos do art. 58, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública em conjunto desta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater intoxicação por metanol.

Proponho para a audiência, em comum acordo já com o Senador Nelsinho, os seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Conselho Federal de Química; representante da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas; representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; representante da Embrapa; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária.

A justificativa é bem curtinha. Eu vou ler, para situar os nossos telespectadores.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, até o dia 5 de outubro de 2025, foram confirmados 16 casos de intoxicação pelo metanol, após ingestão de bebidas alcoólicas no Brasil. Desses casos, dois vieram a óbito, já confirmado, no Estado de São Paulo. Até a data citada, outros 209 casos estão sob investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aumento de casos de intoxicação pelo metanol tem gerado alerta nacional, especialmente devido à associação com o consumo de bebidas alcoólicas adulteradas. A principal causa investigada é a adição ilegal de metanol a bebidas destiladas de origem duvidosa, muitas vezes vendidas sem registro ou fiscalização adequada.

O metanol é altamente tóxico e, quando ingerido, pode causar desde sintomas leves, como náuseas e dor de cabeça, até complicações graves, como cegueira, danos neurológicos e morte.

O aumento no índice de intoxicação pela substância tem levado o Governo a intensificar a vigilância sanitária, ampliar o acesso ao antídoto e orientar a população sobre os riscos do consumo de bebidas sem procedência confiável.

Nesse sentido, propomos, então – já conversei com V. Exa., e houve a concordância –, a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de ampliar o debate sobre o tema, alertar a população sobre os riscos e as medidas que têm de ser tomadas imediatamente contra este instrumento eu diria até criminoso que está sendo o metanol, da forma, claro, como é usado.

Os convidados, Sra. Presidente, estão aqui já na lista que eu apresentei a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador.

Eu acho que é oportuna e necessária essa audiência, essa discussão.

Eu fico imaginando uma mãe cujo filho saiu para uma festa com os amigos, para se divertir, às vezes é aniversário do amiguinho, e esse filho dela vai para UTI, morre por causa de bandidos, porque o que nós estamos vendo aí são bandidos adulterando as bebidas.

Parabéns pela apresentação.

Coloco em votação o requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já vamos agendar a nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos, agora, para os itens 1 e 2, vamos voltar para o item 2, já que o Relator está aqui, o Senador Weverton, enquanto o relatório do Senador Paim chega ali.

Eu quero só quero lembrar: se vocês estão achando que o dia está mais bonito hoje, o sol está mais brilhante, o dia está mais alegre, tem um motivo. Hoje é aniversário do Senador Weverton, esse nosso amigo querido. Só que o presente de aniversário dele ele mesmo se deu ontem. Hoje é aniversário do Weverton, mas o presente de aniversário dele ele mesmo se deu ontem quando nós conseguimos aprovar, e ele chorou na tribuna – o Paim estava lá ontem, e ele chorou na tribuna, quando nós aprovamos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não sabia que ele estava de aniversário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É hoje.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Foram tantas emoções...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foi um dos momentos mais emocionantes daquele Plenário desde que eu estou aqui. Ele trouxe a família, ele trouxe a irmã que é deficiente auditiva.

Foi linda, assim, a forma como o projeto tramitou no Senado, menos de um mês. Em uma semana, ele apresentou o relatório, a gente votou aqui, por unanimidade, foi para o Plenário e, agora, já vai ser lei, uma grande entrega para o Brasil.

Então, o aniversário é dele, mas quem ganhou o presente ontem foi o Brasil.

Parabéns, Senador, parabéns!

Então, nós vamos para o item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3890, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui o Estatuto da Vítima; e altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH, CSP e CCJ.*

A autoria é do Deputado Federal Rui Falcão, Enio Verri e mais 32 Deputados – olha a importância desta matéria.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para leitura do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Primeiro, agradeço, mais uma vez, o carinho da nossa Presidente Damares, desta Comissão, do meu querido, dileto companheiro Senador Paulo Paim, das nossas grandes lutas do dia a dia. É a soma – eu digo sempre que não é apenas um projeto –, é o conjunto da obra, são os vários projetos que nós estamos tendo essa oportunidade de, durante o mandato, oportunizar para que o Brasil seja hoje uma referência em legislações e, o melhor de tudo, com letras quentes, que possam funcionar, que possam valer ali na ponta. Isso é fundamental.

Sem dúvida nenhuma, ontem foi um dia emocionante não apenas por aquela lei, o que, por si só, já é muito importante. Só quem tem um familiar, um amigo, alguém que precisa de mais acesso, de mais informação, de sair de casa e ir para um outro lugar ou viajar sabe o quanto é importante essa questão da inclusão. E isso, eu tenho dentro de casa. Eu tenho uma irmã que é surda e muda, a mais velha. Ela viaja, vai daqui para São Luís sozinha, vai daqui para Imperatriz sozinha, mas ela precisa, obviamente, de o mínimo de condições de comunicação até para poder evitar menos constrangimentos e poder chegar de forma mais tranquila e incluída. Foi, sem dúvida nenhuma, muito marcante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só agradecer, mais uma vez, a atenção, o carinho a todos que participaram desse projeto.

Senadora, o projeto de hoje, o Estatuto da Vítima, reúne também uma pauta fundamental, que não é de direita, não é de esquerda, não é de centro. Ela é uma pauta do Brasil. Obviamente, nós vamos melhorando, cada vez mais, o texto, e eu tenho certeza de que, até chegar ao Plenário, nós vamos conseguir fazer com que se construa também um projeto que não seja apenas de Governo, mas um projeto de Estado que sirva para o futuro, para que a gente evite mais injustiças ou menos constrangimentos, enfim, que ele seja realmente um projeto que possa servir como referência lá fora.

Começo já cumprimentando o Instituto Pró Vítima. A Celeste, lá de São Paulo, do MP, está aqui, junto com algumas pessoas que eu já recebi hoje. Quero cumprimentá-los todos.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão examinar matéria atinente à proteção dos direitos humanos, o que faz regimental esta análise.

Vamos nos ater ao exame de juridicidade, na medida em que consideramos a proposição valioso instrumento de promoção dos direitos humanos e que desejamos dela reter tudo o que contém de inovador.

Comparando-se a proposta com a legislação vigente, constata-se que ela sistematiza e reitera direitos já positivados, tais como o direito à escuta especializada, à proteção de dados, à reparação do dano e à assistência pelos sistemas públicos de saúde (SUS) e de assistência social (Suas), nos termos da Lei nº 13.431, de 2017, da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, do Código de Processo Penal e da própria Constituição Federal. A proposição igualmente incorpora direitos já contemplados na Lei Maria da Penha e em instrumentos internacionais de proteção à vítima.

Por outro lado, o projeto inova ao reconhecer juridicamente vítimas indiretas e coletivas, garantir manifestação prévia à revogação de medidas protetivas mesmo após extinção de punibilidade, formalizar avaliação individual de vulnerabilidade, instituir o Portal da Vítima como meio integrado de comunicação e acesso ao processo, consolidar a justiça restaurativa como política pública e priorizá-la como abordagem estatal, prever proteção contra vitimização terciária e organizar a capacitação obrigatória dos agentes públicos. Também traz inovações no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhamento do acesso a serviços e garante direito ao luto, à restituição imediata de bens e à manifestação da vítima em decisões judiciais.

Por fim, o projeto institucionaliza a justiça restaurativa, reconhecendo-a formalmente como política pública complementar à justiça tradicional, abrindo espaço para práticas humanizadas, que priorizam o diálogo, a reparação e a reconstrução de vínculos sociais, alinhando o Brasil às melhores experiências internacionais; estabelece políticas de apoio e de desvitimização, enfrentando o fenômeno da chamada revitimização institucional, que agrava a dor de quem já sofreu a violência e se vê exposto a constrangimentos adicionais no próprio processo de busca por justiça; contribui para a formulação de políticas públicas preventivas à vitimização, respondendo ao quadro atual de insuficiência das estratégias de contenção da violência.

Dessa forma, o Estatuto da Vítima apresenta-se não apenas como um rearranjo legislativo, mas como instrumento normativo de caráter estrutural, que amplia a tutela jurídica conferida às vítimas, reforça o dever estatal de proteção e projeta uma visão de justiça mais inclusiva, restaurativa e orientada à dignidade humana.

Conforme as razões aqui trazidas, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.890, de 2020.

Esse é o meu voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Weverton.

Em discussão... Vamos colocar a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu não queria atrapalhar a discussão, mas eu tenho que falar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está conosco a Dra. Celeste, que é autora deste livro, *Estatuto da Vítima*, que eu super-recomendo. A Dra. Celeste tem dedicado à sua vida a esse tema.

Dra. Celeste, que Deus a abençoe.

Acho que ela tem outras obras para presentear os colegas.

Eu queria só lhe falar uma coisa, Dra. Celeste, no Governo anterior, o nosso ex-Presidente queria que fosse a política pública prioritária dele, e eu era Ministra da pasta. A gente teve que trabalhar muito, porque é um tema que envolve diversos ministérios. Não envolve só direitos humanos, envolve saúde, envolve educação, envolve justiça. A gente trabalhou muito o tema, e você sabe disso. Eu devo ao meu ex-Presidente a aprovação desse projeto, desse estatuto. Então, aproveitando que você está aqui, Doutora, o Weverton e o Presidente da Comissão de Segurança estão aqui, eu vou fazer uma chantagem emocional com ele. Presidente Flávio, nomeie-me Relatora na Comissão – porque ele vai seguir para sua Comissão agora – desse estatuto. Eu lhe garanto, Presidente, que eu entrego, em menos de um mês, esse relatório, que é um sonho do Brasil, é uma matéria que nasce na Câmara. O relatório do Weverton está perfeito. Faremos uma ou outra adequação, sem necessidade, inclusive, de voltar para a Câmara.

Então, eu já estou fazendo esse pedido, constrangendo-o publicamente, mas eu preciso fazer essa homenagem ao ex-Presidente da República Jair Bolsonaro, porque ele tinha um sonho da melhor política pública de proteção da vítima. E a gente fez muita coisa, mas, transformar, Senador Weverton, uma política pública em lei, que é o que nós estamos fazendo agora, garante a continuidade – seja qual for o governante, seja qual for o Ministro que chegar, com o estatuto aprovado, vai ter que dar continuidade às ações.

Então, eu fico muito feliz e a gente apresenta o relatório lá.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Deixe-me lhe dar a relatoria... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer à Dra. Celeste Leite dos Santos pelo livro aqui também, *Estatuto da Vítima*, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Pró Vítima. Eu vou ler com muito carinho. Sem dúvida alguma, foi uma bandeira com a qual a gente sempre se preocupou, sempre, inclusive nos discursos, pensando mais nas vítimas dos acontecimentos lamentáveis aqui na nossa sociedade.

Enfim, fico muito honrado de poder fazer parte desta Comissão e de estar votando a favor desse projeto, do relatório do Senador Weverton, e, obviamente, de me comprometer publicamente com V. Exa. A relatoria já é sua.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chantagem, vocês viram?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, assim que chegar oficialmente lá na nossa Comissão de Segurança Pública e V. Exa. tiver o relatório pronto, já pauto na próxima semana. Assim que estiver pronto o relatório, a senhora, por favor, me avise, que vamos votar com o maior prazer.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

Vocês viram como as coisas funcionam aqui?

Obrigada.

Sim, Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente, eu não queria atrapalhar também a discussão, para poder...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprovar logo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... aprovar logo, mas é só para fazer o registro. Essa pauta é permanente e eu falava agora há pouco para o Senador Paim o quanto cada projeto e cada movimento certo vão se encontrando no conjunto da obra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu lembrava, agora há pouco, na reunião que eu tive com a Celeste lá no gabinete, que eu sou o autor da emenda que se tornou lei lá na Câmara dos Deputados, ainda como Deputado Federal, que tornou crime hediondo estupros contra menores e vulneráveis. Hoje são quase 80 municípios que já receberam carros e *kits* dos conselhos tutelares do Maranhão, tudo através de emenda minha, para fortalecer essa luta na defesa dessas crianças e adolescentes, os mais vulneráveis ali na ponta, que a gente não consegue enxergar, pois para o Estado ainda são invisíveis, ainda estão muito longe dessa ação. Eu lembrava a ela as patrulhas Maria da Penha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu também tenho algumas emendas... Algumas viaturas já estão rodando, em parceria com o MP e a Polícia Militar do Maranhão, em alguns municípios, também fruto de emenda minha, apoiando e fazendo essa luta. Então, isso é permanente. É o que eu disse agora há pouco: vai ser uma política de Estado.

Então, V. Exa. vai fazer um ótimo relatório lá na sua Comissão. Vou brigar por essa relatoria na CCJ, para eu fazer lá alguma coisinha para o Lula também, para dizer que foi Lula e Bolsonaro. (*Risos.*) E vai dar tudo certo, porque, no final, vai ser para o Brasil, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu, Weverton! Valeu!

São essas coisas que nos deixam felizes no mandato, né? As pessoas, às vezes, lá fora não acompanham o que as Comissões produzem, os bastidores. Essa é uma entrega extraordinária para o Brasil.

Vamos para o item 2 da pauta, de que também é Relator o Senador Weverton, e ele tem que sair correndo para comemorar o aniversário dele, né?

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2001, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para regular o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) por meio telefônico ao idoso beneficiário de seguro ou plano de saúde privado.

Autoria: nosso ex-querido Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), tenho muito carinho por ele.

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.

- Em reunião realizada em 25/06/2025, a matéria foi retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concedo a palavra ao Senador Weverton para a leitura do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à nossa Comissão de Direitos Humanos opinar sobre matérias relativas à proteção dos direitos da pessoa idosa. É o caso do PL nº 2.001, de 2022, que visa assegurar o atendimento telefônico humanizado a idosos beneficiários de planos privados de saúde.

O mérito da proposição reside no reconhecimento de que parcela significativa da população idosa encontra obstáculos concretos para utilizar canais digitais de comunicação e navegar por sistemas automatizados de atendimento. Ademais, quando se trata de serviços de saúde – setor que, por sua natureza, envolve urgência, risco e complexidade –, o acesso a canais de atendimento eficientes e humanizados deve ser facilitado.

A despeito disso, as principais disposições do projeto de lei já se encontram previstas na legislação infralegal em vigor, que, por sua natureza, é o instrumento adequado para sua regulamentação. Nesse sentido, destaca-se o Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022, que regulamenta o Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990, e estabelece normas gerais aplicáveis a todas as prestadoras de serviços regulados, incluindo as...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só um instantinho.

Eu gostaria de pedir silêncio ao Plenário, está difícil para o Senador Weverton ler o seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Obrigado, Presidente.

... incluindo as operadoras de planos privados de assistência à saúde.

De acordo com o referido decreto, o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) deverá observar os seguintes requisitos: o acesso deve ser gratuito; o funcionamento deve ocorrer de forma ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, por meio de ao menos um canal de atendimento integrado; o atendimento telefônico deve ser obrigatoriamente disponibilizado; e o contato inicial com o atendente não pode ser condicionado ao fornecimento prévio de dados pelo consumidor.

No que se refere especificamente ao atendimento telefônico, o decreto também estabelece algumas condições mínimas, entre elas: a prestação do serviço por, no mínimo, oito horas diárias, com garantia de atendimento por pessoa humana; a inclusão, no primeiro menu, das opções de reclamação e de cancelamento de contratos e serviços; e a definição de tempo máximo de espera tanto para o contato direto com o atendente, quando essa opção for escolhida, quanto para a transferência ao setor competente, caso o primeiro atendente não tenha atribuição para resolver a demanda.

Além dos requisitos operacionais, o decreto estabelece um conjunto de princípios que devem orientar o funcionamento do SAC, assegurando qualidade e respeito no atendimento ao consumidor. Entre esses princípios, destacam-se: tempestividade, segurança, privacidade, resolutividade, dignidade, boa-fé, transparência, eficiência, eficácia, celeridade e cordialidade.

No mesmo sentido, o setor de saúde suplementar conta com regulamentação específica sobre o tema, atualmente disciplinada pela Resolução Normativa nº 623, de 17 de dezembro de 2024, da ANS. Essa norma estabelece, entre outros pontos, as condições de funcionamento do atendimento telefônico nas operadoras de planos de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resolução determina que o atendimento telefônico deve ser assegurado nas seguintes condições: durante vinte e quatro horas por dia, nos sete dias da semana, no caso das operadoras de grande porte; nos dias úteis, por no mínimo oito horas diárias, para as operadoras de pequeno e médio porte, com funcionamento ininterrupto para orientações relacionadas a urgência e emergência; e, nos mesmos moldes, nas operadoras exclusivamente odontológicas e nas filantrópicas, ressalvadas as exceções que, em determinadas hipóteses, admitem a limitação do atendimento humano a dias úteis e oito horas diárias, ou sua substituição por atendimento eletrônico, especialmente em demandas não assistenciais ou em situações de urgência e emergência envolvendo operadoras odontológicas de pequeno porte.

A resolução também dispõe que, quando o atendimento telefônico for prestado por oito horas diárias, esse período deve contemplar os turnos matutino e vespertino. Além disso, a resolução prevê que o serviço deve oferecer menu de opções com linguagem clara, permitir a transferência para o setor responsável sempre que necessário e garantir atendimento humano durante todo o horário de funcionamento, salvo em casos específicos, como demandas administrativas ou situações relacionadas à cobertura odontológica, nas quais o atendimento pode ser limitado ou automatizado, conforme o perfil da operadora.

Essas disposições atualizam e detalham o conteúdo anteriormente previsto na Resolução Normativa nº 395, de 14 de janeiro de 2016, revogada pela nova regulamentação.

Adicionalmente, a Resolução Normativa nº 323, de 3 de abril de 2013, determina que todas as operadoras de planos de saúde mantenham ouvidorias acessíveis por diversos meios, inclusive por telefone. Essas unidades funcionam como instância recursal, destinada ao acolhimento de demandas não resolvidas nos canais convencionais de atendimento.

Complementarmente, a própria ANS oferece canais institucionais de atendimento ao consumidor, como o Disque ANS, a central de atendimento para pessoas com deficiência auditiva e unidades de atendimento presencial.

Cumpre destacar ainda que a competência para disciplinar, em nível operacional, o funcionamento dos canais de atendimento das operadoras de planos de saúde é, por expressa disposição legal, atribuída à agência reguladora do setor. Nos termos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, compete à Diretoria Colegiada da ANS editar normas relativas à prestação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços pelas operadoras. Nesse contexto, a proposta de normatizar, por meio de lei, matéria de natureza eminentemente técnico-operacional – já regulamentada no âmbito infralegal – configura ingerência na esfera de competência do Poder Executivo, além de contrariar o princípio da especialização técnica que justifica o modelo das agências reguladoras.

Diante do exposto, entende-se que a proposição deve ser encaminhada ao Poder Executivo por meio de indicação, o que representaria uma contribuição legítima ao processo regulatório conduzido pela Agência Nacional de Saúde. Esse instrumento legislativo, Sra. Presidente, previsto nos arts. 133, inciso V, alínea "e", e 227-A, inciso II, do nosso Regimento Interno do Senado Federal, permite que o Parlamento apresente sugestões voltadas ao aperfeiçoamento de normas e práticas administrativas, sem comprometer a separação de competências entre os Poderes. Trata-se de alternativa juridicamente adequada e tecnicamente coerente, que reconhece a legitimidade da demanda social expressa no projeto, ao mesmo tempo em que evita a criação de norma legal sobre matéria já disciplinada em sede infralegal, prevenindo sobreposição normativa e vícios de iniciativa.

Então, Presidente, eu voto pela conversão em Indicação do Projeto de Lei nº 2.001, de 2022, nos seguintes termos:

> Sugere ao Poder Executivo Federal a edição de norma para assegurar atendimento telefônico humanizado e compatível com as necessidades do consumidor idoso beneficiário de plano privado de assistência à saúde.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, com fundamento no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a edição de norma que regulamente o serviço de atendimento telefônico destinado ao consumidor idoso beneficiário de plano privado de assistência à saúde, com garantia de acesso ininterrupto e atendimento humano, prestado de forma acessível, acolhedora e compatível com as necessidades e especificidades desse segmento da população.

Esse é o meu voto e o meu relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – (*Falha no áudio.*)... Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Bem, esse eu vou discutir.

Eu acho que foi assertivo transformar a indicação. E, quando o senhor traz na página três do seu relatório, Senador, que o serviço de atendimento ao consumidor ao idoso, tem-se que obedecer aos seguintes princípios – eu nunca tinha pensado em tantos princípios juntos –: tempestividade, segurança, privacidade, resolutividade, dignidade, boa-fé, transparência, eficiência, eficácia, celeridade e cordialidade. Fantástico!

Parabéns pelo relatório!

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

A matéria agora segue para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Defesa do Consumidor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria que V. Exa. colocasse em avaliação, aqui nesta Comissão, o projeto relatado agora pelo Senador Weverton, o 3.890, de 2020, que foi o item 1 da pauta, que institui o Estatuto da Vítima.

Eu acho que é uma matéria tão importante que, se houver a concordância dos pares aqui... Ele ainda passaria por duas Comissões... Se V. Exa. não acataria um requerimento meu para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele fosse apreciado em regime de urgência para que fosse ao Plenário direto, porque eu não sei quanto tempo vai passar, se o Governo vai ter algo a acrescentar ou até dificuldades na aprovação de um texto como esse.

Eu queria que V. Exa. colocasse em votação esse meu requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei 3.890, de 2020, aqui nesta Comissão, para que fosse direto ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., é um requerimento extrapauta.

Os Srs. Senadores concordam com a inclusão do requerimento do Senador extrapauta?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Não, eu queria, Presidente, fazer aqui o seguinte esclarecimento: não vai ter dificuldade na construção de um entendimento com o Governo. Eu concordo com o extrapauta, sem problema nenhum em ir direto para o Plenário. É o tempo em que o Governo vai mandar as sugestões, porque nós podemos incluir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É verdade.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... como nós fizemos no dia de ontem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... através de emendas de redação.

Então, eu posso fazer isso lá no Plenário sem problema nenhum, e a gente pode dar essa celeridade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.. Vamos primeiro votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O.k.

Vamos agora votar ao mérito do requerimento.

Os Senadores que concordam...

Coloco em votação o requerimento extrapauta do Senador Flávio Bolsonaro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fica tranquilo que na hora da discussão...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Lá só vai ter homenagem para o Lula no Plenário. Eu é que sou o Relator. (*Risos.*)

Olha só, eu vou fazer de redação a ele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio, eu não vou ser a Relatora – você me tirou o prazer de ser a Relatora –, mas eu vou discutir esse relatório em Plenário e faremos homenagem aos dois Presidentes, pode ficar tranquilo, Weverton.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, confia no seu amigo, é melhor. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Assim, realmente, o relatório que eu iria apresentar – eu vi o relatório do Weverton, eu conheço a matéria – seria assim: aprovar sem nenhuma alteração, para não precisar voltar para a Câmara. Então, pular a Comissão de Segurança e a CCJ, eu não vejo nenhum prejuízo.

Aqueles que aprovam o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Você tem uma semana para apresentar o relatório. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um presente para o Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Eu já faço aqui um apelo à nossa equipe técnica do Governo para me ajudar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... a agilizar com a Tatiana, para deixar tudo ajustado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Parabéns, Senador! Mais um presente para o senhor hoje.

Nós vamos agora para o item 3 da pauta. A pauta voltou a tramitar na sequência, já que os nossos Relatores estão presentes.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2315, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre o direito à educação da pessoa com transtorno mental.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

- Em 17/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

- Em 24/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sra. Presidente, só para... Antes de fazer a leitura, como este projeto saiu de pauta já três vezes, e entidades que têm interesse no projeto nos procuraram também, pediram que fosse pautado hoje... Porque eu faço questão de fazer a leitura, Presidente, do relatório.

Indo direto à análise.

A iniciativa é oportuna e relevante, pois busca preencher lacuna normativa da Lei nº 10.216, de 2001, no tocante ao direito à educação das pessoas com transtornos mentais em tratamento psicossocial. Embora esse direito já esteja consagrado em normas como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei Brasileira de Inclusão, a ausência de referência expressa na Lei nº 10.216, de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, dificulta sua efetiva garantia nos serviços de atenção psicossocial.

A redação do projeto é clara e bem fundamentada, apresentando justificativas consistentes e alinhadas aos princípios da educação inclusiva e da dignidade da pessoa humana. Destaca-se positivamente o esforço do autor em embasar a proposta não apenas em dispositivos legais e constitucionais, mas também em evidências acadêmicas recentes, o que confere densidade e atualidade ao debate.

Sob o ponto de vista da técnica legislativa, contudo, sugere-se pequena adequação estrutural: a inserção do novo art. 2º-A na Lei nº 10.216, de 2001, poderia ser revista para que o dispositivo seja incluído ao final do art. 4º, o qual trata especificamente da internação eventual da pessoa com transtorno mental. Tal mudança conferiria maior coerência interna à norma, evitando o deslocamento temático.

Além disso, recomenda-se a inserção de cláusula de vigência expressa, ainda que se aplique, na omissão, o prazo previsto no art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942). A inclusão de vigência explícita contribui para maior segurança jurídica, especialmente em normas de conteúdo social e impacto sobre políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, convém a estruturação do projeto em artigos, com o objetivo de ajustá-lo à boa técnica legislativa. Desse modo, apresenta-se um substitutivo à proposição para as referidas adequações.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 2.315, de 2021, na forma do substitutivo que apresenta, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 da CDH.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Parabéns, Senador Flávio!

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4795, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para aprimorar o direito à moradia, ao transporte e ao conhecimento sobre direitos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

- Em 24/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Indo direto à análise também.

De acordo com o mais recente censo populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas idosas está em expansão. O índice de envelhecimento da população brasileira aumentou de 30,7%, em 2010, para 55,2%, em 2022. O índice, que mede a proporção de pessoas com 65 anos ou mais em relação à faixa etária de 0 a 14 anos, serve como indicador do envelhecimento populacional. Quanto maior o valor do índice, mais envelhecida é a população.

Ademais, ainda de acordo com o IBGE, em 2020, aproximadamente 70% da população idosa no Brasil possuía uma renda mensal de até dois salários mínimos. Esse dado ressalta as dificuldades enfrentadas por esse público para ter acesso, por meios próprios, a direitos fundamentais, tais como moradia, saúde e transporte.

Diante desse cenário, a proposição acerta ao promover a implementação de habitações assistidas e ao fornecer subsídios e incentivos para reformas e adaptações em residências de pessoas idosas, além de contribuir para o bem-estar dessa população quando em uso de transporte público.

Entretanto, acreditamos que o PL, que visa reforçar o direito à moradia e ao transporte para pessoas idosas, acaba, em certa medida, restringindo a possibilidade de pessoas idosas terem acesso à moradia própria por meio de financiamentos habitacionais. Isso porque, ao propor a criação e a implementação de habitações assistidas, o PL altera o teor do inciso IV do art. 38 do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estatuto da Pessoa Idosa e elimina a previsão existente no texto atual, que prevê a existência de critérios de financiamento habitacional compatíveis com os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, conforme a redação vigente do art. 38, inciso IV.

Diante disso, sugerimos uma emenda para, em vez de eliminar a importante disposição legal que trata dos critérios de financiamento habitacional compatíveis com a renda da população idosa, incluir um novo inciso no art. 38 do Estatuto da Pessoa Idosa, prevendo a criação de habitações assistidas também.

Por fim, propomos uma emenda de redação ao novo art. 38-A, para substituir o termo "idoso" por "pessoa idosa", alinhando-se à nova nomenclatura adotada pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.795, de 2023, nos termos das emendas que apresento aqui, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em deliberação terminativa lá.

Parabéns, Senador Flávio!

Os senhores observaram que a gente deliberou hoje matéria sobre o direito da pessoa idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo do mês, nós vamos trazer todas as matérias que estão prontas em alusão ao Dia do Idoso. Parabéns por esse relatório! Vamos continuar. Vamos continuar trabalhando.

Nós vamos agora para os itens 6, 7 e 8 da pauta. Os três próximos itens são de relatoria da Senadora Augusta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1551, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para explicitar a obrigação do SUS de oferecer ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: pela prejudicialidade do projeto.

Observações: *Tramitação: CDH, CAE e CAS, em deliberação terminativa.*

- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra à Senadora Augusta para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, nossa Presidenta Senadora Damares.

Já quero aqui agradecer a compreensão da retirada de pauta da semana passada, mas agradecer também pela inclusão já na pauta desta semana.

Vou ao relatório.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.551, de 2022, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para explicitar a obrigação do Sistema Único de Saúde de oferecer ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos.

O PL pretende inserir como atribuição do SUS o "aprimoramento do atendimento neonatal, inclusive com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos".

Em sua justificação, a autora indica que a medida é necessária para a proteção de bebês de risco, considerando que, na ausência de tratamento adequado, percentual significativo dos sobreviventes fica sujeito à déficits neurológicos. Assim, busca conferir maior enfoque nas atividades preventivas para assegurar os direitos dos recém-nascidos.

A proposição foi despachada a esta Comissão e posteriormente seguirá à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos da infância e da pessoa com deficiência, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, concordamos integralmente com o projeto e parabenizamos iniciativas como essa que aprimoram a legislação vigente com intuito de prevenir danos às nossas crianças já no ventre materno, principalmente por saber, como profissional da saúde que sou, enfermeira, da dificuldade e complexidade de acompanhamento multidisciplinar que as pessoas com deficiência necessitam ao longo da vida. Porém, identificamos que a alteração pretendida pelo PL foi integralmente incorporada pela Lei 14.510, de 2022, que disciplina a prática de telessaúde, sancionada posteriormente à apresentação da proposta.

Essa modificação foi altamente pertinente, pois fortaleceu a garantia de uma vida saudável para os recém-nascidos, em especial a partir do enfoque preventivo e da atenção especial aos potenciais danos cerebrais e sequelas neurológicas.

Cumprido o seu propósito, portanto, resta prejudicada a proposição em apreço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.551, de 2022.

Quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli por ter sempre esse olhar diferenciado e também dizer que fiquei feliz em saber que já está incorporado aí em outra lei.

Era isso, minha Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade do projeto.

Agora a matéria segue para a CAS e para a CAE, e, na CAS, é deliberação terminativa.

Mas deixem-me explicar porque tem muita gente acompanhando. Não é que a Augusta e os membros desta Comissão são contra cuidar de recém-nascidos, gente. Prestem atenção! Quando a Mara entrou com o projeto, não tinha lei. Depois que a Mara entrou com o projeto, nós temos uma nova lei que foi sancionada no final do ano, 27 de dezembro de 2022. Então, a nova lei de 2022 já incorpora a proposta desse projeto; por isso é que o projeto está sendo prejudicado, mas ele segue para outras duas Comissões e, se lá entenderem que tem que adequar... Mas o direito, que é o que esta Comissão discute, já está contemplado na nova lei.

Parabéns, Augusta!

Item 7 da pauta.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5852, DE 2023 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2015)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever serviço de policiamento especializado no enfrentamento à violência contra as mulheres, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para incluir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Parcialmente favorável ao PL 5852/2023 (substitutivo da Câmara dos Deputados) nos seguintes termos: aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da ementa e do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado no Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra à Senadora Augusta para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada mais uma vez.

Quero agradecer a explicação também da relatoria passada. Inclusive, questionei porque eu queria aprovar de qualquer forma pela importância, pela relevância e pelo mérito do projeto, mas visto que nós temos que ter um mínimo de responsabilidade, sensatez e também mostrar que já tinha sido incorporado, porque o que importa para a gente é o direito realmente estar garantido.

Eu queria pedir à Presidenta para eu começar a fazer a relatoria, a leitura, a partir da análise. (*Pausa.*)

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já vou começar aqui a fazer a leitura do nosso relatório.

Compete à CDH, nos termos regimentais, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, direitos da mulher e proteção à família.

Cumpre lembrar que, segundo o art. 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora.

Assim, conforme está consignado nos termos regimentais, a emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda e o substitutivo daquela Casa a projeto do Senado é considerado uma série de emendas. Logo, nesta fase de tramitação, compete aos Senadores e Senadoras aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte, não lhes sendo permitido promover modificações nos dispositivos já aprovados.

No mérito, as alterações que o projeto opera na Lei Maria da Penha e na Lei nº 11.473, de 2007, têm a finalidade de incorporar ao texto legal a prática exitosa de realizar visitas periódicas às residências de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar – conforme já é feito em várias cidades brasileiras, como Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Campo Grande, Fortaleza, Salvador e Manaus, entre outras –, para verificar o cumprimento de medidas protetivas de urgência e reprimir eventuais atos de violência.

O texto aprovado no Senado propunha inserir o art. 22-A na Lei Maria da Penha para criar um programa de policiamento especializado com a mesma incumbência, intitulado Patrulha Maria da Penha, além de alterar a Lei nº 11.473, de 2007. No entanto, o texto do substitutivo aprovado na Câmara altera a ementa e o art. 1º do PL, substituindo a denominação Patrulha Maria da Penha por outra mais genérica de serviço de policiamento especializado no enfrentamento da violência contra as mulheres. Também modifica o local de inserção da medida na lei, retirando o dispositivo do Capítulo II, que trata das medidas protetivas de urgência, para incluí-lo no Título VII, que trata das disposições finais, que lista um rol de ações que poderão ser instituídas pela União, Distrito Federal, estados e municípios.

A meu ver, a mudança feita pela Câmara representa um enfraquecimento da proposta aprovada do Senado. Isso porque, enquanto o texto original determinava a criação do programa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o texto substitutivo apenas o autoriza de forma genérica. Tal alteração impacta significativamente a efetividade da medida proposta, razão pela qual defendemos a manutenção do texto do art. 1º na forma aprovada pelo Senado Federal.

A segunda alteração promovida pela Câmara, constante do art. 2º da proposta, modifica a numeração do novo inciso proposto ao art. 3º da Lei 11.473, de 2007. Trata-se, portanto, de ajuste meramente redacional. Ressalte-se que o conteúdo do art. 3º da proposição permaneceu inalterado.

Pelo exposto, considero que o texto aprovado pelo Senado para a ementa e para o art. 1º atende de forma mais eficaz ao objetivo de garantir o monitoramento ativo das medidas protetivas, contribuindo para a redução de seus índices de violação. Por essa razão, recomendo que seja retomado por esta Comissão. Em relação aos arts. 2º e 3º, entendo não há óbice para a sua aprovação, por esta Comissão, na forma proposta pela Câmara dos Deputados e Deputadas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação parcial do Projeto de Lei nº 5.852, de 2023, com a aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da ementa e do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015.

Era isso, minha Presidenta.

Obrigada pela sua compreensão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, parcialmente favorável ao PL 5.852, de 2023, nos seguintes termos: aprovação dos arts. 2º e 3º da proposição e rejeição da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ementa do art. 1º, restabelecendo-se o texto originalmente aprovado no Projeto de Lei do Senado 547, de 2015.

Parabéns!

A proposta agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aí, Augusta, que legal ter aprovado hoje, porque a gente não pode falar de mulher sem falar de menina, e dia 11, no próximo sábado, é o Dia Internacional da Menina. Então, a gente faz uma homenagem às meninas também nesta manhã com esse projeto de lei.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre "Piso salarial e carga horária de 30 horas para nutricionistas".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

É uma autoria que veio da sociedade.

De ontem para hoje, recebemos algumas manifestações de nutricionistas pedindo a aprovação dessa sugestão, e a Augusta se esforçou. Não pôde ser votado no dia 1º, porque a Augusta teve um compromisso, ela não podia estar na Comissão, mas o voto dela já era nessa direção também. Estava havendo muita discussão, não é, Augusta? Nos bastidores, muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão nos bastidores, por isso é que a gente não votou na semana passada, mas eu tenho a honra de conceder a palavra à Senadora Augusta para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, mais uma vez, nossa Presidenta Damares.

Eu queria também já pedir aqui para que eu possa fazer a leitura a partir da análise.

Considerando a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e condições para o exercício de profissões, prevista no art. 22 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional propor e dispor sobre a matéria tratada na SUG nº 8, de 2025.

Além disso, compete à CDH opinar sobre as sugestões legislativas apresentadas, conforme o disposto no Regimento Interno do Senado Federal e no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19.

Assim, no plano formal, não foram constatados óbices constitucionais, jurídicos e regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, acompanhamos as razões apresentadas na sugestão.

Quero aqui fazer um parêntese e parabenizar a sugestão, que veio do e-Cidadania, como foi dito aqui. São as pessoas que reivindicam, fazem a proposta, e a gente acata aqui com um número específico para que ela possa vir a tramitar. Eu fico feliz em poder ser a Relatora desse projeto.

Então, trata-se do quê? Da valorização profissional, por meio de melhores condições de trabalho e da fixação de piso salarial, medida legítima que encontra respaldo na Carta Magna de 1988, que estabelece, como um dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, piso proporcional à extensão e à complexidade das atividades exercidas.

No caso específico da categoria dos nutricionistas e das nutricionistas, observamos que se trata de profissão regulamentada pela Lei nº 8.234, de 1991, que, em seu art. 1º, reserva a designação e o exercício da atividade a titulares de diploma expedido por escolas de graduação em nutrição, oficiais ou reconhecidas, com registro regular no órgão competente, e inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva área de atuação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma lei enumera amplo conjunto de atribuições, entre as quais se incluem: a assistência e educação nutricional e coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética e a assistência dietoterápica hospitalar – olhem aí que nome! –, ambulatorial e a nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos.

Ressaltamos que a Resolução nº 287, de 8 de outubro de 1998, do Conselho Nacional de Saúde, inclui os nutricionistas entre as 14 categorias de profissionais de saúde de nível superior, reconhecendo a essencialidade de sua atuação para a promoção da saúde e o bem-estar da população.

Diante desse quadro, entendemos que a instituição de piso salarial nacional e jornada semanal de 30 horas para a categoria mostra-se medida justa, compatível com a relevância e a complexidade das atribuições desempenhadas, com potencial de refletir positivamente na qualidade dos serviços prestados. E considerando a necessidade de se compatibilizar a jornada com a justa valorização da categoria, propomos que o piso seja fixado em R$5 mil.

Por fim, diante da necessidade de análise da matéria pelo Congresso Nacional, mediante a tramitação de proposição, propomos a inserção dos dispositivos legais correspondentes à matéria na Lei nº 8.234, de 1991, que regulamenta a profissão em tela.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 8, de 2025, e sua conversão em Projeto de Lei, para regular processamento nesta Casa.

Era isso, minha Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns!

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Fico feliz em poder fazer esse reconhecimento aos nutricionistas e às nutricionistas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou participar da discussão, Senadora Augusta, cumprimentando a autora da proposta.

A autora da proposta, assinou apenas como Veronica B. Ela incluiu essa proposta no sistema e-Cidadania, em 04/02/2005. E, em 01/06, ela conseguiu 20.744 assinaturas de apoiamento. Então, não homenageio tão somente a autora da proposta, mas as 20.744 pessoas que apoiaram a proposta dela.

E agora a gente vai para votação, pela qual a proposta de Veronica vai se transformar em projeto de lei e vai começar a tramitar.

E aí eu peço à Secretaria que informe Veronica, informe o Conselho de Nutricionistas e às associações, para que eles comecem a acompanhar agora a tramitação do projeto. E que a sociedade, participe, mande sugestões – mande.

E, olhe, é de 2025, agora, deste ano, Augusta. E já vai se transformar em projeto de lei. Então, parabéns, Veronica! Que Deus te abençoe! Parabéns aos nutricionistas!

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Parabéns, Senadora Augusta!

Eu agora vou passar a Presidência da Comissão ao Senador Flávio Bolsonaro, porque eu sou a Relatora dos próximos projetos. Tão logo eu faça a leitura – e farei de forma rápida, Senador – eu volto.

Senador Flávio Bolsonaro, a Presidência é sua.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2468, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 27 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para estabelecer que responde pelo crime praticado pelo menor de dezoito anos de idade, com pena aumentada de metade a dois terços, o agente que, por qualquer meio, induz, instiga, auxilia, determina, coage ou faz com que o menor pratique a infração penal, e revoga o art. 244-B da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto e à emenda nº 1-T.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.

Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Em 08/07/2025, foi recebida a Emenda nº 1-T, do Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, lembrando que esta Comissão trata sobre os direitos da criança e do adolescente, por isso é que está tramitando aqui, e que a constitucionalidade e juridicidade serão discutidas na Comissão de Constituição e Justiça.

A proposta, Presidente, está em sintonia com o esforço do Parlamento para reforçar o compromisso da Constituição com a proteção integral da infância e da juventude. O art. 227 da Constituição Federal é claro: o Estado tem o dever de garantir, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes, protegendo-os de negligência, exploração, violência e opressão.

Infelizmente, a realidade brasileira ainda está distante desse ideal. Um dos crimes mais graves e cruéis contra crianças e adolescentes é a corrupção de menores, quando adultos aliciam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou envolvem jovens em atividades criminosas. Essa prática rouba da criança não apenas sua liberdade, mas também sua infância e sua dignidade.

Diante desse cenário, é fundamental que o Estado reaja de forma firme e eficaz. Precisamos de leis que responsabilizem claramente os adultos que exploram crianças e adolescentes, com punições proporcionais à gravidade do crime. A certeza da punição e penas mais severas são medidas urgentes e indispensáveis.

O projeto original acerta ao prever aumento de pena em casos mais graves. Um exemplo importante é quando o autor do crime tem laços de parentesco com a vítima. Nesses casos, o crime é ainda mais reprovável, pois envolve a traição de vínculos de confiança, afeto ou autoridade usados de forma perversa para explorar a criança.

A Emenda nº 1-T ao PL representa um avanço essencial nesse sentido. Ela reconhece que os crimes ligados ao tráfico de drogas têm impacto ainda mais profundo, especialmente em comunidades carentes, onde crianças e adolescentes são aliciados para servir como "aviões" ou até mesmo escudos humanos do crime organizado.

Aí, Augusta, eu destaco que é tão terrível o que está acontecendo. Eu tenho visto vídeos, Senador Flávio, de crianças que querem ser tão iguais aos bandidos que elas fazem tornozeleiras e colocam nos pés, porque elas querem andar na comunidade com tornozeleiras para ficarem iguais aos bandidos. Olha a inversão de valores! E eles estão aliciando crianças cada vez mais jovens para o crime.

Esse tipo de recrutamento destrói o futuro de uma geração inteira e ameaça a segurança pública. Ao prever punições mais duras para esses casos, a Emenda 1-T promove justiça concreta, aumenta o poder dissuasório da legislação penal e reforça a proteção real das crianças e adolescentes. Por isso que eu acatei a ementa.

Nesse sentido, o voto.

Em razão de tudo que foi exposto, concluímos pela aprovação do PL 2.468, de 2024, e da Emenda nº 1-T apresentada.

Esse é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em deliberação terminativa.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 509, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor sobre a publicidade e divulgação dos centros de apoio à gravidez e do programa de entrega legal para adoção.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Eu vou direto à análise, Presidente.

No mérito, a proposição fortalece a efetivação de direitos humanos ao assegurar que mulheres e gestantes tenham acesso pleno à informação sobre serviços de apoio à gravidez e sobre a entrega legal e voluntária de crianças para adoção.

Assim, a proposição amplia a autonomia feminina, assegurando que as decisões relacionadas à maternidade sejam tomadas de maneira consciente, responsável e livre de qualquer forma de coerção. Esse aspecto revela-se ainda mais relevante em contextos de vulnerabilidade econômica e social, nos quais a ausência de informações adequadas tende a agravar situações de insegurança e a limitar a capacidade de escolha. Ao viabilizar o acesso a orientações claras e confiáveis, a proposição não apenas fortalece a proteção da dignidade das mulheres, mas também cria condições mais justas e humanas para que elas exerçam seus direitos de forma plena.

Com o propósito de reforçar os méritos já reconhecidos no Projeto de Lei nº 509, de 2025, apresentam-se emendas pontuais que se mostram compatíveis com os objetivos da proposição. Entre elas, propõe-se a alteração da ementa substituindo o nome "centros de apoio à gravidez" para "Instituições de Acolhimento para mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade ou risco gestacional".

No mesmo sentido, alteramos o §11 do art. 2º, substituindo o nome "centros de apoio à gravidez a mulheres em gravidez indesejada" para "Instituições de Acolhimento para mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade ou risco gestacional".

Quanto às alterações do §12 do art. 2º do Projeto de Lei nº 509, de 2025, sugerimos apenas a substituição do termo "deverão" por "poderão", tendo em vista que a redação atual extrapola os limites da iniciativa parlamentar em matéria de políticas públicas, nos termos do art. 61, §1º, II, da Constituição Federal.

Ademais, propomos a ampliação do rol de instrumentos de divulgação das campanhas, de modo a incluir, além da fixação física de cartazes, a veiculação de campanhas informativas e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgação dos programas de entrega legal e voluntária de filhos para adoção em redes sociais, programas televisivos e radiofônicos, assegurando, assim, maior alcance e efetividade da medida.

O voto, Presidente.

Concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 509, de 2025, com as emendas que já foram devidamente publicadas.

Este é o voto.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns pelo seu relatório, Senadora Damares!

Coloco o projeto em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 CDH.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em deliberação terminativa.

Devolvo a Presidência à minha ídola, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Flávio. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente. É só para lhe agradecer, Senadora Damares, pela brilhante relatoria, que melhorou, e muito, o nosso projeto, e num dia muito especial. Tinha que ser neste dia, que é o Dia do Nascituro, um dia que o Senado já votou, já aprovou, está na Câmara dos Deputados, a qualquer momento pode entrar na pauta e é um grande presente para o Brasil, o dia da criança por nascer. Precisamos valorizar cada vez mais a vida desde a concepção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

E a gente sabe como é importante, mas a gente teve um dissabor no Brasil, quando uma atriz de forma anônima fez a doação, fez a entrega legal... Ela protegeu o bebê quando ela fez a entrega legal, você se lembra desse episódio, Augusta? Ela entregou o bebê para adoção, só ela e pouquíssimas pessoas da família souberam que ela gerou, foi uma gestação não planejada, parece-me que inclusive foi vítima de uma violência, mas ela doou a criança para a adoção e tudo bem. Ela estava "vida que segue", ela tinha certeza de que o poder público tinha cuidado do bebê da forma melhor possível, mas alguém vazou essa informação para constrangê-la. Ela deu a criança e foi um constrangimento público para ela, você lembra? E ela teve que vir a público e admitir: "Eu não doei porque eu não amo, eu não podia ficar com essa criança". A criança inclusive não tinha condição de ficar, lembrava-a da violência que ela sofreu.

E esse vazamento nos incomodou muito na época, Senador, mas eu quero dizer para as mulheres que estão nos assistindo: a entrega voluntária para adoção tem o sigilo garantido; foi um episódio, mas esse episódio não é a regra – não é a regra. E a gente vai continuar com a rede de proteção de mulheres, garantindo que a mulher que quiser entregar o bebê vai ter o sigilo garantido quando ela precisar ter o sigilo garantido – não é isso, Augusta? – protegendo a mulher. É uma medida... E tem mulheres que querem entregar porque não têm condições de criar, uma questão financeira, econômica.

Então, não joguem esse bebê fora, não matem esse bebê, não coloquem no lixo e não entreguem a pessoas que você não conheça. Tem gente comprando bebê. Então, quer entregar para adoção, a campanha vai ser: "Entregue ao poder público, a rede de proteção da infância que vai cuidar do bebê".

Então, a matéria é meritória. E que todo mundo seja protegido. O que a gente queria mesmo, Flávio, é que não tivesse violência contra a mulher, que as mulheres pudessem gerar na hora em que elas quisessem gerar e na hora em que elas pudessem gerar, mas não é a realidade do Brasil. Então, a campanha está aí. Parabéns, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com a permissão de V. Exa., Presidente, eu vou passar direto à análise do projeto.

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e dos direitos da mulher, o que torna regimental a análise do projeto.

É nobre a preocupação do notável Senador Eduardo Girão com a saúde das mulheres brasileiras, que estaria em risco diante da possibilidade de oferta do serviço de aborto legal via telessaúde.

Concordamos com o autor: a modalidade tem permitido a expansão do acesso à saúde, especialmente em regiões isoladas, entretanto, é preciso considerar que a realização de procedimentos médicos de forma remota, especialmente os de natureza abortiva, pode colocar em risco a saúde e a vida das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ausência de supervisão presencial do profissional de saúde dificulta a avaliação completa das condições clínicas da paciente, a identificação de possíveis intercorrências e a prestação de socorro imediato em casos de emergência. Sem o devido acompanhamento, mesmo o aborto legal farmacológico, feito no Brasil com o uso do medicamento misoprostol, pode deixar de ser um procedimento seguro e eficaz.

Por meio da Nota Informativa nº 1, de 2021, do Ministério da Saúde, entende-se que o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez, por sua complexidade, extrapola as formas de atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, de consulta, monitoramento e diagnóstico, admitidas pela modalidade da telessaúde.

No entender do órgão, o abortamento compreende um procedimento clínico que não está autorizado para ser realizado por telemedicina e que, obrigatoriamente, deve ser acompanhado presencialmente por um médico no ambiente hospitalar, onde se tem todos os aparelhos e recursos para salvaguardar a mulher de eventuais intercorrências, as quais, aliás – e, infelizmente – são muito comuns nesses casos.

O órgão justifica sua posição com base na constatação de que o atendimento a estas gestantes deve se dar por uma equipe multidisciplinar, pois as consequências de um crime tão aviltante como o de violência sexual não podem ser desconsideradas e tratadas de forma simplista.

Há, ainda, outro impedimento técnico: a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, somente permite a compra e uso de medicamento contendo o misoprostol em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto à autoridade sanitária para este fim.

Na mesma linha de entendimento, o Conselho Federal de Medicina manifestou-se contra o uso da substância fora de ambiente hospitalar, conforme Circular nº 182, de 10 de agosto de 2021, dirigida aos presidentes de conselhos regionais de medicina. Um dos fundamentos foi justamente a restrição imposta pela Portaria 344, de 1998. Outro argumento – mais significativo, inclusive – foi o risco de hemorragia severa em determinados casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a medida proposta mostra-se adequada e necessária à proteção da integridade física e psicológica das mulheres.

Além dos motivos de ordem técnica que citamos, insta nos referirmos a possíveis repercussões jurídicas da realização do aborto pela via da telessaúde. A Constituição da República assegura, no *caput* do art. 5º, a inviolabilidade do direito à vida. Como instrumento de proteção de bens jurídicos fundamentais, o Direito Penal tipifica o crime de aborto, ressalvadas algumas situações excepcionais: risco à vida da mãe, gravidez resultante de estupro ou anencefalia, esta última por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, o projeto de lei se insere no marco normativo de proteção do direito à vida, pois cria uma barreira à prática indiscriminada de procedimentos abortivos. Assim, tutela o direito à vida da gestante elegível ao aborto legal, que terá a segurança de ser acompanhada por profissionais competentes, como também do nascituro, cuja expectativa de nascer não será frustrada pelo uso ilegal e descontrolado de um importante avanço tecnológico da medicina.

Por esse aspecto, a ideia normativa presente no projeto de lei sob exame apresenta-se hígida, ainda, sob o critério da proporcionalidade.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.167, de 2023.

Feitos o relatório e a análise, Sra. Presidente, faço votos de homenagem ao Senador Eduardo Girão pela iniciativa, que vai justamente em defesa da mãe, no caso de um procedimento dessa natureza, desacompanhada dos médicos, colocando em risco a própria vida, mas também do nascituro, para que não haja extrapolação daquilo que é previsto na legislação, daquilo que é previsto em precedentes do Supremo Tribunal Federal, no caso da anencefalia.

Então, é um projeto que tem duplo alcance, sobretudo no aspecto de proteção à integridade física e psicológica da mãe, portanto, não sendo a telemedicina o meio apropriado para essa finalidade.

Parabenizo o Senador Eduardo Girão pelo projeto e V. Exa. por pautar essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Presidenta, eu gostaria de pedir vista desse projeto, visto que eu tenho muitas dúvidas, realmente, do que se está tratando – se é retirada de direito a mais um mecanismo de atendimento à saúde da mulher ou se realmente a gente está assegurando a vida de tantas mulheres.

Então, eu queria pedir vista, para ver se eu posso contribuir também com o projeto do nobre Senador.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Girão.

Mas vista coletiva já concedida.

Sim, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Eu, assim... Está muito claro o projeto, né? O projeto é bem objetivo.

A gente compreende que é regimental, mas faço aqui um apelo à minha colega conterrânea Senadora para que a gente possa... Em alguns momentos foi o inverso, com matérias do interesse da colega, em momentos festivos, alusivos. Nós estamos na semana... na verdade, no Dia do Nascituro, é o dia das crianças por nascer. Aqui, não se está tratando de uma vida, nós estamos tratando de duas vidas, que são a vida da mulher... Porque você fazer procedimento abortivo por telemedicina é algo inaceitável! Acho que, até para quem defende o aborto legal, é algo perigosíssimo para a saúde da mulher. Eu não estou nem entrando em outras questões aqui, é uma questão de respeito à saúde da mulher, de ordem psicológica, emocional e até física.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe faço esse apelo para que a gente possa... Esse projeto não termina aqui, esse projeto vai para outras Comissões. Eu lhe faço esse apelo pelo Dia da Criança, pelo dia da criança por nascer. O projeto é algo que protege duas vidas.

O projeto foi uma instituição feita na época

O projeto foi uma instituição feita na época da telemedicina, na época da pandemia. Ali, era uma situação realmente em que os hospitais não estavam tendo a oportunidade de funcionar, mas, passado esse momento da pandemia, não tem por que ter telemedicina para fazer aborto.

Então, é só esse apelo que eu faço, até como uma medida de cortesia, de gentileza. Como em outros momentos a gente atendeu, eu espero que a recíproca seja verdadeira em relação a isso, Senadora.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu quero dizer que a recíproca sempre é verdadeira, mas eu não posso retirar o pedido de vista, porque eu preciso verdadeiramente entender que a gente não está retirando direitos que já existem, além de ser assistida presencialmente, que, obviamente, é, eu diria assim, o essencial que aconteça.

Eu não estou aqui defendendo que vá se fazer aborto de forma virtual, muito pelo contrário. Eu estou preocupada com a retirada da possibilidade de um atendimento à saúde da mulher por telemedicina.

Não estou aqui tratando da questão de abortar ou de não abortar, mas eu garanto que eu vou fazer rapidamente. Vou conversar com V. Exa. para a gente entender se precisa de emenda ou se ela cabe ou se eu já apoio integralmente, mas eu preciso desse tempo para que eu possa realmente ver se a gente não está falando de se retirar o direito à mulher a um atendimento de telessaúde que vá beneficiá-la.

Então, eu entendo que não é nenhuma questão pessoal. Obviamente, não é, muito pelo contrário. O projeto anterior, eu achei que era bem significativo. A gente tem que incentivar realmente, desburocratizar a questão da adoção, mas eu preciso ver se eu ainda contribuo ainda mais com o projeto de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, tranquilo. É regimental. Isso aí faz parte, mas é bem claro aqui: a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade de telessaúde. Isso aqui não tem nenhuma crítica com relação a outros tipos de direito, muito pelo contrário.

Mas o pedido de vista está feito. E, semana que vem, a gente vota e espera o seu voto, porque são duas vidas envolvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A matéria volta para a pauta na próxima semana.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4459, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para obrigar a inclusão de informações sobre Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia, doenças raras e visão monocular nos censos demográficos; e altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para facultar a inclusão de informações sobre animais domésticos nos censos demográficos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

O projeto vem da Câmara, da Deputada Federal Rejane Dias. O Relator é o Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fará a leitura *ad hoc* do relatório, o Senador Girão.

Concedo a palavra ao Senador Girão para a leitura *ad hoc* do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Peço a sua autorização para a gente ir direto para a análise. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, conforme dispõe o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, temática abrangida pelo projeto de lei em análise.

Inicialmente, é importante destacar que o censo demográfico é a principal fonte de referência sobre as condições de vida da população do país. São contados todos os moradores residentes em domicílios particulares e coletivos, na data de referência do levantamento. A periodicidade é decenal.

O questionário básico da pesquisa conta com 26 questões e investiga as principais características do domicílio e de seus moradores. Uma parcela dos domicílios é selecionada para responder também ao questionário da amostra, que contém 77 questões. Esse questionário inclui quesitos mais detalhados e temas específicos: características dos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo.

No Censo de 2022, foram investigados cerca de 75 milhões de domicílios particulares permanentes. Por sua vez, o questionário da amostra foi aplicado a 11% desse total, ou seja, aproximadamente 8,5 milhões de domicílios.

Cabe lembrar que, de acordo com a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas e dá outras providências, é obrigatória a prestação das informações solicitadas pela Fundação IBGE – que tem caráter sigiloso, sob pena de multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tais informações são constituídas por quesitos que compõem o censo demográfico e podem variar de país para país. No Brasil, sua definição envolve um processo que contempla diversos fatores, tais como: consultas aos usuários, revisão dos tópicos tradicionalmente investigados, reavaliação da necessidade de manter séries históricas, identificação de novas demandas por dados e análise das alternativas disponíveis para sua obtenção – sempre em consonância com as recomendações internacionais.

Nessa mesma linha, aliás, não obstante essa sistemática, determinadas questões do censo passaram a ser objeto de determinação legal. Nesse sentido, o art. 17 da Lei nº 7.853, de 1989, instituiu a obrigatoriedade de inclusão de perguntas específicas sobre pessoas com deficiência, com o propósito de quantificar esse segmento da população. Posteriormente, em 2019, o referido dispositivo foi alterado para prever também a coleta de informações relativas às especialidades do TEA nos censos demográficos, conforme determinação da Lei 13.861, de 18 de julho de 2019.

Nessa mesma linha, a medida proposta pelo projeto de lei, no que se refere ao TDAH e à dislexia, complementa as normas já existentes e está em consonância com os objetivos da Lei 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. A referida norma determina que o poder público desenvolva e mantenha programas de acompanhamento integral para esse público.

A inclusão de informações sobre esses transtornos no censo auxiliará a identificar, dimensionar e caracterizar esse segmento da população. Com base nesses dados, será possível aprimorar o planejamento das ações de apoio educacional, no âmbito da rede de ensino, e de apoio terapêutico especializado, no âmbito da rede de saúde, conforme determina a lei.

O mesmo raciocínio se aplica à visão monocular – condição caracterizada pela perda total da visão em um dos olhos –, reconhecida como deficiência sensorial do tipo visual por força da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

De acordo com o Censo 2022, entre as 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, 7,9 milhões tinham dificuldade de enxergar, mesmo usando óculos ou lentes de contato. Todavia, não há informação disponível sobre as pessoas com deficiência visual monocular, o que dificulta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o estabelecimento de políticas públicas específicas para atender às necessidades desse segmento populacional.

Da mesma forma, no que se refere às doenças raras, o dimensionamento e a caracterização desse contingente populacional podem conferir maior efetividade à Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras – instituída pela Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014, do Gabinete do Ministério da Saúde, e consolidada no Anexo XXXVIII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 –, que visa garantir o acesso a serviços de saúde, reduzir a mortalidade e melhorar a qualidade de vida das pessoas afetadas por essas afecções.

Apesar de o número exato de doenças raras não ser conhecido, estima-se que existam entre 6 mil e 8 mil tipos diferentes. Quanto às pessoas afetadas por essas condições, por sua vez, estima-se que sejam 13 milhões, o que corresponde a cerca de 5% da população brasileira. Todavia, essa estimativa vem sendo repetida pelo menos desde 2013, ou seja, há mais de uma década, o que evidencia sua defasagem.

Por fim, observa-se que o Brasil carece, sim, de estatísticas oficiais sobre a população de animais de estimação. As estimativas atualmente disponíveis derivam de levantamentos pontuais, de abrangência limitada, realizados por iniciativa de empresas privadas do setor, o que pode comprometer a consistência metodológica e a fidedignidade dos dados.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.459, de 2021.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma matéria beneficiando as pessoas com deficiência, as doenças raras e TDAH.

O Senador Flávio Arns foi perfeito em seu voto.

Parabéns, Senador Girão, por estar colaborando com mais essa entrega da Comissão hoje.

A matéria agora vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nós vamos ao item 14 da pauta, que é um requerimento de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Eu vou subscrevê-lo.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2025 - CDH seja incluída como convidada a Senhora Janaína de Andréa Dernowsek, pesquisadora da área de biotecnologia, bioimpressão e biomateriais.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Esse é um requerimento apenas para inclusão de mais uma convidada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Obrigada.

Nós esgotamos a nossa pauta.

Quero agradecer aos Senadores que colaboraram e anunciar que hoje, logo mais, às 14h, teremos uma audiência pública, que será conduzida pelo Senador Girão. Estarei presente também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Isso. Isso é muito importante, Presidente. Eu queria agradecê-la.

E outra coisa importante: se a senhora puder marcar, o quanto antes, se possível na semana que vem – eu sei que estes dias estão atribulados –, uma audiência pública, que nós aprovamos já tem dois meses, sobre a questão lá de Fortaleza, no caso da prefeitura...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a questão de estarem dando contraceptivos para crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Secretaria, peço para observar o pedido do Senador.

O item 13, que teria a leitura do relatório pelo Senador Paim – ele faria a leitura no início; precisou sair correndo porque está trabalhando o texto de uma PEC –, ficou para a próxima semana.

(É o seguinte o item:

ITEM 13

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF259328014614

- Não terminativo -

Relatório da diligência da CDH realizada em Viamão/RS

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Agradeço aos demais.

Eu vou para aquela parte da nossa reunião que é a leitura de expedientes, de denúncias. Os Senadores fiquem à vontade se não puderem continuar.

Denúncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas denúncias a seguir, da 362 a 365, informar ao demandante que a CDH, no uso de suas atribuições regimentais, não possui competência para intervir diretamente em processos administrativos universitários, bem como em processos que já foram objeto de apreciação do Poder Judiciário, ainda que a parte discorde do resultado, sejam elas nacionais ou estrangeiras, nem pode determinar o acesso direto a autos que tramitam sob sigilo judicial em outros países. E ainda não possui competência para determinar a reabertura de processos administrativos ou aplicar sanções disciplinares em instituições de ensino.

Denúncia 362: cidadão denuncia que universidades públicas excluem pessoas superdotadas adultas, gerando hostilidade e perseguição; alega que o estado falha estruturalmente em lidar com esses indivíduos. Encaminhamento: orientar o demandante a protocolar representação junto ao Ministério da Educação e na ouvidoria da universidade, solicitando apuração sobre eventual discriminação.

Denúncia nº 363: cidadã denuncia que a universidade recusou-se a abonar faltas e não forneceu apoio, inclusive, à aluna com deficiência ou doenças crônicas, resultando em reprovação e prejuízos psicológicos. A denunciante alega a perseguição do coordenador do curso e omissão judicial da análise. Encaminhamento: considerando que o caso já foi julgado e transitou pelas instâncias competentes, orientar que eventual inconformismo com decisão judicial deve ser tratado por meio dos instrumentos jurídicos cabíveis, advogado ou mediante defensoria pública; e ressaltar, contudo, que a CDH se restringe à esfera institucional e preventiva, com o objetivo de contribuir para que situações semelhantes não se repitam.

Denúncia 364: advogado denuncia que um estudante brasileiro de Medicina está preso na Argentina enfrentando dois processos por estupro de vulnerável no Brasil e um sigiloso na Argentina; pede a intervenção da Comissão para obter acesso aos autos na Argentina. Esclarecer que casos envolvendo cidadãos brasileiros presos no exterior são de competência do Ministério das Relações Exteriores, por meio das embaixadas e consulados do Brasil, que prestam assistência consular, incluindo orientações jurídicas.

Todavia, a CDH poderá oficiar ao MRE, solicitando informações sobre as medidas de assistência consular prestadas ao cidadão brasileiro, sem intervir no mérito ou no andamento processual; orientar o demandante a encaminhar representação ao Itamaraty, solicitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento do caso e intermediação para acesso às informações processuais dentro dos limites da legislação argentina.

365: Denúncia sobre violação de direitos humanos de uma criança autista de sete anos em uma escola militar em Itabira, Minas Gerais. O denunciante solicita a reabertura do processo administrativo sancionador.

Encaminhamento: Esclarecer que eventuais pedidos de revisão ou reabertura do processo administrativo sancionador devem ser dirigidos à própria instituição responsável, no caso, a direção da escola militar ou respectivo comando educacional. Todavia, a CDH poderá acompanhar a situação por meio de ofício de solicitação de informações aos órgãos competentes, sem interferir na autonomia administrativa militar. Protocolar requerimento junto ao comando da escola militar em Itabira ou à diretoria de ensino competente do exercício brasileiro, solicitando a reavaliação do caso e apresentando os fundamentos e documentos que justifiquem a reabertura do processo.

Informes.

Informe 366: Cidadã convida o Presidente dessa CDH para participar de audiência pública que debaterá reindustrialização brasileira e seu papel no desenvolvimento econômico e social do país.

Informe 367: Convite para lançamento de um programa nacional da Defensoria Pública da União para atendimento a mulheres vítimas de violência e acusadas de subtração de crianças.

Solicitações.

Solicitação 368: Advogada que protocolizou denúncia contra o Supremo Tribunal perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA solicita informações sobre o andamento das providências que teriam sido oralmente deferidas em uma audiência pública realizada em 18 de julho de 2025.

369: Documentarista solicita informações sobre a SUG 9/2024, plebiscito sobre monarquia, buscando a data da próxima reunião e os procedimentos para filmagem e acesso à sala da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respostas de ofício.

Em resposta ao Ofício 279 da CDH, que encaminha relatório de diligência à Secadi, o MEC informa sobre ações de informação para educadores e apoio à criação de um polo de medicina.

371: Recebemos respostas ao ofício 3... eu vou repetir. A resposta do Ofício 279... A Secadi respondeu o nosso Ofício 279; o Itamaraty respondeu o Ofício da Comissão 296; o MDH respondeu o nosso Ofício 298, e, na Indicação 67 do Senado, o Ministério da Justiça informa que a Polícia Federal intensificou o combate ao garimpo em Terra Indígena Yanomami, reduzindo alertas em 94%.

Esses são os encaminhamentos, essas são as solicitações, essas são as denúncias.

Coloco em votação os encaminhamentos, as denúncias e as solicitações.

Os Senadores que concordam com os encaminhamentos lidos, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os encaminhamentos.

Nada mais tendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves, Eduardo Girão e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Efraim Filho, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Beto Faro, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 11/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros. Finalidade: Debater sobre: "Direitos humanos fundamentais, com foco no direito à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança", com especial atenção à proteção dos direitos do nascituro. Participantes: José Miranda de Siqueira, Advogado atuante nas ADPFS/STF. Professor de Biodireito. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília; Karina Rocha Mitleg Bayerl, Representante da Defensoria Pública da União; Ana Jovina Barreto Bispo, Conselheira Federal Suplente pelo Estado de Sergipe - Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM; Andrea Hoffmann Formiga, Presidente do Instituto Isabel, advogada e profissional de relações governamentais e políticas públicas há 25 anos, especialista em Direito Processual Civil e Relações Governamentais Estratégicas e políticas públicas; e Luciana da Silva Lopes, Mestre em Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ, Ginecologista Obstetra e Coordenadora de Assuntos Bioéticos e Científicos do Comitê Brasil Sem Aborto – RJ. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia treze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 20/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros., e SUG 12/2018, de autoria ALJT, Anamatra, ANPT, Sinait. Finalidade: Debater sobre: Os impactos da Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho, como parte do ciclo de debates do novo Estatuto do Trabalho (SUG nº 12/2018). Participantes: José Carvalho, Defensor Público Federal de Categoria Especial e Coordenador do Comitê de Modernização Tecnológica da Defensoria Pública da União; Thiago Gomes Marcílio, Consultor ad hoc na Relatoria de Inteligência Artificial-IA, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e pesquisador no Centro de IA e aprendizado de Máquinas-CIAAM/USP; Paula Montagner, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho, da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego; Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira, Consultor Legislativo do Senado Federal; Hugo Valadares Siqueira, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Priscila Lauande Rodrigues, Doutora em autonomia privada, empresa, trabalho e proteção de direitos na perspectiva europeia e internacional pela Universidade Sapienza de Roma, com dupla titulação pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF); Guilherme Kirtschig, Procurador do Trabalho - PRT 9a Região - Curitiba/PR e Membro do Grupo de Estudos de Inteligência Artificial e Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Atahualpa Blanchet, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e da Relatoria de IA do Conselho Nacional de Direitos Humanos; Nina da Hora, Cientista de computação e pesquisadora brasileira; Jefferson de Morais Toledo, Auditor Fiscal do Trabalho - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; e Nathalie Gazzaneo, Co-diretora do Projeto Harvard sobre Força de Trabalho, Futuro do Trabalho, Tecnologia Responsável e Mobilidade Econômica. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e oito minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Ivete da Silveira, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Izalci Lucas, Beto Faro, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 64ª, 65ª e 66ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2169, de 2019 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3030, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos Rogério (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: pela prejudicialidade do PL n° 3.030, de 2019, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3803, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência à Senadora Ivete da Silveira. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 1-CDH e 2-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5608, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência à Senadora Ivete da Silveira. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 851, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: pela rejeição do projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4167, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Sugestão n° 6, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - chega de contagem secreta!"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Sugestão n° 12, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Tornar a pedofilia crime inafiançável"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4159, de 2023 - Terminativo - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: A Comissão aprova o Projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4792, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 5329, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão "serviço social" por "assistência social"." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: pela aprovação do projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 385, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Astronauta Marcos Pontes como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CDH. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 577, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame à pedido. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 979, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame à pedido. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1986, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Astronauta Marcos Pontes como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. ITEM 15 - Relatório Legislativo - SF259328014614 que: "Relatório da diligência externa da CDH realizada no município de Viamão/RS." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Apresentado o relatório. A Comissão aprova o Relatório. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 880, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta, pela aprovação das emendas nº 4-T, 5-T, 7-T, 8-T, 9-T e 10-T, e pela rejeição das emendas nos 1-T, 2-T, 3-T e 6-T. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 11, 12, 13, 14 e 15-CDH, bem como pela aprovação das emendas nºs 4-T, 5-T, 7-T, 8-T, 9-T e 10-T, e pela rejeição das emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 6-T. ITEM 17 - Projeto de Lei n° 5760, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 114, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública par debater o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 19 - Projeto de Lei n° 2524, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil, estabelecendo a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata." Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3027, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2001 (Código Civil), para dispor, no que concerne ao regime de bens entre os cônjuges, sobre a natureza dos planos de previdência complementar e sobre investimentos financeiros que sofram alterações à revelia de seu titular, promovidas pela instituição que os administre." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4438, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui o regime jurídico da transformação de ativos imobiliários em títulos digitais intangíveis (“tokens imobiliários”), o qual abrange a emissão, negociação, custódia e registro de tais títulos, sua integração com o Sistema Nacional de Registro de Imóveis (SNRI) e a proteção aos correspondentes agentes econômicos." Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3985, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para proibir a monetização de conteúdos digitais com menores de idade que exponham de forma abusiva sua imagem, e dá outras providências." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1217, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a proteção das pessoas com deficiência que não têm o necessário discernimento para os atos da vida civil." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3324, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 para autorizar a emissão de debêntures por sociedades limitadas e cooperativas." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1070, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o Código Civil, para permitir às associações e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas a criação de fundo próprio para prevenção e reparação de danos a seus veículos em razão de algum infortúnio, bem como cancela os autos de infração emitidos, até a data de publicação desta Lei, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra as associações de caminhoneiros e cooperativas de transportadores de pessoas ou cargas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5035, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer como regra a não sujeição do mandato a prazos de validade." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4081, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 9.307, de 23 de setembro de 1996, a fim de autorizar a estipulação de cláusula compromissória arbitral para resolução de conflitos condominiais em convenção do condomínio edilício." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1209, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre a anulabilidade de negócios jurídicos celebrados por indígenas com pessoas alheias aos seus povos que se aproveitem dos costumes ou do desconhecimento das leis para se arrogarem a propriedade, a posse ou o uso de terras ou do patrimônio indígenas." Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3125, de 2021 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para responsabilizar civilmente o agente que provocar acidente sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1090, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 1.146 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a responsabilidade por sucessão do adquirente de estabelecimento empresarial." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5240, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1.571 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para prever a dissolução do casamento válido no caso de declaração de morte presumida." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1136, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, - Código Civil, para disciplinar a guarda de animais de estimação em condomínios edilícios." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3914, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre a proteção, sob os aspectos patrimonial e econômico, de crianças e de adolescentes." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3612, de 2021 - Não Terminativo - que: "Amplia o espaço físico alcançável pela pessoa natural e jurídica por meio do disciplinamento normativo do domicílio virtual e do teletrabalho." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1351, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para estabelecer cláusulas obrigatórias nos contratos de seguro e dar outras providências." Autoria: Senador Giordano (MDB/SP). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2122, de 2024 - Não Terminativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- que: "Altera as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, 8.009, de 29 de março de 1990, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e 11.326, de 24 de julho de 2006, a fim de instituir o direito à posse certificada e incluir a possibilidade de que essa modalidade de posse seja objeto de hipoteca e de alienação fiduciária em garantia; e dá outras providências." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2802, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 932 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer a responsabilidade civil dos pais por atos praticados pelos filhos menores pela internet." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1147, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impedir a fruição do prazo prescricional contra aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade." Autoria: Câmara dos Deputados. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2700, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (conhecida como Marco Civil da Internet – MCI), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para garantir princípios, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, resguardar o direito à liberdade de expressão e assegurar o devido processo legal nas medidas judiciais relativas à liberdade de expressão." Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3570, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui a Lei de Proteção dos Trabalhadores de Aplicativos de Transporte Individual Privado ou Entrega de Mercadorias (LPTA). Acrescenta art. 609-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil" e art. 4º-C, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, regulamentando, no âmbito civil e tributário, o trabalho dos prestadores de serviços com uso de aplicativos de transporte individual privado e dá outras providências." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 592, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014; a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019; a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de proteger a personalidade digital das pessoas naturais e a liberdade de expressão na internet." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1930, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a impenhorabilidade das quotas-partes do capital social dos associados nas instituições financeiras constituídas sob a forma de cooperativas singulares." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2009, de 2023 - Não Terminativo - que: "Permite ao titular da propriedade privada invadida ou esbulhada e ao detentor da posse direta requisitar auxílio policial para fazer cessar a turbação ou reintegrar o imóvel invadido." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. ITEM 20 - Relatório Legislativo - SF258628388279 que: "Relatório da diligência externa da CDH realizada nos municípios de Humaitá e Manicoré/AM." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Apresentado o relatório. A presidente concede prazo de uma semana para que os membros possam apresentar sugestões ao texto. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 115, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública para tratar Assistência Estudantil para os Povos Indígenas" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 117, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater "A importância do custeio da Previdência Pública"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/15

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 64ª a 66ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir, por gentileza, uma antecipação aqui da pauta do item em que sou Relator, o item 19.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqueles que concordam com a inversão da pauta permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 19

PROJETO DE LEI Nº 2524, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil, estabelecendo a presunção absoluta de viabilidade fetal a partir da vigésima segunda semana de gravidez.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Mecias de Jesus pela iniciativa.

É um voto muito técnico. Eu peço a sua autorização para a gente ir direto ao voto resumido aqui, para que a gente possa ganhar tempo.

O Projeto de Lei (PL) nº 2.524, de 2024, de autoria do Senador Mecias de Jesus, altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dispõe sobre os direitos do nascituro na ordem civil.

O direito à defesa dos interesses do nascituro é assegurado pelo nosso ordenamento jurídico desde a concepção. Tanto é assim que nosso ordenamento garante aos ainda não nascidos os direitos de receber doação, herança, de ser curatelado, ou garante mesmo o direito de a mãe receber indenização por morte do seguro DPVAT pela morte de seu filho, ainda no ventre em razão de acidente automobilístico. Desse modo, o projeto de lei apenas vem confirmar o que a legislação já prevê, em consonância com a Constituição Federal, o Código Civil, os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e normativas do Conselho Federal de Medicina.

Em respeito ao princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais, o projeto estabelece que, nos casos em que a lei permite a interrupção da gravidez e há viabilidade de sobrevida fora do útero, o procedimento é a antecipação do parto. Essa solução é a mais segura e adequada para a gestante e evita a prática da assistolia fetal, que a ciência demonstra ser desumana, dolorosa e desproporcional, caracterizando tortura, algo impedido pela nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da dor terrível que provoca, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, ainda em 2012, já classificava como método inaceitável o uso da substância cloreto de potássio no processo de eutanásia de animais.

Nada obstante, com o objetivo de aprimorar a redação do projeto, propomos ajustes que reforçam a proteção ao nascituro, especialmente no que se refere ao reconhecimento da vida intrauterina como expressão da dignidade humana, ao direito à justiça e aos limites éticos e jurídicos da intervenção médica em casos de risco para a gestante.

Pelo exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.524, de 2024, com as emendas apresentadas no parecer, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, da CDH.

Parabéns, Senador Girão.

Eu preciso fazer um comentário, mas eu não queria interromper a votação. É um tema delicado, é um tema que desperta debates contraditórios. A pauta foi publicada segunda-feira. É um projeto de lei concebido por um homem, relatado por um homem, mas a gente sabe que muitas Parlamentares mulheres gostariam de ter participado deste debate, e elas não estão aqui hoje. Este projeto agora segue para a Comissão de Assuntos Sociais. Então, ele vence essa etapa aqui nesta Comissão. Esta é uma Comissão que discute o direito das mulheres, e, por isso, eu tenho que fazer esta ponderação. Eu conduzo uma Comissão em cujas atribuições está o direito das mulheres, e há mulheres que querem discutir a matéria, mas esta é uma Comissão também que protege o direito das crianças, e cuidar das crianças também é nossa obrigação. Então, a gente vence esta parte do direito aqui, e o mérito será discutido na próxima Comissão. Inclusive, se nenhuma Senadora se habilitar para ser a Relatora desta matéria, eu gostaria de ser a Relatora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na CAS, e a gente fazer uma discussão sobre o mérito à luz da ciência, com toda a delicadeza, mas a gente entrega em outubro, que é o mês que é considerado também o mês do nascituro, mais uma matéria.

Eu concordo com a matéria, todo mundo sabe a minha posição, concordo com o autor, com o Relator, mas para que nenhuma Senadora, membra desta Comissão ou desta Casa, entenda que a gente atropelou, a gente não atropelou: a pauta foi publicada, e nenhuma esteve, ninguém esteve aqui para pedir vista.

Mas a gente vai continuar a discussão lá na CAS, e eu faço questão de fazer essa discussão na CAS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É só deixando muito claro que esta proposição não viola absolutamente nenhum direito da mulher – estou deixando isso claro. Aqui é de proteção do nascituro e da própria mulher, porque são duas vidas envolvidas. Este assunto eu acredito que está longe de ser polêmico, a não ser pelo Ministro Alexandre de Moraes, aí sim, que deu uma canetada, de forma monocrática, suspendendo uma resolução do Conselho Federal de Medicina.

Este projeto ainda vai passar por outras Comissões, e lá a gente... Eu espero que a senhora pegue essa relatoria, porque a senhora entende do assunto, e que a gente possa efetivamente fazer esse debate o mais rápido possível. Eu peço à senhora para solicitar ao Presidente Marcelo Castro – eu ficaria muito feliz que a senhora fosse a Relatora – que pudesse colocar na pauta o mais rápido possível.

Muito obrigado.

Parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou pedir licença, Presidente, porque eu tenho um compromisso externo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Parabéns, Senador Girão.

Vamos continuar a nossa pauta.

Como eu sou Relatora do item 2 da pauta, eu queria solicitar à Senadora Ivete que possa presidir, para que eu faça a leitura do meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Bom dia a todos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3803, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CE e CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria se apresenta, desde o ponto de vista dos direitos humanos, como sendo de alto valor. É, de fato, uma ambição política brasileira a inclusão das pessoas com deficiência no rol dos que usufruem os direitos gerados por todos nós brasileiros, mas, conforme se pode observar na justificação do autor, a falta de detalhamento bem como a insuficiente coordenação entre as instituições públicas e privadas mobilizadas nas leis que favorecem as pessoas com deficiência – a exemplo das Leis nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (que estabelece o Plano Nacional de Educação), nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), e nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão) – tornam tais diplomas legais instrumentos ainda inadequados para que se possa realizar a ambição política e democrática de inclusão, de que falamos anteriormente.

Julgamos que as medidas de coordenação propostas, como as de intersetorialidade e de multifuncionalidade, bem como a qualificação de pessoal e a manutenção permanente de dois professores na mesma sala de aula em que houver alunos com necessidades heterogêneas são ótimas ideias, que se prestam ao fim que almejam. O futuro ensinará sobre outras medidas necessárias, mas, na perspectiva de que observamos a condição social, hoje, a proposição é muito bem-vinda.

Não obstante o grande mérito da proposição, sugerimos alguns aprimoramentos que passamos a elencar.

Sugerimos que no §1º do art. 4º do projeto de lei seja alterado o termo “deve” para “poderá", visando à garantia da constitucionalidade da proposição quanto à geração de custos e obrigações sem determinar-lhes a fonte e as condições, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, sugerimos que, no inciso II do art. 6º do Projeto de Lei 3.803, de 2019, seja feita a alteração do termo “assistencial” para “de serviço social”, visto que “assistência social” é uma política pública, um direito do cidadão, enquanto serviço social é a profissão que atua nessa área e em outras políticas sociais.

O voto, Sra. Presidente, é pela aprovação do projeto de lei com as emendas que citei e que estão devidamente publicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas, de redação, nºs 1-CDH e 2-CDH.

A matéria segue para a Comissão de Educação e Cultura e, posteriormente, para a análise terminativa da CCJ.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5608, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.

Autoria: Deputada Maria Rosas

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão restringe-se ao exame do mérito da matéria.

Vou direto à análise, Presidente.

O câncer de mama é doença generalizada entre nós, e quem dela sofre não experimenta, normalmente, a incapacitação para o trabalho, mas o preconceito – que a proposição procura evitar, com o esclarecimento da sociedade – acaba fazendo com que o diagnóstico de câncer de mama seja um veredito final a respeito da capacidade laboral da mulher. E sabemos muito bem que isso não é assim. Não é isso, Senadora? Depois, vocês vão entender por que eu fiz essa pergunta para ela.

Conforme argumentos presentes na justificação da proposição, até 64% das mulheres recuperadas retornam ao trabalho em até dois anos. Eu voltei em quatro dias.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – E eu, em 15 dias.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês entenderam agora, não é?

Em síntese, a proposição busca traduzir os avanços da medicina que possibilitam a cura das mulheres em uma ferramenta de combate aos preconceitos que dificultam a correta avaliação da capacidade laboral de mulheres que tiveram ou ainda têm a doença. Cabe ao Estado reconhecer tais avanços e dar conhecimento deles à sociedade. É precisamente isso que busca o PL 5.608, de 2023, da minha querida amiga Deputada Maria Rosas.

Diante do evidente mérito do projeto, Presidente, sugerimos apenas uma emenda de redação, para não precisar voltar para a Câmara, para aprimoramento de sua ementa, a fim de que reflita o disposto na proposição.

Conforme dito, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.608, de 2023, que dispõe sobre condições de trabalho de mulheres com diagnóstico em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer e cria o selo Empresa Amiga da Mulher.

Presidente, eu acho que este momento aqui é histórico: uma Relatora que está enfrentando um câncer de mama; e uma Presidente que enfrentou um câncer de mama, que se saiu tão bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que ficou tão bonita – ficou até mais bonita depois. Eu acho que a gente podia mandar uma palavra, Presidente, lá para as mulheres que estão enfrentando o câncer de mama: ânimo! É possível vencer e se sair muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – E sempre fazer o exame preventivo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Eu, graças a Deus, tenho por hábito, todos os anos, no mês de março, fazer um *check-up* completo. Há dois anos, para minha surpresa, apareceu um câncer de mama.

Ainda bem que era minúsculo, apenas 11mm, e não precisei tirar a mama. Fiz a cirurgia, não precisei fazer quimioterapia nem radioterapia, mas tomo um remédio durante cinco anos. Quer dizer, faltam três anos para eu terminar de tomar esse remédio. Sinto-me muito bem.

Muitas vezes, vocês me veem de bengala ou na cadeira de rodas, mas isso não tem nada a ver com o câncer que eu tive. É porque eu tenho problemas nos dois joelhos. Por isso faço uso da cadeira de rodas, na maioria das vezes, dependendo da distância.

Um conselho para todas as mulheres depois de 40 anos: façam sempre mamografia. É uma doença silenciosa. Você não sente nada. E eu tive uma surpresa muito grande quando eu descobri e, na mesma hora, eu já falei para o médico: vamos fazer, quero tirar. E, depois de 15 dias, cheguei aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Ivete, a senhora é um exemplo para todos nós.

Só lembrando, Senadora, que o projeto de lei que nós estamos aprovando hoje, sob a sua Presidência e a minha relatoria, cria o Selo Rosa. É um selo para as empresas que fazem a reinserção dessa mulher no mercado de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Ivete da Silveira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1-CDH.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Devolvo a Presidência para a Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

Eu informo que nós vamos retirar de pauta o Projeto de Lei nº 979, de 2025, e o Projeto de Lei nº 577, de 2024, a pedido da Senadora Ivete. A gente tenta incluí-los na reunião da próxima semana. Ela precisa fazer ajuste no relatório e no voto dela.

Pedido acolhido, Senadora.

E obrigada por viver este momento comigo aqui. Obrigada.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e posteriormente à CE, em decisão terminativa.)

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 851, DE 2021

- Não terminativo -

Institui ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe cuja causa morte tenha se dado em decorrência da Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, Sra. Presidente, este projeto veio para exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Projeto de Lei nº 851, de 2021, como já anunciado, da Senadora Eliziane Gama – e busca instituir ajuda emergencial aos menores de 18 anos órfãos de pai e mãe, cuja causa morte tenha se dado em decorrência da covid-19.

E para isso prevê a concessão, aos menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social, que sejam órfãos de pai e mãe em decorrência da covid, de ajuda emergencial no valor de R$ 600 por um período de três anos.

Dispõe ainda que a ajuda emergencial será devida mesmo quando os genitores, ou seja, os pais, são segurados da previdência social. Além disso, a proposição estabelece que o pagamento da ajuda emergencial cessará imediatamente quando o beneficiário atingir 18 anos e fixa a vigência imediata da lei em que a proposta se torne lei.

Bom, enfim, feitas essas breves observações em relação à iniciativa do projeto, eu passo à análise.

Conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem da proteção à infância e à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Em relação ao mérito, consideram-se naturalmente relevantes os objetivos propostos, pois a vulnerabilidade social e econômica decorrente da pandemia da covid-19 teve impacto drástico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e irreversível sobre uma geração de crianças e adolescentes brasileiros, realidade que não pode ser ignorada pelo Estado.

Contudo, observamos que a proposição que implique gastos estatais deve ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, e o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000). Não se vê tal estimativa junto à proposição.

Observamos ainda que, sob o aspecto social, melhor atenderia aos objetivos propostos se a transferência de renda fosse destinada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social decorrente de orfandade universalmente considerada, e não apenas em caso de falecimento de ambos os genitores em decorrência da covid-19.

Vejam, e apenas como exemplo, os casos de avós que detinham a custódia dos netos em razão da ausência dos pais ou de falecimento de apenas um dos genitores, quando provedor de sua família. Tais situações podem também ocasionar contextos de vulnerabilidade social que a proposição não alcança.

Encontramos solução para os problemas apontados na proposição no Projeto de Lei 2.329, de 2021, que já conta, ademais, com pareceres favoráveis desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Assuntos Econômicos, aguardando apenas a decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Projeto de Lei 2.329, de 2021, trata a matéria de modo a solucionar as dificuldades até aqui apontadas, inclusive aquelas ligadas ao custeio da ideia normativa da proposição.

Voto

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei 851, de 2021.

É como voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição do projeto.

Lembrando que ele não é terminativo, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, segue para a análise terminativa da CAE.

Senador Marcos Rogério, eu sei que está todo mundo muito ocupado e o nosso Astronauta acabou de chegar, mas eu vou usar do meu poder de Presidente e vou para o item 15 da pauta.

Por quê? Esse item 15 tem muito a ver com o senhor, Senador Marcos Rogério.

É para apenas anunciar que eu estou dando publicidade hoje ao relatório da nossa diligência à cidade de Humaitá e à cidade de Manicoré.

Para quem não sabe, Humaitá fica mais perto de Porto Velho, a gente consegue ir de carro de Porto Velho a Humaitá, no Amazonas, do que de Manaus para Humaitá – impossível. O que aconteceu em Humaitá também afeta diretamente o Estado de Rondônia.

O Senador Marcos Rogério, na semana do episódio daquela operação policial, se manifestou como Presidente da Comissão de Infraestrutura, e esta Comissão aprovou uma diligência.

Eu gostaria apenas que a Comissão exibisse o vídeo. É um vídeo muito curto de dois minutos, apenas para que todos vocês tivessem acesso às imagens de como foi a nossa diligência e, imediatamente...

Ele é o item 20 da pauta, desculpa, é o relatório de diligência externa da Comissão realizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré (Amazônia).

ITEM 20

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF258628388279

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório da diligência externa da CDH realizada nos municípios de Humaitá e Manicoré/AM.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Por favor, o vídeo que a Secretaria produziu.

Quem esteve comigo na diligência foi o Senador Plínio e um Deputado Federal do Estado de Rondônia, o Deputado Fernando Máximo. Ele participou da diligência na cidade de Humaitá.

A Comissão pode soltar o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vejam como ficaram as crianças na cidade, gente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero informar que nesses flutuantes as famílias moram; então, foram residências destruídas.

Os flutuantes estavam na beira da cidade, não foi uma operação no meio do rio.

Esses artefatos, esses explosivos foram jogados dentro da cidade, inclusive os explosivos alcançaram escolas.

Foi uma operação com grandes danos para a população.

Não encontraram ali nenhuma arma, porque disseram que o crime organizado estava envolvido.

Olha a revolta da população!

Essa aqui é a audiência pública na cidade de Manicoré.

Nós tínhamos mais de 200 pessoas à noite, Senador, à noite, na Câmara de Vereadores, extremamente revoltadas; pais com crianças em pânico.

Foram a essas imagens que nós tivemos acesso e, mais que às imagens, ao pavor e ao horror com que as famílias ficaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observando, Senador Astronauta, que, na cidade de Manicoré, era dia santo, era dia de procissão – pode encerrar –, dia da padroeira da cidade. Eles esperaram todo mundo vir da região ribeirinha, naqueles flutuantes. Aquilo não é draga, são pequenos flutuantes. As famílias vieram da região ribeirinha; idosos, que vão uma vez por ano à cidade, vieram para a procissão, aquelas senhorinhas que compram um vestidinho para ir à procissão, sua sandalinha, chegaram à beira da cidade, estavam na procissão. Quando suas embarcações ficaram ali no cais, a Polícia Federal, enquanto eles estavam na procissão, jogou os explosivos. Todo mundo correndo na procissão. Não se respeitou o dia santo, não se respeitou a liberdade religiosa. A arquidiocese se manifestou, as paróquias se manifestaram. Foi um horror.

Se eles tinham o controle, as embarcações estavam todas na beira do rio, por que não levaram essas embarcações para longe e as explodiram longe? E outra coisa: a explosão é o último dos recursos. Vimos, naquela cidade, cenas de guerra. Resultado: as crianças estão em pânico, a rede de saúde não tem como dar atendimento psicológico às famílias, as aulas foram suspensas por duas semanas e as crianças estão com medo de que os pais sejam presos. E quem eram esses pais? Não tinha nenhum grande financiador do garimpo ilegal; eram pequenos extrativistas minerais. Sabe qual é o ganho deles por semana? É de R$800, R$500 reais por semana. Foi isso que eu vi lá. Então, nós vimos uma operação malconduzida que colocou em risco vidas de crianças.

Senador, quando se explodiram os flutuantes, foram embora os documentos, os cartões de benefício, porque eles moram ali dentro daqueles flutuantes. Foram embora os cartões de vacina e os exames. Pessoas que estavam há seis meses aguardando uma consulta para levar o exame. Foi embora tudo. Então, nós vimos, naquelas duas cidades, o horror, uma operação que não pensou na proteção da vida humana.

E detalhe: fizeram tudo aquilo e ninguém foi preso; fizeram tudo aquilo e apenas duas dragas, lá no meio do rio, foram encontradas. Não encontraram uma arma. Eu não vi, Senador Marcos Rogério, em Humaitá, nem em Manicoré, bandidos na rua, com fuzil, fazendo festa, regados a drogas. Não foi em Humaitá que eu vi isso. Tenho visto em alguns outros lugares do Brasil, mas não foi em Humaitá, nem em Manicoré. Eu vi um povo trabalhador, com a dignidade machucada, um povo destruído, porque se sentiram traídos pela Polícia Federal, pela forma como a operação foi conduzida. Uma instituição que eu respeito, mas, nesta operação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E detalhe: quem apontou os flutuantes, as embarcações que deveriam ser destruídas – pasmem, senhores – foi o Greenpeace e sob uma recomendação do Ministério Público, lembrando, Marcos Rogério, que recomendação não é sentença, recomendação não é decisão judicial, é apenas uma recomendação. Então, o Greenpeace indica as embarcações que têm que ser explodidas, e a gente ficou sabendo. E aqui está a indignação desta Comissão: fizeram tudo isso para produzir uma imagem cinematográfica para exibir na COP 30. Não respeitaram as crianças daquelas duas cidades.

Eu sou contra o garimpo ilegal, eu trabalho com esse tema há muitos anos, mas esta operação precisa ser duramente criticada por esta Comissão. O relatório está apresentado, os senhores têm uma semana para ler o relatório, se quiserem acrescentar alguma observação. Mas a missão foi cumprida. E o relatório tem inúmeros encaminhamentos – inúmeros – e os senhores terão acesso aos encaminhamentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, primeiramente, eu queria cumprimentar V. Exa. como Presidente desta Comissão de Direitos Humanos por aprovar essa diligência e por cumprir essa diligência nas cidades de Humaitá, que fica mais próxima de Porto Velho, e também na cidade de Manicoré.

Eu acompanhei o dia que aconteceu essa operação, com destruição de embarcações. Não houve uma única prisão, não prenderam ninguém. Como você tem uma situação em que você usa o aparato do Estado para fazer a apreensão de equipamentos, de embarcações, em que você destrói esses aparatos todos, esses equipamentos todos e você não tem a prisão do criminoso? Como alguém diz que ali havia uma prática criminosa, organização criminosa, se você não tem uma única prisão?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – É tudo automático?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tudo é automático, agora a inteligência artificial também está conseguindo... Então é a coisa mais absurda do mundo. E, aí, detalhe, o que fizeram ali, além de ser ilegal, porque ONG não dá ordens no Brasil, ONG não determina nada no Brasil... Nós ainda somos um Estado democrático de direito, onde o devido processo legal, o devido processo administrativo é regra que se impõe, não o contrário. Aí fizeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda essa mobilização, todo esse espetáculo para cometerem: primeiro, um crime contra a cultura local, a cultura religiosa, porque estava havendo ali, naquele momento, um ato religioso que todo ano acontece e era justamente naquele dia, era o dia padroeira da cidade e fizeram isso. Portanto, atentaram contra um vulto sagrado religioso.

Segundo, foi um atentado contra as pessoas, as famílias, as crianças. Aí eu vou dizer o ponto, para mim, mais sensível: foi um atentado contra o meio ambiente, porque a água, o solo e o ar foram todos foram contaminados. Destruíram as embarcações dentro do rio, e você tem restos de material, de combustível, contaminando as águas, a fauna aquática. E você tem a fumaça que está contaminando o ar, além dos impactos que têm no solo.

Então, foi uma sucessão de erros e de crimes praticados. Agora, tudo isso, como disse V. Exa., foi para gerar uma imagem para a COP 30, a imagem da vergonha, a imagem justamente da ilegalidade.

Aí não estou aqui em defesa da prática de crimes. Se tem crime, fiscalize, identifique, puna quem praticou o crime, mas a existência do crime não dá ao Estado brasileiro a licença para cometer crimes ainda mais graves, porque a ele não é dado o direito de errar. Ali, foi um erro que deve ser por todos nós denunciado. Por isso, eu faço aqui questão de cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos, V. Exa., e de modo especial cumprimento o Senador Plínio Valério.

No dia em que aconteceu, nós tivemos... Como Presidente da Comissão de Infraestrutura, esse tema foi levado à Comissão de Infraestrutura, ele apresentou imagens ali também, denunciou tudo isso o que aconteceu lá, mas a Comissão de Direitos Humanos fez mais e foi a campo, justamente para observar os impactos disso na vida das pessoas, porque às vezes querem dissociar: a imagem, para fora, parece algo positivo, o enfrentamento ao crime, o enfrentamento à ilegalidade, mas as pessoas que estão lá e as famílias que estão lá não foram levadas em consideração – houve um desrespeito, além do dano material.

Essa mesma lógica que eles usaram em relação à questão das embarcações eles usam também quando vão a áreas de reservas, a áreas de extração mineral em garimpos, e, às vezes, tem lá um equipamento, um trator novo, e você poderia pegar aquele trator... Se estivesse, realmente, em atividade ilegal, você poderia pegar aquele instrumento, aquela ferramenta, e colocar à disposição de uma prefeitura, que precisa para fazer estradas, pontes. Você poderia dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e falar: "Olha, está precisando de equipamento? Está aqui um equipamento". Não, eles preferem simplesmente explodir, colocar fogo e destruir. Essa é a cultura errática, é a cultura que, realmente, essas ONGs têm defendido, infelizmente.

Cumprimento V. Exa. pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador, eu só queria chamar a atenção... Dá uma lida no relatório. Eu vou trazer uma informação para vocês que está no relatório; agora ela é pública.

Na oitiva com a comunidade... Para vocês terem uma ideia, a reunião em Humaitá foi em praça pública, a cidade inteira estava na praça, aguardando a nossa comitiva. Na oitiva com a comunidade, nós encontramos pessoas machucadas – machucadas. A comunidade nos disse, Senador, que, quando eles se dirigiam aos policiais federais, alguns não falavam português. Isso é muito grave. E não foi uma pessoa, foi a comunidade que falou que agentes – porque eles estavam todos encapuzados, com roupa da Polícia Federal – não falavam português.

Eu estive com o Secretário Nacional de Segurança. O Secretário me disse que o Brasil tem termo de cooperação técnica na área de segurança internacional, mas não é termo de cooperação para que o agente esteja em solo, atuando nessas operações. Então, nós estamos mandando um requerimento de informação para entender quem eram os policiais que estavam encapuzados com o uniforme da Polícia Federal e não falavam português.

Eu tenho uma instituição estrangeira indicando as embarcações que precisam ser destruídas e agentes policiais que não falam português. Isso é gravíssimo, está no nosso relatório. A população falou, é alegação da população, e eu considerei o testemunho deles. Nós não temos documento; eles estão procurando imagens, porque todo mundo fez vídeo, para a gente tentar ter pelo menos um áudio de um agente não falando português.

Isso é gravíssimo, Senador. É um detalhe do relatório para o qual eu chamo a atenção dos Senadores presentes nesta Comissão.

Senador Astronauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, realmente, esse assunto é tão grave que nas falas, no vídeo, a gente vê a necessidade, inclusive, de envolver outras Comissões aqui também, como a Comissão de Relações Exteriores, a Comissão de Segurança Pública. Muitas coisas precisam ser colocadas nesse sentido e esclarecidas.

Eu concordo 100% com todas as palavras do Senador Marcos Rogério com relação a esse incidente. Eu não vou repetir as mesmas coisas, mas é lógico que nós somos contra a mineração ilegal, a mineração feita de forma irregular. Agora, é importante que se ressalte também que a própria agência de mineração precisa do reforço adequado para liberar áreas de mineração no país, porque nós temos tecnologia adequada para que isso seja feito de forma sustentável. É inadmissível que uma organização internacional venha interferir dentro do Brasil nesse sentido e que nós tenhamos pessoas, estrangeiros, causando coisas como essa e com a nossa população.

Eu acredito que já está no relatório, mas eu sugiro que nós tenhamos aqui uma audiência pública, no Senado, para tratar desse tema, esclarecer e trazer, inclusive, os responsáveis por isso, quem autorizou essa operação, quem foi que executou. Isso tem que ficar muito claro para todos nós brasileiros, porque isso é inadmissível no nosso país.

Então, parabéns pelo trabalho com relação a isso. Tem muita coisa que vai vir daí para corrigir outros fatos que podem vir à frente também.

Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu aproveito a oportunidade em que a gente está falando desse assunto e, da mesma forma como essa diligência foi feita em razão desse ataque às famílias de Humaitá e também Manicoré, eu vou fazer essa manifestação agora verbalmente e depois vou submeter um requerimento formal à Comissão de Direitos Humanos para solicitar também uma diligência da Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos no meu Estado de Rondônia em razão do que está acontecendo neste momento com famílias de produtores rurais.

Está acontecendo, em Rondônia, uma série de desapropriações, de retirada de famílias que historicamente estão em cima da terra trabalhando, produzindo, famílias que têm títulos, documentos, escrituras públicas há mais de 50 anos. Pelas informações que apuramos, por erros de órgãos federais, como Funai, como o próprio Incra do meu Estado de Rondônia, que, ao fazer a demarcação das chamadas terras indígenas, os limites das terras indígenas, fizeram demarcações com linhas fora daquilo que deveria ser em razão da lei e do decreto que criou essas unidades e em razão disso houve sobreposição de áreas. Agora, em razão de uma decisão do Ministro Barroso e de uma determinação para que se faça cumprir essa decisão, essas famílias foram notificadas para deixar suas propriedades, tirar seus pertences e procurar outro lugar para morar. Isto já está acontecendo: na semana passada, nessa semana, muitas famílias sendo retiradas dessas unidades, desses locais, como a região de Jaruaru, que vem da região de Jaru até a região de Alvorada; a unidade de urueu uau uau, que começa na região de Campo Novo; Burareiro. São várias regiões onde famílias – repito, famílias que historicamente estão em cima da terra, produzindo, trabalhando, gerando riqueza, gerando a manutenção da sua própria família – , neste momento, estão sendo forçadas a sair de cima da terra.

Sra. Presidente, eu conversei com alguns familiares. É difícil até de conversar com eles dado o grau de decepção, de dor, de agonia, de frustração com o Estado brasileiro. O Estado que documentou, agora é o mesmo Estado que está a tirar o patrimônio de família.

E, detalhe, eu conheço a comunidade indígena daquela região; não altera em absolutamente nada a vida da população indígena essas propriedades, porque já são propriedades consolidadas e documentadas, mas ali – e aí estou falando porque são regiões diferentes e podem ter situações diferentes, cada caso é um caso –, em regra geral, o que houve foi um erro no dimensionamento das áreas.

Alguém que vai fazer a medição naquela época, usando o topógrafo, alguém que vai usar os equipamentos daquela época, a base da linha que estabelece o limite entre o que é área da Funai e o que é área do particular, se alguém tira uma linha de um ponto errado no começo, no final você tem dois quilômetros, três quilômetros de diferença da delimitação de área. E foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente isso que aconteceu e que hoje está causando a maior dor, a maior tristeza, a maior revolta no meu Estado de Rondônia.

Eu estou fazendo essa denúncia aqui na Comissão de Direitos Humanos para fazer um pedido, um apelo a V. Exa., para que a gente pudesse fazer também uma diligência nessas áreas para poder ouvir as comunidades, ouvir as comunidades de produtores rurais que estão lá e estão sofrendo, ouvir as comunidades indígenas também, para que se busque uma solução negociada, uma solução mediada para resolver isso, porque hoje o que se tem lá é dor e desespero e a gente não pode aceitar isso.

Eu pedi uma audiência, inclusive, ao Ministro para tentar dialogar no sentido de sobrestar essa decisão, até que se faça uma verificação *in loco* sobre as condições reais. O que é justo é justo, o que é certo é certo, agora, você não pode tirar aquilo que é legítimo do particular para anexar a uma área indígena se a lei não estabeleceu assim, se o decreto não estabeleceu assim.

Era o que eu tinha, agradecendo a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu só vou pedir que coloque no seu requerimento que seja feita uma análise também sobre a perspectiva de gênero, porque todo mundo esquece que as mulheres são as primeiras afetadas nessas desocupações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como eu vi na operação de Humaitá, são mulheres extrativistas minerais.

A gente fala tanto da violência contra a mulher, mas a gente tem que entender que lá na ponta elas são mulheres também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Mulheres e crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, colocar no seu requerimento para que a gente também faça uma análise sobre a perspectiva da violência de gênero nessas desocupações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São donas de casa, na grande maioria mães solo, sendo arrancadas dos seus lares.

Então, que coloque também para que a gente possa fazer uma análise sobre a perspectiva de gênero nessa diligência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente já coloca em pauta na próxima semana.

Item 8 da pauta, é um projeto terminativo.

A Senadora Dorinha vai ler o voto, porque aí a gente já abre a votação e, na sequência, o Senador Astronauta tem dois itens.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4159, DE 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CAS e terminativo na CDH.

- Em 05/06/2024, a matéria recebeu parecer favorável da CAS.

- Em 10/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em 17/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em 24/09/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em 01/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

- Em 08/10/2025, a apreciação da matéria foi adiada.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do seu relatório.

Parabéns pelo Dia do Professor!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno, cabe à CDH definir e se posicionar sobre matérias que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo as de proteção à juventude.

Preliminarmente, destaco que a proteção à juventude é matéria de competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, inciso XV, da Constituição Federal.

No que tange à constitucionalidade material, a proposição está em conformidade com a Constituição, inserindo-se nas medidas adotadas pelo Estado brasileiro para a promoção dos direitos dos jovens e a construção de uma sociedade justa e solidária, alicerçada na dignidade da pessoa humana e voltada para a erradicação da pobreza e da marginalização.

O projeto de lei atende, também, ao requisito de juridicidade, por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, consideramos plenamente justificável a iniciativa.

O voluntariado tem uma longa trajetória no Brasil e remonta a 1543, com a fundação da Santa Casa de Santos. Contudo, ao longo dos séculos, essa prática se expandiu, desenvolveu e diversificou, tornando-se parte integrante de diversos setores da sociedade.

Atualmente, de acordo com a Pesquisa Voluntariado no Brasil 2021, realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e o Datafolha, o país conta com 57 milhões de voluntários ativos, que atuam nos mais diversos segmentos, desde organizações educacionais a causas emergenciais humanitárias.

A pesquisa aponta ainda que 56% da população adulta diz fazer ou já ter feito alguma atividade voluntária na vida. Revela, ainda, que o tempo médio dedicado à atividade voluntária é de 18 horas por mês.

O trabalho voluntário, além de beneficiar inúmeras pessoas, é uma experiência transformadora para quem o realiza, proporcionando contato com novas realidades, desenvolvimento de habilidades e maior engajamento do cidadão. Ele fortalece a cultura de paz, a cooperação pelo bem comum, a promoção da igualdade de gênero e a autonomia dos indivíduos, gerando impactos positivos tanto para quem recebe o auxílio quanto para quem o oferece.

No entanto, a pesquisa evidencia que a idade média dos voluntários no Brasil é de 43 anos. Não são os mais jovens que dedicam mais tempo ao trabalho voluntário no país. Por isso, torna-se essencial e urgente incentivar essa valiosa forma de exercício da cidadania na juventude.

Esse incentivo, além de promover o crescimento pessoal do jovem, pode ser medida eficaz para a criação de uma cultura de voluntariado para as atuais e futuras gerações, promovendo o exercício da solidariedade e a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ante o apresentado, entendemos que a proposição se encontra digna de ser acolhida, pois contribuirá para o desenvolvimento de habilidades essenciais para os jovens, ampliando oportunidades, incentivando o engajamento social e formando um cidadão mais consciente e comprometido com o bem comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 4.159, de 2023.

Sra. Presidente, quando eu era Secretária de Educação no meu estado, nós iniciamos o ano de 2001 e seguimos com esse incentivo ao voluntariado com a família, com os jovens, e o que tem aqui de mais importante é a formação de uma cultura e a valorização de um novo cidadão que entende o seu papel na formação, no envolvimento com o outro, no benefício à sociedade.

Não tem nenhum risco de profissionalização ou de tornar o trabalho como um trabalho mais barato, porque não é esse o princípio, mas, acima de tudo, reconhecer que o mundo inteiro faz do voluntariado um processo também de formação e, logicamente, incentivar, aqui, no caso, não só da juventude, mas especialmente da juventude, o envolvimento no voluntariado.

Não é incomum. Há várias ações ligadas a APAEs, a atividades educacionais, a atividades de saúde, a cuidado com a pessoa idosa, e, logicamente, o leque de opções de atividade para a juventude é enorme, mas com um reconhecimento que vai permitir uma orientação para essa atuação, um processo de acompanhamento e, logicamente, a formação que permite esse jovem até futuramente fazer uma escolha profissional a partir de uma atividade ligada ao voluntariado.

Parabéns pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relatora.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei 4.159, de 2023, nos termos do relatório apresentado. (*Pausa.*)

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

Eu peço o apoio das assessorias para pedir aos seus chefes que façam os seus votos e, se possível, peçam a eles para votarem "sim", com a Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Dorinha, muito obrigada.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não sou a mais bonita, mas sou a segunda mais bonita.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do item 5 da pauta o Relator é o Senador Marcos Rogério.

Enquanto a gente está em processo de votação, eu já vou começar a leitura dos demais.

Senador Marcos Rogério, o senhor vai pedir retirada do item 5. É isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, sim.

Houve um pedido por parte do Governo em relação a esse item, e, em diálogo com o autor da matéria, nós estamos acatando o pedido para que seja apresentada uma nota em relação a esse tema, com o compromisso de, na próxima semana, a gente colocar em pauta e fazermos a discussão e votação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Senador.

Retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.)

Nós vamos fazer a leitura do item 9, enquanto a gente registra os votos do item 8, lido pelo Senadora Dorinha.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4792, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCDD, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção de pessoas idosas, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

No mérito, a proposição representa um avanço significativo na proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa ao reconhecer, de forma explícita, a importância da inclusão digital como elemento essencial na cidadania moderna. De fato, a exclusão digital tende a aprofundar desigualdades já existentes, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como é o caso da população idosa.

Ao propor a inserção do direito à inclusão digital no Estatuto da Pessoa Idosa, a iniciativa reforça o compromisso do Estado com a efetivação da dignidade da pessoa humana, princípio fundante da República, e com a promoção da igualdade material, exigindo políticas públicas voltadas à superação das barreiras tecnológicas enfrentadas por essa faixa etária.

Além disso, a proposta tem o mérito de tratar a inclusão digital de maneira abrangente ao prever não apenas o acesso às tecnologias, mas também ações educativas, proteção de dados pessoais e atenção à saúde mental diante das transformações digitais. Essa abordagem integral contribui para garantir que a pessoa idosa possa exercer os seus direitos de forma autônoma, segura e informada, evitando tanto a marginalização tecnológica quanto aos riscos decorrentes do uso inadequado dessas tecnologias.

Por fim, ao envolver a família, a sociedade e o poder público na promoção da inclusão digital, a proposição reafirma a responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, na qual o envelhecimento seja tratado com respeito, cuidado e participação.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.792, de 2023.

Eu gostaria, Sra. Presidente, de também colocar apenas um comentário extra com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrar que nós temos a cada dia mais fraudes acontecendo de segurança cibernética, baseadas em vulnerabilidades de sistemas. As pessoas mais vulneráveis – e isso inclui crianças e isso inclui pessoas idosas – estão sendo gradualmente vítimas desse tipo de ataque. Portanto, é essencial que uma lei como essa, um projeto de lei como esse seja aprovado e que nós tenhamos mais acesso, inclusão e conhecimento dessa faixa etária, da inclusão em termos das tecnologias digitais, mas também dos riscos dessa tecnologia digital.

Então, obrigado pela possibilidade, espero que seja aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador!

Mais uma matéria voltada para a população idosa. Parabéns!

Nós vamos discutir a matéria, item 9, projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências para prever o direito da pessoa idosa à inclusão digital.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão do Projeto de Lei nº 4.792.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Nós estamos votando dois projetos agora, um nominal e outro de forma simbólica.

Aqueles que aprovam o relatório do Projeto de Lei nº 4.792, de 2023, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Parabéns, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu peço a ajuda da assessoria, só falta um voto para encerrar a votação do item 8.

Senador Mecias de Jesus tem presença marcada, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Pedro Chaves, Mara Gabrilli e Romário, estamos contando com o voto dos senhores.

Item 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro; Relatoria: Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra *ad hoc* ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Eu, novamente, solicito ir direto à análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão o dever de examinar matéria relativa à proteção de crianças e de adolescentes, o que torna regimental este exame.

Como a matéria ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos direcionar essa análise para ótica dos direitos humanos.

A análise da proposição é a de fortalecer a atuação dos conselheiros de direitos da criança e do adolescente e faz isso respeitando as competências legislativas dos entes federados que sediam conselhos de direitos, conforme seja a legislação local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia é razoável e oportuna, com disposições alinhadas com as melhores expectativas que se deve ter acerca da função pública. O resultado advindo será benéfico para o desempenho da nobre função de membro de Conselho de Direitos de Criança e de Adolescente.

Cumpre observar que se trata de público-alvo vulnerável. Nessa medida, a proposição é nitidamente protetiva e deve proporcionar a melhora da qualidade da atenção recebida, em todos os níveis, pelas crianças e pelos adolescentes. De igual forma, os conselheiros também serão beneficiados no desempenho de suas funções.

O art. 1º da proposição não declina seu objeto e âmbito de aplicação conforme determinado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, razão pela qual ofereceremos pequena emenda de redação, que, por óbvio, em nada altera a proposição.

O voto.

Conforme as razões trazidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 385, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 385, de 2024, a seguinte redação, renumerando-se em seguida os demais:
> "Art. 1º Esta Lei prescreve deveres funcionais de membros dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais e determina sua responsabilização administrativa conforme lei do ente federado que sediar o respectivo Conselho."

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a emenda de redação.

Lembrando que é emenda de redação, então não vai precisar voltar para a Câmara – Redação nº 1, da CDH.

Obrigada, Senador Astronauta.

Eu peço que informem à autora – é mais um projeto de Laura Carneiro. Essa Laura Carneiro trabalha muito, né? Por favor, comuniquem-na. Um abraço, Deputada Laura Carneiro! Ela é uma guerreira; ela é incrível. Eu tenho muito carinho por ela há muitos anos.

E a matéria agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

Como eu falei da autoria do item 11, eu queria pedir um favor à Secretaria.

O item 2, que eu relatei, Senador Paim, tem como autor o nosso saudoso Senador Major Olimpio, e a gente apresentou um voto favorável. Já vai para CCJ... Não, vai para CE, depois CCJ. Eu queria que a Secretaria comunicasse ao suplente dele e, se possível, encontrasse a família.

Eu acho que é tão delicado... Ele deixou tanta saudade, era um guerreiro neste Senado. É importante a família saber que o legado dele continua, que a gente está aqui discutindo matérias de autoria dele. Então, se a Comissão encontrar alguém da família, queira informar que esta Comissão hoje discutiu e aprovou uma matéria delicada, que é o acolhimento às pessoas com transtorno do aspecto autista, transtorno mental, deficiência intelectual e deficiência múltipla. Ele foi embora, mas o trabalho dele continua aqui.

Consulto todos os Senadores se já votaram o item 8. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para a leitura do resultado final.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve 10 votos a favor.

Nenhum voto contrário.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 1986, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que a renúncia à representação nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida somente será admitida por solicitação da própria ofendida.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, irei direto à análise.

No mérito, consideramos o projeto de lei conveniente e oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta surge como resposta legislativa a duas distorções identificadas na prática forense: (i) a designação de ofício da audiência pelo juiz, ainda que a vítima não tenha manifestado interesse em renunciar à representação; e (ii) a interpretação do não comparecimento da vítima à audiência como retratação tácita, levando à extinção da punibilidade do agressor sem manifestação expressa da parte interessada.

Essas práticas foram repudiadas pelos tribunais superiores. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema Repetitivo nº 1.167, fixou o entendimento de que a audiência do art. 16 somente deve ser realizada quando houver manifestação prévia da vítima no sentido de renunciar à representação.

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, na ADI 7.267, do Distrito Federal, declarou a inconstitucionalidade tanto da designação de ofício ou a requerimento de outra parte da audiência para renúncia à representação pela vítima de violência doméstica, como também da presunção de renúncia ou retratação tácita pelo não comparecimento à audiência designada para esse fim.

A Corte reconheceu que tais práticas violam o princípio da dignidade da pessoa humana, a autonomia da vontade da mulher e os compromissos internacionais firmados pelo Brasil na Convenção de Belém do Pará.

O mérito do projeto, portanto, é inegável. Ele corrige distorções relevantes e reforça a proteção legal da vítima, transformando em norma expressa aquilo que, hoje, depende de interpretação jurisprudencial, com o objetivo de evitar que práticas revitimizantes persistam nos graus inferiores de jurisdição, que nem sempre respeitam a jurisprudência vinculante dos tribunais superiores.

Trata-se de medida constitucionalmente legítima e alinhada à política pública de enfrentamento à violência de gênero.

No entanto, a redação proposta no PL pode ser aprimorada, a fim de conferir maior clareza à ordem e à natureza dos requisitos para a renúncia à representação.

O uso das expressões, entre aspas, “desde que” e “seja” abre margem a interpretações equivocadas, sobretudo quanto à possibilidade de a oitiva do Ministério Público, se realizada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes do recebimento da denúncia, autorizar a retratação em momento posterior, em desacordo com a lógica do dispositivo.

Para evitar tais distorções, apresentamos emenda com ajustes de redação ao *caput* do art. 16 da Lei Maria da Penha.

Cumpre registrar, ainda, que a abrangência prática da proposição é limitada, pois a maioria dos crimes praticados contra mulheres em contexto doméstico já é processada por ação penal pública incondicionada, sobretudo após a recente alteração legislativa que, em 2024, tornou incondicionada a ação do crime de ameaça quando cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

Diante disso, também apresentamos emenda para estabelecer que os crimes contra a honra, quando praticados no âmbito da Lei Maria da Penha, sejam processados por ação penal pública condicionada à representação.

A alteração retira da vítima o ônus exclusivo da queixa-crime, que impõe custos financeiros, necessidade de advogado e sujeição a prazos decadenciais curtos, ao mesmo tempo em que preserva sua autonomia quanto à persecução penal.

Além disso, a emenda amplia o alcance do presente projeto de lei, de modo a estender aos crimes contra a honra as garantias de que a audiência de retratação só pode ocorrer mediante solicitação da ofendida e de que o não comparecimento não pode ser interpretado como renúncia tácita.

Assim, o Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, ao lado das emendas ora propostas, consolida em texto legal garantias já reconhecidas pela jurisprudência e amplia o alcance do art. 16 da Lei Maria da Penha, fortalecendo a proteção da dignidade da mulher e a efetividade da política pública de enfrentamento à violência de gênero.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, e das seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao *caput* do art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, a seguinte redação:

"Art. 16. Nas ações públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, somente será admitida renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada para essa finalidade, mediante prévia solicitação da própria ofendida, apresentada antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público".

EMENDA Nº - CDH

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei nº 1.986, de 2025, renumerando-se como 3º o atual art. 2º:

"Art. 2º. O art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 145. .....

.....

§2º Procede-se mediante representação quando os crimes previstos neste Capítulo forem praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do §1º do art. 121-A.'"

Portanto, esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Astronauta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

É tão difícil discutir um voto do Alessandro, não é? (*Risos.*)

O Alessandro faz com tanto zelo, com tanto capricho... E à Senadora Jussara parabéns pela autoria do projeto de lei.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2 da CDH.

Senador Astronauta, a matéria agora segue para a CCJ.

Obrigada pela colaboração com nossa Comissão hoje. Muito obrigada!

ITEM 15

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF259328014614

- Não terminativo -

Relatório da diligência externa da CDH realizada no município de Viamão/RS.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Autoria do relatório: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares, se V. Exa. permitir, o relatório naturalmente é longo – falaram lá acho que mais de 20 pessoas, e eu fiz um resumo – e teve também a colaboração da Deputada Stela Farias, que colocou também um pequeno adendo, que só complementa o que está na minha síntese. Então, eu vou ler somente esses dois documentos, porque eles atingem o objetivo da audiência pública.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, presidida pela Senadora Damares Alves e com requerimento de Senador, realizou, em 04/09/2025, na Câmara de Vereadores de Viamão, Rio Grande do Sul, uma diligência externa para discutir conflitos sociais, ambientais e de direitos humanos no município.

Síntese.

O encontro reuniu Parlamentares, lideranças sociais, indígenas, ambientalistas, sindicalistas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve consenso sobre a necessidade de se impedirem retrocessos ambientais e sociais em Viamão, fortalecer a participação popular e cobrar diálogo das autoridades municipais e estaduais.

Principais pautas debatidas.

A Intersindical de Viamão está com risco de despejo da sede sindical que ela possui naquela cidade há 24 anos. Liminar, concedida na Justiça, suspendeu a ordem da Prefeitura, e as entidades denunciam perseguição política e falta de diálogo. O impasse continua.

Lixão em Viamão.

Movimentos sociais alertam para o risco da contaminação de bacias hidrográficas, Rio Gravataí e aquíferos locais, afetando dezenas de municípios.

Perfuração de poços pela Aegea/Corsan.

Moradores de Águas Claras denunciam retirada excessiva de água subterrânea, ameaça ao abastimento do local, à agricultura e ao meio ambiente.

O povo mbyá guarani, comunidade de Tekoa Nhe'engatu, resiste ao PL 280/2025, que prevê a transferência da área que ocupam para a instalação de um centro logístico, sem consulta prévia à comunidade, em desacordo com a Convenção 169, da OIT.

Encaminhamentos definidos: garantir a permanência da Intersindical em sua sede; encerrar o processo do lixão regional; retirar do PL 280/2025 e reconhecer a terra para o mbyá guarani; suspender imediatamente as obras dos 26 postos da Aegea, em Águas Claras; apoiar o MST na regularização das terras; realizar a fiscalização sobre a preservação do Parque Saint Hilaire e do Lago Tarumã; realizar melhorias de mobilidade do Trensurb e rodovias; apoiar a Vereadora Eda, vítima de violência política e de gênero; apoiar os movimentos estudantis, ambientais e sociais locais, e do 18º BPM de Viamão.

O adendo que me foi encaminhado – ela, que estava representando a Assembleia Legislativa – veio da nossa querida Deputada Estadual do Rio Grande do Sul, Stela Farias, que é membro titular da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Senador, Exma. Sra. Damares Alves, Presidente desta Comissão, no dia 3 de outubro de 2005 realizou-se, então, audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, presidida pela Deputada Estadual Stela Farias, no salão paroquial da Igreja Santa Teresinha, em Águas Claras, Viamão, com a participação de 163 pessoas.

Eu estava lá, representando, e presidi os trabalhos em nome desta Comissão.

A audiência teve como pauta central temas socioambientais de grande relevância para o município e para a região metropolitana de Porto Alegre, como segue abaixo:

- Lixão em Viamão: o projeto busca licenciamento para o recebimento de até 45 mil toneladas de resíduos por mês, localizado próximo às comunidades indígenas e a ecossistemas sensíveis, com potencial impacto sobre as bacias hidrográficas do Rio Gravataí;

- Perfuração de poços profundos para captação de recursos hídricos da Bacia de Águas Claras, conduzida pela empresa Aegea/Corsan, com potenciais impactos socioambientais relevantes;

- Área da antiga Fepagro: discussão sobre o projeto de lei aprovado na Assembleia, que autoriza a doação de uma área de aproximadamente 148ha ao Município de Viamão para implantação de um centro logístico, reservando apenas 24ha a 57 famílias guarani mbya, que atualmente ocupam integralmente essa área.

Após o debate, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- Aprovação da Carta Socioambiental de Viamão, conforme leitura em Plenário, incluindo as questões das bicas de Santa Isabel e a defesa do Dmae público;

- Moção em defesa do Dmae público;

- Agendamento de audiência com o Ministério do Meio Ambiente para tratar do apoio efetivo contra os desmandos dos órgãos ambientais do Rio Grande do Sul em Viamão;

- Na oportunidade da ida a Brasília, solicitação de que a Comissão de Luta Socioambiental de Viamão seja recebida pelo Ministério dos Povos Indígenas e pela Funai;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Solicitação para que o Conselho do Meio Ambiente de Viamão, o Conselho da Cidade de Viamão e o Comitê de Gerenciamento das Bacias de Gravataí – está terminado, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... o colham com responsabilidade as demandas socioambientais apresentadas;

- Encaminhamento de denúncias ao Tribunal de Contas do estado para abertura de processo sobre as demandas dos governos estadual e municipal de Viamão no uso de recursos públicos;

- Exigência da liberação imediata de acesso às dependências da Estação Lami e da Itapuã, por parte da Comissão, atendendo a solicitação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;

- Solicitação para que a Fepam receba a Comissão da Luta Socioambiental de Viamão.

Enfim, nós nos colocamos à disposição para dar seguimento aos encaminhamentos e reforçamos a importância da articulação institucional para a efetividade dessas deliberações.

Aqui apresenta esse complemento a Deputada Estadual Estela Farias, membro titular da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia do Rio Grande do Sul.

Essa é uma síntese, Sra. Presidenta, de todo o relatório, que eu deixo agora à disposição da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

Só lamento eu não ter ido a essa diligência, para, no final da tarde, tomar um café em Viamão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas a senhora tem viajado pelo Brasil todo aí, muito bem representando a Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... com bolo, com uma cuca...

Parabéns pela diligência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Parabéns, Senador Paim, pelo trabalho que o senhor faz.

Item 16 da pauta.

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta, pela aprovação das emendas nº 4-T, 5-T, 7-T, 8-T, 9-T e 10-T, e pela rejeição das emendas nos 1-T, 2-T, 3-T e 6-T.

Observações:

Tramitação: CDH, CMA e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Senadora, se V. Exa. me permitir, o relatório é longo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... porque o tema é um tema, de fato, muito rico, que trata da promoção da alimentação e dos produtos da sociobiodiversidade dos povos e comunidades tradicionais.

O autor, como já dito por V. Exa., é o Senador Jaques Wagner. Eu fui Relator da matéria.

Trata da segurança alimentar e nutricional que valoriza os hábitos alimentares e respeita a cultura dos povos e comunidades tradicionais.

O Ministério Público Federal do Amazonas, nos anos de 2016 e 2017, apresentou problemas graves para a qualidade da alimentação dos povos e comunidades tradicionais: ausência ou insuficiência da alimentação escolar nos territórios dos povos e comunidades; alimentos ofertados com prazos de validade vencido.

Há casos em que, na efetiva entrega da alimentação escolar nas aldeias, como nas comunidades tradicionais, a comida ofertada não atende à cultura e tradições indígenas, como, por exemplo, produtos processados e ultraprocessados.

Na perspectiva ambiental, pode-se considerar que o fornecimento de alimentos industrializados, em terras indígenas, gera um aumento exponencial de resíduos de lixo não orgânico nas aldeias e que sua imensa maioria não possui formas adequadas de descarte de referidos resíduos, como sacos plásticos, latas, entre outros, causando prejuízos socioambientais e sanitários graves na aldeia.

Princípios da política do nosso querido amigo e Líder Jaques Wagner: visão multidimensional da soberania e da segurança alimentar e nutricional; reconhecimento do direito humano à alimentação; conscientização sobre a segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais; cooperação entre os entes da Federação e demais segmentos sociais para a aplicação da política, além da conciliação entre focalização de recursos e universalização de direitos.

O objetivo da política é implantar o Sistema Nacional de Informações de Produtos da Agrobiodiversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sinpa-PCT) e promover: acesso a mercados para os produtos da sociobiodiversidade e da agroecologia provenientes dos povos e comunidades tradicionais; sistemas produtivos de interesse desses povos; pesquisas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender o uso e os processos de gestão desenvolvidos em territórios tradicionais; ações de educação específicas, que valorizem a experiência das comunidades tradicionais; intercâmbio de experiência entre os povos e as comunidades tradicionais; articulação entre poder público e fóruns especializados; e ações de crédito e assistência técnica.

Sra. Presidenta, esse é o resumo desse belo projeto de lei, que institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais. Autor: Senador Jaques Wagner.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sem discussão a matéria? (*Pausa.*)

Eu quero discutir.

Eu não sei se todos que estão no Plenário perceberam a grandiosidade dessa matéria. Ela é tremenda.

E vou lhe falar, Senador, do que eu passei durante a pandemia.

Na pandemia, nós tínhamos que providenciar, de forma urgente, cestas básicas para os povos indígenas, porque não era recomendável que eles saíssem das aldeias para sacar o Bolsa Família, para sacar os benefícios. O melhor era eles ficarem na comunidade durante um período, porque a gente não sabia o tamanho daquele dano. Mas, para eles ficarem confortáveis na comunidade, nós tínhamos que levar comida, e foi difícil a gente fazer a licitação, a compra – tinha que ser pela Conab –, e, em muitos momentos, eu levei as cestas básicas, com alimentos que eram rejeitados pelos povos, mas eles precisavam para se alimentar. Por exemplo, levamos para a aldeia latas de sardinha.

E agora a gente teve esse mesmo episódio, Senador, na questão humanitária dos ianomâmis. Com o interesse de alimentar os ianomâmis naquela crise humanitária, também foi levada para a área sardinha, e hoje nós estamos tendo problema lá com o descarte das latas, com o que fazer com as latas.

Esse programa, para a gente aproveitar o que é produzido pelas próprias comunidades... Lá em Roraima, a gente tem comunidades tradicionais produzindo alimento. Da forma como esse programa está sendo colocado aqui, a gente estaria gerando renda para os povos tradicionais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantindo a eles o alimento que eles consomem tradicionalmente. Garantiríamos ali a nutrição deles numa sequência.

Então, Jaques Wagner foi extremamente inteligente.

Você sabe que, quando eu for Presidente da República, ele vai ser meu Líder de Governo, não é? (*Risos.*)

Jaques Wagner... Nós somos do lado oposto, mas esse homem é muito inteligente!

E também a forma como o senhor trouxe o voto, Presidente.

Eu acho que a gente tem que correr, para a aprovação imediata desse projeto, que agora, se aprovado aqui, segue para a Comissão de Meio Ambiente e para a CAS.

Eu acho que é uma iniciativa extraordinária, acertada, e a forma como o senhor apresentou as emendas também.

Parabéns, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta – permita-me –, por orientação, inclusive, da assessoria da senhora e minha, pediram-me que eu lesse só as palavrinhas finais.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 880, de 2021, com as emendas seguintes, pela aprovação das Emendas 4, 5, 7, 8, 9 e 10 e pela rejeição das Emendas 1, 2, 3 e 6.

Esse é o ponto final.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 11, 12, 13, 14 e 15, da CDH, bem como pela aprovação das Emendas 4-T, 5-T, 7-T, 8-T, 9-T, 10-T, e pela rejeição das Emendas 1-T, 2-T, 3-T e 6-T.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. Posteriormente, segue para análise terminativa na CAS.

Solicito que informe ao autor a aprovação da matéria.

Parabéns, Senador Paim.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 5760, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.

Autoria: Deputado Reimont

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, V. Exa., com a competência de sempre, apresentou a todos que estão nos assistindo neste momento a introdução do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, o Autor, o Deputado Federal Reimont, Relatora na Câmara dos Deputados, Deputada Benedita da Silva, e Relator aqui, por indicação de V. Exa., este Senador.

Ele vai ainda para a CCJ e para a CAS.

Resumo também, Sra. Presidente, porque o relatório, com letras bem pequenininhas, é longo. Eu prefiro o resumo.

Esta lei estabelece medidas para assegurar a promoção e a proteção dos direitos humanos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, garantindo segurança, saúde e dignidade humana e o trabalho decente, especialmente para a proteção e acolhimento daqueles resgatados do trabalho em condição análoga à escravidão.

O poder público deverá garantir a participação dos sindicatos e das demais entidades representativas das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos na formulação das políticas públicas e no estabelecimento de mecanismos de proteção da categoria.

Os trabalhadores e as trabalhadoras nessas condições, atendidos os critérios de elegibilidade, terão prioridade para a concessão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família. Considerado violência doméstica se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, pessoa com relação de trabalho doméstico, altera o art. 129 do Código Penal.

O trabalhador que vier a ser identificado como submetido ao regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à da escravidão, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, terá direito à percepção de seis parcelas do seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada.

A entrada do auditor do trabalho, no âmbito do domicílio do empregador, para verificação do cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico, dependerá de autorização do empregador ou do trabalhador, caso ali resida.

Verificados indícios de redução a condição análoga à de escravo ou outra forma de violência doméstica contra o trabalhador doméstico ou a trabalhadora doméstica, a autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policial deverá comunicar, em até 48 horas, à unidade regional do Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho também.

Esse é o relatório, de forma resumida, Sra. Presidenta. Só vou ler aqui o voto final.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.760, de 2023, que não teve emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Paim.

Senador Paim, acho que as pessoas não têm noção da grandiosidade desta Comissão. Desculpem-me as outras Comissões, mas esta é a mais extraordinária da Casa.

Olha essa matéria, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É o meu ponto de vista também. Por isso que estou sempre aqui com a senhora. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olha a delicadeza dessa matéria, Senador, o acolhimento das pessoas resgatadas do trabalho análogo à escravidão.

Isso me incomoda demais, Senador: para onde essas pessoas vão?

E aqui a gente vê a questão especialmente do trabalho doméstico.

Deixe-me lhe contar uma experiência, Senador.

Eu sou de família muito humilde, e meu pai foi pastor e missionário no interior do Nordeste, e eu vi muitas amigas, muitas meninas da igreja, que foram levadas por um casal bondoso, porque elas iriam ser levadas da pobreza, na qual a gente estava inserida, para estudarem numa cidade melhor e serem tratadas como se fossem da família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro-me da preocupação do meu pai. Às vezes, os irmãos pediam a oportunidade, no culto, para contar uma bênção: "Eu quero contar uma bênção: a minha filha encontrou um lar e vão levá-la para morar, ser criada como filha, e ela vai estudar".

Onde essas meninas estão, Presidente?

E meu pai enfrentava aquilo com muita veemência e dizia: "Não pode, vamos mantê-las aqui". "Não, não, pastor, elas vão ter um futuro melhor".

E a gente sabe que, ao longo da história, essas meninas foram levadas para um trabalho análogo à escravidão, nunca foram tratadas como da família. Dormem no fundo da casa, não foram alfabetizadas, nunca tiveram uma carteira de trabalho. E, quando a gente descobre essas meninas – hoje eu estou com 61. Estão com a minha idade –, anos servindo a uma família que passou lá na casa dos pais, quando eram crianças e adolescentes, dizendo que dariam um futuro melhor.

E, quando essas mulheres são resgatadas, elas vão para onde? Já perderam todo o vínculo com a família. A família nem sabe onde elas estão.

Acontecia muito isso em nossa igreja. A gente tentava localizar onde estavam essas crianças.

Naquela época, não tínhamos internet, não tínhamos nada, mas o meu pai tinha um olhar muito ampliado para essa situação.

E, aqui, o projeto de lei vem para o acolhimento, para onde vão, como serão cuidadas.

Então, olha, outra matéria que nós estamos entregando, Senador, e o voto como o senhor apresentou.

Parabéns! E que ela passe logo de imediato na CCJ e na CAS e a gente faça a entrega de mais uma legislação extraordinária, um projeto de lei que muda tantas leis.

O senhor traz aqui um voto modificando várias outras leis, adequando a realidade que nós, infelizmente, ainda temos no país.

Parabéns, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, se V. Exa. me permitir, eu quero anexar ao relatório uma nota que eu achei muito importante da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho). Se V. Exa. me permitir, eu só vou ler a síntese.

Primeiro, aqui na abertura, eles cumprimentam a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cumprimentam o autor, cumprimentam este Relator também e dizem:

> A Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho, ANPT, entidade representativa da carreira do Ministério Público do Trabalho em âmbito nacional, vem, por meio deste, cumprimentar V. Exas. pela apresentação do parecer favorável aprovado ao Projeto de Lei nº 5.760, de 2023, que estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas de trabalho análogo ao escravo resgatada por ações governamentais.
>
> O parecer representa um avanço legislativo enorme, decisivo, na promoção da dignidade humana, da igualdade de gênero e da justiça social, ao garantir que o resgate das vítimas seja acompanhado de acolhimento efetivo, apoio material e acompanhamento psicossocial, evitando a revitimização e a reincidência da exploração.
>
> Destacamos, principalmente, a criação do programa de apoio ao trabalhador resgatado, com oferta de moradia, alimentação, suporte psicossocial por, no mínimo, três meses; inclusão do trabalhador resgatado na cobertura de seguro-desemprego; e, por fim [rapidamente], reconhecimento do trabalho análogo ao de escravo como forma de violência doméstica e familiar, com a atualização da Lei Maria da Penha; reforço aos mecanismos de proteção no trabalho doméstico, com a alteração da Lei Complementar 150, de 2015; aumento das penas criminais para quem submete pessoas à escravidão contemporânea, com ajuste no Código Penal.
>
> Tais medidas, alinhadas com a missão constitucional do Ministério Público do Trabalho, instituição que atua cotidianamente na repressão e prevenção do trabalho escravo, em suas dimensões de gênero, raça, vulnerabilidade econômica, justificam o pleno apoio dessa entidade à aprovação desse projeto, cumprimentando, mais uma vez, essa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Dessa forma, a ANPT manifesta apoio integral à aprovação da matéria no âmbito dessa Comissão, colocando-se à disposição, inclusive, para colaborar tecnicamente com a tramitação subsequente perante as demais Comissões.
> Renovamos aqui nosso cumprimento a V. Exa. pela dedicação histórica à defesa dos direitos humanos.

Aqui eles estão se referindo a V. Exa., a mim, ao autor e, naturalmente, à relatoria.

Assina o documento o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Dra. Adriana Augusta de Moura Souza.

Eu achei tão bonitinho o que eles escreveram. Digo "bonitinho", como a senhora usa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bonito, Senador, bonito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como eu li na abertura e a senhora também leu, a Benedita foi a Relatora lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, a gente poderia fazer um pacto, eu e o senhor, de a gente caminhar, acompanhando este projeto nas próximas Comissões e lutar para que ele seja aprovado logo, porque a matéria é muito boa. A própria nota que o senhor leu agora mostra a necessidade.

E, aproveitando que a gente está ao vivo, eu acho que ninguém mais está sendo transmitido – está todo mundo almoçando, mas esta Comissão trabalha na hora do almoço –, deixe-me dizer uma coisa para a sociedade.

Se você sabe de alguém que está vivendo nessa condição, denuncie. Ligue no Disque 100. A denúncia é sigilosa, anônima, você não vai ser exposto. Não espere a vítima denunciar, porque, às vezes, Senador, a vítima está tão grata porque teve comida, nos anos todos em que está servindo essa família, que a vítima acha que está sendo beneficiada, e não está.

Então, se você sabe de alguma mulher, de algum homem que está no trabalho doméstico há anos, e os donos da casa os convenceram, ao longo dos anos, de que estão sendo generosos, mas não estão sendo, essas pessoas não têm direito trabalhista garantido; não têm direito a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano de saúde; não têm direito a uma moradia, porque têm que morar, muitas vezes, no fundo do quintal; elas não têm direito, às vezes, de ir e vir, porque, às vezes, estão ainda numa condição de analfabetismo; não têm direito ao lazer. Elas trabalham 24 horas.

"Ah, mas são tratados como da família". Discurso hipócrita.

Então, se você sabe que alguém está vivendo nessa condição, denuncie. Ligue no Disque 100. O Disque 100 está pronto para receber essas denúncias. E deixe que as autoridades tomem conhecimento.

E caberá ao Estado proteger essa pessoa. Caberá ao Estado garantir a essa pessoa uma indenização e punir quem, em nome de uma solidariedade, de misericórdia, levou pessoas ao trabalho análogo à escravidão.

O Brasil tem que virar essa página, Senador.

Hoje, com as redes sociais, a gente consegue identificar, naquelas festinhas de aniversário, todos os anos, uma pessoa lá no fundo da festinha, com a bandejinha. A criança está crescendo, e ela continua com a bandejinha na mão, servindo os convidados. Hoje, é fácil a gente identificar, mas não era fácil identificar essas vítimas.

Então, se você sabe de alguma vítima, não se omita: denuncie! A gente não pode mais tolerar isso no Brasil.

Vamos trabalhar para a gente aprovar este projeto de lei.

Eu quero acompanhá-lo. Eu não sou membro da CCJ, mas estou na CAS. Quem sabe busco a relatoria na CAS. A gente pode pedir ao nosso Senador, na CCJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu estou na CCJ e já me comprometo a pedir para relatar rapidamente lá. Vai para a CAS, e a senhora relata lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Obrigada, Senador.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Parabéns, Senador Paim. (*Palmas.*)

Olha, Governo. Olha, Governo, eu estou virando Governo!

Item 18 da pauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública par debater o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, eu vou direto ao requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos".

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

- representante Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;

- representante da Defensoria Pública da União;

- Sra. Erika Linhares, Fundadora da Empresa de Consultoria B-Have;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Exmo. Sr. Fábio Félix, Deputado Distrital;

- Sra. Irina Bacci, Diretora Técnica da Pan American Development Foundation no Brasil;

- a Sra. Marina Reidel, Coordenadora LGBTQI+ do Fundo Positivo;

- o Sr. Toni Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+;

- a Sra. Rafaelly Wiest, Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI+;

– e a Sra. Janaina Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores.

Enfim, Presidenta, eu não vou ler todas as justificativas, porque não é necessário.

A audiência pública em questão promoverá o debate sobre o respeito aos direitos humanos, baseado no marco do 77º (septuagésimo sétimo) aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse é o requerimento, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Inclusive, Senador Paim, acho que nós já estamos até com a data separada para essa audiência pública. A gente esteve conversando com o Toni, com a Associação LGBTI+, para fazer uma grande audiência pública aqui e terminar o ano legislativo com ela. Eu acho que vai ser uma audiência pública muito bonita. No mínimo, bonita, com certeza, vai ser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bonita.

Obrigada, Senador.

Itens extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Paim solicitou a inclusão extrapauta do Requerimento 115, de 2025, e do Requerimento 117, de 2025.

Em votação a inclusão extrapauta dos Requerimentos 115 e117.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para tratar Assistência Estudantil para os Povos Indígenas

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater "A importância do custeio da Previdência Pública"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer a leitura e defesa dos Requerimentos 115 e 117.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, se V. Exa. me permitir, eu vou ser bem direto, porque, às 14h, já abre o Plenário, e nós estamos aqui às 13h55.

Eu agradeço a presteza de V. Exa. de colocar esses dois requerimentos.

O primeiro requerimento, no título, na chamada, já diz que o objetivo é debater a Política Nacional de Assistência Estudantil para os Povos Indígenas, um tema que a senhora também, eu sei, trata com muito carinho.

O segundo, Sra. Presidenta, é um pouco mais profundo. A senhora já leu a ementa, e eu vou só comentar.

Eu trabalho muito com a previdência e estou muito preocupado com a previdência pública e a sua importância para o nosso país, para o nosso povo, para a nossa gente.

Eu diria que a seguridade social é um dos melhores programas sociais do mundo e percebo que há diversas formas de você burlar as contribuições para a previdência.

Eu quero achar saída, não é só acusar que esse não pagou ou deixou de pagar. Então, eu entendi que nós devemos começar a fazer aqui um ciclo de debates sobre a previdência pública porque, infelizmente, quando você vai para a pejotização, você não paga a previdência; quando você vai para o MEI, você não paga a previdência; a terceirização, inclusive da atividade-fim, que é uma esculhambação e abre as portas para o trabalho escravo, não paga a maioria a previdência.

Sra. Presidenta, se me permitir, só o final da justificativa: como disse o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, em um debate que nós realizamos no Plenário do Senado: "A desconstrução da proteção trabalhista enfraqueceu instrumentos que, inclusive, são responsáveis por injetar dinheiro na economia, como o décimo terceiro, o FGTS e [aí ele diz] a própria previdência social. Quem vai pagar a previdência? Quem vai ser o responsável pelas gerações futuras? Por isso estamos aqui, para continuarmos o debate sobre a importância [...] [desse tema]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo, Sra. Presidente, que, com o próprio avanço da inteligência artificial, cada vez mais... Os instrumentos não são a CLT, para regulamentar o mundo do trabalho e garantir que o empregador pague 20% sobre a folha.

Eu tenho até uma tese – não vou aprofundá-la aqui, mas vamos aprofundar, creio eu, se realizarmos um ciclo de debate – de que deveríamos avançar, como forma de custear a previdência, o pagamento sobre o faturamento. Isso porque, quando você bota sobre a folha, cada vez mais a folha vai diminuindo, devido a tudo que a gente vai discutir, que está colocado aqui; se nós fizermos sobre faturamento, pode ser IA, pode ser trabalho à distância, o faturamento daquela empresa será o principal indicador para sustentar a previdência. É claro que não dá para deixar só o faturamento, mas ter um percentual que ajude; e, consequentemente, com isso, nós apontaremos, claro, com o ciclo de debate aqui com V. Exa., caminhos para fortalecer a previdência pública.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em votação os Requerimentos 115 e 117, do Senador Paulo Paim.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 115 e 117, para realização de audiência pública.

Obrigada, Senador Paim.

Senador Paim, antes de o senhor sair, quero registrar a presença do Vereador Daniel Fonseca, da cidade de Pelotas, lá do seu estado. Ele é Presidente da Comissão de Segurança da Câmara de Pelotas e trabalha com crianças.

Bem-vindo, Vereador.

Depois, você cumprimente seu Senador, esse homem aguerrido, esse guerreiro, que tem feito um trabalho incrível.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A foto a gente negocia aqui depois, tá? (*Risos.*)

E também está conosco a Dra. Dalliana Vilar Pereira. Ela vai tomar posse no MPT do Distrito Federal e Tocantins – vai coordenar –, como Procuradora-Chefe.

Dra. Dalliana, que Deus a abençoe nessa jornada!

Acabamos de votar matéria relacionada à sua pasta e nós vamos nos colocar à sua inteira disposição pelo período em que estiver lá.

E é muito bom ver uma mulher ocupando um lugar desse, tá? Nós estamos prontas para ocupar esses lugares.

Sucesso nessa sua nova jornada!

E eu sei que a senhora trouxe um convite para mim. Pode entregar aqui na mesa. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Vamos para a última parte de nossa reunião, leitura de expedientes. Os Senadores que tiverem agendas estão liberados.

Eu só vou pedir silêncio no Plenário.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Expediente 23. Denúncias, alegações.

Denúncia 374: reitera a Denúncia 239, Expediente 13, que foi devidamente encaminhada. Porém, a cidadã volta a pedir o apoio desta Comissão, quanto às possíveis irregularidades processuais que culminaram em decisão judicial que tirou a guarda da sua filha por suposta alienação parental, uma vez que denunciou o genitor por violação sexual de uma menor de idade.

Reiterar que esta Comissão não possui competência para intervir diretamente em processos judiciais, cabendo, entretanto, no âmbito de sua atuação legislativa, acompanhar e promover medidas voltadas ao aperfeiçoamento normativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 376: violência sexual sofrida por uma cidadã brasileira em Punta Cana, República Dominicana.

A vítima já está no Brasil, é pessoa vulnerável e, apesar das comunicações devidas aos órgãos competentes, não recebe auxílio ou resposta oficial.

Diante dessas omissões, solicita ajuda para proteção e assistência.

Encaminhamento: encaminhar ofício ao Ministério das Relações Exteriores para acompanhamento do caso via representação na República Dominicana; providências de assistência consular, com cópia ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos para ciência e eventual apoio à vítima.

Como ela está no Brasil, eu vou pedir à Secretaria que acrescente também um ofício para a Defensoria Pública do estado onde a pessoa está morando.

Denúncia 377: reitera a Denúncia 362, Expediente 22, que apontou a exclusão de pessoa superdotada em universidade.

A denúncia foi devidamente encaminhada, e, desta vez, a cidadã pede ao Senado a alteração da Lei nº 5.540, de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior para garantir um ensino sem viés partidário.

Encaminhamento: informar que as alterações legislativas podem ser propostas por via de participação popular, por meio do registro de uma ideia legislativa, no Portal e-Cidadania do Senado.

Denúncia 378, da Ouvidoria do Senado: uso indevido de recursos federais, perseguição política de gênero e enriquecimento ilícito da administração municipal.

Solicita fiscalização e providência do Senado, alegando cobrança ilegal do IPTU.

Informar que esta Comissão não possui competência para intervir diretamente em processos judiciais ou revisar atos administrativos municipais, tampouco para determinar restituição da propriedade ou pagamento de indenização, e informar à denunciante sobre a possibilidade de acionar a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 385: relatório sobre a operação contra o garimpo ilegal na calha do Rio Madeira.

A operação foi marcada por forte aparato repressivo e uso de violência que trouxe impactos sociais e econômicos. O relatório repudia a operação violenta e faz alguns pedidos. Dentre eles, o de responsabilização civil e criminal.

Informar que esta Comissão realizou diligência externa para apuração dos fatos. O relatório resultante repudia a violência e apresenta inúmeros encaminhamentos.

Da Câmara Municipal de Curitiba: violência policial com resultado de morte de civil no Paraná e solicitação de providências institucionais.

Encaminhamento: encaminhar o ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, requerendo informações e providências quanto ao caso, solicitando a atuação das instâncias competentes no âmbito federal.

Denúncia 387: apresenta fato novo à nova Denúncia 333, Expediente 20, de uma mãe que luta contra a violência sexual sofrida por suas filhas.

No novo documento, a mãe comprova a violência sofrida, com relatório psicológico que aponta transtornos de estresse generalizado e depressivo em função da violência relatada.

A cidadã faz vários pedidos, dentre eles o acompanhamento da ação criminal e o aprimoramento da legislação.

Encaminhar o ofício ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio do Cartório da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, solicitando informações atualizadas sobre o acompanhamento e o andamento da notícia-crime enviada a esta Comissão, bem como a adoção das medidas necessárias para assegurar a celeridade e a efetiva apuração dos crimes de violência sexual, física e psicológica relatados, em especial diante dos elementos apresentados pela denunciante.

Secretaria, pelo que eu entendi, é no Distrito Federal este caso e eu quero me colocar à disposição da família, para falar diretamente com a mãe. Ela está comprovando a violência sexual e está pedindo apoio. Como Comissão, nós só temos que encaminhar o ofício, mas eu posso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faço questão de atender-lhe como Senadora do Distrito Federal e verificar o que a gente pode fazer também para ajudá-la.

Informe 384, da Defensoria Pública da União: por meio do Chanceler da Ordem do Mérito, convida V. Exa., Senadora Damares, para a cerimônia de imposição de comendas da Ordem do Mérito da Defensoria Pública, cujo objetivo é homenagear pessoas ou entidades que tenham contribuído de forma excepcional e destacada para o aprimoramento e a consolidação da Defensoria Pública da União e para a assistência jurídica às pessoas vulneráveis.

Eu quero agradecer a indicação pela homenagem, agradecer à DPU.

Eu, muito antes de ser Senadora, já trabalhava pelo fortalecimento dessa instituição. Não há garantia de direitos humanos no país sem defensorias públicas fortalecidas.

Muito obrigada pela indicação. Eu fico muito feliz com a homenagem.

Solicitação 375, do Subsecretário Municipal de Orçamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Mesquita.

O Secretário cita o caso de homicídio da adolescente Nicolly, em que os suspeitos apreendidos são dois adolescentes de idade de 17 e 14 anos. Meu Deus!

Com isso, o subsecretário, enquanto pai, pede ao Congresso Nacional que aprimore a legislação, no sentido de ampliar sanções mais severas e eficazes, para garantir o afastamento dos infratores do convívio social.

Encaminhamento: agradecer a sugestão e prestar solidariedade diante da triste notícia.

Informe-se que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou, recentemente, o Projeto de Lei nº 2.380, de 2024, que amplia o tempo máximo de internação de adolescentes em conflito com a lei.

Esse projeto já foi aprovado em outra Comissão também.

Ressalta-se que a Comissão segue acompanhando a tramitação dessa matéria e de outras correlatas, voltadas ao aprimoramento da legislação sobre a responsabilização de adolescentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e à proteção da sociedade, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade humana e da proteção integral.

Solicitação 379, da Comissão do Concurso dos Correios: solicita a realização de audiência pública para tratar sobre a contratação de terceirizados nas atividades-fim em detrimento dos concursados, na tentativa de ver nomeados os concursados. Agradeço a sugestão e explico que a realização de audiência pública deve ser requerida pelos Senadores, titulares ou suplentes, da respectiva Comissão, por meio da solicitação do demandante.

Solicitação nº 380, da Aliança Nacional LGBTI+: realização de uma audiência pública para marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro, na ocasião do 77º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a sugestão de tema: "Por uma cultura de respeito dos direitos humanos". Agradeço a sugestão à aliança e já informo que aprovamos hoje um requerimento para a realização da audiência pública.

Solicitação 381, do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso: agendamento de reunião com S. Exa. a Senadora Damares, com o objetivo de dialogar sobre as graves violações de direitos humanos que vêm ocorrendo no Estado do Mato Grosso, bem como apresentar os principais resultados da 7ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, recentemente realizada. Na qualidade de Presidente desta Comissão, eu me prontifico a receber, de forma virtual ou presencial, e que a Secretaria agende já esse encontro.

Eu estou muito preocupada com o que tem acontecido no Mato Grosso. O número de violência contra a mulher naquele estado tem crescido muito. É assustador o que tem acontecido no Mato Grosso, e eu estou à disposição. Pode marcar, e, se nesse dia algum Senador do Mato Grosso estiver na Casa, quero fazer o convite aos Senadores do Mato Grosso para participarem da reunião.

Resposta nº 382, ao nosso Ofício 106, de 2025, que encaminhou denúncia acerca da situação de família residente na Comunidade Ubaíra, zona rural do Município de Pedra Preta, Rio Grande do Norte, informando as providências adotadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Quero agradecer a resposta e todas as providências que a Defensoria tem tomado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta da Secretaria de Saúde Indígena ao Ofício 321, da CDH, sobre solicitação de dados de PTI e Pfic em comunidades indígenas. Quero ler a resposta. Acusamos o recebimento da resposta e agradecemos as informações. Inclusive, nós ficamos de compartilhar essas informações com as associações do país que trabalham com PTI e Pfic, conforme uma audiência realizada desta Comissão, em parceria com a CAS. Então, a gente compartilha com os pesquisadores as respostas da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, a quem eu agradeço – ao Secretário.

Isto posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH, os demais ficam na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão no período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Eu quero parabenizar a Secretaria. De uma pauta convite e itens deram conta. Parabéns! Tivemos três retirados de pauta, a pedido dos Relatores. Parabéns! Na verdade, 22 itens. Então, se a Secretaria deu conta de 22 (*Risos.*) , quem sabe na próxima nós não teremos 40?

Gente, por que a preocupação de a gente aprovar o maior número possível de itens? É porque na Mesa tem muitos projetos que serão despachados para esta Comissão, e nós precisamos dar respostas quando os novos itens chegarem.

Parabéns à Secretaria pelo trabalho, aos Senadores e à assessoria dos Senadores, que nos ajudaram para que esta sessão tivesse o sucesso que teve hoje.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mara Gabrilli e Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 60/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 3506/2020, de autoria Câmara dos Deputados. Finalidade: "Instruir o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, que "institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros". Participantes: Renan do Nascimento Balzani, Professor adjunto do curso de arquitetura e urbanismo da UnB e Coordenador do Laboratório de Prototipagem, Inovação e Sistemas (LAPIS) da FAU/UnB; Amanda Cristina Ribeiro Fernandes, Defensora Pública - Coordenadora do Núcleo de Defesa e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Distrito Federal; Ricardo Fabris Paulin, Presidente da Associação Lelê de Agenesia de Membros e autor da lei n° 6918/2021 do Distrito Federal, que institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia da Conscientização da Agenesia de Membros; Lauda Vieira dos Santos, Presidente da Associação Maria Vitória de Doenças Raras e Crônicas - AMAVIRARAS e vice-presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras - FEBRARARAS; Santusa Santana, Presidente do Instituto DNA Saúde; e Wallas Nunes, Presidente da Câmara Brasileira de Tecnologias Educacionais – CBTE. A Presidente faz o seguinte encaminhamento: oficiar a Secretaria Nacional de Saúde Indígena (SESAI) para verificar o número de casos de crianças indígenas com agenesia de membros. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Flávio Arns, Marcos Rogério, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Beto Faro, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 28/2025 - CDH, de autoria Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., e REQ 109/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Instruir o REQ 28/2025 - CDH, que "requer, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa avalie o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025". Participantes: Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; Regina Célia Barbosa, Co-fundadora e vice-presidente do Instituto Maria da Penha; Rosana de Sant'Ana Pierucetti, Presidente da Associação de Assistência às Mulheres, Crianças e Adolescentes e Vítimas de Violência – "RECOMEÇAR"; Estelizabel Bezerra de Souza, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres - Coordenadora do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; Rafael Rodrigues de Sousa, Coordenador Geral do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Deputada Distrital Jane Klebia do Nascimento Silva, Presidente da Comissão da Mulher da CLDF e Delegada de Polícia Civil; e Raianne Xavier de Alcântara Horovits, Coordenadora de Áreas Transversais da Subsecretaria de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social da Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos! Quero declarar aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 28 e 109/2025 - CDH, ambos de minha autoria, aprovados nesta Comissão para subsidiar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na avaliação do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no Portal e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar a formação da mesa e chamar nossas convidadas, eu farei minha autodescrição para que todos que nos assistem possam me ver. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanho-claros, na altura dos ombros, tenho olhos verdes, estou vestindo um vestido nas cores rosa e preto, como se fosse oncinha. E estou numa sala iluminada, temos quadros, muita luz e muito sol.

Participarão presencialmente e convido a tomarem assento à mesa os convidados: Rafael Rodrigues de Sousa, Coordenador-Geral do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; Deputada Distrital e Delegada Doutora Jane, que já está para chegar.

Participarão por videoconferência as convidadas: Estelizabel Bezerra de Souza, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres, Coordenadora do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; Raianne Xavier de Alcântara Horovits, Coordenadora de Áreas Transversais da Subsecretaria de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social da Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento; Rosana de Sant'Ana Pierucetti, Presidente da Associação de Assistência às Mulheres, Crianças e Adolescentes e Vítimas de Violência (Recomeçar) – quantas mulheres! Fico feliz –; e Regina Célia, Cofundadora e Vice-Presidente do Instituto Maria da Penha.

Quero agradecer a todas e às nossas convidadas e aos nossos convidados por estarem conosco hoje para a gente falar de um tema bastante sério, bastante urgente, que é o combate ao feminicídio.

É com dor no coração que a gente fala de uma estatística extremamente dramática no Brasil, porque a cada seis horas uma mulher é assassinada apenas por ser mulher. São meninas e mulheres vítimas dessa violência brutal, interrompendo vidas, sonhos, deixando famílias devastadas e muitas vezes crianças órfãs. E ainda mais destrutivo é sabermos que, infelizmente, antes de acontecer um feminicídio, em 60% dos casos, acontece também uma série de violências contra essa mulher, inclusive de abuso sexual. Essa é uma realidade que a gente não pode mais tolerar. Nossa, dói demais, gente, até para falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, apesar das diversas leis que têm sido aprovadas por nós, aqui no Congresso, ao longo de todos esses anos, como a Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio, a Lei Mariana Ferrer, a lei do *stalking*, a cultura machista, profundamente arraigada na nossa sociedade, continua a submeter as mulheres a medo, a opressão, a agressões e costumes que as reduzem a cidadãs de segunda classe, a meros objetos que os homens querem dominar e possuir. Precisamos combater com muita força e ações concretas essas condutas que são criminosas, praticadas contra as mulheres, e não permitir que sejamos tratadas como coisas.

Já em 2015, há dez anos, aprovamos a Lei nº 13.104, de 2015, que incluiu o feminicídio no Código Penal como uma qualificadora de homicídio e, diante da continuidade da brutalidade no ano passado, em outubro aprovamos a Lei nº 14.994, de 2024, de autoria da querida Senadora Margareth Buzetti, que aprofundou a proteção às mulheres, transformando o feminicídio em um tipo penal autônomo e com pena própria ainda mais rigorosa. Desse modo, o feminicídio passou a ter a maior pena privada de liberdade da legislação brasileira. A Lei nº 14.994 ainda estabelece circunstâncias agravantes para o crime e o aumento da pena em um terço até a metade, como quando o feminicídio é cometido durante a gestação ou após o parto, quando a vítima é mãe, ou menor de 14 anos, ou tem mais de 60 anos, ou, ainda, é mulher com deficiência ou doença degenerativa, e outros agravantes da crueldade, como quando o feminicídio é cometido na presença de pais ou dos filhos da vítima. Com isso, a pena para os condenados pelo crime de feminicídio passou a ser de 20 a 40 anos de prisão, maior do que a pena sobre o homicídio qualificado, que é, hoje, de 12 a 30 anos de reclusão.

A lei que saiu deste Senado ficou conhecida como pacote antifeminicídio porque também aumentou as penas para outros crimes se cometidos em contexto de violência contra a mulher, incluindo lesão corporal, injúria, calúnia e difamação. E esse endurecimento foi necessário porque, somente no ano passado, 21,4 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência – uma verdadeira barbárie: 21,4 milhões.

Para ajudar a combater esse cenário terrível, eu propus aqui, na Comissão de Direitos Humanos, a avaliação das ações do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. A gente está trabalhando com muita seriedade para avaliar a efetividade das medidas em andamento, no intuito de contribuir para a real proteção das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a violência contra a mulher é um tema para toda a sociedade. Eu costumo dizer, contrariando um ditado popular muito danoso, "em briga de marido e mulher não se mete a colher", que se mete a colher, sim, a colher da cidadania, da civilidade, do respeito à vida.

A todos os que nos assistem eu deixo o nosso recado: se você presenciar qualquer ato de violência, denuncie. Vocês não sabem a ajuda que isso pode trazer. O Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios tem apenas pouco mais de um ano do seu lançamento e com um orçamento robusto, de R$2,5 bilhões. O plano é composto por 73 ações. Nós queremos avaliar o trabalho e os investimentos já realizados e contribuir para implementar todas essas iniciativas.

Nós estamos colocando todos os nossos esforços para apresentar um relatório final que mostre o que está sendo feito, identificar os principais gargalos e os desafios para, de fato, alcançarmos a eficácia desse plano, que é tão importante para a gente, e, mais que isso, nosso objetivo é apontar soluções. Falamos da vida de mulheres, e é preciso agir, e agir com urgência. Seguimos trabalhando para alterar costumes e comportamentos que incitam o ódio contra nós, apenas por sermos mulheres. Mas enquanto mulheres forem violentadas, humilhadas, assassinadas, nós não vamos nos calar.

Mais uma vez, eu agradeço, do fundo do meu coração, o empenho e a presença de todos vocês neste debate e principalmente a empatia que a gente tem que ter para discutir esse tema.

Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes, eu quero comunicar que cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Se precisar de mais, a gente dá aquela choradinha. E para um encaminhamento melhor dos trabalhos, a palavra será concedida de modo alternado entre os convidados que participam presencialmente e os convidados que estão participando de forma remota, está bom?

Então, vamos lá. Com a palavra a Sra. Maria Teresa Firmino Prado Mauro, que é Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência no Senado Federal. Ela está presencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Um bom dia a todos e todas. Começo agradecendo à Senadora Mara Gabrilli pelo convite e à equipe toda da Senadora pelo trabalho excelente que realizam.

Estou aqui hoje para falar um pouco do trabalho do Observatório da Mulher contra a Violência, porque chegou um pedido da Senadora Mara Gabrilli para que nós, do observatório, analisássemos a questão do feminicídio com um olhar para o pacto, a partir do trabalho que nós realizamos no Observatório da Mulher aqui no Senado.

O que a gente vê, de uma forma ampla, é essa dificuldade, por parte do Parlamento, de avaliar, de fiscalizar o andamento dessas ações, que é a grande preocupação do trabalho que está sendo realizado aqui pela Comissão.

Então, primeiro, pensando nesse panorama geral... (*Pausa.*)

Está melhor?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – Está melhor.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Então, pensando nesse panorama geral de que quatro mulheres morrem por dia no Brasil vítimas de feminicídio e de que nesses números a gente não está tendo nenhuma grande mudança... A gente teve um aumento ali a partir de 2022, e continua sem grandes mudanças. Então, de 2021 para 2022... A gente teve, em 2021, 1.359 feminicídios; depois, em 2022, 1.451; 2023, 1.449; 2024, 1.459. Olhando os dados do painel do Ministério da Justiça, a gente estava com 1.024, sem os números ainda de São Paulo e do Rio, só em 2025. Então, a gente vê que é um número que não está tendo uma redução visível, e muitas coisas estão sendo feitas. Então, é a gente olhar onde podemos melhorar.

Lançando esse olhar para a questão do feminicídio e para os dados que nós, do observatório, levantamos, sempre em parceria com o Instituto DataSenado, a gente vê a questão da rede de proteção e a atitude dessa mulher em relação à última agressão.

Na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, o que a gente vê é que, em primeiro lugar, essas mulheres procuram a família; depois, elas procuram a igreja, amigos – nessa ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do quinto lugar é que elas começam a procurar o atendimento do Estado: ligar para o 180, ir até uma delegacia. Então, é um número que a pesquisa traz, e a gente sempre levanta: o que estamos preparando para essas mulheres que procuram essa ajuda? O que essa mulher encontra quando ela procura uma igreja? Qual é o atendimento, digamos assim, que ela tem quando ela procura uma igreja? Isso, pensando onde podemos atuar, não só como Estado, mas também pensando nesses lugares e informações que devem chegar aos lugares onde essas mulheres procuram ajuda.

Em uma outra pergunta da pesquisa, que é sobre a questão do conhecimento da rede de atendimento, a gente vê que tem uma crescente do conhecimento dessa rede. Então, 95% das mulheres entrevistadas conhecem uma delegacia da mulher; 87% conhecem o serviço dos Cras e dos Creas, da assistência social. Então, existe uma crescente nesse conhecimento sobre essa rede, mas nem sempre essa rede é procurada no momento de violência.

Um outro número que a gente tem, a partir da pesquisa, é o da subnotificação, que são aquelas mulheres que sofreram violência, mas não procuraram nenhum órgão do Estado: essa subnotificação é de 59%, então, 59% das mulheres que sofreram violência não procuraram o Estado.

E aí, pensando nisso, eu quis trazer também um pouquinho de boas práticas, de onde temos ações que estão resultando em diminuição do feminicídio. Eu queria trazer a experiência do Acre, que apresentou uma redução percentual em diversos crimes, como a tentativa de homicídio, latrocínio, morte por intervenção de agentes do Estado e suicídio de profissionais de segurança pública.

Eles têm lá um projeto, que é o Projeto Justiça de Gênero, que foi desenvolvido pelo Ministério Público do estado, por meio do Observatório de Violência de Gênero lá do Acre, e que tem como propósito a qualificação das políticas públicas. O que eles fazem? Eles conversam com mulheres que foram vítimas de feminicídio tentado, para identificar onde houve falha no atendimento daquela mulher, e aí eles atuam nessas falhas.

É um projeto que a gente considera muito interessante, porque a gente vê essa queda nos números do Acre de forma muito nítida, e é um trabalho que tem gerado muitos resultados pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificação dos agentes públicos que vão receber essas denúncias, que vão receber essas mulheres em situação de violência.

Um outro exemplo de boa prática que eu queria trazer aqui é o protocolo de investigação de feminicídio do DF, porque ele é inspirado nas diretrizes da ONU Mulheres para investigar mortes violentas de mulheres com perspectiva de gênero. A investigação inicial já trata como feminicídio em potencial toda morte violenta de mulher. Então, a gente considera isso uma boa prática. Agora, em 2025, no segundo semestre, eles estão ampliando esse protocolo para incluir feminicídios tentados, suicídios, mortes naturais, enfim, outras naturezas dentro dessa mesma lógica de você partir da ideia de que é um feminicídio para depois continuar a investigação.

A gente sabe que, em termos de número, acaba sendo algo que conta contra o Estado, porque você tem um número que vai ficar maior – depois é que você pode ter uma redução desses números –, mas a gente acredita muito na importância da qualidade dos dados, não nessa preocupação do número que está ali, do aumentou, do diminuiu, porque a gente sabe que isso é muito relativo. É para a gente pensar na qualidade desses dados, na verdade, que eles trazem. Então, a gente coloca esses dois exemplos aqui de boas práticas.

Em relação ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, eu vou falar um pouquinho do eixo de atuação, que é o transversal, que fala da parte de dados. O trabalho do Observatório tem a ver com a questão de integração, qualificação de dados, possibilitando diagnósticos mais precisos, formulação de políticas baseadas em evidências, o que tem tudo a ver com o trabalho que nós executamos, pensando em como nós, enquanto Senado, enquanto Observatório, Instituto DataSenado, podemos contribuir para esse eixo transversal da produção de conhecimento e de dados do pacto.

Dentro do trabalho do Observatório, nós temos a Rede Nacional de Observatórios da Mulher, que é um projeto que envolve várias instituições, como o Ministério das Mulheres, vários observatórios do Brasil todo. A ideia é integrar o trabalho desses observatórios em forma de rede, fazendo com que essas informações e os dados que acontecem lá na ponta cheguem aqui no âmbito federal. Tem sido um trabalho muito interessante esse trabalho em rede dos observatórios. É um trabalho que a gente começou agora no início de julho, mas em que a gente já está vendo muita coisa boa, principalmente nessa questão de conseguir trazer os dados da ponta, esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantamentos que são feitos por esses observatórios locais que a gente consegue trazer para o âmbito nacional.

Um outro trabalho que é uma referência do Observatório é a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, de que eu comecei ali trazendo alguns dados. Essa pesquisa começou em 2005, então, ela é anterior à criação da Lei Maria da Penha. Foi uma solicitação do Parlamento exatamente para que servisse de subsídio para a criação da lei. O Instituto DataSenado realiza essa pesquisa a cada dois anos, de forma ininterrupta. Os dados de que eu falei aqui são de 2023, mas, no próximo mês, agora em novembro, nós vamos lançar os dados de 2025. Vai ser a décima primeira edição dessa pesquisa, 20 anos já de pesquisa, trazendo esse olhar para a vivência da violência. E a pesquisa tem dois blocos. Ela tem, primeiramente, um em se que fazem perguntas gerais – são só mulheres que são entrevistadas, e a gente tem ali uma percepção da mulher brasileira sobre a violência –, e tem um segundo bloco que é feito só para aquelas mulheres que responderam: "sim, sofri violência". Então, a gente traz um retrato da vivência da violência. Esses dados todos estão disponíveis no *site* do Instituto DataSenado, no *site* do OMV até 2023, e lançaremos agora a nova edição em novembro.

O Observatório também tem o Mapa Nacional da Violência de Gênero, que é uma plataforma de dados cuja ideia ali é você ter, num único ambiente, dados de bases diferentes sobre violência contra a mulher. Então, a gente traz os dados da pesquisa de que eu acabei de falar, que fazem parte do mapa, e também os dados do atendimento – os dados mais administrativos do atendimento dessas mulheres em situação de violência. Por exemplo, temos a parceria com o Ministério da Justiça, com o Sinesp; trazemos os dados da segurança pública; tem os dados da saúde – do SIM, do Sinan –, do Datasus e os dados do CNJ, da Justiça.

Então, a ideia é a gente fazer esse recorte dos dados de violência e ter, numa única ferramenta, num único ambiente, esses dados, permitindo ali uma análise mais aprofundada de cada uma das questões. Porque, ao olhar para uma base, por exemplo, como a base da própria pesquisa, e identificar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Já finalizando... Para finalizar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você olhar para os dados da pesquisa e ver que o conhecimento das mulheres sobre medida protetiva é baixo, que apenas 49% das mulheres conhecem, sabem o que é uma medida protetiva e, quando você vai para os números da Justiça, vê que, em 2024, foram mais de 500 mil medidas solicitadas, você fala: "Poxa, se tão poucas conhecem, então, como seria se essas mulheres realmente conhecessem medidas protetivas?".

Então, já caminhando aqui para o fim, o que a gente tem – como falou a Senadora Mara Gabrilli – é avançado muito na questão do pacote antifeminicídio, que foi um avanço grande na lei, mas a gente ainda vê muita coisa para ser feita. E quero dizer que nós estamos aqui querendo contribuir com o trabalho que é feito pelo Observatório, com a pesquisa, com o que for possível nessa questão de um olhar mais amplo para os dados, e que a gente acredita muito que a articulação desse trabalho entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, em conjunto, vai conseguir trazer mudanças.

Pensando que a gente tem só um ano, basicamente, de pacto, ainda não dá para a gente fazer uma avaliação profunda das mudanças. Mas a gente está aqui para contribuir com dados qualificados para essas análises.

Mais uma vez, quero agradecer à Senadora pelo convite e a todos aqui.

Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Maria Teresa. Nossa, eu queria dizer o quanto o Observatório da Mulher tem contribuído para o nosso trabalho, para essa avaliação. Então, assim, quero agradecer o trabalho de vocês.

Com a palavra, Sra. Regina Célia, que é cofundadora e Vice-Presidente do Instituto Maria da Penha, por videoconferência. Está com a palavra, Regina.

A SRA. REGINA CÉLIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora. Que coisa boa ver você nos receber, o instituto receber um convite direto seu. Foi muita honra para nós estar aqui, lamentando a razão, a prevalência, a permanência da razão pela qual nós estamos aqui, mas, ao mesmo tempo, com muita expectativa, com muita esperança de que esta audiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária, relevante, realmente venha trazer novos tempos para as mulheres e para a nova geração.

Bem, eu sou uma mulher preta, eu estou usando aqui um coque de trança no alto da cabeça, meus óculos são hexagonais dourados, estou com um par de brincos azuis, um colar também de bolas azuis e um *blazer* azul. Bom, o fundo é branco, porque eu estou realmente em sala de aula. Eu sou professora, eu estou na sala de aula, mas hoje os alunos foram dispensados para estudar porque minha prova é quinta-feira. (*Risos.*) Então, eu dou aula aqui para as turmas de Direito, e estou em Recife, Pernambuco.

Bom, todo mundo sabe que o Instituto Maria da Penha, a sede dele, o escritório onde Maria da Penha reside é em Fortaleza. O instituto tem 16 anos e iniciou com uma proposta que converge com o preâmbulo da lei, que é prevenir, punir e erradicar, então, nós prevenimos para erradicar toda e qualquer violência contra a mulher.

Nessa perspectiva, o princípio do trabalho do instituto sempre foi com o efeito da violência doméstica, o seu ciclo e o impacto disso na geracionalidade. O instituto sempre teve uma preocupação com as questões futuras, trabalhando a questão da prevalência e da permanência da violência, considerando também que o ciclo da violência ataca diretamente a mulher, o homem e também todos no entorno da família, em especial, os filhos. E é por isso que, desde o início – ainda era a Ministra Freire – nós apresentamos a ela, Nilcea Freire, a primeira proposta dos órfãos, das vítimas invisíveis da violência doméstica, que eram os órfãos.

Então, quando foi que nós apresentamos, inclusive entregamos em forma de protocolo? Em 2007, porque já era uma preocupação da própria Maria da Penha. Quem leu o livro *Sobrevivi... Posso Contar* deve se lembrar de um trecho em que a Maria da Penha fala sobre as filhas e ora pedindo a Deus que não deixasse as filhas dela órfãs, e eram três meninas.

E por que eu estou fazendo esse destaque? Porque, em 2015, o Instituto Maria da Penha lançou a primeira pesquisa sobre o impacto da violência doméstica contra a mulher no mercado de trabalho, uma pesquisa que foi aprovada e que teve como grande apoiadora a ex-Ministra Cida Gonçalves, que, à época, era secretária da Ministra Menicucci. E a pesquisa trouxe o seguinte: entre várias questões – eu vou me tornar mais rápida por causa do tempo –, já em 2015, a pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificou que, para cada mulher vítima de feminicídio – inclusive, a pesquisa foi lançada no ano do lançamento do feminicídio –, havia três órfãos, já previa isso.

Quando nós trouxemos a questão das vítimas do feminicídio, nós também falamos sobre a questão do impacto no mercado de trabalho e sobre o custo de uma mulher em situação de violência, como profissional, servidora – desculpa, colaboradora. Falta ainda, e aí fica a sugestão, falar do impacto da violência doméstica contra a mulher como servidora. Nós o fizemos, primeiro, na empresa privada. Na empresa privada, tivemos o dado de que a empresa perde R$1 milhão, por mês – é o índice de mulheres vítimas de violência, não do feminicídio, mas vítima de violência –, o que significa dizer que essa mulher, que sofre cinco tipos de violência, que estão ali indicadas na lei, além de outras, perde, e muito, a sua concentração, obviamente, e acaba se tornando uma mulher que não consegue ser proativa, não consegue (*Falha no áudio.*) ... a sua esperança, o seu sonho no trabalho. E ela fica muito preocupada com isso. Por quê? Porque fica com medo de dizer que é vítima de violência na empresa com medo de ser desligada, porque, ao ser desligada, ela vai entrar para uma dependência econômica, e, com isso, adia-se a perspectiva dela de se libertar daquele ciclo depois que estivesse de uma maneira mais consolidada, economicamente falando.

Nessa perspectiva, o instituto começa a desenvolver um trabalho. Nós temos aqui o curso de Defensoras e Defensores dos Direitos à Cidadania. Esse curso é feito dentro de uma faculdade, aproveitando os projetos de extensão, porque nós queremos preparar profissionais, antes de saírem da sua formação, para que possam ter uma compreensão mais humanística, com mais empatia, e para que tivessem mais preocupação com essa mulher que é servidora, colaboradora, empreendedora social, então, que pudessem ter mais habilidade de trabalhar com essa mulher. Esse é um ponto.

O outro ponto é sobre o art. 8º da Lei Maria da Penha, art. 8º esse que nós, enquanto instituto, consideramos como a caixa preta do avião da Lei Maria da Penha. E por quê? Porque trabalha com a questão das políticas integradas e, dentro dessa perspectiva, nós entendemos que, em 19 anos da Lei Maria da Penha e dez anos da Lei do Feminicídio, ainda não conseguimos encontrar um eixo de integração da rede de enfrentamento, de proteção à mulher em situação de violência. E essa desintegração, infelizmente, contribui para esse resultado alto. Por quê? Porque alinhada com o índice alto de violência doméstica e do feminicídio nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrando também a violência institucional, e essa violência institucional ocorre, muitas vezes, em razão da desinformação e do modo como essa mulher não é – ao invés de dizer que é, não é – acolhida em ambientes os quais deveriam ser ambientes que oferecessem garantia, proteção, confiança e credibilidade para essa mulher. Isso é muito importante nós falarmos porque o art. 8º da lei que eu mencionei fala sobre a formação permanente dos agentes públicos, e essa ação permanente precisa ser não só permanente na sua assiduidade e pontualidade, mas também na atualização de termos e de conceitos, como também no tempo de colhimento da narrativa dessa mulher.

Então, nós precisamos que os ambientes, a exemplo das delegacias especializadas e não especializadas... E por que eu estou falando de não especializada? Porque, enquanto esses índices estiverem altíssimos, nós estaremos em tempos de guerra. Então, precisamos qualificar, sim, todas, absolutamente todas as delegacias. Enquanto nós não considerarmos, através dos dados e dos indicadores, fizermos uma força-tarefa com previsibilidade de tempo para que nós venhamos a baixar esses números... Não é possível a gente colocar só na conta das delegacias especializadas um modo especial, ou qualificável, ou humanizado para atender essas mulheres.

E mais uma coisa: a questão das delegacias que, verdadeiramente, devem estar 24 horas. O maior índice de reclamação é que a delegacia começa às 8h e termina às 17h, e a violência só pode acontecer em algum desse tempo. Se a violência acontecer às 18h, das 17h30 em diante, não temos delegacias.

Peço a oportunidade depois de retorno e agradeço-lhe a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Regina Célia, eu quero agradecer-lhe muito, muito, o seu depoimento e o trabalho de vocês. O instituto é importantíssimo. E eu quero deixar meu beijo e o meu abraço para a Maria da Penha. Ela é sempre uma referência para a gente, ela e o instituto em si. Muito obrigada, viu?

Agora, com a palavra a Sra. Rosana de Sant'Ana Pierucetti, Presidente da Associação de Assistência às Mulheres, Crianças, Adolescentes e Vítimas de Violência - Recomeçar, que fica em Mogi, aqui em São Paulo. A Rosana vai falar por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora está com a palavra.

A SRA. ROSANA DE SANT'ANA PIERUCETTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Mara, é um prazer muito grande encontrá-la. Na pessoa de V. Exa., cumprimento todas as minhas companheiras aqui presentes nesta audiência pública tão importante, que me trouxe tanta esperança, porque a gente trabalha com uma situação tão difícil, que, quando vê um momento, uma oportunidade dessas, traz, assim, uma luz ao nosso trabalho, que está lá na ponta.

Vou fazer a minha autodescrição: sou uma mulher branca, de cabelos castanho-escuros, curtos, estou usando um vestido com desenho geométrico marrom, bege e preto. Atrás de mim, tem uma biblioteca – sou advogada, então tenho alguns livros que já não uso mais. É o nosso ambiente, aqui é a nossa sede, da Associação Recomeçar.

Enfim, eu vou passar aqui uma apresentação muito rápida, porque o tempo é muito curto. A Regina, tenho certeza, tinha muito para falar também, mas a gente tem que ser muito rápida aqui. Eu vou passar a nossa apresentação.

A Associação Recomeçar tem mais de 20 anos de sua fundação. Iniciamos o nosso trabalho antes da Lei Maria da Penha, então a gente atuou em dois momentos: o momento em que a gente não tinha muito suporte, em que a gente lutava junto com essas mulheres, enquanto advogadas. O nosso trabalho começou lá nas comissões das mulheres advogadas, que tinham já esse olhar para a questão da violência contra a mulher.

Estamos aqui no Estado de São Paulo, em Mogi das Cruzes; foi aqui que nasceu a Associação Recomeçar, mas hoje já é referência para vários municípios. Vários estados já entraram em contato conosco para que a gente desse subsídio, mostrasse o nosso trabalho, como o nosso trabalho começou e como nós chegamos hoje a oferecer às mulheres em situação de violência com risco de morte um acompanhamento integral.

A mulher, hoje, quando entra na Recomeçar, tem um acompanhamento integral: educação, saúde, os processos... A gente fala que a mulher em situação de violência, em média, em seis processos ela precisa dar entrada: busca de pertences, busca de menores, das crianças, o divórcio, a separação, enfim, ela tem, em média, seis processos para fazer, e isso tudo ela acompanha. O que ela faz? A gente faz com ela esse acompanhamento diário do seu processo, para que, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela sair e for desacolhida, consiga acompanhar sozinha, através do seu celular, esses seus processos. Isso é muito importante.

Eu não vou passar aqui à questão da violência, porque eu acho que a questão da violência todas já explanaram. Então, aproveitando o nosso tempo, essa violência doméstica que tanto faz as mulheres sofrerem é a função da Recomeçar. Hoje, nós trabalhamos com dois municípios que têm esse serviço, onde a Recomeçar atua, e um deles é o Condemat, um trabalho em consórcio. Foi sempre uma luta muito grande nossa trabalhar em consórcio. Por quê? Porque muitas regiões não têm condição de manter um acolhimento sigiloso como a Recomeçar tem no nosso município, que é um município já com quase 500 mil habitantes e que consegue comportar; outros não conseguem essa modalidade de acolhimento. Então, trabalhar em consórcio é um grande avanço. Por quê? Porque você tem um acolhimento que atende vários outros municípios. Mesmo assim, Senadora, a gente não consegue... Hoje, por exemplo, o nosso consórcio tem 14 municípios, e a gente não consegue atender todos. Hoje, a gente está atendendo cinco desses municípios do consórcio. Acho que muitas regiões devem ter esse mesmo problema, e eu acho que trabalhar em consórcio faz toda a diferença.

A violência doméstica traz várias fases. A gente sabe que existem as fases do ciclo de violência, e o acolhimento sigiloso é o último recurso de uma mulher em situação de violência, é o momento em que ela tem que ser tirada da sociedade, ela tem que ser acolhida, como falou a Regina. E onde é que essa mulher está pedindo socorro? Por que é que muitas mulheres ainda não conseguem chegar aos serviços? Como é essa forma de atendimento? Então, a gente traz aqui hoje essa nossa experiência, Regina, de falar com todas as igrejas que nos procuram, todas as religiões. A gente não mede esforços para ir lá falar nas igrejas, nas escolas. Falar desse tema é importante, e isso tem que ser uma constante, essa capacitação, essa conscientização é constante, e acho que é isso que a gente tem que ter em mente em todo o nosso trabalho.

Hoje a gente ainda está falhando nisso, e é importante a gente falar, Senadora, que estamos falhando. Por quê? Para que a mulher chegue ao acolhimento sigiloso com seus filhos, e aí, dentro do acolhimento, você tem que dar um atendimento não só para as mulheres na questão da saúde mental, na questão do trabalho, em tudo, você também tem que dar atenção a cada filho, cada um na sua idade, porque eles chegam com todos os reflexos da violência que já sofreram. Porque muitos vêm com até 14 anos, 15 anos, e refletindo tudo isso como se ele fosse o chefe ali dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo naquela unidade dentro do acolhimento, eles agem como se fossem os chefes, porque eles refletem aquilo que eles veem no dia a dia. Então, uma grande preocupação nossa é que a equipe de assistente social e psicólogas faça esse trabalho com as crianças. Não conseguimos fazer muito? Ainda não. Talvez aí a gente vá falar nos investimentos.

É curto o que a gente tem, as possibilidades que a gente tem dentro do acolhimento, o tempo é curto para a gente fazer todo esse trabalho, mas isso é feito. A gente vê que muda muito o comportamento, e eu cito aqui um adolescente que ficou conosco, a mãe saiu daqui, depois de algum tempo ela acabou retornando com a pessoa que tinha praticado a violência, e ele nos telefonou e disse: "Tia, a minha mãe está com meu pai, mas ela não deixa mais ele fazer o que ele fazia. Ele não faz mais". Então, a gente sabe que cada mulher que passa pelo serviço ou por outros serviços não volta a ser a mesma. A partir do momento em que ela tem informação de direitos, entende quais são os tipos de violência, quais são os seus direitos, em que ela pode, inclusive, exigir esses direitos, ela não é mais a mesma quando sai. Então, eu acho que muda muito.

Enfim, eu acho que hoje, falando de investimentos, a gente falou aí do valor que se tem para investir na prevenção dos feminicídios. Nós temos muitas secretarias da mulher, e, quando a gente vai conversar sobre algum projeto, o que elas nos dizem? "Nós não temos orçamento." Então, a gente precisa entender por que é que isso ainda não está acontecendo, por que esse financiamento não está chegando nas secretarias, para que as secretarias... É um instrumento... A gente luta tanto – não é, Regina? – para que a gente tenha secretarias da mulher, e muitas vezes a gente vê a secretaria tolhida também de fazer projetos, porque alegam que não têm o dinheiro.

A gente tem que voltar lá atrás na questão da implementação da Lei Maria da Penha. Eu acho que é muito simples para a gente conseguir fazer um diagnóstico do que está acontecendo para que esses números de feminicídios não diminuam: é a implementação da Lei Maria da Penha, a gente não conseguiu. Você faz uma leitura rápida: a gente não conseguiu implementar a Lei Maria da Penha ainda, e isso envolve financiamento. A gente não consegue fazer capacitações, o que está escrito lá na lei. A gente ainda não conseguiu trabalhar com os agressores, a gente fala muito entre nós, mas a gente tem que falar com os homens que praticam essa violência. A gente sabe que é um projeto, o grupo reflexivo é um projeto muito efetivo, de muito resultado, inclusive para os homens falarem com outros homens sobre essa maneira violenta de se comunicar dentro da família, então, acho que isso a gente tem que falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os abrigos, os acolhimentos sigilosos que salvam vidas. Aqui na instituição a gente fala que as mulheres que passaram por nós são sobreviventes, e elas muitas vezes nos dão inclusive esse retorno de que hoje elas estão levando sua vida, seus projetos de vida, porque passaram por um serviço, e a gente sabe que, perto do tamanho deste Brasil, ainda é muito pequeno o número de acolhimentos no Brasil.

Eu acho que, quanto mais subsídio a gente tiver, eu acho que o direcionamento desse financiamento – eu falo isso porque já trabalhamos com muitas dificuldades para conseguir isso... Como isso está chegando aos municípios? Então, nos estados, nos municípios, é onde acontece, o município é onde tudo acontece. Veio o auxílio aluguel, foi um grande avanço, mais acolhimentos, mas eu acho que ainda falta direcionamento desses recursos financeiros.

Tenho muito ainda a falar, mas eu acho que o tempo é curto mesmo. Eu deixo aqui o nosso Instagram, nossos contatos, para que a gente possa, Senadora, fazer com que essas pessoas que estão participando aqui tenham uma visão de todas essas etapas, uma rede de atendimento, porque a rede é o segredo para que a gente consiga efetivamente diminuir o número de feminicídios.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Rosana, muito obrigada! Eu estava até aqui comentando com a minha assessora que a gente ficou muito feliz de encontrar a organização de vocês, pela seriedade com que vocês trabalham e por essa perspectiva de trabalho em rede porque, se a gente não trabalhar em rede, a gente não consegue avançar.

Eu estava comentando, inclusive, projetos muito interessantes que surgiram em São Paulo e que talvez não tenham tido continuidade por conta de orçamento também, mas eram os projetos Tempo de Despertar, É Tempo de Recomeçar, grupos para fazer conscientização, sensibilização nesses maridos agressores, com a ideia de não destruir a família, mas de tentar fazer com que esse homem se recupere, se conscientize, se sensibilize e reaprenda a tratar essa mulher. Então, a gente também tem essa esperança de que esses homens possam ser reabilitados, vamos dizer assim, voltar e não destruir o lar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria parabenizá-la. É muito bom que a gente continue, todas, em contato, porque a gente vai ter sempre mais força.

Obrigada, viu?

Antes de passar a palavra para a Estelizabel, eu queria dizer que, como o e-Cidadania tem pessoas assistindo e estão mandando perguntas, eu vou aproveitar.

A Nedjma, da Paraíba, pergunta assim: "[...] [Há] políticas públicas efetivamente garantidas para acolher crianças que perderam suas mães vítimas de feminicídio?".

E outra pergunta, da Helena, de São Paulo: "O Plano de Prevenção ao Feminicídio tem enfrentado as raízes estruturais da violência de gênero ou apenas reagido às suas consequências?".

Então, se alguém quiser responder, fique à vontade.

Eu vou passar a palavra agora para a Estelizabel Bezerra de Souza, que é Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres e Coordenadora do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

A Estelizabel vai entrar por videoconferência. (*Pausa.*)

Está sem som. (*Pausa.*)

Ah, agora sim!

A SRA. ESTELIZABEL BEZERRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Pronto. Bom dia!

Estava bloqueado o meu som pelo sistema, por quem criou a mesa.

Primeiro, bom dia. Bom dia a todas as presentes.

Parabéns, Senadora Mara Gabrilli, pela iniciativa. Esse tema é de interesse central e relevante não só para as mulheres, mas para a sociedade como um todo.

Considerando as falas que me antecederam, quero cumprimentar a Profa. Regina Célia, do Instituto Maria da Penha, a quem mando um abraço e me solidarizo – é bom ver uma professora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em sala de aula e ainda ativista –; também a Dra. Rosana Pierucetti – falei certo, Dra. Rosana, seu nome? (*Pausa.*) Pronto. Parabéns pelo brilhante trabalho que faz, fortalecendo a rede de assistência pública, qualificando o serviço, dando dados que mostram as diversas camadas, assim como a Profa. Regina, do que é a complexidade do impacto do fenômeno da violência doméstica e da violência de gênero contra as mulheres.

Cumprimento também a companheira, que eu já conheço, Maria Teresa, que é do observatório, a quem eu também saúdo, porque conseguiu fazer uma síntese e uma análise muito apurada do que são os indicadores de violência contra as mulheres; indicadores esses que ainda não revelam a magnitude da violência contra as mulheres, considerando aqui que o feminicídio é o final da linha. Como disse a Profa. Regina, o fenômeno do feminicídio é a ponta do *iceberg*. A gente tem muitas camadas, e quase todas nós mulheres sofremos algum tipo de violência, seja moral, psicológica, patrimonial, de assédio sexual, de assédio moral; todos esses tipos de violência nutrem a sociedade patriarcal, que trata as mulheres como um sujeito subalterno.

O Governo, a ação do Executivo... E aqui falo do Executivo federal, que é responsável por coordenar todas as ações e todas as políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres e de elevação do *status* social das mulheres, porque a gente está falando de elevar as mulheres à condição de seres humanos igual. O Brasil tem duas chaves sociais importantes a serem vencidas: uma é o machismo, que é dominado pelo patriarcado, e a outra é o racismo, não é, Profa. Regina? A gente, quando vai falar de violência contra a mulher, tem que considerar que, no feminicídio, a cada três mulheres que são executadas – 80% por um marido, ex-marido, namorado ou ex-namorado –, duas são negras e uma é branca, assim como quando a gente vai falar de violência obstétrica ou de mortalidade materna: de cada três mulheres que morrem, duas são negras e uma é branca. Então, o Brasil precisa não só abordar o problema, mas precisa racializar todos os indicadores que nós temos, se a gente quer ser efetivo na política pública.

Mas, voltando ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, ele é um instrumento, na verdade um instrumento que visa criar intersetorialidade, transversalidade e conseguir espalhar – eu vou usar a palavra espalhar –, por todo o país, uma tecnologia social e política que possa enfrentar a violência de gênero, que está profundamente enraizada na nossa cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse pacto foi criado em 2023 pelo Decreto nº 11.640. É preciso considerar que o Ministério das Mulheres está em reconstrução: nós tivemos uma desconstrução de todas as políticas, uma redução desse ministério a uma secretaria nacional dentro de um outro ministério, nós tivemos a desconstrução, o encerramento do serviço 180, um serviço fundamental para a gente diagnosticar, quantitativamente e qualitativamente, as mulheres que saem daquele silenciamento e buscam a primeira ajuda, que, às vezes, é uma ajuda confidencial pelo telefone – às vezes nem é, Profa. Regina, com a família –, exatamente em um serviço em que você não é identificado, em que seu rosto não é visto.

Então, o 180 foi reconstruído e nós estamos avançando, eu acho que aceleradamente, no que a gente chamaria de criar os principais instrumentos para poder incidir em todas as políticas, pensando que o pacto federativo, Senadora... O Brasil se organiza de uma maneira que a unidade municipal é quem realiza a porta de entrada dos principais serviços, o estado fomenta e é, também, gerador dos serviços mais especializados, e a União faz transferências de recursos, cria as diretrizes, metas, qualifica e dá unidade nacional. O desenho é mais ou menos esse, e a gente aqui tem avançado muito na reconstrução desses instrumentos.

O pacto nacional, como instrumento para prevenir a discriminação, a misoginia, a violência de gênero contra as mulheres e meninas, busca instrumentalizar, articular e operacionalizar o que a gente chama de Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que foi consolidada ali em 2006, depois da primeira conferência das mulheres, onde nós reunimos várias experiências de movimentos de mulheres, do movimento feminista e da sociedade civil, que já exercitavam serviços de acolhimento, serviços de organização, que apontavam para o Governo, que o Governo precisava ter políticas estruturadas.

Com a criação da Secretaria Nacional das Mulheres, com a criação das secretarias municipais e estaduais, nós começamos a ter lugar de diálogo e lugar de execução dessas políticas. Hoje esse pacto envolve 11 ministérios e também tem a assinatura... E a gente não tem obrigação, os estados e municípios não são obrigados. O pacto é uma ação voluntária, visto que não somos, como o SUS, como o Suas, como a educação, um sistema. Então, não existe atribuição obrigatória do ente federativo. Então, hoje nós temos o Estado do Acre, de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Espírito Santo, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Roraima, de São Paulo, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sergipe e do Tocantins. Das 27 unidades federativas, 17 aderiram ao pacto. Dessas 17 que aderiram ao pacto, 15 apresentaram um plano de ação,

Então, o pacto requer um plano de ação integrado, da saúde, da assistência... Todas as políticas estão ali dialogando para que esse pacto, para que aquilo, aquele problema, que é o enfrentamento, a prevenção do feminicídio, seja tratado. Este é o momento da arte dos estados e do município: uma construção de adesão, que, muitas vezes, se dá quando você tem um gestor sensível e um movimento social de direitos das mulheres organizado – aí a gente tem uma melhor resposta. Por exemplo, recentemente, o Estado do Rio Grande do Sul não tinha secretaria das mulheres, era o único estado que não tinha um OPM, e tem vários estados, como Roraima, que não têm uma secretaria das mulheres, têm uma coordenadoria dentro de uma secretaria, e a gente sabe o quanto isso impacta negativamente no desdobramento das políticas, como foi dito aí claramente pela Profa. Rosana.

Nós temos 11 ministérios, com a coordenação do Ministério das Mulheres mais a coordenação, o apoio da Casa Civil – é importantíssimo o apoio da Casa Civil –, para que os ministérios envolvidos diretamente possam dar resposta.

Com o Ministério do Desenvolvimento, da Assistência Social, Familiar e Combate à Fome, nós conseguimos uma sinalização, que a Profa. Regina deu, de que em 2007 já se apontava para a necessidade de tratar os órfãos de feminicídio. Em 2023, o Presidente Lula encaminhou para o Congresso Nacional a lei, e só agora nós conseguimos regulamentar. Então, o Brasil agora regulamentou o acesso à pensão para órfãos de feminicídio, e isso foi em parceria, um esforço do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério das Mulheres.

É difícil, Senadora, eu gostaria de ter pelo menos uma adição de mais três minutos, se a senhora me permitir. Eu vou ser bastante objetiva.

Com o Ministério da Saúde, além da Rede Alyne, que é o primeiro programa que racializa a meta de redução, Profa. Regina... A meta de redução é de 75% de mulheres negras e 25% de mulheres brancas, porque é esse o indicador da mortalidade, e aí a gente enfrenta a violência obstétrica e a mortalidade materna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a Lei 15.116, que é de reparação dentária para as mulheres vítimas de violência. Nós estamos em vias de implementação. Esse é um programa que vai funcionar, em que nós já estamos organizando as filas de mulheres que estão com esse dano, para a gente promover a reparação.

E nós tivemos, recentemente – não é diretamente da violência – uma ampliação da cobertura para o tratamento de câncer, por conta do indicador de mortalidade. A principal mortalidade das mulheres... A segunda causa de mortalidade das mulheres no Brasil é o câncer de mama, e a gente tinha, Senadora Mara... Cada vez mais, mulheres mais jovens começam a ter sintomas, e a mortalidade é mais impactante em mulheres de 30 anos, de 40 anos. Então, houve uma ampliação dessa cobertura, dialogada com o Ministério das Mulheres.

No Ministério da Gestão e da Inovação, a gente teve muitas ações importantes. Foi apontado aqui como a vulnerabilidade econômica atinge as mulheres. Então, nós temos a portaria de remoção de servidoras federais. Muitas servidoras federais, Senadora, foram executadas porque não conseguiram a transferência quando elas estavam vítimas de violência, e agora nós agilizamos: uma servidora federal em situação de violência vai ser transferida independentemente daquela burocracia pela qual todos os servidores passam. Então, ela ganha uma outra ação.

Nós criamos, junto com o MGI, a cota de gênero no CNU. Hoje – é um indicador que nós temos –, as mulheres se inscrevem mais no concurso público, mas elas têm a maior evasão. Por quê? Porque elas estão cuidando de uma criança, porque há um acidente e elas que vão cuidar. Então, quem falta mais à prova são as mulheres, porque não estudaram, porque não tiveram tempo para estudar, e o MGI criou a cota para o segundo turno. Então, 50% das mulheres vão para a segunda fase, vão para a prova discursiva. Isso é um decreto de igualdade.

E também há a cota de 8% nas contratações públicas para as mulheres vítimas de violência. Isso vai rebater nos estados e municípios, ou seja, de todo contrato terceirizado que o serviço público tiver, 8% têm que ser reservados para as mulheres vítimas de violência que estejam no Creas, que estejam no Cras, que estejam na Casa da Mulher Brasileira, que esteja no CRM .

No Ministério da Educação, a gente está fazendo o protocolo único das universidades. Na academia, Senadora Mara... A academia é o lugar onde as mulheres jovens mais sofrem assédio sexual e assédio moral. Esses indicadores nunca são contabilizados adequadamente, mas a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construiu um protocolo, envolvendo as universidades, os IFEs, as universidades estaduais, para unificar ações pontuais que existem, geralmente, em universidades onde a reitora é mulher. Então, nós vamos unificar isso. O diálogo já foi feito com todas essas, inclusive com as associações dos reitores, e eu acho que isso vai funcionar muito fortemente, além da implantação da 14.164, de 2021, que a senhora conhece, que obriga a educação básica a implantar a semana de enfrentamento da violência contra a mulher e, na grade curricular, o tratamento desse tema. Talvez esse seja o nosso maior avanço. Isso ainda não está garantido, mas está em vias de diálogo para implementação.

No Ministério dos Povos Indígenas, nós realizamos a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas, e daí saiu o primeiro plano de enfrentamento da violência contra as mulheres indígenas.

As mulheres indígenas, como as mulheres rurais, sempre estiveram nas lutas pela terra, na luta pela vida, mas nunca refletiram adequadamente sobre a violência que sofriam: a questão cultural, o viés cultural, são muito mais fortes nas mulheres indígenas e a discriminação como um todo também.

Então, nós criamos o protocolo de atenção às mulheres indígenas nos serviços que já existem, assim como as mulheres LGBTs (lésbicas, bissexuais e transexuais), que são vítimas de altas discriminações. Ainda está em vias de implementação, mas existe o protocolo criado para que oriente a todos os serviços.

Com o Ministério principal, que é o Ministério da Justiça, nós temos as transferências dos recursos para a construção da Casa Abrigo, nós temos o Fonar, que envolve o CNJ. O Fonar é aquela implantação do formulário de risco para que seja autorizada a medida protetiva, que tem salvado vidas, e que vai tirar aquele poder discricional. O Fonar vai unificar o entendimento do que é risco e acelerar o acesso e a não negação da medida protetiva. Isso é um grande ativo e nós temos a parceria do CNJ e do CNMP, que têm sido fundamentais.

Dentro da saúde e da assistência, com o advento do Antes Que Aconteça, que foi criado pelo Congresso Nacional a partir das emendas impositivas, estão se processando as salas lilases, que seriam serviços de acolhimento nas delegacias gerais e também em todo o serviço de saúde. Isso está incipiente, ainda precisamos criar um sistema de monitoramento e acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma política que é criada a partir de emendas impositivas e que é uma nova forma de gerir, de desenhar política pública que não é dialogada com a sociedade e também com o Executivo. Então, essa é uma questão ainda desafiadora para o monitoramento e a implantação de políticas desse perfil.

Eu concluo por aqui.

Peço desculpa por ter me alongado tanto, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Imagina, nossa! É mais fácil falar Estela, posso te chamar de Estela?

A SRA. ESTELIZABEL BEZERRA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Bom, eu mudei o nome, o meu nome é Estela Bezerra de Souza, não é da Silva, mas tudo certo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, jura que eu também mudei seu nome? Ai, perdoa, perdoa.

Mas assim, eu fiquei impressionada Estela, inclusive com essa cota de 8%. Eu não sabia disso. Nossa, tem tanta importância. E está funcionando?

A SRA. ESTELIZABEL BEZERRA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Está funcionando. Precisa ganhar mais corpo, mas está funcionando.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Conte com a gente para ganhar mais corpo.

Nossa, adoramos isso!

Bom, agora eu quero me passar... Muito obrigada, Estela.

Agora, eu quero passar a palavra para o Sr. Rafael Rodrigues de Sousa, que é Coordenador-Geral do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ele está de forma presencial.

Está com a palavra, Sr. Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Senadora Mara Gabrilli, muito obrigado por esse espaço.

Em nome do Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Mário Sarrubbo, da Dra. Vanessa Fusco, Diretora de Gestão e Integração de Informações, agradeço por este espaço. Na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Gestor do Sinesp, eu vou trazer algumas informações.

Destaquei algumas informações, considerando o nosso tempo aqui, que a gente entende como o mais importante, que mais afeta a política e o plano de ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Acho que cabe, antes de qualquer coisa, deixar claro que o Sinesp (Sistema Nacional de Informação e de Segurança Pública) é instrumento da Política Nacional de Segurança Pública, e ele conta com o conselho gestor, que é o ConSinesp, que tem como principal objetivo propor ações que visem à integração, à compilação de dados, ao tratamento, à interpretação de informações de segurança pública.

E, nessa toada, o conselho gestor tem intensificado um trabalho em conjunto com os demais conselhos e colegiados, secretários de segurança pública, comandantes de polícia, chefes de polícia, guardas municipais, peritos oficiais, buscando uma maior consolidação de dados – não só a busca por esses dados, mas por qualificar esses dados.

A Maria Teresa tem participado, em conjunto conosco, nessa luta por consolidar, considerando o respeito ao pacto federativo. Então, nós precisamos, em conjunto com esses demais colegiados, buscar os meios necessários para a consolidação dessas bases de dados, tendo em vista que a própria Lei do Susp, a 13.675, traz um modelo de gestão compartilhada entre os entes federados. Então, é necessária essa aproximação, esse trabalho de articulação entre esses demais colegiados.

E, partindo dessa linha, em que o Sinesp lida, principalmente, com o eixo tecnológico que apoia a prevenção, eu vou destacar a questão do Fonar (Formulário Nacional de Avaliação de Risco). Ele é tão importante que, em 2024, ano passado, foi firmado um acordo de cooperação técnica – o Acordo 68 – com o Ministério das Mulheres, CNJ, CNMP, que visa a implementar, de fato, o formulário nacional em âmbito não só da União, mas dos estados, de uma forma como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permita a consolidação de uma base nacional dessas informações, que são preenchidas através desses formulários.

Embora o Fonar já esteja em produção no Sinesp desde 2020, logo após a sua institucionalização, o Conselho Gestor do Sinesp regula a implementação desse formulário em fevereiro deste ano e, ato contínuo, o Ministro da Justiça publica a Portaria 903, que ratifica essa resolução do conselho gestor, permitindo, com isso, um lastro legal para a implementação e uma participação mais efetiva das instituições de segurança pública.

Mas, em paralelo, mesmo ciente da necessidade da regulamentação disso, nós já tínhamos iniciado os processos de desenvolvimento de tecnologias que apoiassem a execução efetiva e a prática, mesmo, do registro de forma informatizada nas unidades de polícia. Então, esse trabalho foi iniciado em paralelo e, agora, em junho deste ano, entrou em produção junto ao Sinesp-PPE, que é o nosso Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos.

Para que todos tenham ciência, o PPE é aquela solução utilizada nas delegacias para o registro da ocorrência policial, para a lavratura do procedimento de polícia. Nós temos, hoje, 12 estados que optaram por abrir mão das suas soluções locais para utilizar essa solução da União, do Governo Federal, sem custos adicionais.

Na verdade, a contrapartida é o dado padronizado, é o dado qualificado.

Então, a partir do momento em que o Fonar entra em produção no PPE em junho deste ano, automaticamente esses 12 estados começaram a contribuir, começaram a fazer uso de um formulário já padronizado. Mas não apenas o formulário, em conjunto nós iniciamos o desenvolvimento de 18 formulários relativos às medidas protetivas de urgência. Então, automaticamente esses 12 estados já têm o Fonar e todas as medidas informatizadas, permitindo a consolidação de uma base nacional, que é algo que a gente vem buscando já há bastante tempo, que é essa coleta dessa informação em âmbito nacional de forma padronizada. A gente sabe que os estados têm autonomia para implementar suas soluções, para armazenar suas informações, mas, quando a gente busca a consolidação de bases nacionais, é sempre um dificultador adicional quando as soluções não possuem uma mesma metodologia, um mesmo padrão. E o PPE tem ajudado nesse processo de padronização e consolidação desses dados mais qualificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir de 2026, a gente pensa: "como ficam os outros estados?" Então, da mesma forma, a partir de junho deste ano, quando foram consolidados o Fonar e as medidas protetivas no PPE, esses formulários e o banco de dados, foi iniciado o desenvolvimento de um módulo nacional que permita que os demais estados participem desse modelo. Então, quem utiliza o PPE vai alimentar de forma automatizada essa base nacional e os demais estados vão integrar as suas soluções para que essas soluções possam encaminhar os seus dados para esse grande banco nacional. Então, com isso, a partir de 2026 – porque a solução integradora entra em produção agora, em dezembro deste ano – todas as unidades da Federação estarão aptas a iniciar o processo de envio e integração dos seus formulários de avaliação de risco junto ao Sinesp. Com isso, nós teremos aí uma base nacional que vai apoiar de uma forma muito significativa na tomada de decisão na política de segurança pública mais qualificada, principalmente pautada em evidências.

E não menos importante – e agora eu me faço valer de informações da diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (Dsusp), que faz parte da Senasp, onde a Dra. Isabel está à frente – eu vou me fazer valer de algumas informações que são de suma importância para que seja publicizada aqui com todos, que vão ao encontro direto dessa busca do enfrentamento à violência contra a mulher.

Até este ano... a ideia é que, na verdade, até o final do ano haja um repasse de aproximadamente R$116 milhões na modalidade fundo a fundo, que é aquela modalidade onde parte do recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública é encaminhada, é repassada aos estados para que possam implementar suas políticas. Então, mais de R$116 milhões serão repassados aos estados para ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Outra iniciativa destacada é o Plano Nacional das Salas Lilás, instituído pela Portaria 911, que foi publicada este ano, em março de 2025, oferecendo acolhimento e atendimento especializado às mulheres e meninas em situações de violência de gênero.

Este ano, o Ministério da Justiça realizou três edições do Curso Nacional de Atendimento às Mulheres e Meninas em Situação de Violência, nível de multiplicador. Foram 118 profissionais assistidos nesse curso, de todas as unidades da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para esse biênio 2025/2026, existe a pretensão de mais dois cursos, sendo o primeiro o Curso Nacional de Atendimento às Mulheres e Meninas, nível operador, e a ideia é que possa alcançar, aproximadamente, 400 policiais militares e guardas municipais. O segundo, um curso nacional de atuação policial e pericial forense, frente à violência de gênero contra as mulheres, que vai alcançar 240 multiplicadores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA – E, além disso, existe todos os anos um encontro nacional dos profissionais de segurança pública que atuam diretamente nesse enfrentamento.

Foram lançados três cadernos temáticos também este ano. O primeiro caderno, Padronização Nacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; Padronização Nacional das Patrulhas Maria da Penha e, adicionalmente, foi realizada a atualização do Protocolo Nacional de Investigação e Perícias em Crimes de Feminicídio.

Nós temos hoje, até o presente momento, cerca de 1,5 milhão investido nesses modelos, nesses processos de capacitação e padronização vinculados ao combate à violência contra a mulher.

Enfim, temos muitos outros dados, muitas outras informações, mas sei que o tempo é curto.

Seguimos à disposição. A Senasp agradece por esse espaço e segue para poder contribuir no que for necessário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Rafael. Muito importante...

Ainda queria agradecer e registrar a presença de tantas pessoas que vieram acompanhar a nossa audiência e que estão aí presentes.

Quero agradecer a Hellen Frida, que é Coordenadora da Fridalab, Educadoras Populares de Gênero; a Tatiana Araújo da Costa, Secretária de Comissão na CLDF; a Eleonora Viggiano, Analista do Senado; a Mayara Calgaro, Diretora de Prevenção à Segurança da Mulher de Foz do Iguaçu; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Scheila Melo, Secretária Municipal da Mulher de Foz do Iguaçu; a Bruna Rosa, servidora do Senado Federal e a Fernanda Rocha, estagiária do Senado Federal.

Ah, tem mais... A Adriana Martins Dornelas, assessora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; a Mônica Cova Gama, Presidente do Instituto Brasilidade e a Rachel Heringer Salles, Presidente da Associação Barjouth.

Muito obrigada pela presença de todas vocês.

E agora quero passar a palavra para a Deputada Distrital, Delegada, Doutora Jane Klebia, Presidente da Comissão da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Está com a palavra, Deputada Klebia.

A SRA. JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA (Para expor.) – Bom dia. Não sei se estou sendo ouvida, porque eu ouço baixinho?

Quero cumprimentar a todos. Quero fazer, inicialmente, minha audiodescrição.

Sou Jane Klebia, uma mulher preta de 1,75 metros. Tenho cabelos curtos alisados, estou trajando uma roupa estampada, um blêiser verde, brincos amarelos e pretos e anéis amarelos grandes.

Inicialmente, cumprimentando a Senadora Mara Gabrilli, eu cumprimento todos os presentes e digo, Senadora, da minha felicidade de retornar a esta Casa. Estive aqui em outra oportunidade, falando de tema relacionado à Lei Maria da Penha – acredito que há uns 11 ou 12 anos –, e eu trazia aqui boas práticas em relação à Lei Maria da Penha.

À época, eu era delegada de polícia numa cidade chamada Planaltina, na periferia de Brasília, e lá nós criamos um espaço diferenciado de atendimento à mulher vítima de violência, e vi esta Casa trazendo essa boa prática. Posteriormente, a Lei Maria da Penha contemplou isso.

Então, para mim, é uma grande alegria poder retornar para este debate tão importante e dizer à senhora que eu fiquei muito feliz, insisti muito com a minha equipe. Agradeço ao Paulo Melo e à minha equipe, que conseguiram a minha participação neste espaço, pelo desejo do meu coração de debater temas como este e dizer da felicidade de a senhora ter proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que a senhora é uma militante nesse assunto, e nós não deveríamos ter militantes em torno da defesa da mulher.

Eu vou começar a minha fala de uma forma que pode parecer dramática, mas é muito real: a violência doméstica, a violência contra a mulher é uma chaga, é uma ferida aberta na alma do nosso país.

Eu quero fazer esse paralelo, para dizer que uma pessoa que tem uma chaga, uma ferida, o que ela faz? Ela trata aquilo como uma urgência, porque ela não vai deixar que aquela ferida a consuma. Então, ela rapidamente procura ali um atendimento médico, porque ela precisa sanar aquilo.

Então, se nós entendermos a violência contra a mulher – nós estamos falando de vida de mulheres, muitas que foram e não retornam mais, de famílias que são destruídas, de filhos do feminicídio – como uma doença, uma chaga que precisa ser sanada, aí, com certeza, a proposição desta audiência pública e outras ações se converterão num pacto federativo.

Quando a Secretária Nacional de Combate à Violência, que me antecedeu, falou, eu falei: "Gente, que brilhante!". Eu acho que ela tocou no ponto que é fundamental: nós entendermos que a saúde pública é importante.

Então, nós temos aí o SUS, que unifica o país inteiro em torno de um sistema de saúde, e nós precisamos de um sistema que unifique os nossos estados e os nossos municípios em torno da defesa da violência contra a mulher.

Quando nós tratamos disso de forma sazonal, no mês de março, mês de defesa da mulher, e aí vem, em agosto, o Agosto Lilás – e feliz porque esta audiência pública não acontece nesses meses como se fosse uma militância pontual, então ela é muito importante –, nós precisamos, sim, Senadora, da sua força.

Deixo aqui o meu cumprimento à Senadora Damares, uma querida, uma amiga. Eu sei que ela é parceira na proposição desta audiência pública.

Ela é Presidente, não é? Então... A Senadora Damares é uma querida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E que vocês, com a força que vocês têm no Senado, proponham essa unificação, esse pacto federativo que possa trazer para os estados essa defesa da mulher, de forma constante, perene, e o Estado destinando recursos efetivos, para que nós tenhamos essa política pública unificada em nosso país.

Brasília, capital do país, tem uma rede de proteção à mulher muito robusta, mas o tema violência doméstica é tão sensível...

Sou delegada de polícia e, geralmente, faço um paralelo, falo o seguinte... Quando eu trato, por exemplo, de um crime de furto...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – A voz dela sumiu, a voz da Deputada.

A SRA. DRA. JANE KLÉBIA – Quando eu falo de furto, eu digo assim: é uma coisa tranquila de você definir. "Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel". Peguei isto, e não é meu, tranquilo; é furto. Se pegar isto aqui, que é de outrem, e tiver violência ou grave ameaça, é roubo. É fácil.

Agora, quando você fala de violência contra a mulher, eu digo que é uma coisa quadrada, porque envolve diversos elementos. Apesar de nós conseguirmos, às vezes, contar... No exemplo de violência doméstica, mesmo sem conhecer a mulher, você vai falar ali do machismo que está arraigado, do medo e da insegurança da mulher de procurar ajuda, das famílias que não fortalecem essa mulher... Essas questões são comuns, mas cada situação é muito individual. Aí eu digo que torna a violência uma coisa quadrada, uma coisa difícil.

Muitas vezes, eu, como delegada, tinha oportunidade de ouvir de familiares: "Ah, Doutora, eu estou cansada, não aguento mais. Acho que, se ela apanhasse mais, ela deixaria esse [e aí usava aqueles termos bem chulos, para se referir ali ao agressor] vagabundo, deixaria esse [e ia usando aqueles termos que as famílias costumam utilizar para as pessoas que são agressores]..."; ou, então, outros diziam assim: "É porque ela não tem vergonha. Se tivesse um pouquinho mais de vergonha, já não estaria mais com ele". Aí, eu insisto: "A mulher nem é sem-vergonha, nem está apanhando pouco".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza, nós não estamos conseguindo mostrar para essa mulher o tanto que ela é importante, o tanto que ela vai estar melhor fora daquela violência e que, se ela sair, efetivamente o Estado vai protegê-la. Ela não vai ficar assustada de ouvir a colega que diz: "Ih, não vai lá não, porque eu fui, e a ajuda não veio", ou a ajuda veio de forma inconsistente. Isso porque, por exemplo, numa lesão corporal, se a mulher não for bem orientada para ir fazer o exame de corpo de delito, nós sabemos que três, quatro meses depois, quando chegar a audiência, o advogado vai falar: "Excelência, não tem materialidade, o laudo não está presente, e *in dubio pro reo*".

Ele vai sair dali livre, leve e solto, e a mulher vai dizer: "Está vendo aí? Bem que tinham me dito que não valia a pena".

Então, isso é a política pública ou o atendimento que não é adequado, porque não tem o treinamento devido aos policiais.

Eu sou policial, sou delegada de polícia, amo o que faço, mas, efetivamente, nós precisamos nos preparar; e, se nós tivéssemos um sistema único, essa preparação chegaria de forma constante, para que o policial não receba uma mulher vítima de violência, por exemplo, e faça a pergunta para ela: "Senhora, a senhora tem certeza de que veio aqui para prender o pai de seus filhos? Se ele for preso amanhã, quem é que vai cuidar de seus filhos? Onde é que a senhora vai morar?".

Essas palavras têm o poder de destruir, naquela mulher, a certeza, que já era deste tamaninho. Ela levou ali... Porque a estatística nos mostra que, em média, oito anos ela leva –"vou hoje", "vou amanhã", "vou ou não vou?", "dá certo ou não dá?" – para buscar a primeira ajuda. E, se no dia em que ela busca a primeira ajuda, ela ouve uma palavra que a desestimula, ela não volta mais. Ela acaba pensando e falando: "Não é que ele tem razão?". E desiste.

De cada dez procedimentos que se iniciam numa delegacia, oito não chegam a termo, oito não vão resultar numa punição, por mais diversos motivos, por essa situação de violência doméstica que eu digo que é quadrada.

Voltando ao que eu tinha dito no início, Brasília tem uma rede de proteção muito efetiva. Nós temos pelo menos 31 equipamentos que fazem parte dessa rede de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da mulher brasileira, temos muitas varas de violência doméstica, duas DEAMs, temos os comitês de proteção à mulher, que foram criados a partir de uma lei, inclusive, de minha autoria, e, quando você vai para as estatísticas, Brasília está lá, no topo da violência doméstica, no topo dos feminicídios.

Então, nós...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA – Para concluir: a rede de proteção é importante? Muito. Precisam ser criadas e fortalecidas. Mas nós precisamos de outros elementos que realmente unifiquem essa política.

Então, Senadora, é muito importante essa proposição feita pela senhora, para que nós possamos fazer esse debate. Mas, ainda como proposta, eu deixaria aqui que a senhora pensasse, porque a senhora tem condições, a partir do Senado, de propor, quanto a essa rede de enfrentamento, que ela seja unificada nacionalmente, um pacto federativo em torno da defesa da mulher, para que a mulher saia da situação de vulnerabilidade e saia da situação de violência.

Eu tenho a oportunidade de participar, em vários estados, desse debate e nós vemos que muitos estados estão gritando, de forma silenciosa, por essa política mais efetiva, condensada, organizada, para que nossas mulheres parem de morrer e nós possamos parar de contar mulheres mortas.

Mas parabéns à senhora, a todos os envolvidos nesta audiência pública e nessa busca por essa política constante e efetiva de defesa da mulher.

Muito obrigada por esta oportunidade, e só quero dizer que, quando dá esse sinal sonoro e esse "15 segundos", é absolutamente perturbador. (*Risos.*)

A gente perde o rumo e não sabe nem como continuar – brincadeira, hein?

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Deputada Jane, por participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante o que a gente está fazendo, porque a gente está fazendo a avaliação do plano nacional contra o feminicídio, de prevenção ao feminicídio. Então, são informações importantíssimas que vocês estão trazendo e que mostram que a gente está trabalhando em rede.

Agradecendo à Deputada Jane, eu quero passar a palavra à nossa última oradora, não menos importante, importantíssima, a Raianne Xavier de Alcântara Horovits, que é Coordenadora de Áreas Transversais da Subsecretaria de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social da Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento, através de videoconferência.

Está com a palavra, Raianne.

A SRA. RAIANNE XAVIER DE ALCÂNTARA HOROVITS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todas as pessoas presentes.

Meu nome é Raianne Alcântara, sou uma mulher parda, de cabelos cacheados, castanhos e curtos.

Estou de blêiser preto, em um ambiente que tem uma janela atrás com uma cortina, enfim, para tampar um pouquinho da luz.

Eu sou da carreira de Analista Técnico de Políticas Sociais. Como a Senadora falou, estou atualmente como Coordenadora de Áreas Transversais na Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Eu estou aqui para falar um pouquinho sobre o papel justamente da Seplan (Secretaria Nacional de Planejamento) no acompanhamento do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e, enfim, das demais políticas públicas voltadas para as mulheres de uma forma mais ampla.

A Seplan é a grande responsável pela elaboração, acompanhamento e monitoramento do Plano Plurianual da União, o famoso PPA. Então, em termos de PPA federal, a Seplan é responsável por esse instrumento, que é o principal instrumento de planejamento de médio prazo hoje do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, que reúne ali todos os compromissos do Governo, o conjunto... Não vou dizer todos – porque, enfim, algumas coisas... –, mas o conjunto de compromissos do Governo Federal, os planos de ação, os investimentos do Governo Federal para esse período de quatro anos.

Por isso é que a gente diz que ele é um instrumento de planejamento de médio prazo e que, de alguma forma, ele vai estar ali, sempre orientando onde e como a gente vai alocar os recursos públicos, o dinheiro público, para efetivar as diversas políticas públicas hoje no país.

O atual PPA entrou em vigência em 2024, vale até 2027, estará vigente até 2027, e, na estrutura desse nosso instrumento de planejamento de médio prazo, a gente tem diversas partes.

O PPA, gente, é um instrumento bem técnico. Então, para eu conseguir explicar algumas coisas que estão lá, eu vou ter que trazer um pouquinho de explicação desses termos técnicos, porque eu não posso partir do pressuposto de que todo mundo entende o que é, por exemplo, o que eu vou falar agora, a dimensão estratégica do PPA 2024-2027.

O que é essa dimensão estratégica? Ela traz, ali, no nosso plano plurianual, as principais linhas estratégicas do Governo Federal, hoje, para a implementação das políticas públicas. Então, para isso, a dimensão estratégica conta com objetivos estratégicos que vão traduzir um pouco quais são os principais problemas do país que podem vir a ser combatidos, enfim, nos próximos quatro anos, por conta dessa periodicidade do PPA.

Então, são esses objetivos mais amplos, mais genéricos.

E, para conseguir mensurar a efetividade desses objetivos, a gente conta com indicadores-chave. Não adianta a gente ter um objetivo que a gente não consegue mensurar nem minimamente.

Então, hoje a gente tem, no âmbito dessa dimensão estratégica, um objetivo estratégico que é absolutamente, completamente voltado ao público de mulheres, que é o objetivo estratégico nº 1.7. Ele fala especificamente em "reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para mensurar a efetivação, a efetividade, a implementação desse grande objetivo estratégico, que vem ali na esteira de um dos grandes problemas que a gente tem hoje, em termos de políticas públicas no país, a gente tem, como indicador-chave, a taxa de homicídio de mulheres dentro das residências.

Além desse objetivo estratégico, desse indicador-chave que a gente tem nessa camada da dimensão estratégica do PPA, a gente tem 89 programas hoje gerais, enfim, todas as políticas, todos os públicos, e, dentro desses 89 programas, a gente tem 3 que estão sob a responsabilidade direta do Ministério das Mulheres, que são a igualdade de decisão em poder para as mulheres, autonomia econômica das mulheres e um específico sobre violência contra a mulher, que é o Programa Mulher Viver Sem Violência.

Aí, dentro desse programa, a gente tem uma medida institucional normativa, que é justamente para a elaboração do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Então, a política de combate à violência contra a mulher está permeada em diversos pontos, em diversas partes do nosso planejamento de médio prazo hoje, do nosso principal planejamento de médio prazo do Governo Federal.

Medida institucional normativa.

Voltando para aquela questão de dar um pouquinho de explicação do que é esse termo supertécnico que a gente utiliza, as medidas institucionais normativas que estão hoje no PPA existem para justamente elaborar normas, legislações que vão aprimorar a implementação, a execução das políticas públicas.

Um exemplo mais fácil de a gente entender a concretude disso é: não adianta a gente fazer uma estrada, e não ter normas para regulamentar a segurança viária nessa estrada. Então, a gente precisa ter normas relacionadas ao cinto de segurança, ao uso do cinto de segurança, a limite de velocidade, ao uso dos faróis, para que a gente consiga ter um tráfego bom nessa estrada, um tráfego seguro, enfim, em que as políticas aconteçam da melhor forma possível, e as medidas institucionais normativas dentro do PPA servem para isso. Elas trazem essas normas, essas legislações, para aprimorar a execução das políticas públicas como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PPA 2024 a 2027 – esse PPA que está vigente – traz cinco agendas transversais para públicos que são específicos e que têm, portanto, necessidades específicas.

As cinco agendas transversais são de: crianças e adolescentes, igualdade racial, povos indígenas, meio ambiente, e a gente tem – e é por isso que eu estou falando disso – uma agenda inteiramente voltada para o público de mulheres.

Essa agenda... O que é que ela faz? É mais um termo técnico sobre o qual eu preciso dar uma pequena explicada.

A agenda transversal reúne, em si, todos os atributos que, de alguma forma, estão relacionados com esse público.

Então, quando a gente fala em Agenda Transversal Mulheres, ela vai reunir ali todos esses componentes do plano plurianual que, de alguma forma, estão relacionados às políticas públicas para mulheres do Governo Federal hoje.

E por que é que isso é importante? Colocando todos esses atributos em um documento único, um documento coeso, ao qual a sociedade tem acesso, a gente consegue dar transparência para tudo o que está sendo feito hoje, a gente consegue dizer o que a gente está fazendo, como a gente está fazendo, o que a gente está alcançando e o que a gente não está, em termos de monitoramento da política. Isso porque a gente recebe de todos os ministérios da Esplanada dados, por meio de um sistema, que vão trazer, de fato, o que é que está sendo feito, as metas que estão sendo alcançadas, as que não estão, os gargalos que estão acontecendo.

E a gente consegue reunir isso... A partir do momento em que a gente tem uma agenda transversal, que reúne num só lugar todas essas questões, a gente consegue trazer para a sociedade, de uma forma mais evidente, mais clara, quais são as coisas que estão sendo feitas hoje para esse público. No caso, aqui, a gente está falando do público de mulheres, mas também os de crianças e adolescentes, igualdade racial, povos indígenas e as questões relacionadas ao meio ambiente.

Então, a Seplan está nesse papel de conseguir trazer esse acompanhamento mais sistemático das políticas públicas pela sociedade, a partir do momento em que consegue fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse monitoramento, porque nós somos um órgão central de governo que consegue reunir, ali, informações dos demais órgãos e atuar nessa articulação entre os órgãos.

A gente já está trabalhando no próximo relatório de monitoramento da agenda transversal, que sai em abril do ano que vem.

A gente conta, para isso... Na verdade, a gente não conta, não é? É um trabalho conjunto mesmo de duas secretarias. Então, além da Seplan, a gente trabalha com a Secretaria de Orçamento Federal, que traz, ali, para esse relatório de monitoramento da agenda transversal outras informações para além do planejamento. Então, a gente tem também, ali, informações de orçamento relacionadas à agenda de mulheres.

Então, a Seplan tem essa visão mais geral, mais ampla, dos problemas de políticas públicas e dos compromissos que estão sendo assumidos pelo Governo Federal, para lutar contra esses problemas, para resolver esses problemas, e a gente tem essa capacidade de articulação entre os órgãos do Governo Federal e também com entes subnacionais, para conseguir que isso aconteça.

Então, a gente faz parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a gente faz parte do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, e é por isso que a gente está aqui, trazendo o que a gente está fazendo, com essa perspectiva da política de combate à violência contra as mulheres dentro do PPA.

O gestor da política, como a Estela apresentou, é o Ministério das Mulheres, que, em 2023, articulou tudo o que precisava ser feito para que a política acontecesse, e a gente, enquanto Secretaria Nacional de Planejamento, auxiliou nessa articulação, na articulação entre todos os envolvidos, para que o pacto acontecesse, principalmente em questões relacionadas ao planejamento e o orçamento, o que é, ali, a nossa área, o que a gente está legalmente imbuído de fazer.

O papel da Seplan é este, de colocar as pessoas juntas para pensar, para fazer com que as políticas aconteçam, de auxiliar nisso, principalmente porque políticas como a política de combate à violência contra a mulher é uma política transversal de um público específico, que é o público de mulheres, e é uma política multissetorial que vai envolver vários órgãos – vai envolver União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, municípios, DF – numa rede, como a Senadora acabou de falar, num trabalho em rede, para que a coisa realmente aconteça e o problema realmente seja, de alguma forma, mitigado.

Então, a Seplan faz o monitoramento de todas essas políticas do Governo Federal via PPA, o monitoramento da execução disso, os gargalos que estão sendo enfrentados, e, enfim, faz esse acompanhamento junto aos ministérios envolvidos.

E, dentro dos eixos do plano de ação do pacto, a gente tem algumas outras coisas que também estão no PPA hoje, que também fazem parte desse PPA 2024-2027, como a Casa da Mulher Brasileira, o Ppcaam, as unidades móveis de atendimento para mulheres do campo, florestas, águas, quilombolas, indígenas e ciganos... Isso tudo também está dentro do PPA, de alguma forma.

Então, a gente considera que o PPA e esse monitoramento sistemático... Esse acompanhamento tempestivo e sistemático que a Seplan realiza do PPA consegue, de alguma forma, ajudar na transparência, ajudar na prestação de contas e, principalmente, no controle social das principais políticas públicas hoje no país.

É isso o que eu tinha para trazer, e agradeço, mais uma vez, a oportunidade, Senadora, e, enfim, muito obrigada por tudo, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Raianne, muito obrigada. A gente sempre precisa de informação sobre planejamento e orçamento, porque, às vezes, fica tão distante da gente... Mas muito obrigada mesmo.

Eu acho que a Regina gostaria de falar de novo.

A SRA. REGINA CÉLIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vai ser bem rápido, Senadora, porque eu não sei se já estão concluindo, não sei como é que está o desdobramento, mas tem uma questão que eu gostaria muito de falar, que é sobre a necessidade de a entrega das medidas protetivas para a mulher estar alinhada à entrega do aviso dessa medida protetiva aos autores de violência. Essa é uma grande demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, a mulher recebe a informação da medida protetiva, quando sai, mas o tempo da entrega e da ciência para o autor da violência não ocorre da mesma forma, e, muitas vezes, ela está desavisada de que ele ainda não recebeu a medida protetiva, assim como, muitas vezes, mulheres precisam ser avisadas pelo sistema penal de que o autor da violência já cumpriu a pena e está saindo. Então, ela precisa ser avisada com antecedência, porque, muitas vezes, quando ela não é avisada, ela é surpreendida pela presença do autor, que, muitas vezes, quer retornar à agressão – questão da ameaça.

A outra perspectiva que eu queria falar é sobre um projeto que o instituto tem... Na verdade, dois projetos: Defensoras e Defensores Mirins e As Penhas Mirins. E é a questão da geracionalidade de que eu falei antes, que é sobre a questão da violência no namoro, que, muitas vezes, ocorre, e também a questão do *bullying*.

E, sobre essa questão do *bullying*, nós precisamos lembrar que, mesmo sob a recomendação do art.8º da Lei Maria da Penha, nem todas as escolas, dos 5,5 mil municípios que o Brasil tem, estão alinhadas e integradas nesse pacto de enfrentamento. E, muitas vezes, existe uma demanda do processo ensino-aprendizagem das crianças e dos jovens que vivenciam a violência doméstica, e, muitas vezes, vivenciam através do *bullying*, ou como vítima, ou com *bullying*.

Então, é importante a gente ter também uma formação integrada e uma formação a longo prazo, mais assídua e contínua, com toda a comunidade escolar.

E, por último, eu quero falar sobre As Penhas Mirins, que, juntamente com As Penhas, é um projeto da Dra. Anabel Pessoa, que é cofundadora do Instituto, e que ganhou em primeiro lugar no Conselho Nacional de Justiça, na última edição, na quinta edição, quando elas ganharam o primeiro lugar. E, com esse ganho, também nós fomos a Abu Dhabi.

Então, em Abu Dhabi, foi apresentada a questão das adolescentes de 13 a 14 anos que ganharam em primeiro lugar, na Fenecit, e sobre a questão de gênero. Foram 70 países ali representados, mais de 10 mil pessoas em Abu Dhabi, na semana passada, e As Penhas Mirins foi o único projeto falando sobre gênero. Foram 20 delegações do Brasil, mas o único projeto a falar sobre gênero, ciência e enfrentamento à violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, o trabalho, o projeto que eu tenho, que é nosso, que é das igrejas. Então, esse projeto é: "Violência contra Meninas e Mulheres: o que as igrejas devem saber e o que elas podem e devem fazer".

Então, esse projeto acontece e tem uma prática, uma boa prática...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA CÉLIA BARBOSA (*Por videoconferência.*) – ... superexitosa, na cidade de Orleans, em Santa Catarina, através da 1ª Igreja Batista de Orleans, com o Pastor Júnior e todas as mulheres do ministério da igreja.

E é um projeto que está fazendo uma revolução, em que as pessoas da igreja que são psicólogas, advogadas e assistentes sociais são treinadas.

Inclusive, tem uma faculdade lá chamada Unibave, e essas mulheres são treinadas, juntamente com homens líderes de ministério, a atender às mulheres em situação de violência.

Através desse projeto sobre violência contra meninas e mulheres, é ensinado o que as igrejas devem saber e o que elas podem e devem fazer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Regina, obrigada pelas suas considerações finais.

E acho que a Rosana gostaria também de fazer um comentário, não é?

A SRA. ROSANA DE SANT'ANA PIERUCETTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi... Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Senadora, muito obrigada, e vou ser bem rápida.

Eu quero falar novamente: eu acho que são importantes os níveis de implantação da Lei Maria da Penha, e a gente atentar para isso. Essa implementação, está tudo lá, tudo que nós conversamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto ao projeto É Tempo de Recomeçar, que a Senadora citou, nós executamos esse projeto É Tempo de Recomeçar – na época, a Deputada Katia Sastre enviou para nós uma emenda – e a gente, hoje, o tem replicado, no decorrer de todos esses anos, na nossa região.

Então, eu me coloco à disposição, porque a gente vai às comunidades, e a gente já faz rodas de conversa com as mulheres. Eu me coloco à disposição, para que a gente implemente isso no Brasil, porque funciona.

Senadora, como as mulheres procuram as delegacias, os serviços, a instituição, após a gente fazer essa intervenção nos territórios. Então, eu me coloco à disposição.

E, mais uma vez, eu a parabenizo por esta audiência pública. Eu tenho certeza de que vai ter ótimos resultados.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, muito obrigada, Rosana. Que bom saber!

E a gente quer entrar em contato com você. A Perri vai entrar em contato, para a gente falar sobre isso. De repente, a gente pode ajudar com emendas parlamentares.

Alguém mais quer fazer mais algum comentário?

Bom, quero agradecer, mais uma vez, a presença das nossas corajosas convidadas e do nosso convidado, que trouxeram contribuições valiosas à nossa avaliação da política pública.

Quero parabenizar os ministérios pelo trabalho, pelo trabalho conjunto.

Todos sabemos que a mulher, ao sofrer uma violência – quando essa agressão não resulta em feminicídio –, acaba enfrentando diversos outros traumas, até mesmo doenças que impactam fortemente a vida da mulher; e muitas adolescentes que são abusadas sentem que não são mais capazes de estudar, de buscar um futuro melhor, de trabalhar... Acabam se diminuindo.

E outras mulheres passam a enfrentar dificuldades para emitir suas opiniões em casa ou no trabalho. E são traumas profundos, por terem sido silenciadas, menosprezadas e abusadas simplesmente por serem mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer muito. (*Pausa.*)

Ah, quero agradecer aos consultores que estão aí, o Cleiton e a Natália, que estão nos auxiliando nessa avaliação da política.

Então, muito obrigada pela presença de vocês, e vamos seguir firmes no combate a qualquer forma de violência ou discriminação contra a mulher.

Muito obrigada vocês.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer a participação de todos.

E declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Magno Malta, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sexagésima sétima a sexagésima nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5329, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão "serviço social" por "assistência social"." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2169, de 2019 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3030, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos Rogério (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: pela prejudicialidade do PL n° 3.030, de 2019, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Marcos Rogério como relator ad hoc. Na sequência, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pela prejudicialidade do PL nº 3.030, de 2019, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo) que apresenta. ITEM 3 - Sugestão n° 3, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Pretende acabar com a obrigatoriedade de tomar esse experimento chamado vacina contra a covid"."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2225, de 2022 - Não Terminativo - que: "Reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: pelo arquivamento do projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento do projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1799, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: favorável ao projeto com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Flávio Arns relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1067, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1796, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Sugestão n° 18, de 2020 - Não Terminativo - que: "Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 18, de 2020, que "Prorrogação do auxílio emergencial enquanto durar o estado de calamidade pública no Brasil"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da sugestão. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2036, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 10 - Sugestão n° 6, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cédulas - chega de contagem secreta!"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei. ITEM 11 - Sugestão n° 12, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Tornar a pedofilia crime inafiançável"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 116, de 2025 que: "Requer a prorrogação da Subcomissão Temporária do Senado Federal para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA), colegiado vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por 10 (dez) dias." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 118, de 2025 que: "Requer a diligência in loco nos municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia" Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: O Senador Jaime Bagattoli subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 119, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no município de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, com o objetivo de acompanhar in loco a situação das famílias das vítimas da tragédia da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus, bem como avaliar o cumprimento das medidas de reparação determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil"." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Relatório Legislativo - SF254399076450 que: "Relatório da diligência externa da CDH realizada nos municípios de Humaitá e Manicoré/AM." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Na sequência, a Comissão aprova o relatório. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 577, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva. ITEM 17 - Projeto de Lei n° 979, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva. ITEM 18 - Projeto de Lei n° 3506, de 2020 - Terminativo - que: "Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. Adiada a discussão e votação. ITEM 19 - Projeto de Lei n° 4167, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 70ª Reunião, Extraordinária, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 67ª e 69ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu tenho um compromisso externo. Eu pediria a V. Exa., se fosse possível, para fazer a inversão da ordem de pauta, priorizando o item 19.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O item 19 é um projeto de lei que já foi lido, não é?

ITEM 19

PROJETO DE LEI Nº 4167, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 26-G da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade telessaúde.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 08/10/2025, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva.

Em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria agora segue para análise terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a diligência in loco nos municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada d'Oeste, Estado de Rondônia

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para encaminhar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, eu primeiro quero agradecer a V. Exa. por ter pautado esse requerimento que nós já anunciamos na semana passada.

Rondônia está vivendo um período de inquietação: dezenas, centenas de famílias hoje vivendo o drama de ter que deixar suas terras depois de 50 anos trabalhando em cima da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriedade. Propriedade que tem documentação, título definitivo, escritura pública, pessoas que trabalham com a pecuária, pessoas que trabalham com a agricultura, pessoas que têm lá na propriedade o cultivo, a cultura do café, trabalhando por anos, por décadas. Propriedade familiar, famílias de pequenas propriedades. Porque às vezes a gente vê esse atual Governo olhando para o produtor rural, olhando para quem está em cima da terra como se ele fosse inimigo do estado, inimigo do Brasil, inimigo do Governo. E aí nessa sanha persecutória, nessa sanha de querer prejudicar o homem do campo, estão prejudicando pequenos produtores rurais, perseguindo pequenos produtores rurais.

Eu disse na semana passada o que está por trás do movimento de retirada dessas famílias dessas propriedades. Não se trata de invasores, se trata de erro, de equívoco, de uma ação criminosa do Estado brasileiro que foi lá e fez a demarcação errada. Não se trata de uma área que foi demarcada, uma área nova de demarcação, não. Você tem uma demarcação, mas, quando foram estabelecer o limite, a divisória, o ponto que divide aquilo que é área indígena e aquilo que é área do particular, eles colocaram os pontos, as coordenadas fora de lugar. E aí nós temos hoje o que nós chamamos de sobreposição. Você tem uma área que é do particular, mas que pelas coordenadas geográficas, pelos marcos demarcatórios, está sendo tratada como se a área indígena fosse. E aí há uma ordem de desintrusão, aí há uma ordem de desocupação em razão dessa marcação errada.

Isso, Sra. Presidente, já foi reconhecido pelo Incra do Estado de Rondônia, isso já foi... Inclusive, a própria equipe da Funai, no passado, diante das evidências, entendeu que era o caso de se fazer diligência para verificar se realmente os pontos, as coordenadas estão ou não no lugar apropriado. Nunca fizeram, porque, quando é para proteger o cidadão, o pequeno produtor, não tem interesse, não tem velocidade, não tem humanidade. Porque não pensem que os índios lá estejam precisando de mais terra, Marcio Bittar, Senador Flávio Bolsonaro, para sobrevivência, para subsistência. Não!

Nós temos uma região que pega, a chamada região que começa na Paccas-Novas, na região de Campo Novo de Rondônia, e vem percorrendo – tem a comunidade urueu uau uau –, vem percorrendo ali Campo Novo, passa por Cacaulândia, passa por Castanheiras, Jaru e chega à cidade de Alvorada D'Oeste, é uma situação. Você tem lá uma outra situação que é da comunidade – fugiu-me o nome agora – que é da região da grande Ariquemes. E tem uma outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação que está na região de São Miguel do Guaporé, ou seja, Rondônia hoje vive um período de intranquilidade.

Nós já temos uma situação que foi... Está aqui o Senador Jaime Bagattoli, agora há pouco acompanhado do nosso amigo Geovanni, lá da minha cidade de Ji-Paraná. Nós temos uma situação que é a criação de reservas, que já levou terror às famílias, famílias que foram retiradas da terra. Essa semana eu estive na cidade de Alto Paraíso; eu vi o que é o drama, a dor, a agonia, a angústia de um pai de família que perdeu pai, perdeu mãe por angústia, por depressão profunda; perderam a vida, porque a vida deles era a terra onde eles cultivavam e alimentavam a família. E agora essa questão das propriedades, os proprietários sendo retirados em razão da questão indígena.

Eu vou finalizar a minha fala, Sr. Presidente. Eu estive aqui na semana passada, falei do assunto. Confesso até que fui procurado por alguns representantes do próprio Governo pedindo, fazendo um gesto para a gente tentar conversar com a Funai novamente. Já havia sido feito um pedido pela bancada; não ouviram a bancada, o Senador Jaime Bagattoli sabe. O Deputado Lucio Mosquini procurou, eu procurei. E aí eu pedi diretamente pelo meu gabinete uma agenda com a Funai para tratar do assunto.

Eu vou ler qual foi a resposta da Funai a este Parlamentar que tratou do assunto. Aqui, repito, nós não estamos falando aqui de ocupação de área de Funai, de invasão de área de Funai; não é isso! Estou falando aqui de lançamento errado de dados errados que está punindo particulares que são donos, proprietários dessas áreas. Diz a resposta da Funai ao meu pedido de agenda para tratar desse assunto, que é urgente, porque as famílias estão sendo retiradas: "Prezados(as), em atendimento ao solicitado pela Presidência da Funai e de ordem do Diretor da Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas [...], comunicamos que nessa semana o Diretor está participando de reuniões na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. A Didem coloca-se à disposição para encontrar uma data adequada a partir da próxima semana. Aguardamos retorno".

Sra. Presidente, a partir do sábado passado já se iniciou o processo de retirada das famílias; tem duas semanas que eu estou tentando fazer essa agenda para discutir esse assunto. Aí, insisti e disse: "Olha, na semana passada não conseguimos", eles colocaram a primeira resposta foi essa daqui. Insisti: "Não, vamos fazer nessa segunda semana, porque a outra parte das famílias vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notificada ainda para serem retiradas". A de Alvorada já foi notificada – a população, as famílias de Alvorada.

Agora, vem a última resposta: "A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) agradece o honroso convite da solicitação de agenda para tratar da situação fundiária envolvendo famílias de produtores rurais nos Municípios de São Miguel do Guaporé e Alvorada D'Oeste, em decorrência das ações de desintrusão da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau , recentemente homologadas pelo Supremo Tribunal Federal". O Supremo Tribunal Federal nunca foi saber o que está acontecendo lá na ponta, lá na pauta, lá na realidade do povo de Rondônia, da comunidade indígena – nunca foi! Decidiu dentro de quatro paredes, mas, o.k. "Informamos que, devido a compromissos previamente agendados, a Presidente [aí aqui chamada de Presidenta] da Funai, Sra. Joenia Wapichana, não poderá atender. No entanto, consultamos a Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas, que nos leram em cópia quanto à disponibilidade de atendimento ao solicitado". Ou seja, simplesmente, o que a Funai diz é o seguinte: não tenho agenda, não tenho disponibilidade, estou me lixando para o que está acontecendo com essa comunidade. Na prática, é isso.

Repito, Sra. Presidente, trata-se de famílias de pequenos produtores, inclusive famílias que foram assentadas em projetos de assentamento e que estão, hoje, correndo risco... risco não; é uma situação de despejo, de retirada dessas famílias. Por isso, eu pedi aqui a diligência da Comissão de Direitos Humanos, porque lá, Sra. Presidente, tem mães, mulheres, crianças, e essas mulheres do campo ali são mulheres que vão para a luta, para o trabalho, tiram leite, lavram a terra, sustentam famílias, mas esses que dizem ser defensores dos direitos humanos... Só se forem dos direitos humanos internacionais, porque dos humanos brasileiros, eles não defendem nada.

Portanto, o pedido que faço é que aprovemos este requerimento, para esta diligência, para esta Comissão ir lá, *in loco*, falar com essas famílias, ouvir as famílias, ouvir a população indígena, para a gente trazer ao Brasil um relato dessa injustiça que está acontecendo no meu Estado de Rondônia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, apenas para a gente continuar a discussão e colocar em pauta o requerimento, sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão logística, a gente consegue ir via terrestre até a área ou terá que ser de aeronave até local próximo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sra. Presidente, nós temos condições de fazer o deslocamento até a cidade de Ji-Paraná; nós temos voo regular. E o trecho de Ji-Paraná até o local, nós vamos ter ali, no centro, no ponto central, em torno de 100km a 110km de distância. Dá para fazer de carro tranquilamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. É porque facilita muito, porque esperar a aeronave da FAB tem sido difícil e sempre são aeronaves pequenas – não dá para a gente fazer uma grande comitiva.

Então, está em discussão o requerimento. Se aprovado, eu vou sugerir que a gente convide toda a bancada de Rondônia para acompanhar – Deputados Federais e Estaduais, Senadores da Comissão que queiram ir –, mas eu queria muito também convidar o Governo, Leila, a Liderança do Governo, convidar a Funai, como na outra missão em que a gente foi a uma área indígena, o MPI também e o Ministério dos Direitos Humanos. Se quiserem acompanhar, eu acho que seria interessante. A gente faz uma audiência pública lá e faz uma diligência de oitiva no local.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Eu queria... É quase impossível escutar esse tema e não falar alguma coisa.

Eu não sei apenas quando que o Brasil inteiro vai tomar conhecimento. Do quê? De que nós não mandamos na Amazônia brasileira, é simples assim. Quem manda na Amazônia vai se encontrar agora na COP 30 – esses mandam na Amazônia! Governadores da Amazônia, Contarato, não mandam nos seus estados: Governadores da Região Norte, da Amazônia brasileira se elegem para governar 10%, 15%, 20% do território; o resto são reservas indígenas, reservas extrativistas, florestas nacionais, parques nacionais, em que o Governador, o Prefeito, a Assembleia Legislativa não apitam nada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Senador Marcos Rogério traz a esta Comissão é a realidade da Amazônia. Desde 1988, na Assembleia Nacional Constituinte, *lobbies* poderosíssimos – Fundação Rockefeller, George Soros da vida... Todos esses, com países estrangeiros, começaram a montar *lobbies* no Brasil, na Constituinte brasileira de 1988, para abrir a porteira para a criação desenfreada de unidades de conservação.

Áreas indígenas estão com 14% do território nacional e passam fome. O problema do indígena no Brasil não é de terra, é de poder ter poder sobre a sua terra, porque ele não tem.

Esse caso que o Marcos traz agora, nosso Senador vizinho do Acre, de Rondônia, que, aliás, diga-se de passagem, é o único estado do Norte do Brasil que tem mais carteira assinada do que Bolsa Família, e não é porque ex-Governadores criaram reservas estaduais, não; é porque eles abriram quase um terço do seu território para o agronegócio.

Essa desintrusão que o Estado faz é assim: primeiro, eles criaram reservas, eles invadiram onde tinha gente, e essas pessoas foram transformadas, pelo Estado brasileiro, de uma hora para outra, em invasores. Agora, imaginar que o Incra vai dar atenção para o assunto que o Senador Marcos traz na pauta... É claro que não, porque esses órgãos, minha querida Senadora Damares – Ibama, ICMBio – estão completamente tomados pela visão de esquerda que faz da Amazônia um santuário onde o ser humano não faz parte da equação.

Se o requerimento for aprovado e se for marcada uma data, eu também me inscrevo para ir junto, porque a realidade de Rondônia... É pior ainda no Acre.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Senadora, estou com um problema na voz, mas eu quero subscrever esse requerimento e dizer para quem estiver nos acompanhando: essa reserva, Senador Marcio Bittar, é de 1,867 milhão de hectares. São praticamente 8% do Estado de Rondônia numa única reserva, com 420 indígenas; 420! Ela abrange 12 municípios do Estado de Rondônia; 12!

Essa reserva tinha em torno de um milhão, setecentos e poucos mil. No Governo Sarney, foi pedido para aumentar a reserva, e isso aconteceu na época do Governo Collor; foi Fernando Collor de Mello que assinou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém está discutindo a única coisa... É que a divisa foi feita errado, porque os produtores já estavam lá, Senador Arns. Os produtores já estavam lá desde a década de 70, com documento, com escritura pública. Agora, não é justo ir lá e tirar todas essas famílias do campo, inclusive destruindo as lavouras; tirando o gado e destruindo as lavouras.

Nós não somos contra os indígenas, mas, gente, uma única reserva é quase 8% de todo o território do Estado de Rondônia. Eu não estou falando das demais reservas que tem no estado: é uma única reserva.

E, na verdade, não existem os 426 indígenas. Dizem que só tem 175, mas ninguém sabe por que uma reserva tem esse tamanho. Agora, o que nós precisamos fazer lá é justiça com os nossos produtores, principalmente com os nossos pequenos produtores rurais.

Obrigado, Presidente.

Subscrevo esse requerimento aí e vou estar lá nessa diligência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Marcos Rogério, subscrito pelo Senador Valter.

E eu já peço à assessoria que faça contato com o gabinete do Senador Marcos, para a gente organizar o quanto antes e para já ficar definido que o peixe e o açaí do almoço são por conta do autor do requerimento. (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – É Jaime.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jaime, Jaime. O Senador Jaime subscreve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, aproveitando a oportunidade, nós fizemos uma diligência à área Yanomami com relatório apresentado. Um dos encaminhamentos era a formação de uma Subcomissão Permanente, aqui, para a gente acompanhar eternamente a questão ianomâmi. Aprovamos.

Até agora, só um Senador está indicado, só o Partido dos Trabalhadores indicou. Eu preciso que os demais se voluntariem, os partidos indiquem. Nós precisamos começar o trabalho com a Subcomissão Yanomami. Nós estamos, inclusive, com notícias negativas da área Yanomami e esta Comissão precisa acompanhar. É momento também de elaboração do Orçamento da União, e esta Comissão pode, inclusive, ajudar no Orçamento da União com a área Yanomami.

Então, eu quero muito que os Senadores falem com suas assessorias, encaminhem os seus nomes, seus partidos. Precisamos de cinco pessoas para compor a Subcomissão. Até agora, só tem o Senador Contarato, eu também quero fazer parte, mas eu precisaria de mais Senadores membros da Comissão.

Senadores, nós vamos voltar para a pauta.

O item 1 da pauta é terminativo, eu vou manter o item 1, mas já há um outro pedido de inversão de pauta. O Senador Paim pediu uma inversão, que é para o item 9 ser lido na sequência. Depois, a gente continua a pauta, Senador Paim...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho o maior carinho pelo Marcos Rogério, pelo Paim, mas eu estou aqui também esperando, também tenho compromisso...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – É o item 2 e o item 3 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., é. Então, vamos para o item 1 da pauta, a leitura do relatório, porque ele é nominal. A gente já abre a leitura, a gente já abre o voto e continua votando os outros.

O único que a gente precisaria inverter, Senador... O seu é o nº 3, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – É o 2 e o 3.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o 2 e o 3. A gente teria o do Senador Paim, que é o 9, mas a gente discute, daqui a pouco, se a gente inverte ou não.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5329, DE 2023

- Terminativo -

Altera a alínea a do inciso III do caput do art. 136 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para substituir a expressão "serviço social" por "assistência social".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH em decisão terminativa.

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano, para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero parabenizar a condução deste trabalho por esta tão importante Comissão de Direitos Humanos, ao passo que eu saúdo aqui todos os meus colegas Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Como o relatório, Sra. Presidente, já foi disponibilizado, para a gente ganhar tempo, eu vou direto para os pontos que eu reputo importantes nesse relatório.

O serviço social geralmente designa as atividades profissionais exercidas por assistentes sociais. Quando analisamos a Lei 8.662, de 1993, que dispõe sobre essa profissão, percebemos que a expressão tanto pode designar o curso de nível superior correspondente, como o próprio âmbito de atuação dos assistentes sociais.

A assistência social, por sua vez, é um dos pilares da seguridade social, direito reconhecido pela Constituição a quem dela necessitar, conforme o art. 203.

A atuação profissional de assistentes sociais é relevante, mas não esgota todas as políticas públicas e ações de assistência social, que compreendem, entre outras, a concessão de prestações financeiras como o benefício de prestação continuada (BPC) ou o acesso a serviços de proteção social prestados de modo interdisciplinar por profissionais de diversas áreas do conhecimento, entre elas, antropologia, pedagogia, sociologia e direito. Essas são as categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais, de acordo com as normas estruturantes do Sistema Único de Assistência Social.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Em outras palavras, se a assistência social compreende um conjunto de ações mais abrangente que o domínio do serviço social, não se sustenta a limitação atual que o projeto pretende corrigir.

A alteração, portanto, não é justificada por mero preciosismo terminológico. Com a mudança proposta, o risco de uma interpretação literal subsidiar uma resposta negativa a uma demanda formulada por conselho tutelar em favor de criança ou adolescente será sensivelmente reduzido.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei 5.329, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação.

Esse é o parecer.

Eu só quero aqui pedir aos colegas, por gentileza, só atenção um pouco, porque às vezes a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir silêncio, está difícil para o Relator defender o voto dele.

Sim, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, Senadora Damares, a senhora sabe que eu tenho um carinho muito grande pela assistência social. Eu acho que eu caí no curso errado, eu falo que a minha formação foi no Direito. Quando eu vejo os profissionais da assistência social e que eles fazem um trabalho de rede, eu fico assim: como é que a gente não valoriza esses profissionais?

Eu não sei se a senhora sabe, mas, assim como eu fui o autor do piso da enfermagem, eu tenho um projeto de lei que estabelece o piso para o assistente social, porque, no meu Estado do Espírito Santo, se você vai às prefeituras do Estado do Espírito Santo, sabe quanto ganha um assistente social? Um salário mínimo. Eu falo que – meu Deus! – isso chega a ser constrangedor. E eles trabalham com a população em estado de vulnerabilidade social, em vários aspectos. Quando se fala aqui da terminologia e do conselho tutelar, vamos sair dos gabinetes e vamos ver o que um assistente social efetivamente faz.

Na hora de a gente valorizar os profissionais aqui, Senadora Damares, dessas categorias – professor, policial, guarda municipal –, a senhora já observou como é que a gente fecha as portas? Outro dia eu vi uma Comissão aprovando – nada contra determinada profissão, mas por uma questão ética eu não vou falar – piso de R$15 mil com uma carga horária de 20 horas semanais. E nós aqui não pagamos o piso de um professor para trabalhar 40 horas semanais, que é R$4,8 mil. Nós aqui não aprovamos o piso para um assistente social, que hoje ganha R$1.518, R$2 mil, R$2,5 mil, pelos rincões do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico triste quando este Senado, de alguma forma, criminaliza a pobreza, criminaliza o mais pobre. Eu vejo isso aqui dentro do Senado – e me perdoem os funcionários do Senado, sejam eles comissionados, por favor, não se sintam ofendidos por mim, sejam efetivos –, na forma como a gente trata também os terceirizados. É como se, nesse contexto da relação trabalhista, uns fossem melhores que outros.

E olha, eu não estou falando isso por demagogia: eu amo ser Professor, eu amo ser Delegado, mas eu não me sinto melhor do que ninguém, porque essa é a premissa que move a minha vida. Eu estou como Senador, mas eu não quero jamais, Senadora Damares, perder a minha capacidade de ter empatia, porque a empatia é a possibilidade de se colocar na dor do outro. E, quando eu valorizo um assistente social, eu estou valorizando a população que mais precisa, a população pobre, a população preta, a população LGBTQIA+, as pessoas com deficiência, as pessoas que vivem com HIV, as crianças que vivem em estado de vulnerabilidade social, que estão nos abrigos.

Então, eu acho assim: poxa, por que nós efetivamente sempre fechamos essa porta e a porta do Senado para essas pessoas que cuidam? Eu gosto muito de ajudar as APAEs, as Pestalozzis, porque elas fazem um trabalho que o Estado não faz. Vai lá! Outro dia eu recebi uma crítica de um professor universitário falando que eu estava ajudando muito as APAEs. Eu quero ajudar. Enquanto Deus me der vida e saúde e a população capixaba assim permitir, eu vou ajudar as APAEs, as Pestalozzis, quem trabalha com pessoas com Down, com pessoas autistas. Coloque-se no lugar dessas famílias.

Senadora Damares, outro dia eu estava em uma instituição que atende crianças autistas. Sabe qual é o percentual de mães solos no universo, de zero a 100%? Quase 90%. Sabe por quê? Porque o primeiro a abandonar é o pai. E coloque-se no lugar daquela mãe que tem que renunciar a sua vida, ela renuncia o trabalho e fica aí não tendo acesso à saúde, a terapeuta ocupacional, não tendo acesso a nada. E sabe quem está lá atendendo aquela mãe? Uma assistente social ou um assistente social masculino.

Essa pauta da enfermagem, do assistente social tem um recorte sexista, porque a maioria são mulheres; ela tem um recorte racista, porque a maioria são pretos e pardos. E dizer que nós vivemos num Estado democrático de direito, que todos somos iguais perante a lei... infelizmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso está longe de ser uma realidade. E, assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também tenho esse sonho. Eu sonho um dia em que nós não vamos ser julgados pela cor da pele, pela orientação sexual, pelo gênero de ser mulher ou por ser idoso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou pela orientação política também, né? Pela orientação política.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só para concluir, esse dia ainda não chegou, Senador Flávio Bolsonaro, mas eu espero que um dia eu tenha o orgulho de subir a uma tribuna e falar: vivemos numa sociedade em que todos somos iguais perante a lei.

E desculpem o desabafo, mas é porque eu tenho um carinho muito grande com o assistente social. Eu sempre falo isso, Senador Flávio, por favor, não me julgue mal jamais, mas eu sempre falo isso. Deus me deu, a população capixaba me deu essa oportunidade, mas uma coisa de que eu tento me blindar na política, Senador Girão, é me blindar da vaidade, porque esta Casa é uma casa de vaidade, e exercer mais a humildade, a empatia.

Às vezes, a gente não é bem compreendido; eu que o diga, quando eu tenho posturas com relação à pauta criminal, à pauta de segurança pública, quando eu tenho postura, quando eu... Acabei de falar na Comissão de Constituição e Justiça. Eu falei: "Olha, direitos humanos também são para defender as famílias dos policiais vitimados em confronto no Rio de Janeiro, em São Paulo, no meu Estado do Espírito Santo; direitos humanos também são para defender as famílias das crianças que são abusadas sexualmente; direitos humanos também são para defender as famílias das vítimas de feminicídio, que deixam órfãos", e infelizmente a gente fecha essa porta.

Então, desculpe o desabafo mais uma vez, mas a senhora me permitiu a fala, e eu tenho orgulho de estar relatando esse projeto. E eu quero falar para os assistentes sociais que, se dependesse de mim, se eu tivesse o poder da caneta, eles estariam tendo dignidade, porque a dignidade passa por dignidade salarial e carga horária.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei 5.329, de 2023 – é uma matéria de consenso –, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Eu peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós temos agora os itens 2 e 3, da relatoria do Senador Marcio Bittar. Eu só faço inversão de pauta se houver consenso. Ele reagiu, mas ele não está aqui, agora.

Aí, na sequência, nós temos o Senador Paim, que pediu a inversão do item 9. Na sequência, a gente teria o Senador Flávio Arns e eu. Eu não me importo de inverter a pauta. Senador Flávio Arns, o senhor se importaria de o Senador Paulo Paim ler o relatório do item 9; Marcio Bittar chegando, a gente volta para os itens 2 e 3?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixe-me só...

Presidente, só pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – O Senador Marcio Bittar pediu. Ele teve que sair, mas pediu para que eu ficasse como Relator *ad hoc*. Mas eu espero.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sem problema nenhum, eu espero.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu posso fazer uma ponderação?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Nesse projeto do item 2, acho que é até importante o Senador Fabiano Contarato estar presente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque é de minha autoria e é exatamente o mesmo tema do projeto dele aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que ele discutiu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente está tratando do aumento do tempo de internação de menores infratores.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acontece que ele foi mais diligente do que eu, e o projeto dele, mesmo sendo posterior, andou mais rápido, inclusive com a minha ajuda, porque eu fui o Relator desse projeto na CCJ e foi hoje votado turno suplementar em caráter terminativo. Então, o projeto dele, se não houver recurso, vai para a Câmara direto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que eu queria pedir até – eu não sei se é possível regimentalmente, eu consulto aí a assessoria da Presidência da Comissão –: o correto seria o dele ser apensado ao meu, só que o tema é tão importante que eu não estou nem aí para a autoria. Eu não tenho apego a isso, Senador Contarato. Eu quero que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ande rápido, é uma matéria importante. Eu não sei se é possível que, no projeto do Senador Fabiano Contarato...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seja apensado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... haja uma republicação com a inclusão da minha autoria também no projeto dele, claro, se o Senador Contarato permitir. Se não, eu vou pedir que a gente dê tramitação normal a esse projeto para ver se, em algum momento, seja aqui no Senado, seja na Câmara, os projetos possam tramitar em conjunto. A ideia era apenas essa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Posso contribuir, Senadora?

Eu também não tenho vaidade nenhuma, eu quero ajudar. Aliás, eu até fiz o apelo seguinte: que a Câmara abrace esse projeto. Eu estou aqui: Isaac Moraes, 16 anos, aqui em Brasília, levou uma facada por três adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Horrível!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sabe quem foi o autor? Um menino de 15 anos que, há menos de um mês, saiu por tráfico de entorpecente. Sabe o que o Delegado Rodrigo Larizzatti – eu quero aqui parabenizar a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal – falou? Que eles riam. Nas palavras dele: "Eles riam, trocavam olhares de zombaria. Foi chocante. [...] caçoam da lei e das vítimas. Não demonstram empatia nem arrependimento", disse o delegado Rodrigo Larizzatti. "Segundo o delegado, a medida socioeducativa mais rigorosa prevista em lei é a internação por até três anos [...]".

Olha, eu quero aqui agradecer a V. Exa., Senador, agora há pouco, na CCJ, falando... Obrigado ao Senador Flávio Bolsonaro por ter assumido isso. E obrigado a todos os Senadores que colocaram suas digitais ali. Agora, a minha preocupação de que estou falando aqui, porque para mim não teria problema nenhum apensar, é o tempo, com a ideia que eu tenho da forma como anda. Às vezes, aquele meu lá vai ser arquivado, mas esse, em a gente aprovando, chega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num outro contexto e é aprovado. E, se juntar, corre-se o risco de todos serem arquivados. Essa é a minha preocupação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou só pedir uma gentileza a V. Exa., então?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Totalmente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que regimentalmente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A gente pode aprovar a urgência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, regimentalmente não dá para fazer – a assessoria está me dizendo aqui – essa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Junção.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... republicação com um novo autor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu tenho total interesse em ajudar na agilidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria dizer a V. Exa. o seguinte: na CCJ... O senhor faz parte da CCJ também?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Faço. Sou titular.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se a gente aprovar isso aqui, vai para lá?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu peço... Você quer que eu peça a relatoria?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você pede a relatoria e faz a mesma redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito! E eu quero parabenizar os colegas Senadores que pegaram projetos dessa natureza, inclusive o Marcos Rogério – obrigado, Senador –, por ter feito *ipsis litteris*, da mesma forma. A minha preocupação, assim... O primeiro que for aprovado, para mim, tanto faz. A preocupação é juntar e arquivar, porque eu sei como a Câmara, às vezes, faz.

Mas eu quero enaltecer mais uma vez. Parabéns mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Imagine essa matéria chegar à Câmara com esses dois Relatores, de espectros políticos diferentes?! Eu acho que vai ter uma força muito grande lá. Vamos ver regimentalmente como a gente coloca.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Inclusive, Senadora, eu fiz um apelo à Câmara dos Deputados. E eu espero, Flávio e Senador Marcos Rogério... Vamos fazer esse apelo, essa frente; passou da hora. Gente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria aqui estimar os meus sentimentos – e eu não tenho legitimidade de procuração –, mas eu queria pedir perdão à família do Isaac Moraes. Sabem por quê? São pais e mães que estão chorando, enlutados pelo filho. Três adolescentes. O autor da facada: 15 anos de idade. É razoável? E aquele de que eu falei lá, de 16 anos, com armas do pai, que era PM, que matou quatro, uma estudante de 12 anos, Marcos Rogério, e deixou dezenas de feridos, aqui no meu Estado do Espírito Santo, em Aracruz, vai ser solto agora, em novembro, mês que vem: três anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Bom, na sequência, nós vamos, então, fazer a leitura do voto do Senador Paim, que é o item 9. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um voto muito pequenininho, gente. É matéria de consenso. A gente volta para o 2 e o 3, que são do Marcio Bittar. Depois a gente volta a discutir a pauta. Acho que a Senadora Ivete também não está se sentindo bem; nós vamos discutir também a situação dela.

Item 9 da pauta, Projeto de Lei 2.036, de 2024...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já passou? Então vamos abrir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Eu vou ler, enquanto o Flávio abre aí.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2036, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar a rescisão unilateral do vínculo da pessoa idosa e pessoas com deficiência com o plano de saúde.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CTFC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu voto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, eu vou direto à análise, porque o projeto é simples, do Senador Contarato também.

Compete a esta Comissão, Sra. Presidente, baseada no Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, à proteção e integração social de pessoas com deficiência e proteção aos idosos, o que torna regimental a análise do projeto.

A matéria insere-se na competência legislativa da União. Não há vícios de iniciativa ou inconstitucionalidade. Pelo contrário, o projeto reforça princípios constitucionais como a proteção integral à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

No mérito, as alterações que o projeto opera na Lei 9.656, de 1998, têm a finalidade de assegurar a continuidade do vínculo contratual de idosos e pessoas com deficiência com os planos de saúde, vedando o cancelamento unilateral pelas operadoras, mesmo em contratos coletivos. Com isso, a proposta busca proteger grupos vulneráveis que necessitam de atenção contínua à saúde, eliminando práticas abusivas e contribuindo para reduzir a judicialização no setor de saúde suplementar.

Sra. Presidenta, a manutenção do vínculo contratual assegura a continuidade dos cuidados essenciais, reduz incertezas e previne violações ao direito à saúde, previsto no art. 6º da Constituição Federal.

A primeira alteração visa a garantir maior proteção aos consumidores em situação de fragilidade clínica. Para tanto, aprimora-se o inciso III do §1º do art. 13 da Lei 9.656, de 1998, para ampliar a proibição de cancelamento dos contratos também durante tratamentos médicos continuados ou terapias indispensáveis, e não apenas durante internações hospitalares. Busca-se, assim, superar interpretações restritivas da lei e coibir práticas abusivas de operadoras que, mesmo cientes da necessidade de continuidade terapêutica, cancelam contratos após a alta hospitalar ou no curso de terapias ambulatoriais essenciais — como quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, fisioterapia, terapias ocupacionais e acompanhamento psicossocial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também se aprimora a redação dos §§2º e 3º, tornando explícito, no §2º, que as proteções previstas no §1º — como a vedação à rescisão durante tratamento médico continuado — estendem-se aos contratos coletivos empresariais e por adesão, sempre que os beneficiários sejam pessoas idosas ou com deficiência. Essa ampliação evita interpretações restritivas e assegura tratamento isonômico entre as modalidades contratuais, em conformidade com o princípio da igualdade material e com o dever de garantir acessibilidade e continuidade do atendimento em saúde.

Por fim, a alteração no §3º reforça a necessidade de regulamentação específica sobre as condições de manutenção do vínculo desses beneficiários, aplicando-se também aos contratos vigentes e prevendo um regime de transição que permita a adaptação progressiva das operadoras e dos consumidores. Essa medida busca conciliar a proteção dos usuários com a estabilidade do mercado de saúde suplementar, prevenindo distorções econômicas e litígios.

Com essas modificações – estou terminando, Presidente –, o projeto alinha-se às boas práticas legislativas e às diretrizes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre contratos coletivos, harmonizando o equilíbrio contratual com a proteção de grupos vulneráveis e corrigindo distorções históricas da saúde suplementar, merecendo, portanto, a aprovação desta Comissão.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.036, de 2024, na forma do substitutivo que as emendas construíram, que não altera o projeto, apenas busca o aprimoramento.

Sra. Presidenta, eu vou dar um exemplo. Tem uma colega minha do Rio Grande do Sul aposentada por invalidez, ganha um salário mínimo, mas, todo mês, todo santo mês, ela tem que entrar na Justiça, e a Justiça dá ganho para ela, felizmente, para ela fazer os procedimentos devido ao câncer. É disso que se trata aqui.

Por isso, eu faço um apelo a todos, que a gente vote o projeto do Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Matéria justa e necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo).

Parabéns, Senador Paim! Mais uma vez nós dois legislando em causa própria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado, Sra. Presidenta, à senhora e a todos os Senadores e Senadoras que concordaram com a inversão de pauta, já que eu tenho um grupo de Prefeitos e Vereadores me aguardando do lado de fora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Consulto se todos os Senadores já votaram o item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para a leitura do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprovado, com 10 votos.

Nenhum voto contrário ou abstenção.

Declaro aprovado o Projeto de Lei 5.329, em forma terminativa, nesta Comissão.

Parabéns ao Relator e à autora, que é a Câmara dos Deputados.

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2169, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alterando para 07 (sete) anos o prazo da medida sócio-educativa de internação aplicável aos atos infracionais e, por conseguinte, altera o prazo da liberação compulsória para vinte e cinco anos de idade.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3030, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante ao instituto da internação.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: pela prejudicialidade do PL nº 3.030, de 2019, e favorável ao Projeto de Lei nº 2.169, de 2019, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu, com a permissão de V. Exa., Sra. Presidente, vou passar direto à leitura da análise, em razão de a matéria já estar no sistema do Senado Federal.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo relativas à proteção à juventude, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

Nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no tratamento dispensado ao adolescente em conflito com a lei.

De acordo com a legislação brasileira que regula a responsabilização de adolescentes e jovens, apenas os atos infracionais considerados mais graves, geralmente caracterizados por violência ou grave ameaça à pessoa, justificam a aplicação da medida socioeducativa de internação.

Ocorre que há evidente desproporcionalidade entre a gravidade dos atos infracionais mais recorrentes entre adolescentes submetidos a medidas de restrição ou privação de liberdade e o tempo máximo de internação atualmente permitido, que é de até três anos, com liberação compulsória ao atingir 21 anos de idade.

Nesse cenário, o prolongamento do prazo de internação para adolescentes sem conflito com a lei, que é o foco das proposições em análise, é imprescindível e urgente para aprimorar a eficácia dessa medida socioeducativa, além de contribuir para a proteção social e para a diminuição da criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A possibilidade de um período mais longo de internação oferece condições mais favoráveis à reabilitação do adolescente, permitindo a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional no âmbito do sistema socioeducativo. Essa ampliação contribui para aumentar a eficácia da medida socioeducativa ao proporcionar tempo adequado para que o adolescente reflita sobre a gravidade de seus atos e receba o acompanhamento psicológico e pedagógico necessário à sua reinserção social. Com isso, ampliam-se as chances de reintegração e reduz-se a probabilidade de reincidência.

Além disso, um prazo maior de internação representa uma forma adicional de proteção à sociedade ao evitar a liberação prematura de adolescentes que tenham cometido infrações graves e que ainda não apresentem sinais consistentes de recuperação. A medida também reforça a proporcionalidade entre a gravidade do ato infracional e a resposta do sistema de justiça juvenil, consolidando a ideia de que infrações graves devem ter consequências efetivas.

Ademais, a extensão do tempo de internação favorece a adoção de um tratamento mais individualizado, permitindo uma avaliação aprofundada das circunstâncias do ato infracional e das necessidades específicas de cada adolescente. Isso viabiliza a aplicação de medidas mais adequadas e proporcionais, contribuindo para a efetividade da política socioeducativa e a garantia de uma resposta estatal proporcional ao impacto da infração na sociedade.

É importante ressaltar que a proposta não visa a reformular os princípios ou as finalidades do sistema de justiça juvenil, mas apenas permitir que a medida de internação, nos termos já previstos pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), possa ser aplicada por um período mais condizente com a gravidade do ato infracional, respeitando as particularidades de cada caso.

Nesse contexto, entendemos que o Projeto de Lei 2.169, de 2019, apresenta-se como uma alternativa mais eficaz do que o Projeto de Lei 3.030, de 2019, para alcançar os objetivos acima mencionados.

Consideramos, entretanto, que o Projeto de Lei 2.169, de 2019, pode ser aperfeiçoado, de modo a ampliar sua efetividade e adequação às demandas atuais do sistema socioeducativo, alinhando a proposta às discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente propomos dois aprimoramentos essenciais: a instituição da audiência de custódia para o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional e o ajuste do regime da internação provisória com a substituição do prazo fixo de 45 dias por um critério de duração fundamentado na necessidade concreta nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

Defendemos que a legislação vigente, ao limitar a internação provisória de adolescentes a 45 dias, conforme o art. 108 do ECA, tem se mostrado insuficiente diante da gravidade de atos infracionais recorrentes, como homicídio, latrocínio e tráfico de drogas. Esse prazo rígido favorece a impunidade, dificulta a atuação das autoridades e contribui para a reincidência. A proposta de adequar esse regime ao modelo da prisão preventiva visa assegurar proteção à sociedade e permitir uma resposta mais proporcional e eficaz do sistema de justiça juvenil.

Por outro lado, a realização de audiência de custódia em até 24 horas assegura controle judicial imediato da apreensão e prevenção de abusos, permitindo que adolescentes cuja liberdade represente risco concreto à ordem pública permaneçam sob custódia pelo tempo necessário, mediante fundamentação judicial.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, propomos que, em vez de sete anos, nos moldes propostos pelo PL 2.169, de 2019, passe a ser cinco anos, e, nos casos de atos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, seja de até dez anos, para que a medida seja proporcional e adequada à gravidade da infração cometida.

Em razão do aumento mencionado, incluímos também uma previsão específica para os casos em que o adolescente atingir a maioridade durante o cumprimento da medida socioeducativa. Nessa hipótese, o jovem deverá ser transferido para unidade própria, separada dos demais adolescentes e distinta dos estabelecimentos prisionais destinados a adultos. Essa medida visa assegurar a continuidade das ações socioeducativas, bem como a preservação da integridade física e psicológica daqueles submetidos ao sistema de justiça juvenil.

Propomos, ainda, um conjunto de ajustes normativos voltados à racionalização e ao fortalecimento do sistema socioeducativo e penal, incluindo a ampliação do prazo de reavaliação da medida de internação de seis meses para um ano, a supressão da limitação de até três meses de internação por descumprimento reiterado de medida imposta, a retirada da redução pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metade dos prazos prescricionais para agentes menores de 21 anos e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação de pena e redução da prescrição.

Além disso, propomos duas alterações centrais no ECA: a inclusão da previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica aos atos infracionais que, em tese, correspondam a crimes hediondos ou equiparados, ainda que não envolvam violência ou grave ameaça; e o ajuste do inciso I do art. 122, para permitir a internação tanto nos casos de violência ou grave ameaça quanto nos atos análogos a crimes hediondos.

Essas alterações são necessárias, visto que, atualmente, o art. 122 restringe a internação a situações bastante restritas, o que impede sua aplicação imediata em infrações de altíssima gravidade sem violência física, como o tráfico de drogas, o que gera sensação de impunidade e favorece o recrutamento de adolescentes por organizações criminosas que se aproveitam do tratamento jurídico mais brando para envolvê-los em atividades ilícitas.

Em relação ao §5º do art. 121 do ECA, que prevê a extinção automática da medida socioeducativa ao atingir determinada faixa etária, mesmo quando ainda for necessária à reeducação do adolescente infrator, propomos, no substitutivo, a sua supressão. A exclusão protege a coletividade, ao evitar o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social. A medida se alinha ao princípio da proteção integral, previsto no art. 227 da Constituição Federal, que deve ser entendido não apenas como a garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de prevenir a reincidência e assegurar condições adequadas de segurança pública.

Por fim, o substitutivo propõe a correção da incongruência atualmente existente no Código Penal ao suprimir a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato, por se tratar de previsão que remonta a um contexto histórico em que a maioridade era fixada aos 21 anos, conforme o Código Civil então vigente. Atualmente, com a unificação da maioridade civil e penal aos 18 anos, idade a partir da qual se presume a plena capacidade de compreensão e autodeterminação, a manutenção dessa atenuante perdeu fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício incompatível com o ordenamento vigente. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igualitário a todos os imputáveis em consonância com o princípio da proporcionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementarmente, o texto também ajusta a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à Lei 15.160, de 3 de julho de 2025, que estabeleceu exceções à aplicação da atenuante e à redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

Em suma, o substitutivo proposto busca conciliar a proteção integral do adolescente com o direito da sociedade à segurança pública, diante do aumento da criminalidade juvenil e da percepção de impunidade associada à legislação atual. Desse modo, consolida discussões já realizadas no âmbito deste Senado Federal sobre a matéria e reforça a legitimidade do sistema de justiça juvenil e a confiança da população nas instituições.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela prejudicialidade do PL 3.030, de 2019, e pela aprovação do Projeto de Lei 2.169, de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresenta, conforme já sinalizado no voto apresentado.

É o voto que apresento, Sra. Presidente, fazendo aqui um registro de reconhecimento ao esforço do Senador Flávio Bolsonaro em apresentar essa matéria.

Durante muito tempo, o Parlamento brasileiro – Câmara dos Deputados e Senado Federal – se debruçou em discutir a redução da maioridade penal. E há muitos que defendam essa tese – eu sou um dos que defende essa tese da redução da maioridade penal ou o reconhecimento da capacidade plena a partir de determinada idade, e não como está hoje, baseada nos 18 anos –, mas esse tema nunca foi um tema pacificado no âmbito do Congresso Nacional nem mesmo na sociedade de modo geral. É um tema que levanta discussões profundas e com visões de lado a lado do que seria o melhor modelo.

Portanto, eu penso que a iniciativa apresentada no sentido de melhorar a legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a internação por mais tempo do menor em conflito com a lei, do menor que comete crime – crime grave –, é uma alternativa que hoje encontra no Parlamento um ambiente mais favorável à aprovação e que vai dar uma resposta à sociedade, que não aceita mais a violência derivada dessa faixa etária, mas totalmente alheia a qualquer reprimenda por parte do Estado. Imaginar que alguém comete um crime – não um crime,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas um conjunto de crimes; sequestra, estupra e mata –, mas a internação máxima é de três anos é algo que ofende a sociedade brasileira.

E, quando se fala na proteção do adolescente, não se quer aqui, não se pretende aqui a proteção, em absoluto, daquele que está em conflito com a lei, mas busca-se, em razão dessa transitoriedade da formação desse adolescente, a sua recuperação plena. Ao mesmo tempo, não ter o Estado uma postura mais firme com esse que é um criminoso contumaz, que é violento e que não demonstra nenhuma aptidão ou nenhuma inclinação à possibilidade de recuperação, deixá-lo em liberdade é colocar toda a sociedade em risco, incluindo outros adolescentes.

Então, os Constituintes originários e derivados, quando abordaram esse tema, obviamente que não quiseram adotar o princípio da proteção integral para proteger delinquente, para proteger criminoso contumaz, mas para proteger uma fase da infância que assiste tanto àquele que está em conflito com a lei, mas ao que não está em conflito com a lei, porque, às vezes, ao proteger o que está em conflito com a lei, você coloca em risco o que não está em conflito com a lei. E aí nós temos uma situação em que precisamos fazer uma escolha.

Eu penso que a proposta aqui... Por isso estou elogiando o Senador Flávio Bolsonaro pela iniciativa dessa proposta. Mais recentemente, nós aprovamos uma outra matéria na CCJ. E aí olha a beleza da pluralidade política: na CCJ, nós aprovamos outra matéria de iniciativa do Senador Fabiano Contarato, de um campo político diferente, mas com relatório do Senador Flávio Bolsonaro, os dois apontando para a mesma direção quanto à necessidade de um aperfeiçoamento na legislação especial, para enfrentar essa matéria e oferecer uma resposta à sociedade. Então, aqui nós temos duas matérias que dialogam o mesmo propósito, endereçam a mesma solução para a sociedade.

Por isso eu quero parabenizar o Senador Flávio Bolsonaro e cumprimentar o Senador Fabiano Contarato. E aqui, talvez, para o nosso campo político, para o campo da direita, seja um tema muito mais palatável, muito mais aceito, porque há uma cobrança muito mais forte nesse segmento com relação ao endurecimento penal, com relação à maioridade penal. E aí faço o registro, cumprimentando o Senador Contarato, porque sei que esse tipo de matéria, para o campo político em que ele está, não é um assunto dos mais pacíficos, talvez sofrendo até a incompreensão de alguns. V. Exa. sustentou essa posição na CCJ e no Senado Federal, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma posição que dialoga com interesses da sociedade. Proteger o adolescente, sim; agora, proteger o criminoso contumaz, que se abriga numa idade inferior aos 18 anos, não é o nosso papel. Então, eu cumprimento os dois Senadores.

O tema, saindo da Comissão de Direitos Humanos, ainda vai para a CCJ, também para análise do aspecto de constitucionalidade. E, ao ver a soma dessas duas visões – o Senador Flávio Bolsonaro, do campo da direita, com a mesma iniciativa; e o Senador Fabiano Contarato, do campo da esquerda, com a mesma iniciativa –, eu vejo que nós estamos produzindo uma norma que dialoga com o interesse, o desejo do povo brasileiro e, aqui, as diferenças político-partidárias sendo colocadas de lado para o Brasil ficar acima de tudo.

Então, vejo nisso um grande momento da política, porque é uma pauta sensível aos brasileiros, e eu tive a honra de subscrever aqui o relatório do Senador Marcio Bittar, que trouxe aperfeiçoamentos e que coloca o texto aqui na linha daquilo que nós aprovamos também na CCJ.

Cumprimento S. Exa. a Presidente desta Comissão, Senadora Damares Alves, nossa Presidente, por pautar esse tema, priorizar essa matéria, porque é uma matéria que vai em defesa dos brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, isso é só porque ele é *ad hoc*, hein? (*Risos.*)

Eu só quero explicar, antes de colocar em votação, porque nós estamos com uma audiência enorme. Essa matéria é palpitante, chama atenção, Flávio e Contarato, da sociedade. Nós estamos com uma audiência lá em cima na discussão dessa matéria.

O voto apresentado acolhe o PL do Flávio, que é o 2.169, rejeita um outro do Contarato, que é o 3.030, de 2019 – ambos de 2019. No entanto, o esperto do Contarato aprovou um outro do mesmo conteúdo, que é o 1.473, de 2025, nesta Comissão e já na CCJ – aprovado, hoje, na CCJ.

Então, vejam só: o Contarato tinha um de 2019, que se apensou também a um de 2019, do Flávio – o do Flávio é antes do do Contarato de 2019, aí estava tramitando aqui. Aí o Contarato apresentou o 1.473, de 2025, que passou aqui – antes do de 2019 – e já se aprovou aqui e na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, esse voto apresentado rejeita um do Contarato e acolhe um do Flávio. E agora a gente vai, com esses dois aprovados – o 1.473 com o 2.169 – ver o que a gente vai fazer na redação.

É só para explicar, porque as pessoas ficaram na dúvida.

Em discussão ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais...

Flávio, vai discutir? (*Pausa.*)

Não.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai. Sim. Antes de eu falar "aprovado".

Vai. Fala, fala.

Vamos ouvir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Aprovado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Não, Flávio, eu quero mais...

Eu acho o seguinte: uma das coisas que os meus pais me deram foi, assim, gratidão, então eu quero agradecer a você, Flávio, por ter sido Relator lá e por ter sido o autor aqui, e ao Rogério, por estar aqui subscrevendo, sendo esse Relator.

E quero falar que a gente tem que saber separar as diferenças ideológicas, a pauta... E eu acho que o campo progressista passou da hora de falar sobre segurança pública. Eu sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendi isso. Esse projeto que foi hoje rejeitado – e muito bem rejeitado – eu apresentei quando eu estava na Rede Sustentabilidade, em 2018.

Olhem, antes de ser Senador pelo Partido dos Trabalhadores – o que muito me orgulha –, eu sou Delegado de polícia, eu sou Professor de Direito, então não é razoável.

Então, eu só quero parabenizá-los, para não tomar muito tempo. Parabéns, Flávio; parabéns, Rogério; parabéns a todos os Senadores; e parabéns, Senadora, por estar pautando mais uma vez esse tema.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O voto livre...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, para uma brevíssima declaração de voto, eu prefiro que V. Exa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só queria falar o seguinte: eu vou pedir essa relatoria, ainda hoje, ao Otto, se o senhor permitir, e eu vou pedir para ele pautar o mais breve possível, para a gente aprovar na CCJ, para ir, e o que primeiro chegar lá e aprovar... Para mim, eu quero é que aprove, quero que aprove, porque eu quero que a família do Isaac, vítima fatal, de 16 anos, a quem eu estimo aqui minha solidariedade e meus sentimentos... Nas pessoas deles, quero saudar todos, porque, no meu Espírito Santo, quatro pessoas morreram: Maria da Penha Pereira, 48 anos, Professora; Selena Sagrillo, 12 anos, aluna; Cybelle, 45 anos, Professora; Flávia, 38 anos, Professora, sem falar nas vítimas de lesões corporais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós queremos mandar um abraço à família do Isaac e de todas as vítimas.

O caso do Isaac comoveu – quem mora aqui sabe – Brasília. E, por ironia do destino, ele foi assassinado na praça que leva o nome de uma menina que, há 10 anos, 15 anos, foi morta pela empregada doméstica e o caseiro e concretada dentro da casa onde eles trabalhavam. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não aguenta mais tanta violência. Que a família do Isaac receba o nosso abraço, a nossa solidariedade e as nossas orações.

Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente Damares, obrigado por pautar esse projeto.

Faço um agradecimento público, também, ao Senador Marcio Bittar pelo relatório e ao Senador Marcos Rogério pelo complemento que fez, pela leitura do relatório aqui. Ele colocou a redação... Se não está igual, está praticamente igual. Algum detalhe V. Exa. vai ter que acertar na CCJ para que fique. Para mim, tem que ser a mesma redação, inclusive, porque eu acho que chegamos a um ponto ótimo da redação com as sugestões que a V. Exa. deu, com o que eu incluí no relatório. Então, quero parabenizá-lo também, Senador Fabiano Contarato.

Que isso seja um símbolo, pelo menos, de que é possível a gente conviver, pensar diferente muitas vezes e ter convergência em outras pautas. A gente não precisa sair na porrada por causa disso, a gente não precisa se matar por causa disso. Eu acho que a nossa discussão tem que ficar no campo das ideias, no campo do debate.

Eu sei, como o Senador Marcos Rogério colocou, que esse é um assunto que, para o seu campo político, de esquerda, não é pacífico. Eu quero aqui, de público, me solidarizar com V. Exa. por todas as agressões que eu sei que sofreu por defender uma ideia. Isso é uma loucura! Por defender uma ideia, as pessoas vão para o ataque pessoal, inclusive, de uma forma covarde, vil, reprovável. Eu não posso nem usar o adjetivo que eu gostaria de usar aqui, de público, mas a gente não pode concordar com isso. Não é porque o Contarato é do PT e eu sou do PL, eu sou de direita e ele é de esquerda, que a gente não pode ter convergência em vários assuntos, que a gente não pode se solidarizar com a pessoa que sofre agressões por defender aquilo em que ela acredita.

A alimentação dessa polarização... E aí, Contarato, não tem algo que a gente possa fazer com relação à polarização: é um fato, é uma realidade. Muitas vezes é até positiva, porque é a partir dessa discussão que a gente consegue chegar a um denominador comum, que é aquilo que é o melhor para a sociedade. Mas eu fico muito sentido. Fiquei sentido com o que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou aqui para mim, no reservado, e para o Marcos Rogério. Eu vi, de público, as agressões que V. Exa. sofreu. Então, quero aqui, sim, me solidarizar com V. Exa.

Fico muito feliz com essa nossa composição na CCJ. Vamos pedir ao Presidente da CCJ, o Senador Otto Alencar, que lhe dê essa relatoria, para que possa fazer os ajustes que forem necessários para que a redação do meu projeto e a redação do seu projeto sejam exatamente as mesmas. E vamos empurrar os dois projetos juntos, na Câmara, para que sejam aprovados em conjunto, se possível, o mais rápido possível. Essa é uma resposta que nós do Congresso Nacional temos que dar para a sociedade.

Eu também sou a favor da redução da maioridade penal para os 16 anos, pelo menos.

Em países desenvolvidos, sequer há idade cronológica para critério de punibilidade – de imputabilidade, melhor dizendo –, porque, em vários países, como em alguns estados dos Estados Unidos, como acontece em vários na Europa, se o ser humano, se a pessoa tem capacidade de discernir que aquilo que ela cometeu foi um crime e que assim o fez deliberadamente, independentemente da sua idade cronológica, ela é responsabilizada por aquilo. A gente não está nem discutindo isso; a gente está discutindo o aumento do tempo de internação desses menores infratores, porque há um consenso, aí sim, na grande maioria da população, de que três anos no máximo é muito pouco. Já passou da hora de a gente aprovar uma legislação como essa.

Então, parabéns a todos que participaram, parabéns, e minha solidariedade ao Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senadores, eu tinha dito que a gente iria voltar a manter a sequência, ao item 3, do Marcio Bittar – que acho que é o Girão que vai ler –, mas eu queria apelar novamente para o público.

A Senadora Ivete está sentadinha ali, e ela não está bem, e eu sei que o Flávio Bolsonaro vai pedir vista ao item dela. Então, ela vai fazer a leitura rápida do voto dela, o Flávio já vai pedir vista, eu sei que a gente já vai conceder vista, e aí a gente já libera a Senadora.

Tudo bem, colegas? Tudo bem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como eu amo vocês! (*Risos.*)

Vamos lá.

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 577, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para estabelecer que as bibliotecas das escolas públicas contenham, em seus acervos, obras em defesa da equidade de gênero e proteção das mulheres.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Em reunião no dia 15/10, a matéria foi retirada de pauta para reexame.

A Relatora apresentou novo relatório.

Concedo a palavra à Senadora Ivete, para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Srs. Senadores, e parabéns pela pauta anterior.

Posso ir direto à análise?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Sim, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Porque todos têm à sua frente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

A análise da matéria é regimental, pois o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê o exame por esta Comissão de matéria atinente aos direitos da mulher.

Não se vê qualquer óbice na matéria; ao contrário: a proposição se ambienta muito bem em nosso ordenamento constitucional e jurídico. Apoia-se sobre ideias generosas e que, ademais, encontram eco na sociedade, tanto as de justiça quanto as da leitura, como meio para motivar a coexistência humana.

Nem só de violência vive o Brasil; ele vive também de uma capacidade de reagir a ela. A proposição é uma excelente ideia normativa, digna do Brasil.

Voto.

Pelas razões demonstradas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 577, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Ivete.

Insiste no pedida de vista, Senador Flávio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Queria pedir, com todas as vênias, à Relatora vista desse projeto, para que eu possa analisar e, se for o caso, sugerir emedas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Vista concedida ao Senador Flávio Bolsonaro. (*Pausa.*)

Não, eu acho que só ele pediu.

Vamos, na sequência, voltar ao item...

Parabéns, Senadora Ivete. Obrigada pela participação!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senadora, desculpe-me, você comporta vista coletiva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. O senhor também quer vista?

Vista coletiva ao PL item 16 da pauta.

Item 3 da pauta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senadora... Ah, tem mais um da Senadora Ivete?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Mais um.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, sim. Então bora lá. É o item 17.

A Senadora Ivete é super-rápida no voto.

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 979, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, para incluir o Projeto Abrigo Vermelho.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em reunião realizada em 15/10, a matéria foi retirada de pauta para reexame. A Relatora apresentou novo relatório.

Concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira, para a leitura do seu relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 979, de 2025, de autoria da Senadora Jussara Lima, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, que inclui o Projeto Abrigo Vermelho entre as ações relacionadas ao mês de proteção à mulher, o Agosto Lilás.

O projeto modifica o parágrafo único do art. 3º dessa lei, introduzindo inciso que dispõe sobre a instalação de aparelhos de monitoramento contínuo nos pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo urbano identificados como inseguros para as mulheres, conforme regulamentação específica.

A proposição prevê vigência imediata para a lei resultante.

Na justificativa, a autora enfatiza os constantes relatos de violência enfrentados pelas usuárias de transporte público, destacando a necessidade de iniciativas para garantir a segurança das mulheres nesses espaços.

A matéria foi encaminhada para análise da CDH e da Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Até o momento, a proposição não recebeu emendas.

Vou à análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção aos direitos das mulheres, razão pela qual a análise da matéria pela Comissão dá-se em conformidade com o Regimento.

A proposta encontra respaldo em pesquisas sobre violência em espaços públicos, especialmente em transporte coletivo. Dados recentes indicam que a violência de gênero nesses ambientes é alarmante, afetando de maneira significativa a liberdade e a segurança das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pesquisas destacam que uma mulher é vítima de assédio nas ruas a cada 1,5 segundo; além disso, uma mulher sofre violência física em espaços públicos a cada 7,2 segundos no Brasil. Ademais, 54% das mulheres já sofreram importunação ou assédio sexual dentro de ônibus em algum momento de suas vidas, e 51% não se sentem seguras enquanto aguardam em pontos de ônibus, locais frequentemente identificados como ambientes de extrema vulnerabilidade.

Apontam, ainda, que 63,6% das mulheres evitam chegar ou sair de casa muito tarde, por receio de violência, e cerca de uma em cada quatro mulheres deixa de usar transporte público por motivos de segurança.

Vê-se, portanto, que a medida pretendida pelo PL constitui política pública relevante e oportuna, pois lida com temas caros aos direitos das mulheres, notadamente o exercício pleno do direito à liberdade de ir e vir.

Além disso, aborda uma questão relevante acerca das desigualdades econômicas de gênero, uma vez que o transporte coletivo é fundamental para o acesso a oportunidades de emprego e educação, bem como a serviços públicos essenciais.

Vale ressaltar que projetos semelhantes ao Abrigo Vermelho já demonstraram eficácia significativa em outros países. Destacam-se o projeto-piloto de monitoramento por câmeras em tempo real, em Londres, Reino Unido, e a instalação, nos ônibus, de câmeras e botões de emergência conectados diretamente às forças policiais, em Nova Delhi, Índia.

No Brasil, o Programa Abrigo Amigo, implementado em São Paulo, que utiliza painéis digitais interativos e botão de emergência, registrou mais de 3 mil chamadas de socorro desde sua implantação, em 2021, reduzindo efetivamente os episódios de violência. O programa inspirou iniciativas similares em outros municípios do país, como Campinas, Rio de Janeiro e Cuiabá.

A proposta respeita plenamente o ordenamento constitucional, sobretudo o pacto federativo, uma vez que as diretrizes gerais poderão ser adaptadas por estados e municípios, conforme suas realidades e capacidades orçamentárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo isso em vista, conclui-se que o Projeto Abrigo Vermelho representa um avanço essencial para garantir a segurança e os direitos das mulheres, alinhando-se às melhores práticas nacionais e internacionais de enfrentamento à violência de gênero.

Para adequar o texto do projeto de lei em análise, apresento uma emenda, com o intuito de incluir o termo "conforme disponibilidade financeira", considerando que o projeto não prevê o cálculo do impacto orçamentário e a devida compensação para fazer frente a despesa, tornando-se necessário condicionar a disponibilidade orçamentária, evitando o descumprimento ao disposto na legislação fiscal, notadamente em relação ao art. 14 da LRF.

O Tribunal de Contas da União apresenta o entendimento de que serão consideradas inexequíveis as medidas legislativas que não tiverem adequação orçamentária e financeira. Em outros termos, as referidas leis encontram-se adequadas no plano da existência e no plano da validade, mas não no plano da eficácia.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 979, de 2025, com a seguinte emenda...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se quiser pular a leitura da emenda, como está publicada, podemos encerrar aí, Senadora. Pode ser?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Só, aqui... O Projeto Abrigo Vermelho consiste na instalação de dispositivos de monitoramento de segurança pública em pontos de embarque e de desembarque de veículos de transporte coletivo urbano localizados em áreas de maior insegurança para as usuárias, de forma contínua e permanente, nos termos do regulamento, conforme disponibilidade financeira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Respeitosamente, minha querida Senadora Ivete da Silveira – que eu tive a honra, a bênção de dar posse, com muita felicidade –, eu gostaria de usar o Regimento para dar uma estudada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A causa é para lá de meritória, isso aí não tem discussão, mas eu vejo no aspecto de a gente ter um abrigo vermelho no Agosto Lilás. A gente poderia ver algo em torno de uma estratégia de comunicação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O seu problema é só a cor. Então, a gente vai discutir a cor na próxima reunião. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu não digo nada com relação à cor, que também é do sangue, mas eu acho que a gente precisa discutir melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Vista concedida, a gente discute na próxima reunião, mas eu acho que eu cometi esse equívoco também, num outro projeto que estava no Plenário, e o vermelho, aqui, não tem nada a ver com uma questão partidária, não é isso? Acho que a Senadora Damares poderia nos explicar melhor na próxima audiência.

Eu também fiquei com essa dúvida, mas, depois, me ensinaram que não era. Eu até tinha feito uma emenda e retirei a emenda. Mas, na próxima audiência, a gente debate.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Vista coletiva ao item 17 da pauta, Projeto de Lei 979, de 2025.

Obrigada, Senadora Ivete.

Nós vamos voltar para a pauta.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 3, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"*Pretende acabar com a obrigatoriedade de tomar esse experimento chamado vacina contra a covid*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Girão para a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Presidente querida, minha irmã Senadora Damares, Senador Flávio Arns, Senador Flávio Bolsonaro, Senadora Dra. Ivete da Silveira, nada acontece por acaso; nada acontece, na vida da gente, por acaso. Isso é uma coisa que eu aprendi.

Este projeto, mesmo *ad hoc* caindo para mim, é algo que eu procurei, inclusive, debater várias vezes aqui, trazendo cientistas, trazendo exatamente médicos, pessoas que entendam, porque a gente não entende.

E foi esclarecedor não apenas em Comissões. Nós fizemos esse debate no Plenário do Senado, numa sessão temática de debates que durou horas, inclusive com cientistas internacionais vindos para o Brasil para participar.

E a gente sabe da importância das vacinas, é óbvio. Sou um defensor. Agora, para a covid, já está muito claro que para criança, Senador Flávio... Inclusive os próprios Estados Unidos, mês passado, trouxeram dados científicos que já vinham saindo em revistas especializadas, e o Governo americano disse: "Não tem cabimento. Vai trazer mais problema do que solução pode trazer".

Então, não é o grupo afetado, que é o grupo de pessoas idosas, de pessoas adultas, em que nós vimos a tragédia que foi a questão da pandemia.

Então, criança... O custo-benefício não vale.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcio Bittar me pediu – estava com um encontro já marcado há muito tempo –, e eu quero parabenizá-lo por assumir essa relatoria. É um ato de coragem que ele teve, porque da indústria farmacêutica a gente sabe qual é muitas vezes a intenção: é faturar.

Eu quero dizer que fico muito honrado e quero parabenizar o cidadão que entrou aqui. Não sei... Foram 20 mil manifestações – olha que coisa bacana –, 20 mil brasileiros que assinaram essa petição. Em quatro meses apenas, eles assinaram tudo isso.

Então, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Sugestão nº 3, de 2022, intitulada "A não obrigatoriedade em tomar esse experimento chamado 'vacina contra covid'", de autoria da Sra. Niedja Persivo Cunha Fontenelle Barros, no Portal do Programa e-Cidadania.

A sugestão em comento decorre da Ideia Legislativa nº 152.335, a qual recebeu mais de 20 mil manifestações individuais...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, 34.859.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, a coisa continua aberta?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, encerrou em 22/03/22, com um total de 34.859.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em quatro meses, não é isso? Confere?

Na descrição, a proponente argumenta que a iniciativa, abro aspas, "dará liberdade para o cidadão poder escolher o que entra em seu corpo", fecho aspas. Argumenta que não considera justo ser compelida a receber um imunizante no qual não deposita confiança, tampouco ser condicionada a tal ato para exercer atividades cotidianas, como viajar, frequentar o local de trabalho, escolas, universidades, restaurantes e demais espaços públicos.

É a questão da liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, por sua vez, determina que a ideia legislativa enviada ao Portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos, em quatro meses, terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, a SUG nº 3, de 2022, tem amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Não observamos óbices quanto à juridicidade ou à constitucionalidade da proposta.

Quanto ao mérito, trata-se de ideia legislativa apresentada durante a pandemia da covid-19, alguns meses após a vacinação no Brasil, período em que se acirraram preocupações sobre a obrigatoriedade da vacina, legalmente autorizada pelo art. 3º, inciso III, "d", da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispositivo que teve sua vigência estendida pelo Supremo Tribunal Federal até o final da pandemia.

Ainda que pareça ter perdido o objeto, em razão de inexistir, no momento, imposição vigente de vacinação obrigatória, a sugestão mantém relevante mérito, por buscar assegurar, de forma permanente, a inviolabilidade da liberdade individual, o direito à objeção de consciência e a proteção da integridade física do cidadão brasileiro, todos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.

Aquela coisa: a vacina está à disposição para quem quiser tomar. O.k. O Governo tem obrigação de disponibilizar. Mas a gente não pode obrigar que as pessoas tomem.

Criança, diferente. Aquelas outras vacinas todas que a gente toma desde a infância, o.k., já mostraram eficácia, eficiência, para crianças, já passaram por vários anos de testes... Agora, a covid, como eu disse aqui no debate anterior, para criança não deve ser obrigatória de maneira nenhuma. Assim também, aqui, a liberdade individual de cada um. A gente não questiona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalta-se que a obrigatoriedade vacinal contra a covid-19, adotada em contexto emergencial, configurou afronta à liberdade individual e estabeleceu perigoso precedente de coerção sanitária e exclusão social daqueles que exerceram o direito à recusa.

Teve gente demitida por isso aqui, gente que perdeu o emprego, que não pôde exercer seu direito de ir e vir em coisas, muitas vezes, do cotidiano.

Tal prática, além de incompatível com a ordem constitucional, representa risco à democracia e ao Estado de direito.

Diante disso, a SUG nº 3, de 2022, apresenta condições para ser examinada e debatida no âmbito das Comissões temáticas...

Vai passar ainda por várias Comissões temáticas do Senado Federal, nos termos do projeto de lei apresentado neste relatório. O projeto de lei, podemos dizer, popular.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fique à vontade se quiser ler só a ementa, tá?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, se não precisa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só a ementa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só a ementa?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dispõe sobre a vedação da obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19 e da exigência de comprovante de imunização para o exercício de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na verdade, eu gostaria, sim, de apreciar melhor a matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque eu me sinto muito intranquilo de legislar na área da saúde, seja em termos de vacinação, ou de medicamento, quando nós temos órgãos próprios para essa finalidade.

Todas as experiências legislativas relacionadas à medicação criaram problemas. Então, eu gostaria, sim, de me informar melhor sobre essa situação.

Sei que o projeto de lei foi apresentado... O projeto não; a sugestão foi apresentada na época da pandemia, em 2022. Era um outro contexto. A pandemia foi em 2020, depois, com todo o processo ainda em 2021; em 2022 foi apresentada, e estamos indo para 2026 agora.

Então, eu gostaria de me informar melhor.

E, nesse sentido, até para respeitar o Marcio Bittar – por quem eu tenho uma consideração especial – e o Girão, como Relator *ad hoc*, peço vista também, para apreciação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista ao Flávio Arns... Então, vista coletiva.

Item 4 da pauta.

Eu só iria pedir, por favor, a um dos colegas, depois... Nas demais matérias eu sou Relatora. Eu não vou precisar ler todas hoje, mas pelo menos o projeto de lei que institui a política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antissemitismo, porque nós estamos no mês de outubro, e a gente acabou de comemorar – comemorar não, lamentar – os dois anos do que aconteceu lá na região, em Israel, lá em... O que está acontecendo.

Eu queria ler esse voto – no mínimo ler – hoje e, depois, eu só queria fazer uma leitura muito rápida do relatório da visita a Humaitá e Manicoré, porque tem encaminhamentos urgentes. Então, se um dos três, depois, puder ficar, só para presidir, para eu fazer a leitura muito rápida... Eu não lerei todas as matérias; só essas duas.

O.k.

Então, item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2225, DE 2022

- Não terminativo -

Reconhece a deficiência auditiva unilateral como deficiência sensorial, do tipo auditiva, para todos os efeitos legais.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pelo arquivamento do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Se V. Exa. permitir, vou para a análise. E, também, o relatório já foi distribuído. É um projeto singelo, que quer reconhecer a deficiência auditiva unilateral como deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há todo um arrazoado que é colocado no relatório, já conhecido pelos colegas, e, no final, nós dizemos, se V. Exa. permitir... Reconhecemos que a deficiência auditiva unilateral é uma dessas condições, pois, além de dificultar a comunicação, sobretudo do lado atingido, também impacta a localização estereofônica da direção e da distância das fontes de sons, o que prejudica interações sociais, o senso de equilíbrio e até mesmo a segurança das pessoas afetadas.

Felizmente, a Lei 14.768, de 22 de dezembro de 2023, que define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva, já reconhece essa mesma condição como deficiência, adotando vários parâmetros para isso.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que reconhecemos o valor da proposição ora examinada, apresentada em 2022, temos a satisfação de constatar que seu objeto já foi suprido pela lei publicada no ano seguinte, a 14.768, de 2023.

Em razão do que foi exposto, concluímos pelo arquivamento do Projeto de Lei 2.225, de 2022, mas antes também, quero enaltecer a iniciativa do Senador Rogério Carvalho, que tem se dedicado bastante à elaboração da legislação na área da pessoa com deficiência, e dizer que o objeto que ele pretendia já está atendido pela lei aprovada pelo Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento do projeto.

A matéria segue para a CAS.

Senador, antes de eu ir para o item 10, que é do Flávio Bolsonaro, e depois eu volto para o item 6, que é o meu, eu só preciso cumprimentá-lo pelo discurso de ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sacudiu a nação brasileira, o senhor alertou a nação brasileira sobre o decreto publicado ontem, do Governo Federal, sobre a educação especial e a educação inclusiva.

O seu discurso foi tão forte, tão franco, tão direto, tão preciso, que eu fiz dele as minhas palavras, eu o republiquei nas minhas redes sociais, e, acredite, o senhor sacudiu a nação brasileira na noite de ontem e no dia inteiro de hoje. Só se fala em seu discurso.

Parabéns pela sua coerência e coragem em discutir uma matéria tão delicada!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, no fundo, eu quero dizer a V. Exa. que, infelizmente, nós temos que ficar brigando para que as coisas boas aconteçam, quando a gente poderia conversar, discutir, dialogar, chegar a conclusões, e o Governo faz uma coisa dessas, sem discutir, sem dialogar e tal...

Aliás, quero parabenizar também a ex-Primeira-Dama Michele Bolsonaro, que se empenhou muito nessa área da pessoa com deficiência. Então, a gente faz esse reconhecimento também, mas agora a gente não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – E a Ministra Damares.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Hã?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Foi a Ministra Damares.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, pois não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

Já estava enciumada aqui!

Obrigada, Flávio! Obrigada!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quer dizer, o elogio veio do Flávio, mas como que o outro Flávio assume o elogio do Flávio? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a Ministra Damares eu conversava regularmente, enquanto ministra, mas não só, com outros órgãos também, pois para a gente acertar caminhos tem que conversar, dialogar e chegar a conclusões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas, Senador Flávio, ontem, depois do seu discurso, em que a gente fez o chamamento ao Líder do Governo, ao Líder do PT, eles ficaram sensíveis e queriam conversar.

Ninguém entendeu o que aconteceu. Só quem é muito envolvido com a causa, como eu e o senhor, sabia que podíamos ser surpreendidos com aquele decreto, mas a gente não imaginava que viria tão cedo.

Então, eu acho que dá para a gente fazer o diálogo aqui dentro do Congresso, porque é muito sério o que aconteceu.

Parabéns, Senador Flávio Arns, parabéns!

Item 10 da pauta.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 6, DE 2021

- Não terminativo -

"Aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas - chega de contagem secreta!"

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

- Em reunião realizada em 15/10/2025, a matéria foi retirada de pauta., SUG seis de 2021, não terminativo, aplicar publicidade do escrutínio impressos ou em cédulas, chega de contágio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secreto. Autoria, programa e cidadania, Relatoria, Senador Flávio Bolsonaro, favorável a sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Presidente Damares, eu, a gente que não acredita em coincidência, a gente que acredita em Deus, ontem, no dia de ontem, Senador Flávio Arns, pessoas estavam sendo condenadas a 17 anos de cadeia, outros a 14 anos de cadeia, com a acusação, em todas as aspas, de questionarem a urna eletrônica. Crime, questionar a urna eletrônica, 17 anos de cadeia. Isso que esse ser, que eu não consigo chamar de Ministro do STF, porque ele não está à altura, é o que Alexandre de Moraes está fazendo. Hoje, CAE aqui na minha relatoria, Presidente Damares, pauta, um projeto de lei tratando exatamente disso, porque há muitos anos nós já pedimos mais segurança, mais transparência em todo o processo eleitoral e as urnas já são uma desconfiança, desde 1998, se você pegar os discursos lá de José Dirceu, inclusive.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente Damares, a gente que não acredita em coincidência, a gente que acredita em Deus, mas ontem, no dia de ontem, Senador Flávio Arns, pessoas estavam sendo condenadas a 17 anos de cadeia; outros, a 14 anos de cadeia, com a acusação, com todas as aspas, "de questionarem a urna eletrônica".

Crime: questionar a urna eletrônica, 17 anos de cadeia.

Isso que esse ser, que eu não consigo chamar de Ministro do STF, porque ele não está à altura, é o que Alexandre de Moraes está fazendo.

E, hoje, cai aqui em minha relatoria, a Presidente Damares pauta, um projeto de lei tratando exatamente disso, porque há muitos anos nós já pedimos mais segurança, mais transparência em todo o processo eleitoral, e as urnas já são uma desconfiança desde 1998.

Se você pegar os discursos, lá, de José Dirceu, inclusive; de Wadih Damous, ex-Presidente da OAB; de Flávio Dino, hoje Ministro do Supremo – ele já questionou urna eletrônica, e nada acontece, mas quando é contra o espectro da direita, vale tudo.

E faço aqui um adendo ao que foi dito por outro Senador, anteriormente: quero estar vivo para ver o dia, Senadora Damares, em que ninguém será julgado pela cor da sua pele, pela sua opção sexual, mas também pela sua opção política, pelo seu espectro político, pelas suas ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ver chegar um dia em que as pessoas não sejam julgadas por isso, que é o que está acontecendo hoje, pessoas sendo julgadas por isso.

Feita essa preliminar, passo direto à análise, Senadora Damares.

A análise da Sugestão nº 6, de 2021, requer uma avaliação equilibrada dos princípios constitucionais e das práticas eleitorais.

A Constituição Federal, em seu art. 1º, consagra a soberania popular como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, a transparência e a confiança no processo eleitoral são elementos essenciais para a legitimidade do sistema democrático.

A proposta de publicidade do escrutínio, com a impressão ou utilização de cédulas, pode contribuir para o fortalecimento da confiança pública nas eleições. A possibilidade de acompanhamento direto da contagem dos votos, voto a voto, pode mitigar percepções de opacidade ou manipulação, promovendo uma maior adesão e aceitação dos resultados eleitorais.

O sufrágio não é apenas a manifestação da vontade individual, mas o processo em que se apura a autoridade da vontade majoritária e abarca a apuração eletrônica de votos, que não pode se dar em ato secreto, por contrariar o princípio constitucional da publicidade. Assim é que se apresentam os conceitos e o itinerário necessário ao processo do sufrágio, respeitado cada voto individual.

O ato administrativo de escrutínio do voto deve ser público, em observância do princípio da publicidade, garantindo o conhecimento direto do cidadão, sem dependência técnica, permitindo que o eleitor verifique, de forma visual e imediata, se o conteúdo registrado na urna eletrônica, de fato, corresponde à sua escolha.

Cabe ao serviço eleitoral a escolha de instrumentos que assegurem a observância da publicidade, o que não se confunde, de forma alguma, com ser o voto secreto e estar se abrindo o voto. Não é disso que se trata essa sugestão legislativa, porque, mais uma coisa, Senador Flávio Arns, que sempre vai gerar uma desconfiança na população, quando assistimos ao Supremo Tribunal Federal declarando inconstitucional uma lei aprovada nesta Casa, que tratava, exatamente, da auditagem do voto nas eleições ou do que chamam de voto eletrônico acompanhado do voto impresso, quando foi alegado que isso feriria o sigilo do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sequer tiveram o trabalho de ler o que estava escrito no texto da legislação, que era muito claro ao dizer que o eleitor não tinha sequer contato físico com o voto impresso. Seria um voto eletrônico em que apareceria um papelzinho dentro de uma caixa de acrílico lacrada, o eleitor confirmando que o voto era aquele que ele tinha dado na urna eletrônica. Ele apertaria "confirma" de novo, e esse voto impresso cairia numa urna também lacrada, que ninguém teria acesso, sem nenhuma identificação do eleitor, portanto sem nenhum sentido declarar uma lei inconstitucional com base na alegação de que estaria ferindo esse princípio sagrado da Constituição do sigilo do voto.

Diante do exposto e considerando a importância de promover a transparência e a confiança no processo eleitoral, manifestamos nosso voto favorável à Sugestão nº 6, de 2021, com a sua transformação em projeto de lei, nos termos que estão lançados aqui no voto.

Presidente, eu peço aqui que seja reconhecida a minha imunidade parlamentar por estar relatando um projeto de lei com esse teor, tendo em vista que Alexandre de Moraes está entendendo que, com isso aqui, eu poderia estar cometendo algum crime ao questionar o processo eleitoral.

Não. Estou aqui como um Parlamentar, Senador da República, relatando uma sugestão que foi apoiada por milhares de pessoas e, pelos critérios regimentais do Senado, está se transformando aqui num projeto de lei que vai tramitar pela Casa.

Esse debate precisa continuar acontecendo. Caso contrário, vamos continuar tendo eleições com uma parcela considerável da população desconfiando do seu resultado.

Eu acho que isso aqui é muito pouco. Isso aqui é nada perto do que vale a nossa democracia, discutir esse assunto e dar mais segurança e transparência ao processo eleitoral.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lei já aprovada por este Congresso Nacional. O senhor está dando início a um novo projeto de lei de uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de lei, que passa a constituir o parecer da CDH – a sugestão, o relatório –, favorável à sugestão, na forma de um projeto de lei.

Parabéns, Senador Flávio Bolsonaro.

Senador Flávio Arns, o senhor poderia assumir a Presidência, para que eu faça a leitura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Para que eu faça a leitura de um...

V. Exa. pode assumir a Presidência, por favor?

Assuma sentadinho ao meu lado, para que eu não precise abrir outro computador.

Item 6. Eu faço uma leitura rápida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço à Senadora Damares Alves pela deferência.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1067, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional Contra o Antissemitismo.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo, então, a palavra a V. Exa., para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, inciso IX, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do *caput* dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Regimentalmente, este Colegiado, em sua competência genérica, pode opinar sobre o projeto.

Quanto à juridicidade, Presidente, o projeto se afigura irretocável: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; afigura-se dotado de potencial coercitividade; e é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No que concerne ao mérito, Presidente, o projeto é momentoso e de suma importância. A pretexto de encaminhar críticas políticas legítimas quanto à política externa do Estado de Israel, indivíduos e grupos com agendas antissemitas, declaradas ou veladas, têm promovido o ódio antissemita em nosso país.

No intuito de potencializar os efeitos da iniciativa do nobre Parlamentar, garantindo-lhe maior eficiência, eu estou sugerindo alguns aditamentos, conforme exposto aqui no relatório.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 1.067, na forma do substitutivo que eu apresento, trazendo algumas inovações, alguns ajustes ao projeto de lei.

Este é o voto, e eu peço apoio aos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

O relatório já está disponibilizado para todos os Senadores e Senadoras.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Ele passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH Substitutivo.

Retorno a Presidência...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, tem mais um.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, tem mais um? Desculpe.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O item 18.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, fica a Presidência comigo. (*Risos.*)

Muito bom.

Item 18 da pauta.

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3506, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo na CDH.

Autoria: Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro.

Observações: em 20/10/2025, a CDH realizou audiência pública para instruir a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, este projeto de lei é um projeto de lei meritório, passou por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Nós não observamos, na análise, no relatório do projeto, nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade...

O projeto atende a todas as normas e, inclusive, atendeu à Lei 12.345, de 2010, com a realização da audiência pública que tivemos aqui nessa segunda-feira. Foi uma audiência pública linda aqui nesta Comissão, em que nós discutimos sobre agenesia de membros.

Registre-se, Presidente, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao projeto, assume uma importância preponderante, ao abordar a agenesia de membros, condição que, por sua natureza, retrata as complexidades inerentes à deficiência física, frequentemente obscurecida pela falta de conhecimento e pela desinformação.

A agenesia de membros, definida como a ausência ou o desenvolvimento incompleto de um membro, pode ser desencadeada por uma miríade de fatores, incluindo síndromes raras, como a Síndrome da Brida Amniótica, ou ferimentos que resultam em amputações.

Nós tivemos aqui na audiência, Presidente, instituições que trabalham com o tema. Inclusive, foi uma surpresa para nós uma jovem brasileira com agenesia de membros – ela não tem a mão. Ela decidiu ser dentista – o senhor acredita nesse desafio? –, e ela encontrou, nessas instituições que trabalham com o tema, um dentista especialista, que fez uma prótese, e ela, hoje, é uma dentista com mestrado, uma profissional extraordinária, usando uma prótese.

Então, isso mostra que a discussão do tema, trazer a relevância do tema, dar notoriedade ao tema, é, inclusive, resgatar vidas de pessoas que têm agenesia de membros e acham que o mundo acabou, que não tem mais jeito, que não tem solução.

Então, ter um dia nacional da conscientização, que é o que esse projeto propõe, não se limita a um mero reconhecimento simbólico. Trata-se de promover, Presidente, um conhecimento mais amplo da condição, de fomentar o diálogo entre a sociedade e os indivíduos com agenesia e de erradicar preconceitos historicamente ligados às deficiências físicas.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto, considerando o dia 25 de agosto como o Dia Nacional de Conscientização sobre a Agenesia de Membros, decidido em audiência pública e observando que já há uma lei, o Distrito Federal já tem o Dia – local – da Agenesia de Membros, que é o dia 25 de agosto.

Então, essa lei nacional traz, como base, a lei do Distrito Federal e o respaldo das instituições que participaram dos debates.

Há um outro estado que tem um outro dia, mas na audiência pública e no voto prevaleceu o dia 25 de agosto.

Esse é o relatório, Presidente, e eu peço apoio aos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Eu só queria perguntar de V. Exa., Senadora Damares, porque, de fato, sou totalmente favorável ao projeto de lei, a área da agenesia de membros merece esse foco e também essa atenção em um dia especial, então, não há dúvidas nesse sentido. Eu já participei inclusive de vários eventos, congressos e seminários.

Houve uma dúvida aí no começo em relação à data. O próprio Deputado Federal propositor do projeto de lei colocou uma data, e depois modificou a data, e houve audiência pública aqui, o que é muito importante nesta ratificação, mas a gente sabe que há estados, entre os quais o Paraná, Distrito Federal não, mas acho que São Paulo e municípios também que têm outra data, quer dizer, todos concordando com o mérito do projeto, só em relação à data.

Eu só pergunto a V. Exa. se não seria interessante nós discutirmos um pouco mais essa questão da data.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O senhor pode pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então... É que eu não queria fazer isso, porque Damares Alves é parceira absoluta em todos os sentidos, mas só para pensarmos um pouco mais.

Eu penso que há as federações nacionais e tudo... Só para discutirmos um pouco mais e talvez chegarmos a um consenso.

Então, já que V. Exa. permite, e a gente não vai brigar por causa disso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parece-me que, regimentalmente, o Presidente não pode pedir vista, mas a gente pode dar como lido o relatório e voltar à discussão na próxima semana, pelo seguinte, Presidente: você sabe que eu gostei dessa briga? (*Risos.*) Eu gostei. Porque, assim...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A briga não é pelo mérito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma briga boa, uma briga muito boa, porque o projeto está tramitando, a gente fez audiência, aí essa associação do Paraná mobilizou todo o Senado, para que a data fosse a deles, e não essa que aprovou na Câmara, mas a gente tem que considerar que já tem uma Casa, já passou por aquela Casa.

O que a gente quer é um dia nacional. Já passou. Se voltar para lá, vai passar? Vai demorar quanto tempo?

Mas, assim, a gente pode suspender a discussão por mais uma semana, e, se o meu voto for vencido, eu não fico triste não. Eu quero um dia! Para mim, não importa o 25 ou a data do Paraná, mas, dada a repercussão que deu essa semana inteira, e por ser o seu estado, e por eu considerar o senhor o Parlamentar mais extraordinário desta Casa (*Risos.*)

a gente recua na votação hoje.

Pode dar como lido – pode dar como lido, Secretaria? A gente faz a votação, e vamos para o Plenário.

E eu não fico triste se perder. Eu quero o Dia Nacional de Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós dois queremos, não é? Então, eu também quero, acho importante... A área é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São exemplos que comovem e sensibilizam as pessoas. Por exemplo: conhecer um bebê, de dois anos de idade, sem os braços e sem as pernas. Os desafios que a criança enfrenta, que a família enfrenta, as orientações que têm que ser dadas...

É por causa disso que a agenesia de membros é um assunto que tem que receber todo o apoio nosso, não há dúvida.

Mas eu tenho certeza de que, a gente tendo esses dias aí, a gente chega a uma conclusão também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está, vamos dizer, adiada a votação.

Obrigado.

Eu retorno a Presidência...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não... Só o item 15, Senador. Deixe-me aproveitar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem. Desculpe.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não vou ler, só vou citá-lo. É o item 15 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está perfeito. Desculpe.

Relatório de Diligência também.

Então, passamos ao item 15 da pauta.

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF254399076450

- Não terminativo -

Relatório da diligência externa da CDH realizada nos municípios de Humaitá e Manicoré/AM.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra a V. Exa., então.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, como nós já falamos, o relatório está publicado já há três semanas. Semana passada, a gente mostrou imagens da diligência.

Eu creio que não há discussão sobre o conteúdo do relatório, mas eu só queria dizer os encaminhamentos que nós estamos apresentando.

Requerimentos de informações para o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério dos Direitos Humanos e Ministério do Trabalho e Emprego.

Estamos também apresentando indicações ao Executivo: uma indicação à Casa Civil e ao Ministério da Justiça.

Estamos apresentando propostas de lei. E, adicionalmente, esta Comissão solicita celeridade na tramitação de alguns projetos de lei que versam sobre o tema. Então, nós vamos pedir urgência a esses projetos de lei.

Nós também estamos pedindo uma alteração do Regimento Interno do Senado Federal para criar uma Comissão permanente da Amazônia.

Ainda estamos apresentando uma sugestão de emenda de bancada, uma emenda aos Deputados Federais do Estado do Amazonas – uma emenda de bancada.

Chega a ser ousado esse pedido, mas as cidades foram praticamente destruídas. O serviço de assistência à saúde das crianças não existe. Eles vão ter que dar uma resposta àquelas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, o encaminhamento de ofícios aos órgãos públicos: aos Municípios de Humaitá e Manicoré, à Polícia Federal, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e ao Ministério Público.

Esses são os encaminhamentos do relatório, Presidente.

Quero dizer que o que vimos ali foi realmente um abuso estatal, uma violação de direitos humanos; uma instituição do Governo Federal que foi protagonista de violação de direitos humanos durante a execução da Operação Boiúna.

Nós lamentamos o que aconteceu e aproveitamos para mandar um abraço à população de Humaitá e Manicoré.

E do relatório, agora, eu peço aprovação, para que a gente possa dar os devidos encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço. Parabéns pelo trabalho desenvolvido, pelo relatório apresentado.

Está em discussão o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item nº 8 da pauta?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, podemos adiar para não...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Podemos deixar para a próxima semana para não tomar tanto seu tempo, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, por mim...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser? Então, vamos continuar. Gente, vou fechar a pauta!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estou...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos para o item 8 de que sou Relatora também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estou à disposição aqui.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 18, DE 2020

- Não terminativo -

"*Prorrogação do auxílio emergencial enquanto durar o estado de calamidade pública no Brasil*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela prejudicialidade da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – É tão triste quando a gente fala que vai prejudicar uma sugestão, né? Mas ela é de 2020, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passou o momento de pandemia, e ela refletia a preocupação social legítima com a continuidade do amparo às populações vulneráveis durante a pandemia.

Parabéns a quem mandou a sugestão.

O auxílio emergencial foi um marco na história do combate à pobreza no país, salvou milhares de vidas. Um estudo liderado pelo matemático Vinicius Albani, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estima que, naquele ano, o número de mortes poderia ter sido até quase oito vezes maior na ausência do programa do auxílio emergencial. O programa representou uma medida de impacto significativo do Governo Federal à época.

Todavia, do ponto de vista legislativo e prático, considera-se a matéria prejudicada. O auxílio emergencial foi efetivamente prorrogado por atos do Poder Executivo ao longo de 2020 e parte de 2021. Posteriormente, ainda durante a administração anterior, o benefício transitou para o Programa Auxílio Brasil.

Desta forma, Presidente, estando prejudicada a intenção, o voto é pela prejudicialidade da Sugestão nº 18, de 2020, com seu consequente arquivamento.

Mas gostaria, antes de fechar, Senador, de agradecer o apoio não só da ideia... a ideia foi enviada para o Congresso Nacional por meio... deve ser Instituto Passo a Passo. O Instituto Passo a Passo mandou a ideia no dia 29 de julho e em 31 de julho – olha só Senador – alcançou o número necessário. Mandou dia 29, em 31 teve o apoiamento e encerrou o número de apoiamentos no dia 3 de agosto, tudo muito rápido, e no dia 3 de agosto teve 38 mil apoiamentos. Então, 38 mil brasileiros apoiaram essa ideia, que agora é prejudicada porque já passou a pandemia e o auxílio foi estendido.

Então, parabéns ao autor da sugestão e parabéns às pessoas que apoiaram, mas o voto é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade da sugestão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, devolvo a Presidência. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu volto à Presidência para a gente ir ao item 5 da pauta, do qual o senhor será Relator *ad hoc*.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1799, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: favorável ao projeto com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório, de forma *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu quero parabenizar a Deputada Nely Aquino pela apresentação do projeto e a Senadora, nossa colega de Comissão, Mara Gabrilli, pelo relatório apresentado, bastante detalhado. Eu só vou, se V. Exa. permitir, colocar alguns itens importantes, porque o que a Senadora Mara Gabrilli coloca ao final como emenda de redação dá uma ideia, assim, bastante clara do projeto na integralidade. É louvável a intenção da autora de fortalecer a garantia do direito à saúde da mulher por meio de ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde.

A atenção à saúde da mulher deve ser uma prioridade e sempre levar em conta suas necessidades de acordo com a faixa etária, raça, etnia, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, para garantir o direito de atendimento especializado e adaptado às suas condições peculiares.

A título ilustrativo, são de conhecimento geral as bem-sucedidas estratégias de pré-natal e saúde materna, além de outras executadas no âmbito do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

Contudo, em que pese o mérito das estratégias, urge que o SUS continue evoluindo para garantir que todas as mulheres, independentemente da faixa etária, raça, etnia, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, tenham atendimento especializado e adequado para as suas condições particulares.

Outro aspecto inovador da proposição é a definição de uma periodicidade para a avaliação da saúde da mulher: pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no mês do seu aniversário.

Então, nesse sentido – o voto da Senadora Mara Gabrilli e o meu, que, como Relator *ad hoc* adoto também o voto da Senadora –, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, com a seguinte emenda de redação – é bem rapidinho:

> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.799, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 2º Os serviços de saúde que compõem o SUS disponibilizarão à mulher procedimento que permita a avaliação médica completa de sua saúde, segundo protocolos e diretrizes que contemplem as principais doenças e os agravos mais incidentes em relação a cada paciente, segundo faixa etária, raça, etnia, condição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, classe social, local de residência, parâmetros epidemiológicos, entre outros fatores. (NR)"

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

E parabenizo de novo a Senadora Mara Gabrilli pelo relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Só vou fazer uma discussão.

Que matéria incrível! Parabéns à Deputada Nely Aquino e à Mara.

Senador, lúpus, que é uma doença que alcança... Mais de 85% das pessoas que sofrem lúpus são mulheres. É uma doença que é conhecida há tantos anos e que demora um diagnóstico, porque, se a mulher vai ao postinho de saúde com uma dor na perna, só estão olhando a perna.

Poderiam olhar o rosto, em que já tem ali a marca da borboleta, outros sintomas que ela já está sentindo referentes a lúpus, mas, não, vamos só olhar a perna. A forma como traz aqui, dessa visão global da saúde da mulher, a matéria é meritória. Parabéns, Mara. Parabéns, Senador, pelo relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda 1, de redação.

Bom, nós temos dois requerimentos. Um é da Mara e eu vou subscrever; o outro é de minha autoria. São requerimentos de audiência pública... Um é de audiência pública e um é de prorrogação de Comissão.

O da Mara Gabrilli:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a prorrogação da Subcomissão Temporária do Senado Federal para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA), colegiado vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por 10 (dez) dias.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Inclusive, Senador Flávio, tudo nasceu com o senhor, e essa Subcomissão da Mara está trabalhando muito – muito –, inclusive participaram agora de um evento internacional da ONU, os técnicos estiveram lá. Nós estamos aguardando o relatório desse evento.

Nós tivemos aí sucesso no julgamento do STF, já relacionado também ao trabalho da Subcomissão, mas temos muito o que fazer. Então, o pedido de Mara é que a gente prorrogue o trabalho da Subcomissão e eu acho um pedido oportuno e meritório.

Em discussão, o Requerimento 116, de 2025...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Eu concordo inteiramente, as mães de Haia, e nós enviamos, inclusive, pela Subcomissão – pela Mara e com a assinatura de V. Exa. também –, uns cinco ofícios para Ministério das Relações Exteriores, advocacia e ministérios que estão envolvidos com essa situação, sobre o julgamento, que vai acontecer em janeiro agora na França, para que cada ministério dê um apoio para a família, cuja filha está lá há mais de dez anos na França, trazendo toda uma dificuldade para a família também, obviamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, senhor.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o Requerimento 116, de 2025.

Requerimento 119, de 2025, item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no município de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia, com o objetivo de acompanhar in loco a situação das famílias das vítimas da tragédia da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus, bem como avaliar o cumprimento das medidas de reparação determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no caso "Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e outros vs. Brasil".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Senador, eu, como Ministra, tive que cumprir parte da sentença. A corte condenou o Brasil a fazer a reparação e acompanhar os empregados da fábrica de fogos, mas existiam ações que tinham que ser prosseguidas pelo município, pelo estado e pela União.

A nossa ida lá é para ver se todas as ações foram implementadas. Inclusive, vou avaliar o meu trabalho como Ministra também, e eu não tenho nenhum problema sobre isso, mas eu acho que esse caso é tão emblemático, Senador Flávio, que as lições deste caso precisam ser repercutidas no país todo. E, recentemente, a gente teve outras explosões no Brasil. O que a gente não aprendeu com este caso?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Inclusive no Paraná...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive no Paraná.

Então, a gente ir lá e entender onde erramos lá atrás, onde estamos errando hoje, o que podemos fazer para evitar esse tipo de explosão.

Eu acho que esta Comissão cumpre com o seu dever. Este é o requerimento, e eu peço apoio aos pares.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 119/2025 da CDH.

A Secretaria vai providenciar a diligência.

Bem, cumprimos nossa pauta. Quero lhe agradecer, Senador. Nós temos três itens que voltam para a pauta na semana que vem, inclusive o Projeto de Lei 3.506 de agenesia de membros. A gente podia fazer uma grande enquete no Brasil: qual é o dia? Eu acho que essa discussão põe o assunto na mesa, dá visibilidade ao tema. Estou gostando muito da briga, estou muito feliz com a briga, uma briga boa.

Apenas a SUG 1.221 a gente não conseguiu votar. O Relator é o Senador Magno Malta, e ele fez uma grande cirurgia ontem. Desejamos melhoras.

Bom, Senador, obrigada pelo apoio.

Eu agora vou para aquela parte protocolar de leitura de expediente, mas o senhor fica à vontade, sei que a sua agenda está bem lotada. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Expediente 24. Denúncias recebidas.

Denúncia 388. Denunciante solicita audiência pública e diligência para apurar gerontocídio e corrupção sistêmica na Bahia. Encaminhamento: informar à demandante que as propostas de audiência pública podem ser encaminhadas diretamente aos Senadores membros desta Comissão, cópia da denúncia ao Ministério dos Direitos Humanos e aos órgãos competentes do sistema de justiça para acompanhamento das apurações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 391. Cidadão pede salvaguarda para receber salário pessoalmente, pois alega que a curatela devido a laudo médico por esquizofrenia paranoide é humilhante e prejudicial. Encaminhar à defensoria pública do estado de domicílio do requerente, a fim de que adote as medidas cabíveis para salvaguardar seus direitos e avaliar eventual revisão judicial da curatela conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Denúncia 394. Associação denuncia hostilização e intimidação de delegadas em conferência de políticas para as mulheres, além de cancelamento de passagens e omissão da Ministra em assegurar a liberdade de expressão e a pluralidade política do evento. Encaminhamento: enviar o ofício ao Ministério das Mulheres solicitando esclarecimento sobre o ocorrido.

Denúncia 398. Cidadã encaminha denúncia de assédio moral e sexual, abuso de autoridade e conflito de interesse de servidora cedida ao Ministério das Mulheres, solicitando a instauração de investigação, afastamento e proteção. Encaminhamento: expedir requerimento de informações ao Ministério das Mulheres para verificação do caso.

Eu até ia sugerir que não fosse requerimento de informação, mas fosse um ofício e de forma sigilosa, porque tem uma vítima de assédio. É bom a gente não expor a vítima, então, faça em forma de ofício, não de requerimento de informações.

Resposta de ofícios que nós recebemos.

Em resposta ao Ofício 307, de 2025, a Caixa Econômica Federal informa não ser possível identificar em seus registros a quantidade de ouro e minérios oriundos do território ianomâmi sob sua custódia.

Ôxi, desculpa, mas se a Caixa Econômica não sabe quanto tem de ouro em sua custódia que saiu do território ianomâmi, quem vai saber? E esse ouro eu acho que tem que voltar para os ianomâmis. Vamos conversar sobre isso... Caixa Econômica, Caixa Econômica, tem ouro lá há dezenas de anos que saiu do território.

Encaminhamento: encaminhar nos mesmos termos à Agência Nacional de Mineração. Vamos pedir a ANM, conforme a indicação da Caixa, apuração e detalhamento dos dados sobre bens provenientes do território ianomâmi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta ao Ofício nº 395.

Em resposta ao Ofício 395...

Gente, essa questão do ouro não é só neste Governo não. Nós estamos ouvindo há quantos anos que vão em área ianomami, fazem desintrusão, expulsam os garimpeiros? E o ouro que pegam com esses garimpeiros está onde? É isso que a gente quer saber. Porque há anos falam que está na Caixa. A Caixa não sabe quanto tem. A gente quer saber onde está esse ouro que foi apreendido. Estou brava agora.

Resposta ao Ofício 302.

A resposta do Ministério Público de Minas Gerais informa sobre o processo judicial de guarda de filhas em que a genitora teve a guarda invertida por alienação parental, sendo o recurso negado por intempestividade.

Reiterar ao Ministério Público de Minas a necessidade de observar os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança, avaliando eventual reabertura do caso, caso surjam novos elementos de prova.

Resposta ao nosso Ofício nº 65, de 2025.

O Conselho Nacional do Ministério Público encaminhou informações prestadas pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e pela Comissão da Saúde.

Encaminhamento: reiterar o pedido de informações à CNMP, ressaltando a insuficiência da resposta e o lapso temporal decorrido com a cópia ao MDHC, à Secretaria Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência, para ciência e acompanhamento.

Quero dizer que o Conselho Nacional do Ministério Público demorou a responder e, ainda assim, respondeu sem as informações necessárias.

Reiterar o pedido.

Solicitação nº 389.

Cidadã cobra a CDH por não ter recebido atualização nem comunicado de providência do Ministério dos Direitos Humanos sobre a definição do seu caso internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhar ofício ao Ministério dos Direitos Humanos solicitando atualização e esclarecimento sobre o andamento do caso, com cópia à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.

Solicitação nº 390.

Cidadã solicita encaminhamento de ofício à promotora responsável pelo seu PIC, informando o acompanhamento da CDH, e requer retorno sobre envio de medidas cautelares protetivas ao juiz competente.

Encaminhamento: encaminhar ofício à promotora responsável informando o acompanhamento da CDH e solicitando informações sobre a tramitação das medidas cautelares.

Solicitação nº 393.

Cidadã nutricionista solicita apoio, parecer favorável, para aprovação de lei que institui piso salarial e regulamenta a carga horária para a categoria profissional.

Informar à requerente que o apoio à proposição legislativa pode ser manifestado no Portal do Senado Federal, na aba acompanhe atividade legislativa, por meio da funcionalidade de votar proposta ou pelo contato direto com os Senadores.

Manifestação de apoio nº 399.

Cidadãos manifestam apoio à Sugestão nº 5, de 2025, que visa a isentar de impostos pães e farinhas sem glúten para beneficiar pessoas com doença celíaca.

Encaminhamento: informar aos apoiadores as formas oficiais de participação no e-Cidadania (acompanhe atividade legislativa) no Portal do Senado, votação e apoio, além do contato com os Parlamentares.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os encaminhamentos.

Bem, nada mais havendo tratar, depois que a Secretaria conseguiu novamente dar conta de 20 itens, já podemos votar 40 itens nas próximas reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero informar...

Semana que vem não tem deliberativa? É isso?

Tem deliberativa? É isso? Tem deliberativa? (*Pausa.*)

Mais a sessão da criança.

Semana que vem, gente, nós vamos terminar o mês de outubro com uma audiência pública aqui presidida por crianças. Virão as crianças mais incríveis que vocês possam imaginar, inclusive algumas vão entrar *online*. Será uma audiência em que elas vão requerer, vão propor, vão brigar e, se precisar, vão chorar aqui nesta mesa por seus direitos, para a gente encerrar o mês de outubro, o mês da criança, de uma forma alegre e festiva.

Nós vamos trazer uma menininha, da Bahia, Sofia vai votar. Sofia veio, balançou o Congresso Nacional e fez o Senado votar a lei para as pessoas com lúpus, uma menininha, que chegou aqui com nove anos e mexeu com o Congresso Nacional. Sinal que elas sabem o que querem e que elas precisam ter voz.

Dia 29, todos estão convidados, mas quem vier tem que vir com pirulito e com balões, toda colorida. Vai ser uma audiência diferente. Esta é a Casa das crianças.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo à minha secretaria, que não dorme, não come e não descansa, e a presença a todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Romário, Augusta Brito, Paulo Paim, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 11, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui o décimo quarto salário emergencial aos aposentados durante a pandemia." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Sugestão n° 13, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Auxílio emergencial para aposentados e pensionistas do INSS"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3371, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento." Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3506, de 2020 - Terminativo - que: "Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 342, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 120, de 2025 que: "Requer que a Audiência Pública objeto do REQ 114/2025 - CDH, com o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos", seja realizada conjuntamente com a Comissão de Educação e Cultura." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 121, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública para debater o PL 3506/2020, que institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 70ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos sete itens na pauta.

O item 3 o Senador Weverton pediu para retirar de pauta. É um projeto terminativo.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3371, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.)

Nós também temos o item 5; autoria do Senador Magno Malta, relatoria do Senador Zequinha Marinho. O Relator pediu para retirar de pauta; estamos retirando.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2023

- Não terminativo -

Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.)

Nós temos o item 1 e o item 2, de que o Relator é o Senador Flávio Arns. Se ele chegar em tempo, a gente vai deliberar, ou se chegar um outro Parlamentar, ele autoriza a leitura *ad hoc*.

E nós vamos, então, agora direto para o item 6 da pauta, que é um requerimento de minha autoria.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que a Audiência Pública objeto do REQ 114/2025 - CDH, com o tema "Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos", seja realizada conjuntamente com a Comissão de Educação e Cultura.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

O Requerimento 114, de 2025, já foi votado, aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me justificar esse requerimento. Essa audiência já será realizada em parceria com uma outra Comissão. Agora a gente está pedindo também a inclusão da Comissão de Educação e Cultura do Senado. Então, será uma reunião enorme. Ela foi requerida pelos Senadores Paim e Contarato, né? Então, será uma audiência pública enorme, e agora a gente vai trazer mais uma outra Comissão, para que seja em conjunto.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 120, de 2025, fazendo a audiência pública em conjunto.

Nós vamos agora para a parte dos expedientes. Essa eu posso fazer sem a presença de um Parlamentar em plenário.

Expediente 25: denúncias e alegações.

Denúncia nº 400: tortura de presas em penitenciária. Encaminhamento: oficiar à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e ao Ministério da Justiça, solicitando atualização sobre a situação atual da unidade prisional, bem como as providências eventualmente adotadas em decorrência das denúncias anteriores.

Denúncia nº 403, da Vereadora Giorgia Prates, Câmara Municipal de Curitiba: solicitação de acompanhamento e providências sobre a morte de civil por policiais em Matinhos, Paraná. Encaminhamento: oficiar à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, ao Ministério Público estadual e à Corregedoria Geralda Polícia Militar do Paraná, solicitando informações sobre o caso e as providências adotadas. Sugeri à Vereadora que, no uso de suas atribuições Parlamentares, tome as mesmas medidas.

Denúncia nº 404: acrescenta pedido feito no Expediente 23, que é o nº 375, que citou o caso de homicídio da adolescente Nicolly por outros dois adolescentes. O cidadão solicita que a mãe da adolescente vitimada seja ouvida pela Comissão, porque está sofrendo ameaças de morte. Encaminhamento: informar à demandante que as providências já foram tomadas, a saber: foram oficiados o Ministério da Justiça, o Ministério Público estadual do Rio de Janeiro e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Eu só queria solicitar à Secretaria que, se a mãe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insistir ainda em falar comigo, eu posso atender a mãe por meio de videochamada, por telefone. É uma mãe que está em desespero, e eu acho que a gente pode fazer esse gesto, o.k.? E nós temos Parlamentares parceiros no Rio de Janeiro que podem fazer também um atendimento a essa mãe. Então, a Secretaria faça contato com a mãe da vítima.

Expediente 25, agora a Denúncia 406: pedido de ajuda para levar seu caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pois diz ter sido vítima de abuso sexual durante sua infância em abrigo para crianças. Buscou reparação judicial, mas até o momento sem responsabilização ou reparação. Qual o encaminhamento? Informar ao demandante que a tramitação de casos perante o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos se inicia por meio de petição formal, apresentada diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, podendo ser enviada por meio do Portal do Sistema Individual de Petições ou para o *e-mail* cidhdenuncias@oas.org, orientando-a por buscar o apoio da Assessoria Internacional da DPU para instrução e apresentação do caso.

Denúncia 412. Denúncia pedindo ajuda e providências desta Comissão em relação à Operação Contenção ocorrida no Rio de Janeiro.

Encaminhamento: oficiar o Governo do Estado do Rio de Janeiro sobre os protocolos de proteção à criança e ao adolescente, bem como de prevenção de danos antes e após as ações. Se foram adotadas na operação realizada nos Complexos do Alemão e da Penha, em 28 de outubro de 2025, com base na prevenção à violência garantida pelo art. 227 da Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, bem como a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece mecanismos para prevenir e coibir a violência contra crianças e adolescentes.

Quanto a essa Denúncia 412, eu quero informar que eu sou uma das pessoas que estão trazendo para a Comissão essa denúncia. Nós precisamos entender o que aconteceu no Rio de Janeiro ontem, mas nós vamos, no primeiro momento, por meio desta Comissão, requerer informações, solicitar do Governador – por meio de ofício, que o ofício saia inclusive, se possível, já hoje – quais foram os protocolos adotados para proteger as crianças durante a operação.

Prestem atenção, senhores. Quando há uma tragédia, uma calamidade, existem protocolos internacionais que precisam ser acionados para proteger crianças. Deixe-me dar o exemplo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brumadinho, Mariana, Rio Grande do Sul. Durante aquela tragédia, imediatamente um protocolo é acionado para que as crianças sejam atendidas.

Vamos dar o exemplo mais próximo de todos vocês, que foi o Rio Grande do Sul. Durante a enchente, todo mundo queria se abrigar – todo mundo. As pessoas ficaram sem casas, e abrigos foram sendo erguidos, abrigos foram sendo oferecidos, e começaram a colocar crianças com adultos nos mesmos abrigos, sem obedecer ao protocolo internacional de contenção de danos. E aí a gente sabe o que aconteceu em alguns abrigos: crianças sofreram violências, crianças inclusive foram abusadas, mas a gente entende que na hora da tragédia, todo mundo quer primeiro acolher, tirar do frio, mas o protocolo não foi obedecido. Só depois que, aos poucos, com os gestores locais, com o apoio do Governo estadual, do Governo Federal, as crianças começaram a ser protegidas.

Deputada Eliza que está acompanhando a nossa audiência hoje, isso aconteceu também na enchente da Bahia. Ali no ano de 2021, final de 21, começo de 22, aquela enchente na Bahia – eu fui enquanto Ministra. Na enchente todos os documentos foram embora. E o que a gente viu? Carros circulando na estrada com crianças. E a gente perguntava para o motorista: "Quem é essa criança?"; Eles diziam: "Parente", mas não tinham como provar, porque quando a gente pedia documento, qual era a resposta? "O documento foi na enchente."

Então, a gente teve que fazer um trabalho com a Polícia Rodoviária Federal de que ninguém atravessaria de uma cidade para outra com criança, sem um mínimo de indício de que aquela criança era filho, filha, sobrinho. Mesmo sem documento, teria que fazer alguma prova, algum indício de que era criança da família.

No caso do Rio de Janeiro ontem, as cenas que nós vimos são gravíssimas. Nós vimos cenas de guerra. Explosivos foram jogados, casas foram incendiadas, houve tiroteio. Tudo que nós queremos saber... Quando essa operação foi planejada com 2,5 mil policiais... Ninguém é ingênuo de saber que uma operação dessa não teria danos colaterais. Qual foi o item pensado em criança para esta operação? O Conselho Tutelar foi junto com a polícia? Crianças foram acolhidas durante a operação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi feito o trabalho junto às escolas? Porque crianças estavam em aula. Escolas foram atingidas? Os professores foram orientados? Qual foi o protocolo acionado para conter os danos às crianças antes, durante e agora, pós-operação?

Eu consigo imaginar como as crianças das comunidades acordaram hoje, se é que conseguiram dormir.

Então, esta Comissão quer entender como é que foi vista e planejada a contenção de danos para crianças e adolescentes durante a operação. E que a gente faça uma discussão séria sobre isso.

As grandes operações policiais no país, antes de acontecerem, precisam considerar que, em toda comunidade, tem criança, e as crianças são prioridade absoluta, conforme determina a Constituição Federal, conforme determina também a nossa legislação infraconstitucional.

Então, nossa Comissão encaminhará, hoje, um ofício ao Governador, e a gente quer entender, inclusive, o que vai ser feito daqui para frente, para conter os danos causados às crianças das comunidades.

Lamentamos que tenhamos chegado a esse ponto no Brasil.

E me parece que o número de mortes, a cada instante, aumenta. Ontem foi anunciado um número; hoje, corpos estão aparecendo nas ruas... Parece-me que já passou de 111 mortos... Quantos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cento e vinte e oito.

Gente, isso é baixa de guerra. Nem em ataques de um país para o outro, num mesmo ataque, tem tantos mortos.

Lamentável.

Que Deus tenha... Quantos policiais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quatro policiais.

São 132, contando com os policiais.

É muita morte. Então, nós vamos ter que entender o que está acontecendo.

Que Deus tenha misericórdia do Rio de Janeiro. Que Deus tenha misericórdia do país.

Como essas facções são nacionais e algumas já com ramificação fora do país, a minha preocupação é que, por vingança, se dê um comando para que, em outro estado, se vinguem do que aconteceu no Rio de Janeiro, e, aí, estará instaurado o caos.

É lamentável que o crime organizado no país tenha crescido tanto e esteja dando ordens e colocando toda a sociedade refém; lamentável o que acontece. E que esta Casa e que a outra Casa, que a gente possa fazer o dever de casa e que a gente tenha a coragem de fazer esse enfrentamento. Coragem de fazer o enfrentamento.

Então, o nosso encaminhamento à Denúncia 412 diz respeito à operação que aconteceu no Rio de Janeiro, ontem, com foco nas crianças. Eu sei que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados está tomando outros encaminhamentos, e nós não poderíamos nos omitir.

Informes – continuando os informes.

Informe 408, do Ministério do Esporte: encaminha Cartilha Orçamentária – de ações orçamentárias do Ministério do Esporte – 2026. Esse documento detalha os programas e recursos necessários para a execução de iniciativas essenciais ao desenvolvimento do esporte no Brasil.

Encaminhamento: registrar ao ministério o recebimento do documento e informar que a cartilha será divulgada aos Senadores membros da CDH por *e-mail*, bem como disponibilizada a todos por meio do nosso *link*.

Informe 411, da Câmara Municipal de Campinas: encaminha moção de protesto contra a PEC 3, de 2021, que altera os arts. 53 e 102, da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, conhecida como PEC da Blindagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento: informar que a PEC já foi arquivada, (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), pela CCJ... Não posso falar isso, né? Retire a Taquigrafia. Informar que a PEC já foi arquivada pela CCJ do Senado Federal, diante da rejeição unânime da Comissão. E seria unânime também no Plenário.

Solicitações.

Solicitação 401: pedido de reavaliação de um encaminhamento dado ao Expediente 4, nº 53, que alegou discriminação no trabalho em razão de deficiência.

Qual o encaminhamento desse pedido de reavaliação? Oficiar ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, solicitando apuração dos fatos, e informar o demandante.

Informe 402: pede ajuda, pois o INSS descumpriu ordem judicial que mandou o órgão antecipar perícia e cortou benefício essencial do solicitante.

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais. No caso em comento, sugerir procurar a Defensoria Pública para que ocorra um peticionamento no processo judicial para cumprimento da decisão judicial.

Solicitação 405: ajuda para irmã detida pela imigração nos Estados Unidos.

Encaminhamento: oficiar ao Ministério das Relações Exteriores, Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, para adoção de providências cabíveis e comunicação à família.

Solicitação nº 410: propor um projeto de lei que crie o programa nacional de memória afro-brasileira.

Encaminhamento: orientar o cidadão que as ideias legislativas podem ser submetidas diretamente ao Programa e-Cidadania, do Senado Federal, sendo as sugestões que alcançam 20 mil apoios transformadas em sugestão legislativa e apreciadas pela CDH, conforme previsto no Regimento Interno.

Vamos informar agora os ofícios que nós recebemos em resposta aos nossos encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta do Ministério dos Povos Indígenas ao Ofício 244: encaminhou denúncia recebida sobre desassistência e fiscalização do Estado junto aos grupos indígenas da Tríplice Fronteira.

Resposta ao Ofício 306, de 2025, que encaminhou à Polícia Federal o relatório de diligência da CDH – Operação Acolhida e Território Yanomami: eles estão acusando recebimento.

O Ministério dos Povos Indígenas também acusou recebimento do 244.

Resposta ao ofício pela Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso: eles estão acusando recebimento ao nosso Ofício 301.

Isto posto, submeto às Sras. e Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da Comissão de Direitos Humanos; os demais ficam na Secretaria para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Como nós não temos a presença do Senador Flávio Arns, que está presidindo uma outra Comissão, e os demais PLs foram retirados de pauta pelos Relatores, e nós não vamos colocar em votação o projeto de lei terminativo que institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros, por não termos nenhum Parlamentar no plenário, nós vamos dar por encerrada a nossa reunião.

Mas, antes, quero informar que hoje, às 14h, o Senado Federal será invadido. E nós estamos prontos para essa invasão e muito preocupados com as reivindicações que os invasores vão trazer a este Senado. O Senado Federal será ocupado nesta tarde por crianças, e elas farão desta Comissão a casa delas. Elas vão ocupar a mesa, elas vão falar, elas vão reivindicar. Nós teremos crianças incríveis, todas que estarão no plenário. O plenário vai estar repleto, a Comissão já está pronta – olha a camiseta da Comissão, que linda! –, esse corredor aqui vai virar um grande *playground*. Nós vamos invadir o Plenário. Eu prometi a vocês que, já que me elegeram Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão, o risco que este Senado corria de a gente invadir o Plenário com crianças. Eu ainda queria ver trocador de fralda lá no Plenário. Queria ver Senador trocando fralda, Senador dando mamadeira dentro do Plenário. A gente vai chegar lá ainda. Mas hoje a audiência vai ser linda. A gente quer terminar o mês da criança com uma audiência.

Lamentavelmente estamos num dia triste no país. Seria interessante a gente interromper a audiência, não fazer uma audiência festiva em razão dos mortos do Rio de Janeiro? Talvez fosse o recomendado, mas as crianças alimentaram tanta expectativa nesta audiência. E nós estamos precisando de esperança nesta Casa. E as crianças virão aqui hoje para trazer esperança.

Nós teremos alguns expositores nessa mesa que vão impressionar o Brasil. Vai vir um menino de oito anos, que é o maior médico das redes sociais hoje – oito anos. Tem mais de 2,6 milhões de seguidores. O menino dá aula de medicina com oito anos. Quem quiser uma consulta, pode fazer uma fila que a gente pode até promover umas consultas aqui hoje. O menino é incrível! Tem apenas oito anos de idade. O menino é lindo, incrível. E ele quer falar sobre o papel dele na rede social falando de saúde. E ele vai falar sobre saúde para crianças no Brasil.

Nós vamos ter a menina Sossô, que já esteve no Senado. Ela tem lúpus, é do interior da Bahia, de Cruz das Almas. Ela veio aqui, provocou a CAS, e a CAS votou um projeto de lei sobre política pública para lúpus.

Nós teremos uma menininha que já foi finalista no The Voice. Ela é de Brasília e ela vai nos presentear com sua voz.

Nós teremos um menino que, aos quatro anos, reivindicou que o Brasil tivesse dois ministérios: o ministério da criança e o ministério dos animais. E ele queria ser ministro da criança com quatro anos. Ele vai voltar agora, já com 10, para sabermos o que ele ainda pensa do Brasil, o que ele quer dos governantes no país.

Nós teremos inúmeras crianças: nós teremos crianças indígenas falando da sua situação; nós teremos crianças com autismo, crianças com deficiência. Elas virão, e aqui vai ser o palco, o fórum em que elas terão voz.

Eu só estou preocupada com algumas reivindicações que eu já andei sabendo: elas vão querer seis meses de férias e só seis meses de aula. Não sei como a gente vai lidar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que elas vão querer retirar a matemática do currículo escolar. Nós vamos ter que lidar com as reivindicações hoje, mas a Comissão faz um gesto de que nós precisamos priorizar crianças e adolescentes. E elas precisam ter voz no país.

Então a Comissão se organizou. Lamento que seja um dia muito triste para o Brasil, mas a gente não vai frustrar as expectativas de todas elas – e algumas estão vindo de outros estados –, que se prepararam para estar conosco hoje à tarde. Assim, eu convido todos vocês a estarem aqui a partir das 14h e ouvirem as crianças, as diferentes crianças do Brasil, que terão voz hoje à tarde.

Nada mais... Ah, e vai ter pipoca, tá? E muitos bombons.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Flávio Bolsonaro, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Beto Faro, Ana Paula Lobato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens": focada integralmente nas políticas públicas voltadas à infância, à inclusão e à proteção dos seus direitos. Participantes: Larissa Fernanda Oliveira Alves, Com 11 anos, é Repórter Mirim Veterana e aluna do 5º ano na Escola Classe 3 do Paranoá (DF); Ivy Lopes dos Santos, - Ivy tem 8 anos, cursa o 3º ano em Águas Claras (DF); Pedro Amancio Schelb, Jovem morador de Brasília, Pedro representa a perspectiva da criança em um ambiente familiar de atuação jurídica; Daniela Harumi Yamawaki Ferraz, Com 13 anos e aluna do 8º ano no Colégio Militar de Brasília, Dani Harumi é uma jovem cantora, notável por sua participação no programa The Voice Kids; Flavinho Britto, Aos 7 anos, Flavinho é neto de Senador e demonstra grande interesse e sensibilidade sobre a convivência respeitosa e o combate ao bullying no ambiente escolar e social; Sophia Cavalcante Alves Dionísio, Com 11 anos, é aluna do 5º ano e mora em Cruz das Almas (BA). Sophia faz vídeos sobre alimentação e vida saudável e usa sua experiência pessoal com lúpus para motivar outras pessoas a não desistirem do tratamento; Davi Milhomen Giordani, Natural de Goiânia (GO), Davi é um influencer mirim com mais de 2,6 milhões de seguidores em um canal que aborda curiosidades sobre o corpo humano e dicas de saúde; Sofia Pereira e Silva, Aos 11 anos, cursa o 6º ano do ensino fundamental em Planaltina (DF); Miguel de Sousa e Silva, Estudante, aluno do CEF1 Vila Planalto; Manoela Taveira Lopes da Cruz, Estudante, aluna do CEF1 Vila Planalto; e Fábio Meirelles, Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 72ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 8, de 2025, de minha autoria, aprovado nesta Comissão, para debater sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens, focada integralmente nas políticas públicas voltadas à infância, à inclusão e à proteção desses direitos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo pela TV Senado – o Brasil inteiro está assistindo à gente, viu? –, aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, ou pelo telefone – e pode ligar de graça, agora, aqui no Senado – 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no Portal e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. O.k.?

Além de a gente ter a equipe técnica anotando tudo que as crianças que vão vir aqui à mesa falarem, nós temos, hoje, uma novidade: nós temos um anjo da escuta. Aquele anjo da escuta vai ser responsável por ouvir as reivindicações, as sugestões das crianças, para a gente entregar para o Presidente da República, para o Presidente do Senado, para a Ministra das Crianças – por falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nisso, a representante da Ministra das Crianças já chegou? –, e a gente vai ter também outras autoridades.

À medida que as autoridades forem chegando aqui, ela vai anotando o que vocês estão falando, e nós vamos entregar. Sabem por quê? Nós temos que mudar o Brasil.

O Brasil tem que proteger mais as crianças. O Brasil tem que ter mais ações para as crianças. E quem vai falar o que as crianças precisam, no Brasil, são vocês.

Então, a gente vai começar agora a nossa audiência, primeiro compondo uma mesa.

Vão ser duas mesas aqui, com crianças falando.

Eu quero chamar, para compor a primeira mesa, Larissa Fernanda Oliveira Alves, de 11 anos, repórter mirim veterana e aluna do 5º ano na Escola Classe do Paranoá.

Sua presença, Larissa, inspira o debate sobre acessibilidade, inclusão e a busca por uma autonomia e independência.

Eu quero que todos vocês batam palmas para a Larissa. (*Palmas.*)

Olha só: todos que vão sentar aqui têm o nome.

Agora, eu quero chamar, para compor a mesa, Ivy Lopes dos Santos, oito anos, cursa o 3º ano em Águas Claras, aqui no Distrito Federal, filha de mãe da etnia tapuias – tapuias que fala? –, de São Luís, do Maranhão. Sua paixão por ginástica, bicicleta e artes, aliada à sua origem indígena, direciona o debate para a importância dos projetos artísticos e esportivos como veículo de inclusão social, cultural e de fortalecimento da identidade das crianças indígenas – ela é uma indígena. Vamos recebê-la? (*Palmas.*)

Quero convidar, para compor a mesa, um menino muito especial que se chama Pedro Amancio Schelb, jovem morador de Águas Claras. Sua participação contribui para entender a visão dos pequenos sobre a responsabilidade do Estado, o papel das leis na proteção de seu cotidiano e como as políticas públicas se produzem em suas experiências de vida.

Bem-vindo, Pedro. (*Palmas.*)

O Flavinho já está chegando. Quando ele chegar, a gente o traz para a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora que a gente compôs a primeira mesa, nós vamos começar a nossa audiência com uma apresentação cultural. E nós vamos chamar, para que todos vocês acompanhem e conheçam, a nossa convidada Daniela Harumi, uma menina de Brasília, cantora, que já foi finalista do The Voice Kids e já esteve conosco algumas vezes aqui na Comissão.

E esta sessão será toda traduzida em Libras por nossa convidada intérprete de Libras, que ficará do lado de cá. A nossa intérprete mirim de Libras. Deixe-me só lembrar aqui do nome dela... Fala seu nome para a gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mariana Lopes.

Mariana Lopes fará a tradução em Libras a partir de agora.

Bem-vinda, Mariana. (*Palmas.*)

Meu sinal é esse, o.k.?

E vamos começar nossa audiência pública ouvindo a nossa incrível cantora de Brasília – e, a partir de hoje, todo mundo vai segui-la nas redes sociais, porque essa cantora vai ficar famosa no mundo todo. Os pais dela estão aqui também hoje, o irmão... E agora vocês vejam como ela canta lindamente.

Bem-vinda, minha querida.

(*Procede-se à apresentação da música Uni duni tê.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais uma? Mais uma? (*Pausa.*)

Então, vamos continuar ouvindo mais uma canção, por nossa linda cantora de Brasília, que vai ficar famosa. Todo mundo vai começar a segui-la hoje nas redes. O.k.?

Vamos ouvir mais uma canção por nossa cantora Daniela.

(*Procede-se à apresentação da música É tão lindo.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Obrigada! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Daniela!

Depois, você vai se sentar, porque você também vai falar sobre a criança artista no Brasil, o.k.?

Nesta mesa, nós temos uma, duas, três crianças, que vão falar, mais o Flavinho, que está chegando, mas esta mesa também é composta, de forma *online*, por uma menina que está lá na Bahia – nós vamos chamá-la para entrar *online* –, Sophia Cavalcante Alves Dionísio, a nossa Sossô, que tem 11 anos, é aluna do 5º ano e mora em Cruz das Almas, na Bahia.

Ela tem uma doença grave, chamada lúpus, e usa a sua experiência pessoal para motivar outras pessoas a não desistirem do tratamento. Sua presença enfoca a importância do debate sobre saúde infantil, prevenção e o impacto emocional. A Sophia também é muito famosa nas redes: tem milhares de seguidores, mais de 400 mil.

Sophia, já está *online*?

Sophia vai ser a nossa quarta criança a falar na audiência.

Sophia, quando estiver conectada, dê um sinal!

E, agora, nós vamos assistir a um vídeo que a Comissão fez para falar sobre esta data especial, em que estamos terminando o mês de outubro, o mês das crianças.

O vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem!

As crianças serão Senadores e Senadoras hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabou de chegar o Flavinho Britto, que tem sete anos. A sua participação levanta o debate sobre a segurança emocional das crianças, o papel da família e da escola na prevenção de violências e o diálogo intergeracional.

Bem-vindo, Flavinho! É uma honra ter você aqui hoje. Você está muito bonito com essa roupa de Senador. Você já pode ser candidato a Senador, tá, Flavinho?

Bem-vindo! (*Risos.*) (*Palmas.*)

A Sophia já está *online*? A Sophia está *online*?

O.k.

Então, nós vamos começar a ouvir as nossas crianças. Nós vamos ouvir, primeiro, Larissa Fernanda Oliveira Alves, de 11 anos, que é uma repórter mirim; e ela vai falar sobre acessibilidade e sobre as crianças com deficiência.

É uma alegria ter você aqui com a gente, Larissa.

Você tem quatro minutos. Consegue? (*Pausa.*)

Pode ligar para ela.

Pode começar, Larissa. (*Pausa.*)

O.k.

Larissa, vamos fazer algumas perguntas para você.

Primeiro, Larissa, fala para nós onde você mora?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES (Para expor.) – Paranoá, DF.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Onde você estuda, Larissa?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES – Escola Classe 03 do Paranoá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Larissa, nós estamos muito felizes com a sua presença aqui.

Fala para nós: como que você é repórter? Como é que você virou repórter?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES – Na minha escola, existe um projeto, com que vários tipos de coordenadores concordaram, para a gente conseguir ter a oportunidade de, quem quer ser repórter quando crescer, ter essa experiência. E, aí, eu decidi participar um pouco para ver como que é a experiência e foi muito legal saber que a gente pode entrevistar as crianças e saber um pouquinho do futuro das nossas crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Larissa, no seu trabalho de repórter, você está encontrando dificuldade para as crianças com deficiência andarem em Brasília e na sua cidade? Tem acessibilidade para todo mundo?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES – No meu trabalho de repórter, eu já entrevistei vários tipos de crianças e, no momento, eu ainda não vejo um pouquinho de dificuldade para as crianças, mas eu vejo que as crianças são muito inteligentes, que elas também têm um futuro a começar a fazer e que elas vão brilhar no futuro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Larissa, se você pudesse construir um lugar na sua cidade, para as crianças brincarem, o que não poderia faltar neste lugar perfeito para as crianças brincarem?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES – Esse lugar seria com brinquedos adaptados, com coisas adaptadas, e também teria fisioterapeutas ocupacionais, né, terapeuta ocupacional também, porque ir e vir é muito cansativo, pois é muito longe. É muito difícil conseguir esse tipo de recurso também. Esse lugar teria que ser na minha cidade, só que um pouquinho mais perto, para eu conseguir ter mais mobilidade, eu conseguir ser mais independente. Esse lugar tinha que ser perfeito, mas na minha cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Larissa, qual é a coisa mais importante que um adulto pode fazer para ajudar vocês, crianças que têm alguma limitação, alguma deficiência, a serem mais independentes?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES – Na verdade, é o poder público que tem que continuar nos ajudando com coisas adaptadas, com inclusão e acessibilidade, para transformar o nosso Brasil e ser um país melhor. E também para as crianças que recebem o BPC terem o direito do Cartão Material Escolar, porque todos nós estudamos e temos os nossos mesmos sonhos. E eu quero chegar lá no meu sonho, muito longe, que é ser médica!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem! (*Palmas.*)

Anjo da escuta, anote aí: mesmo que a criança receba o BPC, ela quer que ela também tenha o direito ao Cartão Material Escolar.

Todo mundo concorda com isso?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Obrigada, Larissa, por sua participação. Nós vamos levar esse seu pedido para o Presidente da República, para a Ministra e para o Governador do DF. O.k.?

A SRA. LARISSA FERNANDA OLIVEIRA ALVES – De nada. É um prazer estar aqui com vocês! Primeiramente, também – era para eu já ter falado antes –, obrigada, Senadora Damares, por estar aqui em nossa audiência, do mês das crianças, e por estar representando milhares de crianças deficientes em nosso Brasil hoje. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Larissa.

Nós agora vamos ouvir a representante das crianças indígenas no Brasil, a Ivy Lopes dos Santos.

Nós temos uma foto lá da... A Ivy, olha lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ivy é descendente indígena, a mãe dela está aqui, uma etnia lá do Maranhão. A Ivy é muito bonita e divulga a cultura do povo dela junto com a sua mãe. Ela tem uma paixão pelo esporte.

Ivy, o que você mais gosta de desenhar ou pintar que a faz lembrar da sua família, do seu povo, dos seus avós, da família indígena?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS (Para expor.) – A paisagem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale alto.

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – A paisagem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A paisagem a lembra do seu povo, é isso?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Ivy, fale para nós, se você fosse uma atleta famosa, o que você gostaria de ensinar às outras crianças sobre força e respeito à natureza?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – Sobre força, treinar mais, não comer muito doce.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não comer muito doce, está ouvindo? Treinar, não comer muito doce...

Continue, Ivy. Essa eu gostei! (*Pausa.*)

Ivy, qual é o sonho mais importante que você tem para os seus amigos indígenas e para a sua comunidade?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – Ter mais terra para plantar, solo, mais lugar ao ar livre.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês sabem quantos povos indígenas nós temos no Brasil? Ela faz parte de um povo. Nós temos 305 povos diferentes. E vocês sabiam que eles falam 274 línguas diferentes no Brasil? E as crianças indígenas precisam ser cuidadas, não é isso, Ivy?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem algumas que não têm nem médico, nem remédio, não é isso?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E temos que cuidar delas, não é isso?

A SRA. IVY LOPES DOS SANTOS – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, eu quero pedir a todos vocês que a gente faça palmas bem altas para todas as crianças indígenas do Brasil. (*Palmas.*)

Obrigada, Ivy.

Quer falar mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Não?

Obrigada.

Nós agora vamos ouvir, na sequência, nessa primeira mesa, Pedro Amancio Schelb.

Nós temos a foto do Pedro ali? Pedro Amancio Schelb.

Pedro hoje está com quantos anos, Pedro?

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB (*Fora do microfone.*) – Doze.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doze anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou falar para vocês, quando o Pedro tinha quatro anos de idade, cinco anos, Pedro fez uma *live* comigo. E, nessa *live*, Pedro pediu que, no Brasil, tivesse um Ministério das Crianças – e ele queria ser o Ministro das Crianças –, e ele queria que tivesse um Ministério dos Animais também no Brasil, mas era para o leão ser o Ministro dos Animais.

Não deu certo, a gente não conseguiu encontrar nenhum leão para ser Ministro dos Animais! (*Risos.*) E também não deu certo de a gente construir o Ministério das Crianças, mas Pedro está aqui hoje e eu tenho algumas perguntas para lhe fazer, Pedro.

Se você tivesse que dar uma ideia muito importante para os Senadores do Brasil – eles estão nos assistindo –, qual seria a ideia que você daria para os Senadores?

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB (Para expor.) – Primeiramente, obrigado, Ministra Damares, por ter me convidado para estar aqui.

Eu cumprimento todas as crianças que estão presentes, seus familiares e as autoridades.

E uma coisa que eu sugeriria para eles seria evitar ao máximo, nas escolas, qualquer forma de manipulação de qualquer natureza, principalmente ideológica e sexual.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Pedro.

Qual a regra mais importante que você e seus amigos acham que deveria existir para proteger o tempo das crianças para brincarem?

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – O que eu vou falar vai ser especificamente para os pais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar para os pais. Os pais precisam ouvir.

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – Uma hora de cultivo e duas horas de diversão no tempo livre, especificamente mais para os pais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – As crianças com os pais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – Sim... Não! Na escola e tipo em casa, por exemplo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Pedro, como os adultos podem escutar melhor o que as crianças de verdade querem e precisam, especialmente as autoridades, os pais, os professores? Como é que eles podem escutar melhor?

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – Primeiro, parar de gritar agressivamente com as crianças. Isso vai fazer com que ela tenha medo de você e não respeito.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó, Deixe-me falar uma coisa: a gente não vai poder bater palma. A gente vai fazer assim... (*Pausa.*)

O.k.?

Nós temos crianças aqui que não podem ouvir palmas. Então, quando vocês quiserem bater palma, todo mundo vai fazer assim, o.k.?

Continua, Pedro.

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – Depois, observar melhor as emoções e o comportamento da criança, porque nem sempre ela vai falar o que ela quer especificamente. As crianças mais abusadas são as que menos falam, principalmente também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Observar o comportamento das crianças.

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – O comportamento e a forma como ela trata no dia a dia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Muito obrigada, Pedro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você quer falar mais alguma coisa para as autoridades, para as famílias, no Brasil, que estão nos assistindo?

O SR. PEDRO AMANCIO SCHELB – Que Deus abençoe o Brasil!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém!

Nós agora vamos ouvir Flavinho Britto, que tem sete anos.

O avô dele foi Senador – lá está a foto do Flavinho. Os pais dele são advogados. A mãe dele já foi Ministra das Crianças também.

Flavinho, é uma honra ter você aqui.

E a gente vai falar de *bullying*, o.k., Flavinho?

O SR. FLAVINHO BRITTO (Para expor.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que é *bullying* e o que você acha que as crianças podem fazer quando veem um amigo triste ou sozinho na escola?

O SR. FLAVINHO BRITTO – Quando a criança está lá triste, sofrendo *bullying*...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar mais alto?

Sim...

O SR. FLAVINHO BRITTO – Quando a criança está lá triste, sofrendo *bullying*, a gente vai lá e ajuda ela, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você ajuda ela.

O SR. FLAVINHO BRITTO – Avisa a Diretora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Flavinho, se você pudesse criar uma regra para que todas as crianças fossem gentis umas com as outras, qual seria essa regra?

O SR. FLAVINHO BRITTO – A regra seria que as crianças protegessem umas às outras.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma proteger a outra?

O SR. FLAVINHO BRITTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode rir do coleguinha, zombar do coleguinha?

O SR. FLAVINHO BRITTO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso é *bullying?* É *bullying?*

O SR. FLAVINHO BRITTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso é feio?

O SR. FLAVINHO BRITTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não pode fazer *bullying*?

O SR. FLAVINHO BRITTO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Flavinho, o que você pediria para os Senadores colocarem em uma lei para proteger todas as crianças do *bullying*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLAVINHO BRITTO – Que a escola tenha um canal de denúncia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Aí denunciar na escola o *bullying*, é isso?

O SR. FLAVINHO BRITTO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês gostaram da ideia?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Anjo da escuta, escutou? Anotou? O.k.

Obrigada, Flavinho.

Você já sofreu *bullying*?

O SR. FLAVINHO BRITTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já? Porque você usa óculos?

O SR. FLAVINHO BRITTO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim? Então, não pode rir de quem usa óculos, nem de quem tem deficiência, é isso?

O SR. FLAVINHO BRITTO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nem de quem é indígena?

O SR. FLAVINHO BRITTO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem que tratar todo mundo igual?

O SR. FLAVINHO BRITTO – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada por sua coragem de vir aqui falar sobre *bullying*, tá? Você é muito especial, Flavinho. Eu gosto muito de você. Obrigada.

Nesta mesa ainda, nós vamos ouvir agora Sophia Cavalcante Alves, a nossa Sossô. Sossô está *online*, Sossô é *influencer*, tem milhares de seguidores.

Sophia, está com você agora.

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Primeiramente, boa tarde a todos e todas.

Eu me chamo Sophia Cavalcante Alves Dionísio, sou portadora de lúpus eritematoso sistêmico e discoide.

Primeiramente, eu queria desejar boa tarde à Senadora Damares Alves, boa tarde a todas as crianças que estão presentes e boa tarde aos responsáveis também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sophia, fale para nós um pouco da sua história. Você esteve no Senado, contou a sua história e, depois que você contou, os Senadores aprovaram uma lei para proteger as pessoas com lúpus.

Fale um pouquinho da sua história, Sophia.

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência*.) – Eu sou portadora, eu fui diagnosticada aos cinco anos de idade com lúpus eritematoso sistêmico e discoide. Passei por momentos bem difíceis, meus jovens, porque eu demorei a me acostumar com a doença. Foi bem difícil o processo.

Eu passei por duas internações, na primeira internação eu fiquei um tempão internada, mas não foi tão agressiva quanto a segunda internação, em que eu passei quase um ano internada no hospital, tive muitas infecções e foi muito difícil o tratamento, foi bem difícil para mim. E acostumar-se também: nós precisamos nos acostumar porque é uma nova vida, precisamos ter uma nova alimentação, nos regrar com o horário dos nossos medicamentos, tomar no horário certinho.

É tudo assim, uma forma de se acostumar, o que foi bem difícil para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sophia, você pode falar um pouco da cidade onde você mora? Como é a sua cidade?

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência.*) – Eu moro em Cruz das Almas, Bahia. É uma cidade bem tranquila, minha tia. Estava falando assim, que eu gosto muito da minha cidade porque ela é bem tranquila, tem alguns parques, tem hospitais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sophia, a gente vê nas redes sociais que a sua avó participa de toda a sua história e a sua avó faz comidas muito gostosas.

Fale um pouco, Sophia, sobre a alimentação saudável.

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência.*) – As comidas da vovó são maravilhosas. Eu tenho muito cuidado com a alimentação porque não é qualquer coisa que eu posso consumir; nada de industrializados, muito açúcar, e a vovó também é bem cuidadosa com a alimentação. Então, a nossa alimentação é à base de frutas, verduras, proteínas e é bem rica em nutrientes que fazem bem para a nossa saúde.

Eu faço os meus vídeos falando como funciona a minha alimentação para contribuir com o cuidado da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Sophia, você acredita que as crianças podem influenciar para que leis sejam aprovadas no Brasil?

Fale um pouco sobre como é que foi a sua experiência; você veio aqui no Senado e você sacudiu o Senado Federal. Você acha que uma criança pode mudar uma lei no Brasil?

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência.*) – Com certeza, minha tia! Se eu pude, qualquer criança pode! (*Risos.*) Eu falei sobre o que eu passei, sobre todos os desafios por que eu passei, sobre o lúpus, para ter os nossos direitos garantidos. Porque eu acho um absurdo uma criança lúpica hoje em dia não ter os seus medicamentos garantidos, uma consulta com reumatopediatra, o que é muito difícil. Eu vou, eu estou... É a minha palavra agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque antes eu estava acessando consultas com reumato particulares, que a vovó estava pagando, porque o reumatopediatra público tinha fechado as portas para nós, mas, graças a Deus, eu estou sendo atendida no Hospital das Clínicas em Salvador. Mas eu lhe digo, é muito difícil arranjar uma consulta no hospital público! E nós passamos por várias dificuldades. Precisamos de acolhimento, precisamos de respeito.

Protetor solar é muito importante, porque nós temos a borboleta no rosto, e o lúpus age de dentro para fora. Quando tomamos muito sol, podemos ter febre, podemos ficar enjoadas no outro dia, não passar muito bem, além de o nosso rosto ficar cheio de manchas vermelhas.

Por isso, minha tia, é que eu acho que uma criança pode falar sobre os seus direitos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Sophia! Nós queremos aplaudi-la do nosso jeito aqui e agradecê-la, Sophia! Você trouxe aqui para todas as crianças uma esperança: todas as crianças podem lutar por seus direitos. Sophia mudou uma lei no Brasil porque veio no Senado brigar por seus direitos.

Sophia, pode ficar *online* para acompanhar, mas se você precisar sair, fique à vontade. Dá um abraço na sua avó! Quer fazer um último pedido aos Senadores? Nós temos Senadores nos ouvindo. Quer fazer um último pedido para as crianças lúpicas, Sophia?

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência*.) – Eu vou fazer o meu último pedido.

Eu peço a todos os Senadores e a todos que estão assistindo, por favor, que os nossos direitos de nós, crianças lúpicas, sejam garantidos, porque nós precisamos de medicamentos, assistência com reumatopediatra, precisamos de consultas com psicólogos também, porque o nosso sistema, a nossa cabeça também fica muito turbulenta com a chegada de tantas coisas novas em nossas vidas. Precisamos dos nossos medicamentos, precisamos de respeito!

Aí eu explico por que nós precisamos de respeito, justamente quando eu estava em crise lúpica: as pessoas ficam olhando a gente com outros olhos, e eu via muita gente que não tinha coragem de me encarar de perto. Por isso é que nós precisamos de respeito e muito acolhimento. Precisamos de protetor solar, cremes para as nossas peles, que ficam muito ressecadas, protetores labiais, porque os nossos lábios têm tendência de ficar secos, principalmente no verão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sophia! O nosso anjo da escuta anotou e nós vamos entregar o seu pedido para os Senadores e também para o Ministro da Saúde. Vamos levar lá, gente? O Ministro da Saúde vai ter que ouvir as crianças lúpicas.

Obrigada, Sophia! Deus te abençoe! Dá um abraço na vovó.

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência*.) – Com licença, nesta minha última coisa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fala.

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência*.) – E a prova disso tudo que eu estou falando está aqui na nossa votação.

Muito obrigada a todos que me ouviram agora.

Muito obrigada, Senadora.

Uma boa tarde para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sophia, só fala a sua rede social para todo mundo acompanhá-la!

Está *online*?

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência*.) – A minha conta do Instagram é magnoliasophia2017, tudo junto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo seguindo Sophia a partir de hoje.

Tchau, Sophia!

A SRA. SOPHIA CAVALCANTE ALVES DIONÍSIO (*Por videoconferência*.) – Tchau! Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora a gente encerrou esta primeira mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir que os nossos palestrantes da primeira mesa saiam, que vão lá para o cantinho, porque nós agora vamos formar a segunda mesa.

Eu faço questão de chamar as novas crianças, que vão vir aqui para a mesa. Elas vão falar; e, depois, a gente já vai encerrar a nossa audiência, com as reivindicações entregues às autoridades.

Temos um Senador *online*? (*Pausa.*) Ainda está *online*? Não, não é? Nós tínhamos um Senador *online*...

Vou chamar para compor a mesa... Primeiro, eu quero chamar Daniela Harumi, que já cantou, nossa cantora, aluna do 8º ano do Colégio Militar de Brasília. Ela ficou famosa por sua participação no The Voice Kids, sua ascendência japonesa traz a pauta da inclusão cultural.

Daniela, sente-se aqui do meu lado.

Palmas para a Daniela.

Bem-vinda! (*Pausa.*)

Quero chamar para compor a mesa agora... Atenção! Quem não conhece vai conhecer hoje o Davi Milhomen Giordani, de sete anos, natural de Goiânia. Olhem só, o Davi é influenciador mirim, tem 2,6 milhões de seguidores em um canal que aborda curiosidades sobre o corpo humano e dicas de saúde, como prevenção e vacinação. É o médico mais jovem do Brasil, o cientista mais jovem do Brasil.

Bem-vindo, Davi!

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI (Para expor.) – Bem-vindo!

Gente, hoje eu vou falar aqui para vocês, eu vou falar para vocês...

Meu nome é Davi Milhomen Giordani e, para quem não me conhece, eu tenho seis anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atenção, gente, o Davi já começou a falar!

Davi, vamos esperar os outros se sentarem à mesa, aí você começa a falar. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, acabou de chegar ao Plenário uma Senadora linda. Ela é médica – olhe, Davi, ela é sua colega –, se chama Dra. Eudócia, Senadora lá de Alagoas, lá de Maceió, e o filho dela também é Prefeito. Ela é uma Senadora que cuida da saúde das crianças.

Eu quero que todo mundo receba a Senadora Eudócia.

Bem-vinda, Senadora!

O Davi vai ficar quietinho até a gente compor a mesa.

Quero chamar também para compor a mesa a Sofia Pereira e Silva, que vai falar de inclusão racial e direitos fundamentais.

A Sofia já está com a gente? Aqui, Sofia, seja bem-vinda.

Sofia é de Brasília, está aqui com a gente.

Bem-vinda!

Nós agora temos, Senadora Eudócia, uma mesa com quatro crianças. Já tivemos uma mesa anterior, agora nós temos quatro crianças.

Quero chamar o Miguel de Sousa e a Manoela Taveira, do CEF1 da Vila Planalto. Nós vamos dividir a mesa com os dois, Miguel e Manoela.

Eles vão falar sobre escola.

Obrigada por ter vindo, Manoela, você é muito linda. Dê-me aqui um abraço. (*Pausa.*)

Miguel já chegou? (*Pausa.*)

Daqui a pouco. Vamos falar... Quer falar primeiro? (*Pausa.*)

Pronto.

Nós agora vamos ouvir o nosso palestrante, o mais jovem cientista do Brasil, o mais jovem médico do Brasil, que todo mundo vai começar a acompanhar nas redes. Nós vamos ouvir agora o Dr. Davi Milhomen Giordani.

Davi, pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Meu nome é Davi Milhomen Giordani, eu tenho seis anos. Moro em Goiânia atualmente e estou me preparando para ser um médico cardiologista quando crescer.

Hoje eu vou falar sobre como a internet, a comunicação digital se tornou a nossa aliada na prevenção de doenças.

Através das redes sociais, a gente consegue disseminar informações importantes sobre saúde, sobre doenças, sobre condições médicas, enfim, sobre como ter uma vida mais saudável. E, para isso, a gente precisa de algo chamado literacia em saúde, que é saber ler e interpretar o que está escrito numa bula de remédio, por exemplo. Quanto mais pessoas estiverem informadas, mais saudável o nosso Brasil será.

Lembrando que vídeos da internet não substituem consulta presencial. O vídeo é para você chegar informado na consulta e conseguir interpretar o que o médico está dizendo na hora da consulta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bem.

Você pode falar um pouco sobre doença do coração, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, fale para as crianças sobre... Já que você vai ser médico cardiologista, fale sobre doenças do coração.

Elas têm que cuidar do coração?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Sim, elas têm que cuidar do coração.

E uma superdica de saúde aqui, fazer atividade física. Por quê? Porque faz bem para a saúde, para o coração e para a mente também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu vou falar sobre o IAM (Infarto Agudo do Miocárdio).

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Adultos, ele está dando uma aula! Por favor, adultos!

Fale, doutor.

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – O IAM é uma condição em que acontece um... É igual a um infarto, necrosa aquela parte do coração e ela morre. Se ela não receber sangue, ela morre, não tem mais nada lá.

Já era! (*Risos.*)

Então, esse infarto é muito grave, porque aí aquela parte lá não está recebendo oxigênio, então morreu. Já era!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que a gente tem que fazer para cuidar do coração?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Atividade física, não comer alimentos gordurosos demais, ter um controle do peso. Enfim, coisas... hábitos saudáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Eu vi você falando na internet também sobre o AVC.

O que é o AVC, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Olha, nós temos tipos de AVC: o AVC, que você falou, e o AIT.

Vamos falar sobre o AVC. O que é o AVC? Ele é igual... É como se fosse um infarto do cérebro. É quando entope uma artéria lá do cérebro e, como consequência, a parte não recebe oxigênio e, com isso, pode, esse AVC, ser grave. Por quê? Quem mexe, quem faz, quem coordena tudo? O cérebro. Então, se o cérebro coordena tudo, o AVC é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Concordam?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concordamos, concordamos.

Davi, se você pudesse criar uma superdica de saúde que todas as crianças do Brasil tivessem, qual seria a sua superdica?

Ó, ela é Senadora, você vai falar para ela fazer essa superdica de saúde para as crianças.

Qual seria a sua dica?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Fazer atividade física, porque a atividade física faz bem para o coração, faz bem para tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O que você acha que as pessoas que cuidam da saúde, como médicos e enfermeiros, precisam fazer para atender melhor as crianças do Brasil? Tem criança que vai ao médico, mas o médico não entende a criança. O que eles precisam fazer?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Prestar mais atenção nas crianças. Criança tem muita coisa a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por exemplo, uma criança que chega com dor de cabeça, o médico tem que fazer o que com ela?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Examinar para ver se é um AVC, se é alguma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá. E se a criança chegar com dor de barriga ao hospital? Se ela falar que está com dor de barriga, o que o médico tem que fazer, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Examinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Examinar.

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Para ver a causa, se é uma *clostridium difficile*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o quê, Davi? Pode falar essa palavra?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – *Clostridium difficile*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês entenderam? Ele vai falar de novo, repete. Pode ser o quê?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – *Clostridium difficile*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que é isso, Davi?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – É uma bactéria. Ela causa a dor de barriga.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, é uma bactéria que dá dor de barriga!?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – É uma bactéria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É uma bactéria. O.k.

Qual é o jeito mais divertido de ensinar seus amigos sobre a importância de tomar vacina? As crianças precisam tomar vacina?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Sim, elas precisam, porque, assim, vacina previne doenças. Quanto mais vacina... Então, ela vai diminuir a taxa de mortalidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Toda criança tem que se vacinar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Toda criança tem que ser vacinada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem. E os pais têm que levá-las para vacinar?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Têm, têm que levar para vacinar. É obrigatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Dr. Davi, a gente quer agradecer a sua participação.

Você tem mais alguma coisa para falar para as autoridades do Brasil sobre saúde, sobre criança?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Tenho mais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar, Davi.

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Que as crianças têm que ter uma dieta saudável, rica em nutrientes e fibras, em tudo que é saudável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Na escola, pode ter doce, bombons, chocolates?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Pode ter, só que as crianças não têm que comer isso regularmente; não podem comer demais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., muito obrigada.

Dr. Davi, queremos agradecer. Você quer fazer mais algum pedido para as autoridades?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Quero.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Que as autoridades façam... que elas, assim, tenham mais cuidado com as crianças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Ouviu, Senadora?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Que elas... Tá, Senadora? (*Risos.*) Que elas tenham... Que vocês eduquem elas, falando que elas não podem comer doces em altas doses, tudo isso. Então, é esse pedido que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para a gente falar mais de alimentação saudável nas escolas, é isso?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – É, para a gente falar mais de alimentação saudável nas escolas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Anotou, anjo da escuta? (*Pausa.*)

O.k. Campanhas de mais alimentação saudável.

Os pais concordam?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos agradecer ao Dr. Davi pela reivindicação que ele traz para as autoridades.

Obrigada, Doutor, foi uma alegria conhecê-lo.

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Você pode dizer suas redes para as crianças o seguirem e aprenderem mais sobre saúde, Doutor?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – @davimgiordani.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Todo mundo seguindo o Davi a partir de hoje. Ele tem 2,6 milhões de seguidores e vai chegar a 3 milhões hoje. O.k., gente?

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Todo mundo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Todo mundo seguindo o Davi.

Obrigada, Doutor. Foi uma alegria!

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – Tá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sou sua seguidora, sabia? E você pode ser um Senador médico, sabia? Né, Doutora? Né, Senadora? Pode ser um Senador médico, né?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Davi, por estar conosco. Muito obrigada.

O SR. DAVI MILHOMEN GIORDANI – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos agora ouvir a Sofia Pereira e Silva. É uma menina daqui de Brasília, muito querida, muito especial.

Sofia, o que você acha que todas as escolas do Brasil poderiam fazer para que as crianças de todas as cores se sintam ainda mais fortes e representadas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está ligado?

Fale, Sofia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SOFIA PEREIRA E SILVA (Para expor.) – Meu nome é Sofia Pereira e Silva, eu estudo no CED Stella, eu estou no 6º ano. Muito obrigada por me convidar.

Poderiam fazer um projeto para que todas as crianças possam ser... Como é o nome?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Respeitadas?

A SRA. SOFIA PEREIRA E SILVA – Respeitadas e se sentirem igual a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Sofia, qual é o seu direito preferido de ter? E por quê?

Vamos falar de direitos. Você conhece seus direitos. Qual é o seu direito preferido?

A SRA. SOFIA PEREIRA E SILVA – Um dos meus direitos favoritos é o de que toda criança tem que ter um tempo de lazer, porque eu acho que é muito importante para a criança poder crescer saudável e bem-sucedida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Vocês ouviram o que a Sofia falou? Toda criança tem o direito de brincar. Não é isso, Sofia?

A SRA. SOFIA PEREIRA E SILVA (*Fora do microfone*.) – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Toda criança tem direito ao lazer.

Sofia, se você fosse Prefeita da sua cidade, qual seria a primeira coisa que você faria para que todas as famílias pudessem ter o que precisam?

A SRA. SOFIA PEREIRA E SILVA – Mais oportunidade de trabalho, para que todas as pessoas possam ganhar mais dinheiro e assim conseguir o que querem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Sofia. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por sua participação.

Vamos aplaudir Sofia? (*Palmas.*)

Nós temos agora participando conosco o Miguel de Sousa e a Manoela Taveira. Eles são do Centro de Ensino 1 da Vila Planalto.

Eu queria ouvi-lo, Miguel. O que você mais gosta na sua escola?

O SR. MIGUEL DE SOUSA E SILVA (Para expor.) – Da quadra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Da quadra? Ah...

Quem gosta da quadra aqui levanta a mão?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu também, eu também.

O que você acha que precisa ter mais nas escolas do Distrito Federal?

O SR. MIGUEL DE SOUSA E SILVA – Biblioteca.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais biblioteca?

Quem gosta de biblioteca aqui?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., o.k.

Qual é o seu lugar preferido de você brincar na Vila Planalto?

O SR. MIGUEL DE SOUSA E SILVA – No campo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E o que falta para ser mais seguro lá na Vila Planalto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL DE SOUSA E SILVA – Mais polícia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais o quê?

O SR. MIGUEL DE SOUSA E SILVA – Policial.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais policial?

Está faltando policial na cidade de vocês?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem acha que tem que ter mais polícia na rua protegendo criança?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Anotou, anjo da guarda? (*Pausa.*)

Gente, a Senadora médica vai precisar sair. Ela vai dar tchau para vocês.

Senadora médica, pode falar aqui.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para expor.) – Boa tarde a todas as crianças maravilhosas aqui presentes.

Eu quero parabenizar a minha amiga aqui, Senadora Damares, que é Presidente aqui da Comissão de Direitos Humanos, por este momento tão lindo, nossa Senadora querida. Parabéns pela iniciativa, por todas as associações aqui presentes. Realmente nós nos sentimos... Eu me sinto, com certeza você mais ainda, pela iniciativa, muito honrada com a presença de todos vocês.

Escutei o seu pedido, viu, Davi? E vou seguir as suas orientações, está bom? Pode ter certeza. Davi, eu sou pediatra. Eu cuido de criança, sabia?

Damares, parabéns, viu, minha amiga! Deus a abençoe! Você fez a diferença com esta audiência. Um beijo. Um beijo a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Tchau para a Senadora! Senadora médica que cuida da saúde das crianças. Obrigada, Senadora!

Miguel, ainda continuando com você, a sua Diretora se chama Nilce, não é isso? O que você diria para a Diretora Nilce e para as professoras que faria a vida dos alunos da sua escola mais feliz? Dá um recado para ela aqui na mesa, dá lá! O que você acha que a Diretora Nilce tem que fazer na sua escola para melhorar a sua escola? (*Risos.*)

O SR. MIGUEL DE SOUSA E SILVA – Colocar uma biblioteca melhor com computador.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Diretora está aqui?

Uma biblioteca melhor e um computador, é isso? Anotou, anjo? Para levar para a Diretora Nilce: uma biblioteca melhor e um computador.

Obrigada, Miguel!

Ainda está com a gente também a Manoela Taveira, também da mesma escola. Cadê a Manoela?

Manoela, o que você acha que precisa melhorar na sua escola?

A SRA. MANOELA TAVEIRA LOPES DA CRUZ (Para expor.) – Eu acho que precisa melhorar o nosso parquinho, porque a gente tinha... Estava com prego para cima, faltando madeira, com balanço quebrado, então, isso não só para a gente, para toda a escola.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para todas as escolas de Brasília também, não é isso? O que você poderia pedir para os Senadores desta Casa para eles fazerem para todas as crianças do Brasil, Manoela?

A SRA. MANOELA TAVEIRA LOPES DA CRUZ – Que todas as crianças tenham mais tempo de recreio. Eu acho que as professoras não vão gostar muito, mas é pelo nosso bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês ouviram, professoras? Anota, anjo da guarda! Mandar para o Ministro da Educação que a Manoela está reivindicando mais tempo de recreio, é isso? Todo mundo concorda?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quer falar mais alguma coisa, Manoela?

A Manoela vai continuar falando para a gente já ir encerrando. Vai, Manoela.

A SRA. MANOELA TAVEIRA LOPES DA CRUZ – Eu quero agradecer a você, a todos os Senadores e a todas as crianças que estão acompanhando a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Manoela. Seja bem-vinda ao Senado e você pode se preparar para ser uma Senadora. Você fala muito bem, Manoela!

A SRA. MANOELA TAVEIRA LOPES DA CRUZ – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a partir da semana que vem, a professora vai dar mais cinco minutos de recreio na escola da Manoela, certo, gente? Certo, professores?

(*Manifestação da plateia.*)

Agora, a gente vai ouvir a nossa última palestrante, que já cantou para nós, que é a nossa querida Daniela Harumi.

Daniela, você foi finalista do The Voice e você representa as crianças artistas do país. Você pode falar um pouco da sua experiência para nós?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ (Para expor.) – Primeiramente, gostaria de agradecer por esta oportunidade. Muito obrigada, Senadora. Agradeço às crianças aqui presentes e também às autoridades.

Então, a minha experiência é assim: eu gosto muito da música; desde que eu me conheço por gente, a música faz parte de mim. Como eu canto é um jeito de eu expressar as minhas origens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Sabe, eu acho que realmente se fosse alguma coisa para me representar seria a música mesmo.

Também a minha experiência no The Voice Kids, eu acho que foi a experiência que eu precisava, principalmente para fortificar o meu amor pela música, né?

Eu queria também falar hoje sobre a diversidade cultural...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A diversidade cultural. Você é uma menina e a sua família é de origem oriental. Você é japonesa? Sua família é japonesa?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale sobre a diversidade cultural. No Brasil nós temos japoneses, nós temos indígenas, nós temos ciganos, nós temos venezuelanos, temos gente de todos os países. Fale sobre a diversidade cultural.

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Então, a diversidade cultural é uma coisa, o nosso país é formado por pessoas de diversas origens, certo? Temos aqui presentes pessoas assim de todas as origens possíveis, que devemos respeitar muito. E hoje eu gostaria de falar mais especificamente sobre um tipo de, digamos, racismo, que ainda é muito aceito pela população. É o racismo contra os asiáticos, que é da minha experiência, né? Nem sempre o racismo está em forma de *bullying*, às vezes ele está em forma de brincadeiras, e é por isso que ele é tão aceito. O nome disso é microagressões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. E a gente tem que enfrentar isso?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O que você falaria? Deixe-me dizer para você: aqui nós temos, aqui atrás de você, um Deputado, gente, acabou de chegar um Deputado muito bravo, ele se chama Pollon, e vou contar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segredo para vocês, ele disse que eu posso contar: ele tem autismo e, mesmo com autismo, se formou, é um Deputado amado do Brasil e luta pela segurança.

Daniela, falando das autoridades que estão aqui, tem ali também uma Vereadora de Fortaleza, ela acabou de sair, que foi Deputada Federal. Fale para esse Deputado da área de segurança sobre segurança para as crianças no Brasil. Tem muita violência contra a criança, não tem?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Tem muita. As crianças... Por sermos mais novos, acham que a gente não tem, que a gente não entende direito, e é por isso que somos alvos fáceis, certo? Então, assim, devemos proteger as crianças, com certeza, porque, como somos alvo, um alvo assim, digamos, fácil, também isso afeta muito. Falam muito que as crianças são o futuro da nação, então a gente realmente deve proteger. Se é o futuro da nação, isso vem junto com a educação também, que é muito importante, as escolas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Proteger as crianças.

E, para encerrar a sua participação – depois o Pollon vai dizer "alô" para as crianças –, para terminar a sua participação, tem muitas crianças artistas que trabalham como você, tem crianças que são *influencers*, como o Davi. Olha, Deputado, ele tem 2,6 milhões de seguidores.

Essas crianças que fazem conteúdo para a internet, que trabalham como atrizes, cantoras, elas têm que deixar os estudos ou podem fazer tudo junto?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Bom, em primeiro lugar, sempre os estudos, né, gente, que é a base para o conhecimento, para tudo. E as redes sociais são uma ferramenta incrível, né? É a tecnologia, e a gente não pode fugir dessa tecnologia nova. A gente tem que aprender o uso responsável, certo?

Então, só por esse trabalho nas redes sociais ou até em programas de televisão – como eu, né? –, a gente não pode deixar as outras coisas de lado. Digamos que é como se fosse um jeito de lazer às vezes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Pode juntar o lazer com o trabalho, é isso?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Você sabia que os Senadores agora vão decidir sobre o trabalho das crianças nas redes sociais? Você acha que as crianças têm que ficar quanto tempo nas redes sociais trabalhando?

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Eu acredito que o tempo de trabalho nas redes sociais é uma coisa muito relativa. Depende muito do tempo de estudo. Se a pessoa estuda muito, ela também não pode ficar tanto tempo, porque tem que ser uma coisa equilibrada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Daniela, a gente quer agradecer sua participação...

A SRA. DANIELA HARUMI YAMAWAKI FERRAZ – Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... representando as crianças artistas, as crianças de origem de outros países. Foi uma alegria recebê-la aqui e uma alegria receber todas as crianças.

Deputado Pollon, dá um alô para as nossas crianças aqui mesmo na mesa.

Nós temos muitas crianças aqui que vieram de famílias que têm irmãozinhos com autismo, nós temos crianças com autismo, nós temos crianças com deficiência.

Fale para as nossas crianças: elas têm que desistir ou têm que continuar, Deputado?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS. Para expor.) – Bom, obrigado, Senadora.

Estou um pouquinho emocionado, porque a gente sempre se lembra de como foi difícil vencer várias limitações para estar aqui. (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu primeiro preciso agradecer à senhora. Eu acompanho a senhora desde antes do Governo Bolsonaro, e a senhora sempre foi a minha maior referência de luta pela proteção às crianças. Eu posso dizer que é um sonho poder estar do seu lado, porque eu sempre fui um fã do seu trabalho. A senhora consegue fazer um dos maiores milagres que um cristão pode fazer que é se colocar no coração do outro. A senhora enxerga a vida a partir da dificuldade do outro.

Eu preciso agradecer também e mandar um beijo muito carinhoso para as mães atípicas. Eu sei o quanto é difícil. E principalmente a gente precisa ter um olhar especial para cuidar de quem cuida, porque envolve muita renúncia. Eu sei o que eu representei na vida da minha mãe e, graças a Deus, ela pôde se dedicar para cuidar de mim e conviver com as minhas limitações.

E para as crianças, meus pequenos, o mundo é de vocês! A nossa tarefa é trabalhar para protegê-los e fazer com que vocês tenham oportunidades para sonhar e viver seus sonhos. Nunca desistam dos seus sonhos. Tenham fé, perseverança, acreditem no Papai do Céu, porque Jesus ama cada um de vocês de maneira muito especial e sempre vai pegar e sentir vocês no colo. Quando eu estava muito triste, eu sempre orava bastante e era como se eu sentisse a presença de Deus cuidando de mim.

Sonhem, sonhem alto, sonhem muito, trabalhem e não desistam! Ninguém tem o direito de falar qualquer coisa diferente do fato de que vocês vão conseguir, de que vocês vão alcançar, porque vocês têm pessoas que amam muito vocês, Jesus ama muito vocês, e vocês têm nesta Casa aqui uma pessoa que eu tenho certeza absoluta de que, se precisar dar a própria vida pela proteção de você, ela fará isso sem pestanejar. A Senadora Damares é um dos maiores exemplos de ser humano que eu tenho na minha vida.

Deus abençoe todos vocês, e o que precisarem, eu estou na outra Casa ali. Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado. Continue, lá na Câmara, protegendo as crianças, um Deputado que venceu, tinha autismo, ainda tem e venceu. Todas as crianças podem vencer.

E aí, Deputado, nós temos aqui crianças com deficiência; a Sophia, lúpica, que falou. Nós temos crianças que são cientistas, mas tem um menino especial aqui também que eu queria mostrar para vocês, o Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica em pé, Rafael.

Gente, Deputado, o Rafael já é considerado o maior matemático do Brasil.

Rafael, escuta o que eu vou falar.

Ele criou uma fórmula de matemática que nenhum adulto, nenhum cientista tinha criado e ele agora é o orgulho do Brasil. Nós temos um cientista à mesa e um matemático no auditório. Ele é uma criança com altas habilidades.

Obrigada por estar com a gente, Rafael. Que Deus o abençoe, Rafael. Parabéns!

Agora, a mãe do Rafael falou comigo, hoje, que nós temos que ter escolas também para as crianças superdotadas. Anote aí, anjo, mais uma reivindicação: escolas para as crianças superdotadas, para as crianças com altas habilidades.

Desse jeito, nós vamos agora encerrar a nossa audiência. Já ouvimos as crianças, as suas reivindicações. Só vou fazer uma pergunta.

Tem alguma criança no auditório que quer falar uma coisa? Só pode ser uma. Alguma criança quer falar alguma coisa? Você quer falar? Alguém quer falar alguma coisa?

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) – Eu posso só falar uma frase?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS POLLON (PL - MS) – Eu queria dar uma dica para as mães, principalmente para as mães dos autistas.

Se têm dificuldade na escola com algumas matérias específicas, tentem associar a matéria com o hiperfoco. Se vocês conseguirem associar a matéria de dificuldade com o hiperfoco da criança, ela fica o melhor da sala.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu, Deputado. Obrigada.

Então, nós vamos encerrar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As nossas colaboradoras vão distribuir, quando a gente encerrar, uma lembrancinha para todos vocês.

Eu quero agradecer aos adultos. Perceberam que foi uma audiência informal, do jeito deles. Eu só fiz a intermediação, mas nós estamos muito felizes por vocês terem vindo.

Nós queremos, a partir de agora, inaugurar, aqui no Senado Federal, um novo momento em que as crianças podem ser ouvidas.

E o Governo Lula, Presidente, mandou um representante. A Ministra das crianças, que se chama Ministra Macaé, mandou um representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos. É o Fábio Meireles.

Você ouviu tudo, Fábio? Você anotou tudo? Os anjos anotaram. Você vai levar para a Ministra? Olhem só como ele é importante: ele é Diretor de Proteção da Criança e do Adolescente.

Vai continuar protegendo criança, Doutor? Dá um abraço na nossa Ministra. Obrigada por ter vindo.

E a gente inaugura, com esta audiência, um novo tempo para as crianças no Senado. As crianças vão continuar ocupando o Senado Federal. As crianças vão falar direto com os Senadores agora. As crianças terão voz no Senado Federal.

Agradeço a presença de todos que ficaram aqui à mesa, que falaram; vocês que ficaram aqui, acompanhando; os adultos que vieram. Obrigada!

Só um recado para os adultos e um recado para o Dr. Fábio Meirelles: nunca as crianças estiveram sob risco como estão hoje no Brasil. São muitos os ataques às crianças no meu país. E nós temos que dizer basta. Basta da violência contra a criança; basta do descaso; basta de tanta perseguição às nossas crianças no Brasil. Nós temos um exército no Senado, protegendo crianças, e queremos que vocês façam parte desse exército.

E eu vou mandar um recado direto para os agressores de criança. Eu sei que eles estão nos assistindo.

A vocês, que agridem criança, o recado é o seguinte: nós vamos pegar todos vocês, colocar todos vocês na cadeia, porque lugar de agressor de criança é na cadeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vivam as crianças do Brasil! Vivam as famílias do Brasil!

Obrigada, famílias; obrigada ao ministério; obrigada a todos vocês que estiveram conosco!

E agora, para encerrar... Nós já vamos sair do ar, mas, enquanto as nossas colaboradas entregam para as nossas crianças uma lembrancinha, nós temos um grupo que acabou de chegar e que quer cantar com nossas crianças.

Obrigada.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e treze minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 115/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: "Debater a Política Nacional de Assistência Estudantil para os Povos Indígenas". Participantes: Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas; Bianca Borges, Presidenta da União Nacional dos Estudantes - UNE; Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC); Arlindo Baré, Representante da União Plurinacional de Estudantes Indígenas; Rosilene Cruz de Araujo, Indígena da Etnia Tuxá - Diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação - MEC; e Edilson Baniwa, Coordenador- Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas - MPI. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 115, de 2025, CDH, de minha autoria e de outros, para debater a política nacional de assistência estudantil para povos indígenas.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no Portal e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Formação da mesa. Participarão presencialmente, os quais eu convido a tomar assento à mesa, os seguintes convidados: Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação. Presente. Seja bem-vindo. Chegou no horário! Muito bem, que nem eu. (*Palmas.*)

Edilson Baniwa, Coordenador-Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas. Presente. Muito bem. (*Palmas.*)

Rosilene Cruz de Araújo, indígena da etnia Tuxá, Diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (MEC). Já está? Deve estar vindo. Já informaram que ela está chegando.

Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memória Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas. Está aqui, muito bem. (*Palmas.*)

Participarão também, por videoconferência, Bianca... A Sra. Bianca está aqui. Mudou. Está presente, melhor ainda. Seja bem-vinda, Bianca Borges, Presidenta da União Nacional de Estudantes (UNE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arlindo Baré, representante da União Plurinacional de Estudantes Indígenas. Esse vai estar por vídeo.

Informo que cada painelista terá o tempo de dez minutos.

Neste momento, eu faço uma apresentação, em nome da Presidência da Comissão, de todos. Já que a nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo, é importante que as pessoas saibam qual o debate que vamos travar aqui: é para fortalecer a assistência estudantil aos povos indígenas, a Política Nacional de Assistência Estudantil.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem por objetivo debater a Política Nacional de Assistência Estudantil, com foco nas necessidades e especificidades dos povos indígenas, à luz da Lei 14.914, de 2024, que instituiu essa política, e da Lei 15.169, de 2025, que prioriza a assistência estudantil na destinação de recursos do Fundo Social, proveniente dos *royalties* de petróleo e do gás natural.

A nova legislação confere segurança jurídica e institucionalidade à assistência estudantil como política permanente, voltada a garantir condições de permanência no ensino superior e profissional, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Entre as ações previstas estão os auxílios para moradia, alimentação, transporte e outras necessidades básicas.

A chamada lei dos *royalties*, por sua vez, destina recursos do Fundo Social à assistência estudantil, com prioridade para estudantes beneficiários de ações afirmativas, entre eles, naturalmente, os povos indígenas, conforme previsto na atualização da Lei de Cotas, que aprovamos há pouco tempo nas duas Casas – tive a alegria de, em uma, ter sido Relator; em outra, autor. Não vou entrar no detalhe, senão fica muito "eu, eu, eu". Em matéria de cotas, não tem como eu não estar sempre participando. Trata-se de um avanço significativo, que, no entanto, exige debate direto com as comunidades indígenas sobre a efetividade e a operacionalização do acesso a esses recursos, sobretudo diante das dificuldades específicas enfrentadas por estudantes indígenas nas universidades e institutos federais, como barreiras territoriais, racismo institucional e ausência de estrutura de acolhimento.

A audiência proposta tem por finalidade ouvir lideranças indígenas, estudantes, representantes das universidades, dos institutos federais, do MEC, do MPI, do FNDE e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialistas, a fim de avaliar desafios e construir caminhos para uma assistência estudantil mais adequada às realidades indígenas. Será também uma oportunidade para o monitoramento da implementação da nova legislação, fortalecendo, assim, o controle social e o aperfeiçoamento da política pública.

Esse é um resumo do que vai ser a nossa audiência de hoje.

De imediato, eu passarei a chamar os oradores, os convidados, os painelistas.

Começo com Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação, por dez minutos.

É com o senhor.

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO (Para expor.) – Está bom.

Bom dia a todas e todos aqui presentes, ao pessoal que está acompanhando *online* também pela transmissão do Senado.

Inicialmente, eu queria cumprimentar aqui a mesa, começando com o Senador Paulo Paim. O Senador é um parceiro de longa data, em diferentes frentes aqui da luta pela promoção dos direitos humanos. A gente já esteve na frente do combate ao trabalho escravo. O Senador, como mencionou, foi autor da primeira versão da Lei de Cotas e depois foi um parceiro muito significativo, muito importante nessa revisão da lei no ano de 2023. Obrigado pelo convite, Senador.

Quero cumprimentar também a nossa Presidenta da UNE, colega Bianca Borges; os colegas aqui de Governo, Eliel Benites e Edilson Baniwa.

Bom, gente, eu preparei uma apresentação para ficar mais fácil seguir o roteiro. Eu vou tentar, o meu grande desafio é ficar dentro do tempo. Estou olhando o relógio aqui.

Vamos lá. A ideia é dar uma...

Esse troço aqui não está passando?

Aponte para lá. Ah, pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passou. Agora passou demais. Calma.

Bom, a ideia é dar um panorama aqui, Senador, tanto das políticas de acesso quanto de permanência, mas não sem antes dar um panorama de como é que a gente encontrou essas políticas quando começamos no Governo, em 2023. Basicamente, depois da saída da Presidenta Dilma, com a entrada do Governo Temer e depois do Governo Bolsonaro, a gente encontrou um quadro bastante complicado. O orçamento estava muito deprimido dessas políticas. Eu fiquei – a palavra é – estarrecido, mas muito admirado de ver, quando cheguei, em 2023, que a implementação da Lei de Cotas, Senador Paim, que havia sido aprovada em 2012, com o decreto de 2012, nesses anos tinha sido, para dizer o mínimo, muito incompleta – eu vou entrar um pouco nesse detalhe e dizer o que a gente fez. Além disso, a gente tinha também uma estrutura de pessoal bastante difícil, muita gente tinha saído do MEC, e a implementação dessas políticas públicas enfrentava ainda essa dificuldade; além disso, um quadro mais geral, de muita queda na participação dos estudantes na procura do ensino superior.

Esse gráfico que eu estou colocando na tela é o gráfico da participação no Enem. E dá para ver claramente aí que, depois de atingir um pico em 2016, a queda foi muito alta, Senador, de participantes do Enem. E a gente sabe que a participação no Enem é a porta de entrada na participação em outros programas de acesso à educação superior, como Prouni, Sisu e Fies.

O gráfico ali já mostra também que a gente, a partir de 2023, quando assume o Governo, começa a mudar esse gráfico, e o cenário já é um pouco melhor, cada vez mais participantes do Enem, portanto, participantes do Sisu, Prouni, Fies.

Esse gráfico também que é do Censo da Educação Superior mostra que tem melhorado também a quantidade de estudantes que terminam o ensino médio e, a partir daí, fazem o Enem. Esse número em 2022 era, na média do Brasil, 51%; em 2023, já passou para 56%; e os números do censo deste ano, mas que pegam dados de 2024, já mostram que pulou para 64%. Isso é resultado já de um processo melhor de comunicação, e programas como o Pé-de-Meia, que garante a permanência do estudante no ensino médio, também ajudam a promover esse processo de entrada no ensino superior.

Bom, no caso das políticas de acesso, o ponto principal, como eu mencionei, é a questão da Lei de Cotas. A gente olhou, Senador, que tinha uma situação muito ruim, em que o estudante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cotas, muitas vezes, pela forma como a lei vinha sendo implementada, tinha uma situação pior do que se ele não participasse da Lei de Cotas. O que eu quero dizer com isso? Com o desenho da forma como o MEC implementava a Lei de Cotas, o estudante tinha que escolher na hora de se inscrever ou cota ou ampla concorrência, só que, se ele se inscrevesse para cota e não passasse, mesmo tendo nota para ampla concorrência, ele ficava preso, entre outras coisas. O decreto dizia que tinha que arredondar para cima na divisão entre cotas, entre os estudantes de escola pública e os estudantes que não eram de escola pública; a garantia de pelo menos uma vaga para as cotas, isso estava no decreto; o remanejamento das vagas, aquela vaga que não foi ocupada pelo cotista tentar oferecer entre os cotistas... Então, tudo isso eram necessidades de implementação que redundaria – a gente viu que redundou – num maior acesso dos estudantes cotistas às vagas do ensino superior pelo Sisu. E a gente fez esse processo.

E o resultado é um pouco isso aí. Isso aqui são os dados já do Sisu de 2025. A gente teve, só com o remanejamento, uma diferença de mais de 7% na taxa de ocupação na chamada regular, quer dizer, a gente teve em 2024 a oferta de 264 mil vagas no Sisu, mas só 239 mil foram selecionados. Por quê? Porque não havia o remanejamento das vagas. Quando a gente implementou isso em 2025, a taxa de ocupação preliminar subiu para quase 100%, 97,37%. Em números, isso redundou também em mais aprovações, principalmente dos cotistas. Eu destaquei ali em amarelo: aprovação, na média, foi esses 6%, 7% aí, mas a dos cotistas foi 10%, e, no cotista de baixa renda, teve um aumento de seleção de cotistas de 19%. Isso é muita coisa!

Aqui, a ocupação... Quer dizer, se você selecionou pelo Sisu, o estudante tem que ir lá à universidade fazer a matrícula. Essa taxa aumentou nos cotistas que passaram em amplas... Aqueles que tinham nota para ampla, mas não eram selecionados em ampla e, portanto, prendiam a vaga. Quando a gente fez esse processo, teve um aumento muito grande, que eu vou mostrar aqui no próximo eslaide, e a taxa de matrícula desses cotistas aumentou 125%.

Senador, este número aqui é muito interessante. Este número 9.223 era o que um estudo científico, um estudo acadêmico mostrava, que era a quantidade de estudantes que tinha nota para passar em ampla, mas que ficava preso em cota, porque não era feito o remanejamento das vagas. Então, em 2024, a gente já corrigiu essa distorção e a gente deu acesso a 12.498 estudantes. Em 2025, além de implementar essa medida, a gente também fez o processo de remanejamento, a gente colocou para dentro ou garantiu o direito a 27.515 estudantes. Juntando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dois anos, Senador, foram 40 mil estudantes que tinham direito a acessar as vagas das universidades pela Lei de Cotas e pelo Sisu e que não estavam fazendo isso porque o algoritmo estava implementado de maneira incorreta, em contrário à lei e ao decreto.

Em relação à permanência – eu estou vendo que eu tenho 1 minuto e 45 segundos só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO – Um pouquinho mais, está bom.

Um quadro geral, Senador: hoje a gente paga bolsa para 16 mil indígenas e quilombolas. Dividindo isso mais ou menos pela metade, são mais ou menos 8 mil indígenas que são atendidos. O Governo aumentou em 2023 de R$900 para R$1,4 mil essa bolsa, porque a gente entende que é essencial para a permanência dos nossos estudantes indígenas. Além disso, a gente paga bolsa também para cerca de 15 mil estudantes que entraram pelo Prouni. A gente aumentou essa bolsa de R$400 para R$700 em 2023. E, como o senhor mencionou, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO – ... a Lei 14.914, que é a lei que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, em que a gente está no processo de regulamentação. E, para a nossa felicidade também, foi aprovada em 2025, agora, e sancionada também pelo Presidente Lula a Lei 15.169, que permite a destinação de recursos dos *royalties* do pré-sal para os estudantes da assistência estudantil.

Isso é um quadro geral. Vou pular esse eslaide porque eu estou com pouco tempo.

Aqui, Senador, é para ter uma noção do quadro que a gente tem pela frente. Isso aqui são dados do censo cruzados com o CadÚnico. A gente tem cerca de 871 mil estudantes que são cadastrados no CadÚnico e que estão matriculados na rede federal, estadual e municipal da educação superior. Cerca de 280 mil são de Bolsa Família, portanto é aquele recorte de renda muito baixo, e 516 mil ganham *per capita* menos de um salário mínimo. Então, a gente tem um universo muito grande de estudantes com necessidades que a gente precisa atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, isso aqui é um quadro dos estudantes indígenas. A gente tem hoje cerca de 46 mil estudantes indígenas no total, sendo 13 mil na rede federal. Como a gente atende hoje apenas cerca de 8 mil, por questões de limites orçamentários, a gente tem uma quantidade significativa que a gente precisa avançar. Além disso, chama a atenção que tem muitos estudantes indígenas também na rede privada de educação superior e que precisam também de assistência.

Estou terminando – tá, Senador? Mais um minuto, no máximo, aqui.

Isso aqui é um pouco para mostrar o esforço do Governo Federal em melhorar essa questão orçamentária. A gente já conseguiu... Isso aqui é o orçamento do pagamento da Bolsa Permanência. A gente teve um aumento desde 2023 de mais de 100%. Hoje está em cerca de R$381 milhões, que é mais ou menos o que está no PLOA do ano que vem. Isso aqui é o gasto na Ação 4002, da assistência estudantil, de maneira geral. A gente também tem feito – o Governo, o Presidente Lula, o Ministro Camilo têm feito – esse esforço de aumentar a capacidade de financiamento da assistência estudantil.

Para finalizar, isso aqui é o número de bolsas que a gente paga hoje para estudantes indígenas, em média, porque esse número varia de mês a mês, mas tem também aumentado. É isto, Senador: tem aumentado, mas ainda é muito aquém do que a gente precisa fazer. E a gente conta aqui com a sua parceria de sempre e com o Congresso Nacional, para que a gente viabilize recursos orçamentários.

Bom, por fim – por fim mesmo –, a gente terminou essa semana as últimas reuniões do GT de regulamentação da Pnaes. Agora a gente vai preparar o relatório e os normativos. A gente espera que, com isso, a gente tenha estruturado, do ponto de vista jurídico e normativo, o sistema da Política Nacional de Assistência Estudantil, e o desafio maior que fica, Senador, é o financiamento da política. Para isso a gente conta com esse caminho de recursos da lei do pré-sal e com o apoio de sempre do senhor, do Senado e do Congresso Nacional.

Era isso. Muito obrigado e desculpa ultrapassar o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação, Sesu/MEC, que fez uma bela exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a gente fala sempre, fizemos muito, mas há muito por fazer. Pode contar com esta Comissão e os espaços daqui, do Senado, onde nós estivermos, para ajudar na questão orçamentária.

Passo a palavra agora à Sra. Bianca Borges, Presidenta da União Nacional dos Estudantes, a nossa UNE. Seja bem-vinda!

A SRA. BIANCA BORGES (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Quero igualmente cumprimentar todos os colegas que estão na mesa; também meu colega do movimento estudantil, que deve estar nos acompanhando por videoconferência – logo mais, vai ter a palavra também.

Em primeiro lugar, Senador, parabenizo-o aqui pela iniciativa e pela parceria nas pautas dos estudantes. Isso é, sem dúvidas, fundamental, assim como é fundamental debater a assistência estudantil nos dias de hoje, ainda mais com um recorte importante dos estudantes indígenas.

O Adilson mostrou aqui dados importantes, que nos ajudam a dar o panorama desses estudantes hoje, da inserção no ensino superior, mas fato é que nós temos ainda muitos desafios, né?

Acho que, em primeiro lugar, temos que colocar aqui o imenso avanço e a vitória que significam, em primeiro lugar, a criação da Lei de Cotas e a sua renovação mais recente, mas também colocar que, infelizmente, se nós muito avançamos da democratização do acesso ao ensino superior – e isso eu diria não só nos últimos anos, a partir da Lei de Cotas, mas nos últimos 20 anos, inclusive, com a expansão da rede federal do ensino, outras políticas que foram fundamentais nesse sentido –, hoje o principal desafio que nós vemos dentro das universidades é assegurar a permanência desses estudantes que, pela primeira vez na história, se veem no ensino superior, veem o ensino superior como um sonho possível, mas que ainda enfrentam, principalmente, barreiras materiais para se manterem no espaço das universidades.

Então, por esse motivo mesmo, a importância do tema da audiência, de colocar também aqui a importância da sanção da Política Nacional de Assistência Estudantil. Como lei, a Pnaes já vinha, há quase uma década, se eu não me engano, sendo cumprida exclusivamente como decreto, e a sua efetivação como lei, para nós, é fundamental e representa uma conquista: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento de que a permanência estudantil – que compreende moradia, alimentação, transporte, mas também aspectos imateriais dessa permanência, como o acolhimento cultural, psicológico – é parte essencial da democratização do ensino superior.

Mas justamente a efetivação da Pnaes depende que os recursos cheguem de fato e que cheguem à altura do tamanho do desafio que nós temos hoje nas salas de aula do Brasil. Depende de que a especificidade das demandas dos estudantes e das estudantes indígenas sejam enxergadas e sejam consideradas também e de que haja uma estrutura de acolhimento que vá muito além da mera distribuição de bolsas, embora isso seja também fundamental. Mas se trata também dos aspectos imateriais e simbólicos do que é o acolhimento no ensino superior, do que é você ter a sua cultura reconhecida e acolhida também nas instituições de ensino, em que a gente vem tentando romper paradigmas, mas, muitas vezes, estão baseadas em concepções e currículos, inclusive, que são eurocêntricos. Então, acho que esse é um aspecto importante de a gente considerar aqui.

Eu tinha um dado aqui, Adilson – não sei se ele está correto –, que eu tinha levantado, de que o censo do Inep indicava que a gente já tinha cerca de 70 mil estudantes indígenas no ensino superior. Está correto?

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – São 46 mil.

A SRA. BIANCA BORGES – São 46 mil, né? Pelos dados que você apresentou ali.

É um contingente bastante significativo.

Outro dado que eu levantei, também do Inep, é o de que, em 2025, o número de estudantes autodeclarados indígenas que se inscreveram no Enem cresceu 89%, mais ou menos, mostrando um salto importante da retomada das matrículas do Enem, o que nós entendemos como uma retomada do reconhecimento do papel do Enem como um exame nacional fundamental para acesso ao ensino superior, e acho que é também um reconhecimento da correção dessas distorções, que estavam fechando as portas da universidade para tanta gente, logo ali no sistema de ingresso, através do Sisu.

Então, esses são dados muito importantes, mas que mostram também o tamanho do desafio que nós temos para a garantia da permanência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Adilson mesmo apresentou aqui um dado, e acho que a gente precisa reconhecer que, infelizmente... E mesmo os estudantes que estão atendidos pelas políticas, Adilson, têm uma tendência muito maior de permanecer em vulnerabilidade, porque não é só a oferta da bolsa que resolve essa situação de vulnerabilidade, pois são barreiras persistentes que afetam os estudantes indígenas.

Em primeiro lugar, muitas vezes, a distância entre o seu local de moradia e as universidades ou institutos federais. Há a deficiência de políticas de moradia, de alimentação, de transporte, de alimentação adequada, que, infelizmente, persiste em muitas das instituições federais de ensino no nosso país. Há o aspecto imaterial e simbólico, mas que é igualmente importante, que é o apoio, o próprio elemento cultural, a língua, a identidade. E temos um racismo institucional e falta de políticas específicas das universidades adotadas para a realidade dos estudantes indígenas, que também é um aspecto que não há como não levar em consideração.

Então, acho que tem aqui alguns principais eixos de atenção.

O Adilson mencionou: em julho deste ano, inclusive na ocasião do 60º Congresso da União Nacional dos Estudantes, foi sancionada pelo Presidente Lula uma nova lei, que garante a prioridade para estudante indígenas, quilombolas e estudantes PPI, de modo geral, na destinação de políticas de assistência estudantil, algo que é fundamental, mas que, novamente, exige que a gente pense a permanência estudantil de maneira mais ampla, e não só dentro da prioridade que essa política estabelece, que ainda é insuficiente para a gente atender a esse grande contingente de estudantes que nós, felizmente, temos hoje dentro das universidades.

Precisamos garantir que os recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil e do Fundo Social sejam destinados e executados com transparência e participação de organizações da sociedade civil e das entidades indígenas também. Nós das entidades estudantis nacionais, UNE, Ubes e ANPG, temos um pleito e um requerimento protocolado para que possamos nos somar ao Comitê gestor do Fundo Social do Pré-Sal, para inclusive conseguir ter a transparência e participar das discussões que são feitas ali naquele espaço, mas nós entendemos que é fundamental a ampliação, considerando também as entidades que são representativas das e dos estudantes indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E precisamos estabelecer um monitoramento específico desse recorte dos estudantes indígenas – para além de quantos ingressam, quantos estão efetivamente chegando ao final e concluindo a sua graduação.

Infelizmente, não só entre as e os estudantes indígenas – e, na verdade, os estudantes cotistas têm apresentado um nível de conclusão superior aos estudantes na média geral –, mas tem nos preocupado muito a evasão no ensino superior de modo geral. Acho que, se olhar de modo mais específico para os estudantes indígenas e quilombolas, é possível que a gente encontre também fragilidades que precisam ser enfrentadas e que precisam ser acolhidas pelas políticas aqui que nós debatemos. Então, isto aqui, sem dúvida, é fundamental: analisar também as taxas de evasão e de retenção desses estudantes e, talvez, sonhando um pouquinho mais além, pensar também a vida deles depois da universidade – como é que está a inserção no mercado de trabalho, na pós-graduação.

Todos esses são objetivos que, sem dúvida, também fazem parte do que a gente tem como sonho de universidade. Quando a gente pensa universidade, a gente não está falando só dos quatro, cinco, às vezes seis anos que aquele estudante vai passar ali no ambiente educacional em si; a gente defende a universidade como passaporte para o futuro e como eixo estruturante de novas perspectivas de vida. E não existe nada mais trágico do que a gente pensar nesse sonho sendo abandonado no meio ou de pensar que esse sonho não se concretiza depois da conclusão do ensino superior. Então, isso para a gente aqui também é fundamental.

Acho que só para ir fechando mesmo, quero me posicionar aqui e mais uma vez dialogar com a preocupação do Senador e parabenizá-lo, porque a assistência estudantil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIANCA BORGES – ... não pode ser vista de modo genérico, ela não pode ser um grande pacote; ela precisa reconhecer as vulnerabilidades dos diferentes grupos. E acho que também é preciso pensar aqui a importância de as instituições de ensino também pensarem a assistência estudantil na ponta e a assistência para além das bolsas; mas a assistência do que é garantir a integração, garantir centros de convivência, garantir acompanhamento psicopedagógico e tantas outras medidas para que essas e esses estudantes se vejam de fato acolhidos na universidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Sra. Bianca Borges, Presidenta da União Nacional de Estudantes (UNE), que faz um resumo do antes, durante e depois: não é só preparar para a universidade, para entrar numa política de cota, ter o auxílio-permanência, mas, depois, também na colocação no mercado de trabalho, enfim, ao longo da vida de todos nós. Parabéns pela exposição.

Com a palavra o Sr. Edilson Baniwa, Coordenador-Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

O SR. EDILSON BANIWA (Para expor.) – *Heekóapi whaa*, Paulo Paim; *heekóapi whaa*, Adilson; *heekóapi whaa*, *mbo'ejára* Eliel; *heekóapi whaa*, Bianca Borges. Bom dia! Estou saudando vocês na primeira língua minha. Sou o Prof. Edilson Baniwa.

Eu queria iniciar dizendo como é importante esse diálogo, esta audiência, para tratarmos de um assunto que é de grande relevância para todos nós e destacar, Senador e colegas aqui da mesa, reconhecer que as políticas de ações afirmativas têm tido, sim, avanço, mas apenas em alguns itens. Eu tenho acompanhado por uma década e meia – inclusive eu sou fruto das políticas de ações afirmativas –, eu tenho acompanhado de perto alguns avanços – mas sobretudo muitos desafios ainda –, destacando o avanço no acesso. Eu acho que o acesso tem tido muito avanço, né? Hoje tem mais de cento e poucas universidades que abriram espaço para nós enquanto indígenas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, então não deixa de ser um grande avanço.

No entanto, nós temos também muitos desafios, e quando se trata de desafio, eu vou destacar que é desafio tanto de concepção como também de materialidade. Desafio de concepção: o que eu trato aqui é justamente verificar que nessa uma década e meia de política de ações afirmativas, que eu acompanho, a gente tem percebido que, na questão do tripé da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, no ensino a gente não tem avançado muito. Você percebe que, nas universidades, a gente tem avançado muito pouco na questão do ensino, temos poucos temas indígenas dentro dos nossos ensinos, então acho que o ensino precisa avançar bastante nessa perspectiva.

Quando você pega a questão das atividades de pesquisa, idem: nós temos avançado muito pouco nas atividades de pesquisa para nós, enquanto povos indígenas, apesar de que nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos muitas referências para utilizarmos em várias áreas, mas você percebe que ainda se utilizam muito referências não indígenas, então a gente precisa avançar nisso.

E o terceiro tripé, que é a questão das atividades de extensão, que eu sempre prezo como um braço direito muito forte com o qual a gente, enquanto indígena, pode se conectar com os nossos territórios, mas a partir das atividades de extensão também a gente não avançou muito. As universidades hoje não têm – eu digo como experiência isso – disponibilizado recursos, Senador, para que a gente possa ir lá aos nossos territórios fazer a pesquisa, depois voltar para cá para compartilhar nossas experiências. Então, eu acho que na questão da atividade de extensão precisamos avançar nisso. Nós temos um grande desafio hoje, porque se não fortalecermos as nossas atividades de extensão, nós teremos problemas, porque, se você fica quatro, cinco anos na universidade tendo referências que não são indígenas, você também não consegue avançar do ponto de vista mais científico.

Quero destacar muitos desafios do ponto de vista material. Acho que no primeiro momento, Senador, o que nós estamos fazendo aqui, acompanhando também dentro do Ministério dos Povos Indígenas, é a luta pela sobrevivência material. É muito claro isso, lutar pela bolsa; a bolsa é uma das sobrevivências materiais, né? É muito importante o aumento que a gente verificou: na minha época era R$900, Adilson, quando eu entrei. Agora foi para R$1,4 mil. Já é um pequeno avanço, mas a gente precisa avançar no valor também, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É quase um salário mínimo.

O SR. EDILSON BANIWA – É, quase um salário mínimo agora, Senador. Na minha época, era R$900, e viver com R$900, na época, aqui em Brasília, era impossível – e ainda é impossível. A gente precisa avançar nos valores, a gente tem visto isso.

E o que a gente tem recebido? Eu tenho andado, Senador Paim, nesse um ano em que estou no ministério, em cinco regiões do Brasil para visitar algumas universidades, inclusive algumas onde tem mais indígenas, por exemplo, na Universidade Federal da Fronteira Sul, que tem em torno de seiscentos e poucos indígenas – e uma boa parte são ticunas, lá do Amazonas, dos que estão lá –, e em outras universidades, como a Unicamp – agora eu fui para lá, tem em torno de 400 alunos –, a Ufscar, enfim, e em outras universidades que têm muitos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que a gente tem recebido com relação à questão mais prática é a casa de estudante. A gente precisa pensar, o Ministério dos Povos Indígenas, junto com o MEC, enfim, precisam pensar um recurso para construir casas de estudantes. A gente tem recebido muita demanda disto, para a construção de casa de estudantes e para a construção de espaços também que a gente chama de espaço de convivências culturais. Eu acho que exemplo disso é a UnB. Eu fui fruto da UnB. Por esse espaço que hoje está lá, que se chama Maloca, a gente lutou muito, para que pudesse sair a Maloca. Ainda não saiu a casa de estudante, mas a Maloca saiu. E um grande avanço que a gente teve também nessas questões é...

E outro ponto que a gente tem buscado é mais a questão do ensino superior, para mestrado e doutorado. A gente tem avançado um pouco nos espaços, no entanto também a gente tem um grande desafio nessa perspectiva de bolsas. A Capes tem uma bolsa para mestrado e doutorado, mas, quando se leva ao contexto do Brasil, sobretudo da Amazônia brasileira, ter uma bolsa de aproximadamente de R$2,5 mil é muito pouco para a Amazônia brasileira. Quando eu estava fazendo o meu mestrado, só dava para eu chegar até – eu sou de São Gabriel da Cachoeira – São Gabriel da Cachoeira, minha cidade; a bolsa não dava condições de eu comprar gasolina para chegar à minha aldeia, porque são 200 litros. Com gasolina a R$10, coloquem isso na ponta do lápis. Então, é muito desafio para quem faz o mestrado e doutorado. A gente precisa dialogar, no encaminhamento que a gente vai ter com a Capes, para que seja uma bolsa diferenciada para indígenas e até mesmo para criar uma linha de bolsas, dentro da Capes, para esse apoio ali. Então, a gente precisa avançar nessa parte do ensino superior, do mestrado e do doutorado.

Agora, Senador, com um pouco dessa experiência, nós estamos buscando dialogar com as universidades com uma proposta de institucionalizarmos as políticas de ações afirmativas no quesito indígena, porque a gente entende que, nas universidades, enquanto não institucionalizarem as políticas de ações afirmativas, pode entrar um reitor que seja a nosso favor, digamos assim, que cuide bem da gente, mas, se trocar de reitor, não funciona. Então, o nosso caminho, o que a gente consegue enxergar agora, é colocar, discutir junto com os coletivos indígenas a institucionalização das políticas de ações afirmativas, garantindo um pouco também, nessa perspectiva, de recursos para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro também, colega Adilson: a gente precisa também institucionalizar a bolsa permanência. Ela é apenas um programa ainda, e eu acho que a gente precisa avançar nessa questão também da institucionalização.

Por último, para fechar minha fala, a gente tem recebido, Senador, muitas demandas com relação à questão de apoio de bolsas para os nossos parentes estudantes que estão nos institutos federais, mas, sobretudo, nas universidades estaduais. A gente tem tido muita dificuldade nisso. Nós temos muitos estudantes indígenas que estão nas universidades estaduais, mas não recebem bolsa. Então, estamos dialogando para dar apoio também aos nossos parentes indígenas que estão nas estaduais.

Por fim, eu queria nos colocar aqui à disposição para construirmos essas políticas de ação afirmativa da forma mais próxima possível para nós enquanto povos indígenas.

Obrigado. (*Expressão em língua indígena.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Edilson Baniwa, Coordenador-Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas – muito bem. Ele deixa muito claro que a questão financeira está pegando de novo tanto para doutorado como na bolsa permanência, que é muito pouco. Foi na linha do que você falou, né?

Mas vamos em frente. No que depender de nós, vamos ajudar.

Com a palavra o Sr. Arlindo Baré, representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas, por videoconferência.

Vamos ver se ele está na tela.

O SR. ARLINDO BARÉ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia. Seja bem-vindo!

O SR. ARLINDO BARÉ (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, primeiro, agradecer pelo convite e saudar aqui os componentes da mesa, em primeiro lugar, o Senador Paulo Paim; o parente Edilson Baniwa, que acabou de falar; o Sr. Adilson Santana, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação. Queria também saudar a nossa parenta Profa. Rosilene Cruz de Araujo, Diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (MEC); a Sra. Bianca Borges, Presidente da União Nacional dos Estudantes; e o parente Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

A minha colaboração vem no sentido de reforçar, principalmente, a fala do Prof. Edilson, mas também alinhado ali com a fala da nossa colega Presidente da UNE. Tivemos muitos avanços com relação à política de cotas; um avanço importante na Lei de Cotas; posteriormente, na Lei de Cotas no serviço público; e, logo em seguida, na Lei de Cotas na residência médica. Essas cotas trazem esses desafios que já foram muito bem elencados pelo Prof. Edilson Baniwa, mas a nossa preocupação, como movimento estudantil, sempre foi na garantia da participação direta e efetiva na construção dessas políticas. E a nossa presença faz um total sentido para garantir exatamente as nossas percepções, as nossas concepções, principalmente a nossa vivência e convivência no ambiente universitário.

A nossa preocupação também vem em relação aos dados. Segundo o Inep de 2022, éramos 68.252 estudantes indígenas presentes no ensino superior. Entre eles, 25% estavam nas instituições públicas. Agora, no censo de 2025, somos 46.410. Isso significa que, para além daquilo que foi elencado anteriormente com relação às políticas de acesso, vimos uma grande redução de indígenas acessando a educação superior. Muitos motivos, inclusive, para essa redução. O contexto político anterior, as políticas de assistência e permanência que devem ser, de alguma maneira, construídas a partir da nossa presença.

E considerando essa diminuição do censo, de 2022 para 2025, vem a grande preocupação. Como é que está o acolhimento dos estudantes indígenas na educação superior? Como é que estão sendo construídas orientações institucionais que garantem efetivamente a presença desses estudantes, principalmente estudantes que vêm de regiões diferentes, como é o caso de indígenas que vêm da Região Norte, Amazonas, para estudar na Região Sudeste, na Região Sul? A gente precisa levar muito em consideração isso, não só no sentido de garantir que esses estudantes venham atrás da busca dos seus sonhos, mas efetivamente que esses sonhos se tornem realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo mais uma vez essa preocupação do porquê da diminuição desse acesso dos estudantes indígenas na educação superior.

E a outra, que é bem importante, para além daquilo que a lei já garante, o Pnaes tem essa responsabilidade. Para além de discutir, eu diria assim, o financiamento da própria política, acho que ele precisa garantir a nossa participação direta nessa discussão, nessa possibilidade de garantir que, a partir do financiamento, a gente consiga efetivamente garantir que essa política chegue de forma diferenciada, de forma acolhedora para os estudantes indígenas. Esses sujeitos que hoje estão acessando a universidade precisam ser, de certa forma, não só acolhidos pela universidade, mas acolhidos na formulação dessas políticas. E a partir disso, a gente entende que o Programa de Assistência Estudantil, o Programa Bolsa Permanência, o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior, o Programa Estudantil de Moradia, o programa de apoio ao transporte de estudantes, o programa que inclui a acessibilidade na educação, o Programa de Permanência Parental, o Programa de Acolhimento nas Bibliotecas, principalmente o programa de atenção à saúde mental dos estudantes, é uma coisa que tem chegado, tem sido discutida nos nossos seminários, nos nossos eventos, é essa preocupação com a saúde mental dos estudantes... E é importante trazer...

E quero parabenizar também pelo convite, porque eu entendo que, sem a nossa presença, principalmente dos estudantes que estão sentindo essas dores, que estão vivenciando, convivendo, a partir dos seus contextos nessas universidades, trazem consigo muitas coisas importantes nessa construção. Então, quero trazer aqui a importância da nossa participação na discussão, nos debates, na formulação, e também, por que não, a partir disso, levar a nossa proposta na construção efetivamente dessas políticas.

E para finalizar, eu trago aqui o anseio do movimento estudantil indígena para que a gente esteja nesses espaços efetivamente, para poder colaborar nessa construção a partir da perspectiva do movimento estudantil indígena, que está muito organizado hoje, no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Arlindo Baré, representante da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas. Na sua fala, no seu conjunto, eu me lembrei de uma frase, de uma chamada, uma marca. Eu fui autor também do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estatuto das Pessoas com Deficiência. Do Estatuto dos Povos Indígenas, eu só não fui, porque eles não quiseram ainda. Senão, já seria também. Eu sei que não há consenso entre vocês.

Ao longo do debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência, eles diziam: "Paim, tudo conosco, nada sem nós". É mais ou menos a fala também do nosso Arlindo Baré. Por isso ele enfatizou a importância de ele ter sido convocado para estar nestas discussões.

Eu passo a palavra, agora, à Sra. Rosilene Cruz de Araujo, indígena da etnia tuxá, Diretora de Política de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação. Ela vai falar por videoconferência.

A SRA. ROSILENE CRUZ DE ARAUJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas. Escutam-me?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Escutamos, sim. Perfeito.

A SRA. ROSILENE CRUZ DE ARAUJO (*Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, cumprimento a mesa na pessoa do nosso querido Senador Paulo Paim. Parabenizo-o pela iniciativa e por trazer para esta audiência um tema de grande relevância para os povos indígenas.

Ratifico, na verdade, a fala de todas as pessoas que me antecederam, do nosso Diretor Adilson, do nosso Coordenador Edilson Baniwa, do nosso querido Arlindo Baré.

A Lei de Cotas, de 2012, foi um marco na história do acesso e da permanência de estudantes indígenas na universidade. O período que antecede a Lei de Cotas é um período que invisibiliza e, na verdade, não dá acesso. Nós éramos muitos poucos os que conseguiam chegar na universidade.

A Lei de Cotas é um marco, então, para o acesso. Os povos indígenas têm acessado o ensino superior. As universidades, as instituições de ensino superior, os institutos têm cuidado e têm mostrado o interesse em dar esse acesso, mas nós temos um grande desafio que é a permanência. Tirar as pessoas dos territórios e levar para os grandes centros para estudar numa universidade pública tem sido um desafio imenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, olhando muito para o que o Diretor Adilson traz, é importante olhar os dados, porque não se constroem políticas públicas sem olhar para os dados.

Quando a Secadi retorna no ano 2023, com este Governo Lula, a gente retorna já recebendo os estudantes indígenas pautando a permanência na universidade. A parceria que a Secadi desenvolve hoje junto à Sesu, duas secretarias do Ministério da Educação, tem conseguido realmente olhar e qualificar os dados que são apresentados no âmbito do acesso e da permanência aos estudantes indígenas na universidade e tem tentado qualificar essas entregas.

Como bem foi colocado pelo Diretor Adilson, a primeira iniciativa que o Ministério da Educação, que o nosso Ministro Camilo encampou foi o valor da bolsa permanência, que está muito abaixo do que realmente dá conta da necessidade de permanência na universidade. Então, ela saiu de um valor de R$1,9 mil para R$1,4 mil, que ainda não é o ideal, ainda não é o suficiente, mas já qualifica bastante – do lugar que a gente encontrou.

E uma coisa que o MEC vem fazendo nesses dois anos e meio, quase três anos, é tentar universalizar a oferta do Programa Bolsa Permanência para todos os estudantes indígenas que estão na universidade. É um desafio muito grande, porque o déficit era muito grande, mas nós já conseguimos universalizar em muitas instituições de ensino superior. Só que a educação é aquela coisa boa, ela cresce muito; então, a cada ano, nós recebemos mais estudantes indígenas na universidade, e essa universalização acaba ficando um pouco distante, porque nós temos outro desafio que é lidar com o orçamento, lidar com o financiamento.

Quando o Arlindo Baré diz que é preciso pensar a institucionalização disso e levar isso enquanto política pública e não enquanto programa, isso faz com que a gente garanta um orçamento fixo para dar conta dessa universalização, mas nós acreditamos que a gente vai conseguir fazer isso. Hoje, nós já temos um número grande de pessoas indígenas que estão na universidade aguardando esse acesso, aguardando essa universalização, mas nós realmente precisamos de um orçamento que garanta isso.

Então, isso está muito a cargo da secretaria responsável, que é a Sesu – nós estamos aqui com o Diretor Adilson –, mas é importante também dizer do lugar em que a Secadi se coloca hoje. A Secadi é uma secretaria do Ministério da Educação que tem feito muitos diálogos com os povos indígenas, para tentar qualificar e levar educação com equidade, educação básica nos territórios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas nós sabemos que o ensino superior é um caminho para se chegar a essa educação escolar com equidade e com qualidade nos territórios.

Hoje, o censo demográfico da população indígena mostra que nós crescemos muito para fora do território, e a gente percebe que um dos motivos desse crescimento é justamente a insuficiência de oferta contínua de educação básica nos territórios. Então, os jovens saem dos seus territórios para buscar o ensino médio, por exemplo, e um dos motivos de não ter uma oferta contínua da educação básica nos territórios é justamente a formação qualificada, a formação para professores indígenas.

Se a gente for olhar anteriormente o histórico da educação escolar indígena, nós vamos entender também que isso é fruto de um processo, podemos dizer assim, pós-Constituinte, em que o Ministério da Educação assume a educação básica, mas assume também o desafio de formar professores, porque até então não existia, eram poucas as pessoas indígenas formadas em diversas áreas do conhecimento. Então, para se expandir a educação básica, precisa-se expandir a formação de professores, e a Secadi, neste momento, tem feito um investimento, um esforço muito grande para garantir a formação de professores, para que isso, de fato, qualifique a oferta da educação básica nos territórios.

Então, nós lançamos mão da parceria com a Capes; lançamos o Parfor Equidade, em que nós tivemos 32 novos cursos para dar conta da formação de professores; além do apoio via Prolind, que a Secadi já desenvolve, para tirar da invisibilidade esses cursos de formação intercultural em licenciaturas e pedagogias interculturais indígenas para professores.

Esse é um trabalho que a Secadi tem feito com muito louvor, porque ainda é a nossa carência, ainda é a nossa necessidade. A formação de professores é uma carência para que a gente possa, de fato, qualificar a educação básica nos territórios.

É importante dizer também da parceria das instituições de ensino superior, que têm sido grandes parceiras, junto à Secadi, junto à Sesu para pensar esse acesso, para pensar essa permanência, para pensar esse apoio às pessoas indígenas para se qualificarem, enquanto formação continuada e enquanto formação inicial, em suas bases. Então, olhar para os cursos interculturais no âmbito da instituição de ensino superior é pensar também uma política de institucionalização desses cursos. Isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além disso, a Lei de Cotas traz uma perspectiva muito boa, porque realmente garante o acesso. Nós temos muitas pessoas indígenas que acessaram a universidade a partir da Lei de Cotas. E as universidades têm qualificado cada vez mais a sua permanência. Porém, um grande desafio tem sido, realmente, o financiamento, o orçamento, porque a participação de pessoas indígenas na universidade não é um processo barato. É um processo caro para as famílias dessas pessoas, para a instituição de ensino superior que está acolhendo, porque, realmente, sair dos territórios indígenas para acessar a universidade é esse processo caro. E temos buscado muito na perspectiva de qualificar esse acesso e essa permanência. Hoje, os povos indígenas estão acessando as universidades em diversos lugares do país. Então, isso fica ainda mais caro, porque significa tirar pessoas da Amazônia para ir para o Nordeste e vice-versa. A gente viu, no contexto da pandemia, o quanto foi doloroso levar essas pessoas de volta ou manter essas pessoas naquele espaço, porque realmente a permanência precisa ser qualificada.

No entanto, quero parabenizar pelo trabalho que vêm desenvolvendo a Sesu, a Secadi, o Ministério da Educação. Acho que o ministério, o Ministro Camilo tem feito um esforço muito grande para garantir o acesso e a permanência de estudantes indígenas na universidade. O reconhecimento desse avanço é importante, o reconhecimento de que hoje nós temos um crescimento significativo de acesso e de permanência de estudantes indígenas na universidade. É claro que ainda precisamos qualificar muito essa permanência, porque, como eu disse, é um processo caro.

E a gente vai bebendo na fonte das experiências das instituições de ensino superior. Nós temos muitas instituições com experiências muito boas de acolhimento, mas nós temos também experiências desastrosas, que precisam ser qualificadas e em que, consequentemente, vem a evasão, vem a desistência.

É importante dizer também que olhar para essa experiência da institucionalização, do acesso e da permanência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para orientação da nossa convidada, eu dei o mesmo tempo que eu dei aos outros, mais cinco minutos, o.k.? Fique à vontade.

A SRA. ROSILENE CRUZ DE ARAUJO (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para finalizar, é importante dizer que nós precisamos, sim, olhar para esse acesso e para essa permanência dos estudantes indígenas na universidade. Nós precisamos qualificar esse acesso e essa permanência, porque nós entendemos que precisamos, sim, crescer ainda muito mais com esse acesso e essa permanência, pois a educação escolar dos povos indígenas carece de pessoas qualificadas nas diversas áreas do conhecimento para cuidar da educação escolar nos territórios.

Para além disso, olhar para as áreas de saúde e de gestão territorial é de extrema relevância para a educação dos povos indígenas. Os territórios indígenas precisam dessas pessoas qualificadas, precisam desses sujeitos que atuam na educação, que atuam na saúde, que atuam na gestão territorial e que atuam também na garantia dos direitos dos povos indígenas. Então, são estratégias que nos ajudam a pensar a vida no território, pensar o bem-viver, pensar as estratégias didático-pedagógicas e também pensar como que o território pode qualificar a vida das pessoas indígenas em seus respectivos territórios, conforme orienta a relação dessas pessoas com o território. Então, a universidade é esse caminho, a escola é esse caminho.

Trazer este debate no âmbito de uma audiência pública como esta, Sr. Senador, é de grande relevância para que nós possamos, de fato, qualificar essas entregas e trazer, de fato, uma entrega de uma educação equitativa para os povos indígenas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Rosilene Cruz de Araujo, indígena da etnia tuxá, Diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação. O conjunto da fala muito, muito bom; meus parabéns!

E eu falava com você, e você me lembrava dos dados que você tinha dito, nem eu sabia: são 46 mil estudantes vindos dos povos indígenas, somente 8 mil têm direito à Bolsa Permanência de R$1,4 mil. De fato, é preocupante para aumentarmos a qualidade, inclusive em todas as áreas onde estão os povos indígenas no campo da universidade.

Vamos em frente.

Agora, com a palavra o Sr. Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIEL BENITES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui, Senador. A gente agradece em nome do Ministério dos Povos Indígenas este ato aqui, para que a gente possa dialogar esta pauta importantíssima.

Cumprimento, dessa forma, o Senador Paulo Paim; o Adilson, da Sesu; também o Edilson Baniwa, o nosso companheiro lá do Ministério dos Povos Indígenas; também a companheira da UNE; a Rosilene Tuxá, que está *online*; e o Arlindo Baré também, do movimento estudantil indígena. Eu fico bastante feliz. Quero cumprimentar também o pessoal que está assistindo *online*; a gente sabe que os estudantes estão participando, vendo *online*, para acompanhar o debate aqui.

Eu quero começar a falar, a partir das falas anteriores, em termos de pontos fundamentais para que se possa garantir as políticas afirmativas em relação ao estudante indígena, mas eu quero partir de uma premissa, Senador, em relação à questão da diversidade dos povos indígenas no Brasil. Então, hoje, pela Constituição Federal e também... Na situação hoje, no Brasil, nós temos, segundo os dados, agora, pelo IBGE, 391 povos diferentes uns dos outros, com línguas e culturas diferentes.

Diante disso, consideramos também... Nas últimas décadas, os povos indígenas consideram o ensino, a escola indígena, o ensino superior indígena como uma das grandes estratégias para garantir a sua diversidade. E essa diversidade é uma estratégia também para que a gente possa viver na democracia, na diversidade, na cultura no Brasil, diante de um processo histórico de violência, de apagamento cultural no Brasil. A história dos povos indígenas é marcada por esse processo de apagamento na perspectiva de construir um país, uma língua, uma cultura. E, nas últimas décadas, os jovens indígenas colocam na perspectiva do ensino superior uma das alternativas, um dos caminhos estratégicos para reafirmação da sua autonomia, para reafirmação da sua cultura, língua e a contribuição do jovem em relação aos seus povos, às suas comunidades, para contribuir nesse processo. Ao pensar uma política afirmativa em relação ao ensino superior, na perspectiva dos povos indígenas, nós temos que considerar essa lógica, essa perspectiva, o porquê de os povos indígenas estarem buscando o ensino superior como uma das grandes alternativas, como uma das grandes respostas também para os seus povos, diante de um processo histórico de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero considerar muito – nas falas anteriores, Edilson Baniwa colocou – em relação à necessidade de a gente melhorar as políticas afirmativas que já se têm iniciado, graças... A gente considera muito isso em nome do Ministério dos Povos Indígenas. São políticas como a Bolsa Permanência em relação à porta de entrada do ensino superior. Nós precisamos melhorar a porta de entrada, mas existe também a permanência, que é posterior. Então, nós temos que melhorar a política de entrada, a permanência e também a maneira com que se possa voltar, ou seja, atuar a partir da formação em relação às suas comunidades e aos territórios.

E eu quero considerar a partir disso alguns pontos importantes.

Um deles é que, nesse processo da elaboração das políticas afirmativas em relação aos povos indígenas, tem que se partir da ideia de que nós temos que garantir a diversidade, porque, se a gente pensar uma política que tem muita boa intenção, mas que também tem um caráter de homogeneização das pessoas, então, a gente está fazendo uma boa intenção, mas continuando uma velha política de homogeneização das culturas e línguas. Então, esse cuidado a gente tem tomado no Ministério dos Povos Indígenas, através da orientação da Ministra Sonia Guajajara, ouvindo os acadêmicos indígenas, os estudantes indígenas, acompanhando o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, para a gente pensar uma política afirmativa a partir dos estudantes. Essa é uma ideia muito importante, porque, hoje, temos que sempre buscar ouvir os povos indígenas em qualquer situação de ação e de política que envolvam os povos indígenas, o que, inclusive, está na Lei 169, para que a gente possa ouvir a perspectiva, principalmente, dos estudantes jovens indígenas.

Há outro ponto importante que quero considerar na minha fala em relação à razão dessa questão da presença indígena também no ensino superior, em relação à construção permanente no campo dos saberes, porque historicamente os povos indígenas foram sendo colocados no processo contínuo de apagamento do saber dos povos indígenas. Isso é secular. Hoje, com o advento do estudante indígena no ensino superior, é interessante, é importante construir nas universidades novas metodologias de ensino, novas formas de pensar uma ciência intercultural. Nesse ponto, é importante a presença indígena no ensino superior, e isso na graduação e na pós-graduação, porque toda a base de conhecimento acadêmico vem da Europa – ele vem não da América do Sul, não dos povos indígenas. Então, nós precisamos reverter esse pensamento, pensamento em que nós temos que referenciar o saber dos ancestrais, dos mais velhos, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

territórios, para que nós possamos fazer o diálogo dos saberes. E esse diálogo dos saberes é a construção permanente de novos valores em relação à nova geração de pessoas que nós queremos produzir para a sustentabilidade do nosso país e do planeta.

Hoje, os povos indígenas têm trazido, com seus conhecimentos, nos debates políticos, a questão da mudança climática, a questão das crises humanitárias, a questão do território, enfim, toda uma pauta hoje que atravessa a sociedade a partir da sua ancestralidade. Então, a presença indígena na universidade traz também uma contribuição fundamental para a própria ciência, para o próprio avanço de várias áreas – na área de saúde, na área de gestão territorial, na área do direito, na área de educação, enfim, várias áreas –, o que vai contribuindo e vai mexendo toda a estrutura do pensamento, inclusive esse pensamento mais anterior, tradicional no sentido de ciência, que resulta hoje no desequilíbrio do planeta, nos desequilíbrios ambientais, nas crises climáticas e regionais aqui no Brasil. Então, hoje há uma contribuição fundamental do estudante indígena nesse processo do avanço da ciência na perspectiva da sustentabilidade.

É nesse sentido que trago a minha mensagem, a partir da importância das políticas afirmativas que foram destacadas aqui na mesa, mas em que sentido isso pode resultar para o bem da sociedade. Hoje, por exemplo, nós estamos discutindo, no âmbito dos jovens indígenas, dos acadêmicos indígenas, em relação a que tipo de cidade queremos. Então, quando se encontram comunidades indígenas no contexto urbano, que tipo de aldeia nós queremos na cidade? São outros debates atuais, como a questão da diversidade. Estamos colocando outra perspectiva para a própria sociedade como um todo. Então, o Ministério dos Povos Indígenas traz, no debate com as comunidades, com os jovens indígenas, que, além de pensar uma política afirmativa estruturante, ela tem que estar permanente, mas também... Por que isso é importante? Para que a sociedade possa compreender a importância dos povos indígenas no âmbito também da ciência, do ensino superior, para levar adiante seus conhecimentos ancestrais.

Obrigado.

E entrego a palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, que falou muito da importância da diversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Achei importante você lembrar a todos nós o que eles fazem para o apagamento das nossas histórias, da história dos povos indígenas, a importância das ações afirmativas e a questão do meio ambiente também, o quanto que os povos indígenas fazem essa defesa, e com muita competência.

Nós terminamos aqui a fala dos nossos painelistas, e, pela orientação que nós temos, neste momento, eu devo ler alguns questionamentos que vieram do e-Cidadania.

Perguntas.

João, do Rio Grande do Sul... Terra de Sepé Tiaraju, é bom lembrar, que nós colocamos como herói da pátria, uma iniciativa minha aqui, no Senado, e do Marco Maia, lá na Câmara. Os dois gaúchos.

João, do Rio Grande do Sul: "Como a nova lei de assistência estudantil pode ser adaptada às realidades culturais dos povos indígenas?".

Se vocês puderem dar uma cópia para cada um dos convidados presentes... E eles podem escolher a pergunta que vão responder. O.k.?

Arthur, de Santa Catarina: "Como serão definidos valores mínimos por região, custo de vida? Haverá indexador anual?".

Luan, São Paulo: "Quais ações afirmativas serão adotadas para garantir a educação aos povos indígenas?".

Comentários.

Ana, do Rio de Janeiro: "[É preciso] mapear as necessidades dos estudantes indígenas para identificar demandas prioritárias e distribuir recursos conforme [...] custo de vista".

Elisama, do DF: "Acredito que ouvir os próprios estudantes indígenas é essencial para que as políticas não sejam apenas sobre eles, mas construídas com eles".

Continua.

Letycia, do Distrito Federal: "Quais são os dados da evasão estudantil indígena que justificam essa proposta de lei?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nícholas, do Maranhão: "A educação de povos indígenas pode de alguma forma prejudicar a preservação de suas identidades culturais?". É uma pergunta. Não é uma afirmação.

Janaína, de Minas Gerais: "Os livros de História do Brasil serão modificados para que todos tenham acesso à história original do Brasil com ênfase na cultura indígena?".

Mikeias, do Paraná: "A política será permanente ou depende de dotação orçamentária anual sujeita a cortes?".

Janary, de Tocantins: "Quais [...] políticas públicas [...] [visam] aos direitos, à educação e à integração dos povos indígenas no Brasil?".

Vocês vão receber... Tudo que eu li aqui vocês vão receber, todos os que estão na mesa.

Êmilly, do Amazonas: "Essa elaboração deve incluir consulta pública a indígenas presencialmente no plenário. Além de consultarem aqueles já formados e líderes".

Dejylla, do Ceará: "Permitir a manutenção das políticas assistencialistas para os indígenas é uma fomentação à equidade socioeducacional no nível superior".

Vicente, de Goiás: "Excelente debate, a permanência dos povos indígenas é essencial, é essencial que eles ocupem esses espaços. A iniciativa é ótima". Está cumprimentando a audiência pública e a fala de vocês.

Cristiano, do Rio de Janeiro: "Devermos muito aos povos originários. Todo apoio à cultura e educação será sempre muito bem-vindo".

E aí termina... Como cada um de vocês já está de posse de documentos que aqui li, tanto comentários como perguntas, agora vocês poderão escolher que pergunta gostariam de responder. Fiquem bem à vontade.

E, já indo nessa parte da nossa audiência pública, eu pergunto se alguém aqui da mesa já escolheu alguma pergunta que gostaria de responder. Se não escolheram ainda, fiquem à vontade que eu consigo ir enrolando aqui. (*Risos.*)

A Bianca, então.

À Bianca aqui eu já passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bianca, tu vais fazer comentários e aproveita para as tuas considerações finais.

Como são perguntas e depois você pode fazer um comentário, nós vamos dar aqui cinco minutos, mas com mais três, então vamos dar oito minutos. O.k.?

Fique à vontade, oito minutos.

A SRA. BIANCA BORGES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Brevemente, quero cumprimentar todo mundo que deixou esses questionamentos aqui, são todos muito importantes.

Eu começo pelo questionamento que foi colocado pelo Nícholas, do Maranhão, que perguntou se a educação de povos indígenas pode, de alguma forma, prejudicar a preservação de suas identidades culturais.

Eu acho que isso vai de encontro a algo que eu tentei colocar aqui, mas que o Edilson colocou de modo muito melhor, que diz respeito justamente ao ambiente acadêmico que se tem na universidade hoje – não é, Edilson? –, em que, infelizmente, muitas vezes a gente ainda tem um currículo e métodos de ensino com referências que são extremamente eurocêntricas. Eu acho que, quando nós debatemos a assistência, a gente precisa passar também desses critérios que são os mais objetivos, materiais, e pensar nesses critérios imateriais também, porque a universidade não é um território que já está dado, ela não pode ser vista como algo estático, como algo já consolidado. E, quando nós falamos de política de cotas – eu acho importante posicionar isto –, a gente não está falando... não se trata só de a universidade beneficiar as pessoas que estão ingressando. Muito pelo contrário, Senador. O senhor sabe que quem se beneficia da política de cotas é a universidade e é a sociedade de modo geral, que vão ter muito mais setores contribuindo com os seus saberes, sejam saberes originários, sejam saberes que são oriundos do fato de terem outras vivências, outra bagagem cultural e que vão contribuir com a nossa sociedade e com a própria construção do conhecimento científico e acadêmico a partir dessas vivências. Então, é importante que as universidades também estejam abertas a isso, porque se trata, na verdade, da universidade cumprindo com o seu papel.

Então, Nícholas, acho que o acesso à educação superior não deve de forma alguma prejudicar a preservação da identidade cultural, e que a universidade tem que ser inclusive uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aliada da preservação dessa identidade, desses conhecimentos, e que nós precisamos, urgentemente, ter maior abertura nas universidades para conseguir debater currículo, para conseguir estimular, seja no eixo de ensino, de pesquisa ou de extensão, também as iniciativas dos povos indígenas e relacionadas à preservação e à identidade indígena de modo geral.

Mikeias, do Paraná, colocou aqui também uma pergunta: "A política será permanente ou depende de dotação orçamentária anual sujeita a cortes?".

Essa tem sido uma grande batalha, Mikeias, que tratamos quando nós falamos da Política Nacional de Assistência Estudantil. Nós da União Nacional dos Estudantes temos defendido que a Pnaes se torne uma política de Estado, mais que um projeto de lei, mas que justamente seja blindada das intenções ou má intenções de governos de ocasião, porque permanência estudantil é um direito que não tem que depender de ser reconhecido por um governo ou outro, né? Olha os danos no processo educacional brasileiro que a gente teve nos últimos anos por causa de governos que não acreditavam na educação, não investiam na educação e principalmente não viam as diferentes realidades que existem no ambiente educacional.

Então, nós acreditamos que as políticas de permanência estudantil precisam ser permanentes, elas não podem depender de dotação orçamentária anual sujeita a cortes, e que isso é fundamental para sua plena efetivação e para o pleno cumprimento do papel do Estado em nos ofertar educação pública, gratuita e de qualidade.

Quero só concordar aqui com a Elisama, do Distrito Federal, que colocou: "Acredito que ouvir os próprios estudantes indígenas é essencial para que as políticas não sejam apenas sobre eles, mas construídas com eles". Quero colocar minha concordância aqui e inclusive agradecer, porque é justamente, Elisama, a partir de iniciativas como esta audiência pública convocada pelo Senador Paulo Paim que a gente consegue ter esses espaços de escuta. Nós tivemos também o grupo de trabalho, que o Adilson mencionou, de regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil e temos outros espaços participativos que têm possibilitado essa participação, o que, sem dúvida, é fundamental. Mas a gente reivindica também que na fiscalização dessas políticas a gente tenha também grupos que tenham representatividade da sociedade civil, dos estudantes e das estudantes indígenas, do movimento estudantil de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geral, assim como temos reivindicado essa participação no fundo gestor do Fundo Social do Pré-Sal.

Acho que são essas as considerações.

Já agradeci aqui e parabenizo mais uma vez a iniciativa do Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Bianca. Bianca é líder da UNE, Presidenta. E você disse uma frase aí que eu sou obrigado a comentar positivamente. Quando a gente fala em política de cotas, alguns dizem: "Pô, Paim, vens tu de novo com política de cotas, é só negro, é quilombola, é indígena, é deficiente, enfim. E tu achas que os brancos também não precisam?". E pior que na política de cotas está previsto para brancos pobres também, está ou não está?

Eu tenho casos em que vieram me procurar, eu até conto às vezes: um dos nomes é Luana, uma menina loira, e a mãe dela era aposentada e ganhava um salário mínimo por invalidez. O sonho era ser veterinária, e vieram me procurar – lá no Rio Grande do Sul, isso. Digo: "Mas por que ela não vai?", "Não, porque dizem que é só para negro e blá-blá-blá". Eu digo: "Não, está assegurado também para os mais vulneráveis. Como ela ganha um salário mínimo e é aposentada por invalidez, vá lá na universidade federal que ela vai entrar". Resultado: a guria está no segundo ano já e conseguiu inclusive auxílio-permanência, viu? Está no segundo ano de Veterinária. É uma alegria só.

Aqui no Senado – para não falarem que eu falei só de lá, vou falar daqui –, tem outra pessoa que vinha com o meu nome: Luana também. Lá, Luana; e aqui, Luana. Pobre, de Santa Catarina, negra, fez faculdade por política de cotas, foi a salvação da vida dela, o pai morreu muito cedo, vivia só com a mãe, ela e a outra irmã, depois fez concurso para quê? Para consultora do Senado. Consultores do Senado, àqueles que estão nos ouvindo, são *top*. Sabe o que é *top*? Salário quase igual ao salário de Senador – não é igual, mas quase. Hoje ela dá assistência para nós todos aqui no Plenário do Senado.

Então, isso mostra que a política... A frase sua que eu vou pegar, não é nem nesta sessão a que eu estou contando, é a que você diz que tem que entender que a política de cotas beneficia toda a sociedade, toda a sociedade. Todos são beneficiados, porque esses estudantes que teriam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dificuldade enorme para fazer uma universidade, por exemplo, estarão à disposição da sociedade. A forma de combater a violência no nosso país passa pela política de cotas.

Parabéns pela sua fala aí. Eu queria fazer a você um elogio, e faço aqui agora, e a todos os convidados. Eu achei muito importante a sua fala.

Vamos em frente.

Concedo a palavra ao Sr. Edilson Baniwa, Coordenador-Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas. Por favor, é com o senhor, pelos mesmos oito minutos.

O SR. EDILSON BANIWA (Para expor.) – Eu queria agradecer pelas perguntas aos parentes e parentas e destacar três pontos importantes aqui. Primeiro, com relação à fala do Nícholas, do Maranhão, que também trata da questão de a educação de povos indígenas poder, de alguma forma, prejudicar a preservação de suas identidades culturais. Eu acho muito importante essa pergunta, Nícholas, porque nós, do Ministério dos Povos Indígenas – eu estava destacando –, hoje, a gente defende dois caminhos para as políticas de ações afirmativas: um caminho que é mais o da valorização das ciências indígenas e outro que é mais o da questão, como destaquei hoje, material, de bolsa, moradia e outras coisas. Eu tenho destacado isso na minha fala e tenho observado que essa parte material tem avançado um pouco, sim, e precisa avançar mais, como já falei hoje. A gente precisa avançar.

E a minha, a nossa grande preocupação é com a questão da valorização das nossas ciências dentro das universidades. Está muito claro para a gente até agora que os nossos saberes ainda conseguiram avançar muito pouco nos saberes das universidades, seja na graduação, seja na pós-graduação. Então, à medida que a gente luta pela materialidade nossa de sobrevivência na universidade... Mas, se a gente não luta também, se também a universidade não abre espaço para reformular seus programas de graduação ou de mestrado em várias áreas, não conseguimos avançar no diálogo com as nossas ciências. As nossas ciências estão ainda pouco avançando. E, à medida que as universidades, como eu falei, não reformulam seus programas, enfim, suas ações, elas podem sim prejudicar os nossos saberes, podem prejudicar as nossas identidades. Isso é muito perigoso. Então, a gente sempre tem avançado e discutido isso, orientado para lutar pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materialidade, mas também lutar para que as nossas ciências também sejam reconhecidas, sejam valorizadas dentro dos programas de graduação e pós-graduação.

A Emilly, do Amazonas: "Essa elaboração deve incluir consulta pública a indígenas presencialmente no plenário, além de consultarem [...] [os] já formados [...]". Sim. Eu concordo também, Emilly, que todas as políticas públicas pensadas para os povos indígenas devem ser dialogadas conosco, né? Isso tem que ser óbvio. Então, acho que este momento que o Senador está trazendo para a gente é um momento muito importante, é um momento de não somente nos ouvir – nós que estamos nas instituições públicas agora como Governo –, mas também ouvir as representatividades, como o próprio Arlindo colocou aí, o parente Baré colocou ali, ouvir, sobretudo, a Upei, que trabalha no dia a dia, enfim, com as demandas. Então, é dessa forma que se constroem as políticas de ações afirmativas, o mais próximo possível, para ter menos erro, digamos assim, né?

A mesma coisa também acho que já responde à pergunta do João, do Rio Grande do Sul: "Como a nova lei de assistência estudantil pode ser adaptada às realidades culturais dos povos indígenas?". Ouvindo também e dialogando, como eu falei, a gente consegue chegar o mais próximo possível dessas leis que estão sendo construídas.

Por fim, Senador, eu queria só destacar um ponto importante que acabei esquecendo na minha fala, de um grande desafio em que a gente precisa avançar, Diretor Adilson, nessa perspectiva de como a gente pode melhorar esse acesso às bolsas, né? As bolsas estão sendo expandidas – a gente reconhece bem isso –, mas a gente verificou que ainda continua tendo muita demora para os parentes receberem essa bolsa. Tem uns parentes que chegam a um mês, dois meses, até três meses sem receber a bolsa. Isso muitas vezes acaba fazendo com que haja desistência. Então, acho que a gente precisa achar um caminho melhor, o menos burocrático possível, para a gente pode facilitar isso, né?

E há outra coisa que a gente está também dialogando com as universidades. A gente sabe também que já existem universidades que já criaram, dentro das suas próprias estruturas, uma coordenação, um departamento de política de ações afirmativas. Isso é muito louvável, isso é muito importante, tá? No entanto, outros ainda não têm esse espaço, a criação, dentro da universidade, desses espaços, né? E isso é muito importante, porque, por exemplo, aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade de Brasília, tem uma coordenação que trata das questões indígenas lá. A gente percebe que poderia ser um dos caminhos para outras universidades que têm as políticas de ações afirmativas, mas não têm uma coordenação dentro dela. Esse é um dos caminhos, porque, dentro dessa coordenação, pode haver uma grande possibilidade do que a gente chama de trazer as interculturalidades ali dentro, construídas por pessoas como antropólogos, linguistas, pedagogos, enfim, uma equipe multidisciplinar que tem uma viabilidade, uma possibilidade de fazer esse acolhimento no primeiro momento – e que não seja apenas naquele momento, mas tem que ser permanente o acompanhamento. Então, são algumas coisas que a gente também está dialogando com as universidades.

Por fim, Senador Paim, quero agradecer pelo convite e nós nos colocamos à disposição para ir construindo essas políticas de ações afirmativas para os povos indígenas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Edilson Baniwa, Coordenador-Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, que destacou, além da sua fala no primeiro momento, a importância das coordenações dentro das universidades e das ações afirmativas, porque nem todas têm, mas algumas já têm e tem dado certo, como o senhor falou, né?

O SR. EDILSON BANIWA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então fica aqui essa recomendação.

Muito bem. Vamos em frente. Agora eu passo para aquele que abriu os trabalhos. Com a palavra o Sr. Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação.

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Agradeço também aí aos colegas que mandaram as perguntas e os comentários – muitos comentários, muitas perguntas interessantes. O tempo é curto e vou tentar me concentrar em alguns, até porque os colegas de mesa aqui já passaram por alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começando aqui pelo questionamento do Luan, de São Paulo, ele pergunta: "Quais ações afirmativas serão adotadas para garantir a educação aos povos indígenas". Acho muito oportuna a pergunta, porque me dá a oportunidade de explicar.

Como o Senador... Pegando o gancho também da fala do Senador, a Lei de Cotas é uma política de ação afirmativa. Ela se aplica... E é interessante esclarecer isso. A Lei de Cotas é lei de cotas para, inicialmente, estudante de escola pública. Dentro do grupo de estudante de escola pública, que são estudantes que têm, em geral, maior vulnerabilidade, dentro desse grupo é que a gente tem subcotas: cotas para estudantes de baixíssima renda, dentro do grupo de escola pública, e daí estudantes pretos, pardos, indígenas, e recentemente, com a reforma de 2023, também para estudantes quilombolas.

E não é a única ação afirmativa também. Essa se aplica à rede federal e não necessariamente, não é obrigatória para a rede estadual nem para a municipal, e nem para o setor privado, para quem está nas instituições privadas. Mas a gente tem outros programas de promoção de democratização do acesso, como o Prouni, que é focado em estudante, de novo, de escola pública; e dentro do Prouni, a gente tem cota para preto, pardo e indígena – ainda não tem para quilombola.

Quanto ao Fies, que é o outro programa principal de democratização do acesso do Ministério da Educação, a gente não tinha até 2023 cotas dentro do Fies. Além de criar o Fies Social, em que a gente tem uma condição especial de financiamento para os estudantes do CadÚnico, a gente criou também cotas dentro do Fies. Então, hoje a gente tem os três programas com políticas de ações afirmativas. E, além disso, as instituições têm programas próprios. Então a gente tem uma rede, uma quantidade muito grande de programas que ajudam, Edilson, nesse processo de democratização do acesso.

Mas como a gente comentava, o acesso é o primeiro passo. O segundo passo, e muitíssimo importante, é a garantia da permanência. E aí entram todos os programas, que agora estão institucionalizados na Lei 14.914, que é a lei da Pnaes, de que a gente está no processo de regulamentação. E o grande desafio, além de criar, como a Bianca colocou, uma estrutura que dê sistematicidade, que dê organicidade para os programas, que é programa de assistência ao transporte, programa de assistência à moradia, programa de assistência ao acesso à biblioteca, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação, que é muito importante, além de dar essa estrutura para uma organicidade da política como um todo, é importante que isso seja, de fato, uma política de Estado.

E aí o segundo ponto, em que eu já passo para o questionamento do Mikeias, do Paraná. Ele pergunta aqui se "a política será permanente ou depende de dotação orçamentária [...]". A política é permanente porque ela está criada em lei – é uma lei, até que seja revogada, e a gente espera que nunca seja. Temos uma Política Nacional de Assistência Estudantil, mas a garantia do financiamento desses programas é o grande desafio, e o Ministro Camilo tem repetido, colocado em pauta, Bianca, a ideia de, para o financiamento das políticas educacionais, a gente não ter o constrangimento de todo ano passar por contingenciamento. Então, sobre criar uma estrutura – acho que o Ministro tem conversado aqui com o Parlamento, não sei se conversou especificamente com o Senador Paim sobre isso –, a ideia é tirar as políticas de financiamento da educação dessas discussões anuais de constrangimento por política fiscal, e a Política de Assistência Estudantil está aqui dentro.

Então, a ideia é que a gente tenha – é por isso que o Ministro Camilo tem lutado – uma situação em que a gente tenha uma garantia de que as políticas de assistência estudantil tenham um financiamento garantido. E o passo, Senador, que é um dos motes aqui da nossa discussão, da aprovação das alterações na Lei 15.169, para permitir que sejam financiadas as políticas de assistência estudantil pelo Fundo do Pré-Sal, é importantíssimo. E a gente conta aqui com o Parlamento, conta com a parceria de sempre do Senador, para que a gente tenha a garantia de que, no Orçamento, não só pela fonte do Tesouro, que é o tradicional, mas também pela fonte do fundo social, teremos financiamento adequado para as políticas de assistência estudantil.

Por fim, a pergunta aqui da Letycia, do Distrito Federal, sobre "[...] os dados da evasão estudantil indígena que [...] [justificam a proposta de lei]". Eu não tenho, eu não trouxe, Letycia, dados específicos aqui da evasão dos estudantes indígenas, mas a gente tem a evasão como um grande desafio na educação superior. Como a gente comentou aqui durante a audiência inteira, uma vez que você promove o processo de acesso, o segundo passo são as políticas de garantia da permanência. Se a gente não tiver, especialmente para esses grupos que são mais vulneráveis, políticas que garantam a permanência, a gente não atinge o objetivo que a gente quer, que é, no final das contas, como a Bianca lembrou, a graduação e, não só isso, a inserção no mercado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, para que a educação seja, de fato, esse vetor de transformação social de que a gente precisa.

Então, a gente não sabe, eu não sei especificamente no caso dos estudantes indígenas, mas o que a gente sabe, o que a gente vê, é que, quando tem política de assistência, que é o caso dos estudantes do Prouni, a permanência é muito maior e a taxa de graduação, de conclusão, é muito maior. Então, a gente não tem dúvida de que a garantia de políticas e de ações que garantam a permanência, que garantam a graduação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO – ... vai ter um efeito, que é o efeito que a gente espera, de graduação e da transformação efetiva dessas vidas.

O tempo esgotou, Senador. Quero aproveitar o restante do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dois minutos.

O SR. ADILSON SANTANA DE CARVALHO – Dois minutos.

É só para agradecer, mais uma vez aqui, ao Senador pela oportunidade de discutir e de nos colocar, dentro do MEC, dentro da Sesu, à disposição para os colegas que estão aqui e para quem está de fora também.

Este é o Governo que acredita no diálogo. A gente teve um esforço muito grande de reabertura desses espaços de diálogo, e quero dizer isto: a gente continua à disposição para que a gente construa isso juntos, para que a gente chegue no objetivo que todo mundo quer, que é ter a educação como vetor fundamental de desenvolvimento e de construção da nação que a gente quer: que seja justa, que seja inclusiva, que seja democrática e que dê oportunidade para todos.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC), que fez um resumo da abrangência das políticas afirmativas, claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente na política de cotas. Não é preciso nenhum comentário, porque você foi muito feliz. Quem tinha dúvida agora não tem mais.

Passamos a palavra agora para o Sr. Arlindo Baré, representante da União Plurinacional de Estudantes Indígenas.

O SR. ARLINDO BARÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria só reforçar as falas anteriores, mas voltar principalmente à importância da participação hoje do movimento estudantil indígena, que, como eu falei, tem feito um esforço muito grande de construir uma rede, respeitando – aquilo que o Prof. Eliel trouxe – a diversidade que existe hoje no Brasil, sendo que essa diversidade também tem um reflexo importante nas universidades, a exemplo da Unicamp, que tem 60 povos, 27 línguas. É importante, ao construir essa política, garantir que essa diversidade também seja ouvida, tenha participação direta nessa construção.

Queria agradecer mais uma vez pelo convite. Então, este espaço já se configura num espaço que o movimento estudantil tem reivindicado, que é a participação direta na construção dessas políticas e, a partir dessa participação, podermos contribuir com aquilo que a gente tem ouvido, vivenciado, presenciado, não só no dia a dia da universidade, mas também nos eventos que nós, como estudantes indígenas, temos como principal palco para discutir as demandas dos estudantes indígenas na educação superior hoje.

Então, quero só reforçar todas as falas, mas principalmente garantir que nossa presença seja efetivamente uma presença constante nestes espaços.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Arlindo Baré, representante da União Plurinacional de Estudantes Indígenas, que fortaleceu uma discussão como essa, aqui na Comissão de Direitos Humanos, para que todos saibam as oportunidades que são possíveis e as dificuldades que também ainda nós temos, mas vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com a palavra a Sra. Rosilene Cruz de Araujo, indígena da etnia tuxá, Diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (MEC), para suas considerações finais.

A SRA. ROSILENE CRUZ DE ARAUJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Paim.

Eu vou atentar para dois pontos que considero de grande relevância. Primeiro, o da Elisama, que coloca a importância de escutar os povos indígenas.

Quero dizer que o Ministério da Educação tem feito isso – tem feito muito isso. O Ministério da Educação retomou as comissões. Nós temos muitas comissões portariadas com a participação da sociedade civil. E, em especial, aqui tem uma que é uma portaria conjunta, Secadi, Sesu, com a participação dos povos indígenas – o nosso querido Arlindo faz parte de uma delas – e quilombolas, justamente para acompanhar o fluxo de informações sobre o Programa Bolsa Permanência, as atualizações, as reformulações. Tudo isso é debatido no âmbito dessa comissão, que é uma comissão portariada, que é um grupo de trabalho portariado, justamente para garantir que as informações cheguem à sociedade civil.

Então, sobre esse ponto, Elisama, eu posso dizer que nós fazemos isso muito bem, porque nós estamos justamente olhando sempre para o que orienta a Convenção 169, da OIT, sobre o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas.

O outro ponto é do Nícholas. Existia um momento em que os povos indígenas escondiam as suas formas próprias de ver o mundo, inclusive a língua, a exemplo dos fulniô, que esconderam a língua iatê por muito tempo, para que justamente essas coisas não se perdessem e se fortalecessem entre os povos. Hoje, no contexto mais contemporâneo, nós acreditamos que a escola e a universidade têm esse potencial político de valorização das identidades, das culturas e das línguas. Então, não dá mais para fugir disso. Os povos indígenas querem, sim, a inserção das nossas identidades na universidade, e a universidade precisa fortalecer esses espaços de debate, porque é o que vai dar vazão aos povos indígenas no Brasil, porque ainda há um olhar estereotipado sobre os povos indígenas no contexto mais contemporâneo. Então, a universidade e a escola têm esse potencial político de valorização das identidades, de mudança de cultura. É preciso mudar a cultura da universidade, essa cultura que foi e é ainda muito eurocêntrica. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença indígena, nessa universidade, consegue mudar essa expectativa, para que a gente possa dar maior visibilidade às nossas identidades, às nossas culturas, às nossas línguas, e fortalecer isso nesse contexto, que é o Brasil contemporâneo.

Bom, quero parabenizar mais uma vez o Senador Paim por essa iniciativa. Esses espaços são de grande relevância para as nossas discussões, para os nossos embates políticos, porque nós fortalecemos, nesses espaços, com esses espaços, com esses debates, com esses questionamentos todos que são levantados aqui, porque o órgão público e a sociedade civil precisam desse diálogo, precisam dessa relação de confiança, para que possamos qualificar, cada vez mais, as nossas entregas políticas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Rosilene Cruz de Araujo, indígena da etnia tuxá, Diretora de Políticas de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação, que fortaleceu o debate neste espaço. Dialogar é preciso e saber escutar.

Eu lancei um livro, lá em Porto Alegre, *No Coração dos Direitos Humanos*. Eu levei mil, mas aguentei desde 1h até as 7h da noite. Foram, mais ou menos, 750 livros. Um por um, mão por mão. Mas por que é que eu falei isso nesta hora? Porque ali eu tive a oportunidade de escutar cada um, porque é um livro que eu imprimo aqui no Senado... Cada um tem seu gosto de imprimir o que quiser, numa cota x, e eu, todo ano, coloco um livro. E foi muito importante o que eu ouvi, de cada abraço. Eu disse: "O preço, aqui, é um abraço, é só um abraço, só um abraço", porque muita gente queria dar beijo. Beijo no rostinho, tudo bem. (*Risos.*)

Estou descontraindo. Foi um momento muito gracioso para mim. Eu, quando estou junto com... Não, beijo homens e mulheres. Não precisam achar que eu estou querendo aparecer aqui, não. Porque o bom para mim é o contato, o abraço com as pessoas, e eles me falando um pouquinho de cada um, as suas coisas. Então, essa linha do escutar, do falar é que faz com que a gente se encontre com o nosso povo efetivamente.

E se preparem que, no ano que vem, é *Política com Alma* o nome do livro que está sendo já elaborado. Simplesmente a política com alma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Com a palavra o Sr. Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

O SR. ELIEL BENITES (Para expor.) – Obrigado pelas perguntas do pessoal que mandou para nós respondermos.

Eu quero só apontar, a partir da fala do Luan, de São Paulo, em relação a políticas afirmativas, o que também já foi bastante destacado e apontado aqui pelos demais colegas da mesa. Em relação à importância das políticas afirmativas, nós temos que, de uma forma resumida, melhorar a porta de entrada, que é o que o Adilson colocou em relação a alguns pontos de políticas afirmativas de entrada. Acho que isso é importante. Eu considero que é preciso melhorar essa porta de entrada nas universidades, pensar essas políticas afirmativas nessas frentes. Nesse sentido, é fundamental dialogar com as instituições, as universidades federais e, principalmente, com o estudante indígena. Como seria isso? Não é bom a gente padronizar, mas uma padronização a partir de diversidade, de realidade no Brasil, norte, sul, leste, oeste, os biomas, os povos, como o Arlindo colocou exemplo bem concreto ali na Unicamp.

Nós temos também que considerar bastante a experiência exitosa das universidades. No caso, temos aqui a da UnB, nós temos também, no meu caso, Mato Grosso do Sul, a da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), que tem uma faculdade indígena. É interessante destacar essas experiências exitosas que têm iniciativa da própria universidade para absorver essas experiências, dialogar com os estudantes indígenas para apontar caminhos ou diretrizes nacionais sobre a política afirmativa de entrada e pensar nessas questões também como a permanência.

E, nessa questão da permanência, é preciso considerar essa diversidade dos povos, a sua espiritualidade, o seu jeito de ser, no âmbito, no contexto da universidade. Por isso que foi colocada a questão dos problemas psicológicos. Existem casos de violência e racismo que têm chegado também ao Ministério Indígena – de denúncia sobre racismo, efetivamente a violência contra estudante indígena, ataques. Hoje, convivemos, no *campus*, muitas vezes, com extremismo também. Então, é fundamental, nessa política afirmativa da permanência, pensar toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjuntura de proteção, de promover uma proteção ao estudante indígena, pensar a qualidade de vida a partir da ótica do estudante indígena. Então, esse debate é fundamental.

E aqui, também, quero considerar a importância... A partir da fala da Janaína, de Minas Gerais, quero destacar a importância de também a gente levar saberes e culturas indígenas para a sociedade mais ampla também, porque esse desconhecimento vai endossando o racismo. Então, é quebrar esse racismo físico ali nas relações no âmbito da universidade, é preciso superar.

Mas aí tem um ponto que é importante destacar, para finalizar, em relação ao racismo epistemológico. Hoje se vê muito como o conhecimento indígena, quando adentra no contexto das universidades, vai abaixando o nível de qualidade do ensino. Então, se pensa muito porque existe um racismo epistemológico nisso, ou seja, temos que avançar numa perspectiva intercultural no diálogo dos saberes.

Então, quero destacar esses pontos para que nós possamos efetivamente construir uma universidade onde os saberes e os estudantes tanto indígenas quanto não indígenas possam transitar entre a epistemologia indígena e não indígena. Então, essa é a perspectiva que nós buscamos para que possamos construir, de fato, valores das sociedades futuras que tenham efetivamente um caráter intercultural.

Obrigado pela oportunidade de estar aqui neste momento de reflexão, de contribuição, Senador Paulo Paim, para que possamos somar, em nome do Ministério dos Povos Indígenas, nessa construção fundamental dessa política afirmativa em relação ao estudante indígena no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Eliel Benites, Diretor de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, que aqui, no final, falou algo importantíssimo, que é a superação do preconceito e do racismo, que pega negros, brancos, quilombolas, indígenas, principalmente, e outros setores também da sociedade, por n motivos. E a forma de combatermos isso é tendo atuação com políticas públicas que ajudam muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou terminar, mas sou obrigado a dizer o que eu vou dizer agora. Eu falo muito que nós aprovamos, nos últimos tempos, no mínimo, 20 leis. Eu tive a alegria de ser autor ou Relator dessa maioria, mas tenho que também dar o mérito a uma outra pessoa; senão, o Paim fica falando dele e não fala como é que foi construído isso, né? Primeiro, são leis que vieram de baixo para cima. Segundo, por que aprovamos nos últimos tempos? Porque o Presidente Lula chegou ao poder, porque antes não aprovava, não. Todas foram depois que chegaram Lula, Dilma e Lula, Lula, Lula. Então, eu quero, neste momento, dar os meus parabéns a toda a equipe do Presidente Lula, a todo o time do Presidente Lula, de que vocês fazem parte, né? Porque, quando há uma lei polêmica, eles vêm para cá. Vêm ou não vêm? Eles estão aqui, participam, discutem, a gente vai para o Plenário junto. E aí vamos aprovando, né? Quando os ministros podem, eles vêm também. Mas quem vai sancionar lá no final e incentivar...

Eu me lembro de um deles, que é o Estatuto do Idoso, mas são mais de 20 leis. Olhem o que eu estou dizendo. Eu recebi um telefonema em casa de uma assessora do Presidente. Ela disse: "Senador, tu atendes o Presidente Lula?". Como eu diria, eu quase ri, né? Eu disse: "Como atende? Claro, passa o homem aí que eu vou atender na hora". Ele disse: "Como é que está o Estatuto do Idoso, Paim?". Eu disse: "Não, está bem, mas precisa de um reforço". "Então, deixa comigo, vamos botar todo o meu time em campo, os ministérios, e vamos aprovar." Dito e feito, em um mês, o Estatuto do Idoso estava aprovado.

Então, vida longa a todos aqueles que defendem a nossa gente, o nosso povo! Juntos estamos chegando. Vida longa à democracia! Queira Deus que a gente avance cada vez mais para podermos dizer, lá na frente, que não são 20 leis no combate ao racismo e ao preconceito, nos últimos tempos, mas são 30, são 40, são 50, tantas quantas o nosso povo assim entender que é chegada a hora. E aqui estamos falando dos povos indígenas, que são os grandes defensores da vida, permitam que eu diga isso, lembrando a questão do meio ambiente. E também vamos interagir com todos os setores da sociedade, com a capacidade histórica que vocês têm.

Encerramos aqui a nossa audiência pública.

Parabéns para todos! Cumprido o objetivo. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Flávio Arns, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim, Tereza Cristina, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 6/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros. Finalidade: Debater sobre: "O Diagnóstico e o tratamento da Síndrome do Nariz Vazio". Participantes: Dário Antunes, Chefe do Serviço de Rinoplastia do Departamento de Otorrinolaringologia da Santa Casa de Belo Horizonte - Hospital Madre Teresa; Emmanuelle Mariz de Almeida, Administradora – Paciente com a Síndrome do Nariz Vazio; Fernanda Scalisse, Paciente com a Síndrome do Nariz Vazio; Andrea de Camargo Van Caspel, Diretora de Arte - Paciente com a Síndrome do Nariz Vazio; Janaína de Andréa Dernowsek, Cofundadora e CEO da startup Quantis, focada no desenvolvimento de bioprocessos e bioprodutos de alta performance utilizando bioimpressão de tecidos e engenharia genética; José Eduardo Lutaif Dolci, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM; Marcio Nakanishi, Médico Otorrinolaringologista - representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial - ABORL-CCF; Sra. Renata Faria, Coordenadora-Substituta de Atenção Especializada do Ministério da Saúde (representante de: Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde); e Marilene Garbulha, Paciente com a Síndrome do Nariz Vazio. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos. Estou muito honrada com esta audiência pública.

Bom, declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 6, de 2025, da CDH, de minha autoria, aprovado nesta Comissão para debater o diagnóstico e o tratamento da síndrome do nariz vazio.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania e, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no Portal do e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de apresentar as convidadas e os nossos convidados, eu vou fazer minha autodescrição, para que todas as pessoas que nos assistem possam ter acesso a mim: eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos-claros, na altura dos ombros, tenho olhos verdes, estou vestindo um vestido de cor azul, numa sala iluminada, com quadros.

Agradecemos a presença de todas as nossas convidadas e convidados.

Eu quero fazer um agradecimento, já especial, à Emmanuelle Mariz de Almeida, que foi a nossa mola propulsora para fazer esta audiência pública e nos trouxe, com tanta seriedade, uma questão que é preciso discutir.

Primeiro, eu quero chamar a Renata Faria, que é Coordenadora Substituta de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Renata Faria... Já passo a palavra? (*Pausa.*)

Outro convidado é o Dário Antunes, que é Chefe do Serviço de Rinoplastia do Departamento de Otorrinolaringologia da Santa Casa de Belo Horizonte, Hospital Madre Teresa; a Emamnuelle, que eu mencionei, Emmanuelle Mariz de Almeida, que é administradora e é paciente com a síndrome do nariz vazio; a Fernanda Scalisse, que também é paciente com a síndrome do nariz vazio; a Andrea de Camargo Van Caspel, que é Diretora de Arte, também paciente com a síndrome do nariz vazio; a Marilene Garbulha, que é paciente, também, com a síndrome do nariz vazio; a Janaína de Andréa Dernowsek, Cofundadora e CEO da *startup* Quantis – eu não pronunciei o seu sobrenome certo: Dernowsek –, focada no desenvolvimento de bioprocessos e bioprodutos de alta performance, utilizando a bioimpressão de tecidos e engenharia genética; o José Eduardo Lutaif Dolci, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM); e o Marcio Nakanishi, Médico Otorrinolaringologista, representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgião Cervicofacial da Aborl-CCF, que convido a compor a mesa.

Obrigada pela presença de vocês, mais uma vez.

Hoje nós estamos aqui nesta audiência para discutir o acesso ao diagnóstico, as possibilidades de tratamento, os direitos das pessoas que têm uma síndrome rara: a síndrome do nariz vazio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu gabinete foi muito procurado e recebemos, com muita sensibilidade e preocupação, as pessoas que sofrem com essa síndrome, que é bastante debilitante. Ela envolve dificuldade extrema de respirar, dores, sensação de sufocamento, além de outros sintomas que trazem grande sofrimento mental e disfunção no sono dos pacientes. Afinal, a respiração é essencial para uma boa qualidade de vida e para uma boa noite, uma noite bem dormida.

Por ser uma condição rara, a síndrome do nariz vazio – síndrome ainda pouco debatida – não tem consenso entre médicos e especialistas. Ela não tem um código listado na Classificação Internacional de Doenças (CID) descrevendo essa condição. Por isso, o nosso objetivo aqui hoje, para ajudar a ampliar este debate, é poder dar voz às pessoas com a síndrome.

Chamamos o Ministério da Saúde e os médicos especialistas de diferentes organizações para colocar luz na existência dessa síndrome, nas consequências da perda do tecido intranasal e do impacto de cirurgias para ressecção de estruturas nasais. Claro, o mais importante, a gente quer buscar soluções e avanços para o diagnóstico e a reconstrução do tecido nasal perdido, o tratamento dessa condição rara, para ajudar a melhorar o sono e a qualidade de vida de muitas pessoas. Além disso, também é muito importante a gente saber como essas brasileiras e brasileiros com a síndrome do nariz vazio podem se beneficiar do cuidado integral e da atenção multiprofissional prevista na Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, da Portaria 199, de 2014, do Ministério da Saúde.

Eu costumo dizer que a inclusão das pessoas com doenças raras na sociedade só acontecerá se agirmos concomitantemente em todos os setores, porque é preciso sinergia de ações entre todas as áreas, com a educação, com o trabalho digno, com o transporte, com o lazer, com o esporte, com a cultura, com a redução da pobreza, entre outras tantas coisas, mas a saúde é sempre o primeiro passo. Sem saúde ninguém pode sair de casa e exercer cidadania, e sem saúde a gente não consegue enfrentar os diversos obstáculos que ainda existem nas cidades, como a falta de acessibilidade, como o preconceito, como o desconhecimento de muita coisa. Tudo isso requer a soma de esforços, já que são mais de 5 mil doenças raras existentes, e não podemos mais deixar ninguém para trás. Precisamos de uma rede, uma rede de atenção especializada que esteja presente em todas as regiões do país e a ampliação das políticas de prevenção e de diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, muito obrigada pela presença de todos e de todas. Vamos ouvir os nossos convidados para debatermos as necessidades de mais apoio para as pessoas com a síndrome do nariz vazio.

Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes, eu comunico que, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos e, se precisar e tiver um chorinho, a gente dá uma aumentadinha.

Eu quero passar primeiro a palavra para o Dr. Dário Antunes, que é Chefe do Serviço de Rinoplastia do Departamento de Otorrinolaringologia da Santa Casa de Belo Horizonte, Hospital Madre Teresa. Confirmada a presença por videoconferência.

Dr. Dário, o senhor está com a palavra.

Não é "dario"?

O SR. DÁRIO ANTUNES (*Por videoconferência.*) – Dário.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada.

O SR. DÁRIO ANTUNES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Só... (*Pausa.*)

Eu gostaria de agradecer a todos os presentes pela oportunidade.

Eu sou médico otorrinolaringologista e convivo com pacientes com síndrome do nariz vazio um pouco mais do que os outros médicos e os outros otorrinos. Realmente é uma doença pouco esclarecida, e a medicina ainda sabe muito pouco sobre isso, mas eu queria aqui esclarecer, de uma maneira bem simples, para a gente entender o que está acontecendo. Realmente, esta reunião é um grito de desespero de pessoas que adoecem em silêncio, há muitos anos. Eu realmente tenho uma responsabilidade muito grande para esclarecer isso, porque venho estudando isso há muitos anos e convivendo com esses pacientes, e alguns até chegam a desistir da vida.

O que acontece, de uma maneira técnica, bem simples para explicar, é como se você tivesse uma dor no pé e você procurasse um ortopedista, e ele achasse uma solução brilhante para sua dor no pé: amputar o seu pé. De uma maneira assim, numa comparação grotesca, é como se ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensasse que, tirando o pé, a sua dor desapareceria. E você, nesse caso, sairia do hospital sem o pé, e todos iam vê-lo sem o pé, iam vê-lo mancando, e pior: com muito mais dores e muito mais limitações na sua vida. Você não conseguiria mais andar, não poderia mais viver sem aquele pé. A sua família iria compartilhar com você. Você agora é um deficiente, você é um aleijado, você não tem mais o seu pé. E você teria pelo menos um acolhimento, um reconhecimento. Todos veriam: "Olha, lá vem, deixa, dá um espaço para ele subir no ônibus, na fila. Ele não tem o pé, ele não tem a perna".

Agora, você imagine uma pessoa que procura um médico otorrino dizendo que não respira e sofre uma mutilação, porque lhe é removido o corneto, que é uma estrutura extremamente nobre, tão nobre que, há milhões de anos, o homem vem usando esses cornetos, e foi Deus quem os criou. E a gente não pode questionar um órgão que é uma criação de Deus. Assim como o seu pé, seus dedos, seus olhos, o corneto é uma obra divina. E há uma verdadeira banalização, e eu diria até um pouco de ignorância, não sei, a gente precisa conversar mais sobre isso, porque o otorrino acha que, simplesmente tirando o corneto da frente, está criando um espaço livre para que o ar possa entrar.

Então, eu vou tentar passar aqui uma imagem do corneto. Essa aqui é uma visão lateral do nariz. Esse aqui é o corneto médio, esse é o corneto inferior. O corneto médio é uma estrutura fixa; o corneto inferior é uma estrutura esponjosa, que aumenta e diminui de tamanho controlando a entrada do ar.

Quando o otorrino olha o nariz, a primeira coisa que ele vê, além do septo, que é uma discussão à parte, que absolutamente, praticamente nada tem a ver com a obstrução nasal, simplesmente causa uma assimetria... Se tem um desvio para a direita, ele respira menos pela direita, mas ele respira na mesma proporção, do que ele não respira à direita, à esquerda. Então, o mais importante, o órgão mais fundamental é esse corneto inferior. Essa estrutura é fantástica, porque ela aumenta e diminui conforme a sua necessidade.

O que há de mais interessante ainda, mais interessante na otorrinolaringologia – e quase que um descaso da ciência em relação ao nariz –, é que a gente não consegue medir e saber o tanto que cada um respira. Não há ainda, hoje, no mundo, apesar de várias pesquisas – como quando você chega com um braço quebrado e o ortopedista olha e fala: "Você quebrou o braço;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você tem um desalinhamento de tantos graus; você tem diabetes; você tem glicemia...". O nariz não tem esse diagnóstico objetivo. Você tem que conversar, ouvir as histórias e saber: "O que está acontecendo? Ele diz que não respira". Mas, aí, a gente entra numa outra questão muito atual desse mundo moderno: é que todo mundo vive ansioso, todo mundo com medo do mundo, das guerras, da hiperconectividade, das doenças que você lê na internet. Essa ansiedade e essa angústia que fazem parte do nosso dia a dia, desse mundo moderno, que nós criamos com tanta correria, com tanto trabalho, como a Senadora disse, falta de lazer, de atividade, de um conjunto de condições para que você seja saudável.

O nariz é uma das primeiras manifestações da angústia. Por quê? De uma maneira simples, é fácil de entender. Desde que o homem surgiu na Terra, diante de um problema, dentro de um perigo, ele tinha duas opções: ou ele lutava, ou ele corria. Não tinha alternativa. Para que ele possa correr para fugir ou para que possa lutar, ele precisa oxigenar bem os músculos, precisa oxigenar bem o sangue. Para isso, ele hiperventila, aumenta a sua respiração – e de uma forma inconsciente, ele não percebe isso. Mas isso acontece, porque senão o homem não teria sobrevivido, como nenhuma espécie.

Então, essa sensação, hoje, de angústia se equipara a uma sensação de perigo que o homem sempre teve na sua evolução, só que você não necessita lutar. Por exemplo, você está dentro de um avião, você tem medo do avião, você está numa situação de perigo; você não tem como lutar contra o avião, você não tem como correr desse avião, você está sentadinho na sua cadeira, mas pelo que sobrou de resquício evolutivo é que você hiperventila. Seu cérebro não sabe que você está no avião. Seu cérebro é o mesmo de milhões de anos atrás, então ele hiperventila.

E com isso – todo mundo conhece –, a aeromoça vê uma pessoa hiperventilando, apavorada, vem com um saquinho e coloca na boca dela, para que ela possa reinalar o gás carbônico. Por quê? Porque, se ela expirar mais gás carbônico do que ela produz, ela vai causar uma alcalose – é o contrário de uma acidose no sangue. E isso causa uma série de sintomas: formigamento, sensação de infarto, sensação de desmaio. E a aeromoça não sabe de nada disso, mas ela vem com aquele saquinho, a pessoa reinala o próprio gás carbônico que ela está exalando. E, com isso, ela salva a pessoa de todas essas sensações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, ali é uma situação isolada. Agora você imagine no dia a dia: o medo dos boletos, o medo da política, o medo das guerras, o medo do vizinho, o medo do trânsito, o medo da vida – que é um medo que nos acompanha todos os dias, a partir do momento em que você acorda, até a hora em que você dorme. E isso vem se demonstrando como doença pela Organização Mundial da Saúde como a maior doença do século, que é a depressão, além de todas as outras doenças que vêm carreadas, junto com essa sensação de tristeza, de angústia, que carrega o ser humano nesse mundo tão bonito, tão colorido, em que todo mundo deveria estar feliz, porque todo mundo tem conforto, mas a conta chega. E, no caso do nariz, você imagina que essa pessoa que está com essa angústia, que está com essa dificuldade de respirar e que não tem esse diagnóstico, vai a um otorrino, ele olha o corneto e fala: "Você não respira, essa coisa aqui está na sua frente. Eu vou ressecar essa estrutura, o corneto inferior".

Esse é um vídeo...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. DÁRIO ANTUNES (*Por videoconferência.*) – ... que está ensinando, no mundo inteiro, a realizar essa cirurgia como a coisa mais normal do mundo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. DÁRIO ANTUNES (*Por videoconferência.*) – É isso que a gente não pode mais transformar, a partir desta reunião, que isso seja uma coisa normal, que seja ensinada nas residências.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. DÁRIO ANTUNES (*Por videoconferência.*) – Como o Dr. Eduardo Dolci, que eu tanto admiro, mas que nem sabe, nem tem ouvido falar desses pacientes.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. DÁRIO ANTUNES (*Por videoconferência.*) – Olha a ressecção que ele fez nesse corneto, de uma forma heroica, brilhante, olha o espaço vazio que ele criou para esse ar entrar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO ANTUNES (*Por videoconferência*.) – Isso é uma questão física extremamente simples. Se você abre demais o nariz, você perdeu o seu nariz. O ar que entra pelo nariz não é para você respirar, é para filtrar, é para aquecer, é para umidificar. Se você tira essas estruturas, você tira a resistência.

É como você que está servindo o seu chope numa festa, você coloca um acelerador porque a fila do caneco do chope está muito grande, então, de uma maneira muito genial, você acelera esse chope para passar pela serpentina, para que encha os canecos. Só que a reclamação agora é a seguinte: o chope está quente. Aguardar na fila todo mundo esquece, mas um chope quente ninguém esquece. É o que acontece quando você abre um espaço e você quebra uma equação física milenar, o ar passando lentamente e que você possa trocar calor.

Então, esse – aproveitando esses últimos segundos – é um grito de desespero para, por favor, os presidentes da associação e do Ministério da Saúde, que a gente possa reconsiderar essa cirurgia nas residências, nos hospitais públicos, nos hospitais privados, em que mais de 100 mil cirurgias são feitas no Brasil. É a cirurgia funcional mais realizada em nosso país.

Então, essas pessoas estão em silêncio, sem diagnóstico. Os médicos que examinam essas pessoas olham um espaço grande para respirar e começam a pensar: "Essa pessoa não bate bem da cabeça". E começam a encaminhar ao psiquiatra, e o psiquiatra começa a dar remédio. Aí você começa um ciclo vicioso que piora a vida, não dessas pessoas, mas da família. Aqui temos relatos de pessoas que são mães, querendo desistir da vida.

Esse é o meu dia a dia e esse sofrimento eu compartilho com vocês a partir de hoje.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito, muito obrigada por essa explicação e muito obrigada pela participação, uma explicação técnica que a gente não tinha, muito obrigada mesmo! Continue aí conosco!

Com a palavra, agora, a Sra. Emmanuelle Mariz de Almeida, administradora e paciente da síndrome do nariz vazio, que vai entrar por videoconferência e é uma das responsáveis por esta audiência estar acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EMMANUELLE MARIZ DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos e todas.

Primeiramente, eu cumprimento a Presidente da mesa desta audiência, Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli, as demais autoridades e representantes da saúde aqui presentes, e minhas amigas de luta pela causa da síndrome do nariz vazio.

Vocês estão conseguindo me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

A SRA. EMMANUELLE MARIZ DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – O.k.

Meu nome é Emmanuelle Almeida, sou casada, mãe de dois filhos, nascida e residente na cidade de João Pessoa, administradora e portadora da SNV, após cirurgia de turbinectomia parcial bilateral, realizada em 3 de novembro de 2020. Ontem fez cinco anos dessa tragédia na minha vida e na vida da minha família.

Eu estava grávida de cinco meses, com uma rinite gestacional muito severa, causada pelos hormônios da gravidez, o que dificultava bastante minha respiração. Não podia usar descongestionantes, pois aumentavam a pressão arterial, e minha gestação tinha risco para pré-eclâmpsia, com picos de pressão alta e estreitamento das artérias placentárias, que forneciam os nutrientes ao bebê. Buscando alívio para respirar melhor, procurei um otorrino. Após um medicamento sem efeito, ele sugeriu uma cauterização para murchar apenas um pouco os cornetos nasais, garantindo que o procedimento era seguro, mesmo na gravidez, apenas com anestesia local e sedação, e que a recuperação seria rápida.

Inicialmente, hesitei, mas depois decidi realizar, pois não podia continuar com os descongestionantes devido ao risco de pré-eclâmpsia. Mas o que era para ser um alívio virou um pesadelo. Grande parte dos meus cornetos foi cauterizada e perdida. Após a cirurgia, tive infecções, tomei antibióticos e precisei de corticoide injetável para amadurecer os pulmões do meu filho, pois tive contrações antes do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ele nasceu, eu só chorava de dor. Mal pude cuidar dele e precisei da ajuda de cuidadores. Tudo isso em plena pandemia. Além disso, descobri, pelo meu prontuário médico, que recebi anestesia geral com intubação, e não anestesia local com sedação, conforme combinado, sem meu consentimento e sem nenhum exame prévio de risco cirúrgico, mesmo sendo gestante de alto risco. Jamais teria aceitado passar por esse procedimento nessas condições. Após inúmeras consultas sem sucesso, obtive o diagnóstico correto, confirmado também pelo Dr. Dário Antunes, presente nesta audiência.

Desde a turbinectomia, perdi a capacidade de trabalhar, estudar e realizar muitas atividades da rotina. Não consigo cuidar dos meus filhos como gostaria, e já perdi eventos importantes na escola. Não aguento estar em ambientes com ar-condicionado ou ventilador, da mesma forma não aguento o calor. Dormir tornou-se um desafio devido à falha respiratória. Sofro por não conseguir acompanhar meu caçula em momentos simples, como um passeio ao *shopping*. Ele só tem quatro anos e não teve o direito de conhecer a mãe sem a síndrome. Sinto dores intensas apenas por respirar, e os medicamentos neuropáticos não têm ajudado, pois ressecam ainda mais a mucosa, devido ao efeito anticolinérgico.

Não temos rede de apoio. Meu marido precisou de autorização para realizar teletrabalho, para ter condições de nos dar suporte em casa. Não só eu, como meu marido e meus filhos nos tornamos reféns desse problema devastador.

Sabemos que a condição *sine qua non* para a vida humana é a respiração. O fôlego da vida nos torna capazes de existir, viver e realizar. Ainda que pouco conhecidos, os cornetos nasais são a proteção mais importante para a respiração, pois umedecem, aquecem e filtram o ar, regulando sua velocidade, quantidade e pressão. Além disso, mantêm a umidade da mucosa nasal e da face, protegendo-as contra ressecamento e agentes nocivos à saúde. Segundo Eugene Kern, otorrinolaringologista e pesquisador americano que identificou a síndrome na década de 90 e escreveu um livro sobre o assunto, os cornetos não são apenas simples estruturas nasais, são órgãos sensoriais, essenciais à vida, pois conectam ambiente, respiração e cérebro, por meio de uma rede neurológica complexa e delicada de transmissões de sensações e trocas cerebrais, existentes no tecido epitelial. Eles detectam perigos como calor, frio e fumaça, regulando a proteção à respiração e informando ao cérebro que o corpo está respirando e enviando o oxigênio necessário ao organismo. A remoção ou redução radical dos cornetos causa perda da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua função, levando à ruptura da respiração natural e ao colapso sistêmico do corpo e da mente, transformando a vida em mera sobrevivência. O processo respiratório torna-se forçado e doloroso – e eu não desejo essa experiência a ninguém.

Os sintomas mais comuns da SNV são: entrada de fluxo de ar excessivo na cavidade nasal, devido à ausência parcial ou total dos cornetos; paradoxalmente, dificuldade de respirar, pois, mesmo com a grande passagem de ar, não há mais a umidade e a pressão adequada dos cornetos para impulsionar o ar com velocidade até os pulmões; cérebro em constante estado de alerta, pela falta da comunicação neurossensorial na respiração; ressecamento extremo da mucosa nasal e da face devido à insuficiência de produção de muco pelos cornetos lesionados; hipersensibilidade ao frio, ao vento e ao calor; dores neuropáticas; dificuldade extrema para dormir; comprometimento da capacidade laboral; depressão, ansiedade, pânico e, em alguns casos, suicídio.

Reconhecemos que há médicos empenhados em nos ajudar e deixamos aqui o nosso agradecimento público a esses, na pessoa do Dr. Dário Antunes, o único otorrinolaringologista que conhecemos no Brasil que estuda a SNV detalhadamente e que nos acolheu de forma tão humana e competente. Não podemos ignorar algumas condutas questionáveis e malconduzidas, até desnecessárias, de certos profissionais, condutas pelas quais pacientes estão pagando um preço alto demais.

Atualmente, não existe cura ou tratamento para a SNV capaz de restaurar a funcionalidade dos cornetos danificados. Existem apenas cirurgias experimentais com enxertos, que buscam reduzir o fluxo excessivo de ar nas narinas, mas com resultados limitados e imprevisíveis.

Hoje, somos centenas, talvez milhares de vítimas no Brasil, e isso precisa ser colocado sob a luz da medicina, sim. Não somos números, índices ou cifras; somos vidas, famílias, empregos, futuros que foram completamente destruídos.

Respirar dói, existir dói. Trata-se de um grave problema de saúde pública, não apenas uma questão psicológica, como insistem alguns profissionais, embora essa condição traga, sim, como consequência, danos psicológicos, provenientes do sofrimento contínuo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos morrendo esquecidos, sem assistência nem dignidade, um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, conforme art. 1º, inciso III, que assegura a todo ser humano saúde, educação, trabalho, liberdade e condições mínimas para uma vida digna.

Sendo assim, nossa luta é por criação de políticas públicas de apoio e assistência ao portador da SNV, do nosso reconhecimento como pessoa com deficiência, visto que nossa autonomia foi profundamente afetada pela síndrome, e por investimentos em pesquisas e tratamentos eficazes, como a bioimpressão 3D, utilização de biomateriais, como matriz extracelular e polilaminina, entre outros tratamentos.

Temos esperança de que Dra. Janaína Dernowsek, também presente nesta audiência, possa nos ajudar nesse sentido, unindo o seu conhecimento na aplicação desses biomateriais tão promissores com a experiência de Dr. Dário e outros profissionais. O Brasil pode estar na vanguarda desse tratamento, se houver realmente interesse e investimentos.

Ficam aqui nosso apelo e grito de socorro. Sabemos que os senhores podem nos ajudar. Não permitam que essa demanda grave morra após a audiência.

Eu tenho pressa. Preciso criar os meus filhos. (*Manifestação de emoção.*)

Perdão.

Agradeço especialmente à Senadora Mara Gabrilli por nos dar a oportunidade de trazer a público uma questão tão urgente, de forma tão sensível. Agradeço ao meu querido amigo Patrick Dorneles o apoio. Agradeço aos meus amigos da SNV e aos demais presentes nesta audiência.

Francisco, João Pedro e Miguel, essa luta também é por vocês. Obrigada por me sustentarem com tanto amor. Sem vocês, eu não teria forças para continuar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Emmanuelle, obrigada a você pelo seu depoimento, pela sua coragem, por ter nos procurado. Então, vamos nos dedicar com muito afinco para melhorar essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o nosso próximo convidado, emocionada aqui com a Emmanuelle, eu quero compartilhar algumas das perguntas que a gente vem recebendo pelo e-Cidadania.

Vicente, de Goiás, pergunta: "Pretendem criar um dia de consciência sobre [a síndrome]? [Ou realizar] palestras? [Promover o] acesso a medicamentos?".

O Arthur, de Santa Catarina, pergunta: "Quais indicadores-chave serão acompanhados: tempo até diagnóstico, satisfação do paciente, qualidade de vida, necessidade de reintervenção?".

E a Júlia, de São Paulo, pergunta: "Quais medidas podem ser adotadas para capacitar profissionais de saúde no diagnóstico precoce da síndrome do nariz vazio?".

São perguntas maravilhosas, muito obrigada.

E todos que tiverem vontade de responder podem se manifestar.

Eu quero passar a palavra agora para a Sra. Fernanda Scalisse, que também é paciente que tem a síndrome do nariz vazio, também por videoconferência.

A palavra está com você, Fernanda.

A SRA. FERNANDA SCALISSE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer à Senadora e a todos os integrantes da Comissão por terem nos dado voz aqui.

Eu vou me apresentar: meu nome é Fernanda do Vale Scalisse, eu tenho 42 anos, sou casada e tenho dois filhos. Eu sou farmacêutica hospitalar e moro em Brasília. Eu vou fazer um breve relato de como eu adquiri a síndrome.

Aproximadamente há dois anos. eu decidi realizar uma cirurgia de rinoplastia, mas a minha questão era apenas estética, eu não tinha nenhuma queixa funcional, eu respirava normalmente. A técnica que foi utilizada na minha cirurgia incluía a turbinectomia. Pois bem. Durante a recuperação, a minha respiração continuava muito ruim, mas sempre foi me dito que fazia parte do processo de recuperação e era considerado normal. Quando fui retirar o curativo, que é um tampão, caiu um pedaço grande do órgão, acredito que seja o corneto, a enfermeira que estava conduzindo a lavagem junto com o médico se assustou com aquilo, mas o médico garantiu que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era normal. O profissional informou apenas que se tratava de um corneto necrosado e que era normal. Durante todo esse tempo, percebi que não estava evoluindo como os demais pacientes, o que me causava um desconforto. Quando completei três meses de cirurgia, tive uma obstrução completa, uma sensação de sufocamento. Não conseguia mais sentir o ar entrando na cavidade nasal e comecei a respirar apenas pela boca, digo, a sensação do ar era de que ele entrava apenas pela boca. Percebi uma redução no olfato de cerca de 80% também. Procurei o cirurgião, e ele disse que eu estava com problemas psicológicos e que precisava tratar da cabeça para melhorar. Eu me senti invalidada, desacreditada da situação que estava vivendo. Busquei outros profissionais, e foi dito por alguns que isso simplesmente não existia.

Diante disso, entrei num processo de só querer dormir, pois a sensação de estar acordada e sentir o sufocamento, a asfixia constante, era um pesadelo. Quando me dei por conta, já estava vivendo um processo de depressão. Minha família começou a ficar preocupada, eu estava desenvolvendo uma depressão profunda. Eu me senti sozinha e comecei a ter pensamentos de que havia me tornado um peso para todos. Cogitei, então, tirar a minha vida para acabar com o meu sofrimento e o dos demais. Meu marido entrou em contato com o cirurgião, relatou o que estava acontecendo, e ele orientou novamente que eu estava com problemas psicológicos e precisava me tratar para melhorar. Foi nesse momento que a minha família cogitou a ideia de me internar num hospital psiquiátrico.

Depois de compreender a injustiça que eu ia viver, percebi que teria que ser forte para enfrentar tudo sozinha.

Indicaram-me uma psicóloga. Fiquei relutante, pois não havia problema psicológico algum. A minha queixa era funcional, tanto que começou a desencadear desdobramentos de depressão, ansiedade e pensamentos constantes de morte. Felizmente, essa profissional me incentivou a buscar uma segunda opinião.

Finalmente, consegui encontrar médicos como o Dr. Dário, que está aqui presente, que acreditavam na existência da síndrome de forma fisiológica e no seu impacto. Eles se sensibilizaram com o meu caso. Ao visualizarem meus exames de tomografia e ressonância, foram categóricos: eu havia perdido os dois cornetos inferiores, e era praticamente irreversível, pois não existe reconstrução do corneto. Existem cirurgias que podem até melhorar, sem nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia de sucesso, mas nunca restaurar o que somos como antes, ou seja, era de fato uma amputação.

Comecei a buscar informações sobre essa condição e me deparei com a ausência de reconhecimento da síndrome ou doença, tratamentos paliativos, psicológicos... Nem ao menos havia profissionais interessados no tema, eram pouquíssimos. Graças às redes sociais, encontrei pessoas acometidas também e descobri que existem pessoas no mundo todo que sofrem com essa síndrome. Em alguns países, já se estudam e realizam tratamentos mais eficazes.

Solicitamos, portanto, à Comissão políticas públicas para tratamento, acolhimento dos pacientes e sensibilização dos profissionais envolvidos. Acredito que nós portadores da síndrome do nariz vazio nos enquadramos em portadores de deficiência oculta. Solicitamos apoio, inclusão e garantia de direitos constitucionais.

Pela primeira vez, o termo "síndrome do nariz vazio" foi introduzido na prática médica por Kern e Stenkvist em 1994 para descrever o espaço vazio no lugar da concha inferior e média na tomografia computadorizada parcial ou total. A gravidade dos sintomas não depende estritamente do volume do tecido ressecado. A frequência da síndrome do nariz vazio não é conhecida exatamente. Vários estudos relataram uma taxa de ocorrência de cerca de 8% a 22% em pacientes que foram submetidos à ressecção da concha. Fonte: PubMed.

Portanto, prezados, é uma doença rara? Síndrome rara? Precisamos da informação da associação sobre a quantidade de turbinectomias realizadas por ano para aplicarmos o índice de pelo menos 8% como complicações de síndrome do nariz vazio.

Porém, ainda assim, somos pacientes crônicos e precisamos ser reconhecidos como pessoas com deficiência.

Outra questão: a doença é subdiagnosticada? Alguns profissionais afirmam se tratar apenas de ansiedade e encaminham o paciente ao psiquiatra, que os medica. Porém, os sintomas permanecem, pois a doença real não foi diagnosticada, evoluindo para agravamentos.

A doença afeta igualmente homens e mulheres, com alguns casos em crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A síndrome do nariz vazio já é reconhecida em vários países. Na Itália, existe uma pesquisa em fase inicial, na Universidade de Modena, para a produção de cornetos *in vitro*. Nos Estados Unidos, a faculdade de Stanford tem pesquisas avançadas sobre o quanto a dinâmica do fluxo de ar alterado impacta a vida dos portadores da síndrome do nariz vazio. Na Coreia do Sul, temos diversos estudos sobre os riscos da síndrome do nariz vazio e riscos de suicídio. Pesquisas com células-tronco são realizadas em diversos países da Europa.

No Brasil, a síndrome sequer é reconhecida, e muitos profissionais ainda insistem em se tratar de uma condição meramente psicológica.

Sem mais.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Fernanda, muito, muito obrigada pelo seu depoimento, pelo seu esclarecimento, pela sua coragem de trazer tudo isso que você passou para a gente. Muito obrigada.

Eu queria cumprimentar a nossa Presidente, a Senadora Damares Alves, e passar a palavra para ela, para trazer a boa energia e o bom-dia dela.

Oi, minha amiga Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Oi, Mara, minha Presidente.

Bom dia, bom dia.

Mara, é impressionante como este assunto chamou a atenção do Brasil.

Eu estava vendo agora o depoimento da Fernanda. Aí, Fernanda, quero cumprimentá-la pela forma serena com que você trouxe o seu relato e pela forma como você explicou. Eu fiquei aqui, Fernanda, imaginando quantas pessoas se identificaram com a sua fala hoje. Obrigada, Fernanda, por compartilhar.

Mara, que assunto necessário e importante nós estamos discutindo aqui na Comissão. Enquanto tem tanta gente brigando aqui hoje nesta Casa, você vem, Mara – com essa iniciativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com essa serenidade –, provocar um debate em que esta Comissão vai ter que se debruçar sobre ele, Mara. Acho que vamos ter que fazer encaminhamentos. Eu comecei a ficar muito preocupada.

Quero agradecer a presença do Dr. Marcio que está aqui presencialmente e de todos os que estão de forma *online*.

Acredite, Mara, é uma audiência muito boa. As pessoas estão interagindo com esta audiência pública, o que mostra o interesse da sociedade; o que mostra aquela nossa angústia: por que não falamos disso antes? Mas este é o momento. E a gente vai dar prioridade a esse assunto, Mara, porque eu estou muito incomodada com o que eu estou ouvindo.

Parabéns, minha Presidente! Mais uma vez, você está provocando o Congresso Nacional para um tema tão importante e necessário. Parabéns, Senadora Mara!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares. Obrigada por estar sempre atenta e por esse afinco para a gente lutar para melhorar a vida das pessoas. Eu não podia ter tido parceira melhor nesta causa. Muito obrigada.

Eu quero passar a palavra para a Sra. Marilene Garbulha, que é uma paciente também com a síndrome do nariz vazio, por videoconferência.

A SRA. MARILENE GARBULHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Oi, Andrea, bom dia.

A SRA. MARILENE GARBULHA (*Por videoconferência*.) – Está aparecendo a imagem?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, é Marilene. Está.

A SRA. MARILENE GARBULHA (*Por videoconferência*.) – É Marilene.

Está dando para ouvir? Tudo certinho?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE GARBULHA (*Por videoconferência.*) – Gostaria de cumprimentar a todos, especialmente a Exma. Sra. Senadora Mara Gabrilli, todos os envolvidos, a Emmanuelle, que chegou até aqui graças ao empenho dela também, o Dr. Dário, que abraçou nossa causa, e todas as autoridades envolvidas.

Quero agradecer desde já a oportunidade de poder estar aqui dando o meu relato.

Primeiramente, eu gostaria de falar que o meu caso é extenso – é extenso, porque vem desde 2015, 2016. Vou tentar ficar dentro dos dez minutos. Vamos lá! E também dentro de grupos de apoios eu presenciei muitas coisas, inclusive.

Eu me chamo Marilene Garbulha, tenho 44 anos, sou divorciada, tenho um filho, sou de São Paulo, capital, sou formada em recursos humanos e sou portadora da síndrome do nariz vazio há um pouco mais de nove anos.

A minha antiga profissão, antes da cirurgia nasal, era de encarregada de departamento pessoal, analista de recursos humanos e também analista de departamento pessoal. Porém, durante muitos anos, nessa profissão, eu tive o que é chamado hoje de síndrome de *burnout*. Então, vi a necessidade de mudar de profissão para o meu bem-estar mental e comecei a correr atrás de um antigo sonho, que era ser comissária de voo. Assim, iniciei o curso até a conclusão com sucesso. Nesse meio tempo, eu já não queria mais trabalhar na área de recursos humanos e eu estava trabalhando com vendas informalmente para me manter até a transição de profissão.

E o que aconteceu? Estou contando o meu relato, porque fica aqui até mesmo um alerta do que acontece nas escolas de aviação para quem está se preparando para ser comissária de voo, entre outras profissões na aviação. Os instrutores informam o que é necessário para exercer a profissão, seja qual for: para estar apta, não pode haver nenhum problema de seios de face, de obstrução nasal, sinusite, bucal, de ouvido, enfim. Então, a gente é informado de que precisa corrigir antes de exercer a profissão.

Foi aí que procurei um otorrino, um médico-cirurgião, depois de passar também com o neurologista, que viu uma ressonância magnética minha e viu que eu tinha um moderado desvio de septo. Na verdade, a minha queixa com o neurologista era cefaleia, mas ele me encaminhou para o otorrino. Então, eu pensei: "Vou resolver os dois problemas". O otorrino falou que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cefaleia rinogênica, e pensei: "Bom, eu tenho que estar bem para procurar trabalhar e correr atrás do meu sonho". Foi quando ele pediu uma tomografia para ver as estruturas certinho e viu que havia necessidade de operar. Isso foi em julho de 2015. Passado um tempo... (*Pausa.*)

Isso tudo de acordo... Eu fui atrás, como eu falei, do meu sonho, e realmente existe a Resolução nº 547, de 19 de março de 2020, da Anac:

> O candidato deve possuir ambos os condutos nasais de modo a permitir a livre passagem do ar. Não pode existir nenhuma deformidade grave, nem afecção aguda ou crônica da cavidade bucal, nem das vias aéreas superiores. Não pode existir patologia aguda ou crônica grave das cavidades paranasais (seios [...] [nasais]). O candidato que possuir disfunção maxilofacial, disartria, tartamudez, ou quaisquer outros defeitos de articulação da palavra que sejam suficientemente graves para dificultar a comunicação oral, deve ser julgado não apto.

O que é que aconteceu? Eu fiz a cirurgia pensando em ficar bem das crises de dores de cabeça, cefaleias que ele julgou, diagnosticou serem rinogênicas, correndo atrás do meu sonho, porém fiquei inapta para o trabalho. Eu acreditei na necessidade informada pelo médico-cirurgião e confiei que, operando o septo nasal, no qual havia apenas um desvio moderado e um pequeno esporão ósseo nasal, eu ficaria bem, sem cefaleias e apta para transição de carreira como comissária de voo.

A cirurgia foi realizada em 02/11/2016, com base numa tomografia de 7 de julho de 2015, ou seja, sem exame atual, sendo os seguintes procedimentos: septoplastia, sinusectomia transmaxilar bilateral, etmoidectomia intranasal bilateral e turbinectomia inferior bilateral. Alguns, incluídos nesse combo, nesse pacote de cirurgias, não haviam necessidade de ser operados. E fui ciente, acreditando que faria apenas uma cirurgia de desvio de septo e uma remoção de um pequeno esporão ósseo nasal, mas, para minha surpresa, depois da alta médica, muito fraca e tendo muito sangramento, ao ler os documentos, eu tive o conhecimento dos demais procedimentos realizados.

Veja bem, minha cirurgia foi agendada pelo médico-cirurgião, junto ao hospital, no dia 6 de outubro de 2016, e eu não recebi uma via da guia de solicitação de internação com os procedimentos agendados nessa data, nem mesmo para assinar. E obtive conhecimento desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento no prontuário médico, no qual o campo de assinatura do beneficiário pelo plano de saúde está em branco. E eu tenho esse documento em branco.

Por essa razão, contando a minha história, eu gostaria de pedir que haja um protocolo, alguma forma de ser evitado que isso aconteça com demais pacientes. Então, é com a finalidade de prevenção, para que não aconteça com mais pacientes, com normas a seguir para agendamentos pré-cirúrgicos, em que o paciente receba uma via de que assinou o termo de consentimento com antecedência à cirurgia, constando todas as informações sobre os riscos dos procedimentos, inclusive o risco de desenvolver a síndrome do nariz vazio, porque isso é escondido de nós.

Digo isso não apenas porque aconteceu comigo, mas, durante anos, em grupo de apoio da síndrome do nariz vazio, vi diversos relatos de pacientes que passaram pelo mesmo ocorrido. E também vi pacientes que receberam via do termo de consentimento e agendamento com antecedência à cirurgia, no qual constavam os procedimentos, e essas pessoas tiveram tempo de procurar saber do que se tratava, quais eram esses procedimentos, buscar segunda opinião médica inclusive, e algumas até desistiram de operar, buscaram por tratamentos alternativos. Teve outras pessoas que operaram e ficaram bem, porque não acontece com todos – temos excelentes profissionais e seres humanos –, mas também teve pessoas que, mesmo sabendo, tendo o documento, pesquisando, preferiram assumir o risco e desenvolveram a síndrome, infelizmente.

Então, eu não saberia dizer o termo certo, mas eu acredito que seria um protocolo igual para todos os pacientes que irão passar por cirurgia, para que todos possam receber esses documentos com antecedência, estar cientes, estudar, ter tempo de pensar sobre a cirurgia, até porque o exemplo que aconteceu comigo em 2011 foi quando eu passei por uma cirurgia plástica, e eu tive que ler tudo, tudo, tudo, e assinar uma via, e deixar uma via assinada, que eu li, que eu assinei, e trouxe uma para minha casa. Então, eu acho que isso deveria ser um conceito geral.

Então, além disso, é uma forma de prevenção, de alerta, como eu já falei, porque eu testemunhei muitos ocorridos. E também que haja estudos para saber definitivamente qual o percentual em que podem ser diminuídas as conchas inferiores. Já ouvimos aí alguns artigos falando em 50%, mas não sei, tá? Eu acho que se deveria seguir um padrão, tudo deveria ser igual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos. Então, isso deveria ser estudado, confirmado o quanto poderiam ser reduzidas e preservadas inervações para evitar também a neuralgia do trigêmeo, que é algo que eu sofro.

São necessários também centros de diagnósticos pelo SUS, devido acompanhamento clínico, assim como acompanhamento psiquiátrico e psicológico, assistência social, reconhecimento como pessoas portadoras de deficiência, incentivos a pesquisas para tratamentos inovadores e eficazes, trazendo qualidade de vida aos portadores da síndrome do nariz vazio.

É importante lembrar que atualmente a síndrome não possui CID, e isso dificulta aos portadores que ficaram com sequelas mais graves e não conseguem trabalhar. A gente não consegue um auxílio-doença, por exemplo – somos invisíveis! Aparentamos estar bem, mas por dentro estamos mutilados. (*Pausa.*)

Bom, não sei se vai dar tempo, mas os meus sintomas... o que aconteceu comigo foi a remoção total das conchas inferiores nasais, ampla antrostomia, também foi feito um grande corte da parte óssea da parede nasal de continuidade do seio maxilar, em ambos os lados, atrofia das conchas médias, nervos lesionados com hipótese diagnóstica de neuralgia do trigêmeo, possuo diagnóstico da síndrome do nariz vazio, ozena, rinite atrófica secundária também.

Sintomas: sensibilidade ao calor, porque não dá para sentir o ar, tem que ter um ventilador por perto, um umidificador, um inalador, alguma coisa para que eu possa sentir que estou respirando. Já no frio, o ar entra, causando dor, ardência e queimação, dói respirar. Piora da rinite, falta de ar, cansaço, fadiga, tontura, secura nasal, garganta seca, sufocamento, gotejamento pós-nasal, infecções recorrentes, sinusite, ozena, crostas gigantes, e não tenho acompanhamento pelo SUS em pronto-socorro. Fazia acompanhamento pelo Hospital das Clínicas, tive a oportunidade de uma cirurgia de enxerto, que não deu certo, foi retirada cartilagem da minha orelha para tentar reconstruir a cabeça da concha inferior.

Perdão pelo tempo. Como eu falei, meu caso é bem complexo.

Então, consegui ser paciente, através de fila de espera no HC, em 2018, a cirurgia ocorreu em 2019, segui com pós-operatório até este ano e me deram alta porque eles não sabem o que fazer comigo, não tem mais o que fazer comigo. E, dia após dia, mês após mês, ano após ano, meu caso só complica, é só mais remédio controlado para dores, para neuralgia do trigêmeo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente. Estou com alguns acompanhamentos ainda pendentes no Hospital das Clínicas, aguardando deferimento para outras especialidades, principalmente para neuralgia do trigêmeo, mas o otorrino alega que não tem o que fazer comigo.

Uma coisa que eu gostaria, se eu tiver oportunidade, de falar sobre a minha cirurgia de enxerto, porque acho que aqui, de todos os participantes, acho que sou a única que cheguei a uma tentativa, e foi pelo SUS. Embora eles tenham pegado pouco material, pouca cartilagem da minha orelha, não foi o suficiente para cobrir um buraco tão vazio, meu nariz é completamente oco, também falta a parte da parede, estrutura óssea. Enquanto eu estava no pós, digamos assim, com o nariz inchado, com uma esponjinha que eles colocam para fixar a cartilagem no nariz, a gente sente que o nariz está mais fechado. E eu acredito nesse tipo de tratamento que possa vir a trazer uma qualidade de vida a muitos portadores da síndrome do nariz vazio, ainda mais com novos avanços aí, seja qual for o material a ser enxertado.

Enfim, eu só não estou tendo deferimento. Talvez eles estejam cansados de a Marilene debater, porque eu sou muito firme lá em que eu quero tratamento, eu quero ficar bem. Quando eu fui diagnosticada por uma médica do SUS, que me encaminhou para o HC, ela falou que eu teria uma vida de dor, infecção, sofrimento e medicamentos. E ela não errou – ela não errou. E isso só piorou com o tempo, infelizmente.

Perdão pelo tempo, mais uma vez.

E, durante todo esse tempo, infelizmente eu pude acompanhar de perto suicídios, pessoas com quem eu conversava. Se hoje eu estou aqui – eu nunca fui uma pessoa que gosto de me expor, tá? Eu adiei muito isso –, é porque eu sou uma pessoa que eu gosto de ajudar o próximo. Eu queria chegar um dia a estar bem, curada, o que não é possível, eu sei. (*Manifestação de emoção.*) Mas é fazer alguma coisa em prol do próximo. E eu prometi, quando uma pessoa tirou a vida, que eu lutaria, que eu lutaria. E eu tenho um filho, tenho sobrinhos, tenho família, eu tenho Deus no meu coração e esperança.

E, gente, meu relato ainda é muito grande, eu ouvi muita coisa durante nove anos. Eu não consegui mais trabalhar. Eu tinha uma vida social, eu saía, eu passeava, eu viajava com meu filho. Eu não estou falando de coisas caras nem nada, mas hoje é uma sobrevida – uma sobrevida. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita dificuldade financeira, são muitos remédios, que acabam complicando outros órgãos, não é?

E, se eu não puder falar mais, tudo bem, porque ainda tem coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ô, Marilene, você emocionou a todos nós. Assim, às vezes, a gente não imagina todas as consequências, sabe? Queria lhe agradecer.

Queria já dizer para você e para todos, de antemão, que, depois dos depoimentos que a gente está ouvindo – depoimentos tão sensíveis, tão impactantes dos nossos palestrantes, de mulheres que têm a síndrome do nariz vazio – e com a real necessidade de a gente falar mais dessa condição, que é rara, promover mais conscientização sobre a síndrome e ainda lutar por ações de prevenção junto a médicos, a cirurgiões, nós resolvemos apresentar um projeto de lei para a criação do Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do Nariz Vazio.

Será um marco, assim, para a realização de campanhas, debates, para colocar luz sobre essa síndrome rara, e um esforço contínuo para aumentar o conhecimento público, político sobre as dores e necessidades dos pacientes. E essa visibilidade, Marilene, pode ajudar muito nas garantias de diagnóstico precoce, de tratamento adequado, de pesquisa em cima disso e de direitos para os pacientes e para as suas famílias.

Então, a gente vai conversar com vocês, com os pacientes, para a definição, em conjunto, de uma data simbólica para esse dia nacional de conscientização. Daí, em breve, nós já teremos um projeto em tramitação. Aí, em conjunto, a gente faz uma indicação ao Ministério da Saúde sobre a sugestão da Marilene, para que promova as ações necessárias para um protocolo de ações e prevenções da síndrome do nariz vazio e mais esclarecimento para pacientes em cirurgias nasais – até eu estou emocionada, Marilene.

Agradecendo a você mais uma vez, eu quero passar a palavra para o Dr. Marcio Nakanishi, que é Médico Otorrinolaringologista, representante da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial.

Ele está presente. Então, com a palavra, Dr. Marcio Nakanishi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO NAKANISHI (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

Senadora Mara Gabrilli, quero cumprimentá-la, agradecer...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

O SR. MARCIO NAKANISHI – Bom dia. A senhora está muito bonita na imagem.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah! Muito obrigada, Doutor. Você também está bonito aí. (*Risos.*)

O SR. MARCIO NAKANISHI – Obrigado, Senadora.

Quero agradecer à nossa Senadora Damares Alves e cumprimentá-la, Presidente desta Comissão. Quero agradecer o convite e dizer que é uma grande alegria poder estar aqui debatendo sobre esse tema.

Eu sou Marcio Nakanishi, sou otorrinolaringologista, representando aqui a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia. Eu tenho doutorado pela Faculdade de Medicina da USP, fiz o meu pós-doutorado no Japão e também em Neurociência do Olfato na USP de Ribeirão Preto e hoje eu estou aqui na UnB como pesquisador associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília.

Então, como otorrino aqui de Brasília, da casa, é uma grande alegria poder estar aqui debatendo sobre esse tema, que é tão caro e raro, para a gente poder discutir, diante desses depoimentos dessa síndrome do nariz vazio, essa entidade que assola a vida das pessoas.

E faço minhas palavras as palavras do Dr. Dário, que muito bem explicou o que é, e, nesses dez minutos, eu quero aqui discutir, passar, do ponto de vista acadêmico e técnico, o que é a síndrome do nariz vazio, também denominada em inglês como *empty nose syndrome*. A gente vai passar nesses dez minutos pelo diagnóstico, o que é a síndrome, como ela acontece e as modalidades de tratamento. Tudo isso sustentado de forma acadêmica dentro de uma revisão extensa da literatura.

Vou passar o eslaide aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é a síndrome do nariz vazio? Como já dito pelo Dr. Dário, que nos precedeu, é uma condição rara, debilitante, geralmente de origem iatrogênica, ou seja, por um procedimento cirúrgico, resultante de intervenções cirúrgicas nasais inadequadas. Resulta de uma ressecção parcial ou total dos cornetos nasais.

Existe um paradoxo clínico. O que é esse paradoxo? O nariz está obstruído, apesar de uma via aérea muito ampla. E existe essa alteração extremamente profunda entre a sensação do fluxo de ar na mucosa nasal e esse impacto extremamente importante na qualidade de vida e na saúde mental das pessoas acometidas por ela.

Existem quatro funções essenciais do nariz, especialmente do corneto nasal.

A primeira é a termorregulação. O nariz regula a temperatura. Se você entrar numa sala completamente gelada, com 10 graus, o nariz, com o corneto, consegue regular essa temperatura, para que ela chegue ao seu pulmão a 36 graus. Se você entrar num ambiente de sauna, extremamente quente, o ar também chega a 36 graus. Essa é a função termorregulatória, regula a temperatura.

Segunda, umidificação. Nós, aqui em Brasília, no ambiente seco, graças ao nariz, temos esse ar seco completamente umidificado no pulmão.

O terceiro ponto é a filtração. Ambiente poluído, o nariz tem esse papel crucial na filtração.

E todo um conjunto na regulação do fluxo.

Vocês sabiam que existe o chamado ciclo nasal? O nosso nariz nunca funciona igualmente dos dois lados. Por exemplo, agora, minha narina direita está mais ampla que a esquerda e, daqui a 2 horas – e isso é individual, de cada um, como uma impressão digital –, ela alterna. A narina esquerda melhor que a direita, e a direita... Isso é chamado de ciclo nasal. A gente ainda não conhece perfeitamente a razão de isso existir, mas o pulmão e todos os órgãos dímeros funcionam da mesma maneira. A pupila ocular ora está mais aberta, ora está mais fechada, e isso acontece de forma cíclica nos órgãos cíclicos, e o nariz não é diferente.

Quais são as principais manifestações clínicas, como muito bem documentado e relatado, nas pessoas acometidas por essa síndrome? Em primeiro lugar, são sintomas físicos, de dispneia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paradoxal, ou seja, cavidade ampla e obstrução. Segundo, secura nasal e distúrbios do sono. Físicos. E impacto psicológico, que é ansiedade, depressão e uma perda da qualidade de vida de forma extremamente impactante.

E por que isso acontece? Até agora, a gente disse o que é; agora, por que isso acontece? Existe uma alteração do fluxo aéreo nasal, com um déficit sensorial – ou seja, o nariz está repleto de receptores, e, da maneira como esses receptores foram ressecados, existe uma perda, esse déficit sensorial, com uma disfunção da mucosa; o revestimento interno desse nariz fica alterado –, e um ciclo neuropsicológico, porque existe uma ligação direta do nariz com o cérebro.

Existem, para abordagem diagnóstica, quatro elementos principais: em primeiro lugar, uma avaliação clínica detalhada, seguida por um questionário chamado de *The Empty Nose Syndrome 6-Item Questionnaire*, uma endoscopia nasal e testes funcionais.

Eu queria trazer a literatura recente, publicada dois anos atrás por um grupo da Austrália – Prof. Raymond Sacks e Dr. Kalish, que fizeram uma grande e extensa revisão, se debruçando sobre a doença, sobre o que é, os fatores predisponentes e como a gente pode evitar a síndrome do nariz vazio. E, nesse estudo, tudo começou quando, assim como a gente tem pacientes que nós, como cirurgiões, operamos, temos que ressecar a concha inferior, porque muitas vezes existem tumores – muitas vezes, na otorrino, para alguns casos de tumores do cérebro, nós precisamos retirar a concha inferior como rota de acesso.

Pasmem, olhem só essa foto. Essa foto A, pela letra, é a foto de um paciente com síndrome do nariz vazio. Ali está uma ressecção parcial do corneto. E qualquer otorrinolaringologista que enxergue este exame iria dizer que: "Bom, basicamente, tem um corneto. O corneto está aí presente, foi ressecado um terço desse corneto, mas esse paciente tem síndrome do nariz vazio".

Na segunda foto, a B, houve uma ressecção de dois terços do corneto – como mostrado naquela foto, naquele vídeo do Dr. Dário –, e aí esse paciente B não tem síndrome do nariz vazio. Visualmente, na A o corneto está muito maior do que na B, e na B tem síndrome do nariz vazio.

Na imagem C também, ele não tem corneto, ele tem ausência de corneto, e esse paciente não tem absolutamente nenhuma queixa. O terceiro, além de não ter o corneto, não tem a parede do seio maxilar. A parede lateral foi completamente ressecada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No quarto, não tem absolutamente nada. Essa é a chamada cirurgia de maxilectomia medial modificada, e o paciente não tem absolutamente nenhuma queixa.

Daí, houve uma pergunta que a gente também observa do ponto de vista clínico: será que esse paciente, previamente, da imagem A, que tem o corneto, já não tinha um sintoma?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO NAKANISHI – Aí, existe uma mudança nesse estudo de uma atenção especial para os sintomas pré-operatórios. O paciente que, previamente à cirurgia, tem queixa de obstrução que não melhora, a despeito do tratamento clínico, ou seja, você tem o corneto reduzido, e ainda você consegue reduzir o corneto de forma clínica, pingando gotas no nariz, e esse paciente fala: "Continua entupido". Esse é o paciente que previamente tem essa doença, a que a gente tem que colocar luz, que é a obstrução nasal funcional.

Eu vou adiantar porque as recomendações aqui para a discussão ao Senado Federal, a esta Comissão que está se instalando são o reconhecimento científico da existência da síndrome e uma proteção ao paciente que a gente deve ter, especialmente na prevenção e na identificação prévia, no pré-operatório desses pacientes, para que a gente possa aplicar, hoje, as estratégias atuais, que são: o tratamento clínico dessa doença, o tratamento cirúrgico e o suporte psicológico.

A gente reconhece que existe essa entidade e é fundamental que a gente possa prevenir, em primeiro lugar, identificando esses pacientes com obstrução nasal funcional, para que ele não seja um futuro paciente com a síndrome do nariz vazio. Então, é urgente que a gente possa discutir.

Quero parabenizar a Senadora Mara pela proposição, por colocar luz nesse tema, para que a gente, diante da ciência e da sociedade, com as entidades médicas, a sociedade, a Associação Brasileira de Otorrino, possa trabalhar para ajudar, auxiliar, cuidar das pessoas que estão sofrendo com a síndrome do nariz vazio.

Muito obrigado. Agradeço imensamente a oportunidade de poder contribuir e estar aqui nesta Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Marcio, muito obrigada pela explicação, muito didático. Foi muito importante para a gente. Queria agradecer muito a sua participação, e ainda no presencial.

E eu estou recebendo mais comentários, perguntas do e-Cidadania.

A Janaína, de São Paulo, diz assim: "Sou pesquisadora em medicina regenerativa. Com a audiência, pude compreender a síndrome e desejo contribuir com tecnologia e conhecimento". Olha que ótimo o que a gente está fazendo.

O Enzo, de Rondônia, pergunta: "[...] há expectativa de criar um canal de comunicação [...] [para] sanar dúvidas dos pacientes sobre esta e outras enfermidades?". Nós vamos conversar com o Ministério da Saúde.

A Maricleusa, do Paraná: "Precisamos de [um] tratamento eficaz contra a síndrome [...] [e de maior divulgação da doença, para que saibam como nos ajudar]".

E o Oziel, de São Paulo, diz: "Há 14 anos eu sofro com a síndrome do nariz vazio, só evolui: dores faciais, falta de ar, ardência, congestão, pressão. Só lavagem não mudou nada, piora" e "Aguardo um enxerto de cartilagem desde 2019, hospitais não têm médicos com vivência nessa prática. Você busca a justiça e não te dão urgência". É isso que a gente quer mudar aqui.

Eu quero passar a palavra para Andrea de Camargo Van Caspel, que é Diretora de Arte e também é paciente com a síndrome do nariz vazio. Ela vai entrar por videoconferência.

Você está com a palavra, Andrea.

A SRA. ANDREA DE CAMARGO VAN CASPEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não estava conseguindo desbloquear o áudio.

Boa tarde a todos, obrigada a todos os presentes, especialmente à Senadora Mara, à Senadora Damares, à Manu, que foi atrás e organizou tudo, apesar das suas limitações, e ao Dr. Dário, que é corajoso e honesto.

Bom, eu sou portadora da síndrome, sou mãe, tenho 46 anos e eu costumava ser profissional. E vocês irão perceber que eu perco o ar enquanto eu falo, o que é muito aflitivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também para quem escuta. Após ter me submetido a uma cirurgia com o intuito de respirar melhor, há cinco anos, cirurgia a qual eu pensava ser de correção de septo, acabei com a minha respiração muito, muito, muito pior, devido à irresponsável amputação praticamente total de ambos os meus cornetos.

A síndrome é uma condição invisível e só quem tem sabe que tentar não pensar nisso e focar em outra coisa não resolve, pois é a nossa respiração. Não podemos respirar para nos acalmarmos. A tentativa só cria mais, ainda mais ansiedade. E respirar fundo não existe para nós.

Quando nós, portadores da síndrome, soubemos desta audiência através do nosso grupo de WhatsApp, todos ficamos muito tocados com a possibilidade de sermos finalmente vistos e ouvidos, mas poucos se dispuseram a falar, porque muitos sequer têm força para isso. É uma condição que limita totalmente o indivíduo, tornando todos os dias, todos os minutos, cada respiração desconfortável e agonizante. E atinge homens também, né? No nosso grupo também temos muito homens. Aqui estamos falando apenas mulheres, mas também temos muitos, muitos homens.

Os sintomas variam de portador a portador; em comum todos têm o ressecamento permanente da mucosa nasal. Eu não sinto o ar entrando pelo meu nariz, eu tenho sufocamento, dores de cabeça, sede que não passa, ataques de pânico, não durmo direito porque sinto meu nariz permanentemente tapado e a minha garganta seca. Perdi grande parte do olfato e tenho que tentar respirar de boca aberta. Eu nunca mais tive um sono de qualidade sem ficar acordando a noite inteira com a sensação de afogamento. É um inferno.

Esse ressecamento constante da mucosa nasal faz a síndrome perfeitamente observável, ao contrário do que argumentam alguns médicos, de que os sintomas não seriam constatáveis por serem subjetivos. Na verdade, eles são bem observáveis. E não é necessário ter CRM para saber das consequências de não respirar propriamente e não conseguir dormir direito porque não respira. Estamos sempre profundamente cansados e envelhecendo em um ritmo muito mais acelerado do que o normal. A possibilidade de ir e vir é afetada, muitos sequer têm coragem de sair das suas casas, ir buscar um pão na padaria ou passear com a sua família. Portanto, a vida social e familiar é restringida, e os filhos de quem tem a síndrome são diretamente prejudicados pelas limitações e sofrimento dos pais portadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra forma efetiva de constatar quem tem a síndrome é observar a vida dos portadores antes e depois da tragédia, para entender a devastação que a irresponsabilidade de alguns otorrinos provoca. Muitos têm que parar de trabalhar, e os que trabalham têm sua produtividade reduzida em torno de 60%, conforme a constatação do Dr. Joseph Mercola, de 2020, intitulada "Como uma cirurgia de rotina pode aumentar seus riscos de ansiedade e suicídio".

O dano existencial causado pela síndrome é uma sentença de tortura diária até o fim da vida; vida essa que, de forma reiterada, acaba sendo tirada por muitos dos portadores. Aqui, no Brasil, por exemplo, temos os casos mais recentes do Márcio e da Karen. E eu, quando descobri os grupos dos portadores internacionais, vi nos comentários que tinha um brasileiro, era o Márcio. Então, eu respondi embaixo do comentário dele, dizendo que eu também sou brasileira e, se a gente poderia falar por *inbox*. Aí um tempinho depois, uma outra pessoa respondeu meu comentário, dizendo que o Márcio havia tentado de tudo, havia ido a dois especialistas fora do Brasil, por não encontrar tratamento aqui, e, ao escutar que teria poucas chances de melhoras, decidiu acabar com sua agonia.

Há um minidocumentário no YouTube chamado de *ENS Victim, Scott Gaffer's Story*, que conta a jornada deste engenheiro americano de 30 anos, o Scott Gaffer, até seu suicídio, provocado também pela decisão de pôr fim ao seu sofrimento diário causado pela síndrome, após uma cirurgia de turbinectomia. Quem conta, nesse documentário, toda essa jornada, é a mãe dele.

Apesar de dizerem que a síndrome é rara, ela é obviamente subdiagnosticada aqui, no Brasil. E isso se dá pela proteção do mercado lucrativo das cirurgias, que frequentemente são vendidas como correção de septo, mas acabam sendo pura amputação de cornetos. Há pelo menos duas décadas, é bem sabido, no meio médico, que não se deve amputar os cornetos. E, mesmo assim, após a violência da amputação, quando os pacientes passam a perceber os sintomas e vão em busca de respostas, encontram apenas *gaslighting* sistemático da classe médica, que se nega a diagnosticar corretamente o paciente devido ao corporativismo da classe, o que torna o tormento ainda mais insuportável.

Apesar de passar com vários especialistas aqui, em São Paulo, que é onde eu fiz a cirurgia, eu apenas consegui um médico decente, que validou e me diagnosticou com a síndrome em Belo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Horizonte, que foi o Dr. Dário, que olhou para mim realmente e conseguiu me escutar e validar aquilo que eu estava sentindo há tantos anos.

Não existe transplante de corneto e nenhum tratamento realmente eficiente. Os portadores estão condenados a sobreviver com esse martírio, o que torna ainda mais grave esse procedimento "roleta-russa" da turbinectomia. Então, por que dizer que as chances... Que existem pacientes que têm tudo amputado e não sofrem, mas aqueles que sofrem, a vida dessas pessoas acaba. Então, é uma "roleta-russa" que não deveria ser praticada.

A respiração é a fonte da vida. Portadores da síndrome têm grande parte da sua vida ceifada junto com seus cornetos. O mínimo que esperamos é o reconhecimento dos portadores como deficientes, dados os impactos debilitantes e inegáveis na vida dos mesmos, e o incentivo ao investimento em pesquisas e tratamentos, já que o que nos mantêm – nós, portadores – vivos é a esperança de que no futuro possa haver uma solução para essa agonia.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Andrea, muito, muito obrigada. Obrigada por tanto esclarecimento, obrigada pela sua coragem. Obrigada por todas as informações que você trouxe. E venha participar aqui com a gente, vamos lutar juntas.

Agora eu quero passar a palavra, para a Dra. Janaína de Andréa Dernowsek, co-Fundadora e CEO da *startup* Quantis, focada no desenvolvimento de bioprocessos e bioprodutos de alta performance, utilizando bioimpressão de tecidos e engenharia genética.

A senhora está com a palavra, Dra. Janaína.

A SRA. JANAÍNA DE ANDRÉA DERNOWSEK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadoras Mara Gabrilli e Damares também, muito obrigada pela oportunidade. Estou bem, emotiva aqui por ter escutado tudo isso e agradeço a todos que estão nesta audiência, explanando e divulgando mais essa síndrome.

Eu sou a Janaína Dernowsek, eu sou bióloga geneticista, me formei na USP em Ribeirão Preto. Eu trabalho com biofabricação, há mais de 15 anos. Fiz, pós-doutoramento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biofabricação, no Brasil, com parcerias também de fora. E hoje eu sou atualmente co-Fundadora e CEO da Quantis, que é uma empresa que surgiu na universidade – da universidade –, por meio das minhas pesquisas, e gostaria de estar aqui para somar e para escutar também.

Eu vou passar um pouquinho aqui das minhas inovações para todos também conhecerem, porque nós aqui, no Brasil, também fazemos tecnologia de ponta.

Nós hoje, na Quantis, trabalhamos com medicina regenerativa, produzindo materiais, biomateriais humanos, biocompatíveis, que são usados hoje para regenerar tecidos e órgãos. E a gente sabe que milhões de pacientes no mundo sofrem com perdas de tecidos, e aqui eu digo cânceres, feridas crônicas, síndromes como essa, traumas e também envelhecimento. É aqui que a gente está focado hoje, é aqui que a Quantis soluciona tudo isso, sem cicatrizar, mas, sim, regenerar. Até porque regenerar é muito mais do que cicatrizes.

Como que a gente faz isso? E estou aqui bem feliz de estar mostrando para vocês o desenvolvimento de cinco anos na nossa empresa, que hoje, está dentro de uma indústria, no Brasil, aqui, em São Paulo. Nós estamos há cinco anos desenvolvendo uma plataforma que desenvolve biomateriais humanos a partir da bioimpressão de tecidos. A gente cria tecidos humanos com células humanas para extrair matriz extracelular, que são proteínas regenerativas, e é uma tecnologia totalmente nossa, brasileira, patenteada desde 2020. A gente hoje tem desenvolvimentos relacionados tanto à parte de dermocosmético como a tecidos ósseos.

Aqui, numa figura que vocês estão vendo, aí para todo mundo que está assistindo, uma matriz extracelular. São proteínas em que as células grudam, que aderem a essas proteínas para regenerar, para povoar a região que não teria células, que não teria tecido vivo.

Essa matriz é a que a gente produz, e hoje a gente tem feito vários estudos pré-clínicos e um deles está em estudo clínico, e a gente evidencia aqui uma maior proliferação de células quando a gente tem a nossa matriz, ali dentro da placa ou também de tecidos.

Aqui a gente tem também ensaios pré-clínicos que estão em desenvolvimento na USP em Ribeirão Preto junto com a gente, onde a gente evidencia também uma maior produção de matriz rígida, matriz óssea. Então, a gente também olha para ossos, o que aqui também contribui bastante com os desafios que a gente está vendo na síndrome. E a gente já tem esses estudos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidos como pré-clínicos, e estamos em estudos em animais hoje em dia com a universidade.

Bom, aqui eu estou bem feliz e agradeço à Emmanuelle por ir atrás, de me buscar, de me mandar mensagem, mas a gente hoje já desenvolve soluções para regeneração tecidual de mucosa e também tecidos ósseos.

A gente hoje entende que os tratamentos atuais para regeneração tecidual ainda estão em desenvolvimento, ainda precisam evoluir bastante, e faltam modelos biológicos que mimetizem o tecido nasal humano, que regeneram o que foi perdido. É nesse sentido que eu estou aqui para somar. Eu não sou especialista nessa área, esse não é o meu foco – eu sou mais da parte óssea –, e estou mais para contribuir, de alguma forma, com os médicos, com os pacientes, para usar a nossa solução de matriz, para poder também regenerar essa região, que são os cornetos.

E trago mais: essa solução que a gente trabalha aqui, na Quantis, já é usada no mundo todo, e a gente já tem traqueia sendo feita com bioimpressão, usando ali matriz, colágeno também, e foi já implantada em uma mulher de 50 anos, e há mais de quatro anos ela tem essa estrutura implantada na sua traqueia, totalmente enervada e com angiogênese, com vascularização.

Nós também temos – aí eu falo como pesquisadora na área de biofabricação – orelhas bioimpressas implantadas e com vascularização já nessas estruturas que foram construídas fora do corpo e que foram implantadas. Então, são estruturas que mimetizam – de forma real, biológica – essas estruturas, que são feitas a partir da tecnologia de biofabricação. São tecnologias com que, na Quantis, a gente já trabalha e que lá fora já têm estudos clínicos desde 2022. Então, com base nessas soluções, já existem estudos clínicos.

Aqui eu trago que a gente também pode fazer parte desses estudos clínicos com a nossa matriz extracelular humana, que tem colágeno, laminina, ácido hialurônico, elastina e fibronectina. A gente produz proteínas humanas totalmente íntegras e de uma forma inovadora.

É aqui que eu contribuo com vocês: a gente já tem alguns estudos na parte de pele, na parte de membrana cicatrizante, junto com o Instituto Butantan, *scaffolds* bioativos para tecidos ósseos, também pré-clínicos, indo *in vivo* em animais. A gente também tem estudos em implantes e a gente tem já, há cinco anos, com esses pré-clínicos desenvolvidos e com parceiros também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da indústria ao nosso lado. Então, a gente aqui não faz nada sozinho, a gente desenvolve tecnologia em parceria com a indústria e também com a academia.

Só para vocês saberem, a gente tem uma equipe de sete pessoas *full-time*, totalmente inserida nessa tecnologia aqui, em São Paulo, e estou aqui à disposição para contribuir com os médicos, com os pacientes, com os agentes públicos, como a Senadora Mara, Senadora Damares, para poder também juntar forças, somar e tentar, de fato, encontrar algo mais rápido realmente para quem está precisando.

É isso. Minha apresentação foi curta, mas é para trazer para vocês aqui uma inovação que faz parte do Brasil desde 2020, há cinco anos.

Obrigada, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dra. Janaína. Foi curta, mas foi sensacional, trouxe muita esperança para muita gente. Quero te agradecer muito pela explanação.

Obrigada.

A SRA. JANAÍNA DE ANDRÉA DERNOWSEK (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – E quero saber mais. Já pedi aqui para ver, porque se é a pesquisa mais voltada para a criação desses tecidos, nessa pesquisa, vocês têm parceria com o Instituto Butantan?

A SRA. JANAÍNA DE ANDRÉA DERNOWSEK (*Por videoconferência*.) – Temos, sim. Nós temos já assinados documentos de parceria com o Butantan aqui, em São Paulo, em que o nosso principal desafio ali são membranas cicatrizantes. É um estudo cuja parceria já está totalmente validada, iniciando, no começo de desenvolvimento, mas já temos essa parceria feita com o Professor e Pesquisador Durvanei.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Depois eu vou procurá-la para ter mais informações, porque isso é uma coisa em que talvez a gente possa até tentar ajudar a pesquisa, com emendas parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA DE ANDRÉA DERNOWSEK (*Por videoconferência*.) – Está ótimo. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora, com a palavra o Dr. José Eduardo Lutaif Dolci, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM), que também vai entrar por videoconferência.

Muito obrigada, Doutora.

Obrigada, Dr. José. O senhor está com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO LUTAIF DOLCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, boa tarde, Senadora Mara; boa tarde, Senadora Damares. Eu quero, antes de mais nada, cumprimentar os meus colegas que me antecederam, Dr. Dário, Marcio, pela exposição.

Eu não vou ser repetitivo em colocar novamente questões técnicas que eles realmente já colocaram, mas, como Conselheiro Titular do Conselho Federal de Medicina e também Diretor Científico da Associação Médica Brasileira, eu acho, sim, que nós podemos ajudar muito na divulgação desta síndrome, porque me parece que, dentre os próprios colegas otorrinolaringologistas, ela já não é tão bem reconhecida ou aceita. Imaginem médicos de outras especialidades que desconhecem totalmente o que é isso, né?

Eu acho que estas pessoas que hoje aqui se apresentaram, às quais eu digo que estou profundamente sensibilizado pelos depoimentos de vocês, eu acredito que, através do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira, nós podemos, sim, sensibilizar e impulsionar alguma ação junto com o Senado, através da Comissão de Direitos Humanos, no Ministério da Saúde.

Eu acredito que o que nós, enquanto dirigentes das entidades médicas, podemos e devemos fazer é, justamente, empurrar, ajudar para que esta síndrome seja mais bem estudada, mais bem avaliada.

Fico muito feliz de a Senadora dizer que pode, através de emenda parlamentar, contribuir para que a pesquisa nesse sentido avance. Obviamente, com o avanço absurdo que a gente tem na ciência, a pergunta que fica é: mas por que a gente não consegue uma solução para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação como essa, não é mesmo? Onde está o gargalo? Onde está a situação? E a minha resposta pessoal, evidentemente, é que falta pesquisa, falta investimento, porque, a partir do momento em que isso for divulgado e houver investimento para pesquisa, vocês podem ter certeza de que vão surgir soluções, vão surgir, pelo menos, novas propostas para que esse sofrimento seja no mínimo abrandado.

Então, eu quero deixar aqui à disposição de todos vocês o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira (AMB), para que a gente possa, junto com vocês, ajudar a trabalhar em prol de melhorar essa situação.

Acho que era esse o principal recado, porque o que eu trouxe para apresentar, Senadora, acho que é totalmente desnecessário, tendo em vista as duas apresentações anteriores, a do Dr. Dário e a do Dr. Marcio, sobre o assunto.

Mais uma vez, agradeço o convite para que o Conselho Federal de Medicina aqui esteja representado, e esperamos poder participar, junto com vocês, desta luta.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Dr. José Eduardo, muito, muito obrigada. Obrigada pela participação, obrigada pelas ideias. E nós vamos levar a... Já estou aqui, a gente já está trabalhando, para ver como seria possível fazer uma emenda parlamentar para o Instituto Butantan, direcionada para essa pesquisa. A gente já está estudando aqui.

Agora eu quero passar a palavra para a Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, que é Coordenadora-Geral da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde.

Obrigada, Carmen, pela sua presença. Você está com a palavra, Doutora.

A SRA. RENATA FARIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, boa tarde. Eu sou Renata, eu sou a Coordenadora substituta. Estou substituindo a Carmen.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Oh, Dra. Renata, perdão. Dra. Renata, um momento só para que eu fale o seu nome direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA FARIA (*Por videoconferência*.) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dra. Renata Faria, Coordenadora substituta.

Perdoe-me. Seja muito bem-vinda, Dra. Renata.

A SRA. RENATA FARIA (*Por videoconferência*.) – Ah, tudo bem. A Carmen está em outro compromisso e aí eu vim substituí-la nesta participação.

Boa tarde a todos, né? Já passamos do meio-dia, boa tarde.

É um prazer estar aqui, representando o Ministério da Saúde para falar dessa condição, uma condição tão difícil, que interfere não só na questão fisiológica, mas também no bem-estar, na questão do acesso à saúde desses pacientes portadores dessa síndrome.

Eu queria destacar algumas ações, algumas frentes de trabalho que o Ministério tem. A gente tem a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que é uma política que atua nas linhas de cuidado, de diagnóstico precoce, de acompanhamento multiprofissional das doenças raras. Quero reforçar que a gente tem a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde, que vem com a estratégia, com as diretrizes de ampliar o acesso da população aos serviços especializados e, dentro dessa política, dessa frente de trabalho, o programa agora tem especialistas que vieram para ampliar esse acesso à atenção especializada. E, pensando não só nos pacientes da síndrome do nariz vazio, mas de uma forma geral, a gente tem a otorrino como uma linha prioritária no Programa Agora Tem Especialistas.

E eu tenho alguns dados. Quando a gente pensa em cuidado integral, a gente tem a oferta de cuidados integrados do Programa Agora Tem. Então, na OCI Avaliação Diagnóstica de Nasofaringe e Orofaringe, a gente teve, este ano, 5.046 atendimentos, o que representa um custo de cerca de R$1 milhão.

Acho bastante importante a iniciativa da Senadora com relação à definição de um dia de conscientização. A gente sabe que essas estratégias são importantes em termos de conhecimento, de propagar, principalmente quando a gente fala de doenças raras, e queria reforçar aqui que o Ministério da Saúde está aberto ao diálogo com todas as entidades, com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades médicas, para que a gente avalie a necessidade, seja de uma linha de cuidado, seja de protocolos específicos, o que for necessário para que a gente consiga tratar com qualidade os portadores dessa síndrome.

Então, em nome do Ministério, agradeço o convite e reforço que a gente está à disposição para trabalhar em conjunto, tanto com o Parlamento quanto com as sociedades médicas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dra. Renata Faria. Queremos estar próximas para a gente continuar essa discussão, que é tão importante o nosso ministério, que é a nossa parte estruturante. Então, a gente precisa trabalhar junto.

Eu estou muito feliz, quero agradecer a todos, porque nós estamos felizes com a repercussão desta audiência, e o quanto o nosso debate já ajudou a avançar. A participação das pessoas pelo e-Cidadania foi muito intensa, muito positiva, com sugestões relevantes, que a gente já pôde acatar durante a audiência.

A gente segue sempre à disposição das pessoas com a síndrome do nariz vazio, para ouvi-las, para estudar junto, para descobrir caminhos, colocar luz sobre suas necessidades e promover os seus direitos.

Nós vamos trabalhar por um protocolo e mais estudos para a síndrome do nariz vazio e também para aprovar a criação do dia nacional de conscientização, buscando promover não só as campanhas de prevenção, tratamentos, qualidade de vida para todas as pessoas, mas também pensar no fomento à pesquisa científica para quem tem a síndrome do nariz vazio, que é de extrema importância, para conseguir resultar em maior qualidade de vida para todas as pessoas.

Eu queria saber se alguém tem alguma fala rápida para fazer, porque, se não tiver mais ninguém querendo o uso da palavra, eu vou encerrar. (*Pausa.*)

Então, estou vendo se alguém tem mais alguma... Deixe-me ver todo mundo. Estou vendo todo mundo: Emmanuelle, Dr. Dário...

Fala, Dr. Dário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO ANTUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, eu gostaria de uma sugestão rápida, com o Dr. Eduardo Dolci e com o Dr. Marcio, pela posição que ocupam.

Eu sou Professor do serviço de otorrinolaringologia dos residentes da santa casa, Hospital Madre Teresa, e acompanho todos os dias, há muito tempo, a dificuldade que eles têm em entender a importância desses cornetos. Eles criam até piadas quando eu falo: tem que preservar os cornetos nasais. A pesquisa científica é cara. Há a importância da orientação e da prevenção, porque essa cirurgia é a cirurgia funcional mais realizada no Brasil, mais de 100 mil cirurgias por ano. Então, eu fico preocupado com os próximos pacientes que desenvolverão essa síndrome. Uma coisa, uma prevenção extremamente simples, como o Dr. Marcio mostrou ali para esse diagnóstico, com cuidado. É uma banalização que há na nossa cadeira, na nossa otorrinolaringologia, com o corneto.

Então, se o Dr. Eduardo e o Dr. Marcio permitirem de a gente fazer um grupo nos congressos, uma cartilha, uma conscientização, porque realmente, neste momento, centenas ou milhares de pessoas estão para desenvolver essa síndrome.

O SR. MARCIO NAKANISHI (Para expor.) – Concordo plenamente, Dário.

Realmente é importante. A gente também... Como representante da associação brasileira, e eu, como ex-Presidente da Academia Brasileira de Rinologia, a gente tem esse papel fundamental e crucial de educação continuada da nossa classe.

Concordo plenamente com a sua sugestão. A gente vai levar isso para o colegiado. Que a gente possa discutir e debater para, junto com a nossa Senadora, poder contribuir e ajudar as pessoas que estão sofrendo e, principalmente, evitar que isso possa acontecer, como bem documentado na proposição do grupo da Austrália, que a gente deve identificar esse paciente. Como bem falou uma das participantes, não deve ser uma "roleta-russa" a cirurgia da turbinectomia, ela não pode ser, de forma alguma, banalizada, mas também, dentro do arsenal, quando a gente indica de forma correta, a gente vai beneficiar do outro lado também quem está precisando dessa cirurgia.

Parafraseando o Dr. Henry Marshall, da Universidade de Londres, que é um neurocirurgião, ele fala o seguinte: quando a gente aprende a indicar uma cirurgia, como cirurgiões, a gente leva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na residência três meses; aprende a fazer essa cirurgia em três anos; e aprende a quando não fazer a cirurgia em 30 anos. É justamente isso, essa educação, que é extremamente importante a gente levar para discutir, e que a gente possa prevenir a existência dessa manifestação tão dramática na vida dos pacientes, como aqui relatado.

Concordo plenamente, a gente vai levar isso à frente, como representante da Academia Brasileira de Rinologia e da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial.

Obrigado. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui e colocar luz nesse tema tão caro, que atinge muitas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. José Eduardo – obrigada, Dr. Marcio –, já que o senhor vai falar, eu queria deixar uma pergunta aqui no ar: se não seria o caso, por exemplo, de nós procurarmos o Conselho Nacional de Educação, porque, na verdade, é de lá que saem as disciplinas obrigatórias dos cursos superiores; e se a gente não teria, dentro da otorrinolaringologia, algo que a gente possa levar para o Conselho Nacional de Educação, para que fosse uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina, nessa área.

O SR. JOSÉ EDUARDO LUTAIF DOLCI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, Mara, é o seguinte: na verdade, isso não é competência do CNE. Isso aí é matriz de competência das especialidades, é Conselho Nacional de Residência Médica. Então, o que se precisa é justamente que, dentro da matriz de competência otorrinolaringologia, a gente possa esclarecer isso que foi dito pelo Marcio e pelo Dário, quando fazer e como fazer. Não fazer nunca também não está certo, porque existem pacientes que precisam fazer. Então, o que se precisa é que na matriz de competência seja muito bem explicado e orientado.

O Conselho Nacional de Educação fala sobre a matriz de competência da Faculdade de Medicina. O CNE vai dizer para a gente o que é importante para uma pessoa que termina o 6º ano de faculdade saber fazer. Essa questão de cirurgia do corneto, vamos dizer, saiu da esfera do estudante e passou para a esfera do médico formado, que vai fazer a sua especialização. Por isso é que eu estou dizendo que a questão aí é matriz de competência da especialidade, que é a otorrinolaringologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho, sim, que você tem razão, temos que levar isso, temos que discutir isso, para que isso não seja uma banalização. Só um histórico – talvez não seja da época do Dário e nem do Marcio, mas é da minha época –: na década de 70, a turbinectomia não era ensinada na residência médica. Ela era, entre aspas, "proibida" – ela era proibida. Os médicos da década de 60 e meados de 70 não sabiam e não ensinavam a fazer isso, porque realmente existia um tabu de que essa cirurgia trazia danos graves para o paciente. A gente está vendo que é verdade em algumas situações.

Então, essa é uma discussão extremamente importante que precisa ser levada e colocada na matriz de competência da especialidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. José Eduardo.

Nossa, foi muito rica esta audiência pública! Quero agradecer muito a todos vocês. Muito obrigada a todos. Continuamos em contato.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Gratidão. Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quarenta minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Discussão e deliberação das Emendas da CDH ao PLN 15/2025 (LOA 2026). Finalidade**:** Deliberar sobre as sugestões de emendas apresentadas pelos membros da CDH ao Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLN 15/2025). Relatoria: Senadora Damares Alves. A Senadora Damares Alves passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. Em seguida o Presidente Eventual Senador Paulo Paim dá a palavra à Senadora Damares Alves que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Presidente Eventual põe em votação o Relatório da Senadora Damares Alves. Resultado: Aprovado o relatório. Esta Comissão delibera pela apresentação de seis emendas de apropriação, já renumeradas de: **nº 1)** 60090001 | UO: 81901 | AÇÃO + SUBTÍTULO: 21G0 Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 700.000.000 | SOLICITANTES: Damares Alves, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Rogério Carvalho, Sergio Moro, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Jorge Seif, Mecias de Jesus; **nº 2)** 60090002 UO: 65101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: 21GJ Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 500.000.000 | SOLICITANTES: Zequinha Marinho, Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Jussara Lima, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Augusta Brito, Humberto Costa; **nº 3)** 60090003 UO: 30101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: 2F07 Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres - Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 500.000.000 | SOLICITANTES: Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Sergio Moro, Tereza Cristina, Damares Alves, Flávio Arns, Weverton, Professora Dorinha Seabra, Astronauta Marcos Pontes; **nº 4)** 60090004 UO: 81101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: 21G5 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações - Nacional

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2678656371

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

| ACRÉSCIMO: R$ 300.000.000 | SOLICITANTES: Zequinha Marinho, Paulo Paim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Marcio Bittar, Damares Alves, Humberto Costa, Augusta Brito, Flávio Arns; **nº 5)** 60090005 UO: 81101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: 21G1 Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 420.000.000 | SOLICITANTES: Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Jussara Lima, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Augusta Brito; **nº 6)** 60090006 UO: 84101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: 21FL Gestão dos Direitos dos Povos Indígenas | ACRÉSCIMO: R$ 200.000.000 | SOLICITANTES: Paulo Paim, Damares Alves. Ao final o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Damares Alves. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente encaminhada à CMO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2678656371

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e hum minuto do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Weverton, Augusta Brito, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Beto Faro, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da septuagésima primeira a septuagésima quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3506, de 2020 - Terminativo - que: "Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2810, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao PL 2810/2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD) rejeitando as seguintes supressões feitas pelo SCD ao Projeto aprovado pelo Senado: do art. 300-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-C do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-D do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2810, de 2025; e do art. 119-A da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 7.210, de 1984, constante do art. 3º do PL nº 2.810, de 2025. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao PL 2810/2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD) rejeitando as seguintes supressões feitas pelo SCD ao Projeto aprovado pelo Senado: do art. 300-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-C do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-D do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2810, de 2025; e do art. 119-A da Lei nº 7.210, de 1984, constante do art. 3º do PL nº 2.810, de 2025. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3371, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento." Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2251, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional da Acessibilidade Digital." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4300, de 2025 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Paulo Paim relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 6 - Sugestão n° 11, de 2020 - Não Terminativo - que: "Institui o décimo quarto salário emergencial aos aposentados durante a pandemia." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Fabiano Contarato relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da sugestão. ITEM 7 - Sugestão n° 13, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Auxílio emergencial para aposentados e pensionistas do INSS"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Fabiano Contarato relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da sugestão. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 342, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 9 - Sugestão n° 12, de 2023 - Não Terminativo - que: "Fixa piso salarial para a categoria profissional dos nutricionistas, no valor de R$ 5.000 e jornada de trabalho semanal de 30 horas." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do projeto de lei. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 121, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública para debater o PL 3506/2020, que institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Presidente declara a prejudicialidade da proposição. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 122, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública Fundo de Promoção da Igualdade Racial" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 123, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre os processos de desintrusão e os conflitos fundiários relacionados à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia, bem como sobre o não cumprimento de compromissos administrativos firmados pela própria Fundação desde 1988." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência, a Comissão transforma a convocação da referida Ministra em convite e aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 124, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Joenia Wapichana, Presidente da Funai, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre os processos de desintrusão e os conflitos fundiários relacionados à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia, bem como sobre o não cumprimento de compromissos administrativos firmados pela própria Fundação desde 1988." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 125, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CDH seja incluído como convidado o Senhor Mizael Conrado, Secretário Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 126, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CDH sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e representante da International Air Transport Association (IATA)." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 76ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 71ª e 74ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Como eu sou Relatora do item 1 da pauta e outro item também, nós temos alguns itens dos quais eu sou Relatora, eu vou passar a Presidência ao Senador Paulo Paim, enquanto eu faço a leitura dos votos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está bom, vamos em frente, então.

Presido novamente, a pedido da Presidente Damares, e vamos logo para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3506, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Em 22.10.2025, foi lido o relatório e adiada a discussão e a votação.

Autoria: Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: em 20/10/2025, a CDH realizou audiência pública para instruir a matéria.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto a Senadora Damares Alves se gostaria de fazer uso da palavra para algum complemento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Não, Presidente, foi amplamente discutido, inclusive em audiência pública, esse projeto de lei. Nós podemos já ir direto para a votação, abrindo o painel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal.

Coloco em votação o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

As Sras. e Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Já pode chamar o 2.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O painel já está aberto; os Senadores e Senadoras podem votar.

Eu vou agora para o item 2, enquanto os Senadores e Senadoras votam.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2810, DE 2025 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes contra a dignidade sexual de pessoa vulnerável, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para prever medidas protetivas de urgência a vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra a dignidade sexual, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e a adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar assistência psicológica e social especializada às pessoas com deficiência vítimas de crimes contra a dignidade sexual e a suas famílias.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao PL 2810/2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD) rejeitando as seguintes supressões feitas pelo SCD ao Projeto aprovado pelo Senado: do art. 300-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-C do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-D do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2810, de 2025; e do art. 119-A da Lei nº 7.210, de 1984, constante do art. 3º do PL nº 2.810, de 2025.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Autoria: nossa querida Senadora, aqui no Plenário, Margareth Buzetti.

Relatoria: Senadora Damares Alves, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, este projeto de lei nasceu no Senado, a autora é a Senadora Margareth, e a matéria é tão impactante, tão importante, tão necessária, que foi aprovada nesta Comissão uma semana depois da apresentação. Ela saiu daqui e, em uma semana, foi aprovada na CCJ do Senado por unanimidade. Foi para a Câmara. Observem que ela é de 2025. O senhor sabe que isso é praticamente inédito. Foi para a Câmara, foi analisada em tempo recorde em Comissões, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário da Câmara, recebeu algumas adequações no Plenário, passou por unanimidade, tamanha a necessidade que a gente tem de aprovar essa matéria.

A Câmara fez, Presidente, algumas alterações, e o meu voto hoje é tão somente sobre as alterações da Câmara. Então eu vou direto à análise e eu informo que ele é terminativo na CCJ, ele não tem que ir para o Plenário. Então, saindo daqui, ele encerra na CCJ.

A gente até havia combinado de pedir vista, pedir urgência para o Plenário, mas não há necessidade, porque ele encerra na CCJ.

À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, deixaremos o exame mais amplo da constitucionalidade e da juridicidade da matéria, ainda que, como veremos, serão feitas observações quanto às mesmas.

O acolhimento das alterações promovidas pela Câmara parece-nos, de modo geral, capaz de expandir o rol de proteção dispensado pela lei brasileira aos vulneráveis. A inclusão da pessoa idosa no art. 350-A do Código de Processo Penal amplia o leque de vítimas de vulnerabilidade abrangidas pelo instituto das medidas protetivas, conferindo a esse grupo a mesma celeridade processual já prevista para outros grupos vulneráveis.

A decisão de remeter a aplicação das medidas protetivas de urgência, aquelas previstas na Lei 11.340, de 2006, em substituição à lista específica de incisos do texto do Senado, consolida a uniformidade na aplicação judicial das medidas. Essa remissão utiliza um corpo normativo já estabelecido e amplamente operacionalizado pelo Judiciário em contexto de violência e vulnerabilidade.

O dispositivo do §2º do art. 350-B, que exige que fornecedores de tecnologia da informação mantenham representante legal no país, com poderes para receber atos judiciais e administrativos, constitui uma disposição processual que aumenta a efetividade da lei brasileira. Tal medida positiva a ideia de que empresas estrangeiras que atuem no território nacional sejam devidamente responsabilizadas e respondam perante as autoridades brasileiras.

Por fim, a alteração do novo inciso X do art. 70-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, que substitui entidades religiosas por entidades esportivas como foco nas campanhas educativas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem o condão de direcionar ações de prevenção para ambiente de ampla convivência social e participação intensa de crianças e adolescentes.

Entendemos, porém, Presidente, que a supressão efetuada pela Câmara ao PL 2.810, do art. 300-A do Decreto-Lei 3.689, de 1941, constante no art. 2º do citado projeto, aprovado pelo Senado Federal, retira dos órgãos de segurança pública e de todos os que participam da persecução penal um instrumento de capital importância: a identificação do perfil genético para a elucidação dos crimes, quando praticados por agente infrator reincidente, ao tempo em que nenhum benefício traz para a sociedade, especialmente para as vítimas dos crimes contra a dignidade sexual.

Da mesma forma, avaliamos que a supressão do art. 350-C do Decreto-Lei 3.689, de 1941, e do seu parágrafo único, constante do art. 2º do PL 2.810, de 2025, aprovado pelo Senado Federal, também efetuada pela Câmara, deixa em aberto a responsabilidade das empresas de comunicação. O que foi que a Câmara fez, Margareth? A Câmara deixou a responsabilidade só para as redes sociais, mas a gente tem televisão, a gente tem rádio, a gente tem cinema; então, a gente trouxe de volta o termo empresas de comunicação – dos provedores de aplicação de internet, dos exibidores de salas de cinema, das lojas de aplicativos, dos fabricantes de televisores conectados com oferta de canais por meio de aplicativos e dos desenvolvedores de jogos eletrônicos que identificarem a existência de conteúdos que configurem crimes contra a dignidade sexual de crianças e de adolescentes.

Entendemos, ainda, por não acatar a supressão do art. 350-D, constante do art. 2º do PL, aprovado pelo Senado Federal, pelo liame de mérito que ele possui com o art. 350-C, uma vez que é fundamental que, durante a investigação dos crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente, os entes previstos no citado art. 350-C atuarão junto à autoridade policial, de modo a facilitar o atendimento de requisições e o encaminhamento de elementos de prova, devendo indicar imediatamente um representante da empresa para o atendimento dos pedidos.

Por fim, defendemos, Presidente, a manutenção do art. 119-A, proposto para inclusão na Lei nº 7.210, de 1984, constante do art. 3º do PL, aprovado pelo Senado Federal e suprimido pelo substitutivo da Câmara dos Deputados. Compreendemos como medida positiva para a sociedade brasileira que o condenado por crimes contra a dignidade sexual somente deverá ingressar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime mais benéfico – progressão de pena – ou deverá receber benefício penal que autorize a saída do estabelecimento se os resultados do exame criminológico afirmarem a existência de indícios de que não voltará a cometer crimes da mesma natureza.

Na verdade, por mim, ele não sairia da cadeia nunca, mas a legislação permite a progressão de pena, então a gente teve que adequar à realidade da legislação atual.

O voto, Presidente.

Em face das razões trazidas, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, com a rejeição: primeiro, da supressão do art. 300-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025, aprovado pelo Senado; da supressão do art. 350-C; da supressão do art. 350-D; e da supressão do art. 119-A da Lei nº 7.210, de 1984.

Esse é o voto, Presidente.

Peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aqui vai, agora, um monte de números. Eu perguntei se eu tinha que ler, ela disse "tem que ler", então, eu vou ler rapidamente aqui.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao PL 2.810, de 2025 (Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD), rejeitando as seguintes supressões feitas pelo SCD ao Projeto aprovado pelo Senado: do art. 300-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-C do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2.810, de 2025; do art. 350-D do Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, constante do art. 2º do PL nº 2810, de 2025; e do art. 119-A da Lei nº 7.210, de 1984, constante do art. 3º do PL nº 2.810, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com essas modificações aqui, rejeitadas naturalmente nesses pontos somente, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em análise terminativa.

Pediram-me para não retornar para a senhora, então vou ficar aqui.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 122, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública Fundo de Promoção da Igualdade Racial

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Muito obrigado, Presidente, por deixar pautado.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Bem rapidamente, faço só um comentário.

Esse fundo vem desde a vez que eu apresentei o Estatuto da Igualdade Racial. Não houve acordo, naquele momento, sobre dois temas: a política de quotas e o fundo. Naturalmente, eu, como mediador e um bom negociador... Eles disseram a mim: "Aprovamos tudo, Paim, desde que tu tires esses dois". Aí eu pensei: eu tiro os dois e coloco em projetos aparte.

A política de quotas já aprovamos, com o apoio das senhoras, tanto no serviço público quanto quotas nas universidades. Eu fiz questão de destacar esses dias que as quotas são para brancos e negros vulneráveis, não são só para negros, como alguns imaginam, por falta de informação. Dei até o caso de uma menina do Rio Grande do Sul. Era loira que nem a senhora, a filha de olhos verdes, ganhava um salário mínimo. Essa senhora é aposentada. Eu a informei e a filha dela está no segundo ano, agora, de Veterinária, para a felicidade de todos nós.

Sou eu que coloco em votação? Eu sou o autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Para que a gente possa aprofundar o debate, agora, do Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

É bom lembrar que a Câmara também já está debatendo lá uma proposta de fundo semelhante a essa.

Essa vem de longos tempos. Então, é mais do que justo que também tenha um debate adequado aqui no Senado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria fazer uma sugestão na sua audiência pública.

A consultora que saiu daqui agora é especialista em fundo, inclusive para formas práticas de a gente ensinar os municípios a usarem os fundos.

Então eu queria sugerir, Presidente, que o senhor acrescentasse o nome dela como uma das expositoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que ajudaria muito os municípios ouvirem o que ela tem para falar. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, ela falou com V. Exa., falou um pouco. Eu assisti à fala e fiquei empolgado com o conhecimento dela e com o número de municípios que não entenderam ainda que podem usufruir do fundo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato. Mais da metade dos municípios no Brasil não têm o Fundo do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Por falta de conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor imagina o Fundo da Igualdade Racial.

Então, eu acho que a participação dela, nos orientando sobre como conversar com os entes, sobre como conversar com os municípios e com os estados, eu acho que seria de extrema importante. E eu quero participar muito dessa audiência. Está bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tudo bem. Está garantido.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Deu quórum, eu posso encerrar a votação do seu relatório.

Consulto os Senadores e as Senadoras se já votaram.

Percebo que todos já votaram.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Leitura do resultado no painel. Podem... Muito bem!

Foi unanimidade.

Parabéns, Relatora – e autora, né? Parabéns!

SIM 9; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Quórum: 10.

Retorno agora a Presidência à Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, obrigada! Foram dois itens da pauta, dos dois eu fui Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente agradece e cumprimenta a Senadora Margareth.

Senadora Margareth, a sua passagem por esta Casa a senhora deixou registrada na história. As mudanças legislativas que a senhora provocou na área penal mostraram o seu poder de articulação, a sua sensibilidade. E, especialmente, essa matéria de hoje, Senadora, em que o Brasil está vivendo o enfrentamento ao crime organizado, e a senhora traz um agravamento de penas aos agressores de crianças, de idosos, de pessoas com deficiência e de mulheres – os mais vulneráveis.

Quando a gente pensa numa mulher com deficiência amarrada numa cama – que não tem como levantar da cama para fazer um boletim de ocorrência ou fazer uma denúncia – e a gente identifica essa mulher, esse agressor tem que ter a pena muito agravada. Por mim, não sairia nunca da cadeia.

Mas a gente ainda estava com penas muito modestas, e a senhora, hoje, veio com essa proposta – que eu tenho certeza de que passará, por unanimidade. Inclusive, eu queria pedir à Secretaria, enquanto a gente estiver dirigindo a reunião aqui, a remessa imediata para a CCJ. Por quê?

Senador Alessandro nos ajudou a construir o voto aqui também, leu – porque ele vai ser o Relator lá –, então não há muito o que discutir da forma constitucional, porque a gente também fez, nesta Comissão, as análises constitucionais e jurídicas. Quem sabe, o Senador Alessandro – a matéria chegando lá –, ele já não consegue colocar extrapauta lá na CCJ, e a gente encerra de forma terminativa? Fica a orientação para a Comissão, eu sei que esta Comissão é mágica, esta minha Secretaria é mágica.

E no instante em que conseguirem fazer a remessa do projeto, imediatamente, Dani, Aline, já falar com o Secretário da Comissão que o projeto está lá, e alguém articular com o Senador Alessandro – quem sabe ele consiga colocar extrapauta ainda hoje.

Senadora Margareth, a senhora entrou para a história como o terror dos estupradores, como o terror dos bandidos. A senhora não está com o mandato, mas a senhora, para nós, é eterna Senadora. E mesmo que depois falem que eu não cumpri o Regimento Interno, eu vou conceder a palavra – o senhor concorda, Senador Paim? Marcos Rogério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não só...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que é justo, ela veio para acompanhar essa votação, a autora.

Senadora Margareth, a senhora vai ter a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não só concordo, como assino embaixo a responsabilidade. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Para expor.) – Obrigada, Presidente Damares, Senador Paim, Marcos Rogério.

Na realidade, para mim, eu não precisava nem fazer o uso da palavra. Eu sei, eu entendo o Regimento, mas hoje, 5 de novembro, a gente entra para a história, Senadora Damares, como Senadoras e Senadores que pensam, sim, nos mais vulneráveis. Nós estamos...

Eu, quando pensei nesse projeto, Senadora Damares, pensei como no Pacote Antifeminicídio: não fazer um projeto de cada um, quer dizer, mexemos em várias leis do Código Penal, no ECA, na pessoa com deficiência, e está aí um pacote de proteção às nossas crianças e aos mais vulneráveis.

Eu fico imensamente feliz com sua parceria, Senadora Damares, e hoje eu digo que nós entramos para a história do Senado Federal como pessoas justas, que pensam nas causas dos mais vulneráveis.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Margareth, e a gente ter tido a Presidência do Paim nessa votação tem um significado enorme, por quê?

Quando ele concebeu o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, eu estava lá. Um dos objetivos dele era inibir a violência, porque há anos a gente amarga com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

números. Só que naquele momento o que a sociedade esperava, a expectativa era aquele tamanho de pena. Hoje, agravando a pena para inibir, eu acho que a gente também faz um diálogo profundo com as verdadeiras motivações do Senador Paim.

Então, você, autora; eu, Relatora, e ele aqui tão motivado a proteger pessoas com deficiência e idosos, eu acho que a gente fez aqui um diálogo. Estava marcado lá no céu esse dia para a gente dar um passo e cumprir com aquilo para o que o nosso eleitor nos mandou para cá: a proteção dos mais vulneráveis.

Senador Paim, é uma honra, viu?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, se V. Exa. permitir, já que a senhora quebrou o Regimento antes, eu peço gentilmente que se puder constar em ata – porque por eu estar presidindo não pude votar –, que o meu voto é "sim" também... Se possível, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, gente. Obrigada, Senadora. Obrigada.

Nós vamos voltar para a nossa pauta.

Item 5 da pauta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu peço a V. Exa. a inclusão extrapauta de dois itens, que são fruto das abordagens que nós estamos fazendo, desde as últimas duas reuniões desta Comissão de Direitos Humanos. E esses requerimentos são requerimentos extremamente importantes e acho que até humanitários.

Eu estou convocando, nesses dois requerimentos – um é convocação e o outro é convite –, a Ministra dos Povos Originários, a Ministra Sonia Guajajara, e a Presidente da Funai, a Sra. Joenia Wapichana, que é Presidente dessa autarquia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, por qual razão estou fazendo essa convocação? Por uma questão de respeito a famílias que estão sendo vítimas do Estado brasileiro.

Sra. Presidente, eu denunciei aqui nas últimas duas semanas o fato de famílias que foram empossadas em terra pelo Incra, que têm título definitivo, que têm escritura pública, são pais de família, são pequenos produtores rurais, e que na semana passada, depois de todas aquelas denúncias, Senador Paim, que eu fiz aqui na Comissão de Direitos Humanos, a Força Nacional, junto com todo o aparato da Funai, foi até essa localidade e arrancou à força essas famílias, colocou fogo na casa dos moradores, destruiu currais, de onde as famílias tiram o sustento. Uma cena triste, uma cena covarde, uma cena absolutamente desonesta, e por que digo desonesta? Porque o devedor aqui não é o produtor rural; o devedor aqui é o Estado brasileiro. É o Governo Federal, através da Funai, que, mesmo reconhecendo um erro histórico, não procurou corrigir.

Eu vou justificar os dois requerimentos – a inclusão e a votação – e gostaria que votássemos aqui. E por que estou pedindo isso, Senador Paim? V. Exa. é um Senador respeitado por todos nós e é da base do Governo, eu sei. Estou aqui em minhas mãos... Sabe o que é este documento que está em minhas mãos? É um documento em que eu pedi uma reunião com a Presidente da Funai, para tratar desse assunto. Sabe qual foi a resposta dela? Não tem disponibilidade de agenda para atender.

Está aqui, está escrito, oficialmente. Disse que iria encaminhar para órgãos técnicos, para ver a possibilidade – o que nunca chegou –, e órgãos técnicos não vão resolver, porque aqui é uma decisão política, institucional.

Senador Paim, qual é o fato em si lá? Eu repito: nós estamos diante de uma situação em que a posse daqueles que são produtores rurais aconteceu antes da existência da Funai, antes da existência da demarcação da área indígena. Portanto, fizeram o projeto de assentamento, respeitaram a chamada área de amortecimento – porque antes não era a área da Funai, mas era a área de Pacaás Novos, é um Parque Nacional, uma área de preservação; e o Incra, na época, teve o cuidado de respeitar a área de amortecimento, conforme manda a regra.

Posteriormente – posteriormente –, veio um novo... Então, você tem um decreto que criou o Parque Nacional, o Pacaás; depois, veio um novo decreto, aí criando a área indígena, essa região toda. E aí eles, quando vão fazer a linha demarcatória, colocam a linha demarcatória em pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes daqueles em que deveriam estar. Ou seja: a linha demarcatória é que ficou no lugar errado.

Então, quando se fala em desintrusão – ou seja, tirar os intrusos –, quem é o intruso? O produtor rural? Não. O produtor rural foi assentado pelo Incra, a área é com documentação, com título definitivo, produtores...

Então, o que está acontecendo lá é uma grande injustiça.

Nós já temos uma diligência da Comissão de Direitos Humanos aprovada para ir lá.

Tem famílias lá que são formadas, Sr. Presidente, por mulheres, por mães, que são a dona de casa – a sitiante – e os seus filhos, que trabalham de sol a sol, lavrando a terra, para tirar o sustento para sua casa.

Eu não sei se tem outro lugar para a gente discutir esse assunto mais importante do que nesta Comissão de Direitos Humanos. Isso é desumano o que estão fazendo com eles.

Nós não estamos pedindo aqui para ir lá beneficiar invasor de terra indígena. Não. Há situações, alhures, em que isso pode acontecer, mas não é o caso.

Então, nós estamos diante da situação de Alvorada d'Oeste, em que houve a desapropriação. Nós teremos agora, nos próximos dias, uma outra área, porque a extensão é grande, pega vários municípios. Em Jaru-Uaru, que é uma outra região, os moradores foram notificados para saírem das propriedades. Mesma situação: eles têm 30 dias para desocupar; se não desocuparem voluntariamente, vai acontecer o que aconteceu em Alvorada, de ir lá a Força Nacional, com todo o aparato, e retirar à força.

Agora, Senador Paim – pasme com a informação –, é absurda a situação: diante da repercussão, houve um pedido extraordinário à Justiça Federal, e, depois de tudo isso acontecido, a Justiça Federal determinou a suspensão de todo o processo de desocupação e a volta das pessoas, até que seja julgado o mérito da questão.

Deixe-me dizer para o senhor: o senhor sabe onde vai morar aquele pai de família? Só se ele botar uma tenda de plástico dentro da propriedade. Hoje os moradores estão fazendo vaquinha, para poder reconstruir a casa de morador, de sitiante, que perdeu tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou pedindo aqui, Sra. Presidente, a inclusão extrapauta e a votação dessas duas matérias, para que a gente possa trazer aqui.

E aí não é uma questão de disputa política não. Eu quero trazer aqui a Presidente da Funai e a Ministra dos Povos Originários, para colocar o documento frente a frente e dizer: "Olha, isso aqui é um absurdo!".

O que nós queremos é que seja determinado, e aí eu tenho um documento, de 2021, em que a Funai reconhece que há necessidade de fazer essa expedição, essa revisão.

Lá em 1984, quando foi criado o decreto, o então Superintendente da Funai, à época, Nilson – não lembro o nome exatamente aqui –, reconhece publicamente: "Olha, houve um erro que precisa ser corrigido".

O Incra reconhece que houve erro, a Funai reconhece que houve erro, mas ninguém foi lá para corrigi-lo, e quem está pagando o preço alto são os produtores rurais.

Então, Sra. Presidente, estou aproveitando para pedir a inclusão e já fazendo o fundamento, porque aí não precisa de fundamentar, no sentido de a gente aprovar esses dois requerimentos.

O nosso desejo é trazê-las aqui, para a gente poder apresentar e, por uma razão humana e de bom-senso, determinar simplesmente que vá lá e, nos termos da lei, nos termos do decreto, se refaça a linha demarcatória, conforme manda a regra. É só isso. É só colocar no lugar, e o índio vai ter a terra dele, como de direito lá, a comunidade uru-eu-wau-wau, e os produtores rurais vão poder continuar com a sua vida naturalmente, como de direito, até em razão do princípio da confiança no Estado. O Estado que documenta a terra não pode, agora, chegar e simplesmente rasgar tudo, como se isso não tivesse nenhum valor.

É o apelo que faço, um apelo mais do que com base jurídica e regimental; é um apelo humanitário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, nós vamos votar agora a inclusão dos Requerimentos 123 e 124.

Nós estabelecemos aqui, na Comissão, que requerimentos de convocação não seriam apresentados extrapauta, mas, como esta Comissão já deliberou sobre uma diligência, e o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agravou, eu vou colocar em votação se a gente inclui ou não os dois requerimentos, e, depois, a gente vai discutir. O senhor já defendeu, a gente vai discutir.

O Senador Paim já sinalizou aqui que quer falar sobre o requerimento de convocação.

Então, eu solicito aos Senadores que concordam com a inclusão extrapauta dos Requerimentos 123 e 124, solicitados pelo Senador Marcos Rogério, que permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, nós vamos agora à votação dos requerimentos e nós já vamos considerar as ponderações do senhor como defesa.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre os processos de desintrusão e os conflitos fundiários relacionados à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia, bem como sobre o não cumprimento de compromissos administrativos firmados pela própria Fundação desde 1988.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

O Senador Marcos Rogério já defendeu.

Quer falar mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à discussão do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta Damares, querido amigo e Senador pelo qual eu tenho o maior respeito, e ele sabe disso, Senador Marcos Rogério.

Eu faria só... Não é nenhuma defesa, mas é uma forma de encaminhamento.

No requerimento em que V. Exa. coloca a convocação, que é de praxe nesta Casa, e normalmente somos atendidos, quando há uma posição diferente, eu fiquei também sensibilizado. Você sabe que, no meu estado, eu tenho lá indígena, mas tenho também os trabalhadores rurais, pelos quais eu tenho também o mesmo respeito por ambos.

Eu proporia a V. Exa. o seguinte encaminhamento: aprovamos os dois requerimentos como convites. Se não atenderem o convite desta Comissão, nós vamos então para a convocação.

Se V. Exa. concordar, e aí ajustamos os prazos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sra. Presidente, Senador Paim, eu não tenho dificuldade em compor, V. Exa. sabe, eu também presido Comissão nesta Casa, e essa tem sido uma prática recorrente aqui.

Até faço registro aqui de que, quando eu trouxe esse assunto a primeira vez aqui, Sra. Presidente, uma pessoa que é da equipe técnica do Governo me procurou, depois o próprio Líder Jaques Wagner também me procurou, sensibilizado com esse tema, tentando um ambiente para a gente dialogar sobre isso.

A dificuldade foi justamente lá na Funai, infelizmente. Aqui até, sendo muito honesto, houve uma sinalização, por parte da liderança do Governo, no sentido de: "Olha, realmente é um assunto que merece atenção". A Funai é que não teve essa mesma disposição e não entendeu a urgência disso.

Eu não tenho dificuldade... O apelo que faria a V. Exa., Senador Paim, e com a liderança que V. Exa. tem, é no sentido de a gente converter a convocação em convite, mas com o compromisso de V. Exa., junto à equipe do Governo – a Ministra dos povos originários e a Presidente da Funai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– garantir a vinda delas, porque a gente vai fazer o convite a algumas figuras do Estado para virem aqui.

Não vamos trazer aqui para fazer manifestação. O objetivo aqui é realmente de a gente tentar resolver.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Solução, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Solução, com base naquilo que a lei determinou, no que o decreto determinou, sem qualquer tipo de expediente de outra natureza.

A vontade aqui, a disposição aqui é de realmente trabalhar uma linha de construção de solução negociada.

Então, é essa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ponderação que faço a V. Exa.

Não tenho dificuldade em concordar com o apelo feito por V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, está transformado o Requerimento 124 de convocação em convite à Ministra dos Povos Indígenas.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento 124, nos mesmos termos regimentais e constitucionais, requer o convite à Presidente da Funai, para prestar esclarecimentos nesta Comissão.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimentos 124 e 123, de autoria do Senador Marcos Rogério.

Eu só queria fazer uma sugestão, Senador.

Nós já aprovamos a diligência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sei que, nos próximos dias, tanto a Ministra como a Presidente da Funai estão muito envolvidas com a COP.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E talvez fosse mais interessante a gente fazer, na semana que vem, em, no máximo, uns dez dias, a diligência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque a gente traria para a audiência pública inclusive imagens e relatos da diligência. Seria o tempo em que elas estão envolvidas com a COP, para elas estarem lá na COP, e, na audiência pública, a gente apresentaria inclusive o relatório da diligência.

A gente faria isso tudo num tempo muito rápido, porque eu sei que as famílias lá estão com prazo para desocupar a área.

O senhor concorda que a gente faça a diligência e traga os elementos para a audiência, para a gente conversar e confrontar os dados colhidos na diligência com os dados do ministério e da Funai?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, Presidente Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito feliz com a proposta de V. Exa., porque ela vai justamente na direção daquilo que a gente precisa. E acho até que realmente vai contribuir com a compreensão não só da Ministra, da Presidente da Funai, no momento aqui, mas trazendo, além das imagens, o depoimento daquelas famílias, trazendo a visão, de fato, de lá, *in loco*.

Então, eu concordo, e só faço realmente o apelo de que a gente possa marcar o quanto antes, porque do primeiro grupo de famílias houve a retirada, e agora houve uma decisão judicial suspendendo o processo, e, portanto, estão voltando.

No segundo município, que é o Município de Jaru, na região de Jaru-Uaru, a notificação para a retirada das famílias já aconteceu. Eles têm 30 dias para deixarem as áreas.

Então, se a gente conseguisse fazer nestas próximas, no máximo duas semanas, seria perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E aí, na sequência...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fazemos a audiência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... as audiências públicas.

Eu acho que fica perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, Senadores, nós estamos convidando que o Ministério dos Povos Indígenas e a Funai nos acompanhem na diligência e os órgãos que tiverem interesse.

Então, a gente fará primeiro a diligência, para a gente não ter problema com a agenda delas, que estão envolvidas com a COP, e a gente faz a audiência em seguida.

Eu peço o apoio da Liderança do Governo. Os técnicos estão aqui. E nós, nesse sentido, acho que atendemos às expectativas de todos.

Obrigada, Senador Paim. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5.

O Senador Arns pediu para o senhor fazer uma leitura *ad hoc*. Pode ser?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Lógico.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esse Senador Paim é uma benção, gente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4300, DE 2025

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

É um projeto de lei de autoria da Deputada Laura Carneiro – ê Laura Carneiro que trabalha, não é?

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paim, para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sra. Presidente, como o relatório é pequeno, é bem objetivo, eu vou fazer a leitura rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei (PL) 4.300, de 2025, de autoria da Deputada Laura Carneiro, originalmente registrado como Projeto de Lei 5.465, de 2016, altera a Lei 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncia relacionada à violência contra a mulher.

Para esse efeito, acrescenta o art. 1º àquela lei, determinando ao Poder Executivo que divulgue esse serviço em meios de comunicação de massa, em locais públicos e privados de grande circulação das pessoas, tais como escolas, casas de espetáculo e outros locais de diversão, órgãos públicos, hospitais e meios de transporte de massa.

Estabelece ainda que as despesas relativas a essa divulgação ficam sujeitas à previsão da Lei Orçamentária Anual.

O PL nº 4.300, de 2025, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos, Legislação Participativa e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

Agora a análise, Presidente.

O inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui a este Colegiado a competência para analisar matérias pertinentes aos direitos da mulher.

O PL 4.300, de 2025, torna o sistema de proteção à mulher mais robusto, pois de pouco adianta que exista um serviço de atendimento se ele não for eficazmente divulgado. A familiaridade da população com essa política pública é indispensável para que tenha êxito.

A Central de Atendimento à Mulher é o principal canal para o enfrentamento à violência contra a mulher. Além de receber denúncias, também presta orientação sobre leis, direitos e equipamentos públicos, como a Casa da Mulher Brasileira, as delegacias especializadas e a Defensoria Pública. Está disponível 24 horas por dia, todos os dias, pelo telefone 180 e pelo número de WhatsApp (61) 96100180, além de prestar atendimento em Libras.

Em 2024, a Central recebeu 691.444 ligações, com crescimento de 23% sobre o ano anterior. O canal do WhatsApp prestou 1.214 atendimentos mensais em 2024, o que representa 63% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento sobre a média mensal de 2023. Somando todos os canais disponíveis, foram 750.687 atendimentos em 2024.

A maioria das denúncias recebidas trata de violência doméstica, e 46% dos casos são de agressões diárias.

Trata-se de uma chaga persistente na nossa sociedade, que só pode ser eficazmente enfrentada se as vítimas souberem a quem e como recorrer.

O Estado tem o dever de estender a mão a essas vítimas, e isso começa pela divulgação dos direitos e dos serviços que estão à sua disposição.

Registramos, finalmente, que as despesas relativas ao cumprimento dos deveres previstos na proposição ficam condicionadas à previsão de lei orçamentária anual, de modo que a aprovação da matéria não acarrete, automaticamente, nenhum impacto fiscal.

Voto.

Em relação ao que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.300, de 2025.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Em discussão... (*Fora do microfone*.)

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Só para colaborar com a discussão, Presidente... Olha o que o senhor colocou no relatório: em 2024, a Central do Ministério recebeu 691.444 ligações. É muito!

E a gente sabe que nem 10% da violência são notificados. A divulgação do canal, conforme propõe o projeto de lei, é necessária e urgente.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria agora vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada, Senador Paim.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pelo relatório, e à autora, Deputada Laura Carneiro.

Item 6 da pauta.

Obrigada, Senador.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 11, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o décimo quarto salário emergencial aos aposentados durante a pandemia.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: pela prejudicialidade da sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura *ad hoc* do relatório.

Ao Contarato. Desculpem-me. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao Senador Contarato, para a leitura *ad hoc* do relatório, e, assim, a gente está colaborando com o Senador Flávio Arns nessa manhã.

Estamos limpando a pauta dele, de relatoria dele.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Damares, pela forma como a senhora vem desempenhando a Presidência nesta tão importante Comissão de Direitos Humanos, ao passo que eu quero aqui também cumprimentar o eterno e sempre Presidente, Senador Paulo Paim, que muito dignifica o Parlamento brasileiro.

Como esse relatório já foi disponibilizado, eu vou passar direto, de forma bem objetiva.

Como a Ideia Legislativa obteve apoio de mais de 20 mil cidadãos no período de dois meses, o parágrafo único do art. 6º da referida resolução determina que ela terá tratamento análogo ao conferido às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Risf, sendo encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para opinar sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

Sobre o tema, cabe asseverar que a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente do coronavírus (Covid-19) foi revogada pela Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022. Logo, não mais persiste o estado, de fato, que conferia suporte jurídico à proposição encaminhada ao exame desta Comissão.

Em face da perda da oportunidade para a apreciação da matéria, recomenda-se, com base no art. 334, I, do Risf, que seja declarada a sua prejudicialidade, independentemente de seu elevado mérito.

Voto.

Diante do exposto, vota-se pela prejudicialidade da Sugestão nº 11, de 2020, na forma do art. 334, I, do Regimento Interno.

Esse é o voto.

Senhora Presidente, foi votado isso, a gente vai votar, mas eu só queria... Porque, quando se trata de aposentado, eu acho – eu sempre gosto de falar isso, minha Presidente – que o que me move a estar na política é não perder a empatia. e eu fico muito triste quando eu vejo, assim... Você vê uma pessoa que trabalha – quando consegue trabalhar, quando consegue contribuir por 40 anos – e se aposenta, e se aposenta com um ínfimo salário de R$1.518. Aí, tem plano de saúde que faz a rescisão unilateral de plano de saúde... No momento em que mais precisam, estão lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisando de apoio emocional, psicológico, financeiro, pagar remédio, pagar aluguel, pagar tudo, alimentar-se... E a gente tem isso, não é?

E eu fico, assim, muito triste, Senadora Damares, porque a senhora sabe do meu... E isso não é fala porque eu estou na política, isso não é fala porque é político. Não. É porque, quando a gente vem de uma base carente, como foi a dos meus pais, em que a gente dividia o básico... Sabe o que é você fazer um feijão aguado para dez pessoas numa casa, e só meu pai trabalhando? Eu venho dessa realidade.

Então, quando você vê ali que um aposentado consegue, com suor, trabalhar, e vem o plano – às vezes, ele deixa de comer e de se alimentar, para pagar um plano de saúde –, aí vai, não tem... E corta-se o plano de saúde. Aí, no momento em que ele está lá num estado – claro, é físico –, o biopsicológico dele está num envelhecimento, precisa de remédio, precisa de apoio, precisa de tudo... Aí tem esse ínfimo salário.

Eu acho que a gente tinha que ter... O Brasil é tão rico... Eu acho que a gente tinha que ter uma forma de buscar esses recursos, claro, com responsabilidade fiscal, mas dar para todos os aposentados que ganham até um salário mínimo um décimo quarto salário.

Se dependesse de mim, eu acho que a gente iria fazer uma tributação das *bets*, dos banqueiros, dos bilionários, porque não é razoável que, sei lá, 20 mil pessoas ou 5 mil pessoas ou 50 pessoas, no Brasil, detenham a maior detêm a maior concentração de riquezas à custa de um trabalho que é uma verdadeira redução à condição análoga de escravo, quando está aí essa famigerada escala 6x1.

A senhora já notou que tudo que é para fazer direito para o trabalhador tem dificuldade? Tudo aqui, quando vai se debater para trabalhador, para aposentado, para mulher, para negro, para população, quem quer que seja, tem dificuldade.

Agora, na hora que a gente é instado aqui para taxar *bets*, bilionários, banqueiros, não fazemos isso. Na hora que a gente é instado aqui para acabar com supersalários, os penduricalhos, não, não podemos. Na hora que a gente vem aqui para fazer piso para determinadas categorias, aí estende-se um tapete vermelho. Mas, na hora daquele que mais precisa, que está lá, sem saúde, sem educação, sem segurança, sem nada, sem nada, o Estado e nós fechamos as portas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico com vergonha. Sabe como? Eu fico com vergonha, e me perdoe mais uma vez o desabafo, (*Manifestação de emoção.*) mas é porque esta Comissão, para mim, ela é, é...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É do coração.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É do coração, assim como a Comissão de Assuntos Sociais. Eu estava lá; venho para cá e falo: Meu Deus, a gente tem que ter mais representantes da população mais pobre. Quando falam que esta Casa representa o povo... Ai, olha, como eu acho isso uma hipocrisia. Eu acho isso uma hipocrisia.

Quais são os representantes dos pobres aqui? Quais são os representantes aqui da população preta? Das mulheres, das pessoas com deficiência, dos indígenas, dos quilombolas? Você não tem. Essa é uma casta, é uma Casa que representa castas, camadas sociais.

E eu, por que eu estou falando isso? Porque esse projeto fala da prejudicialidade. Olha, ele previa apenas o décimo quarto salário para quem estivesse durante a pandemia. E eu estou aqui falando: Meu Deus, vamos ter uma responsabilidade fiscal? Vamos.

Mas eu, eu acredito muito que a responsabilidade fiscal tem como andar de mãos dadas com a responsabilidade social. E, se dependesse de mim... E eu vou lutar para isso, tá? Mesmo que eu seja voz isolada – claro que não. Eu sempre vou contar com o apoio da senhora, porque a senhora tem isso na veia, nos olhos, na vida –, mas eu queria muito que essas pessoas que ganham um salário mínimo, R$1.518...

Outro dia, eu falei assim, numa das Comissões: eu queria que um de nós, Senadores, Deputados, políticos, vivessem com R$1.518.

Vivam com R$1.518. Trabalhem 44 horas semanais. Trabalhem numa escala 6x1. Isso está previsto no art. 148 do Código Penal: redução à condição análoga de escravos.

Então, desculpa o desabafo, mas enquanto Deus...

Eu sempre quero, exercito isso na minha vida: eu jamais posso perder a minha capacidade de me indignar, porque, quando isso acontecer, não vai fazer mais razão nenhuma de eu estar na política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo dia, quando eu acordo como Senador, é como se algo arranhasse minhas costas: "O que é que eu posso fazer para diminuir o abismo entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos?".

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ai, Senador, o senhor sempre nos provoca e nos comove com sua fala.

Mas vamos aproveitar a oportunidade, Senador, e esclarecer uma coisa para a população brasileira.

As pessoas olham para nós, Senadores, especialmente nós dois, que somos, viemos do serviço público, que não somos milionários, não somos ricos... No dia em que a gente se aposentar, tem gente que acha que nós, Senadores, temos uma aposentadoria especial, extraordinária.

Não existe, gente. Isso acabou há muitos anos. Eu e Contarato vamos viver aposentados do nosso regime de previdência. O meu é o regime de previdência nacional.

Essa semana, minha filha estava fazendo o cálculo: "Mãe, com a sua aposentadoria da previdência, a gente não consegue pagar o seu plano de saúde nem seu condomínio".

E aí, eu sei que o senhor vai ser Senador por muitos anos ainda. Sei que o senhor ainda vai ter uns três mandatos. Mas não vai ser fácil a gente viver da aposentadoria, mesmo a nossa sendo no teto. Não vai ser fácil. Imagine aquele que ganha um salário mínimo...

Eu ainda tenho esperança de casar com um bilionário. É a minha única alternativa. Inclusive, estou recebendo currículo. (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Bonita a senhora já é. Bonita a senhora já é.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas, Senador, é muito ruim o que acontece com os aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a gente vai voltar agora ao relatório, lamentando... Mas por que é que a gente trouxe? Primeiro, para respeitar e honrar o autor da proposta, que foi Sandro Gonçalves. Ele entrou com essa proposta no dia 1º/6/2020.

Acredite, Senador: no dia 5/6, ele conseguiu 43 mil apoiamentos à proposta dele, o que mostra que, naquele momento, todo mundo estava pensando nisso.

Mas a pandemia passou, e é somente por isso que o voto é pela prejudicialidade.

Mas a gente trazendo a proposta dele, só para analisar e arquivar, é honrar o Sandro Gonçalves pela ideia, todas as pessoas que o apoiaram nessa ideia, e dizer para a sociedade: continuem participando desse instrumento poderoso que é o e-Cidadania. Mandem propostas. Muitas propostas aceitas aqui viraram lei.

Então, Sandro, parabéns pela iniciativa e às 43.303 pessoas que assinaram com ele a ideia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... antes de a senhora concluir, eu quero também parabenizar o Sandro, mas eu falo assim... Isso tem que ser motivo de vergonha para a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... sabe por quê? Porque, em plena pandemia, o processo legislativo podia ter caminhado rápido. E, no Direito, a gente tem uma frase muito famosa de Ruy Barbosa, em que ele fala: "Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta".

No processo legislativo também.

Muitas vezes, se tivesse sido aprovado lá na pandemia, quando o Sandro propôs, nós teríamos dado uma resposta naquele momento, e, quem sabe, salvado tantas vidas, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Essa é mais uma sugestão que eu me sinto envergonhado de, estando no Parlamento, apenas hoje estar sendo debatida.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que declara a prejudicialidade da proposta. Mesmo assim, reiterando louvores e aplausos ao autor da proposta.

Item 7 da pauta.

Também *ad hoc*, Contarato.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 13, DE 2020

- Não terminativo -

"*Auxílio emergencial para aposentados e pensionistas do INSS*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: pela prejudicialidade da sugestão.

Observações: *Tramitação: CDH.*

É a mesma matéria, a mesma coisa.

Autoria: Programa e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Pela prejudicialidade da sugestão.

Concedo a palavra ao Senador Contarato, para fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Vou direto para a releitura, de forma bem objetiva.

Como a ideia legislativa obteve o apoio de mais de 20 mil cidadãos no período de dois anos, o parágrafo único do artigo 6º da referida Resolução determina que ela terá tramitação análoga ao conferido às sugestões legislativas previstas no artigo 102-E do Risf, sendo encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para opinar sobre sua admissibilidade e conteúdo.

Sobre o tema, cabe asseverar que a emergência de saúde pública, de importância nacional, decorrente do coronavírus, covid-19, foi revogada pela Portaria GM/MS nº 913, de 2022. Logo, não mais persiste o estado, de fato, que conferia suporte jurídico à proposição encaminhada ao exame desta Comissão.

Em face da perda da oportunidade para apreciação da matéria, recomenda-se, com base no artigo 334, I, do Risf, que seja declarada sua prejudicialidade, independentemente do seu elevado mérito.

Voto.

Diante do exposto, voto pela prejudicialidade da Sugestão 11, de 2020, na forma do art. 334, I, do Regimento Interno.

Esse é o parecer.

Mais uma vez, eu quero aqui dizer que eu não tenho procuração dos meus colegas, mas quero pedir perdão a todos esses 20 mil cidadãos que fizeram essa proposição no período da pandemia, e que nós ficamos, infelizmente, deitados eternamente em berço esplêndido.

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Relator, o autor da proposta foi o Sr. William Marcelo Struzani, e ele conseguiu 20.727 apoiamentos.

Queremos cumprimentar o Sr. William pela proposta que está sendo votada para honrá-lo, para parabenizá-lo, para aplaudi-lo pela excelente iniciativa. Mas, como já acabou a pandemia, vai ser votado pela prejudicialidade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só para complementar... William é o nome dele?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – William. William Marcelo Struzani.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – William Marcelo Struzani, eu não sei se você vai me ouvir, mas eu queria, em nome do Parlamento, lhe pedir perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive eu vou pedir à Comissão – os dois autores têm *e-mail* – que encaminhem aos dois autores inclusive o *link* desta audiência, para ver as manifestações do Senador Contarato e da Presidente.

É, no mínimo, uma forma de a gente dizer para eles o que o Senador está falando: "Perdão, a gente não conseguiu, mas não desistam de continuar mandando suas sugestões", parabenizando os dois.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pela prejudicialidade, lamentavelmente, da sugestão.

Item 9.

Agora é o Contarato de verdade.

Item 9, Sugestão 12, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma sugestão. Essa é mais recente.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 12, DE 2023

- Não terminativo -

Fixa piso salarial para a categoria profissional dos nutricionistas, no valor de R$ 5.000 e jornada de trabalho semanal de 30 horas.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Mais uma vez agradeço a oportunidade.

Veja, essa é mais uma sugestão legislativa a que eu sempre tenho total adesão.

A senhora sabe que eu fui, com muito orgulho, autor do piso da enfermagem, e o poeta Victor Hugo tem uma frase maravilhosa, em que ele fala: "Nada é mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou".

Precisou vir uma pandemia, matar 700 mil pessoas, para a gente ver o valor que esses profissionais, que ganham um salário mínimo, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem, parteiro, ganham.

Aprovamos o piso da enfermagem. Agora, eu estou lutando para aprovar a PEC 19 e faço um apelo aqui ao querido Senador Otto Alencar, que é Presidente da CCJ, para que paute a PEC da enfermagem, PEC 19, para que tenhamos 30 horas semanais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é mais uma das sugestões para estabelecer um piso para os nutricionistas.

A busca pela valorização profissional, por meio da melhoria de condições de trabalho e de fixação de piso salarial, é legítima e encontra amparo no art. 7º, *caput*, e inciso V, da Constituição Federal, porque a Constituição fala que todo trabalhador tem direito a um piso salarial de acordo com a extensão e complexidade.

No caso em análise, que trata da categoria de nutricionistas, observamos que a profissão é regulamentada pela Lei 8.234, de 1991, que dispõe, em seu art. 1º, que, abro aspas:

> A designação e o exercício da profissão de Nutricionista, profissional de saúde, em qualquer de suas áreas, são privativos dos portadores de diploma expedido por escolas de graduação em nutrição, oficiais ou reconhecidas, devidamente registrado no órgão competente do Ministério da Educação e regularmente inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva área de atuação profissional [fecho aspas].

Ademais, os art. 3º e 4º da mesma da mesma lei apresentam um longo rol de atribuições dos profissionais dessa categoria, dentre as quais podemos mencionar a assistência e educação nutricional e coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultórios de nutrição e dietética e assistência dietoterápica, hospitalar, ambulatorial e a nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos.

Ressaltamos, ainda, que os nutricionistas estão relacionados na Resolução 287, de 1998, do Conselho Nacional de Saúde, como uma das 14 categorias de profissionais de saúde de nível superior, o que demonstra sua essencialidade para a saúde e o bem-estar da população brasileira.

Deste modo, entendemos que a fixação de um piso salarial para a categoria profissional dos nutricionistas, no valor de R$5 mil, e vinculada à carga horária de 30 horas semanais, configura medida justa e razoável, que está de acordo com a relevância e a complexidade das suas atribuições e, certamente, refletirá em melhorias nos serviços de saúde prestados.

Por fim, em face da concordância com os termos da SUG 12 e da necessidade de análise da matéria pelo Congresso Nacional mediante tramitação de proposição, propomos a inserção dos dispositivos legais correspondentes à matéria na Lei 8.234/91, que regulamenta a profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão 12, de 2023, e sua conversão em projeto de lei, nos termos abaixo, para regular o processamento nesta Casa.

Obrigado.

Quero aqui estender um abraço carinhoso a todos os nutricionistas que cuidam dos enfermos, que cuidam da saúde.

Quando a gente investe na saúde – seja nutricionista, seja psicólogo, seja assistente social – , você está investindo na população que mais precisa. Então, fica aqui o meu agradecimento público a todos os nutricionistas do país, que prestam um relevante serviço à população e na preservação daquilo que é o principal bem jurídico, que é a vida humana, a saúde pública como direito de todos e dever do Estado.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relator.

Quem mandou a sugestão foi Gabriel Alves Vicente do Carmo, de Minas Gerais. Se ele estiver assistindo agora, com certeza está muito feliz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Parabéns, Gabriel! Parabéns pela profissão, e que Deus nos abençoe.

Contem sempre – tenho certeza – com a Senadora Damares aqui, com o Senador Paim, com tantos Senadores que temos aqui, não é, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Às vezes, a gente passa na política, e, independente de coloração partidária, às vezes as pessoas prejulgam, né? Criminalizam a política. Eu costumo dizer que somente através da política é que nós podemos transformar a vida das pessoas.

Parabéns, Gabriel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gabriel.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Contarato.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão.

E agora ele se transforma em projeto de lei e começa a caminhar na Casa.

Parabéns, Senador!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Deus abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, antes que o senhor saia, eu quero cumprimentá-lo pela eleição para presidir uma importante Comissão de inquérito nesta Casa.

O senhor sabe que o seu trabalho, Senador, à frente desta Comissão – e hoje nós assistimos à sua entrevista. O senhor impressionou. Está todo mundo falando da sua entrevista hoje –, o senhor vai ter a oportunidade de mudar a história do enfrentamento ao crime organizado no Brasil.

O senhor está pronto para isso. Eu acho que esse é o seu momento.

E que bom que o senhor está no Parlamento neste momento. Sucesso ao trabalho.

Não sou membro, mas vou estar lá – como não membro –, ajudando-o em tudo que for preciso.

Que Deus o abençoe nessa fase.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater o PL 3506/2020, que institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Tendo em vista a aprovação do PL 3.506, de 2020, nesta reunião, declaro a prejudicialidade do requerimento.

Os itens 3 e 8 foram retirados de pauta pelos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3371, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre a fiscalização das instituições de longa permanência e as normas de saúde a serem observadas pelas entidades de atendimento.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em reunião realizada em 29/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2023

- Não terminativo -

Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

- Em reunião realizada em 29/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.)

Eu sou autora do item, do Requerimento 125... Na verdade, eu subscrevo os Requerimentos 125 e 126, da Senadora Mara Gabrilli, que são extrapauta.

Primeiro, eu solicito que os Senadores que se encontram, que são a favor de a gente incluir essa pauta – os Requerimentos 125 e 126 –, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 125, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CDH seja incluído como convidado o Senhor Mizael Conrado, Secretário Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

O Requerimento nº 5 já foi aprovado.

Está em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 126, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CDH sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e representante da International Air Transport Association (IATA).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Está em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vencida a pauta de deliberação, vamos aos expedientes.

Denúncia 413: cidadã apresenta denúncia sobre exposição indevida e massiva de dados pessoais de cidadãos brasileiros no *site* Tudo Sobre Todos, solicitando providências para a retirada do conteúdo.

Encaminhamento: encaminhar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, às autoridades nacionais de proteção de dados e ao Ministério Público Federal, para verificar a possibilidade de apuração e adoção das medidas cabíveis quanto à disposição indevida de dados pessoais.

Denúncia 414: cidadã, pessoa com deficiência múltipla, denuncia tráfico humano, crime organizado e fraude em imóvel do DF e Goiânia, com protocolo no MPDFT em registro.

Informar à demandante que esta Comissão não possui competência para intervir em decisões, processos ou procedimentos em curso no âmbito do Poder Judiciário, em respeito ao princípio constitucional da separação e da não interferência entre os Poderes. Orientá-la que o próprio Judiciário dispõe de mecanismos, instâncias recursais, bem como de órgãos de controle interno, como as corregedorias e o Conselho Nacional de Justiça.

Denúncia 415: cidadão representa reclamação por ter sido abordado e coagido por policiais militares no Gama-DF, que lhe apontaram arma, revistaram a bolsa e fizeram perguntas intimidatórias sobre passagem criminal e drogas, alegando preconceito.

Informar ao demandante os canais disponíveis para as denúncias atinentes, quais sejam, Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, Ouvidoria da PMDF, a fim de que apurem os fatos narrados conforme as competências institucionais.

Denúncia 418: cidadão denuncia violações de direitos fundamentais e perseguição de militares contra um brasileiro preso no 40º BPM, pedindo a progressão de regime por decisão judicial não cumprida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ao demandante que, para assegurar a defesa jurídica adequada e a produção das provas necessárias, o caso deve ser levado à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que poderá prestar assistência jurídica integral e gratuita, inclusive com pedido de providência aos órgãos competentes. Ressalta-se que a Defensoria possui legitimidade para atuar na defesa dos direitos de pessoas privadas de liberdade.

Denúncia 419: cidadão denuncia violações de direitos humanos e discriminação no STJ e STF em PAD, criticando a inércia da DPU e reiterando pedido de indulto presidencial por esgotamento de vias.

Encaminhamento: informar ao demandante que, considerando que as matérias relatadas já se encontram submetidas e decididas no âmbito do Poder Judiciário, e que os fatos relativos à atuação de membros da DPU foram devidamente apurados e arquivados, esta Comissão não possui competência para interferir em decisões ou procedimentos de outros Poderes. Ressalta-se que o sistema de justiça dispõe de mecanismos recursais e de controle interno, como as corregedorias do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da DPU.

Solicitação 412: cidadã pede a obrigatoriedade da realização do exame de sorologia anti-HBS antes e depois da vacinação contra hepatite B, para verificar a infecção e a eficácia da vacina.

Encaminhar ao Ministério da Saúde e ao Ministério de Direitos Humanos para conhecimento e manifestação quanto à viabilidade de inclusão do exame de sorologia como procedimento obrigatório nas campanhas de vacinação contra hepatite B.

Solicitação 417: cidadão encaminha decisão de arquivamento do MPPE sobre sua denúncia, que o órgão justificou por prescrição e mero inconformismo do solicitante. Pede intervenção desta Comissão por inércia institucional do Ministério Público.

Informo ao demandante que esta Comissão não possui competência para intervir em decisões no âmbito do Poder Judiciário, em respeito ao princípio constitucional da separação e da interferência entre os Poderes. Orientá-lo que o próprio Judiciário dispõe de mecanismos e instâncias recursais, a exemplo do CNJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta de ofício: resposta do Ministério dos Direitos Humanos ao Ofício nº 297, de 2025, encaminhando informações complementares sobre denúncia de violação de direitos humanos em casas de acolhimento do Rio Grande do Norte.

Encaminhamento: registrar o recebimento do ofício complementar e anexar aos autos do expediente originário para controle e arquivamento administrativo, mantendo-se o acompanhamento institucional junto ao MDHC e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, conforme as atribuições regimentais desta Comissão.

Convite: a Associação de Damas das Assembleias de Igrejas Cristãs do Guará convida a Senadora Damares Alves para palestrar no evento Imersão Top Model. (*Pausa.*) (*Risos.*) Vocês escreveram certo? Associação das Assembleias de Igrejas Cristãs do Guará. A gente vai ver se o evento tem esse nome mesmo. Todas... Agora entendi a sigla. Todas Posicionadas: Movimento Despertai e Levantai. O.k., entendi a sigla.

Informar à remetente que propostas de participação em eventos devem ser avaliadas diretamente pela assessoria do gabinete da Senadora.

Nós vamos colocar em votação os encaminhamentos.

Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os encaminhamentos a todas as solicitações, denúncias e convites.

Nada mais tendo a tratar, feliz que a gente cumpriu com a pauta, com apenas dois projetos retirados de pauta a pedido dos Relatores. Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada... Antes disso, vou fazer uma manifestação.

Ministro Alexandre de Moraes, nós ainda não recebemos autorização para visitar os presos políticos, requerimento aprovado no início deste ano. Como o senhor tem se manifestado, ultimamente, muito voltado à área de direitos humanos, inclusive parabenizá-lo por estar indo ao Rio de Janeiro acompanhar tudo o que aconteceu lá, que o mesmo sentimento o senhor também destine aos presos de 8 de janeiro e autorize esta Comissão a visitar os presos políticos no Brasil. Esse é o meu pedido. Mais uma vez, a gente está fazendo publicamente, porque por escrito, a gente tem reiterado inúmeras vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus abençoe o Brasil.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quarenta minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Jorge Kajuru, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Magno Malta, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Video apresentação da AP. Finalidade: Video de apresentação inicial da AP. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 5/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., REQ 125/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 126/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Os direitos e desafios da pessoa com deficiência no setor de transporte aéreo, à luz da Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, e das mudanças propostas para uma nova resolução (ANAC)". Participantes: Raul de Souza, Diretor de Segurança e Operações de Voo da Associação Brasileira de Empresa Aérea - ABEAR - Representante das Empresas de Transporte Aéreo; Mizael Conrado, Secretário Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro; Fátima Braga, Representante do Universo Coletivo AME e fundadora da Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal – ABRAME; Marco Pellegrini, Ex-Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Simone Tcherniakovsky, Country Manager no Brasil da Associação Internacional de Transporte Aéreo - IATA; e Yuri César Cherman, Gerente de Regulação das Relações de Consumo da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Resultado: Audiência realizada nesta data. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 77ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 5, 125 e 126, todos de 2025, da CDH, e todos de minha autoria, aprovados nesta Comissão, com o objetivo de debater sobre "Os direitos e desafios da pessoa com deficiência no setor de transporte aéreo, à luz da Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, e das mudanças propostas para uma nova resolução (Anac)".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no Portal e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de apresentar as nossas convidadas e convidados, vou fazer a minha autodescrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos claros, na altura dos ombros, olhos verdes. Estou com um vestido todo *tie-dye*, colorido, verde, rosa, vermelho, preto, num ambiente iluminado, com quadros, livros e espelhos.

Agora, eu quero falar dos nossos convidados que estão participando de forma presencial: Raul de Souza, que é Diretor de Segurança e Operações de Voo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), representante das empresas de transporte aéreo.

Convidados que participarão por videoconferência: Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, infelizmente, nos enviou uma mensagem pela manhã avisando que, por motivos de saúde, não será possível estar conosco na audiência. A gente deseja melhoras para a Secretária Anna Paula e lamenta o imprevisto.

Agora, os convidados que participarão por videoconferência: Fátima Braga, representante do Universo Coletivo AME (Atrofia Muscular Espinhal) e fundadora da Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal (Abrame); Yuri César Cherman, Gerente de Regulação das Relações de Consumo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Marco Pellegrini, ex-Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Mizael Conrado, Secretário-Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro e ex-Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; Simone Tcherniakovsky, *Country Manager* no Brasil da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata).

Agradeço a presença de nossas convidadas e convidados nesta audiência pública, na qual vamos falar de um dos direitos mais básicos de qualquer cidadão, que é o de ir e vir. Mas, antes, eu vou fazer uma breve fala de introdução ao nosso debate e vamos, antes ainda da minha breve fala, exibir um vídeo preparado pela equipe da nossa Comissão de Direitos Humanos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada pelo vídeo.

Eu queria convidar o Sr. Raul de Souza, Diretor de Segurança e Operações de Voo da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) para compor a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Bom, como bem mostrou o vídeo, hoje o nosso foco é debater os desafios do transporte aéreo em oferecer acesso universal e derrubar as barreiras que ainda existem para incluir todas as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida nesse direito.

A gente vive num país com dimensões continentais, e o transporte aéreo é um meio extremamente necessário para unir famílias, amigos, mas também para promover educação, cultura, esporte, lazer, turismo, trabalho e saúde.

As pessoas com deficiência também desejam viajar para usufruir do turismo, do lazer, para conhecer melhor a cultura culinária, tradições, monumentos e as ricas belezas do nosso país e de outros locais do mundo.

E muitos cidadãos com deficiência precisam viajar diversas vezes por ano devido a compromissos de trabalho, congressos, *shows*, tratamentos, eventos, competições; às vezes, como os nossos atletas, por exemplo, como os nossos artistas ou profissionais, mas, muitas vezes, como público, torcedores, fãs.

Todo mundo tem direito de viajar para celebrar o aniversário de um familiar que reside em outro estado ou país; participar de momentos únicos como casamento, despedida de um ente querido, e, a depender das distâncias, o transporte aéreo se torna ainda mais necessário. Tudo isso faz parte da vida.

A gente não pode admitir que uma parcela da população, a dos brasileiros que têm algum tipo de deficiência, seja impedida ou tenha seu acesso ou direito dificultado porque usa uma cadeira, porque usa um respirador, porque usa uma almofada, porque usa uma bengala, porque não enxerga, enfim. E leis não faltam.

Como todos sabem, temos assegurado, desde o ano 2000 – quando a Lei Federal de Acessibilidade, a 10.098, foi aprovada –, que os diferentes modos e meios de transporte devem oferecer acessibilidade e mobilidade para todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais recente, já completando uma década, temos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência – da qual tive a honra de ser a Relatora e autora do texto final, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional.

A LBI veio para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais pelos brasileiros com deficiência.

Em seu art. 46, reforçando as garantias da Lei 10.098, estabelecemos expressamente que, para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo – terrestre, rodoviário, aéreo –, são parte integrante os veículos, barcos e aeronaves, e também os terminais, as estações, as paradas do sistema viário e a própria prestação do serviço.

Quando a gente fala de sistema acessível, a gente está falando de tudo isso. E hoje, no âmbito do transporte aéreo, é a Resolução nº 280, de 2013, da Anac, que regulamenta as questões de acessibilidade e de assistência aos passageiros.

No entanto, neste ano, a agência colocou em consulta pública uma nova proposta de resolução com mudanças no atendimento a pessoas com deficiência, que trouxeram uma aflição muito grande ao segmento, um desconforto muito grande para quem tem deficiência e viaja, e uma aflição que representa milhões de consumidores com algum tipo de deficiência, cerca de 9% da população brasileira, que querem ter seus direitos assegurados, respeitados, como qualquer outro cidadão, qualquer outro público consumidor.

Dois pontos receberam mais críticas: a alteração do conceito sobre quem é o passageiro que tem necessidade de assistência especial; e a permissão dada à empresa aérea, que poderia decidir sozinha, de maneira unilateral, quem seria a pessoa com deficiência com autonomia e independência para viajar desacompanhada.

São pontos sensíveis que merecem reflexão aprofundada e a promoção da participação ativa dos cidadãos com deficiência. E, somado a isso, infelizmente, muitas pessoas com deficiência vêm denunciando violação de seus direitos no transporte aéreo, e algumas bastante graves, como serem impedidas de embarcar, serem constrangidas por equipes de terra ou de bordo, que deveriam ajudar, ou ainda terem seu desembarque atrasado, dificultado, ou não podendo sentar numa poltrona que seja adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesma já passei por isso de ser obrigada a ficar por horas presa no avião, sem poder desembarcar, por não localizarem a minha cadeira de rodas. E também assim, como muitos já nos relataram, de receber um equipamento vital, como é a cadeira, ou outra tecnologia assistiva, completamente danificado.

Essas queixas também trazem questões como a falta de informação sobre os procedimentos necessários, o desconhecimento ou o desinteresse sobre a real necessidade de apoio e suporte de cada pessoa, falhas no atendimento prioritário, no embarque, no desembarque.

Parece que o passageiro com algum tipo de deficiência é visto como um problema a ser evitado. Por isso, a importância desta audiência, para que a gente possa colocar mais luz nessa discussão e trabalharmos mais para garantir direitos e aprimorar os serviços aéreos, que são tão necessários, e impedir que direitos já conquistados sejam retrocedidos.

Eu agradeço, mais uma vez, a presença de todos e, antes de passar a palavra aos nossos palestrantes, eu comunico que cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos.

Eu vou passar a palavra para o Sr. Raul, mas fica tranquilo, Mizael, que eu já sei que você tem compromisso e logo, logo, eu passo a palavra para você também.

Então, com a palavra, o Diretor de Segurança e Operações de Voo da Abear, Associação Brasileira das Empresas Aéreas, o Raul de Souza.

O SR. RAUL DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora, pelo convite e pela oportunidade de estar nesta Comissão.

É tão importante para a gente esse assunto – a gente que eu digo são as empresas aéreas, a indústria como um todo –, que eu vim presencialmente para fazer essa apresentação. Esse é um assunto...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

O SR. RAUL DE SOUZA – ... que a gente tem labutado muito internamente, depois que a Anac colocou a possibilidade de revisão da Resolução 280, que é uma resolução de 2012... 2013,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desculpa. Tem 12 anos aí na praça, no mercado, e já passou da hora de a gente revisar isso, porque esse tema é superimportante. A gente precisa aperfeiçoar de qualquer maneira essa regulação.

Antes de eu começar, Senadora, se me permitir, eu vou fazer uma breve descrição para quem está *online*: eu sou um homem branco; 1,80m; tenho 96kg; sou desprovido de cabelo; uso barba, está ficando branca, inclusive; estou vestindo um terno preto com uma gravata que eu tentei combinar, que é cinza. Essa é a minha descrição.

Eu tenho uma apresentação para ser feita e eu vou iniciá-la. Ela é supersimples, mas eu acho que é importante para orientar o início da discussão aqui nessa importante Comissão.

Tem um *delay*.

Na revisão da Resolução 280, as empresas contribuíram, a gente se reuniu e fez várias reuniões internas, fez reuniões com a agência reguladora, a Anac – o Yuri, colega que está presente aí, participou de reuniões com a gente –, e um dos pilares que a gente colocou, fundamentais na revisão da atual resolução é: ampliação da acessibilidade e o aprimoramento do atendimento ao Pnae, isso é indiscutível, tem que ser feito, e isso é um processo contínuo. Podem acontecer algumas falhas, mas a gente está aqui para isso, para corrigir e buscar a melhor condição de prestar esse serviço.

A garantia da segurança durante toda a operação, não só do passageiro com deficiência, mas dos demais passageiros que habitam o mesmo ambiente confinado, que é uma aeronave. E o cumprimento de todos os requisitos técnico-operacionais de certificação das aeronaves. Isso é superimportante para a gente, para a gente não perder uma linha que é fundamental e foi conquistada com vários anos, que é a segurança desse meio de transporte.

Eu coloquei aqui, para esclarecer, algumas orientações que são gerais que as empresas passam aos seus colaboradores, e isso é revisado e constantemente retreinado com eles: o princípio básico é a comunicação, ou seja, perguntar ao cliente como pode ajudar e quais são as suas necessidades; clientes que não possam compreender as instruções de segurança ou que não possam atender as suas necessidades fisiológicas sem assistência deverão estar acompanhados; não há um número máximo de clientes com necessidades especiais; independentemente de o cliente estar acompanhado ou não, ou do tipo de deficiência que possui, as informações devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser adequadas ao cliente e transmitidas pelo comissário assim que possível durante o embarque até o fechamento das portas; os clientes com necessidade de atendimento especial embarcam primeiro, dentro do possível, e terão atendimento prioritário em todas as fases do voo, inclusive nos procedimentos de *check-in*. Esse atendimento demanda atenção e cuidado especial dos tripulantes, pois cada vez mais as autoridades e a própria sociedade preveem serviços diferenciados e de qualidade, não sendo admissível expor esses clientes a situações constrangedoras, conforme a própria Senadora já explanou no início da audiência.

O cliente Pnae, como chamamos na regulação da Anac, tem direito aos mesmos serviços que são prestados aos clientes em geral, porém em condições de atendimento prioritário em todas as fases de sua viagem, inclusive com precedência aos clientes frequentes das empresas aéreas. E devem-se observar as suas necessidades de assistência especiais, incluindo o acesso às informações e às instruções, às instalações aeroportuárias, às aeronaves e aos veículos à disposição dos demais clientes. Então, essas orientações são básicas e são transmitidas e revisadas sempre pelas empresas aéreas, junto aos seus colaboradores.

Prosseguindo, acho que o mais importante aqui são alguns pontos de atenção que a gente trouxe aqui. Não trouxemos todos, porque as contribuições para a Resolução 800 são densas e já foram enviadas à Anac. A gente trouxe alguns pontos – só para clarificar – que devem ser observados na construção da nova resolução, na visão do operador aéreo aqui.

Na definição de Pnae, conforme a Senadora já tinha comentado anteriormente, o ponto de atenção é a dificuldade para determinar todos os níveis e tipos de deficiência de cada passageiro. Isso é uma dificuldade para a empresa aérea, para prestar o melhor serviço. Devem-se observar as restrições relativas à segurança operacional, que fica, ao fim e ao cabo, sob responsabilidade das empresas aéreas. Então, no final, a responsabilidade sobre a segurança da operação e do transporte é do operador aéreo. (*Pausa.*)

Está demorando um pouquinho para passar aqui.

Ainda no art. 3º, no §2º, o Pnae possui autonomia e livre-arbítrio no acesso, em condições de igualdade, aos demais passageiros ou serviços de transporte aéreo – isso é indiscutível. Porém, a autonomia e o livre-arbítrio não podem se sobrepor ou prevalecer sobre os requisitos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança operacional. Isso é uma preocupação nossa, e a gente vai ter que equacionar isso, para garantir a segurança de todos que estão a bordo.

No art. 6º, o Pnae deve receber os mesmos serviços que são prestados aos demais passageiros, porém em condições de atendimento prioritário. Isso também é indiscutível, porém o ponto de atenção é: a priorização mencionada no art. 6º, em todas as fases da viagem, deve atentar para as restrições técnicas de alguns tipos de aeronave.

A título de exemplo, existem aeronaves que operam reguladas pelo Rbac 121, que é o nosso guarda-chuva da aviação regular brasileira, que regula as empresas aéreas brasileiras, existem aeronaves que estão embaixo desse guarda-chuva de regulamento que não dispõem de cadeira de rodas ou espaço para colocação de cadeira de rodas a bordo, por questões de certificação de projeto. Então, a gente tem que entender também que existem alguns projetos de avião; os aviões foram certificados e são utilizados, mas, por questões dimensionais e de certificação e de engenharia, não existe essa possibilidade.

Art. 8º: "A prestação de assistência especial de que trata esta resolução não deve acarretar qualquer ônus ao Pnae", em conformidade com os dispositivos aplicáveis. A gente tem um ponto de atenção aqui, uma preocupação – inclusive, foi feita a contribuição para a ANAC – com relação à subjetividade na definição de "qualquer ônus", que pode acarretar interpretações diversas, além daquelas previstas pelo regulador.

A gente considera que se deve considerar – "considera que se deve considerar" é um pleonasmo, eu errei aqui – todos os aspectos de segurança operacional que somente o operador aéreo vai determinar, como, por exemplo, uma evacuação de emergência.

Então, pessoal, só para esclarecer aqui para vocês, porque não sei se todo mundo tem esse conhecimento, os aviões são certificados para serem evacuados, em questão de emergência, em 90 segundos. Todas as portas têm que ser abertas, os comissários têm que apoiar, e todo mundo que está a bordo tem que sair desse avião em 90 segundos. É um requisito de certificação, então essa é uma preocupação nossa numa condição de emergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 9º: "O Pnae que requeira assistência especial deve informar ao transportador aéreo, desde o início da consideração dos serviços de transporte aéreo, independentemente do canal de comunicação utilizado: [...] a indicação de quem viajará desacompanhado ou acompanhado".

Aqui também temos outro ponto de atenção. Essa indicação é superimportante para a empresa aérea, para garantir o devido atendimento especial solicitado e a segurança operacional também, que é superimportante. Entendemos nós, empresa aérea, que, nesses casos, deve haver uma avaliação especial técnica, específica para esse transporte.

Art. 14º: "O Pnae possui autonomia e livre arbítrio acerca de seus próprios cuidados pessoais, cabendo-lhe a decisão de viajar desacompanhado ou acompanhado".

Aqui, o nosso ponto de atenção, nesse artigo, é que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAUL DE SOUZA – ... por vezes, o Pnae pode não dispor da capacidade para avaliar, dentro do ambiente operacional que estará inserido, se poderá viajar desacompanhado ou não. A gente entende que nem todo mundo tem um conhecimento técnico do que é viajar num ambiente confinado e pressurizado. A decisão demanda análise técnica específica quanto ao risco inerente à atividade aérea. A atividade aérea tem um risco, principalmente nas situações de emergência, como despressurização, descompressão explosiva e evacuação de emergência. A decisão quanto à necessidade de acompanhante não deve caber somente ao Pnae, mas deve ser compartilhada com a equipe médica especializada das empresas aéreas.

Estou encerrando já.

Art. 15º: "O transportador aéreo não pode restringir o transporte de Pnae desacompanhado sob alegação de incapacidade de cuidar de seus próprios cuidados pessoais, podendo ser exigida a autodeclaração do Pnae assumindo plena responsabilidade por seus cuidados pessoais".

Aqui, o nosso ponto de atenção é: cuidados pessoais, incluindo auxílio com alimentação, necessidades fisiológicas ou auxílio médico que for necessário não devem ser uma atribuição ou responsabilidade da tripulação. Uma autodeclaração equivocada sobre a capacidade de atender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus próprios cuidados pessoais pode expor o cliente e demais passageiros a desconfortos e constrangimentos, além dos riscos, exatamente o que a empresa aérea não quer.

Era isso, Senador, o que eu tinha para apresentar. Eu me coloco à disposição para continuar aqui acompanhando a audiência.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Raul de Souza.

Esclarecedor, dados importantes, mas, às vezes, é tão duro, sabe, Sr. Raul, porque é claro que, para a pessoa com deficiência, em qualquer situação, no teatro, na igreja, no parque, no carro, em qualquer lugar, a dificuldade é maior. A gente sabe disso, não é?

É por isso a nossa necessidade de nos adaptarmos a situações emergenciais, inclusive para as pessoas com deficiência. É algo de extrema importância.

Eu queria avisar que o nosso Senador Jaime Bagattoli está presente. Queria saber, Senador, se o senhor quer fazer uso da palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado.

Obrigado, quero cumprimentar aqui a Senadora Mara Gabrilli.

Quero dizer para vocês que a gente tem que ter sensibilidade com essas pessoas que têm algum problema, algum problema de locomoção, essas pessoas que têm alguma deficiência; e agradecer sempre a Deus poder ajudar essas pessoas, de uma maneira ou de outra.

Eu quero aqui agradecer... É Raul de Souza, né? Você é da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Abear, né?

O SR. RAUL DE SOUZA – Exatamente, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero dizer até para você que uns dias atrás, uns 20 dias atrás, veio comigo uma pessoa lá do Município de Ji-Paraná, de Rondônia. O nome dele é Geovani – Geovani. Veio aqui, conheceu a Senadora Damares, conheceu diversos Senadores. Ele tem... Ele vai na Apae. Já tem mais de... Passou já dos 40 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que ele tem 41, 42 anos, e a gente vê a alegria dessas pessoas quando são bem tratadas por todos nós. Não é só na questão do transporte aéreo, mas no transporte rodoviário, nos ônibus, enfim, todas as situações que tem...

Eu até fiquei assim indignado outro dia, vendo que um Governo – o Governo agora – querendo tirar parte dos direitos das pessoas que... Principalmente essas pessoas da Apae, que estudam, que vão hoje, que têm um acompanhamento na Apae, que têm uma participação muito grande de emendas parlamentares, tanto da federal quanto da estadual.

Quero dizer para vocês que a gente fica, eu... Como eu via como funcionava a aviação, o transporte aéreo, 40 anos atrás, e como funciona hoje... Então, isso nós temos que admitir: as empresas melhoraram muito, não só pela questão da lei, mas por uma questão de também sensibilidade, que eles sabem que têm que dar um bom tratamento, uma boa condição a essas pessoas.

Inclusive, no dia que eu trouxe o Geovani, veio um acompanhante junto também, mandei um acompanhante para vir com ele, com autorização da família e tudo. Ele ficou hiperfeliz, tanto pelo tratamento aéreo que ele teve dentro do avião quanto pelo tratamento, pela recepção que ele teve aqui em Brasília.

Quero dizer que nós temos que ser sensíveis com essas pessoas e temos que fazer aquilo que nós pudermos fazer, que o Congresso Nacional puder fazer, que as pessoas, independentemente... A própria sociedade, aquilo que puder fazer para essas pessoas, é só gratidão, porque a gente sabe qual que é o procedimento, o que ela tem de enfrentar na vida, ainda mais se tiver que fazer uma viagem longa e não tiver um bom tratamento.

Obrigado, Sr. Raul.

Eu queria aqui, Senadora Mara Gabrilli, dizer para você que o Senador Bagattoli... eu tenho hoje, inclusive, um irmão meu, que eu queria trazer aqui em Brasília; ele teve um AVC. E a gente vê como essas pessoas... no caso dele, eu nem posso, nem dá para... hoje, quase seria impossível levá-lo num avião de linha comercial. A gente fica assim, sensibilizado mesmo. E não é porque a gente só tem um caso, às vezes, dentro da família, ou amigos da gente, mas nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender que nós, os seres humanos, precisamos ter mais amor, mais dignidade com essas pessoas.

Obrigado.

O SR. RAUL DE SOUZA – Senador, se o senhor me permitir, Senadora, eu sou aviador de formação – Força Aérea, piloto. A aviação é ultratecnologia, mas, por trás disso tudo, quem está operando é um ser humano, e quem está sendo atendido é um ser humano. Então, a proposta das empresas na contribuição da consulta pública é cada vez mais humanizar esse serviço, alinhado com a tecnologia. Isso é o mais importante para a gente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Jaime. Muito obrigada, Raul.

Agora eu quero passar a palavra para o nosso atleta paralímpico, Secretário-Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado.

O SR. MIZAEL CONRADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Exma. Senadora Mara Gabrilli, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes; Raul, Pellegrini – nosso Marco Antonio Pellegrini.

Primeiro, eu quero dizer que é uma alegria participar desta sessão, especialmente estar com você, Mara, que é uma pessoa muito importante, não só para o Comitê Paralímpico, mas para todas as pessoas com deficiência deste país, já que você encampou aí a maior inovação legislativa da história no tocante às pessoas com deficiência deste país, criando alguns marcos importantes, e segue na luta por garantia de direitos, por constituição de direitos para as pessoas com deficiência do Brasil.

Esta audiência pública é mais um ato nesta direção; um tema tão importante e tão relevante, que basicamente garante um dos mais relevantes princípios constitucionais, que é o direito de ir e vir. Então, mais uma vez, te cumprimento por liderar esta audiência, e eu sei que você, na própria norma, anteriormente ditada pela Anac, trabalhou muito para que o retrocesso não fosse ainda maior do que o que foi. A gente espera que nessa consulta pública a gente possa equacionar alguns problemas importantes, com relação às condições de viagem para as pessoas com deficiência no Brasil e até para fora do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou aqui do Comitê Paralímpico Brasileiro, que realiza uma série de eventos – são mais de 500 por ano –, e a gente tanto emite passagem para as nossas seleções, para os nossos atletas que representam o nosso país, como também a gente recebe mais de 800 clubes que participam das nossas competições.

Apenas o Comitê Paralímpico Brasileiro emite em torno de 12 mil bilhetes por ano. São 12 mil... Aliás, são 24, porque são 12 mil viagens e 24 mil trechos por ano.

Os nossos dissabores são inúmeros e eu quero dividir em duas partes.

Primeiro, a questão da própria norma da Anac. Quando antes da vigência da última norma, nós tínhamos lá os assentos preferenciais. Então, as pessoas com deficiência sempre tinham a prioridade dos primeiros assentos, o que se alterou em nome do aspecto econômico das companhias para que elas pudessem vender esses assentos. Naturalmente, a gente entende também os desafios dessas companhias, não à toa a gente ouve na imprensa que uma está quebrando, que precisa fundir com a outra ou que pediu recuperação judicial. Então, naturalmente, não pode passar despercebido esse aspecto econômico em torno do setor aéreo. Por outro lado, não dá para a gente também desconsiderar a necessidade dos usuários.

Já aconteceu comigo, várias vezes, de sentar no meio da aeronave, ali pela poltrona 15, 20, e eu perder o serviço de bordo, porque eu estou na janela, o serviço passa no corredor e eu não consigo ter acesso. Eu que sou cego tenho esse tipo de problema. Também no desembarque, já aconteceu muitas vezes, a gente fica por último e, se eu não saio da 15ª poltrona lá para a frente do avião, para que as pessoas me vejam, para que eu desembarque, muitas vezes, se eu ficar ali, eu vou permanecer ali. E quando for partir para o próximo voo é que alguém vai me encontrar na 15ª poltrona. Muitas vezes, se a gente pensar no cadeirante, a situação é ainda mais complexa, porque o cadeirante tem ainda uma questão de mobilidade, que é um complicador maior do que é para o cego.

Então, eu entendo que isso deveria ser revisto. Obviamente que não se pode impedir a companhia de vender um assento e auferir receita com aquele assento, quando não há prioridade, quando não há necessidade de alguém ocupar aqueles assentos. Agora, da mesma forma como os *upgrades* ou as compras desses assentos acontecem momentos antes do voo, pelo menos depois do *check-in* aberto, você poderia estabelecer um prazo anterior para que as pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência pudessem ter direito de acessar esses locais, porque isso não é um privilégio, é uma necessidade.

Outro ponto muito importante, que não tem relação com a norma, mas tem a ver com as companhias aéreas, e que são duas coisas. Primeiro, o aspecto da terceirização trouxe uma piora bastante significativa no atendimento, pelo menos a meu ver. A gente precisa chegar ao aeroporto com uma antecedência maior, por conta de uma documentação que poderia ser anteriormente preenchida. O cego parece bastão, muitas vezes, de corrida, então, leva o *blind* para um quadradinho, aí vem outra pessoa buscar o *blind* do quadradinho e passa para uma outra pessoa, até que a gente possa chegar à aeronave. Muitas vezes a gente tem alguma necessidade naquele percurso, de ir a uma farmácia, a um banheiro, que, lamentavelmente, por conta desse processo todo, muitas vezes, a gente acaba não conseguindo fazê-lo por conta desses trâmites, de estar sendo passado como um bastão por vários atendentes ali.

Além do que a gente tem vários perfis de viajantes. A gente tem o perfil do viajante, que é o caso de todos nós, muitas vezes a gente está indo para férias, para uma viagem e não tem problema aguardar, chegar com um pouco de antecedência. Mas, por outro lado, eu imagino o caso da própria Senadora Mara Gabrilli, que tem eventos em São Paulo e dali a pouco tem que estar em Brasília, em um curto espaço de tempo. Como é que ela vai chegar 2,5 horas, três horas antes de um voo? Sem contar que, se estiver sozinho, você precisa aguardar o funcionário. Aí descem todos os passageiros e, muitas vezes, a gente espera ainda mais 10, 15 minutos, o pessoal limpando o avião e a gente lá dentro para descer. Quer dizer, uma prioridade que é a última a descer e, lamentavelmente, não há uma preocupação com esse indivíduo, porque pouco importa se ele tem um compromisso, uma reunião, uma atividade, porque, na realidade, a prioridade são os procedimentos da companhia aérea.

E o aspecto da capacitação, da preparação desses funcionários. É muito comum a gente... Semana passada, eu viajava para o Chile, eu estava com uma mala de mão, a funcionária me pede "Deixa que eu levo sua mala". A gente passa pelo raio-X, passei pela imigração, e aí eu pergunto: "Você está com a minha mala?", ela esqueceu minha mala na esteira. Enfim, algo que poderia me trazer um prejuízo imenso, se eu não me lembro da mala naquele momento, a mala teria, infelizmente, ficado para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunicação. É muito comum, na volta dessa mesma viagem para o Chile, eu embarco, quando desço do avião, tem lá uma cadeira de rodas. E naturalmente, eu disse: "Não preciso da cadeira de rodas". E aí o funcionário leva a cadeira e depois volta para me buscar, e nisso demorou mais de 15 minutos para voltar. Eu já tinha ficado por último no avião e o próximo embarque já ia ter o seu início.

A gente teve muitos problemas também com os nossos atletas que têm deficiência física, com relação às cadeiras. Quando a gente vai viajar com uma equipe de bocha, que é uma modalidade em que as pessoas são tetraplégicas, a gente manda toda a documentação relativamente às cadeiras, sobretudo as motorizadas. Chega no aeroporto, não sei o que acontece com essas informações, que precisa ser feito o processo todo novamente. Então, normalmente, eles chegam cinco, seis horas antes de cada voo para conseguir embarcar. Sem contar nos casos em que a gente tem delegação, já aconteceu isto no rúgbi, por exemplo, para a Dinamarca: nós tínhamos uma equipe de três atletas e aí não conseguimos embarcar, tivemos que dividir em três voos diferentes, muitas vezes isso implica logística, implica custo, porque, se é para um local que tem apenas um voo, apenas uma companhia, implica diárias a mais, alimentação a mais, enfim, todo um custo que a gente acaba tendo que suportar, por conta dessa necessidade de embarcar em voos diferentes.

Então, espero que esta consulta pública possa realmente corrigir essas questões, que as companhias aéreas invistam na capacitação dos seus colaboradores. Quando o Raul diz aqui que tecnologia, processo, tudo isso é importante, mas o fundamental são as pessoas, porque são as pessoas que operam e que executam todos esses processos.

Então a gente espera, obviamente, sem prejuízo do aspecto econômico, que se pense na necessidade das pessoas e numa condição razoável de viagem que essas pessoas devem ter e que, de fato, essa questão da capacitação seja observada pelas empresas, que as empresas entendam que ali está um consumidor como qualquer outro, que, não obstante, precisa de atendimentos especiais. É uma obrigação da companhia, porque é um cliente que, da mesma maneira como todos os outros passageiros, adquire os seus bilhetes e tem, lá na Constituição da República, o direito de ir e vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos. Mara, muito obrigado pelo convite, parabéns pela iniciativa e, de verdade, a gente aguarda que, ao final, essa consulta pública possa gerar uma melhoria nas condições de viagem para a população com deficiência. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Mizael, meu amigo Mizael; já viajamos muito juntos, sempre nos encontrando. Você sabe, Mizael, que você mencionou a minha dificuldade de ter que pegar voo toda semana. Atualmente, eu só posso viajar por uma companhia aérea brasileira, porque uma das companhias aéreas brasileiras colocou uma aeronave para Brasília em que não cabe a minha cadeira. A única aeronave que vai para Brasília é essa aeronave em que não cabe a minha cadeira.

E, na outra companhia aérea, eu posso chegar no avião sem a cabeça, que não tem como eu sentar na primeira fileira. (*Risos.*) Eu posso tentar reservar com antecedência, mas não acontece, porque o assento as pessoas pagam e, muitas vezes, a companhia aérea dá o assento de cortesia. E aí chega a pessoa com deficiência, que antes ainda tinha essa prioridade, né, e hoje não tem mais, Mizael. E, se tiver que, por exemplo, me carregar – são duas pessoas para me carregar; eu já sou enorme, com mais duas para entrar na tua poltrona lá na 15, na janela –, acabou, eu fico inteira roxa, e quem está me carregando também.

Então, assim, a gente chegou a um momento em que, tem hora em que eu não tenho como viajar, não tenho, porque não tem lugar, não tem aeronave, não tem como. E, olha, eu vou lhe dizer que eu sofro muito menos no Brasil do que fora. Acho que as nossas companhias já aprenderam bastante, mas muitas estão retrocedendo por questões de atitude mesmo, de comportamento. E a gente entende a questão econômica, mas, se é prioridade, é prioridade.

E essa questão de a prioridade desembarcar por último, isso tinha que mudar no mundo inteiro, não faz sentido algum. Ainda mais uma prioridade que passou a noite inteira viajando, que não consegue chegar ao toalete do avião, ainda vai ser a última a desembarcar. Então, tem muita coisa para a gente discutir.

Superobrigada, Mizael, por trazer essas coisas, essas situações por que você também passou, e lhe agradeço sempre por abrilhantar nossas audiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero passar a palavra para Fátima Braga, Representante do Universo Coletivo AME e fundadora da Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal, outra amiga querida.

Com a palavra, Fátima.

A SRA. FÁTIMA BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, bom dia. Obrigada pelo convite. É sempre um prazer estar à frente de ações como essa, lutando pelas pessoas com deficiência, as pessoas com doenças raras, que também são usuários do transporte aéreo.

E, sabe, Mara, eu acho que nesse momento a gente não fala só de uma pessoa cadeirante, a gente fala também de pessoas que são cadeirantes e usam equipamentos de suporte à vida, os quais são barrados, são violados quando esses pacientes precisam de uma viagem aérea. Eu mesma já passei – você sabe da história –, há alguns anos, uma situação humilhante com o meu filho. Tudo comprado já, a gente estava com um evento, inclusive com você, e nós fomos barrados no embarque para poder viajar com o Lucas para participar de um evento extremamente importante para a comunidade AME na época.

Então, hoje nós vemos direitos violados. Todos os equipamentos que são de ventilação mecânica, seja para apneia do sono, para paciente neuromuscular, para pacientes tetraplégicos que precisam respirar, em algum momento do dia, com equipamentos de suporte à vida, que são equipamentos fabricados nos Estados Unidos, na sua maioria, que são regulamentados internacionalmente, são aceitos internacionalmente em qualquer voo... No Brasil, esses direitos são violados absurdamente.

Então, quando eu escuto falar que algumas coisas não conseguem andar, não conseguem realmente acontecer, porque as companhias aéreas estão com cuidado com essas pessoas com deficiência, eu discordo, não é só isso. Nós, que não temos deficiência, passamos por vexames absurdos nos aeroportos: você tem que embarcar rapidamente, você pega filas imensas, você tem a sua bagagem que está regulamentada, com o peso correto, com a mala correta, confiscada para ir no porão e, na verdade, ou você aceita ou você é convidada a não embarcar.

Para as pessoas com deficiência, a maioria, que precisam de acompanhantes, são pessoas que têm os seus direitos violados todos os dias, todas as horas, chegando ao cúmulo de você querer viajar com o seu filho que tem uma deficiência mais crônica e você ter que comprar três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fileiras de cadeiras, ou seja, nove passagens, para tirar as cadeiras, colocar uma maca e levar duas pessoas acompanhantes, mas você imagine você comprar nove passagens com o preço das passagens no Brasil. Fica inviável, é justamente para você desistir de viajar.

E eu acho esse tema extremamente importante. A gente vem lutando não é de agora, já faz anos. Eu me lembro de que isso aconteceu com o meu filho, ele tinha 12 anos, ele já vai fazer 24. Então, isso é um absurdo, sabe? É humilhante porque você vai, tem aqueles formulários, o médico do paciente coloca todas as informações, coloca que essa pessoa está (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a Fátima caiu.

Enquanto a Fátima tenta se reconectar, eu quero passar a palavra para o Professor, meu amigo Marco Pellegrini, que é especialista em tecnologia assistiva e ex-Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Depois, Marco, quando a Fátima voltar, ela espera você terminar e continua, está bom?

Então, com a palavra o Marco Pellegrini.

O SR. MARCO PELLEGRINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Combinado, Mara.

Superobrigado pelo convite para estar aqui neste momento tão importante. Você, que já nos salvou em várias outras situações, como foi o caso da vacina – naquele momento, você conseguiu gerar uma audiência como esta, a gente conseguiu mudar a prioridade da vacina e colocar naquilo, porque realmente precisava – e em tantos outros momentos, Mara. Você é maravilhosa.

Eu sou um homem negro, de 60+, sou tetraplégico. Hoje, estou como Coordenador de Mobilidade e Transporte na Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e meu sinal na comunidade surda é a mão fechada, imitando o meu *joystick* aqui, com o polegar encostado no queixo. E eu venho aqui não só como um usuário e alguém que é muito impactado por isso; eu começo dizendo que isso é uma emergência, porque é aquilo que a Mara relatou aqui, de que ela não consegue viajar. Eu gostaria de estar fazendo esta audiência presencialmente; eu não estou porque é extremamente difícil, desgastante esse processo e eu nunca sei se eu vou chegar lá com a minha cadeira em condição de eu poder usá-la – e, na volta, a mesma situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, o que a gente está discutindo aqui não é uma questão de se o acompanhante paga ou não paga, se é importante ou não é. Nós estamos discutindo por algo que a gente não consegue pagar, que é o direito de poder comprar uma passagem, programar umas férias e saber que vai conseguir cumprir isso. Eu já estive em diversas situações – desde 2008 que eu estou trabalhando em governo, militando – e viajei muitas, mas muitas vezes (semanalmente, praticamente), e sofri todo tipo de consequência por conta disso. Então, eu posso falar com muita propriedade, com muita tranquilidade do que tem sido isso.

Também falo como especialista, porque eu sou metroviário. Dentro do metrô de São Paulo, eu acompanhei, ajudei, apoiei todo o processo de adaptação da empresa para transportar pessoas com deficiência; eu sou o primeiro empregado que o metrô teve nessa condição e isso causou impacto e se estendeu ao transporte ferroviário também. E também à questão de abandono de prédio. Então, eu conheço profundamente essa questão.

Eu trago aqui, primeiramente, um ponto – e eu já fui tirado do avião por diversas maneiras diferentes. Já estive sentado dentro do avião, voltando de uma conferência em Brasília, e me tiraram do avião dizendo que a minha cadeira era um perigo para o voo – então é aquilo que o Mizael colocou, de que você manda toda a documentação, você informa isso e, lá na ponta, não acontece. De uma forma muito equivocada, vieram dizer que a minha cadeira tinha uma bateria que não podia voar. A minha cadeira custa US$30 mil.

Como a Fátima colocou aqui, ela tem todas as homologações internacionais, porque ela é fabricada nos Estados Unidos e na Suécia. E aí, vem alguém que não conhece absolutamente nada e vem fazer uma afirmação completamente equivocada. E eu venho no momento seguinte, no voo seguinte, porque eles constataram que não tinha absolutamente procedência nisso.

E eu já tive cadeira quebrada das mais diversas formas e apoio alguns amigos e conhecidos pela minha capacidade de poder consertar isso. E é recorrente esse tipo de situação. Então é algo que tem acontecido.

Mas eu quero me debruçar aqui no que o Raul trouxe no começo. Então ele falou da preocupação das empresas na certificação da aeronave, em 90s. Sim, é verdade isso. Eu participei de uma experiência desse tipo que a Gol promoveu, com a participação de muitos de vocês que estão aqui. Nós estávamos nesse momento de simulação, dentro de uma aeronave aqui em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congonhas, com as mais diversas situações. Eu, como tetraplégico, outros, cegos, cego com cão guia, pessoa com baixa estatura, autista, uma diversidade completa de pessoas com deficiência. E inclusive com o acompanhamento do engenheiro da Boeing que estava lá para acompanhar esse procedimento, que era inédito no mundo. E nós fizemos o abandono da aeronave dentro de um padrão que vocês estabelecem como norma, que mundialmente está estabelecido. Então essa não é uma situação que possa ser referida como impedimento para ter pessoas com deficiência no transporte aéreo.

Eu, quando você falou também, Raul, de companhias, tipos de aviões que não cabem, etc. e tal. Sim, é verdade. Eu acabei de vir da Alemanha, fiz uma conexão em Madrid, embarquei num avião minúsculo, não cabia cadeira nenhuma lá dentro, de transbordo, nem nada, e eles me puseram no avião e tiraram do avião. E antes de eu embarcar, eles mediram a cadeira, me perguntaram, perguntaram para mim, que sou o dono da cadeira, e não para quem não conhece, como é que a cadeira ia poder entrar no bagageiro, se a altura máxima do bagageiro era de 1,20m. E eu fui lá e preparei a cadeira para isso, retirei o encosto, e a cadeira chegou. Então é uma questão de conhecimento, de treinamento, de formação.

Uma outra situação que você trouxe é a questão da assistência especial. Eu percebo, na definição da norma e na visão de vocês, ouvindo-os, que existe uma confusão aí, uma penumbra em cima do termo que vocês usam, de Pnae. Então uma pessoa com deficiência é uma pessoa que, por definição, tem um estado permanente, não é? Isso é a base da definição. A deficiência é um estado permanente. Então eu não vou viajar e vou explodir dentro do avião, ou eu vou vomitar, ou eu vou... lá acontecer coisas que possam ameaçar qualquer um.

Quando eu pego um avião, e as pessoas com deficiência pegam um avião, elas têm uma deficiência física, elas têm uma deficiência neurológica, o que seja, elas são pessoas em estado permanente. E no dia a dia, elas usam um recurso para isso e se preparam para isso. Então eu sou capaz de decidir e de definir se eu consigo viajar sozinho naquela situação ou não. Ninguém vai definir isso por mim. O meu estado é permanente, eu sei o que é o meu estado. Então eu não entro num avião para contar com o auxílio de alguém para ir ao banheiro, ou para contar com o auxílio de alguém para comer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto precisa estar muito claro para vocês: é diferente de uma situação... Eu tenho um amigo que foi impedido... Ele tem síndrome de distrofia e ele foi impedido de comprar passagem com antecipação – uma passagem internacional – porque disseram assim: "Ah, não, não sei como você vai estar lá na frente, se você vai poder viajar nessa condição". Isso não é questionável – isso não é questionável. Ele detém a completa informação da necessidade que ele precisa para embarcar. Então, não somos pessoas doentes. Pessoas doentes é que precisam de tudo isso que vocês estão dizendo aí: de um especialista técnico, médico, o que quer que seja, para dizer em que condições elas podem viajar.

Pessoas com deficiência não precisam disso. Nós não vamos explodir no meio do caminho, infartar, coisa nenhuma, e, durante o voo, as ocorrências que podem nos acontecer são ocorrências que podem acontecer a qualquer pessoa. Eu já estive em voo em que a pessoa infartou, já estive em voo em que a pessoa teve diarreia e teve que o avião parar, no meio do caminho, porque ninguém aguentava mais. Isso é comum às pessoas. Não é comum às pessoas com deficiência, especialmente.

Uma outra questão que o Mizael trouxe, com muita propriedade, é a questão de que o avião, a empresa aérea trabalha para conseguir equilibrar caixa. Sim, todas as vezes em que a gente tem esse tipo de complicação no embarque e no desembarque, é atraso para o voo. É como é para vocês: perde *slot* de decolagem, atrasa voo... Até cancelar voo já aconteceu, por causa de situações desse tipo que viram confusão: a gente já embarcou e a cadeira não chegou, quebrou cadeira, ficam criando situação por causa de espaço dentro do avião: "Você vai sentar aqui ou ali" – isso é atraso no voo.

Então, assim, nós temos solução para isso. Madrid é um exemplo, o aeroporto de Madrid. Quando o Mizael colocou isso: "A gente fica num cercadinho"... No aeroporto de Madrid, o sujeito combina, em Lisboa também: "Você vai ficar onde? O seu voo vai sair tal hora. Ah, aqui? Eu te pego aqui, onde você quiser". No aeroporto de New Jersey é a mesma coisa. Eles têm uma equipe especializada, dentro do aeroporto, que não é da empresa aérea, é um terceiro que está preparado e consegue fazer o embarque e o desembarque com muita tranquilidade, garantindo os nossos equipamentos, os nossos recursos, sem nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo que, para vocês, hoje, empresas aéreas, vocês também estão sendo tão prejudicadas quanto a gente, porque, a cada perrengue desse, a cada problema com isso, é prejuízo. E, para nós, chegar com um equipamento estragado... Da minha cadeira, eu tive um motor quebrado. Outro dia teve um sujeito de uma empresa aérea que tentou desligar a bateria – eu orientei que ela não desliga daquela forma –, já estava desligada, ele tentou desmontar a cadeira... Essas coisas significam que eu tenho que esperar vir da Suécia ou vir dos Estados Unidos uma peça para consertar minha cadeira. Hoje, quem tem compromissos profissionais e viaja com frequência tem duas ou três cadeiras para poder dar conta de cumprir os compromissos que precisa.

Então, a gente está vivendo uma situação que, apesar... Eu respeito aqui o empenho de vocês, Simone, que estão aí tentando construir essas soluções, mas vocês precisam fazer isso com uma parceria maior e melhor com a comunidade de pessoas com deficiência, para conseguir ter definições e a gente chegar a um consenso que garanta a vocês e a nós uma condição digna e, para vocês, rentável e sem nenhum problema. Sabe, não é possível a gente estar a toda hora passando vexame para embarcar, devido a um debate dentro do avião: "Ah, está atrasando todo mundo. Está acontecendo isso. Ah, perdeu o horário". É uma coisa perfeitamente evitável.

O problema não são as pessoas com deficiência, o problema está sendo na estrutura, na estratégia e no conhecimento a respeito desse embarque e desembarque. Nós ainda temos muitos equívocos.

Coloco-me à disposição. Vivi essas situações, por muito tempo, em várias outras condições. Então, o que a gente une no transporte metroferroviário não é diferente de um avião. No transporte metroferroviário, com 8 milhões de pessoas todo dia, em São Paulo, pessoas com deficiência, em todas as situações, viajam lá sem nenhum problema. Então, não é possível que na aviação seja diferente.

Experiências que eu tive em outros lugares do mundo foram melhores do que aqui no Brasil. Aqui no Brasil tem sido uma tragédia. É isso que eu queria trazer aqui para vocês.

Muito obrigado e a gente segue aqui acompanhando a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Marco, muito obrigada pela sua fala. Obrigada pelas suas colocações, superpertinentes, de extrema importância.

Eu queria passar não só para você, Marco, mas para todo mundo, que a gente está recebendo muitas perguntas no e-Cidadania e comentários. Então, eu queria passar à da Andreia, do Distrito Federal: "Como [que] a Anac pretende garantir que pessoas com deficiência tenham os seus equipamentos de mobilidade protegidos e recebam assistência na viagem?"

O Fábio, de São Paulo, pergunta: "Quais mudanças na resolução 280 da Anac serão debatidas para melhorar a acessibilidade no transporte aéreo de pessoas com deficiência?"

O Jean, também de São Paulo, pergunta: "Como podemos aumentar a inclusão no transporte aéreo no Brasil?"

E há alguns comentários.

Do Luan, de São Paulo: "O transporte aéreo no país está cada vez mais elitizado e inacessível às camadas mais pobres da sociedade".

O Luiz, do Rio de Janeiro, diz: "A Anac deveria ter um cuidado maior com o consumidor final, a Lei de Acessibilidade é de 2000 e só em 2025 isso está sendo debatido?"

O Carlos, de São Paulo: " A inclusão da pessoa com deficiência é uma obrigação do Estado, o direito de ir e vir, para todos os brasileiros, é garantido pela Constituição Federal".

E a Teresina, de Minas Gerais, diz: "O interessante [aqui]: se preocupam em ter acessibilidade para os *pets*, mas pouca coisa foi revista para acessibilidade do deficiente".

E aí eu quero ver se a Fátima quer concluir a fala dela, que ficou interrompida.

Muito obrigada, Marco. (*Falha no áudio.*)

Esse lugar maravilhoso onde você está, parece que você está numa ilha deserta.

A SRA. FÁTIMA BRAGA (*Por videoconferência.*) – É, hoje choveu por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO PELLEGRINI (*Por videoconferência*.) – É uma ilha verde, aqui em São Paulo, no Jabaquara.

Obrigado, Mara. Obrigado a vocês que estão aí com a gente tentando progredir nisso, nessa questão. Eu tenho certeza de que a gente vai chegar a um lugar melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Marco.

Vá lá, Fátima.

A SRA. FÁTIMA BRAGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto.

Quando a gente fala também em relação às cadeiras de rodas? A gente sabe que a nossa tecnologia em relação à cadeira de rodas ainda tem muito o que melhorar. São cadeiras de rodas caríssimas, de R$80 mil, R$100 mil, cento e tantos mil reais. Uma pessoa como o Marcos, que tem a cadeira dele totalmente adaptada para a liberdade dele, para a questão da tecnologia assistiva, então, você imagina ter essa cadeira quebrada em um voo nacional, internacional, independentemente. Então, assim, eles não sabem sequer respeitar as malas, que dirá as cadeiras, que dirá os equipamentos.

Então, assim, eu acho que esse tema a gente vai ter que discutir muito. Eu acho que este debate é um dos muitos que precisam ter com as pessoas envolvidas, mas as pessoas que realmente querem fazer essa diferença. Eu ouvi, no começo, Mara, os perrengues que se passam com você, enquanto Senadora.

Então, você imagina uma pessoa que não tem vez, que não tem voz, que precisa embarcar, às vezes em uma cadeira de rodas simples, e não consegue. Não existe o respeito, fora a própria sociedade, que não está preparada para conviver com pessoas e suas diferenças.

Então, eu já ouvi pessoas falando que um cadeirante estava atrapalhando o voo, que o voo estava atrasado porque dava muito trabalho colocar esse cadeirante dentro de uma aeronave. E a gente não precisa estar passando por isso, sabe? Eu acho que é uma questão de respeito, é uma questão de direitos adquiridos, e esses direitos deveriam estar sendo melhorados e não, depois de 25 anos, em relação à acessibilidade, a gente estar aqui discutindo um direito básico, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito de ir e vir, seja ele em transporte urbano, transporte de trem, de avião, não importa. Mas eu acho que muita coisa tem que ser melhorada, sim.

Então, a minha fala é essa, e a gente tem um grande sonho. Nos Estados Unidos, em relação à atrofia muscular espinhal, existem hoje voos fretados, voos fretados... – parou de novo – para adolescentes viajarem para acampar; só pessoas que têm doenças crônicas, que têm equipamento de suporte à vida, mas que têm o direito de ir e vir respeitado, enquanto aqui a gente mal consegue. Alguns até conseguem voar, mas o perrengue é muito grande, e a gente precisa mudar isso.

É essa a minha fala, muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Fátima. Para mim, você é um ícone dessa história, porque, depois de o Lucas ter tentado viajar com suporte respiratório e de a gente lutar tanto para que isso acontecesse, meu gabinete passou a ser procurado por muita gente que tem suporte respiratório e quer viajar. Então, para variar, você e o Lucas abrindo portas.

Obrigada, viu, Fátima, e manda um beijo para o Lucas.

A SRA. FÁTIMA BRAGA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Mara. Beijo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora, com a palavra, a *Country Manager* no Brasil da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), a Simone Tcherniakovsky.

Simone, você não tem noção da minha alegria de ver você aí no meio. Nossa, foi uma grata surpresa, gente.

A SRA. SIMONE TCHERNIAKOVSKY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nem me diga! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – É a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa. Essa Simone tem uma sensibilidade, assim, histórica já com doenças raras. Então, Simone, você não tem noção. A gente conta com você... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TCHERNIAKOVSKY (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – ... de estar nessa posição, de toda a sua competência em várias áreas e do teu conhecimento e sensibilidade para com a pessoa com deficiência. Então, eu estou encantada em saber que você está aí e está conosco, viu? Muito obrigada.

A SRA. SIMONE TCHERNIAKOVSKY (*Por videoconferência*.) – Puxa vida. Olha, Senadora, desculpe essa minha proximidade, que eu a chamo até de Mara – às vezes eu esqueço que é a Senadora que está por trás, assim –, porque eu fiquei tão feliz.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Pode chamar.

A SRA. SIMONE TCHERNIAKOVSKY (*Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, obrigada pelas palavras e pelo carinho.

Eu sou recém-chegada ao setor, tenho apenas dois meses que assumi essa posição. E quando veio o convite, eu falei:" Meu Deus do céu, olha eu de novo com a Senadora e com o tema de doenças raras e pessoas com deficiência", que é um tema muito próximo ao meu coração, você sabe disso, o quanto eu gosto. E eu estou aprendendo muito sobre o setor. O setor aéreo é cheio de *nuances*, de especificidades, mas, como bem sabe a Senadora, eu sou uma militante da área de saúde há mais de 20 anos e estou muito feliz de estar aqui, de verdade.

Então, muito obrigada. Obrigada por me receber. Obrigada pelas palavras, pelo convite. Tem muita gente boa nesse setor e muita gente capacitada para melhorar essa questão da acessibilidade, que é tão cara para as pessoas com deficiência. Então, novamente, obrigada, de coração.

Eu vou fazer uma fala, eu tenho um texto aqui com algumas mensagens. A lata participa desse assunto com bastante propriedade há muitos anos e eu quero transmitir para vocês o que a lata defende nesse sentido. Antes de mais nada, novamente agradeço aqui a oportunidade da minha participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me descrever: eu sou uma mulher branca, de cabelo preto, com luzes. Eu estou sentada num ambiente doméstico, aqui na minha casa. Eu uso óculos, a armação dos meus óculos é vermelha, e estou usando uma camiseta verde, com brincos verdes do mesmo tom.

Bom, obrigada por essa oportunidade de participar hoje dessa audiência. Em nome do setor aéreo nacional e internacional que representamos, eu quero expressar o grande apreço que nós temos pela sua liderança, Senadora, na promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A sua dedicação à legislação inclusiva, particularmente por meio da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência, teve um impacto muito grande na criação de uma sociedade mais justa para todos.

E valorizamos, claro, a oportunidade de participar dessa audiência. É uma plataforma significativa para o diálogo aberto, e como indústria, a gente entende a importância de garantir que todos os passageiros, independentemente da sua condição de saúde, possam viajar com segurança, independência e dignidade. A acessibilidade não é apenas um requisito legal, é uma obrigação moral que todos abraçamos.

A Iata é uma associação global de companhias aéreas e nós somos irmãs da Abear. Nós representamos mais de 300 companhias em todo o mundo, domésticas, nacionais e internacionais, e a Iata desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de padrões e na promoção das melhores práticas, principalmente em acessibilidade.

Então, a nossa estrutura de *policy*, política fundamental, promove: a igualdade de acesso às viagens aéreas para todos os passageiros, independentemente se a pessoa tem, ou não, deficiência, independentemente se a deficiência dela é visível ou não; a harmonização das regulamentações globais para evitar situações e confusões e garantir uma prestação de serviços consistente; e colabora significativamente com organismos internacionais, como a Oaci, que é a Organização da Aviação Civil Internacional, e as autoridades nacionais, como a Anac, aqui também presente, para integrar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direito da Pessoa com Deficiência na legislação e nas práticas operacionais da aviação que sejam consistentes, adaptadas ao setor que representamos, utilizáveis e que não criem dificuldades indevidas para nossos membros. Em 2019, ou seja, já há seis anos, os membros da Iata adotaram, por unanimidade, a resolução sobre passageiros com deficiência, reafirmando o compromisso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecer viagens seguras, confiáveis e dignas. Essa resolução marcou uma mudança crucial para abraçar a acessibilidade e a inclusão, incentivar os governos a adotar estes princípios em suas políticas nacionais, de aviação, perdão.

Os princípios fundamentais da Iata sobre acessibilidade, adotados com a resolução, enfatizam a segurança como primordial para todos os passageiros, a igualdade de acesso às viagens aéreas, a harmonização das regulamentações globais e a colaboração com a Oaci e as autoridades nacionais, como, no caso, a Anac, para integrar a acessibilidade na política de aviação. Esses princípios orientam nossas operações diárias e a definição dos padrões.

Como eu já mencionei, e muitos já mencionaram, como o próprio Raul, a segurança é prioridade número um para essa indústria e por nenhuma razão ela pode ser comprometida. As políticas de acessibilidade devem respeitar os limites impostos pela segurança operacional, e essas medidas não devem ser confundidas com decisões pessoais tomadas pelo passageiro ou seu responsável legal, que não resultem dos requisitos técnicos do transportador.

Reconhecemos a iniciativa da Anac de revisar e modernizar a Resolução 280. O esforço para redefinir quem se qualifica como passageiro que requer apoio e assistência é um passo essencial para a clareza e consistência. Pensamos que essa redefinição siga incluindo passageiros com deficiências não visíveis, cujas necessidades podem não ser imediatamente aparentes, mas, ainda assim, são válidas e importantes.

Reconhecemos também a proposta de permitir que as companhias aéreas avaliem a segurança de viagens individuais para passageiros com deficiência. Embora apreciemos a flexibilidade que se oferece na tomada de decisões operacionais, acreditamos que essas avaliações devem ser guiadas por critérios transparentes, inclusivos e harmonizados para garantir a justiça e evitar repercussões não intencionais na segurança de todos os passageiros.

As transportadoras, ou as companhias aéreas estão sujeitas a requisitos de segurança mais rigorosos do que outros modos de transporte. Eles exigiriam que um assistente de segurança viajasse com os passageiros para cumprir os regulamentos de segurança impostos pelas autoridades, como acontece, por exemplo, na Europa com a Easa. Portanto, não é uma escolha da empresa, mas, sim, uma medida necessária para atender aos requisitos estabelecidos para fornecer os mais altos padrões de segurança nas viagens aéreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Operacionalmente, a lata forneceu orientações essenciais sobre o transporte de dispositivos de mobilidade. Isso inclui a utilização de códigos: o SSR, que é o S*pecial Service Request*, e o PNR, que é o *Passenger Name Record*. São dois códigos que são usados para facilitar as informações, para que essas informações de acessibilidade sejam transmitidas às companhias aéreas.

Além disso, a implementação, também, de etiquetas padronizadas de ajuda à mobilidade para o transporte seguro de cadeiras de rodas, e a formação de pessoal de rampa para garantir o manuseio adequado das ajudas de mobilidade, assim como o equipamento de elevação do aeroporto, quando o mesmo estiver disponível, o que é crucial; essas medidas são cuidadosamente projetadas para proteger esses dispositivos auxiliares de mobilidade e aprimorar a experiência da viagem dos passageiros com deficiência.

Além disso, reconhecemos a importância da colaboração multilateral. Nós instamos os reguladores a irem além das regras nacionais e a adotarem padrões coordenados globalmente. Essa abordagem é vital para garantir que as medidas de acessibilidade sejam práticas, eficazes e escaláveis. (*Pausa.*)

Desculpa. Houve um simpósio sobre acessibilidade na aviação civil internacional de 2024, que foi organizado pela Iata, pela Oaci e pela ACI, dos aeroportos, e ele se concentrou em abordar barreiras arquitetônicas, tecnológicas e informacionais, promovendo o *design* inclusivo e o acesso universal.

Então, alguns princípios foram estabelecidos, e há esse compromisso de implementação, que são os seguintes: estabelecer equipes especialistas dedicados à acessibilidade para fornecer suporte aos passageiros durante toda a viagem; criar plataformas de reserva acessíveis, que capacitem os passageiros a solicitar assistência antes da viagem e de forma independente, como parte de nosso projeto A um Clique de Distância; melhorar o manuseio dos dispositivos ou auxiliares de mobilidade para reduzir danos e garantir as devoluções dentro do prazo, sem nenhum tipo de avaria; participar de pesquisas de *design* de cabine inclusivas, que consideram os padrões e medidas de segurança para cadeiras de rodas no corredor; e oferecer treinamento prático anual para a equipe, incluindo avaliações de competências.

Eu acho que não tem nada diferente do que foi dito até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE TCHERNIAKOVSKY (*Por videoconferência.*) – Bom, caminhando para o final. Embora a gente esteja bastante orgulhoso do nosso progresso, a gente reconhece que desafios persistem.

Existem definições inconsistentes de assistência especial, existem lacunas de comunicação, existem obstáculos operacionais durante o embarque e o desembarque, particularmente em aeroportos que não necessariamente são tão acessíveis quanto deveriam, e isso requer uma necessidade urgente de clareza regulatória e medidas proporcionais.

Eu agradeço, em nome da Iata, a colaboração com os governos, reguladores e grupos de defesa, para cocriar soluções que reflitam genuinamente as necessidades dos passageiros e as realidades das operações.

Juntos, eu acredito que podemos garantir que as medidas de acessibilidade não sejam apenas caixas de seleção regulatórias, mas melhorias significativas na experiência de viagem.

Estamos comprometidos com a defesa da autonomia, dignidade e a não discriminação.

Muito obrigada pelo tempo e a oportunidade de representar a indústria.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Superobrigada, Simone, estou muito feliz de te ouvir.

Agora, você, o Raul e o Yuri, que vai falar agora, nós vamos ficar em contato mais próximo para a gente poder trabalhar melhor essa questão. Temos muito trabalho a fazer, né, Simone?

Enquanto você falava, chegaram várias mensagens.

O José, de São Paulo: "Como garantir que a exigência de acompanhante não limite a autonomia nem discrimine passageiros com deficiência?".

A Luciana, de Minas Gerais: "Quais ações estão previstas para tornar aplicativos, *call centers* e totens acessíveis a pessoas com deficiência visual e auditiva?".

E o Carlos, de São Paulo... Isso eu já falei. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isabella, da Bahia: "PCDs poderiam ter o despacho de bagagem de bordo liberado gratuitamente, pois é mais uma dificuldade para deficientes físicos". Isso é verdade, principalmente para quem carrega equipamento.

A Nivea, do Pará: "O acesso do desconto da passagem aérea para criança autista e acompanhante deveria ser com carteirinha oficial de autismo."

A Luciana, de Minas Gerais: "A acessibilidade é parte da qualidade do serviço aéreo e beneficia a todos, inclusive idosos e pessoas com mobilidade reduzida."

Muito obrigada. Há tantos comentários.

E agora eu quero passar a palavra para o último, mas tão importante, o Gerente de Regulação das Relações de Consumo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Yuri César Cherman.

Yuri, você está com a palavra.

O SR. YURI CÉSAR CHERMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento inicialmente a Senadora Mara Gabrilli, que é uma grande parceira nossa nessa empreitada em prol das pessoas com deficiência, em nome de quem eu cumprimento os demais Parlamentares, os demais componentes aqui da mesa.

Eu vou iniciar com minha audiodescrição: eu sou um homem branco, de cabelo castanho e curto, olhos castanhos, estou usando óculos de armação fina, uma barba castanha curta também, e estou vestindo um terno azul com uma gravata verde e camisa branca.

Eu vejo como um privilégio, viu, Senadora Mara, poder falar aqui ao final, porque eu costumo dizer que eu sou um anotador contumaz, e eu tentei tomar nota de tudo o que foi dito aqui pelos que me antecederam. Preparei hoje uma fala geral sobre acessibilidade e tentei já incluir muitas dessas contribuições que vieram ao longo da audiência pública.

Então eu lhe agradeço, Senadora, mais uma vez, por esse convite da Comissão de Direitos Humanos, por poder vir aqui reafirmar o compromisso da Anac com a acessibilidade.

Nós temos várias frentes de atuação com relação à acessibilidade, não é só a frente normativa. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a frente da fiscalização. Acho que muitos aqui devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber que tivemos dificuldades orçamentárias nos últimos anos para conseguir fazer todo o trabalho fiscalizatório da forma como a gente desejava. Isso já foi uma questão endereçada pelo nosso Presidente recém-empossado, o Tiago Faierstein. É uma das bandeiras dele, correr atrás de orçamento para que a gente possa cumprir a nossa missão.

E eu posso garantir aqui para todos que nós vamos cumprir essa missão fiscalizatória não só no presencial, nós temos uma frente fiscalizatória remota que acompanha todas as reclamações em âmbito coletivo da plataforma consumidor.gov.br. Lá, o consumidor reclama, a empresa tem um prazo de até dez dias para responder, a Anac monitora toda essa relação, a resposta das empresas, e, com isso, a gente consegue priorizar a nossa fiscalização, direcionando para os problemas que estão mais quentes ali no transporte aéreo.

E aí eu falei que são várias frentes: tem frente de educação para o consumo, fizemos uma ampla campanha de educação para o consumo no último ano a respeito de acessibilidade no transporte aéreo. Temos tido um relacionamento muito próximo... A gente tem a sorte de dividir o prédio com a Secretaria dos Direitos Humanos, com a Secretária Anna Paula Feminella, então eu tenho a sorte de me encontrar com ela aqui frequentemente, trocar uma ideia com ela e com a equipe dela sobre os problemas que estão acontecendo no transporte aéreo. Então, esse relacionamento próximo, não só com a secretaria, mas, aqui, com este Parlamento, também engrandece a nossa atuação.

E nós temos também projetos estruturantes – eu vou citar dois aqui. Um projeto estruturante que é muito relevante é a capacitação do setor em atendimento antidiscriminatório, antirracista e anticapacitista. Então, vejam, é a Anac contratando a Enap para prestar capacitação para funcionários de atendimento das empresas aéreas e dos aeroportos, para que tenham um atendimento adequado também para pessoas com deficiência.

Temos um outro projeto que também é muito relevante para esse público-alvo das pessoas com deficiência, que é o aprimoramento dos formulários – o aprimoramento do Medif e o aprimoramento do Fremec. A gente está com uma iniciativa em parceria, inclusive, com a Sociedade Brasileira de Medicina Aeroespacial.

Eu estive, inclusive, num evento com essa sociedade no último sábado agora, no último fim de semana, cobrando, justamente, ações da Sociedade Brasileira de Medicina Aeroespacial, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que haja a devida qualificação não só dos médicos – cada empresa tem uma equipe de medicina que analisa esses formulários –, mas para que esses médicos consigam também qualificar os funcionários de atendimento das empresas aéreas, para que conheçam as deficiências, as questões médicas e todas as particularidades dos equipamentos utilizados. Então, essa é mais uma frente – a otimização do formulário e a capacitação dos funcionários das empresas.

E eu acho que também não tinha como deixar de comentar o nosso projeto de revisão normativa da Resolução 280. É um projeto que foi conduzido com toda a prioridade possível, um projeto que entrou na nossa agenda regulatória. É um projeto no qual, desde o início, a gente levou em consideração o lema das pessoas com deficiência, que é "nada sobre nós, sem nós".

Então, desde o início, antes mesmo de rascunhar a norma que foi submetida à consulta pública, a gente teve contatos frequentes com o Ministério dos Direitos Humanos, com a Senacon, com a Associação do Ministério Público, com Procons, com entidades representativas de pessoas com deficiência, como a Abrace, a Andep e a Cetefe. E, a partir desses contatos iniciais, a nossa equipe minutou uma análise de impacto regulatório, e, a partir disso, a gente minutou o rascunho de alteração normativa, que foi submetido à sociedade, no âmbito da Consulta Pública 2, de 2025.

Vejam, essa foi uma consulta pública que tramitou de meados de janeiro até meados de maio. Fizemos, inclusive, uma audiência pública presencial aqui, na Anac, da qual eu tive a oportunidade de compor a mesa e pude acompanhar. Como eu disse, eu sou um anotador contumaz; então, eu anotei todas as contribuições, nas mais de cinco horas de audiência pública. E recebemos também 625 contribuições por meio da plataforma oficial Participa + Brasil.

Qual é o foco dessa mudança normativa? Nosso foco é garantir que as necessidades dos passageiros sejam atendidas com eficácia, garantindo e respeitando a dignidade do passageiro, a autonomia e a segurança do transporte aéreo. Então, vejam, é atender a todas as necessidades, respeitando esses três pilares, que são imprescindíveis para a gente conduzir essa alteração normativa: dignidade, autonomia e segurança.

Nesse projeto normativo, a gente manteve algumas premissas que já valiam na Resolução 280 e que funcionavam bem: atendimento prioritário ao passageiro em todas as etapas do transporte – é uma premissa que a gente manteve –; assistência prestada gratuitamente pela empresa aérea – é outra premissa que a gente manteve –; e a premissa também da comunicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prévia do passageiro para a empresa aérea. Vejam, isso é imprescindível, e a gente tem trabalhado muito isso nas nossas campanhas de comunicação.

O setor aéreo é supercomplexo, problemas realmente acontecem no setor, e a gente tenta endereçá-los toda vez que acontecem, mas essa comunicação prévia do passageiro para a empresa aérea é um dos artifícios que a gente utiliza para preparar aquele momento em que o passageiro vai chegar com algum equipamento, com alguma necessidade específica, para que a empresa possa prestar a assistência adequada.

Então, são premissas que a gente manteve nesse projeto de mudança normativa, e a gente trouxe algumas evoluções pontuais. Eu vou trazer aqui quatro exemplos delas: em primeiro lugar, conceito mais amplo de passageiro com necessidade de assistência. A gente tinha, na Resolução 280, um rol exemplificativo de quais seriam esses passageiros. Tinha lá uma previsão específica de pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres lactantes, gestantes, enfim, um rol exemplificativo de pessoas que, a partir de suas necessidades especiais, poderiam solicitar essa assistência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. YURI CÉSAR CHERMAN (*Por videoconferência.*) – Na nova norma, a nossa ideia foi apresentar um conceito mais amplo, na medida em que qualquer passageiro com limitação na sua autonomia ou na sua mobilidade, se ele solicitar uma assistência específica, é considerado um passageiro com necessidade de assistência.

A segunda evolução pontual, para eu apontar aqui, é a gratuidade do assistente de segurança operacional. Vejam, qualquer pessoa que precise de um assistente de segurança operacional, por razões de segurança operacional, vai ser assistido por essa pessoa, que não vai pagar a passagem de acordo com a nossa proposta. Isso era o que estava no texto original.

Atualmente... Eu vou pedir só um tempinho a mais, Senadora, porque eu estou tentando endereçar as questões que foram trazidas anteriormente. É só para eu conseguir concluir, por gentileza. Eu já estou me endereçando para o final.

Atualmente, pela nossa Resolução 280, Senadora, a gente tem o desconto de 80% para esse acompanhante. Então, a gente está evoluindo o modelo para que, sempre que for imprescindível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acompanhante por segurança operacional, esse acompanhante seja transportado gratuitamente. E aí vêm os questionamentos: "Ah, mas o que a Anac vai fazer para garantir que a empresa não vai colocar ali a necessidade de um acompanhante?". Justamente, essa gratuidade. A empresa não quer transportar ninguém gratuitamente. Então, realmente, a partir de uma análise da equipe de medicina aeroespacial da empresa, se for constatada essa necessidade por razões de segurança, surge esse direito de ele ser transportado, acompanhado por seu assistente de segurança operacional, gratuitamente.

Outra questão que foi trazida pela Sra. Fátima é a questão da compra dos assentos adicionais. Isso também foi endereçado pela minuta normativa. A gente previu a possibilidade de gratuidade para assentos adicionais que sejam necessários ao Pnae. Então, se o passageiro com necessidade de assistência precisa de até dois assentos adicionais, ou seja, precisa compor três assentos na aeronave, também, da mesma forma, foi previsto ali pela nossa minuta de resolução que essa ocupação será gratuita.

A gente previu também – falaram, aí no final, do transporte de bagagens, de despacho gratuito –, a gente alterou a previsão de transporte de até uma ajuda técnica gratuitamente para o transporte de até três ajudas técnicas gratuitamente. Então, vejam, a gente busca, com isso, uma evolução do modelo. Não tem nada escrito em pedra, Senadora, demais participantes. Todas as contribuições da consulta pública estão sendo analisadas, uma a uma, e serão respondidas, uma a uma. Então, todos os pontos serão analisados e, em breve, teremos mais uma rodada de submissão à sociedade dessa minuta revisada.

Então, tentei trazer aqui, no curto tempo que tinha, algumas das questões que eu quis trazer e algumas das questões que foram abordadas. Essas são algumas das nossas frentes de priorização da acessibilidade.

A gente reconhece que não existe um sistema perfeito. Eu não venho aqui na defensiva dizer que o nosso sistema é muito bom e que comparativamente, com o resto do mundo, a gente é pioneiro nisso ou naquilo. A gente sabe que isso é verdade, porque a gente participa de um grupo da Organização da Aviação Civil Internacional e isso é claro, comparativamente com o resto do mundo, mas a gente está aqui para focar nos problemas que existem e nas possibilidades de melhoria. Foi para isso que eu vim, foi para anotar todas as sugestões, foi para tentar evoluir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso modelo regulatório, com a certeza de que ainda tem muito a ser feito, mas que a gente também tem feito muito para criar esse ambiente cada vez mais igualitário.

Agradeço-lhe a oportunidade, Senadora Mara, e lhe devolvo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Yuri, muito, muito obrigada. Nossa! Parceiros de longa data e ainda temos muito a avançar.

Eu quero... Conforme vocês vão fazendo as avaliações de toda a contribuição da sociedade civil, a gente quer estar bem perto disso para poder contribuir. Está bom?

Eu queria agradecer, mais uma vez, a imensa contribuição de todos. Esta audiência aqui, nossa, é tão importante para a gente. A gente teve falas potentes, por exemplo, a do nosso Secretário-Geral do CPB, o Mizael Conrado, falando em nome dos nossos atletas paralímpicos. A quantidade, Yuri, de viagens que nossos atletas fazem, nossos medalhistas, que nos dão tanto orgulho e que precisam competir, e o número de dificuldades que eles enfrentam para isso... Imagine.

A Fátima, querida, aqui mostrando as lutas das pessoas com doenças raras e também exemplos de outros países que podemos seguir.

O Marco Pellegrini, por exemplo, trazendo dados importantíssimos, também mostrando os impactos, a importância das tecnologias.

Eu quero agradecer também ao Raul, da Abear, que veio com a difícil missão de representar as empresas aéreas nacionais. Muito obrigada por sua contribuição e pelos esclarecimentos.

Do mesmo modo, quero agradecer a contribuição que a Simone nos trouxe sobre as obrigações e exigências do setor aéreo e o compromisso, Simone, de aprimorar cada vez mais esses serviços.

E, por fim, Yuri, a Anac, nossa agência nacional, reforçando seu compromisso com a acessibilidade, a fiscalização para garantir o melhor atendimento dos passageiros que necessitam de mais apoio, como são as pessoas com deficiência e com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer ter acesso a todas as medidas de proteção e de acessibilidade, mas a gente pede que essas não sejam usadas jamais para restringir os nossos direitos, os nossos acessos, às adaptações, às soluções humanas, ao uso do desenho universal, a todos os recursos que promovam a inclusão, especialmente as mudanças de atitude para que a gente não permita nenhuma forma de discriminação ou capacitismo.

A gente, Yuri, tem que pensar muito, muito na questão dos primeiros assentos. A forma como tratar esse assento, os chamados assentos confortos ou assentos especiais, mesmo que eles sejam pagos por alguém, pois se chegar uma pessoa com deficiência, ela não pode ser preterida. Essa pessoa tem que ser avisada que isso pode acontecer e esse dinheiro tem que ser devolvido para ela ou usado numa outra ocasião, porque você não poder viajar numa companhia aérea porque ela não disponibiliza o primeiro assento para uma pessoa tetraplégica, por exemplo, é muito frustrante.

Como bem disseram os nossos convidados, são necessárias muitas audiências como esta para que a gente busque em conjunto a melhor regulamentação para o setor e o maior objetivo desse deve ser sempre atender as necessidades das pessoas com deficiência e superar os desafios e lacunas que ainda persistem.

Nada mais havendo a tratar, eu quero agradecer a participação de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 78ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Beto Faro, Nelsinho Trad, Angelo Coronel e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 76ª e da 77ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 234, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para disciplinar a responsabilidade civil decorrente da submissão de criança ou adolescente às piores formas do trabalho infantil e estabelecer normas de proteção ao trabalho adolescente, e dá outras providências." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto com quinze Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Sugestão n° 7, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Distribuição gratuita de absorventes em postos de saúde"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: pela rejeição da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Astronauta Marcos Pontes. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da sugestão. ITEM 3 - Sugestão n° 13, de 2023 - Não Terminativo - que: "Prevê a distribuição gratuita de calcinhas para a proteção da saúde das mulheres trans pelo SUS" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: pela rejeição da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Astronauta Marcos Pontes. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da sugestão. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1796, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ano de idade da criança." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Sugestão n° 19, de 2019 - Não Terminativo - que: "Criação Fundo Nacional de Valorização e pagamento dos Profissionais da Segurança Pública" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: pela rejeição da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1981, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990, 12.213, de 20 de janeiro de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para autorizar a utilização do incentivo fiscal do imposto sobre a renda relativo às doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso pelas pessoas físicas que utilizam o desconto simplificado e às pessoas jurídicas que apuram o imposto com base no lucro presumido ou arbitrado; e tornar padrão a opção pela doação aos fundos diretamente na Declaração de Ajuste Anual." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1983, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar vagas em instituições federais de ensino superior aos egressos de programa de acolhimento institucional nos termos que especifica." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2180, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19 (FACOVID) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: pela rejeição do projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1138, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa proibindo as discriminações ou preconceitos de cor, raça, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual, identidade de gênero e análogos, em estabelecimentos públicos e privados, e dá outras providências." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: pela rejeição do projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 342, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2251, de 2025 - Não Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional da Acessibilidade Digital." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Astronauta Marcos Pontes relator ad hoc. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 127, de 2025 que: "Requer a realização de diligência externa em Cujubim - Rondônia" Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado o requerimento, com a subscrição da Sen. Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 78ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 76ª e da 77ª Reunião da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu informo que eu estou retirando de pauta o item 1, de que eu sou Relatora, porque nós estamos fazendo adequação no relatório. Quero, inclusive, agradecer ao MPT, ao pessoal do Governo, às instituições que estão me ajudando na elaboração desse voto.

Estou também retirando o item 3. É isso? (*Pausa.*)

Não, o item 1 e o 4.

O item 4, de autoria da Senadora Janaína, saudosa, que está lá fazendo um trabalho lindo na cidade dela, eleita Prefeita. Nós estamos fazendo ajustes também a pedido da autora.

Então, o item 1 e o item 4, de que eu sou Relatora, estou retirando de pauta.

A pedido do Relator, nós estamos retirando de pauta o item 7. O Relator é o Senador Astronauta Marcos Pontes, que está aqui e está pedindo para retirar porque está fazendo ajustes.

E a pedido do Relator também, o Senador Marcos Rogério... Ele estaria hoje aqui, por isso é que nós pautamos os dois projetos de que ele é Relator, item 8 e item 9, mas ele precisou ir para Rondônia, precisou viajar. E, hoje à tarde, também eu embarco para Rondônia. Amanhã é a diligência desta Comissão em Rondônia, e Marcos Rogério precisou se antecipar. Então, os itens 8 e 9 nós retiramos de pauta, a pedido do Relator, que está correndo lá para deixar tudo pronto para a nossa diligência.

Informo que a nossa diligência também terá cobertura da imprensa e que todos poderão participar, todos poderão acompanhar a diligência que acontecerá amanhã.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para disciplinar a responsabilidade civil decorrente da submissão de criança ou adolescente às piores formas do trabalho infantil e estabelecer normas de proteção ao trabalho adolescente, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao Projeto com quinze Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CCJ, em deliberação terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1796, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

- Em reunião realizada em 22/10/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1983, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar vagas em instituições federais de ensino superior aos egressos de programa de acolhimento institucional nos termos que especifica.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2180, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19 (FACOVID) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE, em deliberação terminativa.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1138, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa proibindo as discriminações ou preconceitos de cor, raça, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual, identidade de gênero e análogos, em estabelecimentos públicos e privados, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.)

Como o Senador Marcos Pontes está no plenário, sem ele pedir, vou fazer a inversão de pauta e vamos direto para o item 6 da pauta.

O Senador Marcos Pontes é nosso astronauta e, no ano que vem, faz 20 anos que ele foi ao espaço.

Eu estava contando, Senador. Quanta alegria o senhor trouxe há 20 anos para o Brasil! Eu estou muito feliz de estar aqui no Senado, dividindo esta legislatura. Nós temos, ainda, alguns anos juntos, estivemos juntos no Governo anterior. É uma honra tê-lo nesta Comissão.

Item 6 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1981, DE 2021

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990, 12.213, de 20 de janeiro de 2010, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para autorizar a utilização do incentivo fiscal do imposto sobre a renda relativo às doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso pelas pessoas físicas que utilizam o desconto simplificado e às pessoas jurídicas que apuram o imposto com base no lucro presumido ou arbitrado; e tornar padrão a opção pela doação aos fundos diretamente na Declaração de Ajuste Anual.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Espero que nós estejamos juntos no ano que vem, para comemorar os 20 anos também.

Na análise – se me permite uma análise direta –, compete a esta Comissão opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção da infância e das pessoas idosas, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição avança na promoção da responsabilidade social e no fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas.

Ao permitir que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado possam utilizar o incentivo fiscal do Imposto de Renda para efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso, amplia-se de maneira relevante a base de contribuintes aptos a apoiar financeiramente essas iniciativas. Essa ampliação contribui para o aumento da arrecadação dos fundos, viabilizando mais projetos sociais e melhorando a qualidade de vida de populações vulneráveis.

Além disso, a automatização da opção de doação na declaração de ajuste anual para pessoas físicas, facultada a recusa, é uma medida que facilita e estimula a participação dos contribuintes na promoção dessas políticas sociais. Em muitos casos, a baixa adesão às doações decorre do desconhecimento ou da complexidade do processo, de forma que, ao tornar a doação uma opção automática, o procedimento se torna mais acessível.

Em suma, a proposição potencializa as possibilidades de engajamento social na promoção dos direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas, sem impor qualquer obrigação ao contribuinte.

O voto: conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.981, de 2021.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Quem trabalha com esses fundos sabe a importância dessa matéria. O Senador Paim foi brilhante com a iniciativa.

Muita gente quer fazer a doação direta, o senhor sabe disso, e, às vezes, não consegue fazer. Não consegue fazer a indicação.

Parabéns ao autor e ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Podíamos até trabalhar, Senador Marcos Pontes, para a gente já ver alguém que relate. Eu mesma posso me propor a relatar, e a gente conversa com o Presidente Renan para já colocar essa matéria em pauta, assim que possível, e a gente, quem sabe, transformar isso em lei – é possível, quando a gente se une – já para a declaração do Imposto de Renda do ano que vem. Vamos trabalhar? Eu o ajudo a trabalhar, junto com o Senador Paim, para a gente já conversar com o Senador Renan. Parabéns.

Item 11 da pauta. O Relator é o Senador Rogério Carvalho. A autoria é da Senadora Mara, é um projeto maravilhoso. O Senador Marcos Pontes vai fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2251, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Acessibilidade Digital.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para fazer a leitura *ad hoc*.

Antes de o senhor ler, eu vou lhe dizer que o senhor vai ter uma surpresa no voto. Eu não vou dizer o que é. Pode ler. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Nos termos do Regimento Interno, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas com deficiência, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

No mérito, o projeto de lei merece prosperar integralmente.

O art. 3º da Constituição Federal estabelece como objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação. A acessibilidade digital representa, em nossa era tecnológica, condição indispensável para o exercício pleno da cidadania pelos mais de 18 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, segundo dados do IBGE de 2022.

Os dados apresentados na justificação pela Senadora Mara Gabrilli são contundentes: apenas 2,9% dos *sites* brasileiros foram aprovados em todos os testes de acessibilidade em 2024. Esse percentual revela a distância abissal entre o comando legal já existente – que é a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei do Governo Digital – e a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência no acesso aos meios eletrônicos.

Por sua vez, a escolha da data de 11 de março demonstra... É interessante essa data, não é? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sabia que o senhor ia ter essa surpresa. (*Fora do microfone.*)

É um dia especial, só nasce gente especial nesse dia. A Mara acertou na escolha. É o dia em que o senhor nasceu e eu também. Olha a coincidência! Continue, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, então, a escolha da data – muito bem escolhida – de 11 de março demonstra critério técnico e oportunidade, pois coincide com o lançamento da ABNT NBR nº 17.225, de 2025, norma que estabelece mais de 150 diretrizes para acessibilidade em *websites*. Essa opção resulta da articulação coordenada entre diversos setores sociais, legitimada pela deliberação de 110 representantes de órgãos públicos, academia, setor privado e sociedade civil.

Destaco ainda a amplitude do movimento que sustenta essa proposição. Conforme reportagem do *Estado de S. Paulo* de julho de 2025, a iniciativa transcende fronteiras partidárias e federativas, uma vez que une Senado Federal, Assembleia Legislativa de São Paulo e câmaras municipais.

A instituição do Dia Nacional da Acessibilidade Digital produzirá impactos positivos em múltiplas dimensões: social, ao promover a autonomia de milhões de brasileiros; econômica, ao expandir o mercado consumidor digital e reduzir custos de adequação posterior, pois a acessibilidade é implementada desde a concepção; e regulatória, ao fortalecer a adoção de normas técnicas em conformidade com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.251, de 2025, por estar em conformidade com os preceitos constitucionais, possuir fundamentação técnica sólida e legitimidade social comprovada, além de representar ferramenta concreta para construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e digitalmente acessível.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.251, de 2025.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Agradeço ao Senador Marcos Pontes. É uma matéria incrível.

A Mara e o Rogério não estão aqui, mas quero cumprimentar a Mara pela iniciativa e o Senador Rogério Carvalho pelo voto.

A matéria agora vai à Comissão de Educação e Cultura, também em decisão terminativa.

Obrigada.

Senador, eu tenho duas matérias que vou relatar e eu gostaria de solicitar que o senhor assumisse a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O próximo item é o item 2.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 7, DE 2021

- Não terminativo -

"*Distribuição gratuita de absorventes em postos de saúde*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vem ao exame desta Comissão a Sugestão 7, de 2021.

A autora da sugestão é do meu Distrito Federal, ela a apresentou em 2021, e trata da distribuição gratuita de absorventes em postos de saúde. A sugestão em análise propõe a distribuição gratuita, à semelhança do que ocorre com a distribuição de preservativos. Essa é a justificativa dela. Segundo a proponente, a ideia visa a trazer conforto e cuidados íntimos para pessoas que possuem ciclos menstruais, mas não têm condições financeiras de comprar absorventes higiênicos.

Foi apresentada em 13 de abril, de 2021, pela Hillary Gomes, aqui do DF. A proposta foi registrada como Ideia Legislativa 150.581, no âmbito do Programa e-Cidadania. Recebeu – olha só que interessante, Presidente – 32.986 manifestações individuais. Imediatamente depois que ela apresentou, recebeu inúmeros apoiamentos. Mas, nesse momento, já estávamos discutindo no Governo a implantação do programa. O senhor se lembra, eu fui Ministra da Mulher e trabalhei muito com o Ministério da Saúde para que a gente entregasse. E estava tramitando na Casa, também, um projeto de lei.

Então, nos termos do art. 102 do Regimento Interno, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, cabe a está Comissão opinar sobre sugestões legislativas originadas do Programa e-Cidadania. Caso aprovadas, essas sugestões transformam-se em proposições de autoria da própria Comissão e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das Comissões temáticas pertinentes. Consequentemente, para a apreciação exatamente desta Sugestão nº 7, de 2021, esta Comissão tem amparo regimental

O propósito vinculado pela ideia é extremamente meritório, pois o acesso a absorventes está relacionado ao exercício de direitos fundamentais como saúde, educação e igualdade de gênero. Contudo, a aprovação da lei... Olha só, ela entra abril de 2021 e, em outubro de 2021, foi aprovada uma lei no Congresso Nacional que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, o que assegurou a oferta gratuita de absorventes higiênicos – e acontece, isso está acontecendo. Desse modo, a sugestão dela precisa ser rejeitada.

E por que a gente traz para fazer análise? Para honrá-la, parabenizá-la pela iniciativa, e também as 32 mil pessoas que apoiaram a iniciativa. E aí, definitivamente, essa sugestão vai para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o arquivo, dizendo à Hillary: continue mandando sugestões para esta Comissão. A sua ideia era tão extraordinária que 32 mil pessoas a apoiaram e, no decorrer, a gente já tem uma lei e um programa nacional.

Pelo exposto, Presidente, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 7, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, Senadora.

Primeiro, quero parabenizar a autora da sugestão. É realmente importante essa participação popular dentro dos temas de importância discutidos aqui no Congresso, no Senado, pelas Comissões especificamente. Quero dizer, realmente, da importância e que, de tão importante, a lei já contemplou, o que tornou, então... Perdeu a oportunidade pela prejudicialidade, mas, sem dúvida nenhuma, é importante a participação.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, pela rejeição da sugestão.

Anuncio o item 3.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 13, DE 2023

- Não terminativo -

Prevê a distribuição gratuita de calcinhas para a proteção da saúde das mulheres trans pelo SUS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, no mesmo sentido, é uma sugestão que chega à Casa no dia 11 de maio de 2023, pelo programa e-Cidadania. Quem apresentou a sugestão foi Giovanna Lima, de São Paulo. E, entre maio e setembro, ela conseguiu apoiamento de 20.156 pessoas, o que mostra que a matéria tem interesse na sociedade.

E cabe a esta Comissão fazer a análise da sugestão, e o meu voto é pela rejeição, e os senhores vão entender o porquê da rejeição na leitura e na análise do projeto.

Quanto ao mérito, Presidente, temos que, embora bem-intencionada a ideia normativa, ela não aborda a importante questão da saúde das mulheres trans, assim como de todas as pessoas, de forma abrangente e eficaz, conforme argumentaremos a seguir.

A distribuição específica de um tipo de calcinha não nos parece ser a solução prioritária ou mais eficiente para o SUS neste momento, visto ser ele um sistema universal, que atende a uma vasta gama de necessidades de saúde da população brasileira, desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade. A priorização de recursos deve levar em conta o impacto em larga escala e a prevalência de doenças que afetam milhões de pessoas.

Tampouco nos parece ser a melhor solução a distribuição de um item de vestuário, quando se pode lançar mão de soluções de saúde mais abrangentes – eu estou rejeitando porque eu acho que tem que ser algo maior do que apenas a distribuição de calcinhas –, como campanhas educativas sobre a importância da hidratação, bem como o acesso facilitado ao acolhimento médico para detecção precoce de problemas renais, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observe-se, ainda, que a alocação de recursos para a aquisição e distribuição em massa de um item de vestuário específico, mesmo que desenvolvido para um propósito de saúde, pode implicar o desvio de fundos de outras áreas de saúde pública com demandas mais amplas e urgentes agora, tais como programas de prevenção de doenças crônicas, vacinação, saúde mental ou atendimento de doenças renais já instaladas, que afetam uma parcela significativamente maior da população.

No entanto, Presidente, não estamos trazendo a obrigatoriedade para o SUS, mas a saúde é tripartite. Isso não quer dizer que as secretarias de saúde dos estados ou dos municípios não possam ter este programa. E também não quer dizer que isso não dá por encerrado. O que eu não posso é impor por lei, trazer essa imposição por lei, mas claro que o Congresso pode dialogar com o Ministério da Saúde.

Quando a gente viu aí que tem tanta gente apoiando, tantas pessoas apoiaram a ideia, o Ministério da Saúde, por si só, pode apresentar um programa destinado à distribuição, considerando orçamento, considerando prioridade.

Então, apenas para que não seja uma imposição do Congresso, respeitando a sugestão de Giovanna e dizendo para a Giovanna: "Continue mandando sugestão para o Congresso", em razão de tudo isso, dos argumentos já trazidos, o voto é contrário à transformação da Sugestão 13 em projeto de lei desta Comissão de Direitos Humanos.

Esse é o voto, essa é a justificativa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Senadora Damares Alves. Parabéns pelo relatório.

Concordo. Nós temos, no setor de saúde – e eu tenho trabalhado com as santas casas –, por exemplo, uma necessidade extrema de atender emergencialmente à sustentação financeira dessas organizações, que trabalham em grande parte dos municípios brasileiros e que passam por dificuldades sérias. Por exemplo, a melhoria da tabela SUS seria muito – muito – bem-vista e muito importante neste momento.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Direitos Humanos, pela rejeição da sugestão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Neste momento, então, devolvo a Presidência à nossa Presidente Damares – do mesmo dia de aniversário que eu.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Embora eu seja mais velho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, enquanto... Senador Astronauta, enquanto o senhor vai seguindo para a sua bancada, que bom que foi dia 11, né? Tem tudo a ver com o senhor a inclusão digital. Tudo a ver com o que o senhor fez no seu ministério sobre inclusão digital, e hoje a gente aprova um projeto para instituir uma data específica para isso.

O item 12 da pauta é um requerimento do Senador Jaime Bagattoli, que eu vou subscrever e nós vamos apreciar.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 127, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de diligência externa em Cujubim - Rondônia

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Concedo a palavra...

Ele não está. Eu vou defender. Ele conversou muito comigo sobre este requerimento.

Nós tentaríamos fazer essa diligência junto com a que nós vamos fazer hoje, mas são áreas extremamente diferentes. Não conseguimos estrutura para, nessa mesma diligência, já visitar essa área, mas vamos aprovar o requerimento, e, na primeira oportunidade, a gente vai à área verificar as violações de direitos humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Nós temos ainda o item 10, que o Senador Zequinha ficou de vir para relatar.

Enquanto ele não vem, eu vou lendo os expedientes, agradecendo ao Senador Marcos. Este momento do expediente é um momento muito importante da Comissão, mas não requer debate, discussão. Sei que a sua agenda está cheia – fique à vontade –, mas a gente tem aqui importantes denúncias e importantes informes da Comissão de Direitos Humanos. Obrigada, Senador, pelo apoio hoje.

Denúncia nº 421, da Ouvidoria do Senado: vítima de estupro pelo ex-companheiro pede ajuda, alegando sofrer ameaças e difamações por parte do agressor e de seus familiares. Não conseguiu reparação judicial.

Encaminhamento a essa denúncia: recomendar à comunicante a busca da Defensoria Pública estadual para acompanhamento jurídico individualizado e monitoramento da execução das medidas protetivas.

Denúncia 424: perseguição religiosa na Nigéria – entre outros pedidos, solicita manifestação pública desta Comissão quanto aos ataques sofridos por cristãos naquele país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento: oficiar ao Ministério das Relações Exteriores para manifestação quanto ao monitoramento da situação e à eventual adoção de medidas humanitárias e diplomáticas pertinentes.

A manifestação da Comissão é que nós estamos falando sobre esse assunto internamente. As imagens que estão chegando da Nigéria nos provocam dor, lágrimas e muita indignação. Nós não podemos silenciar com o massacre de cristãos na Nigéria.

Nós não podemos nos silenciar com as imagens a que nós estamos assistindo: crianças sendo executadas a pauladas, Senador; mães sendo fuziladas abraçadas com os seus filhinhos no colo; valas comuns sendo abertas; todos têm que deitar na vala e eles já executam – as pessoas deitam para serem executadas nas valas. As imagens são terríveis! Em pleno 2025, um povo ser perseguido e morto tão somente por sua fé.

Eu não sei se vocês sabem, mas o povo cristão é o povo mais perseguido no mundo. Nós temos um Brasil que se autodeclara cristão, e os cristãos no Brasil não têm ideia da liberdade que nós temos aqui. Vocês não têm ideia de que nação extraordinária é o Brasil; apesar de alguns problemas, a gente consegue viver bem, as religiões conseguem viver bem. Apesar dos problemas, a gente senta numa bancada de trabalho, do lado tem alguém de uma religião, do outro lado tem outra, na frente tem um sacerdote, ali tem uma sacerdotisa, aqui tem um pastor, aqui tem um padre, e a gente divide os mesmos espaços. A gente casa entre nós, pessoas de diferentes religiões. Mas, quando eu vejo crianças serem massacradas, as imagens são muito fortes, Senador, muito fortes! O Brasil vai ter que se posicionar com relação à Nigéria, uma posição clara, diplomática.

Nós estamos conversando internamente com os Senadores, nós vamos ao Ministro, sem fazer disso uma polarização, tão somente porque nós não aceitamos criança de nenhuma religião ser massacrada. Nenhuma pessoa tem que morrer por causa de sua fé. O que acontece na Nigéria, em pleno 2025, é para a gente repensar para onde vai a humanidade, Presidente. Quais são os rumos que a humanidade vai tomar daqui para a frente?

Passam-se os anos, nós ainda estamos, parece, vivendo momentos tão primitivos, da era das cavernas. Senador, o homem vai ao espaço, o senhor foi ao espaço, o homem foi à Lua, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançamos na era da tecnologia e a intolerância religiosa, uma questão tão primitiva, a gente não consegue resolver – esse problema no mundo.

Que os irmãos cristãos da Nigéria recebam o abraço desta Comissão! Que a Nigéria encontre uma solução para esse impasse. No que depender desta Comissão, a gente vai ajudar.

Nós já fizemos um debate, no ano passado, sobre o que estava acontecendo no Sudão e agora a gente vem com essa situação da Nigéria. Se preciso for, eu vou à Nigéria, se a minha ida lá for ajudar numa discussão a resolver, vou sozinha, vou por conta própria, com o meu dinheiro, peço licença e vou lá. O que nós não podemos aceitar é que crianças palestinas sejam mortas, crianças de Israel sejam mortas, crianças da Nigéria sejam mortas. A gente não pode mais permitir que o mundo caminhe nessa direção!

Então, Senador, eu faço essa manifestação em nome da Comissão, mas não vai ficar só nessa manifestação, nós vamos levar esse assunto para o Governo.

Eu sou oposição ao Presidente Lula, mas tenho certeza de que na hora em que ele vir essas imagens, ele é um homem sensível, ele vai se posicionar, o nosso atual Ministro vai se posicionar, porque nós somos uma nação que se autodeclara cristã. São os nossos irmãos na Nigéria que estão sendo massacrados. As imagens são muito fortes, muito fortes!

A vontade que dá é de agarrar aquelas crianças todas, abraçar, trazer para cá, cuidar, mas a gente pode tomar uma posição: ajudar a Nigéria a superar esse grave problema que está acontecendo naquele país.

Quer falar?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sim.

Presidente, um comentário sobre isso.

Como a senhora colocou, nós temos avançado muito, no nosso planeta, com relação à tecnologia, mas, infelizmente, o desenvolvimento da tecnologia não é acompanhado pelo desenvolvimento das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo de espaço, para conceituar o que há na cabeça aqui agora. Imagine uma estação espacial internacional – ressalto o internacional. Nós temos lá astronautas, cosmonautas de diversos países diferentes, cada um com uma língua, uma religião diferente, uma cultura diferente, todos nós trabalhando juntos para o bem do nosso planeta único, da nossa espaçonave Terra, bonita espaçonave azul que nós temos aqui com 7 bilhões, 8 bilhões de tripulantes.

Só para imaginar, imagine uma mesa redonda com um problema colocado no centro. Esse é o problema comum que nós temos aqui nessa nossa espaçonave, e, cada um desses astronautas, sentados em posições diferentes, representando suas culturas, línguas, religiões diferentes, vê esse problema por uma perspectiva diferente.

O que nós fazemos ali é usar as diferenças justamente para achar a melhor solução. Muitas vezes a solução não está aqui com a minha cultura, a minha língua, a minha religião; muitas vezes, ela, que está do lado de lá, tem uma solução melhor. E o que a gente precisa fazer é ouvir as outras pessoas, ter esse desenvolvimento humano para ouvir as outras pessoas. Parece tão simples fazer uma coisa desse tipo.

A estação acaba servindo como um exemplo que eu gostaria que os nossos líderes no nosso planeta, na nossa espaçonave azul seguissem. Ou seja: ouvir, deixar de lado os egos e os desejos pessoais, os objetivos pessoais, porque, muitas vezes, por causa do desejo ou o objetivo de uma pessoa ou de algumas pessoas, coloca-se em risco e extermina-se a vida de um monte de gente inocente com isso.

Então, eu acho que está no momento de este nosso país ter mais paz, de a gente reduzir esses conflitos, de nós aprendermos a trabalhar com mais inteligência – o nome é esse mesmo: inteligência humana –, de forma que nós possamos conviver em paz, porque esse conflito ou esses conflitos, essas nuances que levam à perda de tantas vidas podem, vamos dizer assim, colocar em risco o futuro do próprio planeta.

Então, eu gostaria que todos os Presidentes, Primeiros-Ministros, aqueles que tomam decisões no planeta tivessem a oportunidade ou a responsabilidade de ir ao espaço, olhar a Terra de lá e perceber que, na verdade, cada um de nós não significa absolutamente nada aqui como pessoa. A única coisa que significa é o legado que a gente deixa pelas pessoas e para as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a senhora for para lá, eu vou lá com a senhora também. Estaremos juntos lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu sei que eu não posso usar o cargo para ficar manifestando impressões pessoais, mas o senhor compactuou aí com a minha posição e eu sei que é uma posição de todos. Ninguém dorme tolerante e acorda intolerante: isso é um processo, e eu me preocupo com esse processo no Brasil.

Um muro se constrói com pequenos tijolinhos: é um tijolo hoje, um tijolo amanhã, vai-se colocando. E o que eu tenho visto no meu país é as pessoas colocando tijolos. Eu tenho visto as nossas pessoas, inclusive políticos, autoridades, gastando tanto tempo com um tijolinho, e eles não têm ideia de que, daqui a alguns anos, esse tijolinho poderá construir um grande muro no Brasil. Daqui a pouco poderemos estar intolerantes por causa das nossas posições políticas, das nossas ideias, das nossas convicções, das nossas posições religiosas.

Se algumas autoridades quiserem brigar, não se preocupem com tijolinho, não, nós temos boas causas para brigar. Está aqui uma boa causa. Parem de perder tempo com tanta besteira. Desculpa, gente. Com tanta besteira nas redes sociais, por exemplo. Vamos brigar por causas de verdade, vamos fazer uma boa briga, um bom combate para salvar vidas, para salvar uma nação, a nossa e outras nações.

Eu me preocupo muito com as eternas brigas por tijolinhos que podem estar construindo uma muralha, que vai nos separar em breve.

E o senhor é muito vítima dessas brigas, não é, Senador?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Também.

Eu acho que esses tijolos, em vez de construir muros, tinham que construir pontes...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... para ligar as outras... Ligar as pessoas. A gente está precisando de mais respeito e mais união de verdade aqui. E a gente vai chegar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... eu acredito no nosso país. Acredito sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos trabalhar junto.

Denúncia 430. Pede averiguação junto à polícia quanto ao assassinato de pessoa por suspeita de homofobia.

O encaminhamento da Comissão. Encaminhar ao Ministério Público Estadual, à Defensoria Pública e à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos para verificação da motivação do crime e acompanhamento da investigação. Orientar o comunicante e também os canais de denúncia.

Agora eu tenho informes.

Informe 422, do Presidente da Subcomissão de Defesa dos Direitos Acadêmicos da OAB. Manifesta seu apoio e disposição para colaborar com a construção da Sugestão 1.325, que propõe alterações na lei de estágio em prol da dignidade dos estagiários. Obrigada, Comissão.

Encaminhamento. O Relator já foi informado da intenção da colaboração.

Informe 428, do CNMP. Comunicado de apresentação da Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, a Sra. Fabiana Costa Oliveira Barreto. A Comissão foi criada no intuito de aprimorar a atuação do Ministério Público na tutela dos direitos fundamentais. Parabéns à Comissão.

Informe 429, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Devido à anulação do processo eleitoral relativo à escolha das representações da sociedade civil, as atribuições do Conselho estão temporariamente suspensas. Dar ciência à Presidência da Comissão; acusar o recebimento.

Aqui eu estou muito preocupada. Se a gente for somar o prazo em que o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência estará com as atividades temporariamente suspensas, nós vamos passar de um ano e meio. Um Conselho tão importante, Senador. Eu acho que, talvez, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tenha que se sentar com o Presidente do Conselho, com o Ministério e ajudar no impasse que está acontecendo dentro do Conade.

Eu fui Ministra da pasta e eu sei a importância deste Conselho para a discussão das políticas públicas. Vai para quase um ano e meio porque a sociedade civil está sempre entrando com recurso, e eles não estão conseguindo se entender.

Se a gente puder ser ponte no Conade para ajudá-los... Eu sei que o Governo tem interesse em que o Conade funcione, nós aqui temos interesse. Se a gente puder ajudar o Conade a se encontrar e voltar a funcionar... As pessoas com deficiência precisam do Conade.

Solicitação 423, da assessoria parlamentar do Tribunal Regional e Federal, solicita prioridade à SUG 13, mais uma manifestação que altera a lei do estágio.

A matéria está com a relatoria, será incluída em pauta apenas com a entrega do relatório.

Solicitação 427, do Ministério Público Indígena, pedido de emenda parlamentar para a proteção dos povos indígenas.

Nós apresentamos aqui, na Comissão, uma emenda. Das emendas apresentadas, uma foi direcionada aos povos indígenas. Fazer encaminhamento e informar que foi aprovado.

Resposta de ofício. O Conselho Nacional do Ministério Público respondeu ao Ofício 65, nosso, que encaminhou denúncia de discriminação no trabalho em razão de deficiência.

Obrigada ao Conselho.

O Ministério das Relações Exteriores respondeu ao nosso Ofício 345, que encaminhou denúncia de violência sexual fora do Brasil.

Obrigada, MRE.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH. Os demais ficam na Secretaria para manifestação. Depois, os documentos são arquivados, respeitando todo o sigilo possível.

O senhor viu, Senador, quantas denúncias chegam a esta Comissão?

É uma Comissão que não se encerra aqui. É uma Comissão em que, quando se encerra a reunião, esses meninos trabalham muito, muito.

Eu tenho uma equipe extraordinária. Esta equipe da Comissão é extraordinária.

Obrigada, meninos, por todo o trabalho.

Nesse sentido, eu quero informar que, na semana que vem, não teremos deliberativa.

A Comissão tem uma série de trabalho.

A partir de hoje, a gente já vai sair para a diligência. Semana que vem, nós teremos uma audiência pública? Amanhã. Teremos muito trabalho semana que vem. Semana que vem é a COP. Muitos Parlamentares estão indo para a COP. A Casa vai estar esvaziada.

Então, nós vamos ter trabalhos internos da Comissão. Teremos muito trabalho, mas não teremos reunião deliberativa semana que vem.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 79ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dois minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Astronauta Marcos Pontes e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Nelsinho Trad, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 122/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "O Fundo de promoção da Igualdade Racial, como forma de viabilizar políticas públicas". Participantes: Priscilla dos Santos Rocha, Coordenadora-Geral de Justiça Racial da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Rita Oliveira, Defensora Pública Federal - DPU; Gabriel Sampaio, Advogado - Diretor de Litigância e Incidência da CONECTAS Direitos Humanos; Helena Assaf Bastos, Consultora de Orçamento do Senado Federal; Luciano Goes, Servidor, representante do Ministério da Igualdade Racial; Luiz Daniel Willcox de Souza, Chefe do Departamento de Análise e Avaliação de políticas Públicas do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; e Humberto Adami, Advogado, mestre em Direito, presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental - IARA, e da CEVENB Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra da OAB RJ. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 81ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Marcos Rogério, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 99/2025 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater a iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que visa disponibilizar implantes subdérmicos de etonogestrel como método contraceptivo para crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos na rede pública de saúde.". Participantes: Léa Dias Pimentel Gomes Vasconcelos, Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza; Raphael Câmara Medeiros Parente, Médico e relator da Resolução no Conselho Federal de Medicina - CFM; Olivia Lucena de Medeiros, Diretora do Departamento de Gestão do Cuidado Integral da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Elizete Aparecida P. Prescinotti de Andrade, Membro do Departamento Científico de Medicina do Adolescente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Helvécio Neves Feitosa, Médico Ginecologista - Vice-Presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará; Mayra Isabel Correia Pinheiro, Médica pediatra, presidiu o Sindicato dos Médicos do Ceará entre (2015 e 2018) e, entre 2019 e 2022, exerceu o cargo de Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde; Edmar Fernandes de Araújo Filho, Presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará; Bella Carmelo, Vereadora de Fortaleza/CE; e Priscila Costa, Vereadora de Fortaleza/CE. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 82ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 78ª a 81ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1983, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar vagas em instituições federais de ensino superior aos egressos de programa de acolhimento institucional nos termos que especifica." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2180, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19 (FACOVID) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: pela rejeição do projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1138, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa proibindo as discriminações ou preconceitos de cor, raça, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual, identidade de gênero e análogos, em estabelecimentos públicos e privados, e dá outras providências." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos Rogério. Relatório: pela rejeição do projeto. Resultado: A presidente designa o Senador Eduardo Girão relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2242, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humberto Costa. Relatório: favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 1 a 5-CDH. Após, a Senadora Damares Alves apresenta requerimento de urgência, que é aprovado pela Comissão. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 967, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento, como temas transversais, nos currículos da educação básica." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH, alterada a redação na forma apresentada pelo Senador Flávio Arns. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1796, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria para reexame. ITEM 7 - Sugestão n° 7, de 2020 - Não Terminativo - que: "Usar o orçamento do Fundo Partidário e Fundo Eleitoral para tratar e prevenir o COVID-19" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: A Senadora Damares passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 342, de 2023 - Não Terminativo - que: "Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Sugestão n° 19, de 2019 - Não Terminativo - que: "Criação Fundo Nacional de Valorização e pagamento dos Profissionais da Segurança Pública" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: pela rejeição da Sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Flávio Arns. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sugestão. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 128, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública -CDH e CE, em conjunto, com o objetivo de debater o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A comissão aprova o requerimento. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 129, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e desafios do sistema interamericano de direitos humanos e o papel do Brasil." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 130, de 2025 que: "Requer, instruir o PL 3099/2019, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3878, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática." Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 14 - Relatório que : "Relatório da avaliação da política pública "Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção ao feminicídio do requerimento nº 28/2025-CDH" Autoria: Sen. Mara Gabrilli. Resultado: A comissão aprova o relatório.. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 131, de 2025 que: "Requer nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2242/2022, que "Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente"." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves apresenta requerimento de urgência ao PL 2242/2022. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de novembro de 2025.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 78ª a 81ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Informo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou diligência externa, no Estado de Rondônia, nos termos do Requerimento 118, de 2025, de autoria do Senador Marcos Rogério.

O relatório preliminar será disponibilizado no portal da Comissão, para a manifestação dos Senadores membros, e constará da pauta da próxima reunião deliberativa para discussão e votação. Dessa forma, determino à Secretaria de Apoio que disponibilize o referido documento às 17h do dia de hoje.

As manifestações dos Senadores serão recebidas até as 12h, do dia 02/12, terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recomendo que o leiam. Ficou um bom relatório. Ele vai estar à disposição, e recomendo que o leiam.

Nós vamos direto ao item 14, que é o relatório da Senadora Mara, que está posicionada.

Nós vamos fazer uma inversão de pauta e, depois, a gente volta para a nossa pauta.

ITEM 14

RELATÓRIO

Relatório da avaliação da política pública "Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção ao feminicídio do requerimento nº 28/2025-CDH

Autoria: Senadora Mara Gabrilli

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do relatório.

Lembro que, neste ano, a Comissão ousou ao avaliar duas políticas públicas: uma pela Mara, que é o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; e a outra eu estou avaliando, como Relatora, que é o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, o PNDH-3.

Mara, eu acompanhei seu trabalho, e você ainda teve a Subcomissão CDHHAIA. Você trabalhou, hein, amiga? Então, agora estamos todos ansiosos, para ouvir o seu relatório da avaliação dessa importante política pública.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Damares.

Bom dia a todos e todas.

Bom, eu vou fazer a leitura, então, do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Introdução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, em março, o Requerimento nº 28, de 2025, de minha autoria, Senadora Mara Gabrilli, que trata da avaliação da política pública intitulada Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, referente ao exercício de 2025.

O Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (PNPF) foi estabelecido pelo Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023, com a finalidade de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra as mulheres. Para isso, prevê a implementação de ações governamentais intersetoriais, fundamentadas na perspectiva de gênero e em suas interseccionalidades. Trata-se de instrumento que terá vigência até 31 de dezembro de 2027.

O Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, por sua vez, constitui o principal instrumento de implementação das diretrizes do pacto.

Eu vou ficar lendo o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios com os homens conversando? (*Pausa.*)

A composição do Comitê Gestor, definida no art. 7º do Decreto nº 11.640, de 2023, e no art. 2º do Regimento Interno, inclui representantes de 11 ministérios e observa critérios de diversidade, paridade de gênero e equidade étnico-racial.

A coordenação do CG PNPF compete à sua Secretaria-Executiva, tendo como responsável a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (Senev), do Ministério das Mulheres.

Com orçamento previsto de R$2,5 bilhões, o Plano de Ação do PNPF2 foi lançado em 19 de março de 2024 e é composto por 73 ações, distribuídas em três eixos estruturantes e um eixo transversal.

Os eixos estruturantes do plano compreendem 46 ações, distribuídas da seguinte forma: 22 ações de prevenção primária, 20 ações de prevenção secundária e 4 ações de prevenção terciária.

O eixo transversal, por sua vez, contempla 27 ações voltadas à produção de conhecimento e dados, além da elaboração de documentos e normativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 24 de novembro, publicamos o nosso relatório final da avaliação da política pública da CDH. Trata-se de um relatório com 92 páginas, bastante robusto e detalhado do trabalho que realizamos.

Agradecemos especialmente todo o apoio que recebemos da nossa Presidente da CDH, a Senadora Damares Alves, assim como a parceria e dedicação da Consultoria Legislativa do Senado, em nome dos consultores Cleiton Diniz e Natália Sobestiansky.

Requerimentos e ofícios.

A fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública, a CDH aprovou, nas reuniões deliberativas dos dias 30 de abril, 28 de maio e 25 de junho, requerimentos solicitando informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, Plano de Ação do PNPF, aos seguintes ministérios integrantes do Comitê Gestor: Ministério das Mulheres, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério da Igualdade Racial.

Os requerimentos aprovados foram, na sequência, encaminhados à Comissão Diretora para deliberação.

Com o objetivo de garantir o atendimento do princípio da oportunidade e celeridade de acesso às informações, foram enviados aos ministérios anteriormente mencionados os Ofícios nºs 377, 378, 379, 380, 381, 382, 436, 447 e 448, de 2025, todos datados de 11 de junho de 2025, de idêntico teor aos requerimentos aprovados na CDH.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública foi a única pasta que respondeu ao Ofício nº 381, de 2025, GSMGABRI, de 14 de agosto de 2025, informando que, conforme as atribuições estabelecidas pelo art. 24 do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, a Secretaria Nacional de Segurança Pública assumiu a responsabilidade por quatro ações previstas no Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, das quais duas já foram integralmente concluídas, enquanto as demais encontram-se em fase avançada de implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 18 de setembro de 2025, foi realizada uma reunião técnica com representantes do Ministério das Mulheres, que contou com a participação de consultores legislativos do Senado Federal, integrantes da minha assessoria parlamentar e membros do Observatório da Mulher no Senado.

Estiveram presentes os seguintes representantes do Ministério das Mulheres: Maura Luciane Conceição de Souza, Coordenadora-Geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento; Terlúcia Maria da Silva, Diretora de Proteção de Direitos; e Clara Lis Coelho, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos.

O principal objetivo do encontro foi promover um diálogo aberto sobre a execução do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, além de identificar os desafios para sua efetiva implementação.

A metodologia adotada priorizou a troca qualificada de informações entre os participantes, por meio de perguntas orientadoras sobre a implementação das ações previstas no pacto, as dificuldades enfrentadas na articulação interministerial e com os demais entes federativos, bem como sobre a existência e efetividade dos mecanismos de monitoramento e avaliação das ações executadas.

Em 28 de outubro de 2025, foi realizada a segunda reunião técnica, que contou com representantes do Ministério Público do Acre e novamente com a participação de consultores legislativos do Senado Federal e integrantes da assessoria parlamentar da Senadora Mara Gabrilli – eu.

Estiveram presentes as representantes do Ministério Público do Acre que compõem o Observatório de Violência de Gênero, um órgão auxiliar do MP, e são elas: as Sras. Otília Marinho de Amorim Neta, Coordenadora Administrativa, Rayssa Castelo Branco da Silva e Rubby da Silva Rodrigues, que são assessoras.

A reunião tratou da atuação do Centro de Atendimento à Vítima e do próprio Observatório de Violência de Gênero do Ministério Público do Acre, que em conjunto desenvolvem estratégias para fortalecer a rede de atendimento, promover a integração entre diferentes órgãos e garantir maior proteção às mulheres em situação de violência de gênero no Estado do Acre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião teve como foco principal o projeto "Justiça de Gênero – o direito à informação salva vidas", que incluímos em nosso relatório como um *case* de sucesso. Esse projeto visa suprir as lacunas que dificultam o pleno acesso das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar à Justiça, contexto que contribui para que o Acre, por exemplo, esteja entre os estados mais violentos do Brasil nesse tipo de crime. Por meio da coleta, análise e divulgação de informações qualificadas, o projeto busca fortalecer a rede de proteção, subsidiar políticas públicas e promover o direito à informação como ferramenta essencial para salvar vidas e garantir justiça às mulheres.

A metodologia do projeto combina análise processual e extraprocessual, integrando a coleta e análise sistemática de dados sobre feminicídios tentados e consumados com a escuta ativa de vítimas, realizada por meio de entrevistas presenciais e questionários detalhados.

Em nosso relatório publicado, está todo o detalhamento na íntegra dessas reuniões.

Colaborações institucionais e audiência pública.

Considerando a missão institucional e a *expertise* do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, bem como sua posição de referência nacional em dados, pesquisas, análise e articulação com as principais instituições congêneres atuantes na temática do combate à violência contra a mulher, solicitamos o apoio ao observatório para levantar informações sobre as ações previstas no Plano de Ação do PNPF.

Para tanto, o observatório elaborou o estudo "Feminicídio no Brasil...".

Oh, Senador Arns, seja bem-vindo. Deixe-me registrar a presença: o Senador Sergio Moro e o Senador Girão estão presentes aqui conosco também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Dá a notícia para ele, quebra protocolo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Hã?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Dá a notícia do Adam para ele, quebra protocolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Senadora Mara vai quebrar protocolo agora, porque a gente já chorou antes de o Arns chegar, então agora a gente quer fazê-lo chorar também.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, prepare as lágrimas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, você prepare as lágrimas.

Olha a notícia, Senador.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senador Arns, lembra a Karin, lutando pela guarda do filho, que, há dois anos, não vê, porque está no Egito? Então, ela acabou de conseguir a guarda do filho, lá no Egito. Há dois anos que ela não vê o menino.

E a gente está comemorando, porque não é nem mãe de Haia, é mãe de Sharia. É um regime muito mais duro. A gente achava que seria o caso mais impossível, e para Deus não tem impossível.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E hoje é aniversário do Adam.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É do Adam, é do filho. Então, a mãe ganhou o filho de presente e o filho ganhou a mãe de presente. Estamos felizes!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Presentão! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O trabalho da Subcomissão de Haia, que nasceu no seu coração, coordenado por Mara, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho que a Comissão fez aqui ouviu todos os organismos e entregou um relatório extraordinário hoje. Então, a gente hoje faz um coroamento com essa história, que era a mais difícil de todas. A Karin e o Adam vão estar juntos. E a gente já até está pedindo: ela tem que trazer o Adam aqui para a gente abraçar, para a gente celebrar.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Gratidão, Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –

E eu estou muito feliz. Parabéns, Senador Flávio Arns!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nem sei onde eu estava.

Para tanto, o observatório elaborou o estudo *Feminicídio no Brasil: desafios persistentes e a urgência da efetividade das políticas públicas*. O estudo tem como objetivo analisar de forma detalhada o cenário dos feminicídios no Brasil, oferecendo uma visão histórica dos índices nacionais e estaduais, bem como avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas, especialmente o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Esse estudo foi fundamental para se poder subsidiar a avaliação dessa política pública.

Também solicitamos, na Nota Técnica nº 41, de 2025, da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal (Conorf), visando analisar o orçamento planejado e executado em 2024 e 2025 para o plano de ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, sobretudo porque ele recebeu orçamento inicial bastante robusto, de 2,5 bilhões, para execução das ações.

Em síntese, a Nota Técnica evidencia que, embora a ausência de detalhamento suficiente impeça uma estimativa segura sobre a execução orçamentária diretamente vinculada ao plano de ação do PNPF, a análise de uma amostra de ações possivelmente relacionadas ao plano indica que apenas 28,4% do orçamento destinado ao PNPF foi efetivamente executado em 2024. Em 2025, até junho, esse percentual foi ainda menor, com apenas 5,3% da dotação orçamentária liquidada. Esses resultados, reconhecendo as limitações das estimativas, indicam uma baixa execução da política proposta pelo PNPF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo atenção a que os recursos destinados à implementação da unidade da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Referência de Atendimento à Mulher, equipamentos essenciais para oferecer acolhimento humanizado, atendimento psicossocial e orientação jurídica a mulheres em situação de violência aparecem no estudo do Conorf, com 0% de execução; ou seja, nos anos de 2024 e 2025, nenhum recurso foi executado para a implementação de novas unidades ou para aprimorar as existentes, conforme consta na tabela publicada em nosso relatório final, em mais de uma tabela, não é? São várias tabelas.

Em 21 de outubro de 2025, foi realizada audiência pública na CDH para a instrução dessa avaliação de política pública, que contou com a participação de representantes das seguintes instituições: Instituto Maria da Penha; Associação de Assistência às Mulheres, Crianças e Adolescentes e Vítimas de Violência – Recomeçar; Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, do Ministério das Mulheres; órgão coordenador do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios; Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Coordenação de Áreas Transversais da Subsecretaria de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social da Secretaria Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento; Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal; e Comissão da Mulher da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Todo o detalhamento dessa relevante audiência pública consta em nosso relatório publicado.

Diagnóstico dos problemas e desafios identificados.

O enfrentamento ao feminicídio e à violência doméstica contra a mulher no Brasil, conforme análise do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, revela um cenário marcado por desafios estruturais, institucionais e culturais que dificultam a efetividade da política pública. Vislumbra-se que, apesar dos avanços legislativos e da criação de instrumentos normativos intersetoriais, persistem problemas que comprometem a proteção das mulheres e a redução dos índices de violência letal.

Um dos principais problemas identificados refere-se à cobertura desigual da rede de serviços especializados. Em muitas cidades, não há acolhimento imediato e estruturado para mulheres em risco, o que limita o acesso a direitos básicos e compromete a proteção efetiva da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher vítima de violência. A ausência de equipamentos previstos em lei, como Casa da Mulher Brasileira e centros de referência, é especialmente crítica em áreas rurais, de florestas e periferias urbanas, onde a capilaridade da rede é insuficiente.

Outro problema identificado é a subnotificação dos casos de violência. A maioria das mulheres busca apoio inicialmente junto à família, igreja ou amigos, recorrendo à rede estatal apenas como última alternativa. Dados do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal, mostram que 59% das vítimas não realizam denúncia, evidenciando um alto índice de subnotificação e a necessidade de fortalecer estratégias de aproximação e acolhimento nas comunidades, além da ampla divulgação dos serviços disponíveis.

A insuficiência de profissionais capacitados para o acolhimento com perspectiva de gênero é outro ponto crítico. Dados do projeto "Justiça de Gênero – o direito à informação salva vidas" corroboram que muitos profissionais de ponta desconhecem conceitos fundamentais sobre violência de gênero, o que compromete o atendimento qualificado e humanizado. Soma-se a isso a alta rotatividade de equipes e especialistas, dificultando a continuidade e a especialização dos serviços. (*Pausa.*)

Persistem falhas significativas na integração e comunicação entre instituições. A atuação dos serviços ainda se caracteriza por abordagens limitadas e setoriais sem uma visão sistemática de enfrentamento à violência. Há falta de articulação entre saúde, segurança, assistência social, Judiciário e demais órgãos, bem como a ausência de protocolos claros para o encaminhamento das vítimas entre os diferentes setores da rede, o que dificulta tanto o direcionamento quanto o acompanhamento dos casos. Protocolos bem definidos para o fluxo de atendimento continuam escassos, resultando em processos incompletos ou pouco conhecidos.

A dimensão de saúde mental das vítimas é crítica. De acordo com dados do projeto "Justiça de Gênero – o direito à informação salva vidas", aproximadamente metade das sobreviventes relatou ideação ou tentativa de suicídio, evidenciando a necessidade de uma rede psicossocial estruturada e protocolos específicos para o risco de suicídio. E o impacto psicológico nas crianças que presenciam a violência também é relevante, exigindo equipes de assistência social, psicologia focada no atendimento integral às famílias, recurso ainda escasso na rede de serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Persistem desigualdades no atendimento a povos originários e mulheres negras, que compõem parcela expressiva das vítimas de feminicídio. De um lado, barreiras culturais relacionadas ao machismo e ao patriarcado se somam à dificuldade de acesso à proteção em territórios remotos e entre populações vulneráveis. E de outro, o racismo estrutural intensifica a violência de gênero, impondo a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para minorias étnicas e práticas institucionais antirracistas.

A demora na concessão e no cumprimento das medidas protetivas constitui outro ponto crítico. Dados do projeto "Justiça de Gênero – o direito à informação salva vidas" indicam que o fluxo institucional é lento. Em alguns casos, mesmo com a medida protetiva vigente, ocorrem feminicídios consumados. Há falta de alinhamento entre o prazo para entrega da medida à mulher e o momento em que o autor da violência toma ciência, expondo as vítimas a novos riscos.

E, na mesma direção, durante a audiência publicada, realizada na CDH, destacou-se a necessidade de avisar a vítima, de forma prévia, sempre que houver a saída do agressor do sistema prisional. O financiamento das políticas públicas permanece intermitente e insuficiente. Conforme já apontamos, as projeções da Conorf indicam baixa execução orçamentária do PNPF. É bastante alarmante que em 2025, até junho, o percentual efetivamente utilizado nunca passou de 5,3%. Há relatos de falta de recursos para projetos conduzidos pelas secretarias das mulheres, comprometendo ações de prevenção e atendimento na ponta.

Além disso, a dependência de emendas parlamentares, sujeitas à negociação política, impõe um desafio adicional à continuidade das iniciativas.

Adicionalmente, para avaliar o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio, é indispensável examinar sua governança. Nessa área, identificaram-se oportunidades de aprimoramento.

Por se tratar de um planejamento, é essencial que o Plano de Ação do PNPF seja submetido a monitoramentos periódicos, permitindo identificar gargalos e realizar ajustes tempestivos para garantir a máxima efetividade das ações propostas.

O Regimento Interno do Comitê Gestor do Pacto, aprovado pela Portaria nº 316, de 30 de novembro de 2023, do Ministério das Mulheres, estabelece que o comitê deve reunir-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, mediante convocação da Coordenadora. Assim, conforme o regimento, seriam esperadas pelo menos seis reuniões anuais. Contudo, informações disponíveis no *site* do Ministério das Mulheres indicam que não há regularidade nas reuniões, tendo sido publicadas apenas duas atas: uma em 16/10/2023 e outra em 17/11/2023. Diante disso, surgem dois cenários possíveis: (i) não houve novas reuniões em 2024 e até o momento, em 2025, em desacordo com o regimento interno e o art. 8º do Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023; ou (ii) as reuniões ocorreram, mas as atas não foram publicadas, contrariando o §5º do art. 13 do Regimento, que determina assinatura, encaminhamento aos membros e publicação na página eletrônica do Ministério das Mulheres.

Outro aspecto que merece atenção é a transparência quanto à adesão dos entes federativos ao pacto, tendo em vista que sua própria razão de existir depende da efetiva participação desses entes. Nesse sentido, em dados do Ministério das Mulheres divulgados em seu sítio eletrônico, em novembro de 2024, e informados na audiência pública realizada na CDH em outubro de 2025, observa-se que: 12 estados divulgados como aderentes ao pacto em 2024 permanecem em 2025; 8 estados foram divulgados como aderentes em 2024 e não foram citados como aderentes em 2025; e 5 estados constam como aderentes apenas em 2025.

Ante o exposto, partindo do pressuposto de que ambos os dados, divulgados em 2024 e 2025, estão corretos, surgem questionamentos que poderiam ser sanados caso houvesse transparência quanto às adesões e eventuais desistências dos entes federados. A ausência dessa transparência impede que a população local acompanhe e monitore os gestores estaduais quanto à adesão e à permanência no pacto, fragilizando o exercício do controle social. Com informações claras e acessíveis, seria possível investigar e enfrentar as causas que ensejaram a desistência de determinados estados, caso ela de fato tenha ocorrido, bem como incentivar os entes que ainda não aderiram a tomarem essa iniciativa.

Por fim, destaca-se que as formas de prevenção primária, secundária e terciária ainda não têm conseguido produzir mudança cultural suficiente para alterar o padrão histórico de violência. Persistem normas sociais discriminatórias e práticas machistas profundamente enraizadas, reforçando a necessidade de investimentos em educação, campanhas de conscientização e estratégias de superação do machismo estrutural em longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, os principais problemas encontrados no enfrentamento ao feminicídio e à violência doméstica contra a mulher são: cobertura desigual da rede de proteção, subnotificação dos casos, insuficiência e rotatividade de profissionais capacitados, falta de integração institucional, rede psicossocial insuficiente, desigualdades raciais e territoriais, lentidão nas medidas protetivas, financiamento intermitente e persistência de padrões culturais discriminatórios.

Recomendações e diretrizes de ação.

Diante dos desafios identificados, as recomendações para o enfrentamento ao feminicídio e à violência doméstica contra a mulher devem ser abrangentes, intersetoriais e orientadas para resultados concretos, visando superar os gargalos estruturais, institucionais e culturais. A seguir, são apresentadas recomendações organizadas por eixo temático, fundamentadas nas evidências e análises do relatório:

1. Fortalecimento da rede de proteção e atendimento.

A) Elaboração de indicação ao Poder Executivo sugerindo:

- expandir a cobertura territorial dos serviços especializados, como Casas da Mulher Brasileira, centros de referência e abrigos sigilosos, priorizando ainda áreas rurais, periferias urbanas e territórios de difícil acesso;

- aprimorar a integração entre saúde, assistência social, segurança pública e Judiciário, com protocolos claros de encaminhamento e fluxos bem definidos, evitando abordagens setoriais e revitimizantes;

- desenvolver estratégias específicas para povos originários, mulheres negras e populações vulneráveis, incluindo população LGBTQIA+, com ações territorializadas e práticas institucionais antirracistas e anticapacitistas.

B) Elaboração de projeto de lei para:

- alterar a Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, para estabelecer que, nos municípios onde não houver delegacia especializada de atendimento à mulher, o atendimento ininterrupto à mulher vítima de violência doméstica e familiar seja garantido pelas delegacias comuns existentes;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- alterar a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, para incluir novo inciso ao art. 8º, prevendo, entre as diretrizes da política de enfrentamento à violência doméstica e familiar, o desenvolvimento de estratégias específicas para povos originários, mulheres negras, mulheres com deficiência e populações vulneráveis, com ações territorializadas e práticas institucionais antirracistas e anticapacitistas.

2. Capacitação e valorização dos profissionais.

A) Elaboração de indicação aos Poderes Executivo e Judiciário para, no âmbito de suas respectivas competências, sugerir:

- assegurar a continuidade de programas de capacitação para profissionais da rede de atendimento e de órgãos não especializados que prestam assistência à mulher vítima de violência doméstica e familiar;

- desenvolver estratégias para a redução da rotatividade de equipes especializadas no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, promovendo valorização, formação permanente e condições adequadas de trabalho.

B) No âmbito do Congresso Nacional:

- elaborar projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de incluir, nas ações de formação inicial de recursos humanos da saúde, a capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) em conteúdo sobre prevenção, identificação, notificação, acolhimento e encaminhamento de casos de violência doméstica, familiar e de gênero.

3. Integração de dados, monitoramento e transparência.

A) Elaboração de indicação ao Poder Executivo sugerindo:

- padronização e integração dos sistemas de informação entre Justiça, segurança, saúde e assistência social, facilitando o acompanhamento dos casos e a formulação de políticas baseadas em evidências;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- consolidação e fortalecimento do Observatório Nacional de Violência de Gênero como base permanente de evidências, ampliando a produção e divulgação de diagnósticos, relatórios e indicadores;

- aprimoramento da governança do PNPF, de modo a assegurar a realização regular das reuniões do comitê gestor, conforme previsto em seu regimento interno;

- aprimoramento da publicização das atas das reuniões do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, bem como dos instrumentos de monitoramento e controle, assegurando transparência e participação social;

- divulgação, em página oficial e em formato aberto, das adesões de estados e municípios ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, bem como seus respectivos planos de metas, a fim de permitir que a sociedade acompanhe o grau de compromisso e a implementação do pacto por cada ente federativo, fortalecendo o controle social;

- implementação de mecanismos específicos de transparência orçamentária para o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com identificação clara e acessível das ações e dos recursos destinados à prevenção e enfrentamento do feminicídio, garantindo o acompanhamento público da execução orçamentária e financeira. (*Pausa.*)

4. Prevenção e mudança cultural – olhem, eu bebo água, e a voz aumenta.

A) Elaboração de indicação ao Poder Executivo sugerindo que seja:

- assegurada a continuidade de programas e ações de formação para lideranças comunitárias, religiosas e escolares, qualificando os espaços onde as mulheres buscam apoio inicialmente;

- garantida a continuidade, com a implementação territorializada, de programas voltados à recuperação e reeducação do agressor;

- desenvolvida campanha educativa e de conscientização de longo prazo, voltada à desconstrução de padrões machistas, racistas, capacitistas e discriminatórios, com foco em escolas, comunidades, igrejas e redes informais de apoio;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- ampliada a divulgação dos serviços de proteção e acolhimento, garantindo que as vítimas tenham acesso facilitado à informação e aos canais de denúncia.

5. Saúde mental e apoio psicossocial.

A) Elaboração de indicação ao Poder Executivo sugerindo:

- organização de uma rede de atendimento psicossocial sólida, com atendimento territorializado, contínuo e protocolos específicos para prevenção do suicídio, assegurando cuidado integral às famílias – incluindo crianças e adolescentes afetados pela violência – e acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimentos individuais e/ou grupos de apoio;

- e que seja assegurado à vítima de violência doméstica e familiar o acesso a serviços de saúde mental e acompanhamento pós-denúncia, prevenindo riscos de revitimização e impactos decorrentes da violência a longo prazo.

6. Medidas protetivas e segurança.

A) Elaboração de indicação aos Poderes Executivo e Judiciário, sugerindo no âmbito de suas respectivas competências:

- o estabelecimento de mecanismos que confiram maior agilidade na concessão e no cumprimento das medidas protetivas, alinhando o tempo de entrega à mulher com o tempo de ciência ao autor da violência e garantindo aviso oportuno às vítimas sobre saída do agressor do sistema penal e revogação de medidas protetivas;

- a efetiva implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Fonar) em todo o território nacional, unificando critérios e acelerando o acesso às medidas protetivas, cautelares e outros encaminhamentos da rede de proteção para gestão integrada dos riscos.

7. Financiamento e sustentabilidade das políticas.

A) Elaboração de indicação ao Poder Executivo, sugerindo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- garantir financiamento contínuo e adequado para políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar, reduzindo a dependência de emendas parlamentares e assegurando orçamento próprio às secretarias das mulheres;

- assegurar maior execução orçamentária dos recursos destinados ao PNPF, com avaliação periódica dos resultados e transparência na aplicação.

B) No âmbito do Congresso Nacional:

- instalar a Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, fortalecendo a sua atuação, promovendo a distribuição de recursos e ampliando a efetividade das ações do plano;

- e, depois, requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria orçamentária e operacional sobre a execução dos recursos destinados ao PNPF.

8. Autonomia econômica e inserção produtiva.

A) Elaboração de indicação ao Poder Executivo, sugerindo:

- priorizar ações para promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de violência, garantindo acesso a creches, programas de capacitação profissional e iniciativas de inserção produtiva, com monitoramento efetivo dos resultados;

- expandir a aplicação de cotas de gênero destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas contratações públicas, garantindo eficiência e transparência no processo;

- garantir a remoção célere de servidoras públicas em situação de violência doméstica e familiar, ampliando oportunidades e reduzindo riscos de vulnerabilidade e revitimização.

B) No âmbito do Congresso Nacional:

- elaborar projeto de lei que insira no texto da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a previsão legal de reserva mínima de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas contratações públicas de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

9) Governança federativa e articulação política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elaborar indicação ao Poder Executivo para sugerir:

- fortalecer mecanismos de governança e cooperação federativa no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, promovendo diálogo entre entes federativos para troca de boas práticas e incentivando o cumprimento de metas.

No âmbito do Congresso Nacional:

- promover articulação política no Congresso Nacional, especialmente com a Bancada Feminina, para reduzir resistências locais à adesão ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios;

- criar também mecanismos legislativos de incentivo, valorização e disseminação de iniciativas bem-sucedidas dos entes federativos na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Essas recomendações, baseadas nos achados do relatório, têm como objetivo promover uma resposta coordenada, integrada e sustentável ao enfrentamento do feminicídio e da violência doméstica contra a mulher, garantindo o direito à vida, à dignidade e à Justiça para todas as mulheres brasileiras. A superação desses desafios requer políticas públicas robustas, governança interinstitucional, financiamento contínuo, integração de dados e ações territorializadas, além de transformações culturais profundas para assegurar às mulheres brasileiras seus direitos fundamentais à vida e à dignidade.

Este é o relatório, o qual eu submeto aos pares desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, obrigada pela leitura.

Gente, ela fez uma leitura resumida. O relatório tem mais de 70 páginas – 86, quase 90 páginas. E ela fez apenas um resumo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Foi difícil resumir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu creio que foi difícil. E você traz dados e informações que nos incomodam, Mara – nos incomodam.

E digo que esse trabalho não foi feito por uma única Senadora: houve todo um corpo técnico com ela. Ela ouviu, ela sentou, ela foi. Aconteceram audiências públicas, reuniões, requerimentos de informações inúmeros que a Mara fez para buscar dados e elementos para esse relatório.

E eu fico feliz com o trabalho. Foi incrível. Que bom que a gente escolheu a avaliação desse Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, mas os números apresentados me deixaram muito triste – muito triste. E a gente vai ter que falar sobre isso – o Senador Girão e depois o Senador Flávio Arns –, porque a Mara traz muitos encaminhamentos. Só indicações ao Executivo acho que tem umas dez, projetos de lei... Então, ela está trazendo encaminhamentos para melhorar o plano, e a gente vai ter que atender todos os encaminhamentos.

Mas o relatório é triste, os resultados são tristes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Senadora Mara, queria cumprimentá-la pelo relatório, pelo trabalho dedicado seu e de sua equipe nessa avaliação e dizer que eu fiquei estarrecido. Estava lendo aqui, ouvindo alguns trechos. E eu fico me questionando: é esse o Governo que dizia que ia defender as mulheres, com a implementação tão pequena das ações, a eficácia praticamente ínfima?

Eu gostaria até de comparar – Senadora Damares, até porque a senhora foi Ministra da Mulher também – com os índices que, me parece, são completamente opostos, comparando o Governo anterior com este Governo. Isso é fato, pelo que a gente pôde perceber aqui.

Mas a gente vai sequenciar essa discussão, porque é importante que... Nada como um dia atrás do outro. É importante que a nação, que quem está assistindo tenha conhecimento desse relatório. Preocupante é pouco, Senadora Damares – a senhora está sendo muito política, diplomata –, porque isso aqui é algo assustador, e mostra, assim, uma incompatibilidade tremenda, Senador Flávio Arns, com aquilo que se dizia e com aquilo que se faz. E olha que nós já estamos chegando aí no final do Governo, estamos indo para o último ano, e isto aqui é um tapa na cara da sociedade brasileira, das mulheres brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é por isso que nunca se matou tanta mulher no Brasil, por isso que os índices estão assim – isso é sintomático.

Parabéns, Senadora Mara Gabrilli! Parabéns, Presidente desta Comissão! Precisamos dar luz a essas sombras, a essas trevas aqui, para que o Brasil volte a ter respeito às mulheres.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Da minha parte também, Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, por conduzir esta Comissão de Direitos Humanos, em primeiro lugar, parabéns pelo trabalho! Que continue firme, persistente, tem que ser obsessivo nessa área também. Então, quero parabenizar esse trabalho da Comissão.

Mas, Senadora Mara, quero cumprimentá-la também pelo relatório, impressionante relatório da política pública, uma área definida pela Comissão como fundamental, e não é só da Comissão; é da sociedade brasileira, é um desafio que vem sendo enfrentado pela sociedade.

Claro que a gente pensa, no âmbito federal, mas eu penso, assim, que o relatório é tão bom, tão importante, que tem a análise... Permita-me chamá-la de você, porque, se não, eu chamo de V. Exa.; até me sinto meio estranho chamando.

Mas o que a Senadora Mara faz do âmbito federal se aplica ao âmbito estadual e ao âmbito municipal. Acho que nós temos uma linha que foi produzida, de objetivos importantes, de estratégias, de caminhos que têm que ser pensados lá na ponta inclusive. A gente sempre fala, o relatório aponta para isto: a criação de um sistema, um sistema nacional, como tem o sistema nacional de saúde, de assistência, agora de educação também. Quer dizer, tem que haver essa articulação, essa pactuação, para que essa cadeia toda pelo Brasil funcione.

Então, quando o Prefeito pergunta o que nós vamos fazer, está aqui: "Olha, isto aqui foi pensado, foi discutido; vamos aplicar no âmbito municipal ou no âmbito estadual".

Há um Promotor que a Senadora Mara conhece também lá do Paraná, o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, muito atuante na área de crianças e adolescentes, que sempre diz: "Olha, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer ver a prioridade de uma área, olhe no Orçamento. Se o orçamento apontar que existe financiamento, é prioritário. Se não apontar, é demagogia". Eu concordo 100% com esse Procurador-Geral de Justiça, mas a gente tem que ver também uma outra parte, que é a execução do Orçamento. A execução do Orçamento tem que ser 100%, não pode ser de outra maneira, particularmente em áreas essenciais como essa. Então, eu quero parabenizar.

E eu quero pensar, inclusive, Senadora Damares, que, como o relatório é muito bom, numa forma de publicar isso, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, eu estou pensando em a gente fazer uma separata com ele, a Secretaria já providenciar, porque eu acho que nós vamos ter que encaminhar para alguns órgãos esse relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nacionais, federais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Cobrar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... também as atitudes necessárias para ver o que o relatório está apontando e o que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso tem que ser apresentado, mas pegar isso e mandar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para estados, municípios, Governadores, Prefeitos, secretarias estaduais, municipais, para dizer: "Olha, vamos fazer uma pactuação nessa área a partir de um estudo tão bem elaborado". (*Pausa.*)

Acho que não ligou lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Agora ligou.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Porque a gente precisa da adesão dos estados e dos municípios. Então, diminuiu: a gente tinha 12 estados e agora a gente tem 8? E também, claro, a gente tem que levar em consideração que o pacto começou no dia 16 de agosto de 2023. Ainda é pouco tempo que a gente tem de avaliação, mas já está claro isso que você falou sobre o orçamento: não executar um orçamento dessa dimensão com a importância do que a gente está trabalhando, do que a gente está falando, que é prevenção ao feminicídio, a morte das mulheres, e não executar é, sim, um atestado de incompetência muito grande. E a gente não pode ver nossas mulheres morrendo por conta de uma inação.

Então, eu acho que o relatório está mostrando exatamente o que cada um deve fazer para que a gente consiga aprimorar. Nossa, eu adoraria que a gente tivesse isso publicado, porque falo assim: "Poxa, precisamos trabalhar todos juntos!".

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hã-hã.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nós detectamos, mas todos temos que...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns pelo trabalho!

Até eu penso – sabe? – que a ideia de sistema está sendo bastante discutida – sistema único de segurança, de saúde –, mas cada área dessas deveria ter uma pactuação, uma governança de um sistema que envolva estados, municípios e o próprio Governo Federal, em primeiro lugar, fazendo a sua parte, mas tem que haver essa articulação. Mas tudo indica, está tudo indicado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer dizer, qual é o caminho? Falou-se tanto no caminho na COP 30; aqui o caminho está bem marcado para ver o que tem que ser feito e percorrido.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns.

Mara, eu quero informar que, além de apontar os gargalos, os problemas, ela apontou soluções. Acho que esse é o diferencial do seu relatório, apontando encaminhamentos e soluções. É difícil para mim fazer um comentário mais detalhado, por uma questão de ética, inclusive. Eu fui a Ministra da pasta, eu lidei com isso ,e eu também entreguei para o Brasil um Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, mas dizer para os senhores que não é uma política fácil de ser executada realmente, não é, porque ela é uma política transversal: tem que trabalhar o Ministério da Mulher, com o Ministério de Direitos Humanos, com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Igualdade Racial, tem que vir todo mundo, tem que vir a Funai, então não é uma política fácil de se executar.

Mas acredito que os apontamentos de Mara, o relatório, a primeira pessoa para quem a gente vai encaminhar vai ser para a Ministra da Mulher; para o Ministério da Justiça também, chamando para uma reflexão e nos colocando à disposição. A Comissão aqui pode ajudá-los a encontrar caminhos. Nós temos pessoas muito bem-intencionadas, nós temos um grupo de Parlamentares extraordinário aqui nesta Comissão, para a gente encontrar caminhos e dar respostas pelo fim do feminicídio.

Parabéns, Mara.

Nós vamos caminhar no sentido da publicação e dos encaminhamentos. Escrever os projetos de lei, as indicações, os requerimentos, todas as recomendações e encaminhamentos que você apresentou.

Nós vamos colocar agora...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Presidente, eu queria só falar que sim, e queria agradecer muito a Consultoria Legislativa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, que muito nos ajudou, tanto o Cleiton Diniz quanto a Natália Sobestiansky; é impressionante a capacidade dos nossos consultores. E agradecer mais uma vez também a Maria Teresa, do Observatório da Mulher, que também tanto nos ajudou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim. Muito bem.

Em discussão, relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que vai para a publicação.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Aêêêê!!!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Mara, um ano de trabalho seu e de seu time.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obaa!!! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns. É muito orgulho dessa Mara. Liderou dois grandes trabalhos na Comissão este ano, parabéns. Semana que vem eu apresento o meu também, Mara.

Nós vamos voltar para a pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria só pedir, porque eu vou ter que sair daqui a pouco, se o Senador Flávio Arns me permite...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador – pedir para a gente fazer a inversão, Senadora, do item 5, do item 3 e do requerimento, tá? Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 3 da pauta, se o Senador Flávio Arns não se importa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1138, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa proibindo as discriminações ou preconceitos de cor, raça, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual, identidade de gênero e análogos, em estabelecimentos públicos e privados, e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.

- Em reunião realizada em 12/11/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Relatoria: Senador Marcos Rogério. Fará a leitura *ad hoc* o Senador Girão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu peço a permissão de V. Exas. para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

No mérito, ainda que reconheçamos a boa intenção da proposição ao buscar reforçar a proteção contra práticas discriminatórias, princípio já consagrado pela Constituição Federal, entendemos que a medida não se mostra eficaz nem adequada como política pública. Trata-se de uma solução de caráter meramente simbólico, que pouco contribui para a mudança real de comportamentos, ao mesmo tempo em que amplia o aparato normativo e impõe novas obrigações a setores públicos e privados já sobrecarregados.

Acreditamos que o enfrentamento de condutas discriminatórias deve ocorrer por meio de ações educativas e estruturais, e não por iniciativas de viés decorativo, que muitas vezes alimentam o ativismo estatal e geram efeitos contrários à pacificação social.

Adicionalmente, é necessário avaliar com cautela a obrigatoriedade de afixação de placas informativas sobre a proibição de discriminação em estabelecimentos públicos e privados. Embora a medida tenha como pano de fundo o respeito à dignidade humana, valor inegociável no Estado democrático de direito, sua implementação não pode ignorar os impactos práticos, legais e econômicos que acarreta.

Do ponto de vista jurídico, a proibição de discriminação já está plenamente consagrada na Constituição Federal e na legislação em vigor, especialmente na Lei nº 7.716/1989 (Lei do Racismo). Portanto, não é a afixação de placas que criará ou ampliará essa proteção legal. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, já reconheceu a LGBTfobia como forma de racismo, submetendo essas condutas às penalidades previstas. Nesse sentido, é importante evitar a redundância normativa e o risco de transformar uma obrigação simbólica em aparato burocrático ineficaz, que apenas aumenta o intervencionismo estatal sem garantir resultados concretos na redução da discriminação.

No tocante às penalidades previstas, a imposição de multa equivalente a um salário mínimo, ou sua substituição por cestas básicas, carece de gradação e proporcionalidade, o que pode configurar excesso do poder regulamentar. A falta de critérios objetivos para aplicação da sanção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gera insegurança jurídica e expõe os pequenos negócios a punições arbitrárias, ferindo princípios constitucionais como a razoabilidade e a capacidade contributiva.

Há ainda o risco de que a medida seja instrumentalizada ideologicamente, causando reação contrária à sua proposta original. Em regiões onde há valores mais tradicionais ou conservadores, a imposição de placas com linguagem politizada pode ser percebida como interferência do Estado em convicções morais e culturais legítimas, o que não contribui para a pacificação social nem para o verdadeiro combate à intolerância.

Por isso, entendemos que políticas públicas realmente eficazes contra a discriminação devem priorizar a educação, o diálogo e a conscientização da sociedade, e não a multiplicação de normas punitivas de difícil execução. O Estado deve agir com equilíbrio, promovendo os direitos fundamentais sem impor barreiras desnecessárias à livre iniciativa e ao exercício da atividade econômica.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.138, de 2023, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Senador, eu respeito o relatório, mas acho que a sociedade poderia ter essa iniciativa sem ser obrigada por lei. Os condomínios poderiam ter, dentro dos seus elevadores, um cartaz falando de preconceito e discriminação e as lojas, por iniciativa própria, não que fosse uma coisa imposta...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas os próprios ministérios, as pastas tanto da igualdade racial, como da mulher, da criança, quando promovessem campanhas, que a sociedade aderisse a essas campanhas. Campanhas funcionam. Esses cartazes funcionam.

Eu sonho – tem crente que fica bravo comigo, mas eu vou falar –, eu sonho que toda igreja tenha um cartazinho lá do Disque 100, para lembrar as crianças, as famílias: olha, tem um número para que você pode ligar pedindo socorro, ter um cartazinho do 180. Isso não é intervenção do Estado na igreja. É a igreja, não precisa nem ser por lei, se oferecendo. Quantas milhões de pessoas passam por um culto e uma missa no domingo, nos templos? E se tivéssemos campanhas ali nas paredes das igrejas?

Então, assim, eu sei que o voto é pela rejeição, mas o mérito é muito bom. É que a gente não pode impor, por lei, a fixação de cartazes falando sobre preconceito, mas a sociedade poderia se organizar e, de forma voluntária, fazer as suas campanhas. E nós estaremos participando de todas elas.

Parabéns, Senador Girão.

Item 5 da pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Item 5.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me só ler aqui.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 967, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento, como temas transversais, nos currículos da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, Senadora Damares. Eu conto também com a sua autorização para que eu possa ler a partir da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos (inciso III), bem como proteção à infância (inciso VI). Assim, o assunto de que trata o PL nº 967, de 2024, encontra-se indiscutivelmente sob as competências regimentais desta Comissão.

No mérito, a proposição é extremamente louvável. O art. 26 da LDB trata justamente dos currículos do conjunto da educação básica, compreendendo as etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. O dispositivo especifica que esses currículos devem ter base nacional comum, complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, que atenda as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Nesse sentido, os dispositivos do art. 26 da LDB detalham dimensões que devem ser incluídas nos currículos escolares. O §9º prevê que conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher sejam neles incluídos, como temas transversais, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 967, de 2024, nada mais faz do que atualizar esse parágrafo, incluindo entre os temas abordados o desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento. Trata-se de medida fundamental para ampliar o conhecimento sobre a fase intrauterina da vida humana, ampliando o entendimento de que a defesa da vida, direito humano maior e inalienável, começa desde aquele momento.

Estudos embriológicos demonstram que, desde a fecundação, o ser humano em desenvolvimento possui identidade genética única e está em contínuo processo de organização e crescimento. Esse conhecimento pode ser transmitido de forma adequada a cada faixa etária, contribuindo para uma formação integral dos estudantes.

A proposição se harmoniza com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da Constituição Federal), da valorização da vida e da proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem (art. 227 da Constituição Federal). Assim o projeto reafirma o dever do Estado, da família e da sociedade de assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida e à educação de qualidade.

A proposição também harmoniza-se com o ordenamento jurídico nacional, que consagra a vida como o mais essencial dos direitos. O Código Civil, em seu art. 2º, dispõe que a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. De igual modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 1990, em seu art. 8º, assegura o direito à, abro aspas, "atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral", buscando garantir não apenas a segurança da gestante, mas também a da criança durante e após a gestação.

O marco jurídico é, portanto, inequívoco: o direito à proteção dos interesses do nascituro é resguardado desde a concepção. O ordenamento brasileiro, inclusive, reconhece ao nascituro direitos como o de receber doações (art. 542, CC), herança (art. 1.798, CC), curatela (art. 1.779, CC) e até o direito à indenização securitária por morte intrauterina decorrente de acidente automobilístico.

Dessa forma, o nascituro já é titular do direito à vida. Não fosse assim não haveria cabimento para os chamados, abro aspas, "alimentos gravídicos", os quais seriam passíveis de repetição de indébito, acaso o concepto fosse natimorto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já no âmbito internacional, o Pacto de São José da Costa Rica, ou Convenção Americana de Direitos Humanos, consagra a proteção da vida humana desde a concepção de forma expressa em seu Artigo 4º, nº 1.

Ainda, a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) declara que os Estados Partes devem respeitar os direitos enunciados na presente convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de nascimento.

Portanto, sendo o nascituro também uma pessoa, é importante que seja tratado como tal e se possa assegurar o respeito e o compartilhamento de informação a fim de proteger o ser humano em sua forma mais vulnerável de toda violência.

Além disso, Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ao prever que o assunto seja tratado como tema transversal, e não dentro de uma disciplina específica, o projeto permite sua abordagem a partir de diversos ângulos, sempre em respeito à legislação correspondente e de acordo com os materiais didáticos adequados a cada faixa etária.

A proposta se insere no contexto da educação em valores, que é uma das premissas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ao tratar do tema de forma transversal, o projeto permite que a valorização da vida seja abordada de maneira integrada, sem sobrecarregar uma disciplina específica, mas permeando o currículo como um todo.

A abordagem transversal proposta pelo projeto permite que o tema seja trabalhado de forma contextualizada, promovendo uma cultura de paz, respeito e cuidado com a vida em todas as suas fases.

Diante desses subsídios, fica ainda mais evidente que o PL nº 967, de 2024, representa um avanço na consolidação de uma educação que valoriza a vida e os direitos humanos, em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e com as melhores práticas pedagógicas.

Entretanto, a fim de tornar o texto do projeto mais claro, entendemos que seriam necessários pequenos aperfeiçoamentos redacionais, voltados para explicitar que os conteúdos a serem abordados nas escolas tratam, em seu conjunto, da prevenção de todas as formas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência contra a vida, em todas as suas fases. Para fazer esses ajustes, apresentamos uma emenda em nosso voto.

Voto.

Diante das razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 967, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CDH
> Dê-se ao §9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 967, de 2024, a seguinte redação:
> "§9º Como temas transversais, serão incorporados aos currículos de que trata o *caput* deste artigo conteúdos referentes aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a pessoa, em todas as etapas do ciclo vital, do nascituro à pessoa idosa. Tal incorporação será realizada em conformidade com a legislação pertinente e mediante a produção e distribuição de material didático adequado a cada etapa de ensino. (NR)"

Muito obrigado, Sra. Presidente. A sua assessoria sempre muito competente, e a Secretaria da CDH, por incluir na pauta essa matéria que é eminentemente provida.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero concordar inteiramente com o projeto. Eu queria sugerir, talvez, duas palavras, para talvez o projeto ficar mais claro: "[...] e a prevenção de todas as formas de violência contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa em todas as etapas do ciclo vital". Em vez de "vital", será que não ficaria melhor "do ciclo da vida"?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Hã-hã.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Do ciclo da vida, quer dizer, no decorrer da vida. O que você acha?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Eu acho uma boa ideia, mas era importante, no meu modo de entender... O senhor não tem nada contra deixar "do nascituro à pessoa idosa" também não? Não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não, continua...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... do nascituro.

A minha dúvida sobre o nascituro é se não seria desde a concepção até... Por nascituro você entende...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque nascituro já é o termo jurídico que vem desde a concepção.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É nesse sentido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, já tem esse sentido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, está bom.

Mas só, em vez de "etapas do ciclo vital", do "ciclo da vida". O "ciclo da vida" agradece...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser? Acolhe? Ficaria aqui na redação final.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Devidamente acolhido, agradecendo aqui a colaboração do Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu acho muito importante. A emenda, eu quero dizer, foi muito boa, porque nós temos que trabalhar no ciclo da vida, seja a criança, o adolescente, o idoso, por exemplo. É um desafio, hoje em dia, a criança, desde a concepção também. A Pastoral da Criança, objetivo grande até da Dra. Zilda, era nesse sentido, pesar a gestante, ver o crescimento, fazer o pré-natal, tudo direito. Isso é promoção da vida, da dignidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.K. Olha que discussão mais linda no Novembro Roxo.

Obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Fica até uma sugestão, Senadora Damares, aqui, aproveitando a presença do nosso querido Senador Flávio Arns, sobrinho da grande humanista e pacifista mundial Zilda Arns. Fica uma sugestão, quem sabe, não é por acaso que ele está aqui. A sugestão é de que essa lei, se for aprovada, pode ser mais uma lei Zilda Arns, alguma coisa com essa pegada.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lembrando que o senhor vai aceitar, acatar a sugestão do Senador Flávio Arns, na emenda que o senhor está apresentando. Então, se transforma em "etapas do ciclo da vida". Certo?

Então, nós vamos votar, mas o senhor vai precisar me mandar um outro relatório com essa modificação para a gente poder fazer a publicação. O.k.?

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CDH.

A matéria segue para a Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Minha assessoria, por favor, corra para eu pegar essa relatoria lá.

Eu só queria lembrá-los de que nós estamos no Novembro Roxo, o mês de conscientização para a prematuridade.

Semana que vem, eu acho que vai vir visitar a nossa Comissão uma menininha que nasceu com 24 semanas. Eu conheci um que nasceu com 25 e agora tem uma de 24 que quer vir conhecer os Senadores. Então, possivelmente, ela venha à reunião deliberativa para dar um abraço em vocês e para a gente celebrar a vida. Por quê? Especialmente para mandar uma mensagem para as mães que estão com uma gravidez de risco. Calma, mamães: a ciência avançou muito, a fetologia avançou muito, nossos médicos neonatais são espetaculares. Mesmo que você, por um acaso, vá ter que passar por um parto prematuro, seu bebê vai ficar bem. Então, acho que essa é a nossa função nesse mês de novembro.

Eu acho que ela vai vir conhecer vocês. Preparem-se para muitos abraços, na próxima quarta-feira.

Muito obrigada.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas e desafios do sistema interamericano de direitos humanos e o papel do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Concedo a palavra ao Senador para encaminhar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Rapidamente, eu acho que está bem claro aqui no requerimento. Nós teremos eventos aqui em Brasília, no âmbito de que trata o propósito desta audiência pública. Eu acho que seria um fortalecimento um debate aqui na Casa.

Eu estou propondo, para a audiência, os seguintes convidados: representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; representante do Ministério de Direitos Humanos; o Sr. Tomás Henríquez, Mestre em Estudos Jurídicos Internacionais; a Sra. Juana Acosta, Doutora em Direito, advogada para o sistema interamericano – ela é da Colômbia –; a Sra. Andrea Hoffman, Presidente do Instituto Isabel e advogada; o Sr. Julio Costa, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Navarra; a Sra. Aléxia Portugal, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais; o Sr. Thiago Vieira, Presidente do Instituto de Direito e Religião e advogado; o Sr. Jean Regina, Vice-Presidente do Instituto de Direito e Religião; a Sra. Lidia de Jesus, Professora de Direito Internacional; o Sr. Sebastian Schuff, Presidente do Global Center for Human Rights. Só isso.

Agradeço o apoiamento dos Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 129, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Item 13 da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 3878, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática.

Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: favorável ao Projeto com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sra. Presidente.

Se houver a concordância, passo diretamente à análise para a argumentação do mérito, só lembrando que este relatório, este debate foi em consenso com a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) também com a Febrapils, que é a representação dos intérpretes, e com o autor do projeto de lei.

E, como é colocado na ementa, regulamenta para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática, por quê? No caso da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete, a regulamentação atual está prevista na Lei nº 12.319, de 2010, cujos requisitos não têm se mostrado suficientes para assegurar a qualidade e a eficiência necessárias ao exercício profissional, em muitos casos, obviamente, porque nós temos profissionais também muito qualificados, mas em muitos casos. Dada a complexidade e a importância da interpretação de Libras nos mais diversos contextos, é essencial que seja assegurada a competência prática do profissional, além da formação teórica, de forma a conferir verdadeira concretude à igualdade material das pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verificamos que, especificamente na proposta de alteração do art. 4º, §1º, da Lei nº 12.319, de 2010, foi utilizada expressão que difere do restante da norma em vigor, assim como de outras disposições da proposição, razão pela qual promovemos sua correção.

Além disso, identificamos algumas possibilidades de aprimoramento da redação da proposição. Assim, oferecemos emenda para retocar as especificações da avaliação para o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras.

Por isso, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.878, de 2024, na forma da emenda apresentada, que está disponível já no relatório para os Senadores e Senadoras também fazerem a sua análise.

Obrigado, Sra. Presidente.

O voto é pela aprovação, com a emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura em decisão terminativa.

Parabéns.

Senador, o senhor pode presidir só para eu ler um voto muito rápido de uma...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Não, é que eu vou me sentar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Já estava me convidando. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Passo a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Sra. Presidente. É que a assessoria havia me comunicado que eu poderia auxiliar. É por isso que eu já vim direto para a mesa aqui também, não para sair, mas para ajudar.

Muito bem, passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 7, DE 2020

- Não terminativo -

Usar o orçamento do Fundo Partidário e Fundo Eleitoral para tratar e prevenir o COVID-19

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, mas eu quero fazer uma abordagem rápida.

Essa sugestão chegou à Casa no dia... Ela chegou aqui à Casa, por meio do Programa e-Cidadania, no dia 24/03/2020 e, no dia 06/04, pouquíssimos dias depois, alcançou 21.805 assinaturas de apoiamento, o que mostra que, naquele momento, isto era uma necessidade: as pessoas queriam usar o dinheiro do fundo partidário para enfrentamento da covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Ainda querem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda querem, não é? Ainda querem. Eles querem o dinheiro do fundo para fazer um monte de coisa, e eu não sou contra, não!

Como é específico para a covid-19, eu estou apresentando um voto contrário, mas eu quero parabenizar a Letícia Arsênio – ela é do Rio de Janeiro – pela ideia. Letícia, continue mandando sugestões para o Congresso Nacional.

Quero motivar a sociedade a participar do processo legislativo, mandando suas sugestões por meio do portal, porque, tendo apoiamento, elas viram sugestão oficial, e, se a sugestão for aprovada, vira um projeto de lei.

A análise diz o seguinte.

Embora a Sugestão nº 7, de 2020, conte com apoio popular e seja muito relevante, ela se encontra prejudicada por dois motivos principais: o término do estado de pandemia causado pela covid-19 e a aprovação, em 25 de junho de 2025, da Sugestão 8, de 2020, que possui o mesmo teor, por esta Comissão. Assim, a Sugestão 7, de 2020, perdeu a oportunidade, atraindo a incidência do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Apesar da possibilidade de adaptar a proposta para abranger qualquer tipo de calamidade pública, a aprovação da Sugestão 8, de 2020, com sua consequente transformação em projeto de lei para realizar as alterações legislativas necessárias, atende plenamente o que essa aqui demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, para garantir eficiência no trabalho legislativo e responder de forma eficaz aos anseios populares e às necessidades de ações rápidas em situações de impacto nacional, é prudente concentrar os esforços em uma única proposição.

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade da Sugestão 7, de 2020, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

E, tranquilizando o coração dela, digo que outra sugestão, em que o fundo partidário possa ser usado para outras calamidades, está prosseguindo. Então, a ideia dela não prospera nesta sugestão, mas está prosperando em outra sugestão.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu sou favorável à sugestão, que continue prosperando também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade da sugestão.

Passamos, em seguida, ao item 9 da pauta.

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Criação Fundo Nacional de Valorização e pagamento dos Profissionais da Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em reunião realizada em 12/11/2025, a matéria foi retirada de pauta.

E a Senadora Damares Alves, muito gentilmente, vai ser a Relatora *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é mais uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe. É só para acrescentar que, na reunião realizada em 12 de novembro de 2025, a matéria foi retirada de pauta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Presidente, é uma sugestão que vem lá de Roraima. Jefferson Gomes da Silva – parabéns, Jefferson – mandou a sugestão. Ela entrou no dia 23/10/2018 e, no dia 05/12/2018, alcançou 20 mil assinaturas. E a gente está apreciando para honrar o autor da ideia e incentivá-lo a continuar, mas a gente tem um voto pela rejeição, porque... O senhor vai entender aqui na nossa justificativa.

A ideia normativa da proposição não resiste a exame constitucional, ao deixar claro que sua finalidade é a de instituir distinções entre brasileiros, contrariando a Constituição Federal, nos termos do seu art. 19, inciso III, pois separa os que devem pagar suas dívidas daqueles que, por lei, estão dispensados disso. Tampouco se observa a ideia constitucional de que todos são iguais perante a lei. A SUG 19, de 2019, é, pois, inconstitucional.

A ideia também é injurídica por repetir matéria já legislada. O Fundo Nacional de Segurança Pública já existe, criado pela Lei nº 13.675, de 2018. A SUG 19, de 2019, também colide frontalmente com todo direito civil e comercial, que pressupõe a responsabilidade de todos nos negócios jurídicos privados. Na mesma rota de colisão, encontra-se a legislação tributária, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também pressupõe responsabilidade perante o Estado e os demais concidadãos e concidadãs. A SUG 19 demanda a revogação de toda a legislação com que colide, que são, a exemplo, os Códigos Civil, Comercial e Tributário, leis básicas para a existência da sociedade e do Estado. Dessa forma, a proposição é, pois, injurídica.

Por fim, observe-se que os efeitos sociais reais da SUG seriam a transformação dos profissionais de segurança pública em párias sociais, com os quais ninguém firmaria contratos. Os valorosos homens e mulheres que pertencem às corporações de segurança pública nem de longe merecem o tipo de consideração social à qual a SUG 19 lhes iria condenar.

O voto é pela rejeição da SUG 19.

Ai, que voto duro, é voto de Delegado mesmo! Mas está aqui, lido. E ele tem razão: a sugestão, a ideia nasce, tem apoiamento, mas ela prontamente não tem condições de prosperar, Presidente, porque ela afronta já legislações em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da CDH pela rejeição da sugestão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Eu achava que tivesse mais alguma coisa, mas retorno a Presidência para a líder, Senadora e amiga também, batalhadora e obsessiva até – eu diria, no bom sentido – a favor das causas de cidadania e de dignidade, Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. Obrigada pelo apoio.

O requerimento do item 10 é de minha autoria – você vai gostar, Senador, vou ler aqui, só para o senhor entender, o senhor vai gostar – e o do item 12 é de autoria da Jussara, que eu vou subscrever.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública -CDH e CE, em conjunto, com o objetivo dedebater o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu requeiro a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades e superdotação. Propomos a audiência com a presença dos seguintes convidados: MEC; Inep; Secretaria de Educação do Governo do DF; representante da Associação Mensa Brasil; representação do Conselho Brasileiro para Superdotação; Sra. Angela Virgolim, representante do Instituto Virgolim, para altas habilidades; Vera Lúcia Palmeira Pereira, representante do Instituto Espaço Atividade; e outras pessoas representando universidades.

Presidente, nós tivemos uma audiência pública aqui com crianças, e este plenário foi lotado por crianças com altas habilidades. E foi uma coincidência: nós chamamos várias crianças, e muitas com altas habilidades estavam aqui presentes.

Nós tivemos aqui um minimédico, com seis anos de idade, que deu aula de medicina – na verdade, mais de 3 milhões de seguidores esse menino tem, dando aula de medicina, com seis anos, nas redes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós encontramos a menininha cantora que veio aqui, que é um fenômeno.

Nós tivemos aí, *online*, a Sophia também, que é um fenômeno no enfrentamento ao lúpus.

Tinha um menininho sentado ali que desenvolveu uma forma de matemática – é fórmula que se fala? – que já é a mais conhecida no mundo hoje e tem o nome dele – um menininho aqui de Brasília. E todos esses pais, depois, vieram falar conosco.

Essas crianças não cabem nas suas escolas. Nós precisamos rever a política para as crianças com altas habilidades. E alguns especialistas nos procuraram. Nós temos projetos sendo interrompidos no Brasil por falta de financiamento. Nós temos especialistas da área que estão fazendo um trabalho solitário.

Então, eles querem fazer uma abordagem, à luz dos direitos, em parceria com a Comissão de Educação. Já aprovamos lá e a gente está pedindo aprovação aqui para que as duas Comissões façam essa audiência pública. Mas, mais que isso, um encaminhamento – um encaminhamento. Nós temos gênios no Brasil que precisam ser identificados, fortalecidos, e a gente precisa cuidar dessas famílias também. Esse é o requerimento.

E também tenho agora o Requerimento 130, da Senadora Jussara...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Tem que aprovar esse... (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou subscrever... aprovo os dois em bloco.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, instruir o PL 3099/2019, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para prever o estímulo ao autocuidado responsável na assistência às pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); cria a Política Nacional de Autocuidado; e institui o Dia Nacional do Autocuidado.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e outros

Senadora Jussara. É uma audiência em que ela apresenta nomes de representantes de diversas instituições. Este é o requerimento.

Eu coloco também em votação o requerimento da Senadora Jussara, o Requerimento 130, que eu estou subscrevendo, e o Requerimento 128, também de minha autoria.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

Passo a Presidência novamente ao Sr. Flávio Arns para a leitura do item 4. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2242, DE 2022

- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputado Federal Pepe Vargas, Relatoria: Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é favorável ao projeto, com cinco emendas de redação que o Relator Humberto Costa apresenta.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves, como Relatora *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, primeiro é uma honra relatar *ad hoc* essa matéria. O Senador Humberto queria muito fazer isso e não queria deixar ninguém fazer *ad hoc* – agora, eu estou surpresa que ele está autorizando. Fico muito feliz, é uma matéria extremamente importante, e é uma entrega, a gente faz mais uma grande entrega na nossa Comissão neste final de ano.

No mérito – vou direto à análise, Presidente –, entendemos que a matéria deve prosperar.

Este projeto de lei, de autoria dos Deputados Federais Pepe Vargas, Chico D'Angelo e Henrique Fontana, aborda tanto os temas relacionados aos direitos dos pacientes, tais como qualidade e segurança das instalações nas quais são atendidos, direito à informação, autonomia, confidencialidade, cuidados paliativos, dentre outros, quanto as responsabilidades dos pacientes, como o fornecimento de informações relevantes para o seu quadro clínico, incluindo a desistência do tratamento prescrito.

A Lei Orgânica da Saúde, ecoando os preceitos constitucionais, dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, cabendo ao Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício, mediante formulação e execução de políticas sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos. É sobre isso que estamos discutindo neste momento.

O Estatuto dos Direitos dos Pacientes – que interessante, não é, Presidente? – é uma carta que busca estabelecer direitos essenciais e fundamentais que visem a assegurar a qualidade do cuidado e do respeito à dignidade e à integridade do paciente nos cuidados em saúde. Assim, asseguramos dignidade aos pacientes do sistema de saúde e garantimos que as decisões sobre o tratamento sejam tomadas de forma compartilhada, atendendo as suas reais necessidades.

Nota-se, ainda, que a proposta que ora analisamos não só dispõe sobre aquilo que os pacientes podem exigir dos profissionais de saúde, como também reforça as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, cujo Código de Ética Médica determina, entre outras coisas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] é vedado ao médico:
> Art. 22. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.
> [...]
> Art. 24. Deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo.
> [...]
> Art. 31. Desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de morte.
> [...]

Com esta proposta, não apenas daremos segurança às relações entre profissionais e pacientes, mas também impulsionaremos verdadeiras mudanças nas políticas de cuidados em saúde.

No entanto, observamos serem necessários ajustes meramente redacionais no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, seja para atualizar nomenclaturas não utilizadas atualmente, visto que o projeto é originalmente de 2016.

Olha só, Presidente, ele nasce em 2016, por três Deputados. Foi amplamente discutido na Câmara e, agora, o Senador Humberto precisa atualizar nomenclaturas porque, de lá para cá, muitas nomenclaturas mudaram. Mas são apenas emendas de redação. De acordo com as emendas aqui apresentadas, não vai precisar voltar para a Câmara.

Inicialmente, recomendamos a supressão da palavra “médicos”, do inciso II, do art. 2º do PL, que dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade.

As diretrizes atuais sugerem que o processo terapêutico seja multidisciplinar, isto é, com profissionais de diferentes áreas trabalhando em conjunto para atender os pacientes, um instrumento que, entre outras coisas, leva à redução do tempo de hospitalização e proporciona atendimento mais humanizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recomendamos, ainda, a supressão do inciso VI, do mesmo artigo, por entender que o conceito de “grupo vulnerável” nele proposto apresenta-se desnecessário, uma vez que tal expressão não surge em outras partes do texto, violando os princípios da precisão e exatidão. Todavia, por entender a relevância do mérito, propusemos um parágrafo único, no art. 5º, o qual abarcará a ideia dos autores.

Estamos propondo, também, ajuste na redação do *caput* do art. 10, para substituir a palavra “sexo”, pela expressão “gênero e orientação sexual”, adequando, assim, o texto legal à terminologia atualmente consagrada na legislação brasileira e nos pactos internacionais ratificados por nosso país, e atualizando o vocabulário normativo conforme os princípios constitucionais da igualdade e do respeito à diversidade.

Por fim, sugerimos modificar a redação do *caput* do art. 22, assim como de seu parágrafo único, para fazer referência ao art. 6º do PL.

Este projeto de lei representa um avanço decisivo na consolidação de uma política nacional orientada pela humanização da atenção à saúde e pelo reconhecimento dos pacientes como sujeitos de direitos.

Trata-se, portanto, de reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com um sistema de saúde centrado na pessoa, pautado em valores, equidade, solidariedade e justiça social.

Voto.

O voto é pela aprovação do PL 2.242, de 2022, com as emendas que já estão devidamente publicadas.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, cara Presidente.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas de Redação nºs 1 a 5, da CDH.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe, a matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dada a relevância da matéria e como foi amplamente discutida na outra Casa por anos, desde 2016, eu queria apresentar um requerimento de urgência para a matéria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está, então, em discussão o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Retorno a Presidência a V. Exa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

E já vai dizendo para o Humberto que eu vou lutar para ser eu a Relatora em Plenário, viu? Avisa a ele.

Parabéns, grande entrega! Um relatório feito com muito carinho, com muito cuidado, e a forma como foi feito para ele não precisar retornar para a Câmara... Parabéns!

Obrigada, Presidente.

Nós estamos terminando o ano com grandes entregas nesta Comissão.

Pronto? Acabou a nossa pauta? Acabou a pauta, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2, o item 6 e o item 8 foram retirados de pauta a pedido do autor ou Relator.

(São os seguintes o itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2180, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19 (FACOVID) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE, em deliberação terminativa.

- Em reunião realizada em 12/11/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1796, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, para assegurar a oferta de ensino remoto às estudantes gestantes e lactantes até um ano de idade da criança.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

- Em reunião realizada em 22/10 e 12/11/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2023

- Não terminativo -

Susta disposições da Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras – CNLGBTQIA+, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Em 29/10, 05/11 e 12/11/2025, a matéria foi retirada de pauta.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O 6 – que é o meu, né? – vai para reexame. É um projeto de lei da Senadora Janaína Farias – estou morrendo de saudade dela. Acho que eu vou lá no Ceará visitar a Janaína e a gente vai fazer um reexame do texto, o.k.?

Obrigada.

Agradeço a presença dos senhores.

Eu vou para a parte de expediente.

O senhor fique à vontade, Presidente, está bom?

Expediente 28.

Denúncia.

Denúncia 431. Cidadão/cidadã solicita providências urgentes para abolir os trotes na Aman denunciando humilhação e violação de dignidade dos cadetes, e propõe criação de centros de apoio e maior transparência. O encaminhamento: informar ao denunciante que denúncias de violações ocorridas em unidades militares podem ser apresentadas diretamente às ouvidorias do Ministério da Defesa e ao Ministério Público Federal, que possui atribuição para controle externo da atividade militar.

Denúncia 432: cidadão denuncia abordagem racista e agressiva de funcionário de segurança em supermercado – supermercado Big Box, 508, Asa Sul –, alegando vigilância discriminatória seguida de grosseria e omissão da gerência. Diante da formalização do boletim de ocorrência, encaminhar ao Ministério público da Igualdade Racial para acompanhamento institucional de investigação já instaurada e dar ciência ao denunciante.

Denúncia 433: cidadão requer providências urgentes contra o Incra do Piauí e a associação rural, denunciando irregularidades fundiárias e crimes ambientais em assentamento que expulsa famílias nativas. Encaminhamento: encaminhar ao Ministério Público, à Defensoria Pública da União, ao Incra e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para ciência e adoção de providências que entender pertinentes; dar ciência ao denunciante.

Denúncia 439: cidadão denuncia violações de direitos humanos, supostos desvios de verbas públicas, internações involuntárias e irregulares, tortura psicológica, possível peculato, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conluio entre agentes públicos, religiosos e particulares em uma clínica do Município de Umuarama, Paraná. Informar ao denunciante que os fatos podem ser apresentados ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.

Denúncia 440: cidadão denuncia violações de direitos humanos no âmbito da unidade prisional de Pirapora, Minas Gerais. Encaminhamento: encaminhar ao MDH, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Secretaria de Justiça e ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Denúncia 441: cidadão denuncia perseguição e violações de direitos humanos no âmbito do processo em que é parte no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Encaminhamento: informar que a CDH não pode intervir em decisões e procedimentos de outros Poderes, ressaltando que o próprio Poder Judiciário dispõe de mecanismos internos de revisão, como as instâncias recursais e corregedorias.

Denúncia 444: mãe denuncia falhas em processo judicial de estupro de vulnerável e solicita intervenção urgente, alegando que o juiz ignora provas do processo em curso. Informar que a CDH não pode intervir em decisões e procedimentos em outros Poderes, ressaltando que o próprio Poder Judiciário dispõe de mecanismos internos de revisão, como as instâncias recursais e corregedorias.

Denúncia 445: cidadão denuncia caso de maus-tratos contra idosa e negligência por parte do filho e da nora em São Joaquim da Barra. Encaminhamento: encaminhar ao MDH e ao MDS para acompanhamento institucional das providências já adotadas pelos órgãos responsáveis.

Denúncia 447: aposentados alegam risco de perda de Revisão da Vida Toda no julgamento do Tema 1.102 do STF, destacando o risco de reversão de direito já reconhecido pela própria corte. Encaminhamento: informar ao demandante que a CDH não pode intervir em decisões e procedimentos do Poder Judiciário, ressaltando que o STF dispõe de mecanismos internos de revisão e controle.

Denúncia 450: Cidadã denuncia a violação de direitos humanos em caso de idosa de 92 anos que passou por perícia no INSS em que não foi constatada incapacidade laborativa. Solicitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o número do processo judicial, se eventualmente existe, a fim de permitir adequada instrução e continuidade da análise.

Denúncia 451: ex-empregados denunciam assédio moral e condições abusivas de trabalho na empresa Mercado Livre. Encaminhamento: encaminhar ao Ministério Público do Trabalho e ao órgão federal de direitos humanos para apuração.

Denúncia 453: denúncia sobre possíveis irregularidades cometidas por banca de concurso público contra candidatos pretos e pardos. Encaminhamento: encaminhar ao órgão federal responsável pela promoção da igualdade racial.

Denúncia 455: Presidente da Aper (Associação dos Produtores e Empresários Rurais do Rio Grande do Sul), que participou da audiência sobre endividamento rural, denuncia práticas abusivas e lesivas por parte das instituições financeiras e solicita agenda com a Senadora. Encaminhamento: encaminhar ao Ministério da Agricultura, ao Ministério dos Direitos Humanos e à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100), para conhecimento e providências cabíveis; informar que agendas com a Senadora podem ser solicitadas via gabinete, pelo *e-mail* sen.damaresalves@senado.leg.br – ou vir aqui, ao final da reunião, e a gente atende rapidinho.

Denúncia: cidadão denuncia golpe de estelionato contra si no Rio de Janeiro. Encaminhamento, orientar a encaminhar a denúncia ao Ministério Público estadual, Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Ouvidoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça, para apuração dentro das vias institucionais próprias, ressalvando-se a impossibilidade de intervenção da CDH em processos.

Respostas a ofícios.

434: a Polícia Militar do Paraná respondeu ao nosso Ofício 363, de 2025, e informa a instauração do Inquérito Policial nº 1.191, para apuração da ação policial que vitimou cidadão em Matinhos.

Resposta, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao nosso Ofício 316 informa arquivamento de denúncia contra Juiz de Direito, por se tratar de matéria jurisdicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta da Polícia Militar de Minas Gerais ao nosso Ofício 342 refuta denúncia sobre violação de direitos de criança autista dentro do CTPM em Itabira, por ausência de fundamento jurídico. Qual foi o encaminhamento que a gente vai dar? Ele está refutando. Nós vamos acusar o recebimento do ofício que ele refutou. Isso me dá tristeza, mas é o procedimento. A vontade que eu tenho é de ir lá olhar isso.

Bom, resposta do ofício da Secretaria de Segurança do Paraná, em resposta ao Ofício 361 da nossa Comissão, encaminha documentos sobre a morte de cidadão, informando a instauração de inquérito policial militar pela Polícia Militar do Paraná. Acusar o recebimento e registrar o conteúdo enviado.

O Ministério do Meio Ambiente respondeu ao nosso Ofício 324 e encaminha esclarecimentos sobre denúncia de queimadas, informando a mobilização de brigadistas do Prevfogo no Maranhão.

O Ministério das Relações Exteriores, em resposta ao Ofício 334 da Comissão, encaminha informações sobre a implementação das ações programáticas do Eixo 1 do PNDH-3. Já encaminharam para a Viviane esse ofício? (*Pausa.*)

Já.

O Ministério das Relações Exteriores responde ao nosso Ofício 341 e encaminha informações sobre assistência consular a cidadão brasileiro preso na Argentina.

Solicitações.

Cidadão solicita elaboração de projeto de lei que conceda isenção de Imposto de Renda a pessoas com síndrome de Down, bem como a seus representantes legais, quando responsáveis pelos seus cuidados diretos. Encaminhamento: informar ao solicitante que o Colegiado da CDH tem atuado em proposições abrangentes voltadas à proteção de pessoas com deficiência, a exemplo da emenda de Plenário ao PL nº 4.614, que buscou assegurar que pessoas com síndrome de Down e pessoas autistas não fossem excluídas da lista de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. (*Pausa.*)

O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos voltar à nossa Manifestação 436: a Polícia Militar de Minas encaminha resposta ao ofício, refutando denúncia sobre violação de direitos de uma criança com autismo dentro do CTPM em Itabira, por ausência de fundamento jurídico. A gente vai acusar o recebimento do ofício...

Ah, tinha lá! Desculpem-me, eu não li. Essa minha Secretaria não deixa uma criança para trás! Eu já estava triste que vocês só iam dizer: "Recebemos".

Olhem só, batalhão, a Secretaria está acusando o recebimento e registrando a continuidade do acompanhamento a esse caso e a essa criança.

Obrigada.

Se precisarem, eu vou lá em Itabira, tá? Lá tem um bom pão de queijo também. A gente vai lá ver o que está acontecendo. (*Pausa.*)

Obrigada, Deputada extraordinária.

Está correndo nos 21 dias de ativismo, não é, Deputada? Deus a abençoe, viu! (*Pausa.*) (*Risos.*)

Obrigada, Deputada. (*Pausa.*)

Volto à Solicitação 442, sobre Imposto de Renda para pessoas com síndrome de Down, eu falei tudo o que está acontecendo e, assim, reafirmo o compromisso institucional em avançar em medidas de inclusão e proteção social, e que continuará atuando nesse sentido.

Solicitação 443: cidadão solicita requerimento ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para prestação de informações sobre o atraso na publicação dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e sobre o atraso da pactuação de novas medicações incorporadas em dezembro de 2024 e em janeiro de 2025.

Informo que o pleito apresentado já foi atendido por esta Comissão, tendo sido expedido o Ofício 446 ao Sr. Ministro da Saúde, além de solicitar reunião técnica com o ministério para tratativas sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 446: voluntária do Instituto Diabetes Brasil solicita reunião com a equipe e com a Senadora Damares e pede apoio à derrubada do Veto 4/2025, na sessão conjunta de 27/11.

Já tem o meu apoio à derrubada do veto, e estamos trabalhando para mais Senadores e mais Deputados nos ajudarem nessa derrubada. Já deram encaminhamento, para que solicite reunião comigo por meio do *e-mail*, mas eu já mantenho o compromisso da derrubada do veto.

Solicitação 449: cidadão solicita fortalecimento das políticas públicas de convivência e reabilitação de idosos e solicita ampliação de ações de prevenção e orientação em saúde da terceira idade.

Encaminhamento: informar que tramita nesta Comissão o Projeto de Lei 2.797, de 2022, que institui a Política Nacional do Cuidado e dispõe sobre os serviços socioassistenciais e altera as Leis nº 8.212 e 8.213, de autoria da Senadora Mara Gabrilli e dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Gomes. Encaminhar para conhecimento do gabinete do Senador Paulo Paim.

Informes.

O Conselho Estadual de Direitos Humanos de Mato Grosso encaminha relatório da missão realizada junto a povo indígena.

Precisamos ter acesso a esse relatório, ler com cuidado, porque tem muitas denúncias na região de Mato Grosso. Eu peço ao Assessor Ezequiel que leia, na íntegra, esse relatório.

Informar ao demandante que, em razão da classificação sigilosa dos documentos e da necessidade de proteger a segurança da comunidade indígena, não se pode redistribuir o material a outros órgãos sem procedimentos formais próprios. Oriente-se, assim, que o remetente encaminhe diretamente, conforme será orientado por *e-mail* – inclusive, leitura pela equipe, tá, Ezequiel?

Informe: Instituto Vladimir Herzog convida para o evento Fortalecimento da Democracia: Avanços e Desafios na Implementação das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade, no dia 25 de novembro – já foi. Agradecemos o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informe: Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados convida para participar como ouvinte da audiência pública sobre "Impactos da Pejotização: consequências econômicas e fiscais", no dia 25/11. Também agradecemos o convite.

Na reunião passada, nós falamos sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, cuja eleição estava demorando. Eu li uma matéria segundo a qual parece que já aconteceu, e o conselho foi restabelecido. Solicito à Secretaria que faça contato com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa para saber se isso procede e para que nos informem no nome dos novos conselheiros. E, se isso aconteceu, quero cumprimentar a nova eleição e informar que esta Comissão está à disposição do conselho.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos temos na Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH; os demais ficam na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Agradeço à Secretaria, inclusive, por ontem. Houve um mutirão – duas audiências públicas, uma atrás da outra, com intervalo de minutos –, mas as duas audiências foram incríveis. Obrigada à Secretaria pelo trabalho de hoje também na reunião deliberativa.

Nós teremos algumas atividades ainda antes do término do nosso trabalho. Nossa última reunião será dia 10? (*Pausa.*)

Dia 17? (*Pausa.*)

No dia 17 ainda teremos atividade. No dia 10 teremos uma grande audiência pública aqui, Direitos Humanos para Todos, mas teremos deliberativa ainda, né? E aí, nessa deliberativa, pode ter 60 itens para a gente zerar a pauta? (*Risos.*)

Agradeço à Secretaria e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrado esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 84ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e seis minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Beto Faro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 82ª e da 83ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 17, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Prorrogação de parcelas para quem está em seguro desemprego"" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3079, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre assistência humanitária para translado de corpos ou restos mortais de brasileiros falecidos no exterior, em casos de comprovada vulnerabilidade financeira da família." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 366, de 2022 - Não Terminativo - que: "Cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com oito emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 a 8-CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 435, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o direito ao registro, na ocorrência policial, da informação de que a infração penal foi motivada por discriminação ou preconceito à identidade, expressão de gênero ou orientação sexual da vítima." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, o Presidente eventual concede vista coletiva. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1977, de 2022 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Estatuto do Índio", para instituir princípios gerais de acesso à justiça por índios e comunidades indígenas." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1050, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 600, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a Presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2797, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional do Cuidado, dispõe sobre os serviços socioassistenciais e modifica a Lei nº 8.212, de 21 julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Sugestão n° 10, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre: "Estatuto dos Cães e Gatos"." Autoria: Instituto Arcanimal; Instituto Faço pelos Animais; Soama - Associação Amigos dos Animais.. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 10 - Sugestão n° 15, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o voto impresso obrigatório em segundo turno." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, o Presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora " ad hoc". Em seguida, aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3283, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatoriedade de comunicação pelo provedor quando da indisponibilidade de conteúdo sem ordem judicial." Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Projeto de Resolução do Senado n° 113, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o Prêmio Maria da Penha de Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com Perspectiva de Gênero e Raça ou Etnia." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 4403, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 132, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3555/2023, que "altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública"." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 133, de 2025 que: "Requer a desistência da realização da audiência pública constante do REQ 34/2025-CDH, relativa à instrução do PL nº 1.050, de 2024." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Relatório Legislativo - SF257192021960 que: "Relatório da CDHHAIA para deliberação da CDH." Autoria: Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 134, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações sobre o protocolo adotado nas representações diplomáticas do Brasil no exterior em relação ao atendimento dado às brasileiras vítimas de violência doméstica e de gênero." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: Adiado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 135, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: Adiado. ITEM 19 - Relatório Legislativo - SF251706667290 que: "Relatório Circunstanciado da Diligência Externa nos Municípios de Alvorada D'Oeste e Jaru - Rondônia" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o relatório com a sugestão de encaminhamento proposta pelo Senador Marcos Rogério solicitando manifestação do STF e da Comissão de solução de conflitos fundiários do CNJ. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 136, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança de Clima, Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações sobre atividades conduzidas na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 137, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Enrique Ricardo Lewandowski, informações sobre operações de desintrusão em áreas rurais." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 138, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, informações e remessa de documentos sobre a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 139, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a proteção social das famílias afetadas pelas operações de desintrusão que estão ocorrendo nos Projetos Fundiário Jaru/ Ouro Preto em Alvorada D'Oeste e de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, no Município de Jaru." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 140, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações sobre a proteção social das famílias afetadas pelas operações de desintrusão que estão ocorrendo nos Projetos Fundiários Jaru/Ouro Preto em Alvorada D'Oeste e de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, Município de Jaru." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 141, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, informações sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” na região do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, no Projeto Fundiário Jaru/Ouro Preto, em Alvorada D’Oeste, bem como no Projeto de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, município de Jaru." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 142, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Luiz Paulo Teixeira Ferreira, informações sobre as comunidades do Projeto Fundiário Jaru/ Ouro Preto, em Alvorada D’Oeste, e no Projeto de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, município de Jaru, região de Alvorada D’Oeste e Jaru-Uaru, em Rondônia." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 84ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2025.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 82ª e da 83ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há um pedido de inversão de pauta, e nós vamos fazer a inversão de pauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O.k. Então, vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2797, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional do Cuidado, dispõe sobre os serviços socioassistenciais e modifica a Lei nº 8.212, de 21 julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao Projeto, na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAE, CCJ e CAS, em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é de um time de peso: Senadora Mara Gabrilli, Senador Flávio Arns e Senador Eduardo Gomes. E a relatoria é do melhor Relator que poderia ter para a matéria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Senadora Damares Alves, primeiro, agradeço a V. Exa.

Permita que eu já coloque a minha posição no item 8, e eu já vou pedir para V. Exa. a inversão para o item 9, que é de cães e gatos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., estamos ansiosos aguardando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – V. Exa. sabe que eu cumpro a palavra sempre. E sabe do carinho que eu tenho pelo meu querido Senador Flávio Arns, que não se encontra aqui, e pela nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que não se encontra aqui neste momento.

O pessoal do Governo... E a senhora sabe que eu faço parte do Governo e assumo os compromissos na íntegra. E eu diria que, em homenagem a Mara Gabrilli, Flávio Arns e outros companheiros, lá atrás, quando aprovamos o projeto dos cuidadores – eu fui também Relator num projeto que estava tramitando na Câmara e também orientado pelo Senado –, eu assumi o compromisso com os dois de relatar o projeto deles, que tinha chegado antes, no momento adequado, quando eles assim entendessem. Eles assim entenderam e procuraram V. Exa., que o colocou na pauta.

O Governo me procurou aqui agora neste momento, e eu fui muito transparente: eu posso pedir para a senhora retirar de pauta, com o compromisso de, na próxima quarta-feira, nós aprovarmos a matéria. Se tiver algum complemento, a gente não terá problema nenhum em ajustar, mas fica ajustado, Presidente – e provavelmente o Flávio Arns estará aqui na próxima quarta-feira e também a companheira Mara Gabrilli; permita-me que eu use o termo "companheira" para a Senadora –, e nós aprovaremos a matéria com os ajustes necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.. Nós vamos acolher o pedido do Senador Paulo Paim, e na próxima semana a gente volta a matéria para a pauta.

Eu vi que o seu substitutivo é enorme, realmente. Se tiver algum ajuste, eu acho que esta semana dá para fazer, e eu já converso com a Secretaria. Volta para a pauta na próxima semana. Pedido acolhido, Senador.

Item 9 da pauta – agora, sim, o item tão aguardado –, que é uma sugestão. E como a gente fica feliz de votar sugestões nesta Comissão, porque é a participação da sociedade!

ITEM 9

SUGESTÃO Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre: "*Estatuto dos Cães e Gatos*".

Autoria: Instituto Arcanimal; Instituto Faço pelos Animais; Soama - Associação Amigos dos Animais.

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta Damares Alves, primeiro, eu já faço minhas as suas palavras: o projeto não é de minha autoria.

Eles me procuraram no momento daquela grande e terrível enchente no Rio Grande do Sul. Foram milhares de animais – muitos infelizmente morreram – que ficaram abandonados devido à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chuva; mais de 15 mil. E eles me pediram – eu quero fazer o relato porque inclui V. Exa. – se eu não poderia entrar com o projeto. Eu disse: "Vamos fazer melhor. Quem vem cuidando dessa pauta durante anos são vocês. Vocês procurem a Senadora Damares e entrem com o projeto no nome de vocês que estão aqui".

Eles estão assistindo a esta sessão, Senadora. Como a senhora leu muito bem, autoria: Instituto Arcanimal, Instituto Faço Pelos Animais, e também Soama, que é o instituto Associação Amigos dos Animais.

Eu não gosto quando um projeto é de autoria de alguém e outro se apropria, então eu não faço isso. Gosto muito de dar a César o que é de César. A autoria é de vocês, que trabalharam a vida toda em defesa dos animais.

Eu aqui sou uma ferramenta, entendo também que a Senadora Damares é uma ferramenta fundamental. Entenderam, né? Homens e mulheres que olham as políticas em defesa da vida, e aqui é a vida dos animais.

Eles seguiram a minha orientação, eu fiquei bem feliz. Procuraram V. Exa. Eu disse para eles que não teria problema nenhum de eu ser Relator, sem falar com V. Exa., depois eu lhe contei a história. Ela disse: "Quando é que eles vão entregar?". Tal dia, tal hora. "Então tá, já fica sendo Relator desde hoje, quando chegar aqui..." E assim chegou. A partir dali, fizemos inúmeras audiências públicas aqui, e V. Exa., num gesto de grandeza, inclusive deixou que eu presidisse – só poderia presidir, o projeto não era nem de minha autoria, né? A senhora não tinha nem indicado o Relator ainda. E a partir daquela audiência, a senhora me indicou, então, como Relator, a pedido daqueles que aqui participaram.

Digo mais, fizemos diversas audiências no Rio Grande do Sul. Foi audiência na Assembleia, eu participei por videoconferência. Foi audiência na minha cidade natal, Caxias do Sul, porque essa é uma pauta... Quem é que é contra uma pauta como essa, não é? Em defesa dos animais. Eu sei que V. Exa. vai falar em seguida. Fiz na cidade em que resido há mais de 50 anos, que é Canoas, já. Lá também fizemos uma bela audiência. Houve audiência no interior... enfim. Eles se mobilizaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse projeto substitutivo foi construído muito por eles, com advogados, com especialistas. Que no dia, talvez, da sanção eles estejam todos aqui! Nós queremos, no dia da sanção, estar aqui, quem sabe, nesta Comissão, analisando como foi toda a história.

Mas se V. Exa. permitir... Porque temos outros projetos, eu não posso tomar conta, né? O relatório é extenso, mas muito bem-feito, acompanhado da Consultoria do Senado, desta Comissão, do meu gabinete – a quem eu cumprimento, a todos – e, naturalmente, da assessoria das entidades que eu aqui citei.

Se V. Exa. permitir, eu fiz um resumo do relatório. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então vamos lá. Resumo do relatório do SUG 10, de 2025, Estatuto dos Cães e Gatos.

Voto.

O voto é favorável à Sugestão nº 10, de 2025, com sua transformação em projeto de lei, nos seguintes termos...

Já quero dizer que eles pediram para mim se a senhora poderia ser a Relatora na próxima Comissão. E, quem sabe, lá a gente pede urgência e vota no Plenário. Mas aí é com V. Exa., só estou adiantando o que eles me pediram.

O projeto de lei de 2025 institui o Estatuto dos Cães e Gatos. A sugestão consiste em extensa e detalhada proposta de projeto de lei, que busca a instituição de um Estatuto dos Cães e Gatos, com o objetivo de estabelecer um marco legal abrangente para a proteção, o bem-estar, a saúde e os direitos fundamentais desses animais no território nacional.

O texto é composto por 12 capítulos e 60 artigos. O objetivo é preencher lacunas normativas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo um marco regulatório abrangente para o tratamento digno e responsável dos cães e gatos, em consonância com a evolução legislativa nacional e internacional sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em linhas gerais, a proposição demonstra sensibilidade social e alinhamento com valores condicionais fundamentais, como a proteção dos animais contra práticas cruéis, conforme o art. 225, §1º, VII, da nossa Constituição.

Este estatuto propõe uma mudança de paradigma ao reconhecer expressamente cães e gatos como seres vivos sencientes, seres que sentem alegria, medo, dor, enfim, seres que amam e querem ser amados.

Eu diria que a questão central a essa nova abordagem é o princípio da dignidade animal, que proíbe categoricamente o tratamento desses animais como "coisas", reafirmando, aqui, sim, seu valor intrínseco e sua dignidade.

O projeto de lei estrutura-se em pilares essenciais para assegurar a proteção integral de cães e gatos, pela definição de:

(a) Direitos fundamentais dos cães e gatos: estabelece um rol abrangente de direitos, dentre os quais destacam-se os direitos à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade de movimentos para expressar seu comportamento natural, ao acesso diário à água e comida de qualidade, a um abrigo seguro, à saúde animal (vacinação e atendimento veterinário), à proteção familiar e comunitária, ao resgate em situações de risco e ao acesso à Justiça.

(b) Deveres de proteção: define os deveres da sociedade, dos responsáveis legais e, crucialmente, do poder público. Este último é incumbido de instituir políticas públicas de bem-estar, saúde e manejo populacional ético, com destaque para programas de controle reprodutivo e vacinação.

(c) Proibições essenciais: veda práticas cruéis e degradantes como corridas competitivas, a eliminação de animais para controle populacional – também é proibido –, o uso permanente de dispositivos de contenção que causem sofrimento, atividades que violem a dignidade (rifas, rinhas), cirurgias desnecessárias, a criação e comercialização clandestinas. Também aqui vamos no mesmo sentido de proibição.

(d) Adoção responsável e cuidado comunitário: incentiva e regulamenta a adoção responsável de cães e gatos e estabelece requisitos para os adotantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(e) Sanções e crimes contra cães específicos contra cães e gatos: cria um sistema de sanções administrativas e tipifica, deixando bem claro, crimes específicos contra cães e gatos, com penas de reclusão e multa, abordando atos como matar, abandonar, submeter a experimentos dolorosos, impedir cuidados, praticar zoofilia, e produzir/distribuir conteúdo de abuso sexual.

Terminando, Sra. Presidente, este estatuto não apenas protege cães e gatos, mas também fomenta uma cultura de educação animalista e cidadania, promovendo a coexistência harmoniosa e o respeito mútuo entre humanos e animais.

Essa é a síntese do projeto.

Cumprimento a todos que ajudaram, Sra. Presidenta. O relatório todo dá mais de cem páginas. Claro, é o relatório, num primeiro momento, e depois uma longa justificativa. Se V. Exa. concordar, eu dou tudo por lido.

Que, na próxima Comissão – eu diria, queira Deus, queira Deus! –, V. Exa., que desde o primeiro momento apoiou esse movimento aqui quando eu a procurei, seja Relatora. Eu estarei lá do seu lado, como sempre estive, quando V. Exa. me acompanhou no passado, nos outros estatutos, de idoso, de igualdade racial, de criança e adolescente, de juventude, enfim, em todos aqueles estatutos. E aqui também é um estatuto em defesa da vida. Ponto.

Esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, que extraordinário! Seu voto, seu relatório, ele é imenso, está publicado, muita gente leu, ninguém se opôs ao seu relatório; pelo contrário, só elogios.

Mas eu quero chamar a atenção também de que a própria sugestão, quando ela chega, chega com 104 páginas, com imagens, com dados, com estatísticas, com evidências, com números. Então, se tem uma matéria em que nós estamos muito tranquilos com relação à qualidade, tanto o documento inicial como o seu voto, é essa matéria. E parabéns!

Agora a gente transforma, aprovando em um projeto de lei, começa a tramitação na Casa, nós vamos ter outras discussões, mas acho que é uma matéria de consenso. Num país com tantas brigas, a gente vem com uma matéria dessa, que é uma matéria do coração do povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que hoje os animais, o papel que os animais... E depois, Senador, com todas as novas evidências de que é o animal que ajuda as pessoas com doença; o animal que ajuda as pessoas com deficiência; o animal sendo usado em terapias, em muitas terapias, então, hoje, a gente entregar essa sugestão aprovada e a gente fazer esse olhar diferencial...

E por que nesta Comissão? – tem gente perguntando. Mas é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: por isso é que está aqui, porque vem, é uma iniciativa da sociedade.

E deixá-los como autor, Senador, foi uma forma de honrar esses institutos. O senhor poderia muito bem ter pegado o material, feito um "Ctrl+C, Ctrl+V", copiado a sugestão deles e entrar para a história como o autor. Mas o senhor honrou as três instituições fazendo exatamente isto: "Entrem vocês, como autores, e eu serei tão somente o Relator". É uma forma muito digna de lidar com os temas e com as instituições da sociedade civil. Parabéns, Senador! Parabéns!

Vamos colocar em votação o relatório? Alguém mais para discutir? Não? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, com louvor, o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Parabéns, Senador Paim! Parabéns, Instituto Arcanimal, Instituto Faço pelos Animais, Soama (Associação Amigos dos Animais)! Eu estou muito feliz de terminar o ano com essa entrega, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Permita aplausos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aplausos, sim. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, movidos por amor, tão somente. Se tem uma matéria em que são movidos por amor, é essa matéria. E eu fico muito feliz de a gente fazer essa entrega. De tanta briga, a gente faz uma entrega do coração hoje.

Obrigada, Senador Paim.

Senador Paim, como sou Relatora do próximo item – aliás, dos dois próximos itens –, eu gostaria de pedir ao senhor que presidisse. Pode ser daqui?

E são mais de dois... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A Senadora Damares passou para mim a Presidência, já que ela é Relatora de dois projetos sobre os quais eu vou discorrer agora; e, rapidamente, passo para ela.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 366, DE 2022

- Não terminativo -

Cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas.

Autoria: Senador Telmário Mota (PROS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com oito emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CSP e CCJ, em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

Saudamos a iniciativa de robustecer as políticas de segurança pública voltadas para indígenas, reconhecendo a importância de dedicar atenção especial aos povos originários, historicamente acossados e, ainda hoje, submetidos a formas de violência coletiva que se sobrepõem àquelas enfrentadas pelo conjunto mais amplo da população brasileira. Vemos, nessa proposição, o cuidado com o princípio da autodeterminação, com o imperativo da proteção territorial e com o equilíbrio entre a defesa de direitos fundamentais coletivos e individuais.

É auspiciosa a atenção dedicada à ação integrada entre os três Poderes e os diversos entes da Federação. Aspectos mais gerais, como a definição de princípios e diretrizes, até os mais específicos, como a capacitação e a valorização do profissional de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos agentes públicos que atuam junto aos povos indígenas, são bem definidos no texto ora analisado. Também são meritórios a ênfase nas ações preventivas e o foco na resolução pacífica de conflitos, na conciliação, no diálogo, na negociação e na redução da letalidade violenta nas questões que envolvam indígenas.

Merece especial destaque o caráter democrático e respeitoso que se pretende atribuir à PNSPI. Longe de adotar um tom condescendente e paternalista, ela traz, entre suas diretrizes, a participação das comunidades indígenas na tomada de decisões, na formulação de planos e na análise de questões que envolvam sua segurança. Prevê, ainda, que os povos e comunidades indígenas participem dos mecanismos de monitoramento e de avaliação das ações implementadas. O envolvimento direto dos destinatários tende a contribuir para que a proposta aqui apresentada possa efetivamente sair do papel e produzir efeitos práticos, com maior transparência na alocação e na execução de recursos, programas e ações.

Com o intuito de reforçar os méritos que já reconhecemos no PL 366, de 2022, oferecemos apenas algumas emendas que entendemos ser congruentes com as suas finalidades. Em sua maior parte, são ajustes redacionais, mas salientamos a importância de prevenir e de pacificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflitos interétnicos e intraétnicos, bem como garantir atendimento especializado às mulheres e às crianças indígenas, que figuram entre os mais vulneráveis dentro dos seus próprios contextos.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, com as emendas que eu já citei e que foram devidamente publicadas.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta Damares, eu me lembro aqui do Senador Telmário Mota, que já não é Senador há um bom tempo, mas deixou essa contribuição que a senhora assumiu como Relatora e em que fez alguns ajustes.

Vamos colocar em discussão a matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 8 da CDH... (*Pausa.*)

... de 1 a 8 desta Comissão – isto: de 1 a 8.

A matéria vai ainda à Comissão de Segurança Pública e, posteriormente, segue, em caráter terminativo, para a CCJ.

Aprovado.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 435, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o direito ao registro, na ocorrência policial, da informação de que a infração penal foi motivada por discriminação ou preconceito à identidade, expressão de gênero ou orientação sexual da vítima.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CSP, em deliberação terminativa

Autoria do Senador Rogério Carvalho, que é o Líder do PT; Relatoria da Senadora Damares Alves, que é a Presidente desta Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, mas, antes, explico que essa é uma matéria que regulamenta tão somente a forma como é feito o boletim de ocorrência.

O Senador Rogério não traz nenhuma mudança no conceito de discriminação, o que não é preconceito... Não, isso tudo já está garantido por lei, após anos de discussões. Essa aqui é uma matéria sobre, tão somente, na hora de se fazer o boletim de ocorrência da pessoa que foi vítima da violência, do preconceito, da discriminação, a gente trazer ali, por exemplo, como eu estou colocando aqui, a origem: se é um estrangeiro, se é um imigrante...

Então, esse projeto é tão somente para a gente adequar o registro, porque a forma certa de fazer o registro da ocorrência, Presidente, é o que garante a continuidade do processo e que a justiça seja feita.

Então, é disso que trata a matéria, e eu quero elogiar o Senador Rogério, que a gente sabe que é um jurista que entende da matéria. Eu tenho a honra de relatar essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei 435, Presidente – direto na análise – constitui um avanço crucial no combate à violência e no aprimoramento do desenho da Política Nacional de Segurança Pública, com base em evidências científicas. Ao assegurar o direito da vítima de registrar a motivação discriminatória em boletim de ocorrência, o PL permite a coleta de dados estatísticos essenciais para a formulação e implementação de ações de prevenção e de enfrentamento à criminalidade de forma efetiva e eficaz.

Entretanto, a relevância da iniciativa e a complexidade das múltiplas formas de discriminação presentes em nossa sociedade exigem uma abordagem mais abrangente. A lacuna na coleta e sistematização de dados sobre crimes motivados por preconceito não se restringe à população abarcada na iniciativa.

Diversos outros grupos vulneráveis enfrentam obstáculos semelhantes no reconhecimento formal da motivação discriminatória das infrações penais de que são vítimas, o que contribui para sua subnotificação e dificulta a ação do Estado. Ademais, a ausência de padronização dos registros policiais entre os entes federados agrava esse cenário, impedindo uma visão nacional unificada sobre a incidência e as características desses crimes no país.

Diante disso, propõe-se o aprimoramento da proposta por meio da apresentação de emenda substitutiva que amplie o escopo do projeto.

Em primeiro lugar, sugere-se que a obrigatoriedade de campo próprio no boletim de ocorrência se estenda a todos os casos em que a infração penal seja motivada por preconceito ou discriminação, independente da causa.

E aqui, Presidente, quando eu preparei o relatório, eu me lembrei muito dos indígenas warao, que são duplamente discriminados: primeiro, por serem estrangeiros, imigrantes – chegam aqui e recebem, o senhor sabe, muita discriminação –; segundo, por serem um estrangeiro atípico, ele é warao, é indígena. Ele é um indígena, imigrante, que não fala português, que não fala espanhol, que fala a língua warao. Nesse boletim de ocorrência, tem que constar que ele está sendo duplamente discriminado, por ser venezuelano, imigrante e indígena. Então, a gente traz aqui especialmente para a gente ter dados, quais são as motivações dos preconceitos e discriminação hoje no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A experiência brasileira demonstra que as violências baseadas em preconceitos não são motivadas somente em razão da identidade, expressão de gênero ou orientação sexual da vítima, mas também alcançam pessoas de raças e etnias distintas. É o que eu exemplifiquei aqui.

Além disso, é essencial que os campos a serem criados nos sistemas de registro de ocorrências permitam mais que uma marcação genérica da existência da motivação. Foi o que eu acabei de explicar. O registro deve possibilitar a especificação da natureza do preconceito, da forma como ele se manifestou e, sempre que possível, da relação entre a vítima e o agressor. Esse nível de detalhamento é indispensável para a produção de dados qualitativos que permitam compreender a complexidade dos crimes.

Outra inovação relevante sugerida pela emenda é a inclusão, na lei, da obrigação de que os dados coletados pelas autoridades policiais sejam encaminhados de forma sistêmica e padronizada aos órgãos públicos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de prevenção e enfrentamento à discriminação. Propõe-se, também, que esses dados sejam disponibilizados em plataformas públicas de acessos, respeitados os direitos à privacidade das vítimas.

A mulher com o véu, por exemplo, Senadora Ivete, às vezes, está andando no *shopping* e é discriminada pelas pessoas. Ela vai ter o direito de fazer o boletim de ocorrência e dizer que está sendo discriminada por uma questão de origem, por uma questão de nacionalidade, por uma questão também de religião, uma questão cultural.

Então, eu faço essas adequações e, nesse sentido, Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 435, de 2022, nos termos do substitutivo que eu apresento aqui e que eu não vou ler porque já está amplamente divulgado, e todo mundo já teve acesso.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Sra. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu ia passar a palavra para a senhora, sem lhe perguntar.

A Senadora Ivete está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Pela ordem.) – Eu achei muito bem elaborado. Mas o Senador Girão quer um pedido de vista desse projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como é regimental, nem cabe qualquer tipo de discussão desta Presidência e, assim, é assegurado o pedido de vista.

Como vocês entenderem – como eu fiz no outro projeto –, ele pode voltar na próxima reunião ou não, já que o pedido de vista está com a senhora. Combinem depois com o Girão, que é seu amigo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é. E é surpresa, porque esse relatório está publicado há tantos dias.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Como foi um pedido...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É legítimo. A gente volta na pauta na próxima semana.

Obrigada, Senadora.

Vista coletiva, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

Eu havia provocado só, mas V. Exa. já assegurou a vista coletiva. Então, volta obrigatoriamente na próxima semana.

Concorda?

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Concordo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senadora, a Presidência volta a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, temos o item 5 ainda, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos lá, então.

Está aqui já.

Ela me disse que tem alguns ainda, Senadora. Então vamos lá.

Já que eu disse que não sairia daqui hoje sem aprovar o projeto de cães e gatos. Eu disse: "Tudo bem, vamos aprovar, mas você vai ficar até o final". (*Risos.*)

Eu estou cumprindo a minha parte, já tinha feito agenda nesse sentido.

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1977, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Estatuto do Índio", para instituir princípios gerais de acesso à justiça por índios e comunidades indígenas.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é mais uma matéria sobre os povos originários, apresentada pelo Confúcio Moura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é de um estado com uma comunidade indígena imensa e que sentiu essa necessidade do acesso do indígena ao sistema de justiça.

No mérito, ressalvadas as considerações que faremos ao final desta análise, Presidente, entendemos que a proposta merece ser acolhida. A Constituição de 1988 dedicou grande atenção à temática indígena. A nova ordem constitucional, no lugar de tratar os povos indígenas como povos a serem "integrados" ao restante da população brasileira, reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado protegê-los e fazer respeitar seus bens e direitos.

A Constituição reconhece, ainda, os indígenas, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. Verificamos, por conseguinte, que o regime tutelar previsto no Estatuto do Índio não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

Outrossim, a Resolução nº 454, de 2022, do CNJ, estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas, aprovada para garantir o pleno exercício dos direitos dos povos indígenas, em seu art. 7º, prevê a vedação da aplicação do regime tutelar e garante reconhecimento da capacidade processual indígena.

Diante desse cenário, o PL em análise surge com o nobre propósito de dar nova redação ao atual Capítulo II do Título II do Estatuto do Índio, que trata da "Assistência ou Tutela", para substituir esse sistema de tutela e emancipação ainda formalmente previsto no estatuto por diretrizes e princípios que garantam o acesso à justiça a essa população.

Trata-se de uma iniciativa que busca alterar o texto legal, que já se sabe não recepcionado pela Constituição, para dar-lhe nova roupagem sob a ótica constitucional vigente.

Não obstante reconhecermos o mérito do PL, acreditamos que há espaço para aperfeiçoamentos, como passamos a expor.

Inicialmente, sugerimos a alteração da ementa do projeto de lei, substituindo o termo "acesso à justiça" por "acesso ao Judiciário", com base na Resolução nº 454 do CNJ. No mesmo sentido alteramos o termo "índios e comunidades indígenas" para "indígenas, suas comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e organizações", ficando concordância com o *caput* do art. 232 da Constituição Federal abrangendo também suas organizações indígenas.

Em ato contínuo, propomos uma nova redação para o art. 7º, inciso II, do Estatuto do Índio, acreditamos que a disposição, embora bem-intencionada, ao colocar os povos indígenas e a sociedade brasileira como figuras apartadas, reforça a ideia de que esses povos não compõem a sociedade brasileira.

Diante disso, propomos a modificação desse dispositivo para que, no lugar da visão integracionista, passe a prever o diálogo interétnico e intercultural como princípio norteador do acesso à justiça por povos indígenas.

Ainda, no que tange à nova redação proposta ao art. 7º, consideramos redundante a previsão de que o juiz deve conciliar, em suas decisões, o disposto no inciso II do *caput* do citado artigo aos arts. 231 e 232 da Constituição.

Prosseguimos com nossa análise, agora em relação à proposta de alteração do art. 8º, identificamos risco de inconstitucionalidade e problemas com o mérito da modificação. Isso porque a matéria impõe ao Judiciário obrigações administrativas, ao dispor sobre a lotação e a capacitação de magistrados.

No que tange ao mérito, a nova redação proposta no art. 8º do Estatuto do Índio, a nosso ver, pode ter um efeito contraproducente. Exigir que os juízes tenham "período de coabitação" com as comunidades, bem como que tenham conhecimento das línguas faladas pelos povos sobre os quais exercerá competência, é impraticável. Os indígenas falam 274 línguas, a gente não pode exigir isso do magistrado. Então, a gente retira essa exigência e faz uma adequação para que o Judiciário não feche as portas. Só vai julgar se o juiz tiver coabitado com o povo e conhecer a língua seria limitar a capacidade do magistrado.

Ademais, em relação ao art. 9º, propomos o acréscimo dos §§4º e 5º para prever, nos processos que envolvam interesses indígenas, suas comunidades e de organizações, a notificação à Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com o objetivo de reforçar a proteção dessas comunidades, sem, contudo, violar sua autodeterminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne às alterações dos arts. 10 e 11 do Estatuto do Índio, adequamos o texto usando a terminologia constante na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, e remetemos os assuntos relativos a acolhimento familiar ou institucional, à adoção, à tutela ou à guarda ao art. 28 da Lei 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Diante do exposto e com as modificações que eu anunciei aqui, meu voto é pela aprovação, Presidente, do projeto de lei, nos termos do substitutivo que eu apresento, que já foi devidamente publicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo), da CDH.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em deliberação terminativa.

Vamos para o item 15.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a desistência da realização da audiência pública constante do REQ 34/2025-CDH, relativa à instrução do PL nº 1.050, de 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, autora do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu já reuni elementos suficientes para proferir o voto, o parecer que eu vou apresentar. Então, eu estou aqui pedindo a desistência da audiência pública que eu tinha sugerido, que eu tinha requerido antes.

Então, esse é o requerimento. Vou apresentar meu voto. Se ainda tiver dúvidas, que seja pedida vista e a gente faz aí uma análise depois, mas eu já me considero com as informações necessárias para apresentar o voto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam e não se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 133, de 2025... (*Pausa.*)

Aprovado conforme encaminhado.

Devido a isso – a assessoria aqui me auxilia, como sempre –, o Requerimento nº 34, de 2025, da CDH, fica prejudicado.

Vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1050, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 41 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para possibilitar a suspensão condicional do processo aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa

Em 27/11, a Senadora Damares Alves apresentou o REQ 133/2025-CDH (Item 15 da pauta), por meio do qual requer a desistência da realização da audiência pública prevista no REQ 34/2025-CDH, relativa à instrução do PL nº 1.050, de 2024.

Devido a isso, procedimento todo executado, concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, estamos nos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e a gente traz a discussão hoje também como parte da campanha. Mesmo se for pedida vista, eu entendo que a Comissão não pode se omitir durante esses 21 dias, e essa é uma das matérias que a gente entende que deve ser aprovada.

Reconheço o mérito da proposta.

Peço permissão para ir à análise.

A suspensão condicional do processo, na forma proposta pelo PL, é uma medida que prioriza o bem-estar da mulher e garante a ela o protagonismo diante de processos que envolvam violência doméstica e familiar, representando uma solução viável para o moroso e ineficiente sistema de justiça atual.

Nesse sentido, de acordo com o relatório O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha – Ano 2022, do Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio até a primeira sentença em processos que envolvem violência doméstica e familiar, com ou sem resolução do mérito e excluídas as medidas cautelares, é de aproximadamente 2 anos e 10 meses – é muito tempo, Senadora Ivete –, ou seja, quase três anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário, a alteração à Lei Maria da Penha para permitir a aplicação da suspensão condicional do processo em casos de violência doméstica e familiar se apresenta como uma ferramenta eficiente e eficaz, capaz de garantir uma resposta rápida do sistema de justiça em benefício da vítima. A mudança proposta permitirá que a mulher-vítima deixe de ocupar um papel meramente acessório e testemunhal – como infelizmente ainda é tratada nos processos que apuram violência doméstica – e passe a ter um papel ativo, tendo a oportunidade de decidir sobre o encaminhamento do caso, não da forma imposta por um sistema que já demonstrou suas ineficiências, mas, sim, de maneira que atenda melhor aos seus interesses e aos de sua família.

Presidente, enquanto eu leio, me vêm à mente, me vêm à memória as imagens do sepultamento daquela mãe e suas quatro crianças ontem. Quatro crianças, né?

Ela foi amarrada com os filhos pelo companheiro, dentro de casa, e ele pôs fogo na casa. Morreu ela e as crianças gritando. E ainda tem pessoas que dizem que não tem violência doméstica no país. E detalhe: ela era evangélica. Eu vi as irmãs da Assembleia de Deus, com os seus coques, carregando os caixõezinhos das crianças para o sepultamento ontem. Abalou Recife. Recife está em luto desde ontem.

Por mais que a gente fale da violência contra a mulher, com todos os mecanismos que nós estamos aprovando aqui, parece que ela só aumenta, Presidente – só aumenta. As imagens ontem me deixaram... Eu não dormi direito esta noite, porque as irmãs das igrejas, todas que foram ao sepultamento, começaram a me mandar os vídeos do sepultamento. Foi um momento de muita comoção ontem – muita comoção.

E a gente também, nesta semana, viu a cena do ex-companheiro que arrasta a mulher pela rua e ela perde as duas pernas. A gente não aguenta mais. Nós estamos em plena campanha pelo fim da violência contra a mulher e, nesta semana, a gente foi surpreendido com tantas, tantas, tantas cenas e imagens.

Então, esse foi um dos motivos, inclusive, por que eu desisto da audiência pública e apresento o projeto. Se tiver algum voto, alguma coisa para adequar, vamos adequar. Todas as medidas que forem apresentadas e que apontam um caminho mais rápido para a gente proteger a mulher e seus filhos nós vamos colocar na pauta aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar, Presidente, que a suspensão condicional do processo, que se caracteriza como uma medida despenalizadora e guarda semelhanças com práticas de justiça restaurativa, não significa impunidade. Pelo contrário, durante esse intervalo, que pode durar de dois a quatro anos, o agressor fica submetido a um período de prova e supervisão, devendo cumprir as condições estabelecidas pelo juiz. E aqui, Presidente, às vezes o agressor está precisando de um tratamento. A justiça restaurativa tem feito encaminhamento nesse sentido. Então, suspender... Não estou falando dos casos gravíssimos, mas daqueles em que há condição de se tratar o agressor. Isso não quer dizer que é restaurar o casamento, nem sempre, mas é tratar o agressor para que ele a deixe tocar a vida dela em paz. Então, é nesse sentido que vem aqui a suspensão, que é um dispositivo da Lei Maria da Penha, a recuperação, a reeducação também do agressor.

Esse período de prova e supervisão tem início com a suspensão condicional do processo e proporciona efeitos práticos imediatos para a vítima. A celeridade dessa medida representa um avanço essencial no enfrentamento da violência doméstica e familiar, configurando-se como uma alternativa viável diante da lentidão do sistema judicial, no qual uma sentença pode levar anos para ser proferida.

Outro ponto importante da proposição, que também contribui para o melhor interesse da mulher, é a possibilidade de reabilitação do agressor sem gerar antecedentes criminais que possam dificultar sua inserção no mercado de trabalho. Às vezes, ele é alcoólatra e não é de cadeia que ele está precisando, do que ele está precisando é de um tratamento para enfrentar o alcoolismo, mas, se continuar dentro de casa agredindo, essa dependência ao álcool pode levá-lo a um ato extremo. A Justiça pode oferecer a ele um tratamento contra o álcool. Isso favorece o sustento dos filhos e reduz o impacto financeiro sobre a vítima.

É essencial destacar que a medida não é um direito do agressor.

A suspensão condicional do processo só será aplicada, como eu apresento aqui, se for do exclusivo interesse da mulher – não é privilégio para ele, é se for interesse da mulher –, que deve manifestar sua vontade de forma expressa em audiência especialmente designada para esse fim e desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, apresentamos apenas uma emenda de redação para ajustar a ementa ao escopo do PL, que trata exclusivamente da violência doméstica e familiar.

Sr. Presidente, este é o voto, com a emenda, e peço aprovação ao Projeto 1.050, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns pelo seu relatório, parabéns pela exposição.

Eu confesso que tenho ouvido e visto em toda a imprensa, TV, rádio, redes sociais, que o seu depoimento, infelizmente, é verdadeiro. Eu digo que infelizmente é verdadeiro porque a violência contra a mulher aumenta cada dia que passa.

A matéria já está em discussão.

Mas eu gostaria, se V. Exa. concordar, mediante a sua leitura, a sua justificativa, além de aprovar o projeto, nós já marcamos para o dia 8, que é o dia... A sessão será dia 8 ou 9? (*Pausa.*)

Dia 8, uma sessão no Plenário em relação aos direitos humanos, data internacional dos direitos humanos. Eu vou, se V. Exa. permitir, aqui fazer a leitura.

Dia Internacional dos Direitos Humanos. Plenário do Senado Federal. Requerimento feito por este Senador e outros Senadores. Data: 8/12, às 10h.

Eu queria convidar V. Exa., convidar todos os Senadores e Senadoras, para que a gente faça desse Dia Internacional dos Direitos Humanos um dos eixos das falas em Plenário. Vamos convidar também aqueles homens e mulheres que são lutadores contra a violência às mulheres.

Quando aprovamos aqui... Está em discussão, vamos aprovar o seu projeto, lembrando deste momento tão triste para o povo brasileiro, vai ser uma grande audiência no Plenário.

A senhora tem participado de todas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não tem uma que eu organize que a senhora não esteja lá participando e colaborando, inclusive, com gente no Plenário. Quero dar esse depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que a gente consiga, então, fazer desse dia o eixo principal da luta dos homens e mulheres contra a violência às mulheres.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se houver concordância de V. Exa....

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concordância, e eu fico muito feliz que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... eu peço para encaixar e, inclusive, indicar pessoas que vêm com esse eixo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive fiquei muito feliz que o Senador Davi Alcolumbre tenha marcado, porque a gente não podia encerrar o ano sem a gente fazer um grande evento no Plenário sobre direitos humanos. Eu tinha conversado com ele sobre isso.

Semana que vem seria uma semana de barulho aqui, mas, com o adiamento da sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e votação do indicado Ministro Messias, eu acho que a Casa se acalma e a gente consegue fazer esse debate, com equilíbrio, no Plenário, em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. E a gente tem a deliberativa aqui dia 10, com apresentação de relatório, e dia 11 uma outra audiência pública aqui, requerida pelo senhor também.

Então, a gente encerra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estaremos juntos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estaremos juntos.

A gente encerra a semana colocando direitos humanos na pauta do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está em discussão a matéria.

Eu pergunto à nobre e querida Senadora Ivete se quer fazer algum comentário. Em seguida, coloco em votação.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só tenho a parabenizar a Senadora Damares por ter exposto tão bem esse nosso problema tão grave, que é o assédio às mulheres, mulheres que apanham e morrem. Tem que ter um basta. Nós temos que encontrar um meio de acabar com isso. Acho que juntos, homens e mulheres, talvez cheguemos a uma conclusão. Pretendo estar presente, no dia 8, na sessão solene.

Quero parabenizar, mais uma vez, a Senadora Damares pela redação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Muito obrigado a V. Exa. Estaremos todos juntos lá, homens e mulheres, nessa caminhada contra a violência às mulheres.

Terminada a discussão da matéria. Creio que ninguém mais queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de redação nº 1 desta Comissão.

A matéria vai agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em deliberação terminativa.

Vamos de imediato para o item 7.

O Senador Astronauta está chegando aí para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Antes de o senhor chamar o item 7, sabe por que ele está vindo sorrindo? Ele acabou de aprovar um projeto de lei na CAS. Na verdade, foram dois votos seus hoje, né? A proficiência dos médicos, o exame dos médicos – autoria dele, relatoria do Senador Hiran –; e aprovou o meu também. E ele veio aqui, sorrindo, falar. Eu tenho um projeto de lei sobre a política nacional para enfrentamento ao escalpelamento – as mulheres escalpeladas. Essa aprovação ocorre na semana de enfrentamento à violência contra a mulher. O escalpelamento é uma das maiores e terríveis violências contra a mulher.

Obrigada, Senador. Obrigada!

Passou por unanimidade?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Por unanimidade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Unanimidade. (*Palmas.*) (*Risos.*)

Obrigada, Senador, por ter relatado.

Em 95% dos acidentes de escalpelamento no Norte, as vítimas são mulheres e meninas. A gente está em pleno 2025 e ainda temos os acidentes de escalpelamento.

Obrigada, meu Senador querido, e parabéns por duas vitórias na CAS hoje

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos agora ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 600, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS, em deliberação terminativa

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, mais uma extraordinária iniciativa da Mara Gabrilli, com um olhar e uma preocupação enorme com a pessoa diabética.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

Dados de 2024 da International Diabetes Federation, da Federação Internacional de Diabetes, indicam que há, no Brasil, cerca de 500 mil pessoas com DM1, sendo que, dessa população, 100 mil têm até 19 anos de idade.

Trata-se de uma condição desafiadora, que frequentemente se manifesta na infância ou adolescência, com início agudo e, não raro, exigindo internações de urgência. O diagnóstico representa um marco de grande impacto emocional para pacientes e familiares, pois implica tratamento permanente mediante uso diário de insulina subcutânea e monitoramento rigoroso dos níveis glicêmicos, o que impõe significativa reorganização na rotina familiar e custos permanentes e consideráveis com tratamentos e com insumos.

Como não há medida efetiva de prevenção do DM1, torna-se essencial garantir o diagnóstico tempestivo e o controle rigoroso da doença. Trata-se de uma condição que, sem tratamento adequado, pode evoluir com complicações graves e irreversíveis. O descontrole metabólico causa danos progressivos na retina, nos nervos periféricos, nos rins e no sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cardiovascular, podendo provocar cegueira, amputação de membros, dor crônica, angina, infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral e insuficiência renal crônica dialítica.

Estudo publicado em 2022 na revista *Diabetes Care* mostra que pessoas com DM1 enfrentam despesas médicas 2,6 vezes maiores do que aquelas sem a doença. Os medicamentos e insumos para o controle glicêmico representam cerca de 17% dos custos diretos, somando-se aos custos indiretos relacionados à redução da capacidade de trabalho, afastamentos e mortes prematuras.

Nos últimos anos, as tecnologias voltadas ao controle da diabetes mellitus 1 vêm evoluindo de forma expressiva. Atualmente, estão disponíveis sistemas de monitoramento contínuo de glicose, que permitem o acompanhamento em tempo real dos níveis glicêmicos e dispensam as punções digitais, além das bombas de insulina e dos sistemas automatizados de infusão de insulina. Essas ferramentas proporcionam maior conforto, precisão e segurança no manejo da doença, especialmente em crianças e adolescentes.

No âmbito do Sistema Único de Saúde, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais disponibiliza insulina humana e análogos de insulina. Também são ofertados os sistemas de automonitoramento da glicemia capilar, indispensáveis ao acompanhamento diário dos níveis glicêmicos. Em determinados centros de referência, há ainda serviços de transplante de pâncreas, indicados para casos graves, bastante selecionados.

Em que pese o fato de algumas localidades do país disponibilizarem, no SUS, bombas de insulina e sistemas de monitorização da glicose por escaneamento intermitente, tais tecnologias não foram incorporadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), impedindo o acesso da população de grande parte do país a tais ferramentas. Assim, persiste uma lacuna assistencial importante, que mantém milhares de pessoas, especialmente crianças e adolescentes com a doença, dependentes de métodos convencionais menos confortáveis e menos eficazes para o controle glicêmico.

Torna-se, assim, imprescindível ampliar o alcance da integralidade assegurada pela Constituição, de modo a viabilizar o acesso às tecnologias mais modernas, garantindo melhor qualidade de vida e maior efetividade terapêutica. Nesse sentido, o projeto de lei em exame tem papel relevante ao fomentar a discussão sobre a incorporação dessas tecnologias ao SUS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprimorando as políticas públicas voltadas à doença e, por conseguinte, atenuando o impacto emocional, social e financeiro que essa condição de saúde de alta complexidade impõe aos pacientes e suas famílias.

Tal medida reforça a necessária abordagem intersetorial das políticas públicas de saúde e educação, contribuindo para a inclusão, a segurança e o bem-estar dos estudantes acometidos, além de favorecer a identificação precoce de intercorrências e a promoção de hábitos saudáveis que auxiliem no controle da doença.

Assim, a proposição nos parece bastante meritória, todavia, não obstante seu grande mérito, sugerimos alguns aprimoramentos como a inclusão da garantia de prioridade no atendimento da criança e do adolescente com diabetes *mellitus* do tipo 1, com fulcro no art. 90, § 2º, da Lei nº 8.069/1990, em obediência ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, preconizado pelo *caput* do art. 227 da Constituição Federal e pelo *caput* e parágrafo único do art. 4º do ECA.

O voto, Presidente, é pela aprovação do projeto de lei, com as emendas que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável projeto, com as Emendas 1 e 2 desta Comissão.

Com a presença já em plenário do Senador Marcos Rogério, sempre fortalecendo esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 15, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o voto impresso obrigatório em segundo turno.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: pela prejudicialidade da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro; Senadora Damares *ad hoc*.

Concedo a palavra à Senadora Damares, para a leitura do seu relatório, *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu não gosto de dar voto pela prejudicialidade, não. Estou sendo uma Relatora *ad hoc*.

Mas a gente quer cumprimentar a autoria da sugestão. Quem mandou a sugestão foi Rodrigo Nogueira Gomes, em 4/10/22. E, no dia 6/12/22, ele conseguiu o número de 21.718 assinaturas apoiando.

Mas, sob análise do Relator, a sugestão tem que ser pela prejudicialidade.

E, assim, Presidente, é um voto simples.

A Sugestão 15, de 2023, embora conte com o necessário apoio popular e seja meritória em seu propósito de contribuir para o fortalecimento da confiança pública nas eleições – uma vez que a possibilidade de verificação do voto por meio de um comprovante impresso pode mitigar percepções de opacidade ou manipulação, promovendo maior adesão e aceitação dos resultados eleitorais –, revela-se, à luz de uma análise atual do tema, prejudicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa condição de prejudicialidade decorre de dois fatores principais: (i) a proposição foi formulada especificamente no contexto das eleições de 2022, entre o primeiro e o segundo turno, período que já se encerrou; (ii) esta Comissão já aprovou a Sugestão nº 6, de 2021, que possui o mesmo teor e objetivo de instituir a impressão do voto. Dessa forma, a Sugestão nº 15, de 2023, perdeu a oportunidade, atraindo a incidência do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Embora seja possível adaptar a presente proposta para abranger todas as eleições e turnos, a aprovação da Sugestão 6, de 2021, e sua consequente transformação em projeto de lei para as necessárias alterações legislativas, já atende plenamente a essa demanda.

Então, já está atendido em outra SUG.

Portanto, com o objetivo de otimizar a eficiência do trabalho legislativo e de responder de forma eficaz aos anseios populares e à necessidade de garantir a lisura do processo eleitoral, mostra-se prudente concentrar os esforços em uma única proposição.

Então, Presidente, diante de tudo isso, o voto é pela prejudicialidade da Sugestão 15, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela prejudicialidade da sugestão.

Presidenta, neste momento passo a V. Exa. a Presidência dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós limpamos a pauta hoje juntos. Nós fazemos uma boa dupla, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

Nós vamos para o item 19 da pauta – inclusive, o Senador Marcos Rogério está presente –, que é a leitura e a votação do relatório ao qual já foi dada publicidade na semana passada.

ITEM 19

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF251706667290

- Não terminativo -

Relatório Circunstanciado da Diligência Externa nos Municípios de Alvorada D'Oeste e Jaru - Rondônia

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Relatório Final da Diligência Externa realizada nos municípios de Alvorada D'Oeste e Jaru, no estado de Rondônia.

Antes de fazermos a leitura do relatório, queria fazer a exibição de um vídeo, que vai mostrar o que aconteceu na região e também vai trazer imagens da diligência.

Peço à Secretaria que, por favor, faça a exibição do vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O relatório já foi devidamente publicado, e eu quero agradecer à Consultoria do Senado que nos acompanhou, à Defensoria Pública Federal, aos técnicos da Comissão, aos assessores do meu gabinete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é imenso. Eu vou fazer uma leitura resumida, porque todo mundo já teve acesso. No final, eu creio que o Senador Marcos Rogério, que foi um dos integrantes da Comissão, da diligência... A comitiva foi formada por Deputados Federais também e Senadores e tivemos Deputados Estaduais, muitos Prefeitos, muitos Vereadores. Foi um momento muito importante para esta Comissão.

A leitura do relatório eu vou tentar fazer de uma forma rápida. Vou apenas fazer um resumo e apresentar para os senhores os encaminhamentos da diligência.

Resumo do relatório circunstanciado da diligência externa nos Municípios de Alvorada D'Oeste e Jaru, em Rondônia.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou, no dia 13 de novembro de 2025, diligência externa nos Municípios de Alvorada Alvorada D'Oeste e Jaru, no Estado de Rondônia, com o objetivo de verificar denúncias de violações de direitos humanos relacionadas às ações de desintrusão vinculadas à Terra Indígena Uru-eu-wau-wWau.

A iniciativa decorre do Requerimento 118, de 2025, de autoria do Senador Marcos Rogério, motivada pela grave situação vivenciada por famílias que vivem há décadas em áreas tituladas pelo Estado que vêm sendo alvo de medidas administrativas e policiais de expulsão.

A comitiva foi composta pelos Senadores Damares Alves, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli, pelo Deputado Federal Dr. Fernando Máximo, por representantes da Defensoria Pública da União e pela equipe técnica e de comunicação da Comissão de Direitos Humanos e da TV Senado. E aqui eu faço um agradecimento especial à TV Senado.

A agenda incluiu audiências públicas com agricultores, visita técnica em imóvel destruído e coleta de depoimentos individuais, além de ouvir instituições públicas federais, além do exame de documentos que comprovam a origem legal das propriedades.

Durante as visitas, os Parlamentares e a equipe da CDH receberam inúmeros relatos de desalojamentos forçados, destruição de moradias e bens, imposição de multas de alto valor e impedimento do exercício regular da atividade produtiva agrícola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em todos os casos, as famílias afirmaram possuir título de propriedade, escrituras públicas ou regularização por programa de colonização, promovidos pelo Incra, desde a década de 80.

Chamo a atenção de todos os senhores de que o Incra participou das duas audiências públicas e acompanhou toda a diligência, não só o Incra, como também a Emater. Dois órgãos federais estavam presentes e atestando tudo que os pequenos moradores, os pequenos produtores, os agricultores da região estavam falando.

Verificou-se, inclusive, que muitos agricultores foram assentados pelo próprio Estado, antes da demarcação indígena, evidenciando o caráter administrativo e histórico do conflito. Entre os casos observados, merece destaque a situação do Sr. Nilson Gonçalves Cota, que teve sua residência e ferramentas de trabalho incendiadas, perdendo quase todos os seus bens.

Outros moradores relataram ações repressivas realizadas com forte aparato policial, gerando medo, humilhação e danos psicológicos irreparáveis, especialmente nas mulheres – muitas mulheres passaram por esse constrangimento e foi muito ruim em mulheres idosas.

Os prejuízos se estendem também à economia local, com lavouras abandonadas, bloqueio de cadastros rurais e endividamento de pequenos produtores.

Com base nas informações levantadas, há indícios de que o conflito resulta de equívoco territorial cometido pelo próprio Estado brasileiro, envolvendo erro cartográfico na demarcação da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, que teria provocado sobreposição de até 3km sobre áreas que já eram ocupadas legalmente por pequenos produtores com títulos emitidos pelo Incra.

O problema, entretanto, não tem sido enfrentado com os devidos instrumentos jurídicos e administrativos, recaindo exclusivamente sobre as famílias rurais a responsabilidade por falhas estatais de décadas.

De modo particularmente grave foram registradas violações aos direitos de crianças, adolescentes e idosos, com o rompimento de vínculos escolares, insegurança alimentar, dano psicológico e a ausência de garantias mínimas de proteção social durante as operações.

Também foram apurados episódios de desrespeito à liberdade religiosa e ameaça à integridade física e moral das comunidades. Tais fatos afrontam frontalmente princípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionais como dignidade da pessoa humana, função social da propriedade e proteção à família, previstos nos arts. 5º, 6º e 226 da Constituição Federal.

Diante desse cenário, a Comissão conclui que há forte evidência de violações sistemáticas de direitos humanos e de omissão do poder público na busca de soluções pacíficas para o conflito.

A CDH entende ser imprescindível a adoção de medidas urgentes que garantam a permanência das famílias em suas propriedades até que se estabeleça a solução definitiva com observância do devido processo legal, indenização adequada ou políticas de reassentamento quando necessário.

Por fim, a Comissão reafirma seu compromisso com a proteção dos direitos fundamentais dessas populações e apresenta como encaminhamento imediato o requerimento de suspensão das ações de desintrusão nas áreas vistoriadas, o acionamento da Defensoria Pública da União para medidas protetivas coletivas e a convocação de órgãos federais responsáveis, como Funai, Incra e ministérios afins, para mediações institucionais urgentes. Permanecerá ainda o monitoramento contínuo do caso, com elaboração de relatório conclusivo que será submetido à apreciação do Senado Federal.

Diante disso, os seguintes encaminhamentos estão sendo propostos pela CDH: requerimentos de informação ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima; informações sobre a atuação de ONGs estrangeiras em terra indígena, tipo de cooperação, finalidades das atividades, origem do recurso financeiro, existência de controle estatal, garantia da soberania nacional. Medidas de prevenção e mitigação da contaminação ambiental decorrente da queima e destruição dos bens nas operações, inclusive a proteção dos animais.

Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública: informações sobre protocolo para desintrusão envolvendo pessoas vulneráveis, justificativas e critérios para o uso

Detalhe, teve casa em que chegaram nove viaturas, mais de 60 homens armados, para uma mulher idosa – e com armamento letal. A gente quer que o Ministério da Justiça explique como é que foi a elaboração e o critério usado para essas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– ao Ministério dos Povos Indígenas: queremos informações sobre ações e autorizações de ONGs no território Uru-Eu-Wau-Wau, de 2023 a 2025; possível sobreposição entre terra indígena e projeto fundiário; medidas para a solução de conflitos fundiários diante de divergência dos limites desde a demarcação inicial;

– ao Ministério dos Direitos Humanos, encaminhamento: informações sobre proteção social e acompanhamento das famílias afetadas, com foco em integridade física, psicológica e social, ações emergenciais;

– ao Ministério do Trabalho e Emprego: informações sobre medidas de proteção social às famílias afetadas pela desintrusão;

– ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: garantia de segurança jurídica e titulação da terra, ações de reassentamento e cronograma, identificação de produtores endividados por investimentos agrícolas, execução de avaliação técnica sobre possível erro de demarcação da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau;

– ao Ministério das Cidades: informações sobre o número de localização das moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida nas áreas afetadas.

Por que esse encaminhamento? Vocês podem achar estranho. A área era tão legítima deles, porque eles tinham título do Incra, que o Programa Minha Casa, Minha Vida construiu habitações na área. Um programa federal do porte do Minha Casa, Minha Vida não é feito em áreas ilegais. Então, o próprio Estado reconhece que a área é deles, faz um programa como o Minha Casa, Minha Vida na área, e agora a Funai disse que a área não é deles. Há uma sobreposição, e é um tamanho pequeno. A gente também tem outros programas federais na área, exercidos pela Emater, por exemplo. Então, a gente quer entender: era deles há 35 anos ou não era? E o mais grave, e aí a gente já está conversando com o Ministério Público: eles têm financiamento de bancos públicos e eles deram para o financiamento o título. Então, se os bancos públicos aceitaram, havia o reconhecimento de que a terra era deles. A gente quer entender o tamanho dessa dívida de cada um deles.

Indicações ao Executivo Federal e ao Ministério Público:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– ao Ministério Público Federal: suspensão da cobrança de empréstimos agrícolas – Pronaf, PNCF e outros – até a solução definitiva da situação dominial das áreas;

– à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Justiça: elaboração de regramento específico para operações de desintrusão em áreas sob responsabilidade do Incra e agricultura familiar;

– ao Ministério dos Direitos Humanos, mais uma: criação de protocolo específico para a proteção de pessoas vulneráveis vítimas de desintrusão rural: atendimento imediato, acompanhamento psicossocial, abrigo digno, continuidade escolar, acesso prioritário a políticas públicas;

– ao Ministério dos Povos Indígenas: sugestão de retificação do Decreto 275, de 1991, conforme perícia do Incra no processo judicial. Está aqui o número do processo.

Propostas ao Congresso Nacional:

– ao Senado Federal: agilidade na tramitação do Projeto de Resolução 127, de 2023, e a criação de uma Comissão Permanente da Amazônia.

Temos vários projetos de resolução pedindo que esta Casa tenha uma Comissão da Amazônia. São muitos os problemas na Amazônia e esta Casa precisava ter um fórum de debate sobre a Amazônia.

Mais um encaminhamento de ofícios a órgãos públicos, fruto da diligência:

– aos Municípios de Alvorada D'Oeste e Jaru: a gente está pedindo aos municípios a realização de diagnóstico social das famílias afetadas, relatório psicossocial e atendimento especializado e contínuo;

– ao Governo de Rondônia: uma proposta de levantamento para a concessão de aluguel social às famílias atingidas e informações sobre o cumprimento do TAC de 2011 para a relocação da Flona do Bom Futuro;

– ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: reforço de recursos financeiros para a segurança alimentar dos municípios afetados;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ao Conselho Nacional de Justiça: solicitar reunião com o Ministro Luiz Edson Fachin, para a inclusão das demandas fundiárias da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias – nós já solicitamos audiência com o Ministro Fachin e estamos aguardando que seja, Senador Marco Rogério, no máximo, na semana que vem –, e relatórios e encaminhamento ao CNJ das recomendações técnicas a partir dessa diligência.

Encaminhamento do relatório final, aprovado hoje: nós vamos encaminhar ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério dos Povos Indígenas, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Funai, ao Incra, à Casa Civil, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, à bancada federal de Rondônia, aos Deputados Estaduais de Rondônia, ao Ministro relator da ADPF 709 no STF, ao Presidente do CNJ, à Comissão Nacional de Soluções Fundiárias do CNJ, à Defensoria Pública da União, ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao Governo do Estado de Rondônia, à OAB de Rondônia, ao Ministério Público Federal em Rondônia, à Assembleia Legislativa de Rondônia e às Prefeituras de Alvorada D'Oeste e de Jaru.

Esse é o relatório, e esses são os encaminhamentos da diligência.

Em discussão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Para discutir.

Sra. Presidente, Senadora Damares Alves, primeiro eu quero cumprimentar V. Exa. pela sensibilidade, pelo cuidado, pela diligência. V. Exa., quando eu trouxe esse tema ao plenário da Comissão de Direitos Humanos, desde o primeiro momento, se sensibilizou, se colocou à disposição e coordenou essa diligência lá nos Municípios de Alvorada e de Jaru.

E, hoje, Sra. Presidente, quando V. Exa. traz o relatório da diligência no Estado de Rondônia, nós temos aqui no plenário, acompanhando a diligência junto conosco, duas lideranças que V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. encontrou lá no PA D'Jaru-Uaru. Estão aqui os líderes Leomar Wandel da Silva e Elias Soares dos Santos, os dois acompanhando pessoalmente a leitura do relatório, Sra. Presidente. E damos boas-vindas aos nossos convidados para esta audiência.

Eu queria sugerir a V. Exa. – no relatório apresentado, foi sugerida uma série de providências, pedidos de informações, recomendações –, se V. Exa. me permitir fazer um adendo, uma proposta de adição ao texto, que já é rico e farto, que também fosse encaminhado o expediente desta Comissão de Direitos Humanos ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Porque nós estamos diante de uma situação que se mostra urgente, em razão de uma ADPF que partiu do Supremo Tribunal Federal e que, antes de esgotar os recursos que questionam essa questão, do ponto de vista técnico, dá uma ordem para que se proceda com a desintrusão dessas áreas. Para mim, um erro histórico.

Nesse caso, para que a gente evite de, de repente, ter uma situação de uma decisão, nos próximos dias, suspendendo as medidas cautelares que foram dadas lá para poder parar com a desocupação das áreas – para que isso não aconteça –, façamos um expediente ao Supremo Tribunal Federal pedindo ao Presidente do Supremo Tribunal Federal que encaminhe à Comissão de Soluções de conflitos fundiários do CNJ essa questão envolvendo a cidade de Alvorada D'Oeste e também o PA D'Jaru-Uaru, que está ali. As duas áreas são impactadas por essa área indígena da comunidade uru-eu-wau-wau.

Eu acho que esse encaminhamento ao Presidente do Supremo Tribunal Federal nos daria a possibilidade de, no âmbito de um órgão técnico, criado para mediação, fazer a tentativa de busca de entendimento para resolver essa questão.

E aqui, Senador Paim, novamente eu faço questão de registrar: nós não estamos diante de área de invasão. Nós estamos diante de uma área que foi fruto de um projeto de assentamento. Pequenos produtores rurais.

Fiz questão de ir lá, com Senadora Damares, Senador Jaime Bagattoli, Deputado Lucio Mosquini, Deputado Dr. Fernando Máximo, Deputados Estaduais, Emater, a Defensoria Pública, o Incra. São pequenos produtores rurais, e que não podem ser tratados como invasores porque, quando foram assentados pelo Incra e receberam o título definitivo da terra, não existia a área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena. A área indígena veio a existir depois, e reitero: por um erro material na fixação da linha demarcatória, está acontecendo toda essa situação.

E aí, Sra. Presidente, eu queria trazer ao conhecimento desta Comissão e pedir a V. Exa. que nós pudéssemos marcar – conforme foi acordado quando convertemos o requerimento, de minha autoria, de convocação em convite, a pedido do Senador Paim – na próxima semana essa audiência pública, porque daqui a pouco nós vamos entrar em recesso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, já está marcado para o dia 9.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dia 9?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dia 9... pela manhã? (*Pausa.*)

É, só não confirmamos ainda qual vai ser o plenário, mas é dia 9, às 10h da manhã, já estando inclusive conversado com o ministério, porque era a disponibilidade do horário em que a Ministra poderia estar, e a gente falou que faria isto – nós conversaríamos para que fosse em um horário em que ela pudesse estar presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu pediria, talvez, que fosse importante estar nesta audiência pública o Defensor Público que esteve conosco lá nas audiências públicas em Rondônia, o Dr. Sérgio.

Se o CNJ pudesse encaminhar representante do CNJ para essa área, para acompanhar também essas tratativas...

Aqui não vai ter ninguém defendendo questões ligadas à invasão, a nada disso. O ponto aqui é um ponto de discussão absolutamente técnico.

O que me preocupa, e eu já antecipo aqui, eminente Senador Paim, é porque o Incra já fez o reconhecimento desse erro histórico.

A Funai, por mais de uma vez, também oficialmente, reconheceu que houve um erro, lá atrás, quando foram fixadas essas divisas. E, depois que a Comissão de Direitos Humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começou a atuar nesse assunto, marcou a diligência e foi lá no Estado de Rondônia, a Funai teve a iniciativa... Para mim, e aí eu não quero aqui fazer nenhum juízo de valor antecipado, mas me preocupa. A Funai revisita os pareceres anteriores para mudar o seu conteúdo decisório, o que é absolutamente grave. Ela revoga a Informação Técnica nº 102 e emite uma nova orientação técnica, contrariando o órgão técnico – e eu estou aqui com o parecer.

Ela vai dizer, em sucinto, o seguinte: "Diante do exposto, não se vislumbra fundamento técnico ou jurídico que autorize qualquer modificação dos limites da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, razão pela qual esta manifestação refuta integralmente as conclusões e recomendações apresentadas na Informação Técnica nº 102", que era oficial. E, antes dessa Informação Técnica nº 102, nós tivemos outra, ainda se não estou enganado, de 1988, também na mesma direção; ou seja, é uma decisão política que está sendo tomada. E aí, me desculpe, não é uma questão técnica, isso aqui não é uma questão técnica. Porque a questão técnica é: a área indígena existe, abrigou toda a reserva do Pacaás Novos; o assentamento com os produtores rurais existe, foi feito pelo Incra, tem título definitivo e escritura pública – nós fomos lá ouvir essas famílias –; e agora a Funai vem e reescreve uma nota para poder refutar o reconhecimento de erro.

E aí eles vão acrescentar: "[...] reforçar que a alteração do Marco 26, conforme proposta na Informação Técnica nº 102, implicaria modificação de fato nos limites homologados, sob o argumento de correção técnica, o que configura reinterpretação indevida do Decreto nº 275, de 1991, e ultrapassa a competência técnica da Funai".

Veja, se há um reconhecimento de que houve erro e isso não compromete a área indígena...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, lembremos que os indígenas estavam lá apoiando os pequenos produtores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Era isso o que eu ia falar agora.

Presidente Paim, os índios são amigos dos produtores rurais, não tem guerra, não tem conflito. Os índios queriam participar da audiência pública, queriam falar na audiência pública. A entidade que representa, a entidade, a ONG que representa os indígenas, não deixou. Assim, é a coisa mais absurda do mundo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se formos lá fazer uma audiência com os índios – com os índios!... Os índios que são vizinhos da área trocam, em situações de favores, pegam emprestado, tomam emprestado. Eles vivem pacificamente, não há conflito entre produtores e indígenas. Mas um problema técnico está se transformando num castigo, numa violência, numa agressão a pequenos produtores rurais.

Então, eu queria, Sra. Presidente, finalizando aqui, agradecer ao Leomar, que está aqui, e ao Elias, que vieram de lá para participar desta audiência no dia de hoje.

O apelo que faço a V. Exa. é que faça um expediente de forma urgente dos termos desse relatório ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando que encaminhe a esse órgão do CNJ, à Comissão de Soluções de conflitos fundiários do CNJ, que é uma comissão de mediação, para que também possa intervir nessa questão.

Uma situação, que é a situação do Burareiro, lá da região do Município de Monte Negro, já foi encaminhada, inclusive, para essa comissão do CNJ. Então, seria estender essa decisão, que já se aplicou ao caso de Burareiro, também para a região de Alvorada D'Oeste e D'Jaru-Uaru, toda a região afetada por essa desintrusão. Acho que seria uma medida que poderia trazer, dentro de um ambiente mediado e negociado, uma solução definitiva para esses produtores rurais.

Mais uma vez, cumprimento V. Exa. Nós vamos continuar trabalhando para levar paz e levar tranquilidade.

Assim, me perdoem, eu estou sendo repetitivo, mas a audiência pública, Senador Paim, ouviu mulheres que são trabalhadoras do campo, mães, avós, uma senhora de mais de 80 anos, que criou filhos e netos e que foi arrancada da propriedade. Aí, você começa a perguntar para um e para outro: "Mas venha cá, qual é o tamanho da sua fazenda?". Aí um fala: "Dez alqueires; doze alqueires" – pequenas propriedades. Aí, fomos lá à propriedade – aquela imagem que apareceu ali –, queimada. A moto que ele usava para trabalhar queimaram dentro de casa – queimaram dentro de casa.

E qual foi a questão? É porque muitos desses trabalhadores rurais – pela fala ali você vê – não têm instrução e que são pessoas simples, e eles falam assim: "Não, eu estou no meu direito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho um título definitivo, eu tenho uma escritura; eu não vou sair, não". "Por quê?" "Porque eu tenho o documento da terra." O documento vale o quê?

Então, assim, nós estamos diante de uma injustiça muito grande, e, repito, não há conflito com a comunidade indígena – não há conflito com a comunidade indígena. É uma questão de um erro que precisa ser corrigido e que vai levar paz para os pequenos produtores rurais e, também, paz para a comunidade indígena. Porque, neste momento, há também uma guerra de informação, pois ficam lá duas entidades colocando medo nos índios: "Ah, porque os produtores rurais, diante dessa situação, vão se armar, e vai ter violência". Não tem violência e não houve violência. O problema dos produtores rurais não é com a comunidade indígena, porque não foi a comunidade indígena que tomou a terra deles; é o Governo brasileiro, é o Estado brasileiro que não deu validade a um título definitivo e a uma escritura pública e não reconheceu; reconheceu nos pareceres, mas não foi lá corrigir o erro na linha demarcatória.

Faço esses registros e vou participar – e já fica, aqui, o convite para os representantes lá de Rondônia, para esta audiência pública que vamos fazer no dia nove. Eu só vou pedir, depois, que façam a confirmação, porque tem passagem e tudo para eles comprarem, para estarem aqui e para participarem, com a presença de toda a bancada do Estado de Rondônia.

Mais uma vez, Sra. Presidente, minha gratidão, muito sincera, pela sensibilidade e pelo cuidado de V. Exa. com essas pessoas que estão sofrendo muito neste momento e veem, no trabalho de V. Exa. e desta Comissão, um sopro de esperança.

Muito obrigado a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Senadora Damares, é claro, eu não estive lá, mas estive aqui no dia que V. Exa., a meu pedido, transformou num convite e não numa convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre fui um homem sindicalista de diálogo, de entendimento. Até eu dizia muitas vezes, quando eu era jovem, estudante e dirigente de grêmio estudantil, que eu era um rebelde, mas depois, passando inclusive por sindicatos e no Parlamento, eu virei um conciliador. E não me arrependo – não me arrependo uma vírgula.

Eu vou falar de dois episódios rapidamente, um minuto cada um.

Houve, em um momento, numa região do Rio Grande do Sul, situação semelhante a essa. Daí, eu fui convocado, porque presidia esta Comissão, pelo próprio Governo, para ver se eu ia lá e conseguia um entendimento. Para a felicidade nossa, depois de muito diálogo com os agricultores – no caso, lá chamamos de colonos, e tenho muito orgulho, porque eu venho de uma terra de colonos, e sempre me dei muito bem com eles... Minhas férias do colégio eram na colônia, por exemplo. Conversei com ambos os lados: quilombolas e indígenas, e os agricultores. Foram idas e vindas. No fim, construímos um grande acordo. Vou sintetizar o acordo: quem quiser sair sai; quem quiser, fica. Indenizam-se os que saem, porque ambos tinham direito – ambos tinham direito. Aí, fechamos o acordo, e todo mundo feliz para sempre.

Mas vou dar um mais recente, de que a senhora participou: conflito em Viamão, lembra? Eu trago hoje uma boa notícia. O Prefeito disse: "Tem que sair todo mundo daqui, não tem jeito nenhum". Era uma propriedade em que o sindicato construiu por cessão de posse pela própria prefeitura, e depois foi ampliando para outros segmentos da área sindical. Aí, combinei com a Presidenta e ela autorizou que eu fosse lá, em nome desta Comissão, tentar um acordo, uma conciliação. Fiz o que tinha que ser feito, trouxe o relatório – que nem vocês trouxeram aqui agora – e recebi, nesse fim de semana em que eu fui ao Rio Grande do Sul, do Prefeito, que estava inflexível – acho que o peso da Comissão de Direitos Humanos ajudou –, tudo resolvido: ele deu título definitivo às entidades que estão lá naquele pedaço de terra, com instalações prontas, atendendo a população há muito tempo, e atendendo a todos.

É por isso, Presidenta, a minha fala aqui com esses dois exemplos. Eu vou torcer muito pela conciliação, pelo diálogo e pelo entendimento. É o melhor caminho, né? Com isso, todos ganham e ninguém perde.

Era esse depoimento só que eu queria fazer, mediante o que eu vi aqui no vídeo e o depoimento que o senhor nos deu e a Presidenta também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Paim, obrigada pela colaboração.

O senhor precisava ver as imagens dos bastidores dessa diligência. Elas foram de cortar o coração – de cortar o coração. É que não dá tempo de a gente mostrar tudo.

Mas teve as imagens boas e engraçadas também. Sabe como é que foi o nosso almoço? O Marcos Rogério dirigindo com uma mão e a gente comendo um pedaço de carne com a outra. Foi esse o almoço dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Foi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E ele dirige caminhonete daquelas... sabe, de emoções?

A gente quer agradecer ao Senado Federal...

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, vocês não têm ideia do que foi; foram grandes emoções. E eu, em pós-cirurgia... Assim, queria agradecer ao Senado pela logística. O avião teve que descer no meio de fazenda, e da fazenda a gente andar mais 50 minutos de caminhonete em estradas muito difíceis. A vida deles não é fácil! Eu não estou falando de áreas milionárias, não, mas de áreas muito simples.

E a gente foi a essa diligência porque ela é atípica; esse problema é atípico. Não são invasores que estão causando problema, são dois órgãos do Estado que não se falam. Este é um típico problema criado pelo Estado.

O Incra diz uma coisa, a Funai diz outra. Então, que os órgãos se resolvam. Mas, enquanto os órgãos se resolvem no âmbito judicial, a dignidade da pessoa humana tem que ser mantida.

Mulheres com mão calejada chegavam para mim e diziam assim: "Senadora, a minha mão é de criminosa?". Aquilo corta o coração.

Eu quero cumprimentar Sr. Elias Soares dos Santos e Sr. Leomar Wandel, que estão aqui, que me receberam com tanto carinho. Mas, do mesmo jeito que eles me receberam, me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abraçando, os indígenas também, que estavam escondidinhos lá, me abraçavam. Só não podiam falar porque eles estavam com medo de a Funai ficar brava de eles falarem na audiência.

Mas, assim, são dois distritos... Na segunda audiência, um distrito parou o comércio para todo mundo desse distrito vir para esse, para dar apoio aos moradores.

Então, foi, assim, um dia de abrir coração, de ler documentos, a Defensoria Pública estava muito preocupada com tudo. E eu acho que hoje a gente cumpre a missão. Eu fui para a garantia do direito dos povos indígenas, que é a missão desta Comissão, mas é sobre a garantia da dignidade humana de todos os moradores, e para entender por que dois órgãos federais não se entendem – e quem está pagando o preço são os moradores.

Então, eu acho que a gente deu por cumprida, e eu acato a sua sugestão. Já vamos acrescentar, no relatório, a sugestão do Senador Marcos Rogério.

E, agora, mando um abraço – tem muita gente assistindo ao vivo agora – a toda a comunidade. Obrigada pelo carinho. Mas, da próxima vez, eu quero comer com vocês, sentar – né, Marcos Rogério? – e comer.

Não tendo mais ninguém que queira discutir, em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Uma vez aprovado o relatório, ele gera inúmeros requerimentos que eu li aqui. Então, eu vou colocar em bloco os requerimentos que foram gerados a partir da aprovação do relatório.

Solicito a inclusão extrapauta dos Requerimentos 136 a 142.

Em votação a inclusão extrapauta dos requerimentos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à votação dos requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 136, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança de Clima, Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações sobre atividades conduzidas na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 137, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Enrique Ricardo Lewandowski, informações sobre operações de desintrusão em áreas rurais.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 138, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, informações e remessa de documentos sobre a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a proteção social das famílias afetadas pelas operações de desintrusão que estão ocorrendo nos Projetos Fundiário Jaru/ Ouro Preto em Alvorada D'Oeste e de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, no Município de Jaru.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 140, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações sobre a proteção social das famílias afetadas pelas operações de desintrusão que estão ocorrendo nos Projetos Fundiários Jaru/Ouro Preto em Alvorada D'Oeste e de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, Município de Jaru.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 141, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, informações sobre o Programa "Minha Casa, Minha Vida" na região do Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, no Projeto Fundiário Jaru/Ouro Preto, em Alvorada D'Oeste, bem como no Projeto de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, município de Jaru.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

Em votação os requerimentos...

Tem mais um?

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 142, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Luiz Paulo Teixeira Ferreira, informações sobre as comunidades do Projeto Fundiário Jaru/ Ouro Preto, em Alvorada D'Oeste, e no Projeto de Assentamento D'Jaru-Uaru, no distrito de Jaru-Uaru, município de Jaru, região de Alvorada D'Oeste e Jaru-Uaru, em Rondônia.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros.

O projeto é como a gente está falando aqui nos demais requerimentos.

Em votação os requerimentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu indago se o pedido que fiz de inclusão...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai ser ofício, encaminhamento por ofício ou requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, é ofício? O.k., perfeitamente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, Senador, a gente vai encaminhar já hoje, conforme o seu pedido, mas, como a gente está pedindo audiência com ele, nós queremos levar impresso também para ele na audiência.

Em votação os requerimentos. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos que foram colocados extrapauta.

Dados por cumpridos a diligência, os requerimentos, eu só vou colocar agora em pauta, em bloco, alguns requerimentos que já estavam pautados ontem.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3555/2023, que "altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública".

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Quer defender o requerimento, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Não, Sra. Presidente, apenas peço o apoiamento para a aprovação desse requerimento, porque são duas posições, duas demandas. Eu acho que isso ajudaria na compreensão dessas duas visões, porque um quer uma coisa, o outro quer outra. Para poder trazer luz, compreensão e entendimento, estou propondo audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Marcos Rogério.

Senador, obrigada.

Aos nossos visitantes, obrigada. Foi uma honra recebê-los aqui. Vocês ficam muito bonitos de terno e gravata, viu? E estão com o rosto melhor, porque eu vi muitas lágrimas naquele dia da reunião. Muito obrigada por estarem conosco nesta Comissão.

Na próxima semana, teremos a nossa audiência pública requerida com a presença da Ministra, da Funai, da Defensoria Pública. A gente está convidando a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, as autoridades locais, a bancada de Rondônia para também estarem presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por estarem conosco.

Informo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou a avaliação de política pública do Programa Nacional de Direitos Humanos, nos termos do Requerimento 4, de 2025, de autoria do Senador Mecias de Jesus. O relatório final já está disponível no portal da Comissão para manifestação dos Senadores membros e constará da pauta da próxima reunião deliberativa para discussão e aprovação.

Sendo assim, na próxima sessão, nós vamos ler o relatório final da Subcomissão de Haia e vamos colocar em deliberação; e vamos ler o relatório de avaliação da política pública, o PNDH-3, que já está publicado a partir de agora. Então, teremos dois relatórios para deliberar na semana que vem.

Eu vou pedir permissão para a gente também fazer – tem algum expediente urgente ou não? – a leitura dos expedientes na semana que vem. Podemos até começar a reunião às 10h30 para a leitura de relatórios e expediente, e, na sequência, a deliberativa, se a Secretaria der conta depois da correria que vai ser terça-feira, o.k.?

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 85ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Plínio Valério, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 42/2025 - CDH, de autoria Senador Weverton (PDT/MA), Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 65/2025 - CDH, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PDL 723/2019, de autoria Senador Jorginho Mello (PL/SC). Finalidade: "Discutir o PDL 723/2019, que "Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina". Participantes: Vilson Marcos Testa, Engenheiro Agrônomo; Roberto Carlos Cardoso da Silva, Empreendedor; Marcos Kaingang, Secretário Nacional de Direitos Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas – MPI; e Nevio Antonio Mortari, Ex-prefeito de Paial – SC. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/04

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 85ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de dezembro de 2025.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 42, de autoria do Senador Weverton, subscrito pelo Senador Paulo Paim, e do Requerimento nº 65, de 2025, da CDH, de minha autoria, subscrito pela Senadora Damares Alves, para discutir o PDL 723, de 2019, que autoriza, nos termos dos arts. 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidrelétrico do Rio Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores aqui nesta audiência pública.

Participarão presencialmente, e vou convidando para tomar assento aqui na mesa: o Sr. Marcos Kaingang, que é Secretário Nacional de Direitos Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas, seja bem-vindo, obrigado pela sua presença; convido também o Sr. Vilson Marcos Testa, que é Engenheiro Agrônomo, bem-vindo; convido também o Sr. Nevio Antonio Mortari, que é ex-Prefeito da cidade de Paial, em Santa Catarina; convido também o Sr. Roberto Carlos Cardoso da Silva, que é empreendedor, bem-vindo, obrigado pela presença do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico também às senhoras e aos senhores que o Cacique da Aldeia Toldo Chimbangue estaria presente conosco. Infelizmente, ele perdeu o voo. Estava tentando, ainda está tentando entrar por videoconferência, mas, de todo jeito, ele nos mandou um áudio para suas manifestações sobre a nossa audiência pública.

Nós também tínhamos outros convidados que ou não se manifestaram ou não tiveram o interesse de participar desta audiência, que é a Sra. Lucia Alberta, que é Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai; a Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, que é Diretora Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento; e também o Sr. Fábio Tomáz Ferreira da Silva, que é Coordenador-Geral das Mesas de Diálogo da Secretaria-Geral da Presidência da República, que nos informou que não poderia participar desta audiência.

Qual é o objetivo aqui, para aqueles que estão nos acompanhando pela Rádio Senado, pelo YouTube ou pela TV Senado? Nós temos um rio chamado Rio Irani, lá no oeste de Santa Catarina, e já há praticamente duas décadas se discute a utilização de parte desse rio para fazer uma PCH, uma pequena central hidrelétrica. Qual é o objetivo? Logicamente, gerar eletricidade, através de investimento de empreendedores. E, acima de tudo, é uma área que tem bastante dificuldade de oportunidade, especialmente para o povo indígena da Toldo Chimbangue. Então, com a criação dessa hidrelétrica, com esse empreendimento, uma vez esse empreendimento implementado, além de oportunidade de renda, de trabalho e, logicamente, de geração de energia, que é uma necessidade crescente não só de Santa Catarina, mas de todo o mundo, parte dos recursos, dos lucros dessa PCH, da venda dessa energia elétrica, vai se converter para a comunidade indígena.

Eu estive pessoalmente lá, nós fizemos uma audiência, uma reunião, na verdade, com o cacique, com as pessoas da comunidade indígena, e eles aguardam, têm uma ansiedade e uma expectativa da criação dessa hidrelétrica há muitos anos. Para que vocês tenham ideia, a primeira discussão sobre a criação dessa central hidrelétrica é lá do tempo do ex-Governador e também ex-Senador Luiz Henrique da Silveira. Nós estamos falando de muitos anos em que isso fica em discussão, passa de um Relator para outro, aí tem desistência, aí o assunto trava no Senado. Lembro vocês que os impactos ambientais da criação dessa pequena central hidrelétrica já foram mensurados, já existem estudos, existem também estudos do desenvolvimento, tudo que vai ocorrer ali, naquela região, se nós conseguirmos implementar essa PCH, mas nós vamos discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Demos aí a ampla publicidade, inclusive para os Senadores. Os próprios Senadores que pediram esta audiência pública, infelizmente, não puderam comparecer, nem mandaram nenhum tipo de relatório nem representantes, mas não tem problema. O importante sempre é que nós, através desta nossa reunião, desta nossa audiência pública, possamos esgotar questionamentos, dúvidas, questões referentes à implementação, ao povo indígena que ali vive e que espera por esse empreendimento há muitos anos, ouvir também o Sr. Marcos Kaingang, que representa os povos indígenas.

Enfim, vamos aqui buscar esgotar, e também vocês que estão participando, nos acompanhando aí por rádio ou TV, podem mandar suas dúvidas. Nós já temos aqui alguns questionamentos que, ao longo da nossa audiência, nós vamos ler e responder à sociedade.

Mais uma vez, eu quero agradecer ao Sr. Marcos Kaingang pela participação e eu passo a palavra para o senhor por dez minutos para a sua apresentação.

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Perfeito.

Mais uma vez, agradeço, Senador, o espaço, a oportunidade aqui da Comissão. Também, na pessoa d Senador Jorge Seif, cumprimento os demais membros aqui também do Estado de Santa Catarina, aqui nossos engenheiros, nossos ex-membros – estava conversando com eles aqui –, também membros do Governo do Estado em outros momentos.

Mas, enfim, venho representando o Ministério dos Povos Indígenas aqui. Queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade. Vou tentar ser bem objetivo, Senador, porque alguns pontos aqui eu acho que é importante destacar cabem também mais à Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), mas temos esse aspecto aqui de ser propositivo e também levantar alguns aspectos aqui em relação ao ponto, em relação à própria proposta legislativa aqui.

Destaco, já de imediato, Senador, alguns dos primeiros pontos que eu acho que não é um papel nosso, do Ministério dos Povos Indígenas, só nos colocarmos contra o empreendimento, qualquer ação, qualquer medida proposta para esta Casa.

Em relação à própria proposta da PCH ali, na terra indígena, nós destacamos basicamente dois pontos ali, Senador, nesse específico caso ali. Um principal deles é, para nós, Ministério dos Povos Indígenas, algo que a gente sempre destaca e pontua, que é a consulta livre, prévia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informada aos povos indígenas – o próprio Senador já trouxe um ponto sobre o qual já iniciaram conversa com a própria comunidade, com as lideranças também. Esse primeiro ponto é um aspecto importantíssimo para nós, até porque a legislação, também o próprio Supremo vêm avançando nessa direção também de que qualquer empreendimento ou ação administrativa, legislativa que venha a ter um impacto sobre as comunidades indígenas tem que ter uma consulta prévia, livre e informada a esses povos, dentro de um modelo de uma metodologia de escuta qualificada, que caracterize, de fato, uma consulta livre, prévia e informada. Então, esse primeiro aspecto seria crucial para nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, e o que a legislação, a 169, já preconiza como requisito nesses empreendimentos que venham a ter impacto em terras indígenas, até para que ali se construa, de fato, um mecanismo de direcionamento até da participação indígena, quais vão ser os benefícios para a comunidade, também nessa direção. Então, por isso que eu acho que, nesse sentido, não é só se colocar contra, mas num modelo que garanta um mínimo de garantias ali para a comunidade indígena. Esse é o principal aspecto que nós, enquanto ministério, destacamos também.

Outro aspecto também que eu acho que é importante, Senador e a Casa, levar e para o qual se atentar também é que há um impacto ambiental também, e, daí, acho que o colega aqui vai trazer alguns aspectos com mais qualificação do que eu mesmo inclusive, e, aí, a Funai poderia aprofundar um pouquinho melhor nessa direção, mas eu posso antecipar algumas questões. É, de fato, ter todo esse estudo de impacto ambiental na região, na comunidade, o que isso vai impactar, de fato, até porque isso vai dar algumas balizas de qual vai ser o impacto na terra indígena e qual vai ser, de fato, o que a comunidade vai ter como aspecto de reparação ou de contribuição a esse impacto ambiental ali. Mesmo que tenha um impacto ambiental, a gente precisa mitigar isso, em alguma medida, para a comunidade indígena. Mesmo trazendo os benefícios, tem o impacto. Então, esse é um segundo aspecto, no qual a Funai poderia se aprofundar um pouquinho melhor. Aqui não vou... Eu acho que cabe num outro momento – não é, Senador? – ou até eles mandarem alguma contribuição escrita, também em termos de relatório...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS KAINGANG – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse seria um segundo aspecto.

Então, para nós, assim, não é só ser contra, mas é sempre frisar algumas garantias essenciais nesse processo aqui também, para a gente se colocar à inteira disposição, enquanto ministério, enquanto Funai, porque, dentro da Funai, tem toda uma coordenação de licenciamento ambiental também, ali, tem todo o aspecto também, uma outra atuação, do Ibama, nesse outro eixo também... Então, são aspectos que se complementam, em alguma medida maior ou menor, mas tem uma área bem específica, que poderia nos dar um olhar mais atento quanto a isso. Mas eu vou também escutar o colega aqui que vai trazer alguns aspectos ali.

Então, Senador, eu acho que seriam esses dois aspectos do ponto de vista para nós também, e outro aspecto só é isso, Senador, a gente se atenta a essas garantias, mas, como a própria Constituição prevê que é de atribuição desta Casa qualquer exploração de recursos hídricos, qualquer exploração de recursos minerais em terras indígenas, é prerrogativa desta Casa autorizar ou não, e mediante a comprovação das garantias também de atender aos direitos dos povos indígenas, entre eles, a Convenção 169 e toda a parte do impacto ambiental na terra indígena comprovadamente de que isso não vai descaracterizar os seus modos de vida, cultura, etc. também. Então, seriam esses três aspectos, Senador, para ser bem objetivo, inicialmente, também até para ouvir os demais colegas, para não me aprofundar muito num primeiro momento.

Eu acho que o aspecto aqui que mais pesa, de fato, seria o que a Funai poderia nos trazer aqui, num primeiro momento, do impacto ambiental também, para nós escutarmos, mas nós, enquanto ministério, eu, na primeira posição aqui, inicial, colocaria tanto a Convenção 169 como a garantia necessária para esse avanço, toda a participação da Funai e, obviamente, a discussão e a nossa contribuição, no que a gente puder ajudar, Senador, também, na proposta que esta Casa venha a construir e elaborar também na comunidade indígena, sempre zelando pela escuta dos povos indígenas, necessariamente. Por mais que a comunidade indígena queira, eu aprendi uma coisa no Executivo, mesmo sendo indígena, que nós temos uma legislação, que a gente tem que zelar por ela também. E, entre elas, a 169, para nós, é crucial nesse processo, Senador.

É isso, inicialmente, tá? Eu me coloco à disposição, mais uma vez, enquanto ministério, aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Marcos Kaingang, muito obrigado por sua participação. E eu já aproveito para dizer ao senhor, e a todos os que estão nos acompanhando, que esse já é um assunto bastante maduro, isso já passou na mão, pelo menos, de cinco a oito Senadores, foi amplamente discutido com a sociedade, com a comunidade indígena. Nós temos muitos desafios ainda para implementar essa PCH. Nós sabemos que licenciamento no Brasil é quase impossível, especialmente devido aos estudos de impacto ambiental de uma hidrelétrica que são consideradas de médio a grande impacto, mas é importante.

Como eu estive lá, e eu falo com propriedade, a comunidade anseia por oportunidade, anseia por desenvolvimento, logicamente observando a legislação; logicamente com o compromisso dos empreendedores, que eles precisam fazer parte do empreendimento, eles precisam trabalhar no empreendimento, eles precisam ter retorno na comunidade indígena.

Nós sabemos que, de uma forma geral, Sr. Marcos Kaingang, os indígenas brasileiros – se você comparar faixa salarial, qualidade de vida, estilo de vida – infelizmente estão numa faixa de pobreza, e às vezes de extrema pobreza. E existe, eu até costumo fazer uma analogia, existe um hino de carnaval, marcha de carnaval, que diz que o índio quer apito. E eu costumo dizer que não, não quer mais apito, ele quer oportunidade, ele quer trabalho, ele quer desenvolvimento, ele quer escola, ele quer caminhonete, ele quer agronegócio, ele quer escola, ele quer ensino, ele quer cultura, ele quer crescer. E isso tudo depende também de empreendimentos, seja um empreendimento no agronegócio, seja uma PCH.

E é importantíssima a participação do senhor, porque eu entendo que os três aspectos que o senhor aborda, e que são importantíssimos e relevantes, e vai ser comprovado isso, logicamente, mas eles estão contemplados, ou seja, a consulta pública, o impacto ambiental, a maturidade do projeto, como é que o empreendedor, daqui a pouco, na sua exposição, vai dizer como que a comunidade vai ser, de alguma forma, beneficiada e crescer, se desenvolver através desse empreendimento.

Então, fico feliz com a exposição do senhor. As preocupações que o senhor nos apresenta, eu entendo que serão amplamente aqui discutidas, esclarecidas, até porque é um projeto em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente está mergulhado para ajudar a contribuir para o desenvolvimento da comunidade Toldo Ximbanque.

Muito obrigado.

Quero passar a palavra agora para o Sr. Vilson Marcos Testa, que é engenheiro agrônomo.

O senhor tem dez minutos iniciais para a sua exposição.

Obrigado pela presença, mais uma vez.

O SR. VILSON MARCOS TESTA (Para expor.) – Bom dia a todos. Queria agradecer esta oportunidade de fazer uma manifestação. Quero agradecer, em particular, ao Senador Seif e aos demais Senadores, ao Weverton, à Senadora Damares. É um prazer rever o Marcos aqui, representando os povos indígenas. Se eu falar alguma besteira, tome toda a liberdade de me corrigir aqui.

Eu gostaria de começar falando um pouco das motivações dessa proposta, desse projeto. Para isso, eu preciso falar que essas aldeias do Sul, de um modo geral, já são um pouco mais aculturadas do que de outras regiões do país. Particularmente essa aí foi reconstituída em cima de uma área colonizada e por muitos anos explorada pela agricultura familiar. Basta ver que a vegetação toda lá é secundária e tem apenas umas áreas de preservação permanente, que têm mata nativa virgem.

Então, a gente tomou essa iniciativa porque essa integração toda se manifesta em várias frentes na cidade de Chapecó. Por exemplo, muitos indígenas trabalham nos frigoríficos, são integrados, têm bolsa de estudo, a partir do frigorífico Aurora. Tem faculdade, na Unoesc, voltada para os interesses e a proposta educacional dos indígenas, além de escola primária e secundária lá na aldeia. Estou falando de nível superior. Quando nós fizemos uma série de estudos, tinham 32 pessoas de nível superior, enfermeiro, engenheiro agrônomo, de várias formações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Indígenas?

O SR. VILSON MARCOS TESTA – Indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O engenheiro agrônomo, inclusive, é funcionário da Prefeitura de Chapecó. O senhor deve até conhecer.

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone*.) – Se bobear, acho que sim.

O SR. VILSON MARCOS TESTA – Isso.

Tem muitos técnicos agrícolas, tem muita gente que trabalha como motorista de caminhão para a Aurora e assim por diante. Então, é um pessoal bastante integrado à vida pública não indígena, vamos chamar assim.

A origem desse pessoal que constituiu a população dessa aldeia... Boa parte deles era desaldeada e alguns, que vieram de outras aldeias migraram – por interesse, parentesco, enfim, por uma série de interesses pessoais –, para reconstituir, para formar aquela população na reconstituição desse ambiente.

Depois eu gostaria que vocês verificassem – tem um vídeo aí – que, na verdade, existe um grau de urbanização dentro da aldeia, no núcleo habitacional, muito avançado já hoje. Eles têm muitos professores, enfermeiros, tem um quadro bastante esclarecido.

Quando nós optamos, então, por tentar fazer esse estudo, a gente chamou a Funai e chamamos a comunidade. Ela destacou 12 líderes para irem à primeira reunião, na Presidência da Funai, e a nossa tentativa de convite para manifestar interesse em desenvolver.

Nessa comunidade, eu me lembro bem de que eles colocaram jovens, pessoas instruídas e idosas, ou seja, fizeram uma belíssima amostra das pessoas que representariam essa comunidade.

Uma das coisas que a gente consensuou, nesse primeiro dia, foi isto que o senhor falou: a oitiva do art. 69 – se não me engano – da OIT, de que o Brasil é signatário. Também foi consensuado por eles que nós deixássemos, no desenho da hidrelétrica, um trecho do rio em estado natural, para que eles pudessem ter um espaço para as futuras gerações conhecerem o que é um rio em estado natural; para eles poderem praticar a pesca, porque é uma região lá muito interessante para isso; e, também, porque naquele trecho tinha muitas plantas de interesse medicinal e cultural deles – nas bordas. Então, isso foi destacado como um elemento importante por eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria destacar também duas coisas de sentimentos aqui. Os mais idosos vinham – isso já em outras reuniões também – de conflitos de outras aldeias, sempre na penúria e tendo que fugir muitas vezes de uma aldeia para outra, e, também, por conflitos internos, o que não é da minha conta. E os jovens, já mais integrados à vida pública, começaram a perceber: "Bom, nós ficamos com uma oportunidade importante de a gente fazer uma decisão nossa sobre o uso do nosso recurso natural, nosso território, que pode gerar recursos para nós e uma contribuição nossa para o desenvolvimento regional". Os mais idosos destacavam isso e que era um orgulho para eles poderem dizer o seguinte: "Olha, agora o nosso recurso, o nosso território, que foi recuperado, vai dar uma contribuição para o desenvolvimento regional". É um sentimento que os mais idosos sempre lembraram muito bem.

Então, esse é o quadro de fundo e também é o seguinte: é um investimento de longuíssimo prazo, é perpétuo, na verdade, com a hidrelétrica e o brinco que dura mais do que o Coliseu romano. Vocês vão ver daqui a 2 mil anos em Itaipu. Eu vou reencarnar aqui para ver. E assim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se Jesus não voltar até lá. (*Risos.*)

O SR. VILSON MARCOS TESTA – Tudo bem, eu respeito a hierarquia superior; mas, enfim, eu gostaria de participar para ver isso.

E, outra coisa, nós temos uma série de compensações consensuais – eu vou expor algumas aqui – e tem todo um histórico que foi construído de consulta com orientação de antropólogos da Universidade Federal do Paraná. O Cid Fernandes você conhece, né?

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone.*) – Sim, sim.

O SR. VILSON MARCOS TESTA – O Professor e toda a equipe de geografia da Unoesc, que tem o curso que os indígenas frequentam; e hoje já ministram aula lá.

Então, todas as pesquisas de consulta, tanto ambientais quanto sociais e da avaliação e das aspirações deles, foram dirigidas por alunos da Unochapecó, da comunidade, que falam a língua dos habitantes; e até teve gente que denunciou e disse que nós estávamos comprando os indígenas, para conquistar o apoio. E daí a gente explicou que, não, é uma orientação dos antropólogos e que, como ele fala a língua, entende os costumes, mora lá e estudou, ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de compreender melhor o que o entrevistado quer transmitir e como ele quer avaliar cada pergunta que lhe é feita. E todo o conjunto de perguntas da enquete foi discutido, então, com esses antropólogos, com esses alunos e com os mais experientes também da comunidade.

Então, tudo que nós temos foi feito em 2010 e já é ultrapassado; tem que se fazer de novo, tanto na área ambiental convencional quanto na área etnográfica – levantamento ético.

Então, é o seguinte: na época... Nós temos aqui todo o estudo, que eu gostaria que publicassem, se for possível – este aqui. Aqui, eu botei um pequeno registro, tem um histórico – depois, vocês podem consultar aí. Eu vou passar brevemente esse histórico aqui, porque tem assuntos aqui mais interessantes.

Do ponto de vista técnico da engenharia, é uma PCH convencional. Ela só é em pé de barramento, aquele...

É a primeira lá em cima. Isso! A figura do meio lá no alto.

É um barramento só, atravessado no rio. Não tem canal, não tem túnel, não tem outros elementos de engenharia que causam impactos maiores, do ponto de vista ambiental. Ela é bem compacta e, no mais, é uma usina normal, como qualquer outra.

Ela tem 15MW de potência e 8MW de garantia física, que é como se chama, na área de engenharia, o que realmente pode ser vendido e gera receita. É um investimento de R$180 milhões aproximadamente, em valores atuais, e gera aproximadamente 1,5 mil empregos em toda a cadeia de suprimentos, durante esse período de dois anos, por aí; mais 180 diretos na obra, dentro da aldeia, quando fizerem a implantação da obra – boa parte dos empregos é gerado fora da obra –; equipamentos; e assim por diante.

Nesses estudos que nós fizemos, nós temos um compromisso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VILSON MARCOS TESTA – ... de que a comunidade tenha 3% da participação dos resultados. Nós acordamos em construir uma casa de cultura para eles de 150m², que eles usariam para três finalidades, segundo eles: artesanato, cultura e venda de produtos de interesse da aldeia, que fica numa rodovia que tem muito trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos o compromisso de plantio de alguns milhares de mudas de espécies permanentes, em que não se usem pesticidas e de baixa demanda de tratos culturais. É, por exemplo, produção de jabuticaba, nogueira pecã e assim por diante. São permanentes, não dão muitos tratos culturais, muitas exigências, e isso facilita, então, o uso deles.

E também pediram, obviamente, lenha e madeira; prioridade para eles na hora da supressão; acesso prioritário para pesca, lazer e esporte, porque é uma área turística perto de Chapecó. É o maior lago próximo de Chapecó.

Então, basicamente é isso, em linhas gerais. E eu deixaria, então, a vocês que, caso surjam perguntas, a gente possa esclarecê-las. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Vilson, muito obrigado.

O senhor comentou que os estudos precisam ser renovados, mas, por conta de atualização monetária, etc., etc. Nós sabemos que o tempo passou para vocês verem por quanto tempo nós, Governo do estado e Senadores catarinenses, já temos lutado pela implementação desse importante equipamento.

Eu agradeço ao senhor pelas exposições.

Eu vou convidar, agora, o Sr. Nevio Antonio de Mortari, ex-Prefeito da cidade de Paial, que o Rio Irani também cruza. Esteve, ao longo dos anos, também, muito envolvido, interessado na aprovação desse projeto, e veio aqui fazer as suas contribuições.

Sr. Nevio, o senhor tem dez minutos para a sua exposição inicial.

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI (Para expor.) – Muito bem.

Saúdo aqui o Senador, o Marcos, o Cardoso, enfim, todos os componentes da mesa e todas as pessoas que estão aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, Marcos, eu sou detentor de seis mandatos políticos em dois municípios. Eu fui Vereador e Vice-Prefeito em Itá, quando Itá era município-mãe que fazia divisa com Chapecó na área indígena.

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone*.) – Você encarnou e reencarnou...

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Isso.

Acompanhei todo o processo, de diversas lutas, desde quando foi denominada a área indígena lá, eu acompanhei tudo isso, por ter sido, lá na região, gerente da Cooperalfa, por anos, e depois Paial se desmembrou de Itá e Seara, e eu vim a ser o primeiro Prefeito, em 1996 eleito e assumi em 1997, por dois mandatos, até 2005. Depois, fiquei 12 anos fora e voltei, mais dois mandatos de Prefeito e encerrei, agora, dia 1º de janeiro de 2025, entregando a chave ao outro Prefeito lá.

Então, eu acompanhei todas essas batalhas, essa luta, desde a conquista, na época, da área indígena, dos acessos... Na época, era só por balsa, era um sofrimento, chovia, inundava, às vezes com problemas de doenças graves, e os doentes tinham que fazer uma volta, se chovia, por três vezes mais do que a quilometragem que tinha nesse acesso, atolando carro, caminhão, porque só tinha uma balsa para fazer uma travessia ali. Então, eu acompanhei tudo isso – tudo –, desde 1977. Eu conheço aquela área palmo a palmo, tudo, dos dois lados – tudinho, tudinho, tudinho, começo, meio e fim. Conheço todas as PCHs construídas, desde a nascente do Rio Irani até aí, e participei de todas as lutas da construção da Usina Hidrelétrica de Itá, que é uma usina de 1.260 megas, e da Usina Hidrelétrica da Foz de Chapecó, todas. A gente participou como... Na época eu era Vice-Prefeito em Itá e depois como Prefeito de Paial.

Então, eu conheço essa região, como eu falei, desde 1977. Ali onde vai ser construída essa pequena PCH, o impacto, tanto de famílias como ambiental, é praticamente zero, Marcos – praticamente zero. Algumas, sim, é que não deveriam ter sido construídas, mas, ali, o impacto é praticamente zero. Por quê? É um canal, assim, olhe, para quem não conhece, do lado... Não vou dizer nem matos. Claro, são árvores nativas, mas de pequeno porte. Por quê? Porque elas não conseguiram se desenvolver pela própria natureza de que a terra é perau ou pedra, então o impacto que eu vejo ali é praticamente zero. Mas existem os estudos e os trâmites legais, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nisso eu não vou falar, porque eu só vim aqui para dizer que eu conheço a área, que eu sei que o impacto não vai ser, mas os benefícios vão ser grandes.

Além de tudo isso que vocês falaram aqui, nós temos um estudo já em análise da água do Rio Irani. Ela é 100% – 100%, provada – para a construção de tanques-rede de peixe, entende? Então, esse é um projeto que também pode ser utilizado lá pela área indígena, né?

E aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Neves, o senhor se refere à utilização também...

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Do lago.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para a aquicultura?

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Aquicultura.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso eu tenho bastante experiência.

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fui Ministro da Pesca do Presidente Bolsonaro, e nós licenciamos áreas em todo o Brasil, especialmente no uso das hidrelétricas, né?

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Porque a parte mais cara de qualquer empreendimento, no agronegócio, na piscicultura, são os terrenos...

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... a área, terra.

Nesse caso, o Governo Federal – no caso, o Ministério da Pesca – cede pedaços geolocalizados dentro das hidrelétricas, cede isso às vezes de forma onerosa ou não onerosa, dependendo se é um pequeno produtor ou se é uma empresa. Então, cede isso para o produtor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que coloca ali seus tanques-rede e passa a produzir alguma espécie que seja permitida naquele ambiente aquático, normalmente é tilápia, enfim, mas a que hoje tem melhor interesse econômico é a tilápia. Então, prossiga, por gentileza.

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Isso, obrigado. Então, assim, essa construção dessa pequena PCH, além dos *campings* que podem ser explorados como turismo na região, ali do lago depois, ela só vai trazer benefício para região, gerar emprego, divisas.

Eu sou muito amigo do cacique, fui amigo de todos os caciques desde 1977, desde quando se iniciou a luta lá pela Barragem do Antônio, agora do Idalino, a gente sempre teve um bom entendimento com eles por eu ser Prefeito do município vizinho da área indígena. E a gente vê a ansiedade deles também. De fato, esse projeto, que se iniciou lá na época do Luiz Henrique da Silveira, e eu acompanhei essa luta aqui em Brasília, uma vez ele chegou até o Senado, na Secretaria, para ser aprovado. Mas depois mudou, houve mudança de Governo e parou e voltou. Então, ele já estava ali, Senador, na época do Luiz Henrique da Silveira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Isso, já estava ali, já estava na boca ali para fazer. E agora se inicia de novo mais uma batalha, mais uma luta. Mas eu digo aqui a todos vocês que eu até fazia questão se alguém de vocês pudesse ir até lá fazer a visita, como o Senador foi, para vocês verem que isso que a gente está falando aqui, de fato, é realidade. O impacto é praticamente zero pelo benefício que vai trazer para a área indígena, lá pelo Toldo Chimbangue, para eles desenvolverem os seus projetos lá, que estão em situações difíceis, e isso o cacique disse para mim hoje de manhã, que eles precisam, de fato... Eu tenho lá no meu município, na minha época em que eu era Prefeito, diversos índios que foram concursados na prefeitura, motorista e operador de máquinas. Então, a gente sempre teve um bom entendimento.

Essa é a minha... Eu me coloco aqui como conhecedor daquela área, e acompanhei todas as batalhas deles. A última que nós tivemos lá foi do acesso de asfalto, que a gente teve até o Município de Paial, que passou, ainda tem lá uns cem metros que ficaram, que eu acho que era um compromisso com o Governo do estado, na época, e não foi cumprido, mas tudo bem. O interessante é que está lá o acesso hoje com facilidade, não tem mais a balsa, e Paial se desenvolveu bastante por causa disso, e a gente espera então ter assim, dentro da legalidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro das conformidades, Sr. Marcos e Senador, que a gente de fato tenha um parecer favorável e que esse empreendimento, de fato, saia do papel e que se conquiste esse grande empreendimento lá, que vai ser bom para todo mundo, vai ser bom para o Município de Paial, que vai se desenvolver mais ainda, vai gerar emprego, vai gerar... e também, com certeza, para todo o Chimbangue e Sede Trentin.

Então, essa é a minha colocação e eu fico à disposição para qualquer pergunta que for necessária. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Nevio. O Sr. Nevio é ex-Prefeito e conhece ali a região e participa, desde o início, lá atrás, desse projeto. Ele está falando de 1977, o ano em que eu nasci, então são 48 anos se discutindo a implantação desse empreendimento. Nós sabemos a necessidade de geração de energia cada dia mais, e é muito importante não só para a parte econômica, mas para a parte social e desenvolvimento ali da comunidade toda do Chimbangue.

Obrigado, Sr. Nevio.

Eu quero passar a palavra agora para o Sr. Roberto Carlos Cardoso da Silva, que é um empreendedor.

Até o Dr. Marcos Kaingang me perguntou quem faria esse investimento, se seria o Governo do estado. Não. Ali seria um empreendimento privado, e hoje, representando esses investidores, o Sr. Roberto Carlos vai fazer as suas contribuições.

Só queria fazer também uma observação com o Sr. Nevio: a questão do impacto ambiental, nós sabemos que tanto o IMA, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, quanto o Ibama... Se eu não me engano, é o IMA que faria esse... Como o rio é interestadual, então, seria o IMA (Instituto do Meio Ambiente).

Nós sabemos do rigor e que eles são peritos, especialistas nesse tipo de análise, e temos certeza de que também vai ser uma outra longa batalha e que isso... Nós contaremos aí com o IMA para fazer essa análise.

Sr. Roberto Carlos, a palavra está com o senhor, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA (Para expor.) – Eu cumprimento o Senador Seif. Também deixo aqui os meus cumprimentos aos Senadores Weverton e Damares.

Cumprimento Marcos Kainganga. É um prazer conhecê-lo.

Cumprimento o Vilson Testa e também o nosso ex-Prefeito de Paial Nevio Mortari e estendo os meus cumprimentos a todas as pessoas que nos assistem e que nos acompanham pessoalmente aqui na Comissão.

Este empreendimento já vem desde 2010. A gente tem trabalhado para investir, então, nesse aproveitamento hidrelétrico na PCH Aldeia.

Como o Vilson bem colocou, a gente teve, desde o início, um trabalho muito intenso, muito próximo, muito cordial e muito produtivo com a aldeia. Nós tivemos um trabalho, com eles, bastante próximo.

Hoje, o Cacique era para estar aqui. Ele acabou perdendo o voo.

Ele me mandou a passagem dele aqui, para comprovar que tinha comprado, que viria, e mandou um áudio aí também – daqui a pouco, a gente pode reproduzir –, no qual ele se manifesta.

Mas, falando do rio, contribuindo com a fala do nosso ex-Prefeito, o Rio Irani tem uma calha bastante pequena, e as margens são de uma topografia muito íngreme, o que significa que o lago é pequeno para um aproveitamento positivo. Então, o impacto ambiental de todo aquele rio é pequeno, comparado com a geração de energia possível, com aquele volume de água proporcionado pelo Rio Irani.

Naquele rio, já estão licenciados, já estão construídos diversos outros aproveitamentos hidrelétricos, como é o caso da PCH Xavantina, da PCH Alto Irani, Arvoredo e Rodeio Bonito. E tem a PCH Leão, um pouco acima da PCH Aldeia, e a PCH Aldeia fica muito próxima do nível do lago da Usina Foz do Chapecó. Então, é uma região muito propícia para geração de energia elétrica.

E nós temos como... Reforço a questão de que a gente teve sempre um trabalho bastante próximo, bastante cordial e de respeito com o pessoal da aldeia, até porque é sabido que, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há um empreendimento possível, algum anúncio de empreendimento, um projeto sendo executado de uma usina que atinge territórios indígenas, geralmente, há uma manifestação contrária e assim por diante. Então, eu quero deixar claro que a gente não tem conhecimento de nenhum movimento dos indígenas de trancar rodovia, de dificultar acesso de nossos técnicos para fazer levantamentos ambientais; muito pelo contrário, sempre estiveram favoráveis, até porque são nossos sócios, até porque eles vão ter, com a geração da energia, um ganho, uma receita anual dentre R$600 mil e R$700 mil, que a usina vai receber anualmente por conta da geração de energia desta usina, que vai ser totalmente construída com recursos privados.

Nesta proposta, nesse acordo que nós temos com a aldeia, a gente tem, então, estendido a eles, acordado com eles. Todas as audiências que foram feitas lá, Testa, foram feitas no Ministério Público Federal, na presença do juiz federal, então a gente tomou sempre um cuidado de dar muita transparência para todas as nossas ações, juntos, na nossa interação com a aldeia.

Como eu disse, também, recentemente foi feita uma avaliação integrada de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Irani, e a PCH Aldeia, a exemplo de todos os outros empreendimentos que tem lá, está contemplada. Existe uma avaliação, um estudo integrado de bacia, recente, que é através do qual – e utilizando este – que nós vamos fazer, então, agora, os outros estudos, logicamente contando aqui com a aprovação desta Casa, para que a gente continue, então, este empreendimento.

Eu quero destacar aqui, Senador Jorge Seif, a importância e o nosso contentamento, o agradecimento ao seu trabalho e à sua disposição de se deslocar ao extremo do estado para visitar a aldeia. Eu achei bastante inteligente, bastante importante, quero louvar a sua atitude de ir ver *in loco*. Hoje nós temos muita videoconferência, nós temos muita interação via redes e assim por diante, e o *tête-à-tête* tem ficado talvez um pouco para trás. Por isso, louvo a sua atitude e quero agradecer-lhe aqui por ter ido conhecer a aldeia, ver. Vamos aprovar possivelmente na Comissão, o Senado está trabalhando a aprovação desse aproveitamento da utilização das terras dos indígenas... De parte das terras, porque não é todo o lago que atinge, é uma parte pequena do lago que atinge a terra dos índios, e precisa logicamente da aprovação do Congresso por força de lei para que isso ocorra. Mas ir lá ver... Aprovar daqui talvez fosse possível, mas ir lá ver, eu quero lhe agradecer por isso e louvar a sua atitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um vídeo que eu gostaria de ver se era possível que a gente passasse. Ele mostra o momento dessa visita e também um pouco do local, da área, que a gente pode ver a calha íngreme do rio. Então, o impacto, o atingimento do lago não é muito grande. Dá para ver que não tem população.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Tem um áudio também, que ele encaminhou hoje de manhã, porque ele não conseguiu se fazer presente – dito por ele. Teve um problema lá com o povo, com uma família, eu não entendi direito, mas ele estaria aqui presente. Ele mandou um áudio, talvez a gente consiga ouvi-lo. (*Pausa.*)

Posso colocá-lo aqui no microfone, talvez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Posso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. IDALINO FERNANDES (Para expor.) – Hoje, junto com o ex-Prefeito do Paial...

Pois é, o pessoal da Comissão de Brasília... Eu tinha que estar participando de uma reunião aí, hoje, junto com o ex-Prefeito do Paial, que envolve a PCH aqui, mas, infelizmente, como a gente representa os caciques do estado, quando dá um problema, a gente tem que comparecer, né? Mas eu acredito, porque a gente nunca quis ser um empecilho contra os projetos do estado... Só que a gente sabe que, se for para sair, a gente tem que achar uma solução logo, porque é uma coisa que sempre traz alguma coisa de boa para o povo, para a comunidade... Sei que são difíceis as coisas, porque hoje uns entendem e outros não entendem. Mas acho que não temos nada contra os projetos que envolvem nossas terras indígenas, tanto que a gente apoiou na época do acesso ao Paial aqui, que atravessou por dentro da aldeia. A gente também entrou nessa discussão. A gente não tem nada contra os outros projetos, né? Só que a gente espera que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas deem certo e que os dois lados saiam bem. E acredito que vocês estão aí para achar uma saída.

Mais uma vez peço desculpas por não poder participar. Mas a gente não tem nada – contanto que as reivindicações sejam priorizadas... Acho que não há porque nós...

Porque hoje quem pensar que a nossa realidade é fácil... Hoje nós dependemos de muita ajuda do próprio Governo, porque hoje nós não temos acesso a nada. Nós queremos produzir, nós queremos trabalhar, mas hoje nós não temos acesso a financiamento, não temos, muitas vezes, projetos do Governo Federal que nos beneficie, o que leva a gente sempre ter essas parcerias, porque a política faz parte do nosso viver, a partir da conscientização nós começamos a ser cidadãos, como qualquer um brasileiro, né?

Então, com certeza, espero que dê um bom encaminhamento aí. E qualquer coisa dá para a gente discutir, né? A gente não quer prejudicar ninguém, mas não queremos sair prejudicados. Então, acho que para tudo tem jeito, gente.

Mais uma vez, agradeço a vocês por me procurarem. Queria estar aí, mas não consegui. Mas, como sempre digo, para tudo tem um começo, né? E a gente espera que se dê um fim, um começo e um fim, que beneficie as duas partes; que todo mundo saia bem; que ninguém saia prejudicado.

Então, espero que a negociação tenha sucesso aí.

Eu aguardo. Com certeza, nós vamos conversar ainda, mas, mais uma vez, desculpe por não poder participar, mas tranquilo. Temos que conversar. Eu sou um cara que entende os dois lados da luta. Defendo, em primeiro lugar, nossos direitos, por que a gente sempre lutou, e continua lutando, mas não quero prejudicar o direito de cada um, o interesse de cada um.

É isso que eu tenho para dizer para vocês.

Qualquer coisa, estamos dispostos a conversar.

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Muito bem, muito obrigado aí por vocês concordarem em passar a opinião do cacique. Dá para a gente perceber que eles estão tranquilos e ansiosos para que isso saia do papel, para que a gente consiga efetivamente a aprovação. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é o nosso pedido, Senador, esse é o nosso anseio também, como empreendedores. É um benefício para a região. Vamos ter energia, vamos ter benefícios para a aldeia com o investimento privado.

Eu, mais uma vez, agradeço a possibilidade de nós estarmos aqui, expondo as nossas ideias e os nossos argumentos.

Devolvo a palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Roberto Carlos.

Nós ficamos com uma dúvida aqui, tanto eu quanto o Marcos: o senhor falou que um percentual da lucratividade da geração de energia dessa PCH fica... Nós já tínhamos conversado sobre isso lá, não é? Mas qual é a estimativa anual ou mensal de recursos que ficariam para a comunidade?

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Estima-se que, pelo valor que hoje está sendo pago por cada megawatt de energia gerado, com 3% do rendimento da usina, a aldeia terá na casa de R$600 mil anuais de proventos, de receita, advindos do faturamento da usina.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Outra pergunta, Sr. Roberto Carlos: quantos empregos gerariam no total a PCH? Com a criação dessa PCH, quantas pessoas serão necessárias para tocar essa PCH?

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – A PCH vai precisar de algo na casa de 180 pessoas, como bem colocou o Wilson, para construí-la. E, depois, o quadro de funcionários gira em torno de 10 a 20 pessoas que vão trabalhar na usina para fazer a operação. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Outra coisa em que eu tenho de dúvida, Sr. Roberto Carlos – essas dúvidas nós já tiramos lá atrás, mas é mais para conhecimento do público em geral e para o Marcos Kaingang também –: qual o prazo estimado para a construção? Uma vez que nós tenhamos aprovado no Senado, tenhamos aprovado no IMA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– olha, bateram o martelo e o senhor está com a licença na mão para a construção –, qual é o prazo?

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – O Vilson Testa acredito que pode responder melhor a esta pergunta para você.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Sr. Vilson, espere aí. Ligue aqui.

O SR. VILSON MARCOS TESTA (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta. É importante mesmo.

As obras, depois que a gente tem a licença ambiental de instalação, demoram menos de dois anos no campo. Depois de construída, ainda tem algumas obras de acabamento: recompor o relevo, reconstituir os impactos físicos do local com cobertura vegetal e assim por diante. No mais, esses são os grandes impactos que tem nesse período. E para lá vão 180 pessoas, para esse tipo de empreendimento nessa escala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VILSON MARCOS TESTA – Eu queria chamar a atenção para outro aspecto, porque tem as ações prévias. Por isso eu gostaria de solicitar que, havendo aprovação, seja pedido também prioridade na tramitação dentro da Aneel, da Funai, e, se possível, um acordo do Ibama, transferindo a competência para o IMA. O IMA já licenciou a rodovia que passa dentro dessa reserva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Vilson, no momento... Eu tenho um amigo que me ensinou que um gigante se come aos pedaços, não é? Então, nós, primeiro, temos que alinhar as coisas aqui no Senado. Uma vez aprovado, nós vamos, com certeza, buscar as outras autoridades, autarquias, Poderes para nos ajudar com as demais questões.

Eu tinha mais uma questão, mais uma dúvida.

Sim, é uma questão mais burocrática. O domicílio fiscal da PCH seria Paial ou seria Chapecó? É uma curiosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Os dois, não é?

O SR. VILSON MARCOS TESTA (*Fora do microfone*.) – Não. Paial.

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – É Paial?

O SR. VILSON MARCOS TESTA – A casa de força será no Município de Paial, fora da área indígena.

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI (Para expor. *Fora do microfone*.) – Só para completar agora, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ligue ali o microfone.

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI – Eu participei de uma briga na época em que eu era Vice-Prefeito de Aratiba e Itá por causa dessa divisão, principalmente de ISS. Esse, sim, é dividido entre os dois municípios. Mas, depois, quem vai ter direito é o município do ICMS, da geração de energia, de onde fica instalada a casa de força. Por quê? Porque, na Constituição, é bem claro: o imposto tem que ser arrecadado onde ele é gerado. E a casa de força vai ficar no Município de Paial. Então, eu vou ficar bem atento. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Garantir que se construa conforme o projeto para que o ICMS fique para Paial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, feitas essas considerações, nós vamos ler aqui algumas perguntas do e-Cidadania, de quem está nos acompanhando pela internet.

A Renata, do Distrito Federal...

Vou pedir ajuda a vocês. Caso eu não consiga responder a alguma, vocês, que são especialistas aí nos assuntos...

Renata, do Distrito Federal: "Como será garantida a consulta prévia às comunidades indígenas e quais os benefícios econômicos que receberão do projeto?".

Renata, obrigado pela sua pergunta. A consulta prévia já tem sido feita ao longo de 10, 15 anos. Inclusive, eu mesmo participei de uma dessas audiências. Hoje era para o cacique estar aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele perdeu o voo, mas eu estive lá pessoalmente e, antes de ser Senador, outros Senadores também já tinham estado, Ministério Público – quem mais? –, Funai. Então, várias consultas, ao longo dos anos, foram feitas às comunidades, à comunidade Toldo Chimbangue, e existe uma ansiedade, existe uma expectativa, existe uma esperança de que essa PCH vá ser construída, criada, gerando benefícios lá, como já dissemos aqui.

A Raíssa, de Mato Grosso, diz o seguinte: "O PDL 723 garante participação real dos povos Toldo Chimbangue nas decisões sobre o uso hidrelétrico do Rio Irani?".

Raíssa, obrigado pela sua pergunta. Sim. Como nós estamos falando aqui, contratualmente, parte da lucratividade da PCH vai ser convertida para a comunidade, além de aproveitamento de mão de obra, além de aproveitamento para construção. Então, de uma forma geral, ali é uma comunidade que tem poucas oportunidades de trabalho, e os indígenas da região que trabalham, trabalham nas agroindústrias, empresas de transporte na região, mas ali é uma localidade meio erma; não tem comércio, não tem estrada.

Então, sim, eles não só participarão das decisões, como também participarão efetivamente do trabalho, da construção e com parte da lucratividade do que for gerado na PCH.

A Gleyce, da Bahia, pergunta: "Os estudos existentes são suficientes para saber os danos e impactos ambientais causados a longo, médio e curto prazo?".

Gleyce, nós temos um estudo, já, que está desatualizado, mas o Ibama e o IMA... O IMA é o nosso Instituto do Meio Ambiente lá do Estado de Santa Catarina. O Ibama e o IMA vão atualizar isso e, com certeza, como a hidrelétrica é considerada de médio impacto ambiental, serão reavaliados e atualizados esses estudos, mas...

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Posso contribuir?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro.

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Como é o nome da pessoa lá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Hã?

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – Como é o nome da pessoa que perguntou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É a Gleyce, da Bahia.

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA (Para expor.) – Gleyce, recentemente o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina fez uma avaliação integrada de toda a bacia do Rio Irani, onde está projetada esta PCH, e existe um estudo recente feito de toda a bacia do rio, então é atualizado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, o.k.

O Abhijay está perguntando do exterior, ele não mora no Brasil: "O governo precisa respeitar os direitos dos povos indígenas".

Abhijay, esta audiência, a nossa visita à comunidade Toldo Chimbangue para fazer essa consulta, a conversa com a comunidade e a própria presença do Sr. Marcos Kaingang demonstram que está havendo todo o respeito com a comunidade indígena, inclusive, repito, com expectativa, esperança e ansiedade da comunidade para que esse empreendimento seja colocado em funcionamento.

O Mauro, de São Paulo, pergunta: "Assim como Brasil todo, se é para o bem da maioria, que prevaleça. Desde que com responsabilidade , sabedoria e sustentabilidade."

Mauro, suas palavras estão corretíssimas e nós, todos os expositores aqui, estamos demonstrando isso: o Marcos Kaingang mostrando as preocupações com a população indígena, o ex-Prefeito falando da luta, o Sr. Vilson falando, também, dos estudos que já fez e o empreendedor Roberto Carlos também, do que ocorrerá uma vez que nós consigamos aprovar aqui no Senado Federal.

O Axel, do Rio de Janeiro, diz: "Absolutamente inaceitável. Mais uma tentativa de aviltar os povos indígenas de suas poucas terras remanescentes. Chega! [...] [Deixemos os indígenas] em paz!"

Axel, eu discordo de você, amigo, frontalmente. Ao contrário da sua opinião, a qual eu respeito, os indígenas querem oportunidade. Os indígenas não são selvagens, aborígenes ou animais que querem ficar inertes perante a sociedade; eles querem trabalho, querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade, querem plantar, querem colher, querem emprego, querem estudo, querem cultura, e é isso o que se propõe.

Um rio que só passa pela comunidade, não tem serventia econômica alguma, nem os indígenas usam, ninguém usa: está-se propondo represar uma parte para gerar economia, oportunidade, emprego, dinheiro e desenvolvimento para a comunidade.

Então, eu não posso concordar com a sua opinião, que é de "roubar a terra indígena"; pelo contrário, eles estão ansiosos. Aqui é uma opinião de você que está distante, respeito, mas eu participei... Não sei se você está acompanhando ainda a audiência.

Acabamos de colocar um áudio do próprio Cacique, a pessoa que é responsável por toda a comunidade Toldo Chimbanque.

Então, essa visão conservadora, preservacionista extrema, não pode existir. Nós precisamos pensar, sim, no respeito aos povos indígenas, na sustentabilidade, na economicidade... Precisamos conciliar, e não ter essa visão de que o indígena precisa viver na oca, dependendo de recurso de Funai, de Governo ou de ONG. Muito pelo contrário, está bom?

Vou ler aqui a outra.

Luiz, do Paraná, diz o seguinte: "O projeto concilia energia limpa e proteção indígena?". Sim, Luiz. Como já demonstramos aqui – todos –, concilia, sim, inclusive com apoio de 100% da comunidade indígena. Repito: estive lá em audiência com eles.

A Raíssa, do Mato Grosso, mandou outra pergunta: "As compensações previstas asseguram proteção cultural, territorial e econômica às comunidades afetadas?". Sim, Raíssa. Inclusive, contratualmente, essas questões estão sendo abordadas e comprometidas pelos empreendedores.

O João, de São Paulo, pergunta: "Todo cuidado e respeito devem ser levados em consideração, afinal, estamos falando [...] sobre intervenções em terras indígenas". João, você tem razão, e todos esses cuidados estão sendo tomados. Como já dissemos, não é uma discussão nova, de ontem para hoje, são discussões já de décadas, inclusive com participação não só dos indígenas, como do Ministério Público, da Funai, da comunidade, da prefeitura, enfim, de todos ali ao redor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O OG, de São Paulo: "Espero que seja aprovado, o Brasil precisa de energia barata e estabilidade da rede se quiser se desenvolver. Parabéns aos autores do PDL". OG, obrigado. Eu penso da mesma forma, não só pensando pela energia, que é uma energia limpa – já que é a energia hidrelétrica e o Brasil é exemplo para o mundo na geração de energia limpa –, mas também pela parte econômica e social dessa comunidade indígena, que vai se desenvolver e vai ter benefícios diretos. Além de energia, vai ter também oportunidade de trabalho.

Eu gostaria de perguntar aos expositores se existem perguntas a se fazerem uns aos outros, quanto ao PDL, ou ao projeto.

Eu passo para o Sr. Nevio, para sua exposição final, se o senhor tiver alguma questão para a gente poder responder. O senhor tem três minutos.

O SR. NEVIO ANTONIO MORTARI (Para expor.) – Eu agradeço essa oportunidade de a gente poder estar aqui defendendo um projeto, mas respeitando o direito de ambas as partes.

Agradeço e espero que a gente tenha conseguido deixar bem esclarecido a todas as pessoas que nos estão assistindo e ouvindo e também aos órgãos competentes para que, de fato, esse projeto dê seguimento, porque eu, que acompanhei isso aqui... Foram muitas viagens em que vim a Brasília: ir ao gabinete de Senadores, bater à porta, acompanhar, voltar lá e me sentar com os caciques, que sempre foram a favor – todos. Digo aqui, tá? Desde lá, quando se iniciou, em 2010, todos sempre foram a favor, mas eles também chegaram a um ponto que... Não vou dizer que perderam esperança, mas a coisa não andava. Agora eu acredito que, de fato, a coisa vai andar.

E que a gente consiga atender os anseios da sociedade e de ambas as partes, tanto da área indígena como de nossa parte, cidadãos comuns que moramos na região. Pelo conhecimento de que eu já falei antes, eu conheço aquilo desde 1977, eu tenho toda a certeza de que agora vai passar, Senador, pelos trâmites que têm que ser passados, mas que se resolva, que se tire aquela ansiedade que está lá tanto da área indígena como a nossa.

Eu fico sempre à disposição, para o que precisar e o que for útil, eu estarei sempre à disposição de todos vocês. O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Nevio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Vilson, três minutos para as suas considerações.

O SR. VILSON MARCOS TESTA (Para expor.) – Eu queria agradecer a oportunidade e me manifestar novamente – ouvi algumas perguntas aí do público que assiste –, porque todos os cuidados de participação da comunidade estão sendo tomados. Certamente, o órgão ambiental vai pedir uma nova audiência pública oficial que vai compor os trâmites finais da aprovação, porque aquelas que nós fizemos, embora com promotoria pública e Funai junto, eram de iniciativa da comunidade e dos investidores. Então, agora nós teremos isso como um passo seguinte do licenciamento, a partir do estudo da bacia hidrográfica, que libera para o estudo ambiental integrado, com a participação da Funai e das comunidades, e teremos nova audiência pública.

Também queria lembrar que, gente, participaram os estudantes da escola, toda a criançada foi entender o que é uma usina hidrelétrica, onde seria... Os antropólogos e os professores lá fizeram um trabalho cansativo, até diria, de explicação para todo mundo, para que a comunidade entendesse do que se trata de fato, sobre o que estou decidindo de fato, eu tenho conhecimento para decidir? Então, isso é um assunto bastante retomado, bastante refletido lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Vilson, muito obrigado pela participação do senhor.

Sabe o que eu acho, pessoal? Nós infelizmente no Brasil somos muito lentos em aprovar questões. Logicamente precisa ter algum cuidado, mas nós estamos falando de pelo menos 15, 20 anos que esse empreendimento já poderia estar gerando oportunidade de trabalho, já podia estar em uma fase inclusive de expansão, já podia estar produzindo aquicultura ali para os próprios indígenas. Então, nós precisamos realmente – e eu falo aqui em uma autocrítica ao Parlamento brasileiro, ao Governo Federal, ao Governo estadual, aos órgãos de fiscalização e de autorização –, porque realmente nós precisamos sair um pouco da "burrocracia". Lógico, a comunidade precisa ser consultada. Já foi consultada dezenas de vezes, não foi uma nem duas. Audiência pública, inúmeras; participação de Funai, inúmeras; participação do Ministério Público Federal, inúmeras; e mais uma vez nós estamos aqui no Senado Federal, dando toda a publicidade, toda a transparência, consultando empreendedores, autoridades municipais, no caso, o ex-Prefeito, o engenheiro agrônomo participou, o próprio ministério de direitos territoriais indígenas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, nós estamos fazendo tudo na transparência, no amplo debate. Ouvimos o cacique, ouvi pessoalmente, ouvimos o áudio dele ali, então, eles têm uma ansiedade de que se desenvolva economicamente. Mais uma vez, pessoal, mais uma vez: o indígena é igual ao negro, igual ao branco, igual ao pardo, igual ao amarelo, igual ao mameluco, igual ao quilombola, todo mundo quer melhorar de vida, todo mundo quer trabalhar, todo mundo quer estudar, todo mundo quer um carrinho, todo mundo quer, enfim, se desenvolver, quer ver sua família feliz, trabalhando. E hoje, lá, não existe oportunidade na região.

Então, esse projeto que nós estamos reapresentando não é um projeto de minha autoria originalmente, é um projeto que estava morto aqui dentro do Senado e que nós ressuscitamos realmente para tentar viabilizar esse sonho em uma realidade, porque de energia elétrica todos precisam, de trabalho, e de oportunidade todos precisam, inclusive os indígenas; e a ansiedade, o desejo, o querer da comunidade Toldo Chimbangue também está presente nessa equação.

Passo a palavra agora para o Sr. Marcos Kaingang para as suas considerações. E, também, se tiver alguma dúvida para algum de nós aqui, estamos à disposição.

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Perfeito.

Não, Senador, eu acho que me sinto contemplado com as ponderações que já fomos fazendo bilateralmente aqui mesmo, inclusive com o colega empreendedor e com os demais, com o nosso ex-Prefeito aqui também e com o nosso agrônomo.

De nossa parte eu acho que, enfim, só reforço esses três itens que eu trouxe, que são as preocupações em relação a esse tema. Não sou nem eu enquanto pessoa, mas é enquanto dever e obrigação da União – porque é patrimônio da União –, enfim, da necessidade da consulta e etc., até porque tem todo um ritmo de protocolo hoje em dia. E eu digo assim que, por mais que às vezes tudo esteja acertado, e eu até brinquei com o Senador e nosso Ministro, eterno Ministro também, às vezes, está tudo o.k., mas vem uma ação civil pública do MPF e cai tudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS KAINGANG – Exatamente. Então, assim, digo isso mais pelas formalidades, pelos ritmos e o rito administrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da nossa parte só ponderei isso nessa linha, nessa direção das preocupações dos impactos nas comunidades indígenas, sempre respeitando, obviamente, a autonomia da comunidade indígena também. Como o Senador e o Ministro também já conhecem bem a lógica burocrática da administração pública, a terra Indígena é patrimônio da União, a gente tem que zelar por esse patrimônio também e levar essas preocupações sempre como aspectos importantes a serem levados em consideração. Como eu falei, nós do Ministério não somos só contra por sermos contra, mas sempre colocamos as questões necessárias nas discussões que sejam pertinentes.

Também eu acho que – só reforço novamente, Senador – é uma outra fase, são outras discussões que a própria Funai... Porque é um pouco dessa preocupação que o Senador até trouxe aqui também aos colegas, vai envolver o Ibama, vai envolver a Funai, vai envolver instituto estadual de licenciamento, vai envolver empreendedor também, enfim, um pouco disso. E, obviamente, o Ministério Público Federal... Pode estar tudo acertado aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS KAINGANG – ... ou em outro espaço, mas vem uma ação civil pública e cai por terra toda uma discussão.

Só reforço nossos pontos aqui, Senador, sempre nos colocando à disposição também para a gente construir e pensar junto, na medida do possível, as nossas propostas. Como eu disse, estamos à inteira disposição.

Mais uma vez, agradeço pela Comissão, pelo Senador também e por esta Casa sempre nos receberem. Também as nossas portas estão abertas, enquanto nós tivermos porta lá também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Marcos. A presença do senhor aqui é muito importante, porque o senhor representa... Hoje tem um ministério no Brasil que representa o povo indígena.

Também sobre o Ministério Público Federal, nós estamos muito tranquilos porque, como nós já fizemos várias audiências lá, sempre em conformidade e com a participação, e eles vendo também o potencial econômico e o desenvolvimento da comunidade, eu tenho certeza de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público no Estado de Santa Catarina torce também para que esse projeto saia do sonho e vire uma realidade.

Obrigado mais uma vez pela participação do senhor.

Roberto Carlos, empreendedor, três minutos para suas considerações finais.

Agradeço mais uma vez aos amigos aqui, a todos os senhores, por terem se deslocado de Santa Catarina. É uma audiência, de certa forma, curta, mas é necessária, inclusive, para a validação, para os ritos, para como funciona aqui no Senado Federal.

Lamento profundamente que os autores da audiência pública não tenham comparecido, mas a nossa parte nós estamos fazendo.

A palavra está com o senhor, por três minutos.

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Demonstro aqui a nossa satisfação, o nosso agradecimento pela oportunidade para que a gente possa expor também o nosso contentamento por perceber que este projeto, de novo, toma ritmo aqui dentro da Casa.

Eu destaco dois casos. Um trata do PDL 53, de 2014, que era de autoria do então Senador Luiz Henrique da Silveira. Naquele momento, ele tratava desse mesmo assunto da autorização do Senado para a utilização de parte das terras indígenas para a construção do empreendimento hidrelétrico. Esse projeto, esse PDL está aqui na Casa, e os documentos são públicos. Ele passou pelas cinco Comissões, foi aprovado nas cinco Comissões e chegou a ir para a mesa para votação – chegou a ir para a mesa do Plenário para a votação. No momento, ele não foi aprovado, ficou parado e, por infelicidade da gente, de todos os que têm interesses nesse empreendimento, e, por ironia do destino, acabou falecendo o Senador.

No fim do mandato dele, obviamente, o projeto é arquivado e, por isso, não teve prosseguimento. Mas esse projeto, esse mesmo assunto já andou e já foi aprovado em cinco Comissões aqui da Casa, e chegou a ser pautado para ser votado. Esse histórico está no PDL 53, de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também gostaria de deixar dito que a Funai convidou os empreendedores, e o Vilson Testa esteve em Brasília...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS CARDOSO DA SILVA – ... num determinado momento, a convite da Funai, para expor este nosso projeto como um *case* de sucesso de inclusão social. Então, ele é um projeto que tem um cunho de inclusão social significativo, porque inclui a comunidade na participação dos resultados do empreendimento, e isso era inédito na época.

Eu não sei se hoje já existe algum outro projeto com esse mesmo cunho, com esse mesmo objetivo, com esse mesmo procedimento, mas, na época, nós fomos os pioneiros nesse tipo de inclusão social da comunidade indígena na participação dos resultados do empreendimento.

Mais uma vez, Senador Jorge Seif, muito obrigado.

Parabéns, mesmo, por ter visitado, mais uma vez, a aldeia Toldo Chimbangue, lá em Chapecó, para conhecer de perto a vida deles, as necessidades, e perceber que eles estão ansiosos para que seja construído este empreendimento lá.

Deixo aqui os agradecimentos, em nome dos empreendedores.

Muito obrigado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Roberto Carlos, muito obrigado por sua participação.

Para efeito de registro às senhoras e os senhores que estão aqui nos acompanhando, e também pela internet, e até para os outros Senadores que não puderam participar hoje – na quinta-feira, normalmente, o pessoal já vai trabalhar nas suas bases –, eu queria ler aqui um documento que nós construímos na nossa assessoria e que é um resumo de tudo o que nós estamos vendo.

Com base nos documentos de literatura nacional sobre a PCH, os efeitos positivos mais consistentes que podem ser esperados nos municípios no entorno do Rio Irani são: geração de empregos durante a construção; geração de empregos indiretos e aumento da renda local; hospedagem, alimentação, transporte, comércio, o que estimula micro e pequenas empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

locais; aporte de investimento, ou seja, haverá investimentos ali na região; arrecadação municipal, aumento de ISS (Imposto Sobre Serviços); movimentação econômica, obras, serviço à rede; estabilidade energética regional; aumento da oferta de energia e potencial redução de custos de transmissão e melhor qualidade de fornecimento para atração de investimento. Potenciais receitas futuras: arrendamentos, outorgas, contratos, piscicultura. Dependendo do modelo de concessão PPP, ainda pode haver *royalties*, impostos e arrendamentos que beneficiam os cofres municipais, estaduais e também toda a comunidade.

E vou aqui também deixar registrado o histórico

Em 14 de abril de 2010, foram as primeiras consultas da liderança comunidade indígena com a presença da Funai. Houve aceitação e foram definidas condicionantes. A medida também recebeu na ocasião a anuência da Aneel.

Em 23 de abril de 2010, reunião com lideranças indígenas, Funai e Elbrax para oficializar o projeto APCH, que foi na AGU (Advocacia-Geral da União), na cidade de Chapecó.

Em 5 de julho de 2010, reunião interna na comunidade para a criação da associação comunitária e discussão sobre os recursos da APCH.

Em 16 de outubro de 2010, mais uma reunião para a apresentação e aprovação da parceria entre a comunidade e a Elbrax.

Em 15 de setembro de 2011, reunião com a promotoria e lideranças indígenas, Funai e Elbrax – a Elbrax é o empreendedor – e consultores para estudo ambiental. Isso aqui foi no Ministério Público Federal de Chapecó.

Em 3 de dezembro de 2011, audiência comunitária com 70 representantes das famílias dos indígenas, autoridades locais e regionais, consultores e lideranças para a apresentação do debate do termo de parceria.

Em 14 de março de 2012, apresentação do projeto da parceria com participação do Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Promotoria da Infância e Juventude, Primeira-Dama de Chapecó, Fasc, Epagri, universidade federal, Funai, Seed... O que é Seed? S-e-e-d?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone.*) – Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado. Lideranças Indígenas. Onde foi isso? Lá na escola indígena.

Em abril de 2012, oficinas socioambientais, avaliação socioambiental com consultores, comunidade escolar, análise de impactos, etc.

Em abril de 2012 teve a semana cultural, também mostrando toda a equipe técnica, lideranças indígenas, ou seja, já tem um histórico, não começou ontem, não é uma discussão que a gente está fazendo em um ambiente pequeno, privado e recluso. Pelo contrário, foi amplamente debatida ao longo dos anos.

Outras questões também de curiosidade da população: a tecnologia é 100% nacional, potência instalada de 15 mil quilowatts, potência garantida de 8 mil quilowatts, investimento estimado de R$180 milhões, empregos são cerca de 1,5 mil na cadeia de suprimentos e aproximadamente 180 diretos na obra, e estudos técnicos de engenharia, topografia.

O termo de compromisso com os indígenas é: participação de 3% dos resultados da PCH, com efeitos pelo menos por 60 anos para gerações atuais e futuras; construção da Casa de Cultura e Comércio; plantio de mudas frutíferas de baixa exigência de manejo; doação de madeira e lenha, quando autorizada pelos órgãos ambientais; acesso prioritário da comunidade para lazer, turismo, pesca, agricultura e outros usos; prioridade na contratação de mão de obra indígena durante as obras mediante qualificação; investidores locais de destaque nacional e internacional atuantes nos setores de baterias, agroindústria, tecnologia; transformação da Elbrax em uma S.A. fechada com o conselho de administração, conselho fiscal e o TAC específico para associação indígena.

Então, quarto, cooperação, inclusão e sustentabilidade. A iniciativa representa inovação institucional, cooperação e inclusão social, desenvolvimento regional, democratização de investimentos energéticos, transição energética e descarbonização, sustentabilidade econômica e ambiental.

Por fim, essa cooperação valoriza a participação indígena no desenvolvimento brasileiro de uso sustentável de recursos, está alinhada com a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

signatário, cumpre as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos e se inspira no caso exitoso da PCH Sacre 2, no Rio Sacre, Campo dos Parecis, Mato Grosso.

Nada mais havendo a tratar, quero agradecer às senhoras e senhores pela participação, pela presença. Marcos, muito obrigado. Roberto, muito obrigado. Vilson, obrigado. Nevio, obrigado. Senhoras e senhores que participaram também com perguntas, muito obrigado. E também à equipe da nossa Comissão de Direitos Humanos aqui, os servidores aqui da Comissão, obrigado pelo carinho, obrigado pela dedicação, obrigado pela paciência, porque isso tudo também leva desenvolvimento lá para Santa Catarina, para os indígenas, e vocês têm parte importante nesse processo.

Muito obrigado, senhoras e senhores. Deus abençoe Santa Catarina, Deus abençoe o nosso Brasil e Deus abençoe esse empreendimento. Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças com a presença dos Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Augusta Brito, Jussara Lima e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Paulo Paim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Relatório que : "Relatório final da subcomissão" Autoria: Sen. Mara Gabrilli. Resultado: Na 4ª reunião deliberativa, extraordinária, realizada nesta data, a subcomissão aprova o relatório final.. ITEM 2 - Relatório que : "anexo do relatório - protocolo de cumprimento de decisão judicial" Autoria: Sen. Mara Gabrilli. Resultado: Na 4ª reunião deliberativa, extraordinária, realizada nesta data, a subcomissão aprova o relatório final.. ITEM 3 - Relatório que : "Anexo do relatório: convidados e programação" Autoria: Sen. Mara Gabrilli. Resultado: Na 4ª reunião deliberativa, extraordinária, realizada nesta data, a subcomissão aprova o relatório final.. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade: Atualização dos Registros Internacionais do Mapa Nacional da Violência de Gênero. Participantes: Márcia Loureiro, Secretária das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores – SECC/MRE; Senadora da República Augusta Brito, Procuradora da Mulher do Senado Federal; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Analista de Comunicação e Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal; Vitória Régia da Silva, Jornalista, Diretora Executiva da Gênero e Número; Beatriz Accioly Lins, Antropóloga, especialista em violência contra a mulher e líder de políticas públicas do Instituto Natura; e Ana Paula Mantovani, Vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (representante de: ANPR). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 25 de novembro de 2025.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião da CDHHAIA.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A audiência pública será realizada nos termos do plano de trabalho aprovado nessa Subcomissão e está dividida em duas partes: a deliberativa e a audiência pública interativa.

Então, vamos para a primeira parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira parte da nossa reunião destina-se à apresentação, discussão e votação do relatório final dos trabalhos da Subcomissão.

Neste momento, eu vou fazer a leitura desse relatório. (*Pausa.*)

Põe mais para cá. Não dá para vir mais perto? (*Pausa.*)

Vai mais para lá. Não... Mais perto. Aqui. Mais. (*Pausa.*)

Ele não vem. E eu também não consigo chegar mais perto. Se eu conseguir... Põe aqui um pouquinho. Eu, a Mara. Liga a cadeira. Põe a mão no meu joelho, só para eu não... (*Pausa.*)

Desliga. (*Pausa.*)

Eu hei de enxergar, vamos lá. (*Risos.*)

Boa tarde a todas as Senadoras, Senadores, a nossa Senadora Augusta Brito, que está aqui presente, nossa embaixadora. Boa tarde a todos os presentes e também a todos que nos acompanham pela TV Senado.

Quero agradecer a todos vocês aqui presentes, a toda a equipe da Comissão, à secretária da Comissão e, não só a todos vocês, mas quero agradecer, também, a toda a minha equipe.

Antes de iniciar a leitura do relatório final da CDHHAIA, eu vou fazer uma autodescrição para todas as pessoas poderem nos acompanhar, quem estiver assistindo. Eu sou uma mulher branca, cabelos castanhos claros, um pouquinho abaixo do ombro – aqui ainda estava acima –, olhos verdes, uso um vestido de cor bege com preto e estou sentada numa cadeira de rodas atrás de uma mesa de madeira comprida, na sala de reuniões do Senado, sentada ao centro da mesa. Ao meu lado, cadeiras vazias ainda.

Eu quero iniciar a leitura do relatório final da CDHHAIA com um agradecimento, pois esse documento é fruto de um amplo processo de diálogo, de construção coletiva, e, ao longo dos últimos 190 dias de trabalho desta Subcomissão, a gente ouviu mães, autoridades, especialistas, representantes da academia, organizações da sociedade civil, em um esforço conjunto para aprimorar a aplicação da Convenção de Haia, de 1980, no Brasil, nos casos que envolvem violência doméstica, e apresentar soluções e encaminhamentos concretos que fortaleçam a proteção das nossas mulheres e das nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer inicialmente a cada mãe que nos procurou, a cada mãe que veio até a Subcomissão para apresentar suas denúncias – para nós foi uma honra, porque é a matéria-prima do nosso trabalho a confiança dessas mães na nossa equipe –, a cada mãe que teve essa coragem de participar das audiências públicas, trazendo relatos de profunda dor e múltiplas violências sofridas, a cada mãe que buscou meu gabinete parlamentar, inclusive quando eu ainda era Deputada Federal, e também àquelas que, depois de anos de luta e sofrimento em batalhas judiciais, hoje estão com seus filhos, em segurança, muitas delas... Mas muitas ainda não, né?

Foi em resposta à incansável luta de cada uma das mulheres brasileiras vítimas de violência que hoje temos, no Congresso Nacional, esta Subcomissão e os resultados que apresentaremos. Foi também pela busca persistente dessas mães por justiça e por respostas institucionais que tivemos, ao longo deste ano, importantes avanços em diferentes frentes desta pauta. Eu não vou citar todos os nomes para não correr o risco de omitir alguma mãe ou de acabar a audiência só com os nomes, mas todas sabem que estão para sempre no meu coração. Eu sou profundamente grata por ter podido, por meio do nosso trabalho, não só aprender com todas vocês, mas lutar por cada uma de vocês e por seus filhos.

Eu quero agradecer também ao querido Senador Flávio Arns, que é Vice-Presidente desta Subcomissão, da CDHHAIA, pela sensibilidade ao propor a criação da Subcomissão; e à querida Presidente da CDH, a Senadora Damares Alves, por todo o apoio incondicional durante os nossos trabalhos. O Senador Arns e a Senadora Damares são parceiros de muitas lutas pelos direitos humanos, e eu sou muito grata por termos compartilhado mais essa honrosa batalha em prol de tantas mães e crianças brasileiras, por um Brasil que passe a ver essas mulheres não como criminosas, mas como o que de fato elas são: elas são mães que lutam e elas são mães que salvam.

Eu quero agradecer ainda à Consultoria, através da consultora Mila Landim Dumaresq, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, e à Mila, cuja extrema competência, sensibilidade e dedicação foram fundamentais para a efetivação de cada etapa dos trabalhos realizados pela CDHHAIA – Rosinha, se não me der água, vai acabar a voz. Eu quero quente... (*Pausa.*)

Registro também o meu agradecimento a toda a equipe da Secretaria da CDHHAIA, na pessoa de Secretário da nossa Comissão de Direitos Humanos do Senado, o Dimitri Martin Stepanenko, e da Secretária Adjunta Aline Guedes, que está aqui com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de fazer um agradecimento especial também à Maria Teresa Firmino Mauro Prado, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, que tem sido uma grande parceira, tanto nos trabalhos da CDHHAIA quanto na minha atuação na CDH, na avaliação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Quero agradecer por ter prontamente apoiado nossa Subcomissão na criação de uma plataforma digital de informações e apoio para brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior, que consta como um de nossos encaminhamentos nesse relatório.

E eu bebo água aproveitando para agradecer à Rosa. E, na pessoa da Rosa, eu agradeço a todas as pessoas que cuidam e que precisam ser cuidadas também. (*Pausa.*)

Bom, quero agradecer ainda... Espere aí que eu estou agradecendo muito. (*Pausa.*)

Quero também agradecer – eu vou continuar agradecendo – aos órgãos e organizações parceiras: ao Ministério das Relações Exteriores, na pessoa do nosso Chanceler Mauro Vieira, da Embaixadora Márcia Loureiro, e de todo o Corpo Consular; ao Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Nicolao Dino, e sua equipe; ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em especial ao Coordenador-Geral da Acaf, o Rodrigo Meira; e à Defensoria Pública da União, ao Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Magalhães, e à Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional, Daniela Brauner.

Agradeço também à Rede Brasileira de Juízes de Enlace, na pessoa de seu Coordenador, o Desembargador Federal Guilherme Calmon; à Revibra, representada aqui por sua Diretora Fundadora, Juliana Wahlgren, e por sua Coordenadora Jurídica, Janaína Albuquerque; ao Gambe, na pessoa da sua Diretora, Stella Furquim, e da querida representante Tunísia Viana; e ao Instituto Nós por Elas, representado por sua Presidente, Natalie de Castro Alves, e à pesquisadora Letícia Leidens, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Subtração Internacional de Crianças da Universidade Federal Fluminense.

Por tudo que eu estou agradecendo, vocês estão vendo o tamanho da construção coletiva. Nossa, eu fico tão orgulhosa de todos nós, e honrada!

Quero agradecer também à Advocacia-Geral da União, na pessoa do Procurador Nacional da União de Assuntos Internacionais, o Boni de Moraes Soares, e do Coordenador do Núcleo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Controvérsias de Direito Internacional no Brasil, o Vitor Veloso Barros, e parabenizá-los pela organização e pela realização da segunda edição do Fórum Global sobre Violência Doméstica e Subtração Internacional de Crianças, evento de fundamental relevância para o debate sobre a aplicação da convenção e a violência doméstica.

Eu quero destacar que eu irei ler um resumo dos principais encaminhamentos do relatório que se encontra na íntegra no *site* do Senado e que será encaminhado a órgãos e organizações parceiros e àqueles que atuam na aplicação da Convenção da Haia de 1980 e também na defesa de mães e crianças no Brasil.

Este relatório consolida os trabalhos da Subcomissão Temporária criada para debater a convenção sobre os aspectos civis do subtração internacional de crianças no Brasil, instrumento originalmente criado para combater a subtração internacional de crianças por um dos genitores, no entanto, ao longo dos anos, a convenção tem sido utilizada, em muitos casos, contra mães brasileiras que são vítimas de violência doméstica no exterior e que retornam ao Brasil em busca de proteção e acabam sendo acusadas de sequestrar os próprios filhos e enfrentando pedidos de repatriação ao país onde ocorrem as agressões. Foi esse cenário de desproteção jurídica para mulheres e crianças residentes no exterior vítimas de violência doméstica que motivou os trabalhos da CDHHAIA.

Concluída em 1980 e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro em 2000, a convenção busca o retorno imediato de crianças removidas ilegalmente, considerando sempre o melhor interesse da criança, mas prevê exceções importantíssimas, como a do Artigo 13,1,"b", quando há um risco grave de danos físicos ou psicológicos ou situação intolerável no país de retorno.

Durante os trabalhos da Subcomissão, ouvimos as mães da Haia, representantes de organizações da sociedade civil (OSCs), autoridades especialistas, por meio de audiências públicas, mas também em reuniões técnicas. Para poder ampliar o nosso olhar sobre o tema, participamos do II Fórum Global sobre Violência Doméstica e Subtração Internacional de Crianças, através da nossa Alana, num encontro multicultural de discussão sediado no Brasil, em Fortaleza, que enriqueceu o nosso trabalho pela diversidade de experiências dos participantes. O fórum foi organizado pela Advocacia-Geral da União e pela Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizamos a primeira audiência pública da CDHHAIA em julho de 2025, para debater o tema: "A Convenção da Haia frente à Realidade da Violência Doméstica: o Testemunho de Mães Brasileiras e a Atuação das Organizações de Apoio no Exterior". Na ocasião participaram nove mães da Haia, mães brasileiras envolvidas em casos de subtração internacional de crianças e que sofreram violência doméstica e ainda lutam pela guarda de suas filhas ou filhos, além de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, da AGU, da DPU, além de representantes das organizações da sociedade civil e pesquisadoras.

A audiência trouxe testemunhos fortes, dolorosos das mães, que evidenciam casos de separação abrupta, de retorno de crianças a genitores abusadores e de longas batalhas judiciais. E destacamos também que, em nosso relatório protocolado, constam detalhadamente os registros, os testemunhos impactantes das mães da Haia e também as denúncias recebidas no *e-mail* institucional CDHHAIA, sempre preservando a identidade das mães.

Em setembro de 2025, realizamos a nossa segunda audiência pública, para debater o tema: "Aplicação Judicial da Convenção da Haia em Contextos de Violência: Desafios e Salvaguardas Necessárias". Nessa audiência ouvimos o relato de apenas uma mãe da Haia, cujo processo já estava encerrado, e reunimos representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da advocacia, do Conselho Nacional de Justiça, da academia e da sociedade civil, num debate muito rico e esclarecedor. E também registramos no relatório as considerações trazidas por todos os nossos convidados.

Realizamos ainda duas reuniões técnicas no âmbito da CDHHAIA.

A primeira, em agosto de 2025, reuniu representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública. O encontro teve como objetivo promover a articulação interinstitucional sobre aplicação da Convenção da Haia de 1980, buscando identificar lacunas, boas práticas e formas de aprimorar o apoio a mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica e envolvidas em processos de subtração internacional de crianças.

Já a segunda reunião técnica da CDHHAIA foi realizada em outubro de 2025 e reuniu o Núcleo de Pesquisa em Subtração Internacional de Crianças da Universidade Federal Fluminense e o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal. O encontro teve como tema o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantamento de dados estatísticos sobre mulheres brasileiras vítimas de violência no exterior, com o objetivo de mapear o panorama atual, identificar lacunas e fontes disponíveis, discutir limitações como a subnotificação e a falta de integração entre os órgãos nacionais e estrangeiros e propor ações de aprimoramento.

Em ambas as reuniões técnicas, foi apontado o problema da escassez de dados abrangentes e estatísticas atualizadas sobre brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior. As pesquisas, em geral, revelam apenas dados parciais baseados em amostragens de reduzido tamanho, sendo produzidas por OSCIPs, por organizações da sociedade civil dedicadas à causa que não contam com a mesma capacidade de realizar levantamentos estatísticos abrangentes diante da complexidade que caracteriza o fenômeno e como o Estado seria capaz de fazer. Raramente os estudos são estruturados com recorte de marcadores importantes como nacionalidade, raça, origem, idade, etc.

E aí, conforme já relatamos, também realizamos diligências da CDHHAIA no II Fórum Global sobre Violência Doméstica e Aplicação da Convenção, em Fortaleza, no período de 27 a 30 de outubro. O evento buscou dar continuidade aos debates iniciados na primeira edição, que foi realizada em 2024, na África do Sul, com foco especial no debate acerca da violência doméstica enquanto exceção ao retorno da criança e do adolescente ao país de residência habitual nos termos do Artigo 13, 1, "b" da convenção.

O fórum global reuniu autoridades, especialistas, operadores do direito e representantes de cerca de 30 países que são signatários da convenção para compartilhar experiências, debater estratégias e refletir sobre boas práticas aplicáveis à interpretação da convenção. Tendo em vista a quantidade de participantes, as múltiplas abordagens e a extensão do evento, os relatos das importantes exposições constam de forma detalhada no relatório completo no *site* do Senado, que está disponível para todo mundo.

Nosso relatório, baseado em diversos relatos recebidos nas audiências públicas, reuniões técnicas e na diligência que realizamos, evidencia que a interpretação restrita do que constitui risco grave, exigindo demonstrações quase impossíveis para a intensidade e frequência ou severidade da violência sofrida pelas mães e suas crianças, não reflete a literatura científica. Estudos que recebemos e que agora apresentamos no relatório demonstram que a mera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposição da criança a um ambiente de violência doméstica, mesmo sem agressão direta, provoca danos profundos e duradouros, muitas vezes irreversíveis, afetando o desenvolvimento emocional dessa criança, o desenvolvimento cognitivo e físico, além de gerar risco de transmissão intergeracional da violência. Olha o tamanho do que a gente está falando!

O retorno da criança ao contexto de violência, do qual a mãe procurou se afastar e proteger seus filhos, viola o princípio do melhor interesse, uma vez que submete a criança a um local inseguro, tóxico e propício ao desenvolvimento de patologias físicas e mentais graves e à própria violência.

À luz das evidências científicas e experiências relatadas na Subcomissão, dispostas no relatório, é inegável que a violência doméstica contra a mãe configura, sim, uma situação de risco grave para a criança, nos termos do Artigo 13,1,"b" da Convenção da Haia, independentemente da natureza, frequência ou intensidade das agressões.

O retorno forçado ao país de residência habitual, em casos que envolvem violência doméstica, coloca mãe e filho em um ambiente hostil, permeado por barreiras jurídicas, sociais e culturais. E muitas vezes, a mãe é novamente lançada à condição de imigrante em um país, em países que ainda...

Ah, não, eu errei, espera aí.

E muitas vezes, a mãe é novamente lançada à condição de imigrante em um contexto adverso, agravado pelo estigma de criminosa, já que diversos países ainda criminalizam a subtração internacional de crianças. E nessas circunstâncias, as crianças inevitavelmente são expostas a um risco intolerável.

Nesse sentido, contestamos ainda, no relatório, as teses de que as salvaguardas jurídicas no país de residência habitual são suficientes. O documento que mais imigrantes enfrentam uma dupla vulnerabilidade, gênero, xenofobia, barreiras linguísticas, isolamento social, afastamento cultural, risco de prisão, tornando tais medidas ineficazes na prática. E como destacou enfaticamente o palestrante A. Boiché, no II Fórum sobre Violência Doméstica e Aplicação da Convenção da Haia, dificilmente um juiz, durante um julgamento, em um tribunal de seu país, favorecerá uma mulher estrangeira, e nesse caso, uma brasileira, em detrimento de seus nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CDHHAIA identificou a necessidade urgente de uma interpretação atualizada dos dispositivos da convenção, incluindo o conceito de risco grave, previsto no Artigo 13,1,"b", para garantir que a violência doméstica seja reconhecida como fator determinante na proteção das vítimas.

Além disso, destacou-se a importância de medidas protetivas eficazes, protocolos com perspectiva de gênero e maior sensibilidade na atuação dos órgãos nacionais envolvidos.

Seja bem-vinda, Senadora Jussara.

Em nossos trabalhos no Colegiado, também identificamos um possível desvio da função da atuação da Advocacia-Geral da União (AGU). Em pesquisas sobre a atuação dos países signatários da convenção, identificamos que não é a regra predominante a adoção do modelo e que o Estado promove a ação de retorno da criança, inclusive contra seus próprios nacionais, embora alguns poucos países adotem esse modelo.

Há diferentes arranjos: a legitimidade pode caber ao Ministério Público, à autoridade central ou ao próprio genitor prejudicado. No Brasil, porém, consolidou-se a interpretação de que a União tem legitimidade ativa quando acionados os mecanismos de cooperação internacional. Isso, infelizmente, cria um cenário profundamente desigual, e em desfavor das mulheres brasileiras. O reclamante, que é, na maioria das vezes, o seu próprio agressor, passa a contar com a estrutura jurídica da União, enquanto a mãe passa a enfrentar, simultaneamente, o trauma da violência doméstica vivida e a violência institucional – e, muitas vezes, a violência patrimonial.

O Procurador dos Direitos do Cidadão, Nicolao Dino, alerta, em nota técnica da PFDC, encaminhada a esta Subcomissão, que a Convenção não exige litígio contra nacionais nem determina que o Estado patrocine uma das partes. Quando a AGU se contrapõe aos interesses de mães brasileiras vítimas de violência...

Ai, meu braço foi embora.

Achei.

... há uma verdadeira tredestinação – "tre" destinação –, isto é, um desvio da finalidade de seu papel institucional. Como resultado, o aparato jurídico do próprio Estado se volta contra suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprias nacionais, mulheres já vulnerabilizadas, vítimas de violência, que passam a ser tratadas como se fossem criminosas enquanto não têm garantias de acesso à Defensoria Pública nem à Justiça gratuita em nosso país. É muito desigual.

É importante mencionar que a União não possui relação jurídica direta com o genitor reclamante, nem com a mãe acusada. Sua relação é com os demais Estados signatários da Convenção da Haia. Seu compromisso não é entregar a criança, mas assegurar a cooperação internacional e a aplicação correta da convenção. No entanto, nosso objetivo é garantir que tal atuação seja sempre guiada pelo melhor interesse da criança. Hoje, porém, o modelo brasileiro produz assimetrias processuais graves e contribui para a revitimização dessas mulheres e de suas crianças, que se veem obrigadas a enfrentar não apenas o agressor, mas toda a estrutura jurídica do seu próprio país. (*Pausa.*)

Está tão comprido – né? – que eu estou perdendo a...

Os debates da Subcomissão também evidenciaram a necessidade urgente de oferecer informações centralizadas, acessíveis e confiáveis, capazes de orientar brasileiras que vivenciam esse cenário de violência e vulnerabilidade no exterior.

Informamos ainda que a partir de nossas constatações sobre a dificuldade de as mulheres brasileiras encontrarem informações e apoio sobre seus direitos e a Convenção da Haia, a CDHHAIA, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal, deu início a um projeto para o desenvolvimento de uma plataforma digital voltada para brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior.

Estimamos a continuidade desse projeto, no próximo ano, com o objetivo de lançar a plataforma ao longo de 2026. O nosso objetivo é oferecer informações claras, dados confiáveis e serviços organizados em um espaço acessível e de fácil utilização, funcionando como uma rede integrada de proteção e acolhimento a essas mulheres.

Eu estou assim porque é um trabalho que está mostrando um resultado e isso aqui é fundamental para a gente mudar essa realidade.

Eu também quero agradecer à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Conselho da Justiça Federal, ao Ministério Público Federal, à Rede Brasileira de Juízes de Enlace e às organizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Revibra Europa, Gambe, Instituto Nós por Elas e Grupo de Mulheres do Brasil, que já manifestaram interesse em aderir ao projeto e a colaborar com a criação da plataforma digital. A gente vai chegar no mundo inteiro para ajudar nossas mulheres.

Ainda, enquanto encaminhamento desta Subcomissão e como Relatora do PL 565, de 2022, que tramita no Senado... Eu estava falando de mim, eu falei tudo errado.

Ainda enquanto encaminhamento desta Subcomissão e como a Relatora do PL 565, de 2022, que tramita no Senado, já aprovado pela Câmara dos Deputados, apresentei um novo texto substitutivo ao projeto. O substitutivo é fruto de um amplo processo de diálogo e de construção coletiva em torno da matéria, ao longo dos trabalhos da CDHHAIA. O projeto de autoria da Deputada Celina Leão estabelece que violência doméstica configura grave risco físico ou psíquico à criança e ao adolescente ou de submetê-los a outra situação intolerável, nos termos do Artigo 13,1,"b", da Convenção da Haia, ficando a autoridade judicial brasileira dispensada de determinar o retorno da criança ou adolescente ao país estrangeiro de residência habitual, após a análise dos indícios de exposição do genitor ou da criança e adolescente à violência doméstica.

São destaques desse novo texto que esperamos ser deliberado em consenso na CRE, nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional:

- a definição de violência doméstica e de risco de forma mais estruturada;

- o aprimoramento do processo de oitiva da criança ou adolescente de forma adequada e escuta especializada e protetiva;

- a integração com outras leis nacionais, como a Lei Maria da Penha, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, como a Lei da Escuta Protegida, que é a Lei Henry Borel – e até na Lei Brasileira de Inclusão, de que eu fui Relatora, a gente também fala de crianças com deficiência nesse contexto;

- a caracterização da inexistência de reabilitação e de tratamento de saúde adequado para essas crianças ou adolescentes com deficiência e a separação de seu cuidador principal como circunstâncias aptas a configurar o grave risco físico, psíquico que impede seu retorno ao país estrangeiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a avaliação pela Justiça brasileira de se, no tempo decorrido durante a análise do processo, se demonstra que a criança ou o adolescente já se encontra integrado ao novo meio em que passou a residir;

- a inserção de dispositivo que visa a assegurar a igualdade processual perante a Justiça brasileira, em atendimento a uma demanda justa de mães e de organizações da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres.

Por fim, oferecemos uma homenagem a Eliana Märs, que – eu perdi – passará a nomear a futura lei, em reconhecimento à luta dessa mãe brasileira que, movida pelo amor e pela coragem, enfrentou circunstâncias extremas em defesa de sua filha.

Após 190 dias de trabalhos, de escuta e de grandes aprendizados na CDHHAIA, nosso relatório aponta para a necessidade urgente de aplicar uma lente de gênero nos processos da Convenção da Haia, garantindo que o Estado brasileiro não atue como cúmplice na revitimização de mulheres e crianças vítimas de violência. Chegamos à conclusão de que nosso dever é priorizar a proteção integral da infância, conforme preconiza nossa Constituição de 1988, assim como garantir o combate a qualquer forma de violência ou discriminação contra as mulheres. Nosso país não pode mais virar as costas e ignorar o risco real vivido por nossas mulheres e nossas crianças brasileiras.

Ante o exposto, consta como proposição em nosso relatório da CDHHAIA requerimento para transformar a CDHHAIA em uma Comissão Permanente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Isso irá permitir a continuidade e o aprofundamento dos trabalhos iniciados este ano, assegurando no Senado Federal um espaço qualificado e dedicado a monitorar a aplicação da Convenção da Haia no Brasil e garantir a proteção das mulheres e crianças em situações de violência.

Além disso, propomos os seguintes encaminhamentos no relatório.

Ao Poder Executivo, recomendamos a criação de um comitê interinstitucional permanente para tratar sobre a aplicação da Convenção da Haia de 1980, no Brasil, produzir estatísticas e propor melhorias de atuação, inclusive avaliando a apresentação de um projeto de lei para regulamentar e uniformizar os procedimentos administrativos e judiciais da sua aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos também a análise de uma possível adesão do Brasil à Convenção da Haia de 1996, levando em consideração os seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro, com atenção à compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as implicações práticas para a proteção integral de crianças e adolescentes. Sugerimos também ao Executivo a correção terminológica da tradução oficial da Convenção, substituindo o termo estigmatizante "sequestro" por "subtração".

Ao Ministério das Relações Exteriores, especificamente, recomendamos fortalecer o atendimento às brasileiras vítimas de violência no exterior, ampliando e qualificando os espaços da mulher brasileira, os EMuBs, garantindo equipes multiprofissionais, padronizando fluxos de acolhimento e ampliando o escopo do formulário Milão, com sua aplicação nos principais consulados brasileiros ao redor do mundo.

Solicitamos ainda informações sobre o protocolo de atendimento às vítimas de violência de gênero, e recomendamos que denúncias de violência doméstica nos consulados brasileiros sejam devidamente registradas.

E, dirigido ao Ministério das Mulheres, recomendamos o aprimoramento do Ligue 180, para que o canal 180 funcione de forma intuitiva, acessível e eficaz para brasileiras residentes no exterior.

Ao Conselho Nacional de Justiça recomendamos a criação de uma classe processual específica para casos de subtração internacional; a adoção de um protocolo de retorno humanizado com o objetivo de evitar práticas que configurem violência institucional contra mães e crianças; e a orientação aos magistrados para que considerem a Opinião Consultiva nº 31, de 2025, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhece o cuidado como direito humano.

À Defensoria Pública da União recomendamos ampliar a atuação em casos de mulheres vítimas de violência acusadas de subtração internacional, revisando o critério de hipossuficiência para abranger vulnerabilidades que não são apenas econômicas.

À Advocacia-Geral da União solicitamos informações sobre as providências adotadas em relação a dois casos que acompanhamos na Subcomissão, que tratam do repatriamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças brasileiras, casos Valéria Ghisi e Raquel Cantarelli, bem como sobre o custeio de despesas jurídicas no exterior.

Reafirmamos que é dever da União assegurar o retorno dessas crianças, em conformidade com decisões do Superior Tribunal de Justiça, especialmente diante do reconhecimento de que houve erro judicial nos procedimentos que culminaram na retirada das crianças do Brasil de forma violenta, o que reforça ainda mais a necessidade de atuação diligente e reparadora por parte do Estado brasileiro.

À Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados solicitamos diálogo permanente sobre o PL 89, de 2023, que busca sustar o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero, reforçando que tal instrumento não é concessão ideológica, mas dever jurídico e institucional.

O nosso relatório final da CDHHAIA – está acabando, gente – será encaminhado a todos os órgãos e instituições que compõem ou dialogam com a rede brasileira de aplicação da Convenção da Haia, de 1980.

Por fim, como parte do nosso objetivo de tornar o nosso trabalho e a Convenção da Haia mais acessíveis, em formato e linguagem simples e humanizados, elaboramos uma revista com um resumo das atividades que realizamos. (*Pausa.*)

Bom, por fim, como parte do nosso objetivo de tornar o nosso trabalho e a Convenção da Haia mais acessíveis, em formato e linguagem simples, organizamos essa revista. Os exemplares da *Revista CDHHAIA* estão sendo entregues aqui no plenário da Comissão e também temos uma versão digital já disponível no *site* da CDH, acessível às pessoas com deficiência.

A publicação une informação, acolhimento e poesia. Sua abertura, marcada pela canção Maria, Maria, de Milton Nascimento, dá o tom da edição, um convite à empatia, à força feminina, à resistência. Os versos da música, permeando o *design* da revista, reforçam a ideia de que cada uma das mães da Haia carrega uma história não só de dor, mas de coragem e de resiliência.

Eu queria encerrar a leitura deste relatório com um trecho da minha mensagem final da revista:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Ao encerrar esta jornada de escuta, reflexão e aprendizado, levo comigo a profunda convicção de que proteger integralmente nossas crianças e enfrentar com firmeza a violência que atinge tantas mulheres brasileiras no exterior é uma missão que exige sensibilidade, coragem e perseverança. [...]
> Cada história compartilhada nesta Subcomissão, cada lágrima compartilhada, nos lembrou que por trás de cada processo e cada decisão judicial, existem rostos, [existem] vozes e corações que pedem acolhimento e escuta. São mães e, sobretudo, crianças que esperam do Estado e da sociedade não apenas respostas legais, mas gestos concretos de humanidade. [...]
> Acredito, com toda a força do meu coração e da minha responsabilidade pública, que a verdadeira medida de um país está na forma como ele cuida dos seus [...] mais vulneráveis. Por isso, seguirei dedicada a essa pauta, somando vozes, fortalecendo pontes e promovendo mudanças que coloquem a vida, o amor e a dignidade humana no centro de todas as decisões.
> Que este encerramento não seja um ponto final, mas um novo começo, de empatia, de solidariedade e de ação efetiva em defesa das nossas crianças e das mulheres brasileiras.
> Seguiremos juntas, com o coração firme e o propósito aceso, pois...
> Quem salva uma vida, salva o mundo inteiro.

Muito obrigada. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Bom, em discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Esse suspiro foi dos 190 dias.

Bom, agora a gente vai para a segunda parte.

Essa segunda parte destina-se... Ai, muito obrigada pela atenção, foram 14 páginas que eu li. Nossa, obrigada mesmo. Essa parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a atualização dos registros internacionais do Mapa Nacional da Violência de Gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. A gente adora receber mensagens dos nossos internautas.

Participarão presencialmente – e convido a tomarem assento à mesa – as nossas convidadas.

A Embaixadora Márcia Loureiro, Secretária de Comunidades. Palmas, palmas, palmas! (*Palmas.*)

Ela é Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. Presença confirmada aqui, do meu lado.

Embaixadora, é uma honra estar aqui do seu lado.

Claro que não é um motivo para eu me desculpar, mas um pouquinho eu quero me desculpar pela quantidade de ofícios que a gente já mandou para o ministério, para o MRE. (*Risos.*)

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO (*Fora do microfone*.) – São por uma boa causa.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – São por uma boa causa, e eu agradeço muito a recepção deles, porque vocês são maravilhosos.

Quero convidar a Senadora da República, a minha amiga Augusta Brito, Procuradora da Mulher do Senado Federal, com muitas palmas. (*Palmas.*)

Quero convidar a Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Analista de Comunicação e Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal. (*Palmas.*)

Bem-vinda, Maria Teresa!

Quero convidar também a Vitória Régia da Silva – que nome lindo! –, Jornalista, Diretora-Executiva da Gênero e Número. (*Palmas.*)

Que nome lindo! Mas como assim? (*Pausa.*)

Mas a Vitória Régia vai participar. (*Pausa.*)

Bom, vai participar, por meio de vídeo, a Beatriz Accioly Lins, que é Antropóloga, Especialista em Violência contra a Mulher e Líder de Políticas Públicas do Instituto Natura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela presença de vocês, pela presença da nossa Senadora. Beijos! Eu ia te chamar, mas a mesa acabou. (*Pausa.*)

Está bom.

Então, eu vou começar pela Senadora Augusta, porque ela tem que ficar correndo.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Depois eu vou chamar a Jussara para ficar no meu lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Aí a Jussara vem para ficar do meu ladinho.

Então, eu vou avisar que eu estou controlando assim: dez minutos para cada um.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não vão ser nem cinco, porque eu deixo cinco para ela.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está bom, mas você sabe que em coração de mulher cabe um chorinho, né?

Agora com a palavra a Senadora da República Augusta Brito, que é a nossa Procuradora da Mulher aqui, no Senado Federal.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discursar.) – Bem, boa tarde a todas, a todos. Quero aqui, de uma forma muito especial, parabenizar a nossa Senadora que presidiu e que está presidindo tão bem esta Subcomissão que fala sobre a Convenção de Haia, de que eu tenho o maior orgulho. Queria eu estar neste momento para escutar as 14 páginas ou 15, que tão bem foram lidas aqui pela nossa Senadora Mara Gabrilli. Eu quero aqui dizer que é um orgulho para nós, especialmente, para as Senadoras mulheres, ter uma Senadora tão forte – eu quero achar uma palavra que some tudo, mas é tanta coisa que eu não consegui achar essa palavra –, mas tão forte, tão inteligente, tão determinada e que, com este trabalho, está contribuindo muito para o combate à violência contra nós mulheres, não só no que trata do que foi discutido na Subcomissão, mas muito mais do que isso.

Nós estamos na Procuradoria Especial – nunca é uma só, a gente vai, mas a gente representa e leva tantas outras – e, na Procuradoria, eu fiz toda uma fala que nem precisa mais ser dita aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o relatório fala tudo, trouxe tudo minuciosamente, com precisão, com essa questão da escuta, dos detalhes que foram observados dentro desses dias em que aconteceram as audiências, do relatório em si, com o qual eu quero aqui me comprometer.

Peço desculpa porque eu não vou ficar até o final. Exatamente hoje, na oportunidade de estar na Procuradoria Especial da Mulher, que a gente possa se unir a essa Subcomissão e que a gente possa, efetivamente, acompanhar todas as sugestões e os encaminhamentos, porque são muito valiosos e são necessários que aconteçam, seja no Executivo, seja aqui no Legislativo e no Judiciário, porque eu achei esse relatório muito, eu diria assim, providencial, muito necessário, muito real, em se tratando do que a gente precisa fazer. E a gente precisa tirá-lo do papel, porque é muito valioso para ficar só em um papel, é muito valioso porque são muitas vidas. A gente está falando de pessoas, de crianças, de mulheres, de famílias que vieram até aqui pedir socorro, pedir ajuda e nós temos que, por obrigação, verdadeiramente fazer todas essas sugestões acontecerem.

Então, eu quero deixar a Procuradoria Especial totalmente alinhada para contribuir com a Subcomissão, para que a gente possa marcar reuniões, seja no Executivo, no Judiciário, levando, o que eu diria assim, a tarefa de cada um, para que a gente não só leve o que realmente foi tão bem fundamentado aqui através do relatório, mas que a gente possa acompanhar e cobrar que sejam verdadeiramente efetivados, desde a proposição da lei, que eu vi aqui que já tem até o nome de uma mulher, a todos os encaminhamentos. Eu quero botar verdadeiramente a Procuradoria do Senado Federal para fazer esse acompanhamento junto com a nossa Senadora Mara Gabrilli, junto realmente com a Subcomissão.

Quero aqui cumprimentar a nossa querida Vitória, nossa jornalista que aqui está, a nossa desembargadora também, a nossa querida Márcia, também nossa maravilhosa Maria Teresa, que já é aqui uma peça fundamental nos debates, que trazem aí dados e trazem tantas questões importantes para a gente discutir.

Como eu disse que ia falar pouco, até peço mais uma vez desculpa porque eu tenho um compromisso agora às 3h30, eu queria já me botar totalmente à disposição. Eu vou levar a revista, vou pegar todas as sugestões aqui do relatório e verdadeiramente ver como o mandato e a Procuradoria podem se juntar ainda mais, para além do Legislativo, para que a gente possa fortalecer o que eu diria que é justo, necessário, que já deveria ter acontecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é assim, a vida e tudo que vem em relação ao direito das mulheres é com muita luta, né? Mas que bom que nós estamos aqui prontas para fazer esta luta, através de muita dor, infelizmente também, mas também de muito trabalho, trabalho que, eu tenho certeza, vai trazer grandes resultados.

Então, mais uma vez, parabéns, minha Senadora. Sei que você vai chamar a Jussara para vir para cá. Peço desculpa por eu ter que sair porque vou...

Vai sair, Jussarinha? (*Pausa.*)

Ah, então desculpe. A Jussara também vai sair. Mas, assim, agradeço demais, viu? Vou deixar a minha equipe aqui, as meninas da Procuradoria que estão aqui. E vou levar porque eu vou ler, ó. Apesar de você ter lido, eu vou ler um a um aqui, tudo o que tem na revista também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Vou mostrar, essa revista está simplesmente maravilhosa. Eu quero parabenizar toda a equipe que fez esse trabalho, a Comissão, a equipe da nossa Senadora, que eu sei que fez e ajudou a construir. E eu diria aqui: que trabalho, não é? Que bom que nós temos profissionais com capacidade de fazer proposições, sugestões como essa que eu presencio aqui neste momento, nesta tarde de hoje.

Muito obrigada, desculpe mais uma vez, mas eu vou ter que sair, viu? Obrigada, obrigada. E parabéns, viu? Parabéns! Eu estou com muito orgulho dessa Senadora que está entregando hoje um trabalho muito importante. Parabéns, minha querida Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Bato palmas de pé para você. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A Senadora Jussara vai falar só um "oi". Imagina passar aqui e não falar nem um "oizinho". A gente sabe que você tem que ir embora, pode falar "oi".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discursar.) – Boa tarde. Eu quero cumprimentar aqui a Presidente desta Comissão, a Senadora Mara Gabrilli, essa mulher que nos inspira todos os dias. A Senadora Mara traz dentro dela o amor de Deus, o amor feminino, ela é tudo aquilo de melhor e de bom que tem o ser humano – a Senadora Mara possui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Que bonitinho, Jussara!

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Ela tem todas as virtudes.

E quero cumprimentar aqui a Embaixadora, é prazer grande recebê-la aqui mais uma vez, a Maria Teresa, tão comprometida com o trabalho dela, que nos dá tantas informações – não é, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero cumprimentar aqui a Vitória. Bem-vinda.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A nossa flor da mesa.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Pois é. Então, quero cumprimentar todas vocês aqui, falar da importância que é todo esse trabalho que a Senadora Mara tem desenvolvido, vem fazendo em prol daqueles que mais precisam, especialmente das mulheres de todo o mundo e, em especial, das mulheres brasileiras que se encontram fora do nosso país. E tudo isso é de grande relevância.

E a Senadora sabe que conta com a gente, conta comigo, conta com todas as mulheres que estão aqui no Senado da República. Então, eu quero deixar aqui o meu abraço, o meu comprometimento a essas mulheres que tanto precisam, que tanto necessitam do nosso amparo e, digamos assim, Senadora Mara, do nosso empenho, da nossa dedicação, porque realmente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que se dedicar, procurar fazer o melhor e mostrar um norte, um caminho para essas mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É isso mesmo, Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – O meu abraço a todas vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Senadora Jussara; obrigada mesmo!

Eu quero registrar a presença da Ana Paula Mantovani, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República. (*Pausa.*)

Bom, agora, com a palavra a Embaixadora Márcia Loureiro, que é Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.

Embaixadora, com muita honra, passo a palavra!

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO (Para expor.) – Muito obrigada. Boa tarde a todas e todos. Muito obrigada, Senadora, pelo convite. Eu cumprimento, então, a Presidente, Senadora Mara Gabrilli, as Senadoras Augusta Brito e Jussara Lima, que participaram da primeira parte da sessão de hoje; a Dra. Maria Teresa Firmino, toda a equipe, Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência; a jornalista Vitória Régia da Silva; a Dra. Beatriz Accioly Lins; todos os que nos acompanham hoje, aqui presencialmente e remotamente.

É verdadeiramente uma honra para mim atender ao convite aqui da Subcomissão para participar desta audiência pública no contexto da atualização – tão importante, tão necessária – dos registros internacionais do Mapa Nacional da Violência de Gênero. Agradeço, Senadora, a sua liderança contínua nos debates sobre direitos humanos, sobre proteção de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, temas que convergem com a agenda consular brasileira, não é? E o relatório apresentado por V. Exa. já trouxe elementos de grande relevância para a nossa atividade consular junto às comunidades brasileiras no exterior, muito útil. E estamos juntas, seguramente, nesse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o segundo ano consecutivo em que o Ministério das Relações Exteriores compartilha dados estatísticos sobre violência contra mulheres brasileiras no exterior. E, de fato, esses dados não poderiam faltar no mapa, uma vez que o simples fato de viver fora do Brasil já tende a aumentar a vulnerabilidade da mulher – não é verdade? –, seja pela falta de domínio do idioma do país onde ela se encontra, por uma situação migratória precária, pela dificuldade de inserção laboral, pela perda da sua rede de família e amigos, e outros fatores. Então, esse esforço de mapear a violência contra a mulher brasileira no exterior é visto por nós como o primeiro passo para uma política institucionalizada, uma política contínua, transparente de disponibilização de dados internacionais. Eu penso que, progressivamente, esse intercâmbio nos permitirá visualizar um quadro espacial e também temporal mais completo e vai nos permitir também mapear as tendências de aumento e de redução da violência contra as mulheres brasileiras no exterior.

Este segundo ciclo de mapeamento contou com a participação de mais de 180 repartições consulares – embaixadas e consulados –, e nós reunimos informações, primeiro, sobre os registros populacionais de brasileiras e brasileiros residentes no exterior – um trabalho que a rede consular faz há muitos anos –, o registro das comunidades na sua totalidade, não é? Além disso, os atendimentos consulares relacionados à violência doméstica, casos de subtração internacional de menores e disputas de guarda no exterior. Todos esses temas ligados direta ou indiretamente à Convenção da Haia de 1980, que é o tema da Subcomissão.

E quais foram esses números? Em 2023, nós havíamos registrado 1.556 casos de violência contra a mulher. Em 2024, o número de notificações passou para 1.631. Portanto, houve um acréscimo registrado no mapa de 4,8% nas notificações – é importante frisar esse aspecto, não é? Por sua vez, os casos de subtração internacional de menores diminuíram de 96 para 71 registros, e as disputas de guarda no exterior passaram de 808 para 723. Essa é a comparação entre os dois primeiros anos em que se faz esse levantamento.

Naturalmente esses dados refletem apenas os casos notificados às repartições consulares. Nós sabemos da existência da subnotificação, já apontada aqui, muito apropriadamente, pela Senadora, no seu relatório inicial.

Um aumento das notificações não reflete, necessariamente, uma maior incidência da violência, porque esse aumento pode resultar de um avanço na capacidade de identificação e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acolhimento por parte dos consulados, e isso encorajaria as mulheres a buscar os consulados e buscar ajuda. E, em sentido inverso, uma redução das notificações também não deve ser interpretada como uma diminuição da incidência real, mas, sim, como um sinal de que nós estamos precisando ampliar os canais de comunicação e de informação, de orientação, de modo que mais mulheres se sintam acolhidas e seguras para buscar essa assistência junto aos consulados.

De todo modo, somente uma série histórica mais longa vai nos permitir formar um panorama mais completo nessas três modalidades cobertas pelo levantamento do observatório.

Eu quero destacar, Senadora, um avanço que me parece importante. Neste ano, a área consular do Ministério das Relações Exteriores desenvolveu um aplicativo, uma nova ferramenta para a coleta das informações. Isso permitiu que as embaixadas e os consulados passassem a enviar os dados de maneira mais rápida, mais padronizada também e, portanto, mais segura. Esse instrumento é mais um exemplo da aplicação da transformação digital aos serviços consulares, coisa que é uma prioridade para nós no Itamaraty e na rede consular.

Nós sabemos que a violência contra a mulher apresenta interseções com o tema da subtração internacional de menores. Eu acho que, apesar de que nós temos um longo caminho a percorrer, nós avançamos nos últimos anos na proteção às vítimas da violência doméstica e penso também que o Brasil está na vanguarda mesmo da discussão sobre como aprimorar os mecanismos existentes. Exemplos disso, a recente decisão do STF que determinou a proibição do retorno imediato da criança quando há indícios da violência doméstica e a recente realização, em Fortaleza, do II Fórum Global sobre Violência Doméstica e a Aplicação da Convenção. Então nós podemos ver, eu acho que no fórum ficou muito evidente isso, a evolução interpretativa que está ocorrendo sobre a aplicação da convenção. E o Itamaraty, eu posso dizer que está muito engajado nas discussões multilaterais sobre isso, sobre a aplicação da convenção. Essas discussões ocorrem regularmente lá na Haia, no âmbito da comissão especial que existe para isso.

Em paralelo a essa atuação no plano multilateral, o Itamaraty também é, claro, diretamente responsável pela assistência consular aos menores e aos genitores brasileiros. E, nesse aspecto, nesse segundo aspecto, o Itamaraty faz um esforço permanente para fortalecer a capacitação dos agentes consulares e como que se faz isso? Aprimorando os protocolos de atendimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adotando práticas alinhadas às melhores referências internacionais, mais atualizadas, com foco nisso que a Senadora mencionou, um acolhimento humanizado, não inquisitivo, um diálogo com a vítima que não leve a uma revitimização, muito importante.

Na área também da assistência consular, nós trabalhamos muito na prevenção. E aí, nisso, uma parte importante desse trabalho de prevenção é a edição de guias, de publicações, como a que nós fizemos em 2024 com o Ministério das Mulheres, que se chamou *Prevenção de Violências contra Mulheres Brasileiras no Exterior*, e também, no mesmo ano, outra publicação intitulada *Subtração Internacional de Crianças*, que foi elaborada com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e com a Revibra Europa, parceira importante que nós temos no exterior.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO – Como último ponto da minha apresentação, eu gostaria de destacar a expansão da Rede de Espaços da Mulher Brasileira (EMuBs), um projeto que já é bastante conhecido aqui no Congresso Nacional, eu penso, e depois a ampliação ocorrida em 2024, com novas unidades em cinco consulados. Nós avançamos ainda mais em 2025, com a inauguração dos Espaços da Mulher Brasileira em Roma, Lisboa e Beirute, o primeiro no Oriente Médio, que achei uma coisa importante. Hoje contamos com dez EMuBs em funcionamento, atendendo diretamente a uma população de mais de 1,5 milhão de brasileiros no exterior.

E tomei nota, Senadora, das recomendações constantes do seu relatório final, temos muito dever de casa a fazer a partir das conclusões constantes do relatório.

Eu queria registrar também, não posso deixar de fazer isso, embora já esteja me aproximando aqui do final, mas não posso deixar de registrar os meus agradecimentos a V. Exa. pela apresentação da emenda à lei orçamentária anual, emenda essa que vai garantir a manutenção e o funcionamento dos Espaços da Mulher Brasileira em 2026. Muito obrigada, realmente uma contribuição da maior importância para nós, na minha Secretaria e nas embaixadas e consulados no exterior.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Embaixadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO – É muito importante, realmente, esse apoio do Congresso, este ano, da senhora, que faz toda a diferença para viabilizar a permanência das nossas atividades, realmente muito, muito importante.

Já concluindo, eu desejo parabenizar o Senado Federal, o Observatório da Mulher contra a Violência, com apoio do Instituto Natura – não é verdade? –, por essa iniciativa que representa um compromisso de Estado, com a transparência, com a proteção das brasileiras que vivem fora do país e com as políticas públicas, políticas que é importante que alcancem quem, muitas vezes, está distante do território brasileiro, mas não pode estar distante das responsabilidades do Estado brasileiro.

Muito obrigada pela atenção. Parabéns a todos os envolvidos nessa iniciativa tão meritória, tão importante, que é a continuidade desse levantamento anual e aguardo com muito interesse, Senadora, as próximas apresentações porque eu tenho certeza de que eu tenho muito a aprender com as pessoas que vieram aqui hoje.

Muito obrigada pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Embaixadora. (*Palmas.*)

Nossa, obrigada pelas suas palavras, Embaixadora.

Eu queria convidar a Ana Paula Mantovani, a Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, para ocupar o lugar aqui na mesa. Você já viu – não é, Ana Paula? – que eu não gosto de mesa vazia. (*Risos.*)

A SRA. ANA PAULA MANTOVANI (*Fora do microfone.*) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E muito bem ocupada. Muito obrigada a você.

Agora eu queria passar a palavra para a Maria Teresa Firmino Prado Mauro, que é Analista de Comunicação e Coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Uma boa tarde para todas e todos. Cumprimento a mesa, a Embaixadora, agradeço o convite da Senadora Mara e a cumprimento. É com muita alegria que eu estou aqui hoje para falar de um trabalho muito importante.

Foi com muita alegria que a gente recebeu o convite para trabalhar nas questões, para contribuir para a Subcomissão, que é um trabalho tão importante. Então, foi um pedido que o Observatório recebeu e a equipe toda se envolveu muito porque é um trabalho que mexe... É aquilo que a gente conversou. Enfim, a equipe toda está muito envolvida no trabalho. Estou emocionada. (*Manifestação de emoção.*)

Queria agradecer muito a oportunidade de ter contribuído para esse trabalho.

E, em especial, hoje eu estou aqui para falar do lançamento dos novos dados no mapa, dos dados de violência contra brasileiras no exterior – já foi falado aqui – e, como muito bem disse a Embaixadora Márcia, da questão da continuidade. Eu queria falar sobre a importância disso, porque mais importante do que o ano passado, em que a gente veio aqui para lançar esses dados, é o fato de a gente estar aqui hoje dando continuidade. Isso é muito importante. São dados que mostram a procura dessas brasileiras por ajuda nos consulados. Então, fazer esse acompanhamento de como isso está mudando ao longo do tempo, a série histórica que a gente vai poder acompanhar a partir daqui, é algo que a gente considera muito importante.

Queria agradecer muito a parceria do ministério, que fortalece o trabalho. É uma equipe muito... A equipe da Divisão de Comunidades Brasileiras e Assistência Consular dá esse apoio, traz esses dados para a gente poder trabalhar no mapa e dar essa visibilidade para essas informações.

O mapa tem o papel de ser essa ferramenta que vai centralizar esses dados de acompanhamento, de como estão esses números das mulheres que procuram os consulados no exterior. Então o que é que está mudando? E por que é que está mudando? É isso que a gente quer avaliar ao longo do tempo.

Nessa atualização que a gente traz, eu vou dar um exemplo de um número que mudou muito de 2023 para 2024, para a gente, a partir desse número, pensar em como essas ações, muitas delas propostas aqui no relatório final, a gente já consegue trazer, em números no mapa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a mudança acontecendo. Então vou trazer o caso do Consulado-Geral de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. No ano passado, nesse consulado, foram notificados 20 casos de violência doméstica e, neste ano, 242. Um aumento de 821%. Conversando com a equipe da Divisão de Comunidades Brasileiras do MRE, o que foi que aconteceu nesse consulado em especial? Houve a contratação de uma psicóloga para o atendimento dessas mulheres que procuravam ajuda. Uma psicóloga em quem a comunidade brasileira tem confiança.

Então o que eu quero falar desse número é, primeiro, como uma ação, a contratação de uma profissional, estar disponível um serviço fez uma mudança tão grande, ao ponto de essas mulheres sentirem a confiança de relatar esses casos, de fazer o registro desses casos de violência. Então quero trazer como um profissional, uma mudança pode trazer um aumento da procura, mas mostrar que esse aumento, quando a gente está falando de casos, lógico, casos de violência... Então, quando eu falo que houve um aumento, não é o que a gente quer. Mas aqui, nesse caso, a gente tem que ter esse olhar para os números, que é: existe uma subnotificação muito grande. Então, quando tem esse aumento, quer dizer que essas mulheres estão confiando mais em procurar ajuda. E essa procura por ajuda é muito importante.

Então o mapa já está trazendo resultados de ações que estão sendo feitas para uma melhor recepção desses registros.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Maria Teresa, as 20 mulheres iniciais (*Fora do microfone.*) tiveram acesso à psicóloga ou essas não? Aquelas primeiras.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Não, então, eu não tenho essa informação de como é que foi a recepção das primeiras. Mas eu creio que houve uma...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não, se a psicóloga chegou depois.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Então, porque teve a contratação de uma psicóloga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Porque pode ser que elas também tenham contado para as colegas: "Agora temos uma psicóloga". Não sei quando que ela apareceu.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Sim, mas foi agora. Não, a entrada da psicóloga foi agora, porque eles foram atrás...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, tá.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – ... para ver qual foi a mudança, o que houve de diferente. A contratação da psicóloga foi no ano de 2024, porque os números que a gente trouxe foram os de 2023 e agora os de 2024. Então a gente vê...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Encorajou as mulheres.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Encorajou as mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Imagina a minha alegria, porque eu sou psicóloga. Estou superfeliz, porque, assim, é aquela coisa que a gente estava falando: é a escuta, a escuta qualificada.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Faz a diferença.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – É. E quero dizer que esse aumento do registro nem sempre vai indicar um aumento da violência, mas ele pode indicar esse maior acesso à informação, uma segurança maior ao denunciar, serviços mais acessíveis. Então, é isto que a gente quer monitorar e acompanhar com o mapa: o que está acontecendo, onde está mudando, o que está acontecendo.

A gente ainda não conseguiu aprofundar muito esses números, mas esse aqui, em específico... E, no caso, o de Berlim também, que teve um aumento no caso das notificações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disputa de guarda e em que houve a contratação de uma advogada pelo consulado para fazer o atendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Orientação jurídica.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Orientação jurídica, e isso gerou uma segurança maior para que as mulheres procurassem o consulado para fazer o registro.

Então, é muito interessante a gente trazer, dar o número, mas, por trás desse número, ver o que está acontecendo em termos de...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – O que aconteceu.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – .... políticas, de mudanças para que haja essa confiança maior dessas mulheres em procurar ajuda nos consulados.

O mapa traz outras violações que caminham juntas com a violência doméstica no exterior, que é a questão da subtração de menores, a disputa de guarda, a violência vicária, que é quando os filhos são utilizados para atingir essa mulher. O Mapa Nacional da Violência de Gênero é uma plataforma que traz os dados de diferentes bases sobre violência contra mulher. E por que na base de registros internacionais a gente traz os números de subtração de menor e disputa de guarda? Porque são dois assuntos que estão intimamente ligados à violência contra essas mulheres. Então, é por isso que, nessa parte do mapa, além dos dados de violência, a gente ainda traz esses números também de disputa de guarda e de subtração de menores.

Eu queria aproveitar este momento aqui para agradecer, porque, no início, quando a senhora apresentou aqui o relatório final, a senhora começou dando nomes. E eu acho que é tão importante isso, porque a senhora agradeceu na pessoa de Maria Teresa. E, na hora que a senhora agradeceu, eu fiquei pensando: mas tem tanta gente por trás dessa Maria Teresa, tem tantas pessoas, que hoje estão presentes aqui – da equipe da Secretaria de Transparência, do Observatório, do Instituto DataSenado –, que trabalharam muito. E eu falo que é um esforço que vai além, é uma dedicação que vai além daquela responsabilidade ordinária, porque se fosse para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – A gente aprofunda para conseguir chegar nos resultados que a gente traz. É uma equipe pequena, mas que trabalha com muito propósito.

Então, por isso, sinto muita emoção em apresentar, porque, quando a gente trabalha com esses números, com tudo que foi apresentado pela senhora do trabalho da Subcomissão, que a gente acompanhou tão de perto, um trabalho tão importante... Eu queria agradecer, em especial – não vou falar da equipe toda –, a Aretha, a Gabriele e o Pedro, que se esforçaram, porque, para a gente conseguir trazer essa atualização, neste momento, do mapa... Não estava no cronograma...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu imagino.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – ... mas a gente conseguiu, graças a esse esforço além dessa equipe.

Então, quero agradecer muito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, vamos bater palmas para a sua equipe toda. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – Quero agradecer muito também a equipe do ministério, a equipe da Divisão de Assuntos Consulares, a Milena, a Jéssica, o Bruno, que foram tão importantes também, porque a gente não faz nada sozinho, existe o trabalho deles. O que a gente está fazendo aqui é dar visibilidade para esse trabalho que é feito por vocês.

Então, quero agradecer aqui à Embaixadora e agradecer a essa equipe tão comprometida também do ministério. É tanto trabalho, a gente também fica... É um outro lugar de muito trabalho e são esses muitos trabalhos que se unem à equipe da Senadora Mara, que eu falei que, para mim, é uma equipe maravilhosa também e que dá esse além. Eu tinha que falar, porque não fica ali só no trabalho, existe um além que é dado pela equipe para a gente conseguir apresentar um trabalho como esse. Então, quero agradecer a todos. Quero agradecer ao nosso Diretor Marcos André, que também está ali. E é isso, gente, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou deixar um convite para vocês. Quinta-feira, dia 27 agora, teremos uma sessão especial no Plenário comemorando os 20 anos do Instituto DataSenado e os 20 anos da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher. São 20 anos. E nós vamos apresentar os números e os dados da pesquisa de 2025 nesse momento. Então, estão todos convidados. Será no dia 27, a partir das 14h, no Plenário. É isso.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ai, Maria Teresa, que emoção! Muito obrigada, muito obrigada.

Eu acho que o nome desse além que você fala é amor. Quando se faz com amor, dedicação, vontade de transformar, a gente vai além.

Obrigada mesmo.

Agora quero passar a palavra para Vitória Régia da Silva, jornalista, Diretora-Executiva da Gênero e Número, com esse nome de flor que veio enfeitar nossa mesa.

A SRA. VITÓRIA RÉGIA DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigada, boa tarde a todas e todos, cumprimento a mesa, especialmente a Senadora. Agradeço o convite. Cumprimento a Embaixadora também, Maria Teresa, que é parceira de muitos anos na construção do mapa, também cumprimento a Ana Paula. É um prazer estar aqui.

Bom, eu sou Vitória Régia da Silva, Diretora-Executiva da Gênero e Número, que é uma organização da sociedade civil que trabalha com comunicação orientada por dados interseccionais e que, desde 2023, é uma das organizações gestoras do Mapa Nacional da Violência de Gênero, junto com o observatório, aqui do Senado, e com o Instituto Natura.

É uma honra estar aqui contribuindo com esta audiência pública sobre um tema tão urgente e ainda pouco visível, inclusive na mídia, na imprensa, que é falar sobre violência contra as mulheres brasileiras no exterior, especificamente falando sobre violência vicária, subtração de crianças e disputa de guarda.

Quero iniciar destacando que a existência desses dados só é possível porque, como já foi falado, houve compromisso institucional e transparência do Ministério das Relações Exteriores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que firmou essa cooperação com o Senado e com o mapa para disponibilizar, pela segunda vez, informações que, até o ano passado, a gente não tinha dessa maneira consolidada e nem nessa escala.

Como representante de uma organização que trabalha com dados, queria ressaltar como ter dados é essencial e, por si só, já é um avanço institucional e político, não só para o Estado, mas para a sociedade civil também.

Como já foi apresentado, os dados dessa atualização do Mapa Nacional da Violência de Gênero mostram esse aumento de 4,8% nos casos de violência doméstica e de gênero que foram notificados às embaixadas e consulados brasileiros no exterior e – como também já foi frisado, mas é sempre bom a gente falar isso especificamente, pensando na divulgação desses dados – como o aumento da notificação não significa necessariamente o aumento da violência; muitas vezes, significa melhoria no acesso, na ampliação da capacidade consular e no fortalecimento dos serviços, o que permite que mais mulheres encontrem as condições mínimas para buscar ajuda.

Os dados também nos mostram – e vocês conseguem ver os detalhes nesse material que está disponibilizado –, por exemplo, que os Estados Unidos são o país que continua a liderar as ocorrências, as notificações de violência contra mulheres no exterior. A Maria Teresa já falou do caso da Bolívia também, que chamou bastante a nossa atenção, desse aumento de 821%. E Itália, Portugal e Reino Unido seguem entre os países com mais notificações de violência contra mulheres no exterior.

Quando a gente olha para isso do ponto de vista da sociedade civil, a gente tem um aprendizado importante: que serviços qualificados podem gerar mais confiança, portanto, mais mulheres conseguem romper com esse silêncio. Esse padrão a gente vai ver nos outros dados do mapa, como os dados de violência vicária, e reforçam algo que é fundamental a gente repetir: que essas violências contra mulheres e crianças no exterior são violências estruturais, interligadas, transnacionais e precisam ser encaradas dessa forma.

Queria trazer também brevemente um pouco do que os dados não mostram, porque é muito importante a gente ter dados, mas a gente sabe as limitações também dos dados. A gente já falou um pouco aqui desse aspecto da subnotificação, que é presente em qualquer base. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impossível hoje, no Brasil, a gente dar conta, com dados, de falar sobre o contexto geral da violência contra mulheres e meninas, seja dentro ou fora do Brasil.

Queria destacar o que não aparece nos números, e eu acho que isso nos dá um panorama do que a gente precisa fazer para avançar também. A gente ainda tem algumas barreiras, como, por exemplo, mulheres que têm medo de buscar o consulado para notificar a violência por estarem em uma situação migratória irregular, mesmo elas tendo esse direito. Como mulheres, a gente ainda tem muitas mulheres que desconhecem seus direitos ou que, por não dominarem o idioma local, não conseguem ter acesso a esses serviços.

E também é importante falar, especialmente hoje, que aqui em Brasília está acontecendo a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras e de como também as questões interseccionais, as questões de raça, de classe, também impactam no acesso ou não acesso dessas mulheres brasileiras, no exterior também, a esses serviços. Se temos 1.631 casos notificados, sabemos que o número real é muito maior, infelizmente, não é, gente? A subnotificação é estrutural, e isso é central para compreendermos o que esses dados, pela segunda vez disponibilizados publicamente em escala nacional, estão nos dizendo.

Queria terminar falando... A Maria Teresa falou um pouco desse trabalho que a gente vem fazendo no Mapa Nacional da Violência de Gênero, que também foi criado para responder a várias questões, e uma delas foi como enfrentar a violência sem conhecer o tamanho e as características do problema. O mapa existe para a gente poder unificar e consolidar esses dados e conseguir enxergar melhor qual é a dimensão do problema da violência contra mulheres e meninas no Brasil.

A gente busca fazer isso – e está aparecendo até a carinha agora aqui do mapa para vocês verem – no mapa, a partir de dados apresentados de forma acessível, transparente, de algumas bases inclusive comparáveis. Sempre que possível a gente traz análises interseccionais também para orientar decisões políticas, e a gente trabalha muito para que Estado, sociedade civil e imprensa tenham essas condições de acompanhar tendências também e entender a dimensão da violência de gênero. A gente sabe que dados públicos fortalecem o controle social, o controle social salva vidas também – né? –, como a Senadora bem falou –, e o mapa é uma das ferramentas que existem hoje para a gente conseguir fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria terminar falando, um pouco, a partir de toda essa dimensão desse trabalho com os dados, da importância:

- de a gente continuar expandindo, padronizando esse acolhimento nos consulados. Como a Maria Teresa falou, a gente já tem visto como ações específicas têm dado resultado. Então, a experiência da Bolívia e da Alemanha mostram para a gente que um serviço bem estruturado pode ajudar a aumentar as denúncias;

- de a gente fortalecer os protocolos também, pensando esse acolhimento interseccional, levando sempre em consideração a especificidade das mulheres negras, das mulheres pobres e das mulheres LGBTQIA+, que enfrentam maior risco e maior barreira de acesso, né? A gente precisa reconhecer essas desigualdades para, sim, combatê-las;

- da transparência e da continuidade de acordos como o que o ministério tem com o Senado Federal e com o Mapa da Violência de Gênero; e

- de algumas experiências – que a Embaixadora até citou, né? – de cartilhas, por exemplo, como a comunicação ativa. E campanhas voltadas a comunidades brasileiras no exterior são importantes, porque informar também é política pública. Muitas mulheres ainda não sabem que têm direito ao atendimento consular, mesmo que elas tenham documentos irregulares, e isso precisa ser dito cada vez mais, de forma clara e acessível.

Então, quero encerrar falando que, ao disponibilizar esses números no Mapa da Violência, a gente dá um passo crucial para tornar visível o que sempre esteve invisível: o sofrimento de milhares de mulheres brasileiras que, mesmo fora do país, continuam atravessando esse ciclo de violência. A sociedade civil, o Estado brasileiro e todas as instituições aqui representadas têm uma responsabilidade compartilhada de garantir que nenhuma dessas mulheres seja esquecida nos limites geográficos da violência. E, por isso, a Gênero e Número e o Mapa Nacional da Violência de Gênero vão sempre reafirmar o compromisso de manter esse debate vivo, de ampliar o acesso aos dados e de trabalhar para que cada vez mais mulheres brasileiras, dentro e fora do país, encontrem proteção, acolhimento e caminhos para romper a violência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa! Muito obrigada, Vitória Régia! Obrigada por todo o seu esforço, por todo o seu trabalho e por todo o esclarecimento.

E, agora, eu quero passar a palavra para Ana Paula Mantovani, que é Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Ana Paula, você está com a palavra.

A SRA. ANA PAULA MANTOVANI (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

É uma honra conhecê-la pessoalmente. A gente já tinha participado daquela audiência da Subcomissão, mas de forma virtual. Então, muito obrigada por ter me convidado aqui para participar da mesa. Eu não tinha confirmado presença, porque, nós mulheres, a gente tem que ficar equilibrando pratos, né? E hoje era o dia de a minha mãe ir ao geriatra, e o geriatra da minha mãe é um fofo, só que ele conversa um monte. Então, eu falei para ele: "Hoje menos conversa, porque eu tenho um compromisso". Eu estava querendo chegar aqui, e peço desculpas se eu cheguei atrasada.

Enfim, é muito gratificante ver o trabalho que foi produzido pela Subcomissão, né? A gente sabe que essa questão que foi trazida à tona pela Subcomissão e por esses debates aqui no Senado nos mostraram o quão urgente é essa junção de todos os órgãos envolvidos, né? E eu vi aqui agora que, no relatório final, a Senadora colocou justamente isto: que é muito importante um comitê – acho que foi isso – interinstitucional, porque nós verificamos aqui...

Todas que me antecederam trouxeram dados numéricos sobre essas questões. E eu acho que, para a gente combater um problema tão grave como esse, sem conhecimento do que está se passando, sem esses dados, realmente fica muito difícil. E a gente viu que nós temos dados. A riqueza dos detalhes que a Embaixadora nos trouxe, com os dados do Ministério das Relações Exteriores, demonstra que nós temos esses dados, só que nós precisamos agir. A gente não pode ter o conhecimento e simplesmente não dar o primeiro passo, o próximo passo, que são as ações.

E, quando eu pude participar aqui da audiência pública que foi virtual, uma das principais críticas que eu fiz foi à postura da AGU em relação a essas questões da subtração internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crianças. E foi muito emblemático, porque foi dias depois da decisão do Ministro Flávio Dino, que eu brinco que não jogou uma luz, jogou um holofote sobre o problema.

E aí, realmente, nós agora precisamos cobrar, principalmente do Executivo, uma mudança de postura com relação a isso. E eu acho que é essencial para que tenhamos uma lei que realmente seja efetiva e produza resultados concretos e que alcance realmente esse objetivo que a gente quer, que é uma visão diferenciada, porque uma mãe brasileira, quando retorna com seu filho vítima de violência doméstica, ela espera chegar ao seu país e ter um acolhimento, não ser processada pela Advocacia-Geral da União, né?

Então, é muito importante que todos os atores participem desse comitê, Senadora. E o Ministério Público Federal não pode estar de fora, porque todas essas ações tramitam na Justiça Federal e o Ministério Público atua como fiscal da lei. Então, é preciso que todos nós, juntos, atuemos em busca de um texto que realmente seja, como eu disse anteriormente, efetivo. Então, coloco a Associação Nacional dos Procuradores da República e a Comissão ANPR Mulheres à disposição.

Esse tema foi trazido à nossa comissão pela Dra. Raquel Dodge, a quem eu quero agradecer aqui de público, porque foi ela, que faz parte da Comissão, que trouxe: "Olhe, é um tema muito importante essa questão da Convenção de Haia. A gente precisa de um olhar diferenciado". Então, tenho certeza de que ela também poderá ajudar muito, porque a atuação dela já é no âmbito do STJ, né? Quando os recursos chegam aos tribunais superiores, a gente sabe que já há uma limitação a mais com relação aos recursos cabíveis. Então, é importante que as decisões do STJ sejam sedimentadas no sentido de que realmente se promova esse acolhimento das mães e, enfim, a gente possa, com essa futura lei, realmente mudar esse panorama.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada. Seu depoimento é importantíssimo.

Aproveito para fazer nossos cumprimentos à Dra. Raquel Dodge, também ao Dr. Nicolau Dino, que também participaram com muita força. Até quando o Ministro Flávio Dino era Ministro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós o procuramos também para levar essa questão da AGU e muitas outras. Também tenho muita gratidão por ele ter colocado esse holofote nesse caso.

E agora, agradecendo a todas vocês, eu quero solicitar à Secretaria a exibição do vídeo da Beatriz Accioly Lins, que é antropóloga, especialista em violência contra a mulher e líder de políticas públicas do Instituto Natura.

A SRA. BEATRIZ ACCIOLY LINS (Para expor. *Por vídeo*.) – Boa tarde a todas e a todos. É um prazer enorme participar dessa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, especialmente hoje, no lançamento da atualização dos registros internacionais do Mapa Nacional da Violência de Gênero, que é fruto dessa parceria entre o Senado, o Instituto Natura e a Gênero e Número.

Eu queria trazer o seguinte debate: o que aprendemos com os dados de 2023 e os novos de 2024? E por que a experiência internacional, em especial do México e da Espanha, pode ajudar a gente a avançar no debate legislativo brasileiro no que diz respeito à violência contra as mulheres, em especial violência contra brasileiras que vivem no exterior? E para isso eu vou trazer uma reflexão que atravessa esses novos dados, mas também os anteriores e que para mim exige um debate urgente: a violência vicária, ou seja, a violência que é praticada contra as mulheres por meio de terceiros, muitas vezes filhos e filhas, crianças e adolescentes que se tornam instrumentos de controle, de coação e de vingança em relação às suas mães.

Em 2024, as embaixadas e os consulados registraram mais de 1,6 mil casos de violência doméstica e de gênero contra brasileiras no exterior. Houve um aumento em relação a 2023. E quando a gente olha especificamente para as dinâmicas envolvendo crianças e adolescentes, algo se repete de forma muito consistente. Os casos de subtração internacional de menores e a disputa de guarda no exterior. A mesma tendência aparece nos casos tanto de 2024 quanto de 2023, que são os dados publicados pelo Mapa. Esse conjunto de informações nos revela algo que é muito importante, parte significativa da violência que atravessa essas mulheres brasileiras que vivem no exterior não se dirige somente a elas ou diretamente a elas, mas usa seus filhos e filhas. Esse padrão é exatamente o que a literatura internacional chama de violência vicária.

Hoje o Brasil não possui uma tipificação própria para violência vicária. Esse termo também nem é conhecido no debate público. Nós não temos a previsão legal para reconhecer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentalização de filhos, crianças e adolescentes como forma de violência contra a mulher, em especial violência doméstica e familiar. Entretanto, os dados mostram que isso está acontecendo com as mulheres brasileiras dentro e fora do país. Nos casos trazidos pelos dados do Ministério das Relações Exteriores e incorporados ao Mapa, a gente pode olhar a prevalência dessas experiências e fazer a discussão sobre táticas muito comuns, muito clássicas da violência vicária, como a retenção indevida de crianças para causar sofrimento à mãe; a subtração internacional, que prolonga o ciclo da violência e isola a mulher; disputas judiciais abusivas que usam o sistema legal contra a mãe com o objetivo de desgastar e controlar; desqualificação da figura materna; ameaça envolvendo os filhos. E tudo isso ganha um contorno especialmente mais dramático quando a mulher é imigrante e está em situação de algum tipo de vulnerabilidade, em especial, muitas vezes, relacionada à sua condição imigratória.

Esse padrão se repete em diferentes países e contextos e é reconhecido por legislações internacionais mais avançadas.

A Espanha, desde 2004, com a sua lei orgânica, reconhece oficialmente a violência vicária, e eu queria sublinhar também algo que na Espanha já é um princípio jurídico consolidado. Um homem que agride, viola a mãe dos seus filhos, não é considerado apto para exercer a paternidade. Esse princípio aparece na jurisprudência com a decisão emblemática de Barcelona, por exemplo, que reconhece o direito da criança à não convivência com um pai agressor, e na legislação, especialmente após as reformas da lei orgânica também, que já mencionei, que reconhece que crianças e adolescentes são vítimas diretas da violência de gênero cometida contra suas mães. A lógica é simples e poderosa: se a criança vive em um ambiente violento, se ela cresce assistindo a violência contra sua mãe ou sendo usada como instrumento dessa violência, ela também é vítima. Então, por isso, na Espanha, há proibição de guarda compartilhada quando há violência de gênero, há suspensão imediata do regime de visitas e há decisões judiciais afirmando expressamente que o maltrato à mãe é incompatível com a função parental. Isso não é simbólico, isso muda a prática judicial, muda a proteção e muda o lugar das crianças e adolescentes nas políticas públicas.

O México, entre 2023 e 2024, também incorporou a violência vicária ao Código Penal e ao Código Civil, nomeando explicitamente condutas como reter, ocultar ou subtrair menores do domicílio materno, ameaçar, causar danos aos filhos, usar o litígio abusivo como mecanismo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência e induzir a violência psicológica dos filhos contra mãe. Esse movimento legislativo permite ao Estado reconhecer que o uso de crianças e adolescentes como instrumentos de coerção, de ameaça, de humilhação não é um conflito tão somente familiar; é violência de gênero.

No Brasil, a gente ainda não tem nada disso; o termo não aparece na legislação, não é incorporado como categoria do Judiciário e não é utilizado como orientação para serviços públicos de maneira oficial, mas os dados do Ministério das Relações Exteriores reforçam que esse tipo de violência já existe entre nós e que ela ganha contornos especialmente graves em casos de brasileiras que voltam ao país com seus filhos fugindo da violência doméstica e que acabam depois acusadas de sequestro internacional ao chegar no Brasil. A Comissão já discutiu esse ponto recentemente. Existe um debate urgente sobre a necessidade de exceções claras à Convenção de Haia, quando a mãe é vítima de violência doméstica.

O Mapa Nacional da Violência de Gênero, então, nos oferece algo muito importante: evidências, dados consistentes, padronizados, multissetoriais que mostram que a violência vicária não é marginal, não é acidental e não é excepcional; ela faz parte do ciclo da violência doméstica.

Quando a gente olha para os dados brasileiros também, tanto os da Pesquisa Nacional de Violência contra Mulher, mas de outros levantamentos, nós encontramos elementos muito semelhantes. Os números recém-divulgados pelo DataSenado, pelo Observatório da Mulher contra a Violência, mostram que crianças e adolescentes são testemunhas frequentes da violência doméstica no Brasil. E esse testemunho também não é acidental; ele faz parte de um sistema de controle, de punição, de coerção às suas mães.

No Brasil a gente ainda chama esses episódios, quando muito, de violência psicológica, violência patrimonial, disputa de guarda, mas o que os dados estão dizendo para a gente é outra coisa. Quando uma criança, quando um adolescente assiste à violência doméstica, ele ou ela é vítima direta também. E, quando uma criança e um adolescente são usados para atingir a mãe, isso é violência contra a mulher e violência contra a criança e adolescente ao mesmo tempo.

Hoje nós não temos no Brasil essa categoria reconhecida, não temos diretrizes nacionais específicas e ainda temos casos dramáticos, muitos reconhecidos aqui nesta Comissão, de mulheres que fogem da violência em outros países com seus filhos e chegam ao Brasil sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusadas de sequestro internacional, mesmo sendo vítimas. Essa é uma situação que a Espanha e o México já solucionaram ou já avançaram bastante legislativamente.

A atualização, então, que a gente traz do Mapa Nacional da Violência de Gênero nos dá uma evidência incontornável. A violência vicária existe no Brasil, mas ainda não existe para o nosso sistema jurídico. E isso tem consequências graves. Sem nome, sem categoria, sem protocolo, ela é quase invisível. A experiência, tanto internacional quanto nacional, mostra que nomear é organizar respostas e mostra também que proteger a criança e o adolescente é proteger a mulher e vice-versa.

Eu queria encerrar com a frase que sintetiza toda a abordagem espanhola, que para mim devia orientar também o nosso debate legislativo: um agressor não pode ser um bom pai. Esse princípio não criminaliza paternidades, ele protege infâncias, ele protege juventudes, ele protege mulheres e reconhece que a violência doméstica nunca é um crime privado, ela é um crime que se derrama sobre toda a família.

Eu agradeço à Comissão pelo convite, pela disposição de discutir esse tema com a seriedade que ele exige e merece e reforço a importância de continuarmos usando os dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero, que são públicos, integrados, atualizados, como base para a gente avançar neste debate de forma responsável, técnica e comprometida com a vida das mulheres e também das crianças e adolescentes brasileiros e brasileiras, vivendo aqui ou não.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa, muito obrigada, Beatriz Accioly Lins. É importantíssimo esse vídeo que você mandou para a gente. Eu lhe agradeço mesmo.

Eu queria trazer algumas perguntas do e-Cidadania.

A Lorena, do Rio de Janeiro, por exemplo, pergunta: "Como garantir proteção a mães e crianças que fogem da violência no exterior sem que a aplicação da Convenção da Haia as penalize?".

Eu vou lendo, depois se alguém quiser responder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bruna, do Rio Grande do Sul, fala: "Na disputa de guarda, com a mãe [...] acusada de sequestro, os filhos recebem atendimento psicológico? Como é garantida a educação deles?".

Mikeias, do Paraná: "Como atualizar os registros internacionais para refletir adequadamente situações de violência doméstica transnacional?".

Eu vou até falar para a Bruna, do Rio Grande do Sul, que, em muitos casos em que as crianças foram retiradas da mãe e foram para outro país, tem criança que nem conhecia o pai, porque saiu e tinha dois anos, e que nem a língua falava, e que a mãe não tinha nenhuma forma de saber se o pai colocou essas crianças na escola, e ficou procurando em todas as escolas dessa cidade, no exterior, para ver se via em fotos da escola a cara da filha – das filhas, eram duas. Então, Bruna, é uma parte bem difícil.

O Paulo, de São Paulo, pergunta assim: "Como o Senado garantirá que mães que fogem da violência não sejam criminalizadas pela Convenção da Haia, priorizando [assim] direitos humanos?".

O Adolfo, de Pernambuco: "Como o Brasil vai evitar a revitimização de mães e crianças no exterior e incluir esses casos no Mapa da Violência de Gênero?".

E, por fim, a Danielle, do Distrito Federal, diz: "A atualização do Mapa pode melhorar políticas migratórias de proteção?".

Essas são apenas algumas das mensagens e perguntas que a gente recebeu.

Agora, eu queria saber se vocês gostariam de fazer uma exposição final, de até três minutos – alguma consideração final.

Quer, Embaixadora, então? A Embaixadora Márcia Loureiro, para fazer considerações.

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Na verdade, a Beatriz ressaltou a importância de aprender com a experiência de outros países, não é? Tomei nota com muita atenção, com muito interesse, dessas duas experiências específicas que ela relatou, México e Espanha. E vou pedir para nossas embaixadas trazerem mais elementos sobre isso, que podem servir para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o inverso também ocorre, Senadora. Essas experiências nossas, o Mapa, as cartilhas que a Vitória mencionou, os EMUBs, os Espaços da Mulher Brasileira, essas experiências estão sendo compartilhadas por nós junto às autoridades consulares de outros países, quando a gente tem reuniões bilaterais ou regionais, multilaterais, com os meus contrapartes, nos ministérios das relações exteriores de outros países. E, com isso, essas nossas experiências poderão servir para aprimorar a assistência consular às mulheres migrantes de outras nacionalidades, não é? São iniciativas que o Itamaraty está divulgando junto a interlocutores estrangeiros e isso vai ampliando o alcance dessas ideias e vai inspirando iniciativas e ações semelhantes. Então, o alcance vai além de beneficiar só as mulheres brasileiras. Acaba tendo esse efeito, né? Torcemos e esperamos que acabe beneficiando as mulheres de outros países também. Então, é o aspecto da cooperação internacional que eu acho que é importante a gente... é um efeito a mais, um efeito adicional positivo dessas nossas iniciativas que nós discutimos hoje aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Embaixadora.

Queria saber se a Maria Teresa quer fazer alguma consideração final.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO (Para expor.) – Senadora, depois da fala da Beatriz Accioly, eu acho que a gente tem que pensar em violência vicária na nossa manifestação.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu também acho.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – E eu acho que um projeto de lei... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Já está tudo no esquema.

A SRA. MARIA TERESA FIRMINO PRADO MAURO – É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa... Ela deu informações importantíssimas.

Agora, a Vitória Régia. Você não gostaria de fazer um comentário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VITÓRIA RÉGIA DA SILVA (Para expor.) – Eu posso fazer só agradecimentos finais pelo convite, por este momento em que a gente pode novamente lançar essa atualização dos dados de registros internacionais do Mapa Nacional da Violência de Gênero e reforçar como são importantes essas parcerias entre Estado, sociedade civil e imprensa para a gente ter mais possibilidades de responder um pouco a esse problema.

O problema da violência contra brasileiras no exterior, a violência vicária não é um problema que pode ser resolvido apenas por uma entidade. O ministério não conseguiria resolver sozinho, o Senado, nem a sociedade civil. Então, é nessa colaboração entre diferentes atores que a gente consegue entender melhor quais são as lacunas, as possibilidades e os caminhos para proteger todas as mulheres brasileiras dentro e fora do Brasil.

Então, só reforço como essa experiência que a gente tem tido no Mapa Nacional da Violência de Gênero tem sido muito importante para a gente não só visibilizar os indicadores de violência contra mulheres e meninas, mas também para promover momentos como este, em que a gente tira os dados da plataforma e consegue promover debates e propor novas soluções, sejam legais ou não, para resolver um pouco da dimensão da violência de gênero que afeta, como a Beatriz bem falou, tanto as mulheres quanto as crianças brasileiras. É isso.

Obrigada novamente, Embaixadora, Senadora e todas as minhas colegas de mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Vitória Régia.

Agora, vamos à Dra. Ana Paula Mantovani.

A SRA. ANA PAULA MANTOVANI (Para expor.) – Rapidamente, quando participei da audiência pública, eu também falei e hoje acabei me esquecendo da importância do papel da Defensoria Pública da União nesse comitê interinstitucional; nessa questão que inclui a vulnerabilidade de crianças e mulheres é também primordial trazer essa instituição para o debate. E eu acho, assim, que urge a constituição desse comitê interinstitucional, principalmente, como eu disse, com a redefinição do papel da AGU nesse processo todo. Então, eu acho que a conclusão dos trabalhos da Comissão sendo encaminhada aos órgãos do Poder Executivo e havendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrança nesse sentido, eu acho que, a partir de então, essa perspectiva e essa mudança de olhar para essa situação vão ser realmente reavaliadas. É o que esperamos, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Dra. Ana Paula.

Eu quero agradecer a todas vocês por terem trazido tanta informação. Assim, esta audiência hoje já abriu mais caminhos aí. Então, vamos continuar nessa construção coletiva, porque a gente está indo no caminho certo.

Então, eu quero agradecer a todos vocês, todo o secretariado da Comissão, toda a assessoria de todos que estão aqui, aos que não são assessores que também estão aqui; quer dizer que se importam – não é? – com as mulheres, com as crianças. Então, gratidão, muito obrigada.

E, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Efraim Filho, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Marcelo Castro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 553, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 2 de agosto de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1103, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado em Brasília, em 25 de outubro de 2011." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1107, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova, com cláusula interpretativa, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kiev, em 16 de setembro de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 166, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 465, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 466, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Aprova os textos do Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-Organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes, assinado em Budapeste, em 28 de abril de 1977, e modificado em 26 de setembro de 1980, e de seu Regulamento de Execução, adotado em 28 de abril de 1977 e modificado em 20 de janeiro de 1981, em 1º de outubro de 2002 e em 22 de julho de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 481, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Cooperação Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Bahrein, assinado em Manama, em 4 de setembro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 226, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Protocolo sobre Controle de Exportação de Produtos de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, assinado em Brasília, em 8 de novembro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 228, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Acordos Internacionais Resultantes de Mediação (Convenção de Singapura), assinada pelo Brasil em Nova Iorque, Estados Unidos da América, em 4 de junho de 2021, com reserva, nos termos do subparágrafo (a) do parágrafo 1 do Artigo 8 da referida Convenção, para eximir o Brasil de aplicá-la aos acordos resultantes de mediação dos quais sejam parte a República Federativa do Brasil, qualquer órgão de Estado ou qualquer pessoa que atue em nome de órgão de Estado." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 262, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 292, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto da Convenção-Quadro para a Promoção da Circulação do Talento no Espaço Ibero-Americano, assinado em Soldeu, Andorra, em 21 de abril de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 722, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Aprova o texto do Protocolo alterando a Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em relação ao Imposto sobre a Renda e o seu Protocolo, celebrados em Santiago, em 3 de abril de 2001,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinado em Santiago, em 3 de março de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Egito e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 14 - Projeto de Resolução do Senado n° 29, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Kuwait e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/22

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Declaramos aberta a 8ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

As deliberações, em função do quórum, que não se atingiu, nós vamos deixar *a posteriori*.

Conforme nos socorreu a assessoria, a gente pode já começar com a leitura de alguns relatórios. Eles serão dados como lido, e os apreciaremos, após o quórum atingido, com a sua votação, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito.

Então, o primeiro... (*Pausa.*)

Pega um do Esperidião Amin e outro do Mourão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Quem chegou primeiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ponha o do Mourão primeiro.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 481, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Cooperação Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Bahrein, assinado em Manama, em 4 de setembro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom dia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom dia a todos.

Indo direto à análise. Compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao presente acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, o acordo-quadro em questão é similar aos já celebrados pelo Brasil com outros países. Nesse sentido, entendemos como de extrema relevância para os interesses nacionais o estreitamento dos laços com nações como o Bahrein, país com tradição na área de defesa e participação em regimes internacionais de segurança coletiva, como o Conselho de Cooperação do Golfo e o acordo de segurança com os Estados Unidos.

Por isso o nosso voto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, é pela aprovação do PDL nº 481, de 2023.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão pela leitura do relatório.

Apenas deixo aberta a palavra, se alguém quiser fazer algum comentário, alguma explicação sobre esse projeto... (*Pausa.*)

Não havendo, vamos passar já para o segundo...

O item 8, também da relatoria do Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 226, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo sobre Controle de Exportação de Produtos de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia, assinado em Brasília, em 8 de novembro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, em relação à questão de acordos de defesa e compras de material de defesa entre Brasil e Suécia, essa cooperação é antiga. Ela vem desde que nós adquirimos para a nossa artilharia antiaérea primeiro os canhões Bofors, de 40 mm, e depois adquirimos o Sistema Oerlikon, um biturbo de 35mm, isso já na década de 70, quando eu ainda era um jovem primeiro-tenente, e posteriormente, agora, com a questão da aquisição dos caças Gripen, numa parceria muito proveitosa para ambos os países.

Indo direto à análise, o PDL em exame não carrega vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Adicionalmente, o protocolo vem dar concretude ao art. 4°, IX, da nossa Constituição, que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A relação de amizade entre o Brasil e a Suécia é centenária, e, desde 2009, com o estabelecimento do Plano de Ação da Parceria Estratégica, a nação brasileira mantém, com o país escandinavo, uma relação estratégica que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial, bem como o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Vice-Presidente da República, pude testemunhar o fortalecimento, mais especificamente no campo da defesa, dessa parceria entre o Brasil e o país europeu.

Um dos marcos dessa relação foi a aquisição, pelo Brasil, conforme já mencionei, dos caças Gripen da empresa sueca Saab, um negócio que não só reforçou a capacidade de defesa brasileira, mas também estreitou os laços entre as duas nações, por meio de parcerias tecnológicas – destaco aqui que a Saab também é fornecedora do equipamento Miles, que é utilizado nos treinamentos de combate, quando há dupla ação.

Nesse sentido, chamo a atenção para o fato de que a adoção de um protocolo para o controle da exportação de produtos de defesa é fundamental para disciplinar o comércio internacional de armamentos e tecnologias sensíveis. Diante de um cenário global marcado por conflitos recorrentes e instabilidade geopolítica, esse controle torna-se essencial para evitar a disseminação indiscriminada de armas e garantir que tais recursos não sejam utilizados de forma indevida ou fora dos propósitos acordados.

Além disso, estamos certos de que acordos dessa natureza, voltados à área de defesa, criam um ambiente propício para que empresas brasileiras do setor, especialmente aquelas com atuação internacional, operem com maior segurança jurídica.

Em contextos marcados por exigências regulatórias complexas e sensíveis, a ausência de mecanismos claros pode gerar insegurança e desestimular parcerias estratégicas. Nesse sentido, a ampliação de instrumentos como este pode favorecer a inserção internacional da indústria de defesa brasileira e estimular novos projetos conjuntos.

Assim, o voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 226, de 2024.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Dando sequência, vamos já para o item 10, também da relatoria do Senador Hamilton Mourão.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 262, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Concedo, de novo, a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, queria destacar que a Turquia, a partir de determinado momento, passou a ter uma inserção no mercado internacional de produção de artigos de defesa, com helicópteros de ataque, *drones* e outros tipos de armamento, daí a importância desse acordo entre o Brasil e a Turquia, abrindo, vamos dizer assim, uma outra via de acesso para a compra de equipamentos.

Indo à análise.

Compete a esta Comissão a análise desse tipo de acordo.

No tocante ao tratado, inexistem defeitos quanto à sua juridicidade.

No mérito, importa destacar que o ato internacional em causa contribui sobremaneira para o aprimoramento das relações bilaterais em domínio no qual ambos os países têm estatura assemelhada e podem se beneficiar mutuamente das respectivas experiências. A aprovação por esta Casa do tratado em apreço demonstra nosso compromisso com o avanço, a pesquisa e o aprimoramento de conhecimento em área de suma importância para o desenvolvimento e a segurança do país, sobretudo neste momento em que o mundo atravessa uma situação de alta instabilidade.

O resultado do esforço conjunto na cooperação objeto desse acordo será, por certo, benéfica para o relacionamento bilateral, mas também para nossa defesa, nossa indústria e nossa sociedade. Essa circunstância é tanto mais exata quanto mais nos damos conta de que a tecnologia a ser produzida e aperfeiçoada tem natureza dual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 262, de 2024.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Morão.

Vamos para o Decreto Legislativo nº 228, de 2024.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 228, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Acordos Internacionais Resultantes de Mediação (Convenção de Singapura), assinada pelo Brasil em Nova Iorque, Estados Unidos da América, em 4 de junho de 2021, com reserva, nos termos do subparágrafo (a) do parágrafo 1 do Artigo 8 da referida Convenção, para eximir o Brasil de aplicá-la aos acordos resultantes de mediação dos quais sejam parte a República Federativa do Brasil, qualquer órgão de Estado ou qualquer pessoa que atue em nome de órgão de Estado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao nobre Relator para proferir seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, agradeço pela deferência da indicação.

A ementa, que V. Ex. leu com muito cuidado, praticamente descreve o objetivo.

Primeiro, uma breve menção ao que é a Convenção de Singapura:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> (...) visa a estimular e facilitar o comércio internacional ao conceder [...] [obrigatoriedade] a acordos internacionais resultantes de mediação. Os beneficiários – pessoas físicas ou jurídicas – poderão, uma vez em vigor a Convenção, recorrer ao Poder Judiciário das Partes signatárias para exigir o cumprimento desse tipo de acordo. A Convenção amplia de modo considerável, portanto, a segurança jurídica da mediação como método alternativo e, frequentemente, mais ágil e [mais] simples, e menos oneroso de solução de controvérsias comerciais internacionais, em benefício de cidadãos e empresas que operem no Brasil e nos territórios das [...] Partes signatárias [ou da Parte signatária].

Portanto, é um instrumento útil, pragmático e facilitador.

Destaco ainda que o Artigo 3 traça princípios gerais, como o de que as partes deverão garantir a observância de um acordo resultante de mediação em conformidade com as suas normas processuais.

Sobre os requisitos para buscar o cumprimento do acordo resultante de mediação, o Artigo 4 do tratado nomina algumas condições, como assinatura das Partes e do mediador e a declaração da instituição que administrou a mediação, bem como versão em língua oficial da Parte que executa o acordo.

Portanto, as mediações aceitas pelo Brasil serão as privadas. Outra reserva possível, não realizada pelo Brasil, é de apenas aplicar a convenção nos limites ajustados entre as Partes do acordo resultante de mediação.

De sorte que, na proposição, além de aprovar o texto com reserva, nos termos do subparágrafo (a) do parágrafo 1 do Artigo 8 da referida convenção, para eximir o Brasil de aplicá-la aos acordos resultantes de mediação dos quais sejam Parte a República Federativa do Brasil, qualquer órgão do Estado ou qualquer pessoa que atue em nome do órgão de Estado, determina-se a já tradicional cláusula para resguardar os poderes do Congresso Nacional quanto à celebração dos tratados, a saber:

> Art. 1º [...]
> Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram recebidas emendas no prazo regimental, de forma que, por ser de absoluta competência desta Comissão a manifestação, me resta dizer que trata-se de um instrumento jurídico que modernizará as nossas relações de direito internacional privado, conforme descrevi.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, ser constitucional, ser jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2024.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Senador Esperidião Amin.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, só um pequeno comentário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Eu acho que esse acordo é extremamente importante, e eu lhe digo por ter enfrentado uma situação muito difícil por ter sido gestor de um projeto no Exército Brasileiro que era com outro país, e naquele tempo não havia esse acordo de mediação.

Nós tivemos dificuldade grande para terminar, em discussões com a empresa, e na época o fórum para discussão era Nova York, fora das leis brasileiras. Esse acordo aí de Singapura é de 2018, eu enfrentei esse problema entre os anos de 2012 e 2016. Então, não estava coberto. É extremamente importante isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Oportuna a fala do nosso querido Senador Hamilton Mourão.

Vamos dando sequência.

ITEM 14

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 29, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Kuwait e dá outras providências.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Como V. Exa. descreveu, o Grupo Parlamentar Brasil-Kuwait, que é proposto pelo nosso querido ex-Senador Jean Paul Prates, é o assunto que está sob o nosso foco.

Os termos da proposição, ou seja, da institucionalização do grupo, obedecem às formas tradicionais e prescritas no Regimento e nas resoluções do Senado.

Os grupos parlamentares são regulamentados pela Resolução nº 14, de 2015, da qual destacamos que, assim como as frentes parlamentares internacionais, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar. Assim é que a proposta do Senador Jean Paul Prates está de acordo com a resolução citada, como já frisei.

O Projeto de Resolução nº 29, de 2021, vai ao encontro das boas práticas parlamentares, em especial no que concerne ao estreitamento dos laços com os congêneres mundo afora. No caso em tela, entendemos como de extrema relevância a aproximação do Senado Federal, através do grupo, com a Assembleia Nacional do Kuwait, que é o Parlamento unicameral daquele país.

O Kuwait, como todos sabemos, é um país que se situa entre a Arábia Saudita e o Golfo Pérsico, desempenha um papel estratégico na região, como a história demonstra. E as transações comerciais, que giram em torno de US$500 milhões anuais, entre Brasil e Kuwait, continuam... Esse valor é um estímulo para que cresçamos em função de situações semelhantes na própria região do Oriente Médio.

A interação direta entre os membros do Congresso e os seus equivalentes kuwaitianos proporcionará uma plataforma sólida para a troca de experiências, conhecimentos e melhores práticas entre os legisladores de ambos os países. Essa cooperação interparlamentar permitirá um diálogo mais estreito e estruturado, contribuindo para a discussão de interesses comuns e para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanço de agendas bilaterais entre o Brasil e o Kuwait, que desfrutam reciprocamente de simpatias que eu tive a oportunidade, Presidente Nelsinho Trad e Senador Mourão, de comprovar pessoalmente no ano de 2002. Fiz uma visita oficial, como Governador, ao Kuwait, e, além de perceber a associação do Brasil a coisas alegres, como, por exemplo, o futebol, me dei ao trabalho de ir a um supermercado. Fiquei observando a movimentação das senhoras, naquela época ainda usavam...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Burca?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. Não usavam burca, mas usavam...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Véu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o véu. E hoje estão dispensadas. Hoje dirigem. Houve uma extraordinária evolução no Kuwait, mas vi que, na chamada pedra de produtos de aves, umas duas ou três kuwaitianas manifestaram num sotaque próximo do nosso, preferência pelos produtos brasileiros, casualmente produzidos em Santa Catarina. Elas não diziam Sadia, diziam "chádia", mas manifestavam a sua simpatia pelo produto brasileiro, o que me deixou muito orgulhoso, em função desta preferência por quem entende do assunto, que é a dona de casa.

Então faço esse comentário de natureza pessoal para reforçar que, ante o exposto, somos pela aprovação do PRS 29, de 2021, de proposição do Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

De acordo com as tratativas feitas por V. Exa. com o Senador Sergio Moro, ele pede para que V. Exa. seja o Relator *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo 553, de 2021.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 553, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil, assinado em Brasília, em 2 de agosto de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator *ad hoc*, que substitui o Senador Sergio Moro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu fico muito feliz por falar aqui em nome do Senador Sergio Moro.

O Estado do Paraná é o estado recipiendário, aquele que recebeu o maior número de imigrantes ucranianos. Tem uma colônia muito sólida.

Há pouco, eu recebia uma representação do Planalto Norte Catarinense, da cidade de Itaiópolis, que é contígua à divisa com o Paraná, e rememorávamos algumas das características da presença ucraniana no Planalto Norte Catarinense, que ainda que mais reduzida do que a do Paraná, troca... Os ucraínos, como nós dizemos, os ucranianos e seus descendentes do lado catarinense participam de um intercâmbio permanente com os do Paraná. E, particularmente, na religiosidade, o rito ucraíno tem sede na eparquia de Prudentópolis, no Paraná, que é onde se editam os missais, os livros de missa das igrejas que seguem o rito católico ucraíno.

É muito bonito e muito simpático, quando eu vou lá, Senador Mourão, porque eles não dizem amém, eles entoam "amim". (*Risos.*)

Isso me agrada muito, porque é entoado e eu fico muito confortado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Lisonjeado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em cada missa, 17 vezes o Amin é lembrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sucedo aqui, substituo, com muita alegria, o Senador Sergio Moro, para dizer que esse Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil, que foi assinado em 2018, é muito mais oportuno agora, porque essa circunstância da guerra, que eu deploro, como todos nós brasileiros, supriu com ainda mais solidariedade e simpatia o coração dos brasileiros em relação ao país aqui representado, a Ucrânia.

Resumo, dizendo: o objetivo principal do tratado é possibilitar às partes o acesso às mais amplas medidas de cooperação jurídica internacional em matéria civil. Tal cooperação compreende assuntos civis, comerciais e administrativos, incluindo o reconhecimento e a execução de decisões judiciais, de acordo com as suas respectivas leis nacionais.

Não há, no escopo do tratado, qualquer vício de juridicidade ou de regimentalidade, no acordo ou no projeto de decreto legislativo que o aprova.

Repito que, para o Senador Sergio Moro, certamente a circunstância atual que estamos vivendo reclama a adoção de uma ação conjunta de esforços para tornar mais efetiva a aplicação da lei brasileira e de outros países no que se relaciona à instrução de ações cíveis ao cumprimento de decisões judiciais e, em última análise, ao direito consagrado de acesso à Justiça.

Como se não bastasse, a Ucrânia é vítima de uma guerra de agressão e, nesse contexto, a solidariedade internacional é mandatória, ou seja, é uma obrigação nossa. Aprofundar e facilitar a cooperação jurídica internacional entre Brasil e Ucrânia, além de relevante para os dois países, passa a ser um imperativo moral.

É, pois, conveniente, oportuna e imperativa a subscrição do presente tratado pela República Federativa do Brasil.

Voto.

Portanto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, por ser constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2021, nas palavras do Senador Sergio Moro, que eu endosso com absoluta adesão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito ao Senador Hamilton Mourão que possa ler *ad hoc* um projeto do qual eu sou o Relator, Senador Nelsinho Trad, porque eu estou aqui na força-tarefa de conseguir mais três Senadores para a gente poder apreciar esses votos.

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2022.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 466, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova os textos do Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-Organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes, assinado em Budapeste, em 28 de abril de 1977, e modificado em 26 de setembro de 1980, e de seu Regulamento de Execução, adotado em 28 de abril de 1977 e modificado em 20 de janeiro de 1981, em 1º de outubro de 2002 e em 22 de julho de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Nelsinho Trad. Peço que o Relator *ad hoc* seja o Senador Hamilton Mourão, para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Indo direto à análise, a proposição em exame observa os preceitos constitucionais pertinentes à celebração de tratados internacionais. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição, compete privativamente ao Congresso Nacional aprovar os atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. A matéria, portanto, insere-se na esfera de competência deste Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da juridicidade, a proposta está em consonância com o ordenamento jurídico pátrio. O Tratado de Budapeste e seu Regulamento de Execução não afrontam os princípios constitucionais, tampouco implicam revisão de normas infraconstitucionais em vigor. Ao contrário, a adesão ao tratado alinha-se à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial), cujo art. 24 já admite, para fins de suficiência descritiva, a utilização do depósito de micro-organismos junto a instituições reconhecidas.

No que tange à regimentalidade, a proposição atende às exigências do Regimento Interno do Senado Federal, especialmente ao disposto no art. 103, inciso I, que confere a esta Comissão a competência para se pronunciar sobre tratados e atos internacionais firmados pelo Poder Executivo e submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

Sobre o mérito, a adesão do Brasil ao Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-Organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes representa medida oportuna e estratégica para o fortalecimento do sistema nacional de propriedade intelectual, particularmente no setor da biotecnologia. Trata-se de instrumento que simplifica procedimentos, reduz custos e amplia a segurança jurídica para inventores e empresas que atuam com inovação baseada em materiais biológicos.

Ao reconhecer os efeitos legais de depósitos realizados em autoridades internacionais de depósito situadas em qualquer Estado Parte do tratado, a adesão brasileira contribuirá para a inserção mais eficiente dos pesquisadores e das instituições nacionais em cadeias globais de inovação. De igual modo, permitirá que instituições científicas brasileiras se candidatem ao reconhecimento como autoridades depositárias internacionais, com potencial para consolidar a liderança regional do Brasil no campo da biotecnologia e da biodiversidade.

Além dos ganhos operacionais e da convergência normativa com os principais sistemas de patentes no plano internacional, a adesão ao Tratado de Budapeste não impõe compromissos financeiros gravosos nem altera a legislação vigente, já compatível com os dispositivos convencionais. A proposta conta, ainda, repita-se, com pareceres favoráveis dos ministérios competentes, notadamente das pastas da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Economia e das Relações Exteriores, sem registro de óbices técnicos ou jurídicos.

À vista do exposto, considera-se que a aprovação do tratado contribuirá de maneira substantiva para o aprimoramento do arcabouço normativo da inovação no Brasil, devendo ser acolhida por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o nosso voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, este parecer é pela aprovação do PDL nº 466, de 2022.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 465, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Se me permite, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Não identificamos vícios de juridicidade ou regimentalidade no acordo ou no projeto de decreto legislativo que o aprova.

Quanto à constitucionalidade formal, registramos que a tramitação observa o modelo constitucional de repartição de competências previsto nos arts. 49, inciso I, e 84, inciso VIII, da Constituição Federal. Assim, permanecem hígidas as esferas próprias de atuação do Poder Legislativo e do Poder Executivo na formação dos atos internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando ao exame do mérito, o referido acordo – em cuja redação atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Aviação Civil – tem o objetivo de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre Brasil e Israel, que agora passam a contar com um marco legal estável para a operação de serviços aéreos entre seus territórios.

O texto é um acordo de serviços aéreos, que tem por finalidade disciplinar o transporte aéreo de passageiros, de cargas e mala postal, especificando, entre outros pontos, a designação de empresas, rotas, tarifas e segurança.

Por suas características já adequadas à nova liberação das conectividades aéreas, o instrumento é o que chamamos de "acordo de céus abertos". O Brasil tem atualizado seus acordos de serviços aéreos para esse modelo com os demais membros da Organização de Aviação Civil Internacional, sob a liderança da Agência Nacional de Aviação Civil.

A quantidade e a qualidade desses acordos, desde 2010, foram modificadas significativamente, com o aumento de oferta de novos serviços em benefício da concorrência, com o incremento de rotas abertas, com o aumento da liberdade tarifária – que inclui preços, tarifas ou encargos que deverão ser pagos para o transporte aéreo de passageiros, incluindo bagagem e carga, bem como outro modal em conexão com aquele, e excluindo mala postal – e também com a livre determinação de capacidade, múltipla designação de empresas, direitos acessórios de tráfego, código compartilhado bilateralmente e com empresas de terceiros países. Evidentemente, esses acordos não são uniformes, porque variam de parte a parte.

Em suma, o tratado em análise, que está em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil, favorece a circulação de pessoas e bens e corresponde a um modelo de acordo de céus abertos entre Brasil e Israel, e merece, portanto, ser aprovado.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2022.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Socorre-nos a assessoria informando que os projetos podem ser colocados em discussão, os que já foram lidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficam pendentes apenas, da pauta de hoje, três itens. Eu vou pedir para cada um dos colegas lerem *ad hoc* esses três itens, e aí a gente esgota a leitura, e enquanto isso ainda dá tempo de chegar mais alguém.

Item 4, da Senadora Tereza Cristina.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 166, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Peço ao Senador Astronauta Marcos Pontes que possa ler *ad hoc* o relatório da Senadora Tereza Cristina, pela aprovação.

Já para o Senador Mourão, eu vou pedir que ele possa ler o da Senadora Mara Gabrilli. Para só estar no radar: é o que aprova o texto da Convenção-Quadro para a Promoção da Circulação de Talentos no Espaço Ibero-Americano, assinado em Soldeu, Andorra, em abril de 2021.

E, para o Senador Esperidião Amin, vou pedir para que ele leia o relatório do Senador Carlos Viana sobre o projeto que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Egito – só para colocar no radar.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Passo à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional cabe análise e manifestação sobre proposições relacionadas a atos e acordos internacionais, conforme previsto no Regimento Interno do Senado Federal. Cumpre destacar que a aprovação do presente acordo está plenamente alinhada com os preceitos da Constituição Federal.

Ressalta-se que essa aprovação pelo Congresso Nacional é imprescindível para os atos internacionais que impliquem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio público. Não foram detectadas irregularidades quanto à sua juridicidade ou conformidade legal, tampouco o acordo impõe encargos financeiros automáticos ao Estado brasileiro. Não se vislumbrou qualquer dispositivo que ameace a soberania ou compromissos incompatíveis com a Constituição.

No mérito, o Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul reflete o esforço conjunto para enfrentar os desafios impostos pelo crime organizado transnacional, especialmente nas áreas fronteiriças. A criminalidade que ultrapassa as fronteiras nacionais exige respostas coordenadas e eficazes entre os países da região.

O texto examinado propõe um marco jurídico adequado para a construção de mecanismos permanentes de cooperação policial, baseados em princípios de soberania, reciprocidade, responsabilidade comum e respeito aos direitos humanos. A instituição da Coordenação Policial de Fronteira, a previsão de perseguições e vigilância em território vizinho e a interoperabilidade dos sistemas demonstram a preocupação em assegurar respostas ágeis e eficazes aos ilícitos que ocorrem nas zonas limítrofes.

Ressalte-se que o instrumento internacional é fundamental para fortalecer a articulação entre as forças policiais dos países vizinhos, permitindo uma resposta mais eficaz ao crime organizado transnacional que afeta diretamente as populações dessas áreas. A cooperação institucionalizada que este acordo estabelece facilitará o intercâmbio de informações, operações conjuntas e ações coordenadas que respeitam a soberania de cada país, imprescindíveis para garantir a ordem e a proteção das comunidades. Fortalecem-se, dessa forma, as relações no âmbito do Mercosul.

Além das questões de segurança, destaca-se a importância desse acordo para as cidades-gêmeas, onde a fronteira é uma linha tênue que divide, mas também une populações com laços sociais, econômicos e culturais muito próximos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessas localidades, a integração entre os países deve refletir a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente em áreas como saúde, mobilidade e assistência social. A cooperação policial prevista contribui para criar um ambiente mais seguro e estável, favorecendo o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cidadania na fronteira, promovendo não apenas a repressão ao crime, mas também a convivência pacífica e o progresso regional.

O voto.

Em face do exposto, este parecer é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2022, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes pela colaboração.

Vamos para o item 11.

Tem dois Senadores que estão vindo dar presença, vai ficar faltando só um.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 292, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção-Quadro para a Promoção da Circulação do Talento no Espaço Ibero-Americano, assinado em Soldeu, Andorra, em 21 de abril de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

A Relatora é a Senadora Mara Gabrilli.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, o PDL em exame não contém vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade, uma vez que se encontra em conformidade com o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da nossa Constituição.

Ademais, o acordo se harmoniza com o art. 4º, IX, da Constituição, que estabelece que a República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Com efeito, seu texto se alinha com valores compatíveis com a Constituição Federal, como a solidariedade entre os povos, a dignidade da pessoa humana, a promoção dos direitos sociais, culturais e educacionais e até mesmo a integração latino-americana. E mais: a valorização do capital humano e a internacionalização do saber são ideais estimados pela política externa brasileira.

Como dito, a convenção visa facilitar e incentivar a mobilidade de talentos entre os territórios dos Estados-membros da comunidade ibero-americana. Para tanto, o estabelecimento de condições comuns de entrada e de acesso para a realização de atividades é de extrema importância.

Estamos certos de que a implementação da convenção poderá contribuir, por exemplo, para a internacionalização das universidades brasileiras, o fortalecimento da ciência e da inovação e a ampliação de oportunidades para estudantes e profissionais brasileiros no exterior. Do mesmo modo, ela favorecerá o intercâmbio de estudantes e profissionais estrangeiros em território nacional.

No que tange à soberania nacional e à ordem jurídica interna, sobretudo por se tratar de acordo-quadro, o texto da convenção não impõe obrigações automáticas ou vinculantes, exigindo regulamentação posterior por meio dos acordos de aplicação previstos em seu Artigo 4º.

Nesse sentido, importa também registrar o disposto no Artigo 3º, 1, segundo o qual, abro aspas:

> 1. A admissão das pessoas a que se refere o Artigo 2º num Estado Parte e a realização nele das atividades mencionadas no referido artigo estarão sujeitas à legislação deste último Estado, em particular em matéria aduaneira, fiscal, migratória, de saúde e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança social, sem prejuízo do disposto nos Acordos de aplicação a que se refere o artigo 4º e de outros tratados internacionais celebrados entre os Estados Parte na Convenção-Quadro, em conformidade com o artigo 10º.

Fecho aspas.

Diante disso, estamos certos de que a presente Convenção-Quadro, ao pretender viabilizar a intensificação da circulação de estudantes, acadêmicos e profissionais, criará ambiente apropriado para o intercâmbio de experiências e de conhecimento. O estabelecimento de vínculos sólidos entre os Estados Partes tem o potencial de conduzi-los ao aprimoramento de suas competências e capacidades.

O voto, Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 292, de 2024.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Mais uma vez, agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Vamos já para o Projeto de Resolução 26.

ITEM 13

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 26, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Egito e dá outras providências.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Relator: Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Designo Relator *ad hoc* o Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, eu quero agradecer pela oportunidade, ainda que essencialmente fortuita, de estar aqui substituindo o nosso querido califa 2, o Carlos Viana – o califa 1 é o Otto Alencar –, e registrar que endosso absolutamente, ou seja, no todo, o voto, o relatório da lavra do Senador Carlos Viana.

Gostaria apenas de resumir, até porque já aprovamos aqui um grupo parlamentar, portanto todas as exigências estão preenchidas. O que eu gostaria de aduzir é que, como eles têm caráter permanente, a partir da interpretação da Resolução nº 14, de 2015 – foi esta resolução que criou o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos –, que deu a partida para regulamentar os grupos parlamentares, que têm, como eu mencionei, o caráter permanente, ou seja, eu não sei hoje quantos são os membros do Senado, uma vez que o projeto data de 2021 e foi apresentado por um ex-Senador, como eu já frisei, nosso amigo querido, um Senador muito diligente, muito criativo, muito ativo.

Eu, pessoalmente, tenho, em relação a esse grupo, uma ligação sentimental. A padroeira do meu estado é de Alexandria. Eu sou o único Governador que visitou o Mosteiro de Santa Catarina, de Alexandria, aos pés do Monte Sinai, Senador Nelsinho, no município de Santa Catarina do Sinai. O município fica num planalto, digamos, no sopé do Monte Sinai, tão conhecido pela leitura bíblica. Nós estamos na altura de 900m do nível do mar. O município de Santa Catarina do Monte Sinai cultiva maçãs, como o meu estado também, e lá neva. Olhe bem, naquele deserto, neva.

No sopé do Monte Sinai, ergue-se esse majestoso Mosteiro de Santa Catarina de Alexandria, que começou a ser construído no século IV. Lá estão os restos mortais da nossa padroeira. Lá eu visitei a testemunha daquela cena de uma referência bíblica, que é a sarça ardente, o arbusto que pegava fogo sem se queimar e de onde se ouviu a voz de Deus – está na Bíblia, quem é cristão respeita muito isso –, a ordem para Moisés retirar as sandálias, porque estava pisando em solo sagrado.

Esse ambiente fica dentro, no perímetro do Mosteiro de Santa Catarina do Sinai, muito embora ela seja de Alexandria, mas o mosteiro fica no Sinai. E, dentro deste perímetro, existe erguida uma igreja cristã ortodoxa – são padres ortodoxos que cuidam do mosteiro – e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesquita, convivendo os dois edifícios religiosos, dois templos religiosos, e há um decreto, atribuído a Maomé, do século VII, que considera aquele território sagrado. Nunca foi molestado em guerra nenhuma, nem por muçulmanos nem, obviamente, por católicos.

Então, é um ícone da coexistência pacífica ver aquelas muralhas enormes cercando uma biblioteca, que é, em alguns aspectos, não em quantidade, mas em raridades, talvez uma das mais expressivas do mundo. E essa demonstração de coexistência religiosa com uma mesquita e um templo cristão ortodoxo, geminados quase. Então foi uma visita muito emocionante para mim e para os catarinenses que me acompanharam, e eu, com muita alegria, gostaria de ver esse grupo Parlamentar, que nós vamos homologar, formado, porque quero integrá-lo, uma vez que tive o privilégio de visitar o Egito, transacionarmos produtos catarinenses, especialmente frangos, com o governo e com o comércio, com as empresas interessadas no Egito, e destaco, para concluir, o impressionante tom das águas do Mar Vermelho. Ali, no litoral do Mar Vermelho, Sharm El-Sheikh, é um ponto turístico extraordinário que os europeus visitam, e para quem mergulha – eu sou mergulhador – são 40 metros de visibilidade, ou seja, é um *show* para mergulhar, com uma visibilidade alucinante, impressionante.

Então, faço aqui o registro do voto do Senador Carlos Viana, que eu entusiasticamente incorporo, para dizer que o nosso voto, dele e meu – meu por herança momentânea –, é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 26, de 2021, apresentado pelo Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin pela leitura.

Passo agora, como Relator *ad hoc*, ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do Decreto 722, de 2024

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 722, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo alterando a Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação ao Imposto sobre a Renda e o seu Protocolo, celebrados em Santiago, em 3 de abril de 2001, assinado em Santiago, em 3 de março de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Análise.

O PDL em exame não carrega vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto na Constituição Federal. Adicionalmente, o protocolo vem dar concretude ao dispositivo da Constituição que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República do Chile, essas caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio empresarial. Na coordenação política, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no âmbito multilateral.

É intenso o fluxo de investimentos bilaterais, beneficiando as economias e as sociedades dos dois países. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, o qual ultrapassa a marca dos US$35 bilhões. As empresas chilenas no Brasil atuam nas áreas de papel e celulose, varejo e energia.

O Brasil, por outro lado, registra investimentos na economia chilena de mais de US$4,5 bilhões, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos. Em novembro de 2015, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

No tocante ao comércio bilateral, este se encontra praticamente todo liberalizado, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile. Em anos recentes, o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi o principal parceiro comercial do Chile na América Latina, e o Chile foi o segundo sócio do Brasil na América do Sul.

O Brasil exporta para o Chile, principalmente, óleos brutos de petróleo, carnes, automóveis e tratores, e importa desse país produtos derivados de cobre, salmão e vinhos.

Diante dessa profícua relação comercial, acreditamos que a aprovação deste PDL é fundamental para aprimorar ainda mais essas relações econômicas entre os dois países, uma vez que, por meio dele, deve-se não apenas proporcionar maior segurança jurídica aos investidores, mas também combater a evasão fiscal.

É fato que, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, as transações financeiras tornaram-se extremamente voláteis. Elas ultrapassam as barreiras geográficas e desafiam os limites tradicionais. Essa realidade econômica exige dos Estados a adoção de medidas capazes de acompanhar as mudanças.

Os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda destacaram que, por meio do protocolo veiculado pelo PDL, também foi atualizado, conforme os padrões internacionalmente aceitos para dispositivos desta natureza, o texto de artigo específico que trata do intercâmbio de informações entre as respectivas administrações tributárias, fator relevante na luta contra a evasão fiscal em contexto global de crescente mobilidade do capital, de pessoas e de atividades empresariais em geral.

A atualização do acordo poderá criar ambiente mais favorável para que empresas brasileiras com atuação internacional possam operar com maior segurança jurídica. É fato que a possibilidade de bitributação pode desencorajar investimentos devido ao risco de encargos excessivos. Regras mais claras poderão impulsionar os investimentos brasileiros no exterior, proporcionando condições mais previsíveis para investidores. O mesmo vale para as empresas e investidores chilenos que desejam operar no Brasil.

Como destacado na mencionada exposição de motivos interministerial, o protocolo foi além dos objetivos tradicionais dos acordos de dupla tributação e propôs medidas para favorecer os investimentos chilenos no Brasil e os investimentos brasileiros no Chile.

A exposição de motivos realça, também, a preocupação de se reduzirem as possibilidades de abuso de planejamento tributário, razão pela qual se adotou, ainda, artigo com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combater a elisão fiscal e o uso abusivo do acordo, de modo a permitir que a própria legislação tributária brasileira adote dispositivos com o mesmo objetivo sem contrariar o acordo.

Por fim, em linha com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Projeto sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros, da OCDE, foram adotados todos os dispositivos que compõem os padrões mínimos acordados pelos participantes do projeto, bem como demais dispositivos de combate ao planejamento tributário abusivo. Avalia-se, assim, que os interesses do país estão adequadamente protegidos e que está preservada, na essência, a política brasileira de negociação de acordos para evitar a dupla tributação.

Feitas essas considerações, estamos certos de que acordos dessa natureza criam ambiente propício para que as empresas brasileiras com negócios que vão além de nossas fronteiras possam atuar com mais segurança jurídica. É evidente que, com a possibilidade de bitributação, investidores podem vir a temer oneração excessiva sobre suas transações. Em outros termos, a ampliação da rede de acordos dessa natureza poderá ter o condão de fomentar os investimentos brasileiros no exterior.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2024.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Alguns informes.

O Senador Rogério Carvalho já está em deslocamento, para poder organizar o quórum de dez, que é o mínimo.

Dia 27 de maio, colegas Senadores que estão acompanhando remotamente e os que estão aqui presencialmente, às 11h, nós vamos fazer uma audiência pública para debater a situação das comunidades brasileiras no exterior, voltada ao setor consular, principalmente.

Essa foi uma demanda que me foi solicitada pelo Cônsul de Nova York diante de alguns avanços que se teve na questão remota, digital, de apelos, de solicitações, de reclamações, um avanço muito bem idealizado pelo Embaixador João Mendes, acho que de Bruxelas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idealizou um aplicativo digital, e muitos desses reclamos que eram feitos presencialmente, agora está sendo convencionado no setor consular que sejam feitos pela via digital. Além dessa questão, tem também assuntos mais sensíveis que precisam de uma atenção melhor e mais especial do Itamaraty, como a questão de contenção de custos, aquele velho problema que a gente sabe. Esse assunto vai ser importante, porque, no final da história, os nossos patriotas que estão em outros países precisam da agilidade da questão consular e muitas das vezes não têm, por um ou outro problema que, talvez com essa reunião, a gente possa pelo menos colocar uma pilha para ser resolvida.

Por falar nisso, houve uma família que me solicitou ajuda. Eles foram para a beatificação daquele santo da internet de que eu me esqueci o nome, daquele santo que... (*Pausa.*)

Ele não foi beatificado, porque, no dia em que ele estava para ser, morreu o Papa Francisco. E esse pessoal aqui do Brasil foi para lá – Carlo Acutis.

Pois bem, com aquela confusão, todos eles acabaram tendo que voltar. Estavam indo para o aeroporto, foram assaltados no meio do caminho; roubaram toda a bagagem dessa família brasileira, com os passaportes, com os documentos. Perderam o voo; não tinham dinheiro para poder fazer a remarcação. Não tinham onde ficar, porque já tinham gastado o dinheiro naquilo que foi previamente organizado. Imagine só a situação dessa família! E era uma final de sexta-feira à noite aqui no Brasil, lá na Europa com seis horas, quatro horas na madrugada, só ia abrir na segunda-feira. Imagine só o que passou essa família lá!

É apenas um dado para vocês verem como, muitas das vezes, chegam situações para nós. Alguém que fala que vai passear na Alemanha, por exemplo, o cara morreu lá, e para você conseguir organizar o translado desse corpo, é confusão. Então, são situações que são corriqueiras que a gente precisa colocar aqui para ver como que a gente pode facilitar a vida das pessoas que estão para lá.

No dia 28 de maio, nós vamos sabatinar três embaixadoras – Senador Esperidião Amin, embaixadoras –, para postos no exterior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ou seja, deu efeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Deu efeito! Você vê que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Recebi o relatório, Presidente, estou digerindo, ou seja, o *lobby* a favor das mulheres...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Saiu a Kátia Abreu, entrou o senhor. (*Risos*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu estou impressionado pela representação feminina da...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – A Kátia Abreu não botava para votar. Se não tivesse... (*Risos*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não tenho essa força e essa voluntariedade da Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – E aí vai ser muito interessante, porque a gente dá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sessão em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pronto, acabou.

No dia 29, logo em seguida, na quinta-feira, às 10h da manhã, essa audiência pública já despertou atenção, Senador Astronauta Marcos Pontes, Senador Amin, para debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional e aprovar o plano de trabalho do grupo de trabalho criado para estudar a estratégia de comércio exterior do Brasil.

Eu vou ler o requerimento para vocês verem como é interessante essa sessão, como vai ser boa essa sessão, porque essa questão do conflito, eu costumava falar "guerra comercial global". Aí a minha filha de 11 anos me corrigiu: "Papai, guerra é uma coisa ruim de falar. Não fale esse nome!". Olha, a menina de 11 anos! Eu falei: "Está bom, eu vou falar conflito. Está bom conflito?". Ela falou: "Conflito está bom". Fui corrigido pela Maria Gabriela.

O requerimento é para debater os conflitos e as estratégias de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem a gente já convidou? O Vice-Presidente Geraldo Alckmin, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; o Presidente da Apex, Jorge Viana; o Cônsul Adalnio Senna Ganem, Embaixador; o Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, ex-Embaixador do Brasil em Londres e em Washington; o Embaixador Roberto Azevêdo, ex-Diretor da Organização Mundial do Comércio; o Prof. Marcos Troyjo, ex-Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia do Brasil, ex-Presidente no Novo Banco de Desenvolvimento, do Brics.

A intenção é que desde a posse do Presidente Trump, em janeiro, o Governo dos Estados Unidos tem aplicado majorações de tarifas de importação a praticamente todos os parceiros comerciais, inclusive nós do Brasil, o que significa uma inflexão importante nas regras de comércio internacional. As tarifas impostas pelo Governo norte-americano têm impactado o comércio exterior brasileiro em todos os setores.

O Brasil precisa estar preparado para enfrentar os atuais desafios do sistema de comércio internacional, de modo a resguardar a competitividade de suas cadeias produtivas e empregos a elas associados.

Nós não podíamos ser apenas aqui um ratificador de acordos internacionais e de sabatinar embaixadores, mas um interlocutor proativo assegurando que estratégias adotadas em negociações comerciais sejam esclarecidas para o Brasil, em um cenário internacional cada vez mais volátil e protecionista.

Então, essa é a proposta que nós vamos discutir nessa manhã e eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores colegas Senadores a respeito disso.

Com a palavra o Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que toda esta audiência pública em relação à questão da situação do comércio exterior hoje é fundamental. Todas as autoridades que estão convidadas são pessoas que têm larga experiência no assunto. Até comentei aqui com o nosso colega, Senador Astronauta Marcos Pontes, que são pesos pesados do assunto, e eu acho que esta audiência será fundamental para que nós, aqui na Comissão, tenhamos uma visão melhor dessa situação que está ocorrendo no mundo hoje e que tem obviamente reflexo no nosso país, na relação do Brasil com outros países do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão das tarifas – não vamos chamar de guerra –, do conflito tarifário, aberto aí pelo Presidente Trump, a mim me parece muito mais uma técnica de negociação dele no sentido de conseguir reaver alguma preponderância em termos do relacionamento dele com a China, mas todos nós estamos sendo utilizados nesse processo.

Então, as opiniões que serão colocadas aqui, não só do nosso Vice-Presidente, que é Ministro da Indústria e Comércio, mas também eu reputo do Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Roberto Azevêdo, com quem eu estive bastante contato quando era Vice-Presidente, que foi Presidente da OMC e que ocupa cargos importantes em empresas multinacionais, e do Marcos Troyjo, que eu considero uma das cabeças mais brilhantes que nós temos aqui no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Tinha pedido a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Vou deixar o Senador Esperidião Amin fazer o comentário final...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... porque ele fecha de forma brilhante.

Mas, sem dúvida nenhuma, uma reunião como essa é importante no momento que nós vivemos internacionalmente, em termos de comércio internacional, com as medidas tomadas pelos Estados Unidos, pelo Presidente Trump, que, sem dúvida, pelo peso dos Estados Unidos no comércio internacional tem efeito global. As economias são de certa forma interligadas pela atuação de empresas que operam em diversos países e também pelo próprio comércio entre os países.

O Brasil precisa se preparar. É difícil a gente falar em previsão em uma situação como essa, quando se trata de um evento como esse, mas que os nossos especialistas possam discutir e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos apresentar, o que tem sido feito, pensado ou imaginado em termos de mitigação dos riscos que essa situação internacional impõe ao nosso país.

Então, é muito importante essa reunião, eu gostaria realmente de participar também e, sem dúvida, vai trazer informações essenciais aqui para alguma previsibilidade, se é que a gente pode chamar assim, para dentro da nossa economia do país, tanto as empresas quanto a nível governamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Além do que vai ser uma oportunidade de nós, colegas Senadores, questionarmos as alternativas de oportunidades que estão se abrindo para a gente.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Essa questão do acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia tem um ambiente muito favorável.

Eu estive em três países da Europa há três semanas, em cinco dias nós visitamos três países, conversando com os euros Deputados e até os que são contra falaram assim: "diante da situação atual, eu não vou nem fazer muita força para não passar, mas eu vou votar contra por uma questão do meu grupo". Aquela coisa que a gente tem que compreender na política.

E eu fui hoje visitado, é até um assunto que eu quero pôr no radar de vocês, pelo Embaixador Pietro Lazzeri, Embaixador da Suíça no Brasil. Eles estão forçando, assim, de uma maneira muito positiva, proativa, o acordo do EFTA com o Mercosul e estão esbarrando em uma situação muito singela, que eu pediria até a interlocução dos colegas perante o Itamaraty, com a questão da propriedade intelectual, que é muito cara pelas indústrias que existem na Suíça. Esse é um acordo que, na minha avaliação, está mais próximo de poder ser assinado do que com o Mercosul, porque ele é mais, vamos dizer, tem menos países envolvidos e vai botar uma pressão no Mercosul para assinar, junto com a União Europeia, o outro bloco de acordo.

Apenas essa consideração.

Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu acho essa reunião, que está proposta aqui nesse requerimento, quase perfeita.

Como diria o Mané Garrincha, tem que combinar com os russos. Os russos em questão são os que fazem o comércio.

Então, eu tenho duas sugestões, não sei se em substituição ou em adição. Eu não gosto de adicionar porque já tem dois, quatro, seis, sete. A minha sugestão são mais dois, alguém que venha falar em nome da CNI e outro que venha falar em nome da CNA, que são os maiores exportadores, mas não os únicos.

O Senador Marcos Pontes e eu tivemos o privilégio de visitar o galpão nº 8 lá da feira de Barcelona. Eram quatro *startups* brasileiras, aliás, oito *startups* brasileiras, selecionadas pela Apex e pelo Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, das quais – o senhor não vai me desmentir – quatro são de Santa Catarina: a do estoque, a do dinheiro – uma espécie de Pix internacional –, a dos eVTOL e a Pulsus, que é a que mata os *tablets*, caso eles sejam roubados ou desviados, os transforma em peso para papel; esta última, para gáudio – gostou? – meu, de um ex-aluno meu, então aí fica mais...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Mais significativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... simpática e, ainda, significativa. Isso sem falar nessa questão das *startups*, que é fascinante.

Mas quem é que está sentindo a dor? O setor de indústria e o setor de agricultura; este, menos, mas o da indústria, sim.

Vou dar um exemplo muito singelo. O que o Trump... Não quero subestimar a inteligência e o conhecimento indiscutíveis dele, mas na minha opinião ele leu Maquiavel – *O Príncipe*, de Maquiavel – no Twitter, em 140 caracteres. "O mal faça todo de uma vez só; e o bem, paulatinamente" e encerrou o livro, o Maquiavel é só isso. E fez o mal todo, não num dia, mas, à semelhança do Criador, levou seis dias para fazer a criação do mal, abrir a caixa de Pandora.

Mas fica sempre a esperança lá dentro...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Agora ele não sabe como é que conserta. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E agora, para ir catar todas as penas que ele lançou lá do topo da igreja, é um negócio difícil. Mas ele começou pelas penas mais graúdas e que mais lhe interessam.

Um exemplo então: aço e alumínio. Um prédio americano tem 80% de aço, alumínio e madeira...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – E vidro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ao contrário do nosso, que é de concreto armado, nós somos especialistas em concreto armado.

Eles produzem menos de 30% do que precisam consumir, então vai se repetir o que aconteceu no tempo do Bush: ele primeiro barrou e depois estabeleceu uma cota. Então, uma cota para a Argentina, uma cota para o Brasil. Vai se repetir a cena. Por quê? Porque a indústria americana é essa, e nos Estados Unidos a indústria da construção civil tem um peso no mínimo assemelhado ao no Brasil. Se você dificultar a indústria da construção civil, o abalo é sísmico, e de mais de sete.

Então fez todo o mal num dia só, e a negociação... É claro que essas pessoas aqui são todas informadas, têm conteúdo, mas eu acho que dá uma beirada de voz para quem... Os russos, no caso, né? Que tal combinar com os russos?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Aqueles que estão sofrendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eles têm os seus próprios mecanismos de defesa, eles têm a sua clientela e uma noção do que eles pensam ou não pensam ainda.

Há um mês – só para terminar –, quando nós estivemos lá naquela missão na Califórnia e eu voltei duas semanas depois, eles ainda estavam atônitos: "O que o senhor acha que vai acontecer?". Eu: "Ainda não sei" – e eles não sabiam. Então, os efeitos começam a ser produzidos 30, 40, 60 dias depois.

E o fato concreto é que boa parte dos anúncios ou teve o seu prazo estendido, ou teve a sua alíquota... Saiu da estratosfera, como diria o Astronauta, e veio para a atmosfera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Para negociação, botou o bode na sala...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, botou um... Como é o conjunto de bodes? Não é uma manada, é um rebanho. Botou um rebanho inteiro, e daqueles que estavam mais...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Mais malcheirosos. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com mais testosterona. Dizem que é isso que produz aquele...

Então, eu sugiro dois nomes a mais, e o nosso Senador Mourão está indo recepcionar...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O advogado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o décimo integrante da Comissão.

Mas a minha sugestão é essa.

E, quanto à questão de os ouvir sobre essa questão de – vamos ser bem claros – de expatriados, de pessoas que estão sendo deportadas, eu gostaria muito de ouvir alguém que representasse esse conjunto; por exemplo, de Governador Valadares ou de Criciúma, que também tem bastante gente lá. Então é para sentir o que está acontecendo na prática em termos dessa deportação, porque, Senador Marcos Pontes, os primeiros números mostram que o Biden silenciosamente deportou mais do que o Trump. Na moita, sem fazer estardalhaço, deportou mais, pelo menos nos primeiros dias, do que o Trump efetivamente deportou – só que de maneira mais estrondosa –, durante o Governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

Senador Esperidião Amin, apenas para V. Exa. verificar que nós estamos atentos a toda essa questão, nesse dia da audiência, no dia 29, nós vamos lançar o já aprovado grupo de trabalho com o objetivo de realizar, no âmbito da nossa Comissão de Relações Exteriores, estudo sobre a estratégia de comércio exterior no Brasil, abrangendo instrumentos de fomento às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportações, negociações internacionais e preparação de infraestrutura logísticas para exportações e integração sul-americana. Nesse grupo, já também vão participar: a Associação Brasileira das Empresas Aéreas; aeroportos do Brasil; a Associação Brasileira dos Terminais Portuários; a associação brasileira de terminais privados; a Confederação da Agricultura e Pecuária; a Confederação Nacional da Indústria; a Confederação Nacional do Transporte; o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação; a associação nacional dos transportes ferroviários.

Além disso, os quatro eixos a serem discutidos por esse grupo de trabalho são: políticas de fomento à exportação, estratégias de negociações comerciais, infraestrutura logísticas, e deportação.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu tenho duas sugestões a fazer. (*Fora do microfone.*)

A CAE... E aí eu peço ajuda do nosso Secretário. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou um projeto da Comissão que está na CAE. É o projeto que consolida legislação sobre comércio exterior. Esse projeto foi idealizado pelo Senador Renan Calheiros, eu fui designado Relator, e nós o transformamos num projeto da CRE – não é um projeto nem do Esperidião nem do Renan. Ele está na CAE sob a relatoria do Senador Fernando. É o PL 4.423, de 2014, que tem como origem a CRE – não é o fulano nem o beltrano. Então, acho que seria importante que, nessa interface legislativa – isso é uma consolidação –, nós tivéssemos a possibilidade de acolher essa matéria especificamente.

E a outra matéria para a qual eu peço a sua atenção é uma que está sendo discutida na Comissão de Serviços de Infraestrutura e que é o combustível marítimo. O combustível marítimo teve uma fase perigosa para nós, uma vez que a Europa queria enveredar pelo hidrogênio verde, enquanto que nós defendemos combustível plantável, energia renovável, que beneficiaria os Estados Unidos com o milho e a nós com as nossas alternativas. E até a África poderia ser beneficiada. E havia grande perigo de uma sobretaxa para os países que não tivessem o combustível novo ou que não tivessem os portos adaptados ou os navios para operar com esse combustível novo, com detalhe de que as nossas são as rotas mais longas. Sim, porque nós estamos no Hemisfério Sul. Isso vale para São Paulo, vale para Mato Grosso do Sul, vale para Santa Catarina, que são estados exportadores. Então, imaginem se houver uma sobretaxa num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte de carga marítima pela inadequação do navio ou do combustível ou do porto ao suprimento desse novo combustível! A ideia deles era começar a multar. Isso não aconteceu na reunião de abril, que foi concluída no começo de maio, e vai ser ultimado na primeira semana de agosto. O IMO (*International Maritime Organization*) vai fechar o acordo sobre isso em agosto. Nós já atualizamos na Comissão de Serviços de Infraestrutura, e a nossa representante do Itamaraty vai mandar a matéria para nós. E aí eu peço a atenção do nosso Secretário. Na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Itamaraty assumiu o compromisso de, até fins de julho, enviar as expectativas para a definição do combustível marítimo, que deve ser ultimada – essa definição – no mês de agosto.

Então, até 20 de julho, a embaixadora vai nos enviar essa matéria para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Isso afeta diretamente praticamente a maior parte do comércio exterior, que é feito por navegação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Em discussão os relatórios dos itens 1 e 4 e dos itens 5 a 14, em bloco. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação – uma vez que o Senador Hiran já deu a presença e conseguimos o quórum mínimo – os relatórios do item 1 e 4 e 5 a 14, em bloco.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios, que passam a constituir pareceres da Comissão, favoráveis aos projetos.

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Agradeço penhoradamente a colaboração dos meus colegas que vieram e participaram da sessão.

Conseguimos esgotar a pauta. Votamos 12 matérias, não tem mais nenhuma pendente, faltando as três embaixadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vira o semestre zerado, esperando chegar matéria, porque aqui: chegou, a gente vota.

Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Hamilton Mourão, que são sempre os mais assíduos desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a finalidade da referida reunião, declaro-a encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dois minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Beto Faro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Damares Alves, Paulo Paim e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Tereza Cristina, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Jorge Seif, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2025 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater a situação das comunidades brasileiras no exterior. **Participantes:** Senhora Embaixadora Márcia Loureiro, Secretária das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos (SECC) do Ministério das Relações Exteriores; Senhor Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York; Senhor Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia, Embaixador do Brasil em Tóquio, Japão.; Senhor Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, Cônsul-Geral em Santa Cruz (representante de: Embaixada do Brasil em La Paz, Bolívia); Senhor Eber Toyohashi, Brasileiro vivendo em Hamamatsu (Japão) e Representante do Conselho de Cidadãos de Hamamatsu. (representante de: Sociedade Civil); Senhora Valéria D. Sasser, Brasileira vivendo nos Estados Unidos da América e Cofundadora do Movimento Brasileiros Emigrados (MBE) (representante de: Sociedade Civil); Senhora Raquel Cantarelli, Brasileira que viveu na Irlanda (representante de: Sociedade Civil); Senhora Luciana Oliveira, Brasileira vivendo em Londres (Reino Unido) e Voluntária do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) (representante de: Sociedade Civil); Senhora Marilene Sguarizi, Brasileira vivendo em Cidade del Leste (Paraguai) e Presidente do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) da Cidade Del Leste (representante de: Sociedade Civil); Senhor Jorge da Costa, Brasileiro residente em Boston (Estados Unidos da América) e Voluntário do CRBE (representante de: Sociedade Civil); e Senhor Bruno Pereira A. de Abreu, Diretor Substituto – Dep. Consular/MRE. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública em conformidade com o Requerimento 9, de 2025, de nossa autoria, com a finalidade de debater a situação das comunidades brasileiras no exterior.

Esta reunião é aberta, com a participação da sociedade, por meio do 0800 0612211 ou pelo Portal e-Cidadania, senado.leg.br/ecidadania.

Contaremos com a participação dos seguintes debatedores: Sra. Embaixadora Márcia Loureiro, Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, a quem de pronto aproveito para convidar a ficar aqui ao meu lado na mesa diretiva; Sr. Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul-Geral do Brasil em Nova York; Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, Cônsul-Geral em Santa Cruz, representante da Embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia; Sr. Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Embaixador do Brasil em Tóquio, no Japão; Sr. Eber Toyohashi, brasileiro vivendo em Hamamatsu (Japão) e representante do Conselho de Cidadãos de Hamamatsu; Sra. Raquel Cantarelli, brasileira que viveu na Irlanda; Sra. Luciana Oliveira, brasileira vivendo em Londres e voluntária do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior; Sra. Marilene Sguarizi, brasileira vivendo em Cidade do Leste, Presidente do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior; Sr. Jorge da Costa, brasileiro residente em Boston, nos Estados Unidos da América, e voluntário do CRBE; e a Sra. Valéria Sasser, brasileira vivendo nos Estados Unidos da América e cofundadora do Movimento Brasileiros Emigrados.

Bom, como a gente já observou, nós temos dez participantes. Então, eu vou pedir a compreensão – até porque nós estamos com a transmissão da TV Senado e nós temos horário a cumprir – para que o debatedor tenha no máximo cinco minutos, para que ele possa expor a sua consideração.

Em seguida, passaremos à fase de interpelações para os Senadores, com as devidas respostas para quem for perguntado.

Passo, então, de pronto a palavra à Embaixadora Márcia Loureiro, que já me adiantou que tem um compromisso no Itamaraty e terá que se ausentar tão logo faça a fala dela em cinco minutos.

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO (Para expor.) – Muito bom dia a todos, senhoras e senhores.

Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, agradeço muito a oportunidade de diálogo com o Parlamento e a sociedade. É uma grande satisfação para mim poder compartilhar aqui na Comissão alguns elementos sobre a assistência consular prestada pelo Itamaraty. A realização dessa audiência pública sobre as comunidades brasileiras no exterior – que eu acredito ser inédita aqui na Comissão – por iniciativa de V. Exa., ilustra muito bem a importância que o Poder Legislativo atribui às nossas comunidades. E o engajamento do público, que já contribuiu com muitas perguntas no sistema e-Cidadania, demonstra igualmente como esse assunto mobiliza a nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será um prazer encontrar aqui também os meus colegas, os Embaixadores Adalnio, Francisco Luz e Octávio Côrtes, que poderão dar os seus testemunhos sobre o perfil e as necessidades específicas das comunidades brasileiras onde eles atuam.

Enfim, como um breve panorama – acho que seria interessante, uma vez que é a primeira audiência sobre o assunto das comunidades no exterior –, eu diria que nós estimamos hoje em quase 5 milhões o número de brasileiros vivendo fora do país. Esse número abrange um universo muito variado de pessoas, desde imigrantes recentes até pessoas descendentes de segunda, terceira geração, pessoas com dupla nacionalidade e até pessoas que ainda não conseguiram regularizar a sua situação migratória.

Nós temos uma diáspora científica altamente qualificada e, ao mesmo tempo, profissionais com baixo nível de especialização. Em suma, são perfis diversificados, portanto, com demandas igualmente variadas. Mas eu posso dizer que, em geral, os cidadãos brasileiros são vistos como ordeiros, trabalhadores, bem integrados aos países de destino. Essa é a percepção que eu recolho nos contatos com as autoridades desses países.

O Governo brasileiro vê as comunidades brasileiras no exterior, com a sua força de trabalho, com a sua riqueza cultural, como um elemento positivo nas sociedades onde eles se inserem.

Os nossos migrantes movimentam a economia, pagam impostos, fazem aportes à previdência, muitas vezes eles revitalizam áreas urbanas que estavam em declínio e têm um impacto positivo nos países que enfrentam o processo de transição demográfica, de envelhecimento da população.

Eu considero importante fazer esse registro sobre a contribuição não apenas dos brasileiros, mas dos migrantes em geral, como um contraponto às retóricas anti-imigrantes que infelizmente nós temos presenciado em diversas partes do mundo.

As maiores comunidades estão nos Estados Unidos, mais de 2 milhões; na Europa, 1,7 milhão; no Paraguai, 260 mil ou um pouquinho mais; e no Japão, 210 mil. Nos Estados Unidos e na Europa, elas tendem a apresentar um nível socioeconômico mais alto, maior capacidade de organização, de atuação política, e outras, como as comunidades na faixa de fronteira, têm necessidades mais básicas, um menor grau de associativismo e dependem, portanto, mais de uma atuação proativa nossa, do poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As demandas, as necessidades dessas comunidades quase sempre têm um impacto nos estados e municípios brasileiros fronteiriços, realidade que os Parlamentares desses estados conhecem tão bem. Então, eu penso em comunidades numerosas, como as que nós temos no Paraguai, na Guiana na França, também nos outros países fronteiriços, e penso principalmente nos segmentos específicos dessas comunidades, como estudantes universitários na Bolívia, trabalhadores rurais, garimpeiros.

A nossa rede de postos de fronteira tem hoje 19 postos e faz um trabalho silencioso – invisível até, Senador – de assistência a pessoas em situação muitas vezes de extrema vulnerabilidade.

Quanto tempo eu tenho? (*Pausa.*)

Está certo.

Nos Estados Unidos – o Embaixador Adalnio poderá compartilhar a sua visão específica –, nós temos 11 Consulados-Gerais, apoiados pela Embaixada sempre que necessário. Aliás, no mundo todo, a maior comunidade por jurisdição é justamente a comunidade sob a jurisdição do Consulado-Geral em Nova York, seguida dos Consulados em Boston e Miami...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA LOUREIRO – Isso dá uma noção da importância da comunidade nos Estados Unidos no conjunto.

Sei que o Senador tem várias pessoas a quem passar a palavra. Vou interromper a minha apresentação por aqui e naturalmente depois poderemos interagir diretamente com as pessoas que estão *online* e com as pessoas que estão presencialmente aqui também.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço penhoradamente à Embaixadora Márcia Loureiro, que de pronto atendeu ao nosso apelo de se restringir ao tempo.

Nós temos três participações remotas de três Embaixadores. Pelo que eu estou passando os olhos aqui, o mais prejudicado em função do fuso é o Embaixador que está no Japão. Certo, Embaixadora? Socorra-me aqui. Eu penso que nós devemos dar uma prioridade a ele, afinal de contas, lá, se não me engano, é quase meia-noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos de pronto passar a palavra ao Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Embaixador do Brasil em Tóquio. Logo depois, o Embaixador Adalnio e, depois, o Embaixador Francisco Carlos Soares Luz.

Com a palavra o Embaixador Octávio Côrtes.

Cinco minutos, por obséquio.

O SR. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, boa noite. É um prazer revê-lo.

Gostaria de saudar V. Exa. e parabenizá-lo pela iniciativa.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, Embaixadora Márcia, Embaixador Adalnio, Embaixador Francisco Luz, amigos que não vejo de perto há algum tempo e tenho a felicidade de ver aqui agora.

Vou tentar ser breve. É com uma honra que me dirijo a esta Comissão nesta noite, para apresentar um panorama atualizado da comunidade brasileira no Japão, bem como para destacar as principais linhas de atuação dos quatro postos brasileiros neste país.

Em 2025, celebramos 130 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os nossos dois países, efeméride que nos convida a refletir sobre a profundidade dos laços históricos, culturais e humanos que unem nossas duas nações.

Esta ocasião é marcada por iniciativas de relevo, como a recente visita de Estado do Senhor Presidente da República ao Japão e pela expressiva participação brasileira na Expo 2025 Osaka, que se realiza naquela cidade, com um pavilhão nacional e uma intensa agenda de eventos ao longo deste ano.

Como breve histórico, relembro que a vinda dos brasileiros ao Japão passou a ocorrer, de forma significativa, a partir da reforma da Lei de Controle de Imigração, em vigor desde junho de 1990, que criou a categoria de visto de residente de longo prazo. Esse tipo de visto permitiu que os descendentes de japoneses no Brasil, até a terceira geração, pudessem viver e trabalhar legalmente neste país sem restrição quanto ao tipo de atividade profissional.

Atualmente, o Japão abriga 3,8 milhões de estrangeiros, o que representa cerca de 3% da população japonesa e a comunidade brasileira soma 211 mil, praticamente 212 mil pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuídas entre três jurisdições, cobertas pelos três consulados gerais que nós temos aqui – Nagoia com 120 mil, Tóquio com praticamente 60 mil e Hamamatsu com 32 mil.

A comunidade atingiu o seu patamar mais elevado em 2007, com mais de 300 mil residentes, mas sofreu forte redução após a crise financeira de 2008 e o terremoto de 2011. Desde então se estabilizou num patamar de aproximadamente 200 mil nacionais.

Marco simbólico na afirmação da identidade da nossa comunidade foi a Declaração de Yokohama, publicada em 2015, pelo Conselho de Cidadãos de Tóquio que rejeitou o uso do termo *dekassegui*, cujo significado, aqueles que saem para ganhar dinheiro, já não refletia mais a realidade contemporânea dos brasileiros no Japão, que decidiram permanecer e integrar-se plenamente à sociedade local.

Entre os principais desafios, atualmente, o envelhecimento da população e a necessidade de promover a inserção educacional e laboral das novas gerações nascidas no Japão movem o trabalho das nossas repartições aqui. Nesse contexto, a Embaixada do Brasil desempenha papel central na defesa dos interesses nacionais e na interlocução com as autoridades japonesas, enquanto os consulados gerais atuam como interface direta e mais próxima com a própria comunidade brasileira.

De forma coordenada, nossas representações têm concentrado seus esforços em três frentes prioritárias: a proteção dos direitos dos cidadãos brasileiros, a promoção da integração das novas gerações e o fortalecimento dos instrumentos jurídicos e institucionais que regem o relacionamento bilateral com o Governo japonês.

Na esfera bilateral, destaca-se a entrada em vigor, em setembro de 2023, da isenção mútua de vistos de curta duração. A medida produziu efeitos imediatos e já em 2024 mais de 81 mil brasileiros visitaram o Japão, um aumento de cerca de 75% em relação ao ano anterior. No sentido inverso, o Brasil recebeu mais de 60 mil visitantes japoneses, um crescimento de 44% em comparação a 23. Tal dinamismo revela o interesse renovado entre nossas sociedades e reflete-se positivamente nos vínculos econômicos e culturais.

O Governo brasileiro trabalha para tornar essa medida permanente, promovendo condições recíprocas e equilibradas para os nacionais de ambos os países. Há também a expectativa de retomada de voos diretos entre São Paulo e Tóquio, e o Japão pretende introduzir, a partir de 2028, um sistema eletrônico de autorização de viagem. Depois, eu posso me estender sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo brasileiro segue empenhado em tornar essa medida permanente, de modo a garantir condições simétricas, recíprocas e equilibradas no tratamento de nacionais de ambos os países.

Acerca da integração das novas gerações da comunidade brasileira no Japão, em específico em relação aos descendentes da quarta geração, os *yonsei*, a embaixada acompanha o tema com especial atenção, tendo em vista os obstáculos ainda existentes para sua plena integração à sociedade japonesa. Os esforços concentram-se em ampliar as oportunidades para que as novas gerações possam alcançar um nível de inserção equivalente ao das gerações que as antecederam, preservando os laços humanos que unem os nossos dois países e, simultaneamente, avançando em iniciativas de preservação de sua identidade brasileira.

Na área de educação, cerca de 31 mil brasileiros em idade escolar residem no Japão. Destes, apenas 4 mil frequentam uma das 33 escolas brasileiras homologadas pelo Ministério da Educação. Os demais, cerca de 87%, estão matriculados em escolas japonesas e têm enfrentado dificuldades de integração linguística e pedagógica. Cerca de metade conta com algum tipo de assistência para aprender o idioma japonês.

No âmbito jurídico, também avançamos em temas estruturantes, como o Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, que aguarda a aprovação no Congresso Brasileiro.

O Décimo Fórum Consular Brasil-Japão será realizado no próximo dia 25 de junho e tratará da consolidação, da isenção de vistos, das negociações para assinatura de acordo de férias e trabalho e do aprofundamento da cooperação migratória e consular.

Em diálogo contínuo com os brasileiros, os Conselhos de Cidadãos de Tóquio, Nagoya e Hamamatsu têm desempenhado papel relevante na interlocução entre a comunidade e os postos consulares. Com mais de uma década de existência, o Itamaraty tem incentivado a ampliação da sua autonomia e o fortalecimento da sua atuação direta junto à comunidade brasileira.

Diante das atuais limitações orçamentárias, torne-se ainda mais importante destacar o valor dos serviços gratuitos de apoio jurídico e psicológico oferecidos pelos consulados brasileiros nesse país, assim como a retomada e ampliação das missões consulares itinerantes.

Essa iniciativa tem se revelado essencial para assegurar o acesso da comunidade brasileira a serviços consulares básicos, sobretudo para aqueles que vivem a centenas de quilômetros das repartições físicas. Merece ênfase particular o papel estratégico dos consulados itinerantes na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BA577F4500747FED.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agilização do registro civil de brasileiros nascidos no Japão e na prevenção dos casos de apatridia.

A celebração dos 130 anos de relações diplomáticas entre os dois países é ocasião propícia para reiterar o compromisso de ambos os países com a promoção da amizade, da cooperação e da inclusão. Reitero o firme empenho da embaixada e dos nossos consulados-gerais em atuar com dedicação e escuta ativa em prol do bem-estar da comunidade brasileira e do fortalecimento dos laços bilaterais.

Eu vou me limitar a essas palavras para cumprir não só o prazo estabelecido pelo Presidente, mas para dar espaço para as perguntas.

Presidente, mais uma vez, muito obrigado e uma saudação desde o Japão, do outro lado do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador Octávio Côrtes e a compreensão também pelo pouco tempo que teve para poder explanar.

Passo de pronto ao Cônsul-Geral do Brasil em Nova York, Embaixador Adalnio Senna Ganem.

V. Exa. dispõe de cinco minutos. Com a palavra.

O SR. ADALNIO SENNA GANEM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as senhoras, todos os senhores. É uma grande honra participar desta audiência.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Nelson Trad, com quem tive o privilégio de trabalhar durante dois anos, na época do seu primeiro mandato como Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Cumprimento também os meus colegas, na pessoa da Embaixadora Márcia Loureiro, e os representantes das comunidades brasileiras, na pessoa da Sra. Ester Sanches.

A situação aqui nos Estados Unidos reflete em geral o que a Embaixadora Márcia comentou: grupos da comunidade brasileira muito bem integrados profissionalmente e socialmente e grupos mais carentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os consulados não apenas emitem documentos, mas prestam também assistência social, legal, jurídica, psicológica. Ademais, procuramos também integrar as atividades dos setores de promoção comercial, cultural e educacional às atividades do setor consular brasileiro. Muito bem, como os consulados estão em território estrangeiro, na verdade, nós nos valemos de parcerias, porque nós não temos uma estrutura institucional para prestar apoio. Então, temos parceria com ONGs e com os próprios governos locais, de forma a prestar os serviços necessários.

Não obstante as restrições orçamentares, os consulados nos Estados Unidos vinham acompanhando e assistindo a contento a comunidade brasileira aqui. Sobretudo, com o serviço eletrônico instalado pelo Itamaraty em 2017, essa tarefa era de certa maneira facilitada. A título de exemplo, o Consulado-Geral de Nova York emitia os documentos em cerca de 48 horas.

Bom, com a atual situação imigratória nos Estados Unidos, o Presidente Trump emitiu uma série de ordens executivas que visavam dificultar a obtenção de visto e asilo, reforçar a segurança das fronteiras e implementar novas estratégias de detenção e deportação. Essa equação mudou completamente. Não se trata apenas do receio de deportação, cujos números, por questões logísticas, mantêm-se equivalentes aos números dos Governos anteriores. Trata-se sobretudo da ansiedade da população, da comunidade brasileira, criada com o aumento das detenções, esse é o grande fato novo, eu diria, com a ampliação dos espaços de abordagem – antigamente havia locais em que o ICE, o sistema policial de imigração americana, não podia fazer abordagens e neste momento pode fazer em qualquer local – e especialmente com a atenção midiática que o assunto tem merecido.

Devo dizer que os canais de diálogo com os Estados Unidos estão abertos, que o Brasil não está no radar da atenção em relação a essa questão ou até em relação a outras questões, de maneira que as relações têm sido relativamente fluidas, mas, de todas as maneiras, esse novo quadro criou necessidades e situações desafiadoras, não somente em termos de urgência de obtenção de vários documentos, como passaportes válidos, especialmente registros de nascimentos das crianças. As crianças são as pessoas mais vulneráveis naturalmente, até porque os pais podem ser deportados, e, se eles não tiverem uma documentação brasileira, podem ficar no sistema de *foster care* nos Estados Unidos e também em situações econômicas e psicológicas muito sensíveis.

A impossibilidade atual de reforço dos recursos humanos financeiros para os consulados em razão das restrições orçamentárias tem criado dificuldades para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALNIO SENNA GANEM (*Por videoconferência.*) – ... o atendimento, então, dessas necessidades de emergência. Por exemplo, atualmente, esses documentos, que eram emitidos em cerca de 48h, passaram a exigir de um a dois meses, de tal ordem o número de serviços requeridos hoje. No mês passado, por exemplo, o Consulado-Geral de Nova York realizou 8.058 serviços. Isso reflete uma situação geral nos Estados Unidos.

Estima-se que essa situação deverá perdurar por alguns motivos que requerem alguma solução. Daí porque eu, pessoalmente, vislumbro a alternativa de que as taxas e emolumentos consulares cobrados, que hoje se revertem para o Tesouro, sejam destinados aos serviços consulares. Considerando o inciso II do art. 145 da Constituição, que prevê que as taxas podem ser instituídas para serviços públicos específicos e utilizadas por esses serviços públicos, salvo melhor juízo, parece-me que haveria legitimidade em destinar os recursos obtidos com as taxas e emolumentos consulares à cobertura das despesas relativas a esses serviços consulares.

Eu muito agradeço a atenção, mais uma vez, e o apoio que esta Comissão possa aportar ao tema, e estou naturalmente à disposição para perguntas e respostas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul-Geral do Brasil em Nova York, pela participação remota.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador Francisco Carlos Soares Luz, Cônsul-Geral em Santa Cruz, representando aqui a Embaixada do Brasil em La Paz, na Bolívia.

Com a palavra, também remotamente, o Embaixador Francisco Carlos Soares Luz. V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia, Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Sras. e Srs. Senadores, é um prazer ter sido convocado aqui para essa audiência pública. Aos meus colegas Márcia Loureiro, Octávio Côrtes e Adalnio, que não vejo realmente – como o Octávio disse –, há muitos anos, é um prazer revê-los aqui nessa sessão.

Eu vou tentar dar um panorama rápido da comunidade brasileira aqui da Bolívia. É uma comunidade muito dispersa. A Bolívia é coberta pelo setor consular da Embaixada em La Paz, pelo Consulado-Geral aqui em Santa Cruz, pelo Consulado-Geral em Cochabamba, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulado simples em Puerto Quijarro, na fronteira com Corumbá, e dois Vice-Consulados, um na fronteira com Rondônia, em Guayaramerin, e outro na fronteira com Acre, em Cobija.

Não existem estatísticas confiáveis acerca do tamanho da comunidade; os números variam entre 20 e 60 mil. Esse número já foi maior antes da pandemia, principalmente com a partida dos estudantes, com o fechamento das universidades nesse período, vários estudantes, milhares de estudantes regressaram. Nós estimamos, pelo volume de serviços que nós prestamos à comunidade aqui no consulado, que este número esteja próximo de 35 mil na jurisdição de Santa Cruz e de 40 mil a 45 mil em todo o país.

A comunidade é formada basicamente por estudantes, estudantes de Medicina. Aqui em Santa Cruz, há 27 universidades; somente duas delas têm 5 mil alunos brasileiros. Então, nós estimamos que os alunos, somente em Santa Cruz, estejam entre 9 mil e 10 mil. Cochabamba é o segundo centro com maior número de estudantes. Esses estudantes têm demandas específicas: eles utilizam muito os nossos serviços jurídicos, de assistência jurídica e de assistência psicológica por vários motivos. Então, essa é a maior comunidade nossa.

Eles são seguidos por agricultores brasileiros, agricultores e pecuaristas brasileiros que se mudaram aqui para a Bolívia, há mais de 30 anos. A maioria, a imensa maioria, está concentrada no departamento de Santa Cruz. Hoje, o cultivo da soja, por exemplo, 25% da soja exportada pela Bolívia sai de fazendas de propriedade brasileira, de brasileiros. Então, é a segunda comunidade mais importante.

Seguem-se a ela os brasileiros e brasileiras casados com bolivianos e, depois, uma comunidade de executivos: são muitíssimas as empresas brasileiras com representação aqui e o número de executivos aqui é bastante elevado. São empresas de peso como Petrobras, Votorantim, Tramontina, Ambev e outras. Então, existe um número grande de executivos que demandam serviços de outra natureza.

E depois nós temos um problema sério que é uma grande comunidade de brasileiros encarcerados. Somente aqui no presídio de Palmasola, nós temos uma população de 120 a 130 detidos, que é uma população que varia muito e que nos exige visitas quase semanais ao presídio por questões familiares e por temas penais também: muitos já cumpriram a pena e continuam detidos, os familiares pedem muita informação sobre esses detidos. Então, exige-se deste consulado um trabalho específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade, infelizmente, apesar de ser estimulada por este consulado e pelas outras representações consulares aqui na Bolívia, não é organizada, é muito difusa. Os agricultores possuem uma instituição que se chama Unisoya, que os representa, mas eles têm interesses mais econômicos do que de assistência. Então, não há um conselho de cidadãos e, com isso, a gente tem que realmente tentar acompanhar esses assuntos.

Bom, para finalizar, eu gostaria de comentar o que o Embaixador Adalnio disse sobre os consulados poderem manter a venda consular para a sua manutenção. Acho que praticamente a maioria dos consulados seriam autossuficientes com os recursos que arrecadam.

Estou à disposição aqui para responder qualquer questão que venha.

Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, pela oportunidade.

Não sei se vocês ouviram a última parte, porque, para mim, congelou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Ouvimos.

Agradecemos a participação do Sr. Francisco Carlos Soares Luz e acatamos a sugestão. Penso que, no final da audiência pública, vamos formatar um documento para encaminhar ao Chanceler, fruto deste debate.

A Embaixadora Márcia Loureiro tem um compromisso. V. Exa. fique à vontade para poder se retirar na hora em que lhe convier.

Passo a palavra ao Sr. Jorge da Costa. Peço-lhe para se ater ao tempo que foi determinado pela assessoria devido ao nosso sinal de televisão.

O SR. JORGE DA COSTA (Para expor.) – Agradeço aos presentes, agradeço principalmente ao Senador, que teve a iniciativa desta audiência.

Mais uma vez, estamos aqui. Esta luta nossa já ganhou maioridade. Quem está aqui há mais tempo sabe disso. Já que o tempo foi tão reduzido, tão reduzido, antes que ele se reduza um pouco mais, eu vou dizer que a minha pauta é incluir, na democracia brasileira, esses quase 5 milhões de brasileiros no exterior. Nós estamos ligados ao Brasil em todos os aspectos, menos na democracia. Então, se criarem hoje um estado brasileiro no exterior, seríamos o 15º mais povoado. Penso que o Congresso e o Supremo Tribunal Federal deveriam incluir essa massa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira que está lá fora a fim de que possamos ter voz para encaminhar as nossas demandas e fortalecer muito mais a sociedade brasileira com a nossa participação.

Eu agradeço para que o tempo sobre para outras pessoas.

A minha pauta central é esta: incluir esses quase 5 milhões de brasileiros que estão lá fora, alijados, no momento, do sistema democrático. A democracia do voto não nos é permitida no momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Nós vamos encaminhar todas as sugestões que são frutos desta audiência ao nosso Chanceler e vamos dar a devolutiva das respostas.

Agradeço ao Sr. Jorge a compreensão e a participação.

Com a palavra a Sra. Marilene.

A SRA. MARILENE SGUARIZI (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos, Embaixadores! Vou tratar de ser mais rápida possível pelo tempo que diminuiu.

Eu sou Coordenadora da Mesa de Política e Cidadania do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior. A responsabilidade é muito grande de estar aqui e tratar de resumir a história de 20 anos, estimado Senador, de reuniões e recompilação de todos os trabalhos que nós desenvolvemos no mundo. Exmo. Sr. Senador, resumir a história de imigração dos brasileiros no mundo muito rapidamente é o que vou fazer aqui.

Eu quero contribuir com a fala da Embaixadora muito rapidamente. Não é a primeira reunião, nós já fizemos várias reuniões de brasileiros no mundo também aqui no Senado. Nós temos CBMs e com isso nós recopilamos... As CBMs são Conferências de Brasileiros no Mundo, são atas consolidadas formadas pelo Conselho de Representantes de Brasileiros no Mundo, que tem um histórico detalhado dos quase 5 milhões de cidadãos residentes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILENE SGUARIZI – ... no exterior.

Todo esse trabalho teve origem, estimado Senador, na Comissão, através de uma CPI, em 2005. Em 2009, foi assinado um decreto muito importante, o 7.214, que estabelecia o marco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucional para os conselhos. No entanto, o decreto foi extinto em 2019 pelo Decreto 9.759. Desde então, ficamos sem apoio oficial e sem nenhum canal de interlocução direto com o Ministério de Relações Exteriores, porque foram derrogados os conselhos. Com isso, mais uma vez agradeço a sua iniciativa de trazer-nos aqui e dar-nos essa voz para poder trazer as nossas grandes demandas.

É fundamental destacar que somos um canal de interlocução com o Governo brasileiro – voluntário e sem fins lucrativos. Embora tenhamos constituído, necessitamos que seja refeito o conselho derrogado, Sr. Senador. Solicitamos, de maneira enfática, respeito às diretrizes também dos manuais de instruções dos consulados.

Obviamente, nós gostaríamos de expor muito mais aqui todas as situações fronteiriças com, por exemplo, o Paraguai, que é o quarto país maior exportador de grãos do mundo, e as remessas bilionárias que os brasileiros enviam para o mundo em forma monetária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a Sra. Marilene. Apenas gostaria de ressaltar que todas essas sugestões de V. Sas., assim como o que foi extraído da fala dos Srs. Embaixadores, será encaminhado através de um relatório ao Chanceler Mauro Vieira.

Sra. Luciana Oliveira.

A SRA. LUCIANA OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Obrigada, Senador, pela audiência. A gente vem pedindo esta audiência nos últimos quatro anos e, continuando com o que todo mundo já falou até agora, a gente mandou documentos para o Secretário da Comissão, então, as nossas pautas, as nossas atas foram enviadas para a Comissão.

Eu vou ser bem pontual para ver se a gente consegue também alguma resposta às nossas demandas. Uma é a questão dos postos de votação. Infelizmente, no momento, a gente só vota para Presidente e, de acordo com o TSE, qualquer lugar em que houver mais de 45 brasileiros deveria ter um posto. Claro que no exterior não deveria ser assim, mas a exemplo do meu país, o Reino Unido, a votação é em Londres. Na última votação, nós tivemos 24 mil brasileiros que vieram votar. Então, não é possível que não possa ter um posto de votação nas embaixadas, nos consulados ou nas associações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda questão é a questão da sabatina. Amanhã nós temos a sabatina da e Embaixadora para a Malásia e só os embaixadores sofrem a sabatina do Senado. Nós gostaríamos de pedir, em nome dos brasileiros no mundo, que a sabatina acontecesse com os cônsules, porque são os cônsules que são responsáveis por nós. O trabalho pesado para os brasileiros no exterior é nos consulados. Então, a gente gostaria de pedir sabatina para os cônsules, por favor.

O terceiro pedido é: vocês falaram muito de falta de recurso, de falta de pessoas. Nós sabemos que o concurso para a chancelaria foi aprovado, foi concluído em 2023. Tem 90 pessoas esperando para serem chamada para as chancelarias e tem 950 vagas de déficits dos últimos anos que não foram substituídos. Essas 90 pessoas são absolutamente necessárias no exterior. No Reino Unido, se vocês forem ver o quadro de funcionários, se contratam pessoas locais que têm altos problemas tributários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA OLIVEIRA – ... altos problemas para servir e está aí o concursado brasileiro precisando da vaga... Então, assim, as pessoas locais estão trabalhando nos consulados e nas embaixadas. Por que não trazer os concursados que já foram aprovados?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos à Sra. Luciana Oliveira. Obrigado pela colocação e pelas sugestões. Como eu já disse e reitero, todas serão colocadas, inseridas num relatório encaminhada ao Chanceler Mauro Vieira.

Com a palavra a Sra. Raquel Cantarelli.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes. Agradeço imensamente à Comissão pela oportunidade de estar aqui hoje, principalmente ao Senador Nelsinho Trad.

Eu falo como cidadã brasileira, como mãe e como mulher sobrevivente de violências vividas fora do Brasil. Eu estou aqui para que a minha voz não seja esquecida e, principalmente, para que ela sirva como voz a milhares de outras mulheres brasileiras que em solo estrangeiro enfrentam abusos, preconceitos e abandono institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer um breve relato da minha história. Eu enfrento, recentemente, o processo de Haia, da Convenção de Haia. Há dois anos, as minhas filhas foram tragicamente retiradas da casa delas, às 6h da manhã, por policiais federais armados e levadas de volta à Irlanda, que é o país de residência.

Enquanto morávamos na Irlanda, fomos retiradas de uma situação de violência e de cárcere privado pela própria Embaixada do Brasil e fomos trazidas, por apoio do Itamaraty e da Polícia Federal...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – ... com todo acompanhamento, para que retornássemos ao Brasil em segurança. Viemos, inclusive, escoltadas por policiais, no avião, para que retornássemos em segurança ao nosso país. Aqui enfrentamos o processo da Convenção de Haia. Então, as minhas filhas foram retornadas, mesmo com provas robustas, incluindo medidas protetivas, inclusive emitidas por juízes estrangeiros.

O que aconteceu comigo não é um caso isolado, Senador. Muitas mulheres brasileiras sofrem violências em países estrangeiros e enfrentam muitas barreiras para buscar ajuda. Nós somos julgadas pelas nossas origens, por sermos mulheres latinas, brasileiras, desacreditadas, muitas das vezes, e silenciadas por instituições que preferem ignorar provas a enfrentar sistemas opressores. Frequentemente esses casos envolvem desigualdade de gênero, xenofobia, racismo e negligência também.

Então, eu acho que é urgente que o Brasil, enquanto Estado, atue com mais firmeza para proteger as suas cidadãs no exterior, principalmente mulheres vítimas de violência e crianças, e que as nossas embaixadas e consulados tenham equipes treinadas também em violência doméstica e familiar para acolher essas mulheres, crianças também, e informar sobre a Convenção de Haia, porque muitas mulheres não conhecem a Convenção de Haia. Então, elas chegam aqui, como foi o meu caso, surpreendidas, mesmo tendo sido trazidas por autoridades brasileiras. Eu cheguei aqui e enfrentei um processo em que o próprio Brasil me acusou de sequestro internacional.

Então, há uma dificuldade muito grande para nós mulheres brasileiras buscarmos ajuda no exterior, porque nós sofremos, como foi dito, diversas violências. Eu fui levada pelo próprio cônsul do Brasil na Irlanda, tendo sido retirada de uma situação de cárcere privado com minhas filhas, onde uma das minhas filhas foi vítima de abuso sexual e eu, de violência doméstica. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícia diversas vezes foi até a nossa casa, mas muitas vezes não podia fazer nada. Então, eu acho que falta, muitas vezes, apoio jurídico para essas mulheres. Eu tive meus passaportes completamente subtraídos, toda a minha documentação e fiquei numa situação extremamente difícil para solicitar ajuda.

Então, eu acho importante que tenha um acolhimento. Eu precisei comparecer a uma corte sem advogado algum, porque foi muito rápida a forma como tudo aconteceu lá, e diversos direitos foram violados. Ou seja, eu não tive nenhuma chance de defesa naquele país. Foi me negado abrigo, foi me negada assistência jurídica, porque eu não tinha documentos, e a embaixada não tinha recursos para poder fornecer e nem para me colocar num abrigo, o que foi negado pelas autoridades, após eu ter sido retirada de uma situação de cárcere privado, com duas crianças pequenas nos braços, em fase de amamentação – tudo isso foi ignorado.

Inclusive, na corte, foi negada a entrada do cônsul, mas poderia ser permitida a entrada de um advogado. Mas na embaixada não havia esse serviço de aconselhamento.

Para finalizar, eu estive também numa embaixada... na delegacia – perdão –, com o embaixador, para fazer toda a denúncia, e essa denúncia simplesmente desapareceu. Quando eu busco lá para poder pegar o meu boletim, o meu histórico, ela não existe.

E eu, como mulher brasileira, seria desacreditada em todos os momentos. A minha sorte é que eu estive acompanhada pelo embaixador do Brasil, pelo cônsul, fui retirada por carro oficial brasileiro, e, mesmo assim, nenhuma dessas minhas alegações ou minhas denúncias foi acatada pelo país estrangeiro.

Então, existe uma certa dificuldade – na verdade, uma dificuldade imensa – para que essas mulheres busquem proteção...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – ... em Estado estrangeiro, e é importante que os consulados e as embaixadas estejam preparados para proteger e acolher essas mulheres.

Só para finalizar, o meu processo correu agora no STJ, e foi decidido pelos Ministros, por unanimidade, que as minhas filhas devem retornar para o Brasil. (*Manifestação de emoção.*)

Foi definido que nós fomos vítimas de violência, e eu estou buscando apoio, porque agora precisaremos fazer toda a questão diplomática, reconhecimento de sentença em Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiro. Não sei ainda como isso vai acontecer. Eu estou há dois anos sem ter nenhuma notícia das minhas filhas. Minhas filhas estão lá fora, correndo risco, o que foi falado pelos Ministros do STJ, reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, mas elas ainda continuam lá, sem nenhum suporte das autoridades brasileiras, sendo brasileiras. Elas têm cinco e sete anos, são muito pequenininhas.

É uma preocupação minha, como mãe, como mulher, como brasileira, com duas crianças brasileiras que estão também lá fora sem nenhuma proteção do Estado brasileiro.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as palavras da Sra. Raquel Cantarelli. Muito forte tudo isso que V. Sa. falou.

Conforme já disse anteriormente, isso vai constar do relatório que vamos enviar ao chanceler e, com certeza, haverá de ter resposta, não só desse seu caso como das outras sugestões.

Temos aqui, remotamente, o Sr. Eber Toyohashi, brasileiro, vivendo em Hamamatsu, no Japão.

Peço desculpas por tê-lo colocado para falar só agora – lá já é quase meia-noite –, mas, se ele ainda estiver por aí, acordado...

O SR. EBER TOYOHASHI (*Por videoconferência*.) – Presidente, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode falar. V. Sa. dispõe do tempo para concluir.

O SR. EBER TOYOHASHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Se me permitir, eu gostaria de colocar um PowerPoint.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Apenas para alertá-lo, nós temos aqui, no máximo, cinco minutos. Pode ser?

O SR. EBER TOYOHASHI (*Por videoconferência*.) – Sim, pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Então vai.

O SR. EBER TOYOHASHI (*Por videoconferência*.) – Precisa ser autorizado aqui para mim. (*Pausa.*)

Não está sendo autorizado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Está autorizado? (*Pausa.*)

Querem passar para o outro...

O SR. EBER TOYOHASHI (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Deu. Vai lá.

O SR. EBER TOYOHASHI (*Por videoconferência*.) – Autorizou.

Boa noite a todos e todas.

É uma honra participar desta 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em audiência pública do Senado Federal, para tratarmos de um tema tão relevante: a comunidade brasileira no exterior.

Falo, com orgulho, em nome de uma parcela expressiva desses brasileiros, aqueles que vivem no Japão e que, mesmo distante fisicamente do Brasil, mantêm um profundo vínculo com a nossa pátria.

O Japão abriga uma das maiores comunidades brasileiras, e hoje nós, aqui do Conselho de Cidadãos de Hamamatsu, fazemos trabalhos previdenciários e sociais de extrema importância dentro da comunidade brasileira no Japão. Apesar de ser um país desenvolvido, do G7, temos algumas dificuldades, da comunidade brasileira, que tentamos alcançar.

Fazemos trabalhos de distribuição de cestas básicas, orientação para subsídios públicos para subsistência, assistência profissionalizante e assistência para trabalhos, no caso, previdenciários. Há palestras, *workshops*, orientação das ações, reuniões periódicas para ações sociais e previdenciárias e, principalmente, treinamento para calamidade pública, principalmente num país onde nós temos grandes terremotos, tsunâmis e calamidades por intempéries do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazemos trabalhos de assistência hospitalar para brasileiro, apoio psicológico, orientação trabalhista, suporte a brasileiros encarcerados e orientação a imigrantes em situação irregular. São os trabalhos que o nosso Conselho de Cidadãos faz.

Temos o Departamento de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, que, inclusive, foi citado pela Embaixadora Márcia Loureiro, cuja sensibilidade e apoio têm sido fundamentais para ampliar o alcance de ações voltadas ao bem-estar da nossa comunidade, justamente em uma sessão anterior da Comissão de Relações Exteriores.

Atendimento e apoio, cartilhas informativas e palestras educativas são trabalhos que fazemos aqui no nosso Conselho de Cidadãos em Hamamatsu. Temos um trabalho de acolhimento e de apoio às vítimas de violência doméstica, em conjunto com a polícia estadual daqui de Shizuoka, em que a polícia de Shizuoka disponibiliza um *hotline* exclusivo para casos de brasileiras em situação de violência doméstica. Nós temos esse *hotline* em que o carro-patrulha se dirige imediatamente ao local da vítima, e a própria polícia faz o acolhimento diretamente dessa vítima, no caso, entrando em contato com o nosso consulado e com o nosso Conselho de Cidadãos.

Nosso trabalho é feito por esses membros, divididos por departamentos. Nós temos departamento previdenciário e social; temos psicoterapeutas e advogados; todos trabalhando conjuntamente em prol da nossa comunidade. E temos o apoio incondicional do Cônsul-Geral do Brasil em Hamamatsu, Aldemo Garcia, e também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EBER TOYOHASHI (*Por videoconferência.*) – ... do nosso Prefeito da cidade de Hamamatsu, Yusuke Nakano, que tem nos apoiado muito, sempre, na questão cultural, educacional, previdenciária e social.

Hoje, nós temos 130 anos, conforme o nosso Embaixador Côrtes citou, de aliança entre Brasil e Japão e nós precisamos fazer um trabalho para deixar um legado, o que seria a nossa meta atual agora. Nós estamos pedindo, encarecidamente, o apoio institucional e político desta Comissão, para que possamos instalar um centro cultural brasileiro em Hamamatsu.

Esse centro cultural seria também uma sede de acolhimento, de ajuda a todos os brasileiros, à comunidade do Brasil. Temos principalmente esse trabalho dentro da cidade de Hamamatsu, que nos apoiou e nos cedeu um prédio de 15 mil metros quadrados. Era uma escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ensino fundamental que foi desativada e cedida para que nós pudéssemos trazer esse centro cultural brasileiro. Então, a própria cidade de Hamamatsu, da província daqui de Shizuoka, com total apoio ao nosso Conselho de Cidadãos e ao nosso consulado, está cedendo esse prédio de 15 mil metros quadrados, para que possamos fazer um centro cultural.

Então, é uma solicitação legítima da comunidade para esse centro cultural, e pedimos apoio a esta Comissão e ao Presidente Senador Nelsinho Trad, que, inclusive, esteve aqui presente há dois anos e pôde verificar os nossos trabalhos do consulado e do conselho perante a nossa comunidade.

Muito obrigado. Agradeço a todos os presentes e conto com a Comissão para que possamos trazer esse primeiro centro cultural no Japão, depois de 130 anos de aliança entre Brasil e Japão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação do Sr. Eber, diretamente do Japão.

Passo agora para Sra. Valéria Sasser, que está vivendo nos Estados Unidos, cofundadora do Movimento Brasileiros Emigrados.

A SRA. VALÉRIA D. SASSER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá a todos.

Muito obrigada, Senador e demais membros da Comissão, do comitê, pela iniciativa e oportunidade.

Saúdo os diplomatas presentes e os membros da comunidade também.

Esta audiência é um desejo antigo do Movimento Brasileiros Emigrados.

O MBE foi criado em 2022, com membros de todos os continentes. São trabalhadores, empreendedores, estudantes, pesquisadores. Somos preocupados com a qualidade de vida transnacional, o processo democrático no Brasil e onde residimos, inclusive com a participação política local e, principalmente, com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos brasileiros emigrados, de forma inclusiva, permanente e continuada.

A nossa diáspora brasileira tem crescido de forma significativa nos últimos anos, com 37% a mais de brasileiros no exterior, comparado aos dados de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As comunidades no exterior são, de fato, promotores do *soft power* brasileiro, mas enfrentam problemas práticos estruturais ou de integração, dependendo da região, muitas vezes sem o apoio do Estado brasileiro.

A atuação mais eficaz e moderna da rede consular e políticas públicas específicas para esses brasileiros é urgente e fundamental para atender essa galera toda.

As remessas de dólares que saem do exterior para o Brasil revelam-se de grande relevância para a economia brasileira. Por exemplo, para dar apenas um dado único, por questão do tempo, em 2020, em plena pandemia, nós, coletivamente, enviamos para o Brasil mais que a arrecadação do Estado do Mato Grosso em ICMS – nós enviamos R$18 bilhões, e o Estado do Mato Grosso arrecadou R$12 bilhões.

Este relatório meu hoje, em nome do MBE, tem como objetivo identificar as principais políticas públicas a serem adotadas pelo Governo brasileiro, em especial por meio de sua rede consular, e propor direções para a integração dos brasileiros emigrados na política pública brasileira.

As estimativas das comunidades já foram apresentadas por alguns diplomatas e não vou repeti-las, mas as nossas prioridades são: criação de uma subcomissão de brasileiras e brasileiros emigrados na Comissão de Relações Exteriores; criação de um fundo oriundo dos envios para assistência aos brasileiros no exterior, administrados por uma comissão interministerial e sociedade civil; participação de um ou dois conselheiros do Movimento Brasileiros Emigrados no conselho de participação popular da Presidência da República; e, principalmente, a criação de uma secretaria de estado das brasileiras e brasileiros emigrados junto à Presidência da República, que possa trabalhar transversalmente com todos os ministérios, de acordo com a demanda.

Ressalto que a maioria das demandas atuais necessita de ações legislativas e de políticas públicas de Estado. Portanto, repetir modelos ultrapassados de interlocução com o Governo Federal não serve mais às características atuais das comunidades emigradas.

Sugerimos, ainda, o fortalecimento da rede consular; ações multissetoriais na área de educação, no ensino de português especificamente, cidadania e cultura; uma diplomacia ativa e proteção consular; e representação política, com a alteração, via processo legislativo, do número de Deputados Federais e Senadores no Brasil, para incluir representação política no congresso dos brasileiros emigrados com candidatos oriundos dessas comunidades e concorrendo no exterior, como já possui Portugal e Itália, por exemplo, que são exemplos de sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, mas não menos importante, peço especial atenção ao regime em desenvolvimento nos Estados Unidos. Com mais da metade de nossos cidadãos emigrados residindo nos Estados Unidos e a ameaça de deportação de pessoas para países diferentes daqueles países de origem, solicitamos planejamento e ação imediata para o caso de algum dos nossos nacionais ser deportado para campos de concentração em países diferentes do seu país de origem. Solicitamos, também, a emissão urgente de documentos àqueles afetados por tais políticas.

Concordo com o Embaixador Ganem sobre a destinação das receitas consulares para o desenvolvimento de um serviço consular de primeira, segunda e terceira gerações, há muito tempo demandas dessas comunidades. O Brasil precisa reforçar o seu compromisso com os seus cidadãos no exterior e criar confiança na presença e assistência de seu país natal, quando solicitada.

Nós saímos do Brasil, mas o mesmo não saiu de nós, não sai nunca.

Temos uma lista extensa de demandas e políticas públicas sugeridas, inclusive minutas de leis e criações de outras ações governamentais para facilitar o seu trabalho, em Brasília. Por favor, entrem em contato conosco. A Comissão de Relações Exteriores recebeu os nossos *e-mails*. Estamos à sua inteira disposição para colaborar no que for preciso.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a última participação, da Sra. Valéria Sasser.

A gente recebeu aqui uma carta do Sr. Flávio Carvalho, sociólogo brasileiro vivendo na Espanha. A gente tem por hábito praticar a transparência. Então, eu vou ler a carta dele, conforme solicitação.

> Faz 2 décadas que gritamos um mesmo grito.
> Talvez por estarmos longe, NUNCA tivemos resposta.
> De nenhum governo, diga-se de passagem.
> Para sermos objetivos e enfocar estrategicamente, eis um resumo:
> [...] são mais de 20 anos de expectativas diversas em relação às demandas das comunidades brasileiras no exterior, é natural que sejam tantos lamentos que acabam nos prejudicando com a dispersão. Estamos cansados. Mas, felizmente, estamos aprendendo com a experiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando são muitas tarefas, acreditamos que é melhor se sentar e conversar, com tempo adequado e meticuloso planejamento. A pior coisa seria tentar resolver tudo na pressa, [que é] inimiga da perfeição.

Foram horas, dias, meses e anos de Conferências Brasileiros no Mundo (participei de 3 das 4 realizadas), Encontros da Rede de Brasileiros no Exterior (Coordenei os 3 realizados), Encontros do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (do qual fui vice-presidente, empossado no [...] Itamaraty pelo Presidente Lula), [...] COMIGRAR do Ministério da Justiça (fui o responsável de relatar as dezenas de propostas que apresentamos, quase todas aprovadas pela Conferência), 3 Encontros da Frente Internacional Brasileira / FIBRA, que ajudei a criar e desenvolver, como participante ativo.

Por tudo isso, recebi do Estado Brasileiro a Medalha da Ordem do Rio Branco e fui indicado para a Ordem do Mérito Cultural do [...] Ministério da Cultura. Nada disso foi em vão e aqui estamos, firmes e esperançosos diante deste vosso novo esforço.

Por isso, adotamos um novo enfoque [...] [que seja] forte, consistente e objetivo.

E uma única PROPOSTA.

Priorizamos [...] apostar pelo aperfeiçoamento do meio institucional, oficial, de diálogo permanente com nosso governo, começando pela imediata interlocução com aqueles organismos de governo que sejam designados pela Presidência da República.

Sim. Aprendemos que a melhor solução seria que a própria Presidência, por meio da sua assessoria internacional, constitua, com celeridade e apoio do Congresso Nacional e dos demais Poderes da República, uma Comissão Interministerial de diagnóstico participativo, diálogo e negociação com as diversas formas de representação das comunidades brasileiras no exterior.

Aprendemos também que não seria matéria de apenas um ou outro ministério, não excluindo nem aumentando as responsabilidades que diversos ministérios já possuem, como o nosso Itamaraty. Porém, já aprendemos, nestes mais de 20 anos, que é necessário uma política de Estado, que articule todas as frentes de demandas: sociais, culturais, educacionais, econômicas [...].

Afinal, trataremos de um contingente populacional maior que o de muitos Estados, Unidades da Federação [conforme já foi mencionado aqui].

Ou ainda de uma oportunidade econômica (pois não apenas queremos, mas também oferecemos muito ao nosso governo) que contribuirá para o desenvolvimento do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Não somente com o envio de remessas financeiras (que já foram calculadas pelo Banco Central em nível comparável ao lucro líquido de exportação da soja), mas com um capital humano e cultural com uma capacidade de ajudar, no exterior, nosso governo, de uma forma que acreditamos que este mesmo ainda desconhece.
> Nossa complexidade, por sermos um "Brasil em miniatura", fora do [nosso] país, já foi amplamente estudada por renomados especialistas. Segundo estes, o Brasil só tem a ganhar com o fortalecimento desta nossa cidadania (que não a perdemos, pelo contrário, ao sair das fronteiras nacionais) [ressalta-se isso]. Hoje nos sentimos muito mais brasileiros do que quando ainda estávamos no Brasil.
> Comecem por escutar-nos, por favor.
> Nossas famílias, no Brasil e no mundo, estarão imensamente agradecidas.
> Temos certeza que ninguém no nosso país se arrependerá.
> Cada dia no calendário e cada quilômetro mais longe, nos sentimos ainda mais brasileiros.
> Porque o país [jamais e] nunca sairá dos nossos corações.
> Aquele abraço.
> Cordiais Saudações, da Catalunha.

Flávio Carvalho.

Temos aqui algumas perguntas da participação popular.

A Gabriella, do Rio de Janeiro, pergunta: "Há políticas de reintegração de pessoas que voltaram para o Brasil porque não conseguiram manter uma condição financeira estável no exterior?".

O Sr. Bruno poderia responder.

O SR. BRUNO PEREIRA A. DE ABREU (Para expor.) – Sobre essa pergunta, isso é um trabalho que tem começado já, mas não compete ao Itamaraty. Nossa atividade é no exterior. Mas, sim, há outros ministérios que estão começando a trabalhar nessa direção para receber esses brasileiros que retornam ao Brasil.

Nós estamos tentando organizar junto com eles um manual, uma cartilha, que vai ser publicada dentro do portal consular, orientando os brasileiros sobre quais os serviços e como buscá-los no momento em que eles retornam ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Embaixador Adalnio, está aí *online*?

O SR. ADALNIO SENNA GANEM (*Por videoconferência*.) – Estou *online*.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu vou fazer a pergunta do Guilherme e eu gostaria que o senhor respondesse.

Guilherme: "Os consulados fornecem assessoria ou consultoria jurídica aos brasileiros no exterior?".

O SR. ADALNIO SENNA GANEM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, a maioria dos consulados fornece uma assessoria de emergência. Agora, naturalmente, nós não temos disponibilidade financeira para a prestação, o acompanhamento do caso. O consulado é que presta atenção permanente durante todos os processos, especialmente audiência. Mas, sim, nós temos uma consultoria jurídica de emergência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado.

Eu vou voltar a pergunta ao Bruno, que está aqui substituindo a Embaixadora Márcia Loureiro.

É uma pergunta da Yzadora, do Rio Grande do Sul – Yzadora com "y"–: "Como o Brasil pode melhorar o apoio consular aos quase 5 milhões de brasileiros que vivem no exterior?".

O SR. BRUNO PEREIRA A. DE ABREU (Para expor.) – Esse é o nosso trabalho permanente. Se se observar como era o serviço consular há 20 anos e hoje, nota-se uma evolução grande. Como o Embaixador Adalnio falou, em 2017, nós já instalamos um outro sistema; em 2006, nós instalamos o primeiro sistema consular integrado, ele concluiu-se em 2010 – então toda a qualidade da prestação do serviço consular passou a ser digitalizada e se tornou mais eficiente –; em 2017, nós resolvemos os problemas de fila em muitos consulados, graças a um novo sistema de atendimento.

Nós temos os atendimentos psicológicos e jurídicos na maior parte; nos grandes postos, em todos eles, nós temos os dois. Temos agora o Espaço da Mulher Brasileira já em nove consulados gerais, e queremos, até o final do ano, abrir mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A outra pergunta imagino que também poderia ser respondida pelo senhor, por favor: "Com os [...] [Estados Unidos] enviando pessoas para prisões em outros países, como o Brasil está [...] [se preparando para essa questão e] para proteger seus nacionais em tal situação?".

O SR. BRUNO PEREIRA A. DE ABREU (Para expor.) – Os Estados Unidos deportam, fazem deportação de imigrantes em situação migratória irregular para o Brasil desde 2019, fazem voos regulares. Com o ocorrido em janeiro num desses voos, nós instalamos um grupo de trabalho junto com a Embaixada dos Estados Unidos para negociar e para conversar sobre esses voos.

Os outros ministérios – o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça –, todos eles têm uma operação de recepção desses brasileiros no aeroporto de Fortaleza.

Um dos resultados desse grupo de trabalho foi que os voos fossem para Fortaleza, diminuindo, assim, o tempo que as pessoas passariam dentro do avião de deportação.

Antes, eles fariam duas escalas, uma no Panamá, outra em Manaus, até chegar em Minas Gerais. Agora, eles vêm direto para Fortaleza – às vezes param em Porto Rico, mas é um voo muito mais curto.

E os ministérios estão preparados, nós mandamos um diplomata sempre ao embarque, e tem um diplomata aguardando, junto com a equipe dos outros ministérios, a chegada desses brasileiros a Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Alguns comentários, que não são perguntas. Vieram lá da Paraíba e do Acre.

O Antônio, do Acre: "O Brasil deve ter uma postura de integridade e respeito aos direitos humanos".

O Anderson, da Paraíba: "Devem sempre proteger os brasileiros de leis prejudiciais, mesmo quando possuem duas ou mais cidadanias".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entrando na última parte da nossa audiência pública, pergunto ao Embaixador Adalnio ou ao Embaixador Francisco Soares ou ao Embaixador Octávio Dias se querem fazer mais alguma consideração, para fecharmos a nossa audiência pública, e também ao Sr. Bruno. (*Pausa.*)

Com a palavra o Sr. Bruno, para consideração final.

O SR. BRUNO PEREIRA A. DE ABREU (Para expor.) – Eu acho que seria o que a Embaixadora falaria aqui, que o Itamaraty está aberto. Sempre está aberto, a rede consular inteira está aberta para escutar as demandas das comunidades brasileiras no exterior. E isso é importante, Senador.

A gente sempre fala em comunidades, porque nós sabemos que elas são muito diversas, cada uma com uma necessidade específica, variando de país para país. E nós tentamos, mesmo com os nossos poucos recursos humanos e materiais, atender-lhes da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Embaixador Adalnio, para falar em nome dos colegas embaixadores que estão remotamente.

V. Exa. foi escolhido.

O SR. ADALNIO SENNA GANEM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Apenas para agradecer a gentileza da atenção e do apoio.

Eu, como tive a oportunidade de trabalhar com o senhor, sei do seu compromisso, da seriedade dos seus compromissos. Então, quero agradecer muito esta oportunidade.

Quero dizer que nós, os consulados dos Estados Unidos e, especificamente, aqui em Nova York, estamos fazendo todo o nosso possível para atender à comunidade, às suas necessidades, e estamos sempre abertos ao diálogo e à conversação com a comunidade e, naturalmente, com o Congresso, recebendo as orientações do Itamaraty.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, da participação de V. Sas., nós vamos designar duas pessoas para falar em nome de vocês.

Primeiro, o Jorge, e fechamos com a Raquel.

O SR. JORGE DA COSTA (Para expor.) – O.k.

Eu vou me dirigir ao Sr. Bruno.

Eu sou de Boston. O consulado de Boston já foi bem melhor do que atualmente. E a retórica é a mesma: falta verba, portanto não tem material humano.

O consulado de Boston não tem atendimento presencial, a não ser numa emergência das emergências das emergências, mas tudo foi para o sistema eletrônico, e, como a maioria tem dificuldade com esse mundo digital, abriu-se um caminho enorme, e esse atendimento foi terceirizado para despachantes.

Um documento que custa, no consulado, US$15, custa, no despachante, US$180. É uma economia tirada da comunidade brasileira.

E a última pergunta.

O Brasil já voltou a cobrar o serviço prestado ao americano que vai na nossa embaixada, no consulado, pedir um visto ou aquilo ainda continua, eles são isentos disso? Porque foi isentado – tem que falar o nome, não é? – pelo Governo Bolsonaro.

Aí nós estamos brigando atrás de verba que precisamos realmente... A verba estava na mão, e alguém chegou e falou: "Não, não precisa pagar mais; não precisa pedir visto para vir ao Brasil".

A pergunta é: já voltamos a atender e cobrar deles ou ainda não?

O SR. BRUNO PEREIRA A. DE ABREU (Para expor.) – Sim, desde abril, nós voltamos a cobrar vistos de norte-americanos, canadenses e australianos.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor.) – Bom, eu, como mãe, não deixaria de aproveitar esta oportunidade final para fazer um apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois anos eu venho frequentando esta Casa, pedindo apoio, pedindo proteção para as minhas filhas, buscando soluções. Minha voz foi ouvida por muitos, e agora eu luto pelo cumprimento da decisão, que ainda é algo vago para mim.

Os ministros do STJ decidiram, mas deixaram uma lacuna, uma margem, uma flexibilidade muito grande, tendo em vista a complexidade do caso e as mudanças que podem acontecer, mas eu realmente ainda me encontro num vazio, sem qualquer notícia e informação das minhas filhas, tendo um inquérito na Polícia Federal em que o genitor das minhas filhas está sendo investigado e acusado de pedofilia, e as minhas filhas se encontram lá, com ele, sem nenhum apoio.

Eu tentei pela Convenção de Viena que a embaixada as visitasse, que tivessem qualquer apoio, mas o genitor simplesmente não permitiu, bloqueou a embaixada. Então, simplesmente não fizeram mais nada.

Então eu, como mãe, durmo e acordo sem notícias, sem saber como estão minhas filhas.

E é isso.

Como mãe, é um apelo: a oportunidade mesmo de poder cumprir essa decisão e, obviamente, falar, em nome de todas as mães, desde que a minha história ficou conhecida.

Eu tenho 420 mil mães e mulheres que me apoiam, que buscam por uma solução, e muitas mulheres fora também passando por situações de violência. Então, é um apelo para que as embaixadas e autoridades brasileiras olhem por essas mulheres com humanidade, que tenham um acolhimento e apoio a essa comunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom, eu fiquei sabendo desse assunto agora. Eu não sabia desse assunto que você relatou. É algo que toca qualquer ser humano, e vou dizer para você o seguinte: enquanto eu estiver na Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, você aqui vai ter voz, e nós vamos estar juntos de você, para fazer com que esse desfecho seja cumprido, de acordo com a decisão da nossa Suprema Corte.

Pode contar conosco.

Cumpridas as formalidades desta audiência pública, agradeço a todos que participaram remotamente e a todos vocês que vieram, ao Sr. Jorge, à Sra. Marilene, à Sra. Luciana, à Sra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Raquel, agradeço ao Sr. Bruno, leve o nosso abraço à nossa Embaixadora Márcia Loureiro, e me despeço rogando a proteção de Deus.

Declaro encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Carlos Viana, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Esperidião Amin e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Tereza Cristina, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 609, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 610, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 159, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 167, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 391, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 18, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública debater as oportunidades e riscos para o agro brasileiro no cenário do comércio internacional." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, e considerando-se a falta evidente de quórum, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Tendo em vista... Perdão.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª e da 15ª Reuniões da Comissão, ocorridas em 15 de julho. (*Pausa.*)

Então, vamos à pauta.

Anuncio o item 1 da pauta... (*Pausa.*)

Anuncio o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Senador Hamilton Mourão, eu o cumprimento, agradeço-lhe a Presidência destes trabalhos e vou, então, ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2022.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 508, de 14 de outubro de 2019, foi submetido ao crivo do Congresso Nacional o texto do "Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados Partes do Mercosul, em 17 de julho de 2019".

A exposição de motivos destaca, entre outros aspectos, que o referido acordo tem por objetivo permitir que os usuários de serviços de telefonia móvel em viagem entre os países do Mercosul sejam cobrados conforme plano contratado em seu país de origem, sem encargos adicionais, representando um fortalecimento da integração econômica e digital do bloco.

O acordo é composto por 11 artigos, os quais estabelecem, entre outros, os objetivos do arranjo, as medidas de transparência, os padrões mínimos de qualidade a serem observados pelos serviços de telefonia, as obrigações de fiscalização dos Estados Partes, as autoridades competentes e os mecanismos de solução de controvérsias.

O projeto foi aprovado na Câmara e encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

O PDL não carrega vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Não tem vícios, igualmente, de constitucionalidade.

A proposta está em consonância com o art. 4º, parágrafo único, da Constituição, que trata da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Do ponto de vista da técnica, a proposição observa os parâmetros da Lei Complementar nº 95

No mérito, a iniciativa é oportuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao eliminar encargos adicionais de *roaming* entre os países do Mercosul, avança-se na construção de um mercado regional mais integrado e inclusivo, oferecendo benefícios tangíveis aos cidadãos dos países do bloco.

Essa facilitação na comunicação e conectividade não apenas estimulará o turismo e os negócios, como também reforçará a coesão entre a população da região.

Serão especialmente beneficiadas as pessoas residentes na região de fronteira, forçadas, muitas vezes, a pagar serviços de *roaming* cotidianamente, em virtude de deslocamentos fronteiriços em decorrência de trabalho, negócios ou estudos.

Destaco em especial a região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, com as cidades de Foz do Iguaçu, Cidade de Leste e Porto Iguaçu, na qual os deslocamentos entre esses três países constituem uma rotina frequente para boa parte dos residentes.

Não se ignora que haverá necessidade de adequações e ajustes. Entretanto, o próprio acordo prevê a criação de um comitê técnico composto por representantes dos países envolvidos, chamado de Comitê de Coordenação Técnica, que se encarregará da implementação da medida. As dificuldades operacionais e os ajustes necessários, em nível executivo, deverão ser discutidos e resolvidos no âmbito do referido comitê. Caberá inclusive a ele definir a data da efetiva implementação da medida.

Recebeu este Relator ponderações relevantes da Conexis Brasil Digital a respeito de dificuldades que as operadoras do setor de telecomunicações terão para cumprir o previsto no acordo, sugerindo ainda que seria mais oportuno deixar a supressão do *roaming* entregue às soluções de mercado.

Apesar da relevância dos argumentos, entendo que essas questões deverão ser dirimidas pelo referido comitê, sendo de todo recomendável que as operadoras ou suas representantes sejam ouvidas e que participem dos trabalhos.

Haverá ainda prazo para as operadoras se adequarem. A data de entrada em vigor do decreto legislativo não se confunde com a da efetivação da medida. A essa, caberá a decisão ao referido comitê.

Ademais, e aqui é o ponto, a meu ver, fundamental, Senador Mourão, a decisão política já foi tomada no momento da celebração do acordo entre os países do Mercosul, sendo a medida aventada ainda coerente com os propósitos da integração dos mercados do bloco. O acordo já foi ratificado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Uruguai, Paraguai e Argentina, sendo o Brasil o único país que ainda não finalizou o procedimento de incorporação do tratado em seu ordenamento. O Brasil, como liderança regional, não pode se abster de ratificar o tratado em virtude de dificuldades operacionais, que devem ser superadas na fase de implementação executiva.

Portanto, o presente acordo representa um avanço concreto para a integração entre os países do Mercosul, trazendo benefícios concretos aos seus cidadãos, motivo pelo qual o presente projeto de decreto legislativo deve ser aprovado.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 159, de 2022.

E permita aqui apenas agregar, Senador Mourão, que, de fato, os cidadãos que vivem nas fronteiras – e aí, nossas fronteiras são vastas, mas também aqui me reporto especificamente às fronteiras ali do Paraná com o Paraguai e com a Argentina – têm esses deslocamentos, muitas vezes, cotidianos e acabam tendo que suportar encargos adicionais de *roaming*, quando, na verdade, nem se trata de um deslocamento significativo. Atravessar a Ponte da Amizade ou ir ali de Foz do Iguaçu a Porto Iguaçu ou da região de Guaíra ali ao Paraguai.

Então, no fundo aqui, a proposta é simples: eliminar esses encargos entre os países do Mercosul. Favorece a integração. E as ponderações que me foram trazidas pelas operadoras de telefonia, que são muito pertinentes, vão ser resolvidas na fase executiva. A decisão política foi tomada quando se celebrou o acordo. E entendo que o nosso dever aqui é ratificar esse acordo para que ele possa entrar em vigor, como já fizeram os outros países do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Sergio Moro. Realmente, para nós que temos estados com fronteiras que são vivas – como é o caso do Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai e com a Argentina, com cidades gêmeas, colocadas ao longo de toda a linha de fronteira –, há esse trânsito constante, inclusive com cidadãos que têm dupla cidadania. Então, é um fato corriqueiro e esse acordo vem então atender aos interesses dessa população.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, por falta de quórum, não submeteremos o relatório nem à discussão, nem à votação.

Eu anuncio agora que está aberto o prazo, de hoje até a próxima terça-feira, dia 19 de agosto, às 12h, para apresentação, nesta Comissão, de sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é o PLN nº 2, de 2025.

Passarei agora a realizar a leitura do relatório do item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – As normas do acordo conferem maior previsibilidade e segurança jurídica a empresas e investidores brasileiros na Guiana e a empresas e investidores guianenses no Brasil, favorecendo maior integração, melhor circulação de bens e pessoas, bem como mais adequado aproveitamento do potencial econômico-comercial bilateral.

O Acordo conta com 28 artigos, distribuídos em cinco partes, a saber: i) escopo e suas definições; ii) medidas regulatórias; iii) governança institucional e prevenção e solução de controvérsias; iv) agenda para cooperação e facilitação de investimentos; e v) disposições finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo à análise, não há vício de constitucionalidade e, nesse sentido, o envio do texto do acordo pelo Presidente da República ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes – arts. 49, I, e 84, VIII, da nossa Constituição.

Ademais, o instrumento de cooperação veiculado pelo PDL encontra-se em harmonia com o disposto no parágrafo único do art. 4º da Constituição Federal, segundo o qual "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Tampouco verificam-se óbices quanto à juridicidade ou à regimentalidade.

No mérito, destaco que tanto o estímulo a investimentos estrangeiros no Brasil quanto a participação de empresas brasileiras no exterior são medidas primordiais para o desenvolvimento econômico e social de nosso país.

Nesse sentido, o modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) veio como alternativa aos tradicionais Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPIs) que eram firmados nas décadas de 80 e 90 e que tinham como objetivo buscar garantias aos investimentos estrangeiros, mediante o uso de mecanismos como expropriação indireta e solução de controvérsias entre investidor e Estado receptor.

Tais acordos continham fragilidades e limitações, a exemplo da concessão de tratamento mais favorável ao investidor estrangeiro em relação ao nacional; interferência na adoção de políticas públicas pelos Estados, que passaram a encontrar dificuldades para realmente atender aos interesses de seus nacionais; alto custo e falta de transparência nos procedimentos arbitrais. Já os ACFIs visam à melhoria da governança institucional; à criação de mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de controvérsias; e à elaboração de agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos.

Com efeito, os ACFIs trazem cláusulas como as de tratamento nacional, da nação mais favorecida, de transparência e, especificamente, sobre expropriação e compensação em situações de conflito. Há, desse modo, minimização dos riscos do investidor. Além disso, na linha da cooperação institucional, a criação dos chamados pontos focais ou *ombudsman* ou do Comitê Conjunto para a Administração do Acordo reforçam a ideia de fomentar o diálogo entre as partes, com o fim de evitar que se instale uma controvérsia a ser resolvida mediante procedimento arbitral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange ao relacionamento bilateral entre Brasil e Guiana, a década de 90 testemunhou o crescimento do número de brasileiros residentes no país. O Acordo de Alcance Parcial, vigente desde 2004, teve por objetivo promover o incremento dos fluxos de comércio bilaterais, ao instituir preferências tarifárias de parte a parte. Também a inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu, em 2009, e o ingresso, em 2012, da Guiana no Mercosul, na condição de Estado Associado, ampliaram as perspectivas de incremento da cooperação e integração entre os dois países. Não bastasse isso, a descoberta de amplas jazidas de petróleo pela Guiana, com produção iniciada em dezembro de 2019, tem se mostrado promissora para o incremento da cooperação bilateral no setor de energia. Sempre lembrando que a Guiana, hoje, é o país que mais cresce aqui no nosso hemisfério.

Esse quadro mostra que o acordo em apreço vem justamente na esteira da aproximação entre os dois países e de estímulo à integração e cooperação, fenômeno que é próprio do mundo cada vez mais globalizado, apesar de vermos, hoje, as ações do Governo dos Estados Unidos praticamente inviabilizando o sistema baseado em regras que hoje rege, vamos dizer assim, o comércio internacional.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 610, de 2021.

É o relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não haverá nem a discussão nem a votação do relatório em virtude da falta de quórum.

Em virtude dessa falta de quórum para o prosseguimento da nossa reunião, a Presidente determina o seu encerramento.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e nove minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Beto Faro, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Weverton, Zenaide Maia, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Sergio Moro, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4497, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 480, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965, adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 318, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, celebrado em Brasília, em 17 de maio de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 342, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 20, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Rússia." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório. **Observação:** Aprovado o relatório, consignado os votos contrários dos senadores Hamilton Mourão e Tereza Cristina. **2ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 64, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovada a indicação com 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 65, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovada a indicação com 13 (treze) votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Tereza Cristina
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4497, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

2. Em 17/09/2025 foi realizada audiência pública de instrução da matéria.

3. Vista concedida pelo prazo de 5 (cinco) dias, conforme RISF, art. 132, § 1º.

Relatório já lido.

Coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião da Comissão, ocorrida em 7 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Conforme a pauta publicada, esta reunião está dividida em duas partes: a primeira parte destina-se à apreciação de projetos; e a segunda destina-se à apreciação da indicação de dois embaixadores para postos no exterior. (*Pausa.*)

Eu gostaria de chamar o Embaixador Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel para se sentar à mesa e o Sr. Luiz Cesar Gasser para também se sentar à mesa.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, localizadas uma na porta deste Plenário e outra dentro dele.

Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório do Relator. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até 15 minutos para sua exposição inicial. Na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, com a duração de até cinco minutos por Senador, organizados em blocos de até quatro Senadores. A resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá a duração de até cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada.

Por fim, será realizada a votação, seguida da apuração dos votos.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre se as sabatinas poderão ser feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos às sabatinas desta reunião.

2ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Então, eu vou fazer a leitura e queria pedir ao Senador Mourão para que tomasse aqui a Presidência para eu fazer...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passo a palavra à Relatora, Senadora Tereza Cristina, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senador General Mourão.

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por maioria absoluta e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, o Presidente da República submeteu o nome do Sr. Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia. Para tanto, o Itamaraty, atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou o currículo do diplomata, do qual extraímos as seguintes informações.

O indicado graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo no ano de 1991. Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1996, após conclusão do curso de preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Tornou-se Segundo-Secretário em 2001. Chegou a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2009; a Ministro de Segunda Classe em 2013; e a Ministro de Primeira Classe em 2022, sempre por merecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no Instituto Rio Branco, foi professor assistente de Política Externa Brasileira entre 1999 e 2000, bem como frequentou os cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e de Altos Estudos. Neste, apresentou tese intitulada "O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira". O trabalho, que foi posteriormente publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, antevê aspecto importante do atual cenário internacional.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua exitosa trajetória profissional, destacam-se as de: Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário na Embaixada em Washington entre 2001 e 2004; Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário na Embaixada em Nova Delhi de 2004 a 2007; Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Assunção de 2007 a 2009; Assessor e Secretário-Adjunto da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda entre 2010 e 2014; Ministro-Conselheiro na Delegação junto à Organização Mundial do Comércio e a outras organizações econômicas em Genebra de 2014 a 2017; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington de 2017 a 2020; Diretor do Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais de 2020 a 2022; e, desde 2022, Diretor do Departamento de Política Comercial (DPC).

No ponto, não poderia deixar de mencionar o superlativo desempenho do Embaixador Fernando Pimentel – na condição de Diretor do DPC e em coordenação com outros atores da Esplanada dos Ministérios – na elaboração da Lei nº 15.122, de 11 de abril de 2025, identificada como a Lei da Reciprocidade Econômica, que estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira; e dá outras providências.

Como Relatora da matéria nesta Casa, comprovei o profissionalismo e a capacidade de trabalho do Embaixador e de sua equipe.

Muito obrigada, Embaixador. Acho que fizemos uma boa lei para o nosso país.

Fico, pois...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... imensamente feliz em poder relatar sua indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em atendimento ao preceito regimental referido, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty com informações sobre a Coreia, seu sistema de governo, economia, relações bilaterais com o Brasil e aspectos relevantes da política interna e externa do país.

Assim como o Brasil, a Coreia é uma república presidencialista, com território equivalente ao do Estado de Pernambuco e uma população de 51,5 milhões de habitantes. O país ostenta a posição de número 20, entre 193 países, na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A expectativa de vida é de 84,4 anos – a quinta mais alta do mundo, de acordo com a ONU – e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de US$33 mil, conforme dados do Banco Mundial.

O comércio exterior da Coreia tem elevada participação na economia do país, com valor correspondente a 77% do PIB. Do total de US$1,3 trilhão, a balança comercial coreana apresentou, em 2024, superávit de US$51,8 bilhões. Seus principais parceiros comerciais são China, 20,7% do comércio total; Estados Unidos da América, 15,2%; e Vietnã, 6,6%.

Com o Brasil, o comércio alcançou a cifra de US$10,7 bilhões em 2024, com superávit brasileiro de US$345 milhões. Exportamos óleos de petróleo ou minerais betuminosos, 21% da pauta; minério de ferro e seus concentrados, 11%; farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais, 11%. Importamos sobretudo válvulas e tubos termiônicos, diodos, transistores, 27%; partes e acessórios de veículos automotivos, 9,4%; e demais produtos da indústria de transformação, 4,9%.

A Coreia foi o 12º principal destino das nossas exportações e o 11º país de origem das importações brasileiras em 2024. Nesse ano, os coreanos foram nosso terceiro parceiro comercial na Ásia, atrás de China e Japão; e nós representamos, para eles, o segundo parceiro na América Latina, somente atrás do México. Já em relação aos investimentos coreanos, o Brasil continua a ser o principal destino na América Latina, com mais de 120 empresas coreanas operando no território nacional. Nesse quesito, e tendo em conta os países asiáticos, o país fica atrás apenas da China, do Japão e de Singapura.

Emblemática desse relacionamento é a inauguração do escritório da Associação de Comércio Internacional da Coreia (Kita, em coreano) na cidade de São Paulo, o primeiro na América Latina. Fundada em 1946, essa organização comercial privada sem fins lucrativos conta com mais de 77 mil empresas associadas e tem entre suas atividades o oferecimento de suporte para *marketing* e investimento no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no plano comercial, destaco o fato de a Embraer ter vencido licitação em 2023, superando concorrentes estadunidenses e europeus, para o fornecimento à Força Aérea coreana de três aeronaves C-390, que difere do conhecido KC-390 por não dispor da capacidade de realizar reabastecimento em voo, o que reduz o custo unitário da aeronave. Essa circunstância confirma a capacidade de o Brasil também ser competitivo no fornecimento de produtos de elevado valor agregado.

Já em relação aos produtos agropecuários, seguimos com alguns desafios. Recordo, nesse sentido, a necessidade de abertura do mercado coreano para a carne bovina brasileira – oxalá o Embaixador consiga essa proeza! –; a expansão da área habilitada do Rio Grande do Sul; e também a adoção da regionalização para garantir a manutenção dos fluxos de exportação de carne de frango do Brasil, nas hipóteses de confirmação de influenza em aves comerciais.

Essas são algumas barreiras que devemos ultrapassar. Tive a oportunidade de tratar desses temas e alcançar alguns avanços quando estive à frente do então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Estou certa de que, nas boas mãos do Embaixador Fernando Pimentel, podemos avançar ainda mais nesse domínio.

Outro aspecto do relacionamento comercial que precisa ser retomado é o acordo Mercosul-Coreia. O momento atual parece propício para isso. Tanto Brasil quanto Coreia ganham com a manutenção de um mundo multipolar. O multilateralismo, que vem sendo atacado, nos beneficia. Desse jeito, as eventuais objeções coreanas, sobretudo no tocante aos aspectos sanitários e fitossanitários, merecem nova abordagem nas tratativas. Temos que sair do impasse, assim como fizemos com a União Europeia. Também aqui confio na experiência do sabatinado para ajudar a impulsionar a retomada das negociações, suspensas, Embaixador, desde 2021, como é do seu conhecimento.

No âmbito político, as relações se beneficiam da crescente frequência de visitas de alto nível. Ressalto que o mais recente encontro no plano presidencial ocorreu em junho deste ano, às margens da reunião do G7 no Canadá. Ademais, recordo que o Mecanismo de Consultas Políticas, principal instância para discussão da agenda bilateral e de temas internacionais de interesse mútuo, foi estabelecido em 1996 e teve o último encontro na cidade de Seul, em agosto de 2025. Cada vez mais, e à vista do redesenho do cenário internacional dos tempos presentes, esses mecanismos de diálogo e cooperação devem manter a regularidade e ser cada vez mais efetivos.

Ambos os países mantêm fortes vínculos nos domínios da cooperação em educação (com destaque para os seguintes campos: ciência, tecnologia, engenharia e matemática); ciência, tecnologia e inovação (com ênfase em espaço, biotecnologia e neurociência); temas culturais (realização de festivais e eventos culturais apoiados, do lado brasileiro, pelo Instituto Guimarães Rosa); bem como na esfera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar, em que ambas as Casas do Congresso Nacional contam com Grupos Parlamentares Brasil-Coreia do Sul. No Senado, o grupo é presidido pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Em relação à comunidade de brasileiros em solo sul-coreano, ela é estimada em cerca de 1.641 pessoas, dados de 31/01/2025, que são atendidas pela seção consular da Embaixada em Seul. Ainda na esfera da dimensão humana, cabe registrar que residem no Brasil cerca de 50 mil coreanos e descendentes – 92% se localizam no Estado de São Paulo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento a Senadora Tereza Cristina pelo brilhante relatório e lhe devolvo a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Informo ao senhor Embaixador que o tempo destinado de exposição é de até 15 minutos.

Muito obrigada.

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Cumprimento a Senadora Tereza Cristina, que preside esta sessão. Eu já tive o prazer de trabalhar com a Senadora em outros temas – ela acabou de mencionar –, e é um privilégio contar com a sua experiência e a sensibilidade estratégica sobre o engajamento internacional do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Embaixador, eu vou pedir licença, um minutinho.

Eu vou abrir a votação, porque, como nós temos muitos Senadores fora, em outras Comissões, é para que a gente dê agilidade às votações.

Por favor, continue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL – Obrigado.

Então, saúdo também as Sras. e os Srs. Senadores presentes, o público que nos assiste hoje, os colegas do Itamaraty que vieram, todos que me ajudaram nessa preparação e com quem tive o grande prazer de trabalhar. Eu destaco e agradeço o trabalho da Embaixadora Márcia Donner, atual Embaixadora do Brasil em Seul, e de toda a equipe da embaixada.

Eu preciso também fazer um agradecimento especial à minha esposa, Manuela. Começamos a namorar quando eu estava no Rio Branco, no instituto, e eu tenho certeza de que não estaria aqui hoje se não fosse ela. É uma imensa honra estar aqui hoje, por sinal, e, caso venha a merecer a aprovação desta Comissão e do Senado, será um grande privilégio servir ao Brasil, aos brasileiros, trabalhando pelas relações de um país tão importante quanto a Coreia.

Apesar da trajetória milenar, a Coreia é amplamente reconhecida hoje pela sua impressionante trajetória de superação de desafios na construção de um Estado democrático, moderno, com uma economia desenvolvida, indicadores sociais robustos e crescente projeção internacional. Em seis décadas, a Coreia passou por um processo de desenvolvimento poucas vezes visto na história. O PIB *per capita*, que em 1960 era de US$160, passou para US$36 mil em 2025. A Coreia teve 29 anos de crescimento rápido entre 1962 e 1991, com taxas superiores a 6%. Aí chegou à década de 90, e o crescimento aumentou para 7,3%. Hoje é a 15ª maior economia do mundo, um PIB de US$1,8 trilhão, quarto lugar no *ranking* de inovação da Ompi, quinto lugar no Índice de Facilidade de Fazer Negócios do Banco Mundial, quinta maior expectativa de vida da ONU, 20ª posição no IDH. A população de 51 milhões de habitantes ocupa uma área equivalente à do Estado de Pernambuco, 100 mil quilômetros quadrados.

O milagre coreano é muito estudado. Há várias explicações para como o país conseguiu escapar dessa armadilha da renda média, que é conhecida, mas três elementos são recorrentes. O primeiro é a educação. Eles já atingiram 100% de matrícula nas escolas primárias já em 1970 e continuam a desenvolver o que é hoje um dos maiores sistemas públicos de educação do mundo. A segunda é a sinergia entre Estado e os conglomerados nacionais, que começaram com ênfase em indústrias pesadas, o que foi seguido de investimentos em produtos de alta tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, com crescente sofisticação do setor produtivo. O terceiro é a internacionalização. O ganho de escala que eles precisavam veio com a decisão a favor de uma integração profunda com as cadeias globais de valor, aliado ao investimento estrangeiro, o que levou a um crescimento exponencial das exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comércio representa hoje 77% do PIB da Coreia do Sul. Para comparação, o comércio do Brasil representa 27% do PIB nosso. Os três principais parceiros são China, Estados Unidos e Vietnã, como falou a Senadora. As exportações concentram-se em bens manufaturados, e as importações, em produtos de energia. O superávit deles é relativamente modesto, com US$52 bilhões, dado o tamanho do comércio.

A transição para um país com grande *soft power* ocorreu também nas últimas décadas por meio de grandes investimentos coreanos na indústria criativa. A cultura passou a ocupar um lugar central na estratégia de projeção da Coreia, na chamada onda coreana ou Hallyu. Na Coreia, eles têm hoje como objetivo estar nos próximos três anos entre as quatro maiores indústrias culturais do mundo. E esses exemplos de sucesso estão conquistando o mundo. A gente vê em 2019 o filme Parasita, que recebeu quatro Oscars, inclusive de melhor filme e de melhor diretor. As plataformas de *streaming* incluem enorme número de doramas em seus catálogos mundiais que fazem sucesso, inclusive muitos no Brasil. O K-pop é um fenômeno mundial, com recordes globais impulsionados pelas plataformas digitais. E é bem claro que essa expansão também é fruto de um projeto do governo, que apoiou financeiramente com programas financeiros e promoção de acesso a mercados.

No cenário geopolítico, o Presidente Lee Jae-myung, que recém tomou posse agora em julho, tem tido um posicionamento pragmático, conciliador, buscando um equilíbrio entre os seus três principais interlocutores: China, Estados Unidos e Japão. Em relação à Coreia do Norte, o novo Presidente vem tomando medidas unilaterais proativas para distensionar a relação que passa por um momento relativamente difícil.

Caso mereça aprovação do Senado, orientarei o trabalho da Embaixada em função das prioridades do plano de trabalho encaminhado a esta Comissão. Dada a limitação de tempo, destaco apenas algumas iniciativas.

A primeira é a ampliação do comércio. O comércio bilateral atingiu 10,7 bilhões em 2024, com superávit brasileiro de 345 milhões. A Coreia é o nosso 13º parceiro na Ásia, mas responde apenas por 1,6% das nossas exportações e 2% das nossas importações. Então, há espaço para melhorar. A abertura do mercado coreano para produtos agropecuários segue sendo uma prioridade.

Há 17 anos, o Brasil busca mercado de carne bovina. No caso da carne suína, o processo levou 12 anos. E, agora, o objetivo é expandir a área habilitada de Santa Catarina para outros estados e mais além. No caso de frutas, que sempre apresentam um grande potencial na Ásia, há um interesse grande da uva, que está em análise. Vamos seguir engajados com as autoridades sanitárias coreanas, em estreita coordenação com o Mapa e com o nosso setor privado, de modo a demonstrar a qualidade dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos e a qualidade do nosso sistema de fiscalização fitossanitária, que é aceito nos melhores e mais exigentes mercados do mundo.

É importante sinalizar, porém, que nenhuma dessas tarefas é fácil. A Coreia é historicamente fechada ao comércio agrícola, principalmente na ausência de um contexto negociador mais amplo. As dificuldades enfrentadas pelos nossos produtos na Coreia também são amplificadas pela proximidade geográfica da Coreia com importantes potências comerciais regionais, como China e Japão, e pela existência de acordos comerciais com competidores brasileiros no mercado agrícola, como os Estados Unidos, a Austrália e a própria União Europeia.

Nesse sentido, vale mencionar as negociações do acordo Mercosul-Coreia. Entre 2018 e 2021, realizamos sete rodadas de negociação, mas as negociações foram suspensas pelo nosso lado devido a dificuldades sul-coreanas de acesso a produtos agrícolas e SPS.

Hoje, há novas indicações de interesse coreano em negociações comerciais. A gente tem um novo contexto de comércio internacional, marcado por muita instabilidade, muita volatilidade. Vários países como Brasil e Coreia estão buscando novas parcerias e novos mercados. Temos também um novo Presidente na Coreia, recém-empossado. Então, creio que vale a pena voltar a explorar se há condições para um acordo amplo ou mesmo um acordo de alcance mais limitado, que atenda aos interesses fundamentais de parte a parte.

A atração de investimentos é outro ponto importante, já foi relatado aqui também. O Brasil é o principal destino dos investimentos coreanos na América Latina: 120 empresas com um estoque de 11 bilhões de investimento. E grandes empresas, como Samsung, LG, Hyundai e Hana Micron, têm plantas modernas para produção de automóveis, autopeças, eletrodomésticos e semicondutores.

Vale ressaltar anúncios recentes de investimento. A Hyundai anunciou o investimento de 1,1 bilhão para o desenvolvimento de tecnologia de fabricação de veículos híbridos e elétricos em Piracicaba; e a LG, 230 milhões de investimento em linha branca no Município de Fazenda Rio Grande, no Paraná. Destaco ainda a Hana Micron, que, com plantas em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, e Manaus, é a única produtora de semicondutores e *chips* no Brasil, com aplicação em sistemas inteligentes de internet das coisas e mesmo produção de brincos para rastreamento de gado.

Há interesse nosso – mútuo, na verdade – em indústria, tecnologia, recursos energéticos e minerais, economia digital, economia verde, bioeconomia e infraestrutura de qualidade. É importante usar todos os instrumentos ao nosso dispor para manter os contatos constantes com o setor privado e contribuir no que for possível para a atração de mais e melhores investimentos coreanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é importante notar: eu estou falando em blocos, mas também os blocos não são estanques. Investimento atrai – eu vou falar, no próximo ponto, da ciência e tecnologia – tecnologia e estimula o comércio. Todas essas atividades se beneficiam de uma abordagem, de uma visão integrada.

O terceiro ponto é comércio, ciência e tecnologia e inovação. A Coreia é uma potência nessa área. Entre 2012 e 2025, o país saltou da 21ª posição para a 4ª no índice de inovação da Ompi. Eles são o segundo país que mais gasta em ciência e tecnologia no mundo, com 5,2% do PIB aplicados nessa área.

Em outubro de 2024, o MCTI definiu cinco prioridades para a Coreia: segurança cibernética e comunicação avançada; indústria 4.0 de transformação digital; cidades inteligentes; energia e tecnologia de transporte; e cooperação espacial.

É importante dar continuidade ao monitoramento sistemático dos avanços científicos e tecnológicos da Coreia, mapeando novas áreas promissoras para cooperação, mas já temos, desde agora, ótimos exemplos.

Bom, em cooperação aeroespacial, a Coreia do Sul teve a primeira empresa, a INNOSPACE, a lançar um foguete da Base de Alcântara. O veículo levou um sistema de navegação inercial desenvolvido pela Força Aérea Brasileira. Já temos um próximo lançamento programado agora para outubro, novembro deste ano, e a empresa colocará em órbita cinco satélites, quatro brasileiros e um indiano, de uma vez. A INNOSPACE já comunicou a intenção de construir mais uma plataforma de lançamento em Alcântara e uma plataforma para integração dos seus foguetes no Brasil.

Do nosso lado, a Embraer já vendeu três dos seus cargueiros C-390 à Coreia, o que dá também a noção de que nós temos como competir naquele país e podemos seguir buscando mais cooperação.

Outro tema interessante é a cooperação em hidrogênio. A Coreia está estabelecendo pesquisa e desenvolvendo tecnologia em todo o espectro do hidrogênio, desde produção e logística até células de combustível. O hidrogênio de baixa emissão, produzido no Brasil a partir de energia solar e eólica, é também uma das mais promissoras alternativas para a transição energética no mundo. A aproximação bilateral para harmonizar os padrões e desenvolver cadeias de suprimento global de hidrogênio pode favorecer o crescimento mais rápido desse mercado, estimular a transferência de tecnologia e promover novos investimentos.

Biotecnologia é um outro ponto muito forte. A Coreia tem um histórico forte em biomedicina, bioengenharia e farmacêuticos. Para a Coreia, essa é uma área tida como um dos novos motores do crescimento, comparável, inclusive, à indústria dos microprocessadores. Um exemplo promissor que nós já temos é a parceria entre a Samsung Bioepis, uma das maiores fabricantes de medicamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biossimilares, a Fiocruz e a empresa brasileira Bionovis para a produção nacional de medicamentos fornecidos de biossimilares ao SUS. A Samsung já tem proposta para mais quatro moléculas, uma das quais já aprovada, e deu início ao seu primeiro estudo clínico no Brasil para tratamento indicado para vários tipos de câncer. Outro destaque é a parceria entre o Instituto Internacional de Vacinas, sediado em Seul, e o Instituto Butantan e o Manguinhos para o desenvolvimento de novas vacinas. É crucial aprofundar a interlocução no setor de biotecnologia coreano para ampliar a sua atuação no Brasil e buscar novas oportunidades de cooperação científica e atração de tecnologias.

Um outro aspecto relevante é a crescente presença de estudantes brasileiros em universidades coreanas, e a experiência deles tem sido muito positiva. A Coreia recebeu mais de 200 mil estudantes, inclusive muitos com bolsas de estudos, e o programa deles pretende aumentar o número de bolsas para até 6 mil bolsas em 2027. Há muito espaço para ampliarmos o intercâmbio de estudantes brasileiros já que, desses 200 mil, só 86 são brasileiros, especialmente no ensino superior. Buscarei fomentar, então, contatos entre instituições de ensino e apoiar a ida de brasileiros com foco nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, fundamentais para o desenvolvimento de novas indústrias no Brasil, áreas em que os coreanos têm excelência. Um instrumento também potencialmente promissor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL – ... é o Programa de Férias-Trabalho, que acaba de entrar em vigor e permite que estudantes façam intercâmbio nos períodos de férias respectivos em ambos os países.

A comunidade brasileira na Coreia é relativamente pequena, um pouquinho menos de 2 mil brasileiros, mas, juntamente com a relevante comunidade coreana no Brasil, cerca de 50 mil pessoas, é um vetor importantíssimo da integração entre os nossos países. E o atendimento eficiente aos cidadãos brasileiros na Coreia será uma prioridade.

Outra prioridade é a promoção da imagem no país. Assim como a Coreia alavancou o seu *soft power* cultural, acho que é fundamental fazermos uso dos nossos ativos culturais para promover a cultura e a imagem do Brasil. Além das apresentações musicais e de filmes nacionais, é possível promover e conectar profissionais brasileiros, como chefes, músicos, artistas, moda, com festivais e eventos locais para a promoção da cultura brasileira.

É importante ampliar o intercâmbio e a cooperação com as indústrias criativas sul-coreanas, elas são referência global no setor de música, *design*, jogos digitais, com o duplo benefício de promover a cultura brasileira e ampliar parcerias comerciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, é muito importante destacar a diplomacia parlamentar. Ela desempenha um papel relevante na aproximação institucional dos governos e na ampliação da compreensão mútua entre os dois países. É particularmente relevante, no caso da Coreia, dada a enorme sinergia entre Governo e setor privado por lá. Buscarei dar apoio às atividades dos grupos de amizade Brasil-Coreia na Câmara e no Senado, que contribuem muitíssimo para fortalecer a presença do Brasil na Coreia.

Era isso.

Eu agradeço.

Estou à disposição para perguntas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom, agora, nós vamos passar para o item 2 da pauta.

Muito obrigada, Embaixador. Parabéns pelo seu relatório. Eu desejo sucesso e quero lhe dizer que tenho o maior interesse em conhecer a Coreia. Nós vamos fazer...

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL – Vai ser convidada.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – E, impressionante, a Coreia é um país com que, realmente, nós temos que ter uma aproximação maior. Então, muito obrigada pelo seu relatório.

Eu gostaria agora de passar para o item 2 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 65, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação.

A relatoria é do Senador Sergio Moro. O Senador não está presente e pediu que eu fizesse a relatoria *ad hoc*, porque ele está em São Paulo e não conseguiu chegar aqui a tempo para fazer essa relatoria. Então, eu gostaria de passar a relatoria para o Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sra. Presidente, Srs. Embaixadores, caros colegas, muito me apraz relatar o Embaixador Luiz Cesar Gasser, designado para cumprir missão representando o Estado brasileiro na República da Polônia.

O Embaixador Gasser é graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas... De Petrópolis, perdão – estou pensando no Rio Grande do Sul, viu, Portinho? (*Risos.*)

E, no mesmo ano, concluiu a sua complementação pedagógica em Letras - Inglês pela mesma instituição. Realizou todos os cursos atinentes à carreira de diplomata. E destaco que, no seu curso de Altos Estudos, a tese por ele defendida foi: "Os acordos internacionais de madeiras tropicais (1983-2006): evolução normativa e implementação, à luz dos interesses brasileiros". Essa tese do Embaixador Gasser foi aprovada com distinção.

Está na carreira desde o ano de 1990, galgou todos os postos por merecimento. E destaco que serviu na Embaixada do Brasil em Pequim; na nossa embaixada em Assunção; foi Conselheiro junto à missão do Brasil junto à Comunidade Europeia em Bruxelas; também Conselheiro na Embaixada do Brasil em Dublin; e, desde 2022, é o Cônsul-Geral do Brasil em Roma.

Mercê de suas atuações e do seu desempenho, foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Ordem do Rio Branco e a Medalha Mérito Tamandaré, da Marinha do Brasil.

Em relação ao país a que o Embaixador Gasser se destina, a Polônia, a Polônia tem uma história que remonta ao século X, mas, de lá para cá, sofreu n transformações, partilhada, primeiro reino, segundo reino, primeira República, segunda República. Não é simples acompanhar a história da Polônia, espremida entre a Alemanha e a Rússia, ambas rivais tradicionais desde há muito tempo. A Polônia sofreu bastante com isso, mas, depois do rearranjo feito no final da Segunda Guerra Mundial, assumiu parte daquilo que era a antiga Prússia Oriental, que é o berço dos cavaleiros teutônicos, o berço daquilo que são os Junkers, a cultura principal da Alemanha. A Polônia soube atravessar esse período, mantida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase escravizada pelo comunismo soviético, mas, a partir dos anos 80, com as lideranças que surgiram no sindicato Solidariedade e mais a ação do Papa João Paulo II, logrou se libertar do jugo soviético.

Brasil e Polônia têm uma relação que remonta ao ano de 1918, são mais de cem anos. Temos uma vasta colônia polonesa aqui no Brasil, que se situa nos Estados de Paraná e Santa Catarina – daí o Senador Sergio Moro ter sido o Relator original. Curitiba é uma cidade que tem um grande grupo de poloneses, assim como à volta ali – eu mesmo tenho companheiros da minha turma de Academia Militar que são descendentes de poloneses e, obviamente, são paranaenses.

A eclosão da guerra na Ucrânia resultou, como um efeito indireto, numa projeção da Polônia. E aí eu até comentei com o Embaixador Gasser que ele está na Itália, na zona de retaguarda, usando uma linguagem militar, e que agora ele vai para a zona de combate (*Risos.*) uma vez que a Polônia está em contato e é a primeira linha de defesa, hoje, naquilo que é uma preocupação na Europa.

E aqui eu queria destacar, Senadora Tereza Cristina e caros colegas, que eu estive na Austrália participando de um evento sobre a ocupação do espaço e o uso do espaço, mas era para fins pacíficos. E me chamou a atenção o discurso do representante da Alemanha, que não falou em fins pacíficos em nenhum momento, só falou em guerra, que é a preocupação hoje da Europa. E a Polônia é a primeira linha de defesa aqui.

Esse aumento do gasto de defesa da Polônia abre uma via de acesso para as nossas exportações, sejam das nossas aeronaves, sejam de sistemas de armas, sejam até de munição e outros armamentos que o Brasil produz. Então, é uma tarefa em que o Embaixador poderá abrir caminhos para nós e para o nosso comércio.

O comércio de bens entre Brasil e Polônia é superavitário para o Brasil. A nossa corrente, no ano de 2024, atingiu US$2,4 bilhões – não é uma corrente maiúscula. Nossas exportações foram de US$1,38 bilhão – houve uma queda de cerca de 20% em relação ao ano anterior –, enquanto as importações totalizaram US$1 bilhão e tiveram um aumento. O superávit nosso é de US$358 milhões.

Nas nossas exportações, destaco farelo de soja e outros alimentos para animais (40%), minérios de cobre e seus concentrados (36%) e café (4%).

Em matéria consular, o Brasil mantém consulados honorários nas cidades de Cracóvia, Lublin, Wroclaw e Lódz, com uma comunidade brasileira estimada em cerca de 3 mil residentes. Cidades como Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw, figuram entre os principais destinos turísticos de brasileiros na Polônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relato, Sra. Presidente.

Desejo muito sucesso ao Embaixador Gasser, porque é uma missão extremamente relevante, importante que ele irá cumprir para o Estado brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada pelo seu relatório, Senador Mourão.

Quero dizer também que a Polônia precisa apoiar o Acordo Mercosul-União Europeia. Contamos com a Polônia para que a gente tenha a maioria nesse acordo.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Cesar Gasser, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à sua exposição é de até 15 minutos.

O SR. LUIZ CESAR GASSER (Para expor.) – Muito obrigado.

Exma. Sra. Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, desejo cumprimentar V. Exa. e, por seu intermédio, os demais Senadores e Senadoras, membros desta Comissão.

Cumprimento também os meus colegas aqui presentes e, em particular, o Embaixador Fernando Pimentel e o público que nos assiste pela TV Senado, igualmente.

Quero agradecer à minha esposa, Cláudia, e aos meus filhos, Tiago, Luiza e Paula, pelo apoio de sempre.

Agradeço ao Senhor Presidente da República a indicação de meu nome para a chefia da Embaixada do Brasil em Varsóvia e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Sras. e Srs. Senadores, pretendo dedicar o tempo que me foi concedido para tratar, em grandes linhas, do perfil de país e apresentar um quadro sucinto das relações bilaterais. Quero mencionar alguns pontos prioritários para o desempenho de minhas funções em Varsóvia, caso meu nome venha a ser aprovado por esta Comissão.

A República da Polônia é o maior país da Europa Centro-Oriental. Trata-se de potência média, política, econômica e militar, em franca ascensão no âmbito da União Europeia. Com 37,5 milhões de habitantes, a Polônia ocupa o 21º lugar entre as maiores economias do planeta, segundo dados do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Mundial, representa o quinto maior país em população e a sexta maior economia da União Europeia.

Apesar do impacto econômico gerado pela guerra na Ucrânia, as projeções do FMI apontam que a Polônia terá o maior crescimento do PIB entre os países da União Europeia, em 2025, ou seja, em torno de 3,5%.

Destaco a seguir uma sequência de eventos do pós-guerra e alguns acontecimentos que marcaram a história moderna da Polônia e podem ser considerados definidores de sua importância no mundo: a entronização do polonês Karol Wojtyla como Papa João Paulo II em 1978, como destacou o Senador Mourão; as greves organizadas, em 1980, por Lech Walesa e pelo Sindicato Solidariedade; a queda do Muro de Berlim em 1989; a entrada da Polônia na Otan em 1999; e, finalmente, a adesão à União Europeia em 2004.

Desde sua adesão à União Europeia, a Polônia destacou-se como a maior receptora de fundos estruturais do bloco, sendo beneficiada com recursos que já teriam alcançado o montante de 238 bilhões de euros. A utilização desses aportes estimulou fortemente o dinamismo econômico polonês e permitiu ao país modernizar sua infraestrutura, fortalecer a indústria e posicionar-se de forma vantajosa nas cadeias de valor europeias e globais. Esses dados por si sós nos permitem visualizar uma perspectiva promissora de aprofundamento das relações bilaterais com o Brasil. Caso o meu nome venha a ser aprovado por esta Comissão, pretendo me dedicar à tarefa de contribuir para o alcance desse objetivo.

Quanto ao relacionamento bilateral, cabe mencionar que o Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer, em 1918, a restauração da independência da Polônia, reconquistada após 123 anos de ocupação do território polonês por Áustria, Prússia e Rússia. Em 2020, Brasil e Polônia celebraram o centenário do estabelecimento de suas relações diplomáticas, havendo a Embaixada do Brasil em Varsóvia sido instalada em 1920. Em 2021, os dois países celebraram 150 anos do início da grande imigração polonesa para o Brasil. Nosso país acolhe hoje a segunda maior comunidade de origem polonesa fora da Europa, integrada por cerca de 3 milhões de pessoas.

A despeito dos notáveis vínculos históricos, sociais e culturais que unem os dois países, as últimas visitas presidenciais de lado a lado ocorreram há 23 anos, em 2002, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Varsóvia e o Presidente Aleksander Kwasniewski visitou Brasília. Nos últimos três anos, cabe mencionar as visitas a Varsóvia do Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Nelsinho Trad, e do Comandante do Exército Brasileiro, General Tomás Ribeiro Paiva, entre outras autoridades brasileiras. No semestre em curso serão iniciados os preparativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a visita do Chanceler polonês Radoslaw Sikorski ao Brasil, provavelmente no primeiro trimestre de 2026.

Brasil e Polônia mantêm ativo Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, o qual se reuniu, pela última vez, em março deste ano, em Varsóvia.

Os dois países dedicaram-se, nos últimos três anos, a negociar novos instrumentos destinados a completar o já importante acervo de acordos bilaterais que os unem. Foram firmados, em 2022, os acordos em matéria de proteção de informações classificadas e acordo para eliminação da bitributação e elisão fiscal, essenciais para o fomento do comércio e dos investimentos bilaterais. Foram também concluídas as negociações de instrumentos de grande impacto social e cultural, os quais aguardam apenas a definição de data para sua assinatura pelos dois países, a saber, o acordo de previdência social, acordo de vistos, férias, trabalho e o acordo de coprodução audiovisual. Encontram-se em curso, no momento, negociações para a assinatura de um acordo bilateral de extradição que dará maior celeridade à cooperação jurídica entre Brasil e Polônia nessa área, bem como memorando de entendimento destinado a fomentar a cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países.

Sras. e Srs. Senadores, as relações bilaterais no domínio econômico caracterizam-se por fluxos de comércio e investimentos que, embora relativamente importantes, permanecem aquém do potencial de cooperação oferecido por duas das maiores economias do planeta, ocupando respectivamente a 10ª e a 21ª posições.

O comércio bilateral de bens mantém-se tradicionalmente superavitário para o Brasil, mas seu perfil é qualitativamente favorável ao lado polonês. Os fluxos bilaterais revelam exportações brasileiras, sobretudo de *commodities* agrícolas e minerais, ao passo que as exportações polonesas para o Brasil são constituídas quase integralmente por produtos manufaturados. Em 2024, a corrente de comércio, como mencionado também pelo Sr. Relator, o comércio bilateral foi de US$2,4 bilhões contra US$2,6 bilhões em 2023 e US$2 bilhões em 2022. Nos últimos anos, a Polônia destinou, em média, 75% de seu comércio exterior para os demais países membros da União Europeia. O acordo Mercosul-União Europeia, mencionado pela Sra. Vice-Presidente, quando entrar em vigor, deverá oferecer um impulso fundamental para o crescimento do comércio bilateral e dos investimentos entre o Brasil e a Polônia.

Para dar sequência ao excelente trabalho que já vem sendo feito pela Embaixada em Varsóvia, caso minha indicação seja aprovada por esta Comissão, pretendo dar ênfase às ações de promoção de produtos, investimentos, serviços e negócios brasileiros. Será também importante promover a imagem do Brasil com informações atualizadas e precisas, com foco no meio ambiente, agricultura, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no plano da promoção comercial e investimentos, pretendo dar sequência aos esforços para intensificação dos laços entre a ApexBrasil e sua homóloga polonesa, que reabriu, em 2022, seu escritório em São Paulo. A exemplo da Embraer, da Stefanini e da Weg, que já realizam negócios no mercado polonês, caberá apoiar as empresas brasileiras que investem na Polônia ou que buscam oportunidades de comércio e investimento.

No agronegócio, Brasil e Polônia são complementares em algumas áreas, como a produção de grãos para a ação pelo Brasil ou a produção de fertilizantes pela Polônia, mas concorrentes em outras, como a avicultura. Note-se que o farelo de soja responde por 40% das exportações brasileiras para aquele país.

No que se refere ao turismo, o intercâmbio entre Brasil e Polônia está aquém de seu potencial. Em 2019, antes da pandemia de covid-19, a Polônia recebeu cerca de 21 milhões de turistas, dos quais apenas 27 mil brasileiros. O Brasil, por sua vez, recebeu cerca de 6 milhões de turistas, dos quais 22 mil poloneses. A inexistência de um voo direto entre a Polônia e o Brasil constitui elemento que dificulta a expansão do turismo nas duas direções. Há muito potencial para a expansão da atividade turística, o que justificaria, do lado brasileiro, a intensificação de esforços para a divulgação do país em feiras de turismo realizadas no território polonês.

Em cooperação técnica, há frentes promissoras, tanto no campo do diálogo entre empresas da base industrial de defesa, como em matéria de energia renovável, já que a Polônia busca intensificar ou diversificar sua matriz energética.

Em matéria de cultura, pretendo dar continuidade a ações de promoção cultural, com apresentações musicais, eventos de cultura popular, cinema e literatura brasileira.

No plano securitário, pretendo acompanhar os desdobramentos da invasão russa da Ucrânia, no que diz respeito à Polônia, atento às implicações em matéria de política externa e de defesa, mas também levando em consideração possíveis emergências de natureza consular.

Sra. Presidente, concluo aqui minha apresentação, na qual busquei apresentar alguns dos principais temas que compõem a pauta bilateral Brasil-Polônia e minhas propostas de ação, caso tenha a minha indicação aprovada por esta Casa.

Muito obrigado e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Embaixador Luiz Cesar Gasser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra aos Srs. Senadores.

O Senador Portinho tem a palavra por cinco minutos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senadora Tereza Cristina.

Nossos Embaixadores, eu desejo a ambos todo sucesso na sua missão. Que abram o comércio dos nossos produtos a esses países e a troca principalmente cultural, que é muito rica, especialmente na Polônia. Eu tenho assistido a muitos pianistas e músicos clássicos que têm vindo ao nosso país, especialmente ao Estado do Rio de Janeiro e ao de São Paulo, em suas apresentações. E podemos levar em troca os nossos também da mesma arte, da mesma música clássica – eu falo porque meu irmão está entre os cinco maiores compositores de música clássica do mundo – e que não encontram mercados. E aí eu me dirijo mais à Polônia, porque eu sei que é uma grande consumidora de música clássica. Eu acompanho bastante, e esse intercâmbio cultural é muito rico, Embaixador.

Aproveito para contar um caso interessante. Meu filho, Senadora Tereza Cristina, tinha dez anos, eu tinha me separado e perguntei para ele: "Meu filho, escolhe um país para a gente visitar". E não sei por que cargas d'água ele disse: "A Polônia". Embora seja um... Desde pequeno, ele sempre gostou de estudar sobre a Segunda Guerra e eu imaginei que fosse por isso. Depois eu descobri que era pelo Lewandowski, centroavante polonês. (*Risos.*)

Eu fiz com ele uma viagem de carro inesquecível na minha vida, só eu e ele, dez anos de idade, sozinhos. Fomos de Berlim a Varsóvia. E eu que não tinha visitado ainda, não tinha tido oportunidade de ir à Polônia, encontrei um país de uma riqueza arquitetônica muito linda, cultural, com museus incríveis.

O museu do Copérnico, qualquer criança tem que visitar. É uma Disney, só que do conhecimento. É incrível!

E eu recomendo aqui aos meus colegas que não puderam, dentro das nossas missões aqui de também ajudar a abrir esses mercados... E principalmente eu me refiro à Polônia, pela sua localização geográfica e sua vida conturbada, o que certamente é um desafio maior, Embaixador, à sua missão. E que possa nos atualizar sempre do que ocorre nas fronteiras.

A Polônia não só sofre com isso, mas também com uma... Sofreu muito com a imigração ucraniana. Eu me lembro, logo no início da guerra da Ucrânia, de uma matéria que me comoveu, de crianças ucranianas que foram tiradas de uma creche às pressas, sem sequer documentação, e conseguiram levá-las à Polônia, que as recebeu. Eu, na época, estive até com a Embaixada da Polônia e soube dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade, porque essas crianças chegaram lá sem documento nenhum, não tinham nem identificação. Nem para adoção era possível, por conta da ausência de documentação. Ou seja, marcas de uma guerra.

V. Exa. vai ter essa oportunidade de viver ali tão próximo e espero que tenha todo o sucesso levando a paz, porque o nosso país é um país de paz. Que a gente possa levar essa paz e promover um intercâmbio cultural e dos nossos produtos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Portinho.

Alguém mais quer...

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Cumprimento aqui a nossa Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente e neste momento Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Cumprimento aqui o Luiz Cesar Gasser. Digo a você, Luiz Cesar, que a colonização da Polônia, dos poloneses... Eles chegaram a Santa Catarina por volta de 1970...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em 1970, na região de Brusque. Hoje Município de Brusque. E como disse aqui o Senador Hamilton Mourão, o Paraná é onde tem a maior colônia de descendentes de japoneses hoje. E acredito que depois de Santa Catarina, até porque, na colonização de europeus... Eu sou de origem italiana, nasci lá; estou em Rondônia, mas sou de Santa Catarina.

As colônias que existiam eram divididas lá, Senadora Tereza, e a gente nem entende se era problema por causa das guerras lá na Europa. Mas onde iam os alemães, eram os alemães, onde iam os italianos, eram os italianos, e onde iam os poloneses, eram os poloneses. Então, por isso que se formaram muitas cidades em Santa Catarina. E no Rio Grande do Sul também não foi muito diferente disso. Formaram-se muitas cidades em que era só italiano, outras mais de alemães, outras mais de poloneses. Depois, com a industrialização dos últimos 60 anos aí, isso aí quase que diminuiu muito.

Mas desejo sucesso nessa nova missão. Que você possa... Igual falou o Senador Portinho, o Senador Hamilton Mourão, que se possa abrir mais mercados. A Polônia é um país de suma importância,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igual o senhor falou, para a questão da importação de farelo de soja do Brasil e de outros produtos também que nós temos, porque o país é um país de grande produção, com que nós podemos também fazer intercâmbio, além de importações que sejam viáveis para o Brasil e para a Polônia nesse intercâmbio entre os dois países.

Quero também, Senadora Tereza, parabenizar V. Exa. pelo – eu não estava aqui naquele momento – PL 4.497. Amanhã, nós vamos para a CRA para ver se nós passamos lá urgentemente, porque esta questão da ratificação de áreas de fronteira é uma situação que já tinha que ter sido resolvida há mais tempo, mas acreditamos que vai para Plenário e que vai dar tudo certo. Nós vamos resolver esse problema do Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

De mais a mais, desejo sucesso para o senhor e que possa contribuir muito com o nosso Brasil e com a Polônia nessa integração entre os dois países.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Bagattoli.

Eu tenho algumas perguntas aqui dos internautas e vou intercalá-las entre a fala dos Senadores. Peço a vocês para também deixar essas perguntas.

O Geovane, do Piauí, mandou a seguinte pergunta para o Embaixador Fernando Pimentel: "Quais são as prioridades da diplomacia brasileira na relação com a República da Coreia do Sul?".

O Ronysi, do Espírito Santo: "De que forma a embaixada apoiará brasileiros residentes e estudantes na Coreia do Sul?".

A Mônica, de São Paulo: "Como estreitar laços e buscar a promoção de trocas no domínio das novas tecnologias relacionadas à inteligência artificial?".

O Luiz, do Paraná; " A parceria Brasil-Coreia pode impulsionar inovação e energia limpa?".

Depois eu passo para o senhor as perguntas.

E o Maurício, de São Paulo: "A Coreia do Sul promoveu uma transformação na educação pela literatura. Imagina podermos estreitar nossas relações?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem mais uma para o Embaixador Pimentel, que é do Sidines, do Rio de Janeiro: "O Brasil pode investir em disseminar sua cultura [...] [na Coreia do Sul]? Aqui adoramos o K-pop, que faz muito sucesso, mas nossa cultura lá não [tem esse sucesso]".

Agora eu quero passar também as perguntas dos internautas para o Embaixador Luiz Cesar Gasser.

O Luiz, do Paraná, perguntou: "Quais metas o Brasil pretende alcançar com a Polônia nas relações bilaterais?".

O André, de São Paulo: "Como o Brasil pode atuar junto à Polônia em temas estratégicos da União Europeia?".

O Ronysi, do Espírito Santo: "Quais estratégias diplomáticas podem ampliar a cooperação em defesa e segurança energética?".

E a Lara, de São Paulo: "De que forma a embaixada pode ampliar intercâmbios culturais e educacionais entre os nossos países?".

Concedo a palavra ao Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Sem perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sem perguntas.

Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Não, sem perguntas, Excelência. Na verdade, só para dizer que estamos na relatoria dos projetos, e, como o quórum ainda precisa avançar, não sei como V. Exa. vai proceder dentro da possibilidade de abrir também o espaço para que, de repente, se não completar o quórum, até o momento da votação, a gente possa fazer a relatoria dos projetos que estão em pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Com certeza, Senador Efraim.

Nós vamos, então, responder... Vou passar a palavra para o Embaixador Pimentel e para o Embaixador Luiz Cesar, para que eles respondam às perguntas, rapidamente, e eu já coloco depois em votação os PDLs.

Então, Embaixador Fernando, para suas considerações finais e resposta a algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Bom, quanto às prioridades, para a diplomacia para a Coreia do Sul, foram mais ou menos pinceladas aqui, mas eu vou reiterar, né?

A ampliação do comércio é fundamental para atração de investimentos. A Coreia é uma potência tecnológica, então, atrair cooperação na área de ciência e tecnologia, inovação – todas essas atividades têm uma sinergia muito importante, comércio atrai investimento, investimento atrai tecnologia –; fortalecer as atividades de cooperação cultural – com a Polônia também é muito importante, acho que foi uma das perguntas aqui também, e eu acho que o Brasil tinha mesmo que apostar na cultura brasileira na Polônia. Eles têm um programa de muito sucesso e há muita parceria a ser feita. Inclusive, já tem interesse na área de audiovisual, em que eles são muito fortes, e a gente também. E podemos participar disso – que tal fazer uma onda brasileira, né? Eles fizeram a Hollywood deles, a gente pode fazer uma onda do Brasil na Coreia!

Em relação aos brasileiros residentes e estudantes, como eu disse, a comunidade é pequena, mas eu acho que seria extremamente promissor a gente aumentar o intercâmbio de estudantes brasileiros na Coreia do Sul. Eles estão interessados, eles querem atrair estudantes para suas universidades. Eles têm crescentemente – e eles vão ter no futuro – déficit de mão de obra qualificada, e os estudantes brasileiros podem ter uma excelente experiência, na Coreia, e a embaixada está pronta a ajudar e auxiliar.

Além do mais, eu acho que um dos trabalhos mais importantes de qualquer embaixada, qualquer posto do Brasil no exterior é atender bem aos brasileiros, com eficiência, clareza e ter atenção às necessidades da comunidade local.

Acho que havia uma outra pergunta também sobre novas tecnologias. Como eu disse, a Coreia, talvez, esteja entre os primeiros três países em matéria de tecnologias de ponta no mundo. Inclusive, inteligência artificial, que é uma das perguntas que foi feita. Eles estão na ponta da indústria 4.0, que é uma maneira de aumentar brutalmente a produtividade industrial. A nossa parceria com a Coreia também pode envolver esse tipo de atividade. E eu acho que eram essas as principais perguntas.

Energia limpa. Como eu havia dito, há muito interesse na área de hidrogênio. Eles têm – nesse ponto o Brasil está muito avançado em relação à Coreia – uma matriz com 97% de energia não renovável; o Brasil, ao contrário, tem 93% de energia renovável. A gente tem muito a mostrar. E a área de hidrogênio é uma área onde eles têm muito interesse, para eles, digamos assim, é a solução que eles estão encontrando, buscando para a questão da energia renovável. E o Brasil tem enorme potencial em hidrogênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eram essas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigado, Embaixador Pimentel.

Eu passo, então, para as considerações e respostas do Embaixador Luiz Cesar Gasser.

Obrigada.

O SR. LUIZ CESAR GASSER (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Em relação às perguntas que foram dirigidas, eu diria que as metas são sempre ampliação, intensificação decorrentes de comércio, investimentos e serviços entre ambos os países.

É preciso também ter um olhar para a cultura brasileira, para uma difusão cultural brasileira. Há sempre uma tentativa de se difundir a marca Brasil, quer dizer, o Brasil tem que estar presente não somente pelos produtos, mas também pela sua identidade. Essa é uma parte fundamental de uma ação, creio eu, de um Embaixador que queira realmente fazer um bom papel, defendendo os interesses do Brasil no exterior. É claro que parceria política, diálogo com as autoridades, criar canais de interlocução também é algo muito importante.

O serviço consular é estratégico num posto como Varsóvia. Por todas as informações de que já dispomos, toda a crise humanitária que aconteceu, a crise recente, é preciso ter também esse olhar para a questão humanitária.

Sobre a pergunta que tratava de estratégias, temas estratégicos da União Europeia, eu creio que aqui, em relação a esses temas, que seriam importantes para a União Europeia e para a Polônia, há um destaque evidente para a questão da defesa. A União Europeia depende cada vez mais de um fortalecimento de suas linhas de defesa em matéria de produtos. E aqui o Brasil pode ter um papel relevante a desempenhar.

Creio que também a segurança alimentar é outro tema que vale a pena ter presente. O Brasil tem como participar de um esforço para aumentar a segurança alimentar da Europa como um todo, e eu acho que a Polônia é um caso importante também nesse sentido.

A pergunta seguinte falava de estratégias. Eu diria que a cooperação em defesa, em segurança estratégica – eu destacaria – é fundamental. Nós temos hoje a Embraer, que não só envia aviação civil, mas também no segmento militar pode ter um papel importante a desempenhar. As empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras do segmento de base, da base industrial de defesa podem ter um papel importante a desempenhar. Já existem contatos em curso, como aumentar o número de feiras, intensificar as feiras...

A segurança energética é um tema fundamental também. A Polônia tem uma matriz energética muito dependente do carvão. Então, aqui o Brasil pode ter condições de compartilhar a sua experiência. E a Polônia está fazendo um progresso muito grande em relação a isso. Ela está diminuindo hoje: 60%, 61% da energia gerada em 2023 eram provenientes de carvão, 61%; hoje 28% da eletricidade são de fontes renováveis. Esse é um procedimento em curso. E o Brasil tem experiência em relação a eólicas, que pode ser interessante em relação a redes inteligentes de transmissão, as chamadas *smart grids*.

Esses são temas que eu destacaria, e também, além de todos os elementos, ampliar o intercâmbio cultural e educacional. Como mencionado pelo meu colega Fernando Pimentel, é importante, em relação a todos os postos, aumentar, buscar ampliar esse intercâmbio educacional, cultural, como a presença de estudantes brasileiros, professores, também aumentar a presença de leitorados em universidades polonesas. Há uma ampla margem para atuação em relação a esses temas.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito bom, Embaixador.

Então agora eu vou pedir à Secretaria que...

Senador Marcos Pontes, o senhor gostaria de votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, aqui.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Mas lá fora tem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Tem também, mas tem uma cabine aí do seu lado.

Não, mas já está terminando, é o Petecão, o Senador Petecão. É o Wellington Fagundes. O Petecão já votou.

Tudo bem?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não estou valendo mais nada, né? Já dei o voto. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, eu achei que você estava lá.

Assim que o Senador Marcos Pontes votar, eu vou determinar à Secretaria que proceda à apuração. (*Pausa.*)

Então, eu peço à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Houve 14 votos SIM para o Embaixador Fernando Pimentel; e 13 para o Sr. Luiz Cesar Gasser, da Polônia.

Parabéns! Aprovados.

Então agora eu envio as mensagens das respectivas sabatinas do dia de hoje à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Muito obrigada.

Agora vamos tirar a foto, e aí eu já passo para o Senador Efraim. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Retomando a nossa sessão, vamos agora para o item 2 da pauta, que é o projeto... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Vocês não estão vendo a mulher apitar, não?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mulher é mais estridente, né? (*Risos.*)

Bom, indo agora para o item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965, adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para proferir o seu relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Tereza Cristina.

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2023, que aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, 1965, adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10(35).

Pedindo vênia a V. Exa., passo diretamente à análise do voto, Sra. Presidente.

A quem interessar, o relatório é bastante extenso, trazendo cada um dos artigos, qual o significado, qual a leitura das respectivas regras. E, na análise do voto, nós já vamos direto ao mérito.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o Regimento Interno do Senado Federal.

Não identificamos óbices de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade. Notemos que o decreto legislativo aprova o texto consolidado da Convenção e de seu Anexo, conforme encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

No mérito, Senador Hamilton Mourão, assinalamos que a Convenção constitui um instrumento multilateral voltado à harmonização de procedimentos administrativos e à eliminação de entraves burocráticos no tráfego marítimo internacional. Ao estabelecer mecanismos de simplificação documental e interoperabilidade entre sistemas, o tratado contribui diretamente para a modernização do setor portuário, a redução de custos logísticos e a ampliação da previsibilidade regulatória, sendo compatível com os objetivos estratégicos do Brasil de aumentar sua competitividade global e sua integração aos fluxos comerciais marítimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar em simplificação documental, redução de custos logísticos, modernização do setor portuário, ampliação da previsibilidade regulatória parece música aos nossos ouvidos: que a letra fria da lei possa também se transformar em realidade. Essa é a nossa expectativa.

Já no plano jurídico, a Convenção preserva a soberania dos Estados, permitindo-lhes adotar medidas específicas para proteção da moralidade, segurança, ordem pública e saúde. Estabelece igualmente conceitos essenciais para sua aplicação, diferenciando entre normas vinculantes e práticas recomendadas, promovendo flexibilidade regulatória proporcional à capacidade técnica de cada Estado Parte.

Sob a ótica brasileira, a adesão à Convenção representa medida altamente positiva.

O país possui extensa costa atlântica e economia fortemente vinculada ao comércio marítimo, sendo essencial dispor de marcos regulatórios modernos e compatíveis com os padrões internacionais. A incorporação das disposições da convenção e de seu anexo tem contribuído para o aprimoramento dos procedimentos em portos nacionais, fortalecendo a segurança jurídica, aumentando a atratividade de investimentos e garantindo maior eficácia no combate a ilícitos transfronteiriços. Reforça, ademais, o protagonismo brasileiro nos fóruns técnicos internacionais da área marítima.

Portanto, é de extrema relevância que continuemos vinculados ao tratado em apreço; portanto, aprovamos suas atualizações.

Ante o exposto, por ser constitucional e legal, indo ao encontro dos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto 480, de 2023, que aprova o texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Efraim.

A gente fica muito feliz de ver pautas positivas para o nosso país. Tenho certeza de que destravar essa pauta é um ganho para nossa logística e para o nosso país, que tem uma costa tão intensa. O transporte marítimo é essencial. Então, muito obrigada e parabéns aí pelo relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Obrigado, Presidenta e aos demais membros da comunicação pela acolhida do parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Bom, vamos para o item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 318, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria, celebrado em Brasília, em 17 de maio de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação

Eu também vou pedir para passar para a análise do voto, já que o relatório está divulgado nas redes do Senado Federal.

Não há vícios no que diz respeito à juridicidade do PDL. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade, uma vez que se encontra em conformidade com o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O acordo se harmoniza com o art. 4º, IX, da CF, que estabelece que a República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Ao permitir que os trabalhadores que contribuíram para a previdência de um e outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado Parte somem os períodos de contribuição com o fim de alcançar o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários, o acordo se conforma a valores contidos na Constituição brasileira, tal como a solidariedade entre os povos, a dignidade da pessoa humana e a promoção dos direitos sociais.

Os Estados nacionais precisam estar atentos às mudanças que o momento atual acarreta para a vida das pessoas. A mobilidade social e a migração em busca de melhores condições de vida não devem ser ignoradas. Desse modo, o acordo, para além de fortalecer os laços entre as duas nações, vem promover a proteção social ampliada, garantindo-se segurança jurídica e previsibilidade para os brasileiros e austríacos que vivem, respectivamente, na Áustria e no Brasil. Isso porque eles se beneficiarão do reconhecimento de períodos contributivos realizados em ambos os países para fins de aposentadoria e demais benefícios previstos.

Ademais, ao evitar contribuições duplicadas, a implementação do acordo viabilizará a redução de encargos tanto para trabalhadores quanto para empresas que operam entre os dois países.

Vale destacar que a assinatura do acordo em exame vem na esteira de outros de mesma natureza firmados com outros países. Eles se inserem no contexto de política externa orientada pelas seguintes motivações: elevado volume de comércio exterior; recebimento no país de investimentos externos significativos; acolhimento, no passado, de fluxo migratório intenso; e relações especiais de amizade.

A aprovação do PDL tende a aprofundar os vínculos entre as duas nações.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2024.

Esse é o voto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Votação.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de tramitação.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 4 de julho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatoria *ad hoc*: Senador Astronauta Marcos Pontes.

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Marcos Pontes, para proferir o seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou direto à análise.

A proposição em exame não contém vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade, visto que se encontra em consonância com o disposto na Constituição Federal.

O acordo está em sintonia com o art. 4º da Constituição Federal, que estabelece que a República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Nota-se a compatibilidade do texto do ato internacional com valores consagrados pela Constituição Federal, a exemplo da solidariedade entre os povos e a dignidade da pessoa humana. Ressalte-se, neste ponto, que está resguardado o direito à proteção de dados pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No preâmbulo, já se destaca que as partes reconhecem a necessidade de garantir a segurança de informação classificada trocada entre si por meio de organizações públicas ou privadas detentoras de habilitação de segurança.

Por meio do presente acordo, busca-se conferir segurança jurídica para a celebração ou implementação de outros atos entre as partes que demandem de alguma maneira a troca de informação classificada. Com efeito, o texto sob exame constitui marco jurídico para o estabelecimento de regras e procedimentos destinados à proteção das informações classificadas trocadas ou geradas entre os dois países, com padronização de procedimentos e nomenclaturas, bem como a previsão de equivalências entre os respectivos graus de sigilo, conforme estabelecidos em legislação interna.

Importa registrar que o ato internacional em exame guarda semelhança com outros dessa natureza firmados pelo Brasil com outros governos. A opção pela detalhada equivalência dos níveis de classificação de segurança tem por objetivo facilitar sua aplicação por parte das autoridades administrativas. Por sua vez, a definição das autoridades responsáveis contribui para dar mais eficiência à execução do acordo e garante maior segurança jurídica no tratamento de informações sensíveis.

Por derradeiro, nunca é demais lembrar a longa tradição de relacionamento entre Brasil e Itália, no contexto no qual se sobressai a forte presença de descendentes italianos em solo brasileiro: são aproximadamente 35 milhões, em grande medida, resultado da maior diáspora italiana pelo mundo, que teve lugar no século XIX. Por outro lado, são cerca de 150 mil brasileiros residentes na Itália.

Diante desse quadro, a aprovação do acordo é instrumento que, de fato, poderá trazer maior segurança jurídica ao relacionamento entre as duas nações.

O voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2024.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada (*Fora do microfone.*), Senador Marcos Pontes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de tramitação.

Item 5.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 20, DE 2025

- Não terminativo -

Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Rússia.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Sérgio Petecão, para proferir o seu relatório.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2025, da Senadora Dra. Eudócia, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Rússia.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 20, de 2025, da Senadora Dra. Eudócia, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Rússia. O projeto em questão é composto de seis artigos.

Na justificativa, a autora esclarece que o projeto visa estreitar relações bilaterais entre os dois países por meio da diplomacia parlamentar. Nesse sentido, a Senadora assinala que o Brasil e a Rússia têm intensificado suas relações nos campos econômico, científico, tecnológico e cultural, destacando-se o recorde histórico no comércio bilateral em 2004, o qual atingiu US$12,4 bilhões.

Acrescente-se ainda que a Rússia é um dos principais fornecedoras de adubos e fertilizantes ao agronegócio brasileiro, ao passo que o Brasil exporta para a Rússia produtos como soja, carne bovina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de equipamentos de transporte. Ademais, a cooperação bilateral em saúde tem se revelado promissora, com destaques para iniciativas conjuntas no combate a doenças infecciosas e promoção da saúde pública.

Observo, de início, que os grupos parlamentares possibilitam ricas trocas de experiências entre os Legislativos nacionais envolvidos, proporcionando relevante contribuição para o relacionamento entre os países e para o desenvolvimento da diplomacia parlamentar. Cuida-se, ademais, de prática entendida como própria da atividade senatorial, que não encontra óbice no Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, trata-se de iniciativa bastante louvável, uma vez que Brasil e Rússia mantêm um relacionamento sólido e crescente, expresso não apenas no comércio bilateral recorde, mas também na intensidade de visitas parlamentares de alto nível e no incremento da cooperação científica, tecnológica e cultural.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2025.

Lido, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Petecão.

Em discussão o relatório.

Senador Mourão e Senador Marcos Pontes.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, caro amigo Senador Petecão, Senador Astronauta Marcos Pontes, eu respeito profundamente a visão da Senadora Eudócia, que promove a criação deste grupo parlamentar, o relatório feito pelo nosso caro amigo Senador Sérgio Petecão, mas eu não dou meu apoio a esse grupo, Senadora Tereza Cristina, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque a Rússia empreende uma guerra de conquista contra um outro país, e isso atenta contra a ordem mundial, contra a ordem internacional e contra os princípios das relações internacionais que regem a nossa Constituição.

Em segundo lugar, o Parlamento russo não é democrático. Portanto, não vejo nenhuma vantagem em nós nos relacionarmos com um Parlamento que não atua como o nosso Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como eu queria que se consignasse, o meu voto é contrário à criação deste grupo parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Então, Presidente, com relação à criação do grupo, eu considero uma iniciativa plausível, eu acho que é importante nós mantermos esse relacionamento. Eu tenho um relacionamento muito grande com muitas pessoas na Rússia por ter morado lá durante um certo tempo, durante o meu treinamento, e tenho uma consideração muito grande pelas pessoas ali. Contudo, a preocupação surge – inclusive nós participamos lá nos Estados Unidos – no momento em que existe esse conflito acontecendo com a Ucrânia. Há uma tentativa de os Estados Unidos e de outros países de reduzir esse conflito ou terminá-lo, e uma das maneiras tem sido esse embargo com relação à Rússia. Nós vimos ali uma coisa que junta democratas e republicanos nos Estados Unidos com relação aos riscos de importação de óleo diesel e de outros produtos, mas principalmente desse.

Inclusive, existe um projeto de lei que está na Mesa, que eu apresentei, tratando desse tema para haver mais transparência na importação de óleo diesel e outros materiais, alinhando o Brasil com o que existe de mais atual em termos de *compliance* internacional, no rastreamento, na transparência dessas importações, o que nos dá um pouco mais de segurança com relação às possíveis sobretarifas que os Estados Unidos podem aplicar aos países que continuam comprando óleo diesel da Rússia.

Portanto, novamente, eu voto a favor da criação do grupo, com a esperança de que esse conflito vai ser encerrado, mas não no sentido de aumento de compras, principalmente de óleo diesel do Brasil com relação à Rússia, neste momento, porque seria bastante imprudente, por parte do nosso país, esse tipo de atividade.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Mourão, Senador Marcos Pontes.

Eu pergunto se vocês querem consignar o voto contrário ou só deixar a mensagem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Mourão, voto contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – A favor, mas colocando essa ressalva.

Eu também quero consignar aqui as ressalvas. Realmente, nós ouvimos lá nos Estados Unidos: é uma guerra sem sentido, é uma invasão de território, e eu quero consignar meu voto contrário.

Então, aprovado, com as ressalvas e dois votos contrários.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado para prosseguimento de tramitação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Tereza Cristina e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Ivete da Silveira, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Beto Faro, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 19/2025 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater as perspectivas para assinatura, ratificação e entrada em vigor do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia. **Participantes:** Excelentíssima Senhora Eva Bisgaard Pedersen, Embaixadora do Reino da Dinamarca no Brasil; Excelentíssima Senhora Marian Schuegraf, Embaixadora da União Europeia no Brasil; e Excelentíssimo Senhor Pedro Miguel da Costa e Silva, Embaixador do Brasil junto à União Europeia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 31, de 2025** que: "Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,com o objetivo de debater as consequências à comunidade de cidadãos brasileiros residentes em Portugal com a promulgação da nova "Lei dos Estrangeiros", no último dia 16 de outubro, que modificou a Lei nº 23, de 2007" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Tereza Cristina
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 19, de autoria do Senador Nelsinho Trad, com a finalidade de debater as perspectivas para assinatura, ratificação e entrada em vigor do Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

Tenho a honra de anunciar à nossa mesa os seguintes debatedores: a Exma. Sra. Eva Bisgaard Pedersen, Embaixadora do Reino da Dinamarca no Brasil; a Exma. Sra. Marian Schuegraf...

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF (*Fora do microfone.*) – Hum-hum. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito é demais. (*Risos.*)

... Embaixadora da União Europeia no Brasil; e o Exmo. Sr. Pedro Miguel da Costa e Silva, Embaixador do Brasil junto à União Europeia, que participa remotamente.

Para o bom andamento do trabalho, seguiremos as seguintes diretrizes: cada debatedor e debatedora terá inicialmente dez minutos de prazo, uma vez que a nossa reunião – eu justifico – objetivamente quer medir a temperatura, o pulso e a temperatura desta negociação, que perdura há muitos anos. Portanto, nesses iniciais dez minutos, cada um dos três ilustres participantes deste evento vai nos dizer, em face das atuais circunstâncias que o mundo vive e, particularmente, considerando que o propósito do Brasil não mudou – o propósito da Europa, da União Europeia é que se espera que convirja, que venha ao encontro da nossa aspiração –, e a nossa Comissão deseja saber a quantas andamos, ou seja, qual é o momento que nós vivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, teremos, inicialmente, a intervenção da Sra. Marian Schuegraf. Se tiver que se estender por mais tempo, sem problema.

Para nos situar objetivamente, nós temos uma negociação em curso: o que o presente momento oferece de novo para o bem ou não; o que deve ser corrigido para que esta Comissão, que é do Senado Federal, possa articular alguma providência, porque é claro que o nosso objetivo é que o acordo seja firmado.

Então, passo a palavra, então, à Sra. Embaixadora da União Europeia, pelo prazo inicial de dez minutos.

Muito obrigado.

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF (Para expor.) – Obrigada, prezado Presidente e Senador Esperidião Amin.

Prezado colega em Bruxelas, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, e também prezada colega da Dinamarca, Eva Bisgaard Pedersen, é um grande prazer e um privilégio reunir-me convosco para discutir o Acordo de Parceria UE-Mercosul, as perspectivas da assinatura e ratificação, e os vários benefícios que este acordo trará para ambas as partes.

No Mercosul, como na União Europeia, os Parlamentos têm um papel fundamental na aprovação do acordo. Por isso, agradeço ao Senador Nelsinho Trad por organizar a audiência tempestiva de hoje e ao Senador Esperidião Amin por mantê-la.

Após mais de 25 anos de negociações...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Um longo namoro.

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – Incrível.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Um longo namoro. (*Risos.*)

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia está se aproximando da sua conclusão, agora que a Comissão Europeia transmitiu o texto ao Conselho. A proposta da Comissão para a conclusão e assinatura inclui dois instrumentos paralelos: o acordo de parceria completo, sujeito à ratificação por todos os Estados-membros da União Europeia e os respectivos Parlamentos nacionais – e, em alguns casos, como o da Bélgica, Parlamentos subnacionais; e o outro instrumento seria o acordo comercial provisório, abrangendo apenas os assuntos de competência exclusiva da União Europeia, a ser adotado pelo Conselho Europeu com votação por maioria qualificada: 15 dos 27 países precisam aprovar, representando pelo menos 65% da população total da União Europeia. Além disso, o Parlamento Europeu também tem que aprovar o acordo com votos favoráveis de 50% dos Deputados mais 1.

Quando o acordo de parceria completo entrar em vigor, substituirá o acordo comercial provisório. Trata-se de um processo complexo, como é de se esperar numa união de 27 países, com 24 línguas oficiais e vários níveis de governança. Com base na experiência da ratificação de outros acordos comerciais, podemos imaginar que a União Europeia poderia acabar seus procedimentos internos no início do ano de 2027.

Espero aprender hoje mais sobre as etapas e os prazos da ratificação aqui no Brasil.

Este acordo, vantajoso para ambas as partes, abrirá oportunidades de crescimento sustentável e reforçará a nossa amizade de longa data e os nossos valores comuns. Tempos voláteis e imprevisíveis para o comércio internacional valorizam parceiros fiáveis e com ideias semelhantes, como a União Europeia e o Mercosul.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Bom dia!

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – Ah, bom dia, prezada Senadora Tereza Cristina!

É por isso que o nosso acordo, com os seus aspectos políticos e comerciais, estabelece um quadro de importância estratégica. Perder essa oportunidade seria um erro colossal, que afetaria gerações futuras.

Hoje, a União Europeia já é o segundo parceiro comercial do Mercosul. Nosso acordo abrirá novas oportunidades gradualmente, dando à indústria do Mercosul tempo para se modernizar, crescer e competir. Os benefícios da melhoria da competitividade serão sentidos em todo o Mercosul, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso a novos mercados de exportação, mas também internamente, com preços mais baixos, melhores produtos e salários mais altos. Assim, o acordo comercial, o maior já negociado pelo Mercosul, terá um efeito transformador, facilitando a inserção de suas indústrias nas cadeias globais.

A União Europeia é o principal investidor no Brasil, e as empresas europeias desempenham, há muito tempo, um papel essencial na industrialização do Brasil e na criação de milhares de empregos estáveis e bem-remunerados. Apesar da crescente concorrência de outros países, a União Europeia está determinada a permanecer em primeiro lugar. E tenho orgulho de anunciar que a delegação da União Europeia, em parceria com a Apex e o Cebri, realizará, em março do ano que vem, o 2º Fórum de Investimentos União Europeia-Brasil, aqui em Brasília.

Prezados Senadores e Senadoras, mais uma vez, agradeço o convite para esta audiência relevante. Após 25 anos, temos a sorte de testemunhar e participar da conclusão de um processo histórico com alto valor político, econômico e comercial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu não posso deixar de fazer um breve comentário, agradecendo à Sra. Embaixadora Marian Schuegraf, que aplaudiu a minha forma de pronunciar o seu nome.

Graf eu sei o que é.

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – Um conde, um...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um *nobile*.

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – Sim, um *nobile*, mas não se sabe se é de verdade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, "Schuegraf", o "*schue*"...

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – Sim.

É difícil, mas o seu nome também é muito raro, não? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O meu nome é muito comum no Líbano. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIAN SCHUEGRAF – O.k.! Mas Esperidião...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Amin é um nome muito comum no Líbano.

Mas a senhora nos trouxe uma notícia muito alvissareira.

A Senadora Tereza Cristina é que vai presidir a Comissão, em homenagem até ao predomínio das mulheres. É nossa ex-Ministra da Agricultura, competente, e nossa Líder, Líder do meu partido.

Foram 25 anos de namoro. Isso me fez lembrar uma prima minha: chamava-se Maria Helena, e o nome do noivo era Odin – o mesmo nome do deus, Odin. Vinte e cinco anos de namoro.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Mas deu certo?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Casaram. Casaram e tentaram ter netos; para filhos, já tinha passado a época.

Mas, no nosso caso, as notícias são alvissareiras, e eu acho que as circunstâncias o são também.

Eu vou me deslocar para a Comissão Mista de Orçamento e serei muito nobremente substituído pela melhor, pela Senadora Tereza Cristina, representante aqui do Estado do Mato Grosso do Sul, que é o mesmo estado do Senador Nelsinho Trad, que é o Presidente desta Comissão e o autor do requerimento.

Convido, portanto, a Senadora Tereza Cristina; ela dará sequência. (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Bom dia a todos.

É um prazer enorme estar aqui presidindo hoje esta reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, recebendo duas mulheres importantes da nossa diplomacia: a Embaixadora Marian Schuegraf – não falo tão bem quanto o Senador Amin – e também a Embaixadora – dessa o nome é mais complicado – Bisgaard Pedersen. É um prazer enorme ter as senhoras aqui nesta reunião para tratar de um assunto tão importante para o bloco europeu e para o Mercosul.

Então, agora eu concedo a palavra à Embaixadora Eva Bisgaard Pedersen, Embaixadora do Reino da Dinamarca no Brasil, para a sua exposição, por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EVA BISGAARD PEDERSEN (Para expor.) – Cumprimento a todos os Senadores e Senadoras, representados aqui na mesa agora pela Vice-Presidente Senadora Tereza Cristina.

Uma saudação especial obviamente também para o Senador Esperidião Amin e para o Nelsinho Trad também por organizar; ele não está aqui hoje, mas organizou mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu quero até... Eu me esqueci (*Fora do microfone.*). Ele acabou de me ligar para dizer que eu viesse correndo para cá – eu estava lendo um relatório –, para estar aqui na reunião com vocês, e mandou um abraço.

A SRA. EVA BISGAARD PEDERSEN – Muito obrigada.

E eu cumprimento também aqui a Embaixadora da União Europeia, a Sra. Marian Schuegraf, e o Embaixador do Brasil junto à União Europeia, o Sr. Pedro Miguel da Costa e Silva, que nos acompanha remotamente, assim como outros colegas aqui presentes. Cumprimento também quem nos acompanha pela transmissão ao vivo.

É uma honra para a Dinamarca presidir o Conselho da União Europeia neste semestre tão significativo para a relação entre o Brasil e o bloco europeu, num contexto geopolítico complexo e incerto. Daqui a pouco estaremos com vocês em Belém, na COP 30, para apoiar a Presidência brasileira nas ambições de uma COP de implementação, uma COP de multilateralismo, uma COP que honra os compromissos que todos fizemos há dez anos em Paris. Mas, como todos sabemos, o ano não termina em novembro: em dezembro esperamos assinar o acordo entre o bloco europeu e o Mercosul, depois de 25 anos nesse caminho.

Na Presidência, o nosso papel é facilitar o processo de decisão interna no conselho de ministros e nos seus órgãos de apoio. Porém, hoje eu queria oferecer uma perspectiva da Dinamarca e o motivo por trás da prioridade que estamos dando ao acordo. Dinamarca é um país cujo sucesso econômico todo se deve a uma combinação de dois fatores: a exposição à concorrência externa através da abertura comercial a outros mercados e uma política que estimula a inovação.

A abertura a outros mercados começou de verdade quando nós nos tornamos membros da União Europeia, em 1973. O acesso a um mercado muito maior, com mais de 450 milhões de consumidores, fortaleceu as exportações, aumentou a nossa competitividade e criou empregos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dinamarca. Quando entramos na União Europeia, como exemplo, o comércio exterior equivalia a aproximadamente 57% de nosso PIB e, em 2019, esse número tinha aumentado para 111%.

Há 50 anos, grande parte de nossas exportações eram compostas por produtos agrícolas. Nós continuamos sendo um país agrícola, com muito orgulho, mas hoje a nossa economia e as nossas exportações se diversificaram muito, com mais de 46% da nossa força de trabalho empregada em indústrias de média e alta tecnologia, em grande parte voltada à exportação. A prosperidade recente da Dinamarca é consequência em grande medida da abertura de nossa economia, combinada com a capacidade de nosso setor privado de transformar conhecimento, pesquisa e inovação em valor, investimento e empregos.

Um dos requisitos básicos para que as empresas consigam comercializar suas ideias é um sistema justo e sólido de patentes. Um sistema que, por um lado, permite ao inventor proteger as suas inovações durante um tempo limitado e que, por outro lado, obriga o inventor a tornar público o seu conhecimento e as suas descobertas técnicas, permitindo que outros usem essas informações como base para criar novas inovações. O trabalho dos três cientistas que receberam o Prêmio Nobel de Economia, recentemente, pela Real Academia Sueca de Ciências, é sobre o crescimento econômico sustentado.

Os pesquisadores colocam no centro de sua argumentação o sistema de patentes como catalisador de inovação e concorrência.

Um lindo exemplo de uma empresa global que vive de suas inovações é a Embraer, uma empresa altamente inovadora e competitiva, que, através de suas invenções, conseguiu multiplicar o seu valor de mercado nos últimos anos. Em julho deste ano, a linha aérea Scandinavian Airlines adquiriu 45 aeronaves comerciais da Embraer por um valor acima de R$20 bilhões. A Scandinavian Airlines, que tem sua origem nos países nórdicos, justificou a sua escolha pela alta competitividade dos aviões brasileiros em termos de preço, qualidade e reduzida pegada de carbono. Aí vale destacar também a excepcional cooperação sueco-brasileira com o caça Gripen.

A Embraer é um ícone brasileiro, mas não é uma exceção. No fluxo comercial que sai do Brasil em direção à Europa, há uma parte de valor agregado cada vez mais expressiva. A Europa é o segundo destino de produtos manufaturados do Brasil; e o primeiro, até agora, é os Estados Unidos. Gostaríamos muito de ver ainda mais tecnologia vinda do Mercosul para a Europa como uma forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversificar as nossas cadeias de valor e de ficarmos ainda mais competitivos nos dois lados do Atlântico.

Nesta pauta de inovação, saudamos o firme compromisso do Brasil em desenvolver seus ecossistemas de inovação e fortalecer a proteção à propriedade intelectual. A Dinamarca mantém uma cooperação estreita com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial brasileiro, compartilhando nossas experiências na melhoria de gestão, do registro e da aplicação dos direitos de propriedade intelectual. E acompanhamos com grande interesse os esforços deste Parlamento, deste Congresso, do Senado, em modernizar a legislação brasileira de propriedade intelectual. Isso inclui a iniciativa que busca compensar atrasos excessivos na análise de patentes e a possibilidade de mecanismos de compensação. Juntos com nossos colegas europeus, nos colocamos à disposição para dialogar mais com o Congresso sobre este tema.

Senhoras e senhores, eu queria explicar por que a Dinamarca valoriza profundamente a abertura econômica, a inovação e a competitividade como um motor de crescimento sustentado e da geração de prosperidade. Isso explica por que a pauta da competitividade e o acordo comercial com o bloco Mercosul são prioridades máximas para a Presidência dinamarquesa. Não acreditamos nos tarifaços ou no protecionismo. Não só porque vão contra o multilateralismo, mas também porque não faz sentido econômico. Acreditamos que um acordo entre os dois blocos pode ser um catalisador de crescimento e prosperidade para todas as sociedades que comporão esta nova aliança.

Por fim, queria destacar um fato muitas vezes desconhecido pelo público com respeito à integração comercial entre a União Europeia e o Brasil, que é: a União Europeia é de longe o maior investidor estrangeiro no Brasil, com 39% dos investimentos diretos. Durante a Presidência dinamarquesa do Conselho da União Europeia, lançamos nas nossas redes sociais uma série de vídeos contando as histórias de mais de 20 empresas da União Europeia que investem no Brasil.

Eu gostaria, Senadora, de terminar minha fala mostrando uma pequena mensagem sobre esta campanha do nosso Ministro das Relações Exteriores, Lars Looke Rasmussen.

Muito obrigada pela atenção e pela oportunidade de estar aqui hoje.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Sra. Embaixadora.

Agora eu vou pedir que coloquem o Sr. Pedro Miguel da Costa e Silva, Embaixador do Brasil junto à União Europeia, que está participando remotamente desta Comissão, para que ele possa fazer a sua exposição nos próximos 15 minutos.

O SR. PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, não sei se já me escutam.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Escutamos bem, Embaixador Pedro.

Prazer em recebê-lo e ouvi-lo aqui nesta manhã.

O SR. PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA (*Por videoconferência*.) – O prazer é todo meu.

Sra. Presidente, Senadora Tereza Cristina, Srs. Senadores, Sras. Embaixadoras Eva Bisgaard Pedersen e Marian Schuegraf, minha colega homóloga em Brasília, bom dia a todos.

Eu agradeço muito, sinceramente, o convite do Senador Nelsinho Trad para participar desta audiência pública e ter a oportunidade de debater um dos principais temas da minha agenda de trabalho aqui em Bruxelas.

O Senador Esperidião Amin, a quem também agradeço, disse que o objetivo desta audiência pública seria medir a temperatura, medir o pulso, onde estamos no momento com o tema de finalmente ter esse acordo de parceria entrando em vigor.

Sra. Senadora Tereza Cristina, grande parte do que eu vou dizer aqui hoje é um pouco a minha visão de quem está sentado em Bruxelas, quem está vivendo aqui o acordo desde Bruxelas.

Na verdade, o foco vai ser um pouco contar o que falta para o lado europeu fazer para nós podermos assinar esse acordo e ele entrar em vigor, porque o Mercosul está pronto já há um bocado de tempo, e nós estamos aguardando os nossos colegas europeus terminarem os procedimentos deles.

A Embaixadora Schuegraf já fez um excelente resumo da situação em que nós estamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu acrescentaria que nós estamos terminando, junto com os colegas europeus, o trabalho de tradução, já terminamos a revisão legal. Como ela mesmo disse, são 24 idiomas, é um trabalho complexo, e a tradução é feita pela comissão e depois verificada pelo conselho. Nós estamos ajudando também no que diz respeito aos textos em português e em espanhol.

A Embaixadora Schuegraf também mencionou o fato de que o que está no conselho e será aprovado são dois textos. Eu acho que é importante insistir nisto: a parte econômica e comercial, que é de vigência provisória, e o acordo completo. Eu vou insistir nesse fato porque, se der tudo certo e o Conselho Europeu aprovar esses dois acordos agora, esperamos em meados de dezembro, nós então podemos proceder à assinatura de ambos os textos no Brasil antes do fim do ano. E, posteriormente a essa assinatura, os textos iriam ao Parlamento Europeu. Sendo aprovado pelo Parlamento Europeu, o acordo econômico e comercial pode entrar em vigor pouco tempo depois. A Embaixadora falou em um ano. No caso, o Parlamento poderia aprová-lo no prazo de quatro a cinco meses depois da assinatura e, depois, tem os procedimentos adicionais. Já a parte completa, a parte que envolve a competência dos 27 países-membros, isso pode demorar vários anos, muitos anos, como ela explicou. Por isso é importante essa divisão do acordo, o que, por vezes, as pessoas não entendem.

No caso do Mercosul, evidentemente é bom lembrar – acho que todos sabem – que o acordo entrará em vigor individualmente, após a aprovação dos nossos respectivos Parlamentos nacionais. Nós não precisamos esperar pela aprovação dos quatro Parlamentos. E o tempo e o ritmo em que isso entrará em vigor no Brasil, por exemplo, evidentemente, dependerá de decisões políticas do Executivo e dos Srs. Parlamentares brasileiros.

Entrando mais na parte delicada da conversa desse nosso debate, quais são as perspectivas de aprovação do acordo? O que eu escuto aqui é que há boas chances de aprovação no conselho, mas eles estão trabalhando na formação de consenso. Alguns países declaram abertamente seu voto, outros reservam posição, e outros têm posições nacionais ainda divididas. Então não está totalmente claro como vão votar.

A Embaixadora Schuegraf explicou como é a dinâmica para formar a maioria. Depois, se houver interesse, eu posso voltar a isso. Já no Parlamento Europeu, eu diria que o Parlamento está bastante dividido. Eu acho e as informações que eu recebo também é de que haverá votos suficientes para aprová-lo, mas será uma votação apertada, porque há grupos políticos que dão seu apoio firme, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros que estão divididos, e eu acho que a posição nacional adotada pelos Governos nacionais também terá um impacto sobre o padrão de voto dos Parlamentares.

Sra. Presidente, Sra. Senadora, a senhora conhece melhor do que ninguém qual é o tema que constitui o principal obstáculo para a aprovação desse acordo: é a questão da agricultura, uma visão infelizmente distorcida, falaciosa, do que é o acordo, em termos de agricultura, do que foram as concessões para os países do Mercosul e qual será o impacto desse acordo para a agricultura europeia. No fundo, o acordo se transformou num tema de política interna, não é um tema mais de política externa, e é difícil ter um debate baseado em fatos objetivos para explicar o acordo.

Mas é isto que nós estamos tentando fazer aqui, eu e meus colegas do Mercosul, e também os Embaixadores dos países do Mercosul nas 27 capitais: conversando com membros dos Governos, com Parlamentares, com Europarlamentares, com empresários, com o setor agrícola, com ONGs, para explicar exatamente o acordo e garantir a eles que nós já cumprimos com todos os requisitos de qualidade e que já somos o principal fornecedor para o mercado europeu. Então, não deveria haver nenhuma dúvida, mas é uma discussão complexa, porque é uma discussão de natureza política.

Nesse quadro, eu enfatizaria que o papel da diplomacia parlamentar é fundamental. Eu tive o prazer de acompanhar uma delegação do Parlamento brasileiro a Estrasburgo, antes do verão europeu. Os senhores vão receber agora, amanhã e nos próximos dias, uma delegação do Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu. Outras delegações já estiveram no Brasil. O intercâmbio – a troca de informação e as visitas de campo, sobretudo dos Parlamentares europeus – é fundamental para garantir a aprovação desse acordo.

Eu estou à disposição da Sra. Senadora e dos demais Senadores para tirar quaisquer dúvidas e responder a perguntas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigado, Embaixador Pedro Miguel. É sempre um prazer ouvi-lo, o senhor que tem aí uma *expertise* e uma experiência enorme nesse acordo União Europeia-Mercosul.

Ouvindo aqui, eu não pude assistir toda a fala da Embaixadora Schuegraf, mas já conversamos bastante sobre esse tema, e eu sei do empenho que a União Europeia, a Comissão vem fazendo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse acordo possa prosseguir, mas realmente temos pontos aí de... Agora, como a gente está conversando muito sobre o acordo com os Estados Unidos, então, tem os pontos irritantes entre os blocos, e, com certeza, a agricultura é um deles.

Eu tive a felicidade de poder participar do fechamento do acordo em 2019 lá em Bruxelas. Foi difícil. Foram dias muito tensos, mas finalmente chegamos a um consenso e a um texto. E agora ainda tem alguns pontos, apesar de ter sido fechado, de resistência de alguns países. Não é fácil. São 27 países, cada um com seus interesses internos e externos, então, conciliar isso tudo não é fácil.

Aqui no Mercosul, nós somos menos e, assim mesmo, temos pontos de vista sobre comércio em alguns produtos que divergem, mas é mais fácil. Pelo menor número de países, é mais fácil sentar à mesa e fazer essa discussão.

Esse será um acordo, na minha opinião, fundamental, um acordo muito bom para os dois blocos. Eu acho que todo mundo terá ganhos, uns mais imediatos, outros a médio e a longo prazo, mas será o maior acordo comercial já assinado entre blocos. Então, eu espero sinceramente que a gente possa continuar trabalhando para essa assinatura, e todos aqui torcemos para que seja no final deste ano ou no começo de dezembro. O tempo corre, urge, e nós precisamos ainda de ações lá e aqui. O Parlamento brasileiro precisa também discutir melhor.

Está aqui nosso querido amigo, o Senador General Mourão, Senador que conhece muito de geopolítica, que conhece muito de comércio, porque, quando foi Vice-Presidente tratou desses temas aí com outros blocos também. Então, muito obrigada aqui pela sua presença.

Enfim, eu acho que nós estamos num bom caminho, mas é preciso de uma coisa fundamental para que esse acordo, que, hoje, na minha opinião, saiu da esfera técnica. Eu acho que o que podia ser debatido na esfera de comércio isso tudo caminhou, mas, na esfera política, eu acho que nós precisamos de mais confiança entre os dois blocos. Não podemos sentar para um acordo e todas as vezes ter alguma coisa que se levante e aí a gente leva mais tempo para acontecer. Eu acho que nós precisamos exercitar o acordo, fechá-lo para poder exercitar. E eu tenho certeza de que, a hora em que ele sair do papel, ao longo do tempo, será bom para os dois blocos, tanto para a União Europeia quanto para o Mercosul.

Então, eu quero aqui, tenho algumas perguntas... Eu queria primeiro perguntar ao Senador Mourão se ele quer fazer perguntas. E depois eu vou passar também para a pergunta dos internautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente Tereza Cristina, meu bom dia. Bom dia às Sras. Embaixadoras e ao Embaixador Pedro Miguel, que nos acompanha desde lá de Bruxelas.

Eu não tive a oportunidade de acompanhar a exposição da Embaixadora Schuegraf. Eu também estava na Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje é um dia complicado aqui dentro. A exposição da Embaixadora Eva Pedersen foi muito objetiva, assim como a do Pedro Miguel.

Eu acho que a senhora colocou muito claramente os pontos focais desse nosso longo namoro, noivado – e eu espero que esse casamento entre o Mercosul e a União Europeia se consuma.

Eu acho que é importante que se compreenda que cada bloco tem o seu potencial. E o que a gente procura, em qualquer relação dessa natureza, é o famoso benefício mútuo, que não é necessariamente uma relação ganha-ganha em termos, vamos dizer, monetários e financeiros. Ela é uma relação ganha-ganha em termos de tudo aquilo que é gerado para ambos os grupos.

Óbvio, há uma heterogeneidade entre os dois grupos. Nós temos a União Europeia, composta por países antigos, com uma longa história, que enfrentaram múltiplas guerras, que hoje enfrentam uma ameaça vinda da Rússia. Eu ontem tive a oportunidade de receber os membros da Assembleia Parlamentar da Otan, e o tempo todo foi a preocupação com os gastos com defesa e o enfrentamento daquilo que eles consideram a grande ameaça que as senhoras têm hoje no seu continente. E é algo de que nós não desfrutamos aqui no nosso continente latino-americano – temos outras ameaças.

Então, essa heterogeneidade pode levar exatamente a uma complementariedade, que é o que eu vejo. A pujança industrial que a União Europeia possui, a capacidade de investimento, de inovação; mas aqui, do lado de cá, nós temos uma grande capacidade de produção e de inovação na questão dos alimentos, que é algo fundamental no mundo de hoje.

Então, eu acho que aí está a complementariedade e, como a Senadora Tereza Cristina colocou, tem que haver confiança nisso. Entender que nós somos um país – no caso específico do Brasil – onde se colocam as maiores, vamos dizer assim, dificuldades; que nós somos um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados; que nós temos 5 milhões de quilômetros quadrados na Amazônia e, desses 5 milhões, 4,2 milhões são efetivamente a Floresta Amazônica.; que pelo nosso Código Florestal, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos explorar 20% disso aí. Então, se a gente fizer 20% de 5 milhões, dá 1 milhão de quilômetros quadrados que podem ser explorados. Dá umas três Alemanhas, mais ou menos, e só de Amazônia. E, se a gente for olhar o resto, o Brasil é muito grande...

Então, esse é o nosso poder, e eu considero isso um *soft power* que o Brasil tem, não um *hard power*, mas um *soft power* de produção de comida para todo mundo.

Eu acho que é chegada a hora de a gente, finalmente, fechar esse acordo. Eu sei que é difícil, que tem que passar pelo Parlamento de cada uma das 27 nações, cada uma com sua visão, mas volto a enfatizar: na minha visão, é um acordo ganha-ganha, porque só tem benefícios para ambos os blocos. E, num momento em que o mundo enfrenta ameaças bem claras – no caso da Europa, uma que desembocou numa guerra –, e a gente não esperava que houvesse novamente uma guerra entre nações da forma como está sendo travada, com um morticínio enorme. E, obviamente, há outras ameaças ligadas ao terrorismo, ao tráfico de drogas, às migrações ilegais, ao tráfico de pessoas, à guerra cibernética e a outros fatores que dominam hoje o mundo em que vivemos.

Era isso que eu queria comentar, Senadora Tereza. Não tenho perguntas, porque acho que foi bem objetivo tudo o que foi colocado aqui.

Nós estamos naquela – e aí eu vou usar uma linguagem paraquedista –: quando a aeronave se aproxima da zona de lançamento, ela equilibra as asas, é aberta a porta, a altura para o tipo de lançamento está pronto, o mestre de salto está à porta. Nós estamos nessa situação: é só a hora de lançar e a gente assinar isso que está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Mourão. E eu queria colocar aqui alguns pontos que já foram falados, mas eu acho que é importante, para quem nos assiste, e para os brasileiros que têm interesse nesse tema, entender que tem algumas coisas que são muito importantes. Juntos, o Mercosul e a União Europeia reúnem quase 720 milhões de pessoas, então olha o tamanho do alcance desse acordo! O Produto Interno Bruto desses blocos é de quase US$22 trilhões, então é um acordo realmente substancial para os dois blocos.

Nós temos aí um equilíbrio entre o Brasil e a União Europeia, porque nós exportamos um pouquinho mais do que eles... nós importamos um pouquinho menos do que exportamos, mas é muito pouco, é 1 bilhão. Então, esse comércio pode crescer mais ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil, como aqui explicou muito bem o Senador Mourão, é um porto seguro para o fornecimento de alimentos para a Europa.

O Brasil é um porto seguro porque tem tecnologia, tem uma agricultura moderna, avançada, sustentável, com as melhores práticas de produção. Então, eu acho que, realmente, é um ganha-ganha, é um acordo cuja tendência é ser um acordo de ganha-ganha.

E aí eu queria, Embaixadora Marian, dizer que eu fiz uma promessa para a senhora e já vou cumpri-la. Vou também passar para a Embaixadora Eva o Código Florestal Brasileiro traduzido para o inglês, porque o mundo precisa conhecer essa lei que o Parlamento brasileiro levou muitos anos, mais de dez anos, debatendo. É uma lei muito rígida, muito robusta, como eu não conheço outra no mundo. Então, eu acho muito bom que a gente possa ter isso traduzido para, lá fora, qualquer dúvida que tiverem com narrativas errôneas sobre o Brasil, muitas vezes de propósito, por falta de conhecimento ou por má-fé. Então, é muito importante que a gente possa... Embaixador Pedro Miguel, vou mandar vários exemplares para o senhor, para que o senhor possa distribuir e para que as pessoas conheçam, realmente, a legislação e saibam que a produção brasileira é regida sob esse conjunto, esse arcabouço de leis sobre o meio ambiente.

E aí o Senador Mourão fez aqui uma fala muito importante mostrando o que nós temos preservado na Amazônia, o que a gente poderia gastar e as leis que a gente hoje tem de proteção, de conservação. Estamos avançando em crédito de carbono, enfim, em uma série de coisas novas, mas o mundo precisa conhecer, de fato, o que acontece aqui. Eu acho que nós não temos nada para esconder de ninguém e que nós temos boas coisas para apresentar nessa COP lá do Amazonas.

Quero dizer que nós vamos receber... Eu até não estaria aqui na semana que vem, mas me reprogramei para estar, porque vamos receber os Deputados, os eurodeputados, que virão aqui. Teremos um dia de conversas. Não sei se conseguiram montar uma agenda para que eles possam conhecer pelo menos o entorno de Brasília, para mostrar um pouco dessa agricultura que nós temos aqui, supermoderna. E aqui no PAD-DF tem coisa muito boa. O bom é que eles ficassem uma semana aqui, para que a gente pudesse ir ao Mato Grosso, a Goiás, ao Mato Grosso do Sul, enfim, ao Centro-Oeste brasileiro, onde está concentrada a nossa área de produção de alimentos, para que eles conhecessem de perto o que é que a gente faz. Mas, aqui em volta, tem coisas muito boas. E ainda, à noite, nós teremos um jantar para trocar ideias sobre o que eles viram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou ler algumas perguntas aqui dos internautas para que vocês possam depois responder e também ver quais são as dúvidas que as pessoas têm sobre esse acordo.

Ana, de São Paulo: "Quais os desafios jurídicos internos para a ratificação e a incorporação do Acordo Mercosul-União Europeia no Brasil?"

Renata, do Distrito Federal: "As salvaguardas previstas no acordo são suficientes para proteger setores sensíveis durante a transição?"

Gabriel, de Goiás: "O 'protecionismo verde' na Europa é a real barreira ou apenas a justificativa política que impede a ratificação do Acordo Mercosul-UE?".

Luana, do Distrito Federal: "Em relação à Educação, existe algum ganho para o Brasil nesse acordo? Mesmo sendo [...] comercial, existe algum eixo para este fim?".

Giovanni, de São Paulo: "Quais os principais desafios e perspectivas para a assinatura, ratificação e entrada em vigor do acordo de parceria Mercosul-União Europeia?".

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Quais áreas comerciais seriam as mais beneficiadas?".

E comentários.

Júlia, de São Paulo: "Se celebrado, este acordo poderia ser utilizado como base para acordos futuros entre outros blocos econômicos".

E a Renata, do Distrito Federal: "O acordo pode servir de modelo para futuras parcerias comerciais do Mercosul com outros blocos econômicos".

Então, as senhoras vão receber essas perguntas e, depois, se puderem nos responder, para que a gente passe para os nossos internautas.

Eu agradeço muito a vinda... (*Pausa.*)

Eu agradeço muito a presença de vocês aqui. É uma pena que hoje seja um dia muito complicado nesta Casa. Agora, eu estou em três Comissões ao mesmo tempo: aqui, já passei na Comissão de Infraestrutura, tenho que ir para a de Assuntos Econômicos. Mas tenho certeza de que nós vamos repetir outras audiências para conversarmos mais, assim que as coisas estiverem mais encaminhadas lá com o bloco da União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre a mesa, tem um requerimento que será lido extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as consequências à comunidade de cidadãos brasileiros residentes em Portugal com a promulgação da nova "Lei dos Estrangeiros", no último dia 16 de outubro, que modificou a Lei nº 23, de 2007

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Serão tomadas as devidas providências.

Bom, quero agradecer ao Embaixador Pedro Miguel, à Embaixadora Marian Schuegraf, à Embaixadora Eva Pedersen, pela presença de vocês, muito esclarecedora, e eu acho que este debate vai continuar, porque temos, enfim, a ratificação na Europa e, depois, aqui também, quando ela chegar a este Congresso, para que a gente possa discutir mais os detalhes, para que a gente possa votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha parte, eu, como cidadã, como Senadora da República pelo Mato Grosso do Sul, fui Ministra da Agricultura e participei muito do final da ratificação... da assinatura desse acordo, faço votos de que realmente tenhamos sucesso.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Augusta Brito, Wilder Morais e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **PLOA 2026**. **Finalidade:** Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 15/2025, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". RELATOR: Senador Irajá. **RELATOR AD HOC**: Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado o Relatório, pela apresentação de 6 (seis) emendas de apropriação: **60020001**. Unidade Orçamentária 52.931 – Fundo Naval, Ação 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa, Manutenção de navios relevantes para a Marinha do Brasil, valor R$ 441.000.000,00, Nacional, Propostas SF_CRE0001, SF_CRE0004, SF_CRE0012, SF_CRE0015, SF_CRE0045, SF_CRE0066 e SF_CRE0083, dos Senadores Carlos Portinho, Sergio Moro, Jorge Seif, Hamilton Mourão, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad e Marcos do Val, respectivamente; **60020002**. Unidade Orçamentária 52.131 – Comando da Marinha, Ação 21IO – Disponibilização de Embarcações Integrantes do Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), valor R$ 500.000.000,00, Nacional. Proposta SF_CRE0021, do Senador Esperidião Amin; **60020003**. Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Ação 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, valor R$ 426.000.000,00, Nacional. Propostas SF_CRE0003, SF_CRE0006, SF_CRE0008, SF_CRE0011, SF_CRE0019, SF_CRE0022, SF_CRE0033, SF_CRE0039, SF_CRE0043, SF_CRE0057 e SF_CRE0068, dos Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Carlos Portinho, Jorge Seif, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad e Efraim Filho, respectivamente; **60020004**. Unidade Orçamentária 52.111 – Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2, valor R$ 600.000.000,00, Nacional. Propostas SF_CRE0005, SF_CRE0014, SF_CRE0020, SF_CRE0040, SF_CRE0042, SF_CRE0047, SF_CRE0050, SF_CRE0051, SF_CRE0054, SF_CRE0058, SF_CRE0064, SF_CRE0072 e SF_CRE0081, dos Senadores Alan Rick, Jorge Seif, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tereza Cristina, Carlos Portinho, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Sergio Moro, Efraim Filho e Marcos do Val; **60020005**. Unidade Orçamentária 35101 – Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta, Ação 20I5 - Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, valor R$ 122.260.000,00, Nacional. Proposta SF_CRE0032, Senador Randolfe Rodrigues; e **60020006**. Unidade Orçamentária 35101 – Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta, Ação 2000 - Administração da Unidade, valor R$ 230.000.000,00, Nacional. Propostas SF_CRE0056, Senador Nelsinho Trad. As emendas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Dra. Eudócia, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Wilder Morais, Augusta Brito e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 46, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação com 13 (treze) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 47, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação com 13 (treze) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 57, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação com 12 (doze) votos favoráveis, 1 (um) contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 68, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovada a indicação com 13 (treze) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 334, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 309, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre a Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia (*Ad hoc*), substituiu Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 395, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul, firmado em Montevidéu, em 29 de abril de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 655, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Convenção Aduaneira sobre o Transporte Internacional de Mercadorias ao Abrigo das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975), celebrada em Genebra, em 14 de novembro de 1975." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 32, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 76, § 1º; 89, IX e X; 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e do que dispõe o Requerimento nº 6, de 2025, desta Comissão, que os trabalhos do GT-CRE 2025, criado por aquele requerimento, sejam prorrogados até o dia 15 de dezembro de 2025." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 27ª Reunião da Comissão, ocorrida hoje.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Finalidades da reunião.

Conforme a pauta publicada, esta reunião está dividida em duas partes. A primeira destina-se à apreciação da indicação de quatro Embaixadores para postos no exterior. A segunda parte destina-se à apreciação de projetos e requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

A votação será presencial, duas urnas, uma na frente da entrada do plenário e outra na parte de dentro dele.

Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator; em seguida, é concedido ao indicado um prazo de 10 minutos para a sua exposição; na sequência, será aberta a fase de inquirição pelo Srs. Senadores, em bloco, para poder otimizar os trabalhos; e, por fim, será realizada a votação com a apuração.

Já na nossa mesa, o Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, que está indo para a Jamaica, Mensagem nº 46, de 2025; Luís Ivaldo Gomes Santos está indo para o Togo, Relator: Hamilton Mourão; Eduardo Botelho Barbosa está indo para a Síria, Senador Esperidião Amin, e Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto – que está indo para a Grécia, Relator: Senador Nelsinho Trad.

Prestigiando o Senador Hamilton Mourão, que foi o primeiro que chegou, vamos começar pelo Embaixador Luís Ivaldo Gomes Santos, item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 47, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Togolesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Mourão, para, no prazo de cinco minutos, emitir suas considerações e o relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, Srs. Embaixadores, muito me apraz relatar sobre o Embaixador Luís Ivaldo, que possui uma larga trajetória no nosso serviço de relações internacionais.

Ele graduou-se no Instituto Rio Branco, no ano de 1981, realizou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1990, e o Curso de Altos Estudos, no ano de 2011, quando defendeu a tese "A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira".

Também ele concluiu Economia pela Universidade de Londres, no Reino Unido, no ano de 2001.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1982 e atingiu o atual posto de Ministro de Segunda Classe no ano de 2013.

Possui uma larga experiência no exterior, tendo servido na nossa Embaixada em Estocolmo, na nossa Embaixada em Pequim e na nossa Embaixada em Viena.

Foi Assessor na Secretaria Nacional Antidrogas, no Gabinete de Segurança Institucional.

Serviu na nossa Embaixada em Bruxelas, em Adis Abeba, na nossa Embaixada de Washington, em Luanda, em Angola, no Benin, em Cotonou, e, atualmente, era o nosso Embaixador em Bagdá.

Ou seja, o Embaixador Luís Ivaldo possui larga experiência em nações africanas. Daí a sua designação, como nosso representante, junto à República Togolesa.

O Togo, entre os séculos XII e XIV, foi habitado pelos euês, que haviam se estabelecido na região.

O primeiro contato com os europeus acontece durante a grande expansão portuguesa, ocorrida no século XVI, após a criação, lá, da Escola de Sagres, que eu reputo era a "Nasa" do século XV, aquilo que foi construído pelos portugueses. Era o equivalente à Nasa hoje.

A partir dali, o tráfico negreiro, óbvio, afetou o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1884, a Alemanha criou o Protetorado da Togolândia, e, após a Primeira Guerra, aqueles fatos que aconteceram, foi dividido entre a França e a Inglaterra, nações vencedoras, tornando-se uma República autônoma em 1955 e independente em 1960.

No mesmo ano, o Brasil reconheceu a independência de Togo, e as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1962, com embaixadas residentes abertas no ano de 1978.

Após período de fechamento, a Embaixada do Brasil em Lomé, que é a única de país latino-americano no Togo, foi reaberta em 2006.

A Embaixada do Togo em Brasília, por sua vez, foi reaberta em 2015.

A cooperação constitui um dos pilares do relacionamento bilateral e se fundamenta sobretudo no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica firmado no ano de 1972, com destaque para o desenvolvimento da cultura do algodão e a promoção da alimentação escolar no Togo.

Em 2009, houve a 1ª Sessão da Comissão Mista Bilateral, quando foram firmados ajustes complementares ao mencionado acordo, bem como o acordo sobre o exercício de atividade remunerada por dependentes de agentes diplomáticos, consulares, militares, administrativos e técnicos e o memorando de entendimento relativo ao estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas.

Em 2023, a pauta de exportações brasileiras foi composta predominantemente por açúcares (74%) e petróleo (17%). Quase a totalidade da pauta é composta por óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos.

No ano de 2024, a nossa corrente de comércio foi de US$446,2 milhões, que foi um aumento significativo de 132,8% em relação a 2023, com um superávit para o Brasil de US$446,2 milhões, uma vez que as importações brasileiras somaram apenas US$1.284, ou seja, muito pouco.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações sobre este relatório.

Apenas destaco que o Embaixador Luís Ivaldo – reforço isso – possui larga experiência no continente africano e reúne as condições para cumprir essa missão em nome do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo aos Srs. Senadores que eu vou determinar a abertura do início da votação, uma vez que os relatórios já foram entregues para todos os colegas que fazem parte da Comissão e já estão aptos, desde que assim se sentirem, para proferir a sua votação secreta nas cabines.

Passo a palavra ao Sr. Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República togolesa, pelo prazo de dez minutos, prorrogável para sua conclusão.

Solicito ao Senador Mourão que possa assumir a Presidência, enquanto eu vou fazer a votação.

O SR. LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Nelsinho Trad, Exmo. Sr. Relator Senador Hamilton Mourão, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes, é uma grande honra poder dirigir-me a esta Casa para compartilhar algumas reflexões sobre as relações entre o Brasil e a República togolesa, sua trajetória, sua totalidade e, sobretudo, sobre suas perspectivas para o futuro.

Trata-se de tema que toca dimensões estratégicas da inserção internacional do Brasil, bem como de nossa história comum com o continente africano, construído ao longo de séculos de intercâmbio humano, cultural e espiritual. As relações diplomáticas entre Brasil e Togo foram estabelecidas logo após a independência togolesa, em 1960, no contexto de uma África que emergia politicamente e buscava afirmar sua soberania. Desde então, nossos países têm mantido um diálogo respeitoso e cordial, pautado por princípios de solidariedade, não intervenção e cooperação para o desenvolvimento.

Os laços entre brasileiros e togoleses, porém, são muito mais antigos que o próprio Estado moderno. Ao longo do século XIX, muitos afrodescendentes libertos que haviam vivido no Brasil retornaram à costa ocidental africana, especialmente ao território que hoje compreende o Togo e o Benim, levando consigo expressões culturais, religiosas e arquitetônicas, que permanecem vivas até hoje. Esse legado confere às nossas relações uma dimensão humana e simbólica de grande valor, o reconhecimento de uma ancestralidade partilhada, que nos aproxima não apenas como parceiros diplomáticos, mas como povos-irmãos, unidos pelas águas do Atlântico.

No plano contemporâneo, o relacionamento entre o Brasil e o Togo é cordial e estável, com canais diplomáticos abertos e disposição mútua de cooperação. A reabertura da Embaixada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Togo em Brasília, em 2015, representou um passo significativo no fortalecimento desses vínculos e demonstra o interesse togolês de estreitar laços com o Brasil e a América do Sul.

Nos últimos anos, o intercâmbio comercial entre os nossos países, em que pesem consideráveis oscilações, tem apresentado tendência ascendente e já atinge patamares significativos, com amplo potencial de expansão e diversificação. O Brasil exporta majoritariamente produtos agroindustriais, alimentos e máquinas, enquanto o Togo fornece ao nosso país matérias-primas como algodão, cacau e fosfato.

O Togo desponta hoje como um importante centro logístico da África Ocidental graças ao seu Porto de Lomé, o mais profundo da região e um dos mais eficientes do continente. Essa condição faz do país um eixo estratégico para a circulação de mercadorias em direção a países do interior, como Burkina Faso, Mali e Níger. Nesse contexto, o Brasil pode encontrar novas oportunidades comerciais e de investimento, sobretudo nos setores de infraestrutura, logística, energia e agronegócio.

A cooperação técnica também tem sido um pilar relevante. Por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil tem partilhado sua experiência em agricultura tropical, saúde pública, educação profissional e segurança alimentar. Essas iniciativas têm contribuído para consolidar a imagem do Brasil como um parceiro solidário e comprometido com o desenvolvimento sustentável.

A política externa togolesa, marcada pela busca de estabilidade e pela inserção construtiva nas dinâmicas regionais da África Ocidental, encontra eco nos princípios que orientam a diplomacia brasileira. O Togo tem desempenhado um papel relevante na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), contribuindo para o diálogo político e a integração regional. Do lado brasileiro, vivemos um aumento de renovada aproximação com a África, motivado pelo reconhecimento de que o fortalecimento dos laços Sul-Sul é essencial para a construção de uma ordem internacional mais justa, multipolar e cooperativa.

O Togo, nesse contexto, representa uma ponte natural com a África francófona, região onde o Brasil busca expandir sua presença diplomática e econômica, tradicionalmente mais concentrada nos países de língua portuguesa. Além disso, o aprofundamento do diálogo com o Togo contribui para a estratégia brasileira no Atlântico Sul, região de importância crescente sob os pontos de vista comercial, energético e de segurança marítima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As perspectivas futuras da relação Brasil-Togo são promissoras e podem desenvolver-se em quatro eixos principais.

Primeiro, o eixo econômico e comercial. Há amplo espaço para diversificação de produtos e investimentos, especialmente nos campos da agricultura sustentável, da transformação de alimentos e da infraestrutura portuária e rodoviária.

Segundo, o eixo energético. O Togo busca reduzir sua dependência de importações de energia e tem interesse em parcerias voltadas à expansão de fontes renováveis. O Brasil, com sua reconhecida experiência em biocombustíveis, energia solar e hidrelétrica, pode contribuir de modo substancial.

Terceiro, o eixo educacional e científico. A formação de quadros técnicos e a transferência de conhecimentos são demandas prioritárias do Togo. Bolsas de estudo, programas de intercâmbio e cooperação entre universidades brasileiras e togolesas podem gerar impactos duradouros.

E, quarto, o eixo cultural e de diplomacia pública.

O reencontro com a herança afro-brasileira, especialmente nas áreas de música, gastronomia, arte e religião, representa um campo fértil para a valorização de nossas identidades partilhadas. A cultura, mais do que qualquer outro instrumento, tem o poder de aproximar corações e mentes. Naturalmente, há desafios a enfrentar. O primeiro é aprofundar o conhecimento mútuo. Ainda sabemos pouco sobre Togo e o mesmo se pode dizer de como os togoleses percebem o Brasil.

A presença diplomática permanente do Brasil em Lomé constitui um fator importante para assegurar a continuidade de projetos e o apoio direto a empresas e estudantes.

Outro desafio é a coordenação entre os setores público e privado. O Brasil precisa aprimorar a articulação entre órgãos governamentais e empresas interessadas em atuar na África, garantindo que a cooperação seja sustentável e estratégica, não episódica. Por outro lado, as oportunidades são claras: a África Ocidental é uma das regiões de maior crescimento demográfico e urbano do planeta. O Togo, com sua estabilidade política relativa e políticas de abertura, pode servir de porta de entrada para o mercado de mais de 350 milhões de consumidores.

Excelências, senhoras e senhores, as relações entre o Brasil e o Togo representam uma página ainda sendo escrita, mas carregam um enorme potencial transformador, econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político e simbólico. O desafio que se impõe é transformar esse potencial em ação concreta. O fortalecimento dos laços com Togo, e mais amplamente com a África, não deve ser visto como uma agenda periférica, mas como parte integrante de uma agenda nacional de inserção internacional mais justa, soberana e solidária.

Recordo, a esse respeito, o título da obra de meu saudoso ex-chefe e amigo, Alberto da Costa e Silva, *Um Rio Chamado Atlântico*. Que possamos, portanto, trabalhar para que o mar, que um dia nos separou, seja agora o que nos une em comércio, cultura, conhecimento e esperança compartilhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Anuncio o item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 57, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é do Senador Esperidião Amin, a quem concedo a palavra pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, o nosso Presidente Senador Mourão, que substitui com galhardia, como se ala fosse, no sentido aeronáutico da palavra, o nosso querido Nelsinho Trad; queria saudar a Senadora Eudócia, acompanhada do Deputado João Antônio – nome que eu pronuncio com muito amor, porque é o nome do meu filho, João Antônio –; queria saudar os Srs. Embaixadores e queria saudar todas as pessoas que estão assistindo à nossa sessão, especialmente as relacionadas ao Itamaraty e às relações diplomáticas.

Quero agradecer ao Senador Nelsinho por ter me designado para esta missão, que mexe com as minhas origens.

Nem o Senador Nelsinho nem eu confessamos que somos sírios, mas admitimos que somos sírio-libaneses. Eu relatei ao Embaixador trechos da última viagem que fiz à Síria, em 2018 – aliás, os quatro tiveram que ouvir. Num momento belicoso ainda, visitamos eu, Eduardo Felício Elias, o Deputado Carlos Melles e o Deputado Arlindo Chinaglia, que, por parte de mãe, é sírio também, é de ascendência síria, visitamos algumas cidades flageladas pela guerra, naquela época – não melhoraram muito. Em Homs, General Mourão, metade da rua tinha uma fita amarela e preta dizendo "ali tem mina, passe pelo lado de cá". Cena de guerra, praticamente um campo de batalha ainda. E isso tudo nos entristeceu muito, porque quem conheceu, como eu conheci, a Síria em 1979 ver aquele clima pesado de guerra, e agora numa situação completamente diferente, tendo ascendido ao poder alguém que representa o grupo que era oposição ao Bashar al-Assad.

Mas a apresentação e o tema que nós estamos aqui abordando tem a ver com os fatos da última semana. O fato concreto é que o Presidente da Síria atual, ex-jihadista, foi recebido pelo Presidente Trump, que se manifestou de maneira muito simpática, dizendo que ele era um homem de luta, que era um homem forte. Quem estranha essas atitudes do Presidente Trump acho que vai continuar estranhando, mas, de qualquer maneira, não deixa de ser um sinal positivo para aquele país tão sofrido, que tem, e aí eu falo dos sírio-libaneses, uma descendência no Brasil que é singular. Estima-se que sejamos hoje 10 milhões de descendentes de libaneses e sírios, talvez 12 milhões. Desde a visita do Imperador D. Pedro II que há essa corrente migratória, movida por situações diferentes: a primeira leva de cristãos, a segunda leva de cristãos e outros, pós-Primeira Guerra Mundial, ou seja, fim do Império Otomano, e, mais recentemente, por outros árabes, além dos sírios, mas os sírios, pela guerra civil, pelo sofrimento que aquela população está vivendo.

Mas não posso deixar de registrar aqui, com otimismo, que a sua missão, Sr. Embaixador Eduardo Botelho Barbosa, tem que ser acompanhada dos nossos melhores augúrios, do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior apoio, torcida. E eu transformo essa pequena arenga de torcida na síntese do nosso relatório, que já foi apresentado, do qual eu quero destacar, primeiro, a sua carreira.

Eu não faço perguntas a representantes do Itamaraty porque confio muito na formação do Instituto Rio Branco, aplaudo, acho que nós temos uma carreira diplomática que tem se renovado, observado o mundo, a economia, a formação de blocos, os interesses do Brasil, que fazem parte do nosso patriotismo. Integra o patriotismo defender os interesses do país, procurar as melhores relações e prestigiar aquelas relações que têm, digamos, uma consistência mais relevante, como é o caso.

Sem desmerecer aquela importância da relação com a Jamaica, da República Togolesa, da Grécia, a primeira colônia grega do Brasil foi Florianópolis, liderada pelo Capitão Savas e por outros navegadores. Então, essas que têm uma raiz mais profunda é claro que têm que ter uma torcida mais consistente com a própria história.

E não preciso aqui destacar que o indicado, o Embaixador Eduardo Botelho Barbosa, reúne todas as condições, de sorte que me cabe reiterar aqui os votos de sucesso, uma vez que eu vou votar, e vou votar "sim".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Amin. Tendo revelado o seu voto, já fica todo mundo satisfeito, não é? (*Risos.*)

Eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Botelho Barbosa, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria, informando ao Sr. Embaixador que o vosso tempo destinado à exposição é de até 15 minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só tenho uma indagação a fazer ao (*Fora do microfone.*) que agora vai ser sabatinado. Ele tem que explicar para nós a importância de Spiridon Louis na história da Grécia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Devolvo a Presidência ao Presidente Nelsinho Trad.

O SR. EDUARDO BOTELHO BARBOSA (Para expor.) – Muito obrigado. Tenho o prazer e a honra de cumprimentar V. Exa., Senador Nelsinho Trad, Senador Hamilton Mourão, até um minuto atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, cumprimento igualmente o meu Relator e grande conhecedor do Levante, o Senador Esperidião Amin, por intermédio de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras desta Comissão, que muito me honram hoje com sua presença e interesse pela minha sabatina.

Quero agradecer ainda ao Presidente Lula e ao meu Ministro, o Embaixador Mauro Vieira, pela confiança em mim depositada ao propor o meu nome a V. Exas. para chefiar a embaixada em Damasco. Espero poder contar com a anuência desta Comissão à minha designação.

Bom, a Síria de hoje era parte das Províncias Sírias Otomanas, que incluíam, de modo geral, os atuais territórios da Síria, Palestina, Líbano, Jordânia e Israel.

Em 1922, como assinalado aqui, após a derrota e desmantelamento do Império Otomano, a Síria passou a ser administrada pela França, dentro do acordo secreto Sykes-Picot de 1916, que selou a partilha desses territórios, ex-territórios do Império Otomano.

Com isso, a Síria conquistou, finalmente, sua independência em 1945. É um país jovem em terras antigas, com fronteiras definidas por potências estrangeiras, que ignoraram, muitas vezes, a realidade dos povos que viviam na área.

Em 2011, no começo da Guerra Civil, a Síria tinha 24 milhões de habitantes, um território de 185 mil quilômetros quadrados, mais ou menos entre Paraná e Acre em tamanho. Etnicamente, a maioria é árabe, de 80% a 90%, seguido de curdos e outros: curdos, 9% a 10%; outros, 1% a 10%.

No plano religioso, 87% da população é muçulmana, dos quais 74% são sunitas e 11% alauitas, que é uma vertente do xiismo. Tem os cristãos, 10%; drusos, 3% a 4%, e o resto, entre eles, os yazidis.

Todos os dados que eu vou citar aqui na apresentação são indicativos, porque as estatísticas, infelizmente, não são exatas.

Em suma, a Síria é um complexo de povos e religiões e um desafio para seus governantes, quaisquer que sejam.

Como disse um ex-Diretor da rede de televisão Al Jazeera: "Estrategicamente, a Síria é um centro de geopolítica, é parte de todos os conflitos que a região já viu e parte de todas as soluções também". Concluiu, assim como vários analistas, que uma Síria estável poderia reacender a esperança no Oriente Médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que são palavras visionárias.

Por isso, creio que o mundo tem acompanhado os acontecimentos recentes na Síria com redobrada atenção, desde a derrocada do Presidente Bashar al-Assad, em dezembro de 2024, após quase 14 anos de uma guerra civil cruenta. Bashar al-Assad é da minoria alauita, fugiu para a Síria, sua protetora. Seu sucessor é Ahmed Hussein al-Sharaa, da maioria sunita, hoje com 43 anos de idade. Al-Sharaa, como foi assinalado aqui pelo Senador, é o líder da Hayat Tahrir al-Sham, Organização para a Libertação do Levante, uma organização que tem um estoque de atuação jihadista. É um fato que a mídia ocidental sempre gosta de lembrar.

Mais do que uma simples tomada de poder, a queda dos Assad é uma verdadeira revolução que marca o fim de uma era e o começo de uma nova Síria, cujo desenho ainda é incerto. Infelizmente, a chegada ao poder de um representante da maioria sunita, substituindo o regime repressivo apoiado pela minoria alauita, não significou a pacificação da sociedade síria. O antigo regime, principalmente sob Bashar al-Assad – teve pai e filho, Bashar é o filho –, exacerbou as divisões religiosas e étnicas da sociedade síria para se fortalecer, e isso pesa sobremaneira no cenário atual.

Devido à guerra civil, a Síria sofreu uma das maiores crises de refugiados do mundo, que continua hoje em dia. Mais da metade da população foi deslocada, grande parte refugiando-se no exterior.

Com o fim dos confrontos, esboçou-se um movimento de retorno, mas ainda modesto: cerca de 0,5 milhão de pessoas, de um total estimado de 6 milhões, voltaram do exterior desde o início do ano. Internamente, 750 mil voltaram para os seus lugares de origem.

Estima-se que de 350 a 600 mil pessoas morreram na guerra civil.

Enfim, um quadro realmente difícil.

No plano econômico, segundo o Pnud, nove, de cada dez sírios, hoje em dia, vivem na pobreza. O PIB do país encolheu para menos da metade do seu valor no início do conflito. Hoje o PIB *per capita* é da ordem de US$850. Isso nos dá uma ideia dos imensos desafios com que se depara o novo Governo da Síria. Tudo isso, enquanto negocia com potências regionais e extrarregionais, que interferem, sistematicamente, praticamente desde sempre, nos assuntos internos do país, buscando afirmar suas zonas de influência ou defender suas agendas, além da ameaça constante de ataques militares por Israel. Isso explica, em grande parte, o ativismo de al-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sharaa na cena internacional, porque ele precisa se coordenar com os países que pesam na questão síria.

Enquanto a Síria dos Assad mantinha-se afastada das potências ocidentais... Isto é um ponto muito importante: enquanto a Síria dos Assad mantinha-se afastada das potências ocidentais, a chegada ao poder de al-Sharaa, surpreendentemente, aproximou a Síria dessas potências e das monarquias do Golfo. Foi um 180 graus, basicamente, na orientação externa do país.

Com isso, redesenha-se a geopolítica da região de maneira favorável ao campo ocidental, em detrimento de países como, sobretudo, o Irã. Vale destacar também que al-Sharaa, que tem mostrado ser um fino estrategista, tem se aproximado também da Rússia, que é um importante *player* na região, literalmente ignorando o apoio de Moscou a Bashar al-Assad, que incluiu ataques ao próprio HTS, partido do al-Sharaa.

Diante dessa postura não confrontacional e mesmo conciliatória, vários países europeus e os Estados Unidos, além da União Europeia, revisaram as sanções que sufocavam a economia local – e isso é boa notícia.

A Liga Árabe acolheu de volta a Síria em gesto politicamente importante.

A União Europeia levantou sanções econômicas, mas não as que têm a ver com a questão de segurança.

Nos Estados Unidos, Donald Trump levantou as sanções presidenciais, mas precisa levantar ainda as sanções do Caesar Act, que são impostas pelo Congresso americano. Por pressão americana, a ONU levantou suas sanções contra a Síria semana passada.

Com isso, diante do cenário favorável, há um ensaio de retomada dos investimentos estrangeiros para apoiar o Governo al-Sharaa e estabilizar o país.

O foco tem sido projetos de grande porte: infraestrutura, transporte e imobiliário. Sobre o total contratado até agora, mencionam-se US$14 bilhões. Inclusive, setores como agricultura e turismo estão também no radar dos investidores. Acho que isso, inclusive, é uma oportunidade que vamos ter que olhar com cuidado porque pode abrir oportunidade para nossas empresas.

Quanto às relações bilaterais, eu começaria mencionando a presença no Brasil de cerca de 4 milhões de descendentes sírios. O Brasil e a Síria mantêm, portanto, laços históricos, culturais e familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BOTELHO BARBOSA – Os laços diplomáticos entre o Brasil e a Síria foram iniciados formalmente em 1945, ano de independência do país levantino. Em 2010, o Presidente Bashar al-Assad visitou o Brasil. Atualmente, há dez acordos entre os países. Após o início da guerra civil, como mencionei também, foram raros os contatos políticos de alto nível. Nosso diálogo com Damasco tem sido através da nossa embaixada, mas, no antigo regime, havia também um Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Síria.

Como foi mencionado aqui, teve visita de uma delegação de Parlamentares brasileiros à Síria. A primeira foi chefiada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, Carlos Melles e – aqui na nossa frente – o Senador Esperidião Amin, que participaram daquela visita. E lembro que, em novembro de 2018, o Senador Fernando Collor, então Presidente da...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Nelsinho Trad, então Deputado, iria, mas foi aconselhado a se preservar. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BOTELHO BARBOSA – Não sei se o senhor fez bem. Acho que perdeu uma visita interessante.

O Senador Fernando Collor esteve lá em novembro de 2018.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BOTELHO BARBOSA – O Brasil buscou ajudar a população síria em seus momentos de dificuldades, facilitando a concessão de visto humanitário a sírios buscando refúgio no Brasil. O Brasil contribuiu, ademais, com doações financeiras e de medicamentos para o alívio da situação humanitária na Síria por meio de agências especializadas.

No plano – e aqui estou terminando – das relações econômicas, os números do intercâmbio comercial bilateral são modestos. O recorde foi atingido em 2010, quando o fluxo somou quase US$600 milhões de dólares; em 2024, caíram para US$70 milhões, sendo que o Brasil tem um superávit de US$68 milhões com a Síria. E trata-se, sobretudo, de produtos agrícolas.

Ao assumir a Embaixada do Brasil na Síria, continuarei priorizando a ajuda humanitária, agora mais voltada para a superação da crise de refugiados e recuperação da economia. Claro, minha ação dependerá de coordenação e prioridade do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante podermos informar o Governo brasileiro sobre os eventos na Síria, analisando-os para subsidiar a formulação das nossas posições em temas importantes na agenda internacional.

Sempre que a oportunidade se apresentar, promoveremos o intercâmbio comercial.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Eduardo Botelho Barbosa.

Passamos para o item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria Ad hoc: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pronto para deliberação

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

Designo a nossa querida Senadora Dra. Eudócia para fazer a leitura do relatório, como Relatora *ad hoc*, uma que vez que estou aqui na Presidência conduzindo os trabalhos.

Passo a palavra à Senadora Dra. Eudócia, pelo prazo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Quero cumprimentar todos os senhores aqui presentes, cumprimentar o Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Muito me honra a oportunidade de poder ser Relatora do Embaixador Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, que eu tive o prazer de conhecer no meu gabinete.

Quero cumprimentar aqui o nosso querido Senador Esperidião Amin. Também está aqui o nosso querido Senador Mourão, normalmente a gente... É General, mas aí eu queria não só falar General, mas falar o nome do Senador General Mourão.

E quero cumprimentar também o Embaixador Eduardo Botelho, o Embaixador Laudemar e o Embaixador Luís Ivaldo.

E agora eu vou para a leitura do relatório.

Por meio da Mensagem nº 964, de 16 de julho de 2025, o Presidente da República indicou o nome do Sr. Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto, e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

Brasileiro nato, nascido em Cochabamba, Bolívia, o indicado é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e ingressou na carreira diplomática em 1987. Ascendeu a Conselheiro em 2009, e a Ministro de Segunda Classe, em 2016; ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado ao longo de sua carreira, dentro e fora do Ministério das Relações Exteriores, enfatizamos posições de destaque exercidas na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis no Itamaraty e na área de Bens Sensíveis e Projetos Especiais no Ministério da Ciência e Tecnologia. Chefiou a Divisão de Ciência e Tecnologia no Ministério das Relações Exteriores, órgão em que também foi Conselheiro na Coordenação de Combate a Ilícitos Transnacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir de 2018, chefiou a Embaixada Brasileira em Baku, capital do Azerbaijão.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre a Jamaica, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país e de suas políticas interna e externa.

A Jamaica, uma monarquia constitucional parlamentarista localizada na região do Caribe, é um país de 2,8 milhões de habitantes, falantes de inglês e patuá jamaicano, distribuídos em um território equivalente à metade do Estado de Sergipe. Além da cultura musical e excelência em esportes, reconhecidos mundialmente, o país destaca-se pela expressiva atividade mineradora.

O país caribenho se mantém como uma democracia parlamentar estável, ainda que enfrente problemas de desigualdade social e certa fragilidade institucional, muito em razão de seu passado colonial e escravocrata. Em 2021, o Governo anunciou planos de rompimento com a monarquia britânica, porém é uma questão que ainda permanece em aberto. Ao mesmo tempo, o país se mantém ativo em fóruns regionais e multilaterais, buscando projetar sua voz em temas como clima, segurança, reparações históricas e desenvolvimento sustentável.

No âmbito comercial, as relações entre Brasil e Jamaica são marcadas por potencial de expansão, complementaridade e crescente diversificação da pauta de importação e exportação. Embora a corrente de comércio bilateral ainda seja modesta, o ano de 2024 registrou um superávit de US$221 milhões em favor do Brasil.

As importações brasileiras concentram-se em alumínio e seus derivados, reflexo da tradicional atividade mineradora da ilha. A pauta exportadora de produtos brasileiros é composta majoritariamente por carne de frango, combustíveis e óleos minerais, açúcar, produtos de higiene e limpeza e medicamentos. A presença brasileira atende tanto ao mercado doméstico jamaicano, quanto ao setor turístico, importante vetor da economia local.

O relacionamento político entre os países também é profícuo, tendo sido o Brasil o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência jamaicana já em 1962. Desde 1977, mantemos missão diplomática residente em Kingston, capital jamaicana, e, em junho de 2025, Brasil e Jamaica participaram da Cúpula Brasil-Caribe, reforçando a convergência da agenda global entre as duas nações. Registramos, além disso, que há 16 tratados bilaterais Brasil-Jamaica em vigor, e mais dois tratados em tramitação no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano global, a Jamaica é defensora do multilateralismo, da reforma da governança global e do fortalecimento do papel dos países em desenvolvimento nos fóruns decisórios, orientando-se por princípios de respeito à soberania, à não intervenção, ao multilateralismo, à autodeterminação e à solidariedade entre os países em desenvolvimento.

Por fim, não podemos deixar de enfatizar a relevância da diplomacia cultural jamaicana, particularmente por meio do *reggae* e do atletismo, considerados relevantes instrumentos de *soft power*, os quais identificam positivamente a nação caribenha no cenário global.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, e quero só fazer uma consideração.

Quero cumprimentar a cada um dos embaixadores que estão sendo sabatinados aqui nesta Comissão e dizer a vocês da importância de termos vocês nos países aos quais vocês serão enviados, de serem nomeados pelo Presidente. Para mim é motivo de muita honra poder recebê-los no meu gabinete, conhecê-los um a um.

E quero dizer a vocês que, se vocês foram indicados... Vou repetir minhas palavras, Embaixador Laudemar, as que eu falei ontem: se vocês foram indicados pelo Presidente para estarem aqui sendo sabatinados, é porque vocês têm *expertise* e têm todo o *know-how* para representar o Brasil nos países em que vocês irão nos representar, cada um no seu devido país.

Quero cumprimentar cada um de vocês e dizer do meu voto – inclusive já votei, Sr. Presidente –, o meu voto favorável.

Espero que vocês tenham êxito; com certeza terão. Tenham todo o meu apoio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Dra. Eudócia, nossa Senadora, de Alagoas.

Concedo a palavra ao Sr. Manuel Montenegro, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica, por dez minutos.

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exma. Sra. Senadora, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores, na qualidade de candidato a assumir a chefia da Embaixada do Brasil na Jamaica, agradeço a honra de me dirigir aos membros da Comissão, a quem saúdo, uma vez mais, na pessoa do Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, a quem agradeço, ainda, a abrangente e acurada relatoria, que muito me honrou, bem como todo o apoio recebido no período em que exerci a Embaixada do Azerbaijão, graças à diplomacia parlamentar e, sobretudo, ao trabalho da comissão de amizade Brasil-Azerbaijão por ele presidida.

Desejo agradecer a indicação do Senhor Presidente da República, bem como a confiança em mim depositada pelo Ministro de Estado, o Embaixador Mauro Vieira, que, espero, conte com a anuência dos membros desta Comissão.

Como foi mencionado, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência da Jamaica, em 1962, e as relações bilaterais se têm desenvolvido em ambiente amistoso.

A partir do ano 2000, em consonância com o fortalecimento da presença do Brasil no Caribe, a Jamaica passou a ocupar um lugar estratégico na nossa política externa para a região, pois é um país com destacada projeção internacional em temas de cultura, direitos humanos e meio ambiente. O *soft power* da Jamaica é realmente notável.

Em 2024, especialmente em 2025 – também foi mencionado aqui –, houve movimentações diplomáticas, acenos para a Jamaica, entre eles, a visita inédita do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, em janeiro de 2025, bem como a realização no Brasil, em junho deste ano, da segunda Cúpula Brasil-Caribe.

No plano multilateral, a Jamaica exerce peso político em importantes blocos. No âmbito regional, tem papel de liderança, junto com Barbados, na Caricom, e, no âmbito global, tem especial relevo nas negociações climáticas como um dos 44 países da Aliança dos Pequenos Estados Insulares, os quais representam cerca de 20% do total de Estados-membros das Nações Unidas e são reconhecidos como um grupo especial no âmbito das negociações climáticas.

Fundamentais, para construir uma agenda bilateral sólida com a Jamaica, têm sido os princípios de política externa que temos em comum, e foram mencionados a soberania, a autodeterminação, o multilateralismo e a solidariedade entre países em desenvolvimento, bem como objetivos fundamentais também compartilhados; entre eles, a promoção da paz, dos direitos humanos, da integração regional e da justiça climática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano das relações econômicas, o comércio Brasil-Jamaica é tradicionalmente superavitário para o Brasil. Apesar de barreiras sanitárias que afetam o setor de proteína animal ainda, em 2024 fomos o terceiro maior exportador para a ilha, com 4% do mercado, atrás apenas dos Estados Unidos, que são os que mais exercem influência sobre a ilha e que alcançam 41% das importações, e da China, com 8%. A China é um país que tem aumentado sua presença no Caribe ultimamente, causando conhecidas preocupações entre potências regionais e extrarregionais.

O volume das nossas exportações, com oscilações, vem se recuperando depois da pandemia, especialmente. E, de janeiro a maio – porque o número de 2024 foi aqui mencionado –, eu queria apontar que este ano nossas exportações apresentaram um crescimento de 68%, em comparação com o mesmo período do ano passado, chegando, então, de janeiro a maio, a quase U$200 milhões, o que é um valor possivelmente sub-representado, pois, nos números correspondentes a 2022, em que eu fiz a comparação entre o Banco Mundial e dados do Siscomex, a diferença era de aproximadamente 50%.

Então, nós sub-representamos esses números pela metodologia do Siscomex, que não registra o comércio intermediado por terceiros.

A economia jamaicana apresentava, até outubro passado, panorama geralmente positivo, com a queda da inflação e do desemprego, com a projeção do crescimento moderado do PIB, diminuição da pobreza, queda da dívida pública para 62% do PIB – tinha chegado a mais de 120% –, um superávit primário de 5,5% do PIB e um aumento do superávit em conta corrente de 3%, graças a condições favoráveis de comércio que superaram uma diminuição contemporânea do fluxo de turismo.

Em agosto de 2025, as reservas internacionais permaneciam sólidas, cobrindo mais de sete meses de importações.

Em 28 de outubro de 2025, porém, o furacão Melissa atingiu a Jamaica.

Permitam-me dizer que, ao me preparar para esta sabatina, não poderia antecipar que um cataclisma climático viesse a transformar de maneira tão súbita e radical a realidade da Jamaica, e o conteúdo da minha apresentação no que segue.

Caso aprovado, assumirei nossa Embaixada em um país que enfrenta um "antes" e um "depois".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da passagem do furacão Melissa, a Jamaica precisa enfrentar novo ciclo, da atual devastação para a necessária reconstrução. A magnitude do furacão, o mais potente a atingir a ilha, ultrapassou qualquer possibilidade de contenção de danos, deixando o país completamente arrasado, principalmente na metade mais a oeste, arrasando comunidades de pescadores e grandes *resorts* de turismo, dos quais o país depende para aproximadamente 30% do seu PIB. Estão fechados, todos.

Os danos ao meio ambiente são inestimáveis, de difícil e até impossível reparação.

O impacto da catástrofe me permite antever prolongado período de recuperação, para o qual a Jamaica precisará contar com a mobilização de todos os seus recursos humanos e materiais e com o indispensável apoio da comunidade internacional.

Segundo as primeiras estimativas governamentais, o PIB jamaicano deverá registrar, em 2026, uma queda de 8%.

A seu turno, o valor dos prejuízos do furacão está entre US$16 bilhões e US$20 bilhões, o que praticamente equivale ao PIB anual do país.

Em quatro de novembro corrente, perante o Parlamento, o Primeiro-Ministro Andrew Holness anunciou que, após a ação de socorro imediato para salvaguardar vidas e a ordem pública durante o furacão, a Jamaica passou pela fase de socorro de emergência, após a qual, o Governo pretende passar para uma fase de estabilização e recuperação que viabilize a posterior etapa de reconstrução.

É nesse contexto desafiador que se insere, hoje, a atuação do Brasil na Jamaica.

A cooperação técnica é um tradicional ativo do nosso relacionamento bilateral. Há um amparo de acordo em vigor desde 1999.

Grupo de trabalho interministerial convocado imediatamente pelo Governo brasileiro recomendou ações que a Agência Brasileira de Cooperação está implementando a partir da semana em curso.

Purificadores de água, refeições prontas, *kits* de emergência do Ministério da Saúde e da Defesa Civil serão enviados nesta primeira etapa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – ... bem como a missão de especialistas que avaliará possibilidades ulteriores de cooperação humanitária e de capacitação em áreas críticas. Tudo isso, porém, se dá no contexto de sérias restrições orçamentárias que contribuem para que o papel da assistência brasileira seja relativamente modesto, até por comparação com países de muito menor projeção econômica.

Na condição de candidato a Embaixador do Brasil em Kingston, acredito que seja preciso avaliar, para além da cooperação técnica, maneiras de aportar à Jamaica uma contribuição mais acorde à nossa condição de uma das maiores economias do mundo, mobilizando nossas reais capacidades e potencialidades nacionais.

As fases de estabilização, recuperação e, sobretudo, de reconstrução daquele país representam desafios para a nossa ação diplomática, mas também abrem oportunidades para o Brasil fortalecer sua colaboração mutuamente benéfica com a Jamaica e com o Caribe.

A Jamaica tem, pela frente, anos de trabalho, para os quais o Brasil poderá aportar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – ... conhecimentos, tecnologias, serviços e bens.

A reconstrução que o Governo jamaicano pretende promover implica aumentar enormemente a resiliência climática da infraestrutura crítica do país, o que abrange estradas, pontes, centros de saúde, redes de distribuição de energia e de telecomunicações. Será preciso à Jamaica priorizar padrões de construção mais robustos e melhorar a drenagem e o uso do solo, entre outros muitos objetivos. A engenharia financeira necessária será inédita.

Por todos esses motivos, acredito que a diplomacia do Brasil tem, diante de si, na Jamaica, não apenas desafios, mas, sobretudo, oportunidades.

A disposição do nosso setor produtivo – que eu cheguei a comentar com o Senador Nelsinho Trad –, particularmente o setor de produção de alimentos, de engajar-se na retomada da produção agropecuária jamaicana é um dos aspectos que pretendo explorar, caso aprovado para assumir a embaixada.

Somos líderes na produção de alimentos e na geração de soluções tecnológicas adaptadas para países em desenvolvimento, com uma larga experiência. Esse *know-how* será valioso para a Jamaica, na medida em que promova a segurança alimentar da sua população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diplomacia da saúde também será elemento-chave nesse esforço, e, com efeito, mesmo antes do furacão, que danificou seriamente muitos hospitais, a Chanceler da Jamaica já havia indicado aceitar convite para visitar a Fiocruz.

Importante assinalar que o Brasil conta com notável patrimônio de cooperação bilateral nos campos da saúde e da produção de alimentos

Nesse contexto, na qualidade de candidato a Embaixador, considero prioritária a pronta convocação da 2ª Comissão Mista Bilateral Brasil-Jamaica, propósito que está sendo estudado pelo Itamaraty e que é de grande interesse das autoridades jamaicanas. Espero que as deliberações daquela comista produzam bases para um novo, abrangente e ambicioso programa de colaboração bilateral, que reflita, efetivamente, a liderança brasileira no Sul Global, espaço no qual Brasil e Jamaica compartilham valores e ações.

A comista permitiria enfocar, entre outras, ações de cooperação técnica e humanitária, de fortalecimento de vínculos culturais tradicionais – afrodescendentes somos os dois países –, de maneira muito importante, de enfrentamento a problemas como a violência e o crime, bem como de promoção dos direitos humanos.

Cabe assinalar, nessa linha, ter se encerrado, em setembro passado, bem-sucedido projeto de cooperação técnica na área de policiamento comunitário, fruto de triangulação Brasil-Japão-Jamaica.

Uma comista permitiria também promover o Brasil como parceiro capaz de suprir competitivamente, mais para a frente, as demandas jamaicanas que advirão das tarefas de estabilização e de reconstrução.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – No panorama incerto criado no comércio internacional pelas tarifas norte-americanas e seus desdobramentos globais, a Jamaica ficou na faixa mínima imposta pela Casa Branca. O país conta, além do mais, com o tratamento favorecido da União Europeia para numerosos produtos da agricultura tropical.

Esses fatores poderão, idealmente, incentivar a análise de oportunidades de *joint ventures* e outras formas de investimento, na reconstrução do setor agropecuário jamaicano por parte de empresários brasileiros eventualmente interessados nas possibilidades de aproveitamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma plataforma de exportação para esses grandes mercados consumidores que dão à Jamaica tratamento relativamente benéfico.

Foco indispensável será, claro, o diálogo bilateral sobre a eliminação das barreiras não tarifárias que permanecem e que impedem o acesso ao mercado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ – Importante destacar também a diplomacia parlamentar, que, a meu ver, está chamada a exercer importante papel, no quadro geral que descrevi, para fortalecer uma nova agenda nesta fase crucial para nossas relações bilaterais com a Jamaica. A qualidade da governança parlamentarista da Jamaica contribui para termos boas perspectivas de uma parceria renovada e ampliada.

Embora tenha atravessado algumas turbulências assinaladas na relatoria, no período da Guerra Fria, o panorama político apresenta, desde a independência, sólido retrospecto de ciclos eleitorais e de transição pacífica do poder. Cabe destacar, nesse contexto, a solidez da resposta do Governo de Kingston antes, durante e imediatamente depois da catástrofe.

No quesito previsão, já há alguns anos, a Jamaica adota um engenhoso sistema de seguro anticatástrofe, lastreado na emissão de bônus climáticos, que permitirá ao Banco Mundial, por exemplo, creditar imediatamente ao país, na esteira do furacão, US$150 milhões para ações emergenciais.

No eixo da articulação, o Governo da Jamaica demonstrou capacidade de mobilizar recursos humanos, materiais e orçamentários para reabrir estradas, restaurar o fortalecimento de energia, garantir serviços médicos e de apoio psicológico, mesmo a comunidades e abrigos mais afetados.

Só por referência, o furacão Katrina deixou Nova Orleans destruída e sem assistência durante muito tempo. Também houve a tormenta em Puerto Rico, e, depois de seis meses, ainda não tinha sido recuperada a rede elétrica. Não aconteceu isso na Jamaica, mostrando a resiliência e a previsão que o Governo aplicou.

Por último, mas não menos significativo, há pouco mais de um mês das eleições nas quais o Primeiro-Ministro Holness se reelegeu por pequena margem de votos, o Governo e a oposição transmitiram à população um discurso equilibrado e tranquilizador, preservando as melhores práticas da governabilidade de uma democracia parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A manutenção da estabilidade que essa governança propicia à Jamaica é do eminente interesse do Brasil e da região como um todo e dependerá de ações no curto, médio e longo prazo.

Caso o Senado aprove a indicação com a qual me honrou o Senhor Presidente da República, pretendo contribuir para as tarefas que se impõem, nesse quadro, com o melhor da minha capacidade e dos meus esforços na qualidade de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Fico à disposição dos membros da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as palavras do Sr. Manuel Montenegro.

Concedo agora a ida para o item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Mourão, para que possa fazer, de forma *ad hoc*, a relatoria, já que estou aqui na Presidência dos trabalhos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Muito me apraz relatar o Embaixador Laudemar, que tem uma vasta carreira no nosso serviço de relações internacionais e a quem eu tenho o prazer de conhecer de outros períodos, principalmente do período em que eu fui Vice-Presidente da República.

O Embaixador Laudemar realizou o curso do Instituto Rio Branco, no ano de 1982; o de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1991; de Altos Estudos, em 2005, sendo o trabalho que ele apresentou foi "O Sistema de Conferências Ibero-Americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil", e foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 2015.

No Brasil, exerceu diversos cargos, entre eles o de Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, no período de 2013 a 2017, lembrando que foi o período de Copa do Mundo e da Olimpíada, daí a necessidade de alguém com a qualificação dele junto à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Fora do Brasil, ele esteve na Embaixada em Moscou, em Madri, em Paris, por duas vezes, em Montevidéu e em Londres.

Foi Embaixador do Brasil no Suriname e no Irã e, desde 2023, é o Secretário de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do Itamaraty.

Foi distinguido com cinco condecorações nacionais e três estrangeiras.

Irá nos representar junto à Grécia, República Helênica, que é o berço da civilização ocidental, da filosofia, da literatura, da dramaturgia, dos Jogos Olímpicos e da nossa moderna concepção de democracia. Quem não leu *A República,* de Platão, não está em condições de entender o que vem a ser o sistema democrático.

Essa República está localizada no extremo sul dos Bálcãs, no sudoeste da Europa, naquilo que o Winston Churchill chamava de o Ventre da Europa, de tanto que ele tinha a ideia de que a invasão da Europa não fosse pela Normandia, e, sim, pelo sul da Europa, para correr paralelo com os russos e impedir o que aconteceu ao final da Segunda Guerra Mundial, com a Cortina de Ferro tomando conta do Leste Europeu – cada um tinha uma visão estratégica naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um país transcontinental, tem seu território composto por montanhas e um expressivo número de ilhas, famosas pelo turismo.

A religião normal é a católica ortodoxa, mas a liberdade religiosa é assegurada.

Tem pouco mais de 10 milhões de habitantes.

Possui um IDH, que a coloca na posição 34 da tabela do Pnud; uma elevada expectativa de vida, 81 anos; e uma grande taxa de alfabetização, praticamente 99% do país alfabetizado.

Parlamento unicameral, composto por 300 membros, com mandato de quatro anos.

É uma República parlamentarista, com um PIB de US$257 bilhões, informações de 2024.

A riqueza histórica, aliada às belas praias, faz do turismo uma das principais fontes de receita do país e somam-se ainda produtos agrícolas, como azeite, lácteos, produtos farmacêuticos, materiais de construção e produtos petrolíferos refinados.

Eu recordo que a Grécia, no final da primeira década deste século – por ocasião da grande crise das *subprimes*, em 2008 –, sofreu uma grave crise econômica, mas conseguiu se recuperar, mediante um programa de austeridade com redução de gastos públicos, combate à evasão fiscal e eliminação de isenções tributárias, reformas na administração pública e no sistema de saúde e previdência social.

Qualquer semelhança é mera coincidência, Senador Nelsinho Trad.

O Brasil mantém relações diplomáticas com a Grécia desde o princípio do século passado e tem um relacionamento amistoso.

Eu mesmo, como Vice-Presidente, tive a oportunidade de visitar o país no ano de 2021 e fui recebido pelo Primeiro-Ministro e pela presidente do Parlamento.

Ano passado, o nosso Chanceler, Ministro Mauro Vieira, realizou visita a Atenas – a primeira de um chanceler brasileiro à Grécia em 15 anos – e, na oportunidade, foi firmado um acordo de cooperação cultural que evidenciou a consonância de temas da agenda internacional.

A corrente de comércio, no ano passado, atingiu a cifra de US$496,4 milhões, com superávit para o Brasil, que exportou 382 e importou 114.

As nossas exportações: produtos primários, café, soja, tabaco, óleos combustíveis de petróleo e minérios de alumínio; importações: frutas, nozes não oleaginosas (frescas ou secas),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos – incluindo os de uso veterinário – e produtos residuais de petróleo e materiais relacionados.

Por fim, destaco que existe uma comunidade brasileira relativa lá na Grécia, estimada em 4 mil pessoas... E interessante: no período em que eu estive lá, vi muitas brasileiras que se casaram com cirurgiões plásticos que vieram para o Brasil aprender com o Dr. Pitanguy, no Rio de Janeiro; me chamou a atenção isso aí.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra ao senhor Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, indicado para representar o Brasil na República Helênica.

Dez minutos.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que nos receberam tão gentilmente durante esta semana, demais presentes, meus colegas de sabatina – que acabam de fazer suas apresentações –, senhoras e senhores...

Primeiro, agradeço o relatório do Senador Nelsinho Trad, lido pelo Senador Hamilton Mourão, porque eu consegui alguns minutos a mais aqui na minha apresentação, já que eu não precisarei repetir esse relatório tão bem resumido pelo Senador Nelsinho Trad.

Vou passar diretamente às relações bilaterais, lembrando que, nos últimos 15 a 20 anos, houve uma intensificação dessas relações, com visitas de alto nível.

Primeiro em 2003, quando o então Ministro Celso Amorim visitou a Grécia, para participar da Cúpula da América Latina, do Caribe e da União Europeia. Em 2009, ele foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a ir à Grécia.

Em 2011, a então Presidente Dilma Rousseff passou pela Grécia, a caminho da China.

Em 2015, também se encontrou com o então Primeiro-Ministro Tsipras, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2017, o Ministro da Defesa Panos Kammenos veio ao Brasil.

Em 2021, o então Vice-Presidente, General Hamilton Mourão, foi o primeiro Vice-Presidente a visitar a República Helênica.

Em 2023, o então Chanceler Nikolaos Dendias, agora Ministro da Defesa, esteve no Brasil.

Em 2024, como foi lembrado no relatório, o Ministro Mauro Vieira visitou a Grécia – depois de 15 anos, foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a retornar.

O Senador Mourão lembrou os acordos bilaterais.

Nós temos diversos acordos bilaterais e Memorandos de Entendimento com a Grécia, em diferentes áreas, turismo, previdência, comércio, etc., mas eu chamaria atenção para os últimos que foram firmados nessas duas últimas visitas de chanceleres.

Em 2023, durante a visita do Ministro Dendias, um memorando de entendimento na área de turismo – que já está em vigor – e dois acordos: um, na área de defesa; outro, na área de serviços aéreos, que estão no Congresso Nacional – já chegaram e estão na Câmara dos Deputados.

São muito importantes esses dois acordos. Primeiro, porque na área de defesa temos várias oportunidades, por conta da necessidade de aumento da participação dos países europeus, membros da OTAN, em aumentar o seu orçamento de defesa. E, em segundo lugar, em serviços aéreos, para tentarmos uma maior conectividade entre o Brasil e a República Helênica, diretamente, e há tramitação nesse sentido.

E, em 2024, o Acordo de Cooperação Cultural, que amplia o acordo anterior, que está na Casa Civil e deve chegar, daqui a pouco, ao Congresso Nacional.

Em relação às relações bilaterais, eu chamaria também atenção, porque foram criadas consultas políticas entre o Brasil e a Grécia.

Houve apenas duas reuniões: uma, em 2013, que foi à Grécia, da então subsecretária política à Grécia; e, em 2016, quando veio o chefe do Departamento Político da Grécia aqui ao Brasil.

Então, faz dez anos em que não há consultas políticas, e – em cooperação com o meu colega Secretário da América do Norte e Europa – já estamos em entendimento para que haja a apresentação, para o lado grego, de consultas políticas no ano de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não poderia deixar, nesse panorama das relações bilaterais, de fazer menção também à diplomacia parlamentar, como foi feito pelos meus colegas.

É absolutamente fundamental que a diplomacia tradicional e a diplomacia presidencial sejam complementadas pela diplomacia parlamentar e também pela paradiplomacia, dos entes subnacionais, estados e prefeituras. Mas, em relação à diplomacia parlamentar, foi estabelecido, em 2004, um Grupo Parlamentar de Amizade na Câmara dos Deputados, e foram feitas duas visitas: uma, à Grécia, em 2007; e outra, aqui ao Brasil, em 2008, pelos dois Grupos Parlamentares, do Brasil e da Grécia, que se encontraram.

Neste ano, em junho de 2025, o Deputado Jonas Donizette visitou o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Grécia, em Atenas, e há expectativa de que o Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil venha, no ano que vem, se possível, também ao Brasil.

O Senador Humberto Costa esteve também, no ano passado, e participou de um seminário ligado a clima e segurança no Instituto Tsipras.

Já foi dito um pouco sobre o comércio bilateral.

A grande questão e o grande desafio que nós temos em relação ao comércio bilateral e às perspectivas de aumento e diversificação do comércio bilateral é que nossa pauta, como foi dito pelo Senador Mourão, é muito concentrada em *commodities*, agrícolas e minerais, e essa é uma questão que abarca todo o nosso comércio exterior.

Em relação à Grécia, de 2017 até 2024, houve triplicação do nosso comércio exterior e, sobretudo, de aumento das nossas exportações, mas também muito concentradas. Em 2025, de janeiro a outubro desse ano, já ultrapassamos o comércio bilateral de 2025.

Então, há uma tendência ao aumento, ao incremento das relações bilaterais comerciais entre o Brasil e a Grécia, e esperamos a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia no final do ano, que deve abrir novas perspectivas de aumento do comércio e da cooperação em todos os países europeus, mas especificamente também em relação à Grécia, que sempre apoiou a assinatura desse Acordo Mercosul-União Europeia.

Na diversificação comercial, eu chamaria a atenção para produtos de maior valor agregado, especificamente do setor aeronáutico. Já há conversações entre a Embraer e empresas gregas – e o Governo grego também – para venda de aeronaves, especificamente o KC-390, que já faz parte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já foi vendido ou está em final de tramitação para sete países europeus membros da Otan. Esperamos que a Grécia possa se somar também a esse rol de países europeus.

Em relação à participação, enfim, à presença de brasileiros e gregos no Brasil e na Grécia, como foi dito pelo Senador Mourão, há cerca de 4 mil gregos – é a estimativa – na Grécia e cerca de 30 a 40 mil gregos ou descendentes de gregos no Brasil. E, no ano passado, foi estabelecido, pela Lei 14.884, o Dia Nacional do Imigrante Grego, em 21 de setembro. Como lembrou o Senador Esperidião Amin – que vem de Spiridon, que foi o vencedor da maratona em 1896, a primeira maratona da era moderna na Grécia –, essa data foi escolhida, 21 de setembro, para esse dia nacional, por conta da primeira chegada dos gregos, em 1883, a Florianópolis, em Santa Catarina.

Além dessa comunidade brasileira e grega, nós temos também o turismo, que é muito importante para a Grécia. A principal fonte de divisas da Grécia é o turismo. Chega a cerca de 18%, diretamente, mas, se lembrarmos todo o sistema indireto que está ligado ao turismo, pode chegar até a mais de 30%. Em segundo, está o setor marítimo, de navegação, que chega a 8%.

No turismo, nós não temos conectividade direta: cerca de 9 mil gregos, no ano passado, vieram ao Brasil; mas cerca de 75 mil brasileiros viajaram para a Grécia no ano passado. Chamo a atenção também para o nosso setor consular, nesse sentido, que é um dos maiores do mundo e que presta maior assistência aos brasileiros no exterior; nós temos cinco consulados honorários, além da Embaixada do Brasil, em cinco locais diferentes da Grécia, que prestam grande assistência a esses brasileiros. Com conectividade, nós esperamos que haja aumento do turismo bilateral – como ocorreu com a Turquia – e também de negócios.

Nós temos também a grande possibilidade de aumento de cooperação na área científica e tecnológica com a Grécia. A Grécia está no 42º lugar no Índice Global de Inovação, o Brasil está no 52º, então, são países que têm proximidade em relação ao grau de inovação. A Grécia tem programas para acelerar a inovação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – ... e digitalização, e a mesma coisa o Brasil. Então, há grande possibilidade de cooperação na área de ciência e tecnologia, e universitária, de institutos de pesquisa nessa área, tanto na digitalização quanto na inteligência artificial, em sistemas de supercomputadores, dos quais o Brasil também pretende fazer parte, com os supercomputadores da Europa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passaria agora, rapidamente, para falar de alguns aspectos – se o Senador me permitir – da política externa grega.

Acho que dois ou três temas são necessários de se falar rapidamente em relação à complexa relação com a Turquia, mas que nos últimos anos tem tido uma situação de distensão, desde a ajuda praticamente imediata da Grécia à Turquia no terremoto do início de 2023 à assinatura da Declaração de Atenas de Amizade e Boa Vizinhança, firmada em dezembro de 2023, em Atenas, pelo Presidente Erdogan e o...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – ... Primeiro-Ministro Mitsotakis. Em 2024, houve o retorno, a reciprocidade da visita do Primeiro-Ministro Mitsotakis à Turquia, então, há uma distensão nessa relação, que também envolve a questão de Chipre, porque, como se sabe, a Grécia defende que haja só uma República de Chipre em todo o território de Chipre e a Turquia defende que haja duas Repúblicas, a turca-cipriota e a grega-cipriota.

Finalmente, se eu pudesse terminar, gostaria de dizer de um exemplo positivo da flexibilidade da diplomacia pragmática da Grécia, que, em 2018, depois de 20 anos de não solução, aceitou um acordo com a República da Macedônia do Norte, ou Norte-Macedônia, para que esse fosse o nome adotado pela República da Macedônia do Norte. Isso foi em 2018, o Acordo de Prespa, e a partir daí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – ... a Grécia permitiu que a Macedônia entrasse na Otan. Isso foi feito em primeiro lugar pela própria Grécia e no processo de acesso à União Europeia.

Eu agradeço muito e estou pronto para outras perguntas dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Laudemar.

Já vamos passar, em função do adiantado da hora – o Senador Mourão tem um compromisso fora aqui do Senado – para a pauta dos PDLs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 334, DE 2021

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Relator Sergio Moro. Eu avoco essa relatoria e vou direto à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno.

Ressalta-se, ainda, que o acordo está em conformidade com a Constituição Federal e, nesse sentido, permanece hígida a atribuição do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

O tratado veiculado pela proposição em debate preenche o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, prevalência dos direitos humanos, não intervenção e igualdade entre os Estados.

No mérito, o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal mostra-se bastante relevante e oportuno.

De fato, a internacionalização das finanças, a intensificação do trânsito de pessoas e bens e o aprofundamento da interdependência entre países têm demandado do Estado brasileiro a adoção de esforços para a construção de ampla rede de acordos de cooperação jurídica em matéria penal, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação da lei brasileira e de outros países no que tange à investigação, à instrução de ações penais, ao acesso à justiça e ao cumprimento de decisões judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, portanto, de instrumento jurídico moderno e abrangente, voltado à cooperação bilateral.

Finalmente, o acordo reflete as boas práticas internacionais.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2021.

Nós vamos votá-los todos em bloco.

Já vamos passar para o item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 309, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre a Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação

Relator: Senador Chico Rodrigues.

Relatoria *ad hoc* – peço para ir direto à análise – da Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição em exame não contém vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade, visto que se encontra em consonância com o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O acordo está em sintonia com o art. 4º, IX, da Constituição Federal, que estabelece que a República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Nota-se a compatibilidade do texto do ato internacional com valores consagrados pela Constituição Federal, a exemplo da solidariedade entre os povos e da dignidade da pessoa humana. Ressalte-se, neste ponto, que está resguardado o direito à proteção de dados pessoais, o que está no art. 5º da Constituição Federal.

As partes deixam evidente, no preâmbulo, que se pautam pelo interesse da segurança nacional e que buscam assegurar proteção das informações classificadas trocadas no âmbito de tratados ou contratos de cooperação celebrados entre elas, seus indivíduos, órgãos credenciados, bem como entidades públicas ou privadas.

Cabe recordar que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Eslovênia, em maio de 1992. Até então, o país era integrante da República Socialista Federativa da Iugoslávia.

A Embaixada do Brasil em Liubliana foi inaugurada em 2008, e a Embaixada da Eslovênia, em Brasília, em 2010.

O relacionamento bilateral é marcado pela crescente cooperação, bem como pela convergência de visões em temas afetos ao sistema multilateral, como desenvolvimento sustentável, Estado de direito, meio ambiente, direitos humanos, estabilidade, segurança e paz.

Dentro desse contexto, o presente acordo foi firmado em 2023, por ocasião da visita do Ministro da Defesa da Eslovênia ao Brasil, a convite do Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

Cuida-se de instrumento internacional semelhante a acordos de mesma natureza celebrados pelo Brasil com distintos governos. A minuciosa definição das equivalências de níveis de classificação visa a facilitar a aplicação prática do acordo pelas autoridades administrativas. Ademais, a identificação das autoridades competentes contribui para a execução mais eficiente do instrumento e proporciona maior segurança jurídica no manejo de informações sensíveis.

Com efeito, o objetivo do acordo é conferir segurança jurídica à celebração e à execução de atos entre as partes que envolvam, de alguma forma, a troca de informações classificadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto estabelece um marco jurídico para a definição de regras e procedimentos voltados à proteção dessas informações, sejam elas compartilhadas ou produzidas conjuntamente pelos dois países.

Prevê, ainda, a padronização de procedimentos e terminologias, bem como a correspondência entre os diferentes graus de sigilo adotados nas legislações internas.

O voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2024.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Eu quero só cumprimentar e parabenizar a iniciativa do Relator, o Senador Chico Rodrigues.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Dra. Eudócia, pela leitura do relatório *ad hoc*.

De pronto, o item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 395, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul, firmado em Montevidéu, em 29 de abril de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o PDL em exame não contém vícios no que diz respeito à sua juridicidade.

Quanto à constitucionalidade, está de acordo com os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estabelecidos no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, principalmente no que diz respeito à integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Além disso, também está de acordo com o art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição, a questão do direito à proteção de dados pessoais.

No mérito, reitero a importância do instrumento em exame, o qual, uma vez ratificado, dotará o bloco de marco jurídico quanto à disciplina do comércio eletrônico, com vistas a estimular a integração regional no ambiente digital, aumentar a previsibilidade, reduzir barreiras, fortalecer a proteção ao consumidor e proporcionar maior segurança jurídica às transações eletrônicas transfronteiriças.

Destaco, no acordo, a proibição de imposição de direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas; a aceitação de assinaturas digitais; o alinhamento das normas nacionais de proteção ao consumidor *online* com as normas sobre matérias vigentes no Mercosul; a adoção e a manutenção de marcos legais relativos à proteção de dados pessoais; a livre transferência de informações por meios eletrônicos para fins comerciais; a proibição da exigência de instalação de servidores dentro do próprio território como contrapartida para realização de negócios; a proteção contra mensagens comerciais não solicitadas (*anti-spam*); a facilitação do comércio por meios eletrônicos; e a cooperação por meio da troca de experiências, informações e dados.

Levando-se em conta que o Mercosul precisa acompanhar as transformações no comércio internacional, a adoção deste tratado representa importante passo na modernização do bloco e na harmonização regulatória em matéria digital. A disciplina sobre proteção ao consumidor e as regras mais claras sobre o comércio eletrônico conferem maior confiança ao usuário, condição essencial para a expansão dos negócios nesse ambiente.

A aprovação e a implementação do acordo irá refletir o firme propósito de intensificar a integração comercial também nessa dimensão do comércio eletrônico, bem como de promover a competitividade das economias participantes do bloco.

Assim, o voto é: por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do PDL nº 395, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão a aprovação do PDL 395, de 2024, Acordo sobre o Comércio Eletrônico do Mercosul.

Aproveito para registrar a presença aqui do servidor que trabalhou muito tempo lá no Parlasul, Rafael Reis – seja muito bem-vindo –, e do Prof. Gustavo, que também esteve conosco no evento lá na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no Paraguai.

Vamos ao próximo item.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 655, DE 2025

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção Aduaneira sobre o Transporte Internacional de Mercadorias ao Abrigo das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975), celebrada em Genebra, em 14 de novembro de 1975.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Peço licença aos colegas para ler o relatório daqui mesmo.

Análise.

Acerca do projeto em apreço, registramos não haver defeitos, no que diz respeito à sua juridicidade, bem como vícios de constitucionalidade.

No mérito, a convenção reveste-se de superlativa importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tratado em análise objetiva facilitar o transporte internacional rodoviário de mercadorias, mediante a simplificação, bem como harmonização de formalidades administrativas relacionadas à referida modalidade de transporte, de modo especial àquelas aplicáveis nas fronteiras.

O ato internacional em questão é uma das convenções internacionais de transporte mais bem-sucedidas.

Trata-se, ainda, do único sistema universal de trânsito aduaneiro atualmente em vigor e que se encontra sob o pálio da Organização das Nações Unidas.

No momento presente, esse sistema conta com 78 países contratantes, incluindo Argentina, Brasil e Uruguai, na América do Sul, e União Europeia.

Referidas partes se beneficiam do transporte rodoviário internacional de mercadorias, por meio da utilização de um único diploma, a denominada Caderneta TIR.

Esse documento facilita os procedimentos de passagem nas fronteiras; cumpre as formalidades alfandegárias à partida e à chegada, e não a cada fronteira; garante o pagamento dos direitos e taxas alfandegárias, bem como impulsiona as trocas internacionais por meio da redução de custos.

O contexto descrito para o ambiente de negócios é muito bom para a boa harmonia entre as administrações alfandegárias envolvidas e para os consumidores beneficiados.

Por fim, considerando a importância do tema para as rotas de integração regional, bem como o fato de que a Caderneta TIR pode ser utilizada na Rota Bioceânica, e tendo em vista que Argentina, Chile e Uruguai já são partes contratantes da convenção, recomenda-se a adesão do Brasil, feita a tempo e a hora.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 655, de 2025.

Apenas uma consideração: essa é uma ação muito importante, em função do traçado rodoviário que está plenamente em avanço. Será viável, se o Brasil operar no mesmo regime aduaneiro que os nossos vizinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A adesão ao TIR é o que vai permitir que os caminhões cruzem fronteiras sem precisar parar a cada aduana – fazendo com que a burocracia acabe por aumentar o tempo de viagem – e a agilidade tão importante nesses mercados.

Essa convenção é o elo que faltava para tornar a Rota Bioceânica realmente competitiva, e o efeito será mais amplo do que logístico.

A Rota Bioceânica não é apenas uma estrada; é um corredor de desenvolvimento, que vai aproximar a economia, gerar empregos, integrar culturas.

O Brasil precisa olhar para o Pacífico com a mesma atenção que sempre teve com o Atlântico.

Por fim, agradeço a atenção de todos.

E o último item é o Requerimento nº 32, de 2025, mas, antes, nós vamos votar, em bloco, os PDLs de 1 a 4, que foram lidos.

Passo à discussão em globo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação em globo dos itens anunciados.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa, para a tramitação.

Último item.

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 32, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos arts. 76, § 1º; 89, IX e X; 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, e do que dispõe o Requerimento nº 6, de 2025, desta Comissão, que os trabalhos do GT-CRE 2025, criado por aquele requerimento, sejam prorrogados até o dia 15 de dezembro de 2025.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, passo à votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as providências. (*Pausa.*)

Bom, nós já fizemos as votações dos Embaixadores.

Determino à Secretaria que encerre a votação e proceda à apuração no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Informo que o Sr. Embaixador Manuel Adalberto Lopes da Cruz foi aprovado, com 13 votos favoráveis, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Vai para a Jamaica.

Luís Ivaldo Santos vai para o Togo.

Houve 13 SIM, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Eduardo Botelho Barbosa, Síria.

Houve 12 SIM; 1, NÃO.

Houve 13, no total.

Aprovado.

Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve 13 SIM, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Declaro aprovados, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, os Embaixadores Manuel Montenegro, Luís Santos, Eduardo Barbosa e Laudemar Aguiar Neto.

Uma salva de palmas para eles! (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar e, cumprindo aquilo a que foi destinada esta reunião, agradeço a presença de todos.

Antes, porém, há duas observações: registrar com pesar o falecimento da Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota.

> [...] [Recebemos], com profundo pesar, a notícia do falecimento da Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, ocorrido [...] em 9 de novembro, na cidade de Porto, Portugal.
> Nascida em Recife, em 8 de agosto de 1952, formou-se no Instituto Rio Branco em 1975.
> Foi Subsecretária-Geral do Serviço Exterior, Diretora-Geral do Instituto Rio Branco, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão e Diretora do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais [...].
> No exterior, foi Embaixadora do Brasil na Suíça e junto ao Principado de Liechtenstein (2008-2012), Cônsul-Geral do Brasil em Zurique e junto ao Principado de Liechtenstein (2012-2016) e Cônsul-Geral do Brasil em Atlanta (2016-2022).
> Ocupava o cargo de Cônsul-Geral do Brasil no Porto desde 2022.
> Ao longo de mais de 50 anos de dedicação à diplomacia, [a Embaixadora] Maria Stela Pompeu Brasil Frota construiu uma carreira sólida, com contribuições relevantes para o serviço exterior brasileiro, nas diferentes áreas em que atuou.
> Seu legado será lembrado pelos amigos, amigas e colegas a quem chefiou e serviu como exemplo de competência e vocação [...].

Que Deus a possa receber.

Meus sinceros sentimentos aos amigos e a todos os familiares.

Nós temos aqui algumas perguntas do e-Cidadania, que eu vou passar para os devidos Embaixadores, para que eles possam responder, através de *e-mail*, à nossa assessoria, que vai responder diretamente para eles, em função do adiantado da hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a participação do João, de São Paulo; do Elias, de Minas; e da Fernanda, do Acre.

Apenas um comentário do Ronysi, do Espírito Santo: "Brasil e Jamaica podem unir cultura, inovação e comércio; diplomacia sólida transforma afinidades históricas em prosperidade compartilhada".

Peço ao Embaixador Manuel Montenegro que responda e encaminhe à assessoria da Comissão.

Já ao Embaixador Luís Ivaldo, as perguntas vieram do Arthur, de Santa Catarina; do João, de São Paulo; e do Isac, de Minas.

Comentário do Ronysi também: "Brasil e Togo podem transformar laços históricos em oportunidades de futuro, unindo comércio, cultura e cooperação em benefício mútuo".

Para Eduardo Babosa as perguntas vieram do Acre, da Fernanda; do Espírito Santo, do Ronysi; e da Patrícia, do Mato Grosso.

Comentário da Yasmine, do Distrito Federal: "A atuação na Síria exigirá sensibilidade diplomática e capacidade de diálogo em um contexto regional ainda complexo".

Já para o Embaixador Laudemar, a Patrícia, do Mato Grosso; a Renata, do Distrito Federal; e o Fabiano, do Rio de Janeiro.

Comentário do Elias, de Minas: "A sabatina evidencia a necessidade de alinhar diplomacia cultural e econômica para ampliar a presença do Brasil na Grécia".

Também responderá à assessoria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, solicitando aos Embaixadores que possam ficar aqui na frente. Eu, a Dra. Eudócia e mais algum Senador que estiver presente vamos fazer a foto oficial.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcos do Val, Rodrigo Pacheco, Sérgio Petecão, Irajá, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Beto Faro, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Wilder Morais e Jader Barbalho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2025 - CRE, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater o aumento do número de denúncias de mães brasileiras, denominadas popularmente de "mães de Sharia". **Participantes:** Senhora Karin Fayz, Mãe de Sharia (Egito); Senhora Ana Gabriela Reis, Mãe de Sharia (Líbano); Senhora Sarah Bonilha, Mãe de Sharia (Síria); Senhora Claudia Grabois, Advogada e consultora especialista em Direitos Humanos e Direito Internacional de Família; Senhor Embaixador Aloysio Mares Dias Gomide Filho, Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores; Senhor Rodrigo Meira Santos, Coordenador-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescente (representante de: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)); Senhora Karina Nathércia Lopes, Assessora Jurídica (representante de: Ministério das Mulheres); Professora Doutora Nazia Yaqub, Professora Sênior de Direito da University of Leeds (Reino Unido); Senhora Juliana Wahlgren, Diretora-fundadora da REVIBRA EUROPA (Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica); Senhora Patrícia Bozolan, Advogada (representante de: Bianca Moreira Carneiro - Mãe de Sharia (Líbano)); e Senhora Shirley Cunha, Mãe de Sharia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária e remota, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Finalidade: a presente audiência pública e interativa, em formato integralmente remoto, tem como objetivo – aliás, não é integralmente remoto – debater o aumento do número de denúncias de mães brasileiras, denominadas popularmente de mães de Sharia, em conformidade com o Requerimento 24, de 2023, da CRE, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone de Ouvidoria, 0800-061-2211.

Esta reunião conta com interpretação simultânea nos idiomas inglês e português. Sugiro aos nossos convidados que as exposições sejam realizadas naturalmente, em ritmo moderado, não sendo necessário aguardar pela tradução. Aos que participam remotamente, lembro que devem selecionar o seu idioma na plataforma Zoom.

Boa tarde a todas e a todos os nossos convidados e também a todos que nos acompanham pela TV Senado. Boa tarde a todos presentes, ao secretariado da Comissão.

Antes de apresentar as nossas convidadas, os nossos convidados, eu vou fazer a minha autodescrição, para todos poderem acompanhar.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanho-claros, um pouquinho abaixo dos ombros, e olhos verdes. Estou vestindo um vestido de cor preta, estou sentada numa cadeira de rodas, estou usando uma cadeira, e estou num ambiente bem claro, que tem uma TV, uns quadros, um móvel colorido.

Eu quero agradecer demais a presença e a participação de todas vocês e de vocês debatedores. Quero dizer que era para eu estar aí pessoalmente, mas houve um imprevisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imprevistos acontecem, né, Sarah? A Sarah também tinha que estar aí presencialmente e não conseguiu. Mas sintam que meu coração está aí. Eu estou esperando todos vocês aqui. A Jaciara está me passando imagem, para eu poder ter visão, além daquela que a gente tem aqui, para eu me sentir mais pertinho de vocês.

Assim, a gente está promovendo um debate graças a vocês, mães, que nos provocaram, que confiaram no nosso trabalho. E a gente poder fazer uma audiência tão inédita dessa é para nós uma honra. Eu sei que esta audiência chegará muito longe, pensando inclusive de uma forma metafórica. Então, boa sorte para a gente.

Eu quero apresentar nossas mães de Sharia: a Sra. Karin Rachel Aranha; a Sra. Ana Gabriela Reis; a Sra. Sarah Bonilha; e a Sra. Patrícia Bozolan, representando a Sra. Bianca Carneiro.

Quero apresentar, da sociedade civil, com muita honra também: Dra. Nazia Yaqub, nossa convidada internacional, Professora Sênior de Direito da University of Leeds, no Reino Unido; a Sra. Juliana Wahlgren, que é Diretora-Fundadora da Revibra Europa (Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica); e a Sra. Claudia Grabois, Advogada e Consultora, especialista em direitos humanos e direito internacional de família. Gratidão pela presença de todos vocês.

Do setor público, quero agradecer a presença da Sra. Karina Nathércia Lopes, que é Assessora Jurídica do Ministério das Mulheres. Quero agradecer ao Sr. Embaixador Aloysio Mares Dias Gomide Filho, que é Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores. Desculpe-me, Embaixador, eu vou até falar seu nome de novo: Embaixador Aloysio Mares Dias Gomide Filho. Muito obrigada pela presença, Embaixador, por estar aqui presente com a gente. Agradeço ao Sr. Rodrigo Meira Santos, Coordenador-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Muito obrigada pela presença também.

Eu quero esclarecer a todos que eu concederei a palavra por 15 minutos a cada um e, em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Senadoras e pelos Senadores presentes, inscritos, bem como para as perguntas que virão e os comentários enviados pelo e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pedir às nossas convidadas, a Sra. Karin Rachel Aranha, a Sra. Ana Gabriela Reis e a Sra. Patrícia Bozolan, representando a Sra. Bianca Carneiro, para ocuparem assento e comporem a nossa primeira mesa dessa audiência pública.

Por favor, queridas mulheres, mães, lutadoras... Cadê as palmas que não ouvi? (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Bom, hoje, eu posso dizer que é um dia histórico para esta Comissão, a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e também para o Senado Federal. Trazemos aqui, pela primeira vez, para o debate, um tema extremamente sensível que impacta severamente mulheres e crianças brasileiras. São mães separadas à força de suas filhas, de seus filhos, de modo extremamente traumático, em conflitos familiares intercontinentais que ainda envolvem diferenças culturais e de costumes bastante marcantes.

Por isso, eu agradeço a presença dessas corajosas mães brasileiras aqui conosco hoje, que vieram compartilhar suas histórias com franqueza e com coragem, em busca de apoio e soluções por parte do Governo brasileiro. E agradeço mais ainda a presença dessas mães por saber que elas não lutam só pelos filhos delas, elas lutam pelos filhos de muitas outras mães.

Quero agradecer também às autoridades, aos especialistas e às organizações da sociedade civil que atenderam ao nosso convite, assim como às Senadoras e aos Deputados que poderão vir e às demais pessoas que vieram participar desta audiência pública urgente e necessária sobre as mães de Sharia.

Essas mulheres têm suas vidas profundamente marcadas por uma violência extrema, tiveram seus filhos subtraídos pelos próprios genitores, levados de modo ilegal para países onde vigora, total ou parcialmente, a lei islâmica, a Sharia. São mães que passam a viver em contextos de inúmeras vulnerabilidades e desamparo jurídico, perdendo a guarda e o acesso aos seus filhos, muitas vezes de forma súbita e de modo extremamente abusivo e violento.

Brasileiras enfrentam desafios imensos para proteger seus filhos e poder garantir a eles direitos dentro de sistemas legais profundamente diferentes do brasileiro. E, quando buscam ajuda, encontram barreiras culturais, barreiras religiosas e institucionais que as deixam em um cenário de quase total desproteção porque, apesar de haver a Convenção da Haia, de 1980,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre subtração internacional de crianças, só é possível acionar a autoridade central, órgão responsável para buscar cooperação internacional, nos países signatários da convenção.

No caso das mães de Sharia, seus filhos são levados para países que não são signatários do tratado, com a dificuldade adicional de que a estrutura jurídica e as relações familiares nesses locais são regidas ou influenciadas pelo sistema de leis religiosas de um muçulmano, a Sharia.

Nesses países, não existe uma instância central de apoio para solucionar diplomaticamente esses casos e buscar a cooperação entre países. Como consequência, crianças brasileiras levadas para esses países ficam presas em um verdadeiro limbo legal, sem os mecanismos eficazes que poderiam garantir o retorno delas ao Brasil. Nesses contextos, casos de subtração internacional são frequentemente tratados como simples disputas comuns de guarda, julgadas exclusivamente conforme as leis locais, e isso, na maioria das vezes, desfavorece enormemente as mães e as suas crianças.

Apesar de atuar em prol das mães da Haia há quase uma década, foi no começo de 2023 que meu gabinete parlamentar passou a ser procurado pelas primeiras mães de Sharia. Desde então, temos trabalhado muito para tentar ajudá-las. Infelizmente, a gente recebe relatos de dor profunda, de desamparo de mulheres que foram vítimas de violência psicológica, de violência física, de violência patrimonial, de violência institucional. Essas mulheres não pedem nada além de paz, segurança para os seus filhos. Elas querem apenas protegê-los, querem poder viver junto a eles e poder ter sua maternidade devolvida, porque elas tiveram sua maternidade roubada – elas querem ter a maternidade restituída.

A audiência de hoje tem como objetivo dar voz a essas mães e debater caminhos diplomáticos e jurídicos que reforcem a proteção de brasileiras e de suas crianças nesses contextos tão sensíveis e tão complexos.

Dos nossos estudos e buscas sobre o tema, apuramos que o chamado Malta Process, iniciado em 2004, busca promover o diálogo entre países signatários da Convenção da Haia e Estados cujas legislações se baseiam no direito islâmico. Diante disso, eu faço um apelo às autoridades brasileiras aqui presentes, para que busquemos compreender como esse diálogo tem avançado nas conferências de Malta e quais caminhos a diplomacia brasileira vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudando ou poderia estudar: seja pela aproximação desses países à Convenção da Haia, mesmo havendo a necessidade de aprimoramentos em sua aplicação, seja por meio de acordos bilaterais e até memorandos de entendimento que visem proteger nossas cidadãs e nossos filhos brasileiros.

Ao realizar esta audiência inédita, queremos sensibilizar também as autoridades brasileiras e a sociedade para uma realidade que permanece totalmente invisibilizada, mas que impacta profundamente a vida de muitas mulheres e crianças brasileiras, que hoje enfrentam dramas silenciosos fora do país.

Por isso convidamos toda a Bancada Feminina da Câmara Federal e todos os Senadores, para que esse conhecimento venha para o nosso Parlamento e, assim, a gente consiga chegar cada vez mais longe com esse tema.

É impossível dimensionar plenamente as dores, as perdas que essas mulheres já carregam. E são sofrimentos que nenhuma mãe deveria enfrentar, numa época em que a gente fala o quanto a saúde mental é importante e foi abalada pelo covid no mundo inteiro.

Então, vocês podem imaginar o que essas mães sofrem com questões de saúde mental por estarem passando por tudo isso?

Assim, a nossa empatia tem que entrar aqui, e o nosso trabalho tem que contar com essa empatia para a gente acreditar que vai conseguir minimizar a dor, o sofrimento dessas mães, e trazer o que elas mais precisam, que é o exercício da maternidade de volta.

Agora, daremos início às falas das nossas convidadas e convidados.

E quero começar pelas mães de Sharia.

E, antes de dar a palavra à primeira mãe aqui presente, quero pedir licença – a primeira mãe vai ser a Karin... E, Karin, quero te pedir licença para ler uma carta enviada por uma mãe que, devido a restrições...

Alexa, para!

Perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mãe, devido a restrições jurídicas e de segurança relacionadas ao seu processo, não pôde participar como oradora nesta audiência. Então, farei rapidamente a leitura dessa carta.

> Aos cuidados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE) e da Senadora Mara Gabrilli.
> Apresento a V. Exa., com deferência e prudência diplomática para registro institucional, sob a denominação de "Mãe de Sharia Sunita no Líbano" por razões de segurança e restrições judiciais instituídas por decisão judicial dada pelo Tribunal Sharia Sunita do Bekaa Oeste (em anexo) em recurso no Supremo Tribunal de Sharia Sunita em Beirute.
> Constando nesta a destituição total dos direitos de convivência materna e custodia da menor, infringindo a própria lei local e as leis internacionais.
> Após 11 meses em luta, mãe e filha brasileiras sob jurisdição da Sharia Sunita residentes no Líbano foram privadas pelo Tribunal Sharia Sunita do Bekaa Oeste em conluio ao genitor, cidadão brasileiro que nega-se entregar a menor à mãe mesmo em idade de *hadanah,* que é a custodia da mãe, conforme leis locais.
> Destaco a proposta do genitor ratificada em ata judicial (em anexo) de natureza patrimonial – envolvendo permuta imobiliária e/ou monetária, sem valores estabelecidos – como condição para a liberação da criança, prática que configura extorsão e afronta ao ordenamento internacional de proteção à criança, onde fica claro conluio ao sistema local e genitor.

Esta mãe de Sharia que nos escreveu segue seu relato dizendo algo muito grave:

> Configurando e normalizando claramente uma proposta de contrato de venda da menor como propriedade caracterizando tráfico humano e/ou da menor.
> Solicitou-se também apreensão arbitrária de meus documentos, meu passaporte brasileiro, mas o juiz negou-se a autuar em ata judicial postergando e manipulando a decisão por 10 meses. A tentativa de apreensão do passaporte foi dada em conivência do jurista local Mufti de Zahle/Bekaa onde normalizaram este cárcere, na tentativa de violação à liberdade, integridade dos Direitos Humanos e Convenção de Viena.
> Registro aqui que o genitor brasileiro em conluios ao sistema local se utilizaram de minha saída temporária do país por motivos pessoais de tratamento de saúde no Brasil, em 2022, [...] para manipulação e privação de convivência materna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o cessar-fogo e constante eminência de guerra retornei a este país [...] com propósito de restabelecer o direito de convivência materna integral conforme a Lei da Sharia Sunita local, que reconhecem a mãe como guardiã natural de meninas conforme lei sunita revisada em 2025 até os 14 anos para meninas, hoje a menor com 7 anos.

A destituição total e proibição de convivência direta com a menor e da presença materna sem qualquer fundamento jurídico mostra instrução e coerção do genitor brasileiro junto ao Tribunal Sharia Sunita do Bekaa Oeste.

Contudo, genitor responde por processo criminal no civil em andamento desde Março 2025 o qual foi preso por tentativa de feminicídio e agressão a minha pessoa enquanto visitava minha filha por acordo judicial do Tribunal Sharia Sunita do Bekaa Oeste. Constam notas de gravação agressão e nota de corpo de delito por médico legista.

Genitor também já responde a outro processo criminal desde 2021 com a mesma tentativa de feminicídio e ataques agressivos na presença da menor.

Atualmente a visita monitorada a menor ocorre junto a terceiros vinculados ao genitor sob restrições de segurança, liberdade e ameaça direta e constante do sistema local, sendo 1x na semana ou a cada 15 dias com hora e ambiente controlado. Essa condição prolongada tem causado sofrimento e vulnerabilidade para mãe e filha brasileiras infringindo todos os tratados internacionais do qual Brasil e Líbano são partes, como a Convenção sobre os Direitos Humanos e da Criança, a CEDAW, que garante igualdade de direitos parentais, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção de Viena.

Deixo registrado aqui a condição de observação humanitária situação de risco a mãe e filha brasileiras em país estrangeiro sob jurisdição e sistema local.

Acredito que o diálogo diplomático, exercido com respeito e cooperação, pode oferecer caminhos humanitários possíveis, preservando tanto a soberania do Líbano quanto o dever constitucional do Brasil de proteger seus cidadãos no exterior.

Agradeço aos membros desta Comissão pela escuta sensível e pelo compromisso em resolução junto ao direito internacional de forma humanitária.

Respeitosamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mãe de Sharia Sunita no Líbano

Muito obrigada, mãe.

Agora eu concedo a palavra à Sra. Karin Rachel Aranha. V. Sa. dispõe de 15 minutos para sua exposição.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Mara, por ter atendido o meu pedido já de quase um ano, para a gente... Nós somos separadas das mães de Haia, porque nós somos vítimas de genitores estrangeiros – e o meu caso difere um pouco dos das outras mães –, mas todas nós estamos sem os nossos filhos.

Há três anos e dois meses, o Adam, uma criança que nunca teve autorização de viagem, passou pela Ponte da Amizade – isso é o rastreio da Interpol – apenas com RG. Eu sou completamente contra esse tipo de prática já há anos, de você sair só com RG para ir para outros países. Isso aconteceu com o meu filho, há três anos e dois meses, e o meu filho foi parar do outro lado do mundo, com o genitor dele, que estava portando um passaporte egípcio, enquanto o meu filho é cidadão brasileiro e americano. Entraram no Egito no dia 23 de setembro de 2022 e de lá nunca mais saíram.

Eu agradeço muito a Interpol por ter feito esse rastreio, mas o meu filho foi sequestrado. Isso aqui não é uma questão de subtração de menor, isso é um sequestro, em que eu luto... No começo eu fiquei muito perdida, eu não sabia para quem recorrer. Eu fiz boletim de ocorrências em diversas delegacias. Eu não só perdi meu filho, mas eu perdi meu casamento, eu perdi meu dinheiro, eu perdi minha casa. Ele me deixou cheia de dívidas, enquanto eu estava trabalhando em Londres com faxina. E isso sem processo. Todo o dinheiro que eu mandava... Eu jamais teria ido para outro país se o meu filho tivesse autorização de viagem. Porém, ele não saiu por nenhum aeroporto, porque a gente sabe a burocracia que é para você sair com uma criança de um aeroporto brasileiro. É muito eficiente. Mas, infelizmente, as nossas fronteiras são muito falhas. Fiscaliza-se cigarro, fiscalizam-se mercadorias, mas não se fiscaliza uma criança americana com um genitor brasileiro passando para outro país.

São três anos e dois meses em que eu não tenho noção nenhuma de como é o rosto do meu filho, do número que o meu filho calça, do que o meu filho faz. Eu moro há um ano e meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Egito, respiro o mesmo ar do meu filho, e eu não tenho contato com o meu filho por essa religião chamada Sharia, em que nós mães, principalmente estrangeiras – eu conheço diversas mães, italiana, irlandesa, canadense; isso não só acontece com gente brasileira, mas acontece com outras mães –, perdemos os nossos filhos.

A minha pergunta é: eu perdi o meu filho – perdi, sim, porque três anos e dois meses da infância do meu filho ninguém vai me devolver – por um erro falho da Polícia Federal, que nunca – nunca – me deu um amparo legal para resolver isso. Eu já vim diversas vezes aqui, todo mundo já me conhece – me conhece na internet, me conhece aqui em Brasília – e sabe que a única pessoa que realmente estende a mão é a Senadora Mara Gabrilli. Eu participo de diversas entrevistas, eu participo onde está indo, para eu poder ter voz, porque existe um canal maravilhoso. Infelizmente a Danny não está aqui com a gente, mas ela uniu nós mães de Sharia – está aqui a Gabi, que é uma grande amiga e que também está sem o filho –, e não dá mais para a gente aceitar isso. O meu filho é brasileiro e ele saiu deste território sem nenhum tipo de autorização. Quem se responsabiliza? É Ministério da Justiça? É Itamaraty? É quem? Eu estou sabendo do Ministério das Mulheres agora. Para mim sempre foi o mistério das mulheres, porque nunca ninguém me perguntou: "O que é? Do que você precisa, Karin?". Não. Quem me pergunta é Luana Piovani, é Samara Felippo, pessoas que realmente estendem a mão, postam, compartilham da dor que é.

Eu fiquei muito triste e muito chateada quando eu fiz uma entrevista e eu vi o Sr. Rodrigo Meira simplesmente falar que, quando a criança sai do nosso país, nós não temos o que fazer. Mas espera aí: o meu filho não saiu com autorização – o meu filho não saiu com autorização. Eu estou com dois casos aqui de mães de Haia me pedindo socorro e estão na pastinha já para eu entregar para ele no final. Eu falei: "Eu vou entregar pessoalmente", porque eu tenho que confiar no meu país, eu amo o meu país de paixão. Meu filho é brasileiro, meu filho merece estar neste país e não regrado dentro de um país onde a cultura é completamente diferente da nossa.

A primeira vez que eu tive a minha audiência no Egito – e eu tenho excelentes advogados no Egito, como eu tenho excelentes advogados aqui... Nós vamos falar ainda de advogados, porque a gente não tem amparo nenhum, principalmente da DPU, que nem sabe por onde começa. Graças a Deus, Deus colocou Dra. Vanessa, Dr. Rafael, e eu tenho excelentes advogados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Egito. Infelizmente a embaixada errou comigo, mas hoje eu sou muito grata também ao Sr. Embaixador Paulino – eu esqueci o sobrenome dele, perdão.

Mas o Sr. Paulino está comigo em todas as audiências, a Cônsul Maria Eduarda está comigo em todas as audiências. Eu vejo que o meu país está, sim, do meu lado, mas a gente precisa, sim, que exista um acordo bilateral. O meu filho saiu por uma fronteira, uma fronteira onde se fiscaliza cigarro e se fiscalizam mercadorias, e uma criança passou. E, nossa, eu... Há três semanas, teve um caso do Pará em que graças a Deus a Polícia Federal conseguiu pegar o genitor, que já estava no Paraguai. Por quê? Porque saiu com RG; a criança nem passaporte tinha.

Hoje essas mães me veem como referência, e eu, juro para vocês, estou tentando ajudar o máximo possível. Hoje conversei muito com a Alana, porque, além de isso ser bom para mim emocionalmente, eu sinto que eu estou fazendo um pouquinho, independente do meu filho, do Adam ou não. Eu não tenho nem noção de como está o meu filho hoje, eu não tenho chamada de vídeo, eu não tenho nada. Mães conseguiram que a embaixada batesse lá na porta, como a Sarah, que conseguiu lá na Síria, graças a Deus. A embaixada do Brasil não conseguiu, não conseguiu; tentou, mas não conseguiu. Conseguiu dois encontros em 2023, dentro de um *shopping*, onde eu recebi cinco fotos. É isso que eu tenho do meu filho, e são essas fotos de 2023, extremamente desatualizadas, que fazem parte da linha amarela do meu filho, que é de crianças desaparecidas.

Meus advogados, acho que tudo, advogado, tradução juramentada... Se eu estiver falando alguma coisa errada, você me corrija. O gasto que a gente tem com advogado, tradução juramentada, consularização... Para o documento sair daqui, tem que carimbar no Itamaraty e levar à embaixada; ao chegar lá na mão dos advogados, os advogados lá têm que consularizar. Eu já gastei mais de R$400 mil de doação de pessoas que têm empatia com a minha causa, porque senão eu não estaria sentada aqui. São pessoas que confiam, que amam o meu filho sem o conhecer, que estão ali do meu lado, no que eu preciso; nas viagens que eu tenho que ir para o Egito e em que eu volto para cá, é tudo fonte de doação, e os meus advogados cuidam disso.

Aqui... Eu nem sei quanto tempo que eu ainda tenho; cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu quero saber qual vai ser a resolução: as crianças vão continuar nesses países sendo brasileiras, sendo criadas com uma cultura totalmente diferente? Sabe o que me parece? Que hoje a maternidade está sendo criminalizada, porque eu sou mãe e eu só estou pedindo e implorando para ser mãe do meu filho, poder levar à escola, poder fazer o almoço dele, poder saber o desenho a que ele assiste, poder cuidar do cabelinho dele, porque, quando eu obtive a primeira foto do meu filho lá no Egito, ele estava de cabelo cortado, ele estava sujo, e o Itamaraty emitiu uma nota falando que o meu filho estava bem. Toda mãe que cuida muito bem do seu filho sabe quando o seu filho está bem e sabe quando o seu filho não está.

Esse caso que eu quero entregar para o Sr. Rodrigo Meira é um caso chocante, que é o caso da Índia, em que nós temos uma criança feliz nas fotos. E hoje pessoas, seguidores, a acham na Argentina, tiram foto, e a criança está apática, doente, magra, de cabelo cortado. Gente, nós somos mães, nós sabemos como os nossos filhos estão. Eu não tenho noção de como meu filho está sendo cuidado. Eu não conheço a escola do meu filho. Por que eu não tenho esse direito de saber onde meu filho estuda? Por que eu não tenho esse direito de encontrar com meu filho, de poder ver, de poder dar um abraço, de poder dar um carinho, de saber como está o rosto dele?

Eu estava trabalhando. O meu filho nunca teve autorização de viagem, e eu provo isso. Eu tenho processo criminal, eu tenho processo familista. A única coisa que eu estou exigindo, porque existe... A gente sabe que o nosso Chefe de Estado tem boas relações com países islâmicos – nós sabemos disso. O frango que eu como lá no Egito é do Brasil. Existem boas relações. O próprio Embaixador sempre fala isto: dá para resolver. O que eu sinto é uma má vontade, como se a gente não existisse. Parece que mães de Sharia não existem, estão em outro país.

O que eu cansei de escutar, em três anos e dois meses, é que existem limites institucionais. Existem limites institucionais a partir do momento que não é o seu filho que foi sequestrado, que não é o seu filho que passou por uma barreira, que alguém errou e não fiscalizou, porque eu garanto que, se fosse de outra pessoa, o meu filho já teria sido repatriado. Mas, não, eu sou só a Karin, uma pessoa que tem 21 anos de CLT, que trabalhou 21 anos no comércio, é formada em educação física, mas não tem condições financeiras para levar isso adiante. É isto que eu sinto: pessoas simples, pessoas nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem aqui a Gabriela, gente. Correndo atrás de empréstimo e empréstimo para pagar advogados no Líbano. A gente não sabe o que faz, porque não é barato – não é barato, não é barato, gente. Nem um advogado no Brasil é barato, porque é uma causa difícil. Eu não estou aqui menosprezando o trabalho deles, porque são excelentes. Tem que ter conhecimento, tem que saber fazer. Fora os que enganam a gente no meio do caminho, porque perder dinheiro... Foi embora muito. Lá a moeda é baixa. Vocês acham que os advogados de lá querem receber na moeda deles? Eles querem receber em dólar. É isso que eles querem. Então, a gente tem que colocar a nossa cara na internet para as pessoas terem empatia e as outras pessoas que têm voz ajudarem a gente a levantar o dinheiro.

Hoje eu estou aqui participando – quando a Mara me falou, eu falei: "Eu vou pessoalmente" –, mas eu tive uma pessoa abençoada na minha vida que levantou o dinheiro da passagem em dois dias. Eu não tive um real do Brasil para nada, sendo que este país não deve à Karin, deve ao Adam, porque o meu filho vai crescer... Hoje em dia, a gente sabe muito bem que tudo fica registrado. E eu tenho certeza de que ele vai ter orgulho da mãe dele, porque eu estou fazendo de tudo. A Mara sabe o quanto eu estou fazendo de tudo para recuperar o meu filho, e nenhuma mãe merece passar por isso.

Eu moro no Egito. Eu sigo as regras do Egito. A primeira pergunta que o juiz egípcio fez para mim era se eu era muçulmana. Eu me pergunto: onde uma religião te deixa mais mãe ou menos mãe?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Onde um costume vai te deixar mais mãe ou menos mãe? Eu fui casada com um árabe? Fui. Eu sei todos os costumes? Sei. Tive aulas na embaixada, tive todo o aparato.

Falo árabe – graças a Deus! –, aprendi a falar a língua, porque eu cansei de escutar: "Karin, ele vai vir falando árabe. Você fala? Você vai saber?" "Vou. Vou saber. Pelo meu filho, eu vou saber."

Eu estourei meu tempo. Desculpa, gente, mas eu realmente precisava desabafar.

Muito obrigada a quem me ouviu. Obrigada. (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mara, obrigada pelo espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Karin, obrigada a você. Obrigada pelo seu depoimento, pela sua força – sabe, a sua luta é um ensinamento para a gente – e pelo exercício de paciência; paciência e não desistência. Toca a gente profundamente.

Eu quero conceder a palavra à Sra. Ana Gabriela Reis.

Ana Gabriela, você tem a palavra por 15 minutos para sua exposição.

A SRA. ANA GABRIELA REIS (Para expor.) – Obrigada.

Senhoras e senhores, autoridades presentes, meu cumprimento sincero a todos e à Senadora Mara Gabrilli, pela iniciativa de possibilitar essa discussão e o apoio às mães que sofrem com a perda repentina de seus filhos de forma injusta, cruel.

Meu nome é Ana Gabriela. Eu sou a mãe do Moisés. Fui casada com o pai do meu filho, refugiado palestino, o qual conseguiu a nacionalidade brasileira através do casamento. Inclusive, eu fui coagida, incentivada, iludida a casar rapidamente com ele. E hoje eu entendo um dos motivos do interesse dos homens do Oriente Médio em casar com mulheres brasileiras: somos consideradas, desculpa a palavra, chocadeiras de um bom passaporte, é essa a forma como eles nos veem. Tem grupos em Facebook de homens que orientam, incentivam a seduzir mulheres brasileiras e dizem como um passaporte brasileiro mudaria suas vidas.

Eu acredito firmemente que o Brasil deveria aumentar os anos para se conseguir a nacionalidade por casamento. No Líbano, também existem grupos que orientam mulheres árabes a dar à luz no Brasil. Elas são induzidas principalmente pelos próprios maridos, viajam principalmente para São Paulo, têm a criança de forma gratuita pelo SUS, assim, a criança nasce brasileira, sem gastos hospitalares, porque no Líbano não há hospital público, e garante-se aos pais uma nacionalidade que produz benefícios que nem mesmo à libanesa ou ao refugiado se proporcionaria, àquela família.

O pai do Moisés o levou ao Líbano quando o meu filho tinha três anos de idade, em outubro de 2022 – mesma data em que o seu filho saiu –, e prometeu trazê-lo ao Brasil em dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses, porém, o acordo não foi cumprido. Desde então, a minha vida virou um verdadeiro inferno. Era manipulada, o meu filho pedia por mim. Porém, após um ano, em 2023, o pai do meu filho faleceu em um acidente doméstico e, mesmo assim, após o falecimento dele, a família se recusa a entregar meu filho. Hoje meu filho tem seis anos, e já tem três anos que eu não tenho contato com ele, assim, de uma forma ideal, como mãe e filho.

Meu filho é órfão de pai, eu sou uma viúva, porque eu fui casada com o meu ex-marido. E, no momento, meu filho segue órfão de mãe, de mamãe viva. E isso parte meu coração. Por mim, eu consigo suportar, mas uma criança sem uma mãe é uma maldade tremenda. Eu suporto na forma, assim, consciente de dizer.

Meu filho permanece no Líbano, sob a guarda dos tios paternos, Ziad Kattan e Nadine Kattan, por decisão do tribunal libanês. Eu estou ameaçada de perder o direito de ter meu filho, e meu filho o direito de ter sua mãe.

O país de residência do meu filho é o Brasil. O Líbano nunca foi o país dele. Ele ficou aqui comigo até um ano e sete meses; depois, eu fui convencida a visitar o Líbano para que meu filho conhecesse os pais, os avós, a cultura, como geralmente acontece. Só que, em meio à pandemia, a gente acabou ficando um tempo a mais. Depois, a gente morou também em Madri. Então, a gente teve essas variações de locais, mas o país de residência do Moisés sempre foi o Brasil, porque as nossas saídas eram apenas viagens temporárias. Ele nasceu aqui em Brasília. Ele tem asma, bronquite e autismo, ele precisa de acompanhamento médico e terapêutico constante, mas é impedido por estar em um país instável.

Inclusive, durante a guerra no Líbano de 2024, os tutores do Moisés impediram de trazê-lo para que eu pudesse... Eles me impediram de trazer o meu filho ao Brasil, mesmo com bombardeios em Beirute, que é onde ele reside agora. Permitem falar com o meu filho por vídeos e admitem e falam para a Justiça libanesa como se isso fosse o máximo: "A gente deixa falar e tudo", como se isso fosse o suficiente.

E eu percebo o afastamento emocional entre mim e meu filho, eles fazem alienação parental internacional, meu bebê não fala mais português. Ele foi registrado como refugiado palestino, que é de grande risco, apenas para que os tutores tivessem acesso às nossas finanças no Líbano – finanças incluindo o seguro de vida e essas outras coisas. Obrigam o meu filho a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamar a tia de mãe, a avó de mãe, o tio de pai, e meu coração fica partido de tanta injustiça. Eu sou a única referência familiar do meu filho e eu não sei como que as coisas vão seguir.

No início do ano passado, eu fui visitá-lo com o interesse de buscá-lo e eu procurei a ajuda da Embaixada do Brasil em Beirute. Quando eu ainda estava aqui, antes de chegar ao país, eu já tinha entrado em contato perguntando, pedindo orientações e tudo, e eles prometeram ajuda em todos os aspectos, principalmente pelo WhatsApp, do grupo de mulheres da embaixada. Porém, quando eu cheguei lá eu recebi, posso dizer assim, com um tapinha nas costas, comentários como: "Ah, isso acontece o tempo todo, a gente sempre recebe muitos casos, isso é muito comum aqui...". Eu quero lá saber se é comum ou não? "Ah, o seu caso é o mais fácil de resolver porque o pai morreu." Mas até agora não está resolvido.

A gente não tem um psicólogo lá. O que acontece? Depois de um dia, eles fizeram uma reunião no *shopping*, no *shopping* LeMall, em Beirute, juntamente com o tutor – eu não tive tratamento judicial na embaixada – resumindo, tá? E eu fui exposta no *shopping*, eu chorava muito no *shopping*. Não tinha um protocolo correto. Eles criaram um protocolo lá e falaram: "Ah, eu acho que vai ser bom lá no *shopping*. Vamos lá no *shopping*."

Eu estava sendo vigiada por várias pessoas – pessoas que eu até conhecia, como amigos da família do genitor. E eu me senti muito humilhada. Não me senti protegida por quem deveria me proteger.

Acredito que é necessário que as embaixadas do Brasil que estão nesses países de Sharia tenham um protocolo efetivo, correto, com psicólogos, assistentes sociais, outras profissionais mulheres, essenciais. Deve haver um protocolo de assistência consular para mulheres nesses países de Sharia, da mesma forma que existe em embaixadas de outros países que não são de Sharia, porque a gente sabe que tem. Nos países de Sharia, a gente não tem isso.

Qual é o protocolo que a embaixada deve seguir? É uma pergunta que eu faço, que eu faço com a Karin também. O que se pode fazer, de maneira razoável, nas embaixadas, para fazerem essa ligação entre a mãe e os filhos desses países? Porque eu não consegui este ano, novamente, na tentativa de encontrá-lo. Mesmo da última vez que eu fui, eu estava sendo sempre vigiada. E não consegui devido à questão financeira, porque uma passagem para a Ásia é uma passagem cara. Mesmo a moeda lá sendo desvalorizada, é uma passagem cara. E eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senti insegura, porque eu não tinha como ter a certeza de que a embaixada iria me auxiliar, iria me dar o suporte. E um país de guerra.

E outra coisa, no meu caso, eu tive que fechar minhas redes sociais – eu trabalhava com *blog*, com YouTube, eu falava sobre viagens, essas coisas, porque eles usam... A Karin me ajudou a fazer uma vaquinha, no ano passado, quando eu fui, e eles anexaram ao processo dizendo que eu estava pedindo dinheiro, porque não tinha condição de cuidar do meu filho. Eles me ameaçaram, porque eu dei uma entrevista também no canal Sobrevivendo na Turquia, da Danny Boggione, que é excelente no tráfico de pessoas, e eles usaram essas coisas para poder argumentar que eu não tinha condições.

O meu advogado é em dólar, também. Consegui uma orientação com a Juliana, da Revibra, que é excelente, e ela que me direcionou, me ajudou a escolher um advogado – e o advogado também é em dólar.

Então, eu fico num impasse: busco um advogado e pago o advogado, ou uso o dinheiro do empréstimo para ir visitar meu filho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Sem a garantia.

Sem a garantia, porque eles podem muito bem... Eu sou ameaçada o tempo todo: "se você não seguir, a gente some".

E aí eu tenho que ficar ali feliz porque eu estou vendo o menino por duas horas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA GABRIELA REIS – É, pelo menos, comparando assim...

Então, depois desse dia do *shopping*... No dia do *shopping*, eles assumiram: "Olha, a gente não tem como te ajudar". É isso. O advogado da embaixada e a tradutora que estava lá: "A gente não tem como te ajudar. Não há o que fazer".

Aí, eu sou iludida antes de chegar lá, que eles devem dar uma amaciada, "não, pode vir... a embaixada está de portas abertas". Depois, a gente não tem o que fazer, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... E outra coisa: eu passei mais de um ano no Brasil à procura de advogados que pudessem me ajudar no meu caso, e, assim, o que parece – não sei se eu posso estar errada – é que nem promotores nem juízes sabem como proceder nesses casos. Eles não sabem. É um absurdo: a gente não pode contar com um país que nem mesmo sabe como agir juridicamente nesses casos.

Eu recebi um golpe de um advogado que dizia ser especialista em Haia, em Sharia, aí eu perdi mais de R$4 mil, assim, de primeira, fora o tempo que eu perdi com processo.

Aí, depois, a Defensoria Pública da União... Ninguém sabe. Eles só colocam lá no... "Ah, é isso mesmo?". E colocam lá, para dizer que... E pronto.

Não tem, não tem aí... É complicado.

Aí, passa mais de R$40 mil de gasto com esse meu advogado, fora os custos da passagem com... Porque é em dólar. Então, é muito alto o valor.

E vai para as próximas parcelas. Aí, eu não sei qual banco que vai aceitar.

Eu sou professora temporária da Secretaria do Distrito Federal e eu não sei qual é, não sei como é que eu vou fazer.

Aí, eu não viajo, também nem pago... Como é que fica?

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Eu falo que o povo brasileiro ainda é um povo muito bom, porque eles ajudam muito a gente. (*Fora do microfone.*)

Eu não posso reclamar da minha rede social, porque, se não fosse ela, eu não teria conseguido 10%...

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Sim, é importante.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – A gente tem que continuar gritando, berrando, não só pelos nossos filhos, mas por outras mães também, porque, se a gente depender da nossa Justiça aqui, ela é muito falha. Muito falha. Você é a mãe, o seu ex morreu...

A SRA. ANA GABRIELA REIS – O pai está fo... É... O pai está morto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Eu não vejo o meu filho, o meu filho está com a avó... Não deram a guarda, porque o genitor está na linha vermelha da Interpol, mas deram para a avó, porque eu estava – tem uma foto – tomando uma água com gás, e ele usou essa foto, como se fosse um vinho. E ali o juiz achou que eu era indigna – num dia de sol, em Londres – de comemorar o aniversário da minha amiga. E ali ele entendeu que era um álcool.

E onde que eu sou mais mãe ou menos mãe por estar segurando um copo, sendo que o juiz não sabe o cheiro, não sabe o que é...

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Não sabe se é um suco...

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Não sabe se é um suco, não sabe nada.

É surreal, gente. Vocês não têm noção do que é um Judiciário... Quando as pessoas falam "Nossa, o Judiciário do Brasil é assim?", eu falo: "Gente, para, porque vocês não sabem como é que um Judiciário de Sharia, onde não se tem cadeira para sentar, onde é escrito no papel, não se tem um computador, é tudo na mão... Então, o juiz dita, outra pessoa escreve...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Você não sabe. Você não tem essa noção.

É muito fácil a gente falar sem viver.

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Continuando...

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Vai, amiga.

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Obrigada. (*Risos.*)

O Brasil é referência mundial no acolhimento de refugiados, por ter mais estrutura. E está lá o meu filho Moisés, uma criança refugiada, brasileira, numa zona de conflito... Então, até que ponto a gente pode interferir aí, para trazer um refugiado?

E eu venho implorar por esse direito, o direito de ser mãe, de proteger, criar meu filho... O direito de o meu filho ter uma mãe, de ele crescer com identidade e segurança.

E o Brasil precisa agir com firmeza para poder, de fato, proteger as crianças no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço apoio efetivo do Itamaraty, da Embaixada do Brasil em Beirute, que seja aberto um canal bilateral com o Governo libanês, e que o meu caso seja acompanhado oficialmente.

A minha primeira audiência será no dia 11 de dezembro, no Líbano. Eu não estarei presente e eu necessito da presença de um representante oficial da embaixada nesta audiência, de preferência do sexo masculino, por questões óbvias. Eu não posso, sozinha, enfrentar um sistema jurídico estrangeiro, em uma rede totalmente diferente da minha, uma cultura diferente da minha, a língua.

Eu sou professora na rede pública do DF e todos os dias eu ensino aos meus alunos sobre direitos humanos, justiça, direitos e deveres de um cidadão brasileiro, e, enquanto eu ensino essas palavras, eu vivo uma violação dos direitos humanos. Eu vivo a omissão de quem deveria proteger a mim e aos meus filhos. Isso é muito doloroso para mim como professora, como mãe, como mulher.

Eu rogo para que o amor de mãe em mim não seja vencido por fronteiras, silêncios e burocracias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ana Gabriela... Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Muito obrigada pela sua fala, por você dividir conosco essa sua experiência tão dramática. Assim, bate no coração. Claro que a gente queria arrumar uma solução para tudo agora, mas esta audiência é o começo disso. Eu sei que há muito vocês já lutam por isso, mas é o que a gente está fazendo aqui.

Eu quero conceder a palavra, agora, à Patrícia... Ah, não, perdão, à Sra. Sarah Bonilha, que fará, de modo remoto, por videoconferência, a sua explanação.

Você está com a palavra, Dra. Sarah Bonilha, e dispõe de 15 minutos.

A SRA. SARAH BONILHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Exma. Senadora Mara Gabrilli, em nome da Presidência desta sessão; ao Dr. Rodrigo Meira Santos, que representa o Ministério da Justiça; ao Embaixador Aloysio Marés, que também está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representando o Ministério das Relações Exteriores; à minha amiga Karin, porque, através dela, eu tive o prazer de conhecer e manter essa conexão com a Senadora Mara Gabrilli; aos demais presentes e às mães de Sharia, quero agradecer a oportunidade de estar nesta audiência e dar voz às mães de Sharia.

Meu nome é Sarah Moya Bonilha. Eu me apresento diante de V. Exas. não apenas como cidadã, mas como mãe de dois cidadãos brasileiros natos, que foram ilegalmente sequestrados e retidos fora do Brasil. Hoje, encontram-se na Síria, na cidade de Damasco.

O que eu exponho é uma afronta direta à soberania nacional e à Constituição Federal.

A crise que hoje eu enfrento é a do sequestro dos meus filhos, da Raghda Bakkour, de seis anos, e do meu filho Salomão Bakkour, de quatro anos. Tudo ocorreu... O grande terror ocorreu a partir de uma viagem em 10 de junho de 2024, de São Paulo para a Síria, na cidade de Damasco, previsto o retorno no dia 15 de setembro, uma estada de três meses. Ficamos hospedados na casa dos pais do genitor, Kinan Bakkour. A princípio, essa viagem seria, como sempre, como eles usam de forma a ludibriar as mães, sempre para visitar os avós, porque as crianças têm que visitar os avós, e ele alegando que há dez anos não via os pais e que estava com saudade, precisava ver os pais. Questionei, claro, em relação ao tempo, mas, como tinha uma passagem de volta comprada, concordei e falei: "Tudo bem, vamos visitar os avós, acho justo que as crianças vejam os avós", mas eu não achava que isso seria o começo da minha grande turbulência, do que eu vivo hoje.

Bom, na Síria... Quando eu cheguei à Síria, ali... O Kinan já era agressivo no Brasil, eu digo de comportamento também, claro, eu já cheguei a ser agredida, mas eu procurei tentar manter o meu casamento, tentar recuperar. Eu acho que muitas mães, muitas mulheres fazem isso, acabam suportando, tolerando isso, e não veem, não enxergam o erro do que está na frente. Quando chegou à Síria, o Kinan se mostrou mais violento, houve muitas discussões, fui agredida psicologicamente, verbalmente e fisicamente, com todas as formas de agressão.

Momentos antes de nós retornarmos, o Kinan veio com uma proposta, alegando que o pai dele queria quitar o nosso apartamento, no entanto, com uma condição, de que o apartamento deveria passar para ele. Enfim, com isso, eu não achei justo, além de tudo o que eu já havia sofrido e que já vinha acumulando, eu solicitei o divórcio. Eu falei: "Eu quero o divórcio, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vou ficar com você", mas isso, até então, eu não sabia que seria o pior erro da minha vida, foi ter pedido o divórcio para ele na terra dele. Antes mesmo de fazer o pedido de divórcio, quando estávamos ainda bem, ele me levou lá para fazer um casamento na Síria, alegando que seria bom para as crianças... Enfim, fui, ficou pendente apenas um documento do Brasil, mas não tinha no momento, para confirmar o casamento na Síria.

Em resumo – em resumo –, depois do pedido do divórcio, o Kinan disse que as crianças não iriam, que ele não iria, que as crianças não iriam retornar! E aí começou a maior guerra naquela família, naquela casa, onde eu vivi os piores pesadelos da minha vida. As crianças presenciaram uma parte da agressão. (*Manifestação de emoção.*) Fui agredida pelo irmão; o Kinan, o genitor, ia agredir minha mãe. Fui mantida em cárcere privado. No momento em que ele ia agredir minha mãe, por exemplo, eu fui, obviamente, ali, protegê-la; puxei ele, ele me chutou no meu tórax, caí, fui esmurrada no braço pelo irmão dele. Por fim, a família optou, para separar ali, naquele momento, aquela briga, por nos manter na vizinha de frente. Enquanto isso, a esposa do irmão do Kinan levou meus filhos para a casa do irmão do Kinan. O Kinan, neste momento, ele aproveitou... viu a oportunidade de pegar meus filhos, o passaporte, as malas e sumir. Isso foi um dia antes da viagem.

Ali eu me vi desesperada, não sabia o que fazer. O dia seguinte era a minha viagem do retorno para o Brasil. Era para eu estar com meus filhos. Eu tenho todo um registro de entrevista também: com a Danny Boggione, eu tive a oportunidade de ser entrevistada; fui entrevistada em rede de televisão, inclusive da Síria. Então, isso repercutiu e chegou até a Síria.

Antes mesmo da entrevista, antes de acontecer essa parte do retorno ao Brasil, no dia da viagem eu tive que retornar. Retornei à Síria para tentar uma conciliação, por orientação, para que ele não alegasse que eu abandonei os meus filhos. E eu retornei, na tentativa de uma conciliação, a qual foi em vão, pois ele já tinha tudo planejado. Ali eu tentei conversar com ele, tentei convencê-lo para retornar; não adiantou. Ele matriculou os meus filhos junto com seu pai, com seu irmão, sem a minha anuência, porque lá é um país onde predomina a voz masculina. E ali eu vi que eu não tinha chance nenhuma. Eu falei: "Eu não concordo com você, não está certo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes mesmo de todas essas agressões, antes mesmo do meu retorno para a Síria, no mesmo dia da viagem para voltar para o Brasil, eu tinha solicitado ajuda do consulado do Brasil que estava na Síria. Não tive, em nenhum momento, um retorno, nenhum apoio, nada, nada! Eu me vi ali sozinha, abandonada. Se eu fosse morta, ninguém teria ciência, pelo menos na questão do Brasil, do consulado. Não tive apoio nessa parte. Isso é uma lástima e é um perigo para as mães que estão num país onde predomina a lei de Sharia, onde predomina a voz masculina. E isso também deve ser uma questão que deve ser aberta e tem que ter outros meios de alternativa para ajudar outras mulheres brasileiras.

Mas, resumindo, após o meu retorno, eu vi que não tive chance nenhuma de tentar um acordo, uma conciliação, de voltar para o Brasil com meus filhos; infelizmente, o Kinan não me deu outra alternativa. Eu falei: "Então, eu vou retornar". Isso não é certo, porque eu vi que não tinha condição nenhuma de lutar pelos meus filhos num país onde eu não falo a língua, onde eu desconheço as leis, onde eu não tinha dinheiro, onde não funciona internet na rua. Ali é um país falido, com cenário de guerra – já há mais de 13 anos –, e eu me vi sozinha, e eu vi que ali eu não conseguiria lutar pelos meus filhos. E eu falei: "Eu vou retornar, porque no meu país eu vou lutar; no meu país, eu vou lutar para tentar trazer os meus filhos".

Assim eu fiz, mas, antes de retornar, houve mais agressão: ele me manteve em cárcere privado de novo, me agrediu, puxou meu cabelo, me lançou entre o batente da porta, bati a cabeça, fui completamente violentada. O medo da morte foi muito forte, pois ele estava totalmente agressivo. (*Manifestação de emoção.*) Desculpe. Realmente, ter que relembrar algumas coisas é tocar na ferida, mas que isso sirva de exemplo para todas, para que não passem por isso e para que as autoridades do Brasil possam fazer alguma coisa pelas mães de Sharia também.

Por fim, retornei ao Brasil. Após isso, ingressei com ação com pedido de busca e apreensão e repatriação na esfera estadual, juntamente já com pedido de divórcio, com pedido da guarda, fiz cumulação de pedidos. No entanto, a Justiça estadual alegou que, no caso de sequestro, deveria repassar para a Justiça Federal; assim foi feito, mas foi uma grande perda de tempo, porque existe uma manobra jurídica em que nem o próprio Judiciário consegue entender como é que funcionam os trâmites no caso – quando eles se deparam com sequestro que se trata de Sharia, e não da Convenção de Haia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso já é uma lacuna, não existe um parâmetro para as mães de Sharia, não existe uma lei, não existe algo que possa dar um amparo legal para que seja julgado a nosso favor. Um faz uma manobra jogando para o outro, para outra Justiça: "Não, é competência da Justiça estadual". "É competência da Justiça Federal". A Defensoria Pública da União não se manifesta, não se manifesta, infelizmente!

Agora, na esfera estadual, o meu processo está tramitando. Ainda existe um percurso longo – com o tempo que eu perdi na Justiça Federal, eu poderia estar caminhando e tendo respostas promissoras na Justiça estadual – e, devido a essa lacuna de leis que poderiam regimentar casos como os nossos, que são tratados com leis de Sharia... Deveriam já direcionar casos como os nossos a uma determinada competência, à Justiça competente, para não perder caso, para não perder tempo, pois o tempo é crucial nessas causas.

Nossos filhos estão crescendo, estamos perdendo a maternidade deles. Eles estão se adaptando a um ambiente que não é para eles. São crianças brasileiras, nascidas no Brasil (*Manifestação de emoção.*), e que merecem ter todo o apoio, ter todo o resgate do Brasil.

Ministério das Relações Exteriores, membros do Ministério Público, enfim, ONU têm que se unir para resgatar os nossos filhos. Isso não está certo. Os nossos filhos estão sendo... não só nossos filhos com as brasileiras, mas com as estrangeiras também. As mulheres que se envolvem com esses homens do Oriente Médio... Eles já vêm de caso pensado, e a gente só descobre isso, infelizmente (*Falha no áudio.*)...

Eu peço que... Desculpe, realmente tudo isso é muito cansativo, mas eu peço o apoio da embaixada. Graças a Deus, assim, eu não posso negar que a embaixada já foi visitar os meus filhos e com isso eu tive pelo menos um retorno positivo, que fala que meus filhos querem voltar – meus filhos a todo momento falam que querem voltar –, mas eles estão retidos. E ainda descobri que o genitor fez um documento dizendo que eu abandonei os meus filhos, mas na verdade eu vim para proteger a minha vida, senão eu seria morta naquele lugar. Portanto, eu peço a todos que ajudem as mães de Sharia, porque isso não é só apenas um caso de família, mas é um caso de resgate de cidadãos brasileiros.

Nós exigimos intervenção decisiva do Estado e o imediato retorno dos meus filhos, dos filhos da Karin e das outras mães de Sharia. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sarah. Muito obrigada pela sua participação, pela franqueza.

A SRA. SARAH BONILHA (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada mesmo (*Falha no áudio.*)... depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora eu quero conceder a palavra à Patrícia Bozolan, que eu chamei para ir para a mesa, mas eu não sabia que você não estava aí, Patrícia. E você tem a palavra por 15 minutos. Muito obrigada.

A Patrícia Bozolan está representando a Sra. Bianca Carneiro.

A SRA. PATRÍCIA BOZOLAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Boa tarde a todos.

Eu queria, na pessoa da Senadora Mara Gabrilli, cumprimentar todos os presentes. Em relação às mães de Sharia, eu queria não cumprimentar, eu queria abraçar cada uma de vocês pelas histórias, pelo compartilhamento do sofrimento, pelos relatos. Então, eu queria dar um abraço em todas vocês por tudo o que vocês falaram.

Bom, eu estou aqui também representando uma mãe de Sharia, a Sra. Bianca Carneiro. A história dela não é diferente, em termos de sofrimento, de dificuldade, de luta. Eu sei que vocês se conhecem, cada uma conhece a história das outras, e vocês se uniram, mas eu vou pedir licença para contar um pouquinho, para contextualizar para quem está presente, para quem não conhece ainda a história da Sra. Bianca Carneiro, do que aconteceu.

Bom, a Sra. Bianca Carneiro foi casada, viveu em uma união estável com um cidadão do Líbano aqui no Brasil. Ela o conheceu aqui no Brasil, mais especificamente em Brasília, teve com ele uma união estável, e dessa união vieram duas meninas lindas, Laila e Júlia. Durante o casamento, durante essa união estável, eles tiveram alguns problemas de relacionamento, e veio a decisão pela separação. Tudo isso aqui no Brasil, em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a decisão de se separar, a Sra. Bianca, nesse momento, procurou-nos para cuidar das providências jurídicas necessárias, quando a gente vai falar de dissolução de união estável, de partilha, de guarda e regime de convivência. Nós estávamos cuidando desses trâmites, atendendo a Sra. Bianca, entendendo o caso. E aí, antes mesmo que a gente pudesse protocolar a ação de guarda, a dissolução da união estável, a Sra. Bianca, no ano de 2023, na Páscoa de 2023, num domingo de Páscoa, liga para a gente, para a equipe do instituto, e, chorando muito, muito, muito, relata que o Sr. Ali, cidadão libanês, tinha ido para o Líbano acompanhado das duas filhas.

Naquele momento, a gente não entendeu, porque uma das coisas que a gente fez, ao diagnosticar a situação da Sra. Bianca, foi entender se as crianças, que na época estavam só com três para quatro anos, tinham passaporte, se tinham nascido aqui no Brasil, e as respostas foram todas: "Não, elas nasceram no Brasil. Elas não têm passaporte ainda. A gente nunca fez uma viagem internacional". E a gente demorou um pouco para compreender como a saída do Brasil dessas duas meninas gêmeas tinha acontecido.

Aí, investigando, tentando buscar informações, tentando entender o que aconteceu, a gente se deparou com a situação de que, num determinado momento do relacionamento, em que o casal ainda estava bem, estava junto, eles pactuaram que o pai iria com as filhas, para que os avós paternos conhecessem as filhas, e passaria lá um tempo maior. E a Sra. Bianca, que é professora aqui no DF, iria encontrar a família depois de vencer alguns compromissos profissionais. Então, havia uma procuração para que ele tirasse o passaporte das crianças, tomasse as providências necessárias para fazer essa visita à família paterna, e a Sra. Bianca iria acompanhá-lo um tempo depois.

A viagem não se concretizou, não se tirou o passaporte, os planos mudaram, a família mudou de planos – isso muito antes de os fatos acontecerem. E aí, quando a gente tem esse cenário em que o pai leva essas meninas embora para o Líbano, na verdade ele utiliza essa procuração, de que ele já não tinha mais cópia – a cópia já não estava em poder dele –, mas ele vai até o cartório, busca uma cópia dessa procuração e, com essa procuração, retira o passaporte, compra as passagens e leva as meninas embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, a gente tem um outro cenário que igualmente foi doloroso, violento e que trouxe muito, muito sofrimento, mas muito sofrimento para a Sra. Bianca, porque, com a ida dele para o Líbano, levando as filhas embora, ele começou um período de chantagem em relação à Sra. Bianca, exigindo que ela só veria as filhas se ela concordasse em retomar a relação. Ele impôs várias condições, impôs condições absurdas do tipo: "coloque uma foto no WhatsApp com nós dois", "tome essa providência e essa outra, senão eu não vou voltar, senão você não vai ver suas filhas". E, apesar de a Sra. Bianca fazer tudo que foi pedido... Não, que ela teve que fazer, porque foi coagida para que ele retornasse ao Brasil com as crianças. Ela foi seguindo todas as ameaças dele, todas as exigências, as coações... E finalmente a gente tinha ali uma data de retorno. Após três, quatro meses, ele sinalizou que, se ela fizesse tudo o que ele mandasse, ele voltaria. No dia pactuado que era para ele tomar o voo no Líbano e voltar para o Brasil, com ela já nessa agonia, a gente esperando notícias, acompanhando a situação, ele manda um recado para ela falando que tinha desistido da viagem e que não voltaria.

A partir dali, outro cenário de sofrimento, outra luta começa para a Sra. Bianca, que era pelo menos ver as meninas, conversar com as meninas, ter minimamente um contato, ainda que virtual, com essas meninas. E, mais uma vez, durante esse tempo todo, esse contato virtual aconteceu algumas vezes, mas, na maioria das vezes, eram impostas condições. Então, por exemplo, se a Sra. Bianca falasse de um jeito um pouco mais rude com o genitor, ele impedia, sumia, não atendia mais o telefone, não deixava mais a Sra. Bianca ver as meninas. No ano de 2023, para se ter uma ideia, a Bianca viu as meninas por videochamada apenas três vezes durante o ano todo. Todas as vezes sob o argumento de que, se ela não se comportasse do jeito que ele queria, se ela tivesse uma alteração ou falasse algo com o qual ele não concordasse, a punição sempre foi cortar o contato com as meninas.

Considerando tudo isso que aconteceu, as meninas foram levadas embora para o Líbano em 2022, quando estavam de três para quatro anos, e, hoje, as meninas não falam mais o português. Então, a língua materna está prejudicada. O diálogo, quando a Sra. Bianca consegue contato com as filhas para ver as filhas, não é mais em português, porque elas não dão conta mais de se comunicar com a mãe em português. Tentam ali se virar um pouco com o árabe, um pouco com o inglês, e, sempre, sempre, esse contato à mercê desse genitor: se ele vai deixar, se ele não vai deixar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um resumo, um resumo de sofrimento, um resumo que não se distancia de todos esses relatos que a gente escutou aqui. Eu tenho certeza de que, se a Sra. Bianca estivesse aqui hoje, o relato dela seria tão cheio de lágrimas como o de vocês foram, porque é muito sofrimento, é muito sofrimento! E, em alguma medida, a gente sofre junto. Esse certamente foi um dos casos mais desafiadores e mais violentos. Eu, que trabalho sempre com a perspectiva de violência de gênero... Essa é uma forma de violência contra a mulher, para mim, a mais emblemática que eu tenho aqui, em que eu atuei. É uma forma de usar a maternidade da mulher para praticar essa violência. Retirar da mulher o direito de conviver com o filho, sem poder ver, sem poder fazer uma visita, é uma das formas mais violentas que se tem contra uma mulher. No caso da Sra. Bianca, eram meninas de três anos de idade, três para quatro anos, com aquela ligação. E é violento também com essas crianças, porque, do dia para a noite, a mãe passa a não existir – não existir.

A Sra. Bianca, comprometida em respeitar a parentalidade do genitor, ainda que não houvesse formalmente um acordo de convivência quando as crianças, as meninas foram levadas, imbuída desse respeito à parentalidade do genitor, no feriado da Páscoa, entrega essas meninas, na sexta-feira, para conviver, num arranjo informal que ela tinha feito com o genitor, respeitando essa parentalidade, e ele não devolve. Ele simplesmente as leva embora e passa a usar a retenção, levando essas meninas para fora, como forma de barganha, de violência, de punição. É esse o retrato que a gente tem. A Sra. Bianca, desde então – acho que tem um microfone aberto –, a Sra. Bianca sofre, como todas as mães de Sharia que aqui estão presentes.

E o que é importante a gente pontuar aqui, usar este momento para falar, é que me chama a atenção que, embora a gente saiba, do ponto de vista jurídico, que a gente tem entraves a serem superados, que a gente tem dificuldades quando a gente fala de acordos diplomáticos, de países que não são signatários da Convenção de Haia, chama a atenção isto: por que o Brasil não atuar, não ter um protocolo que não adicione sofrimento para essas mulheres, para que elas possam minimamente ter respostas seguras de aonde ir?

É possível perceber que, nesses relatos, a gente tem mulheres com situações envolvendo o Egito, a Síria, o Líbano e todas padecem da mesma situação: não se sabe o que fazer, não se tem um suporte, não se tem apoio. Uma embaixada é mais proativa, a outra não é; uma tem protocolo, a outra não tem. Então, a gente tem um calvário que essas mulheres percorrem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca de... "Tá, se não pode devolver o meu filho, se eu tenho entraves diplomáticos... Mas eu não posso ter nem suporte, nem ajuda, nem orientação adequada, nem alguém para me segurar, para segurar a minha mão?" – alguém que represente o Brasil, alguém que esteja nessa luta, para facilitar a vida dessa mulher, dessa mãe de Sharia.

Então, é urgente que a gente pense nessa situação, é urgente que a gente traga um alívio, seja em formato de protocolos, com caminhos viáveis, seja fazendo pactuações bilaterais para aqueles países que não são signatários da Convenção de Haia, fazendo acordos ali, pactos bilaterais com países em que a gente tem um número de casamento com brasileiras. Não dá para pensar que essa mulher, dentro de um país em que tem a Sharia como um elemento principal, um elemento central, vá sozinha a essa luta, porque ela já entra perdendo – elas já entram perdendo.

Esses relatos que elas trouxeram aqui não são diferentes do da Bianca. A Bianca, no processo no Líbano, é acusada de adultério, e não tem relato de adultério. Mas o que o homem fala vira regra dentro do processo, vira regra para a mãe não acessar mais essa criança.

Então, não é possível que a gente permita, enquanto Brasil, que essas mulheres não tenham suporte nenhum, que elas vão para essa guerra – porque é uma guerra, é uma luta – sozinhas, sozinhas, seja por falta de conhecimento; seja pela ausência de qualquer tipo de protocolo; seja pela ausência de um nivelamento entre as embaixadas brasileiras nesses países – o que fazer, como fazer, de que jeito dar suporte para essas brasileiras –; seja pela pouca movimentação para fazer pactuações bilaterais com países que têm um alto número de casamentos com brasileiras.

Então, é urgente pensar de que maneira a gente pode dar suporte, pode dar apoio para essas mães de Sharia. Não é possível que a gente vá escutar esses relatos e isso vá se arrastando, vá se arrastando, a ponto de a gente transformar essa história de dor numa história banal, porque é isso que acontece.

No primeiro ano, chama a atenção; no primeiro ano, tem ali algumas pessoas envolvidas; e depois isso vai virando uma história comum, uma dor comum, o que para mãe não é. É uma dor que nunca acaba, é uma dor que nunca termina, é uma dor sem fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, por exemplo, quando a gente continua aqui no acompanhamento com a Sra. Bianca, embora a gente tenha tido tudo que precisava ter em relação ao processo na Justiça brasileira, a gente sabe que a eficácia das decisões brasileiras são baixas nesses países.

Então, é preciso fazer esse enfrentamento institucional, é preciso pegar na mão dessas mães. O Brasil precisa fazer isso por elas. Não é possível que a gente não consiga, minimamente. Ainda que a gente não consiga destravar algumas impossibilidades diplomáticas, não é possível que dessas mães a gente não consiga cuidar de maneira adequada.

Eu queria encerrar aqui minha participação e queria agradecer a todos que estão aqui por ouvir o compartilhamento dessa história da Sra. Bianca Carneiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Eu queria agradecer a palavra da Patrícia Bozolan, que está aqui representando a Sra. Bianca Carneiro. Muito obrigada pela sua explanação.

Eu queria passar algumas mensagens que a gente recebeu pelo e-Cidadania.

A Stephanie, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quais são as medidas protetivas e preventivas que o Brasil utiliza hoje para ajudar essas mães?".

E a Josafa, de São Paulo, pergunta: "Como a mídia e instituições públicas podem divulgar informações sem reforçar xenofobia, estereótipos religiosos ou islamofobia?".

São duas perguntas que nós recebemos, entre tantas outras.

Eu queria sugerir, a partir de agora, depois de termos ouvido os relatos das mães, às quais a gente deu 15 minutos, por se tratar de exposições longas, delicadas e sensíveis, e queria pedir para os nossos próximos convidados que tentassem uma exposição de dez minutos, e, caso vocês precisem de mais um pouquinho, com uma choradinha, a gente conversa.

Eu queria chamar agora a nossa convidada internacional. Quero conceder a palavra à Sra. Dra. Nazia Yaqub, Professora Sênior de Direito da University of Leeds, no Reino Unido, que falará de modo remoto, por videoconferência, e contará com a tradução simultânea feita pelo Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria agradecer muito a participação da Dra. Nazia Yaqub, por ter aceitado o nosso convite.

A SRA. NAZIA YAQUB (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – O.k. Muito obrigada pelo convite de conversar perante a Comissão.

Vocês conseguem me ouvir claramente? (*Pausa.*)

Sim, senhora.

Eu tenho alguns eslaides para me auxiliarem com a comunicação, o.k.?

Então, antes de eu começar, eu gostaria de reconhecer todas as senhoras que falaram antes de mim. Elas descreveram histórias consistentes com os padrões que eu percebi no meu trabalho. Eu ensino Direito, mas eu também já fui uma advogada de família no Reino Unido, auxiliando mães que tiveram seus filhos sequestrados para países muçulmanos do Reino Unido. Então, eu estou bastante familiarizada com esses casos.

Esses testemunhos não são tragédias isoladas; eles refletem arcabouços legais e evitam que mães e crianças fiquem juntas em muitos países. E, de forma importante, esses arcabouços legais funcionam eficazmente em cenários domésticos. As leis são criadas para famílias locais, em que os dois pais moram na mesma comunidade e compartilham as mesmas expectativas em relação a papéis de gênero. E isso se tornou muito problemático em casos transnacionais, especialmente quando a mãe não é muçulmana, ou ela achou um novo relacionamento, ou ela mora bem longe de onde o pai decide morar.

O meu trabalho examinou essas dinâmicas através de estudos empíricos em 29 casos, nos quais mais de 50 crianças foram sequestradas do Reino Unido para países islâmicos. Esses dados talvez ajudem a Comissão no entendimento do contexto legal mais amplo. Esse contexto é o único no livro que tem um testemunho direto das crianças que foram levadas para países islâmicos, e a voz delas está no centro da minha análise.

Então, as pessoas descrevem o choque de serem colocadas em famílias e redes de famílias paternais, perdendo a língua que elas tinham e compartilhavam com as suas mães. E eles passaram por uma erosão com a mãe, que tinha sido a maior cuidadora deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das pessoas que foi levada à Líbia, aos quatro anos, disse que esqueceu o inglês e não conseguia conversar com a sua mãe de uma forma natural. Outra criança disse que estava dividida emocionalmente entre os pais e não tinha nenhum contato substancial, porque a comunicação era controlada, e a criança sabia que eles estavam sendo cuidados pelo sequestrador, o pai sequestrador; então eles tinham que manter uma certa lealdade a esse pai. Teve uma moça que disse que passou por anos de instabilidade emocional depois de voltar para o Reino Unido, quando ela era uma adulta; e citava que ela teve a sua educação interrompida, sentia falta de confiança.

Esses achados... No meu estudo, a maioria dos sequestros são diferentes no resto do mundo; a maioria é quando os pais sequestram. E nós sabemos que, nos casos da Convenção de Haia, é normalmente quando as mães viajam com os filhos. Em 27 desses 29 casos, o pai não era o cuidador principal depois do sequestro. Eles removeram as crianças do cuidado das mães e depois ele deixou com a sua família para as crianças serem cuidadas. Então eles ficavam na família paterna, eles eram cuidados pelos tios, pelas tias, pelos avós. E o pai ainda tinha autoridade legal e ainda era o guardião das crianças, como ouvimos das mães hoje. A documentação, a viagem, a educação e também a natureza e o momento de contato com a mãe ainda estavam sob a supervisão dos pais. Os jovens que conversaram comigo não descreveram isso como cuidados, descreveram isso como uma espécie de cárcere privado.

E os casos brasileiros refletem o mesmo padrão. Então, as crianças estavam na casa dos pais, os documentos eram controlados pelos pais, e eles não tinham um relacionamento significativo com as suas mães ou pais.

A gente tem que entender isso da seguinte forma: por que esses arcabouços legais funcionam assim? Então, temos que voltar à lei estatal islâmica, e entender essa lógica vai nos ajudar a entender como resolver esses casos, examinando por que os tribunais têm que decidir como eles decidem. A partir daí vocês verão como as mães que eu entrevistei e os casos que eu analisei atingiram sucesso, nos poucos casos nos quais elas conseguiram.

É importante entender as leis e as doutrinas da lei islâmica com acurácia. Há uma diferença entre o *hidana*, que é custódia física, associada ao cuidado do dia a dia; e *wilaya*, que é quem é o guardião e toma as decisões relacionadas a educação, documentos, quem é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guardião daquelas crianças. Historicamente, esses conceitos se desenvolveram quando a nossa sociedade era muito diferente, as famílias viviam perto umas das outras, os homens continuavam com esses papéis e as crianças faziam parte da linhagem e da estrutura paternalista.

Então essas regras foram desenvolvidas porque, naquele momento, eles entenderam que isso era para o melhor interesse da criança. E, como há muitas questões de gênero com a lei, há muitos países que evoluíram, outros não – alguns países favorecem os pais; outros favorecem as mães –, eu sempre acho que a perspectiva tem que ser a da lei que favorece as crianças e de se chegar a um acordo com o qual todos os países concordem, o.k.? Então, nós temos que analisar as circunstâncias de cada criança.

Nesses países islâmicos, houve muitas mudanças, há 50 anos: muitos Estados codificaram e colocaram essas leis por escrito, e aí a flexibilidade que os juízes tinham para analisar as circunstâncias de cada criança ficou limitada. Então, há 50 anos, o juiz podia analisar: "O que é o melhor para essa criança?", e, desde que essas regras foram codificadas, eles têm menos discricionariedade. Então, isso tudo é baseado no contexto local de cada país, em que eles atendem as expectativas da família: a mãe cuida das crianças, o pai é o guardião, e aí, quando nós temos casos transnacionais, esse caso de sequestro da criança fica muito complicado.

As jurisdições islâmicas demonstram três condições, e elas têm uma lógica interna.

Nos casos que eu examinei, a forma na qual deixamos as mães passar por essas regras islâmicas locais, o pai com a custódia normalmente era muçulmano. Então, nós também... Os juízes disseram que, se eles forem criados pelo pai, a criança tem que ser criada como muçulmana. E houve algumas distinções entre os casos que eu examinei, porque alguns países com lei islâmica favoreciam uma mãe... Se ela fosse judia, cristã ou muçulmana, elas eram tratadas igual; de outras religiões, nem tanto. Então, as mães que foram deixadas para trás tentavam se apresentar como muçulmanas, cobrindo seus cabelos, obtendo certificados de conversão, mudando seus *posts* nas mídias sociais. Então, por exemplo, você pode ver nesse eslaide que uma mãe disse: "Eu tive que fingir que eu era muçulmana para ter qualquer chance de ganhar. Eu não tenho orgulho disso, mas eu não tive escolha".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa regra se aplicou independentemente do gênero do pai ou da mãe que tinha sequestrado as crianças. Em alguns casos... Houve dois casos, se eu não estou equivocada. Uma mãe tinha sequestrado as crianças – e não o pai –, e, nesse caso, foi uma mãe que sequestrou duas crianças da Arábia Saudita. Nesse caso, o tribunal determinou – no meu livro, ele é chamado de Daniel –, falou: "Não, ele tem que ficar com a sua mãe muçulmana, na Arábia Saudita, e não vai ficar com o pai, que não é muçulmano. Então, os critérios variam.

Agora, o próximo.

Nós temos a questão do recasamento ou do novo casamento da mãe. Então, o casamento da mãe... Os relacionamentos eram encarados de forma diferente nos tribunais. E também houve casos...

Eu vou falar sobre Marrocos, se alguém quiser fazer perguntas mais tarde...

O Marrocos mudou as leis, porque agora eles querem favorecer as mulheres, mas até as leis de Marrocos têm questões e problemas em relação ao novo casamento da mãe. Então, isso é contencioso. O padrasto, a casa de um padrasto pode se tornar um ambiente hostil para as crianças; ou talvez as mães não atendam as necessidades das crianças, porque elas terão obrigações com o seu novo marido.

Em alguns casos, essa regra se torna extremamente restritiva. As crianças que foram forçadas a ficar no Egito, ela receberia as crianças só se ela pedisse o divórcio do novo marido. A Sra. Yasmin foi mandada a permanecer com seu pai nos Emirados Árabes, e a Yasmin descreveu os ciúmes do pai dela e a agressão velada do pai dela em relação ao seu novo marido.

Então, na minha análise desses 54 sequestros, tem uma exigência de que a mãe muçulmana fique perto do pai e tem essa ideia do melhor interesse da criança. Essa é uma consideração, mas, nos dias modernos, ela é sequestrada... A criança é sequestrada para servir aos interesses do pai. Então, a regra vem da responsabilidade do guardião, o pai que consegue visitar e voltar para casa no mesmo dia, e, historicamente falando, a distância determinada era quanto o homem conseguia andar em um dia inteiro ou andar a cavalo. Então, agora que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagem é mais rápida, as famílias às vezes moram em lugares geográficos muito distantes, e essa regra não faz mais sentido. Essa regra é aplicada nos casos de hoje.

Por exemplo, no caso do Jamal, que eu coloquei no livro, a mãe obteve uma ordem de custódia depois de se converter e se tornar muçulmana, e a aplicação dessa ordem foi impossível. Mesmo que você ganhe no tribunal, não significa que você possa levar a criança para sua casa. Nenhuma autoridade consegue remover a criança da casa do pai. "Ela mora na Jordânia, e eu não vou obter minha criança." Não podemos forçar a criança a sair da casa do pai. Ela só tinha permissão de ver os filhos na casa dos avós, e ela tinha que ser supervisionada, porque eles acharam que ela ia sequestrar a criança. Então, juntas, essas leis protegem a educação e a criação da criança no mundo muçulmano.

Às vezes, um dos pais vem a falecer, e aí o guardião se torna a família do pai. A estabilidade é protegida, porque contato com o padrasto pode gerar problemas.

Em termos de resultados, eu tenho um eslaide aqui, eu posso responder a perguntas mais tarde. No meu conjunto de dados, três crianças voltaram só depois da aprovação dos dirigentes políticos e de uma autorização.

Eu gostaria de concluir dizendo que o Brasil pode fazer muito mais do que o Reino Unido, e vocês podem aceitar os países que assinaram a Convenção de Haia, mas, infelizmente, quando se trata de casos não convencionais, a diplomacia e os canais diplomáticos que envolvem negociações vão determinar os resultados. E vocês podem ver aqui as estatísticas das crianças que moravam nesses países da lei islâmica, quando eles voltaram e como eles voltaram.

Não quero passar muito do meu tempo – eu tinha 15 minutos e agora só tenho 10 –, então estou feliz de responder a qualquer pergunta que vocês tenham.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... continuar esse trabalho junto conosco. (*Pausa.*)

E eu realmente gostaria que ela continuasse a participar conosco. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de convidá-la para continuar essa conversa conosco nesse comitê neste ano e no ano que vem. Então, para nós realmente é um grande prazer ter você na nossa audiência. Continue conosco nos nossos casos para que você possa nos ajudar.

Muito, muito obrigada pela ajuda. (*Pausa.*)

Bom, agora quero conceder a palavra para a Sra. Juliana Wahlgren, Diretora-fundadora da Revibra Europa (Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica), também por videoconferência.

Vou conceder (*Falha no áudio.*) Dra. Juliana de 15 minutos para (*Falha no áudio.*).

A SRA. JULIANA WAHLGREN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos, todas e todes.

Meu nome é Juliana Santos Wahlgren. Muito obrigada, nossa querida Senadora Mara Gabriilli, por sempre estar do lado correto da história, sempre tomando iniciativas proativas. Muito obrigada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu começo essa fala dando um grande abraço virtual em todas as mães e famílias brasileiras que passam e enfrentam essa situação. Não dá para ficar insensível aos relatos e às histórias de vocês. Tive o prazer de conhecer, profundamente, alguns dos casos que estão aqui presentes, e a sensação que dá é sempre um sentimento de injustiça e um sentimento de dor infinita. Elas são minhas fontes de inspiração, e nosso trabalho é feito para elas.

A Revibra é uma organização internacionalmente conhecida pela especialidade em direito internacional privado, ainda mais na atuação dos casos da Convenção da Haia de Subtração Internacional de 1980, e nós temos um foco muito regional, como o próprio nome já diz, na Europa. Eu estou baseada, infelizmente, na Bélgica, em Bruxelas – eu falo "infelizmente", porque está bem frio –; entretanto, nós não negamos apoio, nem nenhum tipo de escuta, a qualquer pessoa que bata à nossa porta, mesmo que não seja da Europa, mesmo que não seja da Convenção da Haia, mesmo que não seja até mulher. Nós temos a política interna de sempre atender a qualquer pessoa, principalmente mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade. E foi, a partir desse ângulo, que a Revibra começou, há mais ou menos uns oito anos, a receber muitos casos de subtração internacional fora da Europa. Temos casos que são clássicos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecidos de países como Estados Unidos, Canadá, Argentina, Austrália, que estão dentro da convenção, mas passamos a receber também casos de países que estão fora da convenção, notadamente Líbano, Egito, Irã, Síria.

Nós, como rede de apoio, como advogados, encontramos dois problemas: a primeira barreira é a possibilidade de encontrar advogados especializados, especialistas em Direito Doméstico e Internacional, porque, mesmo que a lei doméstica seja aplicada, tem um ângulo internacional que tem que atravessar o processo; e o segundo, como é difícil criar uma base de apoio para uma pessoa que está num país fora do continente, por exemplo, para um latino-americano, um norte-americano ou um europeu. É muito difícil criar uma rede de apoio; a forma de confiança e a forma de apoio são muito diferentes da solidariedade brasileira, o que deixa essas pessoas totalmente isoladas, totalmente à mercê da boa vontade dos outros.

Um dos problemas que nós identificamos – alguns já foram mencionados aqui, e eu começo sempre com a questão dos advogados – é: se no Brasil já é difícil encontrar um advogado especialista em Direito de Família e em Direito Internacional Privado de Família, imagine fora do Brasil! Eu sempre falo que eu tive a sorte de estudar na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde o Direito Internacional ainda era uma matéria de praticamente dois anos, na minha época, mas a gente sabe que, em alguns cursos de especialização, isso às vezes é uma matéria eletiva, ou dois módulos dentro de um curso de Direito. Sem ter esse conhecimento jurídico, fica muito difícil se criar estratégias, porque estratégia é a palavra quando a gente fala das mães de Sharia, é tentar correr por fora do convencional.

Depois, como a Dra. Yaqub brilhantemente falou, essa questão da dificuldade da mãe não religiosa à religião muçulmana como uma mãe adequada. Tem sempre... É engraçado se falar do melhor interesse do menor: aqui não é melhor interesse do menor; aqui é o melhor interesse do homem muçulmano que está naquele país.

Sobre a questão da vulnerabilidade financeira, eu já vi pessoas perderem casa, já vi pessoas perderem carro, já vi pessoas perderem tudo, já vi pessoas terem que deixar de pagar aluguel para pagar advogados em dólar, como já foi dito. E não existe nenhum tipo de apoio financeiro dado para essas pessoas, fora que as doações, as vaquinhas virtuais são totalmente usadas como ferramentas de vingança nos processos nos países locais. É muito mal visto como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas rendas coletadas de maneira via doações são acumuladas e trazidas como meio de sustento financeiro para a defesa no exterior.

O outro ponto é a ruptura do vínculo materno. Se o Brasil é avançado em termos de audiências digitais, visitas digitais, nós estamos falando de países onde visita digital nem faz parte da cultura, nem faz parte do hábito. Então, é importante a gente também colocar um pouco a temporalidade de quanto tempo, qual o período de tempo que essa criança e essa mãe vão ficar sem um vínculo, que pode ser indefinido em alguns casos.

A outra coisa aqui também que a gente vê que é uma prática quase recorrente é a questão do *travel ban*. A criança, assim que chega ao país... Apesar de muitos dos pais não pedirem a guarda, eles pedem a interdição da saída da criança do território. E isso também dificulta o acesso da mãe até para qualquer tipo de visita se ela quiser voltar e visitar os seus filhos.

O outro caso, o outro problema que a gente identifica é a total ignorância das provas que são recolhidas no Brasil, principalmente aquelas de violência doméstica, principalmente aquelas que tocam em algum tipo de abuso infantil, nos países de lei islâmica. É muito difícil fazer valer uma prova brasileira, mesmo apostilada, mesmo traduzida, fora das cortes nacionais. Além disso, se a prova é difícil, imagine fazer valer uma sentença brasileira no exterior?! A maioria desses países não são signatários não somente da Convenção da Haia sobre disputação internacional, eles também não são signatários da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Estrangeiras. Então, aqui são dois níveis de desigualdade em relação à situação das pessoas.

Outra coisa que já foi falada aqui é a falta de enquadramento jurídico aplicado para esses casos. E eu vou um pouco mais longe. Acho que nós temos um dever constitucional de equiparar protocolos para não discriminar mulheres. A partir do momento em que a gente cria um protocolo que protege mães e crianças dentro da Convenção da Haia, por que não existe algo similar para as mães da Sharia? Por isso, uma das nossas propostas seria a criação de uma resolução do CNJ, muito similar à Resolução 449, de 2022, que trata de como tramitar ações judiciais fundadas nesses casos, que são... Assim como existe para Haia, poderia existir também para as mães de Sharia. E nisso, nessa resolução, teríamos também a questão aqui do fórum da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência. É guarda estadual? É guarda federal? Desculpem-me. É Justiça de infância? É Justiça Federal? Podemos falar de guarda e custódia; podemos falar de busca e apreensão; podemos falar de processos criminais, que serão acoplados e simultaneamente tratados; podemos falar de uma agilidade maior no sistema da linha amarela da Interpol. É necessário aplicar uma resolução do mesmo peso para as mães de Sharia, como a 449, que foi feita para as mães de Haia. Se não fizermos isso, nós estaremos desrespeitando e tratando desproporcionalmente, de maneira discriminatória, as mães de Sharia.

Acho também que é muito importante falar da questão da atuação da Polícia Federal. Eu acompanhei, de perto, o caso da Karin, no início.

Vou me estender por dois minutos somente, Senadora.

É muito claro que os protocolos não são conhecidos; a gente sabe que eles existem, mas eles não são conhecidos, os policiais não são treinados. A gente precisa, realmente, aplicar da mesma maneira: se uma criança não sai do país sem passaporte por causa da Convenção de Haia, ela não pode sair pela fronteira também sem passaporte. Eu acho que isso aí é um ponto fundamental.

Para terminar, na atuação do Ministério das Relações Exteriores, eu gostaria de encorajá-los a criar um Espaço da Mulher Brasileira nos países de lei islâmica, como existe na Bélgica, como existe em Portugal, como existe em Miami. São espaços que a gente chama de *one stop shop*, onde você vai e encontra advogado, psicólogo, assistente social. Os consulados têm sido referências mundiais na questão da assistência consular. É preciso criar espaços (EMuBs) com profissionais dentro da esfera jurídica, social e psicológica.

É também muito importante a participação ativa das embaixadas e consulados nas audiências. A gente sabe muito bem da limitação da Convenção de Viena, dos assuntos consulares, em que tem alguns casos em que existe uma alimentação, mas existe já uma interpretação alargada do direito internacional que pode se aplicar, sim, também para casos civis. Existe uma grande doutrina internacional sobre isso. Apesar de um embaixador ou de um representante ter que entrar mudo e sair calado, o peso político que isso traz dentro de uma audiência é incontestável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, acho que o Brasil realmente deveria colocar mais esforços em acordos bilaterais. No momento, existem 14 acordos bilaterais com países não signatários de Haia, inclusive com países que estão no painel. Temos aí: Líbano com Canadá, França com Egito, Austrália com Egito. Temos 14 tratados que podem ser espelho e podem nos ajudar a trazer mais facilidade para a cooperação internacional.

De novo, termino a minha fala dizendo que eu não gostaria de oferecer para nenhuma mãe um tratamento desigual, como entre uma mãe de Sharia e uma mãe de Haia. Gostaria que o tratamento fosse o mesmo para as duas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dra. Juliana. Estava ansiosa para vê-la. (*Risos.*) Obrigada pela sua fala, pela explanação, pelo seu envolvimento, pelo seu compromisso – obrigada por tudo – e pelo quanto você ajuda tantas mães.

Agora eu quero conceder a palavra à Sra. Claudia Grabois, minha amiga, que vai falar de forma remota. Ela é advogada e consultora especialista em Direitos Humanos e Direito Internacional de Família e fará sua explanação de modo remoto lá de Israel, mas logo, logo você vai estar aqui, Claudia, porque eu estou com saudades.

Você está com a palavra.

A SRA. CLAUDIA GRABOIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Logo, logo. Estou chegando; só um imprevisto que me fez não estar.

Gostaria muito de cumprimentar as autoridades presentes e as autoridades que não estão presentes também, nas figuras, inicialmente, da Senadora Mara Gabrilli, porque sem ela, na verdade, as mães, de fato, estariam desamparadas; essa é a realidade. Nós sabemos o quanto o mandato da Senadora Mara Gabrilli, já há mais de uma década, está aberto para as mães que tiveram uma retenção ilícita ou trouxeram os filhos para o Brasil... Levaram os filhos para o Brasil em razão de violência doméstica – violência contra a mulher e contra a criança. Então, eu acho muito relevante, porque a Senadora é uma figura fundamental de apoio a todas essas mães,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas principalmente aos seus filhos, porque não mede esforços para que as providências sejam tomadas.

Também agradeço ao Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão onde esta audiência está sendo realizada; ao Embaixador Aloysio Gomide Filho; ao Coordenador da Acaf, Rodrigo Meira; e a todas as autoridades presentes, principalmente – a quem abraço neste momento – a todas as corajosas mães de Sharia, que travam uma luta que é uma luta muito triste, que é uma luta que leva ao estresse pós-traumático, ao transtorno de estresse pós-traumático, sem que elas tenham apoio adequado para fazer essa travessia. São mães que, na verdade, fazem a travessia, muitas vezes sozinhas, em países onde elas não têm os seus direitos reconhecidos muitas vezes.

Eu acho que a Juliana fez uma fala muito interessante – ela pegou quase toda a minha fala –, e isso me dá a oportunidade de não ler e abrir o espaço para falar um pouco mais da necessidade dos acordos bilaterais e também da agilidade dos advogados, tanto no Brasil quanto no país para onde as crianças foram levadas.

Penso também que caiba talvez ao MRE, como proposta, acho que seria muito interessante, incluir as mães de Sharia, e vejo uma necessidade de diferenciar as mães que tiveram os filhos levados – ou seja, sequestrados para um país onde o sistema é o da Sharia ou híbrido, pode ser híbrido também, e que favorece eventualmente, não digo sempre, mas que pode favorecer eventualmente a figura do pai – das mães que moravam nesses países e vieram em busca de proteção.

Eu acho que esses protocolos devem ser criados. É uma necessidade de suporte para as mães dentro dos consulados que elas recebam orientação jurídica; que elas tenham acesso a um tratamento psicossocial; que elas se sintam amparadas nessa caminhada; que elas tenham orientação de como constituir advogado; e, se há ONGs disponíveis nesses países, que elas possam, na verdade, contatar para conseguir esse serviço, considerando que a advocacia é muito cara, isso paralelo às medidas tomadas no Brasil, que têm que ser muito rápidas também. Vou resumir: em tese, é uma busca e apreensão da criança com essa guarda da mãe – uma busca e apreensão da criança – e o *enforcement*, que na verdade é essa aplicação da lei também no outro país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante que toda a tradução do processo seja feita o mais rápido possível. Muitas vezes, as mães não têm recursos para fazer essa tradução. Quem vai exercer esse papel? É a DPU que vai fazer esse papel em urgência. Então, teremos uma formação da DPU, ou a AGU também poderia servir para esse fim? Qual autoridade do Estado que vai poder, na verdade, orientar essas mães? Isso não está no guarda-chuva da Acaf, mas talvez – talvez, não sei se há possibilidade para isso, uma consultoria pode ser feita nesse sentido talvez – a Acaf possa passar a orientar essas mães.

Uma coisa que eu acho muito, muito importante também, que penso como muito importante, é uma campanha de conscientização. Isso é muito similar também... Tudo que foi falado, desculpem-me, é muito similar a casos da Convenção de Haia, em que as mães deparam com uma cultura distinta, que não é a cultura do país de origem – o país de origem é o Brasil –, elas têm que se adaptar, muitas vezes não há como se adaptar e, muitas vezes também, a mulher estrangeira pode ser discriminada. De fato, os países onde a Lei da Sharia, mesmo que o sistema seja híbrido, predomina, esses países onde essas leis predominam, o conjunto de leis predomina, a pessoa, o pai ou a mãe muçulmana pode, sim, ter um favorecimento, porque se busca muito que a criança siga a mesma religião e a mesma cultura; nisso as mães se veem abandonadas.

Eu me lembro de que, há 15 anos, foi feita uma audiência na Câmara Federal com a presença também da autoridade central e outras presenças – a Senadora Mara Gabrilli estava presente – e foi proposta uma campanha de conscientização. Depois disso, eu me lembro de ter falado que as pessoas não vão deixar de se apaixonar, não vão deixar de se casar, então é muito importante que elas tenham acesso aos seus direitos também e aos seus deveres. As decisões de vida podem se tornar coisas muito sérias. É verdade que o Brasil tem que prestar assistência, é verdade que os consulados têm que prestar assistência, existe, sim, uma limitação consular em razão da jurisdição, então como é que isso pode ser ultrapassado? Os acordos bilaterais são fundamentais, e, sim, alguns países muçulmanos, islâmicos estão ratificando a Convenção de Haia, e isso passa a ser muito relevante – passa a ser muito relevante.

Eu acho que esse protocolo a ser criado e utilizado nos consulados é muito relevante, do acolhimento à redução de danos. A redução de danos é fundamental e pode acontecer desde o início. Infelizmente, existe sim a necessidade de uma adaptação comportamental, existe a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de entender a cultura local e de entender que, se foi para aquele país, então, a partir de agora, é necessário lidar com isso. Esse protocolo sendo criado e essa orientação jurídica chegando às mães, caso isso seja possível, eu penso que será um grande apoio para que essa recuperação comece a acontecer. Muitas mães se convertem para o islamismo, mas não basta: tem que viver conforme a lei islâmica, tem que mostrar que vive conforme a lei islâmica e mostrar também a intenção de viver no país e pertencer ao país.

É muito difícil também conseguir trazer a criança em casos que não são de sequestro internacional. Em caso de sequestro internacional, existe uma facilitação maior, mas é preciso que os advogados trabalhem muito rápido tanto no Brasil quanto no país para onde a criança foi levada. E isso, como falaram todas aqui agora, realmente é custoso, dispendioso, boa parte das mães não tem como fazer isso em tempo hábil, porque boa parte delas faz a chamada vaquinha, como disse a Karin, que é uma mãe corajosíssima, que teve seu filho tirado pela ponte da amizade. E é preciso também que tenha esse reforço das fronteiras para que isso não volte a acontecer.

E sobre esse apoio que precisa chegar às mães, é preciso verificar onde vai ser feita essa formação e se, talvez – não é nenhuma proposta, tá? –, a AGU poderia vir a se especializar nesse assunto, alguns advogados da AGU – é lógico que não a AGU, mas alguns advogados da AGU –, para orientar as mães e, talvez, até conseguir as medidas necessárias para que elas possam fazer o *enforcement*, ou seja, a aplicação da lei no outro país, com toda a tradução do processo brasileiro, com toda a narrativa do processo brasileiro, com tudo que está escrito, com tradução juramentada, para que isso possa chegar num prazo curto. Porque o que acontece, o que nós vemos hoje – estou terminando – é uma demora em razão da falta de informação, mas principalmente em razão da falta de recursos financeiros.

Então, eu solicito aqui que realmente esses acordos bilaterais sejam estudados, que eles possam ser feitos, que as mães entendam também que há a questão da jurisdição, mas que se agilize a advocacia local com a advocacia no outro país e o Brasil busque soluções para esta questão que é tão delicada, a financeira, que envolve as mães que se veem nessa situação, e que busquem soluções para essa redução de danos dentro também dos consulados locais, onde as mães precisam receber esse suporte. E se puderem receber o suporte psicossocial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto melhor, e toda orientação possível para que elas possam transitar por esse processo de uma maneira que não as levem a um desgaste total e com a possibilidade de êxito.

Eu agradeço o convite e muito obrigada.

Muito obrigada pelo convite, Senadora, e ao Presidente da CRE também. Espero ter colaborado, e depois eu posso encaminhar as minhas sugestões de uma maneira mais efetiva.

Saudades, Mara! Beijo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Claudia, muito obrigada. Obrigada por tudo, por todo o seu trabalho. Um grande beijo para você.

E eu quero conceder agora a palavra à Sra. Karina Nathércia Lopes, que é assessora jurídica do Ministério das Mulheres.

A senhora dispõe de dez minutos para sua exposição. Obrigada, Karina. Com a palavra.

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES (Para expor.) – Olá, gente. Boa tarde. Meu nome é Karina Nathércia, Advogada da União, Consultora Jurídica do Ministério das Mulheres.

Primeiramente, eu queria parabenizar a Senadora pela realização dessa audiência pública com um tema tão relevante, tão sensível para toda a sociedade e uma prioridade para o Ministério das Mulheres. Queria também aproveitar e falar para as mães de Sharia que a voz de vocês importa, o Ministério das Mulheres está aqui ouvindo a voz de vocês. A luta importa, e a voz de vocês está sendo acolhida e vai ser ouvida, saibam disso. O Estado, em conjunto com as pastas, vai conversar, vai dialogar para a gente pensar nas melhores medidas que a gente pode tomar em prol do interesse público que é ajudar as mães de Sharia. Saibam disso. Já é um primeiro recado importante que é importante a gente deixar destacado.

Eu preparei algumas falas aqui que são muito coincidentes já com várias mensagens que foram dadas, várias ideias, mas vou tentar ser breve no meu tempo aqui curto, para vocês.

A gente sabe da crescente incidência de casos envolvendo mães brasileiras que perderam total ou parcialmente a guarda de seus filhos em países que aplicam a Sharia, o que revela um quadro de vulnerabilidade estrutural que demanda uma resposta institucional coordenada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado brasileiro. Nesse sentido, as pastas vão conversar, vão se empenhar para a gente trazer as melhores medidas que a gente conseguir obter.

E é importante destacar, falando pela Conjur, da Advocacia-Geral da União, que essa simetria normativa entre o modelo brasileiro de proteção integral à criança baseado no princípio do melhor interesse em sua concepção ampla e o modelo de guarda adotado em diversas legislações inspiradas na Sharia, que traz o privilégio da autoridade paterna, cria um ambiente jurídico no qual a mãe brasileira, muitas vezes isolada, enfrenta muitas dificuldades, que foram relatadas aqui com tanta verdade e sensibilidade. Então, essas diferenças de cultura e de legislação trazem muitas dificuldades para as mães, e isso tudo aqui com muita sensibilidade foi demonstrado.

Em tais países, nós ouvimos aqui de vários palestrantes e depoentes, a guarda física da mãe costuma ser temporária, condicionada ou, facilmente, revertida, enquanto a tutela legal permanece concentrada na figura masculina, o que impacta não apenas em decisões cotidianas, mas na capacidade de viajar, de obter documentos, mas, sobretudo, de decidir sobre educação, saúde, religião da criança; as decisões mais importantes, infelizmente, não são compartilhadas de forma igualitária.

Como já foi dito aqui, a lei de Sharia é um conjunto de princípios, valores e normas derivados do Alcorão e da Suna, que orienta aspectos essenciais da vida social. Não corresponde – isso também é importante destacar – a um código único, e sua aplicação depende da interpretação dos juristas islâmicos, das escolhas legislativas de cada país.

Os países islâmicos não adotam da mesma forma a lei de Sharia, o que explica por que alguns sistemas variam significativamente entre si, o que ainda traz mais dificuldades. E como foi destacado aqui em algumas falas anteriores, essa acurácia normativa jurídica dos advogados capacitados no exterior é uma grande dificuldade que as mães de Sharia possuem, porque essa especialização dos escritórios jurídicos é fundamental para que se consiga ter um sucesso.

E aí, nesse sentido, eu acho que a gente pode fazer debates institucionais no sentido de redes de apoio, de contatos com embaixada, com ONU, com ONGs, enfim, no sentido de escritórios especializados conseguirem, com mais acurácia, com mais especialização no tema, ajudar melhor essas mães nessas situações concretas, para, de repente, não terem uma perda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade em âmbito judicial, perda de tempo de contato com os seus filhos e não terem o melhor escritório jurídico atuando para conseguir reverter decisões que não as atendem.

A aplicação da lei de Sharia, como eu falei, não é uniforme entre os países, e alguns combinam melhor elementos religiosos com legislação civil moderna; então isso traz muitas dificuldades. Vou tentar trazer logo algumas ideias que eu escrevi aqui, pelo Ministério das Mulheres, que já são coincidentes com algumas ideias que foram faladas. Mas é importante ressaltar, de toda forma, que a ausência da adesão de muitos desses Estados à Convenção da Haia, de 1980, agrava o cenário. Isso é fato. E isso traz mais dificuldade para vocês. A situação de vocês fica mais difícil.

Nesse sentido, como a própria Senadora destacou em sua fala inicial, tem o processo Malta, que é uma oportunidade diplomática de diálogo entre Estados signatários da Convenção da Haia e Estados islâmicos, que têm a lei de Sharia como seu regime jurídico. É uma oportunidade de dialogar, de trazer soluções – inclusive, já há ideias de mediação. Então acho que uma grande oportunidade que a gente tem aqui com esta audiência pública é a gente conversar com o Estado, a União, para estimular a participação no processo Malta, estimular a nossa adesão à Convenção de 1996, de que o Brasil ainda não é signatário, porque o processo Malta também trata da Convenção de 1996, tudo isso para estimular o diálogo com esses outros regimes jurídicos, com os países que aplicam a lei de Sharia.

Eu acho que... Como já foi dito aqui, já foram muito bem explanadas as dificuldades judiciais, as dificuldades de regime jurídico, culturais, até de escritórios especializados, a falta de adesão de muitos Estados à Convenção de Haia. Eu acho que a gente vai ter que fazer um esforço mesmo, institucional, estatal, no sentido de diálogo, de adesão à Convenção de 1996, de uma melhor participação no processo Malta.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA (Para expor.) – A Haia segura a criança. Nós ainda temos a chance... (*Fora do microfone.*)...

Nós mães de Sharia ainda temos a chance de recuperar os nossos filhos antes dos 18, se a gente tiver um Governo ali que peça, que lute pelos nossos filhos, porque dentro da Sharia não há isso que existe dentro da Convenção de Haia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha decisão está para sair. E, se o juiz inverter a guarda e a custódia voltar para mim, eu vou ter que entrar com outro processo, que é para tirar o meu filho do país. Porém, o meu filho foi retirado daqui, não tem como um juiz determinar: "Olha, a Karin tem que ficar aqui com o Adam até os 18 anos". Disso eu estou livre.

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Por isso que é importante...

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Então, assim, existe a possibilidade de o nosso país lutar também pelas nossas crianças. Nós não estamos presas dentro da Haia. São casos totalmente diferentes. Por isso é que eu pedi para a Senadora separar os casos de Haia dos casos de Sharia.

Desculpe-me te interromper.

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Não se preocupe.

Eu vou destacar aqui a linha de raciocínio. No processo Malta, em que é destacada, conversada e debatida a Convenção de 1996 – de que a gente ainda não é signatário, o Brasil não é – e a Convenção da Haia, é uma oportunidade de diálogo – é nesse sentido. Por isso é que eu falo... E lá tem sido até... A gente já tem dados concretos, alguns países passaram a aderir à Convenção da Haia pela participação no processo Malta. Por isso que é interessante o país ter um estímulo institucional para a participação; alguns países passaram a aderir à Convenção da Haia e já têm medidas de mediação e diálogo. Então acho que é um meio institucional diplomático muito importante para a gente tentar ver outras possibilidades, já que nossos regimes jurídicos são tão diversos, o Judiciário é tão diferente e tem todas essas limitações de que a gente falou, da nossa execução da sentença no exterior, enfim, todas essas questões que já foram ditas aqui.

Deixe-me ver aqui o que eu vou destacar. Uma coisa é importante, que, dita no contexto atual... Eu escrevi aqui sobre o Supremo Tribunal Federal, que eu acho que também é uma oportunidade institucional de a gente avançar. Ele decidiu agora – deixe-me ver quanto tempo eu tenho – sobre as ações diretas de inconstitucionalidade que tratam da Convenção da Haia, mas, dentro das suas determinações judiciais, que foram várias, duas foram muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma é determinar ao Poder Executivo que avalie a conveniência da adesão do Brasil à Convenção da Haia de 1996...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – O que já estamos fazendo. Já está sendo debatido. Na Advocacia-Geral da União, já há pareceres de que essa convenção é tratada no processo Malta. Por isso é que a gente ser signatário da convenção pode ser importante para fortalecer nosso posicionamento no processo Malta, para estabelecer mais vínculos com países islâmicos, para a gente debater e ter mediação. Então é um passo institucional importante a gente ser signatário das convenções, para estimular os outros países a serem, para a gente poder ter um melhor diálogo; é um caminho que a gente pode ter.

E também o Supremo determinou apelar ao Poder Legislativo para que a interlocução com o Poder Executivo avalie a necessidade de legislação específica para regulamentar melhor a Convenção da Haia. Então, assim, o Supremo deu determinações judiciais que são importantes para a gente avançar no tratamento da matéria como um todo, e isso inclui também as mães de Sharia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Exatamente, mas isso inclui.

Então, todas as medidas institucionais, quando eu falo aqui da Convenção da Haia, se referem a todas as mães, mesmo as que estejam nesse contexto de países não signatários. Então são passos institucionais de diálogo e mediação para a gente realmente tomar medidas administrativas e institucionais que melhorem o nosso cuidado com vocês, com essas mães que precisam dessa ajuda.

Deixe-me ver aqui o que eu posso falar mais, porque eu acho que eu não tenho muito tempo.

Algumas medidas foram destacadas aqui, de protocolo. Sobre isso aqui também a gente tinha conversado internamente a respeito dessa necessidade de aprimorar essa cooperação internacional. Então acho que a gente pode debater sobre protocolos consulares para ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recepção psicossocial, eu acho que isso é importante a gente pensar; um melhor acolhimento com a orientação jurídica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Eu acho que a Advocacia-Geral da União pode, em conjunto com o Ministério das Mulheres, debater em conjunto com o MRE e com a Acaf, para a gente pensar em protocolos da melhor forma jurídica, transdisciplinares, para melhor acolher e orientar. Isso tudo vai ajudar. São várias medidas em várias frentes, e essa também é uma muito importante. Pelo que eu vi, há protocolos diferentes, embaixadas com tratamentos diferentes. E alguém destacou aqui a necessidade de uniformizar. Isso realmente é importante, e o Ministério das Mulheres está disponível totalmente e vai ficar empenhado para fazer o máximo que puder nesse diálogo para ajudar nessa construção dessas pontes junto com o MRE.

Então acho que o que eu posso destacar aqui é que o Ministério das Mulheres está empenhado em ouvir a voz de vocês, está ouvindo e vai continuar a ouvir. A União tem como prioridade a pauta mulheres, não é à toa que a gente tem um ministério especializado para tratar do tema; o nosso foco é esse, a nossa premissa básica de atuação é essa. Então, a voz de vocês está sendo ouvida, vai ser ouvida e nós vamos debater internamente para trazer as melhores soluções.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Sim, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – E estamos totalmente disponíveis para dialogar com especialistas, com a academia, com escritórios especializados, com ONGs, porque o importante é extrair o melhor resultado possível. Então, a abertura com a sociedade civil, com o diálogo com especialistas, está totalmente determinada.

Então, é isso. Agradeço a oportunidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Estão sendo ouvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora, pela iniciativa de uma audiência pública tão relevante!

É isso, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dra. Karina, nossa!

Dra. Karina? Vocês estão me ouvindo?

A SRA. KARINA NATHÉRCIA LOPES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer muito a sua presença porque, desde o princípio do nosso trabalho, a gente oficia o Ministério das Mulheres, e a gente nunca teve uma resposta. Então, você não tem noção da minha alegria de poder recebê-la.

A Alana, que está aí, que está fazendo todo o nosso trabalho junto às mães, já vai conversar com você porque agora nós vamos pegar você e não vamos nunca mais deixar você não participar de alguma audiência. Você tem conhecimento para agregar, e a gente precisa do Ministério das Mulheres. Então, eu agradeço que você tenha vindo. É a primeira vez que a gente consegue receber alguém do Ministério. Estou muito feliz por você ter vindo, Karina! Muito obrigada.

E agora eu quero conceder a palavra ao Sr. Embaixador Aloysio Mares Dias Gomide Filho, que é Diretor do Departamento de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares do Ministério das Relações Exteriores.

V. Exa. dispõe de 15 minutos... Aliás, 10 minutos para sua exposição, perdão. Se precisar de um chorinho, a gente dá.

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Sra. Senadora Mara Gabrilli. Gostaria de transmitir os agradecimentos do Itamaraty e, em particular, da Embaixadora Márcia Loureiro, Secretária da área consular, que pediu para transmitir a V. Exa. que, infelizmente, ela não pôde participar hoje da audiência também. Ela atribui grande importância ao assunto e já participou de outras audiências, no passado, que a senhora convocou e realizou aqui. Ela está em uma reunião multilateral, a Conferência Sul-Americana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre Migrações, com 12 delegações de fora, por isso ela não pôde vir hoje, mas ela mandou seus cumprimentos a V. Exa.

Vou apresentar, em linhas gerais, de forma resumida, dentro do tempo, a principal atuação do Ministério das Relações Exteriores em relação a esses casos. Gostaria de ressaltar que a assistência consular prestada a grupos de elevada vulnerabilidade no exterior é uma política consular prioritária para o Itamaraty, para o Ministério das Relações Exteriores.

Ao final da minha fala, eu vou comentar, vou reagir aos comentários que houve aqui, às sugestões muito boas que foram feitas, e esse trabalho em coordenação que vamos fazer daqui para a frente – continuar a coordenação, na verdade. Sempre trabalhamos em coordenação, mas vamos aprofundar ainda mais em relação a esses casos específicos.

As embaixadas com setores consulares e os nossos consulados gerais no exterior realizam regularmente campanhas preventivas, de cunho preventivo. Alguém mencionou aqui a questão da conscientização. Há a divulgação de cartilhas, que foram elaboradas não apenas com outros ministérios parceiros, mas também com organismos no exterior. Temos uma parceria com a Revibra já há bastante tempo, trabalhamos com grupos de mulheres também no exterior, divulgando cartilhas em conjunto. Então, esse trabalho, digamos, de cunho preventivo e informativo continua e é sempre, digamos assim, repetido ao longo do tempo, porque a informação, uma vez divulgada, precisa ser repetida com certa frequência.

Além disso, os consulados realizam também, com base, inclusive, nos profissionais que trabalham com contratos de orientação jurídica e psicológica – os consulados que têm esses contratos –, eventos informativos sobre a legislação vigente em cada país, em todos os países, sobre temas de interesse das comunidades brasileiras de modo geral e, claro, especificamente sobre casos de violência doméstica e de sequestro internacional de crianças também.

Como eu disse, muitos postos no exterior contam com serviços de orientação jurídica e psicológica, que são oferecidos às pessoas, sobretudo às mulheres, no caso aqui, que desejam receber esse apoio. De forma a complementar também a essa assistência prestada pelas embaixadas e consulados, todos os postos mantêm permanentemente atualizada uma rede. Já foi mencionada aqui também a importância de ter uma rede de apoio com ONGs, entidades privadas, governos locais também, órgãos do governo local que prestam apoio às mulheres no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterior, e os consulados usam essa rede com certa frequência para complementar o trabalho que os consulados realizam. E, como eu já disse, um exemplo desses é a Revibra – a Dra. Juliana falou bem aqui, e eu gostaria, inclusive, de fazer um par de comentários sobre as sugestões que ela fez muito boas agora na sua fala.

Outra frente de atuação prioritária do Ministério das Relações Exteriores é a implementação de políticas de capacitação regular de seus funcionários, especialmente os que prestam assistência direta aos brasileiros no exterior. A palavra "protocolo" foi citada inúmeras vezes aqui. Existem protocolos específicos para casos de violência doméstica e tráfico de pessoas, que já temos, que os postos seguem, porém, acho que ficou muito clara aqui a necessidade, talvez, de desenvolver, em conjunto com os outros órgãos aqui, um protocolo específico para os casos que estão fora dos países que aderiram à Convenção da Haia de 1980. Contem com o nosso empenho, juntamente a outros órgãos aqui – Ministério das Mulheres, Ministério da Justiça e os outros envolvidos –, para aperfeiçoar e desenvolver esse protocolo específico.

A política de apoio específico à mulher migrante no exterior se traduziu, ao longo dos anos, na criação do Espaço da Mulher Brasileira no Exterior, que foi mencionado aqui pela Dra. Juliana também. O primeiro desses espaços foi criado no nosso consulado em Boston, em 1917, e de lá para cá temos aberto novos Espaços da Mulher Brasileira no Exterior. E eu faço questão aqui de frisar que esses espaços contam com as importantíssimas, imprescindíveis emendas parlamentares, inclusive da Senadora Mara Gabrilli – agradeço aqui, pessoalmente, a V. Exa. pelas emendas – e também de outros Parlamentares, para o bom funcionamento desses espaços. Eles realizam eventos, seminários informativos, e eles também realizam iniciativas de empoderamento das mulheres brasileiras no exterior.

Temos hoje dez, inclusive o décimo eu vou destacar aqui. Além de Boston, temos Nova York, Miami, Buenos Aires, Bruxelas, Londres, Madri, Lisboa e Roma. A Dra. Juliana, se não me engano, fez uma sugestão de que fosse criado um EMuB na região do Oriente Médio.

A boa coincidência, a boa notícia que eu tenho a dar agora, é que no dia 14 de novembro, ou seja, três dias atrás, na sexta-feira, foi inaugurado o primeiro EMuB na região, justamente em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beirute. Ele foi inaugurado, inclusive, com a presença da Primeira-Dama do Líbano e outras autoridades na área de apoio a mulheres lá também.

Então, o consulado agora, a embaixada, o setor consular passa a contar com o espaço para as mulheres brasileiras no exterior, que acabou de ser inaugurado e vai ser mais uma medida adicional para fazer frente a esses casos que são complexos e que sabemos muito bem. Além de realizar esses eventos informativos, de capacitação e empoderamento, direcionados às necessidades da mulher migrante no exterior, os EMUBs complementam o trabalho e a assistência consular já realizados normalmente pelos postos.

Eu gostaria de agradecer aqui, mais uma vez, o apoio do Senado, dos Parlamentares, pelo apoio via emendas parlamentares para o funcionamento dos EMUBs.

Não estamos tratando aqui hoje de casos no contexto da Convenção da Haia, que foi citada várias vezes, mas o Brasil atribui grande relevância ao tema da subtração internacional de menores e no âmbito da Convenção da Haia de 1980, e tem defendido uma interpretação mais ampla do tratado, visando a garantir proteção efetiva às cidadãs brasileiras vítimas de violência doméstica.

Isso tem a ver com a interpretação do Artigo 13.1.b em relação à violência cometida contra a esposa, contra a mulher brasileira, a mãe, sendo interpretada como violência contra a criança também. Isso é um assunto que está em andamento aqui, num projeto de lei. Houve uma ADI recente do Supremo Tribunal Federal, então a matéria está caminhando também.

Em 27 e 30 de outubro, foi realizado agora, em Fortaleza, no Brasil, o II Fórum sobre Violência Doméstica e a Convenção da Haia de 1980, reunindo representantes de todos os órgãos brasileiros envolvidos e vários de outros países. E, mais uma vez, esse foco teve, digamos assim, a iniciativa importante de levantar, mais uma vez, o objetivo central de aprofundar o debate sobre a aplicação do Artigo 13.1.b da convenção em casos de violência doméstica.

Nos casos específicos de países que não fazem parte da Convenção da Haia, as frentes de atuação das embaixadas e consulados são diferentes, naturalmente, em comparação com a Haia, como foi mencionado aqui, com muita propriedade, pela Dra. Karina, e juridicamente limitadas. De acordo com o regulamento consular brasileiro, autoridade consular não poderá ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte ou procuradora em processos judiciais. Houve um comentário aqui da Dra. Juliana a respeito disso, e estou à disposição para conversar mais com ela e aprofundar os comentários que ela fez a respeito de participação em audiências judiciais.

No caso, a nossa embaixada no Egito, no Cairo, tem buscado participar ativamente e dar apoio à Dra. Karin, como ela mencionou aqui, com o Embaixador Paulino e a Maria Eduarda. Agradeço as suas palavras, que vou transmitir ao Embaixador, e continue contando com o apoio deles, certamente.

Então diante dessa realidade, as embaixadas e os consulados têm atuado em outras frentes, buscando prestar o maior apoio possível às mães que perderam a guarda de seus filhos nesses países e que enfrentam, por exemplo, dificuldade de acesso às crianças.

Possíveis atuações temáticas seriam: orientação jurídica; apoio psicológico; disponibilização de contatos de advogados locais, para que sejam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – ... considerados pelas interessadas; acompanhamento em audiências – quando autorizado pela justiça local, e os nossos consulados e embaixadas atuam nessa frente de sempre solicitar a possibilidade de visitas consulares e participação em audiências judiciais, para estar presente lá e acompanhar de perto os resultados –; contato com as famílias paternas para verificar as condições de vida dos menores e facilitar as visitas consulares.

Nós temos plena ciência de que, muitas vezes, não é fácil. As respostas demoram. Essa visita consular que a Sarah Bonilha mencionou agora, que ocorreu no dia 3 de novembro, foi depois de várias tentativas da embaixada de solicitar e, finalmente, a família autorizou. Estamos buscando também já agendar para janeiro uma segunda visita em relação ao caso concreto dela.

Eu sei que já estourei o tempo aqui, mas eu gostaria apenas de fazer breves comentários ao que eu ouvi, às várias sugestões, muito boas, começando pela da Senadora Mara Gabrilli, a recomendação de avaliar a possibilidade de entendimento diplomático, de diálogo com outros países, que vai ao encontro de sugestões sobre a possibilidade de conversas sobre acordos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros países, como alguns que foram mencionados aqui pela Dra. Juliana: Líbano, Canadá, França, Egito, etc. Essa sugestão foi muito bem anotada, e vamos levar isso para análise interna.

A Ana Gabriela... Dra. Ana Gabriela, a senhora mencionou também a possibilidade de a embaixada participar da audiência marcada para 11 de dezembro. Isso já foi solicitado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – ... às autoridades libanesas. Vamos aguardar a resposta deles, mas a embaixada já solicitou.

E, mais uma vez... Eu ouvi inúmeras vezes, e a importância, pelo número de vezes que foi reiterado, não pode ser desprezada. É a questão do protocolo, um protocolo especializado, específico para esses casos, uniformizado, porque as embaixadas e consulados recebem, já têm uma instrução a respeito de protocolos, mas, a depender da realidade local, eles são adaptados. Então, vamos aprofundar esse exame específico dos protocolos para esses casos aqui, em contato com os outros órgãos.

Enfim, eu acho que é isso. Eu mencionei que o EMuB foi inaugurado, e há a campanha de conscientização também, que vamos continuar. E vamos também conversar com os outros ministérios a respeito da possibilidade de aprofundar – aprofundar e torná-las mais frequentes, inclusive.

Bom, com isso – eu sei que já estourei meu tempo –, eu queria agradecer e dizer que o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores continua à disposição de todas as mães aqui, por meio do nosso *e-mail*, do telefone. Se precisarem de alguma ajuda nossa, por favor, continuem contando conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Embaixador Aloysio Mares, muito obrigada pela sua participação. Leve meu abraço à Embaixadora Márcia Loureiro.

Queria agradecer muito a parceria do Itamaraty com nossas causas, com as nossas iniciativas, e tem sido muito importante para a gente poder trabalhar junto com o Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria avisá-los que, como a Ordem do Dia começou, eu vou pedir para o Dr. Rodrigo conseguir falar uns dez minutos, para a gente correr, que eu ainda vou durar mais dois minutinhos de palavra.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu quero conceder a palavra agora ao Dr. Rodrigo Meira, que é Coordenador-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dr. Rodrigo, obrigada pela parceria de sempre.

Está com a palavra.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. É uma honra estar aqui, novamente, no Senado.

Esta oportunidade sabemos que é uma iniciativa ímpar, é uma novidade, e a gente precisa trabalhar como Estado, em defesa dos interesses dessas mães de Sharia e das crianças que estão envolvidas nessas situações tão dramáticas que acompanhamos pela imprensa, acompanhamos no dia a dia...

Recentemente, a Acaf foi notificada pela Justiça Federal, e, em alguns casos, tivemos que nos pronunciar sobre os limites legais, que tanto afetam a nossa atuação. Esses limites já estão sendo retrabalhados, repensados, após a decisão do STF, e isso muito, muito nos orgulha e muito nos felicita. Por quê? É claro, o caso de vocês está acontecendo agora, vocês querem uma resposta agora, e essa resposta não veio a contento, conforme vocês trouxeram aqui nos seus depoimentos, mas eu tenho notícias muito boas para trazer.

É claro que a gente tenta trabalhar na medida do possível. Primeiro, a Acaf não tinha muito conhecimento sobre as questões das mães de Sharia. Recentemente, solicitamos um pedido junto à Conferência da Haia, para divulgar e conhecer um pouco melhor sobre essas questões... Tive conhecimento da tese da Dra. Nazia Yaqub, que veio aqui falar hoje. É uma tese maravilhosa, que fala exatamente sobre essa cultura da Sharia, que é um pouco distante da nossa cultura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tentou também trazer o que é que a Conferência da Haia estava fazendo em relação à cultura da Sharia, e o processo de Malta nos surgiu como uma pauta que nós já estávamos trabalhando dentro da Acaf.

Em 2024, foi o aniversário de dez anos do processo de Malta. Nós mandamos representante e tivemos uma resposta muito interessante. Porém, até agora, quanto às medidas que foram determinadas, os próprios países da Sharia não adotaram, como, por exemplo – mencionado aqui pela Dra. Karina –, a questão da mediação para os casos.

Então, a gente precisa fazer um trabalho conjunto, para saber exatamente como atuar.

Primeira coisa de todas, que eu acho relevante, é que a gente estude um pouco mais sobre a Sharia, estude um pouco mais sobre cada país.

Eu fui estudar o Egito para ver o caso da Karin, é completamente diferente da Síria e do Líbano. É muito diferente! Não dá para a gente usar a mesma regra nesses países. Então, isso gerou uma dificuldade maior para a gente entender até como poder ajudar de qualquer forma.

Dentro das atribuições da Acaf, nós temos recebido muitos benefícios em relação a essa decisão do Supremo. Nós estamos agora com um projeto de reestruturação da Acaf para poder atender mais pessoas, porque, sinceramente, hoje, nós temos uma dificuldade de limitação de pessoal, que não é desculpa para a gente não atuar, a questão toda é simplesmente de escolhas públicas. E a Convenção da Haia está aí batendo à nossa porta, com juízes cobrando, a gente tem juízes de outros países cobrando, autoridades centrais cobrando... Enquanto isso, nós temos os casos em que a própria lei diz para a gente não atuar quando não houver essa parceria junto no outro país, e os países da Sharia, com exceção do Marrocos e, salvo engano, do Paquistão, todos os dois estão fora da Convenção da Haia.

E não é só a Convenção da Haia que nos interessa. Nós temos agora um mandato para discutir a Convenção de 96. Domingo agora, à noite, eu terminei um parecer sobre a Convenção de 96. Já adianto o meu parecer: foi favorável, exatamente por trazer essas peculiaridades de ampliação da proteção à infância em âmbito internacional que hoje nos limitam como autoridade central. E isso é preocupante. Por quê? Cada país tem sua forma de pensar. A nossa também pode ser mudada. Se nós temos a Convenção de 96 em que todos os países do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mercosul estão presentes, por que o Brasil não está? Então, isso tudo já poderia mudar muita coisa diante do cenário em que uma criança atravessa a fronteira e vai para o Paraguai.

Nisso tudo, a gente precisa pensar com muita cautela sobre quais são as nossas opções públicas. Então, convoco aqui o Poder Legislativo, que está a chamar esta reunião, este seminário muito interessante, para que apoie todas as iniciativas em favor da proteção maior da criança. E a gente precisa fomentar pesquisa, a gente precisa dialogar interinstitucionalmente entre os ministérios para trazer respostas claras e efetivas para vocês. Então, é importante que a gente trabalhe nesse contexto e a gente possa trabalhar de uma forma mais efetiva e trazer respostas efetivas para vocês, porque, no momento...

E aí já faço uma observação, Karin, sobre aquela fala, naquela reportagem, em que o repórter perguntou para mim claramente: "Pela Convenção da Haia, você consegue fazer alguma coisa como autoridade central?". E a minha resposta foi: "Pela Convenção da Haia, não há nada que possamos fazer". Essa foi a resposta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – É, esse é o problema, porque eu falei com ele por uma hora, ele citou cinco segundos e colocou lá, mas o repórter tem a gravação, eu estava junto com o pessoal da comunicação social... Aí se você depois... A gente quiser dialogar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Não, eu sei, mas a questão é... A pergunta foi bem objetiva, e aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Não, veja só, eu estava falando só pela Acaf, eu só posso falar pela Acaf.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Eu fiquei três dias na cama!

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Veja só, mas, Karin, eu estou falando pela Acaf, eu só posso falar pela Acaf. Eu sei que essas situações ensejam a responsabilidade do Estado. O Estado é responsável, não estou tirando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Talvez a Acaf não deveria ter participado, então, da entrevista.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Não sei. A escolha dele... Ele fez uma pergunta bem objetiva, a gente conversou por uma hora, aí a gente explicou exatamente como é a função da Convenção da Haia, qual é a relação da Acaf com os países que não são da Convenção da Haia... E, depois de uma hora conversando, ele recortou cinco segundos e botou lá. Então, é uma questão para a gente...

Eu estou aberto à discussão.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Não, eu sei, a gente...

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Pois é. No que você precisar, a Acaf vai estar sempre de portas abertas para vocês.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Muito obrigada.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – E você trouxe alguns documentos para a gente.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Tenho duas mães, assim, que estão extremamente esperançosas em você.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Pode trazer, pode trazer para a gente.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Está dentro da minha mochila, eu vou entregar no final.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Pronto. Eu vou receber com muito prazer. A gente tem solidariedade em relação aos casos e a gente tenta fazer o melhor possível, dentro das nossas limitações.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Com certeza.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – E a gente quer também, principalmente, que se for tomar alguma medida, algum protocolo de atuação, tanto da autoridade central, pela qual eu posso falar, quanto dos outros ministérios, que a gente busque a divulgação sobre o direito islâmico, sobre como funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, muitas vezes... É claro, ninguém controla, ninguém vai controlar por quem você vai se apaixonar. Isso não está em jogo. A questão toda é saber de tudo o que pode acontecer diante das pessoas que têm a nacionalidade diferente da nossa.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Concordo plenamente.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Então, a ampliação da proteção à infância depende também do conhecimento que há sobre esses direitos...

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – A cultura.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – ... que, vamos dizer assim, são extraordinários à nossa visão de mundo.

Por exemplo, no protocolo da Haia é muito discutida a questão de que você tem países de linguagem românica, no direito, outros países, então, são da *common law, e* tem também os da Sharia. Esses três universos podem dialogar entre si.

Eu fui pesquisar algumas coisas e é muito parecido o direito... Por exemplo, a Kafala é muito parecida no direito brasileiro. Então, a gente pode adaptar uma coisa à outra, mas a gente tem que tomar passos anteriores. Por exemplo, entrar na Convenção de 96, reestruturar a Acaf, promover o que o STF já determinou e todas as alterações que nós podemos fazer neste exato momento pensando daqui a cinco, dez anos, porque a gente precisa, realmente, retomar as rédeas dessa situação de proteção à infância.

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Eu queria... Desculpa te interromper.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Pode falar.

A SRA. ANA GABRIELA REIS – Talvez uma opção seria, nos cartórios... Eu fiz a tentativa de me casar por cartório, por procuração e tudo. Teria a opção, também, de o meu ex-marido chegar ao Brasil para casar no cartório. E, talvez, nesses casos de casamento com estrangeiro, o cartório tivesse alguma orientação, algum documento...

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Prevenção.

A SRA. ANA GABRIELA REIS – ... uma prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Perfeito, perfeito.

A SRA. ANA GABRIELA REIS – É só uma ideia mesmo.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS – Olha, eu vou dar a minha experiência.

Eu não sei se você sabe, mas eu fui tabelião de notas e fui registrador de imóveis. Dentro da Anoreg (Associação dos Notários e Registradores) existem vários pontos em que a gente dialoga com a área internacional. Esse pode ser um ponto em que a gente chame a Anoreg para o diálogo e converse sobre isso. Eles fazem o que determina a lei, eles tendem a seguir de forma estrita porque, quem está na ponta, não vai se preocupar exatamente com essa questão se não houver uma determinação do poder público para verificar essa situação.

Então, é importante a gente chamar para o diálogo a Anoreg, é importante também chamar o Conanda, é importante chamar todos os ministérios que estão envolvidos, como o Ministério das Mulheres.

Então, só para finalizar a minha fala, eu quero, primeiramente, me solidarizar com todas as mães e, principalmente, com as crianças, também, que estão nessa situação. Muitas delas se sentem em cárcere privado e a gente não está nem aqui para saber.

No levantamento da Nazia, junto com o levantamento também da Marilyn Freeman, dentro da reunião que a gente tem, uma vez por ano, com os expertos em subtração internacional, a gente percebe que há muitas falhas na proteção internacional da criança. Então, o que a gente tenta mudar é uma coisa com a qual, quando a gente volta para o nosso país para tentar reverberar, a gente meio que se sente uma voz clamando no deserto. Então, a gente precisa desses fóruns de diálogo para poder mudar alguma coisa.

Eu agradeço, de coração, o convite do Senado para este debate, fico à disposição, como a Acaf está sempre à disposição de vocês, e muito obrigado, uma boa noite.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – Sim, obrigada a você.

A Embaixada do Egito faz tudo por mim, mas ninguém consegue localizar o meu filho. Meu filho hoje é uma criança que faz parte da linha amarela da Interpol. Imagina estar na mesma cidade do seu filho, respirar o mesmo ar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS (*Fora do microfone*.) – Pois é.

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – ... e eu não consigo ver.

O SR. RODRIGO MEIRA SANTOS (*Fora do microfone*.) – Deve haver um caminho, tem que procurar...

A SRA. KARIN RACHEL ARANHA – É isso. Acho que deu, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Dr. Rodrigo, muito obrigada. Obrigada pelas suas palavras, obrigada pela parceria de novo. Obrigada por se disponibilizar a ouvir nossas mães.

Karin, a Alana já quer o contato das mães que você está mencionando.

Eu queria fazer... Embora eu tenha que encerrar por conta da Ordem do Dia, mas eu queria passar a palavra para a Shirley Cunha, porque ela veio de Goiás só para poder se manifestar.

Shirley, se você puder compreender que a gente tem que encerrar por conta do Plenário, eu posso te dar dois a três minutos de fala, está bom?

A SRA. SHIRLEY CUNHA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, por essa voz, por este momento que eu posso me expressar rapidamente aqui, mesmo que... Eu trouxe um discurso pronto que não caberá dentro do prazo, mas gostaria de dizer que eu, diferentemente das minhas colegas, companheiras, mães de Sharia, me mantenho aguentando aqui na caixa dos peitos. Gostaria de deixar o meu protesto.

A minha filha está em solo brasileiro. É uma brasileira e está em solo brasileiro. Venho tentando me defender de um estrangeiro, um egípcio, golpista, como é de conhecimento do Ministério das Relações Exteriores e também do Ministério da Justiça, e que bom que o Ministério das Mulheres está aqui presente para também tomar conhecimento.

Somos vítimas de violência doméstica em todos os âmbitos: financeiro, físico e principalmente psicológico. São homens extremamente minuciosos na questão da elaboração desses golpes, não se importam com o tempo que esses golpes duram, eu fui vítima por 13 anos, e, hoje, minha criança está aqui presente, é uma criança de 11 anos, uma linda menina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, por minha sorte, é menina e não interessa aos pais islâmicos, agradeço à Lei da Sharia por isso.

Eu venho lutando insistentemente no âmbito da Justiça, dos juizados de primeiro grau, em que os juízes, infelizmente, ainda não têm conhecimento desses golpes, o quanto são numerosos, e o quanto nós, mulheres, somos vítimas desse tipo de golpista. Então fica aqui o meu apelo ao Ministério da Justiça para que divulgue mais esses casos, para que chegue ao conhecimento e que esses cidadãos percam o direito de chegarem no nosso país e nos intimidarem com a nossa própria lei, valendo-se até da gratuidade da nossa Justiça contra nós mesmas e nossos filhos.

Venho defendendo minha filha sozinha, de forma unilateral, sem apoio de ninguém. Isso é muito duro, isso é muito doído, e eu não quero ser estatística. Amanhã, eu não quero dar o direito ao genitor de conviver ou de raptar a minha filha e ser amanhã mais uma mãe de Sharia sentada ali na frente de V. Exas.

Com todo respeito, eu venho aqui... não estou usando o meu discurso preparado, estou falando com apenas o meu coração de mãe e de brasileira que sou. Senhores, é um apelo: façam valer as nossas leis, que nos defendam de fato. Pelo menos, se está difícil lá fora, nos defendam aqui em solo brasileiro com unhas e dentes. Nós não estamos tendo essa voz aqui em solo brasileiro, senhores. Isso é um apelo que eu faço aos senhores.

Agradeço à Senadora Mara Gabrilli pela oportunidade de dizer o que a gente sofre não só lá fora, mas aqui dentro. Obrigada, senhores, por terem me ouvido. Eu espero que se criem leis mais duras para concessão de nacionalidade e naturalização para esses países, principalmente, porque a gente já sabe que existem máfias para concessão dessa nacionalidade.

Nós, brasileiras, somos mulheres de personalidade forte, extremamente aguerridas e somos presas fáceis na visão desses golpistas.

Obrigada, senhores. Obrigada, Alana. Obrigada, Senadora, obrigada aos representantes dos ministérios aqui presentes.

Deixo aqui meu agradecimento e quero dizer que a luta vai sempre existir. Aqui quem fala é só uma mãe que vem lutando para que a sua filha não sofra consequências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, senhores. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Shirley Cunha, muito obrigada por ter vindo...

A SRA. SHIRLEY CUNHA – Obrigada, Senadora. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – ... até Brasília para poder trazer para a gente a sua experiência, o que você vem passando. Eu quero agradecer a todos vocês por toda a contribuição. É de extrema importância que a gente consiga avançar nesse tema, sabe? Tudo aquilo que é gargalo a gente tem que conseguir – nossa, tem um sol aqui que não dá nem para me enxergar... E continue contando com a gente. O gabinete está sempre de portas abertas, com aquele sorriso lindo da Alana, da Eula – de todas as lindas –, a Deusilene, a Mel, de todo mundo que participa lá do gabinete – todo mundo sempre de coração aberto, está bom?

E não tendo mais nada a tratar, eu quero agradecer mais uma vez a participação das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores que nos acompanharam de forma remota, dos nossos convidados todos, agradecendo pela presença, e declaro encerrada a presente reunião com muita gratidão no coração por esta reunião ter acontecido.

Muito obrigada.

E a nossa palestrante internacional saiba que nós já estamos mandando uma mensagem para que ela fique bem próxima da nossa história, do nosso Brasil e das nossas mães de Sharia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 45 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Beto Faro e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Eliziane Gama e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Tereza Cristina, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 28ª e 29ª Reuniões desta Comissão, ocorridas respectivamente nos dias 12 e 19 de novembro, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 56, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 62, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 69, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 70, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **Observação:** Aprovado o relatório com 10 (dez) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 565, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 459, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji, assinado em Brasília, em 1º de novembro de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 270, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin em Matéria Militar, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 293, de 2024 - Não Terminativo**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 332, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brisbane, em 15 de novembro de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **3ª Parte - Avaliação de Política Púbica: Plano de Trabalho**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF258932242138** que: "PLANO DE TRABALHO - REQ 5/2025-CRE" **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 28ª e 29ª Reuniões desta Comissão, ocorridas respectivamente nos dias 12 e 19 de novembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas, vão à publicação.

Conforme a pauta publicada, esta reunião está dividida em duas partes: a primeira parte destina-se à apreciação da indicação de quatro embaixadores para postos no exterior; a segunda parte destina-se à apreciação de projetos.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo número 0800 0612211.

Diretrizes para as sabatinas, esclareço todas as diretrizes que seguiremos.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secretas, localizadas uma na porta deste plenário e outra dentro dele.

Cada sabatina começa com a leitura do respectivo relatório pelo Relator. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até 15 minutos para a sua exposição inicial. Na sequência, será aberta a fase de inquirição pelas Sras. e pelos Srs. Senadores inscritos, com duração de até cinco minutos por Senador, organizados em blocos de até quatro Senadores.

A resposta do sabatinado será a todos os questionamentos do bloco e terá duração de até cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada.

Por fim, será realizada a votação seguida da apuração dos votos.

Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se as interpelações dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passaremos às sabatinas em reunião aberta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Queria pedir só uma inversão de ordem para fazer a leitura do relatório do item 2, porque eu tenho um compromisso externo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, o senhor pode.

Item 2 da pauta... Anuncio o item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Relator, Senador Sergio Moro, pelo prazo de cinco minutos para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Relatório: O Presidente da República submeteu a apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

A mensagem presencial vem acompanhada do currículo do indicado, do qual extraímos o que se segue.

O diplomata indicado concluiu, em 1976, o curso de Filosofia e Economia pela Universidade de Sophia, em Tóquio; no ano seguinte, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o curso de Altos Estudos, em 2000, e defendeu a tese de promoção do Brasil como destino turístico, posteriormente publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão; foi autor de várias outras publicações, especialmente sobre geração de empregos na China e o combate à violência urbana; Terceiro-Secretário em 1977, passou a Segundo-Secretário em 1980, chegou a Primeiro-Secretário em 1987, a Conselheiro em 1993, a Ministro de Segunda Classe em 2001 e a Ministro de Primeira Classe em 2009.

Na trajetória profissional, exerceu diversas funções no Brasil e no exterior. Há um longo rol aqui de cargos ocupados pelo indicado, que revelam a qualidade e o seu profissionalismo. Destaco entre os vários a assessoria no Ministério da Fazenda, o de Conselheiro na embaixada em Tóquio, embaixada em Londres, chefe da assessoria no Ministério do Desenvolvimento, Cônsul-Geral em Xangai, Embaixador em Hanói, Embaixador em Abu Dhabi, assessor especial na ABDI, Cônsul-Geral em Tóquio e Embaixador em Mumbai.

A República do Congo tornou-se independente da França em 1960. As primeiras décadas foram marcadas por instabilidade política e guerras civis. Alinhado com países socialistas, o país também buscou manter e fortalecer seus laços com a França, principal fonte de ajuda externa. Com o colapso do regime socialista, buscou-se aproximação com os Estados Unidos. O Congo dedica atenção significativa às relações com os países da África. Membro da União Africana, participa de organizações de integração sub-regional da África Central, como a Comunidade Econômica e Monetária da África Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos anos, o Congo tem buscado diversificar suas parcerias internacionais, aproximando-se de países como o Brasil. O Brasil e o Congo estabeleceram relações diplomáticas em 1980. Em 1982, foi realizada a primeira sessão da Comissão Mista bilateral. Devido à turbulência interna vivida pelo Congo, não houve troca de visitas ou reuniões bilaterais por 20 anos. A retomada desse relacionamento se deu em 2005. Hoje as ações de cooperação se dão no campo técnico, educacional, cultural, humanitário e de defesa.

No âmbito comercial, em 2024, o fluxo de comércio bilateral foi de US$215 milhões, queda de 30% em relação ao ano anterior. Foi registrado superávit de US$25 milhões em favor do Brasil, um aumento de 118% em comparação a 2023. As exportações brasileiras foram principalmente de carnes e aves e outros produtos foram açúcares e melaços, carnes e despojos comestíveis de carnes. As importações totalizaram US$95 milhões.

A República Centro-Africana tem sua história marcada por sucessivos regimes autoritários e golpes de estado. As relações bilaterais com a República Centro-Africana foram estabelecidas em 2010. A única visita oficial de uma alta autoridade centro-africana ao Brasil ocorreu em maio desse ano com a participação do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Na República Centro-Africana, o comércio bilateral é bastante modesto. Em 2024, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Centro-Africana foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... de US$3,2 milhões, um decréscimo de 54% em relação ao ano anterior e de 91% em relação a 2022. Houve superávit de US$3 milhões.

A pauta de exportações em 2024 foi composta predominantemente por carnes de aves e suas miudezas comestíveis. Já a pauta de importação foi composta principalmente de partes e acessórios de veículos automotivos.

Registro aqui a qualificação do indicado para o cargo que lhe foi indicado e o grande desafio em cumular estas duas embaixadas: a da República do Congo, pacificada, e, infelizmente, a da República Centro-Africana, com bastante turbulência.

Quero desejar a V. Exa. sucesso na sua função e adianto, inclusive, o meu voto favorável a V. Exa. e aos demais indicados.

Peço escusas, Sr. Presidente, porque não vou poder ficar até o final da sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Antes de passar a palavra ao indicado, em virtude de os relatórios já estarem disponíveis no sistema desde algum tempo, eu vou abrir a votação.

Concedo a palavra ao Sr. João de Mendonça Lima Neto, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Sr. Embaixador, o senhor tem até 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Hamilton Mourão; Exmo. Sr. Relator, Senador Sergio Moro; Exmos. Srs. Senadores, colegas, senhoras e senhores, quero inicialmente agradecer ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela indicação do meu nome para a chefia da Embaixada do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana. Gostaria também de agradecer às Sras. e aos Srs. Senadores por hoje me receberem para esta sabatina.

Esta é a terceira vez que tenho o privilégio de me apresentar a esta Comissão: a primeira, quando fui indicado para a Embaixada em Hanói, Vietnã, em 2008; e a segunda, para a Embaixada em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, em 2012.

Caso mereça a aprovação das Sras. e dos Srs. Senadores, quero enfatizar que encaro essa indicação com enorme satisfação, por me proporcionar um grande desafio, de fato, uma nova experiência. Diferentemente de outros países onde servi, a República do Congo e a República Centro-Africana encontram-se em fase inicial de desenvolvimento, entre os países mais pobres da África, embora contem com expressivas reservas minerais. Exatamente por isso, são dois países onde terei muito a fazer, e o obstáculo está na falta de conhecimento e nos limites das economias congolesa e centro-africana.

Não quero, com o que falei, menosprezar o trabalho efetuado pelos colegas que serviram em Brazzaville, que sabemos ter sido exemplar, mas sublinhar a importância de continuá-lo e aprofundá-lo.

O Sr. Relator fez uma apresentação realmente completa sobre os dois países e deixa pouco que eu possa acrescentar. Assim, na obrigação de ser conciso, gostaria de concentrar minhas palavras nas áreas a que devo dar prioridade: primeiramente, na esfera política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelas respectivas localizações, Gabão; Camarões; Chade; Sudão; Sudão do Sul; República Democrática do Congo; Cabinda, exclave de Angola; República do Congo; e República Centro-Africana constituem pontos de observação privilegiados. Saber o que está se passando em torno desses países é certamente do nosso interesse, sobretudo em função da prioridade da nossa política externa em relação à África; afinal, o centro-oeste da África conta com 230 milhões de habitantes, igual ao Brasil.

A República do Congo é um país que vive um período de estabilidade e de crescimento econômico, diferentemente da República Centro-Africana, que só recentemente – de fato, neste ano – conseguiu se estabilizar um pouco, em acordo entre as várias facções conflitantes. Abre-se, assim, espaço para dinamizar as relações com este último país. Noutro campo de ideias, o Presidente do Congo é um político influente, que exerce papel construtivo com países fronteiriços, no âmbito de entidades africanas, e com outros países importantes para o Brasil.

Como prova de seu prestígio internacional, só neste ano o Presidente da República do Congo, Nguesso, esteve na França, para conversas com o Presidente Macron; na Rússia, atendendo ao convite do Presidente Putin para participar das comemorações do fim da Segunda Guerra Mundial; nos Emirados Árabes Unidos, para conversas com o Presidente Mohamed bin Zayed Al Nahyan; na China, para participar das comemorações dos 80 anos da vitória contra os japoneses, atendendo ao convite do Presidente Xi Jinping; e, agora, no Brasil, para participar da COP 30 e manter conversas com o Senhor Presidente da República.

Com uma voz ativa em fóruns africanos e presente nos principais organismos internacionais, o Congo, em particular, é um aliado importante na promoção de nossos interesses. Mais ainda, com biomas similares, somos naturais parceiros da República do Congo e da República Centro-Africana na preservação do meio ambiente, particularmente de nossas florestas. Temos muito a fazer conjuntamente na implementação dos resultados da COP 30. Refiro-me, particularmente, aos trabalhos no âmbito do grupo Unidos por Nossas Florestas, do qual o Congo faz parte desde o início, em 2025.

Entre outros instrumentos para garantir a implementação dos propósitos do grupo Unidos por Nossas Florestas, refiro-me à adoção do mecanismo Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), objeto de declaração no último dia 6, em Belém, na COP 30. Esta é uma iniciativa que mereceu aplausos do Presidente Nguesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a República Centro-Africana, no presente ano tivemos uma visita que sinaliza a retomada do diálogo. Em agosto último, a Ministra das Relações Exteriores, Thérèse Kayikwamba Wagner, esteve em Brasília, quando foi recebida pelo Ministro Mauro Vieira, para tratar do aprofundamento das relações bilaterais.

Em razão do interesse demonstrado, buscarei dar continuidade aos entendimentos havidos. Com esses aspectos em mente, entendo que o meu trabalho será estabelecer um bom relacionamento com membros do Governo, empresários e colegas de outras embaixadas, para obter e, quando necessário, confirmar as informações de interesse.

Uma segunda área prioritária refere-se aos interesses econômicos e comerciais.

Srs. Senadores, como bem indicou o Sr. Relator, as relações são ainda muito incipientes.

No caso da República do Congo, no ano de 2024, o comércio bilateral registrou um fluxo de US$215,1 milhões, enquanto, com a República Centro-Africana, o fluxo bilateral foi de apenas US$3,2 milhões. Mais ainda, as pautas exportadoras e importadoras estão concentradas em poucos produtos, sobretudo carnes de aves e petróleo.

Em termos de investimentos, o Brasil conta com apenas duas empresas atuando no Congo: a Asperbras, na pecuária e em outros projetos estruturais, e a Andrade Gutierrez, em infraestrutura. O Brasil não conta com investimentos na República Centro-Africana, e nenhum dos dois países efetuou investimentos no Brasil.

Considerando o contexto acima, o incremento e a diversificação das nossas trocas são, certamente, objetivos desejáveis, mas ainda há razão para a necessidade de expandir os nossos mercados. Trabalharei nesse sentido, com base na minha experiência em assuntos econômicos e comerciais.

A propósito, a República do Congo e a República Centro-Africana são países com abundantes recursos naturais, e não é por outro motivo que países europeus, particularmente França e Itália, além de Rússia e China, desenvolvem projetos nesses países. Estou certo de que poderemos fazer muito nessas áreas. O desafio será buscar desenvolver projetos que gerem divisas e que permitam autofinanciamento.

Nesse sentido, gostaria de dar seguimento ao interesse demonstrado pelo Conselheiro do Presidente do Congo, Roger Nguesso, expresso em visita à nossa Embaixada em Brazzaville. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocasião, indicou que intenciona visitar o Brasil com o objetivo de se reunir com empresas brasileiras para dinamizar a cooperação bilateral.

Outro ponto importante na pauta de cooperação bilateral com o Congo refere-se à organização de uma reunião de consultas políticas. Este seria um passo importante para aprofundar o diálogo e definir projetos de cooperação bilateral. No momento, aguardamos resposta do Governo congolês sobre a possibilidade de efetuar essa reunião no início do ano que vem.

Outros dois projetos merecem atenção especial. O primeiro refere-se ao financiamento do Fundo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), para fortalecimento de pequenos agricultores congoleses e para um programa de formação voltado para a agricultura familiar, com vista a aumentar a produtividade e reduzir desperdícios. Seguirei de perto esse projeto para garantir o seu sucesso.

Segundo: o Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 1986. O Congo já recebeu cooperação brasileira em diferentes áreas, como produção de cacau, cultivo da palma africana e combate à aids. Procurarei expandir a cooperação nessas áreas e explorar a possibilidade de fazer o mesmo com a República Centro-Africana.

Uma terceira prioridade refere-se à área cultural, particularmente à promoção da língua portuguesa. Trata-se de iniciativa que concorre para aprofundar o entendimento e estreitar os laços políticos e econômicos. O ideal seria contar com o leitorado em uma das universidades de Brazzaville. O problema está nas contrapartidas a serem oferecidas pela universidade ao leitor. Sei que o atual Embaixador em Brazzaville pensava em estabelecer tal projeto e buscarei fazer o mesmo.

Noutro campo de ideias, refiro-me ao programa de ensino de Língua Portuguesa.

O Brasil e o Congo estabeleceram, em 1982, o Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica. No seu contexto, desde 2012, estudantes congoleses se beneficiam de vagas oferecidas, anualmente, por universidades brasileiras, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

A esse respeito, muito tem sido feito pela embaixada, e eu pretendo seguir o exemplo.

No caso da República Centro-Africana, é certamente de interesse promover a assinatura de um acordo similar, que permita a participação de estudantes daquele país num programa de convênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em outra esfera de possível cooperação, refiro-me aos programas de exercícios conjuntos e formação de militares, oferecido pelas nossas Forças Armadas.

Esses são projetos que merecem atenção especial. Com a resolução dos conflitos na República Centro-Africana, talvez seja possível fazer o mesmo com militares desse país.

Não poderia deixar de mencionar a importância das atividades em cooperação humanitária.

No passado, fizemos doações de medicamentos e alimentos para o Congo e a República Centro-Africana.

Com os Estados Unidos se retirando dessas áreas, acredito que a necessidade se torne ainda mais premente. No caso, é uma questão de conversar com ambos os governos e examinar as necessidades e possibilidades da cooperação.

Igualmente, a importância de atividades consulares, particularmente no apoio à nossa comunidade no Congo – em torno de uns 60 brasileiros, que trabalham nos projetos da Asperbras e Andrade Gutierrez, além de um preso, aguardando julgamento por tráfico de drogas.

No caso da República Centro-Africana, o número de brasileiros conta-se nos dedos: um representante da FAO, alguns missionários, além de militares e civis que integram a missão multidimensional de estabilidade das Nações Unidas, a Minusca.

Para documentos consulares, especialmente vistos, procurarei garantir um fluxo apropriado às circunstâncias. Se possível, tenciono implementar o Sistema e-consular, que permite o agendamento, para agilizar o processo de concessão. Implementei tal sistema em Mumbai com muito sucesso.

Se os senhores me permitem, termino por aqui, não por ter esgotado as iniciativas que a embaixada deve implementar e as possibilidades de cooperação, mas pela falta de tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Agradeço a exposição bem objetiva do Sr. Embaixador João de Mendonça Lima Neto.

Não havendo perguntas por agora, vamos passar ao próximo item da pauta, que é o item nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 56, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é deste Senador.

Passo, então, daqui da mesa, a fazer a leitura do relatório.

O Sr. Pedro de Castro da Cunha e Menezes é nascido no Rio de Janeiro, formado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica daquela cidade e ingressou na carreira diplomática no ano de 1994.

Realizou o curso de aperfeiçoamento no ano de 2002 e o de altos estudos em 2011, quando defendeu a tese "Áreas de preservação ambiental em zona de fronteira: sugestões para uma cooperação internacional no contexto da Amazônia".

Foi promovido a ministro de segunda classe no ano de 2016.

Prestou serviços à nação brasileira no Consulado-Geral de Sydney, na Embaixada em Nairóbi, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Foi Chefe do Setor Cultural de nossa Embaixada em Lisboa; Cônsul-Geral Adjunto na Cidade do Cabo; Ministro Conselheiro da Embaixada em Quito; e Cônsul-Geral do Brasil em Ciudad del Este.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ele se destaca pelas funções exercidas na administração pública municipal e federal: assessor internacional da candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2004; assessor de Relações Internacionais da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Diretor-Executivo de Gestão Compartilhada entre a Prefeitura do Rio e o Ibama do Parque Nacional da Tijuca; Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio; e, desde 2023, Diretor de Áreas Protegidas do ICMBio.

Destaco que ele recebeu o título de cidadão benemérito de sua cidade natal, o nosso Rio de Janeiro.

Em relação à Namíbia, a Namíbia se tornou independente da África do Sul no ano de 1990. É um país cujo território se aproxima a ser menor do que o Estado do Mato Grosso, um pouquinho maior do que o do Chile e se caracteriza por grandes áreas desérticas. Na costa, temos o deserto da Namíbia e, no interior, o deserto de Kalahari. Com uma população rarefeita de 3,1 milhões de pessoas, é a menor densidade demográfica do continente africano.

Ocupa a posição 139 no IDH do Pnud e o seu PIB é um PIB de US$14,4 bilhões, no ano passado, o que dá um PIB *per capita* de US$4,7 mil. A economia é fomentada pelo turismo, realizado em parques e reservas de animais selvagens, mas também, sobretudo, pela exploração mineral. O país é um grande produtor de diamantes, urânio, ouro e prata.

No plano bilateral, os contatos tiveram início ainda antes da independência, quando o Governo brasileiro estabeleceu contato com a South West Africa People's Organization (Swapo), Organização do Povo do Sudoeste Africano, ainda no movimento pró-independência, e a Embaixada foi estabelecida no próprio ano da independência, Windhoek, no ano de 1990.

Em 2001, assinou um Acordo de Cooperação Técnica. Em 2008, o Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismos de Consultas Políticas. E, em 2009, o Acordo de Cooperação em Defesa, cujo principal eixo é a cooperação naval. Temos uma grande presença da Marinha do Brasil lá na Namíbia.

Esse conjunto de atos normativos dá suporte para ações de assistência humanitária, cooperação naval, educação, cooperação entre as respectivas academias diplomáticas.

O comércio bilateral é pequeno. Ano passado, registrou a cifra de US$11,2 milhões e aponta uma variação negativa de 42,6%, quando comparado com 2023. Exportamos US$9,8 milhões, fundamentalmente aves, carnes de aves e suas miudezas comestíveis, açúcares, melaços,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máquinas e equipamentos especializados e importamos US$1,2 milhão, essencialmente pedra, areia e cascalho.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro de Castro da Cunha e Menezes, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

V. Exa. dispõe de até 15 minutos para a sua exposição.

O SR. PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES (Para expor.) – Prezado Senador Hamilton Mourão, muito obrigado. Cumprimento V. Exa., que preside esta reunião e *ad hoc* esta Comissão, além de ser o meu Relator. E, por intermédio de V. Exa., cumprimento os demais membros desta douta Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Saúdo o público que nos assiste, em especial os colegas diplomatas, sobretudo os que estão sendo sabatinados e aqueles que me ajudaram em minha preparação para hoje. Gostaria de também agradecer ao Presidente Lula por minha indicação para o cargo de Embaixador do Brasil na Namíbia, bem como ao Chanceler Embaixador Mauro Vieira, pela confiança em mim depositada.

Quero, por fim, mas não menos importante, fazer um agradecimento muito especial à minha querida esposa, Paula Cristina Capelo Diniz, que largou seu país natal e abriu mão de sua carreira profissional para comigo constituir família e viver uma vida itinerante sobre a qual ela não tem o menor controle. Tenho certeza de que, sem sua companhia e apoio em todas as horas, além do amor incondicional, não teria chegado aqui. O senhor, como militar, entende bem as agruras de uma esposa.

A Namíbia, motivo de minha sabatina, Senador, abriga 13 grupos étnicos. Suas fronteiras atuais foram conformadas durante a corrida pela colonização da África, ainda no século XIX, tendo sido seu território colonizado inicialmente pela Alemanha e, após a Primeira Guerra Mundial, pela África do Sul, de quem obteve independência, como o senhor relatou, em 1990. Mas, mesmo antes dessa data, o Governo brasileiro deu sinais claros de que apoiava o movimento independentista, a Swapo, em português: Organização do Povo do Sudoeste Africano. O movimento liderou a luta pela autodeterminação nacional e governa o país desde então. Com efeito, o Brasil, mesmo antes da independência, abriu o escritório de observação em Windhoek, em 1989, tendo sido esse escritório elevado à embaixada imediatamente após a independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo da década de 90, as relações bilaterais adensaram-se rapidamente, sobretudo após a visita do então Presidente Fernando Collor a Windhoek, em 1991, e as posteriores assinaturas do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, no ano seguinte, em 1995. No ano de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Namíbia e, em setembro do corrente ano, foi convidado a visitar novamente o país – convite que esperamos que possa ser brevemente atendido.

Desde 1990, diferentes Presidentes namibianos visitaram o Brasil em quatro ocasiões. O comércio, como o senhor relatou, não é muito substantivo, muito embora haja bastante espaço para crescer – 9,8 milhões dos 11,2 milhões da balança comercial correspondem às exportações brasileiras. Como regra, aliás, o Brasil acumula superávits constantes nessa pauta bilateral, que apresenta predomínio de produtos como carne de aves e miudezas. Há, entretanto, grande espaço para o seu incremento com produtos de alto valor agregado. Não há, até o presente momento, registro de empresas brasileiras no país, à exceção de uma *joint venture*, criada no ano passado, voltada para exploração de oportunidades nos setores de óleo e gás, farmácia, e pesca, pecuária e turismo.

Existem, contudo, oportunidades promissoras: a indústria farmacêutica brasileira Eurofarma está empreendendo estudos para construir uma planta no país com o objetivo de atender toda a África Austral. Em outro diapasão, a Namíbia decidiu criar uma companhia aérea estatal, a Air Namibia, o que, dado o tamanho do país e as distâncias entre seus centros, separados por enormes vastidões desérticas, abre oportunidades ímpares para a Embraer, sobretudo no que tange aviões de médio porte.

Existem, ainda, dois setores complementares em que há fortes oportunidades para o Brasil: o de equipamentos de defesa e o de petróleo. Como é de conhecimento desta Casa Legislativa, as relações entre o Brasil e a Namíbia têm como marca emblemática a cooperação naval, que, em março de 2024, completou 30 anos. A parceria naval tem sido instrumental para que o país africano fortaleça a sua Marinha de guerra, criada em 2004, e o seu corpo de fuzileiros navais, criado em 2016. Trata-se do maior e mais longevo programa de cooperação naval brasileiro na África, que serviu, inclusive, de exemplo para outros programas similares em países como Camarões e São Tomé e Príncipe. Mais de dois terços dos oficiais da Marinha da Namíbia foram formados na Escola Naval, sendo três almirantes do alto comando completamente formados pela Marinha brasileira. Também há cadetes namibianos na Aman e na AFA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a proximidade afetiva e cultural estabelecida com o oficialato namibiano cria um ambiente favorável para a venda de equipamentos de baixo custo, como uniformes, capacetes, munição, coletes balísticos, bem como equipamentos de alto valor agregado, como carros de combate, mísseis, barcos de patrulha e aviões da Embraer. Trata-se de uma área em que eu tenho bastante experiência, pois esse trabalho foi empreendido com algum sucesso quando fui Ministro-Conselheiro no Equador. Neste momento, inclusive, encontra-se em análise a possibilidade de construção, em estaleiros brasileiros, de navios de patrulha de 500 toneladas.

Recentemente, a Namíbia descobriu vastas reservas de petróleo *offshore*, estimadas em 20 bilhões de barris. O país pretende começar sua produção em 2029, ou, no mais tardar, em 2030. Nesse sentido, manifestou interesse em receber cooperação técnica brasileira na área tanto de petróleo quanto de energias renováveis, sobretudo biogás e hidrogênio verde; e formação de quadros para o setor de petróleo e gás. A Petrobras, em meio de sua Presidente, Sra. Magda Chambriard, já mostrou interesse em visitar a Namíbia e posicionar a empresa brasileira no mercado local.

Também se abrirão múltiplas oportunidades na área de atendimento e logística dessa produção, algo em que o Brasil é líder mundial. Construção e operação de plataformas, de barcos de apoio e dutos, entre outros materiais, além de oportunidade de empregos para a mão de obra especializada brasileira, se abrirão muito em breve. A esse respeito, cabe destacar que, na Namíbia, o tema petróleo está sendo tratado no mais alto nível, tendo sido avocado pela própria Presidente, que se autonomeou Ministra das Indústrias, Minas e Energia.

Ainda na seara marítima, apesar de ser membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), a Namíbia tem grande deficiência na estrutura logística e de embarcações para combater ilícitos ao longo de sua costa.

As recentes descobertas, aqui citadas, de reservas de petróleo e gás na plataforma continental demandarão reforço significativo da estrutura de patrulhamento costeiro, que se somará às necessidades já existentes e não preenchidas a contento de cooperação no combate à pirataria e à pesca ilegal e no aproveitamento dos recursos marítimos.

O mercado namibiano, entretanto, não deve ser compreendido apenas como o destino final das exportações brasileiras, dada a sua pequena dimensão, mas, igualmente, e talvez até com mais força, como ponto de entrada privilegiado e, sobretudo, como base para produção local ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiamento de bens a serem exportados, com isenções tarifárias, ao subcontinente da África Meridional, ao abrigo do acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana.

Nesse sentido, lembro que, desde a década de 1990, o Grupo Lachmann já desejava utilizar o Porto de Walvis Bay como *hub* de exportação para a África Austral, uma vez que se trata do porto da África Meridional mais próximo do Brasil.

As condições de hoje, com a independência do país, o fim da guerra civil em Angola e o final do *apartheid*, tornam esse projeto ideal, sobretudo quando se percebe que a Namíbia investiu pesadamente em sua infraestrutura rodoviária e ferroviária, criando um corredor logístico entre esse porto e os países mediterrâneos de Botsuana, Zimbábue e Zâmbia, além da parte setentrional da África do Sul, maior economia do continente.

Para dar conta dessas oportunidades, caso tenha minha designação confirmada por esta Casa, pretendo priorizar o setor de promoção comercial e de investimentos, me engajando pessoalmente nos contatos e articulações e dando ao posto melhores condições de atuação no fomento das relações comerciais e no atendimento de consultas provenientes de empresas brasileiras interessadas em explorar o mercado bilateral.

Complementarmente, a cooperação brasileira no campo bilateral está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, celebrado em março de 1995. Nesse contexto, a Agência Brasileira de Cooperação tem envidado esforços para expandir a cooperação prestada à Namíbia também no plano técnico.

Em julho de 2024, missão prospectiva da ABC esteve em Windhoek para elaborar projetos de assistência técnica solicitada pelo Ministério da Agricultura local, com vista a aumentar a produtividade dos cultivos de batata inglesa e girassol no interior do país, oportunidade que deve ser vista no campo mais amplo, dada a complementaridade entre as áreas agricultáveis da Namíbia e o nosso Semiárido, Senador.

No setor agropecuário, ainda há espaço para cooperação nas áreas de bovinos, ovinos e caprinos e, por meio da Embrapa, para cultivo no Semiárido. Estão em negociação avançada o acordo de cooperação para instalação de academia diplomática e memorando de entendimento sobre cooperação policial. Encontra-se, ainda, em análise no Brasil manifestação de interesse da Agência de Estatísticas da Namíbia em assinar memorando de entendimento com o IBGE, com o objetivo de assimilar processos, metodologias e boas práticas do instituto brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início de novembro de 2023, a Assembleia Nacional da Namíbia, Câmara Baixa do Legislativo local, equivalente à nossa Câmara dos Deputados, criou a Frente Parlamentar de Amizade Brasil-Namíbia.

A decisão ocorreu pouco depois de ter sido anunciada no país a instalação no Congresso brasileiro do Grupo Parlamentar Brasil-Namíbia, presidido pelo Deputado Jorge Braz de Oliveira, a quem já tive o privilégio de visitar e que me informou planejar viagem para o país ainda este ano ou, o mais tardar, em 2026.

Embora a comunidade brasileira na Namíbia seja reduzida, estimada em apenas cerca de 150 pessoas, em razão da extensa fronteira Norte do país com Angola e da história compartilhada na luta pela independência, a Namíbia conta com população de cerca de 100 mil lusófonos. Esse expressivo contingente de pessoas que tem fluência na língua portuguesa inclui membros do alto escalão da Swapo, o partido dirigente, o que cria mais oportunidades para uma cooperação fluida e para um exercício de *soft power* por meio da nossa música, da cultura, do futebol brasileiro – que é muito querido na Namíbia –, e do audiovisual brasileiros.

No campo político, caso confirmado por V. Exas., pretendo manter a cooperação constante com o Governo da Namíbia, com vista à realização periódica das reuniões do mecanismo de consultas políticas, com o propósito de permitir intercâmbio sobre os temas afetos à agenda internacional, troca de votos no âmbito das Nações Unidas e a cooperação bilateral.

Por fim, Excelências, considero importante lembrar que a Presidente da Namíbia, a Exma. Sra. Netumbo Nandi-Ndaitwah, foi eleita a exato um ano menos um dia, em 27 de novembro de 2024. Tendo sido expoente na luta pela independência, obteve vitória no primeiro turno com 57,3% dos votos válidos. Seu partido recebeu 583 mil votos para o Parlamento, angariando 51 das 96 cadeiras em disputa. Em sua trajetória, a Presidente Netumbo foi Vice-Presidente da Swapo, partido dirigente, Vice-Primeira-Ministra da Namíbia, de 2015 a 2024...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES – ... Ministra das Relações Exteriores, de 2012 a 2015, e Ministra do Meio Ambiente e Turismo – área em que eu tenho alguma *expertise* –, de 2010 a 2012.

A Presidente é casada com um ex-Ministro da Defesa do país, que conhece bastante o Brasil, graças à nossa profícua cooperação naval. Em várias ocasiões, a Sra. Netumbo deu sinais de ser entusiasta da cooperação naval que mantemos, bem como dos programas sociais brasileiros, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particular o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Ainda no cargo de Ministra das Relações Internacionais e Cooperação do seu país, manifestou interesse em ampliar a cooperação com o Brasil no combate à fome e à pobreza.

Pretendo, Excelências, aproveitar essa boa vontade da Sra. Presidente da Namíbia e estreitar ainda mais as relações bilaterais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Cumprimento o Sr. Embaixador Pedro de Castro da Cunha e Menezes pela objetividade da exposição, cumprindo o tempo na risca. (*Risos.*)

Parabéns!

Vamos agora ao item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria está a cargo de um dos nossos decanos, o Senador Esperidião Amin. O relatório está pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin, pelo prazo de cinco minutos, para suas considerações iniciais e breve resumo do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, vou seguir, tanto quanto possível, à risca, mas não posso deixar de agradecer ao Senador Nelsinho, a V. Exa., por ter a honra de relatar esta designação.

E quero relatar que, ontem, numa recepção que houve, promovida pela Embaixada dos Emirados Árabes Unidos, eu tive a oportunidade de conhecer o Embaixador do Iraque no Brasil. E quero dizer ao Dr. Alfredo Leoni – cujo currículo preenche todas as condições, e cuja importância da missão já está descrita no relatório que eu apresentei – que a sua missão tem um particular interesse para o Brasil.

Nós vamos ressuscitar uma relação muito profícua que tivemos com o Iraque, que foi submetido, não vou entrar no mérito, do início da década de 1990 até agora, a um torvelinho de questões que também não vou resumir, mas o senhor tem uma missão muito importante. A relação do Brasil com o Oriente Médio, em geral, é próspera, as relações são prósperas; e a relação com o Iraque foi submetida a esse calvário, de 1990 até hoje, que eu repito, não vou resumir aqui, mas quero lhe desejar muito sucesso.

E este é um dos casos que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente, deveria acompanhar com alguma espécie de cuidado excepcional, porque a sua missão não pode ser encarada nem pessoalmente pelo senhor, e nem isoladamente pelo Ministério das Relações Exteriores. Acho que o Brasil tem que torcer – e a nossa Comissão, em particular – para que esta relação possa ser tão importante quanto já foi.

Para concluir, eu recebi a informação de que em um dos aeroportos que será reconstruído ou ampliado, vamos dizer assim – um eufemismo, vamos dizer, que vai ser modernizado, porque todos foram submetidos a muitos castigos –, vai ser executada a obra, não sei por qual empresa, mas por uma empresa brasileira, o que é já um sinal de que esta expectativa pode se concretizar, com a nossa torcida.

Acho que cumpri o prazo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Esperidião Amin, V. Exa. me surpreende cada vez mais pela objetividade nos seus relatos. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque. V. Exa. dispõe de até 15 minutos.

Senador Amin, se, depois, o senhor pudesse se sentar aqui por cinco minutos, para eu votar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo...

Embaixador, a palavra está com o senhor.

O SR. ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Hamilton Mourão, que preside a sessão desta Comissão; Exmo. Sr. Relator, Senador Espiridião Amin, a quem eu agradeço muito pelo relatório e pelas palavras de entusiasmo pelo restabelecimento, em alto nível, das relações comerciais do Brasil com o Iraque; Sras. e Srs. Senadores; Srs. colegas embaixadores; senhoras e senhores, é a quarta vez que eu me apresento a esta Comissão. Desta vez, se vier a contar novamente com a aprovação dos Srs. Senadores para chefiar a Embaixada do Brasil em Bagdá, no Iraque...

Eu fiquei muito impressionado com as palavras do Senador Esperidião Amin, porque essas palavras representam exatamente a situação em que nós nos encontramos atualmente em termos de relacionamento bilateral. O Brasil já teve muita projeção e muito dinamismo nas suas relações comerciais com o Iraque durante o período de Saddam Hussein, mas, como nós sabemos, esse regime terminou. E, pior ainda que o fim dramático do regime de Saddam Hussein, foi a invasão norte-americana do Iraque e a destruição de boa parte da estrutura do país.

Pode-se dizer que a história atual do Iraque começa em 2003, com a destruição do país e a tentativa, que está sendo bem-sucedida, de recuperação da infraestrutura e também da política do Iraque. Então, nós podemos dizer que o Iraque de hoje é fruto de um evento muito dramático, que foi a sua invasão e destruição de grande parte da sua estrutura – da sua infraestrutura –, e agora desse período de recuperação.

Felizmente...

Além dessa parte norte-americana, eu tenho que citar a importância muito negativa das ações terroristas do grupo do Estado Islâmico, mas que felizmente foi derrotado. O Estado Islâmico foi derrotado pelas forças iraquianas em 2017. Então, esse processo de reconstrução do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iraque, e de estabilização econômica e política do Iraque, pode-se dizer que começa em 2017, ou seja, há oito anos, uma coisa muito recente.

E esse processo tem seu momento muito importante com as duas últimas eleições – em 2022 e, recentemente, no mês passado, em 11 de novembro de 2025 –, em que uma coalizão chamada Estrutura de Coordenação, uma coalizão política, ganhou as eleições. E o chefe dessa coalizão, que é o atual Primeiro-Ministro do Iraque, Mohammed Shia al-Sudani, é um político de excelência, porque consegue manter a estabilidade do país e procura, com êxito, fazer com que o Iraque volte a se desenvolver e volte a participar da comunidade internacional em caráter pleno.

A Embaixada do Brasil foi restabelecida... as atividades da Embaixada do Brasil foram restabelecidas, na sua integralidade, a partir de 2014, ou seja, há 11 anos, e, desde então, coincidindo com essa fase de estabilidade política e recuperação econômica, o relacionamento comercial do Brasil com o Iraque só fez melhorar.

Nós estamos hoje com uma balança comercial de aproximadamente US$2 bilhões, e isso é uma balança quase que exclusivamente superavitária para o Brasil. Nós exportamos para o Iraque sobretudo soja, aves e açúcar e importamos pequena quantidade de produtos derivados de petróleo.

Justamente tendo em vista essa situação política e econômica do Iraque, eu acho fundamental que a Embaixada do Brasil invista grande parte ou a maior parte dos seus esforços para apoiar o empresariado brasileiro e expandir as relações comerciais do Brasil no Iraque. Naturalmente, sem desprezar os outros setores da embaixada, como o setor político, porque o Iraque é um país muito importante em termos de observação política da região, a promoção da imagem do Brasil, a promoção da cultura brasileira ou a defesa da comunidade brasileira, dos interesses da comunidade brasileira – uma pequena comunidade de 300 pessoas –, ou seja, com um ativo setor consular, mas a parte comercial é a que me parece a mais importante, e é ela que eu pretendo, caso os senhores me deem a honra de aprovar a minha candidatura, colocar adiante, estreitando mais ainda os laços comerciais.

O Iraque é um país que tem muito petróleo, produz 4,5 mil barris de petróleo por dia – isso significa que tem muito gás, tem muitos outros produtos químicos naturais –, e é um país que agora, gozando dessa estabilidade política, tem expandido tremendamente a sua economia, investe muito na infraestrutura, na recuperação da infraestrutura e, para isso, precisa do aporte de conhecimento e força laboral de empresas estrangeiras. Então, esse é um viés muito importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Brasil. Como citou o Senador Esperidião Amin, o aeroporto vai ser reconstruído por uma empresa brasileira, que possivelmente é a Mendes Júnior. A Mendes Júnior teve um papel importantíssimo durante o período de Saddam Hussein, depois saiu do Iraque, mas o que eu sei é que o interesse da Mendes Júnior é voltar, o que será um ato extremamente positivo em termos de relação comercial com o Iraque.

Nem tudo, naturalmente, são flores, quer dizer, existem riscos, há problemas, e o Iraque tem uma dificuldade em produzir decretos com textos precisos e objetivos. Essa imprecisão acaba gerando problemas aduaneiros que prejudicam a exportação de produtos brasileiros para o país, especialmente por criar uma certa incerteza da parte dos exportadores brasileiros. Isto é outro papel que eu acho que a embaixada deverá cumprir: de alertar o empresariado brasileiro dos problemas que existem, quer dizer, para preveni-los disso. Mas, em suma, concluindo a minha exposição, o que me parece mais importante é que o empresariado brasileiro veja o Iraque como um parceiro importante, com um potencial enorme, e que possa contar com a Embaixada do Brasil em Bagdá para apoiar as suas iniciativas no Iraque. E, portanto, o objetivo principal da minha missão será o de transformar ou de consolidar a posição do Brasil como um parceiro prioritário nas relações comerciais com o Iraque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Agradeço ao Sr. Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leone, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque; uma tarefa que não será simples, país em reconstrução, mas é importante essa participação brasileira nesse processo, não é, Embaixador Leone? Então, esperamos aí que o seu trabalho de abrir portas seja extremamente importante nesse sentido.

Vou anunciar agora o item 4 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

A relatoria é a da Senadora Tereza Cristina. O relatório está pronto para deliberação e eu lerei esse relatório *ad hoc*.

O Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins é bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, e Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília, tendo ingressado na carreira diplomática no ano de 1985 e tendo sido promovido ao posto atual – Ministro de Primeira Classe – no ano de 2017; todas essas promoções por merecimento.

Exerceu ampla gama de funções ao longo dessa sua vasta carreira. Destacamos a experiência no contexto das relações com países da Ásia Meridional, visto que, entre 2015 e 2020, chefiou a representação diplomática brasileira em Islamabade, no Paquistão, e também representou o Brasil junto ao Afeganistão e ao Tajiquistão. Desde 2020, ocupa o posto de Embaixador do Brasil em Nassau, nas Bahamas.

Em relação ao Nepal, é uma república parlamentarista bicameral com aproximadamente 31 milhões de habitantes, localizada na Cordilheira do Himalaia e que faz fronteira com a região autônoma do Tibete e com a Índia. Mundialmente conhecido pelo ponto mais alto do globo, o Monte Everest, com seus quase 9 mil metros de altura, o país destaca-se nos setores turístico e agrícola.

Sua localização montanhosa o torna vulnerável a abalos sísmicos, como o terremoto ocorrido no ano de 2015.

Nossas relações diplomáticas foram estabelecidas no ano de 1976, sendo que, em 2010, o Nepal abriu a sua embaixada aqui em Brasília. No ano seguinte, o Brasil instalou a sua representação lá na capital nepalesa, Katmandu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As relações vêm se intensificando. Em 2018, autoridades daquele país visitaram a Embrapa, visando estreitar a cooperação técnica, em especial nas áreas de cultivo de café em elevadas altitudes, ervas medicinais, agricultura familiar, pecuária e indústria leiteira.

Um Acordo Bilateral de Cooperação Técnica foi promulgado em outubro de 2020, quando a gestão no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento era da Relatora Senadora Tereza Cristina. O Nepal demonstrou interesse em realizar a cooperação técnica com o Brasil nas áreas de cooperativismo e agricultura familiar.

Registramos também o interesse do país em receber projetos e consultoria de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas, porque aquele país tem um relevante potencial hidrelétrico e grande possibilidade de expansão no mercado de energia elétrica regional.

O nosso comércio bilateral é superavitário. Ano passado, a corrente registrou US$9 milhões, um aumento de 430% em relação a 2023. Grande parte do crescimento nas exportações brasileiras deveu-se ao aumento nas vendas de milho, que constituiu 71% das exportações brasileiras. Além disso, produtos vendidos pelo Brasil ao país nepalense têm origem agrícola, hortícola e em outras matérias de origem vegetal.

O agronegócio brasileiro apresenta, então, um grande potencial de expansão. Em 2021, as exportações brasileiras do setor para o Nepal registraram cerca de US$3 milhões. Ao passo que, no ano anterior, 2020, nossa vizinha Argentina havia exportado US$78 milhões, ou seja, há margem de crescimento para o agronegócio brasileiro no Nepal.

Por fim, registramos que pouco mais de 3,8 mil brasileiros estiveram no Nepal, dado aqui do ano de 2019, anterior ao início da pandemia, sendo o turismo o objetivo principal.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Concedo a palavra ao Sr. Claudio Raja Gabaglia Lins, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal. V. Exa. dispõe de até 15 minutos.

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Hamilton Mourão, a quem agradeço por ter oferecido o competente e utilíssimo relato da Senadora Tereza Cristina, Exmos. Srs. Senadores, colegas, amigos, minhas senhoras, meus senhores, peço brevemente vênia para homenagear, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo coração, minha querida esposa Maria Zuleide – minha grande companheira e apoio em minhas sucessivas missões.

A revolução ocorrida no Nepal, em setembro último, alcançou grande repercussão internacional. As manifestações de milhares de jovens da chamada geração Z acabaram levando à queda do Governo nepalês e à convocação de novas eleições, marcadas para março do próximo ano.

Para o Brasil, essa revolução consiste, sobretudo, em uma oportunidade que a nossa embaixada em Katmandu deverá poder aproveitar.

Em março, os eleitores do Nepal escolherão seus representantes, um novo governo será constituído, e esse governo terá uma responsabilidade pesada: oferecer alguma coisa nova para esse país de população predominantemente jovem, que anseia por oportunidades que até agora não apareceram.

Os novos governantes do Nepal estarão voltados para a busca de caminhos novos e para o aprofundamento de parcerias, que até agora não foram bem aproveitadas. E aí é que o Brasil tem muito a oferecer e a ganhar no comércio com o Nepal, que deve ser ampliado, conforme bem indicou a Relatora Senadora Tereza Cristina, e também deve aproveitar esse momento para uma maior projeção da nossa imagem e da nossa cultura.

Nosso comércio com o Nepal ainda é modesto, mas amplamente superavitário em nosso favor. Exportamos milho, feijão, alimentos para animais, equipamentos automotivos, um montante na ordem de US$8,9 milhões, dados do ano passado. É verdade que esses números não são só com o Brasil; muito ao contrário, o comércio do Nepal com qualquer país – salvo seus grandes vizinhos, a China e a Índia – é dificultado, sobretudo pelos custos de transporte, sendo o Nepal um país mesopotâmico, sem acesso ao mar. Mas isso não impede que nossos vizinhos argentinos, por exemplo, tenham um comércio mais robusto que o nosso com o Nepal, sobretudo no setor do agronegócio – e aqui, mais uma vez, eu me refiro ao relatório da Senadora Tereza Cristina –, de grande interesse para os nepaleses, que os empresários brasileiros do setor podem intensificar. E também nós podemos comprar mais do Nepal. Os tapetes do Nepal, os revestimentos de piso e a produção de vestuários são de grande refinamento e beleza, conhecidos e prestigiados em todo o mundo.

Um fator muito favorável para nós é a motivação e o empenho da Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil, de Katmandu, que todos os anos tem realizado missões ao Brasil. No ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado, por exemplo, o Presidente da Câmara Nepal-Brasil liderou a missão a Brasília e a Florianópolis, ocasião em que firmou memorando de entendimento com a Câmara de Comércio de Santa Catarina.

Caso eu tenha a honra de merecer, meu nome, a acolhida de V. Exas., eu me empenharei em trabalhar de braços dados com a Câmara Nepal-Brasil para o favorecimento de oportunidades comerciais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS – ... e também em um dos pleitos apresentados pela câmara nepalesa, que é a celebração de um acordo para evitar bitributação.

A cooperação técnica é outra área promissora que deverá ganhar novo impulso com a constituição de um novo governo no Nepal.

Existe grande potencial em diversas áreas, como, por exemplo, o cultivo do café em elevadas altitudes, que é característica do Nepal; o controle de pragas no setor cafeeiro; o cultivo de ervas medicinais; a agricultura familiar; a pecuária leiteira e a produção de cana-de-açúcar.

Uma missão, composta por técnicos da Agência Brasileira de Cooperação, foi ao Nepal, no ano passado, para prospectar a realização de um projeto de cooperação na área de laticínios, que também está contando com o apoio importantíssimo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

Esse projeto de cooperação será de grande importância para o Nepal, porque atende à necessidade dos pequenos produtores de leite locais no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, aumentando a renda das famílias e impulsionando a economia.

Esse projeto deverá ser assinado por ocasião da próxima reunião de consultas políticas Brasil-Nepal, que foi sendo adiada, inclusive em função da revolução de setembro último, mas que deverá ter lugar no próximo ano, que será, como eu dizia, um momento estratégico em que o novo Governo nepalês será constituído.

Outra vertente promissora de cooperação é a produção de soros antiofídicos. Mais de 20 mil pessoas são picadas por cobras todos os anos no Nepal, e muitas falecem. Os técnicos nepaleses não estão satisfeitos com a eficácia dos produtos, que são genéricos e não são adaptados às espécies locais, que eles compram da China e da Índia. E os técnicos nepaleses estão muito impressionados com a *expertise* de nossos centros de excelência, como o Instituto Butantan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, espero, caso meu nome seja acolhido, trabalhar ativamente neste projeto de grande utilidade para a população do Nepal.

Existe também interesse nepalês em receber projetos e consultorias de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas.

Esse país montanhoso, de todos conhecido, tem grande potencial hidrelétrico, mas ainda pouco explorado. Tem uma localização privilegiada, ao lado da China e da Índia. Todos nós conhecemos a excelência das empresas brasileiras nessa área, e a embaixada trabalhará para identificar oportunidades para as nossas empresas.

Srs. Senadores, o Brasil e o Nepal se aproximarão muito, também, com a expansão do ensino do português naquele país. Um acordo sobre cooperação educacional Brasil-Nepal está pronto para ser assinado, o que poderá ocorrer por ocasião da reunião de consultas políticas no ano que vem. Sem prejuízo da firma desse acordo, pretendo visitar a Universidade de Katmandu para propor a criação de um leitorado da língua portuguesa. Outra possibilidade é a realização de cursos *online*.

Gostaria de comentar que essas duas iniciativas simples de difusão da nossa língua foram implantadas com êxito nas Bahamas pela Embaixada do Brasil em Nassau, que venho tendo a honra de chefiar.

Da mesma forma, não existe ainda obra da literatura brasileira traduzida para o idioma nepalês. A ampliação do conhecimento de nossa língua permitirá suprir essa lacuna e também abrir caminho para que jovens nepaleses cursem a universidade no Brasil. Cada nepalês que aqui estude será um novo aliado do Brasil, da nossa cultura e também de nosso comércio.

Nossa música é conhecida e amada no Nepal. Além da realização de festivais de música, a embaixada deverá fomentar a difusão de nossa música e de nossa cultura entre as redes sociais do país, que são utilizadas maciçamente pelos nepaleses, sobretudo os mais jovens. Sendo iminente a firma prevista do acordo sobre cooperação educacional com o Nepal, tomo a liberdade, desde já e com muita humildade, de chamar a atenção desta Alta Casa, que deverá analisar o texto ao longo do próximo ano. Sua aprovação contribuirá para um grande adensamento de nossas relações com o Nepal.

Em conclusão, Srs. Senadores, todos os anos mais de 3 mil turistas brasileiros visitam o Nepal, atraídos por seus templos, por sua cultura, alguns pelo montanhismo extraordinário desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, que hospeda, nós sabemos, a mais alta montanha do planeta. Aumentar a presença brasileira no Nepal e incentivar o comércio e a cooperação com este país são certamente mais fáceis do que escalar o Monte Everest. É necessário aproveitar este momento tão promissor. A Embaixada do Brasil fará o trabalho dos *sherpas*, os famosos guias nepaleses, e deverá ser o *sherpa* dos brasileiros que desejam conquistar novas posições nesse país encravado no topo do mundo, que é o Nepal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Agradeço ao Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins pela exposição a respeito desse interessante país que é o Nepal, que é desconhecido para a maioria de nós brasileiros, à exceção daqueles que gostam de turismo de aventura.

É óbvio que se abre, como sempre, uma via de acesso para o nosso comércio internacional e também, obviamente, para a difusão da cultura brasileira naquele país e vice-versa. Todo comércio é de mão dupla.

Então, eu desejo sucesso a V. Exa. (*Pausa.*)

Eu anuncio a segunda parte desta reunião, que é uma reunião deliberativa, iniciando pelo item 5.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 332, DE 2025

- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brisbane, em 15 de novembro de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é deste Senador e é pela aprovação.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Não verifiquei óbices quanto à juridicidade ou à regimentalidade.

Também não há vício de constitucionalidade, uma vez que a remessa do texto do tratado pelo Sr. Presidente da República ao Congresso Nacional observou o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. Ademais, seu texto se conforma ao disposto no art. 4°, IX, também da nossa Carta Mor.

O tratado favorece a ampliação da eficácia investigativa, uma vez que prevê um rol variado de meios de cooperação, como obtenção de provas, buscas e apreensões, repatriação de ativos, disponibilização de pessoas sob custódia, comunicações de atos processuais, entre outros. Com isso, inquéritos e processos que dependem de atos fora do território nacional poderão ser acelerados.

Na mesma linha, a atribuição de Autoridades Centrais (Ministério da Justiça no Brasil e Procuradoria-Geral da Commonwealth na Austrália) permite comunicação direta entre as Partes, o que favorece a rapidez e previsibilidade dos procedimentos.

Ademais, o tratado admite que o auxílio seja prestado “na forma solicitada pela Parte Requerente, exceto se proibida pela legislação da Parte Requerida”, e que ele “não derrogará as obrigações subsistentes entre as Partes, sejam relativas a outros tratados ou acordos, ou a outras obrigações, nem impedirá que as Partes prestem ou continuem a prestar auxílio uma à outra nos termos de outros tratados, acordos ou outros instrumentos.”

Essa compatibilidade reduz o risco de conflito com normas brasileiras ou com tratados já vigentes.

Por igual, os dispositivos que permitem confidencialidade, restrições ao uso das provas e sigilo dos pedidos, bem como possibilidade de o país requisitado impor condições ao cumprimento são essenciais para preservar a soberania e a segurança nacional.

Assim, o voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. (*Pausa.*)

Uma vez que foi atingido o quórum de votação, em relação aos Srs. Embaixadores que terminaram de fazer suas apresentações – lembro aos Srs. Embaixadores que foram distribuídas a V. Exas., perguntas do e-Cidadania, e solicito que sejam respondidas via *e-mail*.

Então, determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Todos os quatro Embaixadores, por votação unânime, apesar do grande Nelson Rodrigues dizer que toda unanimidade é burra (*Risos.*)

foram devidamente aprovados.

As mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da tramitação.

Os demais itens da segunda parte da reunião ficam retirados de pauta e passam para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente das autoridades, desejando-lhes êxito na difícil tarefa que têm, mas extremamente honrosa, e declaro encerrada a presente reunião. Parabéns!

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Sergio Moro, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jaques Wagner, Izalci Lucas, Paulo Paim e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às doze horas e trinta e dois minutos e reaberta às doze horas e trinta e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 99/2024 - CI, de autoria Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Finalidade:** Prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para criação de Unidades de Conservação marinha na margem equatorial, constante da 2ª atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Participante:** Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra o(a)s Senadores(as) Lucas Barreto, Esperidião Amin, Jaime Bagattoli, Omar Aziz, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Plínio Valério e Rogério Carvalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para a criação de unidades de conservação marinha na Margem Equatorial, constante da segunda atualização de áreas e ações prioritárias para a conservação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em atenção ao Requerimento nº 99, de 2024, de autoria do Senador Lucas Barreto.

Já tomando assento à mesa a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, bem como o Secretário João Paulo Capobianco, Secretário-Executivo do ministério.

Antes de passar a palavra à nossa convidada, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, pelo Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800.0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra... No caso da Ministra, como tenho feito aqui com relação a todos os ministros que têm comparecido à Comissão de Infraestrutura, eu não tenho estabelecido um tempo mínimo ou máximo; o ministro fica à vontade para fazer a sua exposição e, na sequência, pela ordem de inscrição dos Senadores, iniciando sempre pelo Senador autor do requerimento, cada um dos Parlamentares terá a oportunidade para fazer suas ponderações e questionamentos à Ministra Marina Silva. Ao fim das exposições, portanto, a palavra será concedida aos Parlamentares.

Já agradeço aqui a presença do Senador autor, Senador Bagattoli, do Líder Jaques Wagner, e, com certeza, ao longo da audiência pública, os demais Senadores aqui comparecerão, como têm feito com todas as reuniões de audiências públicas.

Portanto, faculto, neste momento... Asseguro a palavra, neste momento, à Ministra de Estado, Ministra Marina Silva, para fazer a sua exposição.

Vai utilizar a exposição, Ministra?

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Em algum momento, provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Já está o.k.? (*Pausa.*)

Então, a parte técnica já está com tudo o.k.? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra, Ministra de Estado Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui, agradecer a oportunidade de me dirigir a esta Comissão para tratar de temas tão relevantes como aqueles como aqueles referentes à preservação, à restauração e ao uso sustentável da nossa biodiversidade.

Entendo que ainda que o convite tenha sido feito para prestar esclarecimentos em relação à questão da criação de unidades de conservação no Estado do Amapá, que visa a dar condições para populações tradicionais de ribeirinhos, pescadores, comunidades indígenas, algo em torno de 24 mil pessoas, em 4 unidades de conservação, que vêm sendo estudadas e com o pedido de criação dessas unidades de conservação desde 2005, passando por inúmeros processos... Obviamente que tivemos um interstício muito grande de 4 anos, em que nenhuma unidade de conservação teve encaminhamento. Ao reassumir o Governo do Presidente Lula, a política ambiental foi restabelecida e, consequentemente, os esforços para criação de unidade de conservação e demarcação de terras indígenas foi igualmente restabelecido.

Então, agradeço, Sr. Presidente, o requerente desta audiência pública.

Estou aqui acompanhada do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, o biólogo João Paulo Capobianco. Também tenho a alegria de ter, aqui na bancada, o Presidente do ICMBio, o Presidente do Ibama e o Secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Adalberto Maluf.

Sr. Presidente, como eu disse, eu entendo que ainda que tenha a ver com uma unidade de conservação, uma unidade de conservação é criada dentro de uma estratégia, dentro de um plano, ela não é algo isolado. E essa ainda mais, que é um processo que vem desde 2005, passando por inúmeras audiências públicas, mobilizando centenas e centenas de pessoas, e vinha sendo um processo trabalhado, ombro a ombro, com o Governo do estado, tanto é que duas dessas unidades de conservação estão sendo encaminhadas para serem criadas pelo Governo Federal, e duas delas seriam criadas pelo próprio Governo do estado.

Levando para essa quadratura mais abrangente, as unidades de conservação têm um papel estratégico na proteção, no uso sustentável da biodiversidade, nos serviços ecossistêmicos que elas prestam, e, portanto, as metas de criação de unidades de conservação estão dentro de uma estratégia bem mais ampla.

No caso do Brasil, que é um país signatário da CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica)... Vocês sabem que a biodiversidade, segundo especialistas, é responsável por cerca de 50% do PIB dos países. No caso de países em desenvolvimento da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe, de regiões mais vulnerabilizadas em termos econômicos e sociais, isso chega a quase 70%. Nós geralmente celebramos muito quando o PIB cresce 2%, 3%; se chega a 4% é uma festa. No entanto, a biodiversidade é responsável por 70%, em alguns casos, do PIB dos países e 50% do PIB dos países do mundo inteiro. Ninguém em sã consciência destruiria 50% do seu PIB, mas, muitas vezes, de forma gradativa, de forma processual, naquilo que muitas vezes os especialistas chamam de tragédia dos comuns, porque aquilo que é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos acaba não tendo o mesmo cuidado daquilo que é atribuído particularmente a alguém, a gente vai minando as bases naturais do nosso desenvolvimento.

Nós somos um país que tem cerca de 22% das espécies vivas do planeta e 11% da água doce disponível do planeta. Uma boa parte dessa água, que é tão importante para os processos produtivos, sejam eles agrícolas ou industriais, tem a ver com a proteção dos ecossistemas, das florestas, da biodiversidade.

Portanto, quando se propõe a criação de uma unidade de conservação, nós estamos trabalhando com esses objetivos estratégicos da proteção e do uso sustentável.

A CDB, a convenção da biodiversidade, nasce em 1992, junto com a convenção do clima e a Convenção para o Combate à Desertificação.

Do mesmo jeito que temos metas de redução de emissão de CO_2 na convenção do clima – que vamos abrigar agora, lá em Belém –, nós temos em relação à desertificação e à proteção da biodiversidade, inclusive processos de restauração e de destinação diária.

A convenção da biodiversidade, de 1992, também estabeleceu metas de redução de perda de biodiversidade. Ao estabelecer essas metas, os países que são signatários da convenção, a exemplo das demais, passam a cumprir determinados requisitos.

No caso do Brasil – fazendo justiça –, na época de governos anteriores, já tínhamos um processo de criação de unidades de conservação: no Governo do Presidente Collor, no Governo do Itamar Franco, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Lula, quando assumiu, em 2003, estabelecendo como prioridade a questão da redução de perda de biodiversidade – inclusive nós sediamos a convenção da biodiversidade no Paraná –, conseguiu criar no seu Governo, de 2003 a 2008, cerca de 24 milhões de hectares de unidades de conservação.

Na meta de redução de perda de biodiversidade, que eu acho que àquela época ainda era algo em torno de 10%, se não me falha a memória, nós representamos 83% das áreas criadas no mundo inteiro. Aí vocês podem dizer: "Mas isso é muita coisa". Não é. O déficit é enorme, porque, durante toda a história da humanidade, nós temos pressionado os recursos naturais, de sorte que o planeta já se encontra no vermelho, na sua capacidade de regeneração. Então, a CDB é a base para que possamos estabelecer as ações de proteção da biodiversidade.

A CDB estabeleceu que, do mesmo jeito que a gente cuida da saúde do planeta, nós temos que cuidar da saúde das pessoas, nós temos que cuidar da saúde do planeta, nós temos que cuidar da saúde das espécies que estão ameaçadas de extinção. Nós temos, no mundo, cerca de mais ou menos 700... Nós precisamos reduzir uma lacuna de financiamento na ordem de 700 bilhões para financiar a proteção da biodiversidade. Ao longo dos esforços para esse financiamento – aí é que eu quero fazer o *link* com o Brasil, que de *motu proprio*, sem recursos externos, dá uma grande contribuição para proteger floresta e biodiversidade –, a meta é de 700 bilhões por ano para ajudar os países, que são megadiversos ou megaflorestais, a protegerem em sua biodiversidade. E infelizmente nós só conseguimos, até agora, cerca de 200 milhões. Isso é muito pouco diante do que precisa ser feito.

E aí o Brasil, graças a leis aprovadas no Congresso Nacional, que aprovou o artigo 225 da Constituição Federal, que estabelece que todo brasileiro tem direito a um ambiente saudável, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graças à aprovação da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Brasil dá uma grande contribuição com as áreas protegidas que tem.

Então, eu só queria colocar para os senhores alguns números e algumas metas com as quais nós estamos comprometidos, no âmbito da CDB e dos nossos compromissos de *motu proprio*, porque o Brasil, nos governos que têm esse compromisso, faz o dever de casa também, porque endogenamente há esse compromisso.

Há 23 metas a serem alcançadas até 2030. No âmbito da CDP, após a COP 30, que estabeleceu, em Montreal, um compromisso de redução de perda de biodiversidade, estão algumas medidas, como, por exemplo, para evitar o colapso para bilhões de seres humanos que dependem da biodiversidade. Inclusive, na Amazônia, cerca de 80% da proteína animal que é consumida na Amazônia vêm das atividades pesqueiras.

Quando nós temos a junção do problema da mudança do clima, que afeta drasticamente o equilíbrio climático, ora com chuva demais, ora com seca demais, e a gente vê aquela mortandade de peixe ano após ano, nós estamos comprometendo a alimentação dessas comunidades e até mesmo a economia local, porque esses estoques vão sendo diminuídos e não há tempo hábil se não tivermos o freio em relação a essas secas intensas que estão acontecendo na Amazônia.

Então, temos o compromisso de garantir a conservação de 30% da terra, mar e águas interiores na modalidade de unidade de conservação, obviamente que distribuído tudo isso nos diferentes biomas brasileiros – na Amazônia, na Caatinga, no Cerrado, na Mata Atlântica, no Pampa, no Pantanal, em todos os biomas brasileiros. E isso é fundamental para o equilíbrio climático, o sistema hidrológico, os processos produtivos e sobretudo para a agricultura brasileira, que é uma das mais beneficiárias dessa proteção.

Além de proteger 30%, nós temos também o compromisso de restaurar 30% dos ecossistemas degradados pela ação humana. Agora mesmo nós acabamos de lançar um edital lá em São Paulo – eu, o Ministro Fernando Haddad, o Ministro Carlos Fávaro –, Sr. Presidente, para restaurar 1 milhão de hectares de área degradada para disponibilizar para processos produtivos da agricultura brasileira. E por que nós estamos fazendo isso? Porque nós temos cerca de 80 milhões de hectares de área degradada. Se nós fizermos a restauração dessas áreas, nós poderemos disponibilizá-las para processos produtivos – e é por isso que dizemos que é possível zerar o desmatamento, porque nós vamos aumentar a produção por ganho de produtividade e não por expansão predatória da fronteira agrícola – e restaurar 30% dos ecossistemas degradados pela ação humana, tanto restauração para uso produtivo quanto restauração para voltar a estar em funcionamento os ecossistemas.

Temos que reduzir também, e aí é um esforço que o mundo tem que fazer, cerca de US$500 bilhões que são investidos em atividades que são destruidoras da biodiversidade – e destruidoras do clima é uma outra equação.

Enquanto nós precisamos reduzir os investimentos de US$500 bilhões em atividades que destroem – porque podemos ter atividades que não destruam em todas as atividades econômicas –, no caso do clima, por exemplo, enquanto não conseguimos o US$1,3 trilhão para ajudar na transição energética, nos processos produtivos sustentáveis, nas formas adequadas de produzir e de consumir, mesmo diante do colapso da biodiversidade, do clima, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desertificação, que são, todos, agravados pela mudança do clima, inclusive a perda de biodiversidade, enquanto não conseguimos US$1,3 trilhão, nós continuamos investindo cerca de US$5 trilhões a US$7 trilhões em atividades que são destrutivas, não só da vida, mas das condições em que a vida nos foi dada.

Além disso, temos o compromisso também, em função do fato de o país, como já disse, ser um país megadiverso, um país megaflorestal, um país que é detentor de seis valiosíssimos biomas – aqueles que já mencionei anteriormente, sendo que um deles é particular a nós, é singular do Brasil, só nós temos a Caatinga, e que também está sofrendo uma pressão muito grande de destruição...

Eu estou, já que tenho esse tempo, dizendo que a criação das unidades de conservação não se dá a debalde, elas não se dão como se fosse a gente jogando cartas de baralho sobre uma parede. Nós temos um mapa de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, nós temos uma lei que estabelece um sistema nacional de unidades de conservação, nós temos compromissos de redução de perda de biodiversidade, como falei anteriormente.

Em relação ao sistema costeiro-marinho, que é a nossa zona econômica exclusiva, além das unidades de conservação, que nós vamos criar no sistema terrestre, nós também temos essa parte importante, que são cerca de 370 quilômetros para além das águas territoriais do nosso país, que podem ser utilizadas de forma sustentável.

Indo mais adiante, Senador, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) é uma grande conquista do povo brasileiro, e eu agradeço por ter a oportunidade de falar nesta Comissão desse sistema. Foi criado pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, acho que o Relator à época foi o Fernando Gabeira, e esse sistema corresponde a um conjunto de unidades de conservação, seja do plano federal, seja dos estados.

Nós, no Brasil, demos uma grande contribuição para a agenda da conservação. Até talvez a luta do Chico Mendes, a luta pela proteção da biodiversidade se desse muito no terreno *stricto sensu* da conservação, sem considerar aspectos sociais, sem considerar aspectos voltados para o atendimento das vulnerabilidades, sobretudo de países em desenvolvimento. Nós somos ricos em recursos naturais, mas temos que dar conta de problemas estruturantes de pobreza, de geração de emprego, de suprimento das pessoas em questões básicas de saúde, de educação, de segurança.

Então, o Brasil é bastante disruptivo quando, além das unidades de conservação *stricto sensu* de proteção, como reservas biológicas, os parques podem ter uso de acordo com o plano de manejo, visitação.

Aliás, eu quero parabenizar a iniciativa da Câmara dos Deputados, com a contribuição do Senado, que aprovou a lei que incentiva a visitação às unidades de conservação, porque é um mecanismo de proteção, de uso sustentável, de geração de riqueza e de distribuição de beleza para os visitantes.

Tivemos, na Câmara dos Deputados, uma grande contribuição do Presidente da Casa à época, do Deputado Lira, e do Deputado do meu partido, Túlio. E, aqui nesta Casa, de uma forma incrível e célebre, essa proposta foi aprovada e já pode ir para votação, porque, além de fazer o incentivo, cria também um fundo para viabilizar o grande potencial de visitação das unidades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação. Acabamos de ter os Lençóis Maranhenses como um patrimônio da humanidade pelas belezas e riquezas que há lá no Estado do Maranhão.

Então, nós criamos um sistema *sui generis* que vai além da proteção integral dessas unidades. Criamos também sistemas completamente disruptivos na modalidade da reforma agrária. Para o uso sustentável, nós temos as reservas extrativistas dentro do Snuc, mas, mesmo dentro do processo produtivo, entendendo a necessidade dos agricultores, nós criamos uma modalidade, que é dos assentamentos extrativistas do Incra, que também protegem a biodiversidade, mas permitem às pessoas usarem as áreas de base sustentável.

Indo mais adiante, eu queria concluir dizendo que todos esses esforços têm resultados muito positivos, além da proteção e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Nós pegamos, Sr. Presidente, o desmatamento de forma desenfreada, crescendo assustadoramente em todos os biomas. Em dois anos, nós retomamos o plano, retomamos o Fundo Amazônia, dobramos os recursos do Fundo Amazônia e estamos em um processo de execução incrivelmente forte do Fundo Amazônia, em benefício dos estados, da pesquisa, das comunidades, de empreendimentos com esses recursos – que, inclusive, são recursos a fundo perdido.

Esses recursos a gente consegue captar graças ao resultado alcançado de reduzir o desmatamento. Reduzimos o desmatamento em 46% na Amazônia, em comparação com 2022. Reduzimos o desmatamento em 32% no país inteiro, em todos os biomas, porque agora temos planos para todos os biomas. Então, todos esses esforços, quando se somam – o Plano Clima, a meta de redução de CO2, de redução de perda de biodiversidade –, isso tem um resultado que muitas vezes as pessoas não veem. E aí, Líder Jaques Wagner, o acordo da União Europeia com o Mercosul leva em conta todos esses resultados a que me referi aqui.

Eu me lembro de que, lá em Dubai, ia ter uma mesa com várias mulheres, inclusive – à época, não era candidata, ainda era só Vice-Presidente do Biden – com a Kamala Harris e várias mulheres. E eu ia participar dessa mesa para falar desses resultados que a gente está alcançando aqui no Brasil. De última hora, houve uma inversão interessante. Ia ter uma discussão sobre o acordo da União Europeia e Mercosul, e eu tive que não ir para a mesa das mulheres e ir para a discussão sobre o acordo da União Europeia e Mercosul, e quem foi para a discussão no painel das mulheres foi o Paulo Teixeira, porque a orientação que eu recebi era de que era fundamental a presença do Ministério do Meio Ambiente para poder mostrar que nós estávamos no controle da questão do desmatamento e estávamos honrando os negócios com os quais nos comprometemos internacionalmente.

O Ministro Carlos Fávaro, eu já perdi a conta, diz o tempo todo que já abrimos mais de 300 mercados para a agricultura brasileira. E uma das coisas que ele faz questão de dizer é que esses mercados são abertos, claro, pelo volume, pela quantidade, pelo valor sanitário, pela capacidade que o Brasil tem de produção, pelo valor nutricional. Mas, como ele diz, isso a gente sempre teve, a gente tinha antes. E por que, só agora, nós abrimos mais de 300 mercados?

Uma das coisas, além do valor nutricional, do valor sanitário, do volume da nossa produção para a segurança alimentar não só a nossa, mas do planeta, é o fato de o desmatamento ter caído 46% na Amazônia e, agora, cair 32% no país inteiro. E eu digo no país inteiro, e alguém pode dizer: "não, mas na Mata Atlântica não caiu, apenas estabilizou". Caiu. E sabem por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece que estabilizou? É porque nós perdemos três mil hectares só em função das enchentes, que levaram três mil hectares de floresta de Mata Atlântica pelas enxurradas. Se não fosse essa parte que foi levada pelas enxurradas, nós teríamos tido, também no Bioma Mata Atlântica, uma redução de desmatamento de 19%, graças à prioridade do Presidente Lula. Tudo isso é o potencial que o Brasil tem.

Quando as pessoas olham para o Brasil como lugar do biocombustível, do SAF, dos investimentos verdes, quais são os indicadores que elas têm para dizer: "Este país é o lugar onde eu quero fazer os investimentos verdes"? É o fato de termos uma matriz energética 40% limpa, mas é o fato de termos a proteção ao meio ambiente assegurada. Então, muitas vezes isso não é considerado nos esforços que fazemos.

É um pouco aquilo que as pessoas dizem "ossos do ofício"; mas, já que me foi dada a oportunidade, eu fiz questão de trazer isso aqui, porque essa é a Casa da sociedade brasileira. Aqui, é para onde o povo olha na hora em que acontece o que aconteceu no Rio Grande do Sul, quando a gente perdeu vida; quando 46 mil agentes federais tiveram que ir para o Rio Grande do Sul para salvar vidas; quando R$80 bilhões do Governo do Presidente Lula tiveram que se somar aos recursos do Governador do Rio Grande do Sul.

E sabe que aconteceu uma coisa no Rio Grande do Sul? Foi aprovada, em 2021, uma lei que permitia a redução da reserva legal para edificações – mais próximas dos rios, mais próximas dos lagos, mais próximas das encostas, Senador.

Nós temos um déficit de 700 milhões de hectares em unidade de conservação... Aliás, são 10 milhões de hectares de unidade de conservação. Desses, 700 mil são no Estado do Rio Grande do Sul; são 10 milhões o déficit em reserva legal, área de preservação permanente, e 700 mil são no Rio Grande do Sul.

Então, quando as pessoas dizem: "Mas estão prejudicando a agricultura". Olha o que aconteceu com as pessoas que foram para mais perto do rio, olha o que aconteceu com as pessoas que foram para mais perto do lago, olha o que aconteceu com as pessoas que foram para mais perto das encostas. É por isso que a proteção ambiental dialoga com todas as frentes, com o desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento social, com o desenvolvimento cultural, e com o indicativo de que nós estamos tendo uma curva de aprendizagem em relação aos fenômenos naturais que estão assolando as condições de vida no planeta, porque nós os estamos potencializando.

Por último, eu gostaria de concluir dizendo o seguinte: o mundo mudou, os regramentos estão sendo considerados para tudo que a gente vai fazer. E eu já ouvi muita gente dizendo: "Se os Estados Unidos não quiserem, se a Europa não quiser, a gente vai vender para a China." O mundo mudou geopoliticamente. Quando nós fomos, na primeira vez agora no Governo do Presidente Lula para a China, tinha um acordo Brasil-China, a Cosban. Nesse acordo, não tinha nada sobre meio ambiente e clima.

Na primeira vez que o Presidente Lula foi para a China, agora no seu terceiro mandato, o único adendo que foi feito ao acordo foi sobre meio ambiente e clima. Um adendo feito exatamente porque a China é a maior exportadora de tecnologia para a transição ecológica do planeta. Alguém acha que a China, inclusive nesse contexto geopolítico, vai querer importar desmatamento? Vai querer importar incêndio? Vai querer importar a destruição dos povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas? Vai querer importar garimpo ilegal? Não. Eles querem importar aquilo que possa fazer sinergia com os dificílimos esforços de quem não tem as mesmas vantagens comparativas que nós temos para uma matriz energética limpa.

Eu concluo, Presidente, lhe agradecendo e aos Senadores que me convidaram e que me dão a oportunidade de ser ouvida, porque, hoje, para a gente poder se inserir no contexto das grandes oportunidades que nós temos, nós temos que proteger, sim, a biodiversidade. E a biodiversidade, só dizendo, esses esforços que nós estamos fazendo, e de criação lá no Amapá, não incidem sobre os blocos de petróleo.

Podemos mostrar no mapa, se tiver um tempinho... Só mostra ali, por favor.

A distância entre os blocos...

Pode falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Então, aquele lá é o bloco da Petrobras. Vocês notem que vai ter um leilão, já está estabelecido, de cerca de 47. O que está lá é para prospecção, não é ainda exploração. Prospecção, como todo mundo diz, para verificar se tem petróleo, a qualidade do petróleo, mas é algo tão complexo, que é algo em torno de 5 mil metros de profundidade, que o Ibama tem queimado todas as sobrancelhas, porque essa é uma frente nova numa região muito delicada.

Um dos pontos fica a 137km. Vou ver se consigo enxergar. No mais próximo, a 137km; depois, vai para 275km; depois, 335km; depois, 447km. Não incide sobre os blocos de petróleo, e não foi inventado agora para inviabilizar a margem equatorial. Isso é um processo, Sr. Presidente, que vem desde 2005 e que começou... Aqui tem todo um histórico que a gente pode mandar para os senhores, porque isso aqui é algo que pode ser aferido. Está lá na tela. Os senhores podem entrar com pedido de informação para ver o trâmite desse processo.

E no começo, desde sempre, tinha ajuda dos Srs. Senadores. Eu me lembro que tanto o Senador Randolfe, quanto o Senador Alcolumbre, quanto o Governador, eles se somaram a esses esforços, até fizemos reuniões. Só muito recentemente, talvez, porque é uma série de informações que ficam circulando, fica parecendo que foi uma coisa que foi inventada agora para inviabilizar o empreendimento. Não foi. Beneficia essas comunidades. Já foram feitas inúmeras audiências públicas desde 2005 para cá.

Então, Sr. Presidente, nós estamos aqui exatamente para fazer os esclarecimentos a que os senhores se referiram. E eu agradeço a oportunidade de mostrar que essas coisas não são peças soltas num tabuleiro, estão dentro de uma estratégia. Nós olhamos os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais.

Eu sou uma pessoa que vem de um estado que tem muita riqueza natural, e muita pobreza. Fomos nós que criamos a ideia de socioambientalismo, de juntar o ambiental com o social, a economia com a ecologia, e eu fico muito feliz de, pela terceira vez, ser ministra do Presidente Lula e ter ajudado, de alguma forma, com esse trabalho duro, às vezes incompreendido, da minha equipe, do Ibama, do ICMBio, do Secretário Capobianco, para que a gente possa dar os melhores resultados para o nosso país, para os interesses do nosso país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado à Ministra Marina Silva por sua exposição.

Eu quero registrar a presença conosco também, nesta audiência pública, da Deputada Federal Silvia Waiãpi, do Estado do Amapá – muito obrigado por sua presença –; também do Deputado Estadual pelo Estado de Rondônia, Deputado Alan Queiroz – muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal –, acompanhando os debates sobre a questão do meio ambiente com a Ministra de Estado.

Eu vou, na sequência, assegurar a palavra ao conjunto dos Senadores, iniciando pelo Senador autor desse requerimento, mas eu queria apenas fazer dois registros: primeiro, dizer que a exposição que a Ministra apresentou aqui, parte dela, está disponível ao conjunto dos Senadores; segundo, fazer um pedido à Ministra.

V. Exa. traz algumas informações – e falando de forma improvisada – sobre redução de número de desmatamento e faz uma comparação com redução de 30%, 40% de desmatamento no Brasil.

Ano passado, nós tivemos o Brasil inteiro coberto por fumaça; foi o pior cenário que nós já vimos no Brasil. Nunca vi, em toda a história. Eu nasci em... Vou fazer 47 anos, e nunca vi uma situação tão trágica como essa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parece mais? Poxa, Omar! Tão novo... (*Risos.*)

Mas foi um cenário, realmente, extremamente preocupante, que causou problemas de saúde, de locomoção, prejuízos em diversos setores, e a senhora fala em redução de 40% na taxa do desmatamento nacional.

Obviamente que...

A SRA. MARINA SILVA – Não, na Amazônia, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*) A nacional foi 32%; na Amazônia, 46%.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k, 32%, e 40% na Amazônia.

O que eu gostaria de pedir a V. Exa. é que encaminhasse os dados certificados, obviamente, que comprovam essas informações, porque o que a gente sente, o que a gente observa, de forma empírica, é o contrário disso. Então, eu estou solicitando, como foi apenas dito, mas não trouxe aqui os fundamentos desses dados, que fossem encaminhados depois à Comissão de Infraestrutura, até para que a gente possa fazer o acompanhamento do desdobramento de todos esses aspectos, que são importantes, porque, senão, fica apenas na fala de: "Ah, houve desmatamento de 40%, 30%...", e a gente precisa realmente, é uma informação relevante para o conhecimento da Comissão e do conjunto dos Senadores, especialmente em face – repito – do que aconteceu no ano passado. O Brasil ficou coberto por fumaça, uma coisa extremamente preocupante e que esperamos não se repetir nunca mais.

Na sequência, com a palavra o eminente Senador autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública, Senador Lucas Barreto.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, só aqui, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Um minuto apenas.

A SRA. MARINA SILVA – Os dados são fulcrados nos dados do Inpe, que é o órgão oficial que estabelece a taxa de desmatamento. Tanto, que, no desmatamento em tempo real, são dois sistemas: o Deter, que não é uma taxa precisa, mas é para a gente poder acompanhar; e o dado do Prodes. Isso a gente pode encaminhar. Mas o que eu citei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dados oficiais?

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que eu estou pedindo é só que sejam encaminhados os dados.

A SRA. MARINA SILVA – Eu vou encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

A SRA. MARINA SILVA – Eu só estou dizendo para o senhor que não é algo de improviso, debalde, sem que esteja devidamente fulcrado nos dados oficiais e também de outras fontes, como é o caso do MapBiomas, que acaba de fazer, inclusive, uma manifestação pública reconhecendo, mesmo sendo uma organização da sociedade civil que cobra bastante, que a queda foi de 32% em todo o Brasil.

E eu tenho aqui os dados também em cada bioma.

Eu vou encaminhar para cada um dos Srs. Senadores, mas o que eu falei aqui não foi algo da minha cabeça. É em cima de dados técnico-científicos. Aliás, a política pública que nós fazemos para conseguir esse resultado é com base em dados e evidência.

E, quanto aos incêndios, na hora em que for me dar da palavra novamente, eu posso falar sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só consignei isso, Ministra, porque aqui, às vezes, há uma cultura de vir e lançar números, números, números, sem dar o devido endereçamento de fonte, o que, de fato, se certifica ou não...

A SRA. MARINA SILVA – Isso. É o Inpe e o Deter, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A senhora fez um comparativo....

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... entre o agora e 2022.

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu quero que a senhora mande para cá as informações...

A SRA. MARINA SILVA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... estabelecendo justamente esse nexo comparativo...

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... conforme foi anunciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

Quanto a isso, terei o maior prazer de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

Cumprimento o nosso querido Líder Jaques Wagner, que assumiu o compromisso de que a Ministra iria estar aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Assumiu e cumpriu.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – E cumpriu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Jaques.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Quero cumprimentar o nosso Líder do PSD, o Senador Omar Aziz, amazonense, amazônida; o nosso querido Jaime Bagattoli, também do estado do nosso Senador Presidente da CI...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nascido em Santa Catarina.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... nascido lá na terra do nosso Senador Esperidião Amin.

Quero cumprimentar o Senador Chico Rodrigues, de Roraima; o Senador Zequinha Marinho, do Pará – nós temos andado, inclusive, no Pará, debatendo essa questão do petróleo, que beneficiará com certeza o Pará e o Amapá –; cumprimentar a minha querida amiga da nossa bancada, a Deputada Silvia Waiãpi– seja bem-vinda a esta Casa –; cumprimentar a todos que estão aqui; cumprimentar a Ministra Marina; e o Dr. Capobianco.

Ministra, nós fomos surpreendidos, na verdade, depois de tantos anos, com a possibilidade da criação dessas quatro reservas de 1,3 milhão hectares lá no Amapá. E foi um impacto muito grande.

Primeiro: logo agora, quando nós estamos tentando conseguir a autorização para a prospecção do petróleo, e já houve vários, mais de 200 poços perfurados lá na costa, tentando prospectar em águas rasas, e não prosperou. Só gás.

E, agora, nós ouvimos que iria ter as audiências públicas, inclusive convocadas pela Câmara de Vereadores de Macapá, porque Macapá também será atingida.

E aí, de surpresa, o ICMBio cancelou as audiências públicas. E, aí, nós ficamos sem entender. Por quê? Porque será que, de novo, vão criar reservas no Amapá sem ouvir a população, sem ouvir ninguém, como criaram o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque?

No apagar das luzes do Governo Sarney e do Governo Fernando Henrique, houve uma onda de decretação de unidades de conservação, de reservas, de unidades de proteção... Tudo que a senhora imaginar foi criado lá. Hoje, 74% do nosso território é área de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, se nós incluirmos as áreas inundáveis, as áreas que têm um relevo impróprio para qualquer coisa, nós teremos 11% do estado só propício para alguma atividade econômica, com um detalhe: já transferiram as terras lá.

Presidente Lula, Presidente Dilma, Presidente Davi, Presidente Bolsonaro... Agora o Presidente Lula foi lá de novo, e ninguém tem título. De nada.

Agora, estão tentando tirar as pessoas que estão nas reservas que foram criadas lá atrás, no Governo do Presidente Lula, que é na reserva do Lago Piratuba, só que a lei diz: "Criada a reserva, serão indenizadas as pessoas que estão lá, com todo o seu patrimônio".

Até hoje não indenizaram ninguém, e querem tirar todo mundo. E na marra. E, na marra, não vai. Não tem como.

É para isso que existe Justiça. Por quê? Porque as pessoas estão lá há 100 anos, há 150 anos, têm documentos... E, aí, cria-se e retira-se.

Essa reserva, agora, a nossa ideia não é que ela vai atrapalhar o petróleo não, Ministra. Sabe o que ela vai fazer? Ela vai impedir que o Amapá se desenvolva, porque, fechando na área lá do limite com a Guiana Francesa, do Cabo Orange até Macapá, nós ficamos sem aquele corredor de fazer um oleoduto ou um gasoduto entre o Amapá e Calçoene. E aí? Vai para o Pará?

O Pará recebeu, agora, R$5 bilhões do Governo Federal. Quatro bilhões do Bird. Sabe para quê? Para plantar árvore de plástico! Olhe o absurdo! Olhe o absurdo que está sendo isso!

E lá se está criando uma infraestrutura. Vai vir o mundo todo lá para a Amazônia, dizer que querem preservar a Amazônia.

Fundo Amazônia.

Da outra vez eu lhe perguntei aqui: "Quanto foi para o Amapá?". Zero real. Até hoje, zero!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Em projetos que nunca se executam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Que corpo de bombeiros? Lá não pega fogo. Chove o ano inteiro. Fogo que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sim, mas tem incêndio lá, quando pega, no Lago Piratuba, mas isso é algo natural.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que ouvir também. Tem que ouvir.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É área de turfa. Todo ano pega fogo.

É como mortandade de peixes na Amazônia: são áreas inundáveis. Quando a água baixa, ficam os lagos feitos, como é no Amapá. Fica lá tamuatá, pirarucu... E morrem!

É de onde os pássaros se alimentam, Ministra, é onde a população pega até mais fácil. Mas é área física. Se sobra espaço, cresce população; se sobra comida, explode população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Amapá é um estado onde nós não estamos dispostos a aceitar mais criação de reserva.

Por que não se cria lá no Pará essa reserva de 1,3 milhão, do outro lado? Por que não se cria lá? Por que não se cria no Acre? Porque não tem oceano lá, não tem mar? Por que não se cria em São Paulo? No Amazonas, ninguém quer mais. Aí escolhem o Amapá, porque é o estado fraquinho. Não, o Amapá é o mais forte hoje aqui no Senado. E nós temos o apoio de todos os nossos colegas.

A senhora vê que o novo licenciamento ambiental foi provocado por essa atitude lá, pois 54 Senadores se juntaram aqui para fazer com que as obras grandiosas, as obras de que o Brasil precisa, de que o Amapá precisa, se tornem questão ambiental, como foi Belo Monte.

Em Belo Monte havia uma questão técnica. Ela foi resolvida quando se tornou questão nacional. E, na política, a senhora sabe o que aconteceu.

Então, a gente não está aqui querendo hostilizar, não está aqui querendo brigar. A gente está aqui ouvindo também.

A senhora falou que a China... A China está preocupada com o meio ambiente? Foi a primeira coisa que o Senador Davi me disse. Eu disse "Você viu como é o sistema comunista?". Ele disse: "Eles não querem saber de meio ambiente". Eles sabem que população cresce geometricamente; emprego e comida, aritmeticamente, Ministra.

Então, nós não estamos no Amapá, lembre-se, querendo derrubar uma árvore: 95% da nossa floresta primária está de pé no Amapá. Nós fizemos o dever de casa, e ninguém quer derrubar nem folha. Entendeu?

Na Amazônia, quantos milhões de hectares são de reserva? Tente propor para algum país o tamanho de reserva de 30 milhões de hectares. Tente propor para ver se alguém aceita.

O Senador Jaime vai dar uns dados aqui de quanto tem de floresta primária nos Estados Unidos, 17%; do ecológico Canadá, ele vai mostrar quanto é que tem lá de reserva. Nada. Eles devastaram tudo. Leram Ha-Joon Chang, *Chutando a Escada*. Todo mundo devastou, inclusive no Brasil, para se beneficiar da Amazônia. Querem a escravização ambiental de quem mora na Amazônia.

E lá nós temos amazônidas, no Amapá. Nós somos um estado que eu penso que é o mais preservado do Brasil, e de muitos outros países nós ganhamos.

Agora, nós queremos esse direito de explorar, claro, de prospectar – nós ainda não tivemos direito de prospectar – essa riqueza que tem na costa do Amapá.

Os esforços para unidades de conservação existem, mas, quando é para destruir também, ninguém questiona.

Lá no Amapá, construíram mais três hidroelétricas num rio, no Araguari. Aí dizem: "Matou a pororoca". Três!

Inundaram 100km. Milhões de árvores morreram. Não houve compromisso com a responsabilidade ambiental nem social. E o Ibama e o ministério nunca se manifestaram. Nenhum famoso de palco ou de passarela saiu em defesa lá dos nossos caboclos.

O rio está contaminado. Ontem eu recebi uma denúncia de que a degradação na barragem é tão grande que está poluindo a água, matando peixes e prejudicando a população. Ninguém quer saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando houve na Amazônia, Senador Omar, quando da pandemia, faltou oxigênio no pulmão do mundo. Uma nuvem cinza cobriu a Amazônia, e ninguém se lembrou de que a gente existia. Ninguém quer saber da gente, Ministra. Agora estão querendo criar o crédito de carbono, como falaram do Fundo Amazônia. Isso, lá no Amapá, a gente diz que é que nem visagem, assombração; todo mundo sabe que existe, mas ninguém vê. No caso lá da Amazônia, ninguém se preocupou com a gente.

Eles estão falando agora no crédito de carbono. Tá! Quanto ao crédito de carbono, eles vão dizer: "Não, estou pagando na Amazônia um crédito de carbono". É a autorização para eles devastarem mais. Essa é a verdade.

Eu queria começar as perguntas.

O Governo do estado está trabalhando junto com o Ministério – só para a senhora reafirmar isso – do Meio Ambiente, para criar essas reservas no Amapá? A senhora falou que o Ministério vai criar duas, e o estado duas. Então, primeira pergunta.

Segunda, Ministra:

> Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento [...] [na Lei do Snuc]
>
> § 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.
>
> § 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:
>
> I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;
>
> .....
>
> III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.
>
> Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação.

Então, Ministra, atualmente a área urbana disponível, para se ter ideia e dar um exemplo, para o povo do Oiapoque é 0,84%, ou seja, 19.100 hectares para toda a sua área urbana já ocupada e o seu crescimento futuro, do total de sua área territorial originária de 2.262.528 hectares. Sobrou apenas 1,3% desse território, ou seja, 30.400 hectares para manter e desenvolver as suas atividades rurais e outras economias. É um absurdo fazer com que o Oiapoque fique fadado a isso, onde começa a nação brasileira, onde lutaram também para ser Brasil.

O Ibama, Ministra, criou três unidades de conservação de proteção integral no Amapá neste ano, com o Parque Nacional do Cabo Orange, a Estação Ecológica de Maracá-Jipioca e a Reserva Biológica do Lago Piratuba – essa última área patrimonial e ecológica já na foz do Amazonas. Todas criadas há mais de 40 anos, sem conhecimento ou reconhecimento das realidades e territorialidades socioeconômicas.

Um dado para a senhora do que é a demora. Hoje eu fui surpreendido quando abri o *Diário Oficial da União.* Depois de 35 anos, Presidente, saiu no *Diário Oficial da União*:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PORTARIA ICMBio Nº 1.961, DE 23 DE MAIO DE 2025.
Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Cajari (processo nº 02070.000654/2008-09).
O PRESIDENTE [...] DO INSTITUTO CHICO MENDES [...]:
[...] Fica aprovado o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Cajari, localizada no estado do Amapá, constante do processo nº 0270.000654/2008-09 [...].

Trinta e cinco anos depois!

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – As pessoas estão lá, abandonadas.

No Amapá, Ministra, quando a senhora fala que as pessoas vivem nas reservas do extrativismo, nada! Vivem do Bolsa Família. Tirem o Bolsa Família lá! Setenta e um por cento da população do Amapá está no CadÚnico. Este é o paradoxo amazônico: quanto mais pobre o povo... Quanto mais preservado o estado, mais pobre o seu povo. E lá no Amapá não é diferente. Nós estamos em cima da riqueza na pobreza, contemplando a natureza. Porque olhar para a árvore... Beleza cênica não enche barriga. E nós estamos protegendo por outros países, para beneficiar os rios de chuva, de água. Quanto vale proteger isso? Quanto vale manter o clima da América do Norte, da América do Sul, do próprio Brasil ali, para o Matopiba, que abrange os Estados do Tocantins, lá da Bahia, do oeste da Bahia? Quanto vale isso? E, aí, eu lhe pergunto: quem paga? Nós, que estamos...

Eu acho que é porque nós estamos do outro lado da Amazônia que somos tão discriminados. "Ah, não, é dentro do Amapá. Criem lá a reserva. Lá ninguém vai vir brigar com a gente. É do outro lado do Amazonas!". Como dizem, é a Guiana do Brasil. "Então, criem lá." Nós somos tão discriminados! Quando o avião vem do Amapá para Brasília, sabe qual é o portão em que ele para? O 51. Tem que pegar o ônibus para ir lá. É ou não é, Senador Zequinha? É um absurdo a discriminação.

Nós estamos determinados a mudar essa discriminação, a acabar com essa discriminação, já que nós contribuímos tanto ecologicamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

Contribuímos tanto ecologicamente! Eu ainda tenho algumas perguntas.

Então, para finalizar, Ministra, a senhora pode, como ente político do Governo, explicar se essa leniência no processo de emissão da licença de operação para a fase final da prospecção geológica na margem equatorial margeia uma capacidade operacional do Ibama já em fase de fadiga técnica ou os ventos ideológicos são os propulsores da viagem de atraso contra o povo brasileiro e o desenvolvimento da Amazônia e do Amapá?

Ministra, há uma explicação para o Ibama aceitar os riscos operacionais, ambientais e tecnológicos do pré-sal do Sudeste, do mar territorial do Espírito Santo a São Paulo, que envolve profundidades com lâmina d'água superior a 2 mil metros e poços com mais de 7 mil metros de profundidade? Por que, agora, na margem equatorial da Amazônia Atlântica, em condições até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos desafiadoras, se considera que esses riscos são inaceitáveis? Onde está a coerência técnica?

Pergunta: eu gostaria de ouvir a sua opinião política sobre o fato de que, se houver um derramamento de óleo na Guiana, Trindade e Tobago ou Suriname, esse óleo respeitará as fronteiras marítimas ou atingirá também a costa do Amapá e Pará? E é exatamente por isso que é inaceitável que o Brasil assuma apenas os riscos ambientais de outras nações, mas não permita que seu próprio povo, especialmente o do Amapá e o do Pará, usufrua dos benefícios econômicos desta mesma atividade. Hoje, a Guiana, o Suriname e Trindade e Tobago exploram e enriquecem, enquanto o Amapá e Pará ficam apenas com o risco. Isso não é soberania, Ministra, isso é submissão.

Então, era isso o que tinha, Sr. Presidente, para perguntar, pelo tempo e pelos nossos outros colegas que também querem fazer intervenções.

Obrigado, Ministra, por ter vindo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto, pela exposição que faz e pelos questionamentos que direciona à Ministra Marina Silva.

Eu indago aos Senadores se nós vamos fazer Senador a Senador, com respostas diretas da Ministra, ou se a gente faz aquele modelo de blocos de três Senadores, para a Ministra poder responder. Eu indago se a Ministra se sentirá à vontade, porque vai ter que fazer as anotações...

A SRA. MARINA SILVA – Fica ao critério de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou deixando V. Exa. à vontade, porque, quando se faz em bloco, ganha-se tempo; quando se faz um a um, a senhora vai ficar uma hora e meia, no mínimo, a mais aqui. Então, é por isso que eu estou indagando se quer fazer em bloco.

A SRA. MARINA SILVA – Fica ao critério de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está bem.

Então, vamos fazer as respostas por bloco, e a Ministra vai anotando os questionamentos aqui.

Próximo inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Ministra, meu respeitoso cumprimento aos seus colaboradores.

Eu não posso deixar de iniciar minhas palavras louvando a iniciativa do Senador Lucas Barreto, e assim também a presença da Ministra aqui, enfatizando a heroica cruzada, no melhor sentido da palavra – porque a palavra cruzada, às vezes, tem duplo sentido –, na luta pelo seu estado. Não é uma lamentação, é um foco que tem que ser colocado no sacrifício que é imposto ou assumido pelo Estado do Amapá, com uma situação, no mínimo, paradoxal, no que toca à vida da sociedade do Amapá, luta esta com a qual tenho que ser solidário, além de ser amigo pessoal do Senador. (*Falha no áudio.*) ... três tópicos: primeiro, chamar a atenção para o fato de que as unidades de conservação são criadas sem a consulta à comunidade, sem que a repercussão seja avaliada e conhecida. E não estou incriminando este ou aquele Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, na Câmara dos Deputados, houve uma audiência pública na Comissão do Meio Ambiente para tratar da APA da Baleia Franca.

Eu sou entusiasta da observação da baleia franca, até porque é a única baleia que lança o esguicho, que é vapor, em forma de "v". Desde 1997, isso é uma curiosidade internacional. O *whale watching* é algo muito sofisticado no turismo, no respeito ao meio ambiente. Eu, pessoalmente, sou fascinado por isso. E é um resgate... Isso é fruto do resgate de uma conduta: em vez de matar a baleia, nós queremos espiá-la, observá-la. E gente do mundo inteiro acorre.

Só que a APA da Baleia Franca, criada por um decreto – quero dar a data – de 14 de setembro de 2000, sem uma justificativa publicada, morde o território. Temos o Município de Jaguaruna, que perdeu 33% do seu território. Eu digo, na superfície terrestre, 33%, exatamente a parte litorânea do município, no solo, Senador Marcos Rogério, não é no mar. Então, são dentadas feitas no território, aleatoriamente, inclusive contrariando o interesse das comunidades extrativistas, porque elas também são desconsideradas, além das milhares de casas ao longo do litoral, que estão na clandestinidade e não podem receber nem energia elétrica. É um contrassenso. Quer dizer, o impacto antropológico deixa de ser considerado. Então, eu creio que deveria ser aberta essa visão humanística.

Muito bem. Vão nos aplaudir lá fora os nossos *hermanos*, especialmente europeus. E eu não tenho nada contra os europeus, porque a minha mãe nasceu lá, como italiana foragida durante a Primeira Guerra Mundial. Mas eles não cuidaram bem do seu ecossistema e terceirizaram uma figura que a igreja não conhece: a terceirização da penitência. Eles ficam com remorso e nos atribuem o privilégio de cumprirmos a penitência deles, prometem dinheiro e não mandam. Quer dizer, postergam a graça divina do perdão e da bênção, e nós assumimos a função de cumprir a penitência, que é exacerbada pelo remorso deles.

Por isso, eu queria sugerir que o Governo – e aí incluo V. Exa., Ministra – e o Ministério de Relações Exteriores... Vamos fazer um grande *marketing* antes da COP 30. Existem sete institutos e agências pelo mundo afora que medem os efeitos poluidores das guerras. O Brasil é um país pacífico, ainda que tenhamos alguns territórios urbanos em conflagração, zonas de exclusão onde não pode nem aparecer o cobrador da energia elétrica. Já temos isso no Brasil, infelizmente. Mas esses sete institutos avaliam, Senador Marcos Rogério, qual é o efeito de um dia de guerra entre Rússia e Ucrânia, um dia de pacificação na região de Gaza, aquele enclave. No processo de pacificação lá, há 45 mortos por dia. Foi o dado de ontem. Ontem morreram 45 palestinos. Mais. Além dos 55 mil dos últimos meses.

Então, não é nem a contabilidade do sentimento, é a contabilidade da poluição. A guerra da Ucrânia começou gastando a munição mais antiga que tinha. Estão lembrados? Fumaça é aquilo. E fumaça liquidando com parques florestais, estourando o sistema de água e esgoto, liquidando com recursos hídricos potáveis.

Nós nunca produzimos, pelo menos nessa geração, guerra em lugar nenhum. Isso é uma contribuição a mais do país. Um país com a nossa grandeza territorial, com a nossa história de lutar sempre pela mediação. Nós temos que valorizar isso. E incriminar quem não está guerreando, mas está mandando arma para lá. Quem é que fabrica as armas que favorecem esse processo de poluição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos institutos, Ministra, diz o seguinte: um dia da guerra Ucrânia e Rússia – um dia – são três dias de todos os incêndios florestais do mundo. Reconheço que o fundamento técnico dessa minha afirmativa é baseado num único depoimento, mas alguém que conteste. Um dia de guerra na Ucrânia significa três dias de incêndio florestal no mundo inteiro. O incêndio florestal tem as suas causas. Nós estamos aqui considerando. A senhora fez uma bela exposição sobre isso. Lá não, lá é provocado e tem gente ganhando dinheiro.

A indústria armamentista ganha muito dinheiro com isso. E ajudou, no Governo Biden, a melhorar a condição de emprego nos Estados Unidos. Ou não é verdade? É algum insulto isso? Então, nós temos que lançar para fora o que nós protegemos e o que nós não fazemos. Deu para entender? Nós não fazemos essa maldade e ainda fazemos o bem, como disse o Senador Lucas Barreto e como disse a própria Ministra. A evolução que nós temos.

Então, eu creio que falta um pouco de perspicácia de venda da nossa imagem. Nós não produzimos nenhuma guerra. Nós não entregamos munição para ninguém, seja ela muito poluente ou de baixa poluição. As munições mais modernas são menos escandalosas do ponto de vista ambiental. Então esse é o segundo ponto que eu queria focalizar.

E se quiserem analisar quais são os institutos, abram aí o ChatGPT que dá os sete. Um deles é da ONU: United Nations Environment Programme. Avaliem o que está acontecendo em cada dia de guerra, de conflito, em termos de poluição. Não estou falando em termos daquilo que mais nos machuca, que é a morte de uma criança, de uma mulher, da população civil em geral.

E o terceiro ponto, Ministra, para não tirar, talvez, o aspecto principal, quero mencionar dois tópicos. Primeiro, o esforço que nós estamos fazendo nesta Comissão e na Comissão de Assuntos Econômicos em debater a questão do plástico sob a ótica da economia circular.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Segundo, também nesta senda, nós temos acompanhado a homologação do novo combustível marítimo e temos enfatizado aqui, para que não deixemos os europeus ou outros interesses... Falei da Europa, porque o interesse da Europa no hidrogênio verde, consumindo energia nossa, é conhecido. Mas também com combustível renovável, por exemplo, de milho beneficiando os Estados Unidos, soja e outras formas, de cana de açúcar produzindo, para que nós não fiquemos à mercê, Ministra, de fixação de um combustível marítimo.

As últimas palavras sobre isso devem ser proferidas em agosto, a reunião definitiva do IMO (International Maritime Organization) foi em maio, no começo de maio, para que não fiquemos à mercê, nós que temos as mais longas rotas

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quanto mais ao sul do país, mais longa a rota, porque nós importamos e exportamos do Hemisfério Norte. Então, as mais longas rotas são nossas. Se houver qualquer ônus ou multa, como se queria cobrar, pela não adoção do novo combustível e pela não adequação dos portos ou pela não adequação dos navios, nós seríamos prejudicados, e a nossa competitividade diminuiria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que eu não conheço a posição do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima a respeito de quais os combustíveis seriam mais adequados para o nosso interesse legítimo, interesse econômico e de competitividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Esperidião Amin.

E, na sequência, para fechar o bloco de três, Senador Jaime Bagattoli, PL de Rondônia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Marcos Rogério, a nossa Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sua equipe, seus colaboradores. Eu quero cumprimentar aqui também o nosso Senador Lucas Barreto pela colocação que fez, pelo seu conhecimento sobre o Amapá; também a Silvia Waiãpi. Quero dizer, Silvia, que eu fiquei impressionado com você, naquele jantar que nós tivemos lá com sua xará, Sylvia Anjos, Diretora da Petrobras, pelas colocações que você fez, pelo conhecimento que você tem sobre o Amapá, sobre a situação da exploração de petróleo na Margem Equatorial, no Amapá.

Quero cumprimentar aqui também o nosso Deputado Estadual de Rondônia Alan Queiroz – não sei se ele está aqui ainda, se já saiu –, mas eu quero dizer para você, Ministra Marina Silva, com todo o respeito a V. Exa., que a sua pasta é de suma importância para o nosso Brasil. Nós sabemos da nossa Amazônia, sabemos do Brasil, sabemos da nossa preservação ambiental, e vejo a senhora falar em criar tantas unidades de conservação.

O Brasil já tem, na Amazônia – para nós entendermos –, dos 508 milhões de hectares, 135 milhões de hectares que são áreas de conservação. Nós já temos 27% de toda a Amazônia. Com mais 23%. que são mais 115 milhões de hectares de reservas indígenas – são mais 23% – são 50% da Amazônia só aí. E, sem considerar que o nosso produtor rural, na Amazônia, antes de 2008, preservava 50%; após 2008, 80%. Então, a Amazônia está preservada, hoje, em 84% da Amazônia Legal.

E nós temos, no Brasil, pelos nossos produtores rurais, 34% de toda a preservação em suas propriedades. Isso é invejável para qualquer país do mundo. Isso é invejável, Senador Marcos Rogério, para qualquer país do mundo.

Agora, nós temos essa situação do petróleo, da Petrobras, para a exploração do petróleo a 500km da foz do Amazonas.

Tudo, para nós, é problema neste país. Tudo, para nós, se transforma em dificuldades no nosso país, enquanto os outros países podem vir e explorar petróleo, próximo aí da foz, no Amapá, sem nenhum problema. Aí não há nenhuma interferência.

Quando a senhora fala também da biodiversidade, que se criou desde o Governo Lula, em 2003 – pelo que eu entendi –, mais de 24 milhões de hectares de áreas de conservação, tudo bem. E o nosso povo, como fica? Onde está? Progrediu? Melhorou a qualidade de vida? Porque eu só vejo que já estamos com 21 milhões no Bolsa Família.

Quero dizer para você que, quando a senhora fala também sobre o Sul do Brasil, sobre a situação do Rio Grande do Sul... Senador Amin, o senhor, que é conhecedor, mais do que eu, até porque é mais decano, está bem à frente de mim, na idade…

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor tem mais cabelo branco. (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. Ainda bem.

Digo para você que aquele povo não foi para a beira do rio porque quis, não. Ele não quis ir para a beira do rio. Eu sou daquela região, do Alto Vale do Itajaí. Para onde a senhora queria que eles fossem naquela época? Para cima das montanhas? Eles não foram para cima das montanhas. Não é culpa daquela sociedade.

Agora, temos que resolver aquela situação, que é uma cidade igual a Blumenau, com mais de 300 mil pessoas que moram às margens do rio, em que não existe nenhuma área, praticamente, de preservação. Então, a gente sabe como é que se iniciou a colonização lá, há praticamente quase 200 anos.

Quando a senhora fala também que nós temos 80 milhões de hectares de áreas degradadas e que tem conversado sobre financiar um milhão de hectares... O dinheiro não chega ao pequeno produtor; não chega.

Nós temos o fundo constitucional, o FNO, que veio para ajudar o nosso pequeno produtor rural de todos os estados da Amazônia. Tem quase R$14 bilhões para os sete estados da Amazônia, menos o Mato Grosso e o Maranhão. Quero dizer para você que esse dinheiro não chega, não chega porque o pequeno produtor tem grandes dificuldades para ter acesso.

E eu vou fazer um comentário nos próximos dias sobre o que está acontecendo, inclusive em Plenário, hoje, para quem estiver no Plenário. É uma situação muito triste que está acontecendo na Amazônia na questão do FNO.

Eu vejo, sim, que a senhora que é contra a Ferrogrão, é contra a jazida em Autazes, é contra a reconstrução da BR-319, é contra a mineração, é contra tudo.

A China é a favor de tudo, e nós somos o contrário, do outro lado. Quando a senhora fala que a China vai fazer não sei o quê, a China vai fazer, sim. Ela vai dominar o Brasil.

Eu venho do agro, sou do agro, entendo como é que funciona o agro.

A China, para quem estiver nos acompanhando pela TV Senado, se não for barrada nos próximos anos, vai comprar as terras também do Brasil. E ela só não veio fazer infraestrutura no Brasil, investir em infraestrutura porque nós temos um grande problema na questão do licenciamento ambiental.

E, agora, Ministra, a gente aprovou, na semana passada, essa questão do licenciamento ambiental. A senhora fez altas críticas sobre a situação do licenciamento ambiental. Ninguém quer destruir nada. Nós só queremos...

Lá na China, quem foi lá agora nessa comitiva, acho que a senhora esteve lá, os caras vieram para cá falando assim: "Meu Deus, lá, pode tudo, e, aqui, não pode nada; lá, pode tudo; para lá, vale; e, aqui, não vale".

Seria a mesma coisa que você entrar num jogo de futebol, em que, para o nosso adversário, o pênalti estaria a nove metros; e o nosso pênalti, na hora de nós batermos, nós teríamos que bater da outra trave. De uma trave a outra, são mais de 100 metros. É a diferença que nós temos, hoje, no Brasil.

China, Rússia, Estados Unidos, Canadá, esses países não estão preocupados. Estão preocupados, sim. Eles fazem muito... A China não, mas os Estados Unidos têm feito exigências,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns países asiáticos têm feito. A Europa tem feito exigências pesadas nas nossas exportações, inclusive com moratória da soja, passando por cima de uma legislação ambiental mais rígida do planeta, a que nós temos. Tudo isso foi passado, mas isso nós vamos derrubar também, porque nós queremos que se obedeça a nossa legislação ambiental, que é invejável para qualquer país do planeta.

Nós temos 66% da nossa preservação intacta, desde o descobrimento do Brasil. No Brasil, 84%, só na Amazônia, essa Amazônia gigante, que todo mundo quer. Todo mundo vislumbra e vê essa preservação. E é bonito mesmo. É bonito. Eu conheço a Amazônia.

Quando o Marcos Rogério nasceu, quando o nosso Senador Marcos Rogério nasceu, o Presidente aqui, eu já conhecia a Amazônia, eu já estava lá na Amazônia.

Quero dizer para a senhora que eu conheço tudo. Eu já sobrevoei todos os estados da Amazônia. É maravilhoso, só que nós não podemos deixar... São mais de 35 milhões de pessoas, e nós não podemos deixar essas pessoas viverem na miséria. Pelo que nós temos, a cada ano que passa, o nosso povo está indo mais para a miséria, está indo mais rumo ao Bolsa Família.

Quero dizer para a senhora que eu fico assim pensando... Eu gostaria de saber qual é o seu pensamento para o Brasil, porque a senhora só fala na questão ambiental. Eu queria que a senhora respondesse para mim, por que tanta miséria para deixar o nosso povo com tanta miséria na Amazônia? Qual o benefício que o nosso povo da Amazônia tem, além da preservação? Então, me diga qual o benefício que o nosso povo da Amazônia tem, além do Bolsa Família? Além do Bolsa Família?

E digo mais, eu já falei diversas vezes aqui que o Estado de Rondônia é o único que é um pouco mais diferente dos outros, um pouquinho diferente dos outros estados da Amazônia. É o único que tem o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família, é o único estado. Nós precisamos fazer um estudo para saber o porquê de Rondônia ter o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família. Todos os demais estados têm mais Bolsa Família que carteira assinada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso, isso. Isso se refere... Não, na Amazônia. Não, em Santa Catarina, não vamos nem falar; lá é dez a um; dez carteiras assinadas, doze, para um Bolsa Família.

Nos estados da Amazônia, Senador Amin... Em Rondônia, para cada um Bolsa Família, tem duas carteiras assinadas. Aquilo se refere a um programa de reforma agrária, a um programa que foi feito de reforma agrária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... pelo qual hoje muitas pessoas estão sendo ainda penalizadas, porque estão dentro das suas propriedades e sendo injustiçadas em muitas coisas.

Então, eu queria que só a senhora me respondesse isto: qual o benefício? Qual o benefício que o povo da Amazônia tem? Porque precisa se ter um benefício, além do Bolsa Família.

E quero dizer mais para a senhora: não proíba, que se libere, não... Sobre esse negócio da jazida de Autazes, eu estou indo ao Canadá para conhecer uma das grandes jazidas de potássio que tem no Canadá, e sei que está em reservas indígenas. E ela vem e nós compramos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potássio do Canadá, jogando fumaça na atmosfera, mandando por caminhão pelo Brasil inteiro. E somos proibidos de fazer uma extração de uma jazida que podia resolver 25% do problema do potássio no Brasil.

E quero dizer para você, Silvia, Deputada, e ao Senador Lucas Barreto: nós precisamos lutar. O Amapá tem a menor população dos estados do Brasil.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – É a segunda...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É a segunda? Roraima é a menor?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

Então, quero dizer para vocês que, para um estado que tem mais de 90% da sua área preservada, eles merecem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Amapá merece que aquele povo tenha uma qualidade de vida melhor.

Nós vamos lutar para que esse estado prospere e tenha dignidade, porque a parte de preservação eles estão fazendo e muito bem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Conforme anunciado, a palavra agora está com a Ministra Marina Silva para responder aos três Senadores que se manifestaram: o Senador Lucas Barreto, o Senador Esperidião Amin e o Senador Jaime Bagattoli.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador Marcos Rogério.

Bem, foram várias questões aqui levantadas e eu vou iniciar, obviamente, pelo primeiro que perguntou, que é o Senador Lucas. A primeira pergunta, eu vou tentar aqui fazer uma ordem, é sobre se o Estado do Amapá, o Governo do Amapá estaria em concordância com a criação das reservas, posto que eu disse que duas seriam criadas pelo Governo Federal e duas pelo Governo estadual. Há até bem pouco tempo, sim. Depois, acho que foi em seguida à postagem que o Senador Randolfe fez, de que, com as reservas, possivelmente se poderia inviabilizar a exploração do petróleo – foi um vídeo que ele colocou um dia... De acesso, pode vir... O Governador fez um apelo para que suspendessem a audiência pública que já estava marcada. Como começou a ter uma tensão muito forte no estado, o ICMBio entendeu ser melhor suspender a audiência, até para evitar algum tipo de tensionamento que pudesse porventura fugir ao controle, porque aquelas comunidades estão esperando desde 2005. São dezenas de audiências públicas – e aí já vou respondendo também aos questionamentos que foram feitos, inclusive os do meu ex-colega Senador Esperidião Amin, porque tivemos a oportunidade de conviver quando eu fui Senadora... Por que são criadas sem a escuta da sociedade? Eu diria que esse processo de audiência é intenso. Eu acho que, só no caso lá do Amapá, nesse caso específico, já foram mais de 40, 50, 60 audiências que vão sendo feitas, porque são cerca de 24 mil, quando você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve pescadores, indígenas, populações locais. Mais de 60 já foram feitas. E depois teríamos as audiências para finalizar.

Estava marcada uma delas, e, inclusive, foi feito um decreto legislativo no estado mudando o lugar da audiência. Obviamente que isso não tinha poder de lei, porque é uma audiência federal e a Assembleia Legislativa não tinha poder para impor a um órgão federal fazer essa mudança, mas eu entendo, foi uma manifestação política. Houve uma sugestão de que a audiência fosse acontecer na Câmara de Vereadores, e todos os Deputados iriam para lá, todos os Vereadores iriam para lá e a população iria para lá. Os pescadores iriam para se manifestar, mas a população, os Vereadores, os Deputados, o Governador, os Senadores, todos também podem se manifestar.

As audiências públicas são exatamente para isto: para que os que são a favor digam que são a favor, os que são contrários digam que são contrários, e a gente possa recolher informações que vão instruir o processo. As audiências são parte da instrução do processo. Até você finalizar, encaminhar para o Presidente Lula, para fazer um decreto criando a área, tem uma longa jornada, que começa com a indicação da área, porque mais de 450 pescadores assinaram um documento lá em 2005, pedindo que se criasse a área, depois foi endossado por alguns Parlamentares. Tem até fotografia de Parlamentares que hoje se manifestam contrários que participaram da reunião de reivindicação da criação da área, isso lá atrás.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Era o Senador Randolfe e o próprio Senador Alcolumbre, na época, lá atrás, em 2016.

É óbvio que a vida é dinâmica, as pessoas mudam de posição. Eu sou uma pessoa que lida com o contraditório, inclusive o contraditório em nós mesmos – não é? –, o contraditório em nós mesmos, isso é parte da vida, ou a mudança de posição, é assim a vida. Por exemplo, eu era contra que a gente fizesse manejo florestal, eu era contra! Eu fui convencida de que o manejo era a melhor forma de combater o que extrai madeira de forma ilegal. Em 2003, eu me convenci.

No segundo Governo do Presidente Lula, nós estabelecemos a figura das concessões florestais, e tive a felicidade de ir agora lá na B3 e bater o martelo para manejo florestal para uma área de mais de 400 mil hectares que vai gerar 900 empregos diretos, 450 empregos indiretos, um leilão que internalizou para os cofres públicos mais de R$11 milhões, com as melhores propostas, e uma arrecadação em benefício da União de R$32 milhões e suprimento de madeira, em que você vai produzir sem ser taxado de estar fazendo incorretamente. Naquela época foi muito difícil, porque todos se uniram contra a proposta, e eu tive que vir aqui e falar com cada um. Nunca me esqueço... Em que pese eu ser de partido diferente, sempre soube separar as pessoas das posições políticas, porque é assim que eu aprendi que deve ser na democracia. Então, eu sempre tive uma relação de muita amizade com o Fernando Henrique e a Dra. Ruth. E aquilo era tão importante que, quando eu vi que a gente ia perder, eu liguei para o Presidente Fernando Henrique, que já não estava mais no Governo, estava já como ex-Presidente, e pedi: "Por favor, Presidente, converse com o PSDB, porque isso vai ser bom para o Brasil, para a proteção, para o uso sustentável, para os produtores, porque, agora, em vez de derrubar uma árvore, eles vão colher uma árvore em base sustentável".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, o que a gente faz agora não é compreendido no momento em que a gente faz. E eu, com certeza, agora com 67 anos, não vou ter mais muito tempo pela frente para ver aqueles estados que têm muita área preservada, como é o caso do Amapá, de Roraima, de vários estados na Amazônia... Se Deus quiser, se nós colocarmos o TFFF de pé, que é um fundo para a proteção de floresta tropical, que vai pagar por cada hectare de floresta protegida, para quem tem hectare de floresta protegida, do indígena ao proprietário... Nós queremos chegar a um fundo de mais de 150 bilhões para fazer esse pagamento, reconhecendo isto que vocês estão dizendo: que aqueles que protegem em benefício de todos devem ser beneficiados, porque esse é o seu maior ativo.

Estamos trabalhando – são seis países ricos em floresta e pobres em dinheiro e seis países ricos em dinheiro e pobres em floresta – para criar o TFFF a partir de fundos soberanos. Depois eu posso explicar. Se os senhores quiserem, a gente vem. Nós queremos esse fundo já operacional na COP. Não é só para o Brasil, é para todos os países detentores de floresta tropical.

Por que eu disse "agora com 65 anos" – bem-aventurados os que não têm cabelo, porque podem dizer "mas eu não tenho cabelo branco" –, já com todos os cabelos brancos? Porque talvez eu não consiga ver quando isso se consolidar, mas vai acontecer – vai acontecer.

A derrota ou a vitória a gente só mede na história. Perante o povo americano, a elite branca, reacionária, americana, Luther King era um derrotado. Perante a força do poder inglês, Gandhi era um derrotado. Perante o apartheid, Mandela era um derrotado. Mas a derrota ou a vitória só se mede na história. E eu tenho paciência, não em mim mesma, mas no meu neto, no seu neto, no neto de cada um que está aqui. A gente vai ver o quão acertado é a gente proteger as bases naturais do nosso desenvolvimento.

Então, as audiências públicas são feitas em grande quantidade. Depois que isso é feito, o processo é finalizado.

Na época da Presidente Dilma, ela estabeleceu um protocolo de que a unidade só é criada com a anuência do governo do estado. Então, é um longo processo de convencimento dos Governadores para que eles concordem. No Pará, foi criada, recentemente, a Reserva Filhos do Mangue, que beneficia o extrativista, que foi um longo processo também, aí o Governador deu a anuência e nós criamos. Temos várias a ponto de serem criadas, aguardando a anuência dos Srs. Governadores.

Então, no caso do Estado do Amapá, havia, sim, a concordância inicial, até os últimos acontecimentos, e, claro, as pessoas querem entender mais, discutir mais, ter mais esclarecimento, e eu entendo que é por isso que eu estou aqui.

As audiências públicas são feitas, Senador...

As modalidades, como, por exemplo, uma APA, permitem uma série de empreendimentos. É a modalidade que mais compõe e tem sinergia com os empreendimentos, e V. Exa. sabe disso.

No caso das reservas que estão sendo propostas desde 2005, que ficam naquela distância, V. Exa. me deu a oportunidade, agora, de esclarecer mais um ponto que não estava na equação, quando V. Exa. falou: "A nossa preocupação não é com os blocos de petróleo; é que vai engessar os investimentos do estado". Pois eu posso lhe dizer que, no processo de criação, já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido que oleoduto, gasoduto, portos, o que tiver que fazer já está dito no próprio processo, e isso não será impeditivo.

É por isso que eu agradeço a oportunidade de vir aqui para prestar esses esclarecimentos, porque, obviamente, nenhum dos senhores têm a obrigação de pegar todo o processo, ler página por página – esse é o nosso trabalho.

No próprio processo, já está estabelecido que a reserva, com todas aquelas distâncias que eu mostrei no mapa para os senhores e que estão ali, não é impeditiva. É como se já estivessem dizendo: "Pode fazer". Desde que faça o licenciamento, obviamente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, apenas para fixar esse ponto.

Eu acho que, assim, a questão foi trazida aqui pelo Senador Lucas Barreto, e ele fez um questionamento objetivo, e silêncio é silêncio; e fato é fato.

Trinta anos se passaram até que viesse essa licença, e V. Exa. está trazendo a informação de que a criação dessas reservas – se é isso que eu estou entendendo – não criaria nenhum impasse à pesquisa, neste momento, e à exploração, logo na sequência, na Margem Equatorial.

Eu indago a V. Exa.: o Senador Randolfe Rodrigues está errado? A preocupação do Governo do Estado do Amapá está errada? A criação dessas reservas não terá impacto nessa fase – e, provavelmente, na próxima – de extração? Apenas para que o silêncio não seja uma regra por mais 30 anos. Dá a oportunidade para a senhora reafirmar, de forma categórica.

A SRA. MARINA SILVA – Mas eu estou dizendo aqui, mostrando no documento que tramita para o processo de criação da reserva: nenhum impacto.

Óbvio que tem que ter o licenciamento. Aí, alguém falou: "Ah, licenciamento...". Mas é claro! Não tem como fazer um... Com ou sem reserva, tem que ter o licenciamento, gente, a menos que prevaleçam todos os retrocessos que vem se tentando fazer no processo de licenciamento. Isso é preciso, inclusive, para reduzir os impactos em áreas sensíveis como essas.

Quando eu disse que nós fazemos política pública com base em dado e evidência, é isso que nós fazemos. O Ministério do Meio Ambiente faz seminários técnico-científicos; nós chamamos o setor produtivo; nós chamamos as comunidades, as audiências, exatamente para a gente ter tido a chance de mostrar para os senhores se não tivesse criado um tensionamento.

V. Exa. me perguntou: "Ah, o Senador está errado? Não sei quem está errado?". Não, talvez o que as pessoas queiram é o que os senhores querem – esclarecimento. Eu fico imaginando que, depois de verificar a distância que fica dos blocos, depois de verificar que não vai impedir os portos, não vai impedir oleoduto, não vai impedir, eu imagino que todos nós vamos sair daqui de mãos dadas para deixar a audiência pública acontecer e a gente criar a reserva, inclusive dando uma sinalização para a sociedade. Por quê? Eu sei que as pessoas fazem um debate.

Eu ontem participei da reunião sobre saneamento e eu falei que para a gente resolver o saneamento tem que ter recursos financeiros, tecnológicos, prioridades, tudo, mas eu disse uma coisa: uma das coisas é acabar com a síndrome do bode expiatório e a síndrome da bala de prata. Às vezes, a gente não faz as coisas, porque encontra um bode expiatório. Quanto à 319, por exemplo, eu fiquei 15 anos fora do Governo. Por que não fizeram? É a pergunta que eu faço lá no Estado do Amazonas. Por que não fizeram? Foram 15 anos, e eu volto, o debate é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, mas o bode expiatório também é o mesmo, inclusive durante os 15 anos em que não fizeram, e o Vice-Presidente disse que, se ele não fizesse, engoliria a boina dele – ainda bem que ele não fez essa sandice, não é? Porque não fizeram, nem no Governo Bolsonaro eles fizeram.

A outra questão que foi levantada pelo Senador foi: por que está tão difícil o processo da Margem Equatorial e com outras bacias, como a Bacia de Campos, não é a mesma coisa? Eu posso dizer para os senhores que a Bacia de Campos é uma das mais estudadas que existe. O mesmo não se pode dizer em relação à Margem Equatorial e à foz do Amazonas. E como se trata de uma frente nova, existe, inclusive, uma portaria do ministério, uma resolução do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente que diz que novas frentes, a partir de 2008 – de 2012 essa portaria –, novas frentes de exploração de petróleo deveriam contar com um expediente fundamental: avaliação ambiental para área sedimentar, que são estudos na área de abrangência de toda a bacia, exatamente para que a gente possa ter uma ação em que há governança, o princípio da precaução de danos de algo que não é conhecido. A bacia não é estudada.

Por isso que no PAC o Presidente Lula disse que Margem Equatorial, Ferrogrão, 319 e Angra 3 deveriam ir para estudos. Não é estudo acadêmico, de pessoas estudando, isso está acontecendo. O estudo, dentro da gestão pública, do processo era fazer avaliação ambiental para a área sedimentar da Margem Equatorial, fazer avaliação ambiental estratégica da BR-319, fazer o mesmo em relação à Ferrogrão. Isso é uma ferramenta de planejamento e ajuda, porque o técnico, quando não ele tem a informação no conjunto da obra, tende a ser mais conservador. Sabe por quê? Porque o que vai estar em jogo é o CPF dele. Se ele só tem uma viseira aqui...

A primeira coisa que eu disse para o Ministro de Minas e Energia, em fevereiro de 2023: vamos fazer a avaliação ambiental para a área sedimentar, porque isso vai trazer informação do conjunto da bacia, que não é conhecida como é a Bacia de Campos e outras. Tanto o é que o Ibama, quando negou a licença, o fez em relação a foz, mas as áreas que já estavam consolidadas, como é o caso da Bacia Potiguar, o Ibama reconhece que já aconteceu – e aconteceu porque, no passado, não se tinha ainda todos esses regramentos.

Então, Senador, o que nós estamos fazendo aqui não é dificultando, porque se quer dificultar. O Ibama não facilita, o Ibama não dificulta; cumpre a lei e tenta fazer da melhor forma possível.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – A Resex é um contrato de área de domínio público em que você faz um contrato de concessão de direito real de uso para as famílias. Quando você cria a Resex, já se tem a concordância da família. Inclusive a Resex Verde para Sempre, aquela que foi criada e em que, em seguida a gente terminar a votação dos extrativistas, lá no Pará, assassinaram a Irmã Dorothy – eu estava lá no dia da criação da Resex –, foi com a concordância dos extrativistas com muitas audiências públicas. Nós não pecamos nisso.

Outra coisa que foi colocada ainda aqui: plano de manejo. Por que demorou tanto o plano de manejo de que V. Exa. falou? De fato, existem alguns governos que não priorizam os planos de manejo e, de fato, na gestão pública, a instituição leva o passivo da decisão política. Se você ficou quatro anos com um governo que disse que não se criaria um centímetro de unidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação, não se demarcaria um centímetro de terra indígena, que o ICMBio e o Ibama não teriam vez, orçamento cortado, pessoas intimidadas, não tinha como fazer. Agora, quando é na nossa gestão, a gente assume e cumpre com aquilo que é a nossa obrigação, em que pesem, às vezes, as muitas incompreensões. Então, se estava parado, se ficou, entre 2003 e 2008, nós fizemos com afinco; de 2023 até agora, estamos fazendo com afinco – com afinco. Obviamente que estou aqui para esclarecer.

E ainda há outra pergunta do Senador Esperidião Amin, que me perguntou sobre a questão dos combustíveis. O Brasil tem a maior vantagem comparativa que possamos imaginar para o SAF, para tudo, mas obviamente que nós temos que competir com aqueles que não querem que os fluxos de capitais sejam direcionados para nós. E nós trabalhamos e trabalhamos muito para reverter isso.

Teve uma reunião do PPG7, Senador Esperidião, em que se ia fazer o debate sobre biocombustíveis para aviação, para navegação, para tudo isso. E eles sabem que o Brasil é um grande supridor, porque nós podemos dar escala, temos como fazer. Eles poderiam ter convidado o Ministro da Agricultura, mas quem eles convidaram? A Ministra do Meio Ambiente, exatamente para que eu fosse dizer lá que a gente poderia ser essa fonte de produção de energia limpa para ajudar na transição energética, na matriz energética global de forma sustentável se tivermos os meios para fazer isso, se tivermos a lei que assegure fazer isso. Se não tivermos, é como exigir do povo hebreu que dobre a quantidade de tijolo sem ter palha. Sem a lei, é como dobrar a quantidade de tijolo sem ter palha. Tudo que nós temos é uma vantagem comparativa enorme, e temos trabalhado para viabilizar isso. O Presidente Lula tem se esforçado ao máximo para que o Brasil possa fazer jus às grandes oportunidades que temos.

Então, tentando responder já às suas questões, em relação à questão de que, na Amazônia, nós já temos 84% de área conservada, olha, na Amazônia, o que nós temos é um processo que, infelizmente, nós temos que trabalhar para que não aconteça. Senador, a Amazônia já está entrando em ponto de não retorno. Pela primeira vez – pela primeira vez –, nós tivemos incêndio em floresta primária.

Os incêndios de floresta primária... Em floresta úmida, não pega fogo; pega ali no começo e depois para. E eram 11% de incêndio. No ano passado – e aí o senhor falou dos incêndios, Presidente –, nós tivemos 36% dos incêndios, 36%, em floresta primária por perda de umidade, estiagem, baixa umidade, onda de calor, que são os incêndios meteorológicos em função da mudança do clima.

Agora a resposta que eu lhe dou para a sua pergunta: imagine se não tivesse caído o desmatamento 46% na Amazônia! Imagine se não tivesse caído o desmatamento 32%, se tivesse desembestado, como estava no Governo anterior! Teria sido algo avassalador. Mesmo com todo o esforço que nós fizemos, dobrando as nossas equipes, trabalhando em parceria com os governos estaduais, com aqueles que são parceiros, como o Governo do Mato Grosso, o Governo do Pará, com vários Governadores que se dispuseram a trabalhar juntos, foi aquela catástrofe. O Canadá não conseguiu conter o fogo, Portugal não conseguiu conter o fogo, o Chile não conseguiu conter o fogo, os Estados Unidos não conseguiram conter o fogo. E não é por falta de dinheiro e tecnologia que os Estados Unidos não conseguem; é porque tem um fenômeno avassalador chamado mudança do clima. E se a gente não conseguir resolver esse problema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só vai piorar, e de forma assustadora, num país como o Brasil, que depende de água, depende de suas florestas, depende do seu pantanal.

Em relação à questão do desmatamento, eu já falei que nós tivemos, sim, redução do desmatamento e vamos continuar reduzindo, ainda que tenhamos identificado uma tendência de alta agora em abril, e medidas precisarão ser tomadas para que a gente possa fazer frente a tudo isso.

Senador Jaime, a questão que o senhor colocou em relação a que a gente preserva, preserva... Qual é a vantagem disso? Que os estados que preservam têm Bolsa Família... A gente poderia ter Governos que iriam destruir a quantidade de pessoas com necessidade? Não iriam ser tão diferentes? O Bolsa Família é uma ferramenta importante para combater a desigualdade social, mas é apenas o ponto de partida. O que nós queremos é a inclusão produtiva, e hoje nós trabalhamos para que alternativas diversificadas, que envolvem bioeconomia, que envolvem agricultura familiar, que envolvem o agronegócio de base sustentável... Por isso que o Plano Safra agora é todo para agricultura de baixo carbono, porque, como ele era, apenas 0,2% para a agricultura de baixo carbono nos Governos anteriores, a gente ia levar pelo menos 200 anos para que os benefícios dessas tecnologias da Embrasca pudessem chegar a todos.

Eu, o Ministro Fávaro, o Ministro Fernanda Haddad e o Ministro Paulo Teixeira, por sugestão minha, transformamos todo o Plano Safra em agricultura de baixo carbono, para que a gente possa fazer a transição, porque não é mágica, tem um tempo de maturação. É assim que a gente vai conseguir, em bases sustentáveis, tirar do Bolsa Família para atividades produtivas. Inclusive, estamos usando R$700 milhões do Fundo Amazônia, com os municípios que mais desmatam, para que comece uma agenda virtuosa não só de comando e controle, mas de incentivo às atividades produtivas sustentáveis. O Bolsa Família é o ponto de partida. O que queremos é inclusão produtiva.

Alguém falou: "Ah, a China [estou dizendo entre aspas] não se importa, outros países não se importam". Certo? A única coisa que eu posso dizer é que, por mais que tenha sido difícil a relação com os Estados Unidos até o Governo Trump, nunca foi tão difícil. Nunca houve um Governo que se importasse menos do que o que nós temos agora, nos Estados Unidos, com a mudança do clima, com a perda de biodiversidade, com os recursos hídricos, com políticas sociais... Não tem nenhuma importância. Mas nós não vamos fazer, porque eles se importam, nós temos que fazer, porque nós nos importamos, porque nós estamos liderando pelo exemplo, porque nós, um país em desenvolvimento, com menos recursos do que eles, temos um compromisso de zerar o desmatamento até 2035. Com menos condições do que eles, nós temos uma NDC para todos os gases, para todos os setores, e vamos cumpri-la, inclusive a de 2025, que ficou quatro anos com o Governo emitindo, emitindo... Nós estamos trabalhando, no Governo do Presidente Lula, dobrado para alcançar a meta de 2025, trabalhando por nós e pelo Governo que não trabalhou. Aumentaram as emissões e nós, se continuarmos nesse ritmo, vamos conseguir também.

Então, o senhor pode ter certeza de que a sua preocupação com os mais vulneráveis e com a agricultura familiar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – ... é do Governo do Presidente Lula, que recriou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem o Programa Florestas Produtivas, 12 milhões de hectares para serem restaurados, pegando inclusive a mão de obra local. São políticas que nós estamos implementando, mas, obviamente, não são mágicas.

Por isso é que é importante a democracia dar continuidade, seja progressista ou conservador quem defende a democracia, quem não é negacionista? Eu sempre digo que sustentabilidade não é de direita nem de esquerda, é de ser humano que tem cabeça e pensamento estratégico, porque você pode ser um sustentabilista progressista ou conservador. O que você não pode é ser negacionista, achar que não tem mudança do clima, que a Amazônia pode ser destruída, que a gente vai gerar emprego hoje para não ter sequer recursos hídricos amanhã.

O Fundo Amazônia. Nós fizemos aporte de recursos em vários programas, mas tem um específico para os nove estados da Amazônia, R$45 milhões para os corpos de bombeiros, para fazer frente aos incêndios; para o Amapá, a mesma coisa; para o Amazonas, a mesma coisa. E agora eu fui ao Acre, com o dinheiro do Fundo Amazônia, para fazer a compra do que é produzido pela agricultura familiar, pelos quilombolas, pelos extrativistas, para ter comida de qualidade nas escolas, em lugar daquele suco de pacotinho. Inclusive, conversei com o Governador, porque estava lá um estoque de polpa de fruta que não estava sendo comprado. Agora, com o dinheiro do Fundo Amazônia, vai poder ir para as escolas.

Nós estamos trabalhando ombro a ombro com os governos que estão dispostos, independentemente do espectro ideológico. Mas eu posso dizer que tem um Governador, além do Pará, que vai sediar a COP, que tem surpreendido muito positivamente. O Governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, realmente tem colocado a agenda da sustentabilidade de uma forma muito promissora. E eu tenho certeza de que, se dependesse apenas de ações do Governo Federal, se não fossem as ações conjuntas com ele, a gente não tinha conseguido fazer frente ao que aconteceu com os incêndios. E, olhe, depois da nossa ação conjunta com o Ibama, o ICMBio, a Polícia Federal, o Governo do estado, o desmatamento no Pantanal caiu 77%, segundo os dados do Deter, que é o sistema de monitoramento em tempo real do Inpe. Certo? E isso é fruto de quem tem visão estratégica.

Agora, se nós ficarmos tirando o regramento, dizendo que as obras de... que não existe impacto indireto para os projetos de infraestrutura, nós não vamos conseguir, Senador. Sabe por quê? Porque, às vezes, o impacto indireto é maior do que o impacto direto. Brumadinho, a Bacia do Rio Doce, que está toda contaminada, ninguém olhou para o impacto indireto que aquilo iria causar.

Quando você faz uma estrada, no mínimo 50km de um lado e de outro podem ser destruídos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Quando você faz uma hidrelétrica que movimenta milhares de pessoas, você vai ter impacto indireto, falta de escola, falta de postos de saúde, prostituição infantil.

Eu apanhei muito, que só tábua de pisar tabaco, coro de pisar tabaco, porque nós queríamos os regramentos para Rondônia, por causa das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente deu a licença com as condicionantes. Depois que eu saí, tiraram as condicionantes, e eu vi as pessoas dizendo agora: "Marina tinha razão".

Eu não quero ter razão depois. Eu quero ter razão agora. Não eu, pessoa. Eu quero que a lei tenha razão agora, porque depois...

O Acre já está ficando ilhado, quando tem as chuvas. Fica ou não fica ilhado? A malária correu solta, porque nós colocamos os impactos indiretos, e as pessoas não queriam considerar os impactos indiretos. Mas nós colocamos! Dá trabalho, tem crítica, mas é assim que precisa ser feito.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado à nobre Ministra Marina Silva.

Eu vou assegurar a palavra aos próximos oradores.

Eu vou fazer um pedido aos Senadores: em vez de fazer de três, nós vamos fazer um a um, porque a Ministra acaba estendendo para além das perguntas e fazendo alguns discursos, e acabam os Senadores ficando sem a possibilidade de ter as suas respostas objetivamente respondidas, e, num bate-pronto, cada um pode inclusive fazer a réplica, a tréplica... Eu acho que fica melhor.

Eu não vou fazer perguntas ao final. Então, vou fazer aqui apenas uma ponderação.

Em relação a esse tema, a senhora respondeu as perguntas e perpassou pela questão da renovação da nossa matriz energética. E, falando do caso de Rondônia, a senhora está trazendo uma afirmação aqui que nós estamos questionando lá em Rondônia há muito tempo, e nós estamos ouvindo agora da Ministra do Meio Ambiente que a causa da enchente que está invadindo as pistas da Rodovia 364 e inviabilizando o acesso, inclusive, lá de Guajará-Mirim é das usinas. É a afirmação da Ministra.

Olhem o nível de responsabilidade que essa fala tem e o impacto que ela vai ter, inclusive para o Governo! Porque nós estamos questionando isso lá, já há bastante tempo, o Governo nega o tempo todo, o sistema das usinas nega o tempo todo.

E agora, Líder Jaques, eu acho que nós vamos ter que fazer, um pouco mais adiante, aqui, uma audiência pública para tratar desse assunto, de forma desapaixonada das ideologias.

Olhando para o Brasil real, eu penso que a gente às vezes discute muito aqui a agenda internacional, o interesse internacional, e não olhamos para o quintal de casa, o que está acontecendo com o brasileiro: a conta de luz absurda que ele está pagando e por que está pagando uma conta de luz absurda; a falta de acesso que permeia Brasil afora, a falta de condições de vida...

Veja o modelo energético brasileiro. Está lá Belo Monte, uma usina que foi projetada por 19 bilhões, chegando a quase 50 bilhões de investimento, que era para gerar 11 mil e tantos megas de energia, gerando, na média, 4,5 mil megas... Ou seja: metade, Omar Aziz. Metade!

E, aí, o que é a composição de custo da tarifa? Custo de geração, custo de transmissão, custo de distribuição, custo de comercialização, tributação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tá. O custo principal, um dos principais, é o custo de geração. Aí, você cria um empreendimento que é o quinto maior do mundo, para ser uma fonte estruturante de energia, e ela se torna intermitente. Por quê? Porque é o modelo.

E, aí, eu não consigo entender essa equação que a pauta ambiental apresenta, quando ela coloca: "Não, o modelo tem que ser um modelo de fio d'água: menos impacto, menos impacto na questão da fauna aquática, flora e tal...". E aí você faz um modelo, investe para gerar quase 12 mil megas de energia, gera menos da metade disso, o consumidor vai pagar a conta, como se fosse das 11, mas recebendo apenas 5... E detalhe: quando falta energia – porque o modelo se torna intermitente –, aí vai acionar as térmicas a carvão, vai acionar as térmicas a óleo diesel... Aí eu pergunto: onde é que ficou a ideia da sustentabilidade? Qual é o modelo de menor impacto?

Então, eu estou falando isso aqui, Líder Rogério, para a gente poder trazer, num próximo momento aqui, uma audiência pública para tratar desse assunto de forma desapaixonada, olhando para os interesses nacionais, olhando para a agenda ambiental da sustentabilidade, não essa que olha apenas por um viés.

Nós estamos com um grupo de trabalho lá, agora, para discutir a questão da mineração, e eu espero que aquele grupo, que é plural, tenha essa visão realmente desapegada das paixões.

Então, eu acho que a gente vai ter que fazer um novo debate sobre isso aqui, para tratar desse assunto, com a profundidade que o assunto merece, para a gente não ficar refém da agenda internacional, que não põe comida na mesa do brasileiro, que não paga a conta de luz do brasileiro, que não constrói estrada para o brasileiro, que não constrói ferrovia para os brasileiros... É apenas uma preocupação.

Eu asseguro a palavra aos Senadores para a gente avançar com o tema.

Senador Omar Aziz é o próximo inscrito. Na sequência, o Senador Chico Rodrigues. E aí, no final, Senador Lucas Barreto.

Eu vou ouvir os Senadores, e quem quiser fazer a réplica ou a tréplica, que é possível regimentalmente, eu faria um apelo para a gente fazer ao final, para a gente poder esgotar a lista dos Senadores inscritos.

Senador Omar com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Ministra, senhores convidados por esta Casa e por esta Comissão, Sras. e Srs. Senadores.

Ministra, eu não vou pessoalizar as questões. É uma política de governo da qual eu discordo de muitos pontos que são colocados pela senhora e pelo próprio Governo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, mas não é deste Governo; é de vários governos. Eu vou aqui atribuir todos os problemas que nós temos em licenciamento, em prosperidade, em projetos que possam beneficiar a Amazônia, que ficam paralisados durante muito tempo.

Ministra, nós votamos uma lei ambiental na semana passada aqui. Foi 54 a 13, e só tinha 67 Senadores aqui. Quando tiver 81, pode ter certeza de que vai ser mais, vai ter mais voto. Não vai passar de 14, 15 votos contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós tivermos que mudar a Constituição, nós iremos mudar a Constituição, se o Supremo ousar se meter naquilo que nós estamos aprovando aqui.

A Câmara dos Deputados também vai aprovar e deve aprovar, entre o dia 16 e 18, a lei ambiental que foi aprovada aqui no Congresso. Mas sabe o que foi isso? Eu acho que um Senador que votou contra falou a verdade. Meu amigo votou contra, discordando, Rogério Carvalho, mas ele disse uma coisa que me chamou muita atenção, querido Marcos. Ele disse: "Represaram muito". E, na hora em que a represa estoura, aí vêm coisas boas e coisas ruins.

Nós temos que repensar essa questão.

Não é pessoal, longe de mim ser pessoal. Tenho todo o respeito pela senhora. Discordo das suas posições em muitas coisas, concordo com outras, e vou lhe dar alguns exemplos aqui, porque a senhora, como amazônida, sabe melhor do que eu ou tanto quanto eu, por viver lá.

Eu fui Governador do meu estado. Eu peguei um recurso do Fundo Amazônia, Rogério, e fiz reflorestamento no sul do Amazonas, com 2 mil árvores. É lógico – 2 milhões de árvores, aliás. Desculpe-me –, até porque uma muda, para se fazer... Você não faz uma muda do dia para a noite. Ela tem um custo. Se você pegar cinco mudas, R$5 uma muda, R$6 uma muda. 1 milhão de mudas são R$6 milhões. Então, não é qualquer um que tem condições de fazer reflorestamento, esperar 20, 30 anos, para fazer o manejo florestal, porque esta é a vantagem na questão ambiental: o manejo florestal lá na frente. Você replanta hoje, para, lá na frente, fazer o manejo florestal.

Essa é uma questão, mas eu vou falar sobre a Lei de Licenciamento Ambiental.

Essa obra que a gente tanto pede, já fez tantos apelos e que tem um compromisso do Presidente Lula de fazer... Vou deixar muito claro aqui: não é compromisso da senhora, não é compromisso do Ministério do Meio Ambiente; é compromisso do Presidente de asfaltar BR-319.

Ela vai ser asfaltada agora porque obras que já tinham sido asfaltadas, através dessa nova lei, podem ser asfaltadas sem precisar de licenciamento nenhum.

Agora, o que mais me assusta é mostrar para o mundo que nós somos incompetentes em fiscalização, porque, se a gente não tem competência de fiscalizar 400km, nós não temos competência para absolutamente nada em um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, em que só o Amazonas é maior do que o Nordeste todinho.

Eu saio de um município de jato. De Manaus para um município, é a mesma distância de Manaus para Brasília. A senhora conhece a nossa região.

Agora, eu não conheço nenhum programa sustentável, de que a senhora fala tanto, que deu prosperidade a uma família, que a deixou comprar um carro novo, que a deu uma casa de alvenaria, que tenha ar-condicionado, que tenha água potável; eu vejo pessoas se esforçando muito para ter só o que comer, mas não para dar prosperidade. E nós queremos é prosperidade para o nosso povo. Nós queremos que o povo ganhe dinheiro. E é a forma de fazer isso, Ministra.

Ministra, o Urucu.

A gente explora petróleo há 40 anos lá no Estado do Amazonas. Nunca nós tivemos um acidente ambiental.

Nós somos potência e temos tecnologia de ponta de exploração de petróleo em altas profundidades. Qual foi o acidente ambiental que nós causamos até hoje? E, se não fosse a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras, com a sua capacidade de fazê-lo, hoje nós estaríamos dependendo de petróleo e gás do mundo todo.

Vamos colocar ali do lado do Amazonas, Ministra. Ali do lado de Manaus, a 70km de Manaus, em Autazes, nós temos uma das maiores minas de potássio do mundo.

O Brasil importa 95% de fertilizante. O potássio, junto com o fósforo e junto com a ureia que sai do gás, se faz o fertilizante que tanto nós queremos.

Lá atrás, a senhora era contra. Não a senhora: muitos grupos eram contra. Não especificando a Ministra Marina, porque eu tenho todo respeito pela Ministra Marina. A gente discordar é uma democracia; faltar com respeito é outra coisa, e isso eu não farei nunca.

Contra os transgênicos.

Em 2003, o Lula era contra. E, se não fosse o Presidente da Embrapa convencê-lo à época, hoje nós não teríamos a potência.

Porque todo mundo fala que nós temos o agro, que é forte... É forte por causa do Lula, que assumiu, matou no peito e deixou fazer o transgênico no Brasil. E hoje nós somos essa potência em grãos. É forte por causa dele, porque financiou, subsidiou o agro no Brasil, a preço de juro baixíssimo, para a gente ter tecnologia e produzir o que nós produzimos hoje.

Nós alimentamos o mundo; não conseguimos alimentar o Brasil.

Mas, sinceramente, o isolamento que Manaus vive e que Roraima vive já deu, Ministra!

Quatrocentos quilômetros, hoje, com *drone*, com satélite, com qualquer policiamento, é impossível. Tira-se madeira hoje sem estrada asfaltada.

Na área de que a senhora está falando – de um lado e outro são áreas alagadiças –, não dá para se produzir um grão. São áreas que a senhora conhece, até porque a senhora morou no Morro da Liberdade e a senhora sabe muito bem o que é uma cheia e o que é uma seca.

Não estou falando em enchente não! Enchente tem no Sul do país: quando chove, dá uma enchente. Na nossa região, é cheia do purus, que vem de lá do Rio Branco, e seca, que também vem dos Andes. Nós temos toda essa questão já engasgada.

Eu vou dizer aqui para a senhora: às vezes... Eu não vi, até hoje, depois de dois anos e cinco meses de Governo, a equipe do Meio Ambiente sentar com o agronegócio neste país. Não vi. Até hoje eu não vi. E, se eu não vi, a senhora, a sua assessoria, vocês poderiam mandar uma foto sentada com o agro brasileiro, sentada com o setor de mineração brasileira, sentada com o setor de petróleo e gás brasileiro, para discutir, para não ter intransigência de um lado nem de outro, discutir e dizer "nós precisamos desenvolver o país sustentavelmente", mas não é com a miséria; é com a riqueza.

O Plínio fala muito sobre isto: o amazonense vive pobre, e embaixo da terra tem a riqueza; ele morre pobre e vai ser enterrado dentro da riqueza.

Vou pegar os casos dos ianomâmis.

A senhora sabe muito bem que o meu estado tem 77 etnias diferentes de indígenas, a maior população indígena. E não pense que índio não quer viver bem não; quer viver bem sim! Não pense que índio não quer defender a natureza, mas ele quer ter prosperidade também, ele quer comer bem, ele quer se vestir bem, ele quer ter uma vida boa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou pegar exclusivamente: por intransigência, conseguiram destruir praticamente toda a população ianomâmi em Roraima, porque permitiram que, de uma forma desorganizada, de uma forma criminosa, a mineração fosse instalada. Isso está acontecendo nos rios do meu estado.

É impossível a gente não discutir a regularização de exploração mineral sustentável. Se a gente não discutir, vem alguém e vai tirar, de forma não sustentável, de forma criminosa, e não adianta mandar a Polícia Federal e o Ibama explodirem uma balsa que custa R$400 mil, R$500 mil, porque uma balsa daquelas tira 30kg de ouro por mês, e dá para comprar cem balsas dessas com 30kg de ouro – o ouro a R$600 o grama.

Eu estou lhe falando de coisas práticas, não é de teóricas, é do dia a dia, é de quem vive isso, de quem presencia isso. Rio Madeira, Rio Japurá, lá com a fronteira com a Colômbia, Rio Solimões, Rio Negro, em que você tem todo tipo de minério...

Agora mesmo, a China não comprou a Pitinga? À toa não, comprou sabe por quê? Por causa das terras raras que tem lá; após tirar a cassiterita, as terras raras estão lá amontoadas. Que servem para quê? Para produzir semicondutores. Hoje se leva o minério do Brasil para a China e dentro dele vão outros minérios; não vai só ferro, não, vão outros tipos de minério.

E o que eu faço aqui, Ministra... Eu lhe digo o seguinte: nós pagamos uma conta muito alta. Eu sempre digo isto – não são palavras minhas, são palavras de qualquer amazonense –: a Amazônia é brasileira a serviço da humanidade. Nós estamos a serviço... E essa remuneração de Fundo Amazônia é para inglês ver, é para francês explorar a Guiana Francesa com o petróleo e não permitir que a gente explore as nossas aqui. Ou a senhora acha que o mesmo bioma que tem a foz do Amazonas não é igual ao da Guiana e do Suriname? É o mesmo, Ministra, não há diferença. E por que eles – o Macron, que tanto defende – emitem mais CO_2 do que o Brasil? A França emite mais CO_2 do que o Brasil; a Europa emite mais CO_2 do que o Brasil.

E a senhora falou uma coisa no início da sua fala, eu estava aqui, que me chamou a atenção – não estava, estava no meu gabinete –, que hoje tem país que tem 50%, 60% do PIB da biodiversidade. A senhora poderia me citar um país desse? Só um?

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – É a média do mundo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não. A média do mundo... A senhora está falando... Quando eles falam sobre biodiversidade, quando eles falam sobre isso, é exploração de minério, é exploração de petróleo...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Minério não é biodiversidade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora leia o que está escrito, de onde a senhora tirou, que eles vão falar em mineração, vão falar em petróleo, vão falar em gás.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não. Biodiversidade...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não é minério.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então me dê um exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sessenta por cento... A senhora disse que tem país que dá 60% da média do mundo. Dê-me um exemplo de um país... Tire o minério; se a senhora não quer colocar o minério, tire o minério. Dê-me um exemplo, por favor, Ministra; dê-me um país...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor quer que eu fale agora ou...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... que tenha 60% do PIB. Não, a senhora pode me responder. Quando a senhora fala... O que eu estou lhe falando, eu lhe respondo... Sobre tudo que eu estou falando aqui, eu tenho resposta para a senhora, se a senhora me perguntar. Eu estou lhe perguntando uma coisa: a senhora disse que tem países, no início da sua fala, que 60%, 70%, falou bem assim...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – A média dos países – a média.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Mas eu só quero um.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Fique calmo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu estou calmo, muito calmo. Não tenha dúvida, é a minha forma de falar, não é desrespeitosa, longe de mim.

Eu quero que a senhora me dê um país que tenha 60%, 70% de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele é apenas acelerado, Ministra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, acelerado eu sou, até porque eu sou filho de palestino e a gente é assim. Eu sou filho de palestino com italiano. Italiano e árabe falam dessa forma. Eu não nego as minhas raízes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu também sou.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, você não. Você é libanês. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não vamos entrar neste debate.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, vamos lá. Eu só quero falar aqui o seguinte, Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu queria só que me desse um exemplo de um país que tem 60% do seu PIB de biodiversidade. E a senhora me cite, até me explique o que a senhora chama de biodiversidade, para ter 60%, 70%...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Até porque, para ter 60%, vai ter alguns que vão ter muito mais...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, tem que ter. Tem que ter.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... para ter média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu quero saber qual é.

No Brasil, por exemplo, qual é a média do PIB brasileiro na biodiversidade? A senhora sabe me responder isso?

Eu vou falar... Depois que ela me responder, eu respondo, porque senão vai parecer que eu estou sendo agressivo ou coisa parecida, e eu estou querendo é resolutividade, não é conversa fiada, não é discursinho.

Porque, se Brasília tivesse hoje que ser construída, o Juscelino levaria cem anos para construir Brasília, coisa que ele fez em cinco anos. Porque, se um calango estivesse aí, o Ibama não ia permitir. O Lago Paranoá não existiria. Lá na terra do Senador Amin, Camboriú não existiria, porque foi aterro. Ipanema não existiria. Copacabana não existiria. Os túneis feitos pelo Lacerda não existiriam. Os túneis feitos pelos Governadores de São Paulo não existiriam. Acabem com essa coisa! E nós é que temos que pagar essa conta? É essa a minha revolta. Não é outra coisa, não.

Eu moro na Amazônia. Eu moro lá. A gente quer, sim, a BR-319, Ministra, para passear, como a senhora disse. Queremos, sim! Nós temos o direito de passear na BR-319, e não é a senhora que não vai permitir que a gente passeie na BR-319. Nós, amazonenses, queremos ter o direito de passear na BR-319. A senhora passeia na Avenida Paulista hoje, e nós queremos passear na BR-319. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Omar.

Conforme dito, até para ter um proveito...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu quero saber do PIB, só saber do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu vou assegurar a palavra à Ministra para responder objetivamente à pergunta do Senador Omar.

A SRA. MARINA SILVA – É um a um, né, Senador?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, eu só quero uma...

A SRA. MARINA SILVA – Não, mas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ministra, eu não fiz dez perguntas, eu fiz o discurso (*Fora do microfone.*) e lhe fiz uma pergunta só.

A SRA. MARINA SILVA – Mas eu tenho um tempo para responder a V. Exa., correto?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A hora que a senhora quiser, eu só quero saber de uma pergunta.

A SRA. MARINA SILVA – Não, então, eu vou responder à sua pergunta, mas como V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou... Ministra...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Antes de a (*Fora do microfone.*) senhora responder, o Presidente Lula assumiu o compromisso de asfaltar a BR-319, só para deixar claro. E, que eu saiba, ele é o Presidente ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para consignar, para a gente não ficar aqui *ad aeternum*, eu vou estabelecer o tempo de cinco minutos para resposta.

Como vai ser um a um, então o tempo de resposta é de cinco minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Bem, no debate a gente pode acertar e mudar as regras do jogo. A gente só não pode fazer isso no jogo, não é isso? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Não, é porque antes eu perguntei para o senhor: "Qual é o tempo que eu tenho?", e o senhor disse: "O tempo que a senhora quiser".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na exposição inicial, o tempo da senhora eu deixei livre e não a interrompi. Agora, na resposta aos Senadores, eu tenho um tempo regimental...

A SRA. MARINA SILVA – Que é de cinco minutos para...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É de três a cinco minutos para a resposta.

A SRA. MARINA SILVA – Tá.

Isso é para mim e para o perguntador também? Só para eu entender as regras.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Os Senadores também têm um tempo regimental.

A SRA. MARINA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A senhora já foi Senadora nesta Casa.

A SRA. MARINA SILVA – Não, mas é que as coisas mudam...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas o Senador...

A SRA. MARINA SILVA – ... e aqui as coisas estão mudando com muita velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, a senhora não vai discutir com o Presidente.

O Senador Omar Aziz fez...

A SRA. MARINA SILVA – Não, eu não estou discutindo, eu estou debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... apenas uma única pergunta.

Se ele tivesse feito dez perguntas, este Senador teria a tolerância absolutamente mais generosa possível para dar além dos cinco minutos para a senhora responder. Ele fez apenas uma pergunta, por isso o tempo regimental.

A SRA. MARINA SILVA – Tranquilo, Sr. Presidente.

Primeiro, Senador Aziz, fico feliz que o senhor diga que não é pessoal, ainda que muitas vezes o pessoal atravesse e a gente se esquece até de que diz que não era pessoal e ele entra no meio das coisas, porque os seres humanos são assim, eles são atravessados pelas suas subjetividades, e elas se revelam.

Bem, nós temos visões que podem ser diferentes, mas eu gostei de uma equação que V. Exa. colocou, de que não é conversa fiada, de que são fatos, coisa concreta. V. Exa. foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa que teve a oportunidade, no seu estado, de estar nos dois lados, e muitas coisas concretas, com certeza, fugiram ao alcance da sua mão. Mas uma coisa é concreta, concretíssima: o debate da BR-319 virou um debate em cima de um bode expiatório. Esse bode expiatório chama-se Marina Silva, porque é concretíssimo que eu saí do Governo em 2008. De 2008 para 2023, são quantos anos? Quantos anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Quinze anos.

Por que as pessoas tão dadas às coisas concretas não fizeram a BR? Mas existe um bode expiatório que, mesmo durante 15 anos, continuou sendo o bode expiatório, para esconder a incompetência daqueles que fazem promessas e não as cumprem. Isso é concreto, é concretíssimo. Ou não é verdade que, de 2008 a 2023, tem 15 anos? Por que o Governo Bolsonaro não o fez?

E eu posso dizer mais: quando eu saí, tinha um pequeno trecho, aqueles trechos das cabeceiras, cuja licença nós deixamos pronta, para fazer aquele processo, que já é uma área consolidada. Foi feito esse trecho?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Foi.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Agora que está sendo feito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi feito lá atrás...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Foi feito um pedacinho só. Não foi feito tudo, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Foi feito pela Presidente Dilma.

A SRA. MARINA SILVA – Não foi. Não foi feito tudo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Os primeiros 200km...

Só para lhe responder aqui, Ministra... Primeiro, é o seguinte: a senhora está chamando o Presidente de Lula de incompetente também.

A SRA. MARINA SILVA – Não, não estou chamando.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora disse.... Não, não. Falou. A senhora disse promessas e tal.

A SRA. MARINA SILVA – Não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou aqui literalmente dizendo que o Presidente Lula prometeu fazer a BR-319.

A SRA. MARINA SILVA – É que, quando o Presidente Lula foi Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não posso prometer, porque eu não tenho dinheiro para botar lá dentro da coisa, nem tenho o poder de fazer o licenciamento.

A SRA. MARINA SILVA – É que, quando o Presidente Lula foi Presidente, eu também era Ministra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Alfredo Nascimento.

A SRA. MARINA SILVA – Isso. E ele era o Ministro dos Transportes, certo? E, depois, outros, durante esses 15 anos, não fizeram.

E a estrada... Do mesmo jeito que nós começamos 2023 falando para o Ministro de Minas e Energia que era preciso fazer a avaliação para a área sedimentar, pensando no desafio da Margem Equatorial, coisa que não foi feita, porque aquilo que é regra agora virou exceção infelizmente... Porque não é exceção, quando se vai abrir uma nova frente para a exploração de petróleo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... a avaliação para a área sedimentar.

No caso da estrada, levei pessoalmente a proposta para o Ministro dos Transportes de que a gente deveria fazer a avaliação ambiental estratégica para a BR-319, para pensar a governança.

No ano passado, numa reunião na Casa Civil, eu, o Ministro Renan, o Ministro Rui Costa, o Secretário Capobianco e a Secretária Executiva Miriam Belchior chegamos a uma conclusão de que seria necessário, sim, ter a governança da estrada, exatamente para evitar que esses 400km, porque, só com o anúncio da estrada, o desmatamento aumentou em 119% – aumentou... São dados que o Ibama, que o Deter e que o Inpe nos trazem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não faça essa maldade, Ministra. Não faça isso, Ministra. Eu moro lá. Não diga isso, pelo amor de Deus!

Ministra, eu a respeito...

A SRA. MARINA SILVA – Então, a gente pode olhar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu a respeito, mas a senhora está dando um dado falso, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – Não, não é falso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É falso, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – São os dados que a minha equipe técnica me traz o tempo todo do Inpe – do Inpe!

Vamos, então, chamar os técnicos do Inpe, pegar os polígonos, comparar antes do anúncio, quando o Fernando Henrique fez o anúncio da estrada, para ver o que aconteceu na estrada. Vamos pegar os polígonos!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora está falando de 30 anos atrás, Ministra?

A SRA. MARINA SILVA – Eu já fiz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora pegou polígonos de 30 anos atrás para agora?

A SRA. MARINA SILVA – Desde o processo em que vem se discutindo fazer a estrada, quando se fala da estrada, a primeira coisa que tem é uma corrida de grilagem, por isso que o que se propõe desde lá é a avaliação ambiental estratégica. Qual é o problema de fazer? Qual é o problema de ter governança? Se é para passar apenas os carros, não vai impactar nem uma margem ou outra, qual é o problema de fazer?

Nós estamos propondo desde sempre. Por que não faz? Agora, o Ministro Renan está trabalhando para fazer, porque é isso que dá segurança aos empreendimentos.

Essa discussão está posta desde sempre. Ela foi posta em relação à transposição do São Francisco. Sabe qual foi a diferença? É que, na transposição do São Francisco, eu e o Ministro Ciro Gomes fizemos o que precisava ser feito para o Nordeste não colapsar sem água, fizemos as regras que precisavam ser feitas, não ficamos brigando contra elas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – No caso da BR-319, é a mesma coisa.

Isso é muito concreto, não é questão ideológica. Desmatamento é objetivo, exploração ilegal de madeira é objetivo, garimpo ilegal é objetivo.

O Ibama, o ICMBio, a Polícia Federal e a PRF entraram lá na área ianomâmi e nós conseguimos reduzir em mais de 90% o que estava acontecendo ali, e foi graças ao Presidente Lula.

É que o Presidente Lula quer as duas coisas, como ele sempre diz, e eu também digo. Não é só dizer o que não pode ser feito, é como pode ser feito. E nós estamos dizendo que, para fazer, precisa da avaliação ambiental estratégica; para fazer, precisa ter uma visão abrangente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... para toda a área da bacia.

Eu digo para V. Exa., com toda a tranquilidade da alma, que isso tem uma mistura de técnica e de ética, porque eu não faço o meu trabalho pensando nas próximas eleições. Eu faço o meu trabalho com base naquilo que é a lei e nas futuras gerações.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora não é mais ética do que ninguém aqui.

A SRA. MARINA SILVA – Eu sei que eu não sou.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é não.

A SRA. MARINA SILVA – Eu não disse que eu não sou...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não venha mensurar ética para mim, porque a senhora não tem esse direito.

Ético eu também sou.

A SRA. MARINA SILVA – Mas eu não estou dizendo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu sou ético.

A SRA. MARINA SILVA – Eu não estou dizendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora subjetivamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Mas o senhor disse que eu sou apenas ideológica.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não!

A SRA. MARINA SILVA – O senhor disse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu disse que a senhora... Eu não disse...

A SRA. MARINA SILVA – Senador, o senhor disse.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não ideológica.

A SRA. MARINA SILVA – Vamos pegar aqui...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora está atrapalhando o desenvolvimento do país. Eu lhe digo isso com a maior naturalidade do mundo. A senhora atrapalha o desenvolvimento do nosso país. Tem mais de 5 mil obras paradas por causa dessa conversinha, governança, nhem-nhem-nhem, blá-blá-blá. Não é, não, Ministra. A senhora me desculpa.

A SRA. MARINA SILVA – O Brasil está acompanhando o nosso debate, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora me desculpa, Ministra. Deixe-me lhe dizer uma coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu lhe fiz duas perguntas... Eu lhe fiz uma pergunta só. A senhora não me respondeu até agora.

A SRA. MARINA SILVA – Ah, outra... Eu vou lhe responder.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Qual é o PIB do país que tem 70%...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Omar...

A SRA. MARINA SILVA – Toda a agricultura dos países dependem da biodiversidade. Se o senhor for ver os processos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Mas é claro, Senador. O senhor tem que olhar para o que diz a ciência.

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor tem que olhar para o que mostra e confirma a ciência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Vá para África.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina, Ministra Marina, a senhora está sem o microfone.

Se a gente estabelecer um debate paralelo aqui, afora aquilo que é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não! V. Exa. entrou num debate que não foi a pergunta feita pelo Senador Omar. Ele perguntou objetivamente em relação aos dados que foram apresentados, qual é o país do mundo que tem 60%...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – A média dos países...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, ele perguntou um país.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O Brasil tem agricultura que tem por causa de quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele perguntou um país.

Mas eu vou assegurar a palavra aos próximos Senadores, senão vamos ficar neste debate.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só para agradecer a resposta da Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... e lhe falar uma coisa. Sr. Presidente, a Ministra falou de governos incompetentes. Eu sou da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O maior tempo de Governo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Veja bem, e talvez aqui uma das pessoas que mais defende este Governo seja eu. V. Exa., que se contrapõe a várias ideias minhas, sabe.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É verdade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, eu tenho muita facilidade para falar sobre isso. Eu não acho o Presidente Lula incompetente por não ter feito...

A SRA. MARINA SILVA – V. Exa. sabe que eu não estou me referindo ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina, vamos assegurar a palavra ao Senador.

Pois não, Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu não vou cair numa conversa de a senhora se vitimizar para mim, longe de mim. A senhora é uma pessoa muito respeitada mundo afora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Veja bem, a senhora é uma pessoa muito respeitada mundo afora. É lógico! Ah, sim, tem interesse de muitos países em que a gente não explore os minérios nossos. Tem muito interesse internacional em que a gente não explore o petróleo nosso, o nosso gás. Tem muito, sim! A gente sabe como é que o mercado internacional gira em torno... E, sinceramente, Ministra, acho que a BR-319, 400km, é muito pouco para a gente dizer que não tem competência para fiscalizar. Se houve aumento, segundo seus dados – que eu não creio... E a senhora está falando de 30 anos atrás. A senhora não está falando de ontem, não. A senhora está falando de 1994, de lá para cá são 30 anos. Escutem bem o que estou dizendo. Ela falou da época do Fernando Henrique Cardoso, que houve um aumento quando se ventilou asfaltar. Na década de 70 e de 80, a estrada já era asfaltada, Ministra. E, naquela época, Ministra, eu morava na beira do rio e chegavam, naquelas jangadas de madeira, pele de jacaré, pele de onça. Nós evoluímos muito. Naquela época, tudo era permitido. Bicho de casco se vendia em qualquer lugar. Hoje, não. Hoje, existe, sim, com certeza, uma fiscalização muito grande. E eu aprovo e defendo essa fiscalização.

Antigamente, você matar onça para tirar a pele, matar tartaruga, jabuti, não sei o quê, era normal na Região Norte do nosso país. Nós vivíamos e comíamos isso. Eu me lembro da quantidade de pele de jacaré que chegava lá na Rua dos Barés – para quem é do Amazonas sabe do que estou falando –, ali na Manaus moderna hoje. A senhora se lembra disso? Quantas jangadas e jangadas de madeira vinham para Manaus, para as serrarias de Manaus? Ao chegar ali naquela região sul de Manaus, era cheio de serraria no Educandos, era cheio de serraria na Aparecida, era cheio de serraria na cidade de Manaus. Serravam o quê? Uma madeira que era tirada de uma forma irregular. Isso acabou. A senhora não vê mais isso. Pode até pontualmente ter em algum lugar.

Lá no Acre, que hoje você sobrevoa... Quando eu vou para Pauini, quando eu tenho que ir para Boca do Acre, eu paro lá em Rio Branco. E quando você entra na fronteira do Acre, está todo desmatado, muito mais desmatado que o Estado do Amazonas, muito mais desmatado que o Estado do Amapá. E a senhora é de lá. Veja qual é o desmatamento do Acre e veja qual é o desmatamento do Amazonas e o do Amapá. É infinitamente menor. A senhora está debatendo... debatendo, não, nós estamos conversando com uma pessoa que conhece a região, que vive a região. Não é uma pessoa que mora em um outro lugar e está discutindo a Amazônia. Eu moro, eu sou de lá, e a senhora é de lá. A gente não tem o direito de ir e vir numa estrada. A senhora não permitir interligar Roraima e Amazonas ao resto do país...

E essa discussão de governança, Senador Amin, é uma conversa que eu já ouvi: "Não, vamos fazer lá ferrovia. Não, agora vamos fazer não sei o quê, agora vamos fazer um parque". Sempre é uma coisa para não fazer obra.

Eu espero, Ministra, que a gente possa avançar nisso.

A SRA. MARINA SILVA – Ó, eu gostaria de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Omar, eu vou pedir a V. Exa....

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora, veja bem, não reclame do Parlamento. Eu vi a nota que o Ministério do Meio Ambiente soltou depois que nós aprovamos, porque, se essas coisas não andarem, Ministra, a senhora também terá responsabilidade do que nós estamos aprovando aqui – pode ter certeza –, pela intransigência, pela falta de vontade de dialogar, pela falta de vontade de negociar, de conversar, de agilizar.

Nós iremos agilizar e vamos dar esse presente para o Brasil.

A SRA. MARINA SILVA – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Omar, obrigado. Eu agradeço.

A SRA. MARINA SILVA – Eu peço, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir aos Senadores....

A SRA. MARINA SILVA – ... que eu possa falar por pelo menos um minuto, porque eu estou aqui como convidada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, V. Exa. está como convidada, mas não está aqui presidindo a sessão.

A SRA. MARINA SILVA – Não estou presidindo, mas eu não fui convidada para que as pessoas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Faz pouco tempo que a senhora saiu deste Senado Federal e parece que já perdeu a memória.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não, eu tenho boa memória.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com todo o respeito.

V. Exa. é convidada ao Senado Federal.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não era assim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu tenho o maior respeito pelo conjunto dos Senadores. O Senador Omar Aziz é um Senador da base do Governo Lula.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu sei que ele é.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. disse que o Senador Omar está te ofendendo.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Mas não era assim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu consulto os Senadores se o Omar Aziz ofendeu a Ministra em algum momento. Ele falou comigo aqui ao lado.

Então, vou assegurar a palavra aos demais Senadores.

Se V. Exa. quiser um minuto...

Ele não lhe fez nenhuma pergunta. Agora, se cada colocação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Mas ele fez uma manifestação!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas é livre a manifestação dos Senadores.

A SRA. MARINA SILVA – Eu sei, mas é um debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. já fez isso aqui muitas vezes.

A SRA. MARINA SILVA – Mas isso é um debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com todo o respeito.

A SRA. MARINA SILVA – É um debate, é um debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não é um debate.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador Marcos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O questionamento é respondido, o comentário, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senão nós vamos ficar aqui até amanhã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador Marcos Rogério.

A SRA. MARINA SILVA – Então, as pessoas podem atribuir a mim qualquer comentário?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou assegurar a palavra. Eu vou assegurar um minuto para V. Sa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou assegurar um minuto para V. Sa., se sentiu alguma pergunta, no conjunto das falas do Omar, responder; e, na sequência, o Senador Chico Rodrigues; depois, a Senadora Eliziane, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, pela ordem, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou eu asseguro a palavra à Ministra, neste momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Na verdade, é nesse sentido, para que a gente possa... Qual o custo de dar um ou dois minutos para a Senadora responder?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Eliziane, V. Exa. chegou agora há pouco e não acompanhou aqui o que está acontecendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, eu estou acompanhando, Presidente. Eu quero dizer para o Sr. que estou acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que V. Exa. está impedindo a fala da Ministra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não estou nem entrando no mérito do debate, eu estou apenas pedindo a V. Exa. que assegure a fala da Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. está atrapalhando a fala dela. Eu já dei um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, senhor. Não estou atrapalhando, não. Eu quero apenas pedir que V. Exa. assegure a fala da Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já está assegurada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Qual o problema de ela não falar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa., se estivesse aqui desde o começo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pelo amor de Deus, vai ter um debate... Eu nem estou entrando na fala do Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... saberia que a Comissão está sendo...

A Ministra Marina Silva está sendo tratada com o mais absoluto respeito.

A divergência de um Senador não pode ser ponto de incomodação do Ministro de Estado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Perfeito, é verdade. E o respeito precede dar a ela a garantia de fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quando questionada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – V. Exa. não pode impedir isso aqui nesta Casa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quando questionada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Quando questionada, e ela vai responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... V. Exa. não tem questão de ordem.

Ministra Marina, V. Exa. tem a palavra por um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Como não tenho questão de ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A senhora tem a palavra por um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tenho questão de ordem, sim, e V. Exa. tem o direito de me ouvir aqui nesta Casa, neste Parlamento. (*Fora do microfone.*)

E não vou aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina, V. Exa. tem a palavra por um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A Ministra tem o direito de fala e de responder. (*Fora do microfone.*)

Isso aqui não é ditadura... Não estou nem entrando no mérito da fala do Senador Omar. Todos aqui têm o direito de questionar e de falar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Eliziane, a V. Exa. não tem questão de ordem.

Eu acho que o Governo Lula tem dois governos, ou três.

A sua base chega à Comissão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Dois governos ou três, não. Aqui é Parlamento. Aqui não é Executivo, aqui é Parlamento, e o Parlamento é lugar de fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, a senhora quer usar um minuto? A palavra está assegurada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – É inadmissível a forma como a Senadora é tratada no sentido de garantir a sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem a fala...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Eu não vou permitir que se transgrida esse direito de fala da Ministra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É a base obstruindo o próprio Governo.

A SRA. MARINA SILVA – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Muito obrigada.

Posso? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Já, há muito tempo.

A SRA. MARINA SILVA – Não, é que estava tendo um diálogo ali, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada.
Bem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Primeiro, eu sou uma pessoa que conhece as regras do Parlamento, e eu sei que as coisas são dinâmicas, elas mudam.

Acho que algumas coisas mudaram, mas, no debate, quando se é convidado, eu entendo que eu não posso ver que alguém atribua coisas que eu não concordo a meu respeito e eu simplesmente tenha que ficar calada. Então, com todo o respeito pelo ponto de vista contrário, eu só queria trazer algumas questões.

O Senador falou que o Estado do Amazonas é mais preservado do que o Acre, e, de fato, é – graças a Deus que é –, por vários fatores, inclusive fatores naturais, inclusive por causa da Zona Franca. Eu sempre me perfilei aqui, em todos os momentos, para defender a Zona Franca, que foi uma grande barreira de proteção à destruição do Estado do Amazonas.

No Estado do Acre, como em Rondônia e outros, veio uma saga de ocupação para transformar os antigos seringais nativos em fazendas. Foi assim que surgiu a luta do Chico Mendes, da qual eu faço parte – e me sinto muito orgulhosa de ter convivido com ele. O Acre que ainda tem floresta tem muito a ver com essa luta, Senador.

Eu não me importo se queiram imputar a mim, pelo fato de ser do Acre, eu prefiro sofrer injustiça do que praticar uma injustiça. Eu estava do lado dos que estavam preservando e, se há algo preservado ali, é porque, dos meus 18 aos meus 28 anos, eu vi morrerem seis pessoas nessa luta de proteção, para que o Acre tivesse a preservação que tem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – De fato, ele não é tão preservado quanto o seu estado, mas eu estava na fronteira de defender a preservação do Acre, a preservação do seu estado.

E, quando eu disse que 60% estão relacionados à biodiversidade, olha o que acontece em países da África, olha o que acontece em países da Ásia, olha o que acontece em países da América Latina e Caribe, principalmente países que têm uma base agrícola muito forte como é o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – ... destrói a biodiversidade e é um efeito em cadeia de prejuízo.

Com todo o respeito à V. Exa., eu não preciso me vitimizar. Os telespectadores estão assistindo, eu estou aqui na resistência e resistência eu sei muito fazer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – Agora, se quiserem atribuir que o Brasil não se desenvolve por causa da proteção do meio ambiente, este debate a gente precisa fazer com mais tempo, e a discussão é técnica, é técnica causada pela ética, a ética do cuidado com as pessoas, com o meio ambiente, com o futuro do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Ministra.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – É isso que eu quis dizer e não dizer que ninguém é mais ético do que ninguém. Não podem atribuir a mim aquilo que eu não falo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado. Na sequência...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Senador, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ela falou em mortes. Mensurar morte para mim, uma ou cem ou mil, tanto faz, é morte. A senhora viu seis pessoas morrerem. Eu vi 15 mil pessoas morrerem na cidade de Manaus por falta de oxigênio, porque a BR-319 não estava asfaltada e era época de inverno, Ministra. A senhora não me diga. Eu estava...

A SRA. MARINA SILVA – Nos 15 anos em que já estava no Governo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora vai me ouvir agora.

A SRA. MARINA SILVA – ... por que não fizeram, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ministra, eu estou lhe dizendo que não dá para mensurar, eu não estou atacando.

A SRA. MARINA SILVA – Eu não estou mensurando, estou lhe perguntando...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A senhora está dizendo que viu seis pessoas morrerem. Eu fico solidário com as famílias dessas pessoas que morreram...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu sou solidária a todas elas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... agora, eu estou dizendo para a senhora que vi morrerem 15 mil pessoas na minha cidade por falta de oxigênio, porque não tinha uma estrada para levar oxigênio! A senhora quer que eu fique passivo a tudo isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ministra, deixe-me dizer uma coisa; a senhora tem uma história, eu tenho uma história. Eu morava numa cidade no interior do Peru em que morreram 70 mil pessoas num terremoto. Eu perdi tudo, minha família, eu era adolescente, minha família perdeu tudo. Eu vi pessoas sendo enterradas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valas, porque poderia transmitir doença depois de dois, três dias, aqueles corpos todos estendidos ali. Não foi uma pessoa, não foram seis, foram 70 mil. Eu vi, na minha cidade, meu irmão morreu por falta de oxigênio, amigos meus morreram por falta de oxigênio, porque não tinha oxigênio. E a senhora está me dizendo que viu seis pessoas.

E eu digo mais: quem é que vive de extrativismo hoje ainda? Quem é que ganha dinheiro com extrativismo? Não me faça falar sobre borracha, porque vocês não chegam nem perto da exploração extrativista que o meu estado tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nem perto. Eu subsidiava o preço da borracha para que o seringueiro pudesse, além de equipá-lo, ou a senhora acha fácil o cara entrar, levar picada de cobra, levar onça nas costas?

A senhora também... A senhora é dessa região, eu sou dessa região; a senhora conhece essa região tão bem quanto eu...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, a senhora não me fale... Seis mortes; ótimo. A senhora está falando que viu seis pessoas morrerem...

A SRA. MARINA SILVA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... eu vi 15 mil pessoas morrerem!

A SRA. MARINA SILVA – Mas eu sou livre para falar, eu não estou contrapondo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Omar.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu estou dizendo que pessoas foram assassinadas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senhora, a televisão a está ouvindo. Meia dúzia de comentaristas para falar besteira sem conhecer a nossa região!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não, não é...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A televisão vai ouvi-la, sim!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – As pessoas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É, "nego" pago aí para falar...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... estão nos julgando. Elas estão nos julgando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos seguir a lista.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Quem nos julga é a história, e eu tenho paciência...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A história vai julgá-la! Já a está julgando...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Vai, com certeza.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A culpa da lei de licenciamento aprovada é da senhora!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não é!

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É sim, pela sua intransigência...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – É a sua responsabilidade e de cada um que votou aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não encha o meu... Não, não faça isso! Não faça isso!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... de cada um que votou aqui. Cada um que votou aqui que assuma a sua responsabilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A sua responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não venha botar a responsabilidade dos seus atos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, depois faça uma reunião lá da equipe do Governo e façam esse debate.

Vamos seguir a pauta desta Comissão...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Outra coisa...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Fique tranquilo. É um governo de frente ampla...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Chico Rodrigues.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – É um governo de frente ampla...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ô, ô, ô...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador... Senador Chico Rodrigues.

A SRA. MARINA SILVA – ... para evitar a (*Fora do microfone.*) ditadura, porque o senhor não se importou com ela!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa é a educação da Ministra Marina Silva...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA – Não, eu tenho educação, sim! Eu tenho educação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela aponta o dedo e...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Chico Rodrigues.

Mas eu não vou me...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O que o senhor gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Mas eu não vou me vitimizar, não.

A SRA. MARINA SILVA – ... era que eu fosse uma mulher submissa! Eu não sou!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora é sexismo, Ministra?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com todo o respeito, Ministra...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor gostaria que eu fosse, e eu não sou! Não sou! Eu vou falar!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Respeite-me, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu o estou respeitando!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Respeite-me, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor é que veio aqui falar da minha educação...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Respeite-me, Ministra. Respeite-me, Ministra...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Ah, sinceramente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ponha-se no seu lugar!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O que é isto, Presidente?! O que é isto, Presidente?!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Qual é o meu lugar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não venha me chamar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O que é isto, Presidente? Que desrespeito!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Qual é o meu lugar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra de Estado!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Qual é o meu lugar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra de Estado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que desrespeito é esse com a Senadora, com a Ministra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, V. Exa. está me chamando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que absurdo! Que absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, V. Exa. está atribuindo este Presidente como sexista...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Não sou sexista!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que absurdo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Chico Rodrigues.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que absurdo! Ponha-se o senhor no seu lugar, Presidente!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Qual é o meu...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra de Estado.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – É isso! Então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ponha-se o senhor...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... Meio Ambiente. Eu sou Ministra do Meio Ambiente da República Federativa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Que desrespeito com a Ministra!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. veio a esta Comissão para tumultuar...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não, eu estou aqui para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, senhor! Que absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu... Perdoe-me.

V. Exa. está debatendo com um aliado do Governo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isto aqui é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... por quem eu tenho o maior respeito. Permiti as falas aqui...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não... É uma frente ampla! É uma frente ampla.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, eu tratei todos os Ministros do Governo que vieram a esta Comissão com o maior respeito.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Isso; então, eu espero o mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está aqui a base do Governo...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu espero o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu a estou tratando com a mesma dignidade...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu espero o mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não a estou tratando com diferença...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu espero o mesmo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, na pasta de V. Exa., as posições, inclusive, de membros do Governo são posições diferentes, divergentes!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – São diferentes, como é na democracia...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, não atribua ao Presidente desta Comissão a divergência, com todo o respeito!

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não venham dizer que o voto de quem votou é responsabilidade minha!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador... Senador Chico Rodrigues.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – As pessoas elegem alguém, e alguém vem dizer que votou...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina Silva...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... por vingança! Quem ganha o voto do povo tem que assumir a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina Silva...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... pelas decisões que toma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se V. Exa. quiser continuar fazendo discurso, nós vamos trazer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Chico Rodrigues.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não tem problema! Foi isto que eu disse para o senhor: eu não me preocupo com as próximas eleições...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós vamos fazer mais uma audiência aqui...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – ... eu me preocupo é com as futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos fazer mais uma audiência para a gente continuar o debate aqui por mais tempo.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Pode ... à vontade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, da próxima vez não vai ser audiência nem convite: vai ser convocação!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos convocar, vamos fazer uma convocação.

Bora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Chico Rodrigues.

A SRA. MARINA SILVA – Isso. (*Fora do microfone.*) Pode convocar, não tem problema!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Fala, fala! Grita aí!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente Marcos Rogério, paciência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Vamos ter todo mundo paciência, tranquilidade; vamos acalmar os ânimos.

Na verdade, eu recebi no meu gabinete uma indicação de audiência pública interativa que diz o seguinte: "[...] [a Ministra Marina Silva] prestar informações sobre estudos e reuniões realizadas para a criação de Unidade de Conservação marinha na margem equatorial, constante da segunda atualização de áreas e ações prioritárias para conservação do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima. Isso foi o que recebi aqui da audiência pública da Ministra Marina Silva.

Obviamente, o Parlamento tem todo o direito de apresentar as suas demandas, muitas vezes, reprimidas, em relação a temas de uma área tão diversa como é a questão do meio ambiente. Lógico que aqui deve ser discutido, e temos que ter unidade no essencial, apenas isso, que é exatamente o convite à Ministra para responder sobre essas questões que aqui estavam alinhadas.

Eu queria também parabenizar o Senador Lucas Barreto pela preocupação e pela luta intermitente dele em relação a esse tema da margem equatorial. Nós sabemos que foi um assunto que se arrastou por dias, por meses, para que se pudesse efetivamente ter uma definição do Ministério do Meio Ambiente, através do Ibama, as concessões das licenças para pesquisa, nem ainda para exploração. Obviamente, cada coisa no seu tempo, e as coisas estão acontecendo de uma forma muito tranquila. As sugestões foram apresentadas aqui à Ministra.

Sinceramente, no meu entendimento, esta foi a melhor vinda da Ministra ao Senado, às Comissões do Senado. Até a metade desta audiência, antes que os ânimos se exaltassem, ela foi realmente reconhecendo alguns avanços, algumas mudanças. Lógico, depois as coisas passaram para outro ponto, e a opinião pública brasileira está avaliando cada um de nós.

Eu diria, Ministra, que o Ministro Renan Filho, na verdade, o Dnit, especialmente, que está na dele pasta, tem se preocupado porque mais de 55 mil quilômetros de rodovias estão em processo de regularização ambiental e, desses, apenas 7.700km já estão com licenças para executar todas essas obras que são necessárias para o desenvolvimento do país.

Ministra Marina Silva, há algumas questões que, na verdade, nos afligem. Por exemplo, a margem equatorial foi uma discussão apresentada; a BR-319 se transformou numa grande polêmica – e ela é fundamental e é necessária para os Estados do Amazonas e de Roraima como fator de integração nacional –; a exploração de petróleo e gás na nossa Bacia do Tacutu, lá no Estado de Roraima, que é apenas a licença para a pesquisa; a Ferrogrão; Angra 3; a criação de reservas que, na verdade, não tem paradeiro; a pavimentação da BR-135 e da 242.

E os números, Ministra, que são divulgados pela grande imprensa, são de que há aproximadamente R$1 trilhão, em mais de 5 mil obras, prejudicado pela demora das licenças ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que o Ministério tem critérios, o Ibama, obviamente, tem as suas peculiaridades, mas nós que defendemos e votamos favoravelmente ao PL 2.159, da Lei de Licenciamento Ambiental, entendemos que é um novo momento para que nós possamos, de uma forma cuidadosa, ordenada, ponderada por todos aqueles que fizerem a sua autodeclaração na execução de obras, nós temos certeza de que, pelo menos, o objetivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... de tudo é o compromisso com a preservação ambiental, inquestionavelmente, e é por isso é que o nosso país ainda hoje é um dos que têm maior preservação ambiental do planeta. Então, isso fica bem caracterizado.

Não vamos tirar, jamais, o mérito de V. Exa., que é uma defensora intransigente, dedicada, estudiosa, reconhecida das questões ambientais, mas nós precisamos exatamente não de flexibilizar, porque flexibilizar parece afrouxar, mas nós precisamos, na verdade, que critérios possam ser utilizados no sentido de que o nosso país, que tem uma possibilidade de investimentos e crescimento gigantesco para beneficiar a população brasileira, possa, efetivamente, através dessa condução do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, facilitar essas licenças, licenças de pesquisa e, obviamente, *a posteriori*, de exploração para que nós tenhamos a possibilidade de ver, realmente, essas questões ambientais bem-cuidadas, como estão sendo, mas sem radicalismo.

Portanto, eu gostaria que V. Exa. fizesse apenas uma observação em relação a essas questões de rodovias, de licenças, etc...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... de uma forma resumida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra, Ministra Marina.

A SRA. MARINA SILVA (Para expor.) – Primeiro, eu fico...

Qual é o tempo? Cinco minutos, não é?

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu fico pensando: o trabalho da pasta de Meio Ambiente, que é o meu lugar, defender meio ambiente, este é o meu lugar, é um lugar que eu ocupo não por ser Ministra, mas por ter compromisso com essa agenda desde que me entendo por gente. E talvez eu só esteja no ministério porque tenho esse compromisso e essa prática. Então, o meu lugar, em primeiro lugar, é o de defender o meio ambiente. E, ao defender o meio ambiente, eu estou defendendo o combate à pobreza, ao defender o meio ambiente, eu estou defendendo o agronegócio, ao defender o meio ambiente, eu estou defendendo a indústria, ao defender o meio ambiente, eu estou defendendo os interesses estratégicos do Brasil, porque, hoje, tudo passa pelo meio ambiente. Esse é o meu lugar.

A outra coisa: as licenças na nossa gestão aumentaram significativamente, mesmo em comparação com governos que diziam que iam arrebentar a porteira. Posso dizer uma coisa:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre 2023 e 2025, já foram cerca de 1.250 licenças. Das mais de 200 licenças dadas, mais da metade são para a Petrobras; só que licença dada não é enxergada, só são enxergadas aquelas que nós pedimos para que melhorem os projetos.

Imaginem os senhores: se não fosse o Ibama, o centro de proteção e cuidado com a fauna oleada, da perfuração para prospecção, lá no Amapá, iria ficar a 800km de distância. Quem fez com que fosse construída uma base? O Ibama. Se tivesse feito vista grossa, se tivesse "ido para a galera" o Ibama, "vamos fazer como rende aplauso", o centro ia ficar lá no Estado do Pará e não lá próximo do lugar que deve ficar para, se tiver um acidente, proteger a fauna oleada. A decisão é técnica: o Ibama não dificulta nem facilita, ele cumpre com as regras, mas, infelizmente, se não tiver as regras, aí não tem como proteger a floresta, o meio ambiente, os recursos hídricos, nada.

Agora, o que eu não posso aceitar, e aí dialogando com V. Exa., todos esses empreendimentos o Presidente Lula mandou encaminhar para estudos, todos: Ferrogrão, Margem Equatorial, Angra 3, 319. Não é estudo acadêmico, tem que se fazer um estudo que dialoga com o empreendimento, e nós, inclusive, dissemos que era preciso que fosse feita avaliação ambiental estratégica para a 319, a Ferrogrão e o que for, e a avaliação ambiental para a área sedimentar para exploração de novas frentes de exploração de petróleo.

O Ministério do Meio Ambiente faz a sua parte, porque tem que ser um processo conjunto do ministério com o ministério da área de infraestrutura, e nós estamos o tempo todo à disposição, aliás, já estamos fazendo, no caso da 319, agora, com o Ministro Renan, que é o que nós temos dito desde sempre, desde sempre, mas, às vezes, eu me sinto como João Batista: pregando no deserto, porque eu falo, falo aqui que a gente tem que fazer uma série de pré-requisitos e a leitura em seguida é: "É contra, é contra".

Ora, o fato de você dizer que para fazer tem que cumprir com as regras, isso é ser contra? Quem é que está sendo contra? Eu, que digo que pode fazer com as regras, ou os que querem fazer sem regras? Contra as regras? É isso que está em debate aqui.

Então, Senador...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... agradeço pelas suas palavras e, com certeza, eu sou de luta e de paz, sou as duas coisas; agora, eu não posso admitir que as pessoas atribuam a mim coisa que eu não disse, afirmação que eu não fiz ou que venham desqualificar o nosso trabalho, dizendo que é uma questão ideológica.

O Ministério do Meio Ambiente trabalha com muita ciência, muita ciência para poder fazer o que a gente faz. É preciso muita ciência para poder reduzir desmatamento em 46% na Amazônia, 32% no país inteiro, depois de um Governo que desmontou a agenda ambiental brasileira. É preciso muita ciência para que a gente possa fazer a transposição do São Francisco e derrubar todas as liminares que tentaram para não fazer a transposição. É porque nós fizemos da forma certa, do jeito certo.

É preciso muita ciência para poder fazer a BR-163 como nós fizemos. Foi com avaliação, ouvindo a comunidade local, os cientistas e o setor empresarial. E alguém me perguntou: "Já conversou com os empresários"? Sim, o tempo todo. Inclusive o desmatamento, que caiu, no Cerrado, que estava desenfreado... Nós fizemos uma reunião com várias pessoas que são do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio da região do Matopiba para mostrar dados científicos de que a vazão do rio ali está diminuindo em 19 mil metros cúbicos por segundo. O lençol freático está baixando e nós poderemos estar tendo um voo de galinha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – ... se não frearmos o desmatamento. E esses empresários entenderam que nós fazemos o nosso trabalho com técnica e ética.

Eu não fico postando "Reuni com o empresário tal", "Olhem como eu sou isso, como eu sou aquilo". Nós fazemos o nosso trabalho, o nosso trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – ... baseado no que há de maior compromisso ético, técnico e de acordo com o que está na lei.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Muito obrigada pela oportunidade que o senhor me deu para que eu pudesse falar e, inclusive, poder dizer aqui para os que me convidaram que quem aumentou o tom foram os meus anfitriões. E, obviamente, eu sou uma mulher que, como disse, sou de luta e sou de paz, mas nunca vou abrir mão da luta. Não é pelo fato de ser mulher que eu vou deixar que as pessoas atribuam a mim coisas que eu não disse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na sequência, Senador...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Presidente, só uma última questão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para expor.) – Acho que essa pode ser gloriosa.

Ministra, para quebrar, inclusive, essa resistência que houve ao longo de sua apresentação, eu só queria que V. Exa. respondesse: através dessas licenças ambientais concedidas, agora sai a BR-319?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que o próximo orador inscrito é o Senador Plínio Valério, lá do Amazonas.

Eu vou assegurar a palavra ao Senador Plínio Valério.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Ele me fez uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou assegurar a palavra.

A SRA. MARINA SILVA – Não existe licenciamento antecipado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele...

A SRA. MARINA SILVA – Não existe licenciamento antecipado. Os técnicos estão analisando. Tem uma licença que foi dada de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos lá. Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – A licença prévia foi dada. Agora tem outras fases, porque a licença é um processo faseado.

Agora é fundamental que tenha a governança...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – ... senão nós vamos abrir uma chaga no coração da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, vamos tentar avançar, porque senão a gente vai ficar aqui apenas...

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para expor.) – Ministra Marina, que bom reencontrá-la!

E, ao olhar para a senhora, eu estou vendo a Ministra. Eu não estou falando com a mulher, eu estou falando com a Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor está falando com as duas coisas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, eu estou falando com a Ministra.

A SRA. MARINA SILVA – O senhor está falando com as duas coisas, que o senhor disse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Porque a mulher merece respeito e a Ministra, não. Por isso que eu quero separar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra, vamos assegurar...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A mulher merece respeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos assegurar...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos assegurar a palavra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não provoque!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, não provoque!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Por que o senhor não me respeita como Ministra?
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.
O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, não provoque!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.
A SRA. MARINA SILVA – O senhor que disse que queria me enforcar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Aí eu vou fazer uma questão de ordem.
A SRA. MARINA SILVA – O senhor que disse que queria me enforcar.
O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos...
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir ao Plenário...
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.
A SRA. MARINA SILVA – O senhor que disse que queria me enforcar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, não. Não é vitimizar não. Espera aí!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Foi o senhor que diz que queria me enforcar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente. Presidente, uma questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir...
O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Rogério. Rogério, só um pouquinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, é só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Deixe-me fazer... Permita-me...

Não vamos polemizar mais não!

Deixe-me fazer um apelo.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Não é polemizar. Já disse que queria me enforcar, agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Disse. O senhor disse.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra... Vamos colaborar todos. Vamos ter todos espírito colaborativos.

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Agora, se eu dissesse que não respeito o senhor, como o senhor reagiria?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu respeito o senhor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, não, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Deixe-me lhe fazer um apelo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, não, mas deixe-me pedir, a fazer a...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu posso assegurar a palavra a V. Exa., mas eu acho que não vai...

Eu queria fazer um apelo a todos os Senadores. Eu queria fazer um apelo a todos os Senadores. Eu sei que esse tema é um tema que desperta, obviamente, posições as mais diversas possíveis. Nós já estamos caminhando para a reta final dos Senadores inscritos. Vamos tentar manter um ambiente de urbanidade, de respeito.

Posições firmes são naturais no Parlamento. Não se pode confundir posições firmes com ofensas pessoais, com ataques pessoais, mas de lado a lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por isso é que eu separei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não se pode ter nem de lado nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, V. Exa. tem a palavra para a questão de ordem, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente, eu acho que o debate político pode ser caloroso, nele se pode expressar as divergências, pontos de vistas. Agora, manifestação de desrespeito é inaceitável.

Quando alguém... Quando alguém começa... (*Palmas.*)

... um debate dizendo "eu respeito a mulher, mas não respeito a Ministra"... Isso não cabe num debate institucional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Por favor, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sem manifestações, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... num debate institucional, que é o que está sendo feito aqui. Como também não cabem as ilações sobre quem é Governo e quem não é Governo. Aqui, as pessoas não podem ser definidas pela sua posição e, sim, pela condição de Senador. Então, eu queria recolocar essas duas questões, porque elas são fundamentais. Se não houver respeito do Senador, eu vou pedir que a Ministra se retire por falta de respeito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Deixa eu explicar, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Rogério, agradeço a V. Exa. Peço ao conjunto dos Senadores, mas eu vou pedir novamente, respeito de parte a parte, de parte a parte.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Rogério Carvalho, quando eu disse...

A SRA. MARINA SILVA – Quer dizer que eu o desrespeitei?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cabe ao Senadores respeitar...

A SRA. MARINA SILVA – Eu não desrespeitei ninguém, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora... Ministra...Eu não quero voltar ao tema.

A SRA. MARINA SILVA – O Senador já disse sente vontade de me enforcar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Numa outra vez, ele disse...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora, mas V. Exa. está provocando novamente.

A SRA. MARINA SILVA – Eu não estou provocando, ele é que disse que não me respeita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou fazer um apelo a V. Exa. V. Exa., agora há pouco, me atribuiu a pecha de apoiador de ditador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é para isso, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. disse agora há pouco. Se isso não é ofensa, se isso não é...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu quis separar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou apenas pedindo... Senador Plínio, por favor.

Eu vou apenas restabelecer a ordem para darmos sequência.

Cada um dos Senadores terá a palavra...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Então, como eu estou convidada como Ministra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cada um dos Senadores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Como eu estou convidada como Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cada um dos Senadores...

A SRA. MARINA SILVA – ... ou ele me pede desculpa ou eu vou me retirar.

Porque eu fui convidada como Ministra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cada um dos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA – Se, como Ministra, ele não me respeita, eu vou me retirar. O senhor me peça desculpa, eu permaneço.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora... Ministra...

A SRA. MARINA SILVA – Se não pede desculpa, eu vou me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se V. Exa. quiser se retirar, V. Exa. pode se retirar.

A SRA. MARINA SILVA – Não, ele... Vocês me convidaram como Ministra.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não vou pedir desculpa.

A SRA. MARINA SILVA – Não foi como mulher.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não faça isso, Ministra. Quando eu separei...

A SRA. MARINA SILVA – Faça um pedido de desculpa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... é porque não tenho nada contra a mulher. Eu dizia isso é da Ministra, foi isso que eu quis dizer aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Se vocês me convidaram como Ministra, têm que me respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministra Marina Silva...

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu me retiro porque eu não fui convidada por ser mulher.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora está acreditando quando diz que eu sou psicopata? A senhora está acreditando na sua afirmação?

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor é que disse que sentia vontade de me enforcar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A senhora disse que eu sou psicopata. Está com medo de mim?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está com medo de mim, Ministra?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está com medo?

A SRA. MARINA SILVA (*Fora do microfone*.) – O senhor, não eu!

O senhor se denunciou!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está com medo de mim, Ministra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Ministra se retira.

Esta Comissão pautará, na próxima sessão, a convocação da Ministra de Estado do Meio Ambiente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço V. Exa., Senador Plínio, e suspendo a sessão por dois minutos para reorganizar a pauta deliberativa. (*Pausa.*)

Como são duas sessões, a sessão de audiência pública e a sessão deliberativa, declaro encerrada a sessão de audiência pública, agradecendo a presença dos Srs. e das Sras. Senadoras.

(*Iniciada às 09 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Srs. Senadores, eu vou apenas comunicar ao Plenário que nós teríamos uma sessão deliberativa agora, mas me foram feitos alguns apelos, dos Relatores em relação às matérias que estão na pauta, para a gente poder redesignar para a próxima reunião da Comissão.

Então, eu, dentro desse ambiente de acordo que a gente tem estabelecido aqui na Comissão de Infraestrutura, estou acolhendo os apelos e, portanto, sobrestando a pauta de hoje para a nossa próxima reunião.

Dessa forma, fica encerrada também a reunião deliberativa do dia de hoje.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 12 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Beto Faro, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Zenaide Maia e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3178, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4524, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3614, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto (*Ad hoc*), substituiu Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4562, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.678, de 19 de maio de 2008, para denominar os trechos que especifica da rodovia BR-158; e revoga as Leis nºs 13.597, de 8 de janeiro de 2018, e 14.427, de 28 de julho de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1763, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Deputado José Pereira da Silva o viaduto localizado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Km 102 da rodovia BR-459, no trecho do perímetro urbano do Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3069, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Antão Luiz de Melo” a variante entre o km 42,9 e o km 53,7 da rodovia BR-232, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 45, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública,em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater a Descarbonização do Transporte Marítimo Global e os desafios para o Brasil, após a reunião do Comitê de Proteção do Meio-Ambiente Marítimo (MEPC) da International Maritime Organization – IMO (Organização Marítima Internacional)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Lido e aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 46, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Senhor Fabricio de Oliveira Galvão, informações sobre o andamento das obras na ponte sobre o Rio Jequitinhonha – BR-101/BA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Lido e aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 47, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Senhor Fabrício de Oliveira Galvão, informações a respeito da situação da ponte sobre o Rio Candeias – Município de Candeias do Jamari/RO." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Lido e aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 48, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública a fim de instruir o PL 4.607/2024 e debater os impactos da elevação da alíquota do Imposto de Importação de 9,6% para 25% em decorrência da Resolução GECEX Nº 666/2024." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Lido e aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 49, de 2025** que: "Requer que seja incluído na Audiência Pública, objeto do REQ 48/2025 - CI, com o objetivo de instruir o PL 4607/2024, um representante da fabricante brasileira Sengi Solar." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Lido e aprovado. **Observação:** Houve a inclusão, oralmente, do Secretário do Desenvolvimento Industrial, Uallace Moreira Lima. Fazem uso da palavra o(a)s Senadores(as) Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Jayme Campos, Fernando Dueire, Sérgio Moro. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/10

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de junho de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso 460, de 2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de acompanhamento, promovido pelo tribunal, das ações dos órgãos e entidades públicas do setor elétrico em resposta à crise gerada pela pandemia da covid-19;

- Ofício 016, de 2025, da Associação Nacional dos Engenheiros e Analistas em Infraestrutura de Transportes do Dnit, que solicita apoio para a modernização da gestão de pontes no Brasil;

- Ofício 022A, de 2025, da Associação dos ex-Empregados do Sistema Petrobras, BR e Liquigás, que encaminha proposta de criação de grupo de trabalho no Governo Federal para a política integrada de distribuição, empreendimentos, infraestruturas de apoio ou sobre outras demandas relativas à exploração da Margem Equatorial no Estado do Amapá;

- Ofício 59, de 2025, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, que encaminha o Requerimento nº 56, de 2025, de autoria do Vereador Ailton Gomes, informando sobre a solicitação para que o Ministério dos Transportes interceda junto à concessionária da Rodovia BR-153, a fim de solucionar problemas relatados naquela rodovia;

- Ofício 90, de 2025, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, que encaminha o Requerimento nº 36, de 2025, de autoria do Vereador Prof. Sebastian – ou "sebastián" –, solicitando documentos e informações a respeito da aprovação do Projeto de Lei 2.001, de 2015, que autoriza o transporte intermunicipal e interestadual de estudantes por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículos mantidos e adquiridos pelos entes federados por meio dos programas instituídos pela União para transporte escolar;

- Ofício 70, de 2025, da Câmara Municipal de Sabino, São Paulo, que informa sobre a aprovação do Requerimento nº 26, de 2025, de autoria do Vereador Fernando Peres, solicitando que o Ministério dos Transportes interceda junto à concessionária da Rodovia 153, a fim de solucionar problemas relatados naquela rodovia.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, conforme pauta previamente publicada.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só chamar a atenção e pedir, de alguma forma, precedência para o Requerimento nº 7, que demanda marcar-se uma nova reunião para dar sequência a um assunto de que nós vimos tratando desde o ano passado, que é o combustível marítimo e as suas consequências.

Então, eu pediria que V. Exa., dentro de outras prioridades que haja, desse prioridade ao Requerimento nº 7, que autoriza o agendamento e permite que outros Senadores que quiserem acrescentar alguém mais para participar o façam depois da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É o item 7.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. (*Pausa.*)

Nós tivemos, em abril, a reunião do IMU, International Maritime Organization...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... estabelecendo diretrizes sobre o novo combustível marítimo, com as suas repercussões sobre a nossa logística. Como a maior parte do país fica no Hemisfério Sul, as nossas rotas marítimas são as mais longas, porque o intercâmbio é constante com o Hemisfério Norte, inclusive na Ásia, quer dizer, não apenas no lado ocidental, mas no lado... Ou seja, mesmo no comércio com o Extremo Oriente, nós temos sempre as rotas mais longas. E essas consequências que estão sendo apreciadas pelos representantes que eu propus aqui... Certamente os Senadores que desejarem debater o assunto...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... terão, aprovado o requerimento, a possibilidade de adicionar algum outro representante de outro polo de interesses.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é para uma audiência pública em conjunto com a CAE e com a CRE – as três Comissões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São três Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se não, não havendo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na verdade, quem está acompanhando esse assunto mais de perto, porque tem embaixadores...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... é o Ministério de Relações Exteriores, mas o Ministério de Portos e Aeroportos, o Ministério da Indústria e Comércio e o de Minas e Energia, de alguma maneira, têm interesse e terão que administrar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Não havendo divergência com relação à inversão de pauta iniciando pelo item 7, eu vou fazer a leitura, apregoar o item, e, na sequência, voltamos à sequência da pauta conforme anunciada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para os Requerimentos 10 e o 11, subsequentes, já solicitam o... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o 10 é sobre a alíquota de importação do Senador Moro, é a questão das placas solares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É, mas isso fica para...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou fazer na sequência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou, vou apregoar o 7 e depois eu volto e faço a votação em globo dos demais. está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é um pedido autônomo em relação ao meu?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ao 7, perfeitamente.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 45, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de debater a Descarbonização do Transporte Marítimo Global e os desafios para o Brasil, após a reunião do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comitê de Proteção do Meio-Ambiente Marítimo (MEPC) da International Maritime Organization – IMO (Organização Marítima Internacional).

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

A autoria do requerimento é do Senador Esperidião Amin, a quem indago se gostaria de acrescentar algum argumento, posto que já o fez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Para acrescentar... Mas eu, antes de falar *maritime*, consultei o nosso astronauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Professor dos assuntos espaciais.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Entre outros.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Entre outros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E ele me disse o seguinte: "Sempre que você tiver dúvida, faz proparoxítona e toca...".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí dá tudo certo. Eu não fiz a mesma coisa.

Em votação o requerimento. A votação será simbólica; em votação.

Os Srs. e as Sras. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Voltamos ao item 1 da pauta.

O item 1 da pauta é um relatório de minha autoria.

Senador Marcos Pontes, se V. Exa. puder assumir a Presidência e apregoar o item, eu farei o relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3178, DE 2019
- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 09/12/2019, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Em 07/02/2020, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador José Serra (PSDB/SP).

Com a palavra o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Agradeço, Senador Marcos Pontes, pela designação para a leitura desse relatório.

Eu vou deixar de ler aqui o relatório, posto que já é uma matéria por todos conhecida, e passarei direto à leitura do voto.

Apenas fazendo aqui algumas considerações, ao longo desses últimos dias, na condição de Relator dessa matéria, eu fui procurado por diversas entidades e alguns Senadores no sentido de que eu retirasse a matéria de pauta para a oferta de sugestões, de emendas, de acréscimos a essa proposta. E eu confesso que acolhi os pedidos que me foram feitos, mas as sugestões não chegaram. Então, eu estou apenas registrando isso aqui para que todos aqueles que acompanham essa matéria saibam que todas as concessões no sentido de estar aberto ao diálogo e ao acatamento de sugestões foram feitas, mas as sugestões não chegaram ao longo desses últimos quase 40 dias. Por isso, vou fazer a leitura do relatório no dia de hoje.

De acordo com o inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura opinar sobre o mérito de matérias relacionadas a minas e recursos geológicos, entre as quais se inclui o objeto do projeto de lei em análise.

A revogação, pela Lei nº 13.365, de 2016, da obrigatoriedade de a Petrobras ser o operador único no regime de partilha de produção contribuiu para destravar os leilões no pré-sal, haja vista que, até então, havia sido realizado apenas um leilão, o do Campo de Libra, em 2013.

Sob a égide da nova regra, foram realizadas mais cinco rodadas de licitação entre 2017 e 2019, nas quais a União apontava os blocos a serem ofertados. Os resultados dos leilões podem ser considerados muito bons até a 5ª Rodada, com a maioria dos blocos ofertados sendo arrematados com ágio substancial. Entretanto, a 6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, realizada em 7 de novembro de 2019, apontou para o esgotamento do modelo adotado. De cinco blocos ofertados, apenas um veio a ser arrematado, sem disputa, pois um único consórcio apresentou lance. Nessas condições, obviamente, não houve ágio.

Não se pode dizer que a queda do interesse das petroleiras pelos blocos do pré-sal foi totalmente inesperada. Afinal, os blocos mais promissores já haviam sido arrematados em rodadas anteriores e o horizonte para as petroleiras começava a tornar-se bem mais desafiador com o recrudescimento dos esforços internacionais para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Nesse contexto de menor atratividade dos leilões, passou-se a adotar, seja no regime de concessão, seja no regime de partilha de produção, licitações no formato de Oferta Permanente, que consiste na oferta contínua de blocos exploratórios, inclusive de campos devolvidos ou em processo de devolução. No caso da Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP), ou seja, de blocos na área do pré-sal ou em áreas estratégicas, cabe ao Conselho Nacional de Pesquisa Energética definir os parâmetros a serem adotados para cada campo ou bloco a ser licitado.

O 1º e o 2º Ciclos ocorreram, respectivamente, em 2022 e 2023. Atualmente, novas versões do edital e dos contratos, que contempla 14 blocos, estão em revisão por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de consulta e audiência públicas realizado pelo Ministério de Minas e Energia. Os resultados alcançados anteriormente já nos processos realizados, infelizmente são bem inferiores aos obtidos nas 2ª a 5ª Rodadas de Licitação, tanto em relação à proporção de blocos arrematados, quanto em termos de bônus de assinatura e/ou ágio de excedente em óleo da União. Na primeira rodada, de onze blocos ofertados, apenas quatro foram arrematados. Já na segunda, um único bloco foi arrematado dos cinco ofertados.

Esse esvaziamento das licitações de partilha de produção inevitavelmente terá impacto na produção de petróleo e na arrecadação das participações governamentais no regime de partilha de produção à medida que os campos licitados na década passada entrarem em declínio. De fato, projeções da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) indicam a queda da produção dos contratos de partilha a partir de 2030.

Para reverter a futura queda da produção nacional, o Governo busca expandir a exploração petrolífera para novas bacias sedimentares, como a Bacia da Foz do Amazonas e a Bacia de Pelotas. Entretanto, há ainda, na área do pré-sal, blocos a serem explorados, mas que não são arrematados, apesar de já terem sido ofertados, alguns mais de uma vez, por não serem economicamente atrativos no regime de partilha de produção. Para contornar esse obstáculo, o projeto de lei autoriza que blocos do pré-sal de menor potencial produtivo sejam licitados no regime de concessão. Portanto, o regime de produção no pré-sal será escolhido caso a caso, em vez da obrigatoriedade da adoção do regime de partilha de produção previsto na legislação atual.

Se a mudança de regime de outorga de partilha de produção para concessão viabilizar o aproveitamento desses blocos hoje encalhados, ganham todos: União, estados, Distrito Federal e municípios, que receberão mais participações governamentais e tributos; trabalhadores terão mais empregos e renda; empresas de petróleo, indústria e prestadores de serviço terão maiores receitas. Enfim, todos se beneficiarão com a transformação do petróleo enterrado em riqueza.

Outra modificação introduzida pelo projeto de lei é o fim do direito de preferência da Petrobras no regime de partilha de produção. Pela legislação vigente, se a Petrobras exercer o direito de preferência e seu lance no leilão for superado, a estatal pode aderir ao consórcio vencedor na condição de operador e com participação de 30%. Essa prerrogativa estimula o comportamento oportunista por parte da Petrobras, que pode oferecer um lance mais baixo do que julga compensador.

Nessas condições, caso seja vencedora, arremata o lote com um lance menor do que estaria disposta a oferecer em condições de igualdade de concorrência, caso sua oferta seja superada, e aí poderá simplesmente aderir ao consórcio vencedor. É uma regra de leilão, no mínimo, contraproducente, pois boas regras de leilão devem estimular os concorrentes a apresentarem os maiores lances possíveis. O impacto negativo da preferência da Petrobras na competitividade dos leilões, ao fim e ao cabo, implica a redução das participações governamentais.

Em síntese, o PL veicula modificações da legislação do petróleo que permitirão o aumento da produção e das participações governamentais em relação ao marco regulatório atual.

Com relação às emendas apresentadas na legislatura anterior, fazemos as seguintes considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão tratada pela Emenda nº 1 foi superada. Na atualidade, não se verificam óbices regulamentares à contratação pela Petrobras, com a agilidade necessária, de equipamentos e serviços para o desenvolvimento dos campos de petróleo arrematados por consórcios do qual ela faça parte, seja no pré-sal, seja em outras áreas.

Quanto à Emenda nº 2, ao manter o direito de preferência da Petrobras, permite que subsista um formato de licitação que tende a reduzir o quinhão do Estado na renda petrolífera, o que reduz os recursos disponíveis para investimentos em saúde, educação e outras áreas prioritárias para a população brasileira.

Voto.

Ante os motivos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.178, de 2019, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Eu só gostaria, antes de abrir a discussão, de colocar um comentário sobre isso aí. Esse projeto de lei foi do Senador José Serra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E eu pedi para desarquivar no início da nossa legislatura, pela importância que ele tem. O Brasil tem petróleo, tem muito petróleo. Tem uma riqueza muito grande. Tem que se lembrar que, todas as vezes que falamos sobre isso, existem muitas preocupações ambientais, mas é bom lembrar que nós temos tecnologia também das melhores do planeta para que nós possamos explorar esse petróleo e trazer a riqueza para o país. Esse projeto de lei melhora muito, como tem sido feito atualmente com relação às licitações, tudo o que se tem para partilhar esse petróleo, trazendo vantagens para o Governo.

Então, eu achei um projeto excelente, por isso que eu pedi para desarquivar, e eu fico feliz que ele esteja em andamento.

A matéria está aberta à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado.

Devolvo a Presidência ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas antes de retomar a condução dos trabalhos, eu queria fazer um registro de agradecimento ao conjunto dos Senadores e das Senadoras, que, pela compreensão da relevância do tema, aprovaram o relatório que apresentei com relação a esse projeto.

E eu queria aqui, da mesma forma como V. Exa. fez o registro quanto à autoria desse projeto, endereçada ao Senador, sempre Senador José Serra, também eu destacar a iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador José Serra com relação a esse projeto, que aperfeiçoa um marco legal que trata da questão da exploração de petróleo no Brasil, que ainda é um tema desafiador para todos nós. Veja que nós estamos diante agora de um novo debate, de um novo impasse com relação à Margem Equatorial, que me parece que, há pouco tempo, há indicativo de que vai avançar, pelo menos em certa medida, mas não sei se logo adiante vamos ter um novo impasse, porque está em discussão ali a criação de reservas em bloco, que vão estar, me parece, dentro dessa área, justamente nesse espaço de exploração. Mas esse é um tema para ser revisitado logo adiante.

É um projeto que tenta destravar uma pauta que é importante para o Brasil. Como eu disse, vários colegas, até instados que foram por algumas entidades e grupos de interesses em relação a essa matéria, me solicitaram aqui adiamento para a composição de texto, a oferta de ajuste. E, com exceção de uma única emenda que nós recebemos, de uma única sugestão, que foi da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado e que trata da questão da Margem Equatorial... Eu aqui, nesse particular, não adotei, não acolhi a emenda encaminhada, a sugestão – porque não foi nem uma emenda, foi uma sugestão direta ao Relator –, visto que essa matéria ainda vai ao Plenário do Senado Federal. E, nesse tema, no momento em que está a discussão da questão da Margem Equatorial, não tem pertinência, não tem cabimento avançar na direção que foi sinalizada pela frente parlamentar. Mas eu não estou fechando a porta. Nós ainda teremos a oportunidade de trabalhar esse tema até a votação final no Plenário do Senado Federal ao passo em que os temas da Margem Equatorial também estão avançando com muita demora, com muita lentidão. Parece-me, Senador Zequinha, que há uma luz no horizonte a destravar aquilo que é um anseio muito antigo do Estado do Amapá e do Estado do Pará, que são os dois estados mais diretamente interessados nessa matéria, mas é um assunto que interessa ao Brasil.

Então, é apenas para fazer esse registro de que fiz aqui, ao longo desses últimos dias, todas as concessões para que a gente pudesse coletar as sugestões de aperfeiçoamento e de mudanças em relação a essa matéria.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não me foram apresentadas outras, com exceção dessa da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, que deixei de acolher neste momento, mas não significa que, um pouco mais adiante, a gente não possa revisitar a sugestão apresentada.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Por favor, Presidente, pela ordem.

Só para informar... Eu quero aqui aproveitar para pedir aos Parlamentares, principalmente os da Região Amazônica, amigos de todos os estados que queiram ajudar: vamos assinar o apoio e a participação na Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial. Na frente, cabe todo mundo e, especialmente, quem está mais perto da região. Eu tenho certeza de que o interesse é maior, porque esse é um projeto que não é bom só para o Norte, é bom para o Brasil, faz parte da agenda da Petrobras no Brasil, não é? Se a gente não avançar com isso, daqui a pouco tempo nós não teremos condições mais de ser, digamos, autossuficientes na exploração de petróleo para o atendimento da nossa frota. Então, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido que eu faço aqui a todos os colegas: por favor, apoiem e façam parte da Frente Parlamentar em Defesa da Exploração de Petróleo na Margem Equatorial.

Agora, só uma coisa que me acendeu uma luzinha amarela ontem: nessa região, a Ministra Marina quer fazer uma reserva ambiental marítima, um parque ambiental. A COP está chegando, e é na região lá de Belém. E, ontem, quando vi o jornal cedo, o discurso dos países envolvidos nesse tema agora é focado não mais no desmatamento, mas na questão dos oceanos, e a língua que a Marina fala é essa.

Então a gente precisa muito avançar na questão da decisão do Ibama, do Governo Federal, de todo mundo com relação a isso, porque, como a Ministra Marina já reuniu com a USP, já reuniu com não sei quantos cientistas e planejam um parque marinho que começa na divisa da Guiana e vai subindo até a divisa das águas do Piauí com o Ceará – um negócio assim, mais ou menos 35 milhões de hectares de lâmina de água –, isso engessa de uma vez por todas a possibilidade de se explorar petróleo na região. Então, nós temos que trabalhar e trabalhar muito. Nós queremos pedir aqui aos colegas para nos unirmos através da frente, irmos para cima, definir rumos, porque poderemos – não estou dizendo que seremos, mas poderemos – ser surpreendidos com um decreto lá na COP, falando essa língua e engessando essa região.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra, também o Senador Marcos Pontes, vou assegurar na sequência.

Embora na fala da Ministra aqui, durante a audiência pública, ela tenha dito que a criação dessas reservas não implicaria impedimento dos licenciamentos. Agora, é sabido por todos que quando você tem um licenciamento em área não demarcada...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Área branca.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... você tem um critério. Quando você está diante de uma área de reserva, aí você tem outro critério. A saber, veja o que está acontecendo com a Ferrogrão. Veja o que está acontecendo com a Ferrogrão, lá no Estado do Mato Grosso, quase mil quilômetros de ferrovias, lá, em razão de um trecho, acho que de pouco mais de 50km, toda a trava jurídica, administrativa com o discurso de fundo, o argumento de fundo: a questão ambiental e de reserva. Porque a questão ambiental sempre vai estar presente, seja em área privada, seja em área pública. Agora, quando diante de uma situação de reserva, a régua dos detalhes técnicos impeditivos me parece ser bem mais complexa do que aquela que se verifica na atualidade.

Mas é apenas o sublinhamento de um aspecto a ser verificado um pouco mais à frente.

Senador Esperidião Amin. Na sequência, o Senador Marcos Pontes e a Senadora Margareth Buzetti.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu peço a palavra inicialmente apenas para me congratular com a iniciativa que foi de sua lavra, de desarquivar um projeto apresentado por um Senador brilhante, diferenciado, um homem público muito preparado, meu querido amigo José Serra. Acho que é um desperdício que a idade e a progressão do tempo nos prive da inteligência, do preparo, do convívio aqui no Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e na vida pública com mais intensidade. Seus escritos são sempre muito precisos e muito contributivos. E assim, então, registro aqui como um agradecimento de todos nós brasileiros à contribuição inestimável que o José Serra deu à política brasileira e ao Estado brasileiro, ao nosso país.

E a segunda colocação é compartilhar não o temor, mas a sina, os remorsos dos que utilizaram, por exemplo, um atol bonito para experimentar bomba de hidrogênio. Usaram um atol com um nome muito curioso, Bikini, para explodir bomba de hidrogênio, para experimentar. Um navio de guerra da Segunda Guerra Mundial, no mar também, explodiu um artefato nuclear. Esse pessoal agora está com remorso, olha para o Brasil e diz: "Está lá. É lá que nós vamos cumprir a penitência". Mas, na verdade, eles vão cumprir por nós; ou seja, é a terceirização da penitência do meu remorso. Essa mecânica vai se processando...

Quando nós abrimos a sala de visita para recebê-los, eles vêm aqui para depositar uma promessa que não será cumprida, de ajudar com um dinheiro que eles não vão entregar, para que o Brasil receba a carga das suas culpas e cumpra a penitência que o remorso deles alerta que é muito pesada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É exatamente isso. Esperidião Amin com a sua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso é um poeta da vida real.

Senador Astronauta Marcos Pontes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero só somar um ponto de que eu já falei aqui anteriormente, mas, primeiro, parabenizar o Senador Mecias pela iniciativa sobre a importância que nós temos de explorar os nossos recursos naturais de forma correta, sem dúvida, pensando em desenvolvimento sustentável, porque não existe preservação ambiental nos dias de hoje, com toda a necessidade da nossa população e da do mundo, sem pensar em desenvolvimento sustentável, ou seja, acompanhado do desenvolvimento econômico e social. Sem isso, a preservação ambiental não tem capacidade de sobreviver. Portanto, a existência de uma frente nesse sentido é extremamente importante.

É lógico que todos nós, no planeta, temos um interesse muito grande em preservar nossos oceanos, inclusive com microplásticos e outros problemas que nós temos nos oceanos, mas eu coloco um ponto aqui que é... Cada país tem o seu próprio interesse e certamente não é interesse dos outros países que o Brasil se desenvolva, porque, nesse sentido, ele passaria a ser um concorrente comercial em várias situações. Mas nós temos a tecnologia adequada – vou ressaltar, nós temos a tecnologia adequada – para fazer o desenvolvimento sustentável, seja em terra, seja nos oceanos. Nós temos recursos que são enormes nos nossos oceanos não só em petróleo, mas também em biotecnologia e outras possibilidades de exploração dos recursos do oceano. E nós temos condição de fazer isso com a nossa tecnologia, temos condição de mostrar para o mundo como pode ser feito o desenvolvimento sustentável. Para isso, nós precisamos ter o desenvolvimento econômico e social. Portanto, a gente precisa fazer a exploração. Só preservar como se fosse uma área cercada, um zoológico ou qualquer coisa do tipo não funciona

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em lugar nenhum, porque virão outras pessoas para explorar as nossas águas, o que a gente realmente não quer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A sustentabilidade se ancora justamente nesses três fundamentos, senão não haveria necessidade de você falar em sustentabilidade, seria a preservação pura e simplesmente. Mas a convivência humana com o meio ambiente – e o ser humano está no centro do meio ambiente – pressupõe justamente esses valores, com equilíbrio, com razoabilidade, com racionalidade.

Enfim, cumprimento V. Exa.

Senadora Margareth Buzetti e, por fim, a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Falando em sustentabilidade, Presidente – bom dia a todos os colegas primeiramente! –, falando em sustentabilidade, eu me lembrei de um vídeo que recebi, lá pelo dia 20 de maio, que mostra a fila de caminhões entre Campo Verde e Mirituba. Há filas intermináveis, enquanto esperamos a Ferrogrão, uma ferrovia que, com certeza, é muito menos prejudicial ao meio ambiente.

Nós vemos uma fila de caminhões interminável esperando que o Meio Ambiente libere que seja feita a Ferrogrão. É algo, assim, que eu não consigo entender: por que atrasar tanto o desenvolvimento do Brasil e por que desrespeitar empresários, motoristas de caminhões, veículos que estão trafegando e que ficam dias parados, porque tudo trava nessa rodovia, que é, acho, a BR-230. É lamentável que o Meio Ambiente faça isso com a gente, faça isso com o país. O país precisa se desenvolver com sustentabilidade. Dizer que uma ferrovia é mais prejudicial porque passa a não sei quantos quilômetros de uma aldeia indígena é algo que a gente tem que questionar. Qual é o objetivo do Meio Ambiente ao sediar uma COP 30, e nos submeter a isso? E assim é com a exploração na Margem Equatorial e assim nós vamos seguindo por rumos que a gente não sabe onde vai dar. É preciso realmente este Senado, este Parlamento se debruçar sobre isso e discutir.

O homem, o ser humano, está no centro do meio ambiente, está no centro do universo.

Precisamos respeitá-los, sim, mas não da forma como estão nos impondo, para que a gente faça..., e os respeite da forma errada, porque eu não acredito que isso que eu vejo aqui nesse vídeo que eu mandei para o senhor, Presidente, esteja correto. Não é! Isso não é correto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Margareth Buzetti. Eu acompanhei as cenas, o quadro que está hoje a atormentar a vida de transportadores e de usuário – não só do transportador, porque o transportador sofre com o cenário que está estabelecido, mas o usuário da via, o motorista, todos eles acabam pagando um preço alto em razão de uma infraestrutura deficiente. Eu tenho dito repetidas vezes, nas oportunidades que tenho de falar sobre infraestrutura, que o Brasil se descobriu um gigante na produção. Da porteira para dentro, o Brasil se especializou, melhorou o processo produtivo, hoje produz em qualidade, em quantidade, garantindo segurança alimentar para o Brasil e para o mundo, mas, da porteira para fora, a infraestrutura ainda é o nosso maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafio. E uma prova disso é justamente o que está acontecendo hoje na região do Mato Grosso, com esse travamento, com esse estrangulamento que está lá, que não é diferente do Estado de Rondônia e talvez de outras regiões do país.

O Senador Lucas Barreto me pediu a palavra. Eu vou assegurar a palavra ao Senador Lucas Barreto, para, na sequência, a gente voltar aos itens da pauta.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para pedir a V. Exa... Ficou acertado, na sessão que a Ministra Marina Silva compareceu e, infelizmente, foi embora, que nós tínhamos que fazer outras perguntas para ela no debate, naquela audiência pública. Como ela foi embora, eu queria reativar aí com V. Exa. o meu requerimento de convocação dela, de que eu havia pedido retirada de pauta. Eu queria que V. Exa. o pautasse, já que ela veio à audiência e foi embora. Então, que a gente tenha esse requerimento aprovado de convocação da Ministra Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Lucas Barreto, eu agradeço a V. Exa. pela lembrança, mas eu faria uma ponderação a V. Exa. sobre dois aspectos: primeiro, aquele requerimento foi apresentado num momento, e a Ministra, na sequência, concordou com a vinda aqui voluntariamente – e ela veio –; e, sobre o tema especificamente daquele requerimento, eu penso que houve aqui, talvez, o esgotamento ou pelo menos o avanço nas falas em relação àquele requerimento propriamente. Então, por isso eu não o coloquei na pauta no dia de hoje.

Mas eu faria uma ponderação a V. Exa. e ao conjunto dos Senadores, considerando até o que aconteceu na última sessão, com a presença da Ministra Marina Silva no âmbito desta Comissão. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras têm acompanhado a postura deste Presidente aqui, mesmo sendo um Senador de oposição, a maneira como eu tenho tratado o conjunto dos ministros do Governo do Presidente Lula, que é absolutamente respeitosa. Fui assim com todos. E nós tivemos aqui uma sessão bastante atípica, uma sessão com uma postura, para mim, lamentável.

Quem comparece a uma Comissão do Senado Federal, do Parlamento brasileiro, para prestar esclarecimentos, o vem na condição de servidor, o vem na condição de um funcionário público – da mais alta relevância, porque, no caso, era um ministro de estado –, e deve satisfação, deve, em razão do ofício, em razão da posição que está, prestar os esclarecimentos, responder os questionamentos do conjunto dos Senadores.

E, naquela sessão, o que se viu aqui foi uma situação lamentável, especialmente no seu final. Para mim, infelizmente, pela postura da Ministra, ela não demonstra, não demonstrou o equilíbrio necessário que se espera de um ministro de estado, que deve estar pronto para os embates, que deve estar pronto para o enfrentamento dos temas mais controversos que estão relacionados à pasta que ela está a conduzir.

Se V. Exa. perguntar a este Presidente, eu penso que é um desserviço convidar novamente a Ministra Marina Silva a esta Comissão, porque ela não veio aqui para trazer esclarecimentos, para debater os assuntos. Veja que quem mais fez questionamentos duros, pesados com relação à Ministra foram os Senadores da própria base do Governo. Esse não é um tema de Governo ou de Oposição; é um tema que interessa ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje mais de 5 mil obras públicas paradas no Brasil, em razão de algum entrave ambiental; então, é um tema sensível. E, quando alguém que vem aqui, ao invés de enfrentar o debate com respeito, com acatamento.... Porque não se trata, com todo respeito, do fato de ser ministro ou ministra; isso é indiferente. O tema é sensível por ser o tema ambiental, especialmente no momento em que o Senado Federal acabava de votar o novo marco legal do licenciamento ambiental.

E aí, vir para uma Comissão e, ao final, partir para a vitimização? Com todo respeito, eu não gostaria de fazer essa convocação, mas eu não sou dono da Comissão. Eu sou apenas o Presidente por indicação do meu partido e por aprovação do conjunto dos Srs. e das Sras. Senadoras aqui. Se V. Exa. insistir no requerimento, eu o pautarei atendendo o apelo de V. Exa. e farei a convocação, se for essa a vontade do conjunto dos Senadores, mas eu penso que, em razão do que aconteceu aqui e da maneira como ela se comportou diante dos Senadores, eu acho que talvez não esteja à altura para um debate da profundidade que tem o tema no âmbito desta Comissão, mas eu me submeto ao Colegiado. Se for essa a intenção de V. Exa., eu apenas pediria a V. Exa. que subscrevesse um novo requerimento, e aí trazendo, não apenas... Porque, na minha visão, como ela aceitou vir naquele primeiro momento, de maneira espontânea, então eu reconheço ali a perda de objeto daquele requerimento. Posso ser convencido do contrário e acatarei a sugestão do Colegiado.

Eram apenas essas ponderações brevíssimas que eu gostaria de fazer em razão do que aconteceu na Comissão naquele dia.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro que havia um convite a ela e, nesse convite, ela falou que viria o Presidente do Ibama. E aí, quando nós protocolamos o requerimento de convocação, porque ela não viria, ela resolveu vir atendendo o convite, tá? Teve a audiência pública, e eu retirei de pauta apenas o requerimento de convocação – nós o retiramos –, isso ficou claro, pode puxar lá a sessão, nós retiramos de pauta o requerimento de convocação! Fiz questão de falar isso, porque havia a possibilidade de ela não vir.

E o motivo do convite foi para tratar da criação das reservas no Amapá. Não tinha nada a ver com a BR-319 nem com outros assuntos, era para tratar daquilo lá, porque querem criar uma reserva lá... quatro reservas, perdão, de 1,3 milhão de hectares, para entregar de banquete lá para os ecologistas na COP. Nenhum país está criando reserva para trazer lá para a COP e dizer: "Nós estamos criando uma reserva", não, em todo o mundo. A Ministra e agora o Presidente Lula, em discurso, em Nice, na França, o Presidente Lula afirmou que o Brasil vai enfatizar a conservação e o uso sustentável do oceano na COP 30 e que o Governo brasileiro apresentou sete compromissos voluntários relacionados à proteção de áreas marinhas. Além de zerar o desmatamento até 2030, coisa que é impossível, vamos ampliar – o desmatamento acabou de aumentar 30% – de 26% para 30% a cobertura de nossas áreas marinhas protegidas, cumprindo a meta do marco global para a biodiversidade, disse o Presidente.

Nesta segunda-feira, Lula participou da abertura da 3ª Conferência da ONU sobre os Oceanos. E olha que queriam criar uma reserva marinha que ia lá do Amapá até o Piauí. Depois da luta pela Lei do Snuc, eles querem criar essas quatro. Mas onde eles querem criar? Não é lá em Santa Catarina, não. Não é lá naquele lugar bonito das baleias; poderia ser lá. Não! Querem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar no Amapá, para impedir que a gente explore o petróleo. Por que não criam lá para o Sul? Lá no Amapá, 90% do nosso estado já estão preservados. Nós já estamos... Por que não criam no Mato Grosso, onde está lá o PIB? Desmataram muito lá, então tem que começar a replantar, né? Em vez de plantar soja, replanta a floresta. Mas aí não, querem criar no Amapá. O Amapá é o cerne, é o pensamento deles. E inclusive do Pará, né? O Pará, agora a gente descobriu, também recebeu uma fortuna da Vale do Rio Doce para investir na COP: 5 bilhões do Governo Federal, 4 bilhões do BID e mais de outras empresas. E eles estão fazendo, lá no Pará, decoração com árvores de plástico. É impressionante! E aí querem criar onde? No Amapá.

Então é preciso que ela venha aqui. Eu precisava da tréplica, eu preciso fazer outras perguntas para ela. Nós precisamos saber, porque ela disse aqui que o Governo do estado quer criar duas reservas, e o Governo Federal duas. Mas, gente, é reserva que vai levar, sei lá, 35 anos, como foi a Reserva do Cajari, para se regulamentar. Enquanto isso, impede-se tudo, inclusive a pesca. E, nessa área que eles querem criar, Presidente, tem muito pouca gente. Mas é justamente para impedir a prospecção e a exploração de petróleo.

E detalhe: querem criar como criaram, por decreto, o Parque do Tumucumaque. Criaram uma reserva lá de 3,8 milhões de hectares sem ouvir nenhum amapaense. E querem criar na COP. (*Pausa.*)

O Presidente Lula – anotem o que eu estou falando que eu vou falar isto de novo aqui – vai criar, a pedido do Ibama, do ICMBio, essa outra reserva lá no Amapá, o que é um absurdo, e que o Amapá não está... A gente sabe que a maioria do povo do Amapá não quer a criação dessa reserva. Nós queremos, sim, o desenvolvimento a partir da prospecção e da exploração do petróleo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A Senadora Margareth Buzetti me solicitou a palavra. Eu vou assegurar a ela e ao Senador Marcos Pontes. Depois, vamos tentar encerrar esse assunto para retomar a pauta.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Senador... Eu concordo com o senhor, Presidente, porque...

Senador Lucas, faça uma comissão e vá até ela conversar, porque eu acho que nós vamos só perder tempo. Está sujeito a ficar uma situação pior do que ficou. Eu, como Senadora...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Presidente, ela é da base do Governo. Não tem como querer que ela venha aqui.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Mas, Senador, ela já veio, já deu no que deu.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – Mas ela foi embora...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Ela foi embora, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Lucas, vou assegurar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... infelizmente, ela provocou, ela falou alto. Eu assisti do meu gabinete, porque eu não quis vir à audiência pública, eu não quis. E aí todo mundo se alterou, todo mundo falou. Quando o Senador Plínio Valério conversou com ela, realmente eu – eu, Senador – achei desnecessária a forma como ele falou, porque ele desrespeitava a Ministra. Mas o que falou está falado; dentro do Parlamento, nós temos que discutir, nós temos – como V. Exa. falou – que estar prontos para o embate.

Mas, se a maioria quiser... Eu acho desnecessário e não acho que ela virá para a convocação.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – ... no Mato Grosso...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não, sabe o que ela fez no Mato Grosso? A única coisa que nós pedimos a ela, ao Meio Ambiente, foi o Parque da Chapada, para investir R$200 milhões, e o ICMBio, o Ibama e o Meio Ambiente não permitiram. Nós estamos lá hoje com uma concessão que não investiu R$1 e nós estamos com o problema prestes a se tornar um desastre ambiental. Isso que ela fez lá, Senador.

Então, não é no Amapá. Agora, eu entendo sua preocupação com o Amapá, lá tudo virou reserva. É impressionante! Se ela puder, vai ser tudo, tudo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Brasil inteiro.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Margareth Buzetti.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Prezado amigo, Senador Marco Rogério, demais colegas Senadores, estou prestando muita atenção, desde o projeto aqui da autoria do Senador José Serra, que é um projeto maravilhoso e V. Exa. estava relatando.

É um projeto extremamente importante para o Brasil, sobretudo neste momento em que nós estamos buscando a nossa exploração de petróleo na margem equatorial. E me causa muita preocupação essa possibilidade que o Lucas Barreto disse para a Senadora aqui, da criação de uma reserva também naquela região.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – Quatro reservas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ora, você imagina... Na verdade, vamos ser bem honestos aqui em relação àquela audiência em que a Ministra Marina Silva esteve aqui, nesta Comissão. A Senadora está fazendo uma defesa até como mulher – não é isso? –, nem como partido, nem como coisa, como senhora, né? Que esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão finalmente a convidou para vir aqui prestar alguns esclarecimentos. Esse é o papel da Comissão, é o papel do Senado. Com todo o respeito que eu tenho pela Ministra Marina Silva, ela foi extremamente deselegante conosco aqui nesta Comissão, principalmente com o Sr. Presidente, porque julgaram... Criou-se um clima extremamente desfavorável para os Senadores da República aqui. A imprensa, particularmente, após essa audiência que teve aqui, em que ela abandonou a audiência, num desrespeito claro, inequívoco, a imprensa pegou todo mundo aqui e quis depenar o Senado Federal, particularmente V. Exa. aqui, o Plínio Valério. Ora, então, não viesse aqui, nesta Comissão, não para agir como ela agiu aqui, de forma desrespeitosa. Na verdade, a Ministra não gosta que ninguém faça um contraditório a ela. Não, o que prevalece é só o que ela fala aqui, que ela tem fé pública, que é verdadeira. Ora, os questionamentos que foram feitos aqui são o mínimo que nós temos que fazer. Quando você debate aqui a questão da BR-319, sobre a qual o Senador Omar Aziz fez aqui os seus questionamentos, ela foi tão, assim – desculpa a expressão da palavra aqui –, fria, que ela disse assim: "Vocês querem uma rodovia para ir passear?". Quem que vai sair lá de Manaus para vir passear na BR-319? Ora, é subestimar, é debochar da inteligência de todos nós aqui, sobretudo do povo brasileiro.

De maneira que eu acho que é pertinente a convocação novamente, Senador, até porque não se votou o seu requerimento.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – A gente pede para o Omar e o Plínio não virem... (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, isso também não é um direito constitucional. Aí, não, isso é regimental, aqui é o mínimo que... Uai? Estamos tirando o diploma dele.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tira o mandato dele de Senador da República. Isso é quase impossível. Isso é uma nova modalidade que vai ser... Não sei qual vai ser o *modus operandi* dessa proposta aqui do Senador Lucas, mas isso não existe. Deixa para lá.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu apoio o requerimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, acho o seguinte: todos nós temos o direito de fazer nossas críticas aqui, porque isso é saudável no regime democrático. Toda e qualquer unanimidade em relação a determinadas matérias e assuntos aqui é burra, podem ter certeza. E nós temos o direito de externar aqui nossa opinião, cobrar as providências, e ela é uma servidora pública, como V. Exa. hoje também é um servidor público, é o representante do povo aqui, porque nós recebemos recursos da arrecadação, ou seja, do Tesouro Nacional, que é o pagamento do salário do Senador, da Ministra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira que eu acho que tem que fazer uma consulta a V. Exa. como Presidente – a plenária está aqui: consultar se vale a pena convocá-la ou não vale.

Eu, na minha opinião, eu faria prevalecer o que está estabelecido aqui: que os senhores que forem convidados... Caso contrário, serão convocados, têm que vir aqui nesta Comissão prestarem os esclarecimentos devidos, para que possamos esclarecer até a opinião pública sobre o que é bom e o que é ruim para o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Para concluir, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, porque eu estou segurando isso desde aquela ocorrência lá, do ponto de vista de quem foi Ministro. E fui Ministro de duas pastas: de Ciência, Tecnologia e Inovação, e de Comunicações, e eu vim muitas vezes aqui ao Congresso. Eu vim, na verdade, dezenas de vezes aqui ao Congresso.

É bom colocar o seguinte: vamos fazer uma comparação, primeiro, com uma empresa grande. Uma empresa grande tem os diretores, tem o conselho, tem os acionistas, e é obrigação dos diretores apresentarem a sua gestão de tempos em tempos, para ver o que está acontecendo. Nós somos aqui, vamos chamar assim, os acionistas do país. Nós pagamos, nós representamos tudo isso. É obrigação de um ministro estar aqui, apresentar a sua gestão, mostrar o que está sendo feito, o que precisa ser feito ainda.

Então, primeiro, quero elogiar a sua postura, Presidente.

Segundo, existe a necessidade de profissionalismo quando nós... Eu vim muitas vezes aqui, na Câmara, e tem que se ter profissionalismo para ouvir as perguntas, responder, apresentar. Eu pedi muitas vezes para vir, ligava para um Senador ou para um Deputado: "Olha, me convide aí, que eu preciso falar sobre a gestão deste semestre", para vir apresentar; ou para questão do Acordo de Salvaguardas, por exemplo, que era um assunto polêmico. E você tem que vir para cá preparado para responder às perguntas, muitas vezes repetidamente – porque uma pessoa entra e sai, e repete-se a mesma pergunta –, mas também para ouvir, entender e não levar nunca pelo lado pessoal, é sempre profissional. O tratamento tem que ser profissional, e, vamos dizer assim, um funcionário nesse nível tem que ter a capacidade de trabalhar com profissionalismo. Isso faz parte dos requisitos do cargo.

Portanto, o que a gente viu aqui... Eu tenho até a impressão de que foi um tanto encenado para se tirar a atenção do objetivo da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tenho dúvida.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, isso ficou na imprensa. O que ficou na imprensa foram as discussões, mas não a audiência, o objetivo da audiência.

Portanto, eu acho, sim, importante convidar novamente para que venha aqui e dê continuidade. Tem que se ter o profissionalismo de se fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senadores e Senadora.

Eu apenas, Senador Lucas, em relação à Senadora Margareth Buzetti, queria fazer ponderação em relação à fala dela. A Senadora Margareth tem sido de uma correção sem igual com os Senadores, embora esteja numa condição de estar em um partido que é da base. É o partido de V. Exa. o mesmo partido dela, mas as posições da Senadora Margareth Buzetti dialogam com os interesses do nosso agronegócio, com os interesses do Brasil que todos nós defendemos. Eu não classificaria a atuação da Senadora Margareth Buzetti como uma Senadora governista; eu classificaria a atuação da Senadora Margareth Buzetti como uma atuação em favor do Brasil, em favor dos brasileiros. Nos temas da segurança pública, talvez seja uma das mais duras, com propostas de leis aqui para o enfrentamento ao crime, ao crime organizado, e endurecimento de regras penais. Então, apenas isso.

E eu entendi qual foi a preocupação dela, que é a minha também. E eu concluo aqui para gente poder avançar. E digo a V. Exa., não para afastar o direito de V. Exa. de propor... E depois vou dialogar com V. Exa. só em relação ao requerimento. E nós vamos pautar, porque é o sentimento dos Senadores aqui.

Mas vou deixar clara uma questão: já se percebeu – e eu fiz questão de ponderar sobre isso com alguns colegas antes – que a posição da Ministra Marina Silva não tem sintonia com o Governo que ela serve. Não tem sintonia com o Governo. O Governo está perdido, inclusive nos temas ambientais e no diálogo que tem com a própria Ministra, que está à frente dessa pauta. E é o que vai tornar esse diálogo aqui, no âmbito do Parlamento, um diálogo infrutífero, porque, se você tem uma ilha dentro de um Governo que não dialoga com o próprio Governo, como é que o Parlamento vai conseguir avançar dentro de tratativas que construam caminhos, pontes de solução para um tema tão controverso? Então, se a Ministra não fala pelo Governo ou se o próprio Governo não consegue se sintonizar com essa Ministra ou com esse ministério, para mim se mostra inviável, infrutífera, improdutiva qualquer tentativa do Parlamento por absoluta falta de ressonância. Repito: não vejo essa sintonia, não vejo esse nível de entrosamento entre o Governo e a própria pasta dela.

Mas essa é uma percepção minha, e eu não quero misturar aqui as minhas convicções e as minhas posições pessoais com o meu papel de Presidente da Comissão de Infraestrutura. Então eu respeito a posição de V. Exa.. Eu apenas faria um apelo a V. Exa.: se puder depois... Eu colocaria na pauta da próxima sessão esse requerimento, porque a assessoria técnica me fez uma advertência com relação aos fundamentos daquele requerimento, que, para mim, está prejudicado, porque houve audiência completa ou incompleta, mas houve a audiência que foi objeto desse requerimento. Eu não estou dizendo...

Eu estou dizendo a V. Exa. que eu vou pautar o requerimento de V. Exa. Esse é o apelo da Comissão. Apenas, vamos fazer do jeito... Como ela já veio aqui e, da outra vez, fez o que fez, vamos fazer do jeito correto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – O que se menos discutiu, Presidente, foi a pauta do meu requerimento. Discutiu-se a BR-319, briga, mortes de pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas qualquer Ministro que vier a uma Comissão... É impossível...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu sei, mas era uma audiência pública sobre...

Sr. Presidente, o senhor me perdoe. Tinha a pauta da audiência pública, que era sobre as reservas que querem criar no Amapá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Lucas, V. Exa. não vai pautar o conjunto dos Senadores.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Não, mas não era o conjunto, era uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qualquer Senador tem a liberdade...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o objeto, do requerimento é esse, mas, quando um Ministro vem à Comissão e toma assento para falar à Comissão, é da liberdade dos Senadores fazer o questionamento que acharem pertinente.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu já entendi, Sr. Presidente. O senhor não a quer mais aqui do seu lado...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... não quer mais discutir com ela. O senhor, eu entendo, não a agrediu e nem o Senador Plínio, nem o Omar, mas vocês três a fizeram ir embora, não fui eu. Eu quero discutir o que tem do Amapá. É preciso, porque senão vai prejudicar o meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Lucas, eu entendo V. Exa. Eu só estou falando formalmente, eu não estou divergindo de V. Exa. Parece-me que V. Exa. não compreendeu ainda que não foi só este Senador, não, é o conjunto dos Senadores.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu não! Eu não tive problema nenhum com ela.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Ela começou a responder às minhas perguntas, e, daí a pouco, começaram: "A 309 pegou fogo, não estava asfaltada"... E aí acabou.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E, quando ela retornar, vai novamente o assunto ser abordado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Pois é, mas a gente faz um requerimento...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou acolher o requerimento de V. Exa. e depois só apenas formalmente fazer o ajuste técnico que é necessário. Na próxima sessão, estará pautado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Se ela vier convidada, ela vai embora de novo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, vamos fazer conforme o pedido de V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador, pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Tudo o que foi posto aqui é verdade. Cada um, dentro de sua razão, tem suas verdades, e nós temos verdades comuns.

Eu apenas faço um apelo à sensibilidade do querido Senador Lucas no sentido de que, já que, naquele encontro, nós tivemos um nível de tensão muito grande, eu acredito que talvez fosse mais elegante da nossa parte renovar o convite. Ela precisa vir aqui – sobre isso não há sombra de dúvidas. Ela é uma servidora pública que deve prestar contas de suas atividades, mas acredito que aquele foi um momento de muita tensão. As pessoas, num momento de tensão, às vezes, perdem a capacidade de se colocar com razoabilidade. Então, eu acredito que talvez o melhor caminho, meu querido Senador Lucas – eu acho que a gente tem que, às vezes, fazer um exercício de paciência, e sei que V. Exa. o faz –, seja novamente formular um convite. Caso a Ministra não venha, aí sim nós partiríamos para uma convocação, só para não – vamos dizer – acirrar o clima de animosidade que ficou da reunião passada.

Essa é uma sugestão que eu faço, porque acredito que tanto a Ministra como nós aqui, em função da reunião passada, vamos estar mais atentos para ter um encontro mais produtivo.

Essa é a sugestão e a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Fernando Dueire, mas a prerrogativa de cada Parlamentar é apresentar conforme entender, mas...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Foi apenas um apelo ao Senador Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o apelo de V. Exa. está registrado, para a reflexão do Senador Lucas Barreto.

Então, para a próxima terça-feira, o requerimento estará pautado nesta Comissão. É apenas o apelo que fiz ao Senador Lucas com relação à questão técnica, mas vamos pautar. E, aí, o conjunto dos Senadores que já sinalizaram aqui é que vai deliberar.

Eu vou apregoar o próximo item da pauta, que é o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 4524, DE 2020
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em decisão terminativa.

2. Votação simbólica.

Asseguro ao Senador a palavra para a leitura do seu voto.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, eu vou à análise direto.

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar, entre outros, sobre assuntos atinentes aos serviços de telecomunicações. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Desde que o PL nº 4.524, de 2020, foi apresentado, em 10 de setembro de 2020, a legislação que rege os serviços de telecomunicações sofreu profundas alterações, notadamente com a aprovação da Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020, da Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021, e da Lei nº 14.424, de 27 de julho de 2022.

A partir dessas modificações, o Fust passou a ter como finalidades o estímulo à expansão, ao uso e à melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, a redução das desigualdades regionais e o estímulo à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade. Nesse sentido, o texto legal vigente previu, de forma expressa, a possibilidade de que seus recursos sejam aplicados na implementação de políticas governamentais voltadas a ampliar o acesso a serviços de telecomunicações prestados tanto em regime público quanto em regime privado. Em outros termos, permitiu que o Fust seja utilizado, entre outros fins, para a massificação de conexões em banda larga fixa e móvel.

A nova redação da lei do Fust acrescentou também a possibilidade de aplicação dos recursos do fundo nas modalidades de garantia e de apoio reembolsável não previstas na regra anterior. A modalidade de garantia habilita o uso de seus recursos como uma espécie de fundo garantidor de empréstimos e financiamentos de projetos de ampliação do acesso aos serviços, o que viabiliza a concessão de crédito para operadores de menor porte e com atuações regionais em locais de baixa atratividade econômica. A modalidade de apoio reembolsável pode, por sua vez, se tornar uma fonte de recursos, com juros subsidiados, de maneira a facilitar o crédito e reduzir os custos financeiros das operadoras interessadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com as modificações em vigor, o BNDES, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as caixas econômicas, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento e demais instituições financeiras passaram a atuar como agentes financeiros do Fust.

Além disso, as alterações legislativas aprovadas aprimoraram o aspecto institucional e o sistema de governança do Fust. Na medida em que passou a ser gerido por um Conselho Gestor, o fundo passou a aplicar seus recursos, com foco, hoje, em políticas públicas de conectividade. Cabe ao Conselho Gestor, entre outras atribuições, elaborar e submeter ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Fust, e avaliar os resultados obtidos pelos projetos financiados com seus recursos.

A redação vigente da Lei do Fust prevê também que as atividades que receberão os recursos do fundo serão escolhidas mediante processos de seleção, que privilegiarão as iniciativas que envolvam, em um mesmo projeto, o poder público, a iniciativa privada, cooperativas, organizações da sociedade civil e estabelecimentos públicos de ensino, bem como escolas sem fins lucrativos que atendam a pessoas com deficiência.

Na educação, especificamente, além da manutenção da aplicação de, pelo menos, 18% de seus recursos em escolas públicas, foi prevista a obrigação de que os montantes aplicados deveriam contemplar a conexão à internet dessas escolas, por meio de redes de banda larga, até o final de 2024.

Finalmente, o texto atual possibilita a utilização dos recursos do Fust diretamente pela União, pelos estados e pelos municípios, para o financiamento de ações voltadas à transformação digital dos serviços públicos.

No que concerne ao licenciamento para a instalação de infraestrutura de telecomunicações em área urbana, as alterações promovidas na Lei Geral das Antenas e pela Lei nº 14.424, de 2022, determinaram que, caso o prazo máximo de emissão de uma licença, de 60 dias, tenha decorrido sem decisão administrativa do órgão ou entidade competente, a requerente ficará autorizada a realizar a instalação em conformidade com as condições estipuladas no requerimento de licença apresentado e com as demais regras previstas em leis e em normas municipais, estaduais, distritais e federais pertinentes à matéria.

Nesse sentido, consideramos que as modificações propostas pelo Projeto de Lei nº 4.524, de 2020, à Lei Geral de Telecomunicações, à Lei do Fust e à Lei Geral das Antenas já foram contempladas pelas mudanças promovidas pelo Congresso Nacional nos referidos instrumentos legais.

Portanto, a iniciativa em exame deve ser declarada prejudicada por perda de oportunidade, nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O voto, Presidente.

Pelo exposto, voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 4.524, de 2020.

Embora reconheça que o assunto tratado pela lei é de extrema importância, é um projeto de lei de extrema importância, tendo eu sido Ministro de Comunicações no período, mas as leis que vieram *a posteriori* já tratam do assunto e resolveram todos os problemas que estavam sendo tratados pelo projeto de lei.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 3614, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.*

A relatoria é da Senadora Tereza Cristina, que aqui esteve e pediu que se fizesse a designação *ad hoc* do Senador Lucas Barreto, visto que ela teve que ir à Comissão de Meio Ambiente, em razão de uma matéria sob seus cuidados.

Então, asseguro a palavra ao Senador Lucas Barreto, na condição de Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – É sobre o Projeto de Lei nº 3.614, de 2024, do Senador Jorge Kajuru, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.

Relatora: Senadora Tereza Cristina.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei 3.614, de 2024, do Senador Kajuru. O PL altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para introduzir a emergência climática no rol de conceitos abarcados pelo art. 2º da Lei 12.187, de 2009.

Define-se emergência climática como uma situação em que é “necessária a adoção urgente de ações com o objetivo de reduzir ou interromper os efeitos adversos e impactos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança do clima, evitar danos socioambientais e climáticos potencialmente irreversíveis e promover ações de mitigação e adaptação, diante dos riscos de vulnerabilidade extrema".

O investimento em prevenção e infraestruturas resilientes aos impactos das mudanças do clima deve ser, conforme o PL, prioritário no âmbito das ações de enfrentamento da emergência climática. O texto proposto busca assegurar que essas ações sejam objeto de programas governamentais e ações transversais de políticas públicas.

O PL propõe, em seu art. 6º, a criação do Plano Nacional de Emergência Climática, um novo instrumento a compor a PNMC. Ademais, o texto indica a necessidade de consonância entre os objetivos da PNMC e aqueles do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades sociais.

A matéria será apreciada por esta Comissão, e o projeto de lei em análise trata de um reenquadramento fundamental do problema climático, consubstanciado na figura da emergência climática, que ainda não consta na nossa Política Nacional de Mudança do Clima.

Como se verá a seguir, a introdução desse conceito deve significar a tomada de consciência da situação emergencial em que se encontra o planeta e a necessidade imperativa de que sejam tomadas as medidas necessárias por parte dos governos.

Cumpre destacar, inicialmente, que, conforme o disposto no art. 104, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre proposições que tratem de obras públicas e assuntos correlatos à infraestrutura.

Como o projeto também será apreciado pela CMA, em caráter terminativo, restringiremos a análise da CI a aspectos de mérito, deixando a cargo daquela Comissão o exame de constitucionalidade e juridicidade.

Destaque-se, inicialmente, que o projeto inova positivamente o ordenamento, ao reconhecer a existência da emergência climática. Assim, abre-se caminho para que novas medidas venham a ser tomadas, de modo a preservar o planeta do esgotamento de seus recursos e da perturbação de seu equilíbrio físico e biológico.

Faz-se necessário criar políticas públicas para a construção de uma infraestrutura moderna e resiliente às mudanças climáticas, colocando o tema no centro da nossa agenda de desenvolvimento econômico sustentável.

O Projeto de Lei nº 3.614, de 2024, do Senador Kajuru, aponta na direção correta, ao priorizar investimentos em projetos de mitigação, adaptação e tecnologia relacionados a essas infraestruturas, articulados de maneira transversal em diferentes programas governamentais.

Assim, somos favoráveis à matéria e apresentamos emenda para aperfeiçoamento do projeto, que inclui o fortalecimento de infraestruturas resilientes às mudanças climáticas como um dos objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.614, de 2024, do Senador Kajuru, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CI

Dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 4º da Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, como proposto pelo art. 1º do projeto, nos termos a seguir:

"Art. 4º.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável, a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento de infraestruturas resilientes às mudanças climáticas e a consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono". (NR)

Lido, Sr. Presidente, o parecer da Senadora Tereza Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

A matéria será submetida à votação simbólica.

Em votação o relatório.

Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com emendas.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

O item 4 é um projeto que tem tramitação terminativa, e o Relator é o Senador Cleitinho, que não está. Eu vou fazer a retirada de ofício desse item, ficando já para a pauta da próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4562, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.678, de 19 de maio de 2008, para denominar os trechos que especifica da rodovia BR-158; e revoga as Leis nºs 13.597, de 8 de janeiro de 2018, e 14.427, de 28 de julho de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cleitinho

Relatório: Pela aprovação)

O próximo item é o item 5. Também é do Senador Cleitinho a relatoria e também é matéria terminativa. Da mesma forma, faço a designação para terça da próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1763, DE 2024

- Terminativo -

Denomina Viaduto Deputado José Pereira da Silva o viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-459, no trecho do perímetro urbano do Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Cleitinho
Relatório: Pela aprovação)

O item 6 também é um projeto terminativo. E aí, se houver concordância na Comissão, faríamos a leitura do relatório, que é do Senador Astronauta Marcos Pontes, mas deixaríamos a votação para terça-feira, em razão do quórum que nós temos hoje. E aí a gente votaria, na sequência, os requerimentos, para poder concluir a reunião.

Então, item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 3069, DE 2024
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Antão Luiz de Melo" a variante entre o km 42,9 e o km 53,7 da rodovia BR-232, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem asseguro a palavra para o seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos – em especial no que diz respeito à técnica legislativa – e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Então Luiz de Melo faleceu em 17 de setembro de 1999, preenchendo o pressuposto da referida lei.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Então Luiz de Melo foi um engenheiro civil pernambucano que se destacou significativamente na área de pavimentação e transportes no Brasil.

Formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1955, buscou aprimoramento constante, realizando cursos e estágios no Brasil e no exterior, inclusive em renomadas instituições na França e nos Estados Unidos.

Sua dedicação e *expertise* o consagraram como uma referência no setor, contribuindo ativamente para o desenvolvimento da infraestrutura do país.

Ao longo de sua carreira, Então Luiz de Melo deixou um legado notável, tanto no âmbito profissional quanto acadêmico.

No Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, onde atuou por muitos anos, participou da implantação de importantes rodovias, como a BR-101 e a duplicação da BR-324.

Sua visão e conhecimento técnico foram cruciais para a modernização e expansão da malha rodoviária brasileira.

Paralelamente à sua atuação no setor público, dedicou-se ao ensino na Universidade Federal de Pernambuco, onde compartilhou seu vasto conhecimento com inúmeras gerações de engenheiros, inspirando e formando profissionais altamente capacitados.

Importante destacar que a Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão, sua cidade natal, instituiu a Comenda Engenheiro Então Luiz de Melo, destinada a homenagear as pessoas físicas e jurídicas que desempenharam serviços relevantes na engenharia e na construção civil.

Atribuir o nome de Então Luiz de Melo à rodovia que corta o município em que nasceu significa perpetuar a memória e o legado desse ilustre engenheiro, cujo trabalho continua a influenciar e inspirar a engenharia de transportes no Brasil, razão pela qual consideramos justa e merecida a homenagem proposta.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.069, de 2024.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, Senador Astronauta Marcos Pontes, pelo relatório apresentado.

Indago ao autor se gostaria de fazer uso da palavra, e, conforme anunciado, faríamos a votação já na abertura da sessão da próxima terça-feira. (*Pausa.*)

Pois não, Senador Fernando Dueire, V. Exa. tem a palavra, com homenagens pela iniciativa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, quero fazer um registro ao belo relatório apresentado pelo companheiro, o ilustre Senador Marcos Pontes.

O Dr. Antão Luiz de Melo, engenheiro, em seu tempo foi considerado um dos maiores e mais respeitados engenheiros do país. Inclusive, não só estudou como prestou serviços na França e nos Estados Unidos da América.

Foi professor da Universidade Federal de Pernambuco e, como o Relator, o nosso ilustre Senador Marcos Pontes, é natural da cidade de Vitória de Santo Antão. Aliás, seu nome tem a ver com isso; foi em homenagem ao patrono da cidade.

E também foi ele que comandou o projeto de restauração e duplicação da BR-232 em 11km, uma variante que passa ao largo do Município de Vitória de Santo Antão. Ele o fez com grande esmero, com todo cuidado, como tudo que fazia não só na vida, mas sobretudo na engenharia.

Então, o Estado de Pernambuco e o país deveriam prestar uma homenagem aos grandes serviços de Dr. Antão Luiz de Melo, pelo que ele prestou ao Brasil, na verdade, porque ele foi projetista de grandes obras de engenharia em todas as regiões do nosso país, de forma que agradeço, mais uma vez, o relatório do Senador Marcos Pontes e agradeço a V. Exa. o encaminhamento para que nós possamos, na próxima reunião, já no primeiro item, deliberar, visto que, como V. Exa. falou, é terminativo – portanto, precisa dos votos dos Senadores –, para que nós possamos aprovar esse projeto, fazendo justiça ao nome, à vida e à história do engenheiro Antão Luiz de Melo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando Dueire, pelas ponderações e pelo justo reconhecimento que faz a esse grande brasileiro.

Portanto, na próxima terça-feira, será o primeiro item de votação.

Vou deixar aberta ainda a discussão, caso algum Senador queira fazer a discussão; então, eu não encerro a discussão neste momento; nós o faremos na próxima terça-feira.

O próximo item da pauta... Nós vamos passar agora aos requerimentos, e eu apregoaria todos os requerimentos, para fazer uma votação em bloco, por economia de tempo, apenas assegurando a palavra aos Senadores que são autores que queiram se manifestar.

O item 7 já foi votado, que é do Senador Esperidião Amin.

O item 8.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 46, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Senhor Fabricio de Oliveira Galvão, informações sobre o andamento das obras na ponte sobre o Rio Jequitinhonha – BR-101/BA.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Autoria do Gabinete do Senador Marcos Rogério, lá de Rondônia.

É uma provocação. O gabinete recebeu demanda, e enderecei aqui o pedido também, socorrendo os apelos regionais.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 47, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Senhor Fabrício de Oliveira Galvão, informações a respeito da situação da ponte sobre o Rio Candeias – Município de Candeias do Jamari/RO.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Município de Candeias do Jamari, lá no meu Estado de Rondônia, não é?

Nós temos duas pontes, uma absolutamente interditada, e a outra, em razão do comprometimento de suas bases, com tráfego reduzido e causando bastante transtorno a todos os usuários do BR-364.

Então, o requerimento é no sentido de solicitar informações do andamento das providências, para restabelecer o fluxo normal naquelas duas pontes.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 48, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública a fim de instruir o PL 4.607/2024 e debater os impactos da elevação da alíquota do Imposto de Importação de 9,6% para 25% em decorrência da Resolução GECEX Nº 666/2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

A autoria do requerimento é do Senador Sergio Moro, a quem asseguro a palavra para o seu encaminhamento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, esses Requerimentos 10 e 11 estão relacionados, até porque o 11 é a inclusão de um convite na audiência anterior.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, é um projeto extremamente interessante, apresentado por V. Exa., para estabelecer uma alíquota máxima de 9,6% referente a Imposto de Importação incidente sobre células fotovoltaicas.

Antes até de fazer o relatório, como esse assunto é um assunto complexo, eu estou requerendo essa audiência pública, para que nós possamos debater esse tema com bastante profundidade.

Eu queria só fazer uma adição aqui, uma inclusão, que me foi pedida pelo Governo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... para que nós incluíssemos... Pode ser no Requerimento 11, mas que fosse ouvido também na audiência o Secretário de Desenvolvimento Industrial do Mdic, o Sr. Uallace Moreira Lima, para que ele pudesse também comparecer nesse evento.

Então, temos tanto representantes do Governo, como representantes de entidades que defendem alíquota mais baixa, como também representantes de empresas que são produtoras das células fotovoltaicas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... para que nós tenhamos aí um debate abordando todas as perspectivas sobre essa questão.

Então, se nós pudermos fazer essa adição oral aqui, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

Agradeço a V. Exa.

Portanto, é apregoado também o item 11, que é o Requerimento nº 49, porque ele acrescenta convidados para a mesma audiência pública e também o indicado do Governo para comparecer nessa audiência pública.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 49, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja incluído na Audiência Pública, objeto do REQ 48/2025 - CI, com o objetivo de instruir o PL 4607/2024, um representante da fabricante brasileira Sengi Solar.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Eu indago ao Ministro Sergio Moro se nós já podemos fazer essa audiência pública na próxima terça-feira ou gostaria de fazer em uma data alternativa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, pode ser na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque, na próxima terça-feira, eu faço uma pauta mais curta com relação...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... às matérias que estão pendentes e já colocaríamos para fazer.

Se V. Exa. estiver de acordo...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Pode ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... já ficaria, então, previamente ajustado.

Apregoados os requerimentos, submeto à votação os requerimentos lidos e encaminhados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião; da 12ª Reunião, realizada no dia 27 de maio; da 10ª Reunião, realizada no dia 20 de maio; e da 9ª Reunião, realizada no dia 6 de maio.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos Srs. Senadores e Senadoras, consultores, servidores do Senado Federal, bem como aqueles que acompanham as matérias deliberadas no âmbito desta Comissão.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Weverton, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3069, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Antão Luiz de Melo” a variante entre o km 42,9 e o km 53,7 da rodovia BR-232, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4562, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.678, de 19 de maio de 2008, para denominar os trechos que especifica da rodovia BR-158; e revoga as Leis nºs 13.597, de 8 de janeiro de 2018, e 14.427, de 28 de julho de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1763, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina Viaduto Deputado José Pereira da Silva o viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-459, no trecho do perímetro urbano do Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 50, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos do mecanismo de constraint-off no setor elétrico, com foco nos impactos contratuais, nos encargos tarifários e nas consequências para o consumidor brasileiro." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Foi incluído oralmente pelo Senador Jayme Campos um representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 51, de 2025** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que compareça a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar informações a respeito das diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima relacionadas ao processo de licenciamento ambiental do bloco exploratório de petróleo e gás na costa do Amapá – FZA-M-59 - e os localizados na margem equatorial." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Retirado de pauta. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jaime Bagattoli, Lucas Barreto e Jayme Campos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/17

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de junho de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós tivemos, na última reunião, alguns itens de que ficou pendente apenas a deliberação, em razão de serem matérias terminativas e, portanto, a votação ter que ser pelo processo nominal. Nós vamos, tão logo alcancemos o quórum deliberativo... Temos quórum para abrir os trabalhos, mas o quórum deliberativo ainda está pendente de um registro de presença. Enquanto isso, podemos ir dando encaminhamento às matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicita a palavra o Senador Esperidião Amin, a quem asseguro a neste momento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, sou o Relator do primeiro item da pauta, Presidente. É um projeto de lei que já tem uma longa estrada percorrida em matéria de necessidade, o projeto de compartilhamento dos postes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um filme a que eu assisto, mais ou menos, há 50 anos. De quem é o poste? Quem é o responsável pelo uso do poste? De quem é a calçada? Qual é a responsabilidade do município? Qual é a responsabilidade de quem usa, de quem coloca um cabo ou uma fiação no poste, se o poste ilumina ou não ilumina, se contribui para a segurança? Enfim...

Apresentei, depois de presidir, por solicitação sua, e até contando com a sua participação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... uma audiência pública muito rica, no dia 6 de maio, ou seja, há 1 mês e 12 dias...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... aliás, 11 dias. Presidimos essa sessão e apresentei o voto, o relatório. Foi muito bom, porque, entre apresentar e hoje, seis entidades nos procuraram. Faço questão de salientar: a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que apresentou uma proposta; a Associação Neo, que são as prestadoras de serviço de pequeno porte; a Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp); a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujo Diretor-Geral, o Sr. Sandoval Feitosa, me procurou ontem; a Associação Catarinense de Provedores de Internet (Apronet); a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint). Ou seja, a apresentação cumpriu o seu papel e, teoricamente, esta é a Comissão de mérito.

Então, o que eu venho informar a V. Exa. é que eu retiro por 15 dias – semana que vem não teremos uma semana tão ativa –, e, daqui a duas semanas, nós retomamos para votar ou considerar, pelo menos, a possibilidade de votação, pois alguém poderá pedir vista, e tentar encerrar a tramitação nesta Comissão no primeiro semestre.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E daí irá para a Comissão de Constituição e Justiça, que tem a função de também examinar e talvez até dê a última pincelada no aperfeiçoamento deste Projeto de Lei nº 3.220, de autoria do nosso colega Senador Weverton, do nosso querido Estado do Maranhão.

Então, com esse histórico – e eu agradeço pela oportunidade de fazê-lo –, eu retiro de pauta com o compromisso de devolvê-lo em duas semanas e de procurar aproveitar o maior número de contribuições que estão aparecendo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., nobre Senador Relator Esperidião Amin pela postura.

Na verdade, quando nós fizemos aqui aquela audiência pública, ficou estabelecido, com os que compunham a mesa no debate, especialmente com os representantes da Aneel e da Anatel, de fazerem ali uma espécie de proposta conjunta, dando um encaminhamento em relação a essa matéria. Pelo menos, a Comissão não foi informada ainda desse entendimento conjunto, mas, se V. Exa., na condição de Relator, foi procurado, com propostas daqueles que fazem uso do poste e que ficam... Não me sai da cabeça, não me sai da memória aquela imagem, aquela fotografia que V. Exa. apresentou à Comissão aqui, no dia, que é um retrato do Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aquele emaranhado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aquele emaranhado é o retrato do Brasil real, especialmente do Brasil mais lá do interior. Rondônia vive essa realidade, Santa Catarina também, São Paulo não é diferente...

Então é preciso dar um encaminhamento de solução mais inteligente para esse tipo de serviço, que é essencial, mas que não pode ser algo que, do ponto de vista da infraestrutura, da questão ambiental, visual, gere tantos transtornos como tem gerado hoje.

A pedido do Relator, portanto, fica retirado de pauta o item 1, voltando à pauta oportunamente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3220, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Após deliberação, a matéria irá à CCJ, em decisão terminativa.)

O próximo item da pauta é o item 2, que já foi lido, portanto, apenas carecendo da votação nominal. Eu o submeterei à votação, tão logo a gente alcance o quórum regimental.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3069, DE 2024

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Antão Luiz de Melo" a variante entre o km 42,9 e o km 53,7 da rodovia BR-232, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:
1. Relatório lido
2. Votação nominal
O item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 4562, DE 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.678, de 19 de maio de 2008, para denominar os trechos que especifica da rodovia BR-158; e revoga as Leis nºs 13.597, de 8 de janeiro de 2018, e 14.427, de 28 de julho de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Jaime Bagattoli
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Votação nominal

A relatoria aqui é do Senador Cleitinho, que não está presente.

Eu indago ao Senador Jaime Bagattoli se pode fazer a leitura do relatório *ad hoc*. Se puder, já faríamos a votação dessa matéria também, que é simples. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, para a leitura do relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Com sua autorização, eu queria ir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De acordo com o inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado emitir parecer sobre proposições referentes, entre outros assuntos, aos transportes terrestres, como é o caso da proposição em análise.

Em conformidade com os arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, do Risf, a proposição foi encaminhada à Comissão de Infraestrutura para decisão terminativa, sendo, portanto, responsabilidade desta Comissão avaliar seu mérito.

Além disso, devido ao caráter exclusivo do exame da matéria, compete também a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se sobre os aspectos constitucionais, jurídicos, especialmente no que tange a aspectos de técnica legislativa e regimentais da proposição.

No que respeita à constitucionalidade formal do projeto, constata-se que foram respeitados os aspectos relativos à competência legislativa da União (art. 22, inciso XI, da Constituição Federal), às funções do Congresso Nacional (art. 48, *caput*) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – ampla e não exclusiva (art. 61), assim como o instrumento apropriado para apresentação do conteúdo (lei ordinária).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de terem sido atendidos os requisitos constitucionais formais, constata-se o cumprimento dos requisitos constitucionais materiais, haja vista a ausência de vícios de constitucionalidade na proposição. Do mesmo modo, não foram observadas falhas de natureza regimental.

Destaca-se que a atribuição de nomes a infraestruturas do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que respeita à juridicidade, a proposta está de acordo com os preceitos da referida lei, especialmente no art. 2º, conforme o qual homenagens como a ora em análise devem ser instituídas por lei especial, que designará "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à ação ou à Humanidade".

A iniciativa também encontra respaldo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que trata da denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e proíbe, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. O novo homenageado faleceu em 2021, cumprindo o requisito da referida lei.

No que tange ao mérito, a proposição é digna de aprovação.

Luiz Alberto Maguito Vilela, nascido no município goiano de Jataí, em 24 de janeiro de 1949, foi um proeminente advogado e político brasileiro, reconhecido por sua significativa contribuição ao desenvolvimento do Estado de Goiás e ao cenário político nacional. Maguito Vilela ocupou cargos de grande relevância, incluindo o de Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual, além de ter exercido as funções de Prefeito de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, bem como Vereador em sua cidade natal.

Formado em Direito, começou sua trajetória política como Vereador por Jataí em 1977, onde permaneceu até 1983, tendo presidido a Câmara Municipal. Ao longo da carreira, destacou-se por sua atuação legislativa e por seu comprometimento com a cidadania e com as causas sociais. Em 1982, foi eleito Deputado Estadual e, posteriormente, Deputado Federal, participando ativamente da elaboração da Constituição Federal de 1988.

Durante seu mandato como Governador de Goiás, de 1º de janeiro de 1995 a 2 de abril de 1998, Maguito Vilela implementou o projeto Solidariedade Humana, que beneficiou 150 mil pessoas carentes, demonstrando seu compromisso com a inclusão social. Sua administração foi marcada pela atração de investimentos significativos para o estado, resultando na geração de dezenas de milhares de empregos e na modernização da infraestrutura.

Maguito também se destacou em sua passagem pelo Senado, onde ocupou posições em Comissões importantes, contribuindo com sua experiência e seu conhecimento em políticas sociais. Em 2008, foi eleito Prefeito de Aparecida de Goiânia, cargo que ocupou até 2016, quando obteve alta aprovação popular, resultado de esforços significativos em áreas como saúde, educação e infraestrutura. Em 2020, foi eleito Prefeito de Goiânia, mas, infelizmente, não teve a oportunidade de exercer plenamente o cargo devido a complicações decorrentes da covid-19, falecendo em 13 de janeiro de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maguito Vilela deixou seu legado duradouro na política goiana e nacional, sendo lembrado como um líder comprometido cuja trajetória política e social inspirou muitos. Sua incessante busca por melhorias sociais e pela promoção do bem-estar da população é testemunho da dedicação ao serviço público. O seu legado, com a forte ênfase em solidariedade e desenvolvimento, permanece vivo na memória de todos que tiveram a oportunidade de conhecer seu trabalho e o amor pela sua terra natal, Goiás.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.562, de 2023.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Portanto, lido o relatório, submeto-o à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Eu só queria me manifestar aqui.

Com certeza, essa homenagem que estão prestando ao ilustre amigo e companheiro pessoal, em particular, Maguito Vilela acho que é uma homenagem prestada a um dos mais valorosos homens públicos do nosso país: um moço que eu conheci na sua... Um senhor que conheci já na sua juventude – que, infelizmente, Deus levou cedo – e que fez um trabalho extraordinário. Foi um político de escol, um homem de retidão de caráter invejável, e aqui eu não poderia deixar também de prestar a minha homenagem a Maguito Vilela, com quem tive a oportunidade de conviver...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... e que, por sinal, foi Senador da República também aqui nesta Casa. Quero crer que, com certeza, deixará marcas indeléveis como gestor público, como cidadão do querido Estado de Goiás e por todo este imenso Brasil.

Quero cumprimentar o autor, sobretudo o nosso Relator *ad hoc*, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É isso, é *ad hoc*. O Jaime Bagattoli, hoje, é *ad hoc* aqui, convocado por V. Exa., do Estado de Rondônia. Sempre juntos, né?

Parabéns e tenha certeza de que esta é uma homenagem de todo o povo goiano, como também de todo brasileiro que conheceu esse exemplo de homem público.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito o registro de reconhecimento e homenagem, eu me somo também a ele no sentido de endossar essa justa homenagem a este grande brasileiro: Maguito Vilela.

Com a permissão dos Srs. Senadores – nós temos outro projeto com esse mesmo conteúdo, que também homenageia autoridades –, eu faria a leitura desse novo relatório... vou pedir ao Senador Lucas Barreto para fazer a leitura *ad hoc* desse novo relatório, que também é de relatoria do Senador Cleitinho, e a gente faz a votação em globo de todos aqueles que denominam logradouros públicos.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 1763, DE 2024
- Terminativo -

Denomina Viaduto Deputado José Pereira da Silva o viaduto localizado no Km 102 da rodovia BR-459, no trecho do perímetro urbano do Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria *ad hoc*: Senador Lucas Barreto
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Votação nominal

Autoria da Câmara dos Deputados, com relatoria do Senador Cleitinho.

Eu faço a designação como Relator *ad hoc* do Senador Lucas Barreto e já lhe asseguro a palavra para a leitura do voto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa, o Projeto de Lei 1.763, de 2024 – PL nº 4.546, de 2016, na Casa de origem –, do Deputado Diego Andrade, que denomina "Viaduto Deputado José Pereira da Silva" o viaduto localizado no km 102 da rodovia BR-459, no trecho do perímetro urbano do Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.

Para tanto, a proposição institui a homenagem a que se propõe, tal qual descrita pela ementa. Encerra, igualmente, a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor destaca a história de vida e o legado do homenageado.

Na Câmara dos Deputados, o PL foi aprovado pelas Comissões de Viação e Transportes, de Cultura, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa deste Colegiado.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – nesse caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, conforme o qual homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial.

No que diz respeito ao mérito, a proposição merece prosperar.

José Pereira da Silva dedicou sua vida ao serviço público e à construção de uma sociedade mais justa, destacando-se como contador, advogado, comerciante e, sobretudo, como um líder político comprometido com a democracia e com o bem comum. Nascido em Ipuiuna e radicado em Pouso Alegre, ambos no Estado de Minas Gerais, foi responsável por importantes contribuições na área contábil, como a implantação e presidência de seção do Conselho Regional de Contabilidade no município. Sua atuação como empreendedor gerou empregos e desenvolvimento regional, demonstrando seu espírito proativo e compromisso com o progresso local.

Sua trajetória política é igualmente notável. Militante do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), José da Silva foi peça-chave na articulação do partido em várias cidades do sul de Minas.

Por todo esse legado – marcado por trabalho incansável, simplicidade no trato com o povo e uma reputação irretocável –, é mais do que justa a homenagem proposta pelo projeto de lei ao denominar "Viaduto Deputado José Pereira da Silva" a obra importante localizada no trecho urbano da rodovia BR-459, em Pouso Alegre. Trata-se de um reconhecimento merecido a um cidadão exemplar, cuja vida foi um verdadeiro tributo ao serviço público e à democracia brasileira.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.763, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Lucas Barreto.

Feita a leitura do relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Eu vou submeter... Como são projetos terminativos que carecem de votação nominal... São três itens para votação nominal: o item 2, que ficou remanescente da sessão anterior, e os itens 3 e 4, que foram incluídos neste dia, nesta data, com as leituras já feitas.

Portanto, estão em votação, pelo sistema remoto, para os que estão remotamente, e para os que estão na Comissão, na votação presencial, os itens 2, 3 e 4, conforme já anunciados.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Enquanto os Srs. Senadores vão fazendo a votação nominal dessas matérias, eu indago aos Senadores presentes se nós podemos já avançar com os requerimentos – pelo que já foi conversado aqui, todos estamos num ambiente de acordo –, para que possamos fazer a votação, porque aí, nesse caso, são votações simbólicas, sem prejuízo da discussão das matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 50, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos do mecanismo de constraint-off no setor elétrico, com foco nos impactos contratuais, nos encargos tarifários e nas consequências para o consumidor brasileiro.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Submeto aos pares a sua deliberação.

Estou propondo hoje a aprovação desse requerimento e faremos a designação de data para a realização dessa audiência pública *a posteriori*, considerando que, semana que vem, Senador Jayme, nós vamos ter aqui uma semana atípica – não sei ainda como o Presidente Davi deve encaminhar os trabalhos na próxima semana. Então, eu, a princípio, não farei convocação de reunião para a próxima terça-feira, vai ficar dependente da decisão do Presidente Davi.

Este item trata da questão do *constrained-off*. Eu indago se...

Senador Jayme, quer fazer algum acréscimo?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Exa. fizesse a inclusão do representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). V. Exa., por favor, inclua na lista de convidados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. a sugestão. Portanto, fica acolhido o pedido de V. Exa., incluindo no rol de convidados o representante do Operador Nacional do Sistema.

Já estão no requerimento representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Ministério de Minas e Energia – e acrescentado agora, a pedido do Senador Jayme Campos, o representante do Operador Nacional do Sistema.

Apregoado, portanto, o requerimento, passo ao próximo item – faremos depois a votação em conjunto.

Item 6: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 51, de 2025, que requer a convocação da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima... Este tema, eu faria a leitura dele, mas, no início da reunião de hoje, o Senador Lucas Barreto me solicitou a retirada de pauta deste item no entendimento de que esta audiência pública será feita lá na Comissão de Meio Ambiente. Fica, portanto, a pedido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – Isso, fica retirado...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não. Apenas o registro da... Pois não, Senador Lucas.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Não estamos retirando o requerimento da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Ele está retirado de pauta. O pedido é para retirar de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dentro do entendimento de que a audiência será feita lá na Comissão de Meio Ambiente. Acolhido, portanto, o pedido do Senador Lucas Barreto.

E registro que fez o mesmo apelo, já assegurando o entendimento aqui nesta Comissão, o Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, no sentido de que já tem data e hora para a audiência na Comissão de Meio Ambiente: dia 8 de julho. Dia 8 de julho, portanto, está marcada lá na Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, fica retirado de pauta o item 6, a pedido do autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 51, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a convocação da Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que compareça a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar informações a respeito das diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima relacionadas ao processo de licenciamento ambiental do bloco exploratório de petróleo e gás na costa do Amapá – FZA-M-59 - e os localizados na margem equatorial.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP))

Item 7... Inexistente. São apenas esses os requerimentos.

Indago se há algum Senador que queira acrescentar algo nos requerimentos apresentados. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira acrescentar, submeto à votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas, a pedido do líder do Amapá, o Senador Lucas Barreto, sempre presente nos trabalhos da Comissão de Infraestrutura, eu quero anunciar entre nós a presença do Deputado Estadual Lorran Barreto. Onde está? (*Pausa.*)

Lorran Barreto, seja muito bem-vindo ao Senado Federal, à Comissão de Serviços de Infraestrutura! – ao lado de um grande Senador da República, o Senador Lucas Barreto, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de Senador e grande líder amapaense, é por todos nós reconhecido pelos seus dotes culinários especializados.

Muito obrigado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – É o contrário do que eles dizem aqui, eles me chamam de cozinheiro e escravo deles. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa é uma maneira mais carinhosa para reconhecer aqui os predicados do Senador Lucas Barreto, amigo de todos nós.

Seja muito bem-vindo, esteja à vontade nesta Comissão de Infraestrutura!

Continuam em votação os itens 2, 3 e 4, pelo sistema de votação nominal. Tão logo alcancemos o quórum, anunciaremos o resultado dessa votação.

Solicito aos Srs. Senadores e Senadoras que votem presencialmente ou pelo aplicativo. Aqueles que registraram presença no plenário da Comissão ou nos totens podem fazer a votação remotamente. (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente Marcos Rogério, você é de Rondônia, onde eu acredito que tem mais problemas – nós dois somos Senadores de Rondônia. Lá nós temos a BR-435, que liga Cerejeiras a Pimenteiras, temos a BR-429, temos a BR-421, temos a BR-364, que, além de ser privatizada, você sabe daquela situação na ponte do Candeias. Nós temos que ir ao Dnit. O que está acontecendo é muito grave, não sei se está acontecendo nos outros estados da Federação, mas no nosso caso, no Estado de Rondônia, além de ter privatizado a BR-364, Senador, Presidente, ele cortou 30 bilhões do orçamento do Dnit no Estado de Rondônia. O Dnit não tem orçamento para mais nada. E aí você vê aquela precariedade que está a BR-435, ali saindo do trevo de Colorado para Cerejeiras, e não tem orçamento. Converse com o Dnit. Inclusive, tenho até uma conversa com ele aqui no celular.

Então, é uma situação gravíssima, nós precisamos ir ao Dnit. Nós precisamos conversar com o Ministro dos Transportes, Renan Filho, porque, além de ter feito aquela calamidade que aconteceu da privatização da BR-364 até a ponte do Candeias, a informação, Senador Jayme Campos, é que vai ser consertada a ponte antiga. Lá é duplicado, e chegando a Porto Velho só tem uma faixa em uma das pontes, na mais nova. Então é uma vergonha o que está acontecendo pelo nosso Brasil. Além de ter privatizado, cortou o orçamento das demais rodovias do Estado de Rondônia, das rodovias federais.

Então, precisamos tomar atitude séria, Presidente, e precisamos conversar com o Dnit e com o Ministro dos Transportes, Renan Filho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema trazido por V. Exa. é da maior preocupação para o Estado de Rondônia, que tem várias rodovias federais e todas elas em situação realmente muito precária. A BR-429 está bastante prejudicada, a BR-425 também, a BR-435. Na BR-364 hoje, como está num processo de concessão, há todo um trabalho de recomposição do pavimento, para entregar para a concessionária a rodovia em perfeitas condições. As demais rodovias que não estão em processo de concessão estão realmente muito danificadas, prejudicando muito o tráfego de veículos, de carretas.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que faz.

Recebi a informação – não sei se V. Exa. recebeu hoje –, novamente, me parece, de que fecharam a Rodovia 364, lá na entrada de Cujubim. Pelo menos estava anunciado para hoje, em razão daquele problema das reservas lá da região da Soldado da Borracha. A BR-364 é fundamental para o transporte de cargas, Senador Jayme Campos, não só de Rondônia, mas do Mato Grosso. Todos usam a 364 para chegar até o porto em Porto Velho. Na semana passada, nós ficamos ali, eu acho, três dias com a rodovia fechada para caminhões, apenas veículos conseguiam romper o bloqueio, passando ali num sistema de pare e siga. E a informação que chegou, logo pela manhã, no dia de hoje, é que hoje seria fechada novamente. Eu ainda não consegui confirmar com a Polícia Rodoviária Federal o fechamento, mas estava previsto esse fechamento novamente no dia de hoje, o que é muito preocupante, porque o porto fica em Porto Velho. Então, toda carga que passa pela 364 depende dessa rodovia para chegar lá. E toda vez que você tem um bloqueio, você estrangula ainda mais o tráfego, porque o volume de carreta que a gente tem ali hoje deve estar na casa de 2 mil carretas/dia passando pela BR-364 para chegar até o porto, só para entregar a soja no porto. Então, agora, imagine três dias sem passar carreta. Para quem usa a BR-364, isso é uma verdadeira tortura. A gente sai de Porto Velho para Ji-Paraná, que é a minha cidade e fica a 350km, 360km de Porto Velho, e gasta seis horas de veículo de Porto Velho a Ji-Paraná em razão do fluxo de carretas. E agora com essa situação...

Então, o Senador Jaime Bagattoli tem razão na preocupação que traz a este plenário, com um quadro agravado ainda mais por este drama que é o fechamento da BR-364.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu queria, apenas a título de informação de V. Exa. ou do próprio xará, o Jaime Bagattoli, saber se essa privatização, essa concessão está saindo apenas no Estado de Rondônia ou está incluído o Estado do Mato Grosso. Na medida em que eu trafeguei nessa rodovia agora... No sábado, eu fui à região oeste do estado, aquela região de Pontes e Lacerda, em que é demanda aquilo lá, e ali estão fazendo pequenos remendos. Daqui ao município... Entre o Município de Várzea Grande e o Município de Livramento, e, *a posteriori*, indo em direção a Cáceres. Estão fazendo uma lamazinha asfáltica no local, pontualmente, não é em todo o trecho. Eu indago: essa concessão da 364 é apenas no território de Rondônia ou também vai entrar o Estado do Mato Grosso? Ou são duas fases?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Senador Jayme Campos, é o seguinte: na primeira etapa, eles fizeram 687km da 364, do trevo de Colorado a Porto Velho, não contemplando nem a travessia do perímetro urbano do Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Vilhena. Então, ela inicia a 12km no sentido Porto Velho, depois de passar o perímetro de Vilhena. A do Mato Grosso é a segunda etapa, que seria para o ano que vem, mas não vão fazer por Cáceres, não. Não é por lá, pela 174. Eles vão fazer por Campos de Júlio e Sapezal. Sabe o que vai acontecer? Vai acontecer o seguinte: futuramente, com a ferrovia interligando... A Ferronorte...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Ferrogrão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Ferrogrão interligando, ficando a ferrovia ligada a Mirituba e a Santos, quando tiver a ferrovia, sabe o que vai acontecer na 364? Não vai mais a soja para Porto Velho. Não vai, porque vai inviabilizar totalmente. Imagine o senhor, nesses 687km, o caminhão gasta R$2 mil de pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se ele for e voltar carregado, é dois mil quatrocentos e poucos. Aí eu pergunto para vocês, que conta que vai fechar isso aí? Entendeu?

Nós temos as contas feitas, e eu vi um Deputado Federal nosso, Lucio Mosquini, que falou para mim e falou para as mais diversas pessoas, numa reunião, que a conta que foi feita, da passagem de veículo, é de 14 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou seja, está desatualizada.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Há 14 anos foi feita. Só que o Sr. Deputado Lucio Mosquini tinha que ter falado antes, só que não o falou. Não o falou porque ele não defendeu, ele não esteve para defender a privatização, porque eu estive na audiência, e ele teve a capacidade de me falar que ia custar R$7 mil se fosse para duplicar de ponta a ponta.

Senador Jayme Campos, nós temos que tomar atitudes drásticas. É de competência do Congresso Nacional; nós não podemos mais colocar custos absurdos na população.

E, além de tudo isso, agora vem isto aqui: o Governo sai fora da BR-364, a União sai fora e ainda corta o orçamento para consertar as demais rodovias federais.

E se privatizar a do Mato Grosso, é partindo de Vilhena até Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime.

Na verdade, essas concessões estão acontecendo Brasil afora. O primeiro lote é esse lá de Rondônia. Na sequência, o lote do Mato Grosso. Imagine agora o custo do pedágio, que vai impactar o custo do produto, não é? Se você tem R$2 mil de pedágio no trecho de Rondônia e se você faz a sequência do Mato Grosso – e a soja do Mato Grosso hoje, boa parte dela, está descendo para Porto Velho, através da 364 –, a carga, com acréscimo de custo do frete, de R$4 mil, se você somar o de Rondônia e do Mato Grosso, simplesmente você inviabiliza, realmente, todo esse traçado do Eixo Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É algo realmente a se pensar. Nós fizemos esse debate aqui, na Comissão; fizemos depois com o Ministro dos Transportes. A ANTT ficou de fazer ali uma análise sobre o conjunto dos apelos que fizemos, sobre as análises que fizemos. Já modificaram alguns aspectos. Com relação a usuário recorrente, me parece que a coisa está bem encaminhada. Vai ter uma proposta de solução.

O problema maior hoje é para o transportador. E aí achar que isso não vai impactar o preço do produto final é uma enganação. Imagine quem é da... "Isso não atinge o pobre, isso não atinge o mais humilde que não tem carro." A pessoa pobre come, bebe, mora numa Casa que é construída com material de construção. O material de construção chega lá... Não chega lá em cima do nada, não; chega em cima de uma carreta. Então, o preço do pedágio vai impactar o preço dos produtos, seja do alimento, seja do remédio, seja do material de construção. Então, o mais pobre vai pagar, sim, por tudo isso.

Mas esse é um debate que a gente continua fazendo. Eu tenho cobrado, especialmente o Diretor-Presidente da ANTT, que já tem flexibilizado alguns aspectos do contrato. Esse contrato ainda não foi assinado, mas, em relação à questão das carretas, o ministério está bastante intransigente com relação a negociar qualquer aspecto em relação a isso.

Continuam em votação os itens 2, 3 e 4. Ainda precisamos de outros, pelo menos dois Senadores para alcançarmos o quórum.

Pois não, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, só gostaria de falar sobre o assunto que você falou do fechamento da BR-364, lá de Cujubim. Ontem eu estive no TJ, porque eu queria conversar com o Desembargador Raduan Miguel, só que infelizmente acho que ele tinha uma consulta médica, atrasou e ele não pôde atender. Eu tinha uma audiência pública lá na Assembleia Legislativa e tinha um voo meu às 16h. Não pude ficar para o final da tarde, mas ele até estava disposto a me atender no final da tarde.

Aquela situação lá é gravíssima. Nós precisamos nos empenhar – os oito Deputados Federais e os três Senadores – porque a expulsão daquelas pessoas do campo, a expulsão de pessoas que têm um título público, você, Senador Marcos Rogério, que é formado em Direito, você conhece.

Eu digo mais, Senadora Margareth, eu nunca tinha visto na história – eu nunca tinha visto na história –, eu já presenciei de leilão: a Justiça mandou os títulos dessas propriedades de pessoas que tinham o título da terra e não conseguiram pagar o banco... E outras pessoas compraram, compraram em leilão público, adjudicado pela própria Justiça, e hoje se diz que é uma reserva ambiental. Eu nunca tinha visto na história mandar uma área para o leilão, porque são terras, áreas que têm documento há mais de 30 anos! A área foi para o leilão com o aval da Justiça, e agora a pessoa inclusive que comprou no leilão está perdendo a propriedade, dizendo que é uma reserva ambiental. É o maior absurdo da história!

Eu estive lá na movimentação. É uma movimentação pacífica, eles têm o direito de fazer a movimentação. Pedi para eles que seja uma movimentação pacífica, mas eles têm que reivindicar os seus direitos, porque neste Brasil parece que a coisa está toda virada.

E digo para vocês que foi criada na Comissão de Agricultura aqui no Senado uma Subcomissão, da qual eu vou ser Presidente, para nós discutirmos no Brasil, principalmente nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados da Região Norte, a situação de embargos, a situação de reservas ambientais e a situação também do marco temporal de supostas demarcações de áreas indígenas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, que manifesta preocupação com relação a esse cenário que realmente tem atormentado a vida dos rondonienses.

Nesta semana saiu uma série de matérias falando sobre reservas no Estado de Rondônia e ocupação inclusive por representantes do setor público, o que nos causa bastante preocupação. É algo que espero que tanto o Ministério Público como a própria Polícia Federal possam investigar porque, ao passo que você pune quem está nessas áreas ocupando mansa e pacificamente, alguns com áreas tituladas... Você ter a denúncia de que representantes do próprio estado estariam ocupando reservas públicas – não sei se V. Exa. conseguiu ver as matérias que saíram esta semana –, é preocupante. É preocupante.

Eu até ontem faria uma fala em relação a isso no Plenário do Senado Federal, mas pedi primeiro para apurar as informações. Espero que as autoridades competentes possam fazer a investigação e identificar. Se isso está acontecendo, é algo muito grave, muito grave, porque, punindo o trabalhador que está em cima de áreas, trabalhando corretamente, tirando o pão de cada dia, e, ao mesmo tempo, altas autoridades do estado estariam envolvidas em processo de ocupação de áreas públicas, áreas de reservas, com titulação... Pelo que a matéria diz, são áreas com titulação sobreposta, títulos falsos, dando guarida a uma regulamentação com pareceres de departamentos, setores, enfim.

Mas não quero entrar nesse assunto aqui, porque esse é um assunto para a polícia investigar, para o Ministério Público investigar, para, aí sim, com responsabilidade, fazermos os encaminhamentos que devem ser feitos. Eu não denuncio por ouvir dizer, Miguel, chegar aqui e simplesmente, aleatoriamente, começar a falar. Inclusive lá citam-se nomes de pessoas. Ontem, quando mandaram, eu falei assim: "Olha, eu não faço esse tipo de denúncia sem antes apurar", porque são pessoas, pais de famílias, enfim. Agora, as autoridades devem fazer o dever de casa, apurar responsabilidades. Se de fato isso está acontecendo, é algo extremamente grave, desonesto e desproporcional, porque, enquanto os trabalhadores estão sendo escorraçados de toda uma região produtiva, antropizada, alguém está ocupando áreas que hoje são áreas de extrativismo no Estado de Rondônia, duas reservas importantíssimas para o Estado de Rondônia.

Alcançado, portanto, o quórum, declaro encerrada a votação dos itens 2, 3 e 4.

Peço à Secretaria da Comissão que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Houve 12 votos SIM; nenhum voto contrário.

Portanto, estão aprovadas as matérias dos itens 2, 3 e 4, conforme votação no painel.

Indago se há algum acréscimo a ser feito pelos Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo, agradeço a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e seis minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Fernando Dueire e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Beto Faro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Jayme Campos, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Weverton, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 3, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), substituiu Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. Aprovado requerimento de urgência do Sen. Esperidião Amin (REQ 58/2025-CI). **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 154, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para dispor sobre a transparência da destinação dos recursos de participações governamentais provenientes da exploração de petróleo e gás natural." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório com emendas. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 52, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater a modelagem da concessão da Rodovia BR-364, no trecho entre Rondonópolis/MT e Jataí-Rio Verde/GO." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado com subscrição do Sen. Marcos Rogério. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 53, de 2025** que: "Requer a inclusão do Sr. Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil, entre os convidados da audiência pública objeto do REQ 50/2025-CI." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado com subscrição do Sen. Marcos Rogério. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 54, de 2025** que: "Solicitação de participação do Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL) em audiência pública aprovada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio do Requerimento nº 50/2025." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Aprovado com subscrição do Sen. Marcos Rogério. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 55, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 56, de 2025** que: "Requer inclusão da ABRADEE e ABRAGET ao REQ 50/2025 CI" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 57, de 2025** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública objeto do REQ 50/2025-CI" **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Fernando Dueire, Sergio Moro e Jaime Bagattoli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 1º de julho de 2025.

Em primeira instância, comunico o arquivamento dos documentos apresentados à Comissão que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 3220, DE 2019
- Não terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 06/05/2025, foi realizada Audiência Pública instrutória, em atendimento ao REQ 27/2025-CI.

Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2025, aqui desta CI, inclusive da qual eu participei.

Concedo a palavra ao eminente e querido Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. por me dar essa oportunidade e gostaria de invocar o seu testemunho, porque V. Exa. participou ativamente da audiência pública de 6 de maio e trouxe, inclusive, contribuições que me fizeram compreender que nós temos que aprovar alguma coisa que melhore a situação. Se for o ideal, ótimo; se for próximo do ideal, teremos cumprido a nossa tarefa. Por quê? Porque, de uma forma ou de outra, nós sabemos que estão acontecendo absurdos na utilização de postes e no aproveitamento dos vários usuários, de uma maneira que hoje está muito longe de ser ordenada; está próxima de uma confusão infernal – não bastassem aquelas fotos que ambos apresentamos, mostrando os novelos embaralhados, fotografias que qualquer um pode atualizar neste momento na sua cidade, fotografias de cenas que mostram que esta situação não pode prosseguir.

Por isso, nós apresentamos, no dia 11 de junho, o texto do nosso parecer e abrimos um prazo, desde o dia 6 de maio, para recebermos sugestões, além da audiência pública que realizamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já tínhamos recebido, portanto, da TelComp, Conexis, Associação NEO, Abradee, BNDES, Aneel e Anatel, e tornamos a receber novas sugestões.

Então, eu quero destacar quais são os princípios que regem o compartilhamento de postes: ter sempre como supremacia o interesse público no uso da infraestrutura; isonomia de acesso e nas condições de compartilhamento dessa infraestrutura; promoção da modicidade das tarifas e preços dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações; eficiência econômica na definição das condições de acesso; equilíbrio, razoabilidade e proporcionalidade nas obrigações atribuídas aos prestadores dos serviços de distribuição de energia elétrica e dos serviços de telecomunicações; incentivo à concorrência e organização do espaço urbano.

Esse, eu diria, é o primeiro, primeiro princípio.

O segundo é: a gestão do ativo a ser compartilhado é de responsabilidade do titular da outorga vinculada à infraestrutura compartilhada.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) possui a prerrogativa de determinar a cessão do direito de exploração comercial da infraestrutura compartilhável em caso de desempenho inadequado da distribuição de energia elétrica.

O quarto princípio: a agência reguladora à qual o titular do ativo está vinculado é responsável por definir a parcela do ativo a ser compartilhada, a remuneração pelo compartilhamento e as obrigações a serem seguidas pelo titular do ativo e pelos interessados em utilizá-lo.

Ponto seguinte: o preço máximo a ser pago pelo espaço compartilhado deverá ser fixado pela agência reguladora à qual o titular do ativo compartilhado está vinculado. Esse preço máximo deve ter como princípios o fomento à concorrência entre os usuários da infraestrutura compartilhável, a promoção de tarifas e preços módicos, o incentivo à eficiência no uso da infraestrutura, a garantia da justa remuneração ao titular da infraestrutura compartilhável, a modernização dessa infraestrutura e a separação dos custos entre os setores de energia elétrica e telecomunicações, vedada a existência de subsídio cruzado entre tais setores e o tratamento discriminatório na concessão de desconto.

Os cinco últimos princípios são:

- a agência reguladora à qual o interessado no compartilhamento está vinculado é responsável por definir os termos complementares da ocupação do espaço compartilhado, com vistas a garantir isonomia no acesso e fomentar a concorrência entre os interessados nesse acesso ao mercado, no mercado em que atuam;

- a regularização da ocupação do espaço compartilhado deverá seguir as regras das agências reguladoras envolvidas, observando as seguintes diretrizes: definição dos ativos prioritários para adequação a partir dos critérios fixados pela Aneel e pela Anatel; utilização da receita obtida com o compartilhamento da infraestrutura como incentivo à regularização e à observância das regras de ocupação; fixação de prazos e condições compatíveis com as características da infraestrutura objeto de compartilhamento, inclusive aquelas relacionadas à sua localização; definição da responsabilidade dos prestadores do serviço de distribuição de energia elétrica e dos serviços de telecomunicações; e combate à ocupação clandestina da infraestrutura compartilhável;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a utilização do ativo compartilhável somente poderá ocorrer mediante a realização de contrato entre o titular desse ativo e o interessado no compartilhamento;

- a utilização do ativo compartilhável sem contrato pode ensejar a caducidade da outorga, com as devidas salvaguardas às empresas em processo de contratação e negociação;

- e, finalmente, os municípios, a partir de delegação das agências reguladoras às quais estiverem vinculados o titular do ativo e os interessados no compartilhamento, poderão fiscalizar a ocupação desse ativo e receber uma parcela da receita associada ao compartilhamento.

Isso, Sr. Presidente, é o conjunto das diretrizes que nós conseguimos construir graças a essa cooperação.

Presidente, como eu já declarei, eu tomei conhecimento desse assunto como Prefeito de Florianópolis há quase 50 anos. Naquela época, tinha uma distribuidora de energia elétrica e uma telefônica. Imagine hoje, quando nós temos, felizmente, concorrência, competição, convergência. Agora, o poste não pode carregar isso tudo. Daqui a pouco, eu coloco um cabo, paro com o negócio, fica aquela sequela a mais no poste, mais um fio para o novelo, no embaraço... Então, foram as contribuições que decorreram principalmente a partir da audiência pública. Presidente, cumpriu-se aqui, maravilhosamente, um dito popular que o meu querido amigo de infância mais recente, o Senador Fernando Dueire, me ensinou, vindo lá de Pernambuco: mutuca tira boi do mato. Ou seja, uma pequena mosca, um pequeno mosquito vai lá, incomoda o boi, e aquele boi enorme sai do mato para escapar do mosquito. Até em Rondônia e em Ibirama acontece isso.

A verdade é que, com essas providências de colocar o projeto aqui, nós apressamos contribuições. E eu quero agradecer a todas essas agências e agradecer à Consultoria Legislativa do Senado, na pessoa do Dr. Rutelly, que está aqui presente, o réu. Ele e o Gibran me entregaram esse trabalho dizendo o seguinte: "Nós fomos até o limite da irresponsabilidade. Mais concessão do que tem aqui chega ao ambiente da irresponsabilidade". Mas é a tentativa de convergir interesses, de conseguir trazer para um texto que compreenda, desde as agências reguladoras, os usuários e os municípios, um mínimo de racionalidade. Como aqui não existem surpresas, e está havendo cooperação, eu sei que o meu amigo de infância mais recente, o querido amigo Fernando Dueire, vai pedir vista. E eu acho que ele está certo. Mas eu peço à Presidência da Comissão que faça com que, na próxima semana, nós deliberemos, porque isso vai ser terminativo na Comissão de Justiça, pelo que eu sei. Quer dizer, não há um desespero; há uma esperança – isso, sim – de que nós tenhamos um texto. Eu acho que esse texto é o texto sensato, abrangente, convergente, não por mérito do Relator, nem mesmo do autor, o Senador Weverton, mas pela necessidade de harmonizar.

Então, essa grande contribuição que nós conseguimos recolher vai nos aprimorar – perfeição, não –, mas ajudar a sair desse enrosco, que não é só dos fios e cabos, mas é um enrosco administrativo, de gestão, de responsabilidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de competências que se desencontram.

Acho que esse texto nós estamos próximos de ter. E antecipo que concordo com o pedido de vista que ele vai fazer, porque sei que é um pedido sério. O próprio Líder da Bancada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, o Senador Rogério Carvalho, explicou por que precisa. É um tempo último nesta Comissão. Nada impede que venhamos a ter outras contribuições em outra Comissão. Mas o importante é que ele saia daqui com um mínimo de convergências e, se Deus quiser, na próxima semana, dentro desse protocolo que fica aqui avençado.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Este é um assunto extremamente relevante.

Eu tenho acompanhado o trabalho do Senador Amin. Não é mais possível nós convivermos com um quadro que está aí posto. Até na própria audiência pública, eu coloquei que todos querem o poste, mas parece que ninguém quer cuidar dos postes.

É preciso uma convergência, e nós temos uma certa clareza de que há disposição para que seja construída essa convergência. Nós estamos aí com a renovação das concessões de energia elétrica, e eu pediria rigorosamente – rigorosamente – que, para a próxima semana, seja apreciada. Mas eu gostaria de um pedido de vista, exatamente para que eu pudesse fazer a leitura final e discorrer com relação a algumas dúvidas.

Como falou o Senador Amin, esse é o produto possível. Não é necessariamente o ótimo, nem o ideal, mas é o início de uma discussão séria com relação a um assunto que hoje aflige as cidades.

De forma que eu peço a V. Exa. vista, que eu acredito que seja boa, que seja bem conduzida, em sendo vista coletiva, rigorosamente para apreciação na próxima semana, na próxima sessão.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu devo, Presidente, cumprir, portanto, a formalidade legal de fazer a leitura do voto. Eu fiz o resumo do que contém o voto e gostaria de dizer que, diante do exposto, a minha manifestação é pela aprovação do PL 3.220, de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresentei.

São 14 artigos, cujo resumo consta da minha leitura feita há pouco; ou seja, eu não vou ler os 14 artigos, mas já antecipei o que são, o que constitui o escopo desses artigos. E o parecer já estava apresentado, primeiramente, em 11 de junho e, depois, agora, com as contribuições que recebemos, e poderemos receber ainda novas contribuições, o que virá a enriquecer a nossa deliberação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Certamente, é um projeto extremamente interessante, mas também se reveste da complexidade. E eu reputo oportuno, embora ele vá passar ainda por outras Comissões, que ele saia daqui já amadurecido, já bem construído. Eu tenho certeza de que o Senador Fernando Dueire também tem ponderações a serem feitas, e assim é bom porque ele já sai redondo, vencendo resistências possíveis em outras fases. Acho que o papel desta Comissão de Infraestrutura, já que é um papel de mérito inclusive, é que ele já saia adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou conceder vista coletiva, sugerindo que seja pautado para a próxima semana – é claro que daí o Senador Marcos Rogério fará essa definição, mas não creio que ele fará qualquer objeção a esse respeito –, assim permitirá também que todos nós façamos uma análise mais ponderada do relatório, do novo relatório, que foi apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Então, em relação ao Projeto de Lei 3.220, de 2019, feita a leitura do voto do Relator pela aprovação, com as alterações por ele efetuadas, é concedido o pedido de vista coletiva, para retornar a matéria, se possível, na próxima sessão.

Item 3 da pauta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Há um pedido aqui de inversão. Pode ser?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O item 2 é tão rápido.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como precisará de um Relator *ad hoc*, respeita-se a inversão de pauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Pode ser o item 3?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode ser o item 3.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se bem que V. Exa. pode ser o Relator *ad hoc* do item 2.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Trata-se da criação de uma...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, só me deixe fazer a chamada aqui.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Item 2, então.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 3, DE 2025
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico.
Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Lucas Barreto
Relatoria *ad hoc*: Senador Fernando Dueire.
Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, submete-se à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Resolução nº 3, de 2025, de autoria do eminente Senador Esperidião Amin, cuja proposta é instituir a Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico. É oportuna essa iniciativa, Sr. Senador Amin.

Em seu art. 1º, o projeto estabelece as finalidades da referida frente parlamentar, que seriam: defender os interesses relacionados ao setor náutico, como o desenvolvimento da infraestrutura portuária e aquaviária, o fortalecimento da indústria náutica e o incentivo aos serviços correlatos; acompanhar os projetos de interesse do setor náutico no Congresso Nacional; e assessorar os Parlamentares desta Casa na elaboração e votação de projetos abrangidos pelas finalidades dessa frente parlamentar.

O art. 2º estabelece que irão integrar a Frente Parlamentar da Economia do Mar - Setor Náutico todos os Senadores que assinarem sua ata de instalação, sem prejuízo da possibilidade de adesão de outros membros do Congresso Nacional.

O art. 3º, por sua vez, determina que o funcionamento da referida frente parlamentar será disciplinado em regimento próprio ou por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais desta Casa.

Eu peço permissão, Sr. Presidente, para ir diretamente ao voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 3, de 2025.

Essa é a posição e o nosso voto.

Muito obrigado.

É isso o que temos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradecendo ao Senador Fernando Dueire pela relatoria *ad hoc* e felicitando aqui o autor do projeto, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só aproveito para, além de agradecer ao Senador Fernando Dueire e a V. Exa., pedir que seja aprovada urgência para que vá para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão a urgência. (*Pausa.*)

Nenhuma objeção, então, aprovada também a urgência, para encaminhamento ao Plenário.

Agora o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para dispor sobre a transparência da destinação dos recursos de participações governamentais provenientes da exploração de petróleo e gás natural.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

A matéria é... Desculpe.

Concedo a palavra, então, ao Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 154, de 2023, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, para dispor sobre a transparência da destinação dos recursos de participações governamentais provenientes da exploração de petróleo e gás.

O PLP é constituído de dois artigos. O art. 1º altera o *caput* do art. 53 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, para determinar que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária venha acompanhado de demonstrativos relativos a despesas com recursos de participações governamentais provenientes da exploração de petróleo ou gás natural, discriminando a execução orçamentária por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. O art. 2º trata-se de cláusula de vigência e determina que a lei complementar entre em vigor na data de sua publicação.

O objetivo da proposição é dar maior transparência ao uso dos recursos de participações governamentais provenientes da exploração do petróleo e gás natural no Brasil. Para tanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal passará a exigir a demonstração detalhada de como foram gastos os recursos governamentais dessas participações, que são governamentais. Será o primeiro dispositivo da LRF a exigir a transparência das despesas do Orçamento tendo por base a arrecadação de uma receita pública específica.

No mérito, o PLP é muito oportuno, porque o aumento da transparência é essencial para assegurar o uso justo e eficiente dos recursos públicos, notadamente aqueles de fontes que se esgotarão com o tempo. E, no caso das receitas oriundas da exploração de petróleo e gás natural, sabe-se que os valores auferidos atualmente são altíssimos.

A Lei Complementar nº 101, de 2000, no seu art. 52, já exige que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária dê transparência às receitas e despesas. Ocorre que é usual tais informações detalhadas sobre receitas e despesas ficarem perdidas no meio de um relatório tão extenso. Por essa razão, o PLP nº 154, este, de 2023, passa a exigir que o relatório resumido venha acompanhado de demonstrativos específicos relativos a despesas com recursos de participações governamentais provenientes da exploração de petróleo ou gás natural,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminando a execução orçamentária por categoria econômica e grupo de natureza da despesa. Dessa forma, ficará muito mais fácil acompanhar o que está sendo feito com esses recursos.

Dessa feita, vou ao voto.

Diante do que está posto, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 154, de 2023, com a emenda que ora apresentamos:

> EMENDA Nº - CI
> (ao PLP nº 154, de 2023)
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 154, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 1º O *caput* do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:
> 'Art. 53 .....
> .....
> VI - despesas com recursos assegurados pelo § 1º do art. 20 da Constituição Federal (NR). '"

O sentido da emenda é para que se possa ter, além da transparência na exploração de petróleo e gás natural, também transparência na exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais nos respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração, conforme previsão constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu tinha que relatar.

Muito obrigado.

E encaminho o voto pela aprovação do projeto do eminente Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com emendas.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Registro aqui meus elogios. O projeto, que amplia a transparência na utilização das verbas públicas, também de despesas e mesmo da participação – inclusive com o acréscimo feito por V. Exa. –, merece todos os elogios.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bom dia, Sras. e Srs. Senadores, convidados que acompanham os trabalhos da Comissão de Infraestrutura.

Nós esgotamos a pauta dos projetos de lei que estavam na Ordem do Dia de hoje; estão pendentes agora os requerimentos.

Eu proporia ao Colegiado apregoarmos todos os requerimentos e fazermos no final a votação em globo se não houver objeção.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar e debater a modelagem da concessão da Rodovia BR-364, no trecho entre Rondonópolis/MT e Jataí-Rio Verde/GO.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Portanto, faremos a deliberação na sequência.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 53, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Sr. Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil, entre os convidados da audiência pública objeto do REQ 50/2025-CI.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

O Senador Eduardo Gomes não está presente. Eu vou subscrever os requerimentos dos autores que não estão presentes para a gente poder fazer a deliberação.

Este requerimento está dentro daquele tema do *constrained-off*.

Eu sei que tem requerimento também do Senador Esperidião Amin e outros. Nós vamos deliberar todos os requerimentos, mas eu já faria aqui uma ponderação com os colegas Senadores, porque nós estamos com dez convidados para esta audiência pública. É imprestável você fazer uma audiência pública com tantos convidados, a não ser que a gente a divida em duas ou três edições, porque, senão, vem aqui um conjunto de convidados e a gente não consegue discutir com a profundidade que o tema merece.

Eu sei, eu já fui demandado por...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... alguns segmentos que querem a inclusão na pauta de discussão esse tema, todos querem discutir essa matéria, mas a gente tem um cerne aqui para tentar fazer este debate.

Se os colegas Senadores depois, de repente, quiserem ampliar esse debate, eu vou propor de a gente dividir esta audiência pública, porque, em uma audiência pública, é praticamente impossível você fazer aqui um debate com 15 convidados: ninguém vai ter a oportunidade de falar com a profundidade que o tema merece. É um tema sensível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço essa advertência, mas já adiantando que vou votar todos os requerimentos, para a gente poder ter a oportunidade, lá na frente, de decidir se faz num modelo ou em outro.

Vou apregoar o requerimento do Senador Esperidião Amin, e aí lhe concedo a palavra, na sequência, para encaminhar a matéria.

Antes, item 6.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 54, DE 2025
- Não terminativo -

Solicitação de participação do Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL) em audiência pública aprovada por meio do Requerimento nº 50/2025.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Também relacionado ao tema *constrained-off*.

Item 7.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 55, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

Esse requerimento é subscrito por mim e pelo Senador Esperidião Amin.

Na semana passada, o Senador Esperidião Amin me fez contato abordando este tema, e eu disse a ele que tinha até a intenção de trazer hoje já, aqui, os Diretores-Gerais das agências vinculadas à Comissão de Infraestrutura, para a gente fazer o início dessas tratativas. Mas acabei optando por aprovar o requerimento e fazer, depois, uma sessão mais bem-organizada, mais bem-orientada para tratar deste tema. A preocupação do Senador Esperidião Amin é a minha também.

Agora há pouco, Senador Amin, eu e o Senador Bagattoli estávamos com o Ministro Sílvio Costa, que é o Ministro de Portos e Aeroportos, e já antecipei a ele que nós trataríamos deste tema na Comissão no dia de hoje. E ele me adiantou, inclusive, que, no caso da Agência Nacional de Aviação Civil, em razão das peculiaridades, em razão da sensibilidade deste tema, especialmente no aspecto da questão da segurança, ele já fez o encaminhamento de uma solução que, ainda que não seja a solução definitiva, liberou parte do orçamento necessário para o funcionamento, a garantia das operações de fiscalização, enfim, os trabalhos da agência. Ele o fez tanto em relação à Agência de Aviação Civil, que, para mim, dessas, talvez seja uma das mais sensíveis, como também o fez em relação à Antaq, um aporte financeiro para garantir o funcionamento.

Então, o requerimento está apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu asseguro a palavra ao Senador Esperidião Amin também para encaminhar como autor deste requerimento e, na sequência, colocarei os requerimentos extrapauta de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Presidente, V. Exa. já falou sobre o essencial.

Eu apenas gostaria de dizer que temos 11 agências reguladoras. Oito são afetas a esta Comissão. E a situação de um modo geral – há exceções – é lastimável.

As agências respondem por toda a nossa economia formal. Onde temos economia formal, tem agência reguladora.

O estrangulamento financeiro é de tal ordem que nós estamos caminhando para um caos na economia formal.

E, se as agências podem, muitas delas, se autofinanciarem sem grandes dificuldades, do jeito que vai indo o depauperamento orçamentário e financeiro elas vão deixar de gerar até receita; mas, antes disso, e muito pior, vão afetar dramaticamente a segurança, a qualidade do serviço, ou seja, elas vão para a automorte por inação. Então, não é o faquir, não é uma exibição, é pela falta do mínimo para que elas operem.

Então, este requerimento, para que nós tenhamos esta reunião, de alguma forma associando as outras três agências que não são afetas a esta Comissão, é o cumprimento do nosso dever, por isso fiz questão de assiná-lo junto com V. Exa.

E, na verdade, ele deve ser considerado um requerimento da Comissão, porque, se nós vamos homologar daqui a pouco o nome da Agência de Aviação Civil, eu tenho interesse no debate, até pelo que ocorreu em Santa Catarina há duas semanas ou uma semana e meia, com o balão. Tivemos oito mortos, há uma carência de regulamentação.

Então, como é que nós podemos cobrar da Anac uma regulamentação se nós não damos à Anac o mínimo para ela respirar e agir?

Portanto, subscrevo com V. Exa. este requerimento, na certeza de que estamos cumprindo o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma indagação aqui. Acho que o requerimento é muito pertinente, porque, em todos os lugares, nós estamos ouvindo sobre essa desestruturação das agências na perspectiva da capacidade delas de atuação.

O requerimento é sobre as agências em geral e não tem um foco específico em alguma delas, não?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todas as agências que têm vínculo com a Comissão de Infraestrutura.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, com a Comissão de Infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso. Todas cujos diretores são sabatinados na CI.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, perfeito.

Eu quero aqui elogiar a iniciativa e endossar aí, adiantando o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Bagattoli, V. Exa. também tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Eu recebi aí um pessoal da Apine, que é a Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, os pequenos produtores de energia, e eles pediram, se V. Exa. pudesse, para nós colocarmos um requerimento. A gente sabe que vai ter muitos participantes, e é para eles poderem também participar desta audiência pública. Se V. Exa. pudesse analisar essa situação... E acho que é de importância que os pequenos produtores independentes de energia participem também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

E, da mesma maneira como já anunciado em relação ao extrapauta do Senador Amin, o faremos em relação ao pedido do Senador Jaime Bagattoli, com o indicativo, desde logo, de que depois nós trataremos, num ambiente mais particular, aqueles que nós vamos, de fato, convidar para estar aqui. Se convidamos todos, se convidamos os que têm uma ligação mais direta com o tema do *constrained-off*, ou se faremos mais de uma reunião para tratar dessas audiências públicas; mas deliberaremos todas as sugestões encaminhadas pelos Senadores.

Em relação a esse tema das agências, dadas a importância e a gravidade do que está acontecendo com as agências reguladoras, eu havia preparado uma fala inicial.

Hoje, nós temos todas as agências afetadas por esses cortes orçamentários. E o trabalho dessas agências afeta diretamente a economia do país nos mais diversos setores. As agências vinculadas a esta Comissão de Infraestrutura – de energia, transportes, petróleo, mineração, telecomunicações, aviação – são agências indispensáveis, que atuam, repito, em setores que são estratégicos e que impulsionam o desenvolvimento do país, num ambiente que se pressupõe, que se espera de previsibilidade, de segurança jurídica, de segurança regulatória. Qualquer coisa fora disso representa um dano direto a todos esses segmentos econômicos que são importantes para o país.

Aqui, apenas para sublinhar a gravidade disso, a sensibilidade disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou mais recentemente a demissão de 145 funcionários terceirizados, o que vai, obviamente, pelo anúncio feito, comprometer as fiscalizações por falta de orçamento.

É disso que se trata! É disso que se trata!

Já a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) também vai parar com as fiscalizações de qualidade dos combustíveis e reduzirá o acompanhamento dos preços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o papel das agências, é o funcionamento das agências e é o impacto disso na prestação do serviço dessas agências.

Portanto, esse contingenciamento de recursos afeta a autonomia dessas agências e traz ainda mais insegurança aos consumidores e investidores. A economia, que já patina com a situação fiscal do país, vai se deteriorar ainda mais, porque os recursos não são alocados de maneira coerente.

Aí, talvez, com a vinda desses Diretores aqui, para a gente fazer essa discussão ampliada, obviamente nós vamos ter que falar do problema que está acontecendo neste momento e ter o apontamento de caminhos para uma possível atualização legislativa que dê a essas agências o mínimo de condição para funcionar. Algumas, se considerarem a receita gerada a partir da própria atuação, teriam condições de ter um orçamento próprio a partir das receitas que são levantadas pelas agências. Outras, não. Mas o modelo, como está posto hoje, é um modelo que acaba engessando, porque todas elas ficam dependentes do Orçamento Geral da União.

Eu falei de duas agências.

A Anatel também fez comunicado informando que os projetos de modernização do parque tecnológico da agência serão afetados com esses cortes.

A Anac, como eu disse agora há pouco, que trabalha em prol do setor aéreo, anunciou a suspensão da aplicação de provas para obtenção de novas licenças e habilitações, em razão dos cortes. No caso da Anac, tanto eu quanto o Senador Jaime Bagattoli estivemos, agora há pouco, com o Ministro Silvio Costa e ouvimos que ele anunciou que já teria feito a liberação de pelo menos uma parte – a informação que recebi foi de 50% – do corte feito para garantir o funcionamento da agência, para não estrangular o funcionamento dessa Agência. Repito: não é necessário dizer da importância dela no aspecto da segurança dos voos no Brasil.

A ANTT, a Antaq, a ANM, todas elas, na mesma situação.

Enfim, não vou entrar aqui nos detalhes sobre isso.

Eu colocaria um outro ponto, apenas para a gente ficar no radar, que revela um pouco da fragilidade que as agências estão vivendo neste momento. Talvez a gente vá ter que discutir, talvez eu faça a designação de um membro da Comissão para elaborar um parecer sobre isto que eu vou dizer agora.

Senador Amin, quando aprovamos a Lei das Agências, eu penso que a legislação pecou em clareza em relação a um aspecto das agências reguladoras. Nós criamos instrumentos que permitem a recomposição dos quadros faltantes da diretoria colegiada com a substituição por servidores que são aprovados internamente e que vão exercer por tempo determinado o cargo de Diretor interino. Eles vão compor a diretoria colegiada.

Todavia, não restou muito clara qual seria a solução em relação à figura do Diretor-Geral ou do Diretor-Presidente da agência. Aí nós temos situações as mais diversas. Existem agências que fazem o que eu considero a escolha mais adequada, mais correta: dos diretores sabatinados que compõem o colegiado, eles escolhem um para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da agência, ou seja, o que vai ter a missão do controle da pauta, da ordem dos trabalhos do colegiado é um diretor sabatinado. Ele é alçado a essa função como Diretor-Geral substituto, um diretor sabatinado. Outras agências acabam por colocar, como Diretor-Geral, um substituto. Ou seja, um substituto que, via de regra, é subordinado à diretoria colegiada. E, agora, ele vai ser o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor-Geral. Não raras as vezes, esse Diretor-Geral substituto fica muito refém da pauta ou do Governo ou da própria diretoria. Então, você acaba por enfraquecer o aspecto de independência das agências.

Eu penso que nós vamos ter que fazer essa discussão para dar uma solução, ainda que temporária, até que a lei seja atualizada para dar clareza a esse ponto, mas numa interpretação que permitisse a uniformização desse entendimento.

Na ANTT, por exemplo, o que está como Diretor-Geral, hoje, é um diretor sabatinado, ainda que na condição de substituto.

Salvo engano, a Agência de Mineração também tem uma situação semelhante.

Na Anac, eu acho que vai para o terceiro Diretor, se eu não estou enganado, que é substituto e que não é da diretoria colegiada.

Aí, para demonstrar a gravidade do que eu estou dizendo, a nota que saiu da Anac para denunciar a falta de condição para funcionamento da agência não é uma nota da diretoria colegiada, não é uma nota do Diretor-Geral da agência. É uma nota da assessoria de comunicação da agência. Com todo respeito aos profissionais de comunicação, mas isso é uma fala institucional, isso é uma fala da agência.

Eu estou fazendo essa advertência na condição de Presidente desta Comissão, e me perdoem os senhores, para demonstrar que naquilo que o legislador fez lá atrás talvez tenha pecado por ausência de clareza com relação à substituição do Diretor-Geral. Não se pode conceber que o Diretor-Geral não seja alguém sabatinado. Faltando, ausente o Diretor-Geral, escolha-se, entre aqueles da diretoria colegiada sabatinada, um para presidir, para não acontecer o que está acontecendo lá na agência.

Eu vi a nota, eu recebi a nota e eu a anunciei, agora há pouco, porque ela retrata uma gravidade, quando eu vi que isso, que não é um detalhe menor, mostra justamente a fragilidade da agência quando conduzida por alguém que não é da diretoria sabatinada pelo Senado Federal.

Eu estou apenas compartilhando com todos os senhores e as senhoras, porque eu penso que a gente vai ter que fazer um encaminhamento aqui para tentar buscar uma uniformização. Eu acho que a própria AGU poderia ter feito isso já, dentro daquele modelo que já estabeleceu para algumas outras questões, e não o fez.

Senador Amin, eu vou pedir à nossa consultoria que faça alguns apontamentos em relação a isso. Aí eu designaria aqui um dos nossos membros da Comissão, do Colegiado, para oferecer um parecer. Obviamente, seria um parecer com indicativo de efeito vinculante limitado até que a gente possa fazer a alteração da lei.

Perdoem-me os senhores, mas eu considerei importante fazer esse alerta em face de tudo o que está neste momento a acontecer.

Senador Bagattoli, V. Exa. pede a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Isso aí é uma situação muito preocupante. Vamos falar um pouquinho só sobre a ANP.

Houve um decreto, Senador Amin, agora do Governo Federal, aumentando o etanol de 27,5% para 30%; e o biodiesel, de 14% para 15%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já não há fiscalização, hoje. Não há fiscalização, hoje.

No passado, quem fazia essa fiscalização era a Petrobras, porque só a Petrobras tinha o controle de 100% das compras tanto de biodiesel, lá no passado, quanto do etanol. Hoje, se perdeu isso. E a ANP, nem hoje, nem há muitos anos, faz a fiscalização que seria feita, que seria para fazer.

E digo mais, Senador Amin, para essa situação, não foi feito estudo. As próprias fábricas de motores no Brasil falam que vai dar problema, principalmente na questão do biodiesel, e não está se tomando nenhum critério para se aumentar a proporção do biodiesel no diesel. Isso é uma situação grave e, agora, ainda mais se a ANP abrir mão praticamente, pelo que eu estou vendo. Já fazia pouca fiscalização, e, agora, pelo que eu estou vendo, vai ficar a Deus dará.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Isso é para demonstrar a gravidade do que está acontecendo.

Nessa situação especialmente, me parece que há aí também uma diretriz do Conselho Nacional de Política Energética. Parece que passou por esse conselho também, que tem a representação dos mais diversos ministérios.

Enfim, são temas preocupantes.

O item 7 já foi anunciado.

Os extrapauta constantes da ordem do dia...

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 56, DE 2025
- Não terminativo -

Requer inclusão da ABRADEE e ABRAGET ao REQ 50/2025 CI

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

O item seguinte é o item 9.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 57, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública objeto do REQ 50/2025-CI

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Requer a inclusão da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) – o Senador Jaime Bagattoli já encaminhou também a matéria.

Portanto, são os requerimentos apresentados. Conforme anunciado inicialmente, faremos a votação do conjunto desses requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Indago aos Srs. Senadores se gostariam de acrescentar algo à reunião de hoje. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu só consignaria que... Vou falar sobre isto no Plenário também, depois.

Existiu um problema de fundo aqui na questão das agências, porque, na verdade, o que a gente está vendo é um Brasil caminhando para um *shutdown*, para uma falha operacional, porque o Governo não controla as suas contas, gasta com o que não precisa em demasia, tem distorções em despesas permanentes, tem distorções nas despesas discricionárias. Toda hora se ouve um abuso da utilização da máquina pública em gastos desnecessários.

O último desse... Não gosto nem de me referir muito a isto, mas houve referência à utilização de um avião da FAB pela Primeira-Dama para uma questão particular dela, de saúde. Mas a todo momento a gente vê isto: viagens sem fim, termináveis, a prioridade do Governo parece ser outra.

Agora saiu uma notícia de que se preocuparam em fazer uma carta para rebater a matéria do *The Economist* que disse que o Lula tem uma política internacional frustrante, errática, e que também grassa a falta de popularidade aqui dentro do Brasil.

Então, fica muito difícil também, Senador Marcos Rogério. Eu acho que é uma discussão pertinente chamar a atenção do problema das agências, que correm o risco de terem que parar a realização de atividades essenciais para o serviço público, seja de fiscalização, seja de gestão de áreas da supervisão que têm que fazer. Mas existe esse problema de fundo. E agora, também, houve a notícia, de manhã, de que foi definido que vão propor uma ação junto ao Supremo para retomarem o IOF, para suspenderem o PDL do Congresso Nacional.

Uma das coisas que eu aprendi nas minhas aulas de Direito Constitucional – tenho certeza de que V. Exa. e todo mundo que fez Direito teve isso presente nas aulas, pois é uma lição basilar do constitucionalismo, que até motivou revoluções, revoltas e que está no início do cerne do constitucionalismo – é que não tem tributação sem representação. E aqui a gente vai ver um exemplo do Governo querendo não só tributação sem representação, mas por cima da representação. Então, o Congresso decide que aquele aumento não era cabível, suspende o decreto governamental... Poderia fazer mais – poderia revogar a lei que institui o IOF, se o problema é a questão das alíquotas –, poderia fazer o mais, e quem pode o mais, pode fazer o menos.

Mas aí nós estamos batendo de frente com uma noção básica do constitucionalismo, que é a ideia da representação. Então, infelizmente o país está à deriva por um ano e meio, considerando este Governo, e o Congresso vai ter um dever de controle de danos até o final desse mandato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu concordo com as palavras do Senador Sergio Moro e gostaria apenas de, completando o que disse o Senador Jaime Bagattoli, trazer aqui umas breves palavras do Deputado Julio Lopes, que fez igual manifestação e está promovendo agora, no dia 8 de julho, uma reunião na Câmara dos Deputados sobre a situação das agências. Ele, dando o exemplo da ANP, vem ao encontro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que falava o Senador Bagattoli, e citou o seguinte: que a ANP chegou a considerar a suspensão do monitoramento da qualidade dos combustíveis, por falta de recursos. E ele ressalta: "Abrir essa guarda é um convite à pirataria. [E essa instabilidade financeira é o resultado de sucessivos cortes no orçamento.] Estamos vendendo o almoço para pagar o jantar – e, às vezes, ficamos sem café da manhã".

Então, essa imagem dessa situação que até provoca pânico, provoca medo das agências reguladoras, confirmando as palavras do Senador Jaime Bagatolli, vem ao encontro da sua iniciativa, que eu compartilho, de tomarmos uma atitude a respeito do funcionamento das agências reguladoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa., agradeço ao conjunto dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 55/2025 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 60/2025 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Finalidade:** Promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais. **Participantes:** Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da ANM; Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia, Conselheira Substituta do Conselho Diretor da ANATEL; Roberto José Silveira Honorato, Diretor Substituto da ANAC; Bruno Conde Caselli, Diretor-Geral Substituto da ANP; Agnes Maria de Aragão da Costa, Diretora-Geral Substituta da ANEEL; Flávia Takafashi, Diretora-Geral Substituta da ANTAQ; Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, Secretário da SecexEnergia do Tribunal de Contas da União — TCU; e Felipe Fernandes Queiroz, Diretor-Geral Substituto da ANTT. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3220, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Relatório aprovado conforme o substitutivo apresentado na complementação do voto. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 60, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 55/2025 - CI seja incluído representante do Tribunal de Contas da União-TCU." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos, Laércio Oliveira, Jaime Bagattoli, Fernando Dueire e Lucas Barreto. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/08

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Muito bom dia!

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2025.

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira, audiência pública interativa, e, na segunda parte, deliberativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da situação orçamentária das agências reguladoras federais brasileiras, bem como os reflexos dessa conjuntura sobre a capacidade regulatória do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais, em atenção aos Requerimentos nº 55, de 2025, da CI, de autoria dos Senadores Marcos Rogério e Esperidião Amin, e nº 60, de 2025, de autoria do Senador Marcos Rogério.

Eu registro, desde logo, a presença dos seguintes convidados: Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração – muito bem-vindo; Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia, Conselheira Substituta do Conselho Diretor da Anatel – muito bem-vinda; Roberto José Silveira Honorato, Diretor Substituto da Anac – muito bem-vindo; Bruno Conde Caselli, Diretor-Geral Substituto da ANP – muito bem-vindo; Agnes Maria de Aragão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa, Diretora-Geral Substituta da Aneel – muito bem-vinda; Flávia Takafashi, Diretora-Geral Substituta da Antaq – muito bem-vinda; Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, Secretário da SecexEnergia do Tribunal de Contas da União (TCU) – muito bem-vindo a esta audiência pública; Felipe Fernandes Queiroz, Diretor-Geral Substituto da ANTT – também muito bem-vindo.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas, eventualmente, pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra, e, aí, nós estamos estabelecendo um tempo, porque nós estamos honrados, hoje, com o número de convidados: são pelo menos oito falas das agências e ainda a representação do Tribunal de Contas da União. Então, nós teremos um volume de falas um pouco mais extenso.

Mas eu queria deixar um tempo que desse para cada um expor a situação de cada uma das agências. Então, vou estabelecer aqui um tempo de sete minutos para cada fala. Se tiver que acrescentar um pouco mais ou reduzir um pouco menos, estarão à vontade também nesse ambiente.

Antes de fazer uma fala introdutória sobre o tema e a gravidade desse cenário vivido especialmente no âmbito das agências, eu queria assegurar a palavra ao também autor desse requerimento – já o fiz na sessão anterior da Comissão de Infraestrutura, e o faço novamente.

Sobre o contato que me fez o Senador Esperidião Amin, no primeiro momento logo após os anúncios dos cortes e a repercussão da extensão de eventuais danos relacionados a esses cortes, o Senador Esperidião Amin tomou a iniciativa de contactar esta Presidência, para que medidas fossem tomadas no âmbito interno da Comissão, garantindo esse debate, lançando luz a cada situação vivida pelas agências, que fatalmente vai acabar por representar algum tipo de prejuízo para quem está lá na ponta, o destinatário final do serviço das agências.

Então, com a palavra o eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu quero dizer da minha satisfação de poder secundar, complementar, ou seja, procurar reforçar a sua iniciativa, que eu considero a mais importante iniciativa deste primeiro semestre legislativo que nós, na Comissão de Infraestrutura – e mesmo, sob certos aspectos, no Senado –, estamos fazendo, repito, por iniciativa sua.

Quero ainda assinalar que, na Câmara dos Deputados, o Deputado Julio Lopes, que foi nosso colega na Câmara, está desenvolvendo hoje também um encontro nesse sentido, de detectar o problema e considerar possíveis soluções.

Mas eu gostaria de sugerir que, nesses sete minutos iniciais, todos os que vão trazer aqui o testemunho e o caso da agência respectiva meditassem sobre o seguinte e incluíssem este tópico no roteiro: não menos do que 80% da nossa economia formal – a informal eu não sei, mas na formal 80% dependem –, todos os agentes da economia formal dependem de alguma forma das agências reguladoras, especialmente as vinculadas, quando da designação dos seus membros, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claudicar uma agência reguladora – duas, três ou mais – significa deixar de oferecer para esse segmento da economia formal tanto a regulação quanto a atividade de aprimorar o serviço que é prestado à comunidade. Então, é o desserviço. Tão ruim quanto o claudicar da agência é a deterioração do serviço que ela deve fiscalizar e regular. Daí é que, em todas as exposições, certamente, os senhores devem apresentar o quantitativo financeiro que está faltando para o bom cumprimento das obrigações. Mas eu gostaria que, a cada exposição de necessidade, fosse também alinhado o objetivo que seria alcançado caso isso se concretize. Ou seja, não é para gastar mais, não é para ter folga orçamentária, é para entregar o serviço de fiscalização, de aprimoramento da atividade, que é o que interessa à sociedade, ao usuário, ao cliente, o nome que tenha, ao cidadão, enfim.

Então, eu gostaria que, dentro da exposição de cada um, fosse dito o seguinte: olha, nós precisamos obter tal arrecadação, temos como fazê-lo, estamos arrecadando, mas o destino da arrecadação está sendo suprir necessidades do Tesouro, então eu preciso de mais R$1. Para fazer o quê? Por exemplo, para poder ampliar a fiscalização da qualidade do combustível de 70% para 100% – valendo-me aqui do exemplo mais próximo, que já foi aqui mencionado nesta Comissão como sendo um dos pontos críticos, que é a fiscalização da qualidade do combustível para o consumidor; não preciso explicar o que é isso. Então, a cada x de recursos que eu posso alcançar desta ou daquela forma, com o apoio político da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, nós conseguiremos tal ganho em termos do serviço que é da nossa responsabilidade.

Essa é a minha sugestão, Presidente, que eu acho que deveria ser incorporada a cada uma das exposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin.

Eu faria uma fala inicial, trazendo aqui algumas abordagens em relação a esses cortes todos, mas eu, até para evitar de, de repente, fazer uma fala que vá antecipar aquilo que os diretores farão no âmbito de suas falas, vou deixar para fazer uma abordagem, mais ao final, em relação a esse cenário, que para mim realmente é preocupante, porque, quando se fala de agência reguladora, especialmente no campo da infraestrutura... Como disse o eminente Senador Esperidião Amin, os grandes investimentos estruturantes da infraestrutura passam pelo crivo das agências reguladoras.

Então, sem o papel das agências reguladoras, todo esse grande desafio que é construir uma infraestrutura adequada para o Brasil fica comprometido, e a máxima de que a agência é independente, de que ela tem o seu papel de autonomia me parece ser escancaradamente desmentida diante de uma situação como essa em que a gente está agora. Não existe autonomia, não existe independência quando você tem o atrelamento do orçamento dessa agência a um outro Poder.

Eu penso que talvez o debate de hoje nos faça lançar luz sobre esse aspecto e, ao mesmo tempo, da mesma forma que a Câmara também está discutindo isso neste momento lá – e eu já homenageio o Presidente da Comissão de Minas e Energia por isso –, discutir alternativas. Quais são as alternativas a isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As agências – boa parte delas, se não todas –, dentro das suas prerrogativas, dentro do seu papel institucional, arrecadam, e arrecadam muito! Arrecadam muito: fala-se em R$200 bilhões de recursos que são auferidos através do papel das agências reguladoras, seja numa modelagem, seja em outras, seja através de medidas administrativas, seja através de processos... Nos certames que são estartados pelas agências, há uma movimentação; nas licitações todas, há um volume de recursos muito grande, que é levantado, que é arrecadado através do papel das agências reguladoras, mas elas não dispõem de um orçamento desvinculado. O orçamento está vinculado e, normalmente, quando se vai aprovar o Orçamento Geral da União, aquilo que se projeta não é o que se aprova, em razão das contingências todas. E quando da execução do Orçamento, você tem contingenciamentos numa extensão como foi a última, que tira me parece que um terço dos recursos discricionários das agências, que estariam neste momento comprometidos, em razão dos contingenciamentos feitos.

O que representa isso? Em que extensão isso compromete o regular funcionamento das agências? O que está em risco neste momento? Eu acho que são respostas que a gente precisa buscar neste momento.

E aqui eu queria destacar a importância do Tribunal de Contas da União e já agradecê-lo também pela disposição em participar deste debate, não apenas como uma instituição que vai ouvir, mas como uma instituição que tem um papel importante no controle das contas públicas, na fiscalização, no monitoramento da execução do orçamento público; e que, tenho certeza, poderá contribuir de maneira muito decisiva na busca de um caminho de entendimento, de mediação, para sair em socorro às agências e, ao fazê-lo, em socorro à infraestrutura do Brasil.

Eu registro que eu fui... esta Comissão foi procurada, inclusive, por outras agências que não são, Senador Esperidião Amin, do crivo de sabatinas da própria Comissão de Infraestrutura, em razão do vínculo temático. E aí reporto aqui o caso da Agência Nacional de Águas (ANA), que se colocou, inclusive, com o desejo de estar aqui, e ainda trazendo o argumento: "Olha, a ANA, embora não esteja subordinada, não esteja vinculada à Comissão de Infraestrutura, trata de temas da infraestrutura", e falou sobre a questão do saneamento, que é um tema tratado aqui na Comissão de Infraestrutura. Mas, em respeito à Comissão, que é a Comissão legitimada a fazer o convite, acabamos não o fazendo formalmente a essa agência. Talvez até numa próxima ocasião pudéssemos pensar em alguma coisa conjunta com esta Comissão e com outras Comissões que também lidam com as agências, mas, nesta primeira audiência pública, nós procuramos atender aqui as agências que estão vinculadas à Comissão de Infraestrutura.

Portanto, feitas essas breves observações, passaremos a ouvir os convidados, conforme já anunciado.

Com a palavra, representando a Agência Nacional de Mineração, o Diretor Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da ANM.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, cada um poderia dizer também a situação, como é que está a respectiva agência, em termos de cargos preenchidos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, perfeito. Perfeitamente, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Diretor Mauro Henrique.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Cumprimento a todos os Senadores, cumprimento os colegas de bancada, os convidados, todos os que nos veem aqui ou remotamente. Agradeço o convite e parabenizo pela iniciativa.

Acho que o papel do Senado, como uma Casa de onde emanam normas, é um papel fundamental. E, particularmente, aqui a Comissão também tem, dentro das suas atribuições, a de promover a melhoria do ambiente de negócios do país e o que é papel das agências, especialmente as agências de infraestrutura.

Então, um panorama bem rápido da Agência Nacional de Mineração. Ela foi a última agência criada, completou apenas seis anos recentemente. Tem sido objeto de uma série de discussões já de algum tempo, por conta da precariedade com que ela foi estruturada. É, então, uma agência que não tem a dotação orçamentária necessária.

Hoje nós trabalhamos com apenas 30% do número de servidores que deveríamos ter pela lei, embora o Governo tenha reconhecido isso, depois de um pedido, de reiterados pedidos – o último de 1.073 vagas, para as quais foram aprovados 220. Nós concluímos o concurso e estamos na fase final de apreciação de títulos para que eles possam ser chamados, os 220 servidores. Mais recentemente, o MGI autorizou 80 vagas para um concurso unificado – isso para nível médio –, então nós devemos ter aí em torno de trezentos e poucos servidores. Em contrapartida, nós temos 200 servidores que já estão em abono de permanência e com uma perspectiva de aposentadoria.

Então, essa é uma questão bastante sensível, não só o orçamento em si, mas nós temos também uma defasagem expressiva com relação à tecnologia.

Nós temos um portfólio de projetos bem ambicioso de transformação digital. Para lhes dar um exemplo, uma das nossas atribuições, que é a de arrecadar os *royalties* e fazer a sua distribuição, opera com um sistema baseado em Excel, que já está há 20 anos, e que hoje até os técnicos não conseguem que converse com as novas tecnologias: a gente tem que fazer remendos, e não conseguimos. Então, todos os nossos projetos de transformação digital agora estão relativamente paralisados por conta disso. Então, assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – Exato, herdado do DNPM. É.

Então, a situação é bem complicada e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – Temos um cargo em aberto, hoje, com uma indicação que já foi feita pelo Governo, mas que ainda não foi submetida à sabatina, e devem abrir – devem, com certeza – mais dois cargos em dezembro deste ano, tá? Então, tem dois em perspectiva de conclusão este ano ainda.

Portanto, assim, de um modo geral e bem *en passant*, a situação da agência é uma situação realmente complicada. Aliás, eu usei uma expressão, quando eu tomei posse, em 2022, de que a agência vivia o que eu chamei de "indigência institucional", por conta dessas várias mazelas que tem e que estamos tentando corrigir.

Quanto aos cargos para a estrutura também, tivemos um aporte agora do MGI que não atende às necessidades, mas que é o que foi possível. Ontem mesmo ficamos até meia-noite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando no novo Regimento Interno. Então, assim, temos trabalhado, temos buscado parcerias com outras instituições para minorar essas dificuldades, especialmente orçamentárias.

Nós somos a agência que, no *ranking*, é a que mais arrecada, ficando em segundo lugar, depois da ANP. A ANP é campeã disparada, né? Mas na ANM, no ano passado, só em *royalties*, nós batemos aí a casa de R$3,2 bilhões. Com os nossos projetos, a gente estima que, em três, quatro anos, a gente consiga dobrar, tá?

Aqui está o representante do TCU... O TCU no ano passado soltou um documento em que fez análise por algum tempo sobre a nossa capacidade de administrar a arrecadação de receitas e que indicou que, entre 2017 e 2022, cerca de R$20 bilhões deixaram de ser arrecadados. Nós temos hoje um passivo, por exemplo, em contencioso, de arrecadação, do que está inscrito em dívida ativa e em outras situações, que também beira a ordem de R$20 bilhões. Na arrecadação, Senador, por exemplo, nós temos apenas quatro servidores para atuar no Brasil como um todo para promover a arrecadação e a distribuição dos *royalties*, o que é um absurdo. Nós temos mais ou menos 40 mil frentes de lavra no país, e praticamente todos os municípios têm mineração.

Então, é uma situação realmente difícil que a gente está buscando equacionar, e temos os riscos inerentes da falta de orçamento. Nós temos toda uma programação para fiscalização *in loco* e nós temos que fazê-la, tanto a fiscalização do desenvolvimento da atividade na lavra, mas também na fase de pesquisa. Precisamos também ir a campo para identificar se a pesquisa está sendo feita conforme está preconizado pelo plano de pesquisa. E nós não conseguimos fazer isso porque – e agora temos a tendência de diminuir ou até suspender determinadas vistorias, determinadas fiscalizações – não vamos ter recursos suficientes.

Isso também tem reflexo na própria capacitação, porque a gente está falando de agência reguladora que tem que conhecer o mercado, tem que conhecer as boas práticas, tem que fazer *benchmarking*. E nós ficamos inibidos e tolhidos em relação a esse aspecto também.

(*Soa a campainha.*)

Portanto, a situação é difícil.

E, só para completar, nós temos ainda a situação que é sempre trazida: a mineração já tem uma percepção da sociedade, que é uma percepção negativa. Normalmente, quando a gente vê na televisão, na imprensa, as chamadas e as imagens são as imagens que trazem aspectos negativos. Mais recentemente, a questão humanitária e ambiental com os ianomâmi, mas tivemos há dez anos o caso de Mariana e precisamos mudar essa realidade. E aí sempre vai se chamar a atenção para menos recursos para o dia a dia, o que significa menos fiscalização, significa um incremento de risco, porque não temos a capacidade necessária para acompanhar tudo o que está acontecendo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA – Hoje nós temos 980 barragens de rejeitos. Você tem duas formas de disposição de rejeitos da mineração: os estéreis e os rejeitos propriamente ditos. Nós temos, em termos de pilhas mistas, que reúnem estéril e rejeito, 768 no país; e, de pilhas de estéril, temos 2.603. Então, nós temos um universo de mais de 3 mil e precisamos dar conta delas – barragens são 980. Esse é o primeiro item que chama a atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando se deixa de ter a capacidade necessária, até de instrumentação, por isso que eu falo também na necessidade por estado.

Nós temos mais ou menos 980 municípios. As barragens, em torno de 35%, estão em Minas Gerais; depois, vem Bahia, Espírito Santo... De cabeça, não saberia lhe dizer, mas posso lhe passar esses números. Nós atualizamos até esses dias para também mostrar ao Governo, ao MGI, ao Ministério do Planejamento, ao Ministério de Minas e Energia, ao qual a gente é vinculado, esse quadro, que é um quadro preocupante e que precisa ser visto com a atenção necessária e com o cuidado necessário para que nós melhoremos a nossa capacidade de prestar os serviços para os quais nós fomos criados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Diretor-Geral da ANM, Dr. Mauro Henrique Moreira Souza, pelas informações.

Ao ponto em que a gente vai tomando conhecimento sobre a gravidade do aspecto econômico, do aspecto financeiro, digamos assim, da agência, a gente fica mais preocupado com os aspectos relacionados a eles, que é a atividade-fim da agência, especialmente em áreas sensíveis, como é o caso da ANM. E não muito distante de agora, o Brasil acabou por acompanhar, com muita tristeza, algumas tragédias que são, em alguns aspectos, irreparáveis justamente pela falta de uma fiscalização eficiente, pela falta de uma política de maior segurança no aspecto preventivo, né? E, de repente, quando você ouve relatos de que, neste momento, essa situação se mostra ainda mais agravada, isso nos causa ainda mais preocupação.

Portanto, eu acho que esta audiência pública tem um papel fundamental para além de tentar dar encaminhamento ao problema orçamentário das agências que é o cuidado com a atividade-fim que cada uma tem e que vai dialogar com os interesses da sociedade, sobretudo no aspecto da segurança.

Na sequência, asseguro a palavra à Dra. Cristiana Camarate, Conselheira substituta do Conselho Diretor da Anatel.

A SRA. CRISTIANA CAMARATE SILVEIRA MARTINS LEÃO QUINALIA (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Marcos Rogério. Muito bom dia, Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos, Chico Rodrigues. Muito obrigada por terem nos convocado. Nas pessoas das Diretoras Flávia Takafashi e Agnes Costa, eu cumprimento todos os meus colegas e os presentes.

Senhores, é indiscutível que as agências reguladoras, em seus distintos setores, são a base, o lugar seguro para um diálogo técnico, amplo e transparente com a sociedade, Governo e empresas. As agências são órgãos técnicos de Estado e devem zelar pelo interesse público. No nosso setor do ecossistema digital, o setor em que a Anatel atua, eu entendo por interesse público entregas concretas de conectividade significativa. É nosso dever garantir a conectividade, promovendo as habilidades digitais para os consumidores e cidadãos brasileiros, para que eles, de fato, possam usufruir dessa conectividade. E é por meio da regulação que nós promovemos uma competição, uma proteção aos consumidores – uma regulação que permita atrair investimentos e tenha coerência e segurança jurídica nas decisões.

A Anatel tem uma atuação de mais de 27 anos e busca, então, garantir a proteção e o desenvolvimento do nosso país, garantindo que quem quer consumir consuma, e quem quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzir e desenvolver atividades econômicas também possa fazê-lo, nesse setor do ecossistema digital.

A Anatel tem muitas entregas concretas para a sociedade. Eu poderia ficar citar várias, mas escolhi citar três: a primeira delas que tem saído muito na mídia é o Defesa Civil Alerta, um projeto gerido e gestado pela Anatel há muitos anos para garantir a prevenção de desastres, por meio de uma comunicação eficiente com a sociedade; também gostaria de citar o Norte Conectado. A partir do leilão do 5G, nós garantimos 12 mil quilômetros de fibras nos leitos dos rios da Região Amazônica, o que permitirá conectar toda aquela região de forma eficiente, nesse déficit que nós tínhamos com a Região Norte.

Outro exemplo muito simpático a mim, que eu queria dividir com os senhores, é que ontem nós ganhamos um prêmio internacional na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, com um teatro que nós desenvolvemos. O teatro chama-se Vida de Influencer. Nós ensinamos as crianças de escolas públicas sobre a importância da internet e como se proteger. Algumas crianças foram ao teatro pela primeira vez, e a gente vai continuar expandindo esse teatro para o resto do Brasil. De novo: conectividade significativa.

É claro que os cortes orçamentários impactam, e muito, nos nossos projetos, Excelências. Eu gostaria de citar, muito rapidamente, a pedido inclusive do Senador Esperidião Amin, o que isso representa – o que esse corte de 25% do nosso orçamento representa.

Então, nós tínhamos um projeto... Temos ainda, né? Foi postergado. É um projeto de um novo *data center* para a nossa agência, e isso é fundamental. Por quê? Nós temos diversos sistemas críticos na agência. Além do SEI, pelo qual todo mundo se comunica dentro do Executivo, nós temos também um sistema chamado Anatel Consumidor. É esse sistema que acolhe e tem todos os dados de todos os consumidores que vêm reclamar à Anatel. Nós recebemos reclamação pelo WhatsApp, pelo *call center*, pelo aplicativo ou por um sistema. No ano passado, foram 1,3 milhão de reclamações. Essas reclamações são todas armazenadas, e nós temos que garantir segurança e resposta à sociedade. Além disso, o *data center* também vai auxiliar em outro sistema crítico, que é o de licenciamento de estações. Não podemos falar em conectividade se nós não damos as estações, se não licenciamos as estações. Isso impacta cerca de 15 mil empresas. Então, foi postergado esse projeto do novo *data center*.

Nossas fiscalizações e projetos de fiscalizações também sofreram um impacto direto com esse corte. O que exatamente de projetos de fiscalização sofreu impacto? Todos os projetos relacionados ao bloqueio de *bets* ilegais, projetos para melhorar o combate à pirataria e também o do Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação, um projeto que nós temos com o Tribunal Superior Eleitoral.

Também foi sobrestada a aquisição de *drones*, que certamente melhorariam a fiscalização de espectro, o que tem interface com outras agências. Quando nós fiscalizamos espectro, atuamos também com a Anac, por exemplo, para evitar transmissões irregulares que possam atrapalhar pousos e decolagens. Então, isso foi também sobrestado.

Suspendemos diversas parcerias.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANA CAMARATE SILVEIRA MARTINS LEÃO QUINALIA – É do conhecimento de todos que a Anatel tem trabalhado no ecossistema digital, e, para isso, projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Unesco, de inteligência artificial, foram sobrestados em parte, e também os de conectividade significativa.

Caminhando para o fim, eu gostaria apenas de mencionar que é muito importante o reconhecimento das agências. É fundamental. Como disse o Senador Esperidião Amin, somos responsáveis por 80% da regulação dos setores que são responsáveis por gerar o PIB do nosso país.

É importante dizer que, hoje, nós temos 570 servidores, especialistas ativos, sendo 76 já em abono de permanência, ou seja, 13% do quadro. Temos vagas para 508 funções. E a felicidade – eu tenho de dizer para os senhores – é que tivemos um concurso público com aprovados e chamaremos 49 servidores, mas temos um cadastro de reserva de 170 aprovados.

Temos conversado com o Governo acerca da possibilidade de chamar 100% do cadastro de reserva, e conto muito com o apoio dos senhores para que, de fato, seja possível repor parcialmente o quadro. Também uma notícia positiva é que teremos um novo concurso para 50 técnicos, e aí seria para nível médio. Mas temos nas mãos a possibilidade de chamar esse cadastro de reserva, o que auxiliaria muito na atuação da agência.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANA CAMARATE SILVEIRA MARTINS LEÃO QUINALIA – Muito obrigada, Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Diretora Cristiana Camarate, que representa, nesta audiência pública, a Anatel, trazendo as informações e as perspectivas da agência em face desse novo orçamento.

E vejam como é contraditório: a gente debateu recentemente – esse tema está o tempo todo em debate no âmbito do Congresso Nacional – a pauta dos jogos. Aliás, hoje no Plenário do Senado, de novo, uma matéria dessa natureza está no centro do debate. Dessa vez, não são mais os jogos *online*, mas os cassinos, *resorts* integrados, e outras coisas do gênero.

Agora, o *online*, que foi aprovado lá atrás, não com o meu voto a favor... Votei contra essa matéria, mas não é essa a questão aqui. A questão é que se tem uma modalidade de jogos que movimenta bilhões e bilhões de reais no Brasil, e, em uma CPI que recentemente discutiu esse tema no âmbito do Senado Federal, verificou-se o quanto há de operadores ilegais atuando no Brasil, criando um cenário de vícios, de ludopatia nunca antes visto na história do Brasil, problemas de saúde, problemas de segurança, problemas financeiros de toda sorte. E existe uma agência que tem o papel de fiscalizar, inclusive, esses operadores ilegais, que fica impedida de fazer o seu papel, porque não tem orçamento. Quando se está diante de uma situação em que bilhões e bilhões são movimentados, pela via legal ou ilegal, a agência não tem recurso.

Eu penso, Senador Esperidião Amin, que, além de a gente colocar o tema em debate neste momento aqui, no âmbito da Comissão, nós vamos ter que levar esse tema talvez para uma reunião do Colégio de Líderes do Senado Federal.

É preciso encontrar meios para garantir o funcionamento da agência, porque o recorte que se traz no todo é preocupante. Mas, quando você traz só esse recorte que trata de um nicho de atuação da agência de telecomunicações, em que você não tem a condição de exercer a fiscalização em cima de um setor que é tão sensível e que movimenta tanto, é algo extremamente preocupante e contraditório, porque se movimentam bilhões, mas a agência não dispõe de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum aporte financeiro derivado dessa atividade, sendo que talvez tenha outras que demandam tempo da agência em fiscalização, mas eu acho que, se considerar o volume de conteúdo gerado no campo da obscuridade, no campo da ilegalidade, da clandestinidade – e estou falando de cadeira, porque fiz parte da Comissão Parlamentar de inquérito... E vimos lá o quanto há de operadores e de plataformas ilegais atuando no Brasil e movimentando bilhões e bilhões de reais. E a agência não tem financeiro, não tem orçamento para fazer essa atuação.

Agradeço muito à Dra. Cristiana Camarate pelo relato que faz aqui.

Esperamos poder voltar a esse assunto e debater um pouco mais, inclusive no âmbito do Colégio de Líderes do Senado, na próxima reunião, apresentando também esses dados, para demonstrar para os Líderes a contradição. O Parlamento aprovou uma matéria, não criou nenhuma salvaguarda, nenhuma vinculação em relação ao orçamento, e hoje a própria agência fica impedida de fazer cumprir o seu papel no aspecto de fiscalização.

Na sequência, com a palavra, pela Agência Nacional de Aviação Civil, o Dr. Roberto José Silveira Honorato, Diretor substituto da agência. Seja muito bem-vindo a esta Comissão.

Parece-me, no caso da Anac, que já houve pelo menos um alívio; se não na totalidade... Quando conversei com o Ministro na semana passada, ele disse que teria, do montante contingenciado, liberado uma parte, pelo menos, para garantir a funcionalidade dos pontos essenciais.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Salvo melhor juízo, é uma notícia, se não a melhor, mas a menos ruim neste momento.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos e a todas!

Em primeiro lugar, os meus respeitosos cumprimentos ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Senador Marcos Rogério, e ao Senador Esperidião Amim, pelos requerimentos que tornaram possível esta sessão aqui, para tratar desse assunto tão importante. Também saúdo os Exmos. Srs. Senadores Jayme Campos e Chico Rodrigues, os demais Senadores e Senadoras, todos que estão aqui presentes, os representantes das agências reguladoras, e o Sr. Alexandre Figueiredo, representante do TCU. Bom dia!

Bem, é muito importante esse assunto estar sendo tratado aqui no Senado Federal. De fato, a situação das agências, em especial a da Anac, é realmente preocupante.

Eu tenho alguns eslaides que vou passar aqui para vocês.

Quando nós tivemos notícia do corte orçamentário, nas palavras do Superintendente Alberto Romeiro, que está aqui inclusive, foi um *shutdown* aqui na agência, e realmente nos assustou bastante. Tendo aqui a noção histórica do nosso orçamento ao longo dos anos, pegando aí desde 2013, a linha laranja ali é o valor atualizado pelo IPCA somente. Várias das nossas despesas de alguma forma são influenciadas por outros fatores, como, por exemplo, o dólar, mas, somente pela inflação, se a gente faz uma atualização do valor e vai computando como o nosso orçamento tem se comportado, este ano nós chegamos ao menor patamar nessa série histórica que nós temos. E, com certeza, desde a criação da agência, que foi em 2006, é o menor patamar de orçamento que nós já tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, para 2025, estavam previstos, Senador Jayme, R$120 milhões de orçamento aqui para a agência. E já é um valor menor do que aquele que foi calculado pela agência como necessário para desenvolver todas as suas atividades na melhor potencialidade, com a maior eficiência, dado também o efetivo que nós temos, enfim, outras características que também impõem limitações à plena atividade.

Então, Senador Marcos Rogério, considerando a série histórica aqui, é o menor patamar. E eu estava dizendo que, em 2025, o valor que foi pactuado para a Anac era de R$120 milhões. Com o corte – a primeira notícia –, esse valor caiu para R$90 milhões. E aí o Ministro Silvio, de Portos e Aeroportos, e a Ministra Simone Tebet também, do Ministério do Planejamento, se sensibilizaram com a nossa situação. Realmente, não é meramente uma cifra que caiu, mas, quando nós falamos dos projetos ou das iniciativas que foram impactadas diretamente, houve uma sensibilização e houve um aporte em que metade do corte foi aliviada com esse repasse do Ministério de Portos e Aeroportos aqui para a agência.

O que seria necessário? Foi a pergunta do Senador Esperidião Amin: o que seria necessário para a agência? A prospecção inicial da agência foi que R$172 milhões seriam o valor necessário para a gente efetuar todas as nossas atividades da melhor forma. Então, observem bem que a gente está falando aqui... Não é desejável, não são requeridos neste momento 100% do valor atualizado da inflação do que foi em 2013; 48% do valor de 2013 já seriam suficientes para a agência tocar todas as suas atividades. Esses R$172 milhões não eram possíveis à época; R$120 milhões foram, no início do ano, sinalizados para a agência; R$90 milhões com o corte; agora, R$105 milhões. Ou seja, de R$172 milhões para R$105 milhões é a diferença do que a gente precisa para tocar todas as atividades, dentro, como eu disse, das outras limitações – pessoal, infraestrutura, etc.

Quando nós recebemos a figura... Enfim, por que a gente precisa de 48%, e não de 100% ou de um valor maior? Várias medidas para reduzir os custos da agência, para buscar eficiência foram tomadas nesse período, principalmente de 2018 a 2025: redução de custos com aluguel, com entrega de prédios e andares – a gente tem um percentual do nosso efetivo em trabalho remoto neste momento –; estações de trabalho rotativas, dado que a ocupação não é constante, e chegamos a figurar em alguns índices que medem a eficiência da instituição, com destaque em alguns entre os *top* 3, *top* 5; e também revisão de contratos e serviços de todas as montas que forem possíveis de se imaginar – tecnologia da informação, terceirizados, limpeza, etc. Então, essas medidas fizeram com que fosse possível que a gente não precisasse do valor total, do valor de 100% do passado; é um valor significativamente menor do que o que foi no passado.

Em termos de arrecadação, acho que é importante a gente citar que a arrecadação da agência figura no fundo aeroviário, que consta como as TFACs, as taxas de fiscalização, as multas e também uma contribuição social das empresas do setor. Então, esse aqui é o histórico de arrecadação dos valores que vão para esse fundo. Nesses últimos dez anos, foram R$3,65 bilhões. Então, é um valor bastante próximo ou, melhor, se a gente for tirar a média desses dez anos, a gente está falando de um valor de, pelo menos, o dobro daquilo de que a gente precisa para tocar as nossas atividades. Mas não é só isso. Se a gente pegar as arrecadações em termos de outorga em dez anos – não é exatamente o mesmo período, porque os dados...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – ... não foi possível serem levantados – a gente está falando, em média, de mais R$3 bilhões de arrecadação com as outorgas nos últimos dez anos. Ou seja, há um desbalanceamento em termos de receitas *versus* o que a gente precisa para tocar as nossas atividades.

E aí eu destaco um projeto de lei que foi apresentado pelo Senador Laércio Oliveira, o PL 73, que fala exatamente desse caso de, em alguma proporção, não ser possível contingenciar os orçamentos das agências. Isso é muito importante para a agência, para garantir uma estabilidade de planejamento das nossas atividades. Observem bem: do planejado no ano passado, no início do ano, a gente já tem uma figura um pouco menor. Um corte com seis meses de execução é muito cruel – muito cruel –, porque, de fato, metade do nosso orçamento já havia sido discutido. Então, um corte de 25% na metade do ano, na verdade, é de 50%, de fato.

Falando de em que isso impacta, com a primeira notícia de corte, fazendo todas as contas possíveis e enxugando o máximo, enfim, a gente chegou à conclusão de que teria que reduzir 60% da fiscalização e certificação. De fato, com a primeira medida, e foi uma medida extremamente necessária, porque a Fundação Getulio Vargas é a entidade que aplica as provas para a Anac, e como nós não tínhamos caixa para fazer os repasses, imediatamente foi cortada a aplicação de provas para pilotos. Retomamos na quinta-feira passada e, Senador Marcos, em menos de 24 horas, a FGV recebeu mil inscrições para fazer provas de pilotos e mecânicos. Então, era um negócio que estava realmente apertando. E aí tem outros, eu não vou... Tecnologia de informação. A gente acredita que faz parte do papel das agências melhorar a interação com o regulado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – ... no receber demandas e responder. Tecnologia de informação é supernecessária – preciso de só mais um tempinho. Enfim, nós conseguimos amenizar bastante esses impactos com o repasse, mas a figura, como está mostrada no primeiro gráfico, ainda é uma figura preocupante, porque o nosso orçamento está bastante diminuído.

No setor da aviação, só para dar alguns grandes números – existem outros além desses –, a gente está falando de 130 mil regulados: pilotos, empresas, várias empresas, diversas empresas no setor. Em termos de carga, 1,4 milhão de toneladas. Quanto a passageiros, estamos batendo recorde, principalmente pós-pandemia, com 120 milhões de passageiros sendo transportados e 925 mil operações aéreas.

Enfim, eu termino pedindo realmente o olhar de todos, de todo o Congresso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – ... e também do Executivo para essa situação, que precisa ser melhorada.

Temos muito mais para falar, mas eu acho que, pelo momento, é o que conseguimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado pela exposição da nossa Agência de Aviação Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, conforme disse aqui, até anunciei na sessão anterior da Comissão de Infraestrutura... Fui imediatamente para uma reunião com o Ministro Silvio, dada a sensibilidade do assunto e, assim, o corte veio bem na sequência de um acidente que nós tivemos lá no Estado de Santa Catarina, e me parece que, já naquele momento, até o deslocamento da equipe estaria sendo comprometido por causa dos cortes que foram feitos. O Ministro, de imediato, me disse, naquele momento, que as medidas já foram adotadas no sentido de recompor, se não na totalidade, pelo menos uma parte.

E eu perguntava aqui ao Diretor Mauro, da ANM, se lá na mineração tinham contado com a mesma sorte, Senador Jayme Campos, de ter pelo menos uma parte do orçamento recomposta, e ele me antecipava aqui que não teve a mesma sorte ainda, por ora – talvez o tenha nos próximos dias. Mas acho que esse é um esforço que cada um dos ministérios, que cada pasta à qual as agências estão vinculadas precisa fazer, essa análise, sob o ponto de vista do funcionamento das agências e sob o ponto de vista, sobretudo, do aspecto de segurança relacionado a esse papel de fiscalização, de monitoramento, de acompanhamento das agências reguladoras.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, então, apenas uma intervençãozinha.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado.

Eu queria indagar aqui o nosso representante da Anac, o Roberto: desse total de R$105 milhões, pelo menos, daquilo que está previsto para vocês, quanto é consumido na folha de pagamento mais ou menos? Porque esse recurso vai e são vocês que pagam a folha. Quanto representa: 50%, 60%, 70% desse valor?

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Esses valores são os valores discricionários, são aqueles valores que estão sob a nossa gestão, para desempenhar as atividades. Folha de pagamento e outras cifras não figuram nesse montante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Esse é para manutenção e outros serviços complementares: para empresa de aluguel, terceirizados, etc., etc., diária...

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Exatamente, exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – E certificações, né? Acho que eu me esqueci de mencionar isso. Mas, além do impacto de segurança, de fiscalização, também tem a entrada de novas empresas, a expansão de negócios. Quando a gente... A gente, naquele primeiro cenário, ia realmente tolher todas as certificações: certificações de aeronaves, enfim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Entendi. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, falando pela Agência Nacional do Petróleo, com a palavra Bruno Conde Caselli, Diretor-Geral Substituto da agência.

O SR. BRUNO CONDE CASELLI (Para expor.) – Bem, bom dia. Inicialmente, cumprimento o Exmo. Senador Marcos Rogério pela convocação, assim como o Senador Esperidião Amin, o Senador Jayme Campos e o Senador Chico Rodrigues. Para a agência, é muito importante estar aqui neste momento. Cumprimento também os colegas da diretoria colegiada das demais agências, aqui representados pelos seus diretores-gerais substitutos. Cumprimento o Diretor Fernando Moura, conosco aqui, também integrante da diretoria colegiada da ANP, e cumprimento o colega do TCU.

Agradeço o convite feito a todas as agências. Entendo que é um momento bastante importante para esse tipo de debate, um momento em que as agências, de um modo geral, passam por uma situação orçamentária que, ao longo da minha carreira como servidor efetivo, Senador – e estou na agência há 20 anos –, nunca vivenciei, nunca testemunhei uma situação orçamentária como essa. Já tive oportunidade de interagir em momentos de complexidade orçamentária, mas, atualmente... E os dados que trarei aqui demonstram como as agências estão asfixiadas em relação às suas capacidades de atuação dentro dos setores pelos quais são responsáveis.

Bem, vou tentar aqui cumprir o tempo. Deixe-me verificar... O.k.

Passando um pouco pelas atribuições da agência, a ANP é uma agência bastante atuante e com uma dimensão de atuação no setor de energia que envolve, eu diria, os combustíveis líquidos e gasosos, numa dimensão clássica de atuar regulando, do ponto de vista da geração de normas, e contratando, com relação à concessão, à partilha, envolvendo as atividades de AIP, e a fiscalização, que é onde o consumidor nos enxerga. Então, se eu fosse trazer grandes números aqui, desses dois blocos, eu diria que, na área de AIP, a ANP foi responsável, nos últimos três anos, pela arrecadação, em termos de *royalties* e participação especial, de R$300 bilhões. Foram apurados R$300 bilhões e distribuídos pela ANP, em *royalties* e participação especial, de 2022 a 2024. Em fiscalização, um rol de agentes que contempla mais de 100 mil empresas, seja no ramo de combustíveis líquidos ou GLP, que é onde o consumidor nos enxerga, na ponta, onde a gente está, no posto revendedor ali, atuando na fiscalização dos combustíveis.

É uma agência de atuação clássica nesses segmentos, porém, nos últimos anos, vem recebendo novas atribuições, seja na dimensão de transição energética, de novos combustíveis... E aí eu passo pelo biometano, pelo SAF, o combustível de aviação sustentável, a parte do hidrogênio, de CCS, e, agora, mais recentemente, com o desafio de seguir, implementar e verificar a política energética envolvendo o E30 e o B15, que seria o percentual desses biocombustíveis nos combustíveis fósseis já ao consumidor final. Então, nós temos prazos aí a cumprir que estão integralmente ligados à política energética nacional, com efeitos diretos sobre a vida do consumidor, sobre a capacidade produtiva e sobre a qualidade desses produtos para os consumidores finais. Isso está em jogo. Isso está em risco neste momento.

Situação orçamentária da agência. Só para trazer os números, de que números estamos falando aqui do ponto de vista da ANP? Primeiro, que a Lei do Petróleo, quando foi promulgada, já previu as receitas da agência. Nós temos ali tanto parcelas de *royalties,* quanto bônus de assinatura, assim como ocupação e retenção de área aqui, nos valores da ANP, como eu falei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$300 milhões, ocupação e retenção de área é de 0,5 bilhão por ano. Pode ser relativamente pequeno, mas é, comparativamente ao nosso orçamento, muito recurso. Então, aqui estão os números, o quanto a ANP, nas atividades que exerce... Só olhando concessão, o que ela apresenta em termos do arrecadado, do que o setor regulado representa em termos de valores à administração pública e quanto é o nosso orçamento aí para fins de LOA, contemplando não só as despesas discricionárias, como as despesas obrigatórias também. E a ordem de grandeza é favoravelmente positiva à capacidade da agência de arrecadar.

Em termos de despesas discricionárias, qual é o cenário, hoje, da agência, após o Decreto 12.477? Primeiro, historicamente houve uma queda significativa. Hoje, a agência, em termos reais, detém 18% do orçamento que tinha em 2012 e 2013, com a disponibilidade orçamentária da ANP limitada a R$105 milhões até o final do ano, valor esse informado no meio do ano. Então, nós temos, até o fim do ano, o desafio de chegar a 31 de dezembro com o empenho de apenas R$105 milhões. É um valor completamente incompatível com a nossa necessidade. Compreendemos a questão de política fiscal, mas é fato que a capacidade de atuação do regulador fica extremamente limitada nesse contexto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO CONDE CASELLI – O valor de R$105 milhões representa um corte da ordem de 25%, como já foi colocado por outros colegas, sendo, portanto, uma redução inesperada, até o final do ano, de R$35 milhões. É o que temos hoje, na agência, de desafio a ser enfrentado: como chegar ao final do ano sem esse recurso, em termos de meses? Eu diria que um trimestre inteiro da agência está em risco, em decorrência desta situação atual. Imagino que o período de outubro a dezembro seja um período crítico para todas as outras agências, e aqui, para a gente, não é diferente. Esses recursos fazem falta para a dimensão meio, de sustentação, dimensão de capacitação e também finalística.

Do ponto de vista de sustentação, é muito importante dizer que a ANP tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO CONDE CASELLI – ... uma necessidade de investimentos em TI gigantesca, em função do número de agentes atuantes, da quantidade de informações que temos que receber, da forma como a segurança dessas informações deve estar preservada dentro das bases de dados da agência.

E é importante mencionar que, em 2022, tivemos um ataque *hacker* na agência, que preservou os dados, mas que nos fez constituir uma série de medidas e receber uma série de recomendações para ampliação dos níveis de segurança, que, até hoje, a gente não conseguiu desenvolver, em função das sucessivas restrições orçamentárias nessa temática. Tivemos também que dispensar parte da mão de obra em TI. Então, esse é um cenário bastante crítico, em termos de sustentação, dentro da agência.

A mesma coisa a gente comenta em relação à capacidade de treinamento dos nossos servidores para lidar com os desafios regulatórios e legais envolvendo as novas energias e as mudanças tecnológicas do próprio setor de petróleo e gás que estão à nossa frente. Então, o diagnóstico desses recursos é, cada vez mais, inferior, prejudicando a capacidade da agência de avançar e aprimorar os seus entendimentos sobre a indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quais são as consequências, do ponto de vista finalístico? O que o corte atual representa, em termos de atuação na ponta? Bem, a ANP teve que tomar algumas medidas bastante drásticas para atender a esse comando de redução orçamentária: a primeira delas foi a suspensão do PMQC por 30 dias – o Programa da Qualidade dos Combustíveis os senhores sabem que é o programa que está na ponta, verificando a inconformidade dos produtos levados ao consumidor final; redução de 50% no levantamento de preço de combustíveis – Senador, posso seguir aqui por mais alguns minutos? –; rescisão imediata do Termo de Execução Descentralizada junto ao Comando da Marinha para fins de fiscalização em mar; suspensão de novos contratos dentro da agência; supressão de 41 postos de trabalho terceirizados no escritório central; suspensão de reformas prediais; e redução dos contratos de modo geral. Isso é o que a ANP, no momento, adotou para fins de equiparação ao corte orçamentário que foi promovido.

Sobre o PMQC, qual é a dimensão, do que estamos falando aí? Cerca de 5 mil amostras são colocadas em risco, por mês, a partir do momento em que a ANP suspende esse programa, que também contempla repasse de recursos para as universidades que são responsáveis por realizar as análises das amostras e o levantamento da conformidade desses produtos. Da mesma forma, o LPC deixa de estar coberto em 50% do valor do contrato em decorrência da redução do número de amostras em âmbito nacional.

Quais são as consequências disso, não só para fins do PMQC? A gente também tem efeitos sobre diárias e passagens. Esse é o potencial risco, Srs. Senadores, em relação ao consumidor final: incrementos... ampliação de situações que podem levar a um prejuízo ao consumidor em termos de qualidade do produto, seja pelo metanol, seja pelo biodiesel. São notícias que estão constantemente na imprensa e que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO CONDE CASELLI – ... ficam em risco nesse contexto em que estamos vivendo, tanto do ponto de vista da qualidade quanto do ponto de vista da quantidade de produto. Aí, é a famosa bomba baixa também se coloca como um aspecto em risco, tendo em vista que os recursos também ficam reduzidos para as operações dos fiscais em âmbito nacional, com diárias e passagens.

Como eu comentei no começo, na dimensão de política energética, o E30 e o B15 precisam da ANP em campo para poder verificar essa qualidade. Isso, não sendo possível do ponto de vista orçamentário, é um risco também que se apresenta para a agência.

Uma sugestão que foi levantada, os caminhos para isso. Inicialmente, obviamente, é a necessidade de recomposição integral e imediata dos recursos e, do ponto de vista estrutural, não vejo particularmente uma saída que não passe pela discussão na Casa Legislativa – e eu acho que iniciativas já estão sendo pautadas nessa perspectiva – para que a gente consiga ter preservada a sua capacidade de investimento e atuação finalística. Então, esse é o encaminhamento final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno Conde Caselli, da nossa ANP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, asseguro a palavra à Dra. Agnes Maria de Aragão da Costa, Diretora-Geral Substituta da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Senador Marcos Rogério é, para a gente, realmente um privilégio estar aqui podendo trazer essa questão dos orçamentos, Senador Amin, demais Senadores.

Eu vou fazer uma apresentação acho que também na mesma linha do que falaram os demais representantes das agências, a quem cumprimento também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – Claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com relação à Anac, a composição... Já, já, asseguro a palavra à Agnes, da Aneel. Apenas para confirmar a composição dos quadros da diretoria colegiada.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – A Anac atualmente está com três diretores substitutos. Então, está usando a lista tríplice, prevista na Lei das Agências, em sua totalidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ANP?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E a Anatel?

A SRA. CRISTIANA CAMARATE SILVEIRA MARTINS LEÃO QUINALIA – A Anatel tem dois diretores substitutos e três titulares. No fim do ano, o terceiro titular deve sair.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. Agradeço.

Na sequência, Dra. Agnes.

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – Na Aneel, estamos com dois diretores substitutos e três titulares também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA (Para expor.) – Obrigada, obrigada!

Vou começar falando sobre coisas boas. A Aneel tem, também, como a Anatel, 27 anos, quase 28 anos de existência e é uma agência de reconhecimento internacional. A gente passou pelo *peer review* da OCDE entre 2019 e 2020, que fala que é uma agência que está próxima ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível de excelência. Entre os pontos que eles falam que a gente não tem excelência, é que a gente não tem autonomia orçamentária e financeira. Então, o que falta é a nossa independência econômica para existir, mas, de qualquer forma, é uma agência que contribuiu para viabilizar esse ambiente de negócios, que atrai muito investimento no Brasil, no setor elétrico.

Esse gráfico é bastante interessante, porque mostra desde o nascimento da agência, o que foi a evolução das nossas arrecadações, em azul; o que seria o nosso orçamento que nasceu junto, ou seja, na LOA, pelo IPCA, em vermelho; e, lá embaixo, onde está, digamos assim, a autorização legal, na LOA, em amarelinho, e depois os limites autorizados e empenhados. Então, estão sempre muito abaixo.

Aí, na tabelinha de cima, que é o mais recente – e aqui estou falando do orçamento discricionário e não discricionário... Então, isso aqui é o orçamento total da agência. Aí, a gente consegue ver que 2025 é realmente um ano muito abaixo da nossa capacidade de arrecadação e muito abaixo do que teria sido o nosso orçamento se tivesse se mantido estável só com o IPCA, desde o nascimento da agência.

Aqui, é quando a gente olha para as receitas. Quando a gente coloca aquela linhazinha lá, azul, que é a nossa Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia, que é uma receita própria, realmente, da agência, mas, fora isso, que a gente tem sempre argumentado, e os servidores também, na campanha de valorização da regulação, têm trazido, é que, digamos assim, o trabalho que a agência faz ajuda muito o setor público brasileiro, em termos de arrecadação, genericamente falando, não só para as atividades da agência. Então, todos os recursos que a gente arrecada, inclusive recursos que vão para municípios, como a Cfurh, os *royalties* de Itaipu, mas também os que vão para a União, como o bônus da outorga e o UBP, fora a questão das multas que também têm o caráter disciplinador da atividade do regulador.

Aqui, a gente olha, então, para o nosso orçamento discricionário, que é aquilo que a gente pode, então, dentro das nossas funções, decidir onde vai gastar. Então, dos R$340 milhões, a gente está falando de R$117 milhões, que são só discricionários. A gente tem uma força de trabalho que está mais ou menos 28% abaixo do autorizado na nossa lei de criação. E, quando a gente olha os números do setor elétrico, de 2016 para 2025, são números muito maiores em termos de negócios, números de agentes... Quando eu falo de negócios, é de oportunidades de criar emprego e renda no Brasil. Então, a gente tem, hoje, uma responsabilidade muito maior sobre – como foi dito pelo Senador Marcos Rogério – o que acontece na economia brasileira. Aqui, então, a gente chegou em 2025, com um orçamento discricionário igual ao orçamento de 2016. Então, assim, é uma coisa completamente incompatível com a realidade do setor, que mudou de 2016 para 2025.

Aí, quando a gente vê, então, o que é comum, do que eu tenho ouvido da fala dos demais diretores, é que, com certeza, a gente reduz nossa capacidade de fiscalização, e aí é muito nessa questão, porque a gente faz muita fiscalização em si. Então, são todas essas despesas para viagens e deslocamentos das equipes, mas também o nosso repasse às agências estaduais conveniadas, que é um modelo que a Aneel tem de descentralização dessas atividades de fiscalização, junto às agências estaduais, que fazem esse trabalho com a gente. Então, a gente está perdendo tanto a capacidade da União quanto a dos estados de fazer essa fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos lembrar: eventos climáticos extremos e estação úmida chegam no final do ano, e a gente não teria como fazer a fiscalização que a gente faz hoje em dia, principalmente na prestação de serviço na ponta, distribuição de energia e transmissão, se não fossem essas agências estaduais também.

E uma parte triste – e aí a gente voltou aqui para essa questão de que quem sofre mesmo é a população – é que a gente cortou o nosso serviço de atendimento ao consumidor, da ouvidoria. A gente não tem mais como prestar esse serviço, pelo menos temporariamente; inclusive, nessa questão das resoluções das atividades ou despesas com viagens, as audiências públicas são – digamos assim – o instrumento máximo de participação da sociedade, em que as agências vão realmente aos locais ouvir a sociedade.

Além disso, a gente reduziu o horário de funcionamento do prédio de 8h a 14h, porque a gente teve que demitir 145 funcionários, colaboradores terceirizados. Pessoas que já estavam atuando na agência há mais de décadas a gente teve que demitir – muito triste, assim, para a realidade da agência. E aí é onde entra esse corte de pessoal. É claro que tem o pessoal que faz o trabalho no prédio, mas também tem muitos funcionários e colaboradores da área de TI.

Então, aqui a gente mostra justamente onde estão as agências estaduais conveniadas, e aqui a gente está falando de harmonização regulatória e toda a contribuição – digamos assim – que a capacidade técnica desenvolvida em nível federal pode ser, de alguma forma, levada para os estados. A gente está, realmente, com sérias dificuldades de manter esses trabalhos com as agências conveniadas dos estados.

E foi dito muito aqui a questão da TI e o quanto, hoje em dia, boa parte do nosso orçamento vai para a TI; e a gente tem reduzido isso sempre. Então, a gente já falando, aqui, de muitas bases de dados, muitos sistemas e coisas muito básicas, como georreferenciamento de ativos. Hoje, quando a gente tem a capacidade, por meio da digitalização da economia, de prestar melhores serviços para a população...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – ... a gente eventualmente tem agências que não conseguem mais ter os sistemas para processar esses dados e para prestar as melhores informações para a sociedade; e não só para a sociedade, mas para todos os formuladores de política pública, seja aqui, no Legislativo, ou no Executivo. Então, a gente está com diversas suspensões de contratação de serviços, de tecnologias e infraestruturas, porque a gente não tem mais como direcionar recursos para essa finalidade.

E – voltando aqui – eu acho que é a pauta que interessa, Senador Marcos Rogério, para o Legislativo, naquilo que a gente pode sempre construir juntos. A gente tem uma agenda regulatória em que, todos os anos, a gente aprova olhando dois anos para frente e, geralmente... Já no ano passado foi assim, em que a gente teve que revisitar a agenda regulatória no meio do ano, para diminuir – digamos assim – as atividades que a gente consegue desempenhar.

Então, de atividades que eu vejo em discussão aqui, o que a gente está discutindo na Aneel e onde a gente pode contribuir muito, com certeza, são as discussões sobre eventos climáticos extremos, abertura de mercado, concessões das distribuidoras, sistemas de armazenamento, *data center*, hidrogênio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – ... mobilidade elétrica, cortes de geração – porque é isso que a gente tem visto como uma grande pressão sobre a atração de investimento no Nordeste principalmente –, transição energética e modernização do setor.

A solução possível também já foi trazida aqui. A gente tem acompanhado a intenção de apresentação do projeto de lei complementar que trata, Senador Laércio, então, de uma solução de buscar alternativas para a gente poder usar os recursos das nossas receitas para as finalidades precípuas das agências, e a gente está à disposição, com certeza, para construirmos juntos.

O que eu acho é que a gente tem, desde a Constituição, concessões, o Estado brasileiro se capacitou para poder lidar com essas concessões, e a gente tornou um ambiente de negócio muito mais profícuo, com autorizações, permissões e todos os tipos de negócios, e, de repente, a gente está numa situação em que os estados, por mais que estejam muito capacitados em prestar esse serviço, não têm...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA – ... mais recursos para fazê-lo.

Era isso que eu ia apresentar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Agnes, que está falando pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Eu tomei a liberdade de procurar o andamento desse projeto, desse PLP 73, que é de autoria do Senador Laércio Oliveira, porque eu observei que vários diretores fizeram menção a esse projeto como sendo uma forma de dar encaminhamento para esse problema, que é um problema comum em todas as agências. E o projeto foi protocolado no dia 1º de abril e ainda não foi despachado às Comissões, ele está ainda a cargo da Secretaria-Geral da Mesa para fazer o despacho. Eu já encaminhei uma mensagem ao Secretário Danilo pedindo que fizesse o despacho e que ele deve ir primeiro para a Comissão de Infraestrutura e talvez, na sequência, se não terminativamente lá, passe pela CCJ do Senado Federal, mas também vou tratar...

E peço ao Senador Jaime Bagattoli, que aqui está, ao Senador Amin, que, na parte da tarde, peçam ao Presidente Davi que também faça o despacho, porque de repente a gente tem dentro desse projeto, que já está apresentado, a possibilidade de construir ali alguma saída mediada, negociada pela Comissão, ouvindo obviamente aquele que faz a gestão do orçamento, que é o Governo, para dar um caminho de solução para as nossas agências, que neste momento estão expostas a uma situação de dificuldade. E eu digo que não há infraestrutura forte com agências fracas, e não há agências fortes sem orçamento para cumprir a sua finalidade, a sua atividade-fim.

Então, é impossível você ter um papel de protagonismo das agências na entrega dos seus serviços, na entrega daquilo que é o seu papel, sem a condição orçamentária para cumprir tal missão, tal finalidade. Portanto, no aspecto regulatório, e eu sempre defendo, enquanto Comissão de infraestrutura, esse papel destacado, o Brasil precisa de previsibilidade, o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa de segurança jurídica, segurança regulatória, e o comprometimento orçamentário me parece dificultar todo esse aspecto que está relacionado.

Não se tem investimento num país, onde o orçamento público não consegue fazer frente aos problemas reais da infraestrutura, o setor privado é chamado a intervir com investimentos, e intervém, mas o faz quando encontra um ambiente de segurança, de previsibilidade, de respeito às regras contratuais. Então, estou dizendo isto aqui para poder lançar luz ainda mais ao quanto é preocupante o que nós estamos verificando, neste momento, no âmbito das agências reguladoras.

Na sequência, asseguro a palavra à Dra. Flávia Takafashi, Diretora-Geral Substituta da Antaq.

A SRA. FLÁVIA TAKAFASHI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Presidente Marcos Rogério, queria agradecer a oportunidade de a gente discutir aqui a questão orçamentária das agências.

Cumprimento o Senador Esperidião Amim, o Senador Jaime Bagattoli, que também estão aqui presentes, acompanhando-nos nesta audiência, e cumprimento também os meus demais colegas de diretoria de agências reguladoras.

Senador, eu queria trazer aqui um ponto das atuações da agência e como a agência tem enfrentado essa questão orçamentária. Assim como a Anac, o Diretor Honorato trouxe que teve uma recomposição do orçamento, a Antaq também, via Ministério de Portos e Aeroportos, teve uma parte do seu orçamento reposto, mas ainda temos uma pendência para conseguir exercer todas as atividades com total eficiência.

Então, aqui um pouco da Antaq, que, como as demais agências, é uma autarquia em regime especial e está vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com a competência de supervisionar, fiscalizar e regular o transporte aquaviário, a exploração da infraestrutura aquaviária e portuária.

Aqui muitas das agências falaram sobre a questão da resiliência climática. A Antaq tem participado muito diretamente. Tivemos, no ano passado, a seca do Norte. Já começamos, neste ano, a enfrentar episódios de cheias no Sul, e é justamente a regulação da agência que pode promover maior eficiência para o transporte nessa região.

Entre as competências da agência, está o leilão de novos terminais portuários, nos portos públicos organizados do país; está a regulação da movimentação de transporte interestadual de passageiros na Amazônia; está também o afretamento de embarcações estrangeiras. Sabemos que a cabotagem brasileira vive um momento de expansão, e quem autoriza o afretamento das embarcações estrangeiras e brasileiras nesse mercado é a Antaq.

Aqui um pouco do nosso mercado regulado. Temos empresas brasileiras de navegação que exploram a navegação de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso. Temos 230 terminais de uso privado, 138 terminais arrendados, 35 portos públicos, além das estações de transporte de carga e os registros de instalação de apoio portuário, que é muito importante para a Região Norte do país.

Trazendo um pouco dos arrendamentos portuários, estamos sempre acompanhando as discussões sobre o aumento da infraestrutura portuária no país, o quanto é importante diante do aumento que nós vemos, cada vez, a safra bate recorde de movimentação, e é a agência que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá esse suporte na realização desses leilões. De 2015 a 2025, foram realizados 65 leilões, que foi a partir do momento em que a Antaq teve, por alteração legal, a competência para fazer esses leilões de arrendamentos portuários, gerando R$11,7 bilhões em investimentos na infraestrutura portuária brasileira, o que equivale, em termos de arrecadação, a cerca de R$16 bilhões em tributos arrecadados, para além dos valores de outorgas, que são também arrecadados nos *bids* desses leilões. De todos os leilões que nós fizemos, foram arrecadados cerca de R$4,1 bilhões, que vão para o Tesouro ou vão especificamente para as autoridades portuárias também fazerem investimentos.

É importante apontar que a Antaq, diferente de algumas agências, não arrecada taxa específica. Nós temos uma concessão do Porto de Vitória, que tem a previsão de taxa de fiscalização, mas que não vem diretamente para o recurso da agência, e não temos por lei nenhuma outra rubrica arrecadatória específica para ser arrecadada pela Antaq.

Aqui é um pouco dos números do desempenho portuário de 2024, um setor que movimenta 1,32 bilhão de toneladas de carga e teve uma leve queda em relação aos anos anteriores, mas as movimentações de carga vêm tendo crescimento ao longo dos anos.

Um pouco da nossa estrutura, somos uma diretoria colegiada de cinco diretores. E aí respondendo especificamente ao questionamento do Senador Esperidião Amin, temos 1 vaga aberta hoje na diretoria colegiada e 5 diretores exercendo o seu mandato, 6 superintendências aqui na sede de Brasília, 13 gerências de unidades regionais e 13 postos avançados.

Em relação à estrutura de custos, é importante apontar que, de toda essa estrutura, a gente tem custos de aluguel apenas na sede, aqui em Brasília e em Vitória. A agência faz uma gestão muito diligente do seu orçamento, especialmente porque, das agências, Senador, vinculadas à Comissão de Infraestrutura, a Antaq é aquela que tem o menor orçamento ao longo dos anos.

Aqui é um pouco da nossa estrutura de cargos. Tivemos recentemente um concurso para Especialista em Regulação. Estou hoje como Diretora, mas faço parte do quadro de servidores da agência, Especialista em Regulação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA TAKAFASHI – E temos um concurso em andamento para poder preencher as vagas, mas temos um percentual total de vaga aberta que impacta significativamente a prestação das nossas atividades.

E aqui, falando especificamente sobre a questão orçamentária, tivemos na proposta de Orçamento da LOA, uma proposta de R$100 milhões apresentada pela Antaq. Em 2024, Senador, nós atingimos 99,97% de execução orçamentária, o que mostra que a agência não tem gordura. A gente de fato tem um orçamento muito pequeno, e, como eu disse, de todas as agências nós somos a segunda de menor orçamento e, dentro daquelas da Comissão de Infraestrutura, somos a de menor orçamento – dentro da Antaq. E tivemos uma proposta de R$100 milhões; depois, tivemos na LOA aprovados, em 2025, R$61,4 milhões. Fizemos alguns ajustes de revisão de demandas para poder justamente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA TAKAFASHI – ... compatibilizar com o orçamento que seria proposto. Depois do que foi efetivamente aprovado, com as revisões das demandas, em maio de 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos um orçamento de R$75,478 milhões, e o bloqueio de R$15 milhões. E, mesmo assim, considerando que a nossa demanda inicial era de R$100 milhões, revisada com R$89 milhões, e conseguida, via Orçamento, R$75 milhões, tínhamos ainda um déficit importante e mais um bloqueio de R$15 milhões, que, com a atuação muito diligente do ministério, tivemos uma reestruturação desse bloqueio, mas ainda temos um déficit para as despesas básicas de mais de R$14 milhões.

Nós temos hoje, Senador, R$69 milhões só em despesas já contratadas. E, considerando essas despesas contratadas, um déficit sem esses R$14 milhões, que hoje são importantes para gente executar, afirmando mais uma vez que nós temos uma execução altíssima no nosso investimento do nosso orçamento, e que nós teremos impacto significativo nas atividades essenciais, como fiscalização, realização dos leilões. Nós temos leilões de infraestrutura programados para acontecer este ano. Estamos acompanhando, fazendo as audiências públicas e discussões das hidrovias, que também são as concessões que são lideradas pela agência, e sem esses orçamentos teremos um impacto significativo nas nossas fiscalizações, em que já tivemos algumas reduções. Estamos com um limite bem reduzido de diárias, para que a gente possa fazer essas fiscalizações *in loco.* Contratação de TI também, como todas as agências apontaram um impacto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA TAKAFASHI – ... a agência também tem sofrido um impacto importante. E comemorei aqui que estamos recebendo novos servidores, mas não temos como comprar computadores para os nossos servidores que vão chegar. E a posse dos novos servidores está pendente, a gente organizar a data da posse coletiva, justamente por conta da questão orçamentária.

Então, esse é o panorama, o Ministério de Portos e Aeroportos tem feito um trabalho muito diligente, com o Ministro Silvio Costa Filho, para que a gente consiga fazer esse aporte adicional, mas, de fato, o que a gente tem, ao longo dos anos, com o orçamento reduzido, ainda mais com esses bloqueios e contingenciamentos, a gente vê um prejuízo às nossas atividades. E, como proposta, mais uma vez, o projeto que fala sobre a questão de realmente manter essa capacidade orçamentária das agências, isso é importante, e, especificamente em relação à Antaq, como nós não temos uma verba arrecadatória, nós não temos, por nossa lei, nenhuma rubrica específica de fiscalização. Sempre que se altera a lei das agências, a lei do setor portuário, e está em tramitação um projeto de lei na Câmara que em breve deve chegar ao Senado Federal, é a proposta de alteração da lei de portos, eu também coloquei algumas propostas de alteração da própria lei de criação das agências, existem propostas nesse sentido, a gente entende que seria também um dos instrumentos que poderia dar mais condições para que a agência exerça uma regulação eficiente e cada vez mais voltada para a necessidade da infraestrutura brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Flávia Takafashi, da agência nacional aquaviária brasileira.

Chegou agora há pouco o Senador Laércio Oliveira, já por diversas vezes mencionado nesta audiência pública, citado, em falta, mas, mesmo em falta, homenageado pela iniciativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um projeto de lei complementar, um PLP, que trata justamente desse aspecto de autonomia das agências, o PLP 73, de que pedi para checar o andamento, ainda está na Secretaria da Mesa do Senado Federal, e haverá um esforço aqui, após esta audiência pública, para fazer com que o projeto caminhe da Mesa para a Comissão de Infraestrutura, onde a gente deve estartar, com a designação de Relator, e, num diálogo com as agências, num diálogo com o Governo, tentar encontrar um caminho que equalize essa questão do orçamento.

Pois não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O projeto é de suma importância, digno do autor e de todos nós, mas eu tenho certeza de que, parodiando a ladainha, se ele disser uma só palavra, o projeto caminhará.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tenho dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Davi Alcolumbre não resistirá ao poder...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ao embargo auricular do nobre Senador Laércio Oliveira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Imbatível!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Imbatível sempre o nosso amigo.

Pois não, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para interpelar.) – Presidente Marcos Rogério, muito bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, meus colegas Senadores, estou vendo aqui Jaime Bagattoli e o nosso guru Esperidião Amin. Cumprimento todos os representantes, diretores das agências.

Eu queria começar, mais uma vez, com muita alegria, celebrando o seu aniversário, que foi ontem. Eu falei já com V. Exa., mas... Inclusive, ontem eu tirei toda essa liturgia de V. Exa., porque, para mim, você é um amigo. Então, eu liguei para V. Exa. ontem e fico muito feliz de celebrar sua vida mais uma vez.

Que Deus te dê força, sabedoria, que você continue sendo esse Senador brilhante que você é, que defende tão bem o seu estado.

Eu sei que tem um desenho lá para você ser o Governador do estado lá, mas eu gostaria que você ficasse aqui, mas... (*Risos.*)

... não quero me envolver nessas questões de lá, mas, se você for, eu prometo que vou lá pedir voto para você.

Eu acho que arranjo uns cinco. Pelo menos cinco eu arranjo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Exa. Agradeço muito.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sobre esse assunto, eu quero dizer aqui a todos vocês que eu ando indignado com o que está acontecendo com as agências e eu tenho certeza de que essa indignação minha é extensiva a muitos Senadores desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei com o Presidente ontem sobre o assunto, fiz uma queixa educadamente, claro, perguntando por que é que esse projeto ainda está na mesa, não foi distribuído. Ele ficou de resolver isso esta semana.

Prometo a vocês que esta semana esses projetos serão distribuídos para as Comissões, principalmente porque, hoje, eu vou acompanhado de Marcos Rogério, Esperidião Amin e Jaime Bagattoli. Aí não tem erro de distribuir os projetos, para a gente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode repetir a frase do "Poderoso Chefão", com esses quatro – eu iria dizer outra coisa...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu sei, eu sei o que você iria dizer. Eu sei. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor pode repetir aquela frase inesquecível, "*I will make him an offer he can't refuse*".

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agora traduza. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso quer dizer: essa comitiva é uma proposta irrecusável. (*Risos.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, é isso.

Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – ... Presidente, mas, quanto à palavra "indignação", peço desculpas a V. Exa., mas não é possível uma agência que foi criada em governos passados, que tem um papel tão importante, que protege a sociedade toda, dilapidam-se as agências reguladoras da forma que está acontecendo...

Eu não gosto de citar números, mas, toda vez que eu acompanho a situação de uma agência e vejo o número dela e o que ela vem sofrendo, perdendo quadros extremamente qualificados, que acreditaram...

A vida política é interessante, não é? Quando você tem um projeto que dá certo e você sente que aquele projeto está sendo deteriorado aos pouquinhos, isso me deixa indignado. E, felizmente, como agentes políticos, a gente tem a capacidade de se indignar. E felizes somos nós, que temos a disposição, a capacidade de se indignar com determinadas coisas.

Então, os trabalhadores das agências reguladoras merecem respeito. Eles têm independência própria. Basta que o Governo deixe.

Eles arrecadam – ou a maioria deles arrecada. Eles não teriam necessidade nenhuma, não precisariam do Governo para nada. Para nada. Mas, infelizmente, essas coisas que a política, às vezes, promove acontece de uma forma tão estúpida, que nos deixa indignados.

Mas vamos começar a guerra. Eu acho que nós temos muita chance de envolver a sociedade e de vencer. Isso é o que importa.

Obrigado, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado a V. Exa., nobre Senador Laércio Oliveira, e a expressão do sentimento de V. Exa. resume o sentimento de todos nós em relação a esse tema. E, de modo particular, lhe agradeço as homenagens feitas no dia de ontem. Fiquei muito feliz, muito honrado e agradecido. Só gratidão no coração mesmo pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de conviver em uma Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com tantos amigos e de poder servir ao Brasil. O futuro, com relação aos projetos, está na mão de Deus, e a gente segue os desígnios dele, mas agradeço a consideração e o apreço de V. Exa.

Na sequência, a palavra vai ser direcionada à ANTT, mas como os Senadores aqui têm várias Comissões trabalhando ao mesmo tempo, por isso que a gente vai intercalando aqui.

O Senador Jaime Bagattoli também está inscrito. Indago se quer falar agora ou na sequência. (*Pausa.*)

Pode ser? O.k.

O Senador tem preferência porque, às vezes, está na Comissão. O Senador Wellington Fagundes estava aqui agora há pouco, se inscreveu, teve que sair para outra Comissão, o Chico Rodrigues também, e estão na expectativa de voltar aqui ainda para poder participar. Por isso, a gente vai intercalando as falas.

Com a palavra, Dr. Felipe Fernandes Queiroz, Diretor-Geral Substituto da ANTT.

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos e todas.

Inicialmente, Presidente, quero saudar V. Exa. pelo seu aniversário ontem também e dizer que é a gente, enquanto representante das agências reguladoras, que recebe o presente aqui hoje, de poder trazer esse tema que é muito importante, como vários comentaram. O nosso papel é talvez trazer alguns números e reflexões em cima do que está posto.

Saúdo ainda o sempre presente Senador Esperidião Amin. Sou uma testemunha ocular da atuação do Senador. Cheguei aqui, na Comissão, e a primeira providência dele foi me cobrar sobre um projeto de interesse, e assim tem sido. Quando vim para a minha sabatina, o Senador me chamou, falou sobre o Contorno de Florianópolis, falou: "Olha, esse é um tema importante". Eu sou testemunha da atuação do Senador em vários temas como esse que eu citei.

Saúdo ainda o Senador Laércio, que chegou há pouco, mas trouxe aí o peso e a relevância da proposta que ele apresentou através do PL 73, que é uma discussão sobre uma solução para o problema que está colocado. E ainda, Senador Jaime Bagattoli – é isso, Senador, pronunciei certo?

Além disso, saúdo os Senadores que se fizeram presentes aqui, o Senador Chico Rodrigues, o Senador Jayme Campos, o Rogerio Marinho e o Wellington Fagundes, como já citado pelo Sr. Presidente.

Ainda alguns registros especiais.

A gente tem aqui o Presidente da nossa Associação Brasileira de Agências Reguladoras, o Vinicius da Abar. O Vinicius, por meio da Abar, tem feito uma importante articulação, e essa solução que está colocada, por exemplo, do PL 73, eu sei que ele tem acompanhado, assim como vários outros temas transversais para todas as agências reguladoras.

Trouxe uma breve apresentação, são seis eslaides, mas ouvindo... Tem uma vantagem em falar depois dos outros, não é? Algumas coisas já foram ditas, e você aprende um pouco com o que foi dito. Então, tem algumas coisas que não estão aí, mas eu anotei aqui, ouvindo a fala dos colegas, que eu acho importantes. Aliás – estava cometendo um ato falho aqui –, queria saudar todos os meus colegas representantes, diretores das agências reguladoras.

Vou falar um pouco sobre as competências da ANTT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ANTT, eu costumo explicar que tem dois grandes grupos de assuntos de que ela cuida. Obviamente, é transporte terrestre, a gente está falando de rodovia e ferrovia. Num país que é eminentemente rodoviarista, 65% das nossas pessoas e riquezas são transportadas pelas rodovias, outros 15%, 20%, aí a depender do número, por ferrovia, ou seja, a gente está falando que 80%, 85% do que é transportado, movimentado, no Brasil, passa pelo modal terrestre, seja rodovia ou ferrovia. A ANTT cuida de alguns ativos rodoviários e ferroviários. Rodoviários, a gente está falando de algo em torno de 15 mil quilômetros de rodovias federais concedidas, de uma malha pavimentada total de 70 mil quilômetros.

Então, essa é, mais ou menos, a carteira da agência, com a projeção de dobrar nos próximos anos. Mais à frente, tem um gráfico que mostra esses números.

E cuida de toda a malha ferroviária. São 30 mil quilômetros, boa parte não em operação, mas isso sobre a carteira da agência.

Essa é a parte talvez mais conhecida da agência, porque tem a ver com leilão, tem a ver com investimento, é a pauta positiva, é a pauta que em geral aparece mais, mas a gente tem uma pauta igualmente importante, e essa muito impactada, que é a parte que eu costumo denominar de operações e serviços de transportes. A gente está falando de regulação, de criar as normas e depois fiscalizar a aplicação delas, disso que é 80% do que é movimentado no país.

Então, quando a gente fala de ativo de infraestrutura, a gente tem uma atuação pouco representativa quando comparada à de operação e serviços no modo rodoviário: quando a gente fala de operações e serviços, do Oiapoque ao Chuí, a gente está fiscalizando 100% das operações de transporte de passageiros e cargas, então a gente está falando de ônibus interestadual e internacional de passageiro, a gente está falando de transporte de produtos perigosos, e essa é uma agenda que aparece menos, mas ela é uma agenda que demanda muito da agência.

Grosso modo, são essas as competências da agência, para a gente começar um pouco aqui a nossa discussão.

E aí, um gráfico que traz números que vários colegas já apresentaram, né? Aí em barras, a gente tem o orçamento da agência, de 2013 até 2025, sendo que o que aparece em vermelho são os contingenciamentos e cortes que a gente vem enfrentando ao longo dos anos, e a curva ali, o gráfico com uma linha e pontos, é o orçamento projetado. Então, lá no início de 2013...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – Isso, corrigido pelo IPCA, o que, por si só, talvez não seja a melhor *proxy*, e eu vou mostrar por que mais adiante, mas é algo que traz para uma base de referência.

Então, a gente tinha R$330 milhões, mais ou menos, de orçamento em 2013. Se projetado isso com correção do IPCA, a gente teria hoje virtualmente R$623 milhões de orçamento, o que não é realidade, nosso orçamento hoje são R$234 milhões, após o último corte de 25%, o que representa algo da ordem de 37% do que seria esse orçamento só com a correção do IPCA.

E aí eu vou passar para um outro gráfico – e volto no eslaide aqui –, que eu acho que informa mais do que os números absolutos, que é aquela mesma curva, agora a curva trazendo o orçamento real da agência – tem uma flutuação, e a gente chega aqui em 2025 nos R$234

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões – e agora, na barra, a gente tem a quantidade de quilômetros concedidos sob gestão e fiscalização da agência.

Por que esse gráfico acho que representa melhor a situação do que o outro? Porque aqui a gente vê uma divergência, uma inversão entre as tendências da curva: enquanto sobe, enquanto aumenta a competência da agência de fiscalizar e gerenciar recursos, a gente tem um orçamento decrescente. Isso é contraintuitivo, racionalmente não faz sentido a gente ter um aumento de escopo e uma diminuição de recursos. Eu acho que esse é um cenário que muitas agências trouxeram aqui, esses são os números da agência que representam esse cenário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – ... presente em todas as agências reguladoras.

Esse eslaide é o momento, o exercício orçamentário mais recente: a gente está no final ali, o último quadrinho azul, com R$234 milhões de orçamento. Cabe destacar que aqui teve uma suplementação advinda do Ministério dos Transportes. É importante o registro de que desde o ano passado o ministério tem sido parceiro na atuação e nas possibilidades de suplementação do orçamento da agência, e este ano não foi diferente. Este ano a gente já teve um aporte da ordem de R$10 milhões, e há outras discussões em curso para a gente poder vencer um pouco esse cenário de escassez orçamentária.

Deixe-me ver se eu passei...

Esse aqui.

Esse outro gráfico aqui traz uma realidade em que a gente compara o orçamento da agência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – ... agora nessa curva amarela, com o que é arrecadado. Então, como muitos colocaram aqui, há um descasamento. A agência, no ano passado, arrecadou mais de R$1 bilhão, R$1,120 bilhão, descontando valores de outorga. Então, o que está escrito ali nas linhas abaixo, que talvez fique ruim de ler, é que esse valor que está nas barras, que é a nossa arrecadação, é só de taxas de fiscalização, infrações e outros emolumentos ligados à nossa operação. A gente não está considerando, contabilizando... Se a gente contabilizasse outorga, por exemplo, no ano passado seriam quase R$4 bilhões; no ano anterior, R$2 bilhões. Por que a gente tira isso? Porque a outorga, a rigor, talvez pudesse ser considerada o benefício econômico de quem é o titular daquele bem, e nesse caso é a União. Já as outras taxas, não. Elas estão vinculadas, completamente, à nossa operação, ao que a gente faz. Em tese, a natureza delas é para subsidiar essa operação. Então, mesmo se a gente comparar só as taxas, a gente vai ver que há um grande descasamento entre o orçamento da agência e o que a gente arrecada.

Ainda, por fim, algumas projeções aqui. A gente fica muito feliz celebrando tudo o que a gente tem feito do ponto de vista de leilões e concessões rodoviárias – foram nove nos últimos anos –, o que contabiliza praticamente R$110 bilhões em investimentos projetados para os próximos anos. Ali tem os números de duplicação. A gente tem aqui uma projeção para os próximos exercícios, como eu comentava há pouco e, com tudo isso consolidado, a gente vai chegar a quase 30 mil quilômetros de rodovias concedidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa preocupação é que, numa discussão de país, de Estado, a gente sabe que infraestrutura gera uma série de outras externalidades e benefícios. Tem números do Banco Mundial que indicam que, a cada US$1 ou R$1 investido, você gera US$3 ou R$3 com outros movimentos. E isso é uma agenda importante para um país que tem uma necessidade, um *gap* de infraestrutura e passa pelas agências, aqui notadamente os números da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

A nossa preocupação, para além das atividades do dia a dia, de fiscalização e outras, é talvez uma morosidade, uma falta de capacidade para a gente fazer o que a gente julga mais importante na trilha de desenvolvimento, que é dar vazão e segurança jurídica e regulatória para esses investimentos que estão aí postos.

O que a agência tem feito, Senador Esperidião – uma pergunta que o senhor trouxe –, é se reorganizado, e essa reorganização para fazer frente a esse escopo tem impactado muito no prazo dos processos. Então, a gente tem tentado manter as nossas atividades, a maioria delas, mas, consequentemente, a gente não consegue fazer na mesma velocidade que a gente fazia antes, com os recursos que a gente tinha.

Do ponto de vista de consequências práticas dentro da agência, para trazer alguns números e responder a uma outra pergunta que o senhor fez sobre o nosso quadro de servidores, antes disso, sobre diretores: nós somos cinco diretores hoje em exercício. Além disso, no nosso quadro de servidores, a gente tem 1.705 vagas autorizadas por lei, das quais só 918 estão ocupadas. Isso significa 46% do nosso quadro de servidores vago, com vacância. E hoje... Hoje, não, a nossa composição era de cerca de 2,3 mil colaboradores; se a gente descontar os cerca de 900 servidores, a gente está falando de 1,4 mil terceirizados. A gente precisou colocar em aviso prévio 50% dessa força de trabalho. Depois da recomposição do ministério de 10 milhões, a gente diminuiu isso para 40%, mas, mesmo assim, o impacto é muito relevante. A gente está diminuindo uma parcela expressiva da nossa força de trabalho.

Nos últimos anos, a gente vem fazendo um esforço de racionalização do orçamento. Por exemplo, a gente tem hoje 68 unidades espalhadas ao longo do país para fazer frente a esse escopo de fiscalização do Oiapoque ao Chuí. A gente migrou boa parte dessas sedes, dessas unidades regionais para prédios de outras instituições públicas. No Rio de Janeiro, a gente está no mesmo prédio da ANS; em Salvador, a gente está em uma unidade do Banco Central; em BH, a gente está em um prédio do Serpro. Tudo isso a gente tem feito, mas chega um momento em que você não tem muito mais o que fazer, a não ser postergar a análise de alguns processos e eventualmente discutir diminuição de escopo.

Eu acho que com isso eu respondo a todas as perguntas que foram colocadas aqui.

E, só fazendo uma sugestão também – a partir de uma provocação do Presidente Marcos Rogério sobre quais as possíveis soluções –, acho que já foi dito por muitos que tem um PL que está para debate que é o PL 73, do Senador Laércio Oliveira, que vincula receitas geradas pelas agências ao seu orçamento. Para trazer isso em números, se a gente dobrasse o orçamento da agência hoje, comparando com o que foi arrecadado no ano passado, a gente estaria falando em consumir apenas 30% do que a gente gera com taxas e outros emolumentos. A gente está descontando, inclusive, questões relacionadas à outorga. Então, parece uma discussão razoável, interessante. Talvez não seja a única solução. Como a Flávia Takafashi, colega da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antaq, colocou, nem todas as agências têm esse fluxo de receita, talvez não seja uma solução que caiba a todos, mas eu acho que é uma discussão e um caminho possível para que a gente possa compatibilizar a saúde financeira das agências e, consequentemente, um bom ambiente regulatório para que esses investimentos aconteçam com higidez fiscal. A gente sabe que é importante esse aspecto. As agências não estão descoladas dessa realidade, mas a gente defende, sim, que é importante uma solução para a autonomia orçamentária das agências.

Queria por fim, só trazer uma saudação do nosso Diretor Geral em exercício, Guilherme Sampaio, que não pôde estar aqui hoje e pediu que eu o substituísse, Senador, mas mandou as saudações e o abraço dele, dizendo que a gente continua à disposição para as discussões que forem supervenientes.

Era isso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu cumprimento o Dr. Felipe Queiroz.

Por ironia do destino, cabe-me presidir a Comissão antes de passar a palavra para o representante do TCU.

Então, antes de passar a palavra ao Sr. Figueiredo, que representa aqui o TCU, que queremos ouvir, agradecendo a sua presença, eu gostaria de, até pela coincidência dessa, digamos, sucessão de palavras... É óbvio que há agências que têm uma capacidade de arrecadação própria maior do que a outra – não é uniforme –, em função do interesse econômico, da frequência do uso, do tipo de atividade e também do modelo de fiscalização, com multa, sem multa, com que tipo de multa.

No caso específico da ANTT, antes de passar a palavra, eu não vou perguntar quanto das multas foi arrecadado, mas seria importante que tanto a ANTT quanto as demais agências dissessem quanto entrou efetivamente em caixa das multas supostamente aplicadas. No caso da ANTT, eu tenho mais ou menos uma informação precisa: uma coisa são as multas nominais; outra coisa são as multas convertidas em pagamento, ou seja, em liquidação financeira.

Também a propósito dessa concomitância, digamos, ou sucessão de palavras, todas as agências estão evoluindo, ampliando as suas responsabilidades, num momento de retração de recursos. Então, 80% da economia formal está sendo cada vez menos bem tratada. Independentemente de manifestação de solidariedade com os servidores, com a finalidade, a verdade é essa. Nós Governo criamos... Qual é a agência mais antiga?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Anatel ou Aneel?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas – o Senador Bagattoli me perguntava – todas são filhotes da Constituição de 1988 e do processo de privatização que a economia enfrentou, certo? Todas. Então, favorecendo a sua missão.

A minha única pergunta, Senador Marcos Rogério, ao representante do Tribunal de Contas da União... Primeiro, uma pergunta objetiva, que se desdobra... Nas avaliações do Tribunal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contas da União, eu queria que o senhor destacasse, primeiro, o fato de termos, em todas as agências, cargos não preenchidos, sejam eles de diretoria, sejam eles do corpo funcional. Como o TCU avalia essa defasagem e que medida saneadora ele proporia ao Congresso e às próprias agências?

E, segundo, na evolução dos contratos... Isso é mais ou menos como companhia aérea. Diz a lenda que nenhuma companhia aérea faliu nos cinco primeiros anos, porque não tinha problema de manutenção e os aviões eram novos – se forem novos. Agora, depois de dez anos, começa a complicar tanto a parte trabalhista quanto a parte de fadiga de material. Agora nós já estamos quase começando a segunda geração. Na primeira geração, uma parte já se aposentou, outra parte era de um quadro que veio para cá...

Eu queria que o senhor fizesse uma abordagem de casos similares aos da otimização de contratos, que é uma experiência nova e que me preocupa muito, especialmente pelo que estou acompanhando em Santa Catarina. Eu acho que a otimização é uma válvula de escape interessante, mas, se não houver, de parte do Tribunal de Contas da União, tempos, ou seja, cronograma de admissibilidade e depois de análise para o cumprimento das etapas finais da otimização de um contrato, perde o sentido.

Então, ao lhe passar a palavra, ao devolver a cadeira a quem de direito, que é o Senador Marcos Rogério, eu lhe peço, primeiro, a avaliação dessa defasagem de corpo funcional e de direção – das 11 agências, não só destas que estão aqui adstritas, digamos.

E segundo: na modernização decorrente da maturação, da maturidade da agência, o Tribunal de Contas da União está sendo solicitado. O Tribunal de Contas tem uma avaliação do seu próprio desempenho e, consequentemente, da agência, na questão da – eu vou usar aqui o jargão – prorrogação de contrato de concessão? No caso da ANTT, chama-se otimização por até 15 anos ou mais, não é isso? E depois ainda sujeita a um leilão.

Eu não vou descrever tudo, mas eu queria esses dois comentários, além daqueles que o senhor formulou a partir dos depoimentos colhidos. Muito obrigado.

Muito obrigado, Senador Marcos Rogério. Devolvo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Amin.

Portanto, conforme anunciado pelo Presidente Amin, com a palavra o Dr. Alexandre Carlos Leite de Figueiredo, que é da secretaria do TCU que cuida dos temas relacionados às agências.

E eu, desde logo, agradeço muito ao TCU por manifestar preocupação com relação a esse tema e se colocar à disposição para comparecer a esta Comissão e dar também a sua contribuição.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom dia a todas, a todos.

Exmo. Senador Marcos Rogério, cumprimentando V. Exa., queria cumprimentar todos os demais Senadores aqui presentes, as demais autoridades, todos os colegas das agências reguladoras, os demais presentes nesta audiência pública e quem nos assiste também virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador Marcos Rogério, nós é que temos que agradecer a consideração de nos ter convidado a participar desta audiência pública, porque nós entendemos também que a gente pode dar a nossa contribuição a este debate que aqui se coloca nesta audiência, que é um debate técnico, institucional sobre a situação orçamentária das agências e o reflexo – que é muito importante, como já bem colocado por muitos aqui – de como isso reflete na prestação de serviços públicos e na capacidade regulatória e fiscalizatória das agências reguladoras.

Já de algum tempo, Senador, o tribunal vem tendo um diagnóstico, a partir de diversas fiscalizações específicas sobre atividades das agências reguladoras, de que um déficit de pessoal, um déficit de estrutura administrativa, orçamentário, financeiro tem afetado de fato e de maneira significativa a capacidade das agências reguladoras. Como bem trouxe o Diretor-Geral Mauro, da ANM, foi imediatamente após a apreciação de um acórdão sobre a potencial ineficiência arrecadatória da ANM, em função de um déficit organizacional, financeiro, orçamentário na arrecadação dos *royalties* da mineração e sobre como aquilo impactaria o Estado brasileiro que houve uma comunicação do Ministro Vital do Rêgo em Plenário e uma consequente determinação para que a gente avaliasse a estrutura organizacional de 11 agências reguladoras e os impactos dela na prestação do serviço-fim dessas agências reguladoras.

Dito isso, o que a gente tem hoje e está em andamento, Senadores Marcos Rogério e Esperidião Amin, é uma fiscalização-piloto em quatro agências reguladoras, nomeadamente a Aneel, Anatel a Anatel, a ANP e a ANM, que são as unidades acionadas da secretaria da qual eu estou à frente, que é de energia e comunicações, mas a ideia é que ela seja estendida a todas as demais agências reguladoras mencionadas na comunicação. E ela se estende ainda para outras autarquias especiais, segundo a comunicação, como o Banco Central, a Susep e a CVM, por exemplo, que têm características semelhantes às agências reguladoras.

Como já foi dito, é bom falar por último também, porque acho que, em muita coisa, aqui, eu não vou precisar entrar em detalhes, eu vou simplesmente repisar. Como é uma fiscalização, Senador, que ainda está em andamento, eu vou me ater aqui a trazer os dados coletados e que fielmente traduzem o que foi trazido por todos os palestrantes que me precederam e obviamente me colocar à disposição para um debate que possa vir posteriormente.

As restrições orçamentárias têm de fato afetado as agências reguladoras na sua capacidade regulatória, na sua capacidade de fiscalização e – eu acho que é uma coisa muito importante – na sua capacidade de investimento – e eu acho que conversa muito com o que o Senador Esperidião Amin já trouxe também – em tecnologia, inovação, porque isso é uma otimização, é uma forma de você acompanhar a evolução tecnológica, o aumento do setor regulado, a materialidade de que você está tratando também, para você prestar o melhor serviço público. Então, afeta diretamente, como já trazido por todos, essa capacidade de investimento das agências reguladoras, especialmente nessas questões. E nos preocupa muito a questão da falta de capacidade fiscalizatória das agências reguladoras, que, além da não capacidade orçamentária, têm a questão do quadro de pessoal, que é um tema que eu trago logo na sequência.

Estão muito pequenas ali as informações, mas eu queria destacar que o problema é exatamente o referencial monetário que é disponibilizado pela SOF, que, ano após ano, é aquém, e vem aumentando esse *gap,* do solicitado pelas agências reguladoras. Previamente, na lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamentária anual aprovada, você já tem uma diferença e, após, durante a execução orçamentária, você tem os cortes e os contingenciamentos orçamentários. Então, a gente tem tentado trazer isso de uma forma bastante detalhada para todas as agências reguladoras.

A única que tem uma situação um pouquinho diferente e que talvez possa ser considerada uma boa prática é a Anatel, que não tem, desde 2017, sofrido uma diferença entre... O referencial monetário apresentado pela SOF tem coincidido com o que a agência apresenta. Isso decorre inclusive de um acórdão do tribunal de 2017 que determinou à SOF que, de alguma forma, promovesse a autonomia financeira das agências. Depois disso, ela entra em todo o processo orçamentário, como todas as agências, mas isso já seria um grande ganho, pelo menos em relação à expectativa do orçamento a ser aprovado das agências reguladoras. Esse é um fato que a gente gosta de trazer, porque isso não é uma proposta, mas é um fato, tá? Está na mesa o que acontece com a Anatel.

Em relação ao capital humano, ao que disse o Senador Esperidião Amin, já tentando responder também, há de fato um declínio significativo de servidores nessas quatro agências mencionadas, mas uma questão importante – e obviamente o reflexo na capacidade de atuação da agência é presenciado no dia a dia da agência –, uma reflexão que o tribunal quer trazer e tem discutido com as agências é a necessidade de um melhor, eu chamo, DFT (dimensionamento da força de trabalho) da agência, que todas as agências possam de fato ter mapeado todos os seus processos de trabalho, o que aquele processo de trabalho entrega, em quanto tempo, de quantos servidores ela precisa, inclusive fazendo uma conexão com o investimento em tecnologia da informação, porque a tecnologia da informação vai fazer com que vários servidores não tenham que fazer uma atividade manual, por exemplo. Então, assim, é um círculo vicioso, nesse caso, que vai ajudar a dimensionar o quadro de pessoal das agências e a necessidade de investimento em tecnologia da informação e outros processos de trabalho da agência também.

Mas, de uma maneira bem objetiva, Senador, o quadro que a gente traz aqui só referenda o que todos os anteriores trouxeram, que foi uma diminuição. E o que a gente fala na DFT é em relação à quantidade já autorizada por lei. Não se tem hoje uma noção exata de se aquela é a quantidade de que realmente se necessita nas agências reguladoras. Pode ser mais, pode ser menos. Mas eu acho que, numa questão de eficiência do Estado brasileiro, é importante a evolução da discussão em relação a esse dimensionamento mais efetivo da força de trabalho das agências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO – Em relação aos resultados apresentados pela agência, a gente usa como critério uma agenda proposta pela própria agência reguladora, que é a agenda regulatória, que é onde ela coloca, de uma forma bastante transparente para a sociedade e para todos os atores, o que ela se propõe a realizar em determinado período de tempo, ou seja, estabelecendo prioridades, o que é muito importante. E ano após ano, a gente tem visto um declínio no cumprimento dessa agenda regulatória, o que tem sido constante motivo para debates até institucionais relacionados, inclusive, a essa questão orçamentária, financeira e de pessoal da agência. Mas é um critério bastante objetivo, em que você consegue demonstrar, de fato, que a agência não consegue entregar o que ela mesma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a participação de agentes setoriais, se propõe a entregar para o setor regulado. E isso é uma questão muito relevante.

E há, de fato, um descompasso estrutural muito significativo entre a organização das agências, ao que é dado de capacidade às agências, e a quantidade de demandas e competências que a elas foram se empilhando ao longo dos últimos anos. Não só o crescimento do mercado regulado, complexidade tecnológica, aumento no número de entidades participando do mercado regulado, mas a gente brinca que, no caso da ANP, se a gente fosse colocar uma sigla para cada competência nova que ela teve desde a criação, ela teria umas 12 à frente de ANP, e você vai colocando. E o mesmo serve para todas as agências. Então, são novas atribuições que vão sendo dadas e mais uma crescente complexidade para regulação e fiscalização também do setor regulado. Portanto, esse é um debate muito importante, que precisa ser, de fato, realizado.

E, por último, eu queria destacar aqui também – já foi trazido – uma pergunta específica sobre a questão da vacância do colegiado. A gente fez um levantamento e a gente traz aqui um caso específico, um estudo de caso da própria Aneel, em que a gente começou a entrar no processo decisório da Aneel, verificando a sua correlação com a composição do colegiado, e a gente consegue fazer uma correlação muito objetiva com o fato de que isso atrapalha a governança da agência e atrapalha, inclusive, a estabilidade institucional da agência. As causas são algumas: da vacância do titular à não indicação do substituto. Existem as regras da lista tríplice, mas há casos, inclusive, em que não há indicação dentro do tempo hábil e a diretoria colegiada fica sem o próprio substituto, que foi um mecanismo legal que foi dado às agências para que isso acontecesse. Isso ocorre, por exemplo, por diferentes interpretações, diferentes normas entre as agências, mas eu acho que deve fazer parte do debate também, como um aprimoramento regulatório, institucional, das agências reguladoras.

Dito isso, eu queria finalizar essa minha apresentação, que foi bastante rápida e objetiva, porque traz só um referendo ao que é trazido pelas agências reguladoras, dizendo que a questão da autonomia financeira das agências é um ponto muito importante a ser discutido, como a gente até colocou aqui. O caso da Anatel, inclusive, é um caso um pouquinho diferente daquele das demais, porque, a despeito de não haver semelhança exata entre o poder arrecadatório de cada uma delas – e aqui eu falo pelas quatro que foram analisadas –, a gente tem casos em que a arrecadação – e aí eu estou falando daquela arrecadação que é prevista em lei para custeio da agência, não estou nem colocando outorgas ou casos específicos – chega à ordem de seis vezes ao que é, de fato, liberado para a agência reguladora. E quando a gente coloca isso associado, por exemplo, à capacidade arrecadatória que essas agências têm, não só dessas taxas e outras contribuições, mas em outorgas ou na arrecadação de *royalties*, por exemplo, o debate, eu acho, digamos que até perde o sentido, porque não haveria como alguém discordar da necessidade de uma melhor e maior estruturação das agências reguladoras por uma questão: o Estado brasileiro decidiu que esse é o modelo que ele quer para lidar com infraestrutura ou prestação de serviços públicos em geral. É um modelo de descentralização em que você necessita da agência reguladora como entidade autônoma, independente e forte estruturalmente.

Então, acho que esse debate já vem da própria escolha do legislador de como isso deve ser feito. A gente está debatendo aqui como ele pode ser feito, porque os números e os fatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são indubitáveis. A gente tem tido um enfraquecimento, ano após ano, das agências reguladoras, consequentemente, com um impacto nas atividades finalísticas das agências, como é visto em termos gerais, ou em cada fiscalização que a gente promove...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO – ... no Tribunal de Contas da União. Isso a gente consegue evidenciar em casos específicos com consequências bastante desastrosas para a administração pública brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre, pelas informações, pelas contribuições.

V. Sa. mencionou uma decisão do Tribunal de Contas direcionando o aspecto da autonomia financeira das agências. O que se observa hoje é que o orçamento das agências segue a mesma lógica do Orçamento Geral da União: havendo contingenciamento ou havendo bloqueios, ele segue a régua geral do Governo, sem qualquer exceção. E, no caso das agências, em que se tem um orçamento já bastante apertado, o que se propõe e o que é aprovado, normalmente, não é... Assim, dificilmente aquilo que a agência propôs como orçamento é o que saiu aprovado no Orçamento Geral. E quando você tem, depois, o contingenciamento, obviamente que setores fundamentais terão as suas atividades comprometidas. É diferente, talvez, de algum ministério, de outros espaços públicos em que o Governo tem um pouco mais de gordura para queimar. No caso das agências, não, elas já têm um orçamento, realmente, muito apertado e, quando você tem uma situação como essa... E aí me preocupa muito... Sem diminuir a importância das demais, porque todas são fundamentais, quando você observa uma agência dizer que a atividade de fiscalização vai ser paralisada e é uma fiscalização em relação a combustíveis, por exemplo: "Vai parar a fiscalização no tocante à questão dos combustíveis e com todas as derivações que esse tema tem, com todas as nuances que esse tema tem", é algo realmente que preocupa a todos nós. Estou citando esse caso especificamente, porque eu vi o anúncio feito e o Senador Jaime Bagattoli, na sessão anterior da Comissão, mencionou isso também. É uma preocupação. Então, é um tema que preocupa muito a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

E aqui eu queria cumprimentar os Diretores que vieram, porque obviamente todos eles, aqueles que são... Veja que não veio aqui nenhum diretor-presidente da agência, boa parte deles estava com agendas anteriormente anunciadas, publicadas e tal, mas eu faço uma leitura até um pouco diferente dessa coincidência, Senador Esperidião Amin, e não estou diminuindo aqui a importância da presença dos senhores que vieram. Acho que, com exceção da... Quem é o Diretor titular da agência aqui, lá da ANM, que teve... Enfim, todas tiveram corte, mas a maioria não veio, por quê? É óbvio que é uma situação espinhosa. O diretor-presidente da agência tem que ter relacionamento com o Governo nessa negociação, nessa composição de orçamento e tal e, quando você tem uma situação como esta, é natural que se tenha um pouco de dificuldade de expor, com a profundidade que tem o problema que foi gerado com o contingenciamento, porque, no dia seguinte, o *day after* está logo ali. Então, eu queria agradecer a disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a Secretaria da Comissão disse: "A maioria dos presidentes estão com agendas anteriormente marcadas", eu falei: "Eu entendo qual é a situação". Isso não vai diminuir a importância do debate do assunto, a relevância de se colocar esse assunto em discussão.

Então, o que vocês vieram aqui trazer hoje foi um relato daquilo que está acontecendo lá, e falaram com moderação, com equilíbrio, com muito cuidado, pisando na navalha, no limite do que podiam, em razão, obviamente, do contexto, do papel das agências, porque a independência que se prega, a independência que se defende existir, na prática, acaba sendo uma independência relativa, porque se você não tem independência financeira, não tem independência orçamentária, você não tem independência. Do ponto de vista regulatório, é óbvio que o papel das agências todos nós defendemos aqui e há de ser reconhecido; agora, do ponto de vista orçamentário, não há independência.

A questão é: o que é possível fazer em relação a isso? Por isso eu estou fazendo essa provocação novamente ao Dr. Alexandre, que representa aqui o TCU. Posteriormente, eu acho que a gente pode fazer este debate até fora do ambiente de audiência pública, trazendo o corpo técnico do orçamento do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, para a gente tentar talvez, em torno do projeto de lei complementar que está aqui, o PLP 73, ou fora dele, ou mesmo no campo de atuação do próprio Tribunal de Contas da União, conforme o relato aqui já feito de que o próprio TCU já disse, já afirmou em decisão que deveria se cumprir o orçamento da agência... Não sei – talvez seja o caminho mais rápido – se essa decisão do Tribunal de Contas da União tem ainda força vinculatória, poder de vincular os seus efeitos para este momento.

Qual é a visão do Tribunal de Contas da União com relação a essa questão do não contingenciamento, de assegurar o orçamento das agências, considerando a essencialidade do papel das agências? Porque o papel regulatório dissociado do papel de fiscalização daquilo que foi regulado torna o setor praticamente inexistente. Não adianta você regular abstratamente se lá na ponta você não tem a efetividade com a fiscalização. A fiscalização é que vai dar concretização àquilo que foi regulado. Imagina... A Agência Nacional do Petróleo tem o seu papel regulatório, que todos conhecemos, toma as decisões, mas daqui a pouco não tem como operar com a fiscalização porque está comprometida com o orçamento. É uma regra natimorta. É uma regra que não vincula os seus efeitos.

Então, é um tema... E aí sou eu que estou dizendo – e por isso estou dizendo –, todos os diretores aqui, substitutos, eventuais e aqueles que estão no exercício da função plenamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em regime de rodízio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ou em regime de rodízio, como é o caso – tem agência aqui que está no terceiro –, todos vieram com muita cautela, com muito cuidado, e eu reconheço esse cuidado. E não esperava algo diferente de V. Sas., mas, como Presidente desta Comissão – e aqui o representante do Tribunal de Contas da União traz uma leitura de quem conhece o assunto, conhece o setor, está a par da evolução desses números –, a questão final, e aqui eu vou concluir a minha intervenção, é: quanto à parte da decisão que já foi tomada no passado, é possível assegurar os efeitos daquela decisão para este momento ou não; isso é uma matéria que deve ser revisitada pelo tribunal?

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Obrigado, Senador. É uma excelente oportunidade para esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente teve uma decisão em 2017, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, e ela foi específica em relação à Anatel, pois adveio de uma fiscalização específica sobre a utilização dos recursos dos fundos de telecomunicações – Fust, Fistel –, em que se percebeu que havia um excesso de recursos, quando comparados com o orçamento da agência reguladora, e que não havia a aludida autonomia financeira, e isso impactava, inclusive, na utilização desses recursos. Houve à época uma determinação à SOF, e a determinação foi mais genérica neste sentido: "SOF, você vai sentar com a Anatel e vocês vão bolar um mecanismo que vai assegurar maior autonomia financeira para a Anatel".

Qual é o mecanismo hoje em curso, Senador? A Anatel apresenta, quando da proposta da discussão orçamentária, uma programação quadrienal de receitas e despesas da agência e uma previsão de arrecadação – porque, se a arrecadação dela estiver abaixo, isso tudo cai por terra, mas historicamente nunca está –, e a SOF apresenta o referencial monetário. Caso o referencial monetário apresentado pela SOF seja abaixo do apresentado pela Anatel, a SOF vai indicar para a agência como ela deve executar suas atividades essenciais, incluída aí a fiscalização da agência. Então, você inverteu um pouquinho; você passou para a SOF.

Agora, quanto à generalização desse mecanismo, o que a gente tem hoje é uma fiscalização em que a gente está trazendo os dados das demais agências, atualmente com as outras três – Aneel, ANP e ANM –, e que vai ser expandido para as demais agências reguladoras. Então, ANTT, Antaq, Anac, todas vão fazer parte de uma futura fiscalização, e a gente não sabe ainda como o tribunal vai se posicionar, e isso é muito importante, Senador, porque a gente tem uma decisão específica, de 2017, direcionada à Anatel, isso é trazido no relatório de fiscalização, mostrando, na realidade, como isso mudou, relativamente, o cenário da Anatel. Inclusive, fizemos pesquisa sobre o impacto orçamentário, a questão de déficit orçamentário nas agências, e a Anatel foi a única que respondeu: "Olhe, não identificamos nenhum grande *gap* entre o que a gente necessita e o que é disponibilizado". Obviamente, depois da execução orçamentária, aí já é uma outra história. Não há nenhum tipo de diferenciação para a Anatel, mas, ao menos na definição do orçamento inicial, existe essa diferença.

Então, concluindo, Senador, eu não sei como o tribunal vai se posicionar quanto à possibilidade de extensão ou não de uma determinação semelhante às demais. Isso é algo sobre o qual a gente vai dar todo o material necessário para o Relator, que é o Ministro Jorge, e, obviamente, ao Plenário do tribunal, para tomar uma decisão que deve ser tomada nos próximos meses, seguramente, porque a gente está finalizando o relatório. O nosso relatório, inclusive, Senador, está com as agências reguladoras. Elas conhecem o teor de todas as nossas afirmações técnicas, para depois subsidiarem o relator no plenário para tomar as decisões sobre o que fazer com aquelas constatações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Dr. Alexandre.

Veja – eu vou assegurar a palavra ao Senador Amin e ao Senador Jaime também –, assim, desconsiderar a existência de fundos... Quase todas as agências aqui têm um fundo vinculado. A Agência de Aviação Civil, por exemplo, tem um fundo que tem alguns bilhões. As demais agências aqui... A ANM não sei se tem fundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tem? Mas a de Aviação Civil eu sei que tem um fundo bilionário e, normalmente, os ativos desse fundo acabam sendo, depois, utilizados para a questão de superávit, para pagar juro. Ou seja, foi criado com uma finalidade, não se concretiza a finalidade do fundo, não se viabiliza o funcionamento da agência, e, no final, esse recurso acaba socorrendo o Governo no cumprimento de metas fiscais.

Senador Esperidião e, na sequência, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero fazer um aparte, por uma questão de saudosismo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O último trabalho que eu fiz na empresa de telefonia de Santa Catarina foi o trabalho de utilização de recurso do Fust para telefonia rural, vai fazer 50 anos. Não sei se o nome mudou ao longo do tempo, mas é o mesmo Fust de 50 anos passados. Ele foi destinado, substancialmente, para pagamento de juros, e a única exceção que eu acho que o Tribunal de Contas pode oferecer como complemento foram os nossos esforços para a utilização dos fundos de desenvolvimento e pesquisa, ciência e tecnologia. E num leilão – um leilão –, o Governo destinou 90% da outorga para complementar a integração da rede escolar à internet, foi o leilão do 5G – confere?

A única vez em que o Governo abriu mão do dinheiro para entrar no seu caixa foi no leilão da 5G ou da operação 5G, se não me engano, de 2021 para 2022, que destinou 90% do valor da outorga para que as escolas brasileiras se integrassem à internet. Eu tenho acompanhado o relatório, pelo menos bimestralmente ou trimestralmente; o objetivo ainda não alcançado, ou seja, nós temos escolas, das 140 mil do Brasil, que ainda não têm ligação com a internet, ou porque não tem energia elétrica, ou porque não o equipamento não chega, não funciona, ou porque falta tomada – motivos das mais variadas espécies. Eu queria assinalar isso.

O Tribunal de Contas faria muito bem essa avaliação. Recursos obtidos, neste caso de outorga... Nós fizemos aí a separação do que é recurso operacional, do que é recurso de outorga. Recurso de outorga é uma receita de capital. Contabilmente, deveria ser. É a transferência de um valor econômico para o concessionário. Então, é uma receita de capital, mas eu acho que esse é um tema fascinante e que, digamos, faz parte dessa contradição. Geram recursos, mas não podem utilizar recursos para bem desempenhar a sua tarefa. É a configuração básica do drama que nós estamos aqui testemunhando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Na sequência, o Senador Jaime Bagattoli, e aí eu vou partir para as considerações finais, e os convidados que quiserem acrescentar terão a oportunidade.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Cumprimento aqui o nosso Senador Marcos Rogério. Parabenizo-o, dou mais uma vez os parabéns a ele pelo seu aniversário. Foi ontem, não é? Quero dizer para você que, quando você dobrar a idade, não vai me convidar, porque eu não vou estar aí, não é? (*Risos.*)

Nem quando o Amin também dobrar a idade, eu não vou estar no aniversário dele também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu vou estar... Vou ser o seu juiz. (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aí, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero cumprimentar aqui a todos que estão representando as agências reguladoras e dizer que é triste essa situação, nós vermos, mais uma vez, o Governo fazendo esse corte orçamentário dentro das agências. Mas eu quero aqui falar de umas quatro agências; todas são fundamentais, mas da Aneel, da ANP, da Antaq e da ANTT.

Foi falado aqui sobre a Aneel, sobre os investimentos da Aneel, a arrecadação. Eu quero dizer que nós temos a energia de geração com o menor custo do planeta, energia elétrica. Nós temos o maior potencial hidráulico, de energia hidráulica do mundo, e nós temos a energia mais cara do mundo. Então, são fatores que, muitas vezes, a gente não consegue entender. Ainda chegamos no departamento hoje de dizer que não tem recurso para a agência, que tem que se fazer corte no recurso dessa agência reguladora, uma agência tão importante da energia elétrica no Brasil. Nós temos esse grande potencial, energia hidráulica, energia eólica, energia solar, energia através do biogás, do gás natural. Enfim, nós temos um potencial enorme e parece que, a cada ano que passa, nós encontramos mais obstáculos.

Aqui está a ANP, o Bruno sabe disso: antes de existir a ANP, existiu o CNP, que era o controle nacional de petróleo. Eu sou dessa época ainda, eu conheci o CNP, o DNC, que faziam esses controles. Agora você veja bem, a ANP... Aumentamos aí agora para 30% o etanol na gasolina, aumentamos para 15% o biodiesel no diesel, essa mistura de biodiesel aí; nos vangloriamos perante o mundo, dizendo que nós temos um potencial de energias não de petróleo, que temos um potencial grande de etanol e biodiesel; e nós nos deparamos com isso. E você sabe, o Sr. Bruno é conhecedor disso: faltando essas pessoas nessas agências hoje para trabalhar na ANP, já há um descontrole hoje na ANP, não se tem mais um controle sobre o que tem de mistura de etanol na gasolina e principalmente do biodiesel, estão surgindo empresas faraônicas no Brasil afora, indústrias de biodiesel, e não tem controle da mistura lá no diesel.

Quanto à Antaq, eu quero dizer para vocês sobre essa situação, cabotagem, hidrovia dos portos, eu quero falar ao pessoal dessa agência, da Antaq, dizendo o seguinte. Senador Marcos Rogério, eu já estive até em uma audiência sobre isso. Querem privatizar agora o Rio Madeira também. Já deu um custo altíssimo para nós numa rodovia, que é a BR-364, uma rodovia que foi privatizada de uma forma que só causou altos custos para a sociedade de Rondônia, do Acre e do Amazonas, e com muito pouca infraestrutura. E agora também se fala... Os portos já são da iniciativa privada. O rio está lá, é uma benção de Deus que está lá, e não vejo nenhum modelo que justifique aquilo ser privatizado. As empresas mesmo que já estão operando os portos, elas já têm a parte de navegação. Se for privatizado aquilo, é mais um custo para a sociedade. Então, eu peço também à Antaq para analisarmos com carinho essa situação, principalmente essa situação do Rio Madeira, que vai inviabilizar os nossos estados lá.

Quanto à ANTT, eu digo assim para vocês... Ontem eu vi uma notícia, é mais uma notícia que aconteceu; a cada cinco, seis anos eu vejo a mesma notícia: Ferrovia Bioceânica. Você viu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério? Mais uma vez, eu vejo estudos do projeto. Todos nós sabemos que isso é essencial para o Brasil.

Para vocês terem uma ideia, no ano de 1926, antes de se construir a primeira rodovia no Brasil, os americanos já tinham interligado Atlântico e Pacífico – dois anos antes de se construir a primeira rodovia no Brasil, 1926. Até hoje nós sonhamos com isso, através da Bolívia, através do Peru, para se construir essa Ferrovia Bioceânica, porque isso aí é um sonho para o povo brasileiro, interligar os dois oceanos, e sabemos da importância da agência também, das agências reguladoras, da ANTT.

Mas o que mais me preocupa, além disso tudo, é que só falta daqui a pouco se criar mais impostos para se manter as agências. Essa é outra preocupação nossa: criarem mais impostos, porque hoje, quando falta dinheiro, corre-se para onde? Para criar impostos no Brasil.

Eu, inclusive, pedi ao Ministério dos Transportes sobre todas as privatizações do Brasil. Por quê? Porque, quando o Governo sai do controle daquela ferrovia, daquela rodovia, daqueles portos, daquela hidrovia, o Governo sai e, além de tudo, vai arrecadar imposto. Eu quero saber quanto é isso, eu estou curioso para ver quanto há de impostos que ainda são impostos em cima da sociedade.

Então, eu quero dizer para vocês, desde 1988, com a Constituição, da importância que nós temos das agências reguladoras, mas nós temos que entender que nós temos que ter uma responsabilidade social no Brasil, e não adianta nós só ficarmos fazendo discursos políticos por aí afora e dizermos que quem tem que pagar as contas sempre são os que mais ganham. Quem paga as contas é o mais pobre, é o menos favorecido, é quem precisa realmente das coisas no dia a dia, de que todos nós precisamos.

Mas eu deixo aqui... O TCU está aqui também, que é o Tribunal de Contas da União. Quero dizer para você que o Governo tem que ter um controle maior dos gastos. E o Tribunal de Contas da União tem a responsabilidade de olhar isso que está acontecendo pelo Brasil afora, porque o que nós estamos vendo é um descontrole total dos gastos públicos. E esse controle desordenado dos gastos públicos é o que está acontecendo, de precisar tirar orçamento da maioria dos departamentos. Tirou do Ministério do Transporte, Ministério da Educação, e vai tirando por aí afora, como tirou agora das agências reguladoras.

Então, nós precisamos entender que o Brasil tem que mudar. O Brasil... Eu não estou falando de governo, de partido, de nada. Nós temos que ter responsabilidade no nosso país. Os políticos do nosso país, nós precisamos entender que, se nada for feito, o país estará entrando numa situação em que daqui a pouco nós não teremos mais saída. Nós não teremos mais saída para lugar nenhum. Por quê? Porque os gastos públicos hoje estão, desordenadamente, sem nenhum tipo de controle. E digo mais, vai ser nos municípios, nos estados e na União. E, se nós não encontrarmos um mecanismo, se nós não fizermos algo – vocês das agências reguladoras, que agora tiveram essa contenção do orçamento e não têm condição de ter pessoal para essas fiscalizações, para essas atribuições –, o que pode acontecer com o nosso país é uma calamidade total. E, se nós entrarmos em uma situação do jeito que eu estou vendo, daqui a dois ou três anos, o país não terá mais volta.

Senador Marcos Rogério, é de grande responsabilidade do Senado, é de grande responsabilidade do Congresso Nacional, é de grande... Tem que haver um diálogo entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso e o Executivo, para nós encontrarmos soluções para que o país encontre um caminho que não vá ser muito doloroso para a sociedade, porque nós podemos entrar num caminho sem volta.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, trazendo também suas preocupações com relação a este tema.

Já caminhando para o final da nossa audiência pública, eu queria assegurar a palavra aos convidados que queiram fazer algum acréscimo, alguma consideração final.

E, da minha parte, eu acho que, ouvindo aqui os representantes de cada agência e, de modo particular, ouvindo também o Dr. Alexandre, que representa o Tribunal de Contas da União, a Comissão tem dois pontos aqui, a par das informações que foram apresentadas. Um é fazer a atualização do andamento do PLP 73, que está na Mesa do Senado, pedindo imediatamente a sua tramitação para a Comissão de Infraestrutura. Eu acho que esse é um caminho. Além disso, talvez uma provocação... E aí, enquanto Comissão de Serviços de Infraestrutura... É porque o projeto tem o seu caminho natural dentro do processo legislativo, leva tempo, e os problemas que as agências estão enfrentando com esses cortes são imediatos e terão impacto daqui para frente na política em geral das agências, mas especialmente no tocante à questão das fiscalizações, que me parece ser o ponto mais prejudicado neste primeiro momento. Parece que o primeiro ponto de corte comum entre as agências é no papel de fiscalização. E para mim a efetividade do papel da agência se dá no seu controle fiscalizatório. Não adianta estruturar regulatoriamente todos os temas se você não tiver braço para ir lá à ponta verificar a efetividade daquilo que foi projetado, que foi decidido no âmbito de uma superintendência, no âmbito da diretoria colegiada. Então, tem que ter fiscalização; senão, torna o papel ineficiente, inefetivo, e isso é muito ruim.

Então, dar andamento no projeto eu acho que é uma iniciativa, mas, para além disso, eu penso que uma provocação... E aí, agradeço mais uma vez ao Tribunal de Contas por se fazer presente neste debate, ouvindo o conjunto dos diretores aqui, trazendo também a sua visão, a sua contribuição, o acompanhamento que faz do papel das agências. Para além disso – e aí é papel do Congresso Nacional, sempre que necessário –, é provocar o Tribunal de Contas da União, que pode, em algumas situações, obviamente, agir de ofício, mas, sendo provocado por uma das Casas do Congresso Nacional, à luz da legislação de regência, tem a sua prerrogativa até elastecida do ponto de vista da tomada de decisões.

E eu peço aqui à Secretaria da Comissão e à assessoria que, a par do que foi relatado pelo Dr. Alexandre, em cima de um ponto específico que... E aí, nos dados apresentados ali com relação à Anatel, você vê nitidamente a diferença entre as agências todas após essa decisão tomada. Talvez seja um ponto de partida para gente buscar o Tribunal de Contas como uma casa que acompanha o trabalho das agências e que tem a possibilidade, diferentemente do Congresso... porque aqui a gente debate e pode mudar pela via legislativa; o Tribunal de Contas da União tem instrumentos por que pode ter uma intervenção mais rápida, mais assertiva, garantindo efetividade no tempo da necessidade das agências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica, como dever de casa da Comissão também, essa provocação ao Tribunal de Contas da União, no tocante a esses contingenciamentos, a esses cortes que foram feitos, para buscar, de forma mediada, de forma articulada, uma solução que importe em recomposição, se não da totalidade, pelo menos daquilo que é possível do orçamento das agências.

E aqui, pelo que ouvimos, apenas a Agência Nacional de Aviação Civil e a Antaq tiveram recomposição parcial dos orçamentos. As demais agências...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A ANTT também? Mais alguma agência teve recomposição? (*Pausa.*)

É, então os demais ministérios, no caso o Ministério de Minas e Energia, que está vinculado lá à ANM, à Aneel e à ANP, zero recomposição. Então, o Ministério dos Transportes conseguiu recompor parcialmente o orçamento da ANTT; Ministério de Portos e Aeroportos, Anac e Antaq. As demais agências ainda não tiveram recomposição dos orçamentos – apenas para registrar em que pé está cada uma das agências.

Eu queria agradecer, de maneira muito especial, a vinda de todos os senhores e senhoras a esta Comissão, em respeito à Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas, sobretudo, fazendo desta Comissão um espaço para expor esse ambiente que vive cada agência. E o nosso desejo, a nossa expectativa é que o mais rapidamente possível isso possa ser solucionado.

Dr. Alexandre, começo com V. Exa. para as considerações finais; e, depois, os demais convidados terão a palavra para também os registros finais.

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Senador, eu queria agradecer mais uma vez o convite para a gente poder participar e dizer que, seguramente, o Tribunal de Contas da União ficará muito feliz em poder contribuir com o debate, que eu acho que é o que a gente já está fazendo nessa fiscalização. E a gente vai ter a fase deliberatória dela, em que eu acho que se podem discutir caminhos que o tribunal entende... E, obviamente, o caso da Anatel está descrito no relatório, colocado, inclusive indicado como uma boa prática, como foi trazido aqui. Vamos verificar como vai ser o entendimento dos ministros para eventual prosseguimento ou não. Mas, seguramente, a gente está sempre aberto ao debate técnico, ao debate institucional e ao debate de alto nível também que se faça necessário na Casa, plenamente à disposição.

Só uma última questão. Nessa questão da arrecadação, eu mencionei o caso da Anatel, um caso específico, que era o dos fundos, mas ela serve para qualquer outro tipo de taxa, qualquer tipo de receita que ela está vinculada...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Você tem o caso... Eu perguntei da ANM se tinha algum fundo, e ele disse que não. Mas tem os *royalties*.

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO – Isso, é exatamente esse ponto. A questão é...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, todas elas têm arrecadação.

O SR. ALEXANDRE CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO – A Aneel, a taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica. Então, assim, principiologicamente, seguiria a mesma lógica: se ela arrecada recursos a ela destinados por lei, ela poderia, em tese, se beneficiar de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo semelhante ou, pelo menos, pensar em algo nesse sentido, né? Eu acho que era essa a... ao trazer o caso, dizer que existem mecanismos, porque com certeza podem existir outros mecanismos mais sofisticados também que podem ser pensados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Vejam que o debate vai acontecendo e as ideias vão fluindo. Acho que temos um bom precedente e que, de repente, diante de uma provocação desta Comissão ao Tribunal de Contas da União, em face do que já vem sendo feito pelo tribunal, talvez a gente possa ter uma decisão alargada, resolvendo, se não no todo, pelo menos dentro daquilo que é possível, a autonomia financeira das agências.

Dra. Flávia Takafashi, Diretora-Geral Substituta da Antaq.

A palavra está com V. Exa.

A SRA. FLÁVIA TAKAFASHI (Para expor.) – Presidente, quero mais uma vez agradecer a V. Exa. a oportunidade de participar deste debate.

O foco aqui, claramente, é a capacidade orçamentária, mas eu queria reforçar só mais uma questão em relação à capacidade funcional. Como Diretora desde 2021, com mandato até 2026, e, além disso, como servidora de carreira da agência, a gente tem visto as agências perderem capacidade orçamentária, mas também a capacidade do seu corpo técnico, né? Então, eu vi aqui a ANTT, a Aneel falando que demitiram os servidores, alguns colaboradores terceirizados. A Antaq também tem um quadro importante de terceirizados, cujo impacto orçamentário bem direto; realmente, se a gente não tem como pagar os contratos, vai ter que fazer esse desligamento. Mas, para além disso, a capacidade funcional da agência como um todo acaba bem prejudicada, né? Com o concurso – nós temos um concurso em aberto, mas 25% das vagas... E, quando a gente olha todas as agências, muito específicas, com sua regulação sendo cada vez mais aprimorada, com a inovação, com as questões ambientais que de maneira muito específica afetam cada uma, essa é uma preocupação que as agências têm no fortalecimento da sua regulação, na especificidade dos seus mercados regulados, que, como o Senador Esperidião bem pontuou, representa 80% da economia formal do país.

Então, queria só fazer mais uma vez esse registro de o quanto o fortalecimento da capacidade orçamentária das agências vem também com uma discussão de fortalecimento da capacidade funcional dos órgãos reguladores, que para a economia do país impacta significativamente, agradecendo mais uma vez a V. Exa. pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu que agradeço, Dra. Flávia.

Com a palavra o Dr. Felipe Fernandes Queiroz, Diretor Substituto da ANTT.

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Presidente.

Inicialmente, quero agradecer e parabenizar mais uma vez pela iniciativa. Acho que este debate é um bom debate, é um debate importante, obviamente. A gente está discutindo uma questão muito específica das agências, mas toda a agenda da CI sobre infraestrutura tem sido bastante próspera para o país. E aí fica aqui o nosso agradecimento como agência pelo apoio e participação sempre dessa Presidência junto às nossas pautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns comentários breves, três.

O primeiro, pegando um pouco o gancho no que a Diretora Flávia colocou: a despeito de todo esse cenário, a agência tem batido recordes. Ontem, por exemplo, a gente noticiou que colocou em dia as revisões ordinárias dos nossos contratos. Os contratos têm revisões a cada cinco anos, mas tem revisões anuais, e a gente tinha uma dificuldade de manter o calendário atualizado. A gente fez isso porque significa trazer capacidade de investimento para o empreendedor e uma boa saúde no fluxo de caixa e nas execuções dos nossos contratos. Isso, entre vários outros indicadores que a gente poderia listar aqui, é em face desse amadurecimento, do crescimento da agência.

A gente tem, além desse pleito sobre recomposição orçamentária, feito o dever de casa de rever os nossos processos, de ganhar eficiência, de ser criativo em fonte de financiamento. Então, poderia citar aqui, por exemplo, parcerias que a gente faz com instituições multilaterais, para que a gente tenha um apoio na revisão dos processos da agência, isso está em curso. Então, a gente tem feito, Presidente e todos da sociedade de maneira geral, o nosso dever de casa de ganhar eficiência também onde a gente pode ganhar.

No ano passado, a gente executou, por exemplo, 99,7% do nosso orçamento. Acho que algum outro colega disse aqui: não tem gordura no orçamento, a gente é bastante diligente e executa o orçamento. Esse era o primeiro ponto.

O segundo. O Senador Esperidião Amin fez um comentário – e, Senador, eu fui atrás da informação –, o senhor voltou. Aquele R$1,192 bilhão que eu mencionei na minha apresentação é de fato o que foi liquidado. Obviamente, se a gente comparasse o *gap* entre o que a gente lavra de autuação e o que a gente de fato arrecada, esse delta é muito grande, mas o número que a gente trouxe, para ser bastante transparente e assertivo, é de fato o que é liquidado, o que entra não no nosso caixa, porque a gente não tem esse mecanismo de fundo, mas no Orçamento Geral da União.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É o recolhido financeiro.

O SR. FELIPE FERNANDES QUEIROZ – É o recolhido financeiro aquele R$1,192 bilhão.

E aí eu gostaria de destacar que, se a gente olhar, às vezes, é um alinhamento perverso você vincular o orçamento da agência à multa, porque você pode criar um incentivo de ela ter um comportamento arrecadatório, através de multa, mas, se eu falar só das taxas que têm esse espírito de serem criadas para a operação e para financiar a operação da agência, somando aqui taxas dos contratos de rodovia, de ferrovia e de fiscalização de operação de transporte de passageiros, a gente está falando de algo em torno de R$340 milhões liquidados no orçamento da agência no ano passado. Então, a gente está falando de aproximadamente R$100 milhões a mais do que é o orçamento da agência hoje só dessas taxas que têm essa natureza e foram de fato efetivadas. Então, era para trazer essa informação.

E o terceiro e último ponto. Fiquei surpreso – uma boa surpresa – com esse mecanismo de não contingenciamento do orçamento da Anatel, Secretário Alexandre. Eu acho que essa pode ser uma boa discussão, Presidente, em que pese você ter uma lógica de orçamento entre projetado e realizado, você precisar fazer esses ajustes no orçamento, mas a gente percebe, do lado da gestão, uma dificuldade adicional, quando você tem um planejamento e esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento é frustrado com contingenciamentos. Então, a sua capacidade de manobra fica muito limitada, porque você já lançou mão de algumas iniciativas e se comprometeu com elas – o gestor público sabe disso, tem Lei de Responsabilidade. Então, depois que você dá a ordem de serviço, se você soubesse que não teria aquele recurso, talvez a sua medida fosse diferente. E aí a gente fica com uma dificuldade adicional de gestão, quando você tem esse mecanismo de contingenciamento. Então, talvez essa seja uma solução interessante, para que a gente possa racionalizar e otimizar o recurso que efetivamente a gente tem.

Então, esses eram os três pontos.

E quero agradecer, Presidente, mais uma vez, parabenizar, dizer que a discussão de financiamento da infraestrutura é importante para o país, vai passar pelos orçamentos da agência, mas quero reputar aqui o bom andamento dessa discussão *lato sensu*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Felipe.

Dra. Agnes Maria de Aragão da Costa, Diretora-Geral da Aneel.

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA (Para expor.) – Obrigada, Senador. É um prazer estar aqui.

Só reiterando o que foi dito, acho importante a fala da Flávia no sentido da capacidade dos nossos reguladores. A gente falou muito das despesas discricionárias, mas, quando a gente pensa nas não discricionárias, que são os salários dos servidores, as agências reguladoras têm perdido muitos servidores para o Congresso, para o TCU, justamente os servidores muito qualificados, a gente tem servidores com mais de dez anos de experiência, né? Então, é muito importante manter a questão dos concursos públicos para a gente atrair e formar novas capacidades.

Acho muito boa a fala do Felipe no sentido de que as agências estão fazendo o dever de casa, a gente tem buscado todos os tipos de apoio, seja com organismos multilaterais, seja nesse tema de descentralização com universidades.

Então é um olhar para justamente espalhar um pouco do conhecimento regulatório com outras capacidades do Estado; e o nosso apelo realmente para a gente tentar buscar uma solução que traga mais autonomia para as agências reguladoras, porque, digamos assim, a nossa agenda de trabalho aumenta junto com as possibilidades para o país. Eu acho que estamos caminhando juntos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço à Dra. Agnes pela presença e pelo relato que traz da agência.

Na sequência, o Dr. Roberto José Silveira Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO (Para expor.) – Uma ideia é que nós falamos de problemas que o contingenciamento trouxe imediatos, mas, se pensarmos em referência à ação das agências reguladoras como um todo, no longo prazo, a regulação é viés de desenvolvimento, de aumento de receitas para o Estado, mas também de liberação da economia como um todo, na criação de novos negócios, desenvolvimento de novos empregos. Então, nesse sentido, eu queria destacar a importância de a gente ter até mais do que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autonomia, mas a estabilidade na gestão dos recursos de que precisamos para desenvolver nossas atividades.

Então, quero agradecer a V. Exa. pela diligência da Comissão da Infraestrutura com esse assunto, que é tão importante para a gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa.

Na sequência, o Dr. Mauro Henrique, da nossa Agência Nacional de Mineração.

O SR. MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Agradeço, e a Agência Nacional de Mineração agradece esta oportunidade e louva a iniciativa mais uma vez. É importante que esta Casa promova esses debates, essas reflexões. Nós podemos recuperar, em termos históricos – e um histórico recente –, que, na inauguração do novo modelo de Estado ainda na década de 90, se estabeleceu esta nova estrutura que são as agências reguladoras. E, independentemente de em que modelo de Estado isso foi concebido, foi implantado, o fato é que nós já temos mais de 30 anos em que inauguramos essa nova formatação, essa nova forma de agir, que busca garantir uma previsibilidade, garantir uma segurança jurídica e atrair investimentos.

Então, a gente está falando aqui de contingenciamento ou de corte orçamentário, mas a grande reflexão é: no modelo de Estado que nós temos, nós precisamos entender que, primeiro, agência não é Governo, agência tem que ter a sua autonomia, e esta forma oblíqua de retirar a capacidade das agências via enxugamento do orçamento é uma forma que desnatura a virtude que tem a agência de desenvolver o seu trabalho com toda a plenitude que precisa ter, com autonomia, com toda uma infraestrutura adequada, porque é justamente isso que viabiliza a atratividade de investimento para o país.

Então, nós não estamos falando aqui só de arrecadação de *royalties*, de taxas e emolumentos, mas estamos falando sobre a viabilização de negócios e sobre a atratividade num ambiente de segurança de negócios adequado. É isto que se enxerga quando se toma a decisão de investir em determinado país: qual é o ambiente que eu vou encontrar ali. Se eu encontro uma agência enfraquecida, eu vou olhar para o vizinho ou para outro país. Então, existe uma competição no mundo todo sobre investimentos. Se nós não dermos este sinal de que temos estrutura, que a agência reguladora é respeitada dentro do país, estamos dizendo para o investidor: "Aqui não".

Então, acho que esta é a grande preocupação, a reflexão para além do contingenciamento orçamentário: é respeitar que nós temos uma estrutura de Estado hoje que compõe a própria agência ou as agências, para viabilizar o desenvolvimento econômico e social do país, com investimentos e com a atratividade da iniciativa privada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Dr. Mauro.

Na sequência, Dra. Cristiana Camarate, da Anatel.

A SRA. CRISTIANA CAMARATE SILVEIRA MARTINS LEÃO QUINALIA (Para expor.) – Senador Marcos, mais uma vez, quero agradecer. Se eu não contei errado, nós tivemos oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores conosco hoje, a partir desse requerimento feito por V. Exa. e também pelo Senador Esperidião Amin, o que mostra a importância do tema.

Queria lembrar que a Anatel tem a responsabilidade de proteger os consumidores. São 30 milhões de contratos de serviços de telecomunicações. Mais contratos do que brasileiros. Então, não é exagero dizer que todo brasileiro e brasileira é um consumidor de telecomunicações, que merece a nossa atenção, a nossa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São 30 ou 300?

A SRA. CRISTIANA CAMARATE SILVEIRA MARTINS LEÃO QUINALIA – São 300 milhões. Falei 30? São 300 milhões de contratos de serviços de telecomunicações. E então não é exagero dizer que todos os brasileiros são consumidores, merecem nossa proteção e uma atuação diligente da agência, especialmente na transformação digital, que é uma realidade. E pela *expertise* da Anatel é natural e esperado que mais competências e atribuições sejam delegadas e dadas a esta agência.

Nesse sentido, Senador Marcos Rogério, é fundamental essa discussão de orçamento, porque é um dos pilares do fortalecimento das agências reguladoras. Quando o PL do Senador Laércio Oliveira chegar a esta Comissão, estamos à disposição para debatê-lo com esta Casa. Estamos à disposição desta Casa para debater todos os temas de fortalecimento das agências reguladoras, e reforço, então, o que eu disse na minha fala inicial: o fortalecimento das agências está relacionado também a um quadro qualificado, ativo e o máximo possível composto, para que nós possamos atuar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, Dra. Cristiana, pela sua presença também. Leve a nossa saudação a toda a Diretoria Colegiada da Anatel.

Com a palavra, Dr. Bruno Conde, pela ANP, para suas considerações finais.

O SR. BRUNO CONDE CASELLI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em nome da Diretoria Colegiada da ANP, eu agradeço mais uma vez a convocação; reunião de grande relevância. Ratifico o que foi colocado pelos demais diretores das agências em relação ao papel institucional de cada uma delas e a qualificação do seu corpo técnico. E, se pudermos tirar algo de proveitoso dessa situação crítica, eu diria que é a oportunidade de tratarmos, no Legislativo, uma solução concreta, estruturante, que passa, como ponto de partida, pelo PLP do Senador Laércio.

Então a ANP fica integralmente à disposição para poder contribuir, do ponto de vista técnico, com os termos que vão ser encaminhados. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno.

Eu queria mais uma vez agradecer a presença de todos os senhores e senhoras Diretores, Diretoras; ao Dr. Alexandre, pelo Tribunal de Contas da União. Nas pessoas dos aqui presentes Diretores, estendo essa saudação e esse agradecimento a todas as diretorias colegiadas das agências reguladoras, que têm tratado com absoluto respeito esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – eu sou um defensor do papel das agências já de há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é fortalecer o papel das agências reguladoras, é fortalecer um setor que é fundamental para o desenvolvimento do país, que é a infraestrutura. Eu tenho dito que o Brasil é um país que é referência em termos de produção, de inovação em vários campos, mas, quando se trata de infraestrutura, em muitos setores, ainda estamos deficientes, ainda estamos atrás, aquém da necessidade. E, para avançar nessa pauta, é impossível fazer isso sem o papel relevante, destacado das agências reguladoras. Por isso, eu já disse e reafirmo: agências fortes, infraestrutura forte.

E hoje foi falado aqui, o exemplo que me trouxe aqui, acho que foi o Dr. Felipe, em relação à questão das taxas, e aí, Senador Esperidião Amin, V. Exa., que é cuidadoso com os números, com as referências e tal, veja, a taxa, dentro da perspectiva do que previu a Constituição Federal e o CTN, é um tributo vinculado, diferente do imposto em geral...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, ela pode ter, em razão do papel de polícia do órgão ou de uma atividade específica, a natureza jurídica da taxa é ser um tributo vinculado, diferente do imposto em geral, que não tem vínculo, vai cair no caixa geral do Tesouro e vai cumprir a finalidade estabelecida pela política de investimento do Governo. Só que aqui o que se verifica é uma prática que trata a taxa como se fosse um imposto comum que vai compor a arrecadação. E aí me parece estar havendo um desvio de finalidade, estou sublinhando esse aspecto aqui, porque, se nós vamos fazer uma provocação ao Tribunal de Contas da União, já estou pensando alto para a assessoria técnica, para que se verifique, no requerimento de provocação, esse aspecto. Não sei se todas as agências teriam essa mesma situação, que me parece ser o caso da ANTT, talvez outras agências tenham a mesma coisa, que o próprio orçamento das taxas seria suficiente para garantir a independência orçamentária da agência, não sei se todas, mas, independentemente se é suficiente ou não, a natureza jurídica do dispositivo da taxa é que é um tributo vinculado, é um tributo vinculado, e me parece que a praxe levou a um desvio de finalidade. Então, talvez tenha chegado o momento de revisitar qual é o papel da taxa, qual foi a sua origem, qual foi a sua afetação? Talvez aí a gente já tenha um caminho para poder dar algum direcionamento aqui, se não no todo, pelo menos em parte, daquilo que é um problema sistêmico verificado aqui, no tocante a todas as agências.

Mais uma vez, agradeço a presença dos senhores e senhoras, agradeço aos Senadores que compareceram aqui, como já registrado pela Dra. Cristiana, em grande número, em sinal de prestígio às agências reguladoras e de preocupação, acima de tudo, com esse tema, que é um tema que tem repercutido não só nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados, que está fazendo o mesmo debate lá.

Eu quero cumprimentar os Deputados que propuseram esse debate, especialmente o Presidente. Qual é o nome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Júlio Lopes, que puxou esse debate também no âmbito da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, a minha gratidão a todos os senhores e às senhoras, aos diretores, aos convidados e ao representante do TCU.

Portanto, eu declaro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para expor.) – Entre outros efeitos práticos – acho que a reunião foi muito rica e enriquecedora –, mais uma mutuca tirou o boi do mato. O autor do projeto já fisgou o Presidente e nos colocou como...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... cúmplices, no melhor sentido da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para fazer andar aquilo que está parado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da coerção irresistível...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bem, muito obrigado.

E V. Exa. foi lá no O Poderoso Chefão buscar a inspiração para a solução.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Considero a fase mais bonita do cinema mundial.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito boa e oportuna. Obrigado mais uma vez.

Portanto, declaro encerrada a audiência pública que foi convocada para discutir o tema relacionado ao orçamento das agências e já, na sequência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma foto com a tropa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos fazer uma foto. Então, vou suspender a sessão por um minuto porque, na sequência, temos apenas dois temas para deliberar: um é a aprovação de um requerimento *ad referendum*, nesta sessão, e o outro é a complementação de voto do Senador Esperidião Amin.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 12 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 33 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Reaberta a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada, nesta segunda parte, à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3220, DE 2019
- Não terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 01/07/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Em 07/07/2025, foi incluído Complemento de Voto pelo Senador Esperidião Amin.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin, a quem asseguro a palavra para uma complementação de voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer por permitir que eu faça esta complementação nesta sessão ainda, com o que darei por encerrada esta etapa, e lhe dizer que foi muito importante a sua decisão de colocá-lo em pauta, porque foi isso que permitiu que contribuições valiosíssimas viessem.

É sobre isto que versa a complementação de voto.

Recebemos novas sugestões de aperfeiçoamentos que nos levaram a realizar as seguintes modificações na emenda substitutiva que apresentamos:

- substituição do termo “contratado” pelo termo “indicado”;

- inclusão da previsão de que o titular da infraestrutura compartilhável, as distribuidoras de energia elétrica, devem tornar disponíveis aos interessados no compartilhamento os documentos que descrevam as condições desse compartilhamento, atendendo parcialmente a sugestão;

- esclarecimento, para evitar insegurança jurídica, de que somente se houver excedente econômico relacionado com o compartilhamento da infraestrutura é que uma parcela será revertida para a modicidade tarifária (inclusão, portanto, da expressão “se existente 'tal' superavit”);

- vedação ao tratamento não isonômico na aplicação do preço máximo para acesso à infraestrutura compartilhada;

- atribuição à Agência Nacional de Telecomunicações da competência de sugerir à Agência Nacional de Energia Elétrica (respectivamente, Anatel e Aneel) (i) metodologias para cálculo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preço máximo e (ii) a cessão do direito de exploração (com isso, a inclusão do inciso III no art. 9º da emenda substitutiva);

- ajustes para (i) substituir a expressão “ceder a cessão do direito” por “e poderá ceder a terceiro o direito” – uma correção redacional, na verdade – e também sugestão que recebemos;

- ajuste redacional para substituir a expressão “A contratação de que trata o *caput* não exime” por “A contratação e a cessão de que trata o *caput* não eximem”;

- vedação ao titular do ativo compartilhado, a distribuidora de energia elétrica, de realizar a contratação de terceiro e a cessão de terceiro para gestão desse ativo com pessoa jurídica que seja titular de outorga para a prestação de serviços de telecomunicações, o que atende também a sugestão.

Casualmente, está telefonando aqui o Presidente da Celesc por causa da última frase que vou repetir aqui.

Prossigo:

- exclusão do termo "delegação" do *caput* do art. 11 da minuta de substitutivo;

- estabelecimento de diretrizes para eventuais convênios da Aneel e da Anatel com os municípios;

- ajustes redacionais em artigo da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que a emenda substitutiva altera;

- autorização para que o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (Fiis) destine recursos para atividades de infraestrutura de redes aéreas e subterrâneas – este é o mais importante, Presidente.

Nesse ínterim, entre todas as novidades, procurou-nos a direção do BNDES para dizer que uma linha de crédito específica para enterrar cabos será dinamizada pelo BNDES, o que é uma limpeza visual e também segurança, porque o que eu tenho visto de câmera de vigilância da polícia ligada por cabo aéreo... Não há nada mais fácil que cortar do que um pequeno cabo aéreo. Então, isso é muito importante.

Vou repetir.

- autorização para que o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – essa é uma solicitação do BNDES. Portanto, o Governo não pode ser contra – destine recursos para atividades de infraestrutura de redes aéreas e subterrâneas compartilhadas de serviços sociais, incluindo distribuição de energia elétrica, telecomunicações, iluminação pública, sistemas de videomonitoramento urbano, sensores e outras soluções integradas de segurança, mobilidade e gestão de serviços urbanos.

É o novo texto do art. 14, renumerando-se o 14 para 15.

Cumpre mencionar que recebemos outras sugestões de ajustes das empresas Vero, Vivo, Conexis, que não acatamos, porque violam os seguintes princípios estruturantes da emenda substitutiva elaborada: a explicitação das competências de cada uma das agências; não incorporação, em lei, de questões que devem ser tratadas em normas infralegais; e maior participação dos municípios – claro! – em um tema que os afeta diretamente.

Eu já disse: eu me envolvi nisso como Prefeito. Então, eu não posso renegar a minha preocupação original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não acatamos a proposta feita pela Conexis de utilização do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel), e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, porque isso não seria correto para o projeto – pode até o Governo depois propor – como fonte de recursos para adequação dos postes, por envolver impacto orçamentário.

Finalmente, diante do exposto, votamos pela aprovação do PL 3.220, de 2019, na forma da emenda substitutiva – que já foi apresentada com essas modificações –, e apenas ressalto o inciso V do art. 14, que diz:

> [...] infraestrutura de redes aéreas e subterrâneas compartilhadas de serviços essenciais, incluindo distribuição [quer dizer, pode ser subterrânea e pode ser aérea] de energia elétrica, telecomunicações, iluminação pública, sistemas de videomonitoramento urbano, sensores e outras soluções integradas de segurança, mobilidade e gestão de serviços urbanos.

Considero, Sr. Presidente, que um projeto dessa natureza sempre poderá e deverá ser aperfeiçoado, mas acho que chegamos não ao estado da arte, mas ao estado de razoabilidade em relação ao que temos assistido, por exemplo, com as fotos que trouxe aqui o nosso Senador Fernando Dueire, mostrando os monstrengos que a atual "gestão", entre aspas, de cabos e fios que, lamentavelmente, estorvam até do ponto de vista visual os postes no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin, a quem cumprimento pela disposição até o último momento.

Esse projeto foi relatado na última sessão, houve pedido de vistas na época, e, de lá para cá, diversos atores entraram em contato com V. Exa., sugerindo, e V. Exa., até esse último momento, com a disposição para acatar, para acolher inclusive a sugestão do próprio BNDES para aperfeiçoar o projeto. Acho que é justamente essa visão ampla, ampliada é que faz com que o texto seja o mais adequado possível, não é? Essa matéria está com tramitação terminativa não nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas ela vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça e lá, sim, tem votação terminativa.

Não havendo recurso ao Plenário, ela exaure o seu andamento no âmbito do Senado Federal, na Comissão de Infraestrutura.

Então, cumprimento V. Exa. e parabenizo-o por isso. Portanto, fica feita a complementação de voto por parte de V. Exa.

Indago ao Senador Fernando Dueire se quer fazer uso da palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – É uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Agradeço, Presidente.

É uma palavra rápida, mas para registrar o que V. Exa. agora há pouco fez. O Senador Esperidião Amin, com sua sabedoria e com sua experiência de ex-Prefeito, ex-Governador, Senador algumas vezes, foi a pessoa certa para pegar essa relatoria. Ele não se bastou nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que estavam no projeto; ele provocou uma audiência pública aqui, em que ouviu, escutou, fez uma ampla escuta. Estava pronto para votar na semana passada, com o relatório conciso, objetivo, mas cedeu, mais uma vez, para que nós pudéssemos ter mais uma semana, e valeu. Valeu, Senador! Hoje, V. Exa. apresenta um relatório primoroso, e eu quero congratular V. Exa. pelo excelente trabalho que V. Exa. fez.

Eu acompanho essa disfuncionalidade que nós temos hoje nas grandes e médias cidades, com riscos de toda a natureza e trazendo, inclusive, afronta plástica, como o senhor colocou, do ponto de vista visual.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando, e coloco...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Coautor do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Coautor do relatório, mas por todo nós subscrito, pelo acerto do Relator e pela visão plural que deu a esse projeto, acatando as sugestões dos mais diversos atores e personagens que entendem a complexidade do assunto, mas que reconhecem a necessidade de uma inovação que afaste o Brasil desse cipoal que é o uso dos postes Brasil afora.

Eu não me esqueço aqui da fotografia. Eu acho que o Senador Esperidião Amin fez um concurso da pior imagem possível para trazer aqui, no painel da Comissão de Infraestrutura, mas aquilo é um retrato do Brasil, não é? Com exceção de algumas regiões que têm já uma cultura diferente e com investimento, porque não é barato você fazer o cabeamento subterrâneo, mas a grande parte do Brasil ainda convive, tem que conviver com esse visual que enfeia, que não tem nada de beleza, Brasil afora. Essa é a realidade do Brasil.

Parabéns a V. Exa.

Submeto à votação, à apreciação o relatório apresentado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor permite? Eu queria agradecer porque a relatora do voto da Aneel está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dra. Agnes, que está aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A Dra. Agnes está aqui, naturalmente, acompanhada... Eu não sei o nome da...

A SRA. AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA (*Fora do microfone*.) – Gabriella.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Gabriella.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acompanhada da Gabriella. Então, queria registrar que fico muito satisfeito com a vigilância da própria agência reguladora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela fez questão... Nós nos despedimos agora há pouco, mas ela fez questão de permanecer para acompanhar o acréscimo de voto de V. Exa. Tenho certeza de que a Aneel... Talvez as duas agências que têm mais pertinência com esse tema sejam a Agência Nacional de Energia Elétrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a Anatel, que está aqui também. Tem representação da Anatel também, viu, Amin? Está ali atrás. Agradeço às duas agências.

Concluída, portanto, a instrução da matéria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Agências e sócios.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agências e sócios no problema. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sou um sócio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também.

Submeto à votação o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin, com a complementação que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à CCJ, com tramitação terminativa naquela Comissão.

Último item.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 55/2025 - CI seja incluído representante do Tribunal de Contas da União-TCU.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO).

Esse aqui é um requerimento *ad referendum*, considerando que houve a participação do representante do TCU. Estou formalmente submetendo à apreciação das Sras. e dos Srs. Senadores essa participação, que de fato já aconteceu.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, antes de encerrar, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente, peço a palavra só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou ouvi-lo, mas estou com uma reunião...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Só 30 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – É só para informá-lo de que a Ministra Marina não veio à Comissão de Meio Ambiente, cancelou a vinda dela. Então, vamos reativar o nosso requerimento de convocação.

E, segundo, em tempo, quero parabenizá-lo pelos 47 anos e dizer que o senhor é um Senador muito respeitado, por quem todos aqui têm respeito e carinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – O senhor representa Rondônia muito, muito bem. Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Lucas Barreto, pelas felicitações.

Feito o registro, portanto, da ausência da Ministra na Comissão de Meio Ambiente – foi feito o entendimento na época de que essa audiência seria feita lá –, o requerimento de V. Exa. continua ativo e, portanto, posteriormente decidiremos sobre a pauta desse tema.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Carlos Viana, Plínio Valério, Sergio Moro, José Lacerda, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4553, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1830, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2491, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4479, de 2023 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin e Veneziano Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de novembro de 2025.

Muito bom dia aos senhores e às senhoras. Eu comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício 1.798, de 2025, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que encaminha resposta ao Requerimento nº 73, de 2025, da CI, sobre as estimativas de necessidade de potência para o período de 2029 a 2034, de forma individualizada por ano, considerando diferentes cenários de estudo.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período. Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4553, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto e à Emenda n° 2-CAS (de redação) e contrário à Emenda nº 1.)

Esse projeto tem a relatoria do Senador Weverton Rocha, que solicitou a retirada de pauta hoje, em razão de não poder estar presente para relatar.

Então, a pedido do Relator, fica retirado de pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1830, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. Em 04/11/2025, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

3. Em 11/11/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

4. Foi lido o relatório.

O relatório já foi apresentado.

A matéria está em discussão.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, esse projeto é uma maneira prática de acabar com uma farra – uma farra. Itaipu pagou todas as suas dívidas de investimento em 2023, e a tarifa não teve uma redução proporcional a esse alívio. E a direção de Itaipu está exacerbando com gastos não operacionais que foram aqui apresentados descaradamente como despesas operacionais. Cito alguns: construção de rodovia, R$1,3 bilhão para a COP, convênios com 399 municípios do Paraná e mais 40 do Mato Grosso do Sul, convênios socioambientais, obras municipais sem passar pelo Congresso, ou seja, um orçamento paralelo e secreto, porque quem decide é a diretoria. Só que essa generosidade é paga pelos consumidores dos estados fundadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Nordeste não está sendo penalizado por isso, porque lá em 1973, para fazer engenharia de Itaipu, o chamado regime militar, o Governo brasileiro da época, junto com o Paraguai, concebeu uma fórmula correta: "Eu só posso produzir energia se eu tiver comprador". Isso vale até para PCH, se eu quiser fazer hoje. Quem é o teu comprador? Nós vamos comprar. Quem vai comprar? Os estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, posteriormente entrou Brasília, o Distrito Federal, mas em 1973 o regime jurídico de Brasília era outro.

O fato é que são esses contribuintes, esses consumidores que pagam essa farra. Como nós não conseguimos fiscalizar Itaipu pelo Tribunal de Contas, porque se trata de uma binacional, nós achamos uma solução. A empresa brasileira que compra a NBR vai ser beneficiada por um preço de tabela. Se houver qualquer emergência, isso pode ser alterado, tem regras, o projeto tem regras para alteração.

Portanto, para confirmar a eficiência do projeto, o Presidente de Itaipu disse: "Olha, daqui a pouco nós vamos ter que parar com os projetos socioambientais". É exatamente isso que nós queremos. Ou seja, atestou a eficácia do projeto de lei, que pegou a bola pela orelha – a bola tinha uma orelha, então deu para segurar a bola de futebol, porque tinha uma orelha. A orelha qual é? É a empresa brasileira que compra a energia, essa nós podemos fiscalizar e sobre ela nós podemos legislar.

Então, todos os esclarecimentos já foram prestados em audiência pública, o Senador Bagattoli já falou sobre isso. Eu não tenho exatamente a lembrança de qual tenha sido a participação do Senador Veneziano, mas o que eu quero dizer é o seguinte: todas as objeções já foram vencidas. E eu peço, por isso, esgotada a tramitação, sem nenhuma dificuldade, inclusive, com as audiências públicas solicitadas, que seja votado a favor, aí vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, com toda a instrução do processo devidamente concluída.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a S. Exa. o Senador Esperidião Amin, que é o autor da matéria, portanto conhece com propriedade o assunto. Aliás, coordenou aqui uma audiência pública com uma ampla representação da cadeia do setor. Foi uma oportunidade de debater o assunto com profundidade.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Essa matéria, como já anunciado anteriormente, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa. pela iniciativa e o Plenário da Comissão pela aprovação.

O item 3, Projeto de Decreto Legislativo 319, de 2025, esse aqui, é um projeto que já vem entrando na pauta há alguns dias. Na semana passada, a pedido do Governo, eu retirei de pauta, e ontem o Relator dessa matéria me pediu que, novamente, pudesse deixar para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana seguinte – ele está de licença médica –, e eu vou... Embora eu saiba que tem muitos aqui querendo votar, com muito esforço – o pessoal da Abradee está aqui, me fez apelo também em relação a essa matéria e eu vou ouvi-los –, embora seja um tema em que eu acho que todos já têm conhecimento do que se trata, a pedido do Relator, que está de licença médica, eu vou retirar, com a possibilidade de, na próxima semana, a gente incluir novamente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 319, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. Em 21/10/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3. Em 24/11/2025, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Desculpe interromper.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, por favor. V. Exa. tem a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, na semana passada, eu fui provocado, no melhor sentido, para conhecer a temática. Eu não a conhecia, e não há nenhum demérito ao fazer menções. Debrucei-me e recebi os integrantes da Abradee, que me trouxeram algumas das preocupações que devem ter chegado ao conhecimento de V. Exa. como também dos demais integrantes deste Colegiado. Tanto me preocupou que tomei a liberdade de apresentar um voto em separado. Os fundamentos são muito consistentes, a ponto de me convencer. Evidentemente, eu não sei se o convencimento será o mesmo dos demais outros integrantes. Houve um pedido, por parte, a mim me parece, do nosso colega Senador Fernando Farias para que nós pudéssemos ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública. A mim me parece que V. Exa. não concordou porque já entendia exaurido o debate.

Existe um voto em separado que traz consigo as preocupações reinantes no segmento. Não creio que V. Exa. tenha tido tempo para lê-lo e, ao lê-lo, ver cada um desses pontos que nós arguimos. Não sei se V. Exa. reconsiderará o pedido para uma audiência pública. Caso contrário, definido para que, na próxima semana, com a presença do Senador Rogerio, nós voltemos a este debate.

Quiçá o Senador Rogerio Marinho pudesse entender até da própria e inócua apreciação, porque imagine: nós temos 19 concessionárias; destas 19, 14 já passaram pelo crivo da agência nacional que faz a apreciação se há o atendimento ou não aos critérios para que elas possam reivindicar a prorrogação desses contratos. No PDL, o Senador Rogerio faz menções de que aquelas que tiverem o seu processo consumado, bem, consumado estará. Só haveria de fazer questionamentos às remanescentes, que seriam, no caso, cinco. Ora, seria, de certa forma – e é de certa forma –, um tanto quanto contraditório.

Se os argumentos defendidos no PDL dizem respeito ao todo, ele próprio, PDL... E, no relatório do nosso companheiro Senador Marcos Pontes, ele diz: "Olha, não vamos levar em consideração os procedimentos já feitos, porque identificadas as condições para essa prorrogação, mas, conquanto as outras cinco possam estar...". Enfim, há um contrassenso, há, de fato, um desencontro, um desalinho argumentativo. Mas, enfim, só quem pode dizer da pertinência e oportunidade de continuar o debate é o próprio autor, que, por força maior, aqui entre nós não está.

Eu só quero justificar a V. Exa. Não há nenhuma razão aqui para que nós posterguemos, porque V. Exa. poderia, até porque conhece o meu perfil: "Não, o Veneziano apresentou um voto separado para que haja a postergação da temática". Não é isso. É apenas uma preocupação para que nós vençamos algumas dúvidas que, de fato, existem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. E, por conhecer V. Exa., vou lhe fazer uma pergunta objetiva, sem, obviamente, o interesse de constrangê-lo, apenas para a gente poder refletir um pouquinho.

V. Exa. faz uma afirmação assertiva com relação àquelas que tiveram indicativo de prorrogação. Eu lhe pergunto: quantas tiveram a prorrogação efetivada?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Duas. Cinco estão já no ministério, duas já (*Fora do microfone.*) de fato consumadas. Cinco estão sob análise do ministério para que, proximamente... Pelo menos, foram estas as informações trazidas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. falou de 14. O ministério está com elas lá já há bastante tempo. Tem processos que foram concluídos há mais de três meses, há mais de 90 dias, quatro meses, e o ministério nem sequer deu andamento a isso. Mas estou fazendo isso para provocar não é V. Exa., não. É uma reflexão, inclusive, para quem está defendendo esta tese.

Parece-me que aqui nós estamos diante de uma situação em que há o esvaziamento do papel da competência da agência reguladora. Eu vou discutir este tema no momento oportuno. Já disse que não vou colocar em votação hoje. Mas aqui tem duas situações que precisam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutidas. Uma é o que diz a lei e se o decreto está ou não em conformidade com a lei ou se ele ousa desafiar a lei para estabelecer uma regra que seja aquém daquilo que quis o legislador. Esse é um ponto. O outro ponto é em relação ao papel do regulador e ao papel do formulador da política pública. Parece-me que, no formato que ficou, a agência simplesmente virou uma carimbadora desse processo. E a evidência...

Por isso é que eu lhe fiz a provocação, não a V. Exa., apenas usei a...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Claro, compreensível.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... observação feita por V. Exa., porque vai para a agência, volta para cá e daqui a pouco faz quando quer, quando as conversas, os diálogos se ampliam.

Então, eu tenho preocupações com relação a esse modelo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, e agora eu fiquei mais preocupado ainda, porque V. Exa., ao fazer algumas conjeturas sobre o papel da agência, cabe-nos, até porque cada um dos seus integrantes passa por uma criteriosa apreciação de todos nós desta Casa... E, se V. Exa. tem essa dúvida, com bases, porque V. Exa. jamais demonstrou, ao longo da sua jovial trajetória política, a leviandade, é preciso que nós nos debrucemos sobre esse papel.

Eu apenas estou trazendo a V. Exa. porque tive o cuidado também de não só... As informações trazidas, eu as tomo como verdade? Não, a gente precisa cotejar outros elementos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – E eu procurei o ministério, e as informações foram de que os processos relacionados a essas cinco que estão sob o crivo dessa apreciação estariam, nesses próximos dias, a ter a sua definição. Essas foram as informações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Talvez, nesse ponto, eu vou refletir sobre a questão da audiência pública, porque não cabe a audiência, a matéria já foi instruída, já tem parecer feito, regimentalmente já não caberia. A questão de...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O requerimento não foi de minha autoria. É um pedido do Senador Fernando e Senador Irajá...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, foi do Senador Irajá e do Senador Fernando Farias, são dois requerimentos.

Os temas trazidos a esta Comissão eu sempre procuro encaminhar de forma técnica, de forma respeitosa, mesmo, às vezes, divergindo de uma opinião, de uma posição, mas eu tenho procurado garantir aqui o equilíbrio na pauta, na deliberação das matérias, buscando sempre um ambiente de maior convergência. Mas, repito, há aspectos que me preocupam em relação a esse tema. Não estou fazendo – e, aí, sem qualquer tipo de – ilação. Não faço isso, não é da minha... Mas o formato como foi estabelecido, eu conversei isso com o Senador Fernando na sessão anterior, me pareceu deixar uma lacuna que precisa ser observada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas esse alerta, essa advertência, mesmo porque as sabatinas acontecem no âmbito desta Comissão e nós estamos abrindo mão de prerrogativa que é desta Comissão, deste Parlamento, bem como da agência, para concentrar num terceiro ambiente, e não foi isso que estabeleceu a legislação.

Mas fica, portanto, retirado de pauta o item 3.

O item 4, também eu vou pedir, se não tiver divergência... Nós estamos sem os Relatores dos próximos itens, são itens terminativos, que nós teremos que votar pelo processo nominal. Se não houver nenhuma divergência com relação a esses temas, eu vou retirar de pauta por ausência dos Relatores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Chegou o Mecias...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É um dos....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É uma notícia que alegra a humanidade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Seja muito bem-vindo, conselheiro Mecias!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Amém.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não, não, é conselheiro dos amigos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Não, é que eu pensei...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, tu já estás pensando lá na frente?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Não, é aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vai ser duplamente conselheiro agora.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A depender da sua decisão e como a gente pode votar remotamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... eu pediria a V. Exa. que me liberasse, porque eu tenho dois relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, por favor, fique à vontade. Eu não....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está retirado de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2491, DE 2023

- Terminativo -

Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 21/10/2025, foi lido o relatório.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4479, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela rejeição)

Então, eu vou agradecer a presença dos senhores e, com a chegada do Líder Mecias, vou sobrestar os itens da pauta de hoje para a próxima sessão, aguardando a presença dos Relatores, para que possamos deliberar essas matérias.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Plínio Valério, Fernando Dueire, Renan Calheiros, Sergio Moro, Otto Alencar, José Lacerda, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Wilder Morais, Beto Faro, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Augusta Brito e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Rogério Carvalho, Weverton e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4553, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2491, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado terminativamente o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4479, de 2023 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1572, de 2024 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Hélio Nogueira Lopes a ponte sobre o rio São Francisco que interliga os Municípios de Penedo, no Estado de Alagoas, e de Neópolis, no Estado de Sergipe, localizada na rodovia BR-349." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e aprovado terminativamente o projeto, com a emenda nº 1/CI. Fez uso da palavra o Senador Jayme Campos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dez horas e dezessete minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de dezembro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Hoje nós temos alguns itens que são terminativos e que carecem, portanto, de votação nominal. Então, eu vou pedir à Secretaria da Mesa que mobilize os Senadores para que nós possamos votar. E, se os Senadores concordarem, nós faremos a leitura dos relatórios e vamos buscar confirmar a votação, mas pelo menos ficam lidos os relatórios e os Senadores à disposição para atender outras Comissões que certamente têm reunião no dia de hoje.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4553, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto e à Emenda n° 2-CAS (de redação) e contrário à Emenda n° 1.

É de relatoria do Senador Weverton Rocha, que não está presente, mas que anuiu à designação de relatoria *ad hoc*.

Este projeto vem da Câmara dos Deputados, com relatoria do Senador Weverton Rocha.

Senador Amin, V. Exa. pode fazer a relatoria *ad hoc*?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tenho prazer em atender.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, V. Exa., que tem sempre essa disposição recorrente na Comissão, fica, portanto, designado Relator *ad hoc* e tem a palavra para proferir o parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, então, honrado pela sua confiança, de um amigo fraterno, eu vou...

O relatório é breve e muito claro.

O projeto de lei consiste em cinco artigos. Os arts. 1º e 2º instituem o selo e definem suas características. O art. 3º estabelece os requisitos para sua obtenção. O art. 4º trata da regulamentação pelo Poder Executivo, que deverá estabelecer os procedimentos para sua concessão, revisão e renovação. O art. 5º estabelece a imediata entrada em vigor da lei subsequente.

A matéria é de competência legislativa da União.

O projeto observa os preceitos da Lei Complementar 95, de 1998, sobre a boa redação.

No mérito, o projeto estimula a atuação socialmente responsável de profissionais e empresas do setor de construção civil, promovendo não apenas melhorias habitacionais e urbanísticas, mas transformações estruturais em comunidades vulneráveis. A categorização do selo e os critérios técnicos exigidos contribuem para a qualificação das ações e para a valorização da engenharia e arquitetura com responsabilidade social e justiça ambiental.

A previsão de categorias distintas para o selo reconhece diferentes níveis de comprometimento e excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a valorização da engenharia e da arquitetura socialmente engajadas fortalece o papel dessas profissões no desenvolvimento humano e urbano, ampliando sua relevância para além dos aspectos meramente econômicos.

Por fim, a criação do selo pode servir como referência para outras iniciativas legislativas, inspirando novas políticas públicas voltadas à promoção da inclusão, sustentabilidade e melhoria efetiva das condições de vida nas cidades brasileiras.

Vou dar aqui um pequeno exemplo. O Brasil tinha, na década de 40, ou seja, 80 anos passados, 12 milhões de moradores de cidades, 36 milhões de habitantes, um terço população urbana. Hoje nós somos 215 milhões, 220 milhões de habitantes, 190 milhões de moradores de cidades. É claro que esse crescimento não foi ordenado; pelo contrário, grandes cidades brasileiras têm 50% – nós que fomos Prefeitos – das edificações sem alvará, sem habite-se, portanto. Então, consertar isso merece um estímulo. Só falando em termos de desastres naturais, já seria um grande ganho se a engenharia e a arquitetura contribuíssem para premiar quem assim o faça.

O projeto vem em boa mão, no sentido correto, trazendo um estímulo a mais. Vai resolver o assunto? Não, mas é um estímulo que se faz para o bem num país que vive grandes dificuldades decorrentes dessa explosão demográfica urbana.

Por isso, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, é encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os itens... Para o item 2 da pauta já houve pedido de vista. Portanto, eu vou apenas anunciar... Como se trata de matéria terminativa, carecendo de votação nominal, eu vou submeter à votação pelo sistema nominal, conjuntamente com o item 4, que é de relatoria do Presidente Renan.

Então, só anuncio o item 2, mas vamos fazer a votação em conjunto.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2491, DE 2023

- Terminativo -

Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Em 21/10/2025, foi lido o relatório
Portanto, fica anunciada a votação em conjunto com o item 4.

O item 3 eu vou retirar de pauta, de ofício, porque o Relator não se encontra e é um relatório pela rejeição. Então, eu vou... E talvez até em homenagem ao Senador Esperidião Amin, que queira conversar com o Relator... Não sei se é o caso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou contrariar o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu imaginei. É por isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque Água Doce merece mais do que isso, além de ser uma cidade propícia para vinhos de altitude da melhor qualidade do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu imaginei, desde o princípio, que V. Exa. teria essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De 1.325 metros de altitude.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Então, fica retirado de pauta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Marcos Pontes vai ser devidamente cobrado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu imagino.

Portanto, fica retirado de pauta o item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 4479, DE 2023
- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela rejeição)

Item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 1572, DE 2024
- Terminativo -

Denomina Ponte Hélio Nogueira Lopes a ponte sobre o rio São Francisco que interliga os Municípios de Penedo, no Estado de Alagoas, e de Neópolis, no Estado de Sergipe, localizada na rodovia BR-349.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Asseguro, com muita honra, a palavra ao Presidente Renan para proferir o parecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, em primeiríssimo lugar, muito obrigado pela designação do meu nome para relatar essa importantíssima matéria.

Vem ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei 1.572, de 2024, do Deputado Luciano Amaral, que denomina Ponte Hélio Nogueira Lopes a ponte sobre o Rio São Francisco que interliga os Municípios de Penedo, no Estado de Alagoas, e de Neópolis, no Estado de Sergipe, localizada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na BR-349.

Quanto à constitucionalidade, Sr. Presidente, formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, também da Constituição) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco, Sr. Presidente, foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens, como a ora em exame, devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao mérito, Sr. Presidente, a atribuição do nome de Hélio Nogueira Lopes à ponte que interligará os Municípios de Penedo e Neópolis busca, sem dúvida, reconhecer trajetória de intensa dedicação ao serviço público e à comunidade, em especial no Município de Penedo.

Trata-se, Sr. Presidente, portanto, de medida que contribui para preservar a memória de personalidade de relevo na história local e regional, sem implicar ônus adicional relevante ao Erário, uma vez que a denominação é providência meramente simbólica e de baixo custo operacional.

Diante de tais considerações, reputamos adequado e conveniente, do ponto de vista do interesse público, acolher a proposição.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.572, de 2024, com a emenda a seguir.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, conforme anunciado inicialmente, por se tratar de matéria terminativa, vou submeter os relatórios do item 2 e do item 4 do Presidente Renan à votação conjuntamente.

Portanto, está aberta a votação dos itens 2 e 3.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Peço aos Senadores que estão remotamente que possam votar pelo aplicativo. E, tão logo alcancemos o quórum, anunciaremos o resultado. (*Pausa.*)

Quórum alcançado.

Eu pergunto se há algum Senador que ainda não tenha votado. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum registro, encerro a votação.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que proclame o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 11 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Portanto, estão aprovados os dois relatórios, os itens 2 e 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Cumprimento o Presidente Renan pelo relatório.

Portanto, a matéria está devidamente aprovada.

Eu indago se há algum registro a ser feito por parte dos Senadores. Se não houver, nós vamos encerrar o item 3.

Conforme anunciado, eu vou retirar de pauta, aguardando o retorno do Relator para essa conversa com embargos auriculares devidamente já anunciados pelo Senador Amin. E aí vamos submeter à apreciação na próxima sessão. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Líder Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas registrar aqui a presença do meu querido Prefeito de Peixoto de Azevedo, o Paulistinha, que nos honra aqui hoje. Um grande Prefeito, que está fazendo um trabalho exemplar lá na região da BR-163.

Paulistinha, levante-se aí para o Senado conhecê-lo. Nordestino que foi lá e tomou conta – viu, Renan?

É lá da sua Região Nordeste. Prefeito competente. A cidade de lá é uma cidade próspera, porque é a cidade do ouro. Muito ouro lá, muito alagoano, muito maranhense que a cidade tem. Então eu quero registrar a sua presença aqui que nos dá honra. É um belo amigo que, com certeza, faz uma bela gestão e hoje está nos visitando aqui em Brasília.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Muito obrigado a V. Exa.

Prefeito, seja muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião e das que antecederam.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eliziane Gama, José Lacerda, Angelo Coronel, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Wilder Morais, Augusta Brito, Beto Faro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Avaliação de Política Pública - Saneamento**. **Finalidade:** Apresentação e discussão do relatório da Avaliação de Política Pública conduzida pela CDR sobre o apoio técnico e financeiro federal destinado a entes federados e a entidades do setor de saneamento básico, abrangendo a implementação de políticas e planos de saneamento em áreas urbanas e rurais e os efeitos do Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). Relator: Senador Jorge Seif. **Resultado:** Relatório apresentado e lido. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5462, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3495, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulam os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4099, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, para incluir as agências de turismo receptivo entre as modalidades de agências de turismo." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de dezembro de 2025.

A presente reunião está dividida em duas partes.

Antes, os informes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que, conforme divulgado pelos canais de comunicação da CDR, está aberto o prazo para o envio de indicações de emendas da Comissão, RP 8, à LOA de 2025, no Sistema de Indicação de Emendas da Comissão.

O sistema estará disponível até 5 de dezembro de 2025 – sexta-feira próxima –, até as 18h. Esta Presidência informa que esse será o último prazo para correções.

Reitero que, para dar continuidade à execução das emendas no âmbito das RP 8, é imprescindível a identificação completa do beneficiário final, incluindo o nome do CNPJ, condição necessária para que os ministérios competentes possam prosseguir com a tramitação.

Indicações corrigidas deverão ser enviadas via Sinec, dentro do período estabelecido, e também oficializadas por meio de ofício à Secretaria da Comissão. A deliberação das solicitações de correções de indicações está prevista para o dia 9 de dezembro de 2025, terça-feira, às 9h30.

Desde já, convoco os nobres pares para participarem da referida deliberação.

A presente reunião está dividida em duas partes: primeira parte, reunião de trabalho para apresentação do Relatório da Avaliação de Política Pública conduzida por esta Comissão; segunda parte, deliberativa, com apreciação dos itens constantes na pauta desta reunião.

Sendo assim, daremos início à reunião de trabalho para apresentação e discussão do relatório de avaliação do apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento para a implementação de políticas e de plano de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, no exercício de 2025.

Passo a palavra ao Senador Jorge Seif para proceder à leitura do seu relatório.

Com a palavra, meu amigo Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Senhoras e senhores, muito bom dia.

Senador Plínio Valério, nosso Presidente, hoje, da CDR, quero primeiramente agradecer a gentileza do senhor. A Senadora Dorinha está fazendo um trabalho importante lá na Comissão de Orçamento. Para nós é uma data muito importante, que vem coroar o trabalho que nós fizemos ao longo deste ano sobre saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que, no Brasil, diante da sua grandeza, da sua potencialidade, da sua riqueza, do seu povo maravilhoso, infelizmente praticamente 50% dos lares têm alguma deficiência de água ou esgoto – isso é uma média nacional –, e isso é inaceitável num país que tem ouro, que tem minério de ferro, que tem petróleo, que tem agronegócio, que tem gente trabalhadora.

Houve uma evolução muito grande na aprovação do marco do saneamento, mas, mesmo assim, faltando poucos anos para a sua completa implementação, ao longo do ano passado, Prefeitos, Vereadores, gestores públicos, empresas públicas e privadas de saneamento vêm nos procurando, dizendo que, apesar do marco do saneamento, existem algumas lacunas, alguns problemas. Por exemplo, nos municípios com maior área territorial e com menos habitantes, que é majoritariamente o que ocorre no nosso país, tirando as grandes capitais e as grandes cidades, realmente a conta não fecha, porque obras de saneamento realmente são muito caras, e as prefeituras não têm condição de fazer. Colocam isso em editais, oferecem à iniciativa privada, e também não há interesse, devido ao *payback*, o pagamento do investimento, ser a muito longo prazo.

Então, nós, ao longo do ano de 2025, ouvimos especialistas, ouvimos gestores públicos, ouvimos o Governo Federal, ouvimos governos estaduais, ouvimos gestores, para sugerirmos, implementarmos algumas mudanças na legislação para que os Prefeitos tenham informações claras do que precisam fazer para cumprir essa meta que é, acima de tudo, de dignidade humana e, por outro lado, alinhamentos entre governos estaduais, municipais e federal sobre como fazer, o que fazer.

O nosso relatório ficou muito extenso, quase 200 páginas – não é isso, Márcio? E, logicamente, nós não vamos ler aqui as 200 páginas, senão levaríamos o dia inteiro. Então, eu fiz aqui um resumo.

Quero agradecer mais uma vez a gentileza do Senador Plínio Valério em abrir a reunião e também quero agradecer à Senadora Dorinha Seabra, a nossa Presidente, por ter nos incentivado a fazermos esse trabalho sobre saneamento básico, sobre política de saneamento básico.

O saneamento básico, Sr. Presidente, é, simultaneamente, a política pública mais invisível e a mais decisiva para o futuro do Brasil. É invisível porque suas redes correm debaixo da terra, suas estruturas se escondem nos bastidores das cidades, e seus efeitos, quando funcionam bem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passam despercebidos no cotidiano. Diferentemente de uma escola, de um hospital ou de uma estrada, o saneamento não salta aos olhos; ele opera silenciosamente, afastando doenças, protegendo rios e garantindo condições mínimas de vida digna, sem que a população sequer perceba.

Essa invisibilidade, porém, contrasta com seu impacto gigantesco. Trata-se de uma política profundamente estrutural, decidindo e definindo a qualidade de vida, a saúde pública, a proteção ambiental e até a capacidade econômica de um país. É um sistema que sustenta tudo o que está acima e que, justamente por estar enterrado e fora das vistas, costuma ser negligenciado pelo poder público e subestimado no debate político. Entretanto, nenhuma nação se desenvolve verdadeiramente sem enfrentar de forma séria, permanente e planejada os desafios do saneamento básico.

Nos últimos anos, o país alcançou um marco histórico ao aprovar a Lei nº 14.026, de 2020, o novo marco do saneamento básico. Ele não foi apenas uma reforma legal, foi um pacto nacional, um pacto por previsibilidade, por segurança jurídica, por metas claras, por eficiência e por abertura à inovação. Foi, acima de tudo, um pacto pela vida. Essa lei traduziu um consenso raro no Brasil: reconhecer que o Estado, sozinho, não tem condições financeiras, institucionais ou operacionais de universalizar o saneamento e que o setor privado é indispensável para acelerar obras, garantir investimentos estáveis e reduzir desigualdades históricas.

Entretanto, desde 2023, assistimos a movimentos que enfraqueceram a confiança e a estabilidade necessárias ao setor. Houve revisões repentinas de decretos, alterações unilaterais de critérios e a tentativa de enfraquecer a concorrência e a iniciativa privada, regulamentando a lei às avessas. Ao mesmo tempo, o orçamento federal para saneamento atingiu, em 2023, o menor patamar da história. Sob o argumento de recuperar a capacidade pública, o Governo Federal acabou aprofundando a incerteza, reduzindo o apetite de investidores e comprometendo a previsibilidade que o marco de 2020 buscou construir.

O contraste é evidente: enquanto o país precisa investir cerca de R$ 900 bilhões até 2033, somando recursos públicos e privados, federais, estaduais, municipais e das concessionárias para alcançar as metas de universalização, a execução orçamentária federal recente mostra que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, embora exerça papel estruturante no financiamento do setor, não tem contribuído de forma compatível com essa responsabilidade.

O resultado é perverso: obras paradas, municípios incapazes de acessar recursos, companhias estaduais sem crédito, investidores retraídos e milhões de brasileiros continuando invisíveis – justamente aqueles para os quais o marco de 2020 foi concebido.

Não investir hoje é condenar o país a um ciclo prolongado de atraso. Cada ano sem expansão de rede de água e esgoto representa mais internações, mais mortes evitáveis, mais rios contaminados, mais praias impróprias, mais desigualdade territorial e mais perda de produtividade. É o tipo de omissão que se paga por décadas, com juros altos em saúde pública, em degradação ambiental, em exclusão social e em oportunidades desperdiçadas.

Hoje, o Brasil precisa recuperar a credibilidade perdida e reafirmar sem hesitações que seguirá o caminho traçado pelo marco de 2020: estabilidade regulatória, participação privada robusta, fortalecimento das agências reguladoras, apoio técnico contínuo aos municípios, financiamento de inteligência e coordenação nacional. Não há espaço, Sr. Presidente, para retrocessos, atalhos improvisados ou ambiguidade normativa. A universalização não será atingida com discursos, mas com planejamento, investimentos vultosos e cooperação real entre Estado, empresas e sociedade.

Este relatório demonstra, de forma inequívoca, que a União tem papel insubstituível na regulação, na coordenação federativa, no financiamento e na indução do setor. Porém, também evidencia que a ação federal recente tem sido insuficiente, incoerente e descolada da urgência social que o saneamento básico demanda. Para avançar, é necessário recuperar a capacidade de planejamento, restabelecer a confiança dos investidores e garantir que cada recurso público seja aplicado de forma estratégica, contínua e transparente.

Por fim, Sr. Presidente, deixo registrado meu profundo agradecimento aos profissionais e às instituições que contribuíram decisivamente para a realização deste trabalho: à Presidência da Comissão, na pessoa da Senadora Professora Dorinha, pelo apoio, acompanhamento e revisão cuidadosa da avaliação; à Consultoria Legislativa, nas pessoas dos Consultores Igor de Aragão e Victor Carvalho Pinto, pela excelência técnica e dedicação permanente; e à Consultoria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orçamentos, Fiscalização e Controle, especialmente ao consultor Luís Otávio Barroso, pelo rigor analítico e compromisso com a qualidade das informações.

Registro igualmente o agradecimento à Marcielly Roquete, minha assessora – na verdade, chefe parlamentar –, pelo apoio preciso e constante; aos Secretários da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, especialmente ao Marcus Guevara, cujo trabalho silencioso é indispensável para o bom funcionamento desta Casa; bem como a todos os expositores que participaram das audiências públicas, compartilhando experiências, diagnósticos e contribuições, que foram fundamentais para o aperfeiçoamento das políticas públicas analisadas. A todos, meu sincero reconhecimento.

Este relatório, Sr. Presidente, é, antes de tudo, um compromisso: não abandonaremos o futuro do saneamento no Brasil. O país merece – e precisa – avançar. Aqui estão as evidências, as recomendações e o caminho. O resto é decisão nossa, política.

Muito obrigado.

Senador Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Parabéns, Seif, pelo relatório.

Exatamente por esse seu compromisso com o país, com a República, é que eu não pude deixar de ceder a seu convite de vir aqui abrir para que o senhor pudesse ler e seguir adiante com esse projeto belíssimo, esse relatório de avaliação de política pública.

Eu não deixei... Não passou despercebido de que dos consultores tem um Barroso e um Guevara. (*Risos.*)

Não tem como passarem despercebidos esses nomes, Barroso e Guevara.

Agradecendo ao Relator, Senador Jorge Seif, coloco em discussão a matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, suspendo a discussão e comunico que a continuação da discussão sobre o relatório e a correspondente deliberação ocorrerão em reunião desta Comissão a ser agendada para o dia 9 de dezembro de 2025, próxima terça-feira.

Isso posto, encerro essa primeira parte da reunião e dou início imediato à segunda parte, que é a parte deliberativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

É solicitada a retirada de pauta, pelo Relator, do item 1.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5462, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com a emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), seguindo, posteriormente, à Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa.)

Não teve votação, foi retirado de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo item, também não terminativo, é o Projeto de Lei nº 2.117, de 2023, de autoria do Deputado José Guimarães, relatoria, Senador Cid Gomes.

Como os Relatores não estão presentes, os dois já ficam adiados para a próxima reunião.

O item 3, Projeto de Lei nº 3.495, de 2023, não terminativo. Autoria, Senador Beto Faro, relatoria, Senadora Eliziane Gama.

Também fica para a próxima reunião. O Relator não se encontra.

Item 4, Projeto de Lei nº 4.099, de 2023, não terminativo. Autoria, Deputado Federal Helder Salomão, relatoria, Senadora Ana Paula, que também não se encontra presente. Retirado de pauta, ficando para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal;

2. A matéria constou nas pautas dos dias 19/09/2023, 25/03/2025, 13/05/2025, 10/06/2025, 26/08/2025, 02/09/2025, 09/09/2025 e 04/11/2025, sendo adiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3495, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulam os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa;

2. A matéria foi retirada da pauta do dia 04/11/2025, para reexame, e devolvida, sem alterações no relatório, em 27/11/2025.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4099, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, para incluir as agências de turismo receptivo entre as modalidades de agências de turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: *1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.*)

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Alguma coisa mais, Senador Seif?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Quero, mais uma vez, agradecer a sua gentileza e agradecer mais uma vez a todos os servidores desta Comissão, Senador Plínio.

Nós precisamos resolver a questão de saneamento básico no Brasil, precisamos ajudar os Prefeitos, porque, no final, são eles que cuidam das nossas cidades. Pelo que nós percebemos ao longo dessas conversas, diálogos e atendimentos, eles estão completamente perdidos, respondendo no próprio CPF. E 2033 está às portas, e nós precisamos avançar. Precisamos ajudá-los com projetos, precisamos ajudá-los com financiamento, precisamos ajudá-los com *checklist*, com regras claras. A regra do jogo não pode mudar durante o campeonato. Infelizmente, muitas regras foram sendo alteradas, especialmente de 2023 para cá. Nós precisamos ajudar nossos Prefeitos a implementarem política pública.

Vocês que estão nos acompanhando aqui presencialmente e os que estão nos acompanhando aí de casa, através da Rádio Senado, TV Senado, imaginem que vocês têm aí uma pia na sua cozinha, que vocês têm um chuveiro no seu banheiro, que vocês conseguem tomar água do seu filtro; milhões de brasileiros não têm esse privilégio, milhões de brasileiros precisam lavar roupa em rios, milhões de brasileiros têm que tomar banho de caneca, milhões de brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convivem com esgoto, com doença, com seus filhos adoentados. A expectativa de vida reduz, o tempo de trabalho reduz, as pessoas ficam mais doentes, não conseguem exercer suas funções nem como estudante, nem como dona de casa, nem como trabalhador, porque pegam doenças onde vivem, pelo cheiro, pela contaminação. Isso é inaceitável num país como o nosso, Senador Plínio Valério.

Então o nosso objetivo com esse trabalho que nós fizemos ao longo desse ano, com essa equipe maravilhosa, tanto do meu gabinete quanto aqui da CDR, foi realmente dar solução a isso, ajudar os gestores públicos a implementarem saneamento básico no nosso Brasil.

Quero agradecer a sua gentileza mais uma vez, agradecer a todos os servidores, especialmente à Marcielly Roquete, minha assessora que foi uma guerreira, uma leoa. Ao longo do ano, fizemos várias diligências externas, ouvimos muita gente, gente importante, gente de sucesso, gente que já conseguiu implementar em outros estados da Federação com sucesso a questão do saneamento básico. Então eu creio que esse é um legado que vamos deixar para o Brasil.

E vamos torcer para que os demais Senadores nos ajudem a tocar esse relatório para a frente e implementar tudo aquilo que nós identificamos como falho, como frágil, como sensível e que impede essas políticas públicas de serem implementadas.

Então, Senador Plínio, muito obrigado. O Amazonas tem um grande Senador, e eu tenho um grande carinho pelo senhor e respeito pelo seu trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não tenho a menor dúvida de que o Senado vai assumir esse papel e aprovar esse projeto. Depois desse relatório, desse belo relatório, agora é seguir adiante.

Eu, que venho da Amazônia, em particular do Amazonas, sei do que o senhor está falando. No Amazonas, para o ribeirinho, é o que você falou: aos que moram no interior, as políticas públicas não chegam. E eu ouço eles me dizerem assim: "Senador, a única política pública que chega até nós é a da invisibilidade". É uma prática nos tornar invisíveis. Nós somos invisíveis perante os que estão eleitos, guindados para nos trazerem políticas públicas. Para indígenas, ribeirinhos, mestiços, pardos, é assim que funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu me sinto contemplado nesse relatório e, no que depender desse Senador, estará aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, José Lacerda, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes e Beto Faro, e ainda dos Senadores Jaques Wagner, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Alterações de Indicações das Emendas RP8 - 8º Ciclo (CORREÇÕES)**. **Finalidade:** 8º Ciclo de Deliberação das alterações de indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN. Na oportunidade, serão deliberadas APENAS correções a indicações aprovadas anteriormente. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Correções das indicações de emendas RP8 aprovadas, conforme o relatório apresentado e planilha (Anexo I). A Presidente registrou que, na 29ª Reunião da CDR, foi aprovada a alteração da indicação SINEC nº 9407 para a SINEC nº 19582, de autoria do Senador Jorge Kajuru, porém a mudança não pôde ser efetivada junto ao Ministério do Turismo, pois a indicação original (nº 9407) já se encontrava empenhada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, assim como a ata da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza em 9 de dezembro de 2025.

A presente reunião destina-se à deliberação das correções de indicação das emendas RP 8 do Orçamento de 2025, nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2 do Congresso Nacional.

As coordenações das sugestões de correção e indicações ficaram ao cargo desta Presidência, que recebeu exclusivamente pelo sistema 88 solicitações, cujo prazo de envio encerrou-se sexta-feira passada, dia 5 de dezembro.

Nos termos da Lei Complementar nº 210 e da Resolução nº 1, de 2006-CN, eu vou direto à análise.

As indicações constantes do Anexo I apresentam solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, e que também atendem aos critérios formais analisados. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e do Turismo (MTur), para que o remanejamento seja efetivado.

Por fim, as indicações constantes no Anexo II foram desconsideradas ou rejeitadas, seja por solicitação de seus autores, seja por apresentarem incorreções técnicas.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I e pela rejeição daquelas constantes no Anexo II.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2025.

Passamos à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela com as indicações alteradas e a relação das indicações retiradas pelos seus autores, conforme consta no relatório apresentado, a serem encaminhadas para a Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização (CMO) e aos ministérios respectivos.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as correções das indicações constantes no Anexo I, conforme publicadas, a serem enviadas aos respectivos ministérios.

Por fim, registro que, na 29ª Reunião da CDR, 5º Ciclo de Deliberação das Indicações das Emendas RP 8, foi aprovado o pedido de alteração de indicação do Senador Jorge Kajuru, o qual modificava a indicação Sinec 9.407, substituindo pela indicação Sinec 19.582. Contudo, essa alteração não pode ser concretizada frente ao Ministério do Turismo, visto que a indicação Sinec 9.407 já havia sido empenhada.

Nesse sentido, gostaria de frisar que, quando a Comissão delibera alterações das indicações aprovadas anteriormente, não há garantia de que essas alterações sejam efetivamente realizadas pelo Executivo.

Antes de finalizarmos nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata e a aprovação das Atas da 37ª Reunião, realizada em 2 de dezembro, e da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Declaro encerrada a presente reunião e informo que, na sequência, realizaremos a 39ª Reunião.

Solicito a presença e a participação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

INDICAÇÕES ALTERADAS
7899, 7909, 9402, 9404, 9459, 9462, 9754, 10141, 10263, 10535, 10636, 10645, 10651, 10717, 10718, 10750, 10886, 10905, 10924, 11215, 11377, 11380, 11607, 11751, 11754, 11812, 11957, 11962, 11969, 12223, 12246, 12250, 12251, 12253, 12260, 12552, 13516, 13524, 14312, 14314, 14315, 14317, 14318, 14323, 14329, 14336, 14352, 14354, 14359, 14361, 15999, 16117, 16388, 16901, 16902, 16911, 16916, 17339, 17564, 17576, 19153, 19161, 19165, 19245, 19253, 19255, 19262, 19282, 19286, 21038, 21039

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE - 06.688.303/0001-25			06.553.481/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Pavimentação e drenagem - incluindo estradas vicinais, rodovias estaduais e vias urbanas	9.130.434

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4496	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE - 06.688.303/0001-25			06.553.481/0001-49	PI	TERESINA	4	30	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.	9.130.434

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE DOM INOCENCIO			23.500.002/0001-45	PI	DOM INOCENCIO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE DOM INOCÊNCIO			23.500.002/0001-45	PI	DOM INOCENCIO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	400.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Carmo da Mata			18.312.967/0001-74	MG	CARMO DA MATA	4	40	Maquinário e equipamentos	852.173

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4267	Cleiton Gontijo de Azevedo	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Carmo da Mata			18.312.967/0001-74	MG	CARMO DA MATA	4	41	Pavimentação em estradas vicinais no município de Carmo da Mata	852.173

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA		63.761.944/0001-00	RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	4	40	Implantação de pontes, passagem molhada, viadutos e pavimentação.	1.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4092	Confúcio Aires Moura	53000	53101	00SX	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA		63.761.944/0001-00	RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	4	40	Construção de ponte em zona rural do Munícipio.	1.500.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4268	Damares Regina Alves	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de ponte de concreto sobre o córrego Capão da Onça, DF-415 / Brazlândia-DF / Caminho das Escolas (E.C. Bucanhão)	1.652.173

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4268	Damares Regina Alves	53000	53101	00SX	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal		03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Construção do Empório Rural do Gama	1.652.173

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Catingueira			08.885.287/0001-96	PB	CATINGUEIRA	4	40	Aquisição de Maquinários	570.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Caapora			08.865.644/0001-54	PB	CAAPORA	4	40	Execução de Obras	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Catingueira			08.885.287/0001-96	PB	CATINGUEIRA	4	40	Execução de Obras	570.000
60110001	4270	Efraim de Araújo Morais Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Caaporã			08.865.644/0001-54	PB	CAAPORA	4	40	Aquisição de Maquinários	500.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Paulo Lopes	Prefeitura Municipal de Paulo Lopes	Paulo Lopes	82.892.365/0001-32	SC	PAULO LOPES	4	40	Pavimentação de vias urbanas	500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste	Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste	Herval D'Oeste	82.939.430/0001-38	SC	HERVAL D'OESTE	4	40	Pavimentação de vias urbanas	500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Agronômica	Prefeitura Municipal de Agronômica	Agronômica	83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Pavimentação de via urbana	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó	Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó	Águas de Chapecó	82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Pavimentação de vias urbanas	450.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Tijucas	Prefeitura Municipal de Tijucas	Tijucas	82.577.636/0001-65	SC	TIJUCAS	4	40	Pavimentação de vias urbanas	600.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itapema	Prefeitura Municipal de Itapema	Itapema	82.572.207/0001-03	SC	ITAPEMA	4	40	obras de infraestrutura urbana	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Paulo Lopes	Prefeitura Municipal de Paulo Lopes	Paulo Lopes	82.892.365/0001-32	SC	PAULO LOPES	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no Município de Paulo Lopes	500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste	Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste	Herval D'Oeste	82.939.430/0001-38	SC	HERVAL D'OESTE	4	40	Pavimentação de Estrada Vicinal no Município de Herval D'Oeste	500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Agronômica	Prefeitura Municipal de Agronômica	Agronômica	83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	pavimentação de estradas vicinais no município de Agronômica	500.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó	Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó	Águas de Chapecó	82.804.212/0001-96	SC	AGUAS DE CHAPECO	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Águas de Chapecó	450.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Tijucas	Prefeitura Municipal de Tijucas	Tijucas	82.577.636/0001-65	SC	TIJUCAS	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Tijucas	600.000
60110001	2210	Esperidião Amin Helou Filho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itapema	Prefeitura Municipal de Itapema	Itapema	82.572.207/0001-03	SC	ITAPEMA	4	40	Aquisição de máquinas para fortalecimento da infraestrutura produtiva rural	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Maragogi			12.248.522/0001-96	AL	MARAGOGI	4	40	Construção de feira coberta	5.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de São José da Tapera			12.261.228/0001-14	AL	SAO JOSE DA TAPERA	4	40	Implantação de passagem molhada e estradas vicinais	2.130.434
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Construção de passagem molhada	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Maragogi			12.248.522/0001-96	AL	MARAGOGI	4	40	Construção de Mercado Público Municipal de Maragogi-AL	5.000.000
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de São José da Tapera			12.261.228/0001-14	AL	SAO JOSE DA TAPERA	4	40	Pavimentação de Vias na Zona Rural do Município de São José da Tapera/AL	2.130.434
60110001	4285	Fernando Lopes de Farias	53000	53101	00SX	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Construção de Passagem Molhada e Pavimentação de Vias na Zona Rural.	1.000.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			95.422.911/0001-13	PR	DOUTOR ULYSSES	4	40	Construção e pavimentação de vias (estradas vicinais) e obras rodoviárias estaduais e municipais destinadas ao escoamento produtivo.	1.000.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			01.607.627/0001-78	PR	GOIOXIM	4	40	Construção e pavimentação de vias (estradas vicinais) e obras rodoviárias estaduais e municipais destinadas ao escoamento produtivo.	1.000.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	Prefeitura			76.978.881/0001-81	PR	TERRA RICA	4	40	Construção e pavimentação de vias (estradas vicinais) e obras rodoviárias estaduais e municipais destinadas ao escoamento produtivo.	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	PREFEITURA	Município		95.422.911/0001-13	PR	DOUTOR ULYSSES	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	PREFEITURA			01.607.627/0001-78	PR	GOIOXIM	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.000.000
60110001	2038	Flávio José Arns	53000	53101	00SX	PREFEITURA	MUNICÍPIO		76.978.881/0001-81	PR	TERRA RICA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.000.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco	Joaquim Nabuco	10.192.441/0001-96	PE	JOAQUIM NABUCO	4	90	Kit P. 01 - Panificação	49.115
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Bom Jardim	Bom Jardim	10.293.074/0001-17	PE	BOM JARDIM	4	90	Kit P. 01 - Panificação.	49.115
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Verdejante	Verdejante	11.348.570/0001-93	PE	VERDEJANTE	4	90	KIT I. F. 02 - Irrigação Familiar por Aspersão - 1 ha	18.810

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Caruaru	Caruaru	10.091.536/0001-13	PE	CARUARU	4	90	aquisição de Kit A.P. 06 – Máquina Sachê de Mel	85.690
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Verdejante	Verdejante	11.348.570/0001-93	PE	VERDEJANTE	4	90	Aquisição de Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Xinguara			04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	40	Manutenção de estradas vicinais	2.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2263	Jader Fontenelle Barbalho	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Xinguara			04.144.150/0001-20	PA	XINGUARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	2.500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS (GO)		02.056.737/0001-51	GO	QUIRINOPOLIS	4	40	Melhoria de estradas vicinais	1.000.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO)	MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO)		01.304.286/0001-61	GO	TRES RANCHOS	4	40	Melhoria de estradas vicinais	600.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	FUNDO MUNICIPAL DE QUIRINOPOLIS GO			02.056.737/0001-51	GO	QUIRINOPOLIS	4	41	Aquisição de maquinários e equipamentos	1.000.000
60110001	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	53000	53101	00SX	MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO)	MUNICÍPIO DE TRÊS RANCHOS (GO)		01.304.286/0001-61	GO	TRES RANCHOS	4	41	Aquisição de maquinários e equipamentos	600.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cristalândia do Piauí			06.554.299/0001-02	PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	4	40	Sistema de abastecimento de água	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Cristalândia			06.554.299/0001-02	PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	400.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Pavimentação de vias	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santa Luz			06.554.398/0001-94	PI	SANTA LUZ	4	40	Pavimentação de vias na zona rural	400.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Alvorada			01.800.242/0001-22	TO	ALVORADA	4	40	Recapeamento	1.000.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Barrolândia			24.851.453/0001-90	TO	BARROLANDIA	4	40	Recapeamento	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Bernardo Sayão			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	Pavimentação	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Bom Jesus do Tocantins			37.420.775/0001-26	TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	4	40	Construção de Estacionamento	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Brejinho de Nazaré			02.884.153/0001-74	TO	BREJINHO DE NAZARE	4	40	Pavimentação	700.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Carmolândia			25.063.868/0001-61	TO	CARMOLANDIA	4	40	Recapeamento	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Chapada da Natividade			01.613.086/0001-90	TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	4	40	Recapeamento	678.758
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Chapada de Areia			01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	Recapeamento	400.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Lagoa do Tocantins			37.420.916/0001-00	TO	LAGOA DO TOCANTINS	4	40	Pavimentação	1.000.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Rio dos Bois			37.420.932/0001-01	TO	RIO DOS BOIS	4	40	Recapeamento	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Rio Sono			00.000.729/0001-68	TO	RIO SONO	4	40	Recapeamento	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Santa Rita do Tocantins			01.613.127/0001-49	TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	4	40	Recapeamento	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Silvanópolis			00.114.819/0001-80	TO	SILVANOPOLIS	4	40	Recapeamento	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	ALVORADA			01.800.242/0001-22	TO	ALVORADA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ALVORADA - TO	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	BARROLÂNDIA			24.851.453/0001-90	TO	BARROLANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA-TO	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	BERNARDO SAYÃO			25.086.596/0001-15	TO	BERNARDO SAYAO	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO MUNICÍPIO DE BERNARDO SAYÃO - TO	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	BOM JESUS DO TOCANTINS			37.420.775/0001-26	TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA ZONA RURAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	BREJINHO DE NAZARÉ			02.884.153/0001-74	TO	BREJINHO DE NAZARE	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D E ÁGUA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BREJINHO DE NAZARÉ - TO	700.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	CARMOLÂNDIA			25.063.868/0001-61	TO	CARMOLANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE CARMOLÂNDIA	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	CHAPADA DA NATIVIDADE			01.613.086/0001-90	TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DA NATIVIDADE/TO	758.758

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	CHAPADA DE AREIA			01.625.984/0001-69	TO	CHAPADA DE AREIA	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DE AREIA - TO	400.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	LAGOA DO TOCANTINS			37.420.916/0001-00	TO	LAGOA DO TOCANTINS	4	40	IMPLANTAÇÃO DE PONTES E PASSAGENS MOLHADAS EM ESTRADAS VICINAIS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO TOCANTINS	1.000.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	RIO DOS BOIS			37.420.932/0001-01	TO	RIO DOS BOIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO EM ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE RIO DOS BOIS – TO	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	RIO SONO			00.000.729/0001-68	TO	RIO SONO	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE NO MUNICÍPIO DE RIO SONO -TO	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	SANTA RITA DO TOCANTINS			01.613.127/0001-49	TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	500.000
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	SILVANÓPOLIS			00.114.819/0001-80	TO	SILVANOPOLIS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SILVANÓPOLIS - TO	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Iturama			18.457.242/0001-74	MG	ITURAMA	4	40	Obra Rural	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Iguatama			18.306.688/0001-06	MG	IGUATAMA	4	40	Pavimentação de vias (estradas vicinais).	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Itajubá Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Obra Rural	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ibiaí			16.899.700/0001-08	MG	IBIAI	4	40	Obra Rural	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Iturama	Iturama		18.457.242/0001-74	MG	ITURAMA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Iguatama	Iguatama		18.306.688/0001-06	MG	IGUATAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para o Município de Iguatama/MG.	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Três Marias	Três Maria		17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	500.000
60110001	4140	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Ibiaí	Ibiaí		16.899.700/0001-08	MG	IBIAI	4	40	Aquisição de máquinas agrícolas para o Município de Ibiaí - MG	500.000

[redacted]

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Município de Riachão do Dantas			13.107.180/0001-57	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	40	Calçamento	2.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Município do Riachão do Dantas	Município de Riachão do Dantas		13.107.180/0001-57	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	2.500.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Barcelona			08.002.180/0001-52	RN	BARCELONA	4	40	Construção de Galpão Industrial	400.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Triunfo Potiguar			01.612.376/0001-10	RN	TRIUNFO POTIGUAR	4	40	Construção de passagem molhada	624.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Barcelona			08.002.180/0001-52	RN	BARCELONA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Barcelona/RN	400.000
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Triunfo Potiguar			01.612.376/0001-10	RN	TRIUNFO POTIGUAR	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais na zona rural do Município de Triunfo Potiguar/RN.	624.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Barra de Santana			01.612.535/0001-86	PB	BARRA DE SANTANA	4	40	Equipamento Agrícola	425.494
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Pitimbu			08.916.785/0001-59	PB	PITIMBU	4	40	Equipamentos Agrícolas	800.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Santa Cecília			01.612.643/0001-59	PB	SANTA CECILIA	4	40	Equipamento Agrícola	425.494
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de São João do Tigre			09.074.592/0001-60	PB	SAO JOAO DO TIGRE	4	40	Equipamento Agrícola	425.494

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Barra de Santana			01.612.535/0001-86	PB	BARRA DE SANTANA	4	40	Construção de Passagens Molhadas	425.494
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Pitimbu			08.916.785/0001-59	PB	PITIMBU	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	800.000
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de Santa Cecília			01.612.643/0001-59	PB	SANTA CECILIA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais no Município de Santa Cecília/PB	425.494
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	Município de São João do Tigre			09.074.592/0001-60	PB	SAO JOAO DO TIGRE	4	40	Construção de Passagens Molhadas no Município de São João do Tigre	425.494

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ			08.358.889/0001-95	RN	SANTA CRUZ	4	40	INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	2.500.000
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONCALO DO AMARANTE			08.079.402/0001-35	RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	4	40	(CALÇAMENTO E PASSAGEM MOLHADA ZONA RURAL - - COMUNIDADE NOVA ZELANDIA)	1.930.434

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ			08.358.889/0001-95	RN	SANTA CRUZ	4	40	Pavimentação de estradas vicinais do município de Santa Cruz/RN.	930.890
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ			08.358.889/0001-95	RN	SANTA CRUZ	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para o município de Santa Cruz/RN.	1.569.110
60110001	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE			08.079.402/0001-35	RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de São Gonçalo do Amarante/RN.	1.930.434

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	Prefeitura de Novo Gama			01.629.276/0001-04	GO	NOVO GAMA	4	40	Construção de Pontes	1.000.000
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	Prefeitura de Castelândia			37.275.849/0001-88	GO	CASTELANDIA	4	40	Implantação de Pontes	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	Prefeitura de Novo Gama			01.629.276/0001-04	GO	NOVO GAMA	4	40	Pavimentação em estrada vicinal no município de Novo Gama/GO	1.000.000
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE CASTELANDIA			37.275.849/0001-88	GO	CASTELANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS	500.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	VIRADOURO	VIRADOURO	VIRADOURO	45.709.912/0001-75	SP	VIRADOURO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas;	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PALESTINA	PALESTINA	PALESTINA	45.149.184/0001-94	SP	PALESTINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	600.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	LUPERCIO	LUPERCIO	LUPERCIO	44.518.397/0001-83	SP	LUPERCIO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	520.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	VIRADOURO	VIRADOURO	VIRADOURO	45.709.912/0001-75	SP	VIRADOURO	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE VIRADOURO/SP- (Proposta 959274/2025)	500.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PALESTINA	PALESTINA	PALESTINA	45.149.184/0001-94	SP	PALESTINA	4	40	Construção de vias (estradas vicinais) e obras rodoviária estaduais e municipais destinadas ao escoamento produtivo - Proposta (62147/2025)	600.000
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	LUPERCIO	LUPERCIO	LUPERCIO	44.518.397/0001-83	SP	LUPERCIO	4	40	Recapeamento de Estradas vicinais no municipio de Lupércio /sp - Proposta 59727/2025	520.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Bataguassu/MS.			03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	Pavimentação Asfáltica.	450.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Batayporã/MS			03.505.013/0001-00	MS	BATAYPORA	4	40	Pavimentação asfáltica	500.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Pavimentação Asfáltica.	500.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Santa Rita do Pardo			01.561.372/0001-50	MS	SANTA RITA DO PARDO	4	40	Pavimentação de vias Urbanas	652.173
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Sonora/MS			24.651.234/0001-67	MS	SONORA	4	40	Pavimentação Asfáltica.	728.260

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Bataguassu			03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para o município de Bataguassu/MS	450.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Batayporã			03.505.013/0001-00	MS	BATAYPORA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos.	500.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Dois Irmãos do Buriti			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para o município de Dois Irmãos do Buriti/MS	500.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Santa Rita do Pardo			01.561.372/0001-50	MS	SANTA RITA DO PARDO	4	40	Aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira para o município de Santa Rita do Pardo/MS	652.173

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Sonora			24.651.234/0001-67	MS	SONORA	4	40	Aquisição de 01 (um) Rolo Compactador e 01 (uma) Retroescavadeira para o município de Sonora/MS	728.260

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE BARRA DO OURO			01.612.818/0001-28	TO	BARRA DO OURO	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.500.000
60110001	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	00SX	PREFEITURA DE PEDRO AFONSO			02.070.589/0001-20	TO	PEDRO AFONSO	4	40	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE BARRA DO OURO			01.612.818/0001-28	TO	BARRA DO OURO	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTE E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.500.000
60110001	4186	Carlos Eduardo Torres Gomes	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE PEDRO AFONSO			02.070.589/0001-20	TO	PEDRO AFONSO	4	40	AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL	1.000.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	RIACHUELO	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	Kits de Irrigação Localizada por Gotejo de 500 m^2	168.877

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	RIACHUELO	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	Caminhonete - Utilitário médio	120.000
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária do Povoado Barrinha	UMBAÚBA	10.997.089/0001-66	SE	UMBAUBA	4	90	Caminhonete - Utilitário médio	120.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro	Nossa Senhora do Socorro	13.128.814/0001-58	SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	4	90	Minicarregadeira	224.675
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária da Lagoa do Escurial e Adjacências	NOSSA SENHORA DE LOURDES	32.727.919/0001-78	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária da Lagoa do Escurial e Adjacências	Nossa Senhora de Lourdes	32.727.919/0001-78	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Nova Cruz	Prefeitura Municipal de Nova Cruz		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	Sinalização Turística	4.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Nova Cruz	Prefeitura Municipal de Nova Cruz		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	41	Infraestrutura Turística	4.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE - 38ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	Marcelino Vieira			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Construção de Praça Pública no Município de Marcelino Vieira RN	600.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4276	Rogério Simonetti Marinho	54000	54101	10V0	Marcelino Vieira			08.357.618/0001-15	RN	MARCELINO VIEIRA	4	40	Reforma e Ampliação da Praça de Eventos Calazans Fernandes no Município de Marcelino Vieira/RN	600.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Luzinopolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Construção de Balneário	1.059.024

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Implantação de infraestrutura turística	1.059.024

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2596261931

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Fernando Farias, José Lacerda, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro e Alan Rick, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Jaques Wagner, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Marcos do Val e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dez horas e cinquenta e um minutos e reaberta às onze horas e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Votação de Política Pública - Saneamento**. **Finalidade:** Continuação da discussão e votação do relatório da Avaliação de Política Pública conduzida pela CDR sobre o apoio técnico e financeiro federal destinado a entes federados e a entidades do setor de saneamento básico, abrangendo a implementação de políticas e planos de saneamento em áreas urbanas e rurais e os efeitos do Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). Relator: Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado o relatório, contendo recomendações aos Poderes e aos Órgãos de Controle, bem como Indicação ao Executivo e projetos sugerindo o aperfeiçoamento legislativo. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4319, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Rota Turística Judaica, no estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designada relatora ad hoc a Senadora Professora Dorinha Seabra, o projeto é aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Designada relatora ad hoc a Senadora Professora Dorinha Seabra, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela prejudicialidade do Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4099, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, para incluir as agências de turismo receptivo entre as modalidades de agências de turismo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Designada relatora ad hoc a Senadora Professora Dorinha Seabra, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 - [CDR] (Substitutivo). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de 9 de dezembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião está dividida na apresentação... na reunião de trabalho com a continuação da discussão e votação do relatório de avaliação de política pública conduzida por esta Comissão.

Na última reunião desta Comissão, em 2 de dezembro, o Senador Jorge Seif, Vice-Presidente e Relator da avaliação de política pública em curso neste Colegiado, apresentou e fez leitura do seu relatório. A discussão foi iniciada e suspensa, com previsão de continuidade na presente reunião.

Dessa forma, declaro que está reaberta a discussão.

Não sei se o Senador quer se pronunciar...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Não, Senadora.

Na verdade, na semana passada, nós lemos o nosso relatório, mas eu, na verdade, quero agradecer à senhora por ter apoiado essa revisão da política pública, porque tanto o seu estado quanto o meu e a maioria dos estados brasileiros precisam de previsibilidade, precisam de projetos, precisam de financiamento. O prazo é exíguo, já em 2033, os Prefeitos estão desesperados, e a senhora, desde o início, apoiou a nossa revisão de política pública.

Ainda precisamos de ajuda dos ministérios para que eles também façam as suas avaliações e possam contribuir para uma eventual mudança na legislação, mas eu quero agradecer à senhora por ter colocado a Comissão, todos os servidores que nos ajudaram, para que fizéssemos esse trabalho, que não se limitou à Brasília, mas fizemos diligências externas; recebemos aqui pessoas ligadas ao setor de saneamento de todo o Brasil, empresas públicas, privadas, lideranças, Prefeitos, presidentes de associações. Enfim, foi um trabalho muito intenso, muito bom e eu tenho certeza de que nós vamos deixar aí um importante legado para este assunto que é saneamento básico para o nosso país.

Agradeço à senhora por todo o apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero parabenizar, pelo tema adotado por esta Comissão, com grandes desafios; e as conclusões apresentadas pelo relatório refletem a distância entre a promessa constitucional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dignidade e a realidade de milhões de brasileiros que ainda crescem sem acesso à água e esgotamento sanitário. Mais do que infraestrutura, o saneamento é entendido como base para a saúde, esperança e um avanço civilizatório, no qual cada criança pode ser protegida de doenças, o rio recuperado, enfim, todas as fontes que representam garantia de dignidade e de saúde.

O seu relatório é resultado de um amplo e plural processo de investigação que incluiu audiências públicas, diligências, análises técnicas, diálogos com especialistas, órgãos de controle, municípios, operadores públicos e privados, da academia e da sociedade civil, com o objetivo de construir um diagnóstico sólido e transparente sobre o estado de política federal e de saneamento.

As evidências reunidas indicam que o avanço no setor depende de planejamento consistente, cooperação entre todas as esferas do Governo, estabilidade normativa, investimentos contínuos e fortalecimento institucional. O relatório apresentado por V. Exa. não busca responsabilizar ou definir culpados, mas iluminar caminhos, destacando que nenhum ente conseguirá isoladamente cumprir as metas da universalização. É imprescindível somar forças e atuar com visão de longo prazo.

O marco legal de 2020 estabeleceu uma rota clara, cabendo ao Estado brasileiro garantir a sua implementação. Cada atraso tem um custo humano elevado, reforçando desigualdades. O documento se afirma, portanto, como um compromisso com a universalização do saneamento como prioridade nacional, um gesto de respeito à vida que exige responsabilidade, cooperação e perseverança para que a dignidade chegue a todos os lares.

Eu parabenizo o Senador pela condução desse trabalho, pela sua disposição de caminhada, de audiência e de debate. Então, eu tenho certeza de que o relatório não só apresenta um estudo da arte, uma análise, mas as sugestões apresentadas, as indicações mostram essa disposição de construção que V. Exa. demonstrou na condução da análise desta política pública.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está aprovado. (*Palmas.*)

Encerro, então, essa primeira parte e passo para a segunda parte da Comissão, deliberativa. (*Pausa.*)

Vou suspender por cinco minutos e aguardar o Senador retornar.

(*Suspensa às 10 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 08 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Gostaria de registrar uma manifestação sobre o não atendimento das solicitações dos Requerimentos 27 e 28, que, em 12 de agosto do corrente ano, foram aprovados por esta Comissão, os quais solicitam informações ao Ministro das Cidades e ao Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional para a instrução da avaliação da política pública em andamento.

Os requerimentos foram deferidos pelo Presidente do Senado Federal, e os respectivos ofícios de pedido de informação foram enviados aos ministérios em 5 de novembro.

O art. 50, §2º, da Constituição estabelece o prazo de 30 dias para o atendimento do pedido de informações, sob pena de configuração de crime de responsabilidade. E, assim, considerando que até o momento não houve resposta dos ministérios mencionados, esta Presidência reitera a necessidade de atendimento da demanda, em respeito a esta Comissão, a este Parlamento e à Constituição.

Quero mencionar que nós vamos fazer um ofício e pedir ao Presidente da Casa que tome providência em relação à posição dos dois ministérios de ignorarem o requerimento de informação.

Eu gostaria de pedir que o meu Vice-Presidente assumisse a Presidência para eu relatar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 1 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4319, DE 2024

- Terminativo -

Institui a Rota Turística Judaica, no estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A votação será nominal;

2. Após deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatoria *ad hoc*: Senadora Professora Dorinha Seabra.

Passo a palavra para a Senadora Dorinha para a leitura *ad hoc* do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei nº 4.319 é de sua autoria e institui a Rota Turística Judaica no Estado do Rio Grande do Sul.

Vou direto à análise.

Em relação à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende a todos os critérios estabelecidos, não incorre em vício de iniciativa, e a instituição de rotas turísticas e o fomento ao turístico podem ser veiculados por lei federal.

No mérito, a proposição tem inegável valor ao reconhecer e valorizar a história e a cultura da imigração judaica no Rio Grande do Sul, o que contribui para a diversidade cultural do país. A criação de uma rota turística temática alinha-se às políticas de desenvolvimento regional e fomento ao turismo, destacadas na Lei Geral do Turismo, que preconiza o incentivo de todas as formas de turismo, inclusive o de caráter histórico e cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto estabelece objetivos claros e pertinentes para a Rota Turística Judaica, com foco no desenvolvimento econômico sustentável, no empreendedorismo e na valorização dos atrativos locais. Esses propósitos convergem com as atribuições regimentais desta Comissão e promovem o crescimento das regiões envolvidas, o que constitui interesse público relevante. A iniciativa de apoio por programas oficiais de turismo demonstra o compromisso com a efetivação da rota.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.319, de 2024.

É este nosso voto, como Relatora *ad hoc*, foi produzido pela Senadora Augusta Brito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora Dorinha.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 4.319, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim" e os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Peço a gentileza da mesa para abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu passo a palavra para à Senadora Dorinha, no próximo item da pauta, enquanto os Senadores e Senadoras estão votando.

Item 2.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal;

2. A matéria constou nas pautas dos dias 19/09/2023, 25/03/2025, 13/05/2025, 10/06/2025, 26/08/2025, 02/09/2025, 09/09/2025, 04/11/2025 e 02/12/2025.

Relator Senador Cid Gomes. É esse? É esse mesmo?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Pode ser. Era um relatório, mas eu leio. Esse aí já...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É esse, é o item 2 mesmo? Estou certo?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É esse mesmo? (*Pausa.*)

E a senhora vai ler *ad hoc*... (*Pausa.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Relatoria *ad hoc* Senadora Professora Dorinha.

Concedo a palavra à Senadora Dorinha para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – O projeto atende às questões de constitucionalidade e juridicidade.

A alteração proposta apenas incluía o Rio Poti no rol de rios cujos vales faziam parte da área de atuação da Codevasf.

Esse dispositivo sofreu várias alterações após a apresentação do PL original. A Lei nº 14.053, de 2020, havia alterado sua redação de modo a incluir todas as bacias hidrográficas do Piauí e do Ceará na área de atuação da Codevasf.

Em virtude das mudanças realizadas posteriormente na apresentação da proposta à redação em vigor, no art. 2º da Lei 6.088, de 1974, ao estabelecer que todas as bacias hidrográficas e litorâneas do Piauí e do Ceará estão incluídas na área de atuação da Codevasf, mostra que a alteração proposta é desnecessária e o PL 2.117, de 2023, está prejudicado, pois sua motivação original já não existe.

Diante do exposto, votamos pelo reconhecimento da prejudicialidade do PL 2.117, de 2023 (PL 4.610, de 2009), e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição está prejudicada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

E a matéria vai ao Plenário.

É o item 3? (*Pausa.*)

Está o.k.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4099, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, para incluir as agências de turismo receptivo entre as modalidades de agências de turismo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal;

2. A matéria constou na pauta do dia 02/12/2025.

A relatoria é da Senadora Ana Paula Lobato, a relatoria *ad hoc* é da Senadora Professora Dorinha, nossa Presidente.

Eu passo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Atendendo a um pedido da Senadora Ana Paula, a Relatora, farei a leitura do seu voto.

A proposição cumpre todos os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e está inserida na competência desta Comissão.

Quanto ao mérito do PL 4.099, de 2023, ele se justifica pelo fortalecimento das agências de turismo receptivo que, por sua própria natureza, são empresas de base local, gerando empregos diretos e indiretos na ponta, contratando guias locais, motoristas, e firmando parcerias com hotéis, restaurantes e artesãos da região. Ao formalizar e dar segurança jurídica a essas agências, o projeto fortalece o tecido econômico local, garantindo que a renda gerada pelo turismo permaneça e circule na própria comunidade. Trata-se de um claro incentivo ao empreendedorismo regional. Em suma, a medida é simples em sua forma, mas profunda em seus efeitos positivos, beneficiando desde o pequeno empreendedor local até a imagem do Brasil como um destino turístico organizado e competitivo.

No entanto, tendo em vista que alguns dispositivos alterados pela proposição foram revogados pela Lei 12.974, de 2014, após análise técnica e diálogo com representantes do setor, propomos um substitutivo que aprimora o texto original. O novo texto altera a Lei 11.771, de 2008, e a Lei 12.974, de 2014, para incluir expressamente o turismo receptivo como modalidade autônoma. Essa inclusão é estratégica para o fortalecimento da atividade turística em regiões com vocação natural para o turismo, mas que ainda carecem de estrutura empresarial consolidada. Ao permitir que as agências de turismo receptivo atuem com respaldo legal, o substitutivo promove a inclusão produtiva, valoriza o capital humano e estimula o desenvolvimento regional sustentável.

Além disso, propomos também uma alteração de natureza terminológica, ao alterar a expressão "agências de turismo receptivo" para "empresas de turismo receptivo". Acreditamos que o termo "empresa" reflete com maior precisão a diversidade e a complexidade das operações desempenhadas por nossos associados, que vão muito além de uma simples agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.099, de 2023, na forma do seguinte substitutivo.

> O Projeto de Lei 4.099, de 2023, passa a reconhecer as atividades das empresas de turismo receptivo.
> Art. 2º O § 1º do art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:
> "Art. 21 .....
> .....
> § 1º .....
> .....
> XI – empresas de turismo receptivo, responsáveis pela recepção, acolhimento, transporte, acompanhamento e execução de atividades turísticas voltadas a visitantes em território nacional, com foco na valorização da cultura local e regional." (NR)
> Art. 3º A Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:
> "Art. 20-A. Para os efeitos desta Lei, consideram-se empresas de turismo receptivo aquelas que atuam exclusivamente ou prioritariamente na prestação de serviços turísticos no destino visitado, compreendendo:
> I – recepção e acolhimento de turistas;
> II – serviços de traslado e transporte local;
> III – elaboração, comercialização e execução de roteiros e passeios turísticos;
> IV – assistência, orientação e acompanhamento ao turista durante sua permanência."
> Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É este o voto apresentado pela Senadora Ana Paula Lobato, cuja leitura *ad hoc* eu tenho a honra de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 3 da pauta, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1 (Substitutivo).

A matéria vai a Plenário. (*Pausa.*)

Passo a Presidência para a Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discursar.) – Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente, Senador Jorge Seif.

Farei uma leitura breve do balanço das atividades desenvolvidas pela Comissão de Desenvolvimento Regional em 2025.

Ao encerrar este ano legislativo, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, apresento o balanço das atividades e as pautas prioritárias.

Atividades realizadas em 2025: uma reunião de instalação – eleição da Mesa Diretora –, oito reuniões deliberativas, oito audiências públicas, duas audiências públicas conjuntas com outras Comissões, quatro reuniões deliberativas com audiências públicas, quatro reuniões deliberativas com reunião de trabalho, onze reuniões para deliberar temas orçamentários – entre eles, indicações à Lei Orçamentária de 2024 e 2025 e emendas de 2026 –, uma audiência pública com reunião para tratar matéria orçamentária, duas diligências externas.

A Comissão deliberou 30 projetos de lei, 34 requerimentos.

A Comissão também contou com a presença de importantes autoridades do Executivo federal: o Ministro do Turismo, Celso Sabino; o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; o Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes; a Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; o Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; o Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro ainda a minha sincera gratidão aos colegas Parlamentares, aos servidores desta Comissão, aos consultores do Senado e aos representantes da sociedade que, com dedicação e espírito público, contribuíram para a realização das atividades ao longo desse período. Esse ano foi mais uma etapa de diálogo, construção coletiva e enfrentamento responsável dos desafios que se apresentam ao desenvolvimento regional e ao turismo do nosso país.

Ao encerrar os trabalhos deste ano legislativo, renovo o compromisso de continuarmos aprofundando o debate qualificado, de fortalecer o controle e o acompanhamento das políticas públicas, de abrir, cada vez mais, espaço para que diferentes regiões do país sejam ouvidas e respeitadas em suas especificidades e potencialidades. Que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo siga avançando numa agenda que promova oportunidades, reduza desigualdades e impulsione um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, com geração de renda, preservação do patrimônio cultural e natural e melhoria concreta da qualidade de vida da nossa população.

Agradeço, mais uma vez, a cada um e a cada uma pela parceria ao longo deste ano e quero agradecer ao meu Vice-Presidente, Senador Jorge Seif, pelo trabalho colaborativo, pela condução do processo de avaliação da política pública que esta Comissão escolheu e definiu como estratégica para monitoramento, ao mesmo tempo assumindo diversas vezes a Presidência, também realizando ações nos diferentes estados.

Quero também agradecer à equipe da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na pessoa do Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário; Jazer Jose de Melo, Secretário Adjunto; Thiago Araújo Mascarenhas, Assistente Técnico; Daiane de Morais Soares, Gabriel Costa Negreiros, Gabriel Guimarães de Oliveira, Juliana Ribeiro Sanches, Luciana Ferreira Cardoso de Oliveira e Sarah Cunha Silva. Muito obrigada pela dedicação de vocês, pelo trabalho, pelo apoio na condução e desenvolvimento desta Comissão.

Esse é o nosso breve relatório. Com certeza, no ano que vem tem mais trabalho, mas parabéns à equipe, aos membros e ao nosso Vice-Presidente.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pela ordem.

Quero agradecer também à senhora e agradecer à equipe maravilhosa que nos deu todo o suporte durante o ano, nos projetos, na avaliação da política pública. Nós sabemos da importância dessa política pública para o nosso Brasil e como os Prefeitos e as cidades não têm conseguido evoluir na questão de saneamento básico, que é tão básico – saneamento básico é a dignidade humana.

Então, agradeço à senhora e à equipe de servidores maravilhosos que sempre estiveram à disposição, nos ajudando, ajudando nossa equipe. Quero agradecer à senhora pela liderança e agradecer aos servidores maravilhosos pela ajuda.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador.

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Pode abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Parabéns! (*Palmas.*)

O item foi aprovado, e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Parabéns ao Senador pela autoria. (*Pausa.*)

Antes de finalizarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata e a aprovação da ata da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, sob a coordenação do Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão, para deliberar sobre proposta única de alteração da Emenda 60120002, de iniciativa do Senador Zequinha Marinho, nos termos do § 6º do artigo 44 da Resolução nº 01/2006-CN. Registrou-se o comparecimento dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Marcos do Val, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Por unanimidade, a Comissão deliberou e aprovou a única proposta de alteração orçamentária, de iniciativa do Senador Zequinha Marinho, conforme anexo único. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da décima quarta Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos.

ANEXO ÚNICO

Alteração de programação da Emenda RP8 nº 60120002 (OGU/2025)

DE:

EMENDA	CÓD. ÓRGÃO	CÓD. UO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR DA EMENDA
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário – Nacional	4	R$ 700.000.000,00

PARA:

EMENDA	CÓD. ÓRGÃO	CÓD. UO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR DA EMENDA
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	4	R$ 490.000.000,00
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	3	R$ 210.000.000,00
					Valor Total da Emenda: R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais)

Alteração: alteração parcial do Grupo de Natureza de Despesa (GND) – transferência de 30% (trinta por cento) do montante atualmente alocado no GND 4 para o GND 3.

Iniciativa: Senador Zequinha Marinho

Justificativa para alteração: A solicitação tem por finalidade adequar a alocação dos recursos da Emenda nº 60120002 às necessidades operacionais e programáticas do setor agropecuário, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, bem como com as orientações do Ofício Circular nº 50/2025/GAB/SEPAR/SRI/PR, de 20 de maio de 2025.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8585426671

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e doze minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Jayme Campos, Giordano, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Augusta Brito, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública atendendo ao Requerimento 40/2025 - CRA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). Finalidade: Instruir o PL 3037/2023, de autoria do Deputado Federal Jorge Goetten, que "confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina". Participantes: Sua Excelência o Senhor Bernardo Peron, Prefeito do Município de Mirim Doce/SC; e Sua Excelência o Senhor Elesio Gregorio Borghesan, Presidente da Câmara de Vereadores de Mirim Doce/SC. Presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Volta Grande e Pinhalzinho (Coopervoltapinho). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/18

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública remota para instruir o PL 3.037, de 2023, de autoria do Deputado Federal Jorge Goetten, que "confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina", em atendimento ao Requerimento 40, de 2025, da CRA, de iniciativa do Senador Jorge Seif.

Senhoras e senhores, autoridades, Vereadores, produtores rurais, lideranças comunitárias, moradores de Mirim Doce e imprensa presente, é uma grande honra presidir esta audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

num município que, cada vez mais, conquista reconhecimento nacional pela força da sua agricultura e pela qualidade excepcional do seu arroz.

Peço uma salva de palmas aos nossos agricultores. (*Palmas.*)

Quero agradecer ao Sr. Bernardo Peron, Prefeito Municipal de Mirim Doce e ao Sr. Elesio Gregorio, Presidente da Câmara de Vereadores e também Presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Volta Grande e Pinhalzinho, que, inclusive, me deram gentilmente esta camisa com que hoje eu estou paramentado e também o meu chapéu de agricultor, com quem tenho a honra de compartilhar a mesa, e também o nosso Vice-Prefeito. A participação de ambos fortalece essa discussão e mostra a união que caracteriza Mirim Doce.

Esta audiência, como eu disse no início, é histórica. Pela primeira vez, um Senador da República vem a Mirim Doce para ouvir de perto a suas lideranças e sua agenda, para compreender o que faz desse município uma referência no cultivo de um dos alimentos mais importantes da mesa do brasileiro. Não vim apenas para falar, mas para aprender e ouvir de vocês.

Esse projeto de lei que terei a honra de relatar, reconhecendo Mirim Doce como a Capital Nacional do Melhor Arroz do Brasil, não é apenas um título; é um reconhecimento de uma tradição construída com suor, tecnologia, inovação e muita coragem. É a valorização de famílias inteiras que dedicam suas vidas ao campo e transformam este município em um símbolo do melhor do agro catarinense.

É importante lembrar que Mirim Doce mantém viva sua identidade agrícola por meio de sua tradicional Festa do Arroz, cuja última edição ocorreu em setembro de 2025, justamente no mês em que o município celebrou seus 34 anos de emancipação. Uma data emblemática que reforça a ligação entre a história do município e a força da produção local.

Hoje colocamos Mirim Doce no centro do debate nacional, e é com esse espírito de respeito, escuta e trabalho conjunto que iniciamos esta audiência pública.

Passo a palavra ao nosso Prefeito, Sr. Bernardo Peron, para uso da mesma.

O SR. BERNARDO PERON (Para expor. *Por videoconferência.*) – Cumprimento, com grande respeito, o Exmo. Sr. Senador Jorge Seif, Presidente desta audiência pública. Saúdo também o Vice-Prefeito Orli Adriano e o Presidente da Câmara de Vereadores de Mirim Doce e Presidente da Coopervoltapinho, Sr. Elesio Gregorio Borghesan.

Estendo meus cumprimentos aos demais Senadores e Parlamentares que nos acompanham e às autoridades presentes, aos representantes das entidades do setor produtivo, aos agricultores de Mirim Doce e de toda a nossa região, e a todos os que participam desta sessão, seja de forma presencial ou remota. É uma honra profunda representar neste exato momento o nosso Município de Mirim Doce, neste momento histórico!

Mirim Doce pode ser pequena em população – um pouco mais de 2,5 mil habitantes, moradores –, mas é grandiosa em história, gigante em tradição e extraordinária em excelência na produção de arroz. Localizada no Alto Vale do Itajaí, nossa terra guarda 1.890ha de áreas produtivas cultivadas por cerca de 140 produtores, quase todos agricultores familiares, com propriedades pequenas, mas com um coração enorme, uma média de apenas 13,5 hectares por produtor, hectares por famílias que produzem como gigantes. É uma terra de gente simples, trabalhadora, de mãos firmes, de olhar confiante, gente que sustenta, há mais de 70 anos, uma tradição construída com coragem, união e fé na agricultura. (*Pausa.*)

Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O cultivo do arroz de Mirim Doce nasceu na década de 50, por meus avós, avós de vocês quando vieram lá do sul do estado – vieram da Itália, da Alemanha –, vieram do sul do estado para o Município de Mirim Doce – lá na década de 50 –, quando nossos pioneiros perceberam que as terras úmidas, rejeitadas por outras culturas, eram perfeitas para o arroz. Naquele tempo, não havia máquina, não havia energia elétrica, não havia tecnologia; havia apenas o que tínhamos de melhor, o conhecimento vindo da observação, da troca de experiência e da persistência teimosa de quem acredita na própria terra. Foi assim que nasceu a ideia de usar a água como aliada para proteger as lavouras na seca, na estiagem, mas o papel também mais importante para controlar as ervas daninhas e para garantir a pureza uniforme do arroz. Mas o grande marco da história se escreveu em Pinhalzinho e Volta Grande, em nosso município, antigo Município de Taió.

Na época em que não existiam motores, bombas ou instrumentos de medição modernos, os agricultores executaram, inicialmente, com as próprias mãos, os sistemas de irrigação por queda natural mais impressionantes da agricultura familiar no nosso município, no nosso estado e no nosso país. Foram abertos 13,5 mil metros de canais de irrigação, com 1,80m de largura e até 1m de profundidade, construídos inteiramente com a pá e picareta em 1959. A medição do nível – não existia teodolito, o aparelho – no canal foi feita com uma tradicional mangueira; tiramos o nível com uma mangueira de água. E, mesmo assim, alcançou uma obra precisa, eficiente e duradoura até hoje.

Esse canal teve a divisão, a sua divisão, proporcional aos terrenos, às propriedades. Ela foi feita no sistema de furos –nós chamávamos furos, portas – com duas polegadas de espessura. E ela atingiu o volume para aquelas propriedades de 169 furos para a repartição da água. Cada pessoa comprou um furo, dois, dez, conforme a sua necessidade, distribuídos para as propriedades, o que garantiu água de qualidade, favoreceu o manejo e produziu um arroz limpo, puro, uniforme e de alto rendimento.

Antes mesmo, nos anos 70, nove valas foram construídas em nosso município – que era um exemplo, pela organização da comunidade – por queda natural, porque não nós não tínhamos energia, não tinha, para poder elevar as águas acima dos terrenos. Então, esse sistema em nosso município foram quase 2,5 milhões. Isso são só cenários, mas inúmeras captações de águas, todas por queda, porque nós não tínhamos energia até perto de 1980. Então, só para vocês verem o sistema e como foi implantado aqui em nosso município.

A partir daí, a produção de arroz passou a se destacar na indústria da região. Começou-se a perceber a boa qualidade, a pureza que existia no grão, que, até então, era vendido somente na região, na nossa região. Pela qualidade, só se sabia em nossa região.

Com o problema de entrega da produção por um preço justo, em 1985, mais uma vez, duas comunidades, em Pinhalzinho e Volta Grande, construíram um secador para armazenar o grão durante a colheita e vender após um período na safra. Aí, então, é que começou a acontecer algo que não se sabia: a produção não foi comercializada só na nossa região, foi levada para fora das indústrias locais, no sul do estado, no oeste do estado. A indústria paranaense levou muito arroz daqui, e a de São Paulo também.

Em 1991, a Sociedade Mirim Doce também comercializava; foi criada uma sociedade para armazenar o seu arroz. E também comercializava, da mesma forma, em outros estados e regiões com essas empresas que viram um diferencial do produto, do arroz de Mirim Doce, com diferente qualidade e rendimento incomparável com as outras regiões produtivas do estado e do país. Foi nessa prova pelas indústrias não locais que Mirim Doce se destacou e ganhou o título de Capital do Melhor Arroz pelo Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É importante reconhecer neste ato o trabalho da Epagri, que, ao longo dos anos acompanhou nossos produtores com pesquisas, análises e orientações técnicas. Graças a este apoio, aprimoramos o manejo, comprovamos a pureza e o alto rendimento do nosso grão no arroz de Mirim Doce, com um rendimento de até 73,8%. Tivemos arroz na indústria com esse rendimento. Isso é insuperável, é inédito. Mirim Doce, na busca de apenas um título, busca o reconhecimento nacional de uma história construída com sacrifício, com inovação, com trabalho artesanal, união comunitária e qualidade comprovada ao longo de mais de sete décadas. O título nacional do melhor arroz não é apenas merecido; ele é coerente com o que Mirim Doce já é na prática, já representa no mercado e já simboliza para a agricultura familiar brasileira.

Em nome de nossa gente, dos nossos produtores, agricultores, da nossa história e do futuro que queremos fortalecer, agradecemos profundamente esta oportunidade.

E reafirmo, Senador: Mirim Doce tem orgulho do arroz que produz. É o Brasil que pode ter orgulho do arroz que Mirim Doce produz, entende?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Prefeito. Parabéns pelas palavras.

Quero passar para o nosso segundo orador, Sr. Elesio Gregorio Borghesan, por até dez minutos.

O SR. ELESIO GREGORIO BORGHESAN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Cumprimento aqui o Senador Jorge Seif, o Prefeito Bernardo Peron e a população em geral, principalmente os plantadores de arroz do município.

Hoje é um dia muito importante para o município, que tem no arroz a nossa maior fonte de renda e a identidade do nosso povo. Eu estou aqui representando oficialmente a Coopervoltapinho, mas também como produtor de arroz do município.

Em defesa do nosso produto, posso destacar que tudo se inicia com a agricultura familiar, que é a base da nossa produção, onde o cuidado e o capricho nas plantações são a primeira impressão de quem enxerga de fora.

Outro fator é a nossa regionalidade, que tem no clima, na qualidade do solo e da água importante diferencial para a qualidade do melhor arroz do Brasil.

Temos como parceria histórica a Epagri, que, com sua pesquisa e extensão, muito contribui.

A qualidade na indústria pode ser confirmada através do rendimento obtido. Aqui é que outras regiões não conseguem se igualar.

E, por último, quero enaltecer a nossa sociedade Voltapinho, que contribui, a partir da união das famílias, com a possibilidade de podermos armazenar e apresentar o nosso produto para indústrias de vários estados do país, construindo com muito esforço, trocando conhecimento e trabalho entre os sócios.

Por tudo isso, defendo que Mirim Doce merece, sim, esse título. E ele não é só um reconhecimento; é um estímulo para o nosso presente e para o futuro e a chance de abrirmos portas para que os nossos jovens possam avançar ainda mais, quem sabe, um dia, beneficiando e empacotando o arroz aqui mesmo, gerando mais renda e valorizando ainda mais a nossa identidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sr. Elesio.

Nós temos Senadores inscritos? Estão assistindo? Tá.

Pessoal, vamos fazer aqui uma justa homenagem às pessoas. Em primeiro lugar, aos nossos produtores, os quais já saudamos e parabenizamos com uma salva de palmas, mas também a algumas autoridades do nosso município e de outros municípios que vieram prestigiar esta audiência histórica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para Mirim Doce: nosso Prefeito Bernardo, já disse, nosso Vice-Prefeito Orli Adriano. Quero cumprimentar minha querida amiga Chica, que hoje representa o Deputado Mauricio Eskudlark – obrigado pela presença e pelo prestígio –; o Presidente da unidade secadora e armazenadora de cereais Voltapinho, Elesio Gregorio Borghesan; o Vice-Prefeito de Taió, Sr. Udo Gutz. E também fazer uma justa homenagem à Epagri, que foi mencionada aqui tantas vezes. A Epagri, pessoal, é um orgulho para a nossa Santa Catarina. O Dirceu Schuartz está aqui representando a Epagri. Em nome do Senado Federal, em nome da Câmara Municipal de Mirim Doce, do Prefeito, do Presidente, do Vice-Prefeito, queremos render a nossa gratidão pelo brilhante trabalho que a Epagri faz por nossa Santa, e bela, Catarina. Muito obrigado.

Temos algum inscrito? Se não, eu vou para o encerramento. (*Pausa.*)

Não? O.k.

Amigos e amigas de Mirim Doce, depois de ouvir atentamente cada fala, cada preocupação e cada esperança compartilhada aqui, quero encerrar esta audiência pública com palavras que não são apenas protocolares, elas são um compromisso, um compromisso meu, um compromisso com o agronegócio, um compromisso do mandato que exerço para Santa Catarina.

Esta audiência, esta lei importa muito. Ela não é apenas um título simbólico, ela é um instrumento político. Quando o Senado Federal da República reconhece Mirim Doce como a Capital Nacional do Melhor Arroz do Brasil, nós abrimos portas a esse município para investimentos, para visibilidade, para turismo, para feiras, para acesso, recursos, projetos e programas federais. Abrimos portas para que o Brasil inteiro saiba da capacidade dessa terra, do potencial dessa gente e da competência dos nossos agricultores.

Quero deixar aqui uma mensagem direta aos nossos produtores. Vocês não estão sozinhos. Vocês alimentam Santa Catarina e alimentam o Brasil com o melhor que há do arroz. Vocês merecem respeito, incentivo, tecnologia, infraestrutura e segurança jurídica para continuar produzindo. E eu serei voz de vocês onde for preciso. Esse é meu compromisso enquanto Senador.

Um dia histórico, mas, sob a proteção de Deus e com gratidão a ele, declaramos encerrada esta audiência pública com sentimento de gratidão e compromisso renovado. Mirim Doce agora entra no mapa da política nacional e entra pela porta da frente.

Muito obrigado a cada uma das senhoras e dos senhores que deixaram seus trabalhos, suas casas para prestigiar este momento único para a cidade de Mirim Doce. Obrigado, Prefeito. Obrigado, Vice-Prefeito. Obrigado, produtor e Vereador que hoje nos acompanha.

Deus abençoe Mirim Doce, Deus abençoe o agro brasileiro, Deus abençoe os produtores desta terra!

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e nove minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jorge Seif, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 51, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações a respeito da tramitação, da análise e do efetivo cumprimento da Lei nº 14.701/2023 nos processos administrativos que embasaram a edição das Portarias nºs 1.070/2025, 1.071/2025, 1.072/2025, 1.073/2025, 1.074/2025, 1.075/2025, 1.076/2025, 1.077/2025, 1.078/2025, 1.079/2025 e os Decretos nºs 12.720/2025, 12.721/2025, 12.722/2025 e 12.723/2025, recentemente editados. Requer-se, de forma objetiva: Em cada uma das portarias mencionadas, quais foram os critérios e fundamentos adotados pelo Ministério para assegurar sua compatibilidade com a Lei nº 14.701/2023, considerando especialmente os arts. 4º, 5º, 6º, 9º, 11, 13 e 14." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposição, conforme pauta previamente divulgada, e está sendo realizada de forma semipresencial.

Item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 51, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações a respeito da tramitação, da análise e do efetivo cumprimento da Lei nº 14.701/2023 nos processos administrativos que embasaram a edição das as Portarias nºs 1.070/2025, 1.071/2025, 1.072/2025, 1.073/2025, 1.074/2025, 1.075/2025, 1.076/2025, 1.077/2025, 1.078/2025, 1.079/2025 e os Decretos nºs 12.720/2025, 12.721/2025, 12.722/2025 e 12.723/2025, recentemente editados. Requer-se, de forma objetiva: Em cada uma das portarias mencionadas, quais foram os critérios e fundamentos adotados pelo Ministério para assegurar sua compatibilidade com a Lei nº 14.701/2023, considerando especialmente os arts. 4º, 5º, 6º, 9º, 11, 13 e 14.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

A iniciativa desse requerimento pertence à Senadora Tereza Cristina e aos Senadores Plínio Valério, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes e Fernando Dueire, assim como a esta Presidência.

Para quem desconhece, as presentes portarias e decretos tratam de demarcação de terras indígenas, cujo marco temporal votado neste Senado Federal se encontra em discussão na Suprema Corte deste país.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Requerimento nº 51, de 2025, desta Comissão.

E, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 12 minutos)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (45ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (80ª REUNIÃO), EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jorge Seif, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda os Senadores Laércio Oliveira, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Damares Alves, Astronauta Marcos Pontes, Ivete da Silveira e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento Req 48/2025-CRA, de autoria do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Finalidade: Debater as providências do Governo Federal diante da gravidade da situação de endividamento dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, afetados por eventos adversos. Participantes: Irajá Lacerda, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Francisco Erismá Oliveira Albuquerque, Subsecretário substituto de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda (MF); Cláudio Filgueiras Pacheco Moreira, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop) do Banco Central do Brasil (Bacen); Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, Auditor-Chefe da Secretaria de Controle Externo de Contas Públicas (SecexContas) do Tribunal de Contas da União (TCU); Arlei Romeiro, Presidente da Associação dos Produtores e Empresários Rurais (APER); Raphael Barra, Presidente da Associação Brasileira de Defesa do Agronegócio (ABDAGRO); Robson Santos, Superintendente de Agronegócios do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); Domingos Velho Lopes, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Antonio Carlos de Quadros Ferreira Neto, Assessor de Gabinete da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul (SEAPI/RS); Luis Bohn, Gerente técnico estadual da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Antônio da Luz, Economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul); Thiago

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Borba Abrantes, Coordenador do Ramo Crédito na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representante do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob); Ismael Horbach, Assessor Técnico da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs); Graziele de Camargo, Coordenadora do Movimento SOS Agro; Fernanda Mendes, Advogada e Produtora Rural e Coordenadora do Movimento SOS Agro; Mário Vainer Dias, Advogado e Produtor Rural, apoiador do Movimento SOS Agro; e Fabrício Nascimento, Produtor de Leite. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra: o Senador Hamilton Mourão e a Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação de alterações em indicações aprovadas à Emenda RP8/LOA 2025 (nº 60120002) desta Comissão, para superação de impedimentos de ordem técnica apontados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Registram presença os Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Marcos Rogério, Wilder Morais, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos Ofícios nºs 222/2025/SPOA-MAPA, 224/2025/SPOA-MAPA, 235/2025/SPOA-MAPA, 248/2025/SPOA-MAPA e 252/2025/SPOA-MAPA, todos da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária. Coordenação/relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações de indicações elencadas no Anexo I e pela rejeição das indicações nº 21627, 21575, 21582, 21581 e 21584. Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou e aprovou o Relatório, com as alterações constantes do Anexo 1. Até o presente momento, foram aprovadas 756 indicações (Anexo 2) totalizando R$ 699.893.621,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e vinte e um reais). O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da quadragésima sexta Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25557.94716-03

Anexo I: Listagem das alterações nas indicações (com especificação DE/PARA por Senador).

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cid Ferreira Gomes	21595	18619 18620 18624 18625 18626 18628 18630 18632 18633 18634 18636 18642 18643 18645 18646 18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Forquilha, CNPJ 07.673.106/0001-03	FORQUILHA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Motoniveladora	R$ 764.235,00
Cid Ferreira Gomes	21601		60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Menuoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit P.F 01 - Processamento de Frutos	R$ 171.380,00
Cid Ferreira Gomes	21606		60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 198.968,00
Cid Ferreira Gomes	21600		60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Menuoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (10 dez) - Kit C.C. 01 – Corte e Costura.	R$ 141.075,00
Cid Ferreira Gomes	21596		60120002	4081	22000	22101	20ZV	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA		07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 938.321,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	21573	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachuelo	Prefeitura Municipal de Riachuelo		08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	41	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	21574	18668	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.434,00
Eliziane Pereira Gama Melo	21890	18674	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		06.232.615/0001-20	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21901	20138	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D'Agua do Casado			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21900	20136	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.332.987/0001-20	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
Jaques Wagner	21586	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	21585	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 650.000,00
Jaques Wagner	21587	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 1.680.434,00
Jaques Wagner	21583	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	21963	9594	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno - ASTRAF Chapadinha		Brasília	10.266.379/0001-30	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Marcelo Costa e Castro	21577	18556	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de São José do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
Marcelo Costa e Castro	21576		60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de Massapê do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estradas vicinais	R$ 600.869,00
Nelson Trad Filho	21593	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de equipamento - Trator agrícola	R$ 300.000,00
Omar José Abdel Aziz	21578	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMÉRCIO INFORMAL		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Aquisição de máquina e equipamentos.	R$ 1.000.000,00

SENADOR CID GOMES

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cid Ferreira Gomes	18628	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
[illegible]es	18624	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
[illegible]es	18620	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cid Ferreira Gomes	18632	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
Cid Ferreira Gomes	18626	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 99.484,00
Cid Ferreira Gomes	18645	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
Cid Ferreira Gomes	18633	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
Cid Ferreira Gomes	18619	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
Cid Ferreira Gomes	18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.681.134,00
Cid Ferreira Gomes	18636	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
Cid Ferreira Gomes	18625	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00
Cid Ferreira Gomes	18634	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$ 26.125,00
Cid Ferreira Gomes	18642	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00
Cid Ferreira Gomes	18643	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
Cid Ferreira Gomes	18630	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
Cid Ferreira Gomes	18646	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cid Ferreira Gomes	21595	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Forquilha, CNPJ 07.673.106/0001-03	FORQUILHA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Motoniveladora	R$ 764.235,00
Cid Ferreira Gomes	21601	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit P.F 01 - Processamento de Frutos	R$ 171.380,00
Cid Ferreira Gomes	21606	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 198.968,00
Cid Ferreira Gomes	21600	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (10 dez) - Kit C.C. 01 – Corte e Costura.	R$ 141.075,00
Cid Ferreira Gomes	21596	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA		07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 938.321,00

SENADOR STYVENSON VALENTIM

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eann Styvenson Valentim Mendes	21573	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachuelo	Prefeitura Municipal de Riachuelo		08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	41	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00

SENADORA ELIZIANE GAMA

DE:

Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eliziane Pereira Gama Melo	18674	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.500.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	18668	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.130.434,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eliziane Pereira Gama Melo	21890	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		06.232.615/0001-20	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	21574	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.434,00

SENADORA DRA. EUDÓCIA

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20138	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D´Água do Casado			13.890.745/0001-15	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20136	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.356.879/0001-98	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21901	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D'Agua do Casado			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21900	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.332.987/0001-20	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00

SENADOR JAQUES WAGNER

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Jaques Wagner	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 650.000,00
Jaques Wagner	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 1.680.434,00
Jaques Wagner	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Jaques Wagner	21586	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	21585	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 650.000,00
Jaques Wagner	21587	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 1.680.434,00
Jaques Wagner	21583	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$ 500.000,00

SENADORA LEILA BARROS

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
arros	9594	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Leila Gomes de Barros Rêgo	21963	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno - ASTRAF Chapadinha		Brasília	10.266.379/0001-30	DF	BRASÍLIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00

SENADOR MARCELO CASTRO

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Marcelo Costa e Castro	18556	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$ 1.600.869,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Marcelo Costa e Castro	21577	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de São José do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
Marcelo Costa e Castro	21576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de Massapê do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estradas vicinais	R$ 600.869,00

SENADOR NELSINHO TRAD

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Nelson Trad Filho	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$ 300.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Nelson Trad Filho	21593	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de equipamento - Trator agrícola	R$ 300.000,00

SENADOR OMAR AZIZ

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Obras para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de tanques.	R$ 1.000.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Omar José Abdel Aziz	21578	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMÉRCIO INFORMAL		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Aquisição de máquina e equipamentos.	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25557.94716-03

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	18704	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municípios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
13	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
16	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$ 2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUEIRO EM MANILHAS DE CONCRETO	R$ 4.260.870,00
47	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
48	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
49	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
50	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
51	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
53	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 437.627,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 744.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 605.911,00
58	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$ 2.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
65	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R$ 2.260.869,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.000.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D'ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.200.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$ 630.434,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 700.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 400.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$ 1.000.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$ 800.000,00
76	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R$ 1.000.000,00
77	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
78	Cid Ferreira Gomes	19649	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 344.850,00
80	Cid Ferreira Gomes	19583	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	19587	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará/CE			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	19586	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	19679	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE			06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$ 198.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
86	Cid Ferreira Gomes	19650	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu/CE			07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedra tosca	R$ 1.000.000,00
87	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$ 78.375,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

88	Cid Ferreira Gomes	21595	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Forquilha, CNPJ 07.673.106/0001-03	FORQUILHA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Motoniveladora	R$	764.235,00
89	Cid Ferreira Gomes	21601	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit P.F 01 - Processamento de Frutos	R$	171.380,00
90	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
91	Cid Ferreira Gomes	21107	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE	Município de Maranguape/CE		07.963.051/0001-68	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
92	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$	21.945,00
93	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância Do Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	172.425,00
94	Cid Ferreira Gomes	21606	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	198.968,00
95	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
96	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/0001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
97	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
98	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
99	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.700.000,00
100	Cid Ferreira Gomes	21600	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (10 dez) - Kit C.C. 01 – Corte e Costura.	R$	141.075,00
101	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
102	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.130.434,00
103	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
104	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
105	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
106	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$	875.863,00
107	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Camocim/CE			07.660.350/0001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
108	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$	407.547,00
109	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acaraú/CE			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Custrução de Mercado	R$	1.000.000,00
110	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	11.495,00
111	Cid Ferreira Gomes	21596	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA		07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$	938.321,00
112	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
113	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PAULISTANA			06.553.796/0001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
114	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/0001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
115	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
116	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
117	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
118	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO			06.554.414/0001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
119	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
120	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

121	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
122	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE REGENERACAO			06.554.943/0001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
123	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
124	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES			06.554.208/0001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
125	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II			06.553.929/0001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	600.000,00
126	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
127	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
128	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
129	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
130	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
131	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
132	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	478.260,00
133	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	452.173,00
134	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
135	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	452.173,00
136	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
137	Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
138	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$	300.000,00
139	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	1.000.000,00
140	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
141	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
142	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$	300.000,00
143	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
144	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
145	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
146	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
147	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
148	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.260.434,00
149	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.270.000,00
150	Damares Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$	300.000,00
151	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$	1.652.173,00
152	Damares Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$	1.700.000,00
153	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	878.260,00
154	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
155	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
156	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
157	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
158	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PAULISTA	08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
159	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
160	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	452.173,00
161	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
162	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
163	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
164	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	BOA VISTA	01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
165	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
166	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	INGÁ	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
167	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	CONCEIÇÃO	08.943.227/0001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

168	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	VISTA SERRANA	09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
169	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
170	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$	620.000,00
171	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
172	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cangueretama	Prefeitura de Cangueretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$	652.000,00
173	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$	914.000,00
174	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$	620.000,00
175	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$	700.000,00
176	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$	1.400.000,00
177	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
178	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$	652.000,00
179	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$	438.000,00
180	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$	438.000,00
181	Eann Styvenson Valentim Mendes	21573	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachuelo	Prefeitura Municipal de Riachuelo		08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	41	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
182	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$	642.000,00
183	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$	1.400.000,00
184	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
185	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$	580.000,00
186	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$	1.500.000,00
187	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
188	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
189	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$	730.000,00
190	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
191	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$	640.000,00
192	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$	565.000,00
193	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
194	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$	5.000.000,00
195	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
196	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	679.870,00
197	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
198	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
199	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
200	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
201	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$	766.000,00
202	Eliziane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.000.000,00
203	Eliziane Pereira Gama Melo	21574	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.130.434,00
204	Eliziane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
205	Eliziane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
206	Eliziane Pereira Gama Melo	21890	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		06.232.615/0001-20	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
207	Eliziane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.500.000,00
208	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$	627.325,00
209	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$	320.000,00
210	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
211	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
212	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$	635.000,00
213	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
214	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
215	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$	269.000,00
216	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Satuba			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
217	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
218	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
219	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	250.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

220	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 702.173,00
221	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
222	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21901	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D'Agua do Casado			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
223	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
224	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
225	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21900	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.332.987/0001-20	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
226	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
227	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci			12.228.375/0001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
228	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
229	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
230	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coité do Noia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
231	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
232	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
233	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequiá de Praia			02.917.132/0001-08	AL	JEQUIA DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
234	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
235	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$ 650.000,00
236	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
237	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$ 376.000,00
238	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
239	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 500.400,00
240	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$ 500.400,00
241	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
242	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$ 624.600,00
243	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
244	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
245	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$ 721.834,00
246	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
247	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
248	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
249	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 628.000,00
250	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
251	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
252	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
253	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
254	Fernando Antonio Caminha Daeire	10957	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$ 500.000,00
255	Fernando Antonio Caminha Daeire	11195	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.000.000,00
256	Fernando Antonio Caminha Daeire	10939	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
257	Fernando Antonio Caminha Daeire	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00
258	Fernando Antonio Caminha Daeire	10935	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
259	Fernando Antonio Caminha Daeire	10929	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
260	Fernando Antonio Caminha Daeire	18740	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.130.434,00
261	Fernando Antonio Caminha Daeire	10945	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$ 1.000.000,00
262	Fernando Antonio Caminha Daeire	10943	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$ 1.000.000,00
263	Fernando Antonio Caminha Daeire	10946	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
264	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

265	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Municipio de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
266	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
267	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
268	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.330.434,00
269	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
270	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$	1.000.000,00
271	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
272	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
273	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
274	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
275	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
276	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
277	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
278	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	500.000,00
279	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
280	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
281	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
282	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
283	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
284	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.339.683/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
285	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
286	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
287	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
288	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
289	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
290	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	20ZV	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
291	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.800.000,00
292	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.852.173,00
293	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$	9.130.434,00
294	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
295	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
296	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
297	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
298	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	2.130.433,00
299	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
300	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
301	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$	5.478.000,00
302	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$	3.652.173,00
303	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Governo do Estado			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R$	5.478.260,00
304	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
305	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	600.000,00
306	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
307	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
308	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00
309	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
310	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
311	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
312	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
313	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
314	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
315	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
316	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
317	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
318	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
319	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
320	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
321	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
322	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
323	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
324	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
325	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
326	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
327	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	20ZV	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$	9.130.434,00
328	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$	330.000,00
329	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
330	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
331	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
332	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
333	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
334	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$	300.000,00
335	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
336	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$	500.000,00
337	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
338	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$	400.000,00
339	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

340	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$	400.434,00
341	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
342	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
343	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
344	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
345	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$	400.000,00
346	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
347	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
348	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
349	Iralci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estratégias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$	3.652.174,00
350	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
351	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
352	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
353	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.630.434,00
354	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D'OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
355	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
356	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	502.173,00
357	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	650.000,00
358	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
359	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDONIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
360	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
361	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
362	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	2.000.000,00
363	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
364	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	500.000,00
365	Jaques Wagner	21586	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	500.000,00
366	Jaques Wagner	21585	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	650.000,00
367	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	1.000.000,00
368	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
369	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
370	Jaques Wagner	21587	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	1.680.434,00
371	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
372	Jaques Wagner	21583	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	500.000,00
373	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$	7.032.000,00
374	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$	2.098.434,00
375	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	771.900,00
376	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
377	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
378	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	528.665,00
379	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
380	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
381	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	480.700,00
382	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
383	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	574.750,00
384	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
385	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	568.693,00
386	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

387	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.000,00
388	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
389	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
390	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
391	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
392	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
393	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
394	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
395	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
396	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
397	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	262.152,00
398	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
399	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
400	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
401	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
402	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	20ZV	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$	230.000,00
403	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
404	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Aagorpecuário.	R$	230.000,00
405	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
406	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$	544.000,00
407	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
408	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	500.000,00
409	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
410	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
411	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
412	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.758.434,00
413	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
414	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
415	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$	570.000,00
416	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	1.152.173,00
417	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
418	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	600.000,00
419	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$	730.000,00
420	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$	1.732.000,00
421	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
422	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	292.000,00
423	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
424	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	530.434,00
425	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	800.000,00
426	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.500.000,00
427	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
428	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados-COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
429	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	4.000.000,00
430	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
431	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.100.000,00
432	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	4.618.434,00
433	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
434	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$	617.500,00
435	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$	517.500,00
436	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	5.478.260,00
437	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura MunProprá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	3.652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

438	Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
439	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 400.000,00
440	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
441	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
442	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa - CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
443	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
444	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.000,00
445	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$ 2.000.000,00
446	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
447	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.130,00
448	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
449	Leila Gomes de Barros Rêgo	21963	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno - ASTRAF Chapadinha		Brasília	10.266.379/0001-30	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
450	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
451	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
452	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
453	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 817.173,00
454	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
455	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$ 405.000,00
456	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
457	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
458	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
459	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$ 1.500.000,00
460	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$ 400.000,00
461	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHAMO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
462	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
463	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
464	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$ 215.803,00
465	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
466	Luiz Cantuária Barreto	19314	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$ 9.130.434,00
467	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
468	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
469	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
470	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
471	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
472	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
473	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
474	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
475	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
476	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
477	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
478	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
479	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
480	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
481	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
482	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
483	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

484	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
485	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
486	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	613.434,00
487	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
488	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
489	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
490	Marcelo Costa e Castro	21577	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de São José do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
491	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$	400.000,00
492	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$	400.000,00
493	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.450.000,00
494	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$	1.660.000,00
495	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
496	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$	400.000,00
497	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.450.000,00
498	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.450.000,00
499	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.450.000,00
500	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$	1.450.000,00
501	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$	800.000,00
502	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.450.000,00
503	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$	400.000,00
504	Marcelo Costa e Castro	21576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de Massapê do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estradas vicinais	R$	600.869,00
505	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$	400.000,00
506	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$	400.000,00
507	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$	400.000,00
508	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.300.000,00
509	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.960/0001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R$	400.000,00
510	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$	1.000.000,00
511	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$	2.652.173,00
512	Marcos Cesar Pontes	20055	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
513	Marcos Cesar Pontes	20034	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	45.160.173/0001-05	SP	AMERICO DE CAMPOS	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
514	Marcos Cesar Pontes	20061	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	49.345.911/0001-40	SP	IEPE	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
515	Marcos Cesar Pontes	20040	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	66.831.959/0001-87	SP	SALTINHO	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
516	Marcos Cesar Pontes	20035	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	45.323.698/0001-14	SP	BURITIZAL	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
517	Marcos Cesar Pontes	20048	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	01.612.848/0001-34	SP	FERNAO	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
518	Marcos Cesar Pontes	20036	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	44.723.765/0001-25	SP	MOMBUCA	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
519	Marcos Cesar Pontes	20044	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
520	Marcos Cesar Pontes	20059	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	45.167.111/0001-25	SP	LAGOINHA	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
521	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.040.000,00
522	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$	502.174,00
523	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	2.050.000,00
524	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.850.000,00
525	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$	1.040.000,00
526	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.040.000,00
527	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.300.000,00
528	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$	308.260,00
529	Auxiliadora Maria	14301	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
530	Auxiliadora Maria	14760	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$	660.869,00
531	Auxiliadora Maria	14273	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.500.000,00
532	Auxiliadora Maria	14270	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
533	Auxiliadora Maria	14291	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
534	Auxiliadora Maria	14303	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
535	Auxiliadora Maria	14280	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
536	Auxiliadora Maria	14284	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
537	Auxiliadora Maria	14289	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
538	Auxiliadora Maria	14276	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
539	Auxiliadora Maria	14295	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
540	Auxiliadora Maria	14297	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
541	Auxiliadora Maria	14272	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
542	Auxiliadora Maria	14288	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
543	Auxiliadora Maria	14302	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
544	Auxiliadora Maria	14282	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$	800.000,00
545	Auxiliadora Maria	14296	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
546	Auxiliadora Maria	14269	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
547	Auxiliadora Maria	14267	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
548	Auxiliadora Maria	14286	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
549	Auxiliadora Maria	14287	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

550	Maria Auxiliadora	14268	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
551	Maria Auxiliadora	14279	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
552	Auxiliadora	14290	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
553	Auxiliadora	14271	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
554	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$	1.000.000,00
555	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$	1.000.000,00
556	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$	1.000.000,00
557	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$	1.000.000,00
558	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$	1.500.000,00
559	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$	1.000.000,00
560	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$	1.130.434,00
561	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Duda no município de Granito	R$	1.500.000,00
562	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
563	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.130.000,00
564	Nelson Trad Filho	21593	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de equipamento Trator agrícola	R$	300.000,00
565	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.434,00
566	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$	700.000,00
567	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
568	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
569	Omar José Abdel Aziz	21578	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMÉRCIO INFORMAL		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Aquisição de máquina e equipamentos.	R$	1.000.000,00
570	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	20.000.000,00
571	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	6.391.305,00
572	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	1.130.434,00
573	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00
574	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
575	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
576	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
577	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00
578	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
579	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
580	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
581	Otto Roberto Mendonça de Alencar	20840	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	44.147.542/0001-67	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
582	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
583	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
584	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$	500.000,00
585	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
586	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
587	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
588	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
589	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$	300.000,00
590	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
591	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
592	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
593	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
594	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
595	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
596	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
597	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
598	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$	300.000,00
599	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
600	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

601	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
602	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
603	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
604	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$	300.000,00
605	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
606	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
607	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	430.434,00
608	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
609	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
610	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
611	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
612	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
613	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
614	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
615	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
616	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
617	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$	300.000,00
618	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
619	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
620	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
621	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Jesúpolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
622	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
623	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
624	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
625	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
626	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
627	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
628	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
629	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
630	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
631	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
632	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
633	Pedro Pinheiro Chaves	20277	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras		00.396.895/0001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
634	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
635	Pedro Pinheiro Chaves	20275	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta		00.396.895/0001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
636	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
637	Pedro Pinheiro Chaves	20273	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde		00.396.895/0001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
638	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
639	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
640	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
641	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
642	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
643	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pracuúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$	9.130.434,00
644	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
645	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
646	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$	500.000,00
647	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
648	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
649	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$	950.000,00
650	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$	500.000,00
651	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$	450.000,00
652	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$	450.000,00
653	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$	450.000,00
654	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$	630.434,00
655	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
656	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$	500.000,00
657	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$	800.000,00
658	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$	1.000.000,00
659	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
660	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$	1.000.000,00
661	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$	3.000.000,00
662	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
663	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$	10.260.869,00
664	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$	1.500.000,00
665	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Espírito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$	877.000,00
666	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$	700.000,00
667	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
668	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R$	500.000,00
669	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	677.800,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

670	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 490.000,00
671	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraúbas/RN.	R$ 700.000,00
672	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$ 1.000.000,00
673	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 700.000,00
674	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
675	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
676	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
677	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
678	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$ 750.000,00
679	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$ 800.000,00
680	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$ 5.478.260,00
681	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$ 3.652.173,00
682	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$ 9.130.434,00
683	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 728.000,00
684	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 554.173,00
685	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D'Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 470.000,00
686	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 700.000,00
687	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 1.200.000,00
688	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
689	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$ 1.000.000,00
690	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 478.260,00
691	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$ 1.200.000,00
692	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$ 900.000,00
693	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
694	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$ 442.173,00
695	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$ 610.000,00
696	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
697	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
698	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
699	Soraya Vieira Thronicke	20245	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária.	EMBRAPA CENTRO-OESTE		00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura - TECSAN	R$ 500.000,00
700	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 350.000,00
701	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 700.000,00
702	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 500.000,00
703	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 252.173,00
704	Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$ 4.000.000,00
705	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 400.000,00
706	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 800.000,00
707	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 550.000,00
708	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
709	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
710	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 378.260,00
711	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
712	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
713	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
714	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 425.494,00
715	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
716	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
717	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Matureia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
718	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
719	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 404.560,00
720	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
721	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

722	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
723	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
724	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
725	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
726	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
727	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
728	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
729	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
730	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
731	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
732	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
733	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$	3.652.173,00
734	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$	917.278,00
735	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	3.000.000,00
736	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	698.997,00
737	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$	1.617.188,00
738	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	600.000,00
739	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$	1.760.869,00
740	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$	567.540,00
741	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	4.000.000,00
742	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	5.000.000,00
743	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	1.000.000,00
744	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	2.652.173,00
745	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$	1.100.000,00
746	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do município	R$	450.000,00
747	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	400.000,00
748	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$	449.109,00
749	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$	500.000,00
750	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$	700.000,00
751	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$	300.000,00
752	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do município	R$	600.000,00
753	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Diarito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$	3.000.000,00
754	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$	400.000,00
755	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$	731.325,00
756	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$	500.000,00
																	R$	**699.893.621,00**

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7448871865

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 50/2025 - CRA, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e do Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Finalidade: Debater a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Participantes: Cristina Fróes de Borja Reis, Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda; Leonardo Garcia da Silva Munhoz, Doutor em Direito Ambiental pela Pace University (Nova York) e Advogado especialista em Agroambiental (VBSO); e Natascha Trennepohl, Sócia do Trennepohl Advogados e especialista em políticas climáticas, com doutorado em Direito pela Humboldt Universität (Alemanha). Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores: Luis Carlos Heinze, Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e leitura da aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regulamentação da Lei 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2025, aqui da CRA, do Senador Luis Carlos Heinze e desta Presidência.

Queremos convidar os senhores expositores e oradores que convidamos para esta reunião de audiência pública.

Começo pela Dra. Cristina Fróes de Borja Reis, Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda.

Dra. Cristina, seja bem-vinda. (Pausa.)

Convido ainda o Leonardo Garcia da Silva Munhoz, Doutor em Direito Ambiental pela Pace University (Nova York) e Advogado especialista em Agroambiental.

Muito bem.

Dr. Leonardo. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, convidamos a Dra. Natascha Trennepohl – é isso mesmo? –, Sócia do Trennepohl Advogados e especialista em políticas climáticas, com doutorado em Direito pela Universidade de Humboldt (Alemanha).

Complicado isso aqui.

Cadê a Doutora? (Risos.)

Seja bem-vinda, Doutora, obrigada pela sua presença. (Pausa.)

Quero justificar aqui a ausência do Dr. Renato Buranello, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio.

Eu gostaria de convidar o meu querido colega, entusiasta do tema, Senador Luis Carlos Heinze, para, a partir de agora, conduzir esta audiência pública.

Não é a primeira vez que tratamos desse assunto, e quero dizer que a gente tem aprendido muito com a vinda dos senhores, tenho certeza de que nesta oportunidade não será diferente.

O Brasil precisa avançar nesse aspecto aqui, trabalhar firmemente, para que daqui a pouco tempo, a gente possa ter esses ativos aí funcionando, para resolver um bocado de problema. Entre eles, a questão dos créditos de carbono, etc. E viabilizar a questão econômica também, já que nós precisamos disso para avançar.

Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bem, boa tarde. Obrigado, Senador Zequinha, que com a gente está ombreando esse assunto. Agradeço à Cristina, a Trennepohl – acho que é assim que se pronuncia – e ao Leonardo, sobre mais um dos debates, ao Senador Mourão, parceiro nosso já, e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Bagattoli também. O Mourão é do Rio Grande do Sul, o Bagattoli é de Rondônia, e o Zequinha é do Pará.

Quer falar? Vou passar a palavra... (Pausa.)

Não? O.k.

Bom, para nós é importante, já conversávamos rapidamente com a Dra. Cristina, cumprimento pela Secretaria Extraordinária criada recentemente, para esse tema, que para nós é caro e importante.

Nós, que somos do ramo – não é, Bagattoli? –, conhecemos esse assunto. Nós seguramente temos uma das agriculturas mais sustentáveis do mundo. E, como nós falamos desse nosso Código Florestal, quando nós debatíamos com as ONGs que vinham aqui, Mourão, um tempo atrás, o Zequinha era Deputado na Câmara, e também no Senado, nós dizíamos que eu queria que qualquer país da Europa, Cristina, da América do Norte, ou a China, da Ásia em geral, tivessem a lei que nós temos aqui. Ninguém tem a lei tão restritiva como nós temos aqui: as preservações que nós temos dentro das propriedades rurais.

E vi agora recentemente, no debate na Europa, para se ter 4% de reserva agrária – 4%! –, e os caras estão brigando para não se ter 4%. Na região do Bagattoli e do Zequinha, chega-se a ter 80% de preservação por conta do agricultor, do produtor. Mas faz parte. No nosso estado lá, Mourão, são 20% preservados, fora as áreas de preservação permanente.

Então o importante, e o que eu vejo nos debates que nós já tivemos, Zequinha, nas reuniões anteriores, é que aqui tem um ativo, pelo tipo de agricultura que nós fizemos. E, Dra. Cristina, Trennepohl também e o Munhoz, esse plantio direto, que é uma tecnologia criada por um agricultor, um colono, no interior do Paraná, quando ele iniciou o processo, hoje é uma fábula. E aqui também é um dos mecanismos que capturam carbono da atmosfera, o sistema que nós temos aqui no Brasil, ímpar para a gente no mundo. Outros até copiam o que nós fizemos aqui a partir desse agricultor, que eu tenho orgulho de ter conhecido, hoje é falecido, lá no interior do Paraná. Então, portanto, essa é a nossa agricultura sustentável que nós temos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora se discute essa questão desse mercado. Para nós é importante. E temos conversado sobre a regulamentação. V. Exa. já nos falava sobre o prazo que a própria lei nos coloca à disposição.

Mas, está bem. Como essa ferramenta existe, o que a gente quer ver é no que esta Comissão e o Senado podem ajudar com mais uma ferramenta para a agricultura brasileira. Seguramente, nós estaremos também na vanguarda nesse assunto, considerando outros países, pelo potencial que nós temos na nossa agricultura, pecuária, produção, florestas, enfim, o que nós temos aqui.

Então, com a palavra, Dra. Cristina Fróes de Borja.

De Borja... É São Francisco de Borja. Sabia?

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (Fora do microfone.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É a terra de que eu, hoje, tenho a honra de ser representante. São Francisco de Borja foi o santo que criou a cidade de São Borja, era São Francisco de Borja. Então, ela tem no nome Fróes de Borja Reis.

Com a palavra a Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda.

Obrigado pela presença.

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (Para expor.) – Boa tarde. Eu que agradeço, Senador Heinze. Estou muito honrada de participar desta audiência pública. Cumprimento todos os Senadores e cumprimento a Casa, o Senado.

Foi no Senado que nasceu a Lei nº 15.042, primeiro como Projeto de Lei nº 412, apresentado na Comissão de Meio Ambiente pela Senadora Leila Barros, ali aprovada, se não me falhe a memória, em 4 de outubro de 2023, por unanimidade. Eu não sei se o Senador Zequinha se lembra que a gente teve a oportunidade de conversar sobre a lei, bastante, naquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período. Em seguida, foi para a Câmara dos Deputados, aprovada às vésperas do Natal de 2023, sob a Relatoria de Aliel Machado. Depois volta ao Senado e tem intensa discussão ao longo do ano, porque, inicialmente, a lei, o Projeto de Lei nº 412, depois que virou – agora já me falha o número –, acho que 2.184, passou a ter muitos aspectos do mercado voluntário de carbono, não só do regulado.

Para aqueles que nos assistem em casa, o âmbito do mercado regulado é aquele que diz respeito aos grandes poluidores, àqueles que emitem acima de 25 mil toneladas de gás de efeito estufa ao ano e que têm a obrigação legal de descarbonizar, a partir de um plano nacional de alocação a ser feito pela governança desse sistema de comércio de emissões. Mas, na nossa lei, é permitida uma interlocução com o mercado voluntário com créditos de carbono que podem advir de diversos setores, como a da agricultura sustentável.

Concordando com as palavras do Senador Heinze, a agricultura, aqui no Brasil, se destaca pelas suas inovações, por suas boas práticas e pelo compromisso ambiental, há muitas décadas já assumido, e que pode, sim, gerar créditos de carbono. Aqueles que tiverem adicionalidade em uma metodologia que comprova a sua integridade poderão se tornar – se essa metodologia tiver credenciada pelo órgão gestor – uma compensação, como a gente diz, um certificado de remoção ou de redução verificada das emissões, o que poderá entrar no âmbito do mercado regulado para aquelas empresas que precisam cumprir as suas obrigações.

Além disso, o mercado voluntário já existia, continua existindo. Trata-se de uma negociação entre partes, bilaterais, entre empresas que têm compromissos ESG, ambientais, e programas ou projetos de descarbonização.

Agora, com as negociações de COP, já no ano passado e neste ano também, podem ter a possibilidade de Transferência Internacional de Resultados de Mitigação (ITMOs), que também estão regulamentados na 15.042 e fornecem mais uma possibilidade de demanda para os créditos de carbono gerados no Brasil. Então, a 15.042 estabelece uma governança em que as diretrizes gerais do sistema são aprovadas pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e o sistema, o coração dele, é organizado pelo órgão gestor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, ao final de outubro, o decreto trouxe a Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono para a estrutura do Ministério da Fazenda, e eu, com muita humildade, honra e também senso de responsabilidade, recebi do Ministro Fernando Haddad e do Secretário-Executivo Dario Durigan essa missão de liderar a Secretaria. Vinha participando das negociações e liderando o grupo de trabalho, que foi instituído no CIM para lidar com o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.

Quando a secretaria foi lançada na COP, nós publicamos, está disponível no nosso site, um plano de implementação. Vou mostrar para vocês só a capa aqui, que é bem verdinha, que tem todos os passos... Vou deixar esse com o senhor. Esse aqui é um sumário executivo de implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, é um documento robusto, tem 200 páginas. E eu já deixo o convite aqui: nesse dia 27, na

quinta-feira, às 17h, nós apresentaremos novamente esse documento, bem como alguns atos iniciais da secretaria.

O Senador Heinze, com muita razão... E o requerimento diz que é preciso agilidade para a implementação da lei.

A lei é há muito tempo esperada, mais de dez anos esperada no Brasil, aprovada de uma maneira muito consensuada. Quando passou – como eu vinha trazendo –, no Senado, em novembro do ano passado; e, depois, aprovada na Câmara dos Deputados, já no finalzinho de novembro do ano passado; em dezembro ela foi sancionada. E a gente tem, aí, dez meses da sua sanção e a sua implementação já começou.

Então, o decreto instituiu a secretaria. A secretaria não foi instituída anteriormente porque requeria a aprovação do Orçamento da União. Depois, houve uma aprovação dos cargos comissionados, já no meio do ano, e a gente estava contando também com receitas adicionais porque, sabemos, estamos no contexto de equilíbrio e responsabilidade fiscal.

A Secretaria Extraordinária de Mercado de Carbono substitui a Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária (Sert). Então, essa é uma inovação de gestão que traz uma secretaria dedicada a um tema, mas que ela tem que ser eficiente até que ela termine, que ela acabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Sert, liderada por Bernard Appy, foi extinta recentemente, quando terminaram as principais negociações relacionadas à reforma tributária.

Só daí a nossa Secretaria Extraordinária de Mercado de Carbono passou a existir, contando com boa parte da estrutura, inclusive com os cargos que já existiam ali. Foi uma forma de economizar, responsabilidade fiscal, e já dar um tratamento, porque o órgão gestor do SBCE precisaria ser muito robusto, vai requerer um projeto de lei e, até que isso seja feito, corroborando ao pedido desta Casa, o Poder Executivo entendeu por bem estabelecer uma secretaria provisória, que é essa que eu lidero.

Muito bem, o que eu tenho que fazer junto à nossa equipe, que é uma equipe muito capaz, de excelência, até o final do ano que vem? Tudo relativo à primeira fase de implementação do sistema, que está estabelecida no art. 50. O que significa? Isso significa as definições de escopo do sistema, isso significa quais são os gases de efeito estufa, quais são os setores, como vai ser a abordagem às unidades produtivas, se vai se olhar uma fonte, uma instalação, uma atividade de um grupo, de atividades de um conglomerado ou não. Essa unidade analítica vai precisar ser estabelecida.

O credenciamento das metodologias para – como eu estava explicando – os créditos de carbono que vêm do voluntário e se tornem compensações para o sistema regulado ou que sejam transferidos internacionalmente.

Será necessário criar um registro central. Então já começamos também a trabalhar nisso. É aquele que vai receber os relatos, monitoramentos e a verificação. Todos esses estudos do dito MRV já foram deflagrados. Nós temos uma parceria técnica com o Banco Mundial. Eles dependem da definição de escopo, mas o que é possível já ir deixando preparado estamos a caminho, para que tenham todas as análises de impacto regulatório necessárias.

E a relação desse registro central com a infraestrutura financeira, pois a natureza jurídica dos créditos de carbono negociado em Bolsa e os ativos do sistema – as cotas de emissão e os certificados de remoção ou redução verificada de emissões – são valores imobiliários, e isso permite uma relação com, por exemplo, bolsas de valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o nosso caminho. Para que isso aconteça, sabemos que é necessário um amplo processo de engajamento, de comunicação...

(Soa a campainha.)

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS – Terminando.

... de letramento. Por isso a gente vai lançar, depois de amanhã, um documento que traz as partes interessadas dessa governança e também já uma proposta, que em breve vai ser publicada, de decreto, para formar o Comitê Técnico Consultivo do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, que é aquele em que a sociedade civil vai ser representada e deverá contribuir para a melhor regulação possível.

Então, para concluir, o Ministério da Fazenda está muito atento à execução dessa lei. Como foi bem-dito, nós entendemos que é uma oportunidade de mercado, é uma oportunidade de negócios, de desenvolvimento, de ciência, tecnologia e inovação. Há toda uma rede de serviços relacionados ao ecossistema do carbono e, sobretudo, que tenha uma contribuição ambiental e climática verdadeira, real, e possa contribuir para reduzir as adversidades relacionadas ao aquecimento global.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Cristina.

Nós temos aqui a pergunta do e-Cidadania depois, na sequência, quem puder responder:

Thardys, de Alagoas: "Quais são as principais obrigações impostas às empresas que ultrapassam determinados níveis de emissão?"

Mikeias, do Paraná: "O SBCE pode gerar custos excessivos às empresas ou estimular inovação e economia verde?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos, de São Paulo: "Quais serão os órgãos técnicos responsáveis pela aplicação, controle e avaliação desta política de carbono comercializado?"

As perguntas ficarão depois, na sequência, para poderem responder.

Na sequência, convido o Leonardo Garcia da Silva Munhoz, Doutor em Direito Ambiental pela Universidade Pace, em Nova York, e Advogado especialista em Agroambiental.

Com a palavra Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ (Para expor.) – Boa tarde a todos.

É um prazer e uma honra estar aqui nesta Casa.

Agradeço muito o convite dos Senadores e a oportunidade de poder debater um tema tão importante para o Brasil, e, aqui, para o agro e para a preservação ambiental brasileira como um todo.

Os pontos que eu vou trazer aqui são com relação à lei do mercado de carbono e o que seria necessário, do ponto de vista jurídico, para o aperfeiçoamento em nível legal e infralegal, que podem contribuir para o debate e o fortalecimento de um mercado de carbono saudável brasileiro, que acho que esse é o objetivo central.

Como a Secretária já falou, nós estamos nesse cronograma de regulamentação infralegal. E, no mercado, se cria esses dois tetos: de 25 mil toneladas/ano e 10 mil toneladas/ano e, aqui, o teto maior para fazer a compensação, como a Secretária falou, de 25 mil toneladas/ano de emissão. Mas, com relação a isso, a lei trata quem vai estar nesse teto com a definição de fonte. É uma definição bem ampla, que pode ser processo, atividade, móvel ou estacionário... E isso cria uma dificuldade aqui, um desafio na regulamentação infralegal, porque ela é muito ampla.

Quando você vê legislações comparadas, como na União Europeia, que tem o mercado de carbono regulado de uma certa tradição e o primeiro do mundo nesse nível, você vê que esse tipo de fonte são atividades industriais definidas dentro da própria diretiva europeia. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui se trata de uma experiência, de como a gente pode contemplar a definição de fonte brasileira, que é ampla, mas que traga maior segurança jurídica para o operador dessa norma, e isso poderia ser ajudado em nível infralegal.

Com relação à isenção do agro, aqui, como a Secretária falou, isso vem de um resultado direto do próprio ordenamento brasileiro, como o próprio Senador Heinze aqui comentou. Essa isenção do agro, vamos deixar claro que é uma isenção para o agro primário, atividades de agro primário: pecuária primária, agricultura primária. O setor agro como um todo, agroindustrial, é muito mais do que isso. E o agroindustrial, como um todo, está fora dessa isenção do teto de 25 mil e está dentro do mercado de carbono regulado brasileiro.

O que a lei aqui contempla é a não obrigatoriedade do produtor ou pecuarista de estar dentro desse teto. Ele pode participar, de forma voluntária, por meio de emissão de créditos de carbono. E aqui a lei usa, como base para isso, primeiro: dificuldade de mensuração no campo, que é um grande desafio. Mas, como o Senador comentou, o próprio Código Florestal brasileiro, que é um código de uma certa singularidade no mundo, que cria áreas legalmente protegidas dentro de fazenda, dá uma destinação de preservação ambiental e, ao mesmo tempo, beneficia o produtor que cumpre a legislação. Então, aqui, ele pode utilizar essas áreas e boas práticas agrícolas como fonte de emissão de créditos a abater as obrigações dos setores que estão dentro do teto.

Um ponto que tem que ser pensado em uma regulamentação infralegal seria a maior definição do conceito "agropecuário primário". A lei trata esse termo na isenção, mas, em nenhum momento, ela dá o conceito em si. E a definição de "agropecuário primário" traz mais segurança jurídica para esse tipo de isenção. Então, atividades agropecuárias primárias – porteira para dentro? –, isso traz mais segurança jurídica para o agricultor e para o setor agro como um todo, principalmente trabalhando com esse dispositivo da norma.

Para se ter também uma noção de direito comparado, quando você pega outras normas de mercado de carbono no mundo, na União Europeia, Califórnia, que é nível estadual, Nova Zelândia e Austrália, elas tratam fontes definidas em norma – em lei ou diretiva, no caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europeia – para setores industriais. Nova Zelândia e Austrália são dois casos interessantes para a gente analisar direito comparado, para auxiliar na nossa legislação.

Nova Zelândia faz somente para setores industriais, e setores agropecuários estão excluídos. Na Nova Zelândia se cogitou o estudo de contemplar, no mercado de carbono regulado deles, obrigação para alguns rebanhos e alguns usos de fertilizantes nitrogenados. Esse estudo foi descontinuado em 2024, devido a dificuldades operacionais de pôr isso em pé. Então, o Brasil, dessa forma, está dentro dessas dificuldades.

A Austrália é um caso mais interessante ainda para a gente. Ela tem um mercado de carbono que se divide em dois. Um mercado de carbono obrigatório, que é para setores industriais – que aqui é o mesmo modelo do nosso – e aqui ela cria um braço do mercado de carbono dela que é facultativo para os agricultores australianos. E aqui eles podem participar do mercado australiano-europeu por meio de boas práticas agrícolas e recuperação de matas.

Então, aqui, o desenho regulatório da Austrália é muito parecido com o nosso desenho regulatório. É um caso muito interessante para a gente ter de parâmetro, de

como aprimorar a nossa legislação, principalmente vendo onde eles erraram para a gente tentar evitar esses erros, que seria aqui, principalmente, a parte de adicionalidade que nós vamos entrar agora.

A maior peculiaridade da lei brasileira do mercado de carbono vem de reflexo direto do Código Florestal. Aqui a gente entra naquela questão de reserva legal e área de preservação permanente, se são elegíveis ou não, se podem ser usadas ou não.

A lei, no seu art. 46, ela torna elegível APP e reserva legal, tanto em estado de manutenção quanto em estado de recuperação. Isso é muito importante porque, comprovado um projeto aqui que tenha adicionalidade, o produtor pode tanto contemplar para manutenção e, principalmente, recuperação. Isso tem ligação direta com o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, aqui a lei, em nível de lei, regulatório, permite, em teoria, esse uso de crédito de carbono para implementação dos PRAs, que têm um custo, principalmente de recomposição. Então, aqui seria o mercado de carbono fortalecendo a implementação do Código por meio do PRA. Então, aqui, a gente consegue, de forma indireta, mas por meio do SBCE, aumentar a implementação do Código em recuperação de florestas.

Isso, em interpretação sistemática, vai em encontro com o Código Florestal, o famoso art. 41, que já contemplava desde 2012 o uso de APP e de reserva legal para elegibilidade em mercado de carbono e programa de pagamento por serviços ambientais, e, novamente, esse mesmo raciocínio foi repetido na lei de PSA, de 2021, no seu art. 9º, que contempla a APP e a reserva legal como elegíveis para o PFPSA, tanto público quanto privado.

Então, aqui o SBCE, a Lei 15.042, vem em interpretação sistemática do legislador com o Código Florestal e com a Lei de PSA. O que cria de dificuldade aqui é que nós temos ambos esses instrumentos do Código Florestal, que são servidão administrativa, ou seja, uma obrigação legal que o legislador impõe para a propriedade rural, e isso, sim, é único no mundo.

Aqui que nós vamos ter que adaptar os modelos de mercado de carbono à nossa realidade, porque, quando você compara com outras normas, Estados Unidos, Europa, China, Austrália, todos esses países não possuem a área legalmente protegida dentro de imóveis rurais.

Essas matas são preservadas, reserva legal não existe, não tem comparativo, são matas ciliares, aqui é a APP, que fazem parte de programas de pagamento para serviços ambientais públicos. Ou seja, nos Estados Unidos é um PSA público; na Europa, é público.

Aqui nós temos um conceito, uma interpretação de propriedade diferente, função socioambiental da propriedade diferente, que cria essa realidade regulatória, então nós temos que adaptar como a gente contempla uma obrigação legal dentro do aspecto de adicionalidade para o uso de APP e de reserva legal no mercado de carbono, e isso você vê dificuldades.

Por exemplo, no mercado voluntário, a Verra e outras certificadoras, que têm a questão da adicionalidade regulatória, ou seja, só seria adicional projeto de carbono que contemplem uma redução ou remoção de emissões, mas, também, que não seja obrigação legal. Isso para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado voluntário. E, na Verra, no mercado voluntário, se cria o que a gente chama de paradoxo regulatório, ou seja, fazendo isso, eles acabam, de certa forma, punindo países que têm regulação mais restritiva. Porque como é que a gente consegue trabalhar essas áreas legalmente protegidas garantindo adicionalidade?

Nesse sentido, é importante a gente pensar, para uma regulamentação infralegal, porque a lei, na interpretação sistemática, permite o uso dessas áreas. Aqui, o que nós vamos ter que pensar dentro do órgão gestor, credenciamento de metodologia, são metodologias de APP e reserva legal que contemplem uma adicionalidade técnica, ou seja, que seja demonstrado no projeto que possam, sim, ser transformadas em crédito de carbono.

Em conversa paralela, que foi passada agora na COP, são discussões no Artigo 6 do Acordo de Paris, que seu órgão supervisor discute a adicionalidade. E, para eles, já está sendo discutida a possibilidade de adicionalidade de políticas públicas, o que seria aqui, teoricamente, o caso dessas áreas. Ou seja, a gente tentar, por meio desta Casa e por meio do Executivo esse trabalho em conjunto, trabalhar uma regulamentação infralegal que garanta segurança jurídica do uso dessas áreas para instrumentos do mercado de carbono e PSA, e também que acompanhe as discussões dentro do Acordo de Paris, que o órgão supervisor está discutindo isso atualmente. Seria interessante o Brasil juntar essas duas discussões nessa mesma linha.

E, aqui, o ponto central – a Secretária está aqui e vai fazer um trabalho brilhante – é a estrutura de governança. Aqui, a lei faltou um pouco com uma clareza maior com relação ao órgão gestor, que é o órgão que vai ter essa função muito importante dentro do SBCE, que seria toda a parte de emissão de crédito, credenciamento de metodologias. E, aqui, a lei não menciona a composição do órgão, como isso vai ser feito, e essa clareza regulatória seria muito importante para a transparência e segurança jurídica do SBCE. Também, aqui, outra função do órgão gestor nesse credenciamento de metodologias é essa interoperabilidade, ou seja, como é que os créditos do mercado voluntário podem ser usados no mercado regulado. Então esse credenciamento de metodologia do órgão gestor é muito importante.

Outro ponto também que tem que se pensar na regulamentação infralegal – aqui, também, o órgão gestor nisso – é definição e mais clareza sobre o mecanismo de estabilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de preços do mercado de carbono brasileiro, que aqui ele deixa, nas definições, a definição de mecanismo de estabilização de preços, e, aí, dá para o órgão gestor a prerrogativa de intervir no mercado. E essa redação aqui não é muito apropriada, teria que ter maior clareza, não no sentido de intervenção no mercado, mas, sim, de, por exemplo, na União Europeia, a título de direito comparado, a reserva de cotas. Fugir dessa interpretação de intervenção, isso pode causar insegurança jurídica ou uso dos créditos para mercado de capitais.

Para se ter noção, na União Europeia, o órgão gestor é definido dentro da diretiva e é também uma estrutura de governança muito bem detalhada. Então, aqui, usar os casos de direito comparado para auxiliar no desenho do nosso órgão gestor, da nossa estrutura de governança, para se ter a maior clareza de segurança jurídica possível.

Por fim, o uso desses créditos dentro do mercado de capitais, que, isso, a lei deixou bem claro que, uma vez negociados, são valores mobiliários. Isso também na CVM, fará parte muito importante na regulamentação infralegal.

E, nisso, a gente contempla o principal, tirando a parte da incerteza da APP e reserva legal no mercado voluntário. Esse é o principal problema do mercado voluntário hoje, que a gente pode ter chance de resolver no mercado regulado. Ou seja, a falta de liquidez dos créditos de carbono. A lei define aqui os ativos da SBCE, que são as cotas e as certidões, e os créditos de carbono no mercado voluntário. Tudo isso operando dentro da SBCE, mas o mais importante é que tenham liquidez, certo? Garantir a fungibilidade desses títulos, porque aí eles conseguem circular no mercado de capitais e servir como lastro de instrumentos financeiros, que aqui é o principal objetivo da SBCE.

Garantir a fungibilidade desses títulos, porque aí eles conseguem circular no mercado de capitais e servir como lastro de instrumentos financeiros, que aqui é o principal objetivo da SBCE, tá?

Então, aqui, problemas que nós temos hoje: falta de liquidez do crédito, porque nós temos um mercado voluntário, que é de pouca escala, boutique; falta de metodologias para agricultor, certo? E também aqui nós estamos ainda em processo de regulamentação infralegal da lei. Você tendo isso, você começa a criar um cenário em que, eu tendo regulamentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infralegal clara, segurança jurídica, eu vou ter liquidez desses créditos, aí eu consigo destravar agendas secundárias, como lastros para a famosa CPR Verde, que hoje não circula em grande escala justamente porque crédito do mercado voluntário não tem liquidez, e também para que crédito de carbono seja, de fato, usado para compor fundos de investimentos do agronegócio, os Fiagros.

Nisso, você destravando um mercado regulado brasileiro com regulamentação infralegal, segurança jurídica e transparência, de forma automática, você destrava o uso desses créditos para CPR Verde e Fiagro. Então vocês estão vendo que toda a agenda vai se juntando para essa mesma solução.

Então, aqui, soluções que a gente tem que pensar numa regulamentação infralegal: segurança jurídica da SBCE, transparência do órgão gestor, transparência no credenciamento das metodologias – aqui, principalmente como nós vamos trabalhar com as metodologias de APP e reserva legal –, interpretação sistemática da SBCE com outras normas – isso é muito positivo – e acompanhamento das discussões internacionais do Artigo 6 do Acordo de Paris.

E, aqui – uma oportunidade, já que estamos aqui na Casa, que vou deixar aqui com os Senadores –, é como é que a gente também usa, de forma mais proveitosa, os instrumentos do Código Florestal de compensação. Aqui, principalmente, os termos de compromisso de compensação do Código Florestal. Querendo ou não, tem os termos de compromisso, mas eles são negociados, são firmados em contratos bilaterais, que são títulos executivos extrajudiciais com liquidez. Então, aqui eles também têm uma ótima oportunidade de compor esse ecossistema de transação em mercados de capitais, desde que também regulamentados com um desenho contratual que permita o uso da liquidez desses contratos.

Então, assim: há necessidade de integração do PSA, do SBCE e do Código Florestal e, principalmente, a gente trabalhar agora numa regulamentação infralegal do SBCE, usando tantos decretos ou leis ou portarias e outros níveis de regulamentação infralegal que garantam, principalmente, clareza e segurança jurídica da estrutura de governança e liquidez dos créditos.

Ficam os meus contatos aí e eu acho, Senador, que muitas perguntas aqui de direito comparado já foram respondidas, mas ficamos disponíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Leonardo.

E, por último, não por menor importância, mas uma santiaguense, viu, Cristina? Essa moça vem de Santiago do Boqueirão. (Risos.)

A Natascha é sócia da Trennepohl Advogados e Especialista em Políticas Climáticas, com doutorado em Direito pela Universidade de Humboldt, na Alemanha.

E uma questão aqui, Natascha, Leonardo e Cristina: é importante relatar que nós trouxemos aqui, Zequinha, três, quatro semanas atrás, uma cooperativa do Paraná, a

Copagril, em que ... – ali estava o Odair; o Eloi, Presidente da cooperativa; e o Marcos Ferronato; os colegas Mourão e Bagattoli participaram dessa audiência – eles colocaram que eles já têm 105 mil hectares. Eles já estão negociando, comercializando com sócios dessa cooperativa, e grande parte são pequenos agricultores que têm já esse processo funcionando com eles lá.

Com a palavra, então, Dra. Natascha, por favor.

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Foi um longo caminho... (Fora do microfone.)

... de Santiago até aqui, não foi rápido. Foi um grande caminho, mas é um prazer enorme estar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Mas eu moro mais longe que tu, moro em São Borja.

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL – É. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Mais 140km.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL – Com certeza.

Mas trazer algumas considerações sobre o desenvolvimento desse mercado e tentar jogar algumas luzes na pergunta principal, do que é que falta para esse mercado, no Brasil, avançar e se desenvolver? E como nós podemos utilizar as oportunidades, principalmente em âmbito nacional e em âmbito internacional? Como fazer essa conversa e usar esse novo mercado para transformar grande parte do Brasil.

A gente está tratando de um instrumento econômico. Ele precisa ser muito bem organizado e estruturado juridicamente, para que possamos tirar todos os benefícios desse instrumento.

Então, quando a gente olha, nessa primeira parte, e aí, a ideia foi trazer três eslaides apenas para mostrar pontos iniciais da discussão regulatória, a Secretária Cristina, que esteve muito engajada, no ano passado, em toda a discussão e que vai continuar agora com a secretaria e com o órgão gestor, tem um grande trabalho pela frente, porque quando a gente olha os elementos básicos da estruturação de um mercado de carbono regulado, o primeiro ponto é definir os setores, definir o escopo, definir qual é esse teto.

Nós já temos parte disso na legislação, na lei do SBCE, mas alguns detalhes ficaram para o decreto, e isso acontece, isso é normal, a lei nunca vai ser exaustiva e trazer todas as informações. Então este momento agora, da regulamentação posterior, de colocar realmente o pingo no "i" é muito importante, porque é aqui que nós vamos ver como vamos utilizar as oportunidades.

E considerando o setor do agro, que não ficou incluído com a parte da agricultura primária, tendo uma obrigação de redução neste momento, mas que tem o potencial de participar com os créditos, com a geração de créditos de projetos de carbono de uma cooperativa como essa e que, para os pequenos produtores, acaba sendo muito importante aglomerar, aglutinar projetos, porque senão fica muito custoso o desenvolvimento de um projeto de carbono. Então essa participação do agro ainda não está completamente clara, porque nós não temos as metodologias que serão aceitas dentro do sistema. Isso está agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento da regulamentação, e ainda vai vir mais claro o que é que vai ser aceito como crédito.

O agro tem um grande potencial. Já existem várias metodologias internacionais que são aceitas para a geração de carbono em âmbito internacional e que, se forem aceitas no nosso mercado, poderão ser utilizadas para que as empresas compensem as emissões que não conseguiram reduzir.

Então outro ponto muito importante, que ficou agora para uma segunda etapa, é justamente colocar os percentuais de compensação, qual vai ser a quantidade de créditos que vai ser aceita, que vai poder entrar no sistema, além, claro, de regras mais técnicas de como vai acontecer esse monitoramento, como vai ser o reporte, como vai ser a verificação. A estrutura de governança, o colega Leonardo já mencionou, e a Secretária agora, com o órgão gestor, também já traz uma luz maior no que nós temos em termos de estruturação institucional dessa regulamentação, porque esse é um sistema muito complexo e realmente é estruturado em etapas.

Se olhamos para o mercado europeu, e aí, Senador, passei um bom tempo, no caminho de Santiago até São Paulo e Brasília, passei um tempo na Alemanha. Foram alguns anos trabalhando no mercado alemão e trabalhando com o mercado de carbono na Alemanha. A própria estruturação do mercado europeu, do EU ETS, que é o sistema deles, demorou muitos anos. Eles passaram por uma fase piloto, em que eles tinham as regras iniciais, que eles tiveram que aprender, porque a regulamentação inicial levou a um preço de quase zero.

O crédito, no começo, em razão da estruturação, chegou a valer menos de um euro. E é claro que nós podemos pegar, com essas experiências internacionais, quais foram as principais lições, o que deu errado ali, para que não cometamos o mesmo erro.

Então, se a gente olha hoje para o mercado, para a estruturação que nós temos através da lei do SBCE – e, aí, já respondendo a uma pergunta aqui do Mikeias, que mandou no e-Cidadania –, a gente já tem algumas regras que vêm junto com a lei do SBCE. É claro que critérios mais detalhados e técnicos vão vir em regulamentação posterior, mas olhando para o mercado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A figura azul mostra o arcabouço, a estrutura geral do mercado regulado, em que nós temos o CIM, nós temos o Comitê Interministerial, em que ele é o órgão principal, deliberativo, e que vai contar com esses dois órgãos auxiliares: o órgão gestor e o órgão técnico. É aqui que vai vir o detalhamento, até para facilitar e agilizar a estruturação desse mercado.

E, quando a gente olha para a figura rosa, a gente tem um esquema, uma estrutura muito simples, de como é que funciona o mercado voluntário. Porque esses dois mercados vão conversar. Em algum momento, quando a gente tiver clareza do tipo de metodologia e da quantidade de crédito que vai ser aceito do mercado voluntário, eles vão conversar. E isso vai impactar o preço do crédito que está sendo vendido no mercado voluntário. E isso pode impactar o preço das permissões que estão sendo negociadas, porque a gente está falando de um instrumento que vai ter um grande impacto em razão da demanda e da oferta.

Aí, alinhado a essa estrutura nacional, é importante não esquecer o mercado internacional. Onde é que estão as oportunidades desse Artigo 6 do Acordo de Paris? Como é que os créditos internacionais gerados no Brasil vão poder ser utilizados em outros mercados ou se os créditos de outros mercados vão poder ser utilizados no mercado nacional?

A gente tem uma diferença de preço quando trata de um preço de uma permissão, de uma cota, para uma diferença de preço quando a gente trata de um crédito do mercado voluntário dependendo da metodologia, se ele vem do setor de energia, se ele vem de uma metodologia do agro. E a gente ainda tem uma diferença de preço se ele é um crédito que vai ser aceito no Artigo 6 do Acordo de Paris. Eu estou falando que a gente pode ter um crédito no mercado voluntário negociado a US$4 ou US$5; e, dentro do Artigo 6 do Acordo de Paris, sendo negociado a US$20 ou US$50.

Então, existem muitas nuances nos tipos de projetos, nos tipos de créditos que são gerados e é muito importante pensar – e acredito que isso está sendo feito – de forma estratégica em como utilizar esse mercado internacional.

O Artigo 6... Esse é um estudo feito para o setor elétrico. O agronegócio, acredito que ainda não tenha esse estudo do custo de oportunidade, considerando: e o potencial dos créditos gerados? Se eles forem negociados internacionalmente, quanto é que isso pode trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de retorno? Para o setor elétrico, foi feito esse estudo este ano e, de uma forma bem geral e bem breve, com a indicação do estoque de créditos que nós temos hoje no pipeline, que já foram gerados, se apenas 20% fossem liberados, isso já traria um retorno financeiro para o país muito grande e que poderia ser utilizado e reinvestido em outras tecnologias, uso de hidrogênio verde e outras tecnologias.

Então, o que é importante considerar para o agro é entender: de que potencial a gente está falando? O que seria o retorno econômico? Qual é o custo de oportunidade para o setor quando eu estou considerando a quantidade de créditos de carbono que podem ser gerados? E se eu os negociar no mercado nacional? E se eles forem autorizados para serem negociados no mercado internacional?

Claro que existem regras para que essa negociação internacional também não prejudique o cumprimento da NDC brasileira, que é a meta climática do Brasil, mas diversos países já têm desenvolvido formas e regras específicas para que isso não ponha em risco o cumprimento da sua NDC.

Acredito que essas eram as considerações iniciais.

A gente fica à disposição para responder às dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Natascha.

A palavra está à disposição dos colegas Senadores que quiserem fazer alguma colocação.

Só uma pergunta aí, Natascha. Onde investir?

Cristina, eu patrocinei, com emenda parlamentar, um levantamento. Nós tivemos seca, quatro estiagens em seis anos no Rio Grande do Sul. E aí, eu... Eu não, eu patrocinei três professores da UFRGS, mais um geólogo, que é um craque nas águas. Levantamos construção de açudes para irrigação, pequenos, de até 25 hectares de alague. Isso irriga quase 500 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hectares; agora, tem custo: isso é R$10, R$12 bilhões para os agricultores fazerem – entre o açude, a energia e também os equipamentos de irrigação. E aí, daria segurança para o pessoal. Agora, o custo é elevado, e os custos do financiamento são altos, às vezes 10%, 15%, que às vezes não viabiliza fazer isso aí.

Nessa linha que falaste ali, a pergunta, poderia se pensar, Cristina, alguma ajuda para um projeto dessa magnitude? Eu fiz 65 municípios. Tem 497 no Rio Grande do Sul, que tem seca. Santa Catarina tem uma região que tem seca. Paraná tem seca. Nós temos uma região costeira que pega a parte oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e também Mato Grosso do Sul.

Naquela parte, a Embrapa tem dados já de muitos anos, onde costumeiramente tem seca: onde pega de Santiago em direção a São Borja, naquele canto ali, Natascha. Nessa faixa que pega esses quatro estados do Sul, são recorrentes os problemas climáticos. A pergunta: ali seria já uma maneira de... Vamos intervir aqui, porque você armazena água que sobra no inverno e falta no verão, quando nós plantamos a safra de verão. Então, aqui seria um mecanismo que poderia ser alguma coisa nessa magnitude?

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL – Senador, eu posso falar de forma ampla, em termos de metodologias.

Nós temos, no mercado voluntário, mais de 170 metodologias, tipos de projetos que podem ser desenvolvidos para geração de crédito de carbono. O primeiro ponto é levantar...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Mais de quanto?

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL – Cento e setenta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mais de 170?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL – Mais de 170 tipos de metodologias. Nós temos hoje, praticamente, 50 certificadoras internacionais voluntárias, do mercado voluntário, certificando créditos. Dessas 50, contamos nas mãos as que têm grande credibilidade e cujos créditos possuem um alto valor no mercado internacional. Muitas são desconhecidas, mas nós temos pelo menos dez certificadoras – dependendo se é um projeto florestal, se é um projeto de energia, se é um projeto de gestão de resíduos – que são certificadoras de grande tempo, emitindo créditos.

Então, eu diria que o primeiro ponto seria fazer a análise de viabilidade desse projeto específico e aí, para a nossa região, olhando: eu consigo encontrar uma metodologia para certificar? Eu consigo mostrar que esse projeto é adicional e que o financiamento que vem, através da venda do crédito de carbono, faz com que esse projeto pare em pé? É a adicionalidade. Eu preciso mostrar que, sem o financiamento que vai vir através desse mecanismo, aquele projeto não aconteceria.

Então, eu diria que o primeiro ponto é levantar e fazer uma análise dos detalhes técnicos. Eu, normalmente, fico na análise dos detalhes jurídicos e da viabilidade jurídica, mas é preciso fazer a análise dos detalhes técnicos. Tem uma metodologia? Em qual certificador eu posso certificar? E aí o terceiro ponto, que é a análise de viabilidade econômica e financeira: em qual mercado esse tipo de crédito é aceito? Porque aí a gente consegue estimar se aquele projeto para em pé e se o mercado de carbono é realmente a melhor alternativa para ele.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem.

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS – Posso...?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Caiu minha ordem. Pode falar. (Risos.)

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (Para expor.) – Senador, primeiro eu queria agradecer as exposições dos Doutores aqui, do Leonardo e da Natascha. Eu acho que elas foram bem ilustrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir ao pessoal aqui da organização... Eu queria pegar emprestado o seu eslaide 2, porque assim a gente já elimina as perguntas e eu emendo na sua resposta.

Vocês podem pôr a apresentação da Natascha, o eslaide segundo, por favor? Para a gente não deixar as perguntas sem resposta.

As falas foram ditas de maneira geral.

O Marcos, de São Paulo, pergunta: "Quais serão os órgãos técnicos responsáveis pela aplicação, controle e avaliação desta política de carbono comercializado?".

Estou aguardando o eslaide.

Mas a lei estabelece o CIM, que é o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que já foi instituído, que está instituído na governança. Depois, um órgão gestor, um Comitê Técnico Consultivo e uma Câmara de Assuntos Regulatórios.

Isso, esse daí. O eslaide três agora, contando a capa. (Pausa.)

O do Leonardo também tinha, mas é que desse estava mais fresco na memória qual que era o número. Aí aqui...

Volta um, por favor. (Pausa.)

Vamos lá.

Para o sistema funcionar, o que a gente precisa? Da governança, certo? O CIM já foi instituído; o órgão gestor extraordinário, que é temporário, também; e sobre o Comitê Técnico Consultivo, vai ser publicado um decreto recentemente. Então, com essa governança instituída, nós vamos em frente.

Precisa-se do Comitê Técnico para várias oitivas, e a lei garante a participação do setor privado e de outros representantes da sociedade civil na regulamentação, o que é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante para a preocupação do Mikeias, do Paraná: "O SBCE pode gerar custos excessivos às empresas ou estimular a inovação e economia verde?".

Isso depende muito de uma regulação bem-feita. E, para uma regulação ser bem-feita, além de ter uma robustez, complexidade técnica, científica, precisa-se de muita interlocução e diálogo com o setor privado e com o setor produtivo. Para que sejam, de fato, oportunidades de estimular a inovação e não onerem excessivamente as empresas, esse diálogo precisa acontecer, para que o nosso Plano Nacional de Alocação, para que o credenciamento de metodologias, para que o registro, para que até mesmo as bolsas de valores funcionem da melhor maneira, dos interesses nacionais.

E eu colo na sua pergunta, Senador, porque eu acho que ela traz uma preocupação importante. Como que o mercado de carbono vai gerar um benefício público mais geral, por exemplo, para os cooperativados de uma área de produtores rurais dos estados do sul do país ou de qualquer parte?

Existem muitas possibilidades de projetos e programas gerarem créditos de carbono. A Natascha disse que existem aqui mais de 170 metodologias já credenciadas, novas metodologias estão sendo desenvolvidas. Nós temos, aqui no Brasil e mundo afora, mas olhando para a realidade brasileira específica, diversos cientistas que estão trazendo inovação para essas metodologias e para a forma de certificar e verificar. E a gente entende que esse caminho é muito positivo justamente para que a gente consiga, a partir de programas e projetos, gerar benefícios públicos e privados: restauração de florestas, recuperação de aterros sanitários, eliminação dos lixões, agricultura sustentável para cooperativados... Tudo isso é um caminho de país que nós vislumbramos.

E, para que funcione, o mercado de carbono tem que ser bem regulado, de forma que as forças da oferta e da demanda se encontrem com um preço compatível, importante ali, para que não haja essas cabeçadas, vou dizer assim, como houve na União Europeia inicialmente, de o preço chegar a zerar. Então, tem que ser crível, íntegro, transparente e condizente esse movimento de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como é tudo muito novo, e as regulamentações no Brasil e no mundo afora estão acontecendo neste momento, nós temos um desafio grande, uma complexidade aqui de implementação enorme, mas esse compromisso é público, tanto que o Congresso aprovou a lei, e estamos rumo ao desenvolvimento desses dois lados aqui de mercado, voluntário e regulado, e, como dizia o próximo eslaide, também na esfera internacional.

E o Leonardo lembrou bem: a gente vai precisar discutir essas metodologias dos offsets, das compensações, de como elas incluem as nossas florestas, essas soluções

baseadas na natureza, como se articulam com os pagamentos para os serviços ambientais, que, aliás, precisam ser regulamentados – o Governo está trabalhando para um decreto com relação a eles. Assim, a gente tem uma coerência nas políticas, nos programas e nas estratégias das empresas também para a descarbonização.

E aí pergunta a Danielle, para terminar as perguntas aqui: "Quais são as melhores referências internacionais [...]?". Olhe, hoje existem 80, mais de 80 jurisdições com algum mecanismo de precificação de carbono direta, seja por tributação, seja por mercados regulados, como o nosso. Os mercados regulados são cerca de 40. Esse plano de ação aqui que nós publicamos já faz um bom mapeamento dessas referências.

Além disso, eu tenho a satisfação de dizer que, na COP 30, formou-se a Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono. E é a primeira vez que, numa só coalizão de clima, nós temos a participação de China, União Europeia, Canadá, México e outros 15 países ou regiões, países de peso que já têm uma tradição em precificação das emissões e que podem atuar juntos para discutir esses pontos que precisam mesmo ser discutidos: quais são as metodologias de contabilidade de carbono, de uso de compensações, de monitoramento, relato e verificação.

Então, nós também estamos investindo nesse diálogo, trazendo as preocupações e a realidade brasileira para o debate internacional de metodologias, o que é muito importante em termos políticos e econômicos.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Fora do microfone.) – Muito bem. Obrigado.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – É só, Sr. Presidente, para abordar um tema sobre os mercados (Fora do microfone.), o mercado voluntário e o mercado regulado.

Há muita gente não falando coisa com coisa ou falando coisa sem ponta com relação ao mercado voluntário, que eu acho que foi o que arrancou na frente. Deve ter dado alguns problemas, e ficam ainda remoendo isso, uma certa dificuldade, insegurança jurídica.

Que críticas vocês teriam com relação ao mercado voluntário? Tem algum futuro incerto, alguma insegurança jurídica insanável? Como é que se pode ter certeza, tranquilidade para o cara que tem terra com floresta contratar uma elaboradora de projeto? As questões das certificadoras: me dê uma clareza também entre certificadora e registradora, preciso entender esse negócio. Eu tenho interesse direto nisso lá no meu estado, porque é um negócio que, num primeiro momento, me pareceu com um futuro brilhante pela frente, depois me pareceu um mormaço pelo meio. Então, queria aproveitar, já que nós temos aqui juristas bem trabalhados com relação... Depois o que o Governo, pelo Ministério da Fazenda, fala disso?

Queria começar pelo Leonardo; depois a Natascha; e por último a Cristina Reis.

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Com relação aos mercados voluntários e os seus gargalos, digamos assim, eles surgem num contexto em que você não tem um mercado de carbono regulado propriamente dito, porque dá mais trabalho para o legislador passar lei e estabelecer este mercado. Então, eles entram aqui, como o nome fala, voluntariamente, ou seja, não tem obrigação legal e não tem uma estrutura estatal de governança – daí que vem a figura da certificadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o problema do mercado voluntário é que são poucas certificadoras de renome. Você levanta o mercado...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quem são as principais delas?

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – Verra, Gold Standard...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Verra... o quê?

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – Verra, Gold Standard...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Gold...

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – American... Social Carbon...

Mas aqui é que está, Senador: a Verra detém 70% das emissões de crédito voluntário no mundo. Então, a gente está falando mais ou menos em quatro, sendo que uma tem 70% do mercado. Então, 70% de todo mundo interessado no mercado de carbono voluntário corre para essa certificadora e se ajusta às suas metodologias, porque ela, como ente privado, estabelece o que ela acha que é a metodologia.

E, pelo fato de ela estar sediada nos Estados Unidos, por ela ser pertencente... atender mais a países desenvolvidos, de economia industrializada e de clima temperado, aqui, para o Brasil, faltam mais opções, principalmente para a agricultura de clima tropical. Aqui o produtor tem uma falta de mais opções de metodologia. Por exemplo, aqui, em boas práticas agrícolas, vai na Verra, na 0042, que não contempla tudo das boas práticas agrícolas que o produtor brasileiro faz. Por exemplo, plantio direto ele faz de forma bem... como se fosse regra geral.

E fora os custos, tá? Ela tem um custo alto para submeter o projeto – a Natascha pode falar disso melhor que eu –, três anos para aprovar o projeto. Então, é um investimento, é um plano de negócio. Nisso você tira o acesso de médios e pequenos produtores completamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse tipo de mercado. E sobra para quem? Grandes empresas ou grandes produtores, que têm isso como opção de investimento. Então, foi o que a Natascha falou, dependendo do preço, ele vai ver se para ele é interessante o mercado de carbono voluntário ou, para a pessoa que mexe com biocombustível, o Cbio. Então, é um plano de investimento para grandes empresas ou grandes produtores. Aqui toda a parte de médios e pequenos produtores brasileiros estão excluídos disso.

O mercado de carbono regulado vem como forma a suprir essas demandas. Por quê? Você vai criar um mercado nacional, com oferta e demanda nacional. Então, aqui você vai ter maior previsibilidade desses créditos, dos valores desses créditos. Outra coisa: no mercado voluntário, o preço oscila muito. A Verra tem um valor, a Social Carbon tem outro valor. Por quê? É um mercado de butique. Se o preço oscila, ele não tem liquidez. Se eu não tenho liquidez, eu não consigo transacionar em mercado de capitais. Isso também trava a parte de mercado de capitais. O mercado regulado vem de forma a sanar isso tudo, porque eu vou ter uma demanda nacional e previsibilidade.

E aqui uma das grandes sacadas do mercado nacional – e a gente tem a oportunidade – é, por meio do órgão gestor e credenciamento de metodologias da parte consultiva, metodologias mais focadas para a realidade brasileira. E aqui, a agricultura é tropical. Isso a gente consegue fazer.

E aí seria o objetivo final aqui, acho que uma regulamentação muito bem trabalhada, com segurança jurídica. O objetivo disso tudo é tornar o mercado de carbono brasileiro regulado, e na quinta prioridade fica o voluntário, mas uma realidade para pequenos e médios produtores, baixando os custos e aqui também com oportunidade

para que empresas ou cooperativas consigam organizar os pequenos produtores, e conseguir democratizar esse mercado, que hoje em dia é impossível para o pequeno.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O que é que tem lá no meu estado bastante? Pessoal, trabalhando com floresta densa.

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – Redd.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é? Floresta densa. Nada ainda ligado à questão da agricultura, plantio não sei do quê, preparo de terra; só floresta. Tem algum problema com relação a isso? Porque a floresta está lá, intacta, o cara se compromete. Qual é a insegurança, qual é a nebulosidade?

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – O que tem muito no Pará é o trabalho com o Redd, do mercado voluntário, que é o carro-chefe do Brasil para o mercado voluntário e que, resumindo de forma muito breve aqui, muito por cima, seria um crédito pelo desmatamento evitado. Você comprova que a área seria provavelmente desmatada; então, você consegue adicionalidade, porque você está preservando essa área. No Pará se trabalha muito com o Redd, e aqui seria com o que fazem esses desenvolvedores, e podem fazer com pequenas comunidades, ou comunidades locais, ou indígenas, que você consegue esse tipo de crédito. E aqui dependendo do contrato, a lei definiu já 60%, 40% para os pequenos produtores ou comunidades locais.

Outro ponto aqui que pode ser usado no estado do senhor, e que inclusive foi pauta, é a parte do Redd Jurisdicional, ou seja, o estado...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Redd o quê?

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – Jurisdicional: o estado selecionar uma jurisdição do seu território, e eles trabalharem com o desenvolvimento desse projeto e reverter os ganhos desses créditos para a população local, mas você tem toda uma conversa...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Governo do Estado do Pará queria fazer isso para eles; não queria passar para ninguém, não.

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – Ele chegou a fazer isso e deu as discussões para o Ministério Público.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parece que o Ministério Público impediu isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GARCIA DA SILVA MUNHOZ – Teve uma recomendação para impedir justamente para dar um detalhamento legal maior da lei sobre critérios de venda antecipada de Redd Jurisdicional, porque a lei proíbe a venda antecipada, desde que tenha cláusulas suspensivas. É que deu um problema lá, porque o Redd adicional, feito por desenvolvedoras estrangeiras, é um contrato padrão que se chama Erpa. E lá tem que se dar uma adaptada nesse contrato padrão para que as cláusulas suspensivas fiquem mais claras e se evite ruído com o Ministério Público. Mas isso, novamente, sendo trabalhado em nível infralegal, a gente consegue maior clareza.

Isso que é o problema do mercado voluntário. Hoje nós temos o carro-chefe no Brasil de Redd, que é esse desmatamento evitado; poucos créditos de agricultura, e aqui seria de muito bom proveito a gente ter isso, principalmente para os pequenos produtores; e sanar os problemas do mercado voluntário, que é butique, pequeno, preço que flutua, é caro. E aqui também dá mais segurança jurídica, porque a gente teve, no ano passado ou retrasado, problemas com relação a créditos de Verra, que foram emitidos em terras públicas. Teve problema fundiário nesses créditos, que acaba dando insegurança e acaba esvaziando o lastro do crédito em si.

Então, aqui, o SBCE, o órgão gestor, seria mais uma barreira para a gente ter maior segurança do lastro desses créditos.

A SRA. NATASCHA TRENNEPOHL (Para expor.) – Senador, eu vou complementar o Leonardo, dizendo que eu costumo ser uma pessoa muito otimista e, com o desenvolvimento do mercado voluntário, continuo sendo otimista. Não é um mercado que vai ser freado ou que vai parar em razão do regulado, até porque ele já acontece em todo o mundo, e estamos tratando de negociações que não vêm em razão de uma obrigação legal. Ele tem uma maior flexibilidade em razão disso, porque a gente não tem a estrutura regulatória do país dizendo o que é aceito e o que não é aceito – e aí por isso você tem tantas metodologias e tantas certificadoras. E a grande diferença entre a certificadora e o registro é que a certificadora é essa entidade que tem a metodologia e que vai certificar, como um selo, dizendo: "Esse projeto passou pelos meus requisitos, e eu emiti esse crédito de carbono".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema de registros – e aí aqui a Secretária pode explicar muito, muito melhor... São pelos sistemas de registro que a gente tem nos mercados regulados que eles vão controlar como estão acontecendo as transferências do crédito e todo o detalhamento daquele crédito. A União Europeia, no mercado regulado, tem isso.

Então, são duas plataformas diferentes: uma, das certificadoras, que são essas empresas que vão dizer quais são as metodologias que elas aceitam e quais são os critérios para considerar aquele crédito um crédito de carbono...

E, aí, o Leonardo mencionou algumas, mas, dependendo do tipo de projeto... Se eu estou falando de um projeto do setor de energia, tem algumas certificadoras que são as mais conhecidas; um projeto florestal, são outras certificadoras no mercado que são mais conhecidas. Então, dependendo do tipo de projeto, tem as certificadoras com credibilidade.

E o que fazer para evitar problemas e dores de cabeça com um projeto de carbono no mercado voluntário? Costumo dizer que é muito simples: fazer três etapas de análise e de viabilidade. E a primeira tem que começar sendo jurídica, a viabilidade jurídica daquele projeto: titularidade da área, regularidade fundiária... Então, se a primeira viabilidade jurídica é avaliada e tem "o.k.", passa-se para a segunda análise de viabilidade, que é a técnica, das certificadoras, de metodologia; para passar para uma terceira, que é essa de "qual é o retorno que eu posso ter com esse crédito, quanto vai me custar desenvolver esse projeto e onde eu vou vender esse crédito?".

E o que eu vejo de tendência e de futuro para o mercado voluntário é muito mais olhando para o mercado internacional do que para o nosso mercado regulado, porque o mercado regulado não vai conseguir absorver todos os créditos que podem ser gerados no mercado voluntário brasileiro.

É olhar para o mercado internacional, para novos sistemas, o sistema de Corsia, que é o sistema da aviação internacional. Eles vão ter uma demanda... Já existem diversos relatórios em que a demanda que eles têm, para os próximos anos, não será suprida pelos projetos atualmente existentes. Então, é olhar para o mercado internacional, olhar para alguns países que têm vindo até o Brasil para o desenvolvimento de memorando de entendimento, porque têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse em comprar os créditos do Artigo 6. A gente tem Singapura já fazendo toda uma estruturação de créditos; a gente tem a Suíça com MOUs assinados com diversos países, para a geração de créditos e para uso na NDC.

Então, eu vejo sim um mercado voluntário com grande potencial.

Algumas metodologias têm um valor muito mais alto de crédito sendo negociado atualmente, dependendo de se é um projeto de restauração, aí o próprio custo é maior, mas é um mercado em expansão.

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (Para expor.) – E aí, para finalizar e complementar...

Então se falou sobre o aspecto da certificação, das metodologias, do registro, tudo contemplado na sua pergunta...

E da demanda? Qual é a demanda para esses créditos do mercado voluntário? Então, as respostas já vieram aqui. A Natascha estava, justamente, enfatizando: o mercado internacional, uma parte para o ambiente regulado...

Mas a gente precisa lembrar também do art. 56 da lei, que traz uma obrigação às seguradoras, resseguradoras previdenciárias, a comprometerem 0,5% de suas reservas técnicas para créditos de carbono ou fundos de investimento dos referidos ativos ambientais, que são créditos de carbono.

E isso é uma demanda muito grande, que está, no momento, judicializada no Supremo Tribunal Federal, e nós, na secretaria, no Ministério da Fazenda, estamos preparando a sua regulamentação, já que a decisão ainda não aconteceu.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS – Porque a Confederação Nacional de Seguros entrou com uma ADI dizendo que era inconstitucional o artigo, e está lá, até vários requerimentos estão sendo pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente Luis Carlos Heinze, o Leonardo, a Cristina e a Natascha.

Quero dizer para vocês que isso é o sonho de todos os produtores que têm suas reservas, que preservam, que têm a sua preservação de área de mata nativa. Estão todos ansiosos para ver se isso realmente sai do papel e segue adiante.

Mas quero dizer para vocês, vamos falar só do plantio direto. Vou falar especificamente da Chapada dos Parecis: soja, milho e algodão. O algodão é uma das safras mais caras que se tem hoje em agricultura de larga escala e é plantio direto. Praticamente 100% do plantio de algodão na Chapada dos Parecis e em outros municípios do Mato Grosso são de plantio direto em cima de soja, nem é em cima de milho – ou faz soja e depois faz o milho, ou faz já o algodão direto, que dá a janela até o final de janeiro.

Aí vem esse mercado de carbono regulado, esse crédito de carbono. Você olha o potencial da Amazônia: 83%, quase 84% da Amazônia está preservada. É quase 50% do Brasil, são mais de 4 milhões, porque a Amazônia tem um pouco mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, e um pouco mais de 4 milhões estão preservados.

Aí se faz uma COP 30 lá no Pará, se leva em Belém. Eu não consigo entender, por que não mostrar aquilo que é bom nosso, do Brasil? Aí o que foi mostrado lá? Nós temos a cidade em Belém... Nada contra Belém – minha capital de Rondônia, Porto Velho, só tem 5%, de 4% a 5% –, mas Belém tem menos de 20% de rede de saneamento básico. Vocês viram lá, tem menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 20%. E só tem em torno de 75% de pessoas com acesso à água potável. Então, olha quanta coisa, que sofrimento tem na Amazônia. Olha o sofrimento daquilo tudo!

E aí, quando nós falamos sobre o crédito de carbono, eu já venho há anos... Antes de sair a lei a gente já corria atrás, antes da Lei 15.042, a gente já vem correndo atrás disso, e até hoje. A gente tem tentado fazer, inclusive, em compostagem de resíduos animais, principalmente em confinamento. E a gente vê a grande dificuldade que nós temos de avançar com isso aí. Porque a grande pergunta que fica no ar para nós é a seguinte: será que realmente, por exemplo, essas pessoas vão comprar esse crédito de carbono? Vão realmente comprar? Vão querer onerar esse custo? Por exemplo, a aviação... Não é só a aviação, as grandes empresas que poluem, as grandes indústrias, na Europa, nos Estados Unidos, na China. Eles vão ter interesse em comprar, em pagar sobre isso? Vai ter uma lei que os vai punir sobre isso?

A grande preocupação nossa aqui é que, com o médio e o grande produtor no Brasil, nós vemos o grande entrave, a gente tem uma grande dificuldade de avançar com esses projetos, para ter essas certificadoras... E o pequeno produtor? Eu até vejo que nessa cooperativa do Rio Grande do Sul, se for através...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – No Paraná.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – No Paraná, foi? Essas cooperativas ou associações.

Porque, na verdade, é o seguinte: ninguém está indo lá falar isso para o pequeno produtor, está todo mundo levando uma multa para o pequeno produtor. Está indo o Ibama lá, punindo; o órgão ambiental do estado está indo lá, punindo esse pequeno produtor. O coitado não tem acesso a nada mesmo, estão até tentando expulsá-los do campo.

Estou falando principalmente na Amazônia.

Aí vem, por exemplo, nossos indígenas. Agora, o Governo Federal homologou mais não sei quantas reservas, foram homologadas, mais não sei quantas reservas para novos estudos de áreas indígenas. Quem de nós não quer que nossos indígenas tenham dignidade de vida? Todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós queremos. Até porque precisamos fazer justiça com nossos indígenas, eles são os primeiros habitantes aqui. Então, nós precisamos fazer justiça com eles.

E, assim, eles também teriam que receber esse crédito de carbono, porque eles são os maiores preservadores, até mais do que o produtor rural, porque ainda o produtor rural na Amazônia pode abrir 20%, eles não podem abrir mais nada, nem 20%, nem nada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Têm 100 milhões de hectares.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hoje, os indígenas têm homologados...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Cem milhões.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... 118 milhões já.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – É.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São 118 milhões.

Eu queria só ler um negócio rapidin

42, que criou o mercado de carbono, mas, antes de entrarmos na tecnicidade, é preciso fazer o reconhecimento público.

Quero parabenizar a Embrapa e a CNA pela brilhante condução da AgriZone na COP 30. Quem passou por lá viu a verdade do campo brasileiro, agora comprovada pelos novos dados da Embrapa Territorial de 2025.

Os números não mentem: na Amazônia, o que eu já falei, 83,7% de toda a área é dedicada à proteção e preservação da vegetação nativa – é o dado que o mundo precisa ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós produtores rurais preservamos 27,4% de todo o bioma dentro das nossas propriedades. Isso significa que 33% de toda a vegetação nativa da Amazônia está sob a nossa guarda. Para cada hectare que utilizamos para produzir alimentos, preservamos 0,9 hectare, a nível Brasil, dentro das nossas fazendas. Não existe outro setor no mundo com essa contabilidade ambiental.

Dito isso, meu posicionamento sobre essa regulamentação é claro: o produtor rural brasileiro já preserva e merece ser remunerado por isso. Se esta regulamentação servir para criar taxas, burocracias ou custos para o agro, nós seremos contra. Agora, se o Governo garantir que o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões vai, finalmente, pagar o produtor por esses ativos ambientais que mantemos e pelo carbono que sequestramos, aí teremos negócio. Queremos ver a cor do dinheiro chegando na ponta, no bolso de quem preserva, e não ficando em consultorias ou taxas administrativas.

Então, eu deixo aqui meus questionamentos.

Sobre a monetização real para o produtor, deixo esta pergunta. O produtor tem bilhões de reais imobilizados em reserva legal e APP, dentro de suas propriedades privadas. A regulamentação que o Ministério da Fazenda está desenhando vai permitir, de forma simplificada, que esse ativo florestal obrigatório vire crédito financeiro imediato? Ou vamos criar um mercado em que só ganha quem especula e o dono da terra continua apenas com o custo de cercar e vigiar a mata?

Segundo tema: metodologia tropical. Modelos europeus empregados à nossa agricultura tropical sequestram carbono de forma diferente, com plantio direto e duas ou três safras ao ano. Vocês acreditam que a regulamentação atual está blindada contra metodologias estrangeiras que ignoram a nossa realidade? Ou seja, estão ignorando a nossa situação de plantio direto, como o Carlos Heinze falou aqui. Eu acho que foi a maior revolução depois do descobrimento do calcário – a maior revolução. A primeira grande revolução da agricultura, uma das grandes, foi corrigir a acidez das terras, foi a situação do calcário. Mas a segunda maior revolução que nós temos na agricultura, no Brasil, é o plantio direto. Até pela questão da preservação, que ajuda na questão do crédito de carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como garantir que a ciência da Embrapa seja a base desse cálculo, para não sermos penalizados injustamente?

Então, eu queria que cada um de vocês pudesse... Já sei que vocês já falaram bastante sobre essa situação, mas nós precisamos colocar essa situação do crédito de carbono para realmente andar, se efetivar. A grande preocupação nossa está nos pequenos produtores, que são a maioria. Nós precisamos entender que o nosso pequeno produtor precisa ter um braço do município, um braço do estado, um braço da União, das secretarias de agricultura ajudando, para que nós consigamos dar dignidade para esses pequenos produtores.

Inclusive, sobre essa situação que o Luis Carlos Heinze falou aqui, do Rio Grande do Sul, a questão da estiagem, sem haver recurso, sem haver uma solução para aquela situação – vamos falar do Rio Grande do Sul, que não é o caso da Amazônia –, eles não vão sobressair, se não chegarmos a um ponto de ajudarmos essas pessoas, que são a maioria, esses pequenos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – A palavra está à disposição para quem quiser responder.

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (Para expor.) – Senador, obrigada pela intervenção.

Eu concordo com a colocação, de forma geral. A gente precisa ter um olhar para os pequenos produtores e entender como eles poderão gerar crédito de carbono, comprovar uma redução, uma remoção ou uma captura de carbono, e precisam ter metodologias adequadas. Acredito que a Embrapa, entre outras instituições de excelência no Brasil, está nesse desenvolvimento.

Algumas metodologias ainda não olham para essa realidade de uma forma específica, mas tem muito a ser criado, e eu acho que a regulamentação da Lei 15.042, justamente, traz um farol para que esses mercados e essas metodologias se desenvolvam e os próprios agricultores, em consonância com as suas associações, as cooperativas, os seus municípios e estados, cheguem a soluções escaláveis para gerar créditos de carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua pergunta é uma pergunta legítima: quem vai comprar? Como é que isso tem funcionado?

Então, o que a gente veio colocando aqui e o que a lei traz – e, aqui, até respondendo a duas perguntas que faltavam – é a obrigação para os grandes poluidores. O mercado regulado traz uma obrigação aos grandes poluidores de pararem de poluir ao longo do tempo. Para isso, primeiro, tem-se que monitorar as emissões acima de 10 mil toneladas, e estarão obrigados à regulação e a descarbonizar aqueles que emitem acima de 25 mil. Por quê? Porque estão comprometendo um bem público, que é o ar, que é o clima, e, portanto, precisam pagar, descarbonizando. Eles oferecem uma demanda para projeto voluntário – é por isso que nós dissemos da compensação.

O setor primário foi excluído dessa regulação, e aí já tem lá uma definição para as fontes primárias, mas, como o Leonardo falou, isso pode ser aprimorado; realmente, não é todo agro – as cadeias industriais não estão nessa. E, dentro do voluntário, continua... e aí depende dessa dinamização de ter mais demanda para as ofertas dos diferentes setores, inclusive da agricultura sustentável. Isso depende, então, do amadurecimento dos agentes e de as próprias empresas que atuam no voluntário terem os seus mecanismos próprios, não obrigatórios – é por isso que é voluntário –, de descarbonizar.

Então, a empresa que tem esse compromisso e essa imagem pública... E hoje já são diversas, é uma prática que está crescendo, felizmente, entre o setor privado, de se tornar carbono neutro ou carbono zero; aí, mais e mais soluções estão sendo buscadas.

Então, a gente também, como a Natascha, olha com otimismo para o desenvolvimento desses mercados e a possibilidade de eles ajudarem coletivamente, como eu já tinha respondido ao Senador Heinze, a resolver problemas de financiamento, inclusive, na nossa agricultura dos pequenos agricultores.

A COP 30, em Belém, trouxe uma série de mecanismos de finanças sustentáveis que contribuem, porque combater o aquecimento global, mitigar e adaptar-se também são soluções industriais, agroindustriais, de negócios e financeiras. Então, não se trata apenas de um tema ambiental: é um tema ambiental, econômico e social. E eu acho que o Brasil fez bonito ao trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soluções muito expressivas para a implementação, como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, como a Coalizão de Mercados de Carbono, a coalizão global, e a Taxonomia Sustentável, que classifica as atividades.

Aqui no Brasil, a gente já publicou a taxonomia. Ela tem um caderno rural, que traz os critérios de sustentabilidade para o setor rural, inclusive valorizando o plantio direto, como foi mencionado muitas vezes aqui. E a gente espera que o setor financeiro, por exemplo, e o setor público, a administração pública direta, utilizem a taxonomia para conceder incentivos para que os agricultores se sustentem.

A gente também vem negociando a supertaxonomia internacionalmente – quais são os princípios para as taxonomias –, para que olhem a nossa realidade, os setores que nós contemplamos. A União Europeia não incluiu a agricultura na taxonomia, mas nós incluímos, porque é um setor extremamente relevante para a nossa realidade. É um caderno que tem centenas de páginas técnicas e traz aí um caminho de futuro que a gente espera que receba mais e mais benefícios.

E aí se somam outras atividades: o Plano de Transformação Ecológica; o Plano Safra, cada vez mais destinado à sustentabilidade; o uso dos fundos constitucionais para a sustentabilidade; as debêntures de infraestrutura, inclusive de adaptação – como foi bem importante, e é importante, para o Rio Grande do Sul, ou para as regiões que enfrentam seca, estiagem, inundações, vendavais, etc., tantas catástrofes decorrentes da crise climática.

Então esse é um pacote de soluções. O crédito de carbono não é a solução que vai resolver tudo: é mais um mecanismo, mais uma política que, associada coordenadamente com outras, pode e deve trazer essa transformação ao país, esse país que queremos.

E aí, trazendo os povos vulneráveis, as comunidades tradicionais e os povos indígenas, quero lembrar que a Lei 15.042 também foi muito inovadora ao trazer um capítulo inteiro que se dedica a estabelecer e a regular a oferta de créditos gerados nas áreas deles, e que obriga, inclusive, um percentual para compartilhamento de benefícios. Então, isso foi uma conquista do Congresso. O Congresso colocou essa emenda, que foi aprovada ao longo do processo de tramitação da lei, e é mais uma vitória da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bom, na linha de que o Bagattoli fala, se eu pego aqui o mapa do Brasil, com 851 milhões de hectares, nós temos aqui 250 milhões produtivos – pecuária, agricultura e floresta – e 20% preservados. Então, tem 250 milhões de hectares produzindo e 170 milhões preservados dentro da propriedade, fora os 80% da Amazônia de que o Bagattoli fala aqui.

O que eu vejo – e o que eu disse no início ali, Natascha, Cristina e também nosso amigo Munhoz – é o ativo que nós temos no Brasil, que poucos têm, e uma agricultura, como digo, sustentável. Então, a agonia da Comissão aqui – já é a terceira reunião que a gente faz desse assunto – é para avançar o processo. Então a contribuição de vocês para nós é fundamental.

E vamos trabalhar junto com o Governo, porque isso é interesse do Brasil, não é de governo. Afinal, o interesse é do Brasil pelo potencial que nós temos aqui da nossa agricultura, diferentemente de outros... Eu recordo quando nós pegamos esse Código Florestal, Bagattoli, era 2002, 2003 quando comecei a trabalhar nesse assunto aqui, e votamos em 2013. E eu dizia às ONGs: "Eu quero que vocês façam, na Europa, nos Estados Unidos, em qualquer lugar, o que nós fizemos aqui". Ninguém fez.

Aí o pessoal queria lá 500m de APP. O Esperidião Amin trouxe um dia, assim: "Olha aqui, ó, esse é da Alemanha, esse aqui é da Itália. Olha ali, ó – é zero de APP". Na

barranca do rio Reno, sei lá qual é o rio deles. E aqui era de 500m, 100m as preservações nas margens. Eles não fazem lá e queriam que nós fizéssemos. Bom, que eles também façam o que nós já fizemos aqui. Agora é o crédito de carbono, essa questão que nós estamos trabalhando.

E, parabéns, Cristina, a você, que é secretária de uma área importante – esse é um mercado importante para nós, para a agricultura, para o Brasil como um todo, e é o em que a gente está focado aqui para avançar e ajudar –, e à Natascha e ao Munhoz, que vêm aqui e trazem contribuições para nós, também importantes.

Vamos fechar junto com o Governo o que nós precisamos fazer, e a Casa aqui vai estar à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA FRÓES DE BORJA REIS (Para expor.) – Eu que agradeço. Conte comigo. Estamos disponíveis para o diálogo, para essa troca. E lembro que a gente vai ter uma série de audiências, oportunidades de estabelecer uma oitiva permanente.

O Comitê Técnico Consultivo vai trazer assento para o setor agro. Então, a gente entende, sim, que essa lei implementada vai trazer muita oportunidade para os nossos agricultores.

Fico aí.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Vou passar para ti o Adail, que é o Presidente da cooperativa – Copagril, que já está fazendo isso – e o Marcos, que esteve conosco aqui, da empresa, que é um engenheiro que está colocando em prática, com o mercado internacional, inclusive. Está fazendo lá no Paraná, já na prática, o correto que a gente quer fazer para o Brasil inteiro.

O.k.

Nada mais, Natascha?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fora do microfone.) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para expor.) – Só para...

Sei que é um pouco fora do assunto, mas há uma grande preocupação aqui, nossa também, que vem do Sul do Brasil, sobre aquela situação da lista das espécies exóticas, invasoras. (Risos.)

Não vou falar só da tilápia, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Eucalipto, pinus.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eucalipto, pinus...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Goiaba – fruta.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Jaca, manga...

Já pensou? Você já pensou? Cortar todos os pés fora, de manga, que tem no Pará? Vocês vão deixar os paraenses loucos, porque lá em Belém está dentro da cidade. Não sei... (Risos.)

Esse é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k..

Bem, agradeço a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, dos nossos oradores, participantes e de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Alan Rick, Tereza Cristina, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberação do Relatório final da Subcomissão CRATERRAS. Item 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 24, de 2025 que: (Subcomissão CRATERRAS) Requeiro, nos termos do artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama. Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Resultado: Aprovado o Relatório final da Subcomissão temporária CRATERRAS, que passa a constituir Parecer da CRA com as recomendações e proposições legislativas que apresenta. Observação: Nos termos do art. 76, I, combinado com o art. 73, § 1º, do RISF, foi declarada a conclusão da tarefa da Subcomissão temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS). Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário, publicação no Diário do Senado e demais providências cabíveis em decorrência da aprovação do Relatório final. Usam da palavra os Senadores Hamilton Mourão e Jaime Bagattoli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação do relatório final da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama. Em 26/11/2025, o relatório final do Senador Hamilton Mourão foi aprovado no âmbito da Subcomissão. Encerramos os trabalhos no âmbito da Subcomissão. O relatório é agora submetido ao Colegiado principal, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para a conclusão de sua tarefa, conforme o art. 73, §2º, do Regimento Interno desta Casa.

Hoje, trazemos a este Plenário o resultado de um trabalho intenso e necessário. A deliberação do relatório final da Subcomissão CRATERRAS não é apenas uma formalidade legislativa, mas uma resposta urgente que o campo brasileiro espera de nós.

Como Presidente dessa Subcomissão, testemunhei pessoalmente, durante uma diligência externa em Rondônia, nos dias 29 e 30 de outubro, a realidade dura imposta aos nossos produtores. O que vimos em Porto Velho não foram apenas dados estatísticos ou mapas frios, mas famílias inteiras com suas atividades paralisadas e seu sustento ameaçado por embargos genéricos e desproporcionais, conforme a necessidade de intervenção desta Casa.

O relatório que apresentamos hoje, fruto do trabalho técnico e brilhante do nosso Relator, Senador Hamilton Mourão, faz o diagnóstico preciso e, principalmente, o remédio para essa insegurança jurídica. O texto recomenda a aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025, de minha autoria, que estabelece um critério de justiça simples: o embargo ambiental deve se restringir exclusivamente à área da infração, e não condenar a totalidade do imóvel rural,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantindo que a punição por eventual embargo não inviabilize a atividade econômica do produtor. Além disso, é proposta uma advertência prévia, antes da aplicação do embargo na propriedade rural.

O Ibama deve agir tendo como primeiro princípio a legalidade. É inadmissível que o órgão imponha embargos sem a devida individualização da conduta, devendo fornecer oportunidade de defesa imediata e acessível ao embargado.

O uso da notificação por edital deve ser reservado a hipóteses excepcionais e devidamente motivadas, pois sua utilização banalizada viola contraditório e ampla defesa, fere a liberdade econômica do produtor e não contribui para reduzir o desmatamento de maneira estrutural. Da mesma forma, exigimos que se observe a gradação proporcional das sanções, conforme determina o art. 72 da Lei de Crimes Ambientais, priorizando a advertência em medidas menos gravosas, em casos regularizáveis e sem dano irreversível.

O relatório também é claro ao cobrar que os governos estaduais, como o de Rondônia, assumam responsabilidade na análise célere do Cadastro Ambiental Rural

(CAR) e na promoção da regularização ambiental, pois o produtor não pode continuar sendo penalizado pela morosidade da máquina pública.

Outro ponto fundamental no relatório é a recomendação ao Ministério Público Federal de coordenar, com o Ibama e governos estaduais, mobilização para o meio de termos de ajustamento de conduta (TACs), iniciar e acompanhar os processos de regularização ambiental das propriedades embargadas, com fixação de prazos para análise e cláusula de levantamento imediato dos embargos.

Sr. Presidente Zequinha Marinho, agradeço intensamente o apoio institucional e pessoal de V. Exa., que caminhou ao nosso lado nesta jornada, reafirmando o compromisso da CRA com quem produz.

Peço aos nobres pares o voto favorável a este relatório, pois aprová-lo é dar um passo decisivo para que a fiscalização ambiental no Brasil deixe de ser um instrumento de perseguição e volte a ser pautada pela legalidade, pela justiça e pelo bom senso.

Meu muito obrigado.

Concedo agora a palavra... já inicialmente, meu agradecimento ao grande Relator, companheiro que esteve comigo em Porto Velho, que esteve comigo na diligência, que esteve acompanhando isso, que conhece essa situação da Amazônia: Sr. Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Hamilton Mourão, o agronegócio só tem a lhe agradecer, tem um reconhecimento por V. Exa. e pelo que você tem prestado nessa relatoria.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o relatório foi divulgado amplamente e lido na semana anterior, na Subcomissão. Eu vou apenas fazer a leitura, com a permissão de V. Exa., do sumário executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Permitido.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS) foi instituída no âmbito desta Comissão para avaliar a legalidade, a proporcionalidade e os impactos socioeconômicos dos embargos ambientais coletivos aplicados pelo Ibama, especialmente aqueles formalizados por editais de embargo geral preventivo em estados da Amazônia Legal.

A Subcomissão realizou duas audiências públicas com especialistas, representantes do agronegócio, produtores rurais e órgãos ambientais, além de diligência no Estado de Rondônia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, para apurar, in loco, os efeitos desses embargos sobre a vida dos produtores rurais e sobre a economia regional. Este relatório final apresenta as principais conclusões e recomendações resultantes desses trabalhos.

As ações e diligências realizadas pelo Colegiado conduzem à conclusão de que embargos coletivos e genéricos "anunciados" ao cidadão por edital como primeiro instrumento, são ilegais, desproporcionais e prejudiciais à política agrícola e ambiental do país. A previsão e o uso desse instrumento violam a exigência de individualização da conduta, afrontam a excepcionalidade do edital como forma de citação no processo administrativo, negam ampla defesa e contraditório, ferem a liberdade econômica do produtor rural e não contribuem para reduzir o desmatamento ilegal de maneira estrutural.

A situação foi agravada pelas alterações ao Decreto nº 6.514, de 2008, promovidas pelo Decreto nº 12.189, de 2024, que endureceu o regime sancionatório e vem sendo

objeto de controle concentrado de constitucionalidade em ação proposta pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A escalada punitiva, somada a embargos amplos e remotos, aumenta o risco regulatório e aprofunda a crise fundiária, sem enfrentar o essencial: validar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), operar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e avançar na regularização fundiária. Em termos concretos, apenas o Ibama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possui cerca de 28 mil embargos por desmatamento no bioma Amazônia, sem contar os embargos dos órgãos estaduais.

Além da ilegalidade dos embargos coletivos por edital, o levantamento dos embargos, segundo relatos reiterados de produtores, converteu-se em verdadeira via-crúcis burocrática: indeferimentos genéricos, exigências pouco claras, filas sem transparência e a impressão de que o embargo só é levantado quando a propriedade atinge uma espécie de "conformidade plena", muito além da cessação do fato que deu causa à medida.

Isso distorce a natureza cautelar ou sancionatória do embargo e prolonga seus efeitos econômicos para além do razoável.

O efeito agregado dessa coerção ilegítima é uma tragédia econômica para o produtor rural, que enfrenta descapitalização, inadimplência e bloqueio geral de atividades. Os embargos travam cadeias produtivas inteiras.

No setor pecuário, frigoríficos utilizam listas oficiais de áreas embargadas como critério para bloqueio de compra.

Mesmo quando a infração não foi cometida pelo proprietário ou posseiro atual, o carimbo de embargo sobre o imóvel/venda derruba o preço da terra e humilha o produtor. O trânsito de animais e a venda de leite tornam-se inviáveis, em razão de políticas de compliance e protocolos estaduais que cruzam bases de dados e listas de embargos para vetar fornecedores. Na prática, a mercadoria não circula.

Prejudica-se, ainda, a política ambiental, pois não haverá redução estrutural do desmatamento ilegal sem desenvolvimento humano, renda e segurança jurídica no campo.

A solução desse quadro passa por várias frentes, que discutimos neste relatório.

É essencial enfrentar, no médio e longo prazo, o passivo fundiário na região Norte e, de forma conexa, acelerar a regularização ambiental, por meio dos instrumentos já previstos em lei: análise e saneamento dos registros no CAR e efetiva implementação do PRA, ambos previstos desde 2012 no Código Florestal.

Também é necessário estabelecer rotas claras para levantamento de embargos em situações regularizáveis, inclusive para passivos pós-2008 não elegíveis ao PRA, por meio de compromissos entre produtores rurais e órgãos ambientais, em regime de cooperação, com critérios objetivos e prazos definidos.

Ao longo dos trabalhos, reforçou-se que o produtor rural precisa ser apoiado, e não perseguido. Em vez de uma política centrada na repressão e na paralisia econômica, a conservação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve se apoiar em políticas públicas que aumentem a produtividade das áreas sujeitas a uso alternativo do solo, com assistência técnica e extensão rural, tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, e organizações de produtores, de modo a intensificar, de forma sustentável, a produção, sem abertura de novas áreas.

Nos 80% da propriedade destinados à Reserva Legal na Amazônia, a lei não impõe "ociosidade"; admite, sim, uso econômico sustentável mediante manejo e extrativismo. Contudo, pequenos produtores raramente têm escala para aprovar e executar um Plano de Manejo Florestal Sustentável privado ou acessar, de forma competitiva, os atuais e novos mercados de carbono.

Por isso, a política de concessão florestal brasileira deve ser repensada, para direcionar parte das receitas oriundas da exploração sustentável de florestas públicas – que, por lei, alimentam o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – para pagamentos por serviços ambientais e apoio a pequenos produtores que mantêm suas Reservas Legais intactas.

Considerando que o Brasil possui centenas de milhões de hectares de florestas públicas e contratos de concessão já em vigor, é mais do que justo que uma fração dessa renda seja revertida para quem conserva, mas não tem escala para capturar valor de sua reserva florestal.

Diante desse cenário, a Subcomissão apresenta um conjunto integrado de recomendações e proposições legislativas.

No plano orientativo, recomendamos:

Ao Congresso Nacional a aprovação do PL 4.554, de 2025, que insere notificação prévia em procedimento da fiscalização ambiental e garante contraditório e ampla defesa antes do embargo cautelar, vedando embargos preventivos por edital;

Ao Ministério Público Federal nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que zelem pelo contraditório e ampla defesa do produtor rural em embargos coletivos e preventivos, revisem casos pendentes com eventuais vícios de notificação e coordenem, com o Ibama e governos estaduais, mutirões para celebração de termos de ajustamento de conduta e levantamento de embargos, com prazos máximos para análise e assinatura;

Aos Governos dos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que imprimam celeridade à análise do CAR e à adesão ao PRA, com metas e prazos claros; integrem sistemas estaduais e federais, para que a celebração de compromissos gere levantamento automático dos embargos; participem de mutirões para regularização e levantamento dos mesmos; e fortaleçam a assistência técnica, especialmente para pequenos e médios produtores, inclusive quanto ao uso econômico lícito da reserva legal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que observem estritamente o princípio da legalidade, abstenham-se de impor embargos sem notificação válida e individualização de conduta, reservem o edital a hipóteses excepcionais e motivadas, respeitem a gradação das medidas do art. 72 da Lei 9.605, de 1998, priorizando a advertência e medidas menos gravosas em casos regularizáveis e sem dano irreversível, levantem embargos cautelares após a celebração de compromisso ou instrumento congênere, revoguem embargos sem notificação pessoal válida e mantenham transparência geoespacial com indicação clara das vias de regularização de cada caso.

Já no plano legislativo, as nossas propostas se somam ao apoio ao PL 4.554, de 2025, e têm por objetivo ordenar o uso das sanções e viabilizar economicamente a conformidade ambiental.

O primeiro projeto de lei propõe explicitar, na Lei 9.605, de 1998, a gradação das sanções e medidas do art. 72, determinando que, nas infrações regularizáveis, vinculadas à atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível, a advertência e demais medidas gravosas sejam a regra, reservando o embargo cautelar e outras medidas mais severas para hipóteses estritas – como grilagem, exploração ilegal de madeira, garimpo, risco ambiental iminente e reiteração infracional.

Busca-se, com isso, afastar leituras que banalizam o embargo, alinhar a prática administrativa ao devido processo legal e à proporcionalidade e destravar o levantamento da medida em situações passíveis de regularização.

Por fim, o segundo projeto de lei enfrenta parte do núcleo econômico do problema na Amazônia Legal, ao tratar da viabilidade da pequena produção em propriedades obrigadas a manter 80% de reserva legal.

Propõe destinar parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas a um fundo de apoio a pequenos produtores regulares ou em processo de regularização, voltado prioritariamente a pagamentos por serviços ambientais.

A medida busca mitigar o ônus desproporcional suportado por quem não tem escala para capturar valor de sua Reserva Legal e oferecer uma estratégia estrutural de redução do desmatamento, fundada em desenvolvimento humano e renda no campo.

Em síntese, Sr. Presidente, as recomendações e os projetos de lei aqui propostos caminham na mesma direção de proteger o produtor rural, que quer cumprir a lei, de restabelecer segurança jurídica no campo e de assegurar um poder de polícia ambiental forte e focado nos casos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente graves. Somente assim será possível conciliar, de forma duradoura, produção e desenvolvimento na Amazônia Legal brasileira.

Presidente, finalmente, queria deixar claro para V. Exa. que, para mim, foi uma honra e um privilégio podermos ter trabalhado ombro a ombro nessa Subcomissão e termos chegado ao fim dos nossos trabalhos.

Agradeço a todos aqueles que nos auxiliaram, em especial ao nosso consultor legislativo, Rafael, que soube compreender muito bem, apesar de não ter, vamos dizer assim, a vivência amazônica, mas fiquei muito entusiasmado ao ver a inteligência e a capacidade de compreensão desse rapaz, que terá, com certeza, um futuro brilhante.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Relator.

Quero, mais uma vez, aqui, parabenizar o nosso Relator da Subcomissão CRATERRAS, o Senador Hamilton Mourão. Quero agradecer também, em especial, a toda a minha equipe, à equipe do Senador Hamilton Mourão, a toda a equipe da CRA, da FPA, da CNA, que nos acompanharam nessa missão de procurarmos resolver a situação dos embargos, principalmente dos nossos pequenos produtores da Amazônia.

Quero dizer mais uma vez a vocês que esses embargos coletivos, que só foram feitos através de fotos de satélite, pelo Ibama, têm que ser mais vistos de perto, lá, também, pelos órgãos ambientais dos estados da Amazônia, que estão mais próximos lá do nosso pequeno produtor rural.

Como relatou aqui o nosso Senador Hamilton Mourão, o nosso pequeno produtor tem muita dificuldade para fazer um projeto de acesso ao crédito de carbono; tem grande dificuldade para fazer um plano de manejo florestal, porque sua propriedade já é pequena — por isso já se fala de pequeno produtor, produtor da agricultura familiar. E representam, esses produtores, mais de 70% dos produtores da Amazônia. E eles vêm tendo, realmente, – como o Senador Hamilton Mourão relatou aqui – uma grande dificuldade para vender até aquilo que produzem, principalmente o gado, aos frigoríficos, porque os próprios frigoríficos estão fazendo o rastreamento dessas áreas que, hoje, estão com embargo.

Então, estão tendo uma grande dificuldade, e sabemos que, a partir de 2026, esse rastreamento vai se aprofundando cada vez mais. E, se nós não tivermos a missão de resolver essa situação para os embargos dos pequenos produtores, nós vamos levar o nosso pequeno produtor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Amazônia realmente à falência; nós vamos levar o nosso pequeno produtor a ter que desistir do campo.

E onde isso vai dar? Será que querem levar mais essas pessoas, depois de anos de luta lá no campo?

O que eles teriam que ter? Teria muito mais dignidade hoje, se esses produtores... Porque muitos deles não têm nem a regularização fundiária, e é nossa missão resolver essa situação.

E a Amazônia contém 83% praticamente de sua preservação intacta, desde quando houve o descobrimento do nosso país, há 1,5 mil anos.

Então, parabéns, Senador Hamilton Mourão.

Agradeço a todos que participaram nessa missão, na diligência, e que estiveram lá em Porto Velho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, só uma correção, um lapso meu aqui: o nosso Consultor foi o Matheus. Então, troque-se o Rafael por Matheus, e eu pago dez cangurus e dez polichinelos para ele depois. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Valeu!

Então, é isso aí. Nós temos a nossa missão, e a missão da Subcomissão CRATERRAS era ver de perto como foi feito, como se atuou nessa situação dos embargos na Amazônia.

Espero que, depois de nós encerrarmos e entregarmos esse relatório, isso não pare; que isso caminhe. E é uma missão para nós Senadores, nós Parlamentares, ajudar e arrumar essa situação, para que essas pessoas possam continuar lá no campo, produzindo, e não desistam da sua propriedade.

O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório final da Subcomissão CRATERRAS, que passa a constituir parecer da Comissão, com as recomendações e proposições legislativas que apresenta.

Conforme o art. 76, inciso I, combinado com o art. 73, §1º, declaro, para todos os fins, a conclusão da tarefa da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis, em decorrência da aprovação do relatório final.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, José Lacerda, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 128, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 13 de março de 2025, que altera a Resolução a Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC) para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022)." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. Item 2 - Projeto de Lei n° 1, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para estimular o cumprimento de percentual mínimo de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar." Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei n° 3164, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação. Item 4 - Projeto de Lei n° 3761, de 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo - que: "Cria o Selo Verde Café Amazônia." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Item 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 52, de 2025, que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 77/2020, que Confere ao Município de Medicilândia, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacau. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Sidney de Sousa Filho, Vereador de Medicilândia (PA), a Senhora Eunice Gutzeit, Vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC), o Senhor Walter Santos Oliveira, Presidente do Sindicato Rural de Medicilândia." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Item 6 - Projeto de Lei n° 3037, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. Item 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 53, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre acerca da minuta de resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que propõe a publicação das listas nacionais de espécies exóticas invasoras (EEIs)." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. A Presidência registra a presença de: Elesio Gregorio Borghesan, presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Mirim Doce/SC e Fernando Peron, representando Bernardo Peron, Prefeito municipal de Mirim Doce/SC. Usam da palavra os Senadores: Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Chico Rodrigues, Luis Carlos Heinze e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, declaramos iniciados os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme pauta previamente anunciada.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 128, DE 2025

- Não terminativo -

Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, os arts. 2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 13 de março de 2025, que altera a Resolução a Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM e a Tarifa Externa Comum – TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Autoria: Senadores Jorge Seif, Tereza Cristina, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Sergio Moro, Jaime Bagattoli e esta Presidência.

A relatoria é do Senador Jaime Bagattoli, do PL, de Rondônia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente Zequinha Marinho, Presidente da CRA.

Cumprimento o nosso Senador Jorge Seif.

Presidente, eu quero ir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nos termos do art. 104-B, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRA a análise de proposições relacionadas a agricultura, pecuária e abastecimento. Na oportunidade, por não se tratar de apreciação terminativa, avaliaremos apenas o mérito do PDL nº 128, de 2025.

Entendemos que a proposição em análise é muito oportuna, uma vez que tem o objetivo de sustar dispositivos extremamente prejudiciais à economia brasileira. A isenção prevista nos arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2º, 3º e 4º da Resolução Gecex nº 709, de 2025, tem impacto de cerca de US$110 milhões (aproximadamente R$600 milhões) na arrecadação federal, agravando o déficit público.

Ademais, a referida isenção prejudica pescadores, aquicultores e a indústria nacional, promovendo concorrência desleal com produtores estrangeiros. Mais de 50 mil empregos diretos e indiretos estão ameaçados no setor pesqueiro, especialmente na captura e no processamento da sardinha, que ultrapassou as 100 mil toneladas em 2024, segundo o Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura. A concorrência externa, viabilizada por isenções tributárias sem contrapartidas, coloca em risco cadeias produtivas inteiras, sem mecanismos de compensação para o setor nacional.

Acrescenta-se que a Resolução Gecex nº 709, de 2025, confronta o Decreto-Lei nº 37, de 1966, especialmente os arts. 14 a 17, que regulam as condições para concessão de isenções tributárias. A medida excede os limites legais e prejudica a economia nacional e regional. A sustação dos dispositivos da referida resolução é, portanto, apresentada como medida urgente para proteger a cadeia pesqueira nacional, preservar a arrecadação pública e combater as verdadeiras causas da inflação, defendendo os interesses estratégicos do país e das comunidades litorâneas brasileiras.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PDL nº 128, de 2025. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k.?

Bom, lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, infelizmente, as coisas no Legislativo não têm a velocidade de que nós precisamos e que muitas vezes os setores aguardam da gente, sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito meritório, e eu quero agradecer a V. Exa. e aos demais Senadores que assinaram conosco esse PDL lá atrás, e também quero parabenizar o Senador Jaime Bagattoli, porque nós vemos aí, Bagattoli, que países do mundo inteiro protegem o seu agronegócio – todos os países. Estamos vendo aí essa briga Mercosul com a comunidade europeia, estamos vendo o que os Estados Unidos estão fazendo, enfim...

Os países protegem o seu agronegócio, e aqui no Brasil os movimentos são contrários. Nós estamos acompanhando aí que, enquanto a Marina Silva, é um assunto de que, daqui a pouco, a gente vai tratar, quer criminalizar e demonizar os produtores de tilápia do Brasil e de outras espécies, Pinus e eucalipto, ao mesmo tempo, este Governo faz um acordo com o Vietnã e está trazendo contêineres e contêineres de tilápia lá de fora.

A cadeia de leite brasileira está passando por uma crise sem precedentes. Enquanto isso, o Governo está importando leite em pó, o que é proibido na legislação do Ministério da Agricultura, e está reidratando-o aqui, quebrando os nossos produtores e ainda protegendo produtores da Argentina e do Uruguai, que têm, inclusive, subsídio do Governo; ou seja, eles produzem com incentivo do Governo deles. O Governo comete a ilegalidade de importar leite em pó, reidratando-o aqui. Além de nós não incentivarmos os nossos produtores de leite, a gente arrebenta, mata os caras.

Então, esse projeto que o Senador Bagattoli... Nós estamos propondo essa resolução, essa sustação, que realmente é uma forma de proteger a indústria nacional, visto que eu sou oriundo dessa indústria, que é a indústria de sardinha... Lá no nosso Estado de Santa Catarina, o senhor também é catarinense, nós somos os maiores produtores de sardinha e nós, hoje, somos um dos maiores produtores de latas de sardinha e de atum do mundo do mundo. Perdemos, se não me engano, para a Espanha: somos o primeiro ou o segundo do mundo. E, enquanto isso, o Governo quer meter mais taxa num produto que é básico. Zequinha, sardinha é uma proteína maravilhosa, acessível a todas as camadas sociais, e, no entanto, eles prejudicam, eles inventam, eles querem trazer de fora.

Enfim, eu quero parabenizar o Senador Jaime Bagattoli pelo relatório e o subscrevo. E, após, já declaro meu voto favorável ao PDL relatado pelo Senador Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sem nós falarmos aqui, Senador Jorge Seif, que você tem uma arrecadação em torno de R$600 milhões por ano, que são US$110 milhões.

E, assim, ninguém é contra importar nada. Agora, quando nós temos um produto que é nosso, que gera emprego e renda aqui dentro, o país tem que ter contrapartida de importar algo que nós não produzimos aqui, que não concorra e que não venha a sacrificar a nossa geração de emprego e renda aqui no nosso país e também a nossa arrecadação nos nossos estados e no nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, é só para complementar.

Bagattoli, nós estamos falando de três produtos essenciais para o agronegócio brasileiro: estamos falando de sardinha, estamos falando de tilápia e estamos falando de leite.

Este Governo odeia o agronegócio, este Governo persegue o agronegócio, este Governo não tem compromisso nenhum com o agronegócio, zero compromisso. E aí, é a nossa parte de Senado da República, usando as atribuições que o povo nos deu, a autoridade que a população nos deu, para realmente frear o desgoverno, que persegue a agricultura brasileira, a pecuária brasileira, a pesca brasileira e a aquicultura brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Seif.

Quero registrar a presença do Senador Chico Rodrigues, de Roraima.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco a matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

Cumprimentos aqui à autoria do PDL, como também ao seu Relator, Senador Jaime.

Muito obrigado.

Item de nº 4

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3761, DE 2025

- Terminativo -

Cria o Selo Verde Café Amazônia.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Meu caro Presidente, Zequinha Marinho; meu caro colega, amigo, Senador Jorge Seif; meu caro colega Jaime Bagattoli, eu recebi a incumbência de relatar esse projeto de autoria do Senador Petecão, sou engenheiro agrônomo e acho que é fundamental. É uma oportunidade até de você criar um selo para o café da Amazônia, afinal de contas, 20, 30 anos atrás, o café na Amazônia não tinha nenhuma expressão econômica. Com o desenvolvimento da cafeicultura em Rondônia, se mostrou exatamente a potencialidade e a viabilidade para essa cultura importantíssima para o Brasil, em termos econômicos, em termos sociais também, porque praticamente 75% da cafeicultura no Brasil é praticada por pequenos produtores, e isso agrega valor.

Hoje o mundo cada vez mais demanda o consumo de café. A gente está vendo aí exatamente os Estados Unidos, e o café foi um dos primeiros itens de que abdicaram daquela pressão que tinha sobre o Brasil no tarifaço, porque o consumo nos Estados Unidos é um consumo imenso de café. A China hoje já vem despontando também e oxalá continue despontando e crescendo cada vez mais no consumo, com 1 bilhão e 450 milhões de habitantes. Então, o café brasileiro, que por aí é vendido no mundo como café colombiano..., Mas é só conversa, talvez 15% do café do mundo seja colombiano, e do Brasil são mais de 45% do café consumido no mundo.

Portanto, eu quero pedir a V. Exa., apresentando aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 3.761, de 2025, do Senador Sérgio Petecão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que cria o Selo Verde Café Amazônia. É o relatório, mas eu passaria já a análise, se V. Exa. assim conceder.

Da análise.

Em conformidade com o art. 104-B, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe a esta Comissão a apreciação de proposições pertinentes a planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Em face de a Comissão ser o único colegiado de instrução da matéria, em decisão terminativa, cabe a esta Comissão, nesta oportunidade, manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, regimentalidade e mérito do PL 3.761, de 2025.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (art. 22, inciso VIII, e art. 23 da Constituição Federal); às atribuições do Congresso Nacional (arts. 48, 49, 51 e 52 da

Constituição Federal); e à iniciativa em projeto de lei (arts. 61 e 84 da Constituição Federal).

No que concerne à juridicidade, o PL 3.761, de 2025, inova o ordenamento jurídico ao propor a criação do Selo Verde Café Amazônia e dispõe de coercitividade, estando, desse modo, consoante com a legislação pátria.

Ademais, o PL está também vazado na boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001, e atende a todos os outros requisitos regimentais para seu processamento.

No entanto, falta especificação de abrangência no PL 3.761/2025 para emissão do Selo Verde Café Amazônia. Sem uma delimitação de aplicação, o selo poderia ser emitido para qualquer região do país. Para aprimorar o PL nesse aspecto, estamos propondo emenda para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o selo seja emitido somente para a Amazônia Legal, definida na Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, com a alteração da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977.

Com respeito ao mérito, entendemos que a criação do Selo Verde Café Amazônia irá promover uma melhoria significativa na produção de café na região, incentivará os produtores a aprimorarem seus sistemas produtivos, com uso de boas práticas, apoiará o investimento em sistemas produtivos mais eficientes e sustentáveis, preservará os recursos naturais, contribuirá para geração de empregos e renda no campo, especialmente entre os pequenos agricultores familiares, e sobretudo promoverá desenvolvimento econômico, ambiental e social nos municípios de toda a Amazônia.

Ante esse cenário, entendemos que a inciativa apresenta grande mérito, moderniza a legislação sobre o tema e deve receber o apoio dos Parlamentares brasileiros para a sua aprovação.

Antes do voto, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, há 30 anos aproximadamente, eu tive a oportunidade, como Secretário de Agricultura do Estado de Roraima, de participar de quase uma semana de visita ao Estado de Rondônia e, naquela época, o café estava engatinhando, estava sendo implantado no Estado de Rondônia. E hoje, para orgulho nosso, é, na verdade, o segundo maior produtor brasileiro do café conilon, somente atrás do Espírito Santo, como produtor do café conilon.

E, por osmose – diríamos assim –, o nosso estado, o Estado de Roraima, que tem as condições edafoclimáticas mais ou menos semelhantes às de Rondônia... Já existem grandes investidores, inclusive, do Espírito Santo, se instalando no nosso estado, para que também o Estado de Roraima, em referência e em continuidade a um projeto de produção do café conilon na Amazônia, tendo como espelho o Estado de Rondônia, possa ser também um dos grandes produtores de café, agregando valor à sua população, principalmente de produtores rurais de pequeno porte.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessarte, opinamos pela aprovação do PL 3.761, de 2025, nos termos do art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRA

Inclua-se o seguinte inciso IV ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.761, de 2025, com os ajustes necessários.

"III – .....;

IV – Desenvolver sua atividade agrícola sustentável na Amazônia Legal, conforme definição da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, com alteração da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977."

É esse o voto, Sr. Presidente, e esperamos que os colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, possam acompanhar esse parecer e esse voto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Presidente, eu vou pedir vista desse projeto e vou dar alguns esclarecimentos aqui.

Primeiramente, eu quero dizer que o Estado de Rondônia, hoje, é o terceiro ou quarto produtor maior de café do Brasil. Com todo respeito ao Senador Chico Rodrigues, eu conheço aquele estado só há 51 anos.

Quando se iniciou a distribuição de terra em Rondônia, o povo lá sofreu demais. Ninguém sabia que o café arábica – naquela época, não tinha estudo – dava em baixa altitude. O único município que talvez daria é o meu – porque eu estou na Chapada dos Parecis, em Vilhena, que é onde nós produzimos soja, algodão –, que está a 600m de altitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passaram-se anos – anos –, e o produtor sofrendo. A Embrapa, junto com a Emater, junto com o estado, desenvolveu e chegou ao café conilon, chamado Robusta Amazônico, hoje conhecido como Robusta Amazônico.

Só para vocês entenderem, as mudas, no início, vinham do Espírito Santo. Hoje, Rondônia manda muda para o Espírito Santo. Então se desenvolveu muito o café conilon, conhecido como Robusta Amazônico. Temos recebido prêmio até como o melhor café!

E digo mais, digo mais, gente: quem tem ganhado as melhores qualidades de café, de produção de café? Sabe quem é? Os nossos indígenas, Senador Zequinha Marinho, e ninguém quer que eles produzam. Então, eu conheço Rondônia e nossos indígenas lá de Cacoal.

Nada contra o selo verde. Nada contra nós termos uma certificação. Agora, a certificação ser exclusivamente do Ibama?! Então, nós precisamos discutir essa certificação que vai ser exclusivamente do Ibama, porque o café, nós sabemos, é de grande importância para a agricultura familiar. A crise só não é tão pesada no Estado de Rondônia, Senador Jorge Seif, porque 55 mil, 60 mil hectares de café correspondem a 80% do pequeno produtor, 5ha, 6ha, tudo, a maioria, é do pequeno. Agora, tem produtores com 80ha, com 100ha, tem muitos produtores que são grandes.

Só para vocês entenderem a importância da produção de café em Rondônia. Nós temos em torno de mil inscrições na soja com 700 mil hectares. São mil ou mil e poucas inscrições, com pouco mais de 700 mil. Com menos de 60 mil, nós temos 17 mil, 18 mil inscrições no café. Aí você vê o tanto que o café representa!

Então, eu quero dizer ao Senador, que é o autor, o Sérgio Petecão, e ao Senador Chico Rodrigues, que nós só queremos discutir, pedir vista desse projeto e discutir para que a gente consiga entender e ver como será essa certificação, se for feita só pelo Ibama. Nós queremos a presença da Embrapa, das outras instituições e das secretarias da agricultura, para que isso não trave lá na frente.

Mas, só não estaríamos de acordo com essa situação de ficar 100% na mão do Ibama. E o Ibama – só para esclarecer, Senador Chico Rodrigues – tem prejudicado demais, demais, demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o nosso pequeno produtor. E digo mais, algo que nós temos que resolver, o Senador Zequinha Marinho foi comigo lá, no Estado de Rondônia, e 25% a 30% dos nossos pequenos produtores da agricultura familiar, que produzem café no Estado de Rondônia, têm algum problema de embargo. Então, nós precisamos resolver essa situação!

Imaginem ficando isso 100% na mão do Ibama!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Presidente, pela ordem.

Eu entendo a manifestação do Senador Jaime Bagattoli e creio que esse sentimento do Senador Jaime Bagattoli em relação ao Ibama é o sentimento de toda a Amazônia, das dificuldades impostas.

Eu, na verdade, não quis fazer uma alteração para que atendesse a demanda do colega Senador Sérgio Petecão, no projeto praticamente originário, mas a sua argumentação, Senador Jaime Bagattoli, é absolutamente receptiva, até porque o Ministério da Agricultura e a Embrapa, especialmente, são quem tem condições, na verdade, de fazer essas adequações.

Você sabe, claro, que Rondônia é o terceiro maior produtor de café, depois de Minas – café de forma genérica – e Espírito Santo, o terceiro maior produtor do país. Eu entendo que é uma cultura de polinização cruzada; por isso é que estão sendo levados vários clones para o Espírito Santo, para melhorar, obviamente, e, através desse trabalho com altíssima eficiência feito pela Embrapa, realmente melhorar determinadas cultivares, mais produtivas em adequação, porque tem centenas de cultivares de café que podem ser adaptadas e ser mais produtivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu concordo com o pedido de vista do Senador Jaime Bagattoli e diria que essa readequação do texto poderá ser feita, inclusive, eu, como Relator, com a minha anuência também.

Parabéns a V. Exa. pela lembrança, e, para não ser descortês com o colega Senador Sérgio Petecão, eu quis manter, na verdade, na essência, o projeto originário; no entanto, nos curvamos a essa explicação absolutamente receptiva de V. Exa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Concedo vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no dia 13 de novembro de 2025, um homem falou por todo o Brasil. O nome desse homem é Walton Alencar, Ministro do Tribunal de Contas da União. Sabe o que ele falou, a despeito do que nós estamos discutindo sobre o Ibama? Palavras de Walton Alencar: "O Ibama é o maior câncer dentro da administração pública federal". Foi aplaudido por vários juristas, por outros ministros do TCU, porque realmente nós vemos que a cultura da sabotagem, da perseguição, de prisão, de tocar fogo nas coisas, esse pessoal não tem apreço nenhum, Senador Chico Rodrigues, esse pessoal não tem apreço nenhum por agronegócio senão perseguir. No meu setor da pesca, a mesma coisa.

Hoje, Zequinha, nós, na CCJ, olha só, não tinha nada a ver o assunto, nós, na CCJ, o Senador Mecias de Jesus comentou o que o Ibama está fazendo no estado dele. Entra na casa do produtor, produtor pessoa simples que usa enxada, que usa tratorzinho, artigo de agronegócio, da agricultura familiar, eles metem o fuzil na cara do produtor rural, tocam fogo no material do pessoal, apreendem mercadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses caras darem qualquer tipo de certificação... Primeiro, eles não têm corpo técnico, segundo, eles já têm perseguição com o agronegócio. Bota a Emater, coloca a Embrapa, coloca nós, Senadores lá, a gente vai fazer melhor. Ibama não, Ibama são sabotadores do agronegócio brasileiro, são perseguidores do agronegócio brasileiro, e, como disse bem o Walton Alencar, que eu já parabenizei e o faço de novo aqui na CRA: o Ibama é o maior câncer da administração pública federal, falou com muita propriedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, vamos avançando.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3037, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria, Deputado Federal Jorge Goetten, PL, de Santa Catarina, relatoria do Senador Jorge Seif, também do PL, de Santa Catarina.

O relatório é pela aprovação do projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para proferir a leitura do seu relatório, por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, que alegria – que alegria! – de hoje conferir ao Município de Mirim Doce – viu, Senador Chico Rodrigues? Viu, Senador Bagattoli? – o título de Capital Nacional do Melhor Arroz brasileiro. Fomos lá, fizemos uma audiência, a primeira audiência pública, foi uma audiência pública do Senado da República na Câmara de Vereadores de Mirim Doce. Inclusive, espere aí, porque eu tenho até presente para os Senadores. Pause. (Pausa.)

Continuando aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – Traga presente depois do voto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, mas isso aí é já para a gente comprar o votinho. O senhor não está entendendo. (Risos.)

Então, vamos lá. É muita alegria, felicidade. Estou recebendo os nossos amigos, nós fizemos uma audiência pública lá, conforme é exigido nesse tipo de concessão de título de capital.

E, se o senhor me permite, Sr. Presidente, eu vou direto para a análise.

Nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura e agricultura familiar, a exemplo da matéria em debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CRA a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, Sr. Presidente, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 14.959, de 4 de setembro de 2024, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 18 de novembro de 2025, audiência pública nesta Comissão, remotamente, direto da Câmara de Vereadores de Mirim Doce, para tratar da concessão dessa homenagem. A audiência, Sr. Presidente, contou com a presença de Bernardo Peron, Prefeito municipal, e de Elesio Gregorio Borghesan, que está aqui presente, Presidente da Câmara de Vereadores de Mirim Doce, além do Presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Volta Grande e Pinhalzinho (Coopervoltapinho). Ambos destacaram a longa tradição de mais de 70 anos em cultivo de arroz e a excelência da produção local, que é majoritariamente baseada na agricultura familiar e em técnicas de irrigação históricas.

Também ressaltaram que a pureza e o alto rendimento do arroz de Mirim Doce são comprovados por indústrias e pela pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rural de Santa Catarina, nossa querida e honrada Epagri, órgão oficial de extensão rural e pesquisa agropecuária do nosso estado. Os participantes foram unânimes ao enfatizar que a obtenção do título vai além do simbolismo, e servirá, Sr. Presidente, como um instrumento político vital para garantir visibilidade, investimentos e acesso a programas federais para a cidade e nossos produtores de arroz.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis.

No que concerne ao mérito, Sr. Presidente, somos plenamente favoráveis à proposição.

O pequeno Município de Mirim Doce, localizado no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, se destaca pelo cultivo excepcional de arroz. Muito mais que um simples alimento, o arroz de Mirim Doce é o resultado do trabalho duro, da dedicação e da paixão de inúmeras famílias de produtores de arroz. Cada grão colhido, Sr. Presidente, reflete uma cultura rica em sabores e em conhecimentos passados de geração em geração.

Nesse contexto, temos a convicção de que conferir a Mirim Doce o título de Capital Nacional do Melhor Arroz é uma forma de celebrar não só a qualidade do produto, Sr. Presidente, mas também a força da agricultura local e as práticas sustentáveis que cuidam da terra e melhoram a vida da comunidade.

Certos de que esse título impulsionará a cultura local, alavancará o turismo e, principalmente, acelerará o desenvolvimento econômico de todo o Alto Vale do Itajaí, manifestamo-nos, portanto, favoravelmente à proposição.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.037, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é por isso que se fala que Santa Catarina tem quatro Senadores – é isso?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, no mínimo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quatro Senadores. (Risos.)

Quero aqui cumprimentar o Elesio Borghesan – levante aí, Elesio – e o Fernando.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Levante aí, Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Fernando é o filho do Prefeito?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para vocês entenderem, quando o Elesio foi estudar, foi para o Seminário de Taió, para ser seminarista, ser padre, eu já tinha corrido do seminário, porque eu fui dois anos antes. (Risos.)

Ele foi em 1975, eu fui em 1972, 1973.

Então, quero dizer para vocês que eu sou dessa região, conheço aquilo lá igual à palma da mão. Conheço todo mundo lá.

Fico feliz, Jorge Seif. Estou aqui do lado de um Senador de onde tem a maior produção de arroz do Brasil, que é o Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina, mesmo tendo uma produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem menor que a do Rio Grande do Sul, temos arroz de qualidade, igual tem em Mirim Doce, igual tem em outras regiões aí...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Massaranduba...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Massaranduba... Tem diversas regiões. Inclusive, fui com o Governador de Santa Catarina, no início da colheita, há dois anos, a Massaranduba.

Quero parabenizar o projeto e dizer para vocês: parabéns a Mirim Doce, parabéns a Santa Catarina, parabéns aos produtores de arroz. Sei que não estão felizes hoje, porque estão pagando para produzir arroz, não só em Santa Catarina, mas no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros, assim como o agronegócio está sofrendo em todas as regiões. es.

Por isso, Chico Rodrigues, Senador, eu fico, às vezes, assim, feliz de saber que o meu estado, um estado novo, aquilo que a gente falou do café. A única commodity, as duas commodities que tem hoje, que estão no auge são o café e o cacau, que vêm da agricultura familiar, que também, 75% é de pequenos produtores, com menos de quatro módulos, é impressionante, porque esse povo é trabalhador, é lutador, é um povo que está lá há gerações, da quarta, quinta, sexta geração.

Então nós só temos a parabenizar. Parabenizar o projeto. E quero só dizer para vocês de Mirim Doce: vocês merecem. Um grande abraço.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria pedir mais um pela ordem.

Nós precisamos agradecer. E essa questão... O gaúcho ali está todo rindo, porque é a maior produção do Brasil. O senhor tem a maior produção, mas nós temos a melhor. Não fica se rindo muito não, viu, gaúcho?

Mas eu quero dizer que nós fomos muito bem atendidos em Mirim Doce. Está aqui o Prefeito Tio Bê, que nos atendeu lá. Subimos em caminhão de arroz, entendeu? Fomos lá ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

galpão, vimos a carreta saindo. O Presidente da Câmara, Elesio, porque ele não é só Presidente da Câmara, ele é produtor de arroz e produtor de ovelha. Ô, Zequinha, não quero te deixar com água na boca, não. O homem faz uma ovelha, rapaz. E faz um vinhozinho. E aí, fizemos almoço, ele serviu um vinhozinho. Quase que eu não saio para trabalhar coisa nenhuma. Eu queria uma rede lá para me encostar, estava friozinho. Mas fomos bem atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Depois eu quero ver quem engorda melhor a ovelha, se sou eu, lá na minha roça, ou se é ele, lá no Mirim Doce.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então você vai ter que conhecer lá o Mirim Doce.

Quero também agradecer aos produtores que estão presentes, o Fernando, o Paterno, o Nilson, o James, a Vereadora Morgana, de Meleiro, que também é da nossa agricultura, e o nosso querido amigo Jonathan, da Arroz Pita, que disponibilizou esse arroz para presentear aqui nossos colegas Senadores. E está chegando um pacote de arroz para cada Senador da República. E também o Jaime Odorizzi, da Câmara de Vereadores de Mirim Doce, que viabilizou a nossa audiência pública.

Porque olha que bacana, Sr. Presidente, ao invés de fazer uma audiência pública aqui no Senado, a que viriam poucas pessoas, lá participaram os agricultores, as mulheres agricultoras, as famílias. A Câmara de Vereadores lotada, Chico, foi a coisa mais linda. E aqui o pessoal da...

Também agradeço aqui ao pessoal da nossa Comissão, porque foi online, mas o Senado Federal, a Comissão de Agricultura do Senado se transferiu para Mirim Doce. Foi uma audiência maravilhosa.

Então quero agradecer a todas as senhoras e senhores, agradecer ao pessoal da Comissão, agradecer ao senhor também, Presidente, por ter pautado esse projeto que, para nós, para Mirim Doce, para o nosso arroz, para os nossos produtores, é tão importante.

Deus abençoe a todos. Parabéns a Mirim Doce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quer? Bom, Rio Grande do Sul, tchê! "Bora" lá, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Eu vou questionar agora. Se eu sou o maior produtor, tenho que ser também o melhor. (Risos.)

Pessoal de Mirim Doce, um abraço.

Quero dizer que o Bagattoli aqui, o Esperidião goza muito com ele, Jorge, porque ele só saiu de Ibirama porque ele não conseguiu ser cacique lá. (Risos.)

Ele foi para Rondônia, porque lá hoje ele é cacique da tribo indígena lá de Rondônia. Parceiro nosso.

Quero dizer que estou vendo só nome de italiano ali. Mas o que eu gostei é que o Jonas Kestring, esse é alemão, da minha raça, entendeu?

Então, tem alemães e italianos, entreverados lá, produzindo arroz. (Risos.)

Parabéns, Seif! Parabéns ao autor do projeto! Parabéns a Mirim Doce! Título merecido.

E, como disseram aqui o Bagattoli, e o Chico, esse é um dos piores momentos. Chegamos a R$110, R$120 pelo saco de arroz. Hoje está a R$50, se pagando para produzir.

Eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Se pagando não. Dando prejuízo, porque nós fizemos uma conta lá com os produtores... (Fora do microfone.) Nós fizemos uma conta com os produtores...

Desculpa, Heinze. Só para deixar isso bem claro, né? Mais uma vez aí, uma crítica ao desgoverno, que não olha para os nossos produtores.

Para eles produzirem o saco de arroz lá, a saca, custa de R$85 a R$90. Eles estão vendendo a R$50 a saca. Um absurdo.

Pode continuar aí.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Em cima desse assunto, Presidente Zequinha, é importante – nós já fizemos a nossa parte aqui na Câmara, no Senado –, apenas para colocar aos produtores de Mirim Doce, eu tenho um projeto da minha autoria que vai corrigir uma distorção em cima do preço mínimo, porque hoje isso é feito apenas o com custo variável. E a minha proposta, Bagattoli, é entre o custo variável e o custo fixo, que também é custo, entendeu?

Então, esse custo vai chegar próximo a R$70, o preço mínimo, e não tem nem os 50, ou 60, como está hoje o preço mínimo aqui, mas é um arroz de risoto. Estou vendo aqui, eu disse ao Bagattoli, que é socado no pilão. E até tem arroz com casca aqui ainda, ouviu? Até, se o c ara quiser comer a casca, tem a casca do arroz aqui.

Parabéns, Seif!

Parabéns a Mirim Doce pelo título que está recebendo, essa honraria importante para nós que somos arrozeiros!

No Rio Grande do Sul, tem... Lá, você tem, há 70 anos... Lá, no Estado, há mais de 100 anos, planta-se arroz. E começamos a irrigação no Rio Grande do Sul com o arroz. Hoje é importante... No Brasil, tem-se a agricultura irrigada a partir da lavoura arrozeira gaúcha e catarinense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aos catarinenses que estão aqui, hoje, praticamente, 80% do arroz do Brasil está em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

E um ponto importante – ouviu, Bagattoli, Chico, Zequinha? – é que o que baixou o preço do nosso arroz, para o pessoal que quiser saber, foi o excesso de produção. Quando chegamos com o arroz... Voltou-se a plantar no Tocantins, em Goiás, no Maranhão, em Mato Grosso, no Mato Grosso Sul e até em Rondônia e aí teve excesso de produção e o preço caiu.

Nós sabíamos que iria acontecer isso, porque o preço foi convidativo e o pessoal plantou arroz. As terras são mais fáceis de plantar na região de vocês, Zequinha, no Norte do país e no Centro-Oeste, e aí caiu o preço.

Mas vamos trabalhar! Nós não vamos desistir. E os arrozeiros são fortes.

Um abração a vocês, tchê!

Parabéns, aí!

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem?

Só informando que nós temos um gaúcho, produzindo arroz no Marajó. Conseguiu negociar com a água lá, entendeu? Está plantando muito arroz. Com dificuldades naturais do processo lá, mas é um grande produtor: Paulo Quartiero. Veio, expulso de Roraima, no tempo da Raposa Serra do Sol – né, Chico?

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Eu solicito que se prepare a votação para que a gente possa iniciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem vota com o Relator, vota "sim". (Pausa.)

Votação iniciada. Eu quero que se mobilize todo mundo que está conectado remotamente, para que a gente possa coletar todos esses votos.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos avançando aqui para ganhar tempo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3164, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Autoria: desta Presidência. Relatoria: Senadora Dorinha Seabra. E, neste momento, Relator ad hoc: Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise, mas...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu vou ter que receber hora extra hoje, senão não vai dar certo isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – A gente coloca na conta da Comissão aqui que vai sair tudo...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Direto à análise.

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes a agricultura e abastecimento; agricultura familiar e segurança alimentar, bem como emprego e renda rurais, nos termos dos incisos III, IV e XVI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal. Na presente ocasião, por não se tratar de apreciação terminativa nesta Comissão, a análise ater-se-á ao mérito do projeto.

O açaí emergiu como um dos principais produtos agrícolas do Brasil. De acordo com a pesquisa Produção Agrícola Municipal e a de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a produção nacional registrou um crescimento extraordinário entre 1986 e 2024, saltando de 137 mil toneladas para quase 2 milhões de toneladas nesse período. O valor total estimado da produção extrativa e cultivada em 2024 é de aproximadamente R$8,8 bilhões, sendo que a produção está fortemente concentrada na Região Norte, com o Pará respondendo por cerca de 90% do total, seguido pelo Amazonas, com 7% da produção nacional.

Muitas vezes referido como o "ouro negro da Amazônia", o açaí é um elemento fundamental da cultura alimentar amazônica e possui grande importância socioeconômica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultural, especialmente na Região Norte do país. Relatório produzido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo Instituto Peabiru e pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, em 2016, estima que haja 120 mil pessoas envolvidas na base da cadeia de valor do açaí (manejo, coleta e transporte local). Ao considerar outros elos da cadeia, esse número seria bem maior. Ainda de acordo com o relatório, as relações de trabalho nesse setor são marcadas pela informalidade, ainda que o açaí seja a principal fonte de renda para a grande maioria das famílias envolvidas na sua produção.

Como bem destacado pelo autor do projeto, o açaí é um dos principais produtos da biodiversidade brasileira, sendo o extrativismo considerado uma atividade sustentável, que contribui para a manutenção do patrimônio natural e a conservação da biodiversidade.

Apesar de sua importância, os profissionais na base da cadeia de valor, como o peconheiro (coletor do açaí), enfrentam desafios de informalidade e ausência de reconhecimento legal, o que nega a muitos os direitos trabalhistas básicos, como aposentadoria e seguro-desemprego. Além disso, a atividade extrativista da cadeia de valor do açaí é considerada perigosa, especialmente na colheita, pois o trabalhador deve subir na palmeira, que pode atingir mais de 20 metros de altura.

A aprovação do Projeto de Lei nº 3.164, de 2025, que dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açaí, é um esforço legislativo crucial para valorizar esses trabalhadores. O projeto é considerado meritório, pois busca dar o devido reconhecimento legal a essa atividade tradicional, promovendo a inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento integral das comunidades produtoras.

A regulamentação da profissão tem potencial para combater a informalidade, garantindo a formalização e, consequentemente, o acesso aos direitos trabalhistas. Além de valorizar o aspecto cultural e social, o projeto aborda uma preocupação histórica de saúde pública ao exigir que o manipulador artesanal de açaí respeite as práticas de manejo do fruto e observe as normas sanitárias básicas aplicáveis à produção artesanal de alimentos. Essa exigência é vital para a saúde pública, pois a manipulação inadequada do açaí tem sido historicamente associada à transmissão de doenças de origem alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL também busca elevar o padrão de qualidade ao exigir comprovação de capacitação ou experiência mínima na atividade. A sua aprovação tem potencial para ser um marco para a cadeia produtiva do açaí, especialmente se acompanhada de políticas públicas eficazes de treinamentos e suportes.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.164, de 2025, Sr. Presidente e autor deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só queria fazer um comentário.

Presidente, eu achei que vocês já eram o primeiro só na castanha, mas agora o Pará é de novo o primeiro no açaí, com praticamente quase 90%, 80%...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O nosso açaí é conosco mesmo lá.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero dizer para vocês que, realmente, subir num pé daquele de açaí, a 20, 30 metros... Tem pé que tem muito mais de 20 metros de altura. Eu conheço isso aí. Tem em Rondônia e em todas as regiões da Amazônia.

É impressionante como eles fazem, a maneira como sobem naquilo. É claro que com prática e tudo. Mas o açaí de qualidade igual tem no Norte do Brasil... E quando ele chega, muitas vezes, ao Sul do Brasil e nas outras regiões, infelizmente, muitas vezes, você sabe que há o boicote, há a mistura de produtos, e aí nós não temos mais um açaí puro igual nós temos produzido na Amazônia e principalmente no seu estado, lá no Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Zequinha Marinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, como disse, lido o relatório, está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco a matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, para prosseguimento de sua tramitação.

Muito obrigado ao Senador Jaime Bagattoli por ler esse relatório.

Bom, vamos votar o item de nº 6.

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação. (Pausa.)

Sob comando aqui da Secretaria, é para jogar na tela ali o resultado da votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto.

Aprovado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Cumprimento, nas pessoas de S. Exas. o Sr. Elesio Gregorio Borghesan, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município, e o Prefeito Bernardo Peron, aqui representado pelo filho, e todos os moradores do Município de Mirim Doce, Santa Catarina, que estão acompanhando pela transmissão ao vivo da TV Senado. Um abraço a Santa Catarina, a Mirim Doce, aos seus representantes aqui, a um dos três Senadores e ao quarto, que é o Jaime Bagattoli. Saudações!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso. E tem mais um gaúcho do lado aqui, que também está concordando.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Que também ama Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Que também ama Santa Catarina.

Um abraço a todo mundo de lá.

Item de nº 5

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 52, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

77/2020, que Confere ao Município de Medicilândia, no Estado do Pará, o título de Capital Nacional do Cacau. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- O Senhor Sidney de Sousa Filho, Vereador de Medicilândia (PA);

- A Senhora Eunice Gutzeit, Vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Cacau (ANPC);

- O Senhor Walter Santos Oliveira, Presidente do Sindicato Rural de Medicilândia.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

A votação será simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Requerimento, item de nº 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 53, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre acerca da minuta de resolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que propõe a publicação das listas nacionais de espécies exóticas invasoras (EEIs).

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Relatoria:

Relatório:

Observações:

- Votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Votação será simbólica.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, para encaminhar a matéria.

Senador Jorge. (Pausa.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Pessoal, uma boa tarde a todos mais uma vez. O que acontece é que a Conabio, Conselho Nacional de Biodiversidade, fez uma minuta – um relatório, como quiserem – e esse relatório traz algumas barbaridades.

Por exemplo, Heinze, cadeias produtivas que existem no Brasil, cadeias econômicas, produtivas, importantes para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, para Rondônia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - para o Paraná, para São Paulo, para todo o Brasil, como tilápia, como pínus, como eucalipto, como mangueira – manga –, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jaca e tantas outras espécies, que o Conabio... Nós sabemos como é que esse pessoal funciona. São ecoterroristas, ecoterroristas. Tudo para eles vai acabar.

O senhor sabe que eu fui Ministro da Pesca. Nós temos um estudo feito pela Universidade Federal do Paraná, em que nós defendíamos a criação de tilápia no Lago de Itaipu. Produziríamos lá 800 mil toneladas ao ano devido ao tamanho do Lago de Itaipu.

Os ambientaloides diziam que a tilápia iria destruir tudo, que a tilápia... E aí a Universidade do Paraná tem um estudo de 30 ou 40 anos. Eles nos deram uma grande mão lá, viu, Zequinha? E mostraram que a tilápia não é uma espécie que é uma predadora. Ela é presa. Ela é atacada pelos demais peixes. E ela não consegue se estabelecer em lagos de hidrelétrica. Tem um estudo, né? Inclusive, eu defendi isso internacionalmente.

Segundo o Conabio, segundo o Conabio... Sabe esses especialistas de cabelo laranja, Heinze? Cabelo laranja, sabe como é que é? Especialista. Sabe tudo. A tilápia virou piranha. A tilápia virou destruidora da natureza. O pínus virou foguete intergaláctico. O eucalipto também.

Veja, nós somos os maiores produtores de celulose do mundo, graças a essas espécies, que não são nativas, são exóticas, são controladas.

Quantos empregos no Rio Grande do Sul? Quantos empregos em Santa Catarina? Temos área... Captura carbono, gera emprego, gera madeira de reflorestamento, impede a floresta originária de ser derrubada... E eles querem criminalizar, Bagattoli, tudo que é espécie. Tem mais, a lista é grande... É porque estou falando aqui de uns pontos mais nevrálgicos para Santa Catarina e para nossos estados. Mas esse pessoal não tem juízo.

Aí depois vem o Otto e fala que Ibama, que esse povo é câncer... É câncer... E aí apavorou o Brasil inteiro. Apavorou.

E aí, vejam vocês, o desrespeito que este Governo tem com o Parlamento.

Nós convocamos a Marina para vir explicar por que os especialistas de cabelo laranja dela, lá da Conabio, identificaram que agora tilápia virou piranha, que o eucalipto, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jaques Wagner, liderança, respeito muito ele, falou: Seif, a Eliziane Gama me ligou. Transforma a convocação em convite, uma coisa mais elegante, para não entrar em conflito... Ela vai vir explicar...

Fizemos, como um gesto. Até hoje não apareceu. Para falar com a assessoria dela é mais fácil falar com o Papa, com o Donald Trump, com o Elon Musk, com marciano.

Então, é um desrespeito.

Aí um dia está de férias, um dia é COP – Flop 30... Outro dia não sei o quê... Então, infelizmente, falei com o Senador Jaques agora: olha, nós estamos esperando uma data. Nós temos boa vontade, mas o setor produtivo, do Brasil inteiro, quer ouvir de onde eles tiraram isso? De onde eles tiraram esses estudos de que cadeias produtivas de 50, 60 anos no Brasil, consolidadas, podem do dia para a noite serem ameaçadas e extintas?

E tem um agravante, tá, Zequinha?

Eu recebi aqui uma resolução do Ministério do Meio Ambiente, e já falo para o senhor o número, dizendo que eles têm um plano para, em cinco anos, reduzir as espécies invasoras em 50%. Sabe o que eles estão falando? Que tem que acabar com os 50% da plantação de eucalipto, que tem que acabar com 50% da produção de tilápia, que tem que acabar com 50% da produção de manga, que tem que acabar com 50%...

Eu vou mostrar isso para vocês aqui.

Então, diante disso, se ela está de férias – o que ela tem, o que ela não tem... Eu só quero saber, que ela explique, não para mim, mas para o Parlamento, para os Senadores, de onde eles identificaram que, depois de tantos anos... Hoje em dia, com tantos satélites verificando, com floresta certificada – e tem que ter número no Ibama, e tem controle, e tem rastreador, e tem tanta coisa –, e eles ainda querem complicar a vida do produtor rural brasileiro.

Então, diante disso, Sr. Presidente, nós queremos que a Sra. Marina Silva venha aqui explicar a tal da resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade – os especialistas em perseguir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio, especialistas em inventar problema onde não existe, especialistas em criminalizar, em demonizar o setor produtivo, especialista em dizer que o agro é fascista, que o agro é direitista, que o agro é bolsonarista.

É nisso que eles são especialistas. E a Marina, nós sabemos, é a musa, a Globeleza das ONGs. Quando a ONG gosta de alguém, quando celebra, nós do agronegócio, a gente tem que ficar de cabelo em pé, entendeu? Então eu gostaria que a Sra. Marina, respeitosamente, viesse aqui explicar... porque até onde me consta, não nasce chifre na cabeça de cavalo, nem pelo em ovo. Então eu gostaria que ela explicasse para mim, para os demais Senadores, de onde eles tiraram que essas espécies são invasoras, destrutivas, e que tem que acabar com 50% dessa produção no Brasil nos próximos cinco anos.

Ao passo... Já finalizo aqui, Sr. Presidente. Ao passo que o Ministro André de Paula, Ministro da Pesca, um cara extremamente educado, não posso negar, esteve aqui onde eu estou, se comprometendo com o setor de tilápia – o Brasil é o quarto maior produtor de tilápia do mundo – que não traria tilápia de nenhum lugar, porque nós já temos uma produção autossuficiente aqui. Mais uma mentira contada. JBS, os anjinhos da JBS estão trazendo 40, 50 contêineres de tilápia. Tilápia que não tem a sanidade que a nossa tem, que não passa pelos testes que a nossa passa, que não tem o Ministério da Agricultura com rigor. Nossa tilápia tem SIF; para você entrar na produção, tem desinfecção de caminhão, é um negócio louco. Eu fui Ministro da Pesca, eu conheço. A ração tem que ter não sei quantos por cento de proteína, não pode ter farelo de não sei o quê, se for farinha de pena desqualifica o peixe, e tem produção... Então nós temos uma produção maravilhosa, uma produção de qualidade e estamos trazendo lá do Vietnã, que Deus sabe como é que eles criam esse troço lá, em que condições sanitárias, que nós não temos condição de fiscalizar.

E Marina não vem, Marina não vem, a assessoria não responde, falamos com o Senador Beto Faro, "Não, vou trazer, fique tranquilo". Estou esperando. Não é desrespeito comigo, é desrespeito com quem nós representamos, o agronegócio; é desrespeito com o Parlamento brasileiro. E explica: se tem estudo dizendo que isso tudo é uma destruição para o Brasil, pois venha, vamos discutir, vamos fazer uma Comissão Externa, vamos chamar a Embrapa, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamar a Epagri, vamos chamar a Emater, vamos ter a universidade do nosso lado mostrando, a Universidade do Paraná.

Vamos discutir, não meter uma resolução goela abaixo do setor produtivo, que passa a valer em 1º de janeiro e, depois, para retroceder, não retrocede. E eles estão ganhando tempo. Zequinha, nós conversamos ali atrás, eles estão ganhando tempo. Porque vai vir aqui, não tem o que falar, vai ficar com cara de tacho, e aí estão ganhando tempo para, em 1º de janeiro, essa lista maldita ser efetivada no Brasil e perseguir o agronegócio, como eles já fazem de costume.

Então, Sr. Presidente, diante disso, eu peço que o senhor paute a convocação dessa senhora, porque não tem o mínimo de respeito com o agronegócio, o mínimo de respeito com a Comissão de Agricultura e com o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Seif.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores.

Quero cumprimentar o Senador Seif, estamos juntos nessa empreitada. É extremamente importante... Eu acompanhei, no Paraná, nosso Ministro da Agricultura, lá do Mato Grosso... É o...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Fávaro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, o anterior, o que foi Governador de Mato Grosso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Blairo... Blairo Maggi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Blairo Maggi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... quando o pessoal das cooperativas do Paraná iniciou esse processo. Hoje, a megaprodução que eles têm lá, cujo processo os agricultores paranaenses começaram... Hoje, nós somos autossuficientes e exportadores dessa matéria. E são 70 toneladas que vêm do Vietnã para cá...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, são 700.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – São 700.

... sem necessidade.

Nós não podemos acabar com essa atividade econômica importante, como o pínus e como o eucalipto, de que o Brasil pode ser líder mundial.

Eu vi, Seif... Levamos para o Rio Grande do Sul, em região de seca, Bagattoli, de seca, em que não dava soja, não dava nada, nem milho, e o pessoal plantava floresta... irrigando. Em sete anos, colhemos, no Rio Grande do Sul, nas piores regiões de terra e de areia, o que se colhe na Europa em 30, 40 anos, em metros cúbicos – foi o que nós produzimos.

Então, isso é o potencial que o Brasil tem para ser líder mundial na produção de madeira e de celulose, e querem acabar com uma atividade econômica extremamente importante. Portanto, estamos juntos, Bagattoli, Zequinha e também Seif, para que ela venha se explicar.

Um recadinho apenas sobre a questão da COP: é um absurdo também o que fizeram. E um detalhe, Zequinha, e vou dar um recado para os seus conterrâneos de Ibirama e também para o pessoal aqui de Mirim Doce, nós estamos discutindo aqui a questão do crédito de carbono, que é um ativo que nós, agricultores, temos. E, quando se fala da Amazônia, esse pessoal de ONG, Bagattoli e Seif, recebe US$10 milhões, US$20 milhões, e faz uma festa.

A Amazônia vale – dados do Banco Itaú, Seif – US$130 bilhões. Aí, são 4, 5 milhões que uma ONG pega para fazer o quê? Trabalhar contra a Amazônia. Aquilo é nosso. Temos italianos lá de Ibirama e de Mirim Doce, eu de origem alemã... Isso não interessa, porque nós somos brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, porque os nossos antepassados vieram; e, hoje, nós somos... Aquilo é nosso, é nosso, é brasileiro, Zequinha, você que é lá do Pará. Então, isso tem que ser discutido melhor, e ela tem que vir se explicar.

Quando se fala em emissão de gases de efeito de estufa... Bagattoli, ontem, naquela medida provisória que a Tereza relatou – ela é a Presidente da Comissão –, sobre licenciamento ambiental, os caras falando lá em poluição. Ninguém fala da China, Seif, que tem 35% de emissões mundiais...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – É o maior poluidor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ninguém fala dos Estados Unidos, ninguém fala da Europa, e vêm falar do Brasil, em que é 0,5%... Falam de nós, e não falam deles. E os brasileiros criticando, esses "ongueiros" criticando a nós, brasileiros, que não somos nada de poluição no mundo inteiro.

Então, essa questão... Apenas para o pessoal de Ibirama entender e de Mirim Doce, o que nós debatemos aqui na Comissão, Zequinha, é para que nós possamos receber, sim – nós que plantamos soja, trigo, arroz, pastagem e as APPs –, crédito de carbono. Esta Comissão está desenhando... Daqui a dois ou três anos, vocês lá de Ibirama e de Mirim Doce vão estar fazendo o que o pessoal da Copagril, de Marechal Cândido Rondon, já está fazendo, Seif. Hoje, a cooperativa tem 105 mil hectares de agricultores que recebem crédito de carbono. Pela organização que a cooperativa fez, os lantam. Portanto, é um ativo que nós temos.

E ninguém tem o que tem o Brasil: 20% da nossa agropecuária e florestas do Brasil são preservadas, das áreas dos agricultores que têm floresta, agricultura e pecuária. Nós temos áreas preservadas. Nenhuma parte do mundo, Bagattoli, tem o que nós temos aqui, 20% da reserva legal no Sul do país e 80% da reserva legal no Norte do país.

Zequinha, nós conversamos já esse assunto anteriormente. Os europeus, para botar 4% da reserva legal, já estavam brigando para não ter 4%. Aqui já é 20% na Região Sul e 80% no Norte do país, e, mesmo assim, falam de nós ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos juntos, Seif.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Uma informação um pouco mais técnica com relação à tilápia... Na verdade, esse resumo que nos passaram é: tilápia e camarão branco, é um nome...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Vannamei...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vannamei.

No vegetal aqui: eucalipto, pínus, jaca, goiaba, manga e braquiária – o capim, o brizantha –, que 90%... Mais de 90% do capim que... Olhe o fazendeiro aqui já com o olho. É capim, braquiária, braquiarão, braquiarinha, aquele negócio todo que a gente tem um nome muito especial lá na roça.

Eu não sei... Eu pensei que já tinha visto tudo, sou um cara bem calejado na vida, mas chega uma hora dessa, sabe, meu Vereador Presidente da Câmara de Mirim Doce, que a gente não vai parar de ver novidades e coisas loucas, sem juízo, sem nexo, sem um estudo científico, sem nada – né? –, sendo empurrado goela abaixo. É um megaprojeto de quebradeira para o país. Nós estamos quebrando neste momento o pequeno produtor de leite, já foi dito aqui como estão arrebentando com todo mundo. Hoje mesmo recebi um contato de uma reunião lá em Água Azul do Norte, no meu estado, o desespero desse povo. Já fiz outras reuniões, já levei gente para tudo quanto é lado, para a gente tentar começar a melhorar. Vão ficar muitos de fora, mas outros vão sobreviver... E agora vem essa, né?

A tilápia, nós produzimos, em 2024, 662,5 mil toneladas de tilápia, coisa de doido. E olha a outra informação: 98% dessa produção enorme é pequena.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só 2% que são grandes, são empresas. Quer dizer, dá renda para o cara do campo fazer alguma coisa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Zequinha...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Que tragédia!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) Zequinha, lá no Paraná, o cara é produtor de trigo, de soja, de milho, e agregou a tilápia, assim como agregou o frango e o suíno. Quer dizer, a multiplicidade das operações. Ele tem agricultura e tem pecuária. Pecuária é o quê? Pode ser tilápia, pode ser frango e suíno ou leite. É mais um ativo importante em cima da nossa agricultura, para ele poder ter renda na atividade.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Bagattoli...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, desculpa. Vai, Bagattoli, que eu quero também comentar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Viu, Presidente? Vai começar pelo seu estado. Em Belém, vão tirar a paisagem da manga, né? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já pensou?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vai começar pelo seu estado, que a paisagem que tem em Belém é manga, né? Então, vai começar a tirar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tenha santa paciência. Aqui está o Elesio, Elesio Borghesan. A situação do eucalipto, Senador Jorge Seif, Senador Heinze, a Souza Cruz, pequeno produtor de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul...

A Souza Cruz fornecia muda de eucalipto há mais de 50 anos, 60 anos. Fornecia muda de eucalipto. Por quê? O que eles pensavam? O que a Souza Cruz trouxe? O eucalipto, para o Sul, para o pequeno produtor, porque ele precisava, dependia da fornalha, para secar o fumo lá, e ele precisaria ter a lenha. Para não cortar a madeira nativa, aí então ele teria, futuramente, plantando eucalipto. Então, eles entregavam a muda prontinha para o pequeno produtor.

Agora, eucalipto não pode, pínus não pode, manga não pode, jaca não pode, goiaba não pode. Braquiarão... O braquiarão, se você fizer no Norte do Brasil, três quartos dá para fazer silagem de braquiarão se quiser. Dá três quartos em um lugar que chove oito meses, nove meses por ano. Então, é um absurdo, não é? É uma coisa que nós precisamos entender.

Jorge Seif, ela tem que vir aqui, tem que esclarecer isso aí, porque acontece o seguinte, o agronegócio não pode estar sendo tão penalizado, tão marginalizado em todos os setores. Já não chega o massacre que tem? Já estamos produzindo hoje soja barata, arroz de graça, banana, que estava aí...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Trigo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Trigo, tudo, está tudo do jeitinho que o Governo quer e, ainda assim, não estão felizes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção das senhoras e senhores, quem está nos acompanhando inclusive de casa. Portaria GM/MMA nº 1.519, de 25 de novembro de 2025. Dia 25 agora. Portaria GM, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Gabinete da Ministra, não é? Ministério do Meio Ambiente 1.519. Olha aqui, eu só vou ler um pedacinho do que diz. Olha aqui.

> Meta 6 - Reduzir a introdução e os impactos das espécies exóticas invasoras.
>
> Reduzir, até 2030, em pelo menos 50% (cinquenta por cento), as taxas de introdução e o estabelecimento de Espécies Exóticas Invasoras.

Eu não estou contando história, não! Eu não estou inventando mentira, não! Não é terrorismo, não! Está impresso. Dia 25 de novembro. Assinada pela Sra. Ministra Marina Silva, depois que Conabio, especialistas, estudiosos publicaram que isso aí agora é ameaça ao Brasil.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bancado por quem? (Risos.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bancado pelo Fundo Amazônia, da Alemanha e da Noruega, que não querem retirar petróleo a 200km do Amapá, mas capturam petróleo – eu estive lá, estive lá na Noruega – a 15km da costa deles. Eles podem pegar petróleo. Aqui a 200km da foz do Rio Amazonas, não. Aí vai acabar com a biodiversidade.

Então, não dá, entendeu? Está aqui. Isso aqui é preocupante, porque eles não dão ponto sem nó. Então, Conabio vem, já mete as espécies ali. Vira o ano, ninguém tira mais essas espécies. Nem por decreto. Aí vem Supremo: "Não, porque tem que proteger a natureza". Aí vem já a portaria do Ministério do Meio Ambiente dizendo que tem que, em cinco anos, reduzir em 50% tudo o que for exótico. Tudo isso que ele leu ali são espécies exóticas.

Então, a gente tem que ter muito cuidado e muita responsabilidade porque esses caras querem quebrar e sabotar o agronegócio brasileiro. Eu não estou brincando! Nós sabemos que eles usam as ferramentas mais terríveis! Fizeram a COP 30 para assinar mais decreto de terra indígena e área de proteção permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quê? Se 15% do território brasileiro já é de área de proteção, é área indígena? Os caras não plantam um hectare de aipim – macaxeira, como vocês quiserem. Nada. Os caras não podem fazer nada. Nós vimos aqui na CPI das ONGs: não podem fazer nada.

A Funai trata eles como selvagens, animais. É como a Funai trata os nossos indígenas. O índio quer apito? Só na música de carnaval. O índio quer Hilux, o índio quer ter agronegócio, quer ter casa boa, quer viajar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Quer celular.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quer celular, iPhone, quer tênis Nike. É isso que o índio quer. Não quer apito, não. Nem ser tratado igual bicho, não.

Então, Sr. Presidente, é gravíssimo. E esta Comissão tem que ser a muralha de proteção desses ecoterroristas. Osama bin Laden perde de goleada para esse pessoal. O que esse pessoal faz com o agronegócio? Perde de goleada. Osama bin Laden é um anjo perto do que esse povo inventa do agronegócio brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Bom, de acordo com o requerimento, Sra. Ministra Marina Silva, convoco V. Exa. para comparecer a esta Comissão, nos termos do requerimento aprovado, no próximo dia 10 de dezembro, quarta-feira, às 14h.

É isso que está combinado. Por aí vamos conversar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só agora, informalmente, sabe o que significa botar esses nomes aqui na lista de exóticos invasores? No dia seguinte, banco nenhum financia nada, nada e nada. No dia seguinte, ninguém dá mais licença para você produzir nada. "Ah, eu produzo muda de

eucalipto. Vendo." – não vai ter licença para produzir muda de eucalipto, está certo? Não vai ter licença nem financiamento para produzir tilápia, camarão, qualquer uma espécie que faça parte da tal lista de exóticos invasores.

Esse é o problema, né? É um projeto de longo prazo para a quebradeira. E esta Casa tem a responsabilidade de fazer esse enfrentamento.

Bom, vamos lá, Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – É só uma pequena homenagem aí à Syngenta, que contribuiu também bastante no Brasil, nos seus 25 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, peço a palavra para registrar e para parabenizar, nesta Comissão, a trajetória de uma empresa que caminha lado a lado com a evolução do nosso agronegócio, que a nossa Ministra não quer, né? a Syngenta, que completa 25 anos de atuação global.

Embora a marca tenha sido formada no ano 2000, unindo a expertise da Novartis e da AstraZeneca, sabemos que sua raiz é muito mais profunda. A Syngenta entendeu desde o início o desafio de fazer agricultura em um país tropical como o Brasil.

Nós, que somos produtores, sabemos que o salto de produtividade que o Brasil deu nas últimas décadas não foi por acaso, foi fruto de muito suor, mas também de muita tecnologia. A Syngenta foi parceira fundamental nesse processo, desenvolvendo soluções, sementes e defensivos adaptados para o nosso solo, para o nosso clima e para combater as nossas pragas.

A empresa hoje possui centro de pesquisas e unidades espalhadas por todo o país, de norte a sul, gerando emprego e renda, mas quero destacar aqui o compromisso com a sustentabilidade produtiva. Um exemplo claro é o programa Reverte, trata-se da maior iniciativa privada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação de áreas degradadas do mundo, é tecnologia chegando para recuperar o solo e torná-lo produtivo novamente, sem precisar abrir novas áreas.

Fico feliz em ver que esse programa já atua em diversos estados, inclusive no meu Estado de Rondônia, ajudando o produtor a produzir mais e melhor e respeitando o meio ambiente.

Portanto, Sr. Presidente, essa homenagem é o reconhecimento do Senado a essa parceria de sucesso. Parabenizo a diretoria, os pesquisadores, os colaboradores e técnicos de campo da Syngenta. Que venham os próximos 25 anos com mais inovação e trabalho em defesa de quem planta e alimenta o mundo.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, só para nós entendermos o tanto que essas empresas também colaboraram na produção e, agora, nós chegamos ao ponto que estamos chegando, encontrando barreiras em todos os setores.

Só para finalizar aqui, quero dizer que vou relatar, daqui a pouco, no Plenário do Senado, o PL 715, de 2023, que trata do emprego safrista, para resolvermos o problema da colheita da laranja em São Paulo, da uva no Estado do Rio Grande do Sul, da cebola e da maçã em Santa Catarina, da fruticultura no Vale do São Francisco, do fumo também lá no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, do tabaco, que seja, porque nós não temos mais mão de obra. Nós vamos trazer essas pessoas, muitos deles, Jorge Seif, que estão no Bolsa Família para poderem ser registrados por um emprego temporário na colheita e nós não perdermos essas colheitas no campo.

Então, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Falou, Senador Jaime.

Senador Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, diante da gravidade dessa Portaria, que acabei de mencionar para os senhores aqui, 1.519, Portaria do Gabinete da Ministra e do Ministério do Meio Ambiente 1.519, de 25 de novembro de 2025, solicito à Mesa da nossa Comissão que publique esse texto, especialmente o destaque, que é a Meta nº 6, para reduzir a introdução de espécies invasoras em até 50% até 2030, ou seja, o compromisso de eles destruírem essas cadeias produtivas que nós estamos discutindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O requerimento de V. Exa. será atendido.

Determino à Mesa que proceda com a publicação da Portaria 1.519, do Gabinete da Ministra do Meio Ambiente.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a todos pela presença, aos Srs. Senadores, aos visitantes.

Pessoal de Mirim Doce, um abraço a todo mundo e obrigado pela companhia e pela presença aqui, hoje, em Brasília.

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e sete minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação de alterações em indicações aprovadas à Emenda RP8/LOA 2025 (nº 60120002) desta Comissão, para superação de impedimentos de ordem técnica apontados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Registram presença os Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Alan Rick, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Lucas Barreto, Marcos do Val, Astronauta Marcos Pontes e Paulo Paim, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos Ofícios nºs 271, 274, 275, 276, 281 e 282, todos 2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária. Coordenação/relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações de indicações elencadas no Anexo I. Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou e aprovou o Relatório, com as alterações constantes do Anexo 1. Até o presente momento, foram aprovadas 758 indicações (Anexo 2) totalizando R$ 699.893.621,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e vinte e um reais). O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da quinquagésima Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25683.67306-74

Anexo I: Listagem das alterações nas indicações

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4141280330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cleitos Gontijo de Azevedo	22181	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Compra de maquinário	R$ 400.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	22518	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Associação Nossa Senhora de Lourdes de Novo Pernambuco		Carnaiba	05.080.187/0001-02	PE	CARNAIBA	4	40	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	22488	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 950.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	22489		60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	3	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 50.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	22519	21963	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação de Agricultores Familiares da Eco Comunidade do Assentamento 15 de agosto - AFECA		Brasília	26.577.020/0001-13	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Sérgio de Oliveira Cunha	22521	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA			07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	3	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agrícola de Implantação de Mecanização Agrícola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R$ 3.891.391,00
Sérgio de Oliveira Cunha	22520		60120002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA			07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agrícola de Implantação de Mecanização Agrícola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R$ 5.239.043,00
Tereza Cristina Corrêa	22468	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	AGESUL - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul		15.457.856/0001-68	MS	CAMPO GRANDE	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.000.000,00

SENADOR CLEITINHO

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cleitos Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cleitos Gontijo de Azevedo	22181	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Compra de maquinário	R$ 400.000,00

SENADOR FERNANDO DUEIRE

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fernando Antonio Caminha Dueire	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Fernando Antonio Caminha Dueire	22518	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Associação Nossa Senhora de Lourdes de Novo Pernambuco		Carnaiba	05.080.187/0001-02	PE	CARNAIBA	4	40	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00

SENADORA LEILA BARROS

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	21963	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno - ASTRAF Chapadinha		Brasília	10.266.379/0001-30	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Leila Gomes de Barros Rêgo	22488	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 950.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	22489	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	3	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 50.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	22519	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação de Agricultores Familiares da Eco Comunidade do Assentamento 15 de agosto - AFECA		Brasília	26.577.020/0001-13	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00

SENADOR SÉRGIO PETECÃO

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$ 9.130.434,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Sérgio de Oliveira Cunha	22521	60120002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA			07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	3	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agrícola de Implantação de Mecanização Agrícola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R$ 3.891.391,00
Sérgio de Oliveira Cunha	22520	60120002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA			07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agrícola de Implantação de Mecanização Agrícola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R$ 5.239.043,00

SENADORA TEREZA CRISTINA

DE:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$ 4.000.000,00

PARA:

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Tereza Cristina Corrêa	22468	60120002	4279	22000	22101	20ZV	AGESUL - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul		15.457.856/0001-68	MS	CAMPO GRANDE	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 4.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/25683.67306-74

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4141280330

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	18704	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municípios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
13	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Politicas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
16	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no municipio de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aurea	Prefeitura Municipal de Aurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$ 2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUEIRO EM MANILHAS DE CONCRETO	R$ 4.260.870,00
47	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
48	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
49	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
50	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
51	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

53	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	437.627,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	744.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	605.911,00
58	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	2.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$	5.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$	2.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$	5.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	1.000.000,00
65	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R$	2.260.869,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	800.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	1.000.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D'ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	1.200.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$	630.434,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	700.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	400.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	800.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$	1.000.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$	800.000,00
76	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R$	1.000.000,00
77	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$	3.652.173,00
78	Cid Ferreira Gomes	19649	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	344.850,00
80	Cid Ferreira Gomes	19583	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	19587	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará/CE			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	19586	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	19679	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE			06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
84	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$	198.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
86	Cid Ferreira Gomes	19650	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu/CE			07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedra tosca	R$	1.000.000,00
87	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$	78.375,00
88	Cid Ferreira Gomes	21595	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Forquilha, CNPJ 07.673.106/0001-03	FORQUILHA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Motoniveladora	R$	764.235,00
89	Cid Ferreira Gomes	21601	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit P.F 01 - Processamento de Frutos	R$	171.380,00
90	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
91	Cid Ferreira Gomes	21107	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE	Município de Maranguape/CE		07.963.051/0001-68	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
92	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$	21.945,00
93	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	172.425,00
94	Cid Ferreira Gomes	21606	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (04 quatro) - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	198.968,00
95	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
96	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/0001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
97	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
98	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
99	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.700.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

100	Cid Ferreira Gomes	21600	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas. (10 dez) - Kit C.C. 01 – Corte e Costura.	R$ 141.075,00
101	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
102	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.130.434,00
103	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
104	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
105	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
106	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$ 875.863,00
107	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Camocim/CE			07.660.350/0001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
108	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$ 407.547,00
109	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acaraú/CE			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Custrução de Mercado	R$ 1.000.000,00
110	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 11.495,00
111	Cid Ferreira Gomes	21596	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrario - SDA		07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 938.321,00
112	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
113	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PAULISTANA			06.553.796/0001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
114	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/0001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
115	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
116	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
117	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
118	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO			06.554.414/0001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
119	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
120	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
121	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
122	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE REGENERACAO			06.554.943/0001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
123	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
124	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES			06.554.208/0001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
125	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II			06.553.929/0001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
126	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
127	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
128	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
129	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
130	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
131	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
132	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 478.260,00
133	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 452.173,00
134	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
135	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 452.173,00
136	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
137	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
138	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
139	Cleiton Gontijo de Azevedo	22181	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Compra de maquinário	R$ 400.000,00
140	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
141	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
142	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
143	Confício Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
144	Confício Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
145	Confício Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
146	Confício Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
147	Confício Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
148	Confício Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
149	Confício Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00
150	Damares Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
151	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
152	Damares Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$ 1.700.000,00
153	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 878.260,00
154	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
155	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

156	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
157	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
158	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PAULISTA	08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
159	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
160	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	452.173,00
161	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
162	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
163	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$	400.000,00
164	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	BOA VISTA	01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
165	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
166	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	INGÁ	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
167	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	CONCEIÇÃO	08.943.227/0001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
168	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	VISTA SERRANA	09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
169	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
170	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$	620.000,00
171	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
172	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cangueretama	Prefeitura de Cangueretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$	652.000,00
173	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$	914.000,00
174	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$	620.000,00
175	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$	700.000,00
176	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$	1.400.000,00
177	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
178	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$	652.000,00
179	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$	438.000,00
180	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$	438.000,00
181	Eann Styvenson Valentim Mendes	21573	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachuelo	Prefeitura Municipal de Riachuelo		08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	41	Equipamento - Carro Pipa	R$	620.000,00
182	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$	642.000,00
183	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$	1.400.000,00
184	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
185	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$	580.000,00
186	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$	1.500.000,00
187	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
188	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
189	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$	730.000,00
190	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
191	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$	640.000,00
192	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$	565.000,00
193	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
194	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$	5.000.000,00
195	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
196	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	679.870,00
197	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
198	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
199	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
200	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
201	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$	766.000,00
202	Elizriane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.000.000,00
203	Elizriane Pereira Gama Melo	21574	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.130.434,00
204	Elizriane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
205	Elizriane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
206	Elizriane Pereira Gama Melo	21890	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		06.232.615/0001-20	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	1.500.000,00
207	Elizriane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.500.000,00
208	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$	627.325,00
209	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$	320.000,00
210	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
211	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
212	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$	635.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

213	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
214	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00
215	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$ 269.000,00
216	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Satuba			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
217	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
218	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
219	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 250.000,00
220	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 702.173,00
221	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
222	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21901	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D'Agua do Casado			12.350.146/0001-46	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
223	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
224	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
225	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	21900	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.332.987/0001-20	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
226	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
227	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci			12.228.375/0001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
228	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
229	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
230	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coité do Noia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
231	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
232	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
233	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequiá de Praia			02.917.132/0001-08	AL	JEQUIA DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
234	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
235	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$ 650.000,00
236	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
237	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$ 376.000,00
238	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
239	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANCA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 500.400,00
240	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$ 500.400,00
241	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
242	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$ 624.600,00
243	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
244	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
245	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$ 721.834,00
246	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
247	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
248	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
249	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 628.000,00
250	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CORREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
251	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
252	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
253	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
254	Fernando Antonio Caminha Dueire	10957	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$ 500.000,00
255	Fernando Antonio Caminha Dueire	11195	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.000.000,00
256	Fernando Antonio Caminha Dueire	22518	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Associação Nossa Senhora de Lourdes de Novo Pernambuco		Carnaiba	05.080.187/0001-02	PE	CARNAIBA	4	40	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00
257	Fernando Antonio Caminha Dueire	10939	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
258	Fernando Antonio Caminha Dueire	10935	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
259	Fernando Antonio Caminha Dueire	10929	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
260	Fernando Antonio Caminha Dueire	18740	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.130.434,00
261	Fernando Antonio Caminha Dueire	10945	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$ 1.000.000,00
262	Fernando Antonio Caminha Dueire	10943	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$ 1.000.000,00
263	Fernando Antonio Caminha Dueire	10946	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

264	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Corurípe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
265	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
266	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
267	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
268	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.330.434,00
269	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
270	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$	1.000.000,00
271	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
272	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
273	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
274	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
275	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
276	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282 714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
277	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
278	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	500.000,00
279	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
280	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
281	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
282	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
283	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
284	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
285	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
286	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
287	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
288	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
289	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
290	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	20ZV	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
291	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.800.000,00
292	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.852.173,00
293	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$	9.130.434,00
294	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
295	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
296	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
297	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Manés			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
298	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	2.130.433,00
299	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
300	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
301	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$	5.478.000,00
302	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$	3.652.173,00
303	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Governo do Estado			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R$	5.478.260,00
304	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
305	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saré			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	600.000,00
306	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
307	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
308	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00
309	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
310	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
311	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
312	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
313	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
314	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
315	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
316	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
317	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
318	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
319	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
320	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
321	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
322	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
323	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
324	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
325	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
326	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
327	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	20ZV	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$	9.130.434,00
328	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$	330.000,00
329	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
330	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
331	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
332	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
333	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
334	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$	300.000,00
335	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
336	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$	500.000,00
337	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
338	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$	400.000,00
339	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
340	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$	400.434,00
341	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
342	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
343	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

344	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
345	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agricola	R$	400.000,00
346	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
347	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
348	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
349	Izalci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$	3.652.174,00
350	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
351	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
352	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
353	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.630.434,00
354	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D´OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
355	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
356	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	502.173,00
357	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	650.000,00
358	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
359	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
360	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
361	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
362	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	2.000.000,00
363	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
364	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	500.000,00
365	Jaques Wagner	21586	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	500.000,00
366	Jaques Wagner	21585	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	650.000,00
367	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	1.000.000,00
368	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
369	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
370	Jaques Wagner	21587	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	1.680.434,00
371	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
372	Jaques Wagner	21583	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Máquinas e Equipamentos	R$	500.000,00
373	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$	7.032.000,00
374	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$	2.098.434,00
375	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	771.900,00
376	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
377	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
378	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	528.665,00
379	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
380	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
381	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	480.700,00
382	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
383	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	574.750,00
384	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
385	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	568.693,00
386	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
387	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.000,00
388	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
389	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
390	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
391	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
392	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
393	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
394	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
395	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibi			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
396	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
397	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	262.152,00
398	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
399	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
400	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
401	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
402	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	20ZV	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agoropecuário.	R$	230.000,00
403	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
404	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agoropecuário.	R$	230.000,00
405	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

406	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$	544.000,00
407	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
408	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	500.000,00
409	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
410	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
411	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
412	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.758.434,00
413	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
414	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
415	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$	570.000,00
416	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	1.152.173,00
417	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
418	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	600.000,00
419	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$	730.000,00
420	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$	1.732.000,00
421	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
422	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Inacema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Inacema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	292.000,00
423	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
424	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	530.434,00
425	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	800.000,00
426	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.500.000,00
427	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
428	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ - AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
429	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	4.000.000,00
430	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
431	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.100.000,00
432	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	4.618.434,00
433	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
434	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$	617.500,00
435	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$	517.500,00
436	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	5.478.260,00
437	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura MunProprià	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	3.652.173,00
438	Leila Gomes de Barros Rêgo	22488	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	950.000,00
439	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	400.000,00
440	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
441	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
442	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
443	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
444	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	300.000,00
445	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$	2.000.000,00
446	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
447	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	300.130,00
448	Leila Gomes de Barros Rêgo	22519	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação de Agricultores Familiares da Eco Comunidade do Assentamento 15 de agosto - AFECA		Brasília	26.577.020/0001-13	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

449	Leila Gomes de Barros Rêgo	22489	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	3	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 50.000,00
450	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
451	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
452	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
453	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
454	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 817.173,00
455	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
456	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$ 405.000,00
457	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
458	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
459	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
460	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$ 1.500.000,00
461	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$ 400.000,00
462	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA -04.459.693/0001-36	PALHAMO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
463	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
464	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
465	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$ 215.803,00
466	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
467	Luiz Cantuária Barreto	19314	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$ 9.130.434,00
468	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
469	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
470	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
471	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
472	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
473	Mara Cristina Gabrili	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
474	Mara Cristina Gabrili	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
475	Mara Cristina Gabrili	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
476	Mara Cristina Gabrili	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
477	Mara Cristina Gabrili	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
478	Mara Cristina Gabrili	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
479	Mara Cristina Gabrili	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
480	Mara Cristina Gabrili	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
481	Mara Cristina Gabrili	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
482	Mara Cristina Gabrili	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
483	Mara Cristina Gabrili	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
484	Mara Cristina Gabrili	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
485	Mara Cristina Gabrili	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
486	Mara Cristina Gabrili	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
487	Mara Cristina Gabrili	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
488	Mara Cristina Gabrili	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
489	Mara Cristina Gabrili	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
490	Mara Cristina Gabrili	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
491	Marcelo Costa e Castro	21577	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de São José do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
492	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
493	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
494	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
495	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
496	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
497	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
498	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
499	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
500	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
501	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
502	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00
503	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
504	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$ 400.000,00
505	Marcelo Costa e Castro	21576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Piauí	Município de Massapê do Piauí		09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estradas vicinais	R$ 600.869,00
506	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
507	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
508	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
509	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.300.000,00
510	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.960/0001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R$ 400.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

511	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$	1.000.000,00
512	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$	2.652.173,00
513	Marcos Cesar Pontes	20055	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
514	Marcos Cesar Pontes	20034	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	45.160.173/0001-05	SP	AMERICO DE CAMPOS	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
515	Marcos Cesar Pontes	20061	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	49.345.911/0001-40	SP	IEPE	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
516	Marcos Cesar Pontes	20040	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	66.831.959/0001-87	SP	SALTINHO	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
517	Marcos Cesar Pontes	20035	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	45.323.698/0001-14	SP	BURITIZAL	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
518	Marcos Cesar Pontes	20048	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	01.612.848/0001-34	SP	FERNAO	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
519	Marcos Cesar Pontes	20036	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	44.723.765/0001-25	SP	MOMBUCA	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
520	Marcos Cesar Pontes	20044	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
521	Marcos Cesar Pontes	20059	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	45.167.111/0001-25	SP	LAGOINHA	4	40	Equipamento	R$	405.797,00
522	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.040.000,00
523	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$	502.174,00
524	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	2.050.000,00
525	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.850.000,00
526	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$	1.040.000,00
527	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.040.000,00
528	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.300.000,00
529	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$	308.260,00
530	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
531	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$	660.869,00
532	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.500.000,00
533	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
534	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
535	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
536	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
537	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
538	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
539	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
540	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
541	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
542	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
543	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
544	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
545	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$	800.000,00
546	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
547	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aragaçacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
548	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
549	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
550	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
551	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
552	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
553	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
554	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
555	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$	1.000.000,00
556	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$	1.000.000,00
557	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$	1.000.000,00
558	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$	1.000.000,00
559	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$	1.500.000,00
560	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$	1.000.000,00
561	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$	1.130.434,00
562	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Dada no município de Granito	R$	1.500.000,00
563	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
564	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.130.000,00
565	Nelson Trad Filho	21593	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de equipamento - Trator agrícola	R$	300.000,00
566	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.434,00
567	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápolis		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$	700.000,00
568	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
569	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
570	Omar José Abdel Aziz	21578	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMÉRCIO INFORMAL		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Aquisição de máquina e equipamentos.	R$	1.000.000,00
571	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	20.000.000,00
572	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	6.391.305,00
573	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	1.130.434,00
574	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

575	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Municipio de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Municipio de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
576	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
577	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Municipio de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
578	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
579	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
580	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
581	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
582	Otto Roberto Mendonça de Alencar	20840	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	44.147.542/0001-67	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
583	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
584	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
585	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
586	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
587	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
588	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
589	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
590	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
591	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
592	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
593	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
594	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
595	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
596	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
597	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
598	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
599	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
600	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
601	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
602	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
603	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
604	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
605	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
606	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
607	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
608	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 430.434,00
609	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
610	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
611	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
612	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
613	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
614	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
615	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
616	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
617	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
618	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
619	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
620	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
621	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
622	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Jesúpolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
623	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
624	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
625	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
626	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
627	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
628	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
629	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
630	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$ 449.350,00
631	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
632	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
633	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
634	Pedro Pinheiro Chaves	20277	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras		00.396.895/0001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
635	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
636	Pedro Pinheiro Chaves	20275	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta		00.396.895/0001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
637	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
638	Pedro Pinheiro Chaves	20273	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde		00.396.895/0001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$ 449.350,00
639	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
640	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$ 460.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

641	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
642	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
643	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
644	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Prauúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$	9.130.434,00
645	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
646	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
647	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$	500.000,00
648	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
649	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
650	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$	950.000,00
651	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$	500.000,00
652	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$	450.000,00
653	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$	450.000,00
654	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$	450.000,00
655	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$	630.434,00
656	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
657	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$	500.000,00
658	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$	800.000,00
659	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$	1.000.000,00
660	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
661	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$	1.000.000,00
662	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$	3.000.000,00
663	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
664	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$	10.260.869,00
665	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$	1.500.000,00
666	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Espírito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$	877.000,00
667	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$	700.000,00
668	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
669	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no municipio de Taipu/RN	R$	500.000,00
670	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	677.800,00
671	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	490.000,00
672	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Municipio de Caraúbas/RN.	R$	700.000,00
673	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$	1.000.000,00
674	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	700.000,00
675	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
676	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
677	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
678	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
679	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$	750.000,00
680	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$	800.000,00
681	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$	5.478.260,00
682	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$	3.652.173,00
683	Sérgio de Oliveira Cunha	22521	60120002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA			07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	3	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agricola de Implantação de Mecanização Agricola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R$	3.891.391,00
684	Sérgio de Oliveira Cunha	22520	60120002	2914	22000	22101	20ZV	INSTITUTO BESOURO DE FOMENTO SOCIAL E PESQUISA			07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Realização de ações de capacitação, para Modernizar as práticas agricola de Implantação de Mecanização Agricola no Estado do Acre, para Apoio à Agricultura Familiar.	R$	5.239.043,00
685	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	728.000,00
686	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	554.173,00
687	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D´Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	470.000,00
688	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	700.000,00
689	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	1.200.000,00
690	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
691	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$	1.000.000,00
692	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Municipio de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	478.260,00
693	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Municipio de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$	1.200.000,00
694	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Municipio de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$	900.000,00
695	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
696	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$	442.173,00
697	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$	610.000,00
698	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
699	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
700	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
701	Soraya Vieira Thronicke	20245	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária.	EMBRAPA CENTRO-OESTE		00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura TECSAN	R$	500.000,00
702	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	350.000,00
703	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	700.000,00
704	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	500.000,00
705	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	252.173,00
706	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	400.000,00
707	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	800.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

708	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	550.000,00
709	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	600.000,00
710	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	600.000,00
711	Tereza Cristina Corrêa	22468	60120002	4279	22000	22101	20ZV	AGESUL - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul		15.457.856/0001-68	MS	CAMPO GRANDE	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	4.000.000,00
712	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	378.260,00
713	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
714	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
715	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
716	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$	425.494,00
717	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
718	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
719	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Matureia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
720	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
721	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	404.560,00
722	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
723	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
724	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
725	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
726	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
727	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
728	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
729	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
730	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
731	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
732	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
733	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
734	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
735	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$	3.652.173,00
736	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$	917.278,00
737	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	3.000.000,00
738	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	698.997,00
739	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$	1.617.188,00
740	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	600.000,00
741	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$	1.760.869,00
742	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$	567.540,00
743	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	4.000.000,00
744	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	5.000.000,00
745	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	1.000.000,00
746	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	2.652.173,00
747	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$	1.100.000,00
748	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$	450.000,00
749	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	400.000,00
750	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$	449.109,00
751	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$	500.000,00
752	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$	700.000,00
753	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$	300.000,00
754	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$	600.000,00
755	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Distrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$	3.000.000,00
756	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$	400.000,00
757	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$	731.325,00
758	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$	500.000,00
																	R$	**699.893.621,00**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho, Beto Faro e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima e Tereza Cristina e dos Senadores Fernando Farias, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Alan Rick e ainda dos Senadores Paulo Paim, Astronauta Marcos Pontes, Marcos do Val, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta.

A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente registra a presença dos senhores: Josenir Nascimento, Primeiro-Suplente do Senador Beto Faro; e João Pedro, ex-Senador. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento REQ 49/2025 - CRA, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA). Finalidade: Instruir o PL 4718/2020, que altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária. Participantes: Michel François Drizul Havrenne, Procurador da República e Coordenador da Comissão de Terras Públicas da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF); Júnior Divino Fideles, Adjunto da Advocacia-Geral da União (AGU); Marcos Vesolosquzki, Secretário Nacional de Direitos Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Marcelo Mateus Trevisan, Diretor do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Daniela Ferreira dos Reis, Coordenadora-Geral de Justiça Socioambiental e Direitos Territoriais da Diretoria de Promoção de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ); Carlos Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e Érico Melo Goulart, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Beto Faro e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 49, de 2025, aqui da CRA, de iniciativa do Senador Beto Faro, para instruir o PL 4.718, de 2020, que determina que a regularização fundiária das ocupações rurais incidentes em terras situadas em áreas da União no âmbito da Amazônia Legal poderá ser realizada por meio de processo judicial promovido pelo ocupante, de autoria do Senador Marcos Rogério.

Eu vou anunciar aqui os expositores.

Eu quero chamar, em primeiro lugar, o Dr. Michel François – é assim mesmo que se fala: "françuá"?

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE (Fora do microfone.) – É isso aí, Michel Havrenne.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como François Mitterrand, não? (Risos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dr. Michel.

A sua plaquinha está aqui.

Tudo bem com o senhor? Seja bem-vindo.

Dr. Michel François Drizul...

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE – Drizul Havrenne. É bem difícil o nome.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Caramba, é francês mesmo, não é?

Procurador da República e Coordenador da Comissão de Terras Públicas da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Convido agora Júnior Divino Fidelis, Adjunto do... Deve ser da Advocacia-Geral da União (AGU). Está no masculino aqui, mas não é. (Pausa.)

Dr. Júnior Divino Fidelis.

Bem-vindo, Dr. Júnior.

Convido ainda o Dr. Marcos Kaingang.

Esse é parente de chinês. Ou não? Kaingang. Não chegou ainda? Está lá.

Vamos para frente, então.

Daniela Ferreira dos Reis chegou?

Chegou.

Dra. Daniela é Coordenadora-Geral de Justiça Socioambiental e Direitos Territoriais da Diretoria de Promoção de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no MJ.

Doutora, bem-vinda. Tome lugar.

Dr. Carlos Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Bem-vindo, Doutor.

Convido, por último, Érico Melo Goulart, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O Érico vai chegar?

Vai chegar.

Esta reunião, como todas elas, é transmitida pelo Zoom, não é? Todo mundo vai estar acompanhando ao vivo e tal.

Marcelo Mateus Trevisan, Diretor do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele justifica, não é isso?

Não é isso, Pedro? (Pausa.)

Ele vem pelo Zoom. Ele vai se apresentar pelo Zoom.

Cadê? Está lá? Está ao vivo lá?

Está. Tudo bem.

Temos uma justificativa de ausência do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Bom, quero aqui, então, dar início passando a palavra, por dez minutos, a cada um dos senhores oradores que aqui estão.

A lista de inscrições está por aí. Quem quiser se inscrever, para depois fazer algum tipo de questionamento, por favor, inscreva-se. Vai chegar a hora exata.

Informo também que os expositores não poderão parar ou ser interrompidos durante suas exposições.

E como começamos com o Dr. Michel François, que não é parente daquele outro famoso lá... Né?

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE (Fora do microfone.) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O senhor está com a palavra, por dez minutos, para trazer a sua exposição sobre o tema.

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE (Para expor.) – Bom, inicialmente, eu gostaria de agradecer, Senador, pela possibilidade de falar justamente sobre um projeto de lei tão importante.

Também gostaria de cumprimentar o Dr. Júnior Fideles, meu ex-colega de Incra.

Gostaria de cumprimentar também a Sra. Daniela Ferreira, Coordenadora-Geral de Justiça Socioambiental, do Ministério da Justiça.

Gostaria de cumprimentar, pelo Zoom, o Dr. Marcelo Mateus Trevisan e também o consultor do MDA, Dr. Carlos Gondim.

Bom, eu preparei uma exposição, eu preparei uma análise desse projeto e eu preparei alguns powerpoints.

Eu vou ser bem... Eu vou passar muito rápido, porque, inicialmente, eu tinha feito uma apresentação em que eu ia falar um pouco da importância desse projeto de lei, um projeto que trata de regularização fundiária rural, e eu iria colocar justamente a importância desse tema, e até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabenizar o Senador que propôs esse projeto de lei, porque diz respeito a uma das políticas mais importantes do Estado brasileiro, que é a regularização fundiária rural.

Então, eu fiz uma brevíssima..., Mas eu vou passar muito rápido e já vou para o projeto de lei, porque é o que interessa aqui, para justamente colocar algumas sugestões do Ministério Público Federal.

Então, só para colocar, num sentido amplo, o que é essa política de regularização fundiária, é uma política, então, de Estado, que diz respeito à arrecadação de terras que descumpram a função social, as quais serão posteriormente destinadas a pessoas com vocação agrícola.

Num sentido estrito, é um conjunto de medidas que visa justamente à titulação das pessoas que ocupam e produzem numa determinada área; e, além disso, a partir daí, o Estado concede um título, e esse título é importante para a execução de políticas públicas.

Eu estava passando... Ela saiu lá da tela a apresentação?

Mas eu consigo tranquilamente falar sobre essas questões.

Aí, posteriormente, eu trouxe aqui que a regularização fundiária é importante, porque, como eu disse, é uma política de Estado e diz respeito também à reforma agrária. Ela tem um elo com a reforma agrária porque visa a modificar a estrutura fundiária do Brasil. Então, a partir dessa correlação que existe entre regularização fundiária e reforma agrária, a gente tem noção da dimensão e da importância que tem essa política para o Estado brasileiro.

A regularização fundiária é alguma coisa que já vem de longa data, o país vem tentando promover políticas de regularização fundiária já há bastante tempo.

Uma das primeiras leis, uma das mais importantes leis sobre regularização fundiária foi uma lei de 1850, a Lei de Terras. Para vocês terem uma noção, olha a quantidade de tempo que se passou! Essa foi uma lei que trouxe essa necessidade de ter regularização fundiária aqui no nosso país.

Bom, além disso, eu trouxe também que a nossa Constituição não traz o conceito de regularização fundiária, mas a gente pode trazer, com base na doutrina, essa questão da titulação das pessoas que ocupam uma determinada área pública, cumprem a função social e cumprem requisitos.

Então, foi só para fazer essa breve introdução, para colocar aqui para vocês a relevância dessa política, a relevância do projeto de que a gente está tratando.

A principal lei sobre regularização fundiária na Amazônia é a 11.952, e lá se traz alguns requisitos para que haja essa regularização fundiária rural. Tem requisitos objetivos e subjetivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, aqui, eu não estou conseguindo mostrar aqui esses requisitos, porque eu iria..., Mas eu posso... (Pausa.)

Não. Um pouco mais pra a frente.

Aí são as bases constitucionais, regularização como elemento da reforma agrária...

Um pouco mais para a frente, por favor, se for possível.

Mais para a frente.

Breve histórico... Mais para a frente, já na página dos requisitos.

Regularização, antecedentes...

Aí, nessa página! Na página anterior, por favor.

E aí tem os requisitos presentes na lei, né?

Os requisitos objetivos são: praticar uma cultura efetiva; comprovar exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica por si ou seus antecessores.

Então, vejam, pessoas que ocupam uma determinada área desde 2008 praticam cultura efetiva. E, além do mais, preenchendo os requisitos subjetivos – brasileiro nato ou

naturalizado, não ser proprietário de imóvel rural em qualquer parte do território nacional, não ter sido beneficiado por programa de reforma agrária –, preenchidos os requisitos, ele vai ter direito a uma parcela, a uma pequena área.

Isso é o conceito de regularização e os requisitos para que isso ocorra.

Então, vejam como é importante, vejam como é importante essa questão da regularização fundiária, principalmente na Amazônia Legal, onde a gente tem uma grande quantidade de terras, e terras em que, se utilizadas de forma adequada e cumprindo a função social, vai haver a possibilidade de ter a regularização fundiária.

Prezados, agora passando ao papel do MPF.

Eu estou aqui pelo Ministério Público Federal, né? O Ministério Público Federal tem um papel importante. Por quê? Porque ele é o defensor da sociedade, e a gente está falando de uma política de Estado. Então, ao Ministério Público Federal incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos direitos individuais indisponíveis, e também é importante, na medida em que ele fiscaliza a correta implementação dessa política.

Então, o Ministério Público tem um papel muito importante nessa questão de regularização fundiária. E, nesse contexto da atuação do MPF, o MPF pode fazer sugestões, pode promover ações civis públicas, promove ADINs, se porventura tiver modificações legislativas que afrontem o interesse público...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Ministério Público tem um papel importante na fiscalização da correta implementação da política pública.

E é aqui, Senador, que a gente vai falar um pouquinho do projeto de lei, que é tão importante.

Agora, sim, a gente pode passar para o Projeto de Lei 4.718, que foi justamente proposto pelo Senador Marcos Rogério e cujo objetivo é instaurar um processo judicial. Porque tudo isso que eu falei agora, há pouco tempo, para vocês era uma questão de processo que se promove perante o Incra: o ocupante de uma terra comprova todas essas condicionantes; preenchidos os requisitos, ele vai ter direito a um título; vão verificar se estão sendo observadas as condicionantes da função social, e aí ele ganha o título definitivo. Isso é importante para o país.

Aqui, então, a primeira questão: foi feito um ofício para o Incra, para perguntar quais as vantagens e desvantagens desse projeto de lei, e o Incra respondeu para o Ministério Público o seguinte – e aqui é que são os pontos importantes...

Primeira consideração do Incra.

Eu fui, antes de procurador da República, procurador do Incra. O Incra tem os maiores especialistas em direito agrário deste país, eles mexem com essa questão de direito agrário e eles sabem o que estão falando quando se trata de projetos de lei que lidam com reforma agrária e regularização fundiária. O Incra é o responsável pela execução da política pública agrária no Brasil. A gente tem uma autarquia aqui no Brasil que é responsável por isso.

Então, assim, o primeiro questionamento meu foi para o Incra, para eles dizerem o que acham, quais as considerações deles sobre esse projeto de lei, e o Incra colocou um primeiro ponto muito importante. Ele fala o seguinte...

O projeto de lei prevê que a regularização fundiária possa se dar diretamente perante o Poder Judiciário. Então, o primeiro ponto é a questão da separação de Poderes, porque ao Poder Executivo, pelo Incra, é que incumbe, pela missão constitucional, é ele que deve promover a política agrária, mas aqui não é de todo incontornável esse problema do projeto de lei. Eu tenho uma visão um pouco diferente e vou colocar depois as sugestões.

Primeiro eu vou colocar os pontos críticos e depois algumas sugestões, porque eu acho que é este o papel também, tentar viabilizar essa proposta que foi colocada pelo Senador, que eu considero muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o segundo ponto: o Incra coloca que isso fragilizaria o Incra, já que vai ser levado ao Poder Judiciário, e o Poder Judiciário não tem a capacidade e a expertise que o Incra tem para conduzir essas políticas de regularização fundiária.

Nessa ótica, o Incra entende que seria melhor existir um fortalecimento da estrutura do Incra, justamente porque é o Incra que faz essa análise das questões de regularização fundiária.

(Soa a campainha.)

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE – Bom, além disso, o Incra coloca que existe uma questão de que o Poder Judiciário não teria tantos elementos para analisar essas questões de regularização fundiária, como, por exemplo, análise de sensoriamento remoto, cruzamento de informações e bancos de dados, a que o Incra tem acesso, para fazer essa análise – o processo judicial seria significativamente mais frágil do que o processo administrativo conduzido pelo Incra.

O Judiciário também é moroso, a gente sabe disso. O Incra tem os problemas de morosidade, isso é verdade, mas o Judiciário também tem problemas de morosidade na condução de processos judiciais. Isso aqui também é claríssimo para quem trabalha e quem mexe com processos judiciais.

Além disso, existe uma mescla de regularização fundiária com o eventual conflito possessório.

Nesse sentido, o Incra coloca que, no âmbito administrativo, seria uma forma mais correta. E, além do mais, o Incra teria outras formas de destinar o imóvel público, como, por exemplo, se não desse certo, ele poderia também atender à deliberação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária.

No final, conclusão do Incra – não é do Ministério Público; é do Incra –, o Incra é contrário à aprovação do projeto de lei.

Então, foi basicamente isso.

Eu fiz uma análise de artigo por artigo do projeto de lei do Senador Marcos Rogério, fiz artigo por artigo. Eu fui analisando e vou ser muito sucinto aqui nas colocações.

O primeiro artigo, como a gente colocou, fala que vai possibilitar um processo judicial de regularização fundiária.

O que é que eu vejo aqui? Logo de cara se abrem duas alternativas: ou para o Incra, ou para o Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, Senador, talvez fosse o caso, para evitar essa questão de afronta à separação dos Poderes, talvez fosse o caso de colocar um prazo: "Olha, após x anos, o Incra não analisando nada..."...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fora do microfone.) – Isso...

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE – ... aí sim, abre-se uma possibilidade de ingressar com ação judicial. Por quê? Porque, se o Incra não atendeu ao que ele deveria ter feito, ele deveria ter verificado se é possível ou não titular aquela pessoa, e isso vai, de certa forma, fortalecer o Incra. Por quê? Porque vai se notar, se houver algum problema nessa análise, que é necessário maior quantidade de recursos para que o Incra possa atender a essa perspectiva num prazo que for estipulado pela lei.

Então, essa seria uma sugestão do Ministério Público, Senador. Colocaria isso, provavelmente...

Os demais palestrantes falaram que não é nada possível disso aqui, mas essa seria uma sugestão que eu colocaria, a fim de que fosse, justamente, aprimorado esse projeto de lei, e, aí sim, pudesse passar a ser deliberado e aprovado.

Mas, havendo essa dupla vertente logo de cara, talvez não fosse o adequado. Seria bom colocar algum tipo de proposta nesse sentido, porque aí se demonstraria, de forma muito clara, que o Incra não cumpre o seu papel, e, aí sim, possibilitaria que sejam destinados recursos para o Incra e também se mostraria que teria a via judicial, que seria a última via, num determinado conflito.

Então, seria essa a primeira sugestão.

Nos outros casos, tem alguns problemas aqui.

O art. 30-B fala de um ponto que é de competência da Justiça Federal. Está certo. É isso mesmo. Questões de regularização fundiária, envolvendo o Incra, são da competência federal. Agora, ele diz o seguinte: onde não houver vara federal "a ação poderá ser proposta, a critério do autor, perante a Justiça estadual".

Aqui tem um problema de constitucionalidade, porque, quando a gente diz respeito a processos envolvendo o Incra, que é uma autarquia agrária, e a União, regra absoluta é competência da Justiça Federal. Então, não tem como transferir, por meio de competência delegada, para a área estadual, porque a área estadual é... A Constituição possibilita isso? Possibilita, mas no caso de previdência. Está lá no art. 109, §3º. Ele possibilita a competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delegada nos casos de INSS, em que a gente percebe claramente que, onde não tem vara federal, vai ser proposta a ação na vara estadual. Mas é só restrita essa questão da competência delegada.

Aqui tem um vício de inconstitucionalidade, que teria que ser alterado. Essa questão é da Justiça Federal, sempre Justiça Federal. Não tem como possibilitar aqui que seja proposta...

Eu já estou caminhando para o final, Excelência. Eu estou controlando aqui, porque...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, eu estou gostando da conversa.

O SR. MICHEL FRANÇOIS DRIZUL HAVRENNE – Eu fiz considerações e eu estou tentando agilizar, para não ultrapassar muito tempo, mas são algumas sugestões para alterar.

Esse ponto eu acho que é importante alterar.

Sobre isso, eu fiz busca na jurisprudência, que fala que não é possível no caso do Incra.

Imaginem uma ação na Justiça estadual, envolvendo o Incra. Não dá. Pelo menos, teria que ser uma emenda constitucional, e não projeto de lei. Aí teria que mexer na Constituição Federal, fazer com que a competência delegada também envolvesse questões agrárias. É mais complicado, pela dificuldade de se aprovar uma emenda.

Bom, o art. 30-C coloca a questão da Defensoria Pública da União ou dos Estados para promover ação judicial individual ou coletiva em favor de pessoas hipossuficientes.

A missão da Defensoria Pública é justamente promover essas ações em prol dos hipossuficientes, mas a questão é: a DPU é legitimada nesse caso, porque é Justiça Federal. O art. 14 da Lei Orgânica da DPU coloca que é a DPU que vai ser a legitimada.

Mas há uma possibilidade, pela Lei Orgânica da DPU, de fazer convênios com os Estados. Aí, sim, a DPE, a Defensoria Estadual, age nos casos em que houver esse convênio.

Mas, muitas vezes, a DPU não quer fazer o convênio, porque entende que é uma perda do seu poder. Então, eu já tive casos federais em que eu atuei no interior de Minas, onde a DPU não tinha estabelecida uma unidade. A gente foi indagar se a Defensoria Estadual poderia agir nesses casos. A Defensoria Estadual falou: "Eu posso, desde que haja um convênio com a DPU". A gente indagou a DPU, que falou: "Não quero fazer convênio". Obviamente, porque, por trás, tem uma questão de poder. Eles não querem transferir atividades que são deles para outros entes, porque querem se fortalecer.

Então, aqui, poderia haver, talvez, alguma sugestão, no sentido de que, por lei, autoriza-se a Defensoria a atuar, nos casos em que não tiver a Defensoria da União. Talvez.

Aqui seria um ponto a se analisar ou obrigar a fazer esse convênio aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um convênio previsto nesse art. 14, §1º, da Lei Orgânica da DPU.

Os outros artigos, como o 30-D, que fala da petição inicial, o que deve conter aqui a citação do Incra, da União, vem lá todos os documentos...

O 30-D repete boa parte do que está contido nos arts. 5º a 10 da Lei 11.952. Depois, o 30-E vai falar da contestação, o que a União e o Incra devem colocar nessa contestação, para rebater os argumentos da ação inicial. Colocam lá algumas questões que também estão previstas na Lei 11.952, também numa instrução normativa do Incra.

Além disso, já caminhando bem para o final, Excelências, no 30-F, o projeto de lei prevê que o juiz determinará realização de vistorias, de vistorias presenciais. Também está contido isso na Lei 11.952. No 30-G da mesma maneira, que é na Lei 11.952.

E aí, no final, vem a fase de julgamento, de instrução e julgamento, e a aplicação subsidiária do CPC.

Excelências, então, só para resumir aqui o que eu falei.

Primeiro, é importante chamar a atenção para essa questão dessa afronta à separação de Poderes. O Incra é o ente que é, pela Constituição, responsável pela política agrária. Então, deve-se atentar a isso.

Um ponto muito importante que eu gostaria de colocar aqui para vocês, Excelências: seria bom constar, em um artigo, que o Ministério Público sempre vai ser ouvido, Ministério Público Federal, porque não tem aqui. Então, é importante, porque, na questão de terras, o Ministério Público tem atribuição constitucional para a defesa de interesses difusos e coletivos. Da mesma forma que, naquela lei há a desapropriação sanção – desapropriação para fins de reforma agrária –, que é a Lei Complementar nº 76, lá está previsto que o Ministério Público sempre se manifesta antes de qualquer decisão judicial.

Então, seria interessante constar aqui um artigo para dizer que o Ministério Público Federal sempre vai se manifestar nesses casos envolvendo regularização fundiária rural. Isso é importante, porque o MPF é, de certa forma, o defensor da sociedade. Então, teria que ter aí um artigo, ainda mais envolvendo questão de terras, conflitos de terras e questões de regularização fundiária.

Há aquela sugestão de que, após x anos, sem análise conclusiva do Incra, seja possibilitado o ingresso de ação judicial.

A competência delegada tem esse problema que eu falei para V. Exas., da questão de que a área é federal, não tem como transferir para a área estadual isso aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da DPU, tem essa questão do convênio. Talvez colocar aí que a Defensoria estadual vai agir nos casos em que não houver Defensoria Pública da União instalada na região, ou que, por algum motivo, não atue. Talvez seja um ponto a ser levado em consideração sobre a DPU.

Excelências, basicamente eram essas as minhas considerações. Tentei cumprir o tempo, acho que eu extrapolei um pouco.

Peço desculpas por ter extrapolado o tempo, mas é um tema muito relevante, muito importante, e eu fiz questão de analisar artigo por artigo e trazer as considerações que eu entendo que são importantes para o aperfeiçoamento do projeto de lei e para que a sociedade seja beneficiada ao final de tudo.

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Michel.

O tempo não tem problema nenhum. O importante é que o senhor nos trouxe aqui uma contribuição e tanto.

Parabéns pela análise completa do projeto.

Quero registrar a presença do Senador Hamilton Mourão, grande colaborador desta Comissão.

Eu queria saber cumprimentar meu amigo Josenir Nascimento, Primeiro-Suplente do Senador Beto Faro.

Está na ilharga, do lado.

Bom, estou vendo aqui o assessor do Senador Jaime Bagattoli... (Pausa.)

Hoje está assim o negócio, não é?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Caiu um negócio ali, outro caiu daqui, e agora bateu na porta.

Vou fazer uma oração aqui.

Eu queria perguntar se temos aqui algum assessor do Senador Marcos Rogério. (Pausa.)

Não?

E do Relator do projeto, o Senador Jayme Campos? Tem alguém do Jayme? (Pausa.)

Também não?

Precisava, não era? (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está certo.

Registrada também a presença do meu amigo João Pedro, ex-Senador desta Casa.

Deus continue a abençoá-lo, firme e forte.

E assim quero cumprimentar e abraçar todo mundo aqui.

Como a reunião é transmitida, eu tenho aqui já duas perguntas que eu queria já ler aqui e deixar à disposição dos nossos expositores.

A Raika, do Estado do Maranhão, pergunta: "Quais serão as estratégias de apoio e proteção para com as comunidades e famílias locais?".

Não sei bem o contexto aqui que ela está perguntando, mas é isso que ela escreveu no e-mail.

Da Esther, de São Paulo: "Como o PL 4.718/2020 altera a Lei 11.952/2009, ao criar o processo judicial de regularização fundiária e quais seus efeitos aos ocupantes?".

Aí tem um comentário aqui que vem lá do Estado do Amazonas. Vamos lá.

O Cesar diz o seguinte: "Sou a favor da legalizacão de terras para agricultores na Amazônia. Os amazônidas têm direito a explorar a terra e produzir riquezas".

Os senhores fiquem à vontade. O material está aqui.

Quero registrar também a chegada do Dr. Marcos Vesolosquzki.

Cadê o Marcos?

Levante a mão, Marcos. Tudo bem? (Pausa.)

Arrumou uma cadeira por aí? (Pausa.)

Opa! Esse sobrenome aqui é... (Pausa.)

Hein, Marcos, esse sobrenome veio de onde?

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI – Do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Opa! (Risos.) (Pausa.)

Eu gostaria, neste momento, de chamar o Senador Beto Faro para assumir a Presidência. (Pausa.)

Ele é tímido, é? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu tinha solicitado a inscrição para o Senador Zequinha, primeiro, para agradecer aí à Comissão, porque, como esse projeto, Presidente, não vai ao Plenário – ele é analisado aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Agricultura e daí é terminativo na Comissão de Constituição e Justiça –, a gente precisava aprofundar, e ele já estava estabelecido na sessão, há duas semanas – não é, Senador Zequinha? –, já para votação.

Então, eu solicitei, fiz um requerimento para que a gente adiasse a votação e que a gente pudesse fazer esta reunião aqui, para que a gente pudesse ouvir todos os órgãos.

Acho que é fundamental, porque esse é um tema muito importante para uma região grande. Nós estamos falando de milhares de hectares, de milhões de hectares de terra – não é de um pedacinho de terra – e de muitas vidas que vivem ali naquela região. Portanto, avalio que é fundamental este debate.

A primeira intervenção aqui já esclarece uma série de coisas. Imagine, até o final do nosso debate aqui, o quanto a gente pode aperfeiçoar o projeto, o quanto a gente pode trabalhar.

Quero, inclusive... Mesmo não estando aqui o Relator e o nosso proponente, o Senador Marcos Rogério, eles vão ter acesso a todas as documentações deste debate aqui, as gravações, todo o debate.

Acho, inclusive, Presidente, que, como nós estamos chegando no final deste período, deste ano legislativo, um tema como este, sinceramente, para que a gente pudesse... Acho que é possível a gente ir buscar um entendimento sobre o projeto, está certo?

Eu acho que seria importante não vir logo na semana seguinte, que é a última semana, é semana de votação de Orçamento, tem uma série de outros pontos, mas que a gente pudesse dar o tempo, talvez, na volta nossa do recesso, porque nós vamos terminar este ano na semana que vem, para deixar, talvez, para a gente votar ali na primeira semana ou na segunda semana da volta do ano que vem. Acho que ficaria melhor, inclusive, para que a gente pudesse trabalhar, porque vai ter as argumentações aqui, mas nós vamos ter muita conversa para poder fazer até chegar a um bom entendimento, e eu acho que é possível a gente chegar a um bom entendimento.

Sou desses que acho que o projeto é meritório, no aspecto de que nós temos que agilizar o processo de regularização fundiária. Isso aqui, para mim, é fundamental.

Eu sou da região, conheço a região, fui Presidente da Fetag, que é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, e nós sabemos.

A minha maior tristeza é quando a gente vai entregar título, hoje, lá para as pessoas. Tem aqueles atos, ou do governo do estado entregando via o Instituto de Terras ou do Incra fazendo, ou até do SPU, e a gente vê: todas as pessoas que recebem os títulos aqui, Senador Zequinha, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 65 anos, são de 70 anos, são de 80 anos... É muito difícil você fazer um ato, hoje, para entrega de títulos definitivos das propriedades para um jovem, para uma pessoa de 25 anos, de 30 anos, tanto é o tempo que essas pessoas tiveram para poder fazer o processo de regularização.

Então, criar um mecanismo que possa agilizar esse procedimento é fundamental. Está certo? Esta aqui é uma primeira concordância que eu tenho com o projeto: nós temos que buscar.

Agora, qual é esse mecanismo?

Eu não acho correto tirar essa função do Incra – não acho correto tirar essa função do Incra. Eu sei que o Incra tem seus problemas. Nós estamos fazendo uma recomposição, inclusive, de força de trabalho no Incra agora, já teve o primeiro concurso agora de 700, pequeno ainda para o que é necessário. Inclusive, nos próximos concursos, tem que designar mais gente para a Amazônia. Não pode concentrar em outras regiões. Tem que concentrar, Dr. Fideles e João Pedro – que está aqui, que é da direção do Incra –, mais gente para aquela região, porque, em outras regiões, você não tem o mesmo trabalho que você tem que fazer lá na região. Nós temos muito mais coisas para poder tocar naquela região. Então, é fundamental concentrar, inclusive nos próximos concursos, o número de técnicos, de pessoas que possam recompor essa força de trabalho, no Incra, para poder dar agilidade.

Achei muito importante a fala aqui do nosso Ministério Público, quando trata o seguinte... Não sei se é isso, mas qual é o mecanismo que a gente cria para também ter um tempo para que essas pessoas possam fazer, para não deixar que o cara morra para poder o filho vir receber o título de terra? Está certo?

Então, tu tens que criar um mecanismo, se é a partir do requerimento, se é a partir de tal momento ali, a partir de que momento você dá um prazo, e aí o órgão que expede fazer isso.

Então, acho que esse é um mecanismo que a gente pode criar dentro do projeto, acho fundamental isso aqui, sem tirar essa prerrogativa do Incra, sem tirar a prerrogativa do Poder Executivo, porque é quem pode determinar, inclusive, áreas que não são só para o cidadão trabalhar individualmente a propriedade, mas pode ser área coletiva.

O risco de a gente colocar isso, e por isso eu pedi, de a gente transferir essa coisa para a Justiça é de que, mais uma vez, a gente tenha os privilegiados, por que quem é que tem condição de pagar advogado efetivo para poder regularizar? Nós vamos talvez agilizar só os procedimentos daqueles que têm a grana para poder bancar os advogados, para poder bancar os melhores advogados, para quem está todo dia podendo estar lá na porta da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagine ribeirinhos, associações, esse pessoal que não tem esse instrumento de advogado... O defensor vai fazer isso? Nós temos lugar que não tem nem defensoria.

E na Amazônia a gente não está falando de "ah, daqui a 5km eu estou na cidade". E essas áreas que precisam de regularização geralmente são as mais distantes, inclusive, da cidade, são as mais distantes para as pessoas i

passa a vida inteira às vezes e não vai nem à sua cidade, mas que precisa lá da sua terra para poder fazer isso.

Então, eu temo que a gente, com uma ideia importante de agilizar o processo, crie uma situação que acaba privilegiando novamente pessoas que mais têm em detrimento das pessoas que estão dentro dos assentamentos, dentro das áreas quilombolas, dentro dos ribeirinhos.

Então, eu acho que esse é um problema que o projeto traz e por isso eu pedi que a gente pudesse analisar.

E ouvir aqui vocês, com certeza, vai ser uma aula para todos nós, e a gente, Senador Zequinha, Senador Mourão, vai conversar com nossos parceiros aqui da Comissão, para aprimorar o projeto.

E a gente dando um tempo... Eu sei que todo mundo está meio rápido, "nós temos que decidir logo", mas nós vamos entrar num recesso, um mês a mais, um mês a menos, aqui não vai demorar, e a gente pode chegar ao entendimento, para poder aprovar aqui, com o meu voto, com o voto de todos nós, para aprovar na Comissão de Justiça, e o processo andar, para não ter que, daqui a pouco, estar vetando o projeto, daqui a pouco estar dialogando sobre outros temas.

Então, era essa a minha fala sobre esse tema.

E aí passo, então, a palavra agora... O Dr. Fideles fica pra a frente, né?

Quem é o segundo? (Pausa.)

Tá.

Pode ir, então, o dois aqui.

A Dra. Daniela Ferreira dos Reis tem dez minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. DANIELA FERREIRA DOS REIS (Para expor.) – Bom, obrigada, Exmo. Presidente, a quem eu cumprimento, também a essa mesa de palestrantes e aos demais Senadores presentes.

A gente vai fazer uma exposição bem breve, mas acredito que seja importante uma pequena contextualização da nossa manifestação.

Eu sou da Coordenação de Justiça Socioambiental da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, do Ministério da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nossa manifestação foi muito no sentido de avaliar dois pontos que esse projeto traz, que é essa relação de judicialização, vinculando ali com a atuação do Judiciário, e a atuação das defensorias públicas, uma parte de uma vinculação.

O que foi a nossa avaliação dentro desse contexto? A secretaria nacional tem enfrentado inúmeros desafios e aportes de recursos para ampliar a atuação do que a gente chama do acesso à Justiça propriamente dito, de como a prestação jurisdicional se dá especificamente na Amazônia Legal, uma região com desafios logísticos, com ausência de recursos, infraestrutura, como já foi bem colocado pelo Senador Beto Faro aqui, e que tem alguns desafios que estão relacionados também com a forma como a atuação das defensorias hoje está nos estados. A gente tem pouquíssimas defensorias ainda interiorizadas, vastas distâncias, e também tem uma ausência de prestação jurisdicional, de comarcas e de presença de juízes nessas regiões.

Então, esses foram elementos que a gente considerou importante trazer para essa discussão, para que a gente consiga desconsiderar ou trazer alguns pontos de como está também a Justiça, de um ponto de vista de como esse acesso vai se dar e como isso vai se transformar, eventualmente, em uma judicialização em regiões em que a gente não tenha um pleno atendimento jurisdicional dessa população, especificamente nas regiões que precisam de regularização fundiária, que estão ali sobrepostas e que têm uma

dinâmica que carece, por exemplo, de acesso a serviços, como o memorial descritivo, o acesso ao georreferenciamento, que são instrumentos extremamente técnicos, que, atualmente, não são de fácil acesso e que a população, em geral, não consegue acessar.

Então, esses foram alguns pontos com que a gente achou interessante começar essa manifestação, para não ser tão repetitivo naquilo que já foi colocado, principalmente da fragilização do Incra enquanto uma política pública, mas trazendo também para o lugar de atuação que o ministério tem junto ao Conselho Nacional de Justiça, na ampliação desse acesso e dessa infraestrutura, que é necessária para a garantia plena de direitos.

Então, além disso, a gente também fez uma análise mais técnica do que tem sido a política judiciária em relação a esse tipo de disputa, tanto conflitos possessórios quanto demandas de regularização na região da Amazônia.

E, quanto a alguns pontos que a gente identificou, existe a ampliação das medidos extrajudiciais de diálogos.

O CNJ, através da Resolução 125, da Resolução 510, que trata especificamente dos conflitos possessórios, nos trouxe a oportunidade, enquanto Poder Executivo, de sentar-se à mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com inúmeros atores, lidando com regiões cujas complexidades geográficas, territoriais e históricas são inúmeras, na construção de resoluções adequadas, dialogadas, e que tenham uma redução da litigiosidade.

Então, esse foi um segundo ponto que a gente acha muito importante de ser considerado, além dessa questão de qual é o lugar de construção.

A gente quer ampliar a regularização fundiária e o acesso aos serviços. E a judicialização, em alguma medida, vai gerar o mesmo abarrotamento de processos que a gente já tem no âmbito administrativo, porque a questão é muito complexa.

A Amazônia tem inúmeras questões históricas relacionadas não só à ausência de infraestrutura, mas à forma como a gestão fundiária se deu ao longo do tempo, e, atualmente, o Incra possui o melhor adensamento técnico, a gestão de informações, a governança territorial, base de dados, e o Ministério da Justiça ocupa um papel muito importante nessa construção, ampliando cada vez mais a atuação de fiscalização, gestão territorial, aproximação, como alguns dos enfrentamentos relacionados à apropriação irregular de terras públicas.

Então, é muito importante ter um espaço de construção. E, aí, acredito que esse projeto traz um ponto importante de qual é o lugar do Judiciário, que pode ajudar o Poder Executivo a dar mais celeridade a esses procedimentos, mas que não é necessariamente a criação de um procedimento de judicialização.

Nós temos outros espaços, e esses espaços estão pautados, por exemplo, na mediação extrajudicial e na gestão administrativa, e inclusive a gente traz alguns dados na nota que a gente juntou, que traz muitas informações da ampliação que foi dada através da mediação consensuada, nesses espaços vinculados com o CNJ.

Então, a Saju, o Ministério da Justiça, trazem esses pontos para reflexão, especificamente, como o aumento grande já da judicialização em casos possessórios, o aumento de conflitos territoriais, e a nossa perspectiva, que consideramos importante, é: ampliar a regularização, garantir o acesso a direitos, mas isso tem que se dar através de um mecanismo que faça sentido com a gestão, principalmente na região da Amazônia Legal.

Nós carecemos de infraestrutura, carecemos de serviços públicos, carecemos da atuação da Defensoria Pública. Então, parece um contrassenso a gente construir um novo mecanismo que vai permear justamente uma infraestrutura que também não existe nas regiões.

Mas é muito importante a gente conseguir fazer uma construção de um locus de mediação – questão de avanços administrativos –, que seja convergindo os papéis de responsabilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Executivo com o Poder Judiciário, e não uma substituição, como ora parece, que o projeto acaba propondo.

E um terceiro ponto, para encerrar, seria justamente ter esse fortalecimento do Incra.

Na última gestão, no Incra, especialmente no que a gente tem atuado conjuntamente com a Câmara de Conciliação Agrária do Incra, nós identificamos um avanço na relação desses procedimentos que já estavam parados há muitos anos, em razão dos conflitos possessórios ou das ausências de informações técnicas, mas também identificamos que o Incra fez um investimento muito mais alto de gestão territorial, que é da informação fundiária.

Hoje, nós carecemos de muitas informações para que a gente tenha segurança da emissão dessas informações. Então, um ponto muito importante – isso é garantido, e é o Incra atualmente que possui esse banco de dados ampliado – é justamente a informação fundiária, algo que, atualmente, o Judiciário não possui e que nos traria, eventualmente transferindo esses procedimentos para lá, uma insegurança significativa de como essas informações iriam se cruzar.

Então, esses são alguns pontos de uma análise bem técnica, Presidente, que a gente colocou, pensando especificamente a política de acesso à Justiça e o papel desses atores do Poder Executivo, do Judiciário, em coordenação, mas também identificando principalmente a mudança de perspectiva que a gente tem hoje, no Judiciário e no Poder Executivo, desses mecanismos de conciliação ou extrajudiciais, justamente para reduzir os litígios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Obrigado, Dra. Daniela.

E agora seria o Dr. Carlos Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Mas, antes, eu queria pedir ao Senador Mourão que pudesse nos presidir aqui na Comissão.

O SR. CARLOS GONDIM (Para expor.) – Obrigado, Senador Beto Faro, Senador Hamilton Mourão, Senador Zequinha Marinho, Senador João Pedro, nosso Diretor do Incra.

Boa tarde a todas e todos, meus colegas e ex-colegas, Érico Goulart, com quem eu trabalhei no Incra; Michel François, com quem eu também trabalhei no Incra; Júnior Divino Fideles também, foi meu chefe; Dra. Daniela; Dr. Marcos...

É uma alegria imensa estar aqui hoje, debatendo esse tema que é tão importante.

Vou direto ao ponto, porque o nosso tempo é curto para tanto tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regularização fundiária é atribuir propriedade a quem tem posse – isso seria um conceito genérico. Ela pode se dar sobre terra privada ou sobre terra pública.

Como é que se faz a regularização fundiária sobre terra privada? Você tem posseiros, e uma outra pessoa é proprietária; então, você desapropria esse proprietário, para poder regularizar essa posse dos posseiros.

E, sobre terra pública, tradicionalmente tinha o nome de legitimação de posse.

A Lei 11.952 traz a legitimação de posse, mas chama de regularização fundiária. Então, o que a gente vai tratar aqui hoje é da regularização fundiária em cima de terras públicas para indivíduos.

Há outras regularizações fundiárias – indígena, quilombola, de unidade de conservação –, mas do que a gente está tratando aqui hoje é para indivíduos.

Juridicamente, é uma alienação de uma terra pública inservível, por dispensa de licitação, a preço baixo, a preço abaixo do valor de mercado.

Então, a regra para você vender um bem público é a licitação, é o leilão a valor de mercado, numa ampla concorrência.

A Lei 11.952 traz uma exceção: eu vou fazer uma dispensa de licitação, para vender a preço baixo para quem cumpre aqueles requisitos; eu vou escolher a pessoa que vai adquirir aquela terra.

Bom, se o Projeto de Lei 4.718 for aprovado, o Judiciário é que vai ter que analisar todos os requisitos que a Lei 11.952 traz, e é isso que nos gera preocupação.

O primeiro requisito que o Poder Judiciário vai ter que analisar: é um bem público? Eu estou lidando ali com uma terra pública?

Isso não é simples, porque o Brasil adotou, na Lei de Terras, de 1850, um sistema muito complexo e que favorece a grilagem.

O Estado brasileiro não tem um cadastro de terras públicas e de terras privadas. A gente sabe o que é terra pública por exclusão. É público tudo aquilo que não é privado. Então, se as pessoas, numa determinada área, aparecem com títulos de propriedade, a gente consegue separar o que é público do que é privado.

Imagina que loucura seria se no Senado Federal fosse igual, se o Presidente do Senado fosse abrir uma sessão sem saber quem são os Senadores e quantos são. É Senador todo mundo que apresentar uma carteirinha de Senador. Num dia podem ser 400, noutro dia podem ser mil. E aí virão as carteirinhas falsas de Senadores. Uma loucura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem se no serviço público fosse assim, Dr. Michel, se a gente não soubesse quem são os servidores públicos que podem atuar num processo administrativo. É servidor público todo mundo que apresenta uma carteirinha de servidor público.

Evidentemente, não é assim. A União sabe quem são os seus servidores. O Senado Federal sabe quem são os seus Senadores. O TSE registrou as candidaturas, sabe quem foi eleito, quem foi diplomado, quem tomou posse. Então, a gente tem um número conhecido de Senadores, um número conhecido de funcionários públicos.

Mas, no sistema de terras brasileiro, não é assim: é proprietário quem aparece com um título de proprietário. E muitos desses títulos são falsos, são forjados. Isso é a grilagem.

Então, acho que o primeiro ponto que a gente precisaria corrigir, que este Congresso pode e deve corrigir, é o nosso sistema de terras, para a gente saber, finalmente, o que é público e o que é privado, não depender de alguém aparecer com título supostamente de propriedade.

É por isso que a quantidade de terras hoje registradas em cartório é muito maior do que o território nacional.

Há municípios que têm área registrada que é uma vez e meia, duas vezes a área do município. Então, o sistema registral, cartorário, tem muitas falhas. E há aí conflitos de interesses, há uma confusão entre interesses públicos e privados. E a gente deve reconhecer que o CNJ tem feito, há décadas, um serviço muito importante de tentar regular a questão dos títulos de propriedade e combater a grilagem.

A grilagem ainda não é um problema residual. A grilagem é um problema muito sério no país.

E a grilagem gera conflitos. Uma regularização fundiária malfeita legitima o grilo e gera conflitos.

Então, esse projeto de lei está jogando no colo do Poder Judiciário o combate à grilagem, para muito além das atribuições que o Poder Judiciário já tem, que não são poucas.

Bom, então, como é que hoje se sabe que uma terra é pública? Faz-se uma discriminação, ou um processo administrativo de discriminação ou uma ação discriminatória. Então, para que o poder público possa provar que a terra pública é uma terra pública, ele diz: isso aqui é público, mas eu quero saber se alguém tem título de propriedade sobre essa área que eu entendo que é pública. E, aí, o Judiciário vai analisar a validade daqueles títulos que aparecerem.

Então, é um processo que dura, em média, 20 anos, para eu entender que aquela terra é pública. E aí, depois que eu entender que aquela terra é pública, posso então receber os pedidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de regularização fundiária, para poder atribuir a um particular a titularidade daquela área que ele ocupa.

Então, com o projeto de lei sendo aprovado, a gente vai ter dois processos.

O primeiro processo, a ação discriminatória em que o poder público tenta provar que a terra pública é uma terra pública, para depois atribuir, por outro processo judicial, a terra pública a um particular e fazer, finalmente, a destinação.

E aí, Senador Hamilton Mourão, não vejo como isso pode ser uma aceleração do processo de regularização fundiária. Entendo que vai retardar ainda mais o processo de regularização fundiária.

Bom, outro ponto que o Poder Judiciário teria que analisar, caso esse projeto seja aprovado, é se aquela terra é um bem inservível.

O Estado brasileiro só pode alienar uma terra se não tem uso para ela, porque a Constituição tem outras prioridades que não a alienação de terras públicas. Então, é preciso averiguar se o Estado vai precisar daquela terra para criar uma unidade de conservação, para fazer reforma agrária, para declarar uma terra indígena, um território quilombola, um território de povos e comunidades tradicionais...

Isso tudo hoje é feito na Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas, da qual a diretoria do Senador João Pedro participa. Então, os órgãos fundiários da União, os órgãos que precisam de terra para aplicar suas políticas públicas são consultados se aquela terra é necessária para aplicar uma política pública ou se ela pode ser alienada.

Como o Poder Judiciário vai fazer essa análise?

Isso é uma análise discricionária, uma análise de adequação às políticas públicas. Eu acho que o Poder Judiciário não tem essa capacidade de dizer se aquela terra é útil para a política pública aplicada por órgãos como ICMBio, Incra, Funai.

Outro ponto que o Poder Judiciário teria que analisar é se cabe, no caso, uma dispensa de licitação. Se a regra é a licitação, o leilão daquele imóvel para uma ampla concorrência, por valor de mercado, o Judiciário, ao fazer regularização fundiária, vai ter que analisar. Bom, aquele sujeito que está pleiteando a regularização fundiária se enquadra nos requisitos legais? Ele ocupa, explora, tem uma cultura efetiva, essa cultura efetiva vem desde 2008, ele já é proprietário de outra área, ele já foi beneficiário de um programa da reforma agrária ou de outro programa de regularização fundiária? Ele tem posse mansa e pacífica? Ele expulsou alguém para estar ali? Ele matou alguém para estar ali?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS GONDIM – Então, tudo isso o Poder Judiciário teria que analisar.

A Lei de Terras do Maranhão, de 1969, que foi executada na década de 70, foi responsável pela titulação de enormes áreas para particulares, áreas essas ocupadas por comunidades indígenas, quilombolas e povos tradicionais.

Ela também foi responsável por elevar, na década de 80, o Maranhão a um dos estados mais conflituosos do país, condição da qual o Maranhão ainda não saiu: o Maranhão continua sendo um dos estados mais conflituosos do país, ao lado da Bahia, Tocantins, Pará. Por quê? Há diversas pessoas com títulos de propriedade sobre áreas que estavam ocupadas por comunidades, e isso gerou conflito.

Então, uma regularização fundiária mal feita, em que não se avalia se aquela posse é, de fato, mansa e pacífica, se o sujeito efetivamente ocupa aquela área, pode ser geradora de conflitos e legitimadora de grilagens. Então, há uma preocupação aí de como o Poder Judiciário vai evitar legitimar uma grilagem.

E, por fim, o Poder Judiciário, se esse projeto de lei for aprovado, teria que avaliar preço da terra.

Quem avalia preço da terra é o Incra. Não existe avaliação mais precisa que a avaliação feita pelo Incra. Como é que o Poder Judiciário vai fixar o valor daquela terra e, mais, vai vender aquela terra a preço abaixo do valor de mercado?

Hoje, uma terra de regularização fundiária pode chegar a 5%, 10% do valor de mercado. Seria o Poder Judiciário legitimado para fazer essa renúncia de receita, vender uma terra abaixo do valor de mercado?

Claro que, quando você faz uma regularização fundiária para o agricultor familiar, você tem uma justificativa para ter essa renúncia de receita, mas como é que o Poder Judiciário legitimaria uma renúncia de receita da União sobre terras de 2 mil hectares, 2,5 mil hectares, criando verdadeiros latifúndios?

E, por fim, uma última preocupação é: como o Poder Judiciário vai avaliar o cumprimento de cláusulas resolutivas?

Se o sujeito recebe aquela terra com benefícios, os benefícios da Lei da Regularização Fundiária, ele é obrigado a cumprir determinadas cláusulas resolutivas: não pode vender, ele tem que pagar, tem que ter uma destinação agrária, cumprir legislação ambiental, cumprir legislação trabalhista... Quem vai fiscalizar isso será o Poder Judiciário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em caso de não haver possibilidade de regularização fundiária, essa terra tem que ser ou retomada pela União ou vendida em processo de licitação. Mais uma vez: como o Poder Judiciário faria essa outra destinação?

Então, entendemos que este projeto de lei fere a separação de Poderes, dá atribuições tipicamente administrativas ao Poder Judiciário, atribuições que são do Poder Executivo, de gestão de terra, de destinação de terras, de discricionariedade, de decidir para onde vai aquela terra...

E eu imagino que seja um pouco difícil encaixar o programa de regularização fundiária num processo judicial, porque o requerente não tem um direito subjetivo a ser titulado se aquela terra não for um bem servível, se ele não preencher os requisitos para regularização fundiária.

Então, entendo que a solução para a gente acelerar a regularização fundiária é equipar o Incra: dar mais servidores, dar condições tecnológicas para o Incra poder fazer a regularização fundiária de maneira mais célere, mas não transferir para um outro Poder, que não tem a expertise que o Incra tem, essa tarefa da regularização fundiária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Dr. Carlos Gondim as suas observações a respeito da tarefa imposta ao Judiciário pelo projeto de lei, e obviamente o Dr. Gondin exercendo o jus sperniandi.

Está certo, Dr. Gondin. É um direito.

Eu vou passar a palavra ao nosso próximo debatedor, que é o Sr. Marcos Kaingang, Secretário Nacional dos Direitos Territoriais Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

Marcos, você tem dez minutos aí, com alguma flexibilidade – só porque tu és gaúcho, viu, tchê?

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI (Para expor.) – Não, eu toleraria pelo menos 15, Senador, já que sou gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É, está certo, mas tu estás com cara de gremista, hein, tchê?

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI – É, não, fiquei... Escapei um pouquinho do rebaixamento.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Escapou? Então está satisfeito, está satisfeito.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI – É, este ano o Colorado passou um sufoco maior, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então vai lá, Marcos, está contigo.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI – Perfeito, Senador.

Bom, só queria dar meus agradecimentos aqui, Senador, em nome dos demais Senadores aqui também desta Comissão.

É sempre uma satisfação participar com os demais membros aqui da mesa também.

Na pessoa do Senador, quero cumprimentar os demais colegas aqui.

Senador, vou ser bem rápido e breve. Os colegas que me antecederam já meio que resumiram praticamente quase toda a matéria.

Eu vou pontuar dois, três aspectos aqui, Senador, com relação às nossas preocupações em relação ao impacto nas terras indígenas, com relação a esse projeto de lei.

Para nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas... E o Ministério da Justiça, de alguma forma, também transversaliza, por ter competência na matéria também, junto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Senador. Nós, basicamente...

Eu acho que o colega do MDA antecipou muito bem aqui um pouco desse fluxo da regularização fundiária, e ela impacta terras indígenas também, né?

Em relação a isso, nós temos uma preocupação específica, que é com relação a terras indígenas, em que o projeto também impacta, né? Ou seja, buscar regularização em sobreposição, muitas vezes com áreas reivindicadas, inclusive, pela própria Fundação Nacional dos Povos Indígenas, que está fazendo o trabalho de regularização – esse é um primeiro aspecto, Senador, que nos preocupa nesse projeto.

Nós temos todo um rito administrativo de demarcação de terras indígenas, que é regido pelo Decreto 1.775, e, nesse fluxo administrativo de demarcação, nós temos toda a parte de estudo, nós temos a parte de emissão de portaria declaratória e o ato final do decreto de homologação pelo Presidente da República.

E uma das coisas mais comuns que nós temos, Senador, em termos de terras indígenas, é o quê? O que mais gera conflito no campo é quando nós temos terras

indígenas em sobreposição com pequenas propriedades ou grandes propriedades – na sua grande maioria – também. Então, avançar com um projeto em que a gente avança na regularização sobre áreas reivindicadas, do ponto de vista da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, como direito originário, tendencia a gerar conflitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou colocando aqui, Senador, que a gente é contra paralisar financiamentos, as ações produtivas de proprietários que estão nessas áreas e que têm o seu direito legítimo – o seu título, em muitos desses casos –, mas nós temos um rito aqui que, do ponto de vista de transferir para o Judiciário uma matéria que é estritamente de competência do Poder Executivo novamente, e que está aí – nós temos o Incra como responsável nesta matéria, e uma expertise da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, que é no relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas –, nós basicamente teríamos que criar, dentro do Poder Judiciário, instituições com essa expertise no trâmite de regularização no Brasil.

Então, esse é um ponto, Senador, em que eu vejo que a matéria contradiz a atribuição do Poder Executivo Federal, principalmente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, nesse quesito.

Mas o que nos preocupa, em segundo momento, ainda mais, é a questão do acirramento de conflitos em áreas que são sobrepostas com terras indígenas e com reivindicação de postulante a título de propriedade nessas áreas.

Como eu falei, Senador, tem situações – em que a gente tem tentado avançar – que são o que gera, muitas vezes, questionamento do pequeno, do médio e do grande produtor também, porque, quando tu tens uma terra indígena identificada e ela se sobrepõe à propriedade, muitas das vezes, aquele sistema inviabiliza o acesso a financiamento – muitas vezes, para a produção de alimentos ou outros itens.

Essa é uma preocupação que a gente entende também, mas que há outra estratégia de avançar e superar isso, não mudando a competência do Poder Judiciário. Esse é um primeiro aspecto nesse sentido.

Eu reforço aqui, Senador, mais uma vez, a fala do colega do MDA também, porque eu acho que nós temos a instância mais apropriada para isso, que é a própria Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas hoje no Brasil, que foi retomada novamente e vem tentando avançar nessa direção, e busca fazer o fluxo de destinação adequado e correto para essas terras públicas. Então eu reforço o que o colega já trouxe, e bem mencionado, que nós, do Ministério dos Povos Indígenas, também a compomos, junto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, e ela tem fluído de maneira muito positiva no avanço da regularização de terras indígenas no Brasil, principalmente de áreas públicas também.

Então, Senador, eu citaria esses três aspectos aqui do nosso ponto de vista enquanto Ministério. A gente também elencou algumas propostas, alguns artigos aqui que poderiam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suprimidos de maneira total ou parcial, e a gente deixa a nossa contribuição aqui enquanto Ministério, mas a nossa preocupação se detém basicamente nesses três eixos: como se daria a participação nacional dos povos indígenas num processo em que envolva o Judiciário novamente?

Nós sabemos, Senador – e esta Casa, todos nós, enquanto membros do Poder Executivo, aqui do Legislativo também, e outros do Judiciário –, que nós já temos uma morosidade no sistema de justiça, hoje, para avançar com questões de demarcação, muitas vezes. Imagina se a gente jogar mais uma matéria para o Judiciário. A gente está falando aqui, Senador, hoje, no Brasil, para demarcar terras indígenas, de um processo administrativo que leva cerca de 30 anos no total. Então, nós jogarmos mais uma matéria,

de buscar titulação de áreas que têm sobreposição – e aí a terra indígena também é patrimônio da União e é terra pública –, isso nos causa uma preocupação ainda maior, Senador.

São poucos trechos aqui, Senador, a gente deixa a nossa contribuição também para esta Comissão, trazendo essas preocupações iniciais, de a gente avançar com esse projeto e o impacto que ele vai ter sobre terras indígenas, em alguns dos casos até acirrando conflitos no campo sem haver necessidade, que é a nossa grande preocupação. E aí reforço a fala do colega do MDA e dos demais colegas também: instrumentalizar, empoderar e estruturar ainda mais os órgãos que já têm essa competência. A gente tem visto, Senador, que em muitos casos que o Incra consegue ter as condições de trabalhar, a gente consegue avançar muito mais rápido, seja para a terra indígena, muitas vezes, que é ao que eu estou me atendo aqui, seja para as outras áreas também, como quilombolas e outras áreas públicas, Senador.

Acho que esse é um caminho que a gente pode perseguir enquanto Executivo e Legislativo nessa direção.

É isso. Gostaria de agradecer a oportunidade, e estamos à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Quero agradecer ao Marcos as observações colocadas, todas elas pertinentes, dentro, obviamente, dos argumentos apresentados.

É interessante que o Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados, mas nós temos dificuldade em definir o que é terra para cada um. É óbvio que existem limitações nisso, e uma das grandes limitações é a questão da distribuição espacial dentro do nosso território e a questão da Amazônia, que é uma imensa área a ser preservada e que, consequentemente, gera toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemática, vamos falar assim. Talvez devêssemos contratar o nosso grande centroavante, o Dario, Dadá Maravilha, que ele teria a "solucionática" para essas coisas.

Muito bom, vamos ao nosso próximo debatedor, que será pelo Zoom, o Sr. Marcelo Trevisan, Diretor do Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Sr. Marcelo, o senhor tem até dez minutos para apresentar as suas observações.

O SR. MARCELO MATEUS TREVISAN (Para expor. Por videoconferência.) – Muito bom, obrigado, Senador Hamilton Mourão, pela oportunidade. Obrigado aos colegas de dispositivo. Agradeço a muitos que também já conheço. Sou oriundo do Incra também, já trabalhei no Incra, tenho uma experiência considerável nesta discussão e também integro a bancada dos que se salvaram no domingo pela parte da tarde – não caímos para a segunda divisão; então, temos um time de três aliviados aqui nessa mesa.

Tratando efetivamente, aqui, do ponto da nossa pauta, acho que tem alguns elementos que são fundamentais de a gente tratar aqui. Eu queria fazer alguns recortes mais de caráter técnico e, depois, eu entro em alguns aspectos jurídicos. Primeiro, quero dizer que nós estamos tratando objetivamente de terras públicas federais identificadas, discriminadas e arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que estão concentradas na Amazônia em 99,96% dessas áreas.

Então, nós não estamos tratando de terra pública estadual e não estamos tratando de outras áreas inalienáveis da União; estamos tratando dessas glebas públicas federais que se concentram na Amazônia.

Segundo, eu acho que o Dr. Gondim – um abraço a ele – foi muito feliz quando ele trouxe o conceito mais genérico e mais amplo da regularização fundiária e quero dizer que o PL do Senador Rogerio Marinho trata especificamente dessa questão da

regularização fundiária individual, ou seja, a identificação de ocupações e essa identificação das ocupações para fins de regularização, então, de transferência de patrimônio público para o privado dessas ocupações, e aí, sim, até 2.499ha, uma vez que há o limite constitucional é de 2,5 mil hectares, e isso passa pelo Congresso.

E, aí, a gente tem as diferenças que a legislação traz, Dr. Gondim – a questão de até um módulo, até quatro e, depois, acima de quatro módulos. Então, a gente tem isso; e, quando a gente trata especificamente da questão dos imóveis para fins de regularização fundiária individual, eu acho que – eu quero fazer uma referência, aqui, ao próprio Incra, e nós temos aqui o Diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João Pedro, que compõe as pessoas que estão acompanhando e que estão presentes –, é importante falar que muita coisa já foi feita na Amazônia. Então, a gente parte do pressuposto que temos acertos a fazer e políticas para serem executadas, mas a gente não pode perder de vista que nós tivemos ações importantes – e eu quero citar uma delas aqui –, como a criação da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que trabalhou durante anos na identificação, no georreferenciamento, no cadastramento e, também, na emissão de títulos para imóveis e para posses lá na Amazônia.

Então, nós não podemos partir da premissa de que não fizemos nada, que o Estado brasileiro foi inerte o tempo todo e que não realizou ações de regularização; e falo isso porque eu pedi especificamente para fazer esta manifestação via Zoom, porque agora pela manhã nós estávamos aqui em conjunto – o Ministério do Meio Ambiente, o Incra do Amazonas e o Incra do Acre – entregando títulos de terra, numa agenda conjunta; quer dizer, isso não parou.

E eu faço referência a isso, porque esse processo é fundamental, e também são fundamentais os avanços que foram sendo conquistados ao longo do tempo. Na identificação, mesmo a gente não tendo um sistema de administração de terras que conecte todos os cadastros de terras, é importante falar que nós temos, sim, milhões de hectares, temos mais de 1,2 milhão de imóveis georreferenciados e certificados no país e temos uma base de dados georreferenciados para fins de regularização fundiária também inseridas no Sistema de Gestão Fundiária do Incra Ou seja, nós temos um pacote de trabalho que é considerável e que vem trazendo luz a essa demanda.

Outro elemento fundamental a que eu preciso fazer uma referência aqui foi a plataforma de gestão territorial, que praticamente proporciona um processo quase 100% digital na agenda de regularização fundiária. O requerimento é inserido via plataforma, as análises das diversas sobreposições são feitas na plataforma, a emissão da certidão de reconhecimento de ocupação é feita na plataforma, assim como a própria emissão do título. Então, o que eu queria falar, e é importante dizer, é que, do ponto de vista dos avanços que a gente vem construindo ao longo do tempo, eles podem ser mais ou menos lentos, mas eles são consideráveis.

Outra questão importante foram os avanços nos marcos legais. E aí quero fazer referência a duas questões aqui: a primeira é que nós falamos muito da Lei nº 11.952, mas não falamos do Decreto 10.592, de 2020, sua alteração e seus ajustes no Decreto 11.688, de 2023, elementos fundamentais que trouxeram de volta o processo da Câmara Técnica de Destinação. Nós falamos muito sobre a Câmara Técnica de Destinação, que são cinco ministérios – Ministério do Meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial e Ministério da Justiça –, além de cinco órgãos finalísticos – ICM MBio, Serviço Florestal Brasileiro, Incra, SPU e Funai.

São esses os órgãos, hoje, que discutem e encaminham toda a pauta de destinação de terras públicas. E por que isso é fundamental? O Dr. Gondim trouxe alguns elementos que são importantes: nós não temos só regularização fundiária individual ocorrendo, nós temos regularização fundiária coletiva, através da identificação e do reconhecimento de povos e comunidades tradicionais; nós temos destinação de áreas públicas para unidades de recuperação, terras indígenas e territórios quilombolas. Quer dizer, isso é um pacote. E por que eu estou falando disso e trazendo esses dados técnicos? Aí, entra a questão jurídica.

Vejam, quando eu era Diretor Substituto do Incra, o Sigef já trazia a possibilidade de integração de dado técnico de certificação aos cartórios de registro de imóveis. Até hoje a gente tem dificuldade para operar isso; o cartorário não tem equipe técnica para olhar um georreferenciamento. Então, não tem como a gente jogar uma responsabilidade dessa dimensão para um cartório de registro de imóveis.

Trazer para o extrajudicial, acho que isso que é importante. O PL do Senador Rogerio tenta acelerar, mas, de fato, há uma problemática aqui, que é uma problemática real, inclusive, colegas, das dificuldades que nós temos com os cartórios de registro de imóvel da Amazônia. Nós sabemos dos limites que se tem. Então, esse elemento é fundamental a gente trazer. Por quê? Porque nós já temos processos de integração, inclusive, que, ao longo do tempo, nós tentamos construir e não conseguimos viabilizar.

E, por fim, eu gostaria de dizer que o mais importante desse processo, de fato, é, sim, ser não só um processo mais célere, mais rápido, mas também um processo de garantias. Nós estamos tratando de patrimônio público; e, portanto, patrimônio público tem que ser tratado com a sua devida responsabilidade. A gente não pode achar uma válvula de escape qualquer para tocar o processo adiante. Então, temos que ter os seus devidos marcos legais respeitados. E, para mim, está diretamente relacionado ao fortalecimento do órgão de terras.

E aí, o Dr. Michel falou que talvez discordem da gente e tal, mas eu acho que é isso, é fundamental. Quanto mais a gente fortalecer não só com estruturas humanas, tecnológicas, mas também orçamentárias... E eu sempre digo isso: é importante quando a gente tem uma superintendência do Incra, por exemplo, que recebe não só um aumento orçamentário, mas muitas vezes apoio parlamentar, uma emenda parlamentar para poder tocar os trabalhos. Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental. Então, eu vejo que o fortalecimento... Porque a legislação existe, ela é aplicável, nós estamos construindo a passos largos uma estrutura cadastral que, de fato, dá conta e inclusive uma plataforma que é muito mais ágil. Agora, nós precisamos, vamos dizer assim, aumentar a dimensão do alcance da política pública. Acho que esse é o desafio, o desafio é aumentar o alcance da política pública, não deixando de lembrar que muita coisa já foi feita.

Quero só citar mais um exemplo aqui, do Juruá, rapidamente. Em duas glebas públicas, nós identificamos aqui mais de, praticamente, mil títulos – mil títulos emitidos –, e mais o dobro disso de títulos a serem emitidos. Então, o que é que a gente tem? Nós temos aqui um bom número com que a gente está trabalhando hoje aqui, um bom número de procedimentos que já foram realizados. Então, eu fico preocupado quando a gente diz que muita coisa não foi, que não vai, ou o que, de fato... Tem problema? Lógico que tem, mas também não posso deixar de fazer uma referência aqui a tudo que já foi construído ao longo desse tempo aqui na política de regularização fundiária individual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Marcelo Trevisan a apresentação dele, obviamente colocando claramente os trabalhos que vêm sendo realizados desde há muito tempo e mostrando que o Estado brasileiro não ficou parado. Temos problemas? Temos, mas a turma vem buscando solucionar esse problema com as limitações que são impostas, não só por pessoal e material, mas, obviamente, o de sempre, o vil metal, o orçamento. Esse é um dos grandes limitadores.

Vamos ao nosso próximo debatedor, que é o Sr. Érico Melo Goulart, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. ÉRICO MELO GOULART (Para expor.) – Boa tarde. Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Saúdo os presentes da mesa, o Marcelo Trevisan. Eu, juntamente com o Marcelo Trevisan, o Dr. Fideles e o Dr. Gondim, trabalhamos no Incra, mas hoje eu vou ser o ponto fora da curva do projeto, Senador, que é pegar a fala de todos aqui.

Então, primeiramente, o projeto, a proposta dele é facultar o acesso à Justiça. Então, ele não tira a atribuição do Incra, permanece a atribuição do Incra, porém, ele dá mais uma válvula de escape àquele produtor que requer que seja emitido o seu título.

Como já foi dito aqui pelos que me antecederam, tem aqui a falta de estrutura no Judiciário e no Executivo. Isso, de fato, tem. O Incra tem um déficit muito grande de servidores, mas, se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não pensar de outra forma, de ter um plano B para a emissão desses títulos, a gente vai continuar com essa pendência aqui de estrutura, tanto de corpo técnico quanto de infraestrutura lógica, técnica e computacional.

O Incra, ao longo do tempo, veio se desenvolvendo, veio se atualizando, mas isso, lá na ponta, Senador, demora a chegar. Então, a gente tem – os meus colegas até sabem disso – muitos pedidos de processo de regulação fundiária no Incra que estão parados há anos e isso não avança.

Então, o que a gente tem aqui? A gente tem, como foi dito, a Lei do Terra Legal, que é de 2009, então já estamos findando 2025. Na época em que foi criada, em que foi editada a lei, foi criado o Programa Terra Legal. Havia duas estruturas que tratavam sobre isso, cujo foco era justamente dar vazão a toda essa demanda que tinha de títulos emitidos desde a década de 1980, e que hoje, até hoje, não foram concluídos, então, esse é um passivo muito grande que se tem naquela região.

Outra coisa que eu entendo é que a proposta do projeto foi justamente atacar a morosidade do Estado – porque o senhor atuou lá, na Região Amazônica, que eu sei – e, à época, o Estado fomentou que a Região Norte fosse colonizada. Então, apresentou várias formas de: "Vamos ocupar a Amazônia". Claro que, naquela época, não se tinham os conceitos que se têm hoje de preservação. Então, fomentou; foram para a Amazônia. Hoje tem vários posseiros, tem várias situações que carecem de um olhar mais atento do Estado, e que não ocorreu. Teve avanços, como o próprio Marcelo Trevisan falou, mas isso, até hoje, não se concretizou. Há muitas pendências, há muitas necessidades da chegada do Estado à Região Amazônica, e são todas as ações do Estado, não são só do Incra, não são só da Justiça. O Estado é omisso naquela região.

Então, como foi dito, a gente tem a Câmara Técnica de Destinação? Tem a Câmara Técnica, mas, se observar, desde a edição do Decreto nº 11.688, a regularização fundiária ficou em último plano dentro dessa política pública. Então, tem a questão dos quilombolas, dos indígenas, das unidades de conservação, porém, a regularização fundiária ficou para trás. E tem milhares de pessoas lá dentro daquelas glebas públicas, que aguardam uma posição do Estado, seja pela regularização ou não. O problema maior é você ficar à mercê do Estado sem saber qual será o seu norte. Então, o que a gente tem é este problema: se o produtor vai requerer a regularização fundiária, porém, o Estado é omisso na resposta. Se o Estado falar: "Não, você não tem direito, porque você não se enquadra na lei", perfeito, ele vai ter que arrumar um outro meio de se manter, mas o Estado tem que dar uma resposta. O que a gente tem aqui hoje? O Estado, embora tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tido avanços significativos, ainda é omisso em prestar o serviço à sociedade que requer esse acesso a essa política. Então, esse é um dos pontos.

Há a questão das teias reivindicadas, como o colega do MPI falou: o projeto de lei prevê essa questão de conflitos fundiários. Então, seriando aqui no art. 30-E, o autor do projeto não foi omisso a essa questão, então ele se atentou. É claro que, do jeito que foi falado, o Dr. Michel botou um ponto para botar aquele marco ali no caso de o Executivo não se manifestar, de se remeter à Justiça, mas a gente tem que se atentar para há quantos anos o produtor está aguardando uma manifestação do Estado. Então, é muito claro na justificativa do autor esse ponto. Ele não está fazendo um corte de hoje para a frente, ele está considerando o corte de hoje para trás; então, de hoje, da data da propositura da proposta, até 2009. E, diga-se, de 2000, 1990, 1980, porque até hoje o Estado não cumpriu o papel dele. Então, é cabível que o projeto possa ser aperfeiçoado, disso eu não tenho dúvidas, como falou o Senador Beto Faro, mas é importante a gente ter em mente que é um plano a mais que o produtor, aquele que aguarda uma presença do Estado, aguarda um atendimento do Estado, possa ter também para se segurar, para que ele possa ter efetivamente a sua garantia do direito de propriedade. O que a gente tem hoje é um limbo.

Tem um dado hoje aqui que eu consegui. No Incra de Rondônia tem 8 mil processos pendentes de análise de regulamentação fundiária. Então, são 8 mil famílias que aguardam uma resposta do Estado, e sabe-se lá quando é que elas vão ter.

Eu acredito que o projeto tem a sua pertinência, tem a sua importância. É claro que ele pode ser melhorado, mas não pode ser ignorado quando se dá ao produtor a opção de ele acionar um outro remédio, que é o acesso à Justiça.

Então, Senador, essas seriam as minhas considerações. Agradeço novamente o convite à CNA.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Érico Goulart, que apresenta então uma outra visão sobre a questão dos atrasos que já ocorrem, vamos botar aí, na questão da ocupação da Amazônia, que começa para valer a partir dos anos 70, do século passado. São quase 60 anos nesse processo.

Discutiu-se e se discute a velha questão de realizar essa regularização por meio do sensoriamento remoto, pela análise de imagens, o que não é simples. Faltam-nos também capacidades para realizar essa análise de imagem, apesar de que, para punir, a análise de imagem tem sido bem mais rápida. Nós tivemos há pouco uma diligência lá no Estado de Rondônia, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários produtores rurais, pequenos produtores, sofreram embargos por sensoriamento remoto. Então, vamos sempre lembrar, a mão que bate em Chico também tem que bater em Francisco, tem que haver um equilíbrio nisso aí.

Nós temos agora o nosso último debatedor, que é o Júnior Fideles, velho frequentador aqui, não é, Fideles?

O SR. JÚNIOR DIVINO FIDELES – Nem tão velho...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nem tão velho e nem tão frequentador? (Risos.)

O SR. JÚNIOR DIVINO FIDELES – Mas, sempre que posso, compareço.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A gente agradece porque você sempre comparece aqui, o Adjunto do Advogado-Geral da União. Fidelis, a palavra está contigo.

O SR. JÚNIOR DIVINO FIDELES (Para expor.) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão. Uma boa tarde a todos e todas. Eu queria cumprimentá-lo e agradecer a oportunidade de comparecer aqui representando a Advocacia-Geral da União.

Queria cumprimentar também, embora já tenha nos deixado, o Senador Zequinha Marinho, que abriu a audiência, e o Senador Beto Faro, que é um dos proponentes deste importante debate que esta audiência promove. Queria cumprimentar todos os colegas aqui, alguns amigos com quem eu já tive a oportunidade de trabalhar, todos aqui imbuídos do mesmo propósito de promover este debate e qualificar a discussão do projeto de lei do Senador Marcos Rogério. Cumprimento especialmente o meu ex-colega de Advocacia-Geral da União, Michel François Drizul Havrenne, um francês infiltrado aqui entre nós.

Eu queria fazer um agradecimento especial pela oportunidade de debater o tema, a partir, hoje, da Advocacia-Geral da União, por uma razão muito simples, Senador: é que a Advocacia-Geral da União tem uma atuação transversal em todos os órgãos fundiários – no Incra, no Ibama, no ICMBio, na Funai –; temos uma atuação junto à consultoria jurídica do Ministério da Agricultura, que é um ministério que representa uma parte significativa dos interessados, conduz as políticas públicas dos interessados nessa política pública; temos uma consultoria jurídica junto ao Ministério dos Povos Indígenas, uma Procuradoria Federal especializada junto à Funai, mas atuamos também no Judiciário.

E o que esse projeto propõe – e isso já foi debatido aqui, é conhecido – é transferir a execução de uma política pública tão relevante, que é a política pública de regularização fundiária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do âmbito do Executivo para o Judiciário. Eu acho que a reflexão que precisamos fazer – e eu vou tentar trazer aqui alguns elementos – é se essa solução que o Senado discute hoje consegue entregar aquilo que me parece que é um consenso, que é a necessidade de promover regularização fundiária.

Os meus colegas que me antecederam já tiveram a oportunidade de expor o conceito de regularização fundiária, mas eu queria relembrar que nós estamos diante de uma situação em que nós buscamos tornar regular aquilo que é irregular. Antologicamente, a própria expressão já revela isso: alguém que, legítima ou ilegitimamente, ocupa uma terra pública. Daí, a primeira dificuldade, que é distinguir quando a terra é pública ou quando ela é privada – até porque, se for privada, o processo não é de regularização fundiária, seria, se coubesse, uma ação de usucapião –, mas de promover, trazer para a regularidade fundiária alguém que, sabidamente, está em situação irregular.

E isso não é novo. Eu não vou retornar às origens, mas queria lembrar que, desde a Lei de Terras, de 1850, já temos dispositivo prevendo a regularização fundiária. Como sabemos, a Lei de Terras... – que foi editada em 1850, após um período da história que ficou conhecido como o período de posses, que foi de 1822 a 1850 – o art. 5º da Lei de Terras já previu a possibilidade de aqueles ocupantes irregulares serem tornados regulares, convertendo a posse em propriedade.

Depois disso, nós tivemos diversas outras legislações que, igualmente, buscaram endereçar... preocupadas que estavam com a necessidade de promover essa regularização. Cito apenas aqui o art. 29 da Lei nº 6.383, de 1976, que tratou da legitimação de posses, sempre operando com dois conceitos básicos, que é a moradia habitual e a cultura permanente. Ou seja, aquele trabalhador, aquela trabalhadora que ocupava a terra e a tornou um local de moradia e área produtiva a partir do seu trabalho – ou seja, posse e trabalho – teria direito à regularização.

A Lei nº 11.952 reproduziu, em alguma medida, essas mesmas condições, esses mesmos requisitos, atualizando para 2009, para a nova realidade, mas, mais uma vez, tratou da regularização fundiária.

E hoje nós chegamos aqui, ao Projeto de Lei 4.718, de 2020, quem vejam vocês, a rigor, Senador, não propõe alterar o conteúdo material da regularização fundiária, ou seja, ele parte de um pressuposto, e me parece que nós temos consenso, de que os requisitos atuais são satisfatórios. Qual é o problema que ele busca enfrentar e que me parece que também ninguém discordou na mesa, mesmo o Senador Beto Faro, que é de um espectro ideológico absolutamente oposto ao do Senador autor do projeto, que aqui concordou e reafirmou a urgência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária? É a celeridade, é a resposta que o Estado precisa dar, e aí os meus colegas também, cada um a partir do seu ponto de vista e da política pública com a qual opera, trouxeram a necessidade não só da regularização fundiária, – e aqui vou chamar de ordinária ou daquele trabalhador que transformou a posse-trabalho em uma área produtiva –, mas também outras regularizações fundiárias, outras afetações constitucionais que a nossa Constituição de 1988 determinou: a regularização fundiária indígena, a regularização fundiária quilombola, o Marcelo Trevisan, a partir do MMA, falou da regularização fundiária ambiental, todas elas muito relevantes e necessárias. E o Estado precisa, de fato, se desincumbir disso, afinal de contas, já estamos beirando dois séculos em que não conseguimos ordenar adequadamente o nosso território e dar uma destinação juridicamente segura às terras públicas.

Então, a reflexão que faço, que comecei a fazer, desde que fui convidado a participar deste debate, é: será que transferir, então, reconhecendo que o processo administrativo de regularização, hoje conduzido pelo Incra, será que, se transferi-lo para o Judiciário, ganhará a celeridade que todos estamos desejando? Eu acho que essa é a pergunta que precisa ser respondida. E essa pergunta decorre inclusive de um mandamento constitucional que é a razoável duração dos processos, uma razoável duração do processo tanto no âmbito administrativo quanto no judicial. O cidadão que pleiteia a regularização fundiária hoje no Incra e apresenta a documentação comprobatória dos requisitos do direito à regularização, tem direito a que o Incra lhe responda num prazo razoável. Agora, o que eu observo é que o PL, a despeito das suas excelentes intenções de promover a segurança jurídica via regularização fundiária, convertendo uma situação irregular em regular, estimula algo a que todas as instituições estão no esforço conjunto, que é a desjudicialização. Ele estimula a judicialização, ao passo que todos nós estamos num esforço conjunto, a Advocacia-Geral da União, junto com o Judiciário, o CNJ, outras instituições, Ministério Público, Defensorias Públicas, Conselho Federal da OAB, implementando uma série de atuações interinstitucionais, buscando exatamente o contrário, que é a desjudicialização. Tenho muitas dúvidas se transferir a execução de uma política pública tão complexa, e não vou aqui repetir o que já foi dito, que é a análise dos requisitos...

(Soa a campainha.)

O SR. JÚNIOR DIVINO FIDELES – para saber se alguém tem ou não direito a regularização, para o Judiciário, seria a medida mais adequada para conferir a celeridade que nós buscamos.

Eu queria apenas lembrar aqui alguns aspectos. Primeiro eu li, tentei fazer a mesma análise que o Michel promoveu, de analisar dispositivo por dispositivo, e eu percebi que o PL nos coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no art. 30-A, na verdade no artigo seguinte, mas ele não deixa uma alternativa para a Advocacia-Geral da União: uma vez requerida a regularização pela via judicial, a Advocacia-Geral da União necessariamente vai ter que contestar a ação. E, uma vez contestada a ação, ao contrário do que nós temos buscado fazer hoje, que é uma entrega de direitos pela via consensual, nós vamos ter que aguardar o fim desse processo judicial. E esse processo judicial vai ter que produzir provas, teremos perícia, teremos georreferenciamento, verificação de sobreposição, uma série de medidas extremamente complexas e para as quais, com todo o respeito ao Poder Judiciário, na minha interpretação, ele não está preparado. É claro que pode se preparar, mas hoje ele não está preparado para dar essa resposta num tempo célere.

E eu lembro aqui também que as mesmas dificuldades que o Executivo tem de fixar pessoas, de estruturar órgãos na Amazônia Legal, o Judiciário também tem, e todos nós aqui provavelmente, por especialistas que somos, conhecemos as situações dos processos judiciais, sobretudo na Amazônia Legal, que levam décadas para serem concluídos. Não é incomum, Senador, que um processo numa vara federal, por exemplo, de Altamira, para que ele chegue à sua conclusão, desde o ajuizamento até uma sentença, passe por diversos juízes, e juízes geralmente que acabaram de ingressar na carreira, assim como Procuradores da República, membros da AGU, que normalmente não são especialistas nesses temas fundiários, o que eleva ainda mais a dificuldade para uma rápida solução do caso.

Eu vou buscar finalizar citando aqui dois exemplos, ou duas situações em que me parece que o projeto opera na contramão das experiências positivas que temos recentemente. A primeira delas é uma discussão judicial, de que o Senador deve ter conhecimento, acredito eu, que é uma discussão longa que ocorreu no âmbito previdenciário sobre o prévio requerimento administrativo. Por muitos anos se debateu se, em decorrência da fila do INSS, que continua grande, por sinal, a pessoa poderia ir direto ao Judiciário postular um benefício previdenciário, abrindo mão ou deixando de bater às portas do INSS. E a argumentação de fundo é exatamente a mesma: uma vez que o INSS não está estruturado, não é capaz de entregar uma resposta célere, em tempo razoável, ao requerimento, vou eu direto ao Judiciário. E o Judiciário, por muitas das vezes, aceitou essa demanda, processou, julgou, condenou e concedeu o benefício.

Passado um tempo, o próprio Judiciário passou a recusar essas demandas, porque ele percebeu que o INSS passou a deixar de ser a primeira porta a ser acionada, e o Judiciário é que passou a ser a primeira porta. Isso subverteu o papel do Judiciário na estrutura de execução de políticas públicas, que é justamente atuar nas falhas do Poder Executivo, quando ele mal aplica a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei ou quando ele não aplica devidamente a lei. E, com o tempo, e hoje isso é um tema absolutamente consolidado, o prévio requerimento administrativo é uma condição para se buscar o Judiciário nas ações previdenciárias.

Outra experiência, e essa agora muito recente nossa, uma parceria inicialmente da Advocacia-Geral da União com a Defensoria Pública da União, é a plataforma Pacifica, uma busca de uma resolução de um potencial conflito que será levado ao Judiciário em um ambiente pré-processual e digital.

Nós estamos num momento de operar experimentalmente, no caso de benefícios de salário-maternidade de trabalhadoras rurais, para, naquelas hipóteses em que o benefício for negado pelo INSS, que, antes de essa trabalhadora buscar o Judiciário – e fatalmente ela vai buscar o Judiciário, e levar mais uma ação, e mais custo, e mais demora, ela possa acionar essa plataforma Pacifica, numa etapa pré-processual, antes da judicialização, portanto. E a Advocacia-Geral da União vai fazer uma revisão dessa análise, e, entendendo presentes os requisitos, em vez de aguardar o processo judicial para fazer um acordo lá na frente, vai reconhecer o direito e entregar, conceder o benefício ainda administrativamente.

Então, para resumir aqui as minhas contribuições, eu não quero aqui me posicionar contra ou a favor, mas eu quero reiterar a pergunta provocativa e reflexiva: se transferir para o Judiciário esse procedimento de regularização fundiária – e aqui nós não estamos propondo alterar o conteúdo material, porque todos nós reconhecemos a sua importância histórica e a necessidade de ser célebre – é a solução mais adequada.

Eu acho que é essa a reflexão que podemos fazer, para além da discussão de constitucionalidade e de possibilidade de delegação para a Justiça estadual. Eu acho que isso os meus colegas e o Michel fizeram muito bem na abertura aqui do debate, mas eu tenho sérias dúvidas e acho que as reflexões que foram apresentadas aqui, antecedentes da minha fala, parece-me que também sinalizam para o eventual não alcance do objetivo de imprimir celeridade com a transferência desse procedimento para o Judiciário.

São essas as minhas contribuições, Senador Hamilton Mourão, e muito obrigado. Nós, da Advocacia-Geral da União, seguimos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem. Agradeço ao Dr. Júnior Fideles pelas observações muito claras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que só tem uma pessoa no Judiciário capaz de abraçar essa causa, que é o Ministro Alexandre Moraes, porque ele faz tudo. Ele poderia fazer isso aí tranquilamente, sem problema nenhum.

Muito bem.

Eu queria agradecer a presença de todos os debatedores aqui, que foram bem objetivos, acho que instruíram bem o processo, pena que o autor da lei e o relator não estavam presentes, mas eu anotei aqui tudo e passarei aos dois, que são os responsáveis por colocar à frente esse projeto.

Vamos lembrar que o projeto é de 2020 e já vem se arrastando há cinco anos, vai entrar para o sexto ano aqui dentro da Casa, com todas as dúvidas que foram muito bem levantadas aqui por cada um dos senhores e pela Sra. Daniela – não podemos esquecer da única dama aqui presente.

Então, agradeço mais uma vez a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jussara Lima e Tereza Cristina e dos Senadores Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Luis Carlos Heinze, Alan Rick e Hamilton Mourão, e ainda da Senadora Zenaide Maia; e dos Senadores Eduardo Girão, Paulo Paim, Plínio Valério, Marcos do Val, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Convocação da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, atendendo ao Requerimento (REQ) 53/2025 - CRA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). Finalidade: Convocação da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos artigos 90, III, 397 e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, para prestar informações acerca da minuta de resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) que propõe a publicação das listas nacionais de espécies exóticas invasoras. Participante: Sua Excelência o Senhor João Paulo Ribeiro Capobianco, Ministro de Estado Substituto do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Assistem o Ministro os Senhores Braulio Ferreira de Souza Dias, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Resultado: Convocação realizada. Usam da palavra os Senadores Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze, Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Usa da palavra o Senhor Francisco Medeiros, Diretor Presidente da Peixe BR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à convocação da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, nos termos do arts. 50 e 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal e dos arts. 90, inciso III, 397 e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, para prestar informações acerca da minuta de resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), que propõe a publicação das listas nacionais de espécies exóticas invasoras, em atendimento ao Requerimento 53/2025 da Comissão de Agricultura, da iniciativa do Senador Jorge Seif.

Impossibilitada de comparecer, atende à convocação o seu substituto eventual na pasta.

Convido aqui para tomar posse – já está aqui ao meu lado – no assento à mesa S. Exa. o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Ministro de Estado substituto do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

De acordo com os arts. 97, 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência adotará o seguinte procedimento: o Sr. Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação aos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores será concedida conforme a ordem em lista de inscrição. O Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para o Sr. Ministro. Com a palavra...

Vamos marcar 30 minutos aqui, Ministro, mas o senhor tem o tempo de que precisar para pontuar todas as coisas que o senhor precisar pontuar.

Com a palavra S. Exa. o Sr. Ministro João Paulo Capobianco, por 30 minutos para sua exposição.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor.) – Caro Senador Zequinha Marinho, Presidente da sessão, Senadores aqui presentes, queria agradecer a oportunidade de trazer informações sobre um tema que gerou alguma polêmica nas últimas semanas, meses, no sentido de esclarecer alguns aspectos que eu considero oportunos.

Primeiro, por que nós temos um processo de elaboração de uma lista de espécies exóticas invasoras? Como isso está definido na legislação brasileira e por que isso tem sido elaborado dessa maneira? O segundo ponto é por que as espécies exóticas invasoras precisam de um regramento? O que implica para o meio ambiente a presença de espécies exóticas invasoras? E, terceiro, esclarecer como é o processo, como é que isso é feito, para que fique claro a todos os Srs. Senadores que é um processo que tem um regramento seguido pelo Ministério do Ambiente para que isso seja elaborado.

Então, a questão das espécies exóticas está presente na legislação brasileira – e a necessidade de controle sobre elas – desde 1967. Na realidade, na própria Lei da Fauna anterior já se trazia este debate, mas a Lei 5.197, de 1967, que é a lei que dispõe sobre a proteção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fauna e dá outras providências, em seu art. 4º, estabelece que nenhuma espécie poderá ser introduzida no país sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da lei.

Então, desde aquele momento, os órgãos públicos – na época, nós não tínhamos o Ministério do Ambiente, não tínhamos sequer o Ibama ainda; na época eram a Sudepe e o IBDF que operavam nesse campo – tinham essa obrigação de controlar e, eventualmente, autorizar a ocorrência de espécies exóticas no Brasil, independentemente da característica de ser invasora ou não.

Ao longo do tempo, esse assunto foi evoluindo, mas eu queria chamar a atenção para um momento bastante importante. Eu tenho vários dispositivos aqui; eu não vou cansá-los com todos os itens. Lembro aqui o Decreto 2.519, de 1998, logo na sequência, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica. Isso foi um ato muito importante. Foi ratificada pelo Congresso Nacional, pelos Srs. Parlamentares na ocasião, a Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada na Eco 92, no Rio de Janeiro. E essa convenção, no seu Artigo 8, alínea "h", define que as Partes devem atuar para impedir que se introduzam, controlar ou erradicar espécies exóticas que ameacem os ecossistemas e hábitats ou espécies nativas. Então é uma determinação que virou lei no Brasil, na medida em que o Congresso ratificou e houve um decreto que promulgou a convenção.

Portanto, o tratamento com esse tema é uma obrigação do poder público. Não fazer implica prevaricar, ou seja, o poder público tem que tratar do controle e/ou erradicar espécies exóticas que ameaçam os ecossistemas. E, para você construir um entendimento, Senadores, de que uma espécie exótica ameaça o ambiente, você precisa de um conjunto de levantamentos, de dados científicos que identifiquem as diferentes espécies exóticas invasoras e tratar essas espécies da forma adequada, como exige a lei.

Assim nós seguimos ao longo do tempo e tivemos, a partir do início desse século, a partir de 2002, o início de ações para efetivar esse mandamento legal advindo da Constituição, mas que, como eu disse, já era previsto na Lei da Proteção à Fauna e já era previsto em regulamentos anteriores à própria convenção. Portanto, o Brasil já tinha um regramento que obrigava a ação do poder público no sentido de controlar essas espécies.

Inclusive, isso foi muito reforçado em 2011 por uma lei aprovada pelo Congresso Nacional – aliás, uma lei complementar de altíssima relevância no arcabouço jurídico brasileiro –, a Lei Complementar 140, muito conhecida, que, no seu art. 7º, dispõe que são ações administrativas da União:

> XVII - controlar a introdução no País de espécies exóticas potencialmente invasoras que possam ameaçar os ecossistemas, *habitats* e espécies nativas;
>
> XVIII - aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.

E nós tivemos resolução do Conama em 2013, tivemos mais decretos em 2024 e 2025. São vários instrumentos. Depois eu posso deixar tudo isso com os senhores.

Eu acho que é muito importante, Senadores – e o Senador Seif, que foi Secretário da Pesca no Governo anterior, sabe dessa responsabilidade –, quando nós estamos ocupando posição no Governo, sejam servidores de carreira permanente, como o nosso Diretor de Biodiversidade, Braulio Dias, que está aqui, que tem larga experiência nisso... Inclusive, o Dr. Braulio foi Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, indicado pelo Governo brasileiro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprovado pelas Nações Unidas, esteve lá liderando o processo todo, internacional, envolvendo a implementação da convenção.

Mas o que ocorre? Ou ele, que é, como eu disse, um servidor permanente, ou um servidor temporário, como eu, investido nessa posição por determinação do Presidente da República... nós temos obrigação de implementar a legislação. O senhor esteve lá, na época, liderando a Secretaria da Pesca, na época ligada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, e o senhor sabe como é mandatório cumprir esses procedimentos.

Então, como é que foi o tratamento no Brasil, a partir desses mandamentos legais, como eu coloquei? Como o Brasil atuou para cumprir essas determinações legais, incluindo aquela decorrente da Convenção sobre Diversidade Biológica? Foi um processo longo, começou em 2001, com um conjunto de ações envolvendo um trabalho de chamamento aos grandes cientistas e pesquisadores que lidam com essas espécies, que têm conhecimento sobre a diversidade biológica e operam nesse sentido, e esse trabalho veio sendo desenvolvido a partir de 2001, como eu disse.

Em 2002, nós tivemos a criação da rede de informação sobre espécies invasoras no Brasil – essa é uma rede, inclusive, articulada com a Rede Interamericana sobre Biodiversidade. Depois, nós tivemos, em 2002, uma decisão da COP de Biodiversidade, em Haia, sobre espécies exóticas invasoras em sistemas naturais. Em 2003, foram contratados cinco projetos para identificar, em diferentes ambientes, a existência de espécies exóticas invasoras no território nacional. Então, nós tivemos um grupo de pesquisadores que se responsabilizou pela área da zona costeira e marinha, um grupo que se especializou nos ecossistemas aquáticos continentais, outro grupo que se especializou na questão da flora, porque não é na só fauna que se têm espécies exóticas invasoras. Ou seja, foram cinco grandes áreas em que foram contratados projetos financiados inclusive com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente, criado pelas Nações Unidas, que financia exatamente estudos aprofundados, porque o objetivo sempre é decisões e políticas públicas baseadas em evidência. Portanto, são necessários estudos robustos, cientificamente comprovados, que subsidiem as ações.

Então, esses trabalhos foram elaborados. Em 2005, nós tivemos o primeiro informe nacional de espécies exóticas invasoras. Portanto, estou falando... Vejam bem, 2005, 20 anos atrás, o primeiro informe. Em 2006, foi elaborado o I Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras, onde foram apresentados esses achados e isso foi submetido a um escrutínio da academia e de vários atores da sociedade para se identificar. E em 2009, finalmente, foi publicada a primeira Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, aprovada por uma resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade.

A tilápia não é algo novo, nós não estamos tratando da tilápia agora; a tilápia está publicada em documentação do Ministério do Meio Ambiente desde 2016, ela já constava da lista como espécie exótica invasora. Em 2016, houve esta publicação, que se tornou a regra, digamos assim, a ser seguida no Brasil: *Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil*, em que a tilápia, a nossa conhecida – tem uma fotinho de uma bela tilápia aqui –, já constava em detalhes na lista. Portanto, essa decisão de classificar a tilápia como espécie exótica invasora não é do atual Governo, não é da atual gestão. Ela vem desde 2016 – aliás, desde 2006, quando se elaborou a lista e se realizou o primeiro seminário – e ela vem sendo ratificada desde então.

Por que a tilápia é uma espécie considerada uma espécie exótica invasora? Qual é o fundamento disso? Que ela é exótica todos nós sabemos, isso não precisa esclarecer. Ela é uma espécie originária da África, que foi trazida ao Brasil e foi introduzida a partir da década de 70 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais ou menos, 1970 –, quando ela passou a ser utilizada e foi sendo ampliado o uso dessa espécie.

E por que essa espécie é exótica e por que é considerada invasora? E o que isso significa do ponto de vista ambiental, que requer ação? A tilápia, por quê? Porque ela é altamente generalista. Nós temos espécies na natureza que são muito específicas mesmo, que têm hábitos alimentares muito restritos e se alimentam de determinados... O senhor conhece bem, na Amazônia, casos de espécies que são dependentes de determinadas outras espécies. Um caso muito conhecido de todos nós é o caso da castanheira, que só é polinizada por uma espécie de inseto específico daquela espécie de flora. E é interessante porque, como a castanheira é imune a corte, o que aconteceu em algumas regiões da Amazônia é que se desmatou, mas manteve a árvore, só que o desmatamento fez com que essa espécie polinizadora deixasse de existir, porque ela foi exterminada com o desmatamento. Então, muitas vezes, nós temos árvores de castanheira que não produzem, porque não tem o agente polinizador.

Então, o que dizer com isso? Que é uma espécie muito específica. A tilápia, ao contrário, é generalista. Ela é daquele tipo que come de tudo. Então, o que acontece? Ela tolera, primeiro, variações de temperatura – é um animal muito resistente –; ela tolera regiões com baixa oxigenação – por isso que elas são criadas em tanques com muita intensidade, com muitos espécimes por área, porque toleram áreas de baixa oxigenação –; ela se alimenta de algas, insetos, detritos e ovos e larvas de outros peixes. Então, ela, de fato, é um animal, digamos, muito flexível.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – De alta periculosidade.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Então, o que acontece? E qual é o impacto que ela gera? O primeiro impacto que ela gera é a redução da disponibilidade de alimento, porque ela se reproduz muito facilmente, ocupa os espaços, se alimenta e diminui os alimentos das espécies nativas. Segundo, ela muda a estrutura da comunidade aquática, porque, ao fazer essa ação muito generalista, ela favorece mais outras espécies também generalistas nativas do que as espécies específicas e promove uma predação de ovos e larvas, comprometendo a existência de outras espécies notadamente nativas. Então, ela é uma competidora. Tem vários outros aspectos do comportamento da tilápia que os cientistas mostram, que são muito interessantes: ela provoca aumento de turbidez na água, porque remove fundo de lagos e rios na sua atividade, e peixes nativos sensíveis à turbidez também vão perdendo espaço... Então, tem vários aspectos.

Mas eu queria chamar a atenção para o fato de que a ciência identifica... E não é o Ministério do Ambiente, não é o Ibama, não é o ICMBio, é a ciência que classifica a tilápia como espécie exótica invasora que deveria – deveria – ser objeto de uma ação de controle. Que controle? E aí entra a nossa discussão aqui agora.

Antes disso, eu queria explicar, no caso agora dessa atualização, por que é necessária uma atualização. Alguém podia perguntar: "Bom, mas, se ela é identificada desde 2006 como espécie exótica invasora, por que está se tratando disso de novo?". Porque o Ministério do Ambiente, por meio das suas autarquias vinculadas... No caso da fauna, é o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e, no caso da flora, é o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. São as autoridades brasileiras responsáveis por atualizar a lista das espécies ameaçadas de extinção e das espécies exóticas invasoras. Eles têm essa responsabilidade.

E por que tem que ser feito isso de tempos em tempos? Porque muda a realidade. Por exemplo, nós temos espécies que eram classificadas como ameaçadas que deixaram de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ameaçadas, porque os programas de controle funcionaram, houve redução da pressão e as espécies saíram da lista. Por outro lado, tem espécies que entram na lista, porque os estoques estão sendo verificados e a ciência, por meio de relatórios científicos, identifica que essa espécie que não estava ameaçada se encontra ameaçada e é necessário, então, incluí-la na lista e, como consequência, adotar uma série de medidas para proteger aquela espécie para que ela volte a ocupar a sua presença original. Por isso é que as listas são sempre renovadas e são sempre atualizadas, considerando o que há de melhor na informação científica.

Como é que a Conabio (Comissão Nacional da Biodiversidade) está processando, no momento, a atualização que gerou tanta polêmica, apesar de a espécie já estar na lista desde o início do século? Como ela fez isso? Foi feita uma revisão bibliográfica. Então, foram contratados especialistas nas várias áreas e foi feita uma revisão bibliográfica de 247 artigos publicados nas principais revistas científicas, em que você tem as referências e as indicações dessas espécies.

Esse trabalho todo é elaborado, é sistematizado por, repito, especialistas das universidades, dos institutos de pesquisas, públicos ou privados, que elaboram a lista e apresentam essa lista para a Conabio, a Comissão Nacional da Biodiversidade.

A Conabio, então, passa a analisar essa lista, pelos seus membros. A Conabio reúne representantes de todos os segmentos – nós temos a academia, órgãos públicos federais, órgãos públicos estaduais, sociedade civil e um conjunto grande de atores, o setor privado – que analisam essas listas e questionam essas listas. Essa espécie aqui, por que ela está... Nós temos uma informação que eu identifiquei em algum lugar que diz que ela não está ameaçada, ou que ela não é exótica invasora.

Então, para cada dúvida que surge, abre-se um painel, convocam-se os pesquisadores e reanalisa-se o caso para verificar se aquela informação, nova informação surgida, de fato, muda o *status* daquela espécie. Em não mudando, o processo segue.

Então, eu diria que nós estamos num processo muito avançado no momento. Nós temos 444 espécies exóticas invasoras que devem entrar nessa nova atualização da lista, sendo 146 espécies exóticas invasoras da fauna, que vieram de outros países, e 103 espécies exóticas invasoras nativas, só que de outro bioma – você pega um peixe da Amazônia e passa a criar esse peixe, por exemplo, em Santa Catarina. O Senador Jorge Seif não está aqui, mas, por exemplo, Santa Catarina.

E aí você tem um impacto também, porque o impacto não é, necessariamente, por uma espécie estrangeira. Toda espécie que não é nativa de um ambiente é estrangeira, seja estrangeira de um outro bioma do mesmo país, seja estrangeira de um outro país.

Então, nós temos 103 espécies nativas que precisam de controle. Um exemplo é o tambaqui, que vem sendo disseminado amplamente e que vem gerando impacto sobre outras regiões.

E, da flora, nós temos 176 espécies exóticas invasoras, sendo 14 espécies invasoras brasileiras, mas que foram trazidas de outro bioma e que estão impactando determinados biomas.

Então, essa lista estabelece... Repito, é uma obrigação do poder público, especificamente do Ministério do Meio Ambiente, de publicar essa lista, mostrando quais são as espécies exóticas invasoras. Aí vem a pergunta: "Bom, então, significa dizer que uma espécie exótica invasora tem que ser banida, tem que ser proibida, tem que ser eliminada, tem que ser dizimada?"

Aí é que entra o segundo passo. O que deve ser feito? Nesse caso, nós temos dois tipos de lista, dois anexos. Um anexo que é uma outra lista de outras espécies, que são espécies invasoras potencialmente danosas que ainda não estão estabelecidas no Brasil, mas que já são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conhecidas. A ciência já identificou essas espécies em outros locais, em outros países, já identificou danos muito graves. Então, o Brasil lista essas espécies para que sejam adotadas medidas. Por quem? Pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, pelo Ibama, pelas autoridades portuárias, pelas autoridades alfandegárias, todas as autoridades vinculadas ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Pesca, ao Ministério do Meio Ambiente, todos eles – até a Polícia Federal, em alguns casos – devem observar o cuidado para evitar que essas espécies entrem no Brasil. Então esse é o Anexo 2.

Esse Anexo 2 está sendo finalizado – depois o nosso Prof. Braulio vai poder, se necessário, dar algum detalhe sobre isso –, é uma lista que está em andamento. E nós temos o Anexo 1, que é das espécies presentes em território nacional.

Bom, dessas espécies presentes em território nacional, algumas são extremamente danosas e não geram nenhum benefício econômico. O mexilhão-dourado, por exemplo, é reconhecido, é altamente danoso, produz danos econômicos de dimensão enorme, que todos concordam que eles devem ser erradicados. Nós temos o peixe... Como se chama lá o nosso peixe?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – O peixe-leão, todos nós sabemos, além de ter um veneno, é um animal altamente perigoso, que está se espalhando, e nós precisamos adotar medidas de erradicação dessa espécie.

Agora, nós temos espécies que trazem benefícios, é o caso da tilápia. A tilápia foi introduzida e ela traz benefícios, benefícios econômicos, alimentares. Hoje a tilápia é uma espécie disseminada em várias regiões do país, mas não em todas as regiões do país. Então, a primeira providência quando se adota a lista, Senador Zequinha, é estabelecer medidas para que ela não vá para outras bacias geográficas. Por exemplo, nós não temos ocorrência em larga escala da tilápia na Bacia Amazônica. Então, o Ibama, o ICMBio, o Mapa, o Ministério da Pesca, todos devem atuar para impedir que a espécie ocupe o espaço na Amazônia. Então, essa é uma medida.

Portanto, não se trata aqui de criar nenhum problema econômico. É o seguinte, onde ela está estabelecida, ela não deve ultrapassar aquelas áreas, ela está fixada em regiões. Então, este é um resultado importante da lista: adotar medidas para que ela não vá para outras bacias hidrográficas. Esse é um ponto importante.

Segundo ponto importante: Como nós podemos adotar medidas que evitem o que nós chamamos de escape ou – os cientistas gostam de usar uma palavra mais, digamos, aquecida – é invasão biológica? Ou seja, se eu crio uma espécie em cativeiro... e a tilápia foi introduzida para a produção em cativeiro, ela não foi introduzida para ocupar o espaço das espécies nativas. Então, quais são as medidas necessárias para que os produtores trabalhem no sentido de evitar o escape para o ambiente natural? Quais são as melhores técnicas? Quais são os melhores sistemas de criação que reduzam o risco do escape? Portanto, é uma outra medida importante, que não afeta a produção, não prejudica a atividade já estabelecida, mas você inclui regras que possam promover a compatibilização.

Então, quando esse assunto iniciou, e eu queria fazer um esclarecimento aqui, eu não sei quanto tempo eu tenho ainda, agradeço se o Senador Zequinha me orientar...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – O senhor tem três minutos, mas pode seguir.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Ah, sim, mas eu vou concluir, para dar mais espaço aqui para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós não lançamos a lista. Essa polêmica toda que surgiu ocorreu no meio do processo. Os especialistas elaboraram a lista e nós, por obrigação de ofício, por transparência obrigatória – porque é assim que a legislação prevê, pela previsão da Comissão Nacional da Biodiversidade, que é assim que é previsto –, ela submete à comissão, que, como eu disse, tem participantes de todas as áreas. Ali se apresenta essa lista para o debate e para o questionamento.

Ali, vazou essa informação absolutamente equivocada e uma informação danosa ao processo de que o Ministério do Meio Ambiente estaria propondo a erradicação da tilápia.

Bom, são várias inverdades. Primeiro, o Ministério do Meio Ambiente não propõe nada. Quem propõe é o sistema, totalmente documentado, ao qual chega essa informação e elabora a lista. A comissão é que aprova essa lista e submete, aí sim, ao Ministério do Meio Ambiente, que analisa essa lista e, se tudo estiver no processo adequado, verifica todo o ritual cumprido. Aí sim, o ministério dá conhecimento público dessa lista e, desejadamente, apresenta sugestões e recomendações de ação do governo dos entes – Governo Federal, governos estaduais, governos municipais, sociedade – para minimizar os impactos potenciais dessas espécies.

Então, nos pegaram, digamos assim, no meio do caminho. A decisão não estava tomada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – A lista não estava aprovada e nos pegaram.

O que aconteceu? Qual foi a decisão, então, que o ministério sugeriu à Conabio? Porque o ministério não manda na Conabio, é uma comissão formada por pessoas independentes. O Ministério sugeriu à Conabio que suspendesse a tramitação da lista de espécies exóticas e invasoras do Anexo 1, que são essas espécies já existentes no Brasil, prosseguisse com a 2, que é para evitar novas espécies, e abrisse o diálogo com o setor, com os diferentes setores produtivos que identificassem risco e prejuízo. Para quê? Para, juntos – juntos –, construirmos e definirmos as melhores medidas e práticas para aqui minimizar o impacto dessas espécies, notadamente a tilápia, que foi a que ganhou maior destaque.

Então, Senador, eu queria concluir neste momento trazendo isto: primeiro, e concluindo, não é uma novidade; segundo, não é algo que o Ministério possa deixar de fazer, é uma obrigação; terceiro, não está definida, em nenhuma hipótese, a erradicação dessa espécie, diferentemente do mexilhão dourado, por exemplo, nesse caso não se estabelece isso; e está aberto o processo para revisão e para discussão sobre as medidas necessárias a minimizar o potencial impacto dessa espécie no ambiente natural.

Portanto, eu agradeço a oportunidade para trazer os esclarecimentos e, ao mesmo tempo, coletar – a nossa equipe está aqui – sugestões e recomendações que os Srs. Senadores tenham a fazer.

Muito obrigado e fico à disposição.

E queria, neste momento, Senador, se o senhor permitir, convidar o nosso Braulio Dias, que é Diretor de Biodiversidade. Ele está na linha de frente desse processo. Se ele puder se sentar à mesa...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sim, senhor.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – ... para colaborar nos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – E também peço que o Rodrigo Agostinho, que também tem uma atuação muito relevante nisso...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Dr. Rodrigo.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – ... componha a mesa se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um fica aqui à esquerda; o Dr. Rodrigo fica aqui.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Isso. Agradeço muito essa possibilidade, Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Paulo Capobianco, Ministro Substituto do Ministério do Meio Ambiente.

Eu concedo a palavra, neste momento, ao Senador Jorge Seif, autor do requerimento, para iniciar seus comentários e questionamentos sobre o tema.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, uma boa tarde. Ministro Capobianco, boa tarde. Dr. Braulio, Rodrigo Agostinho, colega Parlamentar, uma boa tarde a todos.

Primeiramente, obrigado por o senhor ter vindo, e eu até lhe confesso, Capobianco, que o que mais espanta nisso tudo, além da forma que isso vazou, foi a resistência da Ministra Marina em comparecer.

Se a Ministra Marina, ou V. Exa., no segundo momento em que essa polêmica tomou conta do Brasil – e não estamos falando só de tilápia, porque parece, é previsível que eu esteja aqui por conta da tilápia, mas não. Nós temos aí várias outras cadeias produtivas que impactam a economia, não só do Estado de Santa Catarina, o estado em que eu fui eleito, mas de todo o Brasil.

Mas a resistência... Um dia ela estava doente, outro dia era a COP, outro dia tirou férias. Então, essa resistência, infelizmente, ajudou isso a caminhar; a polêmica, inclusive, a crescer.

Mas agradeço demais o senhor estar aqui e também as pessoas que trabalham com o senhor. Eu tenho um texto que eu gostaria de compartilhar antes de nós iniciarmos as perguntas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, abrimos esta audiência pública para analisar, com a seriedade necessária, a proposta da Conabio de revisão e publicação da Lista Nacional de Espécies Exóticas Invasoras.

Trata-se de um ato regulatório, conduzido pelo ICMBio e pela Secretaria Nacional de Biodiversidade do MMA, com impactos diretos sobre a agricultura, silvicultura, pesca e, especialmente, aquicultura brasileira.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconhece a importância do controle de espécies invasoras como instrumento de proteção de biodiversidade. Contudo, apontou na Nota Técnica nº 46, de 2025, falhas metodológicas graves no processo: a ausência de base científica robusta, a análise restrita e buscas acadêmicas simples, incorporação mínima das contribuições apresentadas na consulta pública e, sobretudo, falta de articulação com órgãos centrais do setor produtivo.

As listas incluem espécies amplamente cultivadas no país, que estruturam cadeias produtivas inteiras. Em fruticultura constam mangueira, goiabeira e jaqueira, culturas que movimentam bilhões de reais por ano, como a manga, cujo valor bruto de produção superou R$2,5 bilhões em 2024, colocando o Brasil entre os maiores exportadores de manga do mundo.

Na piscicultura e aquicultura, o impacto é mais sensível. Espécies como tilápia, tambaqui, pirarucu e camarão *vannamei* são responsáveis por mais de 840 mil toneladas de produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

anuais, gerando mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos. A inclusão dessas espécies como invasoras, mesmo sob regimes de uso controlado, cria um risco regulatório imediato, travamento de licenciamento ambiental, insegurança jurídica, maior custo de conformidade, restrições de crédito e possíveis barreiras sanitárias e comerciais.

A silvicultura também é afetada. Espécies como eucalipto e pínus, base de quase 90% da madeira processada em nosso país, constam na minuta. Isso também compromete investimentos, inovação e até metas brasileiras de neutralidade de carbono, que dependem fortemente de florestas plantadas.

As entidades de aquicultura, por exemplo, alertam para um risco sistêmico de até 89% da cadeia da tilapicultura, que pode colapsar se a espécie for enquadrada como invasora, o que condenaria à falência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só me dá mais uma pacienciazinha, Presidente.

... milhares de pequenos e médios produtores e colocaria mais de 1 milhão de empregos em risco, aumentando, ainda, a dependência de pescado importado.

Só uma correção nesse texto: nós já sabíamos que a tilápia era uma espécie invasora e que tem que ser cultivada sob controle. Fui Ministro da Pesca, fui Secretário Nacional de Pesca; tínhamos o controle. Tínhamos muitos pedidos, por exemplo, de produtores de outras regiões – das regiões amazônicas, por exemplo – pedindo para liberar alguma hidrelétrica lá e a gente, logicamente, proibia, por conta do risco biológico. Então, a preocupação aqui é exatamente nessa questão do travamento ambiental, insegurança, custo de conformidade, etc.

Há, portanto, Sr. Ministro, um conflito regulatório evidente: espécies fomentadas, licenciadas, reconhecidas pelo Mapa e pelo Ministério da Pesca seriam simultaneamente classificadas como pragas ambientais pelo MMA. Esse desencontro viola princípios de integração de políticas públicas previstos na Lei de Política Nacional de Meio Ambiente.

O Mapa recomenda a revisão integral da minuta, a instituição de um grupo técnico interministerial permanente e a adoção de critérios científicos multidimensionais, que considerem o risco biológico, o impacto socioeconômico e a importância produtiva dessas espécies.

O setor aquícola reforça a necessidade de exclusão de tilápia e *vannamei* e híbridos da lista, além de um marco regulatório específico para espécies cultivadas em sistemas controlados.

Esta audiência, portanto, tem o papel de promover realmente um diálogo e esclarecimento para a sociedade – especialmente o setor produtivo –, corrigir rumos e garantir que o Brasil proteja sua biodiversidade sem destruir cadeias produtivas essenciais, sem fragilizar agricultores, pescadores e aquicultores e sem comprometer a segurança alimentar.

Ministro, a lista realmente foi suspensa. Isso ocorreu, inclusive, na semana passada, durante a nossa audiência, quando transformamos o convite em convocação para a Ministra Marina Silva – que, como eu lhe falei anteriormente, se já tivesse vindo aqui para, pelo menos, dialogar, ou se tivesse suspendido isso no início da polêmica, a dor de cabeça para nós...

Porque isso, para nós, é o seguinte: ninguém quer perder tempo; nem o senhor de explicar, nem eu perder tempo aqui de ficar questionando, polemizando, não. A questão é que nós somos representantes. Por exemplo, eu sou representante do agronegócio, da agricultura e da pesca.

O senhor não imagina o número de ligações, de whatsapps e de *e-mails* em que os produtores estão falando: "Venham cá, vocês não vão fazer nada, não? Esses caras estão doidos; esses caras vão suspender tudo!". E a Ministra Marina Silva – eu queria, inclusive, falar isso com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ela pessoalmente, mas ela está de férias – é realmente considerada pela maioria, inclusive de Senadores, aqui, progressistas e da esquerda, como uma pessoa radical ambientalmente.

Então, me sai uma lista dessa, com cadeias produtivas que têm 50 a 60 anos no Brasil. Não há um esclarecimento imediato do ministério; não há uma suspensão imediata dessa lista; a Ministra resiste a vir à Comissão. O primeiro documento, aqui, foi uma convocação que nós fizemos. Na convocação – o senhor sabe –, é meio que forçado, é obrigatório, aqui, o ministro de Estado, como servidor público, comparecer; e o Senador Jaques Wagner disse: "Poxa, Seif, transforme em convite, para não ser um negócio agressivo, rude e tal"; e transformamos em convite. Não adiantou de nada, mas tudo bem.

Eu quero mostrar para o senhor qual é a minha preocupação. O senhor explicou; e eu vou falar que 90% das coisas que o senhor falou já eram de meu conhecimento – mexilhão-dourado, peixe-leão, javali, a tilápia precisa ser cultivada em ambientes extremamente controlados. Isso aí já está na parte, no escopo e na legislação, desde que começou a ser praticada a tilapicultura no Brasil. No entanto, durante a COP 15, no Canadá, o Brasil, juntamente a outros 187 países, se comprometeu a controlar e a erradicar 50% das espécies invasoras até 2030. Com a inclusão da tilápia como espécie invasora, automaticamente ela entra nesse compromisso, do qual o Brasil foi signatário; e transcrevo aqui a meta 6 da COP 15:

> Eliminar, minimizar, reduzir ou mitigar os impactos de espécies exóticas invasoras na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos, identificando e gerenciando as vias de introdução de espécies exóticas, evitando a introdução e o estabelecimento de espécies exóticas invasoras prioritárias, reduzindo as taxas de introdução e o estabelecimento de outras espécies invasoras conhecidas ou potencias ao menos em 50%, até 2030, erradicando ou controlando [...] [essas espécies], especialmente em locais prioritários, como ilhas.

E, como complemento, a Portaria GM/MMA 1.519, de 2025, publicada agora em novembro, retoma essa meta, agora do MMA; não é mais um problema da COP lá do Canadá; inclusive, por coincidência ou não, a meta 6 tem o mesmo texto que eu li anteriormente.

Então, primeiramente, que bom que suspendeu. Segundo, o que nós propomos é que existem as questões ambientais – o.k. – e precisamos cuidar, mas nós estamos falando de cadeias produtivas de 50 anos, 40 anos e 30 anos que empregam milhões e que geram divisas para o Brasil, PIB, alimento – o senhor também, inclusive, confirmou isso.

Agora, diante de uma portaria que diz que vai, sim, diferentemente do que o senhor comentou... A meta 6 é claríssima: "[Eliminar, minimizar] Reduzir a introdução [...] das espécies exóticas [...] [etc.]"; ou seja, aqui, no texto que está publicado na Portaria 1.519, de 2025, está dizendo que realmente vai haver um trabalho contrário. Só, por exemplo, dos órgãos de meio ambiente. Por exemplo, Ibama, ICMBio, os órgãos estaduais falarem "Olha, a partir de agora, quem tem viveiro de tilápia tem, quem não tem não pode mais ser licenciado porque a Portaria GM 1.519 diz que nós temos que minimizar, reduzir e eliminar espécies exóticas invasoras". E o que falar da mangueira? E o que falar de pínus? E o que falar de eucalipto? E o que falar de jaca?

Então, são questões que nós gostaríamos que o senhor esclarecesse, explicasse, e de que forma vai fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Prometo que termino já, Senador Zequinha, são questões importantíssimas. Até aproveitar que existem, agora, ocorrendo no Senado, outras audiências públicas, inclusive com a Ministra Guajajara, então o Senado hoje está agitado.

Eu pergunto para o senhor o seguinte: no art. 5º do Anexo 1, o MMA alega que espécies não serão proibidas como exposto no art. 5 da minuta. Portanto, não haveria com que se preocupar. Diz o art. 5º que a inclusão de determinada espécie na lista oficial de espécies exóticas não constitui impedimento ao seu uso econômico, desde que sejam adotadas medidas adequadas de controle e observadas as etapas de licenciamento pertinentes, quando aplicável.

Isso aqui é óbvio, é lógico, porque hoje ninguém consegue fazer um viveiro de tilápia sem licenciamento. Então, ele já tem que respeitar como é que faz o escape, como é que faz o manejo, como é que vai ser a procriação... Isso aqui, apesar do texto ser lógico e óbvio, hoje, ninguém cultiva tilápia profissionalmente, em escala comercial, sem observar isso aqui porque você precisa de um licenciamento ambiental e já está previsto.

Mas a minha preocupação, também externo ao senhor, é que o art. 5º é meramente decorativo. Por quê? Há uma lacuna entre o que é publicado aqui em Brasília e o que é interpretado e feito, executado pelos estados e municípios.

Vamos lá.

Primeiro: se a espécie é invasora, o órgão ambiental presume risco. O.k.

Segundo: se presume risco, o produtor precisa provar inocuidade.

Terceiro: provar inocuidade é caro, demorado e tecnicamente incerto.

Quarto: estados podem e irão exigir restrições adicionais. Nós sabemos que as legislações dos estados são mais restritivas do que a federal, isso se não proibirem.

E quinto: bancos de crédito – porque a maioria dos pequenos e médios produtores buscam financiamento para fazer seus cultivos – interpretarão a atividade como atividade de risco.

Diante disso, Ministro, eu gostaria que o senhor nos explicasse como que, mesmo com suspensão... Porque suspensão, para nós, não significa nada; significa que vocês adiaram para um segundo momento essa análise ou essa publicação. E a própria nota do próprio Ministério da Agricultura, a Nota Técnica 46, para V. Exa., para o Ministério, que aponta as falhas metodológicas no processo, a ausência de base científica robusta, a análise restrita, etc...

Eu queria que o senhor pudesse, de alguma forma, nos responder, mesmo diante da sua exposição inicial, que já nos ajudou bastante a entender a posição da legislação, que é uma obrigatoriedade de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu.

Ministro, então é o seguinte: nós somos poucos aqui, vamos fazer um bloco só.

Eu concedo a palavra, neste momento, ao Senador Jaime Bagattoli para trazer as suas considerações e questionamentos.

Solicito ao Senador Seif assumir a Presidência. Eu também pretendo formular algumas perguntas, no sentido de que a gente busque todos os esclarecimentos de que precisa. Está bem, Senador Seif, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Zequinha.

Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli para os seus questionamentos ao Ministro Capobianco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Senador Seif, Presidente, o Zequinha só se esqueceu de falar que é 1h30 o tempo, esqueceu de falar.

Quero cumprimentar aqui, por esta audiência, o Senador Jorge Seif, que provocou esta audiência pública, para que isso acontecesse, nosso Presidente da CRA, Senador Zequinha Marinho, o nosso Ministro João Paulo Capobianco, o Braulio do Ibama, o nosso Agostinho, sempre presente, Presidente do Ibama.

São diversas coisas que a gente tem que falar. Falar em exótico, de outros países, todos nós até somos, nós somos descendentes de europeus, de africanos ou dos países do continente asiático. Mas o que eu quero dizer para vocês aqui é que tudo tem que ter um baseamento em algo. Vou começar pelo Sul do Brasil. O Sul do Brasil é o seguinte: lá na década de 60, eu sei porque eu era madeireiro, quando criança, sou neto de madeireiro. Você sabe por que, Jorge Seif, se começou a plantar pínus e eucalipto no Sul? Antigamente não era Ibama, se chamava IBDF. Começou lá na década de 60, em 1965, meu falecido pai já começou a reflorestar pínus, *Pinus elliottii*, sem tecnologia, sem nada, porque era uma lei que tinha que plantar, não podia nem se pagar a reposição de árvore, era obrigado a plantar. Tudo certo. Aí, Souza Cruz também veio incentivando os agricultores, o pequeno produtor que vivia da agricultura do tabaco, do fumo, a plantar eucalipto para ter lenha e veio isso. Hoje o Sul do Brasil, Ministro, o Sul do Brasil – eu sou de Santa Catarina, mas estou lá em Rondônia –, o Sul do Brasil hoje, você pode ver a pancada que levou Santa Catarina, principalmente o Paraná e o Rio Grande do Sul, com a indústria madeireira do eucalipto e do pínus, com o tarifaço que aconteceu nos Estados Unidos. Eles colocaram os equipamentos, a indústria se aperfeiçoou para produzir mercadoria para os Estados Unidos, para exportar para os Estados Unidos. Então, já quero deixar uma pergunta aqui: o que nós vamos fazer com a economia desses três estados, caso haja estudos de que isso seja prejudicial ao meio ambiente, seja exótico, esteja prejudicando o meio ambiente?

E o eucalipto, quero dizer para vocês, está no Rio Grande do Sul, está em Santa Catarina, está no Paraná, está em São Paulo, está no Espírito Santo, fortíssimo, está no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso. Inclusive, em Mato Grosso do Sul, agora eu vi que a maior indústria de papel que tem hoje está no Mato Grosso do Sul, se instalou agora, há pouco tempo. Quando se fala de levar, nós tentamos, no passado, plantar mogno em Santa Catarina. Nós estamos há 50 anos em Rondônia. Eu queria plantar, nós tentamos plantar, eu e meus irmãos, meu pai, tentamos plantar mogno e cerejeira em Santa Catarina, castanheira. Não dá, porque o clima é diferente, é frio. Como não se adapta querer plantar uma árvore de pinheiro araucária no Norte do Brasil, é clima quente, não dá nada certo.

Outra coisa, reflorestamento de madeira nativa também não funcionou em lugar nenhum do mundo, nem o pinheiro-araucária funcionou dentro de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, nas montanhas, nas serras, de onde ele é nativo.

Vamos falar da soja. A soja é nativa do continente asiático. Hoje, o Brasil é o maior produtor de soja do mundo. É do continente asiático a soja; o milho é dos incas, da Cordilheira dos Andes, aliás, da Cordilheira dos Andes, não, é aqui do México, lá dos índios, dos incas...

Então, nós temos... São diversas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... situações que nós temos. Aí, agora, eu pergunto para o senhor: como nós vamos fazer? Olhem, a manga não dá lá, em Santa Catarina. Ela nem se produz no Sul do Brasil – nem se produz. Só se produz no Norte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque é clima quente. Já se tentou plantar no Sul do Brasil – é difícil. Então, onde ela é produzida? Na Bahia, no Vale do São Francisco.

Então, a grande preocupação nossa, Ministro, é sobre essa questão. E a questão de peixe, eu até concordo com V. Exa. que não há necessidade de levar tilápia para o Norte do Brasil – não há necessidade nenhuma. Como também, se o senhor pegar o pirarucu, se pegar o tambaqui e se o senhor quiser produzir aqui também, será muito difícil. É muito difícil você produzir em climas em que ele não se adapta, digo, a clima frio. Então, essa questão, por exemplo, da tilápia, foi uma grande preocupação do Brasil. Ela é produzida por pequenos produtores aqui no Brasil. Então, a grande preocupação é que vai afetar e muito a economia. Como falou o Senador Jorge Seif aqui, que daqui a pouco, ninguém mais pode produzir, é só o que tem e vai se encerrar por aí.

Olhe, hoje, se o senhor vir a cadeia alimentar no Brasil, nós temos muito mais peixes do que nós tínhamos 30 anos atrás. Nós temos muito mais – muito, muito mais – peixe do que nós tínhamos 30, 40 anos atrás. Hoje, Rondônia, só para você ter uma ideia, tem peixe nativo. O nosso forte é o tambaqui. Só no Norte, ou melhor, só em Rondônia tem 10 mil hectares, Jorge Seif. Os 10 mil hectares são 10km por 10km, se os tanques fossem em um único lugar. Isso só de peixe tambaqui, pintado, pirarucu. O pirarucu é um peixe que se você levá-lo e jogá-lo, hoje ele dá até problema, porque ele elimina muitos outros peixes. Então, é um peixe com o qual há que se ter cuidado com o local em que se vai colocá-lo.

Mas, Ministro, eu quero encerrar; não quero mais me alongar.

Olhem, até o boi nelore. O boi nelore é da Índia. Nós somos o maior produtor do mundo hoje de carne. O boi nelore veio da Índia, do século XVIII. Então, tudo veio parar aqui; aqui não tinha nada. Se nós pensarmos sobre tudo, nós temos que ir embora, voltar para lá e deixar aqui, porque eram os nativos que estavam aqui, eram os nossos indígenas. Eram os nossos indígenas que estavam aqui, e nós temos que dar dignidade de vida para eles, porque esse é o sonho do Senador Jaime Bagattoli. Esse é o sonho da maioria dos Senadores, o de que os nossos indígenas... O meu maior sonho é que esses indígenas recebam o crédito de carbono, porque nada mais justo do que as famílias dos indígenas receberem o crédito de carbono. Isso é o meu maior sonho dentro dos 14% que eles têm do território nacional, para eles terem dignidade de vida.

Mas a minha pergunta só fica aqui, Ministro: o que nós vamos fazer com a economia do Brasil se isso for levado à frente? Esses estudos sobre pínus, sobre eucalipto, sobre tilápia, sobre manga, sobre jaca, enfim, tudo isso aí.

A gente não sabe, porque, se isso aí seguir adiante... Nós já temos tanto problema com o nosso ambiente e com a nossa economia e nós não somos contra a preservação e o meio ambiente. Nós sabemos da responsabilidade que o Brasil tem com o meio ambiente, mas precisamos também pensar na economia.

Eu não quero acreditar que pínus e eucalipto estejam prejudicando a natureza, porque, hoje, o Brasil praticamente quase já, se não se tornou, vai se tornar o maior produtor de madeira de reflorestamento no mundo – eu acredito que o Brasil será o primeiro. E, se pensamos tanto em não mexer em madeira nativa, agora vamos pensar em prejudicar essa situação do reflorestamento. Aí eu não sei mais o que dizer, mas eu sei que V. Exa. vai ter resposta para isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli, por suas perguntas e colocações para o Ministro Capobianco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marinho, o senhor quer... Zequinha Marinho, quer perguntar antes de ele responder?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Eu quero fazer algumas considerações. Ele está anotando ali...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k., aí já responde em bloco. Está ótimo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – E a gente especifica algumas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Primeiro, quero cumprimentar o Ministro e agradecer ao Presidente a oportunidade, ao seu assessor ali, ao Presidente do Ibama, Rodrigo, pela presença.

A perturbação aqui é grande; é natural, não é um problema nosso. A gente aqui é a caixa de ressonância da população lá do interior do seu estado. É claro que vem do Brasil todo; inclusive, Senador Seif, tem algumas perguntas aí da questão nacional.

Eu trago aqui, Ministro... Inclusive, quero dar uma cópia para V. Exa. da Frente Parlamentar da Agropecuária, cujo Vice-Presidente é o Senador Jaime Bagattoli – eu agora tenho outra função lá. Queria pedir para que chegasse até o Ministro esta cópia.

Vamos à primeira.

Fizeram aqui quatro colocações, mas serei breve, Presidente.

A Frente Parlamentar diz que estudos científicos e pareceres acadêmicos apontam falhas de método, ausência de dados regionais, incoerências no diagnóstico de risco e critérios não replicáveis, especialmente no caso da aquicultura e da produção florestal. Pergunta: qual metodologia científica específica fundamenta a inclusão dessas espécies na lista? E por que não foram considerados estudos recentes que contestam a adoção de critérios generalistas para um país megadiverso e com realidades produtivas distintas?

Outro comentário da FPA diz que as entidades representativas da aquicultura, pesca e tal, florestas plantadas e agriculturas, relatam que não foram adequadamente ouvidas e que contribuições técnicas relevantes foram ignoradas. Por que as contribuições formais dos setores produtivos, universidades, cooperativas e órgãos públicos envolvidos com produção aquícola, florestal e agrícola não foram integradas ao texto final? E como o Ministério pretende corrigir esse déficit de participação?

Terceiro comentário: empreendimentos, em operação há décadas, podem ser submetidos a novas restrições, revisões de licença ou condicionantes ambientais, baseadas em uma classificação, que não existia quando foram implantados. Aí a pergunta: o ministério reconhece que a classificação pode gerar efeitos retroativos sobre licenças já concedidas? Se sim, que medida pretende adotar para garantir segurança jurídica aos empreendimentos existentes?

Quarta e última. Há conflitos diretos com leis de fomento agropecuário, pesca e aquicultura, além de potencial violação ao princípio da proporcionalidade e às competências do órgão federal responsável pela agricultura, previstos em lei. Aí a pergunta: como o ministério justifica avançar com uma norma que afeta diretamente a produção, sanidade, pesquisa, crédito e abastecimento sem observar a competência legal do órgão responsável por essas áreas, conforme previsto na legislação vigente?

A essas considerações da FPA, eu gostaria só de acrescentar alguma coisa. O Senador Seif fez aqui menção à COP 15, no Canadá, e aí tem o acordo dos países envolvidos, de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasil é signatário. A pergunta é: parece que teve uma Portaria 1.519, agora de 22 de novembro, 25 de novembro, e lá na Meta 6, em que ela estabelece metas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É isso aí. Portaria GM 1.519, de 2025, publicada em novembro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A pergunta é: nós vamos cumprir essas metas estabelecidas, conforme estão lá, de eliminar, erradicar, sei lá, metade disso até 2030?

A outra pergunta que eu gostaria de formalizar aqui: se o Ministério fez... Porque o negócio envolve economia. Qual é o impacto econômico disso, diluindo isso em duas etapas, até 2030? Correto? O que se apurou em termos de impacto econômico, empregos? Porque tem muita coisa financiada e nem todo financiamento é de curto ou médio prazo. Dependendo do empreendimento, vai de médio para longo prazo. Como se resolve uma situação dessa? A questão social, porque muita gente vive da atividade, qual é, além do econômico, o impacto social?

E o outro é de caráter científico: onde essas espécies estão realmente produzindo a maldade, onde é que elas estão prejudicando o ecossistema daquele setor? A tilápia na questão da piscicultura, o camarão... Como é o nome?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – *Vannamei*.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – *Vannamei*. E as espécies vegetais? Tem a questão do eucalipto, que o senhor sabe que movimenta a indústria da madeira, da celulose, essa coisa toda. Tem manga, jaca. A jaca, para nós aqui, nem tanto. Cada um tem seu pezinho lá, colhe e come.

Agora, o resto é altamente comercial: goiaba – goiaba movimenta muita coisa –, a manga, então, o senhor sabe que a economia da manga é muito importante, mas o que me preocupa é a questão da braquiária também. O senhor sabe que o pasto... (*Risos.*) Como é que eu faço para reduzir? Que espécie o Ministério sugere? E nós vamos ter que buscar fora, porque nós não temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Se for fora é exótica, aí...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aí é aquele negócio: se for fora é exótica... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

... porque, como disse o Bagattoli aqui, pouca coisa nós temos daqui, a gente está sempre buscando novidade lá no fim do mundo: é a raça do gado, a melhoria genética disso, daquilo. E vai do gado ao porco, ao carneiro, ao peixe.

Eu estou vendo, por exemplo, o pessoal querendo trazer panga. Sabe de onde é o panga?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Panga, é um peixinho.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – *Pangasius*.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Hã?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – *Pangasius*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É vietnamita.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É esse pessoal da guerra lá com os Estados Unidos, são bravos para caramba.

E eu vejo um negócio assim meio... Não sei te explicar direito, mas vamos lá.

Neste momento a China está aprendendo a criar tambaqui, levar daqui da Amazônia, possivelmente da Amazônia brasileira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pirarucu na Alemanha, é a outra informação que eu levantei. E o mundo... Hoje não tem mais esse negócio de você tentar fechar para um lado, para outro; a tal da globalização globaliza mesmo, e essas fronteiras terminam caindo.

Como é que a gente faz num mundo globalizado, em que um manda para lá, outro traz para cá, outro busca resultado melhor, melhoria disso, melhoria daquilo, quem produz mais, quem tem mais potencial, quem tem mais água? Esse é um ponto que eu gostaria que V. Exa. nos ajudasse a entender.

Outra coisa. Talvez apenas tenha coincidido; não seja nada organizado, mas fruto de uma, de repente, coincidência. Enquanto a gente está preocupado aqui com a tilápia que é invasora, a JBS já comprou 700 toneladas de tilápia do Vietnã; e estão começando a chegar, disse que daqui a uns dias começam a chegar. Fica ruim isso, não é? Porque a gente não pode comer tilápia nossa aqui, mas pode comer tilápia de fora, não é verdade? E um tempo desses disseram que a tilápia do Vietnã estava doente, não podia vir para cá. Claro que isso não é um problema do senhor, é um problema do Ministério da Agricultura que controla essa questão, mas é um negócio que está meio cinzento e a gente precisa esclarecer.

E, por último, a questão da lista. Eu incluo... Noventa e oito por cento da tilápia produzida no Brasil, quase 70% da piscicultura brasileira, é constituída por pequenos produtores, mas que também financiam: 2% com grandes, e não tem ninguém sem financiamento. Na hora que eu incluo isso numa lista diferente, numa lista vermelha, será que o banco vai ter coragem de me financiar se eu buscar financiamento no banco? Como é que eu vou acessar o licenciamento, não é, Presidente do Ibama, para continuar criando ou não continuar criando? Como é que vai funcionar o laboratório do alevino? Vai poder continuar, não vai poder continuar?

Queria que o senhor se sentisse à vontade e usasse o tempo que pudesse, com a permissão do meu Presidente aí, para nos ajudar a compreender isso, para depois a gente chegar a uma conclusão neste assunto que eu considero importante, necessário.

Parabenizo o Senador Seif pela iniciativa do requerimento. A gente precisa, pelo menos, mandar um sinal de paz para as bases, porque a turma está ouriçada. Está todo mundo parecendo... Lá no meu interior, falam assim: parecendo porcão – porcão ou queixada. Quando ele fica bravo, ele fica todo arrepiado, quer brigar, não sabe o que vai acontecer. Nós também estamos preocupados do mesmo jeito, todo mundo sem saber: "E agora? Como é que eu faço? Eu financiei. Eu estou aqui com isso, estou aqui com aquilo".

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Zequinha.

Passo a palavra para o Ministro Capobianco, para as suas falas aí.

Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor.) – Obrigado, Senadores, pelas questões.

Só queria esclarecer um ponto, Senador Seif, que é o fato de que, realmente, isso coincidiu com a COP 30. A COP 30, com toda essa polêmica, foi de uma enorme responsabilidade para o Brasil, e o Ministério do Ambiente é a contraparte técnica do processo da COP 30. Então, a Ministra, de fato, estava – todos nós, a equipe toda, mas a Ministra particularmente – profundamente envolvida com a questão da COP. Então, foram muitos eventos, muitas atividades que ela, infelizmente, não pôde atender. A reclamação não é só aqui do Senado. Não teve nenhuma indisposição. De fato, foi uma dificuldade enorme. E, agora, além de ela, de fato, ter tirado férias, ela teve – estava até pensando como é que ela faria com essa convocação – um acidente, teve uma fratura numa vértebra e está em repouso. Como foi informado aqui à Mesa, ela, além das férias, também teve esse impedimento, porque ela poderia, eventualmente, sair das férias por um dia e depois voltar, mas ela não pôde atender. Então, eu queria deixar bem claro que não houve nenhuma resistência e nenhuma questão em relação a isso. Portanto, por favor, vamos considerar que o Ministério do Ambiente está aqui representado, com a sua equipe à disposição do Senado brasileiro para esclarecer tudo o que for necessário.

Seria muito bom se tivesse sido logo no início. De fato, seria melhor. Concordo plenamente, mas, infelizmente, foi uma profusão de problemas...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ministro, por favor, me perdoe, mas eu me esqueci de fazer uma pergunta em que eu estava matutando ali, mas que não escrevi.

O Ministério do Meio Ambiente não está atrasado nessa análise para incluir essas espécies? Há quanto tempo a tilápia, há quanto tempo o capim braquiária, há quanto tempo o eucalipto, o pínus e outras espécies que querem colocar nessa lista estão aí? Por exemplo, o pasto, que sustenta os animais, é um negócio essencial para a vida. Não vai ter mais sementes? Por que a gente não decidiu isso lá antes, para evitar hoje uma tragédia, se a gente tiver que reduzir isso pela metade em cinco anos? Eu acho que é um negócio que o Governo precisava analisar. Tomou conta... Tem como se controlar o braquiária hoje no Brasil? Não tem mais! Toda propriedade... Quantos mil produtores nós temos? Tem tanto, e todo mundo tem lá braquiária quer dizer, tomou conta, literalmente tomou conta, não tem mais como controlar capim braquiária, que sustenta a pecuária brasileira, as mais diversas, o *brizantha* nas suas diversas. Por que só agora? Eu acho que a gente teria que buscar alternativas que não fosse esse caminho aí.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Obrigado, Senador, vou responder essa questão.

Um ponto que eu considero esclarecido, a questão da presença da Ministra Marina, eu queria esclarecer um ponto que acho muito relevante, Senador Seif e todos os Senadores aqui participando, Zequinha, Senador Jaime. Sobre esse dispositivo, está havendo um mal-entendido sobre esse dispositivo a que o senhor se refere. A Portaria 1.519, o que ela faz? Publica a Epanb (Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade). Essa Epanb, que foi produzida durante mais de dois anos de debates, com pessoas de todos os setores, incorpora esse dispositivo de 50% para novas introduções, não se trata das espécies em território, então o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

compromisso... porque o problema da introdução de espécies invasoras continua, é uma realidade hoje no mundo, porque, como o senhor disse, no mundo globalizado, está havendo uma comunicação e esse processo continua. Então, o que foi aprovado na COP 15, no Canadá, e foi internalizado na nossa Epanb, porque nós somos signatários da convenção, é o compromisso de atuar para evitar ou erradicar 50% das novas espécies, de novas invasões. Então não se trata de que nós tenhamos, a partir de agora, que erradicar 50% das espécies existentes em território nacional, são para novas espécies.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Perdão, mas as que já estão na lista ou de todas que estão?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Não, não, das novas. Você vê, nós temos aí uma lista, que eu falei, o Anexo 2, que está sendo elaborado, de espécies potenciais invasoras, elas não ocorrem ainda em território nacional ou ocorrem de forma muito delimitada, então é o compromisso de evitar pelo menos 50%, porque a gente sabe que não é possível evitar tudo, infelizmente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu comecei a respirar agora.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Para as novas, está certo? Então, só para deixar bem claro...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Futuras?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Por favor, futuras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ministro Capobianco, o texto não traz dessa forma. Estou entendendo...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Traz, é só a gente ler o texto com cuidado, ele fala para introduções. O Braulio aqui, que é o nosso especialista maior nisso, pode esclarecer. Pode esclarecer, Braulio?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Veja, perdão, Dr. Braulio, só para o senhor entender: como é que eu mensuro uma introdução em 50%? Não existe.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Nós enchemos uma lista, nós temos a lista, já. O Braulio explica isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está, tudo bem, o.k.

O SR. BRAULIO DIAS (Para expor.) – Então, a meta adotada internacionalmente, em Montreal, no Canadá, na COP 15, e que foi internalizada por essa portaria do Ministério que aprovou a nova Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade traz como uma das metas, a Meta 6, essa questão de espécies exóticas invasoras. Então, o compromisso geral é de promover o controle dessas espécies exóticas invasoras, em alguns casos, inclusive, com erradicação, onde possível.

Essa meta detalha o compromisso de reduzir pela metade as entradas de novas espécies invasoras até 2030.

Então, a ideia é que nós precisamos ter uma ideia de qual tem sido a taxa de chegada, de entrada de novas espécies invasoras nas últimas décadas aqui no Brasil – e isso a lista nos ajuda a determinar –, e, com isso, em decorrência disso, se estabelece o compromisso de reduzir pela metade a entrada de novas espécies exóticas invasoras nesses próximos cinco anos. É disso que se trata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Se viriam dez novas, vamos tentar admitir no máximo cinco.

O SR. BRAULIO DIAS – É isso.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – O objetivo é evitar todas, mas o compromisso assumido lá é que pelo menos 50% seriam evitadas para reduzir esse trânsito de espécies.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é do que nós já temos, então?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Não, não. Não é do que nós já temos.

O SR. BRAULIO DIAS – É de novas introduções.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero só dar as boas-vindas ao Senador Luiz Carlos Heinze, do nosso querido Rio Grande do Sul, nosso amigo também do agro, e também saudar aqui a presença do Francisco Medeiros, Presidente – não sei se ainda é Presidente ou é Secretário-Executivo – da PeixeBR.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado pela presença do senhor, que enriquece aqui também o debate.

Com a palavra o Ministro Capobianco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Muito bem.

Com relação ao texto que o senhor traz aqui, e a que de certa forma também o Senador Jorge Seif se referiu, sobre questões metodológicas e sobre a participação de dados, representativas da pesca, aquicultura, florestas plantadas etc., o que ocorre é o seguinte: primeiro, a metodologia está exposta, apresentada e se baseia no que há de melhor na metodologia de identificação dessas espécies. Então, se houver alguma questão, algum estudo relevante, novo, indicando que uma informação nova aqui é trazida, o espaço é a Conabio.

Então, não há nenhuma possibilidade – e seria absolutamente inaceitável – que, durante o processo de análise, se trouxesse uma nova informação científica e que ela fosse ignorada. Ao contrário: como eu me referi aqui, quando se traz uma informação nova, abre-se um painel. Você tem uma lista de espécies, e você tem lá um fato novo: olha, essa espécie, alguém que está na comissão, ou por *motu proprio* ou que recebeu de alguma entidade, alguma pessoa de fora, encaminha um questionamento com base num documento publicado em algum artigo científico, ou numa universidade, etc. Isso aí obriga à abertura de um painel, em que os atores se reúnem para discutir o ponto. Então, não há a menor hipótese de que o estudo tenha sido desenvolvido com falhas metodológicas, sem considerar informações relevantes. Se isso ocorreu – e eu digo que é impossível ocorrer, mas, se em hipótese tivesse ocorrido –, teria que ser denunciado ao Ministério do Meio Ambiente, a quem compete zelar pela observância das regras.

Então, nós não temos nenhuma informação objetiva sobre isso. Portanto, se tiverem, estou à disposição para receber esse questionamento, e, certamente, irei solicitar a abertura de um painel específico.

Braulio.

O SR. BRAULIO DIAS – Complementando, nós seguimos as melhores práticas internacionais. Foi criado um programa internacional sobre espécies exóticas invasoras, de que vários países participam, que estabeleceu recomendações de práticas para identificar o que sejam espécies exóticas invasoras em cada país, e vários países têm feito esse exercício. Nós seguimos essas práticas, isso se baseia em evidências científicas. Nós só consideramos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

incluir na lista quando existirem artigos científicos publicados confirmando a presença em território nacional em ecossistemas nativos... Que não basta estar no território nacional para entrar na lista, tem que estar já presente, estabelecido em ecossistemas naturais, e também tem que comprovar o risco oferecido por essas espécies para a biodiversidade nativa.

Então, foi com base nessas evidências publicadas... Foram mais de 250 publicações específicas que foram identificadas e selecionadas para basear esse trabalho. Isso passou por várias rodadas de consultas a especialistas. Tivemos um *workshop* com cerca de 90 especialistas convidados para participar de toda essa discussão. Então, houve todo um questionamento com relação à inclusão dessas espécies. Foi o resultado desse processo que nós, então, levamos para a Conabio.

Porque a decisão sobre o que vai entrar nessas duas novas listas... Lembrando, uma lista é do que já está presente em ecossistemas naturais brasileiros, a outra é uma lista de prioridades para prevenir novas entradas, novas invasões. Então, quem vai nos orientar sobre a finalização dessa discussão é a Conabio, que é um órgão colegiado. Temos 12 ministérios, temos várias autarquias federais, temos representação de estados, de municípios, da academia, setor produtivo, várias organizações representantes de setor produtivo, sociedade civil.

Qual é o procedimento adotado? O ministério elabora uma proposta, submete aos membros da Conabio – essa documentação é enviada com antecedência –, inicia-se a discussão e fica aberta a possibilidade de questionamento dos membros da Conabio, pedindo maiores esclarecimentos, etc. Uma das questões que logo apareceu é o questionamento quanto ao prazo para envio de manifestações, por exemplo, contestando a inclusão de certas espécies ou questionando se certa espécie traz ou não um risco à biodiversidade brasileira.

Então, tudo isso está em aberto. Nós demos um prazo inicial de 45 dias para receber essas manifestações. O Ministério da Pesca e Aquicultura solicitou uma extensão desse prazo, esse prazo foi estendido até o final deste ano, até 29 de dezembro, para o recebimento dessas manifestações. Uma vez tendo essas manifestações, a gente retomaria as discussões na Conabio para discutir esses questionamentos.

Havendo dificuldade de resolver esses questionamentos no âmbito da Conabio, a gente pode estabelecer painéis científicos específicos, em que a gente convidaria novos especialistas conforme a temática. Por exemplo, se houvesse um questionamento com relação ao setor da aquicultura, poderíamos estabelecer um painel científico com especialistas em aquicultura, especialistas em peixes e invertebrados aquáticos, para, então, digerir todo esse conjunto de informações e nos aconselhar sobre o procedimento.

Mas vejam que a discussão na Conabio não evoluiu ainda, como o Ministro colocou. Nós apenas iniciamos a discussão, mas houve uma interpretação errônea de que o Ministério estaria propondo a proibição do cultivo dessas espécies. Em nenhum momento nós propusemos isso – em nenhum momento. A nossa única preocupação é, uma vez reconhecendo espécies exóticas e invasoras que possam representar risco para a biodiversidade nativa, de se identificarem eventuais medidas para reduzir o risco para a biodiversidade nativa. Por exemplo: como melhorar as medidas de mitigação, de evitar escape; essas coisas, só isso.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Só completando aí, nessa linha, significa que não tem a menor possibilidade de que uma decisão de agora vai impactar projetos para trás, obrigar...

Alguém pergunta aqui se teria que fazer novos licenciamentos, se seriam canceladas licenças expedidas. Essa hipótese não existe. A lei não retroage em prejuízo, em desfavor do cidadão; não existe a menor possibilidade. O que existe, sim, é a possibilidade – que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gostaríamos muito – de, uma vez isso comprovado, passado por todo esse escrutínio que está sendo feito, sentar com o setor e dizer: "Como é que a gente pode melhorar para que esse setor continue na sua atividade, reduzindo o risco de escape, melhorando as práticas?". Esse é que é o objetivo.

Aí alguém pode perguntar: "Mas isso vai elevar custos, vai aumentar...?". Isso vai ser discutido caso a caso, porque nós não podemos... não existe uma regra.

Como foi dito aqui pelo Senador Jaime, todos nós somos exóticos, está certo? Essa é uma realidade, o ser humano fez esse processo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Mas, veja bem, olhe só: eu sou Capobianco, minha família vem da Itália, então eu sou um exótico também, então vou ser proibido de... O Sr. Jorge Seif... devia ser erradicado do Brasil. Então, veja bem, isso não existe. O que existe é o cumprimento de uma determinação legal de que a gente atualize essas listas periodicamente para que medidas cabíveis, viáveis e economicamente justificáveis sejam implementadas.

Por exemplo, o Senador aqui falou sobre o pínus – "Ah, agora eles vão proibir o pínus no Brasil". É claro que é impossível proibir o pínus ou o eucalipto. É impossível, e nem se pretende! Seria um tiro no pé! Quem desenvolveu ou adaptou o eucalipto no Brasil, partindo do lado do nosso pensador Navarro – que é detentor dos maiores títulos de reconhecimento científico por ter feito e trazido o eucalipto para o Brasil, e desenvolvido espécies adaptadas ao Brasil... Você imagina, ninguém vai jogar isso fora.

Agora, no caso do pínus, por exemplo, existem, sim – e já estão operando –, normas que definem uma faixa de distanciamento dos parques nacionais. Por quê? Porque o pínus tem uma capacidade de proliferação, em que ele acaba...

O SR. BRAULIO DIAS – A semente é dispersada pelo vento.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – O que acontecia era que se tinha uma invasão de pínus em parques nacionais, alterando a paisagem e prejudicando. Então, foi feito um acordo com o setor, e o setor hoje tem uma faixa de exclusão, e ele não planta naquela faixa. Os grandes projetos não vêm naquela faixa e, com isso, você consegue manter o parque nacional convivendo perfeitamente com a indústria.

Então, nós não podemos pressupor que uma ação do Governo iria provocar o desemprego em massa, a paralisação, nisso não existe a menor possibilidade.

Com relação à invasão de competência, Senador, é o seguinte: o que nos compete, como Ministério do Meio Ambiente, é a gestão da biodiversidade. Nós temos quatro grandes vetores de perda de biodiversidade: primeiro, a destruição de ecossistemas, o desmatamento, a destruição de ecossistemas; segundo, são as mudanças climáticas; terceiro, são as espécies exóticas invasoras; e, quarto, caça e superexportação de espécies.

Então, o Ministério tem que atuar nessas frentes, tem que produzir ações que minimizem esses impactos. Reduzimos o desmatamento lá na Amazônia, inclusive com o apoio muito forte dos setores lá, em 50%. Tivemos um desmatamento muito... e continua caindo. Parabéns ali ao senhor administrador do Pará, que está liderando o processo nesse sentido, temos dados muito positivos. Reduzimos na Mata Atlântica, Santa Catarina hoje está se tornando um exemplo de conservação de Mata Atlântica. Antigamente era só o Rio de Janeiro e agora Santa Catarina aparece como um local, inclusive, de restauração acelerada de Mata Atlântica. São coisas positivas que estão sendo feitas no país!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos trabalhando fortemente na questão dos planos para a questão das mudanças do clima, reduzir emissões no Brasil e reduzir o impacto da mudança climática, o que envolve, óbvio, uma ação internacional, e o Brasil, inclusive, liderou a COP 30 para reduzir isso. Estamos aí trabalhando com a questão das espécies exóticas invasoras para construir modelos que possam diminuir o impacto dessas espécies, evitar novas entradas e estamos trabalhando também junto com o Ministério da Pesca para organizar, no caso da pesca especificamente, a superexportação de espécies, para que a gente tenha sempre esses cardumes disponíveis de forma permanente.

Então, são várias ações.

O SR. BRAULIO DIAS (*Fora do microfone*.) – Secretário.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Deixe-me passar para o Rodrigo aqui, ele está pedindo para complementar.

O SR. BRAULIO DIAS – Eu só ia mencionar que o número de espécies ameaçadas de peixes aumentou muito nesses últimos anos; então, isso é um reflexo de um problema.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Então, e, aí, eu queria chamar a atenção para um fato, como o senhor disse, o senhor falou uma coisa que eu achei muito interessante: "O Ministério está chegando atrasado".

Então, primeiro, essa questão, esse conhecimento hoje consolidado de que as espécies exóticas invasoras se constituem no terceiro maior vetor de perda de biodiversidade é recente, é a partir da COP... da Rio 92, anterior à Rio 92, que gerou a Convenção sobre Diversidade Biológica, então, ela é relativamente recente. E, a partir daí, medidas vêm sendo adotadas.

Muitos países vêm adotando medidas. Por exemplo, uma medida muito importante é a questão de lastro de navio.

O SR. BRAULIO DIAS (*Fora do microfone*.) – Água de lastro.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Água de lastro.

Antigamente, um navio chegava no porto de qualquer país, abria o seu sistema para tirar a água de lastro, porque ele vinha carregado, precisava de lastro, jogava a água lá em qualquer lugar e ia embora. Com aquela água de lastro que ele pegou num outro país, ele trazia uma série de micro... Foi assim que o mexilhão-dourado chegou ao Brasil e se espalhou pelo mundo.

Então, hoje, isso é proibido, não só no Brasil, todo mundo normatiza...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – No Pará nós temos um problema com isso.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Pois é.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Surgiu uma espécie lá que come, não sei o que...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Isso.

Pois é, então, mas isso, recentemente, foi normatizado. Por quê? Para evitar. Ninguém sabia, ninguém imaginava que a água de lastro poderia trazer espécies altamente danosas para o nosso ambiente. Então, é um processo em construção.

Repito: o objetivo aqui nosso é, de fato, construir ações cada vez mais relevantes, considerando todas as dimensões socioambientais e econômicas, para que a gente avance gradativamente para reduzir o impacto. Esse que é o objetivo. Nós estamos totalmente abertos para isso.

A inclusão da espécie é um processo científico, totalmente científico, não é opinião. Como você lida com essa espécie – aí, sim – envolve os setores econômicos, envolve todos os atores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos para se buscar o meio termo entre aumentar a proteção e garantir a atividade econômica, que, inclusive, como foi bem dito aqui, foi estimulada.

O eucalipto foi disseminado no Brasil, junto com o pínus, pelo IBDF. Isso foi bem lembrado aqui. A tilápia foi introduzida e estimulada no Brasil pelo poder público. Então, não se trata agora de" acabou a história", zerar o taxímetro, tirar tudo. Nada disso. Mesmo porque não teria nem segurança alimentar no Brasil, se nós simplesmente proibíssemos. Agora, reconhecer que elas são exóticas e invasoras e que merecem alguns cuidados, principalmente aquelas mais agressivas, é um papel nosso, que vai ser construído em harmonia com os setores.

Queria pedir a permissão também para passar ao Rodrigo Agostinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me só... O cara vai ligar e vai dizer: "E aí, essa lista é para quê?". Para efeito de identificação?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Para efeito de identificação, seleção daquelas espécies mais...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agressivas.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – ... agressivas e estabelecer, para essas espécies mais agressivas, condutas que possam ser incorporadas ao processo produtivo para minimizar esse impacto. É um processo de médio e longo prazo, mas é fundamental saber. Conhecer é o primeiro passo. Se nós não sabemos quais são, se nós não identificamos as espécies, nada pode ser feito. Então, o primeiro passo é identificar. Quando a lista é publicada, não existe lá... Publicada é o seguinte: "segue lista em anexo, está proibida a produção, está proibida a comercialização, será preso". Não tem nada disso na lista, porque a lei não permite isso.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ali atrás, está sentado o Francisco, da PeixeBR. Esse cara mexe com o Brasil todinho, dá palestra nos quatro cantos. Ele também estava preocupado com isso e ouviu alguns questionamentos que nós já sinalizamos aqui.

Quer dizer, quem cria tilápia continua criando tilápia, desde que proteja. Na verdade, só existe tilápia criada em cativeiro. Eu não conheço lugar nenhum...

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Nós temos muito escape.

Agora, qual é a ideia? A ideia é sentar com o setor e discutir quais são as melhores práticas. Tem alguns sistemas de criação, que não é a maioria – mas alguns sistemas de criação – que não são muito apropriados. Então, como é que a gente poderia melhorar isso? Como é que nós vamos estimular para que haja um aprimoramento para evitar escape? Porque realmente essa é que é a questão.

A questão não é a criação da tilápia e não é condenar a tilápia, que é uma carne absolutamente relevante e fundamental para a segurança alimentar no Brasil. A questão é que tipo de prática nós podemos fazer sem inviabilizar o setor – está certo?– evidentemente, mas que seja compatível e que a gente possa reduzir o escape.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O licenciamento para a criação deve ter algumas condicionantes a mais.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Te, mas alguns modelos de sistemas de tanque-rede não são mais apropriados. Como é que a gente poderia ajustar isso? Como é que se poderia resolver? É o caso de se fazer um financiamento para que esses produtores, que usam tanque-rede, possam aprimorar? Tem vários caminhos para serem construídos, o importante é reconhecer que ali tem uma questão que deve ser endereçada, com todos os cuidados. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós não podemos é tapar o sol com a peneira. Como eu disse, a tilápia está na lista aqui há 20 anos – ela já está na lista há 20 anos. Então, o que talvez o senhor pudesse cobrar aqui, e eu não poderia responder por ela, porque eu não estou no ministério há tanto tempo, é: por que a gente não fez uma ação mais firme junto ao setor para que tivesse menos escape? Isso eu acho que o Brasil está devendo, realmente deveria ter feito. Publicar lista não basta. É importante publicar lista, e a gente trabalhar junto para dar consistência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu já passo para o Rodrigo, eu só queria fazer alguns comentários.

O escape, os sistemas de antiescape são um interesse acima de tudo do produtor, porque o produtor, quando tem escape, está perdendo a produção dele. Ele alimentou, ele jogou ração, o bicho engordou. Então, não é só o Ministério do Meio Ambiente, ou a Conabio, que estão preocupados com escape para esse bicho não se estabelecer na natureza. Então, o primeiro interessado – é um ganha-ganha – é o produtor.

Outra coisa que eu queria falar com o senhor, Ministro Capobianco: o próprio Ministério do Meio Ambiente, a FPA, que é uma associação que conta praticamente com 400 Parlamentares desta Casa, a Confederação Nacional da Agricultura e várias entidades nos procuraram, para o senhor ver que não é – como é que eu posso falar? – uma histeria do Senador ou do Deputado. Não, não, não! Isso virou um problema, Heinze, das maiores associações do agronegócio do Brasil, que ficaram desesperadas, porque normalmente, quando algo entra numa lista de espécies exóticas, invasoras, elas precisarão ser combatidas e podem ser combatidas economicamente, pode acabar a linha de financiamento, pode restringir a questão do licenciamento, etc.

Já vou passar para o senhor, deixe só o Rodrigo Agostinho falar em seguida.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Mas essa daqui é uma lição aprendida, Senador – é uma lição aprendida essa –, porque, de fato, como a Comissão trabalhou com dados científicos e estava trazendo para uma discussão interna na Conabio, não se previu – eu acho que a gente deveria ter previsto – que isso aí poderia se tornar um problema, porque era uma discussão interna. Nós não publicamos nada, nós não divulgamos, o ministério não falou: "Será publicada a lista com essas espécies". Era uma discussão interna, mesmo porque, como foi dito aqui, algumas espécies que estavam inicialmente na lista poderiam sair de acordo com fatos novos. Então, era uma discussão que estava no início, no meio da discussão, digamos assim. E eu acho que foi um erro nosso, nesse sentido – viu, Braulio? –, porque nós deveríamos ter previsto que a Conabio tem muitos representantes e era possível que isso chamasse atenção e gerasse uma desinformação.

Então, vamos de imediato já informar, deveríamos ter feito isso, porque a reação foi: "Pô, vão proibir tudo", como o senhor disse aqui, mais ou menos. "Nós não vamos mais poder usar a braquiária, não vamos usar o eucalipto", seria uma loucura. Então, é importante, deveríamos ter nos antecipado e dito: "Essa é uma lista indicativa para futuras adoções de medidas que possam mitigar riscos e tal", mas é uma lição aprendida. Nós vamos trabalhar com isso daqui para a frente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, permita-me, antes de ouvirmos o Dr. Rodrigo...

Nós temos uma liderança nacional da psicultura brasileira aqui, que é o Francisco Medeiros. Eu sei que tem a questão burocrática, mas, com a permissão do Ministro, ele poderia fazer um comentário rápido ou uma pergunta? Tem algum problema? Tem não, né?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Zequinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Francisco Medeiros pode fazer uma fala, mas todas as perguntas direcionadas às autoridades convocadas, segundo o Regimento Interno, terão que ser de Senadores.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então ele não vai perguntar, vai só falar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então o Medeiros só faz uma fala.

Vou te dar três minutos, Medeiros, para o senhor poder fazer as suas colocações.

O senhor não me viu falando, mas eu falei, o Bagattoli falou também das nossas preocupações... Inclusive, as perguntas que o senhor solicitou aqui já tinham sido feitas e, inclusive, já respondidas pelo Ministro Capobianco.

O senhor tem três minutos para fazer uma fala geral, sem perguntas, por gentileza.

O SR. FRANCISCO MEDEIROS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Seif. É extremamente simples e rápido, não vou precisar dos três minutos.

Nós, do setor, temos uma preocupação, que é real – é real porque nós conversamos com os nossos parentes. O fato da tilápia, peixes nativos fora da bacia e peixes híbridos estarem na lista, o Ministério do Meio Ambiente não precisa proibir, o setor se autoproíbe. Por quê? A maioria do *compliance* das empresas, principalmente dos protocolos de sustentabilidade, impede a comercialização de insumos e a compra de qualquer produto que esteja numa lista como invasora, independentemente da classificação.

Segundo, com relação a como que nós tomamos conhecimento, só para esclarecimento. A Dra. Rita... Eu participo do Conap, que é o Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, e nós solicitamos que a Dra. Rita fosse ao Conap dar as devidas explicações. Então, tudo isso que nós estamos falando aqui foram informações dadas pela Dra. Rita em uma reunião extraordinária do nosso Conap, não foi nada de assunto extra.

Então, a nossa preocupação é, principalmente, o *compliance* das empresas. Nós estamos hoje submetidos, inclusive, ao CTF do Ibama, que é extremamente rigoroso com relação à nossa atividade.

E quando eu falo do *compliance* é porque nós já consultamos as nossas empresas associadas: hoje, 60% das indústrias de ração são de multinacionais; 80% da indústria farmacêutica aquícola é de multinacional; 50% da genética é de multinacional; e os atacadistas, eu não sei o percentual, mas os grandes grupos atacadistas são de empresas estrangeiras que não permitem a aquisição de produtos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO MEDEIROS – ... que estejam na lista de exóticos ou na lista de espécies em extinção.

Um último exemplo: o pirarucu está na lista de extinção e a gente não consegue vender um quilo para a União Europeia porque já é um protocolo da União Europeia de que qualquer produto na lista em extinção não pode ser adquirido.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado Francisco Medeiros, que representa a Associação PeixeBR, a maior associação de aquicultores do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o Rodrigo Agostinho, Senador Heinze, pediu para passar para o senhor fazer as suas perguntas antes de ele fazer também a colaboração em nome do Ibama.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente; colegas Senadores, quero saudar o Capobianco. Nós temos uma parceria, um tempo de lados opostos, não é, Capobianco? Mas faz parte do processo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Do lado do Código Florestal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Eu sei, mas acho que nós estamos mais do lado do Brasil do que você, mas o.k., faz parte do processo. (*Risos.*)

Braulio, também, prazer, e o Mendonça, estou esperando esta semana o nosso Porto do Arroio do Sal, vamos ver se vai sair lá do Ibama. Mas, Capobianco, a fala do Francisco agora é importante, essa colocação, é nesse sentido que eu queria chamar a atenção.

Aqui está o Prefeito de Uruguaiana, do meu lado. Getúlio Vargas tem hoje floresta em São Francisco de Paula e estimulava eucalipto e pínus; junto da Floresta Nacional de Canela, tem 1.615 hectares de pínus e não invadiu a floresta nativa de São Francisco de Paula. Está ligado ao Mendonça, ao Rodrigo, junto ao Ibama, junto ao ICMBio também. E ali não houve invasão: foram plantados nos anos 40 do século passado. Então, é um exemplo de que, naquele momento, o então o IBDF fazia o quê? Trazia culturas que pudessem ter o poder econômico que têm hoje, Seif. É o caso do eucalipto, o potencial que nós temos, é o caso da pínus, o potencial que nós temos no Brasil hoje.

Eu vi ali e o Delgado, que é o nosso Prefeito de Uruguaiana, sabe: na terra do avô e do pai dele, São Francisco de Paula, há muita areia, em Cacequi, Alegrete. E ali nós temos eucalipto hoje: enquanto na Europa, em 30, 40 anos Bagattoli, ali em seis, sete anos, em terras pobres. São paupérrimas aquelas terras ali, Delgado, e o pessoal está produzindo hoje e em sete ou oito anos estão colhendo eucalipto.

As indústrias de celulose estão trazendo o seu benefício para o Brasil. Temos essa atividade importante e, se não atrapalharem, podemos ser o maior produtor e exportador do mundo, pelas qualidades que tem hoje a produção brasileira. Estou falando do Rio Grande do Sul, de uma região pobre que o Delgado conhece, mas isso vale para qualquer parte.

Então, a preocupação é... O Francisco fez esta colocação neste momento: nós precisamos ajustar essa posição porque nos prejudica.

Seif, você mexeu com a pesca, foi Ministro da Pesca. Os chineses vieram buscar tambaqui do Brasil. Hoje, dão um *show* no mundo com o tambaqui brasileiro. E nós não tivemos a capacidade que eles tiveram de evoluir no processo, como eles fizeram com o tambaqui nosso, e vendem para o mundo inteiro tambaqui. São espécies nossas que estão lá com eles, vendendo para o mundo inteiro.

Então, essa proibição nos prejudica, Paulo Capobianco. Essa é uma preocupação que a gente tem, não só... Há aí o caso da tilápia também, que nós estamos vendo aqui. Eu vi o Ministro Blairo Maggi, no Governo Lula ainda, quando ele foi ao Paraná instalar a cooperativa... Qual é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Cervale.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Cervale, sim. Os primeiros tanques que o pessoal fez... Hoje é um *show*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Somos o quarto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O quarto maior produtor do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Somos o quarto maior produtor do mundo do tilápia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – E casou muito bem ali, Capobianco. O que eles fizeram? O pessoal plantava trigo e soja, aí entrou com leite, entrou com suíno, e agora tem peixe. Veja a diversificação de uma propriedade; o pessoal teve várias alternativas na propriedade rural. Então, deu renda e funcionou bem; funciona bem e podemos chegar a ser o primeiro do mundo.

Agora, em relação à COP, nós temos debatido com os colegas Senadores aqui, junto com o Zequinha, a questão do crédito de carbono. O Ministério do Ambiente já esteve conosco aqui, no debate que nós fizemos, o Ministério da Agricultura e também o MDA, e, na semana retrasada, o Ministério da Fazenda, com a secretaria que criaram para este assunto. Então, é um debate, e a gente pede a vocês que agilizem o processo de nós intensificarmos o processo em termos da legalização.

Nós trouxemos aqui também uma cooperativa do Paraná, de Marechal Cândido Rondon, a Cooperativa Agroindustrial Copagril, onde hoje os agricultores recebem pagamento por serviços ambientais. Eu já trouxe o engenheiro da empresa, que também organizou o processo com eles, em 105 mil hectares, Bráulio, e grande parte ali, Rodrigo, são de pequenos agricultores que já recebem pela soja plantada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... pelo milho, trigo, pastagem – e também são as APPs que preservam –, estimulando a preservar a APP.

Então, nós temos esse exemplo. Para nós, é um patrimônio.

E um dado que eu citei, recentemente, é que o Banco Itaú fez o valor da Floresta Amazônica em pé: US$150 bilhões. Esse é o preço da nossa biodiversidade.

Se nós entrarmos nesse mercado regulado, dizem que aquilo pode chegar a US$2 trilhões. Então, isso é um ativo importante. E, aí, eu não aceito quando ONGs internacionais e até gente nossa vêm falar mal do Brasil.

O Bagattoli é produtor, eu sou produtor, o Zequinha é produtor também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

Então, está na nossa linha da agricultura, isso sem falar do peixe, Seif. Mas ninguém preserva como o Brasil. Ninguém, no mundo inteiro.

Veja o Código Florestal que nós discutimos aqui, Capobianco – tu lembra desse assunto –, e as ONGs internacionais vêm nos criticar. Um dia, o Esperidião Amin me disse assim: "Heinze, falava-se em APP de 500 metros [dos rios maiores do Brasil, 500 metros] e estava o pessoal fedendo ali na Comissão". Ele disse assim: "Pega uma imagem do Rio Reno, do Rio Sena, do rio tal, tal e tal". Aí eu trouxe a imagem. Era zero de APP, zero. E aqui a discussão era para que tivesse 500 metros. Depois acertamos na lei 5, 8, 15, num percentual diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E o que eles querem lá, nós dizemos, eu dizia – eu me recordo disso lá em 2002, 2003, 2004, e votamos em 2012 a matéria, com a Presidente Dilma ali... Nenhum país tem a legislação que nós temos. Por que vão ao seu país, Seif? Na tua terra, tu fala: "Por que no meu tu queres dizer o que eu tenho que fazer aqui?". Entendeu?

Então, nesse sentido – viu, Capobianco? –, a gente se preocupa com essa questão, com a forma como é colocada para a frente, certo? São potenciais que nós temos no Brasil, para poder explorar essa agricultura brasileira e sermos, como eu digo ali, Capobianco, explorados – eu sou agricultor, o Bagattoli é agricultor – pelas multinacionais dos fertilizantes, dos defensivos, das peças, das máquinas, dos impostos... Não temos os subsídios, as subvenções, como os americanos têm, os europeus têm, os chineses têm, os japoneses têm, que chegam a US$1 trilhão. Não temos praticamente nada de subvenção aqui no Brasil, é zero quase, e plantamos e criamos essa fábula de sermos, hoje, um dos maiores países produtores e exportadores de alimentos do mundo, para mais de 200 países. E, mesmo assim, temos que enfrentar tudo e todos, inclusive essas questões ambientais.

Então, a nossa preocupação com relação à questão dessa lista que vocês fizeram é a interpretação que o Francisco fez bem na colocação. Nós ficamos numa lista negra, nesse mercado internacional, que nos cobram, porque nós estamos numa lista, tipo assim, de exceção.

Então, temos que ter cuidado com essa questão, que para nós é importante, e bola para frente, porque nós precisamos disso, e o Brasil precisa dessa força.

Então, era só uma fala, não apenas um questionamento ao Capobianco e Braulio também, para nós prestarmos atenção nessa situação e ajudarmos a agricultura.

Para nos prejudicar tem muita gente, como eu disse, explorada pelo mundo inteiro.

Grande parte das máquinas, das peças, o Bagattoli sabe, são de multinacionais. Nós somos aqui poucas empresas brasileiras e somos milhões para enfrentar. Não tem mais que 50 empresas – no mundo inteiro, não é no Brasil –, e nós somos 5 milhões de agricultores só no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Heinze.

Eu passo a palavra para o Presidente do Ibama, o Dr. Rodrigo Agostinho, para as suas considerações.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Senador Jorge Seif, Senador Jaime, Senador Heinze, Senador Zequinha Marinho, que inclusive é Presidente desta Comissão, Ministro Capobianco, Prof. Dr. Braulio, eu vou só fazer alguns comentários, porque o Ibama sempre é provocado nessa questão das exóticas, até porque, de fato, o Ibama acaba atuando de forma prioritária em relação ao controle e manejo de algumas dessas exóticas.

No Brasil, ao longo desses quinhentos e tantos anos, milhares de espécies exóticas foram introduzidas aqui dentro. A maior parte dessas espécies sequer se transformou em uma exótica invasora.

Nós tivemos o último trabalho científico grande abordando as exóticas invasoras no Brasil publicado agora, no ano passado, em 2024, um trabalho envolvendo uma boa parte dos cientistas brasileiros. Publicaram essa lista, uma lista da ciência, com 476 espécies. São...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Invasoras?

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Quatrocentos e setenta e seis espécies invasoras, sendo 268 animais e 208 plantas.

Nem toda espécie exótica tem características de invasora. Vou dar exemplos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós trouxemos, da Ilha de Madagascar, uma linda árvore, que é o *flamboyant*, a *Delonix regia*. Não saiu invadindo o Brasil o *flamboyant*. Já a leucena, que a gente trouxe do México, *Leucaena leucocephala*, está hoje em todas as áreas de preservação permanente do Brasil, invadindo as APPs do Brasil inteiro.

A gente tem hoje uma acácia que foi trazida para o Brasil, a *Acacia mangium*, invadindo grandes áreas do Brasil.

A gente tem, na Caatinga brasileira, a algaroba, por exemplo, que em muitos lugares é muito útil. A algarobeira ajuda como lenha, mas, na maior parte da Caatinga brasileira, hoje ela está como uma espécie invasora, ocorrendo em tudo quanto é canto.

Nós estamos lá no Ibama acompanhando algumas invasões. Vou dar exemplos.

Chegou, provavelmente em água de lastro, no Porto de Santos, uma espécie, uma planta, que está sendo apelidada de mangue-maçã, a *Sonneratia apetala*, que está invadindo todo o manguezal da Região Sudeste brasileira.

Na região da Caatinga, a gente está com uma planta agora que apelidaram de unha-do-diabo, a *Cryptostegia madagascariensis*, que está acabando com toda a carnaúba brasileira.

Gostaria de lembrar também que a gente pode estar falando aqui de tilápia, de pinus, de eucalipto, mas uma boa parte das pragas agrícolas brasileiras vieram de outros países e são espécies invasoras no Brasil. O próprio Ministério da Agricultura tem listas. São as listas de espécies que eles chamam de espécies quarentenárias, que são espécies, a maior parte, micro-organismos, bactérias, fungos, pequenas plantas, microinvertebrados, que, se entrarem no Brasil, vão causar prejuízo para a agricultura brasileira.

A gente tem espécies exóticas invasoras que causam prejuízo enorme para a saúde humana. Vou dar exemplo.

O mosquito *Aedes aegypti*, que causa dengue, é uma espécie exótica invasora que está na lista, inclusive.

Então, assim, é importante a gente só ter essa clareza.

Do mesmo jeito que o setor agropecuário está preocupado com a questão da tilápia, hoje algumas exóticas invasoras trazem muito prejuízo para a agropecuária brasileira. É o caso, por exemplo, do javali, que foi trazido para o Brasil, invadiu hoje já uma boa parte do nosso país.

A gente tem algumas espécies exóticas invasoras que o Ibama está olhando com atenção.

O Ibama não vai se preocupar com tilápia, fiquem muito tranquilos em relação a isso, mas o Ibama hoje está trabalhando o combate ao mexilhão-dourado, no licenciamento ambiental de hidroelétricas, no setor de saneamento; o peixe-leão, na costa brasileira, que ninguém sabe se, de fato, foi introduzido na costa brasileira como aquariofilia, por pessoal que tem o peixe em aquário, ou se veio já migrando do Caribe, onde já fez um estrago enorme, chegou ali à Margem Equatorial e chegou até o litoral do Nordeste, mas é um problema.

A gente está com coral-sol, que veio como espécie lastro.

Não estamos só com o coral-sol. Chegou um coral agora mole, que parece uma grande lesma, no litoral da Bahia, que está fazendo um estrago enorme. Já foram retiradas toneladas e mais toneladas do Porto de Salvador em relação a isso.

No Rio Grande do Sul, que é a terra do Senador Heinze, nós estamos tendo uma invasão agora de uma ave, o estorninho, que está vindo via Argentina, via Uruguai.

A gente está tendo um cervo novo entrando no Brasil, que é o *Axis axis*, que está entrando, que foi trazido para fazendas de caça na Argentina, já dominou o Uruguai, já está subindo, já tem casos inclusive em Santa Catarina dele.

Tem outro cervo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – É o famoso... Ele é conhecido no mundo inteiro por ser o cervo Bambi, do desenho, mas ele está entrando e na paisagem, que é o Pampa, acaba se sentindo muito à vontade. É uma espécie da Ásia que está entrando no Rio Grande do Sul.

Então, assim, nós vamos pensar em algumas estratégias. A lista é meramente indicativa.

Alguns estados brasileiros já têm suas listas. Santa Catarina tem sua lista, Paraná tem sua lista, mas nenhum desses estados está proibindo espécies de interesse econômico. O caso, por exemplo, do eucalipto, do *Pinus*.

Agora, por exemplo, foi falado o caso da mangueira.

Uma coisa é um cultivo de manga; outra coisa é a manga dentro de um parque nacional, onde ela começa a se reproduzir e domina a paisagem.

Uma coisa é o *Pinus*, o cultivo de *Pinus,* outra coisa é o coitado do vizinho de um plantio de *Pinus* que está recebendo a sementeira do *Pinus* ali e está perdendo a sua pastagem.

As pessoas vão até o Ibama para falar: "Faça alguma coisa, peça para que a pessoa que está cultivando o *Pinus* ajude a controlar o *Pinus* na minha propriedade.

Nas áreas de campo nativo, o *Pinus*, de fato, se tornou um problema.

Nós estamos... No caso, o Senador Seif falou de forma muito acertada sobre o camarão *vannamei*, mas agora, no Pará, por exemplo, terra do Senador Zequinha Marinho, a gente está com um camarão novo, que é o camarão-gigante-da-Malásia, o *rosenbergii*, que preda o nosso camarão nativo. Os pescadores, inclusive, para pescar esse camarão, estão usando o camarão nativo de isca, para pescar o camarão- gigante-da-Malásia, que está lá agora.

Então, assim, o que é importante é a gente ter clareza de que a lista, por si só, para o Ibama, com muita sinceridade, não vai proibir nenhuma espécie.

O Anexo II da proposta da lista – inclusive, agora, a Conabio discute se serão duas listas – é uma lista de espécies que já estão causando prejuízos em outros países e que, se entrarem no Brasil, podem vir a causar prejuízo. São espécies que ainda não estão aqui, mas que, em outros lugares, estão causando prejuízo.

Na Lista nº 1, do Anexo I, de fato têm espécies de interesse econômico.

Acho, e a Conabio está trabalhando uma redação para isso, que é possível diferenciar as de interesses econômicos, que não terão objeção, até porque a gente não tem, como o próprio Ministro Capobianco disse, não temos interesse em prejudicar a economia.

A tilápia, a gente sabe... Nós estamos chegando agora em quase 1 milhão de toneladas de peixe, muito próximo de 1 milhão de toneladas de peixe de aquicultura, e 60% hoje é tilápia.

A tilápia, quando veio para o Brasil, em 1952, veio a tilápia rendalli, a *Oreochromis rendalli* e a *Oreochromis mossambicus*. Elas vieram, inclusive, com uma finalidade de controlar uma outra invasora, que eram plantas aquáticas nos reservatórios das hidrelétricas.

Depois, em 1971, trouxeram a nilótica, *Coptodon niloticus*, que, de fato, em muitos reservatórios da Bacia do Prata, ela está lá como invasora.

Então, já caminhando para a conclusão, obviamente que o mundo ideal seria que a gente estivesse cultivando, na aquicultura brasileira, uma das 3.147 espécies brasileiras.

A gente vê o crescimento do tambaqui na Amazônia, de várias outras espécies, mas é importante tranquilizar todos que não é de interesse nosso.

Nós estamos discutindo com o Ministério da Pesca, agora, uma nova atualização da resolução do Conama sobre aquicultura. A espécie exótica não é mencionada em relação a isso;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é um trabalho que está sendo discutido e liderado pelo Ministério da Pesca, e, por parte do Ibama, nós vamos continuar controlando aquelas que são prioritárias.

Por parte do Ibama, no caso das plantas, é importante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Sim, Ministro, eu estou concluindo.

Por parte das plantas, é importante inclusive para dizer que as espécies exóticas, invasoras, plantas, não precisam de autorização para serem cortadas. Na hora em que a espécie está na lista, e a pessoa vai cortar ali uma leucena, ela não precisa pedir autorização para o corte de uma leucena.

Então, apenas para fazer esse tipo de...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – ... tranquilização.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como o senhor está terminando antes, eu quero fazer para o Ministro, mas quero começar pelo senhor.

O Presidente da PeixeBR fez uma afirmação aqui com relação ao *compliance* das empresas que, digamos, importam.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Fora do microfone*.) – Eu queria tratar justamente disso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Ele vai responder no próprio tempo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem, o senhor responde. Então, muito obrigado aí.

Toque.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA – Não, já encerrei. Obrigado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor.) – Não, eu queria justamente dizer que esses eventos são importantes, não só para esclarecer, mas também para aprender.

Eu acho que tem duas lições importantes. Uma é essa necessidade de se antecipar a esses fatos, para que as informações sejam mais bem divulgadas e evite mal-entendidos, mas tem um ponto que o Francisco Medeiros trouxe, que nós temos que considerar.

Eu vou pedir aqui, Braulio, que a gente considere, que seria uma implicação indireta. Ou seja, está na lista. Se não houver um esclarecimento, o setor, os produtores de ração, produtores de medicamentos, veterinários... Tudo o que você disse, podem passar a criar mais restrições. Ou seja, não é um objetivo. O nosso objetivo é discutir com o setor medidas de controle de escape e tal. Não é nosso objetivo criar barreiras para a atividade. E poderia, em algum caso, ensejar...

Eu queria que a gente, depois, pudesse entender melhor isso que foi trazido pelo Francisco, para a gente redigir de uma forma que não gere um impacto indireto, que não seria uma atuação do Ibama, mas seria uma atuação das próprias empresas que vendem produtos, que poderiam: "Ah, está na lista, então não vendo mais ração". Sei lá, uma coisa extrema como essa seria absurda, mas nós temos que trabalhar para evitar qualquer tipo de risco. Então, temos de trabalhar com essa questão.

Muito obrigado por esse alerta que você trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, nós estamos já... Já vamos iniciar a reunião deliberativa no Senado, mas eu quero agradecer ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Capobianco, ao Dr. Braulio, ao Dr. Rodrigo Agostinho, porque vejam, de certa forma, como foi esclarecedor e simples de trazer paz a todos os entes, ao Congresso... Né?

Então, eu queria passar a palavra para o Dr. Braulio primeiro, para sua palavra final, depois para o Rodrigo, e passo para o Capobianco. E vou fazer um pedido para o senhor também em seguida.

Dr. Braulio, suas considerações finais em um minuto, por favor.

O SR. BRAULIO DIAS (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu agradeço os questionamentos e propostas colocadas, e fiquem tranquilos, porque nós vamos levar tudo isso em consideração. Como já foi dito, não é do nosso interesse prejudicar os setores econômicos.

O nosso único objetivo é proteger melhor a natureza, as nossas espécies nativas, dentro do possível. Essa é a nossa preocupação. Então, fiquem tranquilos, porque nós vamos avançar nesse sentido.

Com essa decisão de suspensão do tratamento dessa discussão na Conabio, a ideia foi permitir fazer uma consulta melhor aos setores. Então, isso nós vamos promover.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Dr. Braulio.

Com a palavra, Dr. Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama, para suas considerações finais.

O SR. RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA (Para expor.) – Eu só vou complementar em relação a um ponto que eu acabei esquecendo: em relação ao Pirarucu.

O Pirarucu pode, sim, ser exportado. É que o Pirarucu precisa de Licença Cites, uma licença emitida pelo Ibama.

O Ibama tem autorizado. O Ibama tem autorizado. A gente se coloca à disposição para esclarecimentos.

É uma espécie que hoje já é invasora em algumas bacias brasileiras. Aqui, no Lago Paranoá, tem uma população de Pirarucu estabelecida no lago já.

Quando ela entrou na lista Cites, foi para que não fosse, não se tornasse uma invasora em outros países. Mesmo assim, levaram e tem muitos países hoje cultivando o Pirarucu fora do Brasil.

Mas o Ibama, sim, autoriza por meio de Licença Cites.

Então, tem uma burocracia, sim, mas é possível vencer essa burocracia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Capobianco, Ministro, eu quero agradecer mais uma vez a presença do senhor e pedir aqui publicamente, enquanto Presidente eventual desta reunião aqui na CRA, que, de alguma forma, tivesse uma nota do Ministério, explicando, de forma sucinta e até popular – claro, com a linguagem formal do Ministério, etc. –, para que a informação...

O que o senhor explicou aqui foi o seguinte, pelo que eu entendi... Zequinha, pelo que entendemos, por assim dizer, a Conabio faz uma lista de espécies invasoras já existentes no Brasil e uma de não existentes, que podem ser ameaças para o Brasil, mas isso não significa que esses setores serão combatidos ou perseguidos, enfim.

Quando a gente lê isto – e eu trouxe essa informação para o senhor –, quando a gente lê aquela meta número seis ali, é apavorante – é apavorante, infelizmente –, é algo que acabou vindo no mesmo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o senhor e peço essa gentileza, se o senhor puder – logicamente vamos fazer um vídeo depois, alguma coisa, eu e o Senador Zequinha... Mas quero agradecer imensamente a presença do senhor aqui.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (Para expor.) – Eu que agradeço. Foi um prazer ter a oportunidade de esclarecer esses pontos e receber informações relevantes.

Como já foi dito, assumimos o compromisso de seguir com todo o critério técnico-científico e com todos os esclarecimentos necessários a não promover nenhum tipo de desinformação que ameace a atividade produtiva feita regularmente, adequadamente licenciada no Brasil para que não gere nenhum tipo de desassossego – acho que é importante. E vamos incorporar todas as preocupações aqui apresentadas, além das outras que estamos recebendo lá na comissão.

Muito obrigado, Senador. Estamos sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agradeço a presença de S. Exa. o Sr. Ministro João Paulo Ribeiro Capobianco e reputo, senhoras e senhores, atendida a convocação requerida, as perguntas. Os Senadores participaram, o senhor explicou para que serve a lista, tem aqui o compromisso do Governo Federal também de que não ocorrerá nenhum tipo de perseguição aos setores produtivos que se manifestaram preocupados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo às senhoras e aos senhores que estiveram aqui prestigiando, além dos Senadores, nossos convidados e convocados.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama com a presença dos Senadores Alan Rick, Hamilton Mourão, Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Wilder Morais, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Relatório final. Finalidade: Deliberação do Relatório final do Senador Hamilton Mourão e encerramento das atividades da Subcomissão. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Hamilton Mourão. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão; Jaime Bagattoli, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama; e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O Presidente, Senador Jaime Bagattoli, encerra os trabalhos da Subcomissão temporária e submete o Relatório final à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da sexta Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) - Bom dia a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária CRATERRAS da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Esta reunião destina-se à deliberação do relatório final do Senador Hamilton Mourão e ao encerramento das atividades da Subcomissão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Sr. Presidente, bom dia, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos acompanham.

Presidente, o relatório é extenso, bem substancioso, e eu farei apenas aqui a leitura do sumário executivo, se V. Exa. assim concordar.

A Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS) foi instituída no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para avaliar a legalidade, a proporcionalidade e os impactos socioeconômicos dos embargos ambientais coletivos aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), especialmente aqueles formalizados por editais de embargo geral preventivo em estados da Amazônia Legal.

A Subcomissão realizou duas audiências públicas com especialistas, representantes do agronegócio, produtores rurais e órgãos ambientais, além de diligência no Estado de Rondônia, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, para apurar, in loco, os efeitos desses embargos sobre a vida dos produtores rurais e sobre a economia regional. Este relatório final apresenta as principais conclusões e recomendações resultantes desses trabalhos.

As ações e diligências realizadas pelo Colegiado conduzem à conclusão de que embargos coletivos e genéricos, "anunciados", entre aspas, ao cidadão por edital como primeiro instrumento, são ilegais, desproporcionais e prejudiciais à política agrícola e ambiental do nosso país. A previsão e o uso desse instrumento violam a exigência de individualização da conduta - aliás, Presidente, a violação da individualização de conduta tem sido uma coisa recorrente ao longo dos últimos anos -, afrontam a excepcionalidade do edital como forma de citação no processo administrativo, negam ampla defesa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contraditório, ferem a liberdade econômica do produtor rural e não contribuem para reduzir o desmatamento de maneira estrutural.

A situação foi agravada pelas alterações ao Decreto nº 6.514, de 2008, promovidas pelo Decreto nº 12.189, de 2024, que endureceu o regime sancionatório e vem sendo objeto de controle concentrado de constitucionalidade em ação proposta pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A escalada punitiva, somada a embargos amplos e remotos, aumenta o risco regulatório e aprofunda a crise fundiária, sem, no entanto, enfrentar o essencial: validar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), operar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e avançar na regularização fundiária. Em termos concretos, apenas o Ibama possui cerca de 28 mil embargos por desmatamento no bioma Amazônia, sem contar os embargos dos órgãos estaduais.

Além da ilegalidade dos embargos coletivos por edital, o levantamento dos embargos, segundo relatos reiterados de produtores, converteu-se em uma verdadeira via-crúcis burocrática: indeferimentos genéricos, exigências pouco claras, filas sem transparência e a impressão de que o embargo só é levantado quando a propriedade atinge uma espécie de "conformidade plena", muito além da cessação do fato que deu causa à medida. Isso distorce a natureza cautelar ou sancionatória do embargo e prolonga seus efeitos econômicos para além do razoável.

O efeito agregado dessa coerção ilegítima é, sem sombra de dúvida, uma tragédia econômica para o produtor rural, que enfrenta descapitalização, inadimplência e bloqueio geral de atividades. Os embargos travam cadeias produtivas inteiras. No setor pecuário, frigoríficos utilizam listas oficiais de áreas embargadas como critério para bloqueio de compra. Mesmo quando a infração não foi cometida pelo proprietário ou posseiro atual, o carimbo de embargo sobre o imóvel barra a venda, derruba o preço da terra e humilha o produtor. O trânsito de animais e a venda de leite tornam-se inviáveis em razão de políticas de compliance e protocolos estaduais que cruzam bases de dados e listas de embargos para vetar fornecedores. Na prática, senhoras e senhores, a mercadoria não circula. Prejudica-se, ainda, a política ambiental, pois não haverá redução estrutural do desmatamento sem desenvolvimento humano, renda e segurança jurídica no campo.

A solução desse quadro passa por várias frentes, que discutimos neste relatório. É essencial enfrentar, no médio e longo prazo, o passivo fundiário na Região Norte e, de forma conexa, acelerar a regularização ambiental por meio dos instrumentos já previstos em lei: análise e saneamento dos registros no CAR e efetiva implementação do PRA, ambos previstos desde 2012 no Código Florestal. Também é necessário estabelecer rotas claras para levantamento de embargos em situações regularizáveis, inclusive para passivos pós-2008 não elegíveis ao PRA, por meio de compromissos entre produtores rurais e órgãos administrativos, em regime de cooperação, com critérios objetivos e prazos definidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo dos trabalhos, reforçou-se que o produtor rural precisa ser apoiado, e não perseguido. Em vez de uma política centrada na repressão e na paralisia econômica, a conservação deve se apoiar em políticas públicas que aumentem a produtividade das áreas sujeitas a uso alternativo do solo, com assistência técnica e extensão rural, tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e organizações de produtores, de modo a intensificar de forma sustentável a produção sem abertura de novas áreas.

Nos 80% da propriedade destinados à reserva legal na Amazônia Legal, a lei não impõe "ociosidade": admite uso econômico sustentável mediante manejo e extrativismo. Contudo, pequenos produtores raramente têm escala para aprovar e executar um plano de manejo sustentável privado ou acessar de forma competitiva os atuais e novos mercados de carbono.

Por isso, a política de concessão florestal brasileira deve ser repensada para direcionar parte das receitas oriundas da exploração sustentável de florestas públicas - que, por lei, alimentam o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) - para pagamentos por serviços ambientais (PSA) e apoio a pequenos produtores que mantêm suas reservas legais íntegras. Considerando que o Brasil possui centenas de milhões de hectares de florestas públicas e contratos de concessão já em vigor, é justo que uma fração dessa renda seja revertida para quem conserva, mas não tem escala para capturar valor de sua reserva florestal.

Diante desse cenário, a CRATERRAS apresenta um conjunto integrado de recomendações e proposições legislativas.

No plano orientativo, a Subcomissão recomenda:

ao Congresso Nacional, a aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025, que insere notificação prévia em procedimento da fiscalização ambiental e garante contraditório e ampla defesa antes do embargo cautelar, vedando embargos preventivos por edital;

ao Ministério Público Federal nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que zelem pelo contraditório e ampla defesa do produtor rural em embargos coletivos e preventivos, revisem casos pendentes com eventuais vícios de notificação e coordenem, com Ibama e governos estaduais, mutirões para celebração de termos de ajustamento de conduta (TACs) e levantamento de embargos, com prazos máximos para análise e assinatura;

aos Governos dos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso, que imprimam celeridade à análise do CAR e à adesão ao PRA, com metas e prazos claros; integrem sistemas estaduais e federais para que a celebração de compromissos gere levantamento automático dos embargos; participem de mutirões para regularização e levantamento de embargos; e fortaleçam a assistência técnica, especialmente para pequenos e médios produtores, inclusive quanto ao uso econômico lícito da reserva legal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Ibama e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que observem estritamente o princípio da legalidade, se abstenham de impor embargos sem notificação válida e, ressalto, individualização de conduta, reservem o edital a hipóteses excepcionais e devidamente motivadas, respeitem a gradação das medidas do art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, priorizando advertência e medidas menos gravosas em casos regularizáveis e sem dano irreversível, levantem embargos cautelares após a celebração de compromisso ou instrumento congênere, revoguem embargos sem notificação pessoal válida e mantenham transparência geoespacial com indicação clara das vias de regularização de cada caso.

Já no plano legislativo, as proposições da Subcomissão se somam ao apoio ao PL nº 4.554, de 2025, e têm por objetivo ordenar o uso das sanções e viabilizar economicamente a conformidade ambiental.

O primeiro projeto de lei propõe explicitar, na Lei nº 9.605, de 1998, a gradação das sanções e medidas do art. 72, determinando que, nas infrações regularizáveis, vinculadas a atividade econômica lícita, sem reiteração e sem dano irreversível, a advertência e demais medidas menos gravosas sejam a regra, reservando o embargo cautelar e outras medidas mais severas para hipóteses estritas, como grilagem, exploração ilegal de madeira, garimpo, risco ambiental iminente e reiteração infracional. Busca-se, com isso, afastar leituras que banalizam o embargo, alinhar a prática administrativa ao devido processo legal e à proporcionalidade e destravar o levantamento da medida em situações passíveis de regularização.

Por fim, o segundo projeto de lei enfrenta parte do núcleo econômico do problema na Amazônia Legal, ao tratar da viabilidade da pequena produção em propriedades obrigadas a manter 80% de reserva legal. Propõe destinar parcela das receitas de concessões florestais de florestas públicas a um fundo de apoio a pequenos produtores regulares ou em processo de regularização, voltado prioritariamente a pagamentos por serviços ambientais. A medida busca mitigar o ônus desproporcional suportado por quem não tem escala para capturar valor de sua reserva legal e oferecer uma estratégia estrutural de redução do desmatamento, fundada em desenvolvimento humano e renda no campo.

Em síntese, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores, as recomendações e projetos de lei aqui propostos caminham na mesma direção de proteger o produtor rural que quer cumprir a lei, de restabelecer segurança jurídica no campo e de assegurar um poder de polícia ambiental forte e focado nos casos realmente graves. Somente assim será possível conciliar, de forma duradoura, proteção e desenvolvimento na Amazônia Legal brasileira.

Lembro sempre que a selva nos une e a Amazônia nos pertence. Tudo pela Amazônia!

É o relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Obrigado ao Relator desta Subcomissão Temporária CRATERRAS, Senador Hamilton Mourão; quero parabenizar pela sua excelente relatoria. Quero cumprimentar aqui também o nosso Senador Presidente da CRA, o Senador Zequinha Marinho, que não mediu esforços para abrir esta Subcomissão CRATERRAS para que nós conseguíssemos discutir esse assunto sobre os embargos que nós temos, principalmente nessa situação da Região Norte, na Amazônia Legal.

Eu quero dizer, primeiramente, ainda, que isso muitas vezes está acontecendo, Senador Hamilton Mourão, Relator, e o que falta na Amazônia é regularização fundiária. Se tivesse a regularização fundiária funcionando, se esses produtores estivessem com documentos legais de suas propriedades, eu tenho certeza de que isso aí iria inibir muito essa situação desses embargos. E também nós precisamos deixar claro que existe uma morosidade muito grande dentro dos órgãos ambientais, tanto estaduais quanto municipais - mas, no caso lá, estadual - e no próprio Ibama, em que, muitas vezes, o produtor fica até anos pedindo uma licença para fazer o seu desmatamento, fazer a sua abertura.

E quero dizer para vocês que esses embargos coletivos e preventivos foram muito injustos. Quando o Senador Hamilton Mourão fala aqui no seu relatório que são mais de 28 mil propriedades hoje com embargos...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fora do microfone.) - Só do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - ... só do Ibama.

Isso é o maior absurdo e a maior desonestidade que fizeram - que o órgão ambiental, o Ibama, fez com nossos produtores rurais da Amazônia. Sabemos que lá a maioria, Senador Hamilton Mourão, dessas propriedades é de pequenos produtores. E o que me deixa mais indignado nessa situação toda dos embargos é que essas pessoas ficam sem defesa. Após os embargos dessas propriedades, eles ficam inválidos de poder vender aquilo que produzem tanto para frigorífico quanto para as *trading* que são exportadoras de grãos, de soja, de milho. Eles ficam inibidos e não podem vender aquilo que eles produzem. E uma coisa, algo que nós estamos discutindo muito, é que a área embargada, Senador Zequinha Marinho, tem que ser o polígono onde aconteceu aquela situação do embargo. Mas não é o que é feito hoje; hoje é feito o embargo em toda a propriedade.

Agora vocês vejam como tem diferenças hoje na justiça: um pequeno produtor - e, às vezes, é a subsistência da sua vida a sua produção, aquilo que ele tem lá - fica impedido de vender aquilo que produz, enquanto nós vemos roubo no INSS, essa situação do Banco Master, e nada disso eu vejo, ou muito pouco, a grande imprensa publicar; não está publicando quase nada. Agora é fácil ir lá e intervir na produção do pequeno, do médio e do grande produtor.

E quero dizer para vocês que nós já temos 83% de toda a Amazônia, pouco mais de 83%, preservados na Amazônia Legal. Então, nós temos mais da metade do território nacional, 5 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilômetros, em torno de 5 milhões de quilômetros quadrados. Então, assim, eu não posso entender por que tanta injustiça que nós temos com nossos produtores rurais.

E, quando o Senador Hamilton Mourão fala aqui também no seu relatório que nós precisamos ter o empenho dos Governadores, nós fizemos diligência lá em Rondônia, no meu estado, especificamente no Município de Porto Velho, onde o Senador Zequinha Marinho, Presidente aqui da CRA, nos acompanhou e pôde ver de perto a situação daquelas propriedades, aquela situação daquele município. E nós não vimos uma participação real do Governador do Estado de Rondônia. Eu não sei como é no estado do Senador Zequinha Marinho, no Pará, não sei como está no Acre, em Roraima, no Amapá, no Mato Grosso, nos demais estados, mas, no meu estado, o Governador do Estado de Rondônia é praticamente zero, parece que ele não está vendo o que está acontecendo lá com o nosso Estado de Rondônia.

Sempre se fala que o setor produtivo é a mola mestra do país, é o que responde por quase 40% do PIB, mas é um setor que é muito massacrado neste país, infelizmente. E quero dizer para você, Senador Hamilton Mourão, dizer a você, Senador Zequinha Marinho, e aos demais Senadores que estão nos acompanhando pela TV Senado, que, aqui nessa Subcomissão, aqui na Comissão de Agricultura, dirigida pelo Senador Zequinha Marinho, nós temos nos empenhado em ajudar o nosso setor produtivo e, principalmente, a situação da Amazônia, porque todos nós vimos a vergonha que foi essa COP 30 lá no Pará, um absurdo que aconteceu. Agora, ninguém vê como é que foi a gastança daquilo para ver se vai haver uma apuração sobre a gastança de dinheiro desproporcional que houve dentro daquela COP 30.

Mas eu quero dizer para vocês que nós precisamos nos empenhar mais. A FPA está empenhada, as entidades que ajudam o setor produtivo do nosso Brasil, do nosso país estão empenhadas em nos ajudar e em colaborar nessa situação dos embargos, que é uma situação caótica, é uma situação crítica e é uma situação que depende do Congresso Nacional, para que nós ajudemos os nossos produtores rurais da Amazônia.

E, de mais a mais, o relatório está em discussão. Há algum Senador que queira se pronunciar?

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) - Muito obrigado, Senador Jaime. Cumprimento também aqui o Senador Hamilton Mourão e agradeço a dedicação dos senhores a esse trabalho, que realmente é da maior importância para o setor produtivo da Amazônia especialmente.

Tudo o que acontece não acontece por acaso. Tem um planejamento por trás de tudo isso que está acontecendo na Amazônia Legal e no Brasil como um todo, mas especialmente nessa região, em função de tudo o que ela representa em termos de riqueza, de potencial no setor ambiental, etc, etc. É uma luta política acima de tudo, não é? Política acima de tudo. E nós sabemos... Por exemplo, qual é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo técnico, qual é o estudo econômico, qual é o estudo social - técnico, econômico ou social - que alguém fez para botar uma reserva de 80% numa área? Não existe isso. Se você for colocar isso no papel, se fizer conta, terra nenhuma dá viabilidade para se trabalhar e produzir. Você tem que comprar 100 hectares para usar 20 e deixar os 100, digamos assim, engessados ali. É bonito? É. Romântico? Também. Viável? Não, não é verdade? Então, esse já é um problema.

Quando fizeram isso lá no Governo Fernando Henrique, já sabiam que ia ter problema no futuro em função das dificuldades para implementar a questão da viabilidade. O produtor rural faz isso? Faz, mas não tem lucro, não tem condições, não fecha a conta.

Bom, aí, governo após governo, com um item de qualquer decreto do Presidente da República, de qualquer portaria, de qualquer resolução, os órgãos ambientais transformam aquilo numa montanha de desdobramentos para poder fazer o que estão fazendo. E a percepção nítida em tudo isso é a de que os órgãos ambientais não são só órgãos de Governo; os servidores não são só servidores públicos, são militantes políticos apaixonados - não é? -, que têm prazer. Qual é o prazer que alguém tem em, por exemplo, lá em Rondônia, a uma pessoa há 40 anos numa terra, com título definitivo, registrado em cartório, você chegar lá, mandar todo mundo sair de dentro de casa, por fogo na casa e dizer: "Olha, aqui, não. Aqui o Governo acabou de criar uma unidade de conservação e você é criminoso porque invadiu". Poxa! Ele está há 40 anos, e a unidade foi criada semana passada, digamos assim. Você transforma um cidadão, artificialmente, num marginal, num invasor de unidade de conservação. Sinceramente, eu nunca pensei, na minha vida, em ver governo poder fazer esse tipo de coisa, mas está acontecendo.

E uma coisa que pesa sobre nossos ombros é revisar toda a legislação ambiental brasileira, porque, lamentavelmente, o Código Florestal Brasileiro, que não é velho, é novo, já não serve para nada, porque o próprio Governo é um dos que não o levam em consideração, e comete todas as arbitrariedades, todos os crimes sociais, principalmente, e econômicos em cima das pessoas. Não está nem aí para nada. É uma portariazinha qualquer, uma determinação...

E agora eu espero que a gente resolva esse problema. O Ministro Barroso pediu aposentadoria, e era ele quem comandava tudo isso. O Ibama ia, sob a sua, digamos assim, cobertura jurídica, proceder da forma como procede em Rondônia, no Acre, no Pará, onde quer que seja. A gente espera poder conversar sobre isso.

O nosso desafio aqui, além de fazer a revisão dessa questão da legislação ambiental para que se respeite um mínimo de direito daquele que está legalmente sobre o seu pedacinho de terra, colocado pelo Governo... O cara lá de Santa Catarina, de repente, está lá no interiorzão da Amazônia, trazido por um chamamento do Governo Federal para poder habitar ali. E hoje... Era um herói até um tempo desse por ter vindo de longe integrar a Amazônia, produzir na Amazônia, aí vira vilão, vira marginal de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora para outra, por uma questão ideológica de mudança de regime e de Governo. Então, é grande o nosso desafio.

Encerro mais uma vez cumprimentando V. Exa. e o nosso Relator, que fez um relatório lindo. A gente precisa sentar depois. Vamos, na próxima sessão da CRA, trabalhar sobre isso, aprovar esse relatório produzido por V. Exas., o trabalho que foi realizado, e seguir essa agenda proposta no relatório para que a gente possa ajudar esse povo a ser menos injustiçado, ou pelo menos aliviar um pouco.

Os governos estaduais precisam cumprir com o seu lado, com suas responsabilidades. Como é que você vai fazer com que um produtor faça sua adesão ao Programa de Regularização Ambiental se o governo do estado não dá conta de analisar e validar o seu Cadastro Ambiental Rural?

Estivemos lá no Pará, lá em Rondônia. V. Exa. lembra que, na audiência pública, eu fiz um pedido direto ao Secretário Adjunto do Meio Ambiente para atender à comunidade daquela região a que nós fomos - pessoal pequeno, coisa simples de atender -: chame todo mundo, analise aqueles 150 CARs ali, os cadastros, depois faça com que eles possam aderir ao PRA. Vamos procurar dimensionar o tamanho do problema ambiental lá, dar a pena para ele cumprir - ter que reflorestar, ter que pagar multa, fazer... -, mas desenrolar a vida do camarada. "Não, eu embargo com a velocidade da tecnologia do século XXI e desembargo com a velocidade da tecnologia do século XVIII." Não pode, a mão do Governo não pode ser deste jeito: uma mão destrói tudo, e a outra, que poderia ajudar e facilitar para o cara se regularizar, praticamente não existe. Não tem como no órgão público que poderia contribuir...

Sinceramente, acho que o caminho dessa gente é o Bolsa Família, mendigar nas periferias, abandonar a terra e vir comer de favor nas periferias das cidades, ir para o Bolsa Família e assim por diante. Esse é o caminho do Brasil - o caminho do Brasil! É preciso que a gente lute muito para interromper essa trajetória do fiasco, da desgraça e da miséria, ajudando esse povo a continuar trabalhando, produzindo, vivendo e tendo o mínimo de perspectiva de vida.

Parabéns ao trabalho, parabéns à seriedade com que V. Exas. encararam a missão! A gente se sente orgulhoso de poder tê-los como parceiros aqui na Comissão de Agricultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Obrigado pelas suas colocações, Senador Zequinha Marinho.

Sobre isso que você fala da situação de terra na Amazônia, há uma insegurança jurídica muito grande - muito grande.

Agora, além de tudo isso, Senador Hamilton Mourão, nós temos estudo para ampliar mais 11 reservas só no Estado de Rondônia. E, quando o Senador Zequinha Marinho fala aqui sobre essa insegurança jurídica, 90% dessas propriedades que vão fazer esses estudos são terras produzindo da agricultura familiar, do pequeno, do médio e do grande produtor. Então, nós não temos mais segurança jurídica, e a maior parte dessas terras são tituladas, escrituradas, são de pessoas que foram levadas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Norte do Brasil, principalmente no Estado de Rondônia, ainda quando território, quando começou a colonização na década de 70, e hoje nós vimos tudo isso que está acontecendo.

Temos todo o respeito aos nossos indígenas, porque o que nós queremos é dar dignidade aos nossos indígenas. E está aí o crédito de carbono, inclusive aprovado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado, pelo Congresso Nacional, e temos que validar isso e dar o direito para que essas pessoas tenham dignidade. E os nossos indígenas precisam, sim, receber o crédito de carbono, assim como todos os produtores rurais hoje que preservam as suas propriedades também terão que ter o seu direito sobre o crédito de carbono.

Senador Hamilton Mourão, quer fazer alguma colocação?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) - Presidente, só queria ressaltar o trabalho dos nossos assessores legislativos, que nos acompanharam em todas essas atividades, não só nas audiências públicas, mas também na diligência que foi feita. Alguns sem a mínima experiência em questão de Amazônia, mas entenderam perfeitamente o que estava acontecendo lá, demonstrando a sua capacidade, vamos dizer assim, de visualizar a extensão do problema. Então, é extremamente importante a gente destacar a competência dessa gente que nos assessora.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Obrigado, Senador. Foi muito importante o seu relatório e a sua participação e a sua ida lá no Estado de Rondônia para ver de perto essa situação desses embargos aí que deixam a gente muito triste, mas nós vamos ter que encontrar... E essa sua relatoria... Nós não podemos deixar parado, nós temos que levar isso à frente, mostrando aos órgãos ambientais, principalmente ao Ibama, que precisamos encontrar uma solução para resolver definitivamente esse problema dos embargos.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O relatório final da Subcomissão CRATERRAS, com as recomendações e proposições legislativas que apresentam, será submetido à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prosseguimento da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discursar.) - Srs. Senadores e Sras. Senadoras, meu bom dia a todos.

É com sentimento de dever cumprido que abrimos esta reunião hoje destinada à deliberação do relatório final da Subcomissão CRATERRAS.

Gostaria de iniciar minhas palavras destacando o sucesso absoluto da diligência externa e da audiência pública que realizamos em Rondônia nos dias 29 e 30 de outubro. Aquela missão foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divisor de águas para os trabalhos deste Colegiado. Ao visitarmos propriedades rurais em Porto Velho, não olhamos apenas papel ou mapas de satélite; olhamos nos olhos dos produtores rurais. Vimos de perto a angústia de famílias que, muitas vezes, têm sua única fonte de sustento bloqueada de forma indiscriminada. A realidade que encontramos em campo confirmou aquilo a que já alertávamos: a necessidade urgente de trazer racionalidade, proporcionalidade, justiça e legalidade para o processo de fiscalização ambiental no Brasil. O que presenciamos em Rondônia reforçou a importância deste relatório final que hoje apresentamos aqui.

Faço um agradecimento e um reconhecimento especial ao nosso Senador Relator, o Senador Hamilton Mourão.

Senador Mourão, V. Exa. produziu um trabalho de excelência técnica e sensibilidade política. O relatório não apenas diagnostica o problema, mas aponta caminhos claros e viáveis.

Gostaria de destacar pontos fundamentais trazidos nesse texto.

Primeiro, o apoio decisivo à aprovação do Projeto de Lei nº 4.554, de 2025, de minha autoria. Esse projeto é a resposta legislativa de que o campo precisa. Ele corrige distorções ao garantir que o embargo ambiental seja precedido do devido processo legal e, crucialmente, que a sanção se restrinja exclusivamente à área de infração e não à totalidade do imóvel, como está se fazendo hoje. Além disso, é proposta uma advertência prévia antes da aplicação do embargo. Isso é justiça. Isso é impedir que se inviabilize a atividade econômica de quem trabalha dentro da lei.

Segundo, as recomendações contundentes aos estados da Amazônia Legal, em especial ao Estado de Rondônia, mas a todos os estados da Amazônia. O relatório é preciso ao cobrar que os governos estaduais assumam seu papel. É imperativo dar celeridade à análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e promover a regularização ambiental efetiva. O produtor não pode ficar refém de morosidade estatal. Precisamos de mutirões de tecnologia e de vontade política para destravar o CAR e permitir a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Terceiro, foi recomendado também no relatório que o Ibama se sustenta de impor embargos sem a notificação válida e sem a devida individualização da conduta, de forma geral e indiscriminada, como vem sendo feito. É imperativo que se forneça oportunidade de defesa imediata e acessível ao produtor embargado.

O que temos visto hoje é inaceitável. A previsão e o uso banalizado dos embargos gerais e preventivos que violam a exigência de individualização da conduta afrontam a especialidade do edital, negam a ampla defesa e o contraditório e ferem a liberdade econômica do produtor rural. E o pior: não contribuem para reduzir o desmatamento de maneira estrutural.

Por fim, não poderia deixar de registrar meu profundo agradecimento ao Presidente desta Comissão de Agricultura, o Senador Zequinha Marinho, e a toda a equipe desta Comissão que esteve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conosco lá em Rondônia, que esteve conosco na diligência, que esteve conosco o tempo inteiro discutindo aqui também, nesta Casa, essa situação nossa dos embargos.

Senador Zequinha Marinho, seu apoio foi fundamental para que esta Subcomissão existisse e funcionasse. Sua participação efetiva, inclusive nos acompanhando nas diligências e debates, demonstrou seu compromisso inabalável com o setor produtivo brasileiro. A CRA, sob sua liderança, tem sido um ponto seguro para quem produz alimento neste país.

Meus caros colegas, encerramos essa etapa da CRATERRAS certos de que lançaremos luz sobre um problema que estava na sombra: provamos que é possível, é necessário conciliar produção e preservação, desde que haja segurança jurídica e respeito ao produtor rural.

Que as recomendações deste relatório não fiquem apenas no papel, mas se transformem em ações concretas que devolvam a dignidade e a tranquilidade ao campo brasileiro.

Meu muito obrigado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 6ª Reunião, de 2025.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião e os trabalhos desta Subcomissão.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezessete minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Plínio Valério, Angelo Coronel, Damares Alves e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Dra. Eudócia, Teresa Leitão, Beto Faro, Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Efraim Filho, Flávio Arns, Hamilton Mourão, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães e Daniella Ribeiro, conforme os REQ 294, 287, 245, 273, 266 e 223/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 1, de 2025-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) e Izalci Lucas (PL/DF), e ao Requerimento nº 5, de 2025-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro, com a participação de Eden Martingo, Subchefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento a Ações Estratégicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), representante do Ministério da Educação (MEC); Ricardo Jaques Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil; Andréa Cruz, Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Jefferson Simões, Delegado Nacional no Comitê Científico de Pesquisas Antárticas do Conselho Internacional de Ciências; Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Paulo Câmara, Professor do Departamento de Botânica da Universidade de Brasília (UnB); e Cesar Amaral, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A presidência registra a presença dos alunos de ensino médio da Escola Nossa Senhora das Graças, de São Paulo. O senhor presidente concede a palavra a Alexander Kellner, Diretor do Museu Nacional. Os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/139938

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro, em cumprimento aos Requerimentos nºs 1 e 5, de 2025, desta Comissão, ambos de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço do Portal do Senado: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – novamente: www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligar para 0800 0612211 – novamente: 0800 0612211. É importante a participação do público, e eu já, de antemão, agradeço a todas essas participações.

Encontram-se presentes, no plenário da Comissão – e à medida que eu for anunciando os nomes daqueles que estão aqui, eu já peço para que venham tomar lugar aqui, na mesa também –: Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento a Ações Estratégicas da Capes e Representante de Ministério da Educação – obrigado pela participação –; Ricardo Jaques Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil; Andréa Cruz, Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Jefferson Simões, Delegado Nacional no Comitê Científico de Pesquisas Antárticas do Conselho Internacional de Ciências; Paulo Câmara, Professor do Departamento de Botânica da Universidade de Brasília – obrigado.

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência: Eden Martingo, Subchefe da Divisão de Mar, Antártica e Espaço, do Ministério das Relações Exteriores; Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco; e Cesar Amaral, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer a presença de todos: todos aqueles que se encontram aqui presencialmente e aqueles que nos acompanham também via remota.

Esse assunto é um assunto extremamente importante para o Brasil, muitas vezes desconhecido pelo público, o que é uma pena, porque deveria ser mais divulgada a participação do Brasil nas pesquisas polares – vou chamar polares, porque está incluída a Antártida também, lá no Ártico –, que trazem benefícios enormes para a nossa sociedade como um todo, assim como as pesquisas, que são necessárias, e muito mais incentivos aqui no Brasil.

Especificamente com relação a esse tipo de pesquisa, eu vou lembrar que – não preciso lembrar para os que sabem, que são os especialistas e vão falar sobre isso, mas para aqueles que estão nos acompanhando via televisão, via redes do Senado – as pesquisas que são feitas na Antártida são utilizadas desde a agricultura até a medicina, passando por diversos setores, sem dizer a importância geopolítica também da presença do Brasil naquele continente, que nos permite ser uma voz ativa para os destinos daquele continente, o que é muito importante para o Brasil.

Lembro que tudo que é feito, tudo que acontece na Antártida, principalmente falando em climatologia, acaba afetando todo o nosso continente aqui. E isso também é um fato a ser levado em conta, mesmo porque a gente acompanha as mudanças climáticas e outros efeitos que, sem dúvida nenhuma, precisam ser mais bem estudados.

Nós temos, como vai ser dito aqui em alguns detalhes, já uma infraestrutura instalada na Antártida, na base Comandante Ferraz, com equipamentos científicos da base Comandante Ferraz e comunicação; aliás, nós temos aqui também um dos... Cadê? Estava por aqui com a gente. Deve estar

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

lá, né? Obrigado pela participação direta, também com a conexão de 4G na Antártida, porque eu lembro, quando eu era Ministro de Comunicações, que nós estabelecemos lá essa comunicação essencial para os nossos pesquisadores e os membros da Marinha do Brasil, que mantêm a base operacional.

Também temos duas bases isoladas, dois laboratórios isolados – Criosfera –, que também nos auxiliam a ter mais conhecimento e mais desdobramento das nossas pesquisas.

Mas tudo isso vai ser falado aqui. Só fiz essa introdução para chamar a atenção do público a respeito dessa importância.

Eu conto com a participação da nossa população também para entender sobre o assunto.

Aliás, nós já temos algumas questões aqui, algumas perguntas que eu vou ler rapidamente. Eu vou passar depois esses comentários e perguntas para os nossos debatedores, inclusive para os que estão nos acompanhando remotamente, para que, no final, então, nas considerações finais, respondam aqueles que julgarem convenientes, assim como as outras perguntas e comentários que vierem ao longo dessa apresentação.

Então, Fábio, do Paraná: "Quais são os principais projetos científicos do Proantar? [...]".

Wendyo, de Pernambuco: "Como os avanços [...] do Proantar podem gerar *spin-offs* e beneficiar [...] [a]economia?".

Leandro, do Amazonas: "Como a Marinha contribui para a sustentabilidade logística do Proantar?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Quais os desafios logísticos e financeiros [...] [do] Proantar e como superá-los [...]?".

Lucas, de Rondônia: "Como o Brasil pode fortalecer sua presença na Antártica diante dos desafios operacionais e financeiros enfrentados pelo Proantar?".

Rosane, do Distrito Federal: "Como a pesquisa na Antártica [...] [ajuda] em cenários de mudanças climáticas [...]?".

Gustavo, do Rio de Janeiro: "A maior estudiosa da Antártida no Brasil foi a professora Therezinha de Castro. É possível aumentar o espaço das mulheres no Proantar?". Se Deus quiser!

Encontra-se conosco também aqui o Senador Izalci Lucas, sempre uma mão firme ajudando na manutenção de recursos dos programas científicos e tecnológicos do Brasil. Obrigado, Izalci.

Isadora, de Minas Gerais: "Quais são os critérios de escolha dos participantes [...] para integrar o Proantar?".

Há alguns comentários. Ana, de São Paulo: "Há 40 anos o Brasil desenvolve um papel fundamental em pesquisa e não podemos retroceder, ao contrário, temos que investir mais".

Eduardo, de São Paulo: "[...] [É necessário abrir o Proantar para] cidadãos [...] conhecerem [...] *in loco*".

E virão outras perguntas. Eu já fiz essa leitura para chamar... Interessantemente, as perguntas quase que dão a pauta desta reunião, isso é muito bom.

Então, como nós vamos fazer na forma logística? Como vai operar essa nossa reunião? Eu vou chamar cada um dos participantes, na ordem que se encontra aqui, e nessa chamada cada participante terá oito minutos. Como são muitos, são oito participantes, eu peço para que todos atentem ao tempo: oito minutos para fazer a apresentação. Eu sei que o tempo é apertado, então, tentem ajustar para apresentarem os pontos principais. Então, oito minutos para cada participante. Quem está aqui na sala tem a vantagem de ter os relógios e vai ter uma campainha como essa tocando a um minuto...

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... e também uma voz feminina muito convincente aos 15 segundos, dizendo que encerrem em 15 segundos. Quem está no remoto não vai ter esses detalhes daqui, como o relógio e a campainha, mas eu peço então que controlem o tempo por aí e, se eu não me engano, a voz dos 15 segundos vai chegar por aí. Mas não contem com ela, contem com o seu próprio cronômetro.

A sequência da apresentação será: o Dr. Cesar Amaral, primeiro; depois, a Dr. Andréa Cruz; Jefferson Simões; Eden Martingo; Ricardo Jaques Ferreira; Julio César Piffero de Siqueira; Moacyr Cunha de Araújo Filho e Paulo Câmara. Então, eu vou apresentar nessa sequência, a gente vai intercalando remotos e presenciais. O.k.?

Então, sem mais demora, eu passo a palavra inicial aqui também para o Senador Izalci Lucas para fazer o uso da palavra e depois nós já passamos às apresentações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu só quero parabenizar pela iniciativa desta audiência, desta sessão. Eu já estive lá na Antártida, é um desafio imenso. Acho que hoje eu não conseguiria ir de novo porque há muita chuva, tinha que escalar aquele navio lá na corda. É um desafio imenso, mas muito bacana. Estive lá antes um pouquinho da inauguração, depois daquele acidente, mas acho muito importante. Eu sei que nós temos problemas de orçamento e a gente precisa reforçar isso, se for o caso, Marcos, a gente pode fazer uma audiência lá na Comissão Mista de Orçamento, porque lá que a gente tem que sensibilizar os Senadores e Deputados para que olhem com atenção essa questão.

Todo mundo sabe da importância, mas, na hora de definir valor, a gente sempre tem dificuldade. Então, talvez fosse interessante a gente promover realmente uma audiência lá na Comissão.

Mas parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Como eu falei, nós fazemos parte, nós somos a bancada da ciência e tecnologia aqui no Senado. Então, contem sempre... Estamos 100% da bancada aqui.

Mas é importante citar também, dentro desse contexto, já que o ministério está aqui presente também, e o ministério acaba sendo um fornecedor dos recursos para lá e dos projetos...

Eu me lembro bem das dificuldades ali no ministério. Nós montamos o orçamento do ministério – as necessidades que a gente tem para o ano seguinte –, que vai para o setor de economia, vamos chamar assim, ou o nome que tiver, Ministério da Economia, Fazenda, seja o nome que for. Vai para lá e tem o primeiro corte ali na distribuição entre os diversos ministérios. Depois, vem aqui para o Congresso e acaba tendo outros cortes subsequentes. Então, muitas vezes, o discurso não bate com a prática. As pessoas falam que apoiam a educação, apoiam a ciência e tecnologia, e, no final das contas, quando a gente vê na prática, isso não se reflete no orçamento que a gente tem. A gente tem que mudar essa situação no Brasil.

Então, uma audiência como esta aqui ajuda a conscientizar as pessoas, conscientizar os próprios Parlamentares e outras autoridades da importância do investimento continuado e consistente em ciência e tecnologia.

Lembro que esta audiência pública fica gravada e à disposição de todos, assim como as apresentações também vão ficar no sistema para todos aqueles do público que quiserem ver depois e acompanhar. E eu já peço que divulguem também a audiência pública.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem mais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sem querer interromper e já interrompendo, ontem, na CPI das *bets*, a gente interpelou lá uma *influencer* com mais de 50 milhões de seguidores e que não tem muita informação adequada, vamos dizer assim.

Eu estive no Ibict, antes de ontem, lançando um projeto de *influencers* na ciência e tecnologia, porque a maior dificuldade nossa é a popularização da ciência. Então, a gente precisa levar a importância desse projeto para todo mundo, porque senão a gente não vai conseguir sensibilizar a questão financeira orçamentária. E a gente precisa de uma linguagem bem popular, para que as pessoas entendam o que é o projeto, qual é a importância dele para o país, e a gente poder utilizar esses influenciadores de uma forma positiva, vamos dizer assim.

Mas é só para dar essa dica, porque a gente precisa popularizar isso. E popularização hoje é a internet, a rede social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida.

Inclusive, um pedido que eu faço ao ministério... Eu tinha colocado ali uma secretaria de promoção e popularização da ciência, que tem uma importância gigantesca para mostrar o que é a ciência para a população e motivar jovens para as carreiras científicas nas escolas. A secretaria não existe mais, mas é importante manter o incentivo à popularização e à promoção da ciência. Inclusive, tem um projeto de lei meu, de que o Izalci é o Relator, que propõe um percentual do FNDCT para que isso seja feito; ou seja, para que tenha recurso constante para isso.

Então, vamos passar às apresentações.

Eu já passo à primeira, com o nosso primeiro debatedor, Dr. Cesar Amaral, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que se encontra remotamente. E tem um tempo ali em que ele está em movimento.

Prof. Cesar, a palavra é sua por oito minutos.

Obrigado pela participação.

O SR. CESAR AMARAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Queria começar agradecendo ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, o Senador Flávio Arns, e ao Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes.

Exmos. Senadores e Senadoras, ilustres autoridades, membros da comunidade científica, senhoras e senhores, sou Professor do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Pesquisador no Programa Antártico Brasileiro, e venho hoje a esta tribuna para tratar de uma pauta estratégica para o futuro do Brasil: a criação de um marco regulatório da pesquisa polar, com foco especial em fortalecimento e institucionalização do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

O Brasil, senhoras e senhores, é uma das poucas nações do Hemisfério Sul que mantém presença científica permanente na Antártica. Desde quando foi criado o Proantar, temos exercido um papel ativo, desenvolvendo pesquisas de alto valor científico e reafirmando nosso compromisso com o Tratado da Antártica, do qual somos signatários. A atuação brasileira na Antártica não é apenas um gesto diplomático, é uma estratégia de Estado de caráter científico, ambiental e geopolítico, afinal, a Antártica é um regulador climático global: o que acontece lá afeta diretamente o regime de chuvas no Brasil, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temperatura dos nossos oceanos e, em última instância, a segurança alimentar, energética e hídrica do nosso país.

Por isso, é de causar estranheza que, após mais de quatro décadas de operações antárticas, o Brasil ainda não disponha de um arcabouço legal sólido e moderno para sustentar e expandir suas ações nas regiões polares. Senadores e Senadoras, a criação de um marco regulatório da pesquisa polar brasileira é urgente e necessária por diversas razões – permitam-me destacar algumas que considero importantes aqui.

Em primeiro lugar, precisamos garantir segurança jurídica e previsibilidade institucional para as atividades desenvolvidas na Antártica e no Ártico. A ausência de uma legislação específica compromete a continuidade dos projetos, dificulta a mobilização de recursos e gera dúvidas e inseguranças a todos os envolvidos.

Em segundo lugar, o marco regulatório permitirá aperfeiçoar os mecanismos de governança, financiamento e integração entre os órgãos envolvidos, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Marinha do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, os grupos de pesquisa e demais grupos associados. Hoje, os esforços são dispersos e muitas vezes dependem de iniciativas pontuais ou emendas parlamentares, sem um planejamento de médio ou longo prazo.

Em terceiro lugar, o marco deve garantir critérios claros de sustentabilidade ambiental e ética científica nas operações polares brasileiras. A nova Estação Antártica Comandante Ferraz, reinaugurada em 2020, já é um símbolo de modernidade e respeito ao meio ambiente. Agora é hora de alinhar a legislação nacional com os mais altos padrões internacionais, incluindo protocolos de segurança, prevenção de impactos ecológicos e proteção à biodiversidade.

Em quarto e último lugar, destaco que esse marco será essencial para continuar estimulando a inovação e a formação de jovens pesquisadores, e a internacionalização da ciência brasileira. Com uma legislação estável, podemos ampliar acordos com outros países, participar de consórcios internacionais e inserir nossos cientistas nos principais fóruns globais sobre mudanças climáticas, biodiversidade, tecnologias aplicadas a ambientes extremos, entre outros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nobres Parlamentares, não se trata apenas de ciência: trata-se de estratégia nacional, de geopolítica, de garantir que o Brasil continue tendo voz ativa em decisões que envolvem o futuro de um continente que permanece, por ora, livre de guerras, de exploração mineral, de disputas territoriais, mas que, como sabemos, pode se tornar alvo de pressões internacionais nas próximas décadas.

Estar presente na Antártica significa estar na linha de frente das decisões globais, significa proteger os interesses legítimos do nosso povo, significa preparar o Brasil para os desafios do século XXI, um século em que as mudanças climáticas, a escassez de água e a sustentabilidade dos oceanos serão temas centrais da agenda internacional.

Neste momento, diversos países já possuem marcos legais robustos que orientam suas ações. Por exemplo, a Austrália, a Noruega, e mais próximos, o Chile e a Argentina, entre outros, já entenderam que a presença científica precisa ser acompanhada de planejamento estratégico e institucionalização. O Brasil não pode ficar para trás.

É com base nesses argumentos que defendemos a tramitação célere de uma proposta de lei que crie o marco regulatório da pesquisa polar no Brasil, estabelecendo diretrizes, competências e fontes permanentes de financiamento para o programa e demais ações relacionadas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, senhores e senhoras, faço aqui um apelo à responsabilidade deste Parlamento com as futuras gerações. O mundo está olhando para os polos, e o Brasil precisa estar preparado, com leis modernas, políticas públicas sólidas e compromisso com o conhecimento. A Antártica não é um fim em si, ela é um espelho do nosso planeta, e defender a pesquisa polar é defender o clima, a ciência, o meio ambiente e, acima de tudo, o interesse nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Prof. Cesar Amaral, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Parabéns pelas palavras, com as quais eu concordo 100%. E conte conosco aqui para o estabelecimento do marco.

Aliás, eu tenho uma boa notícia no final.

Eu passo a palavra, agora, à Dra. Andréa Cruz, Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SRA. ANDRÉA CRUZ (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

Eu quero agradecer o convite, a organização e o pensar nessa discussão, porque eu acho muito produtivo a gente se organizar e pensar o melhor para o programa.

O Proantar é o programa científico mais longevo do país, com uma produção científica significativa; e, como o senhor comentou, dá muito orgulho para o país ter uma estrutura e uma produção científica dessa desenvoltura.

Eu sou a Andréa Cruz, estou como Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e vou apresentar aqui, brevemente, a gestão científica da parte, do braço do Programa Antártico Brasileiro.

Rapidamente, eu gostaria de apresentar a estrutura organizacional do MCTI. Nós somos quatro secretarias atualmente. O braço da difusão científica e divulgação está inserido na secretaria sobre a qual o Senador comentou, está dentro da Secretaria para o Desenvolvimento Social, é um departamento vinculado lá. A secretaria a que eu estou vinculada, a que a Coordenação de Oceano e Antártica está vinculada, fica dentro de um dos departamentos da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos (Seppe) São dois departamentos: o Departamento de Programas Temáticos, a que a coordenação está vinculada; e o Departamento para o Clima e Sustentabilidade.

Então, como eu comentei, a coordenação cuida de todos os temas relacionados ao oceano e à Antártica. Entre as ações, além da pesquisa polar, da questão do desenvolvimento científico e de pesquisas oceânicas, a gente coordena o Comitê Nacional da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável na COI, como coordenador, representante nacional junto à COI, e a gente tem uma coordenação de um grupo que é destinado e tem como objetivo elaborar a produção científica sobre a questão do problema de poluição plástica no oceano.

Bom, então, vamos falar da Antártica. Por que estudar a Antártica?

Vou passar rapidamente aqui, porque, com certeza, os especialistas e os nossos pesquisadores têm muito mais informação, mas é só mais uma vez para apresentar alguns dados, alguns números da Antártica.

São 14 milhões de quilômetros quadrados, 98% da superfície é coberta por gelo, representa 90% do gelo do planeta e 70% de toda a água doce do planeta. E, como já foi comentado várias vezes, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente vai repetir muitas vezes aqui, os fenômenos meteorológicos que acontecem na Antártica afetam diretamente o nosso clima no Brasil.

Como o Brasil está inserido na Antártica? O Brasil é signatário do Tratado da Antártica, é um dos 29 países que é membro consultivo. O que isso significa? Ele tem direito a voz e a voto na reunião do Tratado da Antártica, que se chama ATCM. O tratado foi estabelecido em 1975, e o Brasil virou membro... Estabelecido, não; o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica, em 1975, e virou membro consultivo, em 1983.

Presença brasileira na Antártica. Hoje atualmente a gente tem a Estação Antártica Comandante Ferraz, que fica na Ilha Rei George, na Península Keller, e os dois módulos científicos Criosfera, que o Prof. Jefferson Simões, que é o Coordenador, vai nos apresentar mais para a frente.

Estrutura organizacional da Ciência Antártica brasileira dentro do Programa Antártico. O Conapa (Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas) é um comitê estabelecido por decreto, que tem como objetivo discutir, elaborar e organizar o posicionamento brasileiro em relação à Ciência Antártica e definir as diretrizes estratégicas científicas do Brasil no continente; a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar é o gerente do programa antártico, vai ser apresentado aqui pelo Almirante Jaques; e a Polantar (Política Nacional para Assuntos Antárticos) é que define as diretrizes políticas do Programa Antártico. O Scar é o Comitê Científico de Pesquisa Antártica, vou comentar rapidamente adiante. E a Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro, inserida na Cirm, tem três vertentes: o Grupo de Avaliação Ambiental, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente; o Grupo de Assessoramento, que é a gestão científica, que é o MCTI e o CNPq; e o Grupo de Operações, que fica a cargo da Marinha, para executar as pesquisas e atividades das universidades e institutos de pesquisa.

Então, ali eu só destaquei as linhas da ciência, que são sobre a gestão e a responsabilidade do MCTI.

O Scar, como eu comentei, é um comitê consultivo, do qual o Brasil é membro desde 1984, e o Conapa segue as diretrizes científicas estabelecidas e norteadas pelo Scar. Por que é importante o Brasil estar e fazer parte do Scar? Uma, porque a gente consegue padronizar e acompanhar as discussões científicas, tem oportunidade de cooperação científica e consegue também apresentar e mostrar o desenvolvimento científico das pesquisas dentro do colegiado.

As atribuições do MCTI na Ciência Antártica foram definidas na Polantar, na política antártica. Ela foi atualizada em 2022 e a primeira versão dela é de 1987. O objetivo final é estimular essa pesquisa de excelência sobre a Antártica e suas conexões com o Oceano Atlântico e a América do Sul, especialmente o Brasil.

Desenvolver a atividade científica na Antártica é o que assegura o Brasil como consultivo na reunião do Tratado da Antártica.

Essas linhas temáticas, que são hoje sete, foram estabelecidas pelo Plano Decenal para a Ciência Antártica...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA CRUZ – Já? Eu vou dar uma apressadinha aqui.

O Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas, como comentei, foi estabelecido por decreto e foi atualizado em 2021, que é o órgão de assessoramento científico dentro do MCTI. Dentro desse comitê, desse colegiado é que foi definido o plano de ação para a Ciência Antártica. A gente está na segunda versão – o primeiro foi construído, estabelecido em 2013 –, agora é, digamos assim, a segunda versão,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com a atualização dessas linhas científicas. O principal diferencial é que, de cinco, ele passou para sete linhas temáticas.

Aqui são os objetivos específicos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANDRÉA CRUZ – Aqui são as linhas temáticas do Plano Decenal. Como eu comentei, o anterior tinha cinco linhas temáticas, e o Conapa, por bem, achou melhor ampliar para sete linhas.

E essas são as linhas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA CRUZ – ... que vão definir as diretrizes científicas e estratégicas para a Ciência Antártica polar, são elas que definem também as linhas que são inseridas nas chamadas públicas para a contratação dos projetos que desenvolvem atividade científica na Antártica.

Hoje, vigentes, nós temos 29 projetos, que estão vinculados à Chamada 8, de 2023, são contratados 29 projetos. Aqui eu destaco as regiões... Só uma ressalva: onde estão apontados os números de projetos são os coordenadores dos projetos, mas isso é muito mais ampliado. Nessa mesma chamada, são 29 projetos, mas são 87 instituições brasileiras vinculadas a esses projetos e 97 instituições internacionais vinculadas. No total, estão cadastrados no sistema do CNPq 892 cientistas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA CRUZ – Eu só quero mostrar o último eslaide.

Eu vou passar aqui rapidamente – peço até desculpa para os senhores – a estrutura operacional da Ciência Antártica, mas eu quero me atentar a esse gráfico, que são os recursos orçamentários especificamente da Ciência Antártica.

Eu quero deixar bem claro aqui que são as chamadas públicas, os apoios desta Casa, dessa frente parlamentar. O que está em vermelho, eu destaquei ali, foram os recursos de emendas parlamentares. Como os senhores podem observar, em 2009, a gente pôde lançar uma chamada pública com recursos exclusivamente desta Casa. Assim, tem o gráfico do cronograma, uma linha do tempo de como esses recursos foram executados. Esses não são *gaps;* a diferença entre os anos são os lançamentos das chamadas, porque eles têm que ter um intervalo de quatro em quatro anos para a execução de atividade científica e apoio logístico, porque a logística para se fazer pesquisa na Antártica é complexa.

Então, eu só queria destacar isso e contar com o apoio dessa frente, porque o apoio institucional e orçamentário para as pesquisas antárticas é muito importante para a gente continuar executando o plano de ação e a implementação do Plano Decenal para a Ciência Antártica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dra. Andréa Cruz, Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu registro aqui também... Aliás, agradeço a presença de todos. Depois, quem quiser que eu anuncie o nome, passe o nome aqui para o protocolo, por favor.

Eu tenho aqui a presença do Dr. Alexander Kellner, Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Obrigado por ter vindo. É um importantíssimo museu do nosso país, que sofreu aquele desastre; espero que esteja na recuperação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que nós colocamos lá na época – o Marcelo Morales era o nosso Secretário de Pesquisa – 20 milhões para a parte de manuseio de coleções líquidas. Então, espero que esteja lá adiantando. E também, para anunciar, na mesma área também, eu coloquei o PL 1.993, de 2024, que trata das coleções biológicas, como uma Política Nacional de Coleções Biológicas. Às vezes o pessoal não imagina o que é, mas é muito importante para a nossa ciência, para a preservação.

Anuncio também a presença do Sr. Rafael Guimarães, da TIM, que foi a empresa responsável, em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações, na época, pela instalação do sinal 4G na Comandante Ferraz, assim como da internet móvel e da telefonia, o que é, obviamente, muito importante para a transmissão dos dados e também para o conforto e segurança dos pesquisadores que lá se encontram, assim como dos oficiais da Marinha do Brasil.

Eu ia anunciar a presença do Senador Esperidião Amin. Ele retorna? Daqui a pouco ele retorna, e eu passo a palavra para ele.

Na sequência, eu já passo a palavra ao Dr. Jefferson Simões, Delegado Nacional do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas do Conselho Internacional de Ciências, que está presencialmente aqui.

Por favor.

O SR. JEFFERSON SIMÕES (Para expor.) – Bom dia, Senador Marcos Pontes, proponente desta sessão, e ao Sr. Senador Izalci Lucas, na pessoa de quem eu saúdo todos hoje de manhã.

Eu gostaria, enfatizando, talvez com muito orgulho, que, assim como o senhor foi o primeiro astronauta brasileiro, eu tive a felicidade de ser o primeiro glaciólogo, glaciologista brasileiro, quando, no início desse programa, em 1984, eu fui enviado para o Scott Instituto de Pesquisa Polar, em Cambridge, para me especializar na pesquisa de exploração polar.

Vou falar um pouquinho aqui não só sobre a relevância e desafios, mas também do papel político da ciência, algo que ficou, para mim, mais claro quando eu trabalhei na diplomacia da ciência como Vice-Presidente do comitê internacional de pesquisas antárticas, o Scar.

Próximo... Sou eu que aperto. (*Risos.*)

A primeira questão que nós temos que entender é que não existe um sistema isolado climático, os trópicos não são mais importantes do que as duas regiões polares. Nós temos talvez aqui um mito muito grande do país tropical e, como vocês sabem, no passado, isolado, abençoado por Deus, sem eventos climáticos extremos, nem sísmicos – na verdade nós não tínhamos é sismógrafos –, e esse sistema é totalmente negado. As regiões polares são tão importantes quanto a Amazônia no sistema climático, porque a circulação atmosférica e oceânica é basicamente transporte de energia dos trópicos, se quiserem pensar em termos de Amazônia e Nordeste brasileiro, para as regiões polares. E isso rege o nosso dia a dia, rege a circulação.

E, se vocês quiserem entender, basicamente, um fenômeno que foi catastrófico, principalmente para o meu estado, o Rio Grande do Sul, que causou um prejuízo de R$82 bilhões, não foi um processo só amazônico, isso foi um erro básico da imprensa. O que nós estamos vendo aqui é que o ar quente da Amazônia e um Brasil superaquecido entrou com uma massa extremamente fria que foi bloqueada, infelizmente, em cima da Serra Gaúcha, e nós tivemos 50% da precipitação de um ano em uma semana. E houve aquela destruição dantesca, o sistema de defesa civil quase entrou em colapso, na cidade de Porto Alegre quase faltou alimentos.

E o que nós estamos vendo? Uma maior frequência desses desastres climáticos – e isso eu ia falar para o Senador Esperidião Amin – em toda a Região Sul do Brasil. E, evidentemente, o impacto disso no

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agro, na defesa civil – não quer se mexer, vamos ver aqui... –, desses ciclones extratropicais que são gerados no Atlântico Sul a partir de ar formado no Oceano Antártico ou Oceano Austral, é um dos principais pontos de investigação do Programa Antártico Brasileiro. Ontem saiu, da Confederação Nacional de Municípios, que 32% dos decretos de desastres no país, entre janeiro e maio de 2024, vieram desses eventos no Rio Grande do Sul. E olha então a relação da Antártica com o Brasil. Nós temos que, de certa maneira, lidar com o mito de que a Antártica é distante, que a Antártica está isolada ou que Porto Alegre está mais perto da Antártica do que Boa Vista.

Mas vamos além, nós começamos a investigar a Antártica, agora dentro do continente nós temos dois módulos, Criosfera 1 e 2, que têm logística particular contratada no meio público e particular, não é apoiada diretamente pela brilhante logística da Marinha do Brasil, e tem custos. Mas nós já estamos vendo, por exemplo, nessa inter-relação de dois caminhos, que parte do material das nossas queimadas, de queima de hidrocarboneto, do combustível fóssil, está chegando ao continente da Antártica. Para isso, nós então colocamos os módulos Criosfera 1 e 2, um em 2012 e outro em 2023, que monitoram a 2 mil e a 2,5 mil quilômetros ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz. Eu gosto de brincar com meus colegas que trabalham em Ferraz que eles trabalham numa região amena, porque a temperatura é ao redor de -3 graus no verão; a temperatura no Criosfera 1 é -36 graus no verão, e nós lá estivemos acampados, e não numa estação. Isso é custeado pelos projetos de pesquisa – essa é a nossa principal dificuldade – e nós conseguimos, com isso, ampliar a área de ação do Brasil em 1 milhão de quilômetros quadrados.

Vou só dar uma imagem desse módulo Criosfera 2, que está a 79 graus ao sul, 2 mil quilômetros ao sul de Ferraz. Nós usamos, inclusive, aviões com esqui e vivemos acampados aí um mês. Os módulos são totalmente automatizados.

A outra grande questão que nós estamos tratando, é claro, é como o manto de gelo da Antártica, que poderia, em teoria, contribuir com o aumento de dezenas de metros no nível do mar, está se comportando e vai afetar a costa nacional, o que tem implicações não só para o urbanismo, mas para a defesa costeira, para a nossa estrutura portuária, para a questão de matérias meteorológicas. Então, os custos estão na casa de trilhões de dólares se nós não estivermos preparados.

E, finalmente, nós estamos agora entrando na questão do Ártico, por quê? É a nova fronteira da ciência brasileira, inclusive está no nosso plano de ação até 2032, porque nós estamos vendo as mais rápidas mudanças ambientais no planeta, e o primeiro cenário que elas começam a afetar de maneira agressiva: as relações internacionais. Nós estamos vendo o aquecimento, que está, por um lado, mudando o clima planetário e afetando a produção agrícola do Hemisfério Norte, mas, por outro, abrindo oportunidades únicas com a abertura das rotas sonhadas na época dos grandes exploradores, a rota transpolar, onde novos países estão entrando, principalmente, todos os países do Brics, ou, melhor, vamos corrigir, os grandes países do Brics, com exceção do Brasil, ou seja, Índia, China e Rússia têm estações que estão fazendo pesquisas, porque, inclusive, afeta a questão das monções, tem impacto na sustentabilidade do planeta e é um novo cenário geopolítico que, inclusive, vai afetar o preço do petróleo.

Então, dentro do tratado, o papel da ciência é muito mais amplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON SIMÕES – ... e onde essa atividade é essencial para o reconhecimento da nossa atividade. A Ciência Antártica é também um instrumento político. O *status*, o *soft power* dado pela

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ciência Antártica é essencial. Não existe ação brasileira na Antártica sem a ciência. A presença, *per si*, hoje não dá *status* a um país atuante naquele continente.

Para completar, vamos dar uma olhada aqui nessa rápida evolução dos recursos totais ciclotímicos para o valor só de ciência e tecnologia. Isso inclui recursos do MCTI, emendas parlamentares e, inclusive, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, que eu tenho dirigido desde 2009. Com uma média hoje calculada em R$250 mil por ano, acreditem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON SIMÕES – ... cada projeto tem que fazer despesas laboratoriais, compra de equipamentos, bolsas de alunos e jovens doutores – só pagamos 5,2 mil para um jovem doutor –, diárias de pesquisadores, participação nos encontros do Scar, transporte aéreo dos pesquisadores até a Terra do Fogo, pagamento de aviões até o interior da Antártica, manutenção do módulo Criosfera 1 e até participação no Treinamento Pré-Antártico.

Desculpem-me, senhores, mas é ridículo, é impossível fazer isso com R$250 mil por ano, e essa é a relação da parte pobre desse programa.

E é com isso que eu encerro.

Só lembro a situação final: se não houver novos investimentos, o INCT da Criosfera, que tem hoje 60% da pesquisa brasileira, encerra suas atividades até o final do ano. Ainda no ano que vem... Na verdade, já no final do ano, nós fechamos os módulos Criosfera 1 e 2, porque não há recursos. Nós temos tido emendas parlamentares e outros recursos nos outros anos e um processo de descentralização, mas este ano está zerado. No ano que vem, não teremos representação nem no Scar.

O que é necessário está aqui: um marco regulatório que garanta financiamento e continuidade da pesquisa polar brasileira – alguma regularidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Jefferson Simões, Delegado Nacional do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas, do Conselho Internacional de Ciências.

Está aí retratada a situação que a gente tem. Eu lembro quando nós conversamos lá no Ministério sobre o Criosfera 2: a gente fez o esforço ali para colocar, mas tem que ser mantido. Não dá para ficar só lá, não é só essa parte.

E, novamente, voltando àquele assunto que nós falamos no começo aqui, pesquisa não acontece sozinha, ela precisa de orçamento – a gente precisa. Se o país quer ser um país realmente desenvolvido, precisa dar o valor e a prioridade correta dentro do orçamento, e a pesquisa de desenvolvimento tem que estar ali. Aliás, eu lembro que a gente tem a PEC 31 também, que está parada desde 2023, na Comissão de Constituição e Justiça, que é a chamada PEC da ciência, e todos falam que apoiam a ciência, etc. Ela está parada lá esperando... Do que ela trata? Do aumento do investimento de pesquisa e desenvolvimento do país, do extremamente baixo ou até ridículo 1% do PIB para pelo menos 2,5% do PIB em dez anos. É completamente factível fazer isso aí, e a gente chegaria próximo dos países da OCDE, 2,73%. A gente começa a falar um pouco em desenvolvimento se a gente conseguir fazer isso. Mas está lá parado desde 2023, para verem como é que é a situação. Mas a gente não desiste disso aí. Eu lembro que, no tempo de Ministro, eu briguei muito com o negócio de orçamento, e a gente continua aqui.

Eu quero anunciar aqui a presença também do Sr. José Luiz Spigolon, Assessor Parlamentar da CMB, aqui conosco.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir uma pequena quebra de protocolo aqui, porque a gente está falando justamente pensando no futuro, certo? Isso é importante. E nós temos a presença... Eu vou suspender a sessão por dois minutos para tirar uma foto aqui, com todos nós, na presença do Coordenador Paulo Rota, da Professora Júlia Ogata e dos alunos da Escola Nossa Senhora das Graças de São Paulo, do curso de ensino médio de Ciências da Natureza e Matemática. Então, estão aqui. O objetivo todo nosso aqui no final das contas é isso.

Então, eu vou pedir para que venham aqui para a frente – venham para a frente. Eu peço para os alunos virem aqui para a frente. (*Palmas.*)

(*Suspensa às 11 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 06 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só uma mensagem para cada um dos jovens que está aqui: lembro que vocês são o nosso futuro. Então, espero que, num futuro breve, vocês estejam aqui, seja como Senadores, seja como pesquisadores, porque o Brasil precisa do talento de vocês. (*Palmas.*)

Então, está reaberta a sessão.

Neste momento, eu convido o Dr. Eden Martingo, Subchefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores, que se encontra remotamente conosco.

Dr. Eden, só peço para controlar o tempo por lá. Vai ter os sinais daqui.

Obrigado.

O SR. EDEN MARTINGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigado.

S. Exa. Senador Marcos Pontes, S. Exa. Senador Izalci Lucas, S. Exa. Senador Esperidião Amin, demais autoridades, colegas painelistas e membros da audiência, primeiramente quero agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública, que é extremamente oportuna e essencial, eu diria, assim como a iniciativa do Senador Marcos Pontes e seu apoio à ciência brasileira.

O Programa Antártico (Proantar) é, como já disseram aqui, um motivo de orgulho para o Brasil. A Antártida é um espaço estratégico para o nosso país e para a humanidade. Conhecer a Antártida, atuar nela e participar das decisões sobre seu presente e futuro é do mais profundo interesse nacional. É sobre isso que se trata.

A Antártida tem quase 14 milhões de quilômetros quadrados de área, equivalente à soma dos territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia, ou seja, mais da metade da América do Sul.

Com cerca de 90% da massa de gelo e mais de 70% da água doce do planeta, o continente influencia diretamente o sistema climático global e os oceanos.

A história da exploração antártica remonta ao século XVIII, sendo marcada, no século XIX, pela exploração predatória de recursos vivos, especialmente a pesca e a caça à baleia; e, no início do século XX, pela chamada Corrida ao Polo Sul, quando vários exploradores e países buscaram atingir o Polo Sul, inclusive para basear suas reivindicações territoriais e interesses sobre os recursos do continente.

As reivindicações concorrentes sobre a Antártida, reivindicações territoriais que sete países fizeram antes da entrada em vigor do Tratado da Antártida, e o risco de conflitos naquele continente, a fragilidade e a singularidade do ecossistema antártico foram motores para uma mobilização científica que levou ao Ano Geofísico Internacional de 1957, que, por sua vez, mobilizou a comunidade internacional a negociar o Tratado da Antártida, que foi assinado em 1959 e entrou em vigor em 1961. Essa é a peça fundamental da governança internacional da Antártida, e é sobre ele que eu gostaria de me debruçar principalmente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Tratado da Antártida baniu os testes nucleares e as operações militares na região, convertendo a Antártida em área desmilitarizada, e congelou as reivindicações territoriais, internacionalizando na prática o continente antártico. Há 42 anos, em 1983, o Brasil tornou-se parte consultiva do tratado, quando passou a integrar o seleto grupo dos países que centralizam o processo decisório do regime antártico e o desenvolvimento do seu corpo normativo. Essa entrada como parte consultiva, como foi colocado pelo Prof. Jefferson Simões e pela Dra. Andréa Cruz, depende efetivamente da capacidade, da presença científica que o Brasil tem no continente. Então, ela é absolutamente essencial.

O Tratado da Antártida é a pedra angular do que nós chamamos de Sistema do Tratado da Antártida, que é uma rede normativa e de governança composta por diferentes acordos e organismos. Ele é muito complexo, mas o STA tem se mantido funcional e adaptável às mudanças globais até o momento. Ele estabelece um regime de normas e expectativas convergentes entre os países envolvidos, demonstrando que o equilíbrio entre interesses diversos pode ser alcançado por meio do diálogo e dos acordos diplomáticos. Nós temos orgulho de fazer parte desse regime e de manter, com apoio inestimável da Marinha do Brasil, nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, uma das mais modernas e sustentáveis do continente antártico.

Os chamados atores antárticos – países que operam na região – estabelecem as suas relações estruturadas em três áreas principais, ciência, operações e política.

No campo científico, essa colaboração ocorre por meio de pesquisas conjuntas, compartilhamento de dados e programas de intercâmbio acadêmico. É um esforço que se justifica pela relevância da Antártida como ambiente de estudo para a mudança do clima, ecologia e ciências polares.

Operacionalmente, a articulação entre os países se manifesta na logística das expedições, incluindo transporte, abastecimento e suporte técnico. É um ambiente extremo e o intercâmbio de recursos e conhecimentos é essencial para garantir a segurança e a eficiência.

Na esfera política, os países coordenam sua atuação em fóruns internacionais que tratam da regulamentação das pesquisas, da proteção ambiental e da gestão territorial. São papéis complementares.

Nós temos, por exemplo, já tratado aqui, o Scar (Comitê Científico de Pesquisa Antártica); a Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida (CCAMLR), que é um instrumento para conservar a vida marinha nas águas circundantes da Antártida; nós temos o Comnap (Conselho de Gestores de Programas Nacionais da Antártida); nós temos também a nossa Rapal (Reunião de Administradores do Programa Antártico Latino-Americano); e temos as reuniões consultivas do Tratado da Antártica, que são o espaço central para decisões políticas sobre o futuro da região.

Então, esses três pilares – ciências, operações e políticas – se reforçam mutuamente. As decisões políticas definem as condições para a ciência, a ciência justifica a presença política, e a logística e as operações possibilitam essa presença no continente antártico.

Dentro desse contexto que está aqui atua o Proantar. Hoje, além de ser uma ferramenta inestimável de pesquisa e ciência nacional, ele se transformou em uma plataforma de cooperação internacional e de diplomacia, que transcende o continente antártico. Eu posso citar hoje Chile e Argentina como os dois maiores países parceiros do Brasil em cooperação logística e científica na Antártica, mas, crescentemente, nós temos cooperado com cada vez mais países.

Outro tema também que foi trazido aqui já é a transição do Proantar de um programa antártico para um programa polar. O Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, nós temos nos empenhado

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito nesse sentido. Nós coordenamos um grupo técnico sobre atividades no ártico, no âmbito da Subcomissão para o Proantar, que tem a finalidade de avaliar e promover a maior participação do Brasil no Ártico.

Em 2023, foi realizada a primeira expedição oficial ao Ártico do Brasil, que foi liderada pelo Prof. Paulo Câmara, que está aí presente, e o Brasil está em vias de aderir ao Tratado de Svalbard, que é um tratado do começo do século passado, mas que estabelece, de alguma forma, as bases para o uso e a pesquisa científica naquele continente.

Finalizando, no contexto das mudanças climáticas, do aquecimento dos oceanos e do aumento da frequência dos eventos climáticos extremos, conhecer e preservar as regiões polares é do mais alto interesse nacional. Nesse sentido, o Brasil tem aumentado seu protagonismo científico e diplomático no sistema do Tratado da Antártica e buscado aumentar a cooperação e a pesquisa no Ártico.

Parcerias internacionais são fundamentais nesse sentido. Outros países que nós podemos citar são Turquia, Canadá, China, Emirados Árabes Unidos, Rússia, todos os países também com que nós temos atuado e cooperado.

O Proantar, sim, é mais do que um programa antártico; é um programa polar e é uma ferramenta diplomática e de política pública absolutamente inestimável para o Brasil.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Eden Martingo, Subchefe da Divisão do Mar da Antártica e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores, por sua participação.

Eu gostaria, então, agora de passar a palavra ao Dr. Ricardo Jaques Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil, mas antes eu gostaria de convidar o professor. Pode sentar aqui. Se tem alguém que tem direito de sentar em qualquer lugar é professor. Sem professor a gente não tem nada. (*Palmas.*)

Almirante, por favor.

O SR. RICARDO JAQUES FERREIRA (Para expor.) – Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, senhores convidados para esta audiência, senhores pesquisadores, senhoras e senhores que nos acompanham presencialmente pela internet, Senador, primeiramente eu queria agradecer e parabenizar o senhor pela iniciativa e pela sociedade ao responder a essa convocação, porque, para nós, é muito importante dar a publicidade, dar um retorno para a sociedade, para os contribuintes de tudo que nós estamos fazendo ao longo de mais de quatro décadas de Programa Antártico.

Inicialmente eu gostaria de fazer a apresentação dessa ilustre desconhecida, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Apesar de desconhecida, nós já estamos há mais de 50 anos trabalhando em três eixos principais: o Levantamento da Plataforma Continental, a utilização dos recursos do mar de forma sustentável e o nosso Programa Antártico Brasileiro.

É um modelo único no mundo, que reúne 18 ministérios. E, em função da transversalidade de todos os assuntos que são voltados tanto para o mar como para a Antártida, eu considero que seja um modelo de destaque, tem funcionado muito bem.

Eu obviamente não vou cometer a heresia de falar sobre os aspectos científicos da importância da presença do Brasil na Antártida, mas eu gosto muito de dar este exemplo aqui dos 3,4 mil quilômetros: a distância de Porto Alegre para o coração da Amazônia, para Tefé, é de 3,4 mil quilômetros, que é a mesma distância para a nossa estação. Se nós estamos tão preocupados com o que acontece na Amazônia – e devemos estar preocupados –, com certeza, como o Prof. Jefferson

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Simões comentou, nós precisamos ter atenção ao que acontece na Antártida. É o grande regulador térmico do planeta. Um país que tem 8 mil quilômetros de litoral não pode deixar de estar preocupado com um continente que tem 30 milhões de quilômetros cúbicos de água. Elevação do nível do mar, mudança climática, eventos climáticos extremos têm que fazer parte do nosso dia a dia.

E é óbvio que essa pesquisa, além da importância que ela tem para o país, garante ao país o *status* de ser um dos 29 países que são partes consultivas no Tratado da Antártida e que vão decidir o futuro desse continente. E, num aspecto geopolítico maior, nós vimos o que a gente passou durante a seca no Canal do Panamá, a obrigatoriedade de nós termos que utilizar novas rotas. Então, estar na Antártida, estar próximo dessa rota, que é tão importante para um país que tem 97% do seu comércio internacional passando por vias marítimas, é muito relevante.

E nós temos um documento de altíssimo nível, que é a política antártica, que foi aprovada em 2022, que fala da importância de nós nos mantermos como parte consultiva pela pesquisa. Por isso, a importância da presença dos pesquisadores – dos atuais e dos futuros aqui –, para que eles entendam que nós temos um documento de alto nível que regulamenta o que é a importância desse programa e também o objetivo de ampliar cada vez mais a pesquisa e a presença do país no continente antártico.

Eu não vou falar muito sobre isso, porque a Dra. Andrea abordou muito bem. Eu só queria ressaltar, além dos três ministérios que atuam no Proantar, a presença do Ministério das Relações Exteriores, fazendo a representação do Estado brasileiro nos diferentes fóruns do Sistema do Tratado da Antártida.

E, agora, mais especificamente sobre a Marinha, com certeza o Senador Marcos Pontes conhece dessas dificuldades que nós temos. O esforço logístico é muito grande. Então, nós temos nossa estação antártica na Ilha do Rei George, nós temos uma estação de apoio no Rio de Janeiro, outra em Rio Grande, um apoio muito grande do Chile, tanto em Punta Arenas como na Base Frei. E as distâncias são essas, para que nós possamos realizar dez voos: a presença de dois navios, a utilização do nosso KC-390, que mudou a logística, mudou radicalmente como nós fazemos o lançamento das cargas com maior precisão, reduzindo o esforço do nosso pessoal que fica lá guarnecendo a estação no inverno.

E isso, obviamente, vem coroar o que já foi comentado pelo Prof. Cesar e pelo Prof. Jefferson Simões: é uma estação que hoje é exemplo. Respondendo a perguntas que chegaram pela internet, nós temos uma estação com muita sustentabilidade, com tratamento de águas, com utilização de energia eólica, com parque fotovoltaico, que é notícia do *The New York Times*. É orgulho para qualquer brasileiro ter a estação Antártica.

O senhor esteve presente na inauguração. Trabalhou muito o senhor e o Dr. Marcelo para que nós tivéssemos essa estação hoje sendo citada como um padrão internacional.

E o trabalho da Marinha é esse: durante o verão, nós apoiamos a pesquisa, fazemos o apoio logístico à Estação Antártica, levamos pessoal e material. No inverno, os nossos 17 militares ficam lá guarnecendo a estação, para que o Brasil seja um dos países que guarnece a estação permanentemente – nós estamos evoluindo agora na possibilidade de contar com a presença de pesquisadores no inverno, já estamos nessas tratativas. E temos o lançamento de material por aeronave, como eu já disse, com o apoio da Força Aérea Brasileira.

E os números são realmente impressionantes. Mais de 65 mil quilômetros navegados; mais de 3 milhões de litros combustíveis fornecidos por meio da nossa parceria com a Petrobras-ANP; o apoio fundamental da TIM Brasil, que tem permitido maior agilidade na tramitação de dados dos pesquisadores com as suas instituições de pesquisa e também a realização das *lives* com as escolas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu servi dois anos fora do país, e a minha filha teve a oportunidade de, em sala de aula, ter acesso à Estação Espacial e conversar com o pessoal. Eu falei: por que a gente não faz isso aqui no Brasil, se nós temos uma estação com essa capacidade? Então, esse é o agradecimento que nós temos aqui à TIM Brasil, por essa possibilidade. Fizemos mais de 15 *lives* no ano passado, com mais de 600 alunos atingidos. É a maneira como nós estamos tendo de divulgar a presença da Marinha e da pesquisa no continente antártico.

Chegamos à parte dos custos de programas. É caro, pelas distâncias, pela complexidade logística. Nós temos ali, só para a operação dos navios em manutenção, cerca de R$183 milhões. E isso nós conseguimos, grande parte, por meio do acordo que nós temos com a Petrobras-ANP, que custeia integralmente os combustíveis. E este ano, Senador, nós tivemos uma novidade, que foi a parceria com o MCTI, onde o MCTI está custeando o período de manutenção de um dos navios, que é o navio voltado à pesquisa, o Navio Polar Almirante Maximiano. Com isso, nós progredimos nessa parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e estamos evoluindo, em termos de orçamento, no programa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO JAQUES FERREIRA – Para a manutenção da estação, em média, nós precisamos de R$8 milhões, e nós continuamos na busca de outras parcerias. E uma delas é que este ano nós iremos concorrer a uma chamada do FNDCT para a manutenção dos 14 laboratórios da estação. Estamos utilizando o nosso Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira em parceria com uma fundação, e vamos concorrer a uma chamada para que nós tenhamos condições de receber os pesquisadores no verão com os nossos laboratórios já prontos.

Com relação ao orçamento, de maneira geral, Senador, essa é uma preocupação que nós temos, sim. O Programa Antártico é um programa de Estado; ele pertence tanto ao Executivo como ao Legislativo. E a presença... E aqui o meu agradecimento ao Deputado José Rocha, que é o Presidente da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico. Ela é essencial para que nós tenhamos progressão nessa curva com o aporte das emendas parlamentares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO JAQUES FERREIRA – Ano passado, nós conseguimos subir ligeiramente. Neste ano já tivemos uma reunião com o Senador Flávio Arns; ano passado ele foi até a Cirm. E a gente tem tentado conversar um pouco mais com a Comissão de Ciência e Tecnologia, para que ela entenda a importância e para que os Senadores e os Deputados aportem os recursos de emenda parlamentar, porque essas emendas não vão para a Marinha, elas vão para apoio ao programa, para as universidades, para os institutos.

Nas minhas considerações finais, apenas, Senador, quero agradecer uma vez mais a esta Casa Legislativa. Sem ela, a permanência ininterrupta na Antártica não é possível. Sem a Frente Parlamentar, sem os Deputados, sem os Senadores, não é possível ter um programa dessa envergadura.

Nós precisamos ter, sim, a ciência da importância do Proantar, que é um programa de Estado. Nós estamos atuando muito em cima da PEC 55, de 2023, porque ela dará previsibilidade orçamentária às Forças Armadas e será importante para que os nossos navios e aeronaves recebam esses recursos, que são necessários para que nós nos façamos presentes.

E ressalto uma vez mais que, sem o apoio dos Deputados e Senadores, a continuidade do programa antártico não é possível. Então, eu agradeço muito por todo o apoio, ao longo desses 40 anos,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a todos os Deputados e Senadores que aportaram recursos de emendas parlamentares no nosso programa.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Almirante Ricardo Jaques Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil.

Só quero fazer um comentário aqui para aqueles que estão nos acompanhando também pela TV Senado, para todos. Nós estamos tratando aqui de um programa de Estado. Realmente é um programa de Estado que traz inúmeros benefícios ao Brasil como um todo, tanto nas pesquisas quanto em termos geopolíticos, e é simplesmente inaceitável que a gente tenha problemas de orçamento para um programa como esse.

Você estava falando do orçamento ali e disse assim: parecem bastantes, não é?, 191 milhões – vamos arredondar para 200 milhões esse valor por ano, 200 milhões por ano. Parem para pensar um pouco: só com essa fraude do INSS agora, com 6 bilhões, daria para sustentar esse programa, considerando 200 milhões por ano, por 30 anos, certo? Seis vezes cinco, trinta; então, 30 anos. É para a gente pensar um pouquinho o quanto a gente desperdiça dinheiro em coisas inúteis no país, tendo coisas extremamente importantes que não são ou não têm a prioridade que deveriam ter.

Então, parabéns pela apresentação; e a todos que estão aqui.

O Prof. Jefferson sabe bem dessa importância também.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Dr. Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento a Ações Estratégicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que está aqui conosco.

Por favor.

O SR. JULIO CÉSAR PIFFERO DE SIQUEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Em nome da Presidente da Capes, a Profa. Denise Pires de Carvalho, gostaria de agradecer o convite.

Cumprimento o Senador Astronauta Marcos Pontes, em nome do qual cumprimento toda a comunidade acadêmica aqui presente e todos os cidadãos interessados nesse importante tema.

Gostaria de falar, de usar meus minutos para falar sobre a Capes, como a Capes já se inseriu no âmbito desse programa e como ela poderia voltar a atuar nessa frente muito importante.

Bom, aqui lembrando um pouco alguns marcos temporais interessantes e importantes na história da nossa ciência e da pós-graduação, a Capes nasce no mesmo ano que o CNPq, em 1951. É interessante que, em 1953, nós tínhamos a concessão de 53 bolsas de estudo no país. Em 1961, é quando a LDB reconhece a pós-graduação como nível distinto da graduação, aí, a pós-graduação começa a crescer. Em 1965, a gente tem a publicação do Parecer Sucupira. Nesse ano de 1965, não tínhamos mais do que 40 cursos de pós-graduação em todo o país. Passam-se dez anos e, em 1975, a gente já tem mais de 400 cursos de pós-graduação no país e daí já se observa a necessidade de fazer um plano nacional de pós-graduação, que começa em 1975; e, em 1976, a gente começa também a avaliação dos programas de pós-graduação.

Passam-se aí, agora, vários anos, e vamos para 2007. Em 2007, a Capes recebe uma nova incumbência: a formação inicial e continuada dos professores da educação básica. E, agora, de 2008 para cá, ela vem pensando, do ponto de vista estratégico, em como fomentar a pós-graduação. É no ano de 2008 que essa Coordenação-Geral de Fomento a Ações Estratégicas da Capes é criada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Capes, portanto, hoje, é responsável pelo fomento aos programas de pós-graduação no país – os acadêmicos – e também, do ponto de vista estratégico, por aqueles profissionais, pelo fomento à internacionalização desses programas, pela avaliação dos programas de pós-graduação – inclusive, este ano de 2025 é um ano de quadrienal, em que está acontecendo a avaliação –, pela formação inicial e continuada dos professores da educação básica, pela democratização do acesso à informação, por meio do Portal de Periódicos, um programa muito importante, e também pela cooperação estratégica.

Diante dessa missão, a Capes vem fomentando a pós-graduação e enfrenta um dilema sobre como executar esses recursos. Nós temos políticas distributivas e políticas estratégicas. As políticas distributivas na Capes são feitas nos programas – muitos aqui talvez já foram bolsistas – de mestrado, de doutorado e de demanda social, e esse programa custa ao orçamento federal R$2,8 bilhões. Os programas institucionais da Capes estão hoje dentro desse montante de R$2,8 bilhões. Nos programas estratégicos, nós temos um orçamento que não chega a R$400 milhões. Então, vejam que as políticas distributivas são legítimas, porque o país é continental, é necessário fazer essas políticas distributivas. Por outro lado, também é muito importante pensar estrategicamente. Aqui, eu estou trazendo esse gancho, porque é onde o Proantar se insere.

A Capes participou do Proantar num edital em parceria com o CNPq e com o MCTI, que teve também recurso do FNDCT – o Edital nº 21, de 2018. Nesse edital, o orçamento previsto pela Capes para fomento ao programa – no caso ali a gente estava financiando 15 projetos – foi de R$6 milhões. É um orçamento realmente muito pequeno, diante de todos os desafios que já foram apresentados aqui. Os projetos vigoraram de 2018 a 2023.

Eu fiquei muito feliz aqui – até comentei com o Prof. Jefferson – de conhecê-lo, não o conhecia. O meu relatório, que eu trouxe aqui comigo, eu o mostrei para ele. Ele foi o coordenador de projeto que mais bem executou esse orçamento que a Capes destinou aos projetos, ele implementou 100% das bolsas. Então, isso é muito bom, a gente precisa desses coordenadores de projetos engajados.

Esse edital foi muito importante, teve nove eixos temáticos previstos, que vão de temas como o papel da criosfera no sistema terrestre, as interações com a América do Sul, até, inclusive, eixos estratégicos direcionados para ciências humanas e sociais, inovação e novas tecnologias. Não vou citar aqui todos os nove eixos, mas foram eixos que tiveram uma visão bem completa das necessidades no âmbito do programa.

No atual edital de 2023, que já foi mencionado, a Capes não participa desse programa, mas eu espero que a gente possa iniciar diálogos no sentido de, eventualmente, encontrarmos recursos para apoiar essa iniciativa.

Era só isso mesmo que eu queria explanar e dizer que é importante... O Brasil, quando investiu, decidiu por investir, por fomentar eixos estratégicos de interesse nacional e fez muito bem-feito, lembrando da agricultura, lembrando da Embraer, lembrando da nossa Petrobras, quer dizer, a Antártica é um eixo estratégico de extrema relevância e é importante que a gente realmente traga para a nossa prioridade nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento a Ações Estratégicas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é a Capes.

Só para lembrar, para aqueles que não conhecem, talvez, ou que não acompanham: o Brasil tem essas duas instituições, a Capes e o CNPq, uma no Ministério da Educação, outra no Ministério da Ciência

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e Tecnologia, e não é à toa que existem essas duas instituições separadas, e elas são separadas justamente para uma fomentar a formação, a educação, e a outra para fomentar as pesquisas. Às vezes você vê surgir algumas ideias mirabolantes, de querer juntar as duas, mas é sempre bom repetir o quanto essa ideia é insensata. Elas foram criadas dessa forma não é à toa, é porque dessa forma elas funcionam melhor e têm uma distribuição melhor. Aliás, o orçamento dessas duas, o do CNPq também... o orçamento do CNPq deveria pelo menos ser triplicado – é uma das coisas que eu diria à Capes também –, porque com isso a gente conseguiria pensar em um desenvolvimento maior no país. Você vê que tudo gira, gira, gira e volta na questão do financiamento. Então isso passa por aqui.

Eu estou fazendo questão de falar e repetir isso aqui porque fica gravado. Eu espero que tudo isso aí chegue lá também na Comissão Mista de Orçamento, para que na hora ali o pessoal raciocine se eles querem um país realmente desenvolvido, que possa trazer um futuro bom para esses jovens, todos que estão aqui e outros, ou se querem continuar andando de lado, fazendo pagamento emergencial de problemas que poderiam ter sido resolvidos se tivessem feito um planejamento estratégico melhor.

Bom, eu passo agora então a palavra ao Dr. Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, que se encontra conosco de forma remota.

Professor, o senhor tem a palavra por oito minutos. Peço para controlar o tempo por lá, está o.k.? Obrigado.

O SR. MOACYR CUNHA DE ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes. É um grande prazer revê-lo, apesar de remotamente. Nas pessoas do senhor e do Senador Izalci Lucas, eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares que estão aqui participando dessa importante audiência; saudar também o Almirante Jaques, da Secirm; dizer da importância do papel da Marinha, que de fato viabiliza todo esse esforço nacional de busca pela ciência e pela compreensão do papel do continente antártico. Eu acho que sem a Marinha nós não conseguiríamos absolutamente alcançar e termos o sucesso que nós temos com o Programa Antártico. Quero cumprimentar também a Andréa Cruz, do MCTI – nem preciso citar a importância do MCTI –; os colegas também da Capes; do Ministério das Relações Exteriores; e saudar todos que estão aqui conosco. Um abraço especial aos companheiros de frio, aos colegas de gelo, o Prof. Jefferson, o Cesar, o Prof. Paulo Câmara, da UnB, enfim, todo mundo que está aqui conosco participando dessa importante audiência.

Na verdade, eu estou aqui não por ser Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, mas, sobretudo, por ser coordenador de um dos programas antárticos, na sua segunda edição, que é o programa Mephysto, e também eu acho que, em parte, por coordenar a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais, a Rede Clima. Tenho quase 20 anos aí trabalhando com mais de 120 pesquisadores, cientistas, envolvendo todos os aspectos associados à mitigação, adaptação, às mudanças do clima, e estou muito envolvido agora com a preparação da nossa COP 30, que vai acontecer no Brasil, que tem um papel fundamental de uma possível mudança na participação internacional com relação às mudanças do clima, uma experiência muito grande do Brasil depositada agora em Belém.

Assim, esse projeto que eu coordeno tem quatro eixos, muito rapidamente, não vou me deparar muito e falar muito sobre isso, mas eu gostaria de trazer alguns assuntos que são pertinentes.

O primeiro eixo é justamente relacionado a ondas de calor e a também eventos extremos. Eu acho que o Jefferson já trouxe isto muito bem, a importância do componente antártico na ocorrência de ondas de calor e também de eventos extremos no Brasil. De fato, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um exemplo máximo disso, porque não existiu absolutamente nada de diferente, apenas uma componente antártica bloqueou a dispersão de toda essa instabilidade que poderia ser transportada para o sul e para o oceano, como em outros anos. Essa componente antártica... Ou seja, o primeiro eixo do Projeto Mephysto é justamente investigar essas ondas de calor e esses eventos extremos. Não sei se vocês acompanham, mas, entre 1991 e 2000, nós tínhamos sete dias por ano de ondas de calor no Brasil; entre 2011 e 2020, nós passamos a ter 52 dias de calor; então tem um impacto enorme. E a componente antártica com a interação com o oceano tem sua influência sobre esse impacto enorme na saúde da população brasileira. Ou seja, a Antártica é, sim, o motivo de a gente estar acompanhando, é um *proxy*, como a gente chama na ciência, representativo dessas alterações todas.

Uma segunda linha de ação é relacionada justamente à poluição. Então, nós medimos o transporte ali da pontinha da América do Sul até a Península Antártica, ali na Passagem de Drake, nós medimos o transporte de plástico, de microplástico do Pacífico para o Atlântico. "Moacyr, por que é que isso é importante?". Isso é importante porque a poluição microplástica talvez seja o maior desafio da poluição da história da humanidade. Se nós deixarmos tudo do jeito que está, em 30 anos nós vamos ter mais plástico do que peixe nos oceanos, ou seja, minha neta Nicole, que nasceu agora há pouco, quando for para a praia, vai ver mais plástico do que peixe. Então, entender como funciona o transporte, sobretudo de uma bacia muito poluída como o Oceano Pacífico para o Atlântico, isso é parte também do Mephysto.

Outra parte importante é relacionada à poluição atmosférica também. Então, nós temos medições contínuas de metais traços, enfim, de poluentes atmosféricos que atingem a Antártica, trazidos pelas queimadas, etc., mas não apenas. Então, a Antártica funciona também como polo de convergência para uma série de problemas atmosféricos.

E, por final, nós trabalhamos na elaboração de um modelo matemático numérico da Baía do Almirantado e do Estreito de Bransfield. Então, a última parte do trabalho é o fornecimento, para a Marinha, mas não apenas para a Marinha, de um modelo operacional de ciclo biogeoquímico que possa ser utilizado para previsão também de eventos, entradas de frentes etc., para aumentar a segurança em toda a região da estação antártica brasileira e também do Estreito de Bransfield.

Era só isso mesmo que eu queria explanar e dizer que é importante... O Brasil, quando investiu, decidiu por investir, por fomentar eixos estratégicos de interesse nacional e fez muito bem-feito, lembrando da agricultura, lembrando da Embraer, lembrando da nossa Petrobras, quer dizer, a Antártica é um eixo estratégico de extrema relevância e é importante que a gente realmente traga para a nossa prioridade nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento a Ações Estratégicas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é a Capes.

Só para lembrar, para aqueles que não conhecem, talvez, ou que não acompanham: o Brasil tem essas duas instituições, a Capes e o CNPq, uma no Ministério da Educação, outra no Ministério da Ciência e Tecnologia, e não é à toa que existem essas duas instituições separadas, e elas são separadas justamente para uma fomentar a formação, a educação, e a outra para fomentar as pesquisas. Às vezes você vê surgir algumas ideias mirabolantes, de querer juntar as duas, mas é sempre bom repetir o quanto essa ideia é insensata. Elas foram criadas dessa forma não é à toa, é porque dessa forma elas funcionam melhor e têm uma distribuição melhor. Aliás, o orçamento dessas duas, o do CNPq também...

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o orçamento do CNPq deveria pelo menos ser triplicado – é uma das coisas que eu diria à Capes também –, porque com isso a gente conseguiria pensar em um desenvolvimento maior no país. Você vê que tudo gira, gira, gira e volta na questão do financiamento. Então isso passa por aqui.

Eu estou fazendo questão de falar e repetir isso aqui porque fica gravado. Eu espero que tudo isso aí chegue lá também na Comissão Mista de Orçamento, para que na hora ali o pessoal raciocine se eles querem um país realmente desenvolvido, que possa trazer um futuro bom para esses jovens, todos que estão aqui e outros, ou se querem continuar andando de lado, fazendo pagamento emergencial de problemas que poderiam ter sido resolvidos se tivessem feito um planejamento estratégico melhor.

Bom, eu passo agora então a palavra ao Dr. Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, que se encontra conosco de forma remota.

Professor, o senhor tem a palavra por oito minutos. Peço para controlar o tempo por lá, está o.k.? Obrigado.

O SR. MOACYR CUNHA DE ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes. É um grande prazer revê-lo, apesar de remotamente. Nas pessoas do senhor e do Senador Izalci Lucas, eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares que estão aqui participando dessa importante audiência; saudar também o Almirante Jaques, da Secirm; dizer da importância do papel da Marinha, que de fato viabiliza todo esse esforço nacional de busca pela ciência e pela compreensão do papel do continente antártico. Eu acho que sem a Marinha nós não conseguiríamos absolutamente alcançar e termos o sucesso que nós temos com o Programa Antártico. Quero cumprimentar também a Andréa Cruz, do MCTI – nem preciso citar a importância do MCTI –; os colegas também da Capes; do Ministério das Relações Exteriores; e saudar todos que estão aqui conosco. Um abraço especial aos companheiros de frio, aos colegas de gelo, o Prof. Jefferson, o Cesar, o Prof. Paulo Câmara, da UnB, enfim, todo mundo que está aqui conosco participando dessa importante audiência.

Na verdade, eu estou aqui não por ser Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, mas, sobretudo, por ser coordenador de um dos programas antárticos, na sua segunda edição, que é o programa Mephysto, e também eu acho que, em parte, por coordenar a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais, a Rede Clima. Tenho quase 20 anos aí trabalhando com mais de 120 pesquisadores, cientistas, envolvendo todos os aspectos associados à mitigação, adaptação, às mudanças do clima, e estou muito envolvido agora com a preparação da nossa COP 30, que vai acontecer no Brasil, que tem um papel fundamental de uma possível mudança na participação internacional com relação às mudanças do clima, uma experiência muito grande do Brasil depositada agora em Belém.

Assim, esse projeto que eu coordeno tem quatro eixos, muito rapidamente, não vou me deparar muito e falar muito sobre isso, mas eu gostaria de trazer alguns assuntos que são pertinentes.

O primeiro eixo é justamente relacionado a ondas de calor e a também eventos extremos. Eu acho que o Jefferson já trouxe isto muito bem, a importância do componente antártico na ocorrência de ondas de calor e também de eventos extremos no Brasil. De fato, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi um exemplo máximo disso, porque não existiu absolutamente nada de diferente, apenas uma componente antártica bloqueou a dispersão de toda essa instabilidade que poderia ser transportada para o sul e para o oceano, como em outros anos. Essa componente antártica... Ou seja, o primeiro eixo do Projeto Mephysto é justamente investigar essas ondas de calor e esses eventos extremos. Não sei se vocês acompanham, mas, entre 1991 e 2000, nós tínhamos sete dias por ano de ondas de calor no Brasil;

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entre 2011 e 2020, nós passamos a ter 52 dias de calor; então tem um impacto enorme. E a componente antártica com a interação com o oceano tem sua influência sobre esse impacto enorme na saúde da população brasileira. Ou seja, a Antártica é, sim, o motivo de a gente estar acompanhando, é um *proxy*, como a gente chama na ciência, representativo dessas alterações todas.

Uma segunda linha de ação é relacionada justamente à poluição. Então, nós medimos o transporte ali da pontinha da América do Sul até a Península Antártica, ali na Passagem de Drake, nós medimos o transporte de plástico, de microplástico do Pacífico para o Atlântico. "Moacyr, por que é que isso é importante?". Isso é importante porque a poluição microplástica talvez seja o maior desafio da poluição da história da humanidade. Se nós deixarmos tudo do jeito que está, em 30 anos nós vamos ter mais plástico do que peixe nos oceanos, ou seja, minha neta Nicole, que nasceu agora há pouco, quando for para a praia, vai ver mais plástico do que peixe. Então, entender como funciona o transporte, sobretudo de uma bacia muito poluída como o Oceano Pacífico para o Atlântico, isso é parte também do Mephysto.

Outra parte importante é relacionada à poluição atmosférica também. Então, nós temos medições contínuas de metais traços, enfim, de poluentes atmosféricos que atingem a Antártica, trazidos pelas queimadas, etc., mas não apenas. Então, a Antártica funciona também como polo de convergência para uma série de problemas atmosféricos.

E, por final, nós trabalhamos na elaboração de um modelo matemático numérico da Baía do Almirantado e do Estreito de Bransfield. Então, a última parte do trabalho é o fornecimento, para a Marinha, mas não apenas para a Marinha, de um modelo operacional de ciclo biogeoquímico que possa ser utilizado para previsão também de eventos, entradas de frentes etc., para aumentar a segurança em toda a região da estação antártica brasileira e também do Estreito de Bransfield.

Então, são esses quatro componentes que regem o Mephysto, que é esse projeto que nós temos já há seis anos, na sua segunda edição.

O que eu queria trazer para a discussão, o que eu acho que é fundamental é, de fato, a nossa necessidade de perenizar os financiamentos.

Eu acho que todas as falas aqui vão neste sentido: nós precisamos absolutamente perenizar o financiamento da Antártica.

Deixou de ser uma questão simplesmente de interesse científico e geopolítico puro, mas passou a ser também uma questão de capacidade de previsão do funcionamento do clima da América do Sul e, lógico, do Brasil incluído.

É uma linha de ação que nós estamos explorando muito na Rede Clima. E se nós fôssemos capazes – e nós somos capazes – de perenizar esses recursos, eu acho que o país ganharia enormemente.

Desde já, eu cumprimento a iniciativa da realização desta audiência pública, pois nós sabemos que o Parlamento é fundamental. Nós sabemos que o Parlamento sempre foi fundamental e nós estamos passando por um período em que ele é mais fundamental ainda, né, minha gente?

Se nós formos analisar os valores, nós temos mais de R$50 bilhões, agora, em 2025, de emendas parlamentares. Só para terem uma ideia, é maior do que o orçamento discricionário de 30 dos 39 ministérios do Executivo, ou seja, a proximidade e a sensibilização dos nossos representantes são fundamentais.

Eu acho que houve um primeiro momento muito importante, recentemente, que foi o descontingenciamento do FNDCT. Nós sofremos muito com o FNDCT preso. Eu estou falando como

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunidade científica e comunidade acadêmica como um todo. Foi um momento também muito importante.

E eu acho que, agora, esse diálogo é fundamental com o nosso Parlamento.

Eu termino por aqui.

Parabéns a todos pela iniciativa e, em particular, ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Professor Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Muito bom vê-lo novamente. Continuamos na batalha.

Realmente, o Professor lembrou de uma coisa muito importante que tem a ver com microplásticos. Não é muito falado, pouca gente sabe sobre isso, infelizmente, porque a gente não divulga como deveria, mas é um problema seriíssimo.

Eu lembro que, no ministério, nós fizemos um acordo com a ONU, com a Agência Internacional de Energia Nuclear, pois é uma coisa que tem que ser tratada em nível mundial, mas, sem dúvida nenhuma, tem que ser tratada. A gente tem que lembrar isso a cada momento.

Eu passo a palavra agora, por oito minutos, ao Dr. Paulo Câmara, Professor do Departamento de Botânica da Universidade de Brasília.

Por favor, tem a palavra.

O SR. PAULO CÂMARA (Para expor.) – Senador Astronauta Marcos Pontes, eu tive a alegria de estar com o senhor durante a inauguração da estação. Teve um incêndio, nossa nova estação foi inaugurada, e estivemos juntos.

É bom falar por último porque os meus colegas que me antecederam já explicaram bastante coisa, e vai ser mais fácil.

Eu sou Professor do Departamento de Botânica e também sou Professor da Escola Superior de Defesa. Acho que eu sou o único botânico atualmente no Ministério da Defesa também. Estou cedido dez horas para a Escola Superior de Defesa.

Hoje, nós temos também o Núcleo de Estudos Polares, criado recentemente. Nós temos aqui alguns representantes da Escola de Defesa, além dos meus alunos também, que estão aí.

Eu ressalto o trabalho da Capes, porque, quando as amostras chegam, são os alunos de pós-graduação que vão trabalhar nelas. E alguns são bolsistas também da Capes. Mesmo indiretamente, a Capes tem, sim, apoiado a pesquisa antártica.

Bom, isso já foi falado, mas nós sabemos que a Antártica são 14 milhões de quilômetros quadrados. A gente tem também essa ideia de que a Antártica é uma coisa pequena, distante. Já foi falado que não é bem assim.

É a maior reserva de água doce do planeta.

A gente se preocupa muito com a Amazônia, mas a maior reserva de água doce do planeta está na Antártica. A maior e última reserva de tudo o que você possa imaginar, inclusive das chamadas "terras raras", minerais preciosos... É cerca de 8% do planeta.

Costumo dizer que a Antártica é grande demais e está perto demais para a gente fazer de conta que ela não existe. Ela não está nos livros da escola. A minha filha não tem isso na Geografia da escola dela. A gente não vê isso de maneira geral nos colégios.

Então, a gente cresce com a impressão de que a Antártica não existe. São quase 10% do mundo que a gente faz de conta que não existe. Não são só quaisquer 10%. São 10% em que se tem a maior

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reserva de água doce do mundo e a maior reserva de qualquer coisa que você possa imaginar do mundo.

Puxando um pouco a sardinha para o nosso lado, foi falado da importância do clima, das chuvas e tal, também vamos falar um pouco da importância biotecnológica.

Este é um fungo que foi descoberto recentemente na Antártica, é um fungo azul, é um mofo. É o único morfo azul que existe no mundo, e essa coloração azul é devido a uma substância para a proteção contra o ultravioleta.

Já temos uma empresa de cosméticos interessada em desenvolver um protetor solar à base dessa substância que só ocorre nesse fungo, que só ocorre na Antártica, além também de seu uso como anticongelante, com a aplicação bem óbvia na indústria aeronáutica e na medicina.

Entre outros fungos que são também endêmicos da região antártica, o Rhodotorula é um fungo que produz probióticos, que pode ser usado para probióticos. Atualmente, probióticos de uso veterinário, mas também, a pesquisa avançando, pode se tornar probiótico de uso humano igualmente.

Não temos tempo, nos oito minutos que temos, para mostrar todas as potencialidades descobertas, mas tem aplicação na medicina, na agricultura, no setor de alimentos.

Ali atrás, aquelas pontinhas coloridas são fungos que produzem antibióticos. O *Penicillium antarcticum* é uma penicilina que nunca foi usada no continente, porque a gente sabe que a penicilina é um antibiótico usado desde a Segunda Guerra Mundial. Então, vem perdendo, às vezes, o efeito. Como tem aquelas superbactérias que matam todo mundo, a gente precisa de novos antibióticos. E a Antártica é uma fonte de novos fungos produtores de antibióticos ainda não usados pela espécie humana.

Vamos lá!

Fizemos também um estudo sobre as patentes que foram feitas pelo Brasil na Antártica. Existem várias patentes de produtos antárticos que o Brasil já depositou.

Este é um marco, digamos, palpável, a produção de patentes.

Eu sou um dos autores desse artigo que fala sobre as patentes.

E por que isso tudo é importante? Onde é que entra a ciência antártica com essa história de que a Antártica é um continente enorme e tal?

O art. 9º do tratado antártico prevê que você só pode ser membro consultivo, ou seja, você só pode dar pitaco na Antártica, você só pode decidir o que, na Antártica, pode ser feito ou não se você fizer pesquisa antártica. É o Artigo IX do tratado.

Então, dos 193 países da ONU, só 29 mandam em 10% do planeta. O Brasil é um deles. Por quê? Porque faz pesquisa.

Daí a importância do Proantar.

Daí a pesquisa ter dois aspectos: a ciência como ferramenta geopolítica, ou seja, a ferramenta que a gente usa para se manter membro consultivo do tratado é a ciência; e a ciência como fonte de conhecimento e benefício para a sociedade, que é o que a ciência já faz. Então, a ciência antártica acaba tendo essa dupla vertente. Ela é a ciência produzindo os antibióticos, produzindo descobertas novas; e é a ciência como uma ferramenta que nós usamos para que permaneçamos lá no tratado antártico, lembrando que o Brasil é o sétimo país mais próximo da Antártica. O que acontece lá nos afeta diretamente, como foi muito bem demonstrado pelos meus amigos que me antecederam.

Para isso, o Brasil tem uma estrutura maravilhosa lá. Nós estivemos juntos lá, eu e o Senador, na inauguração. São 17 laboratórios, que eu tenho muito orgulho de ter ajudado a montar. E não é só isso;

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é combustível, é comida... O Almirante Jaques já mostrou muito bem as dificuldades logísticas, e nos apoiam lá os voos, os navios da Marinha, os navios que têm laboratório. O H-41 é um navio que possui cinco laboratórios de pesquisa. O H-44 é um navio de apoio logístico. E a nossa estação maravilhosa lá e os nossos aviões da FAB que dão o apoio.

Nós temos o decreto de 2022, que é a nova Polantar, que fala claramente, no Capítulo III: "manter a condição de parte consultiva", ou seja, temos um decreto que diz que temos que manter condição de parte consultiva. Isso só é possível através da ciência, porque o Artigo IX diz que só pode ter direito a voz e veto quem tiver pesquisa.

E, depois, fala-se muito sobre ampliar o programa – "ampliar o programa", "ampliar o programa". E isso envolve recurso. E ampliar o programa... Não vejo que nós estejamos ainda nesse ponto de ampliar a presença. Quando eu falo que a gente tem que ter uma segunda estação, que a gente tem que ter um aeroporto próprio, dizem: "Ah, esse professor está maluco, acabou de ganhar uma estação e já quer outra". Está na lei, está lá no decreto. A gente quer ampliar. Não estou fazendo nada além do que está previsto.

O Brasil, hoje, tem uma dependência logística grande de outros países. A gente opera aeródromos que são do Chile, da Argentina. Então, nós estamos com um grupo de estudos da Escola Superior de Defesa estudando a viabilidade de o Brasil ter o seu próprio aeródromo, inclusive com financiamento da Capes – é a Capes, mais uma vez, também atuando no Programa Antártico.

Para finalizar e não tomar muito tempo, a questão do Ártico: nós tivemos a oportunidade de organizar a primeira expedição do Brasil ao Ártico, porque, do ponto de vista científico, tem muito interesse e também, como já foi falado, interesse geopolítico.

O Programa Antártico tem 43 anos. É um programa superimportante, é um programa de Estado. A gente sofre um pouco, Senador, com essa variação de recursos. Nunca faltou recurso, mas você nunca sabe quando vai ter. Eu estou no Programa Antártico há 12 anos. Eu estou na linha de frente. Eu sou, como o Moacyr falou, irmão de gelo dele. A gente está todo ano na Antártica há 12 anos. Nunca faltou recurso, a gente nunca deixou de ir, mas tem sempre essa incerteza. Se, há 12 anos, eu soubesse que eu ia ficar 12 anos, eu tinha já um projeto de coleta de dados de 12 anos. Mas, como os editais são de três ou quatro anos, eu nunca sei se, no próximo edital, vou aprovar. Então, eu tenho que fazer pesquisa de três, quatro anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÂMARA – Como você vai aprovando, você acaba ficando. Mas eu não sei se eu vou ficar, então como é que eu vou fazer um projeto de dez anos se o edital é de quatro?

Então, a gente precisa de uma linha de pesquisa de longo prazo, porque, na Antártica, as coisas são lentas, a temperatura é baixa, tudo demora, você só trabalha durante o verão. Então, pesquisa de três ou quatro anos, às vezes, é pouco tempo.

E segundo, como o Jefferson demonstrou, há variação orçamentária. Tem ano que você tem dinheiro; tem ano que você tem menos dinheiro. Tem ano que você... "Olha, neste ano, vai ter dificuldade com o navio, mas tem bolsa". "Bom, neste ano, a gente tem bolsa, mas o navio talvez não saia". Essas variações, essas incertezas prejudicam bastante a gente, inclusive os alunos. Vai ter bolsa para os alunos ou não vai? Vou ter dinheiro para mandar o aluno ou não vou? Isso dificulta a formação das novas gerações. Não que esteja faltando recurso. A gente está recebendo, esse edital está sendo pago, as bolsas estão sendo implementadas, mas a gente nunca sabe como é que vai ser daqui para

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

frente. Eu digo isso do ponto de vista de quem está na linha de frente há 12 anos. Todos os anos, a gente tem essas incertezas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÂMARA – Então, talvez um marco legal, alguma coisa que possa nos ajudar a ter mais certezas.

Fico à disposição desta Casa para falar mais sobre estes assuntos.

O tempo é curto, mas tem muita coisa interessante sobre a Antártica.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Paulo Câmara, que esteve também na linha de frente desse programa tão importante, Professor do Departamento de Botânica da Universidade de Brasília.

Antes de a gente passar às considerações finais e respostas a perguntas aqui, gostaria de, novamente, quebrar um pouco o protocolo e passar a palavra, por dois minutos, cinco minutos, ao Dr. Prof. Kellner, Diretor do Museu Nacional, que também faz pesquisa sobre a Antártica.

Por favor.

O SR. ALEXANDER KELLNER (Para expor.) – Bom, primeiro, quero agradecer – não vou chover no molhado ou no gelo, como nós estamos falando aqui. Quero agradecer muito esta iniciativa do Senador Marcos Pontes, agradeço o trabalho do Jefferson, do Paulo e de tantos outros colegas de gelo, e todas as explanações que foram feitas aqui. E não posso deixar de mencionar minha querida amiga do CNPq, que atua tanto com a gente.

O ponto que eu queria só frisar e destacar, que foi, inclusive, o que o senhor colocou logo no início – e o senhor também, Almirante, colocou isto –, é no sentido da divulgação da pesquisa que é feita na Antártica. E aí nós temos um mecanismo que às vezes é "barato" – barato entre aspas –, que são as instituições culturais, como os museus. Nós podemos fazer exposições temporárias. Nós já fizemos isso em Brasília quando houve certas comemorações.

Quero aqui destacar para vocês que o Museu Nacional, em todos os aniversários do museu, que, desta vez, será no dia 8 de junho, nós temos lá o nosso módulo do Paleoantar, mas nós podemos acoplar nesse módulo as pesquisas dos colegas, entende, Paulo? Mande alguma coisa para a gente. O Jefferson, eu já o incomodo demais. Ele já não me aguenta mais. Mandem coisas para a gente. A mesma coisa, a Marinha. Se bem que, quanto à Marinha, eu vou ser sincero: o senhor pode não saber, mas vocês têm contribuído com as nossas exposições.

Então, é fundamental isto: trabalhar em conjunto.

Senador, se o senhor me permitir uma observação – eu tenho certeza de que o senhor não vai se incomodar –: ciência não tem partido, ciência é da gente.

E essa garotada... Adorei a apresentação da garotada.

É isto que a gente tem que fazer: unir esforços para o bem. Eu acho que esta audiência é uma iniciativa nesse sentido.

Parabenizo a todos que estão aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Muito obrigado, Prof. Kellner.

Para quem não conhece o Museu Nacional, é bom ir lá para saber o que a gente tem, é importante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou, agora, retornar a palavra a cada um dos nossos debatedores, mas, antes, eu vou ler, novamente, as perguntas que eu já li anteriormente e algumas novas que chegaram no intervalo, que já estão de posse dos debatedores, que podem escolher, nas suas considerações finais, uma ou outra pergunta para responder. Não precisem se preocupar em responder a todas, mas escolham aquela que está mais dentro da sua área, para dar esse conhecimento às pessoas que fizeram a pergunta.

Retornamos para as perguntas.

Do Fábio, do Paraná: "Quais são os principais projetos científicos do Proantar?".

A resposta a muitas delas, a gente já viu durante as explanações, mas é importante ressaltar as perguntas.

Aliás, agradeço a todos aqueles que participaram aqui pelo e-Cidadania desta audiência pública também.

Do Wendyo, de Pernambuco: "Como os avanços [...] do Proantar podem gerar *spin-offs* e beneficiar [...] [a] economia?".

Do Leandro, do Amazonas: "Como a Marinha contribui para a sustentabilidade logística do Proantar?". Isso foi bem respondido pelo Almirante.

Da Júlia, do Rio Grande do Sul: "Quais os desafios logísticos e financeiros [...] [do] Proantar e como superá-los [...]?".

Do Lucas, de Rondônia: "Como o Brasil pode fortalecer sua presença na Antártica diante dos desafios operacionais e financeiros enfrentados pelo Proantar?".

Da Rosane, do Distrito Federal: "Como a pesquisa na Antártica [...] [ajuda] [...] [nos] cenários de mudanças climáticas [...]?".

Do Gustavo, do Rio de Janeiro: "A maior estudiosa da Antártida no Brasil foi a Professora Therezinha de Castro. É possível aumentar o espaço das mulheres no Proantar?". Está aí um tema interessante a ser tratado também.

Da Isadora, de Minas Gerais: "Quais são os critérios de escolha dos participantes [...] para integrar o Proantar?".

Há alguns comentários aqui que nós recebemos anteriormente.

Da Ana, de São Paulo: "Há 40 anos, o Brasil desenvolve um papel fundamental em pesquisa e não podemos retroceder; ao contrário, temos que investir mais".

Do Eduardo, de São Paulo: "[É necessário] abrir [o Proantar para] [...] cidadãos [...] conhecerem [...] *in loco*".

Perguntas outras aqui.

Do Elvis, de São Paulo: "De que forma o Proantar contribui para [...] [a compreensão] das mudanças climáticas e suas implicações [...]?".

Do Michel, do Distrito Federal: "De que forma o programa busca atrair e formar novos talentos para a pesquisa [da] Antártica [...]?".

Da Ana, de São Paulo: "Quais [...] os impactos diretos [...] do degelo na Antártica para o Brasil e [...] [de que forma] o Proantar pode [...] contribuir?".

Da Letícia, do Rio de Janeiro: "Existem estudos sobre as propriedades antimicrobianas, antivirais ou antitumorais de compostos [...] [e] organismos da Antártica?". Foi ali respondido também.

Do Odir, do Rio Grande do Sul: "Quais [...] os planos do governo para garantir [...] [o] financiamento de longo prazo para pesquisas na Antártica?".

Há alguns comentários ainda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Do Mauro, de São Paulo: "[...] o Proantar [é] oportunidade única para o Brasil se firmar como [...] signatário [...] [na] proteção desse santuário [...] [do] planeta".

Da Simone, de Minas Gerais: "Soube do Proantar na escola, em concurso de redação. Talvez seja o único projeto das [...] [Forças Armadas] que antecipou a [...] [Escola Superior de Guerra] em política [...] de defesa". Interessante.

Do Richard, de Santa Catarina: "Participar do esforço científico é porta de acesso aos pesquisadores nacionais e caminho de escoamento [...] [do] conhecimento [...] [do país]".

Eu vou, então, na sequência... Aliás, essa parte de antibióticos... (*Pausa.*)

Essa parte de antibióticos é uma coisa extremamente importante. Era uma preocupação que eu tinha ali como Ministro. Eu participei do Carnegie Group, de uma conjunção de oito ministros dos países com uma proeminência, vamos chamar assim, em tecnologia. E uma das discussões foi exatamente esta: a resistência antibacteriana, o excesso de uso de antibióticos sem receita, aquela coisa toda, e a falta de novos antibióticos. Então, isso é uma coisa... como eu falei do microplástico, que também é outro tema extremamente importante para tratarmos.

Eu também anuncio aqui a presença do Dr. Marcelo Ramada, da equipe do Projeto Briotech, da Universidade Católica de Brasília. Então, está aqui conosco também. Obrigado pela presença.

Eu vou retornar a palavra, neste instante, a cada um dos debatedores, exceto ao Dr. Cesar Amaral, que já está em voo.

Começo pela Dra. Andréa Cruz, Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para cinco minutos de comentários finais e resposta às perguntas e/ou comentários que achar conveniente.

A SRA. ANDRÉA CRUZ (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Eu agradeço a oportunidade e as intervenções de todos os colegas, a atuação da academia e dos pesquisadores de estar nos apresentando os resultados dos projetos desenvolvidos lá na Antártica há tanto tempo.

Eu vou responder às perguntas aqui que cabem especialmente ao ministério e vou deixar que a parte científica, a logística operacional, porque eles podem muito melhor explicar esses pontos.

Bom, em relação à primeira, o Fábio, do Paraná, perguntou os principais projetos científicos do Proantar. Como eu comentei, eles estão vinculados ao Plano Decenal e eles podem ser encontrados, nominalmente, na página *web* da Secirm. Você digita lá no Google: "Secirm Proantar", vai ter um *link* só sobre o Programa Antártico Brasileiro. Então, todos os projetos e as propostas estão lá.

Em relação aos projetos também, a Isadora, de Minas Gerais, perguntou quais são os critérios de escolha para os participantes, para poderem integrar o Proantar, que vou responder junto com a pergunta do Michel, aqui do DF, que pergunta de que forma o programa busca atrair e formar os novos talentos para a Pesquisa Antártica. Não deu tempo para explicar, mas os projetos contratados nas chamadas públicas do Proantar seguem o fluxo de contratação do CNPq. Então, os coordenadores de projetos aprovados que submetem e que são responsáveis pela formação das equipes deles. Então, esta é a forma: é você buscar um laboratório, buscar uma instituição que tenha uma execução de atividade científica na Antártica. E a forma de atrair e formar os novos talentos... Na chamada pública vigente agora, na 8, uma das linhas dessa chamada do CNPq foi a dos grupos emergentes. Então, tinha uma linha dedicada justamente a isso, pensando nessa renovação dos coordenadores das atividades de pesquisas por lá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Wendyo, de Pernambuco – eu acho que vários colegas também podem complementar essa informação –, pergunta em relação aos avanços do Proantar, gerando *spin-off* e beneficiando a economia. É isto: são as biomoléculas, é usar os resultados científicos para o setor agrícola, o setor industrial, fármacos... Então, é isso que os resultados efetivamente nos proporcionam.

Eu tinha anotado mais uma... Aqui.

O Lucas, de Rondônia, perguntou como o Brasil pode fortalecer a presença na Antártica diante dos desafios operacionais e financeiros. Acho que a gente comentou bastante isso aqui, durante esta manhã, mas acho que é especialmente implementando e fazendo executar as ações previstas no Plano Decenal. O arcabouço nós temos, que é um programa robusto, longevo... Mas é o resultado: executar a estratégia de ciência com os resultados das pesquisas – e fazer isso de forma harmônica – e ter os indicadores para a gente acompanhar essa produção e essas entregas.

Uma vez mais, eu agradeço aqui a oportunidade, a participação de todos, aos pesquisadores presentes e aos que estão nos ouvindo.

E o ministério está à disposição sempre para contribuir e para fortalecer esse programa, que nos dá tanto orgulho.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Andréa Cruz, Coordenadora-Geral de Ciências para o Oceano e Antártica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Antes de continuar com as nossas considerações finais, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, aqui presente conosco, para algumas perguntas também que podem ser respondidas pelos nossos debatedores.

Aliás, só um comentário aqui: o Senador Wellington Fagundes, do Estado de Mato Grosso, tem trabalhado intensamente para a proteção do bioma Pantanal.

Eu me lembro lá do ministério: nós trabalhávamos juntos, lá, com a questão do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, para tornar o instituto operacional realmente. Ele fica em Cuiabá. E todo mundo sabe – não preciso nem falar – da importância do bioma Pantanal para o país como um todo. E ele sofre consequências, como a gente viu aqui, com a questão climática, dos efeitos da Antártica também. Então, é tudo interligado.

Vou passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro bom dia a todos – não sei se já é boa tarde. Está chegando, mas, para quem não almoçou, ainda é bom dia.

Eu quero aqui trazer os meus parabéns pela oportunidade de estar fazendo esta audiência pública. Eu vi várias vezes V. Exa. dizendo aqui que às vezes é um assunto que poucos conhecem, que é um assunto que não é popularizado. Realmente, mas também, por não conhecer, muitas vezes, não sabem a importância do que representa esse programa para o Brasil e para o mundo, porque nós estamos falando aqui de uma região onde os países, principalmente desenvolvidos, estão lá, presentes, inclusive muitos querendo até ter todo o território como seu, e o Brasil está lá com a sua bandeira fincada, garantindo também a nossa presença não só na pesquisa, como também no território.

Eu vou depois aqui, Presidente, fazer uma fala um tanto rápida, mas primeiro vou aqui fazer as perguntas que já estavam preparadas pela minha assessoria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes disso, eu registro aqui o agradecimento também ao Ministro Marcos Pontes, porque, no meu estado, o ministério sob sua direção marcou época, quando o Ministro foi lá instalar, instituir o INPP (Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal), que é para o Pantanal inteiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E, embora Mato Grosso do Sul tenha um território maior até do que o Mato Grosso – dois terços estão no Mato Grosso do Sul –, esse instituto está localizado dentro da Universidade Federal de Mato Grosso, uma área cedida pela universidade, com uma estrutura de 5 mil metros quadrados de construção, disponível exatamente para a pesquisa e para difusão também da pesquisa, em parceria com a sociedade de um modo geral.

E agora nós estamos, inclusive, Ministro e agora Senador, aguardando exatamente, pois o ministério fez o chamamento público para definir a direção do instituto, porque, conforme as regras, tem que ser inclusive um pesquisador o diretor do instituto. Eu, nesse caso, até questiono – eu acho que aqui a maioria ou muitos são pesquisadores – pois tem que ter a vertente administrativa para o instituto, exatamente porque o papel do administrador não necessariamente é fazer pesquisa, mas administrar para que essa pesquisa tenha qualidade e, além de tudo, conseguir também as parcerias, os recursos para o pleno funcionamento do instituto.

E aí, Ministro, e agora, mais uma vez repito aqui, nosso Senador Marcos Pontes, eu quero aqui lembrar o que V. Exa. sempre falava como Ministro: nós temos que mudar o hábito no Brasil de que as pesquisas fiquem nas prateleiras; as pesquisas têm que ser para o benefício da população. Então, no Brasil, ainda é dogma, é algo que a gente tem que vencer: uma universidade ou um instituto de pesquisa não podem estar fazendo uma pesquisa junto com a iniciativa privada, com a indústria, enfim, com o interesse da sociedade. E isso às vezes faz com que a gente tenha menos capacidade de pesquisa e ainda com que essas pesquisas tão importantes às vezes não sejam difundidas, não sejam colocadas a bem da própria sociedade.

Então, esse foi um trabalho que o Ministro – e, agora, aqui Senador – desenvolveu muito no ministério, mas eu registro, porque isso é questão de hábito, eu diria, cultural. Então, nós precisamos fazer essa transformação. E aqui, como temos, com certeza... (*Pausa.*) ... alunos lá fora – eu vi ali –, jovens que estão nos assistindo também, professores, pesquisadores, eu penso ser fundamental esse registro.

Eu gostaria, então, de dirigir aqui algumas perguntas primeiro ao representante do Ministério das Relações Exteriores, ao Sr. Ricardo Jaques Ferreira e também à Sra. Andréa Cruz.

Como V. Sas. percebem a relevância estratégica, sob a perspectiva geopolítica, de estarmos presentes em ambos os polos? Eu aqui quero deixar a interrogação: como vocês percebem, então, a importância de estarmos lá, em ambos os polos a que estamos aqui nos referindo nesta palestra? Poderiam também expor a esta Comissão a importância da presença brasileira no Ártico?

Eu estou fazendo essas perguntas que pedi à minha Consultoria aqui. Espero que elas não tenham sido respondidas; mas, se já o foram, façam um comentário a mais.

De que maneira as disputas geopolíticas pelo Ártico podem afetar os interesses brasileiros? – algo a que eu comecei a me referir aqui.

Como o Governo brasileiro tem se preparado para a revisão do Tratado da Antártica prevista para 2048? Quais aspectos merecem atenção neste momento? Isso é muito importante, inclusive para nós aqui do Parlamento termos melhor conhecimento disso.

V. Sas. poderiam discorrer a respeito das perspectivas para o Brasil no que se refere a pesquisas e parcerias no campo científico, bem como à oportunidade de exploração de recursos naturais no Ártico?

São essas as perguntas – e, claro, dirigidas a quem entender que deve responder.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes, do Estado de Mato Grosso, que tem trabalhado muito ali no bioma Pantanal.

E eu vou fazer o seguinte: vou continuar com as considerações finais, e os nossos debatedores podem responder às perguntas dentro do escopo das suas áreas.

Eu passo, então, a palavra, agora, para as suas considerações finais e respostas às perguntas, ao Dr. Jefferson Simões, Delegado Nacional no Comitê Científico de Pesquisas Antárticas do Conselho Internacional de Ciências, que certamente tem uma conexão direta também.

O SR. JEFFERSON SIMÕES (Para expor.) – Obrigado, novamente, Senador Astronauta Marcos Pontes, pela concessão da palavra.

A algumas das questões do Senador Wellington eu poderei responder também, mas eu gostaria de, primeiro, iniciar aqui com as questões que são mais pertinentes à minha área de atribuição.

O Elvis pergunta de que forma o Proantar contribui para a compreensão das mudanças climáticas e suas implicações. De várias maneiras. É o gelo da Antártica que nos provê as informações da história do clima e da química atmosférica ao longo do passado. Cabe lembrar que a maior contribuição da ciência antártica feita para a ciência moderna foi exatamente a reconstrução da história dos gases estufas nos últimos 800 mil anos, ou seja, antes mesmo de nós começarmos a ter os dados instrumentais. Isso também nos ajuda a montar cenários de mudanças do clima, tanto do presente quanto para o futuro dos próximos cem anos. Sobre a questão da Antártica e dos dados da Antártica, do oceano da Antártica, do grande manto de gelo da Antártica, eu gosto sempre de comentar isto: se o gelo antártico fosse trazido para o continente, para o território nacional, em cima dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, nós teríamos uma camada homogênea de 3km. Isso controla o sistema climático e também controla o nível dos mares.

Tem uma pergunta aqui sobre como está relacionada a questão da Antártica com a variação dos níveis dos mares. Duas questões que nós temos colocado: a Antártica recentemente começou a contribuir para isto; nas próximas duas décadas, a contribuição dela vai ser muito maior do que os outros dois contribuintes para o aumento do nível do mar, que são a Groenlândia e as geleiras fora, extrapolares. Mas ela deve contribuir, nas próximas quatro ou cinco décadas, em até 50cm no aumento do nível do mar, e isso tem sérios custos socioeconômicos.

Também é perguntado aqui sobre... E, aí, eu gosto de fazer uma observação, já que eu já tive uma experiência de vários países. O Gustavo, do Rio, diz que a maior estudiosa da Antártica, no Brasil, foi a Prof. Geógrafa Therezinha de Castro. Certamente ela foi uma pioneira, mas a contribuição das mulheres é maior no Brasil do que na maioria dos países. Quando eu estava na Inglaterra, em 1989, foi o primeiro ano em que foi permitido ir mulher no serviço antártico britânico. Notem que o Brasil sempre esteve avançado nisso. E hoje –aí eu coloco esta questão até de certa brincadeira – por que é que nós perdemos tantos homens na pesquisa? As minhas doutorandas, 80% são mulheres de alta produtividade intelectual, e muitas mães, ou seja, nós temos que já começar a olhar por que está acontecendo essa crise entre os meninos.

"É necessário abrir o Proantar para os cidadãos conhecerem *in loco*". Olha, hoje, o problema todo é custo. E, hoje, por US$5 mil, eu levo qualquer um à Antártica, em navios de turismo, que dão informação, inclusive com palestrantes.

Senador, eu gostaria de chamar, antes de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É só um aparte.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse aspecto, o senhor entende, então, que está muito fácil, muito acessível? É isso ou não?

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Exatamente. Hoje, a Antártica...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E isso é positivo?

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Isso é positivo... Tem o aspecto positivo se é feito um turismo "safárico" ambiental, ou seja, nós recomendamos, no Comitê Internacional, navios de não mais de 200 passageiros, e que nunca desçam nos lugares de nidificação e reprodução mais do que 50 pessoas por vez.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E isso o senhor entende que está sendo feito, assim, de forma ambientalmente correta, com tudo...

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Sim...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E a quem cabe a fiscalização? Quem normatiza esse trabalho?

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Primeiro, existe uma agência internacional, que é a Iaato, que é a agência de turismo antártico, que segue muito rigidamente o CEP, que é o comitê de preservação ambiental da Antártica, que é parte do sistema do Tratado da Antártica.

O problema é que hoje... Aí, sim, se me perguntarem quais são os riscos no momento, um é o turismo predatório. Dois, nós estamos tendo conflitos de legislação que não havia no passado. Por exemplo, alguns países estão fazendo reivindicações territoriais do fundo do oceano que entram na área do tratado. E tem um país, pelo menos, que está com a sua frota pesqueira predatória entrando nas áreas do tratado. Nós estamos vendo uma série de modificações muito rápidas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Eu vou aproveitar para responder às questões do Ártico.

Sim, a questão do Ártico envolve rápidas mudanças do clima e afeta a economia global.

A facilidade da exploração de recursos minerais do Ártico, inclusive óleo e gás, vai afetar o preço mundial.

Está ocorrendo uma rápida remilitarização, que tinha sido reduzida após a queda do muro de Berlim, mas hoje todos os países estão na corrida ao Ártico. E notem – e aí eu posso fazer um comentário, porque nós temos discutido isto no Instituto de Mudanças do Clima da Universidade do Maine – que o atual Presidente dos Estados Unidos pode estar negando mudanças do clima, mas ele sabe muito bem o que está acontecendo, inclusive o Pentágono já tem uma estratégia para um Ártico aberto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Nós temos que entender isso e que isso está afetando, inclusive, estratégias militares para o Ártico. Está se abrindo, é uma nova rota de transporte. E o Brasil, sim, pode, conforme o colega do Itamaraty nos falou aqui, se habilitar através do Tratado de Svalbard a fazer pesquisas, procurar recursos minerais, porque é um tratado que permite os países signatários contribuírem. Ele ainda está em apreciação aqui nesta Casa.

Eu só gostaria de fazer um comentário final, para deixar bem claro: não, não existem recursos suficientes para a pesquisa antártica brasileira. E por que não existe? O recomendado dentro do Scar e o recomendado em outros programas é que seja ao redor de 10% de investimento...

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON SIMÕES – ... que, para a atividade de uma nação da Antártica, chegue ao redor de 10%. A logística leva tudo, 90%, mesmo dos grandes programas científicos. Só que nós estamos investindo somente 4% do Programa Antártico na ciência, o que, hoje, é cerca de R$8 milhões por ano, e nós precisaríamos de R$18 milhões a R$20 milhões por ano, para ter um programa sustentável para a ciência, e isso envolve formação, grupos de pesquisa, estrutura laboratorial e entender... Eu tenho que enfatizar este ponto que já eu falei no meu discurso: não adianta estação vazia, não adiantam módulos vazios. Casa vazia não faz ciência. E ciência na Antártica não existe; é ciência antártica, porque nós vamos à Antártica coletar dados, a ciência é feita nos nossos laboratórios e pelos nossos doutorandos e recém-doutores. Eu tenho que enfatizar esse ponto porque, senão, são 43 anos em que nós caminhamos para uma maneira de não reconhecer o que nós temos que fazer. Um ou outro projeto vão ter o apoio direto, porque têm uma infraestrutura melhor na estação, mas a maioria não vai ter.

Eu agradeço muito.

Uma das grandes aquisições do Programa Antártico foi o nosso Navio Maximiano, que é a principal plataforma de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

O SR. JEFFERSON SIMÕES – Obrigado pela atenção.

Por acaso, eu fiz aqui – e está para distribuição – uma análise: "O protagonismo brasileiro na Antártica: o papel da ciência", que é o protagonismo científico e também da diplomacia e da ciência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado ao Sr. Jefferson.

Aliás, vou pedir para incluir esse documento no material da audiência pública, de forma que fique à disposição de todos aqueles que também nos acompanham remotamente.

Também anuncio a presença do Dr. Jean Carlo de Castro, Presidente da Abrig, assim como a da nossa Diretora-Geral do Senado, Ilana Trombka, aqui com a gente.

Obrigado.

Na sequência, eu passo a palavra ao Dr. Eden Martingo, Subchefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores, que está remotamente, por cinco minutos, para suas considerações finais e respostas a algumas perguntas que achar convenientes.

Obrigado.

O SR. EDEN MARTINGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigado, Exmo. Senador.

Gostaria de agradecer novamente e encarecer aqui a qualidade dos debates na audiência, das apresentações. Acho que foi muito útil, importante para todos.

Em relação às considerações finais, eu vou buscar responder ou ao menos tocar em alguns pontos levantados – inicialmente, os pontos levantados pelo Senador Wellington, que são de extrema relevância.

Em relação à importância do Ártico para o Brasil, do ponto de vista geopolítico, acho que essa é uma importância que aumenta cada vez mais. E ele é geopolítico, ele é científico, ele é climático, ele é ambiental. Então, eu acho que essa importância está muito ligada a como a gente vai lidar com as mudanças climáticas no futuro e todos os impactos que ela tem sobre a nossa economia, o nosso país e o sistema mundial como um todo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos conflitos geopolíticos no Ártico e como eles impactam o Brasil, eu entendo que eles já impactam na medida em que nós já temos uma crise de governança no sistema ártico.

É importante a gente fazer também uma diferenciação: o nosso sistema antártico é um sistema de internacionalização, ele não é um sistema territorial; enquanto, no Ártico, não – a maior parte do Ártico se trata de áreas territoriais entre os países. Há diversas disputas territoriais em curso, ainda, de delimitação de fronteiras. E o que nós vemos hoje, por exemplo, é uma paralisia do Conselho do Ártico, que é o conselho dos países que circundam o Círculo Ártico e que tem esse condão de promover a cooperação, inclusive a cooperação com países extra-árticos, que é o caso do Brasil.

Então, nesse caso, nós temos, como país, um interesse em nos tornarmos observadores no Conselho do Ártico, mas hoje o conselho está paralisado. E isso prejudica, isso dificulta. Lidar com isso é por meio do diálogo, da diplomacia e de outras formas, como a cooperação bilateral – eu mencionei aqui o Canadá, a Rússia, que são países com os quais a gente coopera, e a própria Noruega.

Nós temos aí, como eu havia mencionado... (*Falha no áudio.*) ... o processo de adesão ao Tratado de Svalbard, que é um tratado cujo depositário é a República francesa, e ele está atualmente na Câmara dos Deputados. Então, a gente espera que ele possa ser (*Falha no áudio.*)

... que assim que ele... (*Falha no áudio.*) ... a gente encaminha.

Em relação à revisão do Tratado da Antártica, o que nós temos é: o Tratado da Antártica foi originalmente negociado por 50 anos, em 1961, quando entrou em vigor; foi renovado, em 1991, por mais 50; e aí o Brasil espera e nós defendemos abertamente que ele seja renovado em 2041, quando chegar o momento – antes, de preferência –, e, enfim, ainda há muito tempo até lá, mas, de preferência, por tempo indeterminado.

Em relação à data de 1948, eu entendo que se refira ao Protocolo de Madri, que é dos anos 80, que congela, impede a exploração dos recursos minerais na Antártica. Acho que vai depender muito. Em princípio, para nós, é do interesse que essa proibição se mantenha, mas, de fato, ainda falta bastante tempo e a gente ainda vai ver como que isso vai se passar.

Eu queria mencionar também aqui, por último, uma pergunta do Lucas, de Rondônia, sobre como lidar com investimentos em épocas de recursos financeiros escassos. Não é exatamente isso, mas eu acho que uma forma não de lidar com menos investimentos, porque eles são absolutamente necessários, mas de você entregar mais com os recursos que nós temos é apostar, sim, na cooperação internacional e compartilhamento de recursos. Tudo isso já vem sendo feito, eu acho que está nos planos a gente continuar aumentando essa cooperação, não como uma forma de diminuir os recursos necessários, mas de entregar mais e conseguir mais resultados que são essenciais para o nosso país.

Acho que essas seriam as minhas considerações.

Novamente agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Eden Martingo, Subchefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores.

Na sequência, dado o nosso horário, eu passo a palavra direto ao Dr. Ricardo Jaques Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil.

Almirante.

O SR. RICARDO JAQUES FERREIRA (Para expor.) – Sim, Sr. Senador. Uma vez mais, muito obrigado pela proposta, pela iniciativa. Com certeza vai contribuir muito para os avanços de que o Programa Antártico Brasileiro precisa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo aqui ao Leandro, do Amazonas – "Como a Marinha contribui para a sustentabilidade logística do [...] [programa]?" – eu queria destacar, além do que já foi apresentado, sobre a questão da geração eólica, da parte fotovoltaica que existe na estação, o nosso novo navio, o Almirante Saldanha, o nosso novo navio polar, que deve ser entregue no ano que vem. É um navio com propulsão diesel-elétrica, então com uma pegada de carbono menor do que dos atuais. Nós também temos com isso, com um navio novo, uma previsão de redução dos custos de manutenção, já que o navio, o Ary Rongel, que vai deixar de ser utilizado é um navio já muito antigo, que acaba nos consumindo uma grande quantidade de recursos para manutenção.

Com relação aos desafios logísticos e financeiros, eu comentei sobre a questão das distâncias, das condições climáticas que são sempre enfrentadas pelos nossos navios, mas esse novo navio, por ele ser classe polar 5, vai permitir que nós cheguemos a locais em que hoje não é possível – pelo fato de que os navios não são preparados para essa região –, com menor consumo, com uma maior velocidade, com uma maior capacidade logística e também não só em regiões diferentes, mas em períodos do ano diferentes. Então isso é uma perspectiva de mudança, de avanço, de ampliação do Programa Antártico.

Vou reforçar também, eu tenho plena confiança e crença no que o Dr. Eden comentou sobre a importância da cooperação. O Sistema do Tratado da Antártica é um sistema que funciona muito nos aspectos de cooperação internacional. Em todas as reuniões, tanto eu como a Andréa, como a própria Conselheira Maitê, que representa o Itamaraty nas reuniões, a gente faz as reuniões bilaterais e multilaterais para procurar novos parceiros que permitam não só o aporte de novos investimentos, mas a redução do nosso custo logístico.

E um aspecto interessante de se ressaltar também, Senador, é que o último relatório que fala de pesquisa oceânica da Unesco fala lá: contribuições, o *funding*, o financiamento público e o financiamento privado. Nós precisamos aumentar o financiamento privado. Nós não podemos chegar numa descoberta dessa, como o Dr. Paulo Câmara comentou aqui, e a indústria só querer se beneficiar desse acesso à informação, depois de tudo o que o Estado investiu. Então eu acredito que talvez esse marco regulatório, Senador, seja uma oportunidade para a gente estabelecer qual é o papel da iniciativa privada nesse programa.

Com relação à participação das mulheres. No último Treinamento Pré-Antártico, nós tivemos mais de 54% de mulheres participando do treinamento, e o MCTI tem mecanismos aí que permitem o aumento da participação das mulheres. No ano passado eu recebi uma emenda parlamentar da Deputada Duda Salabert. O único pedido que ela fez: "Jaques, eu quero que tenha um aumento da participação das mulheres". Então nós estamos contratando quatro alpinistas que irão apoiar os pesquisadores – alpinistas. São quatro mulheres que vão trabalhar aí no Programa Antártico Brasileiro, com esses recursos de emenda parlamentar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Olha, eu vou pedir para contratar um veterinário também. (*Risos.*)

Quem sabe eu possa estar lá, contratado. Mas, claro, estou defendendo a minha classe, porque eu acho que a veterinária tem uma importância muito grande e pode colaborar muito.

O SR. RICARDO JAQUES FERREIRA – Temos pessoal trabalhando também, Senador.

E eu queria também destacar aqui, Senadores, a importância, no ano passado, do Senador Izalci, como Relator na CCT, que dedicou uma emenda de Comissão para o Programa Antártico Brasileiro. Infelizmente ela não se concretizou no que a gente esperava em valores, mas demonstra a preocupação da Comissão com o nosso programa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Abrir o Proantar para conhecer *in loco*. O trabalho das *lives* tem sido feito para isso. A gente quer ampliar cada vez mais. E nesse aspecto em particular, o Currículo Azul – a iniciativa de Cultura Oceânica, firmada este ano pelo MCTI com o MEC, incluindo a Antártica nessa pauta do Currículo Azul – vai permitir que nós cheguemos a cada vez mais alunos e escolas. Então tem uma perspectiva muito boa para os próximos anos com relação a isso.

No mais, Senador, uma vez mais a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar agradece esta oportunidade.

Eu tinha me esquecido de um fator aqui muito importante da pergunta do Senador Wellington Fagundes. Com relação ao Ártico, nós hoje... o país que mais recebe exportação de petróleo do Brasil é a China. E a Rússia exporta para a China. E as novas rotas de navegação do Ártico vão mexer na competição do frete internacional. A Rússia vai conseguir vender um petróleo por um preço mais baixo, uma vez que o Ártico vai ter essa passagem nova disponível para a navegação. E o nosso produto vai perder competitividade. Nós precisamos estudar o que acontece no Ártico, saber o que acontece, para que nós possamos nos antecipar, mantendo a competitividade do produto brasileiro. Então, geopoliticamente, a pesquisa no Ártico tem essa importância também, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Almirante Ricardo Jaques Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar da Marinha do Brasil.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento e Ações Estratégicas da Capes.

O SR. JULIO CÉSAR PIFFERO DE SIQUEIRA (Para expor.) – Senador, muito obrigado pelo convite à Capes. Eu gostaria de me dirigir a uma questão que foi colocada pelo Odir, do Rio Grande do Sul. "Quais [...] os planos do Governo para garantir [...] financiamento de longo prazo para pesquisas na Antártica?". Achei que foi a pergunta mais pertinente a essa agência de fomento que é a Capes.

Bom, são quase 4,7 mil programas de pós-graduação no país, são mais de 7 mil cursos de pós-graduação, de mestrado, doutorado, entre acadêmicos e profissionais. E lembro que a ciência, pelo menos 90% – há quem diga que é um percentual maior que este, então uma boa parte da ciência –, a maior parte dela é feita nos programas de pós-graduação. Certamente, as quase 105 mil bolsas concedidas pela Capes no país hoje estão chegando, de alguma maneira, nos pós-graduandos e nesses programas de pós-graduação que estão envolvidos no Proantar.

Dito isso, quero reconhecer que isso não é suficiente. Essa é a política distributiva que a Capes faz, a que eu me referi na minha palavra inicial, de maneira que a gente precisa pensar também, estrategicamente, no fomento ao Proantar. Manter essa política é importante, a distributiva, mas precisamos pensar também, estrategicamente, no Proantar e encontrar orçamento extra para este programa. Então, é dessa maneira que a gente tem procurado abordar essa questão que foi colocada.

É só essa a minha consideração final. Quero agradecer a participação e o convite.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado. Obrigado, Dr. Julio César Piffero de Siqueira, Coordenador-Geral de Fomento a Ações Estratégicas da Capes, por sua participação também.

De imediato, eu passo a palavra ao Prof. Dr. Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, conosco aqui, para seus cinco minutos de considerações finais, remotamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACYR CUNHA DE ARAÚJO FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador, mais uma vez.

Eu vou tentar responder rapidamente à questão do conterrâneo aqui, do Wendyo, de Pernambuco, e também dar alguma contribuição à questão do Senador Wellington.

Na verdade, nós não podemos, absolutamente, mais deixar de pensar que a trajetória toda da produção científica... Temos até uma expressão, que é: do *paper* ao PIB, Senador. Nós não pudemos, absolutamente, pensar diferente disso. Eu acho que as pesquisas antárticas têm uma contribuição fundamental para esse novo plano de transformação ecológica, que é um programa também de Estado, foi lançado pelos três Poderes da República, e também a Nova Indústria Brasil. Eu faço alusão à tecnologia profunda e à inovação profunda, em inglês é *deep tech* e *deep innovation*. Então, eu acho que, em áreas como robótica, genômica, nanotecnologia, por exemplo, acho que o programa antártico pode contribuir muito nesse sentido.

Mas o que a gente observa também é que o Brasil é diferente dos países da OCDE. Nós tivemos muito tempo... As universidades são responsáveis por 90% a 95% das ciências de qualidade, do instituto de pesquisa. E a iniciativa privada, um pouco na linha do que o Almirante Jaques trouxe, também está trazendo isso agora de uma forma mais intensa. Então, a participação da iniciativa privada é muito importante, como em outros países desenvolvidos, onde os centros de pesquisa das empresas têm um papel importante de produção de ciência e tecnologia.

Rosane e Elvis – muito rapidamente também –, vejam, guardem a seguinte configuração: os trópicos influenciam... O oceano influencia a atmosfera; nos subtrópicos e polar, é a atmosfera que influencia o oceano. Portanto, a gente precisa absolutamente entender essas conexões e, portanto, entender a Antártica se a gente quiser pensar em mudança climática. Está certo? É absolutamente necessário. Não é uma questão de escolha, é uma questão de necessidade para o desenvolvimento do nosso país. Então, podem ter certeza de que a Antártica tem um papel relevante e que nós vamos aprofundar cada vez mais e melhorar nossa capacidade de previsão daqueles eventos extremos e ondas de calor, enfim, tudo aquilo que atinge o nosso Brasil, principalmente, mas não apenas, a Região do Sul do Brasil. Está bom?

Muito obrigado pelo convite. Eu me sinto muito honrado de participar desta audiência e eu gostaria de agradecer, pessoalmente, ao Senador Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa de abordar um tema tão importante como esse.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Prof. Moacyr Cunha de Araújo Filho, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

E agora novamente eu passo a palavra ao Prof. Paulo Câmara, Professor do Departamento de Botânica da Universidade de Brasília.

O SR. PAULO CÂMARA (Para expor.) – Obrigado, Senador, mais uma vez.

Meus colegas que me antecederam já explicaram bastante. É só um esclarecimento. Quando eu me referi a que há recursos, obviamente o programa precisa de mais recursos. Eu quis apenas dizer que, quando o CNPq contrata nossos projetos, eles pagam. Então, o nosso projeto que foi contratado neste ano está recebendo os recursos. Obviamente, sempre precisamos de mais recursos.

Em relação à mulher, eu queria destacar que temos duas meninas ali, a Kauana e a Brenda – deem um tchauzinho –, que foram para a Antártica este ano e foram coordenadoras de fase do meu projeto. Eu não fico o tempo todo, são praticamente seis meses de projeto; então, eu designo representantes. Estão as duas mulheres antárticas ali, jovens pesquisadoras. O Brasil também teve a primeira piloto de

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

C-130 que pousou na Antártica, a Major Joyce, Comandante do Esquadrão Gordo, que também é uma presença feminina importante de ser lembrada como a primeira mulher a pousar na Antártica com um avião daquele tamanho, o Hercules C-130, e que hoje é Comandante do Esquadrão Gordo.

Em relação ao Ártico, já foi falado, mas eu só queria lembrar que o Brasil também está no Ártico. Cerca de 7% do território nacional está no Hemisfério Norte e, portanto, mais perto do Ártico do que da Antártica. Da mesma forma como nos preocupamos com a influência da Antártica no continente, também, a partir da linha do Equador, nós temos cidades grandes, como Boa Vista e Macapá, que estão mais próximas do Ártico. Tudo isso a gente pode depois conversar com mais calma. Se houver essa oportunidade, eu me coloco à disposição para falar sobre esses assuntos.

Em relação ao tratado, ele não tem necessariamente uma data de término, mas ele funciona muito – essa é uma interpretação minha – na base da boa vontade. Em algum momento, algum país pode dizer: "Olha, eu não quero mais brincar de tratado antártico". Saiu, nesta semana, uma notícia de que talvez os Estados Unidos quisessem começar a minerar a Antártica, independentemente do tratado. Ninguém sabe se isso é verdade, mas saiu essa notícia na imprensa. Então, não existe uma data, existe um *trade-off*: enquanto a Antártica for distante, difícil e não compensar a exploração dos recursos, ela vai permanecer intocada; quando a demanda do recurso for maior, a Antártica estiver um pouco mais derretida e o acesso for mais fácil, ela vai ser explorada. Então, o tratado antártico funciona numa linha um pouco tênue, na minha interpretação. A qualquer momento, algum país pode dizer: "Eu não quero mais fazer tratado antártico, vou fazer...". E qual vai ser o mecanismo de punição? A gente observou agora a Organização Mundial do Comércio enfraquecida por decisões unilaterais. Da mesma forma, pode acontecer com o tratado antártico, só para a gente ficar atento. Mas esses são assuntos longos.

Eu queria agradecer ao Senador; agradecer ao Marcelo Morales, que está ali e que foi muito atento às nossas reivindicações; e ao Dr. Joanisval Gonçalves, que é da Casa e que nos ajudou também a montar isso tudo.

Eu agradeço e me coloco à disposição desta Casa para falar sobre esse assunto na hora em que os senhores desejarem.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Paulo Câmara, Professor do Departamento de Botânica da Universidade de Brasília (UnB).

Com isso, nós encerramos as participações, vamos dizer assim – mas ainda permaneçam aí –, dos nossos debatedores, mas, antes das minhas considerações finais, eu vou passar a palavra novamente ao Senador Wellington Fagundes para algumas palavras sobre o programa.

Por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu acho que estamos encerrando este evento de extrema importância para as futuras gerações também, eu diria, porque nós estamos falando aqui do clima global de um modo geral.

Então, por isso, eu parabenizo a todos os que estão envolvidos nesse projeto. Claro, principalmente a Marinha do Brasil, e eu o faço aqui na pessoa do Almirante Ricardo Jaques Ferreira.

Eu pedi, inclusive, para passar algumas fotos ali da minha visita, de quando eu estive lá. De acordo com o que ele for colocando, eu vou fazer os comentários.

Mas antes disso, eu, inclusive, quero registrar o incêndio que houve...

Olha aí, já está... Então essas fotos são da minha visita lá, que fiz em 2017. Estava bem jovem, né, gente? Olha aí! (*Risos.*) Em 2017 foi, assim, já a segunda visita que lá fiz, né? Então está aí a felicidade de

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

poder estar lá, isso já é dentro da unidade, aí com várias pessoas lá participando também. Sempre mostrando a minha felicidade. Faço questão de registrar o nome – dá para voltar um pouquinho aí? – desses outros dois, que estavam comigo ali, que são o Almirante Renato Mello, que era o comandante do navio – ele era "pró-almirante", hoje já é almirante –, e também o Almirante Antônio Braz. Ele era o comandante do navio e o Renato Mello era o gerente do programa na época. Espero que eu esteja falando corretamente. Todos bem jovens aí.

E vai ter eu acho que uma última foto, que eu faço questão: olha a alimentação, feita lá pelo cozinheiro. Eu gosto de cozinhar; também lá dentro estive ajudando para fazer o almoço. Muito maravilhoso!

Finalmente, acho que tem mais uma – mais uma. Tudo aí é os passeios lá. Acho que isso é muito bom, porque muitas pessoas... Aí está a nossa unidade, né? Acho que isso aí já... Isso é antes do incêndio?

O SR. RICARDO JAQUES FERREIRA (*Fora do microfone.*) – Sim, senhor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Antes, né? Esse eu acho que é da primeira viagem, isso junto com os pesquisadores, já chegando lá.

É um detalhe importante – não sei se foi falado aqui –: ficamos três dias lá na última cidade, Puntarenas, esperando. Acordava de madrugada, todo aquele trabalho... Para poder abrir o tempo, foram três dias de espera, mas foram muito maravilhosos esses três dias lá, porque pudemos conhecer também mais ainda Puntarenas e a parceria do Brasil com o Chile, que é muito grande também. É importante que isso seja registrado.

Finalizou? Tem mais uma ou não? É porque tem uma aqui em que eu estou... estamos lá comendo um carneiro, uma maravilha também, assado, mas isso é em Puntarenas, viu? Olha que maravilha! Dá para fazer um *close* aqui? (*Risos.*)

Bom, eu quero também dizer que essa questão do incêndio, claro, isso tudo foi angustiante para todos nós, mas eu quero parabenizar também o trabalho forte da recuperação, em fazer uma nova licitação e depois a construção dessa nova unidade, que foi por uma licitação internacional, e eu tive a oportunidade de estar lá também durante a construção. Lá foi uma empresa chinesa que ganhou essa licitação, e pudemos ver também um trabalho muito eficiente por parte daqueles que ganharam a licitação pública internacional. Queríamos que fosse uma brasileira, né? Mas talvez não tivéssemos tecnologia suficiente.

Eu quero registrar aqui também a presença do Almirante Célio. Ele está chegando lá... (*Risos.*)

Diz que você não pode subir muito a patente, porque, senão, vai abaixar depois, mas vou falar como ministro, né?

O Ministro Célio, ele é do Governo Bolsonaro, e também o Presidente Bolsonaro foi quando teve a inauguração, em 2020, e, lá, o Mourão, o nosso Vice-Presidente, aqui, esteve presente, e o Presidente Bolsonaro participando virtualmente.

Foi assim, também, um evento extremamente importante, para destaque do que representava esse trabalho todo para o Brasil.

E eu quero dizer, também registrar que, lá na minha visita, eu estava acompanhado, aqui registro, de três Senadores: do Senador Antonio Anastasia, que hoje está no Tribunal de Contas...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... da Simone Tebet – que hoje é Ministra, né? – e também da Senadora Ana Amélia Lemos, Senadora extremamente competente.

Presidente... A campainha toca, e isso é normal, viu, gente? Não é má educação do Presidente não, não é isso não. É porque tem o tempo, a cronologia...

Mas eu vou tentar aqui, rapidamente, Sr. Presidente, dizer que o Proantar, criado em 1982, veio para viabilizar a presença brasileira na Antártica, por meio de pesquisas e também pela manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz, e até hoje representa uma iniciativa de grande relevância para o Brasil, contribuindo com estudos essenciais nas áreas de mudanças climáticas, biodiversidade, oceanografia, geologia e meteorologia. Também é um trabalho extraordinário, que contribui diretamente para a compreensão dos impactos ambientais no nosso planeta.

Além disso, a estação fortalece a posição do país no Tratado da Antártica, garantindo, com isso, voz ativa nas decisões internacionais sobre o futuro da região.

Inclusive, quero dizer que também destinei recursos, por meio de emendas parlamentares que foram também destinadas ao programa Proantar, para dar apoio logístico à pesquisa científica na Antártica.

Eu também quero registrar que a Estação Antártica Comandante Ferraz, que foi reconstruída, simboliza um compromisso do nosso país com a ciência e também com a proteção do meio ambiente.

O Proantar, portanto, é muito mais do que um programa científico. É uma política de Estado, que projeta o Brasil no cenário internacional.

Inclusive, como política de Estado, eu gostaria, depois, que vocês, não agora, que alguém, o Comandante Ricardo pudesse depois falar comigo como está isso em função de política de Estado, porque política de governo é perene, né? Cada governo pode ter uma prioridade ou não.

Quero saber como está configurado realmente o programa como política de Estado, porque nós podemos falar aqui do submarino atômico brasileiro, que até hoje está lá ainda dependendo de recurso para que ele seja concluído.

Portanto, o Brasil faz parte de um seleto grupo de 29 países que têm estações científicas na Antártica, e essa presença – e eu falo aqui para todos os brasileiros – é muito importante, porque, de acordo com o Tratado Antártico, só quem desenvolve pesquisas na região poderá definir o futuro do continente gelado. Então, temos muito ainda a fazer por esse projeto.

E aí eu quero também destacar que este ano eu sou membro titular da Comissão de Orçamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... Líder também do meu partido na Comissão de Orçamento e vou ser o Relator do Ministério do Turismo.

Como foi falado aqui, eu acho que é importante o turismo, mas principalmente que a gente possa permitir que os nossos estudantes da área possam estar lá. Então, eu quero aqui me colocar como parceiro do programa, através da Marinha, para que a gente possa ajustar um recurso, através de uma emenda, como seria isso, para permitir que a gente leve jovens estudantes da área, de toda área, que tenham interesse, como as duas jovens que foram citadas. E, se possível, também, que esse programa, de que eu quero ter a iniciativa, seja metade de mulheres e metade de homens. Fica aqui o compromisso do nosso Almirante Ricardo Sales Junqueira.

Vocês definam bem como seria isso...

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Claro que provavelmente, inclusive, pode ser feito num navio de turismo, não necessariamente, mas, se for o caso, se não tiver o navio militar. O.k.?

É uma contribuição, mas, claro, na Comissão também me coloco à disposição desse e de outros programas estratégicos do Brasil, tocados tanto pela Marinha como também por todas as Forças Armadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes do Estado de Mato Grosso, aqui conosco. Aliás, a gente precisa conversar, falar alguma coisa aqui a respeito também, mas, antes de encerrar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir... Eu vou deixar como lido também o meu pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ótimo, para a gente incluir aqui no...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para a gente incluir nos *Anais* da Comissão e a autorização de V. Exa., tá?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Por favor. Para incluir no...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu vou entregar aqui depois.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Antes de encerrar, eu gostaria de fazer algumas considerações finais.

Primeiro, quero parabenizar, parabenizar todas as instituições que se dedicam ao longo de todo esse período do Proantar, esse programa – obviamente eu acho que ficou muito claro para todos aqueles que nos assistem, uma audiência pública que eu espero que tenha uma audiência boa, e para as pessoas que acompanhem depois isso também no Portal do Senado, lembrando que estão à disposição também as apresentações de todos para que as pessoas conheçam a importância desse programa estratégico para o país – que é um programa de Estado, por isso precisa ter o respeito e a prioridade necessários.

Eu, de novo, parabenizo as instituições que, mesmo com as dificuldades de orçamento, têm conseguido manter o funcionamento desse programa, assim como a gente vê na ciência do Brasil, em todas as áreas, a dificuldade que a gente tem de orçamento. Essa é uma tecla em que eu tenho batido, lá do tempo do Ministério, todo mundo já deve ter me ouvido falar disso, muito, mas, sem ciência, sem tecnologia, a gente não constrói um país desenvolvido.

Se a gente olhar todos os países desenvolvidos que existem no planeta, o que eles têm de similaridade não é língua, não é local geográfico, não é cultura, não é nada disso; é simplesmente o investimento constante, sistemático, planejado, em educação focada, ciência, tecnologia, inovação e ambiente de negócios. A receita não é difícil, a gente precisa é fazer, colocar na prática aqui no Brasil.

E nós vimos aqui toda a necessidade que nós temos do orçamento, que isso aí seja feito de forma constante e tenha responsabilidade... Não é, basicamente, do Ministério da Ciência e Tecnologia que designa o orçamento lá, mas de todos os cortes que são feitos depois, seja no setor da economia, seja aqui no próprio Senado. A gente vê muitos recursos sendo utilizados de forma incorreta, muitas vezes

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de forma ilegal no país, como a gente acabou de ver a questão do INSS, das fraudes do INSS. Eu lembro do número porque fica muito guardado, a gente se sente muito mal com isso, de R$6 bilhões – R$ 6 bilhões –, o que dá para fazer muita coisa. Se for levar em conta o orçamento que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador, já está chegando a 90, hein? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Se for levar em conta o que foi colocado do orçamento necessário, cerca de R$200 bilhões, para se manter o programa, colocado pelo nosso representante da Marinha, você vê que... Olhem o número! Dá para 30 anos do programa só essa fraude, só essa. Imaginem outras coisas! Dá para 30 anos do programa, para se manter o programa.

Então, é importante que a gente tome juízo, vamos dizer assim, no Brasil e foque, realmente, nas coisas que interessam para que a gente possa ter o orçamento adequado necessário. E, também, como a gente vai fazer pesquisa polar se a gente está com recurso limitado para a Antártica?

Então, vem aqui o meu apelo a todos aqueles que nos assistem, a todos os Parlamentares – foi por isso que eu pedi para o Wellington permanecer aqui, para pedir a ajuda dele também nesse sentido, porque ele está na CMO, na Comissão Mista de Orçamentos –, para que seja dada a prioridade adequada para área de ciência e tecnologia.

Aliás, ressaltando, eu falei da PEC 31, que está parada na CCJ desde 2023, que é a PEC da Ciência, para destinar, em vez de 1%... Quero só lembrar que o Congresso como um todo consome 0,55% do PIB do país – 0,55%. Para a ciência e tecnologia, é 1%. Não vou fazer comparações aqui, mas, se a gente conseguir subir de 1% para 2,5% em dez anos, que é o que está previsto nessa PEC, pelo menos a gente já começa a competir um pouco com os países que são desenvolvidos para chegar próximo da OCDE, que é de 2,73%. E, para isso, essa PEC tem que andar ali.

Agora, o Presidente da CCJ é o Senador Otto Alencar, que geralmente defende a tecnologia, ele é médico, e eu espero que ele dê prosseguimento a isso, e que o Governo apoie o desenvolvimento do país. É gozado falar isso, mas que o Governo apoie o desenvolvimento do país, através da maneira segura, que é a ciência, tecnologia, inovação, etc.

Também vou fazer um anúncio aqui bastante importante: nós temos outra PEC que eu coloquei – nós temos 17 assinaturas, consegui 17 assinaturas até ontem, eu mandei para todo mundo, para ver se isso me ajuda a aumentar essas assinaturas; a gente precisa de 27 assinaturas para essa outra PEC –, e que proíbe o contingenciamento do FNDCT, porque a gente vê... Foi liberado o FNDCT em 2021, com a Lei nº 177. Foi um sacrifício para gente conseguir liberar, mas o que acontece é que, de tempos em tempos, vem aquela ameaça para tentar contingenciar novamente esse orçamento, que é um investimento do país. Seria uma atitude muito insensata fazer isso, mas a gente assiste a isso o tempo todo. Então, é o momento de a gente proibir, na Constituição, o contingenciamento disso. E essa PEC trata de... Então, nós temos 17 assinaturas, mas a gente precisa de 27 para dar partida no sistema e, depois, andar nas Comissões.

E, finalmente, outro anúncio aqui, porque isso é importante também: está na minha mão um projeto de lei – porque foi falado, muito falado aqui da necessidade de se ter um marco, justamente o marco para a pesquisa polar – que institui a política nacional de pesquisa polar. Ele trata basicamente das diretrizes, do suporte à tomada de decisão e indica, obviamente, mais recursos para o programa. Então, está aqui este marco para protocolar hoje, certo, Marcelo? Vamos protocolar hoje isso aqui, é um passinho à frente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a gente precisa do apoio de todos, para nos ajudarem a empurrar esses projetos dentro do Senado, dentro do Congresso como um todo, e a gente sabe que o que a população... Quero lembrar que aqui é a Casa da população, representa a população, então, se a população apoia, quem está aqui, Senadores, Deputados, têm a obrigação moral de fazer cumprir isso aí. Então estou contando aqui com o Senador Wellington Fagundes também, que sempre apoia a ciência, para me ajudar nesse sentido, para a gente fazer andar esses projetos.

Gente, eu gostaria finalmente de agradecer a todos aqueles que participaram, também remotamente, acompanhando; agradecer à nossa Mesa também, sempre prestativa e eficiente para fazer o funcionamento de tudo isso.

E vamos não só torcer, mas trabalhar para que esse programa tenha cada vez mais sucesso. Parabéns a todos aqueles que já fizeram tudo que o programa já construiu e tem muita coisa pela frente ainda.

Então obrigado, obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)*

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1319905797

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogério Carvalho, Paulo Paim e Weverton, e dos Senadores Plínio Valério, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Mecias de Jesus e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Dra. Eudócia e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Daniella Ribeiro e Astronauta Marcos Pontes, conforme os REQ 610/2025, 688/2025, 617/2025 e 573/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o arquivamento dos Avisos nº 901 e 931-GP/TCU, lidos nas 21ª e 22ª Reuniões da Comissão, realizadas nos dias 10 e 17 de setembro do corrente, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado, conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 21, de 2025-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e Requerimento nº 7, de 2025-CCT, de autoria Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com a finalidade de debater as iniciativas que se destacam no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), para subsidiar a avaliação da política pública sobre "Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População", com a participação de Hugo Valadares Siqueira, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Igor Muniz da Silva, Coordenador de Implantação, Suporte e Sustentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), representante do Coordenador-Geral de Inteligência da DIOPI/Senasp, Marcus Vinícius da Silva Dantas; Lucas Costa dos Anjos, Coordenador-Geral de Tecnologia e Pesquisa da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Edson Amaro Júnior, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); Fabrício da Mota Alves, Presidente da Associação Brasileira de Governança de Dados (GovDADOS); Rony Vainzof, Diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Sergio Ricardo de Melo Queiroz, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP). Passa-se à **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 28, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na educação nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira, do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Nacional da Educação (CNE)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 29, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir o Dia Internacional de Conscientização sobre Ataxias, em 25 de setembro, e debater sobre tratamentos adequados para os pacientes." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 30, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid (PMS), a ser celebrado no dia 22 de outubro." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/14634

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o arquivamento dos Avisos nºs 901 e 931-GP/TCU, lidos nas 21ª e 22ª Reuniões da Comissão, realizadas nos dias 10 e 17 de setembro do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador ou Senadora membro da Comissão, da CCT, para análise das matérias por este Colegiado, conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião está dividida em duas partes.

A primeira parte se destina à realização de audiência pública para tratar das iniciativas que se destacam no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, objeto da política pública a ser avaliada pela CCT, esta Comissão de Ciência e Tecnologia, no ano de 2025, em cumprimento ao Requerimento nº 21 de 2025-CCT, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Inclusive, eu quero aqui também justificar a ausência do Senador Marcos Pontes, que esteve na Austrália semana passada. Eu estive junto com ele na Austrália, assim como o Senador Hamilton Mourão, participando do congresso das iniciativas da Federação Astronáutica Internacional. E foi algo muito interessante. E o Senador Marcos Pontes, de Sydney, viajou para Houston, no Texas. Ele estava em dúvida, inclusive, sobre esta audiência pública, e eu me prontifiquei com ele a presidir esta reunião, porque habitualmente o autor do requerimento é quem preside. Então, é só para justificar a ausência

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dele, porque, na próxima audiência pública – porque temos duas audiências públicas sobre esse assunto – ele estará presente.

E a segunda parte da reunião de hoje se destina à deliberação de requerimentos que serão votados pelo processo simbólico.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão, à minha direita, o Hugo Valadares Siqueira. Seja muito bem-vindo, Hugo, que é Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também está presente...

Desculpe aqui, vamos só colocar no silencioso.

Também está presente o Sr. Igor Muniz da Silva, Coordenador de Implantação, Suporte e Sustentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), representando o Coordenador-Geral de Inteligência da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Marcus Vinicius da Silva Dantas; também Lucas Costa dos Anjos, à minha esquerda, Coordenador-Geral de Tecnologia e Pesquisa da Agência Nacional de Proteção de Dados; também o Sergio Ricardo de Melo Queiroz, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); também o Sr. Edson Amaro Júnior, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); Fabrício da Mota Alves, Presidente da Associação Brasileira de Governança de Dados (govDADOS); e Rony Vainzof, Diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Encontra-se também presente, por meio do sistema de videoconferência, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP).

Quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas aos expositores, agradecer pela presença e pela participação e colocar também esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal à disposição das iniciativas dos órgãos, entidades, universidades que aqui estão representadas.

Eu quero só dizer que, anualmente, todas as Comissões do Senado têm que fazer uma avaliação de política pública. E, neste ano, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a avaliação da política pública – o requerimento foi apresentado pelo Senador Marcos Pontes e aprovado pelo Plenário – é no sentido das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Então, em 9 de julho de 2025, foi aprovado o Requerimento 7, de 2025, daqui, desta Comissão, de autoria do Senador, como eu já mencionei, que sugeriu como política pública para avaliação no ano de 2025 o tema "Inteligência artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população". Então, esse foi o tema da política pública.

É por isso que nós temos uma representação importante e bastante variada: do Governo, do Executivo, da sociedade, da universidade... E teremos duas audiências públicas com essa finalidade, para que esse debate envolva o maior número possível de setores da nossa sociedade e do Executivo, obviamente, também como parte da sociedade.

A evolução da inteligência artificial – é importante destacar, estava no documento do Senador Marcos Pontes – nos últimos anos tem produzido profundos impactos econômicos e sociais em todos os países. Além dos próprios governos, institutos de pesquisa, consultorias especializadas e outros

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

órgãos analisam e tentam estimar como a inteligência artificial afetará as diferentes áreas e as possíveis consequências sobre variáveis econômicas relevantes.

E ele acrescenta, inclusive, na argumentação, que, em 2024, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei 2.338, de 2023, que – abro aspas – "dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana".

O Poder Executivo, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação promove já diversas iniciativas relacionadas à inteligência artificial, constantes da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

A avaliação de políticas públicas apresentadas tem por objetivos: identificar as principais iniciativas propostas na Estratégia Brasileira e no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial; avaliar os resultados pretendidos e realizados até o momento para as iniciativas identificadas na Estratégia Brasileira e no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial; analisar a convergência das iniciativas propostas lá na Estratégia Brasileira e no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial com os objetivos do PL 2.338, de 2023. Portanto, a audiência pública hoje, até para contextualizarmos a iniciativa, fruto do Requerimento 21, de 2025, pretende debater as iniciativas que se destacam no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.

Todo este documento, que deu origem à realização desta e da outra audiência pública no futuro, está disponível também no *site* da Comissão para quem quiser ter mais detalhes sobre a iniciativa.

Como teremos oito expositores, nós temos já quatro expositores sentados aqui à mesa, a quem a gente agradece novamente, e, na sequência, nós faremos o revezamento, pois virão mais três expositores – e há um expositor remotamente, como já mencionado também. Está certo?

Nós vamos conceder dez minutos para cada exposição. A gente pede que, na medida do possível, fiquem dentro dos dez minutos. Haverá um sinal automático quando chegarmos aos nove minutos. Até comentava brincando que, estando na Austrália, escutamos os depoimentos de Noruega, Alemanha, Bahrein e Emirados Árabes, e todos os países tinham também dez minutos para externarem os seus pontos de vista. Então, eu digo: se lá eles tiveram dez minutos, aqui vamos ter também em torno disso. É claro que a gente não vai cortar a fala de ninguém, mas vamos tentar ficar aí nos dez minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos passar, em primeiro lugar – é importante para contextualizar, inclusive, as iniciativas da ciência e tecnologia –, para o Sr. Hugo Valadares Siqueira, que é Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com a palavra o Dr. Hugo.

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA (Para expor.) – Bom dia, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Bom dia.

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA – Primeiramente, quero agradecer, aqui, imensamente este convite, Senador Flávio Arns; agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

Nós do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ficamos sempre muito felizes de estar aqui nesta Casa e neste Parlamento. Nós entendemos... E isto é uma diretriz bastante direta da nossa Ministra, nossa chefe Luciana Santos, que nos coloca numa posição de que temos sempre que estar conversando com o Parlamento, com todos os Poderes, e não só com o Executivo. A gente também tem uma relação

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito boa com todas as secretarias de inovação e de ciência e tecnologia dos estados e também dos municípios. Então, nós ficamos muito felizes de poder estar aqui, tentando contribuir com este debate.

Eu tenho passeado, digamos assim, Senador, tenho dado muitas voltas pelo Brasil para discutir esse tema, que é o tema da inteligência artificial. Nós sabemos a importância que esse tema tem tido no mundo, inclusive com consequências geopolíticas. Hoje nós temos questões que envolvem as maiores potências do mundo, mas nós ficamos numa posição de trabalhar e de correr de forma que o Brasil acompanhe esse importante debate do mundo e sobretudo que o Brasil consiga ser ponta de lança no desenvolvimento dessas tecnologias.

E nós sabemos que conversar e discutir sobre inteligência artificial perpassa por várias questões, muito além de apenas as pessoas, mas pessoas, *hardware*, análise de dados. E fico muito feliz de estar com meus amigos aqui, com o Lucas, da ANPD, porque nós estamos falando, todos os dias, a respeito de dados. Então, não existe IA sem dados, não é isso? Então, a gente tem que caminhar no sentido de uma convergência em tecnologia.

Eu quero começar, Senador, se me permite: por que eu trouxe o tema plano? É importante fazer uma análise histórica – e aqui eu quero fazer minha saudação e minha ode ao Senador Marcos Pontes –, porque em 2021 foi proposta a primeira Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Isso aconteceu naquele ano, e veja – eu não falei, Senador, mas você sabe –: eu sou Professor da nossa Universidade Tecnológica Federal do Paraná, estado que o Senador representa aqui, e estou cedido ao MCTI, ou seja, eu sou Professor, mas estou gestor, e eu sou pesquisador na área de IA. E qual é a grande questão?

Em 2021, a gente que trabalha no tema já tinha falado muito sobre isso, já tem uma carreira, orientações, artigos publicados nesse tema, porém, quando a gente chegou ao ano de 2023 – o Senador já era Senador, já estava aqui ocupando a cadeira nesta Casa –, o MCTI iniciou um processo de atualização da Ebia, da estratégia. Como vocês sabem, no ano de 2023, a gente teve uma pequena hecatombe nuclear chamada ChatGPT. Então, é importante situar, a área de inteligência artificial é isto: ela é muito grande, tem muitas aplicações diferentes. E, contido nesse grande conjunto, existe um pequeno conjunto chamado modelos de linguagem, que são esses como o ChatGPT, como o Llama e como os processos e os modelos nacionais que nós temos hoje no Brasil, como o Carcará, como o SoberanIA, como o Maritaca e outros.

Então, a partir daquele momento, foi necessário a gente fazer a atualização da estratégia e ter em vista, Senador Flávio Arns, que o tema tomou uma proporção que nunca aconteceu na história de quem pesquisa isso. Na IA, de fato, a gente pode colocar alguns marcos, mas o marco principal que a gente coloca deriva ali da década de 40, 50, com as bases do desenvolvimento científico nessas áreas.

Então, dessa forma, a gente fica muito à vontade de falar isso, porque foi uma ordem do Presidente Lula. Foi o Presidente Lula que falou: "Gente, estamos fazendo estratégia, mas, a partir de agora...". E encomendou isso ao ministério, à Ministra Luciana Santos, o que foi feito pela Comissão de Ciência e Tecnologia, do MCTI, e o plano, então, foi elaborado em cima dessas bases. Por quê? Porque o plano tem metas, tem recursos, vem dizendo qual é o direcionamento.

E, antes até de começar, Senador... A minha apresentação é bem breve, porque são dez minutos, o que, para um professor – não é? –, mal dá para dar bom-dia. (*Risos.*)

Então, quando a gente elaborou o plano, a expectativa foi exatamente essa, e o plano tem uma questão que eu gostaria muito de deixar aqui, com bastante veemência: o plano, apesar de ter sido escrito, é um plano vivo, porque a tecnologia muda demais. De um ano para cá, um ano, quando o plano foi entregue nas mãos do Presidente Lula – um ano e dois meses –, algumas coisas que a gente tinha

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como verdades absolutas a gente já percebeu que não são o caminho, e para coisas que não haviam sido pensadas, naquele momento – até porque o plano foi concebido de uma maneira muito rápida –, a gente tem que ter um olhar diferente.

Economia de dados: nós estamos falando aqui, vou falar aqui com o Rony e com a Fiesp. Nós temos trabalhado com o Mdic quase que diariamente. O que é que nós vamos fazer com economia de dados? E os dados para a indústria? Naquele momento foi pensado, mas isso tomou uma proporção tamanha, que já não dá mais para a gente pensar da mesma forma.

Então, pessoal, sem mais delongas, eu vou me apresentar aqui: meu nome é Hugo Valadares, estou Diretor do Decti, no MCTI, sob a liderança do Secretário Henrique Miguel, e, obviamente, trabalhando na equipe da Ministra Luciana Santos.

Então, o plano foi elaborado em tempo recorde, a gente costuma dizer isso, porque, da ordem do Presidente, a gente tinha que entregar na Conferência Internacional de Ciência e Tecnologia, que foi ali, em meados de agosto de 2024. Conversamos com a sociedade civil, outros órgãos do Governo, academia... Então, foi um debate muito profícuo, e o debate começou, de fato, na atualização da estratégia. Eu não tinha chegado ao ministério ainda. Eu já estava em Brasília, trabalhando numa unidade de pesquisa vinculada ao MCTI, que é o Ibict, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, e participei de duas reuniões em que a gente estava discutindo a atualização da Ebia. De repente, por ordem do Presidente, não vamos ter Ebia, porque nós vamos focar no plano. Então, o nosso foco é tratar do plano.

Então, a gente fez tudo isso, vários GTs, e isso tem consequências, não é? O plano já está acontecendo, e ele já tem várias coisas que já aconteceram nesse um ano. Inclusive, tem uma governança coordenada pelo MCTI, mas nós temos, por exemplo, o CITDigital, que é o Comitê Interministerial de Transformação Digital, coordenado pela Casa Civil, e, dentro do CITDigital, a gente faz discussões. Inclusive, teve reuniões ontem do GT do Pbia, que fica no CITDigital, e sendo esse GT coordenado pelo nosso Secretário-Executivo, Prof. Luiz Fernandes.

Então, a gente tem feito e está trabalhando muito. É o que eu sempre digo, Rony: se tem uma coisa de que a gente não morre, brincando com esse Pbia, é de tédio, porque, eu vou te contar, todo dia a gente tem uma coisa nova aqui.

Então, o plano foi entregue nas mãos do Presidente Lula nessa data, no começo de agosto de 2024, e ele tem algumas diretrizes principais.

A primeira delas: a gente precisa tratar de pessoas, de recursos humanos, e nós estamos falando aqui de recursos humanos de alta capacidade – mestrado, doutorado, pesquisadores, planos para a gente ter mais recursos para pesquisa aplicada –, mas nós também estamos falando da capacitação de trabalhadores, trabalhadores esses que já podem estar sendo inclusive impactados, nos dias atuais, com os avanços da tecnologia, mas passamos ainda para uma outra fase, que é a fase do letramento de pessoas que não necessariamente terão acesso à tecnologia e não serão desenvolvedoras, mas, do ponto de vista do usuário, pessoas que precisam saber, por exemplo, os riscos de se utilizar essa tecnologia.

E aqui, claro, a massificação disso tudo perpassa muito pela questão do uso de modelos de linguagens, como eu disse, ChatGPT, Lhama e afins.

E o Brasil percebeu muito rapidamente que, nesse jogo, por ele ser um jogo geopolítico, a gente precisa de infraestrutura computacional de altíssima capacidade. E isso é muito complicado, porque não existe solução de curto prazo, nem com muito dinheiro, porque hoje a gente tem uma fila para

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poder comprar as melhores GPUs, que são da empresa Nvidia, as melhores placas de processamento gráfico, mas o mundo depende dessa tecnologia. Então, inclusive o mundo já está, as placas tectônicas estão se movimentando com outros fornecedores, com outras grandes empresas querendo entrar nesse, nesse âmbito também.

Temos que ter o desenvolvimento tecnológico com base, Senador, na cooperação internacional. Então, fico muito feliz quando eu sei que nossos representantes aqui no Parlamento também, além de nós, estão fora do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA – ... discutindo coisas como a cooperação internacional em IA, porque o tema é tão complexo que não dá para a gente simplesmente achar que vai resolver estando sozinhos e, claro, precisamos desenvolver nossos modelos de linguagem com a cara do Brasil.

Então, só para dar um *overview*, o plano é dividido em cinco grandes eixos de ações estruturantes que perpassam por infraestrutura; formação e capacitação; IA para serviços públicos – e IA para o serviço público a gente tem feito muito junto do MGI –; inovação empresarial – o Rony, provavelmente conhece bem essa parte, que é onde, inclusive, está a incidência da maior parte dos recursos financeiros –; e, claro, a gente tem que trabalhar, e trabalhar muito com esta Casa e com a Câmara, no processo regulatório e governança de IA.

Como vocês sabem, o PL 2.338 passou por aqui, passou por esta Comissão, e nós estamos tendo este debate muito franco e muito tranquilo com essas casas da forma e com perspectivas de colaboração. E estamos muito felizes que a IA tem sido um tema que muito rapidamente tomou o debate público, de forma que a gente possa ter um caminho adequado para isso.

E também tivemos ali ações que já estavam em andamento ou próximas ao começo, essas 31 ações que a gente chamou de ações de impacto imediato, somando pouco mais de 80 ações que estão colocadas nesse plano e boa parte delas, inclusive, com recurso.

Já para acabar, só para dizer o que o Brasil tem de bom nisso: a gente ainda tem uma população jovem – ainda, porque a taxa de nascimento está caindo de maneira vertiginosa, então a gente pode ter uma pirâmide invertida em pouquíssimo tempo da nossa pirâmide etária, né? –; temos bases nacionais públicas ou não públicas importantes; uma matriz energética majoritariamente renovável, limpa, com energia renovável de eólica a solar e, sobretudo, as nossas usinas hidrelétricas. Agora a gente precisa ainda: ampliar os investimentos na infraestrutura, e isso está sendo feito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA – ... colocar esses dados para interoperabilidade, dentro do nosso sistema aqui, sobretudo os dados públicos e os dados do Governo Federal; e, claro, formar talentos; e trabalhar num processo regulatório que seja adequado ao desenvolvimento científico, mas também limitando os exageros que a gente sabe que essa tecnologia pode trazer.

Então, os últimos eslaides, só para colocar aqui mais ou menos o aporte de recursos entre recursos não reembolsáveis, subvenções, mas também muitos empréstimos aqui, sobretudo no empréstimo que eu estou falando, com juros camaradas e com carência do BNDES e, sobretudo, da Finep, divididos dessa forma: inclusive a maior parte ali BNDES/Finep, mais de R$12 bilhões.

E aqui as ações: em 74% no primeiro ano a gente já conseguiu dar andamento de todas aquelas que a gente listou. E o Pbia já está em franco andamento, né?

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Claro que essa apresentação é pública, e nós podemos disponibilizá-la.

E, por fim aqui, Senador, nos meus dois últimos segundos, só o meu agradecimento.

Deixo aqui os nossos contatos.

O Ministério da Ciência e Tecnologia é parceiro e nós estamos absolutamente à disposição do Senado, da sociedade civil, dos parceiros aqui do Governo e ficamos extremamente honrados com esse convite. Estamos à disposição para continuar esse debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Hugo Valadares Siqueira, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital. Quero cumprimentá-lo, inclusive, às vésperas do Dia do Professor.

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Você é também Professor da UTFPR, como foi mencionado. Sou colega, também, Professor da Federal do Paraná, e será o nosso dia, então, na terça-feira, né? Não, quarta-feira.

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA (*Fora do microfone.*) – É feriado, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Infelizmente não é feriado, mas deveria ser, né?

Muito bom, agradeço, e parabéns pela didática, pelo entusiasmo e pelo conhecimento. Muito bom, sabe? Apreciei muito. E informo ao público que nos acompanha que todo o material estará à disposição na página da Comissão. Inclusive, como o Prof. Hugo falou, se houver necessidade de detalhamento, isso acontecerá também por parte do ministério.

Passo em seguida a palavra, com muita alegria, ao Dr. Lucas Costa dos Anjos, Coordenador-Geral de Tecnologia e Pesquisa da Agência Nacional de Proteção de Dados.

Com a palavra, então, Dr. Lucas.

O SR. LUCAS COSTA DOS ANJOS (Para expor.) – Obrigado a V. Exa., Senador Flávio Arns. Eu agradeço, encarecidamente, em nome do nosso Diretor-Presidente, Waldemar Ortunho, e do Conselho Diretor da ANPD, agora Agência Nacional de Proteção de Dados – tenho muito orgulho de falar dessa forma.

Queria agradecer também ao Senador Astronauta Marcos Pontes pelo convite e dizer que eu estou muito feliz e me sentindo numa reunião departamental, porque eu também sou professor. Eu sou Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, estou cedido para a ANPD desde 2021. Trabalho com muito prazer nessa atuação, mas não deixo de carregar esse título com muito orgulho, então, fico feliz com as comemorações em relação à nossa profissão.

Bom, a ANPD vem apresentando uma consolidada regulação na área de tecnologias emergentes e proteção de dados pessoais. O objetivo da minha curta e breve fala aqui é justamente ressaltar essa sinergia entre a agenda regulatória de proteção de dados pessoais e a Ebia e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

Então, a ideia aqui é demonstrar que, desde a concepção da estratégia nacional, que foi baseada nos princípios da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)... Havia lá princípios, como a centralidade da IA no ser humano, a transparência e a explicabilidade, e um eixo transversal especificamente voltado para legislação, regulação e uso ético da IA. E é aí que eu acho que as competências institucionais da ANPD, independentemente do PL 2.338, já entram, por exemplo, na

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

determinação de parâmetros de intervenção humana, na elaboração de *sandboxes* regulatórios – eu vou falar um pouquinho sobre esse programa, que está sendo conduzido pela minha coordenação-geral no momento.

Então, existe uma sinergia muito grande entre essas áreas, mas eu também não deixo de corroborar o trabalho e parabenizar o Senado pelo trabalho feito no PL 2.338, que é uma proposta legislativa bastante madura, que a gente entende que está alinhada às necessidades estratégicas nacionais, à própria Ebia e tem bastante convergência com a LGPD.

Bom, sobre a interseção entre a proteção de dados e IA. A gente vê essas duas agendas com muita convergência regulatória. Como o próprio Hugo mencionou na fala dele, os sistemas de IA, em sua larga escala, vão depender fundamentalmente do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis. Bons sistemas de IA são treinados com muitos, muitos dados.

A LGPD já estabelece as bases para a governança de dados pessoais e também para a tomada de decisões automatizadas lá no seu art. 20. Isso é tema, inclusive, da Agenda Regulatória 2025-2026 da ANPD e já está em curso no âmbito das nossas competências regulatórias.

A ANPD tem larga experiência na avaliação de riscos e impactos a direitos fundamentais, como à privacidade e à proteção de dados. E a gente vem empreendendo, desde a sua constituição, cinco anos atrás, uma fiscalização sinérgica relacionada ao tratamento automatizado, principalmente com potencial discriminatório. A gente tem casos de fiscalização relacionados a esses temas.

A gente também tem feito o dever de casa em coordenar a nossa atuação com diversos outros reguladores setoriais. Desde a sua instituição, a ANPD tem empreendido acordos de cooperação técnica, memorandos de entendimento e diversas ações conjuntas com vários reguladores setoriais no Brasil, o que, de certa maneira, antes mesmo da entrada em vigor de um PL como o 2.338, não deixa de ser um embrião de um fórum de colaboração entre diferentes reguladores da área de IA.

A ANPD já tem, como eu disse, empreendido diversas ações na área de IA, e aqui eu vou destacar um projeto muito caro – vou fazer o nosso jabá aqui, da nossa Coordenação-Geral de Tecnologia e Pesquisa –, que é o *sandbox* regulatório em IA e proteção de dados. Esse foi um programa piloto, desenvolvido com o CAF, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Hoje em dia ele está sendo empreendido com diversos pesquisadores da USP e o foco dele é justamente transparência algorítmica. E aqui eu faço aquele *link* com os princípios da OCDE que orientaram a elaboração da Ebia e a própria agenda regulatória da ANPD, especificamente no que diz respeito ao art. 20 da LGPD, que fala sobre o tratamento de decisões automatizadas, a necessidade de explicabilidade, de critérios para tomada de decisões, para que o usuário tenha seus direitos salvaguardados.

A gente está atualmente numa fase de seleção de participantes. Talvez nessa semana ou na próxima, a gente tenha a publicação do resultado final. Até o final de 2026, esse *sandbox* regulatório vai ser conduzido pela nossa coordenação, com o apoio de diversas unidades da ANPD e, muito em breve, a gente vai poder externalizar e multiplicar esses conhecimentos obtidos, principalmente com atores, agentes de tratamento do setor privado, em relação aos conhecimentos obtidos ao longo do *sandbox* regulatório.

Eu queria destacar também que a ANPD, desde o início do processo de discussão do PL 2.338, vem realizando incidência legislativa aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados. A gente tem uma nota técnica, a Nota Técnica nº 16, que fala especificamente sobre o modelo de governança da IA. E a gente ficou muito feliz com o acolhimento de diversas dessas contribuições que a ANPD fez para o

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

processo legislativo e de propositura da ANPD como autoridade central desse modelo de corregulação do SIA. Então, a gente vê com muito bons olhos essa centralidade da proteção de dados, da proteção de direitos fundamentais num sistema de governança de IA.

Além disso, a gente vem desenvolvendo diversos estudos e boas práticas no desenvolvimento e uso de sistemas de IA, além de incluir essa temática na nossa agenda regulatória da Coordenação-Geral de Normatização.

É claro que eu não poderia deixar de falar sobre a necessidade de fortalecimento da ANPD. Mais cedo, antes do início da audiência, a gente estava brincando aqui que a gente é a agência, mas a gente ainda não tem os instrumentos necessários para o exercício desses poderes que nos foram confiados, né? Então, eu reforço aqui a necessidade de criação de quadro próprio de servidores, como foi proposto, recentemente, pelo Governo, de destinação de recursos adequados para a supervisão desses sistemas de IA, principalmente os de alto risco, e para a garantia da independência técnica e autonomia decisória da ANPD.

Finalmente, eu acho que a gente pode encontrar, nesse eixo transversal da Ebia nº 1, que diz respeito à legislação, à regulação e ao uso ético da IA, muita complementaridade com o que já vem sendo realizado no âmbito da LGPD. Por exemplo, os relatórios de impacto à proteção de dados têm muita sinergia com as avaliações de impacto algorítmico. A gente poderia desenvolver metodologias conjuntas, junto com os agentes de tratamento sobre como melhor afinar essas duas necessidades que tanto propõem a LGPD quanto o PL 2.338.

Além disso, existe uma previsão de certificação para sistemas de IA de alto risco, e eu ressalto aqui, também com muita alegria, a competência adicional da ANPD relacionada ao ECA Digital, de proteção de crianças e adolescentes, que tem, entre suas competências, justamente a certificação de sistemas de aferição de idade, que é algo que vai ser central para a implementação do ECA Digital. Então, existem muitas áreas de sombreamento e convergência regulatória entre essas duas agências.

Atento ao meu tempo aqui, eu gostaria apenas de ressaltar que a gente tem aqui, em relação ao PL 2.338, uma oportunidade única de posicionar o Brasil como referência na regulação ética de IA...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS COSTA DOS ANJOS – ... de aproveitar uma *expertise* já consolidada da ANPD nessa temática, na regulação de tecnologias emergentes, na regulação de proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis e também na criação de um ambiente regulatório mais previsível, com mais segurança jurídica e mais favorável a uma inovação que seja responsável, centrada no ser humano e fundamentada em direitos fundamentais.

De forma bem breve, para concluir, eu acho que a ANPD possui a *expertise* e a experiência necessárias para assumir esse papel central na regulação de IA. O modelo proposto está maduro, garante uma coordenação efetiva, prevê instrumentos de mitigação de uma eventual fragmentação regulatória. Eu acho que ele é muito bem-vindo nesse sentido. E eu acho que a abordagem baseada em riscos e a proteção de direitos fundamentais se alinham de forma convergente.

A ANPD permanece à disposição, de portas abertas para todos e todas da sociedade civil.

Agradeço mais uma vez o convite e me coloco à disposição.

Obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradecemos a você, Lucas Costa dos Anjos, Professor também universitário – parabéns pelo nosso dia – da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não; de Juiz de Fora.

O SR. LUCAS COSTA DOS ANJOS (*Fora do microfone.*) – De Juiz de Fora. Mas está próximo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, está próximo, não está tão longe.

Quero também ressaltar o trabalho importante da Universidade de Juiz de Fora, na questão de avaliação da educação básica, instrumentos de avaliação dos alunos nas disciplinas, de orientação de professores, de formação de professores, a partir do trabalho, referência no Brasil, de Juiz de Fora.

E quero agradecer a participação da ANPD em todos os debates aqui do Senado, com muita disposição. Apesar da infraestrutura ainda precária, vamos dizer, estão sempre participando – e, no Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, de uma maneira muito particular. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Rony Vainzof, que é Diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Seja também muito bem-vindo, Dr. Rony. Com a palavra.

O SR. RONY VAINZOF (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia, Senador Flávio Arns. Queria agradecer-lhe pelo convite e também ao Senador Astronauta Marcos Pontes. Queria também cumprimentar aqui meus colegas de mesa – é uma satisfação enorme estar com vocês – e também os demais participantes.

Gostei bastante, Senador, aqui, de se ter puxado esta reunião para fazer uma avaliação da Estratégia Brasileira de IA, do Plano Brasileiro de IA e das convergências com o marco regulatório de IA; ou seja, não dá para a gente não convergir em relação ao que queremos para o Brasil em termos de estratégia, plano e marco regulatório de IA. O Prof. Silvio Meira fala bastante isto: não adianta a gente ter uma lista de não fazer antes de termos uma lista do que fazer. E a gente precisa efetivamente de uma lista do que fazer. Não há competitividade no Brasil sem o uso intenso de dados, de tecnologia e de inteligência artificial.

Queria agradecer aqui o trabalho do MCTI, na pessoa do Hugo, pelo Plano Brasileiro de IA; e também parabenizar a ANPD aqui, na pessoa do Lucas, por tudo o que vocês fazem lá. Eu sou Conselheiro Nacional de Proteção de Dados, em nome do setor empresarial. E também parabenizo o amigo Fabrício, além aqui do Prof. Edson, do Einstein; da querida amiga Rogéria, por tudo o que vocês fazem; e demais colegas.

Mas a minha pauta aqui hoje é IA e segurança digital, né? Então, eu vou falar sobre segurança digital e ver como que a gente consegue encontrar convergências, porque não há transformação digital sem cibersegurança e governança ética de IA. Isso precisa caminhar junto.

Antes eu queria fazer aqui uma ressalva. O Hugo comentou, toda hora nós estamos nos atualizando e, felizmente, a gente teve ontem o Prêmio Nobel de Física, em relação aos efeitos quânticos, antes pareciam restritos a partículas microscópicas, agora também podem aparecer em circuitos do tamanho da palma da mão. E os laureados falaram que essa descoberta vai ser capaz de resolver problemas impossíveis para máquinas tradicionais, e para sensores de altíssima precisão, podendo revolucionar áreas como Medicina, exploração espacial, mas também a cibersegurança; ou seja, eu sou extremamente otimista, e a gente vê pesquisadores de física ganhando Prêmios Nobel voltados aí para os efeitos quânticos de toda essa nova inteligência que nós estamos descobrindo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Porém, quando o Fórum Econômico Mundial apresenta os principais riscos em relação a dois anos e dez anos, a gente vê como risco número um, nos próximos dois anos, a desinformação. Quinto maior risco: a questão da ciberespionagem e a questão da ciberguerra. E, em dez anos, esses dois riscos também, infelizmente, se apresentam.

Quando a gente olha a lista de alto risco do Tribunal de Contas da União, cibersegurança aparece lá entre a lista de alto risco. E por quê? Porque nós temos no Brasil uma superfície de ataque entre as mais vulneráveis do mundo, com tendência de aumento; porque não há uma organização oficial no Brasil capaz de zelar pelo nível de maturidade em termos de cibersegurança; porque a Política Nacional de Cibersegurança não possui uma estrutura de coordenação para conduzir esse tema; e porque não há priorização do tema cibersegurança, pois o orçamento autorizado para este assunto, nos últimos quatro anos, foi insuficiente. Isso é o Tribunal de Contas da União que está dizendo.

E os números são devastadores. Se fosse um país, o cibercrime seria a terceira maior economia do mundo. Os custos em relação ao PIB global seriam de 14%. Aqui, no Brasil, o Instituto Nacional de Combate ao Cibercrime estima que seria de 18% do PIB brasileiro, ou seja, quando a gente fala do custo em relação a todas essas ações, a gente precisa pensar no custo da inação: o que representa o custo da inação em termos de cibersegurança.

Quando a gente olha para a inteligência artificial – e aqui foi uma pesquisa feita pela McKinsey, envolvendo mais de 780 respondentes –, quais são os principais riscos relacionados à inteligência artificial? Risco número um: cibersegurança. Risco número dois: questões de regulação. Risco número três: privacidade e proteção de dados. Risco número quatro: falta de precisão, "inacurácia". Risco número cinco: propriedade intelectual.

E aqui eu vou trazer alguns exemplos desses riscos.

IA, infelizmente, utilizada como ferramenta pelos criminosos: 40% do *phishing* direcionado atualmente para as empresas são já gerados por inteligência artificial; 60% dos destinatários caem nesses golpes de *phishing* gerados por IA, porque são levados a acreditarem muito mais facilmente que aquilo pode ser condizente com a realidade. Infelizmente, assim como a IA gera eficiência para nós, gera eficiência para os criminosos. Os criminosos têm uma expectativa de 95% de diminuição de custos em campanhas de *phishing*. E a expectativa é que, infelizmente, a inteligência artificial generativa aumentará as perdas causadas por *deepfakes* em 32%.

Fora isso, existem vulnerabilidades decorrentes da própria inteligência artificial, como o caso de envenenamento de dados no treinamento para criar *backdoors* ou então a injeção de *prompts* de comandos para contornar restrições de segurança. E também tem a modalidade culposa, como a *shadow AI*, ou seja, funcionários que utilizam sistemas de IA sem aprovação corporativa, que são responsáveis por violações ali – 97% dos incidentes, segundo uma pesquisa da IBM envolvendo IA, ocorrendo em sistemas sem controles adequados, sem governança de inteligência artificial.

Isso sem falar do caso de Hong Kong: um funcionário financeiro entrou numa sala de reunião, ficou interagindo com os executivos; todos esses executivos eram *deepfakes* dos executivos; e determinaram que ele fizesse transações que chegaram a US$25,6 milhões.

Tem um professor da PUC que fala bastante isto: que acabou a era do "ver para crer" – essa máxima não existe mais.

E aí a gente olha para efeitos como alucinação de IA, ou seja, a falta de precisão de IA. E aqui são todos os modelos principais existentes de IA e o quanto essa inteligência artificial, infelizmente, alucina. E a gente sabe que a IA, apesar de ser teoricamente uma inteligência artificial, não sabe o menor sentido

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das palavras, frases ou qualquer conteúdo que produz; ela somente calcula a probabilidade ali de encaixar uma palavra depois da outra, ou seja, não tem qualquer entendimento do mundo. A IA não tem qualquer senso comum e muito menos o compromisso com a realidade. A grande questão não é a inteligência artificial mentir ou alucinar; somos nós, seres humanos, acreditarmos na mentira da inteligência artificial.

Em termos de capacitação e educação, que o Hugo comentou anteriormente, lá na Europa, uma empresa colocou esse *banner* gigantesco na construção de um prédio falando: "Ei, ChatGPT, quero ver você terminar a construção desse prédio", porque teoricamente determinadas habilidades humanas são irreplicáveis. E aí a gente lembra que tem impressoras 3D que já constroem prédios de até três andares.

Então, a gente precisa muito de capacitação e educação e a gente precisa muito de conhecimento, para entender o que é a questão da alfabetização e letramento em IA e principalmente para contestar a inteligência artificial.

Os casos são vários, né? Quando a gente fala de vieses discriminatórios ilícitos, esse cidadão da Nova Zelândia, um oriental, foi tentar tirar o passaporte, e não conseguiu, porque a máquina falava para ele: "Abre o olho", "Como assim? Estou com o olho aberto". E esse é um caso clássico de sub-representação de dados no treinamento de IA para, obviamente, se demonstrar que ele estaria ali com o olho aberto e que existem pessoas que têm olhos puxados – um caso clássico. Ou, então, a própria OpenAI, em 2022, *prompt*: imagem de um CEO, só homens brancos engravatados; imagem de um assistente pessoal, somente mulheres, porque IA são baias, IA são vieses, né?

A questão da explicabilidade: como que a IA gerou aquele resultado? Aqui uma pesquisa para identificar se nessas fotografias eram huskies ou lobos siberianos. E a IA estava chegando numa precisão enorme. E aí eles foram tentar pela explicabilidade identificar como que ela estava chegando em tamanha precisão de quase 100%. Sabe o que eles identificaram? Que a IA não estava identificando se era lobo ou husky. Estava identificando se, no fundo das fotos, tinha neve ou não tinha neve, né? Ou seja, não tinha nada a ver com o propósito original, por isso que é importante a explicabilidade, só que essa é uma questão muito complexa, porque modelos simples são muito explicáveis; modelos complexos, como redes neurais profundas, são pouco explicáveis. E onde está a explicação? Nos dados de entrada e nos dados de saída, só que, quando a gente olha para grandes modelos de propósito geral, a gente precisa de muita informação desses modelos para avaliar riscos.

E aqui é uma pesquisa recente realizada com os principais modelos, avaliando e categorizando o risco de cada um desses modelos. Por que governar a inteligência artificial? Porque não existe, novamente, transformação digital sem governança. Está muito além de mitigar riscos regulatórios. Independentemente de um novo marco legal, de acordo com a inteligência artificial, já tem lei – já tem o Código de Defesa do Consumidor, já tem a Lei Geral de Proteção de Dados, já tem o marco civil da internet, entre outros –, mas a grande questão é que, sem governança, você não consegue ter eficiência operacional. E é isso que as empresas ali identificam. É uma questão de trazer eficiência. É uma questão de confiança. É o novo ESG, muito além de anticorrupção, muito além de diversidade, muito além de questões ambientais, voltado para o uso ético e responsável de dados de uma forma geral.

A gente realizou uma pesquisa na Fiesp envolvendo quase 300 empresas, a maioria delas micro e pequenas empresas. O resultado foi o seguinte sobre governança de IA: apenas 7,7% implementam alguma governança de IA, 57,3% não possuem qualquer tipo de governança de IA. E o mais assustador:

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

35% disseram que não utilizam IA. Talvez nem saibam que utilizam IA, porque, hoje em dia, qualquer tipo de fornecedor utiliza a inteligência artificial.

E aí eu vou finalizar aqui com algumas sugestões sobre o que fazer de forma propositiva, Senador.

Primeiro ponto: como eu disse, não há transformação digital sem cibersegurança e governança de IA.

Segundo ponto: não adianta sermos pioneiros em relação à adoção tecnológica se a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONY VAINZOF – ... comportar uma baixa maturidade em segurança.

Terceiro ponto: precisamos fazer o básico bem-feito. Noventa e oito por cento dos ciberincidentes seriam evitados fazendo o básico bem-feito.

A gente precisa também consumir muito dado e tecnologia para cibersegurança, porque isso mitiga riscos.

Outra questão: os criminosos trocam informação entre eles, mas nós não trocamos. Esses centros de compartilhamento de informações e tratamento de incidentes são super-relevantes. E, lá no Senai, a gente está fazendo um Isac da indústria, justamente para viabilizar esse tipo de compartilhamento.

O direito tem que ser um impulsionador da inovação e não o seu detrator. É por isso que o marco regulatório foi tão debatido. E ele já está bastante amadurecido, ele melhorou muito desde o início das discussões, mas estratégia é o diferencial. A gente precisa ter aqui escolhas de prioridade.

Eu já estou encerrando em, no máximo, um minuto, Senador.

A gente precisa de grandes modelos globais abertos que permitem treinar IA com dados brasileiros, com baixo custo e com alta eficiência.

IA começa com inteligência natural. Nós também, como o Hugo comentou, precisamos de educação, que é pré-condição para IA de qualidade, mas não somente educação: a gente precisa de um plano para reter talentos, a gente precisa mesclar educação com oportunidades, porque senão esses talentos todos vão para fora do Brasil.

A gente precisa também avaliar como conciliar delegação com supervisão. A gente não pode perder a agência sobre a IA e, ao mesmo tempo, a gente precisa avaliar essa supervisão quando ela for pertinente.

Ou seja, a inteligência artificial é um instrumento de ampliação da capacidade humana. Como ela pode nos empoderar? Como ela pode aumentar e ajudar, e não substituir a capacidade humana?

E nós temos, pela Fiesp e pelo Ciesp, Senador, várias cartilhas gratuitas sobre governança para o uso de IA generativa, vários cursos gratuitos sobre governança de IA ética e várias cartilhas também sobre esse mesmo assunto.

E com isso eu encerro minha fala.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Dr. Rony Vainzof. Estou pronunciando certo?

O SR. RONY VAINZOF (*Fora do microfone.*) – Certíssimo. E não é fácil na primeira vez, mas foi correto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ele é Diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A apresentação é assustadora ao mesmo tempo, sabe?

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONY VAINZOF (*Fora do microfone.*) – Pois é. É importante causar isso, para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, eu gostaria só de também ter o desafio, porque nós temos feito isso com Inpe, Cemaden, educação digital, e você mencionou – me permita chamá-lo de você, com todo o respeito – alfabetização e letramento, para fazer o básico bem-feito. Como podemos associar IA com educação? Desde a educação básica até, obviamente, a pós-graduação, mas a educação básica em particular. Quer dizer, existe tanto o conhecimento, então como transformar esse conhecimento numa informação para crianças e adolescentes? Porque, daqui a pouco, são eles que vão estar aí dominando também toda essa situação, né?

O SR. RONY VAINZOF (*Fora do microfone.*) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos pensar juntos nisso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está certo.

Muito bem. Parabéns pela apresentação e parabéns para a Fiesp como entidade de referência, no Brasil, também nessa área. Parabéns pelo trabalho.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Fabrício de Mota Alves – seja muito bem-vindo também –, Presidente da Associação Brasileira de Governança de Dados (govDADOS).

O SR. FABRÍCIO DA MOTA ALVES (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Flávio Arns, a quem cumprimento, inclusive o Senador Astronauta Marcos Pontes, pela iniciativa.

Entre os muitos chapéus que eu visto atualmente, um deles é o de Presidente dessa associação, que é uma associação da sociedade civil que reúne basicamente profissionais de proteção de dados, segurança da informação, governança de dados em geral. Também tenho a honra de presidir o Conselho Consultivo da Anatel. E é em função desses recortes, Senador e Presidente Flávio Arns, que apresento aqui a exposição com a visão da sociedade civil, não apenas com a visão que eu poderia eventualmente assumir, inclusive como advogado que sou.

Fui servidor desta Casa, e muito me orgulha retornar aqui. Faço questão de cumprimentar, inclusive, as senhoras e senhores assessores e servidores aqui desta Casa, muitos colegas que tornaram essa passagem mais leve e agradável. Cumprimento o Dr. Leomar Diniz, já estivemos juntos em muitas batalhas aqui – eu do lado da assessoria, e ele sempre secretariando com muita excelência –; os colegas aqui também: Profa. Tainá, Dra. Fernanda, sua assessora, o amigo Aires também, sempre bom revê-los. Faço questão de sacrificar esse pequeno tempo em função disso, Senador.

E cumprimento também os colegas aqui de mesa, o amigo Rony, o Dr. Hugo e o nosso querido colega Lucas, também da ANPD.

Senador, basicamente, penso que um dos pontos mais importantes aqui para expor é uma breve avaliação que representa e traduz um certo otimismo com o que o Estado brasileiro tem feito no que diz respeito às políticas públicas voltadas para essas novas tecnologias. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e o recém-anunciado, mencionado pelo Dr. Hugo aqui, Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (Pbia) são instrumentos muito potentes e importantes que traduzem um compromisso do Estado e do Governo Federal com a temática da inovação e a temática da revolução digital e tecnológica que nós vivemos. O investimento de R$23 bilhões, a expansão do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

supercomputador Santos Dumont, a ambição de desenvolver um modelo de linguagem próprio, tudo isso são elementos que, na verdade, induzem a percepção importante e fundamental de que nós temos que pensar não somente a tecnologia, mas elementos também de ordem política, como a soberania digital.

No momento em que nós estamos agora, estamos talvez ultrapassando a fronteira do debate regulatório. Já temos regulação de dados em vários aspectos – regulação de transparência com a Lei de Acesso à Informação, regulação de dados pessoais com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – e agora estamos caminhando para a regulação da inteligência artificial. Então, essa tríade ou essa matriz de regulações já é ponto consolidado na governança pública do tema. Temos talvez que focar agora em elementos que expandem e vão além do aspecto de regulação jurídica. E creio que seja esse talvez o ponto mais importante da avaliação que esta Comissão possa fazer, no que diz respeito a todas as iniciativas do Governo, em conjunto com o Congresso Nacional.

E, nesse aspecto, quando se fala em soberania digital, talvez o ponto mais importante seja questionar para quem e com quem estamos construindo essa soberania. Um projeto dessa magnitude não pode ser governado apenas pela visão do Estado; temos, obviamente, que trazer a sociedade civil organizada para este debate. É um debate que diz respeito a nós como nação, questionamentos da ordem: quais são os mecanismos concretos e permanentes da participação social previstos na Ebia que efetivamente traduzem um anseio social, público e popular? Quanto ao próprio Pbia, como garantir que os dados que vão alimentar esse LLM brasileiro, de fato, vão refletir a diversidade do povo brasileiro?

Aliás, esse foi um dos pontos mais criticados, ao longo da construção do marco regulatório de inteligência artificial, sobretudo em função da visão de uma preponderância quase monopolística ou oligopolística de participação de grandes empresas internacionais nesse modelo que está ditando as regras do mundo, e nós sabemos que a inteligência artificial não é apenas um elemento tecnológico ou econômico; já é um elemento geopolítico. Acredito que exista já uma percepção de que quem dominar a corrida da inteligência artificial terá as condições de ditar as regras para a nova recomposição social internacional, da sociedade internacional.

Então, traduzir os anseios sociais, traduzir o interesse da população brasileira para as políticas que estão sendo gestadas nas instâncias públicas é fundamental, e não somente representativo em termos de legitimidade, mas, sobretudo, garantidor de uma perseverança cultural que nós todos temos que chancelar, através da representatividade pública e popular.

O próprio Projeto de Lei 2.338, de iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco e que foi relatado pelo Senador Eduardo Gomes, a sua própria propositura e, logo em seguida, a sua aprovação por esta Casa podemos constatar como uma grande vitória em relação a esse tema, na medida em que se estabeleceu ali uma dimensão do debate público em torno da regulação jurídica. Essa dimensão se traduz pela centralidade da pessoa humana.

Esse debate não pode ser pautado única e exclusivamente pela perspectiva de inovação econômica. Ele precisa transcender esse elemento, para equacionar os muitos elementos, os muitos direitos e princípios, valores e pilares da Constituição Federal.

Então, a inovação é extremamente importante, mas não deve ser o único prisma a partir do qual se deva enxergar a discussão sobre a regulação jurídica e propositura de políticas públicas em relação à inteligência artificial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de transparência algorítmica? Certamente. Precisamos de *accountability* público e privado? Seguramente precisamos. O Dr. Rony apresentou aqui, de forma muito ilustrativa, elementos que dizem a importância que esses elementos traduzem.

O Brasil é um dos países que mais consomem tecnologia, e isso traz consequências também de ordem massiva para a população. Muitas vezes, uma confiabilidade, uma confiança quase ingênua sobre a tecnologia pode traduzir-se em elementos de risco a direitos fundamentais.

Então, esses elementos são fundamentais para que o cidadão, ao ter, por exemplo, um crédito negado, ou um benefício social indeferido, ou quando ele for alvo de uma abordagem policial preditiva por um algoritmo, ele tenha direito de saber o porquê, como funciona aquele mecanismo que levou àquele resultado. Ainda que o resultado seja legítimo, seja juridicamente sustentável, mas ele deve ser socialmente aceito, e esse elemento depende desse *accountability*, dessa transparência e dessa publicidade.

A caixa-preta algorítmica é incompatível, na verdade, com o Estado democrático de direito. Acho que esse é o ponto, talvez a mensagem mais forte que a gente possa traduzir.

Nesse aspecto, trago também à discussão, já aproveitando a presença do Dr. Lucas aqui, o imperativo, na medida em que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que agora já é uma agência reguladora – inclusive, temos que perder o cacoete de chamá-la de autoridade. Vamos agora nominá-la como aquilo que ela é: agência reguladora –, precisa ser fortalecida. Então, quando o Dr. Lucas traz esses elementos, eu os corroboro como sociedade. É imprescindível o fortalecimento.

A medida provisória, Presidente, Senador Flávio Arns, apresenta, sim, elementos de fortalecimento e transmuta a ANPD em agência reguladora, o que é algo extremamente significativo, até em termos de modernidade regulatória, porque as agências reguladoras, hoje, são os elementos, as instituições mais modernas que nós temos para regular mercados e setores específicos.

No entanto, não apenas devemos nos limitar à estruturação de pessoal ou à estruturação financeira. É preciso também, à medida que a ANPD se arvora de novas competências que lhe são confiadas, repensar com a estrutura administrativa e de funcionamento.

A ANPD é uma agência, hoje, de garantia de direitos, mas ela está se deslocando para ser uma agência também de fomento, para uma agência de predição de mercados, para uma agência definidora de setores econômicos inteiros.

O próprio ECA Digital, que agora se mantém dentro do escopo protetivo, é um dos elementos que já transmuta essas competências. O que antes regulava só dados pessoais, agora vai passar a regular conteúdo protetivo de criança e adolescente. Mais à frente, em 6, 12 ou 18 meses, ele irá também regular a inteligência artificial, ainda que de forma coordenada com outras agências reguladoras.

Então, tudo isso depende de uma visão mais efetiva sobre a necessidade de se corporificar a ANPD como aquilo que ela está se tornando. E, nesse sentido, faço referência, inclusive, Senador... Convido a todos, a sociedade e os colegas aqui presentes, para que avaliem as emendas que foram apresentadas à medida provisória. Foram 40 emendas apresentadas, e, dessas 40 emendas, 17 traduzem uma mensagem muito forte, a mensagem de que a ANPD pode, e talvez deva, reestruturar também a sua organização interna, suas coordenações, sua dinâmica de funcionamento entre as coordenações e o conselho diretor, com novas competências, novas garantias e novos mecanismos.

E aí eu trago a experiência, também como Presidente do Conselho Consultivo da Anatel, da robustez dos processos e da capacidade dos servidores da Anatel. Acho que a Anatel pode e deve ser uma referência paradigmática para a ANPD. Talvez seja hoje a agência reguladora mais madura, mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissional que se tenha em relação às muitas mudanças pelas quais passou desde os primeiros presidentes, inclusive desde a previsão e idealização do então Ministro Sérgio Motta, até os momentos de hoje, passando por presidentes muito relevantes.

Então, eu penso que essa dinâmica tem que ser paralela e precisa estar alinhada com os anseios sociais, inclusive para proteção e garantias. A ANPD está se encorpando e precisa acompanhar...

Eu faço até um paralelo, Senador: a ANPD ainda está no jardim de infância das agências reguladoras. São apenas sete anos de LGPD, apenas cinco anos – cinco anos, não é, Lucas? – não completos, quatro anos e quase cinco anos não completos de autoridade, de autarquia. Aliás, é menos tempo de autarquia, não é? Inclusive essa celeridade, essa evolução, esse crescimento foi muito rápido, e todos sabemos que o crescimento tem que ser acompanhado também de um aculturamento: aculturamento da direção e aculturamento dos servidores.

E aí o ponto final desse capítulo da minha exposição, Senador, é a necessidade de capacitar esses servidores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRÍCIO DA MOTA ALVES – Concurso público não vai resolver esse problema; ajuda, mas a capacitação é fundamental. Por quê? Porque o tema é inédito, o tema é novo, o tema é revolucionário; não temos nem doutrina sobre isso no Brasil. Então, precisamos encorpar e capacitar a ANPD também por essa perspectiva. É o que a sociedade deseja e é o que o Estado tem como compromisso.

Então, Senador, só para finalizar, faço questão de reiterar todas essas condições que eu penso que são inegociáveis. São condições que traduzem a necessidade de enxergar essa questão pela perspectiva da governança participativa, da proteção robusta de direitos fundamentais e, obviamente, do compromisso real com o bem-estar social.

Senador, eu sou cristão, católico, e faço questão de referenciar uma frase muito forte da palavra que eu sigo.

No livro de Lucas, há uma passagem que tem muita pertinência com esse tema: "A quem muito foi dado muito será exigido; a quem muito foi confiado muito mais será pedido". Ou seja: a ANPD está ganhando essa dimensão, mas saibamos que ela será cobrada e deve ser cobrada em todos esses aspectos, traduzindo suas entregas de forma eficiente, robusta e respeitadora dos direitos fundamentais.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Dr. Fabrício, Presidente da Associação Brasileira de Governança de Dados (govDADOS). Até novamente...

Eu sempre penso na articulação com a educação, na criação de uma doutrina. Este debate tem que acontecer também com as instituições de ensino superior, além da educação básica mencionada agora há pouco. Nós temos que criar a doutrina, discutir isso, e a universidade é um local próprio para que isso aconteça.

E, realmente, a gente pode fazer esse debate da estrutura do órgão aqui dentro da Comissão também, como nós fizemos, enquanto Presidente da Comissão de Educação e Cultura, no fortalecimento das carreiras do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e do FNDE, que trabalham com R$1 trilhão e têm que ter uma estrutura adequada. E, felizmente, o resultado foi bastante adequado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse debate... Já fomos solicitados, inclusive, pelo corpo funcional da pesquisa também, do ministério, do CNPq, para que façamos esse debate.

Mas muito bom. Parabéns pela exposição, muito clara, muito diplomática também.

E agora nós vamos fazer uma inversão da mesa, para convidarmos mais três expositores presenciais – e há um expositor remoto.

Já agradeço, por enquanto, a participação, mas vamos continuar com a segunda parte.

Já distribuímos, inclusive, uma folha para os participantes, e a pessoa remota, o expositor, já teve acesso também às perguntas.

Enquanto isso, eu leio as perguntas que já vieram pelos meios de comunicação do Senado.

O João, do Maranhão: "A Ebia realmente consegue equilibrar inovação tecnológica com a garantia de bem-estar social ou está mais voltada aos interesses econômicos?".

O Gabriel, de São Paulo: "Como o Brasil pode incentivar o desenvolvimento de modelos LLM nacionais, reduzindo a dependência [...] de modelos chineses e americanos?".

Ivanildo, da Paraíba: "Quais estratégias são necessárias para assegurar infraestrutura tecnológica e acesso equitativo às ferramentas de IA pelo nosso povo?".

Raphael, do Rio de Janeiro: "Qual o plano para capacitar a força de trabalho brasileira e os gestores públicos para lidar com as transformações trazidas pela IA?".

São perguntas que depois vão ser abordadas.

Por favor, os convidados Dr. Igor Muniz da Silva, Dr. Edson Amaro Júnior e Dr. Sergio Ricardo de Melo Queiroz sejam muito bem-vindos também. (*Pausa.*)

Muito bem.

Nesta segunda parte, então, teremos a participação, como já mencionado no início, do Dr. Igor Muniz da Silva, Coordenador de Implantação, Suporte e Sustentação do Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública.

Seja muito bem-vindo, Dr. Igor.

Também o Dr. Edson – aqui, à minha direita –, Dr. Edson Amaro Júnior, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Seja igualmente bem-vindo.

E o Dr. Sergio Ricardo de Melo Queiroz, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Da mesma forma, muito bem-vindo.

E, de forma remota, a quem damos as boas-vindas também, o Dr. André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, da Universidade de São Paulo.

Podemos começar com o senhor, Dr. André, remotamente, mas presente fisicamente, aqui, pela explanação também.

Pode ser?

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Faremos assim, Senador. Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então está bom.

Então, eu passo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, da USP, instituição de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

referência no Brasil e nas Américas e no mundo também, por tantas iniciativas importantes envolvidas na universidade.

Seja muito bem-vindo.

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Arns, pela gentileza, e a V. Exa., Senador Marcos Pontes, pelo convite também, pela gentileza do convite.

Cumprimento os membros da mesa e os demais participantes da audiência e aproveito para parabenizar o Senado por esta e outras importantes iniciativas no tema.

Bom, eu trabalho, desde 1987, com inteligência artificial e tenho acompanhado o progresso, no Brasil, do tema.

O primeiro evento no Brasil que foi realizado desse tema foi em 1984. Foi o 1º Simpósio Brasileiro de Inteligência Artificial. E, desde então, várias atividades foram realizadas pela academia.

Em 2018, a Unesco começou a discutir o papel da IA nos países. Dentre os assuntos, qual seria o papel da estratégia nacional de IA nos países. E, com isso, lançou um edital no Brasil, em 2019, para contratar um consultor, por 12 meses, para escrever o texto da estratégia brasileira de IA.

Muito tempo passou.

Em 2024, veio, então, o Plano Nacional de IA, o Pbia, em 2024, e depois é talhado em 2025.

Ele tem vários aspectos interessantes. Eu participei de algumas reuniões... De duas reuniões. Foram duas reuniões de trabalho de ICT.

Foram mais de 300 participantes, seis oficinas, e cada participante preenchia uma ferramenta de computação, e, depois, uma ferramenta de IA sintetizava as colaborações dos 300 participantes.

Bom, talvez eu não seja tão diplomático como os meus antecessores. Eu quero ser bem direto, porque eu acho... Vou falar a impressão – minha e da academia – sobre como é que está a área de computação no Brasil, da Sociedade Brasileira de Computação também, e eu também falei sobre isso numa reunião da Academia Brasileira de Ciências.

Nós temos algumas preocupações com relação à iniciativa e com relação aos recursos do Pbia.

Uma preocupação é o recurso excessivo em infraestrutura em detrimento da formação e da criação de talentos, porque nós achamos que o que está por trás de uma IA forte no país são talentos fortes do país em IA. É isso que acontece em todo lugar do mundo, está inclusive por trás das *big techs*. A esperança é que um plano estratégico defina direções, prioridades e ações para obter um sucesso em longo prazo, e eu me preocupo com o efeito do Pbia no longo prazo, na geração de serviço de qualidade, talento e IA internacionalmente competitiva no país.

O Pbia, eu acho, não vai permitir que o Brasil chegue ao topo de 20 países na IA. O Brasil é um dos poucos países que tem um fluxo negativo de talentos em IA, a gente perde. A maioria dos países está ganhando talentos em IA. Eu vou falar um pouco, então, sobre isso nos meus dez minutos.

Primeiro, com relação a equipamento. Existe um estudo da OpenAI que fala que, para você manter esse crescimento acelerado dos sistemas de IA, vão ser necessários, em 2028, US$76 bilhões, ou seja, nenhum governo... Talvez os Estados Unidos consigam ter recursos suficientes para isso. É uma corrida contra o rabo, porque você compra um equipamento novo, que rapidamente fica defasado e já vem um equipamento mais sofisticado e mais custoso.

Existe um *ranking* global chamado The Global AI Index, que ranqueia todos os países, como é que eles estão em IA. Ele tem três pilares: implementação, inovação e investimento, que depois são

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

bifurcados em sete pilares. Um deles, o de implementação, foca em talento. E como é que está o Brasil? Em 2023, o Brasil estava na 35ª posição no mundo; em talento, era o 21º; em infraestrutura, 42º. No último relatório, o Brasil passou para 30º lugar, mas em talento caiu do 21º para o 26º lugar, tá? Isso é preocupante para o país.

Com relação a plano de IA, os países têm iniciativas parecidas, como já mencionei. Por exemplo, o Reino Unido juntou dezessete especialistas, oito deles eram pesquisadores de renome de universidades britânicas, e os demais nove de empresas e de órgãos públicos. Na França, foram treze especialistas, oito deles tinham doutorado, um na física e sete na área de computação. Preocupa a SBC e me preocupa, em particular, esse desequilíbrio que houve na comunidade acadêmica na definição do Plano Brasileiro de IA.

Outro fato interessante quanto ao plano de IA: o que eles falam? Eles falam que querem construir uma infraestrutura de IA suficiente, segura e sustentável, ou seja, tem um movimento todo em torno dos conteúdos verdes, de usar menos recursos para gastar menos energia e CO_2, gerar menos CO_2 e gastar menos água, mas dá uma ênfase muito grande em treinar, reter e atrair a próxima geração de cientistas e empreendedores na área de IA. Eles querem fazer tudo isso, tanto o desenvolvimento como a adoção de IA ser segura e confiável, usando regulação e uma garantia governamental.

O que é que eles querem fazer até 2030? Querem expandir a capacidade de recursos de pesquisa em IA em pelo menos 20 vezes no Reino Unido. Vão fazer também zonas de crescimento da IA para facilitar a construção acelerada de *data centers* e de empresas de IA, ou seja, eles estão muito mais ambiciosos.

E o que é que eles falam com relação a talento? Eles falam que vão apoiar as universidades, aumentando o número de graduados em IA, ensinar habilidades interessantes para o setor; eles também investem muito no ensino fundamental para dar letramento em IA para as crianças no Reino Unido; eles querem estabelecer a capacidade interna de *headhunting* em pé de igualdade com empresas de IA para trazer especialistas para o Reino Unido; e querem explorar como o sistema de imigração existente pode ser usado para atrair graduandos de universidades de ponta do mundo inteiro para puxar para o Reino Unido os maiores especialistas em IA.

O Brasil até teve, e isso deve ser louvado, um estímulo interessante e semelhante do CNPq, mas, enquanto, por exemplo, na França, eles estão trazendo um montante de recursos de 1 bilhão de euros para especialistas montarem equipe, no Brasil, para uma pessoa vir, a bolsa de doutorado é de R$5,2 mil, então, vai ser difícil conseguir competir em pé de igualdade. A França vai investir 109 bilhões de euros em IA, ela já é o terceiro país, depois dos Estados Unidos e a China. A França, que era o 13º lugar nesse *ranking*, passou para 5º de 2023 para 2024, e eles querem também aumentar o PIB deles em quase 1% nos próximos dez anos usando a inteligência artificial.

Quero falar um pouco, voltar na história. Um dos grandes países, dos principais países, pelo menos o mais pujante no mundo na parte econômica e tecnológica, são os Estados Unidos. E como é que eles cresceram? Cresceram investindo no desenvolvimento de foguetes, em indústria aeronáutica, em energia nuclear, mais recentemente, em computação e, hoje, em IA. Eles investem pesadamente, tanto que as *big techs*, quase todas, na área de IA, são criadas na região da costa leste ou na região da costa oeste, em particular, na área do Vale do Silício.

Como é que está o Brasil, nessa situação? Talento tem a ver com academia, tem a ver com universidades. Onde o Brasil vai bem? O Brasil vai muito bem na Embrapa, na Embrapa e em agronegócios. O Brasil é líder mundial em agronegócios muito por conta da Embrapa. Como é que está

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a academia brasileira em IA? Vamos olhar o *ranking* de universidades do Brasil por assunto. Em agricultura e engenharia florestal, a Esalq-USP é a 38ª melhor escola do mundo. Bom, outra área em que o Brasil cresceu: aviação – nos dá orgulho a Embraer. Como é que está na academia? A USP, a Escola de Engenharia de São Carlos e a Poli estão em 71º lugar na indústria aeronáutica, em engenharia aeronáutica e em engenharia mecânica. Em mineração, nós estamos muito bem também; a Poli está em 33º lugar em engenharia de minas. Em óleo e gás, estamos muito bem – a Petrobras é um dos gigantes do setor, e a Poli está em 9º lugar do mundo em engenharia de petróleo. Mas como é que está na computação? Na computação, a USP está em 94º lugar. Em inteligência artificial, a USP, do Brasil, que está em melhor posição, está em 92º lugar. E onde é que está a USP? Está como a melhor universidade, mais bem-posicionada, mas em 78º lugar. É triste ver o Brasil, um país tão grande, tão rico, com uma população tão criativa, como é a do Brasil, não ter universidades – não só a USP, mas várias universidades – nos *top* 50, por exemplo. Sem ter talentos qualificados, é muito difícil o Brasil ter um papel predominante em ciência e tecnologia.

Então, infelizmente, eu vejo o Brasil perdendo oportunidade, como já perdeu em outras áreas também. O Brasil faz hoje – e está fadado a fazer – a IA mais simples, o que qualquer outro país consegue fazer sem ter recursos humanos tão qualificados como o Brasil, e, pior, o Brasil vai muito bem na agricultura, mas a gente não consegue ir tão bem na IA, porque a IA não precisa de pasto. IA qualquer país, a IA simples, consegue fazer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO – A gente vê até que o plano, recentemente, começou a ser implementado, e uma de suas primeiras ações foi cortar recursos das ICTs de IA que estão previstos no plano. Então, por exemplo, eu sei do caso de uma ICT que perdeu 25% dos recursos. Opa! Quer dizer, então começou a tirar recursos do próprio plano da parte de pesquisa e inovação.

Outra coisa interessante: em 2021, o MCTI, na época, resolveu criar centros brasileiros de pesquisa em IA aplicada para poder fomentar a pesquisa aplicada em IA no Brasil. A ideia era fazer oito, já são doze, mas esses centros são mencionados muito brevemente no plano. Não está claro para os coordenadores do plano como o Plano Brasileiro de IA vai afetar os centros de pesquisa apoiados pelo MCTI de IA no país.

O Brasil tem todas as condições de dar um salto em IA, mas o tempo é curto. Eu estava conversando com a Presidente da SBC, da qual fui Vice-Presidente um tempo atrás, e a SBC também sente muito ter ficado por trás ou ficado fora da discussão do plano nacional de IA.

O Brasil tinha que ter centros de pesquisa de qualidade internacional, competitivos. A gente tinha que deixar de perder e começar a atrair talentos. Você ter um centro de talentos não custa tanto. É você pegar algumas cabeças pensantes do exterior, juntar com as cabeças pensantes do Brasil e criar centros que realmente tenham um impacto global grande.

Então, infelizmente, o meu discurso é um pouco de preocupação com a situação brasileira em IA, de como é que o Brasil vai avançar, se o Brasil vai ter um protagonismo. Como já mencionei, o Brasil atualmente é o 30º país no mundo em IA. Perdemos para os países com PIB menor que o nosso, com população bem menor que a nossa, como Singapura, por exemplo. E, com o plano, infelizmente, eu não tenho muita esperança que a situação melhore, até porque eu estou vendo outros países com planos bem mais ambiciosos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu sinto muito pelo meu tom mais pessimista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – ... mas eu acho que é importante trazer também essa outra visão da situação do plano de IA, da situação da IA no Brasil.

E, assim como os colegas, é muito importante que tudo que a gente faça siga um princípio de uma IA ética e responsável e, claro, que tenha benefício para a nossa sociedade, mas que também coloque o Brasil numa posição de protagonista em IA. Não precisa ser o primeiro, ser o segundo, o terceiro, mas pelo menos que seja um dos dez países que tem a IA mais bem desenvolvida no mundo.

Bom, era isso que eu queria falar.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos ao Dr. André Ferreira de Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP.

Não é uma questão de ser pessimista, é fazer uma análise da arte de vários pontos de vista para conduzirmos a uma reflexão importante, com uma reflexão assim do senhor, que é dedicado a essa área, com uma visão global muito interessante. Parabéns pelo trabalho!

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo, em seguida, a palavra... Vamos continuar com a USP também e passar a palavra, então, ao Dr. Edson Amaro Júnior, que é Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

O SR. EDSON AMARO JÚNIOR (Para expor.) – Bom, muito obrigado ao Senador Flávio Arns, também ao Senador Astronauta Marcos Pontes. É um privilégio estar aqui.

Mais um professor, né? Está parecendo a reunião de departamento ampliada.

Vamos aqui trazer um foco para a área da saúde. Eu acho que todos já entendemos claramente os benefícios que o Brasil ganhou com o desenvolvimento inicial da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e agora eu acho que, com uma visão mais focada e bem mais propositiva, do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

Entretanto, vale a pena a gente lembrar que historicamente a humanidade sempre passou pelos processos de revolução tecnológica ou guiada ou induzida por um princípio norteador que leva quase sempre ao benefício de poucos. E esse princípio é a vantagem comercial. Esse é o aspecto natural. Nós fizemos isso ao longo do tempo. Então, a ideia é que agora a gente tenha a oportunidade para mudar, começar desde o início a entender os problemas que nós enfrentamos cronicamente não só no Brasil, como no mundo. E esses problemas estão ligados à falta de equidade nas nossas relações, inclusive dos avanços que a humanidade produz.

Nessa linha, eu vou lembrar aqui uma definição que não é minha, é do Sr. Ángel Gurría, Secretário-Geral da OCDE, que é justamente uma das entidades que foi base de consulta para a geração tanto da estratégia quanto do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Ele define isso assim: inteligência artificial é uma força transformadora; não é uma tecnologia, é uma força – e é uma força que todos sentimos. E vamos ser práticos aqui: num consultório médico, os pacientes chegam para serem atendidos com a informação que ele obteve numa mídia social, num mecanismo de busca e, agora, que ele obteve de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma IA. Isso é realidade. Isso só aumenta, isso não vai diminuir. Isso tenderá, se não cuidado, a produzir talvez uma ampliação na nossa desigualdade.

E a efetiva implementação desse potencial transformador deve acontecer de maneira conjunta. E aí eu fico preocupado ao ver muitas vezes um foco exclusivo, se não prioritário – nunca exclusivo, até por definição –, da utilização dessas soluções que a gente pretende ampliar – e isso é obviamente uma necessidade – nos setores governo e academia. Será que a gente está realmente investindo nos mecanismos que a gente tem da sociedade ampla? O cidadão brasileiro hoje é capaz de produzir resultado. Ele precisa pertencer a uma entidade? Será que ele já não entendeu que a tecnologia permite que cada brasileiro hoje tenha o potencial, sim, de mudar a nossa perspectiva de uso de tecnologia de IA?

Então, esse modelo de parceria... Aí eu vou além da parceria que a gente já construiu, já tem iniciativas promissoras no país, para tentar identificar as lacunas. E eu vou dar um exemplo prático de novo. Os Centros de Pesquisa Aplicada – e o Brasil tem 11, que foi uma iniciativa importante, de novo, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Fapesp, do Ctic – produzem conhecimento, eles produzem a oportunidade de desenvolver soluções de IA, mas frequentemente está lá o pesquisador na universidade, está lá o médico, o agente comunitário de saúde no posto da UBS, e de repente um tem que ir atrás do outro. Eles não se encontram, porque não existe um mecanismo de fornecer essa ponte. Os financiamentos não estão olhando para as conexões diretas e necessárias entre, por exemplo, os hospitais, que precisam ter um time, uma preparação específica para receber essa tecnologia. Se você não identificar os processos de conexão – essa palavra é importante, e eu a vejo muito pouco colocada; eu vejo, sim, uma visão de pluralidade, de multidisciplinaridade, mas é necessário fornecer a conexão, os laços efetivos –, você não leva tecnologia para um consultório de uma maneira automática, imaginando que um projeto de pesquisa, um desenvolvimento de tecnologia não olhe para a governança dos processos de conexão, né? Ligar um ao outro.

Hoje a saúde não é mais definida – definição clássica de 1948 – como bem-estar físico, mental. Hoje ela olha para o ambiente, nós olhamos para os organismos biológicos à nossa volta. O aquecimento global... A gente tem a COP 30 no Brasil, como é que vocês acham que a gente vai conseguir resolver isso? Nós não conseguimos nem processar os dados que a gente tem. A gente precisa de inteligência artificial, sim. Então as políticas que usam, de novo, nos seus cuidados, obviamente pertinentes, em relação à avaliação dos riscos de uma nova tecnologia, precisam olhar proativamente para sua adoção, porque nós estamos deixando de trazer benefícios. Pessoas estão convivendo com doença e não precisavam. Hoje a gente tem tecnologia para isso.

Meio ambiente faz parte da saúde. Como é que a gente conecta o setor de saúde com o resto? Vocês sabiam que 25% da explicação da mortalidade de doença cardiovascular – aliás, a causa número um de mortalidade na cidade de São Paulo – não está nos livros de medicina. Ela está no transporte, na educação e no lugar onde as pessoas moram. Existem publicações mostrando que existe um cinturão de mortalidade aumentada por, por exemplo, acidente vascular cerebral, por derrame cerebral. E existe uma grande diferença de perspectiva de vida na cidade de São Paulo: 24 anos de diferença entre quem mora em bairros ricos e quem mora em bairros não tão ricos assim. Nós não podemos conviver com isso sem utilizar essa ferramenta poderosa como instrumento de mudança social na saúde.

E o foco da saúde também é bem interessante. Agora, vamos trazer uns números mais importantes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os dados de saúde hoje fazem parte da internet numa porcentagem grande, 30%; mas o que é mais interessante é que cresce numa taxa de 36%. Então, o volume de dados de saúde já é muito grande na internet, mas cresce rápido.

E olhem que interessante: se a gente pensar agora... Quem usa os dados? O mercado de *startups* hoje, na América Latina, teve um crescimento de 37%, quase o mesmo crescimento dos dados de saúde. Sabe quem mais produz, na América Latina, investimento em *startups*, nas *healthtechs*? É o Brasil: em relação ao total, 64,8%. Em segundo lugar é o México, com 16%. Olha o poder que a gente tem na parte do setor produtivo da sociedade, do setor privado...

Será que esse pessoal está interessado no Pbia? Desculpem a pergunta direta. Eles devem estar interessados? Obviamente estão, eu não tenho dúvida de que todo mundo conhece. Mas o que eles fazem, no dia seguinte de uma publicação...

Por exemplo, a gente vai ter a partir aí... Espero que a gente tenha a seleção dos três entes que vão participar do nosso *sandbox*. É fundamental o *sandbox*, mas será que a gente está sendo tímido no *sandbox*? Eu pergunto, Lucas... Eu adoro o *sandbox*, gosto muito do que a gente está vendo agora nesta reunião inteira. Não entendam que eu estou achando que isso aqui não está resolvendo. Mas eu acho que a gente está precisando ampliar mais, com mais coragem; não ter medo de aprimorar as utilizações para diagnóstico e tratamento em ambientes protegidos.

Então, vamos voltar lá para a consulta: será que a gente está fazendo, de novo, uma política pública adequada quando eu faço uma política para todos e não para cada um? Hoje as soluções de IA permitem, para cada paciente que tem diabetes, por exemplo, saber qual é o tipo de medicamento melhor para aquele indivíduo; e não o que a gente sabe que, em média, deve servir. E, é óbvio, a gente usa medicina baseada em evidência, mas os dados da ciência convencional são dados da média. Que paciente que está no consultório hoje que é igual à média? Qual o paciente hoje que tem apenas uma doença?

Então, esses são motivos para a gente fortalecer – e eu vou chamar a atenção para isto aqui – o nexo público-privado, a capacidade do poder transformador da sociedade aberta. Acho que a gente precisa valorizar mais isso no nosso plano, sabem? É isso está acontecendo, queiramos olhar ou não queiramos olhar, só precisamos conectar. De novo, chamo a atenção para a palavra "conexão" para promover equidade.

E vou dar um exemplo dos CPAs. Os CPAs, sim – nós fazemos parte de um CPA –, são fundamentais, uma iniciativa louvável. Mas o que acontece com o profissional que está no CPA?

E a gente trabalha com esses profissionais. A gente tem uma capacidade muito grande de conseguir, digamos assim, articular pessoas da sociedade, porque o motivo é nobre: "Como é que eu vou melhorar a saúde usando IA?". Cada *startup* tem muito isso, eu acho. Mesmo aquelas que não são desenhadas para trabalhar com IA, quando você fala: "Você pode ajudar a saúde?". "Claro". Então, o valor da saúde é muito reconhecido.

Mas o que acontece na prática? – não só na saúde. Qual é a nossa capacidade de reter o talento, como foi tanto comentado aqui? E, de novo, enfatizo a importância de que o mundo é feito de pessoas; IA é feita de pessoas. Aliás, a gente usa IA como "inteligência aumentada", a conexão entre humano e artificial. E, se a gente conectar os dois polos, a conta não está fechando, porque o profissional hoje que ganha uma bolsa no CPA recebe uma oferta duas, três, quatro, dez vezes maior do mercado e vai sair daquele projeto de pesquisa transformador, porque ele tem que casar, ele tem que, sei lá, cuidar da

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

família dele; ele vai deixar uma bolsa de R$2 mil para receber um salário de R$15 mil no mercado financeiro. O que eu faço com isso?

Aliás, meus colegas professores de universidades todos têm histórias para contar – e nós ficamos felizes pelas pessoas. Eu não vou conseguir dizer para ele: "Olha, eu consigo melhorar as suas condições aqui", se eu não tiver um mecanismo, um suporte das conexões. Conectar as soluções que a gente tem nos centros de pesquisa aplicada em IA do Brasil ao mercado requer um processo de pensamento e investimento estratégico. Isso é importante.

Então, expandir programas, por exemplo, do MCTI, que é o IA^2, eu acho fantástico. O programa lá tem 36 iniciativas, das quais um terço são em soluções para a saúde. Eu acho que são coisas que você pode pensar, porque senão haverá o nosso conhecido vale da morte entre a capacidade criativa do brasileiro que está na universidade, o nível de produção científica, de que a gente acabou de ouvir uma explicação, que é bom, mas que também precisa de incentivo, e o uso pela sociedade. Esse ponto precisa de investimento, e eu acho que isso é muito importante.

Então, por exemplo, sugestões, como é que eu posso fazer isso? Trabalhar com o co-investimento, os *venture capitals*, né? Quer dizer, as instituições que fazem investimento semente podem trabalhar em conjunto com o investimento do Estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDSON AMARO JÚNIOR – Eu acho que é extremamente saudável trabalhar isso, correr esse risco.

Governança robusta foi colocada, e aí vou chamar a atenção à Rede Nacional de Dados em Saúde, que é muito útil para o Brasil, mas que precisa estar conectada aos mecanismos de acesso *sandbox*, de maneira segura. Por exemplo, confederação de dados, em que você tem técnicas responsáveis de acesso a dados, sem, obviamente, deixar de lado a *cyber security*, a segurança cibernética, como foi colocado. Trabalhar com marco regulatório focado em agilidade e pró-inovação é importante, e eu termino falando que adequar a política à realidade, o dia a dia da saúde brasileira é uma necessidade, mas a gente precisa garantir que a inovação se traduza no bem-estar da população, integrado ao ambiente.

E vai ficar também uma importância aqui: retenção de talentos. Sabe qual a porcentagem de mulheres que participam desses programas? Só 14%. A gente tem que olhar para a representação das pessoas, da comunidade fragilizada, que precisa estar na produção da solução e não ser só o objeto de estudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Bem, agradeço muito ao Dr. Edson Amaro Júnior, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, colega professor também. Estamos numa reunião departamental ampliada, aqui, como foi dito.

Eu perguntava para o Dr. Edson antes, de que área da medicina? Da neurociência. Eu poderia dizer que o seu apelo é que haja conexões, mas eu mudaria conexões para sinapses, né? Novas sinapses nas estruturas todas, eu acho que isso ficaria bom também, né? Eu posso usar sem ser herege? Não, então, está bom. Muito bem.

Muito obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra ao Dr. Igor Muniz da Silva, que é Coordenador de Implantação, Suporte e Sustentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Olhe, muito importante, também. Por isso que eu digo assim: ter essa visão global, de áreas, de todas as áreas, numa perspectiva diferente.

Muito bem. Então, com a palavra, Dr. Igor.

O SR. IGOR MUNIZ DA SILVA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, muito obrigado por nos receber aqui nesta Comissão.

Agradeço também ao Senador Astronauta Marcos Pontes pelo convite, justamente por ter montado uma banca, uma representação tão plural hoje aqui nesta reunião da Comissão. Apesar de não fazer parte do grupo departamental dos professores, eu espero que, no fim do ano, quando apresentar minha dissertação de mestrado, eu esteja habilitado a participar dos doutos membros.

E eu queria até iniciar, reforçando a palavra do Prof. Edson, que vai rodar bastante aqui, Professor, do que eu vou falar. O meu tema é sobre segurança pública, mas o foco vai ser justamente a conexão, em sinapses, em governança, em integração, em colaboração entre órgãos.

Quando a gente toma o tema de segurança pública – um dos temas mais plurais talvez seja a segurança pública –, um dos prismas, uma das diretrizes que vai estar colocada na Política Nacional de Segurança Pública, Lei 13.675, é a sistematização e o compartilhamento de informações. É a diretriz, inclusive, que a coordenação-geral de que participo, que é a Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, coordenada pelo Dr. Rafael Rodrigues, muito preza nessa construção dos sistemas, né? E é algo que é sempre muito prezado pelo nosso Ministro da Justiça, Ministro Ricardo Lewandowski; pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Mario Sarrubbo; e pela nossa Diretora de Gestão de Informações, Dra. Vanessa Fusco.

Nessa lógica, então...

Deixe-me passar aqui. Pronto.

Segurança Pública. Então, para esse foco, a gente vai trabalhar com duas frentes: uma frente de ações e uma frente de informações. Na frente de informações, tratando as informações como insumo, não é só o insumo da segurança pública, é o insumo também do tema que nós temos hoje aqui, que é o da inteligência artificial. E cabe à segurança pública acompanhar a velocidade de evolução dessa tecnologia, como o Prof. Dr. Hugo muito bem colocou, que em 2021...

Tinha um estudo antes da inteligência artificial. Eu estava lá naqueles primórdios lá de fazer os modelos do Titanic, de fazer aquelas previsões, e, em 2021, realmente mudou tudo, mudou a forma de se estudar a inteligência artificial, mudou a forma como a sociedade lidou com a inteligência artificial.

E, nessa lógica dessa mudança de extrema velocidade, administrar esses recursos, essas tecnologias, a entrega de valor sem governança e sem cibersegurança é algo que já coloca a evolução em completa ameaça.

Quando eu estou falando de governança, até falando para o público em geral que nos escuta, eu estou falando basicamente ali de padrões de compartilhamento de dados, como que a gente vai definir os padrões de integração desses dados, interoperar sistemas, fazer o reúso dessas soluções, e como estabelecer boas práticas para que essas soluções sejam não só desenvolvidas, mas sejam também mantidas, que é o mais importante.

Eu trago isso porque um estudo que foi levantado, recentemente, pelo MIT colocou este dado aqui: "95% dos projetos de IA generativa fracassam nas empresas [...]". E, quando a gente analisa a razão do fracasso dessas soluções, muito gira em torno de governança. Foram soluções que começaram ali

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com dados inapropriados, com dados mal-estruturados. Aí a gente traz uma outra lógica, que é uma lógica de dados, mas é uma lógica que vai se aplicar para a inteligência artificial, da importância de a gente ter não só dados estruturados, mas dados com qualidade, porque tem uma lógica de que, se entra lixo, vai sair lixo também, uma lógica chamada de *garbage in, garbage out*. Nessa lógica, então, se a gente não tem os dados devidamente estruturados, mas dados também higienizados, dados com qualidade, a gente não consegue trabalhar a inteligência artificial de forma adequada.

No Governo, na administração pública federal, nós temos ali um grande arcabouço muito bem estruturado, guiado pela estratégia brasileira de IA, pelo plano brasileiro de IA, mas também a gente conta com outros institutos, que vêm sendo, inclusive, grandes parceiros do Ministério da Justiça nos projetos de inteligência artificial que vimos construindo. Destaco aqui inclusive uma parceria que a gente vem construindo bastante com o Ministério da Gestão e Inovação, tanto pela infraestrutura nacional de dados, em conversas que vamos tendo com eles lá, como também um núcleo de IA que eles já têm montado lá, que muito vem apoiando a gente num projeto nosso de inteligência artificial, para atendimento de emergências, do 190 e 193, que vou destacar mais à frente. Existe também a frente do Conecta Gov, que tem até estudos que colocaram lá. O Conecta Gov é um *hub* de APIs para que os sistemas consigam se comunicar entre si, um sistema do MJ consiga se comunicar com dados do Ministério da Saúde, do Datasus. Inclusive a gente vai ter uma reunião com o Datasus para fazer integração de dados do SIM e do Sinan, que é algo que vai trazer um grande avanço, tanto para o SUS como para o Ministério da Justiça. E de sistemas estruturantes também, aí eu coloco o caso do Ministério da Justiça, que disponibiliza sistemas para os estados: um é o Sinesp PPE, que é um sistema voltado para as polícias civis, para registro de boletins de ocorrência, procedimentos policiais; e o Sinesp CAD também, que é um sistema voltado para atendimento de emergências do 190 e do 193. Com isso, estados, guardas municipais, que muitas vezes não têm os recursos para manter um sistema próprio, às vezes, até desenvolver um sistema próprio, podem contar com esse sistema disponibilizado gratuitamente pelo Ministério da Justiça, não só para que facilite o trabalho deles, mas para que a gente também, do lado de cá, receba dados devidamente estruturados e padronizados. Nisso, um grande parceiro nosso também, que nós temos, é o Serpro, que é o sustentador dessas soluções.

Na frente da Estratégia Brasileira de IA, que tem como eixo estruturante não só a governança, mas a legislação, foi publicada, agora em junho de 2025, pelo nosso Ministro Ricardo Lewandowski, a Portaria 961, que estabelece as diretrizes sobre o uso de tecnologias de informação aplicadas tanto para investigação policial como para atividades de inteligência. É uma portaria válida para todos os estados, e é uma preocupação demonstrada pelo Ministério da Justiça, para que a utilização da inteligência artificial, que já vem sendo usada, seja regulada a um ponto que obedeça e se alinhe com a Estratégia Brasileira e com o Plano Brasileiro de IA.

De iniciativas que se vem colocando lá dentro do Ministério da Justiça, vale destacar duas frentes que nós estamos construindo de soluções de inteligência artificial, sempre soluções de inteligência artificial construídas em colaboração, que é um dos pontos mais importantes. Está em desenvolvimento, em prova de conceito, a plataforma de dados de segurança pública, uma parceria que está sendo feita com o Serpro, em que o Serpro vem colocando a sua estrutura, vem convidando inclusive parceiros nacionais, parceiros internacionais. Inclusive, Senador, estivemos em Curitiba, a gente fez uma primeira reunião de ideação, fomos extremamente bem recebidos lá, cidade maravilhosa inclusive. E esse projeto significa ter uma plataforma ágil de ingestão de dados, de tratamento de dados e de disponibilização de dados, não só para os estados, para efetuar, para executar suas políticas de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública, mas dados também para o cidadão, para que a gente obedeça, para que a segurança pública tenha a devida transparência necessária para que seja executada com a devida eficiência. A lógica, então, dessa plataforma, é a gente usar inteligência artificial para pegar esses dados, que são chamados de dados não estruturados, por exemplo, um relato histórico, esse é um exemplo de um boletim de ocorrência, e, a partir desses dados, a inteligência artificial conseguir extrair dados que vão conseguir povoar *dashboards*, painéis informativos e também dados que podem ser disponibilizados ali como dados abertos para a população, para que ela fiscalize ativamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR MUNIZ DA SILVA – Um outro projeto, que vem sendo desenvolvido em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação por um excelente programa desenvolvido por eles lá, que foi o Startup GOV, é o Hermes, que é uma inteligência artificial voltada para apoiar o atendente ali do 193 ou do 190, que, muitas vezes, está atendendo aquela ocorrência numa situação em que a vítima está em pânico, em uma situação de desespero. Essa inteligência artificial entra em paralelo, ao lado ali do atendente. Enquanto o atendente está se preocupando com o lado humano do atendimento, essa IA vai se preocupar em coletar o áudio, fazer a transcrição daquele áudio, preencher os devidos campos, definir se é uma emergência ou se não é, ao ponto em que o atendente fica focado única e exclusivamente na comunicação com o cidadão.

Com isso, reforço aqui, finalizando a minha palavra, que é muito feliz a estratégia brasileira de inteligência artificial e também o PL 2.338, quando coloca no seu título, inclusive, a centralidade da pessoa humana. No momento em que a gente se afasta ou até, talvez, se seduza pelos encantos da IA de querer sair substituindo tudo a torto e a direito, a gente corre o risco de se afastar do elemento e da razão de ser das tecnologias. Tecnologias servem para apoiar e automatizar processos, e processos servem única e exclusivamente para apoiar pessoas. Nessa lógica, então, o foco da IA tem que ser sempre fazer com que o serviço humano fique mais humano ainda, e a gente traz isso também na lógica de dados.

Tem uma pesquisa, que foi realizada em 2023 pelo NIC.br, que é um grande instituto de TI que temos aqui, e lá foi colocado que a população ainda prefere o contato pessoal, no caso de serviços públicos; 72,4% da população utiliza serviços públicos eletrônicos, mas o foco principal, a grande parte dessa população que ainda usa ainda prefere o contato pessoal.

Então, a evolução das tecnologias que a gente vai desenvolvendo não se afastam desta lógica: não se afastar do prisma humano, sempre.

Então, finalizo a minha palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom! Muito bem apresentado, muito claro.

Obrigado pela exposição.

O Dr. Igor Muniz da Silva é Coordenador de Implantação, Suporte e Sustentação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.

Parabéns pelo trabalho.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Sergio Ricardo de Melo Queiroz, que é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Seja muito bem-vindo também, Dr. Sergio.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO RICARDO DE MELO QUEIROZ (Para expor.) – Obrigado.

Exmo. Senador, demais autoridades, prezados colegas, senhoras, senhores e espectadores, bom dia.

Eu falo hoje aqui na qualidade de pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cuja missão é qualificar o debate público e subsidiar a tomada de decisão do Estado.

Agradeço imensamente a esta Casa o convite para debater esse tema, que é extremamente estratégico para o futuro do Brasil, mas não vou deixar de reivindicar o meu título de professor também, já que eu fui professor, por 15 anos, no Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco, na área de IA, e, como é difícil deixar o ofício, hoje eu sou professor no IDP, aqui em Brasília, também.

Então, o requerimento que nos reúne aqui partiu dessa necessidade de analisar a estratégia brasileira de IA, de iniciativa do Senador Marcos Pontes, ao qual eu agradeço imensamente, e essa estratégia foi publicada em 2021. De lá para cá, como comentaram já os palestrantes anteriores, o cenário evoluiu muito rapidamente. Então, hoje a gente analisa, na verdade, uma constelação de políticas públicas que estão em construção e não somente aquela estratégia que surgiu em 2021 e foi chamada de Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Então, eu venho falar um pouco dessa constelação, sob uma ótica externa, a gestão do Governo, do ponto de vista de um pesquisador externo e, de certa forma, fora da academia também, trazendo uma ótica um pouco diferente, talvez.

Analisando essa constelação, a gente vê duas frentes essenciais que são tratadas: uma é o desenvolvimento da inteligência artificial no país e a outra é a regulação ou a governança da IA no país. E aí, recentemente, em fóruns como dos Brics, por exemplo, a gente tem defendido uma tese que eu acredito ser o ponto de partida para a nossa conversa: nós apontamos que os países desenvolvidos estão, por exemplo, discutindo a regulação de inteligência artificial, mas como se fosse uma cereja em cima do bolo. Eles podem fazê-lo, porque eles já têm o bolo pronto, eles já têm uma base sólida de infraestrutura computacional, capital humano e décadas de investimento coordenado em pesquisa e desenvolvimento.

Já no Brasil e em muitos países do Sul Global, o nosso desafio é mais fundamental. A gente precisa construir o bolo ao mesmo tempo em que a gente está plantando as cerejeiras. (*Risos.*) Se a gente não se atentar para isso, a gente corre o risco de nos tornar meros espectadores, em uma revolução que vai definir a geopolítica e a economia do século XXI; e a regulação pode acabar se tornando um exercício de regular contra nós mesmos, criando regras para um jogo do qual não participamos plenamente.

Então, a grande questão, para esta audiência, é se as políticas públicas brasileiras estão nos dando a receita e os ingredientes para construir esse bolo, inclusive com a cereja. Se esta audiência ocorresse há dois anos, a resposta, baseada num estudo que a gente fez no Ipea comparando as estratégias de IA de dez países do Brics, seria um "não". Por quê? Porque a gente só teria a Ebia de 2021, que é bastante meritória em seus princípios, mas é sobretudo uma discussão sobre a cereja; ou seja, ela é praticamente silente sobre os ingredientes do bolo, como infraestrutura, soberania de dados e, crucialmente, os orçamentos concretos de pesquisa e de desenvolvimento que iam subsidiar essa estratégia.

Hoje, felizmente, a gente está num cenário melhor, outro cenário, com o lançamento do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e também com a tramitação avançada do Projeto de Lei 2.388 nesta Casa, que tem o potencial de mudar esse jogo ao nosso favor. A gente avançou de um Estado que tinha, talvez, não muito mais que uma carta de intenções para ter um plano de ações e atacar o vácuo normativo que existia, criando um marco de direitos. Então, o Brasil hoje tem em mãos uma receita com boas doses de ambição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, permitam-me tentar detalhar um pouco como eu vejo essa nova arquitetura e como ela fornece – ou tenta fornecer, tem o potencial para isso – os quatro ingredientes essenciais para o nosso bolo tecnológico, antes de a gente abordar a cereja, que é a regulação.

O primeiro ingrediente é a infraestrutura computacional. Como já foi falado aqui, não há IA moderna sem poder de processamento massivo, e aí o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial tenta atacar essa lacuna, prevendo bilhões em recursos, para a aquisição de supercomputadores e para a criação de uma nuvem soberana. E não se trata apenas de comprar equipamentos. É um ato, realmente, que está buscando a soberania do país, é o Estado tentando construir essa massa do bolo, garantindo que os nossos dados estratégicos e o desenvolvimento em nossa IA mais avançada ocorram em território nacional.

O segundo ingrediente são os dados, que dão o sabor ao nosso bolo.

O Pbia prevê o desenvolvimento de Modelos de Linguagem de Grande Escala – LLMs, em português – baseados em dados nacionais. Isso garantiria que a IA que servirá aos nossos cidadãos entenda o Brasil, na sua diversidade cultural e jurídica, combatendo vieses importados.

Ainda que haja o debate sobre a necessidade de desenvolver modelos do zero, no Brasil, a soberania sobre os dados de treinamento é um pilar da confiabilidade. Se a gente usa modelos estrangeiros opacos em sua origem, isso representa um risco que não podemos ignorar, pois a gente não sabe com quais dados eles foram treinados.

Além disso, dominar essa tecnologia é essencial para criar a competência nacional, como bem destacou o professor da USP, anteriormente, o que nos leva ao nosso próximo ingrediente, que é a mão de obra especializada, os nossos confeiteiros.

Então, a fuga de cérebros, como foi falado aqui, é um dreno histórico do nosso potencial.

O Pbia estabelece metas para capacitar mais de 420 mil profissionais e prevê bolsas, para reter talentos. Contudo, como também mencionaram os palestrantes anteriores, bolsas sozinhas não constroem carreiras.

A retenção de nossos melhores talentos dependerá, fundamentalmente, da melhoria de condições de trabalho e de vida também no nosso país. Essa é uma missão que até transcende a política da ciência e tecnologia, e na qual esta Casa tem um papel central – nessa política mais ampla.

O quarto ingrediente é a pesquisa em desenvolvimento, que é o nosso motor da inovação.

O Pbia conecta o fomento da IA a missões da Nova Indústria Brasil, destinando recursos para projetos de IA aplicada. O desafio, contudo, é maior: a IA, por si só, não reindustrializa uma nação. A demanda por essas inovações dependerá de uma indústria pujante e competitiva.

Então, isso também está além do plano de IA.

Se o Pbia é a nossa decisão de construir o bolo, o Projeto de Lei 2.338 é a cereja que, na verdade, garante a qualidade do bolo todo.

Então, o PL estabelece os princípios da centralidade da pessoa humana, ecoando a visão do Pbia de uma IA para o bem de todos. Mais importante: ao adotar uma abordagem adotada em risco, a lei garante que o próprio Estado, ao implementar os grandes projetos previstos no plano, será o primeiro a cumprir as mais altas exigências de transparência e avaliação de impacto.

O Estado deve liderar pelo exemplo, criando um mercado de IA responsável, desde o nascimento.

Ainda uma camada crucial, que é a sustentabilidade.

Temos alertado contra a "maquiagem verde", o Greenwashing, em que a sustentabilidade é apenas retórica. O Pbia, alinhado à nossa matriz energética limpa, faz, da sustentabilidade, um critério

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

técnico. O Programa de Sustentabilidade de Energias Renováveis para IA e o Centro Nacional de Transparência Algorítmica, previsto no Pbia, são instrumentos para garantir que o nosso desenvolvimento seja soberano e ambientalmente responsável.

Em conclusão, o Brasil está construindo uma arquitetura de política pública para IA que é coerente e é ambiciosa. Ela articula a soberania geopolítica, necessidade material, imperativo social e responsabilidades ética e ambiental.

Então, a questão agora se desloca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO RICARDO DE MELO QUEIROZ – ... da formulação para a execução dessa política.

Minha mensagem final a esta Casa é um chamado à ação, pois o papel do Legislativo é insubstituível e pode se desdobrar em pelo menos três frentes.

Primeiro, aprovar o marco legal, com a aprovação da Lei 2.338, que é fundamental para dar a segurança jurídica necessária para os projetos do Pbia, para que eles fluam de forma responsável, equilibrando fomento e proteção.

Segundo, fiscalizar a execução do plano, garantindo que os recursos sejam aplicados. Nesse ponto a fiscalização é crítica. O próprio Pbia, em uma nota de rodapé na sua p. 11, afirma que seus anexos de ação serão regularmente atualizados. Isso representa uma dualidade que exige vigilância. Por um lado, a necessária flexibilidade para adaptar o plano; por outro, o risco de que as ações cruciais previstas tornem-se meras sugestões abandonadas em uma futura atualização. Então o plano não pode ser apenas um documento de referência, né? Cabe a nós monitorarmos a execução do plano, para que ele se materialize em entregas concretas.

Terminando, por fim: assegurar a continuidade do Pbia. No final das contas, a construção de capacidades de IA é uma maratona e precisa ser tratada como uma política de Estado de longo prazo.

Então, mais uma vez, obrigado. Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, Dr. Sergio Ricardo de Melo Queiroz. A gente agradece também a participação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de seu Técnico de Planejamento. Foi uma análise muito interessante também, como as demais, da mesma forma.

Então, nós tivemos a exposição das pessoas convidadas para o dia de hoje. Como já mencionado antes, teremos uma segunda audiência pública também, para pensarmos, então, nesse – eu até diria – estado da arte de como que essa política pública está acontecendo no Brasil, com a participação de todos os envolvidos também nessa área.

Da nossa parte, eu quero... Eu penso que nós já estamos no adiantado da hora também, né? Se alguém quiser fazer, assim, alguma observação final, a palavra está livre também...

Pois não. Dr. Hugo, com a palavra.

O SR. HUGO VALADARES SIQUEIRA (Para expor.) – Senador, quero apenas registrar, primeiro, o agradecimento deste ministério, do MCTI, a este gentil convite. Ficamos muito felizes de poder contribuir com esta Comissão. Aqui é a Casa do Povo, e o ministério entende que é só na convergência entre os Poderes que a gente vai conseguir chegar a um consenso – e não só os Poderes, claro, mas entre a sociedade civil, a academia. E eu penso que estes debates têm sido muito interessantes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria apenas de ressaltar a minha alegria pela convergência na discussão que tem aqui. Vê-se que a sociedade e a comunidade científica têm caminhado de uma maneira bastante propositiva e pensando no desenvolvimento nacional.

E eu queria fazer só uma ode aqui ao Prof. André, que falou antes de mim. Ele se coloca como "Estou sendo um pouco crítico". Não, não tem que ser crítico, a gente tem que escutar. O Prof. André é um professor muito experiente do ICMC da USP, foi Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Computação. E como eu disse, o plano é vivo. O plano precisa de *feedback* de todos. O MCTI não tem a menor intenção de saber tudo, todas as coisas que estão acontecendo. Pelo contrário, a gente precisa é fazer tudo isso em uníssono. O Prof. André não falou, mas ele foi da minha banca de doutorado. (*Risos.*) Então, é mais um Professor aqui na nossa reunião de departamento. Se eu estou aqui, ele também tem um pouquinho de culpa. Então, a gente fica muito feliz de poder... eu sempre fico com uma alegria muito grande de escutá-lo.

Sobre as perguntas aqui, é claro que a gente não vai ter condição de responder a todas, Senador, mas eu queria focar aqui a primeira delas, que fala assim: "A Ebia...". Eu vou fazer um pedido: falemos menos de Ebia e mais de Pbia, porque o ministério hoje trabalha em cima do plano. Então, as questões que a gente tem debatido praticamente todos os dias são voltadas ao direcionamento daquilo que é dito no plano.

E o João, lá do Maranhão – aliás, um lugar que adoramos –, pergunta se a gente vai conseguir equilibrar inovação tecnológica com o bem-estar social ou se a gente está olhando só para os interesses econômicos. Então eu diria, João, para a sua pergunta, que o Pbia tem nome e sobrenome. O nome do Pbia é "IA para o bem de todos". É uma ordem do Presidente Lula, é a diretriz da Ministra Luciana Santos: a gente só tem como pensar numa política pública se ela servir à sociedade. Se ela servir apenas a uma pequena casta de endinheirados que vão ganhar muitos bilhões e vai deixar à margem o povo, isso não nos interessa.

E é claro, os desafios são imensos. Não é que nós temos um problema de literacia em IA; nós ainda não resolvemos a questão da alfabetização em 525 anos de história. Então, pela quantidade de sugestões que nós vemos aqui – de Governo, de sociedade civil... –, vê-se que o desafio não é pequeno. Não tem como a gente achar que o Brasil amanhã vai aplicar um PIB como o PIB do Brasil quase – da área de bilhões de euros e de dólares – de um dia para o outro. A gente tem questões muito severas. Ontem eu estava com a Secretária Ana Estela Haddad na reunião de acompanhamento do GT-Pbia. Ela falava: "Olha, são muito difíceis as questões que a gente ainda tem que fazer, até de articulação, porque o tema é tão novo que ninguém está acostumado a lidar com ele".

O que eu trago de esperança – e o Prof. André está nos ouvindo – é que nós, Governo Federal e esta Casa, acordamos muito cedo para este debate. Em geral, na nossa história, a tecnologia avança e, quando o Brasil se dá conta de que a gente tem que acompanhar, ela já está tão longe que a gente já não tem mais como acompanhar, como, por exemplo, o desenvolvimento desses melhores *chips* do mundo para GPU. Mas o Brasil está atento, o Governo está atento, a Ministra Luciana nos orienta diuturnamente, junto com o Secretário-Executivo Luis Fernandes, junto com o Secretário da Setad, o Secretário Henrique Miguel. E o que nós queremos é isto: nós gostaríamos muito de olhar... porque em que a gente precisa de IA? É na educação, é na cibersegurança, como foi dito aqui, é na saúde. A gente precisa ter isso aqui caminhando em conjunto. E temos muitas e muitas e muitas ações que já estão em andamento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, haverá outras discussões nesta Casa, nesta Comissão, a respeito de plano de IA e de desenvolvimento da IA. E eu gostaria, Senador, tão logo esse ministério seja convidado novamente, de trazer a próxima etapa – o que já avançou –, porque, talvez, eu acho que isso vai inclusive acalmar o coração de boa parte dos colegas que aqui estão, porque vai mostrar que, sim, estamos fazendo muita coisa. Mas, é claro, gente, é muito difícil. A gente tem um déficit aí secular do que a gente precisa avançar em tecnologia da informação.

Dito isso, Senador, mais uma vez agradeço aqui a gentileza do convite e a sua Presidência e condução. Agradeço ao Senador e ex-Ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes esse convite.

O Ministério da Ciência e Tecnologia está absolutamente à disposição de toda a sociedade, de todos os entes federativos e da sociedade civil para trabalharmos em conjunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Continua em aberto também para alguém... (*Pausa.*)

Eu queria destacar – eu procurei fazer isso quando o Prof. André fez a sua exposição – que existe completa liberdade de a pessoa ser pessimista, otimista, fazer a crítica necessária, para que a gente possa fazer, como eu disse, a análise apurada do estado da arte, do plano particularmente, porque, de fato, acho que o foco – e me permita chamá-lo de você – que você coloca em "vamos olhar mais para o plano", de fato tem que ser no plano, porque a estratégia muda muito mais, né? Quer dizer, os caminhos possíveis para que o plano se transforme em realidade.

Quer dizer, o ministério já fez bastante, a Justiça fez bastante, a Justiça tem desafios, o Ipea coloca as necessidades, a Agência Nacional de Proteção de Dados também, mas todo mundo avançando neste debate.

Eu sempre coloco, da minha parte, a necessidade de fazermos essa alfabetização e letramento lá para as crianças e adolescentes. Quer dizer, começar a fazer este debate lá para que as pessoas comecem a entender essas necessidades, essas mudanças e formar esta geração devagar, obviamente, com um conteúdo acessível para o primeiro ano do ensino fundamental, para o segundo ano, quinto ano, com experiências, debates, discussões, Olimpíadas, seja lá o que for – né? – para sensibilizar e conscientizar. E a pessoa: "Poxa, que coisa interessante, que coisa boa". A realidade muda a partir das crianças.

A gente vê, por exemplo, a questão do fumo. "Pai, você está fumando, dá câncer, faz mal para o coração, faz mal para a veia!" e tal e o pai se enche tanto das observações, que diz: "Está bom, meu filho, vou parar de fumar agora", porque eu observei essa cena, né? Quer dizer, o adulto podia falar, mas o filho falando é outra coisa: "Não quero que você fume, porque o pessoal lá na escola falou que isso faz mal para a saúde", e é verdade. Então, aí vai se mudando a realidade, e isso é muito mais importante – até diria – que o recurso propriamente, porque isso vai gerar o recurso no futuro.

Mas eu quero agradecer sobremaneira a exposição. Foi muito interessante, muito importante, pontos de vista bastante variados, diversos desafios importantes. E nós estamos aqui não só com a Secretaria da Comissão, mas também com a Consultoria do Senado. A Consultoria do Senado também já acompanhando e vendo para colaborar com o relatório final, inclusive, que será apreciado por esta Comissão.

E, para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação, também, todo o material está disponível, as perguntas, observações podem vir, independentemente do horário, podem ser

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

colocadas também na página da Comissão, e isso será levado para a Consultoria, para o Relator, porque nós queremos, na verdade, ao final, ter um trabalho compartilhado do poder público com os anseios da sociedade, que a gente diga, como a Fiesp colocou: "O que a gente quer?" Vamos colocar o que a gente quer de maneira clara, então isso foi uma abordagem bastante interessante também.

Então eu agradeço novamente a participação de todos: do Dr. Hugo, Dr. Lucas, Dr. Edson, Dr. André. Que bom, o aluno pelo jeito foi bem na banca aí, né? (*Risos.*) Senão dá para puxar a orelha aí do professor da banca. É de mestrado? (*Pausa.*)

Doutorado.

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Doutorado, doutorado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que bom! Doutorado, então. Mas, pelo jeito, foi bem, porque ele fala bem, se sai bem...

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Foi muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... argumenta e conhece. Eu já falei que é didático, entusiasmado e com grande conhecimento. Mas também teve um grande professor, também aí um grande sabatinador. Porque a banca de doutorado também, na USP, com o Dr. André, que é de Ciências Matemáticas e de Computação da USP, Dr. Igor, Dr. Rony, Dr. Fabrício e Dr. Sergio, principalmente professores como o Dr. André, que é Professor também, cumprimentando todos os professores...

Então, agradeço novamente, sobremaneira, a participação.

Faço uma interrupção da reunião agora. Teremos uma segunda parte para aprovação de requerimentos. Vamos interromper, então, durante cinco, dez minutos, para que possamos nos despedir aí dos expositores e ser educados também. Tem que dar um abraço de despedida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa parte da reunião, a primeira parte da reunião, da audiência pública, agradecendo novamente a todos que nos acompanham pelo Brasil.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ CARLOS PONCE DE LEON FERREIRA DE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador. Foi um prazer participar.

(*Suspensa às 11 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 43 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Declaro, então, aberta a segunda parte da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para apreciação e aprovação dos requerimentos apresentados à Comissão.

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 28, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na educação nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira, do Conselho Nacional da Educação (CNE).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Passo, em primeiro lugar, a palavra ao caro Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão, que também subscreveu o requerimento apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Vem a mim aqui e apresento a esta Comissão requerimento de autoria da Senadora Teresa Leitão, o qual eu subscrevo, em que ela requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de discutir o texto do parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação na educação nacional da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação.

A discussão do parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional da Educação contribui com a construção de um caminho viável, coerente e fundamentado para promover a consolidação de uma educação comprometida com o presente e preparada para o futuro, pautada em um novo olhar sobre os fundamentos que a sustentam nesse cenário de transformações tecnológicas, pela complexidade dos problemas sociais e pela interdependência entre os saberes.

Proponho para a audiência a presença de representante ou representantes da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Conselho Nacional de Educação.

E aí segue-se a justificação, em que o ponto focal é: discutir as implicações necessárias no Parlamento é de extrema importância, pois é nesse ambiente que as diretrizes se transformam em ações concretas e políticas de Estado. Enquanto o Conselho Nacional de Educação tem o papel técnico de normatizar e elaborar diretrizes, o Parlamento possui a prerrogativa de legislar, alocar recursos e fiscalizar, funções essenciais para que o tema saia do papel e transforme a realidade e potencialidades da educação brasileira e, por consequência, a nossa sociedade.

É o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Pergunto se algum Senador ou Senadora quer encaminhar o assunto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as providências devidas.

Passo em seguida a condução, a Presidência, para o nosso Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão, para que eu possa também apresentar dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Assumo, então, o comando dos nossos trabalhos aqui na Comissão.

Vamos ao item 2.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 30, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid (PMS), a ser celebrado no dia 22 de outubro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Requerimento 29, de 2025, de autoria de V. Exa., a quem concedo a palavra, para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Agradeço.

Primeiro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instituir o Dia Internacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid, a ser celebrado no dia 22 de outubro.

Indicação de pessoas convidadas: a Sra. Helen Conceição Ferraz, a Sra. Flávia Borges do Carmo Guedes, a Sra. Carolini Kaid Dávila e a Sra. Alessandra Coelho Santos.

Eu quero lembrar como justificativa que, do ponto de vista da ciência e tecnologia, o debate de doenças raras é uma prioridade nesta Comissão, do ponto de vista de terapias, terapias gênicas, desenvolvimento da pesquisa nesta área.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Passemos ao item 3.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 29, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir o Dia Internacional de Conscientização sobre Ataxias, em 25 de setembro, e debater sobre tratamentos adequados para os pacientes.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento 30, de 2025, de autoria também do Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra, para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Isso. Eu só quero esclarecer, para efeitos de registro também, que o requerimento que li anteriormente era o nº 30 e que agora passo a ler o Requerimento nº 29. Só houve uma inversão aí do número também: o Requerimento nº 30 acabou de ser aprovado, e agora leio o 29, então.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instituir o Dia Internacional de Conscientização sobre Ataxias, em 25 de setembro, e debater sobre tratamentos adequados para os pacientes, do ponto de vista, como eu mencionei em outro requerimento, da ciência e tecnologia.

Proponho para audiência pública a presença de convidados, já colocados os nomes e funções aqui: o Dr. Marcondes França, Médico Neurologista e Pesquisador sobre Ataxias Hereditárias; representante da Abahe (Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias e Adquiridas); o Sr. André Iglesias Maia, paciente com ataxia de Friedreich; a Sra. Fernanda Cenci Queiroz, mãe de paciente; e representante do Ministério da Saúde.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Passo, novamente, a Presidência dos trabalhos ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Vice-Presidente e amigo, Senador Hamilton Mourão. E agradeço também a participação de todas as pessoas, é um trabalho sempre importante, necessário e de qualidade da Secretaria, dos meios de comunicação.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5291721342

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão, Confúcio Moura e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, José Lacerda, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim e Weverton, e dos Senadores Zenaide Maia, Augusta Brito e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns e Dra. Eudócia, conforme os Requerimentos nº 688/2025, 644/2025, 664/2025 e 556/2025-Cdir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª e 25ª reuniões, que são aprovadas. A presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.059-GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acordão nº 2267/2025, proferido no processo de monitoramento do atendimento do Acordão 594/2022-TCU/Plenário, que trata de acompanhamento realizado nas Instituições Federais de Ensino (Ifes), tendo por objeto a transferência de recursos para outras instituições por meio do então Sistema Siconv, posteriormente renomeado como Plataforma + Brasil e atualmente designado como Transferegov. O expediente lido será publicado na página desta Comissão pelo prazo de quinze dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamanguape, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Imbé, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmarense Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2025 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista, Estado de Roraima." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Lei nº 4524, de 2020 - Terminativo** - que: "Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Observação**: O senador Confúcio Moura faz uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 14 - Projeto de Lei nº 1802, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para permitir que produtos apreendidos em virtude de falsificação de marca, independentemente da descaracterização desta, sejam doados para amenizar os efeitos de desastre, calamidade ou grave perturbação da ordem pública." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Observação**: O senador Carlos Portinho apresenta adendo ao relatório para incluir a expressão "em estado próprio para uso ou consumo". **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCT e a Emenda nº 2-CCT, com a inclusão da expressão "em estado próprio para uso ou consumo" no § 2º do art. 202 da Lei 9279/96, constante da Emenda nº 2-CCT. **ITEM 15 - Projeto de Lei nº 805, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada "obsolescência programada" e regular o direito ao reparo." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, senador Dr. Hiran. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 18, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 207/2023, que "dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 27, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Observação**: Os senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão do convidado Rodrigo Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/146706

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Leitura do expediente.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.059-GP/TCU, encaminhando para ciência cópia do Acordão nº 2.267-2025, proferido no processo de monitoramento do atendimento do Acordão 594/2022-TCU/PL, que trata de acompanhamento realizado nas instituições federais de ensino, tendo por objeto a transferência de recursos para outras instituições por meio do, então, Sistema Siconv, posteriormente renomeado como Plataforma + Brasil e atualmente designado como Transferegov.

O expediente lido será publicado na página desta Comissão pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Aprovação de ata.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª e 25ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Os itens 1 a 12, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico; e os itens 13 a 17 serão votados pelo processo simbólico.

Anuncio o item 12 da pauta.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura, para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, vamos ao relatório.

Peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons de imagens.

Devido à não instalação da Comissão e nos termos do art. 48, incisos VIII e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência despachou a matéria a esta CCT, em decisão terminativa. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 468, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Careiro da Várzea, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e a votação será realizada após a abertura do painel eletrônico.

Anuncio o item seguinte da pauta.

ITEM 13
PROJETO DE LEI Nº 4524, DE 2020
- Terminativo -

Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CI, com parecer pela prejudicialidade do projeto;

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Afirmativo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão opinar, entre outros, sobre assuntos atinentes ao serviço de telecomunicações. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Desde que o PL nº 4.524, de 2020, foi apresentado, em 10 de setembro de 2020, a legislação que rege os serviços de telecomunicações sofreu profundas alterações, notadamente com a aprovação da Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020, da Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021, e da Lei nº 14.424, de 27 de julho de 2022.

A partir dessas modificações, o Fust passou a ter como finalidades o estímulo à expansão, ao uso e à melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, a redução das desigualdades regionais e o estímulo à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade. Nesse sentido, o texto legal vigente previu, de forma expressa, a possibilidade de que seus recursos sejam aplicados na implementação de políticas governamentais voltadas a ampliar o acesso a serviços de telecomunicações prestados tanto em regime público quanto em regime privado. Em outros termos, permitiu que o Fust seja utilizado, entre outros fins, para a massificação de conexões em banda larga fixa e móvel.

A nova redação da Lei do Fust acrescentou também a possibilidade de aplicação dos recursos do fundo nas modalidades de garantia e de apoio reembolsável, não previstas na regra anterior. A modalidade de garantia habilita o uso de seus recursos como uma espécie de fundo garantidor de empréstimos e financiamentos de projetos de ampliação do acesso aos serviços, o que viabiliza a concessão de crédito para operadores de menor porte e com atuações regionais, em locais de baixa atratividade econômica. A modalidade de apoio reembolsável pode, por sua vez, se tornar uma fonte de recursos, com juros subsidiados, de maneira a facilitar o crédito e reduzir os custos financeiros das operadoras interessadas.

Com as modificações em vigor, o BNDES, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as caixas econômicas, os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento e demais instituições financeiras passaram a atuar como agentes financeiros do Fust.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, as alterações legislativas propostas aprimoraram o aspecto institucional e o sistema de governança do Fust. Na medida em que passou a ser gerido por um conselho gestor, o fundo passou a aplicar seus recursos, com foco, hoje, em políticas públicas de conectividade. Cabe ao conselho gestor, entre outras atribuições, elaborar e submeter ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Fust e avaliar os resultados obtidos pelos projetos financiados com seus recursos.

A redação vigente da Lei do Fust prevê também que as atividades que receberão os recursos do fundo serão escolhidas mediante processos de seleção que privilegiarão as iniciativas que envolvam, em um mesmo projeto, o poder público, a iniciativa privada, cooperativas, organizações da sociedade civil e estabelecimentos públicos de ensino, bem como escolas sem fins lucrativos que atendam a pessoas com deficiência.

Na educação, especificamente, além da manutenção da aplicação de, pelo menos, 18% de seus recursos em escolas públicas, foi prevista a obrigação de que os montantes aplicados deveriam contemplar a conexão à internet dessas escolas, por meio de redes de banda larga, até o final de 2024.

Finalmente, o texto atual possibilita a utilização dos recursos do Fust diretamente pela União, pelos estados e pelos municípios, para o financiamento de ações voltadas à transformação digital dos serviços públicos.

No que concerne ao licenciamento para a instalação de infraestrutura de telecomunicações em áreas urbanas, as alterações promovidas na Lei Geral das Antenas, pela Lei 14.424, de 2022, determinaram que, caso o prazo de emissão de uma licença de 60 dias seja decorrido sem decisão administrativa do órgão ou entidade competente, a requerente ficará autorizada a realizar a instalação em conformidade com as condições estipuladas no requerimento de licença apresentada e com as demais regras previstas em leis e em normas municipais, estaduais, distritais e federais pertinentes à matéria.

Nesse sentido, consideramos que as modificações propostas pelo Projeto de Lei nº 4.524, de 2020, a Lei Geral de Telecomunicações, a Lei do Fust e a Lei das Antenas já foram contempladas pelas mudanças promovidas pelo Congresso Nacional dos referidos instrumentos legais.

Portanto, a iniciativa em exame, embora meritosa, deve ser declarada prejudicada por perda da oportunidade nos termos do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei 4.524, de 2020.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Confúcio Moura, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) – Eu sou autor desse projeto, mas foi em plena pandemia, com aquele desespero da falta de conectividade nas escolas brasileiras naquela época, a dificuldade dos alunos e a dos professores de transmitirem aulas. Tinha aquele dinheiro do Fust parado há muito tempo e aquilo me aborrecia muito.

Certo é que nós apresentamos esse projeto, mas, posteriormente, a Senadora Daniella Ribeiro – já tramitava na Casa um projeto mais abrangente – articulou muito bem e o projeto dela foi aprovado. O Fust, embora com bastante resistência, abriu realmente...

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a prejudicialidade relatada pelo Senador Marcos Pontes é muito objetiva, muito clara. Senão é malhar em ferro frio, porque já fui atendido com o outro projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o item 14 da pauta. (*Pausa.*)

Senador Confúcio, por favor, assuma aqui a Presidência para conduzir os trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dando continuidade à nossa reunião, item 14 da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE LEI Nº 1802, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para permitir que produtos apreendidos em virtude de falsificação de marca, independentemente da descaracterização desta, sejam doados para amenizar os efeitos de desastre, calamidade ou grave perturbação da ordem pública.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.*

E a relatoria está sob a responsabilidade do Senador Carlos Portinho, a quem eu passo a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou passar direto à análise do projeto, mas antes quero fazer uma introdução para que todos compreendam o sentido principal desse projeto.

O Governo entrou em contato, queria fazer a inversão dos artigos, mas o fundamento e o objetivo principal desse projeto é que, excepcionalmente, nos casos de calamidade, aqueles materiais que sejam apreendidos por pirataria ou por outras razões, desvios, etc. possam prioritariamente atender à doação, nos casos excepcionais de calamidade. E, não havendo calamidade ou eles estando impróprios ao uso, aí, sim, a descaracterização, a queima, e não o inverso.

O Governo... Eu tenho o maior carinho de sempre atender as sugestões e entender o que o Governo queria, mas essa inversão dos parágrafos prejudica a essência do projeto, porque o projeto é para que, em casos de calamidade, excepcionalmente, pessoas que estão passando por necessidade possam receber por doação esses materiais. Se a gente dá a primeira destinação à destruição, invertendo a ordem dos parágrafos, obviamente que ele não servirá mais para doação e o projeto deixa de fazer sentido.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo respeito, lembrando que esse projeto não é terminativo, ainda vai a Plenário, é um projeto importante – o Senador Mourão, inclusive, que é do Rio Grande do Sul, vivenciou essa situação lá no seu estado –, que poderia ter certamente abreviado para muitas famílias o sofrimento. Então, eu vou passar para a análise fazendo essa primeira introdução.

Análise.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão, sim, são méritos do PL, uma vez que a decisão em caráter terminativo cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Perdão, não é no Plenário, é na CCJ, é terminativo, nos termos do art. 49, I, do Regimento, a qual realizará o juízo de admissibilidade por meio de verificação da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade técnico-legislativa, nos termos do art. 101, inciso I da norma regimental.

O PL revela-se oportuno e meritório ao permitir que bens aprendidos em decorrência de falsificação de marca possam ser destinados, com a urgência que as circunstâncias exigem, ao socorro de populações atingidas por desastre, calamidade ou grave perturbação da ordem, dispensando-se, em caráter excepcional e temporário, a prévia descaracterização das marcas.

Tal providência harmoniza-se com o postulado da função social da propriedade, que reclama usos solidários dos bens disponíveis quando prevalecem valores superiores, como a dignidade humana e a salvaguarda da vida. Ademais, a proposição revela especial mérito, porque converte um passivo logístico e ambiental do Estado, estoques de mercadorias contrafeitas, em ativo de assistência humanitária, mitigando custos de armazenamento, reduzindo impactos ambientais de simples destruição e assegurando pronta resposta a emergências nacionais, como se evidenciou por ocasião das enchentes do Rio Grande do Sul. E faço referência também às do meu estado, infelizmente ocorridas na região serrana, a catástrofe que abateu a nossa região serrana no passado recente, morte que inspirou a iniciativa legislativa.

Além de atender ao princípio da eficiência administrativa, a medida reforça a política pública de gestão de resíduos sólidos consagrada pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que privilegia, na hierarquia de destinação, a reutilização e a reciclagem em detrimento da eliminação pura e simples dos bens.

Não obstante seus inegáveis benefícios, a alteração proposta demanda aperfeiçoamentos para mitigar riscos de violação a compromissos multilaterais sobre propriedade intelectual, mormente o art. 46 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, mundialmente conhecido como TRIPs, e para salvaguardar a saúde dos beneficiários e a reputação de titulares de marcas.

Nesse sentido, sugerimos emenda que: (i) estabelece como regra a doação de produtos previamente descaracterizados, facultando a destruição – com encaminhamento prioritário à reciclagem – quando tal descaracterização se revele inviável, ou seja, aqueles descaracterizados têm a prioridade nas doações, aqueles que já não é possível mais... aí, sim, serão destruídos; (ii) admite, de forma estritamente excepcional, a doação de bens ainda ostentando marca apenas durante período de calamidade pública formalmente reconhecida, para dar agilidade, naturalmente a essas doações; e (iii) veda em qualquer hipótese a destinação de itens que possam oferecer risco à saúde ou à segurança. Com essas salvaguardas, garante-se a consonância da proposição com as normas da OMC, que, em caso análogo envolvendo a China, reconheceu a possibilidade de doação sem retirada de marca na ausência

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de danos comprovados aos titulares e em situações específicas – no caso da China, os bens haviam sido doados pela Cruz Vermelha.

Adicionalmente, a experiência comparada corrobora a pertinência do texto aperfeiçoado: a União Europeia, em média, destruiu, em 2022, mais de 75% dos 115 milhões de itens falsificados apreendidos, ao passo que a Holanda, por meio de parcerias com organizações sociais, conseguiu reciclar até 95% desses, demonstrando que a alternativa da reutilização ou reciclagem é factível e ambientalmente recomendável.

No âmbito doméstico, operações recentes da Receita Federal e de forças-tarefa estaduais comprovaram ser possível descaracterizar e doar vestuário e brinquedos apreendidos, reduzindo desperdício e socorrendo populações vulneráveis, inclusive em situações emergenciais.

Dessa forma, adotada a emenda sugerida, o projeto preserva a conformidade com tratados internacionais, reforça a Política Nacional de Resíduos Sólidos e promove resposta solidária e célere a desastres, sem negligenciar a tutela da saúde pública nem os legítimos interesses dos titulares.

Eu faço apenas aqui um adendo na leitura do relatório: no §2º, eu incluo "em estado próprio para uso ou consumo", porque, lógico, ninguém vai doar algo que seja impróprio. Então, deixar claro na lei... Eu faço aqui essa emenda no próprio relatório, e o §2º, com essa emenda, passa a ser redigido da seguinte maneira:

> § 2º Na ocorrência de calamidade pública formalmente reconhecida pelo Poder Legislativo, será admitida a doação de bens não descaracterizados e em estado próprio para uso ou consumo, de forma excepcional, enquanto perdurar a situação.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.802, de 2024, com as seguintes emedas:

> EMENDA Nº - CCT
>
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.802, de 2024, a seguinte redação:
>
> Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para permitir que produtos apreendidos em virtude de falsificação de marca sejam doados, independentemente de descaracterização, em caso de calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo; e para estabelecer hipótese de destruição dos bens apreendidos.

E a emenda que eu acabei de ler, com esse reparo feito, ainda, aqui, de imediato, na leitura do relatório.

Eu acho, assim, com todo o respeito ao Governo, que a inversão, que numa conversa ele queria, vai descaracterizar o projeto, porque o que for descaracterizado e destruído já não se presta à doação. O que a gente quer é justamente um socorro rápido, uma ajuda humanitária rápida nos casos em que seja possível, sem prejuízo à saúde, a doação desses bens, ainda que não descaracterizados, apenas se não for possível. Se for possível descaracterizar, é a regra.

Então, peço aqui o voto de todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, votação simbólica.

Os Senadores e Senadoras que estejam de acordo com o relatório que acaba de ser lido pelo Senador Portinho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que está aprovada, na forma do relatório, que acaba de ser lido.

Item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Eu concedo a palavra ao ilustre Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, caros colegas, senhoras e senhores, o PL 422, de 2022, trata de outorga à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM, do Município de Imbé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esses assuntos eram, até então, pertinentes à Comissão de Comunicação e Direito Digital, mas, uma vez que esta Comissão não foi instalada, os assuntos, por determinação do Presidente do Senado, passaram para esta Comissão.

Esse serviço é disciplinado pela Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998. O processo de exame e apreciação de atos do Poder Executivo, que trata de assuntos dessa natureza, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelo art. 223 da Constituição Federal e pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal. A matéria é de competência exclusiva do Congresso, esta atende aos requisitos formais constitucionais, à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional e está de acordo com a técnica legislativa.

O exame da documentação que acompanha o PDR nº 422, de 2022, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, o voto é: Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 422, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Golfinho FM para executar serviço de radiodifusão comunicada no Município de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL, originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

A votação será nominal e, consequentemente, será votada em bloco...

Encerrada a discussão, será votada em bloco oportunamente, juntamente com outras matérias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a Presidência aqui para o Senador Marcos Pontes, devido a compromissos em gabinete, para dar continuidade ao item 5 da pauta aqui, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Relator o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o PDL em questão trata da renovação da outorga da Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro.

Indo direto à análise.

A matéria não apresenta nenhuma inadequação em relação à técnica legislativa, à constitucionalidade, à responsabilidade desta Casa de aprovar esta matéria.

Portanto, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 434, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senador Hamilton Mourão, lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, ao final, em conjunto.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Devido à não instalação da CCDD e nos termos do art. 48 – indo direto à análise, Presidente –, incisos VIII e X, do Regimento Interno do Senado, a Presidência despachou esta matéria para a Comissão.

Coube à CCDD buscar, junto ao Poder Executivo, a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, como prevê o art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Em resposta ao questionamento apresentado, a Nota Informativa nº 1.421/2024/MCOM asseverou que a vedação legal que impede o estabelecimento de vínculos pelas emissoras de radiodifusão comunitária é "rigorosamente verificada" pela pasta durante as análises processuais e que só a registra quando a irregularidade é constatada. Ressaltou ainda que, quando o órgão se posicionou favoravelmente à renovação da outorga em tela, "não havia óbice de qualquer natureza para o deferimento do pleito". Por fim, garantiu não haver registro de processo de apuração de infração em desfavor da entidade que tenha por objeto a manutenção de vínculo.

No que tange à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, cumpre informar que o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo se orientam nesta Casa pelo do art. 223 da Constituição Federal e pela Resolução nº 3, de 2009, deste Senado Federal.

Assim, Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o reexame da documentação que acompanha o PDL nº 441, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Mãe Rainha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Lido o relatório, pela aprovação do projeto, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, no final, com o restante dos outros itens terminativos.

Anuncio o item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 230, DE 2023
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmarense Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Passo a palavra ao Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, indo direto à análise, verificamos que não há óbices em relação à constitucionalidade, à técnica legislativa e às competências tanto do Poder Executivo para renovar essa concessão como do Congresso Nacional para aprovar a referida decisão do Poder Executivo.

Assim, indo direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 230, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Palmarense Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Relator.

Lido o relatório, pela aprovação, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal no final, com os outros itens terminativos.

Anuncio o item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 237, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Passo a palavra ao Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo à análise, compulsando os dados que ali estão lançados, verifica-se que era tarefa

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pertinente à CCDD. Pela não instalação daquela Comissão, a Presidência do Senado despachou para esta Comissão.

A análise feita verifica que os requisitos de constitucionalidade, juridicidade técnica e legislativa estão perfeitamente consoantes com a nossa Constituição Federal, com a Resolução nº 3 do Senado Federal e com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta a questão da radiodifusão comunitária.

Assim, o nosso voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 237, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Lido o relatório, pela aprovação, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, com o restante das matérias terminativas.

Anuncio o item 9 da pauta.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O Relator tem a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise.

Verificando aqui todos os itens lançados, mais uma vez era tarefa da CCDD que foi transferida pela Presidência do Senado para esta Comissão.

Verifica-se que a constitucionalidade, a juricidade e a técnica legislativa estão de acordo com o que prevê a nossa Constituição, com o que prevê o Decreto nº 2.615, de junho de 1998, assim como a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que disciplina o serviço de radiodifusão comunitária, e de acordo com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Assim, indo direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 239, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural União Comunitária Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Lido o relatório, pela aprovação, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, com o restante das matérias terminativas.

Anuncio o item 10 da pauta.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O Relator tem a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise.

Por decisão do Presidente do Senado, passou-se a competência para assuntos dessa natureza para esta Comissão de Ciência e Tecnologia.

O relatório em análise está de acordo com a Constituição, em seu art. 223; está de acordo com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal; a técnica legislativa obedece a todos os requisitos; e a juridicidade está perfeita.

Em consequência, indo direto ao voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 431, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Lido o relatório pela aprovação, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal com as outras matérias terminativas.

Anuncio o item 11 da pauta.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 147, DE 2025
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista, Estado de Roraima.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise.

Por decisão do Presidente do Senado Federal, passou a competir à nossa Comissão de Ciência e Tecnologia tratar de assuntos dessa natureza.

O serviço de radiodifusão comunitária é disciplinado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

O processo de exame dos atos do Poder Executivo dessa natureza é pertinente ao que prevê o art. 223 da Constituição Federal e nesta Casa legislativa é orientado pela Resolução nº 3, de 2009.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, de acordo com o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado e de acordo com a técnica legislativa prevista.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 147, de 2025, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cruviana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão, Relator.

Lido o relatório pela aprovação, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, com o restante das matérias terminativas.

E, neste momento, eu retorno a Presidência ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Senador Astronauta Marcos Pontes por ter cooperado aqui, assumindo a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço a inclusão para a votação do item 16.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Irei passar a palavra a V. Exa. brevemente, só reorganizando o dispositivo aqui, Senador. (*Pausa.*)

Senador Alessandro, V. Exa. confirma então a retirada de pauta?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, não. Peço a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, anuncio o item 16 da pauta.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 18, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 207/2023, que "dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com brevidade, apenas uma audiência pública que permita dar uma instrução mais qualificada a esse projeto, um projeto importante. O chamado Open Finance, que são as finanças abertas no Brasil, já é objeto de uso por pelo menos 40 milhões de brasileiros, gera toda uma qualidade na concessão de crédito e vantagens significativas para a nossa economia. Então, é importante ter esta audiência pública realizada para que a gente possa, em seguida, ter a votação e a aprovação do projeto do marco legal do Open Finance.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 962, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Senador Efraim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Isso se chama, meu caro Senador Amin, *timing* – *timing* correto. (*Risos.*)

Agradecendo a gentileza do nosso Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Brotação espontânea.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Exatamente. O *timing* faz muita diferença e, graças a Deus, funcionou dessa vez. Tem vezes que não funciona, não, viu, Senador? Mas dessa vez deu certo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Astronauta Marcos Pontes aqui sabe que a precisão faz toda a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Uma vez que o Senador Efraim entrou como ala, Marcos Pontes, surgiu ali na ala sem que o...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Meu Presidente, rapidamente indo direto... pedindo vênia para ir direto à análise – está certo? – e ao voto.

O processo de exame e apreciação dos atos que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o art. 223 da Constituição Federal...

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 962, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida, no meu querido Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, seguindo *ipsis litteris* o parecer já devidamente publicado.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, mediante a abertura do painel eletrônico.

Passamos, então, ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2022
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Passo a palavra ao Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, aqui se refere ao Município de São José de Piranhas, município de que V. Exa. tem conhecimento ali. Durante o seu tempo na ativa, em conversas que tivemos, disse que já atuou ali pelo Sertão da Paraíba, mais precisamente na antiga Antenor Navarro, que é ali bem próxima de São José de Piranhas, aquele alto Sertão paraibano, que eu soube que é de saudosa memória ao nosso querido Presidente Hamilton Mourão.

Nesse sentido, Presidente, pedindo vênia para ir direto ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 234, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Fundação José Leite de Oliveira para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de São José de Piranhas, no querido Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal e será realizada após a abertura do painel eletrônico, em bloco com os outros projetos que já estão sendo lidos.

Anuncio o item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Com a palavra o Senador Efraim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, de igual forma, peço vênia a V. Exa. para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 293 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mamanguape. Este aqui já é no litoral, perto da praia, ali a turma passa bem, diferente do nosso alto Sertão, calor enorme.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A Paraíba?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Turismo, turismo, turismo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sempre, sempre, sempre. Sou apaixonado pela minha Paraíba, pode ter certeza.

Nesse sentido, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, seguindo *ipsis litteris* o parecer já devidamente publicado, opinamos pelo voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada após a abertura do painel eletrônico.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mesmo com a resistência do Senador Amin, vamos deixar Mamanguape com as ondas da nossa rádio do desenvolvimento comunitário de Mamanguape.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo contrário, me animei porque pensei que o senhor ia oferecer uma estada lá. (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A estada é permanente.

Mamanguape é uma área na Paraíba das mais ativas na produção de cana-de-açúcar, está certo? E tem a Baía da Traição, veja só o nome (*Risos.*) , que é exatamente uma reserva indígena lá na Paraíba, onde as belezas são absolutamente preservadas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pelo menos uma diária, né?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O nome não é porque alguém ia lá com a pessoa com quem não devia ir. (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É porque os mares são revoltos e traiçoeiros ali naquela região, para tirar as mentes poluídas que pensaram coisa diferente, entendeu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O item 15 foi retirado de pauta por solicitação do Relator...

Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – No caso, a mente poluída era a do General. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O item 15, então, foi retirado de pauta por solicitação do Relator, Senador Dr. Hiran.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 15
PROJETO DE LEI Nº 805, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada "obsolescência programada" e regular o direito ao reparo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.*)

Eu destaco aqui a presença do Sr. Leandro da Silva Nunes Vieira, consultor legislativo de comunicações e tecnologia da informação. Bem-vindo, Sr. Leandro, à nossa reunião da Comissão.

Anuncio o último item da pauta, o item 17.

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 27, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, a quem passo a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor.

Eu proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic); representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); representante da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii); representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); representante do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). E eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, também a inclusão do Sr. Rodrigo Martinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado.

A importância dessa audiência pública fica evidente. Inclusive, agora, nessa semana, para quem acompanhou, o Prêmio Nobel de Economia foi para três economistas que justamente destacaram a importância e a correlação direta da inovação no desenvolvimento econômico e social do país, uma coisa que a gente já fala bastante, desde o meu tempo lá do ministério, mas fica evidente, então, a importância de discutir maneiras de fomento à inovação dentro da indústria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o relatório.

Novamente, eu ressalto a solicitação para a inclusão de mais um participante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Dá oportunidade, realmente, o Senador Marcos Pontes frisou bem. Se alguém tinha alguma dúvida, o Prêmio Nobel sempre é um indicativo, mesmo para aqueles que não souberam ainda da indicação da nossa María Corina. Grandes fontes, grandes comentaristas, governos, inclusive, não foram informados da premiação com o Prêmio Nobel da Paz à Sra. Maria Corina, tantas vezes mencionada por V. Exa. e pelo Senador Sergio Moro, em repetidas alocuções sobre a perseguição que era desferida contra ela.

Então, o Senador Marcos Pontes, em muito boa hora, nos lembra da importância dessa premiação para a inovação, porque, realmente, sem inovação, como é que vai haver desenvolvimento num mundo competitivo como o que nós estamos vivendo?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, apenas uma correção: eu falei da solicitação de participação do Sr. Rodrigo... Eu falei Martinho. Na verdade, é Marinho. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É importante a observação do Senador Amin: o Prêmio Nobel da Paz para a Sra. María Corina Machado, a quem eu tive a oportunidade de conhecer no ano de 2003. Quando ela iniciou a luta dela, eu era adido militar na Venezuela. Há 22 anos, essa senhora luta pela liberdade no seu país, de forma democrática. Jamais propugnou por quebra de regime de modo violento, mas pura e simplesmente que se usem os instrumentos da democracia, para que a Venezuela volte a viver num regime de liberdade e de justiça.

E também o Senador Marcos Pontes comentou – e o Senador Amin também –: os ganhadores do Prêmio Nobel de Economia abraçaram a causa do Joseph Schumpeter, da "destruição criativa", e aí nós temos uma destruição criativa avançando a galope, que é a inteligência artificial, e nós precisamos nos preparar para isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O galope está sendo acelerado pela computação quântica.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente, Senador.

Em votação.

As Senadores e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Solicito à Mesa que...

Em votação os projetos constantes dos itens 1 a 12, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos... (*Pausa.*)

Os Senadores já podem votar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu solicito aos Senadores que registraram presença que votem nas matérias de 1 a 12, que foram lidas aqui durante a sessão da Comissão. (*Pausa.*)

A votação será encerrada.

Votação encerrada.

O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A Comissão aprova, por oito votos, os projetos constantes dos itens 1 a 12, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4712317343

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Pedro Chaves, José Lacerda, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão, e dos Senadores Jorge Seif, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Augusta Brito e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Oriovisto Guimarães, Chico Rodrigues e Rogério Carvalho. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia e Dr. Hiran, conforme os Requerimentos nº 632, 688, 659, 566, 583/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 22, de 2025-CCT, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e ao Requerimento nº 7, de 2025-CCT, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com a finalidade de debater as iniciativas que se destacam no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), para subsidiar a avaliação da política pública sobre "Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População", com a participação de Luis Manuel Rebelo Fernandes, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação em exercício (MCTI), representante do MCTI e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT); Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (MS); Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação do Ministério da Educação (MEC); Alaercio Londe da Silva, Coordenador de Conectividade, Agricultura Digital e Mecanização do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista em Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/147098

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Eu declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater as iniciativas que se destacam no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (Pbia), para subsidiar a avaliação da política pública sobre "Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População", em cumprimento ao Requerimento nº 22, de 2025, desta Comissão, de minha autoria.

O público interessado em participar dessa audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo Portal do Senado www.senado.leg.br/ecidadania – novamente: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – ou ligar para 0800 0612211. Novamente: 0800 0612211.

A participação do público é extremamente incentivada, afinal de contas essa é uma política que afeta basicamente todos os setores do nosso país. Então, estou contando aí com perguntas e comentários.

Participantes.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão:

- Dr. Luis Manuel Rebelo Fernandes, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação em exercício (MCTI), representando também o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT);

- Dra. Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde (MS), obrigado pela presença;

- Dr. Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação do Ministério da Educação;

- Dr. Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE);

- Dra. Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista em Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica;

- Dra. Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae Nacional, obrigado pela presença.

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência:

- Dr. Alaercio Londe da Silva, Coordenador de Conectividade, Agricultura Digital e Mecanização do Ministério da Agricultura e Pecuária; e

- Dr. Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (*Pausa.*)

Eu aproveito este momento para agradecer, primeiro, a presença do nosso Ministro em exercício, agradecer a presença de todos os debatedores que aqui se encontram, também agradecer a presença das outras pessoas e autoridades que se encontram aqui presentes nesta sala de audiências e também aqueles que nos acompanham através da TV Senado e da rede, das redes do Senado.

Eu gostaria de, neste momento também, dizer da importância desse tema. A inteligência artificial está e vai estar cada vez mais na vida de todos nós. É uma tecnologia em desenvolvimento. Como eu falei aqui, nesta Casa, nesta sala, muitas vezes, durante mais de dez audiências públicas que eu presidi, como Vice-Presidente da Comissão sobre Inteligência Artificial, isso é uma tecnologia, ou essa é uma tecnologia que, pela sua complexidade e capacidade, tem que ser tratada com muito cuidado. Sem

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dúvida nenhuma, ela pode e vai ajudar na eficiência do país, na competitividade do país, no desenvolvimento de ideias, na solução de problemas na ciência, em todas as áreas.

Contudo, como toda tecnologia de alta *performance*, ela também precisa ser usada com cuidado. Então, ela em si não toma decisões; ela não decide onde ela vai ser usada, como ela vai ser usada. Portanto, cabe a nós, humanos, termos essa consciência de que ela é uma ferramenta. Ela precisa ser usada com muita parcimônia, de forma que os nossos princípios, os nossos direitos, aqui no país e no mundo como um todo, sejam preservados. O ser humano tem que ser o centro de tudo isso. Então, devemos colocar isso como premissa, porque eu sou, logicamente, nós somos fãs da tecnologia, nós vemos a importância da tecnologia na sociedade, mas ela nunca substituiu o ser humano. O ser humano é o centro de tudo.

Então, dito isso, eu gostaria de combinar aqui como é que a gente vai funcionar. Nós temos oito convidados. Cada convidado vai ter oito minutos de fala. O Ministro, talvez, tenha um pouco mais e vai ter que apresentar, então não se preocupe tanto com esse tempo, o.k.? Agora, para o restante dos convidados eu disponho oito minutos de fala, por causa do tempo – o tempo que nós temos de utilização desta sala. Eu peço para observarem o tempo. Para quem está aqui presencialmente, nós temos os relógios na parede; além disso, quando faltar um minuto, nós teremos uma campainha como esta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... mas não sou eu que toco, é automático o sistema, já vou avisando; e também, faltando 15 segundos, vai aparecer uma voz feminina, bastante convincente, que vai falar que faltam 15 segundos – essa voz feminina também vai ser ouvida pelos nossos convidados que estão remotamente. Eles não têm os relógios; eu peço, então, para quem está no remoto olhar, coordenar o tempo, mas também vai ter esse aviso desses 15 segundos. Então, peço, dentro do possível, respeitar o tempo por causa da nossa duração aqui total.

Também encontra-se presente aqui a Dra. Denise Carvalho, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Está aqui, obrigado.

Então, a sequência da apresentação vai ser a seguinte: primeiro, o Dr. Luis Manuel Rebelo Fernandes, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação em exercício; a Dra. Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde; o Dr. Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação do Ministério da Educação; o Dr. Alaercio Londe da Silva, Coordenador de Conectividade, Agricultura Digital e Mecanização do Ministério da Agricultura e Pecuária; o Dr. Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; a Dra. Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista de Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica; a Dra. Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; o Dr. Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

E nós já temos ciência da agenda do nosso Ministro, portanto fique à vontade para fazer a apresentação e depois deixar a reunião para cumprir a agenda. Muito obrigado.

Tem a palavra o Ministro Luis Manuel Rebelo Fernandes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES (Para expor.) – Bom, está funcionando aqui? Está ligando? Está.

Muito obrigado, Senador e Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar os membros da Comissão na pessoa do Senador Marcos Pontes e toda a equipe aqui do Senado que dá apoio ao trabalho da Comissão.

Eu queria saudar também, na pessoa da Ana Estela Haddad, que é nossa colega ali no Comitê Interministerial que coordena o Pbia, todos os demais colegas de diferentes áreas de Governo, representantes da sociedade civil que também integram esse esforço de formulação e execução do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

Eu vou entrar direto no assunto, porque temos pouco tempo. Até peço para que eu seja, de fato, alertado, para eu poder condensar.

Prepararam uma apresentação gigantesca que eu vou, evidentemente, reduzir, para não abusar da tolerância em relação ao tempo da apresentação. Deixe-me já entrar direto aqui na essência do plano.

Aqui, numa reunião do CCT (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia) do início de 2024 – março de 2024, se não me engano –, nós levamos para a discussão do conselho.

O conselho, como o Senador sabe, tem uma representação ampla do setor acadêmico, científico, tecnológico, do setor empresarial, de diferentes áreas de Governo e é presidido pelo Presidente da República. E o tema da inteligência artificial foi levado como tema central de discussão para essa reunião do conselho.

No âmbito dos debates, que foi muito rico e muito profundo, mostrando o tamanho dos desafios que o Brasil teria que enfrentar para se situar bem nessa revolução tecnológica em curso no mundo, o Presidente solicitou ao conselho que apresentasse, na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se realizou no final de julho e início de agosto, uma proposta de plano de política pública, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, que lidasse com os desafios do Brasil, como é que o Brasil se situaria. Ele até usou uma imagem que seria um plano "tupiniquim" de inteligência artificial, para se situar nos desafios específicos do Brasil.

Esse plano foi apresentado ao Presidente, diante dessa demanda, na conferência e, a partir da sua apresentação na conferência, se transformou numa política pública de Estado e foi constituído, no âmbito do Comitê Interministerial Digital, um grupo de coordenação. Boa parte das pessoas que estão aqui hoje presentes, que vão fazer apresentações, integram o grupo de coordenação do plano.

Aqui, o que nós estamos fazendo é uma primeira prestação de contas do andamento dessa política pública, aqui no Senado – o Senado, aqui, exercendo a função legislativa de acompanhamento e emissão de sugestões, opiniões sobre o andamento do plano.

Eu sei que já houve apresentação do plano aqui, eu não quero cansá-los, mas o plano está estruturado em torno de cinco eixos.

O primeiro eixo é voltado para infraestrutura e desenvolvimento de inteligência artificial. O segundo eixo é voltado para difusão, formação e capacitação de recursos humanos necessários para o desenvolvimento da inteligência artificial no Brasil. O terceiro eixo é inteligência artificial para melhoria dos serviços públicos. O quarto eixo, IA para inovação empresarial, em particular a preocupação em estruturar uma cadeia de valor de IA enraizada no Brasil, inclusive gerando serviços da mais alta qualidade e também trabalho de maior valor agregado, aqui dentro do país. E o quinto eixo, Senador, é um eixo de apoio ao processo regulatório de governança de IA.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós não entramos, no plano, nas definições sobre regulação e governança, porque essa temática está aqui no Congresso. Inclusive já houve deliberação aqui do Senado, mas, sim, nós identificamos ali dimensões técnicas de apoio que poderiam vir da área de ciência e tecnologia para esse esforço de regulação e governança.

Então, essa é a essência do plano, que se desdobrou num conjunto de programas e 54 ações com fontes de recurso claramente identificadas.

Aqui, nós queríamos ter incluído os planos de investimento do setor empresarial, mas o setor empresarial resistiu a divulgar esse valor. Então, o que está aqui em termos de investimento está fortemente concentrado em investimento público.

Também incorporamos ao plano um conjunto de ações que são aplicações imediatas de IA que beneficiam a população, melhoram a vida da população nestas áreas de saúde, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio e serviços, educação, desenvolvimento social, gestão do serviço público, até para enfrentar alguns receios e temores que ainda existem na sociedade em relação a essa revolução tecnológica e mostrar os benefícios que essa revolução tecnológica vai trazer para a população.

Por isso, o título do plano, o mote do plano é "inteligência artificial para o bem de todos", quer dizer, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

Esse é o conjunto previsto de investimento, que totaliza R$23 bilhões. O grosso aqui é investimento público.

Ministro, Senador Ministro, eu sempre uso esses dois termos, cerca de dois terços desse valor é investimento do FNDCT, só tornado possível por conta da decisão legislativa, que está sendo respeitada pelo Governo, de não permitir bloqueio e contingenciamento do recurso.

Eu digo o seguinte: nós não teríamos esse Plano Brasileiro de Inteligência Artificial caso o Congresso Nacional não tivesse aprovado a lei que vedou qualquer contingenciamento ou bloqueio de recursos. Então, esse é um resultado concreto de uma decisão legislativa traduzida em política pública para o país.

A distribuição dos investimentos são, de imediato: R$435 milhões em ações de aplicação que já estão em curso; R$5,79 bilhões em investimentos em infraestrutura e desenvolvimento de IA; R$1,15 bilhão em difusão, formação, capacitação e inteligência artificial; R$1,76 bilhão em IA para melhoria dos serviços públicos; R$13,79 bilhões em IA para inovação empresarial; e R$103 milhões em ações de apoio ao processo regulatório de governança de inteligência artificial. Isso, previsto para o período de 2024 a 2028. Então, é previsão de investimento.

Em termos internacionais, só para situar, claro, isso não compete com a China e com os Estados Unidos em termos de investimento, mas ele se situa no patamar de investimento, para dar uma referência, dos países europeus e da própria União Europeia. É um programa realista, audacioso e realista, e as fontes de financiamento, nós só incluímos aquelas fontes de financiamento já confirmadas, porque o trabalho do GT de coordenação está ampliando, inclusive, os investimentos, mas, no momento da aprovação do plano, só incluímos aquelas fontes de financiamento confirmadas. Isso foi um apelo a nós feito pela Casa Civil e cumprido.

No âmbito do FNDCT, nós, então, aprovamos a criação de um programa de investimento específico voltado para o PBIA, o IA Brasil, o Programa 11 do FNDCT. Agora, como programa de investimento, é o Programa Brasileiro de Inteligência Artificial o programa de investimento do próprio FNDCT, mas já há ações e havia ações em curso em diferentes programas do Ministério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, no Pró-Infra, já tem várias ações. Está ali o Aragão, que é o Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep e é responsável por isso. O Pró-Infra Temático já dirigiu recursos de infraestrutura para a área de inteligência artificial.

O Conecta & Capacita já estruturou, através da RNP, na Rede e-Ciência, uma rede de conectividade de alto desempenho para suportar a atividade de inteligência artificial.

No Conhecimento Brasil, nós já dirigimos programas para atração de talentos para trabalhar em inteligência artificial no Brasil, seja via bolsas Rhae do CNPq, seja via subvenção econômica operada para projetos empresariais pela Finep.

No âmbito do Programa 12, que é o SOS Clima Brasil, nós incorporamos inteligência artificial para um sistema inteligente de previsão de extremos climáticos.

Há ações de apoio à IA distribuídas por todos os programas de investimento do FNDCT.

É muita informação, a apresentação vai ficar aqui com vocês, mas eu queria, por eixo, mostrar, no nosso monitoramento e acompanhamento, as ações que já estão sendo desdobradas concretamente. É um plano em execução.

Então, um dos destaques do plano é justamente a aquisição de um supercomputador de IA que vai se situar, pelo menos no horizonte atual, entre os cinco mais potentes do mundo, o *top* 5 do mundo, que é uma aquisição deflagrada.

Agora, eu não vou nem falar muito porque o NCC está aqui e pode até trazer mais informações sobre esse processo, mas o processo já foi deflagrado. E o investimento total previsto para essa ação é de R$1,9 bilhão. O NCC está aqui e fará uma apresentação mais detalhada aqui sobre essa ação.

Nós já investimos em infraestrutura para IA, via Pró-Infra Temático operado pela Finep, R$52 milhões especificamente para áreas de inteligência artificial.

Há, no âmbito do CNPq, um conjunto de ações para IA, seja via bolsa de produtividade, seja edital universal, que já totalizaram, investimentos realizados, R$125 milhões.

Na nova edição do edital da chamada pública de INCTs, foram selecionados nove projetos de INCTs – eram três, mas ampliou-se para nove –, com volume de investimento de R$98 milhões.

A lista, para não gastar tempo, eu não vou detalhar, mas eles estão enumerados aqui na própria apresentação que ficará aqui à disposição.

Então, essas são as ações.

Para além disso, houve publicação de uma nova portaria do Sinapad. Bom, essas são ações iniciadas e em andamento, mas ainda não entregues. Então, eu vou pular por conta do tempo e focar nas ações que já estão executadas em cada eixo.

Estamos aqui agora no Eixo 2, que é o voltado para a formação, capacitação e qualificação. Já foi realizada uma primeira Olimpíada de Inteligência Artificial em que o NCC também teve um papel muito importante – talvez se possa comentar sobre isso na apresentação que vem na sequência.

Há um conjunto de ações da Capes, seja de bolsa de pós-graduação, seja de lançamento de bolsas para IA, seja de pagamento de bolsas de doutorado no exterior e também do CNPq focadas em inteligência artificial.

As ações do Sebrae, também não vou detalhar porque vai haver uma apresentação na sequência.

Então, é um conjunto de ações já iniciadas, já com qualificação e requalificação realizadas nessa área de formação, qualificação e requalificação – desculpa, aqui pulei.

No âmbito da IA para o serviço público, há uma importante iniciativa em curso que visa estruturar uma infraestrutura nacional de dados integrada, que permita ações de treinamento de modelos e de

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aplicativos em IA, coordenado pelo MGI, com o nosso apoio. Então, já houve um investimento, ainda em 2025, de R$100 milhões, viabilizado pelo FNDCT, visando a integração das bases de dados públicos no país, também orientada por uma preocupação fundamental com a preservação da soberania de dados do Brasil nessa integração. Então, catalogação e interoperabilidade de dados, conjunto de ações, *low-cost* com IA generativa, núcleo de IA de Governo, tecnologia de cibersegurança, qualificação de dados cadastrais, comunicação personalizada e difusão de informações, que é uma ação que tem tido apoio do CPQD para o seu desenvolvimento, em apoio à formação e consolidação dessa infraestrutura nacional de dados públicos.

Nessa sequência, também não vou detalhar, há um conjunto de ações, boa parte delas também envolvendo a Finep e o CNPq, com apoio ao desenvolvimento de soluções de IA para desafios de Governo e para apoio a políticas públicas de Governo. Então, estão aqui detalhadas, como são várias ações, para não tomar tempo demais, eu deixo a lista aqui com o Senado e quem quiser acessar, terá a possibilidade de ver esses números mais detalhados.

No quarto eixo, que é o apoio à cadeia de valor de IA e a inovação empresarial em IA, há um conjunto de ações que evoluíram bastante, quer dizer, há o programa lançado, que envolve o BNDES e Finep, mas lançado predominantemente pelo BNDES – que eu sei que está participando aqui e fará apresentação na sequência –, que é o programa de *data centers* verdes e já houve o primeiro *data center* apoiado pelo BNDES, no valor de R$180 milhões. Há um conjunto de ações voltadas para IA, conduzidas através da Embrapii, com ampliação, constituição de centros de crescimento, ampliação das unidades de IA apoiadas pela Embrapii. Então, o valor total, quer dizer, dos recursos da Embrapii, oriundos do FNDCT, são de R$102 milhões, mas com as contrapartidas, já há investimentos de 300 milhões nessas ações da Embrapii para inteligência artificial.

Eu chamaria atenção para a Ação 48, que talvez seja um dos mais avançamos. Se combinarmos as ações de crédito em apoio à inteligência artificial para empresas nacionais, através da Finep e através do BNDES, quer dizer, no caso da Finep foram 596 projetos apoiados até julho de 2025, total de investimento R$4,5 bilhões; no caso do BNDES, que são projetos de maior porte, há apoio de 12 projetos associados à inteligência artificial e ao plano: total de investimento de R$1,2 bilhão.

Então, nós já totalizamos investimentos diretos via crédito em inovação empresarial, R$5 bilhões e R$700 milhões, então talvez, sejam um dos avanços mais significativos que nós já tivemos em pouco tempo – de desenho e implementação. É a cadeia de valor que está estruturando a partir desse foco de investimento, porque evidentemente o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial está no âmbito das prioridades da NIB, diretamente na prioridade de transformação digital, que é uma das missões da Nova Indústria Brasil, mas há dimensões de inteligência artificial associadas a todas as missões da Nova Indústria Brasil.

Então, nós temos focado em investimentos, tanto via Finep quanto via BNDES, para o apoio a essa política industrial, e a inteligência artificial está no seu coração.

Bom, tem um conjunto de outras ações iniciadas, mas também, uma vez mais, a apresentação fica aqui com as entregas. E aqui, no âmbito do apoio, no eixo de apoio à regulação e governança, sob coordenação da MGI, já elaboramos um conjunto de guias brasileiros de IA responsável, com orientações para a atuação do setor público nessa área.

Via CGI já foi estruturado e lançado, em setembro de 2024, o Observatório Brasileiro de IA, que vai monitorar a evolução dessa revolução tecnológica, a sua implementação no Brasil, os desafios a ela associados. E nós estamos aguardando, por fim, a aprovação da regulação – que eu sei que é matéria

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que está na Câmara – para ampliar as ações de apoio previstas no Pbia para a regulação e governança da inteligência artificial.

A apresentação detalha, na sequência, tudo que eu apresentei aqui. Tem dados do CNPq, que vão detalhando as ações do CNPq. Tem dados da Finep, que vão detalhando, inclusive, exemplos de projetos aprovados, mas, para não abusar da paciência do Senador Ministro, eu acho que aqui é um introito, que dá uma visão geral sobre a evolução do plano e que será detalhado nas apresentações que vêm em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Muito obrigado ao nosso Ministro em exercício, Luis Manuel Rebelo Fernandes, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parabéns pelos resultados.

É bom a gente ver isso andando em uma área extremamente importante com investimentos. Reforço a importância do FNDCT nesse contexto. Foi tanta briga para liberar isso e, por razão óbvia, é um investimento, é um fundo estratégico para o país e precisa ser e continuar sendo liberado o tempo todo, para que a gente possa ter esses desenvolvimentos no país.

Então, parabéns.

Eu agradeço muito.

Fique à vontade para assistir, dependendo da sua agenda, na hora que for necessário, fique à vontade.

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES (*Fora do microfone.*) – Tenho 5 minutos, vou ver se consigo ouvir ainda a apresentação da Ana Estela...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu quero agradecer também a todos aqueles que já estão enviando perguntas e comentários pelo e-Cidadania. Nós distribuímos essas perguntas e comentários para os nossos debatedores, tanto aqui presencial quanto no remoto, e a ideia vai ser o seguinte, no final, eu vou fazer um novo, ou seja, distribuir novamente a palavra para cada um que pode, então, responder as perguntas que achar conveniente, que são da sua área, para as suas conclusões finais também – lá no segundo. Ou, se quiser, durante a própria apresentação, agora que já tem as perguntas, também pode incluir algumas respostas.

Na sequência, então, eu passo a palavra à Dra. Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, para oito minutos de apresentação.

Obrigado.

A SRA. ANA ESTELA HADDAD (Para expor.) – Bem, muito bom dia.

Gostaria de cumprimentar o Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes, quero parabenizá-lo por esta audiência; quero cumprimentar o Ministro em exercício, Prof. Luis Manuel Rebelo Fernandes, quero parabenizá-lo pela apresentação. Pensei que a gente ia bater palmas ao final, mas... (*Risos.*)

Parabéns pelo Pbia e à Ministra Luciana Santos também.

A nossa interação tem sido muito forte com o Secretário, além... A gente agradece a oportunidade de participar do GT do Pbia, e também temos interagido bastante com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital, com o Secretário Henrique Miguel. Então, só para dizer que acho que temos áreas de Governo nos diferentes ministérios que têm se ocupado de buscar se estruturar como políticas setoriais para fazer frente à transformação digital, que é necessária para criar o melhor ambiente justamente para uma aplicação segura, com ética, para o bem de todos da inteligência artificial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pelo tempo, eu vou pedir licença a vocês para ler um breve texto que recentemente preparamos junto com a equipe, o qual eu acho que fica mais fácil do que correr com a apresentação. A gente... Eu só diria, como introdução, que a criação da Secretaria de Informação e Saúde Digital, a partir de 2023, no Ministério da Saúde, foi muito importante, foi uma determinação de quatro ex-Ministros e da então Ministra Nísia Trindade. A gente, nesse processo, tem avançado muito em consolidar os sistemas de informação, uma plataforma de interoperabilidade, a preocupação com a proteção de dados, com a infraestrutura de rede para que a gente possa integrar as informações dos pacientes, para que a gente possa atuar tanto no nível clínico quanto no populacional, com predição, com capacidade analítica e usar a IA nessa direção.

Queria cumprimentar também todos os distintos, aqui, convidados, que vou ter muita satisfação de ouvir e de aprender um pouco mais sobre o que cada área está fazendo.

Para retroalimentar o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial de forma eficaz, poderíamos usar a lente do Sistema Único de Saúde como um exemplo de estudo de caso prático. O SUS, por sua escala, complexidade e capilaridade nacional, nos oferece um modelo tangível de como a articulação entre governo, ciência e indústria pode financiar e construir a soberania digital.

O Pbia é um marco fundamental, um roteiro que nos coloca no caminho certo, mas, como toda estratégia viva, ele precisa ser constantemente nutrido, reavaliado e, acima de tudo, conectado com a realidade e as potencialidades do nosso país – acho que é o que o GT tem feito. A pergunta que nos une hoje é: como podemos retroalimentar esse plano? Como criarmos um ciclo virtuoso que conecte a genialidade da nossa ciência, a força da nossa indústria, o papel indutor do estado para financiar e garantir a nossa soberania em inteligência artificial? A resposta pode começar por olharmos para diferentes experiências e, entre elas, para um dos maiores ativos do povo brasileiro, que é o nosso Sistema Único de Saúde. O SUS não é apenas o maior sistema de saúde universal do mundo, ele é uma fonte inestimável de dados e um laboratório vivo para a inovação em larga escala. É a partir dessa perspectiva, a da saúde, que toca cada cidadão, que propomos um modelo para impulsionar a IA no Brasil.

Pensamos em três pilares independentes – acho que o que eu coloco aqui são aspectos que não são do Ministério, mas que a gente tem sentido como aspectos de Governo –, o Governo como articulador de missões e financiador estratégico e, no nosso caso, são missões nacionais de IA. Como propostas, poderíamos trazer, por exemplo, a IA para redução da mortalidade materna e infantil na Amazônia Legal, utilizando modelos preditivos para identificar gestantes de risco e otimizar a alocação de recursos. A IA para vigilância epidemiológica em tempo real, prevendo surtos de dengue, zika, chicungunha, outras pandemias, com dados climáticos sociais. Hoje a gente já adquiriu – está aqui comigo o Diretor Adjunto do nosso Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas (Demas), o Tiago Bahia, juntamente com o Paulo Sellera, que é nosso Diretor – uma infraestrutura de dados espaciais com possibilidade de... Estamos fazendo já simulações em 70, 72 camadas, que envolvem dados climáticos, genoma, dados epidemiológicos, para que a gente possa trabalhar com predição. O Cidacs também é um exemplo que já vem caminhando nessa direção.

A IA para personalização do tratamento oncológico no SUS. Hoje, ao meio-dia, o Ministro vai dar uma coletiva sobre os avanços que estamos fazendo na atenção oncológica.

Então, o fomento em cascata, direcionando recursos existentes do FNDCT, o BNDES, a Finep, projetos alinhados com essas missões, a expansão do modelo da Embrapii, dados como ativo soberano, acho que são questões que o Ministro Luis Manuel já tocou aqui com muita excelência e pertinência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ciência como motor dessa inovação de fronteira; redes de pesquisas orientadas com centros de competência IA e saúde, como vem sendo feito; a formação de talentos é muito importante – quem sabe o Ciência Sem Fronteiras da IA –; a indústria como vetor de escala e acesso. A gente já vem, no ministério, aplicando a IA, por exemplo, para compras públicas, então o exemplo é a aquisição centralizada de medicamentos. Nós temos 150 itens de medicamentos que às vezes precisam ser adquiridos com um ano de antecedência e a gente já está com algoritmos com 82% mais ou menos de eficácia, fazendo economicidade e redução de desperdícios.

Um *sandbox* regulatório – a Anvisa e, agora, a Agência Nacional de Proteção de Dados podem nos apoiar nessa direção –; a certificação de algoritmos, para que a gente possa desenvolver um selo de qualidade em relação a algoritmos de IA, atestando a sua acurácia técnica, mas também a sua transparência, equidade e conformidade com a LGPD.

E, caminhando um pouquinho já para a conclusão, nós estamos usando também, por exemplo, na judicialização...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA ESTELA HADDAD – ... a gente também está aplicando a IA generativa.

Vou concluir.

Retroalimentar o Pbia é criar um ciclo contínuo; o Governo definindo missões estratégicas, financiando a base; a ciência respondendo com pesquisa de ponta e formação de pessoas; a indústria transformando esse conhecimento em soluções escaláveis.

O SUS adota soluções melhorando a saúde da população, gerando novos dados e, por sua vez retroalimentando novas pesquisas, e assim se constrói um ciclo virtuoso e a soberania digital.

Não se trata de nos isolarmos do mundo, mas de termos a capacidade de desenvolver e controlar tecnologias que são estratégicas para o nosso futuro, garantir que a IA sirva aos brasileiros, seja pensada por brasileiros, treinada com dados brasileiros e voltada a resolver problemas do Brasil.

Então a ideia é de construirmos, assim, uma IA não apenas inteligente, mas sábia, justa e profundamente brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Gostaria de agradecer a apresentação da Dra. Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde.

Aliás, realmente, a inteligência artificial... A área da saúde é extremamente conectada com ciência e tecnologia, por natureza, mas a inteligência artificial eu vejo como uma ferramenta essencial na melhoria da eficiência, nos diagnósticos também, poder levar a medicina para os lugares mais distantes do Brasil.

A senhora falou uma coisa que me chamou bastante a atenção, que eu vejo como de uma importância gigante: a capacidade da inteligência artificial de analisar uma quantidade muito grande de dados pode permitir uma predição, uma previsão, tanto de compras quanto também do controle da saúde. A gente precisa, para reduzir a carga de trabalho na correção de problemas de saúde, trabalhar bastante na prevenção. E acho que isso aí é uma parte essencial.

Parabéns. Obrigado.

Na sequência, eu passo a palavra...

Opa, desculpa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só anunciando que o nosso Ministro precisa seguir para outra agenda. Então, obrigado pela participação.

Muito obrigado.

O SR. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES (*Fora do microfone.*) – Eu que agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Na sequência, então, eu passo a palavra ao Dr. Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação do Ministério da Educação.

Por favor. Tem oito minutos.

Obrigado.

O SR. FERNANDO DE BARROS FILGUEIRAS (Para expor.) – Bom dia a todos nós aqui presentes. Gostaria de cumprimentar primeiro o Senador Astronauta Marcos Pontes, presidindo aqui esta audiência pública.

Vejo esta audiência como uma oportunidade muito importante para o Ministério da Educação prestar contas do que tem feito no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Quero também cumprimentar o Ministro interino Luis Fernandes, que agora nos deixou aqui, e falar da importância de o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação estar coordenando essa iniciativa, que eu julgo que é uma iniciativa transversal dentro de toda a estrutura do Governo Federal, bastante importante para podermos avançar nesse ponto da agenda da inteligência artificial e, principalmente, pensarmos uma perspectiva brasileira com relação a essa tecnologia disruptiva que afeta todos nós de diversas maneiras.

Então, do ponto de vista do Ministério da Educação, a gente tem um conjunto de ações estruturantes muito importantes dentro do Pbia. Até gostaria de começar com uma dessas ações estruturantes que é a Infraestrutura Nacional de Dados da Educação, que agora, inclusive, foi recentemente aprovada no âmbito da lei complementar do Sistema Nacional de Educação. Então, até gostaria de fazer um agradecimento tanto à Câmara dos Deputados quanto ao Senado Federal, que acataram essa importante iniciativa, que vai ser uma iniciativa fortemente estruturante para pensarmos a questão da tecnologia no âmbito específico da educação. Temos agora a oportunidade e, de fato, uma política desenhada para que a própria União, os estados e os municípios no Brasil, comecem a compartilhar dados educacionais para que a gente possa, dentro do regime de colaboração e junto com estados e municípios, conduzir melhorias e inovações nas políticas educacionais como um todo.

Essa é uma ação extremamente importante para a Infraestrutura Nacional de Dados porque ela se conecta com a infraestrutura prevista no âmbito federal. Ela também é muito importante para que a gente, de fato, produza melhorias extremamente qualitativas no âmbito da implementação das políticas para que se possa usar, de fato, tecnologia com dados qualificados, com dados seguros e compartilhados entre os diferentes implementadores das políticas educacionais nessa direção.

Então, mais uma vez, eu reforço esse agradecimento ao Senado e à Câmara dos Deputados, porque de fato é uma iniciativa que tem o potencial de produzir melhorias significativas nas políticas educacionais. Então, eu destacaria muito essa iniciativa.

No âmbito do Ministério da Educação, mais especificamente, a gente tem uma parte estruturante muito importante com relação à capacitação humana para a inteligência artificial. Há uma previsão no Pbia de criação de 5 mil vagas em cursos de graduação em inteligência artificial ou cursos correlatos, como Ciência de Dados, Inteligência Artificial ou Engenharia de Sistemas em Inteligência Artificial. Só

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no ano de 2024, foram criadas 8.104 vagas, e há uma expansão significativa de cursos de graduação no âmbito das universidades públicas. Recentemente foram autorizados cursos na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal da Paraíba, na Universidade Federal do Pará e também em universidades estaduais, como na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, por exemplo. Então, com essas autorizações, só no ano de 2024, foram 8.104 vagas autorizadas, e isso inclui também vagas em universidades e em centros de ensino privados, que também têm uma expansão e uma acolhida muito importante do Ministério da Educação com relação a essas iniciativas que de fato são muito importantes para podermos criar essa perspectiva brasileira e criar um processo de capacitação no âmbito da sociedade muito forte e que apoie todas essas iniciativas do ponto de vista tecnológico que estão em construção no âmbito do Estado brasileiro.

Além disso, a gente tem previsto, do ponto de vista dessa dimensão de capacitação, a expansão de bolsas para graduação e pós-graduação voltadas especificamente para a questão da inteligência artificial. Esse é um processo que está em implementação no âmbito da Capes, que cuida dessa questão no âmbito do ministério, bem como também temos uma perspectiva bastante interessante de iniciarmos uma discussão sobre a adoção de inteligência artificial no âmbito da educação básica. Já existem iniciativas nessa direção, como do Estado do Piauí, por exemplo, que fez todo um processo de capacitação de professores que tornou obrigatória a disciplina de Inteligência Artificial no âmbito do ensino médio e tem colhido resultados muito interessantes. Há uma perspectiva de expansão no âmbito da educação básica pelo acolhimento de inteligência artificial como um componente curricular. Há essa discussão também no Conselho Nacional de Educação de adotar como obrigatoriedade, dentro da formação, e reformar a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) da parte de computação, adotando a inteligência artificial como esse elemento obrigatório no âmbito da educação básica.

Então, acho que essa é uma inovação muito importante e que vem acompanhada de um processo crescente de treinamento e capacitação de professores para lidar com essa tecnologia tanto do ponto de vista para ensinar sobre IA, ensinar sobre inteligência artificial, como também para ensinar com a inteligência artificial, usando, nesse sentido, os benefícios da tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DE BARROS FILGUEIRAS – ... no âmbito dessas iniciativas.

Então, a Capes iniciou agora, abriu um curso de formação, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para capacitação de 40 mil professores, e há uma perspectiva de expansão dessas iniciativas.

Associado a isso, o Ministério está tomando providências para criar um *sandbox* regulatório de IA para a educação, visando exatamente constituir sinergia junto com *adtechs*, academia, setor privado, para pensarmos aí processos regulatórios, favorecer e incentivar a criação de inteligência artificial que possa ser aplicada em processos de ensino e aprendizagem.

Assim, em linhas básicas, por conta do tempo aqui, são essas as principais iniciativas do MEC. A gente tem iniciativas mais pontuais que a gente pode abrir aqui para discussão.

Acho que é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Muito obrigado ao Dr. Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação do Ministério da Educação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse, sem dúvida nenhuma, é um ministério essencial, estratégico para que nós tenhamos sucesso nesse plano, como um todo, no Brasil, tanto na formação de profissionais e empreendedores futuros dessa tecnologia, quanto a utilização, responsável desde o início, na formação das nossas crianças, etc. E um ponto que você falou, que me chama muita atenção, é a parte do ensino técnico também, profissionalizante, tecnológico, porque toda essa essência, esse ecossistema tem uma importância muito grande.

Só uma sugestão para o ministério, de todas as conversas que nós tivemos aqui, e é algo também que eu estou propondo junto também da outra Comissão de que eu faço parte, a de segurança cibernética, é que nós tenhamos, no Brasil, essas três pernas. Elas andam juntas, é como se fosse um tripé: inteligência artificial, proteção de dados, segurança cibernética. Essas três coisas estão, de certa forma, interligadas, interdependentes, e o Brasil tem, nós temos a nossa autoridade de proteção de dados, o sistema para inteligência artificial ainda é um tanto indefinido, como vai ficar a estrutura dentro do Governo. Nós aqui não podemos criar uma estrutura; podemos propor. Também com relação à segurança cibernética, cria-se uma agência, não se cria, e assim por diante, mas eu acho que, do ponto de vista de educação, para nível superior, principalmente pós-graduação, etc., se nós pudéssemos ter algum curso com um nome, não sei o nome que teria, mas que juntasse essas três coisas – inteligência artificial, segurança cibernética e proteção de dados –, com profissionais que conheçam essa interligação e possam trabalhar, seria de grande ajuda para o mercado brasileiro como um todo, para a estratégia do mercado brasileiro.

Então, é só uma sugestão, de repente...

Eu passo a palavra então, na sequência, ao Dr. Alaercio Londe da Silva, Coordenador de Conectividade, Agricultura Digital e Mecanização do Ministério da Agricultura e Pecuária, que se encontra remotamente. Então, ele deve aparecer.

Dr. Alaercio, tem oito minutos. Eu peço para coordenar o tempo por lá, porque não vai ter as indicações que nós temos por aqui, e eu já agradeço de antemão a apresentação.

O SR. ALAERCIO LONDE DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Agradeço a todos a presença aqui do Mapa.

Conforme já tinha combinado com a organização, eu estou realmente um pouco gripado e com a voz rouca, estou como ouvinte, participando do evento, e agradeço a presença aqui do Mapa, para colaborar e aprender com todos aí nesse evento.

Um abraço. Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, eu agradeço ao Dr. Alaercio Londe da Silva, obrigado pela participação, e, se puder permanecer, acompanhar as outras falas, para depois dar alguma opinião em relação às perguntas que devem ter chegado também, eu agradeço.

Eu passo, então, a palavra, na sequência, ao Dr. Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – que se encontra aqui, presencialmente –, por oito minutos.

O SR. CAETANO PENNA (Para expor.) – Bom, bom dia a todos e todas.

É uma honra estar aqui, na Comissão, para falar do trabalho do CGEE em apoio ao Pbia.

Eu sou Caetano Penna, Diretor do CGEE.

Por uma coincidência, no dia 8 de março do ano passado, quando houve a reunião do CCT, do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, foi exatamente o mesmo dia em que eu cheguei a Brasília para assumir uma diretoria do CGEE, vindo dos Países Baixos, onde eu era professor de Economia da

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inovação, e, por uma coincidência do destino, a hierarquia, chegou a mim a incumbência de apoiar a coordenação desse plano, e foi um trabalho muito satisfatório.

O que eu vou apresentar é baseado numa análise, num estudo do Observatório de Tecnologias Digitais do CGEE, que foi publicado em março deste ano. O estudo está disponível no *site* do CGEE, e o OTD o apresentou em diversos dados sobre tecnologias digitais no Brasil e no mundo. É otd.cgee.org.br. Convido a todos e todas a acessar.

Eu acho que cabe mostrar que o Pbia vem a partir de uma evolução bastante recente, mas clara, de peças normativas públicas sobre inteligência artificial, das quais eu destaco a Ebia, de 2021, e também o Pbia.

A Ebia, apesar de críticas, obteve, sim, alguns resultados muito importantes. O principal deles é a criação dos centros de pesquisa aplicada em IA.

São onze centros em operação, com mais dois sendo criados, e isso cria uma base de pesquisa e desenvolvimento muito robusta e também de qualificação de pessoal, de desenvolvimento de soluções para saúde, agricultura, indústria, cibersegurança e cidades, dentre outros – na área de energia também... –, o Programa IA^2, apoiando soluções de IA para o mercado, e também as chamadas da Finep, em cooperação com alguns órgãos públicos, de desenvolvimento de IA para soluções desses órgãos, e obteve muitos resultados muito interessantes.

O Pbia tentou construir em cima da Ebia. Nós, do CGEE, estávamos revisando a Ebia, no momento em que houve a demanda para a elaboração do Pbia.

Eu vou destacar, que nós simplificamos, de nove para cinco eixos.

Tem um marco explícito de governança, que é a criação do GT do Pbia, interministerial, além das estruturas que foram mostradas pelo Secretário, Ministro em exercício Luis Fernandes.

Também vi que os cidadãos manifestaram preocupação com ética, com bem-estar... Tudo isso são princípios e visões de impacto da IA no Pbia, subjacentes ao Pbia.

Eu vou falar um pouco agora do panorama do ecossistema de inteligência artificial no Brasil e como o Pbia visa endereçar desafios e aproveitar oportunidades.

Como eu mencionei, nós temos 11 centros de pesquisa, mas chamam atenção 144 unidades de pesquisa na Federação, com cinco centros bastante destacados, que é São Paulo, Amazonas, Manaus – por conta da Zona Franca –, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.

Temos uma diversidade de áreas primárias de pesquisa, desde indústria, saúde, área corporativa – não é saúde corporativa, mas saúde via corporativa –, logística, educação, agricultura, telecomunicações e energia.

Já somos o 15º país em produção de artigos científicos em inteligência artificial (1,6% da produção global, o que é abaixo do nosso percentual de todas as disciplinas; nós temos 1,8% de toda a produção em ciência e tecnologia no mundo em publicações acadêmicas; então pode crescer, está abaixo do nosso potencial) e é líder na América Latina, com quase metade da produção da região, uma aceleração marcante a partir da última década.

Como eu mencionei, temos áreas que são centrais – de métodos computacionais e de aprendizado de máquina –, mas também três áreas muito aplicadas, que é meio ambiente, recurso humano e sustentabilidade; engenharia e tecnologia; e saúde e pesquisa biomédica – são três áreas em que estamos desenvolvendo estudos de inteligência artificial no país. Isso também se alinha ou está correlacionado com os nossos centros de pesquisa aplicada, onde temos diversos centros em saúde, mas também na área de aplicações industriais, na área de indústria 4.0 e também na área de educação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, se a gente olha o desenvolvimento tecnológico, quem domina são as multinacionais. Dentre os 25 maiores detentores de patentes de IA, não há nenhum que seja brasileiro, de capital nacional. Domina a Philips, que cada vez mais é uma empresa não eletrônica, mas de saúde, e a Qualcomm, mas temos também Toyota, entre outras empresas farmacêuticas, eletrônicas e de telecomunicação.

Se nós olharmos os detentores brasileiros, quem domina são as universidades públicas. A UFMG está liderando, depois temos Petrobras – sim, temos algumas empresas –, Embraer, que tem um controle *golden share* público, e Vale, que também foi privatizada. Ali se destaca a Samsung Eletrônica, que é a subsidiária brasileira, que consideramos como de sede brasileira, e obviamente isso pode ser disputado.

Mas vemos que os nossos maiores desenvolvedores de tecnologia são universidades públicas. Isso mostra uma questão importante, que é como nós transformamos a pesquisa científica em inovação. O papel da universidade não é fazer inovação, o papel de inovar é da empresa, então esse conhecimento precisa ser transferido. Pode ocorrer de ter uma empresa sendo fundada na universidade, mas, uma vez que ela é fundada, ela deixa de ser a universidade em si. Pedir para a universidade fazer inovação é criar uma nova missão para a universidade, é sobrecarregar ainda mais esse sistema.

Então precisamos de mecanismos que permitam essa transferência de tecnologia, claro, com *royalties* para o uso dessa tecnologia, com propriedade intelectual compartilhada, mas é preciso mecanismos.

As áreas de aplicação que nós vemos transversalmente em todo o ecossistema são saúde, energia e recursos naturais. Então, se nós pensarmos onde estão nossas principais capacidades de desenvolvimento tecnológico, são nessas áreas, é aí que talvez possamos focar para alavancar o desenvolvimento.

A área de saúde, para mim, é uma área em que eu tenho muito interesse, tenho desenvolvido pesquisa. O que ela tem de interessante é não apenas o recurso para o financiamento da tecnologia na saúde, mas o uso do poder de compra do SUS, mitigando, então, os riscos mercadológicos. Então, se você casa o financiamento, a pesquisa e o desenvolvimento com o uso do poder de compra, você tem toda a cadeia produtiva sendo apoiada para introduzir soluções de IA na saúde.

Nós fizemos uma análise de forças, fraquezas, oportunidades e desafios do ecossistema brasileiro – e aqui eu já estou chegando perto do fim. Nós temos como fortaleza essa estrutura abrangente de pesquisa, com capacidades distintivas em saúde e energia, colaborações internacionais crescentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAETANO PENNA – ... aplicações de IA em setores estratégicos – temos muitas *startups* trabalhando em IA. Por outro lado, concentração regional, lacuna entre produção de pesquisa e atividade de patente – patente, no caso, é um indicador de desenvolvimento tecnológico –, risco de fuga de cérebros, dependência tecnológica e infraestrutura para IA.

E como o Pbia está enfrentando as fraquezas? Eu vou passar bem rápido, mas temos essa apresentação disponível. Para cada uma dessas fraquezas – potencialização das forças, aproveitamento de oportunidades e desafios –, há ações do Pbia. É isso, porque nós fizemos esse diagnóstico antecipadamente para poder apoiar a elaboração do plano. Então, por exemplo, ao risco de fuga de cérebros, existe apoio à retenção de talentos, como foi mencionado pelo Secretário Luis Fernandes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E – essa é a última lâmina – para essa trajetória do Brasil e a visão de longo prazo se concretizar, precisamos efetivamente que o Pbia seja implantado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAETANO PENNA – ... e precisamos, então, que tenham transformações da pesquisa em aplicações comerciais – acho que esse é o pulo da questão –, estruturando uma infraestrutura para poder alavancar o nosso desenvolvimento.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Obrigado e desculpe o estouro do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Há muitas informações interessantes nessas apresentações. Eu vou lembrar ao público e a todos aqueles presentes também que essas apresentações ficam disponíveis no Portal do Senado. São públicas, então fiquem à vontade para ver, analisar; vão ser disponibilizadas pela Secretaria.

Eu passo a palavra, na sequência, à Dra. Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista em Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

A SRA. MÁRCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA (Para expor.) – Bom dia!

Inicialmente, em nome do Diretor da LNCC, o Prof. Dr. Fábio Borges, gostaria de agradecer esse convite, agradecer ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O Prof. Fábio Borges não pôde estar presente, porque ele está numa missão no exterior. Ele está participando da VI Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Japão para a Cooperação Científica e Tecnológica. Por isso ele não está aqui hoje e me confiou a responsabilidade de representá-lo nesta audiência.

Gostaria de cumprimentar os membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, os demais expositores e todos os participantes que acompanham esta audiência pública.

Gostaria de também ressaltar que, para o LNCC, é motivo de grande satisfação poder contribuir com esta Casa na avaliação de política pública sobre inteligência artificial no Brasil. Trata-se de um tema de extrema relevância para o presente e o futuro do país, e é uma honra compartilhar as experiências e os compromissos institucionais do LNCC nesse contexto.

Essa é uma apresentação. Eu vou correr um pouquinho.

Vou falar um pouquinho do Laboratório Nacional de Computação Científica. Ele é uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Trabalha com computação de alto desempenho, pesquisa e desenvolvimento em computação científica e formação de recursos humanos.

O Laboratório Nacional de Computação Científica tem 45 anos e há 27 anos está situado em Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro. Essa é uma foto lá da nossa sede.

Nós somos uma instituição extremamente enxuta. Nós somos bem pequenos, mas temos uma cultura organizacional e servidores extremamente comprometidos com a excelência científica no Brasil. Então, ali tem alguns números – vai ficar depois disponível a apresentação. Então nós temos membros na Academia Mundial de Ciências, na Academia Brasileira de Ciências, isso dos servidores atuais.

Quero falar um pouquinho de computação de alto desempenho, que é algo com que o LNCC já trabalha há muitos anos, mas que agora tem tomado uma proporção maior por causa da inteligência artificial. Sistemas de inteligência artificial precisam de computação de alto desempenho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem o Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho, que é o Sinapad, que conta com nove centros de computação de alto desempenho no Brasil. E por que é importante concentrar isso, a computação de alto desempenho, os equipamentos em centros? Porque, quando você concentra e compra equipamentos maiores, você pretende garantir mais eficiência computacional, eficiência energética, manutenção e atualização centralizadas, otimização de algoritmos também – a gente pode contribuir com isso – e capacitação de profissionais.

O supercomputador é um desses centros, e o LNCC atua também como Secretário-Executivo do Conselho Diretor do Sinapad. Então, o LNCC hoje tem o supercomputador Santos Dumont, que é disponível, assim como os centros do Sinapad são disponíveis, à comunidade científica nacional. Então, os pesquisadores que precisarem processar grande volume de dados e cálculos complexos podem submeter projetos para o computador Santos Dumont e também no âmbito do Sinapad.

A máquina, hoje, do Santos Dumont é a de melhor eficiência energética da América Latina, registrando aí o compromisso com sustentabilidade, e também a máquina acadêmica mais rápida da América Latina nos últimos dez anos. Então, desde que o supercomputador foi instalado no LNCC, ele tem sido a máquina mais rápida da América Latina, disponível para toda a comunidade científica nacional.

O LNCC também realiza pesquisas em desenvolvimento em diversas áreas: saúde, energia, computação quântica – são diversas, não daria para listar todas aqui.

Nós também temos uma Pós-Graduação em Modelagem Computacional, que é conceito máximo da Capes. Ela tem 25 anos e possui já 23 prêmios entre programas de pós-graduação interdisciplinares.

Aqui, um exemplo de um resultado recente do LNCC: "Projeto do LNCC, que usará IA e o supercomputador Santos Dumont, é selecionado por consórcio global da Fundação Gates". Foi uma chamada internacional com mais de 800 propostas, e o LNCC foi contemplado na área de descoberta de novos antibióticos.

Agora, especificamente no Pbia: o LNCC está diretamente citado no Eixo 1, das ações estruturantes, Infraestrutura e Desenvolvimento de IA, na Ação de Supercomputador de IA, mas ele também tem ações que passam por diversas outras ações dos outros eixos do Pbia. Eu vou citar algumas, não é uma lista taxativa, é uma lista exemplificativa, por causa do tempo.

Então, o supercomputador de IA, como o Secretário-Executivo, o Ministro em exercício, já falou, a gente pretende que ele fique na lista dos *top* 500, que são os 500 computadores mais rápidos do mundo; a pretensão é ficar em quinto lugar. Então, o Santos Dumont passou recentemente por uma primeira atualização, que foi viabilizada por meio de um projeto de cooperação com a Petrobras, e os próximos aportes... Essa primeira atualização foi muito importante para nós, mas ainda está longe de atingir ali a meta. Os próximos aportes já estão sendo planejados, e a gente está muito entusiasmado com essa estrutura, porque nós precisamos dessa capacidade computacional para rodar grandes modelos de inteligência artificial.

Ampliação da capacidade de processamento do Sinapad. Como eu falei antes, o Sinapad tem diversos centros, são nove, o LNCC é um deles, e pretende-se também melhorar a estrutura dos outros centros. O LNCC, recentemente, foi contemplado numa chamada Fapesp para apoiar cinco centros do sistema Sinapad. O projeto é coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Borges, e foi o LNCC que ganhou o projeto, mas os centros para os quais compraremos os equipamentos são outros cinco do Sinapad.

Parcerias internacionais para compartilhamento. O LNCC tem participado de negociação com o RNP, relativo à iniciativa de conexão com a Rede Clara e a Rede Scalac.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento de pilha de *software* para a IA: o LNCC tem contribuído com a discussão sobre o desenvolvimento de pilha nacional de *software* para IA. Recentemente, ele teve um seminário promovido pelo MCTI, que está discutindo essa ação, que também é fundamental para o desenvolvimento de IA no Brasil.

IA baseado em dados nacionais, então a LLM nacional. Teve até uma pergunta que eu acho que falou de alguma questão sobre a legislação. Por que é importante a gente ter alguma LLM nacional rodando no computador no Brasil? Porque a gente pode garantir a aplicação da legislação, a segurança, as questões todas de que o Senador Astronauta Marcos Pontes falou, a questão do crime cibernético... A gente precisa cuidar da segurança da informação e saber o que a gente está processando e para onde estão indo os nossos dados. Então, a gente garante soberania e também que os recursos fiquem no Brasil – tanto os nossos dados quanto os recursos financeiros.

O LNCC já tem o Carcará, que é um assistente virtual similar às plataformas generativas comerciais, mas que oferece respostas de processamento direto no supercomputador Santos Dumont, sem armazenamento ou uso de dados pessoais. Então, passa uma garantia para a gente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA – ... diferentemente das plataformas que às vezes a gente precisa usar. Dependendo do dado sensível, a gente tem que tomar cuidado.

Com relação à divulgação e literacia digital em o IA, o LNCC, por meio do seu Instituto de IA, é um dos três organizadores da Olimpíada Nacional de Inteligência Artificial, de que o Ministro em exercício também já falou, atualmente na sua segunda edição. Ela contou com mais de 700 mil participantes na primeira edição e também enviamos alunos para competições internacionais.

Só para concluir, gostaria de ressaltar que o LNCC afirma seu compromisso com o desenvolvimento, fomento e uso ético e responsável da inteligência artificial, com base na centralidade da pessoa humana, alinhado com o PL 2.338. Esse é um compromisso do LNCC.

E gostaria de aproveitar a oportunidade e convidar a todos da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado para conhecer o LNCC e ir lá à serra do Rio, à Petrópolis, e conhecer o supercomputador Santos Dumont, que é o mais rápido da América Latina disponível para toda a comunidade científica nacional.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olha, eu queria parabenizar a Dra. Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista em Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica – realmente vale a pena conhecê-lo, é muito bacana, já fui algumas vezes lá –, e parabenizar também pela precisão no tempo. É raro a gente ver terminando no 00.

Eu lembro uma... Estava numa das partes aí, em dos eslaides, a questão da computação quântica. Isso vai ser um divisor de águas também dentro dessa tecnologia, com o apoio de uma infraestrutura mais poderosa. Até eu estava conversando, nessa semana, a respeito de segurança cibernética, o pré e pós-computação quântica, porque isso vai mudar bastante. Então, é algo que eu vi lá: no LNCC, já há uma preparação para isso, tanto que, se eu não me engano, existe um setor, uma parte do Santos Dumont que é dedicada justamente a aprendizado, já a treinamento para tratar com computação quântica, correto? Alguma coisa assim...

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA – Tem um computador lá que é um simulador de (*Fora do microfone.*) computador quântico, mas não é especificamente dentro do Santos Dumont, está no nosso CPD.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É um simulador já, né?

A SRA. MÁRCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA – Realmente, o Senador tem razão: é algo que... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olha, parabéns!

Eu passo a palavra, na sequência, então, à Dra. Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional).

E também registro a presença do Consultor Legislativo da Câmara, que acompanha justamente a área de ciência e tecnologia, Dr. Fábio Villar, aqui conosco. Obrigado por estar a gente aqui.

E podem ter certeza de que ele está anotando tudo o que está sendo feito, porque ele também vai trabalhar justamente na montagem desse documento de avaliação do plano. Então, obrigado, Fábio, por estar com a gente.

Eu passo a palavra agora à Dra. Dalila Machado.

A SRA. DALILA MACHADO (Para expor.) – Bom dia.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Marcos Pontes e agradecer a oportunidade, em nome do Sebrae Nacional e do nosso Presidente Décio Lima, e cumprimentar também os colegas que estão aqui presentes.

O que eu trouxe hoje sobre inteligência artificial no Sebrae Nacional está muito relacionado ao Pbia. Então, eu coloquei os eixos do Pbia junto com as nossas entregas que estão sendo feitas até agora, tá?

Como é que a gente iniciou isso? De acordo com o nosso observatório de desenvolvimento do Sebrae Nacional, a gente tem alguns impactos importantes da inteligência artificial no empreendedorismo brasileiro: baixa adoção de soluções de gestão; pouca utilização de ferramentas de CRM; dependência de soluções básicas de comunicação, como o WhatsApp, por exemplo; falta de investimento em publicidade digital; e baixo nível de automação operacional.

Isso se reflete em alguns números. Por exemplo, somente 47% dessas empresas usam *software* de gestão; 32% utilizam ferramentas de gestão de clientes; e, apesar de 57% das empresas utilizarem o WhatsApp, muitas delas limitam suas estratégias digitais apenas a essa ferramenta. Então, 38% do que a gente identificou até agora utilizam propagandas pagas como Google e redes sociais. A gente enxerga isso como um problema a ser resolvido, já que boa parte da comunicação dos pequenos negócios é feita de forma digital com seus clientes, via WhatsApp, via redes sociais e assim por diante.

Então, a partir desses dados iniciais – é claro que a gente está conduzindo outras pesquisas –, a gente tem as nossas entregas que estão alinhadas ao Pbia e também o que está em andamento até agora. Então, em relação ao Eixo 1, de infraestrutura e desenvolvimento de IA, na parte de fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, a gente entregou a estratégia de inteligência artificial do sistema Sebrae, no mês de março deste ano, para aprovação da nossa diretoria, e, a partir dessa estratégia, a gente estruturou tudo que vai ser entregue para os pequenos negócios.

A gente entregou também a primeira fase do estudo de visão de futuro. A intenção desse estudo de visão de futuro é trazer insumos para a tomada de decisão dentro do Sebrae. Então, quais são os

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

impactos que a gente está vendo no mundo, quais os impactos que a gente está vendo no Brasil e como é que a gente pode trabalhar com isso no longo prazo.

Em andamento, a gente tem plano de trabalho, escopo de pesquisa e desenvolvimento e a entrega dessa segunda versão do estudo, porque, como a inteligência artificial é um assunto muito dinâmico, a nossa intenção é ter entregas que sejam semestrais para a tomada de decisão.

O plano de trabalho e o escopo de pesquisa e desenvolvimento estão sendo feitos em parceria com a UFG, com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial da UFG, para que a gente passe a desenvolver soluções de IA que sejam fáceis de serem aplicadas dentro dos pequenos negócios. Então, de previsto, de 2026 até 2028, a gente tem esse desenvolvimento junto com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial, a partir de um projeto de pesquisa aplicado de que a gente está montando o escopo neste momento.

No Eixo 2, de difusão, formação e capacitação de IA, nós já colocamos à disposição do público esses cursos, que são gratuitos, estão no portal do Sebrae e podem ser acessados a qualquer momento. É o curso de inteligência artificial na prática para pequenos negócios, curso de inteligência artificial na prática para gestores públicos e a imersão empreendedora em inteligência artificial, que foi uma parceria entre o Google, a Alura e o Sebrae. Essas três iniciativas somaram mais de 130 mil matrículas até o momento.

E, como próximos passos, a gente tem a segunda imersão empreendedora, também em parceria com a Alura e o Google, e a gente já tem 42 pré-matrículas até agora. Isso vai ser feito... As aulas serão realizadas no final do mês de outubro. Nós temos o evento Órbita, que é um evento *online*, ao vivo, do Sebrae, previsto para o final de novembro. A nossa previsão é ter mais de 5 mil participantes. Lá, a gente vai ter palestras, *workshops* e mentorias direto para os pequenos negócios. Então, desde o pequeno negócio que precisa de um entendimento mais apurado, até aquele pequeno negócio que já sabe o que está fazendo e quer explorar melhor as ferramentas. E um modelo de inteligência artificial de aprendizagem adaptativa.

Só para contextualizar, hoje nós temos cursos via WhatsApp. Esses cursos são automatizados. A nossa ideia é trazer um olhar, trazer uma ferramenta a mais de inteligência artificial generativa para que o empreendedor aprenda, de forma mais rápida e mais eficiente, sobre aquele curso, no próprio WhatsApp dele, de forma gratuita.

Dentro da IA para inovação empresarial, a gente tem, na parte de apoio a *startups* de IA, o plano de trabalho e cooperação técnica, de que eu já falei para vocês, com a UFG. E a gente tem a elaboração do edital de seleção de 30 *startups* de inteligência artificial para o programa de incubação de *startups* de inteligência artificial.

Então, essa ação foi divulgada no *Startup Summit* em Florianópolis, agora em agosto. E a nossa ideia é trazer, logo no primeiro semestre de 2026, essas *startups* para a incubadora. E o resultado dessa aceleração vai ser a disponibilização de serviços de inteligência artificial para os pequenos negócios.

Na parte de IA para inovação empresarial, nós temos sistema interno de agentes conversacionais; o nosso avatar 3D com IA generativa, que é usado, tanto em eventos quanto em agências Sebrae – a ideia do avatar com IA generativa é de criar a aproximação da tecnologia. Hoje, a gente tem muita preocupação em relação a como o pequeno negócio enxerga a tecnologia. Então, uma das formas que a gente encontrou de promover essa proximidade foi a criação do avatar. E nós temos um sistema próprio de inteligência artificial, com dez microsserviços para integração nas aplicações do Sebrae.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma tecnologia própria, que está sendo desenvolvida e aprimorada, e que já é utilizada em várias aplicações, como sistemas de recomendação, outros formatos de *chatbot* e outros serviços.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALILA MACHADO – Bom, na parte ainda de inovação empresarial de inteligência artificial para MPEs e MEI, a gente tem a IA conversacional, treinada em ciências comportamentais para apoio ao MEI – isso vai ser disponibilizado dentro do *app* Sebrae. Então, a ideia é que exista um vocabulário mais próximo entre a inteligência artificial generativa e o MEI, principalmente, e evolução do sistema interno, tanto o avatar, sistema de agentes, como o nosso portfólio de microsserviços. Tudo isso é o que está previsto.

E no apoio sistêmico à cadeia de valor, desenvolvimento de trilhas formativas para as equipes do Sebrae, em parceria com o Ceia. Então, para consultores, agentes de inovação, as pessoas que estão nas agências, as pessoas que estão internas dentro do Sebrae, os analistas, a nossa intenção é desenvolver trilhas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALILA MACHADO – Eu ainda tenho um tempinho? (*Pausa.*)

Tenho.

Aplicação de capacitação do sistema Sebrae com o objetivo de capacitar consultores e colaboradores, isso está previsto até 2028.

E a nossa criação de sala de integração com foco em apoio à parte de governança.

Essas foram as nossas entregas até o momento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Eu estava anotando aqui. Sem dúvida, isso é uma preocupação muito grande. Eu me lembro do tempo do ministério também, a preocupação é como levar a tecnologia para as micro e pequenas empresas, porque a gente fica num mundo que afeta bastante ou impacta grandes empresas etc., o Governo, mas a gente precisa chegar ao micro e pequeno empreendedor, porque ali estão os negócios. Eu não sei o número exato, mas é um número gigantesco o dos funcionários do Brasil, dos empregos, que estão nesse grupo. Então, é importantíssimo chegar lá. Parabéns aí pelo trabalho! Muito bom.

Eu passo a palavra, então, ao nosso último apresentador, o Dr. Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se encontra remotamente.

Então, o senhor tem oito minutos para a apresentação.

O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e todos!

Meu nome é Marconi Viana. Primeiramente gostaria de agradecer o convite do Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes, na pessoa de quem eu cumprimento todos os convidados aqui presentes, hoje.

Eu vou projetar aqui uma apresentação que eu preparei. O senhor só me confirme se estão conseguindo ver a minha tela, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.k., está no visual aqui.

O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA (*Por videoconferência.*) – Tela cheia? Está ótimo, perfeito.

Bom, antes de falar especificamente sobre o papel do BNDES no Pbia, acho importante lembrar que as tecnologias de inteligência artificial não surgem isoladas, elas fazem parte de uma transformação global mais ampla. E a IA está reconfigurando cadeias de valor, automatizando processos, redefinindo os parâmetros de competitividade entre os países e as empresas. E, nesse contexto, compreender como o Brasil se posiciona e como as instituições como o BNDES atuam é algo essencial para garantir que o país não apenas acompanhe, mas também participe ativamente dessa nova economia digital.

Então, a gente selecionou quatro temas principais em que eu não vou entrar em muitos detalhes em benefício do tempo. Naturalmente, como já foi dito anteriormente, essa apresentação vai estar disponibilizada para quem tiver mais interesse. A gente tentou trazer aqui alguns pontos principais – desde já também me ponho à disposição para caso alguém queira explorar algum tema específico sobre essa questão do contexto global em que se insere o advento da inteligência artificial –, mas esses grandes quatro temas são os pontos principais que a gente precisa observar para entender de que forma a gente consegue atuar nessa nova dinâmica que está se configurando agora, no mundo e no Brasil, por consequência.

A emergência climática, por conta do uso de tecnologias digitais, que ajuda, por um lado, a mitigação, mas também tem uma preocupação cada vez mais crescente com o consumo tanto de energia quanto de água para *data center*, que é essa tecnologia de infraestrutura cada vez mais demandada para possibilitar o desenvolvimento das tecnologias de inteligência artificial.

Há a reorganização das cadeias globais de valor, muito no contexto que a gente viu recentemente com a pandemia, alguns conflitos também que estão gerando alguma desorganização e demonstraram alguma vulnerabilidade nas cadeias globais de suprimento após alguns choques. Aí há necessariamente uma tendência de relocalização produtiva. Então, tem-se falado muito de *reshoring*, *nearshoring*, para reduzir dependências externas. E por conseguinte o que tem se observado mundo afora é uma reativação de políticas industriais e estratégias nacionais voltadas para a soberania tecnológica e produtiva. Isso sob um pano de fundo que já é muito claro para todo mundo de ascensão da China em tecnologias críticas, tanto de semicondutores quanto da própria inteligência artificial, e na liderança em terras-raras.

E isso tudo descamba – aí já entrando aqui no assunto que nos concerne neste momento – na crescente digitalização da economia. A economia digital passa a ser um vetor preponderante na dinâmica de transformação econômica cada vez mais, então há uma consolidação da economia de dados como motor de produtividade, competitividade e por conseguinte uma corrida global por *chips* e plataformas digitais estratégicas tanto para a IA quanto para a computação em nuvem.

Nesse contexto, o BNDES vem tentando atuar como um catalisador dessa transformação em tecnologia da informação e comunicações por meio de três eixos interdependentes: seria a modernização da infraestrutura digital, a inovação em produtos e serviços e a universalização do acesso e digitalização da indústria. Então, a gente diz que é interdependente, porque a modernização da infraestrutura digital é essencial para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação, o que acaba retroalimentando a própria modernização da infraestrutura. A inovação, por sua vez, reduz o custo de acesso a essas novas tecnologias, então garante uma maior universalização do acesso a produtos

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

digitais, a plataformas e a serviços possibilitados por plataformas digitais também. Por fim, a universalização do acesso possibilita mais pessoas conectadas e por conseguinte gera um desenvolvimento maior da infraestrutura, que hoje é crítica para a dinâmica da indústria nacional.

A gente classifica – isso é uma visão nossa, particular, para fins de conseguir otimizar a nossa atuação e fomento ao ecossistema de inteligência artificial – quatro grandes grupos, quatro grandes categorias desse ecossistema: seriam os desenvolvedores de modelos fundacionais – e aí a gente está falando dos grandes modelos, dos grandes LLMs conhecidos, como o ChatGPT, Claude, Gemini, mas também dos modelos nacionais que vêm sendo desenvolvidos, Maritaca, Amazônia –; o segundo eixo é de *hardware*, que é um guarda-chuva mais amplo que engloba desde *chips* especializados, servidores, supercomputadores a *hardware* embarcado – e faço destaque para a questão do IOT, a internet das coisas, que vem também despontando como um grande motor de eficiência na nossa indústria. A gente fala muito de IA generativa, mas, no contexto agora do crescimento, desse *boom* de eficácia provocado pela IA generativa, há também, correndo em paralelo, uma grande aceleração das outras tecnologias também consideradas como inteligência artificial, a gente está lembrando aqui *machine learning*, *deep learning*, e isso possibilita também um grande crescimento para essas tecnologias. Então, cada vez mais o IOT está se tornando AIOT, como a gente costuma dizer por aqui –; demais componentes de infraestrutura tecnológica de base, que são impactados ou otimizados pelas aplicações de IA; aplicações – já tentando acelerar para não perder muito tempo –; e infraestrutura de dados, falando de *cloud computing* e *data centers*. Desses quatro grandes eixos, o BNDES consegue atuar, de forma mais ativa, em aplicações e infraestrutura, isso sem prejuízo, naturalmente, dos eixos de *hardware* e modelos fundacionais. Em *hardware,* como vocês vão ver mais adiante, a gente conseguiu alguns resultados bastante expressivos também, mas é só no sentido de que hoje, com os instrumentos de fomento de que a gente dispõe, a gente consegue fazer uma atuação mais incisiva, gerando uma transformação mais eficaz na indústria.

O posicionamento competitivo hoje, no Brasil, permite que a gente possa também atuar com outros vetores de fomento. Hoje, majoritariamente, a nossa atuação é via crédito, mas também estamos explorando possibilidades de atuação via *equity*.

Tentando trazer aqui em números, daqueles quatro grandes eixos, os três eixos principais em que a gente consegue atuar são os eixos de desenvolvedores, aplicações. A gente já tem um resultado, considerando de janeiro de 2023 até outubro de 2025, de R$713 milhões; *hardware*, foram R$552 milhões em operações; infraestrutura, considerando basicamente *data centers*, foram R$200 milhões em operações. São 14 operações ao todo, de financiamento, de diferentes elos da cadeia, dos nossos instrumentos de apoio, em projetos que, de alguma forma, abarcam soluções de IA no processo produtivo e/ou no produto final.

E, mais para ilustrar também, temos hoje, no *pipeline* de projetos – isso são operações que ainda não estão encerradas, não foram aprovadas; então, esses valores podem mudar por conta de diferentes estágios da engenharia financeira da operação – R$1,7 bilhão, lembrando que tudo isso está inserido no contexto da nossa participação no Pbia, no qual a gente atua, junto com a Finep, em três eixos, em três ações, Ações 41, 43 e 48.

Passei um pouquinho do tempo e peço desculpa pela pressa.

Sinceramente, se alguém precisar de alguma informação adicional, eu me coloco à disposição aqui para esclarecer mais adiante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do BNDES. Parabéns pela atuação do banco! Sem dúvida nenhuma, é essencial para esse ecossistema funcionar, no Brasil, de forma eficiente, a participação dos órgãos de fomento também.

Nós vamos passar agora para a segunda fase desta nossa audiência pública, que iniciamos com a leitura das perguntas e comentários enviados pelo e-Cidadania. Aliás, eu já agradeço, de antemão, a todos aqueles que participaram e enviaram suas perguntas e comentários. Depois eu vou retornar a palavra para os nossos apresentadores, para suas considerações finais e respostas às perguntas que acharem convenientes, que estão dentro da sua área de trabalho, do seu escopo.

O João, do Acre: "De que forma a precarização do trabalho causada pela incorporação da IA nas indústrias será enfrentada?".

A Sophya, da Bahia: "Será garantida alguma proteção aos artistas que têm seu trabalho e propriedade intelectual roubados para produção de imagens por IA?".

O Emanuel, do Maranhão: "Como regularizar o uso de IA no Brasil? Principalmente as generativas de vídeo e imagem? IA é uma ótima ferramenta, mas devemos ter cuidado.".

A Helena, de São Paulo: "O Plano Brasileiro de IA impulsiona a inovação ou apenas legitima uma tecnologia ainda sem controle social efetivo?".

O Thiago, do Ceará: "De que modo a IA pode contribuir no aumento da eficiência dos serviços públicos?".

A Luísa, de São Paulo: "Quais medidas serão tomadas paras as pessoas que foram prejudicadas por IA? *Deepfakes*, *fake news*, roubos de propriedade intelectual, etc.".

Mais perguntas.

A Laura, do Paraná: "Como o Plano Brasileiro de IA resolverá questões de fiscalização e regulamentação dos direitos autorais e produção intelectual apropriada por inteligência artificial?".

Maria, de Goiás: "Como a IA será impedida de ser usada em golpes e disseminação de *fake news*?".

A Anna, de Santa Catarina: "Haverá [...] [alguma] regulamentação de IA para evitar vazamento de informação pessoal ou propagação de informação falsa?".

Natasha, do Pará: "O Plano Brasileiro de IA tem ações concretas para requalificar profissionais visando ao novo cenário de trabalho com automação?".

O Thiago, do Ceará: "De quais formas o Governo pretende usar os recursos de IA na educação e segurança pública?".

Comentários.

O Luiz, do Paraná: "A IA é fundamental para a nossa evolução, quando usada de forma ética".

Sophia, de Minas Gerais: "A regulamentação dessas ferramentas deve ser feita o quanto antes, principalmente se considerarmos o estrago que podem fazer nas eleições".

O Elias, de Goiás: "Com educação nas escolas, treinamento de professores e [...] órgãos públicos, usaremos essa nova ferramenta a favor do povo".

A Maria, de Rondônia: "Hoje em dia, as [inteligências artificiais] [...] já enganam pessoas desavisadas, e, com o seu avanço, isso só irá piorar. A regulamentação ou proibição é muito necessária".

O Edelgísio, de Minas Gerais: "Deve-se limitar o uso de IA em atividades eleitorais e filtrar as distorções da realidade provocadas com intuito criminoso".

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lucas, de Santa Catarina: "A implementação de *data centers*, principalmente estrangeiros, em território nacional, é um escárnio para com o meio ambiente e a população!".

Eu agradeço as perguntas e comentários.

Como comentário geral, a respeito das perguntas, você vê que existe uma preocupação da população com relação à utilização da inteligência artificial de forma incorreta – é um dos comentários que fiz no início. Não é à toa que fiz aquele comentário, porque já presidi aqui muitas audiências públicas sobre o tema. Então, de certa forma, eu já esperava essa preocupação.

E quero dizer para aqueles que enviaram as perguntas e que têm essas preocupações que sim, nós temos uma legislação que se iniciou no Projeto de Lei 2.338, que passou aqui pelo Senado e está na Câmara dos Deputados agora, que não é uma regulação da tecnologia, mesmo porque você não regula a tecnologia, mas um marco de IA que traz limitações da utilização e também traz condições jurídicas para que a inteligência artificial seja desenvolvida e utilizada no Brasil para melhor eficiência dos nossos sistemas e, vamos dizer assim, maior soberania no controle desses dados aqui também. Então, essa preocupação está sendo endereçada aqui dentro do Congresso Nacional.

Obviamente, uma legislação de alguma matéria que seja transversal a muitas áreas não pode conter todas essas áreas, mesmo porque grande parte dessas áreas já tem a sua legislação própria, no que concerne, por exemplo, à proteção de direitos autorais. Existem leis sobre direitos autorais que devem endereçar a utilização de IAs, assim como existem leis e regulações, no processo eleitoral, que vão endereçar a utilização de IA, e assim por diante.

Essa legislação, obviamente, não pode embarcar todas essas áreas em que a IA tem algum tipo de impacto, porque já existem legislações próprias para isso, mas ela deve endereçar de forma principiológica e também no gerenciamento de risco da utilização de IA para que se tenha segurança jurídica, novamente, na aplicação, utilização e desenvolvimento de IA no país.

Uma questão que eu vejo aqui que é bastante preocupante de forma geral, mas tem muito a ver com a educação, é justamente o medo que existe de a inteligência artificial assumir posições de trabalho e de como isso vai ser endereçado. Isso tem a ver muito com as empresas, tem a ver muito com a educação e, sem dúvida nenhuma, é um tema que precisa ser tratado. É lógico que isso exige a requalificação de pessoas e a utilização, assim como na agricultura, com a mecanização da agricultura, quando muitos postos de trabalho de menor, vamos dizer assim, utilização de sistemas, que, de basicamente manuais tiveram que se transformar em trabalho com a mecanização. Então, isso é parte do processo de desenvolvimento de tecnologia, o medo é justificável, mas as soluções são existentes em termos de estruturação.

Eu gostaria, então, de retornar a palavra aos nossos debatedores, iniciando pela Dra. Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, para dois minutos de considerações finais e responder algumas perguntas que achar adequado.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA ESTELA HADDAD (Para expor.) – Muito obrigada, Exmo. Senador.

Acho que as suas considerações agora, de alguma maneira, já direcionam um pouco um diálogo, mais do que uma resposta, às preocupações colocadas. E é muito bom ouvir essas preocupações dos espectadores e perceber que a população está consciente e ciosa das preocupações que realmente a gente tem que ter.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também aproveitar este momento para parabenizar aqui todos os expositores. Acho que todas apresentações foram excelentes, que mostram um Governo e um setor de ciência e tecnologia, de educação, de fomento, como o BNDES, sintonizados e articulados para endereçar o nosso desenvolvimento como país nessa área...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA ESTELA HADDAD – ... hoje digital, que é tão importante.
Isso já é o sinal final?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA ESTELA HADDAD – Então, está bom.

Eu só gostaria mesmo de agradecer a oportunidade e ressaltar que, com relação aos diferentes setores da administração pública hoje, a gente tem a Estratégia Nacional de Governo Digital e, dentro dela, os diferentes setores atuando. Hoje nós temos, na saúde – e nós temos também, como mencionado aqui pelo Diretor Fernando, na educação –, a Rede Nacional de Dados em Saúde, já instituída por um decreto presidencial. Estamos trabalhando com um modelo de governança de dados, trabalhando com proteção de dados, enfim, preparando o terreno para escalar na IA, escalar com soberania digital e com soberania sobre essa nova tecnologia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA ESTELA HADDAD – No mais, quero parabenizar, nos manter à disposição e agradecer, em nome do Ministro Alexandre Padilha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nós agradecemos à Dra. Ana Estela Haddad, Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde.

Eu passo a palavra, na sequência, para considerações finais e respostas às perguntas que achar adequadas, ao Dr. Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação no Ministério da Educação.

O SR. FERNANDO DE BARROS FILGUEIRAS (Para expor.) – Em primeiro lugar, queria aqui agradecer essa oportunidade. Essa discussão é muito importante, e acho que isso se reflete, sobretudo, nas perguntas que surgiram.

Como o Senador Astronauta Marcos Pontes colocou, são preocupações regulatórias extremamente importantes e que estão endereçadas hoje no PL 2.338, e que, obviamente, eu acho, o Brasil, como sociedade, vai ter maturidade para discutir todas essas questões ali, para, de fato, criarmos um regime regulatório adequado para essa questão.

No âmbito das perguntas aqui, eu queria só me concentrar na pergunta do Thiago, do Ceará, que eu acho que ele endereça para as questões sobre quais formas o Governo pretende usar os recursos de IA na educação e segurança pública.

Evidentemente, eu não posso falar pela segurança pública, mas, pela educação, nós temos esta perspectiva...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DE BARROS FILGUEIRAS – ... de fortalecer o treinamento de professores para lidar com a questão da inteligência artificial e adotar, tanto na educação básica como na educação superior, linhas transversais para construir conhecimento sobre IA, e estamos desenvolvendo um referencial para uso e desenvolvimento responsáveis de inteligência artificial na educação, que é endereçado, sobretudo, a estudantes, professores, mas também a desenvolvedores de tecnologia, para a gente poder, de fato, lidar com os diferentes dilemas que envolvem a questão da educação, desde questões como proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, como a questão do uso de telas, que são questões extremamente importantes e que estão relacionadas com o tema aqui. E estamos pensando *sandbox* exatamente como uma oportunidade também para acelerar o desenvolvimento de IA para a educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DE BARROS FILGUEIRAS – ... de forma segura e adequada com relação a esse referencial que está sendo construído e que, no momento, se encontra em consulta pública.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Fernando de Barros Filgueiras, Diretor de Informações Estratégicas e Inovação do Ministério da Educação.

Esse é um exemplo exato do que eu estava falando da necessidade dessa regulação de IA, correndo aqui no Congresso, para ela ter esse enfoque mais geral, vamos dizer assim, dizendo os limites do que se pode e do que não se pode fazer. Agora, como, de que forma, qual a intensidade, etc., isso tem que ser feito pelos setores, porque não dá para uma legislação como essa cobrir tudo; seria praticamente impossível e desatualizada na sequência. Então, é um bom exemplo de como vai ser utilizada na educação, na saúde, e assim por diante.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, para as suas considerações finais e resposta a algumas perguntas. Obrigado.

O SR. CAETANO PENNA (Para expor.) – Bom, mais uma vez, obrigado pelo convite. Eu queria parabenizar pela iniciativa.

Eu andei olhando aqui as perguntas, que são uma amostra, são mais de 250 perguntas. Também olhei a audiência anterior, quando foram cem perguntas. Isso mostra o interesse da sociedade pelo tema.

A maior parte das perguntas tem a ver com a regulação da IA, e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (Pbia) tentou não atravessar os trabalhos legislativos de regulação da IA, e sim, apoiá-los.

Eu queria destacar apenas uma ação que está sendo estruturada, que é a criação de um centro nacional de transparência algorítmica, que vai apoiar e endereçar justamente muitas dessas questões. Ele ainda não está realizado, está sendo preparado.

Queria também destacar uma gama de perguntas que talvez não tenham sido representadas por essa amostra, que têm a ver com o monitoramento do plano. O plano foi proposto pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAETANO PENNA – O livro, que é o Pbia, é um resultado do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é assessorado pelo Ministro do MCTI, que é assessorado pelo CGEE. Nós recebemos mais de 40 documentos com propostas, mais de 300 propostas entraram no plano, aquelas que tinham

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recursos, e nós fizemos um esforço dentro do CGEE – nós somos uma casa de pensamento, um *think tank* – para cada ação ter uma meta e cada ação ter um prazo. Como mostrou a fala da Márcia, em relação às ações do LNCC, ela falou: "Qual é a meta?". Tinha uma meta qualitativa ou quantitativa e um prazo. Não está no plano, mas nós temos, no CGEE, os indicadores de acompanhamento disso. Então, tudo que está no plano tem um processo de governança específico que vai ser apoiado pelo CGEE.

Nós já estamos atuando no apoio ao GT do Pbia, um GT interministerial, e muito em breve nós devemos ter, público, um painel de acompanhamento das ações do Pbia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAETANO PENNA – Ainda não está publicado, mas deve ser feito, acreditamos que até o final do ano, esse painel.

Mais uma vez, obrigado. Agradeço pelas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Caetano Penna, Diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Eu passo a palavra, então, na sequência, para considerações finais e respostas às perguntas, à Dra. Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista em Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica.

Por favor.

A SRA. MÁRCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA (Para expor.) – Todas as preocupações são muito pertinentes, né? Tem a questão do vazamento de informação pessoal, que é uma preocupação, e a Agência Nacional de Proteção de Dados tem feito um trabalho muito bom.

A gente tem avançado em muitas áreas aqui no Brasil – acho que a gente tem que destacar isso. Uma delas é a questão da proteção de dados pessoais, que a gente consegue fazer respeitando a legislação nacional e com as instituições nacionais. Por isso que é tão importante a gente montar estruturas robustas nacionais, porque, dentro dessas estruturas robustas, a gente respeita as leis, a gente tem mais facilidade para cuidar das nossas informações pessoais, a questão da transparência algorítmica no cuidado com a propagação de informação falsa, o cuidado com o crime cibernético, como falou o Senador Astronauta. O crime cibernético, se junto, hoje, seria acho que a terceira economia do mundo. Então, é muito relevante, a gente precisa levar isso em conta, considerar e se preocupar.

O Laboratório Nacional de Computação Científica está criando um laboratório ali dentro que ele chama de "laboratório de inteligência artificial com segurança e privacidade". A gente quer destacar esse nome, "segurança e privacidade"...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA APARECIDA ALMEIDA PEREIRA – ... porque a gente precisa cuidar dos nossos dados, da segurança das nossas crianças, dos nossos adolescentes, né?

A propagação de informação falsa, quanto prejuízo tem causado na saúde, em tantas áreas! Então, esse cuidado nós temos que ter. E eu vejo que a gente está avançando na regulação, o PL 2.338 também contribui nessa área, e todos nós estamos comprometidos.

Eu gostaria de parabenizar também todos os colegas e parabenizar as instituições pelo trabalho que tem sido feito. A gente sente que está avançando, e isso é muito importante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradecendo por esta manhã, quero dar um bom-dia e um boa-tarde, bom trabalho, para a gente continuar este dia, aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Muito obrigado, Dra. Márcia Aparecida Almeida Pereira, Analista de Ciência e Tecnologia do Laboratório Nacional de Computação Científica.

Está aí essa junção de inteligência artificial, proteção de dados e segurança cibernética.

Eu vejo e tenho falado, na Comissão de Segurança Cibernética, que, assim como segurança operacional – vamos chamar de segurança operacional aquela segurança de *safety,* em inglês, que tem em casa, cuidado com as tomadas, cuidado com acidentes, com crianças, com escadas, com o banheiro, com tudo que escorrega –, não adianta só a regulação, não adianta só a lei em cima disso, exige-se uma conscientização. E isso vem de divulgação, de falar a respeito do assunto, da necessidade, no cuidado com os próprios dados.

As pessoas colocam dados à vontade na internet, e é muito preocupante esse tipo de coisa. Mesmo com a inteligência artificial, a pessoa passa muitos dados para a inteligência artificial, querendo que ela trabalhe com aqueles dados e dê uma resposta, mas isso ainda é inseguro. Então, é importante que as pessoas tenham noção e cuidado com os seus dados, com o que você coloca à disposição, porque aquilo se torna basicamente público e vai saber quem está aplicando, usando aquilo lá. Pode ser de maneira positiva, mas também tem muita gente que usa isso de forma negativa. Então, é importante esse cuidado.

Eu passo a palavra agora, para as considerações finais, à Dra. Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional).

A SRA. DALILA MACHADO (Para expor.) – Bom, eu gostaria de agradecer novamente, em nome do nosso Presidente Décio Lima, do Sebrae Nacional.

Eu identifiquei aqui quatro questões, quatro perguntas que eu acho que têm muito a ver com o Sebrae, apesar de falar de requalificação profissional, precarização de trabalho e da parte de regulamentação de direitos autorais. Tudo isso impacta também nas pequenas empresas, principalmente quando a gente está falando de direitos autorais e produção intelectual de artistas, quando a gente trata do eixo de economia criativa.

Então, enquanto a gente não tem respostas sobre fiscalização e regulamentação, porque tudo isso ainda está em andamento, o Sebrae tem tomado atitudes no sentido de ajudar o pequeno empreendedor e os artistas da parte de economia criativa a como utilizar a inteligência artificial a seu favor dentro do negócio, que tipo de personalizações podem ser feitas, que tipo de estratégias podem ser usadas e assim por diante.

Na parte de requalificação e precarização de trabalho, que também foi citado, a gente vem, principalmente com os cursos *online*, falando também da parte de conscientização, como o Senador pontuou.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALILA MACHADO – Na parte de conscientização, utilização de ferramentas e, principalmente, disponibilização de informação de qualidade para os pequenos negócios em língua portuguesa. Hoje a gente tem muita ferramenta espalhada, a gente tem uma série de termos de uso

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para serem lidos, etc., mas a maior parte é em inglês. Então, essa é uma das missões do Sebrae que eu acho que está contemplada aqui nas perguntas.

Mais uma vez, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu agradeço. Parabéns novamente pelo trabalho feito pelo Sebrae! Agradeço à Dra. Dalila Machado, Coordenadora do Núcleo de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Finalmente, eu passo a palavra, para as suas considerações finais, ao Dr. Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na participação remota.

O SR. MARCONI EDSON FERREIRA VIANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Mais uma vez agradeço o convite e a oportunidade de a gente poder participar desse fórum tão interessante, deste debate cada vez mais urgente da inteligência artificial.

Eu gostaria de encerrar reforçando a importância de tratarmos a inteligência artificial não apenas como uma fronteira tecnológica, mas como uma agenda de desenvolvimento nacional. E o BNDES, nesse contexto, tem buscado atuar de forma estratégica na construção dessa agenda, no desenvolvimento dessa agenda, conectando a política pública com o investimento produtivo e – acho que o mais importante também – a geração de conhecimento. A gente não pode se esquecer realmente desse vetor que é tão importante para a multiplicação do desenvolvimento da nossa indústria pelo efeito multiplicador que ele gera internamente. E o nosso papel é ajudar a transformar o potencial do Brasil em resultado concreto, apoiando todos os entes que estão envolvidos nessa dinâmica – as empresas, universidades, órgãos públicos – na criação das soluções que consigam de fato fortalecer a nossa soberania tecnológica e que possam ampliar, de forma efetiva, a competitividade do Brasil.

E aí, nesse cenário, acho que o Pbia – é importante a gente dar este destaque – é um passo fundamental nessa direção. A participação do banco é uma demonstração de que a gente está comprometido em fazer essa política sair do papel com resultados mensuráveis – é muito importante esse acompanhamento – e impacto social e econômico.

O desafio é bastante grande, mas eu acho que o Brasil tem ativos que são únicos, que a gente tem que valorizar. Para além da questão geográfica, que costuma ser muito destacada no debate da inteligência artificial por conta de *data centers*, acho que é importante lembrar também o nosso capital humano, a diversidade, a criatividade e a solidez das instituições. Acho que esses são pilares fundamentais. Então, se a gente souber coordenar os esforços e manter o foco em inovação como propósito, a gente consegue ocupar um espaço relevante nesse novo cenário global.

E, naturalmente, o BNDES está à disposição para seguir colaborando de forma estruturante e transparente nessa agenda.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Marconi Edson Ferreira Viana, Gerente do Departamento das Indústrias de TI, Telecom e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Com a fala do Dr. Marconi, nós encerramos todas as participações.

Eu aproveito este momento para agradecer a participação de cada um dos debatedores; agradecer a participação de todos aqueles que nos acompanharam pelas redes sociais, pela TV, Senado,

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seja apenas acompanhando, seja enviando perguntas e comentários; agradecer a nossa mesa também pelo trabalho sempre eficiente aqui – tudo funciona de acordo.

E, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e um bom dia.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Astronauta Marcos Pontes

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8692286052

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Teresa Leitão, Paulo Paim e Hamilton Mourão, e dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jussara Lima e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Efraim Filho e Daniella Ribeiro, conforme os Requerimentos nº 632 e 668/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 30, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), com a finalidade de instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid (PMS), a ser celebrado no dia 22 de outubro, com a participação de Helen Conceição Ferraz,, Vice-Presidente da Associação Phelan-McDermid Brasil; Carolini Kaid Dávila, Vice-Presidente do Instituto de Ciência e Tecnologia CHPBIO; Alessandra Coelho Santos Callou, Médica mastologista e mãe do Henrique, paciente com Síndrome de Phelan-McDermid; e Flávia Borges do Carmo Guedes, Médica de família e comunidade e mãe do Arthur do Carmo Guedes, paciente com Síndrome de Phelan-McDermid. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/147331

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid (PMS), a ser celebrado no dia 22 de outubro, em cumprimento ao Requerimento nº 30, de 2025, da CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia), de minha autoria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes, por meio do sistema de videoconferência: Helen Conceição Ferraz, Vice-Presidente da Associação Phelan-McDermid Brasil; Carolini Kaid Dávila, Vice-Presidente do Instituto de Ciência e Tecnologia ChPBio; Alessandra Coelho Santos Callou, Médica Mastologista e mãe do Henrique, paciente com síndrome de Phelan-McDermid; e Flávia Borges do Carmo Guedes, Médica de Família e Comunidade e mãe do Arthur do Carmo Guedes, paciente com síndrome de Phelan-McDermid.

Temos também a grande satisfação de contar com a participação do colega Parlamentar, Deputado Federal – seja muito bem-vindo –, Florentino Neto, do PT, do Piauí.

Sejam muito bem-vindos, Florentino e todas as demais expositoras.

Quero, em primeiro lugar, destacar que é prioridade da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática o debate sobre doenças raras, porque doença rara pode ser examinada sob o ponto de vista, obviamente, da ciência e tecnologia. Precisamos de pesquisas, desenvolvimento, técnicas, soluções, medicação, e tudo isso é ciência e tecnologia. Poderia ser debatida também a doença sob o ponto de vista da saúde, do tratamento, da dispensação de medicamentos, da conscientização da classe médica, da sociedade, da assistência, do apoio para a família, da assistência social, do trabalho – o trabalho dessas pessoas –, da educação – como é que a educação dessas pessoas deve acontecer, de acordo com as características e necessidades de cada doença – e, ao mesmo tempo, até sob o ponto de vista de direitos humanos, porque é uma questão de direitos humanos, a pessoa, a família, os profissionais receberem todo o apoio necessário.

Então nós estamos discutindo isso na Comissão de Ciência e Tecnologia, até para dizer até que ponto a ciência se desenvolveu para fazer esse diagnóstico, para medicação, necessidades de desenvolvimento, de orçamento, de tecnologias. E, em função do grande objetivo de termos um dia nacional de conscientização, é importante ter o dia nacional, eu sempre digo, para você ter o foco da sociedade, naquele dia, em todos os setores do nosso país, para as necessidades dessa doença. Ao mesmo tempo, lógico que o trabalho tem que continuar no decorrer de todo o ano, mas ter o foco no dia, iluminarmos o Congresso, destacarmos nas falas, isso ajuda a conscientizar. Mesmo a realização desta audiência pública é importante porque este debate depois é transmitido para todo o Brasil pela rede de comunicação do Senado Federal, pela TV Senado, Rádio Senado, *Jornal do Senado*, pelas mídias do Senado, isso ajuda a sensibilizar e a conscientizar.

Então, sejam muito bem-vindas as expositoras, muito bem-vindo o Deputado Florentino Neto também. E vamos passar então para a nossa audiência pública.

Quero dizer que já estão sendo distribuídas para vocês – se já não foram, porque já há – perguntas, e eu leio, inclusive, para que elas ajudem nas apresentações que forem feitas.

O Ilan, de São Paulo, pergunta: "Após receber o diagnóstico, 'qual é a linha de cuidado' oficial no SUS? Como garantir que o paciente terá acesso a uma rede de apoio e terapias?". É uma pergunta que é válida para todas as doenças raras.

Kauã, de Santa Catarina: "Como a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a síndrome de Phelan-McDermid pode fortalecer o apoio a pessoas com doenças raras?".

O San, de São Paulo: "Quais são os principais desafios para garantir qualidade de vida aos pacientes, considerando os atrasos de fala e traços do autismo?".

E há comentários também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Daniel, do Maranhão, como comentário: "A maior barreira para o diagnóstico é o desconhecimento. Muitos pediatras e neurologistas não incluem a síndrome de Phelan-McDermid em suas hipóteses diagnósticas".

Então esses comentários foram feitos e as perguntas também foram feitas.

E agora, com muita honra, agradeço a presença de vocês, de forma remota. Eu acho que isso facilita, inclusive, a realização da audiência pública, não há necessidade da viagem, de interrupção das atividades profissionais, mas nós fazemos um bom debate por videoconferência sobre todos os assuntos e, particularmente, sobre esse assunto do dia de hoje.

Então, com muito prazer, eu passo inicialmente a palavra a você, Helen Conceição Ferraz, que é Vice-Presidente da Associação Phelan-McDermid Brasil. Com a palavra Helen.

A SRA. HELEN CONCEIÇÃO FERRAZ, (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

É uma satisfação muito grande poder estar aqui presente, falando em nome da nossa comunidade de famílias da Associação Phelan-McDermid Brasil.

Então, hoje esperamos aqui atravessar essa barreira do desconhecimento, comentando sobre os principais aspectos dessa síndrome, que também são bastante similares aos aspectos de outras síndromes raras, que já são diagnosticadas, e a luta de uma associação é a luta de todas as associações: pelo diagnóstico, pela inclusão e por terapias e tratamentos eficazes. Então, considero-me aqui porta-voz de várias outras famílias raras, por assim dizer.

Além de ser Vice-Presidente da Associação Phelan-McDermid Brasil, por acaso, eu também sou pesquisadora, sou professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro e sou a mãe da Luísa, essa garotinha aqui com sete anos. Hoje, ela está com 18 anos e a trajetória da associação se confunde também com a trajetória dela, porque acaba sendo um bom exemplo dos comprometimentos que essa síndrome pode trazer às nossas crianças.

Só falando de uma maneira bastante simples para que todos possam entender, caso alguém não conheça um pouco dessa parte genética, a Síndrome de Phelan-McDermid acontece porque existem alterações, existem diferenças no cromossomo nº 22. Nós temos 22 pares de cromossomos autossomos e um par de cromossomo sexual, que define se é menino ou menina. Esse cromossomo aqui bem pequeno, o 22, é o segundo menor que temos e foi o primeiro a ser sequenciado no mundo. Qualquer alteração aqui nesse cromossomo pode causar centenas de síndromes e doenças. E, no nosso caso, no braço longo, no pedacinho maior do cromossomo, acontece uma alteração, que pode ser uma perda, pode ser uma troca, uma troca numa receita de fazer proteínas que causa essa síndrome.

E o que ela acarreta? Acarreta, infelizmente, dezenas de sintomas que vão de leves a muito graves. Então, eu vou falar só rapidamente alguns sintomas, porque alguém que está assistindo pode ter uma criança, pode conhecer na escola, pode ser um médico que atende uma criança que tem autismo, mas tem um autismo diferente, com alguns outros sintomas, por exemplo, um grande atraso motor, um atraso intelectual bem importante, um prejuízo na fala, que pode ser a ausência da fala, uma fala bastante limitada. Geralmente são pessoas, crianças muito hipotônicas.

O autismo, como eu falei, é um traço bem marcante da síndrome, a Síndrome de Phelan-McDermid é uma das principais características genéticas do autismo. Então, em qualquer caso de autismo, é possível que essa pessoa também tenha a síndrome, porque, dos genes envolvidos no autismo sindrômico, o gene da Síndrome de Phelan-McDermid é considerado um dos mais importantes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas também podem ter convulsões, transtornos psiquiátricos severos e dezenas de outras comorbidades, e eu coloquei algumas aqui para ficar evidente como é complexo o quadro de uma síndrome. E o que nos apavora bastante, enquanto família, é a regressão, que é a perda das habilidades adquiridas. Eu trouxe aqui para compartilhar com vocês a foto da Luísa, que é a minha filha: aquela garotinha de sete anos, que tinha alguns comprometimentos, mas que não eram tão severos quanto hoje, que ela se encontra acamada, ela tem dependência de equipe de técnicos, sempre com internações e exames. Então, é uma síndrome que é um espectro que varia de casos um pouco mais leves a casos bastante complexos, como o da Luísa e de outras crianças do nosso grupo.

Mas por que essas crianças têm todos esses sintomas? A gente sabe que o nosso código genético traz uma receita para fazer as proteínas da vida. Nessa receita, se tiver alguma alteração, o produto da receita vai ficar com alguma diferença, e é isso o que acontece com nossas crianças: nossos filhos têm uma alteração nessa receita e acabam não produzindo ou produzindo uma forma errada dessa proteína chamada Shank 3. Essa proteína é considerada um andaime: ela estrutura, ela participa das sinapses no cérebro, então a falta dela é extremamente danosa para toda a parte intelectual, comportamental e todos aqueles sintomas que nós vemos são causados principalmente – não só, mas principalmente – por essa proteína Shank 3, que é o tema favorito de conversa lá no nosso grupo de famílias.

Como que a gente chega ao diagnóstico? Algumas perguntas que o Senador fez no início tem a ver com isso. O diagnóstico pode ser feito por vários exames: um tempo atrás se usava muito o cariótipo, mas a gente sabe que ele não é suficiente para detectar a maioria das alterações genéticas, que são bem sutis; a gente tem o Array, que foi o que detectou o caso da minha filha; a gente tem o Fish, mas ultimamente, no nosso grupo, a maioria das pessoas chega através de um sequenciamento do exoma, porque esse tipo de exame consegue detectar alterações em uma letrinha da receita: o Array vai pegar o ingrediente todo que está faltando, o exoma consegue detectar pequenas alterações, e isso tem contribuído enormemente para aumentar o diagnóstico.

Então, nos casos de autismo que têm um nível de suporte, geralmente dois ou três, é importante encaminhar o paciente para uma investigação mais profunda, porque toda a intervenção precoce vai acabar ditando o prognóstico dessa pessoa. Eu dou o exemplo da minha filha: há 18 anos, não se conhecia essa síndrome, então nós não tivemos um direcionamento adequado à época, não conhecíamos, e hoje ela não consegue andar, ela não tem uma independência porque o diagnóstico não foi precoce e, quando foi feito, ninguém sabia como lidar.

O nosso grupo tem várias orientações de como lidar, como deve ser feito o tratamento dessas pessoas para que se melhore a qualidade de vida e se melhore o prognóstico. Por isso, a gente bate na importância do diagnóstico precoce, um diagnóstico que, preferencialmente, deve ser feito pelo exoma.

Quando chega o diagnóstico, as famílias têm a opção de fugir ou de lutar, e nós, obviamente, vamos à luta, uma luta que é individual. Eu trouxe aqui, só como exemplo, a foto da página da agenda de uma criança com essa síndrome que faz 40 horas de terapias por semana. Eu ocultei os detalhes para não ter identificação, mas mostra que a criança precisa fazer, de 8h da manhã até praticamente 7h da noite, um número enorme de terapias, de estímulos.

E, respondendo também à pergunta que foi feita no início, o diagnóstico não é suficiente. A gente precisa fazer o diagnóstico e a intervenção. E, como a gente vive em sociedade, acreditamos que essa é uma luta de todos, ofertar essas possibilidades de terapia para que esse sujeito, que tem o

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

direito de ser incluído na sociedade, possa atingir o máximo das suas potencialidades, que ninguém sabe quais são. Cada pessoa tem um limite – uma gravidade das síndromes raras, não só da nossa – e vai chegar ao máximo que conseguir, mas, para isso, é preciso essa intervenção.

Então, esse quadro mostra o número de intervenções que essa criança precisa para se manter saudável, se comunicar e ter qualidade de vida.

Mas também existe uma luta coletiva, além da luta individual. E é aqui que a nossa associação foi concebida e se fortaleceu.

Existe uma trajetória, desde 2009, quando detectamos os primeiros casos no Brasil e fomos trilhando esses caminhos de congressos, de publicações, em parceria com universidades, publicando casos, divulgando a síndrome, fazendo encontros de famílias e congressos científicos, que culminaram na criação da nossa associação em 2018.

E a nossa associação existe para congregar os familiares que tenham alguém com Phelan-McDermid na família, disseminar informações e acelerar as pesquisas. Essa é a nossa visão e também a nossa missão.

A nossa associação começou lá, com dez famílias, quando eu entrei, mais algumas famílias que encontramos, na internet, através de *blogs* – na época usava-se muito *blog*, não tinha ainda Instagram. Hoje em dia, temos cerca de 200, 205 famílias que fazem parte da associação, que conversam, diariamente, e trocam muitas informações no nosso grupo de WhatsApp.

Essa síndrome afeta igualmente meninos e meninas. Então, é importante saber que não existe uma discriminação quanto a isso. Nas pessoas com autismo, sejam meninas ou meninos, com essas características que eu comentei, é importante fazer a investigação. A idade com que chegam para a gente, essas crianças, é cada vez mais cedo, graças aos diagnósticos precoces, mas ainda temos mais famílias e pessoas na faixa de 10 a 15 anos.

É uma síndrome que pode comprometer a expectativa de vida, sim, porém ela não é considerada uma síndrome degenerativa, no sentido de perda da massa encefálica, dos neurônios, nem da massa cinza, nem da massa branca, mas ela causa regressões, como eu comentei a da minha filha.

Então, é possível atingir uma idade maior, com todo o cuidado, com todas as terapias.

Bom, uma curiosidade que a gente acha importante trazer aqui, no contexto de uma democracia de diagnósticos, é que a maioria das famílias que tem diagnóstico vem aqui do Sudeste, especialmente de São Paulo: metade das famílias, cerca de cem famílias, são de São Paulo; e as outras, do restante do país. Então, quando a gente olha para o Norte do país, o Centro-Oeste e o próprio Nordeste, que embora tenha quase 20% dos casos diagnosticados, comparativamente à população, os casos por milhões de pessoas ainda são baixos.

Então, a gente também precisa democratizar esse acesso ao diagnóstico, que está concentrado ainda no Sul e Sudeste, principalmente, do país, talvez pelo acesso à informação por parte dos médicos ou porque a nossa associação também está concentrada aqui no Sudeste. Então, a gente precisa ainda trabalhar bastante para atingir a população em todo o país.

Como eu comentei, as ações da nossa associação visam à rede de apoio – a gente acolhe as famílias, informa os cuidados, os estímulos necessários, a gente trabalha, busca incentivar pesquisas para o diagnóstico, terapias e tratamentos – e à conscientização da sociedade, dos educadores, dos profissionais de saúde e dos agentes públicos que têm o poder, através das políticas públicas de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

saúde, de melhorar o acesso aos tratamentos, de fazer todos esses nossos pedidos que eu apresentei até aqui. Acho que os agentes públicos, os políticos podem nos ajudar bastante nesse caminho.

Em relação às pesquisas, eu vou deixar a Dra. Carolini Kaid comentar, ela vai falar sobre isso, mas atualmente existem algumas linhas de terapias gênicas que visam, vamos dizer, à cura da síndrome, porque a raiz da síndrome está no nosso DNA. Então, para curar a síndrome, é preciso agir na sua raiz, que é o nosso código genético, e existem terapias sendo desenvolvidas nesse sentido. Eu coloquei aqui: repor o gene, aquele shank3, que eu comentei lá atrás, que falta – a Dra. Carolini vai falar sobre isso. Aqui, a nossa maior esperança, o que nós estamos lutando bastante para desenvolver são as tecnologias nacionais, que não ficam atrás, em termos de embasamento técnico e científico, das tecnologias que estão sendo desenvolvidas lá fora. O que nós precisamos é de incentivo. E existem terapias para melhorar, né? Não tratam a raiz do problema, mas melhoram a conectividade cerebral, reduzem os sintomas neurológicos e comportamentais.

Em relação às ações, o que nos trouxe aqui hoje é a etapa de conscientização, graças a essa oportunidade incrível que nós estamos tendo de poder celebrar o dia 22 de outubro, que já é considerado o dia internacional de conscientização da síndrome. Essa data foi concebida nos Estados Unidos pela associação americana, que é nossa parceira. Lá já é comemorada em vários estados, já foi decretada. Aqui, no Brasil, nós conseguimos decretar em alguns municípios, mas, graças ao apoio do Senador Arns e do Deputado Florentino, nós estamos com essa possibilidade de decretar, no Brasil, o dia nacional de conscientização.

Conscientizar é um caminho para a inclusão e para o acesso às terapias. Ninguém consegue diagnosticar o que não conhece. E esse movimento de conscientização tem um dia emblemático, que é o dia 22, e um movimento chamado Shine Green, que é o iluminar de verde – os monumentos do mundo inteiro são iluminados de verde em homenagem à síndrome, e aqui eu tenho algumas figuras. No Brasil, também nós já conseguimos um museu em Niterói, algumas prefeituras – aqui é a Fonte Nova, lá na Bahia. Então, nós também, no dia 22, lutamos por isto: por visibilidade e por oportunidades como esta, de estar aqui falando para um público tão diverso.

Aqui estão os nossos contatos: *e-mail*, nosso *site*, nossas redes sociais.

Eu termino mostrando uma pequena amostragem das fotos dos rostinhos. Essa síndrome não é um rótulo, ela tem rostos por trás, o rosto dos nossos filhos. Eles estão aqui.

Estamos gratos por esta oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos a você, Helen Conceição Ferraz, Vice-Presidente da Associação Phelan-McDermid – Brasil. Parabéns pela sua caminhada como mãe. É muito importante ter uma associação para que as mães, pais, famílias, pessoas, profissionais possam se unir a favor da área. Parabéns pela didática também, você que também é professora. Parabéns pelo trabalho. Uma apresentação muito didática também, bem compreensiva. Parabéns.

Passamos em seguida a palavra à Dra. Carolini kaid Davila, que é Vice-Presidente do Instituto de Ciência e Tecnologia ChPBio.

Com a palavra a Dra. Carolini.

A SRA. CAROLINI KAID DAVILA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Parabéns, Helen, pela apresentação.

Venho como Vice-Presidente do ICT (Instituto de Ciência e Tecnologia), que visa a fazer ciência que inspira. Porque antes de eu ser a Dra. Carolini Kaid – eu gosto muito de falar isso, até porque a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente está numa audiência pública, para inspirar outras pessoas –, mas antes de eu ser doutora, eu era uma menina de escola pública que tinha o sonho de ser cientista. Estudei a vida inteira em escola pública e queria muito ser cientista, porque eu via como a ciência podia transformar a vida das pessoas – através da ciência.

Quando eu era criança, eu via, nas revistas, os carros elétricos ainda no papel, e hoje a gente os vê como realidade. Então, eu acredito muito que, através da ciência, a gente consegue resolver problemas que não têm solução, problemas impossíveis, como os problemas das doenças raras.

Então, depois dessa... Além de ser aluna de escola pública, também sempre fui usuária do SUS. E isso trouxe para mim toda essa missão de políticas públicas e, principalmente, de política sanitária para todos, inclusive aqueles que têm doenças raras.

Então, logo que eu entrei na Universidade de São Paulo – eu fazia Biologia na Universidade de São Paulo –, e dentro do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, já procurei, logo no primeiro ano, um problema impossível que eu pudesse solucionar através da ciência. E lá eu encontrei os problemas da saúde do cérebro, que são considerados pela Organização Mundial da Saúde como um dos problemas sanitários mais graves, principalmente porque vem crescendo o número de problemas relacionados ao cérebro. A Organização Mundial da Saúde considera como *brain health*. Vem aumentando a incidência de tumores cerebrais, doenças neurológicas – Parkinson, Alzheimer e outras doenças –, principalmente por causa do estilo de vida que a gente, no mundo, tem apresentado, e são realmente problemas difíceis de resolver, em que precisam realizar inovação, porque o acesso ao cérebro é muito difícil.

A gente tem uma barreira que chama barreira hematoencefálica, que impede as medicações de chegarem ao cérebro. Então, hoje em dia, cerca de 0,01% só do que é injetado no corpo chega ao cérebro. Isso impossibilita qualquer terapia que esteja correlacionada à saúde do cérebro.

Então, estudando, principalmente essas doenças neurológicas e tentando encontrar algum tipo de inovação que pudesse ser realizado, eu jamais poderia imaginar que a solução para esse problema poderia estar no vírus zika. Olha que curioso!

Em 2015, quando a gente teve a epidemia do zika aqui no Brasil, que foi uma urgência nacional, e todos os cientistas se mobilizaram para entender como esse vírus estava causando microcefalia, eu estava grávida do meu primeiro filho, completamente apavorada com a possibilidade de ele ter microcefalia. Mas, além de temer esse vírus, como cientista, me chamou muito a atenção a seletividade que ele tinha para o cérebro. Era um vírus que ia até o cérebro e se alojava ali, no caso das mulheres grávidas, causando a microcefalia. Em vez de temer o vírus, nós decidimos estudá-lo e conseguimos – são mais de sete anos de pesquisa – transformar o vírus em uma biotecnologia. Esse é um grande exemplo de biotecnologia e inovação. Você pega algo da biologia, principalmente algo nacional, vírus brasileiro, e consegue ressignificá-lo, transformando-o em algo que possa beneficiar a população – nesse caso, até crianças de doenças raras.

Inclusive, essa pesquisa foi Prêmio Capes de tese de doutorado – a minha tese de doutorado em 2000. Depois de sete anos de pesquisa, conhecendo muito o genoma não só do zika, mas dos flavivírus, a gente conseguiu transformá-lo numa plataforma viral, algo totalmente inédito no mundo – não existe nada parecido, né? –, inclusive com patentes brasileiras, em que a gente brinca de Lego com o genoma do vírus: a gente tira pedaços, coloca pedaços e o transforma numa arma para terapias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dentro dessa plataforma, pelo fato de ela ser uma plataforma que está até dentro das necessidades e urgências do Sectics, do Ministério da Saúde... Quando a gente trabalha com plataformas, a gente tem um único *site* em que a gente consegue produzir várias terapias, e isso possibilita a gente dar acesso... De que adianta eu desenvolver uma tecnologia e ela não ser acessível a todos?

Então, pegando parte dessa plataforma, basicamente, o que ela faz? A gente conseguiu transformar o flavivírus em um uber, um vetor viral. O que é um vetor viral? É um uber que vai carregar aquilo que eu preciso, e ele leva para o cérebro. A gente tem já dados que mostram que ele, se a gente o injeta, vai para o cérebro do camundongo, por exemplo, né? É a entrega seletiva de drogas para o cérebro, algo novo no mundo, porque o que é usado para terapia gênica hoje, principalmente... Eles usam a plataforma de adenovírus, AAV, principalmente, e aí tem várias limitações, mas aqui a gente está colocando uma plataforma nova, única, com várias vantagens quando comparadas com as atuais e principalmente nacional.

E qual é o potencial dela? A gente pode usar essa plataforma para várias condições neurológicas, né? Como terapia de substituição, como o caso do PMS e outros TEAs sindrômicos, autismo sindrômicos, como, por exemplo, o DEAF1. A gente também pode usar para terapia de edição gênica, Parkinson, Alzheimer, né?

Mas, focando, então, na síndrome, no tema sobre o qual a gente está conversando aqui pela manhã, a Helen fez uma explicação muito didática, excelente. Mas, mostrando um pouquinho só o que ela já mostrou, sob outra perspectiva, de uma maneira diferente.

Então, como ela já falou, é uma deleção no cromossomo. E, quando ela mostrou aquela imagem linda do neurônio das sinapses, porque o Shank3 está aqui embaixo, essa proteína verde, e olha a rede complexa de proteínas que sustentam ali a sinapse. Coma a falta de uma delas – imagine ali um andaime –, tudo isso desmorona. Então, isso leva realmente a vários sintomas neurológicos, como ela já explicou de maneira muito detalhada.

Mas no que a ciência avançou, quando a gente pensa em terapia, em algo como cura mesmo, para solucionar esse problema? Quando foi entregue o Shank3, a proteína que falta, justamente essa que está mutada, houve, sim, um resgate dos sintomas neurológicos. Então, quando a mutação leva à ausência ou à deficiência dessa proteína, quando a gente a entrega – e isso foi mostrado por vários grupos de pesquisa no mundo –, quando você entrega essa proteína de volta, consegue restaurar essa sinapse, e a gente consegue, sim, reverter esses sintomas. Por isso que a terapia gênica é uma solução para esse problema, porque o que a terapia gênica vai fazer é justamente entregar esse Shank3, essa proteína que falta de volta. E a gente consegue fazer isso com a Plataforma Z, com esse vetor viral.

Existem outras pessoas que estão desenvolvendo terapia em relação a isso? Sim. E aqui eu gostaria de dar detalhes: existe um estudo clínico de Fase I acontecendo nos Estados Unidos, com essa empresa Jaguar, em que ela usa o adenovírus, o AAV, que é um vetor viral clássico, para entregar o Shank3. Até agora, a gente ainda não tem muitos resultados – foram feitos até três pacientes –, mas a gente já sabe que o adenovírus tem algumas limitações que nos preocupam, como, por exemplo, a hepatotoxicidade, porque ele é um adenovírus, ele é todo processado no fígado. Então, existem vários outros estudos de terapia gênica que foram cancelados, porque teve um efeito colateral significativo. Além disso, a gente sabe dos altos custos dessas terapias gênicas. A gente conseguiu, é um orgulho para o país a gente ter o Zolgensma, uma terapia gênica para AME, incorporado no SUS, mas é uma

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

terapia caríssima. E, quando isso for aprovado, como entra novamente no país? E como que fica o SUS em relação a incorporar essas terapias caras?

Além disso, o adenovírus tem uma limitação de espaço: você não consegue carregar proteínas grandes. E, no caso do Shank3, ele está entregando um minigene, que eles falam, eles cortaram um pedaço ali. E, com a terapia com vírus zika, a gente consegue alcançar essas três coisas? Sim, ele não é processado no fígado, ele é mais seguro, ele é um vírus de RNA e ele tem espaço suficiente para carregar o Shank3 inteiro e mais coisas, se precisar.

E como que a gente transforma essa terapia em baixo custo? Tem que ser desenvolvida no país e tem que começar desde o início desenvolvida no país. Uma das maneiras com que a gente consegue diminuir o custo é investimento do Governo, por exemplo, então, colocando a empresa Jaguar, que é essa empresa que está desenvolvendo esse estudo clínico, uma *startup* que recebeu um total de US$139 milhões, foram mais de R$700 milhões que eles tiveram que ter de investimento para chegar nessa Fase I. Só de investimentos governamentais, eles receberam US$7 milhões, isso dá o total de R$37 milhões, para desenvolver essa terapia lá nos Estados Unidos.

E como que ficaria se a gente desenvolvesse essa terapia aqui no Brasil? O custo é muito inferior, porque realmente desenvolver biotecnologia nos Estados Unidos é muito caro. Então, eu mostro aí o caminho do desenvolvimento de uma terapia gênica, o caminho de desenvolvimento de qualquer terapia. Ele é longo, sim, de cinco a dez anos, mas a gente consegue desenvolver isso no país. Então, em cima, você tem o desenvolvimento da pesquisa, em que você tem toda a parte de produção vetor viral e os custos – a prova de conceito inicial aqui no Brasil é de aproximadamente R$1,5 milhão.

Embaixo é como que eu faço os testes analíticos de qualidade que eu vou apresentar para a Anvisa. E ele vai em paralelo: quando a gente desenvolve isso em paralelo já em parceria com a Anvisa, a gente encurta o tempo, já não vão ser mais cinco anos. E também um custo de R$2 milhões. Precisa de parcerias, precisa de equipamentos caros, e a gente tem esses equipamentos em vários centros, tem no Cnpem, tem no Cimatec, na Bahia. E, depois, para pegar todos esses resultados, fazer os testes não clínicos regulatórios, preparar os hospitais brasileiros para desenvolver, para realizar essa terapia, fazer o treinamento da equipe, estaríamos com mais R$1,5 milhão, na média, e estaríamos prontos para começar um estudo clínico aqui no Brasil, com os pacientes brasileiros, de uma terapia nova. E essa terapia pode depois abastecer o mundo, não só o país, porque é um vetor viral novo que depois pode ir para o mundo, né?

Então, o recado final que eu gostaria de dar é justamente que a gente precisa viabilizar pesquisa e desenvolvimento, através de emendas, programas para desenvolvimento nacional, de uma terapia gênica para doenças raras, dentro desse modelo em que eu tenho ICT, *startup* e organizações de pacientes. E por que *startup* e aqui eu vou dar destaque para *startup*? Porque mais de 70% das terapias novas são desenvolvidas em *startup*. Isso é no mundo inteiro. Então, elas não são desenvolvidas pelas instituições grandes, pelas farmacêuticas grandes; elas começam na *startup*. E o país ainda precisa olhar com mais carinho as *startups*. E as *startups* são forçadas pela sua gênese em fazer parcerias como ICT, como governo, como universidades públicas. Então, é por uma ação conjunta, uma união de vários *players* que a gente consegue desenvolver inovação e terapia avançada aqui no país. É um modelo que funciona no mundo, e a gente precisa aplicar aqui no Brasil.

Era esse o recado que eu queria dar e quero agradecer pela oportunidade.

Obrigada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos também a você, Dra. Carolini Kaid Dávila. Parabéns pela apresentação, pelo trabalho.

Eu quero sugerir a você que você envie para esta Comissão, em função da audiência pública, o que você acabou de colocar verbalmente: o andamento da pesquisa, a necessidade de apoio. A gente sabe que as *startups* têm que ser prestigiadas, valorizadas também, e há mecanismos públicos, inclusive, para se fazer isso.

Então, você envie, por favor, para esta Comissão, um documento, um ofício explicando o que você colocou verbalmente, para que a gente possa apresentar esse documento para o Ministério da Ciência e Tecnologia e também para o Ministério da Saúde, para que possamos estudar.

Hoje em dia a gente fala muito em terapia gênica, de fato, né? A interrupção da doença ou a cura da doença. Se nós olharmos, na AME (atrofia muscular espinhal), por exemplo, o Zolgensma é um medicamento, é uma terapia gênica também, que interrompe, cura, ou seja, é a cura da doença. Só que tem que ser aplicada no momento certo – adequado em função do que a Helen, inclusive, falou antes – do diagnóstico.

Mas, por favor, envie a esta Comissão. Pode ser?

A SRA. CAROLINI KAID DÁVILA (*Por videoconferência.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Está bem, então. A gente agradece, e aí nós damos esse encaminhamento para que você tenha uma resposta oficial sobre isso também, né? Está bem?

A SRA. CAROLINI KAID DÁVILA (*Por videoconferência.*) – Ótimo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Antes de passar, eu peço a vênia à Dra. Alessandra e à Dra. Flávia e passo a palavra ao Deputado Florentino Neto, do PT do Piauí. Com a palavra, Deputado.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia ao Presidente, Senador Flávio Arns. Gostaria de parabenizar as expositoras que, com conhecimento, puderam aqui explanar antes de mim.

Minha participação nesta audiência é muito breve. Eu não sou médico, não sou especialista no tema; eu sou advogado e administrador, tive a oportunidade de exercer vários cargos públicos no meu estado, e um deles foi o de Secretário Estadual de Saúde. Fui Prefeito municipal também, mas, durante cinco anos, tive a oportunidade de servir ao povo do Piauí como Secretário Estadual de Saúde. Eu sei o quanto as famílias e a sociedade sofrem em razão das doenças raras, muitas delas com ausência de medicamentos e com poucos recursos para o desenvolvimento de pesquisas no sentido de que a gente possa encontrar os caminhos para o tratamento dessas doenças.

Eu fui procurado por um grupo de pessoas, um grupo de, de pais e mães, de filhos com a síndrome de Phelan-McDermid e fiquei muito sensibilizado, inclusive, com alguns lá do meu Estado do Piauí: a Sra. Ana Lúcia, mãe do Pedrinho, que, inclusive, é uma pessoa com quem nós temos uma relação de amizade, eu e minha família. E fiquei comovido com a luta desses pais e mães que fazem parte dessa associação. Estive com eles, no Ministério da Saúde e no Ministério da Ciência e Tecnologia, e estou acompanhando esse grupo nesta luta para que a gente consiga um financiamento público para o desenvolvimento, para a continuidade das pesquisas em torno dessa medicação. Inclusive, em razão desse meio de acessibilidade, eu apresentei o Projeto de Lei nº 4.658/2025, este

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ano, para instituir o dia 22 de outubro como o Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid.

O que eu gostaria, como Parlamentar, é de poder contribuir para que a gente possa, efetivamente, garantir o financiamento dessas pesquisas, o que eu acho que é o ponto mais importante desse momento, e também a gente poder estar trabalhando pela incorporação desses novos medicamentos, dessas novas terapias, ao Sistema Único de Saúde.

Eu tenho minha atividade parlamentar muito vinculada às causas das pessoas com deficiência. Eu estou buscando apoiar as APAEs do Piauí, também a Associação de Pais e Mães Autistas... Eu tenho estimulado que, no Piauí, a gente possa ter a expansão dos centros de tratamento, de acolhimento de pessoas com doenças raras. Nós só temos um centro desse hoje habilitado pelo ministério, na cidade de Piripiri. Eu defendo que a gente possa ter outros. E acho que... Considero muito importante que a Comissão de Ciência e Tecnologia esteja se voltando para esse tema, dada a sua importância.

Agora, senhores, senhoras e nosso Presidente, Senador Flávio Arns, pelo diálogo que eu tive com os pesquisadores, vejo que falta muito, muito apoio. Existe uma ausência muito grande de apoio para essas *startups*, para as empresas, para a iniciativa de pesquisadores que queiram fazer, desenvolver pesquisas – e nós sabemos que são caras essas pesquisas –, no sentido de que a gente possa ter medicamentos eficazes para essas doenças. E me proponho – eu me propus, inclusive –, estou pensando e, depois, devo fazer uma visita ao Presidente Flávio Arns para a gente avaliar a possibilidade de nós criarmos uma frente parlamentar, aqui no Congresso, que possa estar voltada ao apoio à pesquisa científica no âmbito da saúde, porque entendo que, efetivamente, nós temos que ter algum organismo permanente, que possa estar, assim, refletindo o apoio de muitos Parlamentares, unindo muitos Parlamentares da Câmara e do Senado, no sentido de que a gente possa atuar junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, junto ao Ministério da Saúde, para que a gente possa, efetivamente, apoiar essas pesquisas.

Então, a minha participação é nesse sentido, de me colocar à disposição, como Parlamentar, para que a gente possa atuar, conjuntamente, no apoio às pesquisas científicas que resultem em desenvolvimento de medicações para a Síndrome de Phelan-McDermid, bem como para outras doenças raras.

Muito obrigado. Uma satisfação ter podido estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos a você – me permita chamá-lo assim –, Deputado Florentino Neto – que bom! –, PT, Piauí, com uma experiência tão vasta, tão ampla na área da saúde. E, da nossa parte, caro Florentino, ficamos totalmente à disposição. Acho que é bem interessante essa articulação da Câmara e do Senado a favor da área das doenças raras. Contem com a gente, está bom?

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Um grande abraço.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. *Por videoconferência.*) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Passo, em seguida, a palavra à Dra. Alessandra Coelho Santos Callou...

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. *Por videoconferência.*) – Senador, se o senhor me permite, eu tenho uma audiência agora no Ministério dos Transportes e vou precisar sair da audiência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Pois não, mas foi ótimo o senhor ter estado com a gente, porque é um apoio essencial. Parabéns.

O SR. FLORENTINO NETO (Bloco/PT - PI. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Então, como eu estava falando, a Dra. Alessandra Coelho Santos – e aí você me corrige na sequência, o Callou, porque eu fiquei na dúvida aqui de como se pronuncia –, Médica Mastologista e mãe do Henrique, paciente com síndrome de Phelan-McDermid.

Com a palavra, Dra. Alessandra. Seja muito bem-vinda.

A SRA. ALESSANDRA COELHO SANTOS CALLOU (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, obrigada. Bom dia.

Hoje é um dia de muita felicidade nossa.

Como Helen apresentou, o Henrique tem quatro anos, já está em outra vertente de diagnóstico, que é o diagnóstico precoce. O diagnóstico dele foi com oito meses. E isso está repercutindo, atualmente, muito na vida dele. Ele anda, ele fala, tem cognição maravilhosa, vai para a escola. Então, Henrique está sendo ainda mais a criança que a gente tanto deseja: que tenha um diagnóstico precoce, para ter terapia gênica, tratamento precoce – para vermos nossas crianças com desenvolvimento no seu máximo potencial.

Então, hoje é só agradecimento.

Vai ter um videozinho no final – acho que a gente vai conseguir colocar esse vídeo – para ver algumas das nossas crianças.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Acho que o pessoal da Secretaria está com o vídeo. Se quiser passar agora, pode passar, se estiver disponível, Secretaria da Comissão, Léo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Pergunto para a Dra. Alessandra se gostaria de acrescentar alguma coisa. Esteja à vontade.

A SRA. ALESSANDRA COELHO SANTOS CALLOU (*Por videoconferência.*) – Acho que a Flávia. A Flávia ainda está aqui? Acho que Flávia quer acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Está bem.

Mas obrigado, Alessandra. Eu penso sempre que um vídeo assim fala por 10 mil palavras ou mais, né? Sensibiliza, conscientiza, assim como a fala da Helen, da Carolini e a sua também como depoimento de mãe, mostrando a importância do diagnóstico, do atendimento bem precoce tanto quanto possível.

Então, parabéns também pelo vídeo. É uma luta que tem que ser de todos nós, a favor desta doença rara e de todas as demais.

Inclusive, lembro ao público sempre que são perto de 8 mil doenças raras – 8 mil! Algumas com uma prevalência maior ou menor de pessoas, mas somente 700 ou 800 identificadas assim com mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisão. Mas sempre lembro que a terapia gênica de uma doença pode se refletir positivamente na descoberta de caminhos alternativos para outras situações.

Eu não falei agora há pouco, mas quero deixar também a nossa solidariedade a todas as famílias que tiveram problema com o zika vírus. A gente sabe que é um desafio para a vida inteira, e a gente não pode desanimar. Por isso que tem que ter uma associação para as pessoas se fortalecerem e fazerem com que os direitos básicos das famílias, das pessoas sejam sempre assegurados. Então, nosso abraço também para todas as famílias que foram mencionadas no zika vírus.

Passo então a palavra para minha quase xará, Flávia Borges do Carmo Guedes, que é Médica de Família e Comunidade – aliás, eu acho uma especialização cada vez mais importante – e mãe do Arthur do Carmo Guedes, que é paciente com síndrome de Phelan-McDermid.

Seja bem-vinda também, Flávia. Com a palavra.

A SRA. FLÁVIA BORGES DO CARMO GUEDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos aqui presentes.

Quero agradecer primeiramente ao Exmo. Senador Flávio Arns por essa oportunidade aqui hoje; ao Deputado Florentino, que também resolveu abraçar a nossa causa, mas teve que sair, se ausentar.

Eu me chamo Flávia, sou médica e mãe atípica do Arthur, que tem 15 anos e é portador da síndrome de Phelan-McDermid.

Há cerca de um ano, eu e outros pais resolvemos nos juntar para tentar buscar uma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Flávia, posso te interromper só um pouquinho? Não sei se para todos, mas para mim está um pouco baixo. Os outros estão escutando bem? Talvez seja um problema do meu computador aqui. (*Pausa.*)

Está muito bom? (*Pausa.*)

A SRA. FLÁVIA BORGES DO CARMO GUEDES (*Por videoconferência.*) – Ah, que bom!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Então está bem.

Desculpe-me, Flávia, por ter interrompido.

A SRA. FLÁVIA BORGES DO CARMO GUEDES (*Por videoconferência.*) – Não, tudo bem. Estão todos ouvindo, né? Tá.

Então, há cerca de um ano e pouco, eu e outros pais resolvemos nos juntar, para tentar mudar essa realidade com relação à busca de tratamentos mais eficientes, vendo as pesquisas lá fora avançarem na síndrome e nessa grande vertente da terapia gênica. E ficamos muito felizes de ver a quantidade de pesquisas que estão avançando lá fora, mas ao mesmo tempo muito tristes em ver que não tinha pesquisas semelhantes acontecendo no nosso país, sabendo que nós temos um cenário totalmente favorável em vários aspectos, cientistas de enorme competência para poder tocar também esses projetos, para nossos filhos terem a oportunidade de fazer parte, de repente, também de um teste clínico.

Foi quando, pouco tempo depois de nos juntarmos, o projeto da Carolini Kaid chegou até nós – pouco tempo depois mesmo –, e a gente achou fantástico o projeto. Ele é até melhor do que outro que está acontecendo nos Estados Unidos neste momento pela Jaguar, mas lá é pelo adenovírus. Porém, pode ter diversos problemas futuramente, por isso também nós a trouxemos aqui para esta conversa hoje, debatendo esse assunto que nós achamos tão importante e no qual pedimos o apoio

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de todos os Parlamentares, no mundo da pesquisa, principalmente da pesquisa dentro dos autismos sindrômicos.

Há outras palavras também que eu trouxe aqui para proferir. Começando aqui, então, a todos os que que estão nos assistindo, internautas, autoridades presentes, profissionais de saúde, educadores, famílias, amigos: nunca – vou repetir –, nunca na história do Congresso Nacional foi feita uma audiência pública para falar sobre a síndrome de Phelan-McDermid. Sentíamos que era como se essa síndrome não existisse, como se brasileiros portadores dela não tivessem importância alguma para o Congresso Nacional. Estamos muito agradecidos ao Senador Flávio Arns por estar dando voz aos representantes da associação, para podermos esclarecer o que é essa síndrome para os Parlamentares do Congresso Nacional, para os veículos de comunicação e para os brasileiros de forma geral.

O dia 22/10 não é somente mais um dia no calendário. O dia 22/10 é o Dia Internacional da Conscientização da Síndrome de Phelan-McDermid. E para nós, famílias atípicas, é um dia de voz, visibilidade e de muito amor.

Falar sobre a síndrome de Phelan-McDermid é falar sobre raridade, mas também sobre resiliência. É falar sobre crianças, jovens e adultos que enfrentam desafios imensos: atrasos no desenvolvimento; dificuldade ou ausência da fala; questões motoras e comportamentais. E diversas comorbidades podem estar presentes, como a Helen já falou no começo, e eu acrescento aqui: comorbidades como alterações cardiovasculares, renais, gastrointestinais, neurológicas, como epilepsias de difícil controle, que levam pais e mães a estarem com recorrência em consultórios médicos e com frequência em prolongadas internações hospitalares. Mas, por outro lado também, esses jovens nos ensinam todos os dias o verdadeiro significado da força e da esperança.

Sou mãe atípica, e quem é mãe ou pai sabe que não existe manual, que cada conquista é uma vitória gigantesca e que cada progresso é motivo de festa. Quando recebi o diagnóstico, o chão se abriu. Não pelo amor, porque ele só cresce a cada dia, mas pelo medo, pela incerteza, pela solidão. Mas foi nesse momento que encontrei outras famílias, outras mães, outros pais como eu, que choravam, lutavam, aprendiam, sonhavam. Trago aqui a importância das associações, nesse ponto são fundamentais. E nesse encontro percebi que juntos somos mais fortes.

A síndrome de Phelan-McDermid é rara, sim, mas as nossas crianças não são invisíveis. Precisamos de políticas públicas, de diagnóstico precoce, de tratamento multiprofissional acessível, de inclusão escolar real e de investimento em pesquisa, porque cada vida importa, cada sorriso, cada olhar, cada palavra dita pela primeira vez, tudo isso tem um valor imensurável.

Hoje eu não falo apenas como mãe, falo como representante de muitas famílias que acordam todos os dias com coragem para lutar, famílias que enfrentam longas esperas por terapias, que se desdobram para garantir direitos, que aprendem termos médicos e lutam por acolhimento, famílias que vivem o extraordinário no mundo que chama de indiferente. Que este dia não seja apenas um lembrete de uma síndrome genética, mas um convite à empatia, que a sociedade olhe com mais ternura, mais compreensão, mais respeito, porque, quando olhamos com o coração, percebemos que a diferença não nos separa, ela nos ensina.

Aos nossos filhos e filhas com Phelan-McDermid, deixo meu amor e minha admiração. Vocês são a prova viva de que o amor é o maior transformador do mundo. E às autoridades e profissionais aqui presentes, deixo um pedido: que este seja o começo de um compromisso, um compromisso com inclusão, com acesso, com dignidade e com o futuro de cada pessoa com Phelan-McDermid, e que o Congresso Nacional dê mais atenção a essa síndrome, criando leis que possam atender aos portadores

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e a suas famílias em suas necessidades, destinando também recursos para ampliação de pesquisas sobre essa síndrome.

Então, de forma resumida, eu trouxe aqui tudo que eu gostaria de poder falar, deixar essa mensagem. Peço atenção especial desta Casa para esse assunto, para que realmente se comprometam, principalmente nessa parte que resolvemos abraçar, que é o incentivo à pesquisa em autismos sindrômicos, para que a gente ainda não encontra políticas públicas voltadas. Temos encontrado certas dificuldades quando batemos às portas sobre esse assunto e precisamos muito da ajuda de todos vocês para incentivar o mundo da pesquisa e avançarmos nos tratamentos, podermos ter medicamentos no nosso país, porque temos capacidade e competência para isso. Podemos até futuramente exportar tecnologia, isso diminui custos para o nosso país, em vez de termos que brigar futuramente por processos judiciais extremamente desgastantes para trazermos drogas caríssimas do exterior, porque a gente está falando de um tratamento supercaro – como a gente colocou no início, a terapia gênica é muito cara –, sendo que a gente pode exportar, em vez de importar. O nosso país, a gente acredita que tem competência para isso, mas nós precisamos da ajuda e da sensibilização desta Casa.

Então, por hoje, acho que é isso. Muito obrigada.

Eu queria só colocar um último eslaide, que eu pedi depois – só para reforçar o contato, nossos contatos, que a Helen já colocou no começo –, e também terminar aqui: mesmo com essas barreiras, o diagnóstico é uma luz no caminho e não uma sentença, porque a gente sabe que às vezes o diagnóstico assusta um pouquinho, mas a gente acredita que traz grandes benefícios, inclusive ao mundo da pesquisa, que é a outra luta nossa, que precisa da ampliação dos testes genéticos, para que mais pessoas tenham direito de resposta, direito de saber o que os seus filhos têm, porque muitos autismos, inclusive, têm essa síndrome ou outras, e não sabem que têm.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Agradecemos a você, Flávia Borges do Carmo Guedes, que é médica de família e comunidade e mãe do Arthur do Carmo Guedes, que é paciente com Síndrome de Phelan-McDermid. É muito importante o pensamento que você colocou, e isso deve sempre lembrar as famílias de que o diagnóstico não é uma sentença, é uma luz que se abre para um caminho que deve ser seguido e apoiado pela sociedade. Muito importante e necessário.

Parabéns também, as falas foram muito boas, muito claras. E lembro ao público que nos acompanha que esta audiência pública está sendo feita para se criar o dia nacional de conscientização sobre a síndrome que nós estamos debatendo, a Phelan-McDermid.

Eu leio, inclusive, mais quatro perguntas, antes de passar para as considerações finais, mais quatro perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

A Julia, de São Paulo: "Quais são os principais sinais que podem indicar a Síndrome de Phelan-McDermid?";

O Luiz, do Paraná: "Quais políticas públicas poderiam ser implementadas para garantir maior suporte às pessoas diagnosticadas e suas famílias?";

Kaua, de Santa Catarina: "Como a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Síndrome de Phelan-McDermid pode fortalecer o apoio a pessoas com doenças raras [de uma maneira geral]?", isso é muito importante. O avanço de uma área pode significar, com o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento, apoio em outras áreas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Daniel, do Maranhão: "Quais ações concretas o Ministério da Saúde e as sociedades médicas [e nós temos também médicas participando aqui da audiência pública] estão planejando para capacitar os profissionais [de todas as áreas]?", porque, como nós falamos antes, são muitas doenças raras. Como ter essa observação e esse entendimento sobre o que deva ser feito é sempre importante.

Então, eu passo a uma fala final de incentivo, de orientação, de algum esclarecimento, que vocês tenham percebido que deva ainda ser feito, para que a gente possa concluir esta audiência pública. Então, eu passo para a Helen, em primeiro lugar, lembrando que a Helen Conceição Ferraz é Vice-Presidente da Associação Phelan-McDermid Brasil. Já parabenizo novamente pelo trabalho.

A SRA. HELEN CONCEIÇÃO FERRAZ, (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada por esta possibilidade de encerrar aqui a nossa participação, trazendo também mais alguns pontos importantes, que estão extremamente ligados às perguntas que foram feitas aqui. Foram feitas perguntas sobre a Júlia, sobre os sintomas, sobre políticas públicas, sobre a questão da conscientização.

Eu, para finalizar, gostaria de falar, alertar novamente, para aqueles familiares de pessoas que têm autismo, um autismo normalmente que é nível dois ou três, de suporte, que cursa com déficit intelectual, com hipotonia, com questões gástricas, respiratórias, convulsões, que esses familiares possam insistir no avanço do diagnóstico, não parar no diagnóstico de autismo; eu acho que isso faz toda a diferença no prognóstico do desenvolvimento do seu filho ou da sua filha.

Isso tem a ver também com a questão do desconhecimento. São 8 mil doenças raras, como o Senador falou. É impossível um médico formado conhecer todas essas doenças raras; atualmente, é natural que passe despercebido, mas, quando a gente faz esse trabalho, que vem aqui, que busca falar, que vai a todos os meios... Vamos a congressos, vamos às mídias, às grandes mídias, chegamos aos políticos, e o objetivo é justamente este: trazer à tona essa grande variedade de doenças e síndromes raras para que a comunidade médica possa prestar mais atenção, buscar se familiarizar, buscar estudar, porque é humanamente impossível conhecer tudo, mas é humanamente viável se interessar por tudo, se interessar pelo paciente, pelo relato da família. A família sabe o que diz quando traz algum sintoma diferente.

Então, buscar esse diagnóstico é o primeiro passo, buscar os grupos de apoio de outras síndromes. Nós somos da Associação Phelan-McDermid - Brasil, mas tem Rett, tem Angelman, tem vários grupos de apoio para várias síndromes. Buscar um grupo de apoio torna a caminhada mais agradável, alegre e iluminada: a gente recebe um diagnóstico e, junto, um convite a uma jornada de iluminação pessoal, uma jornada de amor infinito, que nada espera em troca, e a gente começa a entender o propósito da gente quando tem um familiar com uma síndrome rara, uma doença rara.

Obrigada a todos por esta oportunidade, obrigada ao Senador e passo a palavra para as minhas colegas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado, viu, Helen? Parabéns de novo pela forma vigorosa, entusiasmada, dizendo para ninguém desistir nesse caminho, tem que persistir, ir atrás, conhecer e colaborar para que os médicos – por isso, até, que existe a associação – tenham conhecimento dessa síndrome e de outras síndromes, obviamente, também.

Parabéns, viu, Helen? Conte com o Senado Federal nessa empreitada.

Dra. Carolini Kaid Davila, que é Vice-Presidente do Instituto de Ciência e Tecnologia. Já ficamos aguardando também – aquilo que eu mencionei – o seu ofício para os encaminhamentos necessários.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Dra. Carolini.

A SRA. CAROLINI KAID DAVILA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, já vamos providenciar o mais rápido possível, porque essas crianças não têm tempo para esperar, mas eu queria parabenizar a todos os envolvidos e, até, responder ao Kaua, de Santa Catarina: "Como a criação do Dia [...] de Conscientização [...] pode fortalecer [...] [as] pessoas com doenças raras?"

Tem um provérbio bíblico que fala: "Meu povo [...] [erra] por falta de conhecimento" Então, o conhecimento salva, o conhecimento apresenta caminhos. E, um dia nacional de conscientização, o que faz é trazer conhecimento àquilo que estava escondido. Se não fosse esse dia de conscientização, não estaríamos agora neste evento, e vocês não saberiam que existe terapia, tecnologia brasileira, que pode, sim, levar cura para essas crianças.

Essa conscientização, esse conhecimento é importantíssimo para a gente conhecer o valor que o país tem no desenvolvimento de inovação, as pessoas que estão envolvidas em encontrar soluções para doenças raras, né?

Além disso, o que eu queria deixar como recado final é que as doenças raras são problemas complexos. O fato de ser complexo significa que não tem solução? Não, muito pelo contrário. Significa que a solução precisa de várias pessoas. A solução também traz essa complexidade e traz várias pessoas. Então, ela exige a cooperação de vários atores do nosso ecossistema de inovação: do Senado; de Senadores e Deputados; do Governo, do Ministério da Saúde, do Ministério de Ciência e Tecnologia...

O país, como a Fábia falou, está em um movimento muito propício para o desenvolvimento de inovação. A gente passou por algo muito ruim na pandemia, porque mostrou o quanto o país é totalmente dependente de tecnologia internacional, e então isso acordou todas as instituições para o fato de que a gente precisa investir na nossa tecnologia, na nossa inovação, que, sim, existe.

A solução para problemas complexos é cooperação. Então, todos juntos, pesquisadores, médicos, sociedade, pacientes, engenheiros de manufatura, farmacêuticas nacionais e Governo precisam dar as mãos para a gente chegar à solução desses problemas impossíveis.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem colocado, Dra. Carolini. Parabéns também pelo trabalho. E o Senado também fica à sua disposição. Vamos, juntos, cooperando e indo em frente.

Passo em seguida a palavra à Alessandra Coelho Santos Callou, que é médica mastologista, mãe do Henrique, paciente com síndrome de Phelan-McDermid. Também, muito obrigado pela participação.

Com a palavra.

A SRA. ALESSANDRA COELHO SANTOS CALLOU (Para expor.) – Senador, agora, finalizando, é só um agradecimento. E que permaneça nossa ligação, nossas visitas, nossas conversas. Iremos ainda lutar bastante e entrar muito em contato com o senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está ótimo.

Vamos juntos e em frente.

Agora, Dra. Flávia Borges do Carmo Guedes, que é médica de família e comunidade, e mãe do Arthur do Carmo Guedes, que é paciente com síndrome de Phelan-McDermid.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Flávia.

A SRA. FLÁVIA BORGES DO CARMO GUEDES (Para expor.) – Só reforçando o que minhas colegas já disseram, acho que, de modo geral, estava respondendo um pouquinho de todas essas perguntas que foram feitas sobre a importância do dia de conscientização, que é trazer realmente informação à população e aos profissionais de saúde.

Como falamos, trata-se de doença rara, e é muito difícil os profissionais, os médicos, saberem tudo de tudo – principalmente sobre as doenças raras. Aí nem se fale.

Então, a gente precisa levar esse nome à tona, porque as pessoas portadoras dela têm direito, inclusive, de ter o diagnóstico, têm direito a respostas. E, dessa forma, a gente consegue levar mais informação à classe da saúde, às famílias também, que ficam antenadas, e que, às vezes, se identificam, e elas mesmas tentam buscar o diagnóstico, levando essa informação para a população médica.

A gente traz esse direito à questão do diagnóstico, que é muito importante, apesar de muitas pessoas questionarem que é um assunto bem polêmico, por, às vezes, não se não ter um tratamento de cura hoje, mas o diagnóstico – eu reforço aqui – é de extrema importância. Só quem já o recebeu sabe o enorme divisor de águas que é na nossa vida ter esse diagnóstico, além da questão, realmente, do acolhimento que as associações dão. As famílias que a gente conhece e com as quais nos unimos, o compartilhamento de informações, as trocas de experiências são riquíssimas, e um consultório médico não as substitui. Pelo contrário, as associações são as que mais estão atualizadas sobre suas doenças, sobre suas síndromes e acabam levando material, dando material para as famílias levarem para os médicos, além de as associações fazerem essas pontes também com outras instituições em nível internacional, que muitas vezes estão na frente da pesquisa. Então, é de extrema importância e relevância o diagnóstico na vida para você melhor conduzir os tratamentos, as intervenções, evitar exames desnecessários e caros, desgastantes para a família quando você não tem um diagnóstico. É uma vida, às vezes, lutando, fazendo exame X, Y, Z desnecessariamente, trazendo sofrimento psíquico, né? E, com o diagnóstico, não. Você tem mais luz no caminho. Como eu disse inicialmente, às vezes, a gente sofre um pouquinho, mas depois a gente parte para a luta ali. Fora com relação ao mundo científico, né?

Para a evolução, para a busca do tratamento, de uma patologia, a gente precisa de ter muito estudo antes, de conhecer bastante daquela doença, daquela síndrome. Para isso, a gente precisa de um número de diagnósticos significativos. Então, mais do que um fator importante para se buscar e aumentar o diagnóstico, é para a evolução do mundo científico mesmo, para o conhecimento das doenças, das síndromes e, assim, futuramente, dos tratamentos, como a gente está vendo hoje acontecer, para se chegar a um tratamento mais eficaz, eficiente e, se Deus quiser, à cura, que está caminhando, no caso dos autismos sindrômicos, graças à chegada da terapia genética, da terapia gênica.

Então, reforço, mais uma vez, a importância de a gente estar colocando esse assunto aqui. Muito obrigada, mais uma vez, por estarem nos dando ouvidos.

E gostaria, se possível, de sugerir e pedir que, de repente, pudéssemos fazer outras audiências como esta, Senador, de forma inclusive presencial, dada a relevância do tema e por realmente nunca termos debatido sobre este assunto na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos a você, Flávia. Seja sempre muito bem-vinda e conte com o Senado. Inclusive, vamos pensar juntos nessa sequência do que pode ser realizado aqui dentro do Senado Federal.

Eu quero esclarecer às expositoras que a realização de uma audiência pública para a criação de uma data relacionada à doença, de conscientização é algo regimental. É necessário que aconteça este momento para ver se as pessoas que participam da audiência e que a acompanham remotamente concordam com isso, que não há objeções, obviamente, em relação à criação dessa lei que promove um dia nacional de conscientização.

Quero destacar que há uma esperança muito grande em muitas áreas, não só em termos de doenças raras, mas de doenças, de necessidades de uma maneira geral, na terapia chamada gênica, que atua sobre o organismo mesmo para a cura ou para a interrupção de tantas dificuldades que afetam o ser humano.

Então, parabéns também pela pesquisa. Estamos sempre bastante interessados nessa questão, inclusive, podendo, dependendo... Nós temos pessoas altamente qualificadas no Brasil que podem fazer, só precisam do apoio necessário para que a pesquisa aconteça. E a pesquisa e o produto desenvolvidos aqui podem contribuir com o mundo, inclusive. Então, essa é uma área para a qual a gente deve dar uma atenção bastante especial.

Eu agradeço a presença de vocês – permitam-me chamar assim –, a exposição que foi feita, muito didática, no geral, muito importante, esclarecedora. Agradeço às perguntas e comentários que vieram das pessoas que estão nos acompanhando e de outras tantas que não perguntaram, não se manifestaram, mas estão acompanhando – o Senado, os meios de comunicação são essenciais para ajudar a divulgar essa área –, à Consultoria, que sempre está junto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a vocês da Secretaria. Estamos juntos nessa caminhada. Então, muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, portanto, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e todas.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6721093281

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, José Lacerda, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim e Weverton, e dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Astronauta Marcos Pontes, Teresa Leitão, conforme os Requerimentos nº 679, 674 e 751/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª, 27ª e 28ª Reuniões da Comissão. A Presidência comunica o arquivamento do Aviso nº 1.059-GP/TCU, lido na 26ª Reunião da Comissão, realizada no dia 15 de outubro do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 805, de 2024 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada "obsolescência programada" e regular o direito ao reparo." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 866, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro das Comunicações. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação São Sebastião de Rádio e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Serrazulense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Azul, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itamogi, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Promoção Social Casimiro Mikucki para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Cultural de Itabira MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Interativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Campomaiorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Maior, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (ADECAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 774, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Laranjal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido de Abreu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruçuí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí - ACDCC a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro das Comunicações. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro das Comunicações. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 32, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados". **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o arquivamento do Aviso nº 1.059-GP/TCU, lido na 26ª Reunião da Comissão, realizada no dia 15 de outubro do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 26ª, 27ª e 28ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Nós teremos hoje também a apreciação de inúmeras matérias.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias. Os itens 1 e 2 e 19 a 21 serão votados pelo processo simbólico e os itens 3 a 18, terminativos, serão votados nominalmente em bloco com abertura do painel eletrônico.

Eu tenho a honra de ter aqui ao meu lado – sempre digo com muita satisfação e alegria – o Senador Hamilton Mourão, uma referência, me permita dizer. Sempre falo isso, mas é bom repetir de novo: particularmente, para o povo do Rio Grande do Sul, é uma referência no Senado e na sociedade também. Então, é uma honra muito grande tê-lo como Vice-Presidente aqui da Comissão, sempre me auxiliando, me ajudando muito nos encaminhamentos, debates, enfim, no que for necessário ser feito para o bom andamento dos trabalhos.

O Senador Hamilton Mourão é Relator do item nº 3, PDL 285/2021, que é terminativo. Tudo isso será votado em bloco, já que os itens 1 e 2, que teriam a relatoria do Senador Dr. Hiran, nós vamos aguardar um pouco, ele pediu para retirar o item nº 1 da pauta e o item nº 2...

O item nº 1 foi solicitado pelo Relator da matéria, Dr. Hiran, que fosse retirado de pauta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 805, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para coibir a chamada "obsolescência programada" e regular o direito ao reparo.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Senador Dr. Hiran
Relatório: Pela aprovação do projeto, com quatro emendas que apresenta.
Observações:
1. O projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CCT;
2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor após a deliberação da CCT.)

E quanto ao item nº 2, nós aguardamos ainda a presença do Senador.

Então, concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

Eu quero, inclusive, dizer para os Senadores e Senadoras que podemos...

O relatório já foi disponibilizado também. Todos têm acesso ao relatório, a gente pode lê-lo, claro, há toda possibilidade, mas, como está publicado também, podemos ler o voto, fazer o comentário que desejarmos, quer dizer, todos os Senadores e Senadoras, em termos de economia processual, podem adotar o procedimento que julgarem mais pertinente.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação São Sebastião de Rádio e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Então, com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia.

Cumprindo a determinação de V. Exa., fazendo um breve resumo aqui da análise, lembro que compete à nossa Comissão analisar propostas dessa natureza, da concessão de serviço de radiodifusão comunitária – no caso aqui, no Município de Nova Serrana, no Estado de Minas Gerais –, disciplinado pela Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que é regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998. Está de acordo aqui com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, e com o art. 223 da Constituição.

É competência exclusiva do Congresso.

Já vem oriunda da Câmara dos Deputados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, sob o aspecto da técnica legislativa, o projeto está de acordo com o que prescreve a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Assim, então, o nosso voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 285, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação São Sebastião de Rádio e Comunicação para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Nova Serrana, no Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, caro Senador Hamilton Mourão.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico na sequência.

Muito bem. O Dr. Hiran, que é Relator do item nº 2, solicitou que houvesse a relatoria *ad hoc*, então estou perguntando ao Senador Hamilton Mourão se pode ser o Relator *ad hoc*.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 866, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Não havendo problemas, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, observando aqui a análise deste relatório, vemos que o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. Detalhando o dispositivo, o inciso II do art. 384 da Portaria GM/MCOM nº 1, de 2023, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para o deslinde da matéria.

Assim, o voto é pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais, de que trata o PDL nº 866, de 2021. A informação solicitada é: confirmação da regularidade da entidade em relação ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 129, de 1º de fevereiro de 2016.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada, com a solicitação já lida pelo Senador Hamilton Mourão, à Secretaria-Geral da Mesa.

Muito bem.

Solicito, ainda, ao Senador Hamilton Mourão que nos auxilie, sendo o Relator *ad hoc* dos itens 17, 18, 19 e 20, cuja relatoria é do Senador Ciro Nogueira. Ele solicitou que houvesse a designação de Relator *ad hoc*.

Então, eu passo ao item 17, em primeiro lugar.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruçuí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
A relatoria é do Senador Ciro Nogueira.

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL trata da renovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruçuí, Estado do Piauí.

Era para o Senador Ciro Nogueira ser o Relator, mas, como eu também tenho origens no Piauí, uma vez que o meu avô lá nasceu, estou em condições de relatar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da análise, vemos que estão cumpridos todos os requisitos constitucionais, a questão da técnica legislativa, a questão da juridicidade.

Assim, indo ao voto, vemos que o exame da documentação que acompanha o PDL 239, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Liberdade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruçuí, Estado do Piauí, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Agora, vou expandir a minha apresentação: Senador do Rio Grande do Sul com extensão para o Piauí também.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – É isso aí! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Maravilha.

Parabéns!

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passo ao item nº 18 da pauta.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 243, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí - ACDCC a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
A relatoria era do Senador Ciro Nogueira.
Designo o caro Senador Hamilton Mourão como Relator *ad hoc.*
Concedo-lhe a palavra, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, trata-se de aprovar o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Compulsando, aqui, a documentação, verificamos que a técnica legislativa está seguida, a legislação está cumprida – a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998 – e o projeto atende também às questões de constitucionalidade, estando de acordo com o art. 223 da Constituição Federal.

Então, indo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 243, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí (ACDCC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castelo do Piauí, Estado do Piauí, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado de novo.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos agora ao item 19, PDL 313/2021, com relatoria do Senador Ciro Nogueira.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 313, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Já tendo aquiescido para ser Relator ad hoc, passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL destina-se a aprovar o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cidadania, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí.

Compulsando os dados da análise, verificamos que, de acordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, que é a lei que trabalha em cima dessa questão da radiodifusão comunitária, ela veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. Detalhando o dispositivo, o inciso II do art. 380 da Portaria nº 9.018, de 2023, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

O nosso voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Fundação Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José de Freitas, Estado do Piauí, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2021: confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 3.895, de 2 de agosto de 2018.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Peço escusas.

Pessoal, eu queria confirmar...

Só um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

Simbólico? (*Pausa.*)

Muito bem.

Foi bom interromper um pouco para tudo ficar de acordo com o Regimento também, não é?

A votação de fato é simbólica, porque a solicitação é para que seja encaminhado requerimento ao Ministério das Comunicações para confirmar informações que o Relator Ciro Nogueira julgou necessárias, lidas pelo Relator *ad hoc*.

Então, em votação o projeto, o item 19, PDL 313, de 2021.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para a solicitação de informações, com requerimento para o Ministério das Comunicações.

Muito bem. Passamos ao item 20 da pauta.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2021
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator *ad hoc* – já tendo aquiescido – é o Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o PL 354, de 2021, trata de se aprovar o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.

O exame da documentação que acompanha o presente PDL, por sua vez, evidenciou possível infração ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998. O referido dispositivo estabelece que a entidade autorizada a prestar o serviço de radiodifusão comunitária não pode sujeitar-se à gestão de qualquer outra instituição, mediante vínculos de natureza financeira, religiosa, político-partidária, familiar ou comercial.

Com efeito, observou-se que o segundo tesoureiro da entidade exerceu o cargo de presidente de comissão provisória de partido político no Município de Cabeceiras do Piauí, com mandato iniciado em 25 de agosto de 2016 e fim de vigência indeterminado. Tal situação pode configurar vínculo de natureza política, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, e do art. 25, §2º, inciso II, alínea "b", da Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, vigente à época.

Diante dessa constatação, com o objetivo assegurar a higidez da deliberação a ser tomada por esta Comissão, propõe-se a apresentação de requerimento de informações a ser dirigido ao Ministério das Comunicações para esclarecimento dessa situação.

Voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno deste Senado, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno deste Senado Federal, requer-se seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí, de que trata o PDL:

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em relação a todos os seus dirigentes, ao tempo da edição da Portaria nº 1.962, de 7 de junho de 2017.

É o relatório, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos ao item 21 da pauta, que é da relatoria do Senador Hamilton Mourão... (*Pausa.*)

Da Relatoria não; desculpe, da autoria do Senador Hamilton Mourão.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 32, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2197/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras raras não beneficiados ou não transformados".

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do requerimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, eu fui designado, num acordo com o Governo, para ser o Relator do projeto de lei que trata da questão da exploração dos minerais raros, das terras-raras. É algo sensível que hoje está em discussão no mundo inteiro e é objeto de disputa geopolítica entre as duas principais potências globais, que são os Estados Unidos da América e a China.

E, consequentemente, para melhor instruir esse processo, eu requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para instruir o PL 2.197, de 2025, que "altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para estabelecer regras para exportação de minerais portadores de elementos terras-raras não beneficiados ou não transformados".

Então, proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: o Sr. Nélio Fernando Reis, Professor Universitário, Doutor em Engenharia de Produção e autor do livro *Terras Raras: Poder e Independência*; o Sr. Marco Túlio Naves, geólogo, mestre pela UnB, Diretor-Executivo da Fides Mining; o Sr. Felipe Tavares, geólogo, Doutor pela UFRJ, com 20 anos de experiência em ouro, cobre, urânio e terras-raras; o Sr. Dener de Siqueira, engenheiro, mestre em processamento e concentração mineral, empresário da mineração, sócio-fundador da Mg Óxidos Mineração, Mg Agro Fertilizantes e Viva Mineração; e o Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração.

Então, a justificativa é que essa proposta busca evitar a saída do país de recursos minerais estratégicos em estado bruto, estimulando a agregação de valor e o fortalecimento da indústria nacional. Trata-se de tema de alta relevância para o desenvolvimento econômico e tecnológico do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, tendo em vista que as terras-raras são insumos essenciais para setores de ponta, como o de energia renovável, mobilidade elétrica, semicondutores, defesa e eletrônicos avançados.

Diante da complexidade e da importância do tema, entende-se necessária a realização de audiência pública para instruir a matéria com foco na definição de estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva de terras-raras no Brasil.

Nessa audiência, pretende-se, assim, reunir os principais atores – especialistas do setor acadêmico, da comunidade industrial, de entidades ambientais e representantes do Governo –, a fim de discutir medidas que favoreçam a pesquisa, o beneficiamento, a industrialização e a sustentabilidade na exploração desses minerais.

É o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom! Muito bom também!

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Quero só parabenizar a iniciativa dessa audiência de uma matéria muito importante. Hoje os países desenvolvidos estão correndo atrás de terras-raras para todo lado, e nós temos muito aqui e não conseguimos processá-la e beneficiá-la. Então, importante é esse tema.

Parabéns ao Senador Mourão, que tem minha aprovação.

Eu pediria a V. Exa. já para, se puder, inverter a pauta porque eu tenho a questão do Imposto de Renda ali. Eu tenho os itens 4, 5, 6 e 7. Se eu puder relatá-los também, assim logo após a aprovação do requerimento, agradeço-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, será invertida a pauta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – O item 8 também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero também destacar que a relatoria do projeto de lei está em muito boas mãos com o Senador Hamilton Mourão e que foram realizadas duas audiências públicas aqui nesta Comissão, também muito boas, muito proveitosas, bem encaminhadas, que podem servir de subsídios para a análise do projeto de lei, mas a discussão tem que continuar também.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, coloco em votação.

A votação é simbólica.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as providências devidas.

Não havendo objeção – quero saudar a presença do Senador Izalci Lucas, grande Líder, inclusive Relator das propostas da Comissão para o Orçamento deste ano –, eu convido V. Exa. para o uso da palavra.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 696, DE 2021

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- **Terminativo** -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Serrazulense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Azul, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Já peço a V. Exa. para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Devido à não instalação da CCDD, e, nos termos do art. 48, incisos VIII e X, do Risf, a Presidência despachou a matéria a esta CCT, em decisão terminativa. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 696, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas pela Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 696, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária Serrazulense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Azul, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Izalci Lucas.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, posteriormente, realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passo a palavra a V. Exa.

Senador Izalci Lucas, é sempre o Relator que decide o encaminhamento. Nós estamos dando liberdade para o Relator fazer uma síntese também, porque todos os relatório já foram disponibilizados. Está fazendo uma síntese, lendo o voto – o voto é importante ler – e fazendo algum comentário adicional, mas sempre é o Relator que decide.

Passamos ao item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 763, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itamogi, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria do Senador Izalci Lucas, a quem eu concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, o item 5 trata também da autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itamogi, Estado de Minas Gerais.

A análise é a mesma do projeto anterior no aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislação. Então, eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 763, de 2021, não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itamogi, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será nominal, realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.
Passo a V. Exa. novamente a palavra.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 854, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Promoção Social Casimiro Mikucki para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Concedo a palavra a V. Exa., Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, da mesma forma que os itens 4 e 5, a matéria se refere também à autorização outorgada à Associação Cultural e de Promoção Social Casimiro Mikucki para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Bonito, no Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 854, de 2021, não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nós opinamos também pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Promoção Social Casimiro Mikucki, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo, caro Izalci Lucas.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será também nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.
Passo a V. Exa. novamente a palavra, para o item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 947, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Também, de acordo com os demais itens já votados e lidos aqui, é autorização de outorga à Ação Social Comunitária de Capim Branco (Ascocab), para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais.

Também, Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 947, de 2021, não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Ação Social Comunitária de Capim Branco (Ascocab), para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passo novamente a palavra a V. Exa., destacando a sua atuação para o povo do Distrito Federal. O Senador Izalci Lucas é uma grande liderança, aqui dentro do Senado Federal, em todas as áreas, mas, em educação, ciência e tecnologia, é de uma forma muito particular – e também na área social.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Cultural de Itabira MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Obrigado pelas palavras, Presidente. E V. Exa., para mim, é uma referência aqui no Congresso Nacional.

Trata-se também da autorização e outorga da Associação Educativa e Cultural de Itabira, Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 128, de 2022, não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Cultural de Itabira, Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

Eu vou cuidar do Imposto de Renda na CAE...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente pede só que, daqui a pouco...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... e volto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... você fique sintonizado para votar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom. Um abraço, Senador Izalci Lucas.

Eu passo agora a Presidência ao Senador Hamilton Mourão, para que eu possa ler os relatórios dos itens 14, 15 e 16. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bem, anuncio o item 14.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o nosso Presidente, Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Muito bem.

O PDF está de acordo com a legislação pertinente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 547, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Londrina, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Quero evidenciar o trabalho exemplar que é feito pelos institutos federais de educação no Paraná e no Brasil, que são referência. Quando comparamos os resultados dos institutos com os resultados de países europeus, há uma equivalência nos resultados. Então, é um serviço de muita qualidade, e tendo essa possibilidade de ser para fins educativos, isso ainda reforça a missão dos institutos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é nominal e será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Anuncio o item 15 da pauta.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 774, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Laranjal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Tem como relatoria o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Passo também à leitura do voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização à Associação Comunitária do Município de Laranjal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal, Estado do Paraná, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quero destacar que o Município de Laranjal é um município que... Tendo uma associação comunitária para fazer esses serviços, isso em muito vai contribuir para a aproximação das pessoas, para o desenvolvimento do município. É um município que está no centro do Paraná. Inclusive pela

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precariedade de desenvolvimento na região, durante muitos anos, o Paraná teve um programa centro expandido, ou seja, de apoio a todos os municípios que apresentavam condições de vulnerabilidade na região. Então, a rádio é sempre um instrumento importante, ainda mais dentro de um contexto como o que eu mencionei. Isso vai contribuir para o desenvolvimento da região sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não resta dúvida, Presidente Arns. Nós que fomos meninos no interior do Rio Grande do Sul e também adolescentes, numa época em que a televisão não tinha a difusão que tem hoje, vivíamos colados no rádio. E o rádio ainda tem uma importância muito grande nessas regiões do Brasil profundo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olhe, até em municípios maiores, né? Eu sei porque fui a um município e dei uma entrevista numa rádio na hora do almoço, depois andei pela cidade, e, de cada dez pessoas com quem eu falava, nove tinham escutado a entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tinham escutado no rádio. É isso aí.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque o pessoal fica no comércio, e tal, com o rádio ligado, escutando as últimas – e penúltimas também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Penúltimas também.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico.

Anuncio o item 16 da pauta.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

A relatoria também é do Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização à Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Abreu, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Eu quero também, nessa situação, como conheço pessoalmente o Município de Cândido de Abreu, dizer que é uma região que precisa de muito apoio – Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Ivaiporã, Jardim Alegre, Nova Tebas, Vale do Ivaí –, e uma rádio na comunidade colabora, tenho absoluta certeza, com os desafios que devem ser enfrentados na área econômica, social e em outras áreas também.

Quero mandar também um grande abraço para a turma da Apae de Cândido de Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada por ocasião da abertura do painel eletrônico.

Devolvo a Presidência ao Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Temos alguns projetos que são da relatoria do Senador Efraim Filho.

Quero, inclusive, destacar que ontem tivemos a alegria de ter no Senado Federal a presença do Efraim pai, Efraim Morais. Eu até disse: "Olhe, esse é o Efraim Filho; esse outro é o Efraim pai". (*Risos.*) Ele foi meu colega também na Câmara dos Deputados e colega no mandato que exerci no período de 2003 a 2010. Então, quero deixar um abraço para o Efraim Filho e para o Efraim pai. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que já concordou em ser Relator *ad hoc*.

Então, é o item nº 9.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 530, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria do Senador Efraim Filho, com relatoria *ad hoc* – que a gente agradece – do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, é o PDL 530, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba.

Indo direto ao voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 530, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba, na forma do presente PDL, originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, daqui a pouco, com a abertura do painel eletrônico.

Passo a palavra novamente ao Relator *ad hoc* Hamilton Mourão, do item nº 10 da pauta, cuja relatoria é do Senador Efraim Filho.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Interativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Interativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí.

Indo ao voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 361, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Interativa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Betânia do Piauí, Estado do Piauí, na forma do presente PDL, originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passo ao item nº 11 da pauta.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2023

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- **Terminativo** -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Campomaiorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Também com a relatoria do Senador Efraim Filho; Relator *ad hoc*, Senador Hamilton Mourão.
Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente relatório aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Campomaiorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Maior, Estado do Piauí.

O voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 365, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Campomaiorense para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de no Município de Campo Maior, Estado do Piauí, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passo ao item 12.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2023
- **Terminativo** -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hamilton Mourão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Relatoria do Senador Efraim Filho. Senador Hamilton Mourão, como Relator *ad hoc*.
Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente relatório trata de aprovação do ato que outorga autorização à Associação

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloniense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí.

O voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 366, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao último item da pauta, que é o item 13.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (ADECAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria do Senador Efraim Filho, com relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL trata de aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (Adecab), para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí.

O voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 369, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Cultural e Social de Água Branca (Adecab) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Água Branca, Estado do Piauí, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal, realizada em bloco, com a abertura neste momento do painel eletrônico.

Antes de abrirmos o painel, só quero agradecer a presença dos consultores legislativos do Senado, aqui no fundo, o Luiz Fernando Fauth – estou falando certo? – e o Sandro Ferreira Barbosa. Sejam muito bem-vindos! Tenho, assim, um reconhecimento muito especial pela Consultoria Legislativa, pela qualidade do trabalho, pelo empenho, pela dedicação... E queremos agradecer sempre à Consultoria e também, sempre faço isso, à Secretaria e ao Secretário Leo – o Leonardo, né? O Leomar, não o Leonardo, conhecido como Leo –, fazendo um bom trabalho junto com a equipe. É a soma para que tudo dê certo, não é verdade?

Também os Senadores todos que, apesar de muitas vezes não estarem aqui presentes... Mas há uma concorrência gigantesca no Senado Federal e, particularmente, nesta semana.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Quatro Comissões funcionando e uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, quatro Comissões.

Muito bem, então vamos.

Em votação os projetos constantes nos itens 3 a 18, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores, vota "sim" aos projetos.

Os Senadores agora já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, agora eu até solicito que entrem em contato com as assessorias e com os Senadores para eles serem avisados da necessidade de votação. (*Pausa.*)

Recentemente, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado esteve participando de um congresso internacional na Austrália, em Sydney, com a minha presença, do Senador Hamilton Mourão e do Senador Marcos Pontes. A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados também esteve representada, com a participação do Presidente Ricardo Barros e três Deputados também.

Eu até gostaria que o Senador Hamilton Mourão fizesse um relato rápido do que aconteceu lá, de como que foi, e da experiência. Eu já fiz isso em Plenário também, mas é importante que a gente também faça aqui na Comissão.

Então, foi um momento importante. Quero destacar a presença, a participação do Senador Hamilton Mourão e do Senador Marcos Pontes, que até tiveram um tempo de dez minutos, no evento que antecedeu o Congresso, para colocar a perspectiva do Brasil.

Então, com a palavra, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Realmente, foi uma missão que nós tivemos, na minha visão, extremamente proveitosa para nós podermos dialogar com pessoas de outras nações e, principalmente, sobre o tema, que é o uso do espaço, seja para gerenciamento de crises, seja para as atividades econômicas, como a própria agricultura – num país, como o Brasil, que é um país eminentemente agrícola.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, tivemos uma reunião inicial de Parlamentares de diversas nações que estavam presentes e, naquele momento, tanto eu como o Senador Marcos Pontes pudemos relatar as nossas experiências com o uso do espaço. Na ocasião, eu citei a minha experiência como militar do Exército Brasileiro no controle das nossas fronteiras, com o uso das imagens de georreferenciamento oriundas dos satélites que existem, e, posteriormente, como Vice-Presidente e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, nos combates ao desmatamento ilegal e às queimadas que ocorreram durante o nosso período de governo.

Além disso, lembro que ano passado o meu estado, o Rio Grande do Sul, enfrentou um desastre climático enorme, com uma chuva que causou uma inundação em que quase a metade dos municípios do estado foram atingidos e a capital ficou submersa durante quase 30 dias, parte da capital. Ficamos seis meses sem o aeroporto, porque foi para baixo d'água, algo que ninguém nunca imaginou que fosse acontecer, e é óbvio que o uso da tecnologia espacial na prevenção e no gerenciamento de riscos e de desastres dessa natureza avulta de importância.

Além disso, tivemos a oportunidade de acompanhar aquela feira de exposição de material hoje. Então, as mais diversas empresas, de diversos países, que operam satélites... Aí é importante destacar que hoje existem 13 mil satélites girando aqui, na órbita terrestre, dos quais 8 mil pertencem ao Elon Musk, à Starlink. Até faço um parêntese, Senador Arns: semana passada nós fizemos uma diligência externa na Amazônia, em Porto Velho, por causa da questão de embargo de terras, e, no nosso deslocamento, dentro lá da caminhonete do Senador Marcos Rogério, nós tínhamos conexão o tempo todo, porque havia uma antena da Starlink ali conectada. Então, na Amazônia, é fundamental isso aí, porque senão você não consegue se comunicar, não consegue falar com ninguém.

Achei extremamente significativo, importante o conhecimento que nós pudemos absorver ali e o entendimento de que o Brasil tem um caminho aberto. Nós temos a nossa Agência Espacial Brasileira. A Força Aérea Brasileira também trabalha muito nessa questão, mas nós ainda temos um caminho que precisamos percorrer, porque ainda estamos na infância. Temos um centro de lançamento lá em Alcântara, ali no Estado do Maranhão, que tem um posicionamento geográfico dos mais pertinentes e eficazes para ações dessa natureza, mas desde um incidente, um acidente infeliz que tivemos um tempo atrás, até era o lançamento de um satélite em parceria com a Ucrânia, a nossa tarefa ali em Alcântara andou para trás. Então, nós ainda temos que fazer avançar isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu, da minha parte, até quero dizer que já tive a oportunidade, como Presidente da Comissão, inclusive, de visitar a Agência Espacial Brasileira (AEB), que esteve presente lá também com o Programa Espacial Brasileiro, essa coordenação toda.

Quero enaltecer o trabalho das pessoas, dos profissionais que atuam na Agência Espacial Brasileira, muito envolvidos com o trabalho, comprometidos com os resultados, procurando envolver a população e muito articulados com os outros países. Isso a gente observou bem na exposição a que o Senador Hamilton Mourão se referiu, mas depois também, no próprio congresso, falando com Espanha, com Itália, com países árabes, procuramos somar esforços a favor das iniciativas do Brasil.

E quero dizer – até temos que falar com o Senador Izalci Lucas, que vai apresentar as emendas –: que fazemos tudo isso com um orçamento de R$80 milhões por ano – R$80 milhões –, enquanto outros países têm US$2 bilhões, US$5 bilhões, US$10 bilhões, países pequenos, inclusive. Então, na verdade, a gente tem que ver como melhorar, porque a ideia da Agência Espacial Brasileira não é olhar... Quer dizer, mesmo o congresso não tinha o objetivo de olhar para o espaço; é, do espaço, olhar

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para a Terra, ou seja, ter toda a tecnologia, como foi dito, para agricultura, previsão de enchentes, inundações, incêndios, desmatamentos e contribuição, para, por exemplo, vigilância de fronteira e tudo isso.

Agora, houve, assim, depoimentos muito contundentes, particularmente da Noruega, em relação à guerra da Rússia e da Ucrânia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu queria ressaltar isso aí, Presidente.

Chamaram-me a atenção os dois depoimentos – do representante do Parlamento norueguês e do representante do Parlamento alemão. O norueguês colocou muito claramente a ameaça que eles sentem hoje a partir das ações da Rússia e, obviamente, dirigidas pelo Presidente russo, pelo Vladimir Putin; e o alemão, a mesma coisa.

Então, isso aí chamou muito a atenção, e aí eu somo a isso, Presidente, que, há duas semanas, eu recebi aqui, por determinação do Presidente Davi e também do Presidente Nelsinho Trad, da Comissão de Relações Exteriores, uma delegação de Parlamentares da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Eles não são Parlamentares da União Europeia; eles são Parlamentares da Otan, porque eles representam o Parlamento de seus países junto à Otan. E, hoje, o Presidente é até um português.

E estavam juntos o representante da Alemanha, o da Noruega, o da Hungria, todos unânimes com o perigo que, hoje, consideram a escalada do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e a possibilidade de esse conflito desbordar e avançar para a Europa oriental e a Europa central.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, essa preocupação ficou bem externada, como foi dito pela Alemanha e Noruega. Mas algo interessante é que, antes do congresso, do qual participava um grupo de umas 150 pessoas, mais ou menos, de países diferentes, os Parlamentos estavam envolvidos. Nós estávamos sentados numa bancada e, na nossa frente, estava a delegação do Bahrein. E a delegação era composta quase que única e exclusivamente de mulheres. Havia um homem; o restante era todo de mulheres.

Nos Emirados Árabes, houve uma cena assim – eu até tirei uma fotografia, porque eu achei tão bonita –: os astronautas dos Emirados Árabes fazendo um debate com crianças e adolescentes sobre o espaço – os astronautas –; dos quatro, três homens e uma mulher – Emirados Árabes. E, na Arábia Saudita, os relatos são no sentido de participação das estudantes com protagonismo na construção de satélites.

E ontem eu recebi, inclusive, o grupo que esteve lá também, de *startups*, e eles me presentearam com um satélite desse tamanho. É um satélite que vão colocar em órbita, feito por alunos, e que tem essa função, durante dois anos, de fazer esse mapeamento, por exemplo, de aspectos relevantes da Amazônia.

Eu acho que, depois, vão ser lançados três pequenininhos assim, mais oito na sequência. Agora, três lá da SpaceX, justamente do Musk também, lá da Califórnia, mas depois mais oito, junto... Não me lembro com que país. De qualquer forma, é uma iniciativa que a gente pode desenvolver junto às nossas escolas de educação básica, para que meninos e meninas se interessem por isso.

Estavam relatando que eles, inclusive, têm um trabalho aqui com uma favela do Distrito Federal. E é importante dizer: favela como uma comunidade muito vulnerável. Uma das meninas, que estava lá sem perspectiva nenhuma, hoje está na Califórnia, trabalhando em astrofísica.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é oportunidade! A gente tem que ter uma série de oportunidades para que os talentos, os gostos possam ser evidenciados.

Muito bem, já atingimos o quórum necessário.

Agradeço ao Senador Hamilton Mourão.

A votação está, então, encerrada.

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então, o resultado da votação: votaram SIM, 10; NÃO, nenhum.

Não houve abstenção.

Com um quórum de 90, então, a Comissão aprova, por dez votos, os projetos constantes nos itens 3 a 18, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Retiramos, a pedido do Relator, o item nº 1 da pauta, do Senador Dr. Hiran, e os demais itens foram aprovados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2652261388

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e um minuto do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Weverton, Hamilton Mourão e Damares Alves, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Plínio Valério, Eliziane Gama e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso e Beto Faro conforme os Requerimentos nº 727 e 667/2025-Cdir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3040, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Institui incentivo fiscal para empresas que promovam a capacitação de jovens em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), estabelece parcerias com instituições de ensino e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pampiana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CCT e 2-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Avaré para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Avaré, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró Cidadania - APC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 796, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pancas, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Luminense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural do Bairro Extrema -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ASCORCULBE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Grajaú, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Rio Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulino Neves, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2025 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação da Região Sisaleira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Campo Formoso, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Cacaulândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacaulândia, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1018, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de General Salgado, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duartina, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo nº 798, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das Comunicações. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo nº 997, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Bocaiuvense pela Cidadania (ABC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 31, de 2025,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 27/2025-CCT, destinada a debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 27 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 36, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a indústria de inovação, seus avanços e a importância para os órgãos de pesquisa e desenvolvimento social e econômico e como indutor estratégico do Desenvolvimento Nacional nos diversos campos do Poder Nacional." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/148016

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias. Os itens 1 e 2 a 27 serão votados pelo processo simbólico, e os itens 2 a 21, terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Iniciamos com o item nº 2 da pauta, agradecendo a presença do nosso Vice-Presidente, o estimado Senador Hamilton Mourão. É o item nº 2, PDL 474, de 2021, terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 474, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pampiana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, o presente o PDL trata de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa., só me desculpe.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Houve uma pequena dificuldade com a questão da que a gente acabou...

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, vamos acrescentar só uma informação. Antes de passar a palavra a V. Exa., proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Aliás, isso já foi feito. (*Pausa.*)

Desculpe-me, já está tudo em ordem. Peço desculpas. Retorno a palavra a V. Exa. Havia uma dúvida se tínhamos aprovado a ata ou não, mas, como sempre, é simbólica também. Então a ata já está aprovada, e tomadas as providências cabíveis.

Passo a palavra a V. Exa. novamente, me desculpando de novo, Senador Hamilton Mourão.

Item nº 2, PDL 474, de 2021.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL trata de aprovar o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pampiana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Compulsando aqui os dados da análise, vemos que o Regimento Interno do Senado Federal determina que é competência da nossa Comissão analisar casos dessa natureza em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Verificamos que está, o serviço de radiodifusão comunitária, disciplinado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo seguem os termos do art. 223 da Constituição Federal e da Resolução nº 3, de 2009, do nosso Senado.

Esta proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o presente PDL não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 474, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica e legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pampiana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vila Nova do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico, posteriormente, se V. Exa. permitir a sugestão. Se V. Exa. assim desejar, podemos ir diretamente ao voto também.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – O presente PDL, Presidente, destina-se a aprovar o ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul.

Indo ao voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 440, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade técnica e legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Amigos de Campo Bom para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico também.

Item nº 4, PDL 159, de 2024.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL aprovou o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Porto Alegre, minha terra natal, Estado do Rio Grande do Sul.

Indo direto ao voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 159, de 2024, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo ao item...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – 13.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... 13 da pauta, que tem a Relatoria do Senador Weverton. Agradeço a V. Exa. por poder ser o Relator *ad hoc*.

Passamos, então, ao item 13.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 520, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Luminense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o Senador Weverton, e V. Exa., Senador Hamilton Mourão, como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente PDL destina-se a aprovar o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Luminense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.

Indo direto ao voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 520, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Luminense para executar

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Obrigado. Agradeço a presença do Senador Confúcio Moura também.

Pergunto a V. Exa. se podemos colocar o item 1, que está na pauta para apreciação.

O item 1 é o PL 3.040, de 2025, com a Relatoria do Senador Confúcio Moura.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3040, DE 2025

- Não terminativo -

Institui incentivo fiscal para empresas que promovam a capacitação de jovens em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), estabelece parcerias com instituições de ensino e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Passo a palavra a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Esse projeto é de autoria do Senador Marcelo Castro, que "Institui incentivo fiscal para empresas que promovam a capacitação de jovens em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), estabelece parcerias com instituições de ensino e altera a Lei nº 10.973 [...]".

Eu vou direto à análise.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nos termos do Regimento Interno, cumpre à CCT opinar sobre matérias que versem sobre informática, desenvolvimento tecnológico e políticas nacionais.

O mérito da proposta é inequívoco, pois contribui para a capacitação de jovens em tecnologia, o fortalecimento da competitividade das empresas e a geração de empregos de qualidade.

Conforme salienta o autor do projeto, o Senador Marcelo Castro, o déficit de profissionais qualificados em tecnologia da informação representa um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico do país. Diante desse cenário, devemos reconhecer a necessidade de oferecer incentivos para a capacitação de cerca de 60 mil profissionais ao ano, suprindo, de forma satisfatória, a crescente demanda no mercado de trabalho.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto 3.040, de 2025, com as seguintes emendas.

> Dê-se ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 3.040, de 2025, [...]:
> "Art. 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do Imposto sobre a Renda devido, em cada período de apuração, os valores comprovadamente despendidos em programas de capacitação de seus empregados em competências voltadas ao setor de TIC.
> ....."
> [A emenda seguinte.]
> Dê-se ao art. 6º [...] a seguinte redação:
> "Art. 6º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II; 12; e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, incluirá o montante da renúncia fiscal de que trata o art. 3º no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará os projetos de lei orçamentária cuja apresentação se der após 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei."

É este o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão a matéria, em primeiro lugar.

Quero enaltecer a iniciativa do Senador Marcelo Castro, que procura criar mecanismos que promovam a capacitação de jovens numa área essencial para o país, para o Brasil, em tecnologia da informação e comunicação. Então, é um projeto muito interessante, importante, dada a carência já atestada por inúmeras reportagens e debates e audiências nesta área.

Parabéns ao Senador Marcelo Castro e parabenizo V. Exa. pelo relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. A votação é simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório do Senador Confúcio Moura permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao item...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, o item 27 é um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 36. Se V. Exa. puder permitir que eu leia esse requerimento agora...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com certeza, Senador Hamilton Mourão.

Não havendo objeções do Plenário, passamos ao item 27 da pauta, que é um requerimento de V. Exa.

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a indústria de inovação, seus avanços e a importância para os órgãos de pesquisa e desenvolvimento social e econômico e como indutor estratégico do Desenvolvimento Nacional nos diversos campos do Poder Nacional.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS).

Passo a palavra a V. Exa. para as considerações necessárias.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, esse requerimento destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre a indústria de inovação, seus avanços e a importância para os órgãos de pesquisa e

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento social e econômico, e como indutor estratégico no desenvolvimento nacional, nos diversos campos do poder nacional.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Humberto Ferraz, professor e pesquisador da Universidade de São Paulo; o Sr. Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira de Doenças Raras (Febrararas); o Sr. Thiago Falda, Presidente da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI); o Sr. Zacharias Calil, que é Deputado Federal e médico, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados; e o Sr. Rodrigo Marinho, representante do Livre Mercado.

A justificativa, Presidente, é que a inovação tecnológica constitui elemento essencial para o fortalecimento da indústria nacional, a ampliação da competitividade do Brasil no cenário internacional e a geração de empregos de maior qualificação e renda.

O avanço das pesquisas científicas e o seu efetivo aproveitamento pelo setor produtivo são condições indispensáveis para que o país alcance um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e capaz de responder aos desafios da economia global.

Não obstante, persistem obstáculos significativos à plena integração entre os órgãos e as entidades que atuam no setor, seja por questões regulatórias, seja pela insuficiência de mecanismos de fomento e financiamento adequados. Além disso, a chamada indústria 4.0 e as transformações trazidas pela digitalização, inteligência artificial, biotecnologia e transição energética exigem novas formas de cooperação entre Estado, iniciativa privada e comunidade científica.

Diante desse contexto, a realização de audiência pública permitirá reunir especialistas, representantes de órgãos governamentais e do setor produtivo, a fim de identificar oportunidades e propor caminhos para o fortalecimento das políticas públicas de apoio à pesquisa e à inovação industrial.

Pelo exposto, peço o apoio dos meus nobres pares para a realização desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Consulto se há quem queira usar da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação simbólica o Requerimento de nº 36, de 2025, de autoria do Senador Hamilton Mourão.

As Sras. Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço ao Senador Confúcio Moura, novamente, pela deferência, porque o Senador Hamilton Mourão, inclusive, é Relator da indicação de embaixador na Comissão de Relações Exteriores.

Passamos ao item 18 da pauta, Senador Confúcio Moura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Cacaulândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacaulândia, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

V. Exa. é Relator do PDL 298, de 2019.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, considerando as competências desta Comissão e a semelhança das matérias relatadas, e sendo também padronizados os pareceres quanto à sua formatação, eu peço vênia neste momento, em homenagem à eficiência e à economia processual, para proceder à leitura do resumo desse PDL, da seguinte maneira.

Análise e voto: por restar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como após o exame da documentação que institui o PDL, e não ser evidenciada violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga e autorização à Associação de Moradores de Cacaulândia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacaulândia, no Estado de Rondônia, na forma do Projeto Legislativo 298/2019.

Pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo, novamente, Senador Confúcio Moura, a palavra a V. Exa., para o item 19, PDL 355/2019, terminativo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, de maneira resumida, análise e voto: por estar o projeto dentro dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa, bem como após a análise da documentação que instrui o PDL, não sendo evidenciada violação da legislação pertinente, optamos pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo a V. Exa. a palavra novamente para o item 20 da pauta, PDL 1.018/2021, terminativo.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1018, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de General Salgado, Estado de São Paulo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito. Sr. Presidente, da mesma forma, são todos padronizados os relatórios sobre concessão de emissoras de rádio.

Análise e voto: por estar em consonância com os aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa, bem como após o exame da documentação que instrui o PDL, não sendo evidenciada violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V.Exa. novamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo a palavra novamente a V. Exa., para o item 25 da pauta, PDL 807/2021.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 807, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura, estimado Senador e amigo.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, da mesma forma, análise e voto resumidos.

Este projeto, por restar, após o exame da documentação que instrui o PDL, inconclusivo quanto à não violação da legislação pertinente, eu requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as informações quanto à confirmação de vínculos vedados dos dirigentes da entidade interessada, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.602, de 1998, à época da Portaria nº 6.310, de 2015, referente ao ato que renova a autorização outorgada à Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais de Rádio Comunitária para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas, na forma do projeto de decreto legislativo.

É o relatório resumido do PDL citado, que se encontra disponibilizado na íntegra.

Sr. Presidente, neste caso, é só um pedido de informação ao ministério. Não é rejeitando nem aprovando, a gente precisa só de mais informações sobre este projeto.

Esse é meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação deste item, com a apresentação do requerimento de informações, é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

Passo a palavra agora para o Senador Izalci Lucas, que é Relator também de alguns itens da pauta.

Primeiro deles, Senador Izalci, Item nº 21.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2023

- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Duartina, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Agradeço a V. Exa. Com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, eu vou pedir a V. Exa. para ir direto à análise e, nos próximos, como é a mesma matéria, a gente vai direto ao voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-G, inciso VI, cumpre à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar sobre proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Devido à não instalação da CCDD, e nos termos do art. 48, inciso VIII e X, do Risf, a Presidência despachou a matéria a esta CCT, em decisão terminativa. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame de apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão e autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 203, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, e 223. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos e princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, no tocante à constitucionalidade material.

Sob o aspecto da técnica legislativa, observamos que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDL 299/2023 não evidenciou violações às formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 299, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Municipal de Duartina, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal com abertura do painel eletrônico.

Passo, em seguida, a palavra novamente a V. Exa.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 655, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Se V. Exa. assim o desejar, poderá perfeitamente ir para a conclusão, para a leitura do voto.

Com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O voto, nesse caso, especificamente, diante do exposto, eu voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informação ao Ministro de Estado da Comunicação. Esse aqui é um pouco diferente, Presidente.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém a autorização o estabelecimento de vínculo que subordina à gerência, à administração ou ao domínio do comando e à orientação de qualquer outra entidade mediante compromisso de relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidária ou comercial.

Detalhando o dispositivo do inciso II do art. 384, portaria GM/MCOM nº 1, de 2023, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento do requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, previsto no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para o seu devido esclarecimento.

Então, nesse caso, diante do exposto, eu voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informação ao Ministro de Estado das Comunicações:

Requerimento

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada do Ministério do Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária e Ecológica do Ouro Preto para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2021:

– confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a associação ao interesse de outrem, nos termos do disposto do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 3.615, de 19 de agosto de 2015.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação nesse caso é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passemos ao item nº 23 da pauta.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 798, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Senador Izalci Lucas, PDL nº 798, de 2021. Com a palavra, V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, durante a análise do processo não foi identificado documento específico que comprove que os dirigentes da entidade possuem residência na área da comunidade a ser atendida, conforme exige o art. 7º da Lei 9.612, de 1998.

Para esclarecer esse ponto específico, teria de ser necessário encaminhamento de requerimento de informação ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal.

Portanto, o voto é pelo requerimento de informação, solicitando ao Ministro das Comunicações a informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamantina, no Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 798, de 2021:

– comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida.

Esse é o voto, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço. Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O último item, com a relatoria de V. Exa., a quem já agradecemos, é o item 24.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 997, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Bocaiuvense pela Cidadania (ABC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, da mesma forma, na análise da documentação que acompanha a matéria não foi possível comprovar a maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes da entidade, conforme exige o art. 7º, da Lei nº 9.612, de 1998, uma vez que os documentos de identificação constantes dos autos estão ilegíveis.

Dessa forma, com o objetivo de dotar a Comissão de todos os elementos necessários para a deliberação da matéria, propomos também a apresentação de requerimento. Então, o voto é também nesse sentido.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento é ao Ministro de Estado das Comunicações, com relação à informação referente à renovação da autorização da Associação Bocaiuvense pela Cidadania (ABC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais, que trata o Projeto de Decreto Legislativo 997, de 2021, para que ele confirme a maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes da entidade à época da edição da Portaria 1.839, de 7 de junho de 2017.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório... Só peço um pouco mais de silêncio no Plenário, mas lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Pergunto ao Senador Efraim Filho, que é o próximo Relator... O item nº 14 tem a relatoria de V. Exa., é o PDL 377, de 2023, terminativo.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Se V. Exa. quiser ir diretamente ao voto, também é possível.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Meu caro Presidente Flávio Arns, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a outorga é referente à Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá, Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 377, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aldeias Altas, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Passo ao item 15 já também?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo em seguida de novo a V. Exa.

Item nº 15, PDL 473, de 2023, terminativo.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 473, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural do Bairro Extrema - ASCORCULBE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Grajaú, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Pedindo vênia para ir direto ao voto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 473, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural do Bairro Extrema (Ascorculbe) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Grajaú, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo novamente a palavra, caro Senador Efraim Filho... Aliás, mande um abraço para seu pai, para o Efraim pai, nosso colega aqui no Senado e na Câmara durante tanto tempo.

PDL 95, de 2024, terminativo.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Rio Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paulino Neves, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Agradeço a referência ao Senador Efraim pai. Ele teve a alegria de visitar esta Casa na semana passada, nesta ele

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também continua por aqui, mas, entre tantos amigos que teve a oportunidade de rever, um dos abraços que ele ficou mais satisfeito de voltar a dar foi em V. Exa., que foram contemporâneos de tempo aqui, tanto de Câmara quanto de Senado, me parece, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Tapete verde e tapete azul, então. Que bom.

Essas memórias que ficam é que enaltecem a caminhada de cada um de vocês. Para mim, foi uma grande alegria ser testemunha ocular desse reencontro entre duas grandes baraúnas da política brasileira, especialmente da atuação no Congresso Nacional, Presidente.

Obrigado pela referência.

Indo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 95 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Rio Novo para executar serviços de radiodifusão no Município de Paulino Neves, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo a palavra a V. Exa. para o Item nº 17, PDL 556, de 2025, terminativo.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 556, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação da Região Sisaleira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Peço vênia para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 556, de 2025, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação da Região Sisaleira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Campo Formoso, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Aqui encerro as quatro relatorias das quais fui incumbido por V. Exa. para relatá-las.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo, Senador Efraim Filho.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico também.

Senador Chico Rodrigues, V. Exa.... a postos para relatar? Sem dúvida, né?

Eu passo então a palavra a V. Exa. para o Item nº 9, que é o PDL 757, de 2021, terminativo, que tem V. Exa. como Relator.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 757, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró Cidadania - APC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aproveitando até o questionamento aqui do Senador Chico, que é algo que eu tenho, de forma reiterada, recebido pelos Parlamentares sobre o Orçamento, eu presido a CMO – tenho a honra de presidir a CMO – e fui questionar o Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, sobre alguma previsão de prorrogação do prazo de emendas ao Orçamento. O prazo se encerra amanhã e as bancadas estaduais e as Comissões, que são responsáveis pelas emendas coletivas, já estão fazendo o seu devido trabalho.

Também recebi, portanto, do Presidente do Congresso Nacional, que, tanto para as emendas individuais quanto para as emendas coletivas, não haverá prorrogação de prazo. Até o final do dia de amanhã a gente espera que o sistema esteja aberto para receber dos Srs. Parlamentares as devidas indicações.

É claro que eu sei que, para o conforto de todos, seria sempre de bom alvitre poder prorrogar, mas, como nós temos a peculiaridade de a semana que vem ser uma semana semipresencial – tanto na Câmara quanto no Senado –, dificultaria ainda mais reuniões de bancadas e reuniões de Comissões. Então o prazo, se fosse para ser prorrogado, teria que ser por 15 dias, e isso praticamente inviabilizaria a questão regimental para que a gente pudesse ter o cumprimento do calendário para votar o OGU 2026 dentro do ano 2025 – que é o ideal, principalmente num ano pré-eleitoral, que requer previsibilidade e segurança jurídica, para que a gente não gere especulações que acabam gerando prejuízos na agenda Brasil.

Então, Senador Chico Rodrigues, até amanhã... O senhor ainda tem uma certa vantagem, de que o nosso bravo Estado de Roraima não tem tantos municípios quanto a Paraíba, em que são 223. Então a sua tarefa é um pouco menos hercúlea que a nossa, de encontrar essa divisão justa e equitativa para atender às diversas demandas que V. Exa. recebe do seu estado.

Então, eu sei que a luta é dura. Eu lhe agradeço o seu questionamento, porque nos deu a oportunidade de esclarecer aos demais Parlamentares aqui desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. pelos esclarecimentos.

Só quero lembrar que o Paraná tem 399 municípios, pouco mais do que os 223 da Paraíba.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A sua tarefa é mais hercúlea que a minha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que o estado com o maior número de municípios é Minas Gerais, não é?

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Mais de 800.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Que tal 645 em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olha aí, São Paulo, 645, duas vezes mais!

Mas o Senador Marcos Pontes está a postos, em forma física e psicológica para trabalhar.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Na espera.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Voltamos a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, com o item nº 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 757, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró Cidadania - APC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de ir ao voto desse PDL, eu gostaria de agradecer ao Senador Efraim, primeiro, pela escolha para presidir a CMO. Ele, na verdade, é muito dedicado, é técnico e conhece muito bem o Regimento e a tramitação nesta Casa. Lógico que alguns colegas que, inclusive, estão na COP questionaram a prorrogação dessa apresentação dessas emendas. A gente sabe, é como dizia Santo Agostinho "todo dia tem uma agonia"; mas aqui, todo dia tem dez agonias.

Então, há um que tem um problema de tempo, outro tem um problema de distanciamento, outro de licença, enfim. Mas tem uma coisa que se chama Regimento e entendemos que deve ser cumprido. Então, fica o esclarecimento do Senador Efraim Filho, para todos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós gostaríamos – apesar do número bem menor de municípios, Senador Efraim –, mas talvez a agonia... Porque lá se trata o Orçamento com a espada amolada dos dois lados, principalmente no ano pré-eleitoral, quando existem interesses de toda natureza.

Mas muito obrigado pela sua explicação técnica.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Só para ficar ainda mais claro, Chico – e me permita, até por questão... O problema, hoje – e eu dialoguei com o Davi –, é o prazo contado de trás para a frente, vamos assim dizer. Se a gente posterga ainda mais esse prazo – a gente já está em meados de novembro, e olha que no calendário de início do ano era 1º de outubro –, a gente fica sem prazo regimental para, depois das emendas, analisar relatório de receita; depois do relatório das receitas, vêm os relatórios setoriais; e, depois dos relatórios setoriais, o relatório da despesa, que é o PLOA. Então, com esses prazos contados de trás para a frente, vai ficar inexequível cumprir os prazos para votar o Orçamento.

Sou solidário a todos os apelos que chegaram, mas a decisão do Presidente do Congresso foi a de cumprir o prazo. Então, cabe a mim colocar e esclarecer a todos os Parlamentares que teremos que atender aos nossos respectivos desdobramentos dentro do estado até o prazo de amanhã à noite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se V. Exa. quiser ir diretamente ao voto.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – É isso que farei – eu solicitaria agora a V. Exa.

Esse PDL 757/2021 aprova o ato da renovação e autorização outorgada à Associação Pró-Cidadania (APC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 757/2021 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Pró-Cidadania (APC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço pela leitura do relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos, Senador Chico Rodrigues, ao item 10, PDL 796/2021, terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 796, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pancas, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Projeto de Decreto Legislativo 796, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos para a Comunicação Boas Nova em Pancas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pancas, Estado do Espírito Santo.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 796, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos para a Comunicação Boa Nova em Pancas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pancas, Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será, também, nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Caro Senador Chico Rodrigues, V. Exa. é Relator também do item 11, PDL 946/2021, terminativo.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 946, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

O voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 946, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Lafaiete para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Chico Rodrigues.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação também será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, com a palavra V. Exa., para o último item de sua relatoria.

Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 432, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Projeto de Decreto Legislativo nº 432/2022, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 432, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente, caro colega Senador Chico Rodrigues.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação também será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo a palavra ao nosso estimado astronauta – que bom, né? –, uma pessoa muito respeitada.

Tive a oportunidade de estar com o Astronauta Marcos Pontes na Austrália, no congresso. É uma pessoa conhecida, estimada, que conhece todas as pessoas nessa área, pela trajetória de vida. Então, quero ressaltar isso aqui novamente na Comissão. Parabéns!

Mas passo a palavra a V. Exa. para o item 5 da pauta, PDL 291/2022, terminativo, com a relatoria de V. Exa.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Passo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Obrigado pelas palavras também.

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2022, que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 291, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo novamente a palavra a V. Exa. para o item 6, PDL 436, de 2023, para a leitura do relatório.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2023, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Jaboticabal, no Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 436, de 2023, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos no Município de Jaboticabal, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Também com V. Exa., Senador Marcos Pontes, o item 7, PDL 438, de 2023, terminativo.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Avaré para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Avaré, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra para a leitura.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2023, aprova o ato que outorga permissão ao Município de Avaré para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos no Município de Avaré, no Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 438, de 2023, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Município de Avaré para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos no Município de Avaré, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passo a V. Exa. novamente a palavra.

Item 8, PDL 475, de 2023, terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 475, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2023, aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Barretos, no Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 475, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em onda modulada, no Município de Barretos, no Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco também com a abertura do painel eletrônico.

Antes de abrirmos o painel, eu pergunto se V. Exa. pode também abordar o item 27 da pauta, que é um requerimento... Aliás, 26 da pauta, o 27 era do Senador Hamilton Mourão.

É um requerimento de V. Exa., o Requerimento nº 31, de 2025.

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 31, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 27/2025-CCT, destinada a debater sobre pesquisa e inovação industrial, seus avanços e a importância dos órgãos e entidades do setor.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 27, de 2025, desta Comissão, sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Thiago Falda, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação, com a seguinte justificativa: essa associação é uma organização civil, sem fins lucrativos, apartidária e de abrangência nacional que acredita no Brasil como potencial líder da bioeconomia avançada global. A entidade representa empresas e instituições de diversos setores da economia que investem em tecnologias inovadoras, baseadas em recursos biológicos e renováveis, para criar produtos, processos ou modelos de negócios que gerem benefícios sociais e ambientais coletivos.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo a V. Exa.

Lido o requerimento, consulto se alguém quer usar da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação. A votação é simbólica.

Em votação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as providências cabíveis.

Muito bem, agradeço também, só que agora passamos à tarefa posterior, que é colocar em votação os projetos constantes dos itens 2 a 21, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com os votos dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar, com a abertura do painel eletrônico, que está acontecendo.

Aí, já disponível.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, eu repito: nos projetos dos itens 2 a 21, quem concorda com os votos dos Relatores vota "sim".

Eu solicito às assessorias que também possam se comunicar, porque há várias Comissões em funcionamento nesse horário aqui no Senado Federal e os Senadores têm que, na verdade, se dividir entre as atribuições das diversas Comissões. (*Pausa.*)

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, depois do término dessa votação nominal, nós teremos mais duas reuniões da Comissão, a 31ª e a 32ª. A 31ª, com as emendas RP 8, da LOA 2024, e a 32ª, com as emendas à Lei Orçamentária Anual, a LOA 2026.

Muito bem, já atingimos o quórum necessário. Já fomos além do quórum, inclusive.

A votação, então, será encerrada.

Eu encerro a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O resultado que aparece no painel aponta para 9 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 10.

Então, a Comissão aprova por 9 votos os projetos constantes dos itens 2 a 21, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço.

Nada mais havendo a tratar, dentro de três minutos retornaremos com a Reunião nº 31, já anunciada.

Obrigado, agradeço a todos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2361402570

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatro minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, José Lacerda, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Weverton, Hamilton Mourão e Damares Alves, e dos Senadores Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião se destina à ratificação das indicações para execução das emendas da Comissão de Comunicação e Direito Digital e respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025. Considerando o Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, que determina que as competências da Comissão de Comunicação e Direito Digital serão exercidas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, a presidência procedeu a abertura de prazo para que os senadores e senadoras apresentassem o apoiamento às indicações para a execução das Emendas à Lei Orçamentária de 2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), tendo sido apresentadas as manifestações de apoiamento pelo senador Eduardo Gomes para as nove emendas pendentes de ratificação. Após o senhor presidente colocar em votação, a comissão aprova as indicações para a execução das emendas e dos respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, conforme consta na planilha publicada, que será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), juntamente com a ata da presente reunião. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à ratificação das indicações para execução das emendas da Comissão de Comunicação e Direito Digital e respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025, considerando o Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, que determina que as competências da Comissão de Comunicação e Direito Digital serão exercidas por esta Comissão.

Procedemos à abertura do prazo para que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores apresentassem o apoiamento às indicações para execução das emendas à Lei Orçamentária de 2024.

Informo que foram apresentadas as manifestações de apoiamento, pelo Senador Eduardo Gomes, para as nove emendas pendentes de ratificação.

Consulto se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras desejam se manifestar sobre o assunto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, colocamos em votação a aprovação e a ratificação das indicações, para execução das emendas e dos respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, conforme consta na planilha publicada, que será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), juntamente com a ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE CONSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, José Lacerda, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Teresa Leitão, Weverton e Hamilton Mourão, e dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2025, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026", que serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas cento e oitenta e nove sugestões de emendas perante a CCT. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Izalci Lucas, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática aprovadas: **Emenda nº 1-CCT:** UO: 24101, Ação: 215L – Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Nacional, Valor: R$ 500.000.000,00, apoiadores: senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Teresa Leitão, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Efraim Filho e Vanderlan Cardoso; **Emenda nº 2-CCT:** UO: 24101, Ação: 20US – Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico - Nacional, Valor: R$ 200.000.000,00, apoiadores: senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Teresa Leitão, Flávio Arns, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso e Damares Alves; **Emenda nº 3-CCT:** UO: 24101, Ação: 20V6 – Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas - Nacional, Valor: R$ 300.000.000,00, apoiadores: senadores Astronauta Marcos Pontes, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso e Damares Alves; **Emenda nº 4-CCT:** UO: 24205, Ação: 21AG – Desenvolvimento de Missões e Aplicações Espaciais - Nacional, Valor: R$ 300.000.000,00, apoiadores: senadores Astronauta Marcos Pontes, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Confúcio Moura e Damares Alves; **Emenda nº 5-CCT:** UO: 52101, Ação: 151S – Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) - Nacional, Valor: R$ 50.000.000,00, apoiadores: senadores Confúcio Moura, Esperidião Amin, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Hamilton Mourão, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Efraim Filho; **Emenda**

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8901802717

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nº 6-CCT: UO: 24101, Ação: 6702 – Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica - Nacional, Valor: R$ 200.000.000,00, apoiadores: senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Teresa Leitão, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Confúcio Moura e Damares Alves. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8901802717

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CCT (32ª Reunião, Extraordinária) 12/11/2025

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2025 (Lei Orçamentária Anual 2026), que, abro aspas, "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026", fecho aspas.

Informo que foram apresentadas 189 sugestões de emendas perante a CCT. Nós temos a honra e o prazer de termos o Relator, Senador Izalci Lucas. Eu quero render homenagem – viu, Senador Izalci Lucas? – à sua atuação na área da ciência e tecnologia, já histórica, mas também na área da educação e em outras áreas. Quero dizer ao povo do Distrito Federal que V. Exa. é uma referência para todos nós aqui no Senado Federal.

Com a palavra, então, o Senador Izalci Lucas, para o relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos dos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei nº 15, de 2025-CN (PLN15/2025), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026", o Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLOA 2026).

No prazo avençado, foram apresentadas 189 sugestões de emendas, todas destinadas a programações orçamentárias de políticas públicas abrigadas pela competência regimental desta Comissão.

Das sugestões de emendas à despesa, todas foram voltadas à apropriação de despesas, conforme art. 37 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As emendas sugeridas pelos nobres pares encontram-se listadas no Quadro I do anexo, sendo referenciadas neste voto pelo número de ordem no mencionado quadro.

Este é o relatório.

Voto do Relator.

Aspectos normativos.

O art. 43 da Resolução n° 1, de 2006-CN, prevê que as Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Nos termos do art. 44, §1°, do mesmo diploma normativo, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até oito emendas à despesa, sendo seis de apropriação e duas de remanejamento.

São elegíveis, para apresentação de emendas, iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão (art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN). As emendas devem ter caráter institucional e representar interesse nacional ou regional.

Análise das sugestões e indicação de emendas.

As sugestões de emendas, no âmbito das Comissões do Congresso Nacional, devem observar alguns requisitos regimentais, notadamente a pertinência temática com as competências da Comissão, além de apresentarem interesse nacional ou regional, isto é, a intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão deve ser de relevância nacional, ainda que seus benefícios diretos tenham alcance mais reduzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em que pese a relevância e mérito de todas as sugestões de emendas às despesas apresentadas, esta Comissão só pode aprovar até seis emendas de apropriação e duas emendas de remanejamento. Não houve emendas de remanejamento. Assim, optamos, em nosso relatório, por dar preferência na escolha das programações que consideramos de maior relevância na agenda política e que receberam maior número de sugestões.

Nesse sentido, indicamos as programações constantes do Quadro II do anexo como emendas de autoria da Comissão, classificadas todas como de apropriação.

Quanto às demais sugestões de emendas à despesa, não obstante o inegável mérito, devemos propor o não acolhimento.

Por fim, menciona-se que serão promovidos ajustes nas sugestões de emendas para adequá-las às exigências técnicas. Nesse sentido, serão substituídas as modalidades de aplicação 99 (item 49.8 das diretrizes do CAE) pela modalidade 90, quando cabível; serão substituídas as indicações de utilização de RP 8 por identificador ordinariamente aplicável às despesas discricionárias do Poder Executivo (item 55 das diretrizes do CAE); serão substituídas as indicações de utilização de RP 2 por RP 3, quando se tratar de emenda para acréscimo de programação constante do PLOA com RP 3.

Conclusão do voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática delibere por apresentar as seis emendas de apropriação constantes do Quadro II do anexo, conferindo à Secretaria desta Comissão a incumbência de realizar as adequações que se fizerem necessárias para formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), inclusive para fins de acrescentar às emendas solicitantes que assim requererem à Comissão até a apreciação deste relatório, em conformidade com a ata desta reunião.

Esse é o voto, Presidente.

E, no anexo, as emendas que foram apresentadas, que foram 189.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Foram 189.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Há seis que, então, pelo maior número de apoio, foram acatadas.

No item 1: 215L, ação do Ministério – todas elas – da Ciência e Tecnologia. Ação: Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de caráter nacional, R$250 milhões para GnD 3 e R$250 milhões para GnD 4. Apoiada pelos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Teresa Leitão, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Efraim Filho e Vanderlan Cardoso.

A segunda emenda: 20US, Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, também de caráter nacional, R$100 milhões para GnD 3 e R$100 milhões para GnD 4. Foi apoiada também pelos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Teresa Leitão, Flávio Arns, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso e Damares Alves.

O item 3, a terceira emenda: 20V6, Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias Produtivas, também de caráter nacional, R$180 milhões para GnD 3 e R$120 milhões para GnD 4. Solicitada pelos Senadores Astronauta Marcos Pontes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Flávio Arns, Nelsinho Trad, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso e Damares Alves.

O item 4, 21AG: Desenvolvimento de Missões e Aplicações Espaciais. Foram R$150 milhões no GnD 3, R$150 milhões no GnD 4. Também com apoio do Astronauta Marcos Pontes, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Confúcio Moura e Damares Alves.

A quinta, 151S: Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), GnD 4, R$50 milhões. Apoiada pelo Senador Confúcio Moura, Esperidião Amin, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Hamilton Mourão, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Chico Rodrigues e Efraim Filho.

E a sexta e última, 6702: Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica, também de caráter nacional. GnD 3, R$100 milhões; GnD 4, R$100 milhões. Apoiada pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Teresa Leitão, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Beto Faro, Chico Rodrigues, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Confúcio Moura e Damares Alves.

Então, esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa..

Quero destacar também, novamente, o relatório de V. Exa., o conhecimento e a dedicação à pauta nacional da ciência e tecnologia, inovação, comunicação. Quero agradecer também a participação dos consultores legislativos Leandro Vieira, o Luiz Fernando Fauth também – ainda vou acertar, um dia, como pronunciar o sobrenome. Você poderia falar para a gente aí no..?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Fauth mesmo, com "th" no final?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É. Os consultores legislativos, aliás, sempre presentes. Obrigado, a gente agradece a participação da Consultoria Legislativa, uma consultoria de muita competência e dedicação. Então, a gente agradece muito. E também ao consultor de Orçamento, que é o Renan Bezerra Milfont, que seja também sempre bem-vindo, a gente agradece. Vamos acompanhar também a tramitação de tudo o que estiver sendo debatido em termos de orçamento para esta área, que é fundamental.

Eu sempre me lembro da Agência Espacial e do Programa Espacial Brasileiro, que foi abordado aqui. Eles têm um orçamento de 80 milhões. Nós participamos do evento na Austrália, e países pequenos têm orçamento de 10 bilhões. Então, as pessoas fazem, eu diria, milagre no Brasil com o orçamento pequeno que têm. E eles próprios disseram que, se tivessem um orçamento de 400 milhões, que é bem diferente de 10 bilhões, não ficariam atrás de qualquer programa mundial nessa área. Isso para dizer que temos competência, temos capacidade, e falar da necessidade do país, de fato, de uma política pública para focar nas áreas prioritárias, entre as quais essa área espacial.

Lá não foi para olhar para o espaço, foi uma visão muito interessante de, estando no espaço, o satélite olhar para a Terra, para ver o desmatamento, as queimadas, o clima, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

episódio recente aí, também o desenvolvimento econômico e social, olhando do espaço para o conjunto da Terra.

E é interessante que há inúmeras iniciativas, inclusive de estudantes. Já foram mandados para o espaço três microssatélites, 10cm², que têm toda a capacidade e competência de fazer esse mapeamento, por exemplo, do que acontece na Amazônia, eventualmente de queimadas, de clima, de buscar as informações todas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Inclusive um deles foi patrocinado por uma emenda minha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olha aí, olha. Inclusive um deles foi patrocinado por emenda do Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E é interessante ver, eu sempre digo, os estudantes envolvidos nisso, quer dizer, mandando o satélite numa parceria, no caso, agora com a SpaceX, mas também, no futuro, com outras iniciativas, porque o difícil é você mandar lá para cima; depois, estando lá, nós temos toda a competência para termos o microssatélite, como aconteceu, aliás, com o celular mesmo, que, no começo, era um aparelho gigantesco e, hoje em dia, é cada vez menor e com mais capacidade.

Mas conte para a gente só sobre essa sua emenda também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Exatamente.

Foram estudantes jovens que agora criaram *startups* e estão lançando também esse satélite lá em parceria, inclusive, com a Índia. É uma meninada jovem e muito criativa. O brasileiro é muito criativo e tem que ser incentivado. E a gente faz milagre, realmente. A ciência e tecnologia no Brasil têm muito pouco recurso comparado com os países desenvolvidos. Então, a gente precisa realmente prestigiar cada vez mais a Comissão e o orçamento, porque não se faz ciência e tecnologia com discurso, precisa de recurso.

Mas quero agradecer a V. Exa. a relatoria e dizer da minha alegria de tê-lo como Presidente da CCT. Para nós, é uma referência V. Exa., tanto na ciência e tecnologia como na educação, na área social.

Parabenizo-o pela vitória de alteração do decreto realmente tão necessário com relação à inclusão total, que era inadmissível a forma. Parece que as pessoas não conhecem o mundo real, decidem sem conhecer o mundo real. Então, parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Esforço nosso, coletivo, e principalmente de quem se mobilizou pelo Brasil em todos os municípios e estados a favor de um decreto que realmente atendesse as necessidades dos alunos, das famílias, dos profissionais e da área.

Muito bem.

Coloco, então, em discussão o relatório do Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Izalci Lucas.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, CCT.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e um minuto do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Marcos do Val, Alessandro Vieira e Hamilton Mourão, Professora Dorinha Seabra e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Efraim Filho e Beto Faro, conforme os Requerimentos nº 676 e 667/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 18/2025-CCT, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), com a finalidade de Instruir o PLP 207/2023, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), que "dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências", com a participação de: Gabriela Schifter, Chefe da Divisão de Investigação de Sanções Administrativas da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); João Paulo Resende Borges, Coordenador-Geral de Regulação do Sistema Financeiro do Ministério da Fazenda (MF); Janaína Pimenta Attie, Consultora do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BCB); Lucas Borges de Carvalho, Gerente de Projetos do Conselho Diretor da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Hugo Vitor Vecchiato, Assessor da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Antonio Carlos Berwanger, Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Julia Normande Lins, Diretora de Infraestrutura de Mercado e Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep); Ivo Mósca, Diretor-executivo de Inovação, Produtos, Serviços e Segurança da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); e Karini Teixeira Rezende Madeira, Superintendente de Acompanhamento Técnico da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/148291

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Bem, o Presidente, por impedimento de ordem pessoal, me pediu para presidir essa importante audiência pública. O autor do requerimento é o Senador Alessandro Vieira, e ele está em uma Reunião da CPI, que está muito congestionada, ele pediu desculpas aos senhores e senhoras por não estar aqui presente.

Hoje é uma audiência pública praticamente esvaziada de Senadores por não haver sessão deliberativa no Senado, foi dispensada, o pessoal viajou ontem, e os outros estão ocupados nessas CPIs do INSS e outras tantas que existem, e a do crime organizado, que está dando muito ibope e mídia.

Então nós vamos iniciar.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei Complementar 207, de 2023, que dispõe sobre finanças abertas e dá outras providências, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2025, da CCT, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

O público interessado em participar dessa audiência pública poderá enviar perguntas e comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligar diretamente pelo 0800 0612211, repetindo, 0800 0612211.

Esta audiência pública será gravada e o Senador Alessandro Vieira e todos os interessados irão consultá-la, oportunamente, para orientar suas decisões sobre o projeto de lei em debate. Isso é muito importante. Os senhores não precisam ficar preocupados de vir falar aqui durante oito ou dez minutos, e não ter praticamente o autor do requerimento nem o Presidente ordinário da nossa Comissão, mas tudo ficará guardado e todos os interessados poderão acessar as falas de V. Sas. e V. Exas. aqui, quando oportuno for.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão João Paulo Resende Borges, Coordenador-Geral de Regulação do Sistema Financeiro do Ministério da Fazenda; Janaína Pimenta Attie, Consultora do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central;

Lucas Borges de Carvalho, Gerente de Projetos do Conselho Diretor da Agência Nacional de Proteção de Dados; Hugo Vitor Vecchiato, Assessor da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Gabriela Schifter, Chefe da Divisão de Investigação das Sanções Administrativas da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); Karini Teixeira Rezende Madeira, Superintendente de Acompanhamento Técnico da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência – remotos, é lógico –: Antonio Carlos Berwanger, Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da Comissão de Valores Mobiliários; Julia Normanda Lins, Diretora de Infraestrutura de Mercado e Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados; e Ivo Mósca, Diretor-Executivo de Inovação, Produtos, Serviços e Segurança da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Cada convidado terá de oito a dez minutos, a gente dá o sinalzinho quando derem os oito minutos. E vamos iniciar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos iniciar, na ordem aqui. Nós vamos começar... Eu vou falar os quatro primeiros: a primeira é a Gabriela Schifter; a seguir, Janaína Pimenta Attie; Hugo Vitor Vecchiato; e Antonio Carlos Berwanger, que está remoto.

Então, eles ficam lá mesmo ou vêm para a mesa? Pode ficar ali mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, então, a fala dos senhores e senhoras será ouvida pelo público, e eles farão perguntas também. Então, nós vamos retransmitir as perguntas na ordem de chegada. É a participação popular.

Então, a primeira convidada é a Dra. Gabriela Schifter. Com a palavra, por oito minutos, prorrogados por mais dois, se ela assim desejar.

A SRA. GABRIELA SCHIFTER – Bom dia a todos.

Tem algum problema se eu ficar por último?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Algum dos convidados têm alguma oposição?

Então, deixe-me colocar aqui. Ela será a nona, vou colocar em nono lugar aqui.

O Ivo Mósca está aí? O Ivo Mósca está atento aí por videoconferência?

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – Estou sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode usar a palavra para fazer a abertura, mesmo o senhor estando remotamente. O senhor tem oito minutos. Se o senhor precisar de mais tempo, o senhor me avisa, tá?

Fique bem à vontade.

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – V. Exa. está com a palavra, Dr. Ivo Mósca.

O SR. IVO MÓSCA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Eu cumprimento aqui, em nome da Febraban, toda a Comissão. Nós estamos aqui hoje trazendo um conteúdo elaborado pela Febraban desde o início dos trabalhos do *open finance*. Então, nós temos um trabalho hoje que já vem de mais de seis anos colaborando junto ao nosso regulador, o Banco Central, nessa construção do *open finance*, que é um projeto que transformou, ao lado do Pix, o nosso setor financeiro.

E, para trazer um pouco dos principais aspectos aqui, é importante começar explicando um pouco como funciona o nosso Sistema Financeiro Aberto, o *open finance*. Ele tem algumas características.

Acho que o primeiro ponto importante de colocar é que o *open finance* não trata apenas de compartilhamento de dados, mas também de serviços financeiros ou iniciação de transações de pagamento neste momento.

E quais são as principais características desse ecossistema? Ele é descentralizado, tem uma relação P2P, com uma comunicação bilateral direta entre as instituições, ou seja, não existe nenhuma entidade central que acumula dados de clientes ou traz algum risco de exposição. Então, toda transação ocorre pressupondo – é o nosso item 2 aqui – o consentimento expresso, específico e explícito do cliente para que ele, na instituição transmissora, autorize esse consentimento que foi

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dado na instituição que vai receber esses dados. Apesar de não ter uma entidade central onde os dados são armazenados, há toda uma infraestrutura central para controle e registro operacional dos participantes, ou seja, das instituições que hoje participam do *open finance*, e tudo isso é feito com os quesitos e tecnologias de ponta para garantir a máxima segurança nessa conexão que hoje se dá entre os participantes. E é claro que todos esses padrões tecnológicos são definidos por uma governança instituída pelo Banco Central, na qual se apresentam as propostas, e o Banco Central é quem tem a palavra final para efetuar essa regulação ou para que nós possamos seguir com os avanços dessas frentes.

Alguns dados para a gente colocar sobre a evolução do ecossistema: hoje já são mais de 71 milhões de usuários; mais de 111 milhões de consentimentos dados para compartilhamento de dados; são mais de 4 bilhões de chamadas semanais, hoje já batendo até mesmo 6 bilhões de chamadas, o que significa que a gente hoje tem tantas chamadas ou mais chamadas de compartilhamento de dados do que transações de Pix dentro de cada mês; e são hoje 39 instituições financeiras, instituições de pagamento consumindo e transmitindo dados. Na parte de iniciação de pagamentos, os números são mais modestos. Ainda há uma série de evoluções a serem feitas, mas a iniciação de pagamentos hoje tem cerca de 6 milhões de iniciações mensais.

Quando a gente olha para o escopo, nós temos uma série de escopos na transmissão de dados. Nós temos desde os dados cadastrais, que ajudam os clientes em processo de abertura de conta *onboarding* em instituições; temos todos os dados de conta, cartões, em nível transacional, então todas as transações realizadas pelos clientes; produtos contratados de empréstimo, investimentos e câmbio, com um nível de detalhe que traz inclusive o preço pago por esse cliente, as taxas de juros, o custo efetivo total no caso de empréstimos, e, no caso de investimento, você tem a remuneração, as datas de aportes, de forma que a instituição que está recebendo o dado consiga ofertar produtos equivalentes, mais baratos ou mais eficientes do que aquilo que o cliente tem em mãos.

Para a iniciação de pagamentos, a gente tem uma série de modalidades também: a gente tem desde a iniciação do Pix de forma única; o Pix agendado; o Pix automático, que é equivalente ao débito automático; e temos também as transferências inteligentes, nas quais o cliente dá um consentimento para que a instituição movimente o recurso entre as contas de mesma titularidade desse cliente, o que também é um processo de bastante inovação.

Temos outros serviços que também avançam neste ambiente e temos aqui todo um histórico, com pontos importantes de evolução ao longo desses cinco anos, para que nós chegássemos ao momento em que estamos hoje.

Nós tivemos todo um trabalho de propostas sobre os principais elementos de regulação. Esse foi um trabalho feito junto ao Banco Central, utilizando, à época, referências internacionais, como o Reino Unido e a Austrália. Nós tivemos todo um trabalho de fomento a esta construção, com a coordenação com as associações de mercado, para que nós tivéssemos todos esses esclarecimentos e caminhos a serem seguidos, e trouxemos propostas técnicas ao Banco Central.

O ano de 2020 foi o ano da concepção – em que tivemos diversas rodadas de trabalho junto ao regulador –, da criação de toda essa governança inicial para que nós conseguíssemos estruturar e chegássemos ao momento da associação do *open finance* hoje vigente e responsável pela governança do ecossistema.

Em 2021, tivemos todas as estruturações e as especificações técnicas desenhadas, com avanços muito além das outras geografias internacionais – no caso, o Reino Unido, que estava mais avançado

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

àquele momento –, e tivemos os primeiros avanços em implementação e desenvolvimento de monitoramento de *performance*.

Entre 2022 e 2025, nós tivemos todo um trabalho ativo com as discussões técnicas junto com o mercado, criando a nova estrutura, avançando e corrigindo erros, claro, por todo o nosso processo pioneiro de avanço em uma série de escopos que, claro, acabaram trazendo novos aprendizados, e esses aprendizados ainda seguem adiante para que nós consigamos avançar com o ecossistema.

Quando a gente olha para esses erros, o que nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – ... de dores hoje presentes que são importantes de serem compartilhadas? Hoje nós temos um custeio de uma infraestrutura que não é equivalente à participação no *open finance*. Ela tem algum nível ainda de desequilíbrio econômico, em que as instituições com maior patrimônio líquido, independente do seu uso, independente da sua participação, é que ainda arcam com esse custeio da infraestrutura central. Então, nós precisamos avançar para que as instituições tenham um ressarcimento ou um custeio dessa infraestrutura central de acordo com o uso do *open finance*.

Uma segunda questão ainda a ser resolvida é que o poder de voto não é atrelado ao custeio, gerando algum desequilíbrio. Hoje nós temos 11 bancos principais, que têm 18% dos votos, mas arcam com 50% dos custos. Então também é um ponto que deve ser trazido ao nível de equilíbrio econômico. E temos, também, toda a ausência de ressarcimento de custos gerados pelo consumo do ecossistema.

Então, hoje, todos os investimentos para se disponibilizar essas informações não são ressarcidos por quem utiliza esses dados. É claro que o princípio do *open finance* tem um nível de gratuidade, mas isso significa que você ter acesso aos dados do cliente e você compartilhar esses dados deveria ter um nível de gratuidade a partir do qual, se esse consumo for muito excessivo ou onerar a infraestrutura de quem o está transmitindo, deveria haver um ressarcimento desses custos. Afinal, esses dados estão sendo utilizados para monetizar ou gerar novos serviços para o cliente na instituição recebedora.

Hoje nós temos uma série de preocupações que ainda continuam avançando. Com todo esse cenário de segurança, a gente precisa continuar olhando para o ecossistema e o protegendo, pois o maior ativo do *open finance* é a segurança dos dados do cliente. Então, nós temos que evitar de chegarmos a um momento em que esses dados estejam disponíveis ou sendo acessados por instituições não reguladas pelo Banco Central; este é um ponto importante o qual nós devemos colocar como prioridade na frente de ação.

E aqui a gente, inclusive, tem dois exemplos importantes na coleta de consumo de dados, um é a transparência dada ao cliente de para que esses dados estão sendo utilizados; isso é muito importante, pois hoje existem instituições que estão coletando esses consentimentos e repassando esses recursos para fora do ecossistema financeiro, para instituições não reguladas, e aqui a gente precisa de uma ação imediata para tratar sobre esse assunto.

Por fim, quais são as recomendações que nós deixamos ao projeto? A primeira é que se mantenha a governança setorial, ou seja, manter as competências regulatórias de forma direcionada, setorialmente. No caso do setor financeiro, o nosso Banco Central deveria se manter o único responsável pelo *open finance*. Gerar qualquer delegação de dados abertos para um grupo maior ou

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que trate benefícios apenas equivalentes a diversos setores vai trazer um nível de mediocridade para todos os sistemas de compartilhamento de dados abertos, independentemente se do setor financeiro ou não. Então, há uma preocupação do nosso setor de que o nosso regulador, o Banco Central, e o Conselho Monetário Nacional se mantenham única e exclusivamente na gestão do *open finance*.

Segunda questão: a gente precisa legislar aqui em princípios mais básicos do *open finance*. Hoje a gente tem uma agenda tecnológica que é dinâmica, tem um nível de velocidade muito grande e traz aqui uma menor complexidade para avanços e modificações. Então, a gente tem que focar este projeto de lei em princípios e definições básicas; se a gente tentar trazer questões específicas ou, hoje, já contempladas em normas, a gente corre um risco de engessar o avanço e a inovação propostos por esse ecossistema que traz novas possibilidades.

Um terceiro ponto é a redução de assimetrias, ou seja, a gente precisa reduzir as assimetrias de custeio, a falta de ressarcimento, equilibrar o poder de quem toma, hoje, as decisões. Hoje nós temos 11 cadeiras das quais nove são instituições associativas ou associações de classe, nas quais, por exemplo, os bancos responsáveis por 85% do depósito bancário, mais 60% da concessão de crédito, hoje têm apenas 18%. Hoje a gente tem *fintechs* ou associações de *fintechs* que detêm mais poder do que as instituições bancárias tradicionais. Isso precisa ser corrigido. Tudo isso trazendo aqui o nível de ressarcimento adequado em modelo econômico.

E, claro, como eu coloquei, a segurança e a transparência como princípios fundamentais, pois, num mundo de compartilhamento de dados, a segurança é o fator principal e primordial para o sucesso e para a confiança dos clientes ao compartilharem seus dados, seja no setor financeiro, seja em outros setores.

Com isso, eu finalizo a minha apresentação e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode ficar aguardando. Vamos fazer uma rodada de quatro palestrantes. Tendo perguntas, a gente dirige ao senhor e aos outros; não tendo, o senhor fica à vontade para ficar na sala ou se retirar para outra atividade.

Vamos dar continuidade. Eu passo a palavra para a Janaína Pimenta Attie. É isso mesmo?

A SRA. JANAÍNA PIMENTA ATTIE – Attie, correto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

A SRA. JANAÍNA PIMENTA ATTIE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero começar cumprimentando os Srs. e as Sras. Senadoras, demais colegas participantes da mesa e toda a audiência.

Quero iniciar aqui a minha fala trazendo um pouco do panorama de funcionamento do sistema financeiro aberto, *open finance*, como a gente se acostumou a chamar. Acho que o colega da Febraban já trouxe um panorama que já vai poupar aqui um pouco do meu relato. Então, a gente já pode focar em alguns aspectos complementares.

Editamos, Banco Central e Conselho Monetário Nacional, a primeira regulamentação, o arcabouço regulatório do *open finance* em 2020; recentemente comemoramos cinco anos desse marco. Desde esse início, a gente já deixou bastante claros os objetivos públicos da nossa iniciativa.

Bom, colocar nas mãos do cliente o poder dos seus próprios dados financeiros é algo bastante transformador. Então, acho que esse é um ponto que a gente quer ressaltar bastante aqui, hoje. O cliente é que escolhe com quem quer compartilhar os seus dados, por quanto tempo, com que finalidade. O dado do cliente não é da instituição financeira; é um bem, é um direito que ele pode

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dispor, isso muito em linha com a LGPD. O *open finance* vem ajudar a operacionalizar a LGPD, que também é um arcabouço que trouxe uma virada de chave para vários setores da economia, inclusive para o nosso, para o segmento financeiro. Isso é uma mudança muito importante, porque mexe com vários aspectos do nosso mercado, inclusive aspectos competitivos, aspectos de inovação. Então, é algo que a gente quer continuar valorizando e seguir com essa agenda por muitos e muitos anos ainda.

As primeiras implementações do *open finance* ficaram de pé em 2022, início de 2022. De lá para cá, como foi apresentado, a gente veio evoluindo bastante nesse escopo de implementação. Hoje a gente tem diversos casos de uso, o que significa benefício concreto chegando para o cliente. Entre esses casos de uso, a gente tem ferramentas de agregação financeira, nós temos ferramentas de gestão de fluxo de caixa, temos muita oferta, produtos derivados de crédito, ofertas de crédito mais assertivas, contextualizadas para a realidade de cada cidadão. A gente conseguiu identificar, em mapeamentos que a gente vem realizando, aumento na originação de crédito, especialmente no segmento de *fintechs*, bancos digitais.

Aqui é importante ressaltar, também, que essas informações do *open finance* são bastante abrangentes, então, elas conseguem favorecer aquele cliente que tem renda informal, que hoje, muitas vezes, não é enxergado pelo sistema financeiro da maneira mais adequada. Então, aquele cliente com a renda informal também é beneficiado aqui, porque as instituições conseguem ter um diagnóstico mais preciso da sua realidade. Com isso, a gente conseguiu avanços bastante interessantes nessa questão de crédito.

Na parte de investimento também, a gente já tem instituições ofertando diversos casos de uso e a gente vai avançando nesse escopo, à medida que conseguimos evoluir as implementações. Aqui, é importante mencionar que para temas relacionados a seguros e previdência, a gente já tem uma interlocução bastante forte com nossos colegas da Susep, que estão aqui também, participando. A gente tem um fórum permanente de discussão; a gente já tem, inclusive, previsão normativa de interoperabilidade entre os ecossistemas *open finance* e OPMI. (*Falha no áudio.*) À medida que a gente avança nesses escopos comuns, a gente avançará também nessa interoperabilidade.

Em relação à CVM, desde o início deste ano, a gente tem desenvolvido um trabalho conjunto para possibilitar um novo escopo, um novo serviço utilizando os trilhos do *open finance*, que vai ser a portabilidade de investimentos. Hoje, a gente tem a portabilidade de investimentos, ainda, como uma dor em alguns segmentos de mercado; nós queremos resolver essa dor também. A gente já tem um modelo desenhado para isso, que elaboramos conjuntamente, e agora temos que encaminhar para os nossos próximos passos: aprovação, para a inclusão do cronograma, e posterior implementação.

Então, o que eu quero pontuar aqui, principalmente, é essa questão toda do dinamismo; essa iniciativa precisa ser dinâmica para continuar existindo, para continuar evoluindo. Na primeira versão do nosso marco regulatório, a gente previu o compartilhamento de dados e serviços, a gente já avançou – recentemente, fizemos uma alteração nessa resolução conjunta com o Conselho Monetário para prever também portabilidade de crédito, que é o próximo serviço que está sendo implementado agora, neste instante – e, futuramente, outros. Então, acho que é importante pontuar aqui – da nossa parte, do Banco Central – que é bastante relevante garantir a continuidade desse dinamismo, para a gente continuar seguindo essa agenda, que eu acho que, de fato, é bastante promissora para a nossa sociedade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que acho que é importante mencionar é a questão de governança. A Febraban já comentou brevemente, mas como é que a gente estruturou o *open finance*? Não é o Banco Central que opera nada, o Banco Central não opera uma infraestrutura centralizada nem nada desse tipo. O que a gente fez foi o seguinte: o Banco Central regulamenta e supervisiona a implementação do *open finance* no Brasil – nas suas atividades, digamos, mais tradicionais –, mas atua também como uma espécie de gerente de projeto, colocando prazo, cobrando resultados, cobrando alinhamento àqueles objetivos públicos que foram colocados. E, para isso, a gente criou uma estrutura de governança.

Essa estrutura de governança teve um modelo inicial, no final do ano passado migrou para um modelo definitivo. Ela é consubstanciada no formato de associação representativa. Neste momento de mudança, de transição, a gente já trouxe avanços significativos nessas questões que foram mencionadas, de redução de assimetrias.

Essa associação tem uma instância diretiva que possui, hoje, um corpo profissional exclusivo, dedicado, independente. Isso foi uma evolução bastante grande, porque, na estrutura inicial, a gente tinha, basicamente, funcionários das instituições, e é natural que tenha conflitos de interesse, cada um perseguindo seus objetivos. Então, a gente teve uma evolução grande na governança do *open finance*...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JANAÍNA PIMENTA ATTIE – ... trazendo esse profissionalismo e neutralidade da nova estrutura de governança para a mesa.

Essa estrutura ainda tem um conselho de administração, no nível mais estratégico. E, aqui, um ponto importante em relação ao projeto de lei é que o Banco Central não é parte, hoje, dessa estrutura de governança. Ele não tem poder de voto na assembleia, não tem poder de voto no conselho, e isso se dá por um motivo bastante específico. No nosso entendimento, o Banco Central tem que ter o poder de corrigir eventuais rumos. Então, a gente tem que ter o poder, a prerrogativa de aprovar ou reprovar alguma decisão do mercado para garantir que o projeto e a iniciativa continuem, ali, alinhados aos objetivos públicos do regulador. A gente até apelidou essa sistemática de autorregulação regulada ou autorregulação vigiada. A gente acompanha tudo de perto e, se for necessário, a gente tem como corrigir alguma rota.

Agora, falando um pouquinho de como é que tudo isso é operacionalizado. Já foi comentado, a gente não tem um sistema centralizado. Todas as comunicações são bilaterais, com isso, a gente elimina uma série de riscos, principalmente, aqui, a gente está falando de riscos de vazamento de dados, a gente está falando de riscos de alguma questão de ataque cibernético, a gente acaba tirando da mesa toda essa discussão.

É importante, também, ressaltar que toda essa comunicação bilateral entre as instituições acontece por meio de padrões e especificações que são definidos nessas instâncias de governança que eu comentei, e são definidos depois de discussões muito exaustivas, levando em conta padrões internacionais de segurança. Então, a gente tem, hoje, muita segurança e credibilidade nesse fluxo informacional que existe no *open finance.* Até hoje, a gente não teve nenhum ponto, nenhum incidente cibernético registrado. Então, isso é um ponto que vale a pena mencionar também.

E, por fim, um ponto, também, a ser esclarecido é a questão das responsabilidades. A gente, aqui, sempre vai ter, nessa comunicação bilateral, duas instituições: uma recebendo dados, outra transmitindo dados. Se a gente está falando de pagamentos: uma iniciando a transação e a outra é a

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instituição que detém a conta do cliente. Então, todo o arcabouço de responsabilidades é constituído para atribuir responsabilidades conforme cada etapa desse fluxo de compartilhamento para as instituições que estão envolvidas nesse fluxo. Isso é bem claro, isso está previsto na norma. As instituições são responsáveis e têm que seguir uma série de padrões de segurança, e atender uma série de requisitos – esses que eu mencionei –, que são definidos via especificações na estrutura de governança.

Bom, acho que, em linhas gerais, esses são os principais pontos que a gente gostaria de trazer, especialmente colocando o momento em que nós estamos, da iniciativa. Em relação a desenvolvimentos futuros, a gente tem, ainda, uma série de escopos a serem atingidos. Acho que temos bastante trabalho pela frente.

Bom, agradeço aqui o convite para a participação de hoje e encerro por enquanto. Coloco-me aqui à disposição para qualquer comentário no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Janaína.

Vamos em frente.

Agora eu passo a palavra para o Dr. Hugo Vitor Vecchiato, Assessor da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O SR. HUGO VITOR VECCHIATO (Para expor.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Doutor.

O SR. HUGO VITOR VECCHIATO – Bom dia a todas as autoridades presentes, demais participantes, colegas e o público que nos acompanha.

É uma satisfação enorme estar aqui hoje na Comissão e representar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A minha fala é muito breve, Sr. Presidente.

No sentido de que o tema, obviamente, é muito estratégico em termos concorrenciais, é uma preocupação do Cade, sempre que analisa atos de concentração, o tema do compartilhamento de dados. Por isso, obviamente, para nós, é um prazer poder colaborar; e estamos à disposição desde já para colaborar com esse tema.

Bom, inicialmente, só destacando a competência regulada pela Lei 12.529, de 2011, que fala do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o Cade tem como missão promover a livre concorrência, contribuindo para um ambiente competitivo em prol de toda a sociedade brasileira.

O que nos causa sempre preocupação é entender se o movimento de abertura de dados se traduz em mais competição e eficiência para o consumidor, para o cliente das instituições financeiras, evitando que isso sirva como uma barreira, se converta em uma barreira de entrada.

O que nós temos observado na jurisprudência do Cade – o Cade tem no seu tribunal administrativo uma jurisprudência já bastante robusta a respeito desse tema – é que a experiência é sempre no sentido de tentar garantir que haja um tratamento neutro, isonômico e seguro no que se refere ao compartilhamento de dados em casos de fusões e aquisições entre empresas.

Em diversas operações recentes, o tribunal do Cade se posicionou analisando possíveis riscos a respeito disso, entendendo caso a caso, quando dados sensíveis, uso de dados sensíveis e a integração entre vertical e horizontal, entre plataformas de pagamento, instituições financeiras, pudesse se traduzir em algum prejuízo para o consumidor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, em muitos desses atos, a aprovação se deu sem restrições, porque se entendeu que, naquele caso específico, havia salvaguarda, havia proteção aos dados dos consumidores, e por isso houve aprovação sem restrição. Quando não, há alguma imposição de alguma medida, algum remédio para garantir que o consumidor não fosse lesado com esse movimento de aquisição, ou de fusão entre empresas do setor financeiro.

Nesse sentido, quando se trata de jurisprudência do Cade, é importante que se diga que as análises são feitas, de novo, caso a caso. Não há um parâmetro geral quando se trata de *open finance,* de compartilhamento de dados entre instituições financeiras. Se essa integração entre empresas diversas se traduz em risco para a concorrência, o Cade se posiciona e tem agido com técnica a respeito desse tema.

É importante também destacar que essa atuação do tribunal do Cade – e da superintendência também, no seu trabalho de fiscalização – se dá sem prejuízo da colaboração com outros órgãos. Então, a título de exemplo aqui, nós mencionamos acordos de cooperação que firmamos com o próprio Banco Central e a ANPD.

No caso do Banco Central, até fomos além. Desde 2018, há uma regulamentação conjunta a respeito da atuação dos dois órgãos que preservou suas competências, tanto do Banco Central quanto do próprio Cade, se traduzindo em resultados positivos na análise de atos de concentração entre empresas, preservando suas competências. E, quando há algum risco para a saúde do sistema financeiro nacional, o Banco Central, obviamente, ganha prioridade.

Outro acordo de cooperação que tem tido resultado positivo, encaminhamos agora uma renovação, é com a própria ANPD, que nos permite também conhecer melhor esse ambiente, entender e trazer para o ambiente do Cade todo o conhecimento que a ANPD já acumulou a respeito desse assunto.

Então, é importante destacar a atuação do Cade como tribunal, caso a caso, em cooperação com os demais órgãos da estrutura administrativa federal.

E, nesse sentido, o desafio é garantir que a abertura de dados continue, então, sendo feita de forma a não se traduzir num instrumento de exclusão, mas, sim, de inclusão e de apoio ao consumidor na busca por melhores serviços financeiros.

De maneira que, em resumo, é isso, Sr. Presidente e demais integrantes da mesa. O Cade tem se preocupado com esse tema, por meio do seu Departamento de Estudos Econômicos tem elaborado estudos e pesquisas bastante robustas sobre os efeitos do *open finance*, do *open banking*, do *open insurance* e outras iniciativas de finanças abertas. Está à disposição dos demais órgãos, também desta Casa e de toda a população para construir, ajudar a construir tecnicamente um ambiente financeiro aberto, competitivo e saudável para o consumidor.

Ficamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem, vamos em frente. Muito obrigado, Dr. Hugo.

Agora, remotamente, Dr. Antonio Carlos Berwanger.

O senhor está aberto aí na sua sala, Dr. Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS BERWANGER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dr. Antônio Carlos, o senhor está remoto, está preparado para falar?

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CARLOS BERWANGER (*Por videoconferência.*) – Sim, bom dia. Vou compartilhar aqui o conteúdo... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Ele está na linha? (*Pausa.*)

Pronto. Perfeito, Dr. Antonio Carlos.

O senhor está com a palavra. O senhor tem oito minutos, com a tolerância de mais dois ou três minutos. Fique bem à vontade e pode fazer a sua exposição.

Muito obrigado pela presença.

O SR. ANTONIO CARLOS BERWANGER (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Exmo. Presidente Senador Confúcio Moura, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais autoridades presentes.

É uma honra participar desta audiência pública e contribuir para o debate desse tema tão relevante para o nosso país. Agradeço em nome da CVM a oportunidade de compartilhar nossas visões e entendimentos sobre o tema e nos colocamos à disposição para colaborar com o trabalho da Comissão.

Inicialmente, gostaria de destacar que a iniciativa evidencia um propósito muito alinhado ao que se espera de um ambiente financeiro moderno, ao estabelecer como metas a promoção da cidadania financeira, fortalecimento da concorrência, o incentivo à inovação e a busca por mercados mais eficientes. Tudo isso sustentado por princípios de transparência, qualidade dos dados, responsabilidade no uso das informações. Esses objetivos expressam claramente a intenção de construir um ecossistema aberto, confiável e orientado ao interesse do cliente, o que merece pleno reconhecimento.

Bom, no que se refere à CVM, ela vem se referindo ao conceito de *open capital markets* como uma agenda de desenvolvimento de mercado, uma agenda que tem três eixos principais: o eixo da democratização de acesso por meio de iniciativas relacionadas à portabilidade de investimentos, participação remota em assembleias, cadastro simplificado e *suitability*, competitividade dos agentes e prestadores de serviços no mercado de valores mobiliários e inovação por meio de iniciativas que temos sobre *sandbox* regulatórios e laboratórios experimentais de maneira mais ampla. No segundo eixo, destaco aqui novos produtos e segmentos, como: o mercado de acesso para pequenas e médias empresas – cito, aqui, a regulamentação do Fácil, recentemente editada pela CVM, que foca na criação de um regime regulatório focado nas empresas que faturam até R$500 milhões, um regime que facilita o acesso a capital por meio do mercado de capitais; também, o agronegócio – vem crescendo a sua participação no contexto do mercado de capitais, especialmente, por meio dos fundos de investimentos da cadeia do agronegócio, os Fiagro; e, também, as Sociedades Anônimas do Futebol – em que tivemos a felicidade de editar um parecer de orientação, associando o mercado de capitais às SAFs.

E o terceiro eixo são pautas globais como finanças sustentáveis e educação financeira, que é uma batalha que lutamos todo dia para aprimorar os conhecimentos da nossa população sobre isso.

Onde estamos no que se refere ao *open capital markets* na acepção que foi trazida aqui pelo PLP? É importante mencionar que a CVM não possui uma norma que estabelece o compartilhamento de dados entre participantes do mercado de valores mobiliários. Então, não há um arcabouço infralegal de *open capital markets* na acepção que foi trazida pelo PL e, naturalmente, avançando, a gente também não gere nem impõe aos participantes de mercado uma infraestrutura de mercado para tal fim. E por quê? Eu acho que é importante mencionar que, na nossa visão, o que seria o *open*

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

capital markets na acepção do PL já está englobado no *open finance*. O que a gente quer dizer com isso? Que os investidores do mercado de capitais já estão compartilhando seus dados por meio do *open finance*. E o dado que a gente traz aqui é que 98% dos 6,7 milhões de investidores que possuem valores mobiliários depositados na central depositária já compartilham, já são clientes de participantes do *open finance*.

Então, a realidade que a gente tem hoje é que investidores já são abarcados pelo *open finance*. Os intermediários, que oferecem o acesso dos investidores aos produtos de investimento, sejam eles produtos de bolsa, como também outros, tais como fundos de investimento, já são participantes do *open finance*. A infraestrutura atual do *open finance*, portanto, já atende ao mercado de capitais.

E a gente, além de ter essa construção, vem avançando, em conjunto com o Banco Central, por uma maior utilização no que se refere a serviços específicos e, aqui, eu cito a portabilidade de investimentos, que historicamente sempre foi um tópico muito reclamado pelos investidores no nosso serviço de atendimento aos investidores. Então, a gente vem trabalhando e conduzindo iniciativas nesse sentido. Editamos a Resolução CVM 210 no ano passado, que entra em vigor em janeiro de 2026, que já altera bastante esse processo, nessa ideia de empoderamento do investidor.

Então, cria-se aqui uma liberdade de solicitação da portabilidade em diferentes canais, no canal do intermediário de origem, do intermediário de destino, para onde ele quer levar os investimentos, e também na central depositária.

Também há necessidade de criação de uma interface digital para a solicitação e o acompanhamento do processo de portabilidade, mas, ainda na ausência desse processo que está ocorrendo fora de uma governança, de uma estrutura, a gente ainda tem desafios operacionais relacionados a essa troca de informação e a uma baixa automatização.

Então, esse trabalho nosso em conjunto com o Banco Central é exatamente para aprimorar essa automatização e essa comunicação entre os participantes, entre os intermediários aqui, no caso, que são instituições financeiras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS BERWANGER – Então, a gente tem esse grupo de trabalho que já está trabalhando, ao longo deste ano, na formatação de uma proposta com especificações técnicas de como isso deve funcionar.

Como próximo passo, a gente tem as aprovações internas nas duas instituições e também a submissão dessa proposta à governança do *open finance* para que esse serviço seja desenvolvido e oferecido para os investidores nesse ambiente, nesse contexto da estrutura que já existe do *open finance*.

Como mensagens finais, eu gostaria de mencionar que a visão do momento da CVM em relação ao mercado de capitais abertos, na acepção trazida pelo PL, é que ele já se encontra abarcado no conceito do *open finance*, do Sistema Financeiro Aberto. Na prática, isso já funciona, já existe o compartilhamento de dados cadastrais e de posições de investimento.

É possível resgatar um fundo de investimento, e esse valor ir para conta da outra instituição que também o investidor conecta ali por meio do *open finance*.

Olhando para o futuro, desejamos e confiamos que vamos inserir serviços relacionados ao mercado de capitais no *open finance*, inicialmente com os desenvolvimentos relacionados à portabilidade de investimentos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro por aqui e fico à disposição da Comissão para eventuais questionamentos.

Muito obrigado, e retorno a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Sou eu quem agradeço, Dr. Antonio. Muito agradecido.

Vamos dar seguimento, passando a palavra para a Dra. Julia Normande Lins, Diretora de Infraestrutura de Mercado e Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados.

Ela está remotamente colocada.

A senhora está pronta, Dra. Julia?

A SRA. JULIA NORMANDE LINS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou pronta, sim, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, fique bem à vontade. Você tem dez minutos, sendo oito minutos com tolerância de dois minutos, para a sua apresentação.

Muito obrigado.

A SRA. JULIA NORMANDE LINS (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Bom dia também às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores aqui presentes, com especial cumprimento ao Sr. Senador Confúcio Moura.

Peço desculpas por não estar presente pessoalmente, mas hoje é dia de reunião deliberativa aqui do Conselho Diretor da Susep. Então, literalmente, eu estou em dois lugares ao mesmo tempo.

Primeiramente, gostaria de dizer que é um privilégio estar aqui no Senado Federal para dialogar sobre um dos projetos mais inovadores em curso no setor de seguros que é o *open insurance* (Sistema de Seguros Aberto), também conhecido como Opin.

Como já foi objeto de fala de todos que me antecederam, estamos falando de uma mudança de paradigma, de um sistema que coloca o consumidor no centro da relação com o mercado.

É claro que foi falado aqui bastante do *open finance*, mas eu acho que a lógica do *open insurance* é a mesma: é empoderar o consumidor, colocá-lo ali sobre o controle dos seus dados e ampliar o seu acesso a produtos mais personalizados, a jornadas digitais mais ágeis e mais seguras.

Então, estar aqui, numa audiência pública do Senado Federal, para discutir o sistema de finanças aberto é um atestado da importância do tema para o Estado brasileiro. Está muito claro para a gente que a vontade do legislador é que esses sistemas fiquem de pé, justamente por reconhecer a importância deles para o consumidor, para o mercado e para o país.

Vou falar aqui um pouco sobre como hoje está estruturado o *open insurance* e em que fase estamos, assim como fizeram os colegas que me antecederam.

Bom, o Opin é uma iniciativa que visa também a abertura e o compartilhamento de dados, produtos e serviços nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização. O objetivo do ecossistema é muito claro: promover a transparência, a personalização e a própria liberdade de escolha do consumidor. Ele integra também, é claro, a prestação de serviços ao cotidiano digital dos consumidores e também consolida os princípios da LGPD, reforçando sempre que os dados pertencem ao consumidor.

Essa ideia nasce ali no *open banking*, que hoje é o *open finance* – que já foi objeto exaustivo aqui da fala dos nossos colegas –, e se apoia em três pilares fundamentais, que são a abertura do mercado e o estímulo à concorrência, que permite que os consumidores levem seus dados para negociar com outras empresas e acessem também melhores condições de produto e de preço. E acho

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que aqui a presença do Cade é emblemática nesse sentido, para reforçar a importância de um sistema concorrencialmente ativo.

Temos também um pilar que é a própria necessidade de avanço tecnológico, de trazer aqui o Brasil para outro patamar de inovação financeira. Cotidianamente, são usadas APIs para integrar sistemas com muita segurança, promovendo ali jornadas digitais totalmente automatizadas e, obviamente, a propriedade e a proteção dos dados pelo consumidor. Os dados ali são do consumidor. É ele que decide o que compartilhar, com quem, por quanto tempo e para qual finalidade, conforme determina aqui a LGPD.

E quem é que participa aqui do ecossistema do *open insurance*? As seguradoras, as entidades de previdência e entidades de capitalização. E também um novo tipo de empresa que são as Spocs, que são as Sociedades Processadoras de Ordem do Cliente. As Spocs funcionam como intermediárias tecnológicas. Elas agregam dados, exibem painéis com informações e também operam as ordens dadas pelo cliente, tudo com o devido consentimento. Elas não armazenam, é claro, recursos financeiros, mas operam ali como canais digitais para facilitar essa contratação – também a portabilidade e todos os serviços ali que podem ser decorrentes do *open insurance* – obviamente, de novo, sempre com o consentimento do cliente.

A participação no *open insurance* varia também. Para empresas maiores, que são ali empresas dos grupos prudenciais S1 e S2, atualmente a participação é obrigatória; para as empresas menores S3, S4 e participantes do *sandbox* regulatório, a participação é voluntária.

Para manter a organização desse sistema, também existe uma forma muito parecida ali com a forma do *open finance*, que é o estabelecimento de uma estrutura de governança. Essa estrutura de governança aqui, no Opin, possui três níveis. O primeiro é o Conselho Deliberativo, que define as diretrizes estratégicas e também aprova padrões técnicos e orçamentários. E esse grupo, esse conselho, é composto por seis grupos, que são o G1, o G2, o G3, o G4, o G5 e o G6. Eu falei cinco ou seis, não sei, mas são seis. Esse grupo também é composto ali por integrantes do mercado, Conselho de Independentes, empresas do *sandbox* regulatório, e também Spocs.

Temos, também, na estrutura de governança, o secretariado, que coordena ali os planos de trabalho e também gerencia o orçamento; e temos os grupos técnicos, que desenvolvem os padrões e as soluções tecnológicas, e também estudos e propostas operacionais para o ecossistema.

Essa estrutura é definida na normativa da Susep. Ela é justamente a estrutura que propõe padrões, procedimentos e padronização também de *layouts*, implementa canais de atendimento, enfim, faz toda a operacionalização do ecossistema. Ela garante representatividade, ela evita conflitos de interesse e também faz com que o sistema fique ali de pé.

A Susep, obviamente, não perde com essa estrutura, assim como bem mencionou o Banco Central, o seu poder de supervisão. Ela pode e deve participar de todas as reuniões, ela tem ingerência sobre tudo o que acontece ali, e todas as decisões e atuações da estrutura podem ser objeto de avaliação pela Susep no nível de supervisão.

Então, diferentemente também do *open finance*, a gente ainda não conta com uma estrutura de governança definitiva. Essa estrutura está prevista para acontecer em 2026.

Com relação às fases de implementação do Opin, ele foi pensado em três fases e executado também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A primeira fase foi a fase de disponibilização dos dados abertos, ou seja, a disponibilização das informações públicas como canais de atendimento, produtos, coberturas. Ela foi concluída em junho de 2022.

A segunda fase foi a de compartilhamento de dados pessoais e de históricos contratuais, com consentimento. Essa fase terminou no fim de 2024. Nessa fase, também, a gente acabou revendo alguns prazos, principalmente por causa dos testes de jornada que estavam representando pouca efetividade.

Testes de jornadas, muito resumidamente falando, são as jornadas de compartilhamento de dados, ou seja, quando a gente disse que elas estavam representando pouca efetividade, é porque os consumidores não estavam tendo uma jornada muito fluida com relação ao ecossistema. Então, a gente teve que redefinir regras de testes de jornadas, um mínimo de eficiência, algumas obrigações para as empresas de dados com relação à participação nos testes, e aí demos esse freio de arrumação.

Eu acho que eu errei aqui o prazo. Na verdade, a gente terminou recentemente, em junho de 2025. Era para ter terminado no final de 2024.

Com relação à fase três, que é a fase de iniciação dos serviços, ela compreende serviços de contratação, de cotação, aviso de sinistro, tudo de forma digital...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIA NORMANDE LINS (*Por videoconferência.*) – ... tudo a partir da ordem do cliente. Ela terminou agora, no final de junho de 2025, e aquela fase, obviamente, está sendo um período muito mais complexo, mas, ao mesmo tempo, muito mais promissor também, porque ela envolve justamente a integração dos serviços efetivos e também automatizados ao ambiente digital. E também essa fase, é claro, assim como a fase dois, quando a gente se depara ali na prática, acaba sendo objeto de muita avaliação e de muito aprimoramento.

Em resumo, com relação a essas fases, o Opin está nessa fase de aprimoramento de suas jornadas e das fases relacionadas aos próprios serviços. Existe uma necessidade de refinamento da experiência do cliente para que justamente a gente consiga aumentar as taxas de sucesso de compartilhamento de dados. Também estão sendo feitos muitos aprimoramentos na plataforma de coleta de métricas, com a incorporação de indicadores relacionados à fase três, e também alguns módulos estão entrando em serviço agora em novembro, como é o módulo de operações em produção.

É importante também mencionar que em outubro de 2025, agora recentemente, foi criado um grupo de trabalho interno com o fim de propor alterações regulatórias no âmbito do Opin. Esse grupo irá discutir, em conjunto com todas as partes interessadas, a avaliação da proposta de estrutura de governança definitiva, a revisão dos critérios de participação obrigatória no Opin e também os procedimentos de dispensa, o processo de credenciamento das Spocs e também os procedimentos para certificação de jornadas e os próprios procedimentos de monitoramento do sistema.

Então, o ano de 2026 vai representar um momento essencial e muito estratégico para o Opin e será um ano em que iremos ajustar todas as pontas soltas e adequar o ecossistema para, de fato, começar a trazer resultados efetivos para a sociedade.

Sobre a relação entre os diversos ecossistemas de finanças abertas, que é justamente um ponto bastante abordado pelo projeto, quando, em 2021, veio a primeira norma do Opin, entendeu-se ali que unificar os diversos sistemas abertos em uma única estrutura acabaria prejudicando o

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento dos produtos e a própria tomada de decisão dos órgãos reguladores. Então, hoje, cada ecossistema, seja de seguros abertos, seja de sistema bancário, seja de mercado de capital, tem ali suas diversas particularidades, que são muito mais bem avaliadas dentro dos seus próprios contextos de negócio. E, por isso, ali atrás, foi tomada essa decisão, pelo menos no âmbito do *open finance* e do *open insurance*, de não agregar diretamente essas duas estruturas.

Então, hoje, já existem estruturas de governança separadas entre *open insurance* e *open finance*, sendo que, como bem falou a nossa colega ali do Banco Central, nos casos em que há necessidade de integração entre os ecossistemas, as próprias estruturas, através dos seus conselhos deliberativos, secretariados, grupos técnicos ou os próprios reguladores, reúnem-se para avaliar e propor soluções mais adequadas. Então, a gente mantém a independência para tratar de assuntos internos, mas, ao mesmo tempo, existe uma frequente colaboração entre as estruturas e entre os reguladores, o que é bastante saudável em termos de ecossistema.

E, também, é muito importante mencionar que o objetivo final do *open insurance* é chegar na fase de interoperabilidade, que já é objeto da Resolução Conjunta nº 5. Essa interoperabilidade entre os sistemas abertos será capaz de ampliar o potencial tanto da oferta de serviços personalizados aos consumidores, quanto a integração e o cruzamento de dados financeiros, como informações de seguros, previdência e capitalização nesses dois ecossistemas.

Então, hoje, atualmente, a gente pensa, como objetivo final do *open insurance*, justamente essa integração com o *open finance*, mantendo obviamente a sua independência enquanto estruturas de governanças próprias e enquanto modelos de negócio e produtos completamente diferentes entre si.

Desde a sua concepção – é importante finalizar aqui –, o Opin evoluiu em bastante sincronia com o *open finance*, sempre mantendo debates entre suas estruturas, entre seus reguladores. A própria Resolução 415, daqui, do CNSP, determina, em diversos momentos, essa necessidade de alinhamento. A gente entende que consolidar essas estruturas numa só estrutura de governança, a essa altura, não seria benéfico aos ecossistemas e poderia, inclusive, atrapalhar o desenvolvimento técnico desses ambientes. É importante também enfatizar que, hoje, não existe qualquer lacuna com relação à competência dos reguladores para supervisionar e fiscalizar as estruturas de governanças criadas ali no âmbito de cada ecossistema aberto e também no âmbito do próprio ecossistema.

A proposta daqui, do Senado, é louvável, porque traz, para o âmbito legal, os dois ecossistemas – os três, no caso da CVM, que não é exatamente um ecossistema, mas é um sistema aberto, também vinculado ao *open finance.* Mas, obviamente, existem pontos de ajustes a serem implementados com relação a essa proposta, caso o Congresso, o Senado Federal, queira dar prosseguimento.

Então, seria necessário um debate mais amplo e ajustes técnicos a serem feitos, trazendo uma lei mais principiológica talvez, que tenha, como objetivo, fortalecer a existência e o próprio funcionamento do ecossistema, além de reforçar a sua própria segurança; manter ali as competências dos órgãos reguladores, quanto ao detalhamento do ecossistema e também para definição da própria governança; também refletir que é objeto desse projeto de lei a responsabilização objetiva e solidária dos órgãos reguladores justamente pelas falhas na infraestrutura tecnológica e também por crimes praticados ali contra os clientes, tendo em vista a atuação do poder público como regulador e como supervisor e tendo em vista também o caráter do ecossistema, ali, as eventuais falhas e irregularidades devem ser punidas somente quando presentes situações de condutas omissivas ou comissivas graves ou dolo de agentes privados e públicos envolvidos na operação do sistema de compartilhamento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembro aqui, como o Bacen muito bem explicou: nós não operacionalizamos o sistema. Então, acho que – eu sei que já passou o meu tempo, peço desculpas aqui ao Senador e aos presentes – o que importa dizer aqui é que o sistema de finanças abertas, no qual a gente inclui mercado de capitais, seguros, capitalização, previdência e os serviços financeiros, é uma realidade que veio para ficar, e ele é resultado direto da transformação digital e da evolução do conceito de cidadania de dados.

Acho que cabe a nós agora, enquanto reguladores, enquanto empresas, enquanto sociedade, enquanto Congresso Nacional, garantir que esse ambiente seja seguro, transparente e, acima de tudo, protetivo para o consumidor, que é a parte mais vulnerável dessa relação.

Então, muito obrigada aqui a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Diretora Julia, como a senhora está em duas reuniões simultâneas, eu vou fazer uma perguntinha para a senhora, de uma telespectadora chamada Danielle. Ela é daqui, de Brasília.

A senhora responde em um minuto para mim?

A SRA. JULIA NORMANDE LINS (*Por videoconferência.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A pergunta dela é a seguinte: "Como garantir que o compartilhamento de dados não [...] [se transforme em um] novo risco de vigilância financeira?".

Essa é a pergunta de Danielle, daqui, de Brasília.

A senhora pode responder.

A SRA. JULIA NORMANDE LINS (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Confúcio.

Eu tenho toda a certeza de que atualmente os dois ecossistemas de finanças abertas contam com uma segurança, inclusive amparada por *standards* internacionais, com relação à proteção de dados. Acho que a premissa básica de todas essas estruturas é que o dado pertence ao consumidor e, portanto, esse dado deve ser protegido com todas as armas que o sistema público possui e que o sistema privado também possui de segurança cibernética e também de evitar, de coibir completamente que a LGPD seja, de alguma forma, descumprida por qualquer entidade.

Então, nós estamos bastante atentos a isso. É a premissa básica de todos os ecossistemas que operam as finanças abertas, e pode ter a certeza, Danielle, que a gente está muito atento a isso e que os nossos sistemas possuem ali salvaguardas suficientes para proteger o consumidor de toda e qualquer tentativa de violação dos dados.

É óbvio que todo ecossistema tecnológico, todo ecossistema que possui transitoriedade de dados ou acúmulo de dados está, de alguma forma, submetido a fragilidades, qualquer ecossistema, se a gente trata aqui, é importante isso ser mencionado; mas é claro que a gente, aqui, nos nossos ecossistemas, cumpre toda a legislação e todos os *standards* ali necessários para que seja dada toda a operação necessária a esse ecossistema.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Dra. Julia, a senhora está liberada, porque a senhora tem outra reunião simultânea.

Fique bem à vontade.

A SRA. JULIA NORMANDE LINS (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bom. Vamos em frente!

Eu falei que faria blocos de quatro, mas estamos já terminando; então, vamos adiantar logo e depois a gente faz o fechamento.

Eu passo a palavra para o sexto agora. Um, dois, três, quatro, cinco, agora o sexto é o Dr. João Paulo Resende Borges.

O João Paulo Resende Borges é Coordenador-Geral de Regulação do Sistema Financeiro do Ministério da Fazenda.

Fique à vontade, Doutor.

O SR. JOÃO PAULO RESENDE BORGES (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Bom dia a todos os presentes, os que estão acompanhando *online* também, os demais Senadores e Senadoras.

Primeiro, quero agradecer o convite em nome aqui do Ministério da Fazenda.

Acho que, inicialmente, tem uma certa vantagem de colocar minha fala logo depois dos órgãos reguladores, Banco Central, CVM e Susep, bem como a fala do próprio Cade também, ressaltando a importância da concorrência.

Um ponto importante a se destacar é que o Ministério da Fazenda tem um assento no Conselho Monetário Nacional, então eu estou tratando disso justamente porque a própria Janaína do Banco Central destacou o fato de ser uma resolução conjunta; portanto, o Ministério da Fazenda e, atualmente, o Ministério do Planejamento, junto com o Banco Central, já compõem essa tríade do CMN.

Uma vez estabelecida essa tríade, o que a gente observa é que, desde 2020 – então, há cinco anos já –, o *open finance* tem sido gestado, regulado, fiscalizado, especialmente pelo Banco Central, com uma governança um tanto quanto diferenciada, com uma autorregulação regulada, vigiada e tem se mantido um sucesso.

O que a gente observa, o Dr. Ivo da Febraban destacou ali alguns pontos... Um ponto também que eu acho importante destacar é que, no relatório da Capgemini, a gente observa que o Banco Central implementou, seguindo as regras da resolução conjunta, o maior *open finance* do mundo. Então acho que esse ponto é superimportante de se destacar justamente para tratar aqui de um ponto central, que é a dinamicidade. O primeiro ponto é este: a gente trata aqui de um sistema de finanças abertas que é muito flexível, muito dinâmico.

A gente está em vias de tratar da portabilidade de crédito via *open finance*. Acho que todos que já são um pouco familiarizados com esse assunto observam que essa portabilidade tinha regras muito mais restritivas; depois, a regulação passou a permitir uma portabilidade solicitada na própria instituição do destinatário, o que gerou uma ampliação muito forte da concorrência e uma facilitação desse instrumento; e agora, por meio do *open finance*, a gente espera uma facilitação ainda maior, com prazos muito menores, justificativas de recusa muito menores também, que, portanto, dá um poder.

Eu estou trazendo esse exemplo específico para dizer o quão poderoso é o instrumento do *open finance*. E o quão poderoso ele é se justifica também pela própria estrutura de governança, que, observado os padrões técnicos e toda a regulamentação básica estabelecida pelo Banco Central e pelo CMN, essa estrutura tem autonomia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente está tratando aqui de alguns pontos específicos que eu vou destacar: primeiro, para tratar do seguinte aspecto, a Dra. Julia já colocou um ponto importante, que é o fato de que a gente tem governanças distintas, tanto da Susep no *open insurance*; no caso do *open finance* atrelado à CVM, a gente tem uma governança também diferenciada; e no caso específico do *open finance*, a gente tem uma governança que é feita, na verdade, inclusive, por uma entidade associativa privada. Então, uma vez colocando esse aspecto dentro do arcabouço legal, estabelecendo, inclusive, a participação de outros órgãos, a gente teria uma dificuldade muito grande, talvez, de manter essa trilha tão dinâmica e tão revolucionária como é a do *open finance*. Esse é o primeiro aspecto.

Para além da dinamicidade e da concorrência, e, portanto, um outro ponto também que é tratado no projeto de lei, e que aqui a gente também destaca, é que o *open finance* é de participação obrigatória das instituições maiores, S1 e S2; as demais entidades não são obrigadas a participar do *open finance*, mas elas têm muito mais incentivo para tanto, justamente porque são menores.

Para além da discussão que a Febraban trouxe sobre questões de custos, mas que é uma discussão, como a própria colocou, que estaria interna, até envolvendo ali o Banco Central e, eventualmente, o CMN, o que a gente tem é que instituições menores têm muito mais incentivo para participar do *open finance*, justamente porque elas querem, de certa maneira, acessar o mercado, que hoje é muito maior, dos incumbentes. Então, essa estrutura... E acho que também é um pouco consensual o quão feliz o Banco Central foi em estabelecer a obrigatoriedade só para as maiores, e o fato de que talvez as incumbentes não teriam tanto incentivo a participar, mas as menores têm, sim, porque elas querem obter esses clientes. Então, esse é um outro ponto importante, e obrigar menores a participarem poderia ser um problema, porque a gente sempre tem que tratar de custos regulatórios proporcionais. Se as menores tivessem ali, talvez, um custo maior de participar obrigatoriamente do *open finance*, e, em geral, elas têm o próprio incentivo a participar, não faria tanto sentido trazê-las obrigatoriamente para dentro de uma infraestrutura de mercado de finanças abertas.

Um outro ponto também que eu acho importante, e aqui repisando, é a questão de colocar outros demais participantes que não estão necessariamente no escopo do mercado da regulação financeira, de seguros, de mercado aberto, de capitais. A gente teria ali, talvez, uma discussão e um fórum, talvez, muito ampliado, o que tem a sua vantagem, mas eles também poderiam gerar a dificuldade de garantir a dinamicidade novamente. Portanto, eu acho que é muito importante que haja, sim, discussões públicas, como esta que está tendo, mas o *open finance*, no trilho atual, é uma infraestrutura que garante uma segurança e uma dinamicidade que poderiam não ser mantidas em uma eventual estrutura com uma governança muito mais ampla de alguns públicos que não são tão afetos a essa temática. E, portanto, eu volto à minha fala inicial para dizer que a Fazenda já faz parte do CMN, assim como o Ministério do Planejamento. A gente já tem ali uma estrutura que não envolve apenas o regulador *stricto sensu*, mas também há uma discussão um pouco mais ampla nesse sentido.

E aqui também, já indo para os encaminhamentos, eu acho que tem um ponto também que foi trazido que é que o *open finance* não é simplesmente um intercâmbio de dados, a gente está falando de serviços de pagamento, a gente está falando de crédito, a gente está falando de n outras questões que, eventualmente, poderiam vir a ser aprimoradas no projeto de lei, porque ali talvez a gente tenha tratado muito da questão dos dados, mas a gente está tratando inclusive de potenciais casos de usos futuros, como o próprio Banco Central destacou.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui também a questão do consentimento. Acho que foi repisado aqui também que é superimportante, mas também há alguns pontos ali, talvez, que mereçam um aprimoramento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RESENDE BORGES – ... no sentido de que hoje o consentimento é um poder do próprio usuário, e o projeto daria ali, eventualmente, uma possibilidade de compartilhamento com terceiros, o que também é um risco que fragiliza justamente um dos pilares, que é a segurança do *open finance* e, por que não, do *open insurance*.

Então, em geral, acho que são esses os pontos principais. Acho que só quero destacar, portanto, a dinamicidade e a segurança desse instrumento do *open finance*, esse ecossistema que é operado pelo mercado privado, segundo regras do CMN e do Banco Central. Colocarmo-nos à disposição. E só, por fim, aqui, indo um pouco na linha que a Dra. Julia colocou, acho que tem um aspecto, talvez, de que o projeto, a nosso ver, poderia tratar muito mais de questões principiológicas do que entrar nos detalhes operacionais, sob o risco de que você possa, eventualmente, não garantir a fluidez necessária à implementação das finanças abertas no Brasil.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Muito bem.

Em frente, nós vamos passar a palavra para o Dr. Lucas Borges de Carvalho, Gerente de Projetos do Conselho Diretor da Agência Nacional de Proteção de Dados.

Dr. Lucas, V. Sa. está com a palavra.

O SR. LUCAS BORGES DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia.

Quero, inicialmente, agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública e cumprimentar o Presidente da mesa, Senador Confúcio Moura, e também todos os colegas aqui presentes e os que nos acompanham pela internet.

Eu falo aqui pela Agência Nacional de Proteção de Dados, que é a agência reguladora responsável, obviamente, pela Lei Geral de Proteção de Dados, e é sob essa ótica, então, que eu vou falar aqui. Eu já fui muito contemplado, eu diria, pelas falas anteriores. Acho que praticamente todas elas mencionaram a ANPD ou a LGPD ou o consentimento, porque esse é um tema, certamente, central aqui nas discussões sobre o *open finance*.

Eu começo, então, ressaltando esse ponto. A legislação de proteção de dados pessoais é uma legislação muito transversal, que se aplica a vários setores, e, por isso, a ANPD, desde a sua criação, tem atuado de forma sempre coordenada e preocupada, ao estabelecer determinados regramentos ou estabelecer procedimentos de fiscalização, também com os impactos da sua atuação, principalmente sobre os setores regulados. A própria LGPD se refere a uma obrigação de a ANPD a atuar de forma coordenada com outros órgãos reguladores; fala em fórum permanente de comunicação, de modo a facilitar as competências, as suas competências regulatórias e fiscalizatórias.

Nesse sentido, a regulação da ANPD não pode criar insegurança jurídica nem gerar efeitos indesejados sobre setores regulados, e isso é algo que a gente tem sempre levado em consideração nas nossas atuações, como eu disse, principalmente nos setores regulados. De certa forma, eu diria até que a ANPD aproveita experiências de vários setores, porque, considerando essa transversalidade, tenta traduzir isso nas suas regulamentações gerais. É claro também que o fato de haver uma legislação setorial e haver um órgão setorial não afasta a atuação da ANPD, que é o órgão responsável

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por implementar, fiscalizar e estabelecer, em última instância administrativa, a interpretação sobre a LGPD.

Especificamente em relação ao *open finance*, eu vejo com muita naturalidade, e a ANPD também vê com muita naturalidade. Não há nenhuma questão específica na concepção do *open finance* que conflite com a LGPD. Isso já está estabelecido há alguns anos. Acho que é uma regulamentação prevista na resolução conjunta, que, como já foi mencionado aqui pelos que me antecederam, segue basicamente os princípios básicos da LGPD e os conceitos que estão ali estabelecidos. É claro que subsistem naturalmente preocupações com a segurança, com o uso indevido de dados, fraude. Isso é natural no contexto de um processo que é de larga escala, como é o do *open finance*, mas, em relação à concepção, à estruturação da regulamentação infralegal, não há, eu diria, nenhum conflito ou nenhum tipo de dificuldade em relação à LGPD.

Dito isso, eu acho que tem duas premissas que são importantes aqui do ponto de vista da legislação de proteção de dados e da ANPD em relação a esse projeto de lei.

O primeiro é em relação à compatibilidade. Como eu falei, a regulamentação infralegal já espelha regras que estão previstas na LGPD. Então, nesse sentido, o PL também tem que espelhar, tem que ser compatível com a legislação vigente de proteção de dados pessoais, com a LGPD, e também com entendimentos já afirmados pela ANPD. Eu acho que esse é um ponto muito importante, e se refere também, por exemplo, a conceitos que estão ali – consentimento, tratamento de dados, operador de dados, controlador de dados, alguns conceitos que são trazidos –, e é importante avaliar em que medida esses conceitos estão adequados e são compatíveis com a legislação de proteção de dados pessoais.

E o segundo ponto aqui é que o PL também não deve – a gente está falando de um contexto, como eu falei no começo, de uma compatibilidade da resolução com a LGPD –, não deveria diminuir ou retroceder em nenhum aspecto de garantia de direitos, principalmente em relação à proteção de dados pessoais, porque a lógica toda do *open finance*, o das finanças abertas, é empoderar o usuário, empoderar o consumidor, principalmente do ponto de vista do consentimento.

Então, acho que essas são duas premissas muito importantes: compatibilidade com a LGPD e evitar qualquer tipo de retrocesso, qualquer tipo de diminuição de garantia da proteção de dados pessoais dos usuários.

E eu vou trazer somente um exemplo em relação ao consentimento. Tem uma série de regras do consentimento, mas tem um artigo específico que se equipara – que é o 8º, §6º – ao consentimento, à ciência inequívoca da autonomia de vontade do detentor dos dados.

É claro que aqui, provavelmente, foi uma questão de redação, mas esse é um artigo – que eu trago somente como exemplo – que tem uma atecnia, porque, na verdade, não existe consentimento equiparado. O consentimento – como a própria definição que já é trazida aqui no PL, que também está na resolução e está na LGPD – tem que ser sempre inequívoco, ou seja, ele tem que ser manifesto, expresso. O consentimento não pode ser equiparado, não pode ser tácito nesse sentido. Eu não posso supor... por exemplo, uma instituição financeira não pode supor que aquela pessoa consentiu ou autorizou o tratamento de seus dados.

Então, esse é só um exemplo. É claro que o PL está na fase inicial de tramitação e a gente está sempre à disposição aqui para, depois, detalhar ou trazer alternativas para o Relator, mas é um exemplo de como é importante a compatibilidade com a LGPD e essa premissa de não haver nenhum

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tipo de redução de garantias já estabelecidas na legislação de proteção de dados e na resolução conjunta do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional.

Um outro aspecto também, que acho que já foi mencionado aqui, é em relação ao conselho deliberativo. A ANPD foi incluída ali para participação e, como eu falei, do ponto de vista da cooperação regulatória, da cooperação institucional, a ANPD está sempre à disposição para participar, mas eu ressalto também a nossa preocupação com a necessidade de preservar a competência da ANPD enquanto órgão central de interpretação da LGPD e de estabelecimento de normas e diretrizes para sua implementação.

Outras preocupações já foram levantadas aqui, mas essa também é uma preocupação, porque não está muito claro como funcionaria esse conselho e, eventualmente, matérias de proteção de dados pessoais que fossem aprovadas por esse conselho, no limite, estariam também submetidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BORGES DE CARVALHO – ... à regulação da ANPD e, por isso, a gente tem, não só em relação a esse conselho aqui, mas, sempre que a ANPD é convidada a participar de um conselho ou de um fórum de deliberação, a gente tem feito essa ressalva de que, na condição de órgão regulador de proteção de dados pessoais, tem que ser preservada, eu diria, a competência.

Ainda que, por exemplo, a ANPD vote – se fosse o caso, caso seja esse modelo, por exemplo – em sentido contrário, seja aprovado algum modelo que depois encerre algum tipo de fiscalização, isso não pode prevalecer, no sentido de que o exercício da regulação e da fiscalização da proteção de dados pessoais tem que ser feito pelos seus mecanismos próprios.

É só uma preocupação mesmo, que tem sido feita pela ANPD em relação a todos os fóruns de que a gente participa, nessa necessidade de respeitar o mandato legal que foi atribuído à ANPD de interpretação e aplicação da LGPD.

E o último ponto, para fechar, o meu tempo já está se encerrando, é um artigo que também já foi falado aqui, que é o 22, que se refere aos órgãos reguladores e não está claro quais seriam esses órgãos reguladores, então estou supondo que a ANPD também, talvez, faça parte aqui da definição de órgãos reguladores, mas acho que é um artigo que dá responsabilidade objetiva, solidária e também solidária por crimes, por falhas na infraestrutura, e se refere a um artigo do Código de Defesa do Consumidor que também não parece muito adequado. Mas, do ponto de vista da concepção, parece que esse artigo também não é muito adequado.

Do ponto de vista da proteção de dados pessoais, às vezes surge esse, eu diria, mal-entendido, como se a ANPD fosse responsável por gerir dados pessoais em geral, mas a ANPD não é responsável por gerir dados pessoais, ela é responsável, enquanto agência, por regular a forma como empresas e órgãos públicos lidam com dados pessoais. Por isso, não caberia e não cabe a responsabilização por infrações ou por crimes cometidos com o uso de dados pessoais. É claro que a ANPD, como qualquer outro órgão público, responde por suas ações, responde por suas omissões e por seus erros, mas não por delitos ou infrações cometidas por terceiros. Então, quero externar, também, a preocupação – acho que outros já mencionaram aqui – com esse art. 22.

Terminando, quero me colocar à disposição, colocar a ANPD à disposição, para contribuir com o debate durante a tramitação deste PL.

Muito obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado, Doutor.

Nós estamos, já, terminando, temos só mais dois palestrantes, dois convidados.

Vamos passar a palavra para a Dra. Karini Teixeira Rezende Madeira, Superintendente de Acompanhamento Técnico da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A Dra. Karini está com a palavra.

A SRA. KARINI TEIXEIRA REZENDE MADEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e quem está nos assistindo.

Em nome aqui da confederação, eu agradeço a oportunidade de poder contribuir com o debate sobre a construção do marco legal do sistema de finanças abertas brasileiro. O Brasil hoje, como já disseram aqui, é uma das referências mundiais nessa matéria, e, este projeto, a gente entende que ele vem justamente dar a base legal sólida e unificada para um sistema que já tem mostrado resultados concretos, e a gente já ouviu esses resultados aqui.

A gente entende que o PL não está criando um novo sistema, mas está consolidando, de fato, aquele que já existe, fortalecendo o arcabouço regulatório e garantindo que o *open finance* continue evoluindo com segurança jurídica, transparência e o foco absoluto no consumidor.

Então, a gente é a favor da aprovação do projeto, com algumas poucas contribuições no texto original, sem perder de vista o seu objetivo principal. (*Pausa.*)

A gente entende, como os demais colegas, que o texto deveria oferecer uma base legal sólida, que defina princípios estruturantes, principiológicos, mas que preserve a flexibilidade necessária para que os órgãos reguladores possam continuar ajustando as regras técnicas à medida que o mercado evolui. Dessa forma, a gente teria uma lei que vai unir a previsibilidade jurídica e a agilidade regulatória, que são dois pilares essenciais para qualquer ecossistema financeiro moderno.

Então, a gente apresenta aqui a nossa sugestão de contribuição para esse projeto; a gente a estruturou em três eixos fundamentais.

O primeiro deles a gente chama de consumidor como protagonista: o coração do projeto é e deve continuar sendo o consumidor. A gente entende que o texto precisa deixar claro que o principal beneficiário do sistema de finanças abertas é o cliente, e isso significa, exatamente, que ele não é um mero usuário: ele é, de fato, o dono dos seus dados e o dono de suas decisões, somente ele pode autorizar o compartilhamento das suas informações, acompanhar o histórico do uso desses dados e revogar o consentimento a qualquer momento.

É importante a gente dizer que o consentimento só vale se for livre, informado e explícito – a gente também já ouviu isso aqui por diversas vezes –, o cliente precisa saber exatamente o que está autorizando; então, uma linguagem clara e a simplicidade na experiência do usuário são pontos de destaque. É a experiência intuitiva, acessível e transparente que vai trazer confiança, e, dessa compreensão, é que efetivamente a gente vai ter a confiança do consumidor.

É justamente essa clareza que vai permitir que o sistema de finanças abertas não seja somente tecnicamente eficiente, mas seja socialmente inclusivo. A gente já observa esses princípios no *open finance* hoje, e o que a gente está sugerindo aqui é assegurar que eles estejam expressamente reconhecidos como um dos eixos fundamentais que orientam o sistema de finanças abertas que seria consolidado nesse novo marco legal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um segundo pilar, um segundo eixo que a gente traz, a gente chama de governança e equilíbrio regulatórios, que são aspectos que a gente recomenda como fundamentais para garantir a sustentabilidade desse sistema; então, a gente está propondo que a lei defina que o poder de voto das instituições seja proporcional na contribuição no custeio da estrutura de governança, garantindo racionalidade das despesas, equilíbrio nas decisões e a transparência no processo. Ao mesmo tempo, que assegure que todas as instituições participantes tenham representatividade nos órgãos de governança, de novo, como a gente já observa no *open finance* que está constituído.

A gente também sugere aqui a vedação de criação de estruturas paralelas de deliberação, evitando fragmentações de decisão e reforçando uma unicidade do sistema de finanças abertas. Isso traz também simplicidade para a compreensão do cidadão para entender todo esse ecossistema que está sendo criado. Trata-se, então, de uma proposta de governança moderna, técnica e com legitimidade, sem perder de vista que é uma estrutura regulada. A supervisão dos órgãos reguladores e da autoridade de proteção de dados vai garantir não somente a conformidade legal e regulatória, mas vai funcionar também como um elo de proteção para o consumidor.

Um dos maiores méritos do projeto é o estímulo à concorrência, e o que a gente está propondo é apenas que ele esteja em condições igualitárias entre as participantes. O compartilhamento padronizado de dados, sempre mediante o consentimento, cria esse campo de jogo mais nivelado, na medida em que todos passam a ter as mesmas informações, podendo competir de forma justa para oferecer produtos personalizados e mais adequados ao perfil de cada consumidor, mas precisa haver um equilíbrio de forças para não haver abuso ou desperdício dos recursos que ali estão sendo investidos, e por isso as diretrizes legais, estruturantes e uma regulamentação robusta são tão fundamentais sobre esses aspectos.

A gente também propõe que o rateio de custos seja de acordo com o consumo de dados, garantindo a sustentabilidade financeira do sistema e evitando que a carga financeira recaia de forma desigual entre esses participantes.

Por fim, a gente também julga relevante uma previsão legal de mecanismos de ressarcimento de despesa, que já existe no ambiente infralegal, mas isso garante o equilíbrio operacional entre as participantes.

Um último eixo que a gente traz aqui é o que a gente julga que vai suportar também a confiança do consumidor; então, a gente o chama de segurança e responsabilidade compartilhadas. A gente sabe que o compartilhamento de dados exige confiança e responsabilidade; então, o PL precisa, sim, manter a previsão de regras rigorosas de segurança. As instituições participantes do sistema, que hoje a gente já conhece, as transmissoras, as receptoras ou mesmo as parceiras que acessam o dado do compartilhamento do ambiente por meio de parcerias, também uma construção que a gente já observa hoje, precisam continuar seguindo esses padrões elevados de proteção de privacidade, integridade da informação, e, em caso de falha ou dano ao consumidor, elas vão responder por isso.

A gente sugere, inclusive, a contratação de um seguro obrigatório de responsabilidade civil e de riscos operacionais com cobertura específica para incidentes de fraude e segurança cibernética para as instituições parceiras, alinhado ali com as instituições participantes. Aqui, a gente se inspirou numa resolução do Banco Central, a 498 – que fez essa exigência recentemente para os provedores de serviços de tecnologia –, e a gente entende que ela cabe aqui.

A gente está unindo as melhores práticas recomendadas pelo Banco Central e a proteção financeira que o setor de seguros pode oferecer, porque, de fato, o seguro transforma esse impacto de

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um incidente em resiliência, protege os consumidores e ajuda as empresas a se manterem de pé em momentos de crise.

Hoje, a gente não consegue discutir a segurança cibernética sem discutir, de fato, como é que o seguro pode atuar como um pilar de estabilidade e de confiança em meio a essa crescente digitalização. A gente entende que essa proposta está alinhada à nova estratégia nacional de segurança cibernética do Decreto 12.573, também de agosto deste ano.

Essas propostas desses dispositivos legais desse último pilar reforçam a confiança do sistema, dando ao consumidor a certeza de que os dados vão estar protegidos e de que existe uma responsabilidade clara em caso de falha.

Então, passando já para o encaminhamento final, a gente entende que ele é um passo estratégico...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINI TEIXEIRA REZENDE MADEIRA – ... é um salto estratégico esse projeto; ele consolida o sistema de finanças abertas como um instrumento de foco no consumidor e entrega de valor, de inovação financeira com segurança e prudência e de eficiência regulatória, que sela a conformidade e a confiança dos usuários, sejam eles os próprios clientes ou as instituições participantes. O projeto também reafirma o papel de referência internacional do Brasil em finanças abertas, não apenas pelo uso da tecnologia, mas pela qualidade de um marco legal, pela maturidade do sistema regulatório e pela centralidade que dá ao cidadão.

Trata-se, portanto, de um passo essencial para o futuro do Sistema Financeiro Nacional.

Eu agradeço, aqui, em nome da confederação, e parabenizo a Casa pelo debate, pela condução técnica. E a gente está aqui, aberta, permanente ao diálogo e ao aprimoramento da regulação e da construção conjunta de um sistema financeiro nacional estável, inclusivo e confiável para todos os brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Karini.

Vamos para a última palestrante, a convidada Gabriela Schifter.

A SRA. GABRIELA SCHIFTER (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa e os Senadores aqui presentes. A Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), agradece o convite para participar desta audiência pública.

O projeto de lei complementar em discussão, que estabelece um marco legal para o *open finance*, avança ao oferecer segurança jurídica, padronização e maior clareza para consumidores e instituições; e é fundamental que a abertura e o compartilhamento de dados ocorram em ambientes de confiança, concorrência leal e proteção ao consumidor.

Do ponto de vista da Senacon, destacamos alguns pontos prioritários.

Estamos diante de um tema que envolve, diretamente, direitos básicos previstos no Código de Defesa do Consumidor – e eu ressalto o art. 6º, que garante o direito à informação adequada e clara sobre produtos e serviços e a promoção de práticas de crédito responsável, evitando o superendividamento e assegurando escolhas conscientes. Num ambiente de intensa digitalização, ampliação do crédito e circulação de dados, esses princípios precisam orientar cada etapa da regulamentação do sistema do *open finance*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós esperamos que esse projeto de lei traga alguns benefícios para os consumidores, como: segurança jurídica (para consumidores e instituições); incentivos à concorrência, ampliando a oferta e reduzindo custos; ampliação da portabilidade de dados, com maior autonomia para o consumidor; potencial de personalização de serviços, inclusive para perfis historicamente menos atendidos, como destacou o Banco Central; e, se o sistema for bem implementado, o modelo pode melhorar a tomada de decisão do consumidor e fortalecer sua capacidade de escolher produtos mais adequados ao seu perfil.

Porém, temos algumas preocupações em relação ao projeto de lei.

Ao se tratar de dados pessoais sensíveis a serviços financeiros complexos, há riscos que não podem ser ignorados: consentimento excessivamente amplo ou pouco compreensível, violando o direito à informação adequada – que foi o que a ANPD trouxe; práticas comerciais agressivas que podem incentivar endividamento inadequado, contrariando diretriz do crédito responsável; possibilidade de vazamento; uso indevido ou discriminação algorítmica; dificuldade do consumidor identificar quem responde por eventual falha, dada a multiplicidade de agentes envolvidos no ecossistema.

A Senacon ressalta, como ponto de atenção, e entende serem essenciais algumas diretrizes: consentimento granular, informado e revogável, com linguagem acessível a qualquer consumidor; responsabilização clara entre instituições participantes – o consumidor não pode ser o elo mais fraco no circuito complexo de compartilhamento –; mecanismos robustos de prevenção a fraudes e incidentes de segurança, com respostas rápidas e reparação célere; transparência ativa, incluindo painéis de controle simples para acompanhamento dos compartilhamentos; adoção de princípios de crédito responsável na oferta de produtos decorrentes do uso de dados para que a inovação não se converta em risco de superendividamento.

Em síntese, as finanças abertas representam um avanço importante para o país, podem impulsionar a inovação, ampliar a concorrência e devolver ao consumidor o controle sobre seus próprios dados, mas esse avanço precisa vir acompanhado de proteção, responsabilidade e informação clara.

A Senacon reforça seu compromisso em contribuir com a construção de um ecossistema seguro, transparente e centrado no consumidor.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, as audiências públicas – ainda mais em um assunto técnico dessa dimensão – são solicitadas, normalmente, pelo Relator da matéria, com o objetivo de ouvir especialistas, e todos os que eu ouvi aqui são especialistas nos seus setores. Então, essa contribuição é muito importante para a construção de um processo legislativo.

Normalmente, ficam pensando "Ah, é uma audiência pública, vazia". Eu tenho certeza, se eu fosse o Relator, eu iria me debruçar sobre cada apresentação dos senhores, senhoras e senhoritas sobre esse tema porque ele é enriquecedor. A gente viu várias opiniões, da defesa do consumidor – que foi a última, da Gabriela –, passando por todas as instituições que trabalham no ramo financeiro ou correlacionado. Então, não pensem, vocês ou V. Sas., que foi uma perda de tempo, porque não foi.

O processo legislativo é demorado, passa aqui, depois vai para outras Comissões. Em cada Comissão, vocês poderão ser convidados, lá na frente, para uma outra Comissão para, justamente,

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enriquecer, através das suas palavras – que foram, às vezes, rápidas –, e tirar, pontuar, sacar essas observações para o aperfeiçoamento da matéria.

Eu torceria para que o Alessandro Vieira ainda conseguisse chegar aqui, pelo menos para agradecer a todos vocês porque foi ele quem indicou os nomes, com outros Parlamentares, para que... Como fui pego de surpresa para essa direção, aprendi muito. Eu aprendi muita coisa que eu, realmente... Não sou da área específica, eu sou da área de saúde, então aprendi coisas que, realmente, aqui, agora, para mim, foram uma aula muito importante. Já daria até para fazer um discurso sobre o tema. (*Risos.*) Muito importante mesmo.

Temos algumas perguntas, mas eu tenho certeza de que os internautas, todos... Grande parte das perguntas já foram respondidas através da apresentação detalhada e minuciosa que vocês apresentaram, mas eu vou citar aqui um nome.

Em primeiro lugar, eu coloquei aqui... (*Pausa.*)

Ele está me falando aqui que, daqui, sai desta Comissão, após aprovação, vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde é bem detalhada, tem bastantes Senadores interessados e vão realmente ser instruídos e aperfeiçoados os projetos de lei.

O projeto de lei entra aqui como uma matriz bruta e, através das audiências, vai aperfeiçoando, tira aqui, coloca ali, e vai melhorando. No Plenário, ainda tem os destaques, tem as votações, aí vai excluindo daqui, excluindo ali um parágrafo, um inciso, um artigo, ele vai melhorando, acrescenta outros – é assim o processo de criação das leis.

Aqui, nós vamos ver a ordem que eu coloquei para algumas perguntas rápidas e respostas, porque nós estamos chegando já perto do meio-dia, e eu não quero segurar vocês muito tempo.

Então, cadê o primeiro aqui, é o doutor... Primeira pergunta, eu vou passar essa pergunta aqui para o Dr. Ivo Mósca, é uma pergunta da Bruna, lá do Estado de Mato Grosso. Quando a gente fala em Mato Grosso, só pensa em boi e soja, né, mas ela está preocupada com finanças, porque ela também ganha dinheiro e tem que saber onde aplicar.

Ela pergunta para o senhor, Dr. Ivo: "Quais são os desafios técnicos e regulatórios para garantir que o consentimento do cliente seja realmente livre, informado e revogável?" Essa é a pergunta de Bruna, não sei o sobrenome dela, é lá do Estado de Mato Grosso.

O senhor está... Se o senhor estiver na mesa, na sala, o senhor pode responder.

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – Senador... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, está tendo uma dificuldade aí de aparecer o senhor na tela, e o seu som não está bom.

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – Vocês me escutam bem? (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Olha, ajude aí, o pessoal da Mesa aqui do Senado, da Secretaria, ajudem lá o Dr. Ivo a responder, melhorar o som dele. (*Pausa.*)

Eu acho que é do senhor aí mesmo o problema técnico – aqui está tudo o.k.

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Estamos ouvindo agora, melhorou, o senhor pode falar. E pode responder a Bruna, do Estado de Mato Grosso.

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – Eu peço desculpa, pois estou em trânsito, em movimento. (*Falha no áudio.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, exatamente, eu estou vendo o que o senhor está...

O SR. IVO MÓSCA (*Por videoconferência.*) – ... mas tentando responder. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O senhor pode ficar à vontade, o senhor pode continuar a sua viagem, está no trânsito, não pode nem falar aí agora.

A gente vai deixar essa pergunta e, quando o senhor tiver a condição, o senhor pode me chamar, a qualquer tempo, mas pode seguir sua viagem aí, tranquilo. Senão pode acontecer algum sinistro aí, e eu não quero. Fique bem à vontade, pode seguir sua viagem.

Vamos em frente aqui para a Janaína, Dra. Janaína, do Banco Central. A pergunta vem do Rio de Janeiro, Dra. Janaína, de um cidadão chamado Luiz, não tem o sobrenome também: "Como o Projeto de Lei 207 equilibra inovação financeira, proteção de dados e concorrência no sistema financeiro brasileiro de maneira inclusiva?".

A SRA. JANAÍNA PIMENTA ATTIE (Para expor.) – Bom, eu agradeço a pergunta e, de fato, a gente tem sempre um desafio quando a gente está falando de inovação *versus* segurança.

Acho que é um pouco disso que a pergunta dele trata aqui. Bom, acho que vale a pena trazer um pouco do nosso relato de implementação do *open finance*, inclusive os objetivos regulatórios trazidos na nossa resolução conjunta, como mencionei. Eles abarcam esses princípios que estão colocados aqui de inovação financeira, segurança e concorrência, que eu diria que são os principais objetivos do projeto de fato.

Bom, para começar, um dos principais motes dessa iniciativa é justamente, além de colocar o cidadão como o elemento central, como o dono dos seus dados, podendo dispor desses dados, uma espécie de operacionalização da LGPD no mundo financeiro – no *open finance,* é disso que a gente está falando –, como é que a gente faz para colocar os *players* do mercado no mesmo tom, no mesmo patamar de igualdade em relação àquele cliente? É muito disso que a gente trata quando a gente fala de *open finance* . Hoje a gente, infelizmente, ainda tem um mercado financeiro que tem ainda uma concentração relativamente grande em algumas instituições. Quando a gente implementa o *open finance*, a gente possibilita que o cliente possa compartilhar seus dados que estão na instituição A com qualquer instituição do sistema financeiro, e para isso a gente possibilitou que instituições muito pequenas, médias e muito grandes pudessem participar dessa iniciativa.

Como é que a gente fez isso? Tentando ponderar, equilibrar os custos disso tudo. A gente, como bem mencionado pelo colega Dr. João Paulo, equilibra os custos, as instituições menores pagam menos, as instituições maiores pagam mais, o custo é proporcional ao tamanho da instituição, de forma que a gente possibilite que todas as instituições do mercado possam ser parte do *open finance* e oferecer um leque maior de possibilidades para os clientes do sistema financeiro. A gente coloca essas instituições em pé de igualdade e é dessa forma que a gente entende que consegue equilibrar essa questão concorrencial.

A inovação não pode acontecer sem que se tenha em mente a segurança do processo porque aqui a gente está falando de... o risco de imagem é tudo. Ou seja, qualquer comprometimento em relação à imagem do *open finance* é acabar com a iniciativa. Então, até convido o Sr. Luiz, do Rio de Janeiro, os demais colegas aqui a visitarem a nossa página. A estrutura de governança do *open finance* colocou numa página na internet, a openfinancebrasil.org.br, uma ferramenta em que você pode simular um processo de compartilhamento de dados para que a pessoa entenda como é que funciona e se sinta segura para utilizar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu vou explicar brevemente como é que isso é hoje até para todos entenderem a segurança do processo. O cliente, quando se depara... "Ah, eu quero contratar uma operação de crédito. Deixe-me ver quem é que me oferece a melhor possibilidade". Bom, então eu vou entrar lá na instituição A, vou compartilhar... vou clicar lá em "compartilhar dados via *open finance*". Essa instituição A vai me redirecionar lá para onde eu tenho conta. Vamos supor que eu tenha conta lá na instituição B. Lá eu tenho que me autenticar, ou seja, tem todo um sistema de segurança daquela instituição que está reconhecendo aquele cliente. Eu vou me autenticar, eu vou colocar minha senha, estou no ambiente seguro da minha instituição, e, depois, eu vou ser redirecionada de volta para a instituição de origem, a receptora de dados, onde eu coloquei ali o meu pedido para receber uma oferta de crédito. Então, tem todo um fluxo de comunicação, que é padronizado de maneira totalmente segura por APIs do *open finance*, de forma que, quando o cliente volta ali para a instituição onde ele entrou com o pedido de compartilhamento de dados, ele passou por um fluxo que é totalmente seguro, é um consentimento que é informado, porque ele tem ali a oportunidade de dizer para quem que ele vai compartilhar os dados, por quanto tempo vai compartilhar os dados e quais dados quer compartilhar. E, além disso, ele tem a oportunidade de, no ambiente, seja da instituição A, aqui do meu exemplo, seja na instituição B, revogar aquele consentimento a qualquer tempo.

Então, a gente criou uma sistemática que possibilita que o cliente saiba o que está fazendo, porque é um fluxo que, podemos admitir aqui, poderia ser mais fácil? Poderia, mas a gente teve a preocupação de segurança de colocar toda essa sistemática de autenticação na instituição transmissora de dados, autenticação na volta, para que o cliente, de fato, se sinta seguro do que ele está fazendo ali.

Então, a gente tem, hoje, um processo que já é bastante maduro, já é bastante consolidado, e, como eu mencionei, a gente nunca registrou um incidente de segurança. Dessa forma, a gente, primeiro, trouxe aí à baila todas as instituições – mercado financeiro, instituições grandes, instituições pequenas – com esse estímulo à participação. Então, um dos pontos da pergunta é: equilibrar a concorrência. A gente conseguiu trazer todo mundo para o jogo, isso é muito importante.

Como é que a gente administra a questão da segurança e proteção de dados? Tem toda essa sistemática que eu expliquei aqui; e, de novo, convido a conhecer no *site* que eu mencionei, está lá, você pode fazer simulação; não precisa ficar com medo, é para todo mundo entender como é que funciona. É bem interessante, de fato.

E equilibrar a inovação. Aí está dado, né? A gente consegue juntar o melhor de todos os mundos: a gente disponibiliza um serviço, um trilho operacional que funciona, que é seguro, e aí a gente deixa a cargo das instituições inovarem. E aí, de fato, o céu é o limite. Hoje a gente já vê surgindo aí diversas ferramentas, diversos casos de uso. O Banco Central faz mapeamento semestral desses casos de uso, eles têm crescido bastante. Então, convido todos a testarem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, muito obrigado, Dra. Janaína.

E nós aqui temos uma pergunta que eu vou passar para o Dr. Hugo. Não sei se é bem da sua área, que é o Cade, mas é de Oswaldo, do Rio de Janeiro. Ele pergunta o seguinte: "Por que não incentivar [ainda mais] a concorrência no mercado financeiro, [...] [facilitando] [...] a entrada de novos [...] [participantes]?".

Aqui tem uma Senadora, a Zenaide Maia, que é difícil uma semana em que ela não bate nos bancos. (*Risos.*) Ela usa o discurso dela para bater nos bancos, por causa de juros e tal: "Por que não

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

abre concorrência? Por que, realmente, quatro, cinco grandes bancos que dominam o mercado?". Essa coisa toda... Então, acho que é com esse pensamento da Senadora Zenaide que o Oswaldo, lá do Rio de Janeiro, está fazendo essa pergunta para o senhor.

O senhor entendeu a pergunta?

O senhor está com a palavra para responder.

O SR. HUGO VITOR VECCHIATO (Para expor.) – Obrigado. É uma ótima oportunidade de comentar isso. É uma preocupação de todos os brasileiros. Entendo o Oswaldo e acho que todos aqui da mesa teriam competência para falar sobre esse assunto dentro das suas atribuições.

No que tange ao Cade, nós entendemos que isso tem sido feito dentro da competência do Cade, tanto a Superintendência-Geral, que faz o trabalho de fiscalização, digamos assim, de investigação dos atos de concentração de mercado, como o Departamento de Estudos Econômicos e as demais áreas do Cade, além do seu próprio tribunal, todos se preocupam com isso, colocam o seu esforço, ao analisar um ato de concentração, colocam o seu esforço também em como a decisão do Cade vai interferir, como ela pode preservar a livre concorrência e o mercado competitivo.

Então, no sentido de analisar, dentro da competência do Cade, as fusões e aquisições, os efeitos concorrenciais – a preocupação do Oswaldo é muito válida – são levados em consideração. O compartilhamento de dados e o impacto disso em termos de concorrência, de diminuição da concorrência ou aumento da concorrência são fundamentais, são sempre levados em consideração.

Quando nós falamos aqui de finanças abertas, de *open finance*, isso, obviamente, está no centro do debate.

Ocorre que, dentro da competência do Cade, Oswaldo, o que a gente tem é uma análise caso a caso, de situações concretas da vida real que são submetidas ao Cade, notificadas ou identificadas pelo Cade, e se analisa se aquela aquisição, se aquela fusão de empresas representa algum risco em termos de concorrência ou não.

Então, olhando o *open finance*, as iniciativas do *open finance*, o Cade sempre vai ter essa lente do caso a caso, da análise objetiva de um processo de fusão e aquisição. Mas, sem dúvida nenhuma, está dentro da preocupação do tribunal essa perspectiva também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado.

Essa pergunta, eu vou passar para o Dr. João Paulo, que representa aqui o Ministério da Fazenda.

Agora, é Economia ou é Fazenda? É Fazenda.

É de Abhijay, o nome do internauta. Ele está no exterior, não está aqui no Brasil, não. Ele está perguntando o seguinte, Dr. João Paulo: "[...] [poderia] [...] [explicar] "como e por que [...] [essa proposta] será [...] benéfica] para a sociedade brasileira?".

É importante essa lei? A dúvida dele é esta: essa é realmente uma lei importante? Ela é essencial? É necessária?

Por isso ele pergunta se poderia explicar como e por que essa proposta será benéfica à sociedade brasileira.

O SR. JOÃO PAULO RESENDE BORGES (Para expor.) – Perfeito, Senador.

Respondo aqui ao Abhijay.

Interessante, porque ele está no exterior, e todo mundo que tem oportunidade de ir para o exterior vê o quanto o nosso sistema financeiro, o nosso sistema de pagamentos é realmente

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvido e um *benchmark*. É só você ir para fora que você vê ainda o grau de uso de cédula, moeda, a dificuldade ainda de se ter... O PIX é nosso, então, a gente tem todo esse avanço.

No caso específico, ele pergunta por que o projeto é importante. É importante, primeiro, porque ele coloca em base legal algo que já tem sido feito de forma bastante satisfatória e revolucionária pelos órgãos reguladores. Então, uma vez que você coloca a obrigatoriedade legal de estabelecimento de um sistema aberto, de finanças abertas, você cria uma eventual dificuldade maior de que haja um retrocesso naquilo que está já em desenvolvimento bastante maduro.

O ponto que eu mencionei e que eu acho importante recolocar aqui é que todo esse esforço tem que ser numa linha de garantir o principiológico e o fundamento básico do *open finance* e do *open insurance,* sem criar uma rigidez legal muito grande a ponto de inviabilizar determinados avanços, como a própria Dra. Janaína bem colocou.

Eu vou até acrescentar um caso de uso que eu acho excepcional que é o PIX automático, porque isso depende da infraestrutura do próprio *open finance*. E acho que todo mundo que tem um débito em conta, se você faz um convênio com a empresa de telefonia, e isso, em grande medida, depende do convênio da empresa com alguns bancos especificamente, você, entre aspas, "está um pouco amarrado" àquela instituição, uma vez que você depende de ter uma conta naquela instituição financeira específica para poder fazer com que aquela empresa telefônica debite na sua conta mensalmente e evite que você pague juros, porque você esqueceu ou qualquer coisa.

Quando você tem um PIX automático, independentemente de a instituição ter ou não convênio com a instituição financeira, com a empresa de telefonia, especificamente, você, cliente, tem todo o poder de escolher: " eu quero autorizar que aquela empresa – e aí, obviamente, como a Janaína colocou, de forma bastante segura–, eu quero autorizar que aquela empresa venha, mensalmente, na minha conta e debite, e pague, todas as minhas obrigações –; e eu sou o centro. Então, é independentemente de ter ou não uma conta em determinada instituição. Isso é concorrência na veia. Isso é *open finance.*

Então, assim, os casos de uso também são vários, desde a iniciação de transação de pagamento... Eu acho que o mais importante é: a gente tem aqui um grande exemplo de infraestrutura pública digital, provida nesse caso, sob a regulação do Banco Central e do CMN, mas provida por uma associação privada. Isso é revolucionário. A gente tem que sempre pensar em como fazer isso avançar, garantindo os direitos do usuário, e, acima de tudo, que a lei evite qualquer retrocesso – então, ela garante as premissas – e que os órgãos reguladores aí, todos, com as suas competências, avancem em muitos mais casos de uso para o usuário final.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muitas outras perguntas foram feitas, mas, durante as exposições, foram suficientemente atendidas.

Eu creio que todos os internautas que encaminharam seus registros, e outros que ainda não foram processados, ficaram satisfeitos.

E eu quero, assim, primeiro, agradecer, em nome do Presidente desta Comissão, Flávio Arns, e do Relator dessa matéria, o Senador Alessandro Vieira, a presença de todos os convidados ilustres: a Gabriela Schifter, João Paulo Resende Borges, Janaína Pimenta Attie, Hugo Vitor Vecchiato, Antônio Carlos Berwanger, Julia Normanda Lins, Lucas Borges de Carvalho, Karini Teixeira Rezende Madeira e Ivo Mósca.

Vocês podem ficar tranquilos, bater no peito e, lá na frente, quando essa lei estiver pronta, concluída, falar assim: Eu ajudei a construir essa lei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a vocês.
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa presente reunião.
Muito obrigado a vocês.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Confúcio Moura

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2451678810

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, José Lacerda, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Hamilton Mourão e Damares Alves, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Augusta Brito, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Astronauta Marcos Pontes, conforme os Requerimentos nº 725, 724, 743 e 736/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei nº 6172, de 2023** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN, do senador Beto Faro, oferecida ao PL 6172/2023. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 44, de 2018 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques (Cohab) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapiaçu, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1042, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária, Educativa e Cultural Integração do Vale do Jaguari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1150, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Renascer de Guaimbê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaimbê, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1303, de 2022 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 30, de 2011 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apesenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 12 - Projeto de Decreto**

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo nº 750, de 2021 - **Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo nº 992, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1027, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passos, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1099, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa de Piedade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo nº 525, de 2023 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa de José Bonifácio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José Bonifácio, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo nº 834, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo nº 950, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Martinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Martinópolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lambari, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo nº**

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

803, de 2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2022 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2024 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Felicidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo nº 1036, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Boliviar Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Datas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 41, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre um plano de recuperação para as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D&T) do Governo Federal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 42, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a autonomia de gestão financeira e patrimonial de universidades públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. O senhor presidente concede a palavra a Evair Vieira de Melo, deputado federal (PP/ES), autor do PL 1303/2022. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/148517

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Os itens 1 a 7 serão votados pelo processo simbólico, e os itens 8 a 26, terminativos, serão votados nominalmente em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Eu quero destacar, com muita honra, a presença, ao meu lado, do Senador Confúcio Moura, uma pessoa... Um Senador que orgulha o Brasil e que tem um trabalho de ponta importante, necessário, num conjunto de áreas; eu citaria algumas, mas particularmente ciência e tecnologia, mas educação é uma área extremamente prioritária para o Senador, para mim também e para outros Senadores, a área da saúde... Então, é uma honra contar com a sua presença aqui, na mesa desta Comissão.

O item nº 1, por solicitação do Senador Confúcio Moura, vai ser retirado de pauta, para que haja ainda a possibilidade de mais entendimentos, articulações que o Senador, como Relator, julgue necessárias serem feitas.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 6172, DE 2023

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação.*

Autoria do Projeto: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria das Emendas: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN, do senador Beto Faro, oferecida ao PL 6172/2023.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.)

O item 2, que é da relatoria do Senador Sérgio Petecão, é o PDS 44/2018.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques (Cohab) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Eu solicito ao Senador Confúcio Moura que seja – já tendo concordado – o Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

Presidente, chega esta Comissão de Ciência e Tecnologia, em decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo 44, de 2018, que renova a autorização de outorga à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques, da Cohab, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-G, inciso VI, cumpre à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão.

Preliminarmente, necessário se faz observar que o projeto em análise possui o mesmo objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2021. Ambos se destinam a aprovar o ato previsto na Portaria 2.969, de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova a autorização à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques (Cohab) para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre.

Adicionalmente, registre-se que o PDL 405, de 2021, foi aprovado pela CCDD, em 4 de setembro de 2024, tendo gerado o Decreto Legislativo 173, de 23 de setembro de 2024.

Diante do prejulgamento da matéria, o PDS nº 44, de 2018, deve ser declarado prejudicado, com base no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

O voto: ante o exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PDS 44, de 2018.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos agora ao item 10 da pauta, cuja relatoria é do Senador Confúcio Moura. É o item terminativo, o PDS 30, de 2011.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – No Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2011, nº 2.641, de 2010, da Câmara dos Deputados, por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É este o voto, Sr. Presidente: favorável.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada posteriormente com a abertura do painel eletrônico.

Passo, em seguida, ao item 11, relatoria também do Senador Confúcio Moura. É o PDL 689, de 2021, terminativo.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 689, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apesenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco posteriormente, com abertura do painel eletrônico.

Item 12, PDL 750, de 2021, terminativo, Relator: caro Senador Confúcio Moura.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 750, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 13 da pauta.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 992, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será também nominal e realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 14 da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1027, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passos, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 15 da pauta.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1099, DE 2021
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa de Piedade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa de Piedade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será também nominal e realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 16 da pauta.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido o relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente, Senador Confúcio Moura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 17 da pauta.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 525, DE 2023
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa de José Bonifácio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de José Bonifácio, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Por estar em consonância com os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa de José Bonifácio, para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de José Bonifácio, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Todos os relatórios dos PDLs citados foram resumidos e se encontram disponibilizados, na íntegra, no *site* desta Comissão de Ciência e Tecnologia.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Eu passo, neste momento, a Presidência para o Senador Confúcio Moura, com muita honra, para que eu possa também relatar algumas matérias. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Item nº 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 1303, DE 2022
- Terminativo -

Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flávio Arns

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Eu concedo a palavra, para a leitura do relatório, ao Senador Flávio Arns.
O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço.
Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise.
Os relatórios já estão disponibilizados para os membros da Comissão e para quem deseja acompanhar. É um projeto de lei extremamente importante, cuja argumentação a gente passa a apresentar, e que altera as Leis 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.
O projeto de lei atende aos preceitos constitucionais, legais e regimentais. Quanto ao mérito da proposição, o projeto é oportuno, conveniente e atende de forma premente ao interesse público na área de telecomunicações.
O diagnóstico que fundamenta o projeto é uma falha de mercado crônica. O modelo de negócios das grandes operadoras, estruturado como empresas que visam precipuamente ao lucro, não encontra atratividade econômica para expandir redes de alta capacidade, como fibra ótica e 5G, para localidades de baixa densidade populacional ou de menor poder aquisitivo. O resultado é a criação de desertos digitais, notadamente em comunidades rurais e em regiões de difícil acesso, privando milhões de brasileiros de acesso à conectividade.
A solução proposta pelo PL 1.303, de 2022, é estrutural, visando incluir um agente econômico, a cooperativa, cujo objetivo primário não é o lucro, mas o proveito comum dos associados e o desenvolvimento da comunidade. Conforme bem destacado pelo parecer da CAE, esse modelo já demonstrou imenso sucesso em outros setores de infraestrutura, como o de geração e distribuição de energia elétrica, onde cooperativas atendem a mais de 800 municípios brasileiros. Dessa forma, o projeto permite que essa *expertise* seja transposta para o setor de telecomunicações.
Conforme informado em nota técnica da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), atualmente as cooperativas podem operar no setor de telecomunicações exclusivamente com seus cooperados. Todavia, isso não é suficiente para viabilizar a sustentabilidade econômica de muitas delas, especialmente aquelas que possuem uma base de cooperados majoritariamente em áreas rurais.
Esse modelo, embora eficiente para atender a uma comunidade limitada, exige altos investimentos em infraestrutura, que podem não ser plenamente compensados apenas pelas receitas provenientes dos cooperados rurais. Nesse contexto, torna-se necessário atender os não cooperados, especialmente em áreas urbanas, a fim de garantir a robustez financeira necessária para sustentar os investimentos feitos nas áreas rurais.
Por fim, registre-se que a Anatel também colaborou com a instrução da matéria, enviando opinião favorável à sua aprovação, destacando que a proposta contribui para a expansão dos serviços de telecomunicações no país, em conformidade com a Lei de Liberdade Econômica – Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.
Conclui-se, portanto, que o PL nº 1.303, de 2022, é altamente meritório, oportuno e de profundo alcance social. Ele contribui para evitar a existência de competição predatória e preenche um vácuo

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de mercado em que o modelo empresarial tradicional falhou em prover a universalização dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional.

Voto.

Ante o exposto, com base na análise que demonstra plena constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação da técnica legislativa da proposição, considerando o indiscutível mérito desse projeto de lei em promover a universalização dos serviços de telecomunicações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.303, de 2022.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria.

Os Senadores e Senadoras que desejarem se manifestar, aguardem oportunamente para a sua votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, posteriormente aberta.

Vamos em frente.

Item 25 da pauta.

ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 41, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre um plano de recuperação para as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D&T) do Governo Federal.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Autoria do Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra para a leitura do seu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Através desse requerimento, requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre um plano de recuperação para as instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Governo Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. José Benito Abellás, Historiador e Tecnologista da Coordenação de Documentação e Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e representante da instituição de ciência e tecnologia do Centro de Tecnologia Mineral.

As instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Governo Federal têm sofrido perda constante de servidores, pesquisadores, tecnologistas, técnicos, gestores, e de recursos orçamentários, impactando diretamente na sua capacidade de contribuir com a sociedade brasileira. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que inclusive já esteve aqui presente em audiência pública, já contou com mais de 1,7 mil servidores, estando, hoje, com menos de 600. Além disso, parte significativa dos colaboradores se aposentará em cinco anos.

Assim, percebe-se a necessidade de criar um plano de recuperação, baseado em três vetores: reposição de pessoal para se atingir o número de servidores condizente com as necessidades de cada

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

área; reposição automática de vagas, como se faz nas universidades públicas, para se manter esse número necessário; e a recuperação orçamentária, sem contingenciamento ou cortes.

Então, os servidores estarão representados, os pesquisadores, os profissionais dessas áreas, com a presença também dos Ministérios da Gestão e da Inovação e da Ciência e Tecnologia, para que essa abertura de debate, de diálogo, de uma mesa de negociação possa acontecer, o que é muito importante para uma infraestrutura adequada, necessária, de acordo com o debate que possa vir a acontecer.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra para o encaminhamento da votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Item 26 da pauta.

ITEM 26
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 42, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a autonomia de gestão financeira e patrimonial de universidades públicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Autoria do Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para a leitura do seu requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Requeiro também, Sr. Presidente, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a autonomia de gestão financeira e patrimonial de universidades públicas.

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: o Dr. Luiz Roberto Liza Curi, Titular da Cátedra Paschoal Senise de pós-graduação da USP e Reitor do Senai SP; a Dra. Rozana Reigota Naves, Reitora da Universidade de Brasília; o Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior, Reitor da Universidade de São Paulo (USP); o Dr. Ricardo Marcelo Fonseca, ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná; e o Dr. José Geraldo Ticianeli, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e Reitor da Universidade Federal de Roraima.

A autonomia universitária, prevista no art. 207 da Constituição Federal, possui eficácia plena e aplicação imediata, especialmente no que diz respeito à gestão financeira e patrimonial. Entretanto, a experiência nacional e internacional demonstra a necessidade de aprimorar práticas e parâmetros que assegurem o funcionamento efetivo dessa autonomia, garantindo previsibilidade orçamentária, estabilidade institucional e condições adequadas para o planejamento de médio e longo prazo das universidades públicas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, é importante abrir espaço para discutir soluções inovadoras, como modelos de experimentação regulatória que permitam testar novas práticas de gestão e incentivar a modernização das instituições, além de fortalecer a relação entre as universidades e os diversos segmentos da sociedade, ouvindo percepções, trocando experiências e ampliando a conexão com o poder público. A audiência pública contribuirá – temos certeza – para reunir visões e identificar caminhos possíveis para esses avanços.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lido o requerimento, consulto se há algum dos Senadores e Senadoras que querem usar a palavra para fazer o encaminhamento da votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

A votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Eu repasso a palavra ao Presidente Flávio Arns para a condução dos trabalhos desta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

Passamos ao item nº 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1042, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária, Educativa e Cultural Integração do Vale do Jaguari para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

É o PDL 1.042, de 2021, cujo Relator é o Senador Hamilton Mourão, aliás, quero dizer que ele pediu escusas por não estar presente hoje, porque está presidindo a reunião da Comissão de Relações Exteriores. Então, nesse sentido, ele pediu para que o relatório fosse lido *ad hoc*.

Então, eu solicito ao Senador Confúcio Moura que faça essa gentileza também.

Concedo a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeitamente.

O Presidente já fez a introdução sobre o relatório, sobre o projeto de lei, eu vou direto à análise.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 1998 também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Entretanto, não foi possível identificar a comprovação de inexistência de vínculo dos dirigentes da interessada, nos termos do disposto no art. 11 da Lei 9.612, de 1998.

Nesse sentido, para prosseguimento do feito, entendemos necessária a manifestação da pasta sobre o ponto.

O voto.

Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

O requerimento é o seguinte:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2025
>
> Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação, referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCATIVA E CULTURAL INTEGRAÇÃO DO VALE DO JAGUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.042, de 2021:
>
> - confirmação da inexistência de vínculo dos dirigentes da entidade interessada, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 96, de 1º de fevereiro de 2016.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos ao item nº 9 da pauta.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
Também de relatoria do Senador Hamilton Mourão.
O Senador Confúcio Moura, que já aquiesceu, será o Relator *ad hoc*.
Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Análise.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 1998 também.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios da Resolução nº 3, de 2009.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 1998.

O exame da documentação do PDL 414, de 2022, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas pela Lei 9.612, de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 414, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro Senador Confúcio Moura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Desculpe, só para confirmar aqui. Um minuto. (*Pausa.*)

Item 9, lido o relatório, não há quem queira discutir.

A votação será nominal, realizada em bloco, posteriormente, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 671, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapiaçu, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Solicito também que o Senador Confúcio Moura faça a relatoria como Relator *ad hoc*.

Obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeitamente.

Vamos diretamente à análise.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Entretanto, no exame da documentação que acompanha o PDL nº 671, de 2021, não foi possível localizar parecer atestando a inexistência de vínculo que subordine ou sujeite a interessada, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, conforme prescrito pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.

Nesses termos, para a adequada apreciação da matéria, entendemos necessária a juntada de informações.

Voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, com base no art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapiaçu, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2021 – confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos ao item nº 18 da pauta.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 834, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O Relator é o Senador Dr. Hiran também, e o Senador Confúcio Moura fará a leitura como Relator *ad hoc*.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Análise, Sr. Presidente.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 834, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 834, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada posteriormente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao Item 19 da pauta, PDL 950, de 2021, também é o Relator o Senador Dr. Hiran, e o Senador Confúcio Moura também já concordou em ser o Relator *ad hoc*.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 950, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Martinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Martinópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Passo a palavra, portanto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Análise.

O exame da documentação que acompanha o PDL 950, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 950, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Martinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária do Município de Martinópolis, Estado de São Paulo, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada posteriormente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao Item nº 20 da pauta, que é também da relatoria do Dr. Hiran, e o Senador Confúcio Moura como Relator *ad hoc.* É o PDL 152, de 2022, terminativo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 152, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lambari, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Análise, Sr. Presidente.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato por executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos da legislação vigente.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 152, de 2022, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 152, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Educativa (ACCE) para executar serviço de radiodifusão comunitária do Município de Lambari, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente, Senador Confúcio Moura.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada com a abertura do painel eletrônico.

Antes de continuarmos para os últimos itens da pauta – e antes da votação nominal, com a abertura do painel eletrônico –, quero destacar e saudar a presença do Deputado Evair Vieira de Melo, PL também, e que é o autor do Projeto de Lei nº 1303, de 2022 projeto que já foi lido, que será votado daqui a pouco, cujo relatório já foi lido, e que o voto é, também, favorável.

E quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa para que as cooperativas possam participar nessa área de telecomunicações, preenchendo vazios importantes, tanto em áreas urbanas, como áreas rurais, regiões de difícil acesso. O projeto de lei foi elogiado, Deputado Evair, por muitos setores da sociedade. Então, eu só passo a palavra a V. Exa. para os comentários que julgar importantes.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, obrigado pela oportunidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar também o Senador Confúcio Moura, V. Exa. que tem um histórico a ser copiado por muitos de nós aqui nestas Casas Legislativas. Agradeço, naturalmente, o carinho e o zelo que V. Exa. teve com esse texto, dado para essas, eu digo que essas agências reguladoras paraestatais, que são as cooperativas.

Nós criamos, na liberdade econômica, as agências reguladoras estatais, a Aneel, a Anvisa, a ANM, mas nós temos as cooperativas, Senador, que cumprem um papel regulador paraestatal. Onde está presente uma cooperativa, compra-se mais barato e vende-se por um preço melhor. Mesmo quando a cooperativa não faz o negócio, quem ganha é o cooperado.

Vai numa cooperativa vender... Vai na Cooxupé vender café, a Cooxupé vai dar um preço para o seu café. Aí você vai no mercado privado. Se o mercado privado quiser comprar o seu café, vai ter que pagar mais do que a cooperativa pagou. Ela perdeu o negócio, mas quem ganha é o cooperado.

Vai comprar um seguro no Sicoob, ou no Sicredi, e claro que o banco, o setor privado, também vai oferecer um seguro. Tem que vender mais barato do que o Sicoob ou o Sicredi. Logo, a cooperativa não fez o negócio, mas quem ganha é o cooperado.

Isso tem uma importância extraordinária, porque é um mercado regulador paraestatal, por isso que mostra que, onde tem presenças fortes de cooperativas, o IDH é superior ao de regiões que não têm. E não é só o fato da existência dela, é o fato de ter realmente um ajuste de mercado ali, para que, democraticamente e com liberdade, possa acontecer.

Se me permite aqui só citar um número, isso é muito importante. As cooperativas de crédito, se o senhor pegar só as duas centrais de crédito do Brasil, as duas maiores, têm duas formas de devolver o recurso ao cooperado: são devolução das sobras, a cooperativa não tem lucro, tem as sobras, e isso é devolvido proporcionalmente aos seus cooperados; e também tem juros ao capital, no qual fica aplicado e faz essa correção.

Do último período, só as duas maiores centrais de crédito do Brasil devolveram – de juros ao capital mais sobras – R$80 bilhões, Senador Confúcio, R$80 bilhões, que foram devolvidos aos cooperados. Se eu não tenho a cooperativa e essa operação é feita nos bancos públicos ou nos bancos privados, naturalmente, esses R$80 bilhões não estavam no bolso dos cooperados, estavam em uma outra aplicação.

Por isso, as cooperativas fazem uma entrega extraordinária, de um tema que se trata tão atualmente, que é o tema liberdade. Num mundo competitivo de liberdade econômica e capitalista, ter dinheiro é liberdade, para que você, sim, tome posse do seu recurso, e você faça as suas opções de vida.

Então, as cooperativas, de certa forma, dão essa emancipação às pessoas, uma vez que elas permitem que, nas operações do dia a dia, naturalmente, você tenha uma rentabilidade e um retorno maior. Portanto, elas cumprem esse papel dessa emancipação. Por isso que as cooperativas têm se reinventado cada dia mais.

E aqui eu quero destacar o papel da OCB Nacional, liderada pelo Presidente Márcio e pela nossa Tania Zanella, que faz um trabalho, com toda a equipe, extraordinário – eu digo que a melhor assessoria aqui do Congresso Nacional das instituições é a que a OCB presta –, e a gente quer levar esse serviço agora às comunicações.

Foi aprovado também aqui... para você ter uma ideia, hoje o único serviço financeiro presente em 100% dos municípios brasileiros é o sistema cooperativo. As cooperativas conseguem chegar... e aí

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o nosso Ex-Presidente Roberto Campos, do Banco Central, dizia o seguinte: "É a forma mais democrática de socializar o crédito".

E por que o crédito cooperativo é mais barato? Porque a cooperativa está perto do seu cooperado, ela conhece o seu cooperado. Como tem uma relação de confiança, o custo é menor, porque nos bancos estranhos, com as coisas digitais que tem aí – nada contra a tecnologia –, você está distante, você aumenta a sua margem de risco, por isso que os juros são maiores. As cooperativas conseguem cobrar taxas menores. Só em economia de tarifa, só em economia de tarifa desse valor – de juros ao capital, devolução das sobras, mais economia de tarifa – são mais de R$60 bilhões. Quem é associado das cooperativas de crédito e fez uma movimentação financeira deixou de pagar R$60 bilhões em tarifas, porque nas cooperativas é zerado ou é muito mais barato. Por quê? Porque ela está perto do cooperado.

Portanto, nós também demos outro salto importante, que foi um projeto que passou por esta Casa também, que é permitir que os agentes públicos, que prefeituras, entidades públicas, administradores possam operar com as cooperativas, porque não tem nenhuma razão de eu ter só uma agência do Sicredi, do Sicoob, do Cresol lá no meu município e eu ter que fazer operação financeira minha no município vizinho, deixando de gerar emprego, renda, oportunidade e agregação de valor.

E agora o nosso sonho é para que isso também possa chegar nas comunicações. É um desafio monstruoso tendo em vista o nível de tecnologia, mas tem rincões do Brasil, tem nichos de negócio do Brasil. E olhando a eficiência das cooperativas, se os diversos segmentos já concluíram, nós temos certeza que se elas puderem operar nas telecomunicações, vai ser uma verdadeira revolução e nós vamos permitir que essas oportunidades cheguem a todos os brasileiros, como chegaram as cooperativas agrícolas nas suas regiões, mas principalmente hoje as cooperativas de crédito, que é a cooperativa que dialoga com todos nós, porque, inclusive, de livre adesão hoje, ela está em todo o território nacional e é uma marca realmente muito consolidada. Estamos muito orgulhosos.

E a entrega social nossa é disto: onde tem cooperativa presente, percebe-se que o IDH é melhor. Ali não é por acaso, porque nós conseguimos construir um modelo de negócio, uma agência paraestatal de mercado que faz com que as pessoas comprem mais barato e que entreguem a sua mercadoria por um preço melhor, e ela vai ter a sua liberdade econômica.

Então, eu agradeço a V. Exa. pelo carinho com o texto, com todas as nossas cooperativas, mas eu quero parabenizar aqui a OCB Nacional por essa coordenação e tenho certeza de que nós vamos ter muito orgulho no futuro de ver que um dia nós demos a nossa contribuição para que as cooperativas pudessem, enfim, dar essa emancipação nas telecomunicações do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos aí, caro Deputado Evair Vieira de Melo, do Espírito Santo, defensor e propositor de iniciativas na área das cooperativas, com uma explicação muito didática, muito boa. Quero dizer ao povo do Espírito Santo que deve se orgulhar do trabalho de V. Exa.

Parabéns! E, agora, com a aprovação – daqui a pouco, né? – do Projeto 1.303/2022, abrindo essa perspectiva na área das telecomunicações.

Eu, há pouco... Até V. Exa. é do Partido dos Trabalhadores, do Espírito Santo, PT?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Não. Eu sou PP.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – PP.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Progressista, 11.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, claro. Então, havia um equívoco da minha parte.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, não, mas está certo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – A pronúncia parece...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, a sonoridade... Principalmente depois de uma idade, quando a gente já tem dificuldade de identificar se é o "p", ou se é o "t", ou se é o "d", porque, olha... "p", "t", "d", "b" de bola. Mas parabéns.

E quero repetir novamente que eu defendo, inclusive, a ideia filosófica de que o Brasil deveria ser uma grande cooperativa. Se nós tivéssemos, no Brasil, quer dizer, esse espírito cooperativo, nós teríamos um país muito melhor; há todas as vantagens possíveis, como V. Exa. ressaltou na sua fala. Parabéns.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Até, se me permite aqui, um dos nossos objetivos, depois que nós aprovamos o chamado PL 100, que passou pelo Senado e permitiu que os agentes públicos pudessem operar com as cooperativas, o nosso passo seguinte é levar as cooperativas para o serviço público, para que as nossas prefeituras, as nossas câmaras possam fazer prestações de conta, como fazem as cooperativas, ter a transparência que tem obrigado as nossas cooperativas.

Então, as cooperativas brasileiras têm muito a colaborar com o setor público, tendo em vista a sua metodologia, que, mesmo apesar das burocracias, consegue dar um retorno. Eu acho que tem práticas e técnicas das cooperativas, princípios e valores, que, se adaptados às prefeituras, às câmaras de vereadores, aos governos dos estados, com certeza... Porque não tem cooperativa sem credibilidade, não tem cooperativa se não der retorno para o cidadão. Ela tem que ter utilidade e ser proponente de soluções.

Portanto, as cooperativas bem-sucedidas – e o Brasil é um *case* de sucesso, onde elas estão consolidadas – têm muito a ensinar ao setor público, com pedagogia e didática, para qualificar ainda mais as entregas e as soluções do setor público.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Parabéns. E transmita o nosso grande abraço ao bom povo do Espírito Santo também. Obrigado, Deputado.

Passamos agora aos últimos itens da pauta.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2022
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT. Com a Relatoria *ad hoc* do Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Muito bem, vamos em frente.

Vou direto à análise.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Na análise da documentação que acompanha a matéria, não foi possível localizar a informação que confirme a regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei 9.612, de 1998. O dispositivo veda que as prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária mantenham vínculos de subordinação de natureza político-partidária, familiar, religiosa, comercial ou financeira em relação a outras entidades.

Dessa forma, com o objetivo de dotar esta Comissão de todos os elementos necessários à deliberação da matéria, propomos a apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério das Comunicações para o devido esclarecimento.

Voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento:

Requerimento nº , de 2025

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Dimensão (Arcod) para executar serviço de radiodifusão no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2022:

- confirmação da regularidade da entidade quanto ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao tempo da edição da Portaria nº 782, de 9 de maio de 2016.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos ao item 21 da pauta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 803, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.
A relatoria é do Senador Izalci Lucas, e o Senador Confúcio Moura, como Relator *ad hoc*.
Concedo a palavra a V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Vamos direto à análise, Sr. Presidente.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo em exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 803, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 803, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural - FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Araguaia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 22 da pauta.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 2022
- Terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria do Senador Izalci Lucas, também, com a Relatoria *ad hoc* do Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – A proposição oriunda da Câmara dos Deputados se destina a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame.

Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 196, de 2022, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas.

O voto.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Passamos ao item 23 da pauta.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2024
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Felicidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria, também, do Senador Izalci Lucas, com relatoria *ad hoc* do caro Senador Confúcio Moura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo em exame, atende aos requisitos constitucionais formais.

Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95 de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 182, de 2024, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei.

Voto.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Felicidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Pergunto se V. Exa. tem cordas vocais para ler mais três, sem problemas?

Não tem problema.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então vamos em frente, né?

Passamos ao item 6 da pauta.

V. Exa. está indo muito bem. Que bom. Ainda bem.

Quero justificar novamente a ausência de vários Senadores.

O Senador Mourão está presidindo; o Senador Marcos Pontes está se recuperando de cirurgia; a Senadora Eudócia está discutindo a questão do exame de proficiência em Medicina; a Senadora Damares Alves está lá na CDH... Então, um conjunto de pessoas aí, e outras Comissões ainda... Mas todos bem justificados.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 813, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio Moura será o Relator *ad hoc*.

Com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame.

Sob os aspectos da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Entretanto, no que se refere à documentação que acompanha o PDL em análise, não se identificou apreciação específica acerca das exigências do art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, que proíbe vínculos financeiros, religiosos, familiares e político-partidários ou comerciais dos dirigentes.

O voto.

Diante do exposto, nos termos do art. 173, inciso V, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações:

Requerimento nº , de 2025

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente ao ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa (ITA) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2021.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

É o... Desculpe, é o item 6 da pauta.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos ao item 7 da pauta, também de relatoria do Senador Chico Rodrigues, e o Senador Confúcio Moura, gentilmente, como Relator *ad hoc*.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1150, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Renascer de Guaimbê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaimbê, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém a autorização o estabelecimento de vínculo que subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromisso de relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias e comerciais.

Como não foi localizada nos autos do processo a comprovação inequívoca da referida exigência normativa, entendemos ser necessário o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela apresentação do seguinte requerimento:

Requerimento nº , de 2025

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado das Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Renascer de Guaimbê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaimbê, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto Legislativo 1.150, de 2021.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

E como último item da pauta, o item 24, PDL 1.036, de 2021, com a relatoria também do Senador Chico Rodrigues e com a relatoria *ad hoc* do Senador Confúcio Moura.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1036, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Boliviar Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Datas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

O exame da documentação do PDL 1.036, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei. Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para sanar erro material na denominação da entidade outorgada, que é a Associação Comunitária Bolivar Freire, e não Associação Comunitária Boliviar Freire.

Voto.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bolivar Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Datas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a emenda:

> Substitua-se na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.036, de 2021, a denominação "Associação Comunitária Boliviar Freire" por "Associação Comunitária Bolivar Freire".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Quero sempre destacar a presença do Luiz Fernando, Consultor Legislativo... (*Pausa.*)

Fauth, uma hora eu acerto o sobrenome.

Você me ensina depois, mas obrigado por todo o apoio também aqui, na Comissão. Aliás, o corpo de consultores é de alta qualidade no Senado Federal, assim como a Secretaria também, que se desdobra com a organização de todos os trabalhos, que são importantes.

Muito bem. Passamos, agora, à votação dos projetos constantes dos itens 8 a 24, nos termos dos relatórios apresentados.

Quem concorda com os votos dos Relatores – no caso, nós dois – vota "sim" aos projetos.

Solicito a abertura do painel eletrônico, para a votação.

Quem concorda com os votos dos Relatores vota "sim".

Os Senadores e Senadoras já podem votar, quando o painel abrir. Na verdade, não dá para votar ainda, mas já vai abrir o painel.

Olhem aqui – já é possível.

(*Procede-se às votações.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Solicito às assessorias dos Senadores e Senadoras aqui presentes que procurem entrar em contato com os respectivos Senadores e Senadoras, para que possam exercer o direito ao voto, mesmo que remotamente, já que o painel registra quórum para deliberação. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Solicito novamente que as assessorias possam entrar em contato com os Senadores e Senadoras, a própria Secretaria também, para que a gente atinja o quórum para uma votação nominal, que é o número de nove nesta Comissão, de nove Senadores e Senadoras.

Lembro a todos e todas que nos acompanham pelo Brasil que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática está realizando um conjunto de debates também, permanentemente. Há projetos de lei em tramitação sobre minerais raros, terras-raras. Já foram feitas duas audiências públicas nesse sentido. O Senador Hamilton Mourão é o Relator, inclusive, de projeto de lei, e ele já propôs a realização de audiências públicas também.

Nós já fizemos audiências públicas sobre outra área que eu considero muito importante, com a participação, inclusive, do Senador Esperidião Amin, da ex-Deputada Angela Amin, que é autora do projeto, na área de educação digital. Então, isso é algo importante, que tem que ser bem articulado – como ciência, como inovação, como educação também.

Obviamente, tivemos já visitas, inclusive, debates sobre a Agência Espacial Brasileira, o Programa Espacial Brasileiro, com a participação da Comissão, inclusive em evento internacional e com um papel de destaque. É interessante ver como outros países estão avançando nessa área, com a participação forte, expressiva das mulheres.

Nós estávamos, por exemplo, em Sidney e, na nossa frente, estava a delegação do Bahrein. Das pessoas do Bahrein, todas, com exceção de uma pessoa, eram mulheres, então só havia um homem lá participando. Indo à Arábia Saudita, vimos as meninas da educação básica trabalhando em questões espaciais, em lançamento de satélites. Nos Emirados Árabes, dos quatro astronautas lá conversando com as crianças e adolescentes, dos quatro, uma astronauta, uma mulher. Então, nos países em que alguém poderia supor que a participação das mulheres fosse menor, me pareceu, assim, que é justamente o contrário, com uma participação muito expressiva das mulheres.

Então, discutimos, obviamente, aqui, com o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento de Desastres), o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a própria Ministra já esteve aqui na Comissão também. Aprovamos mais dois requerimentos no dia de hoje, inclusive na estruturação das carreiras na área da ciência e tecnologia.

Fizemos isso anteriormente, enquanto eu era Presidente da Comissão de Educação e Cultura, chamando os profissionais do Inep, do FNDE, e felizmente houve a sensibilidade para a reestruturação das carreiras por parte do Ministério da Gestão. Então, este debate também vai acontecer aqui, porque nós temos que ter carreiras atraentes, boas, bons profissionais, para que a área da ciência e tecnologia, nas suas várias dimensões, assim possa ser valorizada.

E eu, inclusive, quero dizer que ontem, por exemplo, nós estivemos aqui no Senai, em Brasília, onde eles estão desenvolvendo, em Taguatinga – não em Brasília, em Taguatinga, porque a escola do Senai é lá –, uma moradia sustentável: como utilizar tijolos, como utilizar concreto, pó de mármore, caliça para produzir tijolos, telhado ambientalmente adequado, piso correto, paredes, captação de água. É uma coisa que vale a pena as pessoas irem lá no Senai Taguatinga para ver.

Mas o que me impressionou, além de tudo, foi a informação, numa das audiências públicas, de que o Senai Rio de Janeiro está, assim, na ponta do desenvolvimento de toda a cadeia de minerais raros, no sentido de estar trabalhando intensamente nessa área. E a gente vê como, justamente, o sistema, no caso do Senai, que é um sistema referência – e não só o Senai, mas o Senac também e o Senar – pode contribuir sobremaneira para essa nossa área.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, principalmente, um objetivo que a gente quer sempre enfatizar é que toda essa área da ciência, tecnologia e inovação faça parte dos conteúdos, da discussão da educação básica, para que nós tenhamos, daqui a três anos, cinco anos, dez anos, pessoas com uma perspectiva boa da importância do reconhecimento dessa área, para dizer que essa área pode financiar o Brasil, em termos de muitas coisas, nos ministérios todos; financiar, porque nós temos capacidade e competência na estrutura. O essencial é termos o financiamento, a valorização, para as pessoas dizerem: "Olha, ciência e tecnologia, às vezes, descobrindo-se alguma coisa, tem mais valor econômico do que muitas vezes outras riquezas que também são importantes para o nosso país".

Então, que bom que nós estamos fazendo isso e aprovando também toda a questão que estava na outra Comissão, na Comissão de Comunicação – rádios, televisões, comunicações –, porque isso é muito importante. Eu sempre digo: ter uma rádio, por exemplo, comunitária, se bem utilizada, bem conduzida, faz com que a dinâmica da comunidade aconteça de uma maneira, assim, participativa, aglutinando as pessoas, ao se debaterem os assuntos, porque a população gosta de ver os assuntos locais, regionais debatidos também. Isso é uma tendência bem interessante.

Muito bem. Atingimos já o quórum, mas, antes disso, quero ainda dizer que, na semana que vem, nós vamos ter uma audiência pública com o objetivo de discutir a indústria de inovação – indústria de inovação –, avanços e sua importância para os órgãos de pesquisa e desenvolvimento social e econômico e como indutora do desenvolvimento nacional nos diversos campos. Essa audiência pública foi requerida pelo nosso Vice-Presidente da Comissão, um grande amigo, grande Senador, por quem eu tenho grande respeito, que é o Senador Hamilton Mourão. Quero dizer para o povo do Rio Grande do Sul, inclusive, que o papel dele no Senado é muito importante, e valorizar a participação, a presença do Senador Hamilton Mourão.

Muito bom. Penso que já atingimos o quórum – penso, não; está evidenciado que atingimos o quórum –, e a votação será encerrada.

Está encerrada, então, a votação.

O resultado vai aparecer.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Foram 10 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum: 11.

Portanto, a Comissão aprova por 10 votos os projetos constantes dos itens 8 a 24, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias respectivas serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Obrigado pela presença de todos aqui na Comissão, no plenário. Quero agradecer aos meios de comunicação do Senado – faço isso, porque é muito importante –, a todos e todas que nos acompanharam pelo Brasil, à Secretaria e à Consultoria, como já fiz antes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4510841714

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, José Lacerda, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Dr. Hiran e Damares Alves, e dos senadores Plínio Valério, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Eduardo Girão, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Dra. Eudócia e Rogério Carvalho. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Flávio Arns e Daniella Ribeiro, conforme os Requerimentos nº 778, 765 e 750/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 36, de 2025-CCT, de autoria Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), com a finalidade de discutir sobre a indústria de inovação, seus avanços e a importância para os órgãos de pesquisa e desenvolvimento social e econômico e como indutor estratégico do desenvolvimento nacional nos diversos campos do poder nacional, com a participação de Humberto Ferraz, Professor Associado da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP); Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira de Doenças Raras (Febrararas); Anna Laura, Coordenadora de Consumo, Inovação e Tecnologia do Instituto Livre Mercado, representante de Rodrigo Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado; e Thiago Falda, Presidente-executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/148741

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre a indústria de inovação, seus avanços, e a importância para os órgãos de pesquisa e desenvolvimento social e econômico e como indutor estratégico do desenvolvimento nacional, nos diversos campos do poder nacional, em cumprimento ao Requerimento nº 36, de 2025, desta Comissão e que é de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário da Comissão a Sra. Anna Laura, Coordenadora de Consumo, Inovação e Tecnologia do Instituto Livre Mercado, representando Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Convido a Sra. Anna Laura para ocupar aqui a bancada. (*Pausa.*)

Também se encontra presente o Sr. Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (Abbi), a quem convido também para compor a nossa bancada. (*Pausa.*)

Participam, de forma remota, por sistema de videoconferência, o Sr. Humberto Ferraz, Professor Associado da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP), e o Sr. Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira de Doenças Raras (Febrararas), a quem agradeço a presença.

Encontra-se presente também no nosso Plenário, o que muito nos dignifica, a Sra. Eva Pedersen, Embaixadora da Dinamarca no Brasil, a quem convido para compor a nossa bancada. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra ao primeiro dos nossos debatedores, eu gostaria de dizer que é com grande satisfação que estamos abrindo esta audiência pública, que tem esse objetivo de discutir a indústria de inovação, os seus avanços e a sua importância crucial como indutora estratégica do desenvolvimento nacional.

Um dos problemas de que o nosso país padece é a questão da baixa produtividade, e um dos aspectos que são fundamentais para que essa produtividade aumente... E aí eu deixo claro que, se a nossa produtividade é baixa, não é porque o trabalhador brasileiro é ineficiente, muito pelo contrário. Nós temos uma série de amarras burocráticas que terminam por tolher esse desenvolvimento, e uma dessas amarras burocráticas está centrada exatamente nessa questão da inovação.

Então, aqui, nesta manhã, vamos debater esse assunto para um projeto de lei que está andando dentro desta Casa e para que possamos, então, corrigir os rumos e, vamos dizer assim, deixar o caminho para aqueles que pensam, que trabalham com pesquisa, com desenvolvimento, que têm um olhar sempre à frente, para que tenham mais liberdade para executar essas suas atividades, e, consequentemente, com isso, tenhamos um desenvolvimento mais acelerado do nosso país.

Deixo muito claro que sem pesquisa, sem desenvolvimento, sem inovação, sem aquilo que o economista Schumpeter chamou de destruição criativa, nós continuaremos imobilizados e parados no tempo, e a humanidade só tem progredido todas as vezes que buscou o salto de qualidade.

Então, esse é o grande objetivo hoje desta nossa audiência pública.

Nós vamos iniciar com o primeiro debatedor, de forma remota, que é o Sr. Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira de Doenças Raras (Febrararas).

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Antoine, o senhor tem até 15 minutos para fazer uso da palavra.

A palavra está com V. Sa.

O SR. ANTOINE DAHER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmo. Presidente Senador Hamilton Morão, demais membros desta Casa, senhoras e senhores, quando falamos em inovação como motor do desenvolvimento nacional, poucos setores expressam esse potencial de maneira tão evidente quanto a saúde e, dentro dela, claro, o campo das doenças raras.

As doenças raras representam um dos maiores desafios da Medicina moderna, mas também um dos maiores motores de inovação do mundo. É nesse campo que surgem novas plataformas de diagnóstico molecular, terapias gênicas e celulares, modelos avançados de cuidado, biotecnologia de ponta e soluções baseadas em dados, como também inteligência artificial e mineração de *big data* clínicos... Ou seja: quando a gente investe em doenças raras, significa investir diretamente na fronteira da ciência.

E, no Brasil, esse investimento não é apenas tecnológico; é social, econômico, estratégico.

Os pacientes com doenças raras enfrentam jornadas longas – só para deixar claro que a média de diagnóstico tão tardio para um paciente raro leva em torno de cinco anos e quatro meses no Sistema Único de Saúde –, além de diagnósticos tardios, custos elevados para as famílias e para o sistema de saúde. Quando a inovação chega ao sistema, reduz desigualdades, fortalece o Sistema Único de Saúde, impulsiona a produtividade e melhora a gestão de recursos públicos.

Então, inovação na área de doenças raras não é um gasto; é um investimento, é um retorno social, econômico e tecnológico.

Eu quero aqui colocar uns exemplos práticos de inovação no Brasil. Eu gostaria de trazer exemplos concretos, que mostram que o Brasil tem capacidade real de liderar processos de inovação em saúde.

Primeiro, a Casa dos Raros, um modelo nacional de inovação aplicada.

A Casa dos Raros é em Porto Alegre, hoje um dos modelos mais avançados da América Latina em diagnóstico, cuidado integral, pesquisa e valorização de dados reais de pacientes.

Ela integra, em um único espaço, diagnóstico de alta complexidade, pesquisa clínica e translacional, biobanco estruturado, plataforma de dados para geração de evidência, acompanhamento de longo prazo, iniciativas para formação e capacitação de profissionais.

É uma instituição que conecta universidades, pesquisadores, indústria e sociedade civil, exatamente o que todos os grandes ecossistemas globais de inovação fazem.

Ela já opera como centro de validação de tecnologias, reduzindo custos e acelerando o tempo entre ciência, regulação e acesso.

Segundo exemplo, também de transferência de tecnologia em terapias avançadas, terapias gênicas e terapias celulares, esse outro exemplo concreto foi um trabalho liderado pela Casa dos Raros, em parceria com a Fiocruz, GemmaBio, claro, a Casa dos Raros, para transferência de tecnologias de terapias avançadas no Brasil.

Hoje existem moléculas de terapias avançadas, algumas já aprovadas pela Anvisa, cuja produção poderia ser feita aqui no Brasil, e isso significa criar empregos altamente especializados em biotecnologia, desenvolver capacidade produtiva nacional, reduzir a dependência externa, diminuir o custo final para o país e para os pacientes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É disto que a gente precisa: inovação com sustentabilidade, acelerar o acesso e dar soberania científica ao Brasil.

Essa foi a primeira *tech transfer* para doenças raras, para terapias avançadas no mundo, que vai colocar o Brasil como inovador também, e vamos ter as terapias avançadas mais tecnológicas do mundo e a mais barata do mundo, o Sistema Único de Saúde.

Então, produzir terapias avançadas no Brasil não é apenas uma conquista técnica; é um divisor de águas, é o tipo de inovação que movimenta cadeias industriais, que atrai investimentos de longo prazo e que transforma o país em produtor, não apenas em consumidor de alta tecnologia.

O Brasil, com esse tamanho, precisa exportar tecnologias, não apenas importar tecnologias. Então, a indústria da inovação tem papel central nesse processo.

Empresas de biotecnologia, farmacêuticas, *startups* de dados, *healthtechs* e centros de pesquisa colaboram, hoje, para acelerar o diagnóstico de alta precisão, desenvolver terapias personalizadas, implementar modelos de cuidado que reduzem internação em urgência e criar algoritmos de inteligência artificial para interpretação de exames e predição de riscos.

Eu vou dar um exemplo: foi inaugurada, agora, poucas semanas atrás, a primeira clínica de diagnóstico via inteligência artificial na Arábia Saudita para doenças raras. A margem de erro de diagnóstico da inteligência artificial é de 0,3%, enquanto a margem de erro dos médicos é de 5%. Então, nós temos que investir nessas tecnologias. Quando a gente fecha a porteira de acesso às novas tecnologias, nós estamos fechando a porta a toda essa cadeia de inovação, ao ecossistema completo que – ele mesmo – vai trazer a sustentabilidade e a qualidade para a população.

Então, otimizar o uso de recursos do Sistema Único de Saúde é gerar empregos qualificados e cadeia produtiva nacional.

Cada avanço em doenças raras tem um retorno múltiplo, melhora a vida das famílias, reduz a pressão financeira sobre o sistema e movimenta a economia em torno de setores estratégicos.

Um país que investe em biotecnologia, inteligência artificial em saúde, terapias avançadas, genética, bioinformática e dados clínicos está investindo em soberania tecnológica. Esses setores são, hoje, equivalentes ao que a energia e o petróleo foram no passado.

Então, é muito importante que o Governo considere as doenças raras, as terapias gênicas e as novas tecnologias como investimento, e não como gasto desnecessário, pilares estratégicos de desenvolvimento nacional.

Conclusão.

Doenças raras como laboratório nacional de inovação.

A saúde, especialmente quanto às doenças raras, é uma das ferramentas mais poderosas de desenvolvimento social e econômico que o Brasil possui. É um campo no qual ciência, tecnologia e indústria convergem, impactos sociais são imediatos e ganhos econômicos são imensuráveis. A inovação melhora a vida e desenvolve o país ao mesmo tempo.

Quando o Brasil investe em doenças raras, ele investe em diagnóstico de precisão, terapias avançadas, modelos de cuidado inovadores, inteligência artificial aplicada, produção nacional de biotecnologia, geração de empregos qualificados e soberania científica e tecnológica.

Eu também vou além: ele investe no mais importante em medicina, que é a medicina de prevenção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo conhece o caso da Angelina Jolie, quando ela fez um sequenciamento genético e descobriu que ela tem uma mutação rara herdada da mãe que pode desenvolver um câncer agressivo. Ela acabou tirando e resolvendo o problema, antes de surgir.

É disso que a gente precisa. Precisamos fazer o genoma de toda a população, que nem a Inglaterra, que hoje está fazendo o genoma da população inteira. Precisamos, quando a criança nasce, de ter um sequenciamento genético, para a gente viver mais e com qualidade.

O câncer e o diabetes estão aumentando, a pressão alta está aumentando... E isso está fazendo o quê, o resultado disso? Está inchando o sistema público e privado, que pode colapsar, porque nós vamos viver mais. Só que, para mudar essas regras do jogo e viver mais, dando sustentabilidade para o sistema, precisamos investir na medicina de prevenção, e o único caminho para isso é investir nas doenças raras genéticas, entender o mapeamento do DNA, entender como podemos ter qualidade de vida e nos prevenir.

Então, esse é o tipo de agenda que transforma uma nação.

A inovação na saúde não é o futuro, já é presente, e cabe a nós, juntos, criarmos as condições, para que o Brasil seja protagonista, e não espectador da revolução biomédica que está em curso no mundo todo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Antoine Daher, um batalhador pela causa dos pacientes com doenças raras, que nos traz exatamente o papel da inovação na busca da cura para esse tipo de doença, e coloca alguns pontos importantes, porque esse trabalho significa uma busca de soberania para o nosso país, deixando de ser um importador de tecnologias, para ser um exportador. E, aí, ele coloca os conceitos de soberania científica e de soberania tecnológica, extremamente importantes, e aborda a questão da prevenção.

Quanto mais a gente gastar em prevenção, menos iremos gastar no futuro, quando as doenças se complicam muito mais.

Agradeço, então, ao Sr. Antoine Daher, que foi muito objetivo em sua apresentação, e, de imediato, passo a palavra para a Sra. Anna Laura, Coordenadora de Consumo, Inovação e Tecnologia do Instituto Livre Mercado.

A senhora dispõe de até 15 minutos para sua exposição.

A SRA. ANNA LAURA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Obrigada pelo convite, estendido ao Rodrigo Marinho.

Vocês me ouvem bem?

Obrigada à Secretaria da Comissão pela gentileza...

Bom, quando a gente fala em investimento e inovação, em desenvolvimento econômico, social e soberania tecnológica, não estamos falando em custo; estamos falando em alavanca, estamos falando em alavancar um PIB com valor agregado real, estamos falando em qualidade de emprego e em qualidade de vida.

Como bem falou, agora, o Antoine, quando investimos em inovação, nós investimos na vida daqueles que não estão sendo vistos. A olho nu, nós não conseguimos entender o impacto que tem na vida deles, e é por isso que precisamos discutir isso em nível público e em nível privado, porque,

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quando olhamos para a situação do Brasil, hoje, o último *index* lançado pela *Property Rights Alliance* – lançado na semana passada, inclusive, pela PRA –, que é usado, esse *index,* pela Comissão Europeia, pelo World Bank, pela Unicef, o Brasil se encontra na 58ª posição, no que tange à proteção à propriedade intelectual, à propriedade industrial e aos direitos ao inovador, ao cientista.

Isso significa que estamos numa qualificação de intermediário caindo para ruim na proteção. E por quê? Porque uma das questões que nós temos aqui no Brasil é uma dificuldade a respeito da segurança jurídica, a respeito da propriedade intelectual. Então, quando nós falamos em propriedade intelectual, no Brasil, paralelamente nós precisamos falar sobre segurança jurídica. Nós precisamos falar sobre segurança jurídica porque, hoje, as patentes – o direito à propriedade intelectual – são ativos intangíveis, que, a cada dia que passa, são cada vez mais centrais no valor agregado, no valor econômico que as empresas possuem, porque começam a possuir, passam a dar para as empresas valor de mercado, e empresas que têm valor de mercado, empresas que investem em inovação são empresas que modificam a vida das pessoas.

Então, quando nós olhamos para a nossa situação – e aí eu faço coro com o que o Senador acabou de falar –, temos que entender que, enquanto Brasil, precisamos abandonar a postura de importadores, para sermos exportadores de uma tecnologia, para sermos exportadores de uma discussão relevante sobre qual é a tecnologia, qual é a visão que nós queremos passar, a respeito do Brasil, para o mundo.

Hoje, nós estamos discutindo regulamentação de mercados digitais, nós estamos discutindo cibersegurança, nós estamos discutindo IA, nós estamos discutindo *data centers*, fortificação, fomento... Então, nós precisamos fazer com que o Brasil seja uma economia baseada em conhecimento a respeito dos ativos intangíveis e em segurança jurídica para esses ativos, de modo a reduzir os riscos para os investidores, reduzir os riscos para as empresas e nos tornarmos, de fato, atrativos para o investimento externo e para o investimento interno também.

Quando a gente olha hoje para o *ranking* de principais depositários de patentes no Brasil, é muito curioso, Senador e colegas: quem realmente aporta, quem realmente deposita são as universidades federais. São as universidades públicas no Brasil que são as maiores depositárias de patentes do país.

A Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande juntas são as maiores depositárias de patentes do Brasil, à distância, ganhando de empresas privadas.

Então, nós temos nas nossas universidades, hoje, professores, intelectuais, investidores, alunos que são extremamente dedicados, envolvidos em criar, no Brasil, um *hub* de desenvolvimento e trazer para o Brasil um reconhecimento que hoje nós estamos invisibilizando, quando nós não olhamos para esse tipo de investimento.

Nós temos alguns problemas que nós precisamos mencionar aqui, que são problemas que fazem com que nós estejamos atrasados nesse desenvolvimento econômico.

Quando a gente olha, por exemplo, o *backlog*, a demora crônica que existe no exame, na concessão de patentes no Brasil, isso gera uma incerteza extremamente relevante, para que esses professores, para que esses inovadores, para que esses cientistas, de fato, tenham incentivo para apresentar, para pesquisar, para depositar, porque, na cadeia, além do desincentivo que isso gera na ponta, isso gera desincentivo para o investimento, para que isso saia do papel.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, quando a gente fala nesse atraso crônico, a gente tem um problema muito sério, porque não se sabe quando as empresas, os investidores e os inovadores terão a exclusividade desse investimento, quando virá um investimento.

E a utilização desse ativo de IPA como colateral é base hoje para financiamentos, é um instrumento moderno e ainda pouco desenvolvido no Brasil, que só vai conseguir ser efetivamente utilizado se houver segurança jurídica.

Então, como a proteção da propriedade industrial transforma o conhecimento em ativo econômico, a gente precisa começar a falar sobre quais serão as soluções para que a gente, de fato, tenha desenvolvimento econômico a partir de investimento e inovação, a partir da proteção à propriedade intelectual, à propriedade industrial.

Como que a gente faz isso? Então, primeiro, soluções que nós precisamos ter.

A gente precisa começar a falar... Aqui eu falo em nome da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, que é uma frente dedicada a melhorar o ambiente de negócios no Brasil, uma das cinco maiores frentes dedicadas a melhorar o ambiente de negócios no Brasil hoje, uma das cinco maiores. Nós estamos, todos os dias, trabalhando, na ponta, para melhorarmos a eficiência das entregas do Estado. Então, precisamos de mecanismos para cobrar esse Estado, precisamos de mecanismos que analisem as métricas desse Estado.

A gente precisa estabelecer indicadores públicos para o INPI, por exemplo, para os KPIs, a respeito do tempo médio de exame para as tecnologias, de exames para a concessão das patentes. A gente precisa de publicações anuais a respeito de por que está demorando, de quais são os gargalos, porque a gente sempre escuta aqui – eu trabalho aqui todos os dias, há muitos anos – que existem muitos gargalos, que existem muitas problemáticas. E quando nós vamos começar a resolver?

Apontem os gargalos, apontem os gargalos, porque esta Casa é comprometida para resolver esses gargalos. Esta Casa, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados. Nós temos pessoas aqui comprometidas para solucionar esses problemas. Então, nós precisamos de medidas administrativas – e aí precisamos da colaboração integral entre os Poderes –, para, por exemplo, começarmos a falar de uma digitalização, de uma análise prévia para a concessão anterior de utilização dessa patente, por exemplo, coisas em que os Estados Unidos já estão superavançados, a Coreia do Sul é superavançada.

Nós podemos olhar para fora – é claro que a gente precisa guardar as devidas proporções do nosso país –, precisamos olhar para aquilo que funciona, para aquilo que é realmente inspirador e trazer para cá.

Uma das medidas que nós temos trabalhado com bastante afinco, na promoção dessa ideia, na promoção de trazer conscientização para o brasileiro a respeito da necessidade, é o modelo do PTA no Brasil.

E aqui eu faço um parêntese para elogiar, Senador, a sua atuação, para elogiar o seu gabinete. Vocês são – o senhor e o seu gabinete – disruptivos nessa atuação, são realmente comprometidos em entender o lado não só do empreendedor, mas das pessoas que estão desesperadas para poder ter competitividade em medicamentos, em acesso, como foi falado agora pelo Antoine. O senhor foi o cabeça e apresentou uma emenda extremamente relevante ao Projeto 2.210, de 2022, que é a Emenda nº 4, que trata do PTA.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PTA é um mecanismo utilizado no mundo inteiro, nos países mais desenvolvidos. Ele serve como um mecanismo que compensa o prazo perdido, o prazo de atraso injustificado do INPI é compensado. Então, hoje, no Brasil, nós temos uma média de atraso – eu vou deixar até para o Thiago falar disso de uma forma bem mais técnica e ampliada dentro do setor de biotecnologia – de cerca de dez anos. Então, isso é extremamente relevante, quando a gente fala em desenvolvimento econômico a partir da inovação e do investimento em inovação.

O PTA é um mecanismo que compensa esse atraso. Ele foi pensado, e a emenda do Senador foi pensada, para reduzir esses atrasos, para fomentar, para auxiliar que a inovação do Brasil de fato aconteça de uma maneira estruturada e bem pensada. Então, o PTA traz esse prazo de compensação quando há um atraso injustificado.

Essa emenda foi pensada com base naquilo que foi trazido dentro do próprio julgamento da ADI do Supremo, na ADI 5.529, que retirou o PTA do nosso sistema jurídico, e a emenda foi pensada justamente nos próprios termos do que foi trazido de relevância dentro do julgamento, para não ser algo automático, não ser indeterminado... Então, ela tem prazo, porque é uma vacina, é uma vacina contra um defeito mesmo do Estado, devido às burocracias que o Estado coloca para poder conceder essas patentes, para conceder aos investidores essa possibilidade de atuar e de implementar suas tecnologias. Então, havendo esse atraso, nós precisamos de mecanismos para curar, para salvaguardar as nossas garantias, os nossos investimentos. Então, esse é um mecanismo que hoje, no Brasil, a sua reintrodução no sistema jurídico é essencial, além de ser um mecanismo de compatibilidade internacional.

Nós somos signatários do Trips, de um acordo internacional que exige esse procedimento, em que existe um prazo razoável para análise dessas patentes, e, caso não tenha, caso não haja essa compensação, para que os investimentos feitos sejam de fato utilizados.

Então, é um mecanismo louvável, é um mecanismo que traz segurança jurídica, para que nós tenhamos empresas interessadas em entrar no Brasil, empresas interessadas em implementar suas tecnologias no Brasil, porque não existe desenvolvimento sem inovação.

Essa é a mensagem que eu gostaria de deixar. Sem segurança jurídica, sem mecanismos de cobrança, sem mecanismos de compensação como o PTA, como a análise pública, como o KPI público, como a análise de relatórios a respeito do andamento e a cobrança da população... E aqui, em especial, não estou falando só de pessoas que precisam de medicamentos, não estou falando só de medicamentos, mas estou falando da indústria de cosméticos, eu estou falando do agronegócio brasileiro; nós estamos falando de desenvolvimento em P&D, em *startups*.

É fundamental que o PTA seja reintroduzido dentro da nossa economia, dentro do nosso sistema jurídico, porque não só – de novo – nós estamos falando de correspondência internacional, mas o Brasil não pode ficar atrasado, Senador, o Brasil não pode perder em algo tão simplório para fora, um mecanismo tão amplo e utilizado... E nós estamos falando de olhar para quem realmente precisa desse tipo de proteção jurídica.

Então, proteger quem inova é proteger emprego, é proteger renda, é investir na capacidade do país de competir em cadeias de maior valor, é investir na competição interna do Brasil, pensando que hoje nós temos capacidade, nós temos capacidade geográfica, inteligência, pessoas que estão aqui

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dispostas, em especial, dentro das nossas universidades públicas, dizendo: "Quero investir, quero proteção...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA LAURA – Então, fica a minha mensagem: segurança jurídica para a inovação é fundamental para que a gente possa ter um Brasil pujante, uma economia forte.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer a Anna Laura pela exposição dela, extremamente importante.

No ano de 2019, eu fiz uma palestra na Universidade de Harvard e, na ocasião, tive um encontro com o Prof. Mangabeira Unger, que me entregou um livro de autoria dele, chamado *A Economia do Conhecimento.* É o ambiente em que nós vivemos desde então, há algum tempo, e a Anna Laura toca alguns dos nossos – vamos dizer assim – calos.

Um, a questão da segurança jurídica, que ela – vamos dizer assim – perturba... A falta dela perturba os mais diversos setores da vida nacional, inclusive, obviamente, a questão da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação.

Ela coloca a questão de cobrar do Estado brasileiro.

O Estado brasileiro é pesado e burocrático. O Estado brasileiro tem que compreender que, quanto mais ágil ele for, mais capacidade ele terá de ofertar os serviços de que a população necessita. Essa é uma grande realidade.

E, também, ela nos traz essa questão do PTA, que é o objeto em que nós estamos trabalhando.

Vencer o atraso que nós temos no registro de patentes... Nós já andamos alguma coisa, mas estamos devendo. Estamos devendo ainda, porque, quanto mais a gente demora em avançar nesse registro, menos capacidade de competição nós temos.

E foi importante a menção ao agro, porque, na minha visão, o agro foi o grande setor da economia brasileira que soube entender isso e, realmente, ao longo dos últimos 20 anos, deu um salto de qualidade que nos levou a produzir alimento numa escala que nos coloca, hoje, como um dos maiores *players* mundiais nessa questão.

Muito obrigado, Anna Laura.

Nós vamos agora para outro debatedor, que está nos acompanhando de forma remota, que é o Sr. Humberto Ferraz, Professor Associado da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP).

Prof. Humberto, o senhor tem até 15 minutos para sua exposição.

O SR. HUMBERTO FERRAZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Vocês me ouvem bem? Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, está *loud and clear.*

O SR. HUMBERTO FERRAZ (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Perfeito, Senador.

Bom dia a todas e todos.

Eu queria aqui cumprimentar, em especial, o Senador Hamilton Mourão, o Presidente aqui desta sessão. O Senador tem tido uma participação muito efetiva nessa discussão sobre inovação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu, infelizmente, estou participando de forma remota. Estou aqui na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, inclusive, falando sobre inovação.

Mas eu queria, Senador, agradecer muitíssimo o convite que me foi feito para poder estar aqui com vocês, trazendo aqui a minha experiência.

Agora, Senador, eu estou numa situação difícil, porque da fala inicial do senhor, com a fala do Antoine e da Anna Laura, eu não tenho mais o que falar. Já foi tudo abordado e tudo muito bem abordado. O que eu vou fazer aqui é reforçar o que foi dito, porque foi tudo que foi dito por vocês foi dito de forma brilhante, e eu endosso todas as palavras.

Então, eu vou colocar aqui a minha experiência.

Eu acho que o que está sendo discutido aqui é extremamente importante e eu creio que fui convidado por conta da minha experiência com inovação, sobretudo com o lançamento do produto, o Vonau Flash, que eu acho que muita gente deve conhecer. Esse é um exemplo de alguns pontos que a gente poderia melhorar na nossa lei de inovação.

Esse produto foi fruto do desenvolvimento em conjunto: nós, da Universidade de São Paulo, e a empresa brasileira Biolab Sanus Farmacêutica.

É um trabalho árduo, para poder criar uma formulação que atendesse bem aos diversos públicos que precisam de um medicamento para vômitos e náuseas, e foi algo que trouxe uma perspectiva muito boa, porque ele se tornou um produto muito importante no portfólio da Biolab, fortalecendo a empresa, porque, logo em seguida à criação da formulação, a Biolab e a Universidade de São Paulo depositaram a patente, que protegeu essa invenção, para que a empresa, então, pudesse ter o privilégio de explorar o mercado. Essa é a parte interessante, a parte boa.

Agora, o que nós tivemos foi que, depois de 13 anos e meio que essa patente foi depositada, ela foi concedida. Inclusive eu, como inventor, não como dono da patente, os donos são a Biolab e a Universidade de São Paulo, de forma muito justa... As duas colocaram dinheiro, aportaram recursos nesse projeto. Então, elas são as proprietárias, digamos assim, da patente.

Então, nós recebemos, 13 anos e meio depois do depósito, a carta patente, e ela dizia lá que tinha validade, usando ali um dispositivo que existia na nossa LPI, a nossa Lei 9.279, de 1996, que dizia que você tem dez anos garantidos – esse era o art. 40, parágrafo único –, dez anos depois da concessão. Então, a patente da Biolab e da USP teria mais dez anos depois da data de concessão.

Mas, eis que em maio de 2021, o Supremo julgou inconstitucional esse art. 40 dessa nossa lei, a 9.279, que nós conhecemos como LPI, e eu recebi depois, eu, Biolab, USP, recebemos posteriormente outra carta patente, dizendo que ela teria apenas 20 anos depois da data do depósito, o que tirou três anos e meio de mercado dessa patente. Então, nós tínhamos a expectativa de dez anos após a data da concessão, e isso foi depois, então, cassado.

Eu entendo o Supremo, embora não concorde, não fico muito feliz, na sua decisão, porque o art. 40 dizia o seguinte: dez anos após a concessão. Mas podem acontecer coisas aí que não estão no controle do INPI. A empresa, por exemplo, pode atrasar de forma proposital essa análise, e a empresa acaba tendo um prazo maior.

E eis, Senador Mourão, que a nossa Emenda 4, de sua autoria, tenta exatamente ajustar essa questão. Então, a concessão não seria de forma automática, mas depois de analisado o processo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O fato, Senador, é que nós precisamos corrigir essa questão, e esse exemplo do Vonau Flash é um exemplo prático, que inclusive foi mencionado pela Anna Laura, de que o prazo para concessão de patentes no Brasil é muito elevado, e isso pode prejudicar o interesse de quem produz inovação.

Essa correção é muito importante, ela é muito importante, porque nós precisamos caminhar na direção de depositar as nossas patentes.

A Anna Laura também mencionou que as nossas universidades depositam muitas patentes. Isso de fato ocorre, mas penso também, Senador, que seria muito importante que as nossas empresas investissem nessas patentes, como fez a Biolab.

Na Biolab, o caso é um pouco diferente. Primeiro veio o projeto de desenvolvimento do medicamento, depois a patente; quando estava isso desenvolvido e se preparava para ir ao mercado, foi depositada a patente.

Nós temos um portfólio razoável de patentes nas universidades que esperam investimento privado para se tornar inovação, porque só se torna inovação quando alguém consome aquilo que está descrito na patente, quando faz uso, como mencionou o Antoine especificamente para as nossas doenças raras.

Nós estamos aqui muito falando de medicamentos, de saúde e tal, mas o fato é que a indústria farmacêutica faz uso intensivo do sistema de patentes para poder fortalecer suas pesquisas, novos produtos no mercado, e obviamente capitalizar as empresas para que possam fazer mais pesquisas, para que possam inovar mais, mais produtos no mercado. Isso é um ciclo muito interessante e muito dependente do sistema de proteção, do sistema de patentes.

Então, é importante que esse mecanismo exista, que seja sustável, para que a gente possa corrigir essas distorções, e a Emenda 4 é exatamente uma tentativa de corrigir isso.

Agora, outro aspecto que eu queria colocar aqui, com relação à LPI, é que nós precisamos avançar um pouco nessa questão, de modo que a gente não tenha uma lei que seja muito restritiva, proibindo isso, proibindo aquilo e tal. Isso é muito ruim, porque as pessoas buscam, as pessoas que estão envolvidas – e as empresas, também, que estão envolvidas em inovação – buscam criar coisas novas, mas, se há restrições na lei, para que isso seja protegido, é muito ruim. Muito ruim porque nós, no Brasil, temos uma biodiversidade extraordinária e nós temos que explorar isso.

Há muita coisa para ser trabalhada, para ser pesquisada, para gerar inovação na nossa biodiversidade. É uma pena que nós ainda não tenhamos investido o suficiente para tirar proveito dessa nossa biodiversidade.

Logicamente, tudo isso tem que ser sustentável; não é a destruição dessa nossa riqueza, mas apenas a exploração racional disso que temos.

E eu não conheço... Acho que a Anna Laura comentou algo neste sentido também: eu não conheço nenhum país no mundo que se desenvolveu sem utilizar, sem fazer uso do sistema de patentes, porque a proteção da inovação é absolutamente indispensável para que o país continue inovando e trazendo recursos, trazendo divisas e por aí vai.

O que acontece é que nós, no Brasil, precisamos também entrar a fundo nesse sistema, produzindo mais e mais patentes, tendo mais e mais empresas interessadas em inovação, que levem esses produtos, levem essas patentes para o mercado. na forma de produtos e serviços. É isso o que

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vai transformar a nossa economia. Isso tem um potencial muito grande para tornar o Brasil o país que queremos.

Para finalizar, para fechar aqui, eu gostaria de fazer uma avaliação muito pessoal.

Eu tive a oportunidade – na época, um jovem estudante de mestrado – de participar das discussões da nossa Lei 9.279, lá em 1996. Quando ela foi promulgada, eu considero que nós tivemos uma nova etapa no país: nós passamos a reconhecer patentes na área farmacêutica, e isso abriu caminho para que nós tivéssemos os medicamentos genéricos. E isso foi muito positivo para as nossas empresas, porque os medicamentos genéricos tornaram mais acessíveis vários medicamentos, o que foi muito importante para as empresas, as empresas se capitalizaram bastante com os genéricos, foi um momento muito importante, e algumas empresas começaram também a trabalhar as suas patentes – a Biolab é um exemplo, com o Vonau –, mas isso foi uma etapa, um momento.

Eu acho, então, que agora é chegada a hora de nós avançarmos com isso. Os genéricos já estão aí colocados, são um sucesso. Eu particularmente faço uso de genéricos. Perfeito, só que agora nós precisamos avançar.

Nós precisamos aumentar e muito o nosso depósito de patentes para que dê origem a produtos que a nossa população vai utilizar e quiçá até para nós exportarmos e trazermos divisa para o país. O Brasil tem condições de fazer isso, nós temos universidades que fazem pesquisa de ponta, nós temos empresas capitalizadas, nós temos inclusive o sistema Embrapii, que financia parte dessa pesquisa de universidade com empresas para levar produtos ao mercado. Nós precisamos – e aí, Senador, o nosso Parlamento pode ajudar bastante – é de segurança jurídica, para que possamos dar esse passo agora para nos tornarmos inovadores, fazermos proteção das nossas invenções, para que a nossa população possa fazer uso então desses medicamentos, enfim, de tudo isso que ajuda a melhorar a nossa saúde. O Antoine também falou muito bem, a população está envelhecendo, isso é muito comum, a gente precisa de mais e mais tratamentos. Quanto mais a gente atuar preventivamente e quanto mais a gente fornecer o tratamento, melhor fica para todos nós.

Eu acho extremamente importante o que esta Comissão está fazendo para que a gente possa então ter segurança jurídica, para que nós inovadores – sejam empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO FERRAZ (*Por videoconferência.*) – ... ou pessoas –, possamos avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Prof. Humberto, que, apesar de ter iniciado as suas palavras dizendo que não tinha muito o que falar, falou bastante e trouxe novas contribuições aqui para o nosso debate, abordando até o histórico de todo esse processo da criação dos medicamentos genéricos, como é que aconteceu, um processo que ocorreu lá nos anos 90, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique, coloca o exemplo claro da insegurança jurídica quando se levam 13,5 anos para uma patente que foi depositada ser aprovada... Aí, depois, o prazo de validade, que era dez anos, no meio do caminho, passa a 20, mas a contar do momento em que foi apresentado lá no INPI, e, consequentemente, há uma perda de 3,5 anos. Então, é o caso clássico do que ocorre aqui no Brasil.

Por isso é que nós, aqui no Parlamento, temos que ter uma preocupação muito grande toda vez que nós legislamos. O Brasil, sem qualquer conotação aqui, mas é o país em que vale o escrito, em

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consequência, nós temos que ser bem detalhistas em cada lei para evitar dar margem a dúvidas e interpretações que no futuro vão dar mais, vamos dizer assim, caminho para que a insegurança jurídica prospere.

Também é muito importante a menção à nossa rica biodiversidade. Nós temos a Amazônia, a Amazônia é praticamente metade do nosso país, sendo que, desses 5 milhões de quilômetros quadrados que compõem aquilo que se chama Amazônia Legal, em torno de 4,2 milhões é o bioma em si, o bioma amazônico, e onde a riqueza da biodiversidade é enorme e, até então, os conhecimentos que nós temos sobre ela ainda estão muito limitados. Então, nós temos um espaço muito grande, de modo que a gente, cada vez mais, comece a avançar com essa questão de aumento das nossas patentes e entrar numa era de escala de depósitos daquilo que nós temos capacidade de inovar e mostrar ao mundo o que o Brasil pode fazer para auxiliar a humanidade como um todo.

Vamos, então, agora ao nosso próximo debatedor, que é o Sr. Thiago Falda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação.

Sr. Thiago, o senhor dispõe de até 15 minutos para a sua exposição.

O SR. THIAGO FALDA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes e agradecer o convite de participar de uma audiência dessa relevância, desse porte, ao lado de pessoas tão qualificadas.

Aqui eu vou... Sem querer ser repetitivo, mas, Humberto, eu trago exatamente o mesmo que você falou, depois que a gente vai trazendo, passando pelo que todo mundo trouxe aqui, o Antoine, a Anna Laura, agora o Humberto, eu vou procurar também não me repetir.

Basicamente, só para a gente falar um pouco sobre a ABBI, e aqui é importante, porque eu vou trazer para vocês... Muito se fala, quando a gente tenta trazer a questão, Senador... Quando a gente traz a questão de patentes, sempre se associa, a gente tem associação com a indústria farmacêutica, por motivos óbvios, mas a inovação vai muito além, o impacto da inovação vai muito além, como os meus demais colegas aqui trouxeram.

Só para vocês entenderem quem eu estou representando aqui, nós temos 24 empresas, entre multinacionais, empresas brasileiras de pequeno, de médio e de grande porte; temos institutos de pesquisa; e todas elas representando aqui mais de 20 setores. São mais de 200 mil empregos diretos gerados e mais de R$400 bilhões anualmente que essas empresas movimentam aqui no Brasil. Basicamente, o que a gente tem a trazer aqui, o que eu quero trazer é uma visão realmente dos diversos setores, da área de inovação desses setores. A Associação Brasileira de Bioinovação reúne essas empresas que investem em tecnologias inovadoras, baseadas em recursos biológicos e renováveis.

Muito vem se falando sobre bioeconomia nos últimos anos, Senador, e aí obviamente não dá para falar em bioeconomia sem se lembrar de Amazônia, como o senhor muito bem colocou, e muito recentemente a bioeconomia se torna realmente uma pauta que vem sendo discutida nos diversos países.

Basicamente, falar em bioeconomia... O que significa exatamente falar em bioeconomia? Bioeconomia passou a ser discutida efetivamente em 2009, com a publicação de um estudo da OCDE, e, desde então, nós tivemos uma série de outras definições sobre bioeconomia, e você tem a definição sendo adotada por diferentes países em diferentes contextos, e essas definições levam muito em

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consideração as características regionais e os interesses geopolíticos que cada país ou cada região atende, mas, independentemente do setor, das definições que a gente utilize, todas elas têm em comum quatro elementos principais, e é aqui que eu gostaria de começar a aprofundar um pouquinho.

Falar em bioeconomia é falar necessariamente em recursos biológicos. Não existe bioeconomia sem o "bio", sem o recurso biológico. Essas definições também trazem, em comum, independentemente do local onde ela é adotada, a sustentabilidade ambiental, a inovação e os processos industriais. Então, vejam, eu tenho diferentes definições de bioeconomia. A primeira tentativa de se definir o que é bioeconomia, no âmbito internacional, veio do G20, na iniciativa de bioeconomia do ano passado, aqui no Brasil, e não se chegou ainda a uma definição, mas trouxe algum norte. Todas elas trazem, então: recursos biológicos, inovação, conhecimento científico, sustentabilidade e processos industriais.

Bom, se eu estou falando, então, de recurso biológico, eu preciso falar de biodiversidade. O recurso biológico necessariamente envolve biodiversidade, seja essa biodiversidade endógena, nativa, ou exótica, ou seja, o Brasil possui toda a bioeconomia movimentada por biodiversidade, seja a biodiversidade nativa da Amazônia, da Mata Atlântica, seja a biodiversidade exótica. Se eu estou falando de cana-de-açúcar, por exemplo, eu estou falando de biodiversidade da Indonésia; se eu estou falando de soja, eu estou falando de biodiversidade da China; se eu estou falando de milho, eu estou falando de biodiversidade do México, mas, necessariamente, de biodiversidade.

Segundo o que a ONU identifica, existem 17 países megabiodiversos, ou seja, com a maior biodiversidade do mundo. O Brasil, segundo a ONU, é o maior detentor de biodiversidade dentro desses 17. E, quando a gente olha, também, para o uso de biodiversidade exótica, nós temos aqui... É interessante que, quando a gente olha as principais culturas – cana, milho, soja, todas elas –, a grande produção dessas culturas se dá, basicamente, na mesma região, ou seja, nos trópicos, o que coincide com os países com a maior biodiversidade. Ou seja, os países que possuem maior biodiversidade ou que utilizam essa biodiversidade para o desenvolvimento econômico, para a agricultura, ou que tenham a biodiversidade nativa, estão na mesma região.

Fazendo um cruzamento de dados, quando a gente olha o Índice Global de Inovação... É interessante, esse aqui é o índice de 2024. Agora, algumas semanas atrás, foi publicado o índice de 2025; e, infelizmente, nós perdemos mais duas posições. A gente percebe que o Brasil está aqui na 50ª posição entre os países mais inovadores do mundo. E, quando a gente faz um cruzamento dos dados entre os detentores de biodiversidade, os produtores agrícolas que vão utilizar essa biodiversidade, como biomassa, por exemplo, a produção de alimentos e o Índice Global de Inovação, o que a gente tem, basicamente, é que somente dois países estão entre os dez mais inovadores. Eu estou falando dois, porque, no índice que foi publicado há duas semanas, a China passa a ser o décimo país em inovação.

Quando eu olho esses dados, Senador, e observo o componente para se definir a bioeconomia, o Brasil é o maior detentor de recursos biológicos, seja em biodiversidade exótica, seja na agricultura. Nós estamos aqui entre os maiores produtores de alimentos do mundo.

Atividade industrial é o segundo componente que eu trouxe. A participação da indústria no PIB brasileiro diminuiu em 50%, desde a década de 80, ou seja, a gente está tendo uma economia cada

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vez mais simples, menos complexa, o que gera, necessariamente, menor emprego de qualidade. E a gente só tem essa economia, nosso PIB só segue crescendo, porque, como o senhor muito bem colocou, temos o agronegócio que é altamente inovador e que vem compensando toda essa diminuição da participação da indústria no PIB.

E o terceiro componente, então, inovação. O Brasil figura aqui na 52ª posição entre os países mais inovadores do mundo.

E sustentabilidade. Obviamente, se estou falando em bioeconomia, tenho que falar em sustentabilidade.

Trazendo um pouco para a realidade do que o Governo vem fazendo. A Nova Indústria Brasil – então, aqui é para chamar realmente a atenção do que vem sendo investido – possui cinco eixos principais, sendo um deles relacionados especificamente com a bioeconomia e a descarbonização – e a palavra inovação como pilar central para a neoindustrialização do Brasil. Quando a gente pega o plano de ação da Nova Indústria Brasil, a palavra inovação aparece 134 vezes. Então, inovação é um eixo central do que vem sendo discutido. E a propriedade intelectual, obviamente, como muito bem colocado aqui, é fundamental.

Bom, para a gente trazer um pouquinho de dados sobre o que a inovação representa e o potencial da bioeconomia, segundo a McKinsey, Senador, 60% dos insumos industriais, hoje, já poderiam ser produzidos a partir de recursos biológicos, 30% dos investimentos privados no mundo, hoje, estão relacionados à bioindústria, direta ou indiretamente. Estudos que a gente realizou demonstram que a inovação na bioeconomia pode acrescentar ao PIB brasileiro US$600 bilhões, por ano, até 2050, se houver um ambiente de inovação adequado. E hoje, as biossoluções já movimentam, no Brasil, R$77,9 bilhões, com uma perspectiva de, em dez anos, movimentarem R$232 bilhões; e geram, hoje, 2 milhões de empregos e podem ultrapassar 5 milhões de empregos em dez anos. Para cada emprego gerado pela bioindústria, direto, eu tenho 1,6 empregos indiretos gerados em outros setores. E aí a gente veio falar, obviamente, do tema.

Aqui eu gostaria de parabenizar o Senador pela apresentação da Emenda nº 4. O Humberto, a Anna Laura e o Antoine trouxeram já bastante detalhes. Não quero entrar especificamente nos termos jurídicos, mas quero trazer exatamente... Estou projetando aqui essa emenda justamente para a gente ter claro o que ela traz e a importância de ela ser aprovada.

Basicamente, essa emenda define parâmetros claros. Então, basicamente, o que ela prevê? Que o INPI instaurará um processo administrativo, a pedido da requerente, para o ajuste da vigência da patente, ou seja, ela não é automática como era anteriormente, até a decisão do STF, recentemente, que questionou justamente a automaticidade. Ela prevê esses parâmetros claros, e tem prazo definido, ou seja, ela prevê que o ajuste de prazo nunca vai ultrapassar cinco anos. E, um terceiro ponto, ele é proporcional ao atraso na tramitação, ou seja, o INPI vai avaliar, com base no atraso, qual vai ser o prazo, a recomposição necessária.

A recomposição do prazo de patente ou PTA – como a Anna Laura colocou – é recomendada pelo Trips, é prevista no Trips, é adotada por todos os países que já investiram em inovação e, Senador, de forma bastante clara, não existe justificativa para se falar em inovação e não defender que o prazo de patente de um produto seja recomposto caso haja atraso do Estado. Isso não existe, não

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existe justificativa para não defender; não existe justificativa para quem defende inovação em não apoiar a aprovação da Emenda nº 4.

E aí nós chegamos, obviamente, ao porquê da propriedade intelectual, já para finalizar. Ela garante a segurança jurídica e a previsibilidade, transforma o conhecimento em ativo econômico, fomenta soluções para desafios locais. Então, obviamente, nem toda inovação é global e a inovação só vai ser... A gente só vai conseguir transformar os ativos da biodiversidade brasileira em soluções reais se nós tivermos a garantia ao desenvolvedor do produto de que ele tenha proteção para o que ele está investindo. Não adianta eu desenvolver uma solução para uma praga agrícola que acontece nos Estados Unidos, na Austrália, na China e tentar trazê-la para o Brasil. Os problemas... Existem inovações que são globais e existem inovações que são necessariamente locais, e ela só vai conseguir funcionar, só vai ser desenvolvida se a gente tiver esse ambiente adequado.

E um segundo ponto que eu gostaria de trazer, Senador, é o valor intangível da patente. Quando eu estou falando em soluções, uma patente concedida representa um ativo econômico. Então, falar que a patente concedida vai retroagir e quem infringiu a patente vai ter que... E que o fato de essa patente retroagir é suficiente para a gente conseguir trazer segurança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FALDA – ... não está considerando que eu tenho a patente concedida, e ela pode ser utilizada como garantias para financiamento nos processos de fusão e aquisição. Então, esse é um segundo ponto extremamente importante.

Finalizo aqui a minha fala trazendo uma visão que representa toda a visão das indústrias inovadoras relacionadas à bioeconomia no Brasil.

Muito obrigado.

Ah, Senador, se me permite, desculpe-me. Eu convido a todos a visitarem o *site* que foi lançado agora esta semana, www.brasilpelainovação.com.br, uma coalizão formada por algumas entidades que apoiam a inovação no país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria cumprimentar o Sr. Thiago Falda pela apresentação extremamente objetiva, trazendo aqui ao conhecimento de todos que estão nos acompanhando, e podem ter certeza que tem muita gente nos acompanhando pelo e-Cidadania, por meio da TV Senado, colocando muito claramente essa questão da bioeconomia. Mostra que o, vamos dizer assim, marco inicial da discussão efetiva é o ano de 2009, então é muito recente. Faz uma análise, vamos dizer, de todas as definições que foram colocadas pelos mais diversos atores e aí coloca que a bioeconomia compreende os recursos biológicos, a inovação e o conhecimento, a sustentabilidade ambiental e, obviamente, a produção industrial. E a inovação na indústria é fundamental, e aí nós temos que ter tecnologia, temos que ter pessoal capacitado, temos que ter energia.

Então, o Brasil tem um caminho para isso. É que nós temos que, realmente, voltar a ter uma capacidade industrial como já tivemos no passado, e, realmente, a perda da participação da indústria brasileira no nosso Produto Interno Bruto, ao longo dos últimos anos, tem sido, vamos dizer assim, numa escala, não vou colocar geométrica, mas é uma escala aritmética essa queda aí. E, realmente, se

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós queremos dar um salto de qualidade no país, nós temos que refazer esse caminho, um caminho que...

Vamos lembrar, a industrialização brasileira é muito recente, ela ocorre no período pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente ao longo do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, quando chega a indústria automobilística aqui no Brasil, que foi a primeira grande empregadora, e avança durante o período dos Governos militares, mas, depois, inicia um processo de retrocesso muito ligado ao protecionismo que nós temos aqui no Brasil, que é outra das amarras.

Eu vou convidar a nossa Embaixadora da Dinamarca, que está nos acompanhando aqui. É um prazer muito grande ter a senhora aqui, Embaixadora, e eu sei que a senhora quer fazer uma manifestação. Então, nós vamos abrir a palavra para a senhora aqui no Parlamento brasileiro. A Dinamarca é um país irmão, é um país por quem nós temos muito apreço. Existem descendentes dinamarqueses aqui no Brasil.

Então, Sra. Eva Pedersen, tem até cinco minutos para fazer a sua manifestação.

A SRA. EVA PEDERSEN (Para expor.) – Muito obrigada.

Estão me ouvindo aqui? Está bem? (*Pausa.*)

Cumprimento os Senadores e a Comissão de Ciência e Tecnologia, aqui representada por S. Exa. o Senador Mourão. Cumprimento também, com muito carinho, os colegas que compõem este debate. É uma honra estar aqui no Senado Federal, falando sobre inovação e a sua importância para o crescimento econômico.

Neste semestre, a Dinamarca tem a Presidência rotativa da União Europeia. Uma das nossas grandes prioridades é a promoção da competitividade e, nesse contexto, ressaltamos a importância da inovação. Há 50 anos, grande parte das exportações da Dinamarca eram produtos agrícolas, nós continuamos sendo um país agrícola com muito orgulho, mas hoje a nossa economia e as nossas exportações se diversificaram muito. Mais de 46%, ou seja, quase a metade da nossa força de trabalho é empregada em indústrias de alta e média-alta tecnologia, grande parte voltada à exportação.

Por que a Dinamarca é considerada um dos países mais inovadores? Vimos também os *rankings* antes e o que eles falam, os *rankings*, é que avaliam a inovação. Quando eles veem isso, destacam duas características presentes no nosso país – uma forte colaboração, de que também estávamos falando hoje, entre o setor privado e o setor público, na área de pesquisa aplicada. Várias universidades trabalham junto com as empresas para desenvolver soluções para problemas reais. Nos departamentos de Engenharia e de Medicina das universidades, nós temos uma linha de estudo, de doutorado voltado às empresas. Além disso, vários fundos privados financiam pesquisa universitária. Ao mesmo tempo, há uma regulamentação eficiente e justa para essa transferência de tecnologia, de que também o Prof. Humberto falou. Outro aspecto é o conceito de aprendizado ao longo de vida, um conceito muito engrenado no nosso sistema de educação, na realidade, faz séculos, que é oferecer aos cidadãos possibilidades de atualizar o seu conhecimento ou mudar de carreira através de cursos técnicos e universitários.

Não podemos falar sobre inovação sem um dos requisitos básicos para que as empresas consigam comercializar suas ideias: um sistema justo e sólido de patentes, como também foi trazido ao debate de hoje, em um ambiente que, por um lado, permite o inventor proteger suas inovações durante um tempo limitado – importante: é limitado – e que, por outro lado, obriga o inventor a

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tornar públicas suas descobertas técnicas, o que permite que outros usem essas informações como base para criar novas soluções.

O trabalho dos três cientistas que receberam o Prêmio Nobel de Economia recentemente é sobre o crescimento econômico sustentado, e os pesquisadores colocam exatamente, no centro de sua argumentação, o sistema de patentes como catalisador de inovação e de concorrência, como também o Prof. Humberto falou. Nessa pauta, saudamos o firme compromisso do Brasil em desenvolver seu ecossistema de inovação e fortalecer a proteção à propriedade intelectual. O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual Brasileira (INPI) e seu equivalente na Dinamarca mantêm uma cooperação formalizada há anos, em que compartilham experiências na melhoria de gestão do registro e da aplicação dos direitos de propriedade intelectual. O INPI é um instituto que a gente admira, com uma liderança profissional e engajada, e um grupo de técnicos altamente qualificados. Eu queria destacar e agradecemos muito por esta longa e positiva cooperação.

Da mesma forma, acompanhamos com grande interesse os esforços deste Congresso em modernizar a legislação brasileira de propriedade intelectual, e eu aproveito também a oportunidade para, por minha parte, parabenizar a emenda que o Senador Mourão apresentou à revisão da Lei de Propriedade Industrial, e que meus colegas aqui de mesa também trouxeram. A proposta busca cobrir uma lacuna que nós escutamos com frequência, tanto de empresas brasileiras como estrangeiras: a possibilidade de compensar os atrasos de avaliação e garantia de patente, sempre de forma proporcional e com limites.

Uma das maiores referências de empresa inovadora brasileira, e globalmente também, é com certeza a Embraer, uma empresa altamente competitiva no mercado internacional, que multiplicou o valor de mercado e que tem uma presença na União Europeia cada vez mais forte. Em 2025, a Scandinavian Airlines – é uma linha dos países nórdicos, também da Dinamarca – adquiriu 45 aeronaves comerciais desta gigante brasileira, por um valor acima de R$20 bilhões, destacando a alta competitividade em termos de preço, qualidade e adaptação à redução da pegada de carbono. O exemplo da Embraer, como uma empresa muito inovadora, mostra um forte *link* entre a inovação e a abertura dos mercados que viram motor de crescimento econômico. Então, queremos mais exemplos como este e queremos aumentar o fluxo comercial entre o Brasil e os países europeus.

Neste contexto, o acordo comercial com o bloco Mercosul é uma máxima prioridade para a Presidência dinamarquesa. Nós estamos convencidos de que um acordo entre os dois blocos será também um catalisador de inovação e de crescimento para todas as sociedades...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EVA PEDERSEN – ... desta nova aliança. Eu espero muito que o acordo seja assinado aqui em breve, em 20 de dezembro, e a Presidência dinamarquesa está trabalhando, claro, junto com a Comissão Europeia e o Governo do Brasil para que seja assim.

Eu agradeço pela atenção, pela oportunidade de estar aqui. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer à Embaixadora Eva Pedersen pelos seus comentários, mostrando claramente que a Dinamarca adotou um modelo de intensidade tecnológica baseado no conhecimento, na educação de seu povo e, a partir daí, com empregos de qualidade, gerando cada vez mais inovação e, consequentemente, renda para todo mundo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um modelo extremamente interessante e, quando a gente compara, não é questão de tamanho do país – quantas Dinamarcas cabem dentro do Brasil? –, mas a realidade é que há uma outra mentalidade. E é isto o que nós estamos discutindo aqui: essa mudança de mentalidade que nós temos que ter aqui no nosso país.

Lamentavelmente, ainda existe uma corrente que acha que o Estado pode resolver tudo. O Estado não é o solucionador de tudo, o Estado tem que se comportar como indutor. O Estado não pode atuar em determinadas áreas empresariais querendo substituir a iniciativa privada, porque, no final das contas, a gente sabe onde é que termina; termina sempre em déficit de fundo. Não vou comentar mais sobre isso porque é um assunto de outros temas.

Eu vou aproveitar aqui para prestigiar as pessoas que acompanharam o nosso debate, lendo algumas das perguntas que foram colocadas; a maioria delas foi respondida aqui pelas senhoras e pelos senhores.

Então, a Júlia, lá do meu Estado do Rio Grande do Sul, perguntou: "Que políticas podem reduzir a dependência tecnológica externa e estimular produção nacional de alto valor agregado?".

A Renata, do Rio de Janeiro: "Como viabilizar inovação na administração [...] mesmo com restrição orçamentária, alinhando as exigências legais à realidade dos órgãos?".

O Cayo, do Rio Grande do Norte: "Deveríamos industrializar nosso país? Ou vamos eternamente continuar como produtores de [...] [matéria-prima]? Isso é proposital?". O Cayo está bem... Não é?

O João, lá de Pernambuco: "Quais ações podem ser implementadas para democratizar o acesso à tecnologia e reduzir desigualdades entre regiões?".

O Henrique, de São Paulo: "Considerando a capacidade das universidades públicas e a [...] [disponibilidade] de recursos naturais, o que impede [...] [o desenvolvimento da] indústria?". Muito comentado aqui.

O Marco, também lá do Rio Grande: "O Governo deve ser o facilitador para que empresas e tecnologia tenham um ambiente favorável para gerarem riqueza e mão de obra qualificada". Parece que a gente se comunicou, eu e o Marco.

O Manoel, do Distrito Federal: "Considerando o papel estruturante da indústria de inovação no Brasil, [...] [como o] INPI pode ajudar em termos regulatórios, visando o custo?".

A Larissa, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias para que pesquisas inovadoras em instituições públicas tenham continuidade e gerem resultados que cheguem à sociedade?".

O Cristiano, do Rio de Janeiro: "Que medidas o Senado apoia para criar carreiras digitais atraentes do Governo e atrair profissionais experientes de TI?".

O Luís, de São Paulo: "De que forma a autonomia administrativa e financeira das agências reguladoras impacta [...] [a] atuação no país?".

E o Marcus, de São Paulo: "É preciso criar políticas que ampliem oportunidades para pesquisadores brasileiros atuarem em setores estratégicos [...]".

Então, vejam que as pessoas que nos acompanhavam estavam extremamente sintonizadas com aquilo que nós estávamos falando.

Para encerrar aqui a nossa atividade, eu vou conceder, ainda, dois minutos para cada um dos debatedores, para que façam as suas considerações finais, começando pela Sra. Anna Laura.

A SRA. ANNA LAURA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer um gancho na pergunta do Cayo: "Deveríamos industrializar nosso país? Ou vamos eternamente continuar como produtores de [...] [matéria-prima]? Isso é proposital?". O gancho que eu quero usar é para dizer o seguinte: nós devemos ter mais liberdade de mercado no Brasil. Nós devemos permitir que os empreendedores empreendam, nós devemos permitir que os inovadores inovem e que os cientistas pesquisem. E isso só vai acontecer se nós tivermos um país com segurança jurídica, se nós tivermos um país que não afugente essas pessoas. Porque, de todas as perguntas que foram feitas, de tudo que a gente tratou aqui... E aí aqui vem: "De que forma a autonomia administrativa e financeira das agências [...] [é importante]?". "Quais ações podem ser implementadas [...]?". "[...] o Senado [...] [Federal está trabalhando] para [...] [atrair] carreiras digitais [...] de TI?".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANNA LAURA – Todas essas partem do pressuposto seguinte: se não houver liberdade dentro de um país, se não houver cobrança efetiva do Estado para que esse Estado, de fato, consiga atrapalhar menos, ser menor, menos burocrático, menos intervencionista, menos atrasado... Quanto mais a gente conseguir trabalhar nesse limite, melhor para o país. As estratégias já estão postas.

O PTA, pela emenda do Senador Hamilton Mourão, é uma estratégia urgente, necessária e resolutiva desse problema. Então, se nós queremos que o Brasil deixe de ser conhecido, hoje, como – muitos dizem, de forma pejorativa, e que não é algo ruim –, a fazenda do mundo, se nós queremos ampliar nossa economia para outros ares, nós precisamos começar a partir de medidas como o PTA; nós precisamos começar a partir de medidas de fomento à tecnologia, à inovação de uma forma menos proibicionista, menos reguladora, menos sufocadora do empreendedorismo no Brasil. E isso perpassa por tudo aquilo que foi trazido aqui.

Muito obrigada, Senador, pela sua disponibilidade, pela sua atuação aguerrida nesses termos. Obrigado aos meus colegas de bancada, aos que estão aqui e aos que estiveram não presencialmente, mas de forma virtual. A batalha é longa, é árdua, mas o motivo é nobre e nós estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Anna.

Eu passo a palavra agora para o nosso debatedor que está nos acompanhando remotamente, já que o Antoine Daher teve que sair para outro compromisso.

Então, Prof. Humberto Ferraz, o senhor tem até dois minutos aí para uma palavra final.

O SR. HUMBERTO FERRAZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador. Muito obrigado.

Senador, eu queria destacar uma questão aqui, porque, como professor, estou bastante envolvido. Inovação depende muito de talentos, que a gente tenha formado o pessoal que tem condição de inovar. Nós chegamos a esse ponto no Brasil, nós temos pessoal, nós temos universidades, nós temos empresas muito bem estruturadas. Como é que nós avançamos, então? Eu acho que mecanismos como, por exemplo, a Embrapii, que existe para suportar, financiar, assumir parte do investimento em inovação, juntando as universidades com as empresas, é um caminho interessante, um caminho importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO FERRAZ (*Por videoconferência.*) – Nós temos avançado, nós temos talentos. O que nós precisamos fazer, na minha opinião, na verdade não é uma coisa só, mas nós precisamos

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

divulgar, trabalhar mais a questão da cultura da inovação. Nós precisamos entender que sem inovação nós não vamos a lugar nenhum, nós vamos continuar sendo um país que exporta matérias-primas. Não que isso seja ruim, é um orgulho o Brasil exportar os alimentos que exporta. Temos riquezas naturais que nós podemos explorar, mas, se nós explorarmos a nossa tecnologia, nós vamos muito além, e nós precisamos dar uma resposta para esses mais de 200 milhões de pessoas que nós temos.

Senador, muitíssimo obrigado. Obrigado aos colegas também que debateram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Prof. Humberto.

E passo a palavra, para as suas considerações finais, ao Sr. Thiago Falda.

O SR. THIAGO FALDA (Para expor.) – Bom, eu vou me concentrar aqui em responder uma das perguntas, porque eu acho que ela pode sintetizar.

O João, de Pernambuco, perguntou: "Quais ações podem ser implementadas para democratizar o acesso à tecnologia e reduzir desigualdades entre regiões?". Falando sobre a bioeconomia, eu vou trazer um exemplo bastante claro. Nós temos algumas refinarias de petróleo no Brasil. Devem ser, se não me engano, entre 15 e 16 refinarias – perdoem-me pela falta de precisão –, que são responsáveis pela produção de mais ou menos 35 bilhões de litros de combustíveis; importamos também, mas vamos arredondar. E nós temos mais de 400 biorefinarias, que são responsáveis por quase a mesma produção de biocombustíveis.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO FALDA – O que eu quero dizer? Em cada local que uma refinaria está instalada, ela gera um desenvolvimento regional muito grande. A bioeconomia permite que você gere esse desenvolvimento localmente, em menor escala e distribuído, e esse desenvolvimento vai acontecer considerando as vocações locais. Em cada local que uma biorefinaria está instalada, eu vou ter toda uma rede de infraestrutura necessária para que ela funcione.

Então, João, é muito mais complexo do que essa explicação que eu estou trazendo. A inovação é também complexa. Existe um ambiente muito importante aqui, são vários componentes, que vão de financiamento a estabilidade econômica, estabilidade regulatória, ecossistema de inovação; e, obviamente, como eu trouxe aqui, a proteção ao desenvolvedor é um dos pontos fundamentais.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – São importantes esses comentários que o Thiago colocou, porque nós temos que ter uma visão de que as dimensões do Brasil, Embaixadora Eva, resultam em que nós somos cinco países diferentes em um. Por isso, essa questão regional é importante. Nós temos alguns problemas centrados em locais onde há uma determinada produção que não há em outro local, e aí nós temos problema de transporte, principalmente pela ausência de uma rede ferroviária, que já tivemos no passado.

Eu estive agora há pouco visitando a Braskem, lá do Rio Grande do Sul, que produz o chamado polipropileno verde. Ela não usa a nafta nessa produção, ela usa o álcool, só que o álcool vai de São Paulo para o Rio Grande do Sul, no lombo de um caminhão, porque a ferrovia está interrompida. Esse é um exemplo que eu estou dando das dificuldades de um país de dimensões continentais e com as nossas características.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer a presença de todos, a qualidade do debate que foi colocado aqui por todos, e fazer um agradecimento especial à Embaixadora Eva Pedersen. Embaixadora, a senhora é uma parceira aqui dentro, e a gente sempre fica admirado quando nós temos alguém que representa seu país e fala tão bem o nosso idioma. A senhora é um exemplo, pode ter certeza disso aí.

Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3496229816

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e vinte e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências das Senadoras Leila Barros e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eliziane Gama, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rogerio Marinho, Beto Faro e Tereza Cristina. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Zequinha Marinho, José Lacerda, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Sabatina de Indicação de Autoridade (ANA)**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 67, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23, da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Medeiros de Andrade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada por 10 votos SIM, 0 votos NÃO e 0 ABSTENÇÃO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidiu a 26ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde, boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senadora Leila. Boa tarde, também, à Sra. Renata.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 12 de novembro de 2025.

Nós temos aqui alguns comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofícios nº 7.118 e nº 7.122, de 2025, da Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, solicitando apoio à CMA para a apresentação de emendas parlamentares destinadas à recuperação ambiental e combate a incêndios florestais em terras indígenas, em consonância com os direitos e saberes tradicionais dos povos indígenas. Os ofícios serão encaminhados aos membros do Colegiado para conhecimento e avaliação;

- Aviso de nº 1.156 do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão de nº 2.439, de 2025, proferido pelo Plenário do TCU, ao apreciar o processo do TC-023.204/2015-0, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, que trata de relatório de auditoria relativa às obras da nova subida da Serra de Petrópolis, no Rio de Janeiro, por meio do contrato de concessão PG-138/95-00.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar atuação neste período.

Objetivos e diretrizes desta reunião. Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, a presente reunião é destinada à arguição pública e votação da indicação da Presidência da República ao cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Na 25ª Reunião, conhecemos o relatório da Senadora Leila Barros quanto à indicação da Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na intenção de otimizar o tempo de todos e permitir a devida profundidade nas arguições e respostas, sugerimos aqui um roteiro. Eu queria já convidar a Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque para que possa vir até aqui. (*Palmas.*)

A indicada, a princípio, terá dez minutos para fazer as suas exposições iniciais. Seja bem-vinda, Sra. Renata! Aí, em seguida, a gente abre a votação e também a fala da nossa Relatora, a Senadora Leila.

Agora, eu já passo aqui para fazer a sua apresentação inicial à Sra. Renata.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO (Para discursar.) – Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela indicação, ao Ministro Waldez Góes, à Ministra Gleisi Hoffmann, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Fabiano Contarato, e um agradecimento especial à Senadora Leila Barros, Relatora da indicação do meu nome, à Senadora Augusta Brito, que preside esta sessão, e na sua pessoa cumprimento os Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão e desta Casa.

Também gostaria de agradecer o apoio da Senadora Zenaide Maia, do meu estado, à Governadora Fátima Bezerra, à Deputada Natália Bonavides, pelo apoio, aos Senadores Styvenson e Rogerio Marinho e aos demais Deputados do meu estado, que também estiveram junto nessa caminhada, em busca dessa pretensa indicação e ocupação dessa função. Queria fazer uma menção especial também ao ex-Senador Garibaldi Alves Filho, que sempre nos apoiou ao longo da nossa trajetória profissional.

Vou procurar ser o mais sucinta possível, porque eu sei que existem emergências na Casa.

Agradeço demais a oportunidade e, como eu disse, com os meus mais cordiais cumprimentos e honrada por estar diante dos senhores e senhoras para apresentar-me como indivíduo, bem como para expor minha trajetória de mais de 20 anos como servidora pública, muitos dos quais dedicados à educação superior e de outros agentes públicos, à regulação e à seara da integridade pública. Espero ser considerada apta a exercer a honrosa função de Ouvidora-Geral da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de ressaltar que compreendo a importância da transparência pública e dos demais princípios que norteiam a nobre atuação em ouvidoria, posto que já exerço a função na condição de substituta. Além disso, sou sabedora do relevante papel que esse órgão desempenha, por força de lei, nas agências reguladoras, que é de natureza diferenciada. A ouvidoria, nas agências reguladoras, tem uma atuação diferenciada, já que envolve não apenas o acolhimento aos cidadãos, em sua mais ampla acepção, bem como aos agentes públicos, mas também a função de colaboração na gestão pública, de zelo pelo atendimento aos itens de transparência ativa, de relato ao Legislativo e órgãos de controle por disposição legal, bem como de harmonização institucional, através do exercício de uma escuta ativa e acolhedora, do diálogo e da educação como medida preventiva, além da composição de colegiados internos e externos, contribuindo, assim, para o bom funcionamento da administração pública.

Acredito, pois, que, por ser canal que permite o exercício da cidadania ativa, além de um termômetro orientador da gestão, prescinde de experiência que penso ter adquirido ao longo das mais variadas oportunidades profissionais que vivenciei, seja com a convivência com os Conselheiros da Comissão de Ética Pública... Correndo o risco de quebrar um pouco a impessoalidade, gostaria de mencionar o Conselheiro Fábio de Sousa Coutinho, o Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, a Ministra Cármen Lúcia e tantos outros que compuseram aquele nobre colegiado do qual tive a honra de ser secretária executiva e coordenadora jurídica.

Queria agradecer também, além da convivência com os conselheiros e autoridades, aos agentes públicos com que tive a oportunidade de trabalhar ao longo dos anos, servidores e terceirizados – essa é uma grande vertente, uma grande questão, que precisa ser, sempre, mais trabalhada e incorporada, para a gente ter essa valorização dos agentes públicos como um todo, que compõem uma administração tão rica, a administração pública brasileira –, também aos meus professores, aos meus alunos, aos cidadãos, às demandas sociais sempre tão dinâmicas e demandantes, que me fizeram aprender tanto.

Passo, pois, a relatar um pouco do meu currículo, mas eu vou ser bem sucinta porque isso já foi trazido pela Relatora.

Eu gostaria de destacar que, ao longo da minha vida, eu trabalhei junto ao atendimento do cidadão nos juizados especiais, cíveis e criminais do Rio Grande do Norte, também fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na disciplina de Direito Público, e aprendi demais com os meus alunos e com os colegas, alguns dos quais hoje estão integrando tribunais superiores aqui em Brasília, como o Dr. Marcelo Navarro, com quem aprendi muito. Além disso, trabalhei no Inmetro, no Instituto de Pesos e Medidas, como coordenadora jurídica, também com atendimento ao cidadão, sempre nessa frente, e tive a oportunidade, nessa área de integridade, de atuar tanto na área de corregedoria, de processos disciplinares, como nos processos administrativos e processos éticos, apuratórios éticos, em relação às autoridades públicas do Executivo Federal e, agora, na Ouvidoria.

Então, eu entendo que, nesse contexto, todas as chamadas searas da integridade e os órgãos afins foram abarcados nessa minha atuação.

Na área internacional, também sempre atuei junto, enquanto na Comissão de Ética Pública. Passei, também, como servidora, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – então, a regulação sempre esteve na minha vida, esse pensamento de regulação, também –, e agradeço imensamente a Cynthia Curado, também, pela oportunidade. Foi uma chefe que sempre me apoiou. As mulheres sempre estiveram presentes, fortes, e tiveram presenças fortes na minha vida, como a minha avó, Elizabete, e minha mãe, Lúcia.

Na Presidência da República, além da Comissão de Ética Pública – onde eu atuei por cerca de oito anos –, eu estive dois anos à frente da assessoria direta do Gabinete da Casa Civil. E, nesse momento, também atendi diversas demandas de servidores públicos da área de regulação, da área de meio ambiente, da área de interesse dos povos indígenas, enfim, diversas demandas de nuance geral, administrativa, que ficavam a meu cargo, enquanto assessora do Gabinete da Casa Civil.

Então, quero destacar que uma das maiores experiências que eu tive na vida, realmente, foi através desse conjunto de ações e atividades que desenvolvi com um atendimento próximo. Então, acredito que a ouvidoria tem que mudar um pouco essa roupagem e essa visão que ela tem. Assim como a área disciplinar sempre teve uma visão muito de persecução, de punição – eu acho que a comissão de ética veio suavizar isso, mostrar que existe uma zona cinzenta que também precisa ser trabalhada –; e a ouvidoria é como esse ambiente de recepção, mas ela não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é apenas um ambiente de recepção, ela é um ambiente, sobretudo, de gestão, ela pode levantar estatísticas, dados e informações que são extremamente úteis para a administração pública.

Exemplo disso foi o que aconteceu recentemente, inclusive, com as enchentes do Rio Grande do Sul, em que houve um trabalho forte da Ouvidoria-Geral da União – quero também parabenizar o trabalho da Ouvidora anterior e da atual Ouvidora – que fez com que houvesse um atendimento muito rápido a essas demandas provenientes da área que sofreu essa calamidade. Então, eu acredito que, se a sociedade tiver a visão do que é a ouvidoria como papel propulsor de mudanças sociais, ela caminha bem.

E eu queria, por fim, agradecer também aos meus pais; aos meus filhos, Artur e Liz; ao meu esposo, Carlos Eduardo, que me acompanha hoje aqui também – e sempre –; à equipe de apoio administrativo, que trabalha comigo, que eu valorizo imensamente, Juliane Galletti, Raimunda Patrícia, Alice; ao...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – ... Dr. Ricardo Medeiros de Andrade, que me oportunizou a ida para a Ana; e a todos os colegas que me apresentaram – engenheiros, biólogos –, porque, alguém da área jurídica que chega a um órgão como a Agência Nacional de Águas e Saneamento tem sempre muito a aprender. Ouvidoria é isto: é aprendizado diário, é a sensibilidade tanto com os agentes, internamente, e, em especial, no momento em que a gente passa por muitas demandas de ordem não só ambientais, mas também humanas e de adoecimento mental.

Então, a Ouvidoria recebe desde as demandas de assédio moral, assédio sexual, questões de demanda de saúde mental, esse acolhimento, até as demandas que se relacionam a barragens, a calamidades. Então, existe uma gama de assuntos que a gente precisa dominar ou, pelo menos, conhecer.

E eu acredito que, lá na Agência Nacional de Águas, por eu ter ocupado a função de assessora também da diretoria, onde eu tive essa oportunidade de trabalhar com isso e também depois, nos assuntos de relações institucionais, esse trato com o Executivo e com o Legislativo municipal e estadual... Essa chegada do saneamento, que é algo também que no Brasil, embora tenha uma competência compartilhada com outros órgãos, é algo de muita relevância. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos num momento em que está acontecendo a COP onde vários assuntos desses estão sendo tratados.

E, assim, as comunidades quilombolas eu também recepcionava – foi a menção que eu esqueci de pontuar. Então, por tudo isso, eu gostaria de agradecer. Eu acredito que nada na vida acontece por acaso, e a gente busca um caminho. Sou filha de professores universitários, ambos sanitaristas, defensores da prevenção. E prevenção... essa ponte que existe entre a Agência Nacional de Saúde, de que eu fiz parte, e a Agência Nacional de Águas, essa questão da saúde pública, todo esse contexto de impacto do ambiente na saúde, eu acho que há uma grande relação. Então, é isso que eu gostaria de dizer.

Quero agradecer imensamente ao meu pai, Aldemir José de Albuquerque, à minha mãe, Lúcia Marinho Medeiros de Albuquerque, sem os quais eu não estaria aqui, pela formação pessoal que eles me proporcionaram, como professores, como educadores, como servidores públicos.

E quero dizer da valorização que eu tenho e da... Alguns me chamam de utópica, mas eu acredito que a integridade vem se mostrando cada vez mais presente e necessária para uma boa gestão pública.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bem, eu quero aqui já registrar e já parabenizar também a Sra. Renata pela sua exposição de motivos, pela sua emoção quando fala do pai e da mãe, enfim, e pela responsabilidade que traz... realmente está sendo indicada a um cargo para o qual, não só pelo currículo, mas pela exposição, mostra que tem total competência e capacidade, com certeza, para ter sido indicada.

E aqui eu já queria pedir para que a gente pudesse já abrir a votação. Aí eu já vou passar aqui para a Senadora Leila, lembrando que essa votação é uma votação nominal. Então, os Senadores que fazem parte da Comissão têm que vir até a Comissão para fazer a votação.

A gente encerra, então, a primeira parte desta audiência pública com a fala da nossa querida Renata, nossa indicada, já fazendo aqui e solicitando à Secretaria que abra a votação. E, como foi dito, nós vamos ter a votação aqui na cabine do lado, nos totens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu já passo aqui, de imediato, para a nossa Relatora, Senadora Leila, que quer também aqui se manifestar.

Já está aberta a votação? Se já estiver aberta, já convido aqui... (*Pausa.*)

Já está aberta a votação.

Já convido os Senadores e Senadoras para virem até aqui votar.

Senadora Leila.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Augusta.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Fabiano Contarato por ter entendido a urgência de a gente apreciar no dia de hoje e fazer essa sabatina com a Dra. Renata Emerenciano, agradeço-lhe a sua sensibilidade de estar à frente aqui. Aliás, já é de praxe na nossa Bancada Feminina, quando se trata de qualquer indicação, realmente a gente se mobiliza em torno uma das outras para tentar atender a essas indicações, ainda mais sendo quadros femininos que a gente sabe.

Então, a Dra. Renata atende a todos os requisitos e, além de tudo isso, para além disso, aliás, a experiência: já está na Ouvidoria tratando das demandas da nossa Agência Nacional de Águas.

Desejo à senhora, Dra. Renata... Assim, não tenho a menor dúvida de que V. Sa. vai fazer um belíssimo trabalho à frente da Ouvidoria. A gente sabe dos desafios que a Agência Nacional de Águas enfrenta, em termos de estrutura, em termos de orçamento. Eu estive Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nos últimos dois anos, e nós tivemos aqui inúmeras audiências públicas tratando das demandas da agência. Espero que a senhora consiga realizar aquilo que está se propondo. Por ser um quadro qualificado, por preencher todos os requisitos e, acima de tudo, pela experiência, já tem uma experiência dentro da agência, certamente vai engrandecer e reforçar mais ainda esse trabalho dentro da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aqui ao Senador Confúcio Moura, que é sempre um parceiro na CMA. Quando a gente o requisita, ele é implacável nisso.

Só aproveitando, já que a nossa Presidente abriu o painel – e aí nós vamos ter que aguardar a votação dos colegas aqui da Comissão –, eu tenho algumas perguntas para fazer à senhora. É só mesmo pró-forma porque eu acho importante que as pessoas saibam o que a senhora pretende fazer à frente da Ouvidoria, apesar de já estar lá trabalhando e já comandando. Eu gostaria de falar porque tem uma questão que a senhora destacou em sua argumentação escrita, porque eu fui a Relatora, sobre a importância da transparência ativa e do diálogo com a sociedade no exercício da Ouvidoria.

Considerando os desafios atuais da ANA em relação à regulação do saneamento básico ou ao uso racional da água, eu pergunto: como a senhora avalia o papel da Ouvidoria da ANA no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos? Quais medidas pretende adotar para fortalecer a participação social e o controle social sobre as decisões da agência?

A outra pergunta: tendo em vista a sua trajetória dentro da própria ANA, como citei aqui, e sua experiência anterior na Comissão de Ética Pública da Presidência da República, como a senhora pretende assegurar a independência da Ouvidoria frente à diretoria colegiada e às áreas técnicas da agência, preservando sua função de escuta e de fiscalização interna?

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO (Para expor.) – Eu vou começar respondendo inversamente.

Com relação a essa questão da autonomia, a Lei das Agências Reguladoras já prevê, exatamente por esse processo que a gente passa de indicação e de sabatina, o mandato, o que a gente chama de salvaguardas que existem também, como existia na Comissão de Ética Pública, para os integrantes, para os conselheiros, permitem que a gente tenha essa autonomia. Na verdade, é uma vinculação institucional à Ouvidoria-Geral da União, vinculação técnica. Eles passam as diretrizes. Então, acredito que as estatísticas, na verdade, muito mais do que o trabalho do ouvidor, é o trabalho do cidadão que faz com que a Ouvidoria seja proativa e reativa, não apenas reativa, o que as pessoas entendiam que era o serviço de atendimento ao cidadão, mas que ela seja proativa, traga propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que a agência reguladora agora foi recém preenchida com as funções de novos diretores, então, eu acredito que eles já vêm sinalizando, como a Diretora Cristiane Battiston também bem falou, no sentido de ouvir, de buscar essas informações estatísticas geridas e apreendidas pela Ouvidoria.

Nas áreas técnicas, o que a gente pode fazer também? Aperfeiçoar esse trabalho, tentar fazer com que haja um canal prioritário na Ouvidoria para que a gente possa ter entendimento realmente estatístico de quais são as demandas que a sociedade realmente tem interesse em ver tratadas. Então, este é o maior tesouro que eu digo, o maior instrumento: a oitiva do cidadão. Como isso pode ser também aperfeiçoado? Através dos conselhos de usuários, que podem ser fomentados, criados e mantidos. Hoje não existe na Agência Nacional de Águas, mas pode ser um instrumento excelente de participação social.

Então, sobretudo, se a gente souber utilizar bem os dados obtidos e fomentar a participação social, nós vamos ter uma Ouvidoria forte e, de fato, que entrega. É isso o que a gente vem trabalhando, porque eu participo do SisOuv, do sistema nacional de Ouvidoria, integrando pelo menos duas Comissões, e também do Comitê de Ouvidorias do MIDR. Então, a gente trabalha conjuntamente com essas ideias para que a gente possa ter uma uniformização desse tratamento nas demandas de meio ambiente relacionadas especialmente a recursos hídricos e saneamento. A gente pode levar propostas, sim, baseadas e extraídas nessa participação cidadã. Essa seria a minha primeira resposta para a segunda pergunta.

A primeira pergunta já me... Se puder me rememorar aqui, porque eu...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A primeira pergunta posso fazer, sim.

Como a senhora avalia o papel da Ouvidoria da ANA no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e quais medidas pretende adotar para fortalecer a participação social e controle social sobre as decisões da agência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – A segunda pergunta está muito relacionada, por isso é que eu iniciei com ela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Fomentando esses instrumentos de participação, a Ouvidoria-Geral da ANA e todas as ouvidorias e agências reguladoras elaboram anualmente relatórios. No caso da Ouvidoria-Geral da ANA, existem inclusive estatísticas diárias de todas as demandas. Elas estão no Power BI, então, o cidadão tem um controle diário, se ele quiser saber, e acompanhar tudo o que chega à Ouvidoria-Geral da ANA. Na Ouvidoria-Geral existe também, mas na da ANA isso já foi implementado. A gente pretende aperfeiçoar com subassuntos, subtemas, e esses encaminhamentos que a gente faz para a diretoria colegiada, se ela quiser utilizar como parâmetro, como diretriz, para as escolhas das prioridades.

Na Ouvidoria da ANA, eu particularmente participo de inúmeras Comissões lá, de dados abertos, LGPD. A Ouvidoria está presente em audiências públicas, pode estar presente, pode estar presente também nas audiências públicas do Colegiado, não com voto, mas como ouvinte e como proponente. Então, eu acho que a Ouvidoria passa a ser um instrumento propulsor dessas mudanças institucionais internas e externas. Na hora que a gente acolhe e a gente entende que existem demandas, assuntos repetidos, vamos dizer, que a gente chama, excessivamente repetidos, a gente já identifica que ali está precisando de um maior esclarecimento, de uma maior atuação.

Como a Senadora falou, nós passamos por dificuldades, restrições orçamentárias, toda administração pública passa por isso, mas nós temos um corpo técnico de excelência.

A Ouvidoria lá da ANA tem um corpo técnico de excelência e a agência, como um todo, são servidores dedicados, preparados. E a gente junto a essas unidades que a gente chama de "orgs", a gente já vem fazendo um trabalho chamado de visitas técnicas, em que a gente se dirige à unidade, mostra o raio-X das demandas provenientes e se oferece como Ouvidoria para acolher e até para – não é esvaziar – diminuir o fardo deles e tentar mandar sempre uma resposta mais clara, com linguagem simples para o cidadão – isso é uma grande bandeira que nós temos –, cuidando também sempre, zelando também para o respeito às diversidades e às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades. Isso porque nós atendemos desde um irrigante a uma autoridade. Então, a Ouvidoria tem que saber ter esse trânsito, saber se dirigir e chegar junto de todas essas pessoas.

Os canais estão abertos, a gente vai divulgar cada vez mais também essa participação, seja na Ouvidoria da ANA, seja na Ouvidoria Geral da União, ela é um instrumento em que eu acredito que pode ser profundamente modificadora da realidade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito bem, aqui eu quero já registrar a presença do nosso querido Senador Confúcio. Já passo também para que ele possa fazer sua argumentação, suas perguntas.

Já digo à Sra. Renata que existem também algumas perguntas que foram entregues. No final, depois, fique à vontade, se tiver como respondê-las...

Agora já passo para o Senador Confúcio, que pode usar o tempo que achar necessário.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Muito bem, quero agradecer à Presidente Augusta Brito e parabenizar a Dra. Renata Emerenciano pela apresentação.

Minha indagação é o seguinte, ano passado ou ano retrasado, a ANA estava buscando um aperfeiçoamento técnico e de qualidade com a participação de uma consultoria inglesa que esteve aqui. Inclusive me entrevistou sobre o papel da ANA, sobre o que eu achava que podia aperfeiçoar em matéria de transparência. A minha pergunta é se a senhora tem conhecimento desse projeto, se ele foi aderido, se está em curso, e quais são... Se for positivo, o que pode ser incrementado em matéria para essa agência se transformar realmente em uma agência extremamente transparente e de qualidade. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta. Para as agências reguladoras, eu votei para a criação delas na década de 90, no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Eu fico entristecido quando, por iniciativa parlamentar, eles procuram e têm procurado derrubar resoluções das agências – particularmente da agência de energia elétrica. Então, isso é um atentado ao papel fundamental e originário da criação das agências, que deveriam ter uma autonomia. Ela tem que ter autonomia para decidir, é um grupo técnico muito especializado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito qualificado, não caberia essa intromissão de se derrubar, via Legislativo, uma resolução de uma agência reguladora. Essa é a segunda pergunta. O que a senhora acha disso?

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – A intervenção legislativa?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A intervenção.

E a terceira pergunta é sobre essas questões de mudanças climáticas, que a senhora abordou muito bem, se daria condição de, por exemplo, eu sei que vocês jogam no sistema diariamente, a situação de calado dos rios... Todos os grandes rios brasileiros são monitorados diariamente pelos sistemas que vocês apresentam. A minha pergunta é se teria condição de a ANA antecipar alguns acidentes climáticos extremos, por exemplo, avisar para que a cidade pudesse se preparar, se teria condição, não um tufão como esse que houve agora lá em Rio Bonito, mas outros que são possíveis, se vocês já têm condição de fazer um prognóstico e já deixassem com os Prefeitos, os Governadores para se prepararem antecipadamente sobre essas questões desses eventos danosos às populações mais pobres, justamente os mais pobres.

Então, basicamente eu fico com essas três indagações. Era isso mesmo o que eu queria falar com a senhora. Obrigado.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO (Para expor.) – Com relação à primeira indagação se trata da OCDE e permanece ativo. Eles fizeram uma rodada de perguntas e inquirições com agentes da sociedade e do Legislativo. A ideia é que existe uma orientação, ao que me consta, na Diretoria, de manter isso em mente. A tratativa com a OCDE, esse acordo com a OCDE está em curso, sim, então não foi infrutífera a vinda. Eu me recordo inclusive de que a OCDE está presente nos diagnósticos da administração pública. Enquanto estive também na Comissão de Ética Pública, tivemos essa resposta, e não sei se é do conhecimento público geral que ela surgiu, a própria Comissão também... Como é importante um organismo internacional ter essa parceria, a gente estender as mãos e nos ouvirmos e nos apoiarmos. Porque, enquanto estive lá na Comissão de Ética Pública, eles fizeram esse diagnóstico e, há muito tempo antes, historicamente, a Comissão de Ética Pública só surgiu, na verdade, por uma grande influência internacional, surgiu de fora para dentro, na OEA, OCDE, nos grandes organismos internacionais, e aí sinalizou-se a necessidade de órgãos de controle,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de integridade pública para acompanhar toda essa questão que perpassa a administração pública como um todo, que envolve corrupção, que envolve desvios de conduta e que a Ouvidoria também recebe, porque ela recebe essas denúncias, acolhe, encaminha e acompanha até o final.

Hoje existe uma plataforma chamada Plataforma Fala.BR, isso foi uma grande evolução. Ela é integrada inclusive com a área disciplinar, os PADs, então a gente pode encaminhar esse processo e acompanhar até o final a apuração. Tudo isso eu acredito que é fruto – tanto a própria criação da CGU, da OGU, da Comissão de Ética, todos esses instrumentos de controle institucional – dessas tratativas internacionais. Então, sim, a resposta, pelo que me consta, está ativa, existe e seria isso.

A segunda pergunta, sobre a chamada ingerência, a gente vive, eu como jurista também acredito na teoria dos freios e contrapesos, do respeito entre os três Poderes, na importância de... Mas acredito que existe também o que a gente chama de hermenêutica e hierarquia das normas. Eu, como professora, explicava muito sobre isso. Existe a hierarquia, a resolução é uma norma infralegal, mas, em regra, nós temos também que observar o que a gente chama de princípio da sistematicidade. Não sei se eu estou sendo muito prolixa, mas é o princípio da sistematicidade.

Então, na hora em que a gente tem uma agência reguladora que é uma lei federal que prevê autonomia, que prevê que a agência reguladora é uma autarquia especial e que ela tem esses poderes e o poder normativo, o ideal é que haja o respeito a isso, salvo se identificada uma ilegalidade, alguma outra questão que pode chegar ao Legislativo, pode chegar ao Judiciário, e que não haja o que a gente chama de excesso de ativismo legislativo. Mas, com ponderação e razoabilidade, eu acho que isso pode ser visto, pode ser posto. Há uma dinamicidade na legislação, nas normas, nas exigências sociais que podem exigir uma revisão, mas o ideal é que sempre haja o respeito a essa autonomia das agências reguladoras.

Eu recordo, sim, historicamente, da criação. Eu estou em agência reguladora desde a criação das agências, praticamente, por isso eu respeito tanto também a integração dos terceirizados, que foram aqueles que nos receberam, que nos passaram... Eu respeito muito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história delas, a história de formação de servidores que vieram de outros órgãos para compor essas agências reguladoras.

Então, sim, eu acho que elas merecem esse fortalecimento, esse olhar, porque se elas bem desempenharem o seu papel, as agências reguladoras podem ser um instrumento excelente para o Brasil. Ela veio com uma ideia... O Fernando Henrique, quando criou essas agências, criou com essa percepção. Inclusive, eu acho que importando algumas ideias – elas existiam em outros países –, entendendo que o mercado... e que ela não defende o consumidor e não defende a administração. Ela vem permeando esses caminhos, vem trazendo esse equilíbrio, essa regulação. Então, ela merece ser fortalecida, sempre respeitada. Então, essa é a minha posição com relação à segunda pergunta.

Faltou alguma pergunta? (*Risos.*)

Ainda tem uma terceira.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Tem. Deixe eu lembrar... Eu não anotei. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Senador Confúcio, fique à vontade.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Eu deveria ter anotado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mas eu quero complementar uma pergunta com o seguinte: a Presidente Veronica marcou uma fase muito boa da agência, e eu fico, assim, muito preocupado e gostaria de ouvir a senhora, pela sua experiência. Qual seria o meio mais possível para as agências terem uma certa autonomia orçamentária e financeira? Seria algum fundo? São as questões orçamentárias – eu sei que a crise é grande, particularmente na Agência Nacional de Mineração, que é a que está mais deficitária –, ora de pessoal, há uma carência de pessoal, estão aguardando os concursos públicos; todas estão deficitárias e, na questão orçamentária, não fecha o ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora, com a sua vivência e experiência de mundo... Como é que a gente pode trabalhar isso sem contingenciamento? A senhora tem alguma ideia, tem algum pensamento nesse sentido?

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Eu tenho um pensamento. Embora não seja a minha principal área de atuação, como eu já estive na assessoria da diretoria, a gente acaba por acompanhar esse tipo de demanda.

Estive na assessoria, na área de gestão anteriormente à gestão da Presidente Veronica, que vem também de uma formação de carreira, ela esteve também na Casa Civil. Então, o que eu acredito é o seguinte: infelizmente, nós precisamos cortar em todos... A gente tem que ter a consciência das prioridades, que o corte, que a posição do Governo é de tentar atender às demandas, mas que todos precisam – como a gente chama – cortar na carne.

Mas eu acredito que, dentro do que a gente tem, das possibilidades que nos forem ofertadas, dá para fazer um excelente trabalho. Sim, a quantidade de servidores faz a diferença, qualidade sobretudo, não quantidade. Recentemente, nós incorporamos vários com um perfil profissional e curricular excelente. Esse é um trabalho que a Aspar precipuamente faz também, de conversa, de sensibilização, que eu acho que pertine muito mais a eles do que à gente. Chega alguma demanda sobre isso, sim, na Ouvidoria, preocupados que estão.

Existem as questões dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que precisam ser bem olhados também, porque o saneamento vem com essa força do pensamento de impacto, mas a gente precisa também que a sociedade entenda o que a Agência Nacional de Águas faz realmente. Então, acaba que há uma confusão ainda sobre as infranacionais, o que é que a gente faz com relação ao saneamento efetivamente? Que são essas normatizações gerais, esses disciplinamentos, esses acompanhamentos. E a Ouvidoria está junto com a área de saneamento, trabalhando nisso também, para aperfeiçoar.

Existe a necessidade desse conhecimento para que a gente possa ter essa demanda, para que mostre... Eu digo que, se não é feito o que a gente chama de publicidade do nosso trabalho, se a gente não faz a divulgação do que a gente realmente faz, talvez a gente não consiga essa sensibilização para a necessidade orçamentária. Eu acho que parte primeiro da conscientização social, além dos esforços, porque a gente fala muito da exigência que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem do Legislativo, do Judiciário, dos Poderes, mas eu acho que o fator propulsor de mudança, até para que ela seja valorizada e receba isso, possivelmente, a gente tem visto historicamente no Brasil, é a atuação da sociedade. Se a sociedade atua e exige, participa, mostra a importância dessa agência, certamente ela será vista e, certamente, dentro das possibilidades orçamentárias, ela tem mais chance de receber esses insumos necessários para poder desenvolver bem seu trabalho.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A pergunta que a senhora esqueceu, e eu também esqueci...

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Sim.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É sobre a antecipação dos desastres.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Ah, sim.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Dos grandes acidentes, a prevenção, a precaução, a partir do princípio da precaução.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Da prevenção.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, a prevenção e também a preparação dos Governadores, Prefeitos, o próprio Presidente...

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Sim.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Desses grandes desastres que estão acontecendo e, logicamente, cada vez maiores e cada vez mais impactantes sobre o emocional das pessoas e o sofrimento daqueles que padecem do impacto direto. É mais ou menos... Eu fico com essas quatro perguntas, só faltou essa que a senhora pode complementar do seu jeito.

No mais, quero parabenizar pelo seu estampado conhecimento, demonstrado aqui na sua palestra de apresentação, de muito convencimento e muito conhecimento. Mostrou um preparo maravilhoso, além de ser uma belíssima professora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO – Obrigada.

Como professora também agradeço imensamente as palavras, a gente aprende todos os dias, como eu disse, eu aprendo todos os dias da minha vida com as pessoas com quem eu trabalho.

E uma das coisas que meu pai sempre me ensinou é que a gente realmente tem que reconhecer individualmente o apoio de cada um e, se a gente souber abrir os ouvidos e realmente ouvir, não apenas ouvir, mas é necessário ouvir, às vezes até com o coração, na Ouvidoria, porque a gente recebe muitas mulheres, nós recebemos muitas pessoas...

Hoje o que está acontecendo, vou chegar na pergunta do senhor, mas nós temos a Sala de Situação, eu vou explicar o que é feito e quais são as parcerias que existem e que a gente poderia aperfeiçoar. Mas voltando só para essa questão – que eu deixei de falar e gostaria de falar também –, nós vivemos hoje no Brasil também algo que a gente chama de, além da diversidade, neurodiversidade. No contexto da administração pública, do serviço público, nós temos muito isso também, né? Temos pessoas inteligentíssimas, mas que, às vezes, têm alguma dificuldade de relacionamento, e isso também desemboca lá na Ouvidoria. Então a gente precisa ter esse olhar diferenciado nesse trato também.

A ANA também tem um Comitê Pró-Equidade de Gênero que eu acho uma coisa incrível, porque é um dos órgãos com que a gente busca fazer parceria, a gente busca fazer parceria com as demais áreas para que a gente possa bem entender o funcionamento até para responder bem ao cidadão.

Então, nesse contexto, existe a chamada Sala de Situação na Agência Nacional de Águas, o Dr. Joaquim Gondim fica à frente disso e é brilhante, é um dos mais... já foi diretor lá em substituição, mas assim, sobretudo nesse contexto... Na Defesa Civil existe todo um... A gente tem que respeitar as competências e atribuições de cada órgão, né? Então, existe a atuação da Defesa Civil, existe essa atuação com relação às barragens da Agência Nacional de Águas, existe, sim, um acompanhamento, mas a gente faz essas tratativas e tenta, no mais das vezes, atender.

E a Ouvidoria também já foi termômetro, acredita? Porque eu tive, como experiência lá, demandas que chegaram já avisando, na verdade, ao contrário, previamente, de que poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer algo, e a Ouvidoria alertou e foi instrumento de gestão na prevenção. Então, eu fiquei imensamente feliz com esse acontecimento, porque é mais uma prova de que nós não estamos ali só, pontualmente, para atendimento de demandas – vamos dizer assim – reativas, mas também preventivas.

Prevenção. Como filha de sanitarista e de professores, prevenção é a palavra de ordem. Sempre foi a palavra de ordem. Meus pais são da área biomédica e prevenção sempre foi uma palavra de ordem. Eu trouxe isso, e a Comissão de Ética Pública é a prevenção, né?

Na verdade, o que a gente traz são normas, diretrizes. A Ouvidoria também trabalha muito isto: fortalecendo muito essa questão de, se você se antecipa aos fatos, você pode evitar. E aí, a gente fortalece também a atuação cidadã, eles é que nos procuram nos avisando: "Está acontecendo ali... pode haver um rompimento". Na verdade, é o contrário, a gente conta muito com eles, porque, além dos instrumentos tecnológicos, existe esse investimento lá, mas o instrumento humano é o fator diferenciado na atuação da Ouvidoria e da agência.

Obrigada pelas perguntas, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bem, eu já vou passar a Presidência aqui para a nossa Senadora Leila. Quero aqui já registrar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, pode presidir.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pode presidir? Ah, então eu espero. É porque eu pensei que você queria ter o prazer de presidir, mas, sendo assim, eu fico. Não, então eu vou ficar, né? Missão é missão.

Quero registrar aqui a presença da Senadora Tereza, que está aqui também, que chegou; do Senador Confúcio; da Senadora Leila. Queria aqui já perguntar se a Senadora Tereza também quer fazer alguma pergunta. Tem alguma?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Só para o encerramento, eu quero desejar sucesso para ela, que é uma coisa muito importante esta agência, a Agência Nacional de Águas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Então, não tendo mais quem queira fazer nenhuma pergunta, a gente finaliza agora as arguições, vamos encerrar a votação e apurar o resultado.

Eu queria pedir aqui à Secretaria que possa botar no telão o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Estamos com 10 votos SIM e zero NÃO.

Foi à unanimidade.

Parabéns à Sra. Renata. (*Palmas.*)

Parabéns e sucesso, é o que nós desejamos aqui.

Foi aprovada a indicação da Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano por dez votos "sim" e à unanimidade, como acabei de falar.

E a matéria agora vai ao Plenário.

E agora já parabenizo, mais uma vez, a nossa querida Renata. Eu sei que a Leila quer fazer também com certeza a sua fala.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Não, só agradecer a força-tarefa que nós fizemos aí. Em duas horas, nós conseguimos agendar esta reunião extraordinária.

Senadora Tereza, eu pedi ao Senador Fabiano, porque eu acho que é mais do que justo. A Dra. Renata, como eu falei, realmente é preparada. Ela já está vindo à frente da Ouvidoria e ela merece estar junto com esse grupo que hoje será apreciado em Plenário.

É uma mulher extremamente qualificada, preenche todos os requisitos necessários para comandar a Ouvidoria da Agência Nacional de Águas. E eu, como Relatora, falei que hoje nós precisamos fazer justiça a essa mulher, que realmente se mostrou muito preparada hoje na sabatina. Quero desejar, assim como a Senadora Tereza Cristina e outros falaram aqui, muito sucesso à senhora no comando da Ouvidoria. E vamos agora para o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer à Senadora Augusta, que foi uma parceira; ao Senador Fabiano, pela sensibilidade de topar esse desafio em poucas horas.

Augusta, como sempre, uma parceria, porque eu falo que na nossa Comissão, Dra. Renata, aliás, na nossa Bancada Feminina, nós temos ali, nós somos cada uma de um espectro ideológico, mas, quando se trata de justiça, principalmente com nomes femininos indicados também para áreas estratégicas, a gente se mobiliza muito; a gente se mobiliza em torno de muita coisa, muita pauta que envolve mulheres em diversas temáticas para além das mulheres que são pertinentes à nossa bancada, ao nosso trabalho aqui. Nós somos muito... Nós agimos muito em sororidade, muito em parceria.

Então quero agradecer às mulheres, aos que vieram aqui. Agradecer a Comissão, aos nossos servidores da Comissão de Meio Ambiente, na figura do Airton, nosso Secretário, e também à minha equipe de gabinete, que foram muito parceiros nessa missão.

Parabéns e sucesso.

A SRA. RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO (Para expor.) – Eu vou falar depois, brevemente, porque eu prometi aos meus filhos. Eu tenho o Arthur Albuquerque Emerenciano e a Liz Albuquerque Emerenciano, meus filhos queridos e amados, que não puderam estar aqui, porque estão em aula, cumprindo com suas obrigações, fazendo suas provas. Mas Liz diz muito: "Mãe, você é um exemplo". (*Manifestação de emoção.*)

Eu fico muito feliz. Ela é uma menina inteligentíssima, cientista. Ontem mesmo fez a Olimpíada Brasileira Nacional de Matemática. Também já foi premiada na de ciências, meu filho também. Então eu acho que vem – o Senador Confúcio falou – do sangue que a gente traz, o sangue nordestino, mas no sangue, no caso da minha família, essa força das mulheres. Por isso que eu mencionei a Elizabete Marinho de Medeiros, minha avó, falecida, mas que foi uma das maiores incentivadoras ao longo da minha vida. Liz, o nome dela é em homenagem a ela.

Então, eu não poderia deixar de agradecer a toda essa Bancada Feminina, à Senadora Zenaide, que eu falei desde o começo também, e à Senadora Leila, incrível. Eu falei de toda a equipe da Agência Nacional de Águas, da equipe que trabalha comigo e do Ricardo, com quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tive essa oportunidade, mas gostaria de estender também – e foi uma falta minha não ter agradecido – porque fui muito bem recebida aqui, desde o primeiro momento, por todos vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Parabéns! Mais uma vez, sucesso. Estamos muito felizes.

Eu quero aqui parabenizar também todo o esforço da Senadora Leila, que me ligou 12h45: "Às 13h você pode presidir?", e eu disse: "Posso". Força-tarefa é força-tarefa, mas, assim, pela determinação realmente de fazer justiça, que foi o que ela falou aqui, e muito merecidamente. Você, por todo o seu gabarito – assim podemos falar –, por toda a sua experiência e por todo o seu currículo, com certeza, vai agregar ainda mais agora, de fato, indicada e sendo aqui votada na CCJ.

Parabenizo também toda a Secretaria da Comissão pelo empenho e pelo esforço; todos os assessores e assessoras que aqui estão; as Senadoras que aqui estão na aprovação da indicação de uma mulher. A gente fica muito feliz realmente em poder fazer o nosso papel e a nossa obrigação – não é isso, Senadora Leila? –, mas com o empenho dobrado aí da Senadora Leila – quero deixar registrado – e de toda a sua equipe. Quando levantam a bola, ela corta e faz o ponto.

Gente, então, antes de encerrar os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário também a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 25ª Reunião e desta, 26ª Reunião, que foram realizadas em 4 de novembro de 2025 e hoje.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, as atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Desejo a todos uma ótima tarde e bons trabalhos.

Parabéns, mais uma vez, à Sra. Renata.

Encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 13 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Efraim Filho, Eliziane Gama, José Lacerda, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica à Comissão documentos recebidos pela Secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4132, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Relatoria: Senador José Lacerda. Relatório: Pela aprovação com seis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. Observação: Aprovadas as emendas nº 1 a 10-CMA, com ajuste à redação da emenda nº 3-CMA conforme complementação de voto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4199, de 2024 - Terminativo - que: "Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo da Comissão de Infraestrutura (Emenda nº 1 – CI). Resultado: Aprovado o substitutivo. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2761, de 2025 - Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências." Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação. Resultado: Vista concedida. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4786, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Revitalização e Diversificação dos Seringais Amazônicos (PNRDSA) e dá outras providências." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação com cinco emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2916, de 2021 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o Estatuto do Ribeirinho e dá outras providências." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Vista concedida. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 226, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 118, de 31 de maio de 2021, da Fundação Cultural Palmares, que "revoga a Instrução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normativa nº 1, de 31 de outubro de 2018", da mesma Instituição." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4602, de 2024 - Não Terminativo - que: "Cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental." Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC). Relatoria: Senadora Leila Barros (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório. Observação: Lido ad hoc pela senadora Leila Barros. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1, de 2022 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 44, de 2022 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 27, de 2022 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1 de 2022 e pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nº 27 de 2022 e nº 44 de 2022. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4794, de 2020 - Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para autorizar a União a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes de conversão de multas ambientais e para dispor sobre os procedimentos de conversão de multas." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4121, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com o objetivo de dispor sobre a logística reversa de veículos automotores, e a Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil e institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, para criar requisitos referentes à reciclagem de veículos automotores." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta. Observação: Retirado de pauta para reexame. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 62, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a posse responsável dos animais de estimação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no caso de dissolução da união estável e do vínculo conjugal de seus possuidores; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2729, de 2021 - Terminativo - que: "Institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 21, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 52/2024 - CMA, destinada a instruir o PL 2729/2021, que "institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses"." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Resultado: Aprovado. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 22, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recentes decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Justiça Federal sobre a Moratória da Soja." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Resultado: Retirado pelo autor. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 26, de 2025 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CMA." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Adiado. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 27, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do Sistema Nacional de Fomento (SNF) no financiamento e desenvolvimento de cidades resilientes no Brasil, com os convidados que relaciona." Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Resultado: Aprovado. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 28, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública para debater os resultados da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30)." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de dezembro de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 1.510, de 2025, do Conselho Nacional de Saúde, que encaminha a Recomendação nº 12, aprovada pelo pleno do conselho em reunião ordinária realizada nos dias 10 e 11 de setembro de 2025, contendo nota técnica, orientação de acompanhamento e aprovação do Projeto de Lei 4.501, de 2020, que dispõe sobre produtos ultraprocessados nas escolas.

O documento, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Anuncio o item 1.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4132, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador José Lacerda

Relatório: Pela aprovação com seis emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

Em 2/12, o Senador Jaime Bagattoli apresentou as Emendas de 1 a 4, nesta CMA.

Concedo a palavra ao Senador José Lacerda para leitura de seu relatório e manifestação sobre as emendas do Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto para a análise do projeto.

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, incluindo proteção do meio ambiente, controle da poluição, defesa dos recursos naturais, das florestas e conservação dos recursos hídricos (art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal), o que torna regimental a análise do PL nº 4.132, de 2025.

A instituição da Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura caminha no sentido de otimizar o uso de recursos naturais na agropecuária e de aumentar a eficiência agrícola. Esses objetivos são meritórios sob o aspecto da proteção ambiental, considerando que as atividades agropecuárias respondem por alguns dos maiores impactos ao meio ambiente.

Esses impactos incluem o desmatamento da vegetação nativa (muitas vezes associado à queda da produtividade agrícola em áreas já abertas), o significativo uso de água (em torno de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

70% da água disponível para múltiplos usos), o assoreamento de cursos hídricos e a emissão de gases de efeito estufa (GEE).

A matéria alinha-se à legislação ambiental vigente e às regras constitucionais dedicadas à proteção do meio ambiente. Com efeito, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) tem entre seus princípios a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; e o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.

Observamos que a proposição apresenta diversas regras voltadas à agricultura familiar e a povos e comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, para viabilizar o acesso desses atores a tecnologias digitais voltadas a atividades agropecuárias. A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) considera todos esses atores, que têm um papel fundamental no desenvolvimento de práticas agrícolas com baixo impacto ambiental. De fato, os menores índices de desmatamento da vegetação nativa são observados em terras indígenas e em territórios quilombolas, apenas para citar um exemplo. E, em geral, a agricultura familiar tem enorme potencial para o aproveitamento de tecnologias digitais que otimizem a produtividade e, ao mesmo tempo, diminuam a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas aos efeitos adversos da mudança do clima.

A agricultura digital guarda estreita relação, ainda, com sistemas de rastreabilidade, por exemplo, na pecuária de corte, de modo a assegurar que essa cadeia não esteja ligada a atividades de desmatamento ilegal. A premissa é válida para diversos setores em que a rastreabilidade tem destacada importância para a agricultura de exportação, como no caso da produção de grãos e de madeira nativa. O projeto traz diversas regras para viabilizar essa rastreabilidade.

Portanto, sob o aspecto da proteção ambiental, reforçamos o mérito da proposição. Deixamos às próximas Comissões, CCT e CRA, a análise de aspectos do mérito associados às competências desses Colegiados.

Entendemos, contudo, pela necessidade dos seguintes aperfeiçoamentos: inclusão do conceito de tecnologias sociais digitais e alteração do conceito de laboratórios dedicados à agricultura digital (art. 2º); inclusão de quatro princípios, que abrangem soberania, segurança alimentar, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, redução de desigualdades e interoperabilidade entre dados públicos (art. 3º); ajuste em um dos objetivos propostos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicitar o apoio à transição mineral e energética de sistemas alimentares (art. 4º, inciso XIV); aperfeiçoamento do instrumento que trata do estímulo à criação de plataformas digitais (art. 5º, inciso VI); e ajustes no art. 6º, de modo a promover maior segurança jurídica à formulação e implementação da política proposta.

Ainda, entendemos pela desnecessidade da regra contida no art. 9º, pois o regulamento de lei editada pelo Congresso Nacional já é de competência do Poder Executivo. Em lugar desse artigo, apresentamos emenda para incorporar a regra da cláusula de vigência, que não foi incluída no projeto.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, com as seguintes emendas que apresentamos.

EMENDA Nº – CMA (Ao PL nº 4.132, de 2025)

Inclua-se o inciso V ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, e altere-se o texto do inciso IV desse artigo, com a seguinte redação:

"Art.

2º.....

.....

IV – Laboratórios de Agricultura Digital: espaços de experimentação, colaboração e desenvolvimento de soluções de agricultura digital, voltados a teste, validação e escalonamento de inovações tecnológicas em ambiente controlado, com participação de produtores rurais, instituições públicas e privadas de pesquisa e demais atores do setor agropecuário;

V – Tecnologias Sociais Digitais: conjunto de técnicas, metodologias e soluções digitais desenvolvidas e/ou aplicadas em interação com a população rural, apropriadas por ela, que representem soluções para inclusão social, melhoria das condições de vida e promoção da sustentabilidade no meio rural."

EMENDA Nº – CMA (Ao PL nº 4.132, de 2025)

Incluam-se os incisos IX a XII ao art. 3º do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art.
3º.....
.....
IX – soberania do país sobre dados, tecnologias, equipamentos, *software* e outros componentes relacionados a políticas digitais, inclusive quanto ao armazenamento, processamento e gerenciamento dos dados sob jurisdição brasileira;
X – promoção de segurança e soberania alimentar, justiça ambiental, mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
XI – redução das desigualdades entre territórios e regiões, incluindo políticas para priorização de territórios com maior vulnerabilidade;
XII – busca da interoperabilidade entre bancos de dados públicos para o aprimoramento das políticas públicas e da prestação dos serviços públicos."

[...]
Dê-se ao inciso XIV do art. 4º do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, a seguinte redação:
"Art. 4º .....
.....
XIV – apoiar a transição ecológica, mineral e energética de sistemas alimentares, com uso de tecnologias digitais voltadas a regeneração de ecossistemas, soberania e segurança alimentar, e adaptação às mudanças climáticas."

[...]
Dê-se ao inciso VI do art. 5º do Projeto de Lei nº 4.132, de 2025, a seguinte redação:
"Art. 5º .....
.....
VI – estímulo à criação de plataformas digitais com padrões abertos e ambientes colaborativos de inovação, respeitando-se o sigilo das descobertas científicas;

Esse é o relatório, Excelência, mas entraram quatro novas emendas, de autoria do Senador Jayme Campos. Das quatro emendas, as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois é. Nós vamos aprovar as Emendas nºs 1, 2 e 4 e rejeitar a Emenda nº 3. (*Pausa.*)

É porque, na Emenda nº 3, ele exclui a palavra "soberania", e, por isso, nós estamos rejeitando a Emenda nº 3... (*Pausa.*)

Ah, desculpe, Excelência. O Senador voltou a palavra, então, "soberania". No projeto inicial já estava "soberania". Então, como ele aceitou voltar a palavra "soberania", aprovamos também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador. Só para entender, então, foram acolhidas quatro emendas? Emendas 1, 2, 3 e 4. É isso?

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Emendas 1, 2 e 4... (*Pausa.*)

Sim, a Emenda 3 com ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, foram acolhidas quatro emendas?

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – As quatro emendas. A Emenda 3 com ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. (*Pausa.*)

Então, quero consignar também que vai fazer a complementação no voto, não é isso? Assessoria? Vai fazer a complementação para fazer o ajuste do voto?

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Vai ter que fazer a complementação para poder fazer o ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Obrigado, Senador José Lacerda.

Eu quero comunicar aos colegas Senadores e Senadoras que este projeto precisa, para a votação, de nove votos, e, infelizmente, ainda nós não estamos com o quórum para a deliberação do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou sobrestar esse item e vou passar para o item 5 da pauta, para a gente antecipar até que tenhamos o quórum, e aí voltamos para a votação desse...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. *Fora do microfone*.) – O 5 é o de que eu sou Relator, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anunciou o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2916, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Estatuto do Ribeirinho e dá outras providências.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Em 02/12, a Senadora Tereza Cristina apresentou a Emenda nº 1 na CMA.

Concedo a palavra o Senador Beto Faro para leitura de seu relatório e manifestação sobre a emenda da Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente e demais Senadores, eu vou direto à análise, até porque o relatório já está feito há algum tempo e distribuído.

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em especial das florestas, da fauna, da flora e dos recursos hídricos, bem como sobre o direito ambiental (incisos I e VI do art. 102 do Risf). Portanto, o assunto é relacionado ao PL aqui analisado.

Uma vez que o projeto será apreciado também pela CAS e, de forma terminativa, pela CCJ, passaremos diretamente à análise de mérito, deixando para a última Comissão os aspectos de técnica legislativa, regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade.

No mérito, o projeto é virtuoso. Os ribeirinhos são povos tradicionais que têm sua cultura e vida associadas ao meio ambiente em que habitam. Praticam pesca artesanal, agricultura de subsistência e extrativismo, colhendo recursos da floresta e do rio, de forma harmônica com os ecossistemas ao redor, e vivendo em relações comunitárias próximas.

Em razão do considerável isolamento geográfico em que vivem e de uma cultura intrinsecamente associada ao ambiente natural, os ribeirinhos, por vezes, são socialmente invisibilizados. Políticas de proteção, assistência e promoção de direitos dificilmente chegam às suas comunidades, que ficam largamente excluídas da assistência estatal e vulneráveis, em termos físicos e sociais, às ameaças ao seu modo de vida advindas da cultura predominante dos centros urbanos e periurbanos mais próximos. Exemplo notável dessa vulnerabilidade ocorreu nos tempos mais críticos da pandemia de covid-19, quando os ribeirinhos foram provisoriamente afastados da vida comunitária e impossibilitados de vender os poucos excedentes de produção da pesca e agricultura, que lhes auxilia na subsistência. Quando doentes, tampouco conseguem facilmente atendimento no sistema de saúde.

Além de terem acesso precário de serviços de educação, saúde, previdência e assistência, os ribeirinhos, em que pese terem a sua identidade oriunda da ligação com os rios, também sofrem pelas influências que os regimes fluviais possuem sobre a agricultura de subsistência, condições de moradia, transporte e, principalmente, sobre a pesca artesanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é pertinente registrar, na qualidade de Comissão de Meio Ambiente, que os ribeirinhos sofrem, de forma mais elevada, os efeitos do desmatamento, da mudança do clima nos regimes hídricos e da poluição, que, aliás, é levada até eles pelos centros urbanos, que despejam lixo e esgoto nos rios.

Na justificação do PL, os períodos de cheia são citados como os mais desafiadores para a produção pesqueira e para a vida dos ribeirinhos. Essa situação se agrava, pois estamos a assistir, ano após ano, secas cada vez mais severas na Região Amazônica, o que afeta a vida de milhares de pessoas que vivem nos rios e, por que não dizer, dos rios.

Ainda nos planos ambiental e social, é indispensável lembrar que os ribeirinhos, junto com os indígenas, são os que mais sofrem os impactos ambientais negativos das obras e dos projetos de infraestrutura que afetam os rios, como nos conta a história do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Nesse contexto, entendemos que falta, no arcabouço jurídico brasileiro, o reconhecimento da existência e importância desses povos dos rios para a sociobiodiversidade brasileira, a fim de lhes assegurar as garantias, os direitos e a assistência necessários à sua reprodução física e cultural. O Projeto de Lei nº 2.916, de 2021, preenche essa lacuna. O valor deste projeto reside em reconhecer, primeiro, os ribeirinhos como grupo culturalmente e socialmente diferenciado, colocando-os, sem resquício de dúvida, na guarida da legislação especial protetiva dos povos e comunidades tradicionais. A partir desse reconhecimento, o PL adentra questões imprescindíveis para a reprodução física e cultural dos ribeirinhos, especificando direitos fundamentais e garantias desses direitos, como seguridade social, assistência à saúde, educação, habitação e direitos de propriedade e posse.

A proposição ainda é meritória ao discriminar positivamente os ribeirinhos, no tocante ao acesso a políticas de geração de renda e financiamento para a pesca. O projeto não se esquivou de assuntos sensíveis e caros a esses povos tradicionais, como garantias relativas à indenização por processo de deslocamento forçado, medidas específicas de proteção e acesso à Justiça e tipificação de condutas criminosas contra os ribeirinhos e suas comunidades.

Há, não obstante, margem para aprimoramentos, o que fazemos por meio da apresentação de um substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, com relação à precisão terminológica, não é adequado designar os ribeirinhos como povos tribais. As sociedades tribais são caracterizadas por uma mesma língua, costumes, cultura e ancestralidade, regendo-se por normas próprias de seu grupo. Não são, propriamente, povos indígenas, pois não correspondem aos habitantes originais do nosso país. Os ribeirinhos emergem, principalmente, a partir do século XIX, num contexto relacionado ao ciclo da borracha e da miscigenação de povos e suas respectivas culturas, resultando num modo de vida significativamente distinto daqueles dos indígenas e dos seringueiros, profundamente vinculado ao meio em que vivem e às tradições surgidas nesse processo. Basta, portanto, o reconhecimento dos ribeirinhos como grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, correspondendo ao conceito de povo ou comunidade tradicional.

Na mesma linha, é necessário ajustar a redação do art. 2º, que trata ribeirinhos e comunidades pesqueiras como sinônimos, embora não haja, necessariamente, essa equivalência. Aproveitamos, ainda, para incluir no art. 2º a previsão de que os ribeirinhos façam jus aos direitos estabelecidos na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

O projeto também demanda aperfeiçoamentos quanto à redundância de dispositivos já contemplados no ordenamento jurídico, especialmente em temas objeto de políticas específicas ou de regulamentação própria. Nesse sentido, suprimimos e alteramos diversos dispositivos ao longo do texto, além de aprimorarmos a redação, a fim de tornar a proposição mais precisa e objetiva. Assim, muitos artigos foram excluídos ou tiveram sua redação ajustada, sem, contudo, alteração do mérito da proposta.

Ademais, suprimimos integralmente o Título IV – Do Acesso à Justiça, por entendermos que as normas nele contidas versam sobre direitos, garantias e procedimentos legais já contemplados, de uma forma ou de outra, pelo ordenamento jurídico vigente. Pela mesma razão, foi suprimido o Capítulo X do Título II, que dispunha sobre as indenizações decorrentes do processo de deslocamento forçado do ribeirinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às disposições sobre titulação de terras constantes do Capítulo VIII do Título II do PL, promovemos alterações para afastar possíveis vícios de iniciativa, uma vez que parte dos dispositivos atribuía competências a órgãos do Poder Executivo, em afronta ao §1º do art. 61 e à alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal. Também ajustamos a lógica de propriedade prevista no projeto de lei, por entendermos que o tema deve ser tratado prioritariamente como garantia de uso e ocupação dos territórios tradicionais.

Ainda nesse tema, consideramos temerário atribuir aos ribeirinhos direitos que a Constituição Federal reconhece estritamente em favor dos povos indígenas. Além disso, a redação original poderia produzir impactos negativos sobre a segurança dos próprios ribeirinhos, ao tratar de locais cuja permanência de habitações deve ser avaliada caso a caso.

Outro ponto de atenção refere-se à regularização de unidades de conservação de proteção integral. Entendemos que cada situação em que haja a presença de ribeirinhos deve ser analisada individualmente, ponderando-se os valores e interesses envolvidos na permanência da moradia e da vida dessas pessoas na unidade de conservação, bem como a proteção ambiental.

Concluo, enfim, que, pelo valor dos ribeirinhos para a rica e bela sociobiodiversidade brasileira, é justa e valorosa a aprovação de um estatuto que lhes promova proteção, assistência, direitos e garantias de uma vida digna.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.916, de 2021, na forma do substitutivo que apresento abaixo: "Emenda nº - CMA (Substitutivo), Projeto de Lei nº 2.916, de 2021".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Sobre a emenda da Senadora Tereza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – O projeto foi apresentado em 2021, a emenda da Senadora Tereza, primeiro, gera algumas dúvidas e eu tenho muitas dúvidas.

Como nós temos ainda, Sr. Presidente, duas Comissões em que nós vamos analisar este projeto, eu rejeito aqui e deixo que a gente possa analisá-la, talvez, numa outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Obrigado, Senador Beto Faro.

Eu não vou abrir, assim como no item anterior, a discussão e encerrar, para que haja possibilidade de apresentação de emenda e discussão das matérias.

Anuncio o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2021

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 118, de 31 de maio de 2021, da Fundação Cultural Palmares, que "revoga a Instrução Normativa nº 1, de 31 de outubro de 2018", da mesma Instituição.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Autoria: Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Jean Paul Prates, Senador Jaques Wagner, Senador Humberto Costa, Senadora Zenaide Maia, Senador Rogério Carvalho.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para a leitura de seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia.

Bom dia, Sr. Presidente, já queria pedir aqui permissão a V. Exa. para fazer a leitura a partir da análise. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permissão concedida, então, vamos aqui fazer a leitura do relatório, que foi pela prejudicialidade.

Nos termos regimentais, cumpre à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos.

Os territórios quilombolas têm grande importância nas políticas de proteção ambiental e, ao mesmo tempo, de preservação da valiosa cultura associada às comunidades que os habitam.

A proposição tem o mérito de sustar a norma que revogou instrução normativa que, em 2021, garantia a manifestação dessas comunidades em processos de licenciamento ambiental que atingissem seus territórios.

Segundo os autores da proposição, a revogação teria o poder de afetar negativamente o patrimônio afro-brasileiro existente em cerca de 3,5 mil comunidades quilombolas no Brasil, ao remover do ordenamento jurídico medidas de prevenção, mitigação e controle de obras em áreas quilombolas, podendo, sobre tais áreas, avançar livremente a especulação imobiliária – num amplo panorama de fragilização normativa, sobretudo de ordem ambiental.

Inquestionável, portanto, o mérito da proposição, que foi apresentada em um período no qual os direitos das comunidades quilombolas se encontravam ameaçados.

Contudo, desde janeiro de 2023, houve uma mudança significativa no direcionamento das políticas públicas para comunidades quilombolas, no sentido de sua maior proteção e de mais robustez no marco regulatório que envolve essas comunidades.

No campo normativo, entendemos que o projeto em análise perdeu a oportunidade, pois houve alteração nas normas que regem o licenciamento ambiental associado a comunidades quilombolas.

Por intermédio da Consultoria Legislativa do Senado Federal, consultamos a Fundação Cultural Palmares sobre a atual situação da norma que se pretende sustar. Conforme informado pela Fundação, os processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos que impactem comunidades quilombolas foram transferidos para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio do Decreto nº 12.171, de 9 de setembro de 2024. Portanto, a Fundação não mais possui competência de acompanhar os processos de licenciamento ambiental que atinjam territórios quilombolas.

O Decreto nº 12.171, de 2024, atualizou o Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, que dispõe sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Incra. O art. 17-B, inciso II, do Anexo I do referido decreto, prevê que compete à Diretoria de Territórios Quilombolas coordenar as atividades de licenciamento ambiental em terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, em articulação com o órgão ambiental responsável.

Portanto, o PDL em análise perdeu seu objeto e oportunidade, considerando que a Fundação Cultural Palmares não mais é competente para coordenar processos de licenciamento ambiental que atinjam territórios quilombolas. Essa competência é agora do Incra e foi estabelecida por decreto, ato que tem superioridade hierárquica em relação tanto à portaria que se pretende sustar por meio do PDL em análise quanto à instrução normativa revogada.

Voto.

Com essas considerações e com fundamento no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2021.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desse PDL?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Já tinha acabado a discussão, Senador.

Essa matéria vai para a CCJ, está bom?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sem problema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu retorno ao item 1. (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não. Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, como já foi lido o item 5, o Projeto de Lei nº 2.916, de 2021, eu queria pedir vista pelo seguinte: os arts. 19 e 22, da questão fundiária e de demarcação de territórios tradicionais... Eu queria pedir vista para nós analisarmos mais profundamente esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Esse que foi votado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Qual?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse é o item 5. O item 5 já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ah, não, mas eu ainda vou voltar a ele.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Estou no item 1.

Retornando ao item 1.

Autoria: Senador Jaques Wagner. Relatoria: Senador José Lacerda.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 10 e com ajuste da Emenda 3, conforme o complemento de voto apresentado.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.

Voltando para o item 5.

A matéria está em discussão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente, pelo visto, nesse Projeto nº 2.916, de 2021, esse projeto de lei, pelos arts. 19 a 22, a questão fundiária e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demarcação sobre territórios tradicionais, nós precisamos discutir mais sobre esses itens, porque há uma indefinição, algumas divergências que a gente tem aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então V. Exa. está pedindo vista, é isso?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pedindo vista.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vista coletiva concedida.

Anuncio o item 17. (*Pausa.*)

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 28, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater os resultados da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro, autor do requerimento.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente e demais Senadores, nós acabamos de realizar a COP 30, em Belém, e nós pedimos a esta Comissão a aprovação desse requerimento para que a gente possa discutir os resultados efetivos e a implementação das políticas ali decididas. Nós estamos já no final do ano, pode ser que tenhamos dificuldade de agenda, mas aí, mesmo tendo dificuldade de agenda nesse final de ano, assim que a gente iniciar o próximo ano, a gente poderia realizar essa audiência pública. Se tiver tempo de fazer ainda, podemos tocar neste ano.

É o pedido que eu faço, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Anuncio o item 8.

ITEM 8

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros.

Relatório pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativos 27 e 44.

Observação: as matérias serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra Senadora Leila Barros, para a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato. Cumprimento o senhor nesta manhã, assim como todos os colegas e servidores da Comissão e todos que nos assistem nesta Comissão.

Bom, vamos ao relatório.

Submetem-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente os Projetos de Decreto Legislativo nº 1, de 2022, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que susta os efeitos do Decreto nº 10.935, de 2022; nº 27, de 2022, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que susta o Decreto nº 10.935, de 2022, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional; e nº 44, de 2022, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que susta a Instrução Normativa nº 23, de 2021, do Ibama, que tramitam em conjunto.

Os PDLs nº 1, nº 27 e nº 44, todos de 2022, foram apensados conforme despacho da Presidência do Senado e distribuídos para a apreciação desta Comissão e, posteriormente, da CCJ.

Agora, vamos à análise.

Os PDLs nº 1 e nº 27, ambos de 2022, informam que a Constituição Federal determina que as cavidades naturais subterrâneas são bens da União e constituem parte do patrimônio cultural brasileiro. Desse modo, a União deveria realizar todos os esforços possíveis para preservá-las.

Todavia, o art. 4º do Decreto nº 10.935, de 2022, prevê que órgãos ambientais podem autorizar impactos irreversíveis em cavernas de máxima relevância, considerado o nível máximo na classificação de cavidades naturais subterrâneas. Essas autorizações poderão ser concedidas quando esses impactos decorrerem de atividades ou empreendimentos de utilidade pública, dentre os quais se encontra a mineração. Nesse sentido, observa-se que o art. 3º do Decreto nº 99.556, de 1990, revogado pelo Decreto nº 10.935, de 2022, proibia expressamente que cavidades naturais subterrâneas com grau máximo de relevância fossem objeto de impactos negativos irreversíveis.

Ademais, o art. 11 do Decreto nº 10.935, de 2022, é fonte de grave insegurança jurídica, ao dispor que os novos procedimentos aplicar-se-ão aos processos iniciados após a sua entrada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigor, inclusive para solicitação de revisão de autorizações de licenciamento ambiental e de medidas compensatórias.

Sendo assim, verificamos que o Decreto nº 10.935, de 2022, exorbita o poder regulamentar. Deve-se, portanto, realizar a suspensão desse ato normativo conforme o art. 49 da nossa Constituição Federal.

Em consequência, ao observar que o PDL nº 1, de 2022, é o mais antigo entre os dois, decidimos que este deve ser aprovado, enquanto o PDL nº 27 deve ser considerado prejudicado.

Finalmente, o PDL nº 44, de 2022, propõe a sustação da Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Ibama. Essa IN prorroga a validade das Licenças para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) para modelos que não atendem aos novos limites de emissão de poluentes da fase Proconve L-7 para até 30 de junho de 2022. Foram emitidas para... Só um minuto, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

É que eu estou tratando agora do outro PDL. Perdão.

É para até 30 de junho de 2022.

Essas LCVM foram emitidas para veículos cuja montagem foi iniciada até 31 de dezembro de 2021, mas não puderam ser finalizadas devido à falta de componentes específicos por motivo de força maior, por isso o cancelamento.

No entanto, cabe esclarecer que a vigência formal da IN nº 23, do Ibama, já foi suspensa pela IN nº 18, de 2022, da mesma entidade.

Destacamos, também, que todos os prazos estabelecidos pelas INs citadas já foram excedidos, razão pela qual consideramos que o PDL nº 44, citado aqui, de 2022, deve ser prejudicado.

Voto.

Pelo exposto, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2022, e pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 27 e 44, de 2022.

Esse era o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Já vou pedindo desculpas aqui, porque a minha equipe encurtou um pouco o texto, aí ficou meio sem pé e sem cabeça, mas acho que todo mundo entendeu. É que, no final do texto, eu tive que falar que até eu mesma fiquei sem entender aqui, porque já caiu no último PDL, que é pela prejudicialidade dele. Então, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2022, e pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 27 e 44, de 2022.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Anuncio o item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistema Nacional de Fomento (SNF) no financiamento e desenvolvimento de cidades resilientes no Brasil, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Concedo à Senadora Leila Barros, autora do requerimento, a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para encaminhar.) – Então, Sr. Presidente, eu acho que nós não precisamos nem falar da importância do pedido desse requerimento, para essa audiência pública. A gente está vivendo uma realidade, tivemos a COP 30, em que foram tratadas a questão de financiamento – financiamento climático – e as expectativas com relação às grandes potências, aquelas que de fato poluem e que fazem toda essa queima de combustível fóssil e todo esse agravamento que hoje a gente está vendo em termos de aquecimento e das mudanças.

Então, a temática é muito pertinente.

Ontem mesmo, para quem esteve aqui em Brasília, e, nos últimos dias, a gente tem visto chuvas torrenciais, alagamentos. No Senado mesmo, era tenda voando. Ontem eu estava no Setor de Clubes, e, sem brincadeira, ali teve rajadas de vento altíssimas, e a gente tem visto isso no país inteiro – no país inteiro –, o país realmente sofrendo já com essa questão das mudanças climáticas.

Então, esse requerimento é justamente para debater uma temática que é importante, que são as cidades resilientes, o desenvolvimento e o financiamento das cidades resilientes aqui no Brasil. Então, eu proponho para esta audiência pública os seguintes convidados: representante da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDe); representante do Ministério das Cidades; a Sra. Carine Schwingel, que é Prefeita de Estrela, no Rio Grande do Sul; o Sr. Claudio Gastal, que é o Diretor-Presidente da Badesul: o Sr. Henrique Evers, que é Gerente de Desenvolvimento Urbano da WRI Brasil; representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e representante da Caixa Econômica Federal.

A justificação eu vou ler.

A construção de cidades resilientes é um desafio premente, demandando soluções integradas que contemplem o desenvolvimento social e econômico e a capacidade de respostas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgentes a eventos extremos. A audiência pública que propomos visa conectar o Sistema Nacional de Fomento com proposições legislativas voltadas para a melhoria das cidades, a construção de soluções resilientes e o desenvolvimento social e econômico.

Nesse contexto, o Sistema Nacional de Fomento desempenha um papel fundamental. Diversas instituições que compõem o SNF já atuam ou propõem ações estratégicas para o financiamento de iniciativas que fortalecem a resiliência urbana e a sustentabilidade.

Anualmente, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) publica o boletim SNF em Números, que apresenta destaques do financiamento do SNF aos municípios brasileiros, com base nos dados divulgados pelo Tesouro Nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também é utilizado como referência para essas análises.

Além de mostrar a evolução dos desembolsos do SNF para as cidades, esta edição explora de que forma o sistema tem financiado o desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras.

A realização desta audiência pública permitirá aprofundar a discussão sobre como essas e outras iniciativas podem ser potencializadas e integradas para impulsionar a construção de soluções resilientes e o desenvolvimento sustentável em nossos municípios. É uma oportunidade estratégica para que o Poder Legislativo, em consonância com o Executivo e as instituições de fomento, elabore proposições legislativas que fortaleçam as cidades brasileiras diante dos grandes desafios climáticos e urbanos atuais.

É isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Já estou aguardando ansiosa a marcação da data para esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Eu pediria, por gentileza, à Senadora Leila Barros que pudesse presidir, porque eu vou anunciar o item 3 e, como eu sou o Relator e fiz um compromisso com o Senador Jaime Bagattoli porque ele vai pedir vista desse projeto, vou ler rapidamente o relatório e depois volto à pauta. Está bem?

Neste momento, a Senadora Leila Barros passa a presidir a Comissão. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2761, DE 2025

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação

Eu concedo a palavra ao Presidente desta Comissão, o Senador Fabiano Contarato, para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Passarei, numa leitura rápida, direto à análise.

Em cumprimento ao Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre proposições que tratem de proteção do meio ambiente (art. 102-F, I), o que torna regimental a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise do PL 2.761, de 2025. A matéria será apreciada em caráter terminativo e exclusivo e, desse modo, será feita a análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Com relação à constitucionalidade, é competência da União legislar sobre florestas, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, cabendo-lhe, quanto a esses assuntos, produzir normas de cunho geral. Portanto, a matéria nada obsta com relação a esse aspecto. Tampouco há vícios de injuridicidade, e a técnica legislativa, salvo a necessidade de retificação acima apontada, é adequada.

Com relação ao mérito, notamos que a trajetória da governança climática no Brasil é dinâmica e sujeita a revisões contínuas, evidenciando seu caráter de política de Estado. O Brasil estrutura sua governança climática por meio de marcos legais e políticas setoriais que visam cumprir seus compromissos internacionais de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Todavia, para transformar essas ambições em ação, torna-se necessária a criação de políticas nacionais que estabelecem estruturas de governança claras nos níveis federal, estadual e municipal, incorporando princípios como justiça climática e inovação, e criando instrumentos regulatórios e financeiros alinhados com as NDCs.

Sendo assim, a efetividade dessas políticas depende da implementação de planos setoriais concretos, que este projeto de lei busca alcançar.

Portanto, consideramos que o projeto inova e aperfeiçoa a legislação ambiental brasileira e, por isso, deve ser aprovado. Entretanto, conforme anteriormente apontado, é necessária uma emenda de redação para corrigir a numeração dos artigos.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.761, de 2025, com a seguinte emenda de redação

Esse é o voto, Sra. Presidente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Quero aqui agradecer a presença aqui, neste momento, da nossa Vice-Presidente da CMA, Senadora Leila Barros. Quero cumprimentar aqui o nosso Senador e Presidente da Comissão aqui da CMA, Fabiano Contarato, e agradecer pela compreensão. Quero dizer a vocês que o motivo de a gente pedir vista é que não deu tempo para a gente analisar melhor esse projeto.

Queremos ter uma conversa maior, um diálogo maior com o Senador Otto Alencar – pois é a autoria dele –, e também com o Relator, Senador Fabiano Contarato.

Também quero dizer a vocês que a Política Nacional de Governança Climática não ficou bem definida. Então, a gente precisa discutir mais esse assunto.

Por esse motivo, Senador Fabiano Contarato, Presidente da CMA, eu só tenho a agradecer por V. Exa. ter permitido vista desse projeto.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jaime Bagattoli.

Então, vista concedida.

Vou passar agora a Presidência e o Presidente que vai decidir se retorna ou não na próxima semana.

Mas eu já encaminho aqui a Presidência para o Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio o item...

Então, vista coletiva desse projeto.

Anuncio o item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4602, DE 2024

- Não terminativo -

Cria o selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e de educação ambiental.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli.

Neste momento, designo, como Relatora *ad hoc*, a Senadora Leila Barros, para que proceda oportunamente à leitura.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para proceder à leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer, que o meu Relator está ali esperando – o Mecias –, o item 2...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu posso conceder para o Senador Mecias.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, ele é o próximo, é o próximo. (*Pausa.*)

É que o meu é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – O.K.

Então, para sermos mais céleres, se o Presidente me permitir, eu vou à análise, já parabenizando o Senador Esperidião Amin pela iniciativa do projeto que cria o Selo Bandeira Verde para reconhecer as unidades escolares, já chamando a atenção dos colegas aqui, que implementarem ações de proteção ao meio ambiente e educação ambiental.

Então, já parabenizamos o Senador Esperidião Amin pela iniciativa. E é uma honra aqui estar representando, lendo esse relatório da Senadora Mara Gabrilli e da sua equipe.

Então, vamos à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente. A análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade caberá à CE.

No tocante ao mérito, a proposta do Selo Bandeira Verde a ser destinado às escolas é louvável, pois sua criação representa uma importante medida para reconhecer as unidades escolares que implementam práticas ambientais responsáveis.

O mérito do PL está em sua capacidade de incentivar a transformação das instituições de ensino em espaços que, além de educar, também praticam e difundem atitudes sustentáveis, contribuindo para a formação de uma geração mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente. Esperamos que o Selo Bandeira Verde sirva para abrir novas possibilidades sobre o meio ambiente para os gestores escolares.

Por tais motivos, consideramos que o projeto possui todos os méritos necessários para sua aprovação, e convocamos os nobres colegas, os nobres pares, a nos acompanhar nesse sentido.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.602, de 2024.

Era o que tinha que ler, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Anuncio o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4199, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo da Comissão de Infraestrutura (Emenda nº 1 – CI)

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer pela aprovação e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutiva)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente Fabiano Contarato, caros colegas Senadores e Senadoras, quero registrar também, com carinho, o autor da matéria, Senador Sérgio Petecão.

Como V. Exa. já anunciou, Presidente, o projeto já foi aprovado em outras Comissões e foi feito de comum acordo, inclusive, com órgãos do Governo Federal, como o Ministério de Portos e Aeroportos, que participou efetivamente da discussão deste parecer, da matéria e das emendas que foram apresentadas.

Portanto, se a V. Exa. me permite, o projeto é de fundamental importância para a Amazônia, e o Senador Sérgio Petecão conhece a Amazônia como ninguém. Alguém pode conhecer tanto quanto ele, mas melhor do que o Senador Sérgio Petecão ninguém conhece. Portanto, nós sabemos da importância desse projeto e eu peço vênia para ir direto à análise.

À CMA compete opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, incluindo proteção do meio ambiente, controle da poluição, defesa dos recursos naturais, das florestas e conservação dos recursos hídricos (art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal), portanto, todos os temas relativos à matéria discutida.

Como examina a matéria em decisão terminativa, compete à CMA analisar, além do mérito, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade, registra-se que compete privativamente à União legislar sobre águas e sobre as diretrizes da política nacional de transportes (art. 22, incisos IV e IX, da Constituição Federal). A própria Constituição reserva à lei o estabelecimento das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, na Floresta Amazônica (art. 225, §4º, da Constituição Federal). Ademais, inexiste reserva de iniciativa quanto à matéria, sendo lei ordinária o meio adequado para sua regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei está em conformidade com os parâmetros de juridicidade, uma vez que se harmoniza com a legislação vigente e introduz inovações no ordenamento jurídico, além de apresentar adequada técnica legislativa, tampouco infringe os comandos regimentais.

Quanto ao mérito, reconheço o valor da proposição, já destacado quando a relatei tanto na Comissão de Desenvolvimento Regional quanto na Comissão de Infraestrutura. Assim, reitero, a seguir, as manifestações favoráveis ao projeto de lei aprovadas por aquelas duas Comissões.

A proposta tem por objetivo fortalecer a navegabilidade nos corpos d'água da região amazônica, tornando o transporte fluvial mais seguro, confiável e eficiente. Dessa forma, o projeto atende a uma necessidade histórica de valorização do transporte hidroviário, especialmente em áreas com baixa cobertura rodoviária e elevada dependência das vias naturais de circulação.

A proposição, ademais, institui um modelo de governança descentralizado e cooperativo, envolvendo os entes federativos e os comitês de bacias hidrográficas. Busca-se, com isso, ampliar a coordenação entre os diferentes níveis de governo, promovendo a execução mais efetiva de obras públicas voltadas à navegabilidade e reduzindo a fragmentação institucional que, com frequência, compromete a implementação de projetos logísticos na Região Norte.

Embora alguns dispositivos reproduzam conteúdos já previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, a proposta revela seu mérito ao concentrar esforços e prioridades em um programa voltado exclusivamente à Amazônia Legal, com foco específico na infraestrutura hidroviária.

No âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, é oportuno não apenas ressaltar a relevância da via fluvial para a Região Amazônica, mas também destacar que a manutenção, o desenvolvimento e o aprimoramento do transporte por rios contribuem para evitar a expansão desnecessária da malha viária, um dos principais fatores associados ao aumento do desmatamento e à incidência de crimes como grilagem e garimpo ilícito.

Ainda, o transporte fluvial constitui, de forma relativa, um dos modos de transporte com menor emissão de gases de efeito estufa.

A implementação das diretrizes propostas demandará atuação coordenada entre os órgãos responsáveis pela gestão do uso múltiplo dos recursos hídricos, como a Agência Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Águas e Saneamento Básico (ANA), e aqueles encarregados da regulação do transporte hidroviário, como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), além da participação ativa dos usuários e das comunidades locais. O texto ressalta de forma adequada essa necessidade, uma vez que será precisamente a ação articulada desses atores que permitirá a efetiva materialização das medidas previstas no plano.

Reconhecemos, ainda, o relevante e meritório trabalho desenvolvido pelo Senador Sérgio Petecão ao apresentar a proposição. Todavia, entendemos que os ajustes de natureza técnica introduzidos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura por meio do substitutivo lá aprovado representam aprimoramentos substanciais, conferindo maior precisão normativa e assegurando a efetividade da implementação das medidas previstas no projeto de lei.

No substitutivo, foram propostas alterações pontuais, mas relevantes. Destacamos, inicialmente, a substituição da denominação “Plano Rios Livres da Amazônia” por “Programa Rios Livres da Amazônia”, medida que confere maior viabilidade operacional à iniciativa.

Foram também promovidos ajustes na estrutura de governança, com a supressão da figura do Comitê Gestor e o reforço do protagonismo dos Comitês de Bacia e dos entes federativos. Essas modificações evitam a sobreposição de instâncias, asseguram a integração direta dos estados da Amazônia Legal no processo decisório e promovem o alinhamento das atribuições já estabelecidas no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Adicionalmente, o substitutivo amplia os objetivos do programa, de modo a estimular arranjos institucionais e fomentar o debate sobre o transporte hidroviário na região.

Os ajustes, cumpre sublinhar, preservam a finalidade original do projeto e, simultaneamente, asseguram maior participação social e efetiva integração federativa na implementação das diretrizes voltadas à navegabilidade da Amazônia Legal.

Por fim, a proposição apresenta-se como resposta oportuna e condizente à necessidade de valorização da navegação interior na Região Amazônica, cuja extensa malha fluvial constitui eixo fundamental de integração territorial e de atendimento a comunidades de difícil acesso por outros modais. Tal enfoque reconhece a importância estratégica dos rios amazônicos como vetores de desenvolvimento sustentável e de inclusão regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A integração dos recursos naturais da Amazônia a uma infraestrutura de transporte sustentável propiciará ganhos sociais, econômicos e ambientais expressivos.

Com a instituição de um programa específico voltado à navegabilidade e à conservação de cursos hídricos na Amazônia Legal, conferem-se maior efetividade às ações públicas e melhor articulação entre as políticas de infraestrutura e de meio ambiente, sob uma abordagem regionalizada e voltada ao desenvolvimento equilibrado da região.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 4.199, de 2024, nos termos do Substitutivo da Comissão de Serviços de Infraestrutura (Emenda nº 1, da CI, de autoria do Senador Sérgio Petecão, ao projeto de lei).

É como voto, Sr. Presidente.

Peço o voto dos colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Mecias de Jesus.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, eu gostaria só de...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o autor, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – ... fazer um comentário. Primeiro, quero agradecer ao colega Senador que fez esse belo relatório. V. Exa. com certeza conhece e conhece muito também, Mecias. Eu não sei como é lá em Roraima, mas lá no Acre nós dependemos muito do rio; não só no Acre, no Amazonas também nós dependemos muito dos rios. E, como nós estamos aqui nas cabeceiras dos rios, todos os anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe uma mudança no leito do rio, porque vêm as enchentes, existe o desbarrancamento, e aquelas árvores que estão ali, às margens do rio, como são rios que ainda estão em formação, praticamente fecham os rios.

Então, a ideia... Nós recebemos lá na minha região uma cobrança muito forte por conta dos órgãos ambientais, o que é correto no sentido de preservação da nossa Amazônia, mas qual é a contrapartida do estado? Essas pessoas precisam... Nós não temos estrada, e essas pessoas têm que ter o direito de ir e vir. Então, o objetivo do nosso projeto é exatamente este: é que o governo municipal, o governo estadual, o Governo Federal possam dar tráfego, trafegabilidade a essas pessoas que moram às margens do rio.

Então, é um projeto simples que só conhece quem mora na região. Eu creio que uma pessoa que mora lá no Rio de Janeiro, mora em São Paulo talvez não esteja nem entendendo o que nós estamos falando aqui, mas com certeza nós vamos ajudar muita gente lá naquela região que precisa, e precisa muito, porque é o meio de transporte que nós temos. São barcos, canoas pequenas; o pessoal tem um poder aquisitivo muito baixo. Se você não tiver um mínimo de segurança... O cara desce num rio daquele à noite, se tiver um pau atravessando ali, se bater, ele já põe a vida dele em risco, entendeu? Não só a dele, como a da família dele. O rio lá é como se fossem as nossas estradas.

Então, eu queria agradecer, Mecias, pelo seu relatório e agradecer a todos os colegas.

Vamos votar agora, não é? (*Pausa.*)

Está bom.

Obrigado, Presidente, muito obrigado!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, só para complementar o que o Senador Petecão já falou.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, você permitiria que eu... Ah, não, ainda vou ter que... Pode complementar, por gentileza.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – É simples, é só para falar a respeito do leito dos rios, como ele falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos constante mudança nos leitos dos rios na Região Amazônica. O nosso principal rio, por exemplo, que é uma das nossas principais estradas, que liga Roraima ao Amazonas, que é o Rio Branco, tem uma modificação constante no seu leito. Então, para navegar sobre o Rio Branco, é preciso ter conhecimento e um prático constante que vive ali na região, porque o leito em que você navega hoje pode não ser o mesmo de amanhã, e você pode ficar lá encalhado, sem condições, ou tropeçar sobre uma árvore grande ali e você não ter condições... Na madrugada, você pode afundar, porque não tem alguém que conhece o leito do rio.

Este projeto é exatamente sobre isso. Como disse o Senador Petecão, muita gente talvez não conheça e nem entenda sobre o que nós estamos falando. É preciso ter vivência lá para isso. Ele só normatiza, mas mantém toda a concentração da navegação sob o comitê que já existe nacionalmente, apenas incluindo amazônicos dentro desse comitê gestor, para ter de fato alguém que conheça sobre a realidade amazônica.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto 4.199, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Enquanto se procede à votação, Senador Sérgio Petecão, eu queria aqui parabenizar V. Exa., ao passo em que também quero parabenizar o Senador Mecias.

Eu fico reflexivo aqui no Senado quando algumas pessoas têm uma visão extremamente ou apenas romantizada de determinados assuntos, sem entender efetivamente qual é a realidade da população, porque, às vezes, é muito cômodo você ter um comportamento academicista, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo respeito à academia, mas não enxergando qual é a realidade daquela comunidade. Eu fico perplexo quando você vê que as pessoas não conseguem entender que todo extremo é ruim – todo extremo é ruim. Então, é você ter a serenidade, o equilíbrio de entender que justiça ambiental se faz com justiça social; eu tenho que preservar, mas eu tenho que ter uma contrapartida para essa população. Eu não acho razoável você verificar que determinados estados... Infelizmente, no Brasil, quase 100% não têm saneamento básico. Isso vai impactar na saúde, isso vai impactar na previdência, isso vai impactar no INSS, isso vai impactar em auxílio-doença... Toda população adoece com esse tipo de comportamento. Eu acho que o extremismo... Eu falo isso na pauta ambiental... E olhem que eu morro defendendo o meio ambiente, porque defender o meio ambiente é defender toda e qualquer forma de vida que há por vir, mas, nesse meio ambiente, tem como você caminhar de mãos dadas, preservando a pauta ambiental, mas com justiça social e econômica para aquela população, alavancando a economia, tendo produtividade, tendo um retorno para que aquela população efetivamente tenha saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade, tenha oportunidade de emprego, tenha trafegabilidade, seja por via terrestre, seja por via marítima, seja pelos rios... É possível, sim!

Eu vejo isso numa pauta que é muito cara para mim, Senador Mecias, que é quando falam, por exemplo, na pauta do aspecto criminal. As pessoas... É muito simples. Eu vou dar um exemplo aqui: um rapaz, Senador Sérgio Petecão, de 16 anos, no meu Estado do Espírito Santo, usando duas armas do pai, que era um policial militar, entrou numa escola e matou quatro pessoas – uma criança de 12 anos e 3 professores, e deixou dezenas de feridos. Ele já foi solto agora, em novembro. Por quê? Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que o período básico de internação é de 3 anos.

Então, você fala assim: "Não, vamos aumentar o período de internação", "não, mas, Contarato, você está fazendo isso? Logo você...". Eu tenho que tratar igualmente os iguais, na medida em que eles se desigualam. Nós temos que implementar políticas públicas para tirar o jovem, para que ele não seja seduzido a ir para a criminalidade. Mas, uma vez que ele tenha optado por ir para essa criminalidade, os objetivos de qualquer sanção penal são não só retribuição pelo mal praticado, mas também readaptação ao convívio sociofamiliar.

Então, nós temos que ter essa responsabilidade. Agora, todo extremo para mim... Eu tento me blindar disso aqui. Vejam que eu, como Presidente, tenho o PL do licenciamento ambiental,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que nós estamos progredindo e que vai para o voto. Há aqueles que não conseguem efetivamente um número maior, mas nós temos que avançar em pontos de fundamental importância.

O que eu não acho razoável é que nós – o mundo sabe disso –, que o Brasil preserva todos os seus biomas, enquanto os países desenvolvidos o que fizeram? E qual é a contrapartida que nós estamos tendo para dar qualidade de vida para aquela população que está lá? A população ribeirinha, a população que mais sofre, a população que não tem saúde, a população que não tem dinheiro para plano de saúde. Porque é muito cômodo para a gente! Nós estamos aqui, políticos engravatados, a maioria rica, a maioria com plano de saúde, a maioria com supersalários, a maioria com toda a estrutura, carro blindado, segurança.

Agora, vai se colocar no lugar dessa população que está lá! Vai lá se colocar, vendo o filho chorando de fome, porque não tem dinheiro para comprar – vai lá! –, o filho lá com malária, com tantas coisas. Vai ver qual é a vida de uma seringueira. Vai lá ver a vida daquela população que está lá protegendo o meio ambiente, que é função do Estado.

Quando a Constituição determina que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essa preservação ambiental, eu não tenho dúvida de que ela tem que caminhar de mãos dadas com a justiça social. E justiça social se dá com implementação no fator econômico, no fator de dar dignidade a essa população que mais precisa.

Por isso, perdoem-me a forma clara, mas direta com a qual estou falando, enaltecendo o trabalho e a sensibilidade de V. Exa., como autor do projeto, ao passo que, mais uma vez, quero cumprimentar o Senador Mecias de Jesus pelo relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente Contarato, eu tenho dito para alguns bacanas aqui em Brasília que seria interessante que o Presidente Lula ou qualquer Presidente – ali na época do Presidente Bolsonaro, eu também disse isso a ele... Toda vida que fossem nomear um secretário ou um diretor importante de uma empresa, que o cara passasse 15 dias lá na Amazônia, numa cidade tipo Santa Rosa do Purus ou Jordão, para ele conhecer o outro Brasil – o outro Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma ideia, uma saca de cimento lá em Jordão é R$150. E aí como o recurso que o cara, o Prefeito lá de Santa Rosa, ou lá de Jordão, que são dois municípios diferentes... Não é diferente também em Marechal, em Porto Walter. Como um Prefeito desse pode tocar uma prefeitura com os mesmos recursos, com os mesmos orçamentos, com as mesmas planilhas que as de um Prefeito lá do interior de São Paulo, de um Prefeito do interior, ou daqui do Distrito Federal? É impossível.

Para o senhor ter uma ideia, eu aloquei uma máquina agora – tem 90 dias que a máquina estava lá em Tarauacá, que é outro município – para chegar lá em Jordão. Passou 90 dias no rio para poder chegar lá no município.

Então, essa é a realidade da Amazônia. É aquilo que o senhor disse, é uma outra realidade totalmente diferente de um Prefeito que toca uma prefeitura aqui no Distrito Federal ou lá em São Paulo.

Então, seria interessante que essas pessoas que ocupam cargos estratégicos importantes passassem dez dias, 15 dias num município desse, para conhecer a nossa realidade, a realidade da Amazônia, porque é muito fácil você, tomando cerveja lá no Armazém do Ferreira, dizer que é a favor da preservação. Sim, mas e as pessoas que moram lá? Elas precisam viver.

Tem um outro projeto meu aqui nesta Comissão que fala exatamente dessa realidade, porque a gente é muito cobrado, muito, muito, muito cobrado por morar na Amazônia e as pessoas querem que a gente faça mais. As pessoas que moram lá acham que nós, Parlamentares, podemos fazer mais, mas, infelizmente, a realidade não é essa, aqui a gente vai fazendo o que pode dentro das nossas possibilidades.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador, mais uma vez.

Quando o senhor estava falando aí, que essas pessoas tinham que fazer um estágio, eu falava isso quando eu era delegado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falava que era muito cômodo, às vezes, um juiz estar lá no gabinete, o promotor, no ar-condicionado, tudo certinho, olhando os processos como se fossem apenas números, números de processos tombados, mas vai lá no dia a dia ter a realidade da população ali subjugada e aviltada naquilo que é o segundo bem a ser tutelado. O primeiro é a vida, mas eu não tenho dúvida de que a liberdade é um bem que todos nós temos que ter cautela.

Então, às vezes, as pessoas decidem não de acordo com a realidade daquela população, mas, sim, nos gabinetes que ali estão.

Consulto os Senadores se já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino a abertura do painel para a proclamação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM, 10; NÃO, nenhum.

Aprovada a Emenda nº 1 da CMA ao Projeto de Lei 4.199. Fica prejudicado o projeto substitutivo aprovado, que será apreciado em turno suplementar, nos termos do dispositivo do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Parabéns, mais uma vez, Senador.

Parabéns, Senador Mecias.

Anuncio o item 11.

Projeto de Lei 62...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Neste caso, terá que ter uma votação em turno suplementar aqui na Comissão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só se não houver emendas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só se não houver emendas.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se não houver emendas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ah, o.k.

Então, Presidente, eu quero aproveitar que V. Exa. me concedeu a fala para parabenizar o autor do projeto e a oportunidade que tive, que V. Exa. me deu, de me designar Relator da matéria aqui na Comissão.

Fui o Relator em três Comissões e nas três Comissões foi aprovado.

O bom senso de V. Exa. e o conhecimento de Brasil que V. Exa. tem é que tem permitido que esta Comissão tenha caminhado, de certa forma, dentro de um consenso.

Confesso que mudou muito o conceito que eu tinha de V. Exa. depois que V. Exa. assumiu a Presidência desta Comissão, porque eu tinha medo de que V. Exa. fosse antiamazônico, mas V. Exa. demonstra conhecimento, bom senso e capacidade de discernimento, e isso é muito bom.

Desde que V. Exa. pautou o marco do licenciamento ambiental tem se manifestado, como agora se manifestou, porque, de fato, é muito fácil falar da Amazônia sem conhecer os nossos rios, os nossos ribeirinhos, falar das comunidades indígenas sem conhecer os nossos indígenas, sem conhecer as condições em que eles vivem lá.

Eu tenho alguns projetos aqui tramitando no Senado, inclusive, que obrigam o Governo Federal a gastar um percentual do FAT para saneamento básico em comunidades indígenas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais, porque a maioria deles... Eu, agora há poucos dias, recebi o tuxaua Abel Raposo, da comunidade Flexal, no Município de Uiramutã. A água deles fica a 14 km de distância.

A Companhia de Água do estado não pode atuar nas comunidades indígenas. Só quem pode atuar lá é o Dsei Leste, que é o órgão indígena que tem acesso permitido. O Governo do Estado, para fazer qualquer coisa, também tem que ter autorização da Funai, ou seja, eles vivem numa situação muito difícil. Só quem conhece isso são os indígenas que vivem lá e nós que somos moradores do estado.

Então, realmente, a posição de V. Exa. vem para engrandecer esta Comissão e, logicamente, quero agradecer muito a V. Exa. pelo conhecimento e pela sensibilidade que demonstra ter.

Falando disso, Presidente, eu quero fazer um apelo a V. Exa. Tem um projeto de lei, de autoria do Senador Chico Rodrigues, de 2021, o Projeto 2.210, que institui a Política Nacional de Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Minerais Componentes dos Elementos Terras-Raras. Ultimamente, é sobre o que tem se falado bastante no Brasil e no mundo.

Em Roraima, descobriram uma área de terras-raras, os pesquisadores da Universidade Federal de Roraima. Essa terra fica no Município de Caracaraí – cerca de 100 mil hectares de terras – e fica distante da comunidade indígena mais próxima 60 km e de uma unidade de conservação 50 km.

Esse projeto regulamenta... Foi discutido, ouvidos os ministérios envolvidos. O relatório está pronto, está com V. Exa. Eu queria pedir a V. Exa. que pudesse pautar para a próxima semana, até para abrir a discussão. Sei que certamente haverá pedido de vista na próxima semana, mas, pelo menos, a gente abre a discussão desse projeto e desse tema tão importante para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Esta Presidência irá analisar o pedido de V. Exa.

Anuncio o item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu poderia só fazer um comentário sobre esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Qual projeto?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Esse que acabaram de aprovar, do Senador Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – É porque também é extremamente importante esse projeto de autoria do Senador Petecão, com a relatoria do Senador Mecias de Jesus... Ele é muito importante para a Amazônia como um todo.

Como no meu estado, Mato Grosso, nós estamos com uma região fiscal na Amazônia Legal, ele atinge também o nosso estado. Ou atende, eu prefiro dizer assim, atende também o nosso Estado do Mato Grosso.

E aí, como aqui está na própria justificativa... Porque o projeto propõe instituir o programa Rios Livres da Amazônia – olha que nome bonito –, com o objetivo de promover a navegabilidade e a conservação dos corpos d'água da Amazônia Legal e atinge todos os estados, como o Acre, o Pará, o Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso.

Então eu quero lhe agradecer aqui, Senador Petecão, pela sua iniciativa.

E eu tenho dito muito que hoje não são mais os rios que precisam se adaptar às embarcações. Com a tecnologia existente hoje, é perfeitamente possível cada hidrovia ter ali o tipo de embarcação adaptado para ela, com a sua tecnologia totalmente possível.

E é importante dizer também... Lá no meu estado tinha um Deputado muito simples, o Deputado Tut, Amador Tut, até o nome dele é Amador Tut, que foi o responsável pela integração da nossa região, Mato Grosso, Rondônia, com uma empresa de transporte de passageiros. Ele foi meu suplente, já faleceu, e era um homem muito simples. Ele dizia o seguinte: "Olha, isso aqui é uma estrada líquida. Isso Deus nos deu de graça. Nós precisamos utilizar". E ele era transportador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de passageiros de ônibus que andava em estradas. Portanto, ele também era uma pessoa entusiasta. Eu quero aqui até aproveitar a aprovação desse projeto para homenagear o Deputado Amador Tut, do meu estado, que foi sempre uma pessoa que lutou muito pela navegabilidade dos nossos rios.

E muitos rios, Senador Fabiano, às vezes até não têm as condições, mas, hoje, com a tecnologia, podemos também fazê-las.

Olha, nos Estados Unidos, toda a dragagem é feita, inclusive, pelo exército americano. Olha o que é definição de Estado, né? E é isso que nós precisamos fazer no Brasil.

Aqui, por exemplo, no nosso Mato Grosso, nós temos hidrovias altamente viáveis. Eu destaco aqui a Hidrovia Paraguai-Paraná. Essa hidrovia foi suspensa no meu estado, na época, por um pedido do Ministério Público. E, olha, a Hidrovia Paraguai-Paraná faz parte da nossa história. Todo o Estado de Mato Grosso se deu pela Hidrovia Paraguai-Paraná.

E eu quero relatar que, inclusive, esta semana eu tive a oportunidade de levar a Cáceres o Diretor Aquaviário do Dnit, porque a Hidrovia Paraguai-Paraná termina exatamente na cidade de Cáceres, onde tinha um porto antigamente. Mas, pelo impacto do rio, pelo assoreamento, ele foi fazendo, então, curvas e depois acabou assoreando uma ilha muito presente na cidade de Cáceres, e aí estava rompendo a BR-070, que liga toda a região. À época, uns dez anos atrás, conseguimos fazer o derrocamento e agora se está fazendo uma grande obra.

Mas eu tenho uma boa notícia para os mato-grossenses – e por isso agradeço aqui este espaço, Senador Fabiano Contarato –, porque nós conseguimos avançar a hidrovia de Cáceres até a Barra do Sepotuba. É pequeno o trecho, mas ele é importante para fazer a dragagem para não impedir que a cidade possa, inclusive, promover o seu desenvolvimento. Imagina fechar a BR! E, com relação às obras que estão lá, Senador Contarato, sendo investidas pelo Dnit, a dragagem não representava nem 5%. Olha o tanto que o Estado brasileiro está gastando, e com um impacto muito maior, porque não está tendo a navegação e ainda está causando outros problemas maiores.

Por isso, eu parabenizo aqui e agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Contarato, inclusive eu quero agradecer também a nossa presença lá em Belém, o jantar que tivemos, um bom papo, conversar ali na COP 30, que foi uma experiência para todos nós. Às vezes, as pessoas são muito de criticar, criticar e criticar, mas eu acho que foi um espaço muito bom que o Brasil teve para mostrar os nossos potenciais. E V. Exa., como Presidente desta Comissão, é uma referência para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Wellington.

Anuncio o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 2729, DE 2021

- Terminativo -

Institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Há o REQ 21/2025-CMA, do senador Wellington Fagundes e da senadora Damares Alves, para dispensar a audiência pública requerida pelo REQ 52/2024-CMA, que deve ser votado preliminarmente.

Em votação o item 13, Requerimento 21, da CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, fica dispensada a audiência pública requerida.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, eu quero, mais uma vez, agradecer aqui a V. Exa. por me dar a honra, como médico veterinário, de relatar dois projetos importantes também, que dizem respeito à minha profissão.

Trata-se, então, de um projeto que submete à deliberação da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 2.729, de 2021, de autoria do Deputado Aroldo Martins, que institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses.

Eu posso ir direto ao nosso relatório, à análise, para ser um pouco mais rápido, Sr. Presidente?

Agora estamos aqui. Então vamos aqui à análise.

Compete à CMA opinar sobre proposições que digam respeito à proteção da fauna, conforme determina o art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CMA a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, VI, Constituição Federal), às atribuições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam na proposição vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, cumpre ressaltar a indiscutível relevância da salvaguarda dos direitos dos seres sencientes.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil enfrenta um panorama alarmante, com mais de 30 milhões de animais abandonados, dos quais 10 milhões são felinos e 20 milhões, caninos. Durante o período pandêmico, observou-se um fenômeno paradoxal: enquanto as adoções inicialmente se elevaram, a crise econômica subsequente, aliada ao término do auxílio emergencial, propiciou um aumento exponencial na incidência de abandono.

A grande maioria desses seres abandonados permanece à mercê de condições adversas, padecendo de fome, enfermidades e vulnerabilidades que comprometem sua integridade física e seu bem-estar psicológico. Ademais, a presença de animais em situação de rua acarreta implicações graves para a saúde pública, contribuindo para acidentes de trânsito e disseminação de patologias que afetam tanto a fauna quanto a população humana.

Com efeito, o Instituto Pet Brasil divulgou que, em 2023, o Brasil tinha mais de 180 mil animais abandonados ou resgatados por maus-tratos, sob tutela de organizações não governamentais. Já os resultados de pesquisa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clima dão conta de que 76% dos municípios participantes da pesquisa não possuem qualquer estrutura para acolhimento de animais abandonados ou vítimas de maus-tratos.

No que concerne à saúde pública, destaca-se a importância de controle das zoonoses, especialmente a leishmaniose, a esporotricose e também a raiva. Essas doenças podem ser transmitidas para os seres humanos, de modo que seu controle na população animal é fundamental para evitar a disseminação, com impacto relevante na saúde dos brasileiros. As ações de prevenção e controle contemplam medidas simples, como a vacinação dos animais, o controle de verminoses, a limpeza dos ambientes de alojamento e abrigo, entre outras possibilidades.

Portanto, resta evidente a imperiosa necessidade de políticas públicas que promovam a sensibilização e a educação da sociedade em geral tanto para reduzir os casos de abandono e de maus-tratos quanto para prevenir e controlar as zoonoses. Nesse contexto, a aprovação da proposição tem o condão de contribuir com ações para assegurar a dignidade e o respeito que todo ser vivo, sem distinção, deve receber, além de prevenir a disseminação de doenças.

Voto, Sr. Presidente.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 2.729, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto 2.729, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator, votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Enquanto se está procedendo à votação, vou anunciando o item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recentes decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Justiça Federal sobre a Moratória da Soja.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento, caso queira se manifestar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, acho que é pedir a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu consultaria V. Exa., Senador, se o senhor se sentiria confortável de eu fazer a indicação de um representante da Imaflora e do Ipam.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, tudo que vier de V. Exa. não só é aceito como eu tenho certeza de que vai engrandecer o nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. É só para ter uma representatividade maior e mais ampla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por requerimento desta Presidência, nesta audiência, terá também um representante do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e um representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – A minha assessoria faz uma observação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se for pertinente, eu gostaria de perguntar à Secretaria, porque este assunto já foi discutido, e nós já, inclusive, tivemos uma decisão também tanto por parte da CAE, por unanimidade, que é a formação de cartel, a questão da moratória da soja, bem como também pelo Supremo Tribunal Federal, que já teve maioria formada.

Então, se é isso mesmo, eu acho que seria desnecessário. (*Pausa.*)

É isso mesmo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – V. Exa. é o autor do requerimento da audiência, se o senhor quiser retirar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois é, mas eu queria essa confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor está retirando então?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu posso retirar então.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então fica retirado o requerimento, item 14, da Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovada a retirada da realização dessa audiência pública.

Voltando ainda para a votação, convido os colegas, Senador e Senadoras, para exercerem o direito de voto do projeto que está em tramitação, que é o Projeto de Lei 2.729, de 2021, nos termos do relatório apresentado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, como nós temos um tempo aí até formar... eu vou aproveitar para fazer algumas considerações sobre esse projeto de lei que estamos votando. Como já ficou claro, ele foi relatado e é de autoria do Deputado Aroldo Martins, que cria a campanha nacional Julho Dourado, um mês dedicado à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua, e também ao combate às zoonoses. É uma iniciativa simples, mas de grande impacto para a saúde pública, para a educação da sociedade e também para a proteção dos animais.

É com muita honra que relato, então, esse projeto e essa matéria. Como médico veterinário sei o quanto essa pauta é necessária e o quanto ela representa um avanço civilizatório na forma como tratamos os seres sencientes. Hoje o Brasil enfrenta uma realidade dura, como já foi dito aqui: cerca de 30 milhões de animais abandonados, 20 milhões de cães e 10 milhões de gatos. Esses números, apresentados pela Organização Mundial da Saúde, mostram a gravidade do problema e também as consequências que ele traz para a sociedade – fome, doenças, acidentes e a circulação de zoonoses como leishmaniose, raiva e esporotricose. Além disso, 76% dos municípios brasileiros não têm qualquer estrutura de acolhimento para animais, animais esses regatados ou vítimas de maus-tratos, ou seja, na maioria das cidades brasileiras, o problema fica inteiramente nas mãos dos protetores voluntários e das ONGs.

Também em Mato Grosso, a situação segue o mesmo quadro: municípios como Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop e regiões do interior lutam contra o aumento do abandono e o avanço de zoonoses, especialmente a leishmaniose. Por isso, esse projeto traz uma resposta importante para o estado e para todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante, Sr. Presidente, relatar que essas zoonoses têm aumentado. Claro, porque, quanto mais aumenta o número de animais abandonados, mais acontece isso.

Portanto, o que o Julho Dourado faz na prática? Cria um mês nacional de ações de vacinação, castração e prevenção de zoonoses, promove campanhas educativas nas escolas e nas comunidades, incentiva a adoção responsável e o combate ao abandono, mobiliza o poder público com ONGs e iniciativas privadas e voluntárias, estimula a iluminação e a decoração de prédios públicos e privados de cor dourada para dar visibilidade ao tema, cria um marco anual de conscientização da proteção animal. Portanto, esse projeto é um passo importante para unir os animais em uma rede de proteção e cuidado.

Relatar essa matéria me honra profundamente, porque sei que cuidar dos animais é cuidar das famílias brasileiras. Esta ação promove saúde, prevenção, respeito e um olhar mais humano sobre a nossa relação com os animais.

É isso, Sr. Presidente. Conseguimos o quórum? Faltam dois.

Então, eu posso fazer um comentário aqui, Sr. Presidente? Eu gostaria, quem sabe, até de fazer um debate com V. Exa., exatamente sobre a propriedade nossa, do Brasil, de estar na COP 30.

Lá na COP 30, eu tive a oportunidade de uma parceria, eu quero dizer, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, uma parceria muito grande com a CNT (Confederação Nacional do Transporte), que montou uma estrutura grandiosa lá na COP 30, tanto na área azul, como na verde. Na área verde, aberta a todo o público, nós tivemos muitas palestras, e eu destaco aqui a participação do meu Estado de Mato Grosso nessa parceria, porque tivemos oportunidade de levar lá para Belém o nosso Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

O Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal foi implantado, à época, ainda pelo Ministro Marcos Pontes; e, agora, a nossa atual ministra fez o concurso público, para que pesquisadores do Brasil inteiro pudessem ser selecionados para dirigir o nosso instituto nacional, o INPP, e, com isso, contratar as pessoas para ter funcionamento.

O Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal funciona num prédio que conseguimos construir dentro da Universidade Federal de Mato Grosso, na capital, uma área de 5 mil metros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com emendas que coloquei, equipamos com veículos, computadores, enfim, móveis necessários e também equipamentos para desenvolver a pesquisa. Ele é estratégico para o ano que vem – já coloquei emendas também –, já que agora temos totalmente, em plenitude, em funcionamento, já funcionando.

Então, agora, com o recurso que aloquei, vamos, inclusive, construir toda uma fachada para a melhoria do visual do instituto, que é uma obra lindíssima, construída aqui pela UnB – foram os arquitetos da UnB que fizeram o projeto. Portanto, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal poderá fazer um trabalho grandiosíssimo para o nosso Pantanal.

Eu quero agradecer a V. Exa., porque também votou favoravelmente ao projeto de lei que apresentei aqui no Senado, o Estatuto do Pantanal, que já foi aprovado na Câmara e sancionado pelo Presidente da República.

E o nosso Pantanal, hoje, Senador Contarato, posso lhe garantir, é um bioma que é patrimônio brasileiro e da humanidade. Está na nossa Constituição. E, agora, com essa aprovação... Saliento também que tanto a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul como a de Mato Grosso já fizeram os projetos estaduais; e, agora, nós precisamos regulamentar o estatuto, que é uma lei normativa – especificidades ficarão por conta da legislação estadual.

E, V. Exa., por sua importância como Senador e também como Presidente da CMA, mais uma vez, eu quero convidá-lo para estar lá, para conhecer a grande RPPM do Sesc Pantanal, uma área de 108 mil hectares, com todo um *resort* lá, mas também com universidades, com pesquisas que são feitas.

Eu aproveito para fazer o convite aqui e para esclarecer também à população – porque nós temos tempo ainda – que, para se conhecer o Pantanal, é importante conhecê-lo em duas épocas: na época da seca, quando os rios baixam... Há ali o vigor da vegetação, os animais começam a andar, a buscar alimento, é quando você pode conhecer, fazer a focagem dos animais, da onça, que é o maior felino daqui do nosso continente, com toda a sua exuberância. Isso se dá, normalmente, do mês de março até o mês de setembro, quando estamos na primavera, com toda a florescência, aquela coisa mais linda. Aí, de novembro para frente, até o mês de março, normalmente é o tempo das chuvas. E aí se transforma no Mar de Xaraés, como os índios, assim, denominaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um programa também com a Marinha do Brasil e consegui um recurso para fazer a reforma do navio da Marinha do Brasil que temos lá no 6º Distrito Naval, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, lá em Ladário. E agora, com esse navio reformado, nós vamos fazer uma viagem.

Eu quero apresentar aqui um requerimento para que, nessa viagem... É um trabalho social de tratamento médico, odontológico e também de orientação, com palestras, para os ribeirinhos, que são os quilombolas, os indígenas e os próprios ribeirinhos. Sairá, então, lá de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, chegando até Cuiabá. Não precisamos ficar todo o trajeto, a gente pode fazer uma parte de helicóptero, enfim, com o apoio também do nosso Corpo de Bombeiros de Mato Grosso. Eu quero aqui agradecer também toda a corporação do Corpo de Bombeiros, na pessoa do Comandante Gledson, pelo grande trabalho, a sala de situação, que é feito no nosso Pantanal. E eu quero convidá-lo.

Eu quero apresentar esse requerimento, se possível ainda dar tempo para este ano, para que a gente possa, então, ter lá oficialmente a Comissão de Meio Ambiente. Para a data, a gente tem que aguardar um pouco as chuvas, mas provavelmente será no final de janeiro, início de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Pode ter certeza de que eu estou devendo essa visita a V. Exa. e tenho total interesse de comparecer. Vamos fechar uma data adequada porque eu irei com o maior prazer. E, mais uma vez, quero parabenizar, V. Exa., pelo mandato, parabenizar pelas defesas em que sempre se empenha em todas as áreas na qual o senhor se predispõe. Principalmente como médico veterinário, tem essa sensibilidade com a pauta animal, que eu também acho de fundamental importância. Mais uma vez, quero parabenizá-lo. Para mim, é uma alegria estar nessa legislatura compartilhando o mandato com V. Exa., que muito dignifica o Senado Federal. Parabéns, mais uma vez.

Encerrada a votação.

Determino a abertura do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM 8 Senadores. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Anuncio o item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a posse responsável dos animais de estimação no caso de dissolução da união estável e do vínculo conjugal de seus possuidores; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para a leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Mais uma vez, Presidente Contarato, eu agradeço a honra de poder relatar também esse projeto que tem muito a ver também com a minha profissão de médico veterinário, mas também com todos os seres humanos.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encontra-se em exame, na Comissão de Meio Ambiente, o Projeto de Lei 62, de 2019, de autoria do Deputado Federal Fred Costa, que dispõe sobre a posse responsável dos animais de estimação no caso de dissolução da união estável e do vínculo conjugal de seus possuidores; e dá outras providências.

Vou direto à análise, Sr. Presidente, pra facilitar também pelo nosso tempo.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre a defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos e também das florestas, da caça, da pesca, da fauna.

Com relação ao mérito, o PL nº 62, de 2019, propõe um marco legal inovador para a determinação da guarda e responsabilidades quanto a posse de animais de estimação nos casos de dissolução da união estável e do vínculo conjugal. Permite que tutores estabeleçam acordos sobre moradia, custos e visitas ao *pet*, além de dispor que o Poder Judiciário definirá a guarda compartilhada do animal quando necessária.

Ao reconhecer expressamente a senciência animal, a proposição assegura que as decisões judiciais considerem fatores como ambiente adequado, disponibilidade dos tutores e manutenção dos laços afetivos. Essa abordagem não apenas evita traumas aos animais, como também reduz conflitos entre ex-companheiros, oferecendo segurança jurídica e alinhando a legislação aos avanços sociais no tratamento dos animais como membros da família.

De fato, a legislação atual sobre animais de estimação em casos de separação conjugal ou dissolução de união estável é defasada, tratando os animais como meros bens móveis e ignorando sua condição de seres sencientes, capazes de sofrer com a ruptura de vínculos afetivos. Essa visão ultrapassada gera insegurança jurídica e decisões que desconsideram o bem-estar animal, priorizando apenas aspectos patrimoniais. Assim, o PL nº 62, de 2019, surge como uma resposta essencial a esse problema, estabelecendo diretrizes claras sobre posse responsável e guarda compartilhada, garantindo que os animais tenham seus direitos e necessidades emocionais respeitados.

Ao estabelecer critérios baseados no bem-estar animal e na posse responsável, a proposição previne decisões arbitrárias que podem separar os animais de tutores afetivos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantê-los em condições inadequadas. A aprovação do projeto, portanto, é necessária, pois este visa superar a visão meramente patrimonial da lei atual e garantir proteção efetiva aos animais em situações de separação. Mais do que uma atualização legal, trata-se de um avanço civilizatório, assegurando que os animais sejam tratados com a dignidade que merecem, em consonância com a evolução da sociedade.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 62, de 2019.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo, declaro encerrada...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, só uma consideração muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Na condição de médico veterinário, só para justificar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas pessoas imaginam que o animal, às vezes, está dissociado da sensibilidade humana e vice-versa. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu, como médico veterinário, atuei muito na ponta, ao ser médico veterinário de pequenos, médios e grandes animais. Mas nos pequenos animais há um destaque especial, para a sociedade aqui que está nos assistindo entender. A maioria dos animais que chegam – animais domésticos – à clínica veterinária doentes, a maioria é causada pelas brigas de família. Quando a família briga, se desentende, o animal sente e ele sofre, às vezes deixa de se alimentar.

Então, muitas pessoas não têm esse conhecimento, a sensibilidade do que é cuidar de um animal. E a separação, às vezes, da família causa para o animal um sofrimento terrível, talvez tanto quanto uma criança. Por isso, então, a sensibilidade humana de saber a responsabilidade do que é cuidar de um animal é extremamente importante, inclusive, que a gente possa aqui estar explicando, porque às vezes as pessoas perguntam: "Vocês estão perdendo tempo em votar e ficar aí fazendo um projeto de lei... Se precisa é segurança das pessoas". Olha, eu acho que uma coisa tem a ver com a outra. Quando uma família está socialmente equilibrada, com certeza essa família será um grande parceiro da segurança, do policial. Eu sempre falo da importância, V. Exa. conhece muito bem isso.

No nosso estado hoje, infelizmente, nós vivemos uma situação de um estado muito rico, mas uma concentração de renda muito grande. E nós estamos tendo lá um estado que mais se desenvolve, o estado mais rico do Brasil proporcionalmente, o campeão de feminicídios três anos seguidos. Então, o narcotráfico tomando conta dos presídios, Sr. Presidente, o crime organizado tomando conta dos presídios, e o estado às vezes inerte. Por isso, essa discussão tem a ver também, me perguntavam ontem numa entrevista na televisão: "Como se faz segurança?" Eu falo: "Primeiro cuidando da família". E o policial tem que ser respeitado. Quando o policial é respeitado e a família do policial também é cuidada pelo Estado, por isso é importante um bom salário e dignidade, com certeza a segurança será melhorada em todos os aspectos.

Inclusive, como V. Exa. é um especialista, em todas as palestras a que eu assisti, sempre falam que a maioria das elucidações dos casos com a inteligência se dá principalmente pela informação da família. Quando tem algo ocorrendo errado no seu vizinho, o senhor avisa a polícia e com certeza facilitará o trabalho da polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, José Lacerda, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 18/2025 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 19/2025 - CMA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 20/2025 - CMA, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 25/2025 - CMA, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), REQ 26/2025 - CMA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), e PL 4789/2024, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Finalidade: Instruir o PL 4789/2024, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009". Participantes: Sr. Cristiano Quaresma de Paula, Diretor do Departamento de Territórios Pesqueiros e Ordenamento do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Sra. Arlene Costa, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) (representante de: Josana Pinto da Costa); Sr. Carlos Eduardo Olyntho de Arruda Villaça, Presidente do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE); Sr. Edivando Soares de Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Sr. Fernando Pinto das Neves, Representante do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI); Sr. Antônio Carlos Corrêa, Diretor da Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR) (representante de: Apoliano Oliveira do Nascimento); Sr. Paulo Heimar Souto, Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Sra. Kalinka Lessa Koza, Assessora técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Francisco das Chagas de Medeiros, Presidente da Associação Brasileira de Piscicultura (PEIXE-BR); Sr. Roberto Gallucci, Coordenador-geral de Gestão e Ordenamento Pesqueiro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(representante de: Gilberto Sales); Sr. Jairo Gund, Diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados - ABIPESCA (representante de: Eduardo Lobo Nasvlasky); Sr. José Alberto de Lima Ribeiro, Vice-coordenador da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM); Sr. José Sérgio Nunes de Pinho, Representante da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) (representante de: Elizeu Augusto de Brito); e Sr. Martin Dias, Diretor científico da Oceana Brasil. Resultado: Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião anterior, que é aprovada e será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto.

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às treze horas e nove minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, José Lacerda, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5181, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para estabelecer expressamente o tratamento à saúde do preso dependente de drogas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2424, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 3º, 4º, 5º, 8º, 23 e 27 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para regulamentar o direito de propriedade de arma de fogo, prever requisitos de idoneidade para aquisição de arma de fogo, definir a quantidade e espécies de armas permitidas à posse e porte, regulamentar o uso de arma para defesa e dar interpretação a artigos da Lei 10.826." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Favorável ao projeto, com as quatros emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP, 2-CSP, 3-CSP e 4-CSP. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 352, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre o trabalho do preso e o ressarcimento de danos." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 28, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões específicas em matéria penal e processual penal." **Autoria:** Senadora Margareth

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator ad hoc o Senador Luis Carlos Heinze. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4513, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** 1. Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 27, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, visita institucional ao Presidente da República de El Salvador, Senhor Nayib Bukele, com o objetivo de promover intercâmbio de experiências e informações sobre políticas de segurança pública, sistema penitenciário e legislação penal." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 26, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer fatos relacionados ao esquema de descontos fraudulentos em aposentadorias no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **Observação:** Durante a reunião, o requerimento é subscrito pelo Senador Flávio Bolsonaro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo o número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião, realizada em 21 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta. A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Aproveitando a presença do Senador Heinze, já inicio os nossos trabalhos pelo item 2, que é de sua relatoria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2424, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 3º, 4º, 5º, 8º, 23 e 27 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para regulamentar o direito de propriedade de arma de fogo, prever requisitos de idoneidade para aquisição de arma de fogo, definir a quantidade e espécies de armas permitidas à posse e porte, regulamentar o uso de arma para defesa e dar interpretação a artigos da Lei 10.826.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Favorável ao projeto, com as quatros emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, para a leitura de seu relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Flávio, Senadora Margareth, Sras. e Srs. Senadores, apresentamos hoje o Projeto de Lei nº 2.424, de 2022, do então Senador Lasier Martins, que atualiza o Estatuto do Desarmamento.

A proposta tem como principal objetivo dar mais segurança jurídica aos cidadãos que possuem armas de fogo de forma regular, corrigindo distorções que, ao longo dos anos, geraram insegurança e inabilidade nas regras.

O projeto estabelece critérios claros para aquisição, registro, transporte e classificação das armas, retirando do Poder Executivo a possibilidade de alterar essas definições por decreto, conforme o entendimento de cada governo.

A partir dessa proposta, o que é arma de uso permitido ou restrito passará a estar definido diretamente na lei, com base em parâmetros técnicos, garantindo estabilidade e previsibilidade ao setor.

Como Relator, apresentei alguns ajustes para aprimorar o texto, suprimindo dispositivos redundantes e reforçando o princípio de que o direito à legítima defesa deve ser assegurado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem cumpre a lei. Também propus aperfeiçoamentos na redação para tornar o texto mais objetivo, mantendo o foco na proteção do cidadão de bem e na segurança pública.

Como o projeto ainda vai tramitar na CCJ, deixaremos àquela Comissão a análise da constitucionalidade formal, da juridicidade e da técnica legislativa.

Apenas para dar sequência, Sr. Presidente, é extenso o voto, para nós agilizarmos aqui.

A alteração proposta confere, portanto, maior segurança jurídica, ao exigir lei ordinária para que a classificação das armas de fogo seja modificada e não meramente ato do Poder Executivo federal.

O §6º do art. 23 concede que poderão ser de uso permitido armas com energia cinética superior àquela prevista nos incisos do §5º, criando-se, portanto, apenas um limiar inferior neste parágrafo.

Por fim, o PL nº 2.424, de 2022, acresce um novo parágrafo (§2º) ao art. 27, dispondo que a excepcionalidade será comprovada, pelo atirador ou pelo caçador, pelo exercício de atividade esportiva ou controle de fauna exótica compatível com o calibre requerido.

De fato, a autorização para aquisição de arma de fogo de uso restrito dependeria de comprovação da efetiva necessidade do referido calibre, que normalmente possui maior potencial lesivo. Para os caçadores, por exemplo, somente faz sentido conceder autorização de arma de fogo de uso restrito se o animal a ser caçado realmente o exigir, ou seja, for de porte tal que recomende sua utilização.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 2.424, de 2022, com o oferecimento das emendas que vêm a seguir.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório do Senador Heinze, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei 2.424, de 2022, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu queria pedir a gentileza também ao Senador Heinze para que faça a leitura *ad hoc* do relatório do Senador Carlos Portinho acerca do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2024

- Não terminativo -

Autoriza, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões específicas em matéria penal e processual penal.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatoria ad hoc: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

Então, passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze, *ad hoc*, para a leitura do relatório elaborado pelo Senador Carlos Portinho, em homenagem à Senadora Margareth Buzetti, que está aqui presente em nossa Comissão hoje, sempre tomando conta, com muita atenção, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita proximidade, de todos os seus projetos. É por isso que ela é recordista de aprovação de projetos aqui nesta Casa. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Cumprimentando a Senadora Margareth, vamos direto à análise.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a", "k" e "l", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes, respectivamente, à segurança pública, às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social e ao combate ao crime organizado.

Consideramos o projeto altamente valoroso e meritório.

O Brasil sempre se notabilizou por forte concentração de poderes estatais em uma autoridade centralizada. Nos períodos colonial e imperial, as tentativas de secessão foram duramente reprimidas. Durante a Primeira República, especialmente na Constituição de 1891, os estados-membros foram fortalecidos, adotando-se competências bastante descentralizadas.

A autonomia dos estados-membros, no entanto, teve curta duração: o Estado Novo, em 1937, centralizou novamente os poderes na autoridade federal. Isso se repetiu novamente em 1964, durante o governo militar, que durou até 1985.

A herança centralizadora de poderes legislativos na União foi repetida na Constituição Federal de 1988, atribuindo-se as competências legislativas mais importantes ao ente federal, como exemplifica o extenso rol do art. 22 da Constituição Federal.

O Brasil é um país de dimensões continentais, altamente heterogêneo do ponto de vista socioeconômico. Exemplificativamente, devido ao processo de industrialização concentrado na Região Sudeste, tem-se diversas metrópoles nessa região, ao passo que os Estados do Amazonas e do Pará têm densidades demográficas diminutas.

Diante desse quadro, é ilógico estabelecer e impor a mesma legislação penal e processual penal em todos os cantos do Brasil. Isso porque a natureza da criminalidade varia de acordo com a região em foco: enquanto garimpos e madeireiras ilegais vicejam na Região Norte, no Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Janeiro existe grave problema de criminalidade violenta organizada, mormente roubos e tráfico de drogas em ambiente urbano.

Sabiamente, a Constituição Federal de 1988 previu que seria possível aos estados-membros legislar sobre assuntos específicos das matérias disciplinadas no art. 22 do texto constitucional, desde que houvesse lei complementar federal para tal fim. É exatamente o que faz este projeto.

Somos, portanto, absolutamente favoráveis ao seu teor, considerando-se a premente necessidade de se enfrentar a criminalidade organizada, possibilitando que cada ente estadual legisle sobre temas penais e processuais penais de acordo com suas particularidades.

Propomos, contudo, alterações ao projeto, por meio de emenda, a fim de delimitar de forma mais precisa as matérias específicas sobre as quais os estados e o Distrito Federal estarão autorizados a legislar.

Isso se justifica, porque os temas listados no texto original do PLP versam sobre verdadeiras normas gerais, que integram o núcleo essencial do direito penal e processual penal e cuja delegação a entes subnacionais é de duvidosa constitucionalidade.

Com a redação proposta, buscamos evidenciar que a competência dos estados e do Distrito Federal ficará limitada à complementação da legislação federal, com vistas a atender às peculiaridades locais, sempre respeitados os parâmetros gerais fixados em âmbito nacional.

Também removemos o art. 3º do PLP por ser injurídico, pois desnecessário.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLP nº 28, de 2024, com as seguintes emendas.

Aí vêm as emendas a seguir, Sr. Presidente, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Heinze.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2024, com as Emendas nºs 1 e 2, da CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os demais itens da pauta estou retirando, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5181, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para estabelecer expressamente o tratamento à saúde do preso dependente de drogas.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CAS, em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 352, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre o trabalho do preso e o ressarcimento de danos.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4513, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: 1. Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.)

E eu quero também aqui fazer uma... Há solicitação de inclusão de dois requerimentos, de nºs 26 e 27, de 2025, como extrapautas.

Consulto o Plenário se há objeção em relação à inclusão dos referidos requerimentos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo manifestação contrária, eu coloco em votação aqui, então.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 27, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, visita institucional ao Presidente da República de El Salvador, Senhor Nayib Bukele, com o objetivo de promover intercâmbio de experiências e informações sobre políticas de segurança pública, sistema penitenciário e legislação penal.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ).

Queria pedir ao Senador Heinze que, daí mesmo, assuma a Presidência apenas para colocar em discussão a matéria.

Então, venha cá. Venha cá, Heinze.

Vamos trabalhar. Deixou os óculos para trás. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Eu passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro para que faça a leitura do seu requerimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não tem discussão, não. É só uma iniciativa da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a Presidência para o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Heinze.

Eu coloco em votação outro requerimento extrapauta, de autoria do Senador Jorge Seif.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer fatos relacionados ao esquema de descontos fraudulentos em aposentadorias no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

E ele propõe a presença, na audiência, do Sr. Edson Claro Medeiros, porque, segundo o autor do requerimento, ele estaria se sentindo ameaçado de morte e é voluntário para vir até esta Comissão para fazer as suas denúncias.

Eu coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram...

Não há havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Dou os parabéns à Senadora Margareth Buzetti pela aprovação, aqui na CSP, de mais esse importante projeto que visa a dar mais autonomia para que os estados, diante das suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidades específicas, possam ter autonomia para tratar de questões processuais penais, penais e administrativas também, que são complementares a esses institutos legais. Então, parabéns, Senadora Margareth Buzetti.

Está aqui cumprida a palavra da Presidência da Comissão de Segurança Pública, já declarando o meu voto também quando esse projeto for ao Plenário, voto favoravelmente a ele.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão desejando uma excelente semana a todos.

(*Iniciada às 13 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e oito minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Jorge Kajuru, José Lacerda, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CSP ao Projeto da LOA 2026**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLOA 2026 (PLN 15/2025), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". Relator: Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à apresentação, pela Comissão de Segurança Pública, das seguintes emendas de apropriação: a) **Número: 50390001** | UO: 52121 - Comando do Exército | Ação + Subtítulo: 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 200.000.000 | Autores: Marcos Rogério, Flávio Bolsonaro, Efraim Filho e Hamilton Mourão, na forma da proposta de emenda de apropriação nº 82; b) **Número: 50390002** | UO: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública | Ação + Subtítulo: 2B00 - Atuação da Força Nacional de Segurança Pública | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 300.000.000 | Autores: Marcos Rogério, Damares Alves, Marcio Bittar, Jorge Seif e Flávio Bolsonaro, na forma da emenda de apropriação nº 83; c) **Número: 50390003** | UO: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | Ação + Subtítulo: 2F07 - Antes que Aconteça - Apoio e Estruturação de Políticas para Mulheres | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 300.000.000 | Autores: Marcos Rogério, Damares Alves, Marcio Bittar e Flávio Bolsonaro, na forma da emenda de apropriação nº 84; d) **Número: 50390004** | UO: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | Ação + Subtítulo: 21EO - Apoio ao Sistema Penitenciário Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 400.000.000 | Autores: Marcos Rogério, Jorge Kajuru, Damares Alves, Flávio Bolsonaro, Plínio Valério, Marcio Bittar, e Jorge Seif, na forma da emenda de apropriação nº 86; e) **Número: 50390005** | UO:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal | Ação + Subtítulo: 2723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 300.000.000 | Autores: Marcos Rogério, Jorge Kajuru, Damares Alves, Chico Rodrigues, Ana Paula Lobato, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro e Professora Dorinha Seabra, na forma da emenda de apropriação nº 88; f) **Número 50390006** | UO: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | Ação + Subtítulo: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 900.000.000 | Autores: Marcos Rogério, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Damares Alves, Chico Rodrigues, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Ana Paula Lobato, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Rogério Marinho, Plínio Valério, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Omar Aziz, Hamilton Mourão, Jorge Seif, Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra e Wilder Morais, na forma da emenda de apropriação nº 89; emendas de remanejamento: g) **Número: 50390007** | UO: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | Ação + Subtítulo: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 295.000.000 | Autores: Marcos Rogério e Angelo Coronel, na forma da emenda de remanejamento nº 85; e h) **Número: 50390008** | UO: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | Ação + Subtítulo: 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça | Localidade: Nacional | Acréscimo: R$ 295.000.000 | Autor: Marcos Rogério, na forma da emenda de remanejamento nº 87. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcio Bittar e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Jorge Kajuru, José Lacerda, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 128, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 352, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre o trabalho do preso e o ressarcimento de danos." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4513, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CSP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.023013/2026-76-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcio Bittar
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Objetivo e diretrizes da reunião: a presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário, quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CAE.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura de seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o presente projeto de lei é fruto de trabalho do nosso Deputado Marcos Pereira, Presidente do Partido Republicano, e ele é extremamente significativo.

Estabelece a aplicação de recursos do Fundo Penitenciário na capacitação continuada dos servidores administrativos e dos policiais penais. Estabelece – aqui é importante – que o valor a ser aplicado será definido na lei orçamentária, ou seja, nada fora do orçamento, assegurada a atualização continuada em razão de necessidades decorrentes.

Indo à análise, Presidente.

A proposição apresenta mérito inegável sob a ótica da segurança pública e da gestão penitenciária. A profissionalização permanente dos servidores e policiais penais é requisito essencial para a eficiência, a humanização e a segurança do sistema prisional brasileiro.

A criação das polícias penais pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019, reconheceu o caráter policial das atividades de segurança penitenciária, conferindo-lhes maior responsabilidade e exigindo preparo técnico e psicológico compatíveis com as funções de Estado que exercem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, a proposta busca conferir previsibilidade e estabilidade orçamentária ao financiamento da formação desses profissionais, superando a dependência de iniciativas esporádicas e permitindo uma política nacional de capacitação contínua.

Além disso, a inclusão das inovações tecnológicas e das mudanças normativas como critérios de atualização reforça a necessidade de adequação constante dos servidores às novas realidades do sistema penal e penitenciário, especialmente diante da digitalização dos processos administrativos, da expansão dos sistemas de monitoramento eletrônico e das técnicas de gestão prisional modernas.

Do ponto de vista jurídico, o projeto observa os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade, além de respeitar a competência da União para legislar sobre normas gerais de segurança pública e sobre o Fundo Penitenciário Nacional, previsto na Lei Complementar nº 79, de 1994.

Sob o prisma orçamentário, a proposição não cria despesa nova, mas apenas orienta a aplicação de recursos já existentes, preservando o equilíbrio das finanças públicas e a autonomia administrativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) na execução do Funpen.

Dessa forma, o projeto fortalece a Política Nacional de Segurança Penitenciária, valoriza o servidor público que lá atua em situação, muitas vezes, extremamente perigosa, aprimora a gestão do sistema prisional e contribui para a redução da reincidência criminal, ao favorecer a execução penal mais segura e eficiente.

Dentro da questão que envolve a nossa segurança pública é sempre importante lembrar, Presidente, que o sistema prisional é um dos pontos fracos que nós temos. E é importante também destacar que a visão que V. Exa. destacou que os governos de esquerda têm é de que a prisão é para ressocialização, quando a gente sabe que muitos desses elementos não têm a mínima capacidade de serem ressocializados.

Por isso, algo a ser pensado, Presidente, é a pena de prisão perpétua. Apenas 5% da população do mundo vive em países onde não há esse tipo de punição. Nós nos enquadramos nesses 5%. Então, para ver que nós estamos meio desconectados da realidade mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, Presidente, o voto.

Em razão de todo o exposto, somos pela aprovação integral do PLP 128, de 2022.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Lido o projeto, abro a discussão para quem queira. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Hamilton Mourão.

O Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2022.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Retirado de pauta, a pedido do Relator, o item 2.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 352, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre o trabalho do preso e o ressarcimento de danos.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.)

Portanto, ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4513, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, e a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para dispor sobre os crimes fluviais e o policiamento fluvial.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.

Gostaria de passar a Presidência ao Senador Hamilton Mourão, para que eu faça a leitura do relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Com sua permissão, passo direto à análise.

De acordo com as alíneas "a", "b" e "c" do inciso I, do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública, às polícias civis, às polícias militares e ao policiamento fluvial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou regimentalidade no projeto.

No mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

A Constituição Federal, no inciso III do §1º do art. 144, dispõe que à polícia federal destina-se, entre outras atribuições, "exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras", mas silencia quanto à polícia fluvial.

Também as leis orgânicas nacionais das polícias civis e das polícias militares não mencionam o policiamento fluvial.

Ocorre, no entanto, que os rios, especialmente os da Amazônia, vêm sendo constantemente palco de crimes.

Conhecidos como “piratas do Norte” ou “piratas dos rios”, os criminosos, utilizando armamento pesado, redes de comunicação via rádio e embarcações pequenas e ágeis, agem em grupo, aproveitando-se da ausência do Estado, para abordar balsas, canoas e navios, roubar combustíveis, eletrônicos e mercadorias diversas e vendê-los, a fim de financiar outras atividades ilegais, como o garimpo ilegal, desde o Acre até o Pará.

Essa prática criminosa traz prejuízos para a segurança, a economia, o meio ambiente e até mesmo para a sobrevivência das populações locais.

Além da pirataria fluvial, os rios, que na Amazônia são também estradas, são usados como rota para o tráfico de drogas, armas e madeira.

Nesse contexto, é obrigação do Congresso Nacional fazer a sua parte, legislando no sentido de intensificar o policiamento dos nossos rios. (*Pausa.*)

Cabe, no entanto, uma emenda de redação ao §5º do art. 5º da Lei nº 14.751, de 2023, para colocar a palavra "Território" no plural.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.513, de 2024, com a seguinte emenda: (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CSP

Dê-se a seguinte redação ao §5º do art. 5º da Lei nº 14.751, de 2023, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 4.513, de 2024:

"Art. 5º

.....

.....

..

§5º As polícias militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios terão unidades específicas para prevenção e combate aos crimes fluviais." (NR)

Era o que tinha para ler, Sr. Presidente, nesse relatório, que é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu apenas quero comentar aqui, Senador Marcio Bittar, que é importante esse projeto de dois Senadores do Acre, um como autor e outro como Relator, porque entendem perfeitamente a questão que ocorre na Amazônia, com a intensificação do tráfico de drogas, e, como bem colocado no relatório de V. Exa., as estradas amazônicas são os rios. Então, sabemos que, na região do Rio Solimões, os rios que do Acre demandam e são afluentes do Solimões também são rotas do narcotráfico. É importante, então, que haja destacamento das polícias militares com a finalidade específica e o treinamento específico para o patrulhamento desses rios, porque não é simplesmente colocar três, quatro policiais numa embarcação e, a partir daí, estão habilitados a fazer uma patrulha fluvial. A coisa não funciona assim, dessa forma. Então, eu vejo um projeto extremamente meritório e buscando atender essa chaga que está se expandindo no nosso país e que, cada vez mais, fica muito claro que, se o Estado brasileiro não reagir à altura, nós vamos virar um "narcoestado" brevemente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Só quero fazer alguns registros, Presidente, se o senhor me permite. De fato, são dois Parlamentares do Acre, nós conhecemos bem a nossa realidade – somos dois acrianos –, mas neste momento a Comissão é presidida por alguém que conhece mais a Amazônia do que mesmo eu e o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio Petecão. Nós conhecemos muito bem o Acre e parte da Amazônia uma vez ou outra, mas o General, hoje Senador Hamilton Mourão, conhece essa realidade que a gente conhece muito bem no Acre, o senhor conhece na Amazônia como um todo.

Então, o projeto de fato de autoria do Senador Sérgio Petecão é importante para o Brasil e particularmente para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o projeto e a emenda nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Peço à Mesa, então, para abrir aí a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Relatório aprovado com 9 votos SIM; 0, NÃO.

Zero abstenção.

Aprovado o Projeto de Lei nº 4.513, de 2024, com a Emenda nº 1 desta Comissão.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências do Senador Sergio Moro e da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, José Lacerda, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Wilder Morais, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Mecias de Jesus, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5181, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para estabelecer expressamente o tratamento à saúde do preso dependente de drogas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5181 de 2020, com a Emenda nº 1-CSP. **Observação:** Durante a reunião, foi designada relatora "ad hoc" a Senadora Damares Alves. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 670, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Mulher Alerta, que disponibiliza a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o porte de um aparelho sinalizador de emergência conectado às autoridades de segurança pública." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 670 de 2023. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 930, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer o compartilhamento da localização do agressor submetido a monitoramento eletrônico com os órgãos de segurança pública, com vistas à adoção de políticas de prevenção do crime e de atendimento integral da vítima." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Projeto de Lei nº 930 de 2023, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 352, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre o trabalho do preso e o ressarcimento de danos." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 352 de 2024, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4962, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4962 de 2025. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 29, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir representantes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro para obter esclarecimentos técnicos e institucionais sobre os impactos do Decreto nº 12.345, de 30 de dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a inclusão, como convidado, do Deputado Federal Marcos Pollon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sergio Moro
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 33ª Reunião, realizada em 11 de novembro.

Aqueles que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados nesse Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Vamos aqui ao Item 5, é isso? O.k., perfeito.

Então, inversão da pauta pela presença do Senador Márcio Bittar.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4962, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria seguirá à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Primeiro, só para deixar claro, embora a leitura vá dizer: o projeto permite, não obriga. De certa forma, ele devolve um pouco o poder dos estados federados. Ele descentraliza um pouco essa possibilidade da parceria público-privada nos estados, em alguns itens dos presídios.

Bom, o relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 4.962, de 2025, da Câmara dos Deputados, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

Na origem, trata-se do PL nº 2.694, de 2015, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – portanto, veio de uma CPI –, com o voto de todos os integrantes – foi por unanimidade –, destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

A proposta altera o art. 83-A da Lei de Execução Penal, para prever que podem ser objeto de execução indireta os serviços de assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde; apoio na movimentação interna dos presos; e apoio nos serviços de monitoramento e rastreamento de presos por dispositivo eletrônico autorizado por lei.

Nesses casos, cria o art. 83-C, para prever que as contratadas e os parceiros privados poderão contratar monitores, auxiliares e supervisores para a execução do objeto do contrato, os quais poderão realizar jornada de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso.

Na justificação, informa-se que diligências e informações colhidas pela CPI demonstraram que a participação da iniciativa privada na gestão dos estabelecimentos prisionais é capaz de contribuir para a melhoria significativa no sistema carcerário brasileiro e para que o Estado cumpra as determinações da LEP.

O projeto, que não recebeu emendas até o momento, foi distribuído para análise desta Comissão, para, em seguida, ir à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

A esta Comissão cabe opinar sobre proposições pertinentes ao sistema penitenciário, nos termos do art. 104-F, alínea "f", do Regimento Interno. Conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional, 29 unidades prisionais estão sob regime de cogestão (em que o administrador privado é responsável pela gestão de determinados serviços da unidade, como alimentação, higiene, saúde, etc., e o gerenciamento do estabelecimento é feito em conjunto com o Estado) e sob regime de parceria público-privada (em que a entidade privada realiza a construção e a gestão integral do estabelecimento, cabendo ao Estado a fiscalização).

É oportuno citar que a competência é concorrente entre União, estados e DF para legislar sobre direito penitenciário (art. 24, I, da Constituição Federal). Cabe à União definir regras gerais. A lei federal sobre o assunto não impõe constrangimentos sobre o tipo de gestão a ser adotada pelas unidades federativas. Contudo, a privatização é limitada.

A LEP exige a intervenção de um juiz para a decisão sobre vários eventos da vida do preso (progressão de regime, livramento condicional, remição, etc.) (art. 66). Cabe ainda ao juiz da execução fiscalizar e interditar o estabelecimento, se for o caso. Também não pode ser delegado para um administrador privado o exercício do poder de polícia, como classificação de condenados, aplicação de sanções disciplinares, controle de rebeliões e transporte de presos.

Atualmente a Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de privatizar serviços de conservação, limpeza, informática, copeiragem, recepção, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos, assim como serviços relacionados ao trabalho do preso. O PL amplia esse rol, para incluir os serviços de assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde; apoio na movimentação interna dos presos; e apoio nos serviços de monitoramento e de rastreamento de presos por dispositivo eletrônico autorizado por lei. Nenhuma delas se insere no poder de polícia propriamente dito.

Quando o Estado se mostra ineficiente para prover esses serviços, mercados informais passam a oferecê-lo, o que fortalece facções criminosas dentro dos presídios.

É possível antecipar críticas à inclusão do monitoramento eletrônico. Contudo, é medida de fiscalização e execução de uma decisão judicial para, no caso em tela, saídas temporárias, regimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semiaberto/aberto, atividades externas. A nosso ver, atividade perfeitamente delegável a uma empresa privada.

Podemos elencar argumentos favoráveis para privatização de serviços prisionais: redução de custos; melhoria na infraestrutura dos presídios; não aplicação de restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal na contratação de pessoal terceirizado; melhoria na qualidade de atendimento ao preso (ressocialização); possibilidades de inovação em métodos de gestão prisional; menores custos de transação na contratação de serviços, que possibilitam tomar decisões com maior agilidade e eficiência; o agente privado não está submetido a todos os controles a que estaria um órgão estatal, devido à natureza pública dos recursos gastos, o que facilita sobremaneira a gestão; em caso de corrupção, há menor custo para demissões em relação ao regime público.

Ademais, deve-se rememorar que a jornada de 12 por 36 proposta está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Por fim, considerando o apelo do STF ao legislador feito por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 641.320, com repercussão geral reconhecida, e que, em quatro julgados, o Tribunal mencionou, abro aspas, o “estado de coisas inconstitucional”, fecho aspas, que vige no sistema prisional brasileiro (HC 118.533/MS, RE 641.320/RS, RE 841.526/RS, ADPF 347/DF), a proposta tende a trazer mais ganhos do que custos.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.962, de 2025.

Sala da Comissão.

Acho que a leitura deixa claro que o projeto, que é fruto da iniciativa do resultado de uma CPI na Câmara Federal, votado, Senadora Damares, por unanimidade na Câmara Federal, amplia as possibilidades e não obriga que o sistema prisional possa fazer parceria pública e privada. Então, ele não obriga, ele permite, e a CPI da Câmara aprovou por unanimidade e entendeu que isso aperfeiçoa o sistema.

Esse é o voto favorável a esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.962, de 2025.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fica o registro e o elogio ao trabalho do autor. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

Gostaria de que V. Exa. fizesse uma inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tá? Por favor, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Vou aqui ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 930, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para estabelecer o compartilhamento da localização do agressor submetido a monitoramento eletrônico com os órgãos de segurança pública, com vistas à adoção de políticas de prevenção do crime e de atendimento integral da vítima.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observação:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, V. Exa. me permite ir direto à análise?

Mas me permita, antes de ir para a análise, fazer aqui um registro da alegria de estar relatando mais um projeto do Senador Jayme Campos, e ele, gentilmente, veio hoje para acompanhar essa relatoria.

Senador Jayme, a política nos dá presentes, e um dos presentes que eu ganhei foi a sua parceria. Quando cheguei a esta Casa, eu tinha uma admiração pelo senhor, mas o senhor estava sempre longe, e eu acompanhei a sua trajetória. E, quando cheguei a esta Casa, o senhor respeitou a vontade da urna, me recebeu como uma liderança política, me motivou, me pegou pela mão, mostrou o respeito que o senhor tem por uma liderança feminina, e isso me motivou muito a caminhar. E, meses depois, eu comecei a ser parceira, a relatar seus projetos, o senhor relatar projetos meus, e ser orientada pelo senhor, por sua sabedoria.

É uma honra, mais uma vez, relatar um projeto de sua autoria, e esse projeto ser voltado para a mulher porque, Senador Moro e Marcio, às vezes, as pessoas acham que só nós, mulheres, temos que apresentar uma proposta de proteção de mulheres. Aí vem um Senador, com a experiência que o senhor tem, fazendo essa leitura da gravidade que é a violência contra a mulher,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e apresenta uma proposta tão extraordinária; uma proposta para proteger mulheres, e nós vamos aprová-la hoje aqui, nos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Obrigada, Senador, por estar dedicando a sua liderança, o seu mandato, a proteger as mulheres. Que as mulheres do seu estado entendam o que o senhor está fazendo aqui, o que vai, com certeza, beneficiar milhões de mulheres em todo o país. Obrigada, Senador Jayme.

Presidente, a Resolução nº 412, de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, base para a apresentação desta matéria legislativa, prevê a possibilidade de monitoramento eletrônico para as medidas cautelares previstas nos incisos II e III do art. 22 da Lei Maria da Penha – afastamento do lar e proibição de condutas, como frequentação de determinados lugares, contato com a ofendida e sua família, entre outras – e recomenda o uso de unidade portátil de rastreamento, com ou sem dispositivo de acionamento direto de órgãos de segurança pública, o chamado "botão do pânico".

Estranhamente, a Resolução do CNJ veda o compartilhamento dos dados com os órgãos de segurança pública sem autorização judicial. Para que ocorresse, seria necessário requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

É o Estado se precavendo do Estado sem analisar o bem maior que está em jogo: a vida humana das vítimas de agressões covardes.

No parágrafo seguinte, curiosamente, a resolução estabelece que, em situações de risco iminente à vida, os órgãos de segurança pública poderão requisitar diretamente à central de monitoramento eletrônico os dados de localização da pessoa monitorada, hipótese em que o controle judicial de compartilhamento se dará posteriormente.

Difícil vislumbrar a situação em que um órgão de segurança pública fará essa requisição sem ter sido previamente alertado por algum botão do pânico. Poucas cidades do Brasil disponibilizam esse serviço. O modelo descrito nesse §3º do art. 13 da Resolução 412, do CNJ, deveria ser a regra: a prevenção imediata contra o risco à vida e controle judicial *a posteriori*.

É o modelo que melhor tutela o bem jurídico ameaçado. A vida e a integridade física da ofendida são bem superiores e mais caros do que a intimidade e a privacidade do ofensor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminhou bem o PL 930, de 2023, e merece aprovação. Ele tem por finalidade permitir o compartilhamento sem a necessidade de autorização judicial, para possibilitar aos órgãos de segurança pública coletar dados da rotina de deslocamento geográfico de agressores para mapear áreas de risco (com concentração de crimes de violência doméstica), e permitir a elaboração de políticas de prevenção mais eficientes.

A Resolução 412, do CNJ, buscou amparo à literalidade do texto constitucional relativo à privacidade e à legislação de proteção de dados pessoais. Não obstante, a Lei Geral de Proteção de Dados, no seu art. 4º, inciso III, alíneas "a" e "d", prescreve que a lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública e de atividades de investigação e repressão de infrações penais.

Ou seja, Presidente, privacidade para o agressor e exposição da vítima? Esse projeto de lei agora vem consertar isso.

No caso do direito constitucional, consideramos que o direito individual de privacidade e intimidade perde espaço diante do direito coletivo de segurança pública, pois se trata de pessoas sob fiscalização do Estado – que provavelmente foi presa em flagrante ou teve prisão cautelar decretada e posteriormente substituída pelo monitoramento eletrônico –, não sendo razoável exigir da sociedade que carregue o perigo iminente.

Quer privacidade? Não agrida a mulher! Pronto, tão somente isso!

O risco do agressor à exposição de sua vida privada é um custo mais baixo do que o risco criminal a que a norma expõe a sociedade, a ameaça vivida pelas vítimas das agressões, o que atende ao critério de eficiência do art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Somando-se a isso, devemos considerar que a norma administrativa do CNJ está criando uma cláusula de reserva de jurisdição que somente pode ser estabelecida por lei. O PL nº 930, do Senador Jayme, uma vez tornado lei, terá força normativa para afastar o que prescreve a resolução do CNJ nesse ponto.

Em função disso, adotamos como emenda proposta pela Senadora Leila Barros, em relatório apresentado a esta Comissão, em 07/03/2024, para retirar a frase “observada a legislação específica de proteção de dados pessoais” do dispositivo proposto; ao mesmo tempo, alteramos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o número do parágrafo a ser acrescido ao art. 22 da Lei Maria da Penha, em razão da publicação de lei posterior à apresentação da matéria, que é a nova Lei 15.125, de 2025, que incluiu o §5º ao citado artigo.

Diante do exposto, Presidente, somos, sou e peço o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 930, de 2023, com a emenda, que já está devidamente publicada.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Muito bem.

Registro aqui o elogio ao PL, tanto ao seu autor, Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... como também à relatoria da Senadora Damares Alves.

No fundo, existe um problema maior, que é a questão da tornozeleira eletrônica e o acesso a esses dados pelas forças de segurança. Às vezes – eu já ouvi da polícia –, Senador Jayme, em um local que aconteceu um crime, eventualmente, eles querem saber se, por acaso, tinha alguém lá já submetido alguma medida de restrição da liberdade, porque, infelizmente, existe essa reiteração delitiva que ocorre, de pessoas que já têm passagem na polícia, e, no fundo, a polícia não tem esse acesso.

Então, o projeto vem em boa hora. Pelo menos resolve essa questão para casos de violência contra a mulher e medidas protetivas.

Coloco o projeto em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Para discutir, Sr. Presidente. Para encaminhar.

Sr. Presidente, Senador Sergio Moro, ilustre Senadora Damares, que nos dá honra de relatar o nosso Projeto 930 e querido amigo Senador Marcio Bittar, eu quero me dirigir a V. Exa., Senadora Damares, e dizer que fico extremamente lisonjeado, sobretudo feliz, quando V. Exa. faz essa referência em relação à minha pessoa. E V. Exa... Eu tenho a maior admiração pelo seu trabalho, não só como ex-Ministra que fez um trabalho brilhante pelo Brasil, sobretudo, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo as crianças, as mulheres, os quilombolas, os povos originários. Enfim, a sua trajetória por si só se fala.

E, como Senadora da República – até, pelo que me consta, é o primeiro mandato –, a emenda foi melhor do que o soneto: tem feito aqui um trabalho invejável. Eu, particularmente, sou um admirador da senhora, pela sua coerência e pela sua sensibilidade – sobretudo no campo social: sempre está defendendo aqui políticas públicas que possam atender a maioria da sociedade brasileira, que são pessoas carentes, humildes e que precisam de políticas públicas, não só por parte do Governo Federal, mas pelo Governo estadual, pelos governos municipais –, mas, sobretudo, pela conjugação de esforços, também, com a própria sociedade civil organizada deste país.

Dessa maneira, a sua fala me enche de alegria, renova a minha esperança de nós construirmos um Brasil com mais oportunidades, mas, sobretudo, com mais justiça social.

Eu sou autor já de quatro projetos aqui em defesa da mulher brasileira. Lamentavelmente, nós, que acompanhamos o cotidiano deste país aqui, particularmente através da imprensa, no último dia... No dia de ontem, eu estava assistindo, por volta das 11h30 da noite, no momento que cheguei em casa, o GloboNews, falando de três crimes que cometeram, neste fim de semana, bárbaros, no Brasil.

Um deles foi em Pernambuco, o outro em São Paulo, e o outro, se não me falha a memória, foi em Santa Catarina ou na Bahia. O cidadão, cuja namorada não queria mais continuar o namoro, simplesmente bateu nessa senhora, nessa menina, e a arrastou mais de mil metros debaixo do... Um cara desses tem que ser fuzilado em praça pública; isso é perverso. O cidadão com certeza fez um crime que chocou a sociedade, que acompanhou esse fato. O outro chegou a uma senhora, que estava trabalhando, já tinha largado dele, deu seis tiros nessa senhora lá, fulminante. E o outro foi à casa, que tinha três crianças, ateou fogo, matou a mulher e matou as três crianças.

Como é que você pode conviver com um estado de coisa como este aqui? Isso é triste, doloroso. E, lamentavelmente, lá no meu Estado do Mato Grosso, que é campeão, pelo segundo ano consecutivo, em relação ao feminicídio e à morte de mulheres lá... Então, nós temos que tomar alguma providência, endurecer as leis, sei lá o que nós temos que fazer, porque isso está se tornando... É como se fosse rotina, hábito, aqui, no Brasil, um país como o nosso, que sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi um país tranquilo. O crime organizado está aí tomando conta do faturamento das cidades. Lá no Mato Grosso, 80% da cidade, Marcio Bittar, hoje é dominada pelo Comando Vermelho, ou sei lá, comando não sei o que mais. Não sei o que nós vamos fazer, meu Deus do céu! O que é que se tem que fazer?

E eu vi uma fala de uma repórter ali dizendo que nós temos que investir mais na educação do Brasil, que é a única maneira que tem, porque só botar a polícia, prender, fuzilar, como fuzilaram, lá no Rio de Janeiro, 122 marginais... Se é marginal, se não é marginal também não sou eu que vou falar. Enfim, nós temos que ver qual é a possibilidade de nós combatermos, com certeza, esse aumento. O Brasil está sendo quase campeão mundial. Quem são os campeões no planeta são a China e o Peru, são os primeiros colocados no *ranking* internacional, e o Brasil, me parece, está querendo avançar e ser campeão mundial no feminicídio.

Dessa maneira, eu quero agradecer as suas palavras generosas, que me entusiasmam muito, e, sobretudo, a certeza de que é o nosso papel aqui...

Mas, permita-me, Presidente, mais um minutinho só, vou fazer aqui uma falazinha em relação ao Projeto de Lei nº 930, de 2023, de minha autoria, que aperfeiçoa a Lei Maria da Penha, ao prever o compartilhamento da localização do agressor submetido a monitoramento eletrônico com os órgãos de segurança pública. Trata-se de um avanço legal, coerente e absolutamente necessário, um passo decisivo na proteção de mulheres ameaçadas, violentadas, tantas vezes mortas por quem deveria respeitá-las.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exige atualmente autorização judicial para esse compartilhamento, o que vai deixar de ser necessário caso o meu projeto vire lei.

Eu quero aqui, uma vez mais, cumprimentar a Relatora, a Senadora Damares Alves, pelo grande parecer aqui apresentado. V. Exa. tenha certeza de que o seu parecer foi de forma zelosa e, sobretudo, preocupado com certeza de termos boas leis em defesa das mulheres brasileiras. A sua atuação cuidadosa e comprometida com a proteção das mulheres, fortalece este Parlamento e nos lembra de que, diante da violência de gênero, precisamos de atuação legislativa responsável e baseada em evidências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aprovação deste projeto é mais um passo no enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio, um dos crimes mais brutais e persistentes em nosso país. Não podemos aceitar que mulheres sigam morrendo, porque o Estado, embora presente na lei, falhou na prática.

Dar às polícias acesso imediato à localização do agressor monitorado é conferir segurança real às vítimas que vivem sob ameaça constante. Este Parlamento tem a oportunidade e a obrigação moral de fortalecer o arcabouço legal da Lei Maria da Penha.

Que fique claro, Sr. Presidente Sergio Moro: votar a favor deste projeto é votar pela vida, pela dignidade e pela segurança de milhões de brasileiras, é assumir a responsabilidade de fazer o Estado agir com a velocidade, com a urgência que essas situações exigem. Por isso, peço o apoio dos nobres colegas para aprovar o PL 930, de 2023. Que possamos entregar ao país uma resposta firme e concreta no combate à violência contra a mulher brasileira!

São essas as minhas palavras e tenho certeza absoluta de que os demais projetos que apresentei aqui, nesta Casa, são todos projetos meritórios e, acima de tudo, algum já está aprovado aqui, na Casa, e encaminhado à nossa Câmara de Deputados, para que se possa votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senadora Damares. Obrigado, Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Jayme, eu faço aqui também os elogios que a Senadora Damares fez a V. Exa. Inclusive já tive a oportunidade de relatar projetos de V. Exa. no âmbito da segurança pública.

Este Senado vem agindo. Nós aprovamos, por exemplo, recentemente, no Senado e na Câmara, um projeto que, a meu ver, é muito importante, que restringe soltura em audiência de custódia. V. Exa. mencionou casos aí escabrosos, que normalmente aparecem, mas as estatísticas também revelam 40% de solturas, e teve um caso em Pernambuco – não sei se é a esse que V. Exa. se referia –, que aconteceu no começo do mês, até a vítima era Júlia Eduarda. É bom a gente falar sempre o nome da vítima, porque aparece o número, e não se retrata a pessoa. Grávida, foi assassinada a golpe de martelo. O indivíduo foi levado ao juiz em audiência de custódia, e o juiz o colocou em tornozeleira eletrônica. Gerou-se uma revolta, em uma cidade do interior de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pernambuco, e o juiz acabou revendo a decisão, mas ainda assim deveria ter acertado em primeiro lugar.

Mas foi publicada, na semana passada, a Lei 15.272, que é um projeto que foi feito, e até o texto originário era do Ministro Flávio Dino, na época em que foi Senador, que eu relatei. Creio que endureci, embora o texto já fosse positivo, mas endureci ainda mais esse texto para deixar claro que são critérios que ali não permitem a concessão da liberdade provisória, que recomendam a prisão preventiva. Colocamos lá, entre outros, o que é óbvio, mas, às vezes, o óbvio precisa ser dito: crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa; indicativos de vinculação à organização criminosa; casos envolvendo pessoas que cometeram crimes com inquérito em ações penais em andamento; indícios de reiteração delitiva; e também sobremaneira importante, no fato de alguém que já foi solto anteriormente em audiência de custódia, recomendar que não seja colocado novamente em liberdade provisória.

Fizemos ainda uma proposta ali que, a meu ver, é bastante pertinente de obrigar o juiz a examinar todos esses critérios, que veja na decisão antes de soltar gente, muitas vezes, perigosa para outros indivíduos e para a sociedade. Adicionalmente colocamos lá o que, a meu ver, é muito importante – já tinha visto em um projeto acho que de V. Exa. –, a obrigatoriedade da coleta do perfil genético, do DNA, na audiência de custódia, para pessoas que foram presas por crimes graves, sexuais, com violência contra a pessoa, crime organizado, porque, uma vez que a pessoa também é fichada, isso tem um efeito dissuasório da prática de novos delitos, e o DNA hoje é a moderna impressão digital.

Foi publicado semana passada; então, é um passo, mas é claro que a gente tem que dar muitos passos adiante para a gente poder avançar nessa área e V. Exa., como se diz por aí, mostrando serviço, apresentando projetos importantes aqui para essa matéria.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Eu nunca fui contra as campanhas de esclarecimento. Eu vi dezenas delas no meu estado. A turma que governou o Acre, por cinco mandatos de Governo do estado, e a Prefeitura também, por cinco mandatos, ela gostava muito de campanha de esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que a campanha de esclarecimento sem a mudança da legislação significa quase nada. Quando você tem reincidência de estuprador, de feminicídio... Aqui mesmo, nas regiões do Distrito Federal, aqui perto, de Goiânia, de Goiás, foi pego o caso de pessoas que já tinham matado a sua ex-companheira, e, com pouco tempo, estavam soltos no meio da rua.

Eu lembro que assisti a um documentário de um assassinato nos Estados Unidos. Um casal. A mulher sumiu, desapareceu. Toda suspeita dizia que era o namorado, mas não conseguiram provas conclusivas, e ficou aberto o processo. Vinte anos depois, descobriu-se o exame de DNA. A polícia reabriu o processo, foi atrás daquele suspeito. Ele foi numa lanchonete, comeu, bebeu; pegaram os utensílios que ele usou, copo e tal; e, através do exame de DNA, provaram – o que não tinham conseguido antes – que era ele. Descobriram, tiraram o corpo da mulher num carro, num lago e tal.

Eu, assistindo àquilo, fiquei pensando assim, minha querida Senadora Damares: meu Deus do céu, depois de vinte anos, que trabalheira danada, né? Mas a questão é educativa. Quem está esparramado em qualquer lugar daquele país pensa assim: "Caramba... Demorou vinte anos, mas pegaram?". Isso faz com que a pessoa tema cometer o delito.

Os presídios estão lotados, vírgula, e talvez boa parte dos que estão nos presídios é porque a lei é frouxa – ele entra e sai. Se ele souber que ele entrará e ficará, ele pensará duas vezes antes.

Eu não sou contra, então, campanhas e outras coisas, né? Ressocialização e tudo mais, mas entendo que – não excludente – o principal inibidor da violência é a punição. É o Estado que descobre, que evita que aconteça, que dificulta que aconteça e, quando acontece, ele descobre, e a pessoa paga a pena. Isso, sim, é que em primeiro lugar inibe a violência.

Agora, meu queridíssimo amigo Jayme, do estado em que eu já morei quando criança, e minha querida Damares, que conhece o Brasil inteiro, o mantra da esquerda preferido, quando se discute violência, é dizer que se gaste mais com educação: construa uma escola ao invés de um presídio. Mas foi o que se fez no Brasil nos últimos trinta anos. É tanto que o Brasil chegou a 6% do PIB com educação, e nós estamos entre os 20 piores países do planeta.

Então, não é mais recurso para educação. É o setor que a esquerda domina praticamente, completamente, tanto que eu já disse várias vezes que, antes de eles chegarem à Prefeitura, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do estado, ao Governo Federal, eles já dominavam, como continuam dominando, parte significativa do orçamento do país, porque a educação, de forma geral, é dominada pela esquerda, em que o Prefeito não manda, o Governador não manda, nem o Presidente da República; eles é que controlam. E eles querem cada vez mais recursos. Para a segurança, não, porque esse é um tema que não é da esquerda. Aliás, as campanhas que eles fazem, grupos, a maior parte deles, de defesa da mulher, muitas vezes, se calam de forma constrangedora quando não é a mulher militante da esquerda. Não é a isso que a gente vive assistindo?

Eu acho que a gente tem feito a nossa parte. O Senador Sergio Moro aperfeiçoou uma iniciativa do hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu acho que pode ser aperfeiçoado... O projeto amanhã está em pauta, de um Deputado do Acre, que não sugere, ele diz quando é que não pode ser liberado o bandido em audiência de custódia, porque é uma vergonha para o país inteiro você ver bandido, estuprador, assassino, saindo da audiência de custódia e, muitas vezes, antes do policial que o prendeu e que arriscou a sua própria vida.

Mas é um prazer estar aqui nessa manhã, votar num projeto como esse, muito meritório, de iniciativa do meu querido colega Jayme e relatado pela queridíssima Damares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram as considerações que tinha.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes de o senhor botar em votação, porque eu sei que vai ser aprovada por unanimidade e com louvor... Essa matéria segue para a CCJ em decisão terminativa, o.k.? (*Pausa.*)

Eu queria fazer um desafio e uma proposta. Vamos fazer um mutirão? Com o prestígio que o Senador Jayme tem nesta Casa e diante do Senador Otto, a gente convencer o Senador Otto a botar o mais rápido possível na pauta.

Aí eu ia te fazer um desafio, Moro – para aproveitar nossas assessorias e a do Marcio Bittar: pegue essa relatoria! Você conhece muito a matéria. Nós estivemos junto lá, como Ministros, e a gente fez o plano nacional de prevenção ao feminicídio. Eu sei que você faz um voto desse em três dias. Eu te ajudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se a gente pudesse... Eu sei que a semana que vem vai ser uma semana complicada no Senado, mas eu acho que o Otto vai fazer uma deliberativa. Se a gente pudesse, na semana que vem, em forma de mutirão, aprovar com o seu voto... Não tem nenhum erro constitucional nessa matéria. A gente encerraria, na semana que vem, a campanha dos dez dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, entregando isso para o Brasil. O Senado faria uma grande entrega.

Eu me proponho a ajudar nesse grande mutirão, com o Moro – pede lá, Moro! Você é da Comissão, eu não sou. E a gente fazer essa entrega.

Vamos fazer um mutirão hoje, falar com o Otto! E a gente faz essa entrega pelo Senado na semana que vem.

Desafio posto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se necessário...

Na verdade, nesse caso dá para fazer um recortar e copiar do voto de V. Exa., sem qualquer constrangimento, porque o voto está impecável.

Mas, enfim, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 930, de 2023, com a Emenda nº 1, CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E aí sugiro, Senadora... (*Pausa.*)

Sugiro à Senadora Damares e ao Senador Jayme Campos, então, que promovam diligência ali junto ao Senador Otto. Eu me disponho a ser o Relator, se necessário. Está bastante tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu só solicito à Secretaria da Comissão aqui que remetamos esse projeto...

Feito isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... nós falaremos hoje ainda com o Senador Otto Alencar para que na próxima semana possamos votar.

Ele é que designa o Relator. V. Exa. se predispôs a fazer esse relatório, já propondo até, inclusive, apenas copiar o que foi apresentado pela Senadora Damares, que está de bom tamanho. E eu ainda falava com o Otto que, se Deus quiser, entregaremos esse projeto aprovado na semana que vem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Parabéns a ambos!

Eu queria, aqui, pedir a gentileza de a Senadora Damares assumir a Presidência, para a gente poder ir para o item 4, do qual eu sou o Relator. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 352, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre o trabalho do preso e o ressarcimento de danos.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Sergio Moro, para a leitura do seu relatório.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sra. Presidente.

Relatório.

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 104-F do Regimento Interno, o Projeto de Lei nº 352, de 2024, de autoria do Senador Alan Rick.

A proposição em comento pretende, em síntese, estabelecer nova hipótese do cometimento de falta grave quando o preso, estando em condições aptas para o trabalho, deixar de fazê-lo; condicionar a progressão de regime de cumprimento de pena ao prévio pagamento da indenização referente aos danos causados pelo crime; e aumentar a possibilidade de participação da iniciativa privada na questão do trabalho do preso.

Passo à análise.

O trabalho do preso é, simultaneamente, um direito e um dever, conforme estabelecido na Lei de Execução Penal. No entanto, o país tem enfrentado dificuldades em efetivar ambos os aspectos de forma satisfatória.

O presente projeto de lei apresenta mérito sob a perspectiva da segurança pública, ao buscar aprimorar a gestão do trabalho prisional e responsabilizar os apenados por suas obrigações.

A proposta de ampliar a participação da iniciativa privada na execução penal, eliminando entraves burocráticos, pode contribuir significativamente para expandir a oferta de postos de trabalho disponíveis à população carcerária, assegurando o direito ao trabalho. A experiência demonstra que a gestão privada pode trazer maior eficiência e agilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a presente proposição legislativa busca reprimir a conduta de presos que, tendo a possibilidade de trabalhar, se recusam a fazê-lo. O trabalho dignifica o apenado e a recusa injustificada pode indicar envolvimento com o crime organizado ou outras formas ilícitas de obtenção de renda durante o período de reclusão. Assim, é coerente com o princípio do dever do trabalho do preso que a recusa injustificada configure falta grave, observados o contraditório e a ampla defesa.

Após ponderar os diversos aspectos envolvidos, entendo, porém, que não é oportuno, no presente momento, condicionar a progressão de regime de cumprimento de pena à prévia indenização da vítima pela prática criminosa, pelas seguintes razões: primeiramente, porque a Constituição proibiu a prisão civil por dívida e, no caso, a prisão penal, ou mesmo a manutenção do preso em regime mais gravoso do que o que tem direito pela lei, em razão do puro inadimplemento de um dever civil, que é a indenização, ofende a garantia; em segundo lugar, a exigência de comprovação do pagamento da indenização pode trazer dificuldades práticas relevantes para a execução penal, já que a identificação das vítimas, a quantificação dos danos e a comprovação do efetivo pagamento tendem a demandar procedimentos complexos e demorados, sobrecarregando um sistema que já enfrenta limitações estruturais. Condicionar a progressão de regime a essa reparação poderia acentuar desigualdades sociais, pois os presos em situação de maior vulnerabilidade econômica seriam os mais prejudicados. Trata-se, ainda, de questão complexa e multifacetada, que exige debate mais amplo e cuidadoso.

Sob outro prisma, o das penas de multa, semelhante discussão já chegou ao Supremo Tribunal Federal. No julgamento da Adin nº 7.032, a Corte definiu que o "inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade [...], não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, indicar concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária".

O §1º do art. 112 da Lei de Execução Penal já foi recentemente alterado pela Lei nº 14.843, que passou a exigir o exame criminológico para a progressão de regime e introduziu mudanças relevantes, buscando conciliar a ressocialização do apenado com a proteção da sociedade. Em razão dessa reforma recente, não se mostra recomendável uma nova alteração em tão curto espaço de tempo, sob pena de gerar instabilidade e insegurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, entendo ser mais prudente, neste momento, concentrar os esforços na aprovação das medidas que visam a aprimorar a gestão do trabalho prisional e a responsabilização dos apenados, deixando para um momento futuro a discussão sobre a alteração dos requisitos para a progressão de regime para a reparação dos danos sofridos à vítima.

Diante do exposto, propomos emenda para suprimir a alteração desse trecho do presente projeto de lei.

Voto.

Com essas considerações, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 352, de 2024, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CSP
> Suprima-se a alteração do art. 112 da Lei nº 7.210, [...] preconizada pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 352, [...] do teor da proposição.

Faço aqui, para finalizar, o elogio ao belo trabalho realizado pelo Senador Alan Rick, que busca destravar, desburocratizar a possibilidade da realização de trabalho dentro dos estabelecimentos carcerários. Em geral, os presos gostariam de trabalhar e de ter essa possibilidade, e devem ser incentivados; e, de fato, também se deve punir aquele que, tendo condições, não se dispõe a fazê-lo.

É o voto, então, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelo relatório, parabéns ao autor pela iniciativa. Eu acho que a gente faz aqui hoje uma correção. O preso realmente tem que trabalhar. Não tem reinserção à sociedade com os presídios lotados, com as celas lotadas, e eles passando o dia inteiro sem fazer nada.

Parabéns, Senador Sergio Moro. Era um sonho seu, como Ministro, que a gente fizesse isso como política pública no Brasil inteiro, e agora a gente vem, por meio de uma legislação, fazer essa correção. Parabéns ao autor e ao Relator.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o texto apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 352, de 2024, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns, Senador Moro.

Eu devolvo a Presidência ao Senador Moro. Eu tenho um item do qual eu sou Relatora, o 2, e depois o item 1, para o qual eu vou fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta. Meu item é o 6, e eu preciso relatar em outra Comissão ainda um projeto. Se o senhor puder inverter – é apenas um requerimento –, eu agradeceria ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito. Pelo que eu vi, a Senadora Damares já concordou com essa inversão de pauta. Então, vamos fazer a inversão.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir representantes da Polícia Federal e do Exército Brasileiro para obter esclarecimentos técnicos e institucionais sobre os impactos do Decreto nº 12.345, de 30 de dezembro de 2024.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Passo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é simples. Está mudando a legislação. A autonomia sobre armas de fogo sai do Exército e vai para a Polícia Federal. Ninguém tem um discurso unânime, uma orientação unânime. Clubes de tiro do Brasil inteiro, atiradores esportivos, caçadores, colecionadores têm buscado o nosso gabinete, nossas andanças também pelo Estado de Santa Catarina – estado, proporcionalmente, com mais armas de fogo do Brasil dessa categoria de CACs – e têm estado em dúvida e com muita insegurança.

O nosso pedido é sobre essa dificuldade enfrentada pelos colecionadores, atiradores desportivos e caçadores desde a transferência, em julho de 2025, da gestão de registros e documento do Exército Brasileiro para a Polícia Federal.

Por isso, eu proponho uma audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, que é Diretor-Geral da Polícia Federal e Diretor de Controle de Armas e Produtos Controlados; representante da Gestão do Sistema Nacional de Armas (Sinarm); representante do Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército Brasileiro; a Sra. Fabi Venera, que é Presidente da Federação de Clubes de Tiro e Comércio de Armas de Santa Catarina; o Sr. Giovanni Roncalli, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático; o Sr. Marcelo Danfenback, Presidente da Linade (Liga Nacional dos Atiradores Desportivos); o Sr. Rodrigo Masson, Presidente da Associação Caça Brasil; o Sr. Yukio Yamaguchi, Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Prático.

A transferência da competência de fiscalização e registro dos colecionadores, atiradores desportivos e caçadores do Exército para a Polícia, Sr. Presidente, efetivada em julho de 2025, desencadeou um conjunto de disfunções operacionais, jurídicas e administrativas, que comprometem a governança do sistema regulatório de armas e impactam diretamente milhares de cidadãos plenamente regularizados, bem como entidades desportivas, instrutores, lojistas e toda a cadeia produtiva do setor.

Inclusive, eu me encaixo no perfil porque eu sou CAC também.

Desde a transição, verifica-se a consolidação de um ambiente de instabilidade institucional e sistêmica. O Sinarm-CAC, que já nasceu com limitações estruturais oriundas do sistema anterior, passou a apresentar novas falhas sistêmicas, revelando baixa resiliência tecnológica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapacidade de suportar o volume real de demandas. Essas inconsistências têm inviabilizado ou retardado procedimentos essenciais – autorizações de compra, emissões de CRAFs, expedições de guias de tráfego –, acarretando prejuízos concretos a atividades profissionais, competições esportivas e rotinas operacionais de diversos segmentos economicamente relevantes para o país.

A insuficiência de pessoal, Sr. Presidente, e de capacidade instalada da Polícia Federal para absorver, de maneira eficiente, o acervo administrativo e o fluxo de solicitações dos CACs têm agravado sobremaneira o quadro. O desequilíbrio entre demanda e capacidade de resposta produz aumento expressivo dos tempos de análise, insegurança administrativa e percepção generalizada de colapso regulatório.

Sob o ponto de vista jurídico, agravam-se os problemas decorrentes da interpretação e da aplicação das novas regras. A redução da validade dos CRAFs de 10 para 3 anos projeta, para julho de 2026, um vencimento simultâneo de um volume excepcional de documentos, criando risco concreto de estrangulamento operacional. Ademais, o novo entendimento da Polícia Federal – que condiciona a renovação dos CRAFs à comprovação de efetiva necessidade mediante critérios de habitualidade não claramente definidos – introduz elevado grau de discricionariedade e insegurança jurídica, vulnerando direitos de administrados que cumprem rigorosamente a legislação vigente.

Do ponto de vista administrativo, Sr. Presidente, persiste um problema crítico: a ausência de funcionalidades indispensáveis no sistema, especialmente no que concerne à transferência de armas entre acervos. No caso dos colecionadores, a situação é particularmente grave. O decreto vigente estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2025 para a conclusão dessas transferências, mas, até o momento, inexiste ferramenta operacional que permita tal procedimento. Esse vácuo administrativo cria um impasse sistêmico, capaz de gerar passivos legais e administrativos de larga escala.

Diante desse cenário, Sr. Presidente, impõe-se a realização de audiência pública para que Polícia Federal e Exército Brasileiro prestem esclarecimentos técnicos e institucionais, detalhando as causas das disfunções, a capacidade real de resposta administrativa e as medidas imediatas necessárias para corrigir falhas que já comprometem direitos individuais, segurança jurídica e desempenho de atividades esportivas e econômicas reguladas pelo Estado brasileiro. Somente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mediante diálogo técnico e transparente será possível restabelecer a normalidade operacional do sistema e garantir previsibilidade regulatória aos administrados.

Por isso, Sr. Presidente, eu solicito que isso seja deferido para que haja segurança jurídica, esclarecimento do Governo, que nós sabemos que é contra todos os CACs, a pauta armamentista, e tem, realmente, generalizado e encarado todos nós como se bandidos fôssemos, se fôssemos ilegais, e é o contrário disso: queremos estar dentro das leis, e os sistemas que eles implementaram e essas mudanças previstas realmente causam uma insegurança jurídica imensa nessa categoria de atiradores esportivos, caçadores e colecionadores.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão o requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente (*Fora do microfone.*) é apenas uma sugestão ao Senador Jorge Seif. Jorge, vamos trazer para esta audiência o Deputado Pollon também? Acho que seria interessante a participação dele.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Acato.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Acato a solicitação e a sugestão da Senadora Damares. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Fica, então, deferida a inclusão.

Eu aqui só registro que endosso a iniciativa, elogio a iniciativa. Nós temos conversado, até, com alguns grupos de CACs, e há um desconhecimento do que está em vigor, do que não está em vigor, o que atinge não só a eles, mas as autoridades responsáveis por esses registros e por essas regras, gerando uma situação de absoluta insegurança jurídica para o cidadão.

Então, fica o registro e um elogio à iniciativa de V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com a inclusão do Sr. Marcos Pollon, Deputado...

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senadora Damares. Que essa audiência ocorra o mais breve possível, Sr. Presidente, devido à mudança de legislação que ocorrerá em breve. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5181, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para estabelecer expressamente o tratamento à saúde do preso dependente de drogas.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observação:

1. A matéria seguirá à CAS, em decisão terminativa.

Relatoria *ad hoc* da Senadora Damares Alves.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Presidente, como já está publicado há algum tempo este relatório, eu vou direto à análise, de uma forma resumida inclusive, e o Senador Magno Malta não está presente porque ele está se recuperando de uma cirurgia. Desejamos melhoras a ele, e quero cumprimentar o autor, o Senador Girão, pela proposta.

Não foram encontrados, Presidente, vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa.

A proposta revela-se não apenas conveniente, mas necessária. O projeto sana uma grave lacuna legal, que é a ausência de previsão de tratamento de dependentes químicos presos ou internados. Essa ausência de previsão expressa fragiliza o sistema prisional, expondo milhares de detentos à perpetuação do ciclo de dependência e reincidência criminal.

O Relator, que há décadas atua em iniciativas voltadas ao acolhimento e recuperação de dependentes químicos, reconhece, com especial sensibilidade, a urgência de que o ordenamento jurídico brasileiro estabeleça diretrizes claras e obrigatórias nesse campo. A experiência prática mostra que não há verdadeira ressocialização sem o enfrentamento das causas profundas que levam muitos ao cárcere. Uma dessas causas é a droga, é a dependência química, e, para manter a sua dependência, muitas vezes, ele faz o papel de traficante. O projeto, portanto, representa um avanço civilizatório, pois fortalece o eixo da reinserção social.

Nesse sentido, Presidente, em face ao exposto, apresentamos apenas uma emenda de redação para adequar a norma técnica.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.181, de 2020, com a emenda de redação que já está amplamente publicada.

Esse é o voto. Peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão a matéria, registrando aqui também os meus elogios ao autor do projeto, o Senador Eduardo Girão, e igualmente à relatoria, tanto a originária como a *ad hoc* da Senadora Damares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alves. O projeto é bastante singelo, mas importante para assegurar esse tratamento de dependência química.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 5.181, de 2020, com a Emenda nº 1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Passo ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 670, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Programa Mulher Alerta, que disponibiliza a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o porte de um aparelho sinalizador de emergência conectado às autoridades de segurança pública.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observação:

1. A matéria seguirá à CDH, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, como é uma matéria de consenso, eu peço permissão para ir direto à análise.

No mérito, Presidente, entendemos que a proposta se alinha aos objetivos da Lei nº 11.340, de 2006, que agora oficialmente recebe o nome de Lei Maria da Penha, ao buscar mecanismos adicionais de proteção às mulheres em situação de risco. O uso de tecnologia como ferramenta de prevenção e resposta rápida à violência doméstica representa um avanço significativo na política pública de enfrentamento à violência contra a mulher.

O dispositivo sinalizador de emergência, ao permitir o acionamento imediato das forças de segurança, pode salvar vidas, além de funcionar como instrumento de dissuasão para agressores reincidentes. A proposta também contempla medidas para garantir o uso responsável do equipamento e preservar a privacidade das usuárias.

A justificativa apresentada pela autora, a Senadora Zenaide Maia, é consistente e sensível à realidade enfrentada por milhares de mulheres brasileiras, reconhecendo que as medidas protetivas, embora fundamentais, nem sempre são suficientes para impedir novas agressões.

Sob esse aspecto, a autora defende muito bem o potencial dissuasor do sinalizador de emergência. Se os agressores contam com a falta de poder de reação da vítima da agressão, o que farão sabendo que terão que enfrentar, de imediato, as autoridades de segurança pública? Certamente, podemos antecipar que a incidência de casos de agressão diminuirá bastante. Isso é o que todos nós esperamos com a transformação deste PL em lei nacional! E observe que este PL faz diálogo com o que eu relatei anteriormente, do Senador Jayme Campos.

Portanto, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 670, de 2023, de autoria da nossa querida Senadora Zenaide Maia.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco o projeto em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também registro aqui os meus elogios à matéria. Hoje, pelo menos, dois projetos nesse sentido. Este também de relevância, sobre o botão de emergências e os aparelhos de comunicação. Então, registro aqui os elogios à Senadora Zenaide e, igualmente, à Relatora.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 670, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero agradecer, mas, antes de eu me retirar – porque já está encerrando –, quero cumprimentar a forma como o senhor conduziu a reunião hoje: todos os itens deliberados, todos aprovados, a forma como o senhor conduziu em substituição ao nosso querido Presidente Senador Flávio Bolsonaro.

E, para aqueles que estão nos acompanhando, o Flávio Bolsonaro, mais uma vez, não pôde estar aqui, porque o horário que é permitido a ele, para fazer visita ao ex-Presidente da República, é exatamente este horário.

É inacreditável o que nós estamos vivendo, Senador Moro. Direito de visitar por 30 minutos por semana e em hora marcada pelo Ministro Alexandre de Moraes, visitando o pai preso e agora com a cela trancada, não pode nem circular mais dentro das dependências. Enjaulado e isolado por um crime que não cometeu.

O meu Presidente Bolsonaro não está preso por corrupção. É impressionante o que acontece no Brasil. Nós temos um homem presidindo a nação que foi condenado em três instâncias e nunca foi absolvido por corrupção. Está livre e governando... Na verdade, desgovernando a nação. E o Presidente Bolsonaro, investigado, julgado e condenado em uma instância por um único homem, e preso por um suposto golpe de Estado, enjaulado. Que inversão de valores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso aqui registrar a minha solidariedade à família. Que momento difícil para a família! Que momento difícil para a Michelle, Senador Moro! Você tem ideia do que a Michelle está sofrendo como esposa? E, no dia em que ele foi preso... Quem imaginaria que seria num sábado de manhã a prisão, e motivada por uma possível vigília? Ela vai cumprir sua missão, que ela tem uma missão no partido, no Estado do Ceará, com mulheres... Está lá, tranquila, acreditando que é um sábado... E o marido é levado da forma como foi levado, na frente de uma filha adolescente.

Presidente Moro, que momento difícil da história do Brasil! Mas fica aqui a minha solidariedade à família Bolsonaro, e fica aqui, mais uma vez, consignada a minha admiração ao homem Jair Messias Bolsonaro, que a corte que o condenou anos antes disse que ele foi o único Deputado não envolvido na corrupção daqueles que foram investigados pela Lava Jato. A corte que o elogia, anos depois, o enjaula, sem nenhum crime, apenas por um suposto golpe de Estado. Que país é este? Que nação é esta?

Mas, indignada, eu também manifesto a minha esperança nesta nação: 2026 está bem ali, Presidente, 2026 é logo ali, e, na eleição de 2026, nós vamos ter a oportunidade de mudar a história desta nação, o rumo desta nação.

Obrigada, Presidente, pela tolerância em deixar eu me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu registro aqui também a minha solidariedade à família Bolsonaro. Em relação ao Presidente, há uma série de erros nesse julgamento; já me manifestei sobre isso, e acho que eles foram muito bem sintetizados no voto vencido do Ministro Luiz Fux.

Mesmo abstraindo os problemas relacionados à condenação, o meu entendimento sempre foi no sentido de que, pelas condições de saúde que o Brasil acompanha, inclusive ele sofreu uma facada, que tem sequelas, são cirurgias. Não é algo falso, é algo real, e que, volta e meia, o leva a internações hospitalares... Então, o melhor, se é a prisão – embora injusta –, deveria ser uma prisão domiciliar. Não penso, particularmente, que existisse qualquer risco real de fuga.

No fundo, é uma insegurança enorme diante da ameaça de ser levado à prisão, e ele deveria ter sido mantido em seu domicílio. Espero que possa ser devolvido ao seu domicílio no tempo mais breve possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero fazer o registro aqui de que eu contatei o Senador Flávio Bolsonaro, que, de fato, está nessa visita ao seu pai, e por isso acabei o substituindo, com o assentimento dele, na condução desta Presidência. Espero que isso possa ser evitado no futuro, para que ele possa retomar os seus trabalhos e possa, também, realizar visitas ao seu pai com maior frequência, em horários mais flexíveis. Afinal de contas, é um Senador da República, e não se trata, ali, de um preso comum.

Destaco aqui que não é questão de nenhum privilégio. Ao próprio Lula, quando foi condenado e preso, inclusive sob autorização do Supremo Tribunal Federal, eu permiti que fizessem visitas e jamais impedi que ele pudesse se pronunciar perante o país ou que pudesse ventilar sua opinião em veículos de imprensa ou mesmo através de redes sociais. Eu acho que uma liderança política tem que ter essa habilidade para poder se manifestar no mundo externo, e isso faz parte, também, de certa maneira, do seu direito de defesa.

Então, fica o meu registro aqui, igual, de solidariedade.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Wellington Fagundes e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 26ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2025, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1476, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 43, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a importância e a amplitude do campo de atuação da medicina esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 44, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em São Paulo, com o objetivo de visitar a sede do Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de novembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião, realizada em 14 de outubro de 2025.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nós vamos para o item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a importância e a amplitude do campo de atuação da medicina esportiva.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A autoria é desta Presidência.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 44, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em São Paulo, com o objetivo de visitar a sede do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Autoria é desta Presidência.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item 1 da pauta é um projeto de lei que o Relator, Senador Jorge Kajuru, pediu para retirar.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1476, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação.)

Então, nós vamos ao encerramento, já agradecendo a participação de todos.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima quarta.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3AF46DBE00748004.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4DC800C500748003.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.